anpuh

associação nacional de história

XXIII Simpósio Nacional

História: Guerra e Paz

17 a 22 de julho de 2005

Universidade Estadual de Londrina - UEL Londrina - PR

ANAIS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH

XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

HISTÓRIA: GUERRA E PAZ

17 A 22 DE JULHO DE 2005

PROMOÇÃO: ANPUH

CO-PROMOÇÃO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - NÚCLEO REGIONAL DO PARANÁ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE - CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA - FACULDADE TEOLÓGICA SUL AMERICANA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA -

ANAIS

LONDRINA – PR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

COMISSÃO ORGANIZADORA

DIRETORIA NACIONAL - ANPUH
LUIS CARLOS SOARES
PRESIDENTE
JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO
VICE-PRESIDENTE
JOÃO PINTO FURTADO
SECRETARIO GERAL
TEREZA M. MALATIAN
PRIMEIRA SECRETÁRIA
MARGARIDA MARIA D. OLIVEIRA
SEGUNDA SECRETARIA
JOHN M. MONTEIRO
PRIMEIRO TESOUREIRO
ANTONIO CARLOS AMADOR GIL
SEGUNDO TESOUREIRO

COMISSÃO CIENTÍFICA
ADEMIR GEBERA
ALCIDES FREIRE RAMOS
ANA HELOISA MOLINA
ANA MARIA DA COSTA MONTEIRO
ANA SILVIA VOLPI SCOTT
ANDRÉ LUIZ ROSA RIBEIRO
ANDERSON ZALEWSKI VARGAS
ANGELA MARIA DE CASTRO GOSMES
ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS
ANTONIO GILBERTO RAMOS NOGUEIRA
ANTONIO RAGO FILHO
ANTONIO TORRES MONTENEGRO
ARLETTE MEDEIROS GASPARELLO
ARNALDO DARAYA CONTIER
ARNO WEHLING
BEATRIZ ANA LONER
BEATRIZ TEIXEIRA WEBER
BENITO BISSO SCHIMDT
CARLOS ANDRÉ MACEDO CAVALCANTI
CARLOS AUGUSTO LIMA FERREIRA
CARLOS DE ALMEIDA PRADO BACELLAR
CARLOS FICO JUNIOR
CARLOS FREDERICO CORRÊA DA COSTA
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO
CARLOS ROBERTO FIGUEIREDO NOGUEIRA
CELSO CASTRO
CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZELLI
CRISTIANI DA BERETA SILVA
CRISTINA MENEGUELLO
DANIEL AARÃO REIS
DILENE RAIMUNDO DO NASCIMENTO
DOUGLAS COLE LIBBY
DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
EDUARDO FRANÇA PAIVA
EDUARDO MORETTIN
ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA
ESMERALDA BLANCO BOLSONARO DE MOURA
EVANDIR CODATO
EVANDRO FAUSTINO
FABIO FAVERSANI
FERNANDO ANTONIO FARIA
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA
FLAVIO COELHO EDLER
FRANCISCO CARLOS PALOMARES MARTINHO
FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES
GABRIELA DOS REIS SAMPAIO
GILMAR ARRUDA
GISELDA BRITO SILVA
GLADYS SABINA RIBEIRO
GUNTER AXT
HARUF SALMEN ESPÍNDOLA
HELENICE CIAMPI
HENRIQUE ESPADA RODRIGUES LIMA FILHO
IARA LIS SCHAVINATTO
ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN
ISTVÁN JANCSÓ
IVAN DA COSTA MARQUES
JANETE RUIZ DE MACEDO
JANINE GOMES DA SILVA
JOANA MARIA PEDRO
JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA
JOÃO PINTO FURTADO
JOHN M. MONTEIRO
JOSÉ ERNESTO PIMENTEL FILHO
JOSÉ FRANCISCO BERNARDINO FREITAS
JULIO BENTIVOGLIO
KALINA VANDERLEI SILVA
KÁTIA ABUD
KÁTIA PARANHOS
LAIMA MESGRAVIS
LANA MARA DE CASTRO SIMAN
LEANDRO KARNAL
LIDIA M. VIANNA POSSAS
LORELAI B. KURY
LUÍS REZNIK
LUIZ CARLOS RIBEIRO
LUIZ CARLOS SOARES
LUIZ FELIPE FALCÃO
LUIZ OTÁVIO FERREIRA
LUZIA MARGARETH RAGO
MANOEL LUIZ SALGADO GUIMARÃES
MANUEL DOMINGOS NETO
MÁRCIA BARBOSA MANSOR DÁLESSIO
MARCIA MOTTA
MARCO ANTONIO NEVES SOARES
MARCOS ANTONIO DA SILVA
MARCOS GUIMARÃES SANCHES
MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA
MARIA AMÉLIA GARCIA DE ALENCAR
MARIA APARECIDA AQUINO
MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS MOREIRA SCHMIDT
MARIA BERNARDETE RAMOS FLORES
MARIA CAROLINA BOVÉRIO GALZERANI
MARIA CLARA TOMAZ MACHADO
MARIA DE FÁTIMA DA CUNHA
MARIA HELENA CAPELATO
MARIA INEZ MACHADO B. PINTO
MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS
MARIA LUCIA MOTT
MARIA REGINA CELESTINO
MARILDA IONTA
MARLENE DE FÁVERI
MARLENE ROSA CAINELLI
MIRIAM MOREIRA L. LEITE
MIRIDIAN FALCI
PAULO DONIZETI SIEPIERSKI
PAULO FAGUNDES VIZENTINI
PAULO KOGURUMA
PAULO PINHEIRO MACHADO
RACHEL SOIHET
RENATO DO COUTO NETO E LEMOS
RICARDO LUCENA
RITA DE CÁSSIA MARQUES
ROBERTO EDGAR LAMB
RONALDO VAINFAS
ROSÂNGELA DE MIRANDA CHEREM
ROSÂNGELA PATRIOTA RAMOS
ROSELANE NECKEL
ROSILENE DIAS MONTENEGRO
SAMUEL ALVES SOARES
SELVA GUIMARÃES FONSECA
SHEILA SCHVARZMAN
SONIA REGINA DE MENDONÇA
SUELY CREUSA CORDEIRO DE ALMEIDA
SUZELEY KALIL MATHIAS
SYLVIA COSTA COUCEIRO
THAIS NIVIA DE LIMA E FONSECA
THÉO LOBARINHAS PIÑEIRO
VALDIR GREGORY
VANESSA CAVALCANTI
VÂNIA LEITE FRÓES
VIRGINA FONTES
WENCESLAU GONÇALVES NETO
WILTON CARLOS LIMA DA SILVA
ZILDA MÁRCIA GRICOLI IOKOI

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL
ANA HELOISA MOLINA
ANGELITA MARQUES VISALLI
CRISTIANO GUSTAVO BIAZZO SIMON
FABRÍCIO LEAL
GENI ROSA DUARTE
GILBERTO VIANNA
HUDSON AMARO
HYLEA FERRAZ
JOZIMAR PAES DE ALMEIDA
JULIO M. S. DELALLO
LEANDRO HENRIQUE MAGALHÃES
LUCIA HELENA OLIVEIRA DA SILVA
LUIS FERNANDO CERRI
LUIZ CARLOS FERRAZ MANINI
MARCIO LOUREIRO REDONDO
MARCO ANTONIO NEVES SOARES
MICHELLE ARIANE NOVAKI
OSEIAS DE OLIVEIRA
ROSIMEIRE A. ANGELINE CASTRO
SILVIA CRISTINA MARTINS DE SOUZA
SONIA MARIA SPERANDIO LOPES ADUN
SYLVIA EWEL LENZ

SECRETARIA
CELINA NEGRÃO
GILBERTO MILITÃO DA SILVA
MAYRA CRISTINA LAURENZANO
RAFAEL GARDINI DAL BELLO

INFORMÁTICA
GILBERTO MILITÃO DA SILVA
ZAQUEU COSTESKI CROSATTI

UNIVERSIDADES E DEMAIS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS – ABREVIATURAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CESAT – Centro de Ensino Superior Anísio Teixeira
CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão
CUML – Centro Universitário Moura Lacerda
CUVP – Centro Universitário Newton Paiva
FAB – Faculdade Asa de Brumadinho
FABAVI Faculdade Baptista de Vitória
FACINTER – Faculdade Internacional de Curitiba
FAC – Faculdade Administrativa de Ponta-Porã
FACCAMP – Faculdade de Campo Limpo Paulista
FACEB – Faculdade Cenecista de Brasília
FACITA – Faculdade de Itápolis
FAFIDIA – Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina
FAGOC – Faculdade Ubaense Ozanam Coelho
FAINTVISA – Faculdade Integradas de Vitória de Santo Antão
FAP – Faculdade de Apucarana
FAPAM – Faculdade de Pará de Minas
FAPAM – Faculdade de Pará de MINAS
FASERT – Faculdade de Sertãozinho
FASF – Faculdades do Alto São Francisco
FAT – Faculdade da Alta Paulista
FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa
FEEVALE – Centro Universitário FEEVALE
FEUC – Fundação Educacional Unificada Campograndense
FIC – Faculdades Integradas de Curitiba
FIG Faculdades Integradas de Guarapuava
FIO – Faculdades Integradas de Ourinhos
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FIPEL – Faculdades Pedro Leopoldo
FIVSA – Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão
FJA – Faculdades Jorge Amado
FJP – Fundação João Pinheiro
FPA – Faculdades Porto Alegrense
FSDB – Faculdade Salesiana Dom Bosco
FTE – Faculdade de Tecnologia Empresarial
FUNESA – Fundação Universidade Estadual de Alagoas
FURG – Fundação Universidade do Rio Grande
ISTA – Instituto São Tomás de Aquino
PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UAB – Universidad Autónoma de Barcelona
UCB – Universidade Católica de Brasília
UCG – Universidade Católica de Goiás
UCS – Universidade Católica de Salvador [tb. UCSAL]
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade estadual de Maringá
UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais
UENF – Universidade Estadual Norte Fluminense
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP – Universidade Federal de Ouro preto
UFP – Universidade Federal de Pelotas
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Univ. Federal do Tocantins
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UGF – Universidade Gama Filho
UGF – Universidade Gama Filho
ULS – Universidade La Salle [tb. UNILASALLE]
UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México
UNAMA – Universidade da Amazônia
UNB – Universidade de Brasília
UnC – Universidade do Contestado
UNEB – Universidade Estadual da Bahia
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UniBennett – Centro Universitário Metodista
UNI-BH – Universidade de Belo Horizonte
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICRUZ – Universidade de Santa Cruz do Sul
UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul
UNIFRA – Centro Universitário Franciscano
UNIJUÍ – Univ. Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul.
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMONTES – Universidade estadual de Montes Claros
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos
UNIPAM – Universidade de Pato de Minas
UNIPAR – Universidade Paranaense
UNIRIO – Universidade do Rio de Janeiro
UNIRP Centro Universitário de Rio Preto
UNISINOS – Universidade Vale do Rio dos Sinos
UNITAU – Universidade de Taubaté
UNITRI – Centro Universitário do Triângulo
UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce
UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina
UPF – Universidade de Passo Fundo
UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie
URCA – Universidade Regional do Cariri
URI – Universidade Regional Integrada
USF – Universidade São Francisco
USP – Universidade de São Paulo
USS Universidade Severino Sombra
UTP – Universidade Tuiutí do Paraná

APRESENTAÇÃO

É com prazer que apresentamos ao público os Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, ocorrido na Universidade Estadual de Londrina, no período de 17 a 22 de julho de 2005.

Aqui o leitor encontrará uma amostra da produção historiográfica brasileira recente.[1] São centenas de textos que demonstram a diversidade de temas e abordagens da pesquisa histórica, produzidas em todas as regiões do Brasil.

Isto demonstra a riqueza da pesquisa realizada no país e a importância dos Simpósios Nacionais promovidos pela ANPUH ao propiciar a congregação de tal número de pesquisadores e o diálogo entre estes, estimulando assim o desenvolvimento da historiografia.

É importante destacar que a realização do XXIII Simpósio Nacional de História, foi ao mesmo tempo um desafio e uma honra para a Universidade de Londrina. Foi a resultante de um projeto longamente desenvolvido, desde os idos de 1998. Assim, o evento e seus Anais representam o coroamento de um longo processo de trabalho e de lutas de muitos.

Imprescindível registrar a grande contribuição de Afonso Carlos Marques dos Santos, professor titular da Universidade Federal Fluminense e ex-presidente da ANPUH, ao propor o tema História: Guerra e Paz na Assembléia Geral, ocorrida durante o XXII Simpósio Nacional de História, na cidade de João Pessoa, na Paraíba. A escolha pautou-se pelo compromisso dos historiadores com o presente das sociedades humanas marcadas, cada vez mais, por conflitos de grandes proporções ao lado de manifestações constantes pela paz.

De fato, como observa John Keegan, "*a guerra não é a continuação da política por outros meios*", na célebre fórmula de Clausewitz[2], "*o mundo* – continua o mesmo autor – *seria mais fácil de compreender se esta frase* [...] *fosse verdade*".[3]

Clausewitz procurou no século XIX dotar, em sua monumental obra, a guerra de um princípio filosófico. A tradução daquela célebre fórmula aponta exatamente a dimensão do filósofo prussiano: "*a guerra é a continuação da política (des politischen Verkehrs) com a entremistura de outros meios* (*mit Einmischung anderes Mittel*).[4] Neste sentido, a guerra para Clausewitz, é dotada de uma lógica e de um cálculo racionais que obedecem a interesses de Estado. Assim, Clausewitz, pensador iluminista, compartilha , por exemplo, com Kant e com Hegel o pressuposto de que o modelo de estado ocidental e de suas formas de guerra constituem valores universais.

A questão reside, contudo, no fato de que a guerra, assim como o desejo de paz, são tão antigos como a humanidade e, neste sentido, devem ser vistos de um ponto de vista histórico, ou seja, de uma perspectiva que contemple a diversidade das sociedades humanas no tempo, analisando-as a partir das questões que se apresentam no presente.

Neste sentido, como observa Umberto Eco, em perspicaz reflexão, a guerra moderna teria um 'momento final' se Clausewitz tivesse razão, ou seja, que a guerra "*acabaria quando fosse atingido um estado de equilíbrio que permitisse o retorno à política.* [Mas, acrescenta o pensador], *em nosso século é a política do pós-guerra que será sempre e de qualquer forma a continuação (com qualquer meio) das premissas colocadas pela guerra. Não importa qual seja seu andamento, a guerra* [...] *vai prolongar-se em uma dramática instabilidade política, econômica e psicológica nos decênios seguintes, que não poderia produzir senão uma política guerreada".*[5]

---

[1] O texto refere-se ao CD-ROM publicado em 2005.

[2] CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

[3] KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 19.

[4] Ibidem.

[5] ECO, Umberto. *Pensar a guerra*. Cinco escritos morais. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 24.

Assim, em nosso século as promessas de extinção da guerra – em suas dimensões econômicas, políticas e culturais – e a constituição de um estado permanente de paz estão longe de se realizar, quer da perspectiva dos conflitos internos às diversas nações (e aqui não se pode pensar apenas nas formulações clássicas sobre a guerra, mas também pensá-la como processo conflituoso interno: a guerra social gerada pela miséria, pela pobreza, pelo tráfico de drogas, etc.) quer da perspectiva da guerra entre nações, que se tornam crônicas, alimentando o desenvolvimento de amplos setores industriais (indústria de aço, de armamentos, etc.), tornando-se uma finalidade, ela própria, em si mesma. Neste sentido, a guerra é representada *"como instrumento de defesa permanente de valores da civilização, da ciência e do progresso [...] e tem farta literatura, filmografia e faz parte, diariamente, do campo simbólico da iniciação infantil, seja no espaço privado do lares pelos brinquedos e jogos de guerra, seja pela televisão. Cada um dos habitantes do planeta acaba se envolvendo com valores difundidos pelos grandes veículos das redes mundiais financiadas pelos produtores de bens e serviços da indústria da violência e da guerra".*[6] O resultado deste processo é a instauração de uma cultura da violência global que obstaculiza os processos de constituição de uma ordem pacifica, quer nacional, quer internacional.

Este é, portanto, o desafio que foi posto aos historiadores neste XXIII Simpósio Nacional de História, evento no qual se pretendeu desenvolver amplas reflexões sobre esta temática, articulando-a às perspectivas de pesquisa e do ensino da História e reafirmar assim, o compromisso dos profissionais da área com a construção de um país e de um mundo mais humanos e mais justos. Como observou já, o mestre Sérgio Buarque de Holanda: *"Diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo - mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? - consiste em procurar afugentar do presente os demônios da História. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre".*[7]

É necessário ainda preservar a lembrança de que a ANPUH, contando com a gentileza do Sr. João Cândido Portinari e do Projeto Portinari, optou por eleger como tema e símbolo visual do XXIII Simpósio Nacional de História o painel *Guerra* de Cândido Portinari. Quis, assim, a Associação, homenagear o grande pintor brasileiro que produziu esta notável obra – inefável patrimônio da humanidade – dada a sua universalidade.

É importante ainda registrar nossos agradecimentos aos patrocinadores, fornecedores e à todos aqueles que de um modo ou de outro contribuíram para a realização do XXIII Simpósio Nacional de História.

Londrina, inverno de 2005

José Miguel Arias Neto

---

[6] IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Intolerância e resistência:* a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975). São Paulo; Humanitas; Itajaí: UNIVALI, 2004, p 28-9.

[7] HOLANDA, Sérgio B. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Comunicações

TEORIA QUEER! – ESTUDO A PARTIR DO COTIDIANO DE ARTISTAS GOIANOS HOMOSSEXUAIS DO SEXO MASCULINO

Prof. Adair Marques[1] - PPG-UFG

Prof. Dr. Raimundo Martins[2] - UFG

Fruto de uma inseminação acadêmica que combina teoria social, arte contemporânea (produção artística) e ativismo, este estudo se debruça sobre a teoria Queer que se propõe a *romper os espaços fixos e finitos da identidade,* partindo do princípio de que *a sexualidade não possui significados a priori, mas significados relacionais que se constroem, se imitam e são imitados* (Talburt, 2005: 25)[3]. Como movimento, desafia o significado pejorativo da palavra – *queer,* do inglês estranho, esquisito, efeminado, bicha - inverte o sentido negativo do termo e contribui tanto para *afirmar os direitos das diferentes opções sexuais como para minar, de dentro, um pensamento que encerra o outro em uma etiqueta, pretendendo-se a si mesmo invisível* (Alcoba, 2005: 9)[4].

Em sintonia com as teorias pós-estruturalistas, pósmodernas e pós-feministas, a teoria queer questiona os binômios de identidade, o caráter unitário da subjetividade e, principalmente, as idéias liberais referentes à autonomia do indivíduo e o conceito de comunidade com base no princípio da uniformidade. O princípio da uniformidade quando convertido em norma pode transformar-se em instrumento passível de mascarar diferenças materiais e culturais, criando imposições ou supressões visuais nos modos individuais e coletivos, gerando implicações nas práticas sociais e institucionais (Talburt, 2005)[5].

Os sujeitos *queer* surgem da reflexão, da análise crítica e da desconstruçao de autores pós-estruturalistas como Foucault e Derrida. Esses teóricos discutem e desmistificam a hegemonia do heterossexual em relação ao homossexual, preceito oriundo de uma visão patriarcal, uma corrente hetero-centrada no princípio de produção e reprodução. Insistem e mantêm que a

noção de sujeito é criada através de discursos da linguagem e da cultura (Derrida, 1995; Foucault, 1978).

> *Quando nascemos, chegamos a um cenário inventado previamente. Aqueles que não se encaixam nas categorias estabelecidas são demonizados ou tratados medicamente. Os teóricos queer, seguindo o trabalho de Foucault, tentam questionar esta demonizaçao, normalização e tratamento. A chave do ativismo queer reside em puxar ao avesso as práticas de normalização* (Morris, 2005: 41)[6].

Este espírito ativista, provocador, empresta à teoria *queer* abrangência que congrega todos os indivíduos marginalizados ou rechaçados pela sexualidade convencional. De acordo com Butler (2002)[7], na sua crítica à natureza dualista da oposição sexo/gênero, ser homem ou ser mulher é uma construção cultural, resultado de normas que estruturam as práticas sociais e operam sobre nossos corpos de maneira muito incisiva e potente. A língua, através de 'atos de citação', constrói realidades, como a noção de gênero, que são configuradas através de representações, de habitus e do próprio corpo. Butler, ao reelaborar a noção de iterabilidade que deriva de pos-estruturalistas como Derrida (1995)[8], questiona a inserçao de significados em estruturas fixas, visto que concebe o significado numa dimensão temporal e, portanto, mutável em função de condições e circunstâncias da história. Na sua teoria da performatividade, Butler concebe a noção de gênero como um significado que se constrói através da *repetição estilizada do corpo, um conjunto de atos repetidos em um marco estritamente regulador que vai se sedimentando ao longo do tempo para produzir a aparência e a sensação de algo natural, permanente* (1990: 33)[9].

Essa crença em uma natureza humana estática, determinada pela estrutura genética e por instintos, é uma espécie de mito popular utilizado para justificar como a masculinidade pode ser representada mantendo-se hegemônica a partir de uma visão heterocentrada. A noção de 'gênero' vigente no ocidente pode ser caracterizada como uma trajetória de poder e opressão

sobre homens e mulheres. Nesse contexto, a sexualidade masculina está construída como uma norma contra a feminilidade e outras formas de masculinidade. A sexualidade não é algo biologicamente definido, mas culturalmente e socialmente determinado por construções conceituais que têm sofrido enormes mudanças e transformações através da história.

A Sexualidade em Questão

No final do século XIX, questões relativas à sexualidade passam a ocupar espaço significativo na discussão sobre a constituição do sujeito moderno, gerando interesse crescente e, conseqüentemente, estudos em áreas como a psicologia, a psicanálise e a sexologia. Esses estudos ampliaram o debate e desencadearam pesquisas que contribuíram para a publicação de artigos, livros e ensaios científicos. As discussões acerca do tema foram aprofundadas, transformando-se no decorrer do século XX e chegando a posição de destaque no século XXI.

Hoje a sexualidade passou a ser vista e tratada de maneira recorrente em programas de televisão, de rádio e em sites da internet onde o privado é exposto, o cotidiano ganha destaque e a intimidade se torna pública e/ou política. Nesse cenário e contexto surge a teoria queer e, a partir dela, a estética camp.

Os estudos gays e lésbicos surgem nos estados Unidos após os anos 60, e se desenvolvem bastante nas últimas duas décadas levantando a bandeira da visibilidade pública com o objetivo de combater a opressão e a exclusão, na maioria das vezes associada aos campos da medicina, das leis e da religião. Esses estudos buscam, também, igualdade de direitos como a união civil em uma sociedade marcada pela opressão e pelos valores hegemônicos do sujeito heterossexual, branco e europeu.

A partir dos anos 90, com o surgimento da Teoria Queer, os estudos gays e lésbicos começam a sofrer duras criticas. A Teoria Queer mantém um posicionamento político radical que se diferencia ao colocar-se contra a visão de cunho integrativo que os estudos gays e lésbicos vinham assumindo na sociedade estadunidense. *O termo queer inclui simpatizantes e é*

paralelo ao interesse pelo transgênero, pela bissexualidade e outras situações pós-identitárias como os pomosexuals (fusão da palavra pós-modernidade com homossexualidade) e o pós-gay"(Louro, 2004:2)[10]. Teoria social, ativismo e produção artística contemporânea, aproximam e configuram por afinidade, uma política queer que *está estritamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos 1990, passa a utilizar esse termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica"* (Louro, 2004:39)[11].

Nesse sentido o queer trás um ar transgressivo e toma para si um posicionamento de não conformidade com as regras estabelecidas. Assim, o sujeito queer assume em todos os sentidos uma fuga consciente dos padrões sociais ditos "normais", caracterizando-se como um sujeito desviante, em transito, um ser "entre-lugares", que não apenas aceita os estereótipos, mas os assume.

O Terreno da Investigação

O objetivo deste trabalho é estudar a trajetória profissional de dois artistas residentes em Goiânia buscando reconstruir, através de narrativas, suas histórias de vida e utilizando como aporte teórico a Teoria Queer e a Cultura Visual. Caracterizada como um campo amplo, múltiplo e interdisciplinar, *a cultura visual é um corpus de conhecimento emergente, resultante de um esforço acadêmico proveniente dos Estudos Culturais,* [...] *é considerada um campo novo em razão do foco no visual com prioridade da experiência do cotidiano* (Martins, 2005: 135)[12]. A cultura visual é uma maneira de problematizar a realidade questionando o papel que se outorga à cultura, mas, sobretudo, buscando *compreender os fenômenos que nas duas últimas décadas transformaram as concepções de arte, cultura, imagem, história e educação e operam a 'mediação' de representações, valores e identidades* (Martins, 2005: 140)[13].

Histórias de vida são abordagens, caminhos que nos ajudam a entender, parcialmente, a subjetividade de outras pessoas. São abordagens individualizadas que possibilitam uma compreensão sobre o entendimento que os indivíduos têm deles mesmos, o modo como lidam

com questões, problemas e decisões do cotidiano negociando sua inserção e trânsito nas relações sociais e culturais. A relevância da história de vida, como um *método qualitativo por excelência* (Goodson, 2004: 32)[14], se deve ao fato de possibilitar um *espaço a partir do qual se reconstroem trajetórias e se detectam posicionalidades biográficas, ou seja, experienciais e não somente cognitivas como a investigação sobre o 'pensamento' docente* (Fernandez, 2004:11)[15]. Partindo do princípio de que situações, ocorrências e experiências do passado podem influenciar o presente, a reconstrução de histórias de vida pode ser considerada um valor que tem como referencia processos pessoais e autoconsciência.

> *Como qualquer espaço profissional marcado pela competência e pela necessidade de delimitar territórios de reconhecimento, assinalar as histórias de vida como um novo campo de estudo permite* [...] *que um grupo de profissionais encontrem um terreno para a investigação que lhes outorgue identidade. Desta maneira os 'sujeitos' e as 'vozes' se transformam em 'objetos' e em 'informantes' que contribuem com sua generosidade, com suas vidas, à carreira profissional dos pesquisadores* (Fernandez, 2004:13)[16].

Histórias Inacabadas

Os campos de estudo relacionados à Teoria Queer e à Cultura Visual têm experimentado um significativo crescimento a partir dos anos 90. As pesquisas realizadas nessas áreas sinalizam alternativas, fornecem subsídios teóricos e embasamento para uma discussão sobre a necessidade de formulação de políticas pós-identitárias que ampliem e estimulem outras visões competitivas de masculinidade enfrentando os constrangimentos que categorias convencionais como 'masculino' e 'feminino' impõem ao cotidiano e suas normas.

Os sujeitos desta pesquisa conhecem situações comuns àqueles que se fizeram respeitar e reconhecer por sua atuação profissional, independente da orientação sexual. São artistas e profissionais da docência, com inserção significativa no circuito das artes visuais, responsáveis por instituições culturais. São profissionais que aceitaram falar de suas experiências escolares

na adolescência, dos momentos críticos de suas vidas, da formação profissional, de amores, constrangimentos, preconceitos e implicações decorrentes da preferência sexual e de um cotidiano que, por opção, subverte a norma heterossexual. Os sujeitos desta pesquisa têm em comum uma carreira artística significativa, um reconhecimento da comunidade.

No percurso deste trabalho, estudarei a relação dos sujeitos com o seu fazer artístico inserindo nesta vivência as questões de gênero, corpo e sexualidade. As experiências com a família, as angustias, os medos, as incertezas, bem como a escolha da arte como campo de atuação. Concluindo o texto, considerando os argumentos, a perspectiva crítica e, sobretudo o histórico delineado neste trabalho, utilizo as reflexões de um pesquisador para fazer uma síntese dessas posições ao mesmo tempo em que faz um desabafo intelectual que evoca uma condição existencial:

> *"O encontro de dois homens pode ser apenas um encontro, mas também pode ser uma possibilidade de diálogo e abertura para o mundo, desafio maior de todo discurso minoritário, alguma vez discriminado (...) Não se trata apenas de considerar a homossexualidade como um adjetivo, mas afirmar uma experiência substantiva que interliga vida cotidiana e prática intelectual. A experiência gay nada tem de redutora, classificadora, se assim o quisermos, é um mistério insondável, um ponto de partida, uma pergunta mais do que uma resposta"* (Lopes, 2004:7)[17].

Notas

[1] Mestrando em Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Professor do Curso de Design de Moda da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás.

[2] Doutor pela Southern Illinois University, Estados Unidos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás.

[3] TALBURT, Susan. Introdución: contradiciones y posibilidades del pensamineto queer. In Talburt, Susan. y Steinberg, Shirley R. (eds.) *Pensando Queer: sexualidad, cultura y educación*. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

[4]ALCOBA, Ernest. Prólogo a la edición española. In Talburt, Susan. y Steinberg, Shirley R. (eds.) *Pensando Queer: sexualidad, cultura y educación*. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

[5] TALBURT, Susan. Introdución: contradiciones y posibilidades del pensamineto queer. In Talburt, Susan. y Steinberg, Shirley R. (eds.) *Pensando Queer: sexualidad, cultura y educación*. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

[6] MORRIS, Marla. El pie zurdo de Dante pone en marcha la teoría *queer*. In Talburt, Susan. y Steinberg, Shirley R. (eds.) *Pensando Queer: sexualidad, cultura y educación*. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

[7] BUTLER, Judith. *Cuerpos que importam: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

[8] DERRIDA, Jqcques. A madness must watch over thinking. In: Weber, E.: *Points...Interviews, 1974-1994 Jacques Derrida.* Standford, Cal.: Standford University Press, 1995.

[9] BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity.* New York: Routledge, 1990.

[10] LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

[11] *Ibid*.

[12] MARTINS, Raimundo. Educação e Poder: deslocamentos perceptivos e conceituais da cultura visual. In: Marilda Oliveira de Oliveira e Fernando Hernández (Orgs.) *A Formação do Professor e o Ensino das Artes Visuais.* Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2005.

[13] *Ibid*

[14] GOODSON, I. Prefacio a esta edición – Historias de vida del profesorado. In: Ivor Goodson (ed.) *Historias de Vida del Profesorado.* Barcelona: Octaedro, 2004.

[15] HERNANDEZ, F. Las historias de vida como estratégia de visibilización y generación de saber pedagogico. In: Ivor Goodson (ed.) *Historias de Vida del Profesorado.* Barcelona: Octaedro, 2004.

[16] *Ibid*

[17] LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

MIGRAÇÃO DE SENTIDOS E HISTÓRIA CULTURAL

Adalberto Paranhos - UFU

Empreender uma viagem musical pelo tempo a bordo de uma composição, eis a proposta-convite deste texto. Ao atravessar três décadas da nossa história musical, procurarei recolher detalhes da paisagem cultural e sonora do Brasil, bem como revelar certos aspectos da dança dos sentidos da obra artística. Serão expostas distintas faces do mesmo à medida que buscarei evidenciar como uma canção não carrega, em si mesma, um sentido unívoco, congelado no tempo, que exprimiria a sua essência. Pelo contrário, a canção, historicamente situada, comporta significados errantes, submetendo-se a um fluxo permanente de apropriação e reapropriação de sentidos[1].

Esta é, por sinal, uma das conclusões que se pode extrair de estudos que, dia após dia, vêm ganhando destaque no âmbito da História Cultural ou da História Social da Cultura. Daí que esta comunicação esteja em linha de sintonia com a perspectiva analítica de Michel de Certeau, para quem o sentido de uma obra não se define a partir de um depósito, de uma intenção ou de uma atividade autoral. Não é por outra razão que ele critica a "crença errônea na transparência significante dos enunciados, fora do processo de enunciação"[2]

Uma composição é, por assim dizer, um novelo de muitas pontas. Ao circular socialmente, ela, em seu moto-perpétuo, pode ser inclusive o lugar de encontro de diversas tradições e contestações, espaço aberto para a multiplicidade de significados e para a incorporação de vários sentidos, até mesmo conflitantes entre si.

Tomando por base estas breves observações iniciais, que tocam em questões metodológicas vinculadas à investigação em torno da música popular, recorrerei a

uma canção de Dorival Caymmi, vista, ouvida e interpretada sob três óticas que a ligam a diferentes constelações de sentido.

Afirmação nacionalista e negação internacionalista

"Samba da minha terra"[3], gravado e lançado em 1940, em 78 rotações pilotado pelo Bando da Lua, veio ao mundo em meio à ditadura do "Estado Novo", debaixo de um clima político-cultural saturado de nacionalismos de toda espécie. Composição afinada com uma das vertentes do seu tempo, converteu-se, já de nascença, em peça da artilharia musical de exaltação nacionalista. Ela promovia, sem qualquer cerimônia, o casamento tão decantado entre samba e brasilidade.

Seus versos-chave proclamavam, aos quatro cantos, o novo símbolo musical nacional: "quem não gosta de samba/ bom sujeito não é/ é ruim da cabeça/ ou doente do pé". Tratava-se, efetivamente, da afirmação de uma determinada tradição musical simultaneamente já constituída e em processo de constituição, calcada no samba urbano que tinha como centro de irradiação o Rio de Janeiro, cidade-sede das três gravadoras nacionais da época.

Alguns ingredientes da bem-condimentada gravação original de "Samba da minha terra" merecem registro. O molho de sua cozinha rítmica é todo ele à base de pandeiro e violão. O prato principal é servido pelo vocalista e líder do Bando da Lua, Aloysio de Oliveira, cuja interpretação, seguindo o modelo dominante de cantar, ressoava uns tantos elementos do bel-canto, ainda que mais ou menos moderadamente. O timbre dessa produção soa às harmonizações vocais e instrumentais dos anos 30 e 40 no Brasil, revestindo-se de uma certa "tipicidade" em termos de linguagem musical brasileira, num período anterior ao advento do conjunto Os Cariocas.

Se deixarmos para trás o ano de 1940 e nos transportarmos para 1961, em plena efervescência da Bossa Nova, vamos nos deparar com a regravação de "Samba da minha terra" por João Gilberto[4]. À primeira audição é possível dar-se conta de que,

dialeticamente, estamos diante da afirmação e da negação da tradição musical brasileira, movimento próprio da revolução sonora bossa-novista.

Aclimatada ao ambiente musical mais intimista da primeira Bossa Nova, quase tudo aí é diferente. É outro o contexto timbrístico, recheado de dissonâncias. O arranjo denota economia de recursos, apelando para o colorido das meias-tintas, com o expurgo do acessório e do virtuosismo. A parte rítmica combina bateria, violão (este com a marcação percussiva e harmônica característica de João Gilberto) e o órgão de Walter Wanderley, tendo, de quebra, a percussão vocal de João, no começo e no final da faixa. Em vez do canto do falo, desponta o canto-falado, com uma inflexão coloquial que leva à supressão dos vibratos, enfim, à "lágrima seca" da Bossa Nova, que tantas incompreensões provocou, a ponto de ser tomado pelas línguas do inconformismo como um modo de cantar pouco másculo, para não dizer afeminado.

Quanto a isso, cabem alguns paralelos com o *cool jazz*, que, desde a virada dos anos 40 para os 50, injetava novos ares na música norte-americana e despertava entusiasmo nos jovens que assumiriam o posto de comando na busca de novos caminhos no cenário musical brasileiro. Sem ver na Bossa Nova, nem de longe, um mero afluente da caudalosa produção jazzística *made in USA*, não se pode negar que, de uma forma ou de outra, o jazz, no seu jeito *cool* (para não falar, aqui, do *bebop*), foi um dos alimentos de que se nutriu o movimento bossa-novista.

Já se estabeleceram aproximações, em que pesem as diferenças, entre o estilo interpretativo de João Gilberto e o de Chet Baker. Mas é também perfeitamente admissível traçar paralelos entre o modo Miles Davis de tocar trompete, durante o reinado do *cool jazz*, e o modo João Gilberto de cantar. Ambos como que se dão as mãos, pelo menos "na predileção pelos claro-escuros; na escolha de uma sonoridade velada sem vibratos; no clima poético" em que salta aos ouvidos uma nova maneira de dizer a música, como salienta um crítico ao se referir especificamente à delicadeza e à densidade do toque de Miles Davis, que ele associa ainda a uma "certa veia de melancolia"[5].

Pouco importa a opinião do próprio João Gilberto a propósito das relações – ou melhor, interações – entre a Bossa Nova e o jazz. Importa, sim, constatar que nesse mergulho em direção à tradição musical brasileira, ele, não apenas em "Samba da minha terra" como em outras canções, traz à tona uma composição reelaborada e conectada, de alguma maneira, a procedimentos que a aproximam do circuito internacional do jazz. Moral da história: "Samba da minha terra" acaba sendo parcialmente despido de seu caráter estritamente nacionalista, presente no ato que comandou a sua criação.

Logo se vê que as interpretações, quaisquer que sejam elas, são sempre portadoras de sentido. Isso remete, a todo momento, a problemas de ordem metodológica. A meu ver, "interpretar implica também compor"[6]. Inevitavelmente, quando alguém canta e/ou apresenta uma música sob essa ou aquela roupagem instrumental, atua igualmente, num determinado sentido, como compositor. O agente opera, em maior ou menor medida, na perspectiva de decompor e/ou recompor uma composição.

Não é à toa que intelectuais identificados com a História Cultural, ao retomarem as pegadas de Certeau, põem em evidência a "produção dos consumidores" e enfatizam que em hipótese alguma estes devem ser encarados como sujeitos passivos, cujos procedimentos estariam predeterminados pela natureza mesma dos produtos que consomem ou pela força dos meios que os impõem[7]. O que fez João Gilberto, no caso da regravação analisada? Consumidor entusiasta dos sambas de Dorival Caymmi, ele não consumiu “Samba da minha terra” tal e qual foi produzido e industrializado em disco. Repaginou-o, atualizou-o, como quem se nega a colocar na moldura de 1940 o quadro do final dos 50 e princípios dos 60.

Viremos a página. Corria o ano de 1973. "Samba da minha terra" retornava à boca de cena, desta vez conduzido pelas mãos dos Novos Baianos[8]. Numa leitura ostensivamente pós-tropicalista, conjugam-se em sua gravação aspectos musicais à primeira vista contraditórios: Bossa Nova e *rock'n'roll*, temperados por pitadas de samba rasgado. A performance dos Novos Baianos se abre sob nítida inspiração bossa-novista, colada ao violão e ao canto de Moraes Moreira. No seu desenrolar, o som eletrificado

escorre, com estridência, da guitarra de Pepeu Gomes. Lá pelas tantas, o samba, para sambista nenhum botar defeito, pede passagem e rouba a cena.

Nesse liqüidificador sonoro em que se trituram múltiplas linguagens musicais, a partir do arranjo de Moraes & Pepeu, assiste-se ao enlace entre o internacional e o regional, um exemplo típico de cosmopolitismo, que, de mais a mais, percorre todo o LP *Novos Baianos F.C.*, no qual figura essa regravação. Se, de um lado, se lança mão da guitarra elétrica, de outro, ouvem-se violão, craviola, bandolim e cavaquinho. Promove-se a festiva celebração da convivência pacífica de instrumentos aparentemente díspares. Não foi Pepeu que declarou conviver bem com a sua porção Jacob do Bandolim e sua porção Jimi Hendrix? Nesse mundo, habitado pelos Novos Baianos, de ampla permissividade musical, qualquer maneira de musicar vale a pena: a percussão, por exemplo, alinha instrumentos de origem afro (como o afochê) ou indígena (como as maracas ou o chocalho), sem contar o bumbo, o bongô, o pandeiro e o triângulo, postos em pé de igualdade com a eletrificação do som.

Mais do que nunca, "Samba da minha terra" adquire, então, uma inequívoca pronúncia internacionalista, indo além dos estreitos limites a que esteve um dia confinado. Numa época em que, mais do que consumir a chamada "música estrangeira", esta é deliberada e programaticamente integrada à música popular brasileira – e o tropicalismo fornece um testemunho desse processo –, os Novos Baianos retrabalham elementos da nossa tradição e aprofundam o diálogo que eles entretêm com a produção mundo afora, particularmente nos seus cruzamentos com o rock e o pop.

Seja como for, os Novos Baianos continuavam a cantar alegremente, sem nenhum indício de remorso ou peso na consciência, as palavras de Caymmi, embora a performance do grupo – enunciadora de sentido – subvertesse seu significado original. Ao Inscrever-se como uma metalinguagem, o uso da linguagem especificamente musical parece, aqui, confirmar as afirmações de Robert Darnton, ao salientar que "o texto pode ir contra si mesmo". De fato, ele pode fugir às "coerções retóricas que orientam a leitura, sem determiná-la"[9].

Precauções metodológicas

Estes sucintos comentários indicam que o trabalho com a canção envolve percalços e obstáculos dispostos no meio do caminho, nem sempre de fácil transposição. Como quem caminha sobre um campo minado, muitas dificuldades nos aguardam. Sobre uma superfície aparentemente plana, insinuam-se as dobras da história, reveladoras da existência de diversificadas camadas ou estratos de sentido.

É preciso estar alerta, por exemplo, para eventuais relações conflitivas entre música e letra, para além da complementaridade que possa uni-las. Como a obra musical não guarda um significado por si só, torna-se necessário atentar para a sua realização histórica, o seu fazer-se e refazer-se nesse ou naquele momento histórico, graças à ação desse ou daquele sujeito. Sujeito que é portador de uma bagagem cultural, de uma experiência de vida que funciona como um filtro para a sua percepção das coisas. Afinal, não se deve ignorar os processos de "migração dos sentidos"[10], até porque "o mero ver, o mero ouvir são abstrações dogmáticas que reduzem artificialmente os fenômenos. A percepção acolhe sempre significação"[11].

Se os artefatos culturais não condensam sentidos fixos, é imprescindível situá-los historicamente. E a História não é senão "uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto". Daí decorre que "velhas formas podem expressar funções novas" [12]. Puxando a questão para o que me interessa mais de perto, acrescentaria: velhas canções, como se viu em "Samba da minha terra", podem exprimir novos significados, desde que não fiquemos reféns da mera literalidade das palavras. Quando historicizamos a semiótica, estamos aptos a compreender que não se pode falar da coisa em si mesma, pois, dialeticamente, ela abriga também a outra-coisa. Para além dela, quantas vezes não nos colocamos diante da sobre-coisa? E esta, em determinadas circunstâncias, se converte até na anticoisa. É disso tudo que falam as três

versões, aqui exploradas, de uma mesma composição. E é como se disséssemos, à maneira de Silvio Rodríguez, "es lo mismo, pero nos es igual"[13].

---

[1] Para maiores considerações sobre o assunto, v. PARANHOS, Adalberto, "A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo". *ArtCultura*, n.º 9. Uberlândia: Edufu, jul.-dez./2004.
[2] CERTEAU, Michel de e GIARD, Luce, 2000. *A invenção do cotidiano*, v. 2: Morar, cozinhar. 3.ª ed., Petrópolis: Vozes, p. 338.
[3] "Samba da minha terra" (Dorival Caymmi), Bando da Lua. 78 rpm, Colúmbia, 1940 (relançamento: CD *Samba da minha terra*, Revivendo, 1991).
[4] "Samba da minha terra" (Dorival Caymmi), João Gilberto. LP *João Gilberto*, Odeon, 1961 (relançamento: CD *João Gilberto, o mito*, Emi, 1992).
[5] CANDINI, Pino. "Miles Davis". *Miles Davis*: um enigma da música negro-americana. Coleção Gigantes do Jazz. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 2.
[6] PARANHOS, Adalberto. "Sons de sins e de nãos: a linguagem musical e a produção de sentidos". *Projeto História*, n.º 20. São Paulo: Educ/FAPESP/Finep, abr./2000, p. 224.
[7] V. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, v. 1: Artes de fazer. 6.ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 38, e CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1990, p. 58.
[8] "Samba da minha terra" (Dorival Caymmi), Novos Baianos. LP *Novos Baianos F.C.*, Continental, 1973 (relançamento: CD duplo *Sorrir e cantar como Bahia*, Warner, 1997).
[9] DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 167).
[10] ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 4.ª ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997, p. 131.
[11] GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*: fundamentos de una hermenéutica filosófica. 4.ª ed. Salamanca: Sígueme, p. 133.
[12] THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 243.
[13] Textualmente, "no es lo mismo, pero es igual", "Pequena serenata diurna" (Silvio Rodrigues), Silvio Rodríguez. LP *Te doy una canción*, Ariola, 1975 (relançamento).

A DOUTRINA DO BIG STICK E A AMÉRICA LATINA: A RECEPÇÃO NA ARGENTINA

Adelar Heinsfeld – Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo - UPF

O primeiro antecedente para a formação de um sistema interamericano foi a Doutrina Monroe, proposta em 1823 pelo presidente James Monroe. Esta doutrina que ficou conhecida pela frase de efeito *"A América para os americanos*", foi no dizer de Joseph Thorndike Jr, *"talvez o maior trabalho geopolítico dos tempos modernos."*[1]

O **Corolario Roosevelt** à Doutrina Monroe preconiza a não intervenção em si, mas reclama este direito para os EUA, para garantir os interesses da civilização americana. Em seu discurso ao Congresso Nacional, em 06 de dezembro de 1904, Theodoro Roosevelt expressa os fundamentos do que ficou conhecida como a política do "Big Stick":

> Cualquier país cuyo pueblo se conduzca bien, puede contar con nuestra sincera amistad. Si una nación muestra, que sabe como actuar con eficiencia y decencia razonables en los asuntos oficiales y políticos, si mantiene el orden y satisface sus compromisos, no necesita temer la intervención de los Estados Unidos. La mala conducta crónica ó la impotencia que trae por resultado el desligamiento general de los lazos de la sociedad civilizada, puede al fin obligar, en América, lo mismo que en otras partes, á la intervención de alguna Nación Civilizada, y en el Hemisferio Occidental, la adhesión de Estados Unidos a la **Doctrina Monroe** puede obligar á los Estados Unidos, por repugnante que sea, en casos flagrantes de tal mala conducta ó impotencia, al ejercicio de la fuerza de policía internacional. [2]

Esta nova interpretação da Doutrina de Monroe é fruto da aplicação das idéias geopolíticas de Alfred Mahan, para quem os EUA, na afirmação do poder internacional, não poderiam permitir que qualquer outra potência continuasse a manter a América Latina sob sua órbita de influência.[3]

O Brasil, desde meados do século XIX buscou uma aproximação com os EUA. Na Argentina, a atitude brasileira foi acompanhada com muita atenção, pois as relações deste país com os EUA durante o século XIX foram controversas, desde o momento da emancipação das Províncias Unidas do Prata.[4]

A Argentina, por razões comerciais, via nos EUA um rival. Um dos mentores da política externa argentina, Juan Bautista Alberdi (1810-1884), assinalava que os maiores inimigos das nações hispano-americanas não estavam na Europa: EUA e Brasil. Afirmava Alberdi: *"la doctrina de Monroe [...] puede convenir al egoismo de los Estados Unidos, pero que sería mortal a los estados sud-americanos, llamados a desarrollar su independencia y su civilización con la cooperación de la Europa"*.[5] Era taxativo: *"La doctrina de Monroe es bárbara: es el sistema colonial restablecido en provecho de los Estados Unidos."*[6] Para ele, a doutrina de Monroe teve por objetivo impedir a Europa de dificultar aos EUA absorver o México, e que na América do Sul tinha como finalidade "*impedir a la Europa que estorbe al*

Brasil absorberse los pedazos de la América antes española de su vecindad."[7] Por isso, Alberdi acreditava que somente por uma *"credulidad imbecil puede la América española aceptar como favorable a ella la doctrina de Monroe"*.[8]

Os EUA, desde a década de 1880, pretendiam criar uma comunidade comercial com os demais países americanos e este foi o principal objetivo da Primeira Conferência Pan-Americana, realizada em Washington, entre 1889 e 1890. Nesta Conferência aparece a resistência dos diplomatas de Buenos Aires em aceitar a hegemonia norte-americana sobre todo o continente, fundamentada na Doutrina Monroe, cabendo destaque à Roque Sáenz Peña, que no dizer de Thomas Macgann, *"fue el antagonista más terrible de los Estados Unidos que hubo en la Argentina,"*[9] e que se opôs às propostas hegemônicas do governo norte-americano. Sáenz Peña deixou claro que *"no carezco de afecto o amor por América, pero carezco de ingratitud o desconfianza hacia Europa."* Por isso, contrapôs ao lema *"A América para os Americanos"* a afirmação *"Sea América para la humanidad".*[10] Assim, Saénz Peña marcou o posicionamento de toda uma geração e seu lema foi utilizado muitas vezes, posteriormente, na Argentina. Arthur Whitaker afirmou que faltou a Sáenz Peña agregar: "*y Gran Bretaña, nuestro financiero, nuestro mejor cliente y nuestro vigilante"*.[11] Raul Satas aponta outro grande responsável pela atitude argentina frente aos EUA: *"fue llevada a cabo acremente por el hombre que mejor ha ocupado la cancillería argentina a lo largo de toda su historia: Estanislao S. Zeballos."*[12]

A posição argentina contrária aos interesses norte-americanos, demonstrada na Primeira Conferência Pan-Americana, teria influenciado o presidente Grover Cleveland a votar favoravelmente ao Brasil, no arbitramento internacional da Questão de Palmas - ou de Misiones.[13]

As relações Argentina-EUA no período de 1880 até a Primeira Guerra Mundial são classificadas por Miguel Angel Scenna como "Tiempo de la Desconfianza".[14] Neste período não se visualiza na Argentina uma posição definida diante do Monroísmo. Na realidade, a discussão acontecia mais em função das atitudes tomadas pela chancelaria brasileira.

Após a publicação do Corolário Roosevelt, **El Diario** mostrou-se alarmado com a amplitude que o Presidente Roosevelt estava dando à doutrina de Monroe. Defendia que a Argentina precisava precaver-se e dotar o Rio da Prata com um sistema de baterias flutuantes circulares,[15] para poder defender-se de possíveis tentativas de intervenção. Para **La Prensa**, as repúblicas sul-americanas não estavam ameaçadas pelo imperialismo europeu. Assim, *"en ese concepto, la protección que les ofrece el presidente de los Estados Unidos, absolutamente oficiosa, no es autorizada por ningún peligro; es extemporanea."* Alegava que as nações sul-americanas *"en forma alguna adhieren à la doctrina de Monroe, ni mucho menos à la de Roosevelt."* Desta forma, diante do direito internacional, não existiria este

poder intervencionista.[16] Para **La Prensa,** Roosevelt incorria em grave erro: *"su política ilegítima, de un imperialismo sabido, no es de amistad, de paz, tutelar de la integridad política que lisongea con sus palabras.*" Partia do princípio de que a América do Sul não solicitou a proteção dos EUA para conservar sua independência política e a sua integridade territorial, nem que tenha sido consultada para a proclamação do novo princípio monroísta, *"transformando en un protectorado deprimente de la integridad política, la defensa de ocasión, ofrecida por Monroe.*" Por isso, questionava: *¿de dónde saca el señor Roosevelt la misión que se atribuye y el consiguiente poder de intervención, de protectorado, definido en sus discursos*?"[17]

Na campanha contra o "Big Stick", **La Prensa** defende que os governos dos países da América do Sul deveriam debatê-lo, para não aceitar em silêncio a posição de inferioridade colocada pelo governo dos EUA. *"El protectorado imperialista así caracterizado reposa sobre la desintegración política de los pueblos independientes que abarca."* Aventava a possibilidade de que na Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro (1906), o secretário de Estado norte-americano, Elihu Root tentaria fazer declarações tranqüilizadoras, que *"eliminen por completo la idea del protectorado imperialista.*"[18]

Durante os preparativos da Terceira Conferência Pan-americana, **La Prensa** afirmava que no transcorrer da mesma, *"Mr. Root pedirá al gobierno brasileño que vele por el mantenimiento de la doctrina de Monroe en el sur de este continente."* Na opinião daquele periódico, o Brasil estaria disposto a assumir o papel de representante dos EUA na defesa da Doutrina de Monroe.[19] Diante desta perspectiva, **La Prensa** levanta a hipótese de a Argentina não participar da Conferência.[20] Para o diário porteño, *"Nuestra doctrina no es hostil à Europa. No pretendemos una coalización americana en daño del capital europeu.*"[21] Por isso advertia que *"Panamericanismo no es antieuropeismo"* e que *"si en los Estados Unidos se sustentase el designio de dominar a Sud America, comercialmente por el halago y politicamente por un monroismo de protectorado, diríamos á los que tal idea acariciasen que están en un craso error.*"[22] Toda esta discussão pela imprensa, levou o Ministro argentino em Washington, Epifanio Portela, a concluir que ela foi benéfica para o Brasil, e que levou "*á hacer creer que este Gobierno* [dos EUA] *había hecho en el del Brasil una virtual delegación del 'big stick'.*"[23]

As críticas ferrenhas à política exterior norte-americana, capitaneada por **La Prensa** tinha uma razão de ser: a criação da Embaixada Brasileira em Washington. Para aquele periódico, isto era o eco distante *"de la edad monarquica del Brasil"* e não representaria os sentimentos de harmonia que deveriam vincular as nacionalidades da América Meridional, que *"se sentirían agraviadas por tal pretensión"* e que algumas demonstrariam seu desagrado *"y no aceptarian la posición de inferioridad en el cuerpo*

diplomatico de Washington, determinada pela embajada brasileira."[24] A criação da embaixada brasileira estaria provocando intranqüilidade nos países vizinhos.[25]

Até **La Nación**, tradicional partidário da amizade com o Brasil, atacava a aproximação entre Brasil e EUA. Com a política empreendida por Rio Branco na América do Sul *"se inicia una diplomacia imperialista, una hegemonia à compartirse entre el Brasil y Norte América, prestandose el primero a ser agente del segundo en sus ambiciones de dominio continental."* A criação da Embaixada Brasileira em Washington *"es inútil y costosa fastuosidad diplomatica"*. Através dela, o Brasil ficaria tutelado à diplomacia norte-americana e representaria um papel odioso e subalterno nesta parte do Continente.[26] Apesar de ter combatido a aproximação do Brasil com os EUA, em outro momento **La Nación** prega que *"nos conviene estrechar relaciones con el coloso del norte, compartir con él ese sentimiento de comunidad continental".*[27]

A aproximação Brasil-EUA não era bem vista na Argentina por motivação econômica. A partir de abril de 1904, o Brasil reduziu em 20% as tarifas de importação de alguns produtos norte-americanos, notadamente a farinha de trigo.[28] Era uma forma de compensação ao maior comprador do café brasileiro, que o recebia livre de direitos em seus mercados.[29] Logo após a adoção daquela medida, **La Nación**, demonstra toda a preocupação com as conseqüências graves para a indústria molineira de seu país, pois o Brasil estaria *"protegiendo al producto rival con una rebaja excepcional, acto de favor que presenta al gobierno brasileño incitado por la influencia norteamericana para aplicar las tarifas con instrumento de hostilidad à nuestros productos de acuerdo con un plan sistematicamente ensayado."*[30]

O governo brasileiro argumentava que não estava prejudicando o comércio de farinha do país vizinho. Mas a imprensa portenha continuou a campanha para que o mesmo benefício fosse concedido também para a Argentina. **La Nación** dizia que o caso da farinha *"es uno de tantos acidentes que han resentido o perturbado nuestras buenas relaciones con ese país."* Afirmava que *"la preferencia norteamericana no nos alarma mayormente. Tiene sus compensaciones, y para excluir nuestras harinas tendrá que asumir un caracter abierto y odiosamente agresivo, llegando, como há sucedido ya, hasta mortificar el sentimiento nacional."*[31] **La Prensa,** embora grande concorrente do **La Nación**, no caso das farinhas, fazia coro a este último: *"Mientras nuestro gobierno se halagaba con el cuanto puesto que la Argentina ocupa en las importaciones del Brasil, este se entendia con los Estados Unidos para desalojar nuestras harinas*."[32] Praticamente no final da gestão Rio Branco, **La Prensa**, abordando a mesma temática, afirmava que faziam dez anos que o Itamaraty hostilizava o comércio argentino com um objetivo definido: *"aislar á la República Argentina, de las naciones americanas."* A concessão dos benefícios aduaneiros em favor dos EUA não seria espontânea, *"sino impuesto por el coloso americano."*[33]

Zeballos, o maior crítico da política de Rio Branco, em várias oportunidades demonstrou seu posicionamento anti-EUA. Defendia a necessidade da existência de duas nações fortes, equilibradas sobre o Atlântico Austral, para contrapor o Imperialismo americano, que fossem capazes de, unidas, fazer frente a qualquer tentativa de agressão externa.[34]

Em 1904, momento em que o Brasil se aproximava da órbita de poder norte-americano, Zeballos destacava a posição argentina em relação aos EUA, quando afirmava categoricamente: "*Nosotros, al contrario, pertenecemos á la zona del concierto europeu. La Europa es nuestra amiga y nuestra vanguardia.*"[35]

O relacionamento Argentina-EUA era motivo de preocupação por parte de alguns diplomatas argentinos. De Berlim, o Ministro Plenipotenciário, Indalecio Gomes, respondendo à nota em que era manifesto o pensamento de *"estrechar tanto cuanto sea posible nuestras relaciones con Estados Unidos y su Gobierno*" afirmava que *"he creido prudente guardar reserva, por que tengo antecedentes para prever que esta política há de despertar recelos aquí* [na Alemanha]*, en Austria y en las otras naciones europeas que mantienen activo comercio con nosotros."*[36]

Mesmo após sua queda do Ministério das Relações Exteriores e Culto, Zeballos continuava a influenciar a posição argentina frente aos EUA.[37] Em 1913, por ocasião da visita do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, Zeballos deixa clara sua concepção da *"actitude Monroe"*, entendida por ele não como um princípio de direito internacional, mas sim como uma ação política. Afirmava que a mesma foi uma salvaguarda para todos os povos da América e que naquele momento continuava sendo para "*las naciones desorganizadas, que todavia no cuentan con el respecto del mundo, ni tienen poder para imponerlo*." Justificava assim as intervenções norte-americanas em países da América Central e Caribe, *"algunos de ellos inorgânicos, en constantes conflictos con Europa, que provocan frecuentes intervenciones militares."* No entanto, em sua opinião, a "atitude Monroe" à medida que desce do Norte para o Sul perde seu significado e objetivo, até por que *"lo que ella vale en golfo do México, carece de valor en el Plata."* O mais importante para Zeballos é que *"la república Argentina no será protegida por la 'actitud' Monroe, porque ha concluído su evolución civilizadora y es un país respetado y que sabe hacerse digno del respeto del mundo!*" Na mesma ocasião, Zeballos procura enfatizar a superioridade argentina no sub-continente. *"No tememos agresores a nuestro território, ni de Europa, ni de América, y no hay el menor peligro de que nuestra integridad soberana pueda ser amenazada por nación alguna!"* Como não havia riscos ameaçadores à Argentina, *"la 'actitud' Monroe, no es aplicable, pues, a nuestro país!*" Em função desta superioridade argentina, estava convicto que sua manifestação diante do responsável pela política do "Big Stick", que tornou a Doutrina de Monroe expansiva e intervensionista, *"es una declaración muy avanzada que por primera vez se hace a América y tendrá repercusión en todo el mondo."* Zeballos fazia

um alerta ameçador: *"La América del Sur no es el África, ni es el Asia; no vengais a buscar negros para dominarlos y hacerlos trabajar... aquí hay también naciones civilizadas y civilizadoras*!"[38]

Zeballos, ao mesmo tempo que defendia a não aplicação da Doutrina de Monroe à Argentina, salientava que *"nosotros cultivamos el panamericanismo."* Isto não significava, porém, que a Argentina deveria destruir os laços tradicionais que unia o país à Europa, até por que *"¡La Europa ha amparado la cuna de la civilización argentina! Sus capitales han contribuido a afianzar nuestra independencia y a redimir nuestros desiertos! Sus inteligencias han sido nuestras guías en las escuelas y en las universidades.*" Demonstrava, no entanto, uma postura conciliadora entre o "Velho" e o "Novo" mundo: *"tenemos el deber de amar a la Europa, como amamos a los Estados Unidos.*"[39]

Segundo dados de 1907, 60% das exportações argentinas eram dirigidas à Europa. Naquele ano, dos 24.313 navios que serviram ao comércio internacional argentino, somente 314 serviram ao comércio com os EUA.[40] Em 1908 a Argentina exportou para os EUA um total de 13.023.238 pesos, e as importações atingiram 35.597.004 pesos. Em relação aos principais países da Europa, exportou um valor de 194.646.899 pesos e importou 209.257.650 pesos, sendo que destes valores, 78.324.723 e 79.337.1396, respectivamente, foi do comércio com a Inglaterra.[41]

Como o Brasil era aliado dos EUA, havia na Argentina quem visse a amizade com a Inglaterra numa perspectiva pragmática: *"La Argentina es francamente democrática, y felizmente prefiere la valiosísima amistad de la libre Inglaterra, amistad que há servido já en la solución de la cuestion con Chile, y que sería más útil aún en caso de conflicto con el Brasil."* Segundo o articulista *"los interes britânicos en la Argentina son inmensos, y además la carne y el trigo argentinos, está sosteniendo á la nación británica.*"[42] O Brasil, por sua vez, antes de aliar-se aos EUA, deveria ter usado toda sua hábil diplomacia para trazer uma perfeita concórdia latino-americana. Porém *"otra há sido su labor y creemos que se arrependirá de ella con el andar del tiempo. A Estados Unidos se le há mostrado la anarquía de América, no su fuerza de cohesión y unión."* Com a ajuda da diplomacia brasileira, a Doutrina de Monroe não tardaria a mostrar sua outra faceta*: "la paz para América á costo de intervenciones y dictados de la cancilleria de Washington.*"[43]

Quando o Secretário de Estado Elihu Root decidiu participar da Terceira Conferência Pan-americana, **El Diario** diz que sua presença *"buscando formar alianzas que representaran siempre protectorados de la gran república sobre los pequeños estados de Sud America, puede llegar à representar un verdadero peligro para la soberania é independencia de estos gobiernos, aun cuando la integridad territorial no está amenazada.*"[44] Para este jornal, Root era o estadista mais preparado dos Estados Unidos e *"aquel cuyas ideas imperialistas han sido mas extremas.*"[45]

Durante a Terceira Conferência, **La Nación** publica uma entrevista com Rio Branco, que causou sensação na Argentina. Sobre a intervenção norte-americana, ocorrida em países da América Central, Rio Branco argumenta que os países que não sabem governar-se, que não conseguem evitar as continuas revoluções e guerras civis, que se sucedem sem interrupção, não têm razão de existir e devem ceder seu lugar a outra nação mais forte, melhor organizada, mais progressista.[46] Embora Rio Branco tenha desmentido as declarações publicadas, elas foram admitidas como verdadeiras pela opinião pública argentina. Um discurso semelhante ao de Rio Branco foi utilizado pelo proprietário do **La Nación**, o deputado Emilio Mitre, dando as boas vindas a Elihu Root, quando este visitou a Argentina: *"Fuerza es también convenir qué si hay un país que no sea imperialista ese país es los Estados Unidos."* Ressaltou a importância dos EUA e da Doutrina de Monroe para a América do Sul, bem como também defendeu a intervenção norte-americana na América Central.[47]

Apesar da recepção oficial e dos artigos elogiosos por parte da imprensa portenha, a visita de Root não teve o entusiasmo popular que se esperava. O representante brasileiro em Buenos Aires comunicou que a população argentina *"chegou até, como tive ocasião de presenciar, a vaiar e apedrejar ao representante da grande República do Norte."*[48]

As relações entre Argentina e EUA ficaram um pouco mais deterioradas com a Conferência Internacional de Paz em Haya. Para **El Diario**, aos EUA não interessava qualquer tentativa que diminuísse o prestígio da Doutrina de Monroe *"cuya influencia tiende á exagerar su protectorado su imperialismo."*[49] Logo após a Conferência de Haya, houve queixas que nos EUA estavam sendo publicados centenas de artigos contra a República Argentina, ao mesmo tempo *"prestigiando al Brasil y dando tono á su embajada."*[50]

Alguns setores da imprensa portenha viam com indiferença as relações com os Estados Unidos, advindas da Doutrina de Monroe. **La Argentina**, por exemplo, acreditava que de todos os países sul-americanos, o que exibia maior garantia contra agressões de alguma potência era a Argentina, para quem *"le es indiferente el principio contenido en la doctrina Monroe, y que su acción ó inacción no presta ni quita un átomo á la seguridad y tranquilo desenvolvimiento de su vida nacional."*[51]

A forma como a política do "Big Stick" foi recepcionada na Argentina denota o posicionamento comercial e diplomático do país. A recepção negativa da doutrina deveu-se a dois fatores: a Argentina disputava com os EUA o mercado internacional de alguns produtos agropecuários. Por outro lado, a aproximação diplomática brasileira em relação aos EUA e a conseqüente recepção positiva no Brasil daquela doutrina, deixavam claro para a diplomacia e para a opinião pública argentina que o Brasil procurava utilizar a doutrina do "Big Stick" para conseguir uma projeção continental.

[1] THORNDIKE JR, Joseph J. "Geopolítica". **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, Ano I, nº 6, set. 1943, p. 22.
[2] AMREC (Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores y Culto). Nota 103 – da Legação Argentina em Washington, 07.12.1904.
[3] MAHAN, A. T. **Retrospect & Prospect: suties in International Naval and Political**. London: Sampson Low, Maston & Company, 1902, p. 51.
[4] ORSI, René. **James Monroe contra la Independencia Argentina**. Buenos Aires: Peña Lillo Editor, 1983.
[5] ALBERDI, Juan Bautista. **La Doctrina de Monroe y la America Espanhola**. Buenos Aires: Nuevo Meridión, 1987, p. 95.
[6] Ibid, p. 108.
[7] Ibid, p. 109.
[8] Ibid, p. 117.
[9] McGANN, Thomas. **Argentina, Estados Unidos y el Sistema Interamericano: 1880-1914**. Buenos Aires: Eudeba, 1960, p. 341.
[10] Apud McGANN, op. cit, p. 237.
[11] WHITAKER, Arthur. **La Argentina y los Estados Unidos**. Buenos Aires: Proceso, 1956, pág. 114.
[12] SATAS, SATAS, Hugo Raúl. **Una Política Exterior Argentina: comercio exterior e ideas en sus orígense y consolidación: 1862- 1914**. Buenos Aires: Hispamerica, 1987, p. 160.
[13] Veja-se, por exemplo, ETCHEPAREBORDA, Roberto. **História de las Relaciones Internacionales Argentinas**. Buenos Aires: PLEAMAR, 1978, p. 36.
[14] SCENNA, Miguel Angel. **Cómo Fueron las Relaciones Argentino-norteamericanas**. Buenos Aires: Editorial Plus-Ultra, 1970, p. 72.
[15] **El Diario**, 15.01.1905.
[16] "La Doctrina de Roosevelt". **La Prensa**, 15.08.1905.
[17] "Doctrina de Monroe", **La Prensa**, 17.08.1905.
[18] **La Prensa**, 02.12.1905.
[19] **La Prensa**, 25.03.1906.
[20] **La Prensa**, 26.03.1906.
[21] **La Prensa**, 20.04.1906.
[22] "America y Europa". **La Prensa**, 04.08.1906.
[23] AMREC. Oficio - reservado - da Legação Argentina em Washington, 16.01.1909.
[24] "El Brasil en el Continente". **La Prensa**, 15.01.1905.
[25] **La Prensa**, 02.02.1905.
[26] "Proyectos Navales Brasileños". **La Nación**, 19.01.1905.
[27] **La Nación**, 08.03.1905.
[28] AMREC. Telegrama da Legação Argentina no Rio de Janeiro, 14.04.1904.
[29] "Mensagem Presidencial". In: Anais do Senado Federal. Rio de Janeiro, Sessão de 23.07.1904.
[30] **La Nación**, 29.04.1904.
[31] "El comercio Brasileño-argentino". **La Nación**, 11.07.1906.
[32] **La Prensa**, 16.07.1906.
[33] "Los Estados Unidos entre la Argentina y el Brasil". **La Prensa**, 29.01.1911.
[34] ZEBALLOS, E. S. "Campos Salles". **Revista de Derecho, Historia y Letras**. Buenos Aires, Año III, T. 8, Nov. 1900, p. 145-146.
[35] ZEBALLOS, E. S. "Política Internacional". **Revista de Derecho, Historia y Letras**. Buneos Aires, Año VII, T. 22, p. 601.
[36] AMREC. Oficio 749 - confidencial - da Legação Argentina em Berlin, 26.10.1908.
[37] Zeballos pediu demissão do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina a última vez em 16.06.1908, afastando-se em 21.06.1908.
[38] ZEBALLOS, E. S. "Theodore Roosevelt y la Política Internacional Americana". **Revista de Derecho, Historia y Letras**. Buenos Aires, Año XVI, T. 46, Dic. 1913, p. 564-569. (Discurso proferido na Universidade de Buenos Aires, em 10.11.1913, quando da visita do ex-presidente norte-americano, Theodore Roosevelt.)
[39] Ibid, p. 572-573.
[40] Dados informados por Ernesto Nelson, na **Revista de Derecho, Historia y Letras**. Citado por SATAS, op. cit., p. 191.
[41] "Nuestro Comercio Exterior en el año pasado". **La Argentina**, 10.02.1909.
[42] TAMINI, Luis B. "Corta memoria sobre los medios de llegar pacificamente á la reconstrucción del Virreinato" **Revista de Derecho, Historia y Letras**, Buenos Aires, año XII, T. 33, ago. de 1909, p. 316-317.
[43] FRÍAS, Alberto Nin. "La Política Continental de América". **Revista de Derecho, Historia y Letras**. Buenos Aires, Año IX, T. 25, sept. 1906, p. 272.
[44] **El Diario**, 04.12.1905.
[45] **El Diario**, 17.01.1906.
[46] **La Nación**, 26.07.1906.
[47] **La Nación**, 20.08.1905 (Discurso proferido em 30.07.1906).
[48] AHI. Ofício da Legação Brasileira em Buenos Aires, 17.08.1906.

Sem maiores detalhes, informa que no banquete oficial oferecido a Root, em 14 de agosto, os discursos pronunciados *"foram completamente abafados pelos estridentes lamentos de um gato que se achava suspenso no lustre principal."*

[49] "Fracasos Alarmistas". **El Diario**, 22.10.1908.
[50] "Rio Branco y la Prensa de Rio de La Plata - Métodos de propaganda hostil à la República Argentina". **El Sarmiento**, 07.08.1908.
[51] "Perspectiva Sudamericanas". **La Argentina**, 11.12.1909.

RELIGIÃO E COMPLEXIDADE: IMPLICAÇÕES AXIOLÓGICAS DAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO[1]

Adelino Francisco de Oliveira[2]

Introdução

Almejamos, com a presente reflexão, trazer para o plano principal de debate as implicações axiológicas de uma produção em ciências da religião articulada em perspectiva complexa. Entendemos que as ciências da religião, quando alicerçadas na epistemologia do pensamento complexo apresentado pelo pensador contemporâneo Edgar Morin, articulam uma nova dinâmica de produção científica. Uma ciência que rompe com os pressupostos que têm sustentado o conhecimento na modernidade – especificamente os princípios cartesianos de fragmentação e redução e os postulados de uma ciência positivista –, conhecimento este que acabou compondo, na expressão do próprio Morin, uma *Inteligência cega*[3]. Essa nova ciência, ao considerar a complexidade que compõe a realidade, assume uma dimensão de consciência – uma ciência com consciência. Insere-se, então, neste ponto, a relevância da perspectiva axiológica na abordagem científica. De fato, as ciências da religião, ancorando-se na epistemologia da complexidade, vislumbram um discernimento complexo sobre a realidade do mundo, desenvolvendo uma ciência com consciência, ou seja, uma ciência alicerçada e articulada a partir de uma reflexão ética sobre a complexidade que compõe a realidade.

Entendemos que o pensamento complexo, articulado por Morin, emerge como tentativa de resposta para a fragmentação e desarticulação inerentes à ciência moderna, em geral, e ao homem contemporâneo, em particular. Assim, em perspectiva mais específica e pertinente, objetivamos discernir as possíveis contribuições de dimensão axiológica do pensamento complexo para um aprofundamento e desenvolvimento do ethos decorrente do saber religioso. De fato, propomos uma articulação entre religião e complexidade, unidas em um comprometimento ético e responsável pelos destinos da humanidade.

A Intrínseca Relação entre Religião, Complexidade e Ética

A problemática de uma produção científica preocupada e comprometida com a superação dos dilemas contemporâneos encontra um evidente caminho de solução nas elaborações de Edgar Morin sobre o pensamento complexo. Neste sentido, Morin, em um interessante texto no qual disserta sobre sua percepção acerca da religião, nos fornece relevantes elementos para compormos a dimensão axiológica pertinente às ciências da religião. De fato, o pensador em tela elucida que:

> Há um vínculo inseparável entre este planeta, ser físico, a biosfera e nós mesmos – não se vai reduzir um destes termos ao outro – e, a meu ver, é aqui que a palavra "religião" assume um sentido mínimo: *o que liga.* Devemos nos conscientizar de que estamos *ligados* à vida, de que a vida está *ligada* à Terra, de que a Terra está *ligada* ao seu Sol, e de que o próprio Sol está *ligado* a este imenso cosmo. Eis, a meu ver, a idéia fundamental...[4]

Assim, Edgar Morin, imbuído de sua percepção da complexidade, compreende a religião – em um movimento complexo – como aquela que liga, que evidencia relações. A religião, na perspectiva moriniana, é expressão dinâmica da complexidade – no sentido genuíno do termo, aquilo que é tecido conjuntamente. Nesta perspectiva, a religião, de maneira dialógica e hologramática[5], desvela-se em dinamismo de recíproca ligação. Neste caso, em um primeiro plano – sem, contudo, denotar hierarquias –, encontramos a ligação dos seres humanos entre si – delineando o ser que se encontra como humano no cotidiano da cultura e da vida em sociedade. Em um segundo plano, vislumbramos a ligação dos seres humanos com a natureza – consubstanciando o rompimento com uma visão antropocêntrica de existência e afirmando o próprio ser humano como natureza. Fechando a tríade, compondo o terceiro plano, situamos a ligação dos seres humanos com o transcendente – evidenciando a esperança do devir.

Humanidade e Ecologia: A Terra como Destino Planetário

Consoante tal reflexão, entendemos, de fato, com Morin, que a problemática da ética se insere em uma questão muito mais ampla e profunda: a própria percepção da realidade como um *complexus*. Ora, com esta perspectiva, Morin evidencia a intrínseca relação entre as diferentes realidades. Tudo está inter-relacionado, não há realidades isoladas. Revela-se aqui, diante do cientista da religião, um primeiro desdobramento de conteúdo ético: o pensar globalmente, dentro de um contexto local específico. De fato, o pensar global exige a consideração de implicações, não tão evidentes e imediatas a um olhar desatento à complexidade da realidade. Pode-se, por exemplo, aparentemente, viver em sociedade e até produzir conhecimento científico, ressaltando-se a liberdade e a autonomia de cada indivíduo, sem, contudo, considerar a estreita relação existente entre cada indivíduo e cada conhecimento produzido. Mantém-se, neste caso, a coesão social por meios autoritários e coercivos. No entanto, tal postura conduz a uma desestruturação e a um conseqüente desfacelamento social. Ora, neste ponto, o próprio Morin esclarece que:

> ...A única maneira de salvaguardar a liberdade é que haja o sentimento vivido de comunidade e solidariedade, no interior de cada membro, e é isso que dá uma realidade de existência a uma sociedade complexa. Portanto, a solidariedade é constituinte desta sociedade. O pensamento que une o modo de conhecimento se prolonga para o plano ético, da solidariedade e da política. Há uma ética da complexidade que é uma ética de compreensão.[6]

De fato, Morin compreende que há uma estreita ligação entre as realidades complexas. Diante de tal entendimento, o cientista da religião, no desdobramento de suas pesquisas, deve trabalhar com estas ligações complexas, sentindo-se, inclusive, inserido nesta complexidade. Emerge, então, a ética da solidariedade na produção de conhecimento científico. E, aqui, descortina-se, novamente ao cientista da religião imbuído dos princípios

da complexidade, um segundo desdobramento ético: a perspectiva ecológica. A dimensão ecológica – entendida como o estudo das relações que todos os seres existentes mantêm entre si e com o meio ambiente – revela-se como imperativo ético na produção científica de conhecimento pautada em epistemologia complexa.

Neste contexto, de maneira elucidativa, emergem as relevantes reflexões de Morin, articulando as noções de cidadania terrestre e de Humanidade como destino planetário. O indivíduo, mesmo resguardando toda sua subjetividade singular, está indissociavelmente e estreitamente vinculado à espécie humana. Ora, a percepção do indivíduo singular como membro da espécie humana impõe uma ética, denominada por Morin de antropo-ética – que supera posturas individualistas e não solidárias –, na medida em que desperta em cada indivíduo o sentimento de pertença a uma realidade muito mais ampla, consubstanciada na espécie humana. Assim, cada indivíduo, em particular, deve assumir, imperativamente, a tarefa, eminentemente ética, de cuidar da espécie humana como um todo. Desdobra-se, então, para Morin, da perspectiva antropo-ética, a noção complexa de Humanidade. De fato, o indivíduo singular, em íntima relação com a espécie humana, encontra seu destino planetário – o sentido de sua existência individual – no soerguimento da Humanidade. Dissertando sobre a concepção de Humanidade, Morin explicita, em perspectiva complexa, que:

> A Humanidade deixou de constituir uma noção apenas biológica e deve ser, ao mesmo tempo, plenamente reconhecida em sua inclusão indissociável na biosfera; a Humanidade deixou de constituir uma noção sem raízes: está enraizada em uma “Pátria”, a Terra, *e a Terra é uma Pátria em perigo.* A Humanidade deixou de constituir uma noção abstrata: é realidade vital, pois está, doravante, pela primeira vez, ameaçada de morte; a Humanidade deixou de constituir uma noção somente ideal, tornou-se uma comunidade de destino, e somente a consciência desta comunidade pode conduzi-la a uma

> comunidade de vida; a Humanidade é, daqui em diante, sobretudo, uma noção ética: é o que deve ser realizado por todos e em cada um.[7]

Claramente, a noção de Humanidade moriniana contempla a complexidade que o termo evoca. Assim, Morin utiliza a palavra Humanidade – com a letra h em maiúsculo – em um sentido forte, genérico e universal, demonstrando que a noção de Humanidade emerge da existência histórica e espiritual dos homens e das mulheres de todos os tempos, atrelados, inexoravelmente, à espécie humana. Neste caso, a Humanidade não aparece como um conceito acabado e sim como uma tarefa em construção cuja responsabilidade recai sobre todos os humanos como espécie e a cada indivíduo. Consubstancia-se aqui, de fato, a perspectiva da construção de uma cidadania terrestre, tendo a Humanidade como destino planetário da espécie humana em geral e de cada indivíduo em particular. Assim, a Humanidade, que tem a Terra como sua Pátria – fundando a noção de cidadania terrestre –, desvela-se como o destino planetário de todos os indivíduos. Esta perspectiva fundamenta a dimensão eminentemente ecológica – e evidentemente ética – do fazer científico em ciências da religião. Reivindicamos, então, alicerçados na compreensão moriniana de complexidade, para o campo específico da pesquisa em ciências da religião, a noção de cidadania terrestre e a Humanidade como destino planetário, como metas axiológicas das ciências da religião. Obviamente, que o fazer científico, amparado em princípios de fragmentação e redução, delineando um conhecimento cada vez mais restrito e especializado, não se revela capaz de alcançar tais implicações axiológicas. De fato, a ciência que aludimos, erigida a partir dos pressupostos da epistemologia complexa, consubstancia-se em uma ciência nova que traz, em seu bojo, uma profunda dimensão de consciência.

Deste modo, quando atentamos para a abordagem da temática de uma ciência com consciência, alicerçada em discernimentos éticos, devemos resguardar o debate em torno da dimensão e conteúdo social, político e coletivo da ética, direcionando o olhar para as

relações humanas, religiosas sociais, culturais e ecológicas que norteiam e delineiam o caráter da prática científica.

Alguns Imperativos Éticos na Articulação de uma Ciência com Consciência

Quando do debate ético, a embasar e fundamentar o trabalho científico, discernimos alguns temas relevantes para a ação do pesquisador ou cientista da religião. Tais temáticas – suscitadas em forma de teses pelo próprio Morin – desvelam-se como primordiais para o engendramento de uma reflexão profunda e crítica, desenvolvida em perspectiva complexa. Em primeiro plano, o pensar ético deverá discernir em torno das possibilidades e condição concreta para a recriação do fazer científico. Aludimos à dimensão do fazer científico no seu contexto mais genuíno, abarcando a produção do conhecimento. Ora, o conhecimento científico não pode ancorar-se em uma postura de conhecer por conhecer, alheio às conseqüências advindas com o saber alcançado. Em segundo plano, a partir do entendimento em torno das condições materiais, o pensar ético, atentando para as possibilidades epistemológicas de construção do conhecimento, deverá integrar vários saberes, de maneira a captar e depurar o conteúdo e a realidade das várias esferas sociais, contemplando-se o saber complexo. Defini-se aqui a pertinência da epistemologia da complexidade. Em terceiro plano, e ainda dialogando com Morin, situamos a necessidade de se cunhar uma nova compreensão do humano, evidenciando sua dimensão complexa. Em quarto plano – e a partir daqui assumimos um discernimento não explorado por Morin –, o saber ético passará a abordar as implicações e repercussão da prática e produção científicas no cotidiano do homem, discernindo a forma pela qual poderá interagir na perspectiva da correlação de forças e relações sociais. Tal reflexão está, intima e inexoravelmente, vinculada à adesão do pesquisador a projetos de sociedade. Em quinto plano, o saber ético deverá estar entretido com a avaliação em torno das possibilidades a que o fazer científico venha a abarcar postura crítica e reflexiva, discernindo,

concomitantemente, acerca da condição a que o saber seja democratizado e acessível a vários segmentos sociais. Em sexto plano, o saber ético deve fomentar para o cientista ou pesquisador a possibilidade a que o mesmo se entenda e se represente como formador de opinião, quando da contribuição da ciência na recriação de valores e pressupostos ideológicos a legitimarem ou resistirem a modelos e projetos de sociedade. E finalmente, compondo nosso sétimo plano, a reflexão ética deverá conduzir o cientista a entender a sua atividade como expressão do trabalho humano que, nesta qualidade, transforma a natureza e o cotidiano, o que acaba por justificar o caráter social e coletivo da ciência e sua relevância para o estabelecimento de relações humanas e sociais – fundamentais no processo civilizatório.

Conclusão

Os elementos abordados no decorrer da presente reflexão delineiam a pertinência do pensamento complexo como possibilidade axiológica para a construção de uma ciência em geral – e das ciências da religião em particular – alicerçada em postulados éticos. Deste modo, Morin elucida que:

> A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. (...) Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana.[8]

Edgar Morin, desenvolvendo a ótica da complexidade, propõe uma ciência com consciência, alicerçada na percepção de um ser humano – produtor de conhecimentos – complexo, pertencente e interagindo em uma realidade também fundamentalmente

complexa. De fato, compreendemos que a epistemologia complexa fornece as bases para a articulação de uma ciência com consciência. O conteúdo eminentemente axiológico da produção científica, em perspectiva complexa, evidencia-se na articulação de um saber de representação global, inserido, obviamente, em uma realidade de contexto. A relação do global mediada por uma análise de contexto já é expressão de uma compreensão de complexidade, pois remete-nos à dinâmica hologramática. No entanto, a constatação da complexidade da realidade conduz para um discernimento dialógico sobre a dimensão ética pertinente ao fazer científico. Assim, as ciências da religião, quando alicerçadas em uma epistemologia complexa, vislumbrarão desenvolver uma abordagem pautada em princípios axiológicos abertos às contradições inerentes ao seu objeto de pesquisa: os homens e as mulheres mergulhados na complexidade da vivência religiosa cotidiana.

---

[1] Este artigo sobre "Religião e complexidade: implicações axiológicas das ciências da religião" é um resumo da terceira parte do quarto capítulo da dissertação: *Religião e complexidade: uma aproximação ao pensamento complexo – contribuições e possibilidades ao estatuto epistemológico das ciências da religião.* Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 2004.

[2] Adelino Francisco de Oliveira é mestre em Ciências da Religião, professor de Sociologia e Introdução ao Pensamento Teológico da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Piracicaba.

[3] Morin utiliza a expressão *Inteligência cega* para designar aquela forma de pensar que reduz e separa. Reduz na medida em que unifica aquilo que é diverso ou múltiplo e separa, pois isola os objetos uns dos outros ao mesmo tempo em que também os isola do seu ambiente e do seu observador. (Cf. MORIN, Edgar. *Ciência com consciência.* 6ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002).

[4] MORIN, Edgar. *Nomes de deuses:* ninguém sabe o dia que nascerá. São Paulo, Editora da UNESP; Belém, PA: Editora da Universidade Estadual do Pará, 2002, p. 36.

[5] A perspectiva hologramática considera a intrínseca relação do todo com as partes e a dialogia procura assimilar e interagir com as contradições que compõem a realidade.

[6] CASTRO, Gustavo, CARVALHO, Edgar de Assis e ALMEIDA, Maria da Conceição (org). *Ensaios de complexidade.* 3ª ed. Porto Alegre, Sulina. 2002, p. 18.

[7] MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* 3ª ed. São Paulo, Cortez; Brasília, Unesco, 2001, p. 114.

[8] MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* 3ª ed. São Paulo, Cortez; Brasília, Unesco, 2001, p. 17.

Para delimitar fronteiras e desenhar o território: a abertura de um caminho para o interior da capitania de Santa Catarina

Adelson André Brüggemann

Do litoral, avistava-se o limite oeste da capitania de Santa Catarina. A Serra Geral, que marcava a fronteira entre essa e a capitania de São Paulo, no final do século XVIII deixa de ser uma barreira intransponível. Nesse período, indicando uma mudança na forma anterior de administrar o território, os governadores de Santa Catarina mostraram-se preocupados em conhecer o seu interior. Até a década de 1770 os administradores dessa capitania mantinham-se atentos à defesa e ocupação do litoral. O sertão era pouco conhecido.

A demarcação dos territórios e o conhecimento das características que compunham a paisagem não bastavam para garantir sua posse. Era necessário povoar, marcar a paisagem com sinais que delimitassem a abrangência de sua utilidade. Talvez por isso, o território da capitania de Santa Catarina limitava-se às planícies litorâneas, pois era o que a administração portuguesa conhecia, era este o espaço povoado por descendentes de vicentistas e principalmente, portugueses vindos do arquipélago dos Açores (desde janeiro de 1748). As fortificações, as lavouras, as casas, as ruas, enfim, as marcas da ocupação portuguesa restringiam-se ao litoral. Este era, para Portugal, o território da capitania de Santa Catarina. E se novos espaços precisavam ganhar importância, notadamente os mais afastados da costa, então era preciso planejar sua ocupação.

Quando a administração da capitania de Santa Catarina percebeu a necessidade de conhecer o interior de suas posses e ampliar os seus domínios territoriais, tornou-se inevitável levar à prática um projeto que viabilizasse o reconhecimento e alargamento de suas fronteiras. O ano de 1776 marca o início das incursões catarinenses ao interior do território. A exploração dessas terras esteve intimamente relacionada aos trabalhos de levantamento que precederam o projeto de uma estrada que ligasse a Ilha de Santa Catarina à vila de Lages.

É somente no final do século XVIII e início do XIX que "acentua-se a preocupação em abrir o sertão da capitania que se encontra em terra firme. Sendo assim, o espaço deixa de ser aquilo o que deve ser fechado e se torna o que deve ser aberto, trazido à luz do conhecimento."[1] Até então, a administração de Santa Catarina e a Coroa portuguesa conheciam apenas os limites norte e sul da capitania. O lado oeste dessa unidade administrativa permanecia desconhecida e sem limite determinado.

Foi somente a partir de 1786 que percebe-se o interesse por parte da administração de Santa Catarina em executar o projeto de abertura de uma estrada entre essa e a capitania de São Paulo, combinado com a pretensão de conhecer melhor todo o sertão daquela unidade administrativa. Por isso, deve-se destacar que o conhecimento e exploração do sertão de Santa Catarina foi impulsionado, de maneira especial, no governo de José Pereira Pinto (1786 - 1791). Nos anos de 1787 e 1788, esse governador incentivou a realização de cinco incursões exploratórias ao sertão da capitania. A primeira teve início em 11 de janeiro de 1787. Na portaria de 5 de janeiro de 1787, a qual permitia a exploração do sertão a oeste da Ilha de Santa Catarina pelo Alferes Antônio José da Costa, fica expresso formalmente o desejo de conhecer melhor aquele território. Nesta portaria, o governador José Pereira Pinto admira-se que: "depois de tantos anos, que esta ilha se acha povoada, se não tenha formalmente explorado o sertão que fica a oeste da mesma Ilha, do qual por tantos títulos se podem obter as maiores utilidades, que só são capazes de a tirar do estado em que se acha constituída e fazê-la passar as de opulência pela correlação, que se pode estabelecer com outros distritos. E querendo o Alferes da Cavalaria Auxiliar dessa Vila Antônio Jozé da Costa prestar-se voluntariamente, e a sua custa ao sobredito descobrimento, cuja resolução denota um espírito verdadeiramente patriota [...] pela permissão que para isso tenho do Illmo Snr. Vice-Rei do Estado de poder entrar no dito sertão pela parte que lhe parecer mais cômoda afim de estabelecer uma comunicação desta Ilha com a Capitania de São Paulo por cima da serra, com o dever porém que deve fazer um diário que declare o dia, mês e ano [...] a qualidade de montes, vales, rios, campos, vilas que encontrou e o para que são próprios, as diferentes raridades dos três reinos animal,

vegetal e mineral, de que deve trazer amostras [...] Devo porém prevenir ao dito Alferes, que se o resultado desta diligência se descobrirem no mesmo sertão amostras e pistas de quaisquer metais, se devem trazer as sobreditas amostras com uma notícia circunstanciada pela qual se possa vir no conhecimento da maior ou menor abundância dos mesmos metais que no caso de os haverem [...]"[2]

Entretanto, cabe destacar que antes dos governos de João Alberto de Miranda Ribeiro (1793-1800) e José Pereira Pinto (1786-1791), em 1776, por ordem do governador coronel Pedro Antônio da Gama de Freitas, o Tenente José Luís Marinho fez a primeira incursão portuguesa ao interior do então território da capitania de Santa Catarina, entre a vila de Nossa Senhora do Desterro e a vila de Lages. A ordem era que o Tenente abrisse uma picada exploratória em direção ao planalto serrano, partindo da foz do rio Cubatão, na baía sul da Ilha de Santa Catarina. O Tenente José Luís Marinho elaborou, mesmo que por estimativa, um mapa das cabeceiras dos rios Cubatão, Tijucas e Itajaí, no qual consta o itinerário seguido e a localização dos campos que explorou, notadamente, os campos da Boa Vista (que nesta época não possuíam tal denominação) e além do mapa, também confeccionou um relatório.

Ao longo do século XVIII, o território de Santa Catarina restringiu-se apenas ao espaço compreendido entre a faixa litorânea e as costas da Serra do Mar e da Serra Geral, desde a vila de São Francisco do Sul à vila de Laguna. Em seu relatório ,o governador João Alberto de Miranda Ribeiro indica o desconhecimento do interior da capitania quando trata das terras devolutas, afirma que "está povoada toda a costa do mar grosso, com as antigas possessões; porém os seus fundos, sertão adentro, todos estão devolutos, e como são todos os fundos, não se podem saber as léguas."[3] E quando faz referência às terras da Vila de São Francisco do Sul, declara que esta "tem os seus cultivados, porém os fundos do sertão adentro, ou bons, ou maus, estão devolutos."[4] Quase dois decênios depois, Paulo J. M. de Brito, quando refere-se ao território das freguesias de São Miguel, São José e Enseada de Brito, afirma que "apenas está cultivado e povoado pela beira mar, e para o sertão não se estende a população ou cultura a mais de duas até três léguas de distância,

sendo tudo o mais para o interior da Capitania, sertão inculto e despovoado."[5] Esta configuração denuncia, em Santa Catarina, a permanência da maneira particular de povoamento das colônias portuguesas na América. O interior permaneceu desconhecido e não povoado por portugueses e seus descendentes, esses fixando-se preferencialmente, ao longo da orla marítima.

Entretanto, estas não são as únicas referências que dizem respeito ao desconhecimento do interior e extensão da capitania de Santa Catarina. Em 1799, o padre Bento Cortes de Toledo percorreu todo o litoral catarinense fazendo breve descrição das vilas que compunham a capitania. Quando trata das vilas, fica evidente o desconhecimento da extensão dos limites que ficavam à oeste. Quando trata da freguesia de São Miguel, afirma que seus limites estabelecidos eram "pelo norte com o Rio de São Francisco, no rio Camboriu-açu, na distância de 12 léguas, pelo sul com a freguesia de São José [...] pelo nascente, pelo mar e pelo poente com o sertão." Ao fazer referência aos limites da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito, ele esclarece que "pelo oeste não tem limites 'por ser sertão'."[6] A mesma descrição vale para a vila de Laguna e São José.

A percepção da grande distância que aparentemente separava o litoral do sertão e a imensidão do espaço que era desconhecido, pode ser detectada na certidão de 20 de junho de 1796, da carta que o Vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza enviou ao governador José Pereira Pinto em 31 de outubro de 1787: "Recebi a carta de Vossa Mercê, na data de quatorze de setembro próximo precedente que acompanhou o suplemento, e continuação da derrota. que foi ao Sertão da Terra firme dessa Ilha, até a Vila de Lages, o Alferes Antônio Jozé da Costa, tendo felizmente conseguido a diligência de penetrar todas aquelas vastas extensões, até encontrar a Estrada de Cima da Serra que abre toda a comunicação com as imediações mais próximas desse Distrito [...]"[7]

Desde 1776, aquela "vasta extensão de terras" promovia a discórdia entre os governadores das capitanias de Santa Catarina e São Paulo. Mesmo sem ter conhecimento preciso dos seus limites, o governador de Santa Catarina, o Coronel Pedro Antônio da

Gama de Freitas, reclamou a posse do território próximo e o além da Serra Geral, os quais, conforme o governador, estariam sendo usurpados pelos paulistas. É provável que esta "usurpação" faça referência aos moradores da vila das Lages, que desde 1766, sabe-se, já era povoada por fazendeiros paulistas. Oficialmente, esta vila foi fundada somente em 22 de maio de 1771, por ordem do governador da capitania de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus, sob a responsabilidade do capitão–mór regente do sertão de Curitiba, Antônio Corrêia Pinto. Sendo assim, o governador de Santa Catarina, em 1776, "dirigindo-se ao Vice-rei, Marquês de Lavradio, a propósito da usurpação dos territórios a leste da Serra Geral, que o capitão-mor de Lages [Antônio Corrêia Pinto] pretendia realizar, protestou contra a fundação de Lages."[8]

Esta atitude do governador de Santa Catarina, naquele momento, torna evidente que o sertão, mesmo que desconhecido, já despertava alguma preocupação. Também mostra, com clareza, o modo particular de pensar o território daquela capitania no final do século XVIII. Em 1776, o governador da capitania considera "usurpação" o ato dos paulistas apossarem-se das terras que ficam a leste da serra. Dessa forma, sugere-se que o interesse em conhecer as terras que ficavam nas proximidades da Serra Geral surge somente quando a expansão das fronteiras paulistas ameaçaram as possíveis posses da capitania de Santa Catarina. Fazendo protestos contra as invasões paulistas ao território de Santa Catarina, Francisco de Barros de Moraes Teixeira Omem, que governou esta capitania entre os anos de 1779 e 1786, tratou de erguer um plano para a abertura de uma via terrestre entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages. Mais tarde, e com o interesse catarinense despertado em abrir aquela ligação entre o litoral e o planalto, em uma correspondência de 27 de agosto de 1787, evidencia-se a preocupação de Bento Amaral Gurgel Annes, capitão-mor da vila de Lages (que substituiu Correia Pinto no início de 1786) no tocante aos limites da capitania de São Paulo. Neste documento, o capitão-mor da vila de Lages faz referência à segunda incursão do Alferes Antônio José da Costa. Encaminhando ofício ao governador daquela capitania, esclarece que: "Também fazemos certos a V. Ex. que, no dia 8 ou 9 do corrente mês, chegou a esta Vila um Alferes de Auxiliares da Ilha de Santa Catarina, vindo daquela

até esta pelo sertão, abrindo uma picada com a qual chegou até dentro dos limites desta Capitania [....] perto desta Vila, e diz que por ordem do seu governador; e que aquele mandara abrir aquela picada por ordem do Sr. vice-rei.[...] sem apresentar de V.Ex. ordem ou do Sr. vice-rei [...] suplicamos a V. Ex. seja servido dignar-se de nos fazer mercê dizer o que devemos obrar a este respeito, quando o dito governador mandar abrir o caminho – se devemos consentir, impedir, ou ajudar, no que tocar aos limites desta Capitania e continente, e se devem ir os oficiais da Câmara desta Vila, tomar posse por este novo caminho, e sentarmos marcos para divisão deste continente com o da Ilha."[9]

Esse documento contribui, sobretudo, para se desenhar o pano de fundo em que se davam as relações entre as duas capitanias. Fica evidente, que estas relações eram marcadamente sensíveis, denunciando o resultado de intrigas anteriores.

De qualquer modo, trata-se antes de tudo, do que significava a abertura daquele caminho para as duas capitanias. Entre outros sinais, indicava a ocupação de um território. E assim, pode-se compreender melhor porque, num determinado momento, a capitania de São Paulo almejava a abertura desse caminho e a de Santa Catarina reclamava a usurpação dos seus territórios, em outro momento, o inverso aconteceu. Em outras palavras, não era interessante abrir um caminho pelo simples fato de abri-lo e ligar dois pontos desconectos, mas sobretudo, tomar posse do território que ele atingia.

Considerando essa hipótese, deve ser destacada a segunda incursão do Alferes Antônio José da Costa ao sertão da capitania de Santa Catarina na segunda metade do ano de 1787. Fica evidente, pois, mais uma vez, o interesse daquela capitania tanto na abertura do caminho quanto na exploração do sertão. Ao dar notícias de sua administração ao Vice-rei, o governador José Pereira Pinto, em 14 de setembro daquele ano, relata que: "Tendo [pela] segunda vez entrado para o sertão o Alferes Antônio José da Costa, no dia 11 do mês de Junho, saiu do mesmo no dia 30 de Agosto próximo passado, tendo ultimado e felizmente dado fim à diligência de penetrar todo o sertão até encontrar a estrada de cima da serra, que lhe foi encarregada, pelo modo que declara no seu roteiro; para maior

inteligência do qual mandei fazer o desenho incluso, que tudo nesta ocasião tenho a honra de remeter à presença de V. Ex."[10]

Assim, a abertura do caminho para a vila de Lages deve ser destacada como contribuição fundamental para o delineamento dos limites da capitania de Santa Catarina. Além de produzir informações acerca do sertão, foi com essa obra que tornou-se possível o estabelecimento do marco divisório entre as duas capitanias. Por fim, no que diz respeito a isso, deve-se observar atentamente o ofício do capitão da cavalaria auxiliar, Antônio Marques Arzão, em 30 de abril de 1791, que relatou a definição das fronteiras entre as capitanias de São Paulo e Santa Catarina. Este documento reforça a hipótese de complementaridade entre a abertura do caminho que ligava as duas capitanias e a fixação dos seus marcos divisórios. Mesmo sem agradar à administração da capitania de Santa Catarina, foi estabelecido o seguinte: "Em observância às ordens do Senhor capitão-mor Regente Bento do Amaral Gurgel Annes, de 24 de março de 1791, fui assentar, por parte desta Capitania de São Paulo, um marco no cume da Serra apelidada do Trombudo, que desta Vila do Sertão das Lages desce para a Marinha, Capitania do Rio de Janeiro, onde se deve julgar de certo, que se estende o limite de uma e outra Capitania, na nova estrada, que desta e daquela Vila se abriu para a recíproca correspondência destes dois povos, e outras razões relativas ao serviço de Sua Majestade: o qual marco, feito de um pau de Andrade, lavrado pelas quatro faces, com os caracteres seguintes -S-P-, que quer dizer São Paulo, lavrado na mesma madeira da parte do sul, foi postado no dia 12 do mês de Abril do ano supra, estando presente o Capitão João da Costa da Silveira do Regimento da sobredita Vila de Santa Catarina, que tinha ali ido para este e semelhante fim, pelo que pertencia à sua Capitania, pelas ordens que para isso tinha do seu Governador. E no mesmo dia, sendo eu presente, vi, e assisti o dito Capitão João da Costa Silveira (precedendo o meu consenso) fazer lavrar da parte do norte no mesmo pau de Andrade, para não duplicar marcos, os caracteres seguintes -S-C- que quer dizer Santa Catarina."[11]

[1] SALOMON, M., **O saber do espaço**. Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. 2002. 292 f. Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 14.
[2] Registro de uma Portaria, que mandou passar o Governador Interino o Snr. Jozé Pereira Pinto ao Alferes Antônio Jozé da Costa, para entrar no descobrimento do sertão. Desterro, 5 de janeiro de 1787. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). **Registro Geral do Governador da Capitania 1770-1791**. Tomo VIII, v. 2. p. 99-100.
[3] RIBEIRO, J. A. de M. *Apud* LAYTANO, D., LAYTANO, D. Corografia da capitania de Santa Catarina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. v. 245, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959, p. 151.
[4] Idem, ibidem, p. 151.
[5] BRITO, P. J. M. de. **Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina.** Florianópolis: Sociedade Literária Biblioteca Catarinense, 1932. p. 43, nota.
[6] Idem, ibidem, p. 220 e 221.
[7] Carta da Câmara da comarca de Santa Catarina, à rainha D. Maria I. Arquivo Histórico Ultramarino, capitania de Santa Catarina. CD-Rom. AHU_ACL_CU_021, Cx. 5, D. 375. Ver transcrição deste documento no Anexo IV.
[8] MAFRA, M. da S. **Exposição Histórico Jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 270.
[9] COSTA, L., COSTA, L. **O Continente das Lagens** – sua História e Influência no Sertão da Terra Firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982 , p. 201.
[10] Idem, ibidem, p. 202.
[11] MAFRA, M. da S., op. cit., p. 275 e 276.

JOGOS E BRINCADEIRAS EM GOYA II

Ademir Gebara
Unimep/Unicamp

A análise de quadros de Goya produzidos entre 1775 e 1790, basicamente dentre os conhecidos cartões para tapeçaria, busca estabelecer conexões entre a pintura, a atividade motora e as emoções retratadas. Todos os quadros selecionados estabelecem uma relação bastante evidente com brincadeiras e jogos, por isso mesmo a análise das obras se efetivou na perspectiva das ações motrizes visualizadas nestes desenhos, procurando estabelecer algumas constantes identificadoras dos grupos de pessoas focalizados em cada um dos quadros. Da mesma maneira, as ações focalizadas permitiram avançar a discussão na direção de um maior ou menor descontrole/controle das emoções, captadas nos participantes e eventuais assistentes destas brincadeiras e jogos.

Francisco Jose de Goya y Lucientes nasceu em 30 de maio de 1746 em Fuendetodos, uma vila no norte da Espanha. Aos 14 anos, então vivendo em Zaragoça, foi aprendiz de Jose Luzan um pintor local. Mais tarde foi para a Itália dar continuidade à seus estudos artísticos, retornando a Zaragoça em 1771 pintou afrescos para a Catedral local. Estes trabalhos, em estilo rococó, firmaram a reputação de Goya. Entre 1775 e 1792 Goya pintou uma série de cartões para a execução de tapeçarias pela Manufatura Real de Santa Bárbara. No caso em pauta os tapetes deveriam decorar o Palácio de El Pardo, situado nas cercanias de Madri e usado pelos Reis como área de caça desde muito tempo, sendo recuperado por Carlos III para descanso.

Estes desenhos realizados a partir de cenas do cotidiano, quando estava na casa dos 30 anos, influenciaram seu desenvolvimento artístico. Esta experiência contribuiu bastante no sentido de torná-lo um arguto observador do comportamento humano e, por isso, mesmo um produtor de documentação relevante para o tema, que se desenvolve em continuidade ao trabalho apresentado no XVII Encontro Regional da Anpuh de São Paulo. A

proposta de uma análise que não seria estritamente estética dos desenhos, implica privilegiar uma abordagem envolvendo as atividades motoras dos personagens retratados.

"Los Gitanillos", o primeiro focalizado, é nitidamente um desenho referente à praticas populares, e isto se observa tanto pelo vestuário como por detalhes motrizes:

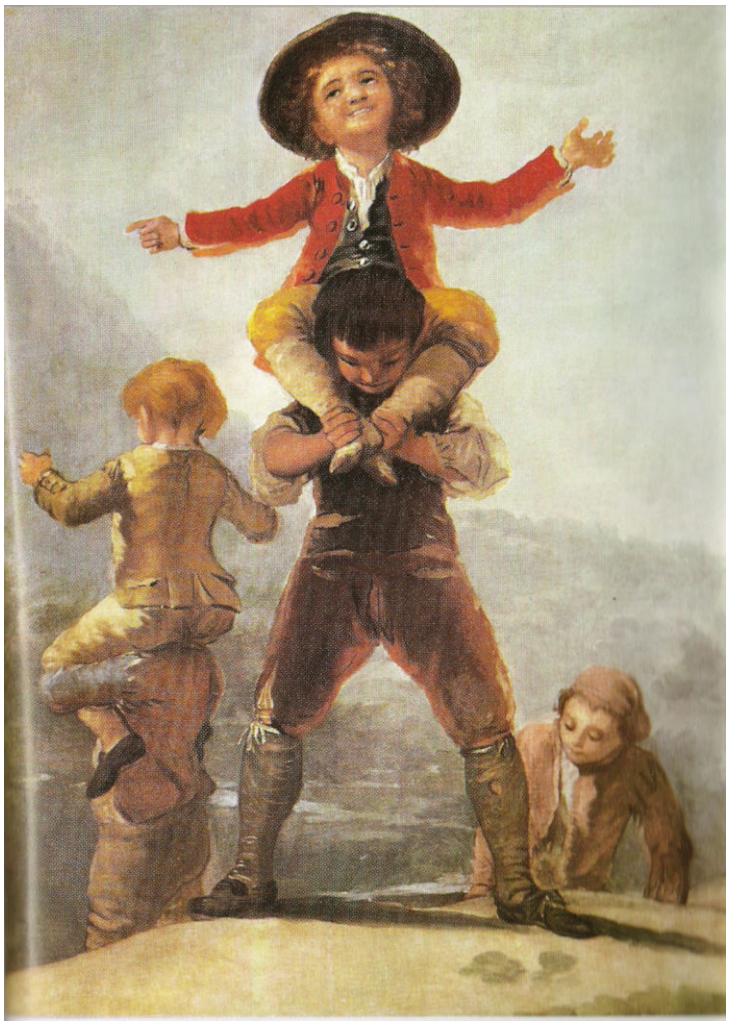

Los Gitanillos

Trata-se de uma brincadeira de colaboração com possibilidades de tornar-se um jogo competitivo, pois as duplas de garotos atuam, sendo cada dupla composta por um menino carregando o colega sobre os ombros, de tal maneira que este torna-se uma espécie de cavaleiro, as duplas funcionam alternando estas funções ou especializando-as. Na alternância de funções a brincadeira tende para a ser uma atividade cooperativa, devendo

neste caso o conjunto ter participantes com força e peso similares. Já quando a tendência é para atividades competitivas, o carregador é sempre mais forte e pesado do que o carregado, desta maneira pode-se ter uma base sólida que permita a disputa entre as duplas. Pela configuração do desenho, temos uma dupla descendo uma elevação de terreno, a outra no topo, além de um garoto subindo a elevação, podendo estar só ou nos ombros de um parceiro, pelas proporções implícitas na tela o menino parece estar só.

Temos um detalhe importante para verificar a preocupação de Goya com relação ao conjunto da brincadeira e seus objetivos, trata-se da posição das pernas dos dois cavaleiros, o que esta na descida tem suas pernas semi travadas nas costas do carregador, e o que esta no topo, tem suas pernas ainda sendo ajeitadas.

Outro aspecto relevante é justamente observar a natureza da brincadeira e seu potencial de transformação em jogo, no sentido de tratar-se de uma atividade que possibilita a construção de regras competitivas, fato não observado nos desenhos tanto em relação aos apresentados anteriormente[1] quanto nos que estamos analisando agora. Porque esta possibilidade é apontada?

Alguns indícios do desenho precisam ser melhor observados: 1) Os carregadores são nitidamente mais fortes, altos e pesados que os cavaleiros, certamente esta configuração é necessária para uma atividade deste tipo, especialmente envolvendo um ambiente não padronizado, como o é o piso de uma colina. 2) A atividade presumível de descer e subir uma colina, exige cooperação entre os participantes de uma mesma dupla. Contudo é inegável o potencial para disputas quando diferentes duplas são colocadas em confronto, para não dizer do potencial para construção de outras alternativas competitivas implícitas em atividades motoras desta natureza.

Este mesmo desenho pode ser interpretado, provavelmente mais adequadamente, se assumirmos que a dupla no centro do quadro teria completado o percurso de descida e subida do morro, postando-se de maneira vitoriosa antes de sua desmontagem. A postura do carregador e do garoto sobre seus ombros parece indicar o término de uma atividade

bem sucedida, da mesma maneira a frustração do jovem a direita, com seus olhos voltados para o chão indica o insucesso. Em qualquer das duas direções interpretativas a presença de atividades pré competitivas é presumível.

Observe-se ainda que, o fundo indefinido deste quadro com contornos de montanha, floresta, água e céu, dá uma dimensão de primeiro plano à atividade motriz dos meninos em sua brincadeira. É evidente a intenção realçar as pessoas e seus propósitos. É também evidente que o vestuário não é elegante, de qualquer forma, ainda que sem a presença de adultos, ou mesmo de um ambiente público, as crianças estão calçadas , com roupas postas.

Dois outros desenhos desta mesma série, possibilitam uma melhor referência tendo em vista o nível social das crianças e os tipos de brincadeira retratados:

El Columpio

Em absoluto esta proposição inicial significa a afirmação, ainda prematura, da existência de jogos e brincadeiras diferenciadas no universo infantil, tendo em vista a estratificação social presumível através do vestuário. Nesta tela, crianças ricamente vestidas e com pouca atividade motriz, colocam-se no contexto de uma brincadeira protagonizada por mulheres adultas, a participação das meninas é basicamente conversar entre si, enquanto o menino sentado impulsiona o balanço ocupado por uma jovem.

Trata-se de um passa tempo, ou brincadeira, que do ponto de vista motriz esta focado no balanço montado a partir do tronco de uma árvore, com equilíbrio dado pela diferenciação entre o comprimento das cordas que sustentam o assento; uma pequena corda presa no assento é utilizada por um menino para movimentar o balanço; neste contexto trata-se de um jogo de cooperação, onde a participação efetiva é limitada a dois figurantes.

Ao fundo temos uma paisagem emoldurada pelo crepúsculo onde um homem, provavelmente o chefe da família, está confortavelmente sentado observando o grupo. Seria a presença de adultos, tanto quanto de meninas e meninos em um mesmo ambiente, fatores diferenciadores do universo infantil no que se relaciona aos jogos e brincadeiras? Do mesmo modo poderíamos aventar a hipótese de que o lazer em família implica um maior cuidado e utilização de vestuário mais requintado. O grupo familiar é completado pela imagem de um cachorro em primeiro plano, porém de costas, olhando para a mulher que observa as crianças.

Em contraposição a este quadro, e permitindo complementar os indícios apontados quando da análise de “Los Gitanillos”, finalizaremos estas considerações com um desenho mostrando três garotos subindo em uma árvore. Como se trata de uma árvore de tronco avantajado, torna-se inevitável uma atitude de cooperação entre os meninos, atitude esta sempre presente nos jogos e brincadeiras retratados por Goya. Tal constância, mesmo quando a possibilidade de um jogo competitivo se apresenta, é um importante indicador se não da inexistência de jogos de confronto, pelo menos do distanciamento das crianças em

relação a estes jogos. Em alguns de seus quadros, como por exemplo a ”Novilhada” o confronto com o touro é claro, mas mesmo assim há um grupo envolvido na atividade que colabora no domínio do animal.

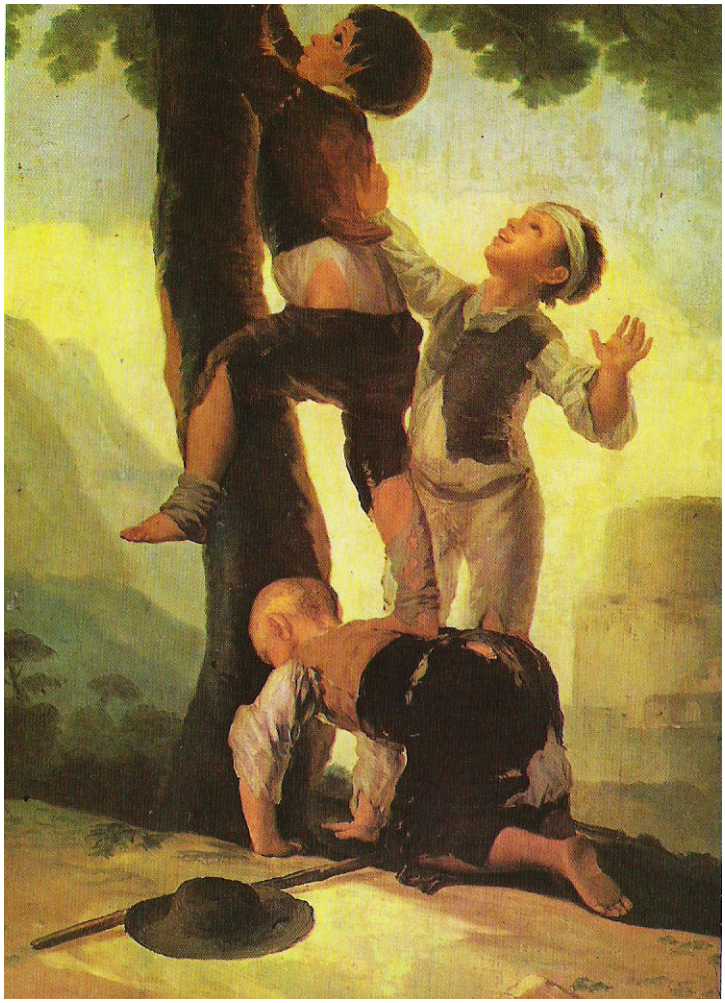

Muchacos trepando a un árbol

Os meninos estão provavelmente buscando um ninho de pássaro, isto porque em um outro quadro de Goya, quando se trata de apanhar frutas, elas estão muito claramente presentes, neste caso temos uma atividade que supõe cooperação envolvendo o grupo na ação motora. Como o direcionamento dos olhares dos protagonistas indicam um mesmo ponto no alto da árvore, a coleta de ovos, ou do ninho parece ser o objetivo mais plausível.

Neste desenho o fundo apresenta contornos melhor delineados de uma natureza mais exuberante, além de parte de uma construção fortificada. O objetivo da ação dos meninos (pegar o ninho, ou os ovos dos pássaros) não esta enquadrado, apenas a árvore e o fundo, parecendo destacar a atividade para a qual o grupo se organiza.

Da mesma maneira se compararmos o vestuário bastante simples, e até mesmo roto, do grupo focalizado, evidencia-se um forte contraste com o "El Colmpio", contudo já relacionado com os vestuários das crianças retratadas em "Los Gitanillos", embora havendo diferença significativa, ela não é tão marcante tendo em vista de uma possível diferenciação social.

Em suma, no quadro onde o lazer compartilhado pela família é retratado, nota-se uma menor atividade física das crianças e uma participação sob vigilância da mulher olhando as meninas enquanto conversam, e do homem ao fundo tendo o grupo sob sua observação. É clara a existência de mecanismos exteriores de controle social sobre o comportamento das crianças, traduzido tanto na vigilância adulta quanto no uso de um vestuário mais sofisticado e rebuscado, constrangendo qualquer iniciativa das crianças no desenvolvimento de atividades motoras mais participativas. Estes mesmos mecanismos impõem às crianças desenvolver comportamentos auto controlados na escolha e participação em brincadeiras.

Já os dois outros quadros, nos quais os figurantes têm intensa atividade, a diferenciação do vestuário não parece ser tão evidente. Observe-se, contudo, em ambos os casos um nível de atividade motora bastante intenso, envolvendo participação ativa e desafios a serem transpostos.

Certamente a natureza da prontidão emocional para superar um desafio físico é diferente da exigida para participar de um evento familiar, ainda que o jogo e a brincadeira possam estar presentes em ambos.

O alcance destas breves conclusões impõem uma articulação entre as imagens produzidas por Goya e a imaginação do historiador ao captar, em inúmeros indícios alguns

sentidos possíveis. Burque[2] afirma conclusivamente (p.213), a existência de três alternativas para o tratamento iconográfico e iconológico, a saber: o enfoque psicanalítico que se relaciona aos símbolos e associações inconscientes, o estruturalista ou semiótico apontando para um sistema de signos e o enfoque do não escolhido e os enfoques da história social da arte. Neste último caso os graus e as diferentes formas de confiabilidade são colocadas em relevo. Certamente, e a leitura do livro de Burque o confirma, estamos em um terreno pantanoso, por isso mesmo a proposição de "imaginar" os cartões para tapeçaria de Goya em sua dimensão motora, objetiva no mínimo incorporar um outro detalhe à discussão.

Crédito das imagens para "*MUSEO DEL PRADO: Pintura Española"* do Editorial Escudo de Oro, Barcelona.

---

[1] - Ver trabalho inicial desta serie apresentado no Simpósio Temático História do Esporte e do Lazer realizado no XVII Encontro Regional de História da ANPHU São Paulo, realizado de 6 a 10 de setembro de 2004 na Unicamp. Neste evento com o título *Jogos e Brincadeiras em Goya* analisamos três cartões de tapeçaria: Los Zancos, El Pelele, La Galina ciega.

[2]- Burque, Peter *Testemunha Ocular: história e imagem.* Tradução Vera Maria Xavier dos Santos (revisão de Daniel Aarão Reis Filho). 1ª edição, Bauru. EDUSC, 2004. Trata-se de uma instigante discussão sobre as imagens enquanto fontes para os historiadores.

Memória Épica

A criação da Ordem de Cristo e a memória épica *par excellence* dos Templários na Baixa Idade Média portuguesa

Ademir Luiz da Silva – UFG/UEG

Segundo o pensador alemão Walter Benjamim, "a memória é a faculdade do épico *par excellence*". Sem dúvida foi nesta esfera, do épico, do heróico, que se construiu ao longo dos séculos a tradição que cerca a célebre Ordem dos Templários. Entendo aqui o conceito de memória épica como um conjunto de lembranças coletivas derivadas de feitos de armas e / ou de alguma forma aventurescos que investem um personagem ou instituição histórica de um caráter eminentemente mitológico.

Em Portugal os Templários sofreram o que chamo de "transubstanciação": sua transformação em Ordem de Cristo. Esta expressão faz menção ao fenômeno que ocorreria no ritual litúrgico da missa em que ocorre a transformação do pão em carne de Cristo e do vinho em seu sangue. Tanto no ritual quanto no ato político de transubstanciação da confraria o objeto metamorfoseado (o pão ou o Templo) sofrem modificações profundas, mais simbólicas do que reais, sem deixar de ser o que eram inicialmente.

Esta afirmação se baseia na constatação de que a dissolução do Templo, acusado de heresia pelo papa Clemente V, em 1311, em muitos sentidos fortaleceu seu mito. Sobretudo em Portugal. Ao contrário: somou ao poder político, militar e econômico que já possuía, através de um nome que não podia ser esquecido, um vasto poder simbólico, baseado na lembrança. Para Henri Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das idéias, alicerçadas na presença continua. Neste sentido o mito da Ordem do Templo, tornada Ordem de Cristo no século XIV, beneficiava-se dos dois tipos de universo: pois ao mesmo tempo representava uma lembrança passada e uma verdade presente. Condição ideal para a elaboração de uma memória épica que glorifique o passado ao mesmo tempo em que legitima o presente, sem contudo sustentar quaisquer aspectos negativos que por ventura macule este passado. A não vamos nos esquecer que o Templo foi dissolvido pelo papado acusado de heresia.

Para Walter Benjamim, acumular experiências implica em ter o passado como dimensão ideal de temporalidade, fazendo do presente o agente fomentador do resgate das referências originais.[1] Creio que se pode concluir que este resgate só se realiza quando atende necessidades e / ou interesses do presente. Assim, a Ordem de Cristo, enquanto um corpo burocrático, cada vez mais laicizado, fortemente enraizado na corte portuguesa não teria prejuízo algum em reafirmar constantemente suas ligações com os templários.

Ao contrário do que normalmente deixa transparecer a bibliografia disponível as relações entre a Casa Real portuguesa e o Templo jamais foram totalmente tranqüilas, isentas de conflito. Ao contrário, pelo que pude levantar, sempre houve muita desconfiança quanto à presença ostensiva na corte do estranho híbrido encarnado nos freires templários, ao mesmo tempo religiosos, guerreiros e banqueiros usurários. Isto independentemente de suas contribuições na Reconquista, defesa e povoamento do território que constituiria Portugal.

Para compreender esta afirmação é preciso sublinhar que Afonso Henriques e seus sucessores, ao longo dos séculos XII e XIII, por meio de costumes e regras que foram sendo criadas e enraizadas aos poucos, souberam administrar de forma competente suas ligações com as Ordens Militares. Para começar a própria existência paralela de diversas confrarias diferentes de certa forma anulavam-nas mutualmente. Não havia exclusividade no trato régio. Se havia a ordem do Templo, também existiam os Hospitalários, a Ordem de Calatrava, a de Santiago de Compostela e outras. Nenhuma se tornava demasiadamente rica, nenhuma possuía quantidades exageradas de terras. Cada qual cercava territorialmente as outras. Fomentar esta concorrência me parece ter sido uma atitude consciente da Casa Real portuguesa, como forma de garantir sua própria autoridade.

O Templo, certamente a confraria mais poderosa em território português, não contando ali com a forte concorrência que sofria da Ordem do Hospital no restante da cristandade, foi vigiada especialmente de perto. Os soberanos impunha-lhes para cada privilégio concedido algo equivalente em obrigação; delimitando o peso de suas relações e impedindo assim que a Coroa fosse prejudicada pelo desenvolvimento de um poder paralelo eminentemente sem controle. É conhecido, por exemplo, que Dom Afonso III e Dom Dinis usaram de sua autoridade para exoneraram pessoalmente monges / guerreiros que julgavam não cumprir a contento suas obrigações para com o reino, no comando de alguns castelos. Usaram de mão de ferro para transformar o Templo em uma força marcada pela fidelidade ao reino.

Dentre estas obrigações deve-se destacar a de coadjuvar o rei em suas campanhas de combate aos mouros, não recebendo nenhum soldo especial, e pessoal, para tanto; devendo os freires custear suas próprias despesas. Deviam também fazer cumprir a obrigação de hospedagem ao rei, seus aparentados e ricos-homens, juntamente com suas respectivas caravanas, que passassem pelos territórios sobre seu controle. Por outro lado era vetado aos mestres provinciais deixarem Portugal, fosse para combater em alguma cruzada, na península ou na Terra Santa, ou para debater com seus confrades de outros reinos europeus, sem permissão do rei; tendo inclusive a obrigação de deixar em seu lugar um substituto previamente aprovado e / ou indicado pelo soberano.

A intervenção na política interna da Ordem era igualmente evidente considerando que nenhum mestre provincial era eleito sem receber aprovação régia. Nem mesmo se fosse o caso desta figura haver sido indicada pela sede do Templo na Palestina, como algumas vezes ocorreu. Sabemos através dos textos de algumas inquirições presentes no livro da *Nova Malta Portuguesa*, sobretudo em sua parte primeira, que sem aprovação do rei, e sem prestar juramento solene de fidelidade a ele e ao príncipe, jurando reconhecê-lo como seu senhor após a morte do pai, nenhum mestre provincial assumia seu posto. E mesmo uma vez empossados não podiam dispor livremente dos bens doados a Ordem, sem consentimento do rei; que podia a qualquer momento usar do direito de retomá-las e doá-las a outras confrarias ou mesmo a particulares ou parentes, que lhes prestaram serviços. Os mestres provinciais não podiam sequer enviar valores transportáveis a Palestina, sem expressa permissão régia.

Ao mesmo tempo o alto clero lusitano nunca manteve boas relações com a Ordem dos Templários. Sempre contestaram a autoridade do Templo nas terras que lhes foram doadas como pagamento pelos serviços militares prestados durante a Reconquista. Sobretudo pelo alto clero português, que não admitia a condição de isentos episcopais das Ordens Militares. As querelas judiciais eram constantes entre os lados.

Assim sendo, a desconfiança régia e a rixa explícita com o alto clero lusitano com os templários foram fatos incontestáveis. O que não torna necessariamente contraditório a iniciativa de se transferir a sede européia da confraria da França para Portugal, em 1307. Neste ano começou a processo do rei Felipe, o Belo, e do papa Clemente V contra a ordem, que acabaria resultando em sua dissolução em 1311, acusados de heresia e prática de atos abomináveis. Certamente Portugal era um rincão bem mais seguro, considerando a situação extrema.

Estranho sim é o fato de que os templários portugueses saíram ilesos das acusações, mesmo sendo julgados em solo ibérico por seus desafetos do alto clero. Cerca de um ano depois da condenação e morte dos principais líderes da facção francesa da confraria, Clemente V publicou em 6 de maio de 1312 a bula *Considerantes dudum*, onde determinou que os acusados de menor importância, leia-se todos os freires das demais regiões da Europa, fossem julgados em seus distritos de origem, em concílios provinciais. O que poderia ser o definitivo fim do Templo, como de fato ocorreu na maioria dos casos, resultou em ameaça inócua em Portugal e na Espanha.

Obviamente os monges guerreiros não deixaram de resistir às acusações. Os templários dos reinos espanhóis, assim como seus confrades portugueses, resistiram a prisão refugiando-se em suas fortalezas. Exigiam um processo isento, diferente do francês: obviamente dirigido e marcado por torturas. Foram julgados em dois concílios provinciais: o

de Salamanca, de 1310, e o de Tarragona, de 1312. Como resultado os templários de Leão, Castela e Portugal foram considerados inocentes de todas as acusações em ambos.

Em sua maioria os membros espanhóis da confraria ingressaram na Ordem da Calatrava, na de Montesa ou mesmo na tradicional adversária: o Hospital, a maior beneficiaria da extinção.[2] Outros receberam permissão para viver em retiro em antigas casas templárias, recebendo pensões provenientes dos lucros obtidos por suas ex-propriedades. Na mesma época, em Aragão, o rei Jaime, temeroso pela demonstração de poder dada pelos freires que resistiram a prisão, exigiu que fosse criada uma outra confraria baseada na de Montesa, de Valência, e sujeita a da Calatrava e ao abade cisterciense de Stas, para receber os templários em seu reino.

Em Portugal, como em Aragão, se decidiu por criar uma outra confraria sobre os escombros da antiga. Uma eminentemente nacional. A herdeira dos bens e, como ficaria claro, de muito de sua tradição do Templo foi a Ordem da Milícia de Cristo, criada em 1320 e regida pela Regra de São Bento. Como sua antecessora a Ordem de Cristo manteve uma estreita relação com a Coroa e foi detentora de diversos privilégios.[3]

Isto, considerando o fato de que século XIV as Ordens Militares haviam perdido sua função prática. A Reconquista já estava praticamente concluída e os ideais cavalheirescos que sustentaram ideologicamente estas instituições durante séculos estavam caminhando para a decadência, a ponto de não muito tempo depois se transformarem em piada. O célebre romance *Dom Quixote*, de Cervantes, do início do século XVII, nada mais é do que a mais brilhante interpretação literária deste fato. Porém, salta aos olhos que entre os séculos XIV e XV as narrativas cavalheirescas ainda despertavam certo interesse, embora já não pudessem se sustentam de maneira tão forte na realidade empírica. Em suma, os tempos áureos da cavalaria passaram, mas deixaram sua marca na memória coletiva.

Em História Medieval não é possível fazer um trabalho em que a questão da memória esta presente sem passar pelo artigo clássico em que Jacques Le Goff conceitua esta palavra. Segundo Le Goff:

> *"A memória como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas".*[4]

Na Idade Média a questão da memória, como afirma Le Goff, passava necessariamente por sua ideologia dominante, o cristianismo. Neste sentido, podemos deduzir, assume aqui, mais do que em qualquer outro período histórico, por suas características de comunidade religiosa universal, aspecto de memória coletiva.

A memória coletiva do medievo teve quanto ao Templo um aspecto marcadamente épico. Relembrando que aqui entendemos memória épica como àquela conquistada pelos feitos de armas ou heróicos. Típica medida medieval de méritos. Assim, fundamentada ou não, tornou-se legendária a coragem templária. Nem mesmo Alexandre Herculano que no prefácio de seu *História de Portugal* condenou a poesia na ciência pôde deixar de impregnar de lirismo e dramaticidade sua descrição dos Cavaleiros Templários durante sua chegada ao campo de batalhas, os preparativos para a peleja e finalmente o avanço destemido contra os inimigos. A reconstrução que ele faz da memória do Templo, é marcada pelo tom grandiloqüento, épico. Mesmo o pai da historiografia portuguesa não ficou imune à imagem heróica do Templo, elaborada ao longo de séculos.

Nestas descrições os Templários eram sempre os primeiros a atacar eram os últimos a retirarem-se. Tinham a tradição de desprezar os combates singulares, homem contra homem, os mais comuns na época, tanto em torneios quanto em lutas reais. Preferiam se atirar em bloco contra colunas cerradas. Para eles não havia recuar. Ou dispensavam os inimigos ou morriam.[5] Esta foi a memória que se guardou do Templo, preservada e vivificada cotidianamente pela Ordem de Cristo, que encorajava a relação entre sua forma atual e a de sua predecessora. Acredito que esta difusão só foi possível devido ao estreitamento dos laços entre a Ordem de Cristo e o alto clero português. O Templo, agora Ordem de Cristo, deixou de ser um estorvo para ser um aliado. Como resultado sua memória "positiva" se difundiu, pois, como afirma Le Goff, o monopólio intelectual da Igreja agia também no campo da memória. Pode-se dizer que a Igreja, grosso modo, definia o que seria lembrando e o que seria esquecido, o que seria louvado e o que seria maldito. Houve "uma repartição da memória coletiva entre litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica." [6]

Houve também, ao mesmo tempo, obedecendo aos mesmos moldes, uma aproximação com a Casa Real. A profundidade desta associação pode ser observada em um texto tardio escrito por volta de meados do século XVI, por Duarte Galvão, cumprindo ordens do então rei Dom Manuel, a *Crónica de Dom Afonso Henriques*. Neste texto, em seu capítulo XIII, o soberano aparece se aconselhando com o célebre mestre templário Dom Gualdim, citado sem o sobrenome Pais, sobre o que fazer diante da enorme multidão de mouros que deseja "*pelejar com ele*". A decisão, como não poderia deixar de ser em uma narrativa apologética, foi a de lutar até o fim, pela honra daqueles que antes deles lutaram em nome do Condado Portucalense, pois deviam acreditar que "*mayor he o poder de Deus, que o del Rey Jsmar, nem que quantos mouros com ele vem*".[7] Desnecessário mencionar que a batalha, que segue descrita nos capítulos posteriores, foi vencida pelos portucalenses apesar da esmagadora desvantagem numérica.

Assim sendo, no capítulo XXI do mesmo livro, os Templários formam a linha de frente da tomada de Santarém, o forte Xantareyn dos árabes, ocorrida em 15 de março de 1147:

> *"Capítulo XXI : Como os Christãos trabalharom de noyte por furtar a vila de Santarem, e como emtrarom nela.*
> *(...) E el Rey D. Afomso bradou em tom a altas vbozes: 'Samtiaguo, Santa Maria, Virgem Bemaventurada, acorenos aquy', dizendo ajnda: 'mataos, mataos, nom seja tal que escape, todos ambem a espada'!*
> *Neste feyto era o mestre dos cavaleiros do Templo, D. Gualdino, com sua cavalarja, e lhes forom dadas a seu quynhão tres escadas pelas quaes emtrarom, ele e os seus cavaleyros, muy ardidamente. E os que sobirom apartaromse loguo em duas partes, e hums pelejavom com os da huma parte, e outros com os da outra. E era já tanta a volta das vozes da vela as portas, que se não podiam emtender. E emtom dise el Rey apresa aos seus: 'façamos ajudoyro aos parçeiros, e tenhamos nos a destra parte."*[8]

Esta crônica é um exemplo claro de elaboração de uma memória épica para os Templários. Há heroísmo, há desprendimento, há sobretudo lealdade ao rei. O mesmo se pode afirmar acerca de uma lápide encontrada no castelo de Tomar, a sede do Templo em Portugal, comemorando a vitória durante um cerco muçulmano a esta respectiva praça forte. Reproduzo abaixo a inscrição da lápide e, logo depois, apresento a tradução que fiz da mesma. Lê-se, já convertendo a data registrada na contagem da Era Hispânica:

> "No ano de 1190, em 5 de julho, veio o rei de Marrocos comandando quatro mil *cuadrillas* de cavalaria e quinhentos mil guerreiros de infantaria. Colocou cerco a este castelo por seis dias. Destruiu todo o que encontrou fora dos muros. O citado mestre com seus freires livrou Deus de cair em suas mãos. O mesmo rei voltou para sua pátria com inumerável perda de homens e bestas."

Salta aos olhos o fragrante exagero quanto ao número de homens e animais envolvidos na campanha. O que não deixa de ser uma característica da construção da memória épica. Cifras elevadas valorizam e dramatizam narrações. Que neste caso, apesar

do status de verdade gravada na pedra, aproximasse mais da crônica do que da história oficial.

Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*, destaca a memória social, familiar, grupal como sendo mais completa do que a chamada história oficial, porque nela não importa tanto os lapsos ou omissões e sim o que foi lembrado. Ou seja: mais importante do que os números exatos, o fundamental foi a vitória do Templo em Tomar, feito de armas que faz por si só dos números meros detalhes de pouca importância para instituição da memória do acontecimento. O sentido do épico esta acima das estatísticas. Não que se trate da institucionalização de uma mentira e sim do fato de que a narração de um fato e, portanto, sua reelaboração, abre a possibilidade de estabelecer uma transcendência sobre a vida. [9]

Neste aspecto a literatura é um dos modos mais límpidos de se conservar o pensamento de uma época. Segundo F. Kermode a ficção flerta com o desejo humano de dar sentido à sua presença no mundo, o que faz suas construções narrativas sempre seminais. O enredo, a "narrativa coerente", e apenas um meio de se alcançar o intento de cristalizar dada verdade. Verdade aqui no sentido substancialista que Roland Barthes deu a este conceito. Para ele verdade "é o que condensa o *quid* do objeto a que se refere".

Considerando isto, visto de modo geral, o romance quinhentista português *A Demanda do Santo Graal*, mais do que um mero conto de aventuras cavalheirescas, pode ser definido como um longo e complexo sermão. Um sermão politicamente motivado, inserido em dado momento histórico e relacionado a determinados interesses. Não é apenas o rei Artur quem fala ali e sim o próprio soberano português. As narrativas arturianas foram introduzidas em Portugal por Afonso III, ainda no século XIII, para no século XIV se tornarem manifestações culturais formadoras da nacionalidade. Em mais de uma ocasião Dom João I se comparou ao rei Artur. O objetivo era produzir em Portugal uma sensação de orgulho nacional a partir de uma identificação do reino com a Bretanha mítica de Artur, algo que já se fazia há tempos, e de modo natural, na Inglaterra normanda. O auge desta correlação viria no século XVI, quando o mito arturiano do retorno eminente do rei se transferiu para o desaparecido Dom Sebastião.

Portanto, se o rei português era o próprio Artur, sua corte deveria ter quem representasse seus pares da Távola Redonda. Segundo Lênia Márcia de Medeiros Mongelli, especialista na *Demanda do Santo Graal*, a resposta de quem caberia este papel era claro. Pergunta ela: "Que diferença havia entre aquilo que se esperava de um templário e as condições exigidas para se defender à Cavalaria de Artur?" [10]. Estando o Templo virtualmente extinto a esta altura, restou fortalecer ainda mais seus inegáveis laços com a Ordem de Cristo. Com a vantagem desta confraria, como já determinamos anteriormente, ao

contrario de sua sucessora, manter relações mais estreitas com o alto clero português; algo fundamental para a boa divulgação deste, digamos, sermão em forma de livro que é a *Demanda*. Esta ligação institucional é fundamental para a cristalização do mito templário porque, segundo Bergson, os mecanismos da memória orientam ações e conhecimentos úteis ao trabalho social e ao adestramento cultural. Permite relações com o corpo presente, interferindo no processo atual das representações.[11] E isto só poderia ser conseguido em meio ao cenário medieval português com o apoio estrito da Igreja.

---

[1] BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Obras escolhidas 1*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 114.
[2] DEMURGER, Alain. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 196.
[3] PIMENTA, Maria Cristina Gomes & SILVA, Isabel Luísa Margado S. e. Política de Privilégio Joanina: confronto entre a Ordem de Cristo e a Ordem de Avis. *Revista de Ciências Históricas*: revista do Departamento de História da Universidade Portucalense. Vol. IV. Porto, 1989. p. 165 – 176. p. 169.
[4] LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 11.
[5] HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1980. v. V. p. 65.
[6] LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 24.
[7] TAROUCA, Carlos da Silva. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: MCMLII, 1952. v. I. p. 38 – 41.
[8] TAROUCA, Carlos da Silva. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: MCMLII, 1952. v. I. p. 70 – 72.
[9] LEENHARDT, Jacques & PASAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. p. 10.
[10] MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. *Por quem peregrinam os Cavaleiros de Artur?*. São Paulo: Ìbis, 1995. p. 21.
[11] BORELLI, Silvia Helena Simões. Memória e temporalidades: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson. In: *Margem: narradores e intérpretes*. São Paulo: EDUC, 1992. p. 88.

E ONDE FICA ADÃO NESTA HISTÓRIA?!

Do desafio de ensinar História diante do fundamentalismo religioso

Ademir Luiz da Silva – UFG/UEG

> *"É incontestável que a doutrina de um Deus pessoal que interfere com acontecimentos naturais nunca pode ser refutada, no sentido real do termo, pela Ciência, pois essa doutrina sempre se pode refugiar naqueles domínios em que o conhecimento científico ainda não foi capaz de se afirmar."*
>
> Albert Eintein

1 - O EVOLUCIONISMO COMO UMA MENTIRA COMPROVADA CIENTIFICAMENTE

Todo professor de História vive um dilema anual: como apresentar a matéria sobre o surgimento do homem sem ofender a gregos ou a troianos?

A escola é, ou deveria ser, uma instituição laica por definição. Muito mais do que uma difusora de ideologias a escola tem o dever e a vocação de ser uma difusora do saber, isenta de qualquer tipo de preconceito. Um livro didático nada mais é do que o substrato do conhecimento humano acumulado em anos, décadas, ou mesmo séculos, de estudos teóricos e empíricos realizados por incontáveis cientistas e homens de letras; alguns gênios, outros nem tanto, mas todos humanos, muito humanos, lidando com problemas tipicamente humanos. O que se pública para fins didáticos é tão somente o resultado do provado e comprovado destes esforços. Senão vejamos. Em um livro de Química não existe lugar para o éter olímpico. Em um livro de Física o que se vê é matemática aplicada, puramente lógica, nunca teorias mirabolantes seguidas de explicações herméticas. Os livros de Biologia fazem questão de trazer fotografias ampliadas de seres microscópicos para que não se tenha dúvidas de que eles realmente existem. Os livros de Geografia sabiamente fazem o mesmo com os planetas e as galáxias, provando que de fato há muito mais espaço aí fora do que Horácio poderia imaginar. Tudo isto é liquido e certo, obvio até. Ninguém se atreve a duvidar das informações contidas nestes receptáculos de conhecimento que são estes livros didáticos. Seus digníssimos autores são pessoas acima de qualquer suspeita diante do aluno, seu discípulo, usuário de cornucópia de verdades indiscutíveis que são suas obras; grandes e volumosas obras na maioria das vezes. Não por acaso, na aparência, guardam semelhanças com outros livros igualmente sagrados de natureza, digamos, mais transcendentes.

Não obstante isto, os autores de livros didáticos de História são quase sempre tachados pelos alunos de charlatões, hereges e o pior de tudo: chatos de galocha. Tudo isto porque, por força do ofício, tocam nas feridas abertas do que o ser humano possui de mais característico e ao mesmo tempo mais incerto: sua fé. Diversas foram as vezes em que ouvi um aluno resmungar frente a um texto ou prova de História: "Não acredito em nada disto. Estudo porque tenho que estudar, mas não esta escrito nas escrituras."

Os alvos da negação são os mais variados. Exemplos não faltam. Na Idade Antiga poucos aceitam que o paganismo hedonista das sociedades clássicas não se tratava de pura sem-vergonhice e sim de hábitos culturais de povos que não conheciam a idéia oriental de pecado; mero "sentimento de escravos"[1], como diria um grego. Na Idade Média parece haver uma enorme resistência mental em relacionar a Igreja que perpetrou as monstruosidades da Inquisição e a chacina das Cruzadas, com a "justíssima" instituição que se conhece hoje. Na Idade Moderna muitos evitam sequer em pensar nas origens muito mais econômicas do que propriamente espirituais da Reforma Protestante, achando impossível que o novo patriarca Lutero pudesse prestar-se a este papel. Na Idade Contemporânea recebem o golpe final quando se deparam com o mais polêmico, escorregadio, e ao mesmo tempo inevitável, de todos os temas: o origem do homem posta a nu pela ciência materialista do século XIX.

Neste ponto o historiador torna-se definitivamente um mentiroso. Como pode ter o desplante de afirmar que o homem veio de um macaco, que por sua vez veio de um mamífero minúsculo com jeito de roedor, que veio de um peixe, que veio de uma célula original, que ninguém sabe ao certo de onde veio?! Pouco adianta explicar que nós não "viemos" e sim evoluímos; e que não eram macacos, mas antropóides superiores. A experiência mostra que neste instante a maior parte dos alunos vai estar se perguntando "e onde fica Adão nesta história?!"

Eles estão certos. Esta questão deve mesmo ser formulada. E onde fica Adão nesta história?

Em minha opinião, Adão deve ficar em seu honroso lugar de direito: a tradição. As convicções religiosas pessoais precisam ser respeitadas. Porém, jamais, em hipótese alguma, devem tomar o lugar da ciência; responder as questões que cabem a ciência responder. Infelizmente não é isto o que acontece. A verdade é que o mito da criação divina do homem e do universo é um dos últimos grandes tabus a sobreviver no imaginário popular de nossa época. Há tempos que a Terra deixou de ser quadrada. Ninguém mais acredita em concepção via cegonha ou tem dúvidas de que o Papai Noel é uma invenção da Coca-Cola. Da mesma forma que ninguém, por mais bronco que seja, por mais que se alardeie o contrário, dúvida de fato que Armstrong pisou na Lua. Até a suprema tolice do nazismo é proibida por lei em várias partes do mundo. O racionalismo parece imperar na sociedade

moderna. Ledo engano. A coisa muda de figura quando se pergunta para alguém como surgiu o homem. É quase certo que nove entre dez pessoas incluiriam em sua resposta as palavras barro e costela.

A hegemonia do mito sobre a verdade cientifica não é por acaso. Conta-se que em 1860, pouco depois da publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, a esposa do bispo de Worcester exclamou preocupada: "Barbaridade, descendemos de macacos! Esperemos que não seja verdade, mas se for rezemos para que isto não venha a se tornar amplamente conhecido."[2] Não é necessário explicar que a preocupação da nobre beata inglesa era com relação a sobrevivência das regras sociais, da moral e dos bons costumes; que certamente estariam ameaçados diante de uma revelação tão "bestial" como aquela. Provavelmente estaria pensando a beata, tomando liberdades com a frase célebre de Dostoievski, "se somos macacos tudo é permitido."

Felizmente para digníssima senhora inglesa o planeta dos homens continuou o mesmo. Não mergulhou no caos símio. As idéias de Darwin, apesar do impacto inicial, não se tornaram muito conhecidas, e aceitas, fora dos círculos acadêmicos. Neste aspecto perderam de longe em popularidade para as contemporâneas idéias de Sigmund Freud, que hoje fazem parte do cotidiano de todos nós. Vide o uso corrente de termos da psicanálise, tais como neurótico, psicótico, histérico etc. Este fenômeno de obscuridade tem um significado profundo. O ser humano pode até admitir que "nem mesmo em sua própria casa é ele quem dá as ordens, mas que deve contentar-se com as escassas informações do que se passa inconscientemente em sua mente"[3], mas não aceita de forma alguma perder sua descendência divina. Não admite ser órfão. O resultado é que refuta toda e qualquer tentativa de colocá-lo em seu devido lugar no âmbito da criação. O de um animal fraco, lento, pouco ágil, de parca visão; porém dotado de extrema habilidade manual e criatividade.

Quem paga a conta desta omissão é a ciência de modo geral e a didática histórica em particular. Claro que hoje, passados os tempos negros da Inquisição, ninguém mais é queimado vivo, mas ainda assim muitas vezes o combate as idéias religiosamente rebeldes é explicito. O caso recente do escritor lusitano José Saramago é sintomático. Seu romance *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* foi proibido pelo Estado de Cultura de representar Portugal no Prêmio Literário Europeu, em 1992, sob a alegação de que ofendia as convicções religiosas do povo português. Tudo porque Saramago, um ateu convicto e confesso, retratou em seu livro um Jesus de Nazaré muito mais humano do que divino. Ofendido, o escritor resolveu se exilar nas Ilhas Canárias. Não pretendia ser um novo Kazantzakis; autor do romance *A Última Tentação de Cristo*, que chegou a ser excomungado pela Igreja Ortodoxa Grega

É comum acusar as igrejas cristãs de intolerância, mas esta prática vem de antes de Cristo.

Lembramo-nos que uma das acusações que pesava sobre Sócrates, no julgamento que acabou resultando em sua condenação a morte, foi a de ser ateu e corromper os jovens atenienses " ensinando-os a não acreditar nos deuses que a cidade acredita"[4]. Nada mais falso, como demonstrou Platão em seu *Apologia a Sócrates*. O filósofo apenas colocava a tradição em seu devido lugar, submetida ao *logos*, à razão. De qualquer forma, mesmo inocente, Sócrates bebeu cicuta, obedecendo à vontade democrática dos cidadãos de Atenas, que votaram pela eliminação de sua presença intelectualmente perigosa.

Se soa estranho este escabroso erro jurídico no seio da festejada democracia grega, espanta ainda mais acontecer algo semelhante em nossos dias na "pátria da liberdade de expressão". No final dos anos noventa foi divulgado no Brasil que grupos religiosos cristãos fundamentalistas norte-americanos simplesmente proibiram o ensino do evolucionismo em certas escolas dos Estados Unidos. A justificativa não poderia ser mais risível. Os fanáticos alegavam que as teorias de Darwin afastavam as crianças da "verdade". O que temos aqui é o mais claro exemplo de inversão de valores: dogma tornou-se sinônimo de verdade. Mas os dogmas, como se sabe, são variáveis de cultura para cultura. Pensemos. Se acontecesse o mesmo na Índia, por exemplo, não se estaria sacrificando o evolucionismo em prol do *Fiat Lux* e sim do *Dia e da Noite de Brahma*. Podemos ir ainda mais longe no raciocínio. E se acaso uma criança hindu estivesse estudando em uma destas escolas norte-americanas? Seus pais poderiam protestar pelo fato dos professores do tal estabelecimento de ensino estarem ensinando "mentiras" a seu filho? Em se tratando de Estados Unidos podemos estar diante de uma ação judicial de milhões de dólares.

Em meio a este cenário burlesco, uma coisa é certa. Se existe algo que pode aproximar o homem de algum tipo de verdade este algo é a ciência. Em 1996 o próprio Vaticano, na figura do Papa João Paulo II, admitiu, ainda que timidamente, como aliás é de seu feitio, que a Teoria da Evolução Natural "é algo mais do que uma hipótese" e que "a ciência pode purificar a religião do erro e da superstição". Nada mais justo; sobretudo quando lembramos que o difamado Darwin, o pivô da polêmica, era cristão e chegou a declarar que "não vejo nenhum motivo para que as idéias expostas neste livro choquem as crenças religiosas de quem quer que seja"[5]. Einstein, seu colega de labuta cientista, poderia consolá-lo pela absolvição tardia dizendo-lhe que "a razão é fraca naturalmente, quando confrontada com sua tarefa infindável. Fraca realmente, se comparada às loucuras e paixões da humanidade, as quais, temos de admitir, quase inteiramente controlam o nosso destino humano, nas grandes e nas pequenas coisas. No entanto, a obra do entendimento sobrevive às gerações barulhentas e obstrutivas e espalha luz e calor através dos séculos."[6]

De qualquer forma, levando-se em conta que a maior parte da humanidade é incapaz de viver sem cresças no transcendente, como provou a fracassada experiência de ateísmo forçado na Rússia pós-revolução, o bom senso exige que ao menos se separe o mais

possível os termos: o templo, seja de qual religião for, é para oração; a escola é para aprender ciência, lógica. No templo água pode até transformar-se em vinho, na escola em hipótese alguma água e óleo devem se misturam.

2 – O EVOLUCIONISMO POSTO NA FOGUEIRA

Tendo em mente o que escrevi acima decidi levar tal problema para a sala de aula, aqui no Centro de Pesquisa Aplicada a Educação da Universidade Federal de Goiás, em duas turmas de primeiro ano do ensino médio, durante o mês de março de 2001, aproveitando o ensejo anual a que me referi no início deste artigo: o momento em que se deve tratar do surgimento do homem.

Após a leitura em sala do capitulo do livro didático relativo a esta questão, propus um exercício. A produção de um texto em que o aluno deveria expor sua opinião pessoal acerca das duas explicações para a origem do homem, a cientifica e a tradicional. No enunciado fiz questão de deixar claro que "não basta escrever que acredita no evolucionismo ou no criacionismo. Pesquise o tema antes de escrever. Desenvolva uma argumentação embasada, explicando as razões de sua crença em uma ou em outra opção teórica. Exercite seu poder de argumentação e lembre-se que o mais importante neste trabalho não é qual sua opinião e sim o quanto você foi convincente defendendo-a." Os alunos tiveram uma semana para preparar o texto pedido.

Selecionei abaixo trechos de alguns trabalhos. A transcrição é fiel as versões manuscritas.

(1) "Eu, particularmente, acho um absurdo o que o cientista inglês Charles Darwin escreveu em seu livro *A origem das espécies*."

(2) "Bem eu acho que essa coisa que dizem sobre o homem ter nascido do macaco é uma tremenda bobagem, pois se isso fosse verdade não existiria mais macacos, pois todos iriam se transformar em homens e isso não acontece. (...) Os cientistas gostam de fazer afirmações, porque encontram ossadas de qualquer coisa e dizem que são ossadas humanas"

(3) "Eu acredito que o homem foi criado por Deus e esta para mim fora de cogitação a idéia de que o homem surgiu do macaco, isto para mim é converça pra boi dormi e só para ter mai o que estudar nas escolas o melhor dizendo nas aulas de História."

(4) "Esta é a origem do homem que eu acredito, porque está é a palavra de Deus e tudo o que neste livro sagrado está escrito irá acontecer, imbecil é aquele que não acredita na palavra de Deus e zomba dela, este será condenado e queimará eternamente no lago de fogo."

(5)"Na minha opinião eu acredito mais na história do evolucionismo, não porque não acredito na estória da criação divina, mas acho que a teoria da evolução tem mais sentido."

(6)“Não que eu não seja religioso (não tanto quanto deveria) mas é que acho que o evolucionismo é tão mais óbvio que o criacionismo, e além do mais, prefiro sacanear esses padres que se acham o centro do universo como classificam a Terra.”

(7)“Eu acho que elas duas juntas que deu origem ao seres vivos.”

(8) “No Brasil o evolucionismo não é aceito, porque nós vivemos em um país regido por várias crenças religiosas, e dão várias definições sobre o surgimento dos seres vivos. Por isto esse assunto causa tanta polêmica até hoje onde uma grande parte da população é istruida. Então a partir do momento que eu e eu adoto adoto o evolucionismo, eu perco toda aquele pensamento religioso e passo a ser um (ateu) e é esse o medo das pessoas.”

(9)“Esse Deus, não melhor: essa força suprema pode até existir, todavia as igrejas fazem uso dela como mais uma instituição humana para dominar pensamentos, alienar pessoas. O que há de mau em saber que temos um elo em comum com os primatas? Se muitas vezes somos tão irracionais e inconseqüentes quanto os bichos!”

Em virtude do parco espaço de que disponho tecerei apenas um breve comentário acerca dos trechos apresentados. Grosso modo pode-se perceber um obvio estado de confusão mental na maior parte dos trabalhos. Os conceitos básicos da teoria da Seleção Natural, apesar de meus esforços didáticos, não parecem claros para todos.

Os primeiros (1, 2, 3 e 4) negam totalmente as evidências cientificas, acusando-as de serem meras elucubrações alucinógenas dos pesquisadores e professores que as divulgam. Notem que o segundo texto possui a ingenuidade quase cômica de afirmar que qualquer osso de galinha, encontrável em qualquer cesta de lixo, pode ser confundido com um fóssil; além de, clássico dos clássicos, identificar os símios atuais com a linha evolutiva dos antropóides superiores. Digno de nota é a pregação fundamentalista esboçada no quarto texto. O estudante que o compôs conclama a todos os materialistas a conversão imediata, sob pena de sofrerem punição divina caso insistam em manter suas condutas pecaminosas; não condizentes com a tradição. É de fato muito comum escutarmos crentes ameaçando descrentes com algum tipo de fogo infernal, dizendo-lhe que vai “pagar por não aceitar a verdade”, como se esta verdade não fosse acima de tudo um dogma; que como já vimos é variável.

A partir do texto número 5 encontramos um tipo peculiar de conduta. O aluno percebe a lógica irrefutável do evolucionismo, e não pode negá-la, ao mesmo tempo em que procura se prender escrupulosamente a explicação divina. O que parece existir é um certo sentimento de culpa em abandoná-la, como se percebe no sexto texto, quando seu autor afirma entre parênteses que não é tão religioso “quanto deveria”. Mesmo se mostrando insatisfeito com a conduto dos sacerdotes de sua religião, recusa-se a negá-la; o que prova que a força da idéia é muito mais poderosa do que qualquer insatisfação que por ventura possa existir em função do cotidiano da prática religiosa. O resultado é uma tentativa de unir

ambas as teorias, como forma de purgação, desencargo de consciência. Objetivo explicitado no texto número 7. A impossibilidade prática de realizar tal façanha teórica não impede o aluno de apegar-se a esta improvável solução.

Os textos 8 e 9 mostram uma visão mais crítica ao analisar o problema. O que faz de ambos exceções no universo de trabalhos recolhidos.

O oitavo texto lembra-nos que a dificuldade da comunidade em aceitar a verdade indiscutível do evolucionismo se deve ao fato de que é a religião que rege os valores sociais de nosso país; vide a trindade "família, tradição e propriedade". Qualquer postura contrária a esta receita é mal vista socialmente. O que implica que ser um materialista, um ateu, é tido como "pecado"; o que por si só é uma contradição já que o indivíduo que não crê não pode ser incorporado aos princípios da crença. Conviver com este "pecador", ou pior, tornar-se como ele, é o "medo das pessoas", pois significa respirar o mesmo ar que alguém que, tendo desafiado a ordem estabelecida, já esta, segundo a tradição, previamente condenado em vida. É um embaraço ambulante, um ser estranho, um pária enfim.

O texto número 9 trata da questão do uso ideológico, alienante, da tradição; que é afinal de contas uma invenção tão humana quanto a política e segue a bem da verdade os mesmos preceitos. Seu autor termina a reflexão aceitando de bom brado o parentesco com os símios, lembrando que muitas vezes somos tão irracionais, emotivos e encontroláveis quanto eles. Tanta semelhança só pode mesmo sugerir parentesco. O que não surpreende, considerando que todos nós, homens civilizados, temos em nosso circulo familiar mais intimo ao menos um exemplar da numerosa raça dos primos chatos, mentirosos, preguiçosos e inconvenientes. Chega a ser um alívio pitoresco compará-lo a um chimpanzé.

Abstract: In this article I try argue how the religions (fundamentalism) present in our society disponse to corrde, or at least to criticize, the history teaching, when the history discouss any dogma of yor tradicion.

Key words: History, religion, fundamentalism

---

[1] NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Ediouro, 1989. p. 108.
[2] LEAKLEY, Richard E. & LEWIN, Roger. *Origens*. São Paulo: Melhoramentos, 1982. p. 21.
[3] FREUD, Sigmund. *O Pensamento Vivo de Freud*. São Paulo: Martin Claret, 1986. p. 59.
[4] PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. In: *Os Pensadores – Platão*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 77.
[5] DARWIN, Charles. *O Pensamento Vivo de Darwin*. São Paulo: Martin Claret, 1986. p. 77.
[6] EINSTEIN, Albert. *O Pensamento Vivo de Einstein*. São Paulo: Martin Claret, 1986. p. 87.

Interesses espirituais e materiais nas sociedades de socorros mútuos

Adhemar Lourenço da Silva Jr.[1] - UFPel

Qualquer definição acerca das sociedades de socorros mútuos destaca a pretensão de satisfazer aos interesses materiais dos sócios em caso de doença, morte, prisão, desemprego, pobreza, etc. Se assim as definimos, faz pouco sentido falar de algo como um "ideário assistencialista" sempre que houver assistência. Embora, realmente, possa existir o "assistencialismo", nem toda forma de assistência traz necessariamente consigo a satisfação de interesses espirituais consolidados no ideário amiúde referido como "assistencialista". Ao contrário, os interesses espirituais freqüentemente disseminados pelas sociedades de socorros mútuos versam sobre aquilo que a bibliografia costuma incorporar à "identidade" dos trabalhadores. Graças a essa disjuntiva sobre a natureza dos interesses atendidos, não raro a bibliografia sobre as sociedades de socorros mútuos está mais interessada no adjetivo "mútuos" do que no substantivo "socorros", perdendo, portanto, o que há de substantivo nessas associações. Nesta comunicação, minha estratégia argumentativa – embora possa parecer construir um modelo – resume-se a formalizar as transposições possíveis e efetivamente encontradas em meu universo empírico (Rio Grande do Sul, 1854-1940), de escalas de valores materiais e espirituais. È tema relevante, porque os limites orçamentários para a produção de comportamentos nas mutuais implica dar conta das estratégias implementadas nessas associações para lidar com a escassez.

Amiúde, tomam-se interesses espirituais enunciados nas mutuais como dados, e não construídos. Assim, estudos interessados nos trabalhadores eximem-se de analisar estratégias retóricas envolvidas, por exemplo, em mutuais étnicas, sob o argumento de que se tratam de interesses espirituais de outro grupo social. Contudo, estudos já evidenciaram que há poucas diferenças no atendimento de interesses materiais dos sócios de mutuais fechadas segundo critérios étnicos e segundo critérios sócio-profissionais, permitindo trabalhar com a suposição de que as posições objetivas de classe em umas e outras entidades são o suficiente semelhantes.[2] Dessa forma, investigar interesses espirituais de trabalhadores não

se resume ao estudo das entidades que reivindicam a denominação, porque, conquanto a denominação de "trabalhadores" (ou variante dessa) seja necessária para a implementação de estratégias públicas, as sociedades de socorros mútuos não são necessariamente meios eficientes para implementação dessas estratégias públicas, de resto, melhor implementadas por sindicatos. Isso é importante, porque há diferenças em mutuais abertas e com algum critério de fechamento, essas últimas são mais comuns no período pesquisado. Penso que o critério de fechamento define escalas de valores por meio dos quais se transpõe um tipo de interesse em outro. Ao definir, por exemplo, os valores em dinheiro de jóia e taxas periódicas, a associação define o limite da proteção possível. Da mesma forma ocorre ao definir que só italianos, por exemplo, podem se associar a certa entidade.

Podem-se formalizar os critérios de fechamento como um gradiente que vai do fechamento completo (não podem se associar "os de fora") até quase uma abertura, como é quando os de fora do fechamento só não participam da diretoria. O fechamento define o acesso aos direitos "sociais" (que normalmente correspondem à satisfação de interesses materiais) e políticos (que normalmente correspondem à satisfação de interesses espirituais). Desse modo, uma mutual étnica, por exemplo, pode se abrir à filiação de membros de outros grupos étnicos, que poderiam gozar de socorros, mas não participar de assembléias.

Excluir direitos políticos de certos associados com renda para tanto instaura um monopólio da condição de "protetores" dos demais, pela capacidade de julgar os candidatos a sócios, carrear recursos e dispendê-los com justiça, poupar, etc. Três são os requisitos para que o monopólio dos "direitos políticos" não se restrinja à satisfação de interesses materiais, mas premie os monopolizadores com o prestígio construído pela mutual. A primeiro deles é a existência de uma retórica de moralidade a definir valores assumidos pela mutual. São discursos persuasivos que atribuem à satisfação de interesses materiais o caráter de realização de interesses espirituais. Essa retórica envolve a capacidade de transcender as matérias concretas de deliberação por matérias abstratas (passando da *quæstio finita* à *quæstio infinita*), em discursos de qualquer gênero (judicial, deliberativo ou demonstrativo).[3] Exemplos desse procedimento podem ser vistos em mutuais que, excluindo mulheres dos direitos

políticos, definem padrões de conduta masculina. Em 3 de março de 1859, um sócio da Beneficência Porto-Alegrense propôs que se investigasse a conduta de João Martins Bastos, devido ao comportamento "irregular e escandaloso". Ao contrário de outras situações em que as comissões eram eleitas, essa foi nomeada pela diretoria. Alguns meses depois, em assembléia geral, a comissão deu seu parecer, no qual afirmava que o comportamento do sócio era uma falta passível de punição. Que comportamento era esse? Acontecia que Bastos era casado "com uma virtuosa senhora, e [vivia] amancebado com outra mulher". No debate de assembléia geral, vários oradores condenam a conduta de Bastos, que toma a palavra para se defender, invocando o testemunho de sua esposa. Em sua alocução, Bastos disse que ia à outra mulher a negócios, numa interação que só podemos imaginar, pois era um "negócio melindroso". Depois de debates, se vota a expulsão, que foi aprovada. Passando à segunda discussão do tema, um sócio usa de metáfora interessante:

> "... reconhecendo a existência de qualquer mal, não segue o sistema do médico que corta a parte doente, antes pelo contrário [,] entende que se deve aplicar o necessário remédio [e] opina que o sócio Bastos não seja eliminado da Sociedade, pois que para correção do mesmo julga suficiente a discussão pública que tem havido a seu respeito...".

Outros oradores falam no mesmo tom e o próprio acusado toma a palavra pedindo "a indulgência da assembléia" e prometendo não mais desviar-se "da senda dos seus deveres". Outros sócios corroboram o pedido, e o requerimento de expulsão é retirado. Cerca de 6 meses depois, outro requerimento é encaminhado, acerca de Amaro Francisco dos Santos, "que feriu gravemente sua mulher", caso que pouco tempo depois foi submetido à assembléia geral. O debate foi breve e, neste outro caso, não houve segunda discussão, porque o sócio foi sumariamente expulso em 2 de fevereiro de 1860.[4]

É patente que ambos os casos dispõem sobre o abuso das prerrogativas masculinas, mas apenas Bastos cometera uma falha que não se opunha a um valor importante em qualquer sociedade de socorros mútuos. Ao amancebar-se com uma mulher, invocando a outra como testemunha a seu favor, é provável que Bastos sustentasse e/ou protegesse ambas, ao passo que Amaro, tendo agredido sua esposa, não poderia ser mantido na posição de sócio também responsável pela gestão dos recursos necessários à proteção social de ou-

tros. Em outros termos, ambos tiveram uma conduta moral condenável, e ambos foram condenados, mas Bastos teve como punição a vergonha, enquanto Amaro não poderia ser mantido como um igual entre aqueles que tinham por responsabilidade proteger. O monopólio da proteção por aqueles com direitos políticos também aparece em estatutos de mutuais a definir, por exemplo, se um sócio envolvido em brigas receberia socorros ou não, tal como acontecia com a Sociedad Española em Porto Alegre ou a Union Française em Pelotas.

A defesa de Bastos aplica à *quæstio finita* de deliberação sobre sua punição a *quæstio infinita* sobre a necessidade de aplicação de remédios, e não a amputação do órgão doente em um discurso de gênero judicial. Já a utilidade de determinada medida (típica do gênero deliberativo) aparece, também na Beneficência Porto-Alegrense, logo em seu começo, quando um sócio apresentou um requerimento para que:

> "... cada um sócio tenha uma cópia dos estatutos e do regimento interno, bem assim uma lista nominal de cada um sócio e do que vivem (...), requerendo [ainda] que para as sessões sejam escolhidos efetivamente as 1as [sic!] horas da noite do dia determinado, que os sócios, sem forçarem suas posses se apresentem decentemente para corroborar a força moral da nossa assembléia. Outrossim que seja expressamente proibido o fumar na sala das sessões; depois de bem discutido, foi aprovado nas duas sessões" [de debate].[5]

A necessidade de se trajar de forma decente, não foi incorporada aos estatutos desta entidade, mas aparece, por exemplo, nos da União Caixeiral Jaguarense e, de resto, é fácil identificá-la em fotografias de diretorias. Existe relação estreita entre o bem trajar e a exibição pública da entidade por meio de estandartes, sedes, símbolos e adornos, configurando uma estética dessa exibição. A *quæstio infinita* assentada é a de que é possível despender recursos em algo que excede a satisfação de interesses materiais, porque a gestão desses recursos permite gastar no que seria considerado supérfluo. Exibir-se publicamente de modo respeitável, "decente", só é considerado supérfluo quando apenas se consideram os interesses materiais dos associados, não seus interesses espirituais.[6] O gênero demonstrativo, por seu turno, está diretamente associado a esses momentos de exibição pública, ainda que não seja a eles restrito. Festas, solenidades, rituais, são todos elementos retóricos que consolidam a união de interesses materiais e espirituais, como também são as narrativas exemplares que às vezes aparecem em relatórios. O da Portuguesa de Beneficência em Rio

Grande, em 1890, aborda o caso de rico comerciante que se havia associado "mais por ato de beneficência que por necessidade", mas que, vendo-se arruinado, teve que recorrer ao "papel inútil, o diploma que havia recebido de sócio da nossa Benemérita sociedade..."; já o da 24 de Maio, em Porto Alegre, elogia em 1914 um sócio que recebeu diárias por doença, tendo em vista o atestado médico que o impedia de trabalhar, mas, quando outro atestado o permitiu, o associado devolveu o que havia recebido.[7]

Em todos os casos, os interesses espirituais só se revelam na construção retórica, e isso também vale para os contemporâneos, que dela também precisam para transcender a percepção de que sua associação voluntária atende apenas a interesses materiais. Na falta desses discursos, a opção por uma ou outra mutual, ou uma companhia privada de seguros, apenas dependeria de sua capacidade de oferecer serviços.[8] Quando a mutual tem um jornal, quando publica seus relatórios, afora as questões administrativas tratadas, esses atos retóricos de ligação dos interesses materiais com espirituais assumem tal importância que chega a haver a proibição de detalhamento dos interesses materiais, como ocorre com o de nomes de sócios, para livrá-los do opróbrio. Assim, só sobram os números gerais da entidade, trazendo os socorros de forma impessoal, e as narrativas exemplares.[9]

O segundo requisito para que o monopólio de "direitos políticos" gere prestígio é o fechamento da entidade, e isso é tautológico: não existe monopólio quando todos têm acesso ao bem. Contudo, quando a mutual define gradações do acesso aos bens, que podem ir do não-acesso aos socorros (somente sociabilidade ou lazer) até o pleno exercício político, estabelece uma única escala para medir, de um lado, a virtude do sócio e, de outro, o sentido do bem ou do recurso oferecido. Definir que alguns têm acesso ao que outros não têm é atribuir valor a essa coisa, só disponível a quem de direito. A questão é saber que coisas são essas e qual seu valor relativo. A narrativa da Sociedade Portuguesa de Beneficência, acima citada, põe em relevo o valor do "papel inútil", o diploma de sócio da entidade, demonstrando quão útil foi para o negociante arruinado. Quando a mutual é aberta, a única coisa à qual se pode atribuir valor é o socorro, porque a gradação de virtudes e de bens oferecidos só é capaz de distinguir entre os que são associados e entre os que não são. Para-

doxalmente, o mesmo ocorre quando a mutual é totalmente fechada, isto é, quando os critérios de fechamento não estabelecem quaisquer gradações no acesso aos direitos. Em qualquer dos dois casos, a única diferença é a que existe entre os que estão dentro e os que estão fora. Nessas condições, ou não existe interesse espiritual algum na entidade, ou ela desenvolve um espírito de seita que torna improvável sua persistência ao longo do tempo. Outros estudos já trataram da importância da expectativa de crescimento da entidade, e o fechamento total levaria à incapacidade de prestar socorros quando do envelhecimento dos sócios, ou à incapacidade de renovar os quadros de dirigentes, limitando a entidade a uma única geração.[10] Talvez seja pela falta de atribuição de valor às condutas e aos socorros, devido ao caráter excessivamente aberto ou fechado, que existem entidades sobre as quais há pouquíssimas referências, como seriam os casos da mutual francesa de Porto Alegre ou a Protetora das Famílias, de Rio Grande.

O terceiro requisito para que o monopólio de "direitos políticos" gere prestígio é a distinção entre direito e convenção, porque o ato retórico para definir a correspondência entre virtudes e direitos depende da vontade de institucionalizar esses direitos. Não se pode legitimar como "virtude" aquilo que é apenas o critério de fechamento. Homens e mulheres podem ser virtuosos nas entidades, mas restringir os direitos políticos a homens só é possível quando a convenção moral que permite apenas aos homens deliberarem em público é insuficiente se integrantes dos dois sexos têm renda para integrarem a mutual. Exemplos semelhantes aparecem em duas tentativas frustradas de fusão de entidades, quando a Beneficência Porto-Alegrense em 1868 recusou acordo com a Brasileira União, que se cindira há alguns anos e não aceitava que libertos ocupassem cargo de diretoria, o que foi considerado pela Porto-Alegrense "um grave insulto".[11] Uma proposta não ser aceita em meio a negociações é possível, mas a natureza do que seria o "grave insulto" só pode ser compreendida quando se leva em conta que os fechamentos progressivos se relacionam com virtudes. O insulto residiria na avaliação da Porto-Alegrense de que aqueles que tinham vivido como escravos não teriam sido contaminados pela incapacidade de gerir os bens coletivos, ao contrário da avaliação da União. De maneira semelhante, a fusão do Hilfsverein e do Kranken-

verein em Porto Alegre em 1882 não ocorreu porque a primeira entidade exigia que o presidente fosse alemão nato, o que a segunda não aceitou.[12]

Quanto vale um enterro? Além do valor em dinheiro, as mutuais o pagavam também com prestígio. Na linguagem contábil, pagamentos são "créditos de caixa", porque se define o caixa como sempre devedor. Os sinistros materiais levam as mutuais a pagarem o que julgam dever ao sócio, e o valor dessa dívida é comumente pago com bens materiais e espirituais. Quis aqui demonstrar que a incorporação de valores espirituais aos critérios de fechamento não é uma idiossincrasia das sociedades de socorros mútuos, mas uma necessidade para que a expectativa de reciprocidade se transforme em uma expectativa de lealdade, lealdade que não pode ser obtida de outra forma que não recorrendo a bens e interesses espirituais. Mas reciprocidade e lealdade não são vínculos de mesma natureza e sequer estão correlacionados: podem coexistir, na mesma forma de sociação em diferentes quotas, de modo que a satisfação de interesses materiais e espirituais pode obedecer a lógicas bastante diferentes, em tensa relação.

Respondê-lo dessa forma tem implicações, uma delas a retomar o conceito weberiano de estamento para caracterizar a pretensão das mutuais. Estamentos funcionam segundo convenções (e não direito), e mutuais se fundam interpondo normas jurídicas para bloquear o acesso, por exemplo, a certos tipos de negros (alcoólicos, digamos), formalizam-se procedimentos de inclusão e exclusão que não se apresentam como consolidados na ordem social e na honra estamental. Com isso, uma pergunta sobrevém: interessa à diretoria da mutual associar todo o grupo social definido pelo fechamento? Talvez sejam suficientes os membros definidos segundo seu comportamento moralizado, porque basta existirem pessoas suficientes para arcarem com custos materiais e espirituais da definição mais precisa do modo de vida prescrito como característico do estamento. Associar todos os abrangidos por certa definição étnica ou ocupacional significaria assumir custos elevados de socorros (doentes, por exemplo) como constituintes da dívida da mutual para com seus sócios e, portanto, mais dificilmente conversíveis em bens espirituais, tais como o prestígio da doação filantrópica. Por outro lado, a pretensão de associar a todos tende a elevar o custo de controle

sobre os associados. É claro que, se a mutual pretende implementar estratégias públicas, quanto maior for o número de sócios, mais eficiente essa atividade pode ser, ainda que a tendência de elevar os custos administrativos dirigidos à manutenção da disciplina possa levar à diminuição da satisfação de interesses materiais. Talvez se possa pensar assim um dos modelos ideal-típicos da transformação de mutuais em sindicatos ou outros grupos de interesse, ou seja, na forma da tensão entre interesses materiais e espirituais.

---

[1] Dr. em História pela PUCRS; Prof. UFPel; E-mail: adhemarj@ufpel.edu.br.

[2] LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990; SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, Tese (doutorado em História-PUCRS), 2004, p. 168-221. Tracei um panorama da bibliografia relacionada em: SILVA Jr., Adhemar. As sociedades de socorros mútuos étnicas e o mundo do trabalho: apontamentos bibliográficos. *V Congresso Internacional de Estudos Ibero-americanos*.[Anais]. PUCRS, Porto Alegre, 15 a 19 set. 2003. CD-ROM. comunicacao096.pdf.

[3] Um autor já atentou para a retórica das mutuais e de outras formas de seguro em: GLENN, Brian J. The shifting rhetoric of insurance denial. *Law & Society Review*. V. 34, N. 3, 2000, p. 779-808; GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. Welfare State. *Studies in American Political Development*. V. 15 (Fall 2001), p. 220-233; GLENN, Brian J. Postmodernism: the basis of insurance. *Risk Management and Insurance Review*. V. 6, n. 2, 2003, p. 131-143.. Para uma definição dos termos utilizados, v. LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 3. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1982].

[4] LIVRO de Atas da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860 (Arquivos Particulares– AHRS, cod. 1, lata 49v). fls. 64-93. É interessante constatar que os dois tipos de conduta também eram punidas pela Adam and Eve Society, na Irlanda (CAMPBELL, John. Friendly societies in Ireland (1800-1980). In: LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism*. The comparative history of Mutual Benefit Societies. Bern: Lang, 1996, p.74-75).

[5] Sessão de 18 mar. 1857. Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fl. 16.

[6] ALBORN, Timothy. Senses of belonging: the politics of working-class insurance in Britain, 1880-1914. *Journal of Modern History*. V. 73, sep. 2001, p. 573; SWIENCICKI, Mark A . Consuming brotherhood: men's culture, style and recreation as consumer culture, 1880-1930. *Journal of Social History*, v. 31, 1998.

[7] RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Diário, 1890, p. 13 (BRG); RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo presidente José de Carvalho em 5 de agosto de 1914, ao empossar a nova Diretoria. Julho de 1913 a Junho de 1914. Porto Alegre: Livraria Americana, 1914, p. 19-20 (IHGRGS).

[8] Este é um argumento semelhante a um utilizado em outro texto e contexto (HILL, Julie. Customer Comments: Keeping customers loyal at Liverpool Victoria Friendly Society. *Managing Service Quality*. Bedford, V. 6, n. 4, 1996, p. 27-31): "The company name was changed from Liverpool Victoria Insurance to Liverpool Victoria Friendly Society, and a new logo and corporate colours were designed. Our new positioning was to be the country's biggest friendly society rather than the country's thirty-seventh largest insurance company (...).Television adverts were created which were intended to educate people that Liverpool Victoria was a friendly society and that friendly societies were providers of financial products. After all, it is not much use saying that you are the biggest friendly society when few people know what one is."

[9] Permito-me citar um caso fora do universo empírico: a Liga Operária Beneficente, de Florianópolis, decidiu que o jornal da entidade publicaria as atas de sessão de diretoria, desde que mantivessem "a condição irrevogável de omitirem-se não só os nomes dos sócios que requererem beneficências, mas ainda outros assuntos não previstos, que de alguma forma venham molestar aos interessados" (*O Operário*. Florianópolis, 2 mar. 1901, p. 1 - BPESC).

[10] LINDEN, Marcel Van Der. Introduction. In: *Idem* (ed.). *op. cit.*, p. 19. Afirmações semelhantes podem ser encontradas em: CONIFF, Michael L. Voluntary associations in Rio, 1870-1945. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. V. 17, n. 1, feb. 1975, p. 66 ("Like most insurance schemes beset with inflation, the mutual aid societies depended upon constant expansion of membership and some speculation in financial and property markets to stay in the black...") e HAHNER, June. *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdunB, 1993, p. 99. Sobre idade, v. tb. MURRAY John E. Social Insurance Claims as Morbidity Estimates: Sickness or Absence?. *The Journal of the Society for Social History of Medicine*. V. 16, n. 2, Aug. 2003, p. 234.

[11] Sessões de 25 mar. e 5 abr. 1868. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873. (Arquivos Particulares–AHRS, cod. 02, L 49v), fls. 22 e 23.

[12] TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974.* [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 46.

O SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA (1972) E O REGIME MILITAR

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida[1] - PPG-UERJ

A presente comunicação propõe um estudo inicial sobre o 150° aniversário da independência nacional para buscar compreender até que ponto tal comemoração serviu como tentativa de legitimação simbólica do regime autoritário então vigente. Portanto, nosso recorte cronológico contempla o ano de 1972 (época em que ocorreram as festividades), particularmente entre 21 de abril e 7 de setembro. Tal ano se justifica por ser o período preparatório das festividades envolvendo o Sesquicentenário e que englobou, entre outras, as seguintes atividades: a entrega, pelo Estado português, dos despojos de D. Pedro I; a confecção de longa-metragem acerca do processo de independência; a realização de torneio internacional de futebol; a reedição de obras concernentes à emancipação política; e, por fim, a inauguração do Monumento do Ipiranga, onde repousariam os restos mortais do primeiro imperador.

O regime estabelecido pelo golpe de abril de 64 procurou modificar o arcabouço político do país, através da edição de sucessivos Atos Institucionais, diminuindo-se o espaço de atuação dos opositores. Ao mesmo tempo, objetivando refletir a mudança na organização institucional da república brasileira, o regime militar estabeleceu novas Constituições, a primeira em 1967 e a segunda, muito mais inflexível no trato com a oposição interna, em 1969. Tais cartas magnas ampliaram consideravelmente as prerrogativas do ocupante da Presidência da República. Após a proclamação do AI-5, em fins de 1968, o regime militar procurou diminuir, ainda mais, o espaço para a elaboração e divulgação das críticas aos atos governamentais.

E como existia, em termos concretos, a sociedade brasileira em 1972? Antes de mais nada, vivia-se sob o período mais sangrento do regime militar, durante a presidência do general Emilio Garrastazu Médici (1969/74), momento em que a repressão aos adversários políticos atingiu os mais elevados níveis onde o Estado observava, em cada indivíduo, um hipotético adversário[2],.

Nesse contexto, a liberdade de expressão tornara-se letra morta, não se ousando, como norma geral, questionar as medidas adotadas pelos ocupantes do aparelho estatal. O Estado de Direito simplesmente inexistia durante a vigência do Ato Institucional n° 5 (AI-5): " *Segundo pesquisa feita pela equipe que escreveu Brasil: nunca mais, 84% das prisões efetuadas (ou 6256 casos) não foram comunicadas ao juiz, conforme mandava a lei, e 12% comunicadas fora dos prazos legais*" [3]. A lei tornava-se, muitas vezes, objeto de ficção, visto que não existiam garantias quanto a integridade de um suspeito, ou mesmo que o indivíduo soubesse o motivo de sua prisão[4]. No que diz respeito às garantias individuais, o período em tela adquiriria o epíteto de "anos de chumbo".

Como contraponto a esse contexto, havia a resistência armada: diversas organizações clandestinas realizavam atos de guerrilha (urbana ou rural), com o objetivo de fazer a Revolução e, deste modo, derrubar o regime militar e, por extensão, o sistema capitalista no Brasil. A existência dessas organizações legitimava, aos olhos do governo Médici (ele próprio ex-chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI), a realidade da repressão sem escalas, e que procurava destruir os opositores[5].

Ao mesmo tempo, a população brasileira vivia, em 1972, imersa no clima de euforia produzido pelo "Milagre Econômico". Com efeito, a junção de fatores como a intervenção estatal, a existência de consórcios, a expansão do sistema de crédito e a ampliação dos prazos de financiamento, possibilitaram elevado crescimento econômico, permitindo especialmente às camadas médias o consumo de produtos duráveis (basicamente eletrodomésticos e automóveis); além disso, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) facultava, a esta camada, a aquisição da tão sonhada casa própria. Todavia, os resultados do "Milagre" não foram equânimes: se não pairam dúvidas sobre a elevação do padrão de vida da classe média, o mesmo não se pode afirmar com relação aos grupos populares, visto que o "Milagre Econômico" favoreceu a concentração da riqueza[6].

O novo regime também se empenhou em buscar legitimação através da produção e divulgação de inúmeros livros didáticos, além de peças publicitárias de cunho oficial, difundindo, deste modo, as opiniões e os valores do Alto Comando das Forças Armadas.

Estas obras deveriam ser utilizadas nas disciplinas englobadas sob o título genérico de Estudos Sociais, em todos os graus de ensino[7].

Por outro lado, a publicidade governamental objetivava atingir todas as parcelas da sociedade, principalmente aqueles indivíduos que se encontravam alijados do ambiente escolar. Deste modo, o governo militar empenhava-se em divulgar uma imagem extremamente simpática de si mesma. Entretanto, ao contrário dos regimes em que os direitos civis eram respeitados, os militares brasileiros utilizaram-se da censura prévia de maneira a impossibilitar a crítica, asfixiando os insatisfeitos com semelhante estado de coisas. Assim, jornais e órgãos da imprensa viam-se impelidos a não publicar notícias e/ou opiniões – o que incluía fotos e textos – negativas a respeito dos sucessivos governos militares. Diversos jornais, rádios e revistas sofreram pressões de tal ordem que se viram obrigadas a encerrar suas atividades; ao contrário, as Organizações Roberto Marinho receberam substanciais favores por parte dos que então governavam a República do Brasil, veiculando, no cotidiano, mensagens subliminares de apoio à manutenção daquela ordem.

Parece-nos ter ocorrido, a partir do endurecimento do regime, um afastamento entre o governo militar e as lideranças da sociedade, pois os militares alijaram politicamente os interlocutores civis que haviam apoiado a ditadura até então. Sob a perspectiva do regime militar existiria a necessidade de romper com o isolamento político, e um dos recursos possíveis consistia na utilização de símbolos. Assim o ano de 1972 pode ser considerado emblemático, sob nossa perspectiva, no intuito de confirmar tal afirmação. Senão, vejamos.

A transladação dos restos mortais de D. Pedro I assinalou o início das comemorações, ao mesmo tempo em que indicava a proximidade das administrações de Brasil e Portugal; não por acaso, os dois países viviam sob regime autoritário, ademais, seus Presidentes originavam-se da alta cúpula militar: o general Emilio Garrastazu Médici (Brasil) e o almirante Américo Tomás (Portugal). A 11 de abril, o esquife com os despojos de D. Pedro I deixaria Lisboa, a bordo do navio Funchal, seguindo para o Brasil, onde aportou na cidade do Rio de Janeiro em 22 de abril; autoridades portuguesas (entre as quais o chefe de governo, Marcelo Caetano) prestigiaram a cerimônia da “volta do Emancipador” [8]; além

da urna mortuária, a embarcação trouxe o Presidente português e diversos ministros de Estado ao Brasil.

Enfatizou-se, nas reportagens de época que serviram de fonte de pesquisa para esse projeto, a forte presença militar nestas cerimônias: assim, D. Pedro era "um homem, um rei, um imperador, um soldado"[9]; de fato, não pairavam dúvidas, quer sobre o gênero, quer sobre os título nobiliárquicos (D. Pedro IV, rei de Portugal; D. Pedro I, imperador do Brasil); entretanto, o indivíduo em tela não cursou qualquer academia militar e, se comandava destacamentos, o fazia de modo análogo ao de um Chefe de Governo contemporâneo. A associação da imagem de D. Pedro aos militares parece-nos uma adaptação promovida pelo regime vigente.

As notícias sobre o translado priorizavam, exaustivamente, o elemento militar: "*A urna vem acompanhada por uma Escola do Batalhão Pedro I, do nosso Corpo de Fuzileiros Navais*"[10]; ou, ainda, "*os despojos de D. Pedro foram levados, então, em carro blindado do Exército, até o Monumento dos Pracinhas*"[11]. As Forças Armadas apareciam como um dos protagonistas do evento: "*No ano do Sesquicentenário da Independência, as nossas Forças Armadas são três… Mas no próprio momento da emancipação política do Brasil, já se afirmava a nossa tradição militar, nas lutas pela consolidação do brado heróico de Dom Pedro I*"[12] . Desta maneira, os militares respaldavam sua "tutela" sobre a sociedade, usando a história como argumento; ademais, o texto omite a participação de soldados estrangeiros (mercenários), que formavam parcela relevante das "nossas Forças Armadas" nos acontecimentos de 1822.

Simultaneamente, ao longo das 20 semanas de festividades oficiais, o esquife do "Emancipador" visitou a totalidade dos Estados e Territórios, além do Distrito Federal: Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis (todos entre 22/04 e 30/04), Curitiba (01/05), Niterói (04/05), Vitória (06/05), Aracaju (08/05), Maceió (10/5), Recife (11/5), Fernando de Noronha (17/5), Salvador (18/5), João Pessoa (05/7), Natal (07/7), Fortaleza (09/7), Teresina (11/7), São Luiz (13/07), Belém (15/7), Macapá (19/7), Boa Vista (22/7), Manaus (23/7), Rio Branco (27/7), Cuiabá (02/8), Brasília (04/8), Belo Horizonte (08/8), Rio de Janeiro (15/8) e São

Paulo (05/9). Outro exemplo dessa construção histórica acerca de D. Pedro I pode ser vislumbrada ainda nas páginas de *O Cruzeiro*; esta revista semanal, não satisfeita em considerá-lo a "*figura tutelar de nossa história*"[13], afirmou na mesma edição: "*Após a entrega do esquife ao Brasil, um salão especial, preparado na Quinta da Boa Vista, guardou a relíquia*"[14]. De acordo com o dicionário Aurélio, o termo relíquia significa "*parte do corpo de um santo ou qualquer objeto que a ele pertenceu*"[15]; portanto, tal afirmação pode ser interpretada como a aproximação da figura do "herói" com um aspecto de santidade inquestionável.

O futebol também foi utilizado nas festividades do Sesquicentenário: ao longo de 28 dias, nos meses de junho e julho, realizou-se um certame internacional, tendo como objeto de disputa a Taça Independência; a competição reuniu cerca de 20 seleções[16], entre as quais Argentina, Colômbia, França, Chile, Equador, Irlanda, Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai e Rússia, atraindo dezenas de profissionais da imprensa internacional. As partidas aconteceram nos principais estádios do país (Beira Rio, Mineirão, Fonte Nova, entre outros), e a grande final foi entre Brasil e Portugal, peleja disputada no Estádio do Maracanã; a seleção brasileira sagrou-se campeã, vencendo por 1 a 0, com gol marcado aos 44 minutos da etapa final, diante de um público de, aproximadamente, 100 mil pessoas (entre as quais, na Tribuna de Honra, o Presidente Médici) e cuja arrecadação ficou em torno de US$420 mil (câmbio da época). O Brasil entrou na fase derradeira, disputando 3 partidas, além da final, derrotando Iugoslávia e Escócia (3X0 e 1X0, respectivamente), e empatando, sem gols, com a Tchecoslováquia.

O Torneio foi financiado pela União, e, de acordo com João Havelange em entrevista a *O Cruzeiro*, então presidente da Confederação Brasileira de Desporto (CBD, então o órgão dirigente máximo do futebol brasileiro), podia ser considerado um sucesso, visto que evidenciou, em nível internacional, o desenvolvimento do Brasil; além disso, contribuiu "*para o alargamento da campanha de integração nacional*", e, ainda, explicitou para o mundo "*que nenhum povo possui tanta capacidade e bom gosto para construir grandes estádios*"[17]. No que se refere especificamente ao futebol, o dirigente citou a qualidade das arbitragens, a

emoção das partidas decisivas e o interesse suscitado pelas finais, transmitidas ao vivo e a cores para "*Portugal, Espanha, Inglaterra, Áustria, Itália, Leste europeu, Marrocos, Tunísia, Argélia, América do Sul, Central e até Estados Unidos*"[18]. Além deste torneio internacional, os campeonatos estaduais de futebol e o hipismo celebraram o Sesquicentenário.

Ao longo de 1972, diversos livros "clássicos" sobre História do Brasil foram reeditados; em geral, eles caracterizavam-se pelo destaque concedido aos acontecimentos políticos e aos líderes ("grandes homens"); tal historiografia pautava-se por uma "*história política de tipo tradicional*"[19], caracterizando–se pelo excessivo factualismo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) obteve significativo destaque, não só na nova publicação de obras antigas, mas, especialmente, na realização de curso sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil, tendo recebido chancela oficial, através do presidente da Comissão Executiva dos Festejos, general Antonio Jorge Correa. Ademais, o IHGB obteve apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC); não por coincidência, o general Médici presidiu a cerimônia de inauguração da nova sede do centenário IHGB (fundado em 1838), na cidade do Rio de Janeiro, em 05/09/1972.

Podemos inferir que a opção por priorizar o IHGB nos festejos, em detrimento das instituições universitárias, repousou na sólida reputação intelectual do Instituto, e do prestígio internacional desfrutado por sua biblioteca; mas, principalmente, pelo fato de ser contemporâneo do período imperial. Contudo, tal escolha implicava, de modo bastante explícito, na aceitação da Memória, em detrimento da História. Por construção da Memória entendemos "*a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar*."[20]. Nesta centenária instituição, poder-se-iam reeditar obras comemorativas que não priorizavam a análise crítica do processo de independência. Com efeito, a construção do passado enquanto Memória por essa instituição teve por norma evitar questões recentes que pudessem suscitar polêmicas, evitando atritos, sempre que possível. Não por acaso, os discursos oficiais enfatizavam a ligação entre Brasil e Portugal; o pressuposto básico desta construção seria ressaltar as continuidades entre estes 2 países[21].

O mês de setembro assinalou, obviamente, a culminância das festividades cívicas. Além da inauguração da nova sede do Instituto Histórico, foram depositados os restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga, em cerimônia de impacto superior ao repatriamento dos mesmos. Se, na Guanabara, 13 mil estudantes recepcionaram o féretro, que foi ainda saudado pela "esquadrilha da fumaça"; em São Paulo milhares de militares, policiais e estudantes, entre outros, marcharam em honra ao imperial defunto, saudados por uma significativa assistência; ademais, o desfile do Sete de Setembro exibiu o poderio bélico estatal, não somente para a população brasileira, mas para as principais autoridades da República, além de visitantes internacionais como Marcelo Caetano.

Ainda em setembro estreou o filme "Independência ou Morte"; dirigido por Carlos Coimbra e produzido por Oswaldo Massaini; foi estrelado por Tarcísio Meira (no papel de D. Pedro I) e Glória Menezes (interpretando a Marquesa de Santos), astros das telenovelas exibidas pela Rede Globo. O filme reuniu o maior elenco até então formado no país; além destes, compunham o elenco, entre outros, Tarcísio Meira Júnior (D. Pedro II), Dionízio Azevedo (José Bonifácio), Kate Hansen (Imperatriz Leopoldina), Manoel da Nóbrega (D. João VI), Heloísa Helena (D. Carlota Joaquina) e Emiliano Queiroz (Chalaça). Ademais, a película constituía-se na mais cara já realizada pela indústria nacional, e pretendia "*ter categoria internacional, sem desprezar a verdade histórica (…) foi rodado, tanto quanto possível, nos próprios locais dos acontecimentos*" [22].

Todavia, a pretensão de retratar a "verdade histórica" não se revelou factível, entre outros fatores porque "*o ponto culminante da fita é o Grito do Ipiranga. Para a sua total fidelidade, foi reproduzido na tela – com imagens vivas e reais – o famoso quadro de Pedro Américo, que traduz toda a emoção épica do fato mais significativo da História do Brasil*"[23].

Ora, o quadro que inspirou os autores do longa metragem foi pintado por Pedro Américo na Europa, em 1888, por encomenda do Estado imperial; assim, além do pintor haver retratado o que não presenciou (a bem da verdade, mais de 60 anos após o fato em si, quando poucas testemunhas oculares ainda podiam ser encontradas), havia a preocupação de agradar o patrocinador da obra de arte – no caso, o filho do "personagem

principal", qual seja, D. Pedro II. Acrescente-se, ainda, o relato de alguém insuspeito, no caso, o próprio Pedro Américo: "*A realidade **inspira** e não **escraviza** o pintor. Inspira-o naquilo que ela encerra digno de ser oferecido à contemplação pública, mas não o escraviza o quanto encobre, contrário aos desígnios da história*"[24]. Por um lado, o autor reconhece a dificuldade em recriar a realidade "tal como ela aconteceu", em especial quando as fontes não são confiáveis; por outro, o quadro não retratou o que de fato ocorreu, mas o que deveria ter ocorrido.

Por fim, o filme recebeu apoio do Estado brasileiro, através dos Ministérios do Exército e das Relações Exteriores (mas não da Educação); foi lançado em 04/09/1972 em 20 capitais brasileiras, e, na semana seguinte, em Portugal. Ao receber os dirigentes e artistas da produção, em audiência no Palácio do Planalto, o presidente Médici demonstrou o interesse do Estado na apresentação do tema Independência, principalmente centrado na figura de D. Pedro, o que possivelmente facilitou o financiamento do projeto[25].

---

[1] Mestre em Educação/UERJ; Doutorando em História/UFRJ; professor do Colégio Pedro II, da rede pública municipal/RJ e da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO.).
[2] Almeida, Maria Hermínia Tavares de; Weiss, Luiz. "Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar". In: Schwarcz, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil, v. 4: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 332, 1998.
[3] Idem, ibidem, p. 390.
[4] Idem, ibidem, p. 386.
[5] Gaspari, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
[6] Tais informações foram obtidas a partir do dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, editado pelo CPDOC/FGV.
[7] Janeiro: Zahar, 1985.
[8] O Cruzeiro, 29 de março de 1972, p. 44.
[9] O Cruzeiro, 26 de abril de 1972, p. 4
[10] Idem, ibidem, p. 7
[11] Idem, 03 de maio de 1972, p. 18.
[12] Idem, 26 de abril de 1972, p. 1
[13] Idem, 03 de maio de 1972.
[14] Idem, ibidem.
[15] Hollanda, Aurélio Buarque de. Dicionário da Língua Portuguesa. 30ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 595.
[16] Agostino, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2002, p. 162.
[17] O Cruzeiro, 26 de julho de 1972, p. 102
[18] Idem, ibidem.
[19] Falcon, Francisco J.C. "História e Poder". In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rioo de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 82.
[20] Nora, t. I, p. XXVI, apud: Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. "Debaixo da imediata proteção de sua majestade". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, a. 156, n. 388, p. 516, jul./set. 1995.
[21] Guimarães, Lúcia Maria Paschoal, op. cit.
[22] O Cruzeiro, 06 de setembro de 1972, p. 64.
[23] Idem, ibidem, p. 67.
[24] Américo, Apud: Oliveira, Cecília Helena de Salles; Mattos, Cláudia Valladão de (orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999, p. 19
[25] A Tribuna de Santos, 01 de setembro de 1972.

A ESTRATÉGIA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA A AMAZÔNIA. FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO MILITAR NO SUL DA AMÉRICA LATINA[i]

ADRIANA A. MARQUES – PPG-USP

Dois processos são fundamentais para a compreensão do pensamento estratégico-militar brasileiro contemporâneo: o arrefecimento das rivalidades entre o Brasil e a Argentina e a crescente importância atribuída à Amazônia.

A percepção do Exército sobre a região amazônica resulta, em parte, de uma análise institucional que concatena fatos históricos e processos em curso nos âmbitos internacional, regional e nacional.

No nível sistêmico, o término da Guerra Fria e a ampliação da agenda de segurança internacional, que incorporou temas como meio ambiente, direitos humanos e ilícitos transnacionais, são vistos com preocupação pelos militares brasileiros, pois diminuíram o grau de previsibilidade das situações nas quais a força pode ser empregada.

A análise do panorama estratégico-militar internacional feita pelo Exército enfatiza certos aspectos em detrimento de outros e trata com ambigüidade temas importantes. Neste sentido, é interessante notar que, por um lado, o oficialato reconhece a obsolescência de alguns princípios do Tratado de Westfália (1648). Porém, percebe-se uma grande resistência da instituição em aceitar as mudanças operadas no sistema internacional, especialmente no que tange à problemática da soberania.

A globalização é vista pelo Exército de maneira pessimista e se revela, em última instância, uma nova forma de colonialismo onde a expansão dos Estados não se faz mais através da conquista territorial. Em sua nova versão,

o colonialismo se caracteriza pela conquista de mercados abastecedores e, principalmente, consumidores.

Deste novo quadro internacional, o Exército presume que as relações conflitivas Leste-Oeste reinantes durante a Guerra Fria, tendem a manifestar-se, agora, entre o Norte e o Sul. No marco dessas novas tensões, a capacidade de interferência das organizações internacionais nos assuntos internos dos países do Sul seria maior, flexibilizando o conceito tradicional de soberania e criando o chamado "direito de ingerência".

Uma das iniciativas dos países ricos do Norte para tentar enfraquecer a soberania dos países do Sul, e mais especificamente dos países latino-americanos, seria transformar as Forças Armadas da América Latina em *Guardas Nacionais*. Na dita "divisão de trabalho" proposta pelos países ricos do Norte para os países do Sul, os últimos desempenhariam atividades semipoliciais, deixando a segurança militar sob os cuidados de organizações internacionais.

Na América a segurança militar do continente ficaria a cargo dos Estados Unidos, enquanto os países latino-americanos seriam pressionados a diminuir seus efetivos militares e mudar a missão de suas Forças Armadas, que deveriam preparar-se prioritariamente para o combate ao crime organizado, ao contrabando e ao tráfico de drogas.

As tensões norte-sul, tal como são concebidas pelo Exército, envolvem também divergências na área ambiental. O componente ambiental das tensões entre os países do Norte e do Sul é bastante enfatizado pelo Exército brasileiro, que relaciona a suposta flexibilização do conceito de soberania à possibilidade de uma intervenção militar na Amazônia.

Por isso, é recorrente nas monografias de final de cursos dos alunos da ECEME o uso de termos como *balcanização*, e, até mesmo, *mexicanização* da Amazônia. A *balcanização* da Amazônia estaria

relacionada à existência de reservas indígenas na região. O Exército não vê com bons olhos a demarcação das terras indígenas pois acredita que as reservas podem se transformar em "enclaves étnicos" que serviriam de justificativa para uma possível intervenção internacional na Amazônia. Já a *mexicanização* da Amazônia seria o resultado de dois fatores distintos: um suposto "vazio demográfico" na região e a existência das reservas indígenas.

A visão do Exército acerca do papel desempenhado pelas ONGs estrangeiras na Amazônia é um tema importante e merece algumas considerações. O Exército tem uma grande dificuldade para dissociar a atuação das ONGs da política oficial dos países aos quais essas organizações pertencem. Ora as ONGs são temidas por exercerem uma forte influência sobre seus países de origem; ora elas são vistas como meros instrumentos dos países ricos. Em suma, na visão do Exército, a presença de ONGs estrangeiras na Amazônia é perniciosa e pode prejudicar o desenvolvimento da região.

No âmbito regional, dois aspectos são enfatizados pelo oficialato em suas análises conjunturais sobre a Amazônia: a suposta associação entre os traficantes de drogas e os movimentos guerrilheiros existentes na região andina, e a edificação do Mercosul. A respeito do primeiro tema, percebe-se a tentativa de estabelecer uma ligação entre uma antiga "ameaça", o *comunismo*, e sua "nova versão", a *narcoguerrilha*.

Porém, há uma diferença fundamental entre a época da Guerra Fria, quando o combate ao comunismo era uma diretriz comum a quase todos os Exércitos americanos, e o atual panorama estratégico-militar na América do Sul. Desde o governo de Ernesto Geisel, sobretudo após o rompimento do Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos em 1977, as Forças Armadas brasileiras vêm buscando alcançar a autonomia estratégica do país. O Exército, em particular, dedica-se desde esta época à elaboração de uma

doutrina militar genuinamente brasileira que tem como um dos traços principais justamente a percepção de que os possíveis inimigos do Exército brasileiro estariam no hemisfério norte.

Por isso, as pressões do governo norte-americano para que as Forças Armadas da América Latina participem mais ativamente do combate ao tráfico de drogas e, mais recentemente, a forte presença dos Estados Unidos na Colômbia são vistas com cautela pelo Exército.

Para o Exército, se os cartéis colombianos, os contrabandistas e os movimentos guerrilheiros passarem a utilizar a Amazônia brasileira como base de operações, abrir-se-á mais um flanco para que a comunidade internacional acuse o governo brasileiro de ser incapaz de controlar seu próprio território e proteger a floresta amazônica.

Em razão das possibilidades acima citadas, é crescente no oficialato a percepção de que os problemas existentes nas faixas fronteiriças amazônicas não podem ser solucionados unilateralmente pelo governo brasileiro. Algumas ações do governo brasileiro, especialmente a proposta de criação de um SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) "regional", são indícios de que a tese da cooperação nas áreas de segurança e defesa vem ganhando força no país.

A convicção de que apenas através da cooperação com os países vizinhos será possível solucionar os problemas de segurança que estão afetando a América do Sul vem operando paulatinas mudanças na maneira como o Exército vê o processo de integração em curso no Cone Sul. A antiga postura defensiva da instituição em relação à cooperação nas áreas de segurança e defesa, que levou o general Leônidas Pires Gonçalves, então Ministro do Exército, a afirmar durante as negociações para a formação do Mercosul que o Brasil construiria um armamento nuclear se julgasse que a Argentina o faria, foi substituída por uma visão mais positiva do processo de

integração regional. O Exército ainda é reticente a respeito da criação de uma aliança militar no Mercosul nos moldes europeus, mas não descarta essa possibilidade num futuro distante.

De acordo com Karl W. Deutsch, a principal condição para o surgimento de uma *comunidade de segurança pluralista* é a improbabilidade de que os países que dela participam entrem em guerra. Outro passo importante para a constituição de uma *comunidade de segurança pluralista* é a definição de ameaças que afetem todos os países membros dessa comunidade.

Na percepção do oficialato do Exército, o Mercosul motivou o fim das hipóteses de emprego da força de cada país do bloco contra seus vizinhos. Uma próxima etapa no processo de aprofundamento da cooperação militar no âmbito do Mercosul seria a identificação de ameaças que afetassem toda a região. Nestes termos o aprofundamento da cooperação militar na América do Sul poderia auxiliar na "defesa da Amazônia" se a assimetria em relação aos países ricos e o "direito de ingerência" passarem a ser vistos como "ameaças" a todos os países da região e não apenas ao Brasil.

No âmbito doméstico três categorias de questões contribuem para a identificação da Amazônia como prioridade estratégica.

A primeira ordem de questões refere-se a problemas como a degradação do meio ambiente, o garimpo, o contrabando de madeira, minerais e armas, além da biopirataria, que afetam as áreas fronteiriças amazônicas tornando-as cada vez mais vulneráveis à *cobiça internacional*. Nesta ordem de questões também se inserem o suposto vazio demográfico existente na Amazônia e a escassa presença governamental na área.

O Exército teme as conseqüências da parca presença do Estado na Amazônia para a população local. Acredita-se que, em face do descaso do

poder público, os traficantes de drogas que atuam nas áreas fronteiriças podem vir a aliciar os habitantes dessas regiões.

Para evitar tal situação o Estado brasileiro deve, na opinião do oficialato, ampliar sua presença nas fronteiras norte do país. O Programa Calha Norte (1985) expressa com bastante propriedade a percepção do Exército sobre a Amazônia, seus problemas e as medidas que devem ser tomadas para enfrentar as carências mais sérias da área e assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial na região.

O Calha Norte é um programa multiministerial, mas o empenho do Exército para a consecução do Programa é visivelmente maior que o empenho de outras áreas do governo. Isto, provavelmente, deve-se ao fato de que a importância da Amazônia para a instituição transcende a preocupação com a segurança da região.

A segunda ordem de questões que contribuem para a identificação da Amazônia como prioridade estratégica do Exército referem-se, portanto, à manutenção de interesses corporativos da instituição.

É sabido que desde a volta dos civis ao poder, em meados da década de 1980, as Forças Armadas brasileiras vêm enfrentando dificuldades para implementar seus projetos militares. Neste sentido, deve-se ressaltar que a garantia da soberania brasileira na região amazônica, ao contrário de outros temas relativos à Defesa Nacional, tem despertado a atenção do parlamento para a necessidade do país investir mais na área militar.

O Calha Norte, que sofreu duras críticas de grupos ambientalistas, da Igreja Católica e de parlamentares de esquerda na época de sua implantação, tornou-se um trunfo que tem permitido ao Exército angariar recursos e prestígio, desde a escalada da guerra civil na Colômbia durante a década de 1990.

Mas há ainda uma terceira ordem de questões referentes à importância estratégica da região amazônica que merecem ser destacadas. É possível afirmar que a Amazônia tornou-se para o Exército um símbolo da nacionalidade, da territorialidade e do preparo militar, reavivando sua mais antiga autoconcepção: a de fundador da própria Nação.

O Exército brasileiro recuperou vários episódios do período colonial na tentativa de encontrar uma continuidade histórica na atuação da instituição na Amazônia. A associação que o Exército estabelece entre a construção dos fortes de São Gabriel e São José de Marabitanas na região do Alto Rio Negro, por iniciativa de Portugal, e a criação dos pelotões de fronteira na mesma área, uma iniciativa do Programa Calha Norte, é representativa desse intento.

A instituição atribui um significado muito especial para sua presença na Amazônia. Ao comparar seu papel na área do Alto Rio Negro ao de colonizador, o Exército deixa transparecer que não vê sua presença apenas como uma resposta a ameaças provenientes do sistema internacional, ou como trunfo para obter benefícios do governo. Pode-se afirmar que o Exército acredita estar cumprindo uma espécie de "missão civilizatória".

Celso Castro, em seu livro *"A invenção do Exército brasileiro"*, afirma que a perda de poder político das Forças Armadas brasileiras após o fim da ditadura militar operou modificações importantes nos elementos simbólicos que caracterizaram a instituição por décadas. O autor argumenta que é possível associar a crescente importância simbólica da Batalha de Guararapes para o Exército brasileiro à percepção institucional de que a Amazônia é alvo da *cobiça internacional* e deve ser defendida. Ainda de acordo com Castro, a campanha de emboscadas de Guararapes remete implicitamente à *doutrina de resistência* que foi desenvolvida pelo Exército na década de 1990.

Como já foi dito anteriormente, o Exército, desde o final da década de 1970, dedica-se à elaboração de uma doutrina militar brasileira. Para alcançar tal objetivo, a instituição foi buscar na história militar do país elementos que pudessem auxiliá-la nesta empresa.

A *estratégia da presença*, uma herança do Exército português, também está sendo atualizada, privilegiando agora a presença nacional nas fronteiras amazônicas. No cerne da *estratégia da presença* está a idéia de que o Exército deve assumir o papel do Estado quando este não é capaz de cumprir suas funções.

Do exposto acima se pode concluir que a atuação do Exército na região amazônica tem uma dimensão simbólica que não deve ser desconsiderada. A presença do Exército na Amazônia não atende apenas a imperativos de segurança e defesa. Ela age como símbolo mobilizador a partir do qual o Exército vem reelaborando sua identidade institucional.

Finalizando, a percepção de que a Amazônia é a principal vulnerabilidade estratégica do Brasil vem operando mudanças paulatinas na visão do Exército sobre a aproximação entre as Forças Armadas na América do Sul. A instituição percebeu que a cooperação nas áreas de segurança e defesa com os vizinhos sul-americanos é uma medida bastante eficaz para dissuadir uma hipotética ameaça à soberania brasileira sobre a região amazônica. Nesse sentido, é importante enfatizar que uma postura mais cooperativa do Exército brasileiro com seus vizinhos pode contribuir para o surgimento de uma *comunidade de segurança pluralista* no sul da América Latina.

---

[i] Este texto é uma versão resumida do ensaio A estratégia amazônica do Exército brasileiro e o surgimento de uma comunidade de segurança no sul da América Latina. O texto completo do ensaio pode ser consultado em: www.duei.de/iik/workingpapers

Lidas novamente... A escrita de cartas como prática do governo colonial (século XVIII)

Adriana Angelita da Conceição – PPG-UFSC
-

A *Ars Dictaminis* – a arte de escrever cartas – para o estudo da História, é uma temática bastante conhecida pelos pesquisadores. O que apresentamos como discussão, neste artigo, são cartas que se deslocam, *em partes*, do meio privado, por serem classificadas pela historiografia como fontes oficiais, cartas de caráter político-administrativo. Correspondências que envolveram o enredo da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, em 1777. O objeto empírico não é inédito e há muito tempo vem sendo usado pela historiografia como fonte de pesquisa, na análise de fatos e na busca de erros, acertos, planos táticos militares, traidores, inocentes, as quais envolveram a invasão da Ilha.

Não estamos negando essa importante abordagem em que as cartas foram e são utilizadas pela historiografia para dar indícios dos fatos ocorridos no passado. O que propomos é uma reflexão que possibilita às cartas, uma posição que as diferencia em sua abordagem como fonte e uma análise que as coloca como sendo o próprio tema da História.

O uso de cartas, como fonte de pesquisa, tem sido uma prática que acompanha as discussões relacionadas com o espaço público/privado. A partir do século XVIII, com o crescimento da alfabetização, conseqüentemente verificou-se uma ampliação das práticas de escrita e de leitura, como bem estudou Roger Chartier. Dessa forma, presenciou-se o crescimento de uma escrita pessoal, a representação de si transformada em objeto escrito, ligados à idéia de concepção do individualismo moderno.

As práticas de escrita, recentemente, vêm sendo enfocadas pelos historiadores como objeto de pesquisa, em si mesmas. As escritas particulares, na constituição de sujeitos participativos da vida pública ou não, têm merecido atenção especial nas investigações. Sabemos que as cartas, há muito, são utilizadas pelos historiadores como fonte de pesquisa, porém os atuais enfoques colocam-nas como o próprio tema e objeto de pesquisa. Tal posicionamento, segundo Gomes, requer mais investimentos na utilização e

na análise das cartas, culminando assim em uma maior atenção às questões teórico-metológicas[1].

Diferentes usos metodológicos têm sido observados na historiografia que utiliza correspondências como o próprio tema e objeto de pesquisa. Alguns historiadores têm estudado as cartas como elas mesmas sendo um lugar de memória.

As cartas – metodologicamente – como tema da História, também têm sido analisadas dentro do que se denominou chamar de uma *escrita de si*, quando indivíduos, no meio privado ou não, começam a produzir uma memória de si, através da prática da escrita.

Nosso objetivo, dentro da reflexão aqui proposta, não é ignorar os dados que nos contam as correspondências analisadas. Apenas tentaremos compreender as relações que envolveram a sociedade de corte, nas relações entre metrópole e colônia, através dessa prática de escrita. Prática, que antes de externar fatos, está inserida em regras de um determinado regime que, no nosso caso, trata-se do período colonial.

Pode-se perguntar como as cartas públicas de cunho oficial, de uma situação específica de guerra têm relação com uma metodologia historiográfica que deu um *novo* lugar para as correspondências dentro da pesquisa histórica. Essa relação está em uma escrita de si dentro de uma prática de escrita que constituía e fazia parte do cotidiano colonial de uma sociedade de corte, revelando uma prática de governo, sentimentos setencionistas de um império luso enfrentando grandes mudanças que iam desde o trono até os novos modos de ensinar a língua portuguesa.

As correspondências oficiais acompanharam as mudanças do contexto em que estavam inseridas – mudanças em questões políticas, econômicas e sociais, ressaltando-se as reformas educacionais e as discussões que acompanharam os teóricos epistolares do século XVIII. Concordamos com o estudo realizado por Alcir Tecora, com cartas jesuítas, o qual assinala que “as cartas não testemunham, nem significam nada que a sua própria tradição e dinâmica formal não possa acomodar. Bem ao contrário, os conteúdos mais complexos, (...) são funções estritas dessa acomodação histórica do gênero”[2].

Falar de Portugal, neste momento de mudanças, remete-nos a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. No enredo da invasão da Ilha, a coroa lusa pertencia a D. José I (1750-1777), durante o seu reinado, após o terremoto de Lisboa (1775), o marquês de Pombal recebeu autoridade completa do rei para *governar* Portugal.

Essas discussões e reformas entre os lusos acompanhavam as idéias iluministas em que a razão era indiretamente soberana.

> De certo modo, o antijesuitismo ilustrado dos países católicos justifica-se, no nível ideológico, como sendo o produto de uma razão humanitária que pretende subordinar a si, na pessoa do príncipe, a administração, a justiça, a assistência e a educação, em nome da utilidade e da felicidade públicas.[3]

Dentre os variados motivos que envolveram o antijesuitismo, o importante aqui é a desvinculação do monopólio na educação.

No embate com a Companhia de Jesus, a Congregação dos Oratorianos foi uma grande aliada do governo pombalino. Desde sua fundação, o envolvimento da congregação com o poder político era uma prática constante e na maioria, eram adversários dos jesuítas, principalmente no que dizia respeito aos debates pedagógicos. Com a expulsão dos jesuítas, foram os oratorianos que preencheram as lacunas no ensino.

As ações administrativas de Pombal merecem um estudo mais aprofundado o que foge aos objetivos deste artigo. Realizamos, apenas, uma rápida abordagem das questões complexas da política pombalina, para chegarmos aos teóricos das reformas educacionais.

Os estudos da epistolografia portuguesa reconhecem como o primeiro teórico das missivas do século XVIII o oratoriano Francisco José Freire que, em 1745, publicou a obra *Secretário Português Compendisiosamente Instruído no Modo de Escrever Cartas*, que foi de grande repercussão e passou por várias reedições, trazendo para Portugal as idéias já discutidas em outras partes da Europa.

> Nas pequenas dissertações que introduziam os modelos propostos para cada tipo de carta, Francisco Freire procurava esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. (...) Em certa medida, o remetente era encarado como um orador cuja performance deveria convencer por completo o destinatário.[4]

Tão brevemente, um outro oratoriano, Luís António Verney, grande crítico da obra de Francisco, desvalorizando-a e apontando-a como pouco criteriosa, publicou em 1746 o *Verdadeiro Método de Estudar*[5].

Logo no início de sua obra, Verney atribuiu grande importância para a escritura de cartas, em que "o assunto aparecia relacionado a um novo plano de estudos da língua portuguesa"[6]. A publicação do *Verdadeiro*, apontada por alguns autores como o início da ruptura com o Barroco, proporcionou um impacto salutar em Portugal, iniciando a ilustração como movimento político e intelectual. Para Falcon, a importância da obra de Verney "reside não propriamente no seu 'conteúdo', mas no seu espírito que as comanda e na ruptura que representam; aspectos esses que, nem sempre, têm sido devidamente ressaltados"[7].

Os *manuais* que indicavam as melhores formas de escrever cartas foram se apresentando como instrumentos para uma certa política de escritura, acompanhando as novas propostas para os estudos de gramática e retórica. Tais propostas acompanhavam o conjunto de práticas de civilidade, tendo como produto exemplar

> os diversos manuais destinados a ensinar as boas maneiras, os tratados epistolares e as cartas, que vieram a contribuir a constituição e expansão da chamada civilização cortesã. Promoveram uma específica educação dos costumes e dos gestos, ou, o que é o mesmo, um determinado código de representação e um inconsciente político capaz de exercer o controle social através dos usos da língua, oral e escrita.[8]

Para entendermos um pouco do contexto em que as cartas se inscreveram, antes de abordá-las como prática de um governo e centrarmo-nos justamente nesta abordagem, falaremos agora da invasão na Ilha.

O porto da Ilha de Santa Catarina era reconhecido como um dos melhores da região e as fronteiras da América Meridional eram ponto de conflito entre os ibéricos. Corriam notícias de que a Espanha enviaria uma esquadra para o sul da América. Os portugueses com mais aparatos bélicos e com fortalezas restauradas, preparavam-se para esperar a comentada expedição espanhola comandada por D. Pedro Antonio de Cevallos.

Em fins de fevereiro de 1777, a esquadra espanhola, com mais de cem embarcações, foi avistada. Tudo estava preparado, porém, tiros, tanto lusos como

castelhanos, não foram ouvidos. Através de acertos entre os oficiais maiores, a Ilha, de possessão de D. José I, passou a ser território de D. Carlos III, rei da Espanha.

Os oficiais maiores portugueses foram levados por embarcações da Espanha para o Rio de Janeiro, onde foram mantidos presos, até que se apurassem os acontecimentos. Inquéritos militares foram realizados na tentativa de se entender o que tinha acontecido. Em outubro (1777) foi assinado o tratado de Santo Ildefonso que devolveria a Ilha para os portugueses, em troca da Colônia do Sacramento, o que só aconteceu em julho de 1778.

Porém, os acontecimentos não foram tão simples como parecem. Da intenção do ato a sua realização, muitas cartas, ordens, instruções e ofícios circularam entre os responsáveis pelo funcionamento da colônia. Esse circuito comunicativo produziu uma extensa massa documental que é o objeto empírico aqui analisado.

Talvez nos seja difícil entender a grande importância das cartas para o governo colonial. Atualmente, a carta, como meio de comunicação, vem perdendo seu espaço, tomado pelo advento da comunicação eletrônica. Contudo, sem as cartas do século XVIII não podemos imaginar a relação que se estabeleceu entre metrópole e colônia. Para as práticas coloniais, as cartas levaram a *voz* do soberano para os lugares mais recônditos do território ultramar.

Norbert Elias, em seu estudo *A Sociedade de Corte*, diz-nos que

> ao ter seu reconhecimento como membro recusado pela 'boa sociedade' perdia-se a 'honra', perdendo assim uma parcela constitutiva de sua identidade pessoal. De fato, era comum um nobre trocar sua vida pela 'honra', preferir morrer a deixar de pertencer à sua sociedade.[9]

Agora daremos *voz* ao marquês do Lavradio, em carta enviada ao marquês de Pombal, para pensarmos essa idéia de Elias,

> Eu não posso assegurar os nossos felices sucessos, porem o que me parece que posso certamente fazer a V. Exa., segundo o conhecimento que tenho (...) Não haverá um só Portuguez que não faça prodígios de valor, todos estão com tão boa vontade e tão rezolutos a darem a vida pela glória da pátria (...) se Deos continuar a abençoar-nos, fazendo cada um da sua parte o que deve, não conseguirão os Castelhanos o que dezejam.[10]

Em outra carta também enviada ao marquês de Pombal, Lavradio comenta:

> ... eu tenho muita esperança de que viremos a conseguir a destruição dos nossos inimigos, porque os animos dos vassallos de El-REY meu senhor, posso assegurar a V. Exa. que desde o último rapaz até ao homem mais velho, estão todos dispostos a fazerem os maiores exforços até ao ultimo instante da sua vida, por defender a Pátria e o credito da nação.[11]

Nas palavras do vice-rei, percebemos traços da sociedade cortesã. Mesmo diante da situação de provável perda da Ilha, em sua representação escrita, ele enfatiza os valores que importavam para os súditos – de uma identidade baseada na honra e na obediência e em que, acima de suas próprias vontades e vida, estava a honra que deveria ser exaltada.

Nas cartas aqui analisadas, encontramos marcas de representação de si mesmo, marcas que evidenciam sentimentos que se desejava ver reconhecidos. Nos manuais de civilidade para o comportamento mais adequado, as ostentações aos príncipes, cerimoniais que visavam a convencer os súditos das grandezas da coroa eram manifestadas.

Essa *nova* proposta de análise das cartas permite-nos falar da subjetividade envolvida. Gomes assinala que "o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de 'dizer o que houve', mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento"[12].

Em 24 de fevereiro de 1777, o responsável militar pela Ilha, Antonio Carlos Furtado de Mendonça, envia as seguintes palavras para Lavradio:

> Esta carta foi começada esta manhã, e ainda agora que são dez para onze horas da noute a não posso expedir, por conta do Auditor não poder concluir as copias dos termos que se tem feito, e fica esta Parada prompta para se expedir logo que for possível; e como V. Exa. sabe o muito que padeço conhecerá o estado em que me acho, principalmente porque há cinco dias e noutes, que em todas ellas poderei ter dormido trez para quatro horas, e o que mais me custa é hir dando tão infelices noticias ...[13]

Nesse fragmento, independente do relato do governador ser verdadeiro ou não, podemos perceber as caracterizações de um homem preocupado com a honra do território que estava *correndo perigos*. Não interessa se o seu corpo estava cansado. O mais custoso é a notícia infeliz que ele estava enviando para o vice-rei. Mendonça estava representando seus esforços para alcançar o sucesso. Ele estava experimentando o cansaço físico que,

diante do território e da honra lusa em jogo, ficava em segundo plano. No entanto, o ato de ressaltá-lo evidencia os esforços dele como responsável militar pela Ilha.

Com subjetividade, as correspondências estão recheadas de sensibilidades dos homens setencionistas. E, de maneira perspicaz, fazemos uso das palavras de Pesavento, quando ela faz referência às sensibilidades no tempo.

> É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos[14].

Acrescentamos que essas razões e sentimentos podem se materializar na escrita e, assim, na troca epistolar.

Na tradição de um mundo setencionista de razões e sentimentos, os administradores coloniais reservam para suas correspondências as sensibilidades da formulação de um mundo. Correspondências que produziram em seu tempo e que, por mais que fossem oficiais, as subjetividades desses homens não passaram despercebidas. Não passaram despercebidas para a tentativa – aqui pretendida – de olhar o sensível dos homens de corte. Eis o que relatava Lavradio, em 19 de março de 1777

> Depois de penetrado o meu coração com este dolorozo golpe, animando-me de alguma forma com as cartas que recebi do General e Governador de Santa Catharina, da constancia em que estava aquella tropa e povo para defender-se; de esperançar-me que ainda no cazo de se retirarem, o fizessem depois de uma vigorosa e regular rezistencia (digo) exemplar rezistencia (...).
> Eu confesso a V. Ex.ª que quando as li cuidei que o coração me rebentava, e não sei como tenho forças para poder fazer a V. Ex.ª uma similhante participação.[15]

Para refletirmos sobre as manifestações do Lavradio, diante do que ele achava ser a provável perda do território da Ilha, faz-se necessário fazermos as diferenciações de tempo. Como nos diz Pesavento, “captar as razões e sentimentos de uma temporalidade já escoada é ter em mente a alteridade do passado, com sua diferença de códigos e valores”[16]. As políticas de guerra e punição da sociedade atual são muito diferenciadas das que podemos perceber no século XVIII. Além de um território em perigo, era a honra de homens que estava envolvida: ser condenado por não preservar o território do rei poderia ser a maior

desonra e o fim de uma carreira militar. Se os militares não defenderam a Ilha por medo ou por *acertos políticos*[17], isso não nos cabe aqui discutir, mas sim a expressão de um governante que *transpassa* a perda do território em sentimentos de dores para o seu próprio corpo, "... que o coração me rebentava, e não sei como tenho forças ...".

Após esse pequeno esboço para a pesquisa com cartas coloniais, denominadas como oficiais, procuramos trazer uma reflexão que valoriza essa fonte como tema de pesquisa. Tentamos esmiuçar das cartas uma *fonte que jorra* sensibilidades de outro tempo, pois

> recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio.[18]

Nos rastros dos homens setencionistas, nesta pequena reflexão, procuramos tirar do silêncio o sensível e, de certa forma, *tentar calar* apenas o ouvir dos fatos revelados.

---

[1] GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: _____. (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 10.
[2] TECORA, Alcir. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Editora da USP, 2001. p. 18.
[3] FALCON, Francisco José Calazanas. **A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982. p. 135.
[4] MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Orgs.) **Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas**. São Paulo: Companhia das letras, 2000. p.50.
[5] O *Verdadeiro Método de Estudar* foi um conjunto de cartas de âmbito extenso e variado. As primeiras ressaltavam a importância do ensino da Língua Portuguesa, dos estudos de Lingüística e de retórica, propondo normas e metodologias de ensino, ressaltando também os estudos de Física, Filosofia, Metafísica.
[6] MIRANDA, Tiago. Op. cit. p. 51.
[7] FALCON, Francisco. Op. cit. p. 331.
[8] GÓMEZ, Antonio Castilho. "Como o polvo e o camaleão se transformam" Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In. BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) et. al. **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002. p. 37.
[9] ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 112.
[10] Optou-se por manter a ortografia de época. Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador, para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962. p. 276.
[11] Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 10 de março de 1777. Op. cit., p. 297.
[12] GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 15.
[13] Antonio Carlos Furtado de Mendonça para o Marquês do Lavradio, 24 de fevereiro de 1777. Op. cit., p. 303-4.
[14] PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. p. 03. http://www.chess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm. Acessado em 04/03/2004.
[15] Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 19 de março de 1777. Op. cit., p. 298.
[16] PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Op. cit., p. 04.
[17] No contexto da invasão da Ilha, a Europa era um palco de desacertos entre Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Para alguns pesquisadores, a invasão não pode ser desassociada do parentesco entre o rei da Espanha e a futura rainha lusa, que para promoverem a *paz* entre as coroas, teriam acertado as delimitações da América Meridional. Esta posição merece uma melhor argumentação, porém foge às pretensões deste artigo.
[18] PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Op. cit., p. 09.

BIOGRAFANDO O DUQUE DE CAXIAS
NOTAS DE UMA PESQUISA

Adriana Barreto de Souza
Doutora em História Social – PPGHIS/ UFRJ
Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Em agosto deste ano, defendi no Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ minha tese de doutoramento. A tese tem um recorte biográfico, centrado na análise a trajetória do duque de Caxias.[1] Durante os cinco anos de duração dessa pesquisa, a pergunta que mais ouvi de várias pessoas, do meio acadêmico e de fora dele: por que Caxias? Minha resposta variava, mas, com o passar do tempo – e com as pessoas com quem tinha mais intimidade – comecei a responder com uma nova pergunta: e por que não o duque de Caxias? Através das respostas, fui gradativamente percebendo o quanto a memória do general, que eu tentava olhar com um certo distanciamento, ainda organizava identidades políticas. Esse é um ponto que agora eu gostaria de destacar: a tese interfere em uma memória forte, forjada em bronze e pela imprensa, de um dos "grandes homens" – destaco as aspas – da história nacional.

O mais interessante, contudo, é que nem sempre ele ocupou esse lugar. Até a década de 1920, o duque de Caxias era um herói secundário. Quem ocupava lugar de destaque como grande herói militar do país era o general Osório. Só duas décadas depois, em 1849, com a inauguração do panteão da avenida Presidente Vargas, em frente ao prédio do Ministério da Guerra, o duque de Caxias passou a ser festejado como patrono do Exército brasileiro. O movimento político-intelectual que promoveu essa inversão, destinando a Osório o modesto lugar de patrono de uma das armas do Exército – a de cavalaria – foi marcado por disputas que envolveram vários setores sociais, civis e militares. Esse movimento é que construiu a imagem do

duque de Caxias da qual somos herdeiros: como um general extremamente disciplinado, rigoroso e avesso à política.[2]

Entronizado nesse panteão, e após 21 anos de ditadura militar, o diálogo com o duque de Caxias tornou-se mais difícil, sobretudo para historiadores, políticos e intelectuais de esquerda. Nesse lugar, só havia duas maneiras de tratá-lo: ou através de textos laudatórios, escritos na sua maioria por militares, ou por textos que na oposição que faziam ao Exército do golpe de 1964, demonizavam seu patrono – o duque de Caxias. Ambos os tratamentos, contudo, mantinham-no nesse panteão, dialogavam com um "duque-monumento" erguido pelo século XX.

O principal objetivo da tese, assim, é devolver o duque de Caxias ao século XIX. O que pretendo afirmar com isso? Os predicados atribuídos a Caxias – de um general rigorosamente disciplinado e apolítico – são parte dessa imagem criada pelo século XX, atendiam a interesses específicos, de uma república nacional conservadora, que se esforçava para conter a indisciplina militar dos anos 20.[3] Esses predicados caracterizam um modelo de "ser militar" que não existia no século XIX. A falta de pesquisas sistemáticas sobre o tema e os poucos estudos sobre o Exército imperial acabaram contribuindo para a difusão de um senso comum histórico que ainda organiza as reflexões sobre a atuação do marechal em livros didáticos e trabalhos acadêmicos.

Três características predominam nesse senso comum. A primeira delas é a *perda de sua dimensão humana.*[4] O duque de Caxias continua sendo representado como um monumento, resultado de um trabalho meticuloso de purificação e de eliminação de todo vestígio humano. Prevalece a idéia de que um “grande homem” se faz por um processo autônomo, independente da sua existência social e de sua experiência como ser humano. É preciso, ao contrário, mostrar que Caxias, como qualquer outro indivíduo, se encontrava inscrito em uma rede social específica definida por relações herdadas ou tecidas ao longo de sua vida, que inclui relações dentro da própria família até amizades do meio militar e político. Ele não escapou à rede de obrigações, de expectativas e de reciprocidade que caracteriza a vida social. Talvez o primeiro passo seja começar por lembrar seu nome. Duque de Caxias é o “ponto de chegada” de uma trajetória bem sucedida. Antes disso, e por muitos anos, ele foi apenas Luiz Alves de Lima e Silva. A aquisição e acúmulo de patentes, cargos políticos, mercês e títulos nobiliárquicos não são expressão de uma

vocação inata, de um “eu” superior, nem são determinados por uma abstrata necessidade da política nacional. Eles resultam de um longo investimento geracional, da elaboração de projetos e de uma incansável atuação visando sua realização. Luiz Alves de Lima – como ele costumava assinar seu nome – foi o primogênito da segunda geração dos Lima e Silva nascidos no Rio de Janeiro, posição geracional que, sobretudo em sociedades tradicionais, é revestida de uma série de expectativas. Se essa posição, por um lado, lhe abriu várias possibilidades sociais, ela também inviabilizou outras opções. O modo como Luiz Alves dialogou com essa herança familiar e seus limites produziu uma forma específica de ação militar e política, produziu o duque de Caxias.

A segunda característica desse senso comum é o predomínio de uma *visão anacrônica do que é ‘ser militar’*. Os biógrafos sempre destacam que Caxias pertencia a uma tradicional família de militares portugueses. O esforço rende no máximo uma lista com nomes, patentes e grau de parentesco. A lista é longa, é verdade. Mas o que isso significa? Aonde esses dados podem nos levar? Creio que devem funcionar como um alerta de que estamos tratando de uma outra época e de que é preciso haver disponibilidade para pensar outros padrões de sociabilidade, critérios de organização da carreira militar e de estruturação do próprio Exército. Não se pode ignorar que Caxias nasceu em 1803 e que o Brasil nesse momento era parte do Império português. Tradições militares diferentes eram alinhavadas segundo interesses conjunturais. Além do Exército, com um efetivo muito reduzido na colônia, havia ainda as ordenanças e corpos milicianos. O sucesso da memória instituída sobre Caxias induz, nesse caso, a uma falsa sensação de familiaridade. Não havia ainda – é sempre bom lembrar – um Exército brasileiro.[5] O uso do termo "militares" minimiza essa dimensão plural do campo institucional e suas nuances regionais. Ficar atento a essas variações não é preciosismo, sobretudo quando se trata de pensar uma biografia. O jovem Luiz Alves era oficial do Exército português no Ultramar. Ele assentou praça e recebeu suas primeiras patentes de oficial no 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro. Isso o coloca em um lugar preciso. O que denominamos Exército brasileiro só terá uma certa unidade alinhavada pela primeira vez através dos “movimentos de pacificação” das décadas de 1830 e 1840. Em parte, através da circulação e atuação do próprio Caxias nas províncias do Império. Ainda assim,

essa unidade seguiu princípios e valores particulares à época e que pouco lembram as noções de disciplina e preparo técnico hoje naturalmente atribuídas à carreira militar.

São vários os trabalhos que apontam o caráter aristocrático dos exércitos do século XVIII.[6] Um Exército aristocrático é caracterizado por um baixo grau de profissionalização do corpo de oficiais. A Real Academia Militar, onde o jovem Luiz Alves estudou, ao contrário do que se pensa, não era propriamente um centro de formação de oficiais militares: o ensino era fraco, a disciplina inexistia como valor militar e o curso não era nem mesmo um pré-requisito para ingresso na carreira. A ascensão dentro da instituição dependia antes da prestação de serviços à Coroa, que tanto poderia ocorrer em campos de batalha como nas câmaras e gabinetes políticos. Não é minha intenção negar os sucessos militares de Caxias. Mas acredito que, pelo fato de ter sido um oficial formado em uma tradição militar aristocrática, esses sucessos não podem ser pensados isoladamente, sem levar em conta sua inserção política. Esse é o terceiro traço do referido senso comum: *o silêncio sobre sua vida política*. O que sabemos é que Caxias era integrante do Partido Conservador. Meu interesse, entretanto, recai sobre a dinâmica dessa vinculação. Nesse ponto, contei com o inestimável auxílio de pesquisas realizadas no campo da história política.[7] O Rio de Janeiro da década de 1830 é reconhecido como um importante laboratório para a formulação dos princípios políticos conservadores que organizaram a política nacional dos anos subseqüentes. A primeira posição de comando exercida pelo então major Luiz Alves de Lima foi exatamente a de comandante das Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro. Assumindo esse posto em 1832 e nele permanecendo até 1839, por 7 anos consecutivos, foi um dos responsáveis pela repressão aos movimentos de rua que se alastraram pela corte após a abdicação de d. Pedro I. Uma experiência praticamente ignorada por seus biógrafos.

Novamente é importante recuperar sua inserção social. Durante esse decênio, a família de Luiz Alves ascendeu aos principais postos político-militares do Império. Seu pai foi regente e senador do Brasil; um tio, Manoel da Fonseca de Lima e Silva, ocupou por duas vezes o cargo de ministro da Guerra e esteve à frente da pasta da Justiça; outro tio, José Joaquim de Lima e Silva, assumiu o Comando de Armas da cidade do Rio de Janeiro, o posto de Vogal do Conselho Supremo Militar e foi eleito, em 1834, deputado pela província do Piauí. Acredito, desse modo,

que Luiz Alves pertencia ao grupo de jovens que, marcados pela experiência desses conturbados anos, foram devidamente treinados por lideranças conservadoras a partir da última regência. Antes de seguir em expedição para o Maranhão e provar sua capacidade como comandante militar, foi convidado para acompanhar o então ministro da Guerra, general Sebastião do Rego Barros, em uma viagem ao Rio Grande do Sul com a intenção de reanimar as forças do governo após uma grave crise aberta pela deserção de comandantes militares para as fileiras farroupilhas. Meu interesse, desse modo, é pensar a política no âmbito da experiência. Acompanhar a trajetória de Luiz Alves, de forma a recompor o jogo de identidades e oposições responsável pela formação de uma rede de solidariedades que, no caso específico, deu lugar a um projeto político. A mesma rede que fez dele o pacificador e um dos primeiros chefes do Partido Conservador.

* * *

A identificação dessas três características do que estou chamando *senso comum histórico* é resultado da leitura dos textos biográficos até hoje produzidos sobre a trajetória do duque de Caxias. Esse foi meu primeiro trabalho de pesquisa, o modo como me aproximei do tema.[8] O que mais me impressionou na época era o silêncio que havia sobre as primeiras décadas da vida de Caxias. Esses textos praticamente só começam a contar sua história a partir da campanha contra os balaios no Maranhão. Ou seja, a partir de seu primeiro grande sucesso como militar, de onde retornou com o título de barão de Caxias. O curioso é que a expedição parte para o Maranhão em 1839, quando Luiz Alves já contava 36 anos de idade. Um de seus mais importantes biógrafos, o padre conservador Joaquim Pinto de Campos, aborda esses 36 anos em apenas 24 páginas, numa obra com nada menos que 496 páginas. Foi explorando esse silêncio que construí a tese. Ela prioriza exatamente esses anos iniciais da trajetória do futuro duque de Caxias. Procurei decompor esse “duque-monumento”, contando a história de um oficial brasileiro nascido numa família de militares portugueses, de origem não nobre, que atravessou o Atlântico para tentar aumentar suas chances de ascensão social. Na posição de primogênito, esse oficial deu seqüência ao projeto de seu avô paterno, o primeiro Lima e Silva a se estabelecer no Rio de Janeiro.

Contando essa história, pretendia mostrar também como, através dessas famílias, uma tradição militar portuguesa de traços aristocráticos persistiu no Exército após a independência. Transmitida às novas gerações, em uma época caótica, marcada por inúmeras lutas, essa tradição fundamentou identidades, sendo atualizada e conservada pelo engajamento de jovens como Luiz Alves, que empenharam seus ideais e suas forças na consolidação do Império do Brasil. Essa consolidação, realizada nos moldes conservadores, se deu pela conservação de heranças dos tempos coloniais – do princípio monárquico e de um sistema de hierarquias sociais baseado na escravidão.[9] Desse modo, a tese não acompanha Caxias até seus últimos dias. Ela termina com a pacificação da Farroupilha, última revolta combatida por Luiz Alves que arriscava a ordem que ele aprendeu a preservar, quando os fundamentos do Estado Imperial estavam assegurados.

* * *

Antes de terminar, gostaria de fazer ainda duas observações. A primeira delas é sobre os limites da narrativa que criei. A relevância histórica do personagem nos induz a imaginar que o historiador dispõe, para a execução de sua pesquisa, de um grande acervo documental. Isso é verdade apenas em parte. Realmente há um vasto acervo disponível, mas de documentos oficiais, produzidos por Caxias no exercício de postos militares e políticos. Documentos pessoais, além de escassos, estão espalhados por várias instituições. Não existe um “arquivo duque de Caxias” – um acervo doado pela família, por exemplo – depositado em uma determinada instituição de pesquisa. Isso sem dúvida deixa marcas no texto. Os historiadores dependem dos vestígios do passado para escrever suas histórias. O modo como entramos em contato com os documentos, as particularidades, dificuldades ou facilidades institucionais enfrentadas impõe limites, conforma a narrativa do historiador, torna possível uma história e não outra. Nessa tese, apesar do exaustivo esforço de recuperação de dados relativos à etapa inicial da vida de Caxias, nem sempre foi possível encontrar fontes sobre pessoas e eventos que certamente exerceram alguma influência sobre o jovem Luiz Alves. O recurso utilizado nesses casos foi não só explicitar esses "vazios documentais", mas explorar a sugestão de Natalie Davis e trabalhar, apoiada numa

minuciosa pesquisa empírica, realizadas sobre fontes indiretas, com a idéia de "possibilidades históricas".[10]

Por fim, gostaria de destacar um outro grande desafio que me acompanhou desde o início da pesquisa – a articulação de uma escrita histórica a partir da singularidade de uma vida. No início, parecia impossível escapar às duas abordagens mais freqüentes do biográfico: a que se apóia na idéia de uma biografia representativa e a que transforma trajetórias individuais em estudos de caso. Sobretudo a primeira, para quem já havia trabalhado com algumas trajetórias de oficiais militares no mestrado, era extremamente tentadora. Todavia, justamente por conta dessa mesma dissertação, quando pela primeira vez percebi a heterogeneidade do corpo de oficiais do Exército imperial, parecia impossível trilhar a idéia de representatividade sem negligenciar o que me parecia mais rico – os traços mais pessoais da história e da atuação do duque de Caxias.

Um passo fundamental para romper com esse procedimento clássico da História social – que seleciona uma trajetória de vida por acreditar que ela sintetiza várias outras, não presentes no texto senão através de números e quadros estatísticos – se deu pela reformulação do conceito de contexto e, desse modo, da própria matéria-prima dos historiadores, o tempo histórico. Ao invés de pensá-lo como um pano de fundo fixo, invariável, tentei reconstruí-lo a partir de elementos particulares à trajetória de Caxias, como a experiência militar dos Lima em Portugal, os sonhos de ascensão social da família no Brasil, os contratos de casamento efetuados, as situações vividas em guerras, sua posição geracional, suas experiências na Real Academia Militar, entre outros. Para tentar dar essa plasticidade ao texto, optei pelo conceito de configuração.[11] Acredito que ele permite pensar melhor como fenômenos mais gerais, típicos da história política ou social, podem afetar a vida cotidiana dos homens, fornecendo-lhes elementos que, explorados com mais ou menos consciência, permitem-lhe negociar constantemente sua posição em sociedade.

Destacar esse esforço não implica negar ou desqualificar os resultados apresentados pelas pesquisas que trabalham com biografias representativas. Elas, tanto quanto os estudos de caso, são eficientes e sempre terão lugar garantido nas análises do social. Importa apenas dizer que o procedimento é diferente. Enquanto essas se fundam na generalização, as análises da

experiência de uma vida buscam escrever sobre o social a partir da singularidade. Esta funcionaria, para usar uma expressão do antropólogo Didi-Huberman, como uma brecha de acesso a esse passado.

Através desse exercício – de desconstrução memorialista e historiográfico – que procurei pensar as relações familiares e sociais, a formação, as estratégias de socialização, a ação militar e os conflitos pessoais e políticos vividos por aquele que aprendemos a olhar como monumento.

---

[1] O ponto de partida da tese foi o texto de Celso Castro: "Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro". A ampliação dessa pesquisa resultou no livro: CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

[2] Uma análise mais detalhada sobre essas disputas pode ser encontrada em SOUZA, Adriana Barreto de. "Osório e Caxias: a memória militar que a república manda guardar". *Varia História*. nº 25. Belo Horizonte, UFBH, julho de 2001. p.231-251.

[3] Sobre o projeto político que fundamenta esse movimento conservador republicano, ver: CARVALHO, José Murilo de. "Forças Armadas e a política, 1930-1945". In: *A Revolução de 30, seminário realizado pelo CPDOC/FGV*. Brasília, Editora da UnB.

[4] Esta perda da dimensão humana é analisada por Norbert Elias no livro sobre Mozart. ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995. Mais recentemente, uma discussão sobre o tema pode ser encontrada em LORIGA, Sabina. "Être Historiens Aujourd'hui". Conferência realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ em julho de 2002.

[5] Um trabalho que destaca a inexistência de um Exército brasileiro através de importante pesquisa empírica é o de KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in independence-era Brazil*: Bahia, 1790s-1840s. Stanford, Stanford University Press, 2001.

[6] Uma tipologia é apresentada e discutida por HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. RJ, Biblioteca do Exército, 1996 e por VAGTS, Alfred. *History of militarism*. New York, The Free Press, 1959. Sobre os traços aristocráticos do Exército português há um trabalho em andamento de Fernando Dores Costa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pode-se ter uma idéia desse trabalho através do artigo: COSTA, Fernando Dores. "O Bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar". In: *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Quarta série, vol.XXXIII, no. 149, 1998. Os primeiros autores a apontarem esses traços no Exército brasileiro foram José Murilo de Carvalho e John Schulz. CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". *HGCB* 9. São Paulo, Difel, 1978; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo, Edusp, 1994. Esse é um tema sobre o qual tenho trabalho desde o mestrado. Ver: SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.

[7] As reflexões de José Murilo de carvalho e Ilmar Mattos sobre a construção do Estado Imperial brasileiro foram fundamentais na estruturação dessas reflexões. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981. MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. SP, Hucitec, 1990.

[8] O campo bibliográfico sobre a trajetória do duque de Caxias, excetuando-se todas as homenagens e discursos realizados em datas nacionais festivas, é composto de 51 biografias. SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias e a Formação do Estado Imperial: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese de doutoramento defendida no PPGHIS/ UFRJ. Rio de Janeiro, agosto de 2004.

[9] A idéia de pensar uma geração de fundadores do Império e outra de consolidadores, unidas pela experiência em torno das lutas políticas da independência e das regências, tal como o par consolidação/conservação, devo a Ilmar Mattos, op.cit. p. 125 e 126.

[10] O trabalho sobre "possibilidades históricas" só foi possível após a discussão de DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

[11] O conceito de "configuração social" pensado em termos geográficos e profissionais tem orientado o trabalho de um grupo de pesquisadores europeus que procuram fundamentar o conceito através de pesquisas empíricas sobre a trajetória de indivíduos em diferentes cidades européias. Pode-se ter uma boa idéia do trabalho de cada um desses pesquisadores através do livro organizado por Maurizio Gribaudi. GRIBAUDI, Maurizio. *Espaces, temporalités, stratifications: exercices sur les réseaux sociaux*. Paris, École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998.

Majestades do Belo: Reflexões sobre Concursos de Beleza

Adriana Cançado[1] - PPG-UFPR

Considerados, num primeiro olhar, como acontecimentos frívolos e banais, os concursos de beleza extrapolam a primeira impressão quando observados a partir da rede de significações que os envolvem desde seus aspectos organizacionais até as responsabilidades sociais assumidas pelas jovens eleitas.

Com a perspectiva de reconstrução de redes de significações detenho-me num acontecimento específico, localizado num tempo e espaço singulares: o concurso da rainha da soja, realizado entre os anos de 1970 a 1980, em Ponta Grossa, Paraná. Este concurso chamou-me atenção pelo fato de ser amplamente comentado pelos ponta-grossenses que relembram o acontecimento com sentimentos nostálgicos e revelam ter sempre uma amiga ou parenta envolvida no processo. Somaram-se a isto alusões positivas ao período administrativo do prefeito Ciro Martins, tido como marco do desenvolvimento industrial local. Não por coincidência, o concurso teve início justamente na administração deste político.

No final da década de 1960, os discursos políticos e econômicos locais encontravam-se afinados quanto à necessidade de incentivar a instalação de indústrias na cidade objetivando sua transformação de pólo comercial para centro agroindustrial. Estas pretensões estavam em sintonia com as propostas dos governos militares em abrir o espaço nacional para investimentos de empresas multinacionais. Na pauta do governo ecoava também o estímulo ao cultivo da soja através de mecanismos de intervenção como a política de crédito rural, os investimentos diretos e subsídios fiscais e creditícios voltados para o incentivo à implantação da agroindústria processadora[2].

Neste rastro a multinacional Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sanbra), com sede no Canadá, lançou a pedra fundamental de seu complexo agroindustrial durante a inauguração da Cidade Industrial de Ponta Grossa. Estrategicamente localizado, devido às ligações ferroviárias e rodoviárias entre a cidade e diversos pontos do sul e sudeste do país

e o porto de Paranaguá, litoral paranaense, o complexo Sanbra instalava-se sob expectativa de processar 1200 toneladas diárias de soja, de industrializar a totalidade do óleo produzido e fabricar gordura vegetal e margarina[3]. As pretensões econômicas de grupos políticos locais concretizaram-se em consonância com os movimentos mais amplos da esfera federal, o que ficou evidente nas palavras proferidas por Ciro Martins durante a solenidade de inauguração ao apoiar as diretrizes do governo militar[4].

No ano de 1970, sob a coordenação da multinacional e em parceria com a Prefeitura Municipal realizou-se o 1º Encontro Nacional com a Soja, composto por uma série de palestras e cursos sobre a cadeia produtiva da soja. Integravam o Encontro manifestações culturais típicas como danças e venda de comidas e uma maratona intelectual que envolvia alunos das escolas de ensino fundamental e médio, premiados mediante o maior acerto de questões relacionadas à leguminosa[5]. Neste mesmo ano teve início o concurso da rainha da soja.

Anualmente o concurso aconteceu durante um baile, organizado pela diretoria social da Sanbra, realizado no final do Encontro com a Soja, sempre aos sábados. Nos três primeiros anos o concurso teve alcance local e apenas jovens pontagrossenses concorreram. Em seguida, o evento passou a ter duas etapas. Na primeira escolhia-se a representante de Ponta Grossa que num segundo momento do baile concorria com as candidatas rainhas de suas localidades de origem. Elegia-se então a rainha nacional da soja. Neste ponto é interessante observar que a etapa final do concurso sempre aconteceu em Ponta Grossa, cidade que centralizava o conglomerado Sanbra no sul e sudeste do país e que a conotação “nacional” limitava-se às referidas regiões[6], potentes produtoras de soja no decorrer da década de 1970.

Desse modo, elencando as dimensões externas chego à questão central desta comunicação que é discutir o concurso enquanto um acontecimento ritual.

Ao estudar os ritos de passagem, Arnold Van Gennep[7], concluiu que estes acontecimentos expressam a dinâmica social e compartilham um padrão recorrente mesmo dentro de uma multiplicidade de formas expressas ou implícitas. Este padrão implica em três

fases distintas que se referem à separação, a fase liminar, fronteiriça e a incorporação. A primeira relaciona-se com o apartamento do iniciado do convívio coletivo; a segunda com a etapa da ambigüidade quando o iniciado "é e não é ao mesmo tempo" e a terceira refere-se à reincorporação social sob nova condição. Assim como Mary Douglas[8] e Victor Turner[9], Van Gennep entendia a fase liminar como algo ambíguo, paradoxal e negativo. Para os três antropólogos o ambíguo significava todo objeto, ser ou instituição situado simultaneamente em dois campos semânticos excludentes e portadores de características contraditórias. Roberto Da Mata, ao estudar o carnaval brasileiro, defende a releitura do conceito de liminaridade propondo a observação de um possível lado positivo e recusando a concepção clássica de explicá-la enquanto um estado que desafia um sistema concebido como fixo, não admitindo a indecisão ou o adiamento. "O carnaval é uma festa que estimula a disputa, mas domestica, aristocratiza e hierarquiza a competitividade, fazendo com que ganhadores e perdedores se liguem entre si como grupos e entidades especiais", com esta afirmação Da Mata exemplifica que os ritos de passagem podem transformar individualidade em complementaridade, isolamento em interdependência, e autonomia em imersão na rede de relações estabelecidas como modelo de plenitude para a vida social a existência da ambigüidade[10].

O concurso rainha da soja torna-se campo propício para a análise e rediscussão sobre a existência de um padrão recorrente nos espaços rituais e para o questionamento da liminaridade enquanto prática negativa. Durante semanas, que antecediam a escolha da rainha, as candidatas passavam horas de seus dias participando de ensaios, jantares, entrevistas coletivas, reuniões. Todos, acontecimentos que envolviam o grupo de jovens, aparentemente, isolando-as por mérito estético e intelectual das demais mulheres da comunidade local. Mesmo considerando a exigüidade do tempo, o grupo atingia o *límen* ao vivenciar a experiência de não estarem reconhecidamente eleitas, mas cientes de que não mais pertenciam ao espaço comum destinado às outras mulheres. Este estado transitório encerrava-se com a escolha e legitimação da eleita, fase de onde emergiam as candidatas

sob outra condição social quando assumiam novas responsabilidades perante a coletividade.

Para Stanley Tambiah[11], os rituais são mais do que meros eventos rotinizados. Ao contrário, constituem um complexo sistema comunicativo de palavras e ações cujas interconexões devem ser objeto de análise. Para a concretização analítica propõe o exame de uma instância interna que opera transferências verbais a partir de uma lógica de escolha de elementos que melhor servem para a eficácia da linguagem ritual e de uma instância externa que se reporta ao nível de significados acionados pelos grupos em busca de objetivos institucionais. A segunda instância conduz a investigação para as relações estabelecidas entre o ritual e os contextos onde é praticado. Tambiah expõe que os eventos rituais podem variar nas sociedades e enfocam aspectos do cotidiano cujos significados não ocorrem em função de intencionalidades, mas em função de uma orientação coletiva que reconhece socialmente a eficácia da linguagem ritualística. A aproximação entre a Antropologia e a Lingüística permitiu o reconhecimento de que as manifestações rituais trazem algo de inovador. Neste sentido, Edmund Leach[12], propõe que o ritual é linguagem capaz de comunicar significados dinamizando e atualizando as redes simbólicas reconhecidas socialmente.

A partir dos aspectos apresentados por Tambiah, proponho a compreensão do concurso enquanto um sistema comunicativo cuja instância interna compunha-se de jovens e belas mulheres, integrantes de famílias reconhecidas pelo prestígio econômico, político e social, e que simbolizavam aquilo que os grupos envolvidos no evento possuíam de melhor na esfera do feminino e de suas representações. A composição do grupo das candidatas e após a eleição a formação de um grupo ainda mais reduzido – a rainha e as princesas – podem significar a reprodução intensificada de valores naturalizados nas vivências femininas. Valores estes constituídos pela beleza estética, pelo comportamento social adequado às normas da etiqueta e pelas possibilidades de circulação em múltiplos espaços: do clube às colunas sociais, da filantropia aos eventos luxuosos.

Em relação à instância externa há que se considerar dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à influência da multinacional Sanbra na realização do concurso o que, num olhar rápido, pode conduzir para uma explicação simplista baseada na intencionalidade da empresa em divulgar seu nome, fazer seu *marketing*. É claro que havia um jogo de interesses tanto que a multinacional foi premiada, em 1981, na figura da diretora do Departamento de Relações Públicas da empresa com o Prêmio Opinião Pública, na categoria Projetos Institucionais: Iniciativa Privada – o 10º Concurso Rainha da Soja[13]. No entanto a construção de um conjunto de significados e sentidos não acontece em função da propriedade da intencionalidade externa, mas a partir de um reconhecimento coletivo da simbologia envolvida no processo ritual[14]. Neste caso acredito ter havido uma sintonia entre os interesses econômicos e políticos com quadros representacionais de feminilidade, de preservação e renovação de conceitos morais cujo sentido era compartilhado coletivamente.

Não há paradoxismo na aparente contradição posta na idéia de preservação e renovação quando verifico que as candidatas eram publicamente anunciadas pelos seus interesses futuros que, na maioria das vezes, estavam vinculados ao ingresso em algum curso superior e à realização profissional. Por outro lado, as jovens tinham seus nomes vinculados diretamente à figura de seus pais denotando certo grau de dependência[15]. Este é o segundo aspecto a ser considerado no âmbito da instância externa: um período de transformações dos papéis femininos. Não mais o casamento, ao menos explicitamente, mas a profissionalização e a autonomia financeira. Emergia a representação da mulher inteligente, atuante, mas que preservasse os bons modos, o bom gosto e a estética corporal. Neste sentido, o concurso pode ser lido como uma fase liminar, onde conviviam as noções de preservação e renovação já dispersas no cotidiano das sociedades.

Parafraseando Tambiah, Mariza Peirano[16] afirma existir uma ordem que estrutura o ritual, um sentido de acontecimento que é coletivo e uma percepção de que estes eventos são diferentes. Além disso, enfatiza que os rituais ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual na vida social. Conivente com tais releituras de clássicos da Antropologia e da Lingüística, concluo estas reflexões reafirmando a possibilidade de

compreender especificamente o concurso rainha da soja e, de maneira mais ampla, os concursos de beleza feminina para além das afirmações comuns sobre sua futilidade e em direção à reconstrução dos quadros simbólicos que os compõem e sustentam.

---

[1] Mestre em História e Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná.

[2] MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização 'em rede'. São Paulo: Unesp, 2000.

[3] PROJETO VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE FÁBRICA DE ÓLEO DE SOJA EM PONTA GROSSA (PR). SANBRA. Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro. São Paulo, dezembro de 1970. p.1.

[4] Que acompanhando a filosofia do governo da revolução, que é o de propiciar o desenvolvimento brasileiro, Ponta Grossa é o agente promotor dessa meta. Da fase das aspirações, dos projetos, passamos para a ação efetiva, com a responsabilidade de acelerar o progresso através de uma política desenvolvimentista, que dá ênfase à industrialização e à melhoria dos setores agrícolas e pecuários, [...] com reflexos [...] de subordinar os aspectos de desenvolvimento material à melhoria de condições de bem-estar social [...].[...] nesta hora histórica em que é aceito o desafio de subdesenvolvimento, de modo corajoso e firme, em que, até agora, venceram-se os obstáculos pelo trabalho, para iniciar-se nova e gigantesca jornada, numa reafirmação solene de que aqui, evidentemente, o FUTURO é HOJE !" in: JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n.22260, 08/05/1971. p.01.

[5] A Maratona realizada no IV Encontro com a Soja (1974) contou com a "participação de 31 estabelecimentos de ensino de 14 cidades da Região dos Campos Gerais". In: DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n.2593, 104/05/1974. A competição era organizada pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Ponta Grossa e tinha como finalidade fundamental a *contribuição para a difusão dos conhecimentos relativos à Soja*. Artigo 1º do Regulamento para a Maratona publicado no jornal DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n.23055, 30/04/1972.

[6] Segundo Leonel Mazzali, no período compreendido entre os anos de 1970 a 1980 a produção da soja teve grande desenvolvimento nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A partir do fim da década de 1970, ocorreu a expansão do cultivo nos estados do Mato Grosso, Goiás, oeste de Minas Gerais e sul da Bahia. No que se refere à industria de trituração houve concentração, no mesmo período, nos estados do Sul e Sudeste brasileiros. A capacidade de esmagamento passou de aproximadamente 10,4 milhões/t/ano, em 1976, para 20,9 milhões/t/ano, em 1979. in: MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização 'em rede'. São Paulo: Unesp, 2000. 68.

[7] Ver VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem.** Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

[8] Ver DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo.** São Paulo: Perspectiva, 1966.

[9] Ver TURNER, V. **O Processo Ritual.** Estrutura e anti-estrutua. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

[10] DA MATTA, R. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana.** Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, v.6, n.1, 8-29, abril de 2000.

[11] TAMBIAH, S. A performative approach to ritual. In: _____. **Culture, thought and social.** Harvard University Press, 1995. 123-166.

[12] LEACH, E. Ritual as na expression of social status. In: HUGH-JONES, S.; LANDLAW, J. (ed.). **The essential Edmund Leach.** V.1. New York: Yale University Press, 2000. 153-173.

[13] O Prêmio Opinião Pública integrava uma iniciativa do Conselho Regional dos Profissionais de Relações Públicas/2ª Região e, segundo seus organizadores, tinha caráter exclusivamente cultural sem fins lucrativos. Foi considerado ainda em seu segundo ano de realização um dos mais importantes da América Latina. Neste prêmio em específico o júri, composto por profissionais da área de Relações Públicas, avaliou o planejamento, a execução e os resultados dos projetos. Ao conferir o prêmio a Sanbra o júri argumentou que *o Concurso contribuiu não só para firmar uma imagem positiva da empresa perante a comunidade, como também foi um fator importante para o congraçamento de autoridades, produtores de soja e da juventude consciente da importância dessa lavoura para a economia do país.* In: ATUALIDADES SANBRA. As opções agrícolas do Nordeste. São Paulo: Gráfica Editora Hamburg, n.73, ano XV, 1982. p.13.

---

[14] TAMBIAH, S. A performative approach to ritual. In: _____. **Culture, thought and social.** Harvard University Press, 1995. 123-166.

[15] Para exemplificar o modelo das notas publicadas na imprensa ponta-grossense sobre as jovens candidatas:
Majestade da Soja
Suzi Mara Samways, filha do casal Alcides Samways e Cleuza Samways, nasceu na capital paranaense no dia 3 de junho e já fez os cursos de teatro, fotografia, etiqueta social na Socila de Recife e também decoração. Atualmente, Suzi está cursando o último ano de Inglês no Instituto de Idiomas Yázigi e este ano cursará a 3ª série do 2º Grau / Profissionalizante – Auxiliar de Arquiteto – e pretende ser Arquiteta. Aprecia teatro, arquitetura, cinema, pintura, escultura, música, tanto a clássica como a jovem, literatura, sendo seus autores preferidos Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Hermann Hesse e Agatha Crhistie. Gosta de estudar línguas, principalmente inglês e adora viajar. Conhece as principais capitais brasileiras, de Porto Alegre até Fortaleza e também a Argentina e Paraguai. Adora praias e esportes, principalmente a natação e seu hobby preferido é colecionar fotografias. Suzi é destacada componente do Léo Clube Vila Velha e no mês de junho foi escolhida a Rainha da Soja 74, em promoção anual e já tradicional da SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – e Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 01/01/1975.

[16] PEIRANO, M. (org.). Rituais como estratégica analítica e abordagem etnográfica. In: _____. **O dito e o feito.** Ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 7-14.

Conflitos Bélicos com Castela na Legitimação Simbólica do "*Mexias de Lisboa*" (1383-1385)[1]

Adriana Maria de Souza Zierer - UEMA

Antes de compreender o papel da guerra na legitimação simbólica de uma nova dinastia, a Dinastia de Avis, iniciada com o governo de D. João I (1383-1433), é necessário situar o contexto político de Portugal em fins do século XIV.

A ascensão de D. João I ao poder ocorreu num período marcado por guerras com Castela, que se iniciaram desde o governo de D. Fernando (1367-1383), guerras estas que não foram favoráveis ao reino português e tiveram como conseqüências problemas sociais, tais como o aumento de impostos. Isso, associado à falta de trabalho, fomes e demais efeitos do contexto da época levaram ao surgimento de movimentos populares durante o seu reinado, conhecidos como *uniões*.[2]

O motivo alegado das revoltas foi o casamento de D. Fernando com D. Leonor, dama já casada, realizado em segredo em 1371 e reconhecido publicamente em 1372, o que foi mal-visto pela população. Porém, o verdadeiro motivo das revoltas foi provavelmente o mesmo de outras ocorridas na Europa no mesmo período, marcado pela peste, fome e guerra[3]. Com relação à sucessão de D. Fernando, na falta de um herdeiro masculino, o trono passaria para um descendente de D. Beatriz, sua única filha legítima. Esta havia se casado com D. João, rei de Castela, após a última guerra entre Portugal e este país. Ficara então decidido pelo tratado de Salvaterra dos Magos que após a morte do rei D. Fernando e na menoridade do herdeiro de sua filha, o reino seria governado pela viúva, D. Leonor.

Com a morte do monarca, formaram-se dois grupos que desejavam o poder em Portugal, o de D. Leonor e o Conde Andeiro e o de D. Beatriz e seu marido D. João de Castela. O Mestre de Avis se colocou entre estes dois grupos e lutou pelo poder, tornando-se inicialmente regedor de Portugal (dezembro de 1383) e depois rei, com o apoio da nobreza secundogênita, elementos dos grupos urbanos (mercadores e membros dos concelhos) e a população pobre das cidades.

Ao analisar o governo de D. João I, seu cronista Fernão Lopes afirmou que D. João representava o *novo*, isto é, o "amor à terra" e o desejo dos "naturais" ou a "arraia-miúda" em apoiar o reino e o Mestre de Avis contra o domínio de Castela, o que era contrário ao direito feudal vigente.

Mas não havia ainda um "sentimento nacional" dentro de Portugal à época de D. João I, tanto que a maior parte da nobreza apoiou o rei de Castela, uma vez que, segundo o direito consuetudinário, seguido pelos nobres, esta era a norma correta a ser adotada. Até então havia uma fidelidade maior aos compromissos da nobreza enquanto grupo do que o compromisso com um território. Daí Fernão Lopes construir em seu relato a idéia de uma nobreza ideal, cuja ligação é com o reino e o monarca, personificado na figura de Nuno Álvares Pereira, em oposição à nobreza tradicional, acusada no relato de constituir os "enxertos tortos" da oliveira portuguesa.

A justificativa de Fernão Lopes em torno de D. João como o eleito de Deus, isto é como o *Mexias* de Lisboa, conforme apresentado na sua crônica, tem por objetivo garantir-lhe a legitimidade. Em virtude de ser bastardo e por haver obtido o poder com base na força, era necessária uma legitimação simbólica do seu governo, pois embora tenha conseguido se eleger como rei nas Cortes de Lisboa (1385), D. Nuno, seu comandante militar, coagira os votantes a apoiarem D. João, o vencedor contra Castela na Batalha de Atoleiros (1384).

É importante pensar que Fernão Lopes, cronista a serviço de uma dinastia, escreveu a *Crónica de D. João I* já após a morte do monarca (1433), entre os anos de 1440 e 1448. Seu relato é uma história encomendada que denigre alguns em detrimento de outros. D. João ficou conhecido com o epíteto de rei da Boa Memória e é possível acreditar que a propaganda das suas ações já era feita quando estava vivo. Segundo Armindo de Sousa, documentos da corte de poucos anos após a sua morte o intitularam como "Pai dos Portugueses", o que parece confirmar tal hipótese[4].

Assim, é importante perceber que o documento do cronista procura legitimar uma nova dinastia no poder, apresentando uma estratégia discursiva que não poderia ser contestada no campo simbólico, através dos milagres que o cronista descreve acerca das

ações bélicas de D. João e D. Nuno, mostrando a preferência de Deus pelo *Mexias* e o consagrando no poder. Embora bastardo, palavra nunca mencionada pelo cronista, D. João foi rei pela "vontade divina" e por ser "filho de rei", já que era filho do rei anterior a D. Fernando, o monarca D. Pedro (1357-1367).

As pesquisas do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF – têm enfatizado nos documentos da nova dinastia a questão do **discurso do paço**[5], centrado em três elementos, a questão do povo, do sentimento de nacionalidade e sua associação à Dinastia de Avis, discurso esse que, segundo Vânia Fróes, era constituído por uma série de escritos que não apenas legitimaram o primeiro monarca avisino, como também sugeriam regras de comportamento da "nova nobreza" e da "nova monarquia", garantindo assim a unidade simbólica da Dinastia de Avis[6].

O elemento a ser ressaltado neste trabalho sobre a *Crónica de D. João I* é a relação entre a religiosidade e a sua apropriação pelo poder político. Desta forma, através do relato de Fernão Lopes, D. João é apresentado como o Messias de Lisboa, o exemplo de bom cristão capaz de salvar o reino português do domínio castelhano, o que garantiria no futuro também a salvação espiritual dos habitantes de Portugal.

Quanto a D. João de Castela é descrito pelo cronista como mau cristão, tendo, portanto, aproximações com o diabo e personificando a imagem do Anticristo, isto é, aquele que vem destruir o reino de Deus e que na *Bíblia* pode ser representado por Satanás, por um dragão e por um tirano. Os termos Anticristo e Messias aparecem citados explicitamente na primeira parte da crônica de Fernão Lopes, respectivamente nos capítulos 63 e 123.

É importante mencionar também o contexto religioso da época de D. João, marcado pelo Cisma do Ocidente (1378-1417), com dois papas na Cristandade, em Roma e em Avignon, e num curto período, por ainda um terceiro papa, em Pisa. Esta é uma época de crença nas idéias joaquimitas, de que o fim do mundo está próximo e da esperança na vinda de um novo tempo.

Joaquim de Fiore foi um monge calabrês do século XII, que dividia o mundo em três idades: a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. Para ele, a última era estava próxima e

seria implantada a idade dos monges, com a reunificação da Igreja, depois de um período de perseguições[7]. Após a sua morte, os escritos de Joaquim foram condenados, mas mesmo assim, secretamente admirados, o que acabou por dar origem a crenças milenaristas.

As idéias joaquimitas em Portugal eram aceitas por alguns grupos como os beguinos e franciscanos espirituais (que defendiam a pobreza de Cristo), os quais acreditavam na possível chegada de um rei salvador ou rei dos Últimos Dias. Este seria aquele que combateria o Anticristo e iniciaria um novo tempo de felicidade na terra, antes do derradeiro fim, o Juízo Final, quando Cristo retornasse para julgar os bons e maus, e o Paraíso fosse estabelecido.

Utilizando esta expectativa messiânica de alguns elementos da sociedade portuguesa, o cronista apresentou na sua crônica, a ascensão de D. João ao poder como um combate entre o bem e o mal. Pelo fato de D. João apoiar o papa de Roma, tido pelo cronista como o papa legítimo e de D. João de Castela apoiar o papa de Avignon, este monarca será intitulado pelo cronista como “herético e cismático” e suas ações apresentadas como condenáveis. Já as de D. João de Portugal terão a proteção de Deus, o que é demonstrado quando um santo, Frei da Barroca toma uma embarcação para Lisboa e faz a previsão de que o Mestre de Avis e os seus seriam os reis de Portugal.[8]

Um primeiro indício da proteção divina ao eleito de Deus pode ser mostrado quando Fernão Lopes descreve o Cerco de Lisboa, realizado pelos castelhanos em 1384. De acordo com a lógica do cronista, por serem pecadores os portugueses deveriam ser colocados à prova para ver se mereciam realmente a vitória contra os maus cristãos. A cidade de Lisboa é vista como possuindo analogias com o povo português e com a Virgem Maria, e espera ser salva por D. João. Entre os milagres que apontam para a vitória dos portugueses, estão a aparição de homens com vestiduras alvas de anjos ao exército português e a chuva de cera que cai do céu. Num primeiro momento, os portugueses rezam a Deus e parece que suas preces não são atendidas. A fome é grande entre a população.

Numa resposta divina, uma peste é enviada somente ao exército castelhano. Mesmo ao misturar prisioneiros portugueses com os infectados, nada acontece e por fim, pelo fato de a esposa do rei castelhano ser infectada, este baixa o Cerco, o que representa a vitória portuguesa nas tribulações e seu merecimento em ser salva pelo escolhido de Deus, D. João.

Este é apresentado pelo cronista como seguidor do "Evangelho Português", sendo ele, assim como Nun'Alvares Pereira vistos como representantes do papa de Roma e que por isso, defendiam o reino de seus inimigos e para manter esta fé "espargiram seu sangue até a morte"[9]. D. João é comparado no relato a Cristo e a Moisés e D. Nuno a S. Pedro[10]. É importante lembrar o papel de Moisés como aquele que levou o povo prometido de Deus à terra onde abundaria leite e mel.

As tribulações enfrentadas pela cidade de Lisboa, através da fome, da sede, da guerra e da peste (embora este último tormento só tenha atingido os castelhanos) poderiam significar um curto estabelecimento da vitória do Anticristo na terra, representado pelo papa de Avignon e seu apoiante, D. João de Castela. Porém a vitória de D. João representada pelo descerco pode ser entendida como o estabelecimento de uma nova sociedade, um novo período de felicidade na terra, governado por um rei escolhido de Deus (um rei dos Últimos Dias, que combate o Anticristo) até o reaparecimento do Salvador, o Filho de Deus, separando definitivamente os pecadores dos salvos no Juízo Final. Este rei terreno pertencia, segundo a visão do cronista, também a uma dinastia eleita, a Dinastia de Avis.

Portanto, Fernão Lopes consegue o estabelecimento de uma imagem positiva para D. João e sua dinastia, ancorada na religiosidade e na idéia de que D. João representa o bem, o cristianismo, o salvador de Portugal e aquele que estabelece um novo tempo, que o cronista intitula como a Sétima Idade, no qual elementos de categoria inferior seriam nobilitados. Além disso, seria iniciado também um período de justiça e de atendimento aos anseios dos "humildes"[11]. Ao contrário de outros pensadores medievais como Santo Agostinho, Beda e Joaquim de Fiore, que vêem a sexta idade como um período de

decadência próximo do fim dos tempos, o cronista apresenta a Sétima Idade como um "novo tempo" de felicidade na terra.

A seguir, Fernão Lopes atribui a uma autoridade religiosa, frei Rodrigo de Cintra, a explicação dos acontecimentos do Cerco. O frei faz comparações bíblicas e aponta que se os castelhanos tentassem investir outra vez contra Portugal teriam uma fragorosa derrota. Portanto, a segunda investida do exército castelhano pode ser vista como a segunda tentativa de domínio do Anticristo, que, segundo o *Apocalipse*, precederia o Juízo Final. De acordo com o *Apocalipse*, os povos de Gog e Magog viriam junto com o Anticristo para preparar o seu advento. Pouco depois, porém, são derrotados pelos santos e mártires e quarenta dias após a sua morte viria o Juízo Final e a Parusia[12].

O cronista convenientemente estabelece o período de felicidade com a época introduzida por D. João I. No entanto, após o estabelecimento do governo joanino, instaurando o início da Sétima Idade, não haveria nenhuma outra modificação social, pois o cronista não pretende um rompimento com a ordem estabelecida, mas sim justificar o novo grupo político que ascendeu ao poder, a Dinastia de Avis.

Na segunda parte da crônica, quando D. João já foi aclamado como rei pelas cortes de Coimbra é contado o episódio que vai legitimar pelas armas a vitória portuguesa contra Castela: a Batalha de Aljubarrota (1385). Antes da batalha, pode-se notar a preocupação de D. João na "diminuição" dos pecados dos habitantes de Portugal, proibindo práticas pagãs, como adivinhações e leitura de sortes, entre outras, além de encomendar procissões, visando agradar a Deus e receber o merecimento da vitória[13].

Teoricamente, segundo o relato, havia a impossibilidade de vencer a batalha pelo fato de o exército português ser muito menor. Nos números exagerados de Fernão Lopes, os portugueses teriam 6.500 homens, enquanto os castelhanos 30.000. Já os historiadores como Oliveira Marques afirmam que os castelhanos eram entre 17.500 e 19.000 homens e os portugueses 7.000[14]. Segundo a descrição do cronista, tudo no acampamento castelhano abundava: além dos homens, os armamentos, bebidas, conservas, o que indicava pelos fatos que o rei de Castela tinha todas as possibilidades para vencer a

batalha. Mesmo assim, o monarca é mostrado com atitudes cruéis, como a de ter mandado decepar e cortar as línguas de homens, mulheres e crianças e de ter ateado fogo a igrejas, como a de S. Marcos, em Trancoso[15].

O cronista enfatiza várias vezes que apesar desta superioridade bélica, o rei de Castela invadia Portugal sem ter direito de fazê-lo, por não ter respeitado o Tratado de Salvaterra dos Magos, o qual previa que somente o seu descendente e da rainha D. Beatriz, filha do falecido D. Fernando, poderia ser o rei de Portugal. Tudo isso como para indicar que a despeito da sua vantagem, a vontade divina acabaria por pender para o lado de Portugal. É bastante mencionado no texto a questão de que o "juízo de Deus" seria feito.

O texto enfatiza ainda as rezas de cada um dos lados, os portugueses recebendo a comunhão pelo lado do papa Urbano de Roma[16] e os castelhanos pelo lado do papa de Avignon. Segundo o cronista: "E dois bispos que ali vinham e alguns frades pregadores outorgavam indulgências da parte do antipapa a todos os que contra os portugueses tomassem armas ou dessem ajuda daquilo que tivessem para lhes fazer a guerra."[17] Porém os portugueses fiavam-se na mãe de Deus. Por a luta ocorrer na véspera da Assunção da Virgem Maria, os portugueses rezaram e fizeram o jejum, o que demonstrava a sua devoção[18].

A vitória nas armas que os portugueses tiveram representa, aos olhos do cronista, o próprio milagre e a confirmação de todos os fatos precedentes da eleição divina de D. João por Deus. Segundo Oliveira Marques, a vitória portuguesa ocorreu porque o exército castelhano estava desmotivado e acreditava que a vitória já era certa. Quanto ao exército português, estrategicamente se posicionou melhor no planalto, construiu uma paliçada defensiva e abriu fossos e outras paliçadas, impedindo o avanço da cavalaria castelhana. Além disso, também contribuiu com a vitória o próprio desejo dos portugueses de vencer o combate.

De qualquer modo, a batalha de Aljubarrota foi o marco capaz de consolidar a imagem de D. João como bom governante e Rei da Boa Memória e estes feitos bélicos,

somados a tomada de Ceuta em 1415, confirmaram a figura de D. João como um rei poderoso nas armas e escolhido por Deus para governar.

Para além dos efeitos positivos da conquista nas armas, houve também a vitória simbólica dos escritos de Fernão Lopes para consolidar uma imagem positiva da Dinastia de Avis através da figura de seu primeiro monarca. Mas é importante lembrar que o governo joanino foi marcado por aumento de impostos, as sisas, guerras prolongadas (a paz com Castela só foi assinada em 1411) e reclamações dos pequenos contra os abusos dos grandes. De forma que, a Sétima Idade tão prometida nos escritos de Fernão Lopes à arraia-miúda, aos "verdadeiros portugueses" que lutavam por sua terra, Portugal, ficou relegada, na prática, a um outro plano imaginário, que seria o da vida após a morte, onde segundo o pensamento cristão todos são iguais.

---

[1] Este artigo condensa algumas idéias apresentadas principalmente no cap. 3 da minha tese de Doutorado, intitulada, *Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à Época de D. João I (1383/85-1433)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

[2] Estas revoltas ocorreram em Abrantes, Leiria, Santarém e Montemor-o-Velho, eclodindo de 1372 a 1375 e também no ano de 1379, em Tomar. Cf. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 28.

[3] SOUZA, Armindo de. *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso). Lisboa: Editorial Estampa, v.II, s/d, p. 491.

[4] *Ibid*., p. 497.

[5] FROÉS, Vânia Leite. "Teatro como Missão e Espaço de Encontro de Culturas". *In*: *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas*. *Igreja, Sociedade e Missionação*, vol. 3. Lisboa-Braga: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Universidade Católica Lusitana, p. 189.

[6] Sobre a nova nobreza, cf. ACCORSI JR., Paulo. "Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte de D. Duarte. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 113-147.

[7] DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milenarismos*. São Paulo: UMESP, 2000, p. 269-270.

[8] FERNÃO LOPES. *Crónica de D. João I* (CDJ). Lisboa: Livraria Civilização, 1990, vol. I, p. 49.

[9] CDJ, I, p. 340.

[10] ZIERER, Adriana. *Paraíso, Escatologia e Messianismo* ..., p. 174. Cf. também REBELO, Luís de S. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 60.

[11] CDJ, I, p. 350.

[12] FRANCO JR, Hilário. *O Ano Mil. Tempo de Medo ou Esperança?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 44.

[13] CDJ, II, p. 101.

[14] MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p. 530.

[15] CDJ, II, p. 64.

[16] CDJ, II, p. 103.

[17] CDJ, II, p. 104.

[18] CDJ, II, p. 93.

Imagem e memória: o morro do Castelo visto por um fotógrafo amador[1]

Adriana Maria Martins Pereira

Nesta apresentação iremos nos deter na análise do olhar do fotógrafo amador Alberto de Sampaio em duas séries realizadas no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. A primeira tomada, em 1906-07, documenta vistas da paisagem, instantâneos e, principalmente, homens que tiveram atuação expressiva nas pesquisas científicas do Brasil do período. No segundo registro, de 1921, encontramos cenas do início da demolição do morro.

Entendemos que a representação imagética resulta da mediação entre o indivíduo e o meio social. Portanto, por um lado sofre interferências dos diversos discursos que incidem sobre ela e, por outro, também influencia a novas formas de olhar. Por esses motivos, apontamos elementos ligados à biografia de Alberto de Sampaio, à prática amadorística e ao processo de transformação urbana ocorrido no Rio de Janeiro, a fim de compor a rede social em que os documentos visuais foram produzidos. E também analisamos as escolhas do fotógrafo: as opções técnicas e estéticas que constituem os mecanismos de organização da imagem fotográfica[2].

1. Alberto de Sampaio e a fotografia amadora

O fotógrafo amador Alberto de Sampaio (1870-1931) registrou inúmeros aspectos de sua vida particular e do universo urbano de sua época na passagem do século XIX para o XX. Nasceu no Rio de Janeiro, tendo residido em Petrópolis, e tinha por profissão a advocacia. Está situado numa geração de fotógrafos amadores, em geral provenientes das elites urbanas, que documentavam a intimidade familiar utilizando os avanços técnicos surgidos a partir da década de 1870.

Mas o que significava ser um fotógrafo amador neste período? Em primeiro lugar, grande parte daqueles que exerciam esta atividade dominavam todo o aparato funcional de produção das imagens. Por isso, não há diferenças extremamente precisas em relação à

qualidade técnica de suas fotografias quando comparadas com as produzidas por profissionais. Em geral, dispunham de laboratório próprio e de equipamentos extremamente modernos para época. Essa categoria acompanhava os avanços na área por meio de periódicos especializados que surgiram na Europa e EUA, principalmente, a partir da década de 1880[3].

Nesse período, podemos diferenciar os fotógrafos amadores em duas categorias principais: o primeiro grupo dispunha de laboratórios e dominava o processo fotográfico, tanto técnico como químico; o outro grupo constituía-se por aqueles que apenas realizavam seus registros sem dispor de conhecimentos amplos sobre essa atividade, fato que só se tornou possível após o lançamento da máquina Kodak em 1888. Esta invenção colocou a fotografia amadora em outros patamares, pois permitia ao fotógrafo tirar até 100 imagens de uma só vez. A própria propaganda do equipamento já anunciava uma atividade que começou a se popularizar em fins do século XIX, com "você aperta o botão e nós fazemos o resto"[4].

Mas Alberto de Sampaio não se rendeu a todas as facilidades apresentadas na sua época, pois preferia utilizar equipamentos que permitissem operar com todo o processo: da captura à revelação da imagem. Por isso, manteve seu laboratório em funcionamento ao longo de sua atividade.

Não podemos deixar de destacar as possibilidades de acesso aos meios de produção da imagem técnica, elemento fundamental para o estabelecimento desta prática. Mas como se constituía esse circuito num período em que não havia periódicos nacionais especializados em tal temática, nem cursos de fotografia? Em primeiro lugar era comum que fotógrafos profissionais oferecerem aulas àqueles que fossem próximos e também interessados[5]. A segunda forma de adquirir informações era através dos manuais de fotografia estrangeiros como almanaques, revistas e jornais específicos que já se dedicavam aos "amateurs" a partir da década de 1880[6].

Certamente, o acesso aos profissionais de fotografia e revistas estrangeiras podia ser facilmente estabelecido dentro do circuito Petrópolis - Rio de Janeiro no final do século

XIX e nos primeiros anos do século XX. Lembramos que Petrópolis era uma extensão dos núcleos aristocráticos cariocas, cidade de veraneio das classes sociais mais privilegiadas que viviam na capital do país.

2. Ciência e mudanças urbanísticas: o morro do Castelo

Na série realizada em 1906 o fotógrafo se deteve em cenas do Observatório Astronômico da Cidade – construído sob as ruínas da igreja e colégio dos Jesuítas – e de seu entorno. Foram retratados o astrônomo Luis Cruls (1848-1908) dentro da cúpula e a vista externa do domo da construção. Nesse conjunto temos a vista do morro do castelo com suas moradias simples ***(Foto 1;2).***

Em 1907, Alberto de Sampaio fotografou o "eclipse annular do sol", numa série cujos negativos de vidro medem 10,5 x 8 cm. Do mesmo modo que no ano anterior há cenas do entorno do morro do Castelo; e outras, diferentemente, documentam em primeiro plano o eclipse parcial do sol. Temos imagens tiradas de dentro da cúpula do edifício astronômico cujo tema é o próprio eclipse[7].

Tais fotografias em close criaram composições abstratas como nas duas imagens que nos mostram o detalhe da perna de um homem em cima do banco, ao lado do tambor do heliostato. Alberto de Sampaio tinha por objetivo, possivelmente, estabelecer a proporção do instrumento astronômico, local em que podia ser visto o eclipse. São as únicas imagens em close do acervo do Rio de Janeiro e o interior da cúpula, moderna no sentido da ciência, contrasta com o entorno do morro que fora o berço da ocupação urbana da cidade ***(Foto 3;4).***

No mesmo dia, o Castelo foi registrado de forma visivelmente descentrada, pois temos um corte abrupto das edificações que estariam no centro da foto. O Corcovado, apesar de estar situado no último plano da fotografia, é o único a figurar no centro. Contudo, o objeto central da imagem é a vista do morro na fase máxima do eclipse, conforme está escrito no caderno de anotações de Alberto de Sampaio: *Vista tomada do observatório*

(castello) (phase máxima). Aqui temos um detalhe expressivo da composição fotográfica: o desenho da cadeia de montanhas no maciço do Corcovado acompanha a silhueta formada pela arquitetura das residências do morro do Castelo ***(Foto 5).***

Além disso, temos uma vista tomada na entrada do Observatório com a ilha das Cobras ao fundo, numa paisagem quase bucólica a contrastar com a função do edifício e sua importância científica para o país. Já a vista do Pão de Açúcar é um registro do cenário da baía de Guanabara, privilegiando a composição do morro com o mar, uma imagem realizada de forma semelhante por outros fotógrafos profissionais ***(Foto 6;7).***

Desse modo, podemos dizer que as imagens relacionadas com a ciência estão sempre no sentido vertical. E as vistas da paisagem, que mantém elos com as representações já conhecidas na iconografia da cidade, como a vista de Marc Ferrez ***(Foto 8),*** estão no sentido horizontal. Em outra fotografia, vemos Henrique Morize[8] (1860-1930) num instantâneo. Esse cientista seria o próximo diretor do Observatório Astronômico, pois substituiu Luís Cruls em 1908, após seu falecimento ***(Foto 9)***.

As fotografias de Alberto de Sampaio não inovam enquanto temática, mas, ao contrário, situam-se numa prática já difundida. Porém, essas imagens nos mostram como a própria escolha do assunto a ser retratado influenciou a modernização do olhar do fotógrafo. Desse modo, as fotografias estão relacionadas com a cultura visual do período e, mesmo assim, apontam particularidades.

Depois dessas duas séries, teremos fotografias do morro do Castelo somente no início dos anos 1920. A passagem do tempo trazia algumas mudanças para a história política do país, mas também determinadas continuidades. A antiga idéia de arrasar o Castelo ganhava novos vigores com a presença de Carlos Sampaio na prefeitura. Na época, o prefeito tinha por objetivo liberar terrenos para abrigar a Exposição de 1922, comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. O processo de demolição começou em 1921 por iniciativa da prefeitura. Esse início ocorreu em meio a diversos debates com a utilização de apenas uma máquina escavadora situada na rua México. Mas o começo, de fato, dessa

obra de grande impacto para o espaço urbano da cidade ocorreu sob comando da firma *Soares & Cia*, composta por Teixeira Soares e também os filhos de Alberto de Sampaio, tendo sido assinado contrato com a prefeitura em 2 de maio de 1921. Com a verba obtida por meio de um empréstimo realizado com um Banco Holandês foram adquiridos trilhos, novas escavadoras, locomotivas e vagões[9]. Temos aqui a interseção da esfera pública, ou seja, a transformação urbana da cidade, com a vida privada deste fotógrafo amador, pois seus filhos e sogro estavam encarregados de realizar uma das mais radicais mudanças da fisionomia urbana do Rio de Janeiro daquela época.

Porém, em outubro de 1921, Carlos Sampaio contratou serviços de outra firma, alegando atraso no andamento das obras. Foi assinado contrato entre a prefeitura, os banqueiros americanos Dillon & Read e a firma de engenharia Kennedy & Co. Nesse momento, a força hidráulica usada para o arrasamento do morro passou a ser empregada de forma mais intensiva. O processo de demolição acelerou-se, porém o orçamento ultrapassou as estimativas iniciais, levando Carlos Sampaio a se contradizer constantemente em relação aos valores empregados na obra[10].

As fotografias de Alberto de Sampaio registram, com detalhes, os equipamentos e os trabalhadores que atuavam na primeira etapa da demolição do morro do Castelo. As imagens podem ser divididas em três tipos: quando apenas eram utilizadas carroças, no primeiro momento da demolição ***(Foto 10)***; imagens com vagões de trens e guindastes para a remoção da terra ***(Foto 11)***; e fotografias de mangueiras hidráulicas que utilizavam a força da água para a destruição do morro. Algumas fotografias estão datadas em 14 de setembro de 1921 e podem ter sido realizadas com o intuito de documentar as obras, no período em que Teixeira Soares estava tentando impedir, judicialmente, o fim do contrato ***(Foto 12).***

Pela primeira vez o registro foi feito em equipamento estereoscópico com negativos de vidro que mediam 12 x 6 cm; existem imagens no tamanho 6 x 6 cm, com duas fotografias idênticas no mesmo suporte (fotos estereoscópicas que foram cortadas); e outras que constituíam vistas panorâmicas ocupando toda a dimensão do negativo. Vale lembrar

que são as únicas fotografias desse formato em todo acervo do Rio de Janeiro de Alberto de Sampaio.

Há registros de detalhes no início do desmonte, sem o formato estereoscópico. O fotógrafo também não deixou de realizar alguns instantâneos como das crianças brincando nos arredores da obra ***(Foto 13;14).*** Outras fotografias nos mostram parte do aterro que começava a ser realizado em frente à igreja de Santa Luzia e do Palácio Monroe ***(Foto 15;16)***.

Contudo, nosso interesse é compreender quais as diferenças das imagens de Alberto de Sampaio quando registrava atividades relacionadas com o universo do trabalho de seus familiares. Podemos dizer que, pela primeira vez, ele se detém na fotografia da obra, no processo de demolição e aterro.

A composição de algumas fotografias é extremamente elaborada com o objeto central deslocado para uma das extremidades do campo da imagem e o foco centrado nos equipamentos e trabalhadores. A organização interna das cenas denota que o circuito social dos registros não estaria circunscrito apenas aos álbuns familiares, o que modifica o olhar do fotógrafo sobre o espaço. Nesse caso, Alberto de Sampaio utilizava a atividade fotográfica para documentar a transformação da fisionomia da cidade, relacionada com os empreendimentos da firma composta por seus familiares, a *Soares & Cia*.

3. Apontamentos finais

O registro da modernidade compreendida nos primeiros anos do século XX, circunscrito ao desenvolvimento científico e às mudanças urbanas, implica em novos modos de vida na cidade e atua como elemento central nesses dois momentos documentados por Alberto de Sampaio.

Esse fotógrafo participa ativamente desse processo, inclusive, com familiares envolvidos ns primeira etapa da demolição do morro do Castelo. Por isso, ele atua como um mediador das referências familiares para a representação imagética do universo coletivo de

sua época e marca, antes de tudo, o perfil do segmento social no qual estava inserido. O espaço urbanizado era o espaço da modernidade, tanto em relação às mudanças urbanas quanto à ocupação geográfica da cidade por classes sociais. Assim, ele emblematiza, a todo momento, as transformações que presencia, utilizando a fotografia como índice dos acontecimentos vividos.

Sendo um fotógrafo amador, autor e principal espectador de sua produção, Alberto de Sampaio dialoga com as categorias compreendidas na cultura visual de sua época e, do mesmo modo, também cria novos códigos ao utilizar as possibilidades oferecidas pelo dispositivo técnico de apreensão de imagens. Portanto, este pequeno conjunto de registros evidencia uma questão crucial que compreende, num sentido mais amplo, o acervo do Rio de Janeiro: tais documentos visuais apontam novos caminhos, se modernizam, educando o próprio olhar do fotógrafo.

---

[1] Esse texto foi produzido a partir da dissertação de Mestrado - MARTINS PEREIRA, Adriana Maria. *Lentes da Memória: a fotografia amadora e o Rio de Janeiro de Alberto de Sampaio (1888-1930)*. UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em Memória Social e Documento, 2004.

[2] MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado, UFF, 1990.

[3] SEIBERLING, Grace & BLOORE, Carolyn. *Amateurs, photography and the mid-victorian imagination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

[4] Idem; KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil- século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980. Todo o procedimento para a utilização da câmera Kodak era muito simples: depois de capturadas as cenas, a câmera era enviada por correio para o fabricante, sediado em Rochester, nos EUA. Mais tarde, o autor das fotos recebia as imagens reveladas em sua própria casa com uma nova câmera. Facilidades que tornaram o processo fotográfico acessível a outros âmbitos da sociedade.

[5] MAUAD, Ana Maria. Op. Cit.

[6] SEIBERLING, Grace & BLOORE, Carolyn. Op. Cit.

[7] O eclipse parcial solar aconteceu em 10/07/1907 e pôde ser observado das 15:53 às 17:46, segundo o anuário do Observatório Astronômico.

[8] Henrique Morize, físico e astrônomo francês, desenvolveu importantes pesquisas científicas, no Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Foi professor da Escola Politécnica e diretor do Observatório Nacional (antigo Observatório do Rio de Janeiro) de 1909 – sucedendo Luis Cruls – a 1929. Além disso, integrou a Comissão Exploradora do Planalto Central de 1892 a 1894. Também fez parte da Comissão Científica de Observação do Eclipse do Sol, quando foi comprovada a teoria da relatividade na visita de Einstein ao Brasil em 1919. Cf. *Arquivo Henrique Morize: inventário sumário*, Rio de Janeiro: MAST, 1995; *Observatório Astronômico: um século de história* (1827-1927), Rio de Janeiro: MAST, 1987.

[9] KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

[10] Idem, ibidem.

A construção do campo antropológico no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1870-1900): campo de idéias & campo de ciência

Adriana T. A. Martins Keuller – PPG-USP

Pretendemos analisar neste trabalho, a construção do campo científico da Antropologia dentro de um importante espaço de ciência do séc. XIX: o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Atentamos para o fato de ser esta instituição científica um museu de ciências naturais, com práticas e procedimentos voltados para a coleta, descrição e classificação de objetos. Na segunda metade do século XIX, num processo de especialização do conhecimento científico, as ciências naturais começam a dividir seus interesses e seus objetos que até então eram compartilhados, surgindo novas disciplinas como a Antropologia.

Tomamos a definição de campo científico[1], tal como proposto por P. Bourdieu, pois ele é um espaço intermediário entre o conteúdo textual e os contextos sociais, onde se inserem os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência. Este espaço, entendido como dinâmico, marcado por lutas, pode ser definido como um microcosmo do mundo social com leis sociais específicas que regem, com particularidade, as relações entre os agentes. Nesta perspectiva consideramos importante atentar para os procedimentos de realização dos trabalhos dos cientistas do Museu Nacional, nos temas que orientam os debates e as pesquisas no período entre 1870 até 1900, examinando não só como a Antropologia está sendo construída enquanto um espaço autônomo mas observando a posição dos cientistas neste mundo particular.

Os primórdios desta ciência estão associados à atuação de Paul Broca na Sociedade de Antropologia de Paris fundada em 1860, bem como no desenvolvimento de pesquisas realizadas por ele e a expansão desta prática científica; ao movimento de descoberta da antiguidade do homem realizado por paleontólogos e geólogos nesta metade do século XIX, como por exemplo, os fósseis de Lagoa Santa encontrados pelo dinamarquês em Minas

Gerais; e a influência da publicação e da divulgação do livro *Origem das Espécies* de C. Darwin em todo este período[2].

Antes de seguirmos os passos daqueles que fizeram esta ciência no Museu Nacional do Rio de Janeiro, homens como J. B. Lacerda e J. Rodrigues Peixoto, devemos lembrar, como afirma B. Latour, da atuação de outras pessoas que viabilizaram a prática e a existência de tal ofício[3]. Este é o caso de Ladislau Netto, que durante sua administração no Museu Nacional no período de 1876-1893 constituiu o campo.

Sob sua direção, o regulamento do Museu Nacional sofre algumas modificações, entre elas, a alteração de seções e a inclusão de novas disciplinas. A Antropologia é alocada na primeira seção do Museu Nacional junto à zoologia e anatomia, demonstrando a concepção conferida a este conhecimento antropológico, um estudo da história natural do homem baseado nos conhecimentos anatômicos e fisiológicos e nas diferenças raciais.

Neste mesmo regulamento, cria-se uma Revista intitulada *Archivos do Museu Nacional*, local onde se publicam as pesquisas desenvolvidas dentro do Museu Nacional além de artigos de outros cientistas promovendo o diálogo entre instituições congêneres e a divulgação do conhecimento científico.

Divulgando a ciência para um vasto público e incentivando a formação de novos profissionais, o Museu Nacional promove os chamados cursos públicos, ministrados pelos diretores de cada seção. Além do mais este regulamento preocupa-se também com a admissão dos cientistas por meio de concursos públicos, a inclusão formal da entrada dos naturalistas viajantes dentro do quadro de funcionários, além de consagrar títulos de membro correspondentes aos nacionais e estrangeiros que se destacassem por sua atividade científica e colaborassem com o Museu Nacional[4].

Demonstrando um interesse em reunir material para estudo dos primitivos habitantes do Brasil desde 1867, Ladilslau Netto, botânico especializado e funcionário do Museu Nacional desde 1866, aponta a necessidade de especialização da prática antropológica e arqueológica, visto ser uma ciência que não é sua especialidade[5].

Promovendo expedições a diferentes províncias do Império, Ladislau Netto em sua excursão ao Amazonas, coleta inúmeros artefatos indígenas, que somado a tantos outros enviados por governos e particulares de várias províncias do Brasil, resultou na Exposição Antropológica Brasileira. Este evento foi realizado em 1882 no Museu Nacional do Rio de Janeiro que segundo Faria, permite ampliar a grandeza do Museu Nacional e do Império do Brasil. Disposta em salas nomeadas por uma seleção de cientistas, entre uma galeria de patronos, a de Antropologia é denominada Sala P. Lund e expõem esqueletos e crânios de indígenas, ossos de sambaquis e fotografia de botocudos. Nesta mesma sala constam os diplomas da Exposição Antropológica de Paris de 1878 concedidos pelos trabalhos de antropologia brasileira ao Dr. João B. Lacerda e Dr. J. Rodrigues Peixoto além de exibirem uma família de botocudos do Espírito Santo e três cherentes[6].

Procurando auxiliar nas pesquisas da origem do homem americano, Netto exalta um interesse pelos problemas americanistas, especialmente na Arqueologia sul-americana, ambicionando realizar inclusive uma Exposição Antropológica Americana em 1884, que de fato não aconteceu. Participa inclusive do Congresso de Americanistas em Berlin em 1888 representando o Brasil e o Museu Nacional, exibindo ali artefatos cerâmicos de Marajó de forma a auxiliar nas discussões sobre o caráter paleo-etnológico das nações pré-colombianas do vale do Amazonas[7].

Depois de analisarmos a atuação de L. Netto no fortalecimento do campo antropológico, voltamos nossa atenção para aqueles que fundamentam esta ciência no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Dr. João B. Lacerda, médico de formação, clinicava na cidade de Campos no Rio de Janeiro quando foi convidado pelo Ministro da Agricultura, Conselheiro Tomás Coelho para assumir em 1876 a subdiretoria da seção de “antropologia, zoologia, anatomia comparada e paleontologia animal” sob a gestão de L. Netto, diretor do Museu Nacional[8]. Auxiliando as atividades científicas, temos a presença de outro médico dentro desta seção denominado Dr. José Rodrigues Peixoto que desenvolveu vários trabalhos com Lacerda.

Para compreendermos o processo de construção deste campo científico vamos nos ater em alguns trabalhos desenvolvidos por eles e publicados nos *Archivos do Museu Nacional*, local onde produzem e difundem o conhecimento antropológico. O primeiro estudo de Antropologia de autoria de Lacerda e Rodrigues Peixoto é publicado em 1876 no primeiro volume da revista do Museu intitulado "Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil'.

Demonstrando conhecer os procedimentos da prática antropológica, Lacerda e Rodrigues Peixoto baseam-se nos estudos de franceses e alemães que alargaram os horizontes do conhecimento antropológico como Virchow e Topinard e franceses Broca e Quatrafages, entre outros. Definem a Antropologia, como um ramo das ciências naturais, constitutiva dos estudos dos caracteres físicos complementados dos estudos anatômicos das diferentes raças humanas. Afirmam que tais estudos não tinham encontrado adeptos entre os homens científicos do Brasil, diferentemente de outras regiões do continente americano, que apresentavam adiantados estudos como os desenvolvidos pelo norte-americano S. Morton e pelo argentino F. P. Moreno. Nesta pesquisa, compararam os diferentes crânios constitutivos da coleção do Museu Nacional para emitir algumas considerações sobre as raças indígenas do Brasil.

Realizando um estudo comparativo de 5 séries de um total de 10 crânios, os autores demonstraram o predomínio da dolicocefalia entre os primitivos do Brasil além de constatarem que as raças indígenas atuais, representados pelos botocudos, apresentavam uma mistura de dois tipos diferentes[9].

Procurando divulgar o conhecimento científico por meio dos cursos públicos, Lacerda ministra o primeiro curso de Antropologia em 1877, com duração de dois anos. Publicado nos *Archivos* neste mesmo ano, Lacerda pretendia formar novos profissionais que o auxiliassem nas tarefas de desenvolvimento da prática antropológica. Buscando sedimentar a base desta nova ciência, Lacerda enfoca os conhecimentos fisiológicos e anatômicos do homem, de forma simultânea, como por exemplo: apresentando os estudos fisiológicos, expondo as funções dos organismos e de cada órgão ou aparelho do homem. Neste curso

ele aborda também pontos importantes a respeito de problemas sociais comuns no Brasil, como nutrição e a fome, associados aos estudos fisiológicos[10]. Ainda neste programa, Faria comenta que Lacerda trataria do "estudo das raças humanas, principalmente da América, tocando incidentalmente nas questões de herança, mestiçagem e aclimação; as grandes questões gerais de monogenismo, poligenismo e transformismo ficariam por fim"[11].

O outro trabalho aqui analisado é de autoria de Rodrigues Peixoto intitulado "Novos estudos craniológicos sobre os botocudos" publicado nos *Archivos* em 1885. Empregando a antropometria orientada pela escola de Broca, Peixoto faz uso de vários trabalhos da antropologia francesa e alemã como Toppinard, Virchow e Quatrefages de forma a desenvolver um estudo comparativo dos caracteres craniológicos dos índios do Brasil por meio da ampliada coleção de crânios do Museu Nacional. Procurou reconstruir e caracterizar os tipos craniológicos dos Botocudos além de realizar uma investigação sobre o problema das filiações de forma a contribuir para o estudo da origem do homem americano[12]. Apresentando comparações entre os índios botocudos, tupys e sambaquis do Brasil meridional, Peixoto tece importantes comentários sobre os índios tupys como observa Faria em seu estudo[13].

Ainda nesta pesquisa, Peixoto analisa um grupo de 7 botocudos da tribo Nak-nanuks, oriundos do aldeamento do Mutum do rio Doce que estiveram na ocasião da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, coletando alguns dados antropométricos entre índios vivos. As observações seriam agrupadas num estudo completo deste grupo étnico pois, como comentou Peixoto, "devia ter algum valor, por ser a primeira vez que os indígenas do Brasil serem submetidos a um estudo verdadeiramente científico como é a antropometria"[14].

Considerando alguns aspectos sobre a estrutura entre os agentes deste campo científico, vejamos que Lacerda e Peixoto desenvolveram um papel às pesquisas antropológicas, que foi elogiado por Broca e pelo próprio Quatrefages, cujo mérito foi reconhecido também na comunidade científica francesa de antropologia em 1878[15].

Mas coube a Lacerda, além do reconhecimento científico e de um certo prestigio pessoal, o título de primeiro antropólogo brasileiro por Faria e Seyferth em estudos

diferentes[16]. A conquista de importantes posições frente à instituição, levou-o a direção da seção de antropologia, a direção interina do Museu Nacional na ausência de Netto e a posterior direção desta instituição, cargo este que ocupou por mais de 20 anos entre os anos de 1895 até 1915. Seu reconhecimento internacional foi alcançado com seu estudo sobre os fósseis de Lagoa Santa publicados na *Memória da Sociedade de Antropologia de Paris*, recebendo elogios de Broca e Quatrefagues, além dos diversos congressos internacionais que participou.

Defendendo a idéia de que o índio americano era fruto do solo americano, Lacerda e Peixoto divergiam em algumas questões a posição de Netto[17]. Mas sempre fizeram uso das mais diferentes vertentes da antropologia em seus trabalhos. Preocupando-se em dar um lugar ao índio na ordem imperial, Lacerda e Peixoto realçaram a inferioridade dos índios botocudos e afirmaram que os tupys e os guaranys eram mais civilizáveis.

Se a antropometria procurou estabelecer o lugar biológico do homem na natureza e delimitar a particularidade de suas raças, homens como Lacerda e Rodrigues Peixoto, acostumados com o sistema de medidas do corpo humano desenvolvido por minúcia por P. Broca, tornou a seção de antropologia do Museu Nacional num espaço de experiência para o desenvolvimento de pesquisas no Brasil. Utilizaram-se do método craniométrico para tratar das diversidades das raças primitivas, de suas modificações sociais e de suas migrações, questões relevantes da comunidade científica antropológica.

Vivenciando o momento turbulento pós Guerra do Paraguai e o fim do Império, defenderam a missão científica e civilizadora da ciência e aplicaram seus discursos científicos à prática social. Foram esses homens que, por interesses institucionais, pessoais ou religiosos auxiliaram a construção de uma imagem do Brasil. Ajudaram a demarcar os limites territoriais, promover as luzes do progresso ao mundo selvagem, desenvolver a indústria, auxiliar no trabalho de civilizar os índios, além de unir o passado e o presente deste povo. Mostraram aos vizinhos americanos que o Brasil apresentava traços singulares de força e grandeza.

Com a atuação de homens como Netto, Lacerda e Peixoto, construtores e organizadores deste campo científico, a Antropologia foi ganhando espaço e autonomia frente às outras ciências do Museu Nacional.

---

[1] BOURDIEU, P. (2004).**Os usos sociais da ciência: para uma sociologia clínica do campo científico.** SP: UNESP. p. 20.
[2] FARIA, L. C. (1999). **Antropologia escritos exumados II**. Niterói: Eduff.
[3] LATOUR, L.(2000). **Ciência em ação como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. SP: UNESP. pp. 245-289.
[4] LOPES, M. M. (1997). **O Brasil descobre a pesquisa científica os museus e as ciências naturais no século XIX.** SP: Hucitec. pp.159-161.
[5] NETTO, L.(1885). " Investigações sobre a arqueologia brasileira". In: **Archivos do Museu Nacional**. VI.
[6] **Guia da exposição Brasileira de Antropologia realisada no Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de junho de 1882**.(1882). RJ: Typ. Leuzinger & Filhos. p. 2; FARIA, L. C. (1993). **Antropologia – espetáculo e excelência**. RJ: Tempo Brasileiro. pp. 67-69.
[7] NETTO, L.(1891). "Gazetilha". In: **Jornal do Commercio do Rio de Janeiro**.13/12/1891. p. 1.
[8] FARIA, L. C. (1998). **Antropologia escritos exumados I**. Niterói: Eduff.p.126
[9] LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. (1876). "Contribuições para o estudo das raças indígenas do Brasil". In: **Archivos do Museu Nacional.** vol. I. pp. 47-75.
[10] LACERDA, J. B.(1877). "Resumo do Curso de Antropologia". In: **Archivos do Museu Nacional.** Vol. II.
[11] FARIA, L. C.(1998). *Op. Cit*. p. 134.
[12] PEIXOTO, J. R. (1885). "Novos estudos craniológicos sobre os botocudos". In: **Archivos do Museu Nacional.** vol. VI. pp. 205-256.
[13] FARIA, L. C.(1999). *Op. Cit*..p. 39.
[14] PEIXOTO, J. R. (1885). *Op. Cit*. p. 208.
[15] DOMINGUES, H. & SÀ, M. (2001). "Controvérsias evolucionistas no Brasil". In: DOMINGUES, H. M. B. **A recepção do darwinismo no Brasil.** RJ: Fiocruz. p.104
[16] FARIA, L. C. (1998). Op. Cit. p. 126.; SEYFERTH, G. (1985). "A Antropologia e a teoria do branqueamento".In: **Revista do Museu Paulista**. Vol. XXX.
[17] LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. (1976). *Op. Cit*. p. 104.

Poder político em Montes Claros na primeira República

César Henrique De Queiroz Porto

A história política de Montes Claros foi marcada durante boa parte de sua existência como comunidade política pelo predomínio de um grupo bem restrito de famílias no comando do aparelho político municipal. Os proprietários de terras, juntamente com médicos, advogados e outros profissionais liberais, serão personagens marcantes nessa trajetória inscrita num quadro em que, um número relativamente pequeno de famílias ligadas em sua maioria à propriedade da terra, se torna presença permanente no comando político local.

Essas famílias foram, com freqüência, representadas pelos coronéis e seus "doutores". Tais grupos acabaram estruturando historicamente determinadas práticas políticas que vão acabar configurando e modelando a cultura política local ao longo de todo o século XX.

Os principais valores que vão permear a cultura política do município – a violência, o personalismo e o paternalismo – se estruturam ao longo do processo de povoamento e ocupação e, conseqüentemente, de formação da comunidade política local muito antes do advento da República.

Às primeiras redes de poder se formaram ao longo do século XIX – Período Imperial – na região de Montes Claros. Com a queda da monarquia e sua substituição pela República, os grupos detentores do poder vão se reestruturar para se inserirem na nova ordem, marcada pelo federalismo e pelo regime representativo de base maior.

Nessa nova conjuntura, os chefes locais, através do controle e manipulação dos processos eleitorais, determinarão um conjunto de práticas que, somado as já existentes do período anterior – no caso o império – funcionaram como matriz na edificação de um certo *habitus*[1] político local, elemento modelador e configurador da cultura política montesclarense.

Entendemos que a interpretação da esfera política local pode se dar através de um viés que privilegie a cultura política. Serge Berstein, reconhecendo a complexidade da noção de cultura política e citando uma definição de Jean-François Sirinelli, caracteriza-a como um conjunto de referências formalizadas em um partido, família e ou tradição política. Infere-se que as representações possuem um papel importante na cultura política – podendo a mesma ser expressa por um vocabulário, palavras chaves ou uma linguagem simbólica -, bem como, que essa chave de leitura do político possui um caráter plural.[2]

Além disso, conforme Berstein ainda, no interior de uma mesma nação pode existir uma pluralidade de culturas políticas, sendo que uma dentre elas pode ter um papel predominante, durante um certo tempo, em determinada sociedade. Não podemos encarar a cultura política como algo parado, imóvel, estático. Ela é um fenômeno evolutivo, podendo, ao longo do tempo, sofrer um processo de elaboração, e até de adaptação.[3]

A cultura política do município, no decurso da primeira república, se inscreve dentro de uma conjuntura marcada pelas práticas tipicamente coronelistas. Contudo, o coronelismo local é fruto de uma realidade histórica própria, fato que contribui para caracterizar o quadro político local.

Ao longo da chamada República Velha, os grupos políticos regionais (re)elaboraram suas antigas práticas de poder e se consolidaram enquanto oligarquias que praticamente monopolizarão o controle político da cidade durante praticamente todo o século XX. A existência dessa continuidade ao longo dessa trajetória política revela importantes características inscritas no *habitus* político local, e por conseguinte, na cultura política. Tais características inscritas atuaram como tendências diretamente relacionadas com a estrutura do campo político da cidade no período compreendido nesse estudo, pois

> (...) o campo político, é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

> (...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes –sobretudo o tempo livre e o capital cultural.[4]

Devido a sua própria natureza, o campo político acaba limitando o universo do discurso político. Os profissionais inscritos no campo, no caso os agentes políticos, acabam elaborando um conjunto de intenções políticas diretamente relacionadas com a lógica do próprio campo, restringindo assim a atuação nesse espaço a um corpo restrito de "profissionais", o que implica em um desenvolvimento e preparação especial de um certo tipo de *habitus*. Bourdieu afirma ainda, que o campo político possui uma tendência para organizar-se em torno da oposição entre dois pólos. Segundo ele

> O facto de todo o campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos do sistema americano, podem eles próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas) não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas posições polares, "partido do movimento" e "partido da ordem", "progressistas" e "conservadores", "esquerda" e "direita", são invariantes que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa realização.[5]

Montes Claros, durante boa parte do primeiro período republicano esteve dividida em duas facções que disputavam o controle da câmara municipal. Ambas a facções pertenciam ao partido republicano mineiro. A respeito disso, John Wirth vai resumir a conjuntura local em seu estudo sobre Minas Gerais, na chamada primeira República – na verdade, sua análise de estende até 1937. Através do seu comentário referente às relações políticas locais, podemos ver que a violência se consolidou como um dos aspectos marcantes da cultura política local. Segundo ele, a cidade de Montes Claros

> (...) durante anos esteve dividida em 2 campos de batalha. Um deles, o "Partido do Alto", situado na praça mais alta da cidade, era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João

> José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada "baratas", herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no Norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado "Partido de Baixo" (por causa da outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1865-1940), professor de escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como "molotros". Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. As crianças cujas famílias pertenciam um partido não ousavam brincar com os filhos de membros de outro. Inevitavelmente, os 2 lados, em suas cores republicanas, receberam novos apelidos: os "carecas" e os "metidos". Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar á guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de winchester e as explosões de bombas de dinamite.[6]

O trecho acima expressa muito bem o panorama da cidade no início do século XX. Percebe-se que a lógica do campo político tende a se reproduzir no seio do partido republicano local por meio de suas divisões. As duas facções se envolviam constantemente em disputas – muitas vezes marcadas pela violência – pelo controle dos postos políticos municipais.

Conjunturalmente, a estrutura do campo político da cidade, no período compreendido pela pesquisa – 1889-1930 – se insere dentro de um contexto bem mais amplo, marcado por uma conjuntura política tipicamente coronelista. Para a caracterização dessa conjuntura, nos reportamos ao referencial teórico de Victor Nunes Leal.[7] Conforme esse autor lembra, o coronelismo é uma forma de adaptação de conteúdos residuais do poder privado a uma nova ordem política, marcada por uma extensão do direito de voto. Diante disso, o mesmo autor destaca ainda, que o fortalecimento do poder público contribui para a manutenção do coronelismo, o que infere uma característica nitidamente governista desse sistema.

É dentro dessa conjuntura – impregnada pelo sistema coronelista – que devem ser enquadradas as disputas políticas em Montes Claros, onde ambas as correntes se declaravam fiéis ao governo estadual e a cúpula do Partido Republicano Mineiro. Ambas se digladiavam para receber os benefícios advindos do apoio governamental, benefícios esse

que incluíam a chamada “carta-branca” concedida a corrente majoritária pelo governo do Estado, e que se constitui em peça fundamental do esquema coronelista.

O coronelismo local também foi marcado por outras práticas mandonistas como, por exemplo, pedidos de demissão e remoção de funcionários públicos, além dos tradicionais acordos patrocinados pelo governo estadual. Até um caso de duplicata de câmaras, foi verificado na tradição política da cidade.

Constatamos também que, grande parte dos chefes políticos locais eram bacharéis, principalmente médicos. A força e o prestígio dos médicos na política da cidade fazia parte da cultura política local desde o período imperial, quando o Doutor Carlos Versiani deixou uma tradição de “médico da pobreza” em cerca de meio século de atuação profissional. Ao mesmo tempo, ele consolidou o seu prestígio político na região ocupando a presidência da câmara por quase vinte anos. De fato, um dos chefes políticos de maior prestígio no período republicano, João Alves, herdou essa tradição política. Incorporou esse *habitus* de “pai da pobreza” e também vai fazer da prática da medicina o principal impulsionador de sua carreira política.

Durante a epidemia de 1918, João Alves se destaca no atendimento a população e se consolida efetivamente como um grande benemérito da população. Nessa oportunidade, seu capital político é renovado e de certa forma, ampliado. Sua atuação na época da epidemia, conferi-lhe a alcunha de “médico da pobreza”, pois atendia a população carente do município.

A prática política de João Alves desenvolvida ao longo de seu contato com o campo político local é um elemento revelador de uma feição nitidamente paternalista da cultura política regional. Tal paternalismo atuou como elemento que contrabalançou, de certa forma, a violência e o autoritarismo. Determinadas práticas, como o atendimento de algumas demandas de saúde da população pobre da cidade, contribuíram para congregar em torno de alguns chefes políticos, um número considerável de pessoas. O caso de João Alves é um importante revelador dessa tradição política. O seu capital político provinha em grande parte

dessa população, que não podia dispensar os favores oferecidos pelo médico.Por isso, sua reputação no campo tendia sempre a se conservar.

Ao mesmo tempo em que o campo político condiciona o *habitus*, esse também atua sobre o campo. Uma verdadeira relação de duplo efeito, pois se as precárias condições de saúde, miséria e exclusão em uma pequena cidade sertaneja, podem ser entendidas como um elemento favorecedor da proliferação desse tipo de capital político, por outro lado, uma parcela expressiva da população resulta permanecer em uma condição de verdadeira clientela daqueles que – como João Alves – conseguem preencher algumas demandas populares.

---

[1] Entendo o conceito de habitus, conforme Bourdieu salientou, como um conhecimento adquirido, um haver, um capital ou disposição incorporada. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 61

[2] BERSTEIN, Serge. La cultura politique. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Pour une Histoire Culturelle. Paris: Èditions du Seuil. p.371-386.

[3] *Ibidem*. p.377.

[4] BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* p.164.

[5] *Idem*. p.179.

[6] WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 224

[7] LEAL, Victor Nunes. O Coronelismo, Enxada e Voto. Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978.

Elites no Espírito Santo – 1790-1820

Adriana Pereira Campos* - UFES

E assim é esta a mais fértil capitania
e melhor provida de todos os mantimentos
da terra que outra alguma que haja na costa.
Pero de Magalhães de Gândavo,
historiador português, 1576.

O objetivo dessa comunicação é apresentar o atual estágio de uma pesquisa que realizo na Universidade Federal do Espírito Santo a respeito das fortunas na Comarca de Vitória, Capitania do Espírito Santo, na virada do século XVIII para o XIX. Em 1534, essa Capitania, doada ao fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, formava um quinhão na América lusa cinco vezes maior do que o Reino de Portugal. Na verdade, a Capitania espírito-santense figurava, dentre as quatorze capitanias portuguesas, como um dos empreendimentos que melhor atendia às pretensões do Rei em intensificar a colonização de suas terras americanas. Não chegou, contudo, a ter o esplendor das Capitanias São Vicente e Pernambuco, dada as dificuldades com os índios, mas a tarefa obteve algum êxito já que foram distribuídas sesmarias, fundadas vilas e edificados fortes. A trajetória do Espírito Santo no século XVII e XVIII ainda carece de estudos, mas sabe-se que sua vantajosa posição no século XVI foi seriamente abalada no decorrer dos dois séculos seguintes, chegando a ser comprada dos herdeiros da família Coutinho em 1674 e, em 1700, parte do seu território, cravado de minerais preciosos, desmembrou-se em favor da mais nova Capitania da Coroa, as Minas Gerais. Finalmente, em 1718, Portugal efetuou a compra da Capitania pelo mesmo valor pago em 1674.

Depois de tornar-se uma Capitania da Coroa, iniciou-se um processo de construção de fortificações, ao longo de todo o território do Espírito Santo por ordem do Vice-Rei em 1726, certamente com o objetivo de defender a colônia de ataques piratas. Em 1731, em Vitória, cabeça da Comarca do Espírito Santo, existiam 5000 habitantes entre brancos, pardos, pretos forros e cativos, 700 armas de tiro e os dízimos somavam 2:500$000 (dois contos e quinhentos mil réis). Em 1768, a Capitania viu aumentar o seu efetivo militar por ordem do Marquês de Lavradio, Governador e Capitão-General da Bahia, que fez aportar em terras capixabas a Companhia de Infantaria Pinto, composta por 60 homens, além de ordenar a construção de mais uma fortaleza, desta feita na Ilha do Boi, e a reforma dos demais fortes existentes na Barra de Vitória. Em 1780, a Capitania do Espírito Santo contava com 15.600 homens. No final do século, o Espírito Santo era uma Capitania com um expressivo número de fortificações, além de contar com um Regimento de Infantaria e duas Companhias de Cavalaria. Ao lado das fortalezas, chama atenção o contingente de escravos, pois em Vitória existiam dois escravos para cada habitante, já que os cativos somavam 4.898 indivíduos e os não-cativos, 2.327. As notícias do período relatam uma certa dinâmica da economia do lugar. O Capitão-Mor Inácio João Monjardim[1] informou,

---

* Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFRJ, pesquisadora do Centro de estudos dos Oitocentos – CEO/PRONEX/CNPq e Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

[1] Mongiardino, [1790] 1978, p. 45.

em carta redigida ao Governador da Bahia, que se exportava do Espírito Santo 276.000 varas de pano de algodão; 202 arrobas de fio de algodão; 5.100 arrobas de algodão aberto; 4.877 arrobas de açúcar, além de quantidades não especificadas de arroz, milho e madeira. No total foram exportados, em 1789, 45:648$480 (quarenta e cinco mil e seiscentos contos quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta réis). Embora tais informes históricos justifiquem uma pesquisa a respeito do desenvolvimento da Capitania no período, os estudos empreendidos têm sistematicamente reduzido suas conclusões à identificação dos fatos citados como índices da pobreza e da estagnação do Espírito Santo naquela época. Discordando, portanto, das afirmações a respeito dessa a conjuntura política e econômica da Capitania do Espírito Santo na última década do século XVIII, apresento, neste texto, algumas hipóteses explicativas que, penso, apontem novas interpretações sobre o assunto.

1. Uma visão geral

O fidalgo Vasco Fernandes Coutinho aportou a Caravela Glória em terras capixabas[2] no dia 23 de maio, data dedicada ao Divino Espírito Santo, que serviu de inspiração ao batismo da nova terra. O primeiro recanto a receber o dito donatário foi a enseada localizada na atual cidade de Vila Velha, que recebera essa denominação quando os colonos resolveram deixá-la devido à hostilidade dos índios para se fixarem na ilha de Santo Antônio, que, por sua vez, passou a ser conhecida a partir de então como a Vila Nova, e, posteriormente, chamada de Vila da Vitória. Entrementes, importa salientar que a ilha para a qual se deslocou o primeiro donatário da Capitania, ainda em 1551, cresceu em importância e tornou-se a cabeça da Comarca do Espírito Santo durante o período colonial. No século XVIII, permanecia Vitória como a única cabeça de Comarca da Capitania e os inventários mais antigos, localizados nesta pesquisa, encontram-se arquivados no Cartório de 3º Ofício de Vitória, cujos documentos datam da última década dos setecentos em diante, embora haja um único inventário, anexado a outro, iniciado em 1764. O conjunto de inventários, levantados até o momento e relativos ao período de 1790 a 1803, soma 45 processos. Em dois inventários, devido ao seu estado de conservação, não foi possível identificar o monte mor. Assim, para efeitos da tabela abaixo, somente foram utilizados 43 processos, senão vejamos:

TABELA .1.

FORTUNAS CAPIXABAS – 1790-1803

Fortunas	No. de Inventários	%	Monte Mor	Concentração da Riqueza
De 2:000$001 a 10:000$000	08	18%	19:267$365	43,0%
De 1:000$001 a 2:000$000	19	44%	14:968$207	33,4%
De 200$001 e 1:000$000	11	26%	9:832$653	21,9%

[2] Denominação geral dada aos nascidos no Espírito Santo.

Até 200$000	05	12%	742$367	1,7%
TOTAL	43	100		

Fonte: Cartório de 3º Ofício de Vitória/Espírito Santo

O dados acima obtidos podem ser comparados à pesquisa da historiadora Patrícia Merlo (2003), que encontrou nos inventários guardados no Arquivo do Poder Judiciário do Espírito Santo o seguinte quadro:

TABELA .2.

FORTUNAS CAPIXABAS – 1800-1830

Fortunas	No. de Inventários	%	Monte Mor	Concentração da Riqueza
Superior a 10:000$001	28	1,2%	57:265$380	19,7%
De 2:000$001 a 10:000$000	32	18,8%	132:363$191	45,5%
Inferiores a 2:000$000	136	80%	101:116$902	34,8%
Total	170	100%	290:745$473	100,0%

Fonte: Arquivo Público do Poder Judiciário do Espírito Santo

As informações acima permitem vislumbrar um quadro de riquezas na Comarca do Espírito Santo marcado por fortunas médias e baixas, se comparadas a outras capitanias do Brasil, tais como a Bahia e o Rio de Janeiro, cujos inventários somavam mais de 20:000$000 (vinte contos réis). Além disso, torna-se evidente, em ambas tabelas, o característico traço da colônia brasileira de concentração de riqueza. De acordo com Kátia Mattoso, na Bahia, as fortunas podem ser classificadas em oito categorias (1997, p.160). Seguindo essa classificação, encontram-se, nos dados divulgados por essa historiadora a respeito da Bahia, algo em torno de 80% da riqueza concentradas nas grandes e médias fortunas, isto é, em inventários cujos montantes ultrapassavam 10:000$000 (dez contos de réis). No Rio de Janeiro, no início do século XIX, de acordo com a pesquisa de Fragoso & Florentino (1998, p. 90), 2/3 da riqueza inventariada concentravam-se nas mãos de 9 a 10% dos homens mais ricos daquele lugar. No Espírito Santo, embora predominassem fortunas médias baixas, a riqueza, inventariada em ambas pesquisas, concentrava-se em poucas mãos já que cerca de 20% dos mais ricos reuniam aproximadamente a metade das fortunas somadas.

2. Os escravos na composição das fortunas

Assim como na Bahia e no Rio de Janeiro, verifica-se que na Capitania do Espírito Santo alguns poucos homens possuíam o controle da produção de riquezas. Visitando os levantamentos populacionais produzidos pelas autoridades da época, a Capitania possuía na última década dos oitocentos, uma população de 22.493 almas. Se considerarmos que

no Brasil existia uma população de cerca de 3.250.000 mil habitantes, na Capitania do Espírito Santo havia 7,5% da população da colônia. Em 1872, quase um século mais tarde, dos 10.112.000 brasileiros, apenas 82.137 habitavam na Província do Espírito Santo, perfazendo menos de 1% da população total do País. Não era, portanto, inexpressiva ou decadente a posição da Capitania do Espírito Santo no final do século XVIII, embora as fortunas do lugar fossem menores quando comparadas às riquezas inventariadas no Rio de Janeiro e Bahia, regiões que se destacavam no contexto colonial, sobretudo, por causa do comércio de escravos, gêneros e metais.

Partindo dessas constatações, cumpre decifrar as riquezas produzidas na Capitania de modo a determinar suas fontes. Em primeiro lugar, desponta com absoluta distinção a posse de cativos na Comarca do Espírito Santo. Como já mencionado anteriormente, as autoridades da Capitania divulgaram, em 1789, um censo em que a Freguesia de Vitória constava com 2.327 habitantes e 4.898 escravos, enquanto na Capitania existiam 10.749 livres e 6.834 escravos. No mesmo diapasão, encontrou-se nos 45 inventários pesquisados no Cartório de 3º Ofício de Vitória, cobrindo os anos de 1790 a 1803, 298 escravos que totalizaram uma média de 6,62 escravos por inventariado. A historiadora Patrícia Merlo (2003) identificou, em outro grupo inventários, 1.367 escravos em 170 inventários, o que elevaria a média para 8 escravos por inventário. Em vista do censo produzido pelo Capitão-Mor da Capitania em 1789, os dados apresentados pela Merlo e as informações coligidas pela pesquisa aqui apresentada, pode-se afirmar a existência de uma população escrava significativa no Espírito Santo. Rio Claro, uma região de São Paulo que se tornou próspera graças ao sistema de grande lavoura, chegou a concentrar 4.980 escravos no ano de 1884 (DEAN, 1977), atingindo sua maior população cativa durante os oitocentos. A cabeça da Comarca do Espírito Santo, entretanto, tivera igual população escrava em 1789, ou seja, um século antes.

Cumpre notar, portanto, que a população escrava do Espírito Santo, embora pequena, se comparada às demais Capitanias, sobretudo, as mais prósperas, concentrava-se extraordinariamente em Vitória, cabeça da Comarca do Espírito Santo. Resta indagar, então, as formas de emprego dessa população cativa. Uma primeira aproximação, nos mostra que apenas 5 inventários, dentre os 45 pesquisados, não constam de escravos, gerando uma proporção de 11%. Ora, mais de 80% dos inventariados possuíam escravos, o que tornava a propriedade escrava um bem comum entre os citadinos da comarca. Esse número é confirmado pela pesquisa de Patrícia Merlo (2003, p.73) em que foram também encontrados escravos em mais de 80% dos inventários. Esse dado confirma, portanto, que a mão de obra escrava era bastante difundida na colônia brasileira, atingindo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo, em fins dos setecentos e começo dos oitocentos.

Nos inventários, os cativos constituíam o bem mais representativo, devido tanto ao seu valor intrínseco, quanto pela porcentagem populacional naquele momento.[3] Dentre os dados obtidos nos inventários pesquisados no Cartório de 3º Ofício, foram inventariados 111 escravos com idade de 20 a 30 anos, ou seja, 37% do total de escravos. Contudo, o número de crianças crioulas, com idade de 0-9 anos, reúne 80 indivíduos, isto é, 26,85% dos escravos inventariados. Por sua vez, a faixa etária subseqüente, formada por jovens entre 10 a 19 anos, representa apenas 18% do total cativos. Provavelmente, as dificuldades do cativeiro e da época, dada as condições gerais de saúde, faziam com que

[3] Para Patrícia Merlo, os escravos constituíam 60% da população do Espírito Santo no século XIX, 2003, p.03.

houvesse um índice de mortalidade infantil da ordem de 50%. A aquisição de africanos, então, complementava essa perda de cativos realizando a reposição dos braços necessários à economia local. De acordo com os inventários, a reposição dos escravos por via do comércio ocorria na ordem de cinqüenta por cento dos cativos. No entanto, a proveniência desses escravos não era exclusivamente africana, uma vez que os inventários depositados no Cartório de 3º Ofício, assim como os pesquisados por Melo, apontam uma população africana trazida de Angola, Mina e Teulão na ordem de 30%. Outrossim, existiam aqueles que descendiam de africanos, os denominados crioulos, adquiridos na praça do Rio de Janeiro provavelmente por um preço mais acessível à elite local.

A pesquisadora Merlo (2003) encontrou, para o período de 1800-1809, 90 crianças de 0-9 anos, 71 jovens de 10-19 anos e 101 adultos com mais de 20 anos. Essa proporção entre as faixas etárias dos escravos da região do Espírito Santo, diagnosticada em ambas pesquisas, mostra a característica tranqüilidade dessa sociedade, que em trabalho anterior eu própria já afirmava (CAMPOS, 2003), inclusive no campo da repressão policial. Nesse sentido, há razão para asseverar a prevalência de laços familiares mais duradouros entre escravos na Comarca do Espírito Santo, em que as relações de parentesco marcavam a vida cotidiana desses cativos nas vilas do lugar. Os dados acima constituem evidências da reprodução de escravos na Comarca pela via da natalidade, dando, provavelmente, ao local alguma autonomia diante das oscilações de preço proporcionadas pelo tráfico atlântico, embora, Merlo alerte que a origem dos escravos africanos de Vitória aponta sua vinculação com o porto do Rio de Janeiro. A reposição de africanos, portanto, realizava-se com um caráter complementar, isto é, visava completar o contingente escravo crioulo oriundo do próprio lugar.

Tabela .3.

Relação dos escravos do Espírito Santo pela origem (1790/1803)

		0-9 anos	De 10 a 19 anos	De 20 a 40 anos	De 41 a 59 anos	Acima de 60 anos	Ilegível	Total
Angola	Masculino Feminino	Nenhum	01 06	23 12	05 05	07 02	03 02	39 27
Mina	Masculino Feminino	Nenhum	Nenhum 01	____ 01	01 ____	00 01	___ 01	01 04
Teulão	Masculino Feminino	Nenhum	Nenhum	Nenhum	01	Nenhum	Nenhum	01 Nenhum
Crioulo	Masculino Feminino	36 40	12 29	27 42	03 09	05 06	05 09	88 135
Total	Masculino Feminino	36 40	13 36	50 55	10 14	12 09	08 12	139 166
Total Geral		**76**	**49**	**105**	**24**	**21**	**20**	**295**[4]

Fonte: Dados quantificados dos inventários do Cartório do 3º Ofício de Vitória (1790/1803)

Como já mencionado, os escravos representavam a maior riqueza das fortunas inventariadas. Do valor total dos inventários, 44:810$592 (quarenta e quatro contos, oitocentos e dez mil e quinhentos e noventa e dois réis) correspondentes à soma de todos os montes-mores, a propriedade escrava representava a quantia de 24:202$320 (vinte e quatro contos duzentos e dois mil e trezentos vinte réis) desse valor. Proporcionalmente, os escravos respondiam por 54,8% da riqueza de todos inventários. Vale ressaltar que, em apenas dois inventários, não consta esse tipo de bem no rol de propriedades. No pagamento de dívidas eram utilizados, preferencialmente, os escravos, possivelmente, por causa de sua valorização e liquidez no mercado de bens da época, assim como pelas facilidades em negociações dessa natureza, uma vez que os cativos serviam tanto para trabalhos no meio rural, quanto no meio urbano.

4. O perfil dos negócios

Ao lado dos escravos, encontram-se outros bens que respondiam pela outra metade das riquezas inventariadas. O quadro a seguir esclarece a distribuição das riquezas, senão vejamos:

[4] 03 (três) escravos foram inventariados sem declaração de idade

TABELA .4.

FORTUNAS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO – 1790/1803

SETOR / ATIVIDADE	VALORES	PORCENTAGEM
ESCRAVOS	22:948$900	51,21
BENS URBANOS	8:012$540	17,88
BENS RURAIS	7:731$221	17,25
DÍVIDAS A RECEBER	5:363$041	11,97
JÓIAS E METAIS	754$890	1,69
TOTAL DA RIQUEZA INVENTARIADA	44:810$592	100

Fonte: Cartório de 3º Ofício de Vitória

Verifica-se, portanto, que os bens urbanos e rurais não se diferenciavam substancialmente, pois somavam 15:743$761 ou 35,13% do montante da riqueza inventariada. Mesmo reunidos, os bens rurais e urbanos não equivaliam ao total de valores dados aos escravos em inventário. Todavia, chama atenção outra atividade que corresponde aos investimentos nos setores produtivos rural e urbano. Trata-se dos empréstimos, que, nos inventários, constam como créditos ou dívidas a receber. Essa atividade soma 11,97% do total da riqueza inventariada e, mais importante, concentra-se em alguns inventários, isto é, poucos indivíduos dedicavam-se a essa espécie de negócio. O inventariado responsável pelo maior montante de empréstimo foi uma mulher que deixou todos os créditos para seu viúvo, legando para os demais herdeiros outros bens. Inclusive, seu patrimônio, além de colocar-se entre as maiores fortunas, pois o monte-mor somava 3:211$008, possuía um caráter diversificado, constituindo-se de imóveis urbanos, plantações de variados gêneros, jóias e metais. Essa senhora era também proprietária de uma numerosa escravaria, pelo menos para os padrões da Capitania do Espírito Santo, uma vez que possuía 23 cativos. Analisando seu patrimônio, observa-se a divisão de seus investimentos, primeiro em escravos, cujo valor total era 1:667$000, depois em dívidas a receber, 1:040$682, seguido por bens urbanos, 672$280 e, finalmente, um pouco de investimento em bens rurais, 112$100. Da leitura desse inventário, é possível afirmar a atividade urbana como a principal fonte de riqueza da inventariada, pois seus bens rurais se resumiam a quartéis de plantação ou tetos de produtos e seus bens urbanos se distribuíam entre diversas casas de morada. Pode-se imaginar uma atividade ligada a aluguéis, não só de imóveis, como também, e isso é de grande relevo, de escravos. Com 23 escravos, essa senhora podia negociar a meação de plantações com lavradores interessados em alugar mão-de-obra servil para aumentar a produtividade agrícola. João de Barcellos Machado possuía uma pequena fortuna avaliada em 1:375$806, graças um seu sítio, às benfeitorias desse sítio, a sua casa de morada na rua Taguna, ao crédito de um empréstimo e aos seus objetos sacros e preciosos. Entretanto, impressiona a quantidade de 15 escravos, no valor de 802$400, que não parece adequada às necessidades desse pequeno sitiante. Possivelmente, como a senhora rentista acima referida, Barcellos devia dedicar-se à prática de aluguel de cativos a sitiantes vizinhos. Consoante Mattoso, as fortunas desses locadores de escravos classificam-se como

"médias baixas" dada a diversidade dos bens inventariados que, no caso, por exemplo, de Barcellos, estavam incluídos em seu inventário além do sítio, benfeitorias e casa de morada, alguns objetos sacros como oratórios e imagens e utensílios de cobre e prata. Seguindo Mattoso, a atividade de rentista constituía-se numa forma de viver sem trabalhar, usufruindo dos dividendos auferidos de empréstimos a juros ou aluguéis de escravos. Complementa, ainda, a historiadora grega que muitas senhoras enveredavam-se nesse mundo de rendas, pois,

> "[...] até cerca de 1870, homens 'vivendo de rendas' alugavam escravos qualificados para o serviço de pedreiro, latoeiro, carpinteiro ou pintor. Uma outra categoria sócio-profissional deve ainda reter nossa atenção: ao lado dos que vivem de rendas e parecem não trabalhar, existe um grupo de homens que exercem vários tipos de trabalho ao mesmo tempo. [...]. Com o de um escravo barbeiro que é também músico, ou de um pedreiro que pode ser enviado para cortar cana, pois estes dizem respeito a ocupações que sucedem e concernem sobretudo a escravos ou pobres livres que não farão fortuna alguma" (1997, p. 164-5).

Vale ainda mencionar que a prática de empréstimos tem sido interpretada pelos historiadores como uma ação motivada pela generosidade, pois o dinheiro era de pequena monta, quase nunca ultrapassando alguns mil réis, conforme o primeiro caso citado acima, em que nenhum empréstimo alcançava o valor de um escravo na idade de 20 a 40 anos. A atividade rentista era um sinal de opulência, sobretudo, de prestígio de um indivíduo que se coloca na posição de encontrar facilidade para auxiliar pessoas em dificuldades na sociedade (Mattoso, 1997, p. 166). Francisco de Medeiros Arruda torna-se caso exemplar, pois seus investimentos não só visavam auferir rendimentos, como também transmutavam-se num recurso de afirmação social. Seu inventário de 2:188$595 apresenta como sua propriedade mais valiosa a escravaria composta de 7 cativos avaliados juntos em 834$800. Suas atividades comerciais, ao que tudo indica, estavam vinculadas ao transporte marítimo de mercadorias, porque além da propriedade de um barco equipado de barricas, tonéis e pipas de sebo, consta ainda o ganho auferido numa viagem ao Rio de Janeiro. Enfim, esse comerciante dedicado aos negócios marítimos e mercantis algumas vezes emprestava alguns trocados, conforme registrado em seu inventário a dívida, para com sua pessoa, de parte em um certo Padre, que tomou 5$920, ou de outros seis casais, que contraíram dívidas pequenas como 1$845.

Outro proprietário de uma significativa escravaria foi Francisco Cardoso de Oliveira, que possuía uma fortuna quase totalmente composta por escravos. No entanto, Francisco era um homem dedicado às atividades rurais, possuindo 3 sítios, um quinhão de terras no sítio denominado Tamboray, além de um rebanho composto exclusivamente de 5 vacas e dois novilhos, esses últimos batizados carinhosamente de Maldecilva e Ramalhete. Esse lavrador empenhava-se na plantação de gêneros como mandioca, algodão e bananas, pelo menos isso chegou a ser inventariado provavelmente porque essas roças ainda não estavam em tempo de colheita. Assim, não seria um equívoco afirmar o caráter comercial dessas lavouras, vez que a roça de subsistência não chegaria, devido à ausência de valor monetário, a constar do processo de inventário, enquanto os alimentos referidos no documento constituíam-se, isso sim, em mercadorias com algum valor digno de se legado aos herdeiros. No caso em tela, o uso da mão de obra cativa justificava-se pelo emprego em uma agricultura de abastecimento de alimentos e, nesse sentido, o escravo era o necessário investimento do lavrador para seu negócio agro-mercantil. João Pereira de Jesus protagoniza história semelhante. Com um cabedal de 1:410$060, José tinha oito

escravos e dedicava-se a labutar em um engenho com material especializado na produção de açúcar e cachaça. Além das benfeitorias como casas na propriedade, possuía a ainda o lavrador um pequeno rebanho composto de 7 bois e 7 novilhos. Igualmente dispunha de um velho carro de bois para o transporte de cana. Os cativos e o engenho colocam o dito João na posição de um homem de poucas posses tentando se inserir no agro-negócio da cana. Esse capixaba parecia estar bem informado das oscilações do açúcar, que atravessava uma fase de recuperação, conforme esclarece Stuart Schwartz:

> Com o irromper da Revolução Haitiana em 1792 e finalmente a eliminação da ilha como produtora de açúcar, o preço desse produto elevou-se tremendamente nos mercados europeus, permanecendo alto até por volta de 1800, quando passou a cair e então se recuperar até 1809 (1988, p. 343).

Na verdade, a história de João tem o enredo de um drama, pois seu empreendimento malogrou em dívidas, declaradas da ordem de 1:158$287 em seu testamento. Talvez se possa interpretar que os riscos inerentes a esses empreendimentos não fossem desconhecidos dos capixabas, pois "essas fortunas nem sempre se encontram ao abrigo de uma falência, já que dívidas importantes, ou empréstimos concedidos sem precaução, podem arruinar um proprietário que tenha emprestado ou tomado emprestado dinheiro para manter sua posição" (Mattoso, 1997, p. 162). Esses empreendimentos também mostram a disposição dos capixabas em buscar a inserção nos melhores e mais lucrativos negócios da colônia. Melhor sorte parece ter alcançado Manoel do Espírito Santo com seus negócios mais diversificados. Essa pequena fortuna de 1:390$000 apenas abateu uma diminuta dívida em seu inventário de 72$916. Esse lavrador lançou-se nos agro-negócios, mas adotou uma estratégia diversa de João. Preferiu praticar a agricultura de abastecimento, acumulando a posse de cinco torrões em locais como Mangaray e Cachoeiro, lavrando a escritura pública apenas de um outro sítio. Esse pequeno agricultor empreendedor deixou em plantação um quartel de mandioca verde, três lavouras de algodão, 30 árvores frutíferas, além de algumas poucas benfeitorias. Em paralelo, mantinha Manoel residência na vila com uma casa principal e um anexo com telha, onde provavelmente abrigava os seus 09 escravos quando não estivessem na lida de alguma lavoura, o que deveria ser raro, dado seus variados empreendimentos agrícolas.

Na verdade, os dados dos inventários pesquisados permitem interpretar como hipótese plausível a preferência dos capixabas pela diversificação dos negócios agrícolas na forma de lavouras e plantações em terrenos cuja posse não era regulamentada em cartório por escritura pública. Somente três inventários mostram investimentos agrícolas realizados em terras contíguas. Os demais se realizaram em terrenos diversos, identificados muitas vezes como lavouras ou roças. Entretanto, não se deve interpretar essa agricultura de meação ou de roça como voltada para a subsistência, pois os gêneros produzidos enfeixavam-se entre algodão, mandioca, milho ou feijão. Sobre o comércio de alimentos que animou a economia de abastecimento da colônia, sentencia Fragoso que,

> Os dados populacionais existentes para 1819 pontualizam cabalmente que a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos [...]. Isso insinua a existência , para além da *plantation*, de outras formas de organização do trabalho escravo [...] .

> Se considerarmos que esses regimes de produção podiam estar ligados ao abastecimento interno, temos um quadro em que o mercado colonial surge como o resultado da interação e reprodução de diversas formas de produção (1998, p. 119).

Auxiliados por Fragoso, é possível agora compreender a sociedade capixaba com um número tão expressivo de escravos, conforme as estatísticas referidas na seção 1 deste trabalho. Ao contrário da corrente afirmação do isolamento da Capitania do Espírito Santo, no alvorecer do século dezenove, as fontes cartoriais indicam uma sociedade composta de indivíduos que, mesmo dispondo de parcos recursos, investiam no frutuoso comércio de alimentos. A alternativa, mais utilizada por esses homens, foi o uso de roças e sítios com o objetivo de realizar negócios com necessidade de poucos investimentos, ainda assim, dividindo-os com comerciantes mais abastados que apostavam no mercado de aluguel de escravos, de modo a evitar a esterilização de vultuosas somas na compra da mão-de-obra servil.

Havia indivíduos, na Capitania do Espírito Santo, contudo, destacados pelo nível de riqueza possuída. Ocupando o topo das fortunas, mesmo que nessas terras não as riquezas fossem muito elevadas, um Antônio Rodrigues Batalha ou um Francisco Cardoso de Oliveira sustentavam o sinais de sua opulência e seu lugar no alto da hierarquia da sociedade capixaba. Batalha foi credor de diversos dos inventariados, além de ser proprietário de uma Botica e casarios em ruas inteiras. Esse homem poderoso ocupava o cargo de Juiz dos Órfãos, constando em diversos processos levantados para esta pesquisa. Além disso, constava como credor de diversos dos inventariados estudados nessa pesquisa. Sua posição de homem rico e magistrado, induz à reflexão sobre a relação entre ofícios e riquezas no Brasil colonial, a respeito da qual "[...] cabe sublinhar que, para as benesses na forma de ofícios, o que estava em jogo não eram tanto os salários pagos pela fazenda real, mas sim, e principalmente, os emolumentos que deles, entre outras possibilidades, podia-se auferir" (FRAGOSO, 2001, p. 17).

Outrossim, há dentre os inventariados, além do Juiz e dono de Botica, dois outros inventários de proprietários de lojas de secos e molhados que vendiam todo tipo de mercadoria como panos da Índia e da Bretanha, vinho do Reino, condimentos do Oriente, carne do Sul da colônia, dentre outros. Nas lojas, funcionava um esquema de venda a prazo mediante anotação em caderno, em que, além de constar o nome do devedor e o valor da compra, subsistia uma anotação a respeito de sua posição social. Dentre essas notas, encontra-se comumente escravos entre os devedores, não só seus nomes, assim como a quem pertenciam.

Há, todavia, uma outra atividade raramente diagnosticada nos inventários, mas, felizmente, existente no *corpu* analisado. Trata-se de uma peça documental de inestimável valor para a discussão da inserção do Espírito Santo nos mecanismos mercantis da colônia, tanto de sua posição como sociedade escravista em que a escravidão constituía-se como a principal fonte de mão-de-obra, quanto de seu lugar no frutuoso mercado de consumo interno. Em um inventário, o de Francisco de Medeiros Arruda, foi arrolada a última viagem em sua embarcação, antes de sua morte. Em tal viagem, Medeiros transportava mercadorias do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, tais como algodão, fio de algodão, madeira de lei, açúcar, retornando carregada de mercadorias como carne, seda, aguardente, marmelada, louça, queijo, rosca, cera, toucinho, farinha, azeite, sal e pano. Essa preciosa informação corrobora a hipótese central desse trabalho do lugar do Espírito Santo no complexo mercantil da colônia, pois fornece o elo de vinculação dos lavradores com a cadeia de comercialização de alimentos: os mercadores que levavam os produtos para as Praças do Rio de Janeiro ou

do nordeste. Alimentos produzidos nas terras capixabas, por meio de roças e plantações, eram trocados nas praças comerciais, mais freqüentemente no Rio de Janeiro nesta época, por produtos importados do exterior ou de outras Capitanias. Um complexo mercantil de fortunas pequenas e médias, mas de inconteste dinamismo e interação com as engrenagens do comércio colonial.

5. Conclusão

Como anunciado na introdução deste trabalho, o objetivo deste artigo é apresentar uma primeira aproximação analítica de uma pesquisa em curso. O enfoque das interpretações aqui lançadas destina-se à discussão da dinâmica mercantil da Capitania do Espírito Santo na última década dos setecentos e nos primeiros dos oitocentos. Subjaz à pesquisa a premissa da fraqueza das afirmações a respeito do completo isolamento e miséria da Capitania do Espírito Santo naquele período.

As fontes cartoriais fortalecem a hipótese lançada pela pesquisa da existência de um dinamismo comercial que estruturou uma cadeia de comercialização de alimentos além dos limites da Capitania. As fortunas pequenas e médias baixas constituíam-se basicamente de investimentos em produções de caráter escravista. Entretanto, predominou empreendimentos agrícolas desenvolvidos via plantações e roças que se realizavam com poucos recursos, desonerando o lavrador de empréstimos vultuosos. As unidades voltadas para a agro-exportação eram raras e deixadas para os mais abastados.

Outro investimento da cadeia de comércio de alimentos foi a 'venda' de secos e molhados. Esses pequenos estabelecimentos podiam comercializar produtos da terra, mas seus donos inventariavam um numeroso estoque de mercadorias vindas do exterior, seja do além mar, seja de outras Capitanias. Abastecidas por mercadores quase sempre de fora, na terra havia um diminuto grupo dedicado à atividade, que, esvaziando os porões de mercadorias trazidas de outras praças, providenciavam o seu reabastecimento carregando consigo os produtos locais de interesse de outras praças. Enfim, diante desses primeiros resultados, ao que tudo indica eram esses os mecanismos da roda da fortuna dos capixabas naqueles tempos.

6. Bibliografia

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais*: escravidão e Direito na Província do Espírito Santo, século XIX. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

DEAN, Warren. *Rio Claro*: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras*: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João Luís. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XV e XVII). *Dimensões*: revista de história da UFES, no 13, 2001.

_____. *Homens de grossa aventura*: a acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. *História da vida privada no Brasil*: império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *À sombra da escravidão*: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFF. Niterói, 2003.

MONGIARDINO, Ignácio João. Informação ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo em 11 de julho de 1790. In LEAL, João Eurípedes Franklin (Org.). *Espírito Santo*: documentos coloniais. Série Documentos Capixabas. Vol 1. Vitória/ES: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.

MAGISTÉRIO FEMININO: UM OLHAR ATRAVÉS DO PRISMA CULTURAL

Adriana Regina de Jesus Santos

Introdução

No decorrer da história da mulher professora, autores como APPLE (1988), BRUSCHINI (1988), AMADO (1988), DEMARTINI (1991), ALMEIDA (1998), entre outros, apontam que a trajetória da mulher no magistério foi marcada pelo prisma cultural, ou seja, ora colocando a mulher numa posição passiva, como se uma mão invisível tomasse decisões e traçasse caminhos por ela, ora como vocação, apostolado.

COSTA (1995, p. 13) contribui afirmando que "a alma de uma nação é a alma da mulher, da Mãe — que é a educadora, a escultora dos caracteres, a transmissora dos papiros sagrados da tradição, a guarda fiel do amor da Pátria no coração de seus filhos".

Para entender esse processo histórico-cultural, é mister recorrer-se à história da mulher professora, pois, segundo BRUSCHINI; AMADO (1988, p. 24),

> durante muito tempo[1] a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais eram acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério, aureolada pelos atributos de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fez que a profissão rapidamente se feminizasse.

Esta visão está associada ao Iluminismo do século XVIII, movimento muito rico em reflexões pedagógicas, pois todo o pensamento da época exaltava a cultura como meio de se atingir a felicidade. Foram destaques no pensamento educacional desta época pensadores como Rousseau, Pestalozzi, Condorcet, entre outros.

[1] O autor se refere ao século XIX.

O pensamento filosófico e educacional do século XVIII e as grandes obras de Rousseau e Pestalozzi tiveram fortes influências sobre as mulheres e sua vida. Para melhor compreensão, destacam-se a seguir algumas obras de Pestalozzi que enaltecem a imagem da mulher como guardiã da moral, dos bons costumes e principalmente como "educadora natural"[2].

Encantado pelo trabalho de Rousseau, que inspirou seus pensamentos educacionais conjuntamente com as obras de Lutero, o pensador Pestalozzi foi defensor dos ideais da Revolução Francesa. Preocupava-se muito com a pobreza e a desmoralização das classes menos favorecidas. Como filantropo, Pestalozzi dedicou sua vida a educar as crianças mais pobres e a auxiliar os pais dessas crianças a viverem melhor. Participou ativamente da vida política de seu tempo, não se omitindo diante da realidade, buscando sempre uma forma de melhorar a vida das camadas mais pobres da população (ARCE, 2002).

Com este princípio, escreveu o célebre romance "Leonardo e Gertrude" (em alemão, *Lienhard und Gertrud*) publicado pela primeira vez em 1781, em seu primeiro volume, sendo que os demais volumes apareceram respectivamente em 1783, 1785 e 1787. Esse romance foi ambientado em uma fictícia aldeia suíça chamada Bonnal e seus heróis são pessoas simples do campo, atormentadas pela penúria material e pela degradação moral.

Leonardo e sua esposa Gertrude, personagens centrais do romance, formam um casal com quatro filhos. Em razão da crise que abate toda a aldeia, o marido, passa a beber bebidas alcoólicas e não cumprir mais com as suas funções de marido. Assim, a vida familiar só não se torna um caos porque Gertrude é a esposa e mãe ideal, uma figura doce, angelical, sensata, uma heroína, e guardadora da moral na pequena aldeia. Tais características ficam evidentes

[2] Esse estudo sobre as influências do pensamento de Pestalozzi em relação à mulher pode ser encontrado no trabalho intitulado "A imagem da mulher nas idéias educacionais de Pestalozzi: o aprisionamento ao âmbito privado (doméstico) e à maternidade angelical", de Alessandra ARCE (Unesp). Entende-se por educadora natural aquela mulher que já nasce com o dom de ser professora. Neste sentido não é levado em consideração o aspecto intelectual, mas, sim, o aspecto biológico.

quando se observa no capítulo XVII o porquê de a casa dela ser a única a estar livre das perturbações que ocorrem na aldeia, como veremos a seguir:

> A única casa no vilarejo que estava livre de perturbação turbulenta neste período era a de Gertrude. Ela sozinha parecia possuir uma alma inatingível pela imundícia moral ao redor dela, e sempre tinha um estoque de lemas em mãos que fazia o caminho das tarefas mais comuns para ela e para os outros. Alguns desses eram: "fique quieto sobre tudo aquilo que não diz respeito a você, não fale daquilo que você não entende, fique atento quando as pessoas falarem ou muito alto ou muito delicadamente, aprenda bem o que é necessário para você usar, deixe seu coração e sua cabeça sempre ficar no lugar certo, e nunca em muitos lugares de uma vez, mas sempre com você, sirva com corpo e alma aqueles que você está em dívida, e aqueles que você ama". Guiada por tais dizeres, ela havia atingido um grau notável de sabedoria doméstica e social, e durante a confusão que reinava no vilarejo, nenhuma palavra que saiu de seus lábios, podia levar a mal entendidos, nem uma sílaba que pudesse provocar inimizade ou ridículo (PESTALOZZI, 1885, p. 94-95).

Pestalozzi ao conclamar Gertrude como guardadora da moral de Bonnal, deixa claro a filosofia que reinava neste período em relação ao papel da mulher na sociedade. Esse ideal defendido acabou sendo difundido na sociedade como um todo, ou seja, influenciando na concepção do magistério como destino, apostolado e vocação.

Este forte estereótipo construído sobre a mulher professora pode ser retratado e visualizado no contexto brasileiro, desde a sua colonização.

Sendo assim, no período colonial a maioria das escolas estava ainda sob a administração dos jesuítas, que cuidavam apenas da educação dos homens. Durante todo este cenário, a mulher brasileira esteve bastante afastada da escola em detrimento das atividades que lhes eram atribuídas como naturais para o seu sexo: costurar, bordar, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Ou seja, o ideal da educação feminina na Colônia restringia-se exclusivamente às prendas domésticas.

Só com a vinda da Corte, em 1808, dá-se início à instrução laica para a mulher por meio do trabalho de senhoras portuguesas, francesas e alemãs que ensinavam costura, bordados, religião, rudimentos de aritmética e língua nacional para as meninas da classe dominante. Esse trabalho não era extensivo a toda a população, pois as professoras eram

contratadas pela própria família, restringindo-se a uma pequena parcela da população brasileira.

Contudo, durante o período de 1500 a 1822, quando o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos homens dos colonos e dos indígenas. Aqueles cuidavam dos negócios do pai, seguiam para a universidade de Coimbra ou tornavam-se padres jesuítas. As mulheres brancas, ricas ou empobrecidas assim como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever.

Esta questão remete à tradição ibérica, transposta de Portugal para a Colônia brasileira: as influências da cultura dos árabes naquele país, durante quase oitocentos anos, consideravam a mulher um ser inferior. O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais. Era muito comum o versinho declamado nas casas de Portugal e do Brasil que dizia: “Mulher que sabe muito é mulher atrapalhada; para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada”.

Depois da proclamação da Independência do Brasil, na Constituição de 1823, a idéia de proporcionar instrução ao sexo feminino se fazia presente e, em 1824, apresentava-se como uma proposta de instrução gratuita a todos os cidadãos. Projetos relativos à educação nacional, em 1826, conclamavam a nomeação de “mestras para as meninas, que seriam senhoras admitidas pela sua honestidade, prudência, conhecimento e que se mostrassem dignas de tal ensino, além de compreender também o ofício de coser e bordar” (SILVA, 1997, p. 13). O que parecia um progresso no ensino da mulher foi apenas uma extensão da educação da mulher para ser esposa e mãe e ter conhecimentos mínimos para educar os filhos.

Foi somente no século XIX, após a Independência, que o ensino, pelo menos em nível de projetos e das leis, tornou-se gratuito e extensivo a todos, inclusive às mulheres — que até então só tinham acesso à educação religiosa.

Embora pela lei o ensino primário tivesse sido considerado gratuito e universal, na verdade o acesso a ele era muito limitado. Assim, a maioria das mulheres, com exceção das de elite e talvez dos poucos estratos ascendentes urbanos, não teve de fato muito acesso à escolaridade nesse período.

Segundo NOVAES (1991) em meados do século XIX foram fundadas as primeiras instituições destinadas a preparar os professores para a prática docente. As chamadas escolas normais, embora a princípio atendessem a ambos os sexos, o que era inovador nesta época, passou a apresentar freqüência predominantemente feminina, e este passa a ser visto como ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade, para a mulher.

Percebe-se que alocar às mulheres a responsabilidade educativa das crianças sempre foi uma proposta defendida vigorosamente nos meios políticos e intelectuais brasileiros, por meio de uma mentalidade forjada nos moldes da herança cultural portuguesa.

Esse era o tipo de mentalidade contra a qual as mulheres tinham de lutar ou conformar-se para viver em sociedade. Mentalidades vindas de meios intelectuais esclarecidos e aceitas como máximas de verdade e bom senso.

No final do século XIX, a Escola Normal cumpria as funções de dar formação profissional, aumentar a instrução e formar boas mães e donas-de-casa.Começa, também, nessa época e no início desse século, a discussão sobre a co-educação entre os sexos, que passa a ser admitida somente a título de experiência, para alunos de idade inferior a dez anos, dando preferência à mulher para reger tais classes.

Situa-se aí a extrema ambigüidade da posição feminina: entre a condição desejável e a possível de se obter. O magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir esse equilíbrio. Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. O doar-se com nobreza e resignação, qualidade inerente às mulheres, era premissa com a qual também se afinavam profissões como enfermeira ou parteira.

Na concepção que vigorou no mundo civilizado ao longo dos séculos, a culminância da existência feminina sempre se resumiu em amar, ser amada e cultivar-se para a vida em sociedade.

Todavia, sem deixar de ser missão ou apostolado, as mulheres começam a trabalhar como professoras. As escolas normais passam a ser as mais procuradas por elas e a profissão de professora se apresenta como atividade adequada para mulheres. Justifica-se pelos traços de personalidade, instinto maternal, habilidade, amor, carinho, docilidade, compreensão, paciência, abnegação. Neste sentido BRUSCHINI; AMADO (1988, p. 7) contribuem ressaltando que ligado à idéia de que a pessoa tem aptidões e tendências inatas para certas ocupações, “o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente. Por esta ideologia, acreditava-se escolher estas ocupações, acreditando ser por vocação.”

No Brasil, pode-se mesmo dizer que desde o século passado o Magistério é considerado profissão feminina por excelência, devido à influência de correntes de pensamento aqui defendidas que consideram a mulher “biologicamente” dotada para funções de socialização das crianças, incluindo aí o ensino nas escolas elementares tidas como extensão do lar. Esta associação era reforçada pelos baixos salários a ponto de ser desonroso e humilhante para os homens o exercício da profissão de professor de primeiro grau (SAFFIOTI, 1976; BARRETO, 1981, *apud* ALMEIDA, 1998, p. 283).

Além de preparadas "biologicamente" para as funções de educar, as mulheres, ingressando no magistério, tinham, como se observou anteriormente, sua sexualidade controlada de forma velada, ficando protegidas do contato com o sexo oposto e resguardadas, igualmente, dos perigos pertinentes ao mundo exterior. Desta forma eram mantidos os princípios conservadores ditados pela moral vigente e difundidos pela Igreja.

Dessa maneira, a mulher, dotada biologicamente como capaz de socializar as crianças, como parte de suas funções maternas, é naturalmente qualificada para reproduzir em cada cidadão os ideais dessa sociedade, pois, segundo SFORNI (1996, p. 23) "a mulher – mãe e esposa — era considerada menos racional e mais afetiva". Ou seja, não havia preocupação com a valorização do trabalho no magistério, pois a intelectualidade não é o requisito básico exigido para o desempenho da função docente, mas sim as qualidades maternas, como sensibilidade, devotamento, abnegação. Portanto, segundo SILVA (1997, p. 38), "ensinar sempre foi o ofício às mulheres já que é da própria natureza dela transmitir o sentido da vida (trazer à luz) e da morte (chorar os mortos). A profissão de professora tinha então o sentido de apostolado, missão. Idéia que perdurou e ainda está presente na educação brasileira."

Referências Bibliográficas

CASNABET, C.M.- A Mulher no pensamento filosófico do século XVIII - in DUBY, G. & PERROT, M. (org.) - História das Mulheres - do Renascimento à Idade Moderna - Porto:Editora Afrontamento, 1991, volume 03, p. 366-407.

DESAIVE, J. P.- As Ambigüidades do Discurso Literário - in DUBY, G. & PERROT, M. (org.) - **História das Mulheres - do Renascimento à Idade Moderna -** Porto:Editora Afrontamento, 1991, volume 03, p. 301-339.

FUGIER, MARTIN, A . - Os Ritos da vida privada burguesa - in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) - **História da Vida Privada - da Revolução Francesa a Primeira Guerra -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p.193-262.

GÉLIS, J. - A Individualização da Criança - in ARIÈS, P. & CHARTIE, R. (org.) - **História da Vida Privada - da Renascença ao Século das Luzer -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 03, p. 311-330.

HALL, C. - Sweet Home - in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) - **História da Vida Privada - da Revolução Francesa a Primeira Guerra -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p. 53-93.

HOBSBAWN, E. - **A Era das Revoluções 1789-1848 -** 10o ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996a

HOBSBAWN, E. - **A Era do Capital 1848-1875 -**5o ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.

HUNT, L - Revolução Francesa e Vida Privada - in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) - **História da Vida Privada - da Revolução Francesa a Primeira Guerra -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p. 21-52.

MICHAUD, S. - A Mulher - in FURET, F. (org.) - **O Homem Romântico -** Lisboa: Editorial Presença, 1999, p.87-116.

PERROT, M. - A Família Triunfante - in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) - **História da Vida Privada - da Revolução Francesa a Primeira Guerra -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991 a, volume 04, p. 93-104.

PERROT, M. - Figuras e Papéis - in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) - **História da Vida Privada - da Revolução Francesa a Primeira Guerra -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991 c, volume 04, p. 121-186.

PERROT, M. - Funções da Família - in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) - **História da Vida Privada - da Revolução Francesa a Primeira Guerra -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991 b, volume 04, p. 105-120.

PERROT, M. - Outrora, em outro lugar - in DUBY, G. & ARIÈS, P. (org.) - **História da Vida Privada - da Revolução Francesa a Primeira Guerra -** 5º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991, volume 04, p. 17-20.

PESTALOZZI, J. - **Cartas sobre Educación Infantil -** (Traducción de José M. Q. Cabanas) - Madrid: Editorial Tecnos, 1988.

PESTALOZZI, J. - **Leonard and Gertrude -** (Translated and abriged by Eva Channing) - Boston: J. S. Cushing & Co., 1885.

ENSINAR E APRENDER SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A RESISTÊNCIA DOS CONHECIMENTOS COTIDIANOS DIANTE DOS CONHECIMENTOS ESCOLARES

Adriana Rodrigues da Silva[1] - UCDB

Conhecer os fatos históricos e construir um conhecimento histórico próprio na escola se faz necessário para que o estudante se perceba como sujeito que é produto, ao mesmo tempo em que também produz e quiçá transforma a realidade social em que vive. Mas para que os alunos sejam capazes de construir esse conhecimento no processo ensino-aprendizagem torna-se primordial para o professor compreender que "o aluno já sabe" pois é a partir do que já conhece que o aluno vai procurar compreender novas situações. Como bem elucida Ausubel[2] ao propor sua Teoria da Aprendizagem Significativa "... o fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe; descubra isso e ensine-o de acordo"[3].

Nesse sentido acreditamos existir uma estreita relação entre a teoria proposta por Ausubel[4] e os estudos de Vygotsky[5], "o que o aluno já sabe" pode ser expresso pelas duas classes do pensamento verbal: **os conceitos cotidianos e os conceitos verdadeiros ou científicos.** Ambos mantêm uma relação de coexistência e influem-se mutuamente, embora em alguns momentos uns sirvam de estrutura para os outros. Os **conceitos cotidianos** são formados por meio da atividade prática do indivíduo e na interação social por essa razão são baseados em dados empíricos. A principal característica dos **conceitos científicos ou verdadeiros** é que eles implicam uma relação de generalizações, que são hierarquizadas e inter-relacionadas, uma relação de palavras, conceitos e significados. Já

> Os conceitos cotidianos dizem respeito às relações das palavras com os objetos a que se referem; os científicos, às relações das palavras com outras palavras. Daí porque os primeiros implicam focalizar a atenção no objeto e os segundos no próprio ato de pensar, na medida em que as conexões entre conceitos são relações de generalidade[6].

Ainda sobre os **conceitos científicos** Vygotsky[7] afirma que na maioria das vezes eles são adquiridos na escola por meio do ensino formal. Nesse sentido "a troca de significados" entre professores e alunos poderia ser compreendida como o encontro entre os co-

nhecimentos cotidianos dos alunos e os conhecimentos científicos ensinado pelos professores.

Não que o conhecimento da ciência vá substituir o conhecimento cotidiano do aluno, por ser mais válido e verdadeiro, ele será um componente que vai incrementar o que cotidianamente já era conhecido pelo aluno de modo que ele agora possa interpretar a realidade em que vive com elementos da ciência e de seu conhecimento cotidiano, por meio de uma cultura científica escolar (Arnay[8]). Especialmente nesta disciplina que como propõe os deveria ser uma importante aliada na construção da identidade dos alunos enquanto como cidadãos brasileiros além de oferecer elementos para que estes interpretem de forma crítica a realidade na qual estão inseridos.

Assim objetivamos evidenciar nesta pesquisa como os alunos entrevistados, por meio de uma prova clinica, conseguiam explicar a Independência do Brasil. Em nossas indagações procuramos evidenciar os atributos básicos deste conceito, ou seja, o que significou a independência do Brasil naquele espaço e tempo histórico, pretendíamos dessa forma levantar se estes alunos conseguiam descrever o que significou para o Brasil ser um país independente, e quais as mudanças ou permanências puderam ser percebidas após a Proclamação da Independência.

Para atingir estes objetivos entrevistamos dez alunos escolhidos aleatoriamente, cinco deles cursando a quarta série do ensino fundamental e outros cinco a oitava série do ensino fundamental, ambos da rede pública de ensino, o único critério era que estes estudantes tivessem em algum momento da vida escolar estudado sobre a Independência do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vygotsky[9] atribui fundamental importância à linguagem no processo de desenvolvimento da cognição humana, esta troca de significados que ocorre entre os grupos sociais é segundo ele indispensável para o desenvolvimento do pensamento.

Moreira[10] afirma que nesse ponto há muito sentido em falar de aprendizagem significativa numa perspectiva vygotskyana, em sua opinião os significados que os sujeitos atribu-

em às novas informações requerem uma troca de significados, uma "negociação" de significados, tipicamente vygotskyana[11].

Diante destas afirmações propusemos a primeira pergunta aos sujeitos: "O que é ser independente?" Pois gostaríamos de identificar qual o significado atribuído a por eles a esta palavra e como havia acontecido esta troca entre os significados de um lado os conceitos espontâneos ou cotidianos dos alunos e de outro os conceitos da escola ao longo do ensino fundamental. Pretendíamos ainda identificar se os entrevistados conseguiam conceituar uma pessoa independente e um país independente e se atribuíam diferenças conceituais para um e outro, pois uma vez que estávamos trabalhando com o conceito de Independência do Brasil, esta seria o primeiro atributo do conceito a ser elucidado pelos os alunos.

Ao fazer a primeira pergunta: O que é ser independente, todos os dez entrevistados começaram respondendo o que significa para uma pessoa ser independente como podemos constatar na Tabela 1.

Tabela 1 – O que significa ser independente (pessoa)

	4ª	8ª	Total
Não depender/ precisar financeiramente de alguém	3	3	6
Ser bom	1	0	1
Ter liberdade para tomar suas decisões	0	2	2
Ser vítima de preconceito	1	0	1
TOTAL	5	5	10

Nos argumentos dos sujeitos se destaca o critério não dependência econômica, a seguir a liberdade para tomar suas próprias decisões. Existem ainda dois argumentos que demonstram que o significado da palavra independência pode estar comprometido, pois para um dos alunos independência é sinônimo de bondade e para outro é o mesmo que preconceito.

Porém apenas seis sujeitos foram capazes de explicar o que é ser um país independente, destes dois alunos eram da quarta série e quatro da oitava. Este resultado nos levou a pensar que esta diferença de resultados poderia ser reflexo do contato dos alunos com o conhecimento escolar.

Tabela 1a – O que significa ser independente (país)

	4ª	8ª	TOTAL

Extensão de critérios	Não precisar de ajudas financeiras de outros países	2	3	5
Critérios Novos	Exportar	0	1	1
	Gerar riquezas que fiquem no país	1	1	2
	Não ser Colônia	0	1	1
TOTAL		3	6	9

Nos argumentos para país independente é clara a extensão de um dos critérios (não dependência financeira) que estava sendo para pessoa independente, na maior parte dos argumentos consta que país independente é aquele que não precisa de ajuda financeira de outro país. Mas os sujeitos apresentam novos critérios, com freqüência maior em alunos da oitava série, como gerar riquezas que fiquem no país, não ser colônia e exportar.

Estes resultados nos levam a refletir sobre esta troca de significados entre conhecimento escolar e conhecimento cotidiano dos alunos, ou seja, o que significa na vida cotidiana das pessoas ser independente, conhecimento prévio dos alunos, e o que significou/ significa ser independente para o Brasil ou para outro país ser independente naquele momento histórico, conhecimento escolar, o que detectamos é que a maior parte dos alunos mantém seus critérios cotidianos ou simplesmente não responde a questão e mesmo os que citam novos critérios os apresentam em alguns casos pontuais ou acompanhados do argumento não dependência de outros países, o que pode ser evidenciado nos depoimentos a seguir:

> *Independente para mim é não ficar dependendo dos outros para comprar roupas, sapatos...Para um país? Não depender do outro país de pedir coisa emprestada para o outro país, e o que gera aqui não ir pra lá também... Como assim... Gerar alguma coisa aqui e ir para outro país. (S7 – 4a série)*

> *Pra mim, ser independente é você fazer a sua vida e cuidar dela bem, não depender mais dos seus pais ou de alguém que fique te auxiliando, você saber perguntar, você saber fazer as coisas que seus pais ensinaram. Morar fora de casa...Para um país? Não precisar contar com a ajuda de outros países, sua economia ser forte o bastante para você ser independente de outros países, não ter ajuda financeira de outros países. (S5 – 8a série)*

Ao meu ver os argumentos podem ser sintetizados da seguinte forma: <u>independente é o contrário de dependente – logo quem depende de alguma forma de alguém ou de algum país não pode ser considerado independente.</u> Na lógica dos entrevistados não há sentido falar em Independência do Brasil, já que de acordo com seus critérios de independência, o Brasil não é um país independente já que o mesmo precisa financeiramente de outros países. O que pode ser confirmado na questão: **Você acha que o Brasil depois da indepen-**

dência não dependeu de mais nenhum país? Dos alunos que a responderam (sete), apenas um disse que o Brasil depois da proclamação se tornou independente, os demais todos consideram que o Brasil continua sendo um país dependente.

Ao refletirmos sobre o processo ensino aprendizagem na disciplina de história consideramos ser essencial para o professor conhecer quais são os conhecimentos cotidianos dos alunos, pois será a partir deles que eles vão buscar entender o conhecimento proposto pela escola. Ao se ensinar sobre a Independência do Brasil há que se pensar em formas que possibilitem ao aluno a diferenciação, uma vez que ser um país independente é diferente de ser uma pessoa independente, e que se o se a independência política do Brasil foi proclamada em 1822 a independência econômica ainda não foi completamente conquistada até os dias atuais, e em segundo lugar que se pensarmos na ordem econômica mundial todos os países dependem uns dos outros em maior ou menor grau, por exemplo, porque precisam de mercado consumidor para suas exportações. Ou seja, a independência econômica pode ser um fator, mas não o único que determina a Independência de um país.

É importante possibilitar aos alunos elementos que o permitam identificar o que significou ao longo dos anos, ou em determinados momentos históricos, ser um país ou uma pessoa independente? Pois como afirmam Carretero e Limóm[12]

> os conceitos históricos são "mutantes" e esta característica temporal dos significados se torna muito complexa para o entendimento dos alunos, assim "o que parece mais adequado para evitar *misconceptions* e conceitos semicorretos e fragmentos, seria "ancorar"os novos conceitos naqueles que o aluno já conhece e domina"[13].

Na tentativa de uma maior aproximação da compreensão dos alunos sobre a Independência do Brasil os questionamos sobre se houveram e quais foram as mudanças na vida das pessoas após a Independência. Para a maioria dos alunos entrevistados a independência trouxe mudanças para a vida das pessoas, apenas dois deles acreditam que a vida das pessoas continuou a mesma e ainda um aluno não respondeu. O que pode ser detectado na Tabela 2.

Tabela 2 – Houve mudanças na vida das pessoas após a Independência?

	4ª	8ª	TOTAL
Houve mudanças na vida das pessoas após a independência	4	3	7

Não houve mudanças na vida das pessoas após a independência	0	2	2
Não sabe/ Não respondeu	1	0	1
TOTAL	5	5	10

Ao argumentarem sobre quais as mudanças foram desencadeadas pela independência (Tabela 2a) os sujeitos afirmam que ela acarretou melhores condições de vida para a população, afirmam ainda que foi o fim da escravidão dos índios e dos negros, que os impostos foram menores porque agora eram pagos direto no Brasil em outros argumentos os entrevistados dizem que os portugueses foram embora e os índios sumiram depois da independência.

Tabela 2a – O que mudou na vida das pessoas após a Independência

		4ª	8ª	TOTAL
Houve mudanças na vida das pessoas após a independência	Índios ou portugueses deixaram de existir, ou porque mudaram, morreram ou simplesmente sumiram	1	1	2
	Fim da escravidão dos negros	2	0	2
	Melhores condições de vida/ Empregos	0	2	2
	Diminuição dos impostos – pagos direto ao Brasil	0	1	1
	Fim da escravidão dos índios	1	0	1
TOTAL				

Com relação às mudanças sociais que ocorreram após a proclamação da independência os argumentos dos alunos, independente da série, demonstram um certo "presentismo" como afirma Carretero[14], ou seja, eles compreendem a independência de acordo com seus valores que são resultado do momento histórico atual e não daquele período da história, para eles a independência do Brasil trouxe benefícios para a vida de todos os habitantes do país, em sua opinião a independência do Brasil deve necessariamente significar a independência dos brasileiros. Mas do ponto de vista deste fato histórico a independência não mudou substancialmente a organização econômica e social do país, permaneceu a escravidão e os grandes proprietários continuaram com suas terras.

Esta situação deve ser constantemente pensada pelos professores desta disciplina, pois a todo o momento os alunos se chocam com informações de fatos históricos que normalmente contradizem suas formas de pensar, se como afirma Pozo[15] aprendemos a partir do que sabemos, ou nas palavras de Ausubel[16] são a partir de nossos subsunçores que en-

xergamos e apreendemos o mundo e também os conhecimentos escolares não basta em uma aula expositiva dizer que a independência não mudou a vida das pessoas, certamente os alunos devem ter ouvido isto, não se trata também de descartar o valor da narrativa no ensino desta disciplina, mas se a nova informação não for potencialmente significativa ou se o desequilíbrio gerado pelo novo conceito for maior do que a estrutura cognitiva dos alunos o que irá permanecer serão os conceitos cotidianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprender e ensinar História não se resume a decorar datas, fatos e heróis, nem tampouco é mais fácil que ensinar matemática, por exemplo, os conhecimentos propostos por esta ciência são de uma complexidade peculiar que exige um nível de abstração que outras ciências não exigem. O que podemos concluir a partir da nossa pesquisa é que identificar e compreender os conhecimentos prévios dos alunos adquire uma importância fundamental no ensino da história como disciplina escolar, pois é por meio deles que os alunos tomam contato e formam os conceitos ensinados e a resistência à transformação é tão grande que sem um ensino que vise à aprendizagem significativa esta tarefa estará fadada ao fracasso.

Também é de extrema importância refletir e pesquisar, já que as pesquisas nesta área são escassas, sobre como a natureza dos conhecimentos históricos mantém contato com a estrutura cognitiva do aluno e da complexidade deste encontro. Em nosso estudo pudemos compreender que um assunto que poderia ser encarado como trivial como a Independência do Brasil envolvem diversos outros conceitos cotidianos dos alunos, como o que significa para as pessoas no nível do senso comum ser independente, e tantas outras contradições que tornam muito complexa a sua compreensão. Para tentar entender a independência do Brasil os alunos se valem de seus conhecimentos cotidianos sobre o que é ser independente acredito estar aí o ponto-chave para que se ensine de forma a garantir uma aprendizagem significativa deste conceito.

O que pudemos perceber é que o conhecimento da escola não conseguiu transformar ou ao menos incrementar o conhecimento cotidiano do aluno o que aponta a urgência de se repensar a relação ensino aprendizagem que vem sendo privilegiada em nossas esco-

las, bem como a formação inicial e continuada dos professores para ensinar a disciplina de História.

---

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, bolsista CAPES/PROSUP/PAPED.

[2] MOREIRA, M.A. A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel. In: Moreira, M.A. **Teorias de Aprendizagem.** São Paulo: EPU, 1999.

[3] Ibid p. 163.

[4] Ibid.

[5] VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

[6] TUNES, E. Os conceitos científicos e o desenvolvimento do pensamento verbal**. Caderno Cedes**, ano XX, nº 35, julho 2000. p.36-49.

[7] Op. Cit.

[8] Arnay, J. Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escola: rumo a uma cultura científica. In: Rodrigo, M. J. e Arnay, J. **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança.** São Paulo: Editora Ática, 1998.

[9] Op. Cit.

[10] MOREIRA, M.A. Aprendizagem Significativa: um conceito subjacente. **Actas** Encuentro internacional sobre el aprendizaje significativo. Burgos, Espanha, 1997, p. 17-44.

[11] Ibid. p.27.

[12] CARRETERO, M. e LIMÓN, M. Construção do conhecimento das ciências sociais e da história. In: CARRETERO, M. **Construir e ensinar as ciências sociais e a história.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

[13] Ibid. p. 35

[14] CARRETERO, M. Perspectivas disciplinares, cognitivas e didáticas no ensino das Ciências Sociais e da História. In: CARRETERO, M. Construir **e ensinar as ciências sociais e a história.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

[15] POZO, J.I. A aprendizagem e o ensino de fatos e conceitos. In: COLL, C.; POZO, J.I.; SARABIA, B. e VALLS, E. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.** Porto Alegre: Artes Médica, 1998.

[16] MOREIRA, M.A. A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel. In: Moreira, M.A. **Teorias de Aprendizagem.** São Paulo: EPU, 1999.

FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E CIDADE: O ACERVO DAS FOTOGRAFIAS URBANAS DE MILITÃO AUGUSTO DE AZEVEDO DA BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE

ADRIANE ACOSTA BALDIN – PPG-PUCCAMP

Ao pensar na história da cidade de São Paulo, vem à mente as imagens produzidas pelas lentes de Militão Augusto de Azevedo. Fotógrafo carioca que deixou uma documentação iconográfica de valor inestimável para desvendar a história da cidade, na segunda metade do século XIX.

Militão Augusto de Azevedo inicia a sua atividade fotográfica ainda na cidade do Rio de Janeiro. Desenvolve, na mesma época, a atividade de ator.

Segundo dados de familiares do fotógrafo, mudou-se para São Paulo entre 1860 – 1862, já viúvo, juntamente com sua mãe e seu filho único Luiz Gonzaga. [1]

Inicia a sua atividade de retratista no estúdio Carneiro & Gaspar e vem a adquiri-lo em 1875 passando a denominá-lo Photografia Americana.

De 1862 a 1887, Militão Augusto de Azevedo registrou a cidade de São Paulo e sua gente por meio de um volume impressionante de fotografias, 12.000 retratos, num período em que a cidade contava com uma população de aproximadamente 30.000 habitantes.

Fotografou celebridades como Castro Alves, Rui Barbosa e o próprio Dom Pedro II, mas também não deixou de registrar em suas lentes a gente do povo, trabalhadores e escravos.

Hoje, o acervo do fotógrafo encontra-se bastante espalhado em diversas instituições públicas e particulares bem como nas mãos de colecionadores.

Devido à relevância da obra de Militão Augusto de Azevedo é oportuno a análise, o recolhimento, o processamento e o arquivamento do acervo de forma a facilitar o acesso à pesquisa.

A totalidade das imagens da coleção de Militão Augusto de Azevedo, que se encontra na biblioteca Mário de Andrade, está organizada em álbuns fotográficos. Entre eles destacam-se dois que foram montados pelo próprio fotógrafo, *o Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo 1862-1887,* onde ele registra cenas urbanas nos anos de 1862 e,

posteriormente, nos de 1887. Este álbum tem um valor histórico e documental para São Paulo como poucos documentos iconográficos do século XIX.

Encontra-se também na Biblioteca Mário de Andrade outro álbum feito por Militão onde fotografa a cidade em meados dos anos sessenta, *Cidade de São Paulo 1862-1863.* O objetivo do fotógrafo, com a feitura deste álbum, era a comercialização para os alunos da faculdade de direito do Largo São Francisco. Porém, os esforços do fotógrafo foram em vão, o álbum *Cidade de São Paulo 1862-1863* foi um fracasso de vendas.

As demais fotografias do acervo da Biblioteca Mario de Andrade encontram-se em álbuns que foram feitos posteriormente à morte do fotógrafo e na sua maioria são reproduções das coleções citadas acima.

Sabemos que entre as décadas de 60 e 80, período dos registros fotográficos de Militão em análise, a cidade de São Paulo foi objeto de obras de engenharia civil e arquitetura, sobretudo relacionadas às preocupações com a higiene urbana, como por exemplo: matadouros, curtumes, hospitais e cemitérios. Todavia, como o intuito de Militão era construir um material para venda e divulgação junto aos alunos da faculdade de direito, seus registros voltam-se para o casario urbano, para as vistas panorâmicas, os diversos complexos construtivos ligados às ordens religiosas (igrejas e conventos), enfim, tudo o que o fotógrafo considerava relevante para marcar a evolução urbana da cidade.

Em seu *Álbum Comparativo*, o fotógrafo mostra uma São Paulo que está em plena evolução. A idéia do progresso urbano associado ao crescimento da cidade é patente.

Militão, como um homem de seu tempo, utilizou a fotografia para registrar essas conquistas dos homens sobre o espaço físico. A linguagem fotográfica contribuiu muito para reforçar a idéia de “tempo linear e sucessivo”, comum aquele século, e tornou-se o meio de registro desta evolução.

Nesse contexto, os progressos da ciência, em que se incluíam os processos fotográficos, eram irreversíveis e considerados positivos.

O progresso contínuo era conseqüência da acumulação de riqueza e do avanço dos conhecimentos intelectuais, gerando portanto, a própria evolução da humanidade.

Na segunda metade do século XIX, especialmente na Europa, as cidades sofreram mudanças radicais em suas estruturas urbanas. Para abarcar um contingente crescente de pessoas que encontraram nos centros urbanos novas oportunidades de vida e de trabalho, as cidades cresciam em proporções assustadoras. O ritmo do mundo acelerava-se. E nada melhor, para registrar esse frenesi, do que as imagens fiéis das câmaras fotográficas.

Pouco a pouco, a fotografia firmou-se como mais uma manifestação artística. Impunha um novo conceito, que gradativamente foi conquistando um lugar privilegiado nas representações visuais da sociedade moderna.

No século XX a fotografia foi amplamente utilizada como suporte para a pesquisa histórica, uma espécie de documentação de segunda categoria.

Hoje a fotografia assume o papel documental que lhe cabe. Geradora de nova fonte de conhecimento, muito precisa de uma determinada época ou local, nos propicia subsídios riquíssimos de pesquisa.

A imagem fotográfica é fonte de pesquisa interdisciplinar e o fotógrafo é o sujeito social imbuído destes registros.

A noção de imagem como equivalente de uma realidade sensível, passível de ser apreendida pelos sentidos, reduz o material iconográfico a uma documentação periférica, de segunda classe, de natureza passiva, já que entendida como imagem especular daquilo que estava constituído à sua revelia. Por muito tempo, este foi o tratamento dispensado à fotografia. Seu papel restringia-se, no máximo a corroborar informações verbais, ilustrando textos de história ou arquitetura[2].

A obra fotográfica de Militão foi muitíssimo utilizada até metade do século XX sem lhe ser dado os créditos das imagens, reforçando a lamentável tradição do desprezo conferido ao material fotográfico. Afonso Taunay, especialista em iconografia paulistana, foi o pioneiro na identificação de suas imagens, em 1930.

Se a discussão no século dezenove girava em torno do valor artístico conferido à fotografia, no vinte a questão foi o desprezo do material fotográfico como documento histórico em si.

Tentaremos analisar brevemente em que momento a obra de Militão Augusto de Azevedo se insere neste processo e qual a sua contribuição para os registros históricos da cidade de São Paulo.

Militão fotografou São Paulo ainda embrionária, justamente neste período que foi um divisor de águas na evolução da cidade.

Sabe-se que São Paulo sofrerá profundas modificações em decorrência do café e do surgimento da estrada de ferro em 1867.

Até o advento da ferrovia, São Paulo era uma cidade de barro... De barro eram as "altas torres", as casas térreas, sobrados e... a cadeia. De terra, as ruas sem calçamento e de "barro pisado" o piso do Largo do Palácio, presumivelmente o melhor da cidade. Esta última técnica consistia em apiloar argila misturada com seixos rolados obtidos em rios.[3]

São Paulo vai mudando paulatinamente, a taipa de pilão começa a ser considerada obsoleta em relação à resistência, beleza e praticidade do tijolo, porém continua a ser utilizada no interior paulista até início do século XX.

Os fazendeiros que se enriqueciam com o café vinham se fixar em São Paulo, a capital da província que centralizava todas as principais atividades comerciais e apresentava clima bem mais ameno que o do interior e da cidade de Santos.

Muitas famílias de fazendeiros que mantinham a fazenda e uma casa na capital da província traziam divisas para a cidade.

As próprias edificações, que antes eram feitas com a rude taipa de pilão, ganhavam versão mais atualizada de tijolo e alguma feição européia. Este esforço tenaz feito por alguns administradores públicos, como Antônio Prado, era para eliminar para sempre o que eles chamavam de caráter caipira da cidade.

Soma-se a isso, a imigração maciça que a cidade vai sofrer de diferentes povos europeus, trazendo toda a bagagem cultural de seus países de origem.

A fisionomia da cidade não fica muita bem definida a partir daí, pois começa neste período um crescimento urbano e demográfico significativo.

Dentro deste contexto, a produção fotográfica de Militão Augusto de Azevedo lança luzes no cenário histórico e sua excelência está no conteúdo diversificado de sua obra.

O volume de sua produção e as condições em que foi conservada acentua o seu valor documental.

A obra fotográfica de Militão é sem dúvida o principal documento iconográfico da cidade de São Paulo no século XIX, fonte muito rica de informações em diversas áreas do conhecimento.

Para efeito de análise, vamos utilizar apenas uma das centenas de imagens urbanas que Militão produziu da cidade de São Paulo. Na fotografia que fez em 1862 do Paredão do Piques (ver figura1), é possível perceber as inúmeras informações contidas na imagem e processá-las de tal forma, que seja possível uma análise do período através deste registro iconográfico.

Cidade de São Paulo – vista tirada do Paredão do Piques. Militão Augusto de Azevedo, 1862.

O Paredão do Piques localizava-se do lado sul da cidade e era um dos locais mais movimentados, daí partiam duas das mais importantes estradas (ver figura 2): o caminho

para Sorocaba que ligava São Paulo ao sul e a estrada de Campinas de onde vinha a produção do café, a fonte de riqueza econômica da época.

Paredão do Piques. Militão Augusto de Azevedo, 1862.

Na confluência das duas ladeiras podemos ver o chafariz onde os habitantes da cidade, tropeiros e os animais das tropas que desciam para Santos se abasteciam.

Apesar do intenso uso do chafariz pela população, Pires da Mota, então presidente da Província, declara em um dos seus relatórios apresentado à Assembléia Legislativa, em 1863:

O encanamento existente que conduz água aos chafarizes desta cidade é defeituosíssimo e em razão de pouca capacidade dos tubos incapaz de fornecer água necessária ao consumo dos habitantes.[4]

Pelas fotos é possível verificar que a região era bastante urbanizada, fruto do comércio de escravos e do fluxo de mercadorias e produtos. Não havia nenhum tratamento paisagístico, nem mesmo árvores nas calçadas. O verde ficava restrito aos quintais no fundo das casas, onde eram cultivadas hortaliças e árvores frutíferas.

A Pirâmide do Piques foi entregue à cidade em 17 de outubro de 1814 pelo engenheiro Pedro Muller. Hoje se chama Largo da Memória e está situado ao lado da Estação Anhangabaú do Metrô.

1 Depoimento da bisneta de Militão Augusto de Azevedo, Raquel Azevedo
2 CARVALHO,Vânia, LIMA, Solange Ferraz de, Fotografia e Cidade, pág. 54
3 TOLEDO, Benedito Lima de, Três cidades em um século,pág.56
4 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da província , 2 de fevereiro de 1863.

As outras vozes da "Lusofonia": a CPLP na perspectiva dos Países Africanos de Língua Portuguesa e do Timor-Leste.

Adriano de Freixo - UFRJ/UniBennett

Em julho de 1996, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países que então adotavam o português como idioma oficial, reunidos na Cidade de Lisboa, criaram oficialmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, aprovando a Declaração Constitutiva e os Estatutos da nova organização. Esta organização internacional formada, inicialmente, por Portugal, Brasil e pelos cinco Estados Africanos de Língua Portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe) – que foi ampliada em 2002, com a adesão oficial do Timor-Leste - tem, nos termos de seus estatutos, o papel de ser "o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros", tendo dentre os seus objetivos centrais a busca da articulação entre seus Estados-membros nas relações internacionais e a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo[1].

A Comunidade tem como atores principais o Brasil e, principalmente, Portugal, e é em torno dos interesses deste atores que ela tem se estruturado. No entanto, a presença na CPLP dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Timor-Leste faz com que a agenda da Comunidade também tenha que atender às suas demandas e às suas expectativas. Neste sentido, avaliamos que um dos fatores que tem contribuído para a não-consolidação da CPLP como um organismo internacional de relativa importância é justamente a sua impossibilidade de responder de forma concreta a estas questões.

Ao analisarmos as perspectivas dos PALOP em relação à CPLP, devemos levar em consideração a existência de algumas dificuldades bastante claras para a sua participação efetiva no processo de construção da Comunidade. Em primeiro lugar, deve-se considerar que algumas feridas do período do colonialismo ainda não se encontram completamente fechadas entre os povos africanos e por causa disto a CPLP é encarada com certa desconfiança por setores das sociedades desses países, que vêem nela uma espécie de

"Império Colonial Português revisitado" e encaram o discurso da lusofonia como uma releitura do velho luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, que serviu de base ideológica para a dominação colonial portuguesa durante o Estado Novo Salazarista. Além disto, estes países enfrentam sérias questões internas decorrentes de longas guerras civis, crises políticas, problemas econômicos crônicos e enormes desigualdades sociais.

Assim, é bastante claro que o principal interesse dos PALOP é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam buscar o desenvolvimento econômico e a resolução de seus graves problemas sociais. Neste aspecto, a participação na CPLP não apresenta nenhum atrativo especial para estes países, visto que o seu principal ator – Portugal – tem uma capacidade de investimento bastante reduzida se comparada com a de outros países da União Européia ou com os EUA, de quem os PALOP têm se aproximado em busca de parcerias estratégicas. É neste contexto que devemos entender o movimento de ingresso de Moçambique na *British Commonwealth,* em 1995, e de aproximação, inclusive do ponto de vista cultural, da Guiné-Bissau em relação à África Francófona. Assim, como assinala Boaventura de Souza Santos, a integração à Europa - concretizada nos anos 70 e 80 do século XX – criou na sociedade portuguesa uma ilusão bastante crível de que o ingresso do país em uma Comunidade de Estados (a União Européia), que se constitui em uma das regiões centrais do sistema mundial, transformaria Portugal em um Estado central.[2] No entanto, as próprias características das estruturas internas da sociedade portuguesa impedem que esta promoção ao centro se efetive de fato, o que faz com que a realidade concreta seja bastante distante das pretensões do Estado Português. Por outro lado, o outro grande ator da Comunidade – o Brasil – não a tem como prioridade, além de também não possuir grandes condições de investir na África, como desejam e necessitam os PALOP. Desta maneira, o Brasil tem adotado uma política de investimentos seletivos na região, através do estabelecimento de parcerias pontuais, motivados por interesses econômicos ou políticos - como a recente busca por apoio para a obtenção de um assento permanente no conselho de segurança da ONU – dos quais pode se citar a liberação de U$ 650 mil para programas de cooperação econômica e social com São Tomé e Príncipe, durante a quinta

Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da CPLP realizada naquele país, em julho de 2004. Assim, a esperança de consolidação da CPLP pelo viés econômico, expressa em documentos oficiais de Estados-membros da Comunidade[3] parece estar longe de se concretizar.

Outros aspectos que devem ser levados em conta são aqueles que envolvem questões identitárias e culturais bastante importantes como, por exemplo, o fato de que em boa parte dos PALOP a Língua Portuguesa é menos falada do que os dialetos "crioulos" ou de origem africana – só em Moçambique existem mais de 30 dialetos e o português é a língua materna de somente 5% da população. Além disso, a aproximação econômica com países de outras esferas lingüísticas – como por exemplo Moçambique em relação ao mundo anglófono ou Guiné-Bissau e Cabo Verde com o francófono – faz com que a língua portuguesa venha perdendo espaço nesses países.

Assim, se consideramos a língua um elemento de fundamental importância para a construção de identidades nacionais vemos que em boa parte dos PALOP esta idéia não pode ser aplicada. No entanto, não se pode negar que entre alguns setores da elite africana a idéia da língua portuguesa como elemento de identidade e unidade nacionais tem uma certa repercussão, como pode se notar em um trabalho acadêmico de um diplomata angolano, que ocupa uma posição de destaque na hierarquia do MPLA, partido hegemônico em Angola:

> *A percepção geral nos cinco Estados Africanos de Língua Portuguesa sobre a CPLP é a seguinte:*
> *a) a língua portuguesa constitui um instrumento de integração e de unidade nacional, de afirmação de identidade cultural e da independência nacional;*
> *b) a língua portuguesa constitui o veículo principal para a afirmação, aquisição de conhecimentos e de comunicação com o mundo exterior.*[4]

Isto nos remete à discussão das dificuldades do processo de construção da idéia de nação nos países lusófonos da África, com exceção, talvez, de Cabo Verde onde esta

questão, pelas próprias características históricas da colonização das ilhas, parece estar solucionada, como se depreende do comentário de um conhecido intelectual cabo-verdiano, Germano de Almeida, ao afirmar que "em Cabo Verde não padecemos dessa questão de identidade (...) o cabo-verdiano orgulha-se de sua terra, sobretudo do nosso mar, do nosso céu, de nossas secas", e mais adiante "(...) esse não é um mérito nosso. Aqueles que conhecem a condição cabo-verdiana saberão que Cabo-Verde existe por teimosia dos portugueses".[5] Esta exceção só serve para confirmar a percepção que nos PALOP trava-se uma disputa ideológica e uma luta política em torno das premissas sobre as quais estão sendo construídas as suas identidades nacionais, o que leva à formulações como as defendidas por Feijó Sobrinho ou mesmo à "redescoberta crítica" do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, por setores da elite moçambicana, na busca de explicações para o entendimento de sua realidade social.

Todas estas questões referentes à África Lusófona funcionam como complicadoras da adesão desses países à idéia da lusofonia e a construção efetiva de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Além disso, em sua concepção original, a CPLP foi articulada a partir de uma perspectiva equivocada, como destaca o escritor moçambicano no Mia Couto, a de que os PALOP são visto como um todo, não sendo levadas em consideração as suas especificidades nacionais, o que seria um equívoco grave na própria definição das premissas básicas em que a Comunidade busca sustentação.[6] Desta forma, a Comunidade já nasce com um "vício de origem": o do desconhecimento mútuo entre seus membros, o que a leva a ser erigida sobre alicerces pouco sólidos, baseados em discursos, por vezes, míticos que não encontram muita fundamentação na realidade concreta.

Em relação ao Timor-Leste - o mais novo membro da CPLP – devido a sua conturbada história recente, o país possui vários problemas em comum com os PALOP, mas também várias especificidades que devem ser consideradas. Tendo sido ocupado pela Indonésia em 1975, logo após a saída dos portugueses da região no pós-25 de abril e a declaração unilateral de independência do Timor pela Frente de Libertação do Timor-Leste Independente (FRETILIN) – organização marxista de tendências maoístas -, com o discreto

apoio da Austrália e dos EUA. Este apoio deveu-se à questões econômicas, geopolíticas e estratégicas como a necessidade de impedir o surgimento de mais um governo de orientação socialista no extremo-oriente, no contexto do confronto leste-oeste e da derrota norte-americana no Vietnã; o interesse em fortalecer a ditadura do General Suharto, na Indonésia, aliado na luta anticomunista, que tinha receio que o Timor independente pudesse estimular os movimentos autonomistas existentes dentro de suas fronteiras e, finalmente, o potencial petrolífero do Mar do Timor, no momento em que o mundo ocidental vivia sob os impactos da primeira crise do petróleo.

Após a ocupação, que foi condenada formalmente pela comunidade internacional através de várias resoluções da Assembléia-Geral da ONU, as tropas indonésias iniciam um violento processo de perseguição e repressão a todos aqueles que fossem suspeitos de terem ligações com a FRETILIN, cujos homens foram obrigados a se retirar de Dili e das outras zonas urbanas do Timor para a se retirar para as zonas montanhosas do centro da ilha, onde estruturaram a resistência armada. Durante os anos seguintes à ocupação, cerca de 60 mil timorenses foram mortos, em um genocídio de grandes proporções que começa a ser denunciado sistematicamente aos organismos internacionais por membros da resistência, notadamente aqueles ligados ao clero católico. Paralelamente, a Indonésia procura consolidar o seu domínio sobre a região investindo nela grandes recursos, o que levou o Timor-Leste a ter um crescimento econômico médio de 6% ao ano entre 1983 e 1997. Além disto, estimulou-se a vinda de transmigrados de outras regiões da Indonésia para o Timor – algumas estimativas falam em 150 mil em uma população total de cerca de 750 mil habitantes -, além de serem feitos grandes investimentos em educação, dentro da perspectiva de formar nas novas gerações timorenses os “valores nacionais indonésios”, estimulando o uso da língua bahasa – o idioma da unidade Indonésia – e desestimulando, e por vezes reprimindo, o uso do tétum (dialeto dos mauberes) e do português. Esta política acabou gerando uma situação paradoxal, na medida em que o uso da língua portuguesa vai ser mantido por aqueles que se recusavam à assimilação pela Indonésia, fazendo com que

o idioma do antigo colonizador passasse a ser, juntamente com a religião católica (também herança portuguesa), o símbolo da resistência e da identidade timorense.

Apesar das condenações formais da Comunidade Internacional à Indonésia, durante muitos anos Portugal foi uma voz isolada em defesa do Timor[7], embora sem grande empenho, tendo esta questão começado a ser vista com maior atenção pela opinião pública internacional já na segunda metade da década de 1980, quando, com o fim da guerra fria e do conflito leste-oeste, questões como a defesa dos direitos humanos passaram a ser vistas como prioritárias na agenda internacional, o que acaba fazendo com que dois líderes da resistência timorense, José Ramos Horta e D. Ximenes Belo, fossem agraciados com o Prêmio Nobel da Paz, em 1996.Com a criação da CPLP, no mesmo ano, a questão do Timor-Leste passou a ser considerada central pela nova organização e uma das primeiras propostas feitas pelo representante português – em um momento em que Portugal já tinha passado a atribuir uma grande importância à articulação do "espaço da lusofonia" - foi a de incluir o Timor na Comunidade com o estatuto de membro-observador.

A possibilidade de conseguir a independência política surge, de fato, em 1998, com a queda do regime de Suharto na Indonésia, em meio a uma violenta crise econômica e política. O novo governo indonésio acaba aceitando a realização de uma consulta popular no Timor-Leste para definir os rumos da região: a continuidade da anexação da Indonésia, porém com maior grau de autonomia, ou a independência política. Em 30 de agosto de 1999, a esmagadora maioria dos timorenses (78%) votou pela separação da Indonésia. Em resposta, grupos de milicianos pró-Indonésia, apoiados por elementos das forças armadas daquele país, empreenderam campanhas de incêndio, pilhagem, violência e intimidação da população – com 1/3 da população sendo obrigado a ir para campos de refugiados em Timor-Ocidental e em outras ilhas vizinhas e outro 1/3 ido para as montanhas - só terminaram com a intervenção das forças de paz das Nações Unidas.[8] Grande parte da infra-estrutura do Timor-Leste foi destruída e o país quase que totalmente devastado. Somente em 30 de Agosto de 2001, dois anos após o referendo popular, os timorenses puderam ir novamente às urnas para eleger a Assembléia Constituinte que teve como

função redigir a Constituição do país, criando condições para a realização de eleições e a transição para a total independência, que se concretiza em maio de 2002.

Com toda esta história recente de conflitos, a adesão do Timor ao ideal da lusofonia e à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – da qual atualmente já faz parte como membro efetivo – suscita algumas reflexões importantes:

1- Por todas as questões discutidas anteriormente, o português hoje é falado por somente cerca de 3% da população. Mesmo na época da colonização portuguesa ele se restringiu a uma pequena elite econômica ou religiosa (o clero católico), nunca tendo se tornado a língua normal de comunicação, até porque às vésperas da saída dos portugueses da ilha cerca de 92% da população era analfabeta, devido à ausência de políticas públicas de educação por parte do Estado português, o que aliás não existia nem na metrópole, que apresentava os maiores índices de analfabetismo da Europa Ocidental. Este índice de falantes do português – menor inclusive que o dos PALOP – leva, inclusive, a discussão de se o Timor pode ser considerado um Estado Lusófono, ou se lá o português é apenas uma língua residual como no antigo Estado da Índia ou em Macau. No entanto, o governo timorense tem procurado reintroduzir o português no país, não só por sua carga simbólica, mas por dar ao Timor o "acesso a um veículo sólido e de penetração internacional",[9] posição que é bastante discutível já que outros idiomas ocidentais podem desempenhar este papel, inclusive com mais eficácia;
2- Tendo tido 85% de sua infra-estrutura destruída, principalmente durante os acontecimentos de 1999, o Timor-Leste necessita enormemente de investimentos estrangeiros, além de um grande contingente de mão-de-obra qualificada. A vizinha Austrália tem sido responsável por boa parte desses investimentos, estabelecendo parcerias com o governo timorense em diversos setores, inclusive no potencialmente lucrativo e estratégico setor petrolífero. A presença australiana já se fez sentir com bastante força durante o período de administração da ONU na região, com seus

soldados representando o maior contingente das forças internacionais, enquanto a participação portuguesa e de outros países da CPLP foi bastante modesta, levando-se em consideração a importância por eles atribuídas à questão do Timor. Isto faz com que a língua inglesa venha ganhando cada vez mais espaço no país, principalmente nas gerações mais jovens que a vêem – e não a língua portuguesa – como seu canal de comunicação com o mundo.

A partir destas considerações pode-se perceber que no Timor, da mesma maneira que na África, as pretensões portuguesas – expressas no ideal da lusofonia - acabam esbarrando em suas limitações econômicas, já que a reduzida capacidade de investimentos do Estado Português acaba não conseguindo garantir à Comunidade Lusófona o alicerce - em bases econômicas – que o discurso culturalista, por si só, não consegue dar.

---

[1] CPLP. *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.* In. Página oficial da CPLP. www.cplp.org.

[2] SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5º edição, São Paulo, Cortez, 1999, p. 64.

[3] Na publicação "Portugal: Dez Anos de Cooperação", de 1995, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal afirmava que "para Portugal, com sérias dificuldades no espaço econômico europeu, ou para os países africanos lusófonos, com potencialidades subexploradas, esta é uma boa oportunidade para aproveitar o dinamismo econômico do Mercosul, através do Brasil, a maior nação do espaço da língua portuguesa, e, em conjunto criar um novo mercado. (...) A CPLP poderá facilitar e aumentar o volume de investimentos e trocas comerciais entre os seus Estados-Membros". Apud: SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas.* Rio de Janeiro, Revan, 1997, p.103.

[4] SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó. Op. Cit., p.133. Por tudo o que temos discutido até agora, esta visão do autor – expressa em sua dissertação de mestrado em Relações Internacionais na UnB, que posteriormente foi transformada em livro – parece-nos ser bastante questionável, expressando a visão de somente uma parcela da intelectualidade e da diplomacia africanas. O próprio comportamento dos PALOP em relação à CPLP – notadamente o de Angola -, oscilando entre a adesão e a crítica, deixa isto claro, demonstrando as contradições do processo de construção de identidades nacionais em sociedades pós-coloniais, de características multi-étnicas.

[5] Sessão Plenária 1 "O que é esta tal comunidade? Identidade nacional nos territórios de fala portuguesa", do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. In: VILLAS-BOAS, Gláucia (Coord.). *Territórios de língua portuguesa: culturas, sociedades, políticas – Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998, p. 35.

[6] Idem. Ibidem. p. 29.

[7] Para muitos, Portugal – que vivenciava internamente uma forte instabilidade política característica do período imediatamente posterior à Revolução dos Cravos – foi o grande responsável pela situação do Timor-Leste por ter abandonado irresponsavelmente a região. Tal acontecimento, até hoje, é motivo de controvérsias em Portugal. Uma das mais importantes obras de referência sobre a História de Portugal produzida nos últimos anos – a "História de Portugal", coordenada por José Mattoso – registra em seu oitavo (e último) volume, escrito pelo historiador e político José Medeiros Ferreira, sobre a questão do Timor-Leste simplesmente que "o caso mais difícil de analisar é o de Timor, por não ser claro o que se passou naquela ilha no verão de 1975 e por isso suscitar as maiores polêmicas sobre as atitudes das autoridades portuguesas". In: MATTOSO, José (Coord.). MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal – Portugal em Transe (Vol. 8).* Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p.77.

[8] Pode se considerar que a ONU, responsável pela realização do plebiscito, teve uma certa parcela de culpa nos acontecimentos pós-referendo, visto que a reação dos grupos pró-indonésios era bastante previsível. Entre a realização do plebiscito e a chegada das Forças de Paz da ONU passaram-se quase 30 dias.

[9] Mari Alkatiri, futuro Primeiro-Ministro timorense, em 1997, citado por: CUNHA, João Solano Carneiro da. *A questão do Tmor-Leste:origens e evolução.* Brasília, FUNAG/IBRI, 2001, p.190.

A Idéia de História em Kant. Escrita da história e retórica do presente.

AFFONSO CELSO THOMAZ PEREIRA.

Immanuel Kant (1724 – 1804) nunca escreveu uma obra de história. Compreender a *Idéia de* História por ele apresentada a partir da relação estabelecida entre as obras histórico-políticas (textos práticos) e as três *Críticas*, não deve ser uma missão estranha à historiografia, ao menos àquela preocupada com a teoria da história. A importância deste pensamento em fins do século XVIII insere-se em um momento de crise estabelecido em relação ao conhecimento e às concepções de mundo e do homem. Crise que provoca - e é provocada por - um redirecionamento não apenas da teoria do conhecimento, mas da fundamentação ontológica da metafísica elaborada por Kant – que dela emerge, ao mesmo tempo, a sua idéia da história. Tal redirecionamento estabelece um compromisso filosófico em relação à razão pura, à faculdade de juízo e à razão prática ao impor, num mesmo lance, um compromisso político a partir da exigência crítica em relação ao posicionamento do homem no mundo, o que nos move a pensar a história enquanto um projeto crítico, que se apresenta como horizonte ético de espaço de ação do homem no mundo.

O ponto do qual trata a *Idéia de História* é este breve lumiar ou, talvez, essa permanente sombra, que o pensamento kantiano impôs de uma vez por todas à História: o criticismo, do qual a historiografia tenta por vezes se livrar para tentar garantir seu lugar ao sol. A filosofia crítica kantiana não pode ser reduzida a uma teoria do conhecimento, a uma epistemologia em concorrência com outras de seu tempo. Ela transtorna, deforma, torce o pensamento de tal forma que qualquer tentativa de estabilização e aquietação do saber é logo chamada a se justificar desde o interior de suas premissas independentemente de seu objeto. Se Kant nunca elaborou uma teoria da história é porque seria um contra-senso ao seu sistema fazê-lo; é porque a História não pode ser pensada em termos de uma lógica ou de uma ciência causal sustentada por um juízo determinante conforme as ciências da natureza. A História é para Kant, antes de tudo, um devir e um *dever* dado que está ligada a realização da liberdade do homem segundo um determinado conjunto de expectativas componentes de um horizonte ético que combina o

desenvolvimento da Cultura com a natureza. Se a história possui um sentido para Kant, este não é outro que a realização da natureza humana: ou seja, da *liberdade* dos homens sob a *lei* moral.

Este raciocínio inscreve-se no binômio liberdade – natureza: o que, para a filosofia da história inglesa e francesa, apresenta-se como um rasgo contraditório, para Kant como para boa parte da tradição alemã deste período, os homens são tomados como parte da natureza, de modo que suas faculdades estão aí inscritas de acordo com uma astúcia, um fio condutor, que tem como base a liberdade da razão e como fim o estado ético (ou a *Paz perpétua*).

A novidade encarada por Kant deste ponto de vista é que a História perde a naturalidade com que era tratada como um pano em branco onde os homens ou os deuses imprimem suas cores, e se torna parte integrante e movente dessa mesma tela. Aquela pretensão do pensamento moderno de se separar radicalmente do seu objeto a ponto de olhá-lo por todos seus ângulos e apreendê-lo em sua completude é transformada na auto-consciência da limitação do poder da razão aliada ao fato do sujeito ser tomado pelo objeto do qual se trata no momento em que isto acontece; a separação entre o lado interno e o lado externo do sujeito perde agora essa tênue película.

Ao mesmo tempo, a História ganha um peso que não poderá mais se desvencilhar: o criticismo. A atitude crítica é essa sombra que atormenta a consciência histórica sempre indagando, sempre questionando a legitimidade de um discurso em termos epistemológicos e éticos: Kant não nos deixa esquecer a que tipo de conhecimento serve um que expõe e critica seus métodos e objetivos, e outro que busca entronizar-se em fórmulas e ditames. O peso da história é, com o perdão da citação, uma insustentável leveza, pois ela não exige para si matéria alguma, conteúdo algum para tornar-se digna ou meritória, mas antes se conforma totalmente enquanto uma simples formalidade que atende às exigências dos limites da razão e de seus interesses práticos, quais sejam: o de desenvolvimento da liberdade, da razão pública e da reflexão crítica acerca do próprio presente e do conhecimento que está sendo produzido.

O fato de Kant não ter elaborado um sistema de pensamento, com o devido rigor histórico-científico ou uma doutrina para a história, é um dos fatores para o desprestígio e a secundarização de seu

pensamento para a historiografia nos séculos XIX e XX. O elogio a uma política cosmopolita de direito universal e de igualdade jurídica entre nações confederadas e a conseqüente negação de um ufanismo nacionalista permanece em descrédito, e é mesmo considerado um devaneio no contexto das décadas seguintes a publicação de seus livros (primeiro quartel do século XIX) até a primeira metade do século XX; além disto, consideremos a patente sombra que as três Críticas lançaram sobre as *obras menores*. Não obstante, a partir da década de 50 do século passado, o nome de Immanuel Kant vem sendo retomado por diferentes vias e atualizado na filosofia, na História, no pensamento político e jurídico – Hans Kelsen, John Rawls, Michel Foucault, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, para citar alguns. Talvez pelo simples fato de que em tempos de crise surja a necessidade de teorizar, talvez devido ao conflito dos indícios de falência do projeto moderno diante da aparente superação da crise, Kant é, nos anos 90, novamente retomado como um autor que pensou a crise enquanto ela se produzia e revelava.

Acredito que o aproveitamento de Kant para historiografia contemporânea possa ressaltar elementos que resolvam dilemas tratados seriamente pela História: a preocupação pelo sentido da história, pela percepção do tempo e a luta pela determinação do presente servem de estofo aos textos kantianos que abordam a *idéia de História*. A pergunta e a suposição que guiam todo o pensamento é a de que há entre o pensamento político, jurídico, antropológico e sobre filosofia da história de Kant um corte decisivo para o pensamento historiográfico que se revela na transformação dos acordos que os historiadores são obrigados a refazer envolvendo a noção de tempo e de sujeito históricos. Paralelamente, a imposição de um horizonte ético como condutor do pensamento sobre a história, em seus princípios e finalidades, elimina todo o questionamento acerca da objetividade científica, ou pelo menos o desloca para um outro tipo de objetividade, o da razão prática, concernido à moral, à liberdade e à racionalidade formal do conhecimento.

Este horizonte ético que chamo aqui, refere-se a um conjunto de valores e conceitos que são apontados por Kant como a consecução de um projeto crítico e de um estado moral para os homens. Cabe notar, como o próprio título de um de seus mais expressivos textos em termos de história e política já revela, *À paz perpétua*, onde este 'À' – do alemão *zum* – implica num reconhecimento de uma tarefa

infinita, um *em direção à*; notar enfim que Kant não presume ou mesmo espera um dia que este estado ético seja realizado ou atingido. Muito embora, a tarefa que se exige fortemente é a de agir *como se* fosse possível.

A estratégia argumentativa de Kant obedece ao rigor de sua arquitetônica: toda fundamentação metafísica do conhecimento imputa aos campos de saber uma nova realidade que emerge ao mesmo tempo, recusando assim, opções causais determinantes de uma esfera sobre outra. Uma vez que o projeto crítico é garantir a autonomia das esferas de conhecimento e assim sua autoridade, um olhar criticista sobre a História, a partir destes mesmos princípios, estabelece linhas de pensamento que buscam em primeiro lugar estabelecer a relação entre autoridade e discurso histórico por meio da crítica aos saberes e categorias que tentam impor-se sobre a história. Levemos em conta que Kant convivia com as prognoses do Antigo Regime, com as profecias da Teodicéia e com os princípios e destinos da Filosofia da História que abundavam a representação historiográfica durante o século XVIII. Há de se considerar então a presença de Kant entre estes campos de força e situar sua escrita de acordo com os desafios trazidos por estas tradições. O projeto crítico de Kant insere-se num conturbado ambiente, que conta ainda com Revoluções políticas e intelectuais que sacodem todo o século, ou, em suas palavras, 'que imprimem uma marca na história que jamais poderá ser esquecida'.

Ocorre que Kant tornou-se, para uma influente corrente interpretativa durante o século XIX, a chamada escola neokantiana, eminentemente um epistemólogo que revolucionou a teoria do conhecimento de sua época e legitimou a autonomia do saber científico de acordo com suas próprias regras, uma vez que apenas a razão pura possui critério para julgar a si mesma. Esse traço envolvendo a epistemologia das ciências não inibe a interpretação de um outro estrato, no mesmo nível em que este se localiza e ao qual está geneticamente ligado: o compromisso *lógico* implica num compromisso *ético* dos homens com o conhecimento. A autonomia da razão em julgar a si mesma a partir de seus critérios, sem a intervenção de nenhum outro princípio como a tradição, a religião ou a política estende seus domínios para além da lógica e cria um compromisso ético ao pensar a ação do homem no mundo segundo a razão pura. A legalidade da razão, quer dizer, a conformação de seus objetos à forma é também a legalidade da ação

humana em relação à esta mesma formalidade da razão; a idéia é que há uma necessária ligação entre a razão pura e a razão pura prática – entre saber e ação.

Decorre daí um posicionamento quanto à esfera em que a História é pensada. Cotejada com passagens da *Crítica da razão pura* e da *Crítica da razão prática* chega-se à determinação negativa de que a história não pertence ao campo das ciências naturais dado que não está submetida às leis da natureza, mas antes às leis da liberdade da razão prática. A História não é uma lógica, não é uma ficção literária segundo os termos de Hayden White - que muito se vale de Kant -: a história compartilha do discurso tropológico, "um conceito particularmente apropriado para o exame daquela forma de composição verbal que, a fim de diferenciá-la, de um lado, da demonstração lógica e, de outro, da pura ficção, chamamos de *discurso*".[i] Seguindo o pensamento do historiador convoco Foucault, para quem a atitude principal do Iluminismo foi a intervenção de uma postura auto-reflexiva de si mesma levada a cabo pelo presente gerando um de um corte abrupto com a concepção anterior de tempo cíclico ou soteriológico; e Habermas, para quem o discurso da modernidade está ligado eminentemente a uma conformação de idéias sobre si mesmo que comporta em si sua crítica. Ambos reforçam a idéia central de White: "o discurso, se for um discurso genuíno – isto é, tão crítico de *si mesmo* quanto é dos outros – desafiará de modo radical a própria noção de plano médio sintático (...) por estar sempre fugindo ao domínio da lógica, indagando constantemente se a lógica é adequada para captar a essência do seu tema, o discurso sempre se volta para a reflexividade metadiscursiva. É por isso que o discurso sempre é sobre o próprio discurso e é sobre os objetos que compõem o seu tema"[ii]. A posição assumida por Kant não difere em nada desta, na medida que na *Religião nos limites da simples razão* e no *Conflito das Faculdades* sua preocupação é determinar o lugar de onde se fala de modo a controlar criticamente o que se fala de acordo com a autoridade requerida pelo discurso; a preocupação de Kant é tanto com a forma que o discurso assume – sua legalidade - como quanto ao conteúdo – um objeto que parte do princípio puro da razão e é por ela unicamente determinado: a moralidade – da história. O argumento, como observa Jacques Derrida, envolve a crítica que Kant dirige contra certos filósofos ou teólogos que profeciam o fim do mundo ou que se expressam 'em tom senhorial' colocando-se acima de seus pares "lesando-os nos seus direitos

inalienáveis à liberdade e à igualdade em tudo aquilo que tem a ver com a simples razão";[iii] a mesma idéia é levantada por Kant em *Sobre o insucesso de toda tentativa filosófica em matéria de Teodicéia*: Kant se levanta contra aqueles que falam em nome da sabedoria divina, que carregam seu julgamento, sua verdade e sua felicidade e as inculcam de acordo suas vontades no povo apesar do tribunal da razão.

Kant apresenta uma crítica de valor que limita fundamentalmente a consciência histórica sob uma nova concepção de subjetividade[iv] que frustra aqueles que pretendem dominar a história de forma científica ou dogmática. Explicar os arranjos dos homens e sua transformação por um recurso a Deus é, segundo Kant, o anúncio da falência da capacidade da filosofia em pensar o mundo e deve, portanto, ser evitado; inversamente, pela metafísica e pelo conhecimento deste mundo tampouco poderíamos supor chegar ao conhecimento divino, pois nada nos diria sobre os outros mundos possíveis. A história torna-se o modelo de pensamento para as ciências do espírito, "no século XVIII começou-se a pensar criticamente acerca da história, tal como já se tinha aprendido a pensar criticamente acerca do mundo exterior, porque a história passou a ser considerada como uma forma específica de pensamento, não exatamente como a matemática, a teologia ou a ciência".[v] A primeira tarefa da filosofia das Luzes foi essa disputa territorial em relação aos outros campos do conhecimento.

A crítica de Kant em relação à contagem de tempo e narrativa da história prende-se aos princípios que a orientam. Não se trata de uma questão de estilo, mas, como evocou Hayden White, de uma decisão ética do historiador em relação ao presente e a seu posicionamento no mundo. Kant critica tanto essa hipertrofia do presente apresentada por Voltaire e Montesquieu, como também, por outro lado o seu esvaziamento, conforme a teodicéia de seu tempo. A critica à temporalidade da teodicéia é apresentada em *Religião nos limites da simples razão* e *Sobre o insucesso de toda tentativa filosófica em matéria de teodicéia*; no primeiro é apresentada crítica de acordo com o seguinte esquema: o passado é uma espécie de era de ouro, um paraíso de pura fruição divina; o presente é o lugar do pecado, da decadência, da limitação e da morte; e o futuro o momento da salvação, do Juízo Final que Deus nos redimirá e iniciará os novos tempos. O problema para Kant é que esse 'agora' é tão velho quanto a história" - isso já tendo em mente aquelas críticas aos princípios epistemológicos que vetam o acesso à onisciência divina.

O século XVIII consagra pensadores da Filosofia da História que ocupavam a 'linha de frente do racionalismo', como cunha Hayden White, que "estavam empenhados numa operação de limpeza do terreno em nome de um ideal que requeria forçosamente que as relações culturais fundamentais fossem concebidas mais em função de oposições que de continuidades ou de sutis gradações (...) Estavam empenhados em ver no passado (e principalmente o passado remoto) o *oposto* daquilo que valorizavam no seu próprio presente, e não a base dele".[vi] Em Kant a questão é anulada desde seu princípio, pois não há uma oposição entre passado e presente em relação ao melhoramento; a disposição do estado de natureza e do estado civil coabitantes do homem extirpa qualquer possibilidade de evolução no sentido tratado pela filosofia francesa conforme apresentada aqui. Os avanços do homem, se podem ser medidos, o são em realização da moralidade nas instituições públicas, nas relação comunitária dos homens. O que não elimina a tensão que existe entre estado civil e estado natural, como comprova *Antropologia do ponto de vista pragmático* e *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* que insistem numa insociável sociabilidade, numa ameaça de dissociação permanente da comunidade através da tensão egoísmo (ou natureza) e comunhão (ou sociabilidade). Se, por um lado, a noção de tempo e de progresso presentes no ambiente francês sob a rubrica da utopia de Condorcet "é situada no tempo, na história real futura, e as condições de sua possibilidade, ou das possibilidades de realizá-la, estão inscritas na leitura ou na avaliação que se pode fazer do passado e na reflexão sobre os acontecimentos do tempo presente",[vii] condizente com o conceito de prognóstico histórico elaborado pelo historiador Reinhart Koselleck apropriado pelas filosofia da histórias que criam dominar todo o passado com vistas a determinação completa do futuro; por outro lado, a idéia de história de Kant entende que sua consecução é não só desejável, mas "aproximar-se sempre mais dele é não só *pensável* mas, até onde pode harmonizar com a lei moral, é o *dever*" (*Conflito das Faculdades*).

Esta consciência dos limites de realização da ação humana é resultante da crítica da razão empenhada ao longo de sua vida. A história não pode arrogar-se uma pretensão de ciência dura, fechada e de acordo com as regras da lógica. Ela está, antes, situada no campo da retórica, onde os argumentos servem não de superação do certo pelo errado, mas operam num jogo de convencimento e sedução sob o

qual o discurso ético subjaz e organiza o pensamento de forma a dar-lhe ao mesmo tempo um valor estético preso a seu fundamento que opera jogando com a razão e a imaginação e menos com o entendimento, posto que este é incapaz de dar conta da totalidade de eventos e causalidades presentes na esfera prática. O argumento encaminha-se no sentido de apresentar a íntima relação entre autonomia e liberdade com instituições político-jurídicas como Direito Universal, Espaço Público, Ensino Universal, República, Igualdade Jurídica enquanto elementos componentes daquele horizonte ético – reduzindo a idéia, teríamos, a íntima relação entre função lógica e ideológica do discurso histórico kantiano. Na medida em que se concebe a igualdade entre os homens segundo as faculdades mentais, é necessário que se depreenda daí a isonomia jurídica entre estes mesmos entes racionais. Estabelecida a igualdade jurídica através de uma determinação epistemológica do conhecimento – num universo em que os temas da Constituição, Liberdade, Igualdade estavam eclodindo em revoluções nos dois lados do Atlântico -, Kant impõe que se estabeleça uma República como a única forma de governo afim com os princípios do Direito e da Liberdade.

Pensar um discurso que permaneça crítico de si mesmo em relação aos seus fundamentos, aos outros saberes e em relação às gerações vindouras e que possa fundamentar-se publicamente através da universalidade comunicativa da razão pura é o projeto filosófico embutido na idéia de história kantiana - esta se vale de uma retórica onde a lógica – autonomia da razão – possui sua interface com a ética – liberdade do homem – consagrando um espaço público de discussão em vista deste horizonte. Inevitavelmente, valer-se destes princípios é tomar o presente, o ponto de vista do presente, como problema.

---

[i] WHITE, H. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 2001, 14.
[ii] Ibid., 17.
[iii] DERRIDA, J. *De um tom apocalíptico adoptado há pouco em filosofia*. Lisboa: Veja, 1997, 23. Derrida ocupa-se dos textos religiosos de Kant, mas seu objeto se revela a tendência contemporânea de certos filósofos e filosofias de declararem seu apocalipse. O título de seu texto é uma referencia a outro kantiano *Von einen neuerdings erhobenen Vornehmen Ton in der Philosophie* (de um tom senhorial adotado há pouco em filosofia, de 1796).
[iv] COSTA LIMA, L. fala de um sujeito fraturado que emerge das três críticas, ver seu *Mímesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
[v] COLLINGWOOD, R.G. *A idéia de história*. Lisboa. Presença, 1972, 11.
[vi] WHITE, H. *op. cit.*, 165.
[vii] SOUZA, M.A. *Ilustração e história.* São Paulo: Discurso Editorial, 2001, 43.

Análise de algumas relações entre trabalhadores envolvendo solidariedade e disputa no interior da classe operária (Rio Grande do Sul, início da Primeira República).

Ailana Cristina de Amorim – PPG-UFRGS

Este texto busca analisar brevemente as relações entre os trabalhadores com base na solidariedade e no conflito que faziam parte do universo operário. Refiro-me especificamente às relações internas à classe trabalhadora no período de sua formação no Rio Grande do Sul, pois tanto a solidariedade e apoio recíproco quanto o antagonismo e a rivalidade marcaram as relações entre operários e as suas experiências de vida, militância e trabalho.

A classe trabalhadora, na concepção de Ellen Wood, deve ser tomada "como relação e como processo"[1], assumindo uma perspectiva thompsoniana de entendimento a partir das ações dos sujeitos e do modo como as suas experiências atuais ou herdadas interferem na formação da classe. Compartilho com a autora a necessidade de compreender as relações entre os trabalhadores a partir de suas experiências vividas, em especial a experiência da exploração burguesa, pois é através deste traço comum que procuro explicar suas ações e relações de solidariedade e conflitos. Advirto que não é a única experiência a originar tais relações, pois os indivíduos não se inserem no processo produtivo como "tábuas rasas", destituídos de outras experiências e vínculos sócio-culturais. Porém, meu interesse repousa nas relações que surgiram associadas de algum modo à essa experiência coletiva própria dos operários.

Analisarei nas próximas páginas algumas situações e espaços em que se localizam laços de solidariedade entre trabalhadores e nos quais também podemos observar a ocorrência de tensões e rivalidades. Elegi para isso duas situações pontuais que trabalharei através das indicações empíricas e tratam uma das relações entre homens e mulheres trabalhadoras e a outra sobre as ações realizadas entre

trabalhadores em momentos de necessidade e emergência material. Os casos são bastante delimitados, mas servirão para explicitar as múltiplas características das relações internas à essa classe, nem um pouco homogênea ou uniformizada.

As relações entre homens e mulheres na sociedade do século XIX eram, em linhas gerais, paternalistas nas mais diferentes esferas da vida, da família ao trabalho. As relações na classe operária do final do século XIX não fugiram a este paradigma, apresentando-nos um quadro mais complexo do que a simples cooperação e solidariedade entre homens e mulheres operárias. Observa-se que existe uma tensão entre, por um lado, a solidariedade de classe que reage à exploração que os vitima e, por outro, a ameaça de concorrência que instala disputas entre ambos os sexos ao par com o preconceito e resistência quanto a mulher sair de casa para trabalhar.

Essas questões devem ser analisadas com cuidado pois, ao mesmo tempo em que temos uma classe em formação, reconhecendo suas delimitações, firmando laços internos e criando uma identidade, também temos os valores seculares referentes à mulher na vida familiar e social que não podem ser colocados por terra num instante. A classe operária carrega estes aspectos nas relações entre aqueles que a compõem, complexificando, mas igualmente enriquecendo, a busca pelas explicações sobre o tratamento entre mulheres e homens operários em uma sociedade de bases conservadoras.

Vejamos então algumas situações para mostrar o que foi apontado até o momento. Um dos aspectos conflituosos entre trabalhadores quanto à experiência de exploração dizia respeito à concorrência que as mulheres faziam aos homens no mercado de trabalho. Isso produzia fortes críticas destes uma vez que as mulheres recebiam menores salários e, portanto, eram mais lucrativas de serem contratadas para realização dos mesmos trabalhos no lugar dos homens. Tal situação é relatada em 1897 por um jornal operário de Rio Grande – importante cidade no processo de industrialização do

estado – chamado *Echo Operário*, no qual dizia que *"qualquer homem, hoje, seja qual for o ramo de serviço, não poderá ganhar menos de cem mil réis mensais, no entanto é muito fácil obter operárias e artistas por metade [disso]".*[2] Observamos que o valor do trabalho de um homem, valendo o dobro daquele pago a uma operária, era um atrativo significativo para a classe patronal, especialmente naqueles ofícios que não envolvessem a utilização de grande força física.

Em algumas situações essa discrepância podia ser ainda maior. Um mês antes, o mesmo periódico noticiara um caso informando que quanto à mulher *"o seu pesado labor [é] pago com um terço do que se dá ao homem"* .[3] A exploração ligada ao trabalho feminino podia assumir amplitudes que atingiam não somente a mulher, mas também o homem operário. Isso devia-se ao aviltamento do salário de um que acabava por pressionar o outro a aceitar iguais condições ou ficar sem colocação nas fábricas ou oficinas. Essas diferenciações salariais que agiam no mercado provavelmente produziam discórdias e tensões entre trabalhadores cujas opiniões dos jornais nos dão algumas pistas a respeito. Vejamos ainda no *Echo Operário* de Rio Grande de 1897, essa questão do problema da colocação de mulheres na produção fabril:

> "A burguesia, as classes dominantes, a sociedade enfim [...] deve estar orgulhosa d'essa conquista – arrancar as filhas do povo, do lar doméstico, onde a sua missão era toda candura e amor, criando e educando a prole, [...] vivendo, enfim, na família e para família, arrancá-la dizíamos a essa missão, toda candura e amor, e ***metê-la na oficina, na fábrica, a fazer concorrência com o trabalho do esposo, expulsando-o do seu posto de trabalho, reduzindo-o, e com ele a todos, à miséria, à degradação*** [...]".[4]

A crítica, como se percebe, incidia diretamente sobre a desvalorização do trabalho masculino frente ao feminino, somada ao problema da alteração nos costumes e nos valores morais segundo os quais a mulher possuía certos papéis que deveria desempenha, distintos dos que cabiam ao homem. Condenava-se a presença da mulher em locais que cabiam aos homens ocupar e que faziam parte das suas responsabilidades

econômicas e sociais. Portanto, parece-nos que a tensão advinda da exploração fixava-se não unicamente sobre a reserva do mercado de trabalho aos operários homens, mas também sobre questões de ordem moral e cultural ligadas à sociedade patriarcal e conservadora do período.

No quadro das relações entre operários e operárias, contudo, fazia-se também presente a solidariedade que unia a ambos em uma mesma classe explorada e oprimida. Esta solidariedade transparece sob algumas formas, as quais tenho acesso até este momento apenas através da imprensa operária – mesmo tendo noção de que ela é ideologicamente comprometida. Em algumas situações o que se percebe é a atenção voltada para o fato das mulheres sofrerem uma exploração que as prejudicava tanto quanto aos operários homens. Nesse sentido, a mulher era igualada ao homem enquanto trabalhadora, merecendo apoio de seus companheiros, uma vez que faziam parte da mesma classe da qual a burguesia retirava incessantemente seus lucros. Muda-se a posição quanto à mulher que, antes de pertencer somente à casa e à família, também pode ser uma operária e ter um lugar dentro da estrutura produtiva, desde que isso não acarrete prejuízos, tais como os relacionados com a diferença de salário.

Vejamos a seguinte opinião do jornal *Echo Operário*, na seqüência das notícias antes transcritas, na qual apontam que *"nós não condenamos a colocação das mulheres em empregos que elas possam exercer com facilidade e sem esforço físico [...] o que nós condenamos é especulação a que isto está dando lugar".*[5] E a isto segue um outro comentário no mesmo número que afirmava que:

> "Para que a mulher seja livre e se pertença, para que recupere a liberdade de seu corpo, fora do qual não há mais que a prostituição revestida pelas formas legais do matrimônio atual, é necessário que a mulher procure por si própria, ***independente do homem***, os meios da sua subsistência. ***Não deve por esse motivo excluir-se atualmente a mulher do trabalho industrial.***
>
> O que se deve reclamar para a operária, com o fim à evitar que em mãos dos capitalistas sirva para aumentar a miséria do proletariado, é que em ***trabalho igual haja igualdade de salário***

> para ambos os sexos, pondo assim um ***termo à especulação*** que fazem os industriais do sexo das operárias".[6]

Estes são exemplos de uma solidariedade que incorpora a mulher enquanto membro da classe trabalhadora com base em certos elementos comuns, entre os quais a experiência de exploração. A preocupação que os "companheiros de luta" podiam apresentar ligava-se algumas vezes a questão da fragilidade e/ou incapacidade da mulher em lidar com estas situações de exploração e dificuldades que se lhe apresentavam enquanto trabalhadora. Frente a isso percebemos alguns traços de preconceito e discriminação mascarados quanto às capacidades e habilidades das mulheres. Mas, de qualquer maneira, a preocupação voltada a elas tinha como base questões que diziam respeito também aos homens e, portanto, de caráter mais geral da classe.

As mulheres também agiam solidariamente em relação à sua classe, pois mais importante do que determinar se os homens eram solidários com as mulheres e vice-versa é observar a solidariedade agindo em prol da classe trabalhadora, deste coletivo.[7] Nesse sentido, a participação das mulheres em uma greve ocorrida em Porto Alegre em 1906 teve forte importância no processo de fortalecimento dos laços e de uma identidade de classe. A greve, que começara com a paralisação dos artesãos marmoristas teve na seqüência do movimento a adesão de grupos de mulheres trabalhadoras. Mais do que apenas solidarizarem-se com o ato de greve e as demandas envolvidas parando a produção em suas fábricas e oficinas, elas participaram em movimentos de rua defendendo os ideais e as demais categorias envolvidas: uma identidade em construção.

O outro tipo de situação que mencionei nos primeiros parágrafos para analisar nesta comunicação trata das relações de camaradagem e ajuda entre trabalhadores cuja maior intenção era diminuir-lhes as dificuldades características de sua

condição. Essas ajudas centravam-se principalmente naqueles momentos e acontecimentos em que a urgência e/ou o total desamparo atingiam os trabalhadores de forma tal que não podiam fazer muito mais do que contar com a solidariedade alheia.

Era uma maneira de contornar os problemas que mais lhes afligiam tais como o desemprego, os acidentes, a doença, a invalidez e a morte. Além disso, os trabalhadores sofriam a agudização destas situações em virtude do desamparo por parte do Estado e o desinteresse por parte da classe patronal. Portanto, não lhes restavam muitos mais com quem pudessem contar além de seus familiares, amigos e vizinhos e demais trabalhadores solidarizados no enfrentamento destas contingências.

O periódico *O Proletário* de Porto Alegre anunciava, em 1896, a morte de um operário em um acidente ferroviário para cuja família o jornal solicitava auxílio.[8] Aparecia na notícia um outro jornal de Porto Alegre, *Gazetinha*, que colocara sua redação à disposição para coleta das quantias e/ou outros tipos de doações a serem feitas. Na verdade era comum encontrarmos jornais fazendo esta mediação entre os trabalhadores e aqueles que necessitavam ser ajudados. A elaboração de listas de subscrição e doações diversas era um mecanismo de ação mais imediata e direta dos qual os trabalhadores podiam valer-se nestas ocasiões e a organização através de redações de jornais podia garantir uma maior difusão e melhores resultados.

Uma outra situação bastante trágica ocorrera com os trabalhadores de uma fábrica de móveis que incendiara deixando os trabalhadores desempregados e cujas ferramentas haviam sido perdidas no acidente.[9] Para tentar amortizar os danos causados pelo sinistro, ocorrera uma articulação de ajudas entre várias redações de jornais que elaboraram listas de subscrição para que todos os interessados pudessem prestar auxílio. Além disso, alguns dias depois desta notícia, uma outra informava a respeito de um espetáculo que estaria sendo promovido para ajudar na causa dos trabalhadores da fábrica incendiada.[10]

A mobilização dos trabalhadores explicitada nestas notícias demonstra que estes auxílios deveriam ser bastante comuns e utilizados para as mais diferentes situações de dificuldade, representando um aporte material importante para os que dele se beneficiavam. No caso dos trabalhadores da fábrica de móveis, redações de jornais e associações de quatro cidades diferentes haviam participado da organização das listas de subscrição, demonstrando também o alcance deste mecanismo.

Esta notícia sobre os trabalhadores que haviam ficado desempregados e sem suas ferramentas de trabalho nos informa sobre uma questão muito importante que era a perda dos instrumentos pessoais de trabalho. Isto prejudicara os trabalhadores daquela fábrica, pois a posse de ferramentas próprias significava uma maior facilidade na colocação do artista em outro local de trabalho, ao passo que sem as mesmas este ficava desprovido das condições mínimas para garantir o seu sustento.

Os auxílios prestados por trabalhadores aos seus pares eram, portanto, muito mais voltados para atender necessidades e situações específicas do que para resolver problemas mais de fundo quanto à sua condição. Quando digo isso refiro-me às condições de trabalho, à carestia generalizada, a falta de amparo por parte do Estado e ausência de leis ou regulamentos de proteção. Porém, mesmo caracterizadas por um imediatismo e alcance limitado, estas ajudas reforçavam as relações baseadas na solidariedade entre trabalhadores e, por conseguinte, os vínculos internos da classe.

A importância de analisar a classe operária sob este prisma, das suas relações de solidariedade, possibilita visualizar os movimentos e respostas dos trabalhadores frente à burguesia e às condições gerais de suas vidas. As articulações que se desenvolviam em apoio a trabalhadores em necessidade ou urgência mostrava o grau de adesão possível ao lidarem com estas situações tendo em vista que contavam quase que somente com eles próprios para resolver seus problemas e dificuldades. Isto fica

claro em um trecho de notícia que solicitava a participação dos trabalhadores no primeiro congresso operário estadual, em 1898:

> "Pela primeira vez a capital do Rio Grande do Sul verá em seu seio verdadeiros representantes do povo que vão ali espontaneamente e sem visarem interesses pessoais, a um aceno de seus irmãos de luta, a um apelo dos companheiros de infortúnio que, ***convencidos da força que produz a união e desiludidos da hipócrita e refalsada proteção que diz dispensar às classes produtoras***, chamam aos operários de todo o Estado para acordarem nos meios de protegerem-se a si próprios e evitarem a continuação de seus sofrimentos".[11]

Neste breve texto procurei trabalhar com alguns indícios sobre as relações internas da classe operária. Mais do que entender os embates e a construção de uma identidade com base no antagonismo em relação à burguesia, busco compreender as formas através das quais se articulam os laços entre trabalhadores. Junto a isso busco dosar a importância destas ações de solidariedade ao observar também os conflitos e disputas que ocorriam entre os operários, pois é tentador construirmos uma imagem idílica e harmônica da classe quanto ao desenvolvimento que se dá no seu interior.

O espaço aqui disponível não permite os aprofundamentos teóricos e empíricos que estas questões exigem, mas a intenção principal foi mostrar as gradações existentes no que chamamos de relações internas da classe, pois é necessário consideramos o seu processo de formação naquilo que ele possui de mais particular, ou seja, as ações e relações dos sujeitos que a compõem.

---

[1] Wood, Ellen. "Classe como relação e como processo". In. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.* São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.
[2] *Echo Operário*. Rio Grande, 07/11/1897, p.1.
[3] *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p.1.
[4] *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p.1. Grifo meu.
[5] *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897, p.2.
[6] *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897, p.2. Grifo meu.
[7] Para saber mais sobre a greve de 1906 e a participação das mulheres nesta mobilização indico o estudo de Bak, Joan. "Classe, etnicidade e gênero: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em, Porto Alegre". *Metis: história e cultura.* Caxias do Sul: Educs, v.2, n.4, Jul-Dez., 2003. p.181-224
[8] *O Proletário*. Porto Alegre, 26/07/1896, p.3.
[9] *Gazetinha*. Porto Alegre, 05/05/1898, p.2.
[10] *Gazetinha*. Porto Alegre, 17/05/1898, p.1
[11] *Echo Operário*. Rio Grande, 01/01/1898, p.1. Grifo meu.

Memória e identidade: o Colégio de Calçado como marco das gerações compreendidas entre 1939, ano de sua fundação, até sua encampação pelo Governo do Estado, em 1959.

Alacir de Araújo Silva – PPG-USP

1- INTRODUÇÃO

Buscar na memória... recordar... reviver as experiências escolares. Lembranças boas, saborosas, prazerosas, cheirosas, mal-cheirosas, sofridas, bem vividas. Todas vão chegando de mansinho nessa viagem ao passado, a partir da leitura de imagens, fotografias, textos orais e escritos de ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários do Colégio de Calçado que nos reportam a lugares que nos fazem lembrar de gente, cheiros, escolas, alegrias, tristezas, incertezas, infância, juventude, maturidade, desafios, adolescência, grêmio, serenatas, vozes, burburinhos, vento, sussurros, frio, calor, brincadeiras, infância, ah! de uma infinidade de tantas outras coisas que nos fazem viajar no tempo: o uniforme com saia pregueada azul-marinho com suspensórios, a blusa branca e o laço marinho para as meninas; túnica cáqui para os meninos. Tais vestimentas constituíam uma das marcas de identidade do grupo. "As roupas são, pois, uma forma de memória " Stallybrass [1] (1999, p.42). Saber, sabor, dissabor: a mesma origem dando asas à imaginação.

A cidade de Calçado também faz parte dessa história com suas ladeiras, jardins floridos, um friozinho gostoso e um sopro de vida que chegava pelos jornais, viajantes e rádio, no início do século XX. Conhecida como cidade sorriso - entre montanhas e flores, é ladeada por montes imponentes, como a Serra do Jaspe e por formações rochosas, como os Pontões, elementos balizadores do espaço/tempo calçadense. O município, povoado por mineiros que por lá aportaram em busca de novas terras ou de refúgio em função de fracassos revolucionários na época do Império, tem muitas identidades com o povo mineiro, seja nos costumes rígidos, na culinária, nas tradições.

O município de São José do Calçado vivia da monocultura do café que, por essa época, 1938, estava em baixa cotação nos mercados interno e externo. Sem estradas, a comunicação era precária por aquelas bandas. Um único ramal de estrada de ferro chegava a então Vila de Bom Jesus do Norte, pertencente ao município de São José do Calçado. As notícias ali chegavam por estafeta, em lombo de animal, quando não chovia. O telégrafo, deficitário, foi desativado e seu restabelecimento se deveu à coragem e tenacidade do jovem advogado Pedro Vieira Filho, que liderou um grupo de moradores para defender e pleitear para o município essa via de comunicação. Uma campanha junto à população foi realizada para que esse tipo de serviço fosse mais utilizado. O povo respondeu positivamente a esse apelo e o telégrafo voltou a funcionar. A cidade recuperou seu contato com o mundo.

2- CONTEXTO HISTÓRICO

Era o ano de 1939. Nesta data começa a história do Colégio de Calçado, no interior do Espírito Santo, numa cidadezinha chamada São José do Calçado. Fruto do idealismo de um jovem casal, o colégio foi um marco cultural-educacional na região sul do estado, que tinha na agropecuária e na cafeicultura sua base econômica. No mundo, a 2ª guerra mundial cujas notícias chegavam pelo rádio, para as poucas famílias que possuíam esse aparelho. Vida cultural precária, perspectivas de estudos além da 4ª série restritas àquelas famílias de poder aquisitivo maior. Alunos carentes não viam possibilidades além do primário. Diante de tantas dificuldades, o município esteve prestes a ser extinto ou a ter sua sede transferida para a Vila de Bom Jesus do Norte.

Naquela época, a crise cafeeira estava empobrecendo a região e os esforços de um grupo, liderado pelo casal Pedro-Mercês, fizeram a esperança retornar ao município. Assim, em 19 de março de 1939 era inaugurado o Ginásio de Calçado, tendo como objetivo primeiro ampliar as possibilidades educacionais dos jovens da região, bem como fixar as famílias no município e ser uma nova atração para o lugar. Assim, uma nova página começou a ser escrita e vivida em terras calçadenses...

Por ali passaram alunos exemplares que, hoje, se destacam em diversos setores profissionais da capital e do mundo.

Calçado encontrou sua expressão máxima no colégio e toda a vida cultural, política, social e econômica da cidade girava em torno do educandário, como era chamado, também. Jovens de municípios vizinhos, atraídos pela qualidade do ensino ali ministrado, chegavam para estudar. Pensionato feminino e pensão para rapazes foram abertos na cidade para acolher os estudantes que vinham de fora. A vida ali tomou outro rumo. Centro educacional por excelência, estando aí incluídos, também, atividades culturais e esportivas, fazendo parte desse cenário que, a cada dia, se projetava mais. A pequena cidade de Calçado se tornou referência na região pela arrojada proposta educacional que desenvolvia.

Entender e analisar o processo educativo-cultural que o Colégio proporcionou aos seus alunos, funcionários e comunidade, bem como a contribuição dada à região constituem o objetivo principal desse estudo.

Esta pesquisa tem como base teórica autores cujas reflexões sinalizam como ponto central de suas obras a memória, a análise do discurso, a história oral, as relações sociais, a narração. Dessa forma, Henri Bérgson[2], com Matière et Mémoire, Maurice Halbwachs[3], com Les cadres sociaux de la mémoire, Water Benjamin[4], com Obras Escolhidas, volumes I e II, Ecléa Bosi[5], com Memória e Sociedade: lembranças de velhos, José Carlos Sebe Bom Meihy[6], com Manual de História Oral, Eni Orlandi[7], com Análise de discurso e tantos outros que deram uma contribuição relevante a este estudo.

Matière et mémoire, de Bérgson, fornece subsídios que ajudam a entender a natureza e as funções da memória. Ao interpretar o pensamento de Bérgson, assinala Bosi (2003):

> Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

Segundo, ainda, Bérgson, as lembranças estão na cola das percepções atuais, “como a sombra junto ao corpo” . A memória seria o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”.

Halbwachs (1925), apud Bosi (2003), estuda os “quadros sociais da memória”, a realidade interpessoal das instituições sociais. Dessa forma, a memória do indivíduo está relacionada à classe social a que pertence, ao relacionamento com a família, a igreja, a escola, a profissão, aos grupos de referência.

Para Bosi, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. Teria razão, portanto, Benjamin (1994, p. 219) ao dizer em *Omelete com amoras:* “como haveria eu de temperá-la com tudo aquilo que, naquela época, nela desfrutastes: o perigo da batalha e a vigilância do perseguido, o calor do fogo e a doçura do descanso, o presente exótico e o futuro obscuro”. Teremos ou não como trazer à memória dos pesquisados o *sabor* dos tempos de colégio?

Pela análise do discurso, busca-se estudar o “discurso que, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”, Orlandi (2002, p. 15). A linguagem, para a análise do discurso, é mediação entre o homem e a realidade natural e social. Pode-se conhecer a capacidade do homem de significar e significar-se, pelo discurso.

A questão que a análise do discurso se coloca é: como este texto significa? (Orlandi, 2002,p.17). Segundo a autora, para responder a esta questão, a análise do discurso produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.

Segundo, ainda, Orlandi ”a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeito”. Elaborar perguntas é responsabilidade do analista e cabe a ele dar significado a elas. Isto nos reporta a Paulo Freire, quando diz: “é mais importante formular perguntas do que dar a

resposta", estando aí implícita a relevância da questão formulada que, por sua vez, desencadeará a análise. De posse de seu dispositivo analítico, o pesquisador mobiliza conceitos, procedimentos, sua prática de leitura e de interpretação com os quais procura resolver suas questões.

Cumpre lembrar que as condições de produção do discurso compreendem basicamente os sujeitos, a situação e a memória. Por sua vez, a memória tem características próprias e é tratada como interdiscurso, por isso chamada, também, de memória discursiva que significa o saber discursivo que, por sua vez, é o pré- construído, o já- dito, que tem por base o dizível. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Deduz-se, portanto, que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo. As condições de produção sinalizam três aspectos básicos: o material, o institucional (a formação social) e o mecanismo imaginário, Orlandi (2002).

A história oral temática, por sua vez, orientou a coleta dos depoimentos que constituíram parte do *corpus* para a análise de discursos de ex-alunos do Colégio de Calçado, de funcionários e de representantes da comunidade Uma das entrevistas já realizadas faz parte desse trabalho.

O *corpus* deste estudo é composto por: a- publicações de artigos no jornal "A Ordem", de São José do Calçado e no jornal "A Voz do Povo", de Bom Jesus do Itabapoana, reunidas no livro "O Ginásio de Calçado e o seu cinqüentenário, de Mercês Garcia Vieira[8] (s/d); b- depoimentos colhidos através de história oral temática; c- leitura de imagens: fotografias, pinturas e desenhos relacionados ao colégio.

3- ALGUNS RESULTADOS

Pesquisa realizada em Vieira (s/d) e em alguns dos depoimentos colhidos pela história oral demonstra que o Colégio era o marco cultural calçadense da época e o pólo educacional da região. Artigos publicados em jornais e discursos proferidos por ocasião do cinqüentenário do Colégio, bem como por algumas histórias orais já colhidas demonstram ufanismo e satisfação em ter sido aluno daquele estabelecimento de ensino. A educação no Colégio de Calçado, a exemplo do personagem de Benjamin (1993, p. 37*)* que*,* diante da leitura*,* se

deixava concernir pelo acontecido *e ficava com o corpo coberto pela neve do lido,* levava, da mesma forma, os alunos do período compreendido entre 1939 e 1959 a se encantarem pelos acontecimentos ali vividos, ficando, também, *cobertos pela neve do lido .*

A análise dos discursos sinaliza, dentre outros aspectos, compreensão, conhecimento, reconhecimento, preparo atitudinal diante da vida e um grande orgulho em ter sido membro daquela comunidade. O Colégio de Calçado abriu perspectivas não sonhadas por muitos jovens da região, conforme atestam muitos depoimentos de ex-alunos. Almeida, em um texto de 1989, do livro O Ginásio de Calçado e seu cinqüentenário (s/d, p.57), de Vieira, assinala: O Colégio de Calçado, marco principal da história de São José do Calçado, visava beneficiar seus conterrâneos de todas as estirpes, principalmente, os mais pobres. O autor do texto se nomeia um dos beneficiários da educação - um dos bolsistas. Além de advogado, chegou à presidência de um banco.

"*Je suis présent*" marcava o início das aulas de francês, ministradas por Dª Mercês, e se tornou o título de outro texto escrito por ocasião do cinqüentenário do Colégio. Pondera o autor, desembargador José Cabral de Melo, aposentado, rememorando o menino de 11 anos de idade, deslumbrado com aquela língua: "Afinal, falar em Francês nesta querida terra calçadense, no ano de 1939!... Era necessário? Ou era pretensão? Ou era ficção?"

O autor ressalta, ainda, que o tema da aula sempre juntava a língua à sua própria história. Dessa informação, podemos inferir que a professora se preocupava já àquela época em contextualizar o ensino, acrescentando fatos históricos pertinentes.

Além desses conhecimentos, havia também o sinal da religiosidade que, segundo Melo, o Ginásio de Calçado foi precursor. A aula terminava com a reza da Ave Maria em francês. A escola, para Melo, era amiga, de preceitos rígidos e de ensino forte, de onde saíram políticos, médicos, advogados, dentistas, empresários, professores, diplomatas, governador do estado, ministro. No contexto do discurso de Melo, a profissão professor já não figurava como ilustre. Relata o autor que, ao se referir ao Professor Lourismário (juiz) foi repreendido pelo Dr. Pedro Vieira (proprietário do colégio): Professor, não. Dr. Lourismário. E conclui o autor: "pela primeira vez aprendi o dever de valorizar a cultura". Pergunta-se, então: a que

cultura Melo se referia? ela só existe no meio jurídico? Os demais professores não possuíam cultura? A tão adorada Dª Mercês, sempre apresentada por outros ex-alunos e pelo autor do texto, também, como eterna professora, culta, fina, competente e que nos idos de 1939 já ensinava francês, não seria culta na perspectiva do ex-aluno? Nesse aspecto, as contradições no texto estão colocadas. Finaliza Melo suas reflexões: os idealizadores do Colégio de Calçado viviam 50 anos à frente de seu tempo. E uma mulher professora fazia parte, também, desse grupo...

"A Mulher e o Colégio de Calçado" é o título do artigo escrito por Nádia Teixeira de Rezende que assim o inicia:

Fruto de um belo sonho de um casal, em que o ideal de uma mulher se transformou em granito e verdade na área da educação, Mercês Garcia Vieira, mulher corajosa e grande mestra, deu vazão aos seus anseios de educar, fazendo surgir o Colégio de Calçado.

O Colégio possuía biblioteca, laboratório de ciências, quadra esportiva e o grêmio lítero-esportivo Rui Barbosa que, em suas sessões, procurava formar a consciência cívica e literária de seus alunos, bem como prepará-los para um futuro engajado. Música, interpretação de poesias e de textos, bailes, competições esportivas faziam parte desse cenário. Aliás, como na época não havia clube na cidade, os bailes eram realizados no salão de festas do colégio, onde aconteciam, também, as chamadas provas orais... que produziam muitas lágrimas... e muitas alegrias também.

4- ENTREVISTAS

Sete entrevistas já foram realizadas com representantes das gerações de 40 e 50. Todos enfatizaram a figura da Dona Mercês como a grande idealizadora do Colégio e responsável principal pelos resultados positivos. Participação em olimpíadas em Vitória, a vida cultural e social que o Colégio oportunizava, as aulas de francês, de etiqueta, de literatura, de trabalhos manuais e o grêmio lítero-esportivo foram ressaltados por todos os alunos.

.5- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estudo sobre o Colégio de Calçado e suas ações educativas, sociais e culturais deixou marcas significativas na comunidade e na região. Fotografias, artigos, histórias orais,

desenhos e pinturas fazem parte desse material que se encontra em análise, com o objetivo de resgatar a memória da instituição e os momentos ali vividos pelos grupos que dela faziam parte. Passado iluminando o presente pode orientar ações sociais outras no tempo/espaço do hoje e do amanhã. O período objeto da pesquisa é de extrema relevância para demonstrar o que se pode fazer em prol da educação se a gestão e os atores que nela atuavam estiverem afinados em conhecimento, solidariedade, entusiasmo, dedicação e espírito comunitário. Educar para o sucesso era, de acordo com uma entrevistada, um dos objetivos do colégio. Dessa afirmação, podemos inferir pelas falas de outros que, além do sucesso profissional, o que mais se buscava era o sucesso enquanto pessoa, balizada pela solidariedade, compreensão, amor ao próximo.

6- NOTAS

1. STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx:** roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
2. BÉRGSON, Henri. **Matière et mémoire**:Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999
3. HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. In: BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos, 3.ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1994
4. BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas** : magia e técnica, arte e política. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
5. BOSI, Ecléa, Memória e Sociedade: lembrança de velhos, 3.ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
6. BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo:Loyola,1996.
7. ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios & procedimentos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
8. VIEIRA, Mercês Garcia. **O Ginásio de Calçado e o seu cinqüentenário.** Vitória: Artgraf Ltda. s/d.
9. VIEIRA, Mercês Garcia. Pedro Vieira Filho: família Teixeira de Rezende. Vitória: Artgraf, 1990

Excluídos ou marginalizados: os criminosos em Mariana (1800-1830)

Alan Nardi de Souza – PPG-UFJF

O presente texto objetiva a apresentação de minha pesquisa de Mestrado intitulada *Excluídos ou marginalizados: os criminosos em Mariana (1800-1830)* que vem sendo desenvolvida no Projeto de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora com a orientação do Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara. Os dados e a bibliografia apresentados neste texto se referem apenas ao início de uma pesquisa que deverá ser concluída no final do Mestrado. Como é normal em uma pesquisa que se encontra no início, novas fontes e uma bibliografia com a qual não tínhamos tido contato aparecem, enriquecendo assim o trabalho final. A coleta de fontes se encontra em andamento e um maior número de dados referentes aos criminosos logo poderão ser apresentados.

Minas Gerais, ao longo de todo século XVIII, foi marcada por um número significativo de sedições e motins, nos quais alguns grupos sociais procuravam impor certos limites às políticas administrativas metropolitanas, com especial ênfase no que respeita às novas políticas tributárias que constantemente se propunham. Os levantamentos da Vila do Carmo, em 1713; os de Sabará, Vila Nova da Rainha, Vila Rica e, novamente, Vila do Carmo, em 1715; os motins de Catas Altas, entre 1717 e 1718; os motins de Pitangui, entre 1717 e 1720; a rebelião de Vila Rica, em 1720; a sedição do São Francisco, em 1736, e os levantamentos em Campanha do Rio Verde, em 1746, confirmam o potencial contestador de alguns grupos sociais desde o início da ocupação do território das Minas. Nestes motins é possível constatar a participação de grupos sociais considerados perigosos pelas autoridades portuguesas: negros, forros, índios, mamelucos e vadios. Devemos ressaltar também, que além de atos de vandalismo contra a propriedade, observamos mortes, estupros e outros comportamentos cruéis.

Caio Prado Júnior, na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, verifica que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, eram escassos na colônia, abrindo-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os

escravos. Para ele os primeiros eram os dirigentes da colonização nos seus vários setores e os outros a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas, os senhores e os escravos, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados, indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma.

> Finalmente a última parte, a mais degradada, incomoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos vadios que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o leitmotiv de seus relatórios; [...]. (PRADO JR, 1983. p. 283)

De acordo com Laura de Mello e Souza, na obra *Desclassificados do Ouro,* a extrema pobreza foi uma das principais marcas destes desclassificados.

> Criava-se um círculo vicioso: o sentimento de estranheza ante um sistema que não o abrigava tolhia no desclassificado a possibilidade de se identificar com o seu semelhante, e o lançava na violência; esta, por sua vez, opunha-o a seu semelhante, e impedia o crescimento da consciência de grupo. O mesmo mecanismo se verificava quando as atividades repressivas incorporavam o desclassificado: perseguindo e matando o seu igual, o algoz se identificava com a camada dominante e experimentava um sentimento de estranheza ante o seu companheiro de miséria: assim, a possibilidade de se transformar em carrasco do seu semelhante subentendia o congelamento da consciência de grupo. (SOUZA, 1982. p. 218)

Marco Antônio Silveira, na obra *O Universo do Indistinto,* nos informa que a vida cotidiana nas Minas esteve longe de se caracterizar por um clima de humanidade e confiança, pois os inúmeros conflitos diários multiplicavam-se em agressões e assassinatos; casas eram com freqüência violadas; armavam-se tocaias por vingança; mulheres sofriam constantes surras de seus parceiros; soldados abusavam livremente de sua autoridade. O conjunto destes crimes, em sua maioria cometidos nas “perigosíssimas noites” do mundo mineiro, desvendava uma realidade em que a violência tornava-se uma linguagem fundamental. “Um certo ar de impunidade parecia vigorar, dada a facilidade com que alguns crimes eram cometidos”. (SILVEIRA, 1997. p. 143)

Marco Antônio Silveira acreditava que tal contexto de insegurança associava-se à pobreza e a uma estrutura econômica de desigualdades. Mas não foram somente as "pessoas comuns" que criavam tumultos e agiam com violência. Outro problema crucial da violência mineira foi o abuso dos "homens de patente", talvez por um possível reflexo da crescente militarização da capitania, a despeito dos baixos soldos e descuido das tropas.

O contexto do *aluvionismo social* originava demandas intermináveis que só desgastavam fortunas e canalizavam cabedais para as mãos de burocratas, gerava ainda um movimento de marginalização de grande parte dos habitantes que também buscavam a criminalidade como meio de sobrevivência. A sociedade mineira setecentista

> engendrou uma cultura particular no mundo moderno, embora vinculada às mudanças comportamentais e valorativas desencadeadas na Europa – cujo sentido apontava para a civilização - , constituiu-se em um cenário marcado por forte instabilidade. O ouro gerou nas Gerais uma dinâmica de intensidade desconhecida até mesmo nos demais domínios coloniais. (SILVEIRA, 1997. p. 145)

A violência e a criminalidade também estiveram presentes em Minas durante o início do século XIX. Uma das fontes utilizadas na pesquisa são os *Termos de prisão*, documentação presente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, que traz o nome do preso, a data da prisão e o crime cometido pelo mesmo. A partir da leitura dos termos de prisão dos anos de 1800-1810 pudemos identificar os nomes destes presos e a partir daí seus respectivos crimes. A tabela abaixo demonstra a variedade de crimes que estiveram presentes no cotidiano da população do Termo de Mariana.

Tabela 1 – O Crime em Mariana (1800-1810)

	Crimes	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
	Desordem	2		2

Crimes Contra a Ordem Pública	Infração de posturas	3		3
	Resistência à autoridade	1	1	2
	Agressão de autoridades	2		2
	Vadiagem	1		1
	Porte de armas proibidas	1		1
Crimes Contra a pessoa	Homicídio	24	1	25
	Tentativa de homicídio	5		5
	Injúrias	1		1
	Agressões físicas	30	2	32
	Rapto	1		1
	Mancebia	2		2
Crimes Contra A propriedade	Contrabando	1		1
	Danos à propriedade	3		3
	Dívida	4		4
	Furto e Roubo	20 e 2		22
	Penhora	55	2	57
	Fabricação de moeda falsa	2		2
	Ocultação de bens	4		4
	Porte de ouro falso	2		2
	Pagamento com ouro falso	1		1
Outros	Querela	10	2	12
	Não consta	46		46
	Total	222	8	230

Fonte: Códice n° 167 contido no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Podemos perceber através da tabela 1, que num total de 230 prisões entre os anos de 1800-1810 destacam-se os crimes relativos a penhora (57), agressões físicas (32), homicídios (25) e furtos (20), mas outros crimes também aparecem. Nossa proposta de pesquisa objetiva relacionar a violência cotidiana na região das Minas às estruturas sociais vigentes no início do século XIX.

O Capitão Manoel Pinto da Fonseca foi preso no dia 17 de fevereiro de 1800 por não entregar um escravo penhorado.[1] Luiz Vicente filho do Coronel Luiz Correa foi preso no dia 25 de fevereiro de 1802 pela morte de Jacinta crioula.[2] Vicente Barbosa, filho de Josefa Barbosa foi preso no dia 08 de novembro de 1803 por furtar dez selos de 640 réis cada um, de João de Oliveira Souza.[3] Jacinto de Souza Novaes, homem branco de 42 anos que vivia de negociar gado, foi preso no dia 14 de janeiro de 1804 por causa de ferimentos feitos na

parda Suzana Ferreira.[4] José Manoel, pardo de 30 anos que exercia o ofício de sapateiro, foi preso no dia 06 de março de 1804 pela assoada que com outros praticou no Rosário.[5] Martinho José da Silva, pardo forro de 22 anos, foi preso no dia 07 de maio de 1804 por ter fabricado ouro e moeda falsos.[6] Antonio João Ramos, meirinho das Execuções, foi preso no dia 02 de outubro de 1804 por haver insultado na noite do dia 21 de setembro a certas mulheres desta cidade (por conta de cobrança) e também se desentendo com palavras.[7] Domingos Alves Bacelar foi preso no dia 07 de março de 1806 por querela de honra e virgindade que dele deu Marcilina dos Santos.[8]

O Capitão Antonio Luiz Moreno foi preso no ano de 1804 por não entregar seus bens que estavam penhorados. Podemos encontrar no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana seu inventário e seu testamento. O que levava um Capitão à não cumprir uma ordem da justiça e ser preso por isso? O que levava algumas pessoas a cometerem os crimes? Estes criminosos eram excluídos ou marginalizados? Neste sentido, a metodologia de pesquisa se enquadra nos pressupostos da história vista de baixo, que vê nos excluídos uma importante fonte de trabalho para os historiadores.

De acordo com Jim Sharpe, a perspectiva da história vista de baixo atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada. Para Sharpe, mesmo hoje, grande parte da história ensinada nas universidades ainda considera a experiência da massa do povo no passado como inacessível ou sem importância; não a considera um problema histórico; ou, no máximo, considera as pessoas comuns como “um dos problemas com que o governo tinha de lidar”. Neste sentido, os criminosos de Mariana se encaixam nesta perspectiva, pois eram um problema que o governo tinha de lidar.

Ainda segundo Jim Sharpe, aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionam um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado, mas também tornam claro que existem muitos segredos que poderiam ser conhecidos e que ainda estão encobertos por evidências inexploradas. “A história vista de

baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar". (SHARPE, 1992. p. 62)

De acordo com esta perspectiva, nossa proposta de estudo pretende-se enquadrar no campo de atuação da História Social, tendo como recorte espaço temporal a cidade de Mariana no início do século XIX.

Pretende-se através das fontes criminais (termos de prisão, autos de prisão hábito e tonsura[9] e processos crimes), dos inventários e testamentos, presentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana e na Casa Setecentista de Mariana, pensar de que maneira os criminosos refletem a organização da sociedade mineira, entendendo as relações do processo de formação social em Minas no início do século XIX, e destacando o universo desses criminosos. Para podermos verificar onde se enquadram estes criminosos dentro da sociedade mineira do século XIX estamos rastreando toda a documentação referentes a estes. Para isso, com os métodos da História Quantitativa, buscaremos nas Listas de Dízimos, presentes na Casa dos Contos em Ouro Preto, e no Rol dos Confessados, presentes no Arquivo Eclesiástico de Mariana referências à estes presos.

No Brasil, a utilização de arquivos criminais continua pouco explorada, permanecendo "calados" nos arquivos, testemunhos que nos revelam a vida dos homens comuns. O homem, em seu cotidiano banal, nos interessa na medida em que sua história afeta as estruturas profundas da sociedade e influenciam suas mudanças. Tentar desvendar esses dados, presentes nas fontes de investigação, nos permitirá o aprofundamento do conhecimento histórico da sociedade mineira e sua intrincada rede de relações.

---

[1] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 96.
[2] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 104.
[3] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 114.
[4] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 117v.
[5] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 120.

[6] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 122.
[7] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 127.
[8] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, códice 167, f. 142.
[9] Os autos de prisão hábito e tonsura se diferenciam dos termos de prisão comuns, na medida em que trazem informações detalhadas a respeito do preso. Estes autos continham a data da prisão, o nome do criminoso, a localidade em que o preso morava, sua filiação, o crime cometido, o sexo, a cor da pele, a idade, a ocupação exercida, a estatura, a cor ou o tamanho dos olhos, a cor dos cabelos, o formato do corpo, o tamanho da testa, o formato do rosto, o tamanho do nariz, o formato das orelhas e das sobrancelhas, o tamanho da boca e do beiço, o tamanho das mãos e pés, a roupa que a pessoa estava usando no momento da prisão, além dos nomes do tabelião, do carcereiro e das testemunhas.

A Arte Rupestre e a História Oral

Albanêz Daniella Serafim Dias.

O estudo referente à pré-história tem contribuído para a ampliação de conhecimentos e pesquisas envolvendo o modo de vida dos primeiros grupos humanos. É possível conhecer o passado desses povos antigos, como caçavam, plantavam, viviam por meio dos vestígios materiais. Esses vestígios estão em forma de pinturas e gravuras nas paredes rochosas, em artefatos feitos de pedras, barro cozido, instrumentos de madeira, etc. cuja representação rupestre se apresenta de maneira mais apropriada à manifestação cultural.

Desse modo, reconstituir o passado histórico de determinada localidade, utilizando as narrativas construídas e repassadas de geração a geração implica numa valorização de registro mesmo com ausência do tempo. Na relação existente entre memória e história é importante evidenciar a cultura material dos sujeitos históricos, que intimamente relacionado aos sistemas de representação e produção de bens simbólicos caracterizam as diversidades regionais e locais.

Sendo assim, a história oral vai se constituindo e influindo na história contemporânea, como forma de recompor particularidades e coletividades da vida social. Para Burguiére[1] "... definir a identidade de uma sociedade ou de uma região é reconstituir a história de seus costumes, de suas maneiras de viver". Fazer uma pesquisa histórica nessa área permitirá compreender as imagens construídas sobre o passado de um povo. Como diz Burguiére (op.cit.) "O que o historiador retém do passado, corresponde intimamente ao que ele quer compreender ou justificar na sociedade que o cerca".

Desde épocas remotas ao pleistoceno final que há indícios de povoamento de grupos humanos na região nordestina. Na Paraíba fica

evidente a presença do homem pré-histórico nos inscritos rupestres disseminados em diferentes localidades. No período da colonização portuguesa, o capitão mor Feliciano Coelho de Carvalho encontrou, próximo do rio Arosoagipe, gravuras em forma de cruzes, caveiras e desenhos de rosas e molduras. Esses dados encontram-se na mais antiga e conhecida referência bibliográfica de registros rupestres no Brasil, no livro "Diálogos das Grandezas do Brasil", de Brandônio.

Anos mais tarde, enviado a capitania da Paraíba em 1641 pelo governo holandês, Elias Herckmann em seu relatório, "Descrição geral da capitania da Paraíba", relatou a presença de inscrições rupestres em rochedos. Esses espaços escolhidos são objetos de estudos por pesquisadores, uma vez que, o Nordeste brasileiro foi um espaço escolhido por povos pré-cabralianos que buscavam se adaptar as condições climáticas. Para Martin[2], "O sertão da Paraíba com o resto do Nordeste, depois de um período climático de dominante úmida, experimentou um processo gradativo de ressecamento que transformou seu perfil ambiental. Essa transformação se deu de maneira diversificada segundo suas características ecológicas".

A produção historiográfica paraibana, nas últimas décadas, recebe contribuição de diversos historiadores. Porém, ainda são limitadas as pesquisas sobre os indígenas devido às dificuldades de bibliografia do Período Colonial e as destruições nos acervos documentais. Os números que se tem referem-se sucintamente, aos índios Tupis, aos Tabajaras e Potiguaras, que participaram da fundação da Paraíba, e a presença dos índios Cariris durante as invasões holandesas e conquistas do sertão.

Em meados do século XVII, segundo concepções de alguns historiadores, a tribo indígena que ocupava determinada região do Curimataú Oriental corresponde aos Sucurus. Estes concentrados originariamente em Bananeiras e Cuité abrigavam os vales dos rios Curimataú e Trairi. Neste

período, acontecia a intensificação de colonizadores no interior da Paraíba devido à criação de gado. Dados registram o deslocamento de nações indígenas, que além de apresentar a característica de seres nômades estavam sendo vítimas de bandeirantes e missionários que buscavam tomar as terras, utilizando-se da catequização, aprisionamentos e mortes.

A Serra de Caxexa apresenta em algumas de suas rochas inscritos rupestres com tonalidades avermelhadas. Tal rocha é conhecida por moradores da região como a "Pedra do Letreiro". Em outra localidade próxima a serra, na "Pedra do Caboclo", verificou-se diversas pinturas rupestres na rocha, também de coloração avermelhada. Segundo estudos realizados em determinada "pedra", essa cor foi possível com a utilização de óxido de ferro.

Sabe-se que o território nacional brasileiro foi habitado a milhões de anos atrás por povos indígenas que deixaram suas marcas registradas em forma de pinturas e gravuras em rochas. Como afirma Pivetta[3], "A atividade gráfica nos primórdios da humanidade, basicamente desenhos pintados ou gravados sobre pedra por povos do passado distante, está presente em todos os continentes, com exceção da gélida Antártida".

Essa forma de artefato cultural deixado pelo homem constitui um sítio arqueológico. É possível conhecer o passado dos povos antigos como caçavam, plantavam, viviam através dos vestígios materiais. Por isso, a ciência da Arqueologia utiliza-se dos vestígios para estudar a vida e a cultura desses povos. Os vestígios estão em forma de artefatos feitos de pedras (também chamadas líticas), barro cozido, ossos de animais, esculturas de pedras, instrumentos de madeira, cerâmica, pinturas e gravuras nas paredes rochosas de pedras.

Essa variedade de materiais traz informações sobre a caça, a pesca, a agricultura, a tecnologia, os valores sociais, gostos e simbolismos, a maneira como as pessoas armazenavam produtos, comiam, faziam rituais,

festas, cerimônias fúnebres. Tudo isso compõem a “cultura material” dos mais variados aspectos de vida do passado. Logo, os vestígios arqueológicos são os indicadores e integrantes do sistema cultural, em que o passado vem à tona, dando oportunidades às vozes que atravessaram os tempos.

Os caminhos trilhados pelo homem são marcados por construções culturais obtidas no contato com o meio natural. Esse resultado tem caráter significativo na condução da existência humana, e são ao mesmo tempo, recuperadores e construtores de memória. Nesse sentido, é a partir do levantamento etnográfico de determinados povos, sua origem, suas línguas, suas religiões e os seus costumes que o estudo da memória vem sendo trabalhado e modificado conforme os novos olhares lançados nos diferentes sociedades humanas.

Nesse sentido, busco estudar a cultura popular realizando entrevistas orais com moradores daquela região. Como já dizia Ecléa Bosi[4] (1994), os velhos “... são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara...” A importância das entrevistas com antigos moradores de um determinado lugar fortalecem o conceito de memória e tradição, uma vez que, no mundo imperado pela globalização esses conceitos se tornam cada vez mais descartáveis.

A partir dos relatos podemos perceber que os depoimentos dados pelos moradores estão completos de elementos simbólicos. Vale ressaltar a complexidade e multiplicidade das relações sociais de determinado povo. Entrevistando, velhos moradores da Serra da Caxexa, percebemos as marcas de diversas histórias de tal forma a serem relembradas e narradas. A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações.

Com os avanços de pesquisas no campo da história oral se intensifica o uso da entrevista que passa a ter mérito, uma vez que, serve de

arquivamento e análise da documentação colhida. Como também permite reverenciar vozes antes silenciadas. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da historia oral.

Vale ressaltar que a base existencial da história oral é o depoimento cujos elementos fundamentais são o entrevistador, entrevistado e a aparelhagem de gravação. Dentre os cuidados que se deve ter no uso da entrevista está a permissão do direito a autoria por parte do entrevistado. Estabeleci para este resgate tradições orais, a participação de pessoas, entre os mais velhos depositários das tradições que guarda a síntese da história passada de geração a geração. Os casos de tradição oral implicam o uso do que se chama de narrativas emprestadas como pra explicação do presente e a tradição oral necessita da retomada de aspectos transmitidos por outras gerações dá-se o empréstimo do patrimônio narrativo, alheio, quase sempre herdado dos pais, avós e dos velhos.

Logo, esse tipo de estudo permite fazer uma leitura da sociedade atribuindo significado as histórias contadas pelos moradores que, consciente ou inconsciente estão guardados em sua memória. Nesse processo e reconstituição pré-histórica cresce as possibilidades de se achar maior diversidade cultural no tempo e no espaço.

---

[1] BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: Le Goff, Jacques. A História Nova. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.p.127.

[2] MARTIN, Gabriela; PESSIS, Anne Marie. A Pré-História na Paraíba: passado e futuro. Arqueologia & Patrimônio. Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura. Fundação Seridó, 1996.p.8.

[3] PIVETTA, Marcos. A arte na Pré-história do Brasil. Revista Pesquisa FAPESP, nº 105. Novembro de 2004.p.82

[4] BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembranças dos velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

A CONSTRUÇÃO DE MODELOS: DISCURSOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FEMININA NO PERNAMBUCO COLONIAL

Ms. Alberon de Lemos Gomes[1] - UPE

A educação das mulheres, dentro do processo de afirmação da mentalidade tridentina e barroca européia nos trópicos, era um procedimento de suma importância para a consolidação dos ditames temporais e espirituais com vistas ao sucesso da ação colonizadora[i]. Com base no relato de cronistas e viajantes, nos discursos de teólogos, buscaremos aqui reconstituir a teia social dos discursos e práticas da educação feminina na América Portuguesa, em especial, na capitania de Pernambuco.

Na Europa moderna, no seio da cultura barroca, devido ao surgimento da dita vida das Cortes, um novo lugar foi destinado à figura feminina das elites. Neste escalão superior da sociedade européia a instrução foi um fator, cada vez mais, cobrado e exigido das moças casadoiras. Segundo Jean Delumeau,

> "*só no século XVII é que a instrução das raparigas fora de casa, graças, em especial, às Ursulinas e às Visitandinas, foi um facto de real importância social. Mas, no século XVI, havia mais mulheres cultas que em nenhuma outra época anterior*".[ii]

Em Portugal, segundo a historiadora lusitana Maria Antónia Lopes, esse fenômeno só viria a ocorrer na segunda metade do século XVIII; antes deste período, segundo a autora, prevalecia na sociedade lusa um discurso normativo em torno da figura feminina marcado pela claustromania e recusa da sociabilidade heterossexual.[iii] Para Maria Antónia Lopes, pelo menos até a segunda metade dos setecentos,

[1] Mestre em História pela UFPE e professor da FFFPNM-UPE.

> "*o discurso normativo cristão insistiu, relativamente à mulher, em duas grandes exigências de comportamento: a proibição do convívio entre homens e mulheres e a necessidade absoluta da clausura feminina para possibilitar essa mesma segregação sexual prescrita*".[iv]

Ainda no século XVIII, o autor ilustrado lusitano Luís António Verney, que, sob a tutela do Marquês de Pombal, reformulou o sistema de ensino lusitano, ao publicar em 1746 o seu *Verdadeiro Método de Ensinar*, onde admoestava que

> "*quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família, são as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida; elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras idéias das coisas. E que coisa boa nos hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizer? Certamente que os prejuízos que nos metem na cabeça na nossa meninice são sumamente prejudiciais em todos os estados da vida; e quer-se um grande estudo e reflexão para se despir deles. Além disso, elas governam a casa, e a direção do econômico fica na esfera da sua jurisdição. E que coisa boa pode fazer uma mulher que não tem alguma idéia da economia?*"[v]

Na América Portuguesa, essas mudanças não se processariam antes da segunda metade do século XIX. Em 1798, o bispo de Pernambuco D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, ao redigir os *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Lugar da Boa Vista de Pernambuco*, proclamava que

> "*aqueles que não conhecem o grande fluxo, que as mulheres têm no bem, ou no mal das sociedades, parece que até nem querem que elas tenham alguma educação; mas isto é um engano, um erro, que traz o seu princípio da ignorância. As mulheres, ainda que se não destinem para fazer a guerra, nem para ocupar o ministério das coisas sagradas,*

não têm contudo ocupações menos importantes ao público. **Elas têm uma casa para governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude**".[vi]

O ideal da matrona se cristalizava, o comportamento perfeito através de uma educação que, voltada para o governo da casa, do marido e dos filhos, limitava-se à apreensão de conhecimentos de leitura e escrita, além da necessidade de saber coser, contar e bordar.

Um exemplo representativo dessa ideologia é uma das inúmeras histórias de Gonçalo Fernandes Trancozo, cuja primeira publicação data da Lisboa de 1575, onde ele nos apresenta o abecedário da matrona exemplar:

"*o A quer dizer que seja amiga da sua casa*

e o B bem quista da vizinhança

e o C caridosa com os pobres

e o D devota da Virgem

e o E entendida em seu ofício

e o F firme na fé

e o G Guardadeira de sua fazenda

e o H humilde a seu marido

e o I inimiga de mexericos

e o L leal

e o M mansa

e o N nobre

e o O onesta

e o P prudente

e o Q quieta

e o R regrada

e o S sezuda

e o T trabalhadeira

e o V virtuosa

e o Z zelosa da honra

Quando tiver tudo isto anexo a si, que lhe fique próprio, creia que sabe mais letras que todos os filósofos".[vii]

Já para Francisco Manuel de Melo, autor do *Carta de Guia dos Casados* (1651), "*a mulher que mais sabe, não passa de saber arrumar húa arca de roupa branca*" e que para ela "*o melhor livro é a almofada e o bastidor*".[viii]

Vistas pela classe letrada metropolitana e colonial como o *"Imbecilitus sexus"*, as mulheres da colônia, assim como muitas do reino, só podiam desfrutar deste tipo de formação educacional. Para tal, os espaços existentes eram os chamados recolhimentos. Estes eram a alternativa às mulheres que gostariam de levar uma vida reclusa, numa sociedade onde os conventos eram limitados e condenados pela coroa lusa, tendo em vista a escassez de mulheres brancas e a importância destas no projeto de colonização. Esses espaços também acabavam sendo utilizados como educandários das filhas da elite colonial.

O primeiro recolhimento que tivemos notícias na capitania de Pernambuco foi o de Branca Dias, que funcionava como escola de trabalhos manuais para as moças da açucarocracia olindense. Nos autos inquisitoriais algumas ex-alunas, ao denunciarem Branca Dias e seus familiares por práticas judaizantes, acabaram por expor um pouco do cotidiano desta instituição.

É o caso de Joanna Fernandes que aos três de novembro de 1593 relatava ao inquisidor Heitor Furtado de Mendoça que

> "*averá trinta e quatro ou trinta e cinco annos que indo ella aprender a coser e a lavrar a casa de Branca Dias(...); cujas filhas Inês*

Fernandes e Guiomar Fernandes que então solteiras insinavão a lavrar e cozer em casa da ditta sua mãi Branca Dias, ella denunciante vio no ditto tempo que na sua casa andou aprendendo que seria espaço de hum anno que a ditta Branca Dias guardava os sabbados".[ix]

Assim como também, Isabel Frasoa que disse, três dias depois perante o mesmo tribunal, que

" *em casa della dicta Branca Dias esteve das portas a dentro tres ou quatro meses pouco mais ou menos, aprendendo a coser e lavrar com as suas filhas, as quais insinavão tambem a outras muitas moças de fóra a coser e lavrar*".[x]

Há registros também de um recolhimento da devoção do Sagrado Coração de Jesus, fundado pelo jesuíta Gabriel Malagrida em Igarassu, por volta do século XVII.[xi] Em 1817, o cronista Tollenare nos informa que

"*não há conventos de freiras na Capitania de Pernambuco; mas Olinda contém um recolhimento para o sexo feminino, no qual não fazem votos. Estas senhoras recebem algumas pensionistas, às quais nada podem ensinar porque elas mesmas nada sabem. Fazem um pequeno comércio de doces e de obras de agulha. É lá que se costuma ir mandar quando não se tem amigos na cidade, em casa de quem repousar*".[xii]

Para a historiadora Arilda Inês Miranda Ribeiro,

"*não existindo um sistema formal de educação feminina na colônia, esta apenas acontecia no interior dos conventos e recolhimentos. Eram esses então, a única alternativa aceitável para as mulheres, além do casamento pactuado pelo pai em função dos interesses econômicos. Sendo os conventos e recolhimentos instituições religiosas, é conveniente lembrar o papel da igreja como elemento*

mediador entre os interesses dominantes da sociedade, que em grande parte eram também os seus e os vários segmentos socialmente dominados".[xiii]

Sustentadas pelos pais, aquelas que ingressavam nos recolhimentos, penetravam numa das câmaras do universo dos discursos da boa conduta moral e social; discursos estes que lhes garantiam a condição de nobres senhoras – se levados na prática à risca – ,evitando os danos da vida ociosa e libertina, pois como afirmava Azeredo Coutinho:

"*a ignorância de uma menina, criada na ociosidade, é causa de que ela se enfade de si mesma, e não saiba em que se ocupe inocentemente. Quando chegar a uma certa idade sem se aplicar das coisas sólidas, ela não pode ter gosto nem estimação do que é bom: tudo o que exige uma atenção continuada a fatiga: a inclinação aos divertimentos, os costumes de estar ociosa, e o exemplo dos outros da mesma idade, e de igual condição, tudo concorre para fazer temer uma vida laboriosa e regular*".[xiv]

Preparadas desde cedo para a vida conjugal, essas meninas encontrariam, para muitos dos produtores dos discursos misóginos do universo barroco e tridentino, sua função social apenas com a realização do matrimônio e da maternidade.

Uma forma de se sobressair no seio de uma sociedade onde a figura feminina deveria restringir-se quase que estritamente ao ambiente doméstico, seria esmerando-se na formação educacional e destacando-se nos campos intelectual e da arte. Fato este quase que inexistente entre as mulheres da colônia. Mesmo assim, Domingos Loreto Couto nos relata de algumas matronas pernambucanas que se destacaram nesse campo. "*Nas letras*" nos conta o carmelita

"*floreceo com grandes creditos D. Ritta Joanna de Souza, natural da cidade de Olinda, e filha do doutor João Mendo Teixeira. Com a*

viveza do seu subtil engenho penetrou mais que ninguém os segredos da Filosofia natural, em que compoz diversos opúsculos. Teve grande lição das histórias da França, e hespanha, e com tanta applicação, que ajudada da sua admirável memória dava de todos os successos especifica e individual noticia. Inclinou-se a pintura, e obrou nesta arte os maiores prodígios, que a fama publica dos mais insignes mestres, que a professarão."[xv]

Nos apresenta ainda Loreto Couto às filhas do pintor Antonio Sepúlveda, também naturais de Olinda, chamadas Thereza, Lucinda, Verônica e Luciana, que com o pai aprenderam o oficio e

"*com poucas liçoens sahirão todas muy consumadas nesta arte; riscam, debuxão, e pitão com perfeição, e singularidade tal, quanto inculca, o singular apreço, que se faz de qualquer artifício seu.*"[xvi]

A lista do frade não para nomeando, segundo ele, as *"heroínas pernambucanas que florecerão em letras"*: D. Anna Francisca Xavier Lins, D. Thereza Lins, D. Maria de Lacerda, D. Isabel de Barros, D. Antonia Cosma dos Santos e D. Laura Soares Gondim.[xvii]

Eram formas diversas, e muitas vezes raras, de divergir do modelo misógino que o projeto colonial, a ideologia católica tridentina e a mentalidade barroca tentava impor às mulheres dentro da sociedade colonial brasileira.

---

[i] Sobre este aspecto vide GOMES, Alberon de Lemos. *A Matrona & o Padre*: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2003.

[ii] DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Volume 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 88.(2 vols.).

[iii] Vide LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*: A Transformação dos Papéis Femininos em Portugal à luz de Fontes Literárias (Segunda Metade do Século XVIII). Lisboa: Livros Horizonte, 1989. Em especial, o capítulo I: "O Discurso Normativo Preexistente". pp. 17-65.

[iv] *Idem.* p. 17.

[v] VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. (volume 5). Lisboa: Sá da Costa, 1952. p. 125.

[vi] Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia.* Petrópolis: Vozes, 1981. p. 71. Grifo nosso.

[vii] Apud RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A Educação da Mulher no Brasil-Colônia*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. pp. 75-76.
[viii] Apud BOXER, C. R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica (1415-1815)* : Alguns Factos, Idéias e Personalidades. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.. p. 126.
[ix] PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL: *Denunciações e Confissões de Pernambuco*.(1593-1595). Recife: FUNDAEPE, 1984.*Denunciações de Pernambuco (1593-1595)*. pp. 30-31.
[x] *Idem*. p.44.
[xi] Vide ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. " Clero e Coroa na Capitania de Pernambuco". In: *CLIO*: Revista de Pesquisa Histórica. UFPE. No. 16, Recife: Editora Universitária, 1996. p. 148.
[xii] TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais*. Recife: CEPE/Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978. p.131.
[xiii] RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A Educação da Mulher no Brasil-Colônia*. p. 89.
[xiv] Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. p. 69.
[xv] COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.pp. 521-522.
[xvi] *Idem.* p. 522.
[xvii] Para uma visão da produção literária feminina na colônia, vide RENOLDI-TOCALINO, Magda M. "Vozes no Escuro: Notas sobre a Escritura da mulher Brasileira no período Colonial". In: *Revista Brasileira de História.* Vol. 12, No. 23/24. São Paulo: ANPUH/marco Zero/STC-CNPq-FINEP, set. 1991/ago.1992. pp. 167-179.

HERANÇAS ESCRAVISTAS E AMBIGÜIDADE POLÍTICA NAS AMÉRICAS

Prof. Dr. José Alberto Bandeira Ramos

INTRODUÇÃO

O presente texto constitui uma versão resumida do relatório de pesquisa de Pós-doutoramento realizada no PROLAM/USP, aprovado pela CPG deste Programa de Pós-graduação e que se encontra disponível para publicação em sua íntegra.

A pesquisa contemplou um período global de mais de três séculos, abrangendo três subperíodos: o primeiro abarca dois séculos e meio (1500-1750) e corresponde ao de formação das sociedades escravistas americanas; o segundo e o terceiro subperíodos percorrem conjunturas de crise prolongada, correspondendo, respectivamente, às chamadas crise do escravismo colonial (1750-1850) e à crise final do escravismo nas Américas (de 1850 até ás três primeiras décadas do século XX).

Trata-se de um estudo de história comparada, em que se tomou o Brasil como referencial e em que se identificaram quatro grandes trajetórias históricas diferenciadas, marcadas, todas elas, pela presença de relações escravistas como divisor de águas.

HERANÇAS ESCRAVISTAS: MANIFESTAÇÕES TÍPICAS

As heranças escravistas são conceituadas como sintomas e processos que vêem até à atualidade. Daí a sua denominação. O que varia, e muito, são suas formas de ocorrência; tal variação tem a ver com as diferenças de percurso histórico, ou seja, com as diferentes trajetórias identificadas. Tais percursos correspondem, no conjunto das Américas, a quatro grandes categorias de trajetória histórica.

A seguir são tratadas algumas dessas principais manifestações típicas de heranças escravistas.

A primeira delas pode ser enunciada como uma forte tendência ao **consumo ostentatório**, em detrimento do que se qualifica como uma **tendência ao inversionismo.**

Trata-se de uma característica bastante acentuada do comportamento das classes dominantes nas sociedades de escravismo colonial, especialmente dos senhores de engenho. **Mas se trata, sobretudo,** do caráter perdulário **da própria economia escravista.**

Isto é exatamente o oposto do que caracteriza as sociedades capitalistas, principalmente aquelas mais clássicas, e desde a sua formação. Como se sabe, o sistema capitalista pressupõe o investimento e o reinvestimento do sobre-trabalho, isto é, da **mais-valia**.

Esta é uma tendência prevalecente, com muito mais nitidez, nos países de origem ibérica da América Latina, do que naqueles oriundos do antigo domínio colonial inglês. Sua presença, por sua vez, se dá em graus variados, nos diversos países da América Latina. Tal tendência, impõe-se assinalar, constitui-se num freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

A segunda manifestação de **herança escravista** vai na mesma direção da anterior: **predominância das relações de caráter pessoal** sobre aquelas que decorrem de **relações contratuais.** Esta é, em verdade, uma característica marcante das sociedades escravistas nas Américas, do chamado escravismo moderno. Em tais sociedades, via de regra, não há contratos—nem escritos, nem orais, e sim, todo um ordenamento social baseado na **tradição, na autoridade pessoal** dos proprietários e/ou dos mandatários do aparelho de Estado, este que tem caráter marcadamente absolutista.

É, exatamente, a situação contrária que caracteriza as sociedades capitalistas, estas que necessitam de **relações contratuais,** para a garantia **do caráter de impessoalidade,** nas relações de trabalho, por exemplo; ao capitalismo -- ou se se quer, aos capitalistas enquanto empregadores de força de trabalho não -- não interessa relações de trabalho de natureza pessoal com seus empregados. Ao contrário, existe toda uma linha de ação que se apóia em instrumento contratual, através de procedimentos administrativos, de natureza funcional-burocrática. Isto é válido, e necessário, não só para ordenar as relações entre capital e trabalho, como para todo o conjunto da estrutura social capitalista.

Esta característica das sociedades escravistas, que se revela na predominância, ou maior importância, das relações de natureza pessoal, exerce também um forte freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção em si. É, por essa razão, uma **herança escravista** que, marcadamente, continua presente nas **sociedades pós-escravistas,** variando tão somente nas suas manifestações especificas, conforme cada uma das quatro grandes trajetórias históricas identificadas**.**

A terceira manifestação de **herança escravista,** de certo modo já implícita na anterior, e que assume importância especial nas sociedades pós-escravistas, pelas implicações políticas que dela decorrem, é o que aqui se chama de **ranço autoritário nas relações de poder;** ranço que se manifesta especificamente sob a forma de uma resistência a qualquer espécie de negociação. Lembre-se que a autoridade pessoal do senhor escravista, ao ser exercida, tende a fechar qualquer espaço para negociação com os que lhe são subordinados, embora tenha havido, sim, ao longo de todo o período **das sociedades escravistas,** outras espécies de entendimento **– mas sem passarem nunca por qualquer espécie de negociação.**

Bem ao contrário, nas sociedades capitalistas, ou nas que caminham para elas, o processo de negociação na compra e venda de força de trabalho, por exemplo, constitui elemento fundamental; e seu instrumento formal são os **contratos de trabalho;** o que pressupõe, evidentemente, algum procedimento de negociação entre as partes. Nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, aquelas situadas longe da assim chamada "periferia", já se chegou até à prática de contratos coletivos de trabalho, envolvendo categorias de trabalhadores e diversas categorias de empregadores. Pode-se assim afirmar que as sociedades capitalistas, em suas formas maduras (claro que situadas nos centros metropolitanos de poder), são marcadas pela prática rotineira de procedimentos de negociação entre empregados e empregadores.

Inversamente, **a resistência aos procedimentos de negociação** é própria dos herdeiros das sociedades que transitaram do escravismo para o capitalismo. Este **ranço autoritário,** presente na ideologia dos herdeiros dos senhores de escravos, hoje donos do

capital, constitui elemento fundamental da **essência autoritária,** vigente até ao presente, nas relações de poder, isto é, na **esfera das relações políticas,** incluindo principalmente as que envolvem as **estruturas estatais.**

Pode-se afirmar, então, que o **poder político,** em todas as sociedades pós-escravistas das Américas, com exceção do caso especial dos Estados Unidos da América em sua origem, é **essencialmente autoritário** – em sua **estrutura**, em suas **práticas**, e em seus **valores**. As formas democráticas de convivência social e política, herança da liberal democracia resultante das revoluções burguesas, são, pois, de caráter muito recente no mundo originário das sociedades pós-escravistas; e de precária sustentabilidade. **Isto deve ficar posto, no processo comparativo de análise, como um aspecto essencial.**

AS CONJUNTURAS DE CRISE E SEUS DESFECHOS

Faça-se referência, inicialmente, ao primeiro sub-período de crise, que é o **da crise do escravismo colonial.** Ele possui características especiais, conforme se assinala a seguir. Em primeiro lugar, pela sua importância, aponte-se para o seu **caráter extracontinental,** na determinação mais profunda da crise do escravismo colonial. Embora esta ocorra no território das Américas, possui, enquanto fenômeno histórico, uma essência e uma dimensão que extrapolam o continente americano. Ela é parte de um processo maior, de **mundialização das relações de poder,** cujo marco inicial foi dado pelas Grandes Navegações, nos primórdios da Era Moderna, em que se promove a incorporação de outros territórios às correntes de comércio, no marco da formação do mercado mundial.

O momento de agudização da crise do escravismo colonial se dá quando este fenômeno, de constituição de um mercado mundial, não só está em plena vigência, mas assume, por isso mesmo, um papel determinante nos processos sociais, sobretudo nas relações entre as potências imperiais, e entre estas e suas colônias. Tal compreensão mostra-se decisiva, em qualquer análise que se tenha de fazer sobre a História das Américas. Todos os fenômenos, os fatos sociais e políticos, ocorridos neste Continente têm que ser encarados nas suas inter-relações com o que se passa **fora das Américas,** isto é, a nível **atlântico**. Tal procedimento de análise histórica comparativa implica em **situar a**

própria crise do escravismo colonial no marco de um processo mais amplo, a nível mundial, ou extracontinental, se se quiser**.**

É preciso esclarecer, com mais precisão, o conceito do que se está denominando de **conjunturas de crise,** especialmente dos seus **processos de desfecho.** As conjunturas de crise são marcadas, no longo prazo, por um processo mais acentuado **de turbulência política.** Os momentos de desfecho de tais conjunturas referem-se, especificamente, ao que já se denominou aqui de **agudização da crise.**

Aspecto relevante, em toda a História da América escravista e pós-escravista, constitui-se no fato fundamental de que, de uma maneira generalizada (salvo exceções), tais desfechos tomam sempre um **rumo conservador.** Tal permite afirmar-se ter havido uma predominância de soluções conservadoras na História das Américas em geral. Tal predominância mostra-se, no caso da primeira grande conjuntura de crise do escravismo, a crise do escravismo colonial, como a sua espécie de **marca registrada.** O que ocorre de específico, neste particular, são as variações de forma e de conteúdo deste fenômeno geral, conforme se trate das diferenciadas trajetórias históricas estudadas.

Focalizem-se agora as conjunturas de crise e seus respectivos desfechos, ocorridas no segundo sub-período contemplado, o da **crise final do escravismo.** O fato fundamental de tal sub-período consistiu na **persistência do escravismo,** mesmo após a derrocada do colonialismo absolutista. É importante entender, neste sentido, que a própria crise do escravismo colonial esteve estreitamente associada a esta derrocada do colonialismo absolutista. Mas é aqui que se impõe entender também que estes dois processos, o da crise do escravismo colonial e o da derrocada do colonialismo absolutista, embora correlacionados, **não são, todavia, necessariamente simultâneos, ao nível do Continente americano.** É por isto mesmo que, neste segundo sub-período, pós-1850, banido o colonialismo absolutista—em face das revoluções burguesas, na Europa e mesmo no Continente Americano—persistiram, em algumas áreas importantes das Américas, como no Império centralista brasileiro, na Cuba colonial, e no Sul da república federalista norte-

americana, relações escravistas de produção, e agora com **forte inserção no mercado internacional.**

No caso brasileiro, tal ocorreu, fundamentalmente, no Centro-Sul, com a lavoura do café; no caso norte-americano, nos seus Estados escravistas do Sul, com as lavouras do algodão e do fumo; e no caso da Cuba colonial, com a produção de açúcar em grandes engenhos escravistas, embora tecnologicamente renovados. Maiores detalhes de tais trajetórias são tratados no trabalho completo.

NATUREZA DA AMBIGÜIDADE POLÍTICA

As análises desenvolvidas ao longo das duas conjunturas de crise tratadas neste estudo permitem entender-se o fato fundamental de que, num longo período histórico nas Américas, as relações escravistas assumiram sempre um papel de centralidade, sobretudo nas conjunturas agudas de crise, atuando como uma espécie de divisor de águas. Tal é o cerne do que aqui se está chamando de ambigüidade política, como fenômeno fundamental na História das Américas.

Tal divisor de águas manifesta-se de modo especialmente dramático quando se analisam os movimentos sociais libertários, mesmo aqueles mais avançados, política e ideologicamente. É que, em sua prática concreta, todos eles esbarravam nas relações escravistas, isto é, na questão escrava, na presença de contingentes escravos na força de trabalho, e também, de modo especial, na medida em que tais contingentes se mostravam como uma força social e política, protagonista, com suas lutas específicas anticativeiro, de um processo que muitas vezes ameaçou, sobretudo na crise final do escravismo, o conjunto da sacrossanta propriedade privada dos meios de produção.

O escravismo, jamais superado historicamente de forma radical, em todas as Américas—a não ser localizadamente e de forma descontínua—o escravismo como sistema remanescente, por suas heranças, nas sociedades pós-escravistas, e até ao presente, representou a grande barreira econômica, política e ideológica para o ingresso das Américas, particularíssimamente a América Latina, na via da chamada democracia burguesa radical que, no caso, requeria o rompimento com o neocolonialismo capitalista hegemônico.

Tal é, então, a razão última do atraso político da América Latina em seu conjunto, e especialíssimamente, da trajetória política percorrida pelo Estado-nação brasileiro. Daí a ambigüidade política como fenômeno fundamental da própria História americana.

A CRISE INTERNA DO PCB VISTA PELAS CHARGES POLÍTICAS

Alberto Gawryszewski - UEL

O relatório de Kruschev, apresentado no XX congresso do PCUS, em 1956, teve repercussões internacionais, afetando as relações políticas entre as direções dos PCs e os seus militantes. No Brasil tal situação não foi diferente e muitos militantes começaram a contestar o prestismo e apontar a adoção da direção coletiva para o PCB como uma solução democrática para o partido. Assim, começou um amplo debate na imprensa comunista. No dia 24 de novembro foi publicada a carta que Luiz Carlos Prestes enviou ao Comitê Central (CC) do PCB sobre os debates políticos. Esta missiva ficou conhecida no meio dos militantes como "carta rolha". Os três princípios que deveriam normatizar os debates seriam: 1) não criticar a URSS nem o PCUS; 2) não criticar os dogmas doutrinários do marxismo-leninismo; 3) impedir que circulassem idéias do inimigo no seio do partido. Um comitê de censura foi criado para manter o debate dentro da "bitola prestista". Essa proposta de controle não surgiu o efeito desejado, ampliando ainda mais o debate, com a publicação de artigos contra os dogmas do stalinismo. A charge política não poderia ficar de fora.

Encontramos sete charges políticas referentes ao debate, todas de autoria de artistas estrangeiros, que mostraram seus trabalhos em publicações de órgãos oficiais comunistas (PCI e PSUA). Apesar dos intensos debates que se realizavam na imprensa comunista brasileira, inclusive com a participação dos intelectuais do PCB, nenhum artista pátrio realizou ou ousou crítica tão direta ao CC. Ou quem sabe, a censura partidária neste caso tenha funcionado bem. Pelo pequeno espaço disponível, vamos apresentar apenas cinco das charges políticas encontradas.

O debate começou no Voz Operária, em 06 de outubro de 1956, e quatro números depois - um após da publicação do Projeto de Resolução do CC - encontramos a primeira imagem satírica. Esta foi desenhado por Eugene Taru, uma artista romeno, constante nas páginas dos periódicos comunistas, e retirada de uma revista do PCI para a

edição do Voz Operária[1]. Nela vemos um dirigente (italiano, brasileiro ou soviético?) na forma de um pavão. Este animal tem um rabo vistoso e o utiliza para se exibir, parece representar uma auto-suficiência, superioridade e orgulho. Ele está fugindo de uma tesoura

que está querendo cortar seu rabo. Este instrumento que é geralmente associado a censura, aqui representava o oposto, ou seja, ela representava a crítica que vem da maioria e buscava desbancar a auto-suficiência, arrogância, desprezo e a majestade do pavão. Acompanhava a charge o título ("Não adianta correr...") onde o artigo deixava claro que cabia ao dirigente parar de correr e enfrentar as críticas que caem sobre ele, pois elas eram mais fortes e corriam mais, daí alcançá-lo.

O militante que vinha acompanhando os acalorados debates, facilmente entenderia a charge acima. Ele é cômica, sagaz, ácida e direta. Logicamente é cômica para quem defende o debate, pois provavelmente os dirigentes do PCB não sorriram ao ver tal imagem. Esta, entretanto, não está isolada. O redator escolheu colocá-la na página cujo tema é "Uma discussão que reflita os problemas atuais", estava cercada de dois artigos, um de Simão Gorender ("Algumas questões do movimento juvenil") e outro de Armando Lopes da Cunha ("O programa e os caminhos de desenvolvimento do Brasil"). Simão começou seu artigo criticando o atraso de oito meses para o início dos debates. Criticou duramente o CR do Rio e pergunta: Por quê, então, não se lançar à discussão com toda paixão, se é justamente a falta de discussão o pior entrave que impede uma justa solução para os nossos problemas? Até aquele momento qualquer tentativa de debate era considerado heresia, a disciplina partidária era apresentada como razão para impedir discussão. "Disso resultou a formação de pretensos super-homens, em quase todos os escalões, que se colocavam como 'donatários' para fazer prevalecer a ferro e fogo as diretrizes 'baixadas' e outra não foi nossa função senão – como na bíblia – pregar dogmas e mandamentos".[2]

1 Voz Operária, 27/10/56 P.05.

2 GORENDER, Simão - "Algumas questões do movimento juvenil". In: Voz Operária, 27/10/56 P.05

Armando partiu para a crítica do Programa do PCB, considerado irreal e com vários erros. Tratava-se de uma crítica às análises do CC, em especial, sobre a realidade brasileira e os métodos de ação. Portanto, ambos os autores criticavam o autoritarismo, as verdades absolutas, os dogmas e defendiam um amplo debate. A charge política sintetiza a questão, reforçando os textos com humor.

A segunda charge política, de autor desconhecido, publicada no número seguinte do Voz Operária, também na página "Uma discussão que reflita os problemas atuais", foi retirado do semanário "Voce Comunista", da Federação Milanesa do PCI e reproduzida pelo L'Unitá, de Roma.[3] Vemos que compõem a charge um título, a imagem, diálogos empolgantes entre a massa militante e simpatizantes do PC. Paralelamente ao debate intenso temos os membros do CC pensando, pensando, estudando e estudando de que modo se devia suscitar o debate. Os pontos de vistas já estão sendo apresentados em via pública, democraticamente demonstrando que não se podia adiar mais um debate, nem esperar pela posição dos dirigentes. Igualmente à anterior, esta é cômica, ácida, demolidora e direta.

Acompanhava a charge quatro artigos: de Roberto Morena ("Algumas opiniões sobre o programa e a tática"), de Maurício Pinto Ferreira ("Reavaliações que se impõe"), de Aydano do Couto Ferraz ("Um importante aspecto do debate") e de Quintino de Carvalho ("O Partido não é tudo"). Maurício Ferreira criticou o Projeto de Resolução do CC, considerando-o superficial, fugindo dos debates desejados por todos e não fazendo qualquer referência a estrutura orgânica obsoleta do Partido. Desejava um PCB que não fosse mais a imagem do PCUS, que o levava a táticas errôneas e a um subjetivismo nas análises, e isto o levou a negação do papel histórico da massa brasileira: "(...) Já não satisfaz a ninguém explicar-se o papel do PC, como o de 'vanguarda da classe operária e do

povo', Isto se aprende nos livro, mas a vida, teimosa como ela é, nos impõe s distinção entre a nossa vontade e a dura realidade".[4]

Roberto Morena, "glória do movimento comunista mundial"[5], em seu artigo seguiu as linhas traçadas por Maurício Ferreira, afirmando que os comunistas estavam habituados aos manuais e compêndios na busca de fórmulas, soluções sob medida, sem qualquer noção de espaço e tempo. Por isso as táticas e análises, em especial as contidas no Programa, fugia à realidade brasileira, levando a que o PCB tomasse medidas políticas errôneas. Afirmou que também no Brasil se desenvolveu o culto à personalidade: o prestismo (culto a Prestes). Depositava-se a salvação do país e do povo nas mãos de uma pessoa e não na organização das massas e na luta coletiva.[6]

Quintino de Carvalho fez duríssimas críticas ao Estado burocrático na URSS, ao PCUS, ao estatuto, ao Projeto de Resolução e ao CC do PCB. Suas palavras merecem ser citadas: "(...)De servidor, o Partido converte-se em senhor do povo. Não confia nas massas, teme dar livre curso à sua iniciativa criadora, à sua participação direta na solução de seus próprios problemas. Arroga-se o direito de agir e pensar pelas massas, de guiá-las pelo cabresto, de pastoreá-las. Exagera sua missão, seu papel na sociedade – Transferindo-se para si – i e', a um grupo de indivíduos, ou aos dirigentes desse grupo centralizado – o papel das massas. Não será cair em posições idealistas, negar o marxismo?"[7]

Por fim o redator do Voz Operária também deu seu recado: defendeu a liberdade de opinião dos jornalistas criticando a antiga imprensa comunista. Afirmou: "O ponto de vista de que os jornalistas e escritores comunistas conhecidos, quando escreviam o faziam como porta-vozes da direção do Partido, demonstrando ser profundamente esterilizante e, no final das contas, uma ação dissimuladamente esgrimida para castrar a

3 Voz Operária, 03/11/56 Pp.6/11.

4 FERREIRA, Mauricio - "Reavaliações que se impõe", In: Voz Operária, 03/11/56 P.11.

5 BENÉVOLO, Hélio – Op. Cit., P. 134.

6 MORENA, Roberto – "Algumas opiniões sobre o programa e a tática", In: Voz Operária, 03/12/56. Pp. 06/7.

7 CARVALHO, Quintino - "O Partido não é tudo", In: Voz Operária, 03/12/56. P. 07.

iniciativa dos intelectuais comunistas ao invés de desenvolvê-la(...).”[8] A charge política que acompanhou os textos, sem dúvida, foi escolhida a dedo, como todas, como vimos e veremos.

Após uma ausência de imagens por três números, na separata de dezembro do “Boletim de Debate”, composto por quatro páginas, vamos reencontrá-las. Nesta separata foram agregadas três imagens, todas retiradas do “Freie Welt”, do P.S.U.A., revista do PC da Alemanha Oriental (RDA), em um total de sete textos. Vamos analisá-la a partir de agora.

Ao lado vemos a primeira charge política publicada.[9] Não possui título, mas possui diálogo entre os personagens. O líder, mais forte, superior, com um ar de maldade impõe ao seu camarada – menor e mais frágil – uma posição “livre”, ou seja, deveria o companheiro Meyer (nome que corresponde ao nosso Zé, João ou Silva) criticar severamente o temperamento despótico de seu líder, ou poderia receber as conseqüências, isto é, seria colocado no olho da rua (ou seria expulso do partido?). Percebe-se que a mesma contém as características das imagens italianas anteriores: direta, crítica, eloqüente, feroz e cômica (do ponto de vista de quem critica, é claro!)

— Escute, aqui, companheiro Meyer. Se você, na reunião de hoje, não criticar severamente o seu temperamento despótico, será posto no olho da rua.

(Da revista "Freie Welt", do P.S.U.A.)

A charge ilustrou dois textos bastante sintomáticos: de Carlos Rogério Garcia (“O culto da personalidade na URSS e no Brasil”) e de Rui Facó (“Os debates e o papel da ‘Voz Operária’ ”). Carlos R. Garcia acreditava que o culto da personalidade, que ocorreu na URSS, foi devido às reminiscências pequeno-burguesas dentro do Partido, que após o XX Congresso estaria sendo resolvido. No caso do Brasil afirmava que não se deveria apenas copiar as fórmulas e análises da URSS, devia-se fazer um estudo baseado na ciência marxista. Reafirmava sua confiança no Partido e no camarada Prestes. “Precisamos antes

8 FERRAZ, Aydano do Couto, - “Um importante aspecto do debate”, In: Voz Operária, 03/12/56. Pp. 6/7.

9 Voz Operária, 22/12/1956. P. 13.

de mais nada, preocuparmo-nos em garantir a unidade de nosso partido e sua pureza ideológica, com a intransigente centralização democrática e absoluta submissão da minoria à maioria, pois constituímos o agrupamento voluntário e disciplinado(...)". [10]

O segundo texto foi escrito por um membro da Comissão de Massas do CC, um ortodoxo do Partido, membro que se posicionava contrário a quebra da hierarquia e possivelmente contra o debate, apesar de afirmar neste artigo que se regozijava com o Voz Operária por ter aberto o debate. Rui Facó, entretanto, estranhou o fato do Voz Operária silenciar-se – pelo menos até o dia 10 de novembro – sem dar nenhuma resposta imediata a concepções e pontos de vistas, segundo sua concepção, contrários a doutrina marxista. Pretendeu, assim, com este artigo cumprir parte desta função, pois rebateu o artigo de Maurício Pinto Ferreira, já visto, que acusava conter afirmações inteiramente falsas, além de conceitos errôneos. Colocou o PCB novamente como vanguarda e temeu pela confusão que poderia gerar as explanações teoricamente erradas. Daí concluiu, como membro atento, vigilante, que protege as cabeças frágeis, que tem as respostas e os conceitos registrados em sua mente: "Por isso, minha opinião é que, por mais amplo que seja o debate ora travado, é **nosso dever** estarmos atentos, vigilantes, às falsidades e conceitos errôneos, que se podem, com o nosso silêncio, causar graves danos ao nosso Partido e levar a confusão a muitas cabeças".[11] (Grifo nosso) Seria o debate um engodo? Mereceria uma censura prévia? Aqui lembramos que para o Partido a imprensa comunista foi criada para guiar, orientar, esclarecer as cabeças das massas e não gerar conflitos.

A charge política deste parágrafo estava localizada bem abaixo da nota do Comitê Regional Oeste Paulista, que já fora publicada na edição de15/12/1956 do Voz Operária. Nesta apresentava críticas contundentes ao CC pela demora nos debates e do conteúdo da Resolução, que considerava difícil de ser entendido, bem como defendeu a revisão das expulsões, a aplicação dos estatutos do PCB quanto às reuniões, incentivo e

10 GARCIA, Carlos Roberto - "O culto da personalidade na URSS e no Brasil" In: Voz Operária, 22/12/1956. Suplemento especial. P.1.

11 FACÓ, Rui - "Os debates e o papel da 'Voz Operária' ", In: Voz Operária, 22/12/1956. Suplemento especial P.1.

estímulo a atividade artística e cultural dos seus intelectuais, entre outras coisas.[12] Na realidade não havia outro espaço nesta página onde pudesse encaixar tal charge sem cair em contradição. Ela possui título e uma fala do personagem. Era o fim do culto à personalidade e a partir daquele momento, o feliz militante, poderia usar a sua própria cabeça, poderia pensar e fazer suas próprias análises, sem dogmatismos, sectarismo, doutrinarismo, "pratos feitos", ou ordens superiores. Note-se que a cabeça, feliz, era guardada a chaves, mas não sabemos para a segurança de quem.

A charge política final ilustrava o artigo de Rui Facó que, como o próprio título

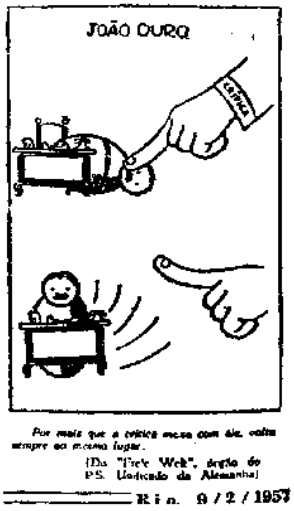

indica ("O nacionalismo burguês está em muitas cabeças"), buscava identificar os valores burgueses em muitas cabeças (aquelas que tiveram coragem de fazer uma análise diferenciada da sua e do CC). [13] Seguindo as idéias do artigo anterior, disse: "(...) o início dos debates que vimos travando, com tudo o que teve de negativo, foi útil no sentido de alertar para um comba te mais firme e incessante à ideologia burguesa em nossa fileiras." Concordava com as análises que afirmavam que tinha havido avanços econômicos no Brasil, nas alertou que isto apenas reforçava a burguesia brasileira como classe, aumentando sua influência sobre a pequena-burguesia, daí ser necessário a existência de um partido da classe operária forte ideologicamente, para impedir a penetração desta ideologia em suas fileiras. "Não basta melhorias sociais imediatas, mas a liberdade da classe operária: Não somos reformistas, mas revolucionários." Criticou o Comitê Regional do Ceará que havia feito crítica severas ao CC. Mas isto foi corrigido, uma vez que não só renegou estas críticas, como ele pediu apoio ao CC. Estrategicamente a Redação colocou o artigo de Facó ao lado do novo informe do CR do Ceará. Depois criticou

12 Retirada de Voz Operária, 09/02/1957 P.08.

13 Retirada de Voz Operária, 09/02/1957 p.09.

a redação do Voz Operária, que "(...) se deixou arrastar neste começo de enxurrada de nacionalismo burguês". Como no artigo anterior, falou da necessidade do Partido e de seus membros se manterem vigilantes para evitar tais desvios. Por fim, deixou entrever as mudanças que [não] estavam por vir."(...)Só assim poderá tornar realidade uma poderosa frente única de todos os patriotas pela libertação nacional, contra o imperialismo norte-americano, pelo progresso do Brasil e o bem-estar de seu povo".[14]

Podemos considerar que dentro do espaço do jornal partidário, como é o caso do Voz Operária e do Imprensa Popular, a imagem, a charge e a caricatura políticas podem ter uma importância muito grande na divulgação de um ideário, de uma contestação, na formação da opinião dos leitores. Recheado de notícias que seguiam a linha do CC do PCB, ao editor "rebelde" coube um pequeno espaço para introduzir sua visão política do processo em curso. Primeiro, repetiu uma nota de um Comitê que contestava o CC., reforçando sua mensagem com uma charge política crítica; segundo, dentro de um artigo de um comunista tradicional, que se aliava aos "fechadistas", ousou colocar uma charge política demolidora, destruidora do autor, chamando-o, como todos os seus aliados, de "João Duro". Esta charge, com tal título sugestivo, é cômica, atingindo diretamente ao João Duro (ou seja, Facó e Cia). Por mais que a crítica se apresentasse, o CC não mudava de posição, ou melhor, até mudava, mas era só a crítica para que lá estava ele no velho lugar. Afinal, era "João Duro" ou "João Bobo"?

Depois de tudo isso, o CC não tardou a tomar uma posição. O jornal Imprensa Popular foi invadido e redatores e jornalistas impedidos de trabalhar. No caso do Voz Operária ocorreu a mudança do redator, assumindo o sr. Mário Alves, elemento de confiança do Comitê Central. As contestações foram desaparecendo e as charges políticas que criticavam o CC ou que possibilitassem qualquer riso não autorizado não mais foram publicadas. Só restaram aquelas, que como disse o camarada Rui Facó, ajudassem na libertação nacional, contra o imperialismo norte-americano, amante da guerra e do colonialismo.

14 FACÓ, Rui - "O nacionalismo burguês está em muitas cabeças", In : Voz Operária, 09/02/1957.p09.

Sambódromo: monumento construído e desfile em construção

Alberto Goyena Soares - PUC-Rio

A historia dos grandes *dromos*[1], de hipódromos a velódromos, aparece ligada a uma intervenção urbana de dimensões colossais que se projeta para tornar visível - ao passo que organiza e reinventa - uma prática social de significativa relevância pública que preexiste à construção da obra em si. Localizados em pontos estratégicos das cidades, os *dromos* são centros que congregam multidões heterogêneas alinhadas em continuidade espacial às margens de um corredor por onde vão desfilar diversas identidades, dando lugar a um espetáculo cronometrado e regrado que se constitui como competição festiva. A presente pesquisa não pretende ser uma história da festividade relacionada ao carnaval, e sim da história de seu *dromo* - ou corredor - mais significativo; *o dromo do samba do Rio de Janeiro*. Assim, a proposta será trazer um estudo histórico-antropológico que focalizará uma única obra sem portanto restringi-la ao seu valor intrínseco. Buscaremos, a partir da sugestão de Giulio Carlo Argan, "*ultrapassar seus limites para remontar aos antecedentes, encontrar os nexos que a relacionam a toda uma situação cultural, identificar as fases, os sucessivos momentos de sua formação"*. [2] Nesta perspectiva, falar do Sambódromo carioca é adentrar em uma discussão política e cultural que impede que uma intervenção urbana de tamanho porte se circunscreva apenas a uma imensa estrutura arquitetônica de concreto armado que abriga quase 60 000 pessoas por ano em torno a um ritual nacional. Ainda que, como fora dito anteriormente, um *dromo* seja o resultado de um processo cujo ponto de partida não seja o próprio *dromo*, é de extrema relevância voltar a destacar que, a partir do mesmo, a prática encontra-se recriada e simultaneamente ligada a um passado imemorial. Essas articulações entre tradição e novidade fazem com que deixe de surpreender-nos o primeiro fato de que um dos maiores símbolos do centenário carnaval carioca remonte apenas a 1983. Uma segunda surpresa poderá advir da descoberta de que esta intervenção urbana que ocupa 85.000 metros quadrados possa ter sido

construída em apenas 4 meses. Mais ainda, sob o grande arco parabólico à maneira de abside aéreo aberto que representa o principal elemento iconográfico da festividade, surge a proposta de um Museu do carnaval pensado para operar apenas com linguagem audiovisual. Como se não bastasse, quase que camuflado sob as arquibancadas de concreto armado, foi projetado um complexo escolar de horário integral com 160 salas de aula, pensado para a rotina diária de 10 000 crianças. Números a parte, adentremos agora na pesquisa histórica da obra e vejamos por quê os desfiles das escolas de samba, que passaram por diversos palcos do tecido urbano da cidade, ganhavam naquele ano - da conjugação dos talentos do antropólogo Darcy Ribeiro, do arquiteto Oscar Niemeyer e do político Leonel Brizola - um cenário definitivo, um monumento construído para um desfile em constante construção.

Em 1983, o carnaval já havia sido amplamente incorporado à vida pública carioca e inclusive constituía-se em objeto de estudo consideravelmente interpretado. Em *Carnavais Malandros e Heróis*, por exemplo, o antropólogo Roberto DaMatta o descreve como um ritual de suspensão do tempo que repete e inova uma rotina, inverte e dá nova ordem aos valores cotidianos[3]. No Rio de Janeiro, indivíduos de diferentes camadas sociais e nacionalidades se submetem das mais diversas formas a esta festividade. Fantasiados ou não, dançando, descansando ou até mesmo trabalhando, não há como não perceber que nessa época do ano a cidade está em função de um rito nacional coletivo. Formas particulares de vivenciar esta prática fizeram com que se constituíssem, já em meados do século XIX, os *Ranchos*[4] organizados pela pequena burguesia urbana e os *Blocos* oriundos das camadas mais pobres da população. Essa forma nitidamente estratificada de se brincar o carnaval veio se modificando a partir de 1920, com o surgimento das escolas de samba. Tendo os *Blocos* como núcleo de formação inicial, estas escolas trouxeram, como diz Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, uma *novidade sociológica*: "*a rede de reciprocidade estabelecida através do desfile ultrapassou a dimensão horizontal. Não se trata mais apenas das ruas do bairro periférico e dos bairros periféricos relacionando-se e competindo entre si. Elas relacionam os diferentes bairros*

da cidade e as diversas camadas da sociedade, tecendo uma rede de relações que atravessa a cidade".[5]

É importante destacar que esse efeito centralizador e homogeneizador não se refere apenas a uma ação estatal que visa regular um eixo de desfile, mas também a uma busca de visibilidade e reconhecimento dos próprios atores. Desde os últimos anos do século XIX, todos os clubes, ranchos ou blocos, ávidos por uma simples citação de seu nome em um jornal, contribuíram para levar o foco do carnaval carioca à Rua do Ouvidor, que concentrava então a maior parte dos órgãos de imprensa da cidade. A estreita artéria, que não dispunha das condições para ser o palco exclusivo da folia, cedeu espaço às largas calçadas, imponentes fachadas e múltiplas pistas de rolamento da Avenida Central que, inaugurada em 1906, representava o símbolo da modernidade e sofisticação trazida ao Rio de Janeiro pela reforma urbanística do Prefeito Pereira Passos. Décadas mais tarde, o desfile torna a se transladar. Desta vez, o palco seria a ampla Avenida Presidente Vargas que, aberta nos anos quarenta, constitui até nossos dias uma das principais vias urbanas da cidade.

Elucidamos através deste breve percurso pelas principais ruas que abrigaram as práticas ligadas ao carnaval carioca, o papel central que o espaço cumpre no imaginário e no desenvolvimento da própria prática. A escolha da rua por onde o desfile deverá ocorrer é então de suma importância simbólica, já que a mesma deverá instalar o desfile no centro do âmbito público.

Curiosamente, em 1983 o Governo do Estado – que vinha adquirindo, desde o primeiro desfile das escolas em 1932, cada vez mais poder de regulamento sobre o desfile – decide dar ao carnaval uma nova passarela, projetada sobre uma modesta rua localizada na periferia do centro da cidade. Surgia uma possibilidade real para uma antiga demanda social; um teatro definitivo para a exibição das escolas. Em notas de Darcy Ribeiro – então vice-governador do Estado e responsável pela iniciativa – encontradas no seu acervo particular, o antropólogo nos abre o leque de motivações que propulsaram a iniciativa a ser realizada tal como foi; *"Tudo*

começou no dia em que o Governador me chamou ao Palácio, para mostrar um projeto de construção definitiva, em chapas e aço, das arquibancadas da Marquês de Sapucaí, para o carnaval de 1984. Era evidente a vantagem financeira do projeto, uma vez que aquela estrutura definitiva custaria o dobro dos engendros de monta e desmonta que se faziam anualmente. Vale dizer que o orçamento público e as receitas próprias do carnaval cobririam o custo da construção definitiva em dois exercícios. Ocorre, porém que o projeto era feiíssimo. Ponderei ao Governador que os cariocas, especialmente os carnavalescos, não se consolariam com aquela armação fantasmal. Na conversação ficou claro para nós ambos que, quem tem o Oscar Niemeyer e não utiliza o seu talento é doente de mau gosto ou insano"[6]. O apelo ao projetista da capital federal e internacionalmente reconhecido arquiteto, nos alerta para a magnitude do investimento contido por trás dos argumentos de ordem prática (altos custos envolvidos nas operações de monta e desmonta ou transtornos urbanos causados na área do desfile). Chamado nestes termos para participar ativamente da intervenção, Niemeyer apresenta ao governador cinco projetos para a passarela. "[...] dois, recolocando-a na Avenida Presidente Vargas, seu leito original, e três para a Marquês de Sapucaí." É bem sabido que, nos anos 80, a Avenida Presidente Vargas tinha se convertido em uma sorte de coluna vertebral da cidade com circulação muito intensa. Largamente construída, a via dispunha de condutos elétricos, hidráulicos e sanitários que dificultariam ou ao menos retardariam a empreitada. Mas o governador, recém voltado do exílio político se mostrava inquieto respeito a isso. Sua ansiedade revela a posição de um político que, no segundo ano de um mandato que duraria apenas quatro, queria recolher os louros de uma intervenção, que pela sua visibilidade, arrogava para si todos os refletores da cidade. A corrida para o carnaval de 1984 colocava de fato a empreitada sobre a mira da opinião pública e tornava sua ambiciosa e provocadora ação um grande risco político. Para que a margem de manobra fosse suficientemente larga era preciso que o *lócus* não se impusesse sobre a futura construção. Por sua vez, os projetos para a Marquês de Sapucaí, uma das perpendiculares à Avenida Vargas, contavam com as

vantagens de ser esta apenas uma via estreita cercada por ambos os lados de moradias populares. Não houve dúvida, decidiu-se demolir todas as habitações da pacata rua periférica. Assim davam-se as possibilidades de uma intervenção total que soube conciliar sua ação devastadora com o requisito de dar continuidade à tradição. A Marquês albergava, já desde 1978, os desfiles das escolas menos prestigiosas. Dentre os projetos, foi escolhido o Sambódromo tal como o conhecemos hoje, alçado do chão para livrar os desfiles de carnaval de se realizarem estrangulados numa via estreita, entre duas estruturas metálicas que partiam do chão.

"Ainda me recordo," conta Sussekind[7], "*quando nos dois, juntos saímos deste encontro – eu nem suspeitava de como ele tinha sido importante para a minha vida futura – e de nossa dúvida acerca de qual decisão seria tomada por Brizola*."[8] Darcy Ribeiro, por sua vez, afirma que "*Poucas vezes em minha vida de homem público, tive satisfação tão grande como no dia em que se tomou essa decisão. Estava e estou perfeitamente consciente de que vivíamos um momento histórico. Ali, naquela hora, dava-se à cidade do Rio de Janeiro a principal de suas obras simbólicas: A Passarela do Samba ou Sambódromo como o povo a chama*."[9] Mais reservado, na carta de resposta a Sussekind, Oscar Niemeyer confessa que "*ao vê-lo terminado, sua estrutura arquitetônica não me decepcionou. Afinal o projeto de uma arquibancada nos leva naturalmente a uma solução mais simples e funcional. E nas do Sambódromo os apoios são elegantes e diferentes*."[10]

Porém, em 1983, nem toda a população carioca compartilhava deste entusiasmo visivelmente presente nos idealizadores do projeto. Em jornais e revistas da época, percebe-se uma hostilidade flagrante face à intervenção. As dúvidas e críticas suscitadas foram as mais variadas. Abrindo-se sobre a descrença de que uma intervenção tão ousada pudesse ser tocada adiante em tão curto prazo, elas foram até às mirabolantes fantasias de que o cálculo estrutural – o de Niemeyer e Sussekind – não suportaria o peso dos milhões de espectadores. [11] Em outro campo, as críticas se ergueram contra a mutação de um ritual festivo em

espetáculo, acentuando o já irreversível processo de comercialização do desfile. Quando foi lançada pelo governo do Estado a tabela de preços de lugares nas arquibancadas, Brizola recebe uma carta de alerta redigida por Franco Bruni[12] que, tratando o desfile como "produto", questiona os aumentos percentuais dos ingressos (íam de fato até 2.500%). Diz ele: "*O desfile do grupo especial foi fragmentado em dois dias de apresentação (domingo e segunda), em lugar de um só no domingo*. [...] *Ocorre, ainda mais, que como o produto oferecido já não é o produto anterior, mas sim meio-produto os aumentos percentuais acima indicados passam para o dobro*." Comparando esta situação à *de pagar ingresso para assistir à metade de um filme,* Bruni prossegue sua carta alertando o Governo de que está correndo sério risco político: "*Não é de se desprezar o fato de que forcas externas oponentes – se pudessem – transformariam o Carnaval de 1984 em um grande fiasco.* [...] *Onde se conseguiria campo melhor para toda sorte de exploração política negativa (e extremadamente eficaz), que a área do Carnaval? Onde mais se desestabiliza a opinião pública, do que nas manifestações mais ligadas à cultura popular, à alma nacional? Há sintomas claros e declarações de boicotes, principalmente em determinados meios de comunicação.*" Assim, propõe ele no final da carta uma nova tabela de preços mais acessível às camadas populares para, em suas palavras, *neutralizar efeitos de exploração política*. Tampouco faltaram interpretações sociológicas, como as de Mônica Rector, que via "*na construção da passarela uma interferência cultural e uma imposição de cima para baixo*"[13]. Era de fato comum ouvir-se dizer que os carnavalescos não haviam sido consultados por estes idealizadores que sequer entendiam muito de samba ou carnaval. Se bem seja fato que a oficialização do ritual pelo poder público regulou e transformou a prática, limitando seus excessos e espontaneidade, não há como se negar que intervenções deste tipo contribuíram, ao longo do século vinte, para a transformação de rituais ilhados e periféricos em festas nacionais. Podemos considerar também que este processo se dá de mão dupla. A relação do poder público para com os atores não se assenta apenas sobre bases repressivas e impositivas, dá-se mais bem uma articulação negociada. No caso específico do Sambódromo,

a intervenção aparece como uma demanda das próprias escolas em busca do enaltecimento e do prestígio que os refletores da nova passarela poderiam outorgar. Para o Estado, e especificamente para o PDT de 1983, cabia – como assinala João Trajano Sento Sé em estudos sobre o brizolismo – a criação de um "*espaço de socialização total"*.[14]

De fato, a trajetória política tanto de Leonel Brizola quanto a de Darcy Ribeiro esteve sempre muito enraizada nas propostas de ação cultural do modernismo dos anos 30, onde "*vanguarda e Estado confluem na necessidade de construir uma cultura, uma sociedade e uma economia nacionais*" [15]. Com o processo de redemocratização, aqueles valores que tinham animado também propostas como as da escola nova ou as do trabalhismo, retomam lugar de destaque nos debates da esfera pública. Conseqüência lógica disso foi a promoção dos CIEPS ou centros integrados de educação pública que, incorporados à construção do Sambódromo, fizeram dele uma intervenção muito mais complexa e plurifuncional do que se pode pensar. Desde as primeiras pranchetas, é perceptível que havia no projeto, para além de uma simples passarela do samba, um programa de encontro entre a cultura popular e a educação formal propiciada pelas escolas. Tal como aconteceu com o modernismo, o resgate do popular, elevado a símbolo nacional, combinava-se a um projeto civilizador que trouxe ao Sambódromo, os azulejos de Athos Bulcão, o painel de Marianne Peretti e o grande arco de Oscar Niemeyer.

Certamente, tanto Brizola quanto Darcy ou Niemeyer acreditavam que uma "*solução simples e funcional*" não comprometeria a convivência harmônica entre os diferentes usos e apropriações do espaço. Esta iniciativa, estreitamente ligada às figuras do PDT, foi progressivamente opacada pelo desprestígio dos CIEPS e de modo geral pela degradação do ensino público. Hoje, através de sua dimensão arquitetônica, recursos cênicos e simbólicos, o Sambódromo sobrevive apenas como uma estrutura que só parece ter vida uma vez ao ano, ainda que a poderosa intervenção urbana visasse erguer um programa *civilizador* capaz de conjugar cultura popular e erudita, escola e festa, arte e vida cotidiana.

[1]-.Do Grego: corrida, corredor
[2]-. Argan, Giulio Carlo (1998); *História da Arte como História da Cidade* (trad. Pier Luigi Cabra), São Paulo, Martins Fontes, p. 15
[3]-. Cfr. DaMatta, Roberto (1980); *Carnavais, Malandros e Heróis*, Rio de Janeiro, Zahar.
[4]-. Ranchos: grupos que desfilavam com um enredo.
[5]-. Viveiros de Castro Cavalcanti, Maria Laura (1995); *Carnaval carioca. Dos bastidores ao desfile*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, p. 26.
[6]-. Ribeiro, Darcy; "Como surgiu o sambódromo" in *Pasta de Documentos relativos ao Primeiro Governo Brizola*, 1982-1986, disponível na Fundação Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro.
[7] José Carlos Sussekind contribuiu para a construção da obra em seu caráter de engenheiro-calculista de Niemeyer.
[8]-. Niemeyer, Oscar e Sussekind, José Carlos (2002); *Conversa de amigos. Correspondencia entre Oscar Niemeyer e José Carlos Sussekind*, Rio de Janeiro, Ed. Revan, p. 41.
[9]-. Ribeiro, Darcy, *op. cit*.
[10]-. Niemeyer, O. e Sussekind, J. C. (2002), p. 48.
[11]-. Ver a seguinte lembrança de Sussekind: "Mais de uma vez, você (Niemeyer) precisou se pronunciar e escrever artigos defendendo o projeto e, até mesmo, o cálculo estructural. Era tal a histeria contrária, que fui obrigado a mandar fazer uma prova de carga antecipada, carregando as arquibancadas com barris cheios d´agua, para atestar sua segurança e resistência aos olhos da opinião pública. Você deve se lembrar, Oscar, que no dia da inauguração, já com as escolas desfilando, o que era una junta prevista em projeto e, portanto, existente na construção, chegou a ser intrepretada pelos bombeiros como uma perigosíssima rachadura nas colunas, a traduzir risco imediato de ruína das arquibancadas". *Op. cit*, p. 42.
[12]-. Bruni, Franco (10/02/1984); "Preços do Carnaval de 1984. Breve exposição de razões" in *Pasta de Documentos relativos ao Primeiro Governo Brizola*, 1982-1986, disponível na Fundação Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro.
[13]-. *Apud* Viveiros de Castro Cavalcanti, Maria Laura (1995), p. 30.
[14] -. Cfr. Trajano Sento-Sé, João (1999); *Brizolismo. Estetização da política e carisma*, Rio de Janeiro, FGV, p. 169-172.
[15]-. Gorelik, Adrian (1999); "O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização" in Melo Miranda, Wander (ed.); *Narrativas da modernidade*, Belo Horizonte, Autêntica Editora.

A FÊNIX IMPERIAL: O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860

Alcemar Ferreira Júnior

Em seu importante trabalho "Em Busca de Identidade: Exército e a política na sociedade brasileira", Edmundo Campos Coelho atenta para um processo por ele denominado de "política de erradicação do Exército". Através dessa política, segundo o autor, o Exército era desprestigiado pela elite imperial através de baixos soldos, baixos efetivos e péssimos padrões de recrutamento, criação da Guarda Nacional, etc; e essas seriam as causas do golpe de 1889 e das outras intervenções militares até 1930. Coelho assim definiu a política de erradicação:

> *O que Huntington chamou de política de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930. A forma particularmente violenta de que se revestiu esta política durante o Primeiro Império apenas acentua a natureza mais dissimulada de suas manifestações no 2º Império e durante a República Velha. Sem perda de eficácia, a política de erradicação evoluiu de hostilidade aberta para formas mais prudentes de marginalização do Exército, no Segundo Império, e de cooptação da liderança militar, na República Velha.*
> *A política de erradicação, que se nutre de atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima do conformar-se ou perecer. Por efeitos de fatores diversos, a elite política praticou no Império, de forma particularmente agressiva.*[1]

Nessa mesma linha de raciocínio, Silene Freire alega que "o Exército (na República Velha), caracterizava-se como um aparelho institucionalmente manietado, organicamente atrofiado, socialmente desconsiderado e politicamente inconformado"[2].

Curiosamente tanto Coelho como Silene Freire, no entanto, apontam o Exército como o avalista da implantação do Estado Novo em 1937, "um regime militar em essência[3]", segundo Coelho. Acreditamos que a redução a um único esquema analítico feita por Coelho dos 77 anos do Império e dos 41 da República Velha invalide alguns de seus argumentos sobre a política de erradicação, principalmente, no período anterior à Guerra do Paraguai.

Contrapondo-nos ao modelo de análise desses autores, especialmente ao de Coelho, nosso objetivo neste trabalho é avaliar como a criação de um aparelho burocrático pela administração saquarema nas décadas de 1850 e 1860 – propiciando o início da profissionalização do Exército[4] – contraria a tese erradicadora, ainda no Império.

No contexto mundial, a novidade do século XIX é a profissionalização do militar. Decorrida em grande parte do crescimento demográfico, da industrialização e do avanço da urbanização, que contribuíram para o aumento da especialização funcional e para a divisão do trabalho. Para Huntington, a guerra já não era uma tarefa simples e descomplicada:

> *Os exércitos passaram a ser maiores, e o mais importante, passaram a ser compostos de elementos cada vez mais diversificados. Já não era possível a um homem só dominar toda a estrutura bélica.*[5]

No Brasil, é inegável que durante a Regência (1831-40) investiu-se pouco no Exército, em 1831 já houve a diminuição em 50% de seu efetivo e a criação da Guarda Nacional, mas na década de 1850 esse quadro seria alterado pela ascensão dos conservadores ao poder. No entanto, a tentativa de modernizar o Exército e torná-lo mais eficiente fará com que o grupo militar "saquarema" (Manoel Felizardo, Belegarde e Caxias[6]) o reestruture na década de 1850. Para o Ministro da Guerra Manoel Felizardo "era preciso criar um novo Exército"[7] e o primeiro passo para o surgimento desse novo Exército era a racionalização administrativa, através da criação de um quadro burocrático. Como salienta Johnson:

> *A profissionalização significava a burocratização e a especialização. A primeira colocou o pensamento dos oficiais em linha com o de outros servidores públicos e tendeu a focalizar sua atenção sobre questões como soldo, promoções, segurança, pensões e reforma. A especialização foi conseguida pela utilização dos oficiais e missões militares estrangeiras, e com mais atenção para o preparo científico nas academias militares.*[8]

Nas décadas de 1840 a 1860, houve as seguintes criações:

1) A criação da Comissão Prática de Artilharia em 1844, transformada em Comissão de Melhoramentos do Material do Exército em 1849, responsável pela busca de novas tecnologias militares.

2) Em 1850, teremos as criações da Contadoria Geral da Guerra; da Comissão de Promoções do Exército, do Corpo de Saúde do Exército e da Repartição Eclesiástica do Exército. Teremos, ainda, a importantíssima publicação dos Regulamentos para Execução da Lei de Promoções do Exército e a adoção dos regulamentos de Beresford para a cavalaria, do de Zagallo para a infantaria e do de Pardal para a Artilharia montada, todos

esses regulamentos em substituição ao famigerado regulamento do Conde de Lippe. Posteriormente, durante o Ministério Caxias todos esses regulamento foram substituídos pelos de tática elementar da três armas adotados pelo Exército português.

3) Em 1851 há a publicação do Regulamento dos Inspetores dos Corpos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército; a criação de um curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul e a divisão do território nacional em Distritos Militares.

4) Em 1852, é lançado o primeiro Plano de Uniformes para o Exército. Em 1853 é criada a Repartição do Quartel-Mestre General.

5) Em 1855 foram criados o Batalhão de Engenheiros e a Escola de Aplicação do Exército com a separação entre essa escola e a Central no Largo de São Francisco[9].

6) Em 1858 é criada a Repartição do Ajudante-General e em 1859 é criada a Escola de Tiro de Campo Grande.

Essas alterações foram significativas se considerarmos que até 1850 toda a administração era centralizada na Secretaria-Geral da Guerra e pelos Comandantes de Armas provinciais e, após 1860, a única alteração significativa nessa estrutura burocrática é a criação do Estado-Maior do Exército em 1896, em substituição à Repartição do Ajudante-General. Um indicador dessas mudanças foi a construção de um prédio mais amplo para o Ministério da Guerra, entre 1855 e 1861, em substituição ao prédio de 1811[10].

Mas não era apenas a criação de um quadro burocrático dirigente. Como exemplo, citamos o caso da Repartição do Quartel-Mestre que tinha em cada quartel um oficial subalterno (geralmente alferes) como quartel-mestre; em cada brigada e divisão um Assistente (major) e dois amanuenses do Quartel-Mestre General; nos Corpos de Exército um Deputado do Quartel-Mestre General e junto aos Comandos de Armas Provinciais, um Assistente. Esses militares tinham as mesmas atribuições da Repartição, no nível de suas unidades.

Pelo limites naturais do trabalho, escolhemos a Repartição do Quartel-Mestre General e nortearemos nossa análise pelo seu Regulamento e pela documentação inédita que há no Arquivo do Exército, a fim de demonstrar como o Exército estava se

profissionalizando já na década de 1850 e 1860. Como nenhum trabalho se deteve sobre esta documentação seriada e de forma abrangente, composta pelos Códices das Diretorias da Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, dos Códices de Ordens da Corte e do Quartel Mestre-General[11] esperamos contribuir, de um modo geral, para um melhor entendimento do Exército durante o 2º Império.

A idéia de uma Repartição do Quartel-Mestre General não era nova no Exército[12]. Na intervenção contra Oribe e Rosas em 1851 e 1852, houve reclamação sobre a falta de uma Repartição com essas atribuições reguladoras, como podemos notar do Relatório do Ministro da Guerra de 1853.

> Releva ainda notar-se que apesar de se exigir do comandante em chefe do Exército que fizesse pedidos detalhados dos objetos que lhe eram precisos, ele nunca pôde satisfazer esta ordem alegando, e com razão, que nem lhe restava tempo para isto, nem tinha uma administração militar tão numerosa, e bem montada, que lhe pudesse fornecer os dados, aliás necessários, exigidos pelo Governo. Em tais circunstâncias, não tendo também o Ministério da Guerra uma Repartição de Quartel-Mestre General a quem incumbisse de organizar a relação dos objetos necessários ao Exército, determinou-se que o Arsenal comprasse o que fosse preciso para quantidade determinada de fardamentos, equipamentos e etc.[13]

Após a experiência da guerra e provada a necessidade de um órgão com essa finalidade reguladora e logística, a Repartição foi definitivamente organizada pelo Ministro da Guerra, Tenente-coronel Manoel Felizardo de Souza Mello através do Decreto 1.127, de 27 de Fevereiro de 1853. Possuía três seções e era chefiada por um General ou Coronel[14]. À sua 1ª Seção competia tudo quanto fosse concernente ao armamento, tantos dos Corpos quanto das Fortalezas, equipamento, remonta, arreios, provisões, petrechos militares, insígnias, e utensílios. À segunda, tudo em relação ao fardamento, carga e descarga aos Arsenais, Depósitos e Corpos militares e sua fiscalização. A 3ª seção era encarregada pela distribuição de víveres e forragens para homens e animais.

As funções da Repartição e de suas seções, de acordo com o Regulamento, podem ser detectadas na documentação enviada ao Ministro da Guerra. Em um ofício, o Ministro da Guerra ordenava ao Ajudante-General a distribuição de equipamento e fardamento aos Corpos da Guarnição da Corte e das Províncias, observando as listas feitas pela Repartição do Quartel-Mestre.

> Ministério dos Negócios da Guerra, 24 de Agosto de 1857.
> Dou conhecimento a V. Exa que pelo Arsenal de Guerra mandem-se fornecer aos Corpos de Guarnição da Corte e aos das Províncias mencionadas nas inclusas notas, organizadas pela Repartição do Quartel-Mestre General, o equipamento e o fardamento constante das ditas notas, como foram requisitados nos seus ofícios (...) de julho último. Deus Guarde a V. Exa. Jerônimo F. Coelho ao Sr Barão de Suruhy.[15]

O que nos interessa neste ofício é a menção às listas organizadas pela Repartição do Quartel-Mestre General sobre armamentos e equipamentos. Essas listas eram feitas após envio obrigatório nos meses de janeiro, abril, julho e outubro das tabelas de fardamentos e equipamentos de cada unidade pelos Comandantes dos Corpos à Repartição do Quartel-Mestre General[16]. Anteriormente, esse material não estava sujeito a qualquer controle, como podemos ver no Relatório do Ministro da Guerra de 1859.

> Antes da criação desta Repartição (do Quartel-Mestre General) grandes somas se escoavam dos cofres públicos pela impossibilidade de se moralizarem os pedidos dos corpos e repartições. Esses pedidos eram satisfeitos segundo a maior, ou menor instância, com que eram apresentados. E, em geral, nenhuma autoridade tinha meios de verificar a legalidade de tais fornecimentos, porque a mobilidade dos corpos a tudo confundia, e não tínhamos uma repartição central, que pela sua escrituração conhecesse a regularidade de tais fornecimentos.[17]

Além dessa função reguladora na época de paz, a Repartição destacou-se também na Guerra do Paraguai. Durante a guerra criou um aparato logístico de grande monta que supriu as tropas com cigarros, cavalos, bebidas, barracas e armas, além de transporte para diversos batalhões. E esse aparato logístico foi muito importante como assinala Maria Bárbara Levy:

> *A necessidade de organização de um Exército não só supunha armá-lo, mas também alimentar a tropa e ter despesas com fardamentos e calçados. O recrutamento de cerca de 200 mil homens exigiu uma infra-estrutura logística que se traduziu no esforço para produzir uma série de bens até então importados. O Estado logo se tornou o maior comprador desses produtos. A importância relativa do comércio exterior decresceu nesses anos em relação ao produto interno, declinando de cerca de 30% em fins da década de 1860 para 25% a partir de 1870, aumentando vagarosamente no período a importação de equipamentos.*[18]

Nas guerras do passado, as preocupações logísticas restringiam-se aos equipamentos e suprimentos que podiam ser transportados pelas próprias tropas, sendo o restante necessário obtido através de confisco e saques. Segundo Izecksohn, nesse quesito, a Guerra do Paraguai diferia das outras travadas pelo Exército Imperial:

> *Uma segunda característica dessa guerra relacionava-se aos problemas gerados pelo abastecimento: a velocidade dos deslocamentos era bastante lenta, e boa parte da primeira fase da campanha se deu em território aliado (Argentina), tornando impossível resolverem-se os problemas de abastecimento através dos meios convencionais, como o saque e a pilhagem. No caso de operações em território paraguaio, a situação se agravava ainda mais pela total impossibilidade de contar com a colaboração da população local, que recuava junto com as tropas de López, deixando a terra devastada à ocupação das forças da Tríplice Aliança. Nas palavras de um oficial brasileiro: a guerra, ali, não alimentava a guerra. Uma vez que a ajuda era impossível, as exigências da guerra levavam o Exército a se adequar, na prática, às características de um conflito que o ensinava, dolorosamente, a ser eficiente.*[19]

Por esse motivo, durante a guerra, uma importante função da Repartição era prover as tropas com a remonta. Em um ofício de 08 de março de 1865 encontramos a compra de 2.000 cavalos para forças em operação no Mato-Grosso[20]. Em outro ofício dessa mesma data, há a compra de 200.000 maços de cigarros[21] para envio às tropas que seriam embarcados para o Paraguai. Em outro, de 31 de Março de 1865, aparece a compra de 10.000 carabinas à Minié, de 14,8 mm com sabre-baioneta de uma fábrica da Bélgica[22] e a compra de sapatos de uma firma fluminense (Dias & Irmãos) para envio aos soldados no front.[23] Além dessas compras, a Repartição organizou quartéis para acomodação de tropas que vinham do Norte para a Corte[24]. Em outro ofício dá ordens para que fosse recolhido o material militar que estivesse em bom estado nas Províncias do Norte ao Arsenal de Guerra na Corte para distribuição às unidades que fossem seguir para a campanha[25]. Encontramos, ainda, três ofícios em que a Repartição libera equipamentos para unidades de Voluntários da Pátria[26]. Como podemos notar tudo que era referente à área logística na Guerra do Paraguai estava sendo tratado pelo Quartel-Mestre General. Não estamos afirmando, porém, que não houve aquisição de materiais nos países aliados do Brasil.

Retornando ao nosso objetivo inicial, é inegável, como mostra Adriana Souza[27], que a obra de Campos Coelho contribuiu com uma nova abordagem analítica e com um grande montante de dados sistematizados que permite-nos uma análise menos uniforme do Exército brasileiro no século XIX. Mas o início da profissionalização do Exército, da qual a Repartição do Quartel-Mestre General é apenas um dos exemplos, empreendida pelos Ministros Felizardo, Belegarde, Caxias e Jerônimo Francisco Coelho entre os anos de 1849 e 1858 através da criação dessas Repartições, Corpos, Comissões e Inspetorias – que

cuidavam da disciplina, da administração, transferência de pessoal, organização de almanaque, promoções e recrutamento (Repartição do Ajudante-General); instrução prática para tropa (Inspetores dos Corpos de Infantaria, Artilharia e Cavalaria); controle dos gastos e racionalização de recursos (Contadoria Geral da Guerra); controle do material, fardamento e logística (Repartição do Quartel-Mestre General) e busca de novas tecnologias militares[28] (Comissão de Melhoramentos do Material do Exército); da saúde e da religião em tempo de paz e guerra (Corpo de Saúde e Repartição Eclesiástica do Exercito, respectivamente) – nos faz pensar sobre a limitação da tese da política de erradicação para um melhor entendimento das relações civis-militares no período pré-Guerra do Paraguai.

Enfim, podemos afirmar que mesmo que o Exército imperial tenha sido organizado segundo uma orientação conservadora, como aponta Adriana Souza[29], com todas as limitações que isso implicou – tais como a não universalização do recrutamento, a não abolição dos castigos corporais e mudanças restritas ao corpo de oficiais, entre outras – falta uma base de conhecimento empírico mais consistente sobre esse quadro burocrático para podermos formular um modelo de análise sobre o Exército antes daquela guerra, ainda, que, como ensina Peixoto[30], esse modelo seja restrito a momentos e aspectos circunstanciais da Instituição militar.

---

[1] COELHO, Edmundo C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 34.

[2] FREIRE, Silene de Moraes. Forças Armadas, Revolução Passiva e a Resolução de Conflitos Políticos no Brasil. **(Syn)Thesis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1998, p.77-85.

[3] COELHO, Edmundo C. Op. cit., p. 97 & FREIRE, S.. op. cit. p. 81

[4] Schulz em seu clássico aponta para outros índices de profissionalização. SCHULZ, J.. O Exército na Política, São Paulo: Edusp, 1994, p.27. Neste trabalho abordamos a profissionalização a partir de uma perspectiva institucional.

[5] HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: t*eoria e política das relações entre civis e militares.* Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 1996, p.50.

[6] Os três foram Ministros de forma quase ininterrupta de 1848 a 1857.

[7] ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Relatório do Ministro da Guerra. Rio de Janeiro, 1851, p.39.

[8] JOHNSON, J.J. & et all. Os Militares Latino-americanos como Políticos. In: Idem. Militares e Política na América Latina, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 53-4. Wilma P. Costa considerou essas medidas burocratizantes da década de 1840-50 como criadora de uma "cultura" profissional própria baseada na antiguidade e no mérito como critérios de ascensão na carreira, o que opôs os ramos científicos do Exército, no pós-guerra do Paraguai, ao favoritismo utilizado pela Guarda Nacional. COSTA. W.P. A Espada de Dâmocles*: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996, p.294-5.

[9] MOTTA, J. Formação do Oficial do Exercito. Rio de Janeiro:Bibliex Editora, 1998, p. 106. Alain Rouquié se refere à criação de um quadro burocrático em qualquer Exército latino-americano como uma das causas do militarismo: "a auto-suficiência das Forças Armadas da qual são testemunhas os capelães, médicos, músicos, cabeleireiros e veterinários militares". In: Idem. O Estado Militar na América Latina, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984, p 93.

[10] Essas Repartições, Corpos, Comissões e Inspetorias foram organizadas no mesmo prédio do Ministério da Guerra.
[11] Os Códices de Ordens da Corte vão do número 196 a 215 (1848-1870); os das Diretorias vão de 542 a 545 (1848-1870) e o do Quartel-Mestre General é o 917(1853-1868). A partir de 1861 com a nova reorganização do Exército, as Repartições do Quartel-Mestre General, do Ajudante General e da Contadoria Geral da Guerra passaram a chamar-se Diretorias da Secretaria de Estado da Guerra.
[12] Na década de 1820 foram criadas uma Repartição do Quartel-Mestre General e uma Contadoria Geral do Arsenal de Guerra, mas seu controle era restrito à Guarnição do Rio de Janeiro e ao Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, respectivamente. As duas Repartições, porém, foram extintas em 1838. PONDÉ, Francisco P. A. História Administrativa do Brasil: Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro,1965, p. 43.
[13] ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Relatório do Ministro da Guerra de 1853, p. 13.
[14] Os oficiais da Repartição eram pertencentes ao núcleo que Izecksohn definiu como de armas cientificas (Engenharia e Artilharia). IZECKSOHN, Vítor. O Cerne da Discórdia, Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p 144-5.
[15] ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Coleção de Códices do Exército nº 58 - 1857-1858, Rio de Janeiro, p 14.
[16]BRASIL, Decreto nº 1.127, de 26 Fev 53. (Art 7º). Cria a Repartição do Quartel-Mestre General. Os modelos de tabela que eram enviados ao Quartel-Mestre estão publicados nos Anexos do Regulamento da Repartição.
[17] Relatório do Ministro da Guerra de 1859, p.4-5.
[18] Citado por LEVY, M. B.. As Injunções do Esforço Bélico no Paraguai. IN: Idem. A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Rio de Janeiro:Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994. p. 91-94.
[19] IZECKSOHN, V. Op. cit. p. 39.
[20] ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Coleção de Códices do Quartel-Mestre General. Rio de Janeiro, p. 18 verso.
[21] Idem, p.18 verso.
[22] Idem, p. 26. Essas armas à Minié foram utilizadas pela artilharia brasileira no Paraguai. Conforme CASTRO, Adler H. & BITTENCOURT, José N. Armas: ferramentas da paz e da guerra, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991, p. 58-60.
[23] Idem. p. 21.
[24] Idem, p. 21 verso.
[25] Idem, p. 21 verso.
[26] Idem, p. 17, 21 e 23.
[27] SOUZA, Adriana B. O Exército na Consolidação do Império, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p 21.
[28] Essa Comissão em 1875 estava testando metralhadoras Gattling no Exército, recentemente introduzidas no Exército britânico em 1874. Conforme Relatório do Ministro da Guerra 1875, p.14 e15.
[29] Idem, p.27.
[30] PEIXOTO, A. C. Exército e Política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação: ROUQUIÈ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Record: Rio de Janeiro, s d., p.28.

FERNANDO PEIXOTO E JOÃO BATISTA DE ANDRAE: AS VICISSITUDES DA EXPERIMENTAÇÃO ESTÉTICA E DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DURANTE A DITADURA MILITAR*

Alcides Freire Ramos - UFU

A produção cinematográfica brasileira, das décadas de 1960-70, foi marcada por obras preocupadas com questões sociais e políticas e de grande capacidade de invenção estética, particularmente com o Cinema Novo[1]. No imediato pós-golpe, os cinemanovistas lançaram obras que críticavam o chamado pacto policlassista que sustentara o governo Goulart. O filme *Terra em Transe* (1967, Glauber Rocha) foi a principal película dessa tendência.

Em face desse inegável processo de transformação, diversos estudiosos de cinema mencionam o sentimento de perda de referenciais na passagem dos anos 1960/1970 por parte de artistas envolvidos com a produção cinematográfica, isto é, "era o momento em que se configurava melhor a ameaça interna representada pela televisão, num sistema de mídia que veio se complicar aos olhos dos cineastas mais claramente depois de 1969, pois antes estavam totalmente voltados para o pesadelo maior da dominação do mercado por Hollywood."[2]. Por outro lado, vale ressalvar que, neste período, embora as estruturas da produção artística estivessem se modificando rapidamente e a atuação estatal por meio da censura ficasse cada vez mais forte, "é preciso muito cuidado ao adentrar o período, pois manifestações poéticas, posturas autorais e tratamentos de linguagem elaborados vão despontar aqui e ali no interior de uma crescente diversificação das atividades cinematográficas"[3].

Com efeito, a pouco e pouco, por volta de 1969, surgiria um grupo de jovens diretores que buscavam uma confrontação direta com o Cinema Novo. Trata-se do chamado Cinema Marginal (1969-1973). Esse cinema pode ser encarado como uma

resposta à repressão política imposta pelo regime militar, após o AI-5. Por isso, foi alijado das "respeitáveis" salas de exibição pela Censura Federal[4].

Nesse sentido, ao procurar um modo de interpretar esse novo movimento, Fernão Ramos observou que a palavra "marginal", socialmente falando, possui pelo menos dois significados. Segundo ele, "o primeiro se refere a 'estar à margem de". Porém, há uma segunda forma de entender a palavra que "já exprime uma postura ideológica de nossa sociedade com relação ao 'estar à margem de' contido na primeira definição. A própria disposição das palavras já é significativa: 'pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei, vagabundo, mendigo ou delinqüente, fora da lei'. Junta-se, então, ao significado 'estar à margem de', quando pensado em termos sociais, a carga pejorativa contida em 'vagabundo' ou 'delinqüente'. Para a compreensão da significação do Cinema Marginal dentro do panorama do cinema brasileiro, teremos de ter sempre presente esta conotação pejorativa inerente ao fato de estar à margem"[5].

Nesse sentido, pode-se dizer que, ao contrário do Cinema Novo, o Cinema Marginal posiciona suas câmeras em direção àqueles que, historicamente, foram colocados à margem do progresso e da modernização. Nesta vertente, encontram-se os cineastas Rogério Sganzerla [*O Bandido da Luz Vermelha* (1968)], Andrea Tonacci [*Bang-bang* (1970)], Júlio Bressane [O anjo nasceu (1969), Matou a família e foi ao cinema (1969)], entre outros. Embora sem articulação direta, mas ainda assim muito próximos, outros diretores tiveram participação no projeto inicial no cinema da "Boca do Lixo" (São Paulo). Dentre eles, vale lembrar de João Silvério Trevisan (*Orgia ou O homem que deu cria*), Maurice Capovilla (*O profeta da fome*) e João Batista de Andrade (*Gamal, o delírio do sexo*). Na realidade, Fernando Peixoto aproximou-se desse movimento estético, participando do filme de Capovilla como roteirista e no de Batista de Andrade como ator.

Cabe salientar desde logo que, à época, tanto João Batista de Andrade quanto Fernando Peixoto tinham larga experiência política e artística. Com efeito, a trajetória cinematográfica de Andrade inicia-se como desdobramento de sua participação no movimento estudantil. De formação marxista, transferiu-se para a cidade de São Paulo com o objetivo de prestar o concurso vestibular para o curso de Engenharia da Escola Politécnica da USP. Nesse período, foi militante do movimento estudantil no âmbito da União Estadual dos Estudantes (UEE). Aproximou-se do cinema por meio de Francisco Ramalho Jr. que tinha iniciado um grupo de cinema do qual já faziam parte José Américo Viana e Clóvis Bueno. Esse grupo filmou, em super 8, *Menina Moça*, baseado em argumento e roteiro de Ramalho. Logo depois, foi criado o Grupo Kuatro de Cinema. Com financiamento da União Estadual dos Estudantes, o Grupo iniciou um documentário sobre catadores de lixo de São Paulo, mas o projeto ficou inacabado. Ao lado disso, tentaram um outro projeto: um documentário sobre o Teatro Popular Nacional, criado por Ruth Escobar. Este também ficou inacabado. Nesta época, João Batista recebeu influências do cinema polonês, especialmente de Wadja, da Nouvelle-Vague, do neo-realismo italiano e do cinema latino-americano, particularmente do documentarista argentino Fernando Birri que teve a oportunidade de conhecer pessoalmente por intermédio do jornalista Vladmir Herzog e do cineasta Maurice Capovilla. Depois do golpe militar de 1964, trabalhou na Fundação Cinemateca Brasileira, a convite de Rudá de Andrade, redigindo releases para a imprensa. Como desdobramento dessa atividade, participou da Sociedade Amigos da Cinemateca que, à época, mantinha um cineclube no Museu de Arte de São Paulo. Nesse período, manteve seus primeiros contatos com os diretores do Cinema Novo: Gustavo Dahl, Carlos Diegues e Leon Hirszman. Em 1963, Renato Tapajós aproximara-se do movimento estudantil e, juntamente com Batista de Andrade,

filmou e montou o documentário *Universidade em Crise* que obteve financiamento do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. Em 1966, também com patrocínio do movimento estudantil (especialmente do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP e do *Jornal Amanhã*), Andrade realizou *Liberdade de imprensa* que foi o seu primeiro filme, um documentário de média metragem. Logo depois, trabalhou como assistente de direção em dois filmes de Maurice Capovilla, *Subterrâneos do futebol* e *Bebel, a garota-propaganda*. Também nessa época, entrou em contato com os cineastas Geraldo Sarno e Paulo Gil Soares. Com Paulo Gil, trabalharia no Globo Repórter. Apesar das dificuldades econômicas e políticas, Batista de Andrade e Francisco Ramalho montaram a produtora de cinema TECLA. A produção de estréia foi *Anuska, manequim e mulher* (1968), dirigida por Ramalho. Em seguida, embora o ambiente fortemente repressivo do pós-AI-5 já se fizesse sentir, Batista de Andrade dirigiu *O filho da televisão* (episódio de *Em cada coração um punhal*). Ao lado disso, dirigiu também seu primeiro longa-metragem de ficção, *Gamal, o delírio do sexo*, pelo qual recebeu prêmio AIR France de melhor diretor em 1970. Neste filme, percebe-se a presença de estratégias discursivas alegóricas que procuram discutir a repressão política imposta pela ditadura militar e seu impacto sobre os intelectuais. Como se vê, João Batista de Andrade, na passagem dos anos 1960 para 1970, estava enfrentando grandes transformações (sociais, políticas e culturais) que exigiam novos posicionamentos âmbito pessoal/profissional.

Por outro lado, a trajetória de F. Peixoto revela, de modo significativo, igual necessidade de revisão e transformação constantes. Com efeito, depois de ter cursado a Escola de Teatro fundada na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade de Ruggero Jacobbi, esteve presente como ator e/ou assistente de direção em espetáculos que se tornaram referências para a História do Teatro brasileiro contemporâneo, como

Pequenos Burgueses (Máximo Gorki), *O Rei da Vela* (Oswald de Andrade), *Galileu Galilei* (Bertolt Brecht), *Na Selva das Cidades* (Bertolt Brecht), *Poder Negro* (Le Roy Jones), entre outros. Nesta época, dirigiu Dom Ruan (1970), um espetáculo que dialoga com a *contracultura*. Foi neste contexto sociocultural particularmente conflituoso que Peixoto desligou-se do Oficina, por não concordar com os novos rumos tomados pelo Grupo. Embora essas atividades teatrais sejam imprescindíveis para compreender a sua contribuição a resistência democrática no campo artístico e cultural, elas não são suficientes, porque, ao lado delas, Peixoto trabalhou como assistente de direção no filme *Prata Palomares* (1970, André Faria) e foi responsável pelos seguintes roteiros: *O Profeta da Fome* (1970, em parceria com Capovilla), *Quarup* (1971, em parceria com Ruy Guerra) e *O Tronco* (1978, em parceria com João Batista de Andrade). Porém, sua participação em atividades cinematográficas desdobrou-se no trabalho como ator nos filmes *O Homem que comprou a Morte* (1972, Maurice Capovilla) e *Gamal – Delírio do Sexo* (1969, João Batista de Andrade). Percebe-se que a parceria Peixoto-Andrade em *Gamal* não é algo isolado na trajetória de ambos. Ao contrário, responde à necessidade de dialogar criticamente com a realidade brasileira do período.

Com efeito, em *Gamal – delírio do Sexo*, "a história se passa em cenários naturais, abertos, identificáveis – ruas e praças do centro da cidade de São Paulo – e a câmera, de quando em quando, se afasta da ficção que está registrando para filmar as pessoas que em torno da equipe observam as filmagens. O esconderijo e a brecha aparecem com igual destaque na imagem. No trecho final de *Gamal* um personagem é agredido por três outros que destroem as cadeiras que ele fabricava. Quando os agressores se retiram o agredido procura recolocar de pé os pedaços que sobraram das cadeiras arrebentadas – uma outra forma de repetir a encenação do medo e da violência que geraram os filmes marginais. Quando alguém destrói

nossas cadeiras a gente não pode fazer nada. Só nos resta tentar arrumar os cacos que sobraram para montar um arremedo de cadeira, para improvisar uma cadeira meio avacalhada, meio esculhambada. E se equilibrar aí. O personagem central neste filme é um jornalista que briga com a mulher e fica meio louco. É um intelectual que perdeu o chão, sem ponto de apoio para se sentar. Alguns filmes marginais tomaram como protagonista um qualquer fora-da-lei – um assaltante, um criminoso, um rebelde bronco, meio analfabeto, que agride o sistema por instinto de sobrevivência. Outros, como *Gamal*, tomam como protagonista um intelectual. Um intelectual talvez porque o artista (e em especial o que se expressa através do cinema) se sentia marginalizado [...] numa sociedade desfigurada pelas formas de lazer impostas pelos interesses do capital multinacional e desfigurada também pela censura [...]. O herói era um intelectual ou um bandido porque, muito provavelmente, o artista sonha com a possibilidade de poder agredir o mau gosto institucionalizado pelos grandes veículos de lazer com uma violência idêntica à de um fora-da-lei. Intelectual e bandido, nos filmes marginais, era tudo a mesma coisa. [...] Há um certo tom de queixa aí, como se o cineasta, ao incluir estes flagrantes na história contada em seu filme, estivesse reclamando um pouco da apatia geral dos espectadores (ou das pessoas de um modo geral) diante dos filmes (ou do país como um todo) ou do sofrimento dos intelectuais que lutavam por um melhor país e um melhor cinema" [6].

Este tipo de representação, sem dúvida, assume-se como alegórica, isto é, não é transparente e tem perspectiva globalizante. Segundo Ismail Xavier, "a série que inclui *Gamal, o delírio do sexo*/J. B. de Andrade/70, *Piranhas do asfalto*/Neville/70, *Vozes do medo*/coord. Roberto Santos/71, *Prata Palomares*/André Faria Jr./71, *Nenê Bandalho*/Emílio Fontana/70, *Perdidos e malditos*/Geraldo Veloso/71, *Hitler no Terceiro Mundo*/José Agripino/70, *O pornógrafo*/João

Calegaro/70, trabalha a crise de identidade, as fantasias e frustrações sexuais, a violência, o marginalismo, perambulações sem destino"[7]. Por meio da estratégia da agressão, *Gamal, o delírio do sexo* filia-se, grosso modo, à *estética do lixo* que é uma radicalização da *estética da fome*.

Do ponto de vista estético-formal, a espessura do universo ficcional de *Gamal, o delírio do sexo* é sempre densa, embora fragmentada, com personagens desesperados e agonizantes. João Batista de Andrade, embora freqüentador da Boca e com uma produção que nitidamente se aproxima da estética marginal, afasta-se, porém, em alguns aspectos do panorama desta proposta cinematográfica. Talvez a distinção se localize mais no nível narrativo. "Isto é particularmente forte em *Gamal, o delírio do sexo*, filme que é percorrido de ponta a ponta por berros angustiantes, sem que haja, ao nível da própria diegese, uma motivação para tal. O dilaceramento e a ação gratuita coincidem para transformar o filme num estilhaço fragmentário em que determinadas personagens 'tipificadas' tentam se cristalizar, mas acabam diluídas por uma narrativa onde o centro funcional parece estar localizado na expressão de uma agonia absoluta, sem fundo nem causa. A dimensão do 'horror' à abjeção, aparentemente incomensurável, tem aí uma de suas expressões mais típicas"[8]. Fundamentalmente, trata-se de uma *representação alegórica do subdesenvolvimento brasileiro com pitadas de contracultura*.

De acordo com depoimento de João Batista de Andrade: "Gamal foi exibido em Brasília e eu tive que ouvir as mais diversas condenações ao filme por parte de pessoas como, por exemplo, o Joaquim Pedro de Andrade que, amigo, tentava me convencer de que o 'irracionalismo' não só não levava a nada como era um perigo. [...] Esse bombardeio, na verdade, tinha um alvo certo: o crescente movimento do cinema marginal tanto no Rio [...] quanto em São Paulo. Os cineastas e os filmes, indistintamente, eram pejorativamente chamados de 'udigrudi', corruptela de

'underground', cultura marginal importada dos movimentos jovens, principalmente norte-americanos. [...]. Gamal é um filme carregado de invenções, tem uma carga pessoal muito forte e fora realizado como uma espécie de vômito, um processo de criação espontâneo e incontrolável, forte, apesar da perda de um claro sentido histórico. Mas em vez de defender Gamal, eu me posicionei do lado de minha 'tradição', tentando retomar minha capacidade crítica, a busca de um cinema enraizado na história e na política brasileira"[9].

Por fim, cabe afirmar que estudar filme *Gamal, o delírio do sexo*, sem dúvida, é uma oportunidade de jogar luz sobre uma conjuntura em que a questão do engajamento artístico - questão central nos debates do período - encontra nas trajetórias de Batista de Andrade e F. Peixoto uma pista muito consistente dos caminhos seguidos pelos artistas brasileiros preocupados com a discussão dos temas relevantes e que, ao mesmo tempo, recusando o didatismo e a impostação iluminista, presentes em diversas obras do período, desejavam manter um diálogo instigante e não-conformista com o público. O surgimento da vertente artística da chamada "Resistência Democrática" ganha, desta forma, um contorno mais matizado.

---

[*] Este ensaio é um dos mais recentes desdobramentos de uma pesquisa, ora em desenvolvimento, intitulada "Artista e Intelectuais de Esquerda frente ao Cinema de Mercado e à Televisão: a atuação de Fernando Peixoto na Indústria Cultural", que obteve financiamento do CNPq (Bolsa PQ – Nível 2).

[1] BERNARDET, J. C. *Cinema Brasileiro: propostas para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 46.

[2] XAVIER, I. *O Cinema Brasileiro Moderno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 p. 48.

[3] RAMOS, J. M. O. O cinema brasileiro contemporâneo (1970-1987), In : RAMOS, F. (Org). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1997, p. 419.

[4] Para maiores detalhes, consultar: SIMÕES, I. Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC,1999.

[5]RAMOS, F. *Cinema Marginal (1968-1973): A representação em seu limite*. SP: EMBRAFILME/MinC/Brasiliense, 1987, p. 15-16.

[6]AVELLAR, J. C. *O cinema dilacerado*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986, p. 107-108.

[7] XAVIER, I. Do golpe militar à abertura: a resposta do cinema de autor, In: *O desafio do cinema*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 20.

[8] RAMOS, F. *Cinema Marginal (1968-1973): A representação em seu limite*. SP: EMBRAFILME/MinC/Brasiliense, 1987, p. 85.

[9] CAETANO, M. do R. *João Batista de Andrade*: alguma solidão e muitas histórias - a trajetória de um cineasta brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 139-143.

Da caridade à utilidade: as estratégias de inserção social de meninas abandonadas no Recife Imperial

Alcileide Cabral do Nascimento – PPG-UFPE/UFRPE

As mulheres deste estudo não são sinhás ou sinhazinhas, índias ou negras, escravas ou livres, mas aquelas que não tinham família ou parente identificado, "filhas da caridade" particular e pública, que foram abandonadas na Roda dos Expostos. Para alguns, as expostas eram frutos da falha, da incontinência, da imoralidade, do desregramento, das práticas ilícitas ou da miséria. Nem sempre o poder público se preocupou com o futuro das meninas que sobreviviam aos primeiros cuidados e cresciam na instituição ou fora dela, tornando-se adolescentes e mulheres.

Em meados do século XIX, porém o aumento da exposição de meninas e sua longa permanência na Casa dos Expostos se configuraram como um problema social. Não cabia mais à instituição apenas "salvar crianças" do infanticídio, mas "educar crianças" e torná-las úteis pelo trabalho ou pela constituição de famílias ordeiras. A questão que a instituição colocava era: o que fazer com as expostas que completavam sete anos, atingiam a maioridade e permaneciam na Casa? Como dar saída a essas meninas, a essas mulheres?

Essa questão guiou nosso olhar, sabendo que a vida não é regulada por um destino a priori, não é fruto da fatalidade, mas da ação dos homens que fazem a sociedade. Pelos relatórios e ofícios das instituições responsáveis pelas expostas buscamos investigar os discursos e as práticas que agiram para dar forma à sua inserção na sociedade recifense, enquadrando-as na vida social. Assim, essas mulheres não tiveram 'destinos possíveis'. Entraram para a vida pelas portas abertas pelo poder público, mas nem sempre aceitaram o que lhes era imposto e algumas vezes abriram outras portas.

A Casa dos Expostos e a instalação da roda no Recife datam do final do século XVIII. O governador que propôs a criação dessa instituição diz, em carta enviada ao secretário da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, que não era possível conviver cotidianamente na vila do Recife e cidade de Olinda com o espetáculo dos corpos de crianças devorados por animais como cães e porcos, crianças deixadas à morte, muitas delas sem o sacramento do batismo. Com a instalação da roda, pretendia-se interditar a prática costumeira de

abandonar crianças ao infanticídio. Em maio de 1789, ano em que foi criada, a Casa já contava com 40 crianças, que foram enviadas para amas de leite contratadas e pagas pela instituição.[1]

Os diversos usos do equipamento da roda e da Casa dos Expostos pelas camadas populares ampliaram as finalidades do aparato assistencial, contrariando as expectativas do poder público e daqueles que viam na roda apenas uma solução para o infanticídio, ao preservar a vida das crianças. Por essa razão, em 1800, o governo interino lançou um edital em forma de bando,[2] estabelecendo que doravante os enjeitados pretos e pardos pertenceriam à Casa do Expostos, seriam os filhos e as filhas da Província. Nessa condição, caberia ao poder público definir o futuro daqueles que escapavam com vida dos primeiros anos de criação, impedir as mães de resgatarem seus rebentos, e evitar que os expostos, meninas e meninos, ingressassem na ociosidade, na vadiagem ou na prostituição.[3]

Assim, no século XIX emergiram novas questões em torno das crianças expostas: sua educação e a preocupação com o seu futuro. Cabia ao governo encontrar formas de inserção das expostas na sociedade, integrando-as a estratégia que visava o seu enquadramento ao perfil feminino vigente, que apontava os lugares socialmente aceitos para as mulheres: o lar e o trabalho doméstico. Evitava-se que a cidade e as famílias sofressem com as possíveis desordens provocadas por mulheres que tivessem na rua a sua fonte de sobrevivência, sem controle, gozando da sua liberdade e do seu corpo. Nos registros disponíveis, identificamos alguns 'mecanismos de escoamento' e enquadramento social que figuraram como possibilidades de inserção das expostas na sociedade recifense em meados do dezenove: a) casar e constituir família; b)trabalhar ou 'se engajar' em casa de família; c) estudar no Colégio das Órfãs.

Havia uma grande preocupação em casar as moças, para diminuir os custos da instituição com a sua manutenção e evitar que ingressassem na prostituição.[4] Ao mesmo tempo, investia-se na construção de uma imagem feminina definida pela idéia de mulher honesta, virtuosa, virgem e frágil, voltada para o cumprimento das obrigações no espaço

doméstico. Mas, para isso, era necessária a concessão de dote, seja pela instituição que as criava, seja pela caridade de particulares.

O dote era uma prática costumeira presente desde os tempos coloniais no Brasil. Segundo Eni Mesquita, que estudou o casamento na sociedade paulista, o dote era primordial nos arranjos matrimoniais, dada a vinculação aos interesses sócio-econômicos.[5] O casamento não era fundado no amor e na atração física entre os cônjuges. A relação matrimonial firmava alianças, transmitia e garantia o patrimônio familiar. Nesse modelo, a mulher que possuía dote tinha mais possibilidade de contrair matrimônio.[6]

Do ponto de vista jurídico brasileiro após a Independência, o dote era entendido como os bens que a esposa, seus pais, ou outrem, por conta dela, davam ao esposo para ajuda da sustentação dos encargos do matrimônio e para manter a esposa no estado de viuvez, caso o marido viesse a falecer antes dela.[7] O hábito de conceder dote a moças órfãs e expostas, condição necessária ao casamento, também era uma das maneiras dos ricos demonstrarem sua caridade para com os mais pobres. Ao mesmo tempo, figurava como uma forma de reforçar os mecanismos de estabilização da sociedade, pois valorizava a legitimidade, a tradição e a fidelidade das relações conjugais. Concediam-se dotes às órfãs e expostas através de testamentos ou diretamente às Casas de Misericórdia, onde muitas eram criadas.[8]

Não é possível datar a prática de dotar expostas no Recife. A notícia mais remota que se tem é a do testamento de D. Inês Barreto de Albuquerque que fundou com o seu marido, em 1684, o hospital para os pobres, chamado Hospital do Paraíso, na ilha de Santo Antônio. No rol dos legados, D. Inês destinava para D. Ana, enjeitada em sua casa, dois escravos e 100 arrobas de açúcar branco e pedia a sua sobrinha que a tivesse “em sua casa se não lhe aparecer pai”. Beneficiava ainda a filha natural de seu sobrinho, Domingo de Sá, com 100$000 “para ajuda no seu dote”.[9]

Um outro registro dessa prática foi o legado feito em 10 de agosto de 1824, pelo padre João de Deos da Costa. O padre deixou dois andares na rua do Livramento para o patrimônio dos expostos, com a condição de dotar-se com duzentos réis, a cada três anos,

uma exposta criada pela Casa dos Expostos. Até 1847, não havia uma lei que obrigasse o pagamento do dote às expostas, pela instituição responsável ou pelos cofres públicos.[10]

Em relatório de 1842, a Junta da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade do Recife[11] considerava o pagamento do dote das expostas como um "abuso", pois o mesmo não era autorizado por lei. No lugar de dotar as expostas que casavam, a Junta limitou-se em lhes dar um pequeno enxoval, cuja importância não excedia a cinqüenta réis.[12] Sem dúvida, essa posição dificultava o ingresso das expostas no mercado matrimonial e contrariava uma prática corrente na sociedade - a de dotar as moças casadoiras, independente da condição social.

A ausência do dote poderia dificultar o casamento das expostas, pois as mesmas só teriam direito a um enxoval que não ultrapassava cinqüenta réis, o que não era um grande atrativo para os rapazes. Sem recursos, sem família de berço ou tradição, como ingressar no mercado matrimonial? Essa atitude da Junta pode ter contribuído para elevar o número de expostas adultas que viviam na instituição, aumentando as dificuldades em mantê-las.

Mesmo com a prática costumeira legalizada em 1847, ainda assim os maridos das expostas tiveram dificuldades para receber os dotes. Em 1854, Thomas Vieira d'Alcântara, "na qualidade de administrador de sua mulher, a exposta Thereza Francisca de Jesus", requereu o pagamento do dote. A Junta reconheceu seu direito, mas alegou não ter recursos e solicitou que o pagamento fosse feito pela Tesouraria Provincial.[13] Esse mesmo procedimento foi observado com o requerimento de José Maria Bitancourt, que solicitou, em agosto de 1860, o pagamento do dote de sua mulher, a exposta Bernarda de Medeiros.[14]

Os pedidos de pagamento de dote foram constantes, dirigidos pelos maridos para a Junta e desta para a presidência da Província. Em relatórios de 1880 e 1886, os provedores informavam a difícil situação financeira da instituição, visível no aumento da população assistida em suas instituições, no acúmulo de débitos com os fornecedores de gêneros alimentícios e no não pagamento dos dotes. Ao mesmo tempo, denunciava a situação das expostas, que sofriam inúmeras violências de seus maridos, indo muitas delas parar no Hospital de Alienados. Havia também os maridos que recebiam o dote e sumiam, deixando

a exposta em situação de abandono e sem qualquer recurso. Os provedores argumentavam que era preciso profissionalizar as moças por meio de oficinas e da educação, pois assim elas não dependeriam apenas do casamento. Além de poder se manter, teriam condições de ajudar a criar os filhos, e contribuir com o marido nas despesas domésticas. E, se abandonadas por eles, não cairiam na perdição. Com o seu trabalho, teriam como viver e cuidar dos filhos.[15]

A responsabilidade de criar e educar expostas, sem que as despesas incidissem no orçamento dos cofres públicos, evitando-se o ócio e a prostituição, foi realizada pelo envio de meninas para casas de famílias, a fim de prestar serviços para pessoas de reconhecida probidade. A primeira regulamentação do trabalho dos expostos em Portugal, data de 31 de janeiro de 1775.[16] A lei portuguesa definia que, a partir dos sete anos, as crianças que não permanecessem nas residências das amas deveriam ser inscritas no juizado de Órfãos, para que este providenciasse trabalho de acordo com a sua idade. A legislação brasileira pós-independência reafirmou o antigo alvará português.

Em Pernambuco, o Regulamento de 1847 não dispunha, em nenhum dos seus artigos, sobre a locação de serviços das expostas, mas apenas dos expostos, que eram chamados de “rapazes” ao completar sete anos. No caso das moças, garantir um bom casamento e permitir o ingresso no mercado matrimonial, por meio do dote e enxoval, foi a grande preocupação. Mas a locação de serviços de expostas tornou-se uma saída para diminuir os excessivos gastos com as despesas de sua criação – agravados pelo constante enjeitamento de meninas com idade entre oito e treze anos na porta da Casa dos Expostos — constituindo um dos mecanismos de escoamento de expostas nesse período.

Na década de 1850, o abandono de crianças de ambos os sexos entre oito e treze anos, na Casa dos Expostos, foi denunciado pela Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade. Das trinta meninas que entraram na Casa com idade de até treze anos, três foram enviadas pelo subdelegado da freguesia da Boa Vista e Santo Antônio e vinte e sete foram deixadas na porta da instituição.

Ainda não sabemos as razões pelas quais os pais ou parentes abandonavam suas filhas. Para a Junta, essa situação figurava primeiro como um abuso das pessoas que desvirtuavam a função da Roda dos Expostos; segundo, constituía um problema, pois a instituição não tinha recursos para manter essas meninas. Diante do aumento de expostas, a Junta solicitou do governo provincial autorização para "engajá-las" em casa de pessoas idôneas.

Em troca do sustento - alimentação e vestimentas – e moradia, as meninas não teriam direito a qualquer remuneração. Ademais, a família deveria se encarregar de sua educação ou prover meios para tal e assinar um termo de responsabilidade. Se, por um lado, o trabalho gratuito estimulava a permanência da exposta na família adotiva, por outro abria caminho para a escravização da criança.[17] Como a documentação demonstra, nem sempre as meninas foram bem tratadas, estando sujeitas a maus-tratos e violações de sua honra.

Em setembro de 1860, houve uma denúncia de maus-tratos e indícios de violação da honra que vinha sofrendo em casa de família a exposta Cândida. O provedor solicitou a volta da menina para a instituição, pois o Sr. Joaquim José Lopes da Cunha e sua mulher, Alexandrina Gonsalves da Silva, não deram a devida educação à menor que tinha catorze anos, "quando foi tirada de seu poder, nunca se confessara, e não sabia ler nem escrever e nem coser". Além disso, a Junta insinua que não quer citar "fatos que possam ofender a reputação do Suplicante e de sua mulher", pois não ofereceram "as condições para a boa guarda e educação da exposta".[18] Embora o trabalho doméstico figurasse como uma forma de inserção das meninas expostas na sociedade, os perigos daí decorrentes eram enormes: escravização, prostituição, maus-tratos e atentados ao pudor e honra não eram práticas isoladas e colocavam em risco a vida das expostas.

Por muito tempo a província de Pernambuco não teve uma instituição específica para educar as meninas expostas ou órfãs pobres. No Rio de Janeiro, por exemplo, a coincidência nas datas de criação da Casa dos Expostos e do Recolhimento das Órfãs – 1738 e 1739, respectivamente – demonstra a preocupação da Irmandade da Misericórdia com a proteção e a educação das mulheres.[19] No Recife, somente em 1847 foi instalado o

Colégio das Órfãs, embora a lei de sua criação datasse de 1835, ou seja, doze anos antes.[20] O Colégio tinha por fim educar meninas órfãs pobres e expostas, a partir dos sete anos de idade. Também admitia em suas dependências pensionistas entre sete e quinze anos.

Uma distinção entre as expostas residentes no Colégio e as que moravam na Casa dos Expostos era um maior valor do dote destinado ao casamento. No lugar de duzentos réis, os maridos das expostas do Colégio receberiam trezentos réis. Criavam-se na prática duas categorias de expostas, uma diferenciação perniciosa, que poderia gerar preferência entre os pretendentes ao matrimônio com mulheres expostas, por exemplo.

Uma outra possibilidade que se abria para as suas vidas era a admissão como "mestras do colégio", se apresentassem "suficiente capacidade", o que lhes garantiria uma gratificação mensal. Por fim, órfãs e expostas, entre quinze e vinte um anos, poderiam ser engajadas em casas de famílias para o serviço doméstico, firmando-se o contrato, segundo o que designava a lei de 10 de junho de 1835.

Entre 1854 e 1860, período em que pesquisamos os ofícios da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade, responsável pela Casa dos Expostos, encontramos cinco meninas que foram enviadas para o Colégio das Órfãs. Nestes casos, não se tratavam de crianças órfãs, mas de meninas expostas, entre oito e dez anos, que eram enviadas para diminuir as despesas da Casa dos Expostos, bem como para receber educação.

A educação ministrada incutia uma moral cristã, com a valorização da honestidade, do comportamento modesto, recatado e grave, característico de mulheres virtuosas. Percebia-se a mulher como frágil e desprotegida. Era necessário protegê-la e, por meio da educação, qualificá-la para ingressar no mercado matrimonial ou no mercado de trabalho urbano.

Desses mecanismos, o casamento e o trabalho doméstico sofreram um enorme desgaste. Por um lado, os maus tratos dos maridos ou o sumiço deles após o recebimento dos dotes - levando algumas mulheres ao Hospital dos Alienados -, somados à impossibilidade financeira da instituição de pagar os dotes e oferecer o enxoval às expostas, demonstraram os limites da via matrimonial para o enquadramento das expostas na sociedade. Por outro lado, a alocação do trabalho das expostas em casas de famílias de

"reconhecida idoneidade", muitas vezes abriu caminho para a escravização, a prostituição, os maus-tratos e as violações à honra, colocando em risco a vida dessas mulheres. Apesar da vigilância, dos dispositivos legais criados para coibir as práticas abusivas de uma sociedade escravocrata e machista contra as expostas, e da própria recusa delas em aceitar alguns trabalhos e casamentos, os 'mecanismos de escoamento' entraram em crise. No final do século, se não as profissionalizassem — ameaçava o provedor, dr. Joaquim Correia de Araújo em 1888 —, só restaria à Santa Casa da Misericórdia devolver as "filhas da caridade" à rua, pois a sociedade não lhes abria outras "portas da vida".[21]

NOTAS

[1] Ofício do governador da Província, D. Tomás José de Mello, ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino, Martinho de Melo e Castro, 11.05.1789. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Correspondência para a Corte, cód. 2, 1789. fl.212. ms.
[2] Edital dos Governadores Interinos da Província, em forma de bando que se faz publicar e pregar sobre o enjeitados, expostos desta capitania'. APEJE, Registro de Provisões. N. 4, vol.3, 1800, fl.74v. ms.
[3] 'Edital dos Governadores Interinos da Província...' Doc. cit.
[4] Essa preocupação estava presente em várias instituições do país, como observa Maria Luiza Marcílio. *História Social da Criança Abandonada.* São Paulo: Hucitec, 1998, p. 297.
[5] Eni Mesquita Sâmara. 'O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências'. *Anais do Museu Paulista*. T. XXX. São Paulo, 1980/1981, p. 41.
[6]Margareth de Almeida Gonçalves. 'Dote e casamento: as expostas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro'. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.). *Rebeldia e Submissão. Estudos sobre a condição feminina.* São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 61-62.
[7] Eni Mesquita Sâmara. op. cit. p. 43.
[8] Júnia Ferreira Furtado. *Cultura e Sociedade no Brasil Colônia.* São Paulo: Atual, 2000. p.37
[9] Silva, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial. R*io de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.35-36.
[10] Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Recife de 1842. APEJE, Série SC - 01, fls.170-171. ms.
[11] Instituição criada por decreto de 13 de outubro de 1831, cumprindo resolução da Assembléia Geral Legislativa e do Governo Regencial, que manda reunir as casas de caridade do Recife e de Olinda, em Pernambuco, sob uma só administração, que passou a ser chamada Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade, centralizando os serviços assistenciais. Cf. Coleção de Leis do Império do Brasil desde a Independência. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1831. Vol III, pp. 454-456.
[12] Ver Decreto de 13 de outubro de 1831. Coleção de Leis do Império do Brasil desde a Independência. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1831. Vol III, pp. 454-456.
[13] Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 17 de julho de 1854. APEJE, Série SC- 02, fl. 75.ms.
[14] Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha. Recife, 17 de julho de 1860. APEJE, Série SC- 02, fl. 39. ms.
[15] Relatórios da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Mercantil, 1878 e 1880 e 1886.
[16] Alvará de 31 de janeiro de 1775.Regula a criação, entrega e educação dos expostos de Hospital de Lisboa. Legislação Portuguesa (1775-1790) Lisboa: Typ. Maigrense, 1828, pp. 4-6. APEJE.
[17] Essa situação também foi constatada por Venâncio, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas.* Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 143.
[18] Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha. Recife, 4 de setembro de 1860. APEJE, Série SC - 03, fl.41.
[19] Margareth de Almeida Gonçalves. op. cit. p. 63.
[20] Lei Provincial nº 7, de 10.06.1835. Cf. Coleção de Leis , Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, dos anos de 1835 e 1836, t I. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1836. Relatório da Santa Casa da Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Mercantil, 1878.
[21] Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Universal, 1888. Arquivo da SCMR.

INQUISIÇÃO E SOCIEDADE NAS MINAS SETECENTISTAS: OS FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO (MARIANA, 1702-1808).

Aldair Carlos Rodrigues

USP/ FFLCH/ FAPESP

Esta comunicação diz respeito a um trabalho que estamos desenvolvendo, cujo proposta principal é estudar a relação estabelecida entre a Inquisição portuguesa, através dos Familiares do Santo Ofício, e a sociedade colonial da região de Mariana durante o século XVIII (1702-1808).

O aparelho inquisitorial que foi implantado no Brasil funcionou subordinado ao Tribunal da Inquisição de Lisboa, considerado "a peça mais importante da máquina inquisitorial portuguesa. [1]" A ele estavam subordinadas todas as conquistas portuguesas no Atlântico.

Assim como em Portugal, "o início da atuação do Santo Ofício na Colônia deu-se através dos Bispos e seus agentes indiretos, que visitaram as diversas capitanias, zelosos em perpetuar a Cristandade no Ultramar (...)."[2] Os bispos, investidos de autoridade inquisitorial, tentavam suprir a ausência de um Tribunal do Santo Ofício na Colônia.

Mesmo algumas autoridades tendo se empenhado para a instalação de um Tribunal do Santo Ofício em terras brasileiras, como ocorrera na América Espanhola, tal feito não se concretizou, ficando o Brasil, juntamente com todo o Império português do Atlântico, sob a jurisdição do Tribunal de Lisboa.

Apesar de não ter sido instalado nenhum Tribunal na América portuguesa, a Inquisição, utilizando-se de diversos mecanismos e estratégias, não deixou que a Colônia

[1] SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. P. 125.
[2] CALAINHO. *Em nome do Santo Ofício*: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado). P. 58.

escapasse de suas garras. Buscou colocar a Terra de Santa Cruz sob seu projeto de defesa da ortodoxia e da moral católica tridentina.

A atuação inquisitorial no Brasil tornou-se mais consistente com o advento das Visitações do Santo Ofício à Colônia. A primeira, realizada pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça entre 1591 e 1595, atingiu as capitanias nordestinas da Bahia, Pernambuco e Paraíba. Outras foram enviadas ao Brasil, mas dessas, só é conhecida a documentação relativa à de Marcos Teixeira à Bahia, em 1618-21 e à Visitação feita ao Grão-Pará, no século XVIII. Essas inspeções, constituídas de confissões, denúncias, inquirições e ratificações, eram carentes de um ritmo certo, tanto na Colônia como no Reino.[3]

A ação do Santo Ofício no Brasil não se restringiu às Visitações ocorridas nos séculos XVI, XVII e XVIII. À medida que a Igreja se estruturava na Colônia, foram surgindo as Devassas ou Visitas Episcopais, funcionando, ao que tudo indica, "como instrumentos complementares da instituição inquisitorial".[4] Porém, os alvos eram de natureza diferente. A primeira voltava-se mais para os crimes de natureza moral ou desvios do comportamento modelo preconizado pela Igreja Tridentina, pois às Visitações Diocesanas "não cabiam heresias, cristãos-novos e sodomitas"[5], caso surgissem eram encaminhados para o Tribunal do Santo Ofício. O historiador português José Pedro de Mattos Paiva, estudando a relação entre Visitas Episcopais e Inquisição, também notou uma complementaridade entre estes dois mecanismos no Bispado de Coimbra; "se não a um nível previamente pensado e organizado, até agora não se encontrou nenhum documento que o garantisse seguramente, pelo menos isso é claro no plano dos resultados concretos da actuação destas duas instituições".[6]

---

[3]Siqueira atribui grande importância devido ao fato de os Visitadores, aí enviados, ocuparem cargos de alto relevo nos quadros inquisitoriais portugueses. In: Idem. P. 276.
[4] BOSCHI, Caio César. As Visitações Diocesanas e a Inquisição na colônia. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ ago. 1987. p. 182.
[5] FIGUEIREDO, Luciano. Barrocas Famílias. São Paulo: Hucitec. PP. 41-79.
[6] PAIVA, José Pedro de Matos Paiva. Inquisição e Visitas Pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?. Revista de História das Idéiaa,Coimbra, v. 11. 1989.

O aparelho do Santo Ofício que foi implantado no Brasil contou também com o apoio de toda a população que era incitada a delatar, pois a Inquisição aceitava todo tipo de denúncia "fosse qual fosse a idoneidade dos denunciantes. (...) aceitava-se inclusivamente as denúncias por carta anônima. (...)."[7]Eram, juntamente com as confissões, o elemento básico para a existência do processo inquisitorial.

A partir da segunda metade do século XVII começamos a observar uma mudança de tática por parte da Inquisição, as Visitações vão perdendo força, verificando apenas a excepcional de Geraldo José de Abranches ao Grão-Pará entre 1763 e 1769, realizada "126 anos depois da interrupção dessa prática em todo o império português."[8] O declínio dessa prática não significou a desestruturação da instituição inquisitorial, observamos que passa a formar no Brasil, e em todos os territórios do Império português, uma rede de agentes inquisitoriais, composta principalmente por Comissários e Familiares do Santo Ofício.

No caso da América Portuguesa, o ritmo das nomeações de agentes inquisitoriais atingiu seu ápice no século XVIII, sendo, em sua maioria, composta por Familiares e voltadas principalmente para as Capitanias do Sudeste: Minas Gerais e Rio de Janeiro.[9]

A rede de Familiares, que era muito tímida no século XVII, cresceu enormemente no século XVIII. Siqueira encontrou para as regiões baiana e pernambucana, no século XVIII, 148 Familiares, já, para o séc. XVIII, 1148 e, no XIX, 76.[10] Calainho, consultando os 25 tomos dos livros das habilitações do Santo Ofício, observou essa mesma tendência, porém com dados referentes para toda a colônia brasileira: listando um total de 1708 Familiares, constatou que 90,5 % das familiaturas foram expedidas no século XVIII.[11]

---

[7] SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e cristãos novos*. Lisboa: Estampa, 1985. p. 59.
[8] BETHENCOURT. *Op cit*. P. 217.
[9] MOTT, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Aracajú: Score Artes Gráficas, 1987. P 60.
[10] SIQUEIRA. *Op cit*. P. 65.
[11] CALAINHO. Op cit. P. 181.

Apesar de só ter constatado a autorização para Familiares no Ultramar português em 1613, Siqueira encontrou, já no início do século XVII, 18 Familiares nas regiões baiana e pernambucana.[12] Se observarmos o quadro 3, veremos que no século XVII, a atenção da Inquisição estava voltada prioritariamente para o Nordeste açucareiro, Bahia e Pernambuco. É de notar o predomínio dessas habilitações nas regiões costeiras da Colônia, o que se explica, segundo Calainho, pelo caráter "litorâneo impresso à colonização lusitana no Brasil", nesse período. [13]

Neste trabalho trataremos especificamente dos Familiares do Santo Ofício[14], atuantes na região de Mariana[15], que possuíam um papel de destaque na atuação do Tribunal, pois ajudavam os Comissários nas diligências; denunciavam os suspeitos de heresias; seqüestravam os bens dos réus nas heresias que implicassem confisco; vigiavam as penas dos condenados pelo Santo Ofício para que as cumprissem e guardassem o segredo do processo e apadrinhavam os réus nos autos-de-fé. Eles, como afirmou Siqueira, eram peças essenciais ao edifício inquisitorial e se ostentavam como pessoas de confiança do Santo Ofício .[16] No caso das denuncias, essas seriam dirigidas aos Comissários do Santo Ofício nas terras onde os mesmos se encontrassem, já nos lugares onde não houvesse a presença deles, deveriam ser encaminhadas ao inquisidor de seu distrito, no caso do Brasil, ao de Lisboa.

---

[12] SIQUEIRA. *Op. cit*. P. 178.
[13] CALAINHO. *Op cit*. P. 68.
[14] Apesar de os Familiares agirem e contarem com privilégios desde o século XVI, não existe menção a eles nos regimentos de 1552 e 1570. É no regimento de 1613 que encontramos referência direta aos mesmos, especificando inclusive os pré-requisitos para se ocupar o cargo. Mas foi no regimento de 1640 que o cargo ganhou, finalmente, um título específico.
[15] Primeira cidade da Capitania de Minas por ordem régia de 23/04/1745, Mariana era, durante o século XVIII, um centro religioso, pois abrigava a sede do Bispado mineiro (após o desmembramento da região da jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro em 1745-48); um centro administrativo, contando com um grande número de advogados, tabeliães e o corpo administrativo da Câmara e Cadeia; um centro educacional, principalmente a partir da criação do Seminário de Mariana em 1750, atraindo um grande número de estudantes, não só voltados para a carreira eclesiástica, e professores. In: LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família*: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). São Paulo: FFLCH/ USP, 1992. (Tese de Doutoramento). PP. 31-77.
[16] SIQUEIRA. *Op cit*. P. 172

Esses agentes do Santo Ofício deveriam apadrinhar os réus nas procissões dos autos-de-fé e na véspera e dia de S. Pedro Mártir, sendo possível assistirem às celebrações na igreja em que se passasse a festa do santo. No mais, prestariam toda obediência aos funcionários mais altos da hierarquia inquisitorial, mostrando total submissão ao Santo Ofício.[17]

Eles poderiam ser eclesiásticos ou leigos, pois não precisavam abandonar suas ocupações cotidianas para exercerem o cargo, posto que não tinham um salário fixo, apenas receberiam 500 réis por cada dia de serviço.[18] Era necessário ter bom procedimento, virtudes, posses e provar a "limpeza de sangue", passando pelo processo de habilitação *de genere, vitae et moribus*. Nesse processo era preciso provar que nas três gerações ascendentes do candidato (pais, avós e bisavós) não havia a "contaminação pelas raças infectas" (judeus, mouros, negros ou mulatos, condenados pela Inquisição, dentre outros). Toda a legislação no mundo ibérico estava impregnada pela discriminação das ditas "raças infectas", sendo a "limpeza de sangue" um dos valores que classificava e desclassificava o indivíduo social e legalmente.

Era o processo de habilitação, nas palavras de Bethencourt, que tornava mais distintiva a pertença ao tribunal. Os que eram aceitos obtinham um trunfo suplementar em seus conflitos distintivos com as outras famílias e facções de poder da cidade ou vila.[19] Ser Familiar implicava um estatuto privilegiado na sociedade; possuir a medalha de Familiar do Santo Ofício era a maior prova de que o indivíduo vinha de uma ascendência limpa, ou seja, não descendia das "raças infectas". Isso, sem dúvida, garantia-lhes honra e status social na sociedade marcada pelo ideal de "pureza de sangue" como um critério de estratificação social.

---

[17] Regimento dos Familiares... . *op. cit.*
[18] Calainho, em seu levantamento, constatou que praticamente a totalidade dos Familiares habilitados para agirem no Brasil eram leigos. In: CALAINHO. O*p cit.*
[19] BETHENCOURT. *Op cit*. P. 137.

Além da distinção, o cargo de Familiar do Santo Ofício, desde o século XVI, oferecia uma série de privilégios aos seus titulares, o que tornavam o posto ainda mais atraente.

A rede de Familiares, que era muito tímida no século XVII, cresceu enormemente no século XVIII. Siqueira encontrou para as regiões baiana e pernambucana, no século XVIII, 148 Familiares, já, para o séc. XVIII, 1148 e, no XIX, 76.[20] Calainho, consultando os 25 tomos dos livros das habilitações do Santo Ofício, observou essa mesma tendência, porém com dados referentes para toda a colônia brasileira: listando um total de 1708 Familiares, constatou que 90,5 % das familiaturas foram expedidas no século XVIII.[21]

Apesar de só ter constatado a autorização para Familiares no Ultramar português em 1613, Siqueira encontrou, já no início do século XVII, 18 Familiares nas regiões baiana e pernambucana.[22] Se observarmos o quadro 3, veremos que no século XVII, a atenção da Inquisição estava voltada prioritariamente para o Nordeste açucareiro, Bahia e Pernambuco. É de notar o predomínio dessas habilitações nas regiões costeiras da Colônia, o que se explica, segundo Calainho, pelo caráter "litorâneo impresso à colonização lusitana no Brasil", nesse período. [23]

OS FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO EM MARIANA

A pesquisa que estamos desenvolvendo partiu das cartas de Familiares do Santo Ofício registradas pela Câmara no livro de registro de patentes, provisões e sesmarias. Em dois dos quinze códices consultados, encontramos vinte e quatro cartas concentradas na segunda metade do século XVIII, entre 1770 e 1776. As habilitações ao cargo de Familiar do Santo Ofício em questão foram expedidas entre 1738 e 1770 e só foram

[20] SIQUEIRA. *Op cit*. P. 65.
[21] CALAINHO. Op cit. P. 181.
[22] SIQUEIRA. *Op. cit*. P. 178.

registradas na década de 70 do século XVIII. A expedição dessas patentes foi mais intensa na década de 1750. Dos vinte e dois Familiares dos quais conhecemos a data de habilitação, um foi habilitado na década de 1730, dois na de 1740, dez na de 1750, depois sete na de 1760 e, finalmente, um na de 1770.

O ritmo das habilitações para a Capitania de Minas Gerais (ver gráfico abaixo) está perfeitamente de acordo com o das nomeações para Mariana.

Gráfico 1

Habilitação de Familiares do Santo Ofício em Minas Gerais no século XVIII[24].

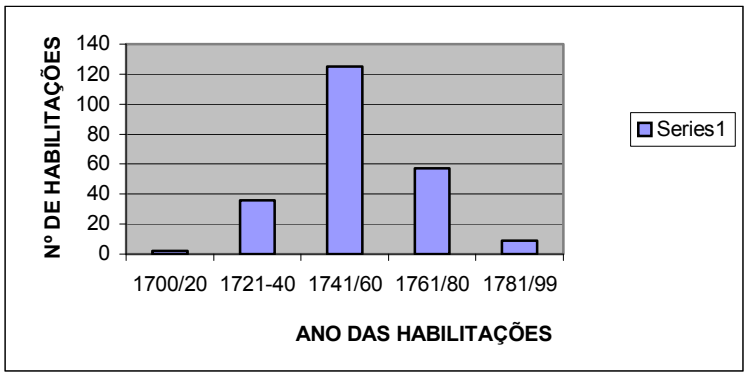

Dos vinte e dois familiares habilitados que nos foi possível identificar a ocupação, 14 se declararam homens de negócio e um, mercador, o que representam 68 % dos habilitados. Aliada a outros símbolos de dignificação social, acreditamos que a busca desse título " Familiar do Santo Ofício" foi uma estratégia, adotada pelos cristãos-velhos ligados a atividade mercantil com o propósito de se livrarem do preconceito e discriminação que lhes eram atribuídos, tanto no Reino como na Colônia. A classe mercantil costumava ser identificada com a heresia judaica e estigmatizada como cristã nova. Conforme Antônio José Saraiva, "em vários documentos oficiais e particulares, assim como obras literárias do séc. XVIII, a expressão 'gente da nação' (cristãos novos)

[23] CALAINHO. *Op cit*. P. 68.
[24] Fonte: CALAINHO, Daniela Buono. Em nome do Santo Ofício: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial. Rio de Janeiro. UFRJ, 1992. (Dissertação de mestrado). P.70.

aparece como sinônima de homens de negócio[25]". Esse preconceito era, certamente, reforçado pelo fato de que a maioria dos réus, que saía condenada nos autos-de-fé da Inquisição acusada de Judaísmo, estava ligada à atividade comercial.

Considerando que a "limpeza de sangue" era um dos principais critérios para a admissão de alguém como Familiar da Inquisição portuguesa, esses homens de negócio cristãos-velhos de Mariana não hesitaram em buscar o cargo para provar à sociedade que não descendiam das "raças infectas", ou seja, judeus, mouros, negros e índios. Ao adotar essa estratégia, esses comerciantes alcançavam, assim, o tão almejado *status social* e os privilégios, como a isenção de impostos que o cargo oferecia. Como bem notou João Pinheiro Netto, morador em Vila Rica, onde tinha loja, ao pedir ao tio Francisco Pinheiro que lhe ajudasse a conseguir o cargo de Familiar: "pois nesta terra é uma das melhores honras que há"[26].

Portanto, os estudos sobre os Familiares do Santo Ofício não podem analisá-los apenas enquanto meros instrumentos da ação inquisitorial, pois a complexidade da ação e da relação entre a Inquisição portuguesa e a sociedade colonial não pode ser perspectivada apenas em termos de repressão, mas também de promoção social. Esta perspectiva pode revelar os interesses profanos aos quais a Inquisição, através dos Familiares, se submeteu.

Esses agentes não só aceitaram a presença da Inquisição, mas quiseram também agir em seu nome, vendo naquela instituição uma possibilidade de ascensão social, portanto, o cargo de Familiar do Santo Oficio oferecia uma certa mobilidade social. Isso nos mostra que o Santo Oficio estava atuando em uma sociedade dinâmica que não hesitou em utilizá-lo como uma estratégia de distinção e classificação social.

---

[25] SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1985. p. 134.
[26] HSJ. TFP. Carta 142, m. 18, fl 690. Citado em FURTADO, Júnia. *Op cit*, p. 229.

A CULTURA POPULAR E SUAS CONEXÕES COM A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAPIXABA

Aldemir Luiz Garcia[i]- CESAT

O interesse pela temática cultura popular e identidade, liga-se à percepção de que o lugar do indivíduo no mundo passa por investimentos simbólicos – comportamentos, atitudes, opiniões – pelos quais ele se afirma e negocia com os demais atores, sua forma de inserção na sociedade. Afinal, a cultura popular, à margem do ensino oficial, vem assegurando a constituição de uma base cultural comum nas diversas sociedades, onde sua sobrevivência é garantida e decerto permanecerá, pela transmissão de geração em geração. Burity[ii] ressalta que a problemática da cultura é hoje um veio de discussão consagrado, que não apenas retrata uma orientação teórica no campo das ciências sociais, mas também reagrupa as preocupações, classicamente associadas à cultura em torno do tema da identidade. Essa orientação teórica, diz respeito à compreensão de que a vivência social é sempre simbolicamente mediada, seja pelo discurso, seja pelas manifestações artísticas em sentido amplo, de modo que tanto se pode dizer que tal vivência é culturalmente construída, como dizer que a cultura é uma construção social, que interage de forma complexa com os diferentes lugares e práticas onde se situam ou por onde circulam os agentes sociais, dando sentido e direção – ou questionando-os – a seus pertencimentos e ações.

Sob esse prisma, o folclore, entendido como cultura popular, forma de saber e processo intelectual de criação ou renovação de valores, constitui-se objeto de investigação científica privilegiado para a Psicologia Social, que, numa perspectiva renovadora – temática, teórica e metodológica – tem buscado considerar tanto os comportamentos individuais, como os fatos sociais em sua concretude e singularidade histórica. Portanto, tendo em vista a multiplicidade da utilização dessa cultura popular, acreditamos que a escola e seus atores podem e devem servir-se do folclore como excelente meio de

transmissão de conhecimentos, ao mesmo tempo em que revelador da cultura do povo. Desta maneira, estaria utilizando esta *outra lógica*, que não está nos livros ou no conteúdo formal, onde quase sempre encontramos a *versão oficial*, para conhecer e interagir com as facetas da consciência popular.

Partindo dessas premissas, esta pesquisa focalizou uma análise sobre as representações sociais de professores sobre o folclore, particularmente o folclore capixaba e sua disseminação, procurando estabelecer conexões entre estas representações com a construção da identidade social, à busca de subsídios que indiquem objetivamente a relação dialética entre cultura e identidade.

Método

Acreditando poder contribuir com o debate sobre o binômio cultura e identidade, propusemos uma análise psicossocial da questão, a partir de uma investigação sobre as representações sociais de professores do município de Vitória sobre o folclore, com a intenção de verificar suas ligações com a construção de uma identidade social. Para tanto nos apoiamos no conceito de representação social, proposto inicialmente por Moscovici[iii] e no conceito de identidade social, proposto por Tajfel[iv].

A nossa posição partiu da concepção de que a formação de identidades ocorre num processo coletivo envolvendo os vários grupos que compõem uma determinada sociedade com o objetivo de organizar a realidade dos indivíduos criando diferenciações entre o que é familiar, compartilhado pelo grupo, e o que é estranho, ou extra-grupo. Tal fenômeno ocorre através das comunicações interindividuais no dia-a-dia, onde fluem conjuntos de conceitos, afirmações e explicações que constituem as representações sociais, através das quais se procede a interpretação e mesmo a construção das realidades sociais.

Nessa perspectiva observamos que, o folclore, devido à pluralidade de seus elementos e ampla circularidade, apresenta-se como um possível instrumento para o diagnóstico de uma identidade social localmente partilhada, e que os professores, pela peculiaridade do seu ofício, são importantes articuladores e difusores dessa cultura. Pesquisamos no total trinta e dois (32) professores de cinco (05) escolas do ensino fundamental. Os dados foram coletados por meio de questionário semi-estruturado, sendo mantidas sob sigilo quaisquer informações sobre a identidade pessoal dos entrevistados. As questões propostas versaram sobre temas relativos à problemática do folclore capixaba e identidade.

Resultados e discussão

Na análise do material, (aqui iremos enfatizar os resultados referentes à relação entre o folclore e a identidade) verificamos uma concordância entre os sujeitos que caracterizaram o folclore capixaba, como um conjunto de manifestações culturais e artísticas oriundos do folclore nacional adaptados à região, que pode ser entendido como um indicador identitário, e associado à cultura espontânea[v], pois se baseia na popularidade e tradicionalidade e tem como principal função facilitar as soluções usuais, cotidianas, admitidas como respostas aos problemas do dia-a-dia, conduzindo os indivíduos a reapropriação e reorganização do seu meio social.

Consideramos que a cultura popular constitui-se em um instrumento fecundo para a compreensão da vida social. O folclore, entendido como "[...] todos elementos culturais que constituem soluções usuais e costumeiramente admitidas e esperadas dos membros de uma sociedade transmitida de geração em geração [...][vi], pode agir como elemento de fomento à constituição de uma identidade social ampla (devido à sua circularidade), que una os indivíduos a um grupo ou grupos sociais. A maioria dos sujeitos pesquisados admitiu a existência de uma identidade capixaba pautada num compartilhar cultural, que

se constitui, a partir da difusão e valorização do folclore, da transferência de geração em geração das tradições em geral, da vida cotidiana e da comunicação informal, da divulgação da história e geografia regionais e através dos meios de comunicação de massa.

TABELA 1
Como a identidade capixaba se constrói de acordo com os professores

Respostas	%
Divulgação/ valorização do folclore	52,7
Divulgação/ valorização da geografia e da história locais	15,5
Através dos meios de comunicação	15,5
Tradição/ transmissão de geração em geração	24,8
Resistência cultural	3,1
Não responderam	18,6

* A soma total das porcentagens ultrapassa 100%, pois foram consideradas respostas múltiplas.

A Tabela 1 nos apresenta dados que possibilitam a seguinte interpretação sobre a construção da identidade capixaba: 52,7% dos professores acreditam que a divulgação e a valorização do folclore de uma forma geral (pela escola, governo, associações culturais, nas relações interindividuais do dia-a-dia, etc.) é um dos seus principais subsídios; 24,8% responderam que as tradições, sobretudo as familiares, transmitidas de geração em geração são cruciais. Os outros professores resaltaram também: a divulgação da geografia e da história locais (15,5%); a utilização dos meios de comunicação (15,5%) e a resistência cultural (3,1%). Já 18,6% dos entrevistados não responderam a questão, desconhecendo talvez os processos de construção de identidades.

Quanto às representações da identidade capixaba propriamente ditas, seus elementos constitutivos, obtivemos uma diversidade de respostas, que variam, da combinação de elementos folclóricos (tais como: manifestações artístico-culturais, culinárias e artesanato típico), até referências à história local e ao meio-geográfico, entre outros. Vejamos as

representações sociais de 75,2% dos professores que responderam a respeito de quais seriam os principais elementos constitutivos da identidade capixaba:

TABELA 2
Os principais elementos que constituem a identidade capixaba
segundo os professores

Opções de resposta	%
Manifestações artístico-culturais (em geral)	34,1
Tradição oral	12,4
Culinária típica	34,1
Elementos da cultura afro-brasileira	3,1
O meio geográfico	12,4
Artesanato típico	24,8
Religiosidade	12,4
A história local	15,5
Não responderam	24,8

* A soma total das porcentagens ultrapassa 100%, pois foram consideradas respostas múltiplas.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, verificamos, que segundo os professores, a identidade capixaba é formada pelos seguintes elementos: manifestações artístico-culturais em geral, 34,1% (foram citadas festas tradicionais, música e medicina popular, etc.); culinária típica 34,1% (destaques: torta e moqueca capixaba); artesanato típico 24,8% (principalmente as panelas de barro, artesanato de conchas, cerâmica, etc.); a história local 15,5%; a tradição oral 12,4% (receitas, costumes, simpatias, etc.); o meio geográfico 12,4% (as praias, o mangue, as montanhas); a religiosidade 12,4% (templos históricos, festas religiosas); e alguns elementos da cultura afro-brasileira 3,1% (música e dança, como o congo). Quanto aos 24,8% dos professores que não responderam a questão, podemos supor ao menos duas explicações: ou não concordaram com a idéia de uma identidade capixaba, ou concordando com tal idéia, não identificaram os seus elementos constitutivos.

De acordo com Moscovici[vii], as Representações Sociais podem ser entendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado, que se

vê nas mentes das pessoas e na mídia, nos bares, nas esquinas, nos comentários das rádios e TVs. Pode-se dizer que as R.S. são realidades sociais e culturais, e não meras produções simbólicas de indivíduos isolados. Elas existem tanto na cultura como nas mentes das pessoas, são coletivamente sentidas e percebidas. Expressam e estruturam tanto a identidade como as condições sociais dos atores que as produzem e as transformam.

Portanto, as R.S. apresentam-se como fonte para a compreensão dos mecanismos que compõem o processo de constituição da identidade social dos indivíduos (definida por Tajfel como o conhecimento que o sujeito tem, de pertencimento a determinados grupos sociais e o valor emocional atribuído a essa pertença), visto que os grupos sociais recorrem constantemente ao uso de representações tanto para a promoção de uma consciência comum no âmbito interno (intra-grupo), quanto para a defesa de interesses próprios no contexto externo (inter-grupo). As representações sociais dos professores sobre o folclore capixaba, em todas as questões propostas no instrumento de coleta de dados (desde suas características, como: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade e funcionalidade; até as referências sobre sua utilização cotidiana e na escola; e sua função homogeneizadora na constituição de uma identidade local), nos parecem positivas, o que pode ser interpretado como uma forma de valorização das características do grupo social (capixaba), em contraposição aos de fora (cariocas, baianos, paulistas, etc.).

Partilhar a identidade capixaba, na visão dos sujeitos seria, portanto, participar de alguma forma das manifestações artístico-culturais (como as congadas, as puxadas de mastro, procissões religiosas, etc.), mesmo que *de fora*, como curioso ou simples espectador; perceber o valor da história (analisando nossos problemas sócio-econômicos objetivando solucioná-los e valorizando nossas conquistas), e da geografia (sentindo-se em casa,

num passeio por nossas praias e montanhas); desfrutar das delícias de nossa culinária típica (uma bela moqueca cozida numa panela de barro confeccionada pelas tradicionais paneleiras); ir a feirinhas de bairro e comprar um artesanato manufaturado pelo artesão local; escutar dos mais idosos, receitas, aconselhamentos, superstições, idéias que percorrem gerações, que possam nos ajudar a resolver problemas do cotidiano; ou seja, para se identificar como capixaba, basta querer, basta se sentir capixaba.

Desta forma, preconizando o intercâmbio dialético entre representações e identidade social, como proposto por Breakwell[viii], verificamos no presente estudo, que a representação social pode decorrer tanto de uma afiliação grupal quanto a adoção de uma representação pode vir a definir uma afiliação a um grupo social, ou seja, o conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado, os modos de pensar e agir dos sujeitos podem se pautar numa afiliação desses sujeitos a um grupo, como também, as R.S. podem definir uma afiliação, constituindo o conhecimento que o sujeito tem, de pertencimento a determinados grupos sociais e o valor emocional atribuído a essa pertença.

Tal intercâmbio fica demonstrado, quando observamos a crença dos sujeitos numa identidade capixaba pautada num conjunto de elementos culturais compartilhado pelos grupos sociais locais, que se constrói no cotidiano e estrutura as condições sociais dos atores que as produzem e as transformam. O debate sobre a identidade capixaba nunca esteve tão vivo e sua divulgação tão intensificada na mídia em geral. Observamos que, com o desenvolvimento político-econômico do estado, articularam-se elementos (a instalação de grandes indústrias e a ampliação dos portos, o processo migratório, a consolidação de uma elite política e empresarial local), que possibilitaram a criação de uma imagem que definisse o Espírito Santo, suas peculiaridades empreendedoras, e sua

população, uma identidade característica, que nos diferenciassem dos outros, dos nossos vizinhos, principalmente dos estados do sudeste.

Desta forma o Espírito Santo pode participar do imaginário nacional, simbolizado de alguma forma, (pela panela de barro e a moqueca capixaba, pelo batuque do congo, pelo marlim-azul do nosso litoral, pela religiosidade presente nas festas populares, pelas montanhas de clima europeu ou pela receptividade dos seus habitantes), em comparação com o Rio, (do Pão de Açúcar e do Cristo, do samba e da malandragem), com São Paulo (da Avenida Paulista, com seu poderio econômico e sotaque carregado nos *erres)*, ou Minas, (com suas riquezas barrocas e seu pão de queijo). Este processo de constituição de identidades está em constante gestão, tanto dentro, quanto fora do estado, numa associação de elementos, valorativos e também depreciativos, que nos definem como pertencentes a determinado grupo ou grupos sociais, nos caracterizando ou não como capixabas. Afinal, com o avanço do processo de globalização e todas as suas conseqüências transformadoras da realidade social, para ser capixaba não basta, apenas, nascer no Espírito Santo, faz-se necessário o partilhar da vida cotidiana e dos sentidos locais.

---

[i] Mestre em Psicologia – UFES. Professor do Curso de História do CESAT e JSIMÕES.

[ii] BURITY, J.A. (Org.). *Cultura e identidade*: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

[iii] MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[iv]TAJFEL, H. *Grupos Humanos e categorias sociais*. v. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

_____. *Grupos Humanos e categorias sociais*. v. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

[v] A cultura popular ou espontânea, não necessita de meios (mídias) sofisticadas para sua divulgação, mesmo podendo recorrer a eles. A cultura espontânea faz parte do nosso dia-a-dia de maneira tal, que se torna perene, duradoura, comum na vida de todos nós; tão comum que, muitas vezes, passa despercebida (GUIMARÃES, 2002, p.4).

[vi] FERNANDES, F. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1978.

[vii] MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: FARR, R.M. & MOSCOVICI, S. (Eds.). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 3-69.

[viii] BREAKWELL, G.M. Integrating paradigms, methodological implications. In: BREAKWELL, G.M. & CANTER, D.V. (Eds.). *Empirical approaches to social representations*. London: Oxford University Press, 1993, p. 180-201.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU: AÇÕES PESSOAIS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Alejandra Saladino – UNIRIO

Introdução

Em minha dissertação de mestrado em Memória Social (UNIRIO), que versou sobre as ações de reconstrução de memória de um tema específico - a aviação brasileira - tomei contato com a seguinte questão: a afirmação da vontade de memória da sociedade pela doação de acervos particulares, que se tornam públicos, e por outras ações. É propriamente esta idéia que norteia o estudo aqui apresentado.

Levada por questões profissionais ao Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), necessitando marcar uma visita guiada no local para meus alunos da Escola de Museologia da UNIRIO, deparei-me novamente com a questão acima, pois parte do acervo do referido museu foi doada por um morador da região, Hildo de Mello Ribeiro.

Diante do achado, surgiram algumas questões: de que maneira o desejo de memória da sociedade é legitimado pelas instituições de cultura? Quais as práticas, as políticas da instituição, que legitimam um desejo de memória, transformando-o em patrimônio? Como é a relação entre sociedade e Estado quando o assunto é patrimônio? Quais as ações da sociedade que mobilizam as instituições de cultura a ponto de se criar um lugar de memória? De que maneira, por que e para que um acervo particular se torna público?

Decidi então iniciar nova pesquisa, que versa sobre a influência da sociedade nos processos de patrimonialização, a saber, nos tombamentos do patrimônio pedra e cal e na criação de lugares de memória, como o MAI.

O museu

O MAI, inaugurado em 1977, é administrado pela 6ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo o único museu de arqueologia desta instituição. Suas instalações aproveitaram as ruínas do antigo Recolhimento de Santa Tereza, fundado pelos padres Manuel Francisco da Costa e Manuel da Rocha, no início do século XVIII, às margens da Praia de Itaipu, Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que o recolhimento de mulheres, comum no período colonial, tinha como função guardar esposas e filhas de homens que necessitavam viajar ou que mereceram o castigo da clausura. As primeiras investigações em campo revelaram uma escassez em fontes documentais, o que torna as pesquisas em arqueologia histórica assaz importantes, uma vez que também são um meio – através da comparação de plantas baixas de outros recolhimentos – de obter dados para compor um quadro sobre o *modus vivendi* no local.

Passados os séculos, o Recolhimento tornou-se local de moradia para os pescadores da região, que construíram pequenas habitações no interior das ruínas. Em 8 de janeiro de 1955 foi tombado pelo IPHAN, inscrito no Livro de Belas Artes (folha 80, inscrição 425) e os remanescentes de sua arquitetura, resgatados através de longo processo de restauração, de 1968 a 1974.

Todavia, o MAI não se restringe a esse espaço físico. Sua instalação nessa região deve-se justamente às peculiaridades desta, onde existiam sítios arqueológicos já extintos pelo crescimento urbano desordenado – como o Sambaqui de Camboinhas e a Duna Pequena e onde ainda é possível encontrar a Duna Grande, monumento símbolo da pré-história brasileira, de acordo com o IPHAN. Segundo Rosana Najjar, assessora de arqueologia da 6ª Superintendência Regional do IPHAN, a destruição dos sítios arqueológicos motivou o arquiteto desta instituição, Edgard Jacinto, a viabilizar o projeto de implantação de um museu, no espaço das ruínas, que versasse sobre a arqueologia da região.

O guardião

As entrevistas exploratórias realizadas até o momento deixam dúvidas quanto ao início do processo de tombamento das ruínas, proteção dos sítios arqueológicos e criação do MAI. Ainda não foi possível identificar onde, como e por quem foi iniciado o processo de patrimonialização. A participação da comunidade local, moradores e colônia de pescadores, no entanto, parece estar presente desde o início, quando as ruínas do Recolhimento e os sítios arqueológicos estavam em perigo devido ao crescimento urbano desordenado e, cerca de duas décadas depois, a um empreendimento imobiliário, que terminou por extinguir os locais acima referidos.

Segundo entrevista exploratória com Vera Lúcia Gigante, ex-diretora do MAI[1], Hildo de Mello Ribeiro, morador de Itaipu, agente federal de Fiscalização da SUDEPE, chamou a atenção das autoridades para o estado de conservação do Recolhimento e para as formações da região, que revelavam, ao serem atingidas por ventos de direção sul, vestígios que pareciam muito antigos, como ossos humanos e de vertebrados e fragmentos de rochas.

[1] Entrevistada em 2/6/2005.

Esses testemunhos foram coletados pelo agente, que passou a ser conhecido na região como "arqueólogo amador". Reuniu 966 peças, identificadas, no final da década de 1970, por Lina Maria Kneip, arqueóloga do Museu Nacional, membro da equipe que realizou as pesquisas de salvamento do Sambaqui de Camboinhas e da Duna Pequena.

A documentação a qual tive acesso até a conclusão deste texto indica claramente o guardião da memória da região. Em 4 de março de 1970, o então diretor do IPHAN, Renato Soeiro, enviou a Hildo, então interventor da colônia de pescadores Z-10, RJ, confirmação das credenciais requeridas por ele, a fim de oficializar e legitimar suas ações preservacionistas, conforme trecho a seguir:

> *O Diretor do IPHAN, usando de suas atribuições, e tendo em vista a colaboração espontânea oferecida pelo Sr. Hiildo de Melo Ribeiro, interventor da Colônia de Pescadores, Z-10, RJ,(...) resolve outorgar ao mesmo credenciais para zelar pelas ruínas do Recolhimento de Santa Tereza (...) bem como zelar pelas dunas-sambaquis e outros monumentos arqueológicos (...)*

Em ofício do IPHAN, nº 225/76, de 26 de janeiro de 1976, Renato Soeiro, ainda diretor da instituição, revela a estreita e constante relação com Hildo de Mello Ribeiro, com respeito à preservação do patrimônio:

> *Sr. Interventor:*
> *Tenho a satisfação de acusar o recebimento do seu ofício datado de 2 do corrente, acompanhado de vários anexos em cópia xerox, através do qual V.Sa. informa a este instituto das medidas que tomou na proteção do monumento tombado pelo IPHAN conhecido como Remanescente do Recolhimento de Santa Tereza, localizado em Itaipu, 2º Distrito de Niterói – RJ, contra invasores da área contígua ao referido monumento.*
> *Agradeço a V.Sa. por mais esta colaboração com este instituto...*

O agente conseguiu também o apoio e a colaboração da colônia de pescadores de então na fiscalização do sítio. Sua posição de liderança na comunidade de pescadores e a oficialização de suas atribuições por parte do IPHAN conferiram-lhe inegável autoridade no que tange à

preservação daquele patrimônio, o que cessou com o seu falecimento, em abril de 2003, aos 85 anos.

A coleção

Os vestígios arqueológicos que Hildo coletou na Duna Grande e passou a guardar em casa, remontam aos tempos pré-colombianos e revelam o *modus vivendi* dos grupos que ali se estabeleceram. É interessante destacar que um traço cultural permanece na região há cerca de 7 mil anos: a subsistência com base na pesca.

O acervo é composto vestígios esqueletais humanos e animais, conchas, fragmentos de rocha utilizados como raspadores, almofarizes - recipientes de pedra escavada por picoteamento, em cuja cavidade era colocada a matéria a ser triturada por percussões - lâminas de machado de pedra etc.

A coleção, segundo os cânones da arqueologia, não possui valor científico, sendo desprovida de indicação estratigráfica. Vale lembrar que Hildo coletava os vestígios - que também eram descobertos pelo vento sul, principalmente durante tempestades e pela ação daqueles que retiravam areia para a ornamentação de jardins, por exemplo - não seguindo nenhuma metodologia para resgatar quaisquer outras informações presentes na estrutura arqueológica. No entanto, é um excelente material didático, além de poder auxiliar pesquisas futuras desenvolvidas no sítio.

A importância desta coleção não se restringe ao seu potencial científico. Ela nos revela todo um *conjunto de práticas sociais e culturais*[2] que a constituíram. Mais do que reunião de objetos, é reflexo das relações entre o colecionador e demais indivíduos e instituições; é produto de trocas, negociações e disputas.

Inaugurado o MAI, Hildo de Mello Ribeiro doou sua coleção à instituição, que recebeu seu nome e foi catalogada[3].

Considerações finais

Reflexões preliminares sobre a pesquisa, que está em fase inicial e será desenvolvida em um futuro projeto de doutorado, sugerem que a vontade de memória da sociedade, para ser reconhecida e legitimada, necessita de instrumentos institucionais como o tombamento, por exemplo. São esses instrumentos que lhe conferirão o status de patrimônio, seja de que categoria for, material ou imaterial, histórico, artístico, arqueológico ou natural. Para a preservação do patrimônio faz-se mister não somente a ação do Estado, com suas políticas e instrumentos, mas a colaboração da sociedade, mais atuante quanto mais identificada com o bem estiver.

O objeto estudado demonstra que, em se tratando da preservação do patrimônio nacional, a mobilização organizada da sociedade é capaz de se fazer notar pelo Estado. As práticas de Hildo de Mello Ribeiro referentes à constituição da coleção – e também à proteção dos patrimônios histórico e arqueológico – são reconhecidas e valorizadas na medida em que o fruto de seus esforços torna-se público, torna-se acervo de museu, patrimônio nacional. E o MAI, inaugurado com o objetivo principal de desenvolver um programa educativo-cultural

[2] GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre o conhecimento etnográfico e visualidade. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 8(1),: 21-34, 1999, p.24.
[3] Atualmente a coleção Hildo de Mello Ribeiro está em reserva técnica do MAI.

voltado às escolas e à comunidade local, tendo como temática central as arqueologias pré-histórica e histórica, tem neste agente um símbolo assaz contundente para seus projetos de educação ambiental e patrimonial.

A embaixada do samba e o "himno del suburbio": rádio, Carmen Miranda e Carlos Gardel na negociação sobre a identidade nacional entre representações populares e de elite.

Alessander Kerber[1] - PPG-UFRGS/FEEVALE

Em minha tese de doutorado, em andamento, tenho, como objetivo central, analisar e comparar as representações das identidades nacionais brasileira e argentina através das músicas, imagem e performance de dois artistas que tornaram-se representantes destas respectivas nações: Carmen Miranda e Carlos Gardel. No presente artigo, pretendo apontar a forma como está sendo realizada tal pesquisa, mais especificamente na análise da relação entre identidades nacionais e identidades populares.

Estas duas nações tiveram, especialmente entre os anos 20 e 30 do século XX, um grande processo de renegociação e redefinição das representações de sua identidade nacional[2]. Neste contexto, possibilitado pelo desenvolvimento de meios de comunicação de massas, como o rádio e o cinema, surgem os primeiros artistas que se tornam ídolos nacionais, tendo suas músicas, imagem e performance difundidas nos vários cantos dos dois países, entre os mais diversos grupos sociais. Alguns destes artistas, justamente por circular entre vários meios culturais distintos, participam do processo da construção de uma nova síntese identitária nacional.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, durante o século XX, possibilitaram novas formas através das quais constroem-se identidades. Se, antes, as identidades eram construídas especialmente através da família e da comunidade local, com o rádio e o cinema e, posteriormente, com a televisão, há uma complexificação e diversificação das influências sobre a construção desta. Assim como, anteriormente, tinham-se referências na construção das identidades, tal como as figuras do pai e da mãe, tão analisadas por Freud, agora têm-se ídolos dos meios de comunicação de massas, como Carmen Miranda e Carlos Gardel, que tornam-se novas referencias para a construção das identidades. Evidentemente, estas referências não são uma via de mão única, mas também negociadas: os artistas que aparecem nos meios de comunicação tornam-se ídolos na medida em que apresentam representações que atendem aos desejos e necessidades do público, e, a partir do momento que tornam-se ídolos, criam, com este público, uma relação através da qual podem influenciar na identidades deste.

Também há, tanto no caso de Carmen como no de Gardel, uma identificação de seu público com suas respectivas identidades nacionais. Isso já ocorre antes mesmo de realizarem sua trajetória internacional, que legitimou-os internacionalmente como

representantes nacionais, como foi analisado, por exemplo, nos trabalhos de Tânia Costa Garcia[3] e Simon Collier[4]. Além disso, estes cantores aceitaram e se colocaram como representantes nacionais, incorporando às suas canções, à sua imagem, à sua performance, representações que estes segmentos da população buscavam ver neles.

Desta forma, as principais fontes utilizadas para esta pesquisa são as canções gravadas por Carmen e Gardel, que são em número de 281 e 930, respectivamente, e os filmes que contaram com a participação de ambos[5]. Também, far-se-á uso de depoimentos e fotos de ambos que chegaram a público e que, também, foram elementos que compuseram suas imagens, fontes estas que, freqüentemente, alteraram ou agregaram significado às representações[6] presentes em suas músicas e filmes.

Uma identidade nacional se forma através de um sentimento e idéia de pertencimento a uma nação, ou seja, através de um processo de auto-representação e representação do outro. Conforme Benedict Anderson[7], a nação é, justamente uma comunidade política imaginada, e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Esta comunidade imaginada se identifica a partir de uma série de símbolos. Segundo Anne-Marie Thiesse[8], existe uma "check list", um código de símbolos internacionais que define o que todas as nações devem ter: uma história estabelecendo a continuidade da nação; uma série de heróis modelos dos valores nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares memoráveis e uma paisagem típica; uma mentalidade particular; identificações pitorescas - costumes, especialidades culinárias ou animal emblemático. Estes símbolos não são apenas uma superficial lista de adornos, mas são essenciais para a auto-representação das pessoas que se identificam com a nação.

Quanto à cronologia deste trabalho, temos que levar em consideração que a trajetória artística de Gardel se inicia aproximadamente uma década antes da de Carmen. Também, a trajetória que será analisada, no caso de Carmen, estende-se até meia década após a morte de Gardel. Esta diferença de datas não impossibilita, porém, a comparação entre estes casos, levando-se em consideração a perspectiva da história comparada em sua exigência de similitudes profundas entre as sociedades enfocadas, como veremos.

No caso de Carlos Gardel, o dia 14 de outubro de 1917 marca o que passou a ser considerado como o início da "guardia nueva"[9], com a apresentação do tango "Mi noche triste", no Teatro Empire. Por fim, no ano de 1935, Gardel tem uma morte trágica pondo fim a sua carreira e tornando-o, talvez, o maior mito da história argentina. No caso de Carmen Miranda, o marco fundamental é o ano de 1930, quando "explodiu" como o maior sucesso de todos os tempos da música popular brasileira através da música "Tahi". Por fim, no ano de 1939 ela embarca para os Estados Unidos, fazendo um ano de carreira por lá e voltando para o Brasil em 1940. Na sua volta, foi recebida com frieza por alguns setores de seu

público e criticada como americanizada. Magoada, ela voltou para os Estados Unidos para só voltar pouco antes de sua morte, em 1955.

Desta forma, podemos supor que as datas de 1917 e de 1940 (o principal marco do início da carreira de Gardel e o marco final da carreira de Carmen no Brasil) podem ser adotadas como marcos da cronologia deste estudo. Contudo, além destas datas marcarem fatos importantes na vida e carreira dos dois intérpretes, elas também se aproximam da demarcação de um período muito definido da história: o Entre-Guerras (1918-1939). Eric Hobsbawm, define o período de apogeu dos nacionalismos no mundo entre 1918 e 1950, ou seja, justamente entre o final da Primeira Guerra Mundial e o final da Segunda, período dentro do qual está compreendido este trabalho. Este período engloba as datas escolhidas como marcos de início e fim desta pesquisa, que compreenderem um período muito definido na carreira dos dois cantores.

Além do exacerbado nacionalismo já mencionado existente na época de Carmen e de Gardel, as datas iniciais das trajetórias artísticas de Carmen e de Gardel marcam, em seus respectivos países, a destruição do estado definido por autores como Halperin Donghi[10] e de Augustin Cueva[11] como oligárquico e, associado a esta questão, a adoção de símbolos de identidades populares como representações nacionais.

Neste aspecto há, em especial, a possibilidade de comparação entre Carmen e Gardel, pois ambos sintetizam, em suas canções, imagem, performance e vida pessoal, elementos que identificam a emergência de grupos sociais excluídos e a associação de seus símbolos às identidades nacionais brasileira e argentina. Ambos são figuras identificadas com segmentos populares trazendo algumas das mais significativas representações destes. Assim, conforme Marcos Aguinis:

> "Gardel é um sobrenome argentinizado. Gardel é um imigrante. Ampliando os dados de filiação. Gardel é... um bastardo! Viveu num cortiço, torturado pela pobreza e humilhação. Ali comeu o pão que o diabo amassou, mas também conheceu a solidariedade dos marginais. Era e continua sendo um mistério, porque sua origem manter-se-á sempre cuidadosamente encerrada nas neblinas da especulação. Nesse sentido, ele participa do estigma dos gaúchos, mestiços e quase toda a população dos arrabaldes. Gardel é bastante argentino porque sintetiza muitas das nossas raízes simbólicas." (AGUINIS, 2002: 75) [12]

Da mesma forma, conforme Ana Rita Mendonça:

> "Carmen era pobre, mas moça de família – e branca. Compunha um arranjo adequado para a República. Antes mesmo de virar estrela circulava pelas duas faces do Rio."[13]

Neste sentido, houve, no processo de negociação sobre as identidades nacionais do Brasil e da Argentina nesta época uma relação com outras identidades. Especialmente, a identidade nacional teve de ser pensada em relação às identidades populares. Peter Burke[14] analisa o processo de construção da diferença entre uma cultura de elites e uma cultura

popular. Nesta análise, propõe, também, uma bipolarização da cultura, ou seja, a divisão entre cultura das elites e cultura popular. Esta bipolarização cultural, bem como a definição de uma cultura de elite e uma cultura de não-elite, tal qual propõe Burke, parece ser, em certa medida, adequado, também, à análise do contexto do Brasil e da Argentina dos tempos de Carmen e Gardel. As fontes analisadas permitiram, a percepção de que tal contexto apresenta, em seu imaginário, a identificação de um grupo social muito restrito, representado através de uma série de símbolos, como elite, e um restante da sociedade, formado por uma diversidade cultural muito grande, mas unida através de uma identidade de não-elite e também representada por uma outra série de símbolos.

Na introdução à segunda edição do livro, Burke discute a questão do problema conceitual de cultura popular com Roger Chartier. Este último, apontara o problema básico de que a cultura tem limites muito indefinidos. Para ele, não faz sentido identificar cultura popular por alguma distribuição supostamente específica de objetos culturais, como, por exemplo, a literatura de Cordel, pois estes objetos eram usados e apropriados por diferentes grupos sociais, tanto entre elites como entre segmentos populares. Sugere que o consumo cotidiano é um tipo de produção ou criação, pois envolve as pessoas imprimindo significado ao objeto. Estas considerações propostas por Chartier acerca da definição de uma cultura popular responde, também, à problemática desta pesquisa. Neste sentido, não nos interessa a origem "real" do samba ou do tango, mas que, no contexto em estudo, estes dois estilos musicais, bem como uma série de outras representações apresentadas na trajetória artística de Carmen Miranda e Carlos Gardel foram identificadas por segmentos da população que se pensavam como excluídas das elites, como representações suas.

Ao mesmo tempo que estes conceitos de identidade de elite e de grupos populares é bastante impreciso, há uma precisão no que se refere à sua inclusão ou exclusão de suas representações na identidade nacional. Neste sentido, talvez a própria construção de uma identidade nacional pelas elites brasileira e argentina do final do século XIX e início do século XX tenha sido responsável pela imaginação social sobre estas mesmas elites e sobre os grupos que delas não fazem parte.

Entre estes segmentos excluídos não há só uma exclusão referente a classe social, mas, também, relacionada a outros aspectos sociais, tal qual etnia e religiosidade. Caso semelhante pude averiguar em uma pesquisa que realizei sobre a identidade de uma comunidade da periferia de Porto Alegre[15]. Os integrantes entrevistados desta comunidade e as letras das músicas que compunham e interpretavam nos mostram uma identidade claramente de exclusão, mas não só por não possuírem capital, mas por serem negros ou mestiços, por sua cultura, seu jeito de vestir, suas músicas, entre outros elementos simbólicos, não serem bem vistos pela sociedade "incluída", sociedade do "asfalto", representação da atuação do poder público, ou seja, da inclusão, em oposição à sociedade

do “morro”, excluída das benesses do poder público, o qual só chega quanto “a polícia vem bater”.

A diferença é um elemento essencial que marca o limite entre um grupo e outro, uma identidade e outra. Contudo, a inclusão ou exclusão estão associadas a uma relação de poder entre estes grupos diferentes. As repúblicas brasileira e argentina nos períodos identificados como oligárquico construíram representações sobre suas identidades nacionais a partir de elementos essencialmente associados às identidades de elites, os quais eram, fundamentalmente, inspirados nos países mais “adiantados” do ocidente europeu, havendo uma clara conotação étnica nesta construção e excluindo uma série de representações que identificam grupos que não são de elite. Estas representações elitistas da identidade nacional passaram por um processo de questionamento e renegociação justamente na época de Carmen Miranda e Carlos Gardel.

No primeiro capítulo de minha tese, analiso, justamente, a associação entre representações de segmentos populares e anteriormente excluídos com a identidade nacional no Brasil e na Argentina dos tempos de Carmen e Gardel. Além de serem freqüentes, as representações de identidades populares também são freqüentemente associadas às identidades nacionais em ambos os casos. Por exemplo, em “Se gostares de batuque”, que Carmen gravou em 1935, um samba de José Gelsomino (Kid Pêpe):

> “Oi, se gostares de batuque
> tem batuque que é produto brasileiro
> Sobe o morro e vai ao samba
> e lá verás que gente bamba
> está sambando no terreiro
> Pois tudo aquilo é bem brasileiro [...]”

O batuque, oriundo dos morros do Rio de Janeiro, foi apresentado não como representante apenas da cultura popular, mas identificado com o nacional. Ou seja, no momento em que Carmen afirma que o batuque é produto bem brasileiro, está integrando os segmentos que se identificam com ele à nação.

Também no caso argentino, há uma identificação de símbolos da cultura de segmentos populares com a identidade nacional, a qual se manifesta significativamente em canções interpretadas por Gardel como, por exemplo, “Tango argentino”, de Alfredo Bigeschi e Juan Maglio, Gardel apresenta esta associação entre os símbolos populares e a nação argentina. O tango, identificado como argentino, ou seja, como nacional, apresenta-se como nascido na miséria dos arrabaldes de Buenos Aires, ou seja, ao mesmo tempo que faz parte da identidade nacional, também faz da identidade de segmentos excluídos que passam, desta forma, a estar incluídas simbolicamente na nação. Gardel gravou “Tango argentino” em 1929, e dizia, sobre este estilo musical:

> “Es hijo malevo, tristón y canyengue,

nació en la miseria del viejo arrabal.
Su primer amigo fue un taita de lengue...
su mina primera vestía percal...
Recibió el bautismo en una cortada
y fue su padrino un taita ladrón.
Se ganó el lado flaco de la muchachada,
que en una quebrada le dio el corazón.
Tango argentino,
sos el himno del suburbio,
y en jaranas o disturbios
siempre supiste tallar.
Y que en los patios
con querosén alumbrados,
los taitas te han proclamado
el alma del arrabal…
De tus buenos tiempos aún hoy palpitan
El choclo, El Pelele, Taita, El Cabure,
La Morocha, El Catra y... La Cumparsita
aquel Entrerriano, y el Sábado inglés...
Que quieren aquellos jailaifes del centro
que te han disfrazado y te han hecho un bacán,
serás siempre extraño en su aristocracia,
en cambio sos hijo allá en tu arrabal…
Tango argentino,
el de cortes compadrones,
rezongo de bandoneones
y sollozos de violín.
Y que en los patios
con querosén alumbrados,
los taitas te han proclamado
el alma del arrabal…"

Nesta canção, a associação entre as representações das identidades populares e as representações nacionais é explícita a tal ponto que Gardel chega a afirmar que o tango argentino é um hino do subúrbio. Por transferência de sentido, ele está dizendo que representações nacionais são oriundas das camadas populares. Mais ainda, usa a imagem do hino, representação musical oficial de uma nação, para identificar o tango como representante do subúrbio de Buenos Aires. É caso semelhante à utilização, por Carmen, da expressão "embaixada" de "Minha embaixada chegou", de Assis Valente, gravado por ela em 1934, uma representação oficial da nação, para representar uma identidade de classe.

A legitimação de representações populares como nacionais podem ser encontradas em várias outras canções interpretadas por Carmen e Gardel, bem como, em elementos de sua imagem e performance. Tal exposição de fontes e análise não será, porém, realizada aqui, dadas as limitações neste espaço. Contudo, considera-se ter apresentada os aspectos teórico-metodológicos que permitirão a análise destas fontes.

[1] Professor do Centro Universitário FEEVALE e do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutorando em história pela UFRGS.

[2] Cabe, nos casos brasileiro e argentino, a divisão proposta por Hroch para os movimentos nacionalistas. Cf. HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismos desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 21. As décadas de 10 e 20, na Argentina, e de 30, no Brasil, seriam, justamente, o período de transição entre as fases B e C, em que há a massificação do nacionalismo.

[3] GARCIA, Tânia Costa. A canção popular e as representações do nacional no Brasil dos anos 30: a trajetória artística de Carmen Miranda. IN: *Questões e Debates*. Ano 16, n° 31. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. [p. 67-94]

[4] COLLIER, Simon. *Carlos Gardel* – su vida, su música, su época. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1988

[5] Carmen atuou nos filmes "A voz do Carnaval" (1933), dirigido por Adhemar Gonzaga e Humberto Mauro (Cinédia); "Alô, alô, Brasil" (1935), dirigido por Wallace Downey, João de Barro e Alberto Ribeiro (Waldow-Cinédia); "Estudantes" (1935), dirigido por Wallace Downey (Waldow-Cinédia); "Alô, alô, Carnaval" (1936), dirigido por Adhemar Gonzaga (Waldow-Cinédia); "Banana da terra" (1939), dirigido por Wallace Downey (Sonofilmes); "Down Argentine Way" (1940), dirigido por Irving Cummings (Fox).

Gardel atuou, em 1930, em dez curtas nos quais, em cada um, canta um número de seu repertório: "Añoranzas"; "Cancero"; "Enfundá la mandolina"; "Mano a mano"; "El carretero"; "Padrino pelado"; "Rosa de otoño"; "Tengo miedo"; "Viejo smoking"; "Yira, Yira". Também atuou em "Luces de Buenos Aires" (1931), dirigido por Adelqui Millar (Paramount). "Esperame" (1932), dirigido por Luis Gasnier (Paramount); "La casa es seria" (1932), dirigido por Jaquelux (Paramount); "Melodía de arrabal" (1933), dirigido por Luis Gasnier (Paramount); "Cuesta Abajo" (1934), direção de Luis Gasnier (Paramount); "El tango en Broadway" (1934), dirigido por Luis Gasnier (Paramount); "The big broadcast of 1935" (1935), dirigido por Norman Taurog e Theodore Reed (Paramount). "En día que me quieras" (1935), dirigido por John Reinhardt (Paramount); "Tango Bar" (1935), dirigido por John Reinhardt (Paramount).

[6] Recentemente, vários autores se dedicaram a pensar o conceito de representação. Dentre eles, refiro-me, especialmente, a Roger Chartier (1990) e Pierre Bourdieu (1989). Para se relacionar com o mundo real, cada cultura constrói, a partir das práticas sociais, representações, as quais acabam orientando, novamente, as suas práticas sociais. As representações são, assim, a forma de conhecimento da realidade que cada sociedade constrói e reelabora através de lutas constantes. Tendo que diversas representações convergem e divergem em um mesmo tempo e espaço, o imaginário social é, justamente, um campo de lutas entre representações. Para a compreensão do real, há um processo de significação e associação com símbolos já existentes no imaginário daquele grupo. Até o desconhecido é pensado a partir de símbolos já conhecidos. Uma realidade, assim, nunca é apreendida de forma pura, sempre é apropriada e simbolizada, consciente ou inconscientemente, pelos grupos que dela se aproximam. E, é nesta atribuição de sentido, que percebemos que as representações não são "ingênuas". Apesar de se proporem a uma aproximação com a realidade, sempre são influenciadas pelos interesses do grupo que a produz.

[7] ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

[8] THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. IN: *Anos 90*. n° 15. Porto Alegre: UFRGS, 2001/2002.

[9] A história do tango é dividida em alguns períodos. Sua origem é considerada bastante obscura. A maioria dos estudiosos concorda que tenha origem mestiça e que tenha surgido em torno de 1880. Até 1917 teria durado o período da "guardia vieja" do tango. Neste ano, Gardel teria iniciado a chamada "guardia nueva", marcada pelo "tango – canção".

[10] DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

[11] CUEVA, Augustin. El desarrollo del capitalismo em America Latina. México: Siglo XXI, 1977.

[12] AGUINIS, Marcos. *O atroz encanto de ser argentino.* São Paulo: Bei Comunicação, 2002, p. 75.

[13] MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 42.

[14] BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*: Europa, 1500 - 1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

[15] KERBER, Alessander. *Memória musical da Vila Maria da Conceição*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Prefeitura Municipal, 2004.

Deputados federais e senadores: políticos profissionais nos anos da ditadura militar

Alessandra Carvalho – PPG-UFRJ

Em fevereiro de 1974, o general Ernesto Geisel, eleito presidente da república, encontrou-se com o general Dale Coutinho para convidá-lo a assumir o ministério do Exército em seu governo. E expôs um dos problemas que o afligia:

> "Na área política continuamos com a mesma droga. (...) Nós não podemos ter os políticos só para dar uma fantasia, quer dizer, não vamos ter o político para chegar no dia lá e votar no general Geisel ou votar no Médici. Não é? Ou chegar no dia tal e votar a lei que o governo quer. (...) Não vou dar aos políticos o que eles querem (...), não vou me mancomunar com eles, mas vou viver com eles, eu tenho que viver com eles. Porque senão como é? Nós (...) temos a outra alternativa, que é ir para uma ditadura. Então vamos fechar esse troço, vamos fechar o Congresso, vamos fechar tudo isso e vamos para uma ditadura, que é uma solução muito pior. Não é? Quer dizer, esse é um dos quadros em que a Revolução, no meu modo de ver as coisas, fracassou. (...) Ora o sujeito vai conversar com os políticos, ora dar coice nos políticos, fecha o Congresso, abre o Congresso, e vivemos nessa porcaria."[i]

Neste breve trecho, as declarações de Geisel realçam a instabilidade e tensão que marcaram as relações entre ditadura militar e sistema político – abertura e fechamento sucessivos do Congresso, tentativas de acordos entremeadas por cassações e prisões de políticos, esvaziamento do exercício parlamentar pela centralização das decisões no Executivo e a ameaça sempre latente de supressão total da atividade parlamentar.

A manutenção das atividades partidárias e das eleições para os cargos de vereador, deputados estadual e federal e senador, bem como de prefeito – excetuando-se as capitais dos estados e os municípios classificados como áreas de segurança nacional – distingue o regime autoritário brasileiro de seus congêneres latino-americanos e lhe confere uma dinâmica peculiar. O funcionamento da política partidária nunca deixou de acarretar crises com os titulares do governo, relacionadas ao fato de que o regime deixou aberto um canal que possibilitava a atuação autônoma por parte dos políticos, como também de outros agentes sociais através dos partidos.[ii] Desta forma, como afirma Carlos Fico, a permanência do Congresso e da atuação parlamentar mostra-se um elemento importante para entender

os rumos trilhados pela ditadura militar brasileira em todas as suas fases, incluindo o processo de transição para a democracia.[iii]

A dinâmica das relações entre os políticos e regime autoritário tem sido focalizada e analisada por pesquisadores e pelos próprios políticos que viveram os anos de autoritarismo com especial ênfase no ângulo institucional e na repressão. Apontando todas as deturpações e deformações dos procedimentos democráticos vigentes sob a ditadura, as avaliações acabam sempre por realçar as imperfeições do jogo político, aquilo que ele deveria ser e não foi. Nesta perspectiva, o Congresso Nacional passou a ser visto como uma instituição sem capacidade autônoma, fosse para enfrentar o regime, fazer leis ou influenciar na elaboração de políticas públicas. Em outras palavras, um Parlamento sem poder, o que fazia dos parlamentares atuantes neste período um grupo cujas ações pouca ou nenhuma importância têm para o entendimento do regime autoritário.

Acreditamos, porém, que este processo pode ser analisado sob uma outra ótica. Pois o golpe militar de 1964 e as intervenções na área política que a ele se seguiram não representaram uma ruptura nas carreiras de muitos políticos. Um novo contexto, transformando em muitos aspectos, acarretou alterações substantivas nas formas de agir e pensar dos atores, mas, para muitos, não significou uma barreira instransponível. Antes, instituiu um novo cenário, marcado por sérias limitações, pela incerteza e repressão, mas no qual o jogo continuava – na medida do possível ainda que, para muitos, longe do desejável.

Nossa premissa fundamental assenta-se na idéia de que, apesar das violências e limitações impostas, os políticos continuaram a atuar buscando levar adiante suas trajetórias pessoais e ocupando de maneiras diferenciadas os espaços possíveis. Estes atores devem ser vistos como indivíduos que vivem para a política e da política, ligando sua sorte pessoal ao desempenho eleitoral dos partidos aos quais pertencem e apresentando valores, objetivos e condutas específicos de um grupo. No caso deste texto, enfocamos especificamente deputados federais e senadores eleitos durante o período bipartidário, entendendo os parlamentares como políticos profissionais, no sentido estabelecido por Max Weber; que fazem da política sua principal ocupação e a tornam objetivo de sua vida,

porque encontram aí uma "*uma forma de gozo na simples posse do poder*" ou porque a ação política "*permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma 'causa' que dá significação à sua vida".*[iv] E, enquanto o regime militar permitiu um espaço de atuação, os políticos profissionais se mostraram dispostos a ocupá-lo com o fim de garantir a continuidade de suas carreiras pessoais, defender suas posições – seja para a opinião pública, no interior de seus partidos e nas disputas políticas regionais – e fortalecer as prerrogativas e a importância da ação política na ordem social.[v]

Um dos primeiros aspectos a ser ressaltado em relação à manutenção das eleições é que ela assegurou a continuidade, no regime militar, das elites políticas do período democrático. A criação do MDB e da ARENA a partir do Congresso carregou para as novas agremiações não só as principais lideranças, mas também suas redes políticas e sociais e bases eleitorais. Neste sentido, a ruptura provocada pelo tomada de poder pelos militares em 1964 deve ser repensada. Com as velhas lideranças manteve-se também muito da identidade partidária construída até 1965. Muitos depoimentos dão conta de que, em fins da década de 70, muitos políticos ainda eram identificados pelo pertencimento às siglas do período pluripartidário, principalmente a UDN e o PSD.[vi]

David Fleischer procedeu a um levantamento da filiação dos deputados federais e senadores eleitos em 1978 e concluiu que 72% dos congressistas pertenceram a uma legenda do sistema partidário anterior a 64 – 76% dos arenistas e 52% dos emedebistas. Os índices de filiação, entretanto, foram decrescentes ao longo do regime militar – alcançavam 98,5% entre os eleitos em 1966, 89% para o pleito de 1970 e 81% para 1974. Isto aponta para o fato de que, ao lado da manutenção de políticos que começaram suas carreiras no período anterior ao golpe de 1964, houve o surgimento também de um grupo de políticos cuja atividade se iniciou já sob a ditadura.[vii]

Contudo, outras identidades foram criadas a partir da dinâmica gerada pelas disputas eleitorais. Este é o caminho trilhado pela literatura produzida sobre as eleições ocorridas durante a ditadura, que aponta a tendência constante de crescimento do MDB,

principalmente nas áreas mais urbanizadas, e o declínio da ARENA, que concentrava seu poder eleitoral nos municípios do interior.[viii]

O fortalecimento eleitoral do MDB foi acompanhado da construção de uma imagem oposicionista, cuidadosamente construída pelas lideranças oposicionistas, identificando o MDB como um partido com objetivos práticos e crítico da política econômica na defesa dos pobres e trabalhadores. O discurso e a imagem do MDB ligariam, a partir dos anos 70, os temas sociais e econômicos às questões políticas, o que lhe garantiu o apoio da população assalariada e pobre dos grandes centros urbanos.[ix] Hélgio Trindade e Fernando Henrique Cardoso, analisando os resultados das eleições de 1974 no Rio Grande do Sul e São Paulo, afirmam que os eleitores que escolheram candidatos do MDB seriam os partidários de antigas siglas de centro-esquerda, que transferiram seus votos aos emedebistas a partir do início da década de 1970.[x]

David Fleischer também realizou importantes trabalhos sobre o perfil dos parlamentares a partir de variáveis como ocupação, educação e exercício anterior de cargos eletivos e administrativos. Encontrou algumas semelhanças entre a Arena e o MDB, como o crescimento de representantes da burguesia nacional e alta classe média. O nível educacional dos congressistas era alto, com uma ligeira vantagem para o MDB. Em relação às diferenças entre os partidos, destacou a maior presença de setores rurais e carreiras mais longas nos deputados e senadores arenistas. Os políticos da ARENA também apresentaram maior freqüência de ocupação de cargos públicos – compreensível pelas barreiras impostas aos políticos do MDB. Porém, tanto parlamentares da ARENA quanto do MDB mostravam índices menores de ocupação de cargos no nível federal em comparação com o período anterior a 1964.[xi]

Para Santos, a intervenção do regime militar não alterou significativamente o perfil sociológico dos deputados federais e senadores, o que só ocorreu na Nova República como resultado da "*alteração da morfologia social e não de ações intencionais*". [xii] Analisando os congressistas entre 1946 e 1999 através de variáveis como sexo, educação e idade, a única mudança importante identificada foi o aumento do número de engenheiros e economistas

em relação aos médicos, o que se relacionaria com a ascensão do discurso tecnocrático. O legislador antes, durante e depois do regime militar seria homem, com idade entre 40 e 60 anos e instrução superior, principalmente na carreira de Direito.

Com este perfil, o Brasil não se diferenciaria de outros países. Em pesquisa realizada na década de 1970 em sete países com regimes democráticos na Europa e Estados Unidos, os autores encontraram entre os legisladores a predominância de homens com alto nível de formação educacional, maior que as médias nacionais, o que os levou a afirmar que a educação superior era a credencial de acesso à elite política.[xiii] Esta mesma pesquisa demonstrou ainda que, nos países europeus, os partidos de esquerda e democrata-cristãos colocaram-se como uma porta de entrada na elite política para indivíduos que não apresentassem um alto nível educacional.

Isto insere um viés ideológico na discussão sobre elites políticas e ditadura militar, recusado por grande parte da bibliografia; talvez porque tanto ARENA como MDB foram constituídos por diferentes grupos políticos sem homogeneidade ideológica, o que torna problemática uma abordagem neste sentido. No entanto, as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos iniciadas logo após a tomada do poder em 1964, bem como o exílio de muitas lideranças, atingiram com maior força a esquerda brasileira, principalmente os grupos ligados à tradição trabalhista[xiv]. Alguns candidatos do MDB nos anos 1970 receberam apoio de organizações de esquerda, mas os limites impostos pelos militares foram bastante efetivos no combate aos líderes esquerdistas.

Assim, ocorreu o alijamento – definitivo ou temporário - de uma série de políticos importantes de esquerda a partir de 1964 e o controle sobre aqueles que ingressaram em momentos posteriores no sistema político. O que nos interessa sublinhar é que foi interditado a um determinado grupo de indivíduos, por razões ideológicas, o acesso à arena pública e aos recursos nela disponíveis para construir uma trajetória política – desde o aspecto mais elementar do direito de votar e ser eleito e a liberdade de defender determinadas idéias, como também a possibilidade de estabelecer suas próprias redes políticas e bases eleitorais,

Um processo marcante da década de 1970 no Brasil foi o avanço da urbanização e a penetração da televisão. Falando sobre os programas dos partidos na televisão em 74, Martins fez a seguinte avaliação:

> "(...) em lugar dos pronunciamentos políticos, os partidos adotaram os anúncios comerciais, como a forma ideal de se relacionarem com o público. (...) Segundo esse arranjo, e tal qual produtos fabricados pelos dois partidos, os candidatos passaram a ir ao ar juntamente com marcas de cigarro, as várias modalidades de desodorantes e as embalagens de macarrão. Essa gigantesca manipulação da consciência política nacional era feita pelas mesmas empresas de publicidade e segundo as mesmas técnicas de persuasão graças as quais os fabricantes de mercadorias promovem a venda de seus produtos.
> O comércio ocupou o lugar da política (...)".[xv]

Político como um produto a ser vendido nos moldes da publicidade comum foi uma coisa que espantou e desagradou Martins. Ele se referia ao acordo feito entre os partidos e as emissoras de televisão em São Paulo, que trocaram o tempo corrido do horário eleitoral gratuito pela inserção de anúncios de trinta segundos nos intervalos comerciais, sem alterar a programação normal das emissoras. Não se tratava mais de um contato face a face com o eleitor, nos comícios e *meetings*, mas de aprender a fazer da linguagem televisiva uma aliada, capaz de chegar ao eleitor mais distante. O senador Teotônio Vilela reconhecia que os comícios estavam desaparecendo diante de meios de comunicação mais eficientes.[xvi]

O avanço dos meios de comunicação exigiu o desenvolvimento de novas habilidades para aqueles que queriam sobreviver na arena política. Neste sentido, as transformações da sociedade brasileira impunham às elites políticas a necessidade de se adaptar a outras maneiras de se dirigir ao eleitor, bem como dos recursos materiais necessários. Não só as formas de atuar, mas também a linguagem e os rituais da política se modificavam.

Os anos de ditadura militar foram marcados também pela expansão e modernização do Estado brasileiro, com a constituição de uma estrutura estatal muito mais complexa e ampla, altamente centralizada nas mãos do governo federal, e que acarretou a rearticulação das relações entre o Estado e a sociedade e das interações entre a burocracia e as elites políticas.

O crescimento do número e do alcance das agências estatais introduziu um elemento nas relações entre os políticos e os burocratas. Num estudo sobre as organizações sociais urbanas na segunda metade dos anos 70, Renato Boschi mostrou que as instituições preferenciais de encaminhamento de demandas eram os órgãos técnicos - municipais, estaduais ou federais. Os políticos, para estes militantes organizados, pouco poderiam fazer no sentido de defender seus interesses já que as agências estatais procurariam estabelecer uma negociação direta com as organizações da sociedade, satisfazendo suas demandas e, neste sentido, colaborando para desacreditar os meios legislativos e políticos tradicionais como canais de mediação.[xvii]

Para Boschi, esta nova interação entre organizações da sociedade e Estado possibilitada pela burocracia teria colaborado, ainda, para o declínio de práticas clientelistas uma vez que dispensaria a intermediação dos políticos como canais de acesso ao Estado. Esta hipótese, entretanto, merece ser melhor investigada sendo necessário analisar de que forma os políticos interagiram com as transformações do Estado. No caso do chaguismo no Rio de Janeiro, Diniz afirma que o preenchimento de importantes cargos nas agências burocráticas criadas se deu através de nomeações político-partidárias, buscando estabelecer um vínculo de alguns políticos com determinadas comunidades e formar clientelas. [xviii] O avanço da tecnoburocracia, portanto, não significaria de imediato o enfraquecimento de práticas clientelistas. Os técnicos se transformaram em mais um agente importante, com os quais os políticos tiveram que aprender a lidar e influenciar. Para além, a necessidade de atuar junto aos novos órgãos estatais pode ter levado os políticos a se especializar em determinada área, adquirindo determinado conhecimento, ou beneficiar as carreiras políticas de indivíduos com formação educacional específica.

O que gostaríamos de enfatizar, enfim, é que a ditadura militar se abre para a presença de diferentes tipos de atuação das elites políticas em suas interações com a sociedade e com o Estado. A consolidação da ordem social capitalista, com o avanço da industrialização, da urbanização, dos meios de comunicação de massa, da organização da

sociedade civil, do crescimento da burocracia estatal colocou novos caminhos para a constituição das trajetórias dos indivíduos que se dedicam à política como profissão.

Apesar dos limites impostos, os políticos continuaram suas atividades, fazendo campanhas, desempenhando seu trabalho parlamentar, constituindo vínculos com a sociedade. Desta forma, construíram redes políticas e sociais que garantiram a continuidade e a solidez de muitas carreiras. Antônio Carlos Magalhães, Fernando Henrique Cardoso, Orestes Quércia, José Sarney, Eduardo Suplicy, Jader Barbalho são alguns exemplos de indivíduos que iniciaram ou fortaleceram sua atuação política sob o período ditatorial. É importante refletir sobre as trajetórias e práticas políticas das elites que emergiram da ditadura e tomaram a frente da elaboração de novos arranjos institucionais e sociais para o país a partir da década de 1980.

---

[i] GASPARI, Elio. (2003) *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras.

[ii] KINZO, Maria Dalva . (1990) "*A Questão Política no Brasil*", in: LAMOUNIER, Bolívar. *De Geisel a Collor: o Balanço da Transição.* São Paulo, Editora Sumaré/IDESP.

[iii] FICO, Carlos. (2004) Além do golpe: aa tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Record.

[iv] WEBER, (2004) *Ciência e Política. Duas vocações.* São Paulo, Martin Claret., p. 68.

[v] Para uma análise dos conflitos entre parlamentares, inclusive integrantes da Arena, e governo militar em questões que implicavam a interferência governamental na atividade política, ver GRINBERG, Lúcia. (1998) *A Aliança Nacional Renovadora(ARENA): a criação do bipartidarismo e do partido do governo (1965-1979).* Niterói, UFF, dissertação de mestrado. Da mesma autora, (2004) *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional*. Niterói, UFF, tese de doutorado.

[vi] JENKS, Margaret. (1979) "Political parties in Authoritarian Brazil". Duke University, dissertação de PhD.

[vii] FLEISCHER, David. (1980) *A evolução do bipartidarismo brasileiro 1966-1979.* Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 51, pp 55-85.

[viii] KINZO, Maria Dalva. (1988) *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979).* São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

[ix] CARDOSO, Fernando Henrique. (1978) "Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política", in: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (coords.). *Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição e REIS, Fábio Wanderley. (1978) "As eleições em Minas Gerais", in: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (coords.). *Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição.

[x] TRINDADE, Hélgio. (1978) "Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul", in: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (coords.). *Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição. e CARDOSO, op. cit.

[xi] FEISCHER, David. (1984) *Do antigo ao novo pluripartidarismo. Partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional, 1945-1984.* Brasília, Câmara dos Deputados.

[xii] SANTOS, Fabiano. (2000) "Deputados federais e instituições legislativas no Brasil:1946-1999". BOSCHI, Renato, DINIZ, Eli e SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo.* São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, p. 93.

[xiii] ADERBACH, Joel, PUTNAM, Robert & ROCKMAN, Bert. (1981) *Bureaucrats and politicians in Western democracies*. Cambridge/Londres, Harvard University Press, p. 47.

[xiv] DINIZ, Eli. (1982) *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra. e Fleischer, 1984.

[xv] MARTINS, Carlos Estevam. (1978) "O balanço da campanha", in: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (coords.). *Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição.

[xvi] VILELA, Teotônio. (1977) *A pregação da liberdade. Andanças de um liberal*. Porto Alegre, L&PM Editores.

[xvii] BOSCHI, Renato Raul. (1987) *A arte da associação. Política e base e democracia no Brasil.* São Paulo, Vértice.

[xviii] DINIZ, Eli, 1982, op. cit.

ENTRE O ROSÁRIO E AS ARMAS: A AÇÃO POPULAR E A QUESTÃO DA LUTA ARMADA NO BRASIL (1965-1968)"

ALESSANDRA CIAMBARELLA PAULON

Este artigo tem por objetivo analisar uma das 44 organizações de esquerda – dados do *Projeto Brasil: Nunca Mais* -, que desempenharam importante papel nas décadas de 60 e 70, durante o regime militar brasileiro: a Ação Popular (AP)., Trata-se de uma organização que desde a sua criação, no início dos anos 60, esteve ligada ao cristianismo, passando pela influência guevarista e maoísta, até a sua adesão ao marxismo-leninismo em 1968, culminando com a integração de parte dos seus militantes ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1973. A dissolução formal (a partir de 1973, conhecida pela sigla APML – Ação Popular Marxista-Leninista) do que restaria da organização se deu, finalmente, no início da década de 1980, com sua integração, em grande parte, ao então recém-fundado Partido dos Trabalhadores. Tais reconstruções de identidade eram sempre acompanhadas de amplos debates e sucessivas cisões.

Esta análise se centrará em um dos mais importantes momentos da história da AP. Trata-se do debate interno que foi promovido no interior da organização, entre os anos 1965-1967, e que tinha como ponto principal o estabelecimento de uma linha política acerca da adesão ou não à luta armada. A partir da reflexão sobre os documentos oficiais da organização, é possível avaliar o grau de importância desta discussão, as principais correntes e tendências que se formaram no interior do grupo, provocando acalorados debates que terminaram por promover uma grande cisão interna à organização.

O golpe de 64 representou para todas as organizações de esquerda que participavam do jogo político naquele momento um período de mudanças profundas, com a desarticulação das direções, com a passagem de muitos dos seus membros para a clandestinidade ou exílio; a desorganização das bases e simpatizantes, seja por discordâncias dos militantes com relação às medidas tomadas (ou não tomadas) pelos dirigentes diante do golpe (o que promovia sangrias orgânicas profundas) ou por receio das ondas repressivas que se formavam no novo regime; a reformulação de teorias e linhas políticas frente à nova realidade. E a luta armada adquire papel central nos debates.

Na realidade, esta discussão não era somente uma especificidade dos militantes da AP. A idéia de tomada em armas como condição essencial para chegada à revolução tornara-se uma realidade não só para o PCB nos anos anteriores ao golpe, como também para as outras organizações presentes no contexto nacional pré e pós-1964.

Da mesma forma, as teias de relações entre as esquerdas internacional e brasileira lançam luzes acerca da sedução e do envolvimento das esquerdas nacionais com a luta armada, no pré e no pós-golpe. O sucesso da Revolução Cultural Chinesa, a partir de início dos anos 1950, e da Revolução Cubana em 1959, alimentavam os sonhos dos militantes de esquerda brasileiros e os fazia projetar um futuro semelhante para o país. Eram, sem dúvida, auxiliados pela linha política assumida pela organização-referência, o PCB, que pregava o não-enfrentamento violento e o papel da burguesia nacional na luta. Tal linha despertava severas críticas dos agrupamentos e estimulavam ainda mais a certeza que era possível fazer a revolução, cujo caminho era a luta armada e a ação do operariado.

Toda esta análise está intrinsecamente ligada ao momento político vivido pelo mundo e em especial pelo Brasil no pré-1964, marcado pela radicalização política, pela fragilidade nas condições de governabilidade do governo e pelo processo de discussão nacional que envolvia as chamadas "reformas de base" propostas pela gestão João Goulart.

Seja para as esquerdas (com destaque para próprio PCB, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a Ação Popular (AP), a ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar denominado Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), a Frente de Mobilização Popular, o movimento sindical organizado em torno do Comando Geral do Trabalhadores (CGT), a baixa oficialidade das Forças Armadas, e por fim a UNE) ou para os conservadores (organizado em torno da Escola Superior de Guerra – ESG, e intelectuais reunidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)), a impressão era a de que nunca a mudança esteve tão próxima na realidade do país. A crença na vitória do ideário nacional-estatista proposto pelo PCB e por outros movimentos sociais parecia mais próximo do que nunca de concretizar-se, fornecendo esperanças para uns...e temores para outros, em especial com a presença de militares entre os nacionalistas mais radicais. Nesse

contexto, as esquerdas vão para as ruas, atacando o Congresso Nacional e exigindo reformas imediatas. A ordem do dia era, nas palavras do líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, **reformas "na lei ou na marra, com flores ou com sangue"**.

O fracasso do Plano Trienal, da tentativa de aprovação da emenda constitucional da reforma agrária, bem como os episódios envolvendo o presidente e os sargentos do Exército e marinheiros e os comícios das reformas nos meses iniciais de 1964 iriam confirmar as desconfianças de conservadores no Brasil e no exterior quanto à ligação indelével entre Jango e as esquerdas. Era chegada a hora de lutar em nome do fim da esquerdização do país, em nome da manutenção da hierarquia e da disciplina, ameaçadas pelo movimento dos sargentos e marinheiros, em nome de Deus, da família e da propriedade. Criaram-se os argumentos necessários ao golpe, e ele viria, em 31 de março de 1964, sem flores e na marra...

Os princípios marxistas-leninistas estavam novamente colocados no centro das discussões internas das organizações e a AP não passaria incólume por esse processo, sendo marcada no imediato pós-golpe por sangrias orgânicas, pela necessidade de reestruturar o grupo ao mesmo tempo em que se procurava realocar ou esconder inúmeros líderes da organização, reforçando a necessidade de sobreviver aos primeiros impactos autoritários do regime recém-instalado.

Nesse sentido, tornava-se pauta das discussões políticas dos militantes questões como a inevitabilidade da revolução, a imprescindibilidade do partido, interpretado como a vanguarda conscientizadora das massas e grande guia, e o reforço do papel histórico da classe operária. Por fim, os debates internos giravam em torno da supervalorização da ação, em maior ou menor grau.

A revalorização da revolução, à luz do marxismo-leninismo, inspirava-se nas teorias e práticas que alimentavam duas referências externas de sucesso revolucionário: as experiências chinesa e cubana. E então, o foquismo e o maoísmo acabaram por tornar-se palavras de ordem nas discussões internas de todas as organizações. Assim Denise Rollemberg sintetiza esses dois conceitos: "O foquismo 'adaptava' a revolução para a realidade latino-americana, respaldada em certa leitura da significativa vitória cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, 'adaptava' a revolução num país com forte tradição rural"[1].

China e Cuba eram envolvidas por uma certa “magia revolucionária” que, longe de retirar toda a percepção dos militantes brasileiros sobre a realidade destes acontecimentos, dava-lhes forte inspiração para a certeza de que a revolução viria pela força das armas, pelas mãos dos trabalhadores, pela liderança do partido. Diante de duas epopéias de vitória da esquerda, muitas vezes as organizações brasileiras fundamentavam seus debates em análises parciais das experiências cubana e chinesa, desvalorizando ou valorizando pouco as conjunturas nacionais dos respectivos países – marcadas principalmente pelo descontentamento social com o *status quo* – e, sobretudo, as relações de apoio ou de oposição entre as sociedades cubana e chinesa e os revolucionários.

Seja pela proximidade, seja pelo sucesso, seja pela linha de apoio firmado entre Cuba e revolucionários brasileiros – seguindo a orientação do governo da ilha de *exportar a revolução* – o fato é que o foquismo e, logo em seguida, a guerrilha (rural e urbana) adquiriram grande valor entre as organizações de esquerda que militavam no Brasil durante o regime militar, incorporando-se o modelo às estratégias de luta dos agrupamentos ou pelo menos suscitando discussões internas que, a exemplo da AP, acabavam por levar a cisões e até expulsões de militantes.

A Ação Popular, esvaziada e enfraquecida pela ausência de lideranças importantes – que haviam sido desmobilizadas em função das ações do novo regime –, vivenciava em seu interior a luta pela sua reconstrução, ao mesmo tempo em que tentava estabelecer uma identidade definitiva. Note-se que, diante da criação da própria sigla em 1962, muitas das antigas fileiras da Juventude Universitária Católica (JUC), principal espaço de recrutamento de membros da AP, fizeram a opção por não mais militar em uma organização vista como cada vez mais radicalizada à esquerda.

Por outro lado, o exílio das principais lideranças da AP em muito contribuiu para alimentar o debate acerca da adesão à luta armada, sentimento que inspirava e reforçava a idéia da necessidade de reestruturação da organização. Em especial o exílio uruguaio, imposto a lideranças como Herbert José de Souza, o Betinho, foi um momento importante de estreitamento de laços de militantes da organização com grupos de brasileiros que articulavam tentativas de resistência armada ao golpe. Tais grupos se reuniam, sobretudo, em torno da figura de Leonel Brizola, nesse período também alvo

das atenções de Cuba. Segundo o dirigente da AP, o encantamento pela via insurrecional estava presente em meio aos exilados.

E, foi diante da percepção de que a AP se encontrava ainda sem rumos definidos, com seus núcleos regionais desatrelados, que a leva de militantes que estava no exílio – em especial os então dirigentes Aldo Arantes, Jair Ferreira de Sá e Herbet de Souza – decidiu voltar, e produzir guerrilheiros. Para fazer a revolução via luta armada.

Os anos entre 1965 e 1968 para o Brasil foram marcados por sucessivos embates entre golpistas e oposições, em todas as instâncias da sociedade. Ao mesmo tempo em que manifestações políticas tentavam ser retomadas, o governo lançava mão de sucessivos mecanismos repressivos: o bipartidarismo, as eleições indiretas, censura, prisões, torturas. Pairava no ar um cheiro de permanência e consolidação da ditadura no poder.

As organizações de esquerda analisavam a retomada das mobilizações, e em especial a estudantil, com espíritos renovados, acreditando mais do que nunca no sucesso da revolução. Mas ainda faltava definir os caminhos. Pistas eram lançadas. No que diz respeito a AP, ainda em meio às indefinições, um segundo caminho para o grupo começa a ser conformado. No mês de junho de 1965, um dos importantes membros da organização, Vinicius Caldeira Brant, então exilado em Paris, foi solicitado para atender ao convite de compor parte de uma delegação que esteve na China durante todo o mês. Ainda no mesmo ano, dois outros futuros expressivos militantes da organização, Alípio de Freitas e Paulo Wright já haviam se deslocado, via exílio suíço e mexicano, para Cuba. Em pauta: treinamento na luta armada.

Assim, a reorganização do grupo, passados os primeiros impactos pós-golpe, se articulava no sentido de definir quais seriam as linhas políticas adotadas pela organização a partir de então e novas estratégias para arregimentar novos militantes, em especial no movimento estudantil. Nesse sentido, a maioria dos remanescentes se reorganizou e de um conjunto de debates internos aprovou a *Resolução Política de 1965*, que procurava seguir a linha do *Documento Base de 1963* – marco fundador da organização, a partir do I Congresso da AP, ocorrido em Salvador no mês de fevereiro daquele ano. Parecia que se procurava estabelecer uma nova fundação da entidade. E o seu

renascimento, inspirado pelo momento histórico nacional e pela epopéia das revoluções socialistas internacionais, acontecia sob a força das armas...

O ano de 1966 trazia para o cenário nacional a fechamento gradual do regime, acompanhado de fissuras cada vez maiores no interior do bloco civil-militar que compunha o regime. Novas medidas do governo, a exemplo do Ato Institucional n° 3, estabeleciam cada vez mais o fechamento dos espaços políticos legais de oposição, ao mesmo tempo que acentuava a repressão ao movimento estudantil, então em crescente ascensão (a UNE realiza, em julho deste ano, mesmo sob forte repressão policial, o seu 28° Congresso, em Belo Horizonte[2]). No campo internacional, em especial para as esquerdas mundiais, assistia-se o rompimento formal entre China e URSS, na conferência Tricontinental em Havana, formalizando o chamado cisma sino-soviético e com Pequim consolidando seu papel de alternativa ao socialismo soviético.

Para a AP, este ano representa muitas atividades e tentativas de adequação da organização às suas novas diretrizes. A organização se reestrutura, assim, a partir das novas orientações políticas que adotava, consoantes com o cenário ideológico internacional, e através de revitalização dos trabalhos nas frentes operárias, camponesas e no movimento estudantil. No campo ideológico, de uma modo geral, a entidade reunia um misto de várias tendências, o que pode ser verificado na incorporação de diversos autores marxistas presentes em seus escritos. A incorporação destes escritos acontece em consonância com o contato dos militantes, exilados ou não, com as mais diferentes experiências revolucionárias no cenário latino-americano e internacional. Logo, não é ao acaso que escritos de Debray, Mao Tse-tung, Guevara e Althusser estivessem referidos nos documentos da organização. Restava, no entanto e diante de tamanha diversidade, escolher que caminho seguir...

Foi no primeiro semestre de 1966 que se realizou novo balanço político da AP, Esboçava-se aí o que futuramente se tornaria uma marca da AP: a integração do militante na proletarização.

Por fim, a organização colocava para si o grande desafio: tornar-se a “vanguarda revolucionária” que organizaria e prepararia as massas para a luta, que representaria a “ruptura revolucionária das estruturas de dominação do capitalismo e imperialismo” e a “implantação de um

governo de base operário camponês. O objetivo fundamental da AP, assim, seria "a luta contra toda a dominação e alienação do homem"[3].

Em meio a busca por redefinições política, oscilando entre castro-guevarismo e maoísmo, foi de autoria de membros da Ação Popular, ainda em meados de 1966 (dia 25 de julho), um dos mais espetaculares (e também dos mais frustrados) atentados realizados por uma organização de esquerda: o atentado ao então candidato à presidência da República, general Costa e Silva, no Aeroporto dos Guararapes, no Recife[4], que provocou a morte de um militar e um jornalista, além de 14 feridos. O episódio até hoje é envolvido em certo mistério não só junto aos ex-militantes como também junto ao público.

Em recente reportagem com inúmeras entrevistas, o *Jornal do Commércio* de Recife, em 23 de julho de 1995, lançou uma possível definitiva versão para o episódio. Segundo o jornal, o comando do atentado foi realizado por Alípio de Freitas, que recrutou alguns militantes da organização na região Nordeste: Raimundo Gonçalves Figueiredo, Haroldo Lima, Zenóbio Vasconcelos, Paulo Guimarães e Felipe Frazão. A idéia era deflagrar o atentado aproveitando a viagem de campanha do general Costa e Silva. Para isso, foram instalados explosivos dentro de uma maleta comum. A explosão aconteceu cerca de 8: 45 da manhã.

O resultado deste episódio levou a organização à nova revisão de suas linhas de ação, centralizando as atuações das comissões militares e a um afastamento com relação às influências cubanas, levando a organização a adiar viagens de treinamento e intercâmbio estabelecidas para a ilha e a devolução de praticamente toda a ajuda financeira concedida pela ilha à AP.

Curioso perceber que, ainda que procurasse se afastar das influências cubanas, acabando assim por aproximar-se dos modelos chineses, a AP permaneceu ligada e participante, direta ou indiretamente, aos destinos percorridos por Cuba e China. Dessa forma, ainda que o afastamento de Cuba já se expressasse no segundo semestre de 1966, a AP participou ativamente da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, no ano de 1967, episódio que procurava congregar todos os movimentos revolucionários latino-americanos. Para o evento, foram enviados como delegados Betinho e Paulo Stuart Wright. De maneira análoga, a organização, ainda em 1966, anuncia a visita de um dos coordenadores gerais, Aldo Arantes, à China. Suas impressões

de viagem seriam registradas no documento *Texto amarelo* (pela cor da capa do texto)[5], exposto na reunião oficial do Comando Nacional em 1967.

O reflexo destas múltiplas influências se tornou mais claro nos anos posteriores e em especial em 1968, com a saída (para alguns, a expulsão) de alguns militantes – como Paulo Stuart Wright, Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas – na I Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, sem setembro daquele ano. Na verdade, a saída de alguns importantes membros da organização, deixavam claros os sinais de radicalização que permeavam os debates acerca da linha revolucionária a ser seguida e com relação às táticas de luta. De um lado, a ala identificada por *Corrente 1*, que se organizara em torno dos nomes de Jair Ferreira de Sá (que escreveria, ainda em 1967, o documento *Esquema dos seis pontos*, sobre suas impressões de viagem à China) e Aldo Arantes, sensíveis ao modelo maoísta de revolução. O outro grupo, intitulado Corrente 2, tinha a liderança de Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, resistentes à maoização da AP e por isso identificados pelos adversários como foquistas. Estes últimos, após o desligamento da organização-matriz, uniriam-se a outros segmentos da esquerda para a construção do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que aderiu a guerrilha, mas foi debelado pela repressão entre os anos 1971-72.

A luta interna, que transparece com a saída da AP dos membros da *Corrente 2*, tornam claras as controvérsias e os percalços sofridos pela organização nas inúmeras tentativas de estabelecer uma identidade política para si. Mais do que isso, a I RADN acaba por tornar-se um manifesto de adesão concreta da AP com o maoísmo, o que se verifica nos direcionamentos que serão dados à organização entre os anos 1968 e 1973.

---

[1] Idem, p. 59
[2] Na época do evento, Aldo Arantes foi o único diretor da UNE a compor a mesa no evento. Para maiores detalhes ver LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular*: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, p. 83-88.
[3] AÇÃO POPULAR, op. Cit., 1966 p. 15. Disponível no Fundo Duarte Pereira, do Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituo de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
[4] A AP também realizou, ainda no ano de 1966, a expropriação de uma agência bancária em Águia Branca (AL), que provocou a morte de um policial.
[5] LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. Op. cit., 1984, p. 57-58.

AS SALESIANAS E O ENSINO NORMAL NO NORDESTE PAULISTA: A ESCOLA NORMAL LIVRE NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE RIBEIRÃO PRETO, 1944 a 1970.

Alessandra Cristina Furtado – PPG-USP/FASERT/FACITA

O presente artigo faz uma análise da atuação educacional das Salesianas, na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP, no período de 1944 a 1970, focalizando o projeto educativo implantado na instituição. Para tanto, recorre-se aos referenciais da História Cultural que foram adotados pela História da Educação. Examina-se uma documentação interna constituída pelo programa escolar, regimento interno, relatórios de inspeção federal, entre outras.

Nos últimos anos, a influência da Nova História Cultural é nítida no Brasil, as inovações decorrentes dessa área do conhecimento estenderam o campo de estudo dos historiadores para novos horizontes e, assim, os acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas passaram a ser estudados. Neste quadro de transformações, a historiografia educacional brasileira foi reconfigurada, novos problemas, objetos, temas e procedimentos de análise passaram a interessar à pesquisa em História da Educação. Para Carvalho, as mudanças possibilitaram aos historiadores:

> penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise - como gênero -, e recortar temas - como profissão docente, formação de professores, currículo e práticas de leitura e escrita -, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração[1].

Os novos temas e objetos de estudo permitiram aos historiadores da educação estenderem seus horizontes investigativos e assim, pesquisas em torno da escola, das práticas que a constituem e de seus agentes ganharam uma nova visibilidade. Nesta perspectiva, emerge um novo modo de olhar e interrogar a documentação dos arquivos escolares e o interesse dos historiadores se direcionam para o que Vinão Frago[2] e Dominique Juliá[3] denominam como cultura escolar.

O presente texto adota para análise do projeto educativo implantado pelas salesianas na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, o conceito de cultura escolar tal como concebe Dominique Juliá:

> um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, saberes e práticas estão ordenadas de acordo com as finalidades que podem variar segundo as épocas, as finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber, os professores[4].

Neste sentido, o projeto educativo da Escola Normal Salesiana de Ribeirão Preto, é examinado como um elemento constitutivo da cultura desta instituição. Dessa maneira, cabe analisar a documentação referente à organização didático-pedagógica buscando entender a partir do projeto educativo o tipo de ensino que era valorizado, o que se ensinava, a que clientela se direcionava e quem eram os professores. O intuito desse texto é tecer algumas considerações que possam esclarecer aspectos significativos das práticas escolares desse estabelecimento.

O artigo foi organizado em dois momentos, procurei, inicialmente, discorrer sobre a inserção das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil, com a finalidade de abordar a implantação da obra dessa congregação em Ribeirão Preto e tratar da instalação da Escola Normal Salesiana na cidade. Para num segundo momento, focalizar o projeto educativo implantado pelas religiosas na Escola e discutir aspectos do ensino ministrado às normalistas.

A Igreja Católica, desde o período colonial, marcou sua presença na educação escolar brasileira, inicialmente com a atuação dos jesuítas e a partir do século XIX, com a vinda de Ordens e Congregações religiosas estrangeiras, que se instalaram no Brasil, com a finalidade de auxiliar no processo de romanização do catolicismo vigente. Os institutos religiosos masculinos e femininos, como a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora tiveram um papel importante nesse contexto de reforma. Tais razões determinaram a vinda das salesianas e os contornos da ação inicial a serem desenvolvidas em terras brasileiras.

Segundo Azzi, "a missão das Filhas de Maria Auxiliadora na América Latina deveria ser, não apenas o de cuidar da juventude pobre e abandonada, mas também a abertura de colégios para a formação da classe dirigente, contrapondo o ensino religioso ao leigo"[5].

O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora foi fundado em 1872, pelo padre João Bosco e pela madre Maria Mazzarelo, em Mornese, no norte da Itália. Nas comunidades, onde as Filhas de Maria Auxiliadora eram requisitadas para desenvolver a sua obra educativa, as religiosas trabalhavam como educadoras, catequistas e missionárias.

No Brasil, as salesianas chegaram em 1892 e se estabeleceram na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Essa congregação procurou instalar sua obra educativa e religiosa longe dos grandes centros, pois acreditavam que no interior, "a tradição religiosa se mantinha mais forte" do que nas cidades mais importantes ou capitais de estados, "onde o espírito liberal era mais forte"[6] . Nas primeiras décadas do século XX, as salesianas já atuavam em vários estados brasileiros. No estado de São Paulo possuíam obras tanto na capital quanto no interior, atuando em cidades como Lorena e Guaratinguetá, situadas na região sul, Campinas e Araras, localizadas na região sudeste, Batatais e Ribeirão Preto, situadas na região nordeste e Lins, localizada na região oeste do estado.

No município de Ribeirão Preto, as salesianas chegaram apenas em 1905, motivadas sobretudo, pelo desenvolvimento da economia cafeeira e pela presença de imigrantes italianos na região. Até o início da década de 1870, esse município era um pequeno povoado, que contava com uma população também formada por escravos. Em seus primórdios, a economia local voltava-se para a agricultura de subsistência e a criação de gado. Com a decadência das áreas produtoras de açúcar do Nordeste brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, o café tornou-se o principal produto econômico do país. Em 1870, com a descoberta da “terra roxa” na região de Ribeirão Preto, um solo propício para a cultura do café, "a conjuntura econômica dos primeiros anos se modificou, e os povoadores tiveram duas opções: organizar fazendas produtoras de café, ou vender as suas terras para outros agricultores que possuíam capitais necessários para o plantio”[7]. Os fazendeiros tiveram que recorrer à mão-de-obra assalariada de imigrantes sobretudo

italianos, diante do número reduzido de escravos e as várias restrições na utilização deste tipo de trabalho.

A vinda de imigrantes para Ribeirão Preto favoreceu o desenvolvimento da lavoura cafeeira e o crescimento populacional da cidade. Em pouco tempo, este produto tomava conta das terras e por volta de 1890, a região tornou-se grande produtora de café, ingressando na economia capitalista, transformando o estado de São Paulo no maior centro exportador mundial do produto e a cidade de Ribeirão Preto passou a ser conhecida mundialmente como a Capital do Café. A expansão cafeeira foi possibilitada ainda pela vinda de agricultores de outras regiões do Brasil com grande capacidade empresarial e pela instalação da rede ferroviária da Companhia Mojiana em 1883.

A lavoura cafeeira, além de favorecer o desenvolvimento econômico e urbano, possibilitou ainda a participação ativa dos cafeicultores na vida política do estado e do país, pois esses passaram a escolher representantes para o poder que beneficiavam seus interesses. Nas primeiras décadas republicanas, sentia-se a presença desses agricultores em todos os setores do ambiente urbano, que decidiam a construção de escolas, de hospitais, entre outras.

Contudo, pode se dizer que o desenvolvimento da lavoura cafeeira motivou a implantação da obra salesiana em Ribeirão Preto. E que essa instalação ainda foi possibilitada pelo fato do município, estar situado no interior do estado e constituir-se em área de interesse das salesianas, sobretudo por essas religiosas terem o propósito de se estabelecerem longe dos grandes centros; além disto, a presença de imigrantes italianos desencadeada pela agricultura cafeeira propiciava a vinda dessa Congregação para o município. Segundo Azzi[8], uma das principais metas no novo continente dos Salesianos e das Filhas de Maria Auxiliadora, para o papa Pio IX, era dar assistência aos filhos de imigrantes italianos, que para lá haviam afluído em grande número.

Em 1905, as primeiras religiosas se estabeleceram no município e iniciaram suas atividades na área da saúde junto à Santa Casa de Misericórdia onde, além das atividades hospitalares, desenvolveram também um trabalho comunitário, em um Oratório Festivo

instalado nas imediações do hospital. Porém, a atuação educacional desta congregação apenas foi iniciada treze anos após a vinda destas religiosas, com a instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em 1918.

A Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora, anexa as imediações do Colégio, foi instalada na cidade de Ribeirão Preto em 1944, depois de várias tentativas da direção do estabelecimento e do poder público local, favorecida pelo decreto-lei nº 14.002 de 25/05 de 1944, que instituiu a Reforma no Ensino Normal Paulista**,** prevendo entre seus artigos a instalação de novas escolas normais e a ampliação da formação dos professores primários[9]. Após a autorização de funcionamento da escola normal iniciaram-se as atividades de organização do novo curso, que se basearam nos artigos da reforma do Ensino Normal pois, no início da década de 1940, ainda não havia nenhuma organização que fundamentasse essa modalidade de ensino em diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal.

Ao cumprir devidamente os dispositivos legais previstos pela legislação educacional em vigência, a Escola Normal estabeleceu o seu curso com a duração de três anos sendo que, em um primeiro momento, as normalistas cursariam o Pré-Normal de duração de um ano, conforme vigorava no decreto-lei nº 14.002 de 25/05 de 1944, e nos dois anos seguintes, o 1º e 2º anos do Curso Normal. O currículo foi constituído por disciplinas que se distribuíam de acordo com as séries. No pré-normal, as alunas receberiam uma preparação de caráter propedêutico, cursando as disciplinas de Português, História da Civilização Brasileira, Matemática e Noções de Estatística, Ciências Físicas e Naturais, Anatomia e Fisiologia Humana e Noções de Higiene, Música e Canto Orfeônico, Desenho, Trabalhos Manuais e Educação Física. Por outro lado, nos dois anos seguintes do curso normal, as alunas deveriam cursar as disciplinas de Psicologia, Pedagogia, Prática de Ensino, História da Educação, Sociologia, Biologia Educacional, Desenho, Trabalhos Manuais e Música[10], disciplinas essas mais direcionadas para a formação profissional das normalistas.

As atividades escolares se iniciaram com 34 alunas matriculadas e atendendo em regime de internato e externato. Com uma proposta pedagógica fundamentada no Sistema Preventivo de Dom Bosco que constituía a base das instituições de ensino salesianas. O

Sistema Preventivo foi elaborado na Itália por Dom Bosco, no século XIX. Os princípios dessa pedagogia salesiana revelam que esse agir educativo é norteado por três eixos principais:

> - *a razão (racionalidade)* - é o primeiro elemento do segredo educativo de Dom Bosco. Se o educador usa da Razão no trato com os educandos provoca neles uma resposta amadurecida, racional, crítica.
> - *a religião (caridade transformadora*) - norteia a Razão e a *"Amorovelezza*". No Sistema Preventivo de Dom Bosco não se trata de religião no sentido de práticas religiosas ou práticas de piedade e sim de religião que leva o jovem ao exato cumprimento de seus deveres, como cidadão e como cristão.
> - *amorevolezza* (amor que se tem e que se manifesta) – é o amor do educador para com o educando. Dom Bosco usa literalmente *amorevolezza,* que é o amor que se externa em palavras, ações e até mesmo na expressão dos olhos e do rosto[11].

Para Dom Bosco, esses três elementos fundamentam a educação da juventude, visando à "formação de bons cristãos e cidadãos úteis para a Pátria". Ao ancorar sua proposta pedagógica no Sistema Preventivo de Dom Bosco, a Escola Normal "visava proporcionar às alunas uma formação integral e levá-las ao conhecimento de seus deveres para com Deus, com a Igreja e com a Pátria"[12] . A instituição entendeu que seu papel junto à juventude feminina não era somente instruir, mas também educar, formar às normalistas integralmente. Dessa maneira, o currículo do curso normal não era formado apenas por disciplinas de caráter propedêutico e profissionalizante, era composto também, por meio de cursos extra-classe, que tinham o propósito de preparar o caráter moral, cívico e religioso das alunas.

As moças que estudavam na Escola Normal do Auxiliadora, geralmente eram alunas do próprio Colégio, poucas eram aquelas que vinham de outros estabelecimentos escolares da cidade de Ribeirão Preto e de outros municípios. Uma parte dessas normalistas residiam no próprio município, algumas vinham de cidades da região e uma pequena parcela procedia de outros estados brasileiros. As alunas eram filhas de médicos e outros profissionais liberais, de funcionários públicos e sobretudo, de comerciantes. Algumas não pertenciam às camadas médias da população, eram filhas, por exemplo, de pequenos

agricultores da região de Ribeirão Preto, que estudavam na instituição gratuitamente num segmento que ficou conhecido como escola doméstica.

Nesse espaço escolar, o ensino era ministrado, na maioria das vezes, pelas próprias religiosas, havia poucos mestres leigos, sobretudo os do sexo masculino. O Regimento Interno da escola indica que as normas nessa instituição eram rígidas tanto para as normalistas quanto para os professores, e mais rígidas ainda para os mestres leigos. No internato, as regras educacionais eram mais rigorosas do que as do externato. As alunas matriculadas sob o regime de internato residiam no estabelecimento, e de lá saíam apenas, aos domingos, para irem à missa junto com as freiras, a passeios programados pela instituição ou nas férias escolares. Recebiam visitas somente de familiares, aos domingos e dias santos. Outras pessoas conhecidas podiam visitar somente mediante autorização escrita, com os horários delimitados entre 13 e 16 horas. Dizia o Regulamento que as alunas internas vindas de outras regiões deveriam ter, na cidade, um correspondente responsável a quem a Direção pudesse recorrer em casos emergenciais de doenças ou de outros imprevistos. O Regimento Interno não permitia, em hipótese alguma, transferência das alunas do internato para o externato, durante o ano letivo, em razão de “imperiosos motivos de disciplina”. Os contatos entre as alunas internas e as externas eram bastante vigiados e se davam unicamente durante o período das aulas comuns. As alunas matriculadas sob o regime de externato deveriam participar com antecedência por escrito em caso de: mudança de residência, interrupção do curso escolar e por ausência em aula. Em alguns casos, entretanto, prevaleciam os mesmos deveres tanto para as alunas do internato quanto para os do externato, como: o uso de uniforme, o procedimento dentro e fora do estabelecimento de acordo com as regras de urbanidade, a participação em todas as comemorações cívicas e próprias do estabelecimento, a proibição do uso de pinturas e de enfeites exagerados.

Para os docentes, o estabelecimento possibilitava todas as garantias de permanência, desde que estes dessem provas cabais de sua idoneidade moral, intelectual e pedagógica; cumprissem os regulamentos do regimento interno e não tivessem

desinteligência grave com a diretoria. Os professores leigos, contratados pela Escola deveriam estar no estabelecimento pelo menos cinco minutos antes da hora marcada para o início da sua aula, assinando o livro "ponto"; não se retirar da aula antes do sinal dado, salvo com pleno conhecimento da diretoria; comunicar à diretoria, quando não puder comparecer à aula; cumprir as exigências legais e regulamentares no tocante à disciplina, sabatinas mensais, argüições e os trabalhos escolares; comparecer no dia e hora marcada para as comemorações civis, reuniões, como também a qualquer solenidade promovida pela diretoria e relacionadas com a vida da escola; não facilitar nem permitir a entrada das alunas na sala dos professores; não mandar as alunas fora da classe, havendo necessidade de excluir alguma aluna da sala de aula, se entenderá com a conselheira escolar, que providenciará como o caso exigir.

Nos limites deste artigo, foi possível salientar que o projeto educativo implantado pelas salesianas na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, ao fundamentar o ensino no Sistema Preventivo de Dom Bosco e priorizar uma formação propedêutica e profissional de suas alunas, procurava formar as normalistas integralmente, instruindo-as nos saberes escolares e educando-as nos princípios morais, cívicos e religiosos. Dessa maneira, as salesianas desenvolveram o seu projeto educativo, em um espaço, onde o cotidiano era controlado por normas e assim, formou várias gerações de professoras nos preceitos de uma cultura escolar salesiana, no nordeste paulista.

NOTAS

[1] CARVALHO, M. M. C. Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos. In: Sousa, C. P. ; CATANI, D.B. (orgs). **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente.** São Paulo: Escrituras, 1998, p.32.

[2] FRAGO, A.V. **Historia de la Educación e Historia Cultural:** posibilidades, problemas, cuestions. (mimeo)

[3] JULIÁ, D. A . A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação,** n.1, pp.9-43, 2001.

[4] Idem, p. 9

[5] AZZI, R. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil:** cem anos de História. São Paulo: Salesiana, 1999, p.16

[6] _____. As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil. In: AZZI, R. ; BEOZZO , O. (orgs). **Os Religiosos no Brasil - *enfoques históricos.*** São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p.57.

[7] GAETA, M. A. J. V. *A Flor do Café e o Caldo da Cana.* Igarapava: Vitória, 1997, p.32.

[8] AZZI, R. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil***:* cem anos de História. São Paulo: Salesiana, 1999.

[9] CAMPOS, M. C. S. de. **Passado e Presente da Formação dos Professores no Brasil:** uma análise das relações entre formação dos Professores e Processo de Modernização da Sociedade. 1985. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

[10] **Relatório de Inspeção Federal na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP**, 1944-1946.

[11] FONSECA, J. M. **O Sistema Preventivo de Dom Bosco.** 3. ed. Belo Horizonte: CESAP, 1999, p.62.

[12] **Regimento Interno, 1944-1970,** p.1

AS CONFLUÊNCIAS DO SABER JURÍDICO E DO SABER EDUCACIONAL APREENDIDAS DE PROCESSOS-CRIME DE MENORES

Alessandra David Moreira da Costa – CUML

No momento inicial de definição da abrangência de nossa pesquisa, e ao analisarmos os processos-crime constantes do Arquivo Histórico Municipal da cidade de Franca/SP, consideramos relevante conhecer as práticas judiciais envolvendo menores nas décadas de 1930, 1940 e 1950, período de maior repercussão do ideário escolanovista no Brasil. Nesta documentação pudemos verificar que a conjunção entre educação e prevenção da criminalidade consistia numa relação de causa e efeito. Acreditava-se que as "chagas" sociais eram determinadas pelo meio miserável que, conseqüentemente, conduzia a criança à ignorância e ao analfabetismo, em razão disso, todas as despesas realizadas para difundir a instrução popular eram vistas como economia, pois reduziriam o número de indigentes e criminosos.

Assim, a educação *pelo* trabalho e a educação *para* o trabalho eram tidas como os mecanismos mais eficientes de regeneração dos menores, pois além de utilizar sua mão-de-obra em benefício da sociedade proporcionava-lhes um ofício, pelo qual, quando adultos ou emancipados, poderiam se sustentar. Porém, ao propor modelos pedagógicos de educar e instruir, o Estado visava menos a incorporar o cidadão pobre ao processo social, e mais a conservar e resguardar as hierarquias e o monopólio das classes altas sobre esse mesmo processo.

Até mesmo os professores do século XIX concordavam que, dadas as condições de nossa sociedade, era o Estado quem deveria exercer a função de educar. Como a maior parte dos lares era desestruturada, a educação doméstica era considerada prejudicial às crianças e, por esse motivo, o ensinamento moral e religioso deveria ser ministrado na escola.

Tais apreciações a respeito da interferência estatal sobre as camadas populares sugerem haver certa proximidade entre o discurso jurídico, que não somente defendia os mesmos preceitos, como os aplicava, e o discurso dos pedagogos, que muitas vezes recorriam à instância jurídica para desenvolver suas ações. Foi com base nessa reflexão que nos dispusemos a realizar uma pesquisa sobre as possíveis semelhanças, e eventuais discrepâncias, entre o discurso veiculado por esses dois setores, o campo jurídico e o campo da educação escolar.

Às considerações iniciais acrescentamos análises provindas da bibliografia especializada, mais precisamente de um estudo desenvolvido por Clarice Nunes[1] (1998, p. 2), o qual explicita que "comparar é reconhecer o igual e o diferente entre os elementos da comparação e, dessa forma, compreender cada caso em sua especificidade". Essa autora, em outro trabalho, afirma que

> os principais educadores brasileiros que atuaram na construção de um campo laicizado de educação, colaborando ativamente nas reformas de instrução das décadas de [1920 e 1930], como Antonio Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, tiveram sua formação de nível superior nas faculdades de Direito [...]. Todos excluíram da sua trajetória profissional a carreira jurídica, encaminhando-se para atividades profissionais diversificadas (NUNES, 1993, p. 157).[2]

Dentre estas atividades dos acadêmicos em Direito, Nunes (1993, p. 159) enfatiza o engajamento na vida pública brasileira, que contribuiu para a elaboração de idéias sobre a constituição do Estado nacional e das instituições políticas que emergiam. Dessa maneira, foi a gênese política que delineou a direção seguida pelo acadêmico em Direito. E o despertar para a questão educativa se deu por intermédio da missão política que aqueles futuros intelectuais abraçaram. Além da participação política, a ciência jurídica, apesar de incipiente, cooperou para

a formação do futuro bacharel, especialmente nas questões relativas ao direito público, como a organização do Estado, a forma de governo, a representação política, entre outras.

Outra influência que a prática e o discurso jurídicos exerceram foi sobre a autonomização do campo educacional, representada por decretos, instruções, regulamentos, portarias e editais, procedimentos que definiram o Direito Escolar no âmbito dos governos municipais e estaduais, notadamente com as reformas educacionais das décadas de 1920 e 1930. Todo esse arcabouço de legislação, baseado nos preceitos do saber jurídico, contou com a colaboração de profissionais experientes no campo pedagógico (NUNES, 1993, p. 161).

Talvez o resultado mais surpreendente da influência do campo jurídico no campo educacional tenha sido o estabelecimento da temática educacional como um campo específico, apartado da conexão que até então o vinculava, ora ao campo religioso, ora ao saber médico, e ora à própria instituição jurídica. Foi o saber jurídico que forneceu autenticidade, até mesmo legal, ao sistema educativo nacional e à própria carreira do magistério (NUNES, 1993, p. 163). Segundo esta autora, “o saber jurídico foi a argamassa do educador profissional. Ele o definiu, traçou-lhe um perfil e contribuiu para a construção de uma identidade, hoje em crise” (NUNES,1998, p. 4).

Mas a articulação do discurso pedagógico com o discurso jurídico não foi a única a marcar os rumos do pensamento educacional brasileiro, diz ainda Clarice Nunes. Se uma das correntes geradoras das propostas educacionais dos anos 1920 e 1930 proveio do campo do Direito, outra emanou do campo da Medicina. Os estudos da autora sobre a Escola Nova no Brasil sugerem haver duas vertentes interpretativas formadoras da mentalidade de nossos educadores:

> a histórico-sociológica, forjada pela matriz jurídica, e a psicológica, forjada pelas teses produzidas nas faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e pelas pesquisas produzidas nos laboratórios de Psicologia Experimental, existentes no País desde a década de 10 e em

> expansão na década de 20, e dos estágios ou cursos especializados que, já no início do século XX, médicos brasileiros realizavam sob orientação de psiquiatras nos laboratórios de Psicologia na Europa (NUNES, 1998, p. 5).

A vertente histórico-sociológica, forjada pela matriz de formação jurídica, privilegiava o estudo da sociedade e das relações sociais. Já a matriz de formação médica era mais analítica do que sintética, evidenciando a experiência e o empírico sobre as generalizações. Apesar de as teorias do Direito e da Medicina diferirem quanto à interpretação da realidade, convergiam em certas disciplinas, como na Medicina Legal, "que aproximou médicos e juristas na propagação das idéias da escola penal italiana, das diversas teorias psicanalíticas e, por fim, das concepções relativas à psicologia clínica" (NUNES, 1998, p. 6).

Marcus Vinicius da Cunha (1998)[3] utilizando as reflexões de Clarice Nunes apresentou um conjunto de categorias de pensamento que considera típicas do discurso pedagógico que se refere às relações entre escola e família. A família, no caso, era abordada em suas transformações ao longo das épocas para culminar na constatação de suas dificuldades estruturais diante de fenômenos contemporâneos, como a urbanização, a industrialização e a complexidade das relações sociais, contexto que remetia à necessidade da escola como espaço mais adequado à educação de crianças e jovens.

Um processo pesquisado que retrata esta situação é o que envolveu S.G., acusado de "desde as férias de julho do ano de 1945, deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de seus filhos I. e G." (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FRANCA/SP. Processo-crime. Abandono Intelectual. N. 5.004, cx. 278, 1945).[4] Nos autos do processo, o diretor-estagiário do Grupo Escolar de Jeriquara, contou

> que o Sr. S. G. tirou os filhos deste Grupo Escolar, deixando-os sem escola, a despeito de haverem sido avisados pelo oficial de V. Excia. e por mim, explicando-lhes as responsabilidades advindas desse abuso.

Em seu depoimento, o réu disse que tinha quatro filhos em idade escolar e que, por sua esposa "encontrar-se em adiantado estado de gravidez, necessitou tirar da escola suas duas filhas, uma de 16 e outra de 14 anos, para que elas ajudassem a mãe no serviço da casa". Outro ensejo que influenciou em sua decisão foi o fato de "a escola distar oito quilômetros de sua casa, e suas filhas, já mocinhas, percorrerem sozinhas este caminho". Pelo exposto, o depoente achava "remota a possibilidade de suas filhas, que eram alunas do segundo ano, retornarem à escola".

O defensor do réu avaliou que a representação do Diretor do Grupo Escolar contra S.G. foi uma "verdadeira desumanidade". Porque,

> enquanto pais com todas as possibilidades de recursos e facilidades de meios deixam os filhos, em plena cidade, na mais completa ociosidade, freqüentando apenas as escolas do vício, impunemente, esse pobre homem, que amanhece e anoitece no mais árduo trabalho, de enxada em punho, como colono do próprio sogro e sua companheira se divide dentro do lar para atender as suas necessidades, ele fora obrigado a deixar seu serviço e gastar o que não pode para se defender de um processo como esse, no qual está mais do que provado que, a despeito de todas as suas dificuldades, e na medida de suas possibilidades, o réu estava procurando dar instrução aos seus filhos.

O Juiz, contestando a peça da defesa, calcada na iniqüidade do processo a que o réu foi submetido, declarou que

> foi o réu que cometeu uma iniqüidade ao não procurar dar instrução às suas filhas, naquele momento, já em idade casadoira, uma vez que, quando o Código Penal entrou em vigor, no ano de 1941, as meninas I. e G. estavam em idade escolar, respectivamente com 11 e 10 anos de idade, além de ser do conhecimento de todos que, desde os sete anos,

> os Grupos Escolares recebem crianças para a instrução primária. [E perguntou] por que o réu, apesar de todo o tempo transcorrido, não havia colocado suas filhas na escola anteriormente, já que nos autos constava que somente aos 16 e 15 anos, respectivamente, as menores foram à escola.

Em tom bastante severo, o Juiz relatou:

> daí se vê que a pedra que atirou no telhado dos pais que deixam os filhos na escola do vício ou na ociosidade, também o atingiu. [E mais], que o réu poderia argumentar que antes de 1941 não existia o crime previsto e, portanto, não poderia ser processado por fato não previsto em lei, mas, a partir de 1941, o crime existia e ele não apresentou nenhum documento para comprovar que suas filhas, durante esses anos, cursassem a escola. O Juiz assinalou, também, que, [de acordo com um decreto, recentemente promulgado], se aboliu a justa causa como fato excludente desse crime, o abandono intelectual, e citou o referido decreto: "Os pais ou responsáveis pelos menores de sete a doze anos que infringirem os preceitos da obrigatoriedade escolar estarão sujeitos às penas constantes do artigo 246 do Código Penal – Decreto Lei n. 8.529/46, a.43". [5]

As palavras do magistrado firmam um princípio moral dos pais, no que tange à escolarização das crianças:

> todos os problemas supra citados são apenas para ilustrar a necessidade que os pais têm, não de por prazer, dar instrução primária aos filhos, mas, por obrigação e com sacrifício, procurarem dar-lhes instrução primária, que é obrigatória.

Essa recomendação do Juizado permite entender que, aos olhos da Justiça, proporcionar educação escolar aos filhos era visto como obrigação moral dos pais, que deveriam se empenhar para assegurá-la; quando isso não ocorria, o Poder Judiciário devia intervir, utilizando a força da lei que obrigava os progenitores a matricularem os filhos na escola primária.

Um outro núcleo discursivo destacado por Cunha (1998), mais enfático em apontar os males advindos de certos meios sociais, notadamente daqueles marcados não só pela pobreza material, mas também, conforme a mentalidade da época, pela indigência cultural era o ambientalista, no qual certos modos de vida eram tidos como produtores de deficiências insuperáveis que acarretavam notáveis prejuízos à formação da personalidade, constatação que colocava a escola como instância fundamental de regeneração dos males sociais.

É o caso da família de I., cujo pai e a concubina deste, tida como prostituta, foram acusados de corromperem a menor. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FRANCA/SP. Processo-crime. Corrupção de Menor. N. 6.509, cx. 358, 1956).[6] Em defesa dos acusados, o advogado recorreu a uma certa conexão entre saberes de diferentes âmbitos científicos:

> ao apreciar a personalidade da vítima nos delitos de ordem sexual (sedução, estupro, atentado ao pudor, corrupção de menores) o julgador precisa ter presente, em seu ânimo, qual o ambiente familiar da moça que a tutela penal pretende proteger.

E completou:

> I. era filha de pais desquitados, residentes em Franca e ambos [eram] amasiados [com outros companheiros]. A. [pai da vítima] confessou que viveu por muito tempo em mancebia com M.J. e que sua mulher [a mãe da vítima] também vivia em concubinato com um fazendeiro. Esse é o ambiente em que cresceu e se transformou em mulher aquela “que sempre foi um problema para o pai”. Ora, na casa deste, assistia sua

> madrasta "torta" receber homens na ausência do amante: "que pôde muitas vezes ver homens em casa [de seu pai]; que M.J. recebia homens enquanto seu pai encontrava-se em serviço". "Ora fugia do pai, permanecendo 15 dias fora de casa, sem ir à escola [e] indo para a casa de sua mãe, também amasiada".

Pelos fatos expostos, o promotor de justiça concluiu:

> problemas, quase todas as crianças o são e o serão em maior escala, se o progenitor não tiver família regularmente constituída e se a concubina com que vive o pai da menor, é mulher despudorada, que nem mesmo respeita o próprio lar, não seria dela que I. iria aprender a freqüentar aulas, tanto mais que se trata de mulher analfabeta, que nunca freqüentou escolas.

As representações emanadas desse universo conflituoso expressam similaridades com o discurso pedagógico, pois ambos se articulam em torno de um mesmo objeto, a infância, formando o eixo de um projeto pedagógico de modernização do Brasil na primeira metade do século XX. Ao lado da instância pedagógica, o âmbito jurídico incorporou um saber, bem como recursos práticos, para normalizar a população, especialmente a mais carente.

---

[1] NUNES, C. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. *Revista da Faculdade de Educação.* São Paulo, v. 24, pp. 105-125, jan./jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-25551998000100008&lng=pt&nrm=iso ISSN 0102-2555. Acesso em 23 de maio de 2003.

[2] _____. *A escola redescobre a cidade*: reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca (1910-1930). Tese (Concurso para Professor Titular). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

[3] CUNHA, M.V. *O discurso educacional renovador no Brasil: (1930-1960)*: um estudo sobre as relações entre escola e família. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.

[4] ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FRANCA/SP. Processo-crime. Abandono Intelectual. N. 5.004, cx. 278, 1945.

[5] Embora o processo tenha se iniciado em 1945, ele somente foi julgado em 1946, daí a referência ao mencionado decreto-lei, que data de 1946.

[6] ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FRANCA/SP. Processo-crime. Corrupção de Menor. N. 6.509, cx. 358, 1956).

O Rio de Janeiro oitocentista, suas escolas e seus professores (1854-1890): notas de pesquisa

Alessandra Frota Martinez de Schueler
Profª Adjunta da Faculdade de Educação da UERJ

Como foram instituídas as escolas primárias oficiais, no complexo processo de formação e de consolidação do Estado imperial, e juntamente com elas, como foi se disseminando a *forma escolar* na sociedade carioca oitocentista enquanto *lugar,* um espaço físico apropriado e habitado, então destinado, por excelência, à instrução, à educação e às novas formas de se conceber a socialização das crianças?

Quantas escolas públicas primárias existiam na Corte? Como e onde estavam localizadas no espaço da cidade do Rio de Janeiro? Qual a relação do estabelecimento das escolas com as possibilidades de existência, e de criação de uma demanda por escolarização, tendo em vista a densidade e a composição populacional das freguesias urbanas e suburbanas? Como funcionavam as diferentes escolas no exercício de suas funções cotidianas, quais os horários, as regras disciplinares, os métodos pedagógicos, as hierarquias, e as tarefas de alunos e mestres? Quais eram os objetivos do ensino primário, as matérias ensinadas, os livros e compêndios mais utilizados pelos professores? Quais os problemas enfrentados no dia-a-dia das atividades e das práticas escolares?

Todas essas questões estiveram presentes no trabalho de pesquisa realizado para o doutoramento[1], e continuarão, na verdade, a inquietar essa pesquisadora, posto que, muitas dentre elas, com certeza, ficaram sem respostas. No entanto, quando as questões são formuladas e construídas, no tenso e dialético diálogo entre o passado e o presente (e entre *pesquisador* e *objeto*, *teoria* e *empiria*, *discurso*s e *experiências vividas*), é preciso não esmorecer, seguir as pistas e os indícios inscritos – as provas e as

possibilidades, como diria Ginzburg - no material empírico, em busca não de reconstituições do vivido, mas de reconstruções históricas verossímeis.[2]

As pesquisas sobre a cidade do Rio de Janeiro, especificamente sobre a sua história educacional, em seus processos formais e informais, têm avançado nos últimos anos, a partir do interesse e do trabalho perspicaz de pesquisadores, os quais vêm se empenhando em escarafunchar arquivos, redescobrir novos documentos, reler, com novos olhos e abordagens teórico-metodológicas, os antigos objetos[3], utilizando as fontes tradicionais ou "inventando" novas formas de reconstituir, com brilho arqueológico e faro de detetives, os indícios das escolas, dos mestres, dos paradigmas pedagógicos e dos alunos de outros tempos, em outros espaços das cidades, de outros lugares. [4]

Seguindo os rastros dessas pesquisas (e ainda de muitas outras[5]), persegui a tarefa de investigar os processos de constituição das escolas públicas primárias, no contexto histórico e espacial da cidade do Rio de Janeiro, especialmente entre os anos de 1870 e 1890, no trabalho de doutoramento, que ora apresento como resultados de pesquisa. Propus-me a analisar tal processo, a partir da regulamentação normativa dirigida pelos grupos políticos conservadores (o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1854*), tendo como perspectiva não apenas o tenso e complexo movimento de institucionalização da *forma escolar*, e os processos de criação, localização e estabelecimento das escolas primárias, mas, sobretudo, as possibilidades de materialização de práticas, as representações e as possíveis experiências históricas dos agentes envolvidos no engendramento de *culturas escolares* na cidade do Rio de Janeiro.

Perseguindo tais objetivos, utilizei como referências fundamentais àqueles estudiosos que argumentaram que a emergência da escola primária como uma instituição específica de educação (e de produção) da infância, vinculada aos poderes públicos e sob a direção do Estado imperial que então se forjava, não pode ser dissociada das transformações seculares na *forma escolar* moderna, transformações estas que, no

século XIX, se processavam nos países ocidentais, *pari passu* à construção e à consolidação dos Estados nacionais.

Na Corte, centro do poder estatal imperial, O *Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854* destinava-se a instituir práticas gerais sobre o ensino primário e secundário na cidade, práticas que se pretendiam ordenadoras, na dinâmica de sua realização, não apenas de normas, mas das ações pedagógicas já existentes no interior das casas de escola, instituindo, então, novas práticas sociais e culturais nos processos de ensino aprendizagem.

Através do cruzamento das fontes, tais como os *Relatórios do Ministério do Império* e da *Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária* e outros documentos oficiais, entre outras, foi possível realizar a reconstrução do movimento de implementação das escolas públicas primárias na cidade, resultando um mapeamento quantitativo e da localização destes estabelecimentos de ensino na malha urbana.

No caso da Corte imperial pude perceber que, entre os anos de 1854 e 1890, houve um relativo crescimento da atividade política estatal no sentido de controlar e criar escolas públicas, ao mesmo tempo em que havia uma demanda por escolas, indicada pelo número significativo das matrículas de meninos e meninas, principalmente nas populosas freguesias urbanas da cidade. Houve, ainda, uma notável elevação das matrículas nas escolas do sexo feminino nas décadas de 1870 e 1880, o que apontou para o processo crescente de escolarização de meninas e, simultaneamente, de ingresso das mulheres no magistério público primário.[6]

Este movimento de construção das escolas públicas primárias nas freguesias urbanas e rurais indicou que a ação estatal hierarquizava os estabelecimentos e definia políticas distintas para o ensino primário na cidade. Priorizou-se a distribuição e a localização das casas de escolas nas freguesias urbanas, centrais e populosas, não somente em atendimento às possibilidades mais expressivas da demanda da população

escolar, mas, sobretudo, como instrumento de visibilidade das próprias escolas e de uma determinada direção política na cidade.

A prioridade para a escolarização da população urbana e a distribuição desigual das escolas oficiais nas áreas centrais e periféricas da cidade, adquiriu sua expressão máxima com a construção, nas praças centrais da cidade, dos modernos prédios escolares, monumentalizados em grandiosas formas arquitetônicas, associados aos "palacetes" de estilo europeu, e ao ideal de constituição de um novo *lugar* da educação escolar na malha urbana, de uma cidade que se pretendia moderna[7].

A hierarquização; a distribuição desigual e irregular das escolas primárias na cidade; a coexistência de uma maioria de estabelecimentos funcionando nas tradicionais casas residenciais alugadas pelo erário com modernos prédios destinados ao fim específico da instrução primária, um lugar construído para afirmar a noção de *lugar público* – apontaram para a hipótese de que, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos finais do século XIX, não se pode falar em escolas como se estas fossem instituições naturais, ou homogêneas, formalizadas por normas e modos de organização, de distribuição e de funcionamento semelhantes.

Ao contrário, houve uma diversidade de formas de organização e *culturas escolares*, uma heterogeneidade de experiências e práticas docentes, nas variadas modalidades de organização escolar existentes na cidade, manifestadas, sobretudo, nas distintas localizações e distribuições na malha urbana, nos lugares sociais da escola, nas diferenciações entre as escolas isoladas urbanas e as rurais, e entre estas e os modernos "palácios" escolares, responsáveis pelo progressivo agrupamento das escolas unidocentes nas freguesias centrais da cidade.

Por isso, como sugeriu Vinão-Frago, argumentei que era preciso falar nas escolas primárias oitocentistas no *plural*, pois, enquanto conjuntos de aspectos institucionalizados – a organização formal da escola –, as *culturas escolares* possuem variadas modalidades

e níveis, incluem diversas práticas e condutas, modos de viver e de pensar, hábitos e ritos, ou seja, constituem diferentes histórias cotidianas do *fazer* escolar, além de expressarem uma diversidade de idéias compartilhadas, ou não, de objetos materiais, de funções e usos dos espaços e dos tempos escolares. [8]

A noção de *cultura escolar,* ou *culturas escolares* como propõe Frago, mostra-se particularmente importante. De acordo com Luciano Mendes Faria Filho, ela permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos chaves que compõem o fenômeno educativo tais como os *tempos*, os *espaços*, os *sujeitos*, os *conhecimentos* e as *práticas escolares*, considerados todos esses elementos em sua complexidade e sua pluralidade.[9]

O engendramento de diversas *culturas escolares* resultou, sem sobra de dúvida, - para além do processo complexo de interseção entre a produção das normas, as regras jurídicas, e as possibilidades de efetivação e concretização das mesmas - da atuação dos indivíduos, os homens e as mulheres envolvidos nos processos educativos, os professores e professoras primárias. Esses homens e essas mulheres, com as suas experiências individuais e sociais, relacionando-se e movimentando-se no processo de constituição do campo educacional na cidade, a partir dos recursos que esta lhes possibilitava alcançar, construíram, criaram e recriaram práticas e representações sobre a escola, sobre as disciplinas, sobre os métodos e as maneiras de ensinar, produzindo uma diversidade de formas de organização dos espaços, dos tempos e das escolas, tornando possível a coexistência de *culturas escolares* heterogêneas.

Assim, procurei reconstruir histórias de algumas escolas isoladas da cidade e de seus professores, atentando para as práticas e representações culturais que estes sujeitos elaboraram sobre as escolas e a cidade, sobre o seu próprio ofício, sobre os fins e os programas do ensino primário, os métodos utilizados e os ideais educacionais que

defendiam (e aplicavam) em suas aulas, e, finalmente, os discursos e as representações que (re) construíam sobre os alunos e alunas, presentes ou ausentes, nas suas escolas.

Evidentemente, e não apenas pelos limites deste trabalho e das fontes existentes, não houve como historicizar práticas e experiências escolares relativas à *totalidade* de escolas isoladas da cidade, e nem era este o meu objetivo. Como ocorre em toda pesquisa histórica, foi preciso fazer escolhas. Em função primeiramente da disponibilidade documental, privilegiei o estudo de algumas escolas unidocentes, cujos professores implementaram disciplinas e metodologias de ensino bastante diferenciadas das programadas pelo Regulamento de 1854, como foram o caso do "*sistema de moral e cívica*" do professor Manoel Pereira Frazão e do *"método de leitura Bacadafá"*, criado por Antonio de Aguiar e aplicado e divulgado pelo professor Antonio Estevam da Costa e Cunha.

Ao analisar o sistema disciplinar do professor Manoel Frazão, no qual se destacava a inserção de uma disciplina nova na escola, a *moral e cívica*, e o método de ensino de leitura e escrita de Antonio Aguiar, difundido por Costa e Cunha, o *Bacadafá*, foi possível observar a viabilidade da existência de uma heterogeneidade de práticas e representações sobre a escola, e de experiências docentes na cidade, às quais não podem ser desvinculadas das próprias experiências individuais e sociais (como, por exemplo, a formação docente pela prática ou a escolar, as relações de classe, gênero e etnia).[10] Os professores naquele contexto eram também produtores de conhecimentos, de saberes escolares e de metodologias e técnicas pedagógicas, elaboradas e reelaboradas a partir não apenas de suas trajetórias intelectuais (formação, leituras, influências téoricas, etc.), mas também de suas vivências e experiências no cotidiano das práticas pedagógicas, do ensino e da interação com os alunos de suas escolas.

Em relação ao chamado "processo de feminização do magistério", intensificado a partir do final do século XIX, verificou-se que, de fato, aumentava a parcela das mulheres

que experimentaram e vivenciaram o trabalho docente na cidade. Através de variadas representações e práticas sociais, e de uma multiplicidade de trajetórias e experiências, apreendeu-se que algumas mulheres, *fazendo-se* professoras, buscaram exercer, por necessidade, econômica ou não, uma profissão, atuando na esfera pública. As professoras primárias contribuíram não somente para a conformação, mas também para a construção e a elaboração de representações diversas sobre as funções, as diferenciações, as desigualdades e as hierarquias existentes entre os homens e as mulheres naquele contexto.

O domínio e a produção de saberes e disciplinas escolares conferiam aos professores primários da Corte uma relativa autonomia em relação aos regulamentos e as normas oficiais da Inspetoria de instrução pública da cidade, o que, em última instância, abria possibilidades e condições de existência, no interior do sistema escolar da cidade (e da *forma escolar* que se construía no século XIX), de diversificadas *culturas escolares*, nas quais espaços e temporalidades múltiplas se corporificavam em modos diversos de organização das escolas.

---

[1] *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias* (1870-1890). Tese de doutorado em Educação. Niterói, 2002.

[2] GINZBURG, Carlo. "Entre provas e possibilidades à margem de 'Il retorno de Martin Guerre'. *A Micro-história e outros ensaios*. Difel, e, sobre os limites do conhecimento humano, consultar os seus escritos em *Olhos de madeira: ensaios sobre a distância*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

[3] NUNES, Clarice. "História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos". *Teoria e Educação,* 6, Porto Alegre, 1992, p. 151.

[4] Para citar apenas alguns trabalhos: SILVA, Adriana Maria Paulo. "Aprender com perfeição": escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX. Brasília, Plano, 2000; CARDOSO, Thereza Maria Fachada. "Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: FARIA FILHO (org.). *A Escola Elementar no Século XIX*. O método monitorial/mútuo. EDIUPF, 1999; VILLELA, Heloísa. *A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores.* Niterói: UFF, 1990 e *Da palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional. (1868-1876).* Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2002; e MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial.* Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 1997; GONDRA, José. "Medicina, Higiene e Educação Escolar". In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (orgs.) *500 Anos de Educação no Brasil.* BH: Autêntica, 2000 e, na tese de doutorado, *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação na Corte Imperial.* RJ: UERJ, 2004; NUNES, Clarice. *Recontando a História: a escola primária no Distrito Federal através de depoimentos orais.* Legenda. Ano V, nº 10, p. 39-52, 1985, p. 39-52, *A escola redescobre a cidade.* Reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca/1910-1933. Tese de Concurso para Professor Titular, UFF: Niterói, 1993,"(Des)encantos da Modernidade Pedagógica" In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (orgs.) *500 Anos de Educação no Brasil.* BH: Autêntica, 2000; MULLER,

Maria Lucia. *As Construtoras da Nação: professoras primárias na Primeira República.* Tese de Doutorado em Educação: RJ:UFRJ, 1998.

[5] Consultar os artigos publicados em FARIA FILHO, Luciano (org.) *A Escola Elementar no Século XIX*. O método monitorial/mútuo. EDIUPF, 1999; VIDAL, Diana et allii. *Educação, Modernidade e Civilização.* BH: Autentica, 1998 e *A Memória e a Sombra. A Escola Brasileira entre o Império e a República.* BH: Autentica/FEUSP,1999; SOUZA, Rosa Fátima *et. allii*. *O Legado Educacional do Século XIX.* SP: UNESP, 1998, entre outros.

[6] Número de escolas públicas primárias no período, segundo dados dos *Relatórios do Ministério do Império*: em 1854, 26, sendo 17 masculinas e 9 femininas; em 1865, 42 escolas, 25 masculinas e 17 femininas; 1870, 47 escolas, 26 masculinas e 21 femininas, 25 urbanas e 15 rurais; 1885, 94 escolas, sendo 47 masculinas e 47 femininas, 68 urbanas e 26 suburbanas. Nos anos de 1870 e 1880, a média do percentual de matrícula nas freguesias urbanas foi calculado em torno de 50% e nas freguesias rurais, cerca de 43%, consideradas apenas as crianças livres em idade escolar (7 a 14 anos, conforme o Regulamento de 1854).

[7] Utilizando os conceitos de *território* e *lugar* como realidades sociais individual e grupalmente construídas, Antonio Frago sustentou que o espaço urbano e os espaços escolares jamais são neutros, mas carregam signos, símbolos e vestígios das condições e das relações sociais experimentadas entre aqueles que os habitam e freqüentam. "Do Espaço Escolar como Lugar: propostas e questões". In: ESCOLANO & FRAGO. *Currículo, Espaço e Subjetividade.* Espanha: DPA, Editora, 1998, p. 64.

[8] As *culturas escolares* – segundo Frago, a expressão é preferível no plural, devido às diferenças e às diversidades de práticas, representações e formas de organização escolar - representam o conjunto de aspectos institucionalizados, com variadas modalidades e níveis de organização (como a cultura específica de um estabelecimento docente; a comparação entre culturas escolares de diferentes níveis, da escola primária às academias; o contraste entre as escolas rurais e urbanas, por exemplo). O conjunto dos aspectos institucionalizados que consitituem as culturas escolares incluem práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar, os objetos materiais, a função e os usos dos espaços físicos, a simbologia, os modos de pensar e as idéias compartilhadas. As *culturas escolares*, para o autor, compreendem, portanto, todos os aspectos relacionados à vida escolar, ou seja, fatos e idéias, mentes e corpos, objetos e condutas, maneiras de pensar, dizer e fazer, sendo relevantes os aspectos de organização dos espaços, dos tempos e os modos de comunicação e linguagem empregados nas práticas escolares. FRAGO, "Historia de la educación e historia cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones." *Revista Brasileira ... op. cit.*, p. 68-69.

[9] FARIA FILHO, Luciano. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia e FONSECA, Thaís. (orgs.). Historiografia e história da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

[10] NÓVOA, Antonio. (Org.). *Vidas de Professores*. Porto Editora, 1992, p. 16.

Skinheads no Brasil. Violência e intolerância na "periferia da política"

Alessandro Bracht

É de autoria do historiador catalão Xavier Casals Meseguer o conceito de "periferia da política", destinado, segundo ele a indicar "un área de difícil definición donde convergen lo que podríamos designar como 'lumpempolítica' – la actuación de grupúsculos y siglas de entidad minúscula –, la marginalidad juvenil (el mundo de enfrentamientos y rivalidades entre grupos de hinchas o bandas juveniles) y la violencia gratuita" (Casals Meseguer, 2003, p.185).[1] Apesar de criada para definir grupos politicamente marginais na Europa, a noção de "periferia da política" pode ser aplicada ao caso brasileiro da coletividade jovem dos *skinheads*, uma vez que ela apresenta traços muito similares nas práticas e também na forma rústica, simplificada e, portanto, equivocada de interpretar questões tais como raça, imigração e identidades culturais.

Os *skinheads* brasileiros surgiram na transição dos anos 1970 para os 1980 como uma variante proletarizada do movimento *punk*. Em verdade, os primeiros 'carecas' não eram mais que os *punks* de cabeças raspadas originários da zona leste paulistana e da região industrial do ABC paulista. Contrariando o processo evolutivo dos *punks* rumo à formação de uma consciência política de princípios anárquicos e pacifistas – nos primórdios da década de 80 eles se abasteciam ideologicamente no temor nuclear e na repressão da ditadura militarista – os 'carecas' se afirmavam como uma ala que supunha concentrar as características originais dos *punks* no Brasil, ou sejam, as brigas entre gangues e o pressuposto da pobreza. O progressivo afastamento de 'carecas' e dos *punks* transformou-os em adversários irreconciliáveis. Assim, para além dos traços originais dos primórdios, os 'carecas' foram buscar em matrizes estrangeiras as características definidoras de seus meios de pensar e agir. Advém daí um nacionalismo difuso que se multiplica em tendências diversas, mas que têm na questão da raça seu centro nervoso.

Inicialmente, podem ser identificados dois grupos de traços bastante distintos: os 'carecas', contrários ao racismo, e os *white power skinheads*, racistas inspirados nos modelos europeus norte-americanos de conduta. Entretanto, as posturas interiormente divergentes apontam para algumas subversões a esse padrão aparente, especialmente quando defrontamos as posturas intermediárias dos 'carecas' no que tange ao racismo e à intolerância étnica. Mesmo porque, os supremacistas brancos apresentam uma coesão interna sobre os referidos temas: consideram negros racialmente inferiores, nordestinos ladrões de emprego (no caso de São Paulo) e responsabilizam os judeus pelos principais males que, segundo os *skins*, assolam a humanidade, bem em acordo com a cartilha neonazista internacional.

Os manifestos contra o racismo na imprensa independente (*fanzines*) e na música dos 'carecas' são freqüentes. Nestas, a multirracialidade brasileira é celebrada em textos e iconografias depositárias de grande repulsa ao preconceito racial. Em 1996, a extinta banda porto-alegrense Desprezo Oi! lançava a fita K7 "A Verdadeira Voz do Brasil" com a música "País Multirracial": "Difícil é admitir que o preconceito de cor/ Está presente em meu país/ No dia-a-dia, nas ruas, na escola e no trabalho/ ficam tirando onda, ficam tirando sarro/ Avaliam a qualidade do trabalho/ Pela cor do indivíduo/ E não pelo potencial/ Brasil, país multirracial/ Em nossa terra não há raça superior/ Somo todos iguais, com mesmo valor/ A raça ou a cor não importa/ Estamos todos lutando com união e otimismo/ Pelo mesmo ideal/ Brasil, país multirracial (...)". Exemplar também nesse sentido é o texto sem referência de autoria "Luta contra o racismo", publicada em diversos *fanzines* e também no *site* dos Carecas do Brasil, atualmente fora do ar: "O Brasil é um país formado a partir da mistura de raças, então por que há racismo no Brasil? O racismo nasce quando uma pessoa ou um grupo social quer impor seus valores à sociedade como sendo os únicos corretos e, assim, consideram que todos os que não são como ele são seus inimigos. Essas pessoas se esquecem que o que determina o caráter de uma pessoa é sua personalidade e não a cor de sua pele. O racismo está presente na sociedade de formas aparentes e camufladas, como as piadinhas, essas formas de racismo também devem ser combatidas. Essa é uma realidade da qual todos somos vítimas. Precisamos aprender a respeitar as pessoas e suas diferenças". Em depoi-

mento concedido por um grupo de 'carecas' neo-integralistas do município de Niterói (RJ), RM, à época da entrevista com 23 anos, afirmou que o Brasil seria formado por três raças: a negra, a branca e a indígena (depoimento oral, Niterói, 17 ago. 2002).

Ocorre que nem sempre essas posturas são representativas de uma totalidade. A linha simplista que separa racista e não-racistas é subvertida por posicionamentos intermediários. O então Careca do Subúrbio JB., 30 anos, mesmo renegando qualquer possibilidade de exclusão social por força da raça, posiciona-se contra a mistura: "minha idéia é não pregar o preconceito sob nenhum aspecto pois isso é contra a lei. Racismo, creio que já falei, é diferente de discriminação racial. Eu não me misturo e não gosto da mistura pelo simples fato de interferir na cultura dos descendentes. Só isso. Preservação da espécie" (depoimento oral, São Paulo, 25 jan. 2002). A postura de S., 22 anos, residente em Porto Alegre, é algo parecida com a de JB.: "A gente [os *skinheads*] preserva muito a origem e a tradição. O movimento é todo tradicional. A gente preserva a tradição do sul, gaúcha mesmo. E como a tradição parte da família, família branca, então eu quero dizer quem eu sou: eu sou assim, sou gaúcho, sou brasileiro, sou branco" (depoimento oral, Porto Alegre, 22 dez. 2001).

Em linhas gerais, as palavras de JB. e S. expõe um posicionamento bastante aceito entre os 'carecas': o projeto nacionalista deve incluir igualmente todas as raças que convivem no Brasil, desde que preservando as diferenças étnicas inerentes. Já RC., o mesmo que havia afirmado a coalizão das três raças brasileiras, apresentou uma compreensão relativa ao racismo de certas seções européias de *skinheads* já que supostamente haveria uma realidade histórica permitindo tal comportamento, ou seja, a Europa foi formada por brancos e, sendo assim, aos brancos ela pertence. Já o Brasil, que teve sua construção nacional baseada na interracialidade, seria o lugar de todas as raças anteriormente apontadas.

Sobre os imigrantes nordestinos e os judeus, os 'carecas' procuram não se manifestar abertamente. Sobre os primeiros, há indícios de tolerância já que existem em números significativos participantes herdeiros da imigração do nordeste. Mesmo porque aqueles ´carecas' que assumem o sentimento anti-imigratório acabam se integrando aos quadros do *white power*. Entre os Carecas do ABC, inclusive, estabeleceu-se uma banda baiana de

música *oi!*[2] chamada Bandeira de Combate. Quanto à questão judaica, afirmam somente sua contrariedade ao sionismo, algo que, de acordo com os 'carecas', não inclui intolerância racial ou étnica. Tratar-se-ia somente de postura política em defesa de uma nação sem Estado, caso da Palestina. Entretanto, sobre esses dois temas, há muitos silêncios a se desvendar.

Os *white power skins*, aos quais já foram feitas breves referências, não medem palavras. Encobertos pela liberdade da *web*, através da qual circulam livremente textos e músicas de conteúdo intolerante, os *skins* supremacistas divulgam idéias tão violentas quanto delirantes. Um texto veiculado pela Internet em 2002 no *site* da organização paulista Esquadrão NS e as palavras contidas em um depoimento coletado em Porto Alegre, respectivamente, simbolizam o que pensam a respeito da condição do negro: "O negro ainda é primitivo, ainda é um animal. Pode-se notar a ignorância negra. São 85% dos presos gastando nosso dinheiro. As universidades brasileiras agora reservam 20% das vagas para os negros. Ora, porque (sic) eles não podem fazer o vestibular e passar devido ao seu próprio esforço, assim como os brancos? Será falta de capacidade? Sim, falta capacidade! Os negros são todos ignorantes (...)". Já em seu depoimento, o jovem neonazista I., 20 anos à época e frentista em um posto de gasolina, narrou a seguinte história: "Cheguei no posto para trabalhar com uma camiseta onde (sic) estava escrito '100% branco'. O negrão que também trabalha lá chegou me dizendo: 'bem que eu sabia que tu cheirava um pó [cocaína]. É raça inferior mesmo! (depoimento oral, Porto Alegre, 22 dez. 2002). Questionado sobre a se a escravidão no Brasil não teria determinado as condições economicamente desfavoráveis em que vivem muitos negros, afirmou que no passado eram os próprios negros que entregavam outros tantos para os comerciantes de escravos; portanto, a culpa seria exclusivamente deles. Tanto o texto como o depoimento, além da distorção da realidade, indicam uma profunda falta de perspectiva em longo prazo. Os olhares dos *skinheads* racistas estão sempre voltados para as facilidades do imediato.

O preconceito contra os judeus também é propalado através dos produtos de circulação interna. Sua principal característica: uma perspectiva neurótica, baseada na mistura

de referências que vão desde Adolf Hitler, passando por Sigmund Castan, até os racialistas norte-americanos como David Lane (autor da 14 palavras que traduzidas para o português tornaram-se "devemos assegurar a existência de nossa raça e um futuro para nossas crianças brancas"[3]) e a principal organização *skinhead* internacional, os Hammerskins. Uma síntese do credo *naziskin* na obra destrutiva judaica está na música "Sábios de Sião", da extinta banda paulista Brigada NS, em seu único registro sonoro datado de 1996, "O Retorno da Velha Ordem": Lobos em peles de cordeiros/ Dominam a economia mundial/ Causam a miséria e a fome/ E combatem todo orgulho racial (...)/ Destroem a vida em família/ E dominam as pessoas pelos seus vícios/ Acorde homem branco/ E lute contra o sionismo/ A cura para essa praga/ É o nacional-socialismo/ Esgotam os povos com sofrimento/ Preparam a agonia dos Estados/ Criam angústias e privações/ Porque a fome gera escravos".

De acordo com a maioria dos documentos pesquisados, o método de conquista judaica seria a imprensa mundial, também dominada pelo sionismo[4], opinião esta comprada de seções extremistas estrangeiras: "A mídia sionista quer ver nosso povo burro, para que assim possam continuar a parasitar em nosso país sem ninguém contestar. Os malditos judeus, pessoas parasitas, que vivem da desgraça dos outros, não se importam com a cultura de um povo, querem destruir nossa cultura através da mídia, para que assim nos possam subjugar diante da suja cultura sionista, se é que se pode chamar aquilo de cultura" (Esquadrão NS, 2002).

Umas das características mais marcantes da "periferia da política" é a completa impossibilidade de que as idéias defendidas em suas fronteiras interiores alcancem aceitação massiva. Se na Europa, onde existe uma extrema-direita articulada em partidos oficiais, tais propostas não vingam, havendo no máximo curtos períodos de restrita receptividade popular, no Brasil a missão é ainda menos passível de sucesso. Porém, a voz dos *skinheads*, o meio através do qual eles são ouvidos publicamente é a violência. E aqui reside o grande problema de sua existência em território brasileiro, mesmo que registros de brutalidade racial ainda sejam raros por aqui. Os principais eventos de violência *skin* ocorreram contra *punks*, homossexuais e entre as próprias gangues de 'carecas' e *white power skinheads*,

causando mortes em capitais como São Paulo e Porto Alegre. O assassinato do homossexual Édson Néris por um grupo de Carecas do ABC, no centro de São Paulo em 2000, chocou o país e teve sérios desdobramentos como a condenação de três dos envolvidos a 12 anos de reclusão. Em dezembro de 2002, dois *punks* foram agredidos covardemente na Usina do Gasômetro em plena luz do dia por mais de dez *skins* neonazistas. À noite, eles comemorariam o feito no encontro realizado em um condomínio fechado de classe média-alta, onde um deles residia com os pais (hoje, ele reside em um cela de presídio). Chamados a depor, os residentes da capital gaúcha no princípio de 2003, receberam como pena a prestação de serviços comunitários. Após um recuo estratégico, eles voltariam a atacar na noite de 08 de maio do ano corrente. Desta vez, o alvo foram três jovens judeus que relembravam o fim da II Guerra Mundial em um bar do bairro boêmio Cidade Baixa. Agredidos com soqueiras e facas, dois escaparam com ferimentos superficiais; um deles, porém, duas semanas depois do incidente permanecia internado em estado regular com três órgãos perfurados por faca. Quatro agressores foram recolhidos ao Presídio Central de Porto Alegre e aguardam julgamento por formação de quadrilha, tentativa de homicídio e crime de preconceito étnico.

Notas

[1] CASALS MESEGUER, X. 2003. *Ultrapatriotas*. Barcelona, Crítica, 486 p.

[2] A *oi! music* foi adotada como sendo a típica música dos *skinheads* nos últimos anos da década de 1970. Trata-se de uma variante mais lenta e cadenciada do *punk rock*, feita por jovens extrato proletário.

[3] We must secure the existence of our race and a future for white children.

[4] Na perspectiva pouco ilustrada dos *skinheads* a conexão entre os judeus e o sionismo é inevitável. Daí o fato de não haver uma distinção no decorrer do texto.

MEMÓRIAS DA COR

ENTRE A ORDEM E A DESORDEM: CONFLITOS DE COR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Alex Andrade Costa[1] - PPG-UNEB

Se, por um lado, o chamado projeto civilizador direcionou suas atenções para problemas relacionados à infra-estrutura urbana e qualidade de habitações, também não tardou em se preocupar com o aspecto privado, particular, da vida de cada um dos seus habitantes. A vida, antes individual, agora era algo público, passível de investigações e exposições públicas. Havia uma clara intenção de controlar o modo de vida das pessoas das classes pobres procurando sempre modificar seus "maus-costumes" que contribuíam para uma "degeneração social". De um projeto que buscava ordenar os espaços físicos, é rapidamente convertido num processo de sucessivas tentativas de mudança de comportamento. Estas mudanças são as mais variadas: da mendicância a hábitos religiosos que não fossem considerados civilizados e manifestações de dança e sons que não condiziam com os novos tempos de modernidade tudo foi alvo de uma fiscalização; e mais, de uma coerção que permeava todas as estruturas da sociedade.

A elite burguesa assume no Brasil os ideais de moralização e controle de vida. Nascidos, primeiramente, nas grandes cidades européias e logo presentes nas principais capitais brasileiras, esses ideais de moralização do comportamento fazem adeptos por onde passam (fruto da interiorização das estradas de ferro), em maior ou menor grau, mas em todo caso, influencia e modifica a cultura e cotidiano local, visto que as influências africanas e indígenas eram vistas como características inferiores quando comparados aos europeus, estes sim, modelos de um mundo civilizado.

Assim, eram vistos como "males da 'civilização' os crimes, o alcoolismo, o jogo, o caftismo, o charlatanismo, a bruxaria(...). Essas práticas eram mais comumente associadas a hábitos bárbaros"[2]. Estes "males", entretanto, estavam presentes no cotidiano das populações.

A abolição trazia um fantasma há muito temido pelas elites: a desordem. É por isso que na mesma época, um grupo de deputados, dizendo-se defensores da classe de lavradores, levava um projeto à Câmara Federal para repreender a ociosidade derivada de 1888, além de exigir da justiça brasileira a garantia de propriedade e da segurança individual dos cidadãos que estavam seriamente ameaçados "pelas ordas de libertos que supostamente vagavam pelas estradas a furtar e rapinar".[3]

O controle social que se tentava instaurar abarcava todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, ou seja, objetivava estabelecer uma rígida disciplina do espaço e do tempo na situação do trabalho e da vida particular e até normatizar as relações de amor, família e de lazer.

As relações sociais entre os homens na Primeira República, em Santo Antonio de Jesus, correspondem aos modelos de relações sociais já conhecidas na historiografia nacional, ou seja, caracterizam-se pela recorrência de idéias de raça, gênero, riqueza e prestígio. Faz parte da sociedade local, no período pesquisado, bem como em outras partes do Brasil, a hierarquização de valores na qual se fazem presentes as discussões sobre superioridade e inferioridade entre cidadãos e não-cidadãos[4]. Quem na verdade podia reivindicar seus direitos básicos, saúde e educação eram aqueles que a elite definia com o título de cidadão, e que tinham concentrados em suas mãos o poder do voto: senhores de terra, homens brancos, "doutores", ou seja, a própria elite.

No final do século XIX, os debates sobre a criminalidade tomavam como referenciais básicos os conceitos de responsabilização moral e interação social dos indivíduos criminosos. Neste sentido, e sob interferência do saber médico e jurídico na determinação da responsabilidade dos réus e na decisão do que fazer com eles, entraram em jogo teorias, suposições e técnicas das quais se originaram as duas principais escolas de Direito brasileiras. Nelas, Escola Classista de Direito Penal e Escola Positivista de Direito Penal, se fazem presentes as discussões de Cesare Lombroso e Paul Broca sobre a medida dos cérebros, e outras partes da anatomia humana, e suas relações com a criminalidade: "o

grande tamanho dos cérebros de vários criminosos foi uma fonte de preocupação permanente para os craniometristas e estudiosos da antropologia criminal"[5].

Nina Rodrigues, em suas pesquisas, acaba identificando o negro como o propagador de "muitos atos antijurídicos"[6] e que agiam de forma contrária à "ordem social estabelecida pelos brancos"[7]. Com este discurso de Nina, o negro passa a ser identificado sempre como o principal suspeito dos crimes, isso devido a uma sobrevivência criminal, como se refere Nina Rodrigues, ou de uma criminalidade étnica, "resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídicos".[8] Isso reflete como nos crimes, onde o primeiro a ser identificado como suspeito é quase sempre o negro.

Nos processos pesquisados procuramos fazer um levantamento dos chamados "crimes contra a ordem". Estes "crimes" apresentam um leque vasto de temáticas, mas que estão inseridas dentro do contexto de desavenças do cotidiano. Assim temos: arruaças públicas, brigas em bordéis e bares, crimes provocados por ciúmes; alguns sob o efeito do álcool, outros por "valentia" e demonstração de poder. As tensões que motivaram os variados crimes aqui descritos ocorrem também em torno de temas variados, circunscritos no cotidiano dos homens e mulheres pobres, negros e analfabetos de Santo Antonio de Jesus. Conflitos entre vizinhos, casais, amigos, conhecidos, na roda de samba e no jogo, tumulto e "desordem" na rua ou na própria casa eram alvos constante das autoridades.

Os autos levantados para a pesquisa, acabam por fornecer um rico material de depoimentos, relatos, que nos faz entrar em contato com o cotidiano desses homens e mulheres, obtendo conhecimento sobre a própria cidade em que viviam, que é o objeto central desse estudo. Assim, colhemos informações sobre como eles moravam, trabalhavam e se divertiam.

Em alguns casos, as "desordens" poderiam ser provocadas por desavenças entre vizinhos, cujas brigas atingem, não somente a pessoa como também seus bens e ou propriedade. Foi o que aconteceu com Rozalina de Souza Ribeiro, negra, solteira, que tinha um pedaço de terra na estrada do Sobradinho em Santo Antonio de Jesus, e que procedeu

queixa contra Florêncio José dos Santos, branco, casado, e também dono de um pedaço de terra vizinho ao de Rozalina. A fama de Florêncio não era das melhores:

> Homem de mau gênio e inclinado a rixas e que tem por costume trazer os vizinhos em inquietação, procurando sempre ter com eles encontros perigosos e mais que isso, sempre ofender e danificar animais que por descuido de seus donos passem para o lado de onde acha-se Florêncio, que por muitas vezes para irritar e prejudicar os seus vizinhos fica propositalmente armado na estrada fora de seus domínios para aí, à semelhança de caçador, ferir, maltratar e até matar animais alheios[9].

Consta nos autos do inquérito policial, "que na tarde do dia 15 de novembro de 1902, Florêncio, já habituado a ferir animais alheios, estava de espreita na estrada, armado de garrucha"[10], ou seja, o ataque que ele faria já estava premeditado, e fica a espera de que um dos animais da queixosa passe. Segundo Manoel José Honório, vulgo Manoel Cutias, Florêncio teria chamado de "... corno e filho da puta a Gustavo Ribeiro e a dona Rozalina de besta e que apanhasse a novilha e metesse na bunda já que não tinha lugar onde prender".[11]

Segundo Joaquim José de Sant'Anna, testemunha a depor a favor da queixosa, Florêncio além de atirar nas vacas de Rozalina, ainda teria dito que "com a mesma garrucha que atirou nas vacas, atirava também na tropa se fosse na casa dele"[12]. A posição desafiadora tomada por Florêncio também é uma referência à decisão da polícia em logo prendê-lo, pois esta fora ferida em seus brios e, de certo modo, se sentia na obrigação de mostrar sua autoridade.

Este tipo de desordem entre roceiros é, de certa forma, fácil de se compreender, devido à questão da política de terras ser ainda uma novidade (sancionada pelo Governador do Estado em 1897), além da tomada de posse de alguns pedaços de terra por negros recém libertados, passar a incomodar aqueles que se opõem a conviver com os negros em um mesmo território[13].

A utilização da autoridade policial como forma de poder faz parte do ideal de moralizar e civilizar as cidades. A força e a repressão policial é, quase sempre, dirigida às

camadas desprivilegiadas das cidades, aos moradores das periferias que se tornam alvos fáceis para a ação da elite local, que objetiva moralizar o ambiente urbano reprimindo as ações populares consideradas imorais e impróprias.

Cabia a polícia oferecer segurança à população e organizá-la de uma forma ordeira e polida, "que se impusesse pela autoridade, não pelo temor ou pela força"[14], mas isso nem sempre acontecia, como veremos no caso do Sargento Emydio.

Na noite de 19 de março de 1900 o Sargento Emydio, que então comandava o destacamento policial de Santo Antonio de Jesus, tendo em sua frente soldados e paisanos invadiu a casa de Manoel Ferreira de Oliveira, onde espancaram e feriram Faustino José de Sant'Anna, Innocêncio Pereira dos Santos e Emiliano Ferreira de Oliveira.

> Era mais ou menos uma hora da madrugada, estando dormindo em sua casa à rua Santo Antonio, Innocêncio Pereira dos Santos ouviu vozes do lado de fora que lhe gritavam para sair, mas este se negava. Em pouco tempo, invadiram a casa e ali espancaram-no a ponto de se ver obrigado a correr para o quintal até onde foi perseguido pelo Praça de nome Aurelino que ainda mais lhe espancou[15].

Esta narração descrita nos autos policiais demonstra o tipo de perseguição emplacada pela força policial, que nesta cena encarna o ideal moralizador investindo contra as "classes perigosas", formada por aqueles que estavam a margem da sociedade.

Innocêncio Pereira dos Santos tinha 48 anos, era solteiro, negro, não sabia ler nem escrever. Fora o "escolhido" pelo sargento da polícia, recém chegado na cidade, para servir de exemplo para outros que se aventurassem a desafiar a "lei". Innocêncio fora espancado dentro de sua própria casa, onde achava ter segurança, já Faustino, que mora a rua Mijagás, estava caminhando rumo à rua do Cemitério quando se encontrou com os policiais que lhe interrogaram, perguntando quem era, no que respondeu ser Faustino, irmão de Manoel, conhecido como crioulo. E sem razão alguma, dizendo Faustino no seu depoimento, o Sargento ordenou aos praças e paisanos: "metão o facão neste negro![16]". E o

paisano de nome Lúcio Pedra, e outros, lhe deram de facão no que resultou ferimentos por todo corpo.

Há uma clara intenção do Sargento Emydio de, nesta noite, empreender uma "caça" aos negros e pobres da cidade. O fato revelador é que Emydio já sabia a que portas bater, ou arrombar. Ele já tinha escolhido anteriormente as vítimas, e agiu não para prender, nem para matar, mas para sinalizar aos demais negros e pobres da cidade de que deveriam obedecer as leis; e mais, serem submissos a nova autoridade policial que chegava a cidade.

Continuando seu plano, Sargento Emydio invade mais uma casa na mesma região[17]. Agora é Emiliano Ferreira de Oliveira, de 23 anos, jornaleiro e analfabeto, que estava na casa de Maria Benedita, negra, solteira, 40 anos, analfabeta, morando à rua Santo Antonio, "onde costumava ficar[18]". Consta nos autos que Emydio invadiu a casa acompanhado do destacamento armado de garruchas, facão e cacete e ali Emiliano foi "atrozmente espancado enquanto conversava com Maria Benedita[19]", até que o agredido correu pelo quintal e conseguiu escapar. Segundo Manoel Cândido, morador da mesma rua, e que viu os praças invadirem a casa de Maria Benedita sob as ordens de Emydio e ouviu os gritos de Emiliano, após a saída da casa de Maria Benedita, o Sargento o ordenou que abrisse o seu botequim "(...) e com medo de que fosse agredido, abri a porta e vendi cachaça aos praças e paisanas por ordem do sargento".[20]

Ao que parece, a "caça" promovida por Emydio ainda contaria com outra vítima, que não fora encontrada. Esta estaria na casa de Tibério Pereira da Cunha, negro, lavrador, analfabeto, que disse ter ouvido os alarmes na casa de Innocêncio e de Maria Benedita, e que logo depois o destacamento bateu a sua porta perguntando se havia alguém ali, no que ele respondeu que não, e a tropa foi embora.

As atitudes de Emydio, apesar de acontecerem na madrugada, não passaram despercebidas, e o mais importante, os agredidos não ficaram intimidados, devido ao grande número de testemunhas que viram ou ouviram os abusos cometidos pelo destacamento policial naquela madrugada, o que resultou em denúncia ao Juiz e na

abertura de Processo contra o Sargento Emydio. Alguns praças foram identificados, afastados do cargo e o Sargento Emydio transferido para outra cidade.

Os crimes motivados por ciúmes também fazem parte do universo de processos investigados. Casos de amor que, muitas vezes, terminam em desavenças e tentativas de homicídios. Todavia, nem sempre os processos analisados terminaram em homicídio. Em sua grande maioria, foram constatadas agressões mútuas, agressões verbais, bem como ferimentos que não levavam a vítima ao óbito. Mas, isso não quer dizer que na Primeira República, os homicídios e tentativas de homicídios não foram recorrentes. Pelo contrário, como lembra, Nancy Assis, estas foram igualmente favorecidas por dois motivos: a concentração de pessoas nas cidades, o que favorecia a desintegração e afrouxamento das formas de controle social proporcionadas pela religião, família e comunidade; bem como a situação de opressão e miséria dos homens "submersos no anonimato da massa dos despossuídos, que instituíram a violência como moralidade".[21]

Os homicídios e as tentativas de homicídios são fenômenos constitutivos da história da humanidade, variando apenas os aspectos particulares a que cada um está envolvido, suas motivações, os instrumentos utilizados para se alcançar tal objetivo e a punição do criminoso. Mais do que em qualquer outro crime, os homicídios ou as tentativas de homicídio remetem a características individuais de cada um, seja ele o agente (criminoso) ou paciente (vítima) na ação. Em oposição às idéias positivistas, a Escola Clássica estabelecia que não havia o criminoso nato; o ato (crime) acontecia pela vontade do indivíduo; assim a responsabilidade penal era a forma de fazer o criminoso responder pelos seus atos[22].

.

---

[1] Especialista em História Regional / UNEB, aluno especial do Mestrado em Memória, Cultura e Desenvolvimento Local / UNEB.
[2] LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia Civiliza-se…ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1996. p 48.
[3] CHALOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. *Op. Cit*. p 41.
[4] ASSIS. N.R.S.S.de. Questões de vida e Morte na Bahia Republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930). 1996. Dissertação de Mestrado.UFBA. Salvador, Bahia. p 43. Nancy Assis enfatiza que: "Começando pela questão da participação política, pode-se afirmar que a plena cidadania foi exercida por uma pequena fração social, sob a liderança de homens brancos e ricos (grandes comerciantes e proprietários rurais), para quem, via de regra, estavam franqueados os canais de instrução formal e os instrumentos de intervenção efetiva nos poderes constituídos." .
[5] GOULD, Stephen Jay. A falsa medida do Homem. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p 88.
[6] RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. 7 ed. São Paulo: Ed,. Nacional, 1988. p 273.
[7] *ID.*
[8] *ID*.
[9] APMSAJ. Setor Judiciário. Processos Crime. Caixa não catalogada. Ano 1902.
[10] ID.
[11] *ID*.
[12] *ID*.
[13]Sobre a posse de terras por negros em Santo Antonio de Jesus, ver: OLIVEIRA, Ana Maria C. dos Santos. *Recôncavo Sul. Terra, Homens, Economia e Poder no século XIX*. Salvador, Ba: UNEB, 2002.
[14] LEITE, Rinaldo. *Op.Cit*. p 122.
[15] APMSAJ. Setor Judiciário. Processos Crime. Caixa não catalogada. Ano 1900.
[16] *ID*
[17] Note-se que se trata de uma região onde a maior parte dos moradores é formada de negros, pobres e analfabetos, região compreendida entre a rua Santo Antonio – antiga Espera Negro, rua do Mijagaz e rua do Cemitério.
[18] APMSAJ. Setor Judiciário. Processos Crime. Caixa não catalogada. Ano 1900
[19] *ID*.
[20] *ID*.
[21] ASSIS, Nancy. *Op. Cit*. p 63.,
[22] ASSIS, Nancy. *Op. Cit*. p 74.

As Viagens Científicas Realizadas Pelo Naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada Pela " Bela e Bárbara " Capitania de São Paulo (1803-1805)

Alex Gonçalves Varela - PPG-UNICAMP

No ano de 1796, D. Rodrigo de Souza Coutinho assumiu a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Esse estadista formulou uma nova política para a administração de todo o Império colonial português, política esta que tinha como base a *Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*, escrita provavelmente entre 1797 e 1798. Foi nessa memória que ele abordou o "sistema político" a ser adotado pela metrópole portuguesa para a manutenção da colônia americana que constituía a " base da grandeza " da monarquia.

A América Portuguesa ocupava um lugar central na política do dirigente, uma vez que era considerada pelo mesmo como a " tábua de salvação " de Portugal. Por isso, interessava ao estadista saber pormenorizadamente todos os detalhes sobre o território, a população, as atividades econômicas e as suas " produções naturais ". Em função disso, ele ordenou a elaboração de uma série de mapas informativos como mapas de habitantes, das sua ocupações, dos casamentos, dos nascimentos e da mortes, da exportação e da importação, das produções de cada capitania, dos preços correntes dos gêneros, dos números de navios que entravam e saíam dos portos.[i]

Ao lado de D. Rodrigo, nessa sua estratégia Ilustrada, vão estar os vice-reis e governadores das capitanias que deveriam governar segundo " princípios luminosos de administração que segurem e afiancem o aumento das suas culturas e comércio "[ii] e remeter todas as informações sobre a colônia portuguesa americana, executando assim corretamente as ordens expedidas por D. Rodrigo. Este último impunha como objetivo máximo " animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países ".[iii]

Nessa estratégia Ilustrada de caráter global foram enviadas instruções a cumprir aos governadores de todas as Capitanias ordenando que fossem remetidas informações estatísticas sobre o território, a população e as atividades econômicas desenvolvidas; sobre despesas e rendas da coroa; sobre o número de religiosos e rendas e bens territoriais das ordens religiosas; sobre a necessidade de efetivos militares nos territórios das capitanias; sobre os vegetais e minerais presentes em cada região; sobre os gêneros agrícolas cultivados, entre outros.[iv] Todas essas informações eram necessárias para que se conseguisse colocar em prática o projeto político-reformista de D. Rodrigo.

Na Capitania de São Paulo, essa política Ilustrada foi posta em prática pelos governadores Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802) e por Antonio José da Franca e Horta (1802-1811).

No governo de D. Maria I, e, sobretudo, a partir do momento que D. Rodrigo passou a ocupar a pasta do ministério do ultramar, foram intensificadas as medidas reformistas Ilustradas de fomento ao estudo científico do mundo natural colonial. Interessado em obter informações sobre as riquezas que o mundo natural dos " domínios portugueses no Brasil " eram suscetíveis de gerar, Sousa Coutinho passou a expedir uma série de ordens ao governador da Capitania de São Paulo. Este último tinha que colocar em prática as mesmas sempre com o maior " zelo e cuidado " pois assim estaria contribuindo para manter a integridade e a grandiosidade do Império Português.

D. Rodrigo para colocar em prática o seu projeto de reforma política precisava se associar aos homens de ciência, porque seriam eles os responsáveis pela pesquisa da natureza colonial, fonte de riquezas que ajudaria a fomentar a modernização da nação portuguesa. Daí, as várias ordens emitidas a todos os governadores da América Portuguesa ordenando a contratação de naturalistas a serviço da Coroa. Tal atitude mostra a valorização dos naturalistas dentro do projeto reformista do " ministro da Viradeira ", ao arregimentá-los para dar o seu parecer sobre os mais variados assuntos

econômicos/administrativos, deixando transparecer claramente a associação entre ciência e política.

Na Capitania de São Paulo, ganhou destaque a contratação do naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que foi nomeado Diretor Geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da Capitania de São Paulo recebendo uma pensão de 20$000 rs. por mês pelo Aviso de 04/04/1800. Tal nomeação foi confirmada pela Carta Régia de 17/08/1801 e anunciava que iria substituir o naturalista João Manso Pereira nos trabalhos em que este último estava encarregado. Ao mesmo tempo foi graduado no Posto de Sargento Mór de Milícias da Capitania de São Paulo e sucedia na Inspeção da Fábrica de Ferro que mandou estabelecer nas minas de Araçoiaba ao mesmo João Manso.

O naturalista Martim Francisco realizou várias viagens científicas pela território paulista, pesquisando e descrevendo pormenorizadamente as produções minerais presentes no solo da Capitania, atividades estas desenvolvidas no âmbito da Direção das Minas da Capitania de São Paulo. Como resultado dessas viagens pelo interior da Capitania de São Paulo, ele produziu os seus diários de campo que foram publicados pela primeira vez na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ainda no século XIX.[v]

As viagens realizadas por Martim Francisco ocorreram no período de 1803-1805. Fruto dessa viagens são os diários de campo elaborados pelo naturalista, fontes importantes de análise no âmbito da literatura de viagens, uma vez que ali observamos as apreciações e observações dos naturalistas. Eles se constituem como um primeiro trabalho de registro, o mais isento e completo possível, ainda que constituam já o primeiro critério de seleção do conjunto dos fatos e das experiências do dia.[vi]

A forma dos relatos de viagem seguem instruções minuciosas, onde está contido todo o instrumental teórico e prático das viagens científicas.[vii] Não conseguimos obter informações na documentação pesquisada se Martim Francisco seguiu em suas viagens

mineralógicas pela Capitania de São Paulo alguma espécie de instrução. Contudo, alguns indícios nos levam a crer que ele tenha seguido algum gênero desse tipo.

Martim formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra, tendo sido aluno do naturalista Domenico Vandelli, professor da Cadeira de Filosofia Natural. Uma das Instruções elaboradas por Domenico Vandelli foi intitulada de *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa Sobre as Remessas dos Produtos e Notícias Pertencentes à História da Natureza Para Formar um Museu Nacional*, publicada em 1781, e publicada pela Academia de Ciências. O objetivo principal da Instrução consistia em explicar detalhadamente como os exemplares das espécies animais, vegetais e minerais deveriam ser descritos, recolhidos e remetidos para Lisboa para que lá chegassem da forma mais conservada possível.

O naturalista que se dedicasse ao estudo dos minerais deveria estar atento aos locais em que os mesmos se encontravam, a profundidade dos veios, a natureza dos terrenos e as utilidades que poderiam ser extraídas desses materiais em prol da sociedade. Pedia também que os naturalistas fornecessem informações sobre o local em que os materiais foram encontrados, fornecendo uma descrição geográfica detalhada da região. Os naturalistas deveriam descrever com exatidão a longitude e latitude do local, o clima, as dimensões da região e a sua localização nos pontos cardeais. Quanto aos montes, deveriam informar se havia poucos ou muitos, a altura, a direção, a grossura dos seus bancos e suas qualidades interiores e exteriores. Quanto à natureza do terreno, deveriam informar quais os minerais que poderiam ser extraídos das suas entranhas e quais os seus usos e aplicações na sociedade. E, quanto à estrutura do terreno, deveriam descrever as cavidades subterrâneas, os seus veios e as diferentes espécies de camadas de terras.

Nos relatórios de viagem elaborados por Martim, observamos algumas indicações de descrições que Vandelli sugeriu em suas instruções, como a preocupação com a

descrição da localização dos veios metálicos, sua direção, obliqüidade, ramificação, largura, altura e profundidade. Também observamos a preocupação de Martim Francisco em descrever a diversidade dos minerais encontrados na Capitania, não enfatizando apenas um ou outro mineral, preocupação esta que seguia as orientações do governo português. Observamos também que o naturalista partilhava da concepção de ciência enquanto conhecimento útil, ressaltando as " produções naturais " úteis ao comércio e às artes.

As viagens científicas de Martim Francisco estavam inseridas no âmbito da Direção Geral das Minas de São Paulo viabilizando os interesses do governo português na exploração das terras da América Portuguesa. As viagens científicas, constituíam-se em " missões de informação " do governo português na medida que interessava aos dirigentes lusos obter o máximo de informações sobre as riquezas minerais presentes no solo da sua colônia americana, tentando-se descobrir novos minerais que pudessem suprir o esgotamento da exploração das minas de ouro e gerar riquezas para a nação portuguesa. Portanto, como afirmou Bourguet[viii], o naturalista viajante penetrava o interior dos territórios com intuitos para além do espírito aventureiro, alcançando principalmente razões práticas, como o diagnóstico das riquezas coloniais. Nas viagens científicas misturavam-se interesses pessoais e nacionais, objetivos políticos, miras estratégicas e comerciais.

As viagens de Martim Francisco estão inseridas num triplo contexto científico, político e estratégico. Científico porque cabia ao naturalista penetrar o interior da Capitania, estudar as suas produções naturais e se responsabilizar pela redação de memórias e pelas remessas das espécies do três reinos da História Natural, que seriam enviadas para os estabelecimentos lisboetas. Econômico porque, para além do aproveitamento meramente científico, interessava ao estudioso interpretar a informação recolhida objetivamente na perspectiva da sua aplicação prática no desenvolvimento da

economia portuguesa. E, estratégico porque representava a garantia da ocupação do território, num momento em que os laços entre as metrópoles e as suas respectivas colônias começavam a se desatar.

Por meio das suas memórias científicas e pelos relatórios de viagem pelo interior da Capitania de São Paulo e cartas enviadas aos homens do governo, Martim Francisco ajudou a criar e a sustentar o processo de constituição de um conjunto de *redes de informação*[ix] que permitiu ao Estado do período da " Viradeira " conhecer de forma mais aprofundada e precisa todo o território paulista, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado. Todas as informações fornecidas pelo naturalista e recebidas pelos dirigentes do Estado deveriam contribuir para o conhecimento global do espaço da Capitania.

As Memórias elaboradas pelo autor se referiam a trabalhos práticos concretos, descritos nos menores detalhes. Elas explicitavam como essa política portuguesa de aproveitamento racional dos recursos naturais, sobretudo os minerais, foi efetiva e posta em prática pela Direção Geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da Capitania de São Paulo, órgão estatal dirigido por Martim Francisco. Os seus relatórios de viagem constituíram-se em verdadeiros estudos analíticos das potencialidades minerais da Capitania, através de exames cuidadosos de detalhes realizados por meio de trabalhos de campo. A quantidade de minerais identificados pelo naturalista em seu trabalho no órgão supracitado vinha ao encontro de uma política estatal que tinha como objetivo a produção mineral. Em função disso, ele examinou as ocorrências de diversos minerais, como o ouro, o chumbo, o ferro, a prata, entre outros.

Por sua vez, a prática científica de Martim Francisco analisada através dos relatórios de viagem insere-se em uma tradição de pesquisa que buscava relatar o que Kenneth Taylor chamou de " regularidades permanentes ".[x] O estudo de tais regularidades, também denominadas de " condições gerais ou constantes " ou "

regularidades de disposição ", era uma prática dominante nos estudos geológicos do século XVIII, estando presente nos trabalhos de Buffon, Louis Bourguet, Nicolas Desmarest, Horace Benedict de Saussure, Jean-André Deluc, entre outros. O interesse em identificar e estudar as regularidades refletia o empirismo habitual da época, assim como o desejo de fazer generalizações, de se criar leis no domínio da geologia. Os autores supracitados estavam preocupados em estudar os grandes traços dos continentes e dos mares, a altura, localização, orientação e a espessura das montanhas, o movimento das águas dos mares e dos rios, a disposição das camadas estratigráficas, os minerais presentes em tais camadas, entre outras regularidades. Cabe ressaltar ainda que nos trabalhos daqueles autores imperava o estudo das regularidades estáticas entendidas como consequência de processo e não com as causas, a explicação de como um determinado fenômeno ocorreu.

Martim Francisco enfatizou em suas *Memórias* as regularidades estáticas, buscando sempre apontar o local das minas, fazer a descrição do terreno, quais os materiais que o formavam, a quantidade de minerais, como estavam contidos nas camadas estratigráficas, a sua cor, forma, tamanho, peso e dureza, se estavam em profundidade ou superfície. Essas são as principais regularidades observadas pelo filósofo em suas dissertações.

A atividade científica de Martim Francisco, por meio de suas viagens científicas, contribuiu para o processo de institucionalização das ciências naturais no âmbito do Império Português. As viagens realizadas pelo naturalista estavam inseridas nos esforços de recuperação econômica do Reino, por meio da exploração racional dos recursos minerais. Tais viagens possibilitaram o reconhecimento dos recursos naturais da colônia, e possibilitaram a coleta, a descrição e a classificação dos produtos minerais e o envio de remessas para os estabelecimentos científicos lisboetas. Seus diários de viagens, mostraram que o naturalista estava a par das modernas teorias e idéias científicas,

inserindo-se no conjunto das práticas científicas mineralógicas no período compreendido entre o final do século XVIII e o início do século XIX, deixando assim transparecer a atualização do seu pensamento científico.

---

[i] Maria Beatriz Nizza da Silva. A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

[ii] D. Rodrigo de Souza Coutinho. Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798). In: *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos Políticos, Econômicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 51.

[iii] Idem.Ibidem, p. 53.

[iv] José Luís Cardoso. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO, José Luis (Org.). *A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

[v] Ver os seguintes números da Revista do IHGB contendo as publicações dos diários de viagem de Martim Francisco: tomo 9 de 1847; tomo 45 de 1882.

[vi] Marie-Noelle Bourguet. O Explorador. In: Michel Vovelle (Org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Ed. Presença, 1997.

[vii] Lorelai Brilhante Kury. Les Instructions de Voyage dans les Expeditions Scientifiques Françaises. *Revue d'Histoire des Sciences*, Vol. 51, N.º 1, 1998.

[viii] Marie-Noelle Bourguet. O Explorador. In: Michel Vovelle. *O Homem do Iluminismo*. Op. Cit.

[ix] Sobre o processo de criação e sustentação dessa *rede de informação* ver com maiores detalhes o artigo de: Ângela Domíngues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de setecentos. *Ler História*, 39(2000), pp. 19-34. Na minha dissertação de mestrado argumentei como a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino, dirigida pelo Intendente José Bonifácio de Andrada e Silva, contribuiu para o processo de criação e sustentação dessa *rede de informação*. Ver: Alex Gonçalves Varela. *" Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português ": filósofo natural e homem público – uma análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. Campinas, SP: DGAE/IG/UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2001.

[x] Kenneth L. Taylor. Les lois naturelles dans la Géologie du XVIIIéme siécle: recherches préliminaires. In: *Travaux du comite français d'histoire de la geologie*. Paris: Troisieme serie, t. II, 1988.

Duas vias de mão única: a censura e a repressão contra os músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970

Alexandre Felipe Fiuza[1] - UNIOESTE/PPG-UNESP/Assis

Este texto compara a repressão e a censura aos músicos no Brasil e em Portugal, durante as décadas de 1960 e 1970. Tem como premissa que a perspectiva comparada tende a contribuir no mapeamento dos conflitos entre Estado e músicos a partir de lógicas espaço-temporais, políticas e culturais distintas, mas que, em função da similaridade do *corpus* documental, ou seja, dos processos censórios e repressivos, permite uma melhor compreensão dos casos estudados. Por mais diferenças que guardem os dois regimes, tanto na periodicidade das respectivas ditaduras[2] quanto em suas formas de organização e de atuação política, algumas informações apontavam para questionamentos, controle e formas de produção musical semelhantes nos dois países.

Encontramos uma farta documentação dos contatos entre as ditaduras brasileira e portuguesa nos arquivos da PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado e dos DOPS – Departamento de Ordem Política e Social. Havia uma troca de informações que contribuiu na prisão de ativistas políticos em ambas ditaduras, bem como viabilizou um freqüente mapeamento das ações dos exilados nos dois países. Certamente que a consulta aos arquivos das Forças Armadas no Brasil tendem a ser ainda mais esclarecedoras desta política externa entre os dois regimes.

No caso brasileiro, a partir da consulta aos arquivos do DOPS (dos estados do RS, PR, SP, RJ, PE e PB) foi possível mapear as relações entre músicos e Estado em duas instâncias de poder: repressão e censura. Contudo, estas duas vertentes se confundiam em suas ações de controle da oposição e de outros setores que, necessariamente, não estavam comprometidos com o fim das ditaduras. Nestes arquivos, encontram-se fichas de músicos, dossiês, recortes de jornais relacionados aos fichados, fotografias, cópias de documentos da oposição e de livros, cópias de cartas ou mesmo originais, entre outros. São também recorrentes os relatórios sobre shows ou entrevistas dos músicos.

Contudo, a documentação dos arquivos dos DOPS somente foi liberada à consulta pública no início da década de 1990, cerca de dez anos após o fim da ditadura. Assim, é possível que ela tenha sido dilapidada por setores dos governos estaduais e federais, bem como pelas polícias estaduais e pela polícia federal. Outro dado é que apesar de extintos os DOPS entre 1982 e 1983, os serviços de informação continuaram operando em sua tarefa de investigação política até o fim da década de 1980, em particular, junto ao acompanhamento de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e estudantis, comunidades eclesiais de base, grupos de luta pela terra, entre outros.

No caso português, a pesquisa foi realizada junto aos arquivos da PIDE (Polícia Internacional em Defesa do Estado)/ DGS (Direcção-Geral de Segurança)[3], presente no Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, em Lisboa. Nesta documentação encontramos fichas policiais de músicos, processos criminais, relatórios de espetáculos, pareceres de censura, ofícios de comunicação internos e entre as ditaduras brasileira e portuguesa, fotografias, análises de conjuntura, dossiês, manuscritos, cartas dos presos para seus parentes e para a administração carcerária, poesias e letras de música apreendidas, entre outros documentos que permitem vislumbrar a dimensão e o tipo de poder exercido pela ditadura em relação aos músicos.

O controle político das atividades dos músicos portugueses não ocorria unicamente em Portugal. Havia uma estrutura de circulação de informações sobre os exilados a partir de informantes infiltrados em movimentos políticos e culturais de oposição à ditadura e também a partir de boletins emitidos pelas embaixadas e consulados portugueses. Por exemplo, durante um evento em Bruxelas, organizado pelo *Cercle du Libren Examen* e pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, os músicos portugueses Sérgio Godinho e Luís Cília foram alvo de preocupação da polícia política, como fica claro na Informação de 23 de março de 1972[4], por atuarem neste recital em que, além da denúncia contra a prisão política em Portugal, foram realizadas palestras e debates contra a colonização na África.

Esta documentação dos dois países revela também o meio em que as canções de

intervenção encontravam larga ressonância, como nas grandes aglomerações de pessoas em torno de movimentos democráticos, manifestações de rua de operários e estudantes, atos pela libertação dos presos políticos, entre o final dos anos de 1960 e o início dos anos 70. Em Portugal, neste período, participavam inúmeros músicos, tais como: Zeca Afonso, Carlos Paredes, Fausto, Francisco Fanhais, Adriano Correia de Oliveira, José Barata Moura, José Jorge Letria, Fernando Lopes-Graça, Manuel Freire, Benedicto[5], entre outros. No exílio estavam os portugueses Sérgio Godinho, Luís Cília, Tino Flores, Vitorino e José Mário Branco. No Brasil, entre os músicos mais visados pelo Estado, estavam Chico Buarque, Paulo César Pinheiro, Gonzaguinha, Taiguara, Sérgio Ricardo, Caetano Veloso, Raul Elwanger[6], Gilberto Gil e até mesmo músicos de outros gêneros musicais menos visados foram fichados ou citados secundariamente em outros documentos pela polícia política, como por exemplo, Adoniran Barbosa[7] e Wilson Simonal[8].

No tocante ao final dos contatos entre as duas ditaduras, após a "Revolução dos Cravos" [9] em Portugal, os antigos "comendadores" que controlavam as associações criadas pelos portugueses no Brasil e as instituições oficiais de Portugal aqui mantidas, são afastados da direção dos órgãos oficiais. Desta maneira, o governo brasileiro inicia uma nova fase de observação da atividade oficial no Brasil e, paradoxalmente, apesar de receber os antigos salazaristas, controla-os, inclusive proibindo que os mesmos concedessem entrevistas e que a matéria fosse objeto dos meios de comunicação.

No tocante à censura à canção em Portugal, esta não nasce, certamente, no século XX, antes disso a censura religiosa era manifesta. Contudo, o controle foi freqüente ao longo de toda a ditadura salazarista. Num dossiê[10] sobre o fado, os pesquisadores encontraram a letra de uma canção, *A Canção do Sul*, vetada pela Comissão de Censura já em 25 de dezembro de 1926, apenas sete meses após o golpe de 28 de maio daquele ano.

A despeito deste controle, até o início de 1972, não havia a censura prévia dos discos em Portugal, o que fazia com que os discos considerados subversivos fossem freqüentemente apreendidos pela polícia, ou as faixas proibidas dos discos riscadas com pregos, bem como os editores das gravadoras fossem pressionados a não investir em

trabalhos que atentassem à moral e à política divulgadas pela ditadura portuguesa. O governo português, frente a forte inserção social dos músicos portugueses, potencializou seus serviços de censura junto à produção discográfica. Curiosamente, os pareceres da Censura portuguesa, durante o período de 1972 a 1974, empregavam justificativas semelhantes ao caso brasileiro, além de exporem temas comuns em seus cancioneiros.

Quanto ao Brasil, até 1968, a Censura era regida pelo Decreto n. 20.493, de 1946, que criou o Serviço de Censura de Diversões Públicas, ligado ao Ministério da Justiça. Contudo, somente com a Constituição imposta ao país em 1967 é que foi criada uma Censura Federal, com um método único para todo o país. Apesar desta mudança, o artigo 41 do referido Decreto nº. 20.493 continuou sendo a referência para os censores durante toda a década de 1970.

Uma canção emblemática deste período foi *Grândola, Vila Morena*[11], de Zeca Afonso, que, não obstante seu forte conteúdo político, foi gravada no Brasil por Roberto Leal em 1974[12]. Isto não deixa de ser paradoxal visto que este popular cantor, posteriormente, teria em seu repertório canções mais tradicionalistas, bem ao gosto da comunidade portuguesa conservadora no Brasil. *Grândola* também foi gravada por Nara Leão em 1974[13], o que naquele mesmo ano provocou a indignação expressa num documento[14] do III Exército, pois: "esta música vem sendo tocada com insistência, diariamente na Rádio Continental de Porto Alegre, no horário das 12.00 às 13.00 horas". Em resposta[15] a uma consulta ao DOPS sobre a situação da canção, o Diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas, Romero Lago, afirma que esta estava liberada desde 20.05.1974 para a gravação de Roberto Leal.

Apesar deste controle censório, o veto às canções era passível de negociação do compositor com o censor. No Fundo DCDP (Divisão de Censura e Diversões Públicas), presente no Arquivo Nacional - Setor de Censura (em Brasília), são freqüentes os casos de cartas de músicos e das gravadoras aos censores. Algumas destas negociações eram feitas pessoalmente pelo compositor. Por exemplo, numa parceria com Alceu Valença, Geraldo Azevedo tentou liberar a canção *Talismã*[16] que tinha o seguinte trecho vetado: "Joana me

deu talismã, viajar.” Para o censor “Joana” e “viajar” faziam apologia ao consumo de drogas, pois “Joana” vinha de “marijuana” e “viajar” era o efeito alucinógeno da mesma. A dupla substituiu “Joana” por “Diana” e a canção foi aprovada[17].

O Arquivo da Censura em Brasília guarda uma série de documentos esclarecedores do controle da produção cultural durante a ditadura militar e parte do período de redemocratização junto ao cinema, televisão, jornalismo, música e teatro. Há documentos de associações portuguesas cobrando a Censura para que esta proibisse piadas sobre portugueses em programas humorísticos de televisão, o mesmo ocorrendo com associações de tradições gaúchas em relação às piadas envolvendo gaúchos, de igrejas evangélicas contra canções consideradas como blasfêmia, de associações de proteção aos animais contra uma canção que pedia para que se “trocasse seu cachorro por uma criança pobre”, além de outras que constituiriam um curioso anedotário. Contudo, há exemplos, como alguns dos citados, que apontam efeitos perniciosos e nada jocosos deste controle censório, como o apoio de setores da sociedade ao exercício do censor, bem como um processo crescente de naturalização e de uma introjeção da censura nas pessoas.

No caso dos pareceres da Censura encontrados no Arquivo Nacional em Brasília e no Rio de Janeiro, é desfeita a idéia de que somente as canções engajadas eram objetos de veto. Há casos de proibição até de músicas evangélicas, canções românticas, hinos. Em Portugal, no Arquivo da Direção-Geral de Espetáculos, da Torre do Tombo, os pareceres apontam para esta mesma direção.

A repressão nestes países produzia um duplo efeito de controle social. Ao censurar produz-se o efeito do corte imediato da obra artística e tem sua continuidade no desencadear de um processo de autocensura. O censor, racional ou inconscientemente, se incorpora no autor. No tocante à repressão policial, esta sensação de insegurança ante os poderes ditatoriais produz também este poder ambivalente. Contudo, o fato é que o medo e a ameaça efetiva não eram perceptíveis, podiam ou não se traduzir na prisão ou na observação de “suspeitos”. Na dúvida, a lógica da desconfiança também se refletiu na oposição política.

Além dos conhecidos casos de exílio de músicos brasileiros, como Taiguara, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré e Nara Leão, outros músicos menos conhecidos também se exilaram e foram acompanhados no exílio pelos órgãos de informação brasileiros e dos países onde viveram[18]. Na Argentina, um grupo de músicos brasileiros exilados, formado por Raul Elwanger, Zeca Leal, Edu, José Rogério Licks[19] e Márcia Savaget Fiani[20], dirigidos pelo teatrólogo Augusto Boal, formaram o grupo *Caldo de Cana* que apresentou em Buenos Aires o espetáculo *Canción del Exilio*[21]. Já sem Raul Elwanger e agora com o músico Madureira Vasconcellos, estes mesmos músicos exilaram-se em diferentes países europeus, mas se reuniam esporadicamente para se apresentar pela Europa, como na Dinamarca, Alemanha, Bélgica, França e em Portugal, neste último em 1977, na Aula Magna da Universidade de Lisboa, palco de muitas apresentações dos músicos portugueses também aqui abordados.

As prisões de músicos nestes países não foram poucas. A primeira prisão do músico brasileiro Geraldo Azevedo decorre de um processo da Justiça Militar descrito no documento 50-D-26-4170, de 1969, do arquivo do DEOPS/SP, cuja sentença condena pessoas supostamente ligadas à AP. Neste documento, há a informação que Celso Simões Bredariol: "Foi preso em sua própria residência, de onde foram arrecadados, material pertencente a AP. Confessa ser militante da área próxima da AP, juntamente com os demais detidos: sua esposa Priscila, Vitória, Lúcia Pamplona e Geraldo Azevedo." Seis anos depois, em 07 de setembro de 1975, Geraldo Azevedo é seqüestrado e encapuzado na frente de sua casa pelos militares. Ele foi colocado no assoalho de um carro, teve a cabeça pisada por um militar por horas. Foi levado para um centro de tortura e viu logo uma pessoa sendo torturada. Foi agredido: "me tiraram a roupa, me botaram um capuz, botaram numa cela molhada como se fosse um frigorífico assim, com zero grau. E uma sirene tocando o tempo todo."[22] Este tipo de sala foi montada em outros locais, sempre com as mesmas características e recebendo o nome de "geladeira". No mesmo local ele foi colocado numa outra sala metálica, vazia, em que havia unicamente um álbum de fotos com conhecidos seus. Neste espaço, os militares pediram para que ele colocasse os nomes de seus

conhecidos numa folha ao lado. Durante esta prisão, quando os guardas descobriram que ele tinha uma música, *Caravana* (em parceria com Alceu Valença), na novela *Gabriela*, da Rede Globo, foi por duas vezes agredido e obrigado a cantar junto com o som da TV.

Um dos casos mais trágicos e representativos das relações entre as ditaduras e as similaridades de seus métodos é o do desaparecimento do músico Tenório Jr. na Argentina, em 1976. No disco de Elis Regina, de 1979, *Elis, essa mulher*, esta intérprete registra na capa do disco a frase: "dedicado à ausência do Tenório Jr.". Ele era pianista da banda de Vinícius de Moraes (1913-1980) e desapareceu naquele país durante uma turnê. Imediatamente seus amigos Toquinho, Vinícius e Ferreira Gullar iniciaram sua procura por Buenos Aires. Este caso só foi solucionado mais de dez anos depois do fato. O pianista Francisco Tenório Cerqueira Júnior[23] havia descido de seu quarto de hotel, no centro da capital, para comprar cigarros ou remédios quando foi preso e levado como suspeito unicamente pelo seu tipo *hippie*, sendo assassinado pela repressão argentina.

Por fim, uma ressalva, a máquina da Censura nestes dois países era um dos componentes de uma complexa estrutura ditatorial e, certamente, não era a sua faceta mais trágica. Afinal, em Portugal e no Brasil foram centenas de mortos e outros milhares de torturados e desaparecidos. Enquanto em Portugal os documentos têm os nomes dos agentes da repressão riscados, no Brasil, a questão da abertura de parte dos arquivos da ditadura ainda é um tabu, visto que muitos dos envolvidos em casos de tortura e de assassinatos continuam na ativa, alguns até ocupando postos em diferentes instâncias de poder. É possível que estes arquivos também venham a revelar informações não muito louváveis de uma pequena parcela da oposição à ditadura. Diferente de países limítrofes que viveram experiências semelhantes, os militares brasileiros envolvidos com a repressão continuam impunes. Enquanto isso, inúmeras famílias de desaparecidos políticos aguardam informações para que possam ao menos conhecer o passado, localizar e enterrar os corpos de seus entes, mas deparam-se com aqueles que preferem enterrar o passado e, o pior, com a ajuda de coveiros que foram também opositores a este mesmo regime militar.

[1] Professor assistente do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE/Cascavel e doutorando em História pela UNESP/Assis. Bolsista CNPq.

[2] Em Portugal, a ditadura tem início em 1926 e dura ininterruptamente até 1974; já no Brasil, o Estado Novo vigora entre 1937 e 1945, reiniciando o período autoritário em 1964 até a saída do último presidente militar em 1984, sendo este segundo período o objeto deste texto.

[3] A PIDE foi criada em 22 de outubro de 1945, pelo Decreto-Lei nº. 35 046, sendo suprimida com a criação da DGS, pelo Decreto-Lei nº. 49 401, de 24 de Novembro de 1969. Apesar da mudança da nomenclatura, manteve sua estrutura e seu *modus operandi.*

[4] Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, PIDE/DGS, proc. 11640 CI92, NT-7633. Apesar de informar sobre o evento na Bélgica, consta ainda neste documento duas folhas com o programa do espetáculo anunciado para o dia 03 de novembro de 1971, em Paris, contando com a presença dos mesmos Cília e Godinho, além do músico português José Mário Branco e do grupo *Los Chilenos*, liderado por Juan Capra.

[5] Este, músico da Galícia, na Espanha, principal nome da chamada *nova canção galega* e responsável por inúmeras apresentações de músicos portugueses naquele país, em particular, Zeca Afonso.

[6] Músico gaúcho que, somente no DOPS/SP, foi citado em 120 documentos. Num deles, o de nº. 52-Z-0-68, de acordo com informações do II Exército, era procurado por ser um: "Comunista fanático. Elemento ligado à ex-UNE. Considerado um dos mais violentos esquerdistas dentro da PUC. Orador com temas esquerdistas (festivais da canção)".

[7] Sob acusação de que: "Fez parte dos shows programados pela Fac. de Ciências Sociais da USP", em março de 1977, de acordo com o documento de nº. 50-C-22-1647 do DOPS/SP. Há referências suas em outros três documentos.

[8] Apesar das acusações que sofreu da esquerda, a partir do início da década de 1970, foi fichado em 1967 por ser um dos supostos cantores que, ao lado de Chico Buarque, "estariam articulando a realização de uma passeata, que aparentemente se relacionaria com o Festival da MPB" o que "propiciaria a infiltração de universitários que apresentariam faixas e cartazes anunciando o encerramento do XXIX Congresso da UNE, burlando, dessa forma, a repressão política", de acordo com o documento de nº. 21-Z-14-2224 do DOPS/SP.

[9] Este é o nome dado ao movimento dos capitães portugueses que pôs fim à ditadura portuguesa no dia 25 de abril de 1974. A população saiu às ruas para comemorá-la e vendedoras de cravo entregaram flores aos soldados, que, ao livrarem as mãos para fazerem seu lanche, colocaram-nas no cano dos fuzis. A imagem ficou registrada pelas fotografias e imediatamente foi veiculada nos jornais e repetida pelo mundo, transformando-a num símbolo do movimento.

[10] *Fado: Vozes e Sombras*. Lisboa: Electa, 1994, p.146.

[11] Esta canção foi utilizada como uma das duas senhas que avisavam os capitães para a saída dos quartéis para a chamada Revolução dos Cravos.

[12] LEAL, Roberto. *Roberto Leal*. São Paulo: RGE/ Fermata, 1974. 33 rpm, stereomono, n. 303.0028. (LP)

[13] LEÃO, Nara. *A senha do novo Portugal.* Portugal: Philips, 1974, 33 rpm, n. 6069111. (compacto simples).

[14] Datado de 09.11.1974, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas/ Brasília.

[15] Datado de 13.01.1975, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas/ Brasília.

[16] Do disco: VALENÇA, Alceu, AZEVEDO, Geraldo. *Quadrafônico.* Rio de Janeiro: Copacabana, 1972. nº. CLP11695. (vinil).

[17] Entrevista ao autor, no Rio de Janeiro, em 24/03/2005. Um fato curioso é que Geraldo Azevedo confirmou que é testemunha do assassinato sob tortura de Armando Teixeira Frutuoso, no dia 07 de setembro de 1975, no DOI-CODI/RJ, apesar de nunca ter sido ouvido pelas autoridades. O Relatório do Ministério do Exército mantém ainda a mesma versão de que Frutuoso "nunca esteve preso." In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/martires/martires51.asp>. Disponível em 04 abr. 2005.

[18] Segundo depoimentos ao autor, os músicos brasileiros Ricardo Vilas e José Rogério Licks, apesar de exilados em países democráticos, França e Alemanha, respectivamente, informaram que havia indícios de que foram observados pelas polícias destes mesmos países. Ricardo Vilas também chegou a ser proibido de entrar na Inglaterra pelas autoridades policiais já no Aeroporto de Londres.

[19] Chegou a participar de uma apresentação de *A Barraca conta Tiradentes,* dirigido por Augusto Boal em Lisboa, em 1977.

[20] Hoje atua na França como cantora lírica, ficou conhecida junto aos grupos de direitos humanos por ser uma das presas pela ditadura militar brasileira e uma das signatárias da carta-denúncia "Torture in Brazil – Ilha das Flores" publicada em inúmeros periódicos internacionais no início de 1970.

[21] Conforme *folder* obtido junto ao músico José Rogério Licks, conhecido na Alemanha pelo nome artístico de José Rogério.

[22] Entrevista ao autor, no Rio de Janeiro, em 24/03/2005.

[23] Era um pianista conhecido. Também foi um dos músicos da peça *Calabar*, de Chico Buarque e Ruy Guerra, proibida pela Censura em 1974, o que levou a um dos maiores prejuízos financeiros para uma companhia de teatro até então, algo em torno de 30 mil dólares, prejudicando ainda as oitenta pessoas envolvidas no projeto. In: <http://www.chicobuarque.com.br/construcao/tea_calabar.htm>. Disponível em 02 abr. 2005.

A Intolerância Católica no Brasil das décadas de 1930-40

Alexandre José Gonçalves Costa[1] - PPG-UNICAMP

Pretende-se nesta comunicação mostrar como a ambigüidade do Evangelho em relação ao outro foi manipulada pelos intelectuais do Centro Dom Vital como arma política nos embates do Brasil das décadas de 1930-40, visando a efetiva inserção e promoção dos interesses da igreja católica na sociedade daquele tempo.

Núcleo de formação e de difusão das idéias do laicato católico, empenhado no debate com as correntes do pensamento moderno, cuja influência foi nacional e atravessou boa parte do século XX, o Centro Dom Vital desempenhou o principal papel na atualização do discurso político católico no Brasil em meados do século XX, ao realizar o movimento de desprendimento da concepção autoritária de sociedade, de um catolicismo antiliberal, e de apropriação de elementos da cultura moderna, aderindo à democracia. É sob a forte influência da obra de Jacques Maritain que os intelectuais católicos, através da revista "A Ordem", se empenharam no trabalho de apropriação de valores liberais rearticulando-os no interior da doutrina católica.

Periódico fundado em 1921, por Jackson de Figueiredo, que teve a peculiaridade de surgir antes do instituto do qual seria porta-voz, o "Centro Dom Vital" (1922), base do projeto de dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e principal liderança da hierarquia brasileira, de cooptação da elite intelectual brasileira, em seus doze primeiros números imprime como epígrafe a frase de Veuillot: "A questão de sempre é saber se o homem deve nascer, viver, unir-se, morrer, receber, transmitir e deixar a vida como uma criatura de Deus, a Deus destinada, ou como uma larva aperfeiçoada, unicamente originária das fermentações do lodo da terra."[2]

Esse dualismo radical, que não concebe trânsito entre um *e* outro, mas que exige a opção por um *ou* outro, sustenta a polêmica contra o pensamento secular, dominado pelo evolucionismo spenceriano e pelo positivismo, ao mesmo tempo em que embasa o trabalho pelo "contrário da revolução", pela identificação da autoridade

constituída com a ordem. Antiliberal, autoritária, moralista, antilaicista e nacionalista, a doutrina da ordem difundida pelos católicos capitaneados por Jackson era tributária do tradicionalismo católico europeu do século XIX, de de Maistre – "não conheço o coração de um libertino, mas conheço o coração de um homem honesto. É horrível!" –, de Bonald, Lamennais, Bonnety, sintetizado, não sem algo caricatural, mas sincera, na espantosa frase do padre Ventura de Raulieu: "toda novidade em religião é heresia, toda novidade em filosofia é absurda, toda novidade em política é revolucionária".[3]

Jackson está inserido – assim como o Centro Dom Vital e a liderança de dom Leme – em um movimento mais amplo do catolicismo, que desde o século XIX, buscava elaborar uma interpretação, adquirir uma consciência do significado da secularização vivida, empenhando-se em se situar num mundo revolucionado pela ciência, pelo mercado, pela indústria, pela democracia. Desde Leão XIII, o modo como a igreja tece sua sobrevivência nos tempos modernos, se configura como movimento pendular entre uma igreja mais aberta e outra – que é a mesma – mais fechada.

Esta forma, está claro, é relativa. Num sentido mais geral está fundada precisamente na permanência de um mesmo movimento, o da oscilação. Noutro sentido, está baseada numa série de instrumentos que a Sé romana possui – imposição do silêncio, estímulo à pesquisa, orientação dos seminários, troca e nomeação de bispos, magistério papal, etc – para fazer pender a instituição para um lado e outro. O mesmo movimento pendular, de afastamento e aproximação, verifica-se no relacionamento com os projetos de sociedade em disputa no mundo.

Se em Jackson de Figueiredo o axioma da adesão à autoridade constituída inviabilizava qualquer abertura para projetos alternativos em cena, sua morte, em 1928, e sua substituição na direção do Centro Dom Vital por Alceu Amoroso Lima, implicou em uma mudança de orientação. A nova atitude estava diretamente relacionada à condenação da *Action française*, em 1926, por Pio XI. Claramente é um final de década em que a igreja opta por sair da disputa política em seu sentido estrito e direciona suas energias para a Ação Católica, o que simultaneamente impedia a

vinculação da igreja a **um** projeto político e conferia mobilidade à sua inserção político-social visando eficácia na defesa de seus interesses. Jacques Maritain foi o principal teórico da nova orientação – sendo mesmo instado a isso por Pio XI – com sua ênfase na *justa liberdade* de posicionamento dos católicos no espectro político – no limite de não colocar em risco a *liberdade da Igreja* –, como em sua defesa da primazia do espiritual sobre o temporal.

O discurso de "A Ordem" torna-se não monolítico, passa a comportar gradações – diríamos que passa a se constituir delas – e esse seu caráter constitutivo revelava uma estratégia que pretendia construir a unidade – das forças católicas – a partir da tolerância à diversidade dos engajamentos, cujos limites oscilavam, ou melhor, eram ajustados em razão da dinâmica dos acontecimentos, dos movimentos de aproximação ou de afastamento que a hierarquia promovia em relação ao Estado. Sua uniformidade residia na rejeição tanto do *desenfreado liberalismo* quanto da *hidra moscovita*, mas a mesma terminava, tornava-se tendência predominante, na opção pelos fascismos – e, no Brasil, pelo integralismo.

Mas a própria recusa da revista em assumir o integralismo como o representante do projeto político católico sinalizava para uma prevenção ao comprometimento sem retorno. Pode-se mesmo constatar a presença de uma determinada diversidade, que oscilava entre a afirmação peremptória da autoridade e o apelo ao equilíbrio entre autoridade e liberdade, e mesmo na identificação do inimigo número um. Oscilação essa em sintonia com uma outra verificada, que dizia respeito à flexibilidade na apropriação do acervo da tradição, possibilitada pela característica ambígua desta. Essa ambigüidade era manipulada em razão de objetivos políticos específicos de aproximação ou de afastamento dos adversários, tanto internos quanto externos. No caso, trata-se da passagem em que Jesus diz aos apóstolos: "Porque quem não é contra vós, é por vós." (Mc, 9, 39). Esse ensinamento que convida à tolerância, de teor ecumênico, base dos acordos políticos, adquire sentido inverso, de franco teor

belicista e totalitário, que tende ao isolamento, ao ser substituído pelo "Quem não é comigo, é contra mim" (Mt, 12, 30).

Em 1932, no ataque à postura da burguesia liberal em relação ao decreto de 30 de abril de 1931, que abria espaço ao ensino religioso nas escolas públicas, Mateus é utilizado.

> *Dois grandes órgãos da imprensa burguesa, o "Estado do Rio Grande", que é o jornal oficial do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, e o "Estado de S. Paulo", que é o grande órgão das classes conservadoras de S. Paulo, também se manifestaram contra o liberalismo do decreto de 30 de abril, chegando este último a declarar que – "a laicidade integral do ensino nas escolas públicas... é um postulado político que a experiência ilustra e corrobora". (3/1/32)*
> *[...]*
> *Ambos representam incontestavelmente grandes correntes de opinião pública, dignas do maior acatamento e que sinceramente não pensam atacar o catolicismo quando defendem o laicismo ou quando combatem o decreto de 30 de abril. Essas correntes é que formam propriamente a grande burguesia liberal, a classe hoje dominante e da qual saíram os chefes políticos da Revolução Liberal de Outubro. Nela é que mais viceja esse catolicismo convencional e comodista, contra o qual nos temos sistematicamente insurgido em nome dos verdadeiros princípios evangélicos, entre os quais brilha a palavra imortal e decisiva de Nosso Senhor: "Qui non est mecum, contra me est". (Math. 12.30)*[4]

Acima de tudo, de sua classe, de seu partido político, de sua ideologia, exige-se do católico fidelidade aos interesses de sua Igreja.

> *Nós queremos, realmente, que o católico, tanto na sua inteligência quanto na sua fé, afirme a virilidade do seu caráter e as virtudes heróicas de que é herdeiro com sucessor legítimo de santos e de mártires. Nós, realmente, contrapomos à fórmula hipócrita, ilógica e egoísta do "quem não é contra mim é por mim", a fórmula imposta pelo próprio Jesus Cristo, segundo o testemunho dos Evangelhos, do "quem não é por mim é contra mim".*[5]

Mas, movimento paradoxal – mas que é exemplar do cerne do mecanismo da dialética cristã, a oscilação entre aproximação e distanciamento –, a estratégia da Ação Católica, cujo lema era "fora e acima dos partidos políticos", através da atitude da Liga Eleitoral Católica na eleição para a constituinte é sustentada por Marcos (9, 39). A ambigüidade jamais se decide, é sempre um e outro. Também, a dialética cristã não se decide – proximidade e distância. Daí a recorrência da oscilação do discurso, em simetria com a recusa por um projeto político, o que alargava sua margem de manobra, abrindo campo ao pragmatismo diante da agenda política do país.

> *Embora aceitando integralmente o princípio tomista da "purificação dos meios", a que se referia há pouco Maritain e pugnando, por isso, pela moralização cada vez maior da política, não é prudente enveredarmos, sem mais, pelo caminho das angelitudes...*
> *E desse modo, mesmo que façamos restrições pessoais a muitos candidatos, podemos aceitá-los sem hesitação, desde que salvemos o essencial na sua atitude em face dos nossos princípios irredutíveis.*
> *[...]*
> *Trabalhamos pela Igreja, que é suprapartidária e supranacional, porque é de Deus e portanto se estende sobre todos os homens e todas as nações. Temos uma missão, mesmo os leigos incorporados pela Ação Católica às milícias hierárquicas, que é de paz e salvação das almas e não de dissidências e agitação dos espíritos.*
> *O que há é que a Igreja sacrifica sempre o acessório ao principal e não hesita em aceitar o mal menor para evitar um mal maior. E como trabalha pela salvação das almas e das sociedades, não se prende ao secundário e efêmero, indo sempre ao principal e permanente. Daí a incompreensão humana perante tantas de nossas atitudes. E, na órbita pequenina, em que nós agimos, idênticas incompreensões se processam perante procedimento idêntico em que temos tido em face dos acontecimentos.*[6]
> *Finalmente, não se* ***confundindo*** *a A.C. com nenhum outro partido,* ***mesmo católico****, nem se aliando com um só deles, com exclusão injustificada dos outros –* ***entende-se*** *entretanto a L.E.C. com* ***todos*** *os partidos que* ***aceitem ou não contrariem suas reivindicações****.*[7]

Nitidamente, Marcos não significa um movimento de abertura ao outro, mas de conquista do outro, fazer-lhe reconhecer que ele não tem consciência de quem é, que ele não é o outro, mas um igual, numa afirmação da universalidade cristã.

> *Minorias? Não sabemos se somos, mas respondemos com a palavra de Cristo: "Quem não é contra vós é por vós" (Marc, 3, 39; Luc 9, 50). E quantos serão tais? Não será deste número o sr. F. A.[Fernando Azevedo]? Em todo caso, nem ele, nem nós, nem qualquer estatística no mundo pode penetrar os mistérios da consciência humana.*[8]

Em pleno momento da atualização do discurso, realizado o percurso de afastamento dos fascismos e de aproximação à democracia, o movimento de conquista é explicitado. O outro só é reconhecido como projeção do eu. O outro é depurado daquilo que o provê de identidade.

> *Vede como o Cristo definiu bem a nossa grandeza de movimentos: "Quem não está contra nós está conosco" (Marcos, IX, 38) [sic] ! Foi esse princípio que, por exemplo, permitiu no campo intelectual, que Santo Tomás batizasse Aristóteles e está permitindo que Jacques Maritain depure tantas posições teóricas de um lado cativas de preconceitos vazios, de outro ricas de novas contribuições filosóficas.*[9]

Isto é possível porque, segundo a Tradição, tudo que há de verdadeiro e de bem pertence ao cristianismo, e porque todos os sistemas adversários carregam partes da verdade. A operação implica em um esvaziamento, ou um esfacelamento do outro. Todos os sistemas adversários são cindidos e esvaziados de sua medula, de sua filosofia, daquilo que os define, para serem apropriados no que têm de oportuno. São submetidos a um exorcismo, e batizados; são mortos e devorados.

> *Estamos no dever de pensar de novo em como derrubar o muro que separa a Igreja do mundo. Precisamos descobrir novos caminhos para entrar na intimidade do mundo. Afinal, esta é nossa única razão de ser. Ora, estes caminhos poderão ser vários e convém mesmo que eles sejam múltiplos. Certo, porém, nenhum deles poderá se distanciar das lições eternas das Escrituras – entre as quais destacaremos esta de São Pedro, quando do batismo de*

Cornélio, o Centurião; "Vós sabeis que coisa abominável é para um homem judeu, o ajuntar-se ou aproximar-se de um estrangeiro; mas Deus me mostrou que a nenhum homem eu chame de comum ou imundo. Pelo que, sem duvidar, vim logo que fui chamado". (Atos – X. 28/29).

Sabemos todos que esta decisão de São Pedro foi tomada depois da visão de Joppe. E, desde então, como admiravelmente diz Fessard, a primeira brecha, por onde passara o Príncipe dos Apóstolos não cessou de alargar-se e Santo Agostinho ajuda-nos a compreender na sua amplitude total a visão de Joppe, mostrando-nos que os animais puros e impuros são os povos que a Igreja deve conquistar e os inimigos que ela deve converter.

"A Igreja, exclama Santo Agostinho, mata e come. Mata neles o que eles são e transforma-os naquilo que tu és... O que é afinal comer? É fazer passar o alimento para o corpo. Tudo o que nós comemos, efetivamente, fazemos passar para nosso corpo. É o que realiza a Igreja pelos seus santos: ela tem fome daqueles que ela quer ganhar, e aqueles que ela de alguma forma ganhou, ela, por assim dizer, os come. Pedro estava no lugar da Igreja, quando lhe foi mostrado o guardanapo cheio de todos os animais quadrúpedes, pássaros, répteis, cujas espécies diversas representavam todas as nações. O Senhor prefigurava assim a Igreja, que devia devorar todas as nações e convertê-las no seu corpo". (Fessard).

[...]

Evidentemente, por isso, não iremos adotar a mesma técnica da Igreja primitiva, para devorar o mundo. Isto seria incidir no erro do univocismo filosófico. Mas, iremos, iluminados pelos mesmos princípios, estilizá-los de uma maneira nova para os tempos novos, que se nos abrem aos olhos. De qualquer forma, porém, precisamos ter fé na realidade sobrenatural da Igreja. Precisamos ter fé nas suas virtudes fortes. Precisamos ter fé no vigor de seu ser, que "per se", entrando em contato com os outros seres sociais, assimila a si mesmo tudo o que neles existe de valor humano, sentido ontológico de sua catolicidade.[10]

Daí afirmarmos que a aparente ambigüidade do Evangelho em relação ao outro – proximidade e distância – revela um mesmo sentido profundo: a intolerância com a diferença é a mesma, seja em Marcos 9, 39, (ou Lucas 9, 50) seja em Mateus 12, 30; são passagens espelhadas, invertidas, mas a figura é a mesma. A técnica da

apropriação, e portanto da atualização, está toda embasada em um conceito: o da **catolicidade ontológica**. Todo ser carrega impresso em sua natureza o sinete do criador. Ser humano é o mesmo que ser cristão.

---

[1] Doutorando/Unicamp – bolsista Fapesp.
[2] Para Alípio Casali, "a insistência nessa epígrafe, ao longo de um ano inteiro de publicação, é mais uma manifestação do dualismo antropológico (homem material X homem espiritual) que marca a linha editorial da revista." *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 122.
[3] Citado por A. D. Sertillanges, *El Cristianismo y las Filosofías*, Trad. Cecilio S. Gil, Madrid: Gredos, 1966, vol. II, p. 111. Sobre a doutrina esposada por Jackson de Figueiredo, ver Romualdo Dias. *Imagens de Ordem. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil 1922-1933*. São Paulo: ed. Unesp, 1996, pp. 29-39; 69-78. Francisco Iglesias. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971, pp. 109-158.
[4] "Separatismo religioso". *A Ordem* fev/1932, pp. 82-83.
[5] Registro. "Saudosismo religioso". *A Ordem*, fev/1932, p. 151.
[6] Tristão de Ataíde. "O espírito de nosso voto". *A Ordem*, out/1934, pp. 236;238.
[7] Tristão de Ataíde. "Os católicos e a política". *A Ordem*, set/1934, pp. 160-161; 163.
[8] L. Van Acker. "Sociologia ou socialismo". *A Ordem*, jan/1933, p. 28.
[9] Silvio Elia. "Questões atuais". *A Ordem*, jan/fev 1946, p. 117.
[10] H. J. Hargreaves. "Iniciação à filosofia política de Maritain". *A Ordem*, mai/jun 1946, pp. 183-184.

Cultura Política e Sociabilidades: Minas Gerais (1822-1831)

Alexandre Mansur Barata* - UFJF

1. Nos últimos anos, a temática da formação do Estado e da Nação voltou a chamar a atenção dos historiadores. No caso da historiografia latino-americana, publicações como *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina* (1999) coordenada por Hilda Sabato; *Brasil: formação do Estado e da Nação* (2003) coordenado por Istvan Jancsó; *Inventando la nación: Iberoamérica, Siglo XIX* (2003) coordenada por Antonio Annino e François-Xavier Guerra são exemplos importantes desse maior envolvimento.[1]

Segundo François-Xavier Guerra, o processo de construção da nação pressupõe uma "nova maneira de existir", um projeto de futuro que é "conseqüência de um vínculo social inédito entre os indivíduos-cidadãos": *"(...) considerar la nación moderna como una nueva manera de concebir una coletividad, como una nueva forma ideal e inédita de organización social, como un nuevo modo de existir al qual pueden aspirar grupos humanos de naturaleza muy diferente."* [2]

Essa dimensão de um "projeto de futuro" que a construção da nação traz consigo implica na necessidade do aprendizado e da transmissão de novas práticas políticas e culturais. Para Pilar G. Bernaldo, o entendimento de que as sociabilidades modernas constituíram na virada do século XVIII para o século XIX importantes instrumentos de pedagogia cívica não é mais nenhuma novidade, especialmente, para o caso francês. Apesar dos avanços que a historiografia latino-americana tem feito neste campo, persiste

---

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador colaborador do Projeto "Nação e Cidadania no Império: novos horizontes" (Pronex-Faperj-CNPq).

[1] SABATO, Hilda (coord). Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina. Mexico: CM-FCE, 1999; ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord). Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX. Mexico: FCE, 2003; JANCSÓ, Istvan (org). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

[2] GUERRA, François-Xavier. Introducción. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord). Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX. Mexico: FCE, 2003. p. 8 e 11.

ainda um certo "vazio" sobre o papel dessas práticas associativas modernas no processo de formação do estado-nação.[3]

A partir dessas afirmações, nosso objetivo principal é analisar de forma mais sistemática a vida associativa na Província de Minas Gerais durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Busca-se compreender o processo inicial de construção do Estado Nacional brasileiro, a partir da discussão relativa à função de um conjunto de espaços de sociabilidade moderna dedicados ao exercício da crítica, da educação política, da filantropia e do lazer.

Antes de continuarmos, é preciso salientar que a pesquisa encontra-se ainda em andamento.

2. De noção imprecisa, normalmente utilizada em seu sentido filosófico e psicológico para definir o gosto ou a atitude de viver em sociedade, a noção de sociabilidade nas últimas décadas passou a ser percebida de uma forma totalmente diferente e inovadora, visto que ela abria um novo campo de preocupações direcionado para o estudo da dinâmica da vida associativa em um lugar e tempo definidos.[4]

Marco essencial na transformação da noção de sociabilidade em uma categoria operacional e fecunda para a pesquisa histórica foi a publicação do trabalho do historiador francês Maurice Agulhon, cuja primeira versão data de 1966.[5] Em *Pénitents et francs-maçons de d'ancienne Provence,* Agulhon analisou a vida associativa que se desenvolveu

---

[3] BERNALDO, Pilar Gonzalez. Pedagogia societaria y aprendizaje dela nación en el Rio de la Plata. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord). Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX. Mexico: FCE, 2003. p. 565.

[4] FRANÇOIS, Étiene & REICHARDT, Rolf. "Les formes de sociabilité en France du milieu du XVIII siècle au milieu du XIX siècle". *Revue d'histoire moderne e contemporaine.* Tome XXXIV, jul-sept/1987; VOVELLE, Michel. "Dez anos de sociabilidade meridional". In *Ideologias e mentalidades.* São Paulo: Brasiliense, 1987; MOREL, Marco. "La formation de l'espace public moderne à Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs et sociabilités". Tese de Doutorado. Université de Paris I, 1995.

[5] Trata-se do clássico trabalho *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale,* publicado em 1968, tendo sido revisto e aumentado em edição de 1984. Porém, como afirma Maurice Agulhon no prefácio da edição de 1984, esse trabalho possui uma versão inicial de 1966 intitulada *La sociabilité méridionale (confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII*[e] *siècle.* Ver: AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale,* 3.ed. Paris: Fayard,1984.

na região francesa da Provença na segunda metade do século XVIII de uma forma dinâmica, sem perder de vista suas mutações tanto do ponto de vista do recrutamento, quanto das suas funções e estrutura, abrindo assim um novo campo de preocupações que se direcionavam para os estudos sobre as atitudes e os comportamentos coletivos.

Desta forma, a utilização da noção de sociabilidade, como foi trabalhada por Maurice Agulhon e, mais recentemente, por Jean-François Sirinelli,[6] possibilita a análise das práticas associativas tendo em vista duas dimensões: a dimensão do "discurso ou simbólica" e a dimensão da "organização". Para Sirinelli, o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, "geográfico" e "afetivo", pois ao estabelecer relações de adesão e/ou de rejeição, acaba por criar uma certa "sensibilidade ideológica".[7]

Entendemos que a análise das sociabilidades modernas nos permite compreender a gestação de uma nova cultura política. Ou seja, permite compreender como determinados valores, atitudes, crenças tornam-se significativos para a mobilização política dos indivíduos numa determinada realidade, enriquecendo a compreensão dos mecanismos de funcionamento do poder, em particular, e dos fenômenos de natureza política em geral.[8] Para o historiador, o interesse na identificação de uma cultura política é duplo. Em primeiro lugar, na dimensão individual da cultura política, compreender as raízes e as filiações dos indivíduos, procurando restituir a coerência dos seus comportamentos pela descoberta de suas motivações. Em segundo lugar, na dimensão coletiva da cultura política, compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura (visão comum do mundo, leitura partilhada do passado, vocabulário, sociabilidade própria, gestos, símbolos).[9]

3. Caio César Boschi, no seu importante estudo sobre as irmandades leigas mineiras do século XVIII, conclui que elas "pelo seu alto espírito associacionista, elas serviram de sólida

---

[6] SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996, pp. 231-269.
[7] Ibidem, p. 253.
[8] SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, N. et alii (orgs). *Dicionário de política***.** 4.ed. Brasília: Ed.UnB, 1992, p. 306.; GAMA, Adriano S. Lopes Cerqueira da. A validade do conceito de cultura política. *LPH: Revista de História.* Mariana, n. 6, 1996.
[9] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François(org). *Para uma História Cultural.* Lisboa: Estampa, 1998. p. 362-3.

base para que se organizassem em Minas Gerais outros tipos de agremiações como, por exemplo, as lojas maçônicas. É admissível supor que essas últimas não fizeram tábua rasa das irmandades. No mínimo, as irmandades tinham criado e desenvolvido na gente mineira o hábito de se congregar e se reunir para o auxílio recíproco."[10]

A conclusão de Caio Boschi é bastante provocativa e instigante. Em 1822, por exemplo, encontrava-se em funcionamento em Vila Rica (Ouro Preto), uma loja maçônica denominada *Mineiros Reunidos*. Naquele mesmo ano, ela solicitou a sua filiação e reconhecimento por parte do *Grande Oriente do Brasil* fundado em junho no Rio de Janeiro. É bem possível que fossem membros dessa loja maçônica: João Pascoal; Manuel de Portugal e Castro; Francisco Garcia; Antônio Caetano Pinto Coelho; Carlos Wallestein; Antônio Buzelem; Guido Tomás Marlier. Segundo o depoimento do Tenente do Primeiro Regimento de Cavalaria de Milícias Vicente Batista Rodrigues de Alvarenga, em 06/12/1822, morador em Vila Rica (Ouro Preto) – Minas Gerais, teriam sido essas pessoas que se reuniam, em algumas noites, na casa do primeiro citado, o francês João Pascoal. Esse depoimento foi dado em função da devassa iniciada em novembro de 1822, no Rio de Janeiro, ordenada pelo Ministro dos Negócios do Império José Bonifácio de Andrada e Silva.[11]

Entretanto, é necessário que se faça uma observação. Mais do que uma "continuidade", seria importante enfatizar uma transformação no comportamento associativo dos habitantes de Minas Gerais. Diferentemente das formas de convívio e de projeção social ligadas ao Antigo Regime (festas, procissões, aclamações, manifestações de adesão à monarquia, irmandades, misericórdias, etc), nas primeiras décadas do século XIX, tal como aconteceu em outras partes do Brasil, Minas Gerais viu surgir um número expressivo de espaços de sociabilidade que conformavam um espaço público moderno.

---

[10] BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais.* São Paulo: Ática, 1986, p.181.

[11] AHMI. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Atas (minutas) de sessões maçônicas, 1822 (com anexos). II – POB 1822 Maç. at 1-10; *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 48, 1923, p. 584-586; AS CÂMARAS Municipais e a Independência. Rio de Janeiro: CFC - Arquivo Nacional, 1973. v.2, p. 226.

Como propõe J. Habermas, a constituição de uma esfera pública, particularmente na França e na Inglaterra do século XVIII, foi acompanhada pelo aparecimento de novos espaços de sociabilidade dedicados à crítica e à discussão, que não se identificavam com o Estado, exercido pelo poder absoluto do rei e em parte pela vida na corte, e que também não se confundiam com os tradicionais espaços de sociabilidade das camadas populares.[12] Baseados numa adesão individual, livre, voluntária, organizaram-se, neste período, espaços de convivência dedicados ao debate, à crítica, à leitura em voz alta, à conversação, enfim, a uma prática intelectual que reconhecia os participantes como iguais, qualquer que fosse a sua condição social.[13]

Além do funcionamento da citada loja maçônica, expressão dessa transformação em Minas Gerais foi a publicação e circulação de um número significativo de periódicos, panfletos e folhetos.[14] As primeiras tipografias que entraram em funcionamento em Minas Gerais datam do início do ano de 1822. A primeira foi criada pelo governo provincial e era administrada pelo major Luiz Maria da Silva Pinto. Já a segunda foi criada por Manoel José Barbosa, responsável pela edição em 1823 do primeiro periódico mineiro, o *Compilador Mineiro.*[15]

Além do *Compilador Mineiro,* durante o Primeiro Reinado, foram publicados os seguintes periódicos em Minas Gerais, dentre outros: *Abelha do Itaculumy* (Ouro Preto, 1824-1825); *Universal* (Ouro Preto, 1825-1842); *Diário do Conselho do Governo da Província de Minas* (Ouro Preto, 1825)*; O Telegrapho* (Ouro Preto, 1830); *O Novo Argos* (Ouro Preto, 1829-1834); *Astro de Minas* (São João del Rei, 1827-1839)*; O Amigo da Verdade* (São João del Rei, 1829)*; O Mentor das Brazileiras* (São João del Rei, 1829-1832);

[12] HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 42.
[13] CHARTIER, Roger. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII: los orígenes culturales de la Revolución Francesa.* Barcelona: Gedisa, 1995, p. 33.
[14] SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834).* Tese de Doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. (cap. 04)
[15] VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 3, jan-mar. 1898, pp. 119-249.

Estrella Marianense (Mariana, 1830-1832); *O Pregoeiro Constitucional* (Pouso Alegre, 1830-1831), *O Universal* (Ouro Preto, 1825-1842).[16]

Outro exemplo significativo foi a iniciativa do comerciante Baptista Caetano de Almeida de criar, em 1827 uma Livraria pública em São João del Rei. Criou também a primeira tipografia e o primeiro periódico da Vila de São João del Rei, *O Astro de Minas.*[17] Para Baptista Caetano, "*o estabelecimento de uma Biblioteca Pública em um país é sem dúvida a primeira data da sua civilização: nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente feliz sem que todos os seus membros tenham necessária sabedoria. Foi esta a máxima capital de que partiram esses espíritos sublimes, e filantrópicos, que nos tempos antigos ilustrara a terra. (...) Mas não basta que um, ou outro membro, que uma, ou outra classe da sociedade seja sábia, é preciso que a sabedoria se estenda a massa geral dos povos; pois as mais importantes verdades lançadas no meio de um povo rude, ou ainda não capaz de as conhecer e avaliar,são como a mais brilhante luz que, interceptada pelos corpos opacos, ou absorvida pelos escuros, se confunde com as trevas. (...) A mocidade desejosa de aprender achará nele a par de célebres historiadores os publicistas mais abalizados do nosso tempo: conhecerá o presente estado da Europa pela leitura dos jornais de Inglaterra, França, Espanha e Portugal: verá o andamento da nossa Causa pela de todos os periódicos do Rio de Janeiro, e então se persuadirá que a sabedoria é a única base da felicidade dos povos.* (...)"[18]

O discurso de Baptista Caetano era tipicamente influenciado pelo projeto das "Luzes" ao defender que a sabedoria, a civilização e a felicidade caminhavam juntas. Como assinala Hannah Arendt, a busca pela liberdade ou felicidade públicas foi o que inspirou os "homens das revoluções" em ambos os lados do Atlântico. Para eles, o termo liberdade ganhava um novo sentido, o de liberdade pública. O que os mobilizava era a perspectiva de participar da

[16] VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 3, jan-mar. 1898, pp. 119-249.
[17] SILVA, Wlamir. Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
[18] AHUFJF. Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei. Livro para a subscrição voluntária a benefício da mantença da Livraria Pública de São João del Rei. (SUB 208)

vida pública, de gerir a coisa pública, de "*criação de um corpo político que assegure o espaço onde a liberdade possa aparecer*"[19].

Apesar do levantamento incompleto, no final do Primeiro Reinado e nos anos das Regências teria ocorrido uma transformação significativa dos espaços públicos em Minas Gerais. Tal como constatou Marco Morel para o Rio de Janeiro, ao lado de um alargamento da esfera pública, com um crescimento expressivo do número de associações, teria ocorrido uma demanda pela "publicização da política".[20] Gradativamente, as associações de caráter secreto, como as lojas maçônicas por exemplo, perderam espaço. Expressão dessa transformação foi a criação de várias seções da "Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional" nas principais vilas mineiras. Em 1831, foi fundada a "Defensora" de São João del Rei, que se reunia, em sessões públicas realizadas no prédio da Câmara, de quinze em quinze dias. Chegou a possuir 193 membros ou quase 5% da população da vila.[21]

Apesar dos limites, estava em gestação um novo espaço público. Nas boticas, nas tavernas, nas lojas maçônicas, nas livrarias públicas, nos periódicos, pedagogicamente, as novas regras do jogo político eram aprendidas/ensinadas. Interiorizava-se novos vínculos de pertencimento coletivo. Aprendia-se as práticas representativas e forjava-se uma nova cultura política, onde o exercício da soberania passava das mãos do rei para as da nação.

[19] ARENDT, Hannah. *Da Revolução.* Brasília: Ed.UnB; São Paulo: Ática, 1990, pp. 92-112.
[20] MOREL, Marco. "Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX". *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2.
[21] CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de *habitus* e *campo* em Pierre Bourdieu

Alexandre Pacheco[1] - PPG- UNESP/Araraquara

Quando começamos a elaborar nosso projeto de doutorado a respeito da problemática de uma análise social da literatura de Rubem Fonseca, percebemos que seria necessário realizarmos uma investigação sobre a gênese do conceito de *representação,* justamente por termos em mente que por ser uma noção polêmica nas ciências do homem, não poderia em nosso trabalho ser utilizado de maneira vaga, imprecisa.

Para isso, mostraremos aqui, que a adoção de tal conceito deve ser precedida tanto do entendimento de como se constituiu a partir das relações da história cultural francesa junto à sociologia de Pierre Bourdieu, como da exposição das funções e condições de aplicabilidade que surgiram a partir de tais relações[2].

A aplicação das noções de *habitus* e *campo*, juntamente com certas práticas da sociologia do saber discutidas por Pierre Bourdieu, guiarão nossas pretensões metodológicas para a análise de como foi construído o conceito que ora nos interessa em Roger Chartier[3].

Ao discutir os pressupostos de sua história cultural na introdução de sua obra *A História Cultural*: entre prática e representações[4], Roger Chartier procuraria se colocar nos anos de 1980, em uma terceira frente de batalha para superação das lutas intelectuais que se travavam desde os anos de 1960 e 1970, entre as teorias e métodos estruturalistas e subjetivistas dentro da história cultural francesa.

Para isso, realizaria, passo a passo, a elaboração de uma sociologia histórica das práticas culturais fruto de sua escolha das noções de *habitus*[5] e *campo*[6] em Pierre Bourdieu

como instrumentos teóricos-metodológicos necessários ao estabelecimento de relações objetivas da história cultural francesa com outras disciplinas como a antropologia, a história literária, a filosofia.

Como o próprio autor diz na introdução de sua obra:

> (...)*Ora, o presente livro pretende ilustrar (discretamente, atendendo que não é esse o seu objetivo) uma outra maneira de pensar as evoluções e oposições intelectuais. E deseja fazê-lo traçando as determinações objectivas, expressas nos habitus disciplinares, que regularam a relação da história cultural francesa com outros campos do saber, próximos mas muitas vezes ignorados: a história literária, a epistemologia das ciências, a filosofia*[7].

Nestes termos, a adoção da noção de *habitus* enquanto um conhecimento adquirido, uma disposição incorporada, revelaria uma primeira aproximação do autor com Pierre Bourdieu dentro dos parâmetros de nossa discussão, devido justamente às possibilidades que o sociólogo reverteria às intenções do historiador de construir através de uma reunião de saberes a possibilidade de superação da história cultura nos moldes até então concebida.

Bourdieu se reportaria da seguinte maneira em relação às vantagens que a noção de *habitus* reverteria às ciências sociais:

> (...) *Uma das inúmeras razões da particular dificuldade das ciências sociais está no facto de exigirem união de uma grande ambição com uma extrema humildade; humildade necessária para conseguir dominar praticamente todo o conjunto dos conhecimentos adquiridos, dispersos e pouco formalizados, da disciplina, incorporando-o, como modo de habitus (apesar da falsa originalidade da arrogância ou da ignorância continuarem a ter crédito)*; *ambição indispensável para tentar totalizar numa prática realmente cumulativa o conjunto dos saberes e do saber-fazer acumulados em todos os actos de conhecimento – e por meio deles – realizado pelo colégio dos melhores, no passado e no presente*[8].

Dentro desta nova perspectiva de construção a partir da relação com outros campos do saber, a história cultural francesa passaria a possuir novas funções e condições de

aplicabilidade enquanto teoria do sistema social[9] que possibilitaria uma nova maneira de encarar seus objetos. Pois, a partir de agora, deveria ser capaz de identificar também em forma de *habitus* o modo como em momentos e lugares diferentes determinadas realidades sociais foram constituídas, pensadas, dadas a uma leitura, o que a faria, nesse sentido, percorrer caminhos diferenciados.

Em um primeiro momento, aquele que se reportaria às classificações, delimitações e divisões que realizariam um inventário do mundo social enquanto categorias essenciais de uma nova apreensão e análise do real, pois, de acordo com Chartier, as variáveis conforme as classes sociais ou os meios intelectuais, produzem-se a partir de disposições estáveis e partilhadas que são próprias do grupo. Tais esquemas intelectuais incorporados dessa maneira seriam capazes de criar figuras ou representações que possibilitariam um sentido ao presente, uma inteligibilidade ao outro, bem como a decifração de um espaço.

Dessa forma, tal caminho reverteria, então, a Chartier a noção de representação enquanto instrumento teórico-metodológico de análise da história cultural.

Segundo o próprio autor:

> *As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.* (...) *As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas - , muito pelo*

> *contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais*[10].

Ao afirmar as representações sociais dessa maneira Chartier elaboraria a idéia de representação enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico particular, a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social. Ao mesmo tempo, que, tal conceito, seria capaz também de possuir as condições de demonstrar que a exteriorização da internalizarão simbólica de tais lutas seriam capazes de comandar atos e dessa forma possuir importância como algo decisivo dentro das estruturas de relações objetivas de um campo social histórico, tanto quanto os afrontamentos que são efetivamente materializados entre os grupos.

Teríamos, então, que, a aplicação da noção de representação assim constituída, apreenderia - enquanto instrumento mediador teórico-metodológico - a partir do conceito de *campo* as oposições entre as interpretações internas dos campos de produção intelectual que ignoravam as determinações externas e que se faziam presentes nos objetos simbólicos produzidos pelos mesmos; bem como as explicações externas que ignoravam como as determinações simbólicas internas a um determinado campo de produção eram capazes de se fazerem presentes enquanto manifestações expressivas de um agente ou grupo de agentes nas relações externas a esse mesmo campo. Dessa forma, Chartier entenderia a importância de apreender as representações a partir da noção de campo assim como definida por Bourdieu:

> *A mesma atitude esteve na origem do emprego do conceito de campo,* (...) *como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa* (...) *e que encobria o que as duas correntes tinham de comum,*

> *a saber, o facto de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objetivas.* (...) *Assim, para construir realmente a noção de campo, foi preciso passar para além da primeira tentativa de análise do "campo intelectual" como universo relativamente autônomo de relações específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual – sobretudo as interacções entre os autores ou entre os autores e os editores – tinham disfarçado as relações objectivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações.*(...) *Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.* (...) *a ciência deve apreender a* (...) *necessidade interna desse objecto maravilhoso que parece subtrair-se à contingência e ao acidente, em suma tornar-se necessário ele próprio e necessitar ao mesmo tempo do seu referente; necessidade externa do encontro entre uma trajetória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere*[11].

Ao ter se colocado como o agente consciente que instauraria uma reapropriação das necessidades inscritas no campo da história cultural francesa, o autor encontraria nela a possibilidade de obter um domínio teórico provindo de suas condições históricas e que proporcionariam o surgimento dos conceitos até aqui tratados. E devido às possibilidades de significação e funcionamento dos mesmos, podemos dizer que se fizeram como essenciais para o avanço da história cultural.

A análise sociológica e histórica sobre a forma como Chartier construiu seus conceitos de representação, prática e apropriação, nos mostra que esse autor interiorizou de forma decisiva as noções de *habitus* e *campo.* Tanto do ponto de vista de elaboração dos conceitos, como para a construção da função e das condições de aplicabilidade dos mesmos enquanto instrumentos teórico-metodológicos de análise da história cultural. Neste contexto, o autor revelou-se consciente da não pretensão de fazer de tais esquemas, nem uma teoria acabada do conhecimento sobre tais conceitos, nem uma teoria histórica geral e universal de determinado sistema social[12].

[1]Professor efetivo de história da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Mestre em História Social e doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - Campus Araraquara.

[2] BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo*: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 12 e 13.

[3] A perspectiva de relação entre Roger Chartier e a obra de Pierre Bourdieu se estabeleceu a partir da própria confissão que esse historiador fez de sua ligação com o trabalho do sociólogo. CHARTIER, Roger. *A história Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, s/d, p. 17.

[4] Idem, p. 13,14 e 15.

[5] Em linhas gerais Bourdieu assim constrói essa noção: (...) *habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o hábitus, a hexis, indica a disposição incorporada, quase postural* (...) *de um agente em acção*... BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 61.

[6] Já com relação à essa noção: *A mesma atitude esteve na origem do emprego do conceito de campo,* (...) *como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa* (...) *e que encobria o que as duas correntes tinham de comum, a saber, o facto de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objetivas. p.64. Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de lunguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir*. Idem, 2002, p. 64 e 69.

[7] CHARTIER, op. cit., p.16.

[8] BOURDIEU, op. cit., p.64.

[9] BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo*: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 13.

[10] CHARTIER, op. cit., p.17.

[11] BOURDIEU, op. cit., p.64, 66, 69 e 70.

[12] BOURDIEU, Op. cit., p. 43 e 44.

TRIÂNGULO DE SABERES EM DISPUTA: A MEDICINA NO SUL DO BRASIL

Alexandre Schiavoni *

Este artigo abordará as peculiaridades da constituição do saber médico no Rio Grande do Sul em fins do século XIX e inícios do XX. A partir da leitura de uma carta do governo do Estado cumprimentando a criação da Faculdade de Medicina, flagraremos as *disputas entre três saberes distintos*: **dois** deles tidos como **oficiais** - dependendo da instância a qual se filia ou é acessado - e um terceiro reconhecido como menor ou desqualificado e identificado com as **práticas populares de cura**. Os saberes oficiais são assim referidos pelos vínculos que possuem com esferas de poder mais estruturadas, como o governo estadual, a Faculdade de Medicina, o Hospício São Pedro ou as associações e organismos de classe em nível estadual e federal. Para dar mais visibilidade aos três grupos pode-se grosso modo dizer que, enquanto um deles se alicerça em concepções do *positivismo comteano*, um outro tem sua base de sustentação paradigmática nos desenvolvimentos cientificistas da *anatomo-clínica* e um terceiro engloba uma variedade de práticas populares de cura e relação com as enfermidades inspiradas no *galenismo*. Buscar-se-á analisar e refletir sobre o impacto e as conseqüências que resultam do embate entre estes três saberes e as alianças e posições estratégicas que eles ocupam no conflito.

1. A CONSTITUIÇÃO DOS PÒLOS EM DISPUTA

A Faculdade Livre de Medicina e de Farmácia de Porto Alegre foi fundada em 1898. Originou-se da fusão de duas instituições de ensino superior: a *Escola Livre de Farmácia* (inaugurada em 1895, mas instalada em 1896) e o *Curso de Partos* da Santa Casa de Misericórdia (instalado em 1897).

Em realidade a história de sua origem específica é anterior. Em setembro de 1894, um grupo de boticários, proprietários de farmácias e drogarias em Porto Alegre, reúne-se e funda uma sociedade denominada *União Farmacêutica.* A partir desta entidade e por contingências de ofício, se consorciam aos médicos passando a estimular suas artes. Desta movimentação origina-se, em fevereiro de 1896, a *Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre*, que conta com a presença, já na sua fundação, de 35 alunos. Funcionou inicialmente nas salas da Escola Normal, uma instituição de nível médio do governo estadual, emprestadas para este fim.

No ano seguinte ao da fundação da Escola de Farmácia, em 1897, um grupo de médicos da capital, funda o *Curso de Partos* que funciona nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Contudo, deve-se estar atento a esta agitação do grupo médico, pois ela possui um moto mais antigo: data, sem dúvida, da época da construção do Hospício São Pedro e se estende até a criação da *Sociedade de Medicina* da capital. No ano de 1892, os mesmos médicos que fundarão cinco anos depois o *Curso Livre de Partos*, haviam organizado a *Sociedade de Medicina*. Nesta ocasião o grupo, que se mostra

extremamente ativo e marcará presença decisiva em outros momentos da vida médica do estado, já pensava em fundar uma Faculdade de Medicina em Porto Alegre. (GOMES, 1943:132).

Ancorados no sucesso do empreendimento, visto os dois cursos conseguirem manter-se funcionando e que a média de doentes internos na Santa Casa, tendia aumentar ano após ano, as direções da *Escola de Farmácia* e do *Curso de Partos* resolvem unir esforços numa única instituição. Criam assim a *Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre,* que inicia suas atividades em março de 1899. A Faculdade oferece os *cursos de medicina*, *farmácia, odontologia, obstetrícia e química industrial.* No início a freqüência é de 67 alunos, sendo que a maioria procura o curso de farmácia - 41 alunos -, seguido pelo de medicina - 18 alunos -, obstetrícia - 05 alunos - e 03 alunos freqüentando o curso de odontologia.

Sua fundação se reveste de extrema importância uma vez que a Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre será a *terceira faculdade médica* existente no país (antecedida pela Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro), e também pelo fato de seu nascimento ocorrer fora dos grandes eixos de poder político e econômico.[i] Seu nascimento está carregado de significados, que vão desde a pretensão de uma posição mais destacada para o estado no panorama nacional, passando pelos interesses de fração da elite gaúcha que percebia na alta cultura um modo de afirmar seu poder e distinguir-se dos outros grupos sociais, até chegar aos interesses específicos do grupo médico.

Sem dúvida que boa parte das forças que são conjuradas na criação da Faculdade de Medicina provém da exitosa origem de uma outra instituição de ensino superior: a Escola de Engenharia. Esta contou, desde o início, com grande simpatia do governo estadual e municipal. A Escola surgiu no ano de 1896 através das iniciativas de um grupo de engenheiros militares ligados à Escola Militar de Porto Alegre que possuía larga tradição na formação de seus cadetes. Por essa época, o positivismo era uma filosofia que gozava, em todo o país, de grande prestígio entre os militares. Na Escola Militar de Porto Alegre não era diferente.

Daí, então, que esse grupo de engenheiros militares positivistas, desencadeiam uma grande campanha de arrecadação de fundos para a construção de Escola de Engenharia no estado. Os governos estadual e municipal – ambos de corte positivista - entendendo a necessidade de um instituto desta ordem num estado onde havia muito por ser feito em questão de obras públicas de caráter infraestrutural, apresentam seu apoio financeiro à campanha. A iniciativa logrou bons resultados, e no ano de 1897 a Escola inicia seu funcionamento, sendo logo em seguida reconhecida pelo governo federal. (PESAVENTO, 1990; FRANCO, 1993).

2. SABERES OFICIAIS EM DISPUTA

Esta simpatia do governo estadual de Júlio de Castilhos com a engenharia, não era, contudo, extensiva à medicina. A propósito: o ensino superior, enquanto tal, não era por esta época uma prioridade do presidente do estado. Inspirado no positivismo de Augusto Comte, o poder público gaúcho afirmava que apenas deveria preocupar-se verdadeiramente com a *Instrução fundamental*, assegurando a todos uma formação geral que evitasse os *sentimentos egoísticos* passíveis de serem despertados com uma ilustração privilegiada. O ensino secundário e superior não deveriam, segundo esta filosofia, sofrer intervenção de qualquer tipo do Estado; deveriam ser deixados à iniciativa de particulares para que lhe dessem origem e os sustentassem humana, financeira e materialmente. Não é outra coisa senão isto, que o presidente do estado, Júlio de Castilhos, diz na mensagem enviada à recém criada Faculdade:

"(...) a lei magna do Rio Grande do Sul facultou ao Estado apenas a manutenção do ensino primário, leigo e livre, deixando à iniciativa particular a instituição do ensino superior, conferindo ao Governo funções meramente temporais, únicas que lhe são próprias, facilitando assim a livre concorrência das doutrinas, desembaraçadas de preferência arbitrárias e odiosas, amparadas somente no seu respectivo valor ou não ação proselítica peculiar a cada uma." (ROSA, 1928: 491).

Percebe-se, então, como Júlio de Castilhos tem sido coerente com estas premissas. Do ponto de vista doutrinal, elas objetivavam evitar a formação de uma "ciência oficial", que teria o poder de deformar e viciar a livre consciência dos cidadãos. Aproveita a ocasião da criação da Faculdade para reforçar sua posição política, explicitar seu desacordo e dirigir críticas à política do governo federal que, tendo feito a separação dos poderes temporal e espiritual, não levou a efeito o mesmo procedimento no que se refere a uma ciência oficial. Argumenta Castilhos:

"Se o Estado não tem uma religião própria, também não pode ter uma ciência sua ou privilegiada; não sendo religioso também não pode ser cientista; proclamando e mantendo a plena liberdade de cultos, sem subvencionar ou proteger qualquer deles, não pode logicamente deixar de reconhecer e manter a completa liberdade espiritual, abstendo-se de favorecer qualquer doutrina, seja qual for a natureza delas." (ROSA, 1928: 491).

A partir disso é possível vislumbrar o alcance e as conseqüências profundas que esta postura doutrinal de Castilhos terá sobre a medicina. A parceria da Faculdade com o Estado, nesta fala, é explicitamente negada, ao menos no que se refere a sua sustentação financeira e material. Isto cria, concretamente, um grande obstáculo, ou ao menos um problema bastante sério, para a constituição do saber médico.

Talvez as políticas emanadas da Faculdade pudessem encontrar eco no governo, mas para os positivistas isso não significava compromisso carnal. E em realidade, na maior parte da República Velha, a Faculdade de Medicina não conseguiu concretizar esta relação

por absoluta discordância das premissas teórico-filosóficas de uma e outra parte. A medicina tem contra si o fato de, na classificação das disciplinas científicas elaboradas por Augusto Comte, não constar como tendo adquirido o *status* de saber positivo. É considerada como sendo tão somente uma arte. (CARRION, 1977).

Aí está a origem de parte da justificativa governamental à constante falta de apoio financeiro e material que os médicos da Faculdade de Medicina reclamam. A outra parte da justificativa dizia respeito à liberdade profissional já expressa na Constituição Estadual de 1891. Para Castilhos e seus seguidores, medicina não é ciência - *é arte* - e o governo não possui uma *ciência oficial*, o que justificaria o não investimento público. Investir oficialmente na medicina seria valorizar sobremaneira as titulações e os diplomas; seria garantir privilégios, situação esta que atentava frontalmente um aspecto importante da doutrina positivista.

Prova de que esta questão não era um problema menor, é a sua presença destacada na Constituição Estadual - elaborada pelo próprio Castilhos - aprovada na Assembléia Constituinte de 1891. Dizia o artigo 71, §5º da Constituição rio-grandense:

"Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas eclesiásticos os acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre, no seu território, o exercício de roas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial".(apud. GOMES, 1943:28).

Com esta redação, a Constituição gaúcha se diferenciava da Constituição Federal e das de outros estados. Isso foi apresentado por Castilhos aos membros da recém criada Faculdade, como motivo de orgulho e índice de coerência e acerto da política sulina em contraposição às outras elaborações constitucionais, vistas como falhas ou contraditórias:

"(...) entre as verdades superiores em que se moldou nossa Constituição, salienta-se a que concerne à completa separação do poder temporal do poder espiritual (...) Não bastava a supressão do culto oficial, já consagrada na Constituição Federal, que, aliás, confirmara o memorável decreto do Governo Provisório da República sobre a denominada separação da Igreja do Estado. Era indispensável eliminar também a ciência oficial e, portanto, o ensino superior custeado pelo erário público. (...) Eis em substância, a lição profícua que oferecem os textos na nossa Constituição. [A Constituição rio-grandense se mostrou] *Mais coerente do que a Constituição Federal que abolindo a religião oficial, tolerou a permanência de cursos de ensino superior ministrados em nome e por conta do Governo da União (...)"* (ROSA, 1928:491)

Esta posição de Castilhos - e depois dos castilhistas - colocou a medicina e os demais cursos superiores, numa situação delicada. Em outras palavras deixava-se livre o exercício de qualquer profissão no estado, independente de formação acadêmica regular.

3. O ESPAÇO DA MEDICINA POPULAR

Este dispositivo da Carta estadual tomou forma concreta com a regulamentação dos serviços sanitários no Rio Grande do Sul, em 1895, quando é criada a *Diretoria de*

Higiene, subordinada à Secretaria do Interior. Esta Diretoria, *gerenciada por médicos positivistas* ligados ao Partido Republicano Riograndense, será responsável pela regulamentação e controle do exercício das profissões, bem como daquelas atividades que interferiam no espaço público (matadouros, aviários, suinoculturas, recolhimento dos 'cubos', etc.) ou sobre a saúde da população (açougues, peixarias, os 'lixos públicos', etc.). Nesta época criou-se um novo Regulamento de Higiene, onde para se registrar como médico se exigia apenas o pagamento de uma taxa na repartição estadual encarregada disto. As sanções previstas contra os abusos cometidos no exercício profissional resumiam-se a multas que poderiam ser abolidas mediante recurso enviado ao presidente do estado. (FRANCO, 1993:44-5).

Não é difícil se perceber os problemas que este Regulamento trouxe à medicina acadêmica, pois terminou por criar duas instâncias legítimas de reconhecimento da aptidão para o exercício da profissão: a *Faculdade de Medicina* e a *Diretoria de Higiene*. Elas não somente se sobrepunham, como esta última hierárquica e legalmente tinha preferência por ser um órgão do Estado. Durante quarenta anos a Faculdade de Medicina e parte do grupo médico lutou incansavelmente para desatar este nó que obstaculizava a ação do seu saber, através de **duas estratégias**. Na *primeira,* apresentada de modo positivo, o ataque prevê, em realidade, apenas um *deslocamento de funções.* Argumentando e tentando demonstrar ao governo do estado a sobreposição de alçadas, o grupo médico aconselha ao governo que a Faculdade fique apenas responsável - exclusivamente e somente ela - pela revalidação dos diplomas dos médicos. A Diretoria continuaria desempenhando suas outras funções tão indispensáveis à saúde da população. Já a *segunda estratégia*, colocada em prática a partir da segunda metade da década de 1920, - quando o castilhismo já está enfraquecido politicamente - prevê a *extinção por completo do Regulamento da Diretoria* e a *criação de um novo* regulamento.

O dispositivo constitucional abria uma possibilidade de ação legal para os "*agentes populares da cura*"[ii], denominados pela medicina acadêmica de *charlatães, práticos, curandeiros, erveiros ou homeopatas.* O alcance do dispositivo constitucional é fantástico quando se tem em mente que a medicina brasileira trilhava exatamente um caminho oposto. Ao final do período imperial, no ano de 1886, foi editado no nível federal um novo regulamento que normalizava o exercício da medicina e aplicava pesadas sanções aos "charlatães". Este foi um dos golpes mais violentos sobre os agentes populares da cura e que teve como resultado prático sua quase eliminação em vários centros importantes do país, principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia, sede das Faculdades de Medicina e onde, consequentemente, o grupo médico se encontrava mais organizado.[iii]

Pois esta situação desastrosa para os 'charlatães' no restante do país, não teve as conseqüências funestas no RS durante o período da República Velha. De qualquer maneira,

no período imperial, vinha-se desde meados do século XIX combatendo os agentes populares da cura, mas sem muito sucesso e com resultados para lá de modestos[iv]. A justificativa para as dificuldades da medicina gaúcha, e em especial, a porto-alegrense, era a escassez de médicos existente no estado e na capital durante o Império.[v] No ano de 1890, Porto Alegre, por exemplo, possuía uma população de aproximadamente 52 mil habitantes, enquanto o estado todo possuía um milhão de habitantes. Segundo estatísticas do mesmo período, a capital possuía apenas 37 médicos. (FRANCO, 1993:40-1).

Desde o Período Regencial da história brasileira, ou seja, desde no mínimo a década de 1830, quando são criadas as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia - que é o momento em que o saber médico se coloca de corpo inteiro a serviço do Estado - estava sendo travada uma batalha infatigável contra o assim denominado *charlatanismo.* Havia sido criada toda uma legislação específica que penalizava, dito melhor, criminalizava a 'prática ilegal' da medicina. Em outras palavras, somente era reconhecido como apto a praticar a cura sobre os corpos doentes, aquele que tivesse passado pelos bancos de uma das duas Faculdades de Medicina brasileiras. Até mesmo aos médicos diplomados no estrangeiro, se passou a exigir a r*evalidação do diploma* - através de provas práticas e teóricas - em uma das Faculdades brasileiras. Quando em Porto Alegre é criada a terceira Faculdade de Medicina do país, a mesma não foge à regra no que se refere a este procedimento, tido a esta altura como consagrado[vi]. É a isso que se tem chamado de normalização da medicina (LUZ, 1981). E é essa normalização que a liberdade profissional castilhista vai obstaculizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Rio Grande do Sul não serão pequenos os dissabores entre a medicina acadêmica e o governo estadual. Durante toda a República Velha haverá este embate entre o governo estadual e a medicina, para garantir o espaço e o *status* que o saber médico havia adquirido e conquistado a duras penas à época do império. Esta situação somente encontrará corretivo na década de 1930, quando o Governo Provisório coloca em execução o decreto que regulamenta o exercício da medicina e profissões afins. Claro está que a medida não foi aceita de pronto, havendo resistências por parte daqueles que, não sendo diplomados, praticavam a medicina no Rio Grande do Sul e que estavam registrados na Diretoria de Higiene do estado, alegando direitos adquiridos.

Desse modo é possível, agora, reorganizar a mensagem que Júlio de Castilhos remete a Faculdade de Medicina por ocasião da sua fundação. Se bem lida a carta, se verá que o apoio dado pelo presidente do estado à criação da Faculdade e que é comumente alardeado como caloroso, não é um apoio inconteste, e se pode ser considerado caloroso, não o é pelas razões que tem se querido acreditar ou insinuado ser.[vii] Aliás, este apoio de Castilhos à Faculdade pode ser organizado dentro de uma outra leitura, porque participa de outra lógica que não é a dos médicos nem de seus memorialistas.

Em realidade Júlio de Castilhos com sua carta objetiva mais do que simplesmente apoiar a fundação da Faculdade, quer demonstrar o acerto das teses positivistas no que tange a ***cinco assuntos delicados***. **Primeiro**, que o ensino superior deve ser deixado à livre iniciativa dos interessados; **segundo**, que a realização deste gesto é índice do alto grau de desenvolvimento intelectual e espiritual da sociedade gaúcha que consegue tomar para si a iniciativa de organizar o ensino superior, sem a tutela do Estado; **terceiro**, que este alto grau de desenvolvimento da sociedade somente reforça o acerto do tipo de governo aqui regente, isto é, confirma que a forma de governo imposta pelo castilhismo é adequada à região porque a mesma se encontra num patamar de desenvolvimento adequado para isso, - o governo é justo, é legítimo, porque também é uma necessidade da evolução social da formação social gaúcha; **quarto**, que não há porque os médicos revoltarem-se contra o dispositivo da Constituição que garante a liberdade profissional, haja vista o acerto da mesma, uma vez que ela está dentro do mesmo espírito que possibilitou a "livre" criação da Faculdade e que a aceitação de um determinado saber médico é também decorrência da evolução social; **quinto**, o governo gaúcho não possui uma ciência oficial ou por ele preferida - ao menos teoricamente. Assim, se aquela medicina defendida pela academia se mostrar realmente superior diante dos outros saberes, a suplantação das outras práticas médicas serão inevitáveis, uma vez que este acontecimento demonstrará tender uma necessidade da evolução social.

Haveria, em realidade, uma sexta razão porque o castilhismo, inspirado no positivismo comteano, não pode aceitar de imediato as demandas dos médicos da Faculdade. É isso, de fato, a divergência profunda entre médicos positivistas e os médicos acadêmicos. O fundamento teórico prático do positivismo comtista é muito tributário da tradição hipocrática,[viii] enquanto os médicos da academia baseavam-se nos modelos mais modernos da anátomo-clínica. O positivismo considerava excessivamente materialista a perspectiva da anátomo-clínica que terminava por lançar toda sua teoria e sua prática num beco sem saída: primeiro porque separava corpo e mente, físico e moral - tratava-os distintamente como se não fizessem parte do mesmo organismo. Alías, esta é uma noção forte no positivismo: o *organismo*. Ele seria um conjunto anatomo-fisiológico, onde as partes constituiriam um conjunto totalmente solidário; todas as parcelas, todos os órgãos, vísceras e tecidos dependeriam vitalmente uns dos outros. A medicina moderna concebia e atuava somente sobre o corpo materializado, deixando à psiquiatria a dimensão da mente (e mesmo essa, no campo da psiquiatria, buscava obter um substrato material).

Um outro pecado gravíssimo da medicina acadêmica e que derivava deste primeiro, é o fato de que *"a medicina apresenta um vício lógico essencial, pois que está reduzida a recorrer a processos gerais em casos especiais"*[ix], isto é, a medicina moderna se vale de generalizações muito amplas para tratar de casos singulares. Afora isto, - e por conta disso -

o positivismo considerava a medicina uma arte que jamais chegaria a constituir uma ciência, e o médico uma espécie de sacerdote do corpo e da alma. O médico positivista deveria possuir amplos conhecimentos de moral e sociologia para atuar sobre o conjunto do corpo orgânico e sobre as famílias.

---

[i] É sempre bom lembrar que as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, guardaram relação por demais íntima com os aparelhos estatais desde a época colonial. Isto é uma das fortes razões que torna singular a criação da Faculdade de Medicina em Porto Alegre.

[ii] Esta expressão é utilizada por LOYOLA para referir-se àqueles que praticam determinada medicina nos ambientes dos grupos populares. LOYOLA, Maria A. *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel, 1984.

[iii] Consulte-se a este propósito, SCHIAVONI (1996). _____. Corpo e loucura na Porto Alegre do final do século XIX. In: LEAL, Ondina (org.). *Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, pp.327-347 ; _____. "Desejo e necessidade: a relação de Foucault com os "historiadores". In: *Educação, subjetividade e poder.* v.3 (mar.-jul.1996) Porto Alegre: Núcleo de Estudos sobre subjetividade, poder e educação, Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS; Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1996 ; _____. "O corpo insano: concepção popular e saber médico na virada do século XIX. In: *SAÚDE: Revista do NIPESC.* Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, NIPESC. vol.1 (1996).

[iv] No ano de 1841, uma ata da Câmara Municipal de Porto Alegre solicita o recadastramento dos cirurgiões, médicos, boticários e parteiros para posterior publicação dos nomes dos médicos autorizados (legais) na imprensa local. Também, evidentemente, para desautorizar o exercício da medicina pelos práticos e "pseudos" (como eram denominados aqueles que se diziam médico, cirurgião, etc., sem diplomação). Diz a ata que esta medida é tomada em função do artigo 14 da lei de 1832, que proíbe o exercício da medicina por pessoas não diplomadas. Cfe. Ata da Câmara Municipal de Porto Alegre, de 14/01/1841.

[v] Exemplo disso é o edital publicado pela Câmara Municipal de P. Alegre apresentando o resultado do recadastramento. Estão autorizados e aptos para o exercício da medicina na capital: 04 médicos-doutores, 01 cirurgião formado, 05 cirurgiões mores, que podem somente exercer a cirurgia; somente 09 boticários estão aptos a exercer a arte farmacêutica. Cfe. Edital publicado em 04/08/1841.

[vi] Sobre a revalidação dos diplomas médicos, consta numa publicação oficial da Faculdade de Medicina: *"Os médicos diplomados por Faculdades estrangeiras e cujos títulos forem válidos para o exercício da profissão no respectivo país, poderão revalidar os seus diplomas, mediante as seguintes condições:*

1º - Apresentação do diploma reconhecido pelo Cônsul do Brasil no país em que tiver sido passado (...);
2º - Apresentação de folha corrida tirada na Chefatura de Polícia;
3º - Provar identidade perante o Diretor [da Faculdade].

Satisfeitos estes requisitos, efetuarão a inscrição e tirarão, por sorte, três cadeiras, das quatro últimas séries do curso, sobre cada uma das quais apresentarão 36 exemplares impressos de teses para serem sustentadas oportunamente. Além das teses, farão provas práticas e orais das matérias constantes das [quatro primeiras séries]. *Não serão admitidos exames feitos por meios de intérpretes, nem os professores poderão examinar em língua estrangeira. (...)"* (Revista Notas e Informações, 1916:14). Estas mesmas regras, com pequenas alterações, eram válidas também para os farmacêuticos, dentistas e parteiras que quisessem exercer a medicina.

[vii] Em FRANCO (1993:48-9) o autor insinua que Júlio de Castilhos e os meios oficiais receberam calorosamente a criação da Faculdade porque percebiam sua importância institucional, ou o valor da medicina enquanto disciplina. Mais do que isso, sem dúvida, o acolhimento caloroso dos castilhistas à Faculdade é político porque expressa o acerto da sua doutrina. FRANCO, Sérgio C. "O meio riograndense e o nascimento da Faculdade de Medicina." In: *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

[viii] A este respeito, consulte-se CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 e CARRION, Rejane. *A ideologia médico-social no sistema de A. Comte*. Porto Alegre, Cadernos do IFCH-UFGRS, nº 1, 1977.

* Mestre em História pela UFRGS; Docente da FEEVALE/RS; Pesquisa Historia da Medicina e Psiquiatria no RS

TEMPO HISTÓRICO: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES[1]

Alexsandro Donato Carvalho[2] - UFPB

> Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor... mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções (FERRO[3], 1983, p.11).

1 O ensino de História e do tempo histórico como temática de estudo

A década de 1970 foi um período muito difícil para a educação brasileira, particularmente para o Ensino de História. Com a publicação da LDB nº 5.692, em 1971, o governo federal executa uma grande reforma no ensino de 1º e 2º graus. Desde o golpe militar, uma série de medidas vinham sendo implantadas no campo educacional, sendo o ponto culminante a publicação da LDB de 1971. Com relação ao ensino de história, esse fica destinado ao 2º grau, como matéria independente. No 1º grau, a história passa a fazer parte da matéria de estudos sociais, e são criadas duas disciplinas: OSPB – Organização Social e Política do Brasil, e EMC – Educação Moral e Cívica.

Porém, no início dos anos 80, essa situação começa a dar sinais de mudanças. Surgiam, no interior das entidades profissionais, nos sindicatos, críticas ao modelo educacional vigente.

Nos anos 90, aparecem as primeiras teses acadêmicas, tendo com tema o ensino de história. As primeiras pesquisas desenvolvidas se preocuparam com a legislação pertinente ao ensino de história. “Analisaram leis, propostas de currículos, ou seja, na externalidade da sala de aula” (DIAS[4], 2002, p.98).

Mas, com a continuação das pesquisas, houve uma mudança de enfoque, principalmente dentro dos programas de pós-graduação em educação, onde as pesquisas sobre ensino de história se desenvolveram bastante.

Vale ressaltar que os trabalhos, antes restritos ao âmbito da pedagogia, tornaram-se, também, objeto de estudos dos próprios historiadores, principalmente com a abertura de

cursos de pós-graduação em História. Particularmente, o convênio assinado entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal da Paraíba – área de concentração: Metodologia do Ensino de História.

Um tema que é abordado com bastante freqüência nas pesquisas, é o tempo histórico. A maioria de trabalhos nessa linha são voltados para a primeira fase do ensino fundamental. "O balanço é abordado sob a ótica da didática, isto é, como o conceito de tempo aparece nas propostas curriculares e é desenvolvido pelos professores no ensino fundamental e médio" (ZAMBONI[5], 2002, p.111).

A noção de tempo histórico também aparece nas propostas oficiais. Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, o tema foi abordado no suplemento dedicado à História. A discussão se apresenta a partir de quatro pontos: 1. O tempo no estudo da história; 2. O tempo cronológico; 3. O tempo da duração; e 4. Os ritmos de tempo.

É importante destacar o quanto a discussão acerca dos PCN leva em consideração as mudanças efetuadas no campo do conhecimento histórico, pela chamada "Escola dos Annales". Sobretudo pelas categorias abordadas. "No estudo da História considera-se, principalmente, a dimensão do tempo enquanto duração, a partir da identificação de mudanças e de permanências no modo de vida das sociedades" (BRASIL[6], 1997, p.85). Vê-se, claramente, a influência de Fernand Braudel e o seu conceito de longa duração.

Foi, portanto, no bojo das transformações e do crescimento das pesquisas sobre o Ensino de História e, principalmente, fugindo ao que, tradicionalmente, tem-se produzido sobre tempo histórico nessas pesquisas, que propusemos o nosso trabalho. Ao invés dos alunos e das propostas curriculares, dirigimos nosso olhar para o professor. Qual a representação de tempo histórico desse profissional?

1.1 O universo da Pesquisa

O objetivo desta pesquisa é conhecer a representação de tempo histórico do(a)s professore(a)s do 1º e 2ª ciclos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, da cidade de São José de Campestre, do Estado do Rio Grande do Norte.[7]

Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que trabalhamos com professores(as) do Ensino Fundamental, do 1º e 2º ciclos, discentes do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Não tinham, e não estavam cursando a graduação em História. Por outro lado, a oportunidade de estar na universidade, levava-os(as), pela primeira vez, a uma preparação mais sistemática para o exercício do magistério, bem como para a produção do conhecimento.

Portanto, a nossa pesquisa busca investigar, a partir da representação de tempo histórico, qual a concepção de História para esse(a)s professore(a)s? Qual o conhecimento histórico desses(as) professores(as)? Que tipo de História tem sido transmitida na sala de aula?

A escolha desse público, para analisarmos a questão do tempo no ensino de história, nasceu através da nossa participação em um programa de extensão do Departamento de Educação da UFRN, chamado Programa de Qualificação Profissional para a Educação Básica – PROBÁSICA. Este, acontece desde 1997, através de uma parceria entre a UFRN, em articulação entre diversos de seus departamentos, com os poderes público, estadual e municipal, e ainda com Organizações Não-Governamentais, no sentido de oferecer cursos de graduação em Licenciatura Plena, direcionados a professores dos ensinos fundamental e médio.

Tínhamos, portanto, um público bastante específico – todos(as) os(as) alunos(as) do Programa já atuavam como professores(as) do ensino fundamental.

Dos 56 docentes de São José do Campestre, alunos(a)s do PROBÁSICA, que escolhemos como o universo de nossa pesquisa, foram levados em consideração 40 sujeitos, na aplicação dos questionários, pois os outros 16 questionários eram de alunos(a)s/docentes que ocupavam cargo de direção, estando, portanto, fora da sala de aula. Entre os 40 alunos(as)-professores(as), 31 são mulheres e 9, homens. Do total dos 40 escolhidos(as), 38 são professores(as) do 1º e 2º ciclos; uma professora atua na TV Escola e um professor atua no 3º e 4º ciclos, 5ª a 8ª séries, como professor de História e Geografia. O tempo de docência varia muito. Há professores(a)s que já davam aulas há

mais de 20 anos, e outros estavam há pouco tempo na docência. Em algumas situações, havia aqueles(a)s que tinham sido alunos(a)s de suas colegas de sala de aula.

Durante a disciplina lecionada, Ensino de História no primeiro grau (I), vários trabalhos foram desenvolvidos com a turma, sendo um de extrema importância para a consolidação desse objeto de estudo.

Inicialmente, tivemos, como grande obstáculo, o fato de não estar formando especialistas em História, percebido logo na discussão do programa da disciplina e nos exercícios de sondagem. Iniciamos a discussão, introduzindo os conceitos de História e Historiografia. Para a discussão do tempo histórico, utilizamos um texto do Jean Glénisson do livro *Iniciação aos estudos históricos*. Em seguida, aplicamos um questionário composto de 14 questões[8] que tinha, como base para as respostas, duas gravuras: a gravura 1 retratava uma cena numa indústria metalúrgica; e a gravura 2, uma cena de venda de garapa, de Jean-Baptiste Debret.

A escolha do questionário, utilizado pelas professoras Elza Nadai e Circe Bittencourt, se justifica pelo fato de abrir o debate sobre a noção de tempo histórico; da pesquisa ter sido realizada num grande centro do país, como é a cidade de São Paulo; e, sendo realizada com alunos, nos despertou para direcioná-la para o nosso universo de pesquisa, aplicada a um outro contexto educacional.

A idéia de tempo histórico é uma categoria central, ao mesmo tempo em que bastante problemática, para quem ensina história. A elaboração da noção de tempo se apresenta como um dos principais problemas do ensino de História. São grandes as reclamações, por parte de professores, devido às dificuldades e, para alguns, à impossibilidade de se ensinar história nas séries iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que os alunos têm dificuldade em construir a noção de tempo.

Observando os livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental, verifica-se que, de modo geral, privilegia-se o estudo da cronologia – ano, década, século, milênio etc. Os livros trazem um capítulo inicial sobre a contagem do tempo, onde é comum os autores indicarem as diversas formas de se medi-lo, desde os egípcios, passando pelos gregos, romanos e os

calendários judeu, cristão e muçulmano. Por fim, aparece a divisão da História em períodos, obedecendo à periodização de origem européia: Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. A forma de abordar o tempo segue a visão eurocêntrica, numa lógica linear e evolucionista.

Na organização da pesquisa, nos apoiamos na trilogia braudeliana de tempo histórico: a curta, a média e a longa duração. Tendo consolidada essa questão metodológica, aplicamos 40 questionários, sendo 12 para os(as) alunos(a)s do período vespertino e 28 para os(a)s do período noturno.

A partir da análise dos questionários, um primeiro ponto pode ser percebido para formarmos o perfil dos(as) alunos(as)/professores(as), que passaremos a chamar, de agora em diante, de professores(a)s. Todos se dedicam, como já foi mencionado anteriormente, à docência, especificamente no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental. A grande maioria (70%) reside na cidade de São José de Campestre, lecionando nas escolas desta localidade. Uma pequena parcela (30%) leciona na zona rural. Antes de iniciarem o curso de pedagogia, possuíam, em grande parte, habilitação no magistério.

1.2 O tempo histórico nas representações dos docentes

Novas abordagens, novos problemas, novos objetos[9]. Poderíamos dizer, então, que a historiografia escrita sob um modelo tradicional – factual, política, linear, já está superada? Hoje em dia, a pluralidade dos gêneros históricos e o diálogo com outros campos do conhecimento – Sociologia, Economia, Psicologia etc. fizeram com que aparecessem outras condições para a produção do conhecimento histórico. O historiador empreendeu um novo olhar sobre a história, com o qual surgiu uma nova representação de tempo histórico.

Estudar história é perceber as transformações por que passam as sociedades ao longo do tempo. Segundo Borges[10] (1993, p.50),

> A transformação é a essência da história; quem olhar para trás, na história e sua própria vida, compreenderá isso facilmente. Nós mudamos constantemente; isso é válido para o indivíduo e também é válido para a sociedade. Nada permanece igual, e é através do tempo que se percebem as mudanças.

O tempo, portanto, é a categoria central na compreensão dos acontecimentos. Mas "o tempo histórico através do qual se analisam os acontecimentos não corresponde ao tempo cronológico que vivemos e que é definido pelos relógios e calendários" (BORGES, 1993, p.51). O importante é o olhar do historiador captar o processo histórico e as mudanças. De um lado, temos as mudanças rápidas, efêmeras, transitórias; de outro, temos as mudanças mais lentas.

2 Conclusão

A presente pesquisa procurou refletir, junto a professores do ensino fundamental – 1º e 2º ciclos, a representação de tempo por eles desenvolvida no cotidiano da escola.

Ao concluir esse trabalho de pesquisa, que desenvolvemos junto aos(às) professore(a)s do 1º e 2º ciclos do ensino fundamental, gostaríamos de reafirmar a importância do tempo histórico. Como principal categoria de análise da história, deveremos procurar integrar os conteúdos, levando em consideração as múltiplas temporalidades definidas por Fernand Braudel: o tempo geográfico, o tempo social e o tempo individual; sobre a curta, a média e a longa duração. Bem como o tempo no cotidiano, a partir da realidade do próprio aluno, de suas vivências pessoais.

É extremamente complicado abordar esta temática em sala de aula porque se mostra complexa. A partir, principalmente, de duas premissas: a formação do(a)s professor(a)s, responsáveis pelo trabalho com as séries iniciais do ensino fundamental; e a dificuldade, apontada na pesquisa, de se trabalhar um conceito tão abstrato com os alunos.das séries iniciais.

O profissional que se volta para o trabalho no primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental, geralmente, é formado nos cursos profissionalizantes, conhecidos como magistério, ou, devido à legislação em vigor, se graduou em pedagogia. Não é, portanto, especialista em nenhuma disciplina do currículo básico dos ciclos iniciais – português, matemática, história, geografia e ciências.

O(a)s professore(a)s envolvidos na nossa pesquisa se enquadram no que dissemos acima, ou seja, não existe, entre eles, nenhuma especialista em História. Nesse sentido, a

falta de um conhecimento histórico mais sistematizado se reflete na fragilidade com que se trabalha a História. Não se consegue construir uma relação entre presente e passado, no sentido de permitir aos alunos compreender a realidade numa dimensão histórica. Na maioria dos casos, suas explicações ficam presas ao passado ou a um presente imediato. Essa dificuldade de construir uma concepção de história, portanto, deixa tais profissionais perdidos em relação à concepção de tempo histórico.

A outra ponta do problema está exatamente no fato, levantado pelos(as) professores(as), da dificuldade de se trabalhar história, nas primeiras séries dos ciclos iniciais, bem como a noção de tempo histórico.

Esse é um tema que sido alvo de constantes debates entre os especialistas. Existem aqueles que defendem que é inviável trabalhar um conceito tão abstrato, como o de tempo histórico, na faixa etária correspondente aos 1° e 2° ciclos do Ensino Fundamental.

O debate está aberto. De nossa parte, entendemos que a discussão sobre a temática precisa ser ampliada. Por isso, reafirmamos a necessidade das pesquisas sobre ensino de História. Precisamos refletir sobre os currículos, os conteúdos, a representação, a noção de tempo histórico. Mesmo que, nos últimos 15 anos, tenham crescido muito no Brasil as pesquisas sobre o ensino de História.

Nosso trabalho tentou chamar a atenção para uma questão: a escola existe, e é preciso garantir que ela continue sendo um espaço de estudo e pesquisa; que possua uma estrutura mínima – biblioteca, TV, vídeo, computador - para a boa qualidade do ensino. Mas, fundamentalmente, é preciso repensar a formação do professor. A profissionalização do docente passa por uma formação permanente: um plano de cargos, carreira e salários. Não podemos esquecer que a escola ainda é o local privilegiado para a formação da cidadania. É na escola que nós, professores, podemos produzir conhecimento e ensinar.

NOTAS

[1] Este artigo representa algumas reflexões contidas na minha dissertação de mestrado intitulada **O tempo histórico na representação dos professores do ensino fundamental do 1° e 2° ciclos**, defendida na Universidade Federal de Pernambuco em março de 2003.

[2] Mestre em História (UFPE), Professor visitante da Universidade Estadual da Paraíba – e-mail: lualexnatal@superig.com.br

[3] FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983. 306p.

[4] DIAS, Margarida Maria Santos. O ensino de história como objeto de pesquisa. **Saeculum**: revista de história, João Pessoa, n.6/7, p.97-117, 2002.

[5] ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de história. **Saeculum**: revista de história, João Pessoa, n.6/7, p.97-117, 2002.

[6] BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais**: História. Brasília: MEC/SEF, 1997. (5ª a 8ª séries/3º e 4º ciclos). 108p.

[7] O município de São José de Campestre fica localizado na região do agreste potiguar e está a 103 km da capital, Natal. A cidade possui uma população de 11.277 habitantes; desses, 8.334 habitam a zona urbana e 2.943 estão na zona rural. O número de estabelecimentos escolares está assim distribuído: Pré-escola: 2; Ensino Fundamental: 36; Ensino Médio: 2. Dados obtidos do Censo 2000 (IBGE.)

[8] O questionário, utilizado na pesquisa, foi elaborado pelas professoras Elza Nadai e Circe M. Fernandes Bittencourt, como parte dos trabalhos da disciplina Prática de Ensino de História I – 1º semestre/1986. Originalmente, o questionário é composto de duas partes: a primeira refere-se ao aluno e sua família; e a segunda, trata do estudo do tempo a partir de duas gravuras distribuídas aos alunos. Para a pesquisa, utilizamos apenas a segunda parte do questionário.

[9] A coleção organizada por Jacques Lê Goff e Pierre Nora chama-se – *Faire de l'histoire* – Fazer História (1974). Publicada no Brasil em 1976, essa obra, organizada em três volumes, recebeu o seguinte nome: *História:* novas abordagens, novos problemas e novos objetos.

[10] BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 84p.

ESPAÇOS DE USO COMUNITÁRIO: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

Alice Brasileiro[1] e Cristiane Rose Duarte[2]

1-Arquiteta, Prof. Assistente M.Sc. da FAU / UFRJ - alicebrasileiro@acd.ufrj.br
2-Arquiteta, Prof. Titular D.Sc. do PROARQ / FAU / UFRJ - crduarte@.ufrj.br

Introdução

Entendemos que a habitação social não se resume ao "objeto casa", e que "morar" não se resume ao ato de dormir, comer etc., mas traz consigo as importantes funções de conviver, se relacionar, praticar esportes, contemplar espaços mais amplos, brincar, entre muitas outras ações necessárias à manutenção de uma vida psico e fisicamente sadia. Assim, este trabalho procurará trazer discussões acerca do fornecimento de Espaços de Uso Comunitário (EUCs) pelo poder público em programas habitacionais. Sustentamos que quando um programa habitacional se propõe a oferecer "habitação" para uma determinada camada social, ele deveria estar fornecendo também os EUCs.

Fomos buscar, ao longo da política habitacional brasileira – e especificamente da carioca, o comportamento do poder público em relação ao fornecimento de EUCs. Procuramos analisar, ao longo da história, como se comportavam o discurso e a sua prática. Para tanto, elegemos dois programas habitacionais desenvolvidos no Rio de Janeiro para efetuarmos uma análise e tentarmos descobrir as possíveis causas para o referido distanciamento. Os programas escolhidos foram o Projeto Rio, no âmbito do Promorar, e o Favela-Bairro. Alguns indicadores e elementos comuns entre esses dois programas nos permitirão efetuar uma comparação relativa entre ambos.

Um breve histórico da política habitacional e o fornecimento de EUCs

Desde o início do século XX, com a reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos, o Rio de Janeiro começou a apresentar de forma mais nítida a escassez de moradias para a população mais carente. A própria prefeitura, em 1906, construiu o primeiro conjunto habitacional da cidade, na avenida Salvador de Sá, com 105 unidades.

Já a partir da década de 30, foram instituídos os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's). Os IAP's apresentavam, nos seus conjuntos habitacionais, uma preocupação

expressa com os EUCs, representados por uma variada gama de equipamentos coletivos fornecidos juntamente com as unidades habitacionais[i].

Em 1937, na publicação do Código de Obras do Distrito Federal, as favelas passaram a ser reconhecidas oficialmente, e ao mesmo tempo, marginalizadas. A prefeitura decide então construir os Parques Proletários que, inicialmente, seriam provisórios, enquanto casas definitivas fossem construídas no local das favelas. Mesmo assim, com seu caráter inicialmente provisório (depois acabaram por se tornarem definitivos), os parques eram dotados de vários equipamentos coletivos como posto médico, centro de assistência social, clube, escola de educação física, creche, lactário e posto policial[ii].

Através dos anos que se seguiram, algumas outras instituições foram criadas para apoiar a questão habitacional, e podemos dizer que no período compreendido entre o início do século XX e o momento anterior ao golpe militar, já havia de forma bem sedimentada percepção de que habitação não é constituída apenas pela "casa", enquanto objeto arquitetônico isolado, mas sim por vários espaços de uso comunitário que a complementam.

Em 1962, ao ser criada a COHAB, instaurou-se a época das remoções e construção de grandes conjuntos habitacionais. Apesar de a preocupação com os espaços de uso comunitário ter existido nos projetos de parte deles, verifica-se que de um modo geral, eles não foram construídos[iii], e que a grande preocupação era com as unidades habitacionais, com o número de unidades construídas e com a visibilidade política que decorreria naturalmente de sua visibilidade física. Em 1964, quando é criado o BNH, este prosseguiu com a mesma linha de remoção em massa das favelas, apesar de não se recusar a financiar a sua urbanização. O que ocorria é que como banco, ele não possuía meios para obrigar algum prefeito a optar pela urbanização e pela não-remoção para um conjunto habitacional. Cabe ressaltar que apenas 5% das aplicações totais do BNH foram investidas em equipamentos comunitários[iv].

No final da década de 70, ao sabor da abertura política que se aproximava, foi criado o Promorar. Suas propostas convergiam para a erradicação das sub-habitações destituídas de condições mínimas de serviços, com a permanência da população beneficiada na mesma área ou bairro onde antes se localizavam as sub-habitações[v]. Fazendo parte deste programa, foi

lançado o Projeto Rio, na cidade do Rio de Janeiro, para urbanizar e remover parcialmente um conjunto de favelas conhecido como "Favela da Maré". Na exposição de motivos do Projeto Rio e fartamente anunciado pela imprensa[vi], encontra-se a intenção do fornecimento à população de vários EUCs. Dentre eles quadras de esporte, ciclovias, áreas de brinquedos e praças e, também escolas, centros de saúde e núcleos de lazer tais como teatros e cinemas. Era anunciado, ainda, que seria criado um grande parque verde, com semelhanças ao do Flamengo, e também novas praias. No entanto, por motivos dentre os quais as circunstâncias políticas existentes durante o período, somente uma pequena parte desses espaços chegou a ser materializada. Tais circunstâncias residiram no fato de que, até fevereiro de 1982, o Governo do Estado estava em consonância com o Governo Federal. A partir de então, o Governo Estadual passou a apoiar o partido de oposição ao Governo Federal, disputando portanto, os votos que seriam frutos de toda ação do Projeto Rio. Ao final dessa disputa, as agências estaduais que colaboravam com o BNH no Projeto Rio foram "marginalizadas" [vii]. Dessa forma, *"a instalação dos equipamentos coletivos, que são da alçada da administração estadual e municipal ficaram por realizar-se, notadamente na área consolidada das seis favelas"*[viii]. Podemos observar que a complementação da unidade habitacional pronta, que seriam os EUCs, deixa de existir por ficar ao sabor da vontade política de seus executores, onde a prioridade é o espaço privado, a unidade habitacional em si.

Após uma "fase de transição" entre o fim do regime militar e o início da década de 90, apenas algumas medidas isoladas foram tomadas na política habitacional carioca. Foi em 1992, com a instauração do Plano Diretor Decenal da cidade, que ficou institucionalizada a não-remoção das favelas e a sua inserção no planejamento da Cidade com vistas à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situam[ix]. Foi a partir desse momento que os projetos considerados "alternativos", como urbanização de favelas e autoconstrução ganharam maior ênfase, e diante das premissas estipuladas no Plano Diretor para a política habitacional, não havia mais como remover favelas, mas sim providenciar para que fossem integradas à cidade. Essa "integração" significava a introdução de equipamentos urbanos e serviços (EUCs) nestas áreas, permitindo a mesma leitura urbanística e social para as favelas e para a cidade. A idéia

da integração entre favelas e cidade foi concebida num sentido amplo, que incluía não só a integração física mas também a social e cultural. Vários aspectos contribuiriam para esta integração, o discurso amplamente divulgado principalmente nos primeiros anos do programa trazia as melhorias que seriam realizadas através dele:

> *"integração da favela à cidade; os acessos, o sistema viário, o saneamento, a iluminação publica; os serviços de recolhimento de lixo e limpeza urbana;* ***convivência comunitária, pelos espaços públicos e equipamentos criados****; atendimento à criança em idade pré-escolar; a redução de enchentes na malha urbana; as condições ambientais internas e externas; o sentimento de cidadania e de pertencer à cidade".* [x]

Na realidade, esse discurso alimentava o imaginário dos moradores das favelas, no sentido de "melhorar de vida", de "morar num lugar melhor",[xi] com mais facilidades urbanísticas. Assim, quando o discurso foi anunciado, disparou uma série de vontades e desejos na população, que passou, então, a ansiar pelo fornecimento dos espaços de uso comunitário. No entanto, a pesquisa que está na base do presente trabalho[xii] constatou que a tão propalada "integração" ainda não aconteceu, de fato, até os dias de hoje. Por um lado, no aspecto simbólico, tanto para os moradores das favelas quanto para o restante da população, as favelas continuam a ser guetos marginalizados e "anomalias urbanas"[xiii]. Por outro lado, em relação à questão jurídica, poucas comunidades das 143 beneficiadas pelo programa tiveram suas ruas reconhecidas como logradouros oficiais da cidade ou a sua regularização fundiária implantada[xiv]. Vários progressos foram feitos, há que se ressaltar, principalmente em relação à pavimentação de algumas ruas e à implantação de redes de água e esgoto. Também as praças (ainda que mesmo pequenos largos recebam esta denominação), foram construídas ou reformadas na maioria das favelas, mas nem todas receberam equipamentos ou configurações que nos permitam incluí-las na categoria de EUCs, ou seja, espaços que favorecem o encontro, as trocas e o desenvolvimento de uma vida comunitária própria ao grupamento social concernido. Ainda, verificou-se que nem todas as favelas urbanizadas pelo Favela-bairro contaram com a construção de quadra de esportes (ainda que ausência de espaço físico seja um empecilho) ou creches, bem como os POUSOs (posto de orientação urbanística e social), instituição fundamental na sedimentação do programa na própria favela, na medida em que, dentre outras coisas, passa controlar urbanisticamente o crescimento da mesma.

Como exemplo, citamos resultados de pesquisas[xv] efetuadas junto aos moradores da favela Mata Machado, beneficiada com o programa, onde foi constatado que, depois de transcorrido algum tempo do início das obras, a população foi aos poucos notando que os resultados acabavam ficando aquém das expectativas geradas no decorrer do processo de implantação do programa, notadamente ao longo das reuniões comunitárias promovidas pela prefeitura. Na realidade, no caso de Mata Machado, menos da metade dos itens de seu projeto urbanístico foi executada[xvi].

Promorar e Favela-Bairro: Entre duas décadas, várias semelhanças

Ao analisar o fornecimento de EUCs pelo poder público em programas habitacionais, deve-se fazer algumas ressalvas. Nos dois programas analisados algumas diferenças de circunstâncias existem: o Promorar aconteceu durante um regime autoritário, já moribundo, carente de legitimação e tentando se beneficiar da abertura política que estaria por vir; e o Favela-Bairro, ainda em curso, está acontecendo durante um governo neoliberal, democraticamente eleito, mas que mesmo assim luta por uma aceitação popular mais efetiva.

Apesar dessas diferenças, os discursos políticos que sustentaram tanto o ideário do Promorar quanto o do Favela-Bairro seguem uma mesma lógica, pautada, em última análise, pela busca de maiores índices de popularidade do governo. Independentemente de tipo de regime, partido e plataforma política, as ações que materializaram o ideário e os discursos dos dois programas habitacionais possuem semelhanças.

Tanto no Promorar quanto no Favela-Bairro houve (e está havendo) a urbanização de favelas. Tanto num programa como no outro, houve problemas ligados ao fato dos poderes envolvidos serem de partidos políticos diferentes. No entanto, no discurso que anuncia os novos programas habitacionais, essas diferenças políticas não são levadas em consideração, e passa-se para a população a noção de que o quê será feito está em consonância com as suas aspirações. Como exemplo, a pesquisa que está na base deste trabalho levantou que, no discurso político (feito para anunciar os programas habitacionais antes de sua implementação), os EUCs foram utilizados peculiarmente pelo poder público como símbolos de status e melhoria de qualidade de vida, ressaltando o projeto de: ciclovia, cinema, pavilhão de espetáculos, piscina, pista de skate, mini-

anfiteatro, caramanchões, teatro, churrasqueiras, pomar, largos à beira-rio, concha acústica, grande parques verdes, ginásio comunitário. Esses são exemplos de alguns EUCs previstos tanto para o Projeto Rio quanto para algumas favelas da primeira fase do Favela-Bairro. No entanto, a grande maioria desses itens não foi construída, ficando apenas no discurso.

Acreditamos que, no Promorar e no Favela-Bairro, especificamente, o que foi anunciado para a população não se resumia à entrega de novas unidades habitacionais ou de títulos de propriedade das unidades já existentes. Foi anunciado muito mais do que isso, mais do que esses espaços privados. Foi anunciado que espaços públicos, os EUCs, e conseqüentemente, as novas características de padrão de vida subjacentes à idéia desses espaços, seriam também amplamente fornecidos à população. Como exemplo, podemos citar a ênfase dada à construção de ciclovias, elementos que constavam tanto das propostas do Promorar quanto de alguns projetos do Favela-Bairro. Poder usufruir de uma ciclovia para momentos de lazer e exercício, poder freqüentar parques verdes e lagos dentro de seu próprio bairro (aquele que teria sido a favela, em "algum dia no passado"), são imagens apreendidas pela população de uma forma bem mais intensa do que a de simples espaços de uso comunitário. Representam uma idéia, vendida pelo discurso do poder público à população, que a absorve prontamente. É a idéia de "liberdade", dada pelo marketing, de "poder se dar ao luxo de ter um tempo para o lazer" [xvii], por exemplo, que se tem ao pensar num ciclista com a brisa marítima batendo no seu rosto, ao passear pela ciclovia. Essa imagem, quando bem "vendida", tem a capacidade de se sobrepor aos poucos metros de concreto asfáltico colocado na beira da Baía de Guanabara[xviii] para esse fim, uma vez que mesmo quando o referido espaço de uso comunitário é realmente fornecido, isso não garante à população que ela usufruirá de toda aquela sensação que se teve a intenção de transmitir ao anunciar o programa. Ou seja, o poder público trabalha com a influência que os EUCs têm sobre o imaginário popular. Além disso, deve ser considerado também que um dos pontos mais sensíveis da opinião pública do Rio de Janeiro é a qualidade da paisagem nesta cidade, que toca a fundo o imaginário das pessoas. O uso de um discurso que busque a melhoria da cidade pela eliminação ou integração das favelas à paisagem funciona muito bem junto à população.

Conclusões

As questões levantadas nos levaram a considerar a existência não de um tipo somente de EUCs, mas sim de duas coisas completamente distintas: de um lado, os EUCs do discurso e do marketing, e de outro, os EUCs descartáveis da fase da concretização. O que é dito e anunciado, é uma idéia. O que é concretizado (quando de fato o é), é um elemento que por si só não garante a realização da idéia lançada pelo poder público. Os dois programas analisados nos levam a crer que discursos políticos se pautam pela idéia de que os EUCs podem ser usados como um grande símbolo de status e de melhoria de qualidade de vida em campanhas políticas, mas ficam relegados ao segundo plano na hora de sua execução, expostos aos mais variados tipos de situações complexas, desde a falta de verba até a eleição já definida.

De uma forma geral, os EUCs são elementos integradores de várias camadas sociais, porque é no âmbito da sua dimensão física que acontecem o convívio e a integração social e cultural entre as pessoas. Eles dão condições para a melhoria da qualidade de vida, porque uma cidade sem espaços de uso comunitário para sua população, se torna uma cidade inóspita, tendo que ser compartilhada nos espaços privados.

Uma cidade que seja agradável de se habitar e que tenha boa qualidade de vida é uma cidade que permite o encontro, o livre acesso, o lazer, a prática de esportes ao ar livre, e que cuida da saúde e da educação de seus habitantes também. Uma cidade não pode ser composta somente por casas ou por alguns desses elementos isoladamente.

É nesse sentido que defendemos a presença dos espaços de uso comunitário, principalmente em habitações de interesse social. Eles funcionarão, sobretudo, como ponto atenuador das diferenças socio-culturais. Se eles deixarem de ser apenas "cores" de um discurso eleitoreiro e se houver vontade política para levar a cabo sua concretização em programas de interesse social, aí sim, estaremos no caminho certo para a possibilidade de uma cidade mais igualitária para todos os seus habitantes.

---

[i] Bonduki, N. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

[ii] PARISSE, L. **Favelas do Rio de Janeiro: Evolução – Sentido.** Rio de Janeiro: CENPHA, 1969

[iii] ABREU, M.; BRONSTEIN, O. **Políticas Públicas, Estrutura Urbana e Distribuição de População de Baixa Renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro.** Volume 2, [Rio de Janeiro]: IBAM, 1978.

[iv] ARAGÃO, J.M. **Sistema Financeiro da Habitação: Uma análise sócio-jurídica da gênese, desenvolvimento e crise do Sistema.** Curitiba: Juruá, 1999.
[v] SILVA e SILVA, M.O. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.
[vi] Ver , por exemplo: Jornal do Brasil (16/06/79 e 02/03/80), e O Globo (29/06/81, página 21).
[vii] VALLADARES, L. **A experiência do Banco Nacional da Habitação: O caso do Projeto Rio.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ. Mimeo, 1988.
[viii] VALLADARES, Op.cit, p.86.
[ix] (Plano Diretor Decenal, Título VI [Do uso e ocupação do solo], Capítulo I, art. 44).
[x] SMH. **Jornal Favela Bairro**. Rio de Janeiro. Ano 2, fevereiro de 1996, p.1 – grifo nosso.
[xi] DUARTE, C.R.; BRASILEIRO, A. A volta da política da Bica d'água: uma experiência de urbanização de favela do Rio de Janeiro. In: MARTINS, A.; CARVALHO, M. **Novas Visões: Fundamentando o Espaço Arquitetônico e Urbano**. Rio de Janeiro: Booklink/UFRJ, 2001, pp. 293 - 304.
[xii] BRASILEIRO, Alice. **Espaços de Uso Comunitário em programas habitacionais: entre o discurso e a prática.** Dissertação de Mestrado. PROARQ/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
[xiii] DUARTE, C.R. **Intervention Publique et Dynamique Sociale dans la Production d'un Nouvel Espace de Pauvreté Urbaine: Vila Pinheiros, Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado. Paris: Université de Paris I - Sorbonne, 1993.
[xiv] http://www.ibam.org.br/publique/media/volume1.pdf, acesso em 31/03/05.
[xv] Ver por exemplo: Brasileiro, 2000 (Op.cit) e BRASILEIRO, A., SILVA, O. & SOARES, F. Estrututuração Urbana e Coesão Social: O caso do Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro, Brasil. **Anais** do VIII Congresso Ibero-americano de Urbanismo – Reestruturação Urbana e Coesão Territorial, Porto, Portugal, 1998.
[xvi] Resumidamente, podemos dizer que um dos motivos para tal foi a dificuldade nas relações entre a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e os vários órgãos públicos envolvidos no processo, que se desdobrou em vários pequenos entraves, contribuindo para que a obra não pudesse ser concluída no prazo inicialmente previsto e por isso, esta favela foi remetida à 2ª fase do programa. Por determinação da própria SMH, vários espaços de uso comunitário foram retirados do projeto, que constou basicamente da complementação da infra-estrutura urbana (As autoras participaram tanto da elaboração do projeto urbanístico quanto da execução das obras em Mata Machado).
[xvii] BRASILEIRO, 2000 (Op.cit).
[xviii] Como o colocado na Favela Parque Royal, na Ilha do Governador, da primeira fase do Favela-Bairro.

Revistas ilustradas e cinema: manifestações da intensificação de uma nova experiência visual no cotidiano

Alice Dubina Trusz

Este texto procura abordar de uma maneira apenas preliminar e exploratória os diferentes tipos de registros que trataram direta ou indiretamente do cinema, entre outros conteúdos veiculados pela revista ilustrada *Mascara*, editada em Porto Alegre entre 1918 e 1928. Objetiva-se, neste caso, discutir, em caráter apenas introdutório, as estratégias mais apropriadas para a qualificação de um estudo orientado pela explicitação das especificidades e potencialidades de materiais como anúncios publicitários, crônicas, fotografias, charges, seções especializadas e demais conteúdos noticiosos, assim como de seu suporte, a revista, enquanto fontes de uma pesquisa histórica cujo fim é investigar como os porto-alegrenses viveram a experiência do cinema na época, priorizando a perspectiva da formação de um público espectador.

Explorar tais registros de maneira que se possa, através deles, desenvolver uma reflexão teórica e metodológica sobre a visualidade ou a cultura visual,[1] implica pensá-los inicialmente em sua diversidade tipológica, além do potencial informacional de seus conteúdos. Ou seja, refletir sobre a especificidade histórica da revista ilustrada como veículo de comunicação de massa, investigando as características de sua produção, circulação e consumo, a função social e importância cultural que teve em sua época, o que vai incidir diretamente sobre os temas por ela privilegiados, explicando a qualidade desta cobertura e a forma de sua expressão.

Da mesma maneira, implica em considerar a natureza específica de cada tipo de conteúdo - anúncio, fotografia, charge e crônica, entre outros – em suas formas de produção e funcionamento, suas características formais e expressivas, ou seja, a sua

historicidade. A recuperação mesma das estratégias discursivas do passado inscritas na existência desses materiais ganha nova complexidade se estes forem pensados enquanto objetos e meios cujo significado e forma de atuação, expressão e percepção variam no tempo e no espaço.

Significa pensá-los fundamentalmente como objetos, que foram produzidos, circulados e consumidos num contexto específico segundo demandas e expectativas determinadas, como produtos e agentes de práticas sociais e culturais suas contemporâneas. Se trata de "incluir a materialidade dos signos no horizonte das preocupações e entender as imagens como *coisas* que participam das relações sociais e, mais que isso, como *práticas materiais.*"[2] A idéia recebe aqui uma aplicação ampliada, apropriando-se para pensar as revistas como objetos que são ao mesmo tempo produtos visuais e suportes / meio de veiculação de outros produtos visuais (anúncios, fotografias, ilustrações), que iriam contribuir para intensificar a presença das imagens no cotidiano, das representações através das imagens, das narrativas sobre as imagens, dinamizando e qualificando uma forma de visualidade e caracterizando, simultânea e dialeticamente, uma percepção sensível primordialmente visual, fundada na instituição, decodificação e familiarização com novos padrões comunicacionais.

A proposta, assim, é explorar os registros do passado também como artefatos tridimensionais, de modo a explicitar as "relações entre objetos, entre pessoas e objetos, entre pessoas mediatizadas por objetos", tanto diacrônica quanto sincronicamente. Michel de Certeau, inclusive, considerava um exagero afirmar que o historiador tem no tempo o seu material de análise ou objeto de estudo. Para o autor, ele trabalha, na verdade, com "objetos físicos (papéis, pedras , imagens, sons, etc.) que distinguem, no *continuum* do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma *ciência*".[3] Isso significa ter presente que a produção existe sempre, enquanto abstração, e

que é fundamental que o historiador se aproprie do objeto, da realidade, do mundo sensível, enquanto atividade humana concreta, enquanto prática.

A observação dessas questões básicas amplia o campo informacional e analítico sobre os materiais investigados, na medida em que permite a identificação dos mesmos em sua inscrição num sistema mais amplo e complexo de relações que os explicam, justificam, dinamizam, compreendendo-os também como meios capazes de "de provocar efeitos, produzir e sustentar formas de sociabilidade, tornar empíricas as propostas de organização e atuação do poder."[4]

A adoção deste olhar problematizador implica num crescimento e numa complexificação do trabalho do historiador. Além de atender às colocações acima elencadas, é necessário colocar em diálogo as diferentes expressões, visto que cada uma delas tinha objetivo e função social distintos a cumprir, ainda que, como conjunto, nos permitam observar uma forma particular de sensibilidade e visão de mundo, aquela de seus produtores e leitores. Há que pensar-se a revista enquanto tipo específico e especializado de publicação, mas que dialogou com outros veículos de imprensa e instituições suas contemporâneas.

Numa perspectiva mais genérica, observando a intensificação da relação com a publicidade e com a diversidade dos setores produtivos que dela se serviram, assim como com o poder político e o âmbito artístico e literário. De um ponto de vista mais pontual, investigando o estreitamento das relações entre o impresso e os setores mais diretamente envolvidos com a disseminação do cinema no meio local, como distribuidores e exibidores, visto que diversas iniciativas demonstram a conjugação de esforços empregada para a auto-promoção das diferentes partes.

Outro ponto importante é a consideração da proveniência de seus editores e redatores, assim como a sua provável destinação, atentando para os interesses, demandas e expectativas que estiveram em jogo em cada etapa e face do processo.

Afinal, se a revista permaneceu sendo editada por uma década, ao longo deste período houve mudanças não só na equipe editorial como na propriedade da empresa; houve interrupções na publicação em função de dificuldades econômicas, principalmente, intensificadas pela escassez e encarecimento de matérias-primas como papel e tinta para impressão no mercado local; houve mudanças na qualidade das edições e na periodicidade da revista, que se estendeu: de semanal passou para quinzenal e, por fim, mensal. Como se não bastasse, o próprio cinema, interesse central da pesquisa, passou por transformações sucessivas ao longo do período, tanto como técnica, quanto como linguagem, produto comercial e forma de entretenimento, organizando-se e consolidando-se como atividade permanente e como hábito novo, dinamizando e sendo dinamizado por novas formas de sociabilidade e sensibilidade.

A recuperação de dados relativos às distintas instâncias de relações nas quais estiveram inscritos os materiais do passado, fazendo com que este conteúdo informativo auxilie a contextualizá-los culturalmente, constitui-se numa forma de ampliar a percepção do quadro de relações e práticas sociais que caracterizaram a sociedade estudada, que deram sentido aos seus produtos, ao mesmo tempo em que foram por eles significados. Em pensá-los como registros que representam o esforço de uma sociedade pela construção de uma idéia sobre si própria.

Justifica-o o reconhecimento de que os discursos e as idéias não possuem eficácia própria, alheia aos suportes e às práticas que os tornam apropriáveis e neles investem significações plurais e concorrentes.[5] Ou seja, que é fundamental que se ultrapasse o conhecimento da forma como foram expressos objetos e fatos e que se atente para o fato de que estas formas, assim como os conceitos e temas expressos pelos objetos e os modos de pensamento e expressões aos quais se referem aqueles conceitos, possuem especificidade histórica.

Essa diferenciação será a base a partir da qual se poderá estabelecer posteriormente, em forma de narrativa, a representação do passado como tempo diverso do presente e do qual o presente fala. Essas operações são condições especialmente da compreensão do papel do historiador como sujeito leitor, produtor de uma interpretação sobre o passado. Nessa espécie de fidelidade do historiador à alteridade de suas fontes, inscrevem-se os limites da sua interpretação.

A revista *Mascara* não foi a primeira no gênero editada em Porto Alegre e disputou com outras publicações similares o mercado local ao longo do período em que foi publicada. Como revistas ilustradas mundanas, ela e suas congêneres representaram, naquele período, não só uma resposta à diversificação dos interesses e expectativas inscritos no processo de modernização social, mas também uma possibilidade dos avanços da indústria e das artes gráficas no país.

Nestas publicações, foi unânime e permanente o reconhecimento auto-elogioso de sua vinculação, enquanto veículos de imprensa, com uma proposta de modernidade técnica que primava pela atualização com as novas formas de expressão visual. Tanto a prolífera presença das imagens no corpo daquelas publicações (na forma de charges e caricaturas, anúncios publicitários e fotografias), quanto os registros textuais que objetivaram apresentar a linha editorial dos impressos e valorizar a sua natureza, ilustrada, permitem observar a compreensão, por parte dos seus editores, de que se vivia uma nova e específica experiência, a moderna, em torno da qual se constituiriam, também, novos padrões visuais.

As revistas se reconheciam, elas mesmas, como a expressão jornalística e cultural mais condizente com os novos tempos *modernos*, acelerados, mundanos, de síntese, tempos em que tanto o mundo quanto a percepção do homem sobre suas manifestações se complexificavam, tornando-se esta última cada vez mais instantânea,[6] decorrendo daí

a valorização da imagem fotográfica, e logo a seguir da cinematográfica, como a expressão mais dinâmica e atualizada de registro dos fatos cotidianos.

Sua proposta enquanto veículos de comunicação modernos era transitar entre o local e o universal. Essa característica pode ser observada no teor dos textos publicados, nos produtos divulgados pelos anúncios, nos noticiários e comentários sobre os costumes, modas, acontecimentos nacionais e estrangeiros e nas crônicas e colunas sociais que visavam comentar a realidade da cidade onde a revista era editada e aspectos da vida em outros cantos do planeta, traduzindo abertamente o sentimento do homem daquela época, imerso em um processo de aceleradas transformações materiais e mentais que colocavam na ordem do dia a necessidade de redimensionar as noções de tempo e espaço estabelecidas.

Quanto ao cinema, foi a culminância das diversas experiências fotográficas. Até o final da Primeira Guerra Mundial, esta nova forma de manifestação das imagens caracterizou-se, nos seus centros produtivos, pelo aperfeiçoamento técnico e paulatina consolidação comercial. À medida em que as fórmulas de sucesso foram se repetindo e consolidando certos gêneros, foram assentadas também as bases de uma linguagem que se tornava compreensível ao espectador médio. O cinema ocupa, portanto, um lugar privilegiado na história da densificação iconográfica, tendo implicado num apreciável incremento do volume de imagens apropriadas pelo espectador. A consagração indiscutível e definitiva da instantaneidade na percepção da imagem acabaria por conformar uma nova cultura visual, a contemporânea, distinta das anteriores[7]. O modo de ver a realidade nunca mais seria o mesmo depois do cinema.

Desde os seus primórdios, portanto, observa-se que a institucionalização do cinema, como outras invenções lançadas e adotadas no início do século XX, implicava numa série de procedimentos que acabavam modificando a conformação dos espaços e das práticas a eles associadas. A preocupação com a comodidade do público e o sucesso

do empreendimento incidia necessariamente em novos hábitos e comportamentos, tanto dos empresários, quanto dos espectadores. Nos anos 20, o próprio cinema já estava implantado em Porto Alegre como elemento fundamental no desenvolvimento global da cidade. Diferentes agências distribuidoras disputavam o mercado, inclusive associadas aos exibidores, tendo suas produções amplamente divulgadas pelos anúncios mandados publicar na imprensa.

É possível acompanhar o desenvolvimento desse processo em suas diversas manifestações nas páginas da revista *Mascara*. Nela, o cinema motivou a escritura de crônicas de costumes e matérias sobre comportamento. Motivou a criação de um concurso destinado a escolher o melhor filme, que integrou o veículo de imprensa, três distribuidoras locais e uma casa exibidora, animando os habitués desta última a participarem animadamente do evento promocional. Foi um dos tópicos tratados em uma seção destinada à cobertura dos espetáculos e das artes durante quase uma década, até tornar-se o objeto principal, a razão do lançamento de uma seção especializada, intitulada "A Sétima Arte", em 1927. Foi objeto de anúncios publicitários, geralmente ilustrados por fotografias de still dos filmes anunciados, constituindo alguns dos anúncios mais elaborados e caros do período. Emprestou suas estrelas para os retratos que ilustraram muitas capas, assim como uma seção interna, exclusivamente fotográfica, intitulada "A arte do silêncio". Influenciou a escritura de poemas e a criação de charges humorísticas; tornou-se tema de seções de "Actualidades" e "Variedades", através das quais foram veiculadas informações que visavam atualizar o leitor sobre a dinâmica do sistema: os projetos, as produções, as contratações, as associações, as indústrias, as redes distribuidoras, os sucessos de público, a aprovação institucional. Conselhos de beleza e higiene foram divulgados e autorizados pelo prestígio de atores e atrizes populares, o mesmo prestígio que tornava interessante a revelação de suas biografias. O cinema

também moveu notas de pesar, como as matérias noticiosas sobre suicídios, cometidos por apaixonados que se desesperaram quando a realidade lhes pesou mais que o sonho.

A instituição das seções temáticas e as demais transformações verificadas permite, na verdade, acompanhar a evolução dos interesses da população mais elitizada da Capital, a principal leitora da revista, um impresso editado também por um grupo elitizado de profissionais liberais que se dedicavam ao jornalismo como atividade paralela ao seu trabalho profissional formal.[8]

Essa questão, aparentemente acessória, define todo um quadro de limites com relação à qualidade da interpretação que o historiador poderá fazer a partir das informações concentradas pela revista acerca do estabelecimento do cinema no âmbito local, mas sobretudo da experiência vivida pelos contemporâneos em suas relações com o cinema. Em função da natureza especializada da revista, que era também mais elaborada, impressa em papel de qualidade e em cores, circulada numa periodicidade mais extensa, o seu preço era mais elevado que o de outros impressos, como os jornais. Essa característica delimitava o seu campo de leitores, constatação que é endossada no exame de seus conteúdos, elitizados tanto na temática quanto na forma de sua expressão. Fica claro que a revista se destinava à elite, dela e para ela falando. São dos seus representantes, das suas respectivas férias, dos seus filhos, das suas poses, dos seus automóveis, dos seus negócios, dos seus casamentos e das suas residências as fotografias e os textos publicados na revista. São os seus comportamentos e hábitos, o seu modo de vida e pensamento que animam as crônicas e colunas sociais da *Mascara*. O mesmo pode ser verificado através da relação dos bens de consumo anunciados nos anúncios publicitários. Ou seja, a revista não falava de tudo e nem falava para todos. Era um veículo elitizado, tanto da perspectiva da produção quanto do consumo. A qualidade do conhecimento histórico a partir dela construído é, em decorrência, também limitada em função desta série de seleções, não representando mais que a percepção, os interesses,

as expectativas, as práticas, as concepções de mundo de uma parcela da sociedade porto-alegrense da época em relação ao cinema.

---

[1] Esta proposta de exame de uma dimensão visual da sociedade funda-se numa concepção de visualidade como "um conjunto de discursos e práticas que constituem distintas formas de experiência visual em circunstâncias historicamente específicas. Cf. CHANEY, David C. Contemporary socioscapes. Books on visual culture, *Theory, Culture & Society*, v.17, n. 6: 111-24, 2000, citado por MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. Circulação interna, Seminário Museu Paulista, junho 2002., p. 13.

[2] Conforme Bryson. Ibidem. p. 3.

[3] CERTEAU, Michel de. A escrita da História. RJ: Forense-Universitária, 1982. p. 79.

[4] Ulpiano, 2002, p. 3.

[5] CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v.5, n.11, jan/abr. 1991, 173–191.

[6] Tais conclusões foram identificadas através da análise dos conteúdos textuais veiculados por estes impressos, especialmente aqueles de caráter editorial. A questão pode ser aprofundada, inclusive através da leitura de trechos desses discursos, através da consulta a TRUSZ, Alice Dubina. *A publicidade nas revistas ilustradas: o informativo cotidiano da modernidade. Porto Alegre – Anos 1920*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, IFCH, 2002.

[7] RAMÍREZ, Juan Antonio. Medios de masas e historia del arte. Cuadernos de Cátedra. Madrid: Ediciones Cátedra, 1976. p. 146.

[8] Walter Benjamin observou, a esse respeito, a mudança da situação histórica dos escritores verificada no final do século XIX, quando, em função da gigantesca ampliação da imprensa, permitida pelo aprimoramento das técnicas de impressão gráfica, foi colocada aos leitores uma quantidade cada vez maior de veículos de diversas tendências, abrindo a oportunidade para que um número crescente de leitores começasse a escrever. Começa a diminuir, a partir desse momento, a diferença essencial entre autor e público: "A competência literária passa a fundar-se na formação politécnica, e não na educação especializada, convertendo-se, assim, em coisa de todos." Cf. BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 184. De fato, as equipes editoriais das revistas ilustradas locais em geral caracterizaram-se por ampla circulação de elementos, muitos dos quais não eram autores ou jornalistas reconhecidos, mas colaboradores que fornecem materiais para uma publicação eventual ou que, em função de sucessivas participações e interesse crescente, passam a ser regularizados nas redações.

História, Jornalismo e Globalização: a revista Made In JAPAN e a cultura nikkei no Brasil

Alice Mitika Koshiyama --USP

1. Introdução: um olhar sobre a história

O estudo do processo histórico denominado de "globalização da sociedade" é um fato da atualidade e que tem merecido múltiplas abordagens no campo das ciências humanas. Temas recorrentes são o da desagregação de valores e das culturas tradicionais, o da formação de novos conceitos de espaço e de tempo, o da facilidade da adoção de uma perspectiva planetária para empresas financeiras e produtos da tecnologia de ponta. A perspectiva histórica registra que estão acontecendo mudanças em todos os campos da sociedade contemporânea.

No campo das pesquisas em comunicação, verificamos que em todas as culturas aparece a oportunidade do contato real ou virtual com novos povos e novas experiências. A abertura para outras realidades provoca mudanças, o que em algumas culturas significa um aumento das diferenças e das contradições sociais e um incentivo às reações conservadoras. Ao mesmo tempo, forma-se um campo propício para a construção de novas identidades específicas resultantes de intercâmbios entre culturas.

O Brasil é um país formado pela contribuição de imigrantes de várias origens étnicas. Há quase cem anos, japoneses e seus descendentes participam do projeto de construção da nação brasileira. No início da imigração as características étnicas formavam o principal elemento diferenciador desse grupo populacional, autodenominado de nikkeis. A contribuição deles para a cultura brasileira é incontestável. Mas muitos descendentes de japoneses enfrentaram e alguns ainda enfrentam uma crise de identidade sobre serem inteiramente brasileiros ou parcialmente japoneses, ambigüidade esta favorecida pelos traços raciais.

Hoje, reconhecemos a existência de uma cultura brasileira nikkei criada pelos descendentes de japoneses e pelos brasileiros de outras origens étnicas em contato com as contribuições da arte, ciência e tecnologia do Japão e suas aplicações em todo o mundo.

A leitura das publicações dirigidas ao público nipo-brasileiro mostra que a relação de japoneses e seus descendentes com a explicitação de sua condição nikkei é um fato. A análise da nova conjuntura histórica e com o exame do conteúdo de revistas como a Made in JAPAN , permite-nos examinar sua atual configuração.

2. História, comunicação e globalização

Notamos a produção de vários textos com perspectiva histórica que tratam da

globalização. Ousamos avaliar que, no campo dos estudos de comunicação, os trabalhos que consultamos mostram alterações significativas nas conjunturas históricas, mas o referencial que se mantém é a permanência dos valores capitalistas na vida quotidiana.

Fernand Braudel, pesquisador de história e autor de obras abrangendo a perspectiva da longa duração, as periodizações seculares, captou em seus estudos o processo das mudanças e permanências das estruturas sociais no tempo. O ritmo das mudanças na economia, na política e na sociedade é desigual e combinado. O estudo da história de tempo longo exige a interdisciplinariedade entre as diferentes áreas do conhecimento para tornar possível a explicação de fenômenos que envolvem diferentes formas de estruturas de uma sociedade: da política à mentalidade dominante, explica Braudel em seu texto: "História e Ciências Sociais. A Longa Duração". (In: *Escritos sobre a História*,pp.41-78)

O processo desigual das mudanças e permanências sociais explica a coexistência da miséria com a máxima riqueza e a possibilidade de existência do analfabetismo ao lado da ciência de ponta e da literatura mais sofisticada. E evidencia a dificuldade de elaborar esquemas explicativos simplistas sobre as causas dos fenômenos sociais.

Os aspectos estruturais das mudanças trazidas pelo capitalismo estão presentes em estudos sobre a história que lembram o caráter secular do modelo capitalista de produção.

O historiador Nelson Werneck Sodré, na introdução do seu livro *História da Imprensa no Brasil*, afirma que a história da imprensa e a história do desenvolvimento das sociedades capitalistas constituem um processo de mudanças e de relações dialéticas. Para ele, que admite a organização da sociedade em classes sociais, as diferenças cobrem a economia, a política e a ideologia. Os meios de comunicação participam do sistema ideológico, e a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Na avaliação do desenvolvimento do capitalismo, Sodré assumiu a leitura da economia política de Karl Marx:

> Houve tempo, como na Idade Média, em que não se trocava senão o supérfluo, o excedente da produção sobre o consumo. Houve, também, tempo em que não somente o supérfluo, mas todos os produtos, toda a existência industrial, passaram ao comércio, e que a produção inteira dependia da troca, de tráfico , e podia ser alienado. Este foi o tempo em que as próprias coisas que, até então, eram transmitidas mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; adquiridas, mas jamais compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc.l – em que tudo, enfim passou ao comércio. Este foi o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos da Economia Política, o tem pó em que tudo, moral ou físico, tornando-se valor venal, é levado ao mercado para ser apreciado no justo valor.
>
> (In: Nelson W. Sodré, opus cit., p. 8)

A atualidade da análise do pensador do século XIX mantém-se, no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, com a transformação possível de tudo em mercadoria.

A possibilidade de tudo poder ser mercadoria é uma transformação no campo dos valores dominantes, configurando o surgimento de novas necessidades do ser humano, o que comprova a importância dos valores na história. Como acentua a filósofa Agnes Heller, o ser humano na sua totalidade tem várias esferas que se expressam na sua vida quotidiana, na sua organização em sociedade. No exercício de qualquer ato, o ser humano põe em prática seus valores. Por isso a história é um processo de construção e destruição de valores e é a partir deles que se organizam as mudanças e permanências na vida quotidiana. (In: *O Cotidiano e a História*, pp. 1-15).

Na visão de um outro pensador da cultura, Antonio Gramsci, os intelectuais orgânicos, que se vinculam às principais classes ou frações de classe de uma sociedade são os principais agentes da organização da cultura. A ideologia está presente em todas as relações humanas, mas cabem aos partidos políticos orgânicos proceder a sua sistematização teórica e prática. Na sua perspectiva, veículos de comunicação atuam como frações de partidos. A busca da hegemonia de um grupo ou de uma classe na sociedade, implica na conservação, reforma ou eliminação de idéias e práticas do conjunto de valores dominantes em uma sociedade também com o uso dos meios de comunicação. (In: *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* e *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*).

Nessas condições, percebemos que a existência de um meio de comunicação corresponde a alterações na sociedade. Ao mesmo tempo, no processo de circulação, um meio de comunicação permite a projeção de idéias que interferem na realidade dos seus leitores. Ou seja, os veículos de comunicação permitem a todos os seus leitores, em contato com mensagens jornalísticas e/ou publicitárias, aceitarem ou rejeitarem novas ou antigas idéias, além de formarem novas perspectivas de mundo. Dessa forma, projetos de comunicação ajudam a construir e/ou destruir valores em apoio à organização de novas comunidades e novas identidades.

3. *Made in JAPAN*: comunicação e globalização

O atual estágio do desenvolvimento do capitalismo permitiu o surgimento de veículos de comunicação que constroem novos territórios geográficos para a sua circulação. A comunicação em rede é uma possibilidade diariamente exercitada pelos meios de comunicação eletrônicos: rádios , televisões e internet. Especialistas apontam a agilidade e a versatilidade dos novos meios e lembram a possibilidade de criação de novos projetos de sociedades nesses espaços virtuais. Com a agilidade de operação dos meios de comunicação há um aproveitamento das empresas que se organizam em complexos

mediaticos, formando grupos que trabalham simultaneamente com meios impressos e eletrônicos. E que atendem públicos situados em novos territórios geográficos que transcendem a fronteiras nacionais e continentais. Um exemplo desse tipo de organização é a empresa que publica a revista *Made in Japan*. Trata-se da JBC do Brasil associada a J.B. Communication do Japão (a empresa chama-se Japan Brazil Communication), que no final de 2002 mantinha site na internet, publicava livros e várias revistas.

A revista *Made in JAPAN* circula desde 1997 simultaneamente no Brasil e no Japão. É dirigida às pessoas que se expressam em português e estão interessadas em manter a conexão entre os dois países. O mensário atende ao público que se interessa pela comunidade nikkei nos dois continentes.

A linha editorial da publicação aposta no desenvolvimento de uma economia globalizada, que torna desejável a busca do êxito financeiro de indivíduos que cultuam o trabalho e procuram um contínuo aperfeiçoamento de sua formação pessoal e profissional. A revista divulga a tecnologia e os negócios juntamente com a cultura, a tradição, as belezas naturais e os costumes do Japão.

Nos quatro últimos anos de circulação, *Made in JAPAN* investiu nos contatos interculturais, colocando em matérias de capa personagens que simbolizam um estreito relacionamento entre os dois países.

Esta revista é resultado da criação de publicações no jornalismo impresso que atendem públicos formados pela nova organização da sociedade. Esses veículos podem circular simultaneamente em um novo território formado por dois países para populações que tem em comum a língua portuguesa e vivem em uma cultura mista identificada com o Japão e o Brasil. É o oposto da imprensa para imigrantes japoneses que vieram ao Brasil no século passado, principalmente nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, e apenas falavam e escreviam a língua japonesa.

Made in JAPAN com o título em inglês, é o resultado de um novo contexto social e de um novo período da história da imigração dos nikkeis. Sem nenhum disfarce, como um produto das modernas fábricas que vem com a etiqueta made in ... Podia ser *Made in NIPPON* ou *Made in JAPÃO*? Nippon pareceria uma submissão ao Império. Japão seria mais brasileiro, talvez a imagem do japonês-imigrante. Em inglês o título lembra o Japão capitalista, reconstruído depois da Segunda Guerra Mundial, o país voltado para grandes descobertas, empreendimentos e negócios. Sem esquecer as tradições, a história, os costumes que identificam a nação japonesa, mas em comunicação com os melhores desempenhos e produtos.

A propósito do título, lembramos de uma revista que circulou um pouco antes da fundação de *Made in JAPAN*, e que teve poucos números, era feita inteiramente no Brasil, e fechou por falta de publicidade. Era escrita em português e chamava-se *Japão AQUI*.

Parecia uma aposta nas especificidades nipônicas, era o passado mais do que o presente, a manutenção de uma visão de gueto para a comunidade.

Made in Japan sinaliza uma sintonia perfeita com a atualidade do mundo nipo-brasileiro e brasileiro nipônico.

4. *Made in JAPAN*: as diversas faces dos nikkeis

O estudo da revista *Made in JAPAN* mostra a execução de um projeto de comunicação que atua em um território formalmente composto por pessoas inicialmente unidas pela identidade étnica.

Nos seus primeiros números, as matérias tratavam de temas como: imigrantes japoneses e sua história e situação presente no Brasil, problemas da aculturação dos residentes no Brasil e no Japão, cultura e civilização com destaque para educação, pontos turísticos, produtos da tecnologia de ponta, trabalho para dekasseguis, comportamento, artes e culinária.

No número do seu terceiro aniversário, a revista avalia suas melhores reportagens com a reprodução de todas as suas capas mostrando que até então seus principais temas eram majoritariamente sobre o Japão.

Nos três primeiros anos de publicação, a revista apresentou uma linguagem mais cuidadosa, procurando se ater à língua padrão e matérias de capa sobre o Japão, prioritariamente.

A partir do quarto ano de circulação, a revista adota uma linguagem mais coloquial e seus assuntos de capa tratam de questões do ponto de vista do Brasil, do intercâmbio entre as duas culturas, abrindo exceção para eventos excepcionais que envolvem a família imperial do Japão.

O conteúdo da revista oferece informações para o debate sobre o que é realmente um nikkei: alguns não falam a língua japonesa e outros não tem a aparência física de japoneses. O que permitiu o questionamento do mito do ser japonês é igual a ser nikkei.

A crescente miscigenação provocou uma alteração dos tipos físicos da juventude nikkei, com o surgimento de um novo padrão estético (ver número 26, novembro de 1999, ano 3), promovendo a inclusão dos mestiços legitimados em concursos de beleza patrocinado pela revista.

A afirmação de uma nova identidade fisica para os nikkeis, que não precisavam mais ter uma fisionomia de japoneses é consagrada com a publicação de informações sobre modelos nipo-brasileiros que fazem sucesso no Japão com tipos formados pela mistura de raças.

A publicação de número 36, de setembro de 2000, apresenta na capa a modelo e apresentadora de televisão no Brasil, Renata Sayuri, que personifica um padrão de beleza

feminino miscigenado.

Ao assumir a perspectiva de uma identidade nikkei com a inclusão plena do mestiço, a revista se reposiciona quanto aos temas preferenciais: suas áreas de cobertura buscam no Brasil suas matérias de capa e há uma perspectiva de integração daquilo que lembra o Japão no Brasil e o que nos lembra o Brasil no Japão.

O conteúdo jornalístico é acompanhado pela expressiva presença de anunciantes brasileiros.

Essa abertura da revista para a nova identidade nikkei contribuiu para firmar um público de leitores e anunciantes. Na medida em que toda a publicação jornalística deve seguir uma linha editorial que a distinga de todas as outras em circulação para ser um produto viável para integrar um segmento do mercado, *Made in JAPAN* firma-se empresarialmente ao demonstrar que a comunidade nikkei é maior do que o imaginário dos antigos imigrantes japoneses podia admitir.

Se a aparência física de um japonês deixou de ser essencial para a identidade nikkei, temos o caminho aberto para o questionamento do que é exatamente a comunidade nikkei.

A questão da transformação, no decorrer dos mais de cinco anos da revista, da idéia de uma identidade nikkei fechada nos japoneses e seus descendentes com traços étnicos orientais para uma perspectiva de identidade que abrange todos os descendentes comprova o trabalho integrador da revista na exposição pública sobre o que são os nikkeis.

Mas, ao trabalhar a idéia de organizar uma cultura nikkei, a revista opera com a hipótese de que a comunidade nikkei deve ser mais ampla do que o conjunto das pessoas nikkeis. E é a partir da comunicação da revista com o seu público que se constrói a perspectiva da comunidade nikkei: japoneses, descendentes de japoneses e simpatizantes de qualquer nacionalidade de tudo que é japonês, principalmente no mundo dos negócios, da ciência e da tecnologia. Na prática, participam do mundo nikkei todos que com eles se relacionam: dos empresários aos bolsistas de alguma instituição japonesa, dos consumidores de produtos aos viajantes que visitam o Japão e se encantam , como o escritor Paulo Coelho (matéria de capa, no. 44, maio de 2001).

Um estudo da revista enquanto produto a ser vendido no mercado, que deve compatibilizar interesses de anunciantes e dos próprios empresários do veículo com as expectativas dos seus leitores, mostra uma preocupação em ampliar seu público potencial buscando uma abordagem mais ancorada nas relações Brasil-Japão.

Em relação ao campo econômico, a revista evita aprofundar os impasses da economia japonesa . Em 2001, os leitores receberam informações sobre as dificuldades dos dekasseguis (nikkeis que emigraram para o Japão em busca de empregos) no seu dia a dia, há destaque sobre o outro lado da prosperidade, inclusive os sem tetos, os

inadaptados, as doenças como a aids, as transgressões com relato dos crimes cometidos.

O cultivo dos aspectos apreciados no Brasil da cultura oriental, como o zen budismo , a acupuntura, a ikebana, o origami, o bonsai, a culinária, destaca elementos já divulgados pelo jornalismo brasileiro, mas reforça o esteriótipo de ser uma publicação com vínculos japoneses, apesar do abrasileiramento da publicação nos quarto e quinto ano de publicação..

Há uma segmentação de assuntos no quarto ano da publicação, com a criação de uma revista de culinária japonesa, dirigida por Johny Arai, que foi deslocado da editoria do *Made in JAPAN* para implantar o novo projeto e posteriormente voltar ao comando da revista.

Acontece um perfeito entrosamento com empresas, negócios, atividades que envolvem pessoas ou grupos identificados com os nikkeis aqui no Brasil, que também anunciam mais a partir do quarto ano de publicação do que no período anterior.

Procura-se atender ao publico jovem com destaque para músicos e artistas populares japoneses e nikkeis brasileiros que fazem sucesso comparecendo em programas de televisão no Brasil, como o programa de Raul Gil na TV Record. A diagramação é mais caótica, no estilo revista para jovens nesta fase.

A publicação funciona como um espaço dos interessados na cultura nipo-brasileira e brasileiro-nipônica, nos dois países. Ao destacar como os nipo-brasileiros no Brasil e brasileiros residentes no Japão estão interagindo com as culturas locais, a revista estabelece a ligação entre os que aqui permanecem e os dekasseguis, os imigrantes nikkeis que saíram do Brasil para trabalhar no Japão. Há uma indicação dos caminhos de ida e volta, inclusive com anúncios publicitários, diante da imposição de uma nova realidade que permite as pessoas ficar em trânsito, um pouco lá e um pouco aqui.

Empresas japonesas com seus produtos são apresentados na revista com grande destaque, a linha editorial é de estimular o consumo de produtos de empresas japonesas, no Japão e no Brasil, principalmente daquelas que estão instalando aqui filiais de suas empresas.

As medidas governamentais no Japão no campo da economia e mais ainda os atos empresariais, como os do presidente imposto a Nissan pela Renault, que despediu um grande número de funcionários (medida inédita na sociedade japonesa !), foram mostradas, como de resto pela imprensa internacional, como atos muito necessários e bem aceitos.

Mitos consagrados, como a família real japonesa, continuam em destaque.

A perspectiva de dificuldades para os dekasseguis no Japão é relatada nas reportagens, com a cobertura de um seminário organizado para discutir as dificuldades de trabalhadores brasileiros no Japão, com apoio inclusive de órgãos do governo japonês, ainda em 2001.

Em 2004/2005 enfatiza os temas de viagens (turismo e trabalho dekassegui) e cria em 2005 um caderno de empregos e informações para os desejam trabalhar no Japão.

Made in JAPAN explicita uma proposta para ser nikkei hoje, no Brasil e no Japão dos dekasseguis, e oferece opções para os que se identificam com ou os que admiram a comunidade nikkei sobre o que fazer, aonde ir, o que comprar, a quem reverenciar, que cultos seguir, que artistas admirar e apresenta um relato dos aspectos contraditórios da experiência da uma sociedade globalizada.

5. Conclusões

Made in JAPAN é uma experiência inovadora a história do jornalismo nipo-brasileiro. Ela reorganiza a identidade nikkei na conjuntura histórico-social em que a migração da população é uma prática quotidiana possível. E valoriza o projeto social e econômico da expansão capitalista japonesa e tudo que dela se origina. Enfim, trata-se de um jornalismo dos intelectuais orgânicos do processo de globalização da economia e que promove com eficiência os valores ideológicos do capitalismo internacional na vida quotidiana.

6. Bibliografia

BRAUDEL, Fernand. (1978).Escritos sobre a História. Trad. J. Guinsburg e T. C. S. da Mota, São Paulo, Perspectiva.

GRAMSCI, A. (1968). Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Trad. C. N. Coutinho, Rio , Civilização.

GRAMSCI, A. (1976) . Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Trad. Luiz Mário Gazzaneo, 2ª. 3d.,Rio, Civilização.

HELLER, A. (1989). O Cotidiano e a História. Trad. C. N. Coutinho e L. Konder, 3a. ed., Rio, Paz e Terra,.

Made in JAPAN, volumes 1-63, outubro de 1997 a dezembro de 2002, revista mensal, J.B.Communication, São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1977).História da Imprensa no Brasil, 2a. ed., Rio, Graal.

OS PRISIONEIROS DE RUBEM FONSECA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA OBRA EM RELAÇÃO À SUA ATUAÇÃO NO IPÊS[i].

Aline Andrade Pereira – PPG-UFF

Este artigo tem por objetivo analisar a relação entre o primeiro livro de contos de Rubem Fonseca, *Os Prisioneiros*, lançado em 1963 e o apoio deste escritor ao golpe de 1964 que levou os militares ao poder, através da participação no Instituto de Pesquisas Sociais do Rio de Janeiro (Ipês)[ii].

Em uma caracterização histórica do período entre 1962-1964, Mendonça salienta que o golpe constituiria uma "ruptura do pacto populista", na medida em que, em pouco tempo, o modelo econômico que havia sido implantado por Juscelino Kubitschek fazia com que, por um lado, a burguesia industrial se destacasse dentre as classes dominantes e, por outro, as classes populares se vissem desamparadas, sem que suas necessidades básicas fossem atendidas, causando um desequilíbrio nessa relação. O golpe teria sido uma "redefinição do pacto do poder no país", através da reorganização deste entre o empresariado industrial e os militares[iii].

Pretendemos desenvolver nossa discussão em torno de dois eixos que se complementam. O primeiro visa investigar a hipótese de que Rubem Fonseca apresentou-se como um intelectual orgânico, na concepção gramsciana do termo. Dreifuss, no já clássico estudo sobre o golpe de 1964 que derruba o governo de João Goulart e instaura uma ditadura civil-militar, aponta para o fato de que este golpe seria fruto de uma associação de empresários e militares, basicamente, que influenciaram na mobilização e no doutrinamento ideológico do restante da sociedade. Esses civis que integravam o Ipês seriam, em sua maioria, fruto de uma "intelligentsia empresarial, intelectuais orgânicos do novo bloco em formação", compostos de: a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação

profissional; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia e c) oficiais militares[iv].

A estrutura básica do Ipês pode ser vista da seguinte forma: Conselho Orientador, Conselho Diretor e Comitê Executivo, tendo Rubem Fonseca ocupado estes três cargos, além de participar das chamadas "atividades secretas"; do Grupo de Publicações/Editorial (GPE); do Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), também chamado de "escritório de Brasília" que "fornecia a coordenação política da campanha anti-João Goulart"[v] e finalmente nos chamados Grupos de Opinião Pública (GOP), responsáveis pela manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis, lidando especialmente com os editoriais de jornal e filmes. Segundo Dreifuss: "o líder do Ipês José Rubem Fonseca, romancista engajado em atividades de opinião pública, colocou sucintamente o fato: o instituto publica em jornais artigos, editoriais e opiniões" [vi]. O objetivo era ocupar o centro da discussão ideológica e política, sem nunca mencionar diretamente o nome do Ipês; ou seja, transformar as preocupações de uma classe, apenas, em preocupações da população. Dentre as estratégias propagandísticas utilizadas - além de editoriais, panfletos, programas de rádio e TV - uma das mais importantes foi a realização de filmes doutrinários, nos quais tudo indica que Rubem Fonseca teria assinado os roteiros, embora o escritor negue o fato[vii].

Segundo Gramsci, todo grupo social cria para si uma camada de intelectuais orgânicos que lhe dão "homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político"[viii]. Duplamente capacitado – técnica e intelectualmente – o intelectual orgânico teria essa capacidade de organização da massa em torno de objetivos que sejam do interesse da empresa. Além disso, devem também proteger sua própria classe.

É interessante atentar-nos para o fato de que Rubem Fonseca ocupava, na ocasião, o cargo de diretor da Light. Nesse sentido, entendemos o trabalho do escritor

como organizador de uma nova cultura, não só através de sua literatura, mas também como um técnico da indústria, pois ocupa um alto cargo numa empresa cujos interesses multinacionais e associados são claros. Fazendo parte dessa elite que toma para si o compromisso de estabelecer os rumos da política nacional, Rubem Fonseca ocupa um lugar privilegiado dentro dessa estrutura, possuindo todos os atributos técnicos para agir como tal.

O segundo eixo de discussão seria uma chamada teoria materialista da cultura, apoiando-nos na definição de Williams sobre o projeto de sua obra como: "uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico". Dessa forma, torna-se importante investigar o que chamamos de cultura, enfatizando a noção de conflito presente neste autor. Williams, na sua tentativa de problematizar o conceito, distingue o significado de cultura até o século XVIII - como sinônimo de "cuidado de colheitas e animais" - até a noção do final do mesmo século, onde "cultura" e "civilização" são "termos intercambiáveis". É também no final deste século que surge o conceito de "literatura" como uma forma de especialização de uma área que antes abarcava a gramática e a retórica. O mais importante foi uma especialização feita em termos de classe social. O que até então era considerado uma prática ou atividade, enfrenta um processo de "distinção social particular". E de certa forma essa distinção ainda permanece, no sentido que somente se dá essa nomenclatura às "obras impressas de uma certa qualidade"[ix]. Na mesma direção, Thompson[x] contesta uma suposta visão consensual em torno da noção de cultura, trazendo à tona a importância de se estudar outras manifestações que interligue aspectos sociais, culturais, realizando assim, uma ruptura com uma interpretação que privilegie a explicação através de aspectos econômicos.

Embora Marx e Engels nunca tenham proposto uma "teoria geral da estética", algumas considerações podem ser vistas em relação a este universo na obra destes

autores. Interessa-nos particularmente combater determinadas interpretações que tomam a relação entre base e superestrutura como algo mecânico e direto. Ainda que esta metáfora como explicação da relação entre diversas instâncias da sociedade já tenha sido colocada em obras precedentes de Marx, é somente na *Contribuição à crítica da Economia Política* que temos uma formulação mais sólida: "O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social"[xi].

Engels, em carta à Heinz Starkenburg, de 25 de janeiro de 1894, salienta que esse fator econômico não se trata, contudo, de um "efeito automático". Ao contrário: "são os próprios homens que constroem a sua própria história, mas num dado meio, que a condiciona na base de relações reais anteriores, entre as quais figuram as condições econômicas"[xii] . Ou seja, a determinação existe, mas deve ser vista a partir da ação humana. Engels finaliza em sua carta à Conrad Schmidt, de 27 de outubro de 1890[xiii], a respeito de seus críticos, que "o que falta a todos esses senhores é a dialética".

Acreditamos que outros autores, sob a influência marxista, forneceram interessantes alternativas frente a esta questão, como por exemplo Thompson. O autor sugere a inadequação da relação base e superestrutura propondo o abandono desta[xiv]. Propõe uma dialética que pense a dinâmica social e os atributos humanos contidos nela. Thompson está, em última análise como ele mesmo o afirma, colocando em xeque a idéia de ser possível descrever um modo de produção apenas em termos "econômicos", estabelecendo como secundários aspectos como a cultura. Tais metáforas ou modelos teóricos teriam o problema de inferirem em reducionismos que se apresentariam como "lapsos na lógica histórica"[xv], impingindo às questões, categorias rígidas, ao invés de, ao contrário, utilizar as últimas como ferramentas de explicação das primeiras, compreendendo a lógica processual contida em cada fato histórico. Em direção

semelhante segue Williams[xvi]. O autor indica algumas alternativas – como os conceitos de “processo” e “mediação” – para se pensar a interação constante dessas estruturas, porém não se satisfaz com nenhuma delas.

Todas essas posições reafirmam as concepções de Marx e Engels em contrapor à idéia de considerar a cultura como parte de uma produção do mundo real, e não como um universo isolado. Nesse sentido, não só toda a percepção sobre a cultura passa a se relacionar a uma existência material - sem que isso represente, entretanto, uma relação mecânica - como também a cultura passa a ser espaço de luta e organização social, onde múltiplos interesses se confrontam. Sendo assim, teorias da arte como um “espelho da sociedade” são superficiais.

A obra de Rubem Fonseca apresenta-se dentro da literatura brasileira como uma mistura de elementos entre o vulgar e o erudito, em um momento em que muitos autores afirmarão um desgaste do romance regional[xvii]. Diante das duas trilhas básicas da literatura - romance social-regional/romance psicológico - Rubem Fonseca mostra-se fora destas divisões, instaurando mudanças significativas na literatura brasileira[xviii].

Os prisioneiros é lançado em 1963, pela Olivé/Edições GRD, e é composto de onze contos. Nestes é possível vermos alguns temas que serão recorrentes em toda obra do autor: 1) Crítica à modernidade; 2) Caracterização da violência gratuita; e 3) Líricas/sexuais. O critério de crítica à modernidade abrange os contos onde o autor mostra uma visão de mundo cética às grandes ideologias e instituições da modernidade. As soluções, quando comparecem, são sempre em termos de realizações pessoais e nunca visam a construção de projetos coletivos – ou o fazem sempre de maneira satírica. Podem ser traduzidos em críticas a instituições específicas, como a Igreja, a Ciência e a Arte Moderna e aos grandes sistemas ideológicos, como o marxismo e a psicanálise.

Dentre os contos agrupados neste primeiro tema encontramos *O conformista incorrigível*, onde uma junta médica analisa o caso de um remanescente típico do

Conformismo, Amadeu. Essa junta faz parte de um Instituto que visa a criação da Sociedade Mentalmente Sadia do Grande Fromm. A constante exposição dos indivíduos da sociedade moderna a todo este sistema midiático levaria os mesmos à Conformidade. A própria cultura estaria sendo influenciada por isso e a prova seria "A arquitetura de Le Corbusier, Gropius, Niemeyer e outros alienados, que se espalhou como uma epidemia pelo mundo"[xix]. A solução seria um tratamento de choque para produzir indivíduos rebeldes e inconformados - mesmo que esse inconformismo fosse imposto sob coerção física. Neste conto o linguajar técnico confunde-se com um diálogo *non-sense* onde é visível uma ironia à moda de Orwell. Seria possível vermos uma crítica à mídia e à Arte moderna. É interessante notarmos a preocupação do escritor com a questão dos Institutos que visam uma suposta melhoria da sociedade – evidentemente segundo critérios bastante particulares dos seus integrantes - e a forma satírica com que ele os retrata.

Essa questão dos institutos também é o tema de *O Agente*. Neste conto, podemos ver uma crítica à burocratização da vida moderna. O agente em questão é um funcionário do Instituto de Estatística que visa realizar um recenseamento. Ao visitar uma imobiliária, ele descobre que o seu dono está prestes a se matar. Quando questionado do porquê do censo, o agente responde: "para sabermos quantos somos, o que somos". Ao que o dono da imobiliária responde "o que somos? Isso não". O funcionário tenta dissuadi-lo do suicídio mas quando percebe a firmeza de seu propósito, simplesmente diz que não há problema, afinal de contas, é parte do recenseamento contar com determinadas mortes durante o processo. Além disso, ele ganha cento e setenta cruzeiros e cinqüenta centavos a cada questionário, não podendo perder seu tempo com aquele homem. Questões existenciais são tratadas com a frieza de um funcionário burocrata que só se preocupa com o seu próprio bem estar.

O conto *Gazela* reúne características de um conto lírico/sexual e também elementos de crítica à modernidade. Um homem relata a um provável analista ou médico um amor que ele nunca conseguiu esquecer. O tom lírico é intercalado pela rispidez de palavrões. As críticas à modernidade têm, neste conto, alvo certeiro: "Freud é uma questão de fé, ou a gente crê nele ou não crê. Eu não creio. A mesma coisa com Marx"[xx]

Outro conto que pode ser visto como uma crítica à modernidade, desta vez em particular à arte moderna, é *Natureza-podre ou Franz Potocki e o mundo*, onde o escritor satiriza a pintura moderna, criticando suas instâncias de consagração como museus, críticos e público. O pintor em questão, cujo nome guarda uma incrível semelhança com o pintor abstrato norte americano, Jackson Pollock, cria a estética da natureza-podre, rendendo-lhe muito dinheiro com a venda de suas obras e banalizando-as ao ponto de todos terem o seu próprio quadro, mediante crediários e sistemas de compra facilitado.

Nos contos *Os prisioneiros* e *O inimigo* a critica à modernidade recai sobre o aspecto neurotizante da vida moderna. Em ambos, indivíduos sofrem de transtornos mentais. No primeiro, um paciente que sofre de uma série de sintomas nunca descobertos pela medicina tenta a psicanálise como sua última chance. No consultório da psicanalista o homem tem uma crise. Esta, desesperada, corre ao consultório ao lado, de um médico, implorando-lhe ajuda. O médico demonstra-se bastante sarcástico, criticando a psicanálise. O homem morre. No conto *O inimigo*, um homem é vítima do que a psiquiatria classifica como Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) e se vê envolto em rituais de verificação – abre a tranca a porta algumas vezes, confere cadeados à noite toda, mediante gestos e palavras que devem ser feitos e proferidos – enquanto relembra histórias de sua juventude e tenta reencontrar os velhos amigos. Neste conto a crítica à modernidade se volta contra a Igreja Católica. Um dos seus amigos – Ulpiano-o-meigo - é expulso do colégio por ter colocado uma lista de preços de sacramentos.

Em outros contos é possível vermos o que denominamos de violência gratuita. Entendemos como tal os contos onde a violência se justifica por si mesma e não como resposta a uma realidade ou mesmo um desejo passional. O primeiro conto do livro, *Fevereiro ou Março*, é um exemplo desta característica. Nele um halterofilista veste-se de mulher no Carnaval e junto a um bando de outros homens vestidos da mesma forma, surra gratuitamente todos que cruzam o caminho deles. Uma misteriosa condessa também é incluída na história, mas sem muitas explicações. O conto seguinte, *Duzentos e vinte e cinco gramas*, é o relato de uma autópsia de uma mulher. Há a mescla entre narrativas minuciosas da autópsia, utilizando um linguajar técnico e frases banais ditas em meio à cena. O título refere-se ao peso do coração da mulher. O delegado aposentado Ivan Vasques, ex-colega de Rubem Fonseca na Escola de Polícia Civil, diz que o fato teria ocorrido com o próprio autor. Para se acostumarem com o que lhes esperava, os estudantes tinham aula depois do almoço, às 14h, duas vezes por semana, dissecando cadáveres no Instituto Médico Legal (IML). Por fim, nesta categoria de violência gratuita, encontramos o conto *Henri*, onde um matador de aluguel versado em filosofia e especializado em exterminar velhinhas faz um elogio da guerra enquanto prepara-se para esquartejar o corpo da senhora recém morta.

Temos ainda dois contos na categoria de líricos/sexuais – além do já citado *Gazela* que figura nesta categoria e também na de crítica à modernidade. São eles: *Teoria do consumo conspícuo* e *Curriculum vitae.* No primeiro, uma mascarada em um baile de Carnaval pede um dinheiro emprestado de um homem que ela acabou de conhecer para fazer uma operação plástica no nariz. O segundo conta a história de um tocador de bongô que se apaixona por uma garota de 17 anos. Os dois contos são quase destoantes junto ao resto do livro e comparecem como uma espécie de ajuste ou liga, dando maleabilidade em uma narrativa já tão áspera. São pontos onde é possível respirar, recuperar o fôlego e continuar a densa narrativa.

Longe de apresentar qualquer resultado conclusivo, este trabalho pretendeu realizar uma primeira aproximação do tema, investigando a relação do escritor Rubem Fonseca como um intelectual orgânico e organizador de uma nova cultura em um momento crucial da história brasileira. Aparentemente poderíamos classificar a trajetória de Rubem Fonseca como contraditória, onde um legitimador da ordem vigente rivaliza com um escritor profundamente transformador do cenário literário brasileiro. No entanto seria necessário superar essa dicotomia simplista, considerando toda sua obra e trajetória como um conjunto dinâmico, onde a trajetória pessoal e política servem não para explicar, nem muito menos contradizer sua obra, mas sim como elementos acessórios que interferem de forma dialética o tempo todo.

---

[i] Este artigo é parte da tese de doutorado "Vastas posições e uma trajetória imperfeita: uma análise historiográfica da obra literária de Rubem Fonseca entre os anos 1963-1989", em desenvolvimento no setor de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, que visa investigar a obra do escritor durante todo o período da ditadura militar, em paralelo à sua atuação política. Apesar da participação no Ipês, Rubem Fonseca terá um de seus livros, *Feliz Ano Novo*, censurado em 1976, permanecendo nesta condição até 1989 e só sendo liberado após um árduo processo que o escritor move contra a União.
[ii] Dreifuss, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
[iii] Mendonça, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*. Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986: 88 e Fontes e Mendonça, História do Brasil recente. 1964-1992. 2001: 98.
[iv] Dreifuss, Op. Cit: 71.
[v] Idem. Op.Cit: 190.
[vi] Idem. Op. Cit: 235. A respeito da versão de Rubem Fonseca sobre o seu envolvimento no Ipês ver matéria no jornal Folha de São Paulo de 27/03/94, intitulada "Anotações de uma pequena história".
[vii] Assis, Denise. *Propaganda política a serviço do golpe*. RJ: Mauad e Faperj, 2001
[viii] GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001: 15.
[ix] Williams, Raymond. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979: 12/18/20.
[x] Thompson, E.P. "Introdução: costume e cultura". In: *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
[xi] Marx, Karl. *Contribuição à crítica da Economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003: 5.
[xii] Marx-Engels. *Sobre literatura e arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974: 42
[xiii] Idem. Op. Cit: 36.
[xiv] Thompson, E. P. "Folclore, antropologia e História social". In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
[xv] Idem. "As peculiaridades dos ingleses". Op. Cit: 159.
[xvi] Williams, Raymond. Op. Cit.
[xvii] Bosi, Alfredo. *História Concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1991.
[xviii] A consagração viria no livro seguinte A coleira do cão, de 1965, através do prêmio Pen Clube do Brasil e do Prêmio Jabuti (conto) da Câmara do Livro de São Paulo; e no livro Lucia McCartney, de 1967, com o qual o

autor ganharia os prêmios Fundação Cultural do Paraná e Fundação Cultural de Brasília. Antes de tais prêmios, o autor tem ainda pouca visibilidade. (Ver matérias "Escritor não é computador", jornal *Última Hora*, 18/11/69; Entrevista com a filha do escritor em 02/07/69, no *Jornal da Tarde* e no mesmo jornal, no dia 03/07/69, matéria "Rubem Fonseca, o vencedor, escreve assim" e "Depois dos prêmios, muita confusão")..

[xix] Fonseca, Rubem. *Os Prisioneiros*. SP: Companhia das Letras, 2001: 35.

[xx][xx] Idem. P. 68.

A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade

ALINE PINHEIRO BRETTAS

1 Introdução

Esse artigo é baseado na dissertação "A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade", apresentada na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, em outubro de 2004. O objetivo desse trabalho é apresentar, brevemente, um estudo sobre a história da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, além de mostrar a contribuição dessa instituição para a constituição da memória e da identidade da cidade.

2 A criação

Em 1894, o Brasil tinha acabado de se tornar uma república. Do ponto de vista educacional, foi atingido por um fervor ideológico, sendo que os conceitos de democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país. O Brasil então começou a pensar e a repensar sobre o programa de educação, passando essa a ser vista como algo que iria salvar o país do atraso e da desordem. O advento da República representava o rompimento com a herança colonial.

Belo Horizonte foi idealizada e criada dentro desse contexto. A cidade foi planejada e construída como um "tabuleiro de xadrez", rumo aos novos desígnios da nação, e inaugurada em 12 de dezembro de 1897.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi criada no espírito que orientou a construção de Belo Horizonte, precedendo a inauguração da cidade. Alguns membros da Comissão – os engenheiros Fábio Nunes Leal, Samuel Gomes Pereira, Américo de Macedo e José de Magalhães – deliberaram fundar a "Sociedade Literaria Bello Horizonte", cuja finalidade seria a organização de uma biblioteca e um museu. Em 27 de agosto de 1894, esses engenheiros se reuniram com Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora e

responsável pelo planejamento e construção de Belo Horizonte, para apresentar um ofício que expunha os planos da fundação e as bases da instituição, e propor que a coleção inicial fosse formada com materiais informacionais ligados à sua atividade profissional.

Nos Estados Unidos, em fins do século XIX, a educação se tornou base fundamental para a democracia. Nesse contexto, a biblioteca pública estava sendo fervorosamente defendida e promovida, uma vez que era considerada como um meio capaz de difundir o conhecimento, tratando a todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos. Os membros da Comissão, ao criar a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, estavam inteirados a respeito desse papel que a biblioteca pública americana adquiriu.

Aarão Reis foi convidado a ser presidente honorário da instituição, e lhe foi solicitada uma casa adequada. Ele aceitou o convite e cedeu imediatamente uma casa velha existente no Largo da Matriz, onde a biblioteca funcionou até depois de inaugurada a nova capital. O acervo inicial da instituição compôs-se de livros doados pelos próprios membros da Comissão. Há também o registro de recebimento de revistas científicas.

À Biblioteca foi dada a denominação de “Sociedade Literária de Belo Horizonte”. Quando a nova capital fora inaugurada e os trabalhos da Comissão Construtora foram encerrados, o acervo da Biblioteca, que contava com cerca de 4.000 volumes, foi doado à Prefeitura.

3 Da institucionalização municipal até a extinção

A análise histórica da Biblioteca Pública de Belo Horizonte nos permite dividir sua trajetória em três fases distintas, marcadas por mudanças administrativas que determinaram o espaço que a instituição ocupou na cidade.

Na fase inicial, que compreendeu os primeiros trinta anos, a Biblioteca era ainda uma instituição de pequeno porte: era subordinada à Secretaria, essa por sua vez subordinada à Prefeitura. O quadro de funcionários era bastante reduzido, sendo que o Secretário exercia as atribuições de diretor da instituição.

A Biblioteca, depois de doada à Prefeitura, ficou situada em um prédio na Rua da Bahia. O prédio era provisório, mas não havia recursos para instalar a instituição em um local próprio. O local era inadequado, pois não satisfazia às conveniências do serviço. Em 1904, a

Biblioteca foi transferida para o salão térreo do edifício que na época abrigava o Senado. O novo local, no entanto, também era impróprio. Em 6 de setembro de 1914, foi inaugurado oficialmente o palácio do Conselho Deliberativo, situado na esquina da Rua da Bahia com a Avenida Paraopeba[i]. Nesse mesmo dia, a Biblioteca foi também transferida para esse edifício, onde funcionou até 1963. O novo local também não parecia ser apropriado para o público.

A instituição recebia doações de pessoas importantes no cenário político e intelectual de Belo Horizonte. Havia também uma preocupação em desenvolver uma coleção de periódicos nacionais e estrangeiros. Uma nova organização do acervo começou a ser implantada na Biblioteca em 1925. Foi adotado o sistema de classificação decimal, criado por Melvin Dewey, um teórico da Biblioteconomia que defendeu, nas três últimas décadas do século XIX, a idéia de que a biblioteca pública deveria ser um meio de difundir a educação. Os livros e periódicos eram encadernados. O decreto municipal n. 16 de 12 de maio de 1927, que regulamentava os serviços da Prefeitura, determinou que a preservação do acervo era uma atribuição do bibliotecário. Era feito, regularmente, o serviço de descarte e limpeza dos livros.

A fase inicial da Biblioteca coincidiu com o período que no Brasil era chamado República Velha ou Primeira República. O processo político na década de 1920 foi caracterizado pela maior visibilidade da presença da classe média urbana na cena política, que deveria visar a transformação da República oligárquica em República liberal. Essa década também marcou o término da construção de Belo Horizonte. Nesse momento, a grande preocupação era o crescimento da capital de Minas Gerais, que até então havia se estagnado. Eram necessárias novas medidas para que se pudessem controlar os problemas decorrentes da urbanização. Acompanhando o crescimento dos setores urbanos, a preocupação da biblioteca pública com a educação expandiu-se, já que o público estava se tornando cada vez maior e mais urbanizado. Era essencial fazer a biblioteca conhecida por todos, e novos meios de atrair leitores foram criados.

A Biblioteca, se inserindo nesse contexto, também proporcionou a publicação de notas e artigos de jornal, apresentando informações sobre a freqüência e o acervo recebido. Esse acervo, além de obras em idioma português, comportava número significativo de obras em idiomas estrangeiros, principalmente o francês, além de clássicos da literatura nacional e internacional. O número de consulentes quase triplicou de um ano para o outro. Havia, no entanto, uma classe privilegiada composta pelos estudantes. Isso significa que o acervo era bastante apropriado a esse tipo de público, que procurava a Biblioteca para encontrar as informações necessárias às suas leituras e pesquisas escolares.

Nesse período, a educação do povo estava sendo considerada um meio de conquistar o sentimento de identidade nacional, além de estarem surgindo no Brasil as primeiras grandes universidades, dentre elas, a de Minas Gerais, em 1927. A Biblioteca estava se inserindo nesse contexto, sendo que grande parte do seu público era composta por estudantes primários. O atendimento, no entanto, era deficiente para a consulta de alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, uma vez que não havia um acervo adequado para eles.

Na fase intermediária, que ocorreu entre 1930 e 1937, o decreto municipal n. 64 de 07 de março de 1930 regulamentou a Biblioteca, tornando-a subordinada diretamente à Prefeitura e com mais autonomia. Nesse decreto apareceram o quadro de funcionários, que deveria constar de um bibliotecário, um ajudante, três encarregados, seis fiscais da leitura e dois porteiros-serventes. Esse mesmo decreto autorizara a criação de uma seção denominada “Biblioteca de Autores Mineiros”.

O bibliotecário da época, J. Guimarães Menegale, realizou uma classificação inspirada no modelo da Biblioteca do Congresso, em Washington, tendo em vista as condições da Biblioteca, sua natureza e desenvolvimento. O acervo abrangia diversos assuntos, e podia ser acessado por um público diferenciado. Em 1936, pelo novo regulamento dado à Biblioteca através do decreto municipal n. 67 de 11 de fevereiro, a instituição deveria manter uma seção “Braille”, com livros dedicados aos deficientes visuais.

Quanto à preservação do acervo, o decreto municipal n.64 de 07 de março de 1930 determinou que ela continuaria sendo atribuição do bibliotecário. No entanto, foi previsto que um ajudante deveria auxiliá-lo. O encarregado, por sua vez, deveria fiscalizar a consulta do público, para evitar extravios e depredações das obras. Já o fiscal de leitura era responsável em impedir a infração de qualquer prescrição do regulamento no que se referia à preservação das obras, objetos e mobiliário por parte dos consulentes. Em 1936, o novo regulamento dado à Biblioteca pelo decreto municipal n. 67 de 11 de fevereiro determinou que a preservação do acervo, através de sua constante limpeza e tratamento, bem como o asseio, segurança e conservação do edifício, deveriam ser de responsabilidade do serviço de conservação.

O movimento fascista italiano que se desenrolava naquele período influenciou o campo político no Brasil, através do surgimento do Estado Novo, fazendo com que a corrente autoritária ganhasse espaço na cultura política do país. Em Belo Horizonte, a administração pública municipal adotou uma política repressiva, inclusive na constituição do acervo da Biblioteca Pública. Em 21 de outubro de 1937, o prefeito Otacílio Negrão de Lima, através do decreto municipal n. 135, tomou uma medida bastante coercitiva, criando uma comissão que deveria verificar as obras existentes na Biblioteca e eliminar as continham qualquer ideologia contrária ao regime getulista.

No entanto, houve uma maior preocupação da Biblioteca com a sua popularização. Ela possuía uma certa preocupação em atender alguns grupos da sociedade que necessitavam de uma atenção especial: as crianças, os deficientes visuais, os presidiários. Nessa fase, a instituição também começou a se preocupar com a realização de atividades de difusão cultural. O artigo 35 do decreto n. 64 determinou que na Biblioteca haveria uma sala de conferências, que poderiam se realizar mediante a permissão do bibliotecário ou que este as promoveria, escolhendo os assuntos e convidando as pessoas que delas teriam que se encarregar. No entanto, o decreto ressaltou que “assuntos facciosos” não poderiam ser apresentados. O novo regulamento da Biblioteca dado pelo decreto n. 67, em 1936, no artigo 9º determinou que o bibliotecário deveria distribuir por outras bibliotecas públicas as

duplicatas das obras existentes, bem como fazer as permutas que poderiam ser vantajosas. Além disso, bibliotecário ele promover, dentro ou fora do estabelecimento, conferências de caráter cultural, convidando as pessoas que dela deveriam se encarregar, além de dirigir o "Boletim Bibliographico", publicado em quatro edições no ano de 1935, e que apresentava várias informações, dentre elas, notas sobre a cidade e artigos de intelectuais belo-horizontinos.

Na fase final, entre 1937 e 1963, a Prefeitura havia se tornado uma administração complexa, com diversos departamentos e serviços. Com isso, a Biblioteca passou a ser subordinada ao Departamento de Cultura e o seu quadro de funcionários tornou-se mais diversificado, tendo em vista a complexidade do serviço executado. Tal quadro constou de: um diretor; um bibliotecário; um catalogador-chefe; um ecônomo; um catalogador auxiliar de 1ª; um catalogador auxiliar de 2ª; um auxiliar datilógrafo; um oficial de consulta de 1ª; um oficial de consulta de 2ª; três oficiais de consulta de 3ª; dois oficiais de consulta de 4ª e dois porteiros-serventes.

Um novo sistema de classificação foi introduzido nas bibliotecas: a classificação decimal universal, que inspirou a Biblioteca Pública a reelaborar o seu catálogo bibliográfico. Nessa fase, no entanto, o acervo começou se tornar desatualizado, e foi sendo delineado pra atender, principalmente, estudantes de nível primário. Não foi encontrado registro que mencionasse mudança significativa sobre a preservação, exceto informações sobre capeamento com material plástico e encadernação das obras mais estragadas, feitas por especialistas.

Naquele ambiente político e autoritário do Estado Novo, o campo literário em todo o país ficou sob a tutela do Estado Brasileiro. Uma das instituições criadas foi o Instituto Nacional do Livro – INL (1937), que tinha por objetivo incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o Brasil. As bibliotecas públicas, entretanto, ficaram em segundo plano na nova política cultural. Em 1946, foi criada uma nova constituição, de caráter liberal-democrático, que definiu o Brasil como uma República federativa e estabeleceu as competências da União, Estados e Municípios. Já no início da

década de 1960, o Brasil passou por um período de agitações políticas já que naquele momento o Presidente João Goulart, ao tentar implantar uma reforma agrária, enfrentou oposições políticas, situação que contribuiu para a gestação do golpe militar de 1964. Encerrou-se assim o período democrático do Brasil, dando lugar a um regime autoritário e repressor. Os presidentes militares reinauguraram o INL, mas a atuação dessa instituição continuou a mesma da ditadura varguista. Em Belo Horizonte, o momento político também se complicava. Jorge Carone foi afastado da Prefeitura em 1965, atingido pela onda de cassações e perseguições que se seguiu ao golpe.

Nessa fase, de certa forma, começou a haver uma preocupação por parte da instituição em proporcionar maior acesso à informação de seu acervo, o que podemos notar na lei municipal n. 333 de 23 de maio de 1953, ao determinar que uma das competências da instituição seria de efetuar campanhas educativas visando estimular o gosto pela leitura e incentivar a freqüência de leitores à Biblioteca. O acervo foi se tornando cada vez mais apropriado para estudantes do nível primário, em detrimento dos estudantes do nível superior, provavelmente porque o primeiro grupo concentraria a maior parte dos consulentes da instituição. O decreto n. 209, publicado em 1947, determinou que a instituição deveria cooperar com o Serviço de Turismo e Recreação, também subordinado ao Departamento, no preparo da parte relativa às exposições de livros, das quais a Biblioteca deveria participar e que integrariam o programa de atividades turísticas, a cargo daquela seção. Devido à democratização do ensino, o número de escolas públicas municipais e estaduais aumentou, o que era necessário para acompanhamento da expansão de matrículas. Em Belo Horizonte esse aumento também se concretizou. Provavelmente algumas escolas criaram bibliotecas em seu espaço. Desse modo, o atendimento ao usuário na Biblioteca começou a se reduzir, fato esse também ligado à diminuição do número de aquisição de obras. Assim, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi perdendo o seu espaço no cenário cultural da cidade.

4 A extinção

Podem ter sido vários os fatores relacionados à extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte: a perda de autonomia da Biblioteca em relação à estrutura administrativa da

Prefeitura; a ausência de esforços da Administração Pública Municipal em conseguir um espaço físico definitivo e com condições adequadas para a instalação da Biblioteca; o conturbado momento político pelo qual o país e a cidade estavam passando em 1963, ou seja, as vésperas da ditadura militar, e que estava sendo cenário de muitas agitações sociais; a provável falta de interesse da significativa parcela do público em continuar a freqüentar a Biblioteca; a negligência das autoridades públicas municipais, estaduais e federais em relação às bibliotecas públicas do país; a necessidade de um maior espaço para a Câmara de Vereadores[ii], que resultou no despejamento do acervo da Biblioteca no Parque Municipal[iii] em agosto de 1963; a construção da Biblioteca Pública Estadual, fazendo com que a Municipal perdesse parte dos recursos públicos necessários e o prestígio na cidade.

5 Considerações finais

Podemos concluir que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte contribuiu para a constituição da memória e identidade da cidade, tendo em vista: o acervo doado por figuras ilustres da cidade, dentre eles, os membros da Comissão Construtora da Nova Capital; os periódicos e jornais publicados na cidade e recebidos pela Biblioteca; o desenvolvimento e organização da seção "Autores Mineiros"; a publicação do "Boletim Bibliographico"; a freqüência de escritores e intelectuais à Biblioteca, bem como sua produção literária e científica; os trabalhos, as pesquisas e as leituras realizados por estudantes e pela população em geral; os hábitos de leitura e escrita criados na Biblioteca e por essa instituição; as influências ideológicas que atingiram a Biblioteca e, indiretamente os seus usuários; as influências culturais que modificaram ou foram modificadas pela leitura e pela escrita na instituição.

O acervo restante da Biblioteca Pública de Belo Horizonte representa, nesse sentido, um rico patrimônio bibliográfico e cultural da cidade, e deveria estar disponibilizado em sua totalidade ao público.

---

[i] Atual Avenida Augusto de Lima.

[ii] Antigo Conselho Deliberativo.

[iii] O acervo foi recolhido pela Biblioteca do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis – IMACO e permaneceu no local até 2000, quando foi transferido para o antigo prédio da Secretaria Municipal de Cultura e, depois de várias perdas e extravios, foi reduzido para cerca de 8.000 volumes. Eles foram recolhidos pelo

deputado Amílcar Viana Martins Filho e algumas obras fazem parte hoje da Instituição Amilcar Viana Martins. Uma parte daquele acervo também foi transferida para o Instituto João Pinheiro e, com a extinção desse, para a Biblioteca do Centro de Referência do Professor, subordinado à Secretaria Estadual de Educação.

Relações de Poder: a disputa pela Província Cisplatina (1825-1828) em face da construção do Estado no Brasil.

Aline Pinto Pereira[1] - PPG-UFF

Apresentação

Em breve, completar-se-ão 180 anos da assinatura do Tratado de Paz e Amizade – firmado entre Brasil e Portugal – e do início da Guerra da Cisplatina. O primeiro formalizou pelo diploma legal, após exaustivas negociações, o reconhecimento da ex-colônia portuguesa como um Estado Independente – em processo de consolidação, durante o oitocentos, como é sabido. O segundo evento caracterizou-se pelo conflito no litoral meridional brasileiro e adjacências, envolvendo o Brasil e a Argentina, entre os anos de 1825-1828, pelo domínio da Província Cisplatina. Buenos Aires não reconheceu a incorporação da Banda Oriental ao espaço brasileiro (o que ocorreu em 1821, ainda sob o reinado joanino, quando a região foi denominada Província Cisplatina) e exigiu ao Império do Brasil a devolução do território às Províncias Unidas do Rio da Prata. Diante da recusa brasileira, o combate armado tornou-se inevitável para as partes, tendo sido a primeira providência do Império do Brasil bloquear os portos na região. O conflito cessou somente quando a Grã-Bretanha interferiu no processo, ao propor uma Convenção de Paz, em 1828. Com o fim dos embates, a então Província Cisplatina tornou-se o Estado do Uruguai, do qual Fructuoso Rivera tornar-se-ía o primeiro presidente.

Os ingleses[2], há muito, também demonstraram seu interesse pela América, sobretudo quando consideramos a preponderância das relações comerciais travadas via Atlântico, entre os portos do centro-sul e do Norte do Brasil. A fim de garantir os fluxos comerciais sem maiores prejuízos com os países da América, os britânicos fizeram, muitas vezes, o papel de "fiel da balança".

Na tentativa de "pacificar" as relações entre Brasil e Portugal no pós-Independência, a Grã-Bretanha foi a grande intermediária do Tratado de Paz e Amizade, com destaque para a articulação do experiente Charles Stuart – Plenipotenciário que negociou por Portugal. Embora tenha sido desnecessário, segundo as interpretações de Amado Cervo e José Calvet[3], o Tratado de 1825 foi, para Pandiá Calógeras[4] e José Honório Rodrigues[5], um meio

importante para a legitimação e reafirmação do Brasil na Europa do pós Santa Aliança e na América do pós Doutrina Monroe.

Como demonstrou Gladys Ribeiro[6], os historiadores Valentim Alexandre[7], Maria de Lourdes V. Lyra[8] e Maria Cândida Proença[9] - assim como Cervo e Calvet[10] - perceberam o reconhecimento da emancipação brasileira a partir da lógica de perdas e ganhos, concentrando-se nas repercussões negativas do acordo, nos dois países, sobretudo no que se referia às questões acerca da soberania, liberdade e legitimidade. De acordo com Ribeiro, a principal necessidade do reconhecimento do Brasil foi a de ver-se em igualdade com outras Nações, tendo a lei como respaldo para relações político-econômicas com outros Estados.

Assim, as polêmicas questões em torno da soberania dos governantes e da legitimidade dos governos, expressas pelo Tratado de 1825, podem ter contribuído para que a Guerra da Cisplatina acontecesse três meses após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade. A tensão no Prata há muito, era iminente. Contudo, aflorou somente após o reconhecimento da ex-colônia portuguesa como um Estado independente, em ascensão, num sistema de semelhantes. Assim sendo, pode-se propor a idéia de que, mesmo com todo o cenário desfavorável, o Império do Brasil aderiu ao conflito, principalmente, para reafirmar-se interna e externamente como Estado Soberano[11].

A Guerra da Cisplatina no contexto dos oitocentos

A Guerra da Cisplatina ainda não conquistou lugar de destaque entre os inúmeros acontecimentos da História. Tal falta de crédito ao conflito pode ser explicada por uma interpretação de que este acontecimento no Prata faz jus à história local e regional, somente. A historiografia mais antiga[12] destaca os movimentos anteriores na região, impulsionados pelas conseqüências das guerras napoleônicas, e pelos interesses de D. João VI e D. Carlota Joaquina, quando já transmigrados com a Corte para o Brasil. Aliás, o domínio da região no Prata fazia parte dos planos do Monarca e foi um dos estímulos, reforçados pelos ingleses, para que D. João se apressasse em decidir pelo abandono estratégico de Portugal, como bem afirmou Francisca Azevedo[13].

Contudo, ao movimento posterior na região, à historiografia brasileira não transpôs os muros da história local e regional. Os trabalhos de maior fôlego e mais recentes sobre as ações de 1825 na Cisplatina são os de João Paulo Pimenta[14], Tau Golin[15], Demetrio Magnoli[16] e do cientista político Luis Alberto Moniz Bandeira[17].

Assim, para entendermos a importância da Guerra da Cisplatina, é imprescindível relacioná-la com a conjuntura internacional daquela época. Como afirmou René Remond[18], o século XIX foi um momento em que as relações européias com o resto do mundo foram dominadas por sua expansão e sua tentativa de domínio do globo, cujo traço mais evidente é a freqüência dos choques revolucionários.

Para Eric Hobsbawm[19], após 1815, as monarquias européias estavam mais atentas ao quesito "expansão", porque houve um deslocamento do conflito armado para outros espaços que não mais o território europeu (neste caso, leia-se América). Somente cem anos depois a Europa vivenciaria, novamente, a experiência da guerra. Como observa o historiador britânico, ao mesmo tempo em que as revoluções (inglesa e francesa) permitiram a expansão européia pelo mundo, criaram "*as condições e o equipamento para seu eventual contra-ataque*"[20].

Sob a influência dos ideais franceses, a América Espanhola, no início do oitocentos, protagonizou mais de uma década de luta pela Independência, fragmentando-se em inúmeras repúblicas, como já relataram, por exemplo, Leon Pomer[21] e Robin Blackburn[22]. No caso brasileiro, sobretudo após a Revolução do Porto, os pressupostos franceses também ecoaram e encontraram adeptos, assim como os preceitos do Liberalismo (político e econômico) – termo este que, segundo Lúcia Neves[23], assumiu diferentes significações ao longo do século XIX.

No caso brasileiro, do Amazonas ao Prata, não estabeleceu-se o sentimento de união idealizado por D. Pedro I. As agitações, sobretudo no Norte do país, revelam como a Causa Nacional não foi uma unanimidade, conforme já demonstrado por Gladys Ribeiro[24]. É preciso citar ainda as experiências da Dissolução da Assembléia Constituinte, a outorga da Constituição brasileira (1824) e a conseqüente reação de Pernambuco – palco da

Confederação do Equador, somente para mencionar alguns exemplos de como a conjuntura política interna estava fragilizada.

No contexto internacional, outros acontecimentos devem ser considerados[25]. Devido às limitações impostas ao texto, alguns exemplos serão apenas brevemente citados: a proclamação da Doutrina Monroe (1823) – "América para os americanos"; a abdicação de D. Pedro I, herdeiro da coroa portuguesa, em favor de sua filha Maria da Glória, após a morte de D. João VI (1826); a realização do Congresso do Panamá, convocado por Simon Bolívar (1826).

Ainda é preciso mencionar a importância da diplomacia[26] – instrumento essencial para que o Brasil pudesse também se manifestar externamente. Neste cenário de fermentações políticas, quando estava em jogo a consolidação do Estado, temos os chanceleres Antonio Manuel Correa da Câmara, no Prata; o marechal Felisberto Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena, na Grã-Bretanha; Jorge Antonio Schaeffer, em Viena, assim como outros diplomatas na França e nos Estados Unidos – trabalhando pela inserção brasileira num sistema internacional de Estados.

Motivações para a Guerra da Cisplatina: alguns apontamentos iniciais

É impossível conceber qualquer estudo sobre guerra sem se considerar a pioneira definição de Carl von Clausewitz (1780-1831) como um ponto de partida. O militar prussiano, autor do clássico *Da Guerra*[27], procurou racionalizar a luta armada e a caracterizou como "a continuação da política por outros meios"[28]. Contudo, há que se destacar que assim como as motivações políticas, os fatores econômicos são preponderantes para a explosão de um conflito. Outras definições[29] somaram-se à de Clausewitz, como a de Quincy Wrigth[30]: "a guerra é um contrato violento de entidades distintas, mas semelhantes[31]".

Logo, é preciso considerar que a "civilização" do século XIX, como escreveu Karl Polanyi[32], se firmou em quatro instituições: a) equilíbrio de poder – que afastou a guerra do solo europeu por aproximadamente cem anos (1815-1914); b) padrão internacional do ouro; c) mercado auto-regulável; d) estado liberal. Para o autor, estes princípios estavam

associados aos do Liberalismo Econômico sob os pilares do *laissez faire, laissez passer* (liberdade de transação, produção, circulação) e do livre-comércio.

O livre-comércio foi, pois, uma das principais motivações para que Brasil e Buenos Aires disputassem severamente a Província Cisplatina e para que a Inglaterra estivesse tão atenta às movimentações no local. Como é sabido, o interesse pela Bacia do Prata não teve início nos oitocentos, tendo em vista que já nos séculos XVI e XVII a região apresentava-se importante para o "contrabando que se fazia por mar e por terra, em rotas que interligavam o Atlântico, o Pacifico e diversas regiões da América espanhola e portuguesa, com grande afluxo de estrangeiros de outras partes do mundo[33]".

Se aos governantes interessavam o domínio da região sob as vias político-administrativas, aos comerciantes e traficantes (portugueses, ingleses, brasileiros e portenhos) estabelecidos na fronteira sul do Brasil, era extremamente importante manter a livre-negociação no Rio da Prata, assim como, conseqüentemente, o comércio ilegal que se estabelecera na região ao longo dos anos.

Assim, ao se considerar o "equilíbrio de poder", como citado por Polayni, pode-se conceber a guerra como um mecanismo de estabilização da equivalência de forças entre Estados. Portanto, é possível sustentar que, para Brasil, envolver-se no conflito, em 1825, quando estava fragilizado pelo desgaste político e econômico do pós-Independência, foi uma oportunidade de reafirmar-se Soberano, externamente. D. Pedro I voltou-se para o também se voltou para a questão platina porque temia que o avanço das idéias republicanas, latentes nos novos países da antiga América espanhola, aniquilasse por completo o projeto de um vasto e poderoso império, há muito gestado[34].

Quando procurou justificar[35] sua disposição para a guerra, o Brasil recuperou sua participação como aliado argentino contra a campanha artiguista, tendo sido a Província Cisplatina uma forma de pagamento pela despesa e pela ajuda dispensadas pelo Império. O território não fora, então, usurpado. Houve legalidade na incorporação. Sendo assim, a interpretação do Império do Brasil foi a de que lhe cabia o direito ao uso e posse ("*uti possidetis*"[36]) da área cobiçada.

Estar à frente na Guerra do Prata, no momento em que todas as outras nações voltavam seus olhares para as perspectivas que o Estado Brasileiro sinalizava, foi, de certo, uma atitude ousada. Muitos autores sustentam que o Brasil foi o grande perdedor da Guerra da Cisplatina, pois o conflito contribuiu decisivamente para a abdicação de D. Pedro I (1831), como demonstraram Pandiá Calógeras[37] e Sérgio da Costa[38]. Contudo, o empate entre os opositores foi o resultado desta beligerância, pois nem Argentina, nem Brasil garantiram a posse da Província Cisplatina.

Segundo Ricardo Salles[39], a política externa do Império teria se concentrado em dois temas – tráfico de escravos e interferência no Prata. Conseqüentemente, haveria duas fases distintas, que caracterizariam a política internacional brasileira: uma defensiva e outra afirmativa. A primeira, para Salles, corresponderia ao período da Independência até 1850. A segunda etapa teria sido iniciada na intervenção militar brasileira contra Rosas, em 1852. Concordamos com Salles quando ele afirma que "as pretensões hegemônicas da monarquia brasileira no Prata expressaram a capacidade máxima de mobilizar e dirigir a nação para a realização de um projeto que se cristalizava em torno dos objetivos de uma política externa de caráter imperial[40]".

Contudo, consideramos mais apropriado inverter a caracterização feita por ele. Atribuímos o aspecto afirmativo à intervenção de 1825 no Prata e o enfoque defensivo à mobilização contra Rosas. Isso porque a primeira manifestação externa brasileira não estava relacionada, conforme tem sido tratado pela historiografia, somente com a defesa do território. Ainda assim, embora façamos esta inversão, julgamos que os aspectos afirmativo e defensivo são complementares, sendo o primeiro preponderante durante o Primeiro Reinado.

Como pretenderemos demonstrar, além da preocupação brasileira em preservar a soberania política na Província Cisplatina, o que estava em jogo era a afirmação do novo país. Neste sentido, a soberania está presente em dois aspectos: no plano interno e no externo. O primeiro modo foi marcado por forte aparato burocrático e jurídico, sendo aquele que regularizava a relação entre os indivíduos (que gradativamente tornar-se-ão cidadãos) e

o Estado, buscando minimizar o uso da violência entre as pessoas na solução dos conflitos. O segundo aspecto, de certa forma, se equivale ao primeiro, só que em proporções mundiais à medida que a soberania externa reflete o direito à voz ativa de um Estado no concerto de um sistema internacional. Vale ressaltar que o sistema de Estados era o responsável pela universalização do conceito de soberania, sendo que este processo completar-se-á no final do século XIX, quando o Estado-Nação associar-se-á ao nacionalismo[41].

Podemos afirmar que com a dificuldade de se identificar o Brasil como Nação específica e distinta da portuguesa, logo após a Independência, o território foi tomado como centro de referência da unidade nacional. O Estado territorial seria aquele que, de acordo com as prerrogativas do Estado Moderno, possuiria um espaço limitado para o exercício de poder jurídico, político, econômico e cultural. Ao mesmo tempo, é importante citar novamente Hobsbawm que afirmou que durante o período clássico do nacionalismo liberal "a construção de nações foi inevitavelmente vista como um processo de expansão[42]".

Portanto, nosso objetivo é demonstrar a importância do conflito na Província Cisplatina durante o processo de consolidação do Estado brasileiro. Mais do que um episódio localizado durante o Primeiro Reinado, a intervenção imperial no Prata, e, conseqüentemente, suas implicações oferecem uma gama de possibilidades e interpretações para o historiador, que ainda precisam ser reveladas.

NOTAS:

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense, com o projeto de pesquisa *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil,* sob orientação da Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro.

[2] Sobre o assunto, ver: STREET, John. *Gran Bretaña y la Independencia del Rio de la Plata*. Buenos Aires, Paidós, 1967.

[3] CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: UnB, 2000.

[4] CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império. Volume 2: O primeiro reinado*. Brasília: Senado Federal, 1998.

[5] RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. 5 Vol. RJ: F. Alves, 1975.

[6] RIBEIRO, Gladys Sabina. *Legalidade. Legitimidade e soberania: o reconhecimento da Independência através do Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal (29 de agosto de 1825)*. Capítulo apresentado no 2º Seminário Regional do CEO, São João Del Rey (7 a 9 de maio de 2004).

[7] ALEXANDRE, Valentim. "A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826)". ***In:*** *Análise Social,* v. 28(121), 1993 (2º), pp. 309-341.

[8] LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia de um Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

[9] PROENÇA, Maria Cândida. *A Independência do Brasil - Relações externas portuguesas (1808-1825).* Lisboa: Livros Horizontes, 1987.
[10] CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet. Op. Cit.
[11] O sentido da palavra *soberania* não se manteve inalterado ao longo do tempo. Uma boa discussão sobre o assunto está em: GUERRA, François Xavier. *Modernidad y independéncias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México. Fondo de Cultura Económico, 1992.
[12] Para citar alguns exemplos: CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Vol. 2: O Primeiro Reinado. Brasília: Senado Federal, 1998; CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Editora Cia Nacional, 1946; FRAGOSO, Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924; LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império brasileiro (1822-1889).* Brasília: Editora da UnB, 1986; LYNCH, John. *The origins of the Latin American revolutions: 1808-1826.* New York: A. Knopf, 1965; SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865).* RJ: Brand, 1955.
[13] AZEVEDO, Francisca. Carlota Joaquina na Corte do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp.56-58.
[14] PIMENTA, João P. G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828).* SP: Fapesp/Editora Hucitec, 2002.
[15] GAULIN, Tau. *A Fronteira - Governos e Movimentos Espontâneos na Fixação dos Limites do Brasil com Uruguai e Argentina*. São Paulo: LP&M, 2002.
[16] MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912*). São Paulo: Editora da Unesp/Editora Moderna, 1997.
[17] BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Brasília: UnB, 1995.
[18] REMOND, René. *O Século XIX*. (1815-1914). São Paulo, Cultrix, 1976.
[19] HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
[20] Idem.
[21] POMER, Leon. *As Independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
[22] BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial 1776-1848*, RJ: Editora Record, 2002.
[23] NEVES, Lucia. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência*. RJ: Revan, 2002.
[24] RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Faperj/ Relume Dumará, 2002.
[25] Sobre o contexto da época, um trabalho interessante é o de Antônio Carlos Lessa. Ver: LESSA, A. C. *História das Relações Internacionais. A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.
[26] CERVO, Amado. "Os primeiros passos da diplomacia brasileira". **In:** *Relações Internacionais* – ano I setembro/dezembro, nº3. Brasília: Centro de Documentação Política da Universidade de Brasília (UnB) em convenio com a Câmara dos Deputados, 1978, pp. 43-61.
[27] O livro começou a ser escrito em 1816, mas só foi publicado um ano após a morte do autor, em 1832.
[28] CLAUSEWITZ, C.V. *On War.* New York: Penguin Books,1968.
[29] ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: UNB, 1979; CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra.* Brasília/ São Paulo: Ed. UnB/ M. Fontes,1979 e WRIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília: FUNAG, 2004.
[30] Wrigth, Quincy. *A study of war*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.
[31] Wrigth, Quincy. Op. Cit. *apud* NUMERIANO, Roberto. *O que é Guerra*. SP: Brasiliense, 1990, p. 16.
[32] Polanyi, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.
[33] PIMENTA, João Paulo G. *Op. Cit*., p. 58.
[34] Ver: Lyra, Maria de Lourdes V. Op. Cit.
[35] Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, e dos motivos que a obrigarão a declarar guerra ao referido governo. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de Obras Raras. Localização número 78,4,30.
[36] Ver: MAGONOLI, Demétrio. Op. Cit.
[37] CALOGERAS, Pandiá. Op.Cit.
[38] COSTA, Sergio da. As quatro coroas de D. Pedro I. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1996.
[39] SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial.A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1996.
[40] SALLES, Ricardo. Op. Cit. p.
[41] Para uma discussão sobre o nacionalismo: Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1970*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e *A era das revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. É importante também citar o capítulo "Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo" de autoria do mesmo autor, que consta do livro *A era dos impérios 1815-1914. (*Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998). Também julgamos relevante para o tema o seguinte texto: ELIAS, Norbert. "Uma digressão sobre o nacionalismo". In: *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Ver ainda: ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
[42] HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1970*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

NEGOCIAÇÃO E CONFRONTO NA POLÍTICA OLIGÁRQUICA: O CASO DO RIO GRANDE (1892-1894)

ALMIR DE CARVALHO BUENO - UFRN

Os anos que coincidiram com as administrações de Floriano Peixoto no governo federal e de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte foram dos mais conturbados da história da República no Brasil.[1] Os dois governantes viveram intensamente a instabilidade política característica do momento, fruto da encarniçada disputa pelo controle do poder central e estadual entre facções rivais de militares e civis.

Os dois primeiros governos republicanos, com sua tendência à centralização ditatorial e intervencionismo nos estados, contribuíram para que as elites políticas civis regionais logo compreendessem que, nesse aspecto, quase nada mudara em relação à monarquia. Para isso teve papel preponderante o sentimento antioligárquico da maioria da oficialidade do Exército, seu desprezo pelos "casacas" - os políticos monarquistas - muitos dos quais, aliás, após aderirem ao novo regime, continuaram nos governos e administrações republicanas estaduais.[2]

No Rio Grande do Norte, nesse momento, o perigo de uma intervenção federal foi agravado pela particularidade de que, ao contrário do que ocorrera em outros estados, os militares nele não tiveram um papel decisivo nas disputas políticas locais após a proclamação da República, contentando-se em agir dentro dos marcos da ordem legal vigente.[3] As disputas limitaram-se à elite política civil que controlou a transição Império-República no estado desde o primeiro instante. Prevaleceu um civilismo que vinha do Império, um antimilitarismo que conseguiu manter os oficiais quase sempre subordinados ao poder estadual civil. Por outro lado, esse civilismo potiguar acirrou os atritos com os militares donos do poder central, e foi um dos complicadores responsáveis pela constante

tensão que marcou as relações entre o governador Pedro Velho e o vice-presidente em exercício, Floriano Peixoto.

Pedro Velho, contudo, almejando consolidar uma oligarquia familiar local e, ao mesmo tempo, preocupado em sobreviver no poder estadual, procurou não se chocar abertamente com Floriano. Este, por sua vez, queria ampliar seu domínio sobre o Rio Grande do Norte, favorecendo a oposição florianista. Pedro Velho, como haviam feito os paulistas, habilmente apoiou Floriano nos momentos mais graves da Revolução Federalista no sul e da Revolta da Armada em plena capital federal, sem deixar de reclamar da preterição a seus pedidos e fustigando sem piedade os partidários do marechal no estado. Essas ambíguas relações entre Pedro Velho e Floriano, dentro do contexto político nacional radicalizado e da característica civilista e nativista do Rio Grande do Norte na época, permitem estabelecer melhor os espaços de confronto e de negociação gerados pela situação política do início da República no Brasil, e desvendar as marchas e contramarchas da relação da União com os estados no jovem federalismo que se implantava.

A visão de mundo da elite política que assumiu o poder republicano no Rio Grande do Norte era profundamente civilista, antijacobina e antipositivista, o que os colocava na contramão dos novos donos do poder central.[4] A rigor, contudo, não houve um movimento jacobino no Rio Grande do Norte. Faltava para tanto dois dos componentes essenciais encontrados em outras partes do país, especialmente no Rio de Janeiro: grandes contingentes militares ideologicamente comprometidos com a teoria do “soldado-cidadão” e a existência de uma “classe média urbana” suficientemente forte, que fosse sensível à pregação exaltada dos oficiais radicais.[5] No Rio Grande do Norte de então, não havia espaço para Silva Jardins ou Lopes Trovões.

As relações União-Estados no Rio Grande do Norte se acirraram a partir de fevereiro de 1892, com a eleição indireta de Pedro Velho para o governo do estado. A

personalidade forte e a sede de consolidar uma oligarquia de base familiar tornariam mais tenso seu relacionamento com o poder central, controlado por Floriano. Durante todo o tempo em que esteve à frente do executivo estadual, a posição de Pedro Velho junto a Floriano nunca foi totalmente sólida; pelo contrário, ele era considerado demasiado amigo dos "paulistas" e de Custódio de Melo desde o Congresso Constituinte e a conspiração contra Deodoro, referências suficientes para criar um clima de desconfiança mútua entre o governador e o vice-presidente em exercício. Iniciava-se um dos períodos mais agitados da história política norte-rio-grandense, caracterizado por uma verdadeira "queda de braço" entre Pedro Velho, o "Cronos potiguar" (que "engolia" todos os adversários que lhe apareciam à frente!), e Floriano Peixoto, o impassível "Marechal de Ferro". Ambos tiveram de lançar mão de todos os recursos de que dispunham para fustigar o oponente não explicitado e, ao mesmo tempo, manter-se no poder, em meio a inúmeros boatos espalhados pela feroz oposição e mesmo a reais tentativas de deposição.

Mais do que em qualquer outro período, a fonte mais fecunda para esclarecer os bastidores dessa "queda de braço" é, sem dúvida, a correspondência epistolar e telegráfica trocada entre o vice-presidente e diversas autoridades políticas estaduais ou funcionários públicos federais civis ou militares que desempenhavam funções oficiais no Rio Grande do Norte. Nessa correspondência, transparece pleno o jogo do poder entre as facções em luta, quando isso não podia ser admitido francamente nos jornais ou solenidades públicas. O "lado oculto" das tramas políticas, apenas supostas nas entrelinhas dos órgãos partidários ou dos manifestos políticos formais, se torna evidente, apontando vários episódios de atrito entre o "Marechal de Ferro", o governador Pedro Velho e as oposições estaduais, episódios fundamentais para o desvendamento das relações entre União e os estados no início do regime federativo no Brasil.

O clímax das tensões entre o poder estadual e o federal no Rio Grande do Norte deu-se em outubro de 1894, quando o 34º Batalhão de Infantaria do Exército, estacionado

em Natal e então comandado pelo tenente-coronel Virgínio Ramos, chegou a tentar, ao que tudo indica, depor o governador. Seria o ato final da longa queda de braço entre Pedro Velho e Floriano Peixoto, entre a tendência centralizadora e intervencionista dos militares e a tendência descentralizadora das oligarquias e grupos políticos que se afirmavam nos estados.[6]

Uma das primeiras medidas de Pedro Velho no governo foi regulamentar o *Corpo Militar de Segurança (CMS)*, criado em maio de 1892. Essa "força pública" estadual, que recebeu tratamento especial e muitas verbas, logo estava militarizada e melhor equipada do que a precária polícia provincial. No entanto, mais do que prova de altiva autonomia estadual ou retórica nativista, essa medida revelou-se sábia orientação de um instinto de sobrevivência diante dos incertos rumos dos primeiros anos republicanos. O CMS será, justamente, um dos protagonistas do momento mais crítico das relações entre o poder estadual e os militares federais no Rio Grande do Norte durante o governo de Pedro Velho.[7]

No início de 1894, um incidente banal entre praças do 34º e do CMS, motivado por mera rixa de rua, resultou em troca de tiros entre eles. No ambiente radicalizado daquele momento da vida nacional, a ocorrência foi amplamente noticiada e amplificada pela imprensa de todas as correntes.[8] Não querendo melindrar o vice-presidente naquele instante, que coincidia com o auge da Revolta da Armada e com as articulações das candidaturas estaduais ao Congresso Nacional, Pedro Velho achou por bem retirar o CMS de Natal, aquartelando-o em São José do Mipibu, a poucos quilômetros da capital.

No começo de março, julgando serenados os ânimos, o governador fez o CMS retornar à capital, em meio a manobras de encerramento do treinamento do "Batalhão Patriótico Silva Jardim". O desfile militar foi uma deliberada demonstração de força do governador: a imprensa situacionista noticiou o acontecimento com destaque de várias páginas, o que era bastante raro na época e só concedido a ocasiões especialíssimas.[9]

Floriano mantinha em Natal uma bem informada rede de "espiões", que o alertaram da "lentidão" do comandante do 34º, tenente-coronel Pedro Nery, em tomar providências contra os supostos simpatizantes de Custódio no funcionalismo federal e na imprensa antiflorianista, além de avisar o marechal das cordiais relações do contra-almirante com Pedro Velho. Essas razões devem ter pesado na decisão de Floriano de transferir Nery e nomear o tenente-coronel Virgínio Napoleão Ramos para o comando do 34º. Escolhido a dedo por ser florianista cioso, o militar foi personagem central das intrigas do período e a correspondência trocada por ele com o marechal permite-nos conhecer os bastidores finais, na versão dos florianistas, da tensa e ambígua relação entre Pedro Velho e Floriano.[10]

A princípio, Virgínio procurou manter cordialidade e solicitude com o governador, mas o temperamento de caserna logo o levou a desentender-se com Pedro Velho. A tendência de Ramos em intrometer-se na política - comum entre os oficiais mais radicalizados - e aproximar-se obviamente da oposição estadual florianista fê-lo cair depressa no desagrado de Pedro Velho.

A partir daí o clima de desconfiança mútua chegou a seus níveis mais perigosos, bastando um pretexto para degenerar em crise aberta. O estopim foi a demissão, em abril, do chefe de Polícia, Guedes Alcoforado, acusado pelos pedrovelhistas de conivência com o comandante. Sentindo-se com o controle da situação, o governador recusou-se a devolver algumas dezenas de armas emprestadas por Floriano em 1892, alegando falta de recursos para pagar a indenização exigida. Numa carta reservada, Virgínio Ramos protestou violentamente junto ao marechal, lembrando-o de que "o único meio, viável, de salvar-se a questão", seria a restituição das carabinas.[11]

O que talvez inibisse uma ação mais efetiva de Virgínio, além da preparação e obsessão de Pedro Velho em resistir armado a uma tentativa de deposição, era a divisão da oposição estadual em termos da política nacional. Apenas o grupo do senador José

Bernardo de Medeiros era florianista, porém, sua base de apoio clientelístico era o Seridó, não a capital. A própria intransigência da oposição antiflorianista impedia qualquer aproximação com os florianistas e irritava o comandante do 34º.

A proximidade da data de transmissão presidencial trazia de volta a suposta intenção de Floriano de não entregar o cargo e tornar-se ditador. Os jornais antipedrovelhistas pediam a renúncia do governador ou, caso não o fizesse, apelavam ao "legítimo direito" do povo de depô-lo ("ajudado", é claro, pelo 34º), pois seu governo era ilegal, conseqüência de um golpe, como o de Floriano. Poucos dias depois, um tiro disparado contra a casa do jornalista florianista e juiz substituto Manoel Dantas, foi considerado atentado pela oposição, desencadeando verdadeiro clima de terror em Natal, agravado pela flagrante parcialidade de Virgínio Ramos a favor dos florianistas. Todos os grupos políticos acusavam o adversário pelo que viesse a acontecer. A 13 de outubro, manobras do 34º na Ribeira foram encaradas por Pedro Velho como tentativa de depô-lo, obrigando o comandante do batalhão federal a negar taxativamente tal intenção, em telegrama a Floriano.[12] Nesse ínterim, o governador colocava o CMS em estado de prontidão quase permanente.

Pretextando ter sabido de plano de soldados do CMS para assassiná-lo, Ramos exigiu a demissão do comandante da polícia estadual, tenente Lins Caldas, responsabilizando pessoalmente o governador pelo que viesse a acontecer.[13] Foi na noite de 31 de outubro e madrugada de 1º de novembro que os atritos chegaram a seu clímax e ocorreu o incidente mais grave, e que por pouco não degenerou em conflito aberto. Para pressionar a demissão do comandante do CMS e exigir o fim das escaramuças mútuas, as tropas do 34º desceram o bairro da Ribeira, sede do governo estadual, numa clara ação para intimidar o governador e, se as condições fossem favoráveis, depô-lo.[14]

No entanto, Pedro Velho se preparara há muito para tal eventualidade e postara o Corpo Militar de Segurança, de prontidão desde alguns dias, em posição de combate,

fortemente armado, aguardando os acontecimentos no palácio governamental. Não esperando tal reação e avaliando não ter a situação sob seu inteiro controle, temendo mesmo as repercussões de um banho de sangue desnecessário e que contrariaria Floriano, Virgínio Ramos deu ordem de recuo às suas tropas. Dirigiu-se ao palácio para negociar e, por um acordo de última hora, conseguiu o afastamento do comandante pedrovelhista do CMS e também o do chefe de Polícia, em troca da neutralidade das forças federais na política local. Os ânimos arrefeceram um pouco, sem encerrar-se totalmente as escaramuças isoladas, como a imprensa ainda noticiava em dezembro.[15]

Essa aparente derrota de Pedro Velho na realidade mostrou-se uma "vitória de Pirro" para os florianistas. Quinze dias depois do incidente, Prudente de Morais assumiu pacificamente a presidência e a reação contra os florianistas não demorou. O principal foco de intranqüilidade no campo florianista, o tenente-coronel Virgínio Napoleão Ramos, foi transferido para o Mato Grosso e substituído por um militar "não político".

O grave incidente, contudo, demonstrou o grau de tensão a que podiam chegar as relações entre os poderes federal e estadual enquanto não fossem encontradas fórmulas federativas negociadas que assegurassem a harmonia entre o Executivo, o Legislativo e os governos estaduais representantes das oligarquias locais, o que só seria conseguido alguns anos mais tarde, com a "política dos governadores" de Campos Sales. No Rio Grande do Norte, durante todo o período, essas relações foram potencialmente explosivas.

---

[1] A principal fonte sobre o período é o Arquivo Particular Floriano Peixoto do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Os documentos do arquivo são valiosíssimos para o estudo dos bastidores das relações entre União e Estados naquele momento crucial da República no Brasil, mostrando como era tênue então a fronteira entre o público e o privado na política republicana.

[2] Sobre a influência dos militares e sua relação com os civis nos primeiros tempos da República, ver Jonh SCHULZ, *Exército na Política*: origens da intervenção militar (1850-1894).

[3] Sobre o papel secundário dos militares nos episódios da proclamação da República no Rio Grande do Norte, ver Luís da Câmara CASCUDO, *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 136-37.

[4] Sobre o civilismo dos políticos imperiais ver SCHULZ, op. cit., p. 75-93.

[5] Para o radicalismo republicano de tipo "jacobino", ver Suely Robles de QUEIROZ, O*s radicais da República*, p. 222-27 e 232-56.

[6] Para acompanhar os fatos desde o início, consultar os jornais norte-rio-grandenses da época a partir de janeiro de 1894, quando ocorreram os primeiros incidentes entre as forças policiais estaduais e os soldados do 34º. Uma síntese dos acontecimentos em CASCUDO, op. cit., p. 235-43.

[7] Dados a respeito da criação do *Corpo Militar de Segurança* do Rio Grande do Norte em Rômulo WANDERLEY, *História do Batalhão de Segurança:* a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968.

[8] Ver, por exemplo, telegrama do senador florianista José Bernardo de Medeiros a Floriano Peixoto, de 10/01/1894, *Arquivo Particular Floriano Peixoto*, AN, caixa 8L-10, 1, jan.; também os jornais oposicionistas *Rio Grande do Norte,* de 6 de janeiro, noticiando os conflitos em editorial e *O Nortista*, no artigo PROVIDÊNCIA inepta e sem resultado, de 12/1, sobre "rivalidades" entre os dois corpos militares; o situacionista *A República*, de 3/2/1894, no editorial CONTINUAM sem juízo, minimiza a repercussão de "possíveis rixas" entre o batalhão federal e o Corpo de Segurança.

[9] Ver o artigo AS FESTAS do dia 4 de Março em São José do Mipibu, do jornal pedrovelhista *O Caixeiro,* de 7/3/1894, saudando a festa republicana de "União do Exército brasileiro... e das forças militares residentes no Estado!"; igualmente, o artigo A FESTA do 'Silva Jardim' em São José do Mipibu", n'*A República*, de 10/3/1894.

[10] Consultar as várias cartas e telegramas de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto entre abril e novembro de 1894, *Arquivo Particular Floriano Peixoto*, caixa 8L-11, pacote 8; 8L-12, 3; 8L-13, 1, 8 e 10; para os desdobramentos da crise no Rio Grande do Norte, ver CASCUDO, op.cit., p.235 e segs.

[11] Carta de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto, 30/6/1894, AFP, cx. 8L-16, pc. 6.

[12] Telegrama de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto, 16/10/1894, AFP, 8L-13, 8, out./94.

[13] SOLICITADAS: 34 B. I., de Virgínio Ramos ao jornal O ESTADO, 28/10/1894.

[14] Para uma boa descrição dos acontecimentos ver CASCUDO, op. cit., p. 238-43.

[15] Ver artigo do *Rio Grande do Norte,* HORROROSO, de 1/12/1894, sobre assassinato de um praça do CMS por soldados do 34º.

Política Internacional na revista *Diretrizes- Economia, Política e Cultura* (1938-1944)

Álvaro Xavier Duque Filho

O presente trabalho tem como objetivo discutir os resultados preliminares de nossa pesquisa, em que empreendemos a análise sistemática de comentários, matérias e seções dedicadas ao debate dos acontecimentos internacionais presentes na revista *Diretrizes – Economia, Política, Cultura*, editada no Rio de Janeiro entre os anos de 1938 e 1944. Periódico fundado por Samuel Wainer e Antônio de Azevedo Amaral, *Diretrizes* ocupou lugar de relevo no período, aglutinando significativas personalidades da cena política, jornalística e intelectual do país.

O trabalho com esta modalidade de fonte documental requer por parte do pesquisador cuidados especiais, de modo a compreender o gênero impresso *revista* em suas variadas dimensões. Segundo Ana Luiza Martins:

> *A pertinência desse gênero de impresso como testemunho do período é válida, se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que assistia e, sobretudo da natureza de capitais nele investidos.* [1]

Na passagem do século XIX para o XX, o mercado jornalístico brasileiro atravessou um lento processo de transformação. Apesar do alto grau de analfabetismo a constituição de grandes empresas de comunicação ganhou força, principalmente graças a série de inovações tecnológicas que possibilitaram o aumento das tiragens e do número de páginas, dinamizaram a distribuição, criando condições para o barateamento e a melhoria da qualidade gráfica do produto oferecido ao consumidor. Esta nascente *indústria* começava a impor uma lógica de concentração e gerenciamento empresariais que exigia grandes inversões de capital.[2]

Ao lado desta complexa modificação estrutural, o campo jornalístico também teve como característica marcante, principalmente nas três primeiras décadas do século passado, a forte presença de elementos vindos do mundo literário. Além conformar de modo especial tanto às páginas de jornais e revistas como à própria prática dos escritores,[3] a

união da esfera jornalística com a literária atingiu um estágio em que toda a vida intelectual passou a ser dominada pela grande imprensa, "... que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais."[4]

Juarez Bahia define que a grande imprensa no Brasil adquire nos anos 1930 sua maturidade, consolidando-se como "complexo de produção, tecnologia e economia que se acrescenta à função estritamente informativa."[5] Entretanto, justamente neste momento perde progressivamente sua posição como espaço privilegiado de promoção intelectual.

Os anos que se seguem ao golpe que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 são marcados pela interferência estatal nas mais diversas áreas da sociedade brasileira. No que se refere à esfera cultural, o Estado absorveu parte da demanda criada pelo crescimento generalizado de instituições de ensino superior, promovendo o acesso de grandes contingentes da elite intelectual a postos de trabalho no serviço público. [6]

Sem desconsiderar este fato, é necessário salientar que a relação entre poder político e intelectualidade se desenhou de forma bem mais intrincada. A literatura especializada na temática destaca a existência, principalmente a partir dos anos 1920, de um discurso intelectual enfocado no diagnóstico dos problemas mais urgentes da vida nacional que elege o Estado como o ator capacitado a resolver os problemas do país e único detentor de recursos suficientes para estimular e ampliar o acesso à educação, ciência e cultura. Ou seja, as mais diversas tendências da *intelligentzia* nacional teriam aderido ao chamado da elite governamental para participarem da construção do Estado de Bem-Estar no Brasil.[7]

Chefiado por Gustavo Capanema entre 1934 e 1945, o Ministério da Educação e Saúde, tornou-se emblemático deste processo por constituir-se como espaço para onde convergiam ativistas das mais diversas concepções políticas, figuras tão dispares como Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira e Alceu Amoroso Lima.[8]

Com a instalação do Estado Novo, o campo cultural recebe atenção ainda mais especial das autoridades governamentais. Passa a existir uma sólida alocação de recursos

materiais, a intervenção nos setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico atingem níveis nunca antes vistos.

Cabe lembrar que a Constituição de 1937 continha um dispositivo que garantia ao novo regime o controle de todo e qualquer meio de comunicação. Ao lado da censura prévia, a ditadura varguista esteve preocupada na elaboração de uma refinada propaganda política, fortemente influenciada pelo exemplo do totalitarismo europeu:

> *O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e da força simbólica. Tenta suprimir dos imaginários sociais, toda representação do passado, presente e futuro coletivos que seja distinta daquela que atesta a sua legitimidade e cauciona seu controle sobre o conjunto da vida coletiva.*[9]

Em 1938, o antigo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) tem suas funções ampliadas e passa a ser denominado Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Em dezembro de 1939, surge o Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão federal com status e verbas de ministério, diretamente vinculado à Presidência da República. Tendo a frente Lourival Fontes, o DIP centralizou a censura e propaganda governamental por meio de uma vasta estrutura administrativa que atingia todo o território nacional.[10]

Dentre suas práticas mais comuns, o DIP se destacou por fechar e desapropriar veículos de informação, destinar grandes somas em dinheiro para inserções publicitárias, a distribuição direta de recursos aos proprietários e editores de jornais, revistas e emissoras de rádio. O rígido controle da imprensa incluía a determinação de cotas de papel, matéria-prima vinda do exterior com subvenção do governo. O corte da cota significava praticamente o fim da publicação, já que a importação, além de cara, somente podia ser liberada na alfândega com autorização explícita das autoridades ditatoriais. [11]

Além de seu aspecto coercitivo, o DIP utilizou largamente o rádio, cinema e imprensa de forma a divulgar o discurso ideológico do Estado Novo. Esta refinada produção obedeceu a uma divisão do trabalho bem definida. O papel reservado à imprensa seria o de elaborar

as linhas mestras deste discurso, de modo a justificar e solidificar a ditadura perante as classes letradas. [12]

Dentro deste quadro, o pensamento político de Antonio Azevedo Amaral ganha destaque. Seus livros e farta colaboração na imprensa estiveram marcados por uma forte crítica ao Estado Liberal, modelo considerado incapaz de responder às verdadeiras necessidades nacionais. Em substituição a este, defendia a instalação de um Estado Autoritário, condizente com as tradições e evolução da nação, supostamente o único capaz de acabar com fatores de desagregação da sociedade, condutor legítimo do desenvolvimento espiritual, político e econômico da nação.

Diferentemente de outros pensadores vinculados à matriz autoritária[13], não encarava com nostalgia os tempos do Império, tanto no que se refere às instituições parlamentares como ao modelo econômico agrícola. Incluía-se entre os defensores da industrialização do Brasil, admitindo, inclusive, a entrada de capitais estrangeiros para a promoção rápida do desenvolvimento.[14] Tais princípios elucidam as razões de sua proximidade e íntima colaboração com o projeto político-ideológico do Estado Novo.

Em abril de 1938, Azevedo Amaral lança no mercado uma nova iniciativa editorial.[15] A organização da revista *Diretrizes- Economia, Política e Cultura* foi realizada em poucos meses, graças ao financiamento de dois contos de reis oferecido pela grande corporação do setor elétrico e de transportes *Light and Power*.[16] Coube a Samuel Wainer a formação da equipe editorial da revista. Wainer havia travado contato com Amaral na redação do *Almanaque Israelita* e desde fins de 1937 tornara-se seu secretário particular.

A primeira edição da revista mensal *Diretrizes* revela uma forte centralização editorial na figura de seu diretor, Azevedo Amaral.[17] Esta característica é evidenciada pelo próprio programa da revista.

Neste encontramos a definição do lugar e papel da elite intelectual frente ao novo quadro político nacional. Sendo o Estado Novo um regime reformador das instituições materiais e espirituais do país, caberia a esta elite a tarefa de ajudá-lo em sua função educativa, de modo que a consciência cívica se confundisse com a ideologia do regime:

> *Aos expoentes da inteligência e da cultura do país incumbe assim tornar a Nação consciente das diretrizes que lhe estão traçadas no prosseguimento da obra que é a razão de ser do Estado Novo.*[18]

O Estado Autoritário instituído no Brasil procuraria acima de tudo adaptar-se à realidade, essencialmente dinâmica e mutável. Desta maneira, o próprio Estado adquria um caráter progressivo e não cristalizado. Como derivação lógica, não poderia prescindir da influência de forças intelectuais e culturais que representassem os elementos de vitalidade espiritual da nação que, por sua vez, não poderiam se limitar a reproduzir e difundir um discurso ideológico:

> *"Ao lado dessa missão, a elite intelectual tem a exercer outra ainda mais profunda e de muito maior alcance nas suas finalidades. Cumpre-lhe revelar ao próprio Estado as possibilidades de desenvolvimento, incluídas como forças latentes no estilo atual das instituições."*[19]

Caberia ao Estado definir quais círculos intelectuais representariam os verdadeiros princípios superiores da inteligência, não exercendo qualquer intervenção direta em suas atividades sob pena de comprometer os interesses e o futuro da nacionalidade.

Como se infere por este dicurso e tendo em mente a posição ocupada por Azevedo Amaral no quadro do regime recém instituido, *Diretrizes* deveria ser encarada pelo público como legítima expressão dos verdadeiros espíritos criativos do Brasil; produção de uma e*lite* consciente de sua *missão*: a de esclarecer e conduzir o poder público e o restante da sociedade para o caminho do progresso. Sendo assim, compreende-se a própria estruturação interna da revista em seu primeiro ano de existência, pautada em dois eixos básicos.

O primeiro eixo voltava-se para a discussão de assuntos internos ao Brasil: artigos, crônicas, entrevistas sobre vários temas, principalmente ações governamentais, educação e industrialização. Destaque para a seção *A Política do Mês*, assinada por Azevedo Amaral.

Quanto ao segundo, era dedicado à análise do conturbado panorama mundial e sua influência nos destinos brasileiros. Também a cargo de Amaral, a seção *Comentário*

Internacional emitia a posição da direção da revista acerca dos acontecimentos considerados mais relevantes.

Sua linha interpretativa fundamental era a caracterização do choque entre as grandes potências como luta por mercados econômicos e zonas de influência político-militar, mascarada por um conflito de cunho ideológico e racial. Ao mesmo tempo evidencia reservas do autor em relação aos regimes *totalitários*, vistos como sistemas extremamente fechados que sufocavam implacavelmente a iniciativa privada. Nesta seção procura-se desvincular o expansionismo totalitário de grupos sociais e construir um discurso imparcial e ponderado. A extrema unidade de perspectiva e abordagem dos referidos temas é a característica mais evidente da publicação em seu primeiro semestre de existência. Situação que se altera a partir de agosto de 1938.

Progressivamente, com exceção de *Comentário Internacion*al, os textos presentes em *Diretrizes* adquirem um perfil de *combate* aberto a toda e qualquer iniciativa das *ditaduras totalitárias.* O expansionismo de potências como Japão, Itália e Alemanha era encarado como produto dos interesses de corporações industriais e financeiras. A denúncia de ações nazi-fascistas passou a ocupar maior espaço nas páginas. Guerra Civil Espanhola e conflito sino-japonês tornaram-se símbolos da luta dos povos contra a violência totalitária.

Ao mesmo tempo o raio de colaboradores da publicação se amplia de forma especial. A presença de nomes como Osório Borba, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Hermes Lima, Brasil Gerson, tornam-se constantes. Como se sabe, indivíduos vinculados aos ideais de esquerda, sendo alguns muito próximos do Partido Comunista Brasileiro.

Os textos produzidos por estes jornalistas e intelectuais priorizavam denunciar o perigo trazido pela presença de minorias germânicas no sul, que somada à fidelidade dos imigrantes japoneses ao seu país, transformava o Brasil em alvo primordial do *imperialismo fascista*. Reportagens e pequenas notas sobre o tema figuravam lado a lado dos relatos de atrocidades cometidas pelo exército alemão na Espanha e mutilações de crianças chinesas causadas por bombas nipônicas.

A aproximação entre os governos brasileiro e alemão também era alvo de críticas. Pregava-se a revogação de acordos firmados entre os dois países, pois causariam prejuízos irreversíveis ao nosso comércio exterior. Entretanto, era constante o elogio a Osvaldo Aranha, ministro das relações exteriores que, segundo a revista, procurava estreitar os vínculos com os Estados Unidos e sua Política da Boa Vizinhança.

Dado não menos importante, visto a reinante ambigüidade da política exterior brasileira no período e a proporcional força de círculos governamentais favoráveis a uma definitiva aliança política, militar e econômica com a Alemanha hitlerista. [20]

Em fins de 1938, *Diretrizes* comportava na verdade duas modalidades de discurso: uma identificada com Azevedo Amaral e seu apoio *incondicional* ao governo ditatorial de Vargas; e outra mais crítica, que procurava discutir temas não muito cômodos para uma imprensa sob forte controle e censura.

Desta maneira, compreende-se a razão da saída de Azevedo Amaral da direção da revista, ocorrida em novembro de 1938. O experiente intelectual perdera o controle editorial da publicação.

A partir deste momento, a elaboração de *Diretrizes* passaria a ser responsabilidade coletiva. Encabeçado por Samuel Wainer, este *grupo* se manteria quase inalterado até 1944. Por meio de seus discursos encontramos a oportunidade de descortinar-se uma particular representação, vinculada a compromissos, determinados protocolos de leitura e que se mostrava capaz de determinar o papel da intelectualidade nacional e do próprio Brasil frente aos desafios trazidos pela Segunda Guerra Mundial.

---

[1] MARTINS, Ana Luiza. *Revitas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República – São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001. P. 21.
[2] BAHIA, *Juarez. Jornal, História e Técnica* . São Paulo: Ática, 1990.
[3] SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
[4] MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
[5] BAHIA, Juarez. *Três fases do jornalismo brasileiro*. In: BRANCO, Renato C.; MARTENSEN, Rodolfo Lima (orgs.). *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. P. 215.
[6] Miceli. Op. cit.
[7] BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. P.16 e seguintes.
[8] SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. 2ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
[9] CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e os controles dos meios de comunicação*. IN: PANDOLFI, Dulce C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV. 1999. P. 169.
[10] LOPES, Sonia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteris, 1999. P. 69.

[11] Idem. P. 84-85.
[12] OLIVEIRA, L. L; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. *Estado Novo: Ideologia e Poder.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
[13] LAMONIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. IN: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 2 v. Sao Paulo: Difel, 1977. Pp. 343-374.
[14] ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. P. 194-195.
[15] Amaral já havia sido proprietário de quatro pequenas publicações, todas com duração efêmera.
[16] WAINER, Samuel. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1989. P. 42.
[17] Entre 1938 e 1940 a revista possui periodicidade mensal.
[18] *Diretrizes. Rio de Janeiro, n. 1, abr. 1938.*
[19] Idem. P. 50.
[20] SENTEIFUS, Ricardo. *O Brasil e a formação dos blocos. 1930-1945: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

Perfis de Escravos: Sergipe, século XIX.

Amâncio Cardoso.[*]

Como eram representados os escravos pelos seus senhores? Ou por outra, que atributos eram impingidos aos cativos? Ou ainda, que imagens eram construídas sobre a escravaria. Para responder a estas questões, um documento incontornável são os anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais do Império.[i] Tais anúncios, além de descreverem o porte físico dos fugitivos, para facilitar sua captura, traziam alguns caracteres morais ou retratos d'alma, conforme, é óbvio, a perspectiva dos proprietários. Desta forma, obtém-se alguns traços dos escravos imaginados pelo senhor. As peculiaridades, assim, compõem um patrimônio de imagens. Tal acervo, portanto, alude ao grau de humanidade que se vislumbraria nos cativos.[ii]

Nos jornais de Sergipe provincial, há relativa diversidade de frisos morais dos fujões nos anúncios.[iii] Em 1866, por exemplo, o negro João foi descrito como '*um pouco acatruzado*'. O qualificativo significa apoquentado, aborrecido, importunado com pequenas coisas.[iv] Logo, João parecia meio esquentado, não tolerava conversa fiada. O que era de se temer, pois, ademais, ele era alto, espadaúdo e grosso de corpo, segundo José Pinto da Cruz, seu senhor.[v]

De jaez semelhante, desenhou-se o preto Ângelo que fugiu de Simão Dias, em 1872. Ele foi tipificado como '*metido a valente*'.[vi] Talvez esta fosse a razão porque o escravo Maurício o acompanhara na fuga: a segurança de um intrépido companheiro de senzala.

Neste mesmo campo semântico, escravas foram também distinguidas com atributos morais. Foi o caso de Eufrásia, fugida de Aracaju em 1880 e identificada como '*um pouco carrancuda*'. Supostamente, por conta de seus aborrecimentos, ela tenha entrado em desavenças com seu senhor Gonçalo Vieira de Mello (1822-1884).[vii]

A mulata Luíza foi taxada de andar '*quase sempre embriagada*' ao lado de seu parceiro, com quem fugira, em 1866.[viii] A embriaguez era costume moralmente condenado pela medicina acadêmica no século XIX. Seria um vício que representaria desordem do espírito por falta de disciplina, por excesso de paixões; fruto de uma alma perturbada, o que

se refletiria na desorganização da economia do corpo e, por conseguinte, da sociedade.[ix]

Já o escravo Manoel, cuja fuga ocorreu em 1873, de um sítio em Itabaiana, foi classificado de '*regrista*'.[x] Termo que designa quem é metediço e intrometido.[xi] Ou seja, parece que o preto Manoel gostava de ter suas opiniões, ou, quem sabe, meter o bedelho onde não lhe cabia.

Além de regrista, o jovem Isaias, de 14 anos, foi caracterizado de '*astucioso*'.[xii] Pois ele, conforme seu senhor Manuel José d'Andrade, ao fugir da então vila da Capela, em 1862, projetava mudar de nome e passar-se '*por forro*' ou liberto. Deste modo, parecia mesmo esperto o menino Isaias.

A marca de '*gaiato*' foi cunhada no mulato Saturnino. Ele escapara do engenho Patrimônio, em 1856.[xiii] Espírito animado, Saturnino era '*tocador de viola*'. E, ao tanger as cordas, deveria soltar suas maledicências.

Mais espirituoso ainda era o mulato Luiz, evadido de Pacatuba em 1859. Levou os predicativos de '*muito ladino e alegre*'. Combinava com quem sabia contar histórias e gostava de batuques, como estampa o anúncio.[xiv]

Ladino, de acordo com o jargão do escravismo, era o africano que falava português, tinha instrução cristã e possuía rudimentos de algum ofício.[xv] Porém, a acepção mais pertinente para Luiz, correspondente também a ladino, parece ser a de sagaz, manhoso, astuto. Pois o rapaz apresentava '*sinais de chicote pela barriga, costas e pescoço*', certamente devido a alguma esperteza ou peraltice nas batucadas que freqüentava.[xvi]

Ao contrário do ladino Luiz, o crioulo Constantino, que fugiu de São Cristóvão em 1853, foi salientado como '*apatetado*'. Supostamente, seu jeito atoleimado fosse proveniente de um coice que levara na testa, como afirma o anunciante.[xvii]

Diferentemente de Constantino, o preto Francisco, que escapuliu da cidade da Estância em 1854, foi apontado como '*muito retórico*'. Isto quer dizer que Francisco, certamente, empolava sua fala para impressionar os outros e manter-se livre. Não é por acaso que permanecia fugido há nove anos.[xviii]

Assim como Francisco, naquele mesmo ano, o crioulo Claudino, fugitivo do engenho Cipó-branco, em Itabaianinha, também foi assinalado como '*muito retórico*'.[xix] No entanto, ele seria mais preparado intelectualmente. Sabia ler e escrever. Habilidades relativamente raras num escravo; até mesmo entre livres, à época.[xx]

Além destes, outros traços foram vincados nos escravos. Alguns anunciantes frisaram caracteres considerados abonadores. Em 1872, por exemplo, o pardo Simão foi descrito como '*muito cortês*'. Sua delicadeza ou urbanidade poderia soar estranho numa pessoa que lavrava compulsoriamente as terras de um certo engenho Santana.[xxi]

Quanto ao escravo João, cuja fuga ocorreu de um sítio na vila da Ilha do Ouro (no atual município de Porto da Folha), em 1879, foi considerado como '*simpático*', '*triste por hábito e pouco fala*'. A simpatia taciturna e lacônica de João, ao contrário de Simão, calha muito bem com seu ofício. Ele era '*vaqueiro*' e andava '*bem a cavalo*'. Estava, portanto, acostumado à solidão dos sertões e a matutar com a vacaria.[xxii]

Por fim, vimos que os anúncios de fuga de escravos divisa, entre outros indícios, particularidades morais. Costumes, vícios e virtudes, anotados pelos senhores, nos possibilitam vislumbrar nos cativos muito além de uma simples mercadoria ou máquina para o trabalho. Aqueles sinais são prova inconteste de que a escravidão tinha seu componente espiritual. Portanto, assim, se patenteia que os escravos eram também percebidos como humanos; demasiadamente humanos.

Notas:

---

[*] Mestre em História Social (UNICAMP) e professor do CEFET-SE. E-mail: acneto@infonet.com.br

[i] FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963. 224 p.

[ii] CANETTI, Elias. *O todo-ouvidos*: cinqüenta caracteres. RJ: Espaço e Tempo, 1989.

[iii] MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 29, p. 133-147.

[iv] HOUAISS, Antônio; et al. *Dicionário da Língua Portuguesa*. RJ: Objetiva, 2001. p. 47.

[v] *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 46, 15 de junho de 1866. p.4.

[vi] *Jornal do Aracaju*, n. 249, 12 de março de 1872. p.4.

[vii] *O Raio*. Aracaju, n. 189, 25 de julho de 1880, p.4.

[viii] *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 44, 06 de junho de 1866. p.4.

[ix] MACHADO, Roberto; et al. *Danação da norma*. RJ: Graal, 1978. p. 196-197.

[x] *Jornal do Aracaju*, n. 386, 18 de junho de 1873. p.4.

[xi] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. RJ: Nova Fronteira, 1986. p.1476.

[xii] *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 02, 10 de janeiro de 1863, p.4.

[xiii] *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 68, 29 de novembro de 1856. p.4.

[xiv] *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 43, 26 de maio de 1860. p.4.

[xv] MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. SP: Brasiliense, 2001. p. 251.

[xvi] FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. RJ: Nova Fronteira, 1986. p.1002.

[xvii] *Correio Sergipense*. São Cristóvão, n. 34, 28 de maio de 1853. p.4.

[xviii] *Correio Sergipense*. São Cristóvão, n. 04, 18 de janeiro de 1854. p.4.

[xix] *Correio Sergipense*. São Cristóvão, n. 27, 12 de abril de 1854. p.4.

[xx] NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. RJ: Paz e Terra; Aracaju: SEC/UFS, 1984. p. 59.

[xxi] *Jornal do Aracaju*, n. 277, 29 de maio de 1872. p.4.

[xxii] *Jornal de Sergipe*. Aracaju, n. 104, 29 de outubro de 1879. p.4.

A produção do rock nacional como forma de contestação na década de 1980[1]

Amanda Schütz[2] -

UDESC

Não acredito que a década de 1980 possa ser considerada por muitos como uma década perdida, a juventude brasileira que entrava na cena cultural nesta época tinha sido criada na ditadura militar, assistindo televisão e na censura. Estavam conhecendo os limites de uma nova forma de liberdade diferente daquela que fazia parte dos sonhos dos jovens de uma ou duas décadas anteriores a esta, os modelos de lutas passadas já não combinavam com suas realidades. Era hora desses jovens conquistarem um lugar no mundo, mais especificamente num país que estava lhes sendo entregue arruinado e esgotado por um milagre econômico e uma revolução mundial que não havia dado certo.

O padrão de ruptura com valores pré-estabelecidos era constante, evidenciado nas letras recheadas de crítica social e política. O que importava era ser diferente. E fazer a diferença era uma característica que a maioria dos grupos de rock brasileiro dos anos de 1980 queria. Não estavam interessados em reviver o passado ou muito menos pensar no futuro, seu único compromisso era com o tempo presente, ser feliz sem se importar com o que já foi ou com o que estava por vir.

A década de 1980 rompeu com uma série de procedimentos e pressupostos de nossa vida cultural, revelou uma geração que cresceu sob a égide da cultura de massa americana, da TV e da sociedade de consumo. Procuro mostrar que essa juventude foi formadora de opinião e suas músicas tinham conotação contestatória à realidade do país. Esta geração de jovens se tornou crítica quando obtiveram a oportunidade de se manifestar. E fizeram isso da melhor maneira possível, através da música. Jovens inquietos passavam a surpreender a sociedade, com letras de alta densidade poética, que definiam sentimentos e idéias para a sua própria geração, até então, sem porta-voz.

O rock brasileiro espalhava-se pelos centros urbanos, transformava-se num manifesto, numa vontade de mudança ao sistema imposto pela ditadura militar das duas décadas anteriores. A busca por informações pertinentes sobre a canção, seu interprete, o ambiente político e cultural que o cercava nos faz entender elementos essenciais para a compreensão da cultura jovem e sua relação com a sociedade. Assim como também movimentos políticos e culturais, incluindo a luta por direitos civis e humanos, movimentos pela paz e contra a guerra, estabelecimentos de contraculturas alternativas e a indústria musical e seu desenvolvimento naquele momento.

Na virada da década de 1970 para 1980, passa-se a viver uma abertura política e uma tentativa de redemocratização. A distensão da ditadura militar, com o processo de abertura a partir de 1978, a anistia em 1979, permitindo o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos e a campanha das "Diretas Já", em 1984, devolveram ao brasileiro a liberdade de expressão depois um longo período de censura oficial.

A campanha pelas Diretas Já, em 1984, pode ser classificada como o maior movimento de massa da História do Brasil, tornou-se uma mobilização nacional, na qual o país inteiro tomou parte, lutando pelo direito de votar no seu governante. A bandeira principal da campanha pela redemocratização era a convocação de eleições diretas para a Presidência da República, visando à introdução de uma emenda constitucional determinando que as eleições presidenciais de 1984 fossem realizadas pelo voto popular. Porém, o ideal democrático de eleger direta e livremente o presidente da República foi adiado. A sucessão dependeria do Colégio Eleitoral, pela via indireta. Marcando o fim do ciclo autoritário, o colégio eleitoral elegeria Tancredo Neves e inauguraria a Nova República.

O país chega à redemocratização com uma difícil herança econômica: a máquina do Estado inchada, centralizadora e ineficiente; uma inflação sem controle e taxa de crescimento negativa. Para conter a inflação, os governos do período de redemocratização lançam sucessivos planos

de estabilização e saneamento econômico. Todos esbarram na dificuldade em reduzir o déficit público, principal motor da inflação.

O Brasil da década de 1980 não era mais aquele de 1964. Enormes mudanças econômicas haviam acontecido, viu-se o fim de uma geração inteira de políticos, e havia uma população cuja maioria das pessoas nascera nas duas últimas décadas e estavam dispostas de fazer a diferença nesses novos tempos.

Para Fernando Novais a Revolução de 64 moldou uma forma eficaz de garantir a dominação dos ricos e privilegiados através do entretenimento que chegava até a sociedade de forma disfarçada e prazerosa: a televisão. "O centro da nossa indústria cultural"[3], assim como também os jornais e revistas, que após 1964 passam a ser ancorados no crescimento da classe média urbana, que tem renda suficiente para consumir esses produtos.O parque editorial começou a se diversificar em publicações voltadas para um público específico. Esse crescente mercado de informações prontas a um público seleto levam ao esvaecimento da postura crítica. A televisão atinge indiretamente a vida das pessoas levando a determinar atitudes e comportamentos em coletividade

> a verdade cede o passo à credibilidade, isto é, ao que aparece como verdade; o bem comum subordina-se inteiramente aos grandes interesses privados; a objetividade abre espaço à opinião, isto é, à opinião dos formadores de opinião (...)[4]

Para Nestor Garcia Canclini a militância partidária diminui consideravelmente na década de oitenta, assim como também as tiragens de semanários políticos se comparados ao que se publicava nos anos sessenta

> Cresce, ao contrário, o volume de leitores de revistas de atualidades e entretenimento, nas quais a informação social e política se concentra em entrevistas mais que em análises, na vida cotidiana ou gostos de

> personagens públicas mais que em suas opiniões sobre conflitos que afetam o cidadão comum.[5]

Os meios de comunicação, como TV, rádio, e publicações passam a fornecer interpretações prontas para seus grupos de consumidores, "leituras" satisfatórias

> (...)comentários amáveis, divertidos, vivências melodramáticas obtidas no lugar dos fatos, sem problematizar a estrutura social na qual esses fatos se inscrevem, nem discutindo a possibilidade de transforma-la.[6]

Néstor Garcia Canclini vê essa discussão política que decorria nos mais variados movimentos sociais sendo substituída pela mediação simbólica, apresentada agora pela imprensa e pelos programas de informações da mídia, esses passam a fornecer um material de simulação para que possamos nos sentir informados, criando a sensação de que estamos participando dos acontecimentos decorrentes.

Michel Maffesoli denomina essa situação, descrita acima, como "interferências coletivas", pois o que para nós é uma opinião individual, de fato, não é, mas sim " a opinião de tal ou qual grupo ao qual pertencemos"[7]. Acabamos, dessa forma, entrando numa situação de conformismo, pois estamos recebendo idéias prontas e a única coisa que precisamos fazer é digerí-las de forma pacífica, sem questionarmos a situação.

"A americanização da publicidade brasileira tem um papel fundamental na difusão dos padrões de consumo moderno e dos novos estilos de vida"[8] que "afetaram" a juventude que cresceu durante os anos de chumbo da ditadura militar, fortemente criticada por não possuir os mesmos ideais das gerações anteriores. Essa transformação que podemos observar na década de oitenta tem relação "com a substituição de uma cultura de produtividade por uma cultura de especulação e do espetáculo".[9]

Essa nova forma de costumes abordado por Canclini, pode ser adaptada ao rock brasileiro, que teve em sua trajetória um relacionamento bem próximo a conjuntura político-econômica do país. É provável que sem o processo de redemocratização, conduzido pelos governos Geisel e Figueiredo, ele não tivesse sido possível. " Teria sido impossível fazer um rock (in)descente, cantado em português, sob violenta censura".[10]

O rock produzido no Brasil era um fenômeno da classe média, porém a ponte utilizada para atingir o povo seria a figura do plano econômico, o Cruzado, que abriu as portas da sociedade de consumo. O consumismo descontrolado fez a vendagem de discos crescer, transformando o rock produzido no Brasil num gênero realmente popular. A exibição do público jovem nas emissoras de televisão em rede nacional também popularizou o chamado Rock Brasil, " a fusão do gênero com a testosterona da nova juventude brasileira formatou uma geração sem precedentes".[11]

Agora as roupas eram extravagantes, os cabelos fora do usual, o que bastava era ter uma guitarra em punho e falar uma linguagem nova, muitas vezes fazendo o uso do palavrão - recurso muito importante para quem cresceu sob a ditadura. Dessa forma, a década de 1980 passa a ser vista como criadora de uma geração alienada e perdida, a responsabilidade sobre tal fato recaiu principalmente sobre os jovem, que cresceram sob a sombra do autoritarismo.

A cultura jovem passou a ser mencionada como se fosse inimiga da vida política, "estaria condicionada ao individualismo, à indiferença quanto às questões de cunho político ou de atuação e transformação do espaço público"[12]. O redimensionamento do espaço público, implicou num novo local de encontro: as ruas, lugar onde os jovens que quisessem desenvolver seus mais diferentes interesses e ideologias ousaram se expressar.

O que se vê na década de 1980 são jovens aproveitando-se da liberdade política para manifestar seu alvedrio individual, ou seja, suas experiências cotidianas. As manifestações culturais, predominantemente, engajadas na política perdiam espaço para uma nova maneira de fazer arte que emitia uma forma de liberdade até então desconhecida pelas décadas anteriores.

A década de 80 acaba sendo vista com um caráter alienado às práticas do que acontecia em seu tempo, quando na verdade o que se passa é que nesses anos as preocupações juvenis eram outras, não dava para comparar ao que vinha acontecendo a vinte anos atrás. A vida desses jovens, seus costumes, seus medos, suas alegrias não eram as mesmas daqueles que lutavam pela liberdade dos anos ditatoriais. Com maior liberdade os artistas vivem um momento de efervescência criativa, onde a música brasileira começa a mudar. Eram

> (...) menos preocupados com questões políticas ou ideológicas do país, estavam muito mais interessados em produzir. e digerir qualquer manifestação artística que viesse pela frente[13]

O país se redemocratizava, a censura se tornava mais branda, o presidente agora era civil, após vinte anos de chefes de governo militares, a possibilidade de eleições diretas para presidência e a liberdade de expressão levava os nascidos nos anos 60 a colocar a cara de fora em busca de espaço. Haviam crescido numa dieta cultural, nesta época já não havia mais a efervescente realidade dos festivais que revelaram toda a geração da música popular que se engajara na luta contra a ditadura.

Nos anos 80, do século XX, o rádio, o vídeo, a televisão e o cinema, passaram a fazer parte das novas manifestações culturais, assim como também o teatro, o humor e, especialmente, a música. Segundo a afirmação feita por Luiz Calanca, foi um período em que muitas bandas eram lançadas quase simultaneamente, usava-se materiais de custo inferior, alguns lançamentos eram feitos com material de baixa qualidade, porque faltava tudo. “Você não

encontrava papel para a capa, o vinil não estava disponível, porque todo mundo consumia muito”[14]. Marcelo Nova, vocalista do grupo baiano Camisa de Vênus afirma que

> Sarney não tem idéia de que foi responsável pelo deslumbramento do rock brasileiro, porque, durante o Plano Cruzado, se ganhava muito dinheiro de maneira tão fácil que todo mundo começou a achar que era para sempre[15].

A indústria fonográfica também foi favorecida pelos planos econômicos, a vendagem de discos impulsionou o mercado nacional do Rock Brasil é o que se pode observar através do comentário feito na obra de Guilherme Bryan, sobre o disco Cabeça Dinossauro, dos Titãs, que chegou “ a cem mil cópias vendidas e ao tão sonhado disco de ouro”[16]. “Isso se deveu em parte a uma euforia consumista de cerca de 20 milhões de brasileiros, que sobreviviam com um salário mínimo ou menos, gerada pelo Plano Cruzado”[17].

Toda essa emergência contestatória envolvia movimentos onde a maioria dos participantes eram jovens, em grande maioria estudantes que se uniam em grupos culturais formandos ações comunicativas sem precedentes na história brasileira. Com novas linguagens que faziam sucesso entre o pessoal mais novo, esses grupos deram uma espécie de pontapé inicial no rock brasileiro.

Os anos 80, do século XX, ficou cunhado como a "década perdida", porém o país conquistou de direitos civis e políticos como não acontecia nas duas últimas décadas que antecederam esse período, construiu-se experiências inéditas: o governo passou a ser eleito democraticamente, houve uma capacidade de organização social e uma ousadia cívica, como a muito tempo não se via no Brasil, fazendo emergir novos atores e sujeitos sociais e ainda a construção de uma vasta rede de processos comunicativos dentro e fora das organizações sociais. Esta década foi marcada também por um grande avanço tecnológico, implantou-se normas hegemônicas e formadoras de valores sociais e estéticos, orientando o consumo e a construção sistemática e cumulativa de valores simbólicos. Novos processos culturais e

comunicativos chegaram com as eleições presidenciais e democráticas e apontaram algumas inovações para esta década. Buscou-se novos caminhos dentro de um quadro de mudanças complexas, pluralistas e agora mais exigentes.

---

[1] O objetivo dessa análise é levantar as problematizações realizadas no trabalho de conclusão de curso " A chama do teu isqueiro quer incendiar a cidade": a produção do rock nacional como forma de contestação na década de 1980.

[2] Acadêmica da 8ª fase do curso de Licenciatura e Bacharelado em História – UDESC.
E-mail: amanda_hst@yahoo.com.br

[3] MELLO, J. M. C. ; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociedade moderna. In: NOVAIS, F. A. (coord) ; SCHWARCZ, L. M. (org) **. A história da vida privada no Brasil 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 638.

[4] Id. p.639

[5] CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.p.266

[6] CANCLINI, Nestor Garcia. Op. Cit. p.266.

[7] MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**; o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p. 106.

[8] MELLO, J. M. C. ; NOVAIS, F. A.. Op. cit. p.641.

[9] CANCLINI, Nestor Garcia. Op. Cit. p. 267.

[10] DAPIEVE, Arthur. **BROCK**: o rock brasileiro dos anos 80.Rio de Janeiro: Ed.34,1995.p. 201

[11] BEZZI, Marco. Anos Incríveis. **A História do Rock Brasileiro** – Revista Super Interessante coleção história do rock brasileiro vol.3,São Paulo: Editora Abril, 2004. p36.

[12] SOUZA, Fábio Feltrin. **O futuro não é mais como era antigamente**: o mundo da Legião Urbana. Florianópolis, 2003.p.15. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UDESC.

[13] ALZER, Luiz André, MARMO, Hérica. **A vida até parece uma festa**: toda a história dos Titãs. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.23

[14] BRYAN, Guilherme. **Quem tem um sonho não dança** – cultura jovem brasileira nos anos 80 . Rio de Janeiro: Record, 2004. p.333

[15] Id.p.333

[16] ALZER, Luiz André, MARMO, Hérica. Op. Cit. p.113

[17] BRYAN, Guilherme. Op. Cit. P.333

MÍDIA E IDENTIDADES: AS PRÁTICAS DE CONSUMO DE RÁDIO E TELEVISÃO NOS ANOS 1950/1960

AMARA SILVA DE SOUZA ROCHA

PROGRAMA AVANÇADO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA/UFRJ

Na sociedade brasileira das décadas de 1950/1960 duas mídias – o rádio e a televisão – ocuparam papéis significativos na constituição de identidades e formas de experimentar a vida moderna, incorporando-se às rotinas da vida doméstica. O estudo de suas trajetórias traz elementos fundamentais para se pensar o processo de modernização brasileira.[1]

O momento em que o rádio já havia se consolidado, e a televisão começa a formar um público, corresponde a uma fase importante de crescimento urbano no Brasil. Num país de vasta extensão territorial, diferenças regionais marcantes e alto índice de analfabetismo, a estrutura radiofônica, desempenhou o papel de elo de ligação entre centro e periferia.

Com a urgência e as dificuldades em obter informações durante a Segunda Guerra, o meio radiofônico foi valorizado mundialmente, mostrando-se como alternativa para as contingências, que sofria a imprensa escrita. Terminada a guerra, o hábito da escuta radiofônica havia aumentado, e o rádio foi se tornando um bem de consumo bastante disseminado em todo mundo. Em algumas cidades brasileiras, o número total de domicílios com rádio ultrapassava o dobro daqueles que possuíam enceradeira e refrigerador, dois bens de consumo bastante apreciados na época.[2]

Apesar das diferenças regionais e limites tecnológicos, os números e referenciais encontrados, não deixam dúvida, o rádio era presença marcante nos lares brasileiros, da década de 1950. A escuta radiofônica atravessa todas as classes sociais. O rádio, também por suas dimensões e características físicas, tinha ocupado o lugar central na sala de estar. Nos anos 1950 na cidade do Rio de Janeiro, onde o rádio chegava a cerca de 95% das residências, havia uma média geral de três ouvintes por aparelho, de segunda a sábado, aumentando para quatro aos domingos. À noite e aos domingos, a audiência masculina

aumentava em função dos programas dedicados ao esporte. Durante o restante da semana, a maior parte do público ouvinte era composto por mulheres e crianças.[3] A mulher converteu-se para a publicidade na "rainha do lar", aquela que decidia quais os produtos a serem consumidos pela família. Para ela, era produzida uma parte importante da programação. Os produtos de higiene e beleza patrocinavam as novelas que faziam sucesso, visando, especialmente, a audiência das donas de casa.

As crianças também cultivavam o hábito de ouvir rádio. Numa pesquisa feita pelo IBOPE, sob encomenda dos produtos alimentícios Toddy, concluiu-se que, em 1956, cerca de 78% das crianças, entre 8 e 15 anos, tinha o hábito de ouvir programas de rádio.[4] As crianças assistiam, em geral, a mesma programação dos adultos. As referências à escuta radiofônica, como uma parte importante da experiência de vida, é uma constante nas biografias de toda uma geração. Segundo Homero Silva, produtor do programa infantil *Clube do Papai Noel,* na Rádio Difusora de São Paulo, o rádio seria um "autêntico serviço público", podendo participar da educação das crianças. Segundo ele, a atmosfera envolvente dos programas de auditório criaria uma oportunidade de socialização infantil: "O mais significativo é o aspecto social. Num programa infantil encontram-se crianças de todas as classes e origens. Não é um convívio nem uma proliferação. É uma osmose salutar. A criança rica e loira aprende a estimar a pobre e preta, porque lhe reconhece graça, beleza, vivacidade. A humilde não inveja a bem situada. Ambas tem o mesmo acesso e podem ser igualmente aplaudidas. Recebem o mesmo presente no Natal, ocupam o mesmo microfone.(...) o rádio assume o papel de pai espiritual dos pequeninos, porque deixa de ser a realidade chocante, para se transformar no sonho reconstruído."[5]

A perspectiva de que o meio radiofônico seria um espaço que unifica e integra a sociedade, aparece claramente nas afirmações acima, em que "ocupar o mesmo microfone" significaria abrandar distâncias sociais e culturais. A presença de crianças de todas as classes e origens no programa de auditório, "permitiria um contato educativo, recomendável", mas de natureza específica: "nem um convívio, nem uma proliferação", mas uma "osmose salutar", criando, desta forma, uma comunidade imaginária.

Durante as décadas de 1950 e 1960 há uma segmentação cada vez maior do público, com uma diferenciação por classe social mais nítida e o surgimento de uma programação mais voltada para esta segmentação. Afirma-se uma diferenciação por faixas etárias, com o surgimento de uma programação mais voltada para o que estaria sendo definido como "segmento jovem". O interesse em quantificar este público e nomeá-lo, está relacionado à importância que a segmentação de mercado vai adquirindo, no momento em que há uma expansão do mercado de bens de consumo. Escutar rádio vai deixando de ser uma prática coletiva e vai ocorrendo uma segmentação maior do público. As emissoras e as agências de publicidade estão atentas e mobilizadas, em função de promover e alimentar este tipo de segmentação.

A televisão também vai conquistando o seu espaço na vida doméstica. Vivia-se uma fase de otimismo em relação às possibilidades de fortalecimento do setor de telecomunicações e eletrônica. A I Exposição Brasileira de Rádio, Televisão, Eletrônica e Telecomunicações, organizada em 1953 pela Associação Brasileira de Telecomunicações, com o apoio da revista *Antenna,* no Rio de Janeiro, marca esta fase.[6] Durante os anos 1960 as informações técnicas acerca de aparelhos de rádio e de televisão eram facilmente acessíveis e livros, revistas, manuais, boletins, disseminavam amplamente toda a cultura tecnológica existente a respeito. Em 28 de julho de 1966, ocorreu a primeira Feira Nacional do Rádio e Televisão (FENART), promovida pela Associação dos Radialistas do Estado de São Paulo, com demonstrações públicas sobre as conquistas eletrônicas no campo das telecomunicações.

Este panorama é um indicativo da formação de um mercado que mobilizou interesses diversos. Em termos de vulgarização da tecnologia é marcante o encanto produzido pela novidade de um aparelho, que produz imagens em movimento, e que, diferente do cinema da época, é concebido para uso doméstico e transmitido ao vivo. Divulgam-se cursos por correspondência sobre montagem e conserto de aparelhos de televisão que, num "futuro próximo" prometia se transformar numa profissão bastante rentável.

Os registros oficiais da venda de aparelhos de televisão no Brasil começam a partir de 1960, quando é criada a Associação dos Fabricantes de Rádio e Televisores (AFRATE), posteriormente absorvida pela Associação Brasileira da Indústria de Eletro Eletrônica (ABINEE). Em 1955, estima-se que havia 74 mil aparelhos de televisão em uso no Brasil.[7] Este número refere-se apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, únicas regiões onde a televisão já havia sido implantada. Diferente do rádio dos anos 1950, que cobria todo o território nacional, alcançando também o exterior, a televisão surge com um pequeno raio de ação, que lhe permite apenas cobrir as cidades onde está instalada. As programações eram locais. A expansão da televisão pelo restante do país vai ocorrer especialmente na década de 1960, consolidando-se na seguinte. Portanto, no período aqui estudado, dividir o número de aparelhos em uso pelo total da população produz uma idéia falsa sobre a dimensão do consumo de TV. É mais sugestivo considerar que a TV em seus primórdios, é um fenômeno localizado nas capitais e grandes centros, e que sua expansão acompanha um projeto de modernização que tem nas capitais seus fluxos dinamizadores.

Até o início da década de 1960 a televisão era um bem sofisticado, de difícil acesso à maioria da população. Com o aumento da produção nacional, a partir da montagem de *kits* importados e o barateamento do produto, houve uma ampliação nas vendas e a televisão tornou-se um bem mais acessível, com um crescimento médio anual de 10% nas vendas. Com exceção para os anos de 1960 e 1962, com 18% e 26% respectivamente, resultados estes relacionados a políticas de preço do governo. E, ainda, o ano de 1968, que pode ser considerado o *boom* da década, quando é concedido o crédito direto ao consumidor e há um aumento de 32% na venda de aparelhos. No ano seguinte, o índice de crescimento retorna a média dos 10%. Em 1970, havia cerca de 4,5 milhões de televisores em uso no Brasil.[8] Inicialmente, possuir um televisor significava, acima de tudo, *status* social. A curiosidade pelo aparelho superava o interesse pelo conteúdo dos programas, o que tornava mais suportável conviver com os constantes problemas de imagem, atrasos e suspensão da programação, por problemas técnicos de transmissão.

As pesquisas de audiência de televisão começam a ser realizadas pelo IBOPE

sistematicamente a partir de 1954. Porém, antes disto, eram feitos levantamentos específicos sob encomenda. Com o objetivo de conhecer os hábitos e preferências na cidade do Rio de Janeiro, a emissora Tupi solicita, em 1953, que o IBOPE avalie o "ouvinte" de televisão, quanto ao crescimento do número de aparelhos, o possível decréscimo da audiência de rádio, com o aparecimento da televisão, o número de pessoas por aparelho e a freqüência da audiência. Nas residências, onde havia televisão, mais da metade das pessoas já apresentavam mudanças de hábito, com relação à audiência de rádio. Destas, 46,% afirmavam que passaram a ouvir menos rádio e 9,8% que deixaram de ouvir rádio. Com relação à freqüência da audiência, 68,7% dos entrevistados afirmaram que o hábito de assistir televisão em sua casa era diário. [9]

Havia no ar uma interrogação sobre o futuro da televisão e a forma como afetaria a audiência do meio radiofônico. A audiência de televisão era coletiva, na maioria das vezes ocorria no contexto familiar. Enquanto o rádio ia dispersando a audiência, a televisão junta as famílias em torno do aparelho. As pessoas se reúnem para ver televisão e comentar o que viam. Surgem os denominados "televizinhos", aqueles que não possuíam aparelho próprio e iam assisti-lo na casa de amigos, parentes ou vizinhos. A publicidade apela para o "bom senso" do televizinho, sugerindo que compre um aparelho para sua família. Nas cidades do interior o hábito persiste por mais tempo, e algumas prefeituras colocam aparelhos em praças públicas.

A audiência coletiva era comum também nos bairros mais populares. Não só os que tinham o aparelho em casa recebiam parentes e vizinhos para compartilhá-lo, mas os bares investiram na idéia de colocar aparelhos como chamariz da clientela. Em meados da década de 1960, a televisão já tinha constituído um público cativo e, comparada a outros meios de comunicação, estava despertando cada vez maior interesse. Uma pesquisa do IBOPE indicava que na cidade do Rio de Janeiro, o interesse por televisão tinha aumentado 52%, superando os outros meios de comunicação. Nesta mesma pesquisa, no levantamento sobre as preferências do público com relação aos meios de comunicação, a televisão é apontada como o veículo mais interessante (68%), que distrai mais (74%), mais informativo

(38%) e indispensável (52%).[10] A televisão vai se tornando um bem considerado indispensável em todas as classes sociais, faixas etárias e graus de instrução. Em 1970, registrava-se que o número de domicílios com aparelhos de televisão praticamente igualava aqueles com refrigeradores, um bem considerado essencial na época. A publicidade investia na idéia de que os aparelhos de rádio e televisão eram companhias para todas as horas, um objeto incorporado às rotinas do dia-a-dia.

Com relação ao rádio, essa busca de uma relação próxima, de intimidade, é freqüentemente reforçada na linguagem utilizada pelos artistas e locutores, que dirigem-se ao público sempre de uma maneira bastante pessoal: "a você, que está me ouvindo"; "ouça agora minha amiga", "vou cantar para vocês", entre outras. O universo dos ouvintes é amplo e heterogêneo, mas uma parte expressiva busca uma participação ativa, através de telefonemas e envio de cartas. Há, ainda, aqueles que com diversos interesses tentam de modo deliberado e ostensivo atuar sobre a emissora, com presença física participativa, nos locais de irradiação.

Além da linguagem radiofônica, que se organizava a partir desta busca por uma relação afetiva com seu público, algumas publicações reforçavam estes laços, funcionando como extensões do próprio meio. As duas principais, na década de 1950, foram a *Revista do Rádio,* cuja primeira edição é de 1948 e *Radiolândia*, iniciada em dezembro de 1953. As matérias da *Revista do Rádio* associavam com freqüência a imagem do artista à família, como representações de "lar ajustado e feliz", ilustradas com muitas fotografias em que se destacam os bens adquiridos como casas e reformas de apartamentos, fruto do "sucesso e de batalha pessoal".

Todo o empenho em tornar público o "mundo do rádio" incentivava a emergência de um tipo especial de ouvinte - os fãs - que, organizados formalmente em fãs-clubes participavam da corte do artista escolhido, promovendo-o, sistematicamente, com homenagens públicas e demonstrações de carinho e afeto. Os fãs-clubes tinham um caráter disciplinador, organizando a formação da corte e permitindo a aproximação com os ídolos. Para os artistas, o fã-clube tinha um lado prático bastante positivo, pois por trás do

relacionamento despretensiosamente carinhoso, funcionava um mecanismo valioso de publicidade e termômetro do sucesso alcançado. Os fãs-clubes marcavam diferenças entre si. A partir do perfil público do artista, seus admiradores se organizavam de modo a confirmar esse perfil, conformando-o por determinados sinais de identificação sociocultural. Em torno dessas diferenças, alimentavam-se rivalidades que promoviam os envolvidos.

A proximidade entre os artistas e o público criada pelo rádio, e reforçada pelas revistas, transformavam os primeiros, em intérpretes "da alma emotiva" e, ao mesmo tempo, em padrões de consumo que chegavam aos pontos mais distantes do país pelas ondas sonoras. Junto à imagem dos artistas de rádio eram divulgados produtos de beleza, higiene, roupas, farmacêuticos, etc.

Ao mesmo tempo em que vai havendo um esgotamento do padrão radiofônico dos anos 1950, a televisão é implantada e vai se configurando como um novo canal de produção e circulação de produtos culturais e publicidade. Como bem de consumo, inicialmente restrito às camadas mais ricas da população, para a televisão converge a verba de publicidade do que seria o grande manancial do período pós guerra – os eletrodomésticos. Em 1956, a TV inaugura seu horário diurno, entre onze e treze horas. Os canais ampliam paulatinamente sua capacidade de transmissão para regiões mais distantes dos grandes centros. Acompanhando o aumento do consumo de televisão, a *Revista do Rádio* abriu seções específicas para o meio televisivo, com matérias e reportagens. A *Revista Radiolândia* passa a publicar um encarte *Tevelândia,* a partir de 1964. Surgem ainda, publicações específicas como a *Revista da Televisão* (1956), a *TV Programa* (1955) e *Intervalo* (1963). *O Jornal,* das Emissoras Associadas, a pioneira no ramo de televisão, passa a incluir, na década de 1960, nas edições de domingo um encarte especialmente dedicado ao novo veículo.

Os programas de rádio vão sendo adaptados para o formato da tela. Como, também, tem início uma série de experiências, com relação a uma produção especificamente voltada para a constituição de uma linguagem televisiva. O público já havia experimentado a imagem através do cinema, porém, a capacidade da televisão de trazer a imagem para

dentro das casas, numa fase em que é ao vivo, potencializa a força da imagem como narrativa do cotidiano. Esta credibilidade da televisão, foi sendo construída juntamente com uma certa sedução tecnológica. O conceito de programação televisiva vai se formando em conjunto com a expansão do mercado de bens de consumo, valorizando o que seria o seu diferencial: o hábito de audiência. A programação passa a ser dividida em segmentos: infantil, feminino, masculino e jovem.

A experiência da modernização inclui, necessariamente, segmentações de gostos e públicos, através das quais vão sendo criadas novas formas de identidade, que passam pelo consumo de bens cada vez mais diferenciados. Os aparelhos portáteis de televisão vão se disseminando, incentivando a audiência individual em que cada um pode ver "o que quer", "quando quiser. No ano de 1968, o governo providencia a liberação de crédito ao consumidor, e a compra de aparelhos de televisão aumenta em cerca de 32%. O sonho da "televisão própria" torna-se mais exeqüível para uma maior parcela da população brasileira. A intimidade que a televisão vai estabelecendo com o público, tal qual o rádio anteriormente, lhe assegura a posição de lugar privilegiado, onde se produzem e circulam narrativas fundamentais para experimentação da modernização e a ampliação do sentimento de incorporação social, numa sociedade na qual, contraditoriamente, se acirram os contrastes sociais.

NOTAS

---

[1] A principal dificuldade em investigar o consumo dos meios de comunicação advém do fato de que, comparativamente à produção, ele deixa marcas aparentemente menos visíveis. O procedimento metodológico que tem apresentado melhores resultados, no sentido de fazer aflorar esta esfera em toda sua complexidade, tem sido a etnografia dos públicos, que vem contribuindo para a compreensão da dinâmica do consumo, inserindo-o nas práticas estruturantes do cotidiano. Este deslocamento privilegia a cultura como eixo de compreensão dos processos comunicativos. Ver a respeito: ROCHA, Amara Silva de Souza. *Nas ondas da modernização: uma história social do rádio e da televisão no Brasil nas décadas de 1950/1960.* Tese de Doutorado em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

[2] IBOPE. Pesquisa Nacional de Consumidores, maio-junho 1952.

[3] IBOPE. Pesquisas especiais, 1956.

[4] IBOPE. Pesquisas especiais, 1956.

[5] *Anuário do Rádio, 1953*: "O rádio e a criança".

[6] Folheto da I Exposição Brasileira de Rádio, Televisão, Eletrônica e Telecomunicações – 1953.

[7] Fonte: ABINEE – Associação Brasileira de Indústria Eletro-Eletrônica.

[8] Idem. Ibidem.

[9] IBOPE. Pesquisas especiais, junho de 1953.

[10] IBOPE. Pesquisas especiais, novembro-dezembro/1965.

"AS REPRESENTAÇÕES DE PODER NAS CONQUISTAS ROMANAS: AS IMAGENS DE VITÓRIAS DA GUERRA DÁCICA NA COLUNA TRAJANA"

Américo Henrique Marquez do Couto – UFG

Segundo Georges Balandier, o poder político mostra-se pela linguagem que usa, na qual procura obter o consentimento dos súditos. O poder efetua marcações lingüísticas, agindo por imagens, símbolos e por palavras que efetuam uma forte influência permanente sobre os governados (BALANDIER, 1989: 100). Poder se relaciona diretamente com dominação, expressando que quem o detêm estabelece uma dominação ilimitada sobre súditos. Os Imperadores romanos, utilizavam do poder para capacitar a manipulação de forças e para controlar as movimentações de violência social e desordem. No entanto, o seu uso fez surgir, especialmente, a partir das dinastias dos Antoninos e dos Severos, uma série de problemáticas estruturais no Império Romano.

O uso da imagem pelos historiadores não deve ser limitado, já que esta nos oferece uma série de variantes e, portanto, não deve ser limitada a uma "evidência". As imagens nos permitem reconstruir e pensar o passado de forma mais viva, constituindo assim um excelente guia para o poder de representações visuais nos diversos segmentos da vida (BURKE, 2004). O historiador Paul Zanker, através do uso das imagens, nos conta que uma das mais significativas transformações do inicio do Império Romano foi à totalidade das imagens que passaram a ser observadas em conjunto, representando assim uma nova linguagem visual caracterizada pelos padrões de centralismo do Império Romano (ZANKER, 1987).

As imagens de Trajano, como as de muitos Imperadores, foram agrupadas para a composição de uma narrativa. Estas imagens foram confeccionadas em Roma e nas províncias romanas e foram divulgadas por intermédio de vários suportes como a pintura, as estátuas de

bronze e pedra, tapeçaria e outros. Ao observar estas imagens, aproxima-se da tese de Peter Burke, que afirma que:

> "(...) ler imagens não é fácil quanto parece, pelo menos quanto à distância cultural entre o autor e o espectador é tão grande quanto a que nos separa" (...) do período de governo de Adriano. "Para transpor este hiato a prudência exige, pelos menos, que se dê considerável atenção à descrição dessas imagens feitas na época de sua produção. Algumas delas podem ser encontradas em guias daquele tempo, que, como as inscrições nos monumentos e medalhas, eram feitos para moldar as percepções dos espectadores". (BURKE, 1994: 30-31).

Marco Ulpio Trajano, Imperador romano (98-117) nascido em Itálica, na Bética, no sul da Espanha, perto de Híspalis, depois Sevilha, em 53, primeiro de fora da península itálica, que levou as fronteiras do império ao ponto máximo de sua extensão geográfica e realizou um vasto programa de obras públicas. De família nobre, concluiu a formação militar junto ao pai, governador primeiro da Síria e depois da Ásia, à época de Vespasiano. Comandou uma legião na Espanha e participou das campanhas na Germânia, nas quais conquistou grande prestígio. Nomeado cônsul por Domiciano em 91, mais tarde adotado por Nerva, a quem sucedeu em 98. Eficiente administrador reorganizou o império, com apoio decisivo do Senado, que lhe concedeu o título excepcional de *optimus princeps*. Manteve um contato permanente e íntimo com a intelectualidade romana como consta da correspondência que manteve com Plínio o Jovem. Reativou o comércio e a agricultura, reduziu a carga tributária e a realizou um ambicioso programa de obras em todo o império. Além de edifícios públicos, como o novo *forum* de Roma, construiu estradas, pontes, aquedutos, portos, banhos públicos e infra-estrutura sanitária. Algumas dessas obras sobrevivem ainda na Itália, Espanha, norte da África e Balcãs. Seu prestígio, no entanto, não se deveu somente aos êxitos na política interna, mas também às conquistas militares e territoriais, destinadas a aumentar e consolidar o poder de Roma e a proporcionar os recursos necessários para suas reformas. Ampliou o Exército e reforçou as fronteiras com a Germânia, derrotou os dácios em duas brilhantes campanhas e criou a nova província da Dácia em 106, hoje Romênia. Assegurada a fronteira oeste do império, voltou a

atenção para o leste. Anexou o reino da Nabatéia, a parte da Arábia que se estende a leste e sul da Judéia, e empreendeu uma guerra contra o poderoso reino parto em 110, que culminou com a anexação da Armênia e da Mesopotâmia, a conquista das principais cidades partas e a chegou com suas tropas até ao golfo Pérsico. Com uma série de revoltas nos territórios recém-conquistados e nas comunidades judias de diversas províncias orientais em 116 e com a saúde abalada, entregou o comando do Exército ao sobrinho Adriano, que seria seu sucessor, e partiu de Antioquia de volta para Roma, porém morreu na viagem em 117, em Selino, posteriormente Selindi, Cilícia, no sul da Anatólia.

Diante disso, procuraremos demonstrar através das imagens de Trajano aqui, especialmente, as vitórias na Guerra Dácica como seu poder se caracterizou durante o Império Romano e ainda é objeto de interesse histórico.

Segundo Malcolm A. R. Colledge (2000: 972), Trajano foi a imagem do novo *Augustus* e com uma ativa ação e materialidade tornou-se além de líder, o Imperador que fez com que os romanos revivessem as glórias e os momentos brilhantes da *Res Public.*

Outra boa imagem de Trajano é a construída por Plínio, o Jovem que, tanto no *Panegírico de Trajano* como em *Correspondência para Trajano*, trata de homenagear o Imperador, além de apresentar suas glórias e triunfos e liberdades que o Imperador possuía, como, por exemplo, quando afirma que: "(...) o que o distingue e enaltece [Trajano] é que se considera um de nós e têm tão presente que é um homem como que é chefe de homens". (PLINIO, II).

Ainda pelo *Panegírico* de Plínio a Trajano podemos notar a preocupação com a grandeza do Império (PLINIO, VI), as representações de ordem, medo e poder diante de fatos como a força da Guarda Pretoriana e de uma guerra (PLINIO, XII e XIII), as intensas ligações com a ordem eqüestre, a familiaridade e suas relações sociais (PLINIO, XXII, XXIII e XXIV) e suas glórias, bondades e riquezas (PLINIO, XXXVI, XXXVII e L) e muitas outras.

Segundo o Breviário de Flávio Eutrópio, ou seja, uma síntese procedente de várias obras (CIZEK, 1995), escrito no IV século, com vocabulário singelo, técnico em ocasiões e que repassa os reflexos da documentação oficial que maneja, o Imperador Trajano "(...) alargou em todas as partes as fronteiras do Império Romano, (...), submeteu a Dácia, depois de ter vencido Decébalo, seu rei, formando uma nova província" (EUTROPIO, 8, II); percebe-se também outras conquistas e características como a simplicidade, a amabilidade, a ligação amável com o Senado e as liberdades (EUTROPIO, 8, IV e V). Ainda segundo Eutropio,

> "(...) deste Imperador foi transmitido à nossa memória tanto que até os nossos dias não se aclamava aos Príncipes no Senado de outra maneira senão: Oxalá (sejas) mais feliz, que Augusto, e melhor que Trajano. Tal foi a fama da bondade que oferece ocasião de magnificentíssimo exemplo, quer aos que bajulam quer aos que louvam de verdade" (EUTROPIO, 8, V),

demonstrando assim seu poder, sua bondade e a sua caracterização como exemplo de governo e de pessoa.

Já Aurélio Victor em *Livro dos Césares* e *Epítome de Caesaribus* faz uma caracterização menos ufanista de Trajano. A obra deste autor apesar de conter algumas semelhanças com a de Eutrópio como, por exemplo, a promoção de estrangeiros e bárbaros, a influência exercida pelas novas classes sociais e a preponderância militar e não prestar atenção ao Cristianismo por compartir de ideais pagãos, se distancia do mesmo já que a obra de Victor possui um estilo de discurso difícil e com inversões, além de ser qualificado como elegante e de língua complicada e obscura, segundo os tradutores José Javier Isso e José Luis Moralejo, embasados em R. J. Panella (1980) e responsáveis pela tradução da obra para o espanhol.

Aurélio Victor menciona que as conquistas de Trajano levaram o Império a se estender geograficamente de Roma ao Danúbio (VICTOR, *Livro dos Césares*, 13,2), além de expressar características do Imperador como a de "(...) justo, clemente, extremamente paciente e muito fiel a seus amigos, (...), além de confiante, íntegro em si e no Prefeito do Pretório que o protegia". (VICTOR, *Livro dos Césares*, 13, 8 e 9). No *Epítomes de Caesaribus* caracteriza melhor a questão militar em Trajano, mostrando as genialidades militares do Imperador e a

construção da Coluna Trajana que representa suas glórias, suas honras e seus triunfos em armas contra os dácios nas duas Guerras Dácias (VICTOR, *Epítomes de Caesaribus*, XIII).

O Imperador Trajano utilizou-se de seu título de *Princeps* para caracterizar-se como mais autocrático e menos limitado, aproximando-se cada vez mais da população e, com isso, sendo mais popular e seu poderio aceito com mais facilidade. Segundo M. Rostovtzeff, Trajano foi, "(...) um excelente administrador, influindo em todos os detalhes do governo e dirigindo pessoalmente seus subordinados, que escolhia cuidadosamente entre a aristocracia governante" (ROSTOVTZEFF, 1983: 209). Contudo, este Imperador se destaca é no aspecto militar. O mesmo Rostovtzeff (1983: 209) afirma que Trajano foi um grande gênio militar e um estadista de visão, que compreendeu claramente os problemas imediatos do Império e os perigos que o ameaçavam externamente. Neste sentido, conseguimos perceber por que este buscava sempre novas conquistas para os domínios imperiais romanos e a Dácia era uma região que daria grandes contribuições a este programa de Trajano.

Com o objetivo de estender as fronteiras do Império ao máximo e trazer a Roma cada vez mais riquezas, Trajano se lançou na Trácia, pois ao conquistar a Dácia (o coração da Germânia), renovava sua política de ataque e defesa e abria os caminhos para o desenvolvimento de uma política externa. Na Dácia, a atração principal foi suas areias auríferas (165 toneladas, segundo Jean – Pierre Martin, MARTIN, 1975: 289) e suas riquezas em demais minérios, mas a guerra na Dácia também provocou transformações estruturais / reformas nas legiões do exército romano e na corte pretoriana, o que deu maior estabilidade e confiança nestes importantes órgãos do Império.

Essas transformações podem ser observadas em ações dos legionários romanos em relevos da Coluna Trajana. Em um friso podemos observar que legionários romanos assaltam uma cidade inimiga. Para tal, percebe-se uma forte disciplina e organização no ato, o que constata um bom funcionamento da máquina militar romana. Ainda sobre a questão da organização, um outro relevo da Coluna Trajana mostra as legiões romanas navegando na

bacia Brindisi, durante a Segunda Campanha na Dácia (105 – 106 d. C), nele podemos inferir que há uma sincronia nos remos da navegação, um equilíbrio das forças em ação e um comando bem posicionado, o que facilitava as ações de estratégia dos romanos nos conflitos como o da Dácia.

De acordo com Paul Petit (1974), Trajano foi um grande administrador militar e isso o caracterizou como um homem de triunfo magnífico e seus monumentos demonstravam tal tendência. Este mesmo autor, afirma que as "(...) grandes guerras da Dácia e da Partia foram conjunções de diversos fatores de ordem estratégica, econômica e ideologias objetivas e discutidas" (PETIT, 1974: 168).

A Guerra Dácica provocou alguns problemas estruturais para o Império Romano, pois como o próprio Dion Cássio (DIO, LXVIII, 6,2) afirma que os dácios reuniram-se a um grupo de aliados como os Cárpatos e os Sármatas que os ajudaram a resistir, especialmente, no primeiro ataque de Trajano entre 101 e 102. Mesmo assim, a organização e a técnica dos romanos foram superiores e acabou por dominá-los impondo uma ordem colonizadora.

Como já foi percebido a Coluna Trajana de 12 de maio de 113, representa, em Roma, as vitórias e sucessos de Trajano na Guerra Dácica. Esta coluna possui 38 metros de altura, 185 degraus nos quais os relevos representam os atos de Trajano e de seus legionários e 3,5 metros de diâmetro. Alguns estudiosos também afirmam que a coluna possui 42 metros de altura, foi construída com 18 blocos de mármore de 1,5 metros de altura cada um e 3,5 metros de diâmetro. Foi construída com granito egípcio e mármore carrara branco e de coloração púrpura. Acima da coluna foi colocada uma estátua de bronze de Trajano na qual, o Imperador está caracterizado com as vestimentas de comemorações pelos grandes feitos militares.

Segundo Malcolm A. R. Colledge (2000: 973), a Coluna Trajana reafirma a imagem de conquistador de Trajano além de representar uma "escultural comemoração da Guerra Dácica". Os relevos em espiral de sua coluna em Roma indicam a fonte de enormes despesas com este projeto que foram pagos com as benesses da Dácia conquistada. A guerra contra os dácios

teve destaques com o Imperador Domiciano que não conseguiu dominar a região. Trajano os ataca com um número muito maior de legiões, segundo Michel Grant (1987: 254), cerca de trinta e com números de soldados mais significativos. Com esse significativo e organizado exército, o Imperador dominou a Dácia em guerras com escalas entre 101 e 106. Sua capital Sarmizegetusa (Gradistea Muncelului) foi tomada e destruída e Decébalo foi condicionado ao suicídio. A Dácia tornou – se colônia dos romanos e significativas quantidades de ouro e prata foram confiscadas e levadas para Roma. Mas, o término da Guerra Dácica teve novos significados nos objetivos de conquistas dos romanos, o que significou que as forças de fronteira passaram das guarnições do Reno para as guarnições da Dácia e do Danúbio como nos informa Dion Cássio (DIO, LXIX, 4,2).

Sobre esta conquista de Trajano e suas representações imagéticas, Dion Cássio nos escreveu uma série de análises e narrativas. Este autor, um Senador do Império do III século d.C., relata que o Imperador

> "erigiu sobre as ruínas em Roma enormes e esplêndidas construções como de uma terma em 109. (...) Assim, Trajano procurava mostrar grandes obras arquitetônicas e demonstrava ligações com a cultura grega e métodos arquitetônicos romanos. A arquitetura das construções trajanas são magníficas e notáveis, sendo perceptíveis eté no Danúbio. Os espólios da Guerra Dácica foram responsáveis por ampliar a extensão da área pública no coração de Roma e dar uma nova visão ao Fórum de Trajano" (DIO, LXIX, 4,1)

Dion Cássio ainda se refere à glória de Trajano ao mostrar a grande importância da conquista da Dácia para os espaços da Mesopotâmia e Partia e sobre os domínios do Danúbio (DIO, LXVIII, 17,1). Glória esta que o mesmo autor ainda faz referência quando escreve sobre o Imperador Septímio Severo (DIO, LXXV, 1,1), que busca nas conquistas de Trajano forças na luta contra os partos.

Segundo Miriam Griffin (2000: 108 – 109), a Coluna Trajana caracteriza as evidências e dificuldades da campanha romana contra os dácios estruturando e servindo de exemplificação para os vários comentários de Dion Cássio sobre o referido fato. Como já mencionamos, Dion Cássio, dá bastante atenção na sua biografia de Trajano ao conflito da Dácia. Ele caracteriza a

primeira e a segunda Guerra Dácica com as vantagens e desvantagens momentâneas e finais para os dois lados (DIO, LXIX, 1,3,7,11). A derrota de Decébalos, o domínios de Sarmizegetusa, a ratificação do Senado em Roma a Trajano e a estabilização da Colônia Ulpia Traiana Augusta Dácica Sarmizegetusa também são relatados por Dion Cássio (DIO, LXVIII, 8, 9), além do otimismo romano para o domínio dos limites do Danúbio e a facilidade de se atacar os bárbaros (DIO, LXVIII, 13,6) nesta região.

Procura – se, neste sentido, mostrar a superioridade dos romanos com as imagens e ações da captura e rendição de Decébalos (DIO, 10, 3 – 12, 5; 14, 3), algo também observado por Plínio ao expor em cartas este mesmo fato, quando comenta o relevo da Coluna Trajana que mostra esta representação da campanha (PLINIO, XIV). Apesar desta aproximação destes autores, os dois se distinguem em relação à coluna, pois, nos *Panegíricos* e até nas *Cartas de Plínio*, o autor praticamente não menciona a coluna, diferente de Dion Cássio na *Historia Romana* que a expressa com destaque. Procura demonstrar além de poder de Roma, a súplica dos dácios diante de suas constantes derrotas para os romanos (DIO, LXVIII, 9, 7).

A conquista da Dácia por Trajano melhorou ainda mais sua relação com o Senado. Os significativos soldos da conquista e sua competência geral, ou seja, no administrar o público deram mais do que o poder das armas, mais o respeito diante do Senado e das tropas legionárias (DIO, LXVIII, 23, 2).

Por fim, vale ressaltar ainda segundo os escritos de Dion Cássio (DIO, LXVIII, 29, 1 e DIO, LXXV, 3,3), que o poder e glória de Trajano foi um dos mais representativos de toda a História Antiga, pois este autor compara as ações expancionárias e ou de conquistas de Trajano com as ações de Alexandre, o Grande, responsável por conquistar grandes domínios para a conhecida Civilização Helenística, além da referência feita por Septímio Severo diante das conquistas honrosas de Trajano que deram segurança e estrutura de defesa para o *limes* do Império Romano.

O uso do documento histórico na prática pedagógica

Ana Burkot[1]

Os professores estão sempre em busca de novas metodologias para ampliar e diversificar sua prática pedagógica e, sendo este um objetivo compartilhado com a Secretaria Municipal de Educação de Araucária-Paraná, foi oferecido por esta um curso na área de história para os docentes da 1.ª série (que lecionam as disciplinas de português, matemática, história, geografia e ciências) e para os 5.ª à 8.ª série do ensino fundamental (que lecionam uma disciplina específica, no caso aqui, história).

O curso, denominado "O uso do documento histórico na sala de aula" – ministrado pela professora da UFPR, Dr.ª Maria Auxiliadora Schmidt – foi realizado por meio encontros nos quais as teorias sobre o assunto foram debatidas com o grupo e postas em prática nas salas de aula. Além de tratar do objetivo sugerido pelo título, o evento também propiciou uma aproximação maior entre os professores, que puderam realizar enriquecedoras trocas de experiências, uma vez que ali estavam reunidos profissionais com formação específica no ensino de história e outros não, como é o caso dos docentes da 1.ª série. Nesse sentido, foram testadas práticas de ensino com o uso do documento histórico, simulando aplicações que resultaram em muitas idéias passíveis de desenvolvimento nas escolas.

Por meio do estudo dirigido, pôde-se perceber que muitas vezes professores e alunos possuem documentos de grande validade para a história e nem se dão conta desse fato. Na concepção do aluno, os conteúdos dessa disciplina são somente aqueles que estão escritos nos livros e não há necessidade de pesquisa para acessá-los, pois estão prontos.

A orientação para o trabalho com documentos históricos nas séries iniciais do ensino fundamental leva em conta que as crianças pequenas estão iniciando seu contato com as diversas linguagens comunicativas e, nessa fase, prevalecem os estudos comparativos, a percepção de semelhanças e diferenças, permanências e transformações de costumes e organização do grupo familiar. Desse modo, os documentos históricos são fundamentais como fontes de informação a serem interpretadas, analisadas e comparadas, pois representam visões de mundo e modos de viver, permitindo ao aluno "olhar historicamente", recolher oralmente informações sobre o passado mais próximo, pesquisar arquivos familiares e tomar conhecimento de uma grande variedade de fontes.

Tendo participado do curso, esta professora relata aqui sua experiência docente com o uso do documento histórico em uma aula de história, na 1.ª série do ensino fundamental, em 2004, durante o 2.º semestre, na Escola Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel, localizada na cidade de Araucária-Paraná. Para encaminhar as atividades, buscando o conhecimento histórico com base no cotidiano dos alunos, o documento usado foi a "Lista de 1840",[2] cuja autoria é de um morador da cidade de São Paulo, o qual tinha por objetivo relacionar as compras que faria em um armazém de secos e molhados, como segue abaixo:

½ caixa de sabão
3 medidas de aguardente de milho
4 libras de erva-doce
3 queijos
1 arroba de toucinho
2 arrobas e meia de açúcar
½ arroba de café
1 pilão
2 alqueires de batatinha
19 velas de sebo
7 meias barricas de farinha de trigo
2 bacias de louça branca
1 ferro de picar fumo
1 moinho de moer café
250 gramas de milho
280 gramas de farinha de mandioca

> 250 gramas de feijão
> 1 selamim (sic) de sal
> 2 selamins de arroz
> ¼ de medida de azeite de amendoim[3]

Para romper com o costume e o apego ao trabalho com o documento histórico como mera ilustração, a lista foi utilizada para fazer uma explicação sobre o cotidiano, estabelecendo semelhanças e diferenças, e também para incentivar os alunos a explorá-la para responder às hipóteses.

> Estudá-lo como fonte de respostas para hipóteses ou problemas, o documento é um veículo, um instrumento que não revela nada por ele mesmo, mas serve para responder a questões do aluno e do professor. As atividades desenvolvidas podem ajudar a construir inferências e a rever representações já existentes. O aluno deve inscrever o documento numa problemática construída *a priori* e, das respostas encontradas, procurar levantar novas questões. Essa estratégia é importante para reforçar determinadas atitudes intelectuais. O professor deve elaborar regras com o objetivo de manter o aluno no campo da problemática levantada e de ser feito um registro pertinente às questões colocadas.[4]

Iniciou-se o trabalho com a seguinte questão para os alunos: "Qual a diferença entre o seu cotidiano e o cotidiano de 1840?" Após a discussão, foi solicitado aos alunos que elaborassem uma lista de compras como a que a mãe (ou outro membro da família) deles normalmente leva ao mercado. No outro dia, as listas trazidas pelos alunos foram fixadas em um mural e lidas, uma a uma, para que fosse possível fazer comparações entre elas, percebendo as diferenças com relação à quantidade, unidades de medida, tipos de produtos, sua conservação e ainda quanto ao local onde as compras seriam realizadas. Em seguida, foi apresentada, em transparência, a “Lista de 1840”, a qual fez surgir vários questionamentos.

Valorizando a pesquisa, foi solicitado aos alunos que, de posse de uma cópia da “Lista de 1840”, respondessem em casa, com o auxílio de seus pais, às seguintes questões:

- O que é um armazém de secos e molhados?

– Quanto vale uma libra, uma arroba, um alqueire e um selamim?

Em outra aula, foi feita a leitura das respostas e foi também sugerido que respondessem às questões abaixo, por meio de comparações entre passado e presente, para que pudessem perceber a história contida nas entrelinhas da lista de compras.

1 – O que é um armazém de secos e molhados?

2 – Como era o lugar onde se faziam compras antigamente? E hoje como é?

3 – Quais os produtos que estão na lista de 1840 e que hoje não são mais encontrados à venda?

4 – Pinte, na "Lista de 1840", os produtos que existiam naquela época e que nos dias de hoje ainda compramos.

5 – Anote as unidades de medida que aparecem na lista de compras de 1840 e, ao lado, o seu valor.

6 – Agora, escreva quais as unidades de medida mais usadas atualmente.

7 – Qual a moeda em circulação?

- Naquela época:

- Nos dias de hoje:

8 – Há quantos anos atrás aconteceu essa compra?

Como auxílio na resposta dos questionamentos acima, os alunos puderam contar com o relato da avó de um menino da turma que compareceu à escola e contou fatos da sua infância, relacionados ao comércio da época e o porquê das quantidades citadas na "Lista de 1840".

Após esse procedimento, constatou-se que a maioria dos alunos ainda apresentava dificuldades em se situar temporalmente quanto aos conceitos trabalhados, o que se justifica no fato de os alunos pertencerem a 1.ª série do ensino fundamental e também no que afirma Beatriz Aisenberg:

> La historia es una teoría actual que trata de explicar el pasado, y en gran medida las investigaciones que se realizan están relacionadas con problemas del presente, Pero la teoría histórica concibe una diferenciación entre los distintos períodos de la historia misma, así como una diferenciación entre cada uno de ellos y la actualidad. Estas diferenciaciones son producto de construcciones intelectuales. La enseñanza de la historia debe ayudar a los niños a construirlas progresivamente, tomando como punto de partida la indiferenciación inicial tanto entre distintos momentos de la historia como entre distintos tipos de sociedades.[5]

Assim, deu-se continuidade ao trabalho apresentando aos alunos a revista *O cruzeiro*, de 1948. Desta, foram xerocados os rótulos de produtos, apresentados em forma de propaganda, os quais foram comparados com aqueles que apareceram nas listas de compras dos alunos e, para reconstituir o passado de uma forma mais ilustrativa, foi explicado que aqueles rótulos da revista eram do tempo em que seus avós estavam, mais ou menos, com a idade deles. O registro da atividade foi desenvolvido em forma de cartaz, no qual foram coladas cópias dos rótulos apresentados na revista de 1948 e outros correspondentes, de revistas atuais, coletados pelos alunos, os quais demonstraram bastante interesse pelo assunto e participaram com entusiasmo da pesquisa, recorte e colagem. Nessa ocasião, também foi possível realizar a comparação de uma revista atual com a antiga, sob vários aspectos.

Com base nessa experiência, constatou-se que os alunos passaram a reconhecer com maior facilidade as semelhanças e diferenças sociais do seu cotidiano e do seu grupo de convívio em relação a outros grupos, estabelecendo relações entre o presente e o passado por meio da exploração de documentos históricos. Desse modo, ficou evidente que, mesmo trabalhando com alunos de 1.ª série do ensino fundamental, o conteúdo se torna mais significativo quando há utilização desse recurso, ou seja, o aprendizado acontece com maior facilidade quando é possível apreciar um registro histórico “palpável” ou que de algum modo faça parte do cotidiano da criança.

As aulas, fundamentadas no contato com as fontes históricas, facilitam a familiarização dos alunos com formas de representação das realidades do passado e do

presente, permitindo que a relação entre professor, aluno e conhecimento seja interativa. Ao fazer comparações entre o passado e o cotidiano do aluno, constrói-se uma ponte que liga ambos e torna mais estimulante a compreensão de fatos históricos por meio de documentos, cuja denominação já produz no aluno grande expectativa.

---

[1] Professora da Rede Municipal de Educação de Araucária-PR.
[2] DIAS, M. O. L. da S. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, 1984. In: SCHMIDT, M. A. **Historiar**: fazendo e narrando, a história na 4.ª série. São Paulo: Scipione, 2001.
[3] DIAS apud SCHMIDT, op. cit.
[4] SCHMIDT, M. A. **Ensinar História**: pensamento e ação no magistério. São Paulo: Scipione, 2004.
[5] AISENBERG, B. In: ALDEROQUI, S. (Org.). **Didáctica de las ciencias sociales**: aportes e reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994.

Paisagens de Belém: Aspectos da natureza amazônica retratada nas telas do pintor Antônio Diogo Parreiras (1860-1937)

ANA CARLA SABINO FERNANDES

1. A Cidade

Ao norte do Brasil, o maior país da América latina, está Belém, cidade considerada antiga para a nossa recente história brasileira, lugar onde na virada do Séc. XIX, para o XX grandes transformações foram realizadas e registradas, constituindo-se hoje em excelentes fontes de pesquisa, muitas ainda por serem estudadas., Esta cidade considerada porta de entrada natural da Amazônia, a mais ampla floresta tropical do mundo, cidade de beira de rio, rodeadas por inúmeras ilhas e desenhada por grandes e pequenos rios, tipicamente tropical. Foi registrada pelas pinceladas de um dos grandes artistas brasileiros, o pintor paisagista Antônio Parreiras (1860-19370) que utilizou em sua paleta variadas cores e matizes no registro de suas pinturas sobre Belém, estas obras hoje, fazem parte da iconografia da região.

O Período que ficou conhecido como *Belle Époque*, (1870-1912) foi sem dúvida um momento muito especial para os habitantes da cidade, o coração da cidade pulsava fortemente com as transformações que ocorriam, foram tantas que fizeram de Belém uma das grandes representações do patrimônio cultural urbanístico de cidades brasileiras, conhecido como "Época da Borracha"[1]. Foi um dos maiores milagres da economia Brasileira, a exploração do Látex, fabulosa matéria prima recém-descoberta e bastante desconhecida, no resto do mundo, mas com um potencial de utilidades sem limites, portanto imensamente lucrativo dado às possibilidades que o mercado internacional possuía. De repente todo o norte sofreu a alucinação da fortuna inesperada uma nova ordem econômica fora estabelecida o que possibilitou importantes fatos em nossa história regional, baseada principalmente na espetacular modernização da capitall paraense.

Os “reis da borracha” como ficaram conhecidos os fazendeiros que exploravam essa matéria-prima nos seringais da Amazônia, eram pessoas abastadas que em virtude do lucro fácil e abundante, recorreram ao luxo para se refestelarem,

[1] SARGES M. de N "*Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)"2 ed.* Belém-Pará Paka-tatu, 2002.

principalmente com coisa e objetos sofisticados e de difícil aquisição, são eles que mandarão vir do estrangeiro, não só os projetos de Arquitetura para construção de suas casas, mais as próprias casas, vinham completas, desde os tijolos ingleses até os lampiões belgas e as mobílias francesas. Foi um luxo esplendoroso influenciado pelas correntes artísticas européias do final do século XIX e início do XX [2].

Era inevitável, portanto que se implementasse um modelo eficiente para atender as novas demandas, era urgente uma modernização da capital. Entretanto, ela deveria ser acompanhada de um ar extremamente europeu, haja vista que os intercâmbios culturais intensos com a França, exigiam um estilo estético que acompanhasse as tendências européias. Este estilo ficou conhecido com o da *Belle-èpoque* que mais do que um estilo era considerado um estado de espírito que se manifestou em dado momento na vida de vários países, entre eles o Brasil.

Para implantar as mudanças exigidas pelas elites da época era necessário um grande administrador. Coube ao intendente Antônio José de Lemos (1898 –1911) esta tarefa, que teve como principal desafio estabelecer uma nova proposta urbanística para a cidade, proposta esta que deveria ser implementada não só na *urbe* , mas também nos hábitos e costumes da população. Uma nova Belém vai se desenhando, com uma série de modificações, que também serão representadas nas construções civis dos particulares, principalmente no estilo eclético [3], que foi predominante na construção civil na virada do Séc. XIX para o XX. Era responsabilidade da intendência de Lemos as modificações relativas ao espaços públicos da cidade, tanto que ele teve que colocá-las em prática em um curto período de tempo. Muitos edifícios públicos foram erguidos para oferecerem maior conforto ao exigente público. Também foram construídos, a fim de atender as exigências da população requintada, prédios luxuosos como os cafés, as lojas de artigos importados diretamente da Europa[4].

---

[2] Capítulo onde está ilustrado a Arte da Belle-Époque. Livro organizado pela Comissão de Artes Plásticas da Secretaria de Cultural de São Paulo. *História da Arte no Brasil.Volume II. Cap. Belle-Époque*. São Paulo, Abril Cultural 1979

[3] O estilo Eclético é formado com diferentes estilos. Na arquitetura geralmente diz-se quando a fachada e de um estilo e o partido são de outros estilos

[4] "Os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas figurinos, o mobiliário, as roupas, mas também as notícias sobre peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de Prestigio"(SARGES,. Belém: riquezas produzindo a belle-époque, 1870-1912 p.23)

2. O Pintor que registrou a cidade de Belém

É no cenário desta cidade que, no início do século XX, surge em Belém o pintor Antônio Diogo da Silva Parreiras, convidado por Antônio Lemos para fazer uma exposição de pinturas em Belém. O intendente, além de ser o responsável pela grande transformação ocorrida na cidade, era também um mecenas das artes[5].

Antônio Diogo da Silva Parreiras, nascido em Niterói no dia 20 de janeiro de 1860, filho de Jacintho Antônio Diogo Parreiras (famoso ourives) e de Maria Rosa da Silva Parreiras era o sétimo filho de uma família de nove irmãos. Os Parreiras Constituíam uma família de destacada prosperidade burguesa , portanto Antônio Diogo da Silva Parreiras, fez seus primeiros estudos num estabelecimento de elevada qualidade, mesmo em relação as melhores opções na Corte. Por volta de 1872 os Parreiras passam a residir ao lado da casa de comércio do Português Antônio Pinto Moreira muito amigo da família , que possuía a maior cocheira funerária de Niterói, à rua São João nº 3 .

Aos 23 anos de idade, finalmente Antônio Parreiras realizar o grande sonho de sua vida, estudar arte ele vende tudo o que tinha em Friburgo e se encorajasse a re começa por, matriculando-se como aluno amador em 1883, na academia Imperial das Belas Artes[6] .Finalmente está inteiramente dedicado ao seu maior sonho que é o de ser artista, mais ele tem conciência que é uma profissão inviável em termos financeiros, mesmo assim ele não desiste, e se entusiasma com o fato de poder estudar com um grande mestre, pois naquele momento é responsável pela cadeira de paisagem, flores e animais, um dos maiores pintores paisagistas, o pintor Alemão, Johan Georg Grimm (1846-1887)

Em janeiro de 1885, Parreiras de fato inicia sua vida independente como pintor profissional organizando em seu próprio Atelier na rua Santa Rosa em Niterói, uma exposição de sete paisagens de pequenas dimensões, mais já teria realizado cerca de quarenta trabalhos. Os jornais elogiam a modesta exposição. Dois meses depois é inaugurada uma nova exposição, desta vez mais significativa, na conhecida Casa de Wilde, na Rua sete de setembro nº 102, do belga Laurent De Wilde . Este era o principal

[5] Mecenas das Artes nome do ministro de Augusto (60 a.C.-8 d.C.), era o protetor de artistas e homens de letras, diz-se hoje aos patrocinadores das artes.

[6] Com a idéia de fundar Liceu de Artes e Ofícios, D. João VI trás ao Brasil a Missão Artística Francesa em 1816, (era composta de professores, cientistas e artistas estrangeiros que vieram com a finalidade de ensinar brasileiros) foi criada então a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, essa idéia evoluiu sucessivamente para: Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil depois Academia das Artes e, em 1836 Academia Imperial de Belas Artes.

ponto dos artistas profissionais no Rio de Janeiro. As críticas dos Jornais foram muito positivas, só recomendavam que Parreiras fizesse uma viagem para Europa para aprimorar mais, aquele estilo que ele estava desenvolvendo. Em junho de 1886 apresenta uma grande mostra outra vez em Niterói, na casa Insley Pacheco, onde seus quadros foram todos vendidos e os jornais se entusiasmam com o paisagismo que ele registra nos seus trabalhos.

Em 1887 começa ele a tentar obter recursos governamentais para ir para Europa, mas estes só poderiam vir, através de uma troca de interesses, e ele se recusava a obter qualquer vantagem de forma protecionista. Submete um maravilhoso trabalho seu Chamado *A Tarde* para aquisição , ele assegura os recursos necessários para ir para Europa e sua a viagem finalmente é realizada. Mas antes de ir , ele ainda faz mais uma exposição que será considerada excelente pela crítica.

1º de março de 1888, Parreiras parte para Europa, vai a princípio para Gênova, segue para Roma e estabelece em julho residência em Veneza. O impacto da cultura européia, da antiga civilização tão mitificada para o jovem nascido em Niterói, se transforma em uma cruel sensação de saudades. Após algumas semanas ele encontra ânimo para se matricular na Academia de Belas Artes local, freqüentando as aulas do Lombardo, Fillipo Cárcano (1840-1910) cuja a pintura sintonizasse por aproximação com os preceitos do impressionismo. O tema de uma das suas mais famosas obras, *Camponesa colhendo feno no campo ao entardecer*, baseada totalmente no paisagismo europeu, começa a lhe aproximar dos artistas franceses da Escola de Barbizon, instauradores de uma paisagismo autenticamente despojado e impressionista[7].

Após três anos de muito estudo na Europa retorna ao Brasil e desembarca no rio, em 5 de janeiro 1890, inscreve oito trabalhos na exposição geral de belas artes daquele ano, a primeira organizada pela República, onde obtém a medalha de ouro e aquisição de algumas de suas pinturas. As pinturas são surpreendentemente modernas. As relações cromáticas denotam uma preocupação intensa com os fenômenos, sendo que elas próprias elementos de representação dinâmica das formas. Sem dúvida que este momento define o desligamento de Parreiras da ortodoxia naturalista, adquirida com seu antigo mestre Grimm há sete anos passados, é o retorno ao Brasil após a estada veneziana. Neste mesmo ano ele retorna a Europa, não como um jovem e desconhecido

[7] Escola de pintura surgida na França por volta de 1870, que visava a captar, em princípio, a impressão visual produzida por cenas da natureza, e as variações nelas ocasionadas pela incidência da luz, e que se baseava especialmente no emprego das cores e de suas relações e contrastes, a fim de obter efeitos plasticamente dinâmicos e objetivos. [Esta escola, por suas inovações, influiu marcantemente a pintura do séc. XX.]

estudante talentoso, mas já considerado pela crítica européia um brilhante e importante pintor paisagista. faz mais algumas exposições e corresponde a expectativa da crítica e do público. Suas obras conquistam um grande prestígio e notoriedade. E por seu grande desempenho será convidado para voltar ao Brasil e tomar posse da cadeira de paisagem da Escola Nacional de Belas Artes, era um cargo muito importante para ele, pois as lembranças lhe remetiam ao seu antigo mestre da cadeira de paisagem, Georg Grimm.

Em 31 de março de 1890, por portaria do Ministro Benjamin Contantant[8] ele toma posse, iniciando suas aulas, e como as de Grimm elas serão sempre ministradas ao ar livre, sua pintura é baseada na observação da natureza, e de imediato implanta uma série de princípios não convencionais, que geram entusiasmo aos alunos e preocupação e inveja aos demais professores, pois ele terá o apoio sem restrições de Benjamin Constant aos seus novos métodos. Mas com o advento da república sua aventura de professor não duraria muito tempo, o meio acadêmico é ambiente fértil para o ajuste de contas entre opositores antigos e para surgimento de novas ambições, um grupo que se designava “os modernos”, postula a renovação do ensino, outro, do qual Parreiras fazia parte “os positivistas” propunham simplesmente a extinção da academia. E a imprensa abre o debate liderado por José do Patrocínio e Bento Barbosa.

Até este momento Parreiras tinha tentado se manter o mais neutro possível, até porque os métodos que ele empregava eram só seus, e bem mais evoluídos do que quaisquer outro que propunham os polêmicos novos gestores. Tinha ele também grande apreço e respeito e amizade pelos antigos mestres que estavam sendo atacados pelonova diretoria da Escola, Victor Meirelles, a quem considerava juntamente com Pedro Américo dos maiores mestres da pintura brasileira.

Ainda em novembro do mesmo ano Parreiras funda com um grupo de alunos interessados e independentes, a Escola do Ar Livre, que funciona em Niterói como instrumento de oposição ao ensino oficial. Esta época sem dúvida será a que Parreiras demonstrou mais revoltado contra o meio ambiente social, voltando-se inteiramente para a natureza. Sentindo-se totalmente livre no ano de 1891, ele realiza muitas excursões para o interior sua obra é elogiada e aclamada pela crítica paulista, o que lhe valerá um convite do Jornal o Estado de São Paulo, para que Parreiras escreva semanalmente artigos sobre Arte.

[8] Ministro de Interior da República, tranformou a Academia Imperial de Belas Artes em Academia Nacional de Belas Artes

E nesse momento de grande prestígio de sua carreira que ele é convidado a vir para o Estado do Pará, desembarca em Belém em maio de 1905, trazendo em sua bagagem algumas pinturas de gênero da exposição anterior como é o caso da "*Morte da Ovelha*" hoje pertencente ao Acervo do Museu de Arte de Belém. E uma série de novas telas, também com predominância dos assuntos de gênero. Recebido entusiasticamente em Belém pelos estudantes paraenses, que o homenageiam e logo apresenta exposição no belo prédio do Theatro da Paz. Além da venda de quase todos os trabalhos expostos recebe do governador Augusto Montenegro a encomenda para a realização daquela que seria sua composição histórica de maior formato: *A conquista do Amazonas.* Hoje pertencente ao Museu do Estado do Pará.

Mas causou grande impacto ao público que prestigiou a exposição de 1905, o fato de Parreiras após ter chegado em Belém, ter pintado várias obras que retratam Belém, como : *Entrada do Bosque Municipal, Clareira no Bosque, Av, São Gerônimo, Igreja da sé, Pça Batista Campos I e Pça Batista Campos II, Largo da Pólvora e Pça da República.* Essas obras foram todas adquiridas pelo Intendendente Antônio Lemos, em 1905, pertencem hoje Museu de Arte de Belém e reúnem um dos conjuntos de pintura dos mais significativos sobre uma cidade, pois as mesmas foram realizadas por um dos pintores paisagista mais aclamados pela crítica da Arte Brasileira, cujo o tema da natureza ele tinha grande domínio. Também é fato que Parreiras realizava sempre seus trabalhos ao ar livre interpretando a natureza, voltado acima de tudo à observação, especialmente à percepção de formas, cores, texturas e luz. Estava entusiasmado com a viagem para o Pará e registrou com sua paleta a paisagem da cidade de Belém. Ele suprime de vez a figura humana de seus planos da frente. A figura confunde-se agora com a textura da vegetação.

3. A Pintura de Paisagem

O Gênero da Paisagem na pintura pode parecer, aos espectadores de hoje, bastante corriqueiro, ou seja, uma forma de pintar bastante simples sem grandes surpresas, principalmente ao publico moderno tão habituado as imagens virtuais. Para muito elas não passam de iconografias sentimentais, sem nenhuma outra significação. No entanto não foi sempre assim. Até pouco mais de dois séculos atrás a contemplação da paisagem e suas mais diversas expressões eram esperadas como um grande marco de transformação na pintura, na poesia e na arquitetura .

Um dos vieses mais importantes com a arte da paisagem foi certamente à conhecida ciência moderna. A procura por representações das paisagens foi quase

obsessiva. As formas concretas como aconteceu estão diretamente ligadas a vários fatores acontecidos a partir de meados do século XVIII, entre os quais o desenvolvimento cultural e material europeu, que surgiram nas cidades com maior potencial econômico como Londres e Paris.

A constatação de fenômenos e fatos, de inspiração baconiana[9] , implicou uma nova atitude frente ao mundo que repercutiu também na produção artística. O mundo toma uma nova postura diante o progresso da ciência, mais necessidades de espaços, utilização intensa de recursos naturais, formam uma nova atitude diante a natureza e esta percepção influencia circunstancialmente o mundo físico e a forma de representação do mesmo.

Por volta de meados do século XIX, a arte da paisagem começou a mudar de rumo foi perdendo seu apelo romântico, ou seja a paisagem foi deixando de ser um apelo sentimental, baseado na introspecção melancólica do mundo, passando a ser um gênero artístico que se baseava principalmente na observação da natureza, especialmente na elaboração das formas, cores, texturas e luz, um caminho que acabou por conduzir ao impressionismo.

O paisagismo no Brasil surge no final do século XIX, ocasionado principalmente pelo intercâmbio de artistas brasileiros que recebiam bolsas para suas viagens de aperfeiçoamento, este e um dos fatores considerados de maior influência quando analisamos na difusão do gosto pela paisagem da Europa para o Brasil.

Em “Clareira no Bosque” pintura que faz parte da Coleção de Arte do Museu de Arte de Belém, o pintor se declara totalmente envolvido pela paisagem natural ao ponto que ele uprime de vez a figura humana desta sua obra e pinta apenas a floresta, uma floresta densa onde são retratadas uma variedade muito grande de espécies de vegetação amazônica, compondo a pintura de uma verticalidade que nos leva a entender cada vez mais a dimensão que ele observava para pintar a natureza, revela em suas paisagens a monumentalidade da mata,

[9] relativo ao pensamento de FRANCISCO BACON O iniciador do empirismo (o empirismo é substancialmente fenomenista, como o racionalismo, o conhecimento é reduzido não à razão, e sim aos sentidos; estes sentidos, porém, nos proporcionariam não a realidade, mas os fenômenos, as aparências subjetivas das coisas) quando afirma e enaltece a experiência e o método indutivo, a ponto de a razão e a transcendência acabarem por desaparecer na sombra, ainda que, praticamente, continue ele afirmando-as. Nasceu em Londres em 1561. Subiu ao mais altos da niveis políticos no reinado de Isabel , e faleceu em 1626.

reservando para as árvores uma escala surpreendente, como se as mesmas tivessem a capacidade de serem infinitas, tanto na profundidade da tela quanto na altura, dando um tratamento colorista muito próprio de suas paisagens,

Arte e Natureza foram sempre, ao longo da História da Arte, um estímulo para a criação artística e para a expressão de uma relação própria dos artistas com o mundo em que vivem. Essa relação será muitas vezes de confronto, outras vezes toma o lugar da representação, do diálogo e da busca de correspondências onde pode ficar estabelecido que a arte não é um reflexo do real, mas um processo criativo de imagens, sons e movimento no qual participam o mundo dos sentimentos e pensamentos do criador e o contexto sócio cultural a que este pertence.

As obras de Parreiras que registram a cidade de Belém oferecem aos espectadores não somente um sentimento especial da floresta tropical urbana, mas também algo deles mesmos: o seu contexto. Nesse tipo de pintura, a tela torna-se um registro da sociedade, refletindo o ambiente mais do que simplesmente retratando-o, mas também configurando a obra de arte como uma criação permanente onde a mensagem estética contida nela não possui uma significação unívoca, isto é, nunca pode ter para os receptores um só significado.

Parreiras ao pintar suas telas em Belém, afasta-se completamente do Realismo[10]. Os pintores realistas têm a ambição de representar a natureza tal qual ela é, tal qual ela existe. Isto se justificava em um momento em que se vivia o positivismo. Mas o momento vivido era outro e ele como pintor sensível desenvolveu uma abordagem da paisagem que se apresenta como a de maior comunhão com a natureza, se comparada àquela até então praticada na arte brasileira.

4. Conclusão.

Como confundir arte e natureza, se a arte começa precisamente na transformação que o homem faz do natural em não natural. Aceitar esta transformação radical como forçoso ponto de partida, compreender como os elementos naturais são utilizáveis num sentido diferente do que tinham na natureza, transfiguráveis a ponto de criarem um mundo próprio que permanece no mundo, sentir que a madeira da estátua já não é a madeira da árvore: eis um passo essencial no caminho da aproximação da arte. Passo, no entanto, curto e certamente pouco útil se não pudéssemos compreender simultaneamente que tudo isto implica o nascimento de uma realidade, uma verdadeira recriação da realidade.

[10] Corrente estética, utilizou-se de várias linguagens das artes entre elas as Artes Plásticas, cujas característica é a fidelidade no registro da representação.

"LITTERARIOS E RECREATIVOS: AS PRIMEIRAS REPORTAGENS SOBRE CULTURA NOS JORNAIS DE DESTERRO - 1850 – 1890"

Ana Carolina Dionísio

Em 1831, Jerônimo Coelho, um militar de carreira, fundou o primeiro jornal de Desterro: *O Catarinense*. Ligado ao então vice-presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Luiz do Livramento, o periódico divulgava ideais liberais e anti-lusitanos, e auto-proclamava-se "sentinela da liberdade" e "mensageiro da civilização". Até o fim da década de 1840, os jornais desterrenses tinham como principais características: "a vinculação direta ou indireta ao poder público; vida curta; servindo como instrumentos de política partidária"[1].

Com um crescente comércio e urbanização, a cidade de Desterro assistia, durante a segunda metade do século XIX, ao aparecimento de uma nova elite de comerciantes e armadores ligados ao transporte de mercadorias: os liberais, também chamados "judeus" e que reivindicavam projetos mais "modernizadores" para a cidade. Travavam disputas políticas, que fomentavam a criação de jornais, com os conservadores ou "cristãos", mais presos às tradições e costumes locais. As diferenças entre liberais e conservadores diziam respeito mais a disputas entre famílias da elite da Província do que a divergências de projetos políticos[2].

Através da publicação de periódicos, esses grupos encontravam uma forma de expressão de suas idéias. A partir da década de 1850, os jornais deixam de abranger somente leis, decretos, mensagens e atas, para dedicar-se a outros debates, como por exemplo, a localização do mercado público ou o transporte de farinha de mandioca. O público leitor deixou de ser constituído principalmente por funcionários públicos para abranger também grupos ligados ao comércio.

Além disso, começou-se a dedicar espaço à publicação de material literário, principalmente folhetins e poemas. Um exemplo é o jornal *Novo Íris*[3], que entrou em circulação em 1850, divulgando neste mesmo ano o romance *Tardes de um pintor ou as*

intrigas de um jesuíta, que, no entanto, não foi publicado com o nome completo. A omissão do segundo título da obra ocorreu

> "possivelmente por interferência do padre Paiva, redator principal do jornal. Só não entendemos é o porquê do padre Paiva divulgar justamente esse romance de tendência anti-clerical, onde o vilão maior é um padre jesuíta, perverso e pouco chegado às leis canônicas."[4]

Dulcília Buitoni afirma que foi a partir da literatura que a imprensa passou a dedicar-se à crítica cultural. Se for considerado o consumo de produções artísticas por platéias antecessoras ao público de massa, a autora encontra, então, na crítica musical iniciada no século XVIII a matriz dos textos dedicados à cultura em periódicos.

No caso das informações encontradas a partir do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, constatou-se que, no caso de Desterro, foi a literatura, através da publicação de folhetins, que abriu caminho para a crítica cultural nos jornais. Além disso, o folhetim foi "o grande responsável por atrair e incentivar o público a consumir um relato seqüenciado"[5]. A importância dos jornais como veículo cultural também é destacada por Joana Maria Pedro: "(...) em cidades do porte de Desterro, este [o jornal] é um veículo cultural de suma importância. É o que a população alfabetizada, que em Desterro era bastante reduzida, lia"[6]

A partir da metade do século XIX proliferaram, então, jornais chamados "litterarios e recreativos". As obras publicadas inicialmente consistiam principalmente em traduções de autores estrangeiros, como Alexandre Dumas, e depois de associações de autores catarinenses, passando da tradução/adaptação/imitação para criações próprias originais[7].

Com formatos pequenos (girando em torno de 37cm x 28cm), quatro páginas e circulação semanal ou quinzenal, a maioria destes periódicos durava menos de um ano. Joana Maria Pedro afirma que a principal causa desta efemeridade era a desvinculação de alguns destes órgãos a partidos políticos e/ou subvenções do poder público, que poderia mantê-los financeiramente. É o caso de *O futuro* (1852), *A quinzena* (1861), *Pacajá* (1862), *O typógrapho* (1872), *O til* (1874), *O operário* (1881), *Júpiter* (1885), *Manhã* (1886), *Polyanthea* (1889).

Polyanthea foi, aliás, o periódico que mais se destacou como veículo destinado exclusivamente à crítica cultural durante a pesquisa, indo além da publicação de folhetins e poemas. O primeiro exemplar disponível na BPESC data de 17/03/1889. Vinculado ao grupo liberal responsável também pelo *Jornal do Comércio*[8], *Polyanthea* era caracterizado como "Letras e artes – gazeta hebdomadária" e trazia - além dos famosos folhetins, sonetos e poemas – comentários de obras literárias, e artigos sobre a própria prática da crítica cultural, ou

> "o modo com que se portam nossos periódicos e revistas litterarias em relação ás appreciações dos livros offertados ás respectivas redacções. (...) Não se pode de modo algum admittir na crítica litteraria as apreciações influenciadas por sentimentos individuaes, visto não poder haver dualidade, e do contrario a critica deixaria de ser uma sciencia e não lhe seria mister o auxilio da psychologia, da esthetica e da sociologia".[9]

Na prática, entretanto, os redatores de *Polyanthea*, Nuno Gama e Alfredo Toledo, não eram tão imunes a "sentimentos individuaes" ao falar sobre algumas obras:

> "Não é preciso ser poeta para lêr e entender um poeta, quando elleatinge aquillo, a que, em linguagem do princípio do século, se chamava as alturas do Pindo. (...) É o caso de Araújo Figueiredo, que acaba de entrar pela litteratura brazileira dentro, com um volume de versos debaixo do braço, para ocupar um lugar distincto na fileira onde brilham talentos litterariamente aristocráticos. (...) A Araújo Figueiredo, um *shake-hands*"[10]

Outro caso de imparcialidade um tanto duvidosa é o registro da viagem das irmãs Ibrantina, "parnaseana na ampla acepção da palavra" cujas "poesias saem levemente melancólicas"[11] e Ubaldina de Oliveira, colaboradoras do jornal, a Minas Gerais: "A Polyanthea acena-lhes com o lenço um adeus branco e tremulante, jogado d'aqui bem de longe"[12]

Nas páginas da "gazeta hebdomadária" também encontrava-se uma seção que corresponderia às atuais editorias de *Comportamento*, e era assinada por Lydio Barbosa. Na edição de 25/03/1889, o colunista comentava a moda feminina e masculina, discutindo as vantagens e desvantagens de cada uma, e alegando uma certa incoerência entre as duas: enquanto as mulheres vestiam-se à francesa, o traje masculino seguia os padrões ingleses.

> "Não affirmamos que as velhas, porque não parece de bom gosto occuparmo-nos com a gente da rabugice e do tabaco, mas juramos, á qualquer fé de par de olhos bonitos, que as moças, mesmo depois de penteadas com esmero, de caiadas, visivelmente, de

> pó de arroz, de apertadas, o mais possível, no espartilho de barbatanas dobradas, de calçadas nos sapatos á Luiz quinze, não têm coragem de enfiar o vestido sem armarem-se da anquinha, que tem o grande merito de torna-las mais repolhudas e por isso mesmo mais tentadoras"[13].

Cartas de Alfredo Toledo a Fernando Caldeira, poemas de Horácio Nunes a Nuno Gama - os elogios a colegas de redação eram constantes:

> "O vasto clarão do sol do dia 7 de abril illumina mais um anno de preciosa existência do nosso estimável collega de redacção, Alfredo Toledo (...) além de um talento robustecido, um espírito forte e expansivo (...) assim na redacção da Polyanthea será mais um gigante"[14].

Polyanthea também tratava, na seção *FACTOS*, de eventos que aconteciam na cidade, principalmente saraus, apresentações de música e festas religiosas:

> "Effectou-se domingo em o vasto e esplendido salão do theatro Santa Izabel, um grande e magnífico saráo, dado pela entusiasta sociedade carnavalesca DIABO A QUATRO. (...) A SOIRÉE, que esteve sempre animada, prolongou-se até ás 3 horas e meia da manhã, terminando pouco antes de apparecer no róseo horizonte matutino a aurora, arabesco que AB ETERNO exorna os céos, e é sempre novo, sempre admirável, sempre sublime"[15].

A década de 1860 foi marcada por um remanejamento nas facções políticas de Santa Catarina, descaracterizando os antigos grupos e formando novas divisões. Foi possivelmente este remanejamento que promoveu a fertilidade da imprensa (Pedro, op. cit.). Entre os cerca de 10 novos periódicos criados a partir de 1860, estava *A Quinzena*. Como o nome diz, circulava a cada quinze dias, sempre aos domingos. Germano Avelin, ligado ao grupo dos liberais ou "judeus" - a quem vinculava-se também outros proprietários, editores e redatores de jornais, como Francisco Ávila e Francisco Raposo d'Almeida -, era o proprietário do periódico, que trazia nas suas quatro páginas crônicas, poesias, folhetins em capítulos e editoriais.

Nesta "bolha" de títulos de periódicos, surgiu também *O Pacajá*. O primeiro número foi publicado em 10/06/1862 por Juvita Duarte Silva, que também era o redator responsável, ligado a Germano Avelin. Circulava uma vez por semana, durante 6 meses. Trazia nas suas quatro páginas crônicas sobre temas como a pobreza e a calúnia, poesias, traduções de

textos de outras publicações, folhetins em capítulos, charadas e "enygmas pitorescos". A partir do nº 15, de 18/08/1862, passou a publicar anúncios.

Mas relatos de apresentações artísticas continuaram a ser publicados, e, mesmo depois do fim de jornais como *A Quinzena* ou *O Pacajá*, estavam presentes nas páginas de outros, como *O Operário*:

> "A companhia dirigida pelo insigne actor Simões, levou á scena, no domingo passado, o drama intitulado a *Cruz da Morta*, sendo bem desempenhado. Repleto estava o theatro e estrepitosos eram os applausos, que a cada instante a nossa platéa dava aos companheiros do Srs. Simões, única recompensa do genio e do valor artístico."[16]

Fundado em julho de 1881 (o exemplar mais antigo na BPESC data de 04/08/1881), *O Operário* era considerado "propriedade dos compositores do *Jornal do Commercio*". O *Jornal do Commercio*, fundado em 1880, continuou a circular até depois de 1894, sendo um dos periódicos com maior tempo de circulação pesquisados. Tinha entre seus colaboradores Horácio Nunes (responsável pela maior parte das traduções de folhetins publicados) e os poetas Cruz e Souza e Delminda da Silveira, que posteriormente escreveriam também no *Polyanthea*.

Voltando ao *Operário*: a maior parte dos textos publicados não eram assinados, e alguns editoriais pareciam depor contra a classe que supostamente era proprietária do meio:

> "Não nos foi doada a intelligencia, esse dom soberano, sacrário da liberdade (...). Nós, operários, embora com poucos recursos intellectuaes (...) depomos um momento as armas do trabalho material (...) e consagramos alguma parte do dia, a esse afan poderoso que decide todos os detinos humanos – o afan das lettras, o trabalho enthusiasta da litteratura"[17].

A maior parte dos jornais pesquisado trazia poemas, contos e sonetos escritos pelos próprios redatores e jornalistas. É interessante observar a temática destas composições, que geralmente girava em torno do amor. Um amor à primeira vista, em dias de primavera ou noite de verão, em que as mulheres eram retratadas como "deusa", "anjo de poesia", "Vênus", ou

> "(...) bella, bella a mais não poder ser!
> Bem clara era a sua derme, e sempre morna e aveludada cutis de suas faces conservava-se levemente purpúrea.
> De estatura esbelta e andar aristocrático, era de ver-se a virgem a mais formosa entre todas"[18].

Folhetins, ensaios, artigos, poemas, sonetos, comentários de eventos, crônicas sobre moda e comportamento: esses eram os principais temas tratados pelos primeiros jornais de Desterro que dedicavam-se à cultura. Com redações pequenas (geralmente um ou dois redatores responsáveis pela maior parte dos textos), assim como era pequeno seu formato, estes periódicos tinham como característica comum a vinculação a recursos do poder público e o seu uso como alavanca política[19].

Notas

---

[1] PEDRO, Joana Maria. *Nas Tramas entre o Público e o Privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995, p.15.

[2] Pedro, op. cit, p. 25.

[3] Mesmo sendo dependente do publicação de atos oficiais e das reuniões da Assembléia Provincial, *O Novo Íris* é representante do início da prática de divulgação de folhetins pela imprensa.

[4] SOARES, Iaponam. *Literatura na Imprensa Desterrense*, in *História Sócio-Cultural de Florianópolis*. Florianópolis: Clube Doze de Agosto: IHGSC: Lunardelli, 1991, p. 145.

[5] BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder. *Entre o consumo rápido e a permanência: jornalismo de arte e cultura*, in MARTINS, Maria Helena (org). *Outras Leituras*, São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 59.

[6] Pedro, op. cit, p. 70

[7] Soares, op. cit.

[8] O Jornal do Commércio marca o início da autonomia da imprensa em relação aos partidos políticos locais, sem depender da publicação de atos oficiais. (Pedro, op. cit, p. 73).

[9] *Critica Litteraria,* in *Polyanthea*, 05/05/1889, nº 9, p. 1

[10] GAMA, Nuno. *Bibliographia*, in *Polyanthea* – 17/03/1889 – nº 3, p. 1

[11] *Partida*, in *Polyanthea* – 07/04/1889 – nº 5, p. 4

[12] idem.

[13] BARBOSA, Lydio. *Pequenas cousas*, in *Polyanthea* – 25/03/1889 – nº 4, p. 2

[14] CALDEIRA, Fernando. *A Alfredo de Toledo*, in *Polyanthea* – 07/04/1889 – nº 5, p. 4

[15] *Palcos e Saloes,* in *Polyanthea* – 17/03/1889 – nº 3, p. 4

[16] *Theatro*, in *O Operário*, 07/09/1881, nº 6, p. 4.

[17] *O Operário*, 20/08/1881, nº 4, p. 1

[18] TOLEDO, Alfredo. *Arcelina*, in in *Polyanthea* – 18/04/1889– nº 8, p. 2

[19] Pedro, op. cit., p. 9

Jornais Pesquisados – em ordem cronológica:

O Novo Íris (1850)

O Santelmo (1858)

A Quinzena (1861)

O Pacajá (1862)

O Beija-Flor (1867)

O Cacique (1870)

O Typographo (1872)

O Til (1874)

O Operário (1881)

Júpiter (1885)

Manhã (1886)

Polyanthea (1889)

O século XIX na pena de um cronista brasileiro: José de Alencar , política e imprensa

Ana Carolina Eiras Coelho Soares[i] - PPG-UERJ

O presente trabalho é um recorte da pesquisa realizada na elaboração de minha dissertação de mestrado defendida no PPGH/UERJ em 2003. Pretendo neste artigo propor algumas reflexões a respeito da trajetória intelectual e pessoal de José de Alencar para, através deste personagem do século XIX, compreender as sociabilidades estabelecidas entre os chamados literatos no Brasil Imperial.

Brasil 1829: Um país recém-independente, monárquico e escravista, que vivia dias turbulentos na política e na economia, com diversos focos de revoltas e tensões sociais devido às contradições e desgastes políticos do governo de Dom Pedro I[ii]. Em Mecejana, no Estado do Ceará, D. Ana Josefina de Alencar esperava o nascimento de seu filho com seu esposo, o senador José Martiniano de Alencar. A criança nasceu em 1º de Maio daquele ano e foi chamada de José. Neto, pelo lado materno, de D. Maria Xavier da Silva e do Capitão Leonel Pereira da Silva e, pelo lado paterno, do comerciante português José Gonçalves dos Santos e de D. Bárbara de Alencar, ilustre representante da história de Pernambuco, considerada uma matrona pernambucana consagrada heroína da Revolução de 1817. Filho de um dos senadores mais expressivos do Nordeste, não restavam dúvidas sobre um destino certo no cenário político e intelectual do Brasil, palco onde todos desta estirpe elitista, com maior ou menor relevo desempenhavam suas atuações.

Mas, em 1829, ninguém poderia adivinhar que o recém-nascido José de Alencar entraria para a história do Brasil como um dos maiores romancistas do século, considerado pela historiografia tradicional o pai da “literatura nacional”. Foi também um político bastante atuante em seu tempo, mas suas obras literárias e o correr de sua pena vivaz sobrepujaram em muito suas atuações no cenário político, sendo sua imagem associada desde então às proezas realizadas no âmbito da produção de escritos dos mais variados estilos: folhetins, romances, crítica literária, cartas, peças teatrais, crônicas de jornais, entre outros possíveis exemplos.

Penso que a melhor forma de entender um fato histórico seja contextualizar a situação retirando-a de um vazio fictício para inseri-la em um processo de acontecimentos cuja complexidade de interações permite uma visão mais completa do próprio fato. Assim, suponho que a forma mais coerente para analisar a produção literária de José de Alencar esteja em não apenas contextualizá-los dentro do momento histórico em que foram produzidos, mas também inserir na história o produtor destas obras. A criação depende diretamente da percepção do mundo de seu criador[iii]. Daí a necessidade premente de perscrutar minuciosamente, os passos traçados por esta criança que cresce nas décadas de trinta e quarenta e inicia seus escritos nos anos cinqüenta do século XIX, cuja estória pessoal, de uma certa maneira, imprimiu os sulcos diferenciais nesses trabalhos.

O romantismo, das primeiras décadas até meados do final do século dezenove no Brasil, foi gradativamente alcançando o espaço de movimento intelectual e literário mais significativo desse momento histórico assinalando a emergência de uma sociedade recém-independente.

> No Brasil, porém o movimento romântico assumiu feições bastante específicas, sendo contemporâneo do processo de construção do Estado, e buscando dar base para a elaboração de uma literatura original em relação às tradições da antiga metrópole.[iv]

E foi dentro deste espírito cultural literário, imbuído de uma preocupação em delinear novos hábitos e tradições para os cidadãos desta nova pátria que surgia, que nasceu e viveu José de Alencar. Assim como nenhum homem vive fora da ótica de seu tempo, nenhuma obra nasce fora do olhar de seu criador. Por isso foi imprescindível, além de extremamente agradável posto que sempre agitada e cheia de pequenos detalhes, pesquisar a vida de José de Alencar desde pequeno.

Para falar sobre a vida de José de Alencar procurei atentar sempre ao fato que desde criança, e durante toda a sua vida, foi um homem “ligado às letras”[v]. Aos onze anos de idade, o estudante do Colégio de Instrução Elementar já era o “ledor” oficial de sua casa. Senhoras ansiosas aguardavam as palavras do pequeno menino, centro de todas as atenções. Cedo percebera que todos os eventos dos romances lidos por ele eram motivos de comentários, fossem eles raivosos ou intercalados pelas lágrimas de compaixão ao herói

ou à heroína[vi]. De certa forma, esta experiência infantil viria marcar profundamente a trajetória do escritor, conforme ele mesmo afirmou

> Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha preferência?
> Não me animo a resolver esta questão psicológica, mas creio que ninguém contestará a influência das primeiras impressões.[vii]

Lia também jornais e cartas, mas eram os romances da "diminuta livraria romântica" particular, que aglutinava em sua casa quase todas as tardes, e por vezes noites, as vizinhas e amigas de sua mãe e tia[viii], atentas aos desenlaces da estória. O fato de ter poucos livros obrigava-o muitas ocasiões a relê-los, o que não parecia incomodar às mulheres, que a pretexto de ocuparem-se com trabalhos de costura, solicitavam a presença do menino ao que ele considerava "lugar de honra".

Entretanto, acrescentava com certa ênfase, embora esta leitura cotidiana e contínua tenha contribuído deveras com a sua formação literária, somente foi capaz de tornar-se um romancista por ter herdado de sua mãe a "imaginação de que o mundo apenas vê as flores, desbotadas embora, e de que eu somente sinto a chama incessante"[ix]. Fato este bastante interessante: na própria construção de sua imagem como escritor para o público, é menos importante ressaltar o quanto a leitura destes textos possa ter forjado estes moldes de escrita, e o quanto esta leitura possa ter contribuído para a sua percepção pessoal da realidade; a importância da sua "sensibilidade" é completamente atribuída a uma herança legada por sua mãe, ou seja, pela parte "feminina" de seu sangue. Apesar de não desenvolver esta questão neste momento, apenas ressalto como na própria escrita autobibliográfica "informal", Alencar proporciona "pistas" sobre os conceitos arraigados em seus pensamentos, para que posteriormente possa refletir até que ponto a maneira como ele pensava a si próprio e o mundo à sua volta influenciaria seu modo de escrever, onde a lógica romântica de estruturação dos relacionamentos transbordava os limites do papel e tornava-se parte da vida das pessoas.

Desta forma, o romantismo literário tal qual se apresentava no Brasil do século XIX, surgiu no Ocidente como uma expressão proveniente das transformações sobre as formas

de recepção da leitura[x], e apresentou-se como o marco mesmo da origem e legitimação deste tipo de pensamento sentimental, que é base do gênero literário romântico, onde a lógica das atitudes humanas é explicada e revestida de uma melancolia saudosista, que explica o homem, suas atitudes e sua história, prioritariamente, pelas suas emoções.

Sobre as obras lidas naquele pequeno círculo de leitura, Alencar apontava nominalmente *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas* e *Celestina*[xi], que

> São novelinhas inglesas do fim do século XVIII, escritas por professoras inglesas, mas que chegaram ao Rio no vapor proveniente de Paris, já devidamente traduzidas e adaptadas pelos franceses.[xii]

De acordo com Valéria De Marco constituem-se de "romances de segundo time", sucesso de vendagem na época em que foram publicados, mas com uma estrutura narrativa episódica e teatral, repleta de tipos e lutas arquetípicas. Como não me competiu o viés de uma análise literária, esta ilustração me serviu no sentido de fundamentar e ter maior noção do teor das leituras feitas por Alencar em sua infância e adolescência, e que o marcou tão profundamente a ponto de referenciar-se a isto em um de seus últimos textos.

Outro fato bastante gravado na memória do autor foram as intensas atividades políticas desempenhadas por seu pai, o Senador José Martiniano de Alencar. Muitas foram as vezes em que os políticos da época reuniram-se na casa de Alencar para um debate de idéias e opiniões a respeito de acontecimentos contemporâneos e, até mesmo, para deliberar ações efetivas como, por exemplo, as diversas reuniões do clube da maioridade, que acabou resultando na "revolução parlamentar da maioridade" de Pedro II e a "revolução de 42"[xiii], que como Alencar afirma "saíram de nossa casa". Desta revolução de 42, Alencar obteve seu primeiro contato com a experiência de escrita literária. Um amigo de seu pai, Joaquim Sombra, refugiado, hospedou-se em sua casa e, em uma de suas conversas sugeriu ao então jovem rapaz que escrevesse em um romance as aventuras vividas por ele durante a malfadada "revolução". Este romance jamais foi publicado mas descortinou, para José, a possibilidade de criar suas próprias personagens e estórias, da mesma forma que outros criaram as que tanto povoaram sua infância. Revelou-se a oportunidade de deixar de ser apenas um leitor, ser também um escritor.

Em 1843, José de Alencar mudou-se para São Paulo para estudar na Faculdade de Direito, mas sua paixão pela literatura romântica[xiv] crescia a cada dia. Na capital paulista, como ele mesmo relatou, diversos foram os autores que encantaram os olhos do rapaz. Entre os brasileiros, conheceu o autor Joaquim Manoel de Macedo com a obra *A Moreninha* recém-publicada. Já com os estrangeiros travou longos e divertidos intercursos com Balzac, Alexandre Dumas, Alfredo Vigny, Chateubriand, Victor Hugo. Posto que seu francês era bastante limitado no início dessas leituras, houve a necessidade de criar estratégias para que a obra pudesse realmente ser lida e entendida perfeitamente.

> Encerrei-me com o livro e preparei-me para a luta. Escolhido o mais breve dos romances, armei-me do dicionário, e tropeçando a cada instante, buscando significados de palavra em palavra, tornando atrás para reatar o fio da oração, arquei sem esmorecer com a ímproba tarefa. Gastei oito dias com a *Grenadière*, porém um mês depois acabei o volume de Balzac; e no resto do ano li o que então havia de Alexandre Dumas e Alfredo Vigny, além de muito de Chateubriand e Victor Hugo.[xv]

Estas leituras "guerreiras" serviram para atiçar ainda mais o amor pela escrita romântica considerada o "poema da vida real"[xvi]. Em 1846, no auge de sua vida estudantil, participou da fundação de uma revista semanal, a *Ensaios Literários*, começando então com os primeiros escritos publicados do que viria a ser uma próspera carreira como jornalista. Cursando a faculdade de Direito em São Paulo, o jovem Alencar podia ser considerado um rapaz metódico e pouco afeito às farras e gazetas tão comuns do ambiente universitário.

> Cinismo, barulheira e fumaça eram detestados pelos estudantes de pituitária mais sensível e gênio mais retraído. José de Alencar mantinha-se sempre à parte dessas manifestações. Detestava fumaçada e sentia-se deslocado em meio à algazarra infernal dos colegas. Nunca participou dessas farras.[xvii]

Apesar de atribuir a si mesmo a compleição de um gênio taciturno e concentrado, explicando sua aparente introspecção, isto nunca o impediu de compartilhar as idéias românticas desses tempos propagadas pelos poetas estrangeiros, cujo ícone mais admirado tinha como representante o inglês Lorde Byron. Uma das diversões de Alencar era escrever poemas rasgadamente inspirados em seus autores prediletos, (Byron, Victor Hugo ou Lamartine) e colar nas paredes de seu quarto, assinando-os como se fossem de seus inspiradores. Enorme foi a satisfação sentida quando José Carlos de Almeida Arêas, o

futuro Barão de Ourem, leu um desses poemas e elogiou-o achando que tivera sido escrito pelo autor indicado no final. Infelizmente, estes arroubos juvenis foram apagados pela broxa do caiador que pintou a casa após a partida do autor![xviii]

Posteriormente, Alencar seria redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* e também trabalharia no *Correio Mercantil*, onde publicaria muitos de seus romances mais notoriamente conhecidos como *O Guarani*[xix] e *A Viuvinha*[xx].

Ao longo da trajetória política do escritor, as retaliações neste campo pagaram o preço do duelo literário, onde claramente José de Alencar com sua inteligência e capacidade retórica ganhava com folga de D. Pedro II, que como Imperador não devia, e talvez nem desejasse, ficar sendo confrontado publicamente, uma vez que corria o risco de ser vencido ou quando não, de ter sua autoridade minorizada.

O fato mais marcante talvez seja a exclusão do nome de José de Alencar, então ministro da justiça, para o Senado, retirado da lista sextupla, mesmo tendo sido ele o mais votado no Ceará, dentre os seis candidatos.

Cabia ao Imperador a escolha final, independente do resultado da votação, e o mesmo em conversa com José teria aconselhado que este não se candidatasse por considerar inadequado, já que ocupava uma pasta no ministério. Mas para o escritor as palavras do monarca não tinham a mesma importância que seus desejos pessoais. Para Alencar esta seria uma forma de coroar sua carreira política, seguindo os passos ilustres de seu pai, e achava natural e legítimo sua candidatura. Para o D. Pedro o fato de Alencar ter lhe procurado no Paço de São Cristóvão para comunicar sua decisão da candidatura foi encarado como momento de ter a liberdade de demonstrar sua insatisfação com tal atitude, afirmando que nada o impedia a concorrência, mas que ele não lhe aconselhava. Em outras palavras, que Alencar não o fizesse pois ele não o escolheria[xxi].

Na opinião de Capistrano de Abreu, as atitudes do escritor desvalorizaram-no

> O Imperador alistou-o com os despeitados, atirou-o entre os limões chupados de Frederico II e nunca mais receou nada daquele lado.[xxii]

Não falta na história da escrita literária citações a respeito destas brigas, cujos desenlaces nem sempre aconteciam de imediato e as estocadas eram estrategicamente

reservadas para o momento correto de fragilizar o oponente. Assim, José de Alencar apesar de durante toda a sua vida ter ocupado cargos públicos, como deputado e ministro da justiça, jamais teve o renome alcançado por seu pai. Como político foi um excelente escritor.

Os textos foram os maiores prodígios deste intelectual, repensando e criticando as questões emergentes da sociedade, como sua peça *O Demônio Familiar* que abordava os males possíveis do regime escravista, e as *Cartas de Erasmo*, onde abordou entre outros assuntos o tema da representatividade das minorias, através de uma reforma do sistema eleitoral do país. Proposta esta que estaria também bem delineada em dois tratados de sua autoria: *O Sistema Representativo* (1868) e *Reforma Eleitoral* (1874)[xxiii]. A verve pulsante de sua pena foi o equivalente textual das atividades práticas vividas por seu pai, e de uma certa maneira o cenário dirigente do país prescindiu das atividades de ambos para o seu desenrolar.

Por isso, não se pode julgar a importância deste homem no cenário do Segundo Reinado sem ter em mente sua declarada insatisfação e ressentimento que sentia pelo alijamento sofrido no âmbito político. Julgo que sua atuação merece ser mesurada pela extensão da relevância de sua produção literária, atividade que alcançou extremo prestígio social e cujo campo de influência propagava suas perspectivas e valores sociais e políticos. Mesmo assim, sem ser da maneira que desejou, José de Alencar foi um grande político de seu tempo, legislando através de sua expressão romântica em jornais e obras.

Ao tentar esboçar o universo da vida de Alencar, além de poder conhecer um pouco melhor sobre o mundo experimentado pelo homem e escritor, pude também enriquecer minha percepção e compreensão sobre seus romances, e compreender idiossincrasias em uma primeira leitura superficial não poderiam ser percebidas.

NOTAS:

[i] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ.

[ii] Entre outros exemplos pode-se citar a Guerra da Cisplatina (1825-1828) que causou um enorme derramamento de sangue e sacrifícios excessivos financeiros acarretando um saldo muito negativo à monarquia, servindo para agravar as oposições.

[iii] Sobre este assunto consultar o trabalho de Michel de Certeau. *A Escrita da História.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

[iv] Do verbete "Romantismo", da obra Ronaldo Vainfas (org.) *Dicionário do Brasil Imperial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 661.

[v] Dentro da conjuntura nacional da época, pode-se considerar que José de Alencar estava inserido em uma pequena camada de privilegiados que por exemplo tinham acesso a escrita e leitura. A relação de objetos domésticos e livros de José de Alencar já nos seus últimos anos de vida, publicados no *Jornal do Commercio* de 21 de Dezembro de 1875, permite se outros motivos eu não mais enconstrasse, perceber que o escritor vivia cotidianamente dentro de um padrão abastado socialmente.

[vi] Sobre este assunto o texto do autor: José de Alencar. *Como e porque sou romancista*. Em *Obras Completas.* Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, v. I.

[vii] *Id. Ibidem.*

[viii] Há um episódio engraçado que Alencar conta em *Como e porque sou romancista*, que em uma dessas leituras as mulheres estavam tão envolvidas e emocionadas com as estórias que se puseram a chorar. Neste momento seu tio, o reverendo Carlos Peixoto de Alencar, chegou a casa e muito preocupado indagou se alguma desgraça havia sucedido, ao que responde o menino também tomado pela tristeza: "Foi o pai de Amanda que morreu!". O tio obviamente vendo o livro aberto, atinou o motivo daquela comoção e pôs-se a rir em alto e bom som, divertindo-se com a situação. Decerto, deve ter sido uma cena novelesca e tanto.

[ix] *Id. Ibidem.*

[x] Os modos de recepção da leitura romântica correspondem ao que Roger Chartier chamou de "fúria da leitura", surgido com o modelo de leitura da doutrina iluminista e substituía a recepção autoritária e acadêmica por modos individuais e emocionais. De acordo com o autor: "Com isso teve início um estágio especialmente contundente e virulento, que se estendeu por décadas na história da leitura: o estágio da leitura "sentimental" e "enfática". Essa leitura se situava no campo de tensão entre a paixão individual, isolada da sociedade e das pessoas ao redor, e a fome de comunicação sobre a leitura e por meio ." Roger Chartier, *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1999, v. 2, p. 146.

[xi] No livro *Folhetim* de Marlyse Meyer encontram-se preciosos comentários sobre estes romances-folhetins.

[xii] Valéria De Marco. *O Império da Cortesã.* São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 7.

[xiii] Esta "revolução" refere ao movimento de reação liberal de 1842 em face da disputa política das facções conservadora e liberal no poder. O grupo de Aureliano de Sousa Coutinho, dirigente do Clube da Joana, conservador, solicitou a dissolução da Câmara dos Deputados ao Imperador, alegando esta ter sido eleita nas "eleições do cacete". O Imperador acabou por ceder às pressões conservadoras, gerando uma profunda insatisfação na facção liberal que reconhecia nesta destituição e numa série de leis "centralizadoras", um processo regressista operado no governo. As revoltas ocorreram em São Paulo e Minas Gerais, mas não duraram por muito tempo, terminando no mesmo ano.

[xiv] Acredito que esta paixão tenha se mantido durante toda a sua vida. No itens dos livros de seu leilão por exemplo encontrei refêrencias de cerca de 31 volumes de romances, poesias distribuídos em diferentes lotes, além de um lote que conteria 8 volumes de "sciencia e literatura". Um dos lotes de romances constava de alguns volumes da Tesouro da Mocidade que foi uma publicação do século XIX destinado aos jovens cujo conteúdo e mensagens editados estavam em consonância com a moral estabelecida pela "boa sociedade" sobre o que seria apropriado para a leitura das crianças e adolescentes na época. Era essencialmente uma espécie de "gibi" com seções de folhetins e variedades.

[xv] José de Alencar. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, v. I, p.139.

[xvi] Sobre a relação entre as experiências literárias de sua infância e adolescência e a consolidação de uma preferência estilística, há um parágrafo no texto seguinte que demonstra isto claramente. Cabe lembrar que esta estrutura francesa refere-se à técnica da escrita do romance, não à realidade daquela sociedade: "A escola francesa, que eu então estudava nesses mestres da moderna literatura, achava-me preparado para ela. O molde do romance, qual mo havia revelado por mera casualidade aquêle arrôjo de criança a tecer uma novela com os fios de uma ventura real, fui encontrá-lo fundido com a elegância e beleza que jamais lhe poderia dar." (*op. cit.* p. 139)

[xvii] Ubiratan Machado. *A Vida Literária durante o Romantismo.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 164.

[xviii] Sobre este episódio consultar a descrição hilária feita por Ubiratan Machado na obra citada na nota precedente.

[xix] O romance *O Guarani* foi editado pela primeira vez em janeiro de 1857, tendo sido anteriormente publicado em folhetim pelo *Diário do Rio de Janeiro*. A edição do romance e sua publicação na imprensa aconteceram justamente, e não por acaso, no período da querela da Confederação dos Tamoios, importante marco intelectual para Alencar e sua obra de cunho indigenista.

[xx] Em janeiro de 1857 o *Diário do Rio de Janeiro* publicou a *Carta a D*, uma introdução ao romance *A Viuvinha* que em seguida começou a ser publicado em folhetins, mas teve sua publicação interrompida em fevereiro do mesmo ano. Somente em 1860, o romance teve sua primeira edição. Uma das possíveis explicações para a suspensão temporária da escrita desta obra fosse a intensa atividade literária de romances e peças teatrais que o autor escreveu neste período, além do início de sua atividade política, tendo assumido o cargo de Chefe da Secretaria do Ministério da Justiça em 1859.

[xxi] Esta estória consta na carta escrita por Alencar para o Visconde de Itaboraí em 14 de junho de 1869 e está no livro de Raimundo de Menezes. *Cartas e Documentos de José de Alencar.* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965.

[xxii] Capistrano de Abreu. *Fases do Segundo Império. IN: Estudos e Ensaios. Crítica e História.* 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 81.

[xxiii] Tais escritos podem ser lidos na obra de Wanderley Guilherme dos Santos. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar.* Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1991.

DE PAPA-PECÚLIOS A TIGRE DA ABOLIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA LEGENDA DE JOSÉ DO PATROCÍNIO

ANA CAROLINA FERACIN DA SILVA – PPG-UNICAMP

Esta comunicação traz uma reflexão sobre os mecanismos pelos quais a legenda "abolicionista" de José do Patrocínio foi construída e cristalizada pelas obras biográficas e por outros relatos memorialísticos sobre ele — sendo recorrente também na também na historiografia.

A problemática desenvolve-se em mão dupla: se por um lado busco entender o processo de construção de uma memória sobre Patrocínio que faz perder de vista a densidade de sua experiência histórica, por outro lado, faz parte de sua própria experiência pessoal a elaboração cotidiana de uma certa memória sobre si — que alimentaria, por sua vez, os seus futuros biógrafos. Desta maneira, as apologias e o tom laudatório que caracterizam os textos desta natureza têm muito em comum com a forma que José do Patrocínio tentou representar a si mesmo no interior de conflitos políticos específicos — e cujo sentido original ficou perdido nas narrativas posteriores.

É o caso do artigo "Uma explicação", publicado na *Gazeta da Tarde* em 29 de maio de 1884, no qual Patrocínio lança mão de contar sua "história de vida". Este escrito acabou tornando-se a principal fonte utilizada pelos futuros biógrafos, sendo tomado como uma espécie de "autobiografia" de Patrocínio —, ainda que não tenha sido produzido com tal finalidade. Na verdade, tanto a escrita dos biógrafos e do (auto)biografado são norteadas por uma questão em comum: explicar como o filho de uma negra, quitandeira, com um vigário de interior de província pôde conquistar um lugar social de destaque na Corte?

O jornalista, advogado e escritor Evaristo de Moraes dedica um capítulo inteiro de sua obra *A Campanha Abolicionista*[1] a narrativa biográfica de José do Patrocínio. Ele explica que, de fato "descendia José do Patrocínio (...) de um padre, o vigário de Campos, João Carlos Monteiro" e de uma preta, Justina Maria do Espírito Santo, que "em dada época

viveu de um pequeno negócio de legumes e frutas". Contudo, conforme confronta na seqüência,

> "O vigário João Carlos não era um padre vulgar, encantonado na igreja e intelectualmente limitado pelo breviário. (...) Por outro lado era este um dos melhores oradores sagrados da sua época, pregador da Capela Imperial, condecorado com as ordens da Rosa e de Cristo.
> (...) Nas suas relações com o mundo profano, era fazendeiro, e, em mais de uma legislatura provincial do Rio de Janeiro, foi representante do povo.Tinha, também, diploma bacharelício, de Coimbra. Da sua facúndia oratória há viva tradição em Campos"[2]

Evaristo de Moraes procura demonstrar que a ascendência de Patrocínio, apesar de bastarda, não seria tão desabonadora assim. Afinal, o pai do "futuro libertador" não foi um vigário qualquer: João Carlos Monteiro, além da fama de grande orador, bacharelou-se na Europa e acumulou condecorações e cargos eclesiásticos importantes. Foi também um homem de posses e político da região, sendo deputado provincial por vários anos e vereador da Câmara Municipal de Campos, de acordo com as informações adicionais da parte final do texto[3]. Enfim, era um notório representante da elite letrada daquela época. "Tampouco a mãe de Patrocínio quitandou" — continua o autor, referindo-se a uma atividade comum entre mulheres escravas ou libertas. Ao contrário, ela vivera na casa particular no vigário na companhia do filho por pelo menos treze anos. Em outras palavras, Patrocínio viveu a meninice "em família", tanto em núcleo quanto em ambiente.

É nos antecedentes familiares e no ambiente vivido, portanto, que Moraes vai buscar os vestígios que formaram o caráter de seu biografado e que poderiam assim explicar sua glória futura. Na verdade, tal argumento estava francamente comprometido com alguns paradigmas científicos de sua época. Conceitos como "hereditariedade", por exemplo, eram aplicados para explicar comportamentos e condutas, desenvolvendo-se assim correlações bastante rígidas entre "patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais"[4].

Para este autor, portanto, Patrocínio não fugiu às "regras da hereditariedade psicológica". Ao contrário. Conjugou-as muito bem na posição de propagandista da Abolição: herdando do pai o talento intelectual, "instintivamente" o pendeu para a sorte dos escravizados — pois, enquanto "filho de preta, via os iguais da sua mãe na triste situação de cativos, sofrendo todos os rigores inerentes ao eito e à senzala."[5] Em outras palavras, seu

destino abolicionista era inexorável, estando previamente traçado desde a mais tenra infância, pois, desde menino, Patrocínio já tinha consciência da "miséria moral de sua origem".[6]

Este procedimento, de buscar na ascendência do indivíduo a explicação, determinação e justificativa para toda a sua história, é recorrente também nas biografias ditas "tradicionais" de José do Patrocínio. Osvaldo Orico lançou a mesma questão logo no início de *O Tigre da Abolição,* obra de 1931:

> "Filho de um padre e de uma quitandeira, José do Patrocínio oferece à nossa investigação histórica um imediato problema de psicologia. De que nebulosa espiritual teria surgido essa estrela que acompanhou o recém-nascido do beco do Barroso à radiante cruzada do Brasil sem grilhetas? Onde encontrar o antecedente dessa chama de gênio que ateou em toda a parte as fogueiras em que se derreteu o ferro das algemas?"[7]

Aqui, os traços negativos das "origens" de Patrocínio são tomados sob outro prisma. Para Oswaldo Orico, a herança intelectual do vigário João Carlos Monteiro, por si, não é capaz de explicar o "que é que teria feito de Patrocínio o gênio da campanha abolicionista"[8]. Citando estudiosos do assunto, praticamente desconhecidos para um leitor atual, ele aponta que o jornalista enquadra-se "na terceira série de leis com que Keyserling fundamentou a evolução humana: — 'a autonomia individual de origem subjetiva.'"[9] Não é casual, portanto, que o capítulo onde tal argumento é apresentado, tenha o sugestivo título de "O Vingador". Patrocínio fora um "milagre da vontade", superando todas as determinações do meio no qual nascera e se criara, e vencendo o "berço miserável e a infância desprevenida, para iluminar-se nas chamas das aspirações coletivas"[10]. Para este biógrafo, Patrocínio foi um homem à frente de seu tempo.

Na seqüência, pode-se dizer que Raimundo Magalhães Jr. é o autor da biografia mais detalhada de José do Patrocínio.[11] Com um escopo documental centrado na imprensa da época, ele constrói sua narrativa a partir dos próprios escritos que Patrocínio publicou nos jornais que trabalhou e dirigiu, entre eles a *Gazeta de Notícias, Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio.* Atribuindo ao ambiente efervescente do Rio de Janeiro, o caráter formador da verve abolicionista de Patrocínio, Magalhães Jr. considera o contexto político e social da época a chave explicativa de sua biografia. A escravidão, o regime monárquico e a

imprensa atuante são, portanto, uma espécie de cenário, previamente constituído, no qual José do Patrocínio esteve inevitavelmente preso. Para este biógrafo, portanto, Patrocínio foi um homem "produto" de seu tempo. Afinal, quando chegou a Corte, "antes de completar quinze anos",

> "(...) Já se tinham levantado, contudo, as primeiras vozes eloqüentes em favor da libertação dos cativos. (...) O que ninguém podia então imaginar é que aquele rapazinho humilde, de pele escura, recém-desembarcado do navio que de Macaé o trouxera à Corte, seria, em breve, uma das mais poderosas forças desse movimento apenas esboçado."[12]

Nesta direção, Raimundo Magalhães Jr. ainda acrescenta ao rol de elementos e indícios considerados determinantes (com maior ou menor peso) à trajetória futura de um indivíduo as "determinações" que acredita serem inerentes à própria história, que é entendida por ele enquanto a sucessão progressiva de acontecimentos. De natureza teleológica, essa forma de explicação estabelece, inevitavelmente, uma relação de causalidade às ações de José do Patrocínio, segundo as quais teriam o sentido unívoco de "abolicionistas." Compartilha assim com a idéia de que José do Patrocínio já trazia consigo a missão abolicionista e a imprensa foi o meio pelo qual ele pode exteriorizar seu talento na defesa dos escravos.

Os autores vistos aqui operam com uma lógica em comum ao buscarem nos antecedentes familiares, no ambiente social de nascimento e de criação a explicação de uma história de vida, aos quais conferem significados determinantes. A vida de José do Patrocínio só pode ser apreendida por eles nos termos de um percurso previamente orientado e "unidirecional", "que tem um começo", etapas sucessivas, e "um fim, no duplo sentido, de término de finalidade" — se lembrarmos novamente das palavras de Pierre Bourdieu ao alertar para os perigos da "ilusão biográfica."[13]

Mas, afinal, de que tratava o artigo "Uma explicação"? Por que foi importante para Patrocínio registrar alguns episódios de sua vida num texto de 1884, a ponto dos biógrafos cita-los como uma "autobiografia"? Foi esse o sentido conferido por Patrocínio naquela ocasião? Responder a essas questões tentando entender o sentido inicial do artigo, os interesses envolvidos, e quem eram seus principais interlocutores é uma maneira de

buscar a historicidade daquele texto e iniciar, assim o tortuoso caminho que atravesse a memória cristalizada em torno de José do Patrocínio.

O texto se inicia com o jornalista explicitando que estava sendo alvo de injúrias por parte de seus adversários, sugerindo em seguida que tais difamações estariam associadas às suas atividades na campanha abolicionista. Depois, propondo-se a explicar "como e de que vive", recorre a sua origem ("filho de uma pobre preta quitandeira de Campos") e a sua posição atual ("proprietário de um jornal" – *Gazeta da Tarde* – que pôde viajar para Europa), conferindo a esses elementos uma relação de contrariedade e oposição – aspecto muito semelhante aquele destacado pelos biógrafos vistos rapidamente aqui.[14] Na seqüência Patrocínio dedica-se a contar episódios de sua vida, da chegada a Corte até a entrada no jornalismo, passando pela sua formação como farmacêutico, o casamento com uma mulher branca, os amigos e contatos que conquistou, etc. Contudo, o trecho final é elucidativo das intenções daquele texto, pois Patrocínio concentra-se exatamente em justificar a origem do dinheiro gasto em uma viagem à Europa:

> "Podia eu ir à Europa?
> Respondam agora os meus caluniadores.
> Para saberem a origem do dinheiro, que gastei, dirijam-se ao meu bom amigo comendador Luiz A. F. de Almeida, que me deu uma carta de crédito para a casa C. de Almeida & C., crédito aberto com o máximo desinteresse à *Gazeta da Tarde* Além deste, pode informar a casa Gallien & Price, que tem com essa empresa um contrato de anúncios, e da qual saquei, sobre minha conta, o dinheiro para dar o banquete que tanto irritou os meus caluniadores.
> (...) Esta longa exposição tem por fim unicamente responder de uma vez por todas aos insultos, com que tentam amedrontar-me. Não fui à Europa divertir-me, fui tratar da minha saúde.
> (...) Eu sinto realmente não ter podido dar a meus inimigos a satisfação de me verem pálido e morto. Desculpem-me esses senhores, se eu vivo com a cabeça alta e curado do meu fígado.
> O pecúlio que eu como é o do trabalho e da honra, a *Kermesse* que me sustentou na Europa foi o tino e a dedicação dos meus companheiros de trabalho e dos meus amigos do comércio a quem abraço daqui afirmando-lhes que sempre fui, sou e que serei digno deles.
> JOSÉ DO PATROCÍNIO"

Num primeiro momento, é possível inferir que Patrocínio estava sendo acusado de ter viajado para a Europa às custas da *Gazeta da Tarde.* Seus "caluniadores" também questionavam a origem do dinheiro gasto por lá complementando a idéia de que o jornalista divertiu-se nababescamente no estrangeiro usando o capital particular da empresa. No trecho final, Patrocínio ainda menciona dois termos aparentemente estranhos, mas que parecem sugerir que ele respondia a duas outras acusações: a de que "comia pecúlios", e a de foi sustentado na Europa também pela *"Kermesse".*

Tais referências estavam associadas, na verdade, não só à viagem de Patrocínio à Europa, mas também às atividades da Confederação Abolicionista, fundada exatamente no ano anterior no escritório da *Gazeta da Tarde.*[15] Idealizada por José do Patrocínio, João Clapp e Tenente Manoel Joaquim Pereira, a Confederação Abolicionista reuniu a princípio quinze sociedades libertadoras num plano de "propagar a idéia de abolir a escravidão no Brasil" através de um "centro forte e disciplinado."[16] Graças aos donativos particulares ou aos arrecadados em festivais e *meetings* a Confederação agia diretamente na aquisição de cartas de liberdade através de uma operação que permitia aos escravos, graças à lei de 1871, "a formação de pecúlios e utilizá-lo na forma de indenização ao senhor."[17]

O fato era que um dos termos ofensivos endereçados a Patrocínio naquela circunstância foi o de "papa-pecúlios" – justificando-se aí a menção no final de seu artigo de 29 de maio de 1884: a de que "o pecúlio que eu como é o do trabalho", etc..." [18]. Em um texto de 1901, quando os momentos de embate já haviam passado, o jornalista explicitou o briga política a que estava inserido:

> "No tempo da propaganda abolicionista (...) diziam os escravistas, à boca cheia, que eu era um papa-pecúlios, que tinha feito uma viagem a Europa à custa da kermesse promovida pela Confederação Abolicionista, em honra à libertação do Ceará.
>
> (...) A Confederação Abolicionista veio a público e desmentiu a calúnia. (...) João Clapp, presidente imortal da Confederação, deixou bem apurado o caso, com zelo que o levantou entre beneméritos da pátria. Quanto a papança de pecúlios, a verificação foi igualmente cabal."[19]

De fato, em 29 de maio de 1884, João Clapp publicou o relatório de contas do primeiro ano das atividades da Confederação Abolicionista. Referindo-se a Patrocínio como delegado da Confederação na Europa, Clapp ainda frisava que "os recursos pecuniários" para propaganda eram despendidos com "a máxima economia".[20] Publicando "Uma explicação" nesse mesmo dia, Patrocínio fazia da *Gazeta da Tarde* uma trincheira de luta política, endossando a defesa contra as acusações sofridas por ele e a pela Confederação.

Nesta reflexão o objetivo foi problematizar como os textos biográficos de José do Patrocínio cristalizaram e consolidaram uma memória sobre ele que privilegia apenas um aspecto de sua experiência. Legendado como o "grande abolicionista", ele permanece engessado neste denominativo que parece carregar o fardo de toda a sua vida. Ao mesmo

tempo, procurei mostrar como esta memória tem elementos comuns com a imagem que o jornalista buscou forjar para si mesmo no interior de conflitos políticos específicos — cujo sentido original ficou perdido nas narrativas posteriores sobre o jornalista. Afinal, o que poderia macular mais a legenda do "tigre da abolição" do que o apelido pejorativo de "papa-pecúlios"?

Apropriado de forma fracionada pelos biógrafos e sacralizado nesta operação como "autobiográfico", o texto de 1884 revelou que por trás das informações sobre sua vida, José do Patrocínio tentava responder a suspeitas graves que questionavam a sua atuação no movimento abolicionista e a sua posição como editor e proprietário de jornal. A narrativa das próprias origens e dos bastidores de compra da *Gazeta da Tarde* foi a forma escolhida para defender-se naquela circunstância.

Para explicar como o filho de uma "pobre preta quitandeira de Campos" tornara-se o proprietário de um jornal, Patrocínio precisou organizar alguns momentos de sua vida de uma forma linear e coerente. Em outras palavras, ainda que pesassem contra ele os elementos negativos de sua origem e as suspeitas de enriquecimento ilícito, era necessário convencer que a sua posição social de então fora conquistada pelo seu próprio esforço, de maneira honesta, e graças à ajuda desinteressada de alguns amigos e comparsas.

Neste sentido, ao questionar a univocidade da "legenda abolicionista" calcada para José do Patrocínio, minha proposta foi buscar outros elementos que informassem sobre a lógica social de suas ações, e os mecanismos e as estratégias que acionou em circunstâncias específicas de sua trajetória. Sob esta perspectiva, meu esforço concentrou-se sobretudo em tentar compreender seus movimentos como inicialmente indefinidos, pontuados somente pelas incertezas e indeterminações de um sujeito que não sabia o final da própria história.

[1] Moraes, Evaristo de. "José do Patrocínio", in: *A Campanha Abolicionista (1879-1888).* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986 (1924).
[2] Idem, pp. 285-286.
[3] Idem, p. 300.
[4] Cf. Schwarcz, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1998). p.47.
[5] Idem, p.286.
[6] Idem, ibidem.
[7] Orico, Osvaldo. *O Tigre da Abolição* (edição comemorativa do centenário de José do Patrocínio). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpico Editora, 1953 (1931), p.25.
[8] Idem, p.28.
[9] Idem, ibidem.
[10] Idem, ibidem.
[11] Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969.
[12] Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p. 15.
[13] Pierre Bourdieu. "A Ilusão biográfica". In: Ferreira, Marieta Moraes e Amado, Janaína (org.) *Usos e abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001. pp.183-192. .
[14] Há já muito tempo sou continuamente alvo das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias.
Os meus adversários, em cuja vida privada nunca penetrei, muitas vezes só em respeito à compostura da imprensa, divertem-se em pintar-me como chaga mais cancerosa da nossa sociedade.
(...) Não quero, porém, deixar que por mais tempo o povo brasileiro acredite, sob palavra dos meus amigos, na minha honra e no desinteresse com que tenho servido à causa da abolição, que eu entendo ser a da reorganização moral e econômica da minha pátria.
(...) Perguntam-me como vivo e de que vivo e têm razão. Quem sabe que eu sou filho de uma pobre preta quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem à Europa." Cf. José do Patrocínio. "Uma Explicação", *Gazeta da Tarde,* 29 de maio de 1884.
[15] Cf. "Confederação Abolicionista", *Gazeta da Tarde,* 14 de maio de 1883.
[16] João Clapp, "Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista...", *Gazeta da Tarde,* 29 de maio de 1884.
[17] Cf. Sidney Chalhoub. "Escravidão e cidadania: a experiência história de 1871", in: *Machado de Assis Historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 182. Para uma análise da lei de 1871 enquanto uma conquista dos próprios escravos, ver do mesmo autor *Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte,* São Paulo: Cia das Letras, 1990.
[18] José do Patrocínio. "Uma explicação". *Gazeta da Tarde,* 29 de maio de 1884.
[19] José do Patrocínio. "Através do lamaçal". *Cidade do Rio,*18 de outubro de 1901.
[20] João Clapp. , "Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista...", *Gazeta da Tarde,* 29 de maio de 1884.

Eliane Lage: percursos biográficos

Ana Carolina Maciel – PPG-UNICAMP

anacamaciel@aol.com

Orientadora Prof. Dra. Cristina Meneguello - UNICAMP

Há dois métodos principais de desenho. Um deles, que tem por base o contorno e a perspectiva linear, e um tipo de anotação taquigráfica da forma. Entretanto, contorno representa limite que precisa ser eliminado se nosso objetivo é colocar um objeto inteiramente no espaço. O outro método de desenho se preocupa em primeiro lugar com luz e sombra, utilizando tanto o branco do papel para representar superfícies que refletem o máximo de luz, como as várias intensidades do preto permitidas pelo material (...) Na realidade, tendo em vista que apenas apreendemos as formas em termos de luz, qualquer desenho tridimensional envolve uma mistura de ambos os métodos. É preciso explorar o espaço, a profundidade, a luz e a sombra, repetidamente.

Henry Moore, 1974

Introdução

Contornos e perspectivas lineares; luzes e sombras. Eis os métodos possíveis para elaboração de um desenho. Eis os métodos componentes de uma autobiografia, onde contorno e linearidade são os recortes temporais, e luzes e sombras a subjetividade do narrador.

Eliane Lage [Paris, 1927-], atuante no cinema brasileiro durante os anos cinqüenta do século XX, escreveu a obra autobiográfica Ilhas, *Veredas e Buritis*[i]. Sua entrada no cinema e a permanência no imaginário de toda uma geração são intrigantes. Embora sem formação artística e sem pretensões cinematográficas, Lage foi protagonista de quatro longas metragens rodados entre as décadas de 1950 e 1960.

Após a última aparição nas telas, em *Ravina*, e a separação do marido – Tom Payne - nos anos sessenta, ela parte para um progressivo isolamento. Petrópolis, na serra fluminense; Olinda, no litoral pernambucano e, em seguida, Pirenópolis, interior de Goiás, onde iria tocar uma fazenda completamente sozinha. A escolha do local é justificado: ela queria estar em um lugar onde as pessoas não a julgassem por aquilo que ela aparentava fisicamente mas por aquilo que ela pudesse fazer[ii].

A publicação de sua autobiografia suscita algumas indagações: o que a motivou?; como ela se observa; quais facetas quis revelar, quais quis ocultar? Como ela segue em busca de uma antiestatualização[iii], muito embora correndo o risco, involuntário - ou não -, de uma auto-estatualização[iv]?

*

<Ce livre n'est que passé. Son arrière plan: le pays et l'enfance, tous deux lointains depuis longtemps... Car, de notre passé, nous ne possédons que ce que nous aimons>. Rainer Maria Rilke

Com esta citação Lage introduz sua autobiografia e, através desta, assume um passado filtrado por escolhas afetivas. Na presente investigação seu discurso autobiográfico será analisado privilegiando, conforme nos sugere Jean Starobinsky[v], um sistema de *indícios reveladores e de traços sintomáticos,* tendo em vista a definição de autobiografia como um processo de *auto-interpretação; uma maneira específica de se revelar ao outro*[vi].

Como Lage se revela?

Na autobiografia *Souvenirs pieux*, Marguerite Yourcenar inicia a partir de seu nascimento,

<L'être que j'appelle moi vint au monde un certain lundi 8 juin 1903, vers les 8 heures du matin, à Bruxelles>.

Num revés cronológico, o ser Eliane Lage "nasce" no dia em que se apaixona pelo cineasta Tom Payne. No primeiro capítulo de *Ilhas, Veredas e Buritis*, ela narra a partida da fazenda Empyreo rumo a São Paulo onde, no dia seguinte, conheceria Payne. A frase inicial sugere um recorte temporal: *As férias terminavam e tínhamos voltado da fazenda*[vii]*;* indicando uma narrativa já em andamento e que pressupõe um tempo passado, presente e futuro. O nascimento não é o evento inicial, este, de fato, vem bem mais adiante,

Naquele ano, o mês de julho estava terrivelmente quente e Paris vazia. Até o médico já mandara a família para o litoral. Mal-humorado, esperava que ***a criança*** (grifo meu) *nascesse. O anticlímax foi total: nasceu uma menina, e, pior, oriental.*
O cabelo era preto e eriçado, os olhos puxados. Quando a trouxeram, a mãe olhou e, horrorizada, mandou-a de volta. Na certa tinham-se enganado[viii] (...)

A criança veio ao mundo em um momento inoportuno e com uma aparência insólita. Ainda por cima os pais desejavam um menino. O nome? Surge inspirado em uma caixa de chapéus que repousava no quarto daquela maternidade parisiense. Pouco importa a narrativa do nascimento pois, sua vida "de fato", começaria anos depois...

Eliane nasce em Paris e vem para o Brasil ainda bebê. Devido a incompatibilidades no casamento, Margareth retorna para a Europa com a filha e a governanta; Jorge Lage vai a seu encontro e, segundo o relato de Eliane, traz a filha para o Brasil para ver se Margareth se sensibilizava e retornava ao país. Margareth voltaria muitos anos depois, o suficiente para que ela não se recordasse mais da fisionomia da

mãe. Durante anos, na solidão da Ilha de Santa Cruz, a menina povoava seu imaginário com a 'presença' da mãe,

As mãos mais lindas de que a menina se lembrava eram as de sua mãe. Longas e finas, feitas só para serem admiradas. A sua mãe era inglesa, e nunca era mencionada. Uma figura mítica envolta em mistério[ix].

O pai, por sua vez, morava no continente e vinha esporadicamente visitar a filha que passou a infância praticamente isolada do convívio social,

(...) Vivia só com a governanta no grande casarão de quartos vazios. A casa vitoriana era cercada de um imenso parque, e o parque era uma ilha na Baía de Guanabara. A Ilha de Santa Cruz.

Ao descrever a criança solitária que foi, um discurso em terceira pessoa se fez mais conveniente, como se a experiência fosse por demais dolorosa e merecesse um certo distanciamento da narradora. Conforme análise de Starobinsky[x], a forma tradicional de autobiografia se dá em dois extremos: a narração em terceira pessoa, que *não se distingue da história por sua forma*[xi]; ou um puro monólogo. Em suas reminiscências Eliane mescla ambas formas.

*

Cinema? Cinema?

A expectativa era grande, pois nesse almoço Cavalcanti[xii] *apresentaria o resultado de sua missão na Europa. Trazia a lista dos técnicos mais conceituados da época que teriam aceitado a aventura de assinar um contrato para filmar no Brasil, em São Paulo (...) A Companhia Cinematográfica Vera Cruz..*[xiii]

A narrativa de *Ilhas, Veredas e Buritis* se desenrola à partir do encontro com Tom Payne, um cineasta vindo da Inglaterra para o Brasil inebriado pelo sonho de Alberto Cavalcanti, documentarista brasileiro atuante na Europa, que junto à alguns expoentes da elite ítalo – paulistana, os irmãos Franco e Carlo Zampari Francisco (dito Cicillo)

Matarazzo e Yolanda Penteado, fundariam, em 1950, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, com pretensões de uma produção cinematográfica em escala industrial.

A minha vida começaria hoje. Sem que eu me desse conta, naturalmente. Um dia como qualquer outro. Mas, não, havia algo no ar desde a véspera[xiv].

Um cineasta anglo argentino, uma garota franco brasileira, que se encontram numa São Paulo, composta por uma miscelânea de nacionalidades; que se urbanizava vertiginosamente, crescia industrialmente e que almejava uma produção cinematográfica de grande porte. A estrutura narrativa de suas memórias obedecem à ascensão e queda de uma grande paixão.

Diante da expressão perplexa de Tom, achei que tinha me exposto demais. Mas as lembranças chegavam aos borbotões. Olhei para o homem sentado à minha frente, e me pareceu vê-lo por inteiro. Sensível, desarmado, não oferecia perigo. Tomei mais um gole de Chianti, e resolvi contar a estranha história de uma menina solitária[xv].

Tendo como mote os vários jantares em companhia de Payne, Lage como que num estado de torpor, evoca episódios da infância.

Interrompida, senti duas mãos firmes segurarem as minhas, esvoaçantes, que ainda soltavam balões pelo céu:

- *Vamos embora já, senão amanhã não poderei ouvir você continuar a me contar sobre a sua ilha. Querem fechar o restaurante...*

Encabulada, levantei-me. Nunca havia falado tanto de coisas que eram só minhas. E para um estranho. Um estranho?

Na noite seguinte, sentados à mesma mesa com a garrafa de Chianti, o sorriso cúmplice me encorajava:

- *A sua ilha, fale mais*

A presença da Ilha de Santa Cruz é marcante em sua autobiografia. Como um contraponto à solidão e à rígida rotina, a exuberância da Ilha se sobrepõe. A natureza

misteriosa, o céu coalhado de pássaros, as casas inabitadas e a criança que refugiava-se na gruta com vista panorâmica do oceano, de onde admirava os navios e sonhava em um dia torna-se marinheiro, verdadeiro símbolo da liberdade em contraposição à sua imobilidade física, compensada pela fértil imaginação infantil.

Os jantares em uma pequena cantina no Brás, surgem como "pretexto" para que Payne a convença para atuar em *Caiçara,* o primeiro filme da Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Na autobiografia este jantares são o "pretexto" para Eliane contar sua história.

– *Cinema? Cinema? – Houve uma pausa. Os últimos grãos de areia se escoavam. O meu relato chegava ao fim. Na pequena cantina paulistana um homem sentado à minha frente esperava uma resposta. Exigia uma decisão (...).*[xvi]

A partir de então, quando sua "confissão" a Payne chega a termo, este deixa de ser o destinatário de seu discurso. Eliane passa a narrar suas lembranças em primeira pessoa.

Quando eu havia finalmente decidido fazer cinema, fora uma decisão no escuro. Não imaginava o que poderia ser, nem tinha a menor ambição de ser atriz, de fazer carreira. Queria estar ao lado de Tom, trabalhando com ele, participando da sua vida. E se sua vida era cinema, que fosse; faria o melhor possível. Dali para a frente ficaríamos juntos.[xvii]

Lembranças

<Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado (...) Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa

percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor>. [xviii]

Segundo a análise de René Rioul[xix], em investigação acerca de um *desejo autobiográfico* , este não se limita ao unicamente prazer de escrever mas, principalmente, ao prazer de ser lido. Eliane Lage, que opta por um "exílio" voluntário, paradoxalmente, não quis ser esquecida.

Eliane se isola em uma casinha à beira de um lago para começar a escrever suas memórias. Neste mesmo local, morrera anos antes seu ex-marido, Tom Payne. Em uma missão de reconstrução de experiências passadas, ela se esforça em conferir um *sentido*[xx] interno às suas rememorações. A grosso modo seu relato segue a seguinte estruturação: o amor pela natureza sempre foi preponderante; o cinema foi um 'acidente' de percurso; a partida – na vida madura - para uma fazenda, a realização do sonho que acalantara desde a infância.

A natureza surge na narrativa como um *leit motiv* que dá coerência às suas propostas de vida; as sensações visuais e táteis do passado são descritas em detalhes, conferindo-lhes uma sensação de fidelidade, como que para minimizar os lapsos temporais. A sensação dos pés sujos de terra roxa na Fazenda Empyreo; as descrições da natureza exuberante da Ilha de Santa Cruz; o encontro e desencontro com Payne; são experiências tão pungentes que neutralizam as décadas que os separam de nós, e principalmente, as décadas que os separam da narradora.

Finalmente, se faz necessário o questionamento de Edgar Morin, na apresentação de sua autobiografia:

<Hoje, antes de começar, me pergunto: 'Serei verídico?' (...) Sei não apenas que a percepção de um acontecimento pode incluir seleção do que parece principal, ocultação ou esquecimento do que incomoda, mas também que a lembrança pode alterar seriamente o que ela rememora.[xxi]>

Hoje antes de terminar, me pergunto: Será verídico? Ao analisar a autobiografia de Eliane Lage, é preciso educar o olhar e perceber os vestígios de verdade, os artifícios de discurso e, por conseguinte, o limite entre o fatual e o romanceado.

Filmografia: *Caiçara* de Adolfo Celi; *Terra é Sempre Terra* de Tom Payne; *Ângela* de Tom Payne; *Sinhá Moça* de Tom Payne; *Ravina* de Rubens Biáfora

Prêmios e Homenagens: Eliane Lage:1950 Melhor Atriz. Prêmio ABCC; 1952 Rainha do Cinema Brasileiro; 1953 Melhor Atriz em Sinhá Moça. Prêmio Saci; 1960 Melhor Atriz em Ravina. Prêmio Saci

Sinhá Moça: Leão de Bronze no Festival de Veneza; Urso de Prata no Festival de Berlim; Prêmio OCIC do Vaticano

---

[i] *Ilhas, Veredas e Buritis.* Ed. Brasiliense, SP, 2005. As referências do presente texto, anterior ao lançamento comercial do livro, são do Prelo e obedecem a subdivisão do mesmo em duas partes.
[ii] Em depoimento à autora, janeiro 2002.
[iii] Cf MORIN, *Meus Demônios*. Bertrand Brasil, RJ, 2000, p.10
[iv] Idem, Ibidem, p.10
[v] Jean STAROBINSKY, "Le style d'autobiographie", in *Poétique* – revue de théorie et d'analyse littéraires. Seuil, 1970
[vi] Idem, Ibidem.
[vii] Eliane LAGE, Op. Cit., p.30
[viii] Eliane LAGE. Op. Cit., p. 30
[ix] Eliane LAGE. Op. Cit., p.26
[x] Eliane LAGE, Op. Cit., p.04, p.49
[xi] STAROBINSKY, Op. Cit., p.259
[xii] Cineasta e produtor Alberto Cavalcanti.
[xiii] Eliane LAGE, Op. Cit.,, p.06.
[xiv] Eliane LAGE, Op. Cit., p.05.
[xv] Eliane LAGE, Op. Cit., p.09
[xvi] Eliane LAGE, Op. Cit., p. 49 (Segunda parte)
[xvii] Eliane Lage, Op. Cit. p.60 (Segunda parte)
[xviii] Ecléa BOSI. *Memória e Sociedade.* Cia das Letras, SP, 1999, p.55
[xix] R. RIOUL, "Le désir d'autobiographie". Conferência na Universidade de Estrasburgo, 07 de março 2003.
[xx] Cf. BORDIEU, "A Ilusão Biográfica", in *Usos e Abusos da História Oral*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1998.
[xxi] E. MORIN, Op. Cit., , p.10

DIALOGO ENTRE CIENTISTAS E LITERATOS NAS PAGINAS DA REVISTA DO INSTITUTO GEOGRAFICO E HISTÓRICO DA BAHIA 1894 a1899.

Ana Clara Farias Brito
Mestranda em Ensino Filosofia e História das Ciências
Universidade Federal da Bahia

Este texto tem como objetivo problematizar, ainda que de forma inicial, documentos que vem sendo levantados sobre o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Trabalhamos, de forma especifica, com as primeiras edições da revista publicada pelo instituto baiano que datam de 1894, tentando perceber a imagem da Bahia que foi sendo delineada pelos intelectuais baianos com o objetivo de impulsionar o Estado a atingir a modernidade.

A pesquisa que se encontra em desenvolvimento no curso de mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências, tem como objeto central o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e procura dar destaque ao surgimento e desenvolvimento de uma instituição responsável pelo resgate e organização da história da Bahia que exerceu ainda um papel importante no ideal de civilização do Estado. Percebemos a instituição através dos personagens responsáveis por sua criação e divulgação de suas idéias e encontramos na revista publicada pelo IGHB, desde os anos iniciais de sua fundação, matérias e relatórios que a caracterizam como o principal instrumento de expressão da elite letrada que fazia parte da instituição. Neste sentido, destacamos neste texto alguns aspectos do material que já foi levantado sobre o periódico do Instituto, tentando perceber a imagem da Bahia que foi construída e divulgada pelos intelectuais do final do XIX com o objetivo de tornar o Estado moderno e civilizado.

A revista foi a principal forma de diálogo dos letrados baianos com instituições nacionais e sobretudo internacionais. A correspondência direta da Bahia com sociedades francesas, italianas, norte americanas, espanholas e até mesmo alemãs, indicava a necessidade de mostrar a grandeza da Bahia para o mundo sem o intermédio de outras instituições

brasileiras. Nas páginas da revistas são encontrados artigos que versam sobre temas variados, além de atas das reuniões que ocorriam na instituição e as ofertas de revistas, livros e objetos para o museu do instituto feitos por sócios e simpatizantes.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foi criado em 1894 por um grupo formado de advogados, engenheiros, médicos, alguns membros da igreja, do exercito e professores que após um ano de reuniões na residência do advogado Tranquilino Torres consegue fundar uma sociedade sólida com o objetivo de organizar e exaltar não apenas o passado da Bahia mais o seu presente e suas possibilidades de um futuro promissor.

Tal iniciativa em pouco tempo se tornará referência, agregando no espaço da sociedade grande parte da elite intelectual do Estado da Bahia e conquistando o apoio do governo local. Todavia, a assistência prestada pelo governo não significava submissão, tendo os membros da instituição total liberdade para criticar as iniciativas, ou melhor, falta de iniciativas do governo baiano no que diz respeito à condução do desenvolvimento do Estado. A proposta dos intelectuais do instituto era atuar como parceiros e apontar os caminhos que levariam modernização da Bahia.

As matérias que eram escritas por advogados e médicos denunciavam os aspectos que eles gostariam de enfatizar no Estado. Em nosso levantamento, percebemos que as notícias referentes à Bahia tratam de suas fortalezas[1], dos limites entre a Bahia e outros Estados, trazem documentos sobre a fundação, nome e privilegio da cidade de Salvador[2], verificam a posição geográfica, dimensão, população e clima do Estado[3] e ainda trazem notícias sobre explorações existentes no subterrâneo da cidade[4]. A abordagem feita revela a necessidade de conhecer melhor o Estado em seus aspectos físicos, seus limites, seus patrimônios, ou seja, levantar aspectos da Bahia que nunca foram percebidos. A Bahia ainda estava por ser descoberta, portanto, cabia aos letrados fazerem novas investigações sobre o Estado e não apenas publicar documentos já existentes.

[1] Revista do IGHB n ºs 2, 7,11.
[2] Revista do IGHB nº 12.
[3] Revista do IGHB nº 10.
[4] Revista do IGHB nº15, 17, 19.

No que se refere à descrição de municípios, o de Condeúba[5] foi o mais explorado suas memórias foram escritas pelo seu filho mais ilustre, o presidente do IGHB Tranquilino Torres que não economizou nas minúcias dedicando muitas páginas da revista para demonstrar a riqueza de sua terra. O Município da Vitória[6]do Prado e Poções e as chamadas "Ephermerides Cachoeiranas"[7] que contavam as notícias da cidade de Cachoeira também aparecem em forma de continuação em alguns números da revista. Tais artigos tinham como objetivo tornar público, as riquezas de localidades baianas até então desconhecidas.

Nas revistas pesquisadas, a descrição dos municípios era, em sua maioria, acompanhada de uma crítica ao governo baiano. Para Tranquilino Torres, os municípios da Bahia sofriam com a má administração permanecendo atrofiados devido à centralização das medidas do governo na cidade de Salvador, o que teria contribuído em muito com a letargia no desenvolvimento do Estado, uma vez que a riqueza e a variedade do solo e dos produtos sertanejos, poderiam estar sendo explorados através da criação de ferrovias.

Os objetivos de Torres iam além da simples exploração do território. Para o presidente do IGHB, a combinação da extração de produtos do solo com a disseminação da instrução pública obrigatória para a população sertaneja, poderia incentivar a criação de escolas agrícolas e zootécnicas na Bahia[8] salto importante no alcance da civilização do Estado. Tendo em vista a falta de investimento do governo baiano, cabia aos membros do Instituto Geográfico Histórico da Bahia fazer levantamentos sobre as riquezas naturais destes municípios e divulgar os resultados em sua revista de circulação internacional para tentar, sem o intermédio do Estado, conseguir parceiros em seu objetivo de desenvolvimento local.

A investigação dos anos iniciais da revista nos indica ainda quais foram às regiões mais investigadas e os aspectos da natureza que foram priorizados. Até o momento, os periódicos catalogados compreendem os anos de 1894 a 1899. Nestes cinco anos de existência do IGHB, a região do sudoeste da Bahia foi especialmente privilegiada na

[5] Revista do IGHB nºs: 4, 5, 7 ,8.
[6] Provavelmente o atual município de Vitória da Conquista
[7] Revista do IGHB nºs: 17, 18, 19, 20.
[8] Revista do IGHB nº 3, pg 154.

descrição de seus municípios, todavia, referências a cidade de Cachoeira eram constantes, além de lembranças pontuais sobre a cidade de Santo Amaro e Alagoinhas.O rio São Francisco foi especialmente trabalhado em algumas edições da revista sendo destacado, entre outros aspectos, a navegação em seus afluentes e principalmente as estradas de ferro que estavam sendo feitas na região circunvizinha ao rio.

A partir do sexto número da revista, publicado em dezembro de 1895, foram crescendo as matérias sobre estradas baianas. Com o título de "Viagens e Explorações" o primeiro artigo trazia referências sobre a "Estrada do Prado a São Miguel de Jequitinhonha" no número seguinte foi escrita uma matéria sobre a "Estrada de ferro da Bahia ao S.Francisco - inauguração da estação do Juazeiro", continuando com as "Viagens e Descrições", foram publicadas referências sobre a "Estrada Do Prado a São Miguel" e notícias sobre "A Bahia e o Território do São Francisco"[9]em referência a uma briga territorial entre Bahia e Pernambuco sobre o Rio São Francisco. O objetivo destes artigos seria destacar a existência de comunicação entre regiões baianas, aspecto importante no seu desenvolvimento.

No que diz respeito aos aspectos da natureza destacados no levantamento dos municípios, percebamos a atenção dadas a fauna, flora, navegação e futuro comercial das localidades.

A riqueza natural dos municípios indicava o investimento financiero que seria feito em cada uma delas.Na revista número cinco é publicado o noticiário que traz informações sobre um projeto pedindo a construção de um ramal prolongando a estrada de ferro da Bahia que partindo da cidade de Bonfim[10] vá a Villa do Mundo Novo[11] passando pelas localidades da Saúde, Jacobina e Morro do Chapéu. No mesmo número é publicada a decisão da comissão de obras públicas da Bahia que aprova o projeto, considerando as vantagens ao desenvolvimento da renda no Estado. Na fala de um dos membros da comissão, destacamos os elementos que ele priorizou como importantes para a aprovação do projeto:

[9] Revista do IGHB nº 8
[10] Atual cidade de Senhor do Bonfim
[11] Atual cidade de Mundo Novo

> b)Considera que o ramal proposto vai atravessar uma zona de clima temperado e terrenos férteis onde poderão se estabelecer núcleos coloniais e imigrantes de qualquer país europeu (...) e que já tem uma desenvolvida cultura de cafeeiros que constitui a principal riqueza dos referidos municípios.
>
> c)Considerando ainda que o ramal irá atravessar zona mais povoada e agrícola que a da estrada principal.
>
> d) Considerando que o município de Morro do Chapéu é a mais importante feira de gado do interior baiano(..) e que irá facilitar o abastecimento de carnes para o Estado da Bahia e para os Estados limítrofes como Piauí e Goiás.
>
> f)Considerando que a facilidade de comunicação é condição primordial para o desenvolvimento da produção e que as riquezas naturais, não poderão ser exploradas e a agrícola e pastoris aperfeiçoadas sem fáceis meios de transporte (...)[12].

Dentre as várias justificativas apresentadas pelo membro da comissão de obras públicas, a idéia de que no Estado existiam zonas propícias para o desenvolvimento do café e portanto, favoráveis a imigração européia deixa transparecer que a Bahia procurava se desvincular da imagem de decadência, ainda arraigada no final do século XIX, mostrando que o Estado não era apenas o local de plantio da cana de açúcar e que o sudeste não era a única parte do país propício a imigração. Junto com as ferrovias, encontramos em algumas matérias escritas pelos sócios do IGHB, a necessidade do aprimoramento das industrias a fim de explorar de maneira satisfatória as riquezas minerais de todo o Estado. O engenheiro Henrique Praguer sócio que mais escreveu sobre o assunto destaca que:

> "(..) hoje não pode mais ser explorada a industria mineira por esforços individuais, só grandes companhias e associações são capazes de reunir os preciosos instrumentos de atividade para explorar as camadas mais profundas , **sendo feitos os necessários estudos e investigações por verdadeiros peritos científicos só com o auxilio de poderosos instrumentos e aparelhos podem ser explorados os ricos tesouros do sub-solo.**" (grifos nossos)[13]

O aperfeiçoamento das indústrias seria feito através da inserção de grandes companhias, provavelmente estrangeiras, que explorariam de forma "adequada" o solo baiano.

[12] Revista do IGHB nº5,p 338,339.
[13] PRAGUER, Henrique; Revista do IGHB, nº13 p 423.

A quantidade de matérias que versam sobre as riquezas minerais do Estado e que propõem o desenvolvimento da malha ferroviária bem como das industrias para melhor explorá-las, deixa transparecer o empenho dos intelectuais baianos em mostrar que no inicio da república, a Bahia estava apta a compactuar com São Paulo de todos os princípios do desenvolvimento seja ele econômico ou cultural, bastava o governo local investir em medidas que possibilitassem as transformações.

Longe de ser apenas um local destinado a resgatar e organizar a história da Bahia, o Instituto Geográfico e Histórico do Estado na figura dos seus sócios, assumiu o papel de desenvolver e civilizar a Bahia seguindo os modelos utilizados no final do século XIX.

Junto com biografias de homens ilustres e aspectos da história da Bahia, uma matéria denominada "noticiários" trazia para os letrados da Bahia as curiosidades e as descobertas científicas de toda parte do mundo. O dialogo entre baianos e cientistas alemães, italianos, franceses anunciava a necessidade de aproximação com o fluxo cultural europeu mais ao mesmo tempo indicava a autenticidade uma vez que os autores, cientistas ou literatos sentiam-se a vontade para discutir e criticar nas páginas da revista as teorias européias. Fato constatado nas minuciosas descrições geológicas feitas por baianos que escreviam com o rebuscamento e a propriedade digna de especialistas europeus.

Seguindo os padrões vigentes no Brasil do inicio da república, os cientistas e literatos da Bahia, assim como de São Paulo ou Rio de Janeiro, acreditavam serem únicos na tarefa de revelar para o país um mundo novo. Usando uma expressão de Nicolau Sevcenko, os intelectuais brasileiros e neste caso específico, os baianos, se percebiam como "mosqueteiros intelectuais"[14] insubstituíveis na tarefa de aproximar o Brasil com o progresso, ou seja, com o modelo de desenvolvimento da Europa. No caso baiano, tal perspectiva está assinalada pelos sócios do instituto nas primeiras páginas da revista publicada pela instituição;

[14] SEVCENKO, Nicolau.Literatura como Missão.p78.

> **Assistimos, nós outros, a este admirável período de florescência scientifica, e somos por outro lado parte da renovação social, que dimana das novas idéias,** e que transforma as nossas instituições, entrando n'alma e no coração brasileiro"[15].(Grifos nossos)

A percepção de uma intrínseca relação entre desenvolvimento cultural e crescimento material, fez com que os intelectuais baianos, sendo eles cientistas ou literatos, apostassem no desenvolvimento da cultura e do conhecimento como forma de modificar a situação econômica desfavorável que passava o Estado em finais do XIX e primeiras décadas do século XX.

[15] Revista do IGHB, nº1, pg4, maio de 1894.

O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NA DÉCADA DE 1990

Ana Cleide Chiarotti Cesário e Marcos Rogério Gomes

Canalizam-se hoje no Brasil esforços para a compreensão de adequadas práticas políticas capazes de proporcionar às crianças e adolescentes, em situação de risco ou em vulnerabilidade social, condições plenas para a aquisição dos direitos universais dispostos na Constituição de 1988 e regulamentados através do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social. Os abrigos governamentais e não-governamentais, de caráter provisório e/ou permanente, existentes em todo o território nacional, tornaram-se a principal referência de política pública no âmbito da Assistência Social, responsáveis por criar, devolver ou estimular sociabilidade específica, para que esses jovens possam participar de maneira integrada da vida comunitária por meio da utilização de serviços como, por exemplo, os de saúde, educação e lazer, além da preparação para o mercado de trabalho, sem que haja a necessidade de permanecerem nas ruas expostos à criminalidade, ao uso de drogas, à mendicância, à violência e também aos estigmas e preconceitos da sociedade.

A lei existe; os agentes – assistentes sociais – diretamente envolvidos na operacionalização dessas políticas estão munidos de conhecimento sobre essa realidade, tendo em vista a progressiva transformação, no último século, da filantropia ou do assistencialismo como ações residuais e paliativas para sua total legitimidade enquanto política de seguridade social inscrita na Carta Magna; A descentralização gestora e o reordenamento fiscal – este ainda que sem definição de alíquotas – vigoram em todo Brasil desde 1996, mas o que se vê são baixíssimos índices de reintegração social desses meninos e meninas, quando,

no pior dos casos – e não pouco comum – a impotência dessas políticas diante do aumento de mortes de crianças consideradas "clientes" destas instituições.

Em Londrina – PR, a iniciativa em regulamentar os dispositivos de proteção a esse público está disposta a partir de 1993, com o início da gestão petista de Luis Eduardo Cheida, quando a atual secretária nacional de Assistência Social, Márcia Helena Carvalho Lopes, assumiu a pasta da então recém criada Secretaria Municipal de Ação Social, desvinculando-a, enquanto Departamento de Serviço Social, da Secretaria da Saúde e Proteção Social, e dando autonomia decisória à implementação de variados programas/projetos responsáveis por marcar a administração local, como a própria autora enfatiza em sua dissertação de mestrado, referindo-se à sua própria gestão como "(...) referência no Paraná e em muitos estados e municípios em relação ao orçamento participativo, ao programa médico família, à formação dos conselhos, à política da mulher, do idoso, da habitação, dos segmentos com necessidades especiais, [e] da população de rua (...)."[1] De fato, se se comparar o ritmo das implantações dessas políticas no município em questão, com a média do restante do país, admitir-se-á, sem exageros, um certo ineditismo no que diz respeito ao caráter descentralizador das responsabilidades promotoras e gestoras de políticas públicas de assistência social.

Sônia Miriam Draibe convencionou o recorte histórico recente das reformas do Estado em dois ciclos: o primeiro deles estaria delineado entre os anos de 1985 e 1988, com o esgotamento do Estado Desenvolvimentista que, segundo a autora, era "(...) potente para estimular o crescimento econômico (...), mas socialmente *pouco inclusivo* (dada a ineficiência dos restritos programas universais) e *não-seletivo* (já que pouco ou mal focalizado nas camadas mais necessitadas)."[2] Ao esgarçamento social em prol da manutenção dos vícios macroeconômicos juntou-se a grande insatisfação dos atores envolvidos com a defesa dos direitos infantis frente ao anacrônico Código de Menores, que vigorava desde 1979 e que impingia a condição de "irregular"

> "(...) àquele que estava "privado de condições essenciais a sua subsistência, saúde, instrução obrigatória; em perigo moral; privado de representação ou assistência legal pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; respondendo por prática infracional" [3]

Esses atores representavam o MNMMR – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua; a Pastoral do Menor; a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cuja campanha da fraternidade, promovida em 1987, teve como tema a criança; além de outros protagonistas sociais e comunitários, técnicos, especialistas e pesquisadores envolvidos com a inclusão social e o bem estar infanto-juvenil. Verifica-se, portanto, a simultaneidade, em um período conjuntural, da redefinição das políticas sociais a partir da defesa do Estado Federativo[4], estabelecendo-se uma reforma completa na política de saúde e de assistência social, uma reforma parcial da Previdência Social e uma reforma introdutória do Seguro-desemprego e, no tocante à infância e juventude, a busca por abolir o caráter "irregular" presente na legislação vigente ao adotar como proposta constitucional os princípios universais e permanentes de direitos assistenciais àqueles excluídos do pretenso Estado de Bem Estar brasileiro.

O segundo ciclo de reformas deu-se no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação da Política de Saúde, de Assistência Social, introdução da reforma do Ensino Médio e reforma parcial do Ensino Fundamental e previdenciário, bem como a introdução dos Programas de Combate à Pobreza. A tentativa maior por parte do governo federal, nesse segundo momento conjuntural, foi estabelecer uma estrutura tributária, política e administrativa que pudesse equacionar as responsabilidades e os gastos públicos de tal forma a delegar para as instâncias subnacionais – estados e municípios – a iniciativa de implementação e manutenção das políticas sociais, restringindo-se a União a arcar com o pagamento dos juros da dívida e com a tarefa de diminuir o déficit previdenciário. O arcabouço gerencial capaz de adaptar tais necessidades girou em torno do processo de descentralização, já previsto em 1988 e, apesar de amplamente divulgado e defendido pela maioria absoluta dos governos, até o ano de 1997 era pouco utilizado ou assumido pelos

governos locais, principalmente os municípios. Isto porque, para Martha Arretche, além da existência de

> "(...) uma esmagadora maioria de municípios de pequeno porte e historicamente dependentes da capacidade institucional dos governos estaduais e federal para a prestação de serviços sociais (...) a adesão dos governos locais à transferência de atribuições depende diretamente de um cálculo no qual são considerados, de um lado, os custos e benefícios fiscais e políticos derivados da decisão de assumir a gestão de uma dada política e, de outro, os próprios recursos fiscais e administrativos com os quais cada administração conta para desempenhar tal tarefa."[5]

Enquanto em 1997, apenas 33%[6] dos municípios brasileiros haviam aderido ao Programa (federal) de descentralização da gestão de políticas de assistência social, o município de Londrina já se impunha como gestor de tais políticas desde 1993, antes mesmo da aprovação da LOAS pelo Congresso Nacional. Significa dizer que nessa esfera local de poder público as atribuições profissionais dos responsáveis pelo exercício da Assistência Social já estavam em um alto grau de maturação técnica, e que os agentes envolvidos com as práticas reguladoras desses saberes estabeleceram, desde muito cedo, amplas e sólidas relações com potenciais lideranças à esquerda de uma tradição política acostumada a solicitude personalista transformadora de direitos em privilégios, ou com a transferência da responsabilidade e dos custos do atendimento às parcelas socialmente excluídas à iniciativa privada e às instituições de caráter religioso. Paradoxalmente, o aprimoramento das práticas dos assistentes sociais não seria possível caso as instituições de assistencialismo não tivessem preenchido o histórico espaço vazio deixado pelo Estado brasileiro até início da década de 1990.[7]

Data de 1979 a assembléia realizada entre os assistentes sociais do município para a escolha da primeira diretoria da Associação dos Assistentes Sociais de Londrina. Dois anos depois, se discutia o estabelecimento do salário mínimo profissional, a revisão de legislação específica e a participação da Comissão Inter-Sindical. Questões como a inserção e ampliação do mercado de trabalho eram constantes entre os profissionais da área[8] – até 1983, não havia se estabelecido consenso sobre a formação de um sindicato que representasse a categoria, apesar da preocupação da vice-presidente do órgão, Fátima Pimentel, com os problemas relacionados à representação numérica de assistentes sociais em atuação e de

Londrina a nível estadual; a indagação sobre a autonomia do município caso um sindicato fosse criado em Curitiba e não em Londrina; além da história das entidades locais e as da capital do estado. Para Fátima, era

> "(...) urgente a criação de um sindicato, uma vez que a classe vem crescendo significativamente na região e necessita cada vez mais de maior poder de representação na defesa de seus interesses. Inclusive, enquanto uma atuação mais completa, impedir o exercício da profissão por pessoas não pertencentes à categoria, denunciando e providenciando medidas que evitem a existência de fatos desta ordem."[9]

Ainda que se tenha por conta a realização de uma atividade cujo paradigma profissional é a preocupação com o bem-estar biológico e social, bem como com a capacidade política e cidadã do outro, não é o caso, aqui, permanecer na interpretação subjetiva das subjetividades dos atores componentes do campo da assistência social, haja vista a relação inversamente proporcional entre o aperfeiçoamento profissional e os resultados sociais da assistência social nos últimos anos. Em outras palavras, o sentido da investigação tem a ver com a circunscrição pontilhada de uma determinada área do conhecimento – a assistência social – que, entre o final dos anos 70 e meados dos 80, passou por um processo de transformação, não apenas em Londrina, como também em outras cidades de porte médio e em algumas capitais, na medida em que deixou de ser uma política sem rigor legislativo quanto ao seu perfil e objetivos, para compor a Política de Seguridade Social, de caráter universal e permanente. Entre o público alvo dessa política, definiu-se a infância e juventude pelo corte histórico sofrido no início dos anos 90 decorrente dos direitos adquiridos com a Constituição de 1988, com a regulamentação do ECA, lei federal n° 8.069 de 13 de junho de 1990, e da LOAS, lei federal n° 8.742 de 7 de dezembro de 1993, além de se ter estabelecido como prioridade da campanha de governo de Luis Eduardo Cheida, que assumiu a prefeitura no início de 1993 e instituiu as primeiras Casas Abrigo já dentro do novo formato exigido pela legislação.

> "(...) naquele novembro de 1992, Londrina havia sido notícia nacional pela ocorrência de um arrastão no calçadão da cidade, realizado por um grupo de meninos de rua que "aterrorizavam a todos". Por isso mesmo, o então candidato a prefeito, Luís Eduardo Cheida, apontava no palanque a relevância e a responsabilidade da Prefeitura nessa área, comprometendo-se que em três meses do seu governo, não haveria mais meninos de rua em Londrina."[10]

Essas transformações históricas das áreas de saber, segundo Foucault[11], mobiliza uma série de dispositivos discursivos capazes de engendrar práticas que se referem à

unidade à qual os sujeitos se dispersam, se enfrentam ou estabelecem sua recomposição. O amplo conhecimento adquirido sobre o objeto representativo da ação dos assistentes sociais fora apreendido nos longos anos assistencialistas e não assistenciais, como atendimento emergencial e não universal, exercido pelas entidades filantrópicas e não pelo poder governamental e, muito freqüentemente, por "tias", "mãe-adotivas" e "primeiras-damas" e não pelos assistentes sociais, o que demandou a fabricação e institucionalização de uma série de instrumentos – discursivos ou não-discursivos – que fossem capazes de legitimar a atividade assistencial enquanto política pública universal e continuada, e não mais como um braço da saúde ou da segurança pública – no caso das políticas para a infância e juventude. Como os saberes, os discursos, os objetos e os sujeitos componentes da trama institucional estão dispersos em um mesmo plano de poder político, a identificação e aquisição dos saberes pelos sujeitos requer a delimitação, a qualificação e o trato específico dos objetos em questão, bem como a detenção dos procedimentos discursivos em uma atmosfera de concatenação com outras materialidades. Assim, o assistente social deve conhecer as gírias, as interjeições, os silêncios, os trejeitos e tudo o mais que, relacionados à cartografia social local, que envolve a rua, a escola, a família e as instituições de assistência social, compõem o *habitus*[12] do público atendido, mais conhecido como "clientela". Essas disposições em se portar e dizer coisas de uma maneira e não de outra, levando em conta o espaço que se ocupa e a prévia – mas não objetiva – dimensão que se tem das prováveis ou improváveis oportunidades de êxito na ação, são chamadas, por Maria Filomena Gregório, de *viração*

> (...) termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. (...) referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. Os meninos de rua se viram. O que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes, ou ladrões, ou prostitutos, ou "biscateiros" ou, ainda, se comportarem como menores carentes nos escritórios de assistência social. Para eles, a viração contém em si algo mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular instrumentos simbólicos e " identificatórios" para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições de forma não excludente: comportar-se como " trombadinha", como "avião" (passador de drogas), como "menor carente", como "sobrevivente", como adulto e como criança."[13]

Nesse espaço institucional da assistência social se constitui o que para Bourdieu é definido como *campo político*: "(...) lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes

que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher (...)."[14] Tal "mercado" de bens materiais e simbólicos, perpassado por nítidas relações de poder entre os vários agentes componentes do *campo*, como as crianças e adolescentes e seus familiares, educadores, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, conselheiros tutelares, promotores e juízes, além dos gestores das políticas locais, é o ambiente em que se comercializa os bens de capital que cada parte tem a oferecer: as crianças, necessitam de abrigo, alimentação, atendimento hospitalar e regulamentação escolar. Têm para oferecer, nessa relação com os profissionais especializados, suas próprias condições de excluídas; os agentes executores das políticas necessitam que o repasse fiscal federal – que em 2004 não cobria 10% das despesas dos abrigos – seja justificado pela confirmação de um número mínimo de "clientes" componentes das demandas sociais.

Assim, os aspectos contraditórios da implementação das políticas descentralizadas no decorrer dos anos 1990 no Brasil, primordialmente as de assistência social, pois ainda são vistas como gastos e não como investimentos, para além de não criarem compasso com os parcos e intermitentes repasses fiscais do governo federal, prejudicando principalmente os pequenos municípios de fragilidades política e orçamentária mais acentuadas, tampouco refletem positivamente entre os municípios de porte médio, como a cidade de Londrina que, embora seu rápido e peculiar ajustamento frente ao "chamamento" do governo central, pudesse e pôde contribuir para o entendimento e inserção relacional entre suas demandas, mesmo assim não deixou de barganhar com seus "clientes", entre eles, crianças e adolescentes, vítimas, ontem, pela omissão do Estado; hoje, pela reprodução de suas políticas no campo a partir do qual suas práticas e seus saberes se legitimam.

NOTAS

[1] LOPES, Márcia Helena Carvalho. *A construção da política de assistência social pública: uma gestão democrática em Londrina-PR*. PUC – São Paulo, 1999. (Dissertação de mestrado), p. 167.

[2] DRAIBE, Sônia Miriam. *A política social no período FHC e o sistema de proteção social*. Tempo Social, v. 15, nº 2, novembro de 2003. São Paulo, p. 68.

[3] MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO/Ipea. O *direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.*

[4] Estados federativos são uma forma particular de governo dividido verticalmente, de tal modo que diferentes níveis de governo têm autoridade sobre a mesma população e território (Lijphart, 1999). Nesses Estados, o governo central e os governos locais são independentes entre si e soberanos em suas respectivas jurisdições (Riker, 1987), pois cada governo local – cuja jurisdição pode variar, conforme assim o definir a Constituição – está resguardado pelo princípio da soberania, o que significa que estes são atores políticos
autônomos com capacidade para implementar (pelo menos, algumas de) suas próprias políticas (Pierson & Leibfried, 1995, p. 20). A soberania dos governos locais deriva do voto popular direto, da autonomia de suas bases fiscais e, em muitos casos, de uma força militar própria. Além disso, as unidades componentes da federação têm uma câmara de representação territorial no plano federal – a Câmara Alta ou Senado –, cuja autoridade legislativa varia entre as federações (Lijphart, 1999) ARRETCHE, Marta. Relações federativas nas políticas sociais. *Educ. Soc.* [online]. set. 2002, vol.23, no.80 [citado 26 Maio 2005], p.25-48. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br

[5] ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Rev. bras. Cie. Soc.* [online]. jun. 1999, vol.14, no.40 [citado 26 Maio 2005], p.111-141. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br

[6] ARRETCHE, Idem., p. 116.

[7] Segundo Márcia Helena, "Quando, em 21/03/95, em audiência com o então ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, apresentamos o plano da Política de Assistência Social de Londrina e solicitamos contrapartida do Governo Federal, ouvimos como resposta, entre outros argumentos que: "o governo não tem como cuidar dos pobres. Isso é assunto para a comunidade resolver. O Estado é impotente para isso". LOPES, op. cit., p. 121.

[8] FOLHA DE LONDRINA, 12/06/81, P. 4.

[9] FOLHA DE LONDRINA, 06/04/1983.

[10] LOPES, op. cit., p. 129.

[11] FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, 7. ed.

[12] "(...) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e, coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizada de um regente." BOURDIEU, Pierre. "Esboço de uma teoria da prática". In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983, pp. 60-61.

[13] GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua. São Paulo*: Companhia das Letras, 2000, p. 31.

[14] BOURDIEU, Pierre. "A representação política". In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 6. ed.

Sob véus e votos:

a constituição de conventos e beatérios no período colonial ibero-americano

Ana Cristina Santoro
Programa de Pós-Graduação em História Social – IFCS/UFRJ
Programa de Estudos Americanos – IFCS/UFRJ

O presente estudo é decorrente das pesquisas desenvolvidas no curso de doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em continuidade ao trabalho realizado no mestrado, onde foi analisada a participação feminina no processo de conquista e colonização espanhola na América. O foco de análise foi o Vice-reino do Peru[i] e parte integrante da pesquisa desenvolvida para o curso de doutorado. A dissertação resultante das pesquisas acerca deste tema teve como principais objetivos delinear o papel que as mulheres desempenharam neste processo, identificando sua representação e seus principais campos de atuação, a partir da análise a documentação sobre o período colonial encontrada no *Archivo General de Índias* (Sevilha – Espanha). (Para complementação da pesquisa e produção da dissertação, realizei um período de investigação) e da documentação dos arquivos peruanos – *Biblioteca General de la Nación* e *Archivo General de la Nación*.

O contato direto com as fontes guardadas em Lima permitiu perceber a importância dos conventos e beatérios na organização e na manutenção da sociedade colonial hispano-peruana.

O grande número de documentos relacionados a estas instituições permitiu que o tema se constituísse em objeto de análise. Durante a realização da pesquisa, evidenciaram-se as práticas desenvolvidas para a constituição destes organismos, bem como a

importância que representavam para a sociedade colonial. Partindo desta experiência, foi realizada uma busca de registros que indicassem a existência e o caráter de instituições semelhantes na América portuguesa, buscando estabelecer um paralelo entre o estabelecimento, a organização e o caráter destas instituições no Brasil e no Vice-reino do Peru. Ainda que, algumas vezes, as temporalidades se apresentem diferentes, a aproximação das análises das instituições nos dois países se fará pela forma de abordagem. Neste sentido, direcionamos a pesquisa não nos restringindo a uma comparação entre as instituições, o que, de certa maneira, reduziria as possibilidades de análise, mas buscando estabelecer conexões entre os modelos, as estruturas de funcionamento e a forma de organização e apresentação das instituições. A aproximação também se dará pela análise dos projetos de criação e pela inserção das instituições nos projetos coloniais espanhol e português, atentando para o fato de que, durante a União Ibérica, Peru e Brasil viveram sobre um mesmo projeto de "dominação". Mesmo após a restauração portuguesa pode-se identificar uma certa manutenção da organização estabelecida no período filipino, principalmente no que se refere à permanência de instituições criadas entre 1580-1640. Para esta forma de abordagem, também se deve levar em consideração a existência de um projeto comum das monarquias ibéricas, projeto este diretamente ligado à questão da evangelização.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a formação destas instituições no período colonial ibero-americano, enfatizando suas relações com um universo mais amplo – a sociedade colonial – e destacando o caráter e o papel que estas instituições, bem como seus membros assumem no universo colonial.

O período de conquista e colonização ibérica na América foi profundamente marcado pela necessidade de criação de políticas que discutissem e buscassem soluções para se controlar o crescimento desenfreado do contingente populacional, e que apontassem para os melhores meios de assimilação deste contingente, principalmente no que se refere à população indígena e mestiça, sendo esta última parcela da população o

caso mais urgente de controle, visto que seu rápido crescimento adquiria proporções inesperadas e assustadoras, segundo a ótica da administração metropolitana na colônia.

Esta constante preocupação se refletiu no grande número de instituições, tais como colégios e recolhimentos, – primeiramente e primordialmente nas colônias espanholas – criadas para educação, doutrinação e reclusão da população. Estas instituições eram responsáveis por dar a população indígena e mestiça todo o instrumental necessário para que fosse inserida na ordem social que estava sendo instaurada. Por outro lado, estas instituições também foram criadas para assegurar a educação e manutenção dos valores ibéricos dos espanhóis e portugueses que chegaram às coloniais.

Em determinados momentos, algumas instituições foram criadas seguindo a própria dinâmica da organização social que estava se instaurando. Este tipo de motivação para a criação está diretamente ligado às instituições que foram criadas pelos e a partir dos organismos sociais, e não pela mão e projeto da Igreja e do Estado. Como se verá posteriormente, a criação dos beatérios pode ser inserida neste caso, visto que a gênese de sua criação está na dinâmica social que levava as mulheres, ao final de suas vidas, a assumirem uma vida religiosa, mas para não se subjugarem ao controle direto da Igreja e à normatização dos conventos e ordens religiosas criavam suas próprias casas de reclusão e assumiam uma vivência religiosa leiga. Vale ressaltar a precoce criação destas instituições na América espanhola, bem como um maior número e uma maior diversidade de caráter e funções.

No universo das instituições criadas no cenário colonial, podemos observar o desenvolvimento de instituições dirigidas por mulheres e/ou voltadas para o público feminino. Estas instituições possuíam principalmente um direcionamento religioso. De um modo geral, estas instituições possuíam caracteres diferenciados. Enquanto algumas, como os conventos, possuíam estreita relação e vínculo com ordens religiosas, outras, como os beatérios aproximavam-se mais de uma prática religiosa leiga, ainda que possamos identificar a manutenção de relações com ordens religiosas e a obediência às determinações das dioceses.

Ainda que as instituições religiosas dirigidas e destinadas às mulheres tenham se constituído como um espaço de experiência e vivência cotidiana exclusivamente feminina, elas não se encontravam desconectadas de um universo marcado pela dominação masculina. Isso se dá pela própria conformidade sócio-cultural da época moderna, e pela doutrina da Igreja, que torna imprescindível a presença masculina para o exercício da principal função da religião, demarcando assim um espaço de manutenção da dominação masculina no seio da prática religiosa feminina.

Tendo em vista estas considerações, a questão, é encaminhada entendendo-se a conformação destas instituições analisadas – conventos e beatérios – e a prática cotidiana desenvolvida nelas, através de uma abordagem preocupada em identificar as relações de poder que se estabelecem, percebendo estes espaços como espaços de poder, tal como conceitualmente definidos por Michel Foucault.

Uma análise mais geral do objeto permite perceber as relações da esfera cotidiana destas instituições com uma esfera maior, onde as conexões com as práticas sociais e com os projetos da Igreja e do Estado influenciam a definição e a atuação destas instituições. Certamente os conventos sofrem esta influência de maneira muito mais direta, visto que se inserem diretamente no projeto evangelizador, se tornando objeto e mecanismo de aplicação deste. Neste sentido, os conventos apresentam-se como responsáveis por uma faceta do processo de colonização, quando se observa a criação e a necessidade de transposição de um modelo de mulher ibérico para as colônias, assegurando também sua aplicação à população feminina presente no cenário colonial. Sendo assim, abre-se uma possibilidade de análise do processo de conquista e colonização pela mão da mulher, seja pela responsabilidade de formação e, portanto, inserção do contingente populacional feminino, seja pelo fato de que a dominação da mulher atesta a dominação sobre o outro, em uma perspectiva contemporânea e futura. Na realidade esses processos estão intrinsecamente relacionados, visto que a dominação da mulher se completa pela doutrinação, formação e “transposição” do modelo feminino ibérico. A importância das religiosas para a efetivação desta forma de dominação é central, na medida que elas são ao

mesmo tempo o modelo, o exemplo a ser seguido, e o objeto através do qual a formação se desenvolve, concretizando a doutrinação e a inserção aos padrões ibéricos, e portanto da dominação. A configuração da representação da população feminina colonial, principalmente de índias e mestiças aprofunda a necessidade do controle do feminino. Se por uma lado a fragilidade indígena pressupõe cuidado, a lascívia mestiça impõe necessidade de controle.

O papel das religiosas no contexto de doutrinação e efetivação da dominação ibérica na América é fundamental no interior da própria Igreja. Isso se demonstra pelo grande número de pedidos de envio de freiras e monjas para assegurarem a manutenção de rituais e práticas próprias da religião católica, ensinando a prática da vivência religiosa às monjas e freiras que estavam se formando nas colônias.

> *"... Escripto a V. al. Como en esta ciudad sea fundado un monesterio de monjas y q porq las que las principiaron no lo abian sido aun que les an dado Costituciones y orden para bivir como monjas no pudo esto asentar bien no se abiendo criado enello y que ay mucha necesidad q V.al. Mandase venir dos o tres monjas Religiosas y de edad para maestras y que enseñasen las q estan aca las cosas y cerimonias de la Religion..."*[ii]

Dentre as possibilidades de desenvolvimento intelectual que eram oferecidas para o contingente feminino, os conventos acabaram se estabelecendo como um importante espaço para educação, formação e produção intelectual para as mulheres. No caso do Vice-reino do Peru, algumas freiras alcançaram assim um importante status entre a comunidade de intelectuais. Dentre estes casos, podemos destacar a figura de Sor María de la Concepción, conhecida como *La San Jerônimo*, por conta de seus conhecimentos da Sagrada Escritura. Sor María de la Concepción foi reconhecida por seus contemporâneos como uma grande teóloga e conhecedora da doutrina da Igreja.

O segundo modelo de instituição que será objeto de análise são os beatérios, que podem ser caracterizados como instituições leigas de prática religiosa privada. Como afirmado anteriormente, a principal marca destes beatérios[iii] era a gênese de sua criação inteiramente ligada à sociedade civil e laica – se puder assim se indicar a sociedade ibérica – ou seja, eram fundados por "mulheres comuns", e não por organismos da Igreja e do Estado. Este processo de criação encontra-se direcionado em dois sentidos. Primeiramente, temos os beatérios criados por mulheres que não encontravam ou não se enquadravam aos padrões estabelecidos pelas ordens religiosas, padrões estes relacionados a uma exclusão por condições étnico-sociais, transformando suas casas em lugares de prática religiosa e de enclausuramento. Um outro tipo de beatério, se caracterizava por uma fundação dirigida por mulheres da elite colonial, que como forma de manutenção de uma posição de poder e de não abrirem mão de suas posses criavam os beatérios, onde seriam gestoras e administradoras, definindo assim todo o conjunto de normas que organizariam a prática cotidiana da instituição.

É interessante observar a possibilidade de transformação de alguns beatérios em conventos. A permissão ou não para a transformação dos beatérios em conventos era fruto de um longo processo nos organismos da administração colonial. O que podemos perceber a partir da leitura da documentação, é que estes processos eram acompanhados de uma grande jogo de forças e articulações políticas, encabeçados pelas administradoras/fundadoras dos beatérios, que faziam uso das relações e vínculos sociais estabelecidos entre os membros da elite da sociedade colonial. Muitas vezes, essa rede de articulações extrapolava os limites da colônia, buscando na metrópole artifícios e apoio para a concretização da transformação. Podemos então afirmar que as possibilidades estavam dos beatérios alcançarem um novo estatuto, estavam ligadas às relações político-sociais estabelecidas pelas gestoras/administradoras destes beatérios. Os processos de pedidos de transformação de beatérios em conventos e as Provisões que respondem a estas petições são documentos fundamentais para análise da organização dos beatérios, visto que

justificam suas posições apresentando um histórico e uma descrição das atividades e da relevância social destes beatérios.

A instituição de beatérios a partir dos investimentos financeiros e da força política de algumas mulheres da elite colonial, conferia a elas uma posição de destaque na organização social estabelecida nos beatérios, o que, certamente, reproduzia a marcante hierarquização das sociedades coloniais. Foi a partir dessa hierarquização que se estabeleceram as relações e disputas de poder entre as beatas. Como decorrência de seu papel como fundadora, a beata poderia instituir o regulamento do beatério, que definia desde o nome do Santo de devoção até as regras de acesso e aceitação de novas beatas. Os livros de fundação e as atas das reuniões são importantes documentos de análise.

Ao observar a conformação dos conventos e beatérios do período colonial, podemos concluir que estas instituições assumiram um importante papel na organização da sociedade colonial, exercendo uma função fundamental no contexto de doutrinação e efetivação do domínio ibérico na América. Essa relevância se deu tanto do ponto de vista religioso, quanto político, já que, se tornaram organismos fundamentais para a aplicação do projeto colonizador e para a manutenção das práticas religiosas da igreja católica. No que se refere à organização social, estas instituições também assumem um importante papel no jogo das relações sociais que definem a estruturação das colônias.

---

[i] Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo resultado foi a dissertação intitulada "Às margens da conquista: a participação feminina na formação do Vice-reino do Peru".

[ii] Archivo General de Índias: Lima 300. Carta do Arcebispo da *Ciudad de los Reyes*, 01 de março de 1566.

[iii] No Brasil, algumas referências apontam também para a denominação de "recolhimento", designando este tipo de instituição. Entretanto, como no caso hispano-americano "recolhimento" denota um tipo de instituição de caráter diferenciado.

Tempo e história em capas de revistas

Ana Cristina Teodoro da SILVA • - UEM

Este texto divulga resultados da pesquisa intitulada "O tempo e as imagens de mídia – capas de revistas como signos de um olhar contemporâneo" [i]. A problemática do trabalho é qual apresentação e aparência que um meio de comunicação bem sucedido elabora e explora. Dois momentos da história recente do Brasil são analisados: os finais das décadas de 1960 e 1980, que corresponderam, por um lado, ao início da censura militar a mídia impressa (1968) e à corrida espacial (1969); e, por outro, à primeira eleição direta para Presidente da República após a ditadura. As fontes foram as revistas *Manchete*, *Veja* e *Isto É Senhor*, todas de circulação nacional e, em algum momento, com destaque significativo no mercado. Os editoriais e as cartas dos leitores receberam atenção, porém as imagens de capa receberam foco especial, já que vendem a aparência imediata dos meios, fazendo dialogar diversas linguagens: a escrita, a corporal e a das cores, dentre outras.

Além de pontuar a formulação de estereótipos nas imagens de capa, o trabalho estimula a reflexão sobre o papel dos meios de comunicação para a constituição de uma memória histórica e, ainda, questiona a noção de tempo que as imagens de capa representam, noção essa que tem muito a dizer sobre os séculos da informação e da comunicação.

Na terceira semana de dezembro de 1968, *Manchete*, então a revista de maior circulação do Brasil, traz na capa a fotografia colorida de Veruschka, modelo internacional de grande sucesso. Sobre seu colo nu apenas os longos cabelos, loiros e lisos. A tonalidade dourada toma a fotografia, está nos cabelos, na pele e maquiagem, no batom e na sombra, fazendo ressaltar os olhos verdes, um pouco encobertos pela displicência calculada de alguns fios que caem sobre o rosto.

No canto superior esquerdo, um pequeno retângulo vermelho traz o nome da revista e a imprenta. Ao seu lado, e acima da fotografia da modelo, os títulos da semana: *viagem à lua: os perigos da Apolo-8; entrevista exclusiva de Picasso; como nascer num tubo de ensaio; um negro ameaça a América; Veruschka no cinema*. A capa busca chamar a atenção destacando a foto de uma bela mulher e resumindo a semana, que tem como pauta a viagem lunar, uma entrevista, uma questão científica, a questão racial e o cinema. É sábado, aproxima-se o Natal e o mundo parece continuar em sua normalidade.

Nas bancas, possivelmente ao lado de *Manchete*, uma revista recém-lançada não causaria a mesma impressão, tendo na capa uma fotografia em preto e branco, sem título, sem comentário nem legenda. O nome da revista aparece em grandes tipos vermelhos, coloridos que, diante do silêncio verbal da capa, destaca o nome da revista e ordena ou sugere, em tom imperativo: *Veja*!

No período, o colorido já é amplamente utilizado nas capas de revistas e fotografias de destaque publicadas pela grande imprensa. O preto e branco da imagem em questão, portanto, é uma opção de edição, que, juntamente com a ausência de título, dão idéia do drama que se busca compor. Na imagem, uma fileira de poltronas escuras, iguais e vazias, que têm a sua frente bancas de trabalho. Seguindo a ordem vertical das poltronas, na última visível, um homem sentado, corpo voltado em direção ao observador, braços abertos, apoiados um no encosto da poltrona, o outro na banca à frente.

O homem de terno e gravata escuros, óculos pesados, cabelos grisalhos e expressão séria é o presidente Artur da Costa e Silva. Seguindo a linha de força horizontal da fotografia, novamente teríamos a imagem de Costa e Silva centralizada. Ao seu lado direito, sobre uma banca, um quepe branco e uma manga de paletó com insígnias militares sugerem a presença de mais alguém, no extra-foto. Ao seu lado esquerdo, um vazio microfone no pedestal. Os elementos descritos sugerem, por si só, um plenário. As poltronas perfiladas, as bancas e o microfone. A solidão do homem não

parece apropriada em um espaço que demonstra ser de discussão, assim como sua centralidade na imagem destoa de um espaço democrático. Sua postura à vontade sugere domínio de ambiente; a presença de símbolos militares, o quepe e a manga ao lado rememoram o autoritarismo.

Não ocorreu, porém, o sugerido contraponto com a imagem de *Manchete*, pois a edição de *Veja* foi retirada das bancas pelos militares. O governo sentiu-se no direito de fazê-lo respaldado pelo fato que uma das revistas tentara destacar: a assinatura, pelo presidente, do Ato Institucional nº 5 e o fechamento do Congresso Nacional.

Em 5 de julho de 1989, a revista *Isto É Senhor* traz uma capa azul. Azul plácido na moldura cor de céu, por trás do título da revista, produzido em tipos vazados. A fotografia, uma montagem, é do presidente José Sarney, de terno e gravata escuros, segurando uma folha de papel com a mão esquerda. Porém não o lê, a mão está abaixada, o papel meio escondido; parece mesmo estar de olhos fechados, deitado em uma rede xadrez. O título é uma advertência ao leitor: *silêncio, ele está governando*.

Governar é o que se diz, mas o que aparece é dormir. O sossego é reforçado pelo fundo da imagem, paisagem que mostra dois animais calmamente pastando. Mais uma vez um presidente em situação pouco adequada: não poderia governar de uma rede, e não poderia dormir de terno, com o trabalho na mão.

Há diferenças e aproximações no tratamento dado, nas capas descritas, a dois presidentes da República, em dois momentos distintos. Em 1968, uma revista recém-lançada critica o governo e busca mostrar seu autoritarismo. A mensagem, porém, mal chegada às bancas, será cortada. Em 1989, o primeiro governo civil do período posterior à ditadura é acusado de leniente, e essa sua imagem estará presente nas bancas de revistas, nos cartazes e outdoors da segunda maior revista de interesse geral do país, *Isto É Senhor*. *Veja*, então, é primeiro lugar, por isso já não ousaria tamanho sarcasmo.

Ambos os presidentes são criticados; ambos são representados exercendo indevidamente suas funções. Para a composição da mensagem no espaço de uma capa

de revista foram utilizados, preferencialmente, em ambos os casos, a expressão corporal e o código das cores, bem como o código verbal: em sua presença, em 1989, e em sua ausência, em 1968. No que diz respeito à temática, a maior revista do Brasil, em 1968, optou pela modelo internacional Veruschka, tendo como alternativa a outorgação do AI-5. A memória histórica do período tem entrado em acordo com a capa de *Veja*, porém a revista de sucesso, então, era *Manchete*.

A imprensa de circulação nacional é uma das produtoras privilegiadas do imaginário da nação e dos lugares da memória. É rica em exemplos sobre como a memória histórica é gerada de acordo com interesses do presente; no caso, de acordo com a imagem que calha ao meio de comunicação, no momento. Cabe questionar a geração de memórias históricas efetuadas com as imagens analisadas, nas quais um fato é investido de importância; é associado a palavras e imagens; é recuperado e recriado; lembrado ou esquecido e mesmo saudado com os afetos da nostalgia.

Os últimos anos das décadas de sessenta e oitenta, aqui enfocados, são dois momentos diferentes da história política e da história da imprensa nacional, escolhidos por evidenciarem a relação entre os grupos da imprensa e outros grupos de poder. De início, a pergunta era porque a imprensa faz sucesso. Eram questionados quais motivos levam um público amplo a ser atraído pela informação produzida por poucos meios de comunicação. Unia-se à indagação a constatação de que as imagens assumiam um papel fundamental no processo que investiu tamanho poder na indústria da informação. O início da censura oficial, em 1968, mostrou-se bastante adequado. Os grandes grupos nacionais de comunicação consolidavam-se e precisavam se relacionar com um momento político delicado. Ao mesmo tempo, as narrativas imagéticas já provavam que vieram para ficar, não apenas em sua forma estática mas também em movimento, já que se expandia o número de aparelhos de televisão no país.

Os períodos em questão não são o início ou o fim do fenômeno da construção do olhar contemporâneo. Subjacentes às questões políticas, esta imprensa conta com a

existência de um público educado para suas imagens, e de quebra para suas propostas formais de mensagens, para seu entendimento de tempo. Esse olhar, idealizado pelas revistas, é levado em conta por elas como se fosse um sujeito da história, representativo e mediador de instituições fundamentais, como a política e os meios de comunicação.

No conjunto das revistas analisadas, as imagens de capa são as que via de regra explicitam as premissas do sucesso – e do poder – da mídia. É o momento em que mais distância existe do jornalismo e mais proximidade da publicidade. Colocadas em conjunto, fazem falar sentidos, apresentam padrões de confecção.

Há diferenças relevantes nas composições do grupo de *Manchete* e do grupo de *Veja*, e há autênticos contrastes no tratamento das questões, como vimos acima em duas capas que buscaram simbolizar a mesma semana. A comparação gerará ora contradições, ora aproximações, no que diz respeito ao destaque das questões da semana. No entanto, alguns elementos fundamentais da composição do discurso, alguns códigos utilizados para a composição da imagem de capa, como expressões corporais e significados associados a cores, permanecem os mesmos, e esse léxico comum é um incômodo neste trabalho. Indaga-se de que matéria é constituído o comum, como é reiterado aquilo que é interseção para diferentes leituras, que gera a possibilidade da comunicação.

Elementos comuns ao olhar são utilizados para que a mensagem faça sucesso de forma ampla, para que a mensagem seja *comun*icativa. O calor das temáticas não impede que seja significativo analisar esses códigos, que trazem características importantes da educação do olhar.

As capas compõem a imagem do próprio meio de comunicação, no caso as revistas, da mesma forma que ocorre com uma primeira página de jornal, com o símbolo de uma emissora de televisão ou de uma marca comercial conhecida. Não é sem razão que os tipos com os quais se escreve *Manchete*, *Folha de S.Paulo* ou *Seleções* podem ser reconhecidos e apenas são alterados com base em detalhados estudos. É de

imagem que se trata, de aparência, de como muito se comunica com uma imagem rápida, aproveitando uma tradição de entendimento através de códigos altamente inteligíveis.

As imagens acima exemplificadas foram dispostas em meio a uma miríade de outras imagens características da urbanidade. A aposta em uma relação tão rápida revela-nos um certo grau de disponibilidade de refletir, de comunicar, de ver o outro, de mudar. Esse é o ponto central deste trabalho: a disposição de tempo utilizada e reiterada por imagens em fragmentos, fragmentos sedutores de olhares fugazes.

Imagens produzidas para um olhar que pouco se fixa não são utilizadas apenas em movimento, podem ser estáticas, como no caso dos outdoors e das capas de revistas. Neste caso, esperam que o olhar esteja em movimento, não seja estático. Com isso conclui-se que apenas com um determinado ritmo, com um determinado arranjo do tempo essas imagens se mantêm, e até mesmo reafirmam e reinventam o ritmo, na medida em que são sustentadas por eles.

As imagens compõem esse ritmo através da periodicidade dos meios, dos recursos da tecnologia e dos códigos disponíveis. Porém, faz-se referência, aqui, a um tipo de imagem que dá maior velocidade ao tempo. Não são absolutamente todas as imagens que estão associadas à rapidez, à aceleração do tempo, mas um determinado tipo de imagem, do qual este trabalho trata. A fotografia é um exemplo deste tipo de imagem, produzido para ser lido com maior velocidade.

Para Susan Sontag, “a fotografia está intimamente relacionada com modos descontínuos de ver”; é um tipo de imagem que busca mostrar o todo através da parte, através de um detalhe ou de um corte surpreendente. [ii] Essa característica da fotografia está presente nas imagens analisadas: a descontinuidade, a busca de uma “metonímia imagética”. As capas usam a montagem como artifício de diagramação, o que as remete a uma tradição de artistas gráficos do início do século, os quais, na descrição de Helouise Costa, trabalhavam com a “fragmentação da realidade, a quebra da continuidade do

espaço, a desconstrução do ilusionismo perspéctico, a justaposição de elementos díspares e a simultaneidade." Tal tradição estava presente nas capas da revista *O Cruzeiro*, na década de 50. [iii]

Uma das estratégias de sentido utilizada pela imprensa é o encadeamento cronológico, que gera a necessidade de explicação do mundo no intervalo marcado pelas edições, desde o que é fato, o que é importante e será pauta até a explicação do fato, quais suas causas e possíveis conseqüências. Um ritmo de informação é estabelecido. O mesmo sistema, que constrói símbolos e ratifica códigos com aparência de atuais, constrói uma noção de tempo, projetando ritmos sobre os espaços. [iv]

A proposta é estabelecer uma leitura em outra temporalidade que não a esperada pela revista, fazendo com que os símbolos apareçam em sua historicidade e os códigos se dinamizem, aproximando-os da linguagem. Não se propõe descobrir a verdade das significações ou revelar o caminho correto da leitura, tarefa que se considera improvável, mas sim mostrar que os significados estão em relação com o tempo disposto na leitura.

Trata-se da reiteração da proposta de um olhar educado, efetuada na composição das capas das revistas, para uma certa disposição temporal, que dá sentido às imagens contemporâneas. São fatos que dizem respeito ao imaginário, dizem respeito a como lemos, como aprendemos, como assimilamos informações, cultura, preconceitos. Por vezes, a insistência e a repetição de certos conteúdos contribuirão para que se autentique sua importância; freqüentemente a insistência em certas formas de comunicação, que não costumamos questionar, formas óbvias, naturalizadas – um vermelho associado ao sangue ou à determinada personalidade ou a um padrão de feminilidade – trazem a marca mais patente do conservadorismo, pois mais que comunicar temáticas, comunicam formas de pensar.

As revistas consideram-se guias de entendimento do mundo, arrogam-se o dever de organizar o mundo para seus leitores, ao mesmo tempo propondo ritmos às suas vidas e utilizando a memória histórica. Constituem assim uma história alternativa, história sintetizada, digerida, traduzida em um código absolutamente contemporâneo, o das imagens sintéticas, e em uma temporalidade que trabalha com o que já está estabelecido.

É esperado que uma nova temporalidade, a da análise, aplicada a essas imagens de capas de revistas, gere outros sentidos, recolocando nas mensagens suas filiações de linguagem, ou seja, recolocando o movimento do olhar do leitor, que renova a mensagem com sua leitura, recolocando as possibilidades de quem se faz sujeito da história.

O trabalho chegou ao ponto de perceber a necessidade de refletir sobre as relações entre as formas do discurso e as noções de temporalidade que engendram. Que temporalidades correspondem a que narrativas? Que ações cada disposição de tempo pode ter como expectativa? De que forma o ritmo acelerado conta história? São questões a se pensar.

• Professora de Metodologia da Pesquisa, Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá. Doutora em História.

[i] SILVA, Ana Cristina Teodoro da. *O tempo e as imagens de mídia*: capas de revistas como signos de um olhar contemporâneo. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2003. Uma versão anterior deste texto, intitulada "Imagens e Memória", foi divulgado nos Anais eletrônicos do IX Encontro Regional de História UEPG/ANPUH - CD ROM – ISBN 85-86534-68-4.

[ii] SONTAG, Susan. *Ensaios sobre fotografia*. Tradução de José Afonso Furtado. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986. p. 149.

[iii] COSTA, Helouise. *Aprenda a ver as coisas*. Fotojornalismo e modernidade na revista *O Cruzeiro*. São Paulo, 1992. Dissertação (mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. p. 52.

[iv] BAITELLO Junior, Norval. *O animal que parou os relógios*: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia. São Paulo: Annablume, 1999. p. 80.

Tocantins: representações discursivas

Ana Elisete Motter[1] - UFT

Em função da unidade federativa do Tocantins ter sido instituída recentemente, ainda são raras as pesquisas que têm como problemática central questões referentes ao processo de autonomia da antiga região norte do Estado de Goiás. Foi a partir dessa constatação, que resolvemos investigar - relacionando com o processo de autonomia político administrativa do Estado do Tocantins, ocorrido em 1989 - a forma como os mais variados discursos caracterizam o Tocantins e o que é ser tocantinense, com o objetivo de detectar facetas da construção dessa "nova" identidade regional.

A construção das identidades é um processo complexo, formado através de vários mecanismos[2] e, essas identidades, se constroem por meio de uma vasta gama de discursos que agem e reagem entre si. Esses diversos discursos, utilizando-se das mais variadas linguagens e meios de veiculação, acabam por construir imagens, representações dos sujeitos sociais e os papéis que são atribuídos aos mesmos na sociedade. E, apesar dos processos identitários se fundamentarem nas diferenciações, nos contrastes, os mesmos só adquirem consistência através das eleição de traços por parte dos membros envolvidos em tal processo[3]. Sendo que, esses traços, são evidenciados e veiculados nos mais variados discursos que permeiam uma sociedade.

É importante definirmos a concepção de discurso que embasa nosso trabalho, bem como o nosso entendimento relativo às formas com que esse é autorizado e assume sentido. Entendemos discurso[4] não como uma realidade semântica, mas como uma lógica que atua no interior de uma sociedade e que tenta construir e interpelar sujeitos, sendo que, partimos do pressuposto que só podemos compreender a forma com que esses discursos são autorizados e assumem sentido, quando nos remetemos às condições de produção desse mesmo discurso. Isso, significa evidenciar a formação discursiva que dá sentido aos enunciados que são veiculados pois**:** "O discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade [e sentido] não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção".[5]

Ou seja, são as chamadas formações discursivas – conjunto formado por emissor, receptor e recortes temporais e espaciais a que os analistas de discurso chamam de cronologia e topografia - que, através de suas coerções,[6] dão sentido aos enunciados que compõem a lógica do discurso, principalmente no que consiste aos esforços de construir e interpelar sujeitos. Contudo, não estamos afirmando que os discursos são um mero reflexo dos contextos temporais e regionais e nem que os mesmos estão mecanicamente determinados por eles, pois os discursos não têm como função constituir a representação fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência de certas representações [7] e, essas, só adquirem sentido em dada concretute espacial e temporal: topografia e cronologia.

A importância de se desvendar uma formação discursiva está no fato de, além de se evidenciar a forma como os enunciados produzem sentido, poder-se adentrar em vários meandros de uma determinada sociedade. Isso porque há, na formação discursiva e no próprio discurso, a evidência de práticas sociais de uma determinada comunidade, bem como a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para ser sujeito de determinados enunciados**.**

No nosso trabalho, temos o estado do Tocantins, nas duas últimas décadas, como cenário topográfico e cronológico do mote discursivo que nos propomos a analisar (discurso da imprensa e literário). A cronologia que dá suporte ao discurso por nós analisado é caracterizada pela historiografia e imprensa tocantinense[8] como o coroamento de uma espécie de destino manifesto da antiga região norte de Goiás e, também, da sua população, de ter reconhecida as suas especificidades e peculiaridades em relação ao antigo sul goiano com a demarcação institucionalizada da autonomia política e administrativa do Estado do Tocantins. É comum lermos nos artigos da Imprensa, principalmente naqueles publicados em datas comemorativas da autonomia, a exaltação de acontecimentos que remontam ao século XIX como mecanismo para justificar a autonomia do Estado do Tocantins, ocorrida no final da década de 1980[9]. A idéia perpassada nos enunciados da imprensa é a de que a autonomia do Estado é o ápice de um processo natural e, que desde sempre, as especificidades e peculiaridades do norte estiveram presentes, esperando por uma

demarcação oficial e efetiva das mesmas, ou seja, uma demarcação política e administrativa.

Contudo, essa prática em eleger acontecimentos ocorridos no passado para legitimar um presente não é uma característica única do discurso da imprensa tocantinense emitido no momento da autonomia e consolidação do Estado do Tocantins, pois, como lembra Hobsbawm (2002)[10], novas situações, exigem novas tradições. E, essas, se tornam mais apelativas e com maior poder de persuasão se forem construídas com a utilização de elementos antigos que sempre podem ser encontrados em qualquer sociedade.

No que se refere à topografia, ao local em que o discurso por nós analisado foi veiculado, podemos destacar o fato de que, o mesmo, vem a ser um espaço regional que conseguira a sua autonomia e consolidação política e administrativa, no momento em que os enunciados em análise foram emitidos. É importante salientarmos, que antes da autonomia política e administrativa, a antiga região norte do estado de Goiás é caracterizada pelos mais variados discursos como o protótipo do esquecimento, isolamento e exclusão, local onde o desenvolvimento econômico e social é impedido pelo sul[11] e depois da autonomia, ou seja, no recorte temporal de nossa pesquisa, a região do estado do Tocantins é caracterizada pelo discurso da imprensa[12] como uma porção espacial extremamente rica e privilegiada geograficamente. A região, portanto, passa a ser caracterizada, pelos vários discursos, de uma forma positiva, como uma espécie de eldorado que interliga o norte, o nordeste e centro-oeste brasileiros.

Em relação ao emissor e receptor dos discursos analisados devemos, primeiramente, fazer algumas observações teóricas relativas a nossa percepção desses dois elementos que compõem a formação discursiva que dá sentido aos enunciados em pauta. No concernente ao emissor de enunciados, devemos salientar, que nos baseamos em Foucault (1992), para quem a função de um autor é caracterizar a existência, a circulação e a operatividade de certos discursos numa sociedade". Sendo assim, não estamos procurando o emissor no escritor real, pois o emissor, segundo a teoria em questão, é percebido como alguém que se apropria de um discurso preexistente no interior

de uma certa sociedade, e é o responsável pela sua organização, veiculação e funcionamento. Seguindo essa lógica, a função do autor ou do emissor se consubstancia na classificação e caracterização de um certo modo de ser do discurso.[13]

Por fim, devemos fazer algumas considerações teóricas sobre o receptor da formação discursiva que nos interessa. Concebemos o receptor como um co-enunciador, como um sujeito que fazendo parte das mesmas práticas sociais do emissor, acaba por impor coerções aos enunciados veiculados. Coerções que são aceitas como um tipo de regra, pois todo emissor procura ter seu discurso autorizado e reconhecido e, para isso, respeita uma espécie de ritual social da linguagem implícito, partilhado pelos interlocutores.[14] Partindo dessa concepção, acreditamos que o receptor em potencial dos enunciados por nós analisados é o tocantinense que recém vê a autonomia política e administrativa da sua região, é o sujeito que é alvo da construção e interpelação de uma identidade política nova, o ser tocantinense.

As imagens e representações relativas ao Tocantins e o ser tocantinense, que são veiculadas nos enunciados da imprensa[15], por nós analisados, dão ao novo Estado uma conotação neo-liberal e moderna[16]. O Tocantins é representado nos enunciados em questão como um Estado pioneiro nas privatizações e adaptações ao mundo globalizado.[17] Esse discurso, não questiona, em hipótese alguma, a extrema concentração de riquezas na estrutura econômica do Estado, exaltando, somente, a implantação de programas assistencialistas por parte do poder estatal. Programas esses que, na lógica discursiva em questão, são capazes de amenizar a situação desfavorecida das massas populares.

Outro símbolo eleito pelo discurso por nós analisado, para dar consistência à identidade concernente ao Tocantins e construir um sujeito tocantinense orgulhoso de seu torrão natal é o fator relativo às riquezas naturais da terra. As questões relativas ao turismo e ao ecossistema são veementemente ressaltadas como forma de dar ao Tocantins uma singularidade dentro do cenário nacional. [18]

Outra categoria eleita pelo discurso em questão é relativa à vocação do Tocantins para a pecuária. Sendo um Estado que tem nessa atividade um dos seus principais pilares

econômicos, o discurso relativo ao Tocantins emitido pela imprensa não se cansa de ressaltar a vocação pecuarista tocantinense. Esse discurso, caracterizando o Tocantins como sendo um estado eminentemente agropecuário, interpela a comunidade para a idéia de que o mesmo só possa atingir os parâmetros de desenvolvimento econômico, através da criação de uma melhor infra-estrutura que viabilize, de forma mais efetiva, o desenvolvimento da agricultura e, principalmente, da pecuária, atividades "símbolo" das potencialidades econômicas do novo Estado.[19]

Outra categoria identitária relativa ao Tocantins, demarcada pelo discurso analisado, é a que dá ao novo Estado o caráter de ter sua gênese ligada à figura de um líder, o político Siqueira Campos. [20] Porém, esse mesmo discurso, apesar de atrelar a existência do Tocantins à vontade individual de um político, glorifica seu povo o caracterizando com atributos extremamente positivos. Dentre esses atributos, destaca-se o que dá ao mesmo um caráter de força e coragem. Destemido, o povo tocantinense é representado no discurso da imprensa escrita com uma determinação invejável, determinação essa, que foi capaz de garantir o sucesso da epopéica luta separatista e da consolidação de um Estado que cresce rumo à grandiosidade.[21]

Diante do exposto, percebemos que o Tocantins e o "ser tocantinense" são visualizados e ditos no discurso da imprensa escrita com atributos extremamente positivos o que lhes imprime orgulho, satisfação e os particulariza e individualiza no todo nacional.

As imagens e idéias que são perpassadas no discurso analisado são destacadas para preencher a imagem do "novo" Estado da federação, impondo-se como "verdades" pela repetição e regularidade com que são veiculadas. Entendemos, também, que esse discurso procura homogeneizar a situação do Tocantins, ou seja, o mesmo nega toda e qualquer diferença interna desse espaço que constitui o Estado. Além de negar qualquer diferenciação espacial, o mesmo nega as diferenças no que tange às possibilidades e oportunidades para os variados segmentos sociais que convivem e interagem nesse "novo" espaço social. Não importa as diferenças de classe, de gênero, de etnia, procura-se imprimir, através do discurso analisado, uma unidade que representa todos como

pertencendo a grande família tocantinense que, após a autonomia política e administrativa do Tocantins, legitimou as suas históricas peculiaridades e singularidades no todo nacional.

No que consiste à análise do discurso literário[22] relativo ao Tocantins e o ser tocantinense, optamos por selecionar a obra de José Liberato Costa Povoa.[23] Nesse discurso, o Tocantins e o ser tocantinense são retratados em seus enunciados com atributos bucólicos e pitorescos. O sertão, na obra de Póvoa é o verdadeiro Tocantins, local onde as pessoas têm uma vida calma, brejeira e inocente.

Nos enredos de suas crônicas e contos, o emissor cria tramas que revelam a paciência, a ingenuidade e situações inusitadas ocorridas no sertão.No discurso veiculado pelo autor, percebemos que, além de situações pitorescas, as relações entre os personagens que vivem no sertão, verdadeiro Tocantins, revelam e caracterizam o sertanejo como sendo, nas próprias palavras do autor, um sujeito social crédulo, afeito à crendices, subserviente e humilde.

O emissor faz questão de ressaltar as peculiaridades e singularidades do Tocantins sublinhando, em suas crônicas e contos, o linguajar típico do sertanejo, assim como a culinária local.

Em toda a obra analisada, há a veiculação de um sentimento saudosista e melancólico em relação às características da terra que estão sendo perdidas em função da "modernidade". A obra do autor, está repleta de situações onde há uma dicotomia entre sertão e cidade. O sertão, nesta dicotomia, representa a pureza, a ingenuidade, o lugar ideal de se viver, enquanto a cidade, a pretensa civilização, representa a perda das raízes da terra, a violência e a vida atribulada

No discurso literário de Costa Póvoa, as elites da região são representadas como extremamente poderosas, vivendo acima da lei, agindo conforme os seus interesses, sem limitações. Em uma passagem do romance Mandinga, o emissor assim se refere a Zé Júlio, personagem filho de um grande fazendeiro da região do Duro, que rouba a esposa de um vaqueiro e depois a abandona:" (...) no sertão, filho de rico faz o que quer: bebe, afronta, assoberba e faz até besta dos outros". [24] Seguindo essa mesma lógica o emissor afirma que

no sertão, as leis são feitas pelos mais fortes, ou seja, pelos privilegiados: "no sertão, onde a lei do mais forte prevalece, a lei de talião costuma ser aplicada"[25] A sociedade tocantinense é caracterizada por Póvoa como uma sociedade extremamente tradicional, sendo que a atividade econômica mais desenvolvida é a pecuária, extensionista e latifundiária. O comércio também é retratado como sendo uma atividade importante nessa sociedade e muitos membros da elite das vilas e cidadelas retratadas nas crônicas e contos do autor são comerciantes.

Contudo, é esse sertão, lugar sem lei, onde prevalece o mais forte que o emissor enaltece em seu discurso como sendo o melhor lugar de se viver, é o verdadeiro Tocantins, onde o homem desse local, o sertanejo, apesar de simples, tem sabedoria sem jamais ter aberto um livro.

---

[1] Professora do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína.

[2] Conforme as obras: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, *Identidade e Etnia.* Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986; NAVARRO, Raul Bejar y CAPPELO, Hector Manuel (Org.). *Bases teóricas y metodológicas em el estúdio de la identidad y el caráter nacionales*. México. UNAM, 1990; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social.* São Paulo: Livraria Pioneira, 1976 e THOMPSON E. P. *Costumbres em Comum.* Barcelona: Crítica, 1995.

[3] Ver sobre o tema: BARTH, Frederik. *Los Grupos étnicos e sus fronteras.* México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

3 Ver sobre: MAINGUENAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso.* Campinas: Pontes Editores, 1989; ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso e Leitura***.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996. e PINTO, Céli. "*Com a Palavra o Sr. Presidente José Sarney"* ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989.

[5] Orlandi, 1996, Op. cit. p.55.

[6] Sobre as coerções impostas ao emissor, ao formular enunciados ver: MAINGUENAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso.* Campinas: Pontes Editores, 1989.

[7] Orlandi, 1996, Op. cit.

[8] Ver: MOTTER, Ana Elisete. *A construção da Identidade Regional Tocantinense* (1989-2000) In: Fontes Revista do Centro de Pesquisa Histórico Cultural do Tocantins. Palmas: Fundação Universidade do Tocantins, 2002, p. 67-79 e RIBEIRO, Fabrízio de Almeida. *A invenção do Tocantins:* memória, história e representação Goiânia: UFG, 2001, Dissertação de Mestrado.

[9] Ver: MOTTER, 2002, Op. cit.

[10] HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

[11] Ver: MOTTER, 2002, Op. cit.

[12] Ver: MOTTER, 2002, Op. cit.

[13] Ver: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Editora Veja, 1992.

[14] MAINGUENAU, Dominique, 1989, Op. cit.

---

[15] A pesquisa empírica, relativa aos periódicos da imprensa escrita, teve a colaboração do aluno do Curso de História, da então Fundação Universidade do Tocantins- UNITINS, Jarbas da Silva Mendonça, que foi contemplado com bolsa de Iniciação Científica, em 2000-2001.

[16] Os periódicos analisados em nossa pesquisa foram aqueles que têm circulação em todo o Estado.

[17] A título de exemplo, ver: Jornal do Tocantins, Palmas, 05/07/1997 e 10/06/1998.

[18] Para exemplificar ver: Jornal do Tocantins, Palmas, 03/05/2000.

[19] Ver: Jornal do Tocantins, Palmas, 05/08/1998.

[20]Jornal do Tocantins, Palmas, 07/10/1997, Jornal Documento, Palmas, 18/03/1998 e Folha Popular, Palmas,05/10/2000,

[21] Jornal do Tocantins, Palmas, 05-06/01/1996 e 07/-07/10/1997.

[22] A análise das categorias identitárias tocantinenses, eleitas pelo discurso literário de José Liberato Costa Póvoa , teve a colaboração da aluna do Curso de História, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, Lucialine Duarte Silva, que fora contemplada com bolsa de Iniciação Científica, no período de 2003-2004.

[23] É importante salientarmos que a seleção dessa obra deve-se ao fato do autor em questão ser tocantinense, retratar a sociedade tocantinense em seus livros e de ter publicado, a maior parte dos mesmos, no marco temporal demarcado por nossa pesquisa. Dentre as obras analisadas destacamos: PÓVOA, José Liberato Costa, *Um caso Puxa o Outro,* Goiânia: Kelps, 2001*;* _____, *Conversa de Compadres.*Goiânia: Kelps, 2001; _____*Mandinga,* Goiânia: Editora Tocantins, 1998.

[24] Povoa, 1998, Op. cit., p.78.

[25] Póvoa, 1998,Op. cit. p.67.

Tráfico ilegal de escravos, 1830-1860:
o redirecionamento dos embarques na costa Centro-Ocidental africana.

Ana Flávia Cicchelli Pires

Esta comunicação tem por objetivo analisar o período da ilegalidade do comércio de escravos para o Brasil através do Atlântico, ressaltando uma característica em especial, que diz respeito ao redirecionamento dos embarques na costa Centro-Ocidental africana. Através desta análise poderemos perceber a flexibilidade do tráfico ilegal, em função da necessidade de estar sempre adotando novas estratégias para contrabalançar a intervenção britânica e as leis que foram sendo acordadas visando seu fim. Porém, antes de iniciarmos propriamente esta discussão, traçarei um breve panorama sobre o processo abolicionista brasileiro no tocante a este comércio.[1]

Iniciando-se no último quartel do século XVIII, a campanha pela abolição do tráfico de escravos através do Atlântico prolongou-se ao longo do século XIX, alegando para a causa defendida elementos de ordem moral, política, econômica, religiosa, filosófica etc. A Inglaterra aboliu o comércio escravista em 1807,[2] abrindo mão de uma atividade na qual, até então, tinha substancial participação. A partir daí, passou a ser grande o seu empenho em fazer com que os outros países adotassem a mesma medida, especialmente Portugal, Espanha e suas colônias – Brasil e Cuba, respectivamente.

No que diz respeito ao Brasil, a pressão inglesa para abolição do comércio de africanos remonta à vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Em 19 de fevereiro de 1810 foi assinado o Tratado de Aliança e Amizade entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Esse é apenas o primeiro ato formal a partir do qual uma série de tratados internacionais entre Inglaterra e Portugal – e, após a independência, com o Brasil – é assinada, com objetivo de pôr fim ao tráfico de escravos. Entre outras determinações ficou decidido que o Príncipe Regente – estando convencido da injustiça deste

comércio e resolvendo cooperar com Sua Majestade Britânica – adotaria os meios mais eficazes para conseguir uma abolição gradual do tráfico atlântico em seus domínios, sendo que, a partir de então, só seria permitido comerciar com os territórios africanos que lhe pertencessem. O que ficava estipulado nesse artigo não afetava os direitos de Portugal sobre os territórios de Cabinda e Molembo[3], nem limitava ou restringia o comércio em Ajudá e em outros portos da África com ocupação portuguesa. O tratado permitiu também uma redução nos direitos alfandegários sobre os produtos manufaturados ingleses que passaram a pagar uma taxa de 15%, em substituição aos 24% anteriormente estabelecidos.[4]

Cinco anos mais tarde, em 22 de janeiro de 1815, durante o Congresso de Viena, foi assinado outro tratado entre Portugal e Inglaterra, proibindo aos vassalos da Coroa de Portugal comprar ou traficar escravos em qualquer lugar da Costa da África ao norte do Equador.[5] Para a regulamentação dos pontos fixados em 1815 foi assinada a Convenção Adicional de 28 de julho de 1817, que estipulou cláusulas para impedir qualquer comércio ilícito de escravos, tendo como itens principais: o direito mútuo de visita aos navios mercantes das partes contratantes (Portugal e Inglaterra), sempre que houvesse suspeita de tráfico ilícito; e o apresamento de embarcações, se a seu bordo fossem encontrados escravos embarcados irregularmente na África. Tais casos seriam encaminhados aos tribunais estabelecidos para este efeito, as Comissões Mistas, encarregadas de julgar com agilidade os apresamentos e determinar a indenização por perdas sofridas, em caso de detenção injusta e arbitrária.[6]

Anexo à Convenção Adicional encontramos o regulamento para as Comissões Mistas que seriam estabelecidas na Costa da África (Serra Leoa), no Brasil (Rio de Janeiro) e na Inglaterra (Londres). As comissões anglo-portuguesas eram destinadas a julgar, sem apelação, sobre a legalidade da detenção dos navios empregados no tráfico de escravos. Cada uma das comissões era composta por um comissário juiz, um comissário árbitro e um secretário ou oficial de registro, nomeados pelo soberano do país onde residia a comissão. No caso do navio ser condenado por viagem ilícita, o casco e a carga – à exceção dos escravos – seriam considerados

“boa presa”, sendo vendidos em leilão público, em benefício dos dois governos. Quanto aos escravos encontrados nas embarcações apreendidas ficou determinado que receberiam uma carta de alforria e seriam consignados ao governo do país onde estivesse instalada a comissão que dera a sentença, para prestarem serviço como trabalhadores livres.[7]

Em 26 de janeiro de 1818 foi promulgado outro alvará, com força de lei, para a execução e punição dos transgressores que continuassem a traficar, dando as convenientes providências a respeito do destino da “carga humana”. Os navios empregados no tráfico seriam confiscados com todos os aparelhos e pertences, juntamente com a carga. Aos oficiais dos navios seria imputada uma pena de degredo por cinco anos em Moçambique, além do pagamento de multa. Ficou determinado que os africanos encontrados a bordo seriam entregues ao Juízo da Ouvidoria da comarca para aí servirem, como libertos, por tempo de quatorze anos, em algum serviço público ou “alugados em praça a particulares de estabelecimento e probidade conhecida”. Os responsáveis deveriam alimentá-los, vesti-los, doutriná-los e ensinar-lhes o ofício ou trabalho que se convencionasse, pelo tempo que fosse estipulado. Além disso, seria nomeado um curador, também pessoa de conhecida probidade, que teria por ofício “requerer tudo o que for a bem dos libertos” e fiscalizar os possíveis abusos.[8]

Após a independência do Brasil, em 1822, os ingleses tentaram novo entendimento, agora com o nascente Império. As conversações prosseguiram até 1825 envolvendo, por um lado, o reconhecimento da independência por parte da Coroa Britânica e, por outro, garantias seguras da abolição do tráfico por parte do Brasil.[9] A 23 de novembro de 1826 foi ajustada uma convenção entre as duas nações, com a finalidade de “por termo ao comércio de escravatura da Costa da África”, quando os tratados anglo-portugueses de 1815 e 1817 foram renovados e adotados. De acordo com o novo tratado, num prazo de três anos após sua ratificação – esta aconteceu dia 13 de março de 1827 –, não seria mais lícito ao Império do Brasil comerciar escravos na Costa da África, equiparando sua prática à de pirataria.[10]

Apesar dessas medidas, que vieram sendo estipuladas gradativamente desde 1810, o tráfico atlântico continuou em atividade. A partir de 1826 assistimos a um aumento brutal na entrada de africanos no Brasil, atingindo uma cifra superior aos períodos anteriores, como resposta à iminência do seu fim.[11] Muitos fazendeiros contraíram dívidas com os traficantes, ficando depois sem condições de saldá-las.[12] Mesmo após 13 de março de 1830, os traficantes continuaram em ação através de um sistema de contrabando, com a conivência do governo e das autoridades brasileiras, cabendo à Inglaterra vigiar, reprimir e exigir o cumprimento dos tratados e convenções firmados.[13] Do total de africanos trazidos para o Brasil em 300 anos de tráfico atlântico, aproximadamente 20% chegou entre 1831 e 1855. Tal percentagem demonstra quanto o tráfico ilegal foi importante, principalmente se comparado ao período total de tráfico atlântico para o Brasil.[14]

A política de intervenção direta dos governos no comércio de escravos teve um importante impacto no modo como ele passou a ser realizado, principalmente após a sua proibição total. De acordo com Herbert Klein,

> "Em muitos aspectos, o comércio pré-1830 seguiu os moldes do comércio do século XVIII no que toca ao armamento, transporte de escravos e organização comercial. Mas a era pós-1830 iria registrar novos desenvolvimentos em todos os aspectos do comércio, da compra inicial dos escravos na costa africana ao financiamento das viagens, e à venda final dos escravos. Todas estas novas estratégias foram concebidas para contornar a intervenção militar directa dos Britânicos e / ou a necessidade de subornar funcionários americanos para poderem desembarcar os escravos nas Américas."[15]

Entre as mudanças operadas no comércio escravista em função de sua passagem para a esfera da ilegalidade temos: aumento da importância de se ter representantes permanentes na Costa da África, a partir da necessidade de redução do tempo em que uma embarcação aí deveria permanecer até completar a sua carga; no lugar dos navios negreiros, recorreu-se cada vez mais aos navios de carga, utilizados no transporte direto de mercadorias da América, Europa e Ásia para a África, onde seriam trocadas por escravos; desenvolvimento de novas formas de financiamento do negócio, com a formação de sociedades ou empresas interessadas em custear as despesas de muitos navios e expedições com certo grau de estabilidade, dispersando os

riscos e reunindo o capital necessário para a manutenção de uma presença constante em África.[16] As mudanças não param por aí.

O comércio atlântico retirou escravos de diferentes regiões da África, muitas das quais distantes dos portos de embarque. No que diz respeito ao século XIX, as regiões do Congo e de Angola mantiveram "a posição de maiores produtores de escravos, posição que detinham desde sempre, na história do comércio de escravos".[17] Ao mesmo tempo, assistimos à diminuição do fornecimento oriundo da África Ocidental – algumas zonas tradicionais desta região desapareceram do comércio – e o ingresso de diversas regiões da África Oriental.[18] Apesar da permanência da África Centro-Ocidental como grande fornecedora de escravos, não podemos deixar de destacar que algumas modificações importantes foram produzidas nesta zona de abastecimento.

A ilegalidade deu características novas ao padrão das negociações, especialmente em Angola. Entre as diversas transformações podemos ressaltar o fato de que Luanda, o grande porto do tráfico legal, foi perdendo expressão como porto de embarque durante o tráfico ilegal.[19] Os traficantes passaram a embarcar seus escravos não mais em Luanda, mas em barracões fora da cidade, principalmente em regiões que não estavam sob jurisdição portuguesa. Dessa maneira, as regiões ao norte de Angola, como Ambriz, Cabinda e Rio Zaire, passaram a figurar como principais centros de exportação de escravos nos anos de 1840.[20]

De acordo com Susan J. Herlin, as mudanças no comércio internacional de escravos foi responsável pelas mudanças implementadas nas regiões da África. Com a vinda da corte portuguesa e dos negociantes aliados para o Rio de Janeiro, em 1808, estes logo passaram a dominar o contínuo comércio legal de escravos com Angola – apoiados pelo capital britânico. Percebe-se aí um forte protecionismo da Coroa em relação aos comerciantes portugueses. Essa mudança nos acontecimentos empurrou os negociantes brasileiros e crioulos angolanos para fora de Luanda, em direção aos portos africanos independentes, ao norte de Angola, onde eles reorganizaram o sistema do comércio escravista e o dominaram até o seu fim. O sistema

presente no século XVIII – baseado nos portos de Loango e Luanda – foi transformado, através da emergência de novos centros em Cabinda e Ambriz[21]. Após 1830, e especialmente nos anos de 1840, os esforços antiescravistas britânicos estimularam os negociantes a novamente multiplicar os pontos de embarque, visando o contrabando de escravos para as plantações do Brasil e Cuba.[22]

Como podemos perceber, o tráfico já havia sido deslocado para o norte de Angola entre 1810 e 1830 – devido à inexistência de direitos de importação e exportação e fugindo dos credores da cidade de Luanda. Estes primeiros deslocamentos pela costa de Angola explicam parte da capacidade de resistência do tráfico ilegal entre 1830 e 1860. Quando a ilegalidade chegou, em 1830, os traficantes já tinham os meios para burlá-la, uma vez que já conheciam as rotas do norte de Angola.[23]

O porto de Ambriz foi o principal centro de comércio a substituir Luanda. Localizado ao norte desta, Ambriz estava fora da área da autoridade portuguesa e, portanto, exerceu certo fascínio sobre os negociantes que estavam evitando tanto as tarifas alfandegárias portuguesas quanto as restrições ao comércio. Imediatamente ao norte de Ambriz existia um outro centro escravista denominado Ambrizete, também independente da autoridade portuguesa, porém este não foi tão importante quanto Ambriz ou a foz do Rio Congo.[24]

Também merece destaque uma região localizada ao norte do Rio Congo. Cabinda parece ter servido como o maior ponto de aterrissagem para mercadorias vindas do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. Depois de descarregar as mercadorias em Cabinda, os negociantes as direcionavam – por barco ou por terra – para a Ponta da Lenha, onde seriam utilizadas para adquirir escravos. Além de prover suas feitorias na Ponta da Lenha, estes agentes também administravam o comércio nos barracões localizados entre o Cabo Lopez e Cabinda. Devido à pressão dos cruzadores britânicos nesta região, os escravos nem sempre podiam ser embarcados por aí. Procuravam então os escravistas embarcá-los por portos ao norte de Cabinda, como era o caso de Malemba, Pointe Noire e Mayoumba – os escravos eram

direcionados para esses barracões em lanchas, sendo realizado este transporte preferencialmente à noite.[25]

Embora a região ao norte de Angola tenha se tornado de vital importância para a continuação do tráfico de almas através do Atlântico, não podemos deixar de ressaltar a participação da região ao sul de Angola neste processo, também em áreas fora do domínio português. De acordo com Roquinaldo Amaral, pouco a pouco, passou-se também a buscar pontos mais ao sul para o embarque de escravos, como Benguela Velha e a Ponta dos Tigres – aí já nos anos quarenta.[26] Imediatamente ao sul de Luanda existiam barracões espalhados pela Ponta das Palmeirinhas, Muxima, foz do Rio Cuanza, Cabo de São Braz, Benguela Velha e Novo Redondo. Outros barracões ao sul de Angola existiam também no "Egito, Catumbela, Quicombo, Lobito, Ponta das Salinas, Moçamedes e Baía dos Tigres".[27]

A partir do que foi exposto podemos perceber que o tráfico ilegal de escravos foi continuamente adotando novas estratégias – como as mudanças operadas no emprego das embarcações, a reorganização do sistema de financiamento, o deslocamento geográfico dos embarques ao longo da costa, etc –, o que lhe permitiu contrabalançar a intervenção britânica. Essa necessidade de estar sempre se refazendo / reorganizando nos faz perceber o quanto, dentro de certos limites, o comércio ilegal de escravos era flexível. Apesar desta flexibilidade, o contrabando de africanos constituiu-se enquanto um negócio lucrativo e capaz de mobilizar importantes interesses, desenvolvendo uma lógica de funcionamento e organização.

---

[1] Este trabalho traduz parte da pesquisa desenvolvida em função do mestrado atualmente em curso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. O projeto tem contado com o financiamento da Capes.
[2] Tal medida passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1808.
[3] Os direitos sobre os territórios de Cabinda e Molembo haviam sido disputados pelo Governo da França.

[4] "Tratado de Amizade e Aliança entre o Príncipe Regente de Portugal e El-Rey do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assinado em 19 de fevereiro de 1810", *Collecção das Leis do Império do Brasil, 1810*. BN.
[5]"Tratado de 22 de Janeiro de 1815", *Collecção das Leis do Império do Brasil, 1815*. BN.
[6] "Convenção Adicional de 28 de julho de 1817", *Collecção das Leis do Império do Brasil, 1817.* BN.
[7] "Anexo nº 3: Regulamento para as Comissões Mistas que devem residir na Costa da África, no Brasil, e em Londres", *Collecção das Leis do Império do Brasil, 1817.* BN.
[8] "Alvará com força de lei de 26 de janeiro de 1818", *Collecção das Leis do Império do Brasil, 1818*. BN.
[9] Leslie Bethell, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da USP, 1976.
[10] "Convenção de 23 de novembro de 1826", *Collecção das Leis do Império do Brasil, 1826*. BN.
[11] Vale ressaltar que o comércio escravista sofreu um forte abalo nos primeiros anos da década de 1830, sendo que a partir de 1835 assistimos a sua recuperação. David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade.* New York: Oxford University Press, 1987, pp.243-4.
[12] Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.47.
[13] Após esta data ainda serão promulgadas duas leis com o objetivo de pôr fim ao tráfico de escravos: Lei de 7 de novembro de 1831 e Lei de 4 de setembro de 1850.
[14] David Eltis, O*p.cit.*, pp.243-4.
[15] Herbert Klein, "O fim do comércio de escravos". In: *O comércio atlântico de escravos: quatro séculos de comércio esclavagista.* Lisboa: Editora Replicação, 2002, pp.191-2.
[16] Herbert Klein, *Idem*, pp.191-200.
[17] Herbert Klein, *Idem*, p.195. De acordo com Paul Lovejoy: "De 1600 a 1800, mais de 3,1 milhões de escravos foram embarcados somente a partir desta região [África Centro-Ocidental], o que representava cerca de um terço de todos os escravos exportados da África nesses dois séculos, incluindo o comércio transatlântico e o comércio islâmico estabelecido. A porção do comércio do Atlântico que pode ser atribuída à África Centro-Ocidental é correspondentemente maior do que um terço. No apogeu do comércio no século XVIII, essa região era a maior exportadora isolada, exceto nas três primeiras décadas, quando era a segunda maior fonte. Nas últimas décadas do século, os anos de apogeu do comércio transatlântico, a África Centro-Ocidental contribuiu com mais de um terço, subindo para mais de 40 por cento do comércio desde a década de 1770 até a de 1790". LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.98.
[18] Herbert Klein, *Op. cit.*, pp.195-6.
[19] Reservou-se para a cidade de Luanda o papel estratégico, embora limitado, de importante depósito e entreposto de escravos. Roquinaldo Amaral Ferreira. "Brasil e Angola no Tráfico Ilegal de Escravos, 1830-1860". In: Selma Pantoja e Flávio S. Saraiva (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1999, pp.146-7. Ver ainda o seguinte trabalho do autor: *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860.* Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
[20] Mary Karasch, *The Brazilian Slavers and the illegal slave trade, 1836-1851.* Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin, 1967. Segundo Roquinaldo Amaral, "Até os anos quarenta, era comum que fossem mantidos nos quintais dos casarões dos traficantes de escravos que habitavam em Luanda até 300 ou 400 escravos. Dali os escravos eram encaminhados, para os embarques ilegais, a vários pontos da costa de Angola, em regiões como Ambriz e Ambrizete. Milhares de cativos afluíam anualmente a Luanda nas caravanas chegadas dos sertões e só depois eram levados para os pontos de embarques ilegais. Este foi um padrão do tráfico de escravos particular do período ilegal. É preciso dizer que, ao mesmo tempo que existiam caravanas levando escravos para Luanda, várias outras rotas levavam escravos diretamente para os portos de embarque ao norte e sul de Angola". Roquinaldo A. Ferreira, "Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)". In: *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), p.10-1.
[21] Vale ressaltar que Loango, Cabinda e Ambriz "era uma zona tradicional de recrutamento para os negreiros franceses, britânicos e portugueses, e continuaram a servir os mercados americanos no século XIX". Herbert Klein, *Op. cit*., p.195.
[22] Susan J. Herlin, "Brazil and the commercialization of Kongo, 1840-1870". In: Paul Lovejoy e José Curto. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery.* New York: Humanity Books, 2004. Sobre a dispersão do tráfico de escravos na região Centro-Ocidental africana, além dos trabalhos já citados de Roquinaldo Ferreira, Mary Karasch e Susan Herlin, ver: Phyllis Martin, *The external trade of Loango Coast, 1576-1870.* Oxford: Clarendon Press, 1972.
[23] Roquinaldo Ferreira, *Brasil e Angola no tráfico ilegal..., Op.cit.,* pp.147-8. Ver também, do mesmo autor, *Dos sertões ao atlântico*. *Op. cit*.
[24] Mary Karasch, *The Brazilian slavers..., Op.cit.,* pp.48-50.
[25] Mary Karasch, *Idem*, p.51.
[26] Roquinaldo Amaral, *Brasil e Angola no tráfico ilegal..., Op.cit.,* p.149.
[27] Mary Karasch, *The Brazilian slavers..., Op.cit.,* pp.52-3.

O Pulsar Dionisíaco na Procissão do Fogaréu
Cidade de Goiás

Ana Guiomar Rêgo Souza* - UFG/PPG-UNB

Na Quarta-feira Santa de 2003, o jornal *O Popular* dedica reportagem à Procissão do Fogaréu exibindo, em página inteira, o fascínio algo perverso dos farricocos – outrora, homens encapuzados, vestindo hábito escuro, que acompanhavam as procissões de penitência. Paradoxalmente, no entanto, os farricocos da Cidade de Goiás resplandecem nas cores do agreste. Estranhos caminhos que faz daquele tempo este tempo e transforma o mesmo em outro. Na mesma matéria a escritora goiana Augusta Faro sintetiza a experiência do Fogaréu: *a procissão oferece para cada pessoa no mínimo duas visões. Uma pessoal, intransferível, conforme sua história e identidade e outra que expressa a pungente angústia moradora em toda humanidade.* [1]

Duas visões que estão presentes, de certa forma, na tessitura deste artigo. Primeiro, a descrição da procissão como resultado de uma experiência de encontro, com o sujeito se aproximando do fenômeno, interpelando e se deixando interpelar. Experiência da qual emergiu sentimentos de devoção que eu imaginava perdidos, coexistindo com o esforço de objetivação necessário à pesquisa. Depois, a força expressiva do Fogaréu provocando a memória com sensações e imagens ligadas ao dionisíaco, traduzidas em palavras como tensão, caos, energia, exaltação, violência etc. Um imaginário sensual e estético que, remetendo ao universo mitológico da tragédia, coloca questões sobre o presente no confronto com o passado. O repertório mítico estabelecendo, como bem aponta Thereza Negrão, uma situação de diálogo entre *a complexidade do real que nos circula, as representações que dele fazemos, e os enunciados que formulamos em nosso diálogo com o mundo*[2]. A saga de Dioniso se encontrando com a Procissão do Fogaréu, na medida em que ambas se revelam fundadas no mito da Paixão e inter-relacionam em configurações de caráter teatral os planos político, social e religioso. A instituição sacrificial abrindo as portas

para os mistérios do “ser” e do “não ser”, *nó górdio mitológico* para o qual convergem e se associam o mito do renascimento e o da sobrevivência do duplo. [3] Percorrer o fio mitológico que perpassa os diferentes cenários constitutivos das culturas ocidentais significa, portanto, explorar regiões do espírito onde se forjam as significações que ordenam e dão sentido à trajetória humana. Significa, por outro lado, buscar a compreensão do mundo a partir de uma via alternativa capaz de ampliar e inter-relacionar o que foi reduzido e fragmentado por uma racionalidade excludente. [4]

Chamar, pois, Dioniso para a reflexão não é um anacronismo ou um mero exercício intelectual, mas um mergulho nas águas profundas do espírito humano de onde emerge, como afirma Nietzsche [5], um impulso vital nascido da abundância, um dizer sim sem reservas para o riso, para a dor, para o estranhamento, para os transbordamentos. Por um lado, o deus sofredor dos mistérios, perseguido, morto, dilacerado; por outro, o renascimento, a exaltação da vida, a liberação dos impulsos. Personalidade complexa, Dioniso é o deus da transmutação e do mimetismo, subvertendo, no êxtase, as fronteiras entre o sagrado e o profano. Manifesta, ainda, um poder subversivo, noturno, feminino que se complementa com a força diurna, ordenadora, masculina de Apolo. [6]

Se a tragédia consagra o dionisismo na cultura oficial do ocidente, será especialmente nas festas populares que o “demônio” dionisíaco da metamorfose e da inversão, vai se configurar como resistência à hegemonia. Revelando um frescor e um vigor inusitados, o princípio da loucura, da folia e do riso popular percorrerá os tempos, se apropriando de conteúdos e de espaços instituídos pela oficialidade, sendo, de igual forma, apropriado por esta. A Igreja Medieval não só re-significa o mito dionisíaco da morte e renascimento no “Projeto Divino da Salvação”, como incorpora no seu calendário litúrgico muitas das festas “pagãs”, adaptando-as às necessidades do Cristianismo. As celebrações se multiplicam como forma de relembrar e reafirmar o pacto do homem com Cristo e com sua Igreja, configurando uma visão de mundo festiva, carnavalesca, dionisíaca em essência. O princípio do riso libertando do dogmatismo eclesiástico, criando, conforme Bakhtin, *uma*

segunda vida que possibilitaria ao povo penetrar *temporariamente no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância*. [7]

A Semana Santa, com todo o seu aparato de ritual fúnebre, aparece como festividade avessa ao espírito carnavalesco. Entretanto, a pulsão dionisíaca emerge da formalidade em várias situações e rituais, como na queima do Judas, nas folias do Sábado de Aleluia, na idéia de abundância e fertilidade inerente à troca de ovos e na comilança do Domingo de Páscoa. Na verdade, a festa, como filha dileta de Dioniso, abre-se para a vontade que se alegra nos prazeres e nas profanações. Impulso subversivo, perseguido, mas, porquanto vital, insidioso e insinuante, nunca é erradicado por completo, sendo assim tolerado, assumido, domesticado, às vezes exaltado como acontece na Procissão do Fogaréu - evento que, nesse sentido, torna a Semana Santa vilaboense de uma singularidade ímpar.

A Procissão do Fogaréu: encontros e percepções

Lá pelas dez horas da noite, sob um céu de lua cheia, a multidão começa a se formar no adro da Igreja do Rosário para assistir, na hora primeira da Quinta-feira Santa, aos Farricocos encenando a procura por Cristo no recinto armado da Última Ceia. Pessoas da terra e pessoas que vieram de longe se unem na espera: os “de fora” (os turistas) esperando o “novo”; os “de dentro” (vilaboenses) esperando o “velho”, que se faz novo pelo olhar dos “de fora” e pelos gestos que se renovam. Um clima de estréia. O som sendo testado, o cenário sendo montado. Os espaços, aparentemente ao acaso, começam a ser ocupados. No centro da praça, nas escadarias da Igreja e nas laterais do átrio, se acotovelam os “de fora”. Os “de dentro” se espalham frente ao casario que circunda a praça. Volta e meia ouve-se pedidos, não muito insistentes e sistematicamente ignorados, para que os lugares da encenação e por onde passa a procissão sejam desocupados. Há uma aparência de indisciplina, de falta de ordem, que certamente incomoda as mentes cartesianas em sua compulsão para ordenar e controlar todos os detalhes.

Primeiro chega o som dos tambores em ritmo de marcha batida, um contínuo que vai crescendo junto com a tensão. As pessoas se agitam freneticamente buscando um

melhor ângulo de visão. E, tal qual serpente ondulante de fogo, aponta a procissão subindo quase correndo a antiga Rua da Lapa. Num instante, os pés descalços dos Farricocos adentram a praça e, paradoxalmente, a retórica dionisíaca do Fogaréu impõe a sua ordem. Circunscreve, como diz Michel de Certeau, o seu lugar de poder e querer *num mundo enfeitiçado pelos poderes invisíveis do outro*. [8] Aquilo que parecia falta de ordem e controle revela-se, ao mesmo tempo, como estratégia de poder e tática de resistência.

Por um lado, a praça ocupada pelos turistas, os quais, naquele momento e naquele lugar, representam o "outro" - o "estrangeiro" que está ali buscando, talvez, apenas o exotismo do folclore. Representam igualmente a força do capital - econômico e simbólico - consubstanciado em um modo de vida supostamente mais refinado, em um saber cosmopolita que, mesmo interessado, curioso e até mesmo afeiçoado, se vê de certa forma superior às manifestações tradicionais do interior. Reservam-se, por conseguinte, o direito de ignorar os apelos para liberar os locais destinados à procissão. Por outro lado, os habitantes da cidade e os organizadores do evento parecem não se importar com o comportamento dos turistas, até mesmo se afastando para lugares presumivelmente menos privilegiados. Aparentemente, há uma aceitação da posição representada pelo "outro". Não obstante, essa relação é invertida com a chegada da procissão. São quarenta homens fortes, altos, carregando archotes, vestindo túnicas e capuzes que, mesmo explodindo em cores, lembram imagens inquietantes de algozes, carrascos e inquisidores. Essas figuras impressionantes marcham sem hesitação e sem se desviar da multidão, sendo acompanhados por centenas de outras pessoas também empunhando suas tochas. Gente correndo de um lado para o outro, o cheiro de querosene, o vento querendo assoprar fogo nos cabelos, o ritmo obstinado e o rumor da massa humana se afastando. Não há necessidade de organizar os espaços. É o que se compreende naquele momento: a própria procissão conquista seu território e, assim fazendo e, pela maneira como o faz, estabelece quem são os donos da festa, ou, naquela circunstância, quem são os donos do poder.

Mas, se a Procissão do Fogaréu impressiona pela demonstração espetacular de força, o faz, em igual medida, pela estética dionisíaca que se abre para o fantástico, para o

onírico, para uma beleza vital e primitiva. Nesse sentido, o Fogaréu trabalha com uma concentração mínima de elementos expressivos geradores de tensão: o fogo, as trevas, a água que espelha o fogo, o cheiro rude do querosene, o ritmo obsessivo do tambor, a melodia marcial do clarim, o dramático motete *Exeamus* cantado no momento da representação teatral, o diálogo tenso realizado entre o personagem Nicodemus e o coro falado dos Farricocos. Elementos que em seqüência, superpondo-se e se alternando, geram cada vez mais tensão conduzindo ao momento do clímax: a captura de Jesus, representado pelo estandarte do Cristo flagelado de Veiga Valle, altamente expressivo em sua dor, remetendo a um expressionismo atemporal.

Caos e Ordem: o Dionisíaco e o Apolíneo na Procissão do Fogaréu

Esboçada a cena, o Fogaréu surge como um acontecimento pouco ordenado, com o povo incorporando a procissão de maneira espontânea e livre. Há gente por todos os lados: alguns carregando fervorosamente os archotes, outros brincando com o fogo - fé e penitência misturado com muita conversa, empurrões, correria, alguma comida e bebida. No entanto, apesar da aparência caótica, a procissão apresenta uma ordem intrínseca: o núcleo organizado em formação militar, impassível frente à agitação do povo, proferindo um discurso elaborado a partir de imagens e gestos rigorosamente definidos e ensaiados. Nesse sentido, lembrando Clifford Geertz em *Negara* [9], poder-se-ia dizer que o núcleo e as margens da Procissão do Fogaréu constituem um todo representativo da afirmação hierárquica face ao nivelamento de forças poderosas: o fogo, a paixão, a anarquia.

Na verdade, a Procissão do Fogaréu profere um discurso que oscila entre a angústia e a esperança. De início, não há como ignorar a representação explícita do aparato repressivo: trata-se, afinal, de uma perseguição que vem sendo encenada há dois mil anos. Mas, quem são esses perseguidores? A quem eles servem? Embora a resposta pareça evidente, o capuz mascara identidades, e, por esse aspecto não se pode, de fato, vincular a atuação dos Farricocos a um mando específico. No entanto, uma leitura possível é visualizar os encapuzados da Cidade de Goiás como metáfora da opressão em todos os tempos. Jesus Cristo representando, por sua vez, todos oprimidos - a gente comum

humilhada e sacrificada para a manutenção da ordem instituída. Pela identificação com esse Cristo, a vitória simbólica do "forte" é revertida para o "fraco". O Cordeiro Pascal, revestido de uma dimensão menos passiva, transmuta-se em subversão. Aqui emerge a *memória passionis*[10], *a* memória perigosa dos esquecidos pela história: um agitar subterrâneo, uma faísca à espera do vento para volver em incêndio. Lembrando Walter Benjamim: *para a multidão, em sua existência mais profunda e inconsciente, festejos e incêndios são apenas jogos, nos quais se prepara para o momento da emancipação, para a hora em que pânico e festa, irmãos separados por longo tempo, ao se reconhecerem, se abracem na insurreição revolucionária.* [11]

Por outro lado, como a máscara ritual tanto oculta quanto revela, é a face rejuvenescida da velha cidade que os Farricocos ostentam, revelando a "magia" que transmuta memórias em poder; poder arrebatado dos vilaboenses em 1937 com a instalação de uma nova capital. Com perdão do trocadilho, vão-se os anéis, mas ficam os saberes, ou seja, todo um passado colonial, que para os arautos do progresso cheirava à coisa velha, desbotada, frente ao "*néon"* que seduzia a jovem Goiânia com sua modernidade desenraizada. Passado, não obstante, que, exaltado como esteio cultural do povo goiano tornou-se emblemático para o discurso de preservação da "cidade degradada".[12] Uma forma de resistência que acabou por se consubstanciar em situação de poder frente à capital. Nessas circunstâncias, um Fogaréu ainda tímido, com apenas três dos 40 farricocos atuais - recriado a partir de fragmentos retirados de memórias coletivas e individuais - sai às ruas na Semana Santa de 1966.[13] O evento cresce em prestígio e participação, se faz tradição, contribuindo para a idealização da cidade como "patrimônio histórico da humanidade". *Um bom golpe de vista,* para usar os termos de Michel de Certeau[14], efetivado por jovens vilaboenses comprometidos com a revitalização da cidade. Introduzindo um "pormenor" aqui, um ritual ali, instituiu-se na verdade um conjunto novo, *uma metáfora da prática ou do discurso* que se integra à nova imagem da Cidade de Goiás como *lócus* privilegiado da história e tradições goianas.

Caos e ordem, continuidades e rupturas se entrelaçam, pois, na Procissão do Fogaréu: uma polifonia de temas, ora soando em cacofonia, ora produzindo harmonias inusitadas, que se adensa no ritual final da procissão. No céu, a mesma lua antológica; na escadaria da Igreja de São Francisco os mesmos encapuzados; no ar, o motete ecoando. Tudo seria o mesmo, não fosse a exposição do antigo estandarte do Cordeiro a ser imolado. É como se a figura do Cristo impusesse um sentido hierárquico maior, um apaziguamento: a contemplação do divino serenando as pulsões e acendendo um fogo que consome sem queimar - a Procissão do Fogaréu representando, em seu ápice, uma espécie de reconciliação da serenidade apolínea com a embriaguez dionisíaca. Nesse sentido, o momento simbólico da captura de Cristo dá lugar a imagens épicas de um sentir apolíneo no qual o furor dionisíaco se descarrega. A multidão, antes quase uma turba, irmana-se através das palavras iniciais da homilia, da oração e do canto comunitário. Entretanto, esse momento é fugaz. A mágica superposição de temporalidades e pulsões experimentadas no Fogaréu é rompida pela brusca retomada de um presente onde o mito se faz ausente, por uma retórica prosaica que substituindo o "homem trágico" pelo "homem teórico" drena o *pathos* da procissão. Na fala do bispo, óbvio o esforço por separar a devoção festiva do sentido eclesiástico da Paixão. Só que abrindo mão da narrativa trágica, onde as pessoas se reconhecem, a Igreja perde a oportunidade de sensibilizar fiéis e não fiéis para as propostas sociais da sua Campanha da Fraternidade. Parece que o clero, ou pelo menos grande parte dele, se esqueceu que sem a mediação da emoção e da sensibilidade estética a racionalização se torna estéril.

É possível que as palavras do celebrante tenham se perdido no ar morno do outono vilaboense. A Procissão do Fogaréu, ao contrário, impregnada pela subjetividade mítica, pelo aflorar de emoções, crava-se no imaginário, mobilizando um saber capaz de dar significado às experiências vividas coletivamente. Um saber partícipe da criação e afirmação de identidades: imagens, gestos e sons que mediante o estímulo afetivo desperta a memória, atualizando o passado via a comunicação, de geração à geração, daquilo que foi em relação àquilo que é.

---

* Doutoranda em História Cultural pela Universidade de Brasília sob orientação do Prof. Dr. Jaime de Almeida. Professora da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás.

NOTAS:

1 MELLO, Augusta Faro Fleury de. Jornal *O Popular.* Caderno 2 – Magazine, p. 1. Goiânia. Edição de 16 de abril de 2003.
2 MELO, Maria Thereza F. Negrão de. *Clio. A Musa da História e sua presença entre nós.* In Costa, Cléria Botelho da (org). *Um Passeio com Clio*. Paralelo 15 Editores, 2002, p.27.
3 MORIN, Edgar. *O Método III. O Conhecimento do Conhecimento/1.* Portugal: Publicações Europa – América LDA, 1996, p.153.
4 MELO, Maria Thereza F. Negrão. Op. Cit. p. 27.
5 NIETZSCHE, F. *Ecce Homo: de como a gente se torna o que a gente é.* Porto Alegre: L&PM, 2002, p.89.
6 BRANDÃO, Junito de Souza. *Teatro Grego. Tragédia e Comédia.* Petrópolis: Editora Vozes, 1988, p.11.
7 BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.* São Paulo – Brasília: Edunb/Hucitec, 1993 p.4 a 8.
8 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano.* 1. *Artes de Fazer.* Petrópolis: Editora Vozes, 1990, p. 99.
9 GEERTZ, Clifford. *Negara. O Estado Teatro Balines no Século XIX.* Rio de Janeiro: Editor Bertrand Brasil, S.A., 1991, p. 151.
10 BOFF, Leonardo. *Paixão de Cristo – Paixão do Mundo.* Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 133.
11 BENJAMIM, Walter. *Belo horror.* Apud Jaime de Almeida em *Todas as festas, a festa?* In Swain, Tânia Navarro (org). *História no Plural*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994, p.153.
12 GOMIDE, Cristina Helou. *Cidade de Goiás: da idéia de preservação à valorização do patrimônio – a construção da imagem da cidade histórica (1930 – 1978).* In CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luís Sérgio (orgs). *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás.* Goiânia: Editora da UFG, 2004, p. 130/131.
13 Informação prestada por Elder Camargo de Passos em entrevista a mim concedida em 24/02/2005. na Cidade de Goiás. Elder Camargo Passos, advogado, historiador e escritor, criou em 1965, junto com outros jovens vilaboenses, a Organização Vilaboense de Artes e Tradições – OVAT.
14 CERTEAU, Michel. Op. Cit. p. 162.

CIDADE X ABARRACAMENTOS: OS CONFLITOS E O COTIDIANO DOS RETIRANTES EM FORTALEZA (1877-1880)

ANA KARINE MARTINS GARCIA – PPG-PUC/SP

> "Construtores e Reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável".
>
> (Richard Sennett) [1]

Olhar a cidade exige sempre investigação e atenção para um território desconhecido e que é habitado por uma "multidão anônima". [2] É buscando conhecer estes espaços que Sennett, através da citação, mostra como a cidade e seus habitantes estão intimamente ligados, dependentes um do outro, ao ponto que se algumas das partes adoece, ambos, são afetados. Pois na época trabalhada por Sennett [3], o apogeu da ciência higiênica, cidade e habitante passaram a ser vista como organismo passiveis de serem tratados pela medicina ou por engenheiros sensíveis aos valores do higienismo.

A cidade de Fortaleza a partir do ano de 1877 passa a ser o palco privilegiado do drama da seca. Essa sempre foi abordada nos estudos da Historiografia sendo considerada um fenômeno ``natural´´ por muitos estudiosos do século XIX e XX. As pesquisas mais recentes têm estudado a seca através de novos olhares onde a análise do fator ``social´´ passa a ser vislumbrada.[4] Assim para entendemos as relações de poder e as transformações no espaço urbano de Fortaleza é relevante considerar alguns aspectos econômicos, políticos e sociais da seca no Ceará em meados do século XIX.

Nesse período, o Ceará alcançou um grande crescimento, no setor agrário, principalmente, na produção de algodão[5], aumentando de forma intensa, as exportações deste e de outros produtos, como o açúcar, o couro e o café para as potências comerciais

européias. Tendo neste cenário uma maior visibilidade, a cidade de Fortaleza, foi uma das construtoras deste grande empreendimento pois, ela era responsável pelas exportações.

Contudo, Fortaleza não sofreu transformações bruscas na sua estrutura urbana.Esta apenas procurou ajustar e absorver o impacto da nova função comercial da cidade (OLIVENOR, 2002, p.51), ou seja, o comércio já estava presente na economia e o que estava sendo exigido agora era uma organização dentro de padrões de consumo e de produção que, de algum modo, demonstrassem uma afinidade com aqueles que progressivamente vinham do estrangeiro e também da corte brasileira.

Devemos ressaltar que a elite local formada por homens letrados, produtores agrícolas, comerciantes ou políticos tinham a pretensão de adequar a cidade a suas condições de modernização, processando intervenções nos espaços físicos da urbe, já que, estavam constituindo residência em Fortaleza (BEZERRA, 2000, p.32).A racionalidade cientifica, influência européia, estava presente nas ações e desejos de reformas urbanas, porém, os equipamentos urbanos que aproximavam a cidade da tão desejada modernidade européia estavam em confrontos com as reminiscências da vila colonial.

Com o inicio da seca de 1877 [6] as estruturas do campo foram profundamente abaladas, pois os sertanejos [7] sofreram uma diminuição significativa em sua reserva alimentar e onde a proteção oferecida pelo proprietário era insuficiente (NEVES, 2000, p.47).Podemos então observar que a miséria, a fome e a falta de uma expectativa de vida se intensificaram, provocando o aumento de migrações para as serras, litorais e, principalmente, para cidade de Fortaleza, cuja idéia de progresso estava constantemente presente nos discursos do poder público.

A chegada dos retirantes na capital cearense afetou e alterou o cotidiano dos habitantes locais. Os espaços urbanos como ruas e praças, se tornaram moradias para estes desabrigados.A cidade ``civilizada´´ vivia momentos de grande ``caos e desordem´´. O centro a cada dia recebia novos ``forasteiros´´ que vinham em busca de auxílios e moradia. Havia a cobrança do governo, principalmente, pelos jornais, de uma atitude rápida para manter a ordem e para que os retirantes fossem afastados das principais áreas de contato com a população citadina.

O Governo da Província foi surpreendido, pois não esperava que as ruas centrais[8] fossem invadidas e habitadas por estes forasteiros, comumente vistos como ``os outros´´, `` os indigentes´´ sem lugar e sem direitos. Assim, a solução e ação imediata foi, a construção de alojamentos, os denominados abarracamentos, que serviram para abrigar a população retirante a partir de julho de 1877 e que duraram até o final da seca em 1879.Destes, alguns forma desativados outros deram origem a bairros da cidade.

De início não havia uma preocupação com a escolha dos locais em que seriam construídos os abarracamentos. “Estes foram levantados em áreas a barlavento da cidade”. [9] E mais adiante iremos ver que as construções destes alojamentos nestas áreas foram apontadas como uma das causas da disseminação das epidemias na cidade. Contudo, perceberemos que a partir de 1878, com o aumento dos casos de varíola, as construções dos abarracamentos seguiram a um planejamento mais rigoroso e onde as práticas higienistas, como vacinação, limpeza dos barracos, dos rios e o despejo do lixo em locais afastados dos alojamentos já serviam a um caráter preventivo.

Para analisarmos o processo de remodelação e disciplinarização social dentro da cidade de Fortaleza é necessário perceber que o centro da capital era palco de uma sociabilidade elegante e aquele cortejo de desempregados e miseráveis que se

multiplicavam pelas ruas era motivo de profunda inquietação para a elite local.[10] Podemos assim observar por que a estruturação política e social da cidade, os desejos de progresso e civilização da elite fortalezense e as práticas higienistas que estavam presentes nos discursos e ações do governo provincial tinham como objetivo afastar os ``flagelados´´ para fora destas áreas.

Consideramos relevante a análise do contexto histórico da cidade ao longo do trabalho, contudo, vimos como fundamental o estudo dos discursos que envolvem a documentação pesquisada, pois possibilitou perceber quando os emigrantes incomodavam e ao mesmo tempo serviam aos propósitos do poder público, Sob este aspecto é que nos jornais, nos relatórios do presidente da província, nos códigos de posturas, nos relatos dos memorialistas, os discursos se mostraram envolvidos em intenções e desejos de dominação, civilização, progresso e, sobretudo, em formas de controle do cotidiano dos emigrantes na cidade.

Olhar para Fortaleza, num período de tantas calamidades levou-nos a tentar compreender a reorganização da cidade, a partir da chegada dos retirantes, e as condições de moradia que estavam sendo oferecidas a esta população. Assim por trás desse ideal de progresso existia uma cidade em profundas ruínas, mas, que através de seus representantes soube utilizar esta situação de ``crise´´ para manter seus intuitos de progresso e civilização.[11]

Percebemos em diversificados momentos que estes atores não têm participação direta na escrita das documentações aqui estudada, como jornais, relatórios de presidente da província, códigos de posturas, memorialistas e ofícios expedidos; sendo estes descritos, segundos os discursos oficiais que assim, como uma testemunha, estão dispostos apenas a contarem a sua versão dos fatos. Tentando pensar um pouco sobre isto é que entendemos que estes emigrantes além de excluídos dos espaços urbanos e colocados de lado quanto à ordem social que se consolida possuem um outro tipo de

segregação: são excluídos no tempo, ou seja, eles não têm história, não são atores reconhecidos nem sujeitos detentores de um passado constituído pela oficialidade dos centros urbanos que resgatam a sua memória. ´´[12] .Assim por não serem considerados participantes desta história, ficam a mercê das versões que são disponibilizadas a partir de interesses próprios.

A presença incômoda dos ``flagelados´´ na cidade, neste momento, passou a afetar e modificar o cotidiano dos citadinos é o que nos mostra, de uma maneira geral, a documentação pesquisada e que citamos anteriormente.Porém, apesar dos retirantes entrarem em contato com os ``novos costumes´´[13] é importante compreendermos que estes também se depararam com uma cidade, cujos, hábitos ainda estavam ligados ao campo. Assim, de uma forma geral, não podemos sempre considerar como uma política de reformas urbanas as medidas implementadas pelo governo provincial no intuito de progresso e modernização, mas sim intervenções para manter a ordem social.(PECHMAN, 2002, p.396).

Podemos perceber que os ``indesejáveis´´ iam de encontro aos planos e desejos da elite local de transformar uma parte da cidade de Fortaleza, ou seja, as áreas do centro[14] num local onde a limpeza física e moral imperasse; contribuindo para a concretização dos ideais de modernização urbana. Assim é interessante observarmos que os locais das moradias desta população faminta foram considerados como um dos fortes obstáculos para os desejados melhoramentos da cidade. E através dos documentos utilizados no trabalho é que conseguimos visualizar que as moradias dos emigrantes foram, diversas vezes, apontadas como nocivas à sociedade, porque eram habitações coletivas onde seriam encontrados os focos de irradiação das epidemias.[15] Sendo estes discursos, em sua maioria, utilizado por médicos e higienistas que atestavam medidas preventivas para o combate a insalubridade dos abarracamentos, para assim evitar a propagação das principais doenças que assolavam a capital cearense naquele período.

Consideramos então ressaltar que a problemática central do trabalho é analisar e interpretar as relações que se colocam nos ordenamentos espaciais, na arquitetura dos abarracamentos; percebendo as tensões e conflitos que a presença dos retirantes causavam nos grupos mais ricos procurando entender sua participação na construção e reconstrução da Fortaleza de meado século XIX.

NOTAS

[1] SENNET, Richard. *Carne e pedra* - Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 214.

[2] A noção de uma`` multidão anônima´´ é utilizado no sentido das classes menos favorecidas que ``imprimiam direção 'a sociedade brasileira da virada do século XIX para o século XX...´´ NEVES, Margarida de Sousa. O Povo na Rua: um ``conto de duas cidades´´. In PECHMAN, Moses. (org.) Olhares sobre a cidade. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994, pp. 136-155.

[3] O período analisado por Sennett no capitulo VIII do seu livro, citado na epigrafe, se refere aos séculos VIII e XIX.

[4] Os estudos mais recentes da Historiografia têm realizado novas abordagens com relação à temática da seca, principalmente, no que diz respeito às análises sociais. Ver: NEVES, Frederico de Castro. A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 2000; RIOS, Kênia Sousa. Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932.Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura e Desporto do Ceará, 2001; BEZERRA, José Tanísio Vieira. Quando a ambição vira projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada a PUC-SP, 2000.

[5] Com a Guerra de Secessão (1861 a 1864) as colônias da América do Norte sofreram um abalo na sua produção de algodão, limitando, suas exportações para a Inglaterra. Assim com a crise norte-americana e a excelente localização geográfica, o Ceará, assumiu um papel de grande importância na exportação deste produto para as indústrias de tecidos inglesas.

[6] O dia 19 de março é o dia de São José, o santo padroeiro do Ceará, considerado o dia oficial para que seja confirmada a seca. Assim caso naquele dia não chova é sinal de que aquele ano será de seca e que para muitos é o momento de emigrar. Ver: THEÓFILO, Rodolfo. *História das secas do Ceará (1877-1880).* Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 80.

[7] O sertanejo, no qual, faço menção diz respeito ao pequeno proprietário de terra que sobrevive através de atividades de subsistências e que se submete a uma relação de dependência pessoal com o grande proprietário.

[8] Assim como as demais capitais imperiais, Fortaleza, também concentrava seu poder econômico e comercial; onde o ``status´´ social podia ser visualizado seja através da população freqüentadora ou de suas moradias. Ver: PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque; reformas urbanas e controle social (1860-1930) Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

[9] Os abarracamentos que estivessem a barlavento (direção de onde sopra o vento sentido mar /sertão) das áreas centrais de Fortaleza deveriam ir para áreas a sotavento (para onde vai o vento no sentido terra / mar) THEOPHILO, Rodolpho. *História das Seccas do Ceará (1877 -1880)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, p. 102; Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, p. 58 e p. 450.

[10] PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)- Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

[11] Devemos perceber que os momentos considerados como crise, muitas vezes, tem sido mostrados como de decadência, podendo observar que é durante estes momentos que o poder público utilizou do trabalho dos retirantes para implementar as obras que serviram para o crescimento e o melhoramento de alguns dos

espaços da capital cearense. Para ver melhor este assunto: LE GOFF, Jaques, História e memória; Campinas-SP; Editora da Unicamp,2003, pp 373-418.

[12] PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2001.p.23.

[13] Os ``novos costumes´´ a que mencionamos diz respeito: a tempo, disciplinarizações dos espaços de moradia, higienização.De forma geral, estes modos causaram um certo estranhamento na população de retirantes. Podemos observar então que as preocupações com o corpo, a higiene e a moral estavam presentes nos discursos da elite local. Ver: Os *Relatórios dos presidentes de província (1877-1880)*.

[14] O centro de Fortaleza, na segunda metade do século XIX, era o espaço da sociedade detentora de um poder político, econômico e social.Assim com a planta topográfica de 1875 podemos observar algumas das ruas consideradas importantes e destacadas no planejamento urbanístico da cidade, onde observamos, por exemplo que ``(...)Para leste, até a rua da Aldeota(hoje Nogueira Acioli)...´´. Tendo somente a denominação de rua da Aldeota somente a partir de 1888. ``(...) para sul, até a rua dos Coelhos (Domingo Olimpio)...´´. Sendo conhecida por esta denominação a partir de 1888. Ver: GIRÂO, Raimundo. Geografia estética de Fortaleza.-Fortaleza: Casa José de Alencar, Programa Editorial,1997. p.80.

[15] CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p26.

O ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA: REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS DE LAZER

Profa. Ana Lúcia Fiorot de Souza*
E-mail: afiorot@ig.com.br

Introdução

No final do século XIX e início do XX era comum o poder público, ou mesmo a iniciativa privada, encomendar a confecção de álbuns com objetivo de enaltecer as melhorias urbanas e apresentar suas riquezas. Em Juiz de Fora não foi diferente, pois em 1915, Albino Esteves e foi um dos organizadores do *Álbum do Município de Juiz de Fora,* no qual também atuou como redator. Foi impresso na *Officina Do Estado de Minas*, composto por textos e imagens, todas reproduzidas pelo método da autotipia. Na cidade, essa publicação foi patrocinada por proventos da administração pública.[1]

Ao contrário do que aconteceu em algumas cidades, não foi contratado um fotógrafo, em especial, para produzir as imagens para o referido *Álbum*. Foram utilizadas imagens de diversas origens como por exemplo, de acervos particulares ou ilustradores que registraram suas visões sobre Juiz de Fora e seus distritos.

Muitas vezes, as imagens impressas no *Álbum* analisado estão desconexas aos textos circundantes ou mesmo manipuladas para prender a atenção do leitor, visando minimizar os problemas urbanísticos e de saneamento apresentados em parte nesses textos. Apesar de recortarmos para o presente estudo apenas as imagens, referentes ao lazer, foi apresentado no decorrer de suas páginas, um total de 700, distribuídas em diversas temáticas.[2]

Em todas elas, a cidade foi apresentada como moderna, digna de ser divulgada. Os problemas de infra-estrutura foram minimizados, passando desapercebidos por quem apenas folheava as suas páginas. Essa tendência em apresentar a cidade, via imprensa, como atrelada

---

* Bacharel e Licenciada em História pela UFJF. Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ). Professora designada pela Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais, lecionando para o Ensino Médio na E.E. Emílio Ramos Pinto, em Leopoldina.

ao modelo de cidade moderna, é explorada em nossa dissertação de mestrado – *Metáfora de Modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora (c.1891-c.1922)*.[3]

Os *Álbuns* atuavam entre as produções imagéticas, criando e reforçando a memória visual, sobretudo, das cidades. Como destaca Arruda, "No Brasil, as cidades capitais e outras de porte médio não deixavam de ter os seus. Eles poderiam se originar de um projeto específico ou da reunião de fotografias feitas ao longo do tempo."[4]

Para as imagens urbanas, há predomínio do enquadramento visual dos demais meios de comunicação, inovando apenas com um total de 151 imagens referentes às áreas rurais (plantação de café, terreiros para secagem do mesmo, pastos e gados diversos, fruticultura, mananciais de água como cachoeira, entre outros). Nas habitações rurais e dos distritos, é possível observar que algumas residências utilizaram também do estilo arquitetônico Neoclássico, seguindo características das construções urbanas.

Assim, a área rural e os distritos aparecem engajados numa economia baseada no cultivo do café. Há uma preocupação em apresentar os distritos e a área rural com escolas e templos (Igrejas) nas proximidades, atendendo a população mais próxima. A cidade foi apresentada como centro de cultura, através de suas instituições de ensino, com variadas opções de lazer (parques, cervejarias e teatros).

Assim, ao editar o *Álbum do Município de Juiz de Fora,* em 1915, Albino Esteves e Oscar Vidal Barbosa Lage[5] pretendiam divulgar e "vender", acima de tudo, a infra-estrutura e a imagem de cidade moderna, aberta a captar novos empreendimentos, principalmente, numa conjuntura política conturbada pela Primeira Grande Guerra Mundial.

Outra característica que nos chama a atenção ao analisar o *Álbum,* mesmo não sendo objeto privilegiado no presente trabalho, foi a utilização da denominada vista-parcial, que representa uma cidade com uma ocupação territorial considerável, que começava a extrapolar os acidentes geográficos. Essa imagem foi apresentada em um encarte triplo, mas tem como foco a rua Halfeld em toda sua extensão – rua de grande importância na área central da cidade.

Em cidades como Juiz de Fora e São Paulo, os excedentes da economia cafeeira passaram, de certo modo, a financiar a indústria nascente de bens de consumo.[6] Essa colocação de GORENDER vem ao encontro das temáticas das imagens selecionadas para ornar o *Álbum* em estudo (imagens urbanas em consonância com as dos distritos e fazendas). Assim, PIRES, em*"Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930"* mostra-nos como se procedeu o surgimento e a reorganização de novas formas de trabalho que, após a Abolição, impulsionaram uma monetarização estimuladora da industrialização municipal.[7]

Assim, devemos considerar que o processo de modernização, na segunda metade do século XIX, se confunde com a urbanização. A fisionomia moderna da cidade foi estimulada pelos dividendos trazidos pelos fazendeiros cafeicultores e pelos comerciantes que fixaram residências nos locais nobres da cidade. Os operários, pequenos comerciantes e empregados do setor terciário, concentraram-se respectivamente nos bairros fabris ou nos redutos da classe média nas proximidades do centro da cidade.

As representações de espaços para o lazer

A inserção das imagens na imprensa possibilitou abordagens do cotidiano e construiu representações sociais da realidade local. Logo essas imagens refletiam no torneamento da memória histórica juizforana, o que despertou interesse pelo assunto.

Ao produzir os *Álbuns* não havia somente o objetivo de informar ao público (leitores ou apenas os que visualizavam as imagens) sobre a localidade em questão. Acima de tudo, visava educar os gostos e hábitos através do olhar, ou melhor, adaptar a sociedade ao projeto civilizatório da República.

As imagens referentes à temática proposta – espaços de lazer - somam um número de trinta e três. Nesse conjunto, foram apresentadas praças da cidade, com, vários enfoques do Parque Halfeld, situado na área central. Nos enquadramentos das imagens, predominou a

natureza ″domada″, com seus jardins e recantos planejados. Assim, observa-se um planejamento prévio da natureza que foi inserida no cotidiano da população local – ou ainda, indiretamente, a sociedade que cultivava o ´bom gosto`.

Como exemplo de enfoques sobre o Parque Halfeld, amplamente contemplado para divulgação, pode-se citar a biblioteca em estilo arquitetônico mourisco, com chafariz a sua frente; ao entorno, uma vegetação variada e bancos para descanso dos transeuntes. Há uma cabana situada submersa a um lago, com pequena queda d`água e uma passarela planejada para viabilizar o acesso. Mais uma vez, é possível observar a natureza moldada pelo paisagismo. Observa-se que o fotógrafo teve o cuidado de focar o objeto a ser representado, com enquadramento que possibilita ao leitor ″imaginar″ a dimensão do espaço e mesmo, a perceber que aquele enfoque é apenas um recorte espacial. Esse artifício foi muito utilizado e pode ser enquadrado no que LIMA E CARVALHO classificam de *padrão paisagístico*: [8]

> **Imagens que reúnem elementos da natureza, seja elas selvagem ou com intervenções do homem (como jardins, praças e parques). ″(...) Não há expressão de atividade, predominando formas de equilíbrio estático – nivelamento, linha do horizonte, retângulo horizontal, unidade espacial(...).″Apresentam lagos como espelhos d`água fazendo o espelhamento de recursos das articulações dos planos, característicos do padrão.**

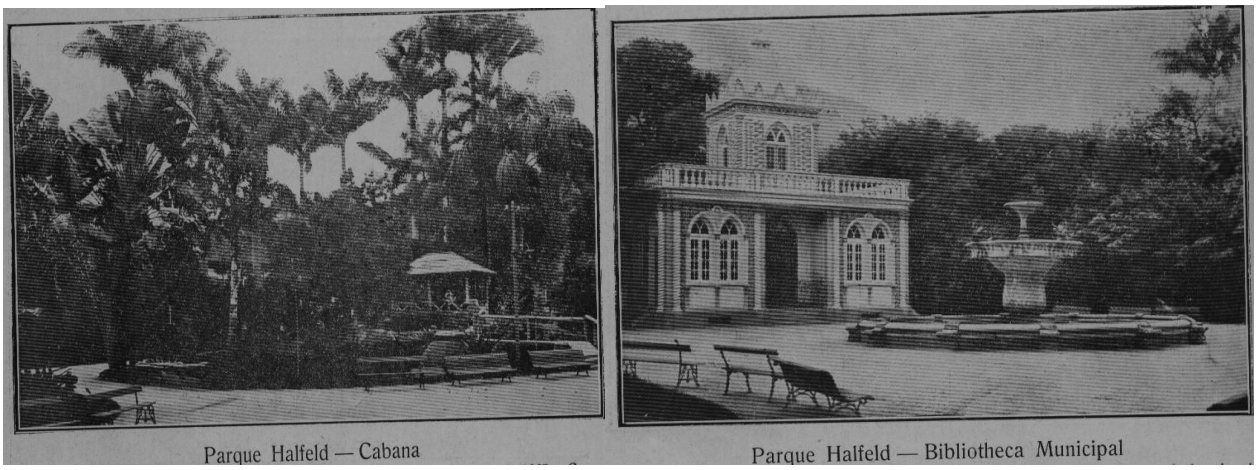

ESTEVES, Albino.Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. p.164.

Dessa forma, mesmo com as imagens dos locais dedicados ao descanso e lazer, houve um enquadramento que visava representar os anseios de modernidade e civilização que, a cada publicação foi cada vez mais difundida. Buscava-se seduzir a sociedade com aspectos simbólicos que representavam a prosperidade local atreladas às transformações dos usos e costumes da sociedade juizforana.

A propagação dos espaços de lazer insere-se no projeto de modernização com a veiculação dos salões de festas, cafés, restaurantes, espaços públicos em que praças, jardins e bulevares estimulam o passeio.[9] Acrescenta-se, no que se refere às imagens em estudo, a divulgação de cervejarias com parques anexos, visando atender a um público familiar.

Considerações finais

Ao final do presente artigo pode-se cogitar algumas conclusões sobre a veiculação das imagens da cidade, em especial, com referência aos espaços dedicados ao lazer. Ao organizar o *Álbum de Juiz de Fora*, Albino Esteves tinha noção de que as imagens podiam ser manipuladas, pois são imbuídas de força simbólica e, portanto, servem para legitimar funções e atuam de forma pedagógica na organização da vida de uma sociedade.

Nas representações da cidade selecionadas para ornar o Álbum, houve a predominância do ponto de vista das classes mais favorecidas. A cidade é um espaço partilhado por todos, mas foi preciso ″selecionar″ parcela desse cenário a ser estampado pela imprensa.

No conjunto do *Álbum*, fica explícito que os produtores das imagens e o seu organizador Albino Esteves visavam apresentar Juiz de Fora como moderna, marcada pelo progresso, dotada de infra-estrutura urbana, dinamismo e a civilização.

Portanto, coube a Albino Esteves organizar o que podemos considerar um dos primeiros artefatos de marketing da cidade, no limiar do século XX, pois ao produzir *Álbuns* havia o intuito de divulgar suas benfeitorias, infra-estrutura estabelecimentos de ensinos e de comércio entre

outros. Assim, ao atrair investimentos e negócios, intensificava-se, em Juiz de Fora, a circulação de idéias, e cultivava os ideais civilizatórios.

---

[1] Documentação disponível no Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora sobre o Álbum do Município de Juiz de Fora. FUNDO 188 sobre Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora (n° 697) datado de 18 de agosto de 1915, ao qual foi destinada uma verba específica mais sobras das demais verbas presentes no orçamento. Na documentação inserida no mesmo Fundo, no que se refere ao orçamento do Município, é discriminado para despesas com publicações de trabalhos o valor de 7:500$000.

[2] Pretendemos analisar futuramente para o doutoramento os textos e as imagens reproduzidos nas edições do *Álbum de Bello Horizonte em 1911* com o *Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915*. PONTES, Tito Livio; PINTO, Raymundo Alves (Org). ***Álbum de Bello Horizonte.*** São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1911. (Edição fac-similar).LAGE, Oscar Vidal Barbosa, ESTEVES, Albino (Org). *Album do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

[3] Analisamos as imagens impressas nos almanaques, revistas, tablóides e jornais (amostragem). Concluímos que a os editores manipulavam os espaços dignos de ser mostrado ao pairar a idéia de que essa modernidade era partilhada por toda sociedade. SOUZA, Ana Lúcia Fiorot de. ***Metáfora de Modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora: (c. 1891 - c.1922).*** (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: PPHIS/UFRJ, 2005.

[4] ARRUDA, Rogério Pereira de. "Algumas palavras antes da viagem pelo universo visual do Album de Bello Horizonte." In: ARRUDA, Rogério Pereira de (Org). ***Álbum de Bello Horizonte.*** (Edição Fac-similar com estudos críticos). Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.11.

[5] Oscar Vidal Barbosa Lage ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

[6] GORENDER, Jacob. ***A Burguesia Brasileira***. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 43.

[7] PIRES, Anderson J. ***Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.*** (Dissertação de Mestrado), Niterói: UFF, 1993, p.13.

[8] LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. ***Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954)***. São Paulo: Mercado de Letras, 1997. p. 92-94.

[9] GONÇALVES, Denise. RIBEIRO, Glória Maria Ferreira. LUSTOSA, Regina Esteves. ″Cidade e representação: as imagens urbanas do fotógrafo André Bello como estruturadoras de um novo imaginário para a São João Del Rei do início do século XX. In: CONDURU, Roberto. PEREIRA, Sonia Gomes (org). ***Anais do XXIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte.*** Rio de Janeiro, 2004, p. 163.

A CIDADE DE JUIZ DE FORA NOS ALMANAQUES DE MINAS GERAIS

Profa. Ana Lúcia Fiorot de Souza*
E-mail: afiorot@ig.com.br

BREVE HISTÓRIA DOS ALMANAQUES

Os almanaques e outros objetos da cultura material perduram, no Brasil, como em outros países da Europa ou América. Eles sofreram "reformulações", prevalecendo a característica de serem publicados anualmente.

Em relação às edições de 1916 e 1922, verifica-se a representação do calendário como a ligação entre o homem e sua organização de espaço.[1]

A publicidade e as ilustrações apresentadas nesse tipo de publicação possuem, sobretudo, um papel didático e pedagógico. Têm um poder normativo e se destinam a chamar a atenção para as "condutas" que devem ser seguidas, bem como a sua utilização por parte da sociedade para ″demarcar suas esferas de poder″. As ilustrações são reproduzidas com base nas técnicas artísticas tipográficas tradicionais, esboçando a realidade em forma gráfica.[2]

Os almanaques são considerados como a primeira peça publicitária, mas, atualmente, assemelham-se a uma enciclopédia, com papel de baixa qualidade (ou mesmo em CD Rom) e com ilustrações sumárias. Um bom exemplo da versão atual é o *Almanaque Abril* que apresenta tópicos como: Cronologia, Economia, Humanidades, Brasil, Nações do Mundo e Esportes.[3]

O primeiro almanaque brasileiro foi importado de Portugal em 1851– *Almanaque de Lembrança Luso-Brasileira*. Com o decorrer do tempo e impulsionado pela necessidade das sociedades[4], tivemos publicações locais e até mesmo para um público mais extenso como nos dois exemplares analisados que almejavam atingir o público do Estado de Minas Gerais.

---

* Bacharel e Licenciada em História pela UFJF. Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ). Professora designada pela Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais, lecionando para o Ensino Médio na E.E. Emílio Ramos Pinto, em Leopoldina.

Analisaremos no presente artigo o *Almanach de Minas* (1916), sob a direção de Gilberto de Alencar e o *Almanaque Industrial e Mercantil de Minas* (1922), sob a direção de J. Bastos & Comp. Destaque para o fato de que o exemplar de 1916 informa, em sua capa, ser o segundo ano de publicação, já que o primeiro número, saiu em 1914.[5] Porém, até o momento, identificou-se somente as duas publicações, dos anos de 1916 e 1922, como destinadas ao Estado de Minas Gerais.[6]

Esse tipo específico de impresso possuía um caráter moderno e civilizador, chegando às cidades mais distantes, aos sertões, integrando os domínios rurais e urbanos, transitando entre as diferentes classes sociais.

Seu papel como fonte inestimável de dados é inegável, porém ao analisá-los, criticamente, é preciso levar em consideração que mesmo visando atender ao Estado de Minas Gerais, foram produzidos em Juiz de Fora, o que a ″privilegia″ em alguns enfoques, como veremos a seguir.

Com o advento do século XX, ficou nítida a "evolução", em relação ao século XIX, nos métodos utilizados para impressão dos exemplares, passando a apresentar uma maior variedade de cores e um aumento no número de fotógrafos. A maior exploração de imagens foi possível devido à técnica da autotipia, que dominou toda a imprensa periódica durante boa parte do século XX.[7]

DE JUIZ DE FORA PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS

Ao iniciar a publicação de 1916, ALENCAR apresenta seus propósitos da seguinte forma:

> **″O *Almanach de Minas*(...) será um repositório de informações úteis e referentes ao nosso grande Estado (...) Publicado em Juiz de Fora, é de ser que o *Almanach* tratará mais vastamente desta culta e querida cidade, innegavelmente, sob muitos pontos de vista, a primeira de Minas (...) com o passar dos anos, pretende essa publicação ser ampliada buscando**

> **veicular informações completas de todos os municípios e cidades de Minas, para assim justificar seu titulo."**[8]

Ao observar as ponderações do organizador, nota-se um exagerado tom ufanista ao se referir à cidade de Juiz de Fora. É possível observar a preocupação da elite local em acompanhar algumas tendências modernas no que tange à organização do espaço territorial, na esfera econômica, entre outros.

Ao pontuar as características de cidade moderna, no que se refere à organização do espaço territorial urbano, considerou-se como símbolo de modernização e progresso: " o transporte urbano (bonde), a ampliação do espaço público, costumes, a distinção entre o urbano e o rural, as medalhas de Exposições Universais, os prédios do governo, a arquitetura etc."[9] Esse apelo por um sistema de transporte eficiente e rápido, a distinção entre o rural e o urbano, continuam ainda em voga até o presente século XXI. Nas propagandas, ainda utiliza-se enumerar os serviços prestados, mas pode-se considerar os certificados *ISO* (substituindo as premiações das exposições universais) como uma forma de reconhecimento de qualidade e prestação de serviços por determinados ramos da economia.

Como já pontuado, anteriormente, a cidade de Juiz de Fora foi apresentada como moderna, mas vale ressaltar que, como nos demais meios de imprensa, a área central compreende a "parte digna" de representar a cidade.[10]

Na edição do ano de 1916, foram apresentadas trinta e seis imagens de pessoas que pertenciam à sociedade de Belo Horizonte e de outras cidades com representatividade no cenário estadual e nacional. No universo de imagens referentes à cidade, a edição de 1916 reproduziu diversos trechos da capital do Estado, em especial, com imagens que ilustram seu álbum de 1911.[11] Foram mostrados alguns entroncamentos de ruas, sempre movimentadas, com passantes, bondes e automóveis. Também, prevalece o traçado largo das ruas e avenidas e a adoção de uma arquitetura em estilo eclético.

A cidade de Juiz de Fora, nesse almanaque de 1916, é apresentada textualmente da seguinte forma: a)com problemas de iluminação, enfocando a rua Halfeld que, aos domingos, com o fechamento do comércio ficava "sem o brilho" das vitrines; b) propagandas enganosas sobre a existência de amplas avenidas quando, na verdade, com exceção da Avenida Barão do Rio Branco, o que prevalecia eram habitações sem as mínimas condições de higiene; c) policiamento precário que não atendia as necessidades de seus habitantes.[12]

Entretanto, as imagens contradizem esse cenário, já que focam apenas os largos da Matriz e da Igreja de Santo Antônio (ambos na área central), ajardinados e, posteriormente, o Grupo Central (Estabelecimento de Ensino).[13] No que tange a estabelecimentos comerciais, há uma propaganda com ilustração da edificação, em estilo neoclássico, do *Jornal do Commercio.* O texto publicitário informa que possui uma agência na capital da República, Rio de Janeiro, mais precisamente na rua do Ouvidor. Vale ressaltar que essa rua foi um dos ícones de requinte e bom gosto para o período, em todo Brasil.

A edição de 1922, intitulada de *Almanaque Mercantil e Industrial de Minas*, também, estampa em suas páginas trinta e quatro imagens de pessoas ligadas à sociedade mineira, seja de Juiz de Fora ou não. Assim, observa-se novamente a utilização da publicação como meio de "marcação de território" e para distinção social. Contrária à edição de 1916, que apresentou, textualmente, problemas cotidianos, em 1922 foi exaltada a característica peculiar do povo mineiro – apego a vida rural e sua importante atuação na produção de gêneros para a agro-exportação. Mas, no mesmo texto, foi destacada a inserção do Estado na industrialização, nomeando a cidade de Juiz de Fora de *Barcelona Mineira* e *Manchester Mineira*. O tom ufanista, mais uma vez, entra em ação e, na mesma página, registra que a presente cidade é a mais industrial da América do Sul, "(...) guardada as devidas proporções." [14]

Ao veicular imagens da cidade para ilustrar a publicação, J. Garcia segue a tendência dos meios de imprensa local, recortando a área central, principalmente no entroncamento da Avenida Barão do Rio Branco com a rua Halfeld. Esse trecho é apresentado em tomadas

aéreas e em algumas imagens são apresentas determinadas edificações (Repartições Municipais, Clube Juiz de Fora) com foco o fechado em suas fachadas.

Como exemplificação de imagem síntese da modernidade local, temos abaixo a seguinte vista da Avenida Barão do Rio Branco, em que é possível observar o movimento dos bondes, dos automóveis e pedestres, bem como de palacetes, arborização, postes e a utilização do traçado largo para sua urbanização.[15]

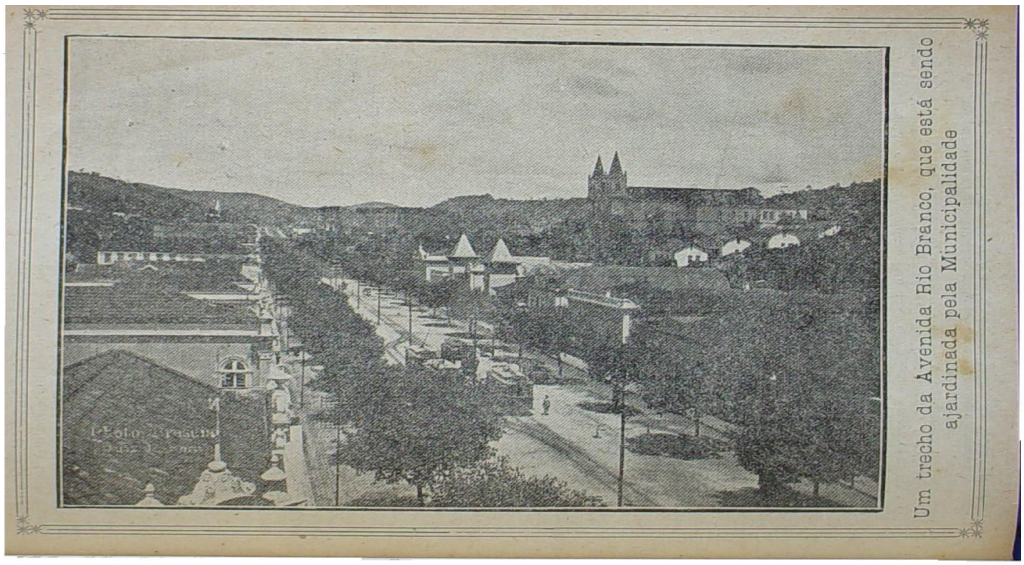

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apresentar algumas conclusões sobre a veiculação de imagens da cidade de Juiz de Fora nos almanaques de 1916 e 1922.

Em primeiro lugar, ressaltamos a divergência entre a cidade apresentada em texto – com problemas de infra-estrutura - e as respectivas imagens. Através delas, há o compromisso com a veiculação do projeto modernizante pretendido pela elite local. Talvez essa discrepância entre texto e imagem deva-se ao fato dessa publicação ser endereçada não apenas ao público

letrado, mas também aos demais cidadãos. Assim, quem apenas folheasse suas páginas não tomaria a dimensão dos problemas locais, uma vez que atentariam para os ícones de modernidade e progresso da localidade que eram apresentados em consonância com as imagens referentes à capital do Estado – Belo Horizonte.

Ao analisarmos as representações da cidade de Juiz de Fora (MG), constatamos que o ponto de vista das classes mais favorecidas socialmente foi amplamente valorizado. Assim uma cidade que é um espaço a ser partilhado por todos cidadãos, "selecionou" apenas uma pequena parcela desse cenário social para ser estampado nas publicações em estudo.

Por derradeiro, ao analisarmos o conjunto das imagens impressas nos diversos veículos editoriais, torna-se explícito o objetivo dos fotógrafos e dos articuladores/editores de representar Juiz de Fora como uma "cidade modelo", simbolizando modernidade, progresso, dinamismo e civilização.

---

[1] PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras/ FAPESP, 1999, p. 35.
[2] CASA NOVA, Vera. *Lições de almanaque: um estudo semiótico*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996, p. 82.
[3] PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de ... Op cit.* p. 108 e 71.
[4] BOTREL, Jean-François. "Catálogo Almanak dos Almanaques" IN: MEYER, Marlyse (Org*). Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê, 2001, p. 18.
[5] ALENCAR, Gilberto de. ***Almanack de Minas para 1916.*** Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1916. p.6
[6] ALENCAR, Gilberto de. ***Almanack de Minas para 1916.*** Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1916.
BASTOS, J.***Almanaque industrial e mercantil de Minas.*** Juiz de Fora: J. Bastos & Cia, 1922.
[7] ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *Primórdios da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro, 1839-1900.* 3º. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p.97.
[8] ALENCAR, Gilberto de. ***Almanack de Minas...*** *Op cit.* p. 5.
[9] ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 199,p. 29 a 31. REZENDE, Lívia Lazzaro. Do projeto gráfico e ideológico: a impressão da nacionalidade em rótulos outocentistas brasileiros. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro: PUC, 2003, p.158.
[10] Ver: SOUZA, Ana Lúcia Fiorot. *Metáfora de modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora (c.1891 – c.1922).*(Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2005. Em nossa dissertação analisamos como a imprensa atuou na construção e manipulação das imagens da cidade, visando representa-la como moderna. Para tal, cria-se a idéia de uma cidade com benfeitorias destinadas a todos da sociedade, não sendo apresentado os aspectos excludentes das mesmas. Assim, buscou-se "esconder" as mazelas em que parte da população vivia.
[11] PONTES, Tito Livio; PINTO, Raymundo Alves (Org). ***Álbum de Bello Horizonte.*** São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1911. (Edição fac-similar).
[12]Alencar, Gilberto. ***Almanack de Minas para 1916.*** Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1916.Ver páginas: 08, 51e 96.
[13]Idem. p.093,148 e153.
[14] BASTOS, J.***Almanaque industrial e mercantil de Minas.*** Juiz de Fora: J. Bastos & Cia, 1922. p. 138.
[15] Idem, p 141.

IBÉRICOS, NATIVOS E O TROPICAL EM *O URAGUAI*:
Literatura arcádica e identidade na América de colonização ibérica.

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira – PPG-UFJF

Escrito em 1769 por Basílio da Gama, o poema *O Uraguai*,[i] meu objeto de estudo, constitui uma das mais interessantes fontes de referência para os estudiosos do Brasil dos setecentos. Sempre atento e detalhista, seu autor nos oferta uma valiosa variedade de informações acerca do modo de lutar, viver e pensar de, daqueles que viviam em áreas fronteiriças entre a colônia portuguesa e espanhola.

Para escrever sua obra, Basílio da Gama se inspira nos combates desenrolados em meados do século XVIII entre missões jesuíticas e tropas de Portugal e Espanha, e baseia-se em instruções e diálogos de governantes e encarregados, locais e da metrópole, envolvidos nas contendas. Cria, então, um personagem fictício, o índio Cacambo, para dele contar os últimos dias de vida, suas experiências, seus contatos com figuras que, ao que tudo indica, de fato existiram; são eles: o padre da Companhia de Jesus Lourenço Balda; o guerreiro nativo Sepé; o comandante lusitano Gomes Freire de Andrada; e o general espanhol José Inácio de Almeida.

É sabido que o problema de delimitação de fronteiras na América inspirava recorrentes disputas e acordos diversos entre as nações ibéricas. Para evitar conflitos, a solução que pareceu mais sensata aos diplomatas de Portugal e Espanha foi, pois, em 1750, a assinatura do Tratado de Madri (conhecido também como “Tratado da Permuta”): enquanto a Colônia do Sacramento passava à administração hispânica, os Sete Povos das Missões, próximos ao rio Uruguai, passavam a pertencer à Coroa lusitana. Na prática, porém, o trato não podia ser efetuado de maneira simples. É que os padres jesuítas – enviados pela Espanha há tempos para na dita localidade viver ao lado de centenas de índios guaranis – receberam a repentina determinação de se transferirem para o lado oposto da nova fronteira; julgando a instrução injusta, ilegítima, absurda, negaram-se a aceita-la. Encarregados do governo do Grão-Pará,

entretanto, no ano de 1752, ameaçaram tomar armas e efetuar a expulsão de forma violenta, fazendo com que missionários e índios se organizassem e solicitaram um prazo para se afastar do domínio português. Como, findos alguns meses, a promessa não havia sido cumprida, seguindo determinações rígidas de fazer valer o pacto, juntaram-se as tropas dos já referidos generais Andrade e Almeida, num momento, inclusive, referido n'*O Uraguai*:

Quando pelos seus guardas conduzido
Um índio, com insígnias de correio,
Com cerimônia estranha lhe apresenta
Humildes cartas, que primeiro toca
Levemente na boca e na cabeça.
Conhece a fiel mão e já descansa
O ilustre General, que viu, rasgando,
Que na cera encarnada impressa vinha
A águia real do generoso Almeida.
Diz-lhe que está vizinho e traz consigo,
Prontos para o caminho e para a guerra,
Os fogosos cavalos e robustos
E tardos bois que hão de sofrer o jugo
No pesado exercício das carretas.
Não mais tem que esperar, e sem demora
Responde ao castelhano que partia,
E lhe determinou lugar e tempo
Para unir os socorros ao seu campo.[ii]

Entretanto, o texto de *O Uraguai* costuma ser ponto de partida para a análise de aspectos outros, que aqui não podem ser ignorados: é também fonte bastante referida entre pesquisadores atentos a questões literárias, os quais, inserindo a referida obra no panorama da Literatura Arcádica, realizam trabalhos que buscam aproximações e disparidades com tal paradigma artístico.

Uma das propostas mais respeitadas acerca da produção intelectual setecentista na América portuguesa é a do renomado crítico literário Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira*. Conforme ela, uma "Literatura" propriamente dita teria começado a tomar corpo no Brasil assim que coincidiram dois relevantes fatores, um interno e outro externo: (a) o desenvolvimento de núcleos urbanos locais, na América, e (b) a chegada do estilo arcádico a portos lusitanos.[iii]

Antes de uma maior urbanização não teria sido possível, segundo Candido, existir na colônia portuguesa nem um corpo de escritores articulados, nem um mercado consumidor de livros satisfatório, daí prevalecer, em toda a história colonial brasileira, o que o autor chama "manifestações literárias". Apenas quando a descoberta de minérios no Sudeste repercute em concentração demográfica e econômica nas cidades, em crescimento do comércio interprovincial, e na formação de uma massa mais consistente de profissionais liberais americanos, portanto, é que um grupo coeso de pensadores (em geral mineiros de nascença), pautados numa mesma idéia do que viria a ser "tradição", e compartilhando a dada mesma conjuntura, passaria a vislumbrar projetos de criação esquematicamente comuns; isto é: faria surgir um "sistema literário".[iv]

Quanto ao Arcadismo, disserta também Sérgio Buarque de Holanda em *Capítulos de Literatura colonial*:

> O espírito da Arcádia, que se irradiou de Roma sobre a Itália inteira e, fora da Itália, sobre os países ibéricos, representou (...) o primeiro veículo por onde a sobriedade e o equilíbrio do Classicismo francês, já aclimado de certo modo e reelaborado, em terras do sul, pôde melhor infiltrar-se entre povos que pareciam ainda menos preparados do que os italianos para recebê-los.[v]

Dentre os ibéricos, contudo, conforme Holanda, os portugueses eram aqueles que pareciam mais afoitos em beber da fonte arcádica. É que naquele momento histórico específico a referência à Arcádia romana parecia cair como uma luva a pensadores que, comemorando o fim da união das Coroas e atribuindo as causas do atraso de seu país ao governo dos Filipes, agora se opunham ferrenhamente tanto aos excessos do gongorismo barroco, quanto à influência da literatura espanhola.

Nascido nas Minas Gerais em 1741, Basílio da Gama veio a conhecer a Europa quando já contava 23 anos, para cursar a faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Sendo, então, ainda padre jesuíta de formação e de vontade, como tantos de seus companheiros de ordem mostrou-se interessado pelo universo acadêmico em Portugal, na época marcado por intensos debates em prol da modernização tanto das estruturas administrativas, quanto das

formas de pensamento. Por se sentir, enfim, identificado àquele estilo literário que agora tanto mobilizava os portugueses, decidiu conhecer a Arcádia romana, sendo nela admitido em 1763, com o pseudônimo "Termindo Sipílio". Mais tarde, pouco antes de escrever *O Uraguai*, Basílio virá a abandonar a Companhia e aproximar-se do inimigo primeiro deste, o marquês de Pombal, fato que por fim não lhe impediu de fazer transparecer claramente ao longo de todo o poema sua admiração pelos autores italianos, cultivada desde sua juventude jesuítica, e evidente na citação abaixo:

Serás lido, Uraguai. Cubra os meus olhos
Embora um dia a escura noite eterna.
Tu vive e goza a luz serena e pura.
Vai aos bosques de Arcádia: e não receies
Chegar desconhecido àquela areia.
Ali fresco entre as sombrias murtas
Urna triste a Mireo não todo encerra.
Leva de estranho céu, sobre ela espalha
Co'a peregrina mão bárbaras flores.
E busca o sucessor, que te encaminhe
Ao teu lugar, que há muito te espera.[vi]

Porém, é preciso destacar: a importância de *O Uraguai* extrapola os limites permitidos por uma conceituação de "fonte histórica" mais convencional; isto é: a de fonte histórica enquanto "documento", "prova", "registro". O historiador norte-americano LaCapra, aqui, fornece uma contribuição relevante; em artigo célebre publicado na década de 1980, pôs, de fato, em marcha uma discussão inegavelmente fundamental sobre a natureza dos *textos*. Afirmou, então, a existência de duas formas esquemáticas de se olhar para eles – a concepção "documentária" e a concepção "dialógica" – e as definiu da seguinte maneira: a primeira encara o texto como registro do "real", vai até ele com o intuito de garantir informações sobre a "realidade" que se crê envolve-lo, justifica-lo, e dar a ele vida; a segunda, avalia o texto enquanto "obra", levando em conta a capacidade de cada um de seus leitores apresentarem uma interpretação própria, criarem sobre ele, identificarem-se, comprometerem-se, inspirarem-se, mobilizarem-se...

Sendo assim, pontua LaCapra:

> El ser-obra es crítico y transformador, porque desconstruye y reconstruye lo dado, en un sentido repitiéndolo pero también trayendo ao mundo, en esa variacíon, modificacíon o transformacíon significativa, algo que no existía antes. (...) Un diálogo implica el intento del intérprete de pensar más en profundidad lo que está en discusíon en un texto o una "realidad" pasada, y en el proceso el mismo cuestionador es cuestionado por el "otro".[vii]

Desta feita, faz-se mister ter em mente que o referido poema, *O Uraguai*, citação constante em manuais de Literatura desde sua primeira publicação, passou pelos mais diversos tipos de abordagem, e teve a si atribuídos múltiplos significados históricos. Atualmente, por exemplo, é considerado uma das mais importantes obras literárias *brasileiras*, embora na época em que viveu Basílio da Gama o Brasil não fosse ainda uma nação independente. E será justamente tal contradição, tal problemática (a classificação teleológica comumente conferida a nosso objeto-texto) que passará, pois, daqui em diante, a constituir o interesse central deste trabalho. Interesse que surge, a meu ver, entrelaçado ao problema da identidade... interesse, que, a título de ilustração, será abordado a partir de dois motes: a definição de fronteiras e a idéia da natureza e homem tropicais.

No que diz respeito à questão das fronteiras à luz do problema da identidade nacional, há que se pensar no fato de que *O Uraguai* toma como pano de fundo a união de forças de duas nações – Portugal e Espanha – para fazer valer um tratado de limites. O poema de Basílio da Gama apresenta o encontro como essencialmente harmônico, fato que na obra de Francisco Adolfo Varnhagen, *História geral do Brasil*, de fins do século XIX, aparecerá relativamente invertido. Em uma edição posterior da obra de Varnhagen, por outro lado, sob a responsabilidade de Rodolfo Garcia fontes primárias serão anexadas às notas de pé de página, tornando bem mais claras as indisposições entre os representantes dos países envolvidos. Um bom exemplo é o seguinte trecho da carta em que Gomes Freire discorre acerca da atuação do general espanhol Almeida, seu companheiro de empreitada:

> depois de expôr hum largo discurso para colorir o desacordo da sua frouxidão, me deu a ver quanto elle vinha apartado da razão e da sinceridade, com que os nossos Soberanos nos mandam tratar; poz todo o seu estudo em capacitar-me, que o Tratado estava em estado de se cumprir da sua parte. (...) Mostrei-lhe com a verdade, quantas mil pessoas estavão ainda desta parte do Uruguay e

> instei (...) dos que havião de transmigrar a outra faltavão (por se acharem dispersos) muitos mil...[viii]

Essas diferenças, a meu ver, não são, contudo, aleatórias. Não significam que Basílio da Gama dissimule ou forje uma identificação imprópria entre portugueses e espanhóis. A questão, creio, é que, no período em que foi escrito *O Uraguai*, ainda não seria corrente a preocupação de definir uma referência una, fundadora, para os povos que habitavam a dada região... uma referência que, no segundo império e na já república (períodos em que escreveram, respectivamente, Varnhagen e Garcia), apontaria comumente para a nação lusitana – ao menos entre os autores brasileiros.

Interessante seria, pois, esboçar possíveis perspectivas do pensador americano do século XVIII (entre os quais se inclui o autor de *O Uraguai*) acerca do problema das fronteiras. Segundo o historiador Wilson Martins, a preocupação em firmar limites entre as posses de Portugal e Espanha na América estaria sobejamente difundida entre os mais importantes ciclos intelectuais, refletindo-se, por exemplo, em 1752, na fundação da *Academia dos Seletos*, da qual veio a participar Basílio da Gama, e que se dizia destinada a homenagear o general Gomes Freire de Andrada. Partindo deste ponto de vista, Martins chega a afirmar que a importância do poema de Basílio da Gama reside no fato de que faria parte da *"história do nosso estabelecimento territorial"* e da *"fisionomia geográfica do Brasil"*;[ix] posição que julgo seriamente contestável, pois ignora estar o referido autor setecentista então alheio aos rumos posteriormente tomados pela história da América de colonização lusitana.

No que diz respeito às referências de *O Uraguai* à natureza americana, podemos dizer que existem inovações na maneira como Basílio da Gama as faz. Em seu poema, diferentemente do que ocorre na grande maioria de publicações contemporâneas a ele, o ambiente tropical de certo alarga o papel de mero cenário, para incorporar funções definitivas no desenrolar da história, como mostra a passagem em que o personagem Cacambo é carregado pelo rio até a borda oposta, na qual se encontravam acampados os portugueses,

seus inimigos de batalha.[x] A descrição da natureza em *O Uraguai* também não mais se restringe a simples traços objetivos, mas ganha densidade e encanto, o que indica aproximação com o estilo literário que predominará no século XIX, o Romantismo.[xi] Além do mais, é importante ressaltar o fato de que Basílio da Gama já não mais explora o tema da natureza intocada, mas, de maneira distinta, em vários momentos apresenta espaços em que construções realizadas pelo homem e por Deus se misturam, interagem, complementam.[xii]

A caracterização dos personagens indígenas de *O Uraguai*, contudo, se aproxima bastante do modelo hoje comumente proposto para o século XVIII como um todo, já que não chega a romper com a perspectiva pitoresca. Nela seu autor não demonstra ainda qualquer inclinação ao popular; na realidade, se por um lado Cacambo usa adornos de penas e pinta o corpo, por outro, sempre aparece em uma postura elevada, polida, excessivamente formal para um homem que vivia distante da cidade. Ao encontrar o general das tropas inimigas, por exemplo, se dirige a Gomes Freire e argumenta com seriedade e clareza, almejando evitar a guerra:

Fez, ao seu modo*, cortesia estranha*,
E começou: Ó General famoso
Tu tens à vista quanta gente bebe
Do soberbo Uraguai a esquerda margem.
Eu, desarmado e só, buscar-te venho.
Tanto espero de ti. E *enquanto as armas*
Dão lugar à razão, senhor, vejamos
Se se pode salvar a vida e o sangue
De tantos desgraçados.[xiii]

A leitura de *O Uraguai* revela também que seu autor ainda se sentia demasiadamente português para tomar consciência de que talvez um estilo de escrita alternativo, diferenciado, estivesse se impondo. Conforme demonstra Adrían Gurza Lavalle, os demais poetas da época que hoje nos servem de referência – malgrado a diversidade de estilos ou escolhas políticas que se nota entre eles – também não; revelam, outrossim, como viemos observando nas referências a Basílio da Gama, inquestionáveis senso cívico e fidelidade às expectativas da nação portuguesa, e não a preocupação de apresentar o tropical como alternativa civilizatória.[xiv]

Isso não quer dizer, contudo, que o texto dos poetas mineiros não apresentasse qualquer novidade em relação aos textos concebidos na metrópole. Na realidade, embora não tenha ao menos concebido sua obra-prima propriamente em terra brasileira, Basílio da Gama em geral é associado aos autores que escreveram *na* América portuguesa, pelo simples fato de ter escrito *sobre* a América portuguesa, como se a ela pertencesse. Conforme Holanda, enfim, *"a carta que do Rio de Janeiro endereçou a Metastasio, acompanhando um exemplar* d'O Uraguai*, faz questão de frisar que a matéria do poema, que acabava de sair dos prelos da Régia Oficina Tipográfica, em Lisboa, era, toda ela,* americana.*"*[xv] Importante lembrar: americana, e não propriamente nacional – portuguesa ou, d'outro lado, brasileira.

Considero, portanto, que uma análise historiográfica de *O Uraguai* que não leve em conta os novos debates em torno da problemática das fontes corre sério risco de construir hipóteses anacrônicas e reducionistas. De minha parte, acredito que o esboço de reflexão desenvolvido ao longo deste artigo garante pinceladas (embora superficiais) importantes, e o faz destacadamente ao apresentar a obra de Basílio da Gama como fundamental para estudiosos que se dedicam a compreender o homem setecentista sim, mas, sobretudo, o é para todos aqueles que na atualidade se interessam pelo fluxo e refluxo de significações tomadas por conceitos tais como o de "identidade americana" ou, em específico, "brasileira".

---

[i] A edição a qual tive acesso ao longo da elaboração do presente texto é, contudo, é claro, mais recente. GAMA, Basílio da. **O Uraguai.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
[ii] Idem, p. 23-24.
[iii] CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira.** 1959. São Paulo: Martins, 1959. t. 1.
[iv] Ibidem.
[v] HOLANDA, Sérgio Buarque de. In: CADIDO, Antonio. **Capítulos de Literatura colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 206.
[vi] GAMA. op. cit. p. 99.
[vii] LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, Elías José. **Giro lingüístico e historia intelectual.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, s/d. p. 239.
[viii] Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, s/d. 5. ed. p. 169.
[ix] MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira.** São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1977. p. 364
[x] Cf. GAMA. op. cit. p. 60.
[xi] Cf. Idem, 76.
[xii] Cf. Idem, 77.
[xiii] Idem, p. 40. Grifos meus.
[xiv] GURZA LAVALLE, Adrián. **Vida pública e identidade nacional;** leitura brasileiras. São Paulo: Globo, 2004. p. 73.
[xv] HOLANDA, Sérgio Buarque. Gosto arcádico. In: ---. **Esboço de figura;** homenagem a Antônio Cândido. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. p. 327-353.

A REPRESENTAÇÃO DA SEXUALIDADE DA MULHER BRASILEIRA NA OBRA DE ALGUNS PINTORES DO SÉCULO XIX E XX

Ana Maria Augusta da Silva

Ao buscarmos uma primeira aproximação sobre o discurso visual da sexualidade feminina brasileira nos séculos XIX e XX, observamos, que a pintura é um recurso fértil para a análise desse conteúdo, podendo fornecer algumas pistas sobre a relação entre sexualidade, gênero e cultura. A pintura, dessa forma, é tratada como um fenômeno social que pode ser deduzido de manifestações simples as mais complexas, tentando com isso rastrear o fenômeno primordial que se imprime nesta relação. Não pretendemos estabelecer uma discussão sobre a estética desenvolvida na obra destes pintores, porém procurar as pegadas, os vestígios que nos permitirão construir uma "imagem" desta relação. Neste sentido, se faz necessário estabelecer uma trama sobre estes elementos pictóricos que irão nos possibilitar abarcar as transformações porque passou a sexualidade feminina brasileira no decorrer do século XIX e XX. Esta forma de construção do objeto foi definida por Ginzburg como "paradigma indiciário" em que se pretende ".... buscar, no interior de um sistema de signos culturalmente condicionados como o pictórico, os signos que tenham a involuntariedade dos sintomas."[1] A idéia é que estes indícios, signos breves de nossa aventura, nos permitirão seguir uma trilha que afaste o nosso objeto de uma visão linear da história e da previsão de seu sentido, ou seja, que o aproxime das descontinuidades que podem se deixar capturar frente as urdiduras tradicionais.

Para se interpretar a imagem feminina devesse observar os mecanismos de inclusão e exclusão que operam determinando os valores estéticos culturais que passam a ser expressão de ideários, imaginários e representações de uma época. A mulher negra

[1] Ginzburg. 2001:171.

não aparece como protagonista nos discursos sobre a figura feminina. Encontramos algumas representações sobre a mulher negra na literatura de 1870, no romance Escrava Isaura, de Guimarães. A escrava que é protagonista do romance é branca, exala os valores da cultura ariana, recatada, educada e virtuosa, sua imagem é organizada sobre estereotipo do olhar masculino. Já a personagem Rosa, mulher negra e escrava se desenvolve como personagem sobre o estereotipo da mulher mulata, escrava, amoral e assanhada. Até 1888, qualquer homem branco que tivesse um pouco de posses poderia ter uma escrava negra ao seu dispor enquanto que a prostituta branca era objeto de desejo das camadas mais abastadas.

O esforço civilizatório exercido pelas autoridades, instituições legais, de civilizar o Brasil é notório não somente pelo afrancesamento das elites e de suas prostitutas de luxo, pelas grandes avenidas, pelos cafés, salões, pelos hábitos burgueses, extirpando qualquer traço colonial e erguendo signos civilizatórios nas principais cidades brasileiras deste período. É, nesta tensão entre os valores e os ideários paternalistas herdados de uma sociedade colonial e os valores e os ideários burgueses em ascensão que veremos as expressões artísticas se desenrolarem na forma de uma jovem nação que se estrutura social, econômica e politicamente sem romper de fato com as antigas estruturas sociais e culturais.

A civilização caminha de mãos dadas com o progresso, como afirma o lema "Ordem e Progresso" da bandeira nacional, é necessário definir as etapas deste progresso, do processo civilizatório. A civilização como meta histórica se contrapõe à natureza, ao bárbaro, a selvageria. O passado é negado não somente na sua relação subalterna e exploratória do status de colônia, porém do estado bruto da maioria de seus habitantes, estado de natureza. Neste sentido, a civilização é um critério reconhecido como um valor moral político que permite estabelecer os limites do que é ou não

civilizado, portanto bárbaro, selvagem e, em sua defesa todas as armas materiais e simbólicos serão usadas.

As mulheres devem na ideologia burguesa circunscrever-se ao espaço doméstico, do lar, aconchegante e seguro das mazelas da vida pública. Valoriza-se a maternidade, a mulher-mãe, filha, esposa. Parece que reproduzimos o mesmo ideário de mulher inacessível do período barroco, representada nas pinturas evocativas da Virgem Maria, santas de diferentes denominações, como é o caso da "Maternidade" de 1906 de **Visconti** e **Bernadelli** com o quadro "Maternidade" de 1933.

A forma como os elementos se dispõem no quadro, os significados que afirmam são importantes para compreensão das representações da sexualidade feminina, sendo a sexualidade um fenômeno social e histórico que varia no tempo e no espaço. Estas representações nos conduzem a uma história narrativa a partir das imagens femininas retratadas que nos levam a refletir sobre os costumes sexuais e sua coreografia naquele período[2]. Como observamos nos quadros de **Almeida Junior** famoso por suas pinturas de gênero que retratam o cotidiano burguês, a quem considere que a pintura de gênero no Brasil foi quase como uma tendência nacional, "Estudo da mendiga" de 1899, "Saudades" de 1899, "Depois da Festa" de 1886, "Repouso s.d.", "Moça com livro s.d.", "Leitura" de 1892, "O modelo" de 1897, "Ateliê em Paris" de 1880, "A pintura" de 1892.

As representações femininas como alegorias também cabem a este fim como é o caso do quadro "Moema" de **Victor Meirelles**, de 1866, baseada no canto VI do poema épico de Caramuru (1781) de Frei José de Santa Rita Durão. Conta a estória da partida do português Caramuru e da índia apaixonada que inconformada com a partida do amado se joga ao mar, na tentativa de seguir o navio e "Iracema".

[2] As subjetividades humanas ainda eram naquele período, antes da ascensão de regulações midiáticas, reguladas por instituições tradicionais, como família, igreja, escolas, etc. As experiências e os sentidos que são construídos circulam sobre identidades tradicionais, sendo sua territorialidade constituída pela tradiçãoe pelos costumes.

Assim, as pinturas do século XIX e XX desenham traços de uma sexualidade feminina idealizada, seja privada ou pública. No Brasil, a cisão da visão feminina entre prostituta e santa corroborada pelo mito cristão de Maria e Madalena e por séculos de um catolicismo vulgar ou rural faz raiz em toda gente, também reafirmam este ideário. O rompimento destes modelos femininos estereotipados acontece em diferentes expressões sociais, todavia restringi-se ainda as classes abastadas ou raros exemplos populares. Podemos refletir sobre as influências das vanguardas européias sobre algumas pinturas femininas que parecem guardar influência com o *art nouveau* e o surrealismo.

Este pode ser o caso de "Judith e o Holofernes", de **Pedro Américo**, 1880, é um tema clássico, Judith mata com as próprias mãos o marido Holofernes. A cabeça cortada de Holofernes não parece no quadro ou esta em tal posição que não conseguimos um recorte claro e preciso. O quadro não conta o episódio mítico, apenas parece fazer um retrato de Judith. As suas vestes, o posicionamento dos cabelos parece colocá-la como objeto de desejo e não a assassina do marido. O tema da mulher fatal, inacessível, era um tema no final do século na Europa devido às transformações do papel social da mulher na sociedade. É uma mulher fatal que pode nos ameaçar pela sua vontade de liberdade e poder. Este quadro é do período que volta a Europa, a Florença. Já "David e Abisag" de 1899, "A noite e os gênios do estudo e do amor" de 1886 e "A carioca".

Os elementos que compõem o discurso da figura feminina a partir da obra dos pintores citados são ricos em simbologias. Devemos observar sua composição, a disposição dos objetos que se agrupam nas zonas centrais e ou periféricas do quadro que privilegiam o corpo feminino como instrumento de arte, de divulgação, de comunicabilidade, seja na publicidade, como mostram os quadros de Alphonse Mucha, para produtos como cigarros, bares, ou que enfatizam um novo estilo de vida derivado da modernidade e suas tecnologias e os valores burgueses. O discurso sobre a figura feminina a introduz no espaço público como mercadoria, porém não rompe totalmente

seus vínculos tradicionais com instituições como a família, ela passa a aparecer de forma mais explicita como um veículo por onde circulam os desejos masculinos e femininos.

Não existe equilíbrio de poder, não existe relação igualitária, o desejo que expressa as fantasias e os sonhos são desejos masculinos sobre os corpos femininos, por isso corpos femininos passivos a atender os anseios masculinos. A tentativa de capturar fragmentos que possam fornecer indícios sobre a sexualidade da mulher brasileira, nestas obras de autores do século XIX e XX, tem como premissa séculos de negação e repressão da sexualidade feminina brasileira seja ela indígena, negra e branca na constituição da nação brasileira. E aqui, fazemos uma estreita relação entre sexualidade e política, sexualidade e cultura. Freire (1997) relata que sobre o corpo da mulher índia e negra é que o Brasil ocupou-se de gente.

Os novos códigos que se instauram são traduzidos sob normas e padrões sociais que não somente definem os espaços de circulação feminina, porém seus hábitos e desejos – os homens agem e as mulheres aparecem. Na aparição feminina que se instaura pelos discursos diversos vão se afirmando os espaços e a função social do observador, relacionado ao equilíbrio social de poder entre homens e mulheres que definem os espaços entre o público e o privado, constituindo novos entrecruzamentos que passam a definir novas posturas sobre o exercício da sexualidade feminina. No contexto cultural brasileiro do século XIX e XX, encontramos distintos discursos sobre a sexualidade da figura feminina, expressa pela mulher pobre (branca, mestiça, negra alforiada), pela índia, pela branca das mansões burguesas, pelas prostitutas dos diferentes espaços da cidade que se desenha. O discurso sobre a figura feminina indígena pode ser coletado em personagens de romance, poemas, pinturas e algumas fotografias de tribos de países latino-americanos que, como o Brasil, tiveram a sua população autóctone espoliada, trucidada, desenraizada, quando não aniquilada como

humanidade. Como poderemos ver adiante em pinturas que retratam uma figura feminina idealizada, na sua forma nacionalista como “Moema” ou “Iracema”.

Um outro pintor que esteve também sob forte influência dos movimentos de vanguarda européia foi **Visconti**, observamos “A providência guia Cabral”, de 1899 e a “Maternidade” de 1906. O modelo que utiliza em grande parte de suas obras é sua esposa, Louise. Possuía interesse pelos movimentos de vanguarda européia como art nouveau e o simbolismo que se expressam em suas obras “Giuventu” de 1898 e “A Dança da Oréades” de 1899 que foi premiada na Exposição Universal de Paris em 1900.

O olhar idealizado ou erotizado de observar e do ser observado que é determinado socialmente e que se relaciona com as formas e conteúdos expressos de cada sexo culturalmente podem ser observados nestas obras. As imagens femininas devem compreender não somente a posição feminina no quadro mas a do espectador também, tanto de dentro do quadro como o de fora do quadro. E é para este olhar que devemos estar atentos ao observar estes discursos sobre a figura feminina. O que é exposto com a tinta pode ocultar o que realmente acontece nesta relação entre modelo e pintor ou pintora, pois são imagens idealizadas ou erotizadas. O olhar erótico sobre o discurso da figura feminina nestas pinturas sejam elas de cenas mitológicas, alegóricas ou cristãs induzem o olhar por meio da sedução do discurso da figura feminina, o corpo nu. Não nos iludamos *“fazer-ver é exatamente a negação da transparência”*[3].

As experiências femininas retratadas fornecem elementos para a construção de uma sexualidade feminina idealizada, baseada numa mulher que não é real, pois os símbolos ressaltados dizem respeito aos códigos burgueses de conduta e controle. Os

[3] Ribeiro, 1995: 439.

pintores controlavam sob o olhar dominador sexualmente as representações femininas[4], mais do que em qualquer outra época era negado o desejo da mulher.

Os corpos sexualizados, as fantasias, as mulheres submissas, escravas satisfeitas, mulheres sedutoras, todas fazem parte do imaginário masculino sobre a sexualidade feminina. Talvez, os corpos que não eram desejosos do imaginário masculino não encontrassem respaldo nas pinturas dos séculos XIX sobre a sexualidade feminina. O corpo feminino é ao mesmo tempo público e privado, situado num emaranhado de códigos sociais que se alteram regredindo ou expandindo os espaços entre estes limites. O corpo feminino é um dispositivo de controle, e principalmente sua sexualidade deve ser regrada, reprimida e controlada. A sexualidade feminina deste período expressa por estes discursos impera com a figura da esposa-mãe e suas atividades de ocupação no espaço domestico burguês também são expressões que afirmam a identidade que cada sexo tem de si ou deseja ter na sociedade que se institui.

A sexualidade é um campo determinado culturalmente e se expressa nas relações sociais. Com o advento do Brasil no rol dos países civilizados, novos hábitos circunscrevem a realidade cotidiana nacional, imprimindo uma marca de modernidade. Neste momento, civilidade e modernidade passam a ter a mesma conotação. Pensar, pois, em uma sexualidade privada é determinar novos hábitos, controles e regramentos no espaço íntimo das casas burguesas. A sexualidade privada é uma outra sexualidade feminina que se quer construir no conforto dos lares urbanos. Uma sexualidade domesticada burguesa, que segue parâmetros urbanos e modos de distinção, e que pretende totalitária, homogeneizante por meio de padrões de normalidade e anormalidade.

[4] Os pintores se não pertenciam a famílias abastadas vivem próximos o bastante para se identificar com essa elite enquanto que os modelos eram em sua maioria da classe trabalhadora, salvo exceções.

O corpo das mulheres públicas, de sexualidades públicas é um território de passagem, semelhante aos bulevares de Paris incrustadas de vidros que permitem a visibilidade para dentro das lojas. Corpos desejosos, repletos de novidades das principais capitais da Europa, porém, infinitamente distante na medida que se torna um objeto de luxo, senhoras de bom gosto e civilizadas. A sexualidade pública é expressa por um passado que se quer esquecer miscigenado, de ventres negros e índios estuprados, mas que insiste em aparecer nas entrelinhas das representações sociais com suas formas sexuais desregradas e alternativas. O público é usado em sua conotação de diversidade, de variável. A sexualidade pública é a dos domínios culturais, cuja subjetividade é formada no seio de comunidades e de guetos, socializa os prazeres e incorpora a diversidade.

Um discurso sobre a figura feminina é reafirmada nos moldes dos padrões burgueses, que é da mulher-mãe, reprodutora burguesa, muito semelhante a mulher-mãe da casa-grande. Este discurso refere-se a uma sexualidade passiva, assexuada, em que o desejo para si é inexistente e que encontra sua oposição na ativa sexualidade masculina, lembramos aqui os espaços públicos de bordéis.

A sexualidade feminina ativa, o desejo para si, da mulher da cidade ou do campo se restringia a prostituta, talvez mulheres foras e ou livres, que por vivenciarem uma sexualidade pública se opõe a uma sexualidade privada passiva da mulher burguesa ou da casa-grande. Com isso, não excluo outras possibilidades de manifestações sexuais presentes neste período, porém afirmar que a dimensão política de organização social se inscreve na forma de organização da sexualidade brasileira, no nosso caso a da feminina e que podemos descortinar na obra de alguns pintores do século XIX e XX.

No início do século XX a imagem idealizada vai se desfazendo e incorporando novas nuances de mulheres concretas, incorporando nuances diversificadas sobre a identidade da mulher brasileira. É interessante observamos como estes novos papeis

femininos são expressos ou não nas pinturas deste período de forte imigração italiana, polonesa, alemã, etc. De **Bernadelli**, os quadros “Messalina” de 1880, “Tanrantela”, “Demantilha a leque” de 1933 e “A cigana” de 1926.

"Villa de Poços, 1893": História e Memória de Poços de Caldas

Ana Maria Brochado de Mendonça Chaves[1] - PUC-Minas/Poços de Caldas

Fernanda Mendes Resende[2] - PUC-Minas/Poços de Caldas

Este trabalho visa apresentar parte dos resultados da análise que está sendo elaborada pelo Grupo de Pesquisa "Cultura, Memória e Sociedade" da PUC Minas *campus* Poços de Caldas (cidade pólo do sul do Estado de Minas Gerais) sobre o documento manuscrito "Questionário enviado aos municípios mineiros em 1893, Município de Poços de Caldas"[3], aqui denominado "Villa de Poços, 1893", encontrado no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, MG, durante a pesquisa de mestrado da Professora Ana Maria Chaves.

Após a Proclamação da República, o governo estadual buscou conhecer melhor a realidade socioeconômica, cultural, territorial e política de Minas Gerais, através da construção de censos estatísticos sobre os municípios e os cidadãos. Atendendo a este propósito, este questionário, elaborado durante o governo de Afonso Pena (1892-1894) e enviado às localidades mineiras, ficou conhecido como "Enquete Campista", em razão do envolvimento do então funcionário público David Campista no projeto.

Considerado como uma das fontes primárias mais antigas encontradas sobre o município de Poços de Caldas, o documento analisado apresenta importantes dados históricos, até então desconhecidos pelos mais recentes historiadores do município.

O documento apresenta as *Informações solicitadas a distinctos cidadãos para a confecção de um trabalho sobre o Estado de Minas*, através de um longo questionário.

O recorte temporal para esta pesquisa foi estabelecido visando recuperar a dinâmica das discussões relativas à sociedade, à economia e à política em fins do século XIX e início do século XX, com ênfase nas primeiras décadas republicanas.

O período estudado representou, no Brasil, uma época de grande efervescência política, sendo que algumas áreas de atuação dos governos foram entendidas como vias relevantes de divulgação das propostas republicanas, como, por exemplo, educação, agricultura, saúde, entre outras, o que significou, nestes campos, investimentos, tanto políticos quanto financeiros, por parte do governo[4].

Ao longo do século XIX, observa-se a presença de importantes discussões políticas na busca de uma racionalização dos tempos, disciplinarização dos corpos e espaços, e uma organização dos cidadãos brasileiros, constituindo assim a formação do Estado Liberal brasileiro.

Este período assistiu a mudanças significativas em vários destes aspectos. Na educação, por exemplo, poucas escolas elementares isoladas na Província nos primeiros anos do Império, crianças apinhadas em salas de aulas ocupadas nas casas dos professores, parcos recursos pedagógicos. Ao final do século XIX compreendia-se a instrução organizada em Grupos Escolares, estando as crianças separadas por graus de adiantamento e nova metodização do ensino, mesmo que tal estrutura não estivesse ainda generalizada para toda a população escolar.

As discussões relativas às novas ações políticas ocorridas a partir de fins do século XVIII no mundo ocidental estiveram em consonância com o contexto histórico de produção de novas percepções em relação aos cidadãos, especialmente à criança, à família e às diferentes sociabilidades produzidas neste período.

Tal divulgação fez parte de um contexto no qual ocorreram mudanças relativas às condições materiais da sociedade, às alterações nas formas de produção da vida material, política e cultural, bem como foi parte do processo de desenvolvimento das ciências e culto ao progresso e das expectativas de produção de um novo sujeito social.

No Brasil, guardadas as particularidades locais, as discussões relativas à necessidade de uma nova pedagogia também ocorreram com grande intensidade.

A análise do questionário sobre a “Villa de Poços” ajuda a detectar movimentos de rearticulação política, cultural e social ocorridos em Minas Gerais em fins do século XIX e início do século XX, no contexto brasileiro de significativas mudanças sócio-políticas e, principalmente, no momento em que se fizeram presentes, também de forma constante, os apelos da ciência como fonte de progresso.

O questionário “Villa de Poços” traz informações relativas aos aspectos físico, social, econômico, político e cultural de Poços de Caldas no ano de 1893, bem como apresenta alguns registros históricos que datam da época de fundação da localidade (1872).

São apresentados dados bem precisos (tais como o número de casas, ruas, praças, escolas, etc.), além de características do clima, hidrografia, relevo e riquezas naturais da região (especificamente sobre as águas termais e sulfurosas, descrevendo as suas propriedades medicinais).

Os aspectos econômicos podem ser encontrados a partir da apresentação das lavouras, pecuária, e produtos comercializados no município e região; em relação à educação, são apresentadas as escolas públicas e particulares (assim como o número de alunos freqüentes); a administração pública é bem detalhada, desde os serviços públicos prestados até as dificuldades encontradas pelo poder público local para administrar uma localidade sem o auxílio do governo estadual.

Incluir a estatística como objeto de estudo histórico, importante em si mesmo, torna-se imprescindível para a compreensão de várias facetas da história brasileira. A produção das estatísticas está ligada a uma intencionalidade política e ao poder de intervenção social que confere aos seus manejadores. A importância da estatística está em que ela não apenas é apresentada como um discurso neutro e universal dos números, como pretende, mas porque acaba por afiançar e justificar decisões políticas fundamentais sobre importantes setores da vida social[5].

Poços de Caldas possui, segundo o censo 2000 realizado pelo IBGE, uma população aproximada de 136 mil habitantes. Localiza-se a 460 km da capital mineira, Belo Horizonte, e a 280 da capital paulista, São Paulo. Essa proximidade com o Estado de São Paulo, mais do que com o centro econômico mineiro, marca a população poçoscaldense com uma importante influência paulista em vários sentidos, inclusive na maneira de falar e em questões cotidianas, como, por exemplo, times de futebol e programas de televisão.

Em 1893, segundo o manuscrito "Villa de Poços",

> *a freguezia de Poços de Caldas, destacada da antiga parochia de Caldas, foi elevada a freguezia, sob a denominação de Freguezia de Nossa Senhora da Saúde das Aguas de Caldas, pela lei de no 2542 de 6 de dezembro de 1879 e elevada á Villa (sem fôro) depois da proclamação da Republica, 1890. A povoação tem 282 casas e 50 em construção. Tem 20 ruas e uma praça, a Praça do Senador Godoy. Não ha edificios públicos. Este districto tem 2000 habitantes, fixos.*

A cidade de Caldas dista 30 km de Poços de Caldas e possui, hoje, cerca de 12 mil habitantes (Censo 2000 IBGE). Assim como Poços de Caldas, a cidade de Caldas é uma estância hidromineral, mas não é freqüentada como sua antiga freguesia.

O surgimento da localidade em função das águas termais e sulfurosas proporcionou um rápido crescimento demográfico, que beneficiará também a atividade mercantil e turística (turismo de saúde, já em fins do século XIX).

A importância do termalismo é apontada pelo manuscrito:

> *A curiosidade natural, que existe na povoação, são as fontes thermaes e sulfurosas, que compõem dous grupos hydrologicos: o de Pedro Botelho e o dos Macacos. Estas aguas são aconselhadas nas (doenças) horpatica, escropulosa e syphilitica; nos diversos generos de rheumatismo; nas catarrhas das mucosas; na (sirrose) e sua (cura); nas ulceras; nos (eussigitamentos) organo (hyperphatismo). Como o clima é excellente, estes ares sugerem a saude e dão nova vida.*[6]

O maior e mais relevante movimento econômico de Poços de Caldas, atualmente, dá-se pelas grandes empresas mineradoras, extratoras de alumínio.

Em 1893, o(s) funcionário(s) que preencheu o questionário (e que, infelizmente, não acrescentou seu nome ao mesmo) afirmava que a *"unica industria aqui é a do gado, o fabrico do queijo e do leite; tudo se faz, porem, a moda antiga. O trigo e a uva dão perfeitamente aqui. Quanta riqueza desaproveitada! "* Cabe salientar que a estrutura (lati)fundiária (em 1893 o município contava com 06 latifúndios) marcou a história de Poços de Caldas ao longo da maior parte do século XX.

Atualmente, o maior e mais relevante movimento econômico de Poços de Caldas dá-se pelas grandes empresas mineradoras, extratoras de alumínio, tendo, ainda, alguma importância econômica, a atividade turística.

A ausência do poder público estadual, apontada em inúmeras respostas do questionário, esclarece (em algum sentido) as dificuldades da população em relação à infra-estrutura básica da localidade:

> *Aqui está tudo por fazer: não temos ruas, não temos praças, não temos pontes, não temos illuminação, nada em summa. Ora, considerando que Poços é uma Estância Balneária de primeira ordem, tanto que é a unica Thermal e sulfurosa do Brazil; considerando que para aqui affluem, todos os annos, banhistas de diversos pontos do Brazil e estrangeiros de toda a procedência, é uma vergonha que as cousas continuem como são.*
>
> *Eu creio que com 2:000:000:000 podia-se fazer de Poços uma povoação capaz, desde que houvesse plano de obras.*

Em outra parte do documento, o funcionário afirma novamente, desta vez fazendo uma ironia em relação à construção da nova capital mineira, que estava no início, e seria inaugurada quatro anos mais tarde, em 12 de dezembro de 1897:

> *A villa de Poços precisa de tudo: não tem ruas, não tem pontes sobre o Ribeirão; não tem serviços de agua e esgoto; não tem illuminação publica; nada absolutamente; tudo está por fazer, e não obstante isso, vamos gastar centenas de contos, nós os Mineiros, com a edificação de uma nova Capital: faz lembrar a casa de luxuosa sala; criteriosamente (com fundos?) imunda e pobre!*

Em relação à educação, a resposta ao questionário é curta, talvez pelo simples fato de existirem apenas quatro escolas na Vila, duas públicas e duas particulares. É interessante notar que quem preencheu os dados faz certa apologia às aulas particulares,

em detrimento às aulas públicas, mencionando, inclusive, iniciativas particulares de intervenção e melhorias estruturais nas escolas particulares, não aparecendo nem mesmo o nome dos(as) professores(as) das escolas públicas:

> *Ha aqui duas aulas publicas; de primeiras letras, para o sexo masculino e feminino; a frequencia media d ´estas aulas não chega a 40 alumnos, diariamente.*
>
> *Ha dous collegios particulares, um para meninos, dirigido pelo illustre professor, Sr. Francisco Furtado de Mendonça Filho, e outro para meninas, dirigido pela Exma. Sra. D. Laudelina Jorsey, habil educadora, conhecida no Rio de Janeiro.*
>
> *Ambos estes collegios são muito frequentados: o primeiro já não tem commodos para alumnos e procura o seu director em fazer um vasto edifício, por meio da sociedade; o segundo, o de meninas, vai ter edifício próprio, graças ao patriotismo do cidadão Cap. Manuel Junqueira.*

Os dados, preliminarmente aqui apresentados, permitem concluir que o documento em questão apresenta-se como sendo um importante registro histórico do município, especialmente no que diz respeito ao desconhecimento de fontes primárias relativas às origens da localidade.

Compreende-se que a construção da identidade de uma comunidade parte, necessariamente, da preservação da sua memória histórica e coletiva. E, dessa forma, a herança cultural de uma comunidade só pode ser produzida e reproduzida a partir da preservação e apresentação desse patrimônio cultural.

Nesse sentido, o trabalho de transcrição do manuscrito e posterior publicação/ divulgação para a comunidade poços-caldense configura-se como uma tentativa de se atribuir valor a uma fonte histórica, capaz de proporcionar novos conhecimentos e reafirmar elementos da identidade histórica e cultural daquela comunidade.

Vive-se hoje em um mundo “pós-moderno”, fragmentado em valores e conhecimentos. Palavras como eficiência, eficácia, produtividade, vão ao encontro do imediatismo, tão necessário à rearticulação permanente que garante a sobrevivência do mundo capitalista. No entanto, quando se reflete sobre o tempo e a memória, temas

algumas vezes discutidos quase sempre apenas pelos acadêmicos, compreende-se a urgência de se recuperar fontes históricas como um dos mais importantes meios de preservação dos bens culturais de uma comunidade, considerando que esses bens são a manifestação viva da existência e significado daquela mesma comunidade.

Assim, torna-se relevante salientar que esta é uma pesquisa em andamento, que tem, entre outros, o propósito de levar às escolas de Ensino Fundamental e Médio de Poços de Caldas o manuscrito "Villa de Poços, 1893" como fonte para estudo e análise da história da cidade e de seus moradores, através de publicação do documento e sua análise.

A análise deste documento e seu entrecruzamento com outras fontes, para além das versões oficiais, possibilitam reescrever a história de Poços de Caldas (inclusive apresentando seus silêncios...) proporcionando a recuperação de novas fontes, olhares e identidades.

---

[1] Licenciada em História, Mestre em Educação pela PUC Campinas. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Cultura, Memória e Sociedade" da PUC Minas *campus* Poços de Caldas. Professora da PUC Minas *campus* Poços de Caldas e Autarquia Municipal de Ensino de Poços de Caldas/UEMG. E-mail: amchaves@pucpcaldas.br

[2] Psicóloga, Mestre em Educação pela UFMG. Pesquisadora e vice-líder do Grupo de Pesquisa "Cultura, Memória e Sociedade" da PUC Minas *campus* Poços de Caldas. Professora da PUC Minas *campus* Poços de Caldas e Autarquia Municipal de Ensino de Poços de Caldas/UEMG. E-mail: fernandaresende@pucpcaldas.br

[3] MINAS GERAIS. Municipio de Poços de Caldas (1 districto). DISTRICTO de Poços de Caldas. Arquivo Público Mineiro: 3 F.M. 318 Q Cx. 14 b. 1893.

[4] Em relação aos investimentos, especificamente, em Minas Gerais, ver CHAVES, Ana Maria. B. M. . Políticas públicas: legislação, matrículas, freqüência e gastos na instrução pública primária na província de Minas Gerais (1870 1889).. In: *III Jornada do HISTEDBR, 2003*, Americana. Anais da III Jornada do HISTEDBR. Campinas : Graf. FE: HISTEDBR, 2003. v. 1.

[5] Para maiores detalhes sobre este assunto, ver FARIA FILHO, Luciano M. de; RESENDE, Fernanda M. História da Educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v.80, n.195, maio/ago 1999. P. 197-211.

[6] Optamos, aqui, por manter a ortografia original do documento histórico.

AS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE EM LONDRINA NOS "ANOS DOURADOS"

Ana Maria Chiarotti de Almeida•

Roselaine Bolognesi•

A proposta tem como objetivo apresentar parte das discussões e resultados obtidos a partir das discussões do grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina (UEL) intitulado "Discurso e Memória" em desenvolvimento no projeto de pesquisa "Os sentidos da Marcha da Produção: o acontecimento no texto do jornal" e alguns de seus resultados sintetizados, em parte, através do trabalho desenvolvido como dissertação de mestrado no programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEL intitulado: "Anos Dourados: cotidiano e modernidade na cidade de Londrina".

O período que compreende o Governo de Juscelino Kubitschek –JK (1956-1960)– permanece na memória nacional como os "anos dourados", do Nacional-Desenvolvimentismo[1], da consolidação da Democracia, de crescimento econômico e de multiplicação dos signos da "modernidade".

Conforme Velloso (2002), a ideologia dos *Anos Dourados* construiu-se alicerçada no clima de euforia que existia na época. O Fim do Estado Novo, a emergência do teatro de revista, o surgimento das rádios, da TV, a multiplicação dos jornais, dos leitores, entre outros, constituíram a representação mais aparente do slogan consagrado por JK: "50 anos em 5", a busca do tempo perdido, cuja grande meta era o desenvolvimento econômico, crescer para depois repartir. O espírito ufanista que prevalece na época silencia os conflitos e acentua a união de forças. Partidos políticos, sindicatos e imprensa cerram

• Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

• Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina.

[1] Conforme ressalta Benevides, Maria Victoria. A esperança como fator de desenvolvimento. IN: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 20-38, antes falava-se em "fomento" e em "fomentar o desenvolvimento", tinha-se o esboço de uma proposta de desenvolvimento nacional que ganha fôlego e promete se concretizar nos anos JK. E, na memória coletiva, esse período consagra-se e passa a ser identificado com a expressão *os anos dourados.*

fileiras em torno do projeto Nacional-Desenvolvimentista que tem no ISEB[2] uma de suas fontes inspiradoras.

Assim, é possível afirmar que os anos de 1950 entraram na memória política brasileira como uma década de transformações políticas, econômicas, ideológicas e culturais aceleradas. A transição do mundo rural (passado) para o mundo da atividade industrial (futuro) pode ser considerada a encruzilhada histórica que motivou a emergência de uma postura política e ideológica capaz de mobilizar a nação e os mais variados setores da sociedade em torno da construção de um país moderno.

Cardoso (1978) identifica os principais recursos utilizados por JK na construção da ideologia desenvolvimentista, enfatizando a modernização econômica como um dos recursos principais de fomento dessa ideologia.

A temática do discurso de Kubitschek se concentra em torno do desenvolvimento com a pretensão de propor uma política que permitisse deflagrar a aceleração do processo de crescimento econômico, superando o estado de atraso e alcançando prosperidade. Através de análise dos discursos de JK, essa mesma autora ressalta que a ênfase do presidente era em torno de uma prosperidade que poderia ser conseguida através da industrialização.[3]

Entretanto, no plano objetivo, ao mesmo tempo que se vislumbram possibilidades de ritmo acelerado de desenvolvimento urbano-industrial, alguns setores da elite agrária nacional, a exemplo dos grandes produtores de café da região norte do Paraná, se manifestam contrariamente à política econômica cafeeira posta em prática por JK.

Essa insatisfação resulta, em 1958, em movimento denominado “Marcha da Produção”, acontecimento político com repercussões nacionais e que coloca em

[2] Instituto Superior de Estudos Brasileiros- criado em julho de 1955 como órgão do Ministério da educação e Cultura, constituindo-se em um dos núcleos mais importantes da elaboração da ideologia Nacional-desenvolvimentista que marcou a política brasileira desde a morte de Getúlio Vargas (1954) até a queda de João Goulard (1964).

[3] Para maior aprofundamento sobre os anos do governo JK indicamos: Bojunga, Cláudio. *JK: o artista do impossível.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001; Silva, Alexandra de Mello e. A política externa no cenário da Guerra Fria. IN: *os anos de JK*. Site do CPDOC http://www.cpdoc.fgv.br.; Heliodoro, Affonso. *JK exemplo e desafio.* Brasília: Thesaurus, 1991.

questão, por exemplo, toda um memória que se constrói no período em torno da estabilidade do governo de JK.

Amplamente divulgada e noticiada pelo Jornal Folha de Londrina durante o ano de 1958, A Marcha da Produção,

> (...) a princípio como parte de um conjunto de fatos do cotidiano da vida londrinense - no ano de 1958 -, aos poucos vai tomando proporções de um acontecimento político de repercussão nacional, já que se coloca contra o Governo JK e sua política econômica. Um movimento que, ao programar uma grande manifestação - marchar em carreata até o Catete para entregar ao Presidente um conjunto de reivindicações dos cafeicultores do Norte do Paraná -, revela uma força política, até então inimaginável, dos "lavradores" da região (era assim que se autodenominavam) contra a política econômica cafeeira, adotada pelo governo brasileiro, especialmente diante da instabilidade de preços do mercado internacional e de acordos bilaterais e multilaterais que o país vinha firmando com organizações internacionais e outros países produtores e consumidores de café. (PROJETO DE PESQUISA, 2003, p.1)

Ancorados na conclamada" vocação agrícola do país", os cafeicultores exigiam maior proteção aos seus interesses, especialmente uma política mais favorável de subsídios e mudanças nas taxas de câmbio, a fim de favorecer as exportações e a competitividade do café brasileiro no mercado mundial.

Ao noticiar fatos e dar voz aos agentes e políticos da região envolvidos com o debate sobre estas questões, o Jornal Folha de Londrina vai prefigurando discursivamente o acontecimento, conferindo-lhe sentido, projeção e uma clara identificação com os interesses dos cafeicultores. Por isso, pode-se afirmar que a "Marcha da Produção" já estava sendo gestada muito antes do dia 18 de outubro de 1958, data marcada para a saída

da carreata, da cidade de Maringá e que deveria ser engrossada pelos manifestantes de Londrina, de outras cidades do Norte do Paraná, de São Paulo e demais Estados da Federação produtores de café.

Na realidade, este acontecimento, ao mesmo tempo cercado pelos sentidos da vida cotidiana local e regional (a acentuação dos valores de progresso e de riqueza, via cafeicultura, tão presentes na região desde a sua colonização pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP) expressa interesses econômicos de associações de classes, interesses partidários e de uma elite política local e regional que tenta se afirmar através de um discurso do tipo liberal capitalista.

> (...) percebe-se um discurso fortemente marcado por uma formação ideológica burguesa do tipo liberal capitalista através da qual os cafeicultores e os que lhes davam apoio se insurgiam contra o Estado intervencionista, clamando por liberdade de iniciativa econômica e, ao mesmo tempo, reivindicando protecionismo. (PROJETO DE PESQUISA, 2003, P. 13)

Sobre o período do governo de JK, identificado nacionalmente como “anos dourados”, o que permanece é a memória de um tempo marcado por uma modernização conservadora que se constrói calcada no progresso econômico – urbano industrial – em detrimento do agrícola – rural. Em termos ideológicos, é a construção de um nacional desenvolvimentismo que, a princípio não nega o rural, mas ao contrário, tenta equilibrar tantos os interesses de uma elite agrária, quanto os de uma elite urbano-industrial, mas que concretamente, privilegia uma política econômica de incentivo ao desenvolvimento industrial.

Nesses termos, é possível dizer que a proposta de JK é a construção de um país moderno, dado que este se constrói em oposição ao tradicional. Melhor dizendo, moderno no sentido de que é possível superar a vocação agrícola – nesse caso, entendida

em oposição ao industrial. Daí, superaríamos nossa vocação / condição de país agrícola (rural) – tradicional – por um país moderno – industrial (urbano).[4]

Os anos de 1950 constituíram-se assim, numa encruzilhada histórica e ideológica que coloca em questão todo um processo histórico nacional, suas singularidades e possibilidades. Nesse sentido, tais anos podem ser interpretados como um momento em que, entre outras coisas, estavam sendo postas, efetivamente, as possibilidades de constituição do Brasil como um país moderno.

Conforme a perspectiva de Florestan Fernandes, em parte desenvolvida na sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil* , o Brasil dos anos de 1950 ao invés de concretizar o seu projeto de país moderno (que segundo esse autor teve início com a independência do Brasil), dinamizou uma política econômica de expansão econômica de expansão do capitalismo monopolista que, ao invés de nos libertar do subdesenvolvimento e nos colocar entre os países desenvolvidos do mundo, aprofundou nossa condição de país dependente e de país subdesenvolvido não como uma etapa, mas enquanto uma condição, uma forma específica de capitalismo.

Pode-se dizer, assim, que os anos JK seriam nada mais do que o sonho do país desenvolvido que se oferece como a imagem do futuro, uma sociedade capitalismo que apareceria aos olhos deslumbrados do homem moderno como a realização acabada da história.

Dessa forma, é possível entender que essa modernidade proposta pelo governo JK e identificada como os “anos dourados”, pela ideologia nacional desenvolvimentista, nada mais foi que a construção do “sonho” do país desenvolvido. Construção pautada pelos ritmos desiguais de desenvolvimento econômico e social; pelo acelerado avanço tecnológico; pela acelerada e desproporcional acumulação do capital;

[4] A concepção de moderno aqui compartilhada é formulada com maiores detalhes por Martins (2000). Sinteticamente, é possível dizer que essa noção de moderno aparece em países como o Brasil como sinônimo do novo e do progresso. Já numa discussão sobre a modernidade, esse mesmo autor aponta que uma das noções básicas que o conceito de modernidade assume em países periféricos como o Brasil é a mescla livre do que não é igual nem contemporâneo, do moderno e do tradicional, do velho e do novo, do real e do imaginário. É importante ressaltar, assim, que os termos moderno, modernismo e modernidade embora tratem de uma mesma realidade tem conceituações distintas na presente abordagem.

pela imensa e crescente miséria globalizada, do que têm fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, da realização democrática, das promessas da modernidade, daquilo que é para alguns e, ao mesmo tempo parece ser para todos. (MARTINS, 2000)

Os "anos dourados" são aqui interpretados como uma ideologia nacional que se constrói no período a fim de garantir a permanência do "sonho" do desenvolvimento que, no Brasil, diante das contradições econômicas e sociais geradas pelo processo de internacionalização do capital e diante das singularidades históricas do país, não passaria de uma promessa. A promessa dos "anos dourados" que sempre retorna como a nostalgia dos "bons tempos"[5], permanecendo simbolicamente edificada na capital do país: Brasília.

Assim, se é nesse contexto que emerge regionalmente o movimento denominado "Marcha da Produção", ele nos permite visualizar melhor como a construção dos "anos dourados" como ideologia nacional foi ou não capaz de englobar singularidades regionais.

Esse movimento, apoiado pelo jornal Folha de Londrina e amplamente divulgado, especialmente, através da figura de seu líder Sr. Álvaro Godoy, então presidente da Associação de Lavradores do Norte do Paraná e, também, cafeicultor, se singulariza nesse momento, entre outros motivos, por ser um movimento desestabilizador do período JK, embora ele permaneça na memória nacional como um momento de democracia e estabilidade política, conforme já ressaltado. Ainda, por exaltar o café, a produção agrícola como sinônimo de progresso e desenvolvimento, contrariando, assim, a política econômica nacional posta em prática por JK. Como já dito, tal política privilegiava a industrialização maciça do país como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Percebe-se, portanto, uma tensão ideológica que se constrói no período em meio a uma conjuntura econômica nacional e internacional que começa a impor limites aos cafeicultores, ou pelo menos, a uma elite

[5] Segundo Gomes (2002), os "bons tempos" sempre retorna como tendência em encontrar no passado alívio para os infortúnios do presente.

cafeeira até então beneficiada pelas políticas governamentais (já que até aquele momento os cafeicultores se beneficiavam com inúmeras intervenções governamentais no setor)[6].

A "Marcha da produção" que havia sido marcada para sair no dia 18 de outubro de 1958 acaba sendo suspensa na véspera de sua saída devido a intervenção do governo federal através do envio para a região de tropas do exército.

O exército havia bloqueado todos os caminhos que deixavam o Norte do Paraná. Foram fechadas todas as saídas da cidade de Londrina e, também, de Maringá, Paranavaí, Assai, São Jerônimo da Serra, Jacarezinho e de outros centros produtores empenhados na coordenação da Marcha. Segundo o jornal, *o trânsito de aviões militares, na região, era intenso e supostamente tenho sido desembarcado no Norte do Estado perto de mil soldados, com os respectivos apetrechos bélicos, inclusive metralhadora.*

Assim, entre outras interpretações possíveis, a "Marcha da Produção" pode ser interpretada como um movimento de resistência a uma nova ideologia, melhor dizendo, a ideologia dos "anos dourados" que procurava imprimir ao país um ritmo de desenvolvimento acelerado e pautado basicamente na industrialização. Uma ideologia que rompia com todo um imaginário da cidade, construído desde a década de trinta, com a atuação da CTNP e, posteriormente, com a expansão do café na região e a afirmação de um processo bem sucedido de colonização. Essa tensão, motivada objetivamente através das políticas econômicas adotadas no período e, por fim, sufocada pelo exército, parece ter sido, ainda, acalmada pelo *reconhecimento do governo federal acerca do problema da cafeicultura e do bom senso e honestidade dos líderes da Marcha.*

Em termos ideológicos, portanto, é possível concluir que a contradição principal instalada no período diante das singularidades regionais expressas através do

[6] É importante ressaltar que nesse período o Norte do Paraná, especialmente, Londrina e região, passavam a ser o núcleo cafeicultor principal do país. Enquanto em São Paulo e outros Estado a cafeicultura já se encontrava numa fase de decadência e diversificação de culturas, no Norte Novo do Paraná o cultivo do café representava a principal atividade econômica da região e em plena expansão. Conforme Arias Neto (1998), o período que compreender os anos de 1950 permanece, inclusive, denominado como "eldorado", um período que a cidade de Londrina é representada na imprensa como "Cidade Milagre", "Mina de Ouro do Brasil", "Cidade Progresso", "Grande Império" e "Capital Mundial do Café". As representações da cidade no período destacam Londrina como produto da terra, da riqueza advinda do café, como exemplo de modernidade e civilização, como centro de irradiação do progresso de todo o Paraná.

movimento “Marcha da Produção“ se constrói em torno do papel que a cafeicultura ainda poderia desempenhar nesse processo de modernização e desenvolvimento do país proposto por JK. Melhor dizendo, no papel da tradição do Brasil enquanto país agrário no fomento do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado*: representações da política em Londrina (1930/1975). Londrina: Ed. Da UEL, 1998.
CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK-JQ.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
FOLHA DE LONDRINA, 1958. Disponível no CDPH/UEL.
GOMES, Ângela de Castro. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.9-19.
MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples:* cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2002.
PROJETO DE PESQUISA. *Os Sentidos da Marcha da Produção:* o acontecimento no texto do jornal, UEL, 2003.

FAMÍLIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO NORMATIVO DA SEXUALIDADE BRASILEIRA[1]

Ana Maria Chiarotti de Almeida[2] & Christiani Martins Rodrigues[3]

De acordo com Foucault, as relações de poder produzem saber, o que possibilita notar como estes dois conceitos estão inter-relacionados. Para ele, o poder não pode ser apenas visto por seu componente repressivo – simbolizado em nossa sociedade pelo poder jurídico, e tornado concreto pela execução das leis. É necessário analisar o poder por sua positividade, ou seja, por aquilo que ele produz. E, para este autor, o poder produz verdades que são difundidas em todo o âmbito social, por meio de mecanismos específicos, através de discursos.

Ao analisar o poder por sua positividade, é possível perceber suas formas de dominação e como este alcança todas as instâncias sociais, inclusive o cotidiano e os espaços mais privados – manifestação concreta de seu exercício. Dessa maneira, todo o indivíduo passa a ser efeito do poder, enquanto está submetido ao seu controle; e centro, pois, por meio de seus discursos e práticas, acaba por propagá-lo. Sendo assim, o poder é *"(...) algo que é produzido, que circula e funciona em cadeia, através de práticas e efeitos reais"* [4].

Almeida[5], com base nessas concepções da teoria de Foucault, sugere que a família poderia ser considerada como um dos níveis moleculares do exercício de poder. Ou seja, uma instância do cotidiano subjugada por este, ao mesmo tempo em que centro irradiador de seu discurso. Porém, a família, enquanto centro transmissor, seria também responsável por estabelecer outras relações de poder através de sua dinâmica. A família se estabeleceria enquanto um espaço de confronto de forças, da circulação de *verdades* e também de sua produção. Isso acarretaria na construção de um campo normativo, instaurando uma moral e criando mecanismos próprios de dominação e sujeição.

Partindo da concepção de que a família é um espaço de confronto de forças, um campo ético e normativo, onde se produz poder e saber – ou seja, um regime de verdade – o presente trabalho tem como objetivo compreender a formação da família brasileira enquanto um dos campos normativos da sexualidade. Para isto, utiliza-se das obras de Gilberto Freyre – *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados & Mucambos*, onde o autor, ao demonstrar a história da família e da sexualidade brasileira, analisa como as formações desses dois campos sociais estão inter-relacionados.

Compreender a temática aqui levantada com base na obra de Gilberto Freyre, é entender como o modo de colonização e as relações com índios e negros influenciaram a maneira como foi construída a família no Brasil, e como esta, por sua vez, influenciou a formação política, econômica e social da colônia portuguesa na América.

Os primeiros conquistadores que chegaram ao Brasil só possuíam como exigência serem católicos, ou como diz Gilberto Freyre: *"Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz – e o estranho era bem vindo no Brasil colonial"*[6]. Essas condições permitiram uma certa unidade colonial, no âmbito moral e político, pois todos os colonizadores aqui presentes estabeleciam-se sob a ordem da Igreja Católica, e lutavam contra um inimigo comum: o herege. Por outro lado, permitiu o que Gilberto Freyre denominou de *colonização particular:* ou seja, os primeiros homens que aqui chegaram agiam de acordo com seus próprios interesses, sem estarem submetidos a um sistema político que regulasse a conquista da colônia brasileira. Assim, a colonização, o povoamento de regiões antes inabitadas e a defesa militar não foram iniciativas da Metrópole, mas dos conquistadores que aqui já estavam instalados. Dessa maneira, podemos assinalar o particularismo como um dos fatores fundantes da política que posteriormente se instalaria no Brasil; política que surge com os latifúndios e a monocultura, base econômica brasileira a partir do século XVI. Uma política aristocrática, baseada nas relações patriarcais que tinha como um de seus princípios defender interesses de uma

minoria, com o intuito de manter a estabilidade e privilégios até então conquistados, graças à exploração dos ameríndios e a escravidão dos negros vindos da África.

No início da colonização, houve uma necessidade de aliança do homem branco com o ameríndio, pois além do elemento colonizador ser pouco numeroso, havia uma escassez de mulheres brancas. Dessa maneira, o estrangeiro precisava do homem índio para sua subsistência e exploração do lugar não conhecido, e da mulher índia para a exploração sexual e formar família.

Esse contato do homem branco com o nativo, além de desequilibrar a relação do indígena com a natureza, modificou sua vida social e econômica. Social porquê, sendo em número escasso, o europeu foi buscar na mulher ameríndia o elemento para formar família e gerar mais contingente populacional; ao mesmo tempo em que impingiu ao povo indígena uma moral social muito diversa da sua nativa. Econômico, pois utilizou o índio para serví-lo e para o trabalho de exploração da terra ainda virgem, onde se desenvolveria a monocultura latifundiária, o que também diferenciava do modo que a terra era utilizada para sua subsistência.

Essa união entre brancos e índios (posteriormente entre brancos e negros), não deixou de ser uma relação entre superiores e inferiores. Ou seja, a aliança na verdade era uma dominação; uma utilização da raça dita inferior pela superior; subjugação do mais fraco pelo mais forte. Elementos encontrados na Casa-Grande, onde o patriarca subjuga mulheres, filhos e escravos e, quando na Política, subjuga a população, muitas vezes pelo uso da violência.

A aliança do homem branco com a mulher indígena originou o que foi a base central da colonização e da economia brasileira: a família. E, de acordo com Gilberto Freyre, *"a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital (...), a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América"*[7].

A família configura-se como a unidade principal da formação da vida colonial e a grande representante do sistema patriarcal brasileiro. Fundada sob o regime patriarcal, estabelece-se sob o comando de um único chefe detentor de todo o poder: o pai. Porém, na base de sua formação, é possível perceber a influência da mulher indígena, responsável por transmitir muito das características de sua cultura à cultura brasileira. Foi a ameríndia, no papel de mãe, quem ficou responsável pela educação dos seus filhos com o homem branco: transmitiu seu hábito de higienização; sua alimentação; introduziu utensílios doméstico na cozinha brasileira; usou ervas como medicamentos; enfim, a mulher indígena continuou a exercer, na Casa-Grande, o papel que exercia na sua tribo. Mas, teve que se adaptar a cultura européia: foi cristianizada, transformou-se em esposa e teve que se inserir e ser inserida na economia, que acabava de entrar em contato.

Seguindo a mesma linha de pensamento do autor, essa mulher também seria de fundamental importância na formação da sexualidade brasileira, pois o homem branco não deixou de a tratar como um ser inferior. Por ter assumido o status de sua esposa – maneira que a Igreja achou para regularizar comportamentos e condições que iam contra sua moral, convertendo a união entre homem branco e índia em casamento cristão -, não foi salvaguardada dos abusos sexuais e de ser tratada como resto.

A mulher gentia, depois de transformada em esposa e cristã, não estranhou o novo marido ter relações sexuais com outras mulheres; não foi uma aceitação imposta pelo homem branco. Em sua cultura ameríndia, tal comportamento era comum e aceito; tendo assim o português encontrado campo propício para sua tendência a poligamia - tendência adquirida pelo contato com a cultura moura - e para *"(...) servir a poderosas razões de Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra"*[8]. O autor ainda ressalta que, por todas essas condições encontradas no Brasil pelos colonizadores, o início da sociedade brasileira "*foi de quase uma intoxicação sexual*".

Dessa maneira, Gilberto Freyre ressalta que a moral sexual ameríndia acabou por efetuar transformações no Brasil, inclusive na própria moral católica. Pois, com o intuito de converter o maior contingente possível de índios – conseqüentemente, não querendo a

disseminação destes - acabou por tolerar alguns aspectos da cultura nativa. E, por outro lado, a Igreja no Brasil não possuía a mesma força que em Portugal. Ficando aqui à sombra do Senhor de Engenho; sendo obrigada a fazer vistas grossas para muito do que acontecia dentro das Casas-Grandes.

Como já foi visto, o índio foi o primeiro elemento escravizado pelo homem civilizador. Porém, este só foi útil enquanto o interesse do estrangeiro era o de saciar necessidades imediatas. A partir do momento em que a colônia americana de Portugal passou a organizar a agricultura, para vir a ser a atividade econômica principal, o índio não mais se adaptou. Assim, o português foi buscar no negro as características necessárias para sua nova empreitada.

No sistema de monocultura latifundiária, foi o escravo negro o responsável pelo trabalho freqüente e estável; possibilitando assim que os donos de terras se fixassem em um lugar e organizassem seus engenhos ao redor da casa-grande, de maneira aristocrática e patriarcal. Gilberto Freyre relata em seu livro *Casa Grande & Senzala*, que a presença do escravo, como a força de trabalho, desenvolveu nos senhores de engenho uma letargia onde alguns passavam o dia inteiro sem se levantarem das redes. Acarretando assim em um parasitismo social dos senhores de engenho em relação ao sistema escravocrata, ao mesmo tempo em que as outras camadas da sociedade – como os cléricos - que, servindo passivamente os donos de terras, viviam à sombra das casas-grandes. Essa relação casa-grande-senzala vem fortificar ainda mais a unidade principal da sociedade brasileira desde sua origem: a família. O senhor de engenho, o patriarca, concentra em sua figura todo o poder colonial: ele era o dono das terras, o dono dos escravos, das suas mulheres e de seus filhos.

O sistema patriarcal e escravocrata permitiu que o brasileiro crescesse sem saber os limites de sua crueldade e de seu poder de mando diante dos ditos inferiores. Nesse Brasil latifundiário, a família brasileira, composta pelo patriarca, mulher e filhos, vivia servida por escravos e por uma sociedade dependente das casas-grandes. Dessa maneira, os filhos dos senhores de engenho, apesar de serem tratados por seus pais com a mesma

autoridade e abuso que estes tratavam seus escravos e subalternos - assim também, as esposas eram tratadas – cresciam rodeadas de crianças escravas da mesma idade, postos ali para servirem de objeto e satisfazerem os caprichos dos pequenos senhores. Isto acabava por induzi-los *"(...) à bestilidade e ao sadismo"*[9].

Além do que, esse regime possui como característica, o que o autor chamou de extrema especialização ou diferenciação dos sexos[10]. Ou seja, o homem torna a mulher o mais diferente possível de seu sexo: criando contrapontos como sexo forte / sexo frágil; sexo nobre / sexo belo. Essa distância propicia o que Gilberto Freyre chamou de *padrão duplo de moralidade*; ou seja, ao homem é dado toda liberdade sexual e à mulher o seu interdito, tornando o sexo uma obrigação diante aos caprichos de seu marido e tendo para elas um único fim: a procriação. Esse *padrão duplo de moralidade* pode ser observado na maneira como a sífilis (doença sexualmente transmitida) era enxergada. Esta era tida como uma conquista por parte dos homens, cujas marcas deixadas em seus corpos eram exibidas como prova de sua virilidade.

Dessa maneira, é possível observar como a família brasileira lida com contradições profundas no que diz respeito à sexualidade. Sendo assim, considerar a família como um de seus campos normativos no Brasil, é constatar que, desde sua fundação, antagonismos convivem lado a lado sem serem questionados, como o interdito sexual a mulheres e a total permissividade aos homens, tornando-se naturalizados por meio da criação de mecanismos que propiciem isto como, no caso, a especialização dos corpos.

1- Trabalho inserido no Simpósio Temático: História da Família - novas perspectivas e novos desafios.
2- Profª Dra Ana Maria Chiarotti de Almeida, professora do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Sociologia Rural – UFRGS. Doutora em Sociologia – USP.
3- Christiani Martins Rodrigues, mestranda do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Psicóloga – UFSCar.
4- Almeida, A. M. C. *"Família" - a construção de um campo ético e normativo*. In: Boletim/ Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina. Nº. 25. jul/dez 1993, Pp. 7-25.
5- Ibidem
6- Freyre, G. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Apresentação: Fernando Henrique Cardoso. 47ª. Edição Revisada. São Paulo, SP: Global Editora. 2003a.
7- Ibidem, p.81.
8- Ibidem, p.161.
9- Ibidem, p. 113.
10- Freyre, G. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Apresentação: Roberto DaMatta. 14ª. Edição Revisada. São Paulo, SP: Global Editora. 2003b, p.207-8.

O PERCURSO HISTÓRICO DE UM CONTO PARA CRINAÇAS, DO ESCRITOR DINAMARQUÊS H. C. ANDERSEN E SUA INFLUÊNCIA NA HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

Ana Maria da Costa Santos Menin [1] UNESP/Presidente Prudente

O texto ora apresentado para esta comunicação é resultado de um trabalho integrado de pesquisa o qual pretende complementar e ampliar o tema de minha Tese de Doutorado sobre o escritor dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875), o "abrasileiramento" de um de seus contos mais conhecidos "O Patinho Feio" e sua influência na constituição da história da literatura infantil brasileira.

Tratar da literatura infantil demanda reflexões relativas a: 1º) quem produz os textos tanto para crianças quanto para adultos; 2º) um aspecto de ordem teórico-metodológica: os textos determinam o tipo de análise ou cria-se um modelo de análise segundo o qual todos os textos devem ser analisados? 3º) literatura infantil/juvenil/adulta brasileira ter passado a constituir-se, nas últimas décadas, tema de pesquisa em outras áreas como a Psicologia, e mais recentemente a Biblioteconomia, além da Pedagogia e dos Estudos Literários.

No âmbito dessas reflexões, é necessário também abordar o próprio conceito de literatura infantil e, em decorrência, os conceitos nele subsumidos e inter-relacionados: autor, texto, leitor, comparado ao que se conceitua como literatura para adultos.

Em relação à literatura infantil a grande polêmica do gênero em questão diz respeito ao adjetivo "infantil", que define o público a que essa literatura se destina. O adjetivo "infantil", ao mesmo tempo em que restringe propicia ao gênero a oportunidade de conquistar a maioridade. Ser "infantil" não deve e não pode fazer com que o gênero perca seu estatuto de arte, não pode infantilizá-lo, nem permitir que se lhe atribua caráter distanciado e inócuo no imaginário da criança.

Entre os elementos constitutivos do texto, ressalto, para efeito desta pesquisa, o criador – escritor – e o receptor – leitor –. Se o primeiro não sabe quem será o leitor de seu texto, hipoteticamente conceberá um leitor ideal para com ele dialogar. Ao contrário, o leitor, em princípio, estabelece vínculos entre o texto escolhido, sua experiência literária e o horizonte de expectativas em torno desse texto, firmado por meio do diálogo com outros textos.

Com relação à literatura infantil, observa-se a tendência de predominância do *leitor* elemento definidor do próprio gênero. A experiência literária e a linguagem materializada em objeto artístico literário permitem reflexões como esta de Meireles (1951)[2] sobre o gênero literatura infantil:

> Ah! tu, livro despretensioso, que, na sombra de uma prateleira, uma criança livremente descobrir, pelo qual se encantou, e, sem figuras, sem extravagâncias, esqueceu as horas, os companheiros, a merenda... tu, sim, és um livro infantil, e o teu prestígio será, na verdade, imortal. (p. 31)

Meireles, Lobato e H. C. Andersen, entendiam que o livro de literatura infantil deveria ser "adotado" antes pela criança. H. C. Andersen habitou-se a ler seus contos para grupos de crianças, ouvindo atentamente seus comentários o que, inúmeras vezes, resultou em modificações no texto. Lobato enviava suas histórias para serem lidas e criticadas e/ou apreciadas pelo filho de Rangel.

O livro de literatura infantil, afirmava Lobato (1959)[3]

> Tem de ser escrito ultra direto, sem nenhum granulo de literatura. A coisa tem de ser narrativa a galope, sem nenhum enfeite literário. O enfeite literário agrada aos oficiais do mesmo ofício, aos que compreendem a *Belleza literária*. Mas o que é beleza literária para nós é maçada e incompreensibilidade para o cérebro ainda não envenenado das crianças. (p. 371-2)

Evidentemente,

> o material utilizado pelo escritor de livros infantis é a linguagem, que é o mediador entre a criança e o mundo, de modo que, propiciando, através da leitura, um alargamento do domínio lingüístico, a literatura infantil preencherá uma função de conhecimento: 'o ler relaciona-se como o desenvolvimento lingüístico da criança, com a formação da compreensão do fictício, com a função específica da fantasia infantil, com a credulidade na história e a aquisição de saber ' (ZILBERMAN E CADERMATORI, 1987, p.13)[4]

Particularmente, no caso de H. C. Andersen, sua genialidade marcou-se por não ter receio de enfrentar esses problemas "congênitos" da literatura infantil. Seus contos oferecem à criança a possibilidade de conviver com os dois mundos: o real e o imaginário. Seus contos não demarcaram os limites de suposta superioridade do escritor em relação à suposta inferioridade do leitor. H. C. Andersen acreditou na capacidade interpretativa da criança, criando, pois, um elo de cumplicidade entre o autor e o leitor, por meio de contos, que até hoje, são lidos e apreciados por crianças e adultos do mundo inteiro. Considerando, ao mesmo tempo, a efetiva participação do adulto, com leituras e análises mais profundas a partir de outras experiências de leitura e de mundo.

Nessa produção de contista, H. C. Andersen insere-se em um universo literário marcado por um gênero específico e particular: o conto.

No âmbito desta discussão delineia-se a vida do escritor dinamarquês H. C. Andersen e a pré-história de "O patinho feio", no Brasil.

Em 1844, H. C. Andersen lançou na Dinamarca *Den grimme Aelling*. Dessa data para cá, iniciou-se uma trajetória do conto que rompeu com os limites de um país, de uma cultura, de uma língua.

O caminho percorrido por esse conto, para chegar até nós, incluiu Alemanha, Inglaterra, França e Portugal, pois, H. C. Andersen mantinha estreita relação com editores nesses países, os quais aguardavam ansiosamente o recebimento de novos contos do escritor. Vindas de Portugal sob a forma de tradução, chegaram ao Brasil, no final do século passado, as primeiras coletâneas de H. C. Andersen em língua portuguesa. A primeira, pela Livraria Editora de Mattos Moreira, Lisboa, em 1879, com o título *Contos de Andersen*. A segunda, pela D. Corazzi, Lisboa, publicada em 1888, com o título *O javali de bronze*.

Em 1901, os contos de H.C. Andersen começaram a circular, no Brasil, não mais sob a forma de "importados", mas editados aqui, pela H. Garnier, Rio de Janeiro. A coletânea *A virgem dos Geleiros* foi a primeira delas, seguida de outra, *O homem de neve,* também da Garnier, porém,

sem data. Todavia, por se tratar de contos de H.C. Andersen e por ter sido essa editora pioneira nesses lançamentos, sou levada a crer que a edição de *O homem de neve* pertence à mesma época da coletânea anterior, ou pelo menos bem próxima a ela. Foi dessa forma, que a obra de H.C. Andersen chegou ao Brasil, um país sobre o qual parece não ter tido notícias.

Mas H. C. Andersen aproximou-se, de fato, da criança brasileira pelas mãos do educador paulista, Arnaldo de Oliveira Barreto, por meio da recriação de "O Patinho Feio", publicado em 1915 pela Editora Melhoramentos (1915), inaugurando a Coleção "Biblioteca Infantil". Inicia-se, assim, outra história, a de um conto que assumiu formas brasileiras, foi apreciado por nossas crianças, e, dada sua incorporação à Coleção "Biblioteca Infantil", possibilita-nos recuperar fatos importantes da literatura infantil brasileira escrita por brasileiros, dedicada à criança brasileira.

Na Coleção "Biblioteca Infantil", sob a coordenação de Barreto, o conto "O Patinho Feio" atinge 16 edições, totalizando uma tiragem de 135.000 exemplares, distribuídos entre a 1ª edição, em 1915, e a última – a 16ª – em 1957. Em 1980, essa coleção é relançada, contando com o trabalho de recriação de Suzana Dias. Em 1985 é suspensa novamente. Entre 1980 e 1985 essa coleção alcançou uma tiragem de 35.000 exemplares.

A história do conto de H.C.Andersen está ligada à dessa editora e à da vida e obra de Arnaldo de Oliveira Barreto e Manoel Bergström Lourenço Filho. Recuperá-la significa não somente penetrar no mundo da literatura infantil, no mundo particular da leitura na escola, como também no mundo do mercado editorial brasileiro, dedicado à infância.

Os estudos relativamente a este conto nos remetem para seu autor. Conhecer um pouco sua vida e os caminhos tortuosos por ele percorrido poderão dar a dimensão e entendimento mais precisos sobre sua obra.

A vida de Hans Chrisitan Andersen.

H.C.Andersen nasceu em Odense, Dinamarca, a 2 de abril de 1805. Filho de um humilde sapateiro – Hans Andersen – e de uma lavadeira – Anne Marie Andersdatter –, nunca escondeu sua origem. Ao contrário, orgulhava-se dela. Para ele "antes ser um representante da nobreza do espírito do que da de nascimento" (Andersen *apud* Silva Duarte, 1995,p.18).[5]

Seu pai realizava todos seus desejos povoando seu mundo com brinquedos e histórias.

A infância de H. C. Andersen povoou-se da magia e da arte, incentivadas pelas intermináveis horas de leitura promovidas pelo pai, agradáveis e ricas, segundo afirmações posteriores do escritor.

Também muito contribuiu para povoar de histórias a mente de H. C. Andersen sua avó paterna. Ela nutria por seu neto um grande afeto e, sempre que podia, levava-o consigo para seu trabalho – sua avó era responsável pelo jardim de um asilo para loucos. H. C. Andersen tornou-se amigo de algumas das mulheres do asilo. Colocava-se aos pés delas e ouvia-lhes histórias cheias de medo e terror.

O mundo de histórias que povoava a mente e o espírito de H. C. Andersen foi acrescido de leituras que lhe eram feitas, por seu pai, da obra de William Shakespeare. Uma de suas primeiras tentativas literárias inspirou-se nas obras do dramaturgo inglês.

Certa vez, ao criar uma de suas histórias, escolheu como personagem principal um nobre. Para H. C. Andersen alguém de tão pura linhagem deveria falar uma língua diferente da usada por ele e seus companheiros. Em razão dessa suposição, criou diálogos mesclando palavras em alemão, francês e inglês, mas com significado dinamarquês. Anos mais tarde, em sua autobiografia Andersen referiu-se a essa “língua” como “regular Babel-like language”.

De acordo com Silva Duarte (1995), começou a manifestar-se, ainda em Odense, quando menino, seu espírito aventureiro, sua paixão por viajar. Para H. C. Andersen, viajar era viver.

As experiências de viagens relatadas por H. C. Andersen foram registradas por meio de desenhos dos lugares, pessoas, cenas de vida observadas pelo escritor. Esses esboços constituíram-se em vasto material ilustrativo tendo sido transformado em livros.

H. C. Andersen cresceu sob a influência de dois mundos, o de seu pai povoado de histórias e lendas acrescido do fato de ser ateu convicto, e o de sua mãe, iletrada, temente a Deus e supersticiosa. Paralelamente a esse mundo familiar paradoxal, convivia com a sociedade local que o ridicularizava por seus hábitos e trejeitos, além de ser sempre lembrado de que era neto de um louco. Já adulto, deixou transparecer caráter sensível e emoções inconstantes. Hipocondríaco, de saúde frágil, viveu durante muito tempo sob o terror de terminar seus dias em um hospício.

Sem amigos, H. C. Andersen cercava-se de um mundo criado por ele e sobre o qual tinha total domínio.

A obra de Hans Christian Andersen

Sobre a obra de H. C. Andersen deve-se considerar a influência do período literário, político e social em que viveu.

De Mylius (1997)[6] aponta dois aspectos importantes a serem considerados quando se pretende analisar a obra de H. C. Andersen, especialmente, *Den grimme Aelling*.

O primeiro aspecto refere-se às distorções ou más interpretações resultantes do fato de se atribuir a *Den grimme Aelling* caráter autobiográfico; o segundo, é relativo ao movimento da literatura dinamarquesa em que se insere a produção artística de H. C. Andersen. Certamente, H. C. Andersen subverte os padrões culturais e sociais de sua época.

No entanto, sua primeira grande obra será o romance *Improvisatoren* (*O improvisador*), lançado na Itália em 1835 e no qual relata sua viagem a esse país e o deslumbramento que lhe causou.

Nesse mesmo ano, enquanto *Improvisatoren* era impresso, H. C. Andersen começa a escrever alguns contos para crianças. Seu primeiro conto *Reisekammeraten* (*Companheiros de Viagem*), (1835) dá início à sua produção de contos dedicados à infância. H. C. Andersen lança em 1835 sua primeira coletânea de contos "contados para crianças" reunindo: Os contos *Fyrtoeiet* (O isqueiro mágico), *Lille Claus og store Claus* (O pequeno Claus e o grande Claus), *Prindsessen paa Aerten* (A princesa e o grão de ervilha), *Den lille Idas Blomster* (As flores da pequena Ida), *Tommelise* (A polegarzinha) *Den uartige Dreng* (O menino malcriado) e *Reisekammeraten* (Os companheiros de viagem) foram publicados pela primeira vez em 1835, na Dinamarca, com o título *Eventyr, fortalte for Boern* (*Contos narrados para crianças*).

No entanto, ao lançar, em 1844, a segunda coletânea de contos *Nye Eventyr* (*Novos Contos*), H. C. Andersen retira a expressão *for Boern* "para crianças". A partir de então, passa a escrever regularmente contos desse tipo, tendo produzido 156 deles.

O conjunto da obra de H. C. Andersen organiza-se em: autobiografias (3), biografias (13), contos para crianças (156), romances (6), poemas em coletâneas (158), livros de viagens (5), peças para o teatro (5 – não há muita precisão sobre esse número), correspondência *de* e *para* H. C. Andersen reunida em coletâneas (25), diários (15), cadernos de desenhos, também em coletâneas (14), edições em *fac-símile* (7), esboços à caneta e recortes de gravuras (6). Há ainda, reproduzidos em cartões postais e livros, inúmeros trabalhos de recortes - *papper cuttings.*

Den grimme Aelling é publicado pela primeira vez no volume *Nye Eventyr* (*Novos Contos*), em 1844. De acordo com andersenistas famosos como Silva Duarte (1918) e Erik Dal, entre outros, o conto apresenta traços autobiográficos o que não significa ser ele, necessariamente, uma autobiografia do autor.

Muitas outras informações poderiam ser incorporadas a este texto. Tanto aquelas sobre o escritor e sua obra, quanto aquelas que apresentariam os laços que se firmaram entre sua obra e a história da leitura, da literatura infantil, da escola e do ensino, no Brasil. Contudo, não há espaço para elas aqui e agora. Fica o convite, para aqueles que se interessarem por saber mais, a fazer uma visita a outros textos e a outros materiais que falam mais sobre esta grande personalidade, sobre este grande poeta e crítico social.

---

[1] Docente do departamento de educação e do programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP – Presidente Prudente

[2] MEIRELES, Cecília. *Problemas da Literatura Infantil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1951.

[3] LOBATO, Monteiro José Bento. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

[4] O entrecho aspeado nessa citação foi extraído de Kurt Werner Peukert em Zur Antnthropologie des Kinderbuches. In: Haas, Gerhard, ed. *Kinder-und Jugendliteratur. Zur Typologieund Funktion einer literarischen Gattung.* Sttutgart, Reklam,1976,p.95.
ZILBERMAM, Regina e MAGALHÃES, Lígia Cadermatori. *Literatura Infantil*: Autoritarismo e Emancipação. São Paulo: Ática, 1987.

[5] SILVA DUARTE, *Andersen e sua obra*. Lisboa, Livros Horizonte,1995.

[6] Esta informação me foi dada em um dos encontros de orientação ocorridos durante o período em que complementei minha pesquisa de doutoramento na Odense-Univeritet - DK

SUBJETIVIDADES "NÔMADES" PRODUZINDO "OUTROS ESPAÇOS" NA CIDADE DE CUIABÁ/MT.

Ana Maria de Souza - UNEMAT

Estudos realizados recentemente sobre as cidades da Amazônia, de uma forma geral, e mais diretamente sobre as cidades de Mato Grosso, apontam para a existência de uma população nômade, desterritorializada, que se desloca entre as áreas de mineração, as fazendas e as cidades, em constante procura de maneiras de sobreviver.[1] Essa mobilidade produz algumas figuras exemplares desses deslocamentos, expressas através de designações como *peões de trecho*, *trecheiros, andarilhos e pés-inchados.*

Procuro apresentar uma reflexão seguindo os modos de vida de homens e mulheres, denominados como *trecheiros*, que circulam pela cidade de Cuiabá/MT, a partir da década de noventa do séc. XX.

Sem lugar para morar, com pouco ou nenhum dinheiro, criam alternativas que se desviam dos usos tradicionais dos espaços da cidade. Apropriando-se da rodoviária e praças públicas ou perambulando pelas ruas, articulam hábeis táticas de sobrevivência que sugerem, também, pensar sobre as "brechas", "as linhas de fuga" construídas no sistema de dominação e de controle das instâncias de sociabilidade do espaço urbano.

Abandonar identidades majoritárias: seguir as singularidades itinerantes

É significativa a forma como esses homens e mulheres denominados "trecheiros" utilizam o espaço de passagem e movimento, como o viaduto localizado próximo ao terminal rodoviário de Cuiabá[2], e o transformam numa "casa".

São ações que jogam com a ordem e a racionalidade urbana instituída que, por sua vez, tenta explicar esses comportamentos de usos não autorizados dos espaços, sob a ótica da desordem e do caos. Existências anônimas, *infames* poderíamos dizer, que recorrentemente adquirem visibilidade através de suportes vários – reportagens,

imagens, informações, arquivos, processos crimes, etc. –, são apreendidas em termos negativos, como uma ameaça associada à doença, à ilegalidade à indisciplina, enfim, ao perigo social.

Pensar outras possibilidades de leituras desses modos de existência na cidade, requer um deslocamento analítico que possibilite problematizar as classificações naturalizantes que tentam se institucionalizar como expressão da verdade social. Nesta perspectiva tomo como uma importante linha de análise as reflexões de Michel de Foucault a propósito da noção de "acontecimentalização". Tal noção, envolve o procedimento metodológico de romper com as evidências e construir singularidades. Isso implica em subverter as continuidades: onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos –são perigosos–, trata-se de fazer surgir uma "singularidade" e produzir uma *acontecimentalização*.[3] Elaborar possibilidades de problematizar essas "existências em trânsito", fugindo ao assujeitamento das redes de dominação majoritárias. Tarefa política de fazer emergir processos de subjetivação minoritárias e singulares.

Essa tarefa de suscitar as singularidades encontra ressonâncias nos quadros de uma *ciência nômade, itinerante e ambulante,* tal como a definem Deleuze e Guattari[4]. Ciência que se constitui pelo procedimento de seguir o fluxo dos acontecimentos, dos documentos, da matéria e das falas: *somos de fato forçados a seguir quando estamos a procura de singularidades, quando nos engajamos na variação contínua das variáveis, em vez de extrair delas constantes .*

Passo então, a seguir os fluxos dos relatos que contam sobre os modos de vida de quem se encontra no trecho, seguir as maneiras como inventam formas de inverter as regras normativas e criar modos de existências singulares. Análogos aos acrobatas – cujo sentido original remete à 'arte de dançar sobre a corda' –, *trecheiros, pardais, turistas*

forçados, dizem da arte de viver e de inventar certos instrumentos, equipamentos e tecnologias *minoritárias* com as quais constróem seu território existencial no movimento.

Modos de existências nômades: "o valor das coisas imprestáveis".

Práticas de reinvenção: a sucata

Contrastando e compondo com a fachada artística do viaduto da rodoviária, cuja pintura expressa os ícones de uma pretensa identidade cultural regional (como a manga e o caju), estão os usos não autorizados que se apropriam do lugar e inscrevem ali seus registros de passagem ou de permanência temporária. Tais registros podem ser apreendidos através dos objetos e do vocabulário usado por essas pessoas em trânsito. Através dos utensílios e produtos da vida cotidiana coexistem os sinais que expressam o caráter precário e provisório desses modos de existência.

Objetos marcados por usos inumeráveis compõem as redes de estadas provisórias: mochila, rede, colchões, fogão feito de tijolos, mesa improvisada entre um balde e uma tábua, um papelão sobre uma pedra como lugar para se sentar e depois para dormir, a faixa de publicidade que se transforma numa rede. Aquilo que é sucata e dejeto descartável pela sociedade do consumo como restos de madeira, latas de tinta, baldes de óleo, bacias velhas, é reinventado em função de fins próprios e imediatos. As paredes riscadas com palavras e imagens registram a passagem, os amores, os encontros. Traçam uma memória da cidade contemporânea em que se entrecruza a arte "legítima" do artista plástico com uma arte cotidiana, *clandestina,* do "viver em trânsito". Nos relatos, este espaço do viaduto é representado por esses usuários "trecheiros" como um espaço de moradia coletiva, que corresponde a um "sentir-se em casa".

> *Pode ter pessoas diferentes aqui, mas a gente já chega e já se integra novamente porque você já conhece o ambiente, você já se sente em casa. Pode ter gente que você nunca viu na vida, mas rapidinho tá todo mundo amigo. É seu ambiente, você se sente em casa né... Faz os amigos na hora e pronto... e assim sucessivamente*[5].

O relato aponta para uma sabedoria adquirida pela experiência de estar em constante deslocamento e que lhe garante um conhecimento do ambiente. Mas, mais que isso, essa sabedoria remete a subjetividades, a modos de existências construídos no aprendizado da inversão e da desnaturalização das coisas e das palavras. Numa situação de extrema pobreza aprendem a *virar do avesso* o obstáculo e a transformá-lo em instrumento de sobrevivência. Subjetividades que invertem os sentidos e as normas prescritas pela moral e as instituições da sociedade burguesa. Inverte-se o sentido da casa, que, no caso, passa a ser o espaço público do viaduto. Subvertem a configuração burguesa de família como célula de base e a inscreve em outra relação que parece funcionar mais como uma *máquina de guerra, um vetor de bando*[6]: aquilo que é familiar e que os fazem sentir-se em seu ambiente é o estranho, é estar junto de pessoas que nunca se viu na vida, é viver com o que é provisório, precário e transitório.

Um outro aspecto sugerido por esse relato é a dimensão produtiva desses corpos "em trânsito" como fatores criativos de modos de existência. Se reapropriam de espaços e constituem-se como sujeitos ativos. Se reterritorializam e positivam a construção do território como por exemplo ao declararem, em relação ao viaduto da rodoviária, que *aqui é nossa casa.* Quando afirmam "aqui é nossa casa", apontam para uma transgressão nas normas de apropriação do espaço urbano em que a distribuição dos terrenos e residências passa pelo referencial da propriedade privada ou da administração pública. Assim, suas maneiras de viver e seus próprios corpos traçam *linhas de fuga* que não se configuram como uma recusa vazia à ordem estabelecida, mas constróem um território de afirmação positiva. Fazem-nos pensar nas *heterotopias*[7] de Foucault: invertem e contestam os usos oficiais dos espaços, transgridem e desviam as normas de apropriação, fazendo-os funcionar para outros fins. Enfim, desnaturalizam e dessacralizam as oposições que admitimos como dadas (espaço do lazer e do trabalho, privado e público) e transformam-no em *outros espaços,* híbridos.

Práticas de reinvenção: desviar as palavras e "atrapalhar as significâncias"

O vocabulário empregado é bastante singular, revela a arte de utilizar as palavras, fazendo-as ***variar*** (jogar com o sentido de *delirar*) de acordo com o interlocutor:

> *"Trecho" é nós que somos trecheiro, então a gente fala "trecho". Isso na nossa gíria, mas se a gente conversar com uma pessoa diferente, de fora, que não tem nada a ver... aí a gente não vai falar trecheiro, porque até o nome não é legal. A gente vai falar assim: olha, nós estamos simplesmente passando por uma dificuldade, estamos de passagem na cidade, estamos dependendo da assistência social, do albergue municipal, e a gente tá realmente numa dependência, se a senhora tiver um saquinho de arroz para ajudar a gente, a gente agradece. Mas entre nós é normal.*[8]

A utilização do termo "trecho" e da designação de " trecheiro" ganha sentido singular na leitura dos próprios protagonistas. Significados que só podem ser apreendidos por quem compartilha da experiência, e não por quem está de "fora". Produzem para si um vocabulário que funciona como signos de distinção que marcam a sua condição de estar em trânsito. Ao mesmo tempo, o relato mostra uma esperteza na arte de se utilizar a linguagem, de se colocar bem as palavras neste ou naquele momento, diante deste ou daquele interlocutor. Sabem que, para o sistema social constituído com base nas referências sedentárias da moradia e do trabalho, seu modo de existência não possui legitimidade. Dessa forma, para dirigir-se às pessoas de "fora" ou "diferentes" utilizarão o discurso mais eficaz, que é na verdade uma tática de entrar no discurso corrente e fazê-lo funcionar a seu favor.

A partir do ponto de vista dos circuitos formais de organização da cidade os "trecheiros" é que são vistos como estranhos, como os de fora e diferentes. Entretanto, na perspectiva dos próprios "trecheiros", ao designarem as pessoas de "fora" ou "diferentes", para caracterizar aqueles que não compartilham de sua experiência e dos seus modos de

vida, subvertem o significado da imagem que geralmente é construída sobre sua presença na cidade: não são eles que são "diferentes" ou "de fora".

As entrevistas realizadas mostram um vocabulário específico criado pela experiência singular desses homens e mulheres que se encontram em constantes deslocamentos. U*m idioma criado pelo trecheiro* (como dizem) desterritorializa a transparência e a codificação oficial das palavras e lhes atribui significações desarrumadas. Nesta rede de convivência cotidiana, um repertório de palavras "clandestinas" se esboça: *babosar, xarquear, manqueador, correria, homem-terra, boca-de-espera, viola*, etc. Pode se dizer que produzem heterotopias também com as palavras: desmancham, desarrumam, deformam seus sentidos e significados. Segundo Michel Foucault, a*s heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruínam de antemão a 'sintaxe', e não somente aquela que constrói as frases – aquela menos manifesta, que autoriza 'manter juntos' as palavras e as coisas.*[9]

Desterritorializam a clareza e a lógica das palavras fazendo–as funcionar em outras redes de práticas e significados. São expressões que dão acesso a lógicas sociais e simbólicas desses grupos que circulam pelas cidades da Amazônia. Geralmente reduzidos a vítimas pelas instituições, os protagonistas desses modos de existência são vistos como o "outro" negativo do mundo do trabalho. Entretanto, se prestarmos atenção no vocabulário criado para expressarem suas práticas cotidianas e se comunicarem entre si, encontramos indicações de que num ambiente de adversidades, esses homens e mulheres elaboram ricos saberes e técnicas para lidar com a precariedade e os mecanismos de controle social que lhes são dirigidos.

É exemplar o relato de Waldir ao falar das maneiras astuciosas de se lidar com a repressão policial de que são constantemente alvos. Ele diz:

Em vez de policial investigar peão, peão é que investiga o policial. Porque o peão é mais inteligente que a polícia. É mais inteligente. O peão é. O peão é uma obra do capeta, dona. Quando um policial chega perto de um peão e vai fazer uma pergunta, o peão já sabe o que ele vai perguntar e já sabe até a resposta. O peão é muito inteligente, dona.

Essas capacidades inventivas e inteligentes de se apropriar do discurso policial anunciam maneiras criativas de inverter a aparente fatalidade da ordem estabelecida. Reempregam o discurso policial num sistema de referência particular do "trecheiro", ou de "peão". O relato permite dar visibilidade a uma inteligência prática, acionada numa situação particular de perigo, em que se apropriam e alteram as regras de funcionamento da força policial, que representa o espaço opressor por excelência.

Permite, também, reconhecer o uso tático das palavras, dos discursos: fazem dizer outra coisa a partir do que pensava dizer o policial, ou seja, enquanto o policial pensa que está investigando, pelo contrário, está sendo investigado. Ao anunciar que sabe o que a polícia vai perguntar, e já sabe de antemão o que vai responder, estabelece verdadeiras *trampolinagens*,[10] subverte as relações de forças e garante, mesmo que momentaneamente, uma proteção contra a realidade da ordem estabelecida.

Entre as inúmeras palavras "inventadas" para nomear suas práticas cotidianas, a palavra pedir aparece designada a partir de termos como *manguear, babosar, dar um enxarque ou xarquear*. Associado a isso a prática de pedir aparece entrecruzada a táticas reveladoras de verdadeiras astúcias da inteligência, conforme podemos perceber no relato abaixo referindo-se aos termos *viola e violinha*:

Viola ou violinha é a pessoa que a gente carrega junto para pedir. Eu já tive várias mulheres como "viola". A gente mente que é casado, mas não é. É só para pedir. É uma mentira sem fazer mal. Tem cara que se amiga com uma mulher aí, mas só de araque, com uma criancinha, aí aquela criancinha é apelidada de **viola**, é usada a

criança para pedir. Ele faz de conta que ele é marido dela e que aquela criança é filha dele. Então a criança já tem o apelido de "**violinha**". É verdade [confirma um outro homem que estava chegando] ... é verdade. Tem cara que nunca viu a mulher, encontra ela e fala: que tal, vamos fazer uma **violinha** na guria aí.[11]

Neste contexto, as palavras *viola* e *violinha* são desviadas de seu uso comum e entram em novos agenciamentos exercendo uma eficácia pragmática para quem vive "no trecho". Homens e mulheres, inventores desses *delírios verbais*, agenciam entre palavras, corpos e coisas, as *práticas teimosas*, as *contra-condutas* que se mantêm a despeito de todas as tentativas de expulsá-los da cidade. Maneiras de viver que protagonizam a correlação entre produção, criação, estética e os modos de existência.

---

[1] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. "Cidades de Fronteira". In **Relações cidade-campo:Fronteiras**/ Luiz Sérgio Duarte da Silva, organizador. Goiânia: ed. UFG, 2000, p.183.

[2] Passarei a me referir apenas como "viaduto da rodoviária".

[3] FOUCAULT, Michel. *Mesa –redonda em 20 de maio de 1978,* in **Estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 339-341. (Ditos e Escritos; IV)

[4] DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.5, São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 36-43

[5] Entrevista realizada com Cláudio, embaixo do viaduto da rodoviária, em 16/12/2003.

[6] DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.5, São Paulo: Ed. 34, 1997, p.32

[7] FOUCAULT, Michel. *Outros espaços.* In: **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2001. (Ditos e Escritos; III)

[8] Entrevista realizada com Cláudio, embaixo do viaduto da rodoviária, em 16/12/2003.

[9] FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.8

[10] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 79.

[11] Entrevista realizada no viaduto da Rodoviária com Waldir.

Organização política e propaganda Nazista no Brasil (1930-1945): O Nazismo tropicalizado

ANA MARIA DIETRICH

Muito foi escrito sobre o fenômeno do nazismo e do Partido Nazista alemão, mas a investigação deste partido no estrangeiro, seus fundamentos, regras e objetivos, ainda carece de pesquisa histórica. O Partido Nazista no exterior esteve presente em 83 países do mundo, com 29 mil integrantes. É intrigante saber que países com realidades e histórias tão distintas compartilharam deste ponto em comum: a presença do movimento organizado do nazismo por meio de um partido político e a disseminação da ideologia nazista nas décadas de 1930 e 1940.

As regras e os fundamentos surgidos na matriz da *Auslandsorganisation der NSDAP* - Organização do Partido Nazista no Exterior em Berlim[1] eram os mesmos, tanto na Áustria e na Polônia, que estiveram sob a influência direta do III Reich, quanto na África e na Ásia, caso do Japão, da China e de outros países espalhados em todos os continentes do mundo. Até em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, considerados nos anos de guerra como grandes inimigos do III Reich, os nazistas se movimentaram, fundaram seus jornais, expandiram pelos quatros ventos as suas idéias racistas e anti-semitas.

O que variava era a adaptação destas regras, o nível da aceitação do governo local e a expressividade do movimento. A proporção do movimento nazista era de acordo com o número de alemães presentes em cada país. Países que haviam recebido levas de imigrantes alemães tinham as cifras mais significativas. Na América do Sul, a presença foi expressiva e marcante em quase todos os países. Dentre eles, o Brasil, Argentina e Chile tiveram maior adesão de partidários.

No contexto de um partido organizado em nível mundial por meio de uma instituição que funcionava dentro da hierarquia do Partido Nazista alemão, é possível compreender melhor o caso "Brasil" – ou melhor, o *Landesgruppe* Brasil (grupo do país Brasil).

[1] No decorrer do trabalho, iremos chamar esta organização pela sua sigla: A.O.

Analisando primeiramente o funcionamento e regras da A. O., instituição que gerenciava os partidos nazistas no exterior, traçarei a história do grupo do Partido Nazista no Brasil.

O dado que mais me chamou a atenção, e é o ponto de partida desta análise, é que o Brasil era o país com o maior grupo de partidários dos 83 países do mundo, fora da Alemanha, com 2.900 integrantes. Que questões estão atrás deste número? O que o Brasil tem de especificidade e de semelhanças com relação aos demais países da América do Sul e do mundo? Neste contexto, o grupo do país Brasil chegou a ter uma importância e objetivos "especiais"?

A Era Vargas é comumente dividida em dois grandes momentos: o primeiro, que se inaugura com a Revolução de 1930 e o segundo, com a implementação do Estado Novo, em 1937. O Projeto de Nacionalização aliado com a Lei Monstro (Lei de Segurança Nacional) foram duas variáveis importantes neste governo que influenciaram diretamente no cotidiano da comunidade alemã.

Quanto a primeira variável, o governo brasileiro teria, durante o período de funcionamento do partido, "fechado os olhos" para as atividades partidárias. As relações amigáveis de Getúlio Vargas com Hitler interessavam prioritariamente pelas questões comerciais — leia-se tratados de exportação e importação, nos quais a Alemanha figurava como um importante comprador das matérias-primas brasileiras, em especial, o café e o algodão.

Quanto ao plano político, o treinamento de policiais brasileiros pela GESTAPO pode ser citado e no plano ideológico, a caça ao chamado "perigo vermelho" (comunismo) foram pontos de convergência na política de repressão dos dois países. Como maneira de otimização e mesmo como variável de negociação entre os dois países, foi possível ao Partido Nazista funcionar, de 1928 a 1938, oito anos durante a chamada Era Vargas (1930-1945). Só depois de uma década — quando a existência deste partido entrou em confronto com as diretrizes nacionais que proibiam atividades políticas estrangeiras e ao mesmo tempo, procuravam "nacionalizar" as minorias estrangeiras, intervindo em escolas, clubes, bancos e demais associações estrangeiras, proibindo o uso de outros idiomas em público —

o Partido Nazista se tornou alvo de investigação e controle e foi finalmente proibido em 1938[2].

Muito já se discutiu sobre os possíveis alinhamentos ideológicos do presidente Getúlio Vargas com o nazismo. O que fica, no entanto, explícito é que, durante a década de 30, houve interesses por detrás desta relação amigável entre os dois países. Qualquer ruído da ordem de "reprimir" o Partido Nazista estrangeiro poderia prejudicar tal relação[3].

Assim, durante praticamente toda a década de 1930, os órgãos censores e repressores do Governo Vargas, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) responsável pela censura do país e o DEOPS (Departamento Especializado de Ordem Política e Social), a temida polícia política, passaram ao largo dos nazistas. Lembrando que, além do Partido Nazista, outros partidos e movimentos políticos participavam de um cenário de efervescência dos anos 1930 no Brasil. Movimentos como o anarquismo, trazido pelos imigrantes italianos, o comunismo, o integralismo e movimentos do operariado são alguns exemplos.

Nesta atmosfera de não-repressão que poderia ser caracterizada até como uma certa liberdade política, ou mesmo como uma simpatia com interesses comerciais, o movimento nazista se desenvolveu e expandiu no Brasil. O mesmo país que reprimia o Partido Comunista na "Intentona de 1935" e mandava todos os seus dirigentes para o julgamento do Tribunal de Segurança Nacional, assistia aos festejos do 1º de maio alemão em grandes estádios de futebol, com desfiles de bandeira da suástica, da chamada juventude hitlerista, coros de músicas alemães e discursos de seus partidários. Há registros dos festejos no coração das grandes metrópoles brasileiras, a citar, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santa Catarina e Recife[4]. Tais manifestações ultrapassavam o limite de meramente "culturais" ou "tradicionais" para se revestirem de um espírito ideológico marcado pelas teorias raciais, principalmente anti-semitas.

---

[2] Conforme meu trabalho de Mestrado que busca justamente datar esta repressão ao Partido Nazista em São Paulo, analisando os documentos da Polícia Política Paulista. DIETRICH, Ana Maria. Op. Cit, nota 4.
[3] Idem.
[4] Jornal *Deutscher Morgen*, 8/05/1936, Jornal *Deutscher Morgen*, 15/05/1936, Periódico *Deutscher Klub Pernambuco*, no. 71, 1936.

Conforme explícito no título deste trabalho, questiono se o grupo do Partido Nazista no Brasil foi *tropicalizado*, ou seja, até que ponto a realidade brasileira causou modificações em seu funcionamento e na forma e conteúdo de difusão das idéias nazistas. Verificarei se houve possíveis mudanças estruturais e/ou ideológicas no processo de adaptação ao Brasil. A realidade de nosso País determinou mudanças importantes ou o partido manteve o caráter sectário e de isolamento sendo divulgado somente entre a comunidade alemã, sem maiores conseqüências tanto para o lado dos partidários quanto para a sociedade brasileira? Quais foram suas estratégias e articulações com relação ao momento político em que o Brasil vivenciava? Teria o partido tentado fazer alianças com partidos locais ou acarretado ações contra minorias nacionais?

Seu principal alvo de atuação política — os judeus[5] — teria se modificado para a grande população negra e mestiça do Brasil? Seria possível — do ponto de vista dos partidários — a convivência da chamada raça ariana com as supostas raças "inferiores" onde estariam alocados judeus imigrados, negros e brasileiros em geral residentes neste país tropical? Como se deram as manifestações de racismo destes partidários? As estruturas partidárias – leia-se – Juventude Hitlerista, Associação de Mulheres Nazistas, Frente de Trabalho Alemão sofreram mudanças em suas regras? O calendário de festividades nazistas foi modificado para a realidade brasileira?

Além de analisar a forma e intensidade da infiltração do partido, verei como o elemento "Brasil" e sua sociedade reagiram neste processo. O modo / a observação do olhar das autoridades nazistas à realidade brasileira em forma de relatórios de viagens, expedições ou de relatórios técnicos dos diplomatas alemães no Brasil também serão parte da análise desta questão. Por meio da análise da implementação de associações partidárias, propaganda e estrutura do partido (funções e hierarquias), verificarei até que ponto o processo de "transplante" organizacional modificou os princípios e ordens do Partido Nazista original.

[5] Outros alvos eram os comunistas e demais opositores políticos, testemunhas de jeová, ciganos, doentes mentais e incuráveis, ladrões e homossexuais. Cf. LENHARO, Alcir. *Nazismo, o Triunfo da Vontade*. São Paulo, Editora Ática, 1995, p. 74-80.

A partir da análise destes "amoldamentos", investiguei a profundidade do que passo a conceituar como um possível processo de *tropicalização do nazismo*. O conceito de tropical neste estudo abrange símbolos do imaginário social, agregados a conceitos geográficos e de territorialidade. Segundo Marilena Chauí, a imagem do "paraíso tropical" é um mito fundador do Brasil enquanto nação; perpetuado até hoje em diversos discursos literários, sociais e musicais. Formulações como "Deus é brasileiro" fazem parte deste mito, que exclui a idéia de violência da sociedade brasileira[6]. A representação do Brasil associada ao paraíso tropical, divulgada desde a chegada dos portugueses ao Brasil, atraiu muitos imigrantes alemães, que deixaram a Europa principalmente para desenvolver atividades agrárias. Muitos destes aderiram posteriormente ao Partido Nazista. A diversidade racial brasileira ia de confronto aos fundamentos da raça pura difundidos pelo III Reich, o que fez com que o paraíso tropical se desmanchasse e se estabelecesse uma espécie de "inferno" racial em seu lugar. Tais conflitos, ocasionados, em um primeiro momento, por um choque de raças e estranhamentos culturais, serão objetos centrais deste estudo. A todo o momento, será feita uma comparação entre o modelo proposto para os grupos partidários no exterior e as adaptações do caso brasileiro.

No caso do nazismo, os imigrantes alemães traziam na bagagem uma certa lógica que entrava em confronto com a lógica brasileira. Havia então um processo de negociação que gravitava entre os pólos da flexibilidade e da resistência. Flexibilidade, se levarmos em conta que o partido se instalou e funcionou durante 10 anos no Brasil, atuando em 17 estados brasileiros, com 2.900 integrantes. Também em função das "boas relações de amizade" entre os dois governos, alemão e brasileiro, que resultou na assinatura de diversos tratados comerciais e na esfera política, da caça aos comunistas.

Resistência, a partir do momento em que foi proibido e os alemães, independentemente de serem adeptos do nazismo, foram controlados, junto a outras minorias estrangeiras. Em um contexto de busca de uma identidade nacional, a difusão

[6] CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

destas idéias ajudava a estigmatizar a figura do imigrante como "perigoso à segurança da nação".

A sociedade brasileira, na qual as idéias nazistas seriam disseminadas, favorecia uma química singular, que poderia ser caracterizada até, em um primeiro momento, como uma mistura ideológica. Esta química é o que chamo aqui de "tropicalização do nazismo", que seria a ideologia nazista "vestida" sob a roupa do contexto histórico brasileiro. O nazismo se torna senão original, diferente do difundida no III Reich.

O nazismo *tropicalizado* não se configurou – e nem poderia – como uma cópia fiel do nazismo alemão, uma vez que não se encontrava na realidade brasileira muitos dos elementos de uma sociedade totalitária, como a militarização da população, o contexto de guerra, o sentimento de humilhação pós-Tratado de Versalhes e uma legislação de caráter anti-semita. Ao mesmo tempo, ele se deparava com outros elementos não existentes na sociedade alemã, caso, por exemplo, da grande população caracterizada pelos teóricos racistas como mestiça e de origem negra e indígena, grupos classificados como raças inferiores. Estes grupos eram vistos como uma ameaça à pureza racial germânica e os alemães "puros" eram constantemente alertados a não se misturar com eles.

Ainda vamos analisar outros elementos do nazismo *tropicalizado*, por exemplo, a existência do integralismo, corrente que se assemelha ideologicamente ao nazismo e que atraiu, pelo seu conteúdo ideológico, muitos alemães e descendentes. Outro elemento foi a presença de uma grande massa de teuto-brasileiros (descendentes de alemães) concentrados em uma região específica do Brasil, a região Sul. Em alemão, chamados de *Deutschbrasilianer* (alemães-brasileiros), formam uma nova categoria dentro de uma maior *Auslandsdeutsch* (alemães estrangeiros). Os teutos se encontrariam em um nível inferior aos alemães puros, mas ainda assim interessavam ao Reich.

Alguns fatores, como por exemplo, a distância geográfica[7], favoreceram a idealização dos eventos e as formas diferenciadas de recepção do discurso nazista. Por exemplo, apesar de o jornal *Deutscher Morgen* publicar muitos artigos anti-semitas e

[7] BREPOHL, Marionilde Dias, *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil.* Campinas: UNICAMP (tese de doutorado), 1993.

possuir uma coluna exclusivamente dedicada a este assunto[8], o alvo era sempre o judeu "de lá", ou seja, o judeu que estava na Alemanha. Poucos artigos se pronunciam contra o judeu refugiado do nazismo no Brasil ou ao judeu morador do Brasil. Era antes um anti-semitismo idealizado, que prático.

Chamou-me a atenção como seria a organização de um partido disseminador de uma ideologia racialmente sectária em um país que tem a presença de povos com grande multiplicidade étnica e cultural. Investigarei se houve conflitos de ordem "racial" e como eles foram trabalhados no interior do partido e se, na esfera internacional, houve conseqüências nas relações entre os dois países, Brasil e Alemanha.

Esta questão é vista a partir da discussão sobre raça vigente na época. Um dos pilares da ideologia nazista era o racismo. Segundo a visão dos nazistas na década de 1930, havia a raça ariana, à qual pertenceria o alemão. Em contraposição, havia as raças inferiores (*Untermensch*) e não-raças (*Unmensch)*. Os povos indígenas, negros e mestiços, habitantes da América Latina pertenceriam às raças inferiores e por isto não deveriam ser "misturados" com os arianos. Segundo Adolf Hitler, o cruzamento de raças acarretaria em um rebaixamento do nível da raça mais forte e a um regresso físico e intelectual[9].

A miscigenação e a idéia do nosso País enquanto "laboratório racial" também chamou a atenção desses teóricos. Miscigenação significava degeneração. Os estereótipos do Brasil, enquanto um país belo e gigante, com uma natureza exótica, mas com tipos humanos diferentes da "civilização européia" perdurou até os anos 30, quando os nazistas culparam as dificuldades de adaptação ao Brasil a elementos raciais.

No contexto das teorias de eugenia – tanto as vigentes na Europa quanto no Brasil, cabe ressaltar dois aspectos fundamentados na visão do "outro": de como o alemão via o brasileiro e de como o brasileiro reagia a esta visão. O primeiro é que os nazistas que se encontravam em nosso País consideravam a população brasileira como inferior pelo seu

[8] *Deutscher Morgen*, jun. 1935, p. 15.
[9] HITLER, Adolf. *Minha Luta*, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1962, p. 186.

caráter mestiço e a descreviam por metáforas pejorativas como “macacos”. Do lado institucional, houve a proibição de casamentos mestiços pelo partido.

Em outra instância, dentro da comunidade alemã, desenvolveu-se uma outra ordem de conflitos: entre os descendentes de alemães (os *Volksdeutsche*) e os alemães de nascimento (*Reichsdeutsche*) que se viam com desigualdade. Os fatores de diferenciação variavam entre a idade de seus integrantes (os *Reichsdeutsche* eram geralmente mais jovens), data de imigração (os *Reichsdeutsche* haviam imigrado recentemente) e língua (os *Reichsdeutsche* consideravam que os *Volksdeutsche* não falavam o alemão puro)

O segundo aspecto é que houve linhas de resistência dos brasileiros a este pensamento de superioridade dos alemães, representada tanto pelos intelectuais brasileiros, quanto pela própria população que reagia com ironia e escárnio a este pensamento. Em anedotas, vários artigos de jornais brasileiros criticavam o chefe do Estado alemão, Adolf Hitler, sua política racial e a pureza da raça ariana.

Se, por um lado, os alemães eram modelo por serem considerados “brancos e civilizados”, sua imagem passou a ser associada, principalmente a partir do final dos anos 1930, também por influência do pan-americanismo, como perigo (o Quinta-Coluna).

Da parte da intelectualidade brasileira, autores do evolucionismo social, como Silvio Romero, apesar de defender o branqueamento da raça com a colaboração dos imigrantes europeus, via vários aspectos negativos na presença de alemães no Brasil. Eles se concentravam em uma região específica do país, o Sul e falavam sua língua de origem, além de terem imigrado de uma maneira desordenada ao Brasil. Tais aspectos poderiam ocasionar conflitos políticos regionais cujo maior perigo seria criar no Sul do Brasil uma colônia alemã independente[10]. A solução encontrada por Romero é que os alemães se espalhassem pelo Brasil e, junto a imigrantes portugueses que garantiriam a unidade lingüística, fariam no Brasil uma nova população[11].

[10] BREPOHL, Marionilde, Op. Cit. nota 36, p. 59.
[11] SCHWARCZ, Lilia Moritz, “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro”. In Raça e Diversidade, Op. Cit. nota 32, p. 174.

Envelhecimento e identidade no Brasil pós-1980

Ana Maria Marques – PPG-UFSC/UNIVALI

Quando falamos em envelhecimento é importante identificar os sujeitos, suas trajetórias de vida, seus contextos sociais. Talvez não devamos falar de velhice, mas de velhices ou envelhecimentos. Como diz Guita Grin Debert: "As novas imagens do envelhecimento são, sem dúvida, expressão de um contexto marcado por mudanças culturais que redefinem o modo de construção das identidades."[i] Esta autora ressalta que estas mudanças não trouxeram uma atitude mais tolerante em relação às idades, pelo contrário, há uma forte valorização da juventude que aciona fortes mercados de consumo e transforma a velhice em uma responsabilidade individual. Conclui:

> "Engolidos pelas concepções autopreservacionistas do corpo, os gerontólogos têm agora como tarefa encorajar os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais para combater a deteriorização e a decadência. Afinados com a burocracia estatal, que procura reduzir os custos com a saúde educando o público para evitar a negligência corporal, os gerontólogos abrem também novos mercados para a indústria voltada para o rejuvenescimento.[ii]

Não quero tomar este alerta da antropóloga Debert, como uma crítica pejorativa aos gerontólogos, mesmo porque alguns aqui serão meus co-autores. Nesta trama discursiva que constitui estas novas identidades etárias (porque são marcadas pela idade), preocupa-me perceber as redes de solidariedade, os jogos de poder que incluem e/ou excluem, os interesses econômicos e outros fatores que, especialmente a partir da década de 1980, alteraram entendimentos (e mesmo estereótipos) sobre a velhice.

Com a ajuda de Philippe Ariès, é bom lembrar que categorização da vida em fases na modernidade acabou por estigmatizar o velho – última fase neste ciclo de vida. Ariès, ao tomar o modelo da França, diz que cada época privilegiou uma etapa etária da vida humana: o século XVII, a "juventude"; o século XIX, a "infância"; e o XX, a "adolescência". Ele coloca que aquela imagem do ancião decrépito do século XVII ou do respeitoso patriarca burguês do século XIX desapareceu no século XX. No francês falado, lembra Ariès [iii], "a velhice desapareceu", pois não se utiliza mais a expressão *un vieux* (um velho), esta subsiste como uma gíria ou com um sentido pejorativo. Podemos fazer a mesma reflexão para o Brasil. Na França, é mais freqüente utilizar a expressão *personne âgé*, o que para nós seria sinônimo de idoso, pessoa de (mais ou muita) idade.

Mesmo que este sentimento burguês do qual fala Ariès não tenha sido compartilhado em todas as organizações sociais, vale ressaltar que as preocupações com a infância relegaram ao velho um lugar inferior na escala de preocupações vitais na modernidade. O velho passou a ser visto como ultrapassado, obsoleto ou objeto de museu que deveria ser conservado por respeito. A modernidade conferiu à juventude a tarefa de construir a sociedade, impulsionar o crescimento econômico. Tanto que o Brasil da década de 1960-1970, momento de grande impulso industrial, era um país jovem e os jovens eram considerados "o futuro do país". O velho então, representava o passado, quando muito, conservado nos museus asilares do assistencialismo. A cidadania do velho do Brasil "desenvolvimentista"[iv] estava na conquista da aposentadoria que era entendida, naquele momento, como resultado de uma vida de trabalho - urbano e assalariado – pois ainda não incluíam-se os trabalhadores rurais e trabalhadoras domésticas (as chamadas "donas de casa") . A fase adulta, então, tornou-se sinônimo de produtividade e, de modo geral, o que estava fora da escala de produtividade caía na esteira da marginalidade, da exclusão social.

Analisando dados quantitativos[v], o IBGE apresenta números que mostram que, em 1980, as mulheres tinham uma expectativa de vida até os 65 anos de idade, enquanto os

homens viviam até os 58,6 anos de idade, em média. Considerando as convenções da ONU que fixam a idade de 60 anos como marco inicial a partir do qual se deve considerar um indivíduo idoso, podemos concluir que dificilmente os homens chegavam a envelhecer, ou seja, há uma forte incidência do gênero nas questões da velhice. Em 2000, os dados mostram que as mulheres passam a viver ainda mais que os homens, proporcionalmente, este diferencial aumentou para 8,7 anos, resultado da queda da fecundidade e da mortalidade. Sob este contingente etário, pesa a proporção não só de mulheres, mas também de raça (considerando o que o foi classificado como "composição por cor": "brancas", "pardas", "negras" e/ou "outras"). Não querendo entrar na análise subjetiva das questões étnico-identitárias, só vou pinçar um dado: em 2000, entre oito milhões de mulheres idosas, cerca de cinco milhões eram "brancas". Isto remete às condições sócio-econômicas que permitem algumas pessoas viverem mais e melhor (considerando o que se convencionou chamar de "qualidade de vida") do que outras. Ou seja, pobres e miseráveis vivem menos.

Ana Amélia Camarano atribui a três fatores o fato de a mulher idosa estar vivendo mais e melhor: a ampliação da cobertura previdenciária, o maior acesso aos serviços de saúde e o crescimento da tecnologia médica. Tais fatores aparentemente "beneficiaram" a mulher, pois ela, ainda, aposenta-se mais cedo que os homens e pode acumular pensão por viuvez (e é bem maior a proporção de viúvas do que de viúvos), por exemplo. Entretanto, seus "benefícios" são de valores mais baixos do que os dos homens, pois refletem a precariedade da condição feminina no mercado de trabalho.

A Seguridade Social, ainda que precária, permitiu maior mobilidade social às mulheres idosas. Elas apresentam uma tendência maior a viver sozinhas, em relação aos homens. Esta tendência não tem a ver com solidão ou abandono, necessariamente, nem mesmo com perda de vínculos familiares. O depoimento de D. Olga Schimitt, colhido em 2003, exemplifica esta evidência. Aos 83 anos de idade, morando "só", no interior do Rio Grande do Sul, ela diz: "eu estou acostumada a fazer minha comida, arrumar minha casa, minhas roupas, isso é atividade

e, também, tenho mais oportunidade de sair. (...) os filhos nem sempre têm tempo, mas quando eles sabem: ah, hoje a mãe está lá, tem um programa lá. Então, ficam contentes." A fala de Dona Olga remete a um conjunto de dinâmicas que tiraram um certo estigma da velhice. Ao contrário do binômio moderno velhice/improdutividade ou inatividade, ela está inserida neste movimento que rompe a fixidez deste estereótipo, mostrando que envelhecer é ter atividade, autonomia. Junto com suas amigas, casais de amigos, Dona Olga, como milhares de mulheres pelo Brasil afora, buscam em programas associativos, novos sentidos às suas velhices. Podemos sim, considerar, que há um "perigo" de negação da própria velhice, como denuncia Debert, quando diz que: "(...) esse compromisso da sociedade com o envelhecer positivo leva a um conjunto de práticas que, ao oferecer oportunidades constantes para a renovação do corpo, das identidades e auto-imagens, tende a encobrir os problemas da idade mais avançada" [vi]. Dona Olga está inserida no contingente considerado em "idade mais avançada" (com 80 anos ou mais), no entanto, é seu "estilo de vida" que permite a ela mesma não se identificar como "velha". Na pesquisa que Debert fez com homens idosos, foi a perda da lucidez o fator apontado por eles como indicador da velhice. O que faz considerar o "lúcido" entrevistado ser "velho" sempre o outro, independente de ter ele menos ou mais idade. Na minha observação e estudo, não vejo que esta conclusão possa ser diferente para as mulheres – isto me faz lembrar as várias vezes quando muitas idosas, e eu mesma repetíamos: a velhice está aqui (apontando para a cabeça).

Este movimento associativo que cresceu significativamente a partir da década de 1980, agregando idosos, contribuiu, entre outras coisas, para dar visibilidade às mulheres. Não que elas não estivessem se reunindo fora do espaço doméstico e/ou de trabalho antes. Muitas das mulheres que fundaram grupos denominados de "terceira idade" ou "melhor idade" (para citar algumas denominações), já militavam em movimentos de igreja e de voluntariado. A filantropia, o "ajudar os outros" sem pedir algo em troca, foi quase que "naturalmente" entendido, durante

muito tempo, como uma função feminina e também por isso, não era muito importante falar ou escrever sobre o assunto.

Esta visibilidade da mulher também esteve associada a ela fazer coisas, publicamente, que antes não era comum ao seu comportamento, como, por exemplo: dançar e viajar. Mesmo que incentivadas por profissionais, especialmente do Serviço Social, elas escandalizaram. Ridicularizadas, infantilizadas, assanhadas ou outras formas como foram interpretadas, foi assim que as idosas conquistaram espaços de visibilidade (pública e de si mesmas).

Dona Neuza Mendes Guedes, em depoimento a mim concedido em 7 de março de 2003, conta que em 1980 foi trabalhar no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano seguinte iniciou o trabalho que resultou na criação do NETI (Núcleo de Estudos da Terceira Idade). Desde 1976, quando trabalhou numa pesquisa para levantar a situação do idoso em Santa Catarina a pedido do Ministério, o diagnóstico de precariedade da situação do idoso e até mesmo de como coletar informações sobre estes para levar a um seminário nacional, suscitou uma série de questões levadas a cabo quando Dona Neuza iniciou seu trabalho na universidade:

> "(...) a universidade precisava responder essa formação de recursos humanos para essa área – sempre estava na minha cabeça aquilo, mas era uma época de greve aqui dentro. Até que em 81 eu liguei para a Lúcia [Hisako Takase Gonçalves, enfermeira e também professora da UFSC] e propus: vamos tentar pedir para a universidade um espaço para gente discutir isso, e ela acatou, aceitou e nós duas fomos com a cara e a coragem pedir esse espaço dentro da universidade para discutir a questão da gerontologia, que era totalmente desconhecida. O Serviço Social trabalhava com o velho, mas ninguém estudava o velho. Na Psicologia não se estudava a velhice. Nenhum setor aqui estudava a velhice."

Rememorando 1977, Dona Neuza conta que o "pessoal do Serviço Social foi malhado" pelos jornais que mostraram os idosos dançando no calçadão – "a lenha foi brava nos profissionais". Segundo Dona Neuza, os jornais culparam estes profissionais por ridicularizarem

os idosos. Ela mesma se defende dizendo que os próprios idosos teriam revelado em pesquisa feita pelo SESC (Serviço Social do Comércio) que a diversão que mais gostavam era a dança. De fato, o jornal de maior circulação em Florianópolis naquela época, "O Estado" de 24/09/1977, trouxe como matéria de capa, com grande foto dos idosos, na maioria mulheres, a notícia do "baile do vovô" no calçadão da Rua Felipe Schimitt, no centro da cidade, em comemoração à Semana do Idoso. A manchete anunciava: "Os velhinhos dançaram no calçadão e deram aos jovens uma lição de otimismo". A reportagem não fala diretamente do "ridículo", mas são as fotos e a sutileza do texto que acabam por provocar o riso, a zombaria.

Marília Celina Felício Fragoso, então presidente da Associação Nacional de Gerontologia, assistente social também, foi uma das propulsoras do movimento da dança sênior em Florianópolis, seu testemunho (entrevista concedida em 17 de maio de 2005) revela uma outra faceta do "ridículo": "Tentei levar os homens também para participarem, mas não aceitavam. Blumenau, Joinville, os homens dançam com mais naturalidade. Onde existe origem alemã, acho que eles são mais liberais. O florianopolitano, ele é muito engraçado, gosta de zombar do outro e aí, dançando ele está se expondo e pode estar sujeito ao ridículo." De fato os grupos de dança sênior estão em maior número e há mais tempo organizados em áreas de colonização alemã: Joinville é considerada pioneira.

A dança, as organizações associativas de idosos na década de 1980 e 1990 foram crescendo com o apoio destes profissionais ligados à área social (Serviço Social, especialmente e principalmente), à área de saúde (como confirmação dos resultados terapêuticos das atividades físicas), incluindo professores de Educação Física e fisioterapeutas. Este debate multidisciplinar forjou o crescimento da Gerontologia como uma ciência que estuda os fenômenos sociais do envelhecimento, separada da Geriatria que, embora estude também a velhice, precupa-se mais com as questões patológicas.

O Estado de Santa Catarina teve fundamental importância neste processo de construção de identidades na velhice. Vários grupos, entidades, associações, organizações

(governamentais e não-governamentais), pessoas, constituíram e constituem esta rede discursiva que conferiu ao idoso(a) a cidadania. Esta visibilidade, não só por conta do alarmante crescimento populacional desta faixa etária, mas por conta de nossas próprias inquietações de nos vermos envelhecendo numa sociedade que ainda estigmatiza certas etapas da vida, ajudou a fomentar "políticas públicas" (e nunca se ouviu tanto falar delas no que se refere ao envelhecimento).

Muitas lideranças ou pessoas que trabalharam com questões relacionadas ao idoso neste Estado, ajudaram a alavancar projetos que se tornaram referenciais para todo o Brasil, como a já citada Marília Fragoso e o Sr. Marcos Wandresen, que já representou o Conselho Estadual do Idoso e trabalhou na Confederação da Agricultura ajudando a criar o Funrural no Brasil. Ele contou-me, aos 72 anos de idade, no dia 10 de maio de 2005:

> "Você nem imagina a minha felicidade por ter ajudado a construir o Funrural e quando assisti a primeira entrega da primeira aposentadoria, como reconhecimento. (...) Eu tenho muito a agradecer a Deus, agradecer ao Funrural. Com essa ajuda de construção do FUNRURAL no país inteiro, eu recebi um presente: um hospital inteirinho para Rio Fortuna. Para Florianópolis, o Funrural enviou todo o equipamento para instalar o hospital universitário, então, todo o hospital foi equipado para atender o meio rural de Santa Catarina e os pequenos municípios. São conquistas!"

O depoimento acima nos dá uma noção das variantes que articulam poderes e conquistas – a linha tênue que revela favores e favorecidos, sem por isso deixar de lado uma possibilidade de olharmos quem fala, por que fala assim e para quem fala. Sr. Marcos, fez questão de dizer que sua história começava lá na "infância feliz" em Rio Fortuna, descendente de holandeses e alemães, teve "vida familiar intensa e vida comunitária" além de "professores com nível superior, mandados da Alemanha para ensinar", depois vida de seminário e vida pública assumindo a administração da prefeitura do recém emancipado município de Rio

Fortuna. Assumiu vários cargos públicos, várias participações como liderança pública – um ponto que liga-se a várias tramas da rede.

Na perspectiva de Michel Foucault[vii], o papel do historiador é fornecer instrumentos de análise que permitam localizar onde estão os pontos frágeis, fortes a que estão ligados os poderes e onde eles se implantaram. Para o autor, as redes de poder se formam no nível mais elementar do cotidiano. Por isto, é preciso estar atento à rede que cria e mantém identidades.

---

[i] DEBERT, G.G. Envelhecimento e curso da vida. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 5., n.1, 1997.p.127.
[ii] DEBERT, G. G. Op.cit..p. 127-128.
[iii] ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. p. 48.
[iv] Mara Rubia Sant'Anna trabalha estas questões no seu livro: **O velho no espelho**: um cidadão que envelheceu. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
[v] Todos os dados quantitavos apresentados aqui, são retirados do trabalho de Ana Amélia Camarano, professora e pesquisadora em estudos populacionais da Escola Nacional da Ciências Estatísticas, parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). In: "Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?" Revista Estudos Avançados 17 (49), 2003.
[vi] DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhide**. 2.ed. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.p.22.
[vii] FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

ANTONIO EVARISTO DE MORAES

DISCURSO JURÍDICO E DESQUALIFICAÇÃO MORAL E IDEOLÓGICA DAS CLASSES SUBALTERNAS NA PASSAGEM À MODERNIDADE NO BRASIL (1894 – 1916)

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva – PPG-UFF

O trabalho visa abordar o contexto jurídico e ideológico da passagem à modernidade no Brasil a partir da trajetória individual de Antonio Evaristo de Moraes. Parte, em especial, da relação deste com as classes subalternas, a fim de alcançar as discussões em torno das principais questões a elas referidas no campo jurídico brasileiro num período de reestruturação e modernização política e administrativa sob forma republicana[1]. A pesquisa, portanto, não está centralizada na biografia de Evaristo de Moraes, mas sim a utiliza como ensejo para uma inserção no contexto sócio-histórico aqui englobado, um aprofundamento na esfera intelectual do período. Constrói-se, assim, uma biografia sociológica[2], na qual mais do que a trajetória efetiva do sujeito histórico é pensada; as discussões ao seu redor é que ganham papel especial na medida que se pensa este sujeito inserido numa rede de relações e influências intelectuais que auxiliam na definição de seu posicionamento político e ideológico. Na abordagem deste tema, o trabalho engloba questões em torno da cultura jurídica brasileira, da história das idéias jurídicas no Brasil e da história do direito. Neste sentido, o enfoque torna-se multidisciplinar, já que conjuga contribuições da história – área na qual o trabalho se efetua – com outras das áreas de ciência política, sociologia e direito. Estas contribuições fornecem à pesquisa importantes indagações no que se refere ao quanto de poder e autoritarismo há nas idéias jurídicas brasileiras.

Em 1921 – já formado em bacharel em direito – Evaristo de Moraes publicou sua obra Ensaios de Patologia Social – Vagabundagem – Alcoolismo – Prostituição – Lenocínio[3], na qual analisa no contexto brasileiro, com inspiração na Europa, as principais questões sociais que afligiam médicos, juristas, advogados e autoridades instituídas na passagem à modernidade no

Brasil. O autor, filho de pai branco que logo cedo abandona sua mãe negra e lavadeira, marcado por um histórico de exclusão por carregar o estigma de mulato[4], tece, à luz de teorias sociais biologicistas formuladas e defendidas por médicos italianos, franceses, ingleses e alemães, dentre outros, apurado estudo que, para além de uma verificação a respeito destas questões no Brasil, traz em seu bojo uma ácida crítica às formas de ação das políticas públicas quanto à vadiagem, ao alcoolismo, à prostituição e ao lenocínio.

Fortemente influenciado pelo biologismo que o faz ver estes ditos problemas sociais como doenças sociais oriundas de situações de miséria, desemprego e abandono protagonizadas pelos indivíduos residentes nas grandes cidades, Evaristo não poupa palavras e esforços a fim de apontar a ação da polícia e das autoridades instituídas como arbitrárias, já que privilegiam medidas repressivas em detrimento das preventivas, que, de acordo com o autor, seriam as mais indicadas no "tratamento" destes problemas sociais. Desta forma, de nada adiantaria reprimir violentamente se não "se ataca resolutamente"[5] as causas sociais e econômicas dos problemas sociais e se não se ampara "todos os fracos e humildes, diminuindo a miséria physica por habeis medidas de hygiene social"[6].

Ao mesmo tempo, em 1913, em recurso pedido pelo então rábula a favor do Tenente João Christino Ferreira de Carvalho, acusado de fraude nas relações de vencimento da Armada, Evaristo usa como argumento de defesa os estudos do professor Luiz Hirt da Universidade de Breslau sobre o *Tabes dorsalis*, doença do sistema nervoso que, dentre outros sintomas, causaria mau humor, inquietação, melancolia, paranóia e demência, o que inocentaria o réu diante da idéia de que se ele cometeu algum crime fora inconscientemente. Vemos aqui configurado um quadro no qual Evaristo, se utilizando do discurso biologicista e desqualificador dominante, subverte uma ordem da qual ele mesmo faz parte. Ou seja, mesmo inserido no campo jurídico e atuando no interior da própria instituição, ele os critica em favor das classes subalternas. Pragmatismo de advogado? Poderia ser se Evaristo não pautasse seus argumentos em defesa destas classes justamente na desqualificação das mesmas diante

de um contexto social de miséria e abandono. Se para ele estes indivíduos não podem ser vistos como criminosos são essencialmente portadores de “moléstias sociais” que devem ser curadas – no hospital, no hospício, mas não na prisão, pois esta sim (devido ao que considera o precário sistema penitenciário brasileiro) auxiliaria em sua formação como criminosos.

Profundamente envolvido com as questões sociais do contexto de reestruturação administrativa do Brasil, Evaristo não fugiu às influências das idéias evolucionistas e biologicistas circulantes na conjuntura do início do século XX. Não obstante, estas devem ser vistas como influências ideológicas do período das quais dificilmente um intelectual poderia escapar. E Evaristo, afinal , era um homem de seu tempo, em diálogo constante com as ideologias de seu tempo. Isto não significa que ele tenha aderido a elas de maneira a fortalecer a exclusão social, pois sua relação com as classes subalternas e a defesa que sempre fez destas demonstram mais claramente seu posicionamento político e ideológico. Assim, por mais inserido que estivesse nas idéias de sua conjuntura, permanecia numa posição de resistência, na qual o controle das camadas ditas inferiores da população não deveria se dar com base na repressão violenta e sim na assistência e no desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Mesmo que se apresentasse de maneira concordante com as ideologias evolucionistas e biologicistas de sua época, Evaristo as utilizava para se posicionar em defesa das classes subalternas, além de ter militado efetivamente ao lado dos operários e grevistas do início do século XX.

O debate em torno das idéias formadoras do pensamento de Evaristo se complexifica ao entrar em cena a questão de sua filiação ideológica. Definido usualmente como socialista, Evaristo, mesmo assim, apoiou a Aliança Liberal e ocupou cargos no Ministério do Trabalho de Lindolfo Collor. Do lado de Vargas, Evaristo posicionou-se ativamente a favor da Revolução de 30. Socialista e defensor do operariado ele esteve ao lado daquele que posteriormente lançou um Estado centralizador e autoritário no Brasil. Contraditoriedade ideológica? Provavelmente não. Evaristo era acima de tudo um defensor das causas sociais e, muito possivelmente, viu na

Revolução de 30 a possibilidade de uma discussão das mesmas na esfera do poder, viu nela a primeira revolução brasileira onde a pauta propunha-se a olhar diretamente para os problemas sociais brasileiros[7]. Ademais, é necessário lembrar que o pensamento de Evaristo não tendia para o socialismo revolucionário de corte marxista ou anarquista (duas tendências hegemônicas nos movimentos sociais e políticos daquela conjuntura). Afinal, ele buscava transformações sociais, mas não questionava a presença do Estado, a transformação localizaria-se mais na melhoria das condições sociais, na reforma social e não na revolução. Daí, com inspiração em Antonio Candido[8], surge a proposta de pensá-lo pela via do liberalismo radical. Sem questionar a existência do Estado e defendendo a implementação de políticas públicas por parte das autoridades instituídas quanto às classes subalternas, mas não num sentido de repressão e sim de assistência que origine a reforma social, Evaristo pode ser inserido no pensamento radical que, na visão de Antonio Candido, origina-se na classe média e encontra-se parcialmente envolvido com as classes trabalhadoras. Para o autor, ainda, este pensamento radical no Brasil vem carregado de um conservadorismo inconsciente que dificulta a opção por uma via revolucionária. A pesquisa, que se encontra no início, tem demonstrado cada vez mais ser esta uma importante reflexão acerca do pensamento do sujeito histórico individual aqui abordado, mas também da ampla esfera intelectual da passagem à modernidade no Brasil.

É inspirado em debates como estes que o trabalho se desenvolve. Fixando-nos mais especificamente na trajetória de Evaristo, em especial como rábula, período entre 1894 e 1916 (contexto intenso de estruturação da República brasileira e de discussões em torno do Código Civil), pretendemos demonstrar o quanto a trajetória de um sujeito histórico individual, atuante e envolvido com as principais causas de seu tempo, pode contribuir para o entendimento do contexto histórico e social de uma determinada época e, o que mais nos interessa, do campo jurídico brasileiro. Sem ser um jurista oriundo da classe dominante e representante dela, Evaristo logra uma posição de destaque na esfera jurídica nacional defendendo, em sua grande maioria, réus das classes subalternas e pondo à prova a condenação moral e jurídica destes

como criminosos em virtude do abandono e da repressão por eles sofrida. Mesmo opondo-se a estes comportamentos ditos desviantes Evaristo não acredita que eles devem ser tratados como crimes ora porque foram praticados por indivíduos criados num ambiente de miséria que favorece suas práticas "imorais", ora porque muitos destes indivíduos são o que, inspirado em Lombroso[910], Evaristo chama de "imbecis", "dementes" e "loucos". Estes devem ser tratados, não condenados à prisão.

É interessante perceber o quanto de crítica social há nisto. Se as idéias biologicistas exclusivistas, postas a serviço do poder e da classe dominante, estão presentes, não deixa de ser construída por Evaristo uma apurada crítica social que passa pela criminalização indevida das classes subalternas, pelo abandono cotidiano por elas sofrido e pela repressão violenta a elas direcionada. Assim, sua prática social reflete seu posicionamento ideológico caracterizando-se pela inserção em campanhas pela assistência à infância abandonada, contra a perseguição violenta à prostituição, contra o impedimento de manifestações anarquistas, contra a prisão de mendigos, contra a perseguição religiosa de qualquer natureza, dentre outras inúmeras causas sociais. Mais do que um rábula (posteriormente advogado) defensor das ditas minorias, Evaristo foi um indivíduo antenado com seu tempo, profundamente relacionado às principais causas sociais que o afligiam. Ele era, portanto, um intelectual inserido nos problemas sociais de seu tempo e unia sua prática intelectual a sua prática social. Faz-se necessário, assim, pensá-lo não somente pela via evolucionista de seu pensamento, mas pela capacidade que ele teve de aproximar-se das classes subalternas, trazendo-as para o debate da esfera política e jurídica e posicionando-se a favor de seus direitos; elas são, deste modo, vistas como detentoras de direitos que devem ser respeitados pelas autoridades instituídas.

A possibilidade de produzir uma história das idéias políticas e jurídicas da passagem à modernidade no Brasil encontra-se presente no trabalho. Como já fora dito, a biografia de Evaristo se não é o objetivo central da pesquisa, é o caminho que guia a busca pelo conhecimento mais detalhado da conjuntura intelectual do período abordado. Ao traçar as

influências ideológicas vindas do exterior e ao buscar alcançar a complexidade de idéias presentes neste determinado contexto, buscamos lançar luzes sobre o cenário das primeiras décadas da República no Brasil. Esta abordagem propicia, ainda, a construção de uma aproximação recíproca entre indivíduos, idéias sociais e políticas e conjuntura histórica, o que permite um alcance mais detalhado não apenas da sociedade brasileira na passagem à modernidade, mas também das discussões que nela eram formuladas, pensando sempre de onde se originam as idéias que as circundam[11]. Evaristo encontra-se, então, situado em seu contexto histórico, o que possibilita a reflexão acerca de sua relação com as classes subalternas em paralelo com sua relação com a ideologia vigente.

Pensar Evaristo num diálogo constante com os intelectuais de seu tempo e concomitantemente posicionado quanto às questões nele discutidas é uma perspectiva baseada nos conceitos de geração e circulação de idéias[12], onde nenhum intelectual pensa sozinho, afastado das influências de outros autores estrangeiros e nacionais. Ele pensa, ao contrário, de acordo com as tendências de sua época, dialogando com elas, ora a favor delas, ora contra elas. Os intelectuais brasileiros encontram-se, neste sentido, profundamente inseridos nos debates europeus do período e, por isso, estão lendo e adaptando suas idéias não num sentido de encaixá-las na realidade brasileira, mas de pensá-las de maneira adaptada à esta realidade marcada pelo escravismo e pelo recente fim do regime monárquico. Um indício desta circularidade pode ser encontrado nas obras de Evaristo nas quais ele cita inúmeros autores europeus e americanos que estão escrevendo em seus países praticamente ao mesmo tempo – ou poucos anos antes – que ele aqui no Brasil. Este é o caso de Gabriel Tarde, Charles Darwin, Bentham, Marx, Lombroso e Ferri, dentre muitos outros. Mesmo que não se filie a alguns desses autores, como é o caso de Marx, Evaristo está a todo momento dialogando com eles e os utilizando a fim de produzir reflexões bastante atuais da realidade brasileira.

Dentre outras metodologias de análise histórica destacamos o trabalho com o método indiciário tal como nomeado por Carlo Ginzburg[13]. Por meio dele, buscamos nas fontes

elencadas indícios capazes de esclarecer questões fundamentais referentes ao campo jurídico brasileiro e à atuação de Evaristo nele, seu posicionamento ideológico e sua relação com as questões sociais sobre as quais escrevia. Mais ainda: o método indiciário nos auxilia na compreensão das estratégias de controle social (ideológicas e efetivas) que serão, nesta pesquisa, pensadas por um representante do campo jurídico mulato e marcado, de certa forma, pela exclusão social. Para isso, a identificação das metáforas biologicistas presentes no discurso e dos indícios de desqualificação moral e ideológica das classes subalternas será de grande relevância. A pesquisa vem sendo realizada com fontes, em fase de levantamento e consolidação, compostas basicamente pelo considerável número de obras de autoria de Evaristo de Moraes, nas quais ele trata praticamente de todas as questões presentes nas discussões jurídicas do fim dos oitocentos no Brasil, além de alguns processos[14] nos quais ele atuou ora como rábula, ora como advogado.

Inserindo-se entre os estudos de história do direito que tem sido freqüentes na recente esfera acadêmica brasileira, a pesquisa traz à cena uma importante figura representativa do campo jurídico conturbado e palco de intensas discussões do início da República brasileira, a fim de que esta seja acrescentada ao debate em torno das relações entre trajetória individual, direito e sociedade no Brasil. Exemplo de referência positiva oriunda das classes subalternas, já que mesmo mulato e não originário de famílias de elevado *status* social adquire ascensão e respeito em meio a uma esfera jurídica excludente dirigida por uma minoria dominante, acreditamos que Evaristo muito têm a acrescentar aos debates sobre cultura jurídica e história do direito no Brasil.

---

[1] No referente aos discursos jurídicos na passagem à modernidade no Brasil, c.f. NEDER, Gizlene. Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

[2] A inspiração metodológica para o desenvolvimento desta biografia sociológica vem de Lucien Febvre em seu trabalho de análise do pensamento de Michelet em meio às discussões em torno da Idade Moderna e da construção do conceito de Renascença. C. f. FEBVRE, Lucien. Michelet e a Renascença. São Paulo: Editora Scritta, 1995

[3] MORAES, Antonio Evaristo. Ensaios de Patologia Social – Vagabundagem – Alcoolismo – Prostituição – Lenocínio. RJ: Grande Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921

[4] Quanto à origem social de Evaristo de Moraes, há versões destoantes. Em sua autobiografia, Reminiscências de um rábula criminalista. RJ: Grande Livraria Leite Ribeiro, 1922, ele enfatiza uma origem humilde e o abandono de sua mãe por seu pai Basílio de Moraes, mesmo que não se coloque diretamente como mulato. Já seu filho Antonio

Evaristo de Moraes Filho, em entrevista a Rosa Maria Barbosa de Araújo e Marcos Luís Bretas para o CPDOC, afirma ser seu pai oriundo da classe média, tendo seu padrão de vida reduzido pelo fato de seu pai haver perdido suas propriedades no jogo e que seus biógrafos, como Roberto Lyra – Como Julgar, Como Defender, Como Acusar. Ed. Científica Ltda., teriam ressaltado uma suposta origem humilde a fim de engrandecer sua ascensão social. Alzira Alves de Abreu, em verbete para o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Ed. FGV, 2001, o apresenta como " mestiço e de família de classe média", p. 3878.

[5] MORAES, Evaristo, op. cit, p. 43.

[6] Idem.

[7] Evaristo de Moraes Filho diz em entrevista já citada que a Revolução de 30 teve o mérito de reconhecer a questão social no Brasil e que por isso o pai a teria apoiado.

[8] CANDIDO, Antonio. "Radicalismos". In: Estudos Avançados. Vol 4, n. 8. janeiro/abril – 1990. Do mesmo autor, c. f. Teresina, etc. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

[9] LOMBROSO, Cesare. L'Uomo Delinqüente. Obra publicada pela primeira vez em 1870 e que serviu de forte inspiração ideológica para Evaristo que chega a usá-la efetivamente em suas defesas no Tribunal.

[10]

[11] Esta abordagem encontra-se relacionada à biografia sociológica desenvolvida por Lucien Febvre em obra já citada.

[12] Quanto aos conceitos de geração e de circularidade de idéias, c.f. MICELI, Sergio. Intelectuais à Brasileira. SP: Companhia das Letras, 2001. A circularidade de idéias encontra-se presente, ao mesmo tempo, nas obras de Carlo Ginzburg, especialmente em O Queijo e os Vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. SP: Companhias das Letras, 1986 e no artigo "História da Arte Italiana" In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E. e PONI, C. (org). A Micro-história e outros ensaios. SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989. Ginzburg inspira-se em BAKTHIN, M. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais. SP: Hucitec, 1987.

[13] GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História. SP: Companhias das Letras, 2003

[14] A dificuldade de acesso a estes processos tem sido grande devido à falta de um catálogo com os nomes dos advogados, o que nos tem levado a recorrer às indicações fornecidas por Evaristo em suas obras e a recursos e petições depositados na Biblioteca Nacional.

Memórias compondo histórias

ANA PAULA DOS SANTOS – PPG-UEM

SANDRA DE CÁSSIA ARAUJO PELEGRINI [1] - UEM

O presente texto busca abordar resultados parciais do projeto de pesquisa: Lago de memórias: A submersão das Sete Quedas, cujo objetivo principal é compreender a partir das memórias de antigos moradores da cidade de Guaíra, a percepção que esses sujeitos têm acerca da formação do reservatório de Itaipu em outubro de 1982. Como outros moradores da região atingida pela construção da hidrelétrica de Itaipu, os guairenses presenciaram e vivenciaram mudanças em seus modos de ser e de viver que alteraram profundamente a relação do grupo com o lugar. Assim é fundamental buscar através de depoimentos de homens e mulheres, recompor parte da história que não consta nos relatórios de Itaipu, mas que estão "guardadas" e impregnadas de sentidos nas lembranças dessas pessoas.

Antes, porém faz se necessário proceder a uma contextualização do período em que se deu a construção de Itaipu numa tentativa de compreender a década de 1970, período em que se firmou no Brasil, talvez mais do que qualquer outro período da história brasileira, a crença no progresso, no pleno desenvolvimento da sociedade, bem como, a necessidade de projetar e levar para a população ao otimismo e a esperança de um futuro promissor através de discursos ufanistas como o que afirmava um dos tantos *slogans* apresentados pelo governo militar "ninguém segura este país" [2].

Na verdade escrever sobre esse período é pensar sobre um tempo onde diferentes portas vozes conclamavam apaixonantes e diversos discursos da modernidade. Pensar este momento é estar diante de um cenário que se fez alvo de diferentes "olhares", os quais se detiveram para registrar a construção de uma nova nação ou um novo tempo, resta nos perguntar, que nação e que tempo foi esse? Muitos militares nos diriam convictos: "É o Brasil que os brasileiros estão construindo", ou ainda, "o Pais que vai pra frente".

Iniciado em abril de 1964, o golpe militar se fez presente na realidade brasileira não apenas como ideais e convicções, mas se apresentou, em ações concretas, que foram se efetivando ao longo dos dezoito anos de regime militar. Ao tomarem a força o poder político em 14 de abril daquele ano, os militares traziam consigo a idéia de que caberia a eles a tarefa de inaugurar um novo tempo na história do país, haja vista, que sob a ótica desses o Brasil estava diante de uma extrema decadência moral e material e diante disto a solução seria trilhar através de uma constante construção e transformação, associada à união do povo brasileiro, - *ordeiro e trabalhador*, o país do futuro.

Essa intenção expressou-se de diversas formas perpassando a repressão direta, propagandas que visavam dentre seus mais variados objetivos, motivarem os brasileiros para num esforço nacional, construir o desenvolvimento e o país do futuro, ou mesmo de maneira sutil propagandear os benefícios do governo militar, até a consolidação de grandes projetos que viriam a demonstrar mais do que qualquer outro ato, que realmente desta vez estaríamos construindo e percorrendo o caminho certo. “Grandes obras e grandes projetos” elevariam o país à categoria de nação moderna.

A hidrelétrica de Itaipu construída nesse período é um arquétipo desse tempo e desse momento. Pensada e construída para ser a maior e mais ousada hidrelétrica realizada em toda história humana, nenhuma outra obra se igualou a Itaipu. Para sua construção foi alterado o curso do sétimo rio do mundo em volume de água, e removido mais de 5 milhões de metros cúbicos de terra e rocha[3].O volume de concreto empregado poderia erguer 210 estádios do Maracanã ou um conjunto habitacional para abrigar 4 milhões de pessoas. O ferro e o aço de Itaipu moldariam 880 Torres Eiffel. A altura da barragem principal é equivalente a de um prédio de 65 andares. Tudo isso enfim para edificar no extremo Oeste do Paraná a chamada Itaipu Binacional. [4]

Simbolizando a modernidade, o progresso e o desenvolvimento, a construção de Itaipu durante os anos de 1974 a 1982, representou a efetivação de ideais de um estado autoritário que via na razão técnica e cientifica a solução mais correta para colocar a nação brasileira no curso de um país moderno.

As falas que divulgavam Itaipu argumentavam sua construção seguindo sempre uma mesma lógica, uma linha que se configurava de forma a enaltecer através dos números exuberante a grandiosidade de Itaipu. "Cuidadosamente, ressaltavam apenas a capacidade de realização do povo brasileiro em direção ao progresso material da Pátria e da conquista da maior fonte de energia elétrica do globo" [5] ,pois era necessário excluir outras falas e percepções a respeito do que representava Itaipu, como as da população que seria atingida pela formação do seu reservatório, visto que, se precisava construir a noção de absolescência para outras razões que dificultassem, ou mesmo, viessem a tornar "impossível" a construção da obra naquela região.

Entretanto, a construção da Usina de Itaipu causou um impacto não apenas no espaço físico dos municípios envolvidos, mas na vida de seus moradores. Milhares de famílias, na maioria pequenos trabalhadores rurais, saíram de suas terras sem a certeza de reassentamentos, viram-se obrigados a migrar para novas terras ou, simplesmente, a abandonarem o meio rural, ingressando em novas atividades produtivas na cidade.

Referências antigas, presentes no modo de viver de moradores da região foram deixadas sob as águas lago de Itaipu. Assim como outros moradores da região que tiveram, efetivamente, suas vidas modificadas pela formação do reservatório de Itaipu, os moradores de Guaíra, também presenciaram o momento da transformação da natureza, de modos de viver. Efetivamente vivenciaram as mudanças que alteraram as relações do grupo com o lugar.

Estes espaços e experiências são importantes para compreender o significado do impacto de Itaipu para esses sujeitos. Nesta perspectiva, é fundamental ir além da "grandiosidade" de Itaipu para reencontrar este universo nestes espaços e maneiras de viver. É imprescindível adentrar esse turbilhão de mudanças, que veio destruindo os resquícios da experiência de tantas pessoas e optar por um outro olhar que se alicerce em apreender e tornar visível a história compreendida como as "experiências de mulheres e homens que mesmo sob determinadas condições" [6] vivenciaram um espaço, construíram

sentidos e por vezes acreditaram na possibilidade de sua participação enquanto sujeitos de seu tempo.

Para isso, é tomado como princípio a compreensão de que a cidade consiste em um espaço repleto de significados onde há sempre muito dela em seus moradores e muito desses na cidade. É nesse espaço que homens e mulheres constroem suas expectativas, seus laços afetivos, e muitas vezes suas visões de mundo, significando e tornando a mesma num lugar de "sociabilidades". Neste caminho, é fundamental ir buscar as percepções que os guairenses guardam acerca da construção de Itaipu, pois esses sujeitos também "carregam consigo" marcas profundas dessa experiência.

Recuperar a experiência dos moradores de Guaíra requer também buscar esses sujeitos históricos e tentar entendê-los a luz de sua própria experiência, ou seja, compreendê-los em sua "singularidade". Essa perspectiva se apresenta como possibilidade para pensar o saber fazer a partir do conceito de experiência tal como foi proposto por Thompson[7], e observar a memória associada a opções, ações e condições, que se referem a um conjunto de acontecimentos e a uma conjuntura própria.

Nesse sentido, é inegável a necessidade de uma investigação histórica que parta da valorização dos sujeitos, um estudo que os pense enquanto atuantes na história e que a partir do seu viver construíram identidades e valores próprios, enfrentando de variadas formas as "determinações" socioculturais, criando, interpretando e muitas vezes utilizando de maneira inesperada o que estava culturalmente estabelecido.

Suporte essencial para o encontrar-se dos sujeitos, a memória, enquanto elemento da cultura, é fundamental para definição dos laços da identidade de homens e mulheres. É através da memória que estabelecemos vínculos com o passado e recolhemos dessa época experiências profundas, instigantes e múltiplas, guardadas no mais intimo do nosso ser.

Ao lidar com depoimentos de antigos moradores de Guaíra, visualiza – se a necessidade de pensar essas fontes no intuito de perceber a presença e atuação desses sujeitos no passado e presente, porque os relatos permeiam esses momentos e levam – nos às interpretações que fazem do vivido, ampliando assim as considerações a respeito da

memória, que sempre em movimento na dinâmica social vivida, vão se construindo nas redes de relações em que estão inseridas.

Nesta perspectiva, em nossa reconstrução é possível encontrar os sujeitos sociais não apenas como resultado de uma dada realidade ou estrutura, mas como pesssoas que improvisam e forjam saídas, ora subordinando, ora resistindo, fazendo com que sua experiência seja pensada também enquanto experiência de luta e de conflito.

O momento é oportuno para fazer referências, entre tantas conversas já realizadas, aos "pescadores do rio Paraná", os, "senhores desse rio", que contam suas histórias trazendo à luz a "arte de pescar", um mundo de viveres que nem nos dávamos conta de existir, fazendo nos desenvolver nesse caminho, certas sensibilidades para perceber uma pluralidade de expectativas, de temores, de angústias, de tradições de trabalho, de contornos às normas impostas, de um mundo construído entre sonhos, realizações e incertezas, que se expressam muitas vezes como perdas, mas também, como elementos de uma dinâmica que se constitui de resistência e de luta.

Para os guairenses a paisagem e sons são componentes que marcam toda uma vida e não está ali simplesmente por estar, mas compõem a memória e ainda existe por ser parte da experiência vivida por esses sujeitos. Nesse caso, a paisagem é um lugar onde as gerações registram suas histórias e experiências.

Expressando-se numa linguagem carregada de emoção e rica em detalhes, que a escrita muitas vezes não dá conta, seu Joaquim Coutinho, 73 anos, mostra-se orgulhoso em reconstruir a paisagem e descrever Sete Quedas:

> "(...) A água caia com uma força embaixo e elas subia muito mais alto do que aquele poste ali. Ela subia aquela cerração pra cima e chovia em cima do mato. Tinha mato pra lado de lá, sabe? Mato grande (...) Nós atravessava aquele mato grande assim. Nos atravessava aquele mato caminhava (...) por terra e saia notro mato (...) Era Sete Saltos que tinha nas Quedas, por isso que ela chamava Sete Quedas. Era bonito. Tinha um mato. Ninguém enxergava as Quedas não! Só nas bocas do canal, assim daqueles saltos, é

> que o mato era separado. (...) a água subia aquela cerração pra cima o dia inteiro. Na largura do rio interim, era aquela neblina, aquela fumaça branca, e o sol batiam fazia aqueles arco-íris. Era muito bonito, viu? Coisa linda! Então a maior riqueza de Guaíra do Paraná inteiro, era a Sete Quedas. Perdeu as Quedas, pronto acabó Guaíra (...)"[8]

Aqui, cada aspecto, são minuciosamente colocados no lugar. É preciso ressignificar, através das lembranças momentos e lugares "passados". Juntar as experiências, o vivido, e esses espaços reforça nesses sujeitos o pertencimento ao grupo. Então, nem o espaço nem o tempo passado estão perdidos, uma vez que a memória cumpre a função de buscá-los e reencontrá-los.

No percurso das narrativas de moradores por nós entrevistados, como já evidenciamos os depoimentos não só corroboram outras memórias como outras histórias, reavendo os sujeitos como agentes históricos que se construíram no embate das forças sociais presente na realidade brasileira a partir dos anos de 1970. Assim ao reelaborarem, no presente, a memória sobre o vivido, a trajetória passada não pode ser esquecida, fazendo com que os anos da construção da usina de Itaipu, passem a ter outros significados, que não o do "país que vai pra frente", como insinuava ser um dos tantos slogans utilizado pelos militares.

Enquanto campo de nossa reflexão e diálogo, a memória nos aponta a importância de reavivar lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes e nesse percurso leva-nos a pensar em nossa função como aquele que também vive a história, e nesse sentido, busca uma perspectiva e uma narrativa histórica, que não se quer como única, mas como aquela que possibilita recuperar momentos e lugares da experiência social e seus sujeitos, para compreendê-los em sua dinâmica social mais ampla.

Nessa direção, podemos afirmar mesmo provisoriamente que a memória dos sujeitos que presenciaram o momento da construção da Usina de Itaipu e a formação do seu reservatório, é expressão de resistência na experiência cotidiana desse grupo. A

manutenção da memória, o ato de narrá-las permitem a estes que transmitam e ao mesmo tempo, preservem, reelaborem e resignifiquem suas histórias de vida e a história do lugar.

Ao recomporem a memória não só recuperam como também realimentam suas experiências e presença na história, e desta forma, vão reconstruindo marcas que não se apagaram porque envoltas de significados e sentimentos que estimulam a prosseguir na "luta" pelo direito a fala, a outras histórias e memórias que embora represadas, resistem.

---

[1] Mestranda em Historia pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá; Doutora em História Social pela USP.

[2] FICO Carlos. *Reinventando otimismo: Ditadura Militar, Propaganda e imaginário social no Brasil.* RJ; Fundação Getúlio Vargas, 1997. P. 107

[3] Disponível em site: http://www.itaipu.gov.br

[4] RIBEIRO, Ronaldo. O lago da Memória. *Os Caminhos da Terra*. São Paulo: Ed. Azul, outubro 1997,62.

[5] GASPARIM, Edenéia M. et. Al. Itaipu e as Sete Quedas – responsabilidade de poucos a espera do julgamento de muito. Curitiba: 1980, p.34.

[6] THOMPSON E. P. *A miséria da teoria e um planetário de erros.* Rio de Janeiro, Zahar, 1991, p.51 .

[7] Ver THOMPSON, E.P. A formação da classe operaria inglesa. A arvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[8] Depoimento de Joaquim Acácio Simão. Guaíra-Paraná. Agosto de 1999. 90 m.

Um cemitério extra-muros em Santa Maria - RS

Ana Paula Marquesini Flores [1] – PPG-PUCRS

Nesta comunicação tem-se por objetivo, através do processo de construção do cemitério extramuros em Santa Maria, na região central da Província do Rio Grande do Sul, e de suas relações com o contexto europeu e brasileiro do oitocentos, apresentar os pontos relevantes, os denominados "lugares comuns", as peculiaridades e as possibilidades de análises desse processo.

Na Europa, entre fins do século XVIII e no decorrer do século XIX, teve início o processo de retirada dos cemitérios dos centros das povoações para regiões além dos limites urbanos. Em Paris e em Portugal a denominada "revolução cemiterial" que levou à retirada dos cemitérios dos centros públicos e a construção dos cemitérios gerais foi, em sua maioria, realizada por médicos, intelectuais, parlamentares e alguns eclesiásticos, envoltos em ideais de racionalidade iluminista e liberais.

Durante o século XIX, com o desenvolvimento da medicina higienista e a preocupação com a saúde e a salubridade pública, acreditava-se que um cemitério localizado no centro de uma povoação poderia acarretar males à saúde pública e que a decomposição dos cadáveres produziria gases, os *miasmas*, demasiadamente prejudiciais aos vivos. A proximidade entre os corpos em decomposição e os vivos poderia transmitir doenças malignas, contaminando o ar, a água, os animais e o que estivessem próximos às exalações pútridas. Para que não ocorresse o risco de contaminação, a construção dos cemitérios extramuros seguia alguns princípios fundamentais: deveriam ser construídos fora dos limites das povoações, em um local alto, arejado e propício a circulação dos ares e que fosse longe dos lençóis de água; deveria estar resguardados por um muro; os corpos deveriam ser enterrados em covas separadas; e, a sua administração e inspeção passariam às autoridades públicas não mais ficando à cargo dos eclesiásticos[2].

Mesmo com os riscos de contágio devido à proximidade entre o ambiente dos mortos e dos vivos, alertados pelos higienistas, encontrou-se uma grande dificuldade e vários

obstáculos na mentalidade popular para se proceder estas alterações. Não era fácil convencer as pessoas a modificar os seus antigos hábitos, o que tornou o processo de separação entre mortos e vivos extremamente difícil e longo.

No Brasil dos oitocentos, do mesmo modo que na Europa desse período, a problemática dos cemitérios urbanos também preocupava a organização das cidades e a manutenção da saúde pública. O Império brasileiro tentava promover melhorias nas condições de salubridade não só da Corte como também de todo o território imperial. Com a lei imperial de 28 de outubro de 1828 as funções das Câmaras Municipais foram regulamentadas, incluindo a responsabilidade pela urbanização das cidades e a criação de cemitérios fora dos templos[3]. Nesta ficava determinado, então, que os cemitérios fossem retirados dos centros urbanos. Essa preocupação com a salubridade pública se intensificou após as crises epidêmicas (febre amarela e cólera) que abalaram o Império na década de 1850, favorecendo assim, a feitura de uma política de construção dos cemitérios extramuros. Foi neste período de epidemias que foi criada a Junta Central de Higiene Pública, a qual tinha o intuído de estudar propostas, fiscalizar e intervir nas questões relativas à saúde pública.

Assim, no decorrer do século XIX várias regiões do país, em especial as cidades de maior população, passaram por um processo de expulsão dos cemitérios dos centros urbanos. Inclusa nessa “revolução cemiterial” do Brasil Imperial encontrava-se também a vila de Santa Maria da Boca do Monte, na região central da Província do Rio Grande do Sul.

Foi em 1856, com a primeira de uma série de correspondências do vigário de Santa Maria, que se deu início o processo para construção do cemitério extramuros da localidade, demonstrando o quão necessária fazia-se essa construção à preservação da saúde pública, da moral e da religião dessa sociedade. As correspondências do vigário Antonio Gomes Coelho do Vale à Presidência da Província do Rio Grande do Sul constituem uma coleção de oito cartas escritas à mão, com alguns anexos (como bilhetes e cópias das mesmas). As correspondências se iniciaram no ano de 1856 e terminaram em 1864, quando o pároco se afastou da Comissão de Construção do Cemitério por motivos de saúde.

Em 2 de fevereiro de 1856, o vigário vitalício de Santa Maria, o português naturalizado, Antonio Gomes Coelho do Vale enviou uma correspondência à Presidência da Província requerendo a autorização e as verbas para a construção de um novo cemitério na vila[4]. Quais seriam as motivações que levaram Gomes do Vale a solicitar a construção de um novo cemitério na vila se Santa Maria, sendo que na ocasião já existiam dois cemitérios para atender as necessidades dessa localidade? O primeiro cemitério era o da Matriz, como o nome sugere, ele estava localizado ao lado da Igreja da Matriz, isto é, no centro da povoação (onde hoje se encontram parte da Praça Saldanha Marinho e da Avenida Rio Branco); o segundo cemitério era o de Santa Cruz, nas proximidades da atual Igreja do Rosário.

Para tentar responder à pergunta a cima, leia-se o trecho de uma das cartas do vigário:

> (...) porém sendo sua falta extremamente sensível, não só por se estarem praticando os enterramentos dos cadáveres em campo aberto; mas também por ter comprometido a salubridade pública, e in observado esse dever, que a moralidade, e o espírito de religião nos impõem de prestar recato, e respeito ao jazigo dos restos mortais do nosso próximo. [sic] [5]

A partir da análise dessa correspondência pode-se apontar três dos principais motivos que justificariam, segundo Gomes do Vale, a construção do novo cemitério. O primeiro, ele seria muito necessário devido a falta de espaço para os enterramentos, e por isso os cadáveres estavam sendo enterrados em campo aberto, o cemitério da Matriz não mais conseguia comportar sepultamentos, tanto que os enterramentos estavam sendo realizados no cemitério de Santa Cruz, mas que também já não bastava. Em segundo, a localização do cemitério da Matriz comprometia a salubridade pública em conseqüência das exalações putrefatas vindas dos cadáveres em decomposição. Finalmente, o terceiro motivo seria o religioso, porque realizando os enterramentos dos corpos *em campo aberto*, sem as

devidas proteções religiosas, o corpo do morto não estaria sendo respeitado, prejudicando a moralidade da sociedade e da religião. Dentro dos preceitos religiosos, um sepultamento digno fazia parte do "bem morrer" e das necessidades para a salvação da alma.

Sobre estarem enterrando os cadáveres *em campo aberto*, podem-se fazer algumas conjecturas a este respeito: a que campo aberto o vigário Gomes do Vale estaria se referindo? Seriam os sepultamentos realizados em campos particulares, ou em um terreno destinado aos enterramentos? Comparando os dizeres do vigário Antonio Gomes Coelho do Vale com o que escreveu o Padre José Marcelino de Sousa Bittencourt (substituto de Gomes do Vale após sua morte em 1865) no Livro Tombo da Catedral de Santa Maria em 1867, este campo aberto ao qual se referia o primeiro pároco seria o Cemitério da Matriz que aparentemente estava sem muros[6]. O que Bittencourt fez, foi uma campanha para tentar murar o antigo cemitério, deixando um pouco de lado o projeto para um novo cemitério.

Antes do projeto do cemitério extramuros ter ficado em segundo plano, Gomes do Vale se empenhou para dar continuidade a obra. Na sua primeira correspondência, de 1856, ele indicou o nome de alguns cidadãos de Santa Maria para formarem uma comissão que administraria a construção do cemitério extra urbe e escolheria o melhor local a ser construído. Caberia à Câmara da vila da Santa Maria, juntamente com o presidente da comissão, Antonio Gomes Coelho do Vale, escolher os nomes que formariam a comissão. Ficou estabelecido que participariam da comissão o Tenente José Gomes Pardo e o Tenente Coronel José Alvez Valença, os quais deram o terreno por escolhido em correspondência de 7 de agosto de 1858, com os seguintes termos do vigário:

> (...), tendo percorrido, e examinado as diversas localidade, análogas para semelhante fim; é de parecer, que o Cemitério seja situado, e construído no tosse, ou cume da coxilha, que fica logo além dos costumes de Anna Becker, e de outros, ao lado esquerdo da estrada, que conder desta Povoação para o Passo a

> Área, procurando-se o principio de declive do mesmo cume da Coxilha para o lado do Sul; persuadindo-se a comissão ser este terreno o mais adequado, tanto por se não tornar muito difícil a condução dos cadáveres, como por ficar em distancia de não serem facilmente trazidas sobre a povoação as exalações insalubres, que cumpre evitar; mais ainda por ser alto, arejado, e conter capacidade para situação de um Cemitério correspondente às precisões do presente e do futuro. [sic] [7]

A escolha do terreno pela comissão estava imbuída dos princípios fundamentais para construção de cemitérios extramuros durante o século XIX, como visto anteriormente, se preocupado em ser em um local alto, arejado e propício à circulação dos ares. Um dos pontos relevantes deste trecho é a parte final, as duas últimas linhas, em que demonstra o planejamento e a preocupação com o crescimento e desenvolvimento da vila.

Após a escolha da comissão e do terreno os principais problemas que impediam o andamento das obras eram as constantes faltas de verbas nos cofres, primeiro da vila de Cachoeira, a qual Santa Maria pertencia até a sua emancipação em 1858 e, posteriormente nos cofres de Santa Maria e da Província. Os problemas com as verbas somados a uma confusão em torno da elaboração e localização da planta do cemitério colaboraram com o arrastamento do processo.

Viu-se que a primeira carta do vigário foi em 1856, no entanto, em correspondência dele de 1859, à Presidência da Província, o vigário reclamava que até aquele momento não haviam sido disponibilizadas nem as verbas, nem o orçamento e nem a planta para a construção, sendo que essa última não havia sido encontrada. Sem um orçamento, parte do dinheiro não poderia ser liberada por não saberem quais os gastos que seriam despendidos com a obra. A última correspondência do vigário Antonio Gomes Coelho do Vale solicitando que se desse início às obras foi de 1864. Neste mesmo ano ele pediu afastamento do cargo de presidente da comissão de obras do cemitério alegando estar com a saúde debilitada.

Com o afastamento de Gomes do Vale da presidência da comissão e sua posterior morte, quem assumiu a administração religiosa da vila foi o Padre José Marcelino de Sousa Bittencourt, como citado anteriormente. Este fez uma campanha para o cercamento do Cemitério da Matriz, questionando no momento a necessidade e a capacidade da vila de administrar um novo cemitério mais afastado da povoação.

Bittencourt escreveu assim:

> (...) Pergunto eu: Santa Maria está no caso de fazer um cemitério mais longe do que aquele que serve presentemente? Visto é aquele em que se está enterrando os nossos finados e realizando-se pois o projeto deste cemitério, quem se encarregará de fazer carros para o lugar, e dar condução aos pobres que falecerem nesta Vila? (...) Portando o meu único desejo e que me dou por muí satisfeito prô-lo em prática, com o vosso auxílio, é amurarmos o cemitério, que serve atualmente, colocarmos um portão de ferro para fecharmos os preciosos restos, que ali descansão e hão de descansar!!! [8]

A partir dos posicionamentos opostos dos dois párocos, um que queria e ansiava pela construção do cemitério extramuros, e o outro, que questionava a distância do novo cemitério do centro da povoação, pode-se tentar delinear um pouco do pensamento destes dois homens. Com base em suas cartas, conjugado ao fato de ser maçom[9] é possível perceber que o pároco Gomes do Vale estava imbuído dos ideais liberais e de racionalidade da modernidade. Enquanto Bittencourt, através do que expressou no Livro Tombo, mostrava-se não muito satisfeito com o projeto de construção de um cemitério mais afastado, parecendo ter ele um pensamento mais conservador em relação as modificações de costumes no campo religioso. Ele pensava ser mais necessário e urgente a colocação da cerca no Cemitério da Matriz, mesmo estando este quase sem espaço, do que a construção de um cemitério maior, planejado e sem impedir o desenvolvimento da vila devido a sua localização.

Acompanhando o pensamento de Bittencourt, a construção de um cemitério mais afastado da Igreja e da povoação, além de trazer dificuldades para o deslocamento das pessoas até o novo cemitério, poderia representar um afastamento do sagrado. Não mais o cemitério ficaria sobre os olhos da Igreja, tanto no sentido fisco, quanto no administrativo, e que gradativamente passaria à administração pública.

Mesmo não sendo o projeto do novo cemitério uma prioridade nas ações de Bittencourt, em 4 de maio de 1878, mais de duas décadas após as primeiras iniciativas para se dar início à construção do cemitério extramuros, a Câmara de Santa Maria finalmente recebeu a autorização vinda do Palácio do Governo para a construção do novo cemitério. Nesta ficava destacado que a construção deveria ser *fora dos limites* urbanos[10]. Juntamente com a autorização também foi enviada à Câmara a *lei número 1129 de 24 de abril do mesmo ano*[11] autorizando a construção do cemitério municipal em terreno de sua propriedade, especificando como deveriam ser realizados os processos de exumações dos corpos para a retirada do Cemitério da Matriz do centro da vila de Santa Maria. Após a transladação dos corpos e o cumprimento da lei, o novo cemitério ficou apto ao uso apenas no dia 4 de janeiro de 1879, e em dezembro de 1888 teve início a demolição da Igreja da Matriz e do seu cemitério, deixando o centro do já então município de Santa Maria livre dos possíveis problemas de salubridade pública.

Aos poucos, no final das duas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, com a remodelação e urbanização da cidade de Santa Maria, o local onde antes existia um cemitério, acabou se tornando parte de uma das principais praças do município e de uma ampla avenida a estilo dos grandes centros urbanos modernos.

Considerações Finais

Passaram-se quase mais de duas décadas, entre a primeira correspondência do Vigário Antonio Gomes Coelho do Vale informando a necessidade à Presidência da Província do Rio Grande do Sul de se erguer um cemitério extramuros na localidade de Santa Maria da Boca do Monte em 1856, até o veredicto positivo de 1878. Ao que se refere as análises da

documentação aqui apresentada, não pode-se dizer que estas encerram-se por aqui, pelo contrário, tem-se muito ainda a analisar sobre este período, o processo de retirada do cemitério do centro de Santa Maria, as pessoas e os ideais envolvidos neste processo e as relações existentes nas atitudes perante a morte presentes nessa sociedade. Neste primeiro momento a pesquisa se centrou apenas na questão das autoridades religiosas, no Vigário Gomes do Vale e no Padre Bittencourt, seus envolvimentos com o projeto de construção do cemitério extramuros e suas diferentes opiniões em relação a necessidade dessa construção. Na continuidade desta pesquisa, procurar-se-á agregar a este estudo a parte referente a participação da população nesse processo: Quem eram as pessoas da Comissão para construção do Cemitério? Quais as suas influências sobre essa sociedade? Através de outros documentos, como testamentos, como essa sociedade percebia e encarava a construção de um cemitério mais afastado do centro urbano e dos olhos da Igreja? E, quais teriam sido as modificações nas atitudes perante a morte após a construção do cemitério extramuros nessa sociedade.

---

[1] Licenciada em História (UNIFRA), em 2003 e mestranda no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS.

[2] Catroga, Fernando. Morte romântica e religiosidade. IN: Mattoso, José (dir.). **História de Portugal:** Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Estampa, v 5. [19_ _], p.596.

[3] Faria, Sheila de Castro. Cemiterada. IN: Vaifas, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial.** Objetiva: São Paulo. 2002. p.129.

[4] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Assuntos Religioso, caixa 11, maço 22, 1856.

[5] Idem, 1859.

[6] Arquivo da Catedral de Santa Maria. Livro II Tombo.1860-1888.

[7] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Assuntos Religioso, caixa 11, maço 22, 1858.

[8] Arquivo da Catedral de Santa Maria. Livro II Tombo. 1860-1888.

[9] Colussi, Eliane Lucia. Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS. v 2, 1998. p.463.

[10] Arquivo da Câmara da Santa Maria, Correspondências Recebidas, 1878.

[11] Idem.

POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO E AUTORIDADE NAS *CONQUISTAS*: uma análise dos oficiais de Ordenanças no contexto do Império Português

ANA PAULA PEREIRA COSTA – PPG-UFRJ

O presente texto se dedicará a analisar o perfil e a inserção sócio-política dos oficiais de mais alta patente dos Corpos de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica no período de 1735 a 1777 bem como, destacar os recursos e estratégias utilizadas por eles na tentativa de maximizar ganhos e assim sobreviverem e adaptar-se ao mundo colonial.

Para análise das questões acima expostas estaremos utilizando as premissas do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Inspirado em matriz weberiana Barth destaca que a ação social é uma das chaves para o entendimento da sociedade. O pressuposto de modelo generativo deste autor pode ser usado como uma rica ferramenta de análise na medida em que salienta a importância de se entender como a ação social é gerada, ou seja, entender o processo que gera um comportamento e desta forma ter acesso aos valores que norteiam as ações dos indivíduos, as estratégias e recursos dos mesmos para que consigam maximizar ganhos. Em sua teoria o indivíduo é pensado de forma relacional, isto é, em suas relações com outros indivíduos o que dá ao social uma dimensão dinâmica visto que, muitos elementos estão envolvidos na tecitura do sistema: estratégias, incerteza, concepções e necessidade diferenciadas[1].

A partir do resgate das estratégias individuais e de grupo é possível compreender como toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz a possibilidade de mudança, entendendo-se assim o tecido social como algo construído a partir da interação contínua entre diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a

[1]Neste sentido ver BARTH, Fredrik. **Process and form in social life.** London. Routlegde & Kegan Paul, 1981, especialmente os capítulos 1 e 2. Ver também: ROSENTAL, Paul-André. "Fredrik Barth e a Microhistória". In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação[2]. As ações sociais devem ser entendidas, portanto, como ferramentas para se conhecer a realidade e deste modo, não devem ser entendidas como dadas, nem vistas como presas a normas sociais, pois são constituídas a partir das interações entre diversas pessoas ou grupos sendo dependentes do *status* e recursos dos indivíduos.

Tendo por base tais pressupostos, procuraremos visualizar o perfil do oficialato a partir de variáveis como naturalidade, acesso a cargos, permanência e rotatividade nos postos militares. Cabe sublinhar que estaremos trabalhando no presente texto com o total de 50 nomes de oficiais de alta patente.

Dos 50 oficiais pesquisados, conseguimos obter informações acerca da origem para 32 nomes (64%). Dentre estes, 30 (60%) eram portugueses e 2 (4%) procedentes de outras capitanias sendo 1 de São Paulo e 1 natural do Brasil, confirmando as considerações feitas pela historiografia a respeito da origem das elites coloniais[3].

Segundo Vitorino de Magalhães Godinho, a imigração portuguesa para o Brasil entre 1700 e 1760 alcançou números altíssimos chegando à casa do meio milhão de portugueses atraídos pelo ciclo do ouro, o que daria uma média anual de aproximadamente 9 mil homens se deslocando do reino para as Minas Gerais[4]. Muitos destes portugueses vinham para esta capitania em busca de riqueza e ascensão social. Acompanhando o percurso de alguns destes oficiais conseguimos visualizar as possibilidades de ação destes homens para conseguirem alcançar e permanecer em suas condições de oficiais; possibilidades que eram dadas pelos recursos de que dispunham e que eram utilizados na tentativa de obtenção de reconhecimento público. Vejamos o caso de João Rodrigues dos Santos. O capitão João Rodrigues dos

---

[2]FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. **Microstoria**: escalas, indícios e singularidades. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado. p. 258.

[3]Dentre outros: ALMEIDA, Carla M. C. de. . **Homens ricos, homens bons:** produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822). Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado; FURTADO, Júnia. **Homens de negócio**: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentista. São Paulo: Hucitec, 1999. MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

[4]GODINHO, Vitorino M. "L'émigracion portugaise (XV-XX siécle): une constante structurale et les réponses aux changements du monde". In: **Revista de História Econômica e Social.** Vol. I, 1978. P. 9. Apud: ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 223-224.

Santos era natural de Lisboa e viera para as Minas entre 1720-1724, provido no cargo de inquiridor, distribuidor e contador da câmara da vila de São João Del Rey, permanecendo em Minas até sua morte em 1773[5]. Desde que chegara à capitania conseguiu contabilizar outras mercês que lhe conferiam ainda mais prestígio, como a patente de capitão de Ordenanças e sesmarias. Estas por sua vez nos mostram que se por um lado João Rodrigues dos Santos permaneceu nas Minas até sua morte em 1773, por outro não se estabeleceu por completo em São João Del Rey, pois migrou para Mariana, o que é constatado por 4 pedidos de sesmarias que fez[6]. Analisando o inventário *post-mortem* deste oficial constatamos que foi ao longo de sua vida acumulando um considerável patrimônio contabilizado em 11:965$265. Compunha sua fortuna a fazenda em que vivia com sua família, "*situada na passagem chamada o Bicudo, com casa de vivenda, paiol, engenho, moinho e senzalas, tudo coberto de telhas"*; outra fazenda na passagem do Itacurusú "*com casas de vivenda, paiol, moinho e monjolo tudo coberto de telhas*"; e uma "*morada de casas sitas no arraial do Piranga ao pé da Igreja matriz de sobrado coberta de telha"*. Possuía também louças da Índia e Macau, objetos de prata e um plantel composto por 66 cabeças[7].

Nota-se que ao longo de sua vida João Rodrigues dos Santos foi se integrando a variados pólos e/ou mecanismos propiciadores de poder e que eram coletivamente reconhecidos como elementos consolidadores de posições privilegiadas na sociedade mineira, quais sejam: a presença na câmara, a posse de terras e escravos, a posse de uma patente militar e a riqueza. Todos estes elementos convergem para aquilo que entendemos ser o valor norteador das ações destes oficiais quando instalados no além-mar isto é, a busca pela consolidação de posições de prestígio e comando, o que era feito mediante uso de certos recursos e estratégias como os citados anteriormente[8].

---

[5]AHU/MG/cx: 7, doc: 5

[6]APM, códice SC. 72, p.151 (1740); códice SC. 94, p.174 (1752); códice SC. 106, p.11 (1753); códice SC. 125, p.7 (1753). Apud: ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons**... op. cit., p. 85.

[7]CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1695, (1773).

[8]Valor é o que governa o curso dos eventos, ele é identificado por escolhas que se repetem, que adquirem regularidade. Em outras palavras valores são o que as pessoas pensam e como agem sobre certo fim. São julgamentos. Neste sentido ver: BARTH, Fredrik, **Process and form in social life**, vol. 1, London: Routlegde & Kegan Paul, 1981.

Como em uma sociedade de Antigo Regime a hierarquia não é forjada apenas por aspectos econômicos, mas sobretudo políticos e culturais, os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas "qualidades". Por isso, era primordial que os homens que vinham do reino, ou de outras localidades, se movimentassem nas teias sociais de seu cotidiano para que pudessem ocupar posições distintas em relação aos demais segmentos da população, pois o exercício de autoridade deste oficialato dependia do reconhecimento social desta autoridade.

Uma das formas de se tornarem pessoas de "qualidade" era, como já salientado, ocupar cargos na câmara, órgão especializado em cuidar do "bem comum" da *República*, dirigir a organização social e política das regiões[9]. A ocupação de ofícios administrativos foi de suma importância para o sucesso das trajetórias individuais dos oficiais, não por acaso os dados compilados mostraram uma considerável presença destes indivíduos em cargos burocráticos. 21 dos oficiais analisados (42%) desempenhavam algum tipo de cargo administrativo, dentre estes a ocupação de cargos na câmara se sobressaía chegando à casa dos 71,43%.

O acesso a cargos na administração era forma de participar do poder, de partilhar da honra inerente a tais funções, de fazer parte da pequena elite colonial. Tais cargos conferiam a seus ocupantes dignidade e definia seu lugar social perante os habitantes locais. A proximidade com o poder proporcionava o acesso a informações privilegiadas, o que poderia ser um recurso a mais para estes indivíduos no sentido de lhes darem maior margem de manobra na ordem colonial. Algumas famílias foram capazes de deter para si parte do mando local, a partir da ocupação destes postos concelhios, por várias gerações seguidas envolvendo-se assim na organização social da sociedade colonial, o que consistia num instrumental poderoso para a atuação e ascensão destes portugueses no além-mar. A título de exemplificação destaco João da Costa Azevedo. O tenente João da Costa Azevedo era natural do reino e casado com Ana Maria de Jesus com quem teve 7 filhos. João da Costa

[9]FRAGOSO, João. "Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica". In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 44.

Azevedo ocupou durante muitos anos o ofício de escrivão da câmara de Mariana, cargo que adquiriu através do casamento com Ana Maria de Jesus, já que tal ofício era "propriedade" da família de Pedro Duarte, seu sogro. O primeiro a ganhar o referido cargo foi o pai de Pedro Duarte, António Pereira Machado em 1725, homem dos primeiros povoadores das minas[10]. Antônio Pereira Machado *largara ao senado da câmara uma sesmaria que ganhara do governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, para seu logradouro rocio e por causa desta dadiva e por ser o que ele fez de muita utilidade ao real serviço foi por bem lhe fazer mercê da propriedade do ofício de escrivam da camara da Vila do Carmo.* Ressalte-se que António Pereira Machado não se preocupou com o fato de ceder a sesmaria que ganhara como mercê e que lhe tiraria a posse de um considerável pedaço de terra, pois sabia que o valor ganho seria maior do que o perdido, em outras palavras, traçou uma estratégia que lhe possibilitou maximizar ganhos no caso, um importante cargo num centro de poder local que daria a sua família possibilidade de integrar o quadro dos "homens bons" da região. Em 1731 passa o dito ofício para seu filho Pedro Duarte Pereira que possuía *capacidade e limpeza de sangue para o exercer*. Este em 1750 passa o cargo para seu genro João da Costa Azevedo por não ter filho varão e por ter *o dito os requisitos para bem servir o dito oficio sendo tal prática um costume entre aqueles que não tinham filho varão.* Em 1802 um de seus filhos, Francisco da Costa Azevedo pede a mercê da ocupação do ofício de escrivão *cujo posto se acha servindo desde 1782 provando ser de seu merecimento por ter sempre desempenhado com honra e zello o dito ofício*[11].

Seguindo um velho costume luso, os postos camaristas e os ofícios régios – se concedidos como "propriedades", como no caso analisado – podiam ser hereditários, o que muitas vezes contribuiu para a consolidação de algumas famílias em situações geradoras de poder, reiterando-se assim uma sociedade de Antigo Regime marcada pela desigualdade[12]. Ressalte-se aqui que João da Costa Azevedo lançou mão de uma estratégia eficaz para

[10]AHU/MG/cx: 162; doc: 25.
[11]Idem.
[12]FRAGOSO, João. "Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica", op., cit. p. 44.

adquirir *status*, utilizando um importante elemento de coesão social: o matrimônio. Como bem destacou Mafalda Soares da Cunha a escolha do cônjuge constituía-se um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais[13]. Assim partindo-se do pressuposto de que no período analisado as alianças matrimoniais não eram motivadas por laços afetivos, mas por estratégias sociais, políticas e econômicas[14], pode-se sugerir que o casamento de João da Costa Azevedo foi resultado destas estratégias, pois com seu matrimônio passou a ter a propriedade do ofício de escrivão que lhe abria uma gama maior de possibilidades para obter recursos a fim de ascender socialmente.

Não só o matrimônio, mas outros tipos de relações de parentesco foram primordiais como elementos auxiliadores na consolidação de posições sociais privilegiadas. Vejamos o caso de Estevão Gonçalves Fraga, português, natural do Douro, comarca de Guimarães, província do Minho, oficial que viera, ainda jovem para Minas Gerais, amparado por parentes já estabelecidos na região, no caso, seu tio José Gonçalves Fraga, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, coronel das Ordenanças e morador no Ribeirão do Carmo, mineiro muito rico *e pessoa das principais daquele terreno*[15]. Instalado em território colonial, Estevão Gonçalves Fraga, também feito cavaleiro professo da Ordem de Cristo, conseguiu obter duas patentes militares: a de sargento-mor e a de coronel das Ordenanças de Mariana, além de ficar responsável pela administração das lavras e engenhos de tirar ouro de seu tio *que dentro de pouco tempo lhas vendeu e muitas herdou do dito coronel*[16].

A história deste oficial e de João da Costa Azevedo, caso não isolado entre os indivíduos por nós analisados, nos mostra como que nesta sociedade as relações parentais foram importante recurso na realização de seus propósitos pela busca de prestígio e *status,* pois além da tentativa de estabelecimento de matrimônios que lhes fornecessem algum tipo

---

[13]CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança, 1560-1640**: práticas senhorias e redes clientelares. Lisboa: Editora Estampa, 2000. p. 470.
[14]GOUVÊA, Maria de Fátima, FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. "Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735". In: **Topói: Revista de História.** Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004. p. 100-106.
[15]Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitação para Ordem de Cristo, Letra E, Maço 2 – nº. 5 (176). Apud: ALMEIDA, Carla Maria. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 243.
[16]ALMEIDA, Carla M. C. de**. Homens ricos, homens bons**... op. cit., p. 243.

de "ganho" muitos destes homens que vinham para a América Portuguesa o faziam impulsionados por algum laço social e eram amparados por migrantes mais antigos e/ou por parentes[17]. No caso de Estevão Gonçalves Fraga a ajuda de seu tio lhe proporcionou uma possibilidade maior de sucesso na sua busca por ascensão social, fomentada pelas mercês que conquistou, tornando-se assim um dos *principais da terra.* Tais exemplos, portanto vão de encontro à afirmação de F. Barth que salienta que a realidade resulta do comportamento individual dos atores que dão forma a seus atos através da maneira que usam as oportunidades oferecidas, sendo que a descrição de uma organização social deve representar as relações fundamentais que conectam as pessoas em sociedade[18].

Acerca do tempo que este oficialato permanecia em seus postos, constatamos que eram raros os casos em que um oficial o ocupava por pouco tempo, havendo assim uma quase monopolização de postos militares pelos mesmos indivíduos. Para os 31 nomes (62%) que conseguimos obter informações a este respeito, em apenas 1 caso (3,22%) o indivíduo permaneceu por menos de 4 anos no posto. Para o restante dos nomes, 2 (6,41%) permaneceram de 4 a 10 anos e 28 (54%) permaneceram por mais de 10 anos.

Constatamos também a presença de certa rotatividade de indivíduos no exercício de vários postos militares. Dentre os 50 oficiais aqui enfocados 28 (56%) dos nomes possuíram diferentes patentes ao longo de sua vida, estabelecendo uma "carreira militar" que podia ir de um escalão mais baixo para um mais alto e até o contrário.

A grande permanência destes oficiais em postos militares, bem como sua rotatividade, pode ter contribuído para a formação de uma memória acerca de práticas e estratégias implementadas pelos mesmos no exercício da governabilidade no ultramar, o que era feito por um seleto grupo de pessoas. Além disso, a permanência destes indivíduos por longos períodos de tempo como oficiais, bem como sua presença em diferentes postos militares, pode ter sido um dos fatores que levaram muitos destes homens a apropriarem-se, da

[17]FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. "Imigração Portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio". p. 101.
[18]BARTH, Fredrik. "Anthropological models and social reality". In: **Process and form in social life**. op. cit., p.14-31.

própria história colonial, incluindo-se nela, identificando-se ante as autoridades como agentes ativos do projeto colonizador. Em outras palavras, tal permanência pode ter auxiliado na formação daquilo que Luciano Figueiredo denominou de "patrimônio memorialístico" – de enfrentamento, privações, perdas e empenho de suas vidas e cabedais – em suma de absoluta vassalagem, que sustentava as demandas dos colonos situando-os num plano diferenciado nas suas relações com Portugal[19].

Todos os elementos aqui mencionados – acesso a cargos e o *status* daí advindo, experiência militar adquirida pela ocupação de postos por longos períodos, rotatividade, etc. – propiciaram a estes oficiais recursos e meios de estabelecer estratégias que lhes garantissem acesso a posições privilegiadas e, portanto, meios de reprodução desta elite. Ressalte-se, porém que o que chamamos aqui de elite não é um grupo homogêneo e uniforme e, consequentemente, perfeitamente configurado. Os próprios exemplos até agora citados revelam que este grupo não se encaixa em um estrato específico visto que oferecem níveis diferenciados de estratificação. O exercício de cargos administrativos, o poder concelhio, os hábitos das ordens militares, e ouras benesses distribuídas pela coroa funcionou como um fator de diferenciação no seio deste oficialato.

Como assinala N. Elias, numa sociedade de Antigo Regime, para que os indivíduos conseguissem manter sua condição de elite, ou de oficial neste caso, fazia-se necessário estar em constante movimentação nas teias sociais que permeavam seu cotidiano. Por ser esta uma sociedade marcada por tensão permanente, a estagnação podia ser fatal para aqueles que almejassem ascender socialmente[20]. Por estagnação entendemos o não aproveitamento dos recursos de que este oficialato dispunha nesta sociedade para adquirir mais prestígio e aumentar suas posições de comando; recursos estes que surgiam das próprias relações sociais que eles mantinham e que em última instância denotava autonomia e autoridade política por parte destes indivíduos.

---

[19]FIGUEIREDO, Luciano. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa.** Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado. p. 472.

[20]ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, partes III, IV, V e VI.

O Tempo Corruptor: colecionismo, preservação e construção do passado

Ana Paula Sampaio Caldeira[1] - PPG-UFRJ

O século XVIII era "obcecado" pela história, sobretudo pelo medo da finitude histórica. É desta maneira que Jean-Marie Goulemot entende o interesse que os homens dos setecentos tinham pela conservação.[2] A escrita – que cada vez mais ganhava terreno como forma de comunicação na sociedade moderna – associada ao ato e à atividade de preservar e compilar, tornava-se uma maneira de não permitir que as experiências do passado e do presente se perdessem no tempo.

Em Portugal, este interesse pelo passado pode ser notado, sobretudo, por duas iniciativas de D. João V, monarca que governou por quase toda a primeira metade do século XVIII. A primeira é a instituição, em 1720, da Academia Real da História Portuguesa, cujo objetivo era o de escrever a história do reino e de promover as glórias de Portugal para toda a Europa. A segunda medida refere-se a um decreto promulgado em 1721 com o intuito de preservar os monumentos, os edifícios, as estátuas e os outros possíveis resquícios dos povos que habitaram o reino português no passado.

Tendo em vista este duplo objetivo, foram, então, convocados cinqüenta eruditos. Eles deveriam tomar a frente da dita academia e, por meio da posição de destaque que passariam a ter, ficariam também responsáveis por recolher materiais do passado, preservando-os e reconhecendo sua autenticidade. Um desses acadêmicos foi Diogo Barbosa Machado. Este erudito nasceu em Lisboa, no ano de 1682, e morreu nesta mesma cidade em 1772. Começou a estudar Direito Canônico em Coimbra, mas logo desistiu, voltando, assim, para a capital. Chegou a Presbítero e, com a ajuda do Marquês de Abrantes, ocupou o cargo de Abade de Sever, que lhe garantiu renda suficiente para formar uma considerável biblioteca pessoal.[3] Entretanto, sua ocupação de maior destaque foi como membro da Academia Real da História. Uma das tarefas que seu cargo exigia era a de produzir as memórias dos reinados de

D. Sebastião, de D. Henrique e dos reis Felipe I, II e III. No entanto, seu trabalho foi muito além. Compôs ainda a *Bibliotheca Lusitana* – obra organizada em três tomos na qual Barbosa Machado escreve sobre a vida e a produção de intelectuais e escritores portugueses – e fez também um catálogo manuscrito de todos os livros de sua biblioteca particular, biblioteca esta que, mais tarde, seria vendida a D. José I e acabaria vindo para o Brasil com a Família Real Portuguesa em 1808.

Há, no entanto, em meio aos livros que compunham a biblioteca pessoal do abade de Sever, uma coleção organizada por ele mesmo. Contendo retratos, mapas e opúsculos, em sua maioria dos séculos XVII e XVIII, a coleção dizia respeito à história de Portugal e de suas possessões na África, América e Ásia. Barbosa Machado preservava materiais relativos ao passado e também ao seu presente ao mesmo tempo em que, através de um trabalho minucioso de compilação e de organização dos mesmos, escrevia a história de Portugal.

Neste trabalho, buscamos mostrar como a fundação da Academia Real da História, a promulgação do decreto de 1721 e a construção desta coleção particular estão inseridos em um mesmo movimento de interesse pela história. Associado a este interesse, há uma mudança de percepção em relação aos vestígios deixados pelo passado. Esta perspectiva, vigente, especialmente, nos meios eruditos, passa a entender esses vestígios como documentos essenciais para se conhecer um tempo que passou.

A Academia Real da História e o Decreto de 1721

A idéia da fundação de uma academia de história não nasceu propriamente do rei D. João V, mas deveu-se, sobretudo, ao esforço de um erudito em particular. Trata-se de Manuel Caetano de Sousa, que, entrando em contato com a república das letras européia por meio de viagens à França e à Itália, apresentou ao monarca a possibilidade de escrever a história eclesiástica de Portugal. A proposta foi rapidamente aceita por D. João, que escolheu o próprio Caetano de Sousa como o

membro número um da recém fundada academia. Esta instituição nasceu estreitamente comprometida com a monarquia lusitana, seja em relação aos seus rituais acadêmicos, seja em seu projeto historiográfico.[4]

No que se refere ao projeto de escrita da história da Academia Real – que nos interessa aqui fundamentalmente –, a vontade de exaltação da monarquia e das glórias do Império português era a tônica da instituição. Seus objetivos principais eram escrever a história eclesiástica e secular do reino, tirar do esquecimento aqueles vassalos que contribuíram para a grandeza da monarquia e ainda juntar todas as notícias espalhadas a respeito de Portugal e de suas possessões. Para esta última tarefa, foram nomeados acadêmicos supranumerários para além dos cinqüenta eruditos residentes em Lisboa. Aqueles ficariam responsáveis por recolher materiais que deveriam contribuir para escrever as memórias históricas das várias regiões do Império.

A proposta da Academia se pretendia nova. Manuel Teles da Silva, que, assim como Barbosa Machado, foi um dos primeiros acadêmicos daquela instituição, afirma que a Academia Real da História aparecia, naquele momento, para produzir uma história "completa e verdadeira",[5] tentando marcar aí uma escrita diferente daquela elaborada até então pelos cronistas. Esta diferença residia em uma questão fundamental: esta nova proposta de escrita da história deveria, para ser verdadeira, pautar-se não exclusivamente na *tradição*, mas, principalmente, nos *documentos*.

De acordo com Íris Kantor, a partir do final do século XVII, a diplomática moderna trouxe inovações importantes no que se refere à autenticação de documentos.[6] Estas novas técnicas foram debatidas e, sobretudo, incorporadas ao trabalho dos acadêmicos reais. As ações generosas e heróicas dos vassalos portugueses em prol da "glória do reino" só seriam destacadas depois de comprovadas pelo trabalho erudito de procura e reconhecimento das fontes. Era, dessa forma, função dos acadêmicos reais não só compilar os documentos necessários para escrever a história do reino, mas também lançar mão das técnicas

modernas de autenticação documental com o objetivo de separar os autores confiáveis dos duvidosos. Como destaca Kantor, cabia aos membros daquela instituição – que, vale lembrar, é uma academia *exclusivamente* de história[7] – classificar as fontes, distinguir os relatos literários dos verídicos e excluir os milagres e tradições que não tivessem comprovação documental.[8]

Estes procedimentos, a nosso ver, não rejeitam necessariamente as tradições, nem tiram da história todo lastro de maravilhoso ou sagrado.[9] Na verdade, as tradições manteriam sua validade se fossem comprovadas pelos vestígios deixados por um tempo que passou.[10] Em suma, parece que está em jogo uma nova perspectiva sobre as marcas deixadas pelo passado. É esse olhar que separa o vulgo do acadêmico e que possibilita não só a fundação da Academia Real da História, mas também a criação do decreto de 1721.

Destacamos no início deste texto o objetivo do Decreto de 1721, instituído por D. João V: preservar os monumentos, estátuas, moedas e todos os outros vestígios do passado, mesmo em ruínas. Esse "passado", ao qual o decreto se refere, é também claramente estabelecido, uma vez que compreende aos seguintes povos que habitaram outrora Portugal: fenícios, gregos, persas, romanos, godos e arábios.[11] O argumento que justifica este decreto reside no desaparecimento e destruição dos vestígios do passado pela "incúria" e "ignorância" do povo. Há, inclusive, toda uma discussão entre os acadêmicos reais se os monumentos encontrados nas diversas regiões do reino deveriam permanecer em seu ambiente de origem ou, antes, serem transportados para lugares "mais seguros", longe das pessoas "incultas", que não conseguiam reconhecer aqueles materiais como vestígios de um passado "glorioso" do reino português.[12] Constitui-se, portanto, um olhar que separa o vulgo do acadêmico. O acadêmico preserva e entende o monumento como uma forma de conhecer o passado, ao contrário do vulgo, que, ao invés de conservar, confere utilidade a uma coluna grega ou a uma panela dos tempos romanos. Estas tarefas de recolher e de preservar não são naturais. Transformar os vestígios do passado em

fontes a partir das quais se pode conhecer algo é, antes de tudo, o trabalho de um olhar construído em um dado momento por um grupo de eruditos, grupo este que está à frente da Real Academia e do qual faz parte Diogo Barbosa Machado.

O colecionismo de Diogo Barbosa Machado: preservação e escrita da história

A Coleção Diogo Barbosa Machado, que hoje faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, é composta por 1.980 imagens, 3.134 folhetos e 21 mapas. A coleção de retratos possui oito volumes, os dois primeiros, reservados à monarquia portuguesa, trazem estampas de reis, rainhas e príncipes de Portugal, desde Wamba, rei visigodo, até D. José. Os quatro volumes seguintes tratam dos varões insignes portugueses em artes e ciências (1 volume), campanha e gabinete (2 volumes) e virtudes e dignidades (1 volume). Por fim, o 7º e o 8º volumes são mais "universais" e há dúvidas se eles foram, de fato, elaborados pelo abade de Sever, embora figurem no catálogo manuscrito de sua biblioteca pessoal. Eles trazem personagens que não estão diretamente ligados à história portuguesa, como Richelieu, Tomás de Aquino, Aristóteles, Descartes, Safo, entre outros.

É importante observar o tratamento que Barbosa Machado dá a estes materiais. Ele não apenas guarda as imagens coletadas, mas as manipula, intervém nelas, recortando-as, colando enfeites, epigramas e molduras ou ainda fazendo composições como se quisesse deixar nelas a sua marca. Seu trabalho de recortar e encaixar, delicadamente, os retratos nas molduras ou ainda uma estampa dentro da outra é tão minucioso que, para um olhar menos treinado, torna-se difícil distinguir a montagem feita pelo abade.

A coleção de mapas de Barbosa Machado é bem menos numerosa e se refere a Portugal e a suas possessões. Contém alguns mapas de Lisboa, das ilhas dos Açores e da Madeira e ainda outros do Brasil. Os mapas que se encontram datados foram produzidos nos séculos XVII e XVIII, mas há ainda dois deles do século XVI, um da cidade de Lisboa e outro da cidade de Funchal.

A coleção de folhetos é, por sua vez, a mais numerosa. Ela traz não só opúsculos impressos e manuscritos sobre a monarquia, a nobreza e os eclesiásticos portugueses, mas também notícias sobre festas, batalhas e ainda relatos de missões que aconteceram nas possessões portuguesas da América, África e Ásia. Nesta coleção a interferência de Barbosa Machado se dá de maneira um pouco diferente da dos retratos. Em relação aos opúsculos, ele os repete em volumes de temáticas diferentes, os divide, colocando parte deles em um dado volume e a outra parte em outro, acrescenta a eles mapas, plantas de cidade ou desenhos de batalhas ou até mesmo corrige palavras e erros tipográficos. Seu empenho em organizar este material escrito fica evidente também no cuidado que Barbosa Machado tem em fazer uma lista com os títulos de todos os folhetos que constam em um determinado livro, colocando-a no início de cada tomo de sua coleção, produzindo, assim, um índice de consulta.

O trabalho de Barbosa Machado é, portanto, o de um bibliófilo. Sua disposição para a compilação e organização se mostra não só no catálogo que ele mesmo compôs de sua biblioteca pessoal ou ainda nos volumes sobre a vida e obra dos autores portugueses – a *Bibliotheca Lusitana* –, mas principalmente na maneira como ele preserva e dispõe os materiais de sua coleção particular. Seu interesse se dirige a documentos que tratam de eventos e da vida de personagens insignes do passado português. Partindo destas características, esta coleção pode ser entendida de duas maneiras.

Em primeiro lugar, ela possui um viés documental. Trata-se de compreendê-la como um arquivo constituído sob a influência da diplomática moderna. Como já foi dito, em uma instituição como a Academia Real da História Portuguesa, o historiador não se resume mais àquele que somente compõe um relato. Ele deve, acima de tudo, dominar as técnicas de erudição que lhe permitem organizar os documentos e estabelecer a autenticidade dos restos do passado.[13] Na coleção do abade de Sever, os mapas, imagens e folhetos, que anteriormente eram distribuídos separada e esporadicamente, mudam o seu estatuto e tornam-se documentos que possibilitam

conhecer o passado e transformá-lo em história. Mais do que isso, tornam-se documentos confiáveis, uma vez que passaram pelo crivo de um acadêmico real, conhecedor dos procedimentos modernos de autenticação documental.

Não sabemos ao certo como Barbosa Machado conseguiu juntar todo este acervo, no entanto é possível supor que o acadêmico comprava estes materiais e que ainda mandava vir alguns do estrangeiro. Levando em consideração a existência de uma rede de relacionamentos na qual o acadêmico estava inserido, é provável que seus pares, conhecendo a sua coleção, tenham trazido opúsculos ou imagens de suas viagens ao exterior e os fornecido ao abade de Sever. Era também a estes eruditos que a coleção parecia se destinar, uma vez que ela poderia, pela qualidade de seus materiais, servir à constituição de uma escrita da história do reino português.

Em segundo lugar, a coleção também pode ser entendida como uma forma de escrita da história. Ao compilar e organizar, nos vários tomos de sua coleção, documentos referentes ao império português, Barbosa Machado faz escolhas, mostra e silencia, ou, em outras palavras, estabelece um cânone dos eventos e de personagens que devem figurar na história portuguesa. São essas pessoas e eventos que, para o abade, compõem a história de Portugal e são, portanto, dignos de sobreviver ao tempo e ao esquecimento.

Desta forma, a coleção pessoal do abade Diogo Barbosa Machado está inserida no mesmo movimento de preocupação com a história e de preservação da memória do passado português que possibilitou a fundação da Academia Real e a promulgação do decreto de 1721. Trata-se de não só do interesse em escrever a história de Portugal, mas, sobretudo, da preocupação em pautar esta escrita na erudição e no tratamento crítico dos vestígios do passado. Neste sentido, o trabalho colecionista de Barbosa Machado, ao mesmo tempo em que escreve, no seu modo próprio de coleção, a história portuguesa, é também um trabalho de seleção influenciado pelas modernas técnicas de autenticação documental.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e bolsista CNPq.

[2] GOULEMOT, Jean-Marie. Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das luzes. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (Org.). *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 257.

[3] MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003. p. 227-9.

[4] Em relação aos cerimoniais da Academia Real da História Portuguesa, ver o trabalho já citado de Isabel Ferreira da Mota, sobretudo o último capítulo.

[5] SILVA, Manuel Teles da. *Historia da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa: Oficina de José Antonio da Silva, 1727. prólogo.

[6] KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004. p. 205.

[7] Diferentemente de outras academias do período, que debatiam não só assuntos do âmbito da história, mas também sobre filosofia e poesia, a Academia Real preocupa-se exclusivamente com a história. Alguns de seus membros, inclusive, tentam separar os trabalhos do historiador e do poeta. Diogo Barbosa Machado em sua obra *Memórias para a Historia de Portugal*, de 1736, destaca que, enquanto o poeta finge dentro dos termos do verossímil, o historiador é um fiel relator das ações passadas (MACHADO, Diogo Barbosa. *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião*. Vol.1. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736. prólogo).

[8] KANTOR, Iris. *Op. Cit.*. p. 205.

[9] Sobre a questão ver CUNHA, Norberto Ferreira da. *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

[10] Cabe lembrar, no entanto, que, para a Academia Real da História, três temas eram inquestionáveis: o Milagre de Ourique, o juramento de Afonso Henriques e as Cortes de Lamego, mitos fundadores da monarquia portuguesa.

[11] Decreto de D. João V de 13 de agosto de 1721. In: *Academia Real da História Portuguesa e a sua Lei de Proteção a Monumentos Arqueológicos*. Lisboa: s/e, 1958.

[12] Ver SILVA, Manuel Teles da. *Op. Cit*.

[13] BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les Academies de L'Histoire*. Paris: PUF, 1988.

"DOM BENEVIDES": A ESCOLA FAZ CEM ANOS

ANA RAQUEL MARQUES DA CUNHA MARTINS PORTUGAL

"A escola faz cem anos" propõe a construção narrativa da história de uma escola pública situada em Mariana – MG, Escola Estadual "Dom Benevides", criada pelo decreto n. 2.572, de 06 de julho de 1909, então denominada Grupo Escolar de Mariana. Ainda em funcionamento, abrange turmas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Trata-se de uma pesquisa com o objetivo de desvendar o espaço de memória representado pela escola, criada num contexto peculiar: cidade interiorana, de raízes coloniais; em meio à consolidação da república brasileira; recente transferência da capital da Província, antes em Ouro Preto, para Belo Horizonte. Pretende-se dar visibilidade à escola a partir das elaborações e articulações estabelecidas por seus membros – indivíduos e grupos – como resposta às pressões e estímulos internos e externos ao ambiente escolar.

Considerando a amplitude deste objeto – instituição escolar – que abrange tantos outros como professores, alunos, recursos pedagógicos, processos de aprendizagem, legislação, estrutura física etc; assim como inúmeros temas, propôs-se, para esta primeira etapa, ainda em andamento, a contextualização da criação da escola e a compreensão acerca dos sujeitos sociais que primeiro ocuparam e construíram esse ambiente. Que escola os documentos nos revelam? Que papel, que funções sociais cumpria a escola durante as primeiras décadas do século XX? A quem se destinava a escola pública? Que formação pretendia a escola desenvolver na comunidade escolar? Que idade tinha seus alunos? Quem eram seus professores – pertenciam à sociedade local ou vinham de outras regiões? Que colaboração prestava a escola aos interesses do Estado? Que objetivos visava a criação do Grupo Escolar de Mariana? O que significa a criação de uma escola pública no contexto já explicitado?

Para essa fase inicial da pesquisa, estabelecemos como recorte cronológico o período que vai de 1909, ano da inauguração da escola, que inicia suas atividades no mesmo prédio da Câmara e Cadeia de Mariana; a 1926, quando a escola é transferida para um prédio próprio, onde funciona até hoje. O prédio, por si só, constitui também um documento histórico. Sofreu apenas uma reforma, durante os anos 60, apresentando-se em estado precário, atualmente.

A educação pública no Brasil, muito especialmente a partir do final do século XIX, torna-se um projeto do Estado. Compreender, pois, o cenário político do país frente à recente instalação da República e, muito especialmente nas primeiras décadas do século XX, à ascensão das oligarquias estaduais e a disputa pelo governo central, é fundamental. No entanto, como bem frisa NAGLE (1978:261)[i], 1889 e 1930 são "simples marcos cronológicos", não "significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro". O que nos remete a um recorte específico para o objeto com o qual estamos trabalhando, em que pese outros marcos, como o é a Reforma de 1906, no governo de João Pinheiro, que instalou os grupos escolares no Estado de Minas Gerais.

O presente texto tem caráter exploratório e inicial, no molde de um relatório parcial, tendo em vista o estado atual da pesquisa. Apresenta-se em três partes: 1ª. parte – Sobre o acervo documental que está sendo trabalhado; 2ª. parte – Alguns dados já recolhidos; 3ª. parte – Reflexões, perspectivas e expectativas para a continuidade do trabalho.

1ª. parte: visão panorâmica dos documentos aos quais tivemos acesso

1. Acervo da Escola Estadual Dom Benevides

A escola manteve, ainda que em precárias condições, um acervo que está em fase de limpeza e catalogação. Compõe-se, até agora, pois não está descartada a possibilidade de serem encontrados outros livros (inclusive em posse de

particulares) de 71 livros, na sua maioria no formato de livro de atas. Os assuntos abordados são, principalmente: livros de ponto – professores e funcionários; Caixa Escolar, com balancetes e atas de reuniões do Conselho; freqüência dos alunos e atividades escolares; termos de posse (1909 a 1964; 1964 a 1994); atas de reunião de professores; atas das visitas dos inspetores e instalação das bancas para exames finais; inventários – de 1909 a 1936; "Orientações para o ensino da lei nova", cuja data ainda não foi identificada, possivelmente referindo-se à Reforma Francisco Campos; livros de correspondências; projetos da escola em 1939; livros de matrícula.

O livro "Termo de Posses", de 1909 a 1964, revela os primeiros professores a iniciarem as atividades da escola. Por meio deste livro podemos identificar a existência das escolas isoladas na cidade e redondezas, das quais foram removidas as professoras, em sua expressiva maioria, para o recém criado Grupo Escolar de Mariana.

Tendo o número de professoras em atividade no estabelecimento, podemos inferir outros dados como o número de cadeiras. As informações têm também a característica de despertar para a busca de outras informações: qual a origem dessas professoras? Formaram-se onde? À época, já havia uma escola normal em Mariana e outra em Ouro Preto. Pela proximidade, inferimos que essas escolas devem ter formado a maioria das normalistas que atuavam na cidade e região.

A partir do mesmo livro podemos identificar um procedimento bastante comum que implica na presença de professoras substitutas, dado um acentuado movimento de licenças. Tal informação pode ser cruzada com as correspondências encontradas no acervo do Arquivo Público Mineiro.

Dos documentos pertencentes ao acervo da escola ainda encontramos informações sobre o calendário escolar, o número de alunos matriculados e a freqüência. Quanto aos alunos temos registros sobre a instalação das bancas de exame, aprovações e reprovações.

2. Acervo do Arquivo Público Mineiro - APM

Dentre os documentos disponíveis neste acervo, queremos destacar duas classes: as correspondências e os relatórios dos inspetores de ensino.

Identificamos uma intensa troca de correspondência relativa às faltas e licenças, sempre acompanhadas de pedido e justificativa do funcionário. Em alguns casos, encontramos um pedido do diretor da escola ou de alguém influente, como em 1914, do Dr. Gomes Freire, intercedendo a favor do solicitante. Chegando à Secretaria do Interior, as correspondências eram vistoriadas e encaminhadas por uma diretoria ao Secretário do Interior, denunciando uma burocracia que levava a variações no atendimento aos pedidos. Por exemplo: um pedido de licença e abono de faltas feito no dia 21 de agosto de 1914, passou pela diretoria da Secretaria do Interior em 26 de setembro e o despacho final se deu em 30 de outubro de 1914. Os pedidos de licença envolviam professores e serventes.

Quanto aos relatórios dos inspetores técnicos, são de uma riqueza peculiar. No entanto, a existência dos relatórios pressupõe, em princípio, que tenham sido redigidos e enviados. Nesse sentido, há uma imensa variedade quanto aos procedimentos, estrutura e volume dos relatórios, dependendo de cada inspetor. No caso do Grupo Escolar de Mariana tivemos acesso a poucos e exíguos relatórios que, entretanto, têm sua contribuição.

Por outro lado, ao trabalharmos com acervos diferentes, um exercício principal é o cruzamento de dados. Nos livros de posse do acervo da escola, encontramos sempre a referência a um inspetor municipal. Com a ausência de relatórios de inspetores no acervo do APM surgiu a pergunta: onde estão esses relatórios? Estão no livro de inspeção da escola ou estão no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana?

2ª. parte: Alguns dados recolhidos nos acervos ou alguns "achados"

Ao longo do ano de 1914 encontramos, nos documentos da própria escola, referências a uma nova denominação da escola – Grupo Escolar "Dr. Gomes Freire". Gomes Freire de Andrade era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, à época, ainda clinicava em Mariana, além de ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal, como nos atestam correspondências por ele emitidas ao então Secretário do Interior, intercedendo por uma licença para paciente sua, em papel timbrado do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

No entanto, ao longo deste ano e seguintes ainda encontramos o uso da denominação Grupo Escolar de Mariana. Qual teria sido o motivo da utilização de uma dupla denominação? Sabemos não ser comum homenagear, ainda em vida, com o nome em prédios públicos. A que se deveu o caso? Teria havido alguma resistência à homenagem? Os documentos que até agora consultamos – oficiais – não nos responderam estas questões.

Outra denominação viria mais adiante – Grupo Escolar "Dom Benevides". Para justificar esta nova denominação esperamos não encontrar muitas dificuldades, tendo em vista o peso que a religião, em especial a Igreja Católica, sempre exerceu em Mariana. FARIA FILHO[ii], num estudo sobre os grupos escolares na capital mineira, para o mesmo período, comenta que, inicialmente, os grupos escolares foram identificados por ordem numérica (1º. Grupo Escolar, 2º. Grupo Escolar etc.). Entretanto, logo receberam uma nova denominação, agora em franca homenagem à memória republicana. Já o grupo noturno recebeu uma denominação que indica "o espírito religioso que animava a defesa republicana de educação para os mais pobres".

Nas correspondências pesquisadas, merece atenção o número de pedidos de licença. Qual a porcentagem disto no computo geral? Gerava prejuízos para o processo de ensino? Como isso era visto pela comunidade escolar? É possível relacionar tais pedidos com as pesquisas mais recentes acerca da saúde do

profissional da educação?

3ª. parte: Reflexões, perspectivas e expectativas

O processo de modernização escolar, iniciado em 1906 com a Reforma do Ensino encaminhada pelo então Presidente do Estado Dr. João Pinheiro, tem na organização dos grupos escolares um destacado procedimento. Mais do que uma simples reunião das escolas isoladas, o grupo escolar marca definitivamente a estrutura da educação no estado, combinando uma maior disciplinarização do corpo docente e do corpo discente.

Iniciada a instalação dos grupos escolares na capital, constatamos que quase imediatamente o processo se estende a outras regiões do estado, como é o caso de Mariana que, já em 1909, ganha seu primeiro grupo escolar cujo funcionamento não vai fugir à regra de outros estabelecimentos de ensino criados à época: vai funcionar no melhor prédio público – a Câmara Municipal. Segundo Faria Filho, citando Nelson de Senna, num artigo de 1911: "São 89 os grupos existentes nas mais importantes localidades mineiras, e tendo os mesmos adquirido a maior simpatia do povo, educadores e autoridades dos municípios. Há uma verdadeira emulação nas diversas zonas do Estado por obterem do Governo a criação de novos grupos."[iii]

Os professores que iniciam as atividades do Grupo Escolar vieram, em sua maioria, removidos de cadeiras isoladas, indicando um processo de desativação destas em favor daquele. Entretanto, estas não desapareceram por completo pois nos distritos a existência das escolas isoladas era a única maneira da população ter acesso às primeiras letras.

Nesta fase inicial de pesquisa, os dados encontrados nos remetem a variados campos de análise. Já mencionamos o campo da saúde profissional. Outro campo seria o estudo de gênero e a profissão docente. De 1909 até 1926, entre diretores e professores, identificamos 26 profissionais. Dentre estes encontramos três profissionais do sexo masculino, sendo os dois primeiros diretores da escola e

um professor. O restante, ou seja, expressiva maioria – 23 profissionais, 88,5%, eram mulheres.

Outras questões se impõem para a continuidade do trabalho. Seria possível estabelecer "ciclos de vida" para essa escola? Que semelhanças e/ou diferenças é possível traçar entre a história educacional local e de outras regiões do Brasil? Delinear a história de uma instituição escolar é também dar voz a um conjunto de indivíduos que compuseram essa história: alunos, professores, funcionários, comunidade.

Trata-se de recuperar uma memória coletiva que reúne representações diversas, várias olhares e significados. A forma narrativa não implica uma história linear pois esta não dá conta de refletir a complexidade de uma instituição que responde a influências internas e externas, que cria e elabora outras tantas, e que constrói sua identidade a partir de uma intrincada rede de relações sociais e políticas. Não se trata de alcançar uma totalidade ou "uma essência institucional a ser descrita", mas sim uma interpretação. "... a história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional."[iv]

O presente trabalho é pioneiro na região e entendemos que abre espaço para debates e maior compreensão acerca da educação brasileira, tanto na perspectiva historiográfica quanto pedagógica. Pretendemos também que se constitua num incentivo para a recuperação e a produção de fontes para a história da educação mineira.

Paralelo às pesquisas, estamos envolvidos num profícuo debate com vistas à construção de um arcabouço teórico-metodológico para melhor compreensão de nosso objeto. Sabemos que partimos de um conjunto de conceitos que nos remetem à História Social da Cultura. Por outro lado, estamos envolvidos num objeto particular que, ao mesmo tempo, nos remete para uma história senão

nacional, pelo menos regional. Portanto, a produção historiográfica recente tem nos dado pistas acerca desse objeto e da trama que o rodeia.

Sendo assim, estamos percorrendo um caminho de mão dupla: a construção teórica e a pesquisa documental. O produto disso, sabemos, contribuirá para compor o mosaico que se está construindo acerca da história da educação no Brasil.

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho - Depto. Educação – UFOP

Vinicius Leal Faria – graduando em História - UFOP

---

[i] NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris(org.). *O Brasil Republicano*: sociedade e instituições 1889-1930. 2ed. RJ/SP: Difel, 1978, pp259-291. Col. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 2º. volume

[ii] FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.50.

[iii] Nelson de Senna, in: FARIA FILHO, op. cit., p.56.

[iv] WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala?. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação.* Campinas, SP: Autores Associados:HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004, p.14.

Gênero, memórias e história do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará

Ana Rita Fonteles Duarte - UFSC

Discussão sobre a abertura ou não de arquivos aos pesquisadores por parte dos governos, denúncias de documentos queimados em quartéis ou notícias de relatos de tortura encontrados em casas abandonadas, em sítios distantes, descobertas de ossadas nos campos do Araguaia, organização e luta por indenizações a presos políticos, famílias que continuam a lutar para saber de seus desaparecidos, solicitação de exames de DNA para identificar possíveis mortos em guerrilha, militares que resolvem contar suas versões para historiadores, criação de museus e memoriais sobre o período ditatorial, lançamentos abundantes de livros e memórias com novas revelações sobre o período pós-64 no Brasil. Esses foram alguns dos assuntos que estiveram presentes nas pautas de discussões da imprensa e de casas políticas de todo o País nos dois últimos anos. Para além de apontar para a necessidade de conhecer mais sobre os Anos de Chumbo, esses fatos revelam um intenso processo de disputa pela memória ou memórias do regime ditatorial brasileiro e da resistência empreendida contra ele na busca da abertura política[1].

No Ceará, as coisas não acontecem diferentemente. A luta pela abertura dos arquivos esquentou os debates na Assembléia Legislativa estadual após aprovação de projeto nesse sentido e posterior veto do governador do Estado. Os anistiados, em sua maioria ex-presos políticos, se mobilizam em associação para agilizar o reconhecimento e recebimento de indenizações perante a União e o Estado. Nesse percurso, a busca por documentos, processos, testemunhas e provas que atestem arbitrariedades, torturas, é intensificada e ajuda a compor um acervo que cresce a olhos vistos, mas que ainda carece de organização e análise. No ano passado, durante as comemorações dos 25 anos da Lei da Anistia, diversas manifestações, debates e homenagens a figuras que se destacaram na luta pela abertura foram feitos. Entre eles, os advogados de ex-presos políticos, jornalistas que desafiaram o regime, padres progressistas e as mulheres. Estas receberam placas comemorativas, flores, aplausos, mas é no teor dos discursos que encontramos as

representações e imagens mais significativas nessa construção das memórias do período. “Mães de todas nós”, dizia um; “solidárias, corajosas, carinhosas, protetoras, amigas”. Assim foram lembradas as mulheres que participaram do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará. As mesmas imagens que abundaram em matérias especiais em jornais.[2]

Homens e mulheres, no Brasil, nas décadas de 60 e 70, sofreram duplamente o processo de repressão, seja quando eram detidos ou quando viam seus filhos, maridos, irmãos, pais, desaparecer ou serem presos. Segundo Blay[3], dentro da tradição patriarcal brasileira, a posição da mulher se define socialmente como a de guardiã da família. Mesmo subordinada ao homem, a sociedade lhe cobraria um comportamento social de defesa da família. Assim, quando em 1964 e, principalmente após 1968, famílias brasileiras começaram a perder seus membros, as mães, esposas, filhas começaram a se postar diante das autoridades no Poder, cobrando o paradeiro de seus familiares. Esse direito era legitimamente reconhecido pela sociedade.

Primeiramente lutando sozinhas, elas se valiam de qualquer pista para tentar localizar seus parentes, pressionando autoridades judiciais e policiais, investigando os casos por conta própria, como fez a estilista Zuzu Angel, mãe de Stuart Edgar Angel Jones, cujo filho morreu no Centro de Informações da Aeronáutica, em 1973, no Rio de Janeiro, mas não foi oficialmente dado como morto. Mesmo assim, empenhou-se em campanhas que denunciavam o Estado militar e a violência. Morreu em misterioso acidente automobilístico, pouco tempo depois de ter escrito carta em que se dizia ameaçada pela repressão. Várias outras mães que buscavam o paradeiro de seus filhos também foram ameaçadas e perseguidas pelos órgãos de repressão, como sinal contundente de que o pânico continuaria instalado e o medo perseguiria qualquer opositor.

À medida que se avolumavam as prisões e banimentos, as mulheres começaram a se comunicar em busca de uma solução coletiva. Em 1975, em pleno Governo Geisel, e estimuladas pelo lema do Ano Internacional da Mulher, organizado pela ONU – Igualdade, desenvolvimento e paz – cria-se em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA),

o primeiro movimento organizado, de contestação à ordem vigente, após 11 anos de regime de exceção.

O Movimento foi fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofrera repressão com o Golpe Militar de 1964 e foi iniciado por um grupo reduzido de mulheres de classe média, profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA se difundiu por todo o país, criando vários núcleos e atingindo outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes que conseguiu agregar, mas à repercussão que provocou por ser um movimento de contestação numa época em que as manifestações eram estritamente proibidas.

O Movimento Feminino pela Anistia, no Ceará, foi o terceiro a ser criado no Brasil, através da iniciativa de familiares que entraram, por meio de carta, com Terezinha Zerbini, solicitando mais informações sobre a atuação do MFPA em São Paulo. Sua vinda ao Ceará, em maio de 1975, para palestra em colégio de Fortaleza, marca o início da atuação do MFPA que chegou a reunir em seus encontros semanais cerca de 50 pessoas, a partir daí não somente ligadas ao desejo de libertação dos familiares, mas pela solidariedade ou vontade de combater o regime ditatorial.

Para grande parte dessas mulheres, algumas esposas e outras mães de presos políticos, aquela era a primeira experiência política de que participavam ativamente, mesmo que muitas vezes não reconhecessem seus atos como de enfrentamento ao regime. É o caso, por exemplo, da professora Nílvea Amorim. Com 50 anos hoje, ela iniciou a luta contra a ditadura aos 18 anos quando se apaixonou por um preso político, condenado como terrorista. Do início de seu relacionamento até sua libertação em 1979, passaram-se nove anos. Seu ingresso no MFPA, segundo ela, não teve cunho "ideológico", já que ela não tinha ligações com nenhum partido ou organização política. *"Eu tinha aquela idéia romântica. Achava que aquelas pessoas estavam lutando para que todo mundo tivesse dignidade, que era o que Cristo pensava"*[4].

A própria presidente do MFPA, no Ceará, à época, professora Nildes Alencar, irmã do frei dominicano Tito de Alencar, que se suicidou na França em 1974, devido às seqüelas

de torturas, afirmou ter sido indicada por Terezinha Zerbini, e eleita presidente na época porque seu nome era considerado "neutro". Ela não era também ligada a partidos políticos e nem ao movimento estudantil como o irmão falecido.

Para outras integrantes como a professora Raimunda Zélia Carvalho, ex-militante do PC do B, no entanto, o MFPA no Ceará tornou-se referência de luta no Brasil, justamente por ter extrapolado a questão da anistia aos presos políticos, desafiando o sistema ditatorial e ligando a luta das mulheres a outros movimentos sociais:

> *"Eu acho natural que você queira soltar seu esposo, seus filhos, e que por conta disso você comece a vislumbrar o que é a ditadura. Mas acho que muita gente ali nem percebia a questão do regime ditatorial. Eu tenho quase certeza disso. E o próprio processo do Movimento foi bom para ajudar a essas pessoas que entraram, cresceram. Teve gente que conseguiu perceber, teve gente que entrou sem ter nada disso e acabou entrando"*[5].

Os conflitos dentro do Movimento aconteceram desde o início de sua fundação, pois além do chamado grupo de familiares dos presos políticos, havia outro grupo formado por algumas mulheres com ligação a partidos políticos que viam a necessidade do MFPA ampliar sua atuação e direcionamentos políticos, lutando não somente pela libertação dos presos e pela volta dos banidos, mas pelo fim da ditadura e da opressão capitalista. Defendiam o enfrentamento ao regime de forma mais "audaciosa" e o apoio a outros movimentos sociais que começavam a se reorganizar na caminhada pela abertura política.

Enfrentando o medo da repressão e disputando internamente as formas de ação, as mulheres do MFPA iam forjando novas estratégias políticas para a denúncia das arbitrariedades do regime militar. Nesse caminhar, a constituição de rede de apoios formada por membros da Igreja progressista, familiares, intelectuais e políticos teve uma dimensão importante.

Vigílias em igrejas em solidariedade a greves de fome de presos políticos; atos públicos em praça com denúncias feitas em megafones; pichações, panfletagens em feiras

populares e nos finais de missa, visitas de casa em casa aos domingos para falar sobre anistia, organização de feiras de artesanato com material produzido pelos presos políticos; promoções de palestras e exposições de arte, visitas programadas ao presídio, comemoração de aniversário de presos e de seus filhos nos cárceres, promoção de torneios de futebol entre os presos, organização de banquetes para os presos em julgamentos que duravam até dois dias, denúncia da repressão aos presos em jornais alternativos, paralelos à participação das mulheres em congressos nacionais e regionais sobre a questão da anistia e viagens em busca de pistas que pudessem indicar o paradeiro dos desaparecidos eram algumas dessas formas de luta forjadas no cotidiano do Movimento.

A diferença de objetivos das participantes e a atribuição de valores a eles dentro do MFPA, no Ceará, é uma constante, hoje, nas falas das mulheres que integraram o Movimento entre os anos de 1975 e 1979 e explicitam uma disputa também pela memória do grupo. De um lado, a luta de mães, esposas e irmãs para libertar seus familiares é considerada mais “nobre” porque “desprovida de interesses políticos”. De outro, aquelas que acreditavam que “interesses pessoais” deveriam ser extrapolados na luta para mudar toda a sociedade. Politizadas x despolitizadas, familiares x pessoas com interesses políticos, corajosas x medrosas, ousadas e radicais x moderadas ou conservadoras são definições que pontuam as conversas sobre o Movimento com as mulheres.

Mas percebemos também, através das narrativas, indícios do quanto a participação no Movimento, independente do posicionamento político modificou suas vidas, alterando suas percepções sobre a política, a participação, relações de gênero. O MFPA, no Ceará, é considerado o embrião de movimentos sociais de bairro, operários, feministas, rurais. Até hoje, muitas de suas integrantes continuam atuando na militância em partidos políticos, sindicatos, grupos católicos, Federação de Bairros e Favelas, União das Mulheres Cearenses ou simplesmente admitem que suas experiências no MFPA proporcionaram mudanças na forma de encarar seus relacionamentos amorosos, suas profissões, seu estar no mundo.

Partindo do quadro histórico traçado, a pesquisa que agora desenvolvo no Programa de Pós-graduação em História da UFSC, em nível de doutorado, pretende analisar, através dos testemunhos de um grupo de mulheres que lutaram pela anistia ampla, geral e irrestrita, organizadas no MFPA, no Ceará, como elas se constituem como sujeitos históricos, a partir dos relatos de suas experiências. Segundo Scott[6], é preciso dar conta dos processos históricos que, através dos discursos posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Experiências entendidas, aqui, não como origens de nossas explicações, não como evidências autorizadas por quem fala, mas como aquilo que se busca explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento – uma experiência historicizada.

A partir daí, penso ser possível compreender de que forma as diferentes identidades de gênero e a percepção do ser feminino dessas mulheres na relação com o outro interferem e ao mesmo tempo são modificadas pela experiência política – nova para muitas delas. A experiência política é entendida aqui não somente como prática de poder estatal ou governamental, mas como ação possível de ser exercida por sujeitos anônimos em seus cotidianos para a modificação de uma determinada situação. A utilização consciente ou inconsciente dos papéis de mães e esposas, de mulheres apaixonadas ou na defesa de seus filhos para burlar a repressão, é assumida por várias integrantes do Movimento.

Pretendo, ainda, nesse percurso, analisar as similaridades e descontinuidades no processo da memória de mulheres que participaram de uma experiência política similar. Qual a relação entre aspectos rememorados e as relações de gênero? Porque determinados pontos são lembrados em detrimento de outros?

Compreendo as memórias dessas mulheres, a exemplo de Pollak[7] como memórias em disputa. Em primeiro lugar: disputa com uma memória militar sobre a ditadura e com a idéia de que a Lei da Anistia teria apagado o passado para um recomeço do zero; em segundo lugar, disputa com os autorizados a falar no campo da esquerda. Numa rápida consulta a jornais e nos trabalhos sobre o regime ditatorial não há muito espaço para a análise de experiências específicas das mulheres. Mesmo sobre o MFPA, ainda há militantes do período que afirmam que a organização do Movimento partiu de determinações

partidárias que enxergaram nas mulheres uma possibilidade de organização que passaria ilesa diante da truculência dos serviços de informação. Em terceiro lugar, memórias em disputa dentro do próprio Movimento, acerca de suas finalidades, seus papéis, suas formas de ação, sua significância.

A opção por abordar essas questões através da utilização das histórias orais de vida, além de uma necessidade metodológica imposta pela inexistência ou dificuldade de outras fontes, surge como método privilegiado para esse tipo de trabalho em que os papéis individuais estão em foco e onde a experiência dos indivíduos é o alvo principal das histórias. As histórias orais de vida oferecem a possibilidade de explorar mais a fundo aspectos da intimidade individual para descortinar práticas políticas permeadas por aspectos subjetivos sobre assuntos muitas vezes considerados privados. É Scott[8] quem afirma que para fazer surgir o sentido temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança.

Tendo em vista, ainda, como nos diz Nora[9], que a memória do passado é trabalhada de forma a se adequar às necessidades e desejos atuais daquele que lembra, num movimento contínuo e dialeticamente relacionado e condicionado pelo pensamento histórico, será possível analisar, através das ações de lembrar e esquecer, como se vai construindo um sentido para sua identidade individual e de grupo, percebendo as articulações entre a história pessoal e a história social e política.

---

[1] Assim como Verena Alberti, penso que não é plausível falar de memórias subterrâneas no que concerne ao período pós-64 no Brasil, pois as memórias estão ainda em pleno processo de disputa e a ação de pesquisadores e narradores está inserida nesse processo. Ver ALBERTI, Verena. Ouvir contar – textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

[2] Algumas matérias foram publicadas na imprensa, em Fortaleza, enaltecendo o papel das mulheres na luta pela anistia e democratização do país. No Diário do Nordeste, em 28 de agosto de 2004, a matéria intitulou-se: "Participação das mulheres foi determinante". No jornal O POVO, a matéria publicada em 10 de julho de 2004, intitulou-se: "As mulheres plantaram a semente da anistia".

[3] BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. In Encontros com a Civilização Brasileira – Mulher Hoje, n. 26, vol III, n.8. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

[4] Entrevista realizada no dia 23/08/04. Arquivo pessoal

[5] Entrevista realizada no dia 27/08/04. Arquivo pessoal.

[6] SCOTT, Joan W. Experiência. IN: SILVA, Alcione Leite da e LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Falas de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

[7] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

[8] SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica, tard. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991 (mimeo)
[9] NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. IN: Projeto História, n. 10, São Paulo. PUC-SP. Dezembro de 1993.

Raça, sexualidade e doença mental no discurso psiquiátrico de Juliano Moreira[1]

Ana Teresa A. Venancio[2]

Este trabalho visa analisar as representações sobre doença mental, raça e sexualidade veiculadas nos artigos do psiquiatra Juliano Moreira escritos em fins do século XIX e início do século XX. Trata-se da investigação articulada sobre três vias privilegiadas de construção social da diferença – doença mental, raça e sexualidade – por intermédio das quais as sociedades ocidentais modernas têm qualificado os indivíduos que as compõem, e que em nossa sociedade assumem sentidos específicos, correlacionados historicamente à auto-representação de uma nação brasileira.

A centralidade de Juliano Moreira (1873–1933) para a história da psiquiatria brasileira tem sido atribuída pelo imaginário erudito como decorrência dos cargos importantes que assumiu e da ênfase que concedeu a uma "psiquiatria científica"[3]. Com um olhar pautado no valor da ciência, Juliano Moreira aqui divulgou trabalhos europeus sobre as doenças típicas dos climas quentes, questionando, entretanto, a inexorabilidade da relação de tais doenças com o clima e a raça[4]. A institucionalização da psiquiatria científica por Juliano Moreira participava assim da discussão sobre a identidade do país engendrada desde o período colonial.

Diferentemente de Juliano Moreira, entretanto, o conhecimento psiquiátrico da época estabelecia uma relação de determinação entre raça e aparecimento de doença mental. Nina Rodrigues (1862-1906), um dos maiores expoentes da nascente psiquiatria brasileira, da medicina legal e da antropologia – num período em que tais disciplinas estavam entrelaçadas – discutiria a relação entre loucura e crime, utilizando para tanto o aporte teórico da noção de degeneração e de sua correlação com a miscigenação racial. Para Nina Rodrigues "a inferioridade racial dos negros e indígenas com relação ao branco era indiscutível, assim sendo, a miscigenação entre raças em diferentes patamares evolutivos resultaria, fatalmente, em

indivíduos desequilibrados, degenerados, híbridos do ponto de vista físico, intelectual e nas suas manifestações comportamentais" [5].

Juliano Moreira, ao contrário, negaria a correlação entre degeneração e constituição racial apontando que a etiologia da primeira decorria de outros fatores causais: o alcoolismo, a sífilis e as condições educacionais e sanitárias precárias. Como representante do pensamento sanitarista no campo psiquiátrico, defenderia medidas profiláticas que, entretanto, não tinham uma conotação racista. O que Juliano Moreira propunha era uma visada sobre a igualdade das raças que possibilitaria a inclusão do miscigenado povo brasileiro num projeto universalista de desenvolvimento.

No que se refere à relação entre doença mental e sexualidade, observa-se que é no contexto das discussões de fins do século XIX sobre a sífilis e os males dela decorrentes que se inserem os trabalhos de Juliano Moreira. Como sabemos, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a sífilis foi dissecada pelo pensamento médico brasileiro, servindo ao desenvolvimento de teorias e assertivas sobre a posição do Brasil no conjunto das nações civilizadas. Ao mesmo tempo em que para o discurso médico europeu a sífilis era considerado um mal universal que grassava por todos os povos, aparecia como um mal maior específico do povo brasileiro. Os temas da maior disseminação da sífilis no contexto brasileiro e o da especificidade mais maligna de uma "sífilis tropical", também seriam discutidos pelo pensamento médico brasileiro que buscava reordenar simbolicamente os argumentos que impediam o Brasil de entrar no rol das nações civilizadas. Os caminhos trilhados para essa reordenação simbólica fundamentavam-se, de um lado, em aportes científicos sobre os erros diagnósticos decorrentes da indistinção entre sífilis e outras doenças. De outro lado, os sifilógrafos brasileiros reproduziam a idéia de uma extensa disseminação do mal venéreo no país – com base em sua experiência clínica e informações sobre a população hospitalizada – e reivindicavam campanhas públicas que extinguissem a doença.[6]

Várias idéias presentes no pensamento médico brasileiro sobre a sífilis encontram-se também nos dois textos de Juliano Moreira sobre o tema[7]. Destaca-se a representação da sífilis como um mal universal, procurando demonstrar sua recorrência em diferentes países: Brasil, Alemanha, Inglaterra, França. Esta idéia mais geral introduzia nos trabalhos de Juliano a força argumentativa de uma visada científica do problema, pois só a ciência poderia falar das características gerais da doença, comprovar sua etiologia e desenvolvimento e prover sua cura. Ainda que as linhas escritas pelo psiquiatra revelassem o imaginário mais geral da época de que "há brasileiro que não tenha sua tara sifilítica?", a argumentação científica aqui se desdobrava para afirmar que há que se distinguir a sífilis de outras doenças, sobretudo as dermatoses, de modo a conceder a este mal sua justa feição e tratamento; mesmo que para confirmar que se tratava de um dos maiores males que assolava nossa população.

Juliano Moreira aqui também discordaria das hipóteses climáticas e raciais para a explicação da sífilis. Em "Culpabilidade dos syphiliticos que se casam" o tema da sexualidade aparece representado por duas vias diferentes que falam, respectivamente, sobre as leis sociais e morais que legitimariam o ato sexual e sobre a especificidade da fisiologia sexual feminina, quais sejam: o casamento e o útero. Para o psiquiatra a sífilis se tornava um mal maior para a saúde pública quando contraída pelo casamento, tendo-se em vista a contaminação do homem para a mulher e as conseqüências para as gerações futuras. Atribuindo ao pai da jovem e a seu futuro marido o papel de se informarem sobre o mal venéreo, Juliano Moreira evocava os princípios morais que deveriam reger o estabelecimento do matrimônio: ao homem cabia a responsabilidade pelo conhecimento de sua doença e pela consulta ao médico, entendendo que, no caso da advertência deste último sobre a transmissão do mal, a irresponsabilidade masculina deveria inscrever o sifilítico com criminoso. Prescrevia-se assim uma delicada equação entre liberdade e responsabilidade individual, concernente apenas ao universo masculino, a ser equacionada em prol do bem coletivo da saúde com a ajuda da ciência.

Cumpre destacar que essa representação particular que relacionava crime e sexualidade, numa espécie de criminalização do sexo, não era própria apenas do discurso sobre a sífilis. Como sabemos, desde meados do século XIX todo um discurso médico sobre aborto e infanticídio relacionou a periculosidade à imagem da mulher. A partir dos anos de 1870 o sentido dessa relação entre crime e sexualidade feminina seria, em grande medida, deslocado: a defesa da honra ou a pobreza e miséria deixavam de ser vistas como atenuantes e o discurso médico concentrava-se na natureza feminina doentia que levariam a mulher à prática criminosa, resultado de sua constituição degenerada.[8]

No texto de 1895 de Juliano Moreira, entretanto, não encontramos nenhuma referência à maior degeneração física ou psíquica intrínseca à mulher. A imagem da natureza feminina a tornava tão somente objeto do mal transmitido ao seu próprio organismo ou ao feto que carregava. Nas relações entre a sífilis e a instituição do casamento caberia à mulher apenas a finalidade reprodutiva, sob o desígnio de seu marido e sem ter disponível para si meios sociais e morais que a permitisse escapar da doença e do casamento com o sifilítico. Nos termos de Juliano, "e ela se for infectada, não se recorda de revoltar-se, nem requereria o divorcio se este lhe fosse facultado"[9]. O discurso psiquiátrico de Juliano Moreira centrava-se na fisiologia sexual feminina, mais especificamente nas qualidades do útero: o momento da concepção e do parto seria o mais danoso à mulher, seja pela falta de diagnósticos corretos com relação à "sífilis concepcional" transmitida pelo feto, seja pelas várias conseqüências que a doença acarretaria para a fisiologia do útero. Fundamentando-se no consenso entre "parteiros de todos os países", afirmava que o cancro sifilítico do colo do útero, desenvolvido durante a gestação, modificaria a "marcha normal" do trabalho de parto, modificando "a dilatação regular do orifício uterino" e predispondo a "lesões específicas da placenta", "inflamações peri-uterinas", "febre sifilítica pós-parto", "eclampsia" e "traumatismos mais ou menos graves".

Diferentemente do conhecimento psiquiátrico de fins do século XIX referido a uma constitucionalidade degenerada da natureza feminina, Juliano Moreira apoiava-se no discurso

médico brasileiro difundido na primeira metade daquele mesmo século em torno da imagem do útero[10], no qual era marcante a associação entre distúrbios mentais e a fisiologia da mulher, estabelecendo-se, por essa via, uma relação direta entre histeria feminina e útero. A histeria[11] seria conseqüência do frágil cérebro feminino, "dominado pelo útero e pelos instintos e não pela razão", incluindo-se aí a maior predisposição do corpo feminino à doença em fases como a puberdade, a gravidez e a menopausa.

Já na segunda metade do século XIX, apesar de inúmeras controvérsias, alienistas europeus, principalmente franceses, relacionariam a sede e natureza da histeria ao sistema nervoso, ao cérebro e à degenerescência. A difusão dessa abordagem entre os alienistas e médicos brasileiros se daria, sobretudo, a partir das três últimas décadas do século XIX. Esse discurso dissociava a figura da histeria da imagem do útero, permanecendo, no entanto, a afirmação da vinculação entre histeria e sexualidade da mulher e a compreensão teórica que relacionava a histeria às anomalias da sexualidade[12]. Tais anomalias estiveram circunscritas principalmente em representações sobre a ausência de relações sexuais (e, portanto, recusa ao exercício da finalidade reprodutora) e sobre os excessos sexuais, onde se incluíam as perversões[13].

No artigo "Syphilographia: a syphilis como factor de degeneração" de 1899, Juliano Moreira reafirma muitas de suas considerações anteriores. Ainda que não se detenha na questão dos modos possíveis de transmissão da sífilis da mãe a prole, não refuta as idéias sobre o papel atribuído ao sexo feminino como corpo-objeto que veicula o mal através do útero. Suas observações clínicas revelam pormenores quantitativos sobre a gravidez, partos e abortos implicados na história de vida e doença de mulheres de sifilíticos.

O foco principal da argumentação de Moreira, entretanto, como o próprio título já diz, é o da sífilis como fator de degeneração, demonstrando que em todos os casos a sífilis trazia conseqüências deletérias às gerações futuras. Contudo, em suas considerações científicas sobre as possibilidades de degeneração pela sífilis, Moreira citaria apenas duas vezes a noção

de raça ou categorias correlacionadas. A primeira menção refere-se ao fato da sífilis, em suas relações com as sociedade, "não ser menos digna da atenção dos que estudam tudo que se refere aos fatores de desenvolvimento físico e intelectual das raças" [14]. Em consonância com sua posição na querela sobre miscigenação racial e doença mental, Moreira não atribuía ao primeiro termo desta relação o mal da degeneração, o uso da categoria raças, no plural, servindo muito mais como sinônimo de populações e povos do que como expressão de diferenças entre grupos humanos ou indivíduos específicos. Parece exemplar, neste sentido, que na descrição de seus casos clínicos, não tenha feito referência a marcas ou descendências raciais, apesar dos inúmeros detalhes físicos com que descreveu os pacientes.

A segunda menção do autor visa refutar as considerações sobre um caso de sífilis hereditária tardia, descrita por Laschewitz numa publicação alemã de 1878. Segundo Moreira, "Laschewitz inclinou-se a pensar que a sífilis paterna era em tal caso de causa hereditária, concluindo por opinar que a sífilis precisa ser estudada não só no indivíduo, mas na raça"[15]. Para Moreira tratava-se de um caso de erro diagnóstico que não justificava a inscrição no espectro da sífilis e a investigação sobre as causas raciais hereditárias do mal. A inscrição da sífilis se faz no espectro de uma degeneração de outro tipo, não atribuído à miscigenação ou diferenças raciais, ainda que a investigação e comprovação científica revelassem resultados funestos para o destino das populações, independente de cor e nacionalidade.

* * *

Alguns autores têm demonstrado as relações entre o pensamento psiquiátrico dos anos de 1920 e 1930 e o movimento eugênico de conotação racista – incluindo-se aí proposições de controle das relações matrimoniais[16] – considerando-se dentre seus representantes o próprio Juliano Moreira, um dos fundadores da Liga Brasileira de Higiene Mental. Criada em 1923, essa instituição e todos seus colaboradores teriam sido mesmo incansáveis em professar medidas eugênicas que, aplicadas nas diferentes esferas da vida social, resultariam no necessário aprimoramento racial e social do brasileiro.

Entretanto, o pensamento psiquiátrico de Juliano Moreira de fins do século XIX até fins dos anos de 1910, em muito parece se diferenciar daquele que deu sustentação ao movimento eugênico brasileiro a partir dos anos de 1920. Na discussão que travou com o discurso psiquiátrico hegemônico de fins do século XIX Moreira consideraria a degeneração tanto como doença mental da ordem dos indivíduos, relativa apenas às unidades orgânicas individuais, quanto um mal mais geral, ameaçador para toda a espécie humana – em ambos os casos, independente de raça, cor ou nacionalidade e, portanto, em nada impeditivas do desenvolvimento de um projeto civilizatório brasileiro.

Nos textos de Juliano também não há referências à relação entre degeneração e natureza feminina, apesar do pensamento psiquiátrico brasileiro de meados do século XIX discuti-la e difundi-la amplamente. O discurso de Juliano sobre a sexualidade feminina estabelecia uma diferenciação entre gêneros e conferia um estatuto específico às particularidades físico-morais naturais da mulher, mas por vias distintas da degeneração: tratava-se de um conjunto representacional centrado na "reprodução" e no "casamento", que refletia uma moralidade bem menos igualitária do que aquela que, contrária às determinações racistas, permeava o projeto para a civilização brasileira cunhado pelo psiquiatra baiano.

A novidade do pensamento de Juliano Moreira sobre essa temática, portanto, não estava situada na adoção de uma visada igualitária entre os gêneros, mas no modo como a sexualidade feminina era qualificada. Ao invés de caracterizá-la como naturalmente passível de degeneração (física e moral), Juliano apoiava-se nas teorias médicas da primeira metade do século XIX, em que a imagem do útero era o argumento central.

Ao analisarmos em conjunto as relações entre doença mental, raça e sexualidade no pensamento de Juliano Moreira, encontramos um dos modos exemplares por intermédio do qual aqui se produziu, concomitante e paradoxalmente, formas específicas de construção social da igualdade e da diferença. Trata-se assim de uma visada teórica "científica" que se valia, num primeiro nível, da proposição universalista de inclusão social da sociedade brasileira no

conjunto das nações civilizadas, descartando a qualificação diferencial pela raça e pela cor; ao mesmo tempo em que, num segundo nível, demarcava a especificidade do feminino e, portanto, a alocação da diferença no campo da sexualidade como modo fundamental para se pensar e produzir a organização da sociedade brasileira.

---

[1] Trabalho a ser apresentado no simpósio temático Saberes e Práticas nas Ciências da Saúde do XXIII Seminário Nacional de História, de 17 a 22 de julho de 2005.

[2]. Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/MN/UFRJ. Bolsa de pesquisador visitante CNPq/Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz. Professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde/COC/Fiocruz.

[3]. Em 1903 Juliano Moreira assumiu a direção do Hospício Nacional de Alienados, lá permanecendo até 1930. Incentivou da primeira lei federal de assistência aos alienados, promulgada em 1903, tornando-se diretor da Assistência Nacional à Alienados em 1911. Em 1905 fundou o *Archivos Brasileiros de Medicina*, juntamente com Antonio Austregésilo e Ernani Lopes e a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Saberes Afins em conjunto com Afrânio Peixoto. No contexto internacional participou de diversos congressos médicos como o de Lisboa (1906), Amsterdã e Milão (1907), Londres e Bruxelas (1913).

[4]. MOREIRA, J. & PEIXOTO, A. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, anno II, n.1, 1906, p. 238.

[5] Cf. ODA, A. M. G. R. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry On-line Brazil*, v. 6, n. 12, dez. 2001, p.3. Disponível em: http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm.

[6] . Cf. CARRARA, S. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. III, n. 3, nov. 1996/fev.1997.

[7] MOREIRA, J. Culpabilidade dos syphiliticos que se casam. *Revista Médico Legal*, Rio de Janeiro, Anno 1, n. 1, 1895; e MOREIRA, J. Syphilographia: a syphilis como factor de degeneração. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, Anno XXXI, n. 3, 1899.

[8]. Cf. NUNES, S. A. A medicina social e a questão feminina. *Physis*, Rio de Janeiro, v.I, n,1, 1991p. 63-64.

[9]. MOREIRA, J. Op. cit., 1895, p. 37.

[10]. As teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1833 a 1940) exemplificam a ênfase do discurso médico sobre temas referentes à sexualidade e à reprodução, já que, na grande maioria desses trabalhos, é a vida feminina que aparece problematizada pela medicina, construindo-se, por essas vias temáticas, uma ciência da mulher. Cf. ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. RJ, Ed. Fiocruz, 2001.

[11]. Desde a tradição médico-hipocrática a histeria já era considerada como "manifestações independentes de um útero que agiria como um animal oculto no interior do organismo", cf. ENGEL, M. Psiquiatria e Feminilidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. SP, Contexto/Ed. Unesp, 2001, p. 343.

[12]. ENGEL, M. Op. cit., 2001, p.344 e p. 346.

[13]. O trabalho de renomados psiquiatras da época como *Esboço da Psiquiatria Forense*, publicado em 1904 por Franco da Rocha, e as aulas professadas por Henrique Roxo durante o ano letivo de 1905 sobre "Moléstias mentais e nervosas" são exemplos desse tipo de visão.

[14] . MOREIRA, J. Op cit., 1899, 112

[15] MOREIRA, J. Op, cit., 1899, p. 119.

[16]. Cf. COSTA, J. F. *História da psiquiatria no Brasil.* 4ª ed., RJ, Xenon, 1989, p. 84; POTOCARRERO, V. M. *Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria.* RJ, Ed. Fiocruz, 2002. p 53; CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set-dez. 2003.

GUERRA E PAZ NO PERIODO SEVERIANO: A QUESTAO DOS PARTOS

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves – UFG

O mundo romano sob a égide dos Príncipes vivenciou inúmeras guerras civis e externas, nas quais os aspectos militares e estratégicos se mesclavam com características econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais. O ato de empreender uma batalha se iniciava muito antes do confronto em si. Eram necessários, por vezes, meses de preparação, com a organização dos suprimentos e de armas, a convocação dos soldados, a preparação das tropas, a definição dos generais (legados imperiais) e de suas táticas, a construção de armamentos e algumas vezes, quando se fazia estrategicamente necessário, de barcos. Mesmo quando Roma buscava mais se defender de perdas sucessivas de territórios do que ampliar o *limes,* os empreendimentos bélicos suscitavam preparativos e expectativas.

Na passagem do II para o III século d.C., período de governo de Septimio Severo (193 a 211 d.C.) e de seus filhos Geta (211 a 212 d.C.) e Caracala (211 a 217 d.C.), o *agon* dos gregos, o espírito competitivo, não desapareceu entre os romanos. Mesmo tendo enfrentado uma guerra civil que se estendeu de 193 a 197 d.C., Septimio empreendeu lutas externas. Caracala, após se desvencilhar do irmão, também se lançou a operações de guerra. Nos dois governos, um mesmo inimigo antigo foi atacado: os Partos.

No final do período republicano, quando os romanos buscavam o domínio sobre terras orientais, uma batalha perdida marcou o imaginário romano para sempre: a Batalha de *Carrhae* (Carras). Combatida e desastrosamente perdida em 53 a.C. por Marco Crasso (membro do Primeiro Triunvirato, junto com Cneu Pompeu e Julio César), a batalha colocou em lados opostos os romanos e os partos, sob as ordens do general parto Surenas e do rei Orodes dos Arsacidas. Esta batalha nos e relatada por Plutarco, na Vida de Crasso, integrante de suas *Vidas Paralelas.*

Segundo Plutarco, a expedição de Crasso contra os Partos foi uma grande tragédia, marcada pelo principal defeito deste romano: sua cupidez, sua avidez por riquezas. Após controlar a insurreição dos gladiadores de Cápua, cujo líder foi Espartaco (74 d.C.), Crasso recebeu do Senado o controle sobre a Síria e passou a sonhar com os caminhos traçados por Alexandre Magno, todos os tributos, riquezas e pilhagens que podiam ser conquistados se o território sob domínio dos romanos fosse expandido ate a India. Para se chegar ate lá era necessário passar pelo território dos Partos, povo que nem sempre aceitava a interferência romana em seus assuntos internos.

As batalhas a serem travadas contra os partos aparecem como decisões individuais de Crasso, baseadas em sua busca de riqueza. A guerra parecia desde o inicio fadada a desgraça, pois vários prodígios indicavam que a mesma não contava com o apoio das divindades. O mar estava bravio e varias naus se perderam. Chegando a Brundisio, cruzou o rio Eufrates e passou a organizar a tomada de Zenodotia, na Mesopotâmia, cidade por ele pilhada, cujos habitantes foram vendidos como escravos, pois ao contrario de outras cidades, seus cidadãos se recusaram a se render voluntariamente aos romanos. Deste modo, Crasso aumentava seu patrimônio, o de seus soldados e a riqueza de Roma, alem de politicamente se mostrar um feliz general e travar alianças no Oriente, por onde passavam importantes rotas comerciais. Ao invés de ocupar as estratégicas cidades de Babilônia e Seleucia, eternamente hostis aos partos, que como os romanos buscavam aliados no Oriente, ele preferiu ocupar novas cidades na Síria, por motivos mais econômicos que militares.

Os partos tentaram lhe enviar embaixadores, propondo um acordo, mas Crasso preferiu continuar se preparando para a invasão da Partia, contando com sete legiões e um corpo auxiliar formado por cavaleiros que haviam lutado sob ordens de seu filho nas batalhas de César na Gália. Um chefe tribal árabe, de nome Abgar, convenceu Crasso a se afastar das margens do rio e a enveredar por uma ampla planície, na qual as tropas romanas foram atacadas pelos arqueiros e pelos cavaleiros partos. Os

romanos ficaram atônitos ao terem que lutar em areais profundos, planuras sem vegetação e sem água.

Acostumados a lutarem contra gauleses quase nus, as armas romanas não conseguiam perfurar as couraças partas, que protegiam homens e cavalos. Ao contrario, as flechas partas partiam todas as armaduras romanas. O movimento dos cavaleiros partos, em volta das tropas romanas dispostas num grande retângulo, levantava massas de areia que impediam os romanos de ver e gritar. Publio Crasso foi morto, sua cabeça foi cortada e exibida na ponta de uma lança. Crasso e seus homens entraram em pânico e resolveram fugir. Foram, então, atacados pelas costas, por um artifício chamado a partir deste momento de "flechas partas". Os poucos soldados que sobraram resolveram fugir a noite do acampamento, deixando para trás os feridos. Crasso partiu na escuridão, pois sendo acima de tudo arqueiros, os partos precisavam da luz do sol para combater. Foi acolhido junto com os sobreviventes na cidade de Carras, de onde também fugiu a noite, tendo a frente Andromaco, que a pedido dos partos jogou os romanos na região dos pântanos profundos.

Crasso acabou se rendendo aos partos. Surenas declarou que a partir daquele momento havia trégua e paz entre o rei Orodes, que havia aproveitado o confronto com os romanos para atacar a Armênia, e os romanos, mas que seria necessário avançar ate o rio para por o acordo por escrito, uma vez que vos, romanos, não tendes boa memória no que diz respeito a tratados. Quando Crasso montou o cavalo para acompanhar Surenas, um parto chamado Exatres o matou, cortando-lhe a cabeça e a mão direita, enviadas ao rei Orodes. Segundo Plutarco, foi uma das piores derrotas dos romanos, com vinte mil mortos e dez mil prisioneiros, num momento em que estes se cobriam de vitórias.

Desta forma, não deve ser de estranhar que empreender guerras aos partos se revestia de um sabor especial para os romanos. Alem de ser uma terra rica, de cidades antigas e pela qual passavam grandes rotas comerciais, a Partia havia sido conquistada pelo macedônio Alexandre, em seu caminho para a Índia, o modelo

preferencial dos Imperadores romanos do Alto Império, e havia uma boa justificativa para empreender este combate, pois sempre se poderia vingar a derrota sofrida no passado. A Partia era símbolo de uma Ásia remota e nunca completamente dominada nem mesmo por Alexandre. Acrescente-se que os romanos no Alto Império, com a diminuição das conquistas territoriais, buscaram fortalecer o *limes* com barreiras naturais como cadeias de montanhas e rios. Portanto, dominar as regiões próximas aos rios Tigre e Eufrates se convertia numa empresa de defesa mais do que de ataque.

Portanto, não e de se estranhar que os Severos travassem batalhas contra os partos. Septimio se dizia o continuador dos Antoninos, que também haviam enfrentado os partos. Severo mudou o nome de seu filho mais velho, Bassiano, para Marco Aurélio Antonino (196 d.C.) e proclamou-se filho de Marco Aurélio e irmão de Cômodo (197 d.C.), realizando uma adoção ao contrario. Caracala recebeu o titulo de *imperator destinatus* em troca do apoio que deu ao pai nas batalhas travadas no Oriente (197 d.C.).

A guerra de Trajano contra os partos, travada entre 114 e 117 d.C., pode ser interpretada como uma tentativa de criar uma fronteira mais forte pela presença de barreiras naturais (rios Tigre e Eufrates). Mas, alem disso, a região próxima a Partia era repleta de “estados-clientes” de Roma, isto e, regiões ou cidades que se mantinham relativamente autônomas se respeitassem os acordos feitos com os romanos, que tinham que apoiar seus soberanos. Qualquer troca de chefes sem o acordo de Roma era encarada como declaração de guerra aos romanos.

Em 113 d.C., Chrosroe, rei dos partos desde 110 d.C., havia promovido uma troca de reis na Armênia, “estado-cliente” de Roma. Axidares, que contava com o apoio dos romanos, foi substituído no poder armênio por Parthamasiris, da família dos Arsacidas, reinante na Partia. Em 114 d.C., legiões romanas, tendo Trajano a frente, invadem a Armênia e a Mesopotâmia. Parthamasiris depositou seu diadema real nos pés de Trajano e pediu o aceite de Roma ao seu poder na Armênia. Todavia, Trajano

percebeu que tal ato fortalecia por demais o poder dos partos sobre o Oriente e as legiões romanas acabaram por invadir e ocupar Ctesifonte, capital parta, promovendo a fuga do monarca e se apossando do trono de ouro do rei dos partos. Atacaram também a região de Adiabene e criou-se a província Assíria, com a intenção de tributar as cidades da região recém-conquistada e controlar as rotas comerciais que vinham da India. Antes de partir, Trajano coroou Parthamaspates rei dos partos e passa a considerar a Partia como "estado-cliente" romano. Ao retornar desta empreitada, Trajano morreu na Cilicia. As novas terras conquistadas se rebelaram, e seu sucessor, Adriano, preferiu abandonar as novas províncias, não sem antes refazer seus tratados com a Armênia e a região de Osroene, que considerava mais ricas e interessantes para os romanos.

Dion Cássio afirma que as batalhas de Trajano contra os partos foram uma empresa motivada simplesmente pelo seu desejo de gloria. Contudo, parece-nos que Trajano queria, ao atacar os partos, garantir a predominância de Roma sobre os "estados-clientes" orientais, cuja ascendência disputava com os partos, proteger a conquista da Dacia com uma fronteira natural fluvial e se aproximar dos grandes feitos alexandrinos, mesmo tendo mais de sessenta anos de idade. Defende-se que a opinião romana, feliz com a conquista da Dacia, teria feito pressão sobre o Imperador para aproveitar a empreitada e eliminar o perigo partico, povo visto como detentor de costumes exóticos e mentes traiçoeiras.

Os partos atacaram "estados-clientes" romanos em 161-162 d.C., já no governo de Marco Aurelio e Lucio Vero. O rei Vologeso III invadiu a Armênia e a Síria, procurando expandir os domínios territoriais partos. Foi o próprio Lucio Vero quem foi a frente das legiões romanas. Mais uma vez, Ctesifonte foi invadida, pilhada e destruída, mas a região permaneceu fora do *limes,* pois os partos aceitaram assinar um acordo no qual devolviam as regiões conquistadas previamente e entregavam aos romanos a cidade de Doura-Europos (166 d.C.). A cidade de Carras foi reduzida a condição de colônia. Alem disso, uma peste dizimou boa parte das legiões que

estavam no Oriente e os Quados e Marcomanos atacaram a região do Reno-Danubio. A ameaça parta permaneceu esporádica.

Após o assassinato de Pertinax por membros dos Pretorianos, quatro homens receberam o titulo imperial: Didio Juliano, Septimio Severo, Pescenio Nigro e Clodio Albino. Severo somente conquistou o poder soberano após varias guerras civis. Entre as batalhas travadas contra as forças de apoio de Nigro e os combates contra os defensores de Albino, Septimio atacou os partos. Tornava-se necessário demonstrar aos romanos que Severo era capaz de vencer não apenas inimigos internos, mas também expandir o território romano. Só se ganhava fama e gloria com ataques a povos estrangeiros.

Quando começou o ataque a Nigro, Severo enviou cartas pedindo o apoio dos reis da Armênia, de Hatra e da Partia. O rei armênio acusou neutralidade; o rei de Hatra enviou um grupo de arqueiros; o rei dos partos pediu tempo para reunir um exercito, tentando se esquivar da luta. Severo considerou isso uma traição.

Com a justificativa de perseguir os amigos de Nigro, que haviam fugido junto com ele em direção ao território parto (194 d.C.), Severo, sem atacar diretamente os Partos, quis restabelecer a autoridade junto aos sírios, árabes e mesopotamicos, que tinham aproveitado a desorganização imperial causada pelas guerras civis para se revoltarem. Severo quis empreender uma expedição punitiva contra soberanos e cidades orientais que haviam apoiado, direta ou indiretamente, Nigro: partos, armênios, adiabenos, osroenos, árabes.

Apesar de chamar a expedição de Partica, Septimio e suas legiões atacaram as regiões de Osroene e de Adiabene, limítrofes com a Partia, seguindo os passos de Trajano, anexando-as. A invasão foi feita no período menos propicio, e pelo fato dos rios estarem vazios, vários barcos tiveram que ser carregados pelos soldados pelas margens dos rios. Mas para Dion Cássio, Severo estava protegido pelas divindades, pois, assim que ele ingressou no seco território oriental, um grande temporal atingiu suas legiões, que puderam fazer um suprimento de água.

Segundo Herodiano, com os soldados de Nigro, os partos e seus vizinhos aprenderam melhores técnicas de combate corpo a corpo, a se cobrirem com armamento completo e a fazer armas com tecnologia romana, o que os tornava muito mais perigosos em termos militares. Severo teve que retornar a Roma rapidamente quando, em 196 d.C., Clodio Albino se fez proclamar Imperador na Bretanha, descontente de ter sido afastado da sucessão imperial pelo titulo de *Imperator Destinatus* concedido a Caracala após as batalhas no Oriente.

Com a eliminação de Albino em 197 d.C. e a reorganização das fronteiras no Ocidente, Septimio estava livre para consolidar a fronteira oriental, da qual tinha saído apressadamente. O próprio Príncipe capitaneou a invasão da Partia. O rei parta Vologeso IV fugiu ao ser informado da entrada das legiões severianas em seu território, permitindo que Severo e seus soldados pilhassem Ctesifonte mais uma vez, em 197 d.C. Por isso e pelo fato de boas correntes marítimas terem conduzido os barcos de Severo ate Ctesifonte, Herodiano afirma que foi mais por sorte do que por estratégia que foi celebrada a vitória contra os partos.

Destarte, como ressalta Dion Cássio, Severo não acreditou ser oportuna a conservação da conquista, visto que a expedição havia sido mais punitiva que de conquista e havia perdido um contingente muito grande de homens para ter que deixar muitas tropas tomando conta dos territórios recém-conquistados.

A partir de 214 d.C., Caracala, como seu pai e antecessor, empreendeu varias viagens ao Oriente, buscando se assemelhar a Alexandre Magno. Porem, quando chegou a Antioquia, o rei parto Vologeso V se apresentou a ele e lhe deu de presente a morte do rei da Armênia, Tiridate, que não andava respeitando as ordens romanas, e do filosofo cínico Antioco, que havia feito criticas publicas ao governo de Caracala. Com isso, o Imperador não tinha mais justificativas para atacar a Partia.

Em 216 d.C., o Príncipe deixou o Egito e retornou a Síria. Lá foi informado que Vologeso V havia sido destronado por seu irmão Artabano, contrario a manutenção de acordos com os romanos. Caracala, então, propôs casamento a uma princesa parta,

querendo imitar Alexandre, que havia desposado Roxane, uma estrangeira, e por considerar a Partia o único Império que havia rivalizado com Roma em toda a sua historia. Como o rei parto Artabano V se negou a ceder uma de suas filhas, Caracala viu neste ato uma justificativa para invadir seu território e pilha-lo.

Herodiano identifica motivos políticos e econômicos para a invasão da Partia. Caracala atacou Arbela, capital da região de Adiabene, permitindo que seus soldados pilhassem as tumbas dos antigos reis, fato que possivelmente desagradou às divindades.

Quando saia de Edessa para Carras, pretendendo pedir a proteção da deusa Selene para a nova empreitada contra os partos, Caracala foi assassinado por ordem de Macrino, que preferiu um acordo com os partos (pagou duzentos milhões em moedas de prata e em presentes para que os partos desistissem de invadir a Mesopotâmia). O acordo foi considerado desastroso pelos romanos.

Os partos não invadiram mais territórios de “estados-clientes” dos romanos e acabaram sendo dominados pelos persas sassanidas em 224-226 d.C. Os partos nunca se expandiram alem da Síria e da Capadocia, mas sempre incomodaram os romanos, pois permaneceram sendo ate o III século d.C. a única potencia com uma certa importância no Oriente, capaz de incomodar os “estados-clientes” de Roma.

Portanto, as incursões dos Severos nas terras partas buscaram garantir a soberania romana no Oriente, alem de enriquecer o *aerarium* com as pilhagens, agradar os soldados, demonstrar a coragem e a capacidade estratégica dos Príncipes e fortalecer os laços de Roma com seus “estados-clientes”. Conseguiram também inscrever seus nomes entre aqueles que pretenderam fortificar as fronteiras e vingar os romanos de desastres bélicos do passado.

A REFORMA POMBALINA DOS ESTUDOS *SECUNDÁRIOS* E SEU IMPACTO NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR

ANA WALESKA P. C. MENDONÇA

PUC-RIO

O trabalho propõe-se a estudar, como o próprio título indica, o impacto da Reforma Pombalina no processo de profissionalização dos professores, particularmente os professores dos e*studos secundários*[1]. Vincula-se ao estágio de pós-doutoramento recentemente realizado em Portugal, em colaboração com o Professor Rogério Fernandes, da Universidade de Lisboa.

A Reforma Pombalina dos *Estudos Menores* (que se desdobra, de fato, em duas grandes reformas, a de 1759 e a de 1772) é, sem dúvida, um momento decisivo na história da profissão docente no mundo luso-brasileiro. A ação reformadora de Pombal no campo da instrução pública contribui para a emergência de um sistema de ensino estatal e cria, simultaneamente, as condições necessárias para a profissionalização da atividade docente. Os professores régios de gramática latina, grego, retórica e filosofia e os mestres de ler, escrever e contar constituem os dois primeiros grupos de professores selecionados, nomeados, pagos e controlados pelo Estado. Na perspectiva de Nóvoa (1987), dá-se com a Reforma Pombalina, um processo de *funcionarização* da profissão docente, que vai fazer com que o que constitua esses professores em corpo profissional não seja uma concepção corporativa do ofício, como no caso das chamadas profissões liberais, mas o controle do Estado. Este vai se exercer também sobre os mestres particulares, que passam a necessitar de licença para o exercício do seu magistério.

O trabalho se situa no âmbito de uma abordagem sócio-histórica da profissão docente, tal como proposta por Nóvoa (1987 e 1991). Duas questões, particularmente, nortearam a pesquisa desenvolvida; a primeira delas: a fragmentação dos estudos. De fato, o modelo de organização adotado para os *estudos secundários*, em oposição ao dos colégios jesuítas, foi o das aulas particulares avulsas de matérias que, ao menos em um

primeiro momento, não guardavam entre sí nenhum tipo de articulação[2]. Procurou-se avaliar o significado e o impacto desta fragmentação sobre o professor, no contexto da Reforma em curso.

A segunda questão que norteou a pesquisa foi a questão da formação docente. Como afirma Nóvoa (1987), nenhum dos textos legais publicados em Portugal na segunda metade do século XVIII, se remete a esta questão. Para este autor, aliás, este seria o ponto mais frágil da Reforma Pombalina. Tal fato me parece particularmente interessante, pois a desconsideração do Estado com a responsabilidade pela formação do professor contrasta com a importância a ela atribuída pelas congregações religiosas que atuavam nos colégios, particularmente a Companhia de Jesus, e que percebiam a sua função estratégica.

1. A Reforma Pombalina dos Estudos Menores

Afora algumas iniciativas de caráter mais pontual, embora não menos importantes, como a criação, em 1759, de uma Aula do Comércio, em Lisboa, para a educação dos filhos da burguesia comercial emergente, de uma Aula Náutica, no Porto, em 1762, voltada para a formação de marinheiros mercantes, e do Colégio Real dos Nobres, em 1766 (data da abertura solene do Colégio, embora seus Estatutos tenham sido publicados em 1761), para a educação da nobreza, a reforma dos *estudos menores* em Portugal se desenvolveu em dois momentos distintos que se iniciam respectivamente com a promulgação do Alvará Régio de 28 de junho de 1759 (que cria as aulas régias de gramática latina, retórica, língua hebraica e grego) e da Lei de 6 de novembro de 1772 (que cria as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além das cadeiras de filosofia).

A Reforma de 1759 se constituiu em uma conseqüência direta da expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses e visava à substituição do sistema escolar jesuítico, de proporções bastante significativas para a época, por um sistema de aulas e de professores régios, controlados pelo Estado. Não se instituía propriamente um sistema escolar[3] alternativo, no sentido que hoje atribuímos ao termo, mas fundamentalmente, um quadro de professores avalizados pelo Estado, já que cada professor, selecionado e pago pelo

Estado, deveria prover a sua própria classe (*aula* ou *escola*), sendo em alguns casos subsidiado para isso, através de uma verba adicional.

Nóvoa (opus cit) assinala que a substituição dos jesuítas pelo novo quadro de professores levantou grandes dificuldades, pela maneira repentina com que se produziu, e que a Reforma de 1759 teve um caráter essencialmente pragmático. Com relação aos professores régios, tomaram-se uma série de medidas relativas ao número de professores de cada disciplina, aos conteúdos do ensino, aos livros a serem adotados, além de outras indicações pedagógicas. Nóvoa destaca, particularmente três dentre essas medidas: os professores têm direito a um salário pago pelo Estado e seu recrutamento passa a ser feito através de um exame rigoroso, perante os comissários indicados pelo Diretor dos Estudos[4]; proíbe-se a qualquer pessoa de ensinar, tanto no âmbito privado, como no público, sem o aval do Diretor dos Estudos, implicando, entre outras coisas na respectiva aprovação em um exame público; atribuem-se privilégios de nobreza aos professores régios. Para este autor, tais pontos *testemunham a vontade estatal de exercer um controle efetivo sobre o ensino, bem como a intenção de conferir uma certa dignidade ao exercício da atividade docente* (p. 143).

Apenas um mês após a aprovação da Reforma, o Diretor dos Estudos, nomeado uma semana depois da publicação do Alvará, lança um edital público, convocando para um concurso nacional todos os candidatos a um posto de professor régio e proibindo o exercício da atividade docente a todos aqueles que não estivessem munidos de uma autorização formal. O concurso nacional compreendia uma apreciação das qualidades morais do candidato, mas, principalmente, a aprovação em um exame público. Além disso, o fato de já ter exercido o *magistério público*[5] constituía mais um elemento a favor do candidato.

Nóvoa chama atenção para a pequena dimensão da rede escolar estabelecida, nesse primeiro momento de implantação da reforma, o que ocasionou um número bastante significativo de autorizações concedidas a professores privados. Para ele, aliás, essa autorização se configurou em uma das peças centrais da estratégia reformista. Cumpre

destacar a esse respeito, que essa autorização era também concedida após exame público e a análise das qualidades morais do candidato, bem como de uma avaliação dos resultados pedagógicos obtidos na sua eventual experiência docente anterior.

A Reforma de 1772 viria a completar[6] o processo iniciado em 1759, reformulando algumas das medidas tomadas e estendendo a reforma também ao ensino do *ler, escrever e contar*, além de garantir, com a criação do *subsídio literário*, a existência de uma fonte regular de recursos para a manutenção do sistema, o que permitiu a sua ampliação e consolidação.

A pesquisa desenvolvida estendeu-se até 1794, incluindo todo o período ao longo do qual a direção dos estudos menores ficou sob a responsabilidade, primeiramente da Real Mesa Censória (criada em 1768 e que, a partir de 1771, foi incumbida por Alvará régio, da direção dos estudos menores e de todos os demais *collegios e magisterios (...) para o estudo das primeiras idades*[7]) e, a partir de 1787, da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, que substituiu a primeira. Nesse texto, entretanto, vou me ater ao primeiro período da Reforma Pombalina (1759-1771), utilizando-me, basicamente, da documentação recolhida por Banha de Andrade no 2° volume da sua obra monumental *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771) (contribuição para a história da pedagogia em Portugal)*. De uma forma geral, como se verá a seguir, a leitura feita desta documentação confirmou a pertinência das questões que havia elegido como eixos da pesquisa.

2. A Reforma de 1759 e o Professor

Como já se afirmou anteriormente, com a Reforma Pombalina, o modelo de organização dos colégios, cujo parâmetro era, sem dúvida, o colégio jesuíta, foi substituído pelo modelo das aulas avulsas, gerando o que estou chamando de fragmentação dos estudos. No caso específico dos *estudos secundários*, as matérias que se organizavam, nos colégios jesuítas, em uma espécie de currículo, vão agora se dispersar em diferentes classes isoladas (as *aulas régias*)[8].

Desta perspectiva, pode-se afirmar, a meu ver, que a reação que se esboçava, em diferentes contextos nacionais, contra o modelo de organização dos colégios, é levada, no caso da Reforma Pombalina, à sua maior radicalidade.

Para além dessa questão, o que gostaria de assinalar é que, não só o modelo de organização adotado pela Reforma Pombalina foi o das aulas avulsas em oposição ao modelo dos colégios, como também que foi entre os professores particulares que ministravam aulas *públicas*, no sentido que se está atribuindo ao termo, que se recrutaram, ao menos num primeiro momento, os professores régios. Desse fato dão conta não só a vasta documentação recolhida por Banha de Andrade, como também as biografias traçadas por ele de alguns dos primeiros professores régios. Aliás, a documentação referente a esse primeiro momento de implantação da reforma, aponta para a existência de um número impressionante de mestres que se ocupavam de um ensino *público não oficial* em todo o Reino. Para este autor, foram os mestres particulares que *salvaram* a reforma, fundamentando esta sua afirmação no fato de que, se, entre 1759 e 1772, proveram-se apenas 23 professores régios de gramática latina, para todos os domínios do Reino (13 em Lisboa, 2 em Coimbra, 2 no Porto, 2 em Évora , 1 em Luanda e 3 no Brasil), o número de licenças de gramática latina concedidas a mestres particulares foi infinitamente superior (Banha de Andrade relaciona 744 mestres de gramática latina licenciados, nesse período, apenas em Portugal).

A meu ver, pode-se afirmar que foram os mestres particulares licenciados os verdadeiros agentes da reforma, ao menos nesse primeiro momento da sua implantação. Dessa perspectiva, é possível dizer que uma tripla estratégia foi adotada nesse primeiro momento de implantação da Reforma Pombalina: a constituição de um corpo de elite, pago pelo Estado – os professores régios, recrutados entre os mestres mais capazes (e, também, ao menos de início, entre os mais experientes); a criação do Colégio Real dos Nobres, como uma estratégia diferenciada para esse grupo social específico; e aquela que acabou se configurando como a principal estratégia: o processo de *oficialização* dos mestres particulares, por essa via a que estou me referindo.

De um outro ponto de vista, ainda, essa posição se fortalece. A leitura da documentação referente a esse primeiro momento da Reforma, aponta para uma distinção ainda muito tênue entre os professores régios e os mestres licenciados (fonte frequente de tensão entre eles e, também, na sua relação com a população atendida), em função de um estatuto bastante ambíguo dos segundos.

Na maior parte dos casos, os exames organizados para a seleção dos professores régios e o credenciamento dos mestres particulares eram os mesmos, indicando nos seus relatórios os Comissários[9] delegados do Diretor Geral aqueles que mereceriam a nomeação para professores régios. Isso era particularmente verdadeiro no caso do Ultramar, e, especificamente, do Brasil, gerando uma enorme frustração pela não efetivação, na maioria dos casos, dessas nomeações. Essa reivindicação era insistentemente cobrada pelos Comissários, na sua correspondência com o Diretor Geral, e, na verdade, o próprio Diretor Geral alimentava essa expectativa.

De uma forma geral, especialmente para os mestres de gramática latina, a exigência da licença através de exame era cobrada de maneira bastante forte, com a suspensão dos que ensinavam sem ela, acompanhada de proibição de lecionar para sempre, e aplicação de penas aos professores e alunos (inclusive penas de prisão).

O controle do Estado sobre os mestres particulares, através dos Comissários e do Diretor Geral, era igualmente estreito, aplicando-se tanto ao comportamento do mestre, quanto principalmente ao cumprimento das *Instrucçoens*[10], tanto do ponto de vista da utilização dos livros indicados (que os mestres eram obrigados a adquirir), quanto da adoção do *novo método* proposto.

Quanto à questão da formação do professor, se de fato o Estado, nesse momento, não se atribui essa responsabilidade, há algumas instâncias que são percebidas com um caráter formativo e/ou que assumem essa dimensão.

Em primeiro lugar, a própria prática docente aparece como uma instância formativa. Daí a importância que se atribui, na seleção dos professores régios, à experiência docente, tanto do ponto de vista da sua duração, quanto dos resultados *comprovados*. Essa

experiência é um elemento sistematicamente valorizado nos relatórios dos Comissários sobre os resultados dos exames seletivos e, contrariamente, a sua ausência precisa ser contrabalançada por resultados excepcionais nos exames.

Os próprios exames assumem também um caráter formativo, o que se aplica, particularmente, no caso das licenças temporárias[11]. Nesses casos, a justificativa para a não concessão da licença permanente incorpora, frequentemente, uma descrição bastante detalhada das deficiências evidenciadas, alertando-se o candidato para a necessidade de superá-las antes dos novos exames que se fazem necessários para o prolongamento (ou suspensão) da licença, ou a sua concessão a título definitivo.

Finalmente, cumpre destacar o papel atribuído ao compêndio, ao texto escrito, que é considerado, em si mesmo, formativo. A esse respeito, dois pontos devem ser levados em consideração: há compêndios para os estudantes (resumidos e selecionados) e há compêndios permitidos apenas aos professores; por outro lado, são editados programas, discursos e até exames realizados pelos professores régios. Estes, de uma forma geral, têm uma produção bibliográfica bastante significativa, muitas vezes bancada pelo próprio Estado.

Estas são algumas observações de caráter ainda preliminar. Pretendo, igualmente, debruçar-me sobre a documentação coletada, referente ao segundo momento da Reforma, de maneira a perceber se tais tendências se confirmam ou não. Uma primeira leitura dessa documentação aponta para algumas mudanças significativas no estatuto e na proveniência dos professores régios, apesar da significativa ampliação do quadro, viabilizada pela criação do *subsídio literário*.

NOTAS

[1] Estou me utilizando do termo com o sentido que lhe é atribuído por Banha de Andrade (1981 e 1984), compreendendo, portanto, os professores de gramática latina, grego, retórica e filosofia, e excluindo-se os mestres de ler e escrever e contar. Importa, entretanto, destacar que, no contexto da Reforma Pombalina, aplicava-se a designação genérica de *estudos menores* tanto ao que se está chamando de *estudos secundários*, quanto ao que viria posteriormente a se constituir no ensino de primeiras letras.

[2] Importa destacar que a Reforma de 1772 viria a introduzir algumas orientações no que se refere à definição de um currículo escolar, ao estabelecer certas delimitações relativas, por exemplo, ao tempo de duração das classes de gramática (4 anos), bem como à seqüência à qual os estudos deveriam obedecer (*após* os 4 anos de gramática, os estudantes deveriam seguir os cursos de retórica e grego, e, para o ingresso na universidade, teriam que cursar, necessariamente um *ano filosófico*).

[3] A esse respeito, cumpre destacar a importância atribuída por Julia (2001) aos colégios jesuítas, enquanto expressão da escola moderna, seja por seu caráter de um espaço diferenciado, com um mobiliário e material específicos, seja pela organização dos cursos em classes separadas, marcando a progressão em níveis, seja pela existência de um corpo profissional especializado. As duas primeiras dimensões não são consideradas na Reforma Pombalina.

[4] A Reforma de 1759 criou o cargo de Diretor dos Estudos, ao qual competiam quatro funções essenciais: a coordenação dos estudos, a elaboração de um relatório anual sobre a situação das aulas régias, a inspeção dos professores, e a administração das aulas. Esse cargo foi ocupado todo o tempo por D. Tomás de Almeida, Principal da Igreja de Lisboa.

[5] O significado de *público*, nesse contexto, é de *aberto ao público*, em contraposição à educação doméstica.

[6] O termo completar carece de ser relativizado. A partir de 1772, há um redirecionamento da reforma, que irá implicar em algumas mudanças significativas, a meu ver, no próprio estatuto do professor régio.

[7] Apud Banha de Andrade, 1981, 2º v., p. 599.

[8] É significativo que a Carta de Lei de 1772, que estabelece algumas orientações no que se refere à definição de um currículo escolar, deixa,igualmente, claro que as diferentes cadeiras se distinguem do ponto de vista dos grupos a que se destinam. Assim, admite-se que, para a grande maioria, bastaria o aprendizado do *ler, escrever e contar*, para outros, a *precisa instrução da Língua Latina*, e apenas a poucos se destinariam as aulas de grego, retórica e filosofia (apenas àqueles que pretendessem seguir os estudos superiores). Esta hierarquização se refletia tanto no respectivo número de cadeiras oferecidas, quanto nos salários diferenciados dos mestres e professores.

[9] No desempenho das suas funções, o Diretor Geral estabeleceu desde logo uma rede, inicialmente de *informadores* e, posteriomente, de *comissários*, escolhidos no meio judicial e eclesiático, aos quais delegava uma série de atribuições, entre elas a responsabilidade pela organização dos exames públicos para a seleção dos professores régios e o credenciamento dos mestres particulares.

[10] As *Instrucções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica ,ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*, de 28/06/1759, constituem, com o Alvará régio que lhe deu força de decreto, os diplomas fundamentais da primeira fase da Reforma Pombalina. Definem os princípios, os métodos, e, inclusive, estabelecem os compêndios a serem utilizados por alunos e professores, nas diferentes cadeiras estabelecidas.

[11] A licença para ensinar podia ser concedida *sem limites*, ou então (o mais frequente), temporariamente, por um período que variava de seis meses a três anos.

Frei José Pereira de Santana e a catequese dos negros no Brasil colonial

Anderson José M. de Oliveira* - UERJ/FEUC

Em 31 de janeiro de 1759 morria na Vila de Salvaterra de Magos - Planície do rio Tejo - o carmelita Frei José Pereira de Santana que, em 1750, fora designado por D. José para exercer as funções de confessor e mestre da Princesa da Beira – a futura rainha, D. Maria I - e suas irmãs. Frei José também acumulava, desde 1755, a função de Provincial do Carmo de Lisboa e, desde 1736, tinha prestado juramento como Qualificador do Tribunal do Santo Ofício. Doutor em Teologia Moral por Coimbra, escreveu a **Crônica dos Carmelitas da antiga e regular observância nestes Reinos de Portugal, Algarves e seus Domínios** publicada, em 1745, que valeu ao religioso a deferência de ser indicado por seus confrades como cronista perpétuo da ordem, em 1748[1]. Esta breve introdução permite observar que, ao final da vida, Frei José havia galgado posições hierarquicamente importantes, não só no interior da sua Ordem, como também junto a instâncias significativas de poder na estrutura do Império Português. Por trás desta projeção estava uma trajetória que, na prática, recriava e reforçava a estrutura profundamente desigual e hierárquica de uma sociedade de Antigo Regime.

Frei José Pereira de Santana nasceu em 1694, no Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, onde foi batizado. Era filho de Simão Pereira de Sá e Ana Bocan, ele natural de Lisboa e ela do Rio de Janeiro, da mesma freguesia onde nasceu o filho. O casal tinha mais um filho, homônimo do pai, Simão Pereira de Sá. O pai de Frei José era ourives com “tenda aberta” na Freguesia da Candelária onde a família residia. Os avós paternos eram os lisboetas João de Sá, capitão de navio, e Antonia Pereira. Os avós maternos eram o cirurgião boticário José Bocan, natural de Antibes – França - e Violante do Céu, também natural da Freguesia da Candelária, no Rio. Ainda pelo lado materno, o bisavô, natural da Ilha de São Miguel, era oficial de alfaiate. O tio residente em Lisboa, Luiz Nogueira de Abreu, casado com a irmã da mãe de Frei José, era tido como um “homem de negócios”[2].

Notadamente, as origens familiares de Frei José estavam diretamente relacionadas aos ofícios mecânicos e à mercancia, atividades estigmatizadas no contexto do Antigo Regime. Tais origens talvez, em parte, tenham levado a suspeitas sobre a pureza de sangue de Frei José, aventando-se a hipótese de sua avó materna ser cristã nova. Na inquirição de *genere* para o cargo de Qualificador do Santo Ofício apareceram alguns testemunhos que aventavam a possibilidade de Violante do Céu ser filha de Jorge de Leão, conhecido como Olho de Vidro, sabido cristão novo. Suspeitava-se que Guiomar Mourata, bisavó materna do frade, se desonestara com o tal Olho de Vidro quando o marido estivera em viagem à Angola. Na inquirição, porém, o Comissariado do Santo Ofício descartou as suspeitas e o parecer que faz teve como bases principais o fato de que o tio materno de Frei José, Manoel Bocan do Canto, fora ordenado sacerdote no Rio de Janeiro, passando pela inquirição de *genere* do ordinário local. Além disso, um dos primos do frade, Luiz Nogueira de Abreu – também homônimo do pai, residente em Lisboa, filho do referido "homem de negócios" e da irmã inteira da mãe de Frei José, era professo na Congregação de São Felipe de Néri e agraciado com a tão almejada Ordem de Cristo[3]. Tal conclusão do parecer reforça a argumentação de Evaldo Cabral no sentido de que um parente religioso, por vezes, poderia não só afastar desconfianças como tornar mais rápidas as dispensas das inquirições sobre a ascendência de candidatos aos cargos diversos e honrarias dadas pela Coroa[4].

Portanto, para Frei José Pereira de Santana o processo que o conduziu a um lugar de projeção na conformação hierárquica do Império português significou a superação dos estigmas relacionados à sua ascendência. E, no caso específico, as letras e a carreira eclesiástica foram os mecanismos privilegiados. Frei José realizou os estudos gerais no Colégio dos Jesuítas no Rio, sendo posteriormente encaminhado para o Carmo do Rio, onde professou as ordens maiores entre 1716 e 1717, por volta dos 23 ou 24 anos de idade; o que estaria de acordo com as exigências das idades canônicas. Há a partir de então um interregno em minhas informações documentais, o que não permite saber ao certo os caminhos do frade até 1725, ano em que obteve o grau de doutor em Coimbra[5]. De qualquer forma, como afirma Luís Torgal, o doutorado era um coroamento dos graus universitários,

funcionando como uma espécie de investidura que abria acesso a carreiras fora e dentro da universidade. Nesta mesma linha de raciocínio, António Hespanha afirma que a carreira das letras vinha assumindo no Antigo Regime português um certo caráter de nobilitação, o que assegurava ao detentor do título de doutor uma série de privilégios ratificados nas Ordenações Filipinas[6].

A trajetória de Frei José reafirmava a opção que alguns filhos de comerciantes e artesãos fizeram, na Colônia, buscando *status*. As letras, a vida eclesiástica, as funções de Estado abriam esta perspectiva que era, muitas vezes, assumida como um negócio de família, fundamentando verdadeiras estratégias de mobilidade social[7]. No caso em questão, tal hipótese parece bastante plausível. Simão Pereira de Sá, irmão mais novo de Frei José, também foi aluno dos jesuítas, obtendo o grau de Mestre em Artes e se formando em Cânones na Universidade de Coimbra, em 1729. Em 1752, Simão ocupava, na Colônia, os cargos de Procurador da Coroa e Fazenda Real e o de Promotor do Juízo da Provedoria de Capelas e Resíduos do Rio de Janeiro. Os primos lisboetas do carmelita, filhos do dito "homem de negócios", também buscaram a carreira eclesiástica tendo sido um deles, já acima mencionado, religioso do oratório de agraciado com a Ordem de Cristo e o outro, assim como Frei José, professo na Ordem do Carmo[8].

A biografia de Frei José Pereira de Santana é emblemática no que concerne aos estigmas sociais e à força das hierarquias que marcavam o Antigo Regime no Reino e na Colônia. A busca pelo *status* não só legitimava como recriava as diferenças naquela sociedade. Todavia, é possível observar sob outro aspecto como a trajetória de Frei José estava imbricada com a manutenção daquela teia social. Tão significativo quanto os caminhos de sua formação na busca por *status* foi a estruturação do seu discurso no tocante a naturalidade das diferenças que reforçavam as hierarquias do Antigo Regime. Neste aspecto, a análise da visão construída pelo frade no tocante à escravidão torna-se uma questão relevante.

O projeto de conversão dos africanos e seus descendentes colocou Frei José diante da problemática da escravidão e do papel desta instituição na definição das hierarquias do

Antigo Regime. Como uma voz qualificada na Ordem do Carmo, o frade deu contornos a este projeto publicando, entre 1735 e 1738, a obra **Os Dois Atlantes de Etiópia Santo Elesbão, Imperador XLVII da Abissínia, Advogado contra os perigos do mar, Santa Efigênia, Princesa da Núbia, Advogada dos incêndios dos Edifícios, Ambos Carmelitas**. De caráter hagiográfico, a obra visava a divulgação da vida do que julgava ser dois exemplos de virtudes cristãs nascidos em terras africanas. As hagiografias no Ocidente cristão eram reveladoras das expectativas de suas respectivas épocas, dotando estes textos de um sentido profundamente ideológico. Deste modo, tais narrativas expressavam escolhas e visões de mundo fudamentalmente históricas, veiculadas por seus formuladores[9].

Segundo a narrativa de Frei José, Santo Elesbão era natural da Etiópia; foi 47° imperador do seu país – no século VI d.C. -, e era descendente direto do Rei Salomão e da Rainha de Sabá. Foi creditada a Elesbão a extensão do reino cristão da Etiópia até o lado oposto do Mar Vermelho, impondo-se aos árabes e aos judeus do Iêmen. Entre estes judeus convertidos teria nascido uma rebelião comandada por um certo Dunaan, o qual fora vencido por Elesbão numa expedição punitiva visando restabelecer a ordem. Ao final da vida, o imperador etíope teria renunciado ao trono, doando sua coroa à Igreja e tornando-se um anacoreta. Santa Efigênia, assim como Elesbão, pertencia à nobreza. Princesa da Núbia, filha do rei Egyppo, teria se convertido ao cristianismo sendo batizada pelo apóstolo Mateus. Sempre indiferente aos prazeres mundanos e aos requintes da corte tornou-se religiosa, fundando um convento. Após a sua conversão e a morte de seu pai, seu tio – Hitarco - teria usurpado o trono do herdeiro legítimo – irmão de Efigênia – e tentado desposá-la com o propósito de consolidar o seu poder na Núbia. Efigênia teria se recusado a atender aos intentos do rei usurpador, o que teria despertado nele uma profunda ira. Hitarco então ordenou que fosse ateado fogo à habitação religiosa onde vivia Efigênia e outras religiosas. O convento fora milagrosamente salvo por intercessão da santa. Ainda segundo a narrativa, tanto Elesbão quanto Efigênia teriam abraçado a vida religiosa seguindo a regra carmelitana.

As origens africanas e o heroísmo cristão são fatores que procuram ser intimamente relacionados à figura de ambos os santos. A Etiópia e a Núbia são apresentadas como terras sempre fiéis ao cristianismo e baluartes desta fé em terras africanas. Entretanto, nas duas regiões, o cristianismo quando se fez presente – Etiópia (séc. IV d.C.) e Núbia (séc. VI d. C.) - foi através da Igreja Copta de tradição monofisita, portanto, cismática em relação ao Ocidente[10]. Como afirma Elisabeth Isichei, as conversões da Núbia e da Etiópia ao cristianismo são singularizadas pela inexistência da presença do catolicismo romano[11].

Frei José construía, deste modo, uma nova memória sobre a África, formalizando a existência de uma passado proto-cristão para a Núbia e a Etiópia, além da não menção da tradição copta arraigada à história do cristianismo na região. Esta memória tinha também muito pouca ou nenhuma relação com a África do tráfico atlântico, o que denotava a perspectiva de colocar à disposição dos negros envolvidos naquele tráfico uma outra tradição no que dizia respeito à visão sobre suas terras originárias. Ou seja, a África de Elesbão e Efigênia em nada deveria assemelhar-se às terras vistas como gentílicas tocadas pelo tráfico[12].

Frei José constrói também uma associação direta desses santos com o Carmo, o que historicamente seria impossível, já que a Ordem foi criada no século XIII. Tal associação denotava a forte relação que se queria estabelecer entre o Carmo e a proposta de catequese em questão. O século XVIII viu intensificar-se a ação de franciscanos e carmelitas, experientes hagiógrafos no Ocidente cristão, na difusão de modelos de santidade que pudessem auxiliar na conversão de africanos e seus descendentes em função do incremento do tráfico atlântico. Além do trabalho de Frei José, tem-se, em 1744, a publicação de **Flor Peregrina por Preta, ou Nova Maravilha da graça, descoberta na prodigiosa vida de São Benedito de S. Filadélfio. Religioso leigo da Província Reformada da Sicília, das da mais estreita Observância da Religião Seráfica**, do frade menor Frei Apolinário da Conceição, que promovia a divulgação da vida de São Benedito, mesmo antes da sua canonização que ocorreria em 1807. Outra iniciativa ficou ao encargo do padre secular e irmão terceiro franciscano José Pereira Baião, que publicou, em 1726, a

História das Prodigiosas Vidas dos Gloriosos Santos Antônio e Benedito, maior honra e lustre da gente preta também sobre a vida de São Benedito e de Santo Antônio de Categeró.

Diante deste contexto, o trabalho de Frei José assumia uma importância decisiva no processo que colocava as ordens religiosas numa disputa por espaços frente a uma questão vital para o Império português, ou seja, a conversão dos negros. Todos estes santos estiveram respectivamente identificados com o hábito religioso das ordens que os promoviam. Frei José, portanto, ao vestir o hábito carmelita em Elesbão e Efigênia inseria o Carmo nesta disputa que, em última instância, significava uma das formas de melhor servir à Coroa e dela receber o maior número de mercês. Esta ação projetava não só a Ordem mas também o próprio frade, que galgava, nesse contexto, um papel cada vez mais significativo e, com efeito, de maior *status* no Carmo e fora dele[13].

Para além desses fatores, a questão da cor dos santos era outro elemento chave não só na estruturação do projeto de conversão, como também na explicitação da visão hierárquica que Frei José dava à sua proposta. Elesbão e Efigênia eram pretos. Com vistas a deixar clara esta constatação, Frei José não só a reafirma diversas vezes na obra como também escreve, em 1735, o **Sermão dos Santos Pretos Carmelitas**, além de inserir na hagiografia um **Aditamento Apologético acerca da cor própria e natural do Glorioso S. Elesbão**. Este último fora escrito, segundo o próprio frade, em função das dúvidas geradas em torno da cor daqueles oriundos de Axum, pátria do santo. O não deixar dúvidas quanto à cor dos santos denotava a preocupação com a especificidade da mesma, a qual segundo Frei José era um “acidente”. Embora os acidentes não corrompessem a essência do ser, eles não deixavam de ser degenerativos. Entretanto, apesar da cor, Elesbão e Efigênia não estariam inferiorizados na corte celeste, em função de suas almas cristãs. Aqueles que seguissem seus exemplos, apesar do acidente da cor, seriam atingidos também pela graça divina[14].

Tal discurso tem como base a reflexão de São Tomás de Aquino quanto à hierarquia das cores, para quem a essência humana é vista como única, criada à imagem e

semelhança de Deus; porém, a matéria é individualizada pelos acidentes e entre eles está a cor. Os acidentes, portanto, não só individualizam como também hierarquizam, pois o branco e o preto não estavam na mesma esfera, já que o branco traduzia a verdade e o preto era o seu contrário imperfeito. Saliente-se que a elaboração desta discussão, quando feita, não tinha ainda a questão dos africanos como um problema central para o Ocidente cristão. Entretanto, os contatos com a África na Época Moderna reavivaram tal debate contando, inclusive, com a revitalização da Escolástica na sua versão Barroca[15].

No que concernia às relações sociais no Reino e na América Portuguesa, a cor também era um elemento de construção de hierarquias. Cor invariavelmente denotava lugar social. Preto era, principalmente, sinônimo de escravo africano. No caso dos forros, expressava um recente passado escravo e ligações com uma origem étnica africana[16]. No contexto do Império português, a questão da cor expressava a naturalidade e a legitimidade da escravidão como definidora de desigualdades e hierarquias sociais do Antigo Regime[17].

O discurso de Frei José, ao reforçar a especificidade da cor dos santos, reproduzia uma concepção hierárquica de sociedade, onde até mesmo o altar era pensado enquanto um espaço segmentado por diferenças que eram vistas como naturais. A própria existência de um projeto específico de catequese para africanos e seus descendentes reforçava e recriava as diferenças. Neste sentido, a catequese, enquanto discurso, quer produzir a unidade de procedimentos, porém, sem deixar de pensar e reproduzir as diferenças. Deste modo, a constituição da trajetória de Frei José Pereira de Santana articula elementos fundamentais na recriação constante do Antigo Regime no Império português, ou seja, o reconhecimento das hierarquias e a busca de *status*, recriando-as, e a naturalização das diferenças sociais, reconhecendo a escravidão como um fator preponderante na manutenção das mesmas.

---

* Doutor em História pela UFF. Professor Adjunto do Instituto de Aplicação da UERJ e Professor do Curso de História da FEUC.

1 OLIVEIRA, Anderson José M. de. *Os Santos Pretos Carmelitas: culto dos santos, catequese e devoção negra no Brasil colonial*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002, p. 129-130.

2 *Idem*, p. 101-131.

3 *Idem*, p. 115.

---

[4] MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 54.
[5] OLIVEIRA, Anderson José M. de. *Op. cit.*, p. 116-121.
[6] TORGAL, Luís Reis. "Quid Petis? Os Doutoramentos na Universidade de Coimbra". *In: Revista de História das Idéias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. 15, 1993, p. 197-198; HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 317 e 346.
[7] MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 128; *O Nome e o Sangue* ..., p. 56.
[8] OLIVEIRA, Anderson José M. de. *Op. cit.*, p. 113 – 115.
[9] *Idem*, p. 145.
[10] OLIVEIRA, Anderson José M. de. "Santos Pretos e Catequese no Brasil colonial". *In: Estudos de História*. UNESP: Franca, v. 9, n. 2, 2002, p. 223-224.
[11] ISICHEI, Elisabeth. *A History of Christianity in Africa*. New Jersey: Africa World Press, 1995, p. 30-31.
[12] OLIVEIRA, Anderson José M. de. "Santos Pretos e Catequese no Brasil colonial" ..., p. 225-226.
[13] OLIVEIRA, Anderson José M. de. *Os Santos Preto Carmelitas* ..., p. 81-84; 189-205.
[14] *Idem*, p. 241-242.
[15] *Idem*, p. 243-244.
[16] FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 135-139.
[17] MATTOS, Hebe Maria. "A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica". *In:* FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 143.

Conflito e Negociação na obra de Motolinía

Anderson Roberti dos Reis

Os cenários do conflito e as possibilidades de paz

> *"Porque como esta batalla se dio en unos campos rasos, adonde no hay árboles ni montes, fueron vistas lumbres algunas noches, y muy temerosas y espantosas voces como de gentre trabada en batalla, que decían: '¡mueran, mueran, mátalos, mátalos, a ellos, a ellos, préndelo, llévale, no le dejes vida!'".*
> **Historia de los indios de la Nueva España, Tratado III, Capítulo XI. Frei Toribio Benavente Motolinía.**

Trechos como este são freqüentes na obra de Motolinía. O cenário do conflito é constantemente representado pelo frade que, ao longo do texto, procura apontar as possibilidades de paz. A Nova Espanha do século XVI foi palco de diversos atritos, sobretudo nas esferas política e religiosa. O processo de colonização e evangelização da América gerou muitos desencontros; uns no cotidiano dos indígenas e espanhóis, outros no aparelho administrativo colonial. O objetivo deste trabalho é, em primeiro lugar, identificar os conflitos ou situações de guerra destacados por Motolinía em sua *Historia de los indios de la Nueva España* e, em seguida, discutir como ele narrou esses confrontos e apresentou os caminhos para a negociação. Partiremos da hipótese que o frade registrou, a seu modo, os diversos episódios de conflito e postulou, como esperança de acordo e paz, os trabalhos missionários (dos franciscanos) e a conversão ao Cristianismo.

Indígenas contra indígenas: a leitura política e moral

Frei Motolinía passou 45 anos trabalhando junto aos indígenas da Nova Espanha. Desde 1524, ano em que chegou, ele apressou-se em aprender as línguas locais, evangelizar e, assim, contribuir com o processo de colonização espanhol. Das incursões pelas culturas indígenas o franciscano registrou os primeiros cenários do conflito: aqueles entre os próprios ameríndios. O autor nos conta que quando os espanhóis chegaram à

América encontraram os povos em guerra[1]. Os motivos desses confrontos são apenas esboçados superficialmente pelo frade: *"En esta Nueva España siempre había muy continuas y grandes guerras, los de unas provincias con los de otras, adonde morían muchos, así en las peleas, como en los que prendían para sacrificar a sus demonios".*[2] Neste trecho o religioso identifica duas dimensões do conflito entre os indígenas: as *peleas*, ou os combates físicos e lutas; e as guerras de captura para sacrifícios (ou os combates ritualizados conhecidos como "guerra florida"). As primeiras, Motolinía explica usando argumentos de ordem política, como por exemplo, a disputa por territórios ou pela soberania em determinada região; já o segundo tipo de confronto é descrito pelo frade a partir de sua leitura moral: os sacrifícios são formas de alimentar o demônio; logo esses conflitos são obra do diabo que assolam a Nova Espanha.

Motolinía compreende as guerras entre os nativos a partir de sua perspectiva, seja no âmbito político ou no cosmológico/religioso. A narrativa cria uma tensão e constrói o Novo Mundo a partir da seguinte lógica: falta aos indígenas formas de organização política e, também, o conhecimento do "Deus verdadeiro". Essa leitura não é exclusiva do tema "guerra" e "conflitos", estendendo-se para as noções de idolatria, cerimônias, poligamia, embriaguez e rebeldia presentes ao longo do texto. Assim, torna-se necessária a intervenção externa para que haja um acordo e, por conseguinte, as condições de negociação e convivência entre todos. A possibilidade do acordo tem sua origem na Providência divina e deve ser concretizada nos trabalhos dos religiosos responsáveis pela justiça e paz [3].

Lobos e cordeiros: colonos contra indígenas e a Providência divina

O segundo tipo de conflito sugerido na *Historia* é aquele entre os colonos espanhóis e os indígenas. O motivo desses atritos era a cobiça[4], que provocava a exploração dos indígenas e sua contrapartida, a resistência. Aqui a narrativa estrutura-se a partir da oposição "espanhol mau/índio bom". Embora Motolinía não parta sempre desse

raciocínio, os conflitos entre uns e outros são compreendidos e descritos nesses termos. Uma exceção a essa regra aparece quando o frade diz que os indígenas reservavam campos estéreis para suas batalhas e que isso só mudou com a chegada e intervenção dos colonos espanhóis.

Havia um ditado e uma crença entre os religiosos que Motolinía registrou: *"el que con los indios es cruel, Dios lo será con él"*[5]. Esse refrão é transformado em imagens pelo franciscano, que narra alguns casos de espanhóis que maltrataram os indígenas e, prontamente, foram punidos por Deus. Entre as mais interessantes, encontramos a história de um colono que ia açoitando e gritando com os índios que carregavam grandes pesos. A exploração prosseguia até que surgiu, do matagal ao lado da estrada, um tigre que pegou o espanhol pela boca e o jogou no monte. Os indígenas foram libertados da "opressão" pela Providência. Nesse relato não importa as suas origens, a questão da "verdade" ou da possibilidade disso ter ocorrido, mas sim o efeito conseguido. Motolinía parte da tensão e do conflito, condena a cobiça e postula a justiça divina. Com isso, sua narrativa (e devemos pensar que esses episódios também circulavam oralmente nas missas e pregações) estabelece um palco onde o temor à justiça de Deus é uma das condições para a paz social.

O conflito sobrenatural entre Deus e o diabo

O terceiro tipo de conflito identificado na *Historia* é aquele entre "Deus" e "Diabo". Essa "guerra sobrenatural" é representada pelo franciscano nos relatos sobre a conversão e a resistência ao Cristianismo dos indígenas. Assim, quando se percebia que os índios já assistiam à missa, rezavam, faziam o sinal da cruz e sabiam de cor o Credo, Motolinía assinalava a vitória de Deus sobre as forças malignas. Caso verificasse que havia persistência das antigas práticas, ele constatava a resistência diabólica às investidas cristãs. Isso não significava que havia a impossibilidade da conversão ou que o diabo vencera determinadas batalhas, mas, ao contrário, reforçava a necessidade da cristianização e dos trabalhos pastorais cotidianos juntos aos nativos. Aqui estamos estendendo a idéia de

conflito: pensamos que a situação conflituosa não se dá somente no momento do contato corporal, das lutas e guerras. Ela dá-se, também, no momento em que se percebe uma disposição que pode levar às vias de fato ou aos embates teóricos. Esse é o cenário que Motolinía constrói: há a constante disposição para os conflitos, sejam eles intelectuais, "sobrenaturais" ou físicos; a possibilidade da negociação está na ação missionária, sobretudo nos domínios dos franciscanos.

Em termos práticos, como o autor da *Historia* percebia a guerra entre o Bem e o Mal? Esse atrito tomava corpo nas atividades diárias: a destruição dos ídolos representava a primeira vitória cristã. A idolatria era considerada o principal obstáculo a ser superado para que lograsse a conversão ao Cristianismo. Logo os entreveros em torno dos ídolos indígenas são os referenciais para atestar, ou não, o sucesso da evangelização. As destruições dos ícones e dos templos e o avanço na conversão, tarefas levadas a cabo pelos religiosos, resultava na revolta do demônio que investia contra os nativos, só sendo derrotado pela força do nome de Jesus ou pelo apego às cruzes colocadas sobre os escombros dos antigos símbolos. Assim, Motolinía deteve-se nas descrições sobre esse tema e elaborou uma narrativa teatral recheada de tensões entre as forças do Bem e do Mal:

> "A muchos se les ha parecido el demonio muy espantoso y diciéndoles con muchas furia: '¿por qué no me servís?, ¿por qué no me llamáis?, ¿por qué no me honráis como solíades?, ¿por qué me habéis dejado?, ¿por qué te has bautizado?'; y éstos llamando y diciendo: 'Jesús, Jesús, Jesús', son librados, y se han escapado de sus manos, y algunos han salido muy maltratados y heridos de sus manos, quedándoles bien qué contar; y así el nombre de Jesús es conhorte y defensa contra todas las astucias de nuestro adversario el demonio".[6]

Para além dos embates sobrenaturais, o conflito "Deus-diabo" evidencia-se nos conflitos físicos entre os neófitos e as antigas elites e autoridades. A estratégia missionária adotada pelos religiosos no início de seus trabalhos foi evangelizar os filhos dos *principales* da Nova Espanha o que, segundo Motolinía, dava resultados satisfatórios. Em geral esses garotos tinham boa disposição e gana para aprender as coisas de Deus. Desde o início,

percebeu-se a resistência das elites indígenas em dar seus filhos, substituindo-os por filhos de seus empregados. Porém quando os padres ultrapassavam esse primeiro obstáculo, o resultado da conversão era positivo. Dessa forma, podemos supor duas possibilidades: a de que os jovens tiveram sucesso e converteram os antigos "sacerdotes do demônio"; ou então, que houve indisposições e uma situação de conflito permanente entre as duas gerações. Motolinía percorre os dois caminhos, porém seu relato ganha intensidade ao tratar das tensões e dos vários martírios entre os recém convertidos.

Em Tlaxcala, os frades ensinavam sobre o "verdadeiro Deus" e Ometochtli rebatia as afirmações e ensinamentos cristãos. Num dia, garotos do convento local foram se banhar no rio e, no caminho, passaram por seguidores e pelo próprio "deus do vinho"[7]. Os meninos afirmaram não ter medo daqueles indivíduos e, para provar, atiraram várias pedras em Ometochtli até matá-lo. Ao fim, comemoraram a "morte do diabo" e causaram grande tristeza entre os súditos daquela deidade que, nesse episódio, perceberam a "falsidade de seu deus" [8]. Ainda em Tlaxcala, onde Motolinía ficou bastante tempo, ocorreu outro caso notável: o dos três meninos que foram mortos enquanto destruíam ídolos em missão evangelizadora. Antonio, Juan e Diego eram garotos recém convertidos ao Cristianismo, porém com muito ânimo para as coisas de Deus. Tanto é que, desde cedo, iam pelos lugares mais distantes onde, segundo Motolinía, escondiam-se muitos ídolos do demônio, e destruíam tudo o que encontrasse das antigas práticas. Durante uma dessas incursões pelos templos eles foram atacados e mortos com violência. Só Antonio não morreu e tirou do silêncio esse caso. Motolinía, em tom dramático, finaliza o relato: Martín de Valência, que havia dado a benção aos garotos antes da partida, recordou da coragem dos meninos (*"¿No mataron a San Pedro crucificándole y degollaron a San Pablo y San Bartolomé no fue desollado por Dios? ¿Pues por qué no moriremos nosotros por Él, si Él fuere de ello servido?"*) e chorou[9]. A possibilidade de paz, aqui, residia no sucesso da conversão a partir da extirpação da idolatria. Os religiosos tinham a missão de levar adiante essa tarefa para acabar com esses desencontros.

As divergências missionárias

O quarto e último conflito que aqui nos ocuparemos é aquele entre os próprios religiosos. Nesse caso não se trata de contatos físicos, mas de disputas políticas, intelectuais e teológicas, das quais dependia o andamento dos trabalhos missionários na Nova Espanha. Dentre algumas situações, as disputas entre franciscanos e dominicanos ganharam destaque, sobretudo nas divergências sobre a administração dos sacramentos aos nativos. Uns e outros registraram essas desavenças e tentaram, cada qual à sua maneira, convencer as autoridades (também destinatárias das crônicas e cartas dos religiosos) da legitimidade de suas práticas. As disputas sobre o batismo, a confissão e o matrimônio foram as mais freqüentes. Em termos gerais, Motolinía acreditava que esses sacramentos eram necessários, independentemente da preparação teórica dos indígenas. Ele postulava a simplicidade nos rituais, ao contrário das propostas e críticas de alguns dominicanos[10]. Para autorizar sua proposta, o autor da *Historia* narrou (não sem dramaticidade) vários casos, sempre destacando a "vontade" dos nativos para o sacramento e, por vezes, a negligência de religiosos que não cumpriam com sua missão, como no caso das duas *viejas* que tiveram seu pedido de batismo recusado e responderam:

> "¿A mí que creo en Dios me quieres echar fuera de la Iglesia? Pues si tú me echas de la casa del misericordioso Dios, ¿a dónde iré? No ves de cuán lejos vengo, y si me vuelvo sin bautizar en el camino me moriré? Mira que creo en Dios; no me eches de su iglesia" [11].

Neste, como nos demais conflitos registrados por Motolinía, a possibilidade de negociação está na ação dos missionários, em especial, dos franciscanos. A recusa em confessar ou batizar os indígenas impossibilitava a conversão, o que permitia a persistência da atuação demoníaca na Nova Espanha. A Providência divina deveria ser cumprida e as negociações lideradas pelos frades menores transformavam-se, assim, na esperança para a paz, justiça e fraternidade. Se a sociedade novo-hispana assentava-se, inevitavelmente, sobre cenários de conflito, o acordo e a convivência pacífica entre os diversos encontrava saída, segundo Motolinía, na cristianização. Assim, a estabilidade política passava pelo

sucesso da conversão e pela ação franciscana para que: os indígenas não representassem ameaças à ordem colonial; o diabo fosse derrotado e lograsse a evangelização; houvesse justiça no trato entre colonos e nativos; existisse simplicidade e efetividade nos trabalhos missionários e assim por diante. Desse modo, Motolinía registrava as tensões e conflitos e, ao mesmo tempo, propunha o trabalho missionário paciente (*"patientia necesaria est"*) pautado no amor e fraternidade cristãos como esperança de se alcançar a paz.

[1] Na *Historia de los indios de la Nueva España*, que aqui estamos nos ocupando, Motolinía limita-se a descrever as guerras, sem maiores considerações ou análises aprofundadas (como na Epístola Proeminal ao Sexto Conde de Benavente e no capítulo XVI do Tratado III). Porém, nos *Memoriales*, ele esboça algumas hipóteses para compreender os motivos pelos quais havia a guerra, inclusive trabalhando com o conceito de "guerra justa" entre os Astecas. Num estudo sobre o tema, Justyna Olko analisa as descrições feitas por alguns missionários sobre os conflitos entre os indígenas. OLKO, Justina. "Los mensajeros reales y las negociaciones de paz. El concepto de la guerra justa entre los aztecas". In: *Revista Española de Antropología Americana* [versão on-line]. Madrid, vol. 34, pp. 125-148.

[2] MOTOLINÍA, Toribio B. *Historia de los indios de la Nueva España.* 7ª. ed. Cidade do México: Porrúa, 2001, p. 159.

[3] Há um trecho singular a esse respeito, no capítulo V do Tratado III, onde Motolinía encontra em Martín de Valência o símbolo da esperança de conversão dos indígenas sem o recurso às armas ou à guerra. A integração social entre todos deve partir do princípio cristã do amor e da fraternidade. Essa é a vontade e o ponto de partida do franciscano, ainda que ele admita o uso da força, caso seja necessário. Esta ultima hipótese aparece com maior nitidez na "Carta al Emperador", de 1555, escrita por Motolinía e endereçada a Carlos V.

[4] A cobiça é, segundo Motolinía, um dos males trazidos pelos espanhóis e que deve ser imediatamente eliminado. Para o religioso, o apego desmedido às coisas materiais é tão pernicioso que causa atritos entre os próprios colonos, que guerreiam pela posse de terras, ouro, indígenas e africanos escravos. Tal é a preocupação de Motolinía que ele enquadra os confrontos entre os espanhóis como a "décima praga" que assolou o Novo Mundo; a solução a esse conflito foi dada por três frades franciscanos que apaziguaram os ânimos. Cf. MOTOLINÍA, Toribio B. *Op. Cit.*, pp. 21-2. Porém, a crítica dos religiosos às ações do colonos geraram outro tipo de embate, entre missionários e civis, como percebemos no trecho final do capítulo IV do Tratado III, às páginas 193 e 194.

[5] MOTOLINÍA, Toribio B. *Op. Cit.,* p. 157.

[6] MOTOLINÍA, Toribio B. *Op. Cit.,* p. 158.

[7] Quando Motolinía denomina Ometochtli de "deus do vinho", podemos perceber a transposição de conceitos de sua cultura (o "deus do vinho" - possivelmente a partir dos modelos clássicos de Dionísio e Baco) para "traduzir" a cultura do outro (Ometochtli era o deus da bebida, o *pulque*). Logo temos duas situações: a primeira é a tradução operada pelo frade, buscando a compreensão do outro a partir de conceitos e noções que são exógenos àquela cultura. A segunda é a leitura moral feita pelo religioso: "os indígenas viviam embriagados, influenciados pelo 'demônio' Ometochtli", sem considerar que esse era o costume das celebrações locais e que "estar fora de si" era prática corrente nos rituais. Para uma discussão sobre a alteridade nesses termos, ver: HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a Representação do Outro.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

[8] MOTOLINÍA, Toribio B. *Op. Cit.*, pp. 249-250.

[9] MOTOLINÍA, Toribio B. *Op. Cit.*, pp. 256-9.

[10] Conforme podemos perceber na carta de 1554 do dominicano Andrés Moguer: *"Na maioria dos lugares e em outros lugares, contentam-se em lhes dizer uma missa cada ano; veja V.A. que doutrina poderão dar a estes* [índios]*".* Carta de Andrés Moguer, enviada ao Conselho das Índias em 10 de dezembro de 1554. In: SUESS, Paulo. *Conquista Espiritual da América Espanhola – 200 documentos do século XVI.* Petrópolis: Vozes, 1992, p. 851.

[11] MOTOLINÍA, Toribio B. *Op. Cit.,* p. 126. A partir dessa crítica feita por Motolinía, é possível sondar e discutir quais são as concepções dele sobre a conversão do indígena, o que por ora reservaremos a outra pesquisa.

GUERRA, *STASIS* E NATUREZA HUMANA NA *GUERRA*[1], DE TUCÍDIDES

Anderson Zalewski Vargas[2]

> As coisas cruéis que acontecem servem unicamente para matar os desejos miseráveis que se dirigem para fora, e que, seja vaidade, fome, alegria ou piedade, apenas nos afastam do fogo que cada pessoa é capaz de acender dentro de si.
>
> Robert Musil, *O jovem Törless*

A natureza humana tem sido, contemporaneamente, considerada ora um obstáculo, ora uma garantia da erradicação dos conflitos bélicos. No escrito tucidideano, de disputada relação com a historiografia moderna, a *anthropeia physis* é um dos elementos centrais da reflexão de seu autor sobre a guerra, *polemos*, e seus desastres, particularmente o conflito faccioso, a *stasis*. Este texto analisa as menções à natureza humana na passagem sobre a *stasis* de Corcira[3], procurando evidenciar o nexo estabelecido entre os seus apavorantes acontecimentos, a guerra e a natureza humana.

AS ATROCIDADES DA STASIS

Depois de perceberem a fuga da frota peloponésia e a aproximação da ajuda ateniense, escreveu Tucídides, os democratas corcireus iniciaram a matança de seus inimigos. O historiador ateniense não descreve uma vingança motivada apenas por ódios políticos. Também foram liquidados inimigos pessoais e credores. Durante sete dias desenrolaram-se massacres, tendo Tucídides concluído que ocorreram: “todas as formas de morte e todas as coisas que costumam acontecer em situações como essa e mesmo piores: pais mataram seus filhos, homens foram arrancados dos santuários e mortos nas

---

[1] Neste texto, a *Guerra dos Peloponésios e Atenienses* é designada simplesmente como *Guerra.*

[2] Professor do Departamento e Pós-graduação em História da UFRGS; Coordenador do GT de História da ANPUH - http://www.ufrgs.br/ANPUHRS/

[3] III 70 – 85.

proximidades, outros, enclausurados no templo de Dioniso, lá pereceram."[4]

Estes, observou Tucídides, foram os "cruentos" fatos causados pela *stasis,* os quais continuariam ocorrendo "enquanto a natureza humana continuasse sendo a mesma", sendo "mais severas ou mais brandas, e variando em sua forma de acordo com as circunstâncias de cada caso."[5] Não é exatamente a mesma idéia dos *Erga*. No poema de Hesíodo o nascimento de crianças já envelhecidas, a mudança do gênero humano, é o paradoxal marco inicial de um tempo dominado pela *hybris*.[6] No caso da *Guerra*, os *terríveis tempos* tinham ocorrido no presente, e continuariam ocorrendo *enquanto* a natureza humana *persistisse sendo a mesma*. A mudança da *anthropeia physis* poderia ser o anúncio inaugural da idade em que "as muitas e penosas calamidades" deixariam de acontecer?

Ste. Croix acreditava que, para os autores gregos dos século VI ao IV a.C., a *anthropeia physis* era quase sempre algo imutável[7]. Quanto à *Guerra*, Ste. Croix inferiu que o historiador ateniense, no mínimo, acreditava ser impossível a mudança da natureza humana em futuro próximo.[8] A. W. Adkins, por sua vez, afirmou que o "grego comum" considerava que a natureza humana poderia ser fruto da educação.[9] Dessa forma pensara Demócrito: "A natureza e a instrução são algo semelhante, pois a instrução transforma o homem, mas, transformando-o, cria-lhe a natureza."[10] Moldando-se pela inteligência e governando racionalmente suas paixões, o indivíduo poderia controlar sua interação com

---

[4] I 82.1.

[5] III 82.2..

[6] HESÍODO, *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 1990. v. 180-181.

[7] STE. CROIX, G.E.M. *The origins of the Pelopponesian War*. 3 ed. London: Duckworth, 1989. p. 12, nota 20.

[8] *Id.*

[9] ADKINS, A. W. *From the many to the one A study of personality and views of human nature in the context of Ancient Greek Society*. *Values and beliefs*. New York: Cornell University . 1970. p. 86. O autor oferece vários exemplos das contraditórias opiniões gregas sobre o assunto.

[10] DK 68 B33. Tradução de Anna Lia Prado. In: SOUZA, José Cavalcante de et ali. PRÉ-SOCRÁTICOS. Fragmentos, Doxografia e Comentários. 4. ed. São Paulo:Nova Cultural,1989. p. 131.

mundo e o desenrolar de sua existência.[11] Estaria pensando Tucídides de forma análoga? Na opinião de Cynthia Farrar tal seria a intenção pedagógica da *Guerra*[12]. A obra tucidideana demonstraria a importância do autocontrole em situações extremas e, ao permitir a compreensão de tais experiências, poderia tornar realidade o autocontrole.[13]

A NATUREZA HUMANA E A SUBVERSÃO DA ORDEM

Logo depois de ter escrito seu vaticínio sobre as calamidades carregadas pelas *staseis*, Tucídides complementou: "Na paz e na prosperidade, as cidades e os indivíduos têm melhores juízos por não caírem em necessidades imperiosas, mas a guerra, que suprime a facilidade de cada dia, é uma mestra de comportamentos violentos, e adapta as paixões **da maioria** às circunstâncias".[14] Tucídides já afirmara que o conflito bélico provocara a extensão da *kinesis* para toda a Hélade por alimentar as rivalidades internas.[15] Agora, o historiador apresenta outro aspecto do impacto daquele fenômeno – ele acabara com a "facilidade de cada dia", com os meios cotidianos de obtenção de tudo o que era necessário, e/ou desejado, para a sobrevivência de particulares e de *poleis*. Ambos perdiam a capacidade de serem autárquicos, no sentido definido por Péricles no Discurso Fúnebre: a aptidão de satisfazer necessidades interna ou externamente.[16]

Não se tratou de nova *derrota* para um adversário "estrangeiro" como a "peste"[17], mas de um fracasso decorrente das condições impostas pelo conflito, da submissão dos juízos, das mentes, dos sentimentos, às circunstâncias extremas de uma guerra. Clifford Orwin

---

[11] Cf. FARRAR, C. *The origins of democratic thinking*. *The invention of politics in classical Athens.* 2. ed. Cambridge: Cambridge University, 1990. p. 192-264, especialmente p.230-235.

[12] *Ibid*., p. 126-191.

[13] *Ibid*., p. 136-137.

[14] III 82.2.

[15] III 82.1.

[16] II 49.1. Em outro momento do mesmo discurso, Péricles garantiu que a posteridade diria terem os atenienses habitado uma cidade que fora a maior e a mais provida de tudo (II 64.3).

[17] II 47.3-54.

destacou que, tanto no relato da peste, quanto na análise do conflito civil, o "corpo político" adquire tal importância que pode ser considerado um "substrato da vida política".[18] Nos dois casos, a sobrevivência tornara-se problemática. A *epidemia*, na caracterização tucidideana, é uma outra experiência extrema, que ameaça as capacidades físicas e *espirituais* dos indivíduos. Submetidos à ameaça de ataque pela moléstia maligna, testemunhando as desgraças cotidianas a que muitos foram submetidos, ou literalmente atacados pela doença cujo caráter era incompreensível, os atenienses podiam ser dominados pela apatia, pelo individualismo hedonista e ímpio, e conduzidos para o crime. Na *stasis* não há perplexidade diante de um fato incompreensível, não há descrição detalhada de sofrimento físico, não há desafio à capacidade de entendimento. Todavia, os *espíritos foram transtornados* quando a guerra colapsou as condições de vida das cidades. O conflito parece ser um dos contextos que Diodoto, no seu discurso por ocasião do *affair* de Mitilene, considerou como sendo capazes de levar o homem a cometer atos arriscados.[19] Na Hélade, a guerra criara, ao impedir a satisfação das necessidades usuais, "coerções imperiosas", que estimularam a divisão em facções, modelaram os espíritos, as condutas e os fatos.[20] Tucídides assinalou: deterioraram-se os *sentimentos*, *os juízos*, os "*estados de espírito*"[21] (*tas gnômas*) e as paixões (*tas orgas*) da "***maioria"*** foram adaptadas às circunstâncias alteradas pela guerra.

Simon Hornblower, como Cynthia Farrar, pensa que Tucídides estava especialmente preocupado em demonstrar a necessidade de controlar as "paixões", as "emoções", o "caráter" em situações extremas.[22] O Péricles tucidideano tentou convencer o *dêmos* encolerizado de que era possível resistir ao império das circunstâncias, por mais

---

[18] ORWIN, C. *The humanity of Thucydides.* Princeton: Princeton University, 1994. p. 182.

[19] Porquanto todos "indivíduos e poleis cometem erros por natureza". III 45.3.

[20] OSTWALD, Martin. *ANAGKH in Thucydides*. Atlanta: Scholars, 1988. (American Classical Studies 18). p. 55.

[21] Cf. HUART, Pierre. *GNOME chez Thucydide et ses contemporains*. Paris: Éditions Klincksieck, 1973. p. 25.

[22] HORNBLOWER, Simon. *A commentary on Thucydides*. v. 1. 2. ed. Oxford: Clarendon, 1991. *ad* III 82.2.

desgraçadas que fossem[23]. A própria Atenas, observou o estratego, gozava da mais alta fama exatamente por não se deixar derrotar pelas desgraças eventuais.[24] No caso da *stasis,* Tucídides pode ter sugerido que a *minoria* cujos espíritos não tinham sido "moldados" às circunstâncias já tinha conseguido realizar essa mudança, tal como gostaria Demócrito. Teria sido Péricles, pelo seu comportamento durante a epidemia, um desses poucos homens?

Na narrativa tucidideana, pelo menos as mulheres do dêmos corcireu já tinham demonstrado ser possível superar limites naturais. Quando do início da *stasis*, elas, "audaciosamente" (tolmerôs), tinham se juntado aos seus homens jogando telhas do alto de suas casas e, "contrariamente à sua natureza" (*para physin*), tinham enfrentado o tumulto guerreiro.[25] Tenha Tucídides visto isto com bons olhos ou não, o acontecido demonstra que as coerções da natureza humana não eram incontornáveis na *Guerra*.

Se todos seguisse o exemplo feminino não aconteceria a "distorção intelectual"[26] e os conseqüentes atos torpes e bárbaros "ensinados" pela "mestra de comportamentos violentos"? O certo é que, para Tucídides, a "maioria" se entregava às paixões estimuladas pelo contexto e, graças a isso, a violência cruenta tornara-se uma realidade no universo das *poleis*.[27]

A "maioria" retorna na passagem que encerra a narrativa da *stasis*, a qual tem sua autenticidade colocada em dúvida, sendo mesmo descartada com argumentos relativos à

---

[23] II 61.
[24] III 64.3.
[25] III 74.1.
[26] HORNBLOWER, Simon.*Op. cit. ad* III 82.2.
[27] GOMME, A. W. *A historical commentary on Thucydides. The ten years´ war. v. II.* Oxford: Clarendon, 1956. *ad* III 82.2.

linguagem, composição e contexto.[28] Outros qualificam-na como um rascunho ou início de um esboço inacabado.[29] J.R. Ellis defendeu tese contrária, considerando difícil negar a sua autenticidade depois de examinar sua posição dentro da estrutura formal da narrativa[30]. Robert Connor não perdeu muito tempo com essa discussão, descartando as históricas dúvidas com sucintos argumentos relativos à linguagem e composição.[31]

Autêntico ou não, o capítulo 84 apresenta uma visão terrivelmente negativa da natureza humana.

> Em Corcira ocorreram a maioria dessas audácias, e todos os atos cometidos em vingança pelos que foram governados com arrogância e não com moderação e puderam então se vingar de seus líderes. Os homens que, tentando libertar-se da pobreza à qual estavam acostumados, especialmente os atingidos por alguma desgraça, desejando a propriedade dos vizinhos, deram veredictos contra a justiça. Outros, não por cupidez, marcharam contra os seus iguais, sendo levados por uma paixão incontrolada, atacaram selvagem e inexoravelmente. A vida da polis foi transtornada nesse momento e a *natureza humana*, tendo ficado mais forte que as leis, e acostumada a ir contra as mesmas e a agir erradamente, manifestou contente, ser impotente quanto às paixões, mais forte que a justiça, hostil a toda superioridade. Pois as pessoas não teriam preferido a vingança às leis sagradas, nem o ganho de dinheiro às custas da justiça, se a inveja não tivesse força prejudicial. Todos têm a esperança de serem salvos quando em dificuldade por leis geralmente aceitas sobre tais questões, mas os homens pensam que podem ser os primeiros a colocá-las de lado quando se vingam de terceiros, ao invés de deixá-las vigorando para o caso deles mesmos se encontrarem em perigo e tiverem necessidade delas.[32]

A. Fucks[33], considerou estas linhas como espúrias devido à referência aos homens que, levados pelo seu estado de pobreza, tomaram decisões iníquas para se apossar das propriedades de vizinhos. No entanto, essa possibilidade está implícita na caracterização da guerra como uma “mestra de comportamentos violentos”. O próprio Tucídides mencionou

---

[28] ELLIS, J.R. The structure of Thucydides' dissertation on stasis and the authenticity of 3.84. *Eletronic Antiquity*, Tasmania, 1, 2, July 1993. Disponível em http://www.ivory.trentu.ca/www/cl/ahb/ahb12-12-3ª.html.

[29] Cf. GOMME, A.W. *Op. cit*; e HORNBLOWER, Simon. *Op. cit. ad loc*.

[30] ELLIS, J.R. *Op. cit*.

[31] CONNOR, W. Robert. *Thucydides*. 2. ed. Princeton: Princeton University, 1985. p. 102, nota 60.

[32] III 84.

[33] FUKS, A. Thucydides and the stasis in Corcyra: Thuc., III 82-3 versus [Thuc.], III. 84’. *American journal of philology*, Baltimore, 92, 1971. Citado por HORNBLOWER, Simon.*Op. cit. ad* III 69-85.

que alguns dos *oligoi* foram mortos por serem credores dos democratas[34]; na narrativa da epidemia, a usurpação do patrimônio foi uma das conseqüências do comportamento guiado pelo capricho de indivíduos que não mais tinham razão para respeitar as leis existentes[35]; e, por fim, segundo Diodoto, a pobreza era uma das coerções que faziam com que todos, particulares e estados, cometessem "transgressões", "erros".[36]

Que crimes tenham sido cometidos entre iguais, dominados por uma paixão incontrolada, é algo plenamente aceitável – o primeiro morticínio em Corcira vitimou conselheiros da Boulê, *dynatoi* simpáticos à democracia.[37] A natureza humana selvagem era comum, portanto, a ricos e pobres. Tucídides já colocara na boca de Diodoto que "a grandeza que torna insaciável pela desmedida e por orgulho" era outro dos fatores que levavam os homens a empreendimentos perigosos.[38] Os atos selvagens, cruéis, são adequados ao juízo tucidideano da *stasis*. As palavras sobre a natureza humana reafirmam a idéia de que a maioria dos homens tinha dentro de si algo selvagem, capaz de arruinar a ordem civilizada caso não fosse controlado. Especialmente em contextos alterados como os gerados pelas guerras.

A *anthropeia physis*, tal como é então caracterizada, é um inimigo de tudo o que é humano – leis, justiça - e também de toda e qualquer "superioridade". Esta última caracterização lembra as considerações sobre os homens que, temendo a inteligência dos que lhes eram superiores, recorriam, rapidamente, a meios múltiplos para eliminá-los.[39] É interessante observar o destaque conferido à incontinência na caracterização da natureza *humana* – ela manifestou com "contentamento" (*asmenê*), ser "impotente" (*akratês*) para

---

[34] III 81.4.
[35] II 53.1.
[36] III 45.3.
[37] Cf. HORNBLOWER, Simon.*Op. cit. ad* III 70.6.
[38] III 45.3.
[39] III 83.3

com suas paixões. Por outro lado, há na mesma frase uma menção à inveja, comum a todos os homens, que os levaria a desprezar a segurança conferida pelas leis. Não há, pois, cálculo racional em qualquer indivíduo dominado pelas paixões. Caso esse capítulo seja realmente de Tucídides, há nele uma reafirmação da importância das normas sociais, humanas e divinas, e do caráter ruinoso da essência de todos os dos homens. Contra isso, apenas o autocontrole poderia ser eficaz.

Futebol e Poder: um Estudo da Relação entre a Elite e os Trabalhadores do Esporte nas Décadas de 20 e 30

André Alexandre Guimarães Couto

Ao analisar a pesquisa sobre futebol, percebi que o mesmo, apesar de assumir uma importância vital para a cultura e a sociedade brasileira, é incompatível com a produção acadêmica em nosso país. Tal se explica por se considerar o tema futebol, até a algumas décadas atrás, como um assunto com pouca significação em comparação às "reais preocupações" do povo ou da nação. Esta interpretação da alienação das massas ignora a relevância da história cultural e de quanto esta está intrincada com outros valores da sociedade e na construção de uma identidade local, regional e nacional.

Ao me aventurar neste campo, que tem sido explorado mais por jornalistas e comentaristas esportivos do que historiadores e cientistas sociais, percebi um intrincado jogo de interesses calcado nas relações entre os protagonistas deste esporte, ou seja, os atletas, técnicos, dirigentes e a imprensa.

Privilegiei o estudo nas décadas de 20 e 30 no Rio de Janeiro, por uma série de peculiaridades próprias como, por exemplo, o início do profissionalismo no mundo do esporte, a criação de novas ligas de times de futebol, a freqüente disputa entre os chamados "cartolas", aqueles cujas funções seriam coordenar e dirigir as práticas desportivas e, não menos importante, o impacto que as relações étnicas teriam no mundo da bola.[i]

Sobre estes dirigentes, cabe lembrar que, se a intenção desta pesquisa é revelar novos dados sobre as relações sociais e políticas entre elite e trabalhadores, especificamente do mundo futebolístico, devemos aprofundar as nossas atenções para os mesmos.[ii] Ainda que na década de 20 não exista o futebol profissional, chamo de trabalhadores do esporte todos que mantem uma relação de identidade funcional com o clube, ou seja, jogadores, comissão

técnica, etc. Identificamos no que chamamos de elite do esporte, dirigentes de clubes e associações desportivas e que lutam por dois interesses principais: manter-se em exposição na mídia e exercer uma espécie de "micropoder", administrando agremiações e clubes – "tudo em nome na nobreza da prática do esporte".[iii]

Para investigarmos este tema, acho que é necessário responder algumas questões como, por exemplo, quem são estes dirigentes, suas origens sociais e familiares, que lugares e associações freqüentam, que funções profissionais exercem no dia-a-dia e sua atuação no exercício das práticas políticas. Ou seja, os "cartolas" fazem parte ou têm relação com a classe política no estado do Rio de Janeiro? Se acreditamos que o futebol, assim como outros esportes, durante toda a década de 20 é uma prática da elite, podemos aferir a possibilidade desta hipótese.

Cabe, nesta pesquisa, discutir as formas de organização dos jogos, dos campeonatos, das próprias ligas e federações e da articulação destas com entidades desportivas de outros estados, principalmente de São Paulo, onde o futebol também penetrou com muita relevância.

Outra informação importante sobre o tema é o olhar da imprensa carioca e fluminense sobre as questões discutidas sobre a organização do esporte, sobre a questão amadorismo x profissionalismo, vida pessoal e cotidiana dos jogadores, etc. Ainda neste caminho, não poderíamos nos esquecer, principalmente diante de acontecimentos atuais, da questão da discriminação racial no mundo do esporte, que na verdade era o próprio reflexo da sociedade brasileira no início do século XX[iv]. É interessante, todavia, perceber como este racismo adquire uma postura peculiar no universo esportivo, transformando inclusive, para alguns autores e imprensa, jogadores negros em heróis míticos e redentores.[v]

Como a pesquisa ainda está em andamento, pretendo seguir uma metodologia inicial, descobrindo uma bibliografia mínima sobre futebol e sociedade no período das décadas de 20 e 30. Ainda que não haja uma literatura extensa sobre o esporte neste período, é fundamental conhecer a sociedade carioca e fluminense, seus hábitos, relações sociais, práticas políticas,

características econômicas, etc. Posteriormente, estarei dispondo de dois outros caminhos: a procura por arquivos de jornais da época sobre o tema e o arquivo de documentação e dados na FERJ – Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro e nos próprios clubes.

Notas

[i] A discussão sobre o impacto do racismo no futebol, nas primeiras décadas do século XX, vem causando uma boa polêmica. Antonio Jorge Soares acredita que as barreiras criadas à prática deste esporte eram mais sociais do que raciais. Já outros autores, como, por exemplo, Ronaldo Helal e Cesar Gordon Jr. rebatem esta tese, valorizando as práticas racistas existentes no cotidiano do clube de futebol e da própria sociedade. Ambas as opiniões podem ser encontradas em HELAL, Ronaldo; SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLO, Hugo. A Invenção do País Futebol; Mídia, Raça e Idolatria. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

[ii] Discuti esta questão na mesa-redonda "Futebol Carioca – A Gênese da Cartolagem" realizada na Semana de Extensão 2002 "Tecnologia e Cidadania: Inovações e Desafios Sociais", sediada no CEFET/RJ e que deu origem ao artigo "As Ligas de Futebol e as Estratégias dos Cartolas: Um Capítulo da História do Futebol Carioca", publicado na Síntese dos Trabalhos e das Atividades deste evento.

[iii] Cabe lembrar que na década de 20 o profissionalismo ou semiprofissionalismo era negado em nome da nobreza do esporte amador, sem interesses lucrativos. Apenas em 1933, o futebol se torna profissional no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

[iv] Nos últimos meses tem se registrado várias manifestações racistas de torcida e jogadores, principalmente na Europa.

[v] Refiro-me principalmente a obra de Mário Filho, O Negro no Futebol Brasileiro, cuja primeira edição foi publicada em 1947 e a segunda, acrescida de dois novos capítulos, em 1964. Esta obra é uma fonte histórica extremamente relevante para o estudo do futebol no Brasil e foi relançada recentemente (2003) pela FAPERJ e Editora Mauad.

PIRACICABA: UM HOMEM, UMA CIDADE

André Dela Vale
Unimep/Capes

Introdução:

Estudar as representações de Brasil que a cidade de Piracicaba (cidade do interior paulista) produzia no período da Primeira República é o que pretendemos fazer no percurso da pesquisa e dissertação de nosso mestrado. Para tal escolhemos estudar mais profundamente a obra de um autor muito referenciado nesta cidade: Tales de Andrade. Tales de Andrade ficou muito conhecido no Estado de São Paulo por escrever várias obras de literatura infantil, utilizadas como leitura obrigatória nas escolas públicas desse Estado.

Nessas obras, Tales de Andrade trabalhava temas como a relação campo-cidade, o caráter do homem, a natureza, construindo o que podemos chamar de "projeto civilizatório", ou uma representação ideal de homem e de Brasil.

Nesse trabalho analisaremos como o escritor Tales de Andrade constrói sua representação de Brasil através das obras "A Filha da Floresta"[1] de 1917 e "Saudade"[2] de 1919.

A Visão de Cidade

No seu livro "Saudade" Tales de Andrade relata a vida de Mário, personagem que vive no campo e que se muda para a cidade com sua família. Nessa mudança é que podemos observar a visão de cidade de Tales de Andrade, narrada através de seu personagem Mário. Assim narra Mário:

> *"A nossa vida ficou muito diferente.*
> *Mamãe obrigava-me a andar bem vestido o dia inteiro. Isso, para mim, era um verdadeiro castigo."*
> *" Em nossa casa a mobília era nova.*

Havia um guarda-roupa com um espelho comprido onde eu me enxergava dos pés à cabeça. A mesa de jantar ficava maior ou menor, conforme a gente quisesse. Na sala de visitas estenderam um tapete, onde se via uma onça pintada.
Mamãe vivia ralhando comigo, com receio de que eu estragasse o verniz dos móveis ou engordurasse o assoalho.
Eu teimava em pedir-lhe que me armasse a rede ao canto da varanda.
De manhã até a noite batiam palmas ao portão ou faziam soar a campainha. Aquilo parecia não ter fim, enjoava a gente. Era o padeiro, o leiteiro, o verdureiro, o peixeiro, o carteiro, o mascate, o cego, o aleijado e mil outras pessoas que iam oferecer alguma coisa ou pedir, ou visitar mamãe e acompanhá-la nos passeios." [3]

Notamos, primeiramente, que Mário se sente desconfortável, há um estranhamento com relação à vida citadina. A cidade é o lugar do moderno, de novos artefatos, de uma vida agitada e, porque não dizer, acelerada. É um novo ritmo de vida, o contato com muitas pessoas é constante.

Também é possível notar que esse estranhamento de Mário com a vida na cidade se dá por uma forte disciplinalização, já que deve "andar bem vestido" e ter cuidado com o assoalho. Essa disciplinalização para Mário é um "castigo". A cidade é o lugar do controle, da norma, de uma conduta regrada e severa, ou seja, é a falta de liberdade. É o lugar em que o comportamento deve ser "polido", controlado, para que não se "estrague o verniz dos móveis".

Mário vê na cidade um lugar de avanços, de novidades e inventos, de tecnologias e ciências, mas é uma vida por demais agitada e castigante. É a descoberta e o enjôo ao mesmo tempo, um lugar de contradições, como podemos ver nesse outro fragmento narrado pelo personagem Mário:

"Dantes, quando possuía a fazenda, tudo parecia cair do céu por descuido. Não pagava aluguel de casa, não pagava água, lenha, café, feijão, arroz,

batatas, cebola, banha, leite, queijo, manteiga, frangos, ovos, verduras, frutas, flores.....
Agora? A despesa, já despropositada, crescia cada vez mais. Tudo custava muito dinheiro. Mas não era só isso. Percebia-se [o pai de Mário] explorado pela maioria dos que o rodeavam. Ainda naquele dia arranjara mais um desafeto. E por quê? Somente porque não lhe emprestara certa quantia de dinheiro que estava no banco.
Qual! Era preciso mudar de vida. Era forçoso acabar com aquilo. Era necessário gastar menos, senão, ao cabo de algum tempo, chegariam à miséria. "[4]

A cidade também é o lugar do comércio, de relações financeiras, um lugar que possibilita, ao mesmo tempo, o sucesso e a ruína, a abundância e a miséria. É o lugar do sucesso e da incerteza. Na cidade o homem pode conhecer a fortuna, o desenvolvimento científico e tecnológico, mas pode ser um lugar perigoso e traiçoeiro para as pessoas, principalmente as simples e trabalhadoras do interior. A ingenuidade e a falta de sorte poderiam levar facilmente as pessoas à falência.

A Visão do Campo

Tales de Andrade cria uma imagem do campo em seu livro "Saudade" oposta à imagem de cidade, como podemos observar nessa passagem em que o personagem Mário narra uma conversa sobre os prejuízos de se morar na cidade:

" – Que saudade da fazenda, disse papai suspirando. O senhor não calcula, seu Ferraz, o meu arrependimento por ter abandonado a liberdade do sítio. Ao vender a fazenda, fiz a maior asneira da minha vida.
– Também penso nisso, afirmou o seu Ferraz. A cidade tem os seus encantos: ruas bem arranjadas, igrejas, teatros, mercados, iluminação, automóveis, muita gente e tantas coisas boas, mas também tem outras que só nos causam desgosto e dão prejuízos." [5]

O campo, ao contrário da cidade, é o lugar da certeza, da vida simples e bem vivida e, principalmente, da liberdade. Liberdade de se andar, de maiores espaços, e de comportamentos menos normatizados e polidos; isso não significa dizer que o campo é o lugar da impunidade, mas sim de uma liberdade de ser rústico, onde as aparências valem menos, onde os modos são menos sofisticados.

Há no campo uma certeza de sobrevivência, uma tranqüilidade pela abundância de alimentos. Nesse sentido, a cidade passa a ser entendida como o lugar do perigo, como podemos verificar nesse outro fragmento:

> *"- E o senhor não fala do perigo dos veículos em disparada. Lembre-se de que sempre há por aí um caso novo de uma desgraça. É um homem com as pernas quebradas, é uma criança esmagada...*
> *- E as doenças, seu Ferraz?*
> *- É verdade. Só poeira... só a poeira quantas moléstias não espalha! Basta falar da tuberculose. Depois há sempre as epidemias de gripe, de sarampo, caxumba, catapora, dor-d´olhos, coqueluche...Alastram-se espantosamente."* [6]

A cidade é como a poeira. Poeira no sentido de um impedimento de ver o que realmente a cidade é. A poeira esconde e espalha os perigos da cidade como uma epidemia. Para Tales de Andrade, a cidade é o lugar da doença, da praga, do perigo. A cidade se transforma de algo bom (conhecimento científico, invenções) em algo medonho e assustador como um monstro (representando a miséria, o insucesso da vida moderna).

Um Homem Escolhe o Campo.

Até aqui mostramos as diferenças físicas entre o campo e a cidade que Tales de Andrade constrói, mas ao analisarmos o conto "A Filha da Floresta" fica claro que Tales de Andrade também propõe a escolha do homem do campo como modelo de trabalho e de trabalhador. Não só o ambiente campestre é melhor, mas o homem também o é.

Em “A Filha da Floresta” Tales de Andrade conta a história de uma família que vive na cidade e é muito rica. O pai do personagem Samuel (protagonista) quando percebe que o filho já está em sua mocidade lhe pergunta o que este deseja ser na vida e o que mais desejaria possuir na terra. O pai de Samuel, desejoso de descobrir a vocação de seu filho, oferece–lhe várias possibilidades como por exemplo “viver no ar”, “viver no mar”, na cidade grande ou mesmo no campo.[7]

Para cada profissão o pai de Samuel lhe fornece uma variedade de atrativos. Caso Samuel escolhesse o mar o pai lhe enviaria para uma escola naval, sendo que depois o deixaria a cargo de um grande capitão, assim o filho poderia percorrer os sete mares e diversos continentes. O mesmo aconteceria se o filho escolhesse o ar, sendo mandado para uma escola de aviação, podendo assim voar até “altas regiões da atmosfera”. Caso o filho escolhesse viver na cidade grande, o pai lhe enviaria para o Rio de Janeiro, assim este poderia estudar em um colégio de renome, obteria diploma e trabalharia na área que escolhera.

No entanto, Samuel não se interessa por nenhuma das possibilidades que o pai lhe oferece, isso vai mudar somente quando o pai lhe fala da vida no campo. Vejamos o fragmento a seguir:

> *“-Como é a vida no campo, papai?*
> *- Viver no campo, meu filho, é viver na simplicidade; é viver com a natureza e encantado pela natureza. Viver no campo é não se importar com o luxo, é não se importar com a fama. Viver no campo, é amar as plantas, é amar as fontes.... Viver no campo é amar o trabalho, é produzir, é diminuir a miséria, é amar a pátria, é amar os homens, é amar a vida. Diga-me, com sinceridade: você quer viver assim?*
> *- Quero, papai. Quero viver assim!”* [8]

O pai de Samuel afirma que o campo é um lugar diferenciado dos outros, pois nesse há uma preocupação com a pátria, com o homem brasileiro, na medida que o trabalho do homem

rural promove um melhora na vida social das pessoas, diminuindo a fome. O campo é o lugar do trabalho, do homem honesto, correto, preocupado com natureza e com a vida dos outros. O homem do campo é engajado, é uma fonte de produção para o país. Nesse sentido, é desse homem que o Brasil precisa.

Um outro aspecto que gostaríamos de salientar é que Tales de Andrade ao escrever esse conto escolhe o homem do campo como modelo de homem para o Brasil, já que é ele quem está preocupado com a vida dos seus semelhantes, com a proteção do ambiente e é ele a fonte de produção brasileira. Entendemos que Tales de Andrade constrói através do homem do campo seu modelo ideal de homem. O Brasil precisa mais do homem do campo do que qualquer outro homem. E importante, faz isso sem desmerecer as demais profissões existentes.

Um Modelo De Brasil

O que fizemos até agora foi esboçar as visões de campo, cidade e de homem segundo Tales de Andrade. Para Tales de Andrade o homem do campo é o tipo ideal para a nação brasileira, já que este se vê integrado com a natureza e é ele quem, no Brasil, produz. O campo também é escolhido por Tales de Andrade como lugar, meio, adequado para o Brasil, pois o campo se encontra longe dos problemas de que uma cidade dita moderna apresenta. Tales de Andrade aborda o campo como um lugar saudável, o oposto da monstruosidade da cidade, no entanto, surge um impasse: a vida moderna, a ciência e o conhecimento são produtos da cidade e não da vida saudável do homem do campo. A solução desse impasse está, segundo Tales de Andrade, com a educação.

A educação passa a ter uma posição fundamental na obra de Tales de Andrade, por considerá-la como o único meio de superar o impasse entre o homem, o campo e a cidade. Andrade entende que a educação é a única maneira de se transformar o homem do campo sem

tirar dele a liberdade e, ao mesmo tempo, injetar vida nova na cidade, vida essa trazida do campo, ou seja, a educação deve dar harmonia entre o campo e a cidade.

O solução que Tales de Andrade apresenta no livro "Saudade" é o exemplo da "Escola de Agricultura Luiz de Queiroz"[9], pois essa escola tem sua atenção voltada para a produção rural, mas ao mesmo tempo desenvolve inovações e tecnologias típicas da modernidade. Essa escola passa a ter um sentido simbólico muito importante, já que é o exemplo da harmonia desejada por Tales de Andrade, mas também porque essa escola foi construída no perímetro urbano, mas é ao mesmo tempo uma fazenda, ou seja, é a união de um conhecimento científico próprio da cidade, em um espaço que é destinado e funciona como uma área rural. É a união da saúde e vida do campo, com a tecnologia e modernidade da cidade, em uma instituição pública e escolar. A escola une e dá harmonia ao campo e à cidade. De um lado leva a saúde do campo à cidade e por outro fornece técnicas modernas ao produtor agrícola.

Tendo em vista a argumentação de Tales de Andrade, percebemos que a cidade de Piracicaba passa a ter um papel fundamental, pois é ela quem primeiro conseguiu tão bem unificar e harmonizar o campo e a cidade no Brasil. Piracicaba passa a ser um exemplo e modelo de civilização para todo o país. A possibilidade de ser civilizado é conseguir ter a saúde e liberdade da vida no campo e, ao mesmo tempo, conseguir produzir inovações tecnológicas e científicas. É conseguir levar vida nova à cidade, para que essa consiga se desenvolver e modernizar-se.

Ser civilizado é ter o campo e a cidade em harmonia e, segundo Tales de Andrade, Piracicaba não só conseguiu essa façanha como torna-se um modelo para todo o país. Ser civilizado é ser como Piracicaba, é ser como o homem de Piracicaba.

Tales de Andrade constrói, portanto, sua representação de Brasil segundo um modo de vida típico do interior paulista. O Brasil, segundo essa representação, deve se engajar no campo, na produção agrícola, deve levar alimentos e vida para todo o país. O brasileiro ideal,

conseqüentemente, vai ser o piracicabano, o homem do interior paulista, pois este consegue harmonizar o campo e a cidade.

Fica evidente que se trata de escolhas arbitrárias, políticas, mas que estão extremamente integradas com o período histórico da escritura dessa representação de Brasil, basta lembrar que a Primeira República foi muito influenciada pelo que ficou conhecido como "política do café-com-leite"[10], política esta encabeçada pelos produtores de café do Estado de São Paulo. Entendemos que a representação de homem e de Brasil de Tales de Andrade pode ser interpretada como uma defesa da participação e mesmo afirmação de São Paulo na vida política, econômica e social do Brasil.

Tales de Andrade escolhe a cidade de Piracicaba e o piracicabano como modelos de cidade e de homem para o Brasil.

---

[1] **ANDRADE**, Thales Castanho. *A Filha da Floresta* – Coleção Encanto e Verdade. Prefeitura do Município de Piracicaba/Secretaria de Ação Cultural, 1998.
[2] **ANDRADE**, Thales . *Saudade.* São Paulo: Editora Nacional, 64º Edição, 1974.
[3] Idem, Ibidem, p. 12 e 13.
[4] Idem, Ibidem, p. 15.
[5] Idem, Ibidem, p. 19 e 20.
[6] Idem, Ibidem, p. 21.
[7] **ANDRADE**, Thales Castanho. *A Filha da Floresta* – Coleção Encanto e Verdade. Prefeitura do Município de Piracicaba/Secretaria de Ação Cultural, 1998, p. 3, 4, 5 e 6.
[8] Idem, Ibidem, p. 7.
[9] Essa escola atualmente chama-se "Esalq", Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que se encontra incorporada à USP.
[10] Uma outra influência muito forte na Primeira República foi a atuação do PRP (Partido Republicano Paulista), partido muito forte na cidade de Piracicaba.

A CIÊNCIA DO CAFÉ: AS CIÊNCIAS NATURAIS A SERVIÇO DO COMPLEXO CAFEEIRO PAULISTA NA DÉCADA DE 1920

André Felipe Cândido da Silva* - PPG-FIOCRUZ

O presente trabalho trata da praga que afetou os cafezais paulistas e da comissão científica constituída pelo governo de São Paulo para solucionar o problema. Embora introduzida no início da década de 1910, a praga adquiriu notoriedade ao assumir índices elevados, por volta de 1924, quando Fausto Penteado, fazendeiro de Campinas, comunicou ao secretário de Agricultura Gabriel Ribeiro dos Santos, a presença do mal entre seus cafeeiros. Nos últimos dias de maio de 1924, marco inicial do presente estudo, a praga ganhou as páginas da imprensa, suscitando a mobilização do governo, com a formação da Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira. Esta, estruturou a campanha de combate à praga através de um aparato que incluiu uma estrondosa campanha de divulgação científica. O efeito último deste episódio foi a criação do Instituto Biológico de São Paulo, em 1927, que, levando à frente o plano de debelação da praga, implementou pela primeira vez no Brasil, em 1929, o Controle Biológico, data que baliza o recorte temporal do nosso objeto.

Quando a praga tornou-se assunto na imprensa em findos de maio de 1924, já era de domínio geral nas redes informais de sociabilidade da metrópole paulista, principalmente nos clubes de lavradores. Tão logo o secretário de Agricultura recebeu a comunicação feita em 15 de maio por Fausto Penteado, ele pôs-se em direção à Campinas para atestar pessoalmente a extensão do mal. Viu-se que tratava de um inseto broqueador do café, embora o entomologista da secretaria de Agricultura, Adolfo Hempel, não tivesse chegado a uma identificação exata do parasita[1].

As notícias que comunicavam a ocorrência da praga, o fizeram em um tom alarmista, na qual era enfatizada a ameaça que o caso representava para a base da economia nacional. De fato, no contexto de meados da década de 1920, o café produzido por São Paulo representava

¾ das exportações brasileiras. Nessa altura, as ferrovias riscavam as planícies e colinas de grande parte do estado, com seus troncos e ramificações criadas para atender às demandas da cafeicultura, e a capital assumia ares de metrópole, num processo súbito de modernização urbana, aliado ao crescimento populacional contínuo desde as últimas décadas dos oitocentos[2]. A lavoura cafeeira firmava-se como empreendimento tipicamente capitalista, com diversificação de investimentos pelos fazendeiros em setores como construção civil, ferrovias, atividades financeiras e indústrias[3], caracterizando-se a partir daí como classe urbana e cosmopolita, e não mais acastelada em unidades autárquicas de produção rural, tais como as fazendas tradicionais do Vale do Paraíba[4]. Com isso, a categoria referida coletivamente como "burguesia cafeeira" ou "oligarquia cafeeira paulista", era dotada de rica complexidade, abarcando elementos díspares e até mesmo conflitantes, embora todos assentados nos louros da preciosa rubiácea. Era uma categoria marcada por fissuras internas, concretizada na multiplicidade de agremiações agrícolas e na polifonia dissonante dos fazendeiros diante das intervenções estatais para manutenção dos preços do café[5].

Enquanto uma facção da oligarquia cafeeira dominava o aparato do governo federal via Partido Republicano Paulista, guiando as políticas públicas de acordo com seus interesses; no estado engrossava as fileiras de setores oposicionistas que passavam a externalizar suas exigências e descontentamentos[6].

A aparição de um minúsculo inseto causou apreensão e celeuma nesse cenário de pujança material e complexidade sociológica. Desde as primeiras notícias, suspeitava-se que o agente que ora atacava os cafezais paulistas fosse o mesmo que devastara anos antes a cafeicultura em Java e Sumatra, colônias holandesas do sudeste asiático. Isso provocava ainda mais inquietações entre aqueles ligados ao complexo cafeeiro. Em 1919, Edmundo Navarro de Andrade, agrônomo e engenheiro florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, publicou no "*Estado de São Paulo*" relatório de sua excursão àquela região, em que narrava o

cenário desolador resultante da ação do inseto e alertava para o perigo daquele agente ser introduzido nos cafeeiros paulistas[7].

A atitude imediata do governo paulista foi a convocação dos cientistas Arthur Neiva e Ângelo Moreira da Costa Lima para dar combate à praga. Tão logo chegaram em São Paulo, Neiva e Costa Lima puseram-se a estudar o inseto a fim de uma identificação taxonômica acurada[8].

Arthur Neiva havia se notabilizado como "discípulo de Oswaldo Cruz", por ter integrado a comunidade primitiva de pesquisadores de Manguinhos, onde empreendeu importantes estudos em entomologia médica, principalmente sobre a biologia dos triatomídeos, os populares "barbeiros". Estudando tais insetos, Neiva elucidou o mecanismo de transmissão da moléstia de Chagas. Além disso, Neiva havia estado entre 1915 e 1916 na direção do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires e à frente do Serviço Sanitário de São Paulo durante o governo de Altino Arantes (1916-1920). Quando convidado pelo governo paulista para capitanear os estudos sobre a broca do café, Neiva dirigia o Museu Nacional, cargo que ocupava desde 1923[9].

Costa Lima também era pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz e estava envolvido em estudos sobre entomologia médica e agrícola, tendo sido professor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, no Rio de Janeiro. Dono de uma extensa produção científica, Costa Lima foi autor de uma dos mais completos levantamentos da fauna de insetos brasileiros, na coleção denominada "Insetos do Brasil".

Tanto Neiva quanto Costa Lima estavam ligados à pesquisa entomológica, tradição de estudos que se consolidava no Brasil, e que teve no Instituto de Manguinhos um dos seus limbos de institucionalização, devido ao envolvimento daquela instituição com a medicina tropical e conseqüente desenvolvimento de suas disciplinas correlatas; tal como a entomologia médica.

. A identificação taxonômica do inseto feita por Neiva e Costa Lima confirmava as suspeitas; o inseto que ora atacava os cafezais paulistas era o *Stephanoderes hampei*, o mesmo que havia assolado a cafeicultura nas Índias Holandesas. O inseto era de origem africana e não apenas atacara Java e Sumatra, como o Congo Belga e países da América Central[10].

Diante de tal constatação, o governo de São Paulo decretou a imediata proibição do embarque de café das zonas infestadas pelas ferrovias, principalmente Campinas. Ao ver sua rotina de produção atravancada, os cafeicultores campineiros procuraram amenizar a gravidade do caso, qualificando o alarmismo propugnado pela imprensa paulista como "ruidosa celeuma", "excesso de zelo e inútil espalhafato" e como campanha leviana de difamação contra Campinas, desmoralização que teria por fim semear o descrédito contra a lavoura campineira[11].

Um dos argumentos dos cafeicultores campineiros defendia que entre eles o mal era conhecido de longa data, que sua marcha de difusão era lenta e, portanto, não tinha o caráter ruinoso que se queria lhe atribuir. Falava-se que há pelo menos oito ou dez anos a praga estava abrigada entre os cafeeiros de Campinas. Porém, a partir de meados de 1922 a praga começou a tomar maiores proporções. Naquele ano, um fazendeiro comunicou ao Instituto Agronômico de Campinas a ocorrência da praga, cujo diretor limitou-se a fazer uma publicação no Boletim de Agricultura[12].

Isso provocou um intenso debate na imprensa, em que Arthaud- Berthet diretor da mais importante instituição de pesquisa agrícola do Brasil, era responsabilizado pela introdução do parasita no país quando da importação de mudas exóticas de café. Arthaud- Berthet foi duramente recriminado pela inércia e negligência diante da comunicação dos fazendeiros e pela irresponsabilidade na importação de plantas contaminadas, provocando um inquérito que acabou por afastá-lo da direção do Instituto[13].

Em junho de 1924, o governo optou por congregar os estudiosos Arthur Neiva, Costa Lima e Edmundo Navarro de Andrade em uma Comissão que direcionasse a campanha de

combate à praga. Intitulada “Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira”, tornou-se permanente a partir de agosto de 1924, quando Costa Lima foi substituído por Adalberto Queiroz Telles, então diretor de Agricultura de São Paulo[14].

Em 10 de junho de 1924, o primeiro relatório foi entregue ao secretário de Agricultura, resultante dos estudos empreendidos pelos cientistas, e na qual eram enumerados os municípios infestados e os meios de combate. Entre estes estava o repasse, que consistia na retirada de todos os frutos remanescentes após a colheita, a destruição de cafeeiros abandonados, fonte de abrigo e proliferação do inseto, e o expurgo do café colhido[15].

O discurso da Comissão tornou-se hegemônico frente à proposição de meios alternativos de combate, como a sugestão dos lavradores de queima dos cafezais infestados com indenização paga pelo governo estadual.

Para que o comércio cafeeiro não ficasse comprometido, foi exigida a construção de câmaras de expurgo de café em todo o território do estado, além da instalação em Santos e São Paulo de câmaras para expurgo da sacaria vazia, objeto de disseminação do inseto. Um esquema de fiscalização baseado na divisão do estado de São Paulo em inspetorias submetidas a um inspetor geral, foi montado para garantir a observância da prática do expurgo entre os lavradores. Com isso, a Comissão foi constituindo um extenso aparato de estudos e controle da cafeicultura que fez com que assumisse a configuração de uma instituição de pesquisa científica, a despeito do seu caráter pragmático.

A divulgação do sulfureto de carbono, formicida rotineiramente usado na agricultura, como melhor produto empregado no expurgo, fez com que seu preço disparasse no mercado. Diante disso, Neiva fez um acordo com as principais indústrias químicas de São Paulo, na qual o preço do sulfureto era fixado e seu grau de pureza submetido à averiguação constante pelo laboratório de química da Comissão[16].

Uma vez determinadas as medidas, fazia-se necessário que fossem amplamente acatadas. A interdependência representada pela contigüidade das plantações de café tornava

premente que uma campanha de divulgação atingisse todos os interstícios do complexo cafeeiro. Tal campanha incluía comunicações regulares nos jornais "*O Estado de São Paulo*", "*Jornal do Commercio*", "*Correio Paulistano*" e "*Fanfulla*", em coluna intitulada "*A Broca do Café*". Inicialmente os comunicados eram semanais, tornando-se quinzenais a partir de 1925.

Tais comunicados interagiam a sociedade do andamento da campanha, mas visavam, acima de tudo, inculcar a necessidade de observância das medidas preconizadas pelos cientistas. O repasse, afirmado como medida central de combate, foi o cerne dessas comunicações, em que era atestada a sua eficácia e imprescindibilidade, através da divulgação de estatísticas mobilizadas como retórica de força.

O serviço de publicidade da diretoria de Agricultura produziu uma série de 21 publicações da "Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira". Entre tais publicações contava-se o relatório entregue ao secretário de Agricultura, cartazes ricamente ilustrados que eram afixados em lugares públicos e folhetos eminentemente técnicos com informações dirigidas aos "iniciados" nas ciências agronômicas.

Preocupada em atingir os pequenos sitiantes, geralmente antigos colonos, em sua maioria analfabetos; a Comissão publicou uma cartilha ilustrada que foi distribuída nas escolas rurais, intitulada "*Histórias de um Bichinho Malvado*". A estratégia consistia em fazer com que as crianças, que auxiliavam os pais na colheita, lhes transmitissem as informações adquiridas sobre a praga e os meios de lhe dar combate através da leitura da cartilha.

Com vistas à maior vulgarização das medidas de combate, a Comissão Científica, ao lado da produtora de cinema, "*Independência Omnia Films*", confeccionou a película "*A Broca do Café*", em que o ataque do inseto ao grão de café, seu ciclo de vida e os meios de debelá-lo eram minuciosamente registrados pelas lentes da objetiva. O filme foi distribuído em todo o interior do estado, com exibições públicas em 105 municípios que totalizaram o número de 104.634 expectadores em 232 sessões. Desse modo, acreditava-se que seria possível atingir

os “espíritos incultos e acanhados” que buscavam diminuir a importância da praga, negando o caráter de gravidade a ela imputado[17].

O imperativo de dotar São Paulo de um aparato de pesquisa que privilegiasse os estudos concernentes ao café e sua vigilância fitossanitária, bem como o aumento das atribuições da Comissão e a correlata necessidade de aumentar suas dependências; levou à criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal em dezembro de 1927. A direção do Instituto foi entregue a Arthur Neiva, que permaneceu à sua frente até 1930.

Uma das principais atribuições da nova instituição era continuar os estudos concernentes ao combate à broca, que ainda afligia os cafeicultores. Embora a comissão tivesse sido formalmente extinta, na prática seus membros foram incorporados ao quadro de pesquisadores do Instituto Biológico.

Diante do recrudescimento da praga em 1928, Arthur Neiva enviou Adolfo Hempel como entomologista do Biológico para Uganda, berço da praga, a fim de estudar e otimizar a importação da vespa-de-Uganda, parasita natural do *Stephanoderes*.

O Controle Biológico, cujas raízes epistemológicas assentava-se na idéia de “equilíbrio da natureza”, veiculada no século XVII e incorporada à nascente ecologia no final do XIX, era pioneiramente adotado no Brasil como estratégia de combate a uma praga da agricultura.

Embora a hipótese de empreender o controle biológico tivesse sido aventada desde as primeiras notícias da praga, somente após o estabelecimento de um arcabouço institucional é que se tornou possível sua efetivação.

O café, com sua força econômica e influência política, atuou como um vetor que possibilitou, ao lado de outras forças atuantes, o desenvolvimento das ciências no Brasil, e contribuiu para sua institucionalização e implementação de métodos inovadores de prática científica. Ao revestir-se de caráter assumidamente pragmático, quando em socorro da economia cafeeira em risco, as ciências ganharam impulso através da criação de um instituto de pesquisa agrícola; do aprimoramento das estratégias de divulgação, que a partir da

campanha de combate à broca passaram a ver o cinema como um meio útil de vulgarização da informação, e da adoção de práticas originais, como Controle Biológico, que passou a ser tomado como medida de combate à outras pragas da lavoura.

O caso aqui descrito não somente resgata um episódio importante da história da economia e das ciências no Brasil, como lança luz sobre o conturbado contexto de São Paulo na década de 1920, quando um inimigo minúsculo operou o reordenamento de forças ligadas ao complexo cafeeiro. O discurso da ciência efetuou transformações que vincaram o panorama da cafeicultura paulista naquela ocasião. A partir dali, obrigados a conviver com um "sócio forçado", os fazendeiros tiveram que fazer um desvio aos laboratórios da Comissão Científica de Arthur Neiva a fim de ganhar domínio sobre o mal que os ameaçava.

---

* Mestrando do programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

[1] Neiva, A. 1928. Os trabalhos da Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira desde o seu início. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, 1928.
[2] Sevcenko, N. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
[3] Sobre as relações entre capital cafeeiro e industrialização, ver Silva, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
[4] Lapa, J.R.A. A economia cafeeira. São Paulo: Brasiliense, 1983.
[5] Perissinoto, R. M. 2000. Estado e capital cafeeiro em São Paulo: 1889-1930. São Paulo: FAPESP.
[6] Perissinoto, 2000, *op. Cit.*
[7] *"O Estado de São Paulo"*. Uma praga do cafeeiro. São Paulo, 06 de junho de 1924.
[8] Neiva, 1928, op. Cit., p. 5.
[9] Borgmeier, T. Arthur Neiva: A propósito do seu 60o aniversário natalício. *In* Revista de Entomologia, Rio de Janeiro, vol. 11, fasc. 1-2, junho 1940.
[10] Oliveira Filho, M.L. (1927). Contribuição para o conhecimento da broca do café *Stephanoderes hampei*: (Ferr, 1867): Modo comportar-se e ser combatido em São Paulo. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.
[11] Os ataques dos lavradores campineiros foram veiculados principalmente através das páginas do jornal de Campinas "*Diário do Povo*".
[12] ''Um broqueador do cafeeiro- *Xyleborus Cofeicola N. Sp. Fam Ipidae*". Boletim de Agricultura, série 23, março/ abril 1922, nos. 3 e 4, p. 67-70.
[13] Relatório da Agricultura 1924 apresentado ao dr. Carlos de Campos presidente do estado pelo dr. Gabriel Ribeiro dos Santos. São Paulo; Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, 1925.
[14] Neiva, 1928, *op. cit.*, p. 7.
[15] Relatório da Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira apresentado ao dr. Gabriel Ribeiro dos Santos secretário de Agricultura. São Paulo, 10 de junho de 1924. Arquivo Arthur Neiva.
[16] Neiva, 1928, *op. cit.*, p. 14.
[17] Pamplona, A. Divulgação, pelo cinema, dos methodos de combate à broca do café no estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1927, p.4.

CONTROVÉRSIAS NA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA: A DEFINIÇÃO DE LOGARITMO

André Luís Mattedi Dias
mattedi@uefs.br
Universidade Estadual de Feira de Santana
Programa de Ensino, Filosofia e História das Ciências

INTRODUÇÃO

A curiosidade que levou-me à leitura do artigo *Sobre os logarithmos reaes das quantidades negativas*, publicado por Leopoldo Amaral (Belém, 1893 – Salvador, 1965) em 1930[1], transformou-se em espanto logo depois que li as suas primeiras linhas, pois, nelas, o autor questionou em termos insólitos um resultado obtido por Leonhard Euler (1707-1783) e já bem estabelecido entre os matemáticos daquela época: os números negativos não possuem logaritmos reais, mas uma infinidade de logaritmos imaginários. Insólitos porque ele considerou a possibilidade de um resultado matemático produzir uma revolução na matemática; discutiu aquele resultado já consagrado como sendo uma mera pretensão ou opinião, que teria sido adotada ou sido feita vencedora pelo proselitismo ou pela falta de maiores esclarecimentos dos matemáticos; e, finalmente, afirmou que não haveria razão matemática - muito pelo contrário - para que não fossem atribuídos logaritmos reais aos números negativos. Ora, estava acostumado a associar o termo revolução científica à Thomas Kuhn e fiquei espantado com a sua utilização uns trinta anos antes dele; acabara de ler o debate entre David Bloor e Bruno Latour sobre a história social das ciências e não imaginava que um engenheiro professor de matemática, antes mesmo de 1930, fosse explicar a história da matemática em termos de vencidos e vencedores, de opiniões e de proselitismo, principalmente para se referir a uma teoria que, àquela época, já era bastante difundida por quase todos os livros e em quase todos os cursos de matemática[2]. Curioso e espantado, comecei então a pesquisar sobre a história dos logaritmos, levantando e analisando fontes, estudando a historiografia disponível, inclusive sobre as controvérsias a respeito da natureza dos logaritmos dos negativos, que envolveram inicialmente Jean Bernoulli (1667-1748) e

Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e posteriormente Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) e o próprio Euler. Nesse trabalho, apresento os primeiros resultados dessa minha pesquisa.

NÚMEROS NEGATIVOS PODEM TER LOGARITMO?

Ao longo do século XX, a grande maioria, senão a totalidade dos textos matemáticos trazem uma definição de logaritmo de números reais que exclui *a priori* os números reais negativos do seu universo de validade, isto é, definem o logaritmo ora como uma das operações inversas da potenciação, ora como a função inversa da exponencial, ou mesmo como a área de uma região do plano delimitada pelo gráfico de uma certa hipérbole[3]. Nesses três tipos de definições dos logaritmos de números reais, os negativos são excluídos do universo para o qual essas definições se aplicam. Do ponto de vista lógico-matemático hegemônico atualmente, somente quando são definidos os logaritmos dos números complexos, como uma das operações inversas da potenciação, é que também ficam definidos os logaritmos dos números negativos, demonstrados como sendo uma infinidade de imaginários.[4]

Todavia, Felix Klein (1849-1925), um dos mais proeminentes matemáticos da sua época, chegou a classificar como “um tanto arbitrárias” — até mesmo como “uma convenção autoritária” — as chamadas estipulações que resultam na exclusão dos negativos do domínio real da função logarítmica, uma vez que, de acordo com ele, suas razões não seriam tão evidentes como normalmente se supõe. Ele enfatizou como certas dificuldades eram evitados e não eram explicadas satisfatoriamente já desde aquele tempo[5]. Portanto, diante das considerações de Kline, não seria estranho que um curioso perguntasse se não seria possível que os logaritmos fossem definidos de alguma outra forma, de modo que os números negativos pudessem ter logaritmos reais.

Ora, como mostra Elon Lages Lima, um proeminente matemático brasileiro, é perfeitamente possível definir uma função no conjunto dos números reais com quase as mesmas propriedades algébricas da função logarítmica usual, de modo que os números negativos sejam incluídos no seu domínio. Ou seja, a função logarítmica não precisa

necessariamente ser definida como a inversa da exponencial; é possível defini-la de uma outra forma, de modo que seja preservada a propriedade básica log xy = log x + log y, ainda que o acréscimo da propriedade log x = log (-x) implique na perda da propriedade $a^{\log x} = x$, que somente valeria na forma $a^{\log x} = |x|$.[6]

HISTORIOGRAFIA DOS LOGARITMOS OU APOLOGIA DA GENIALIDADE

Todas essas considerações acima conduziram-me ao âmbito da história e das suas narrativas: quais definições e propriedades dos logaritmos foram propostas, adotadas e trabalhadas até que fosse institucionalizada a definição hegemônica atual? Como ocorreu o processo de institucionalização da definição hegemônica atual de logaritmo? Quais os atores envolvidos? Quais debates, polêmicas ou controvérsias houve? Em quais fóruns? Quais foram os argumentos apresentados? Quais foram os aceitos? Quais foram os refutados? Quem foi vencedor, quem foi vencido? Como a historiografia responde a essas perguntas?

Essas questões ganham maior relevância ainda quando se nota que as respostas para essas questões históricas ainda não foram apresentadas ou, se foram, normalmente seguem um padrão canônico, estejam contidas em manuais didáticos, em artigos de divulgação[7], de atualização ou mesmo em compêndios de história[8]: Euler é o grande herói, apresentado como o marco definitivo que separa a pré-história da história dos logaritmos, como aquele que separa o erro da verdade, a irracionalidade da racionalidade, como aquele que estabeleceu definitivamente a consistência, a objetividade, a harmonia e a beleza nesse campo da matemática. Tradicionalmente, destaca-se apenas os erros, os equívocos, a ignorância e a insuficiência teórica e metodológica de Leibniz, Bernouilli e d'Alembert, para citar apenas os mais famosos antecessores ou adversários de Euler em relação a esse assunto, enquanto se enfatiza a genialidade, os acertos, a perspicácia e a criatividade do gênio, do herói Euler.

Carl Boyer, por exemplo, constrói sua narrativa referindo-se aos fatos matemáticos bem aceitos atualmente como descobertas e percepções, embora se refira aos logaritmos reais dos números negativos como crenças erradas que dominaram o debate até que o brilhante Euler resolveu definitivamente a questão, esclarecendo a verdadeira natureza dos logaritmos. Para

Boyer, os melhores matemáticos do século XVIII, dentre os quais os Bernoulli, Leibniz e d'Alembert, deveriam ter percebido a verdade há mais tempo, já que essa jazia clara diante dos seus olhos, mas apenas o cego Euler apresentou a resposta correta para o problema! Portanto, é uma narrativa que põe em lados opostos as crenças de alguns matemáticos do século XVIII, julgadas erradas pela comparação com aquilo que se institucionalizou como correto e verdadeiro posteriormente, exatamente as idéias percebidas e descobertas somente por aquele considerado como o mais brilhante gênio matemático do século.[9]

LOGARITMOS: UMA HISTÓRIA DE CONTROVÉRSIAS

A valorização social das habilidades de cálculo ocorreu durante a transição da Idade Média para a Moderna na Europa, por um lado em decorrência da ampliação das atividades comerciais, com o conseqüente incremento da circulação e da acumulação do capital monetário, como também, por outro lado, em virtude da chamada revolução científica galileana, que promoveu a matematização da produção de conhecimento sobre a natureza[10]. Em ambos os casos, indivíduos versados nas matemáticas deveriam efetuar cálculos aritméticos com mais eficiência e precisão, seja por conta da apuração dos juros nas crescentes operações financeiras de crédito, seja para atender às demandas das novas técnicas de escrituração contábil introduzidas na organização das empresas, seja para atender aos novos procedimentos empíricos e matemáticos da investigação científica do movimento dos corpos celestes e terrestres. As primeiras tabelas de logaritmos construídas com a finalidade precípua de simplificar a realização de cálculos aritméticos foram publicadas independentemente por John Napier (Escócia,1550-1617) e por Jost Bürgi (Suiça, 1552-1632)[11] no início do século XVII.

Embora a utilização de símbolos para indicar potências e raízes de um número tenha ocorrido antes da invenção dos logaritmos, esses símbolos não estavam ainda bem difundidos, de modo que Napier e Bürgi não utilizaram qualquer notação ou conceito exponencial no seu invento[12]. Ambos basearam a construção e a explicação das suas tabelas de logaritmos, por um lado, num modelo mecânico—geométrico de pontos em movimento, por outro lado, em

certas relações entre os termos de séries geométricas e aritméticas, que já eram conhecidos pelos menos desde Arquimedes, embora não existam registros de que tivessem sido empregadas concretamente para facilitar a realização de cálculos aritméticos[13]. É importante notar que a base do sistema de logaritmos, conceito central nas definições atuais que concebem o logaritmo como operação inversa da potenciação ou função inversa da exponencial, não tem qualquer significado nas primeiras definições.

Florian Cajori, na sua monografia histórica sobre logaritmos e exponenciais, talvez o único trabalho amplo e detalhado existente sobre o assunto, salienta, dentre outras coisas, que, embora as primeiras definições de logaritmo tenham sido mais gerais que as atuais, ele não conseguiu encontrar qualquer motivo, teórico ou prático, para a discussão dos logaritmos dos números negativos até 1712, quando Leibniz publicou um artigo a esse respeito[14]. Segundo ele, a definição de logaritmo adotada inicialmente e a forma como eram construídas as tabelas logarítmicas não propiciavam qualquer consideração sobre os logaritmos dos negativos, até porque essa definição e as tabelas atendiam perfeitamente as necessidades de computação prática para as quais foram construídas. Ficou registrada apenas uma controvérsia envolvendo Leibniz e Bernoulli, que discutiram o assunto por correspondência, num ambiente marcado por forte dúvidas e questionamentos acerca da natureza dos números negativos e imaginários, que se mantiveram até o século XIX[15]. Esses aspectos são importantes para explicar a razão da controvérsia sobre a extensão da definição dos logaritmos para os negativos e imaginários e a sua duração até o século XIX. [16]

Os trabalhos que Euler escreveu sobre os logaritmos, contendo importantíssimas inovações na forma de trata-los, foram escritos, ao que tudo indica e pelo menos parcialmente, sob a influência da discussão do assunto que teve por correspondência com Bernoulli entre 1727 e 1729 e da leitura das cartas trocadas por Leibniz e Bernoulli, que foram publicada em 1745. No célebre Introductio in analysin infinitorum, seu primeiro tratado de análise, escrito entre 1743 e 1744 e publicado em 1748, os logaritmos foram pela primeira apresentados sistematicamente como exponenciais, de uma forma muito semelhante àquela que é adotada

atualmente[17]. Depois de produzir uma demonstração para a fórmula log(cos Ø+ i sen Ø) = iØ, depois batizada com o seu nome, Euler acreditou ter provado que todos os números possuem infinitos logaritmos imaginários, embora somente os positivos possuam um - único - logaritmo real. Euler também escreveu dois artigos, o primeiro, *Sur les logarithmes des nombres négatifs et imaginaires,* em 1747, somente foi publicado em 1862, enquanto o segundo, *De la controverse entre Mrs. Leibnitz et Bernoulli sur les logarithmes des nombres negatifs et imaginaires*, foi escrito em 1749 e publicado em 1751[18]. A abordagem que Euler deu ao assunto nesses dois artigos foi diferente: a demonstração apresentada no segundo artigo – que foi publicado primeiro - é baseada na utilização de infinitésimais – conceito muito discutido na época, assim como os negativos e imaginários – e não conseguiu convencer totalmente os matemáticos; enquanto a demonstração apresentada no primeiro artigo é essencialmente a mesma adotada atualmente, embora não tenha repercutido entre os matemáticos da época, justamente porque somente foi publicado em 1862.

Nesse mesmo período, quando Euler escreveu esses trabalhos, ele manteve uma controvérsia epistolar sobre os logaritmos dos negativos, desta vez com d'Alembert[19], que também escreveu um artigo sobre o assunto[20]. Nas suas cartas, Euler tentou inutilmente convencê-lo sobre a verdade das suas teses, pois d'Alembert nunca concordou com ele, nem jamais desistiu de apresentar novos argumentos a favor de sua própria tese, a saber, que os logaritmos das quantidades negativas eram reais ou que, ao menos, poderiam ser supostos como tais. D'Alembert, na verdade, continuava definindo logaritmo pela correspondência entre os termos de uma progressão aritmética e de outra geométrica, como fizeram Napier e Bürgi, e não adotou a definição da função logarítmica como inversa da função exponencial, tal como foi proposta por Euler. [21]

René Taton[22] explicou que Euler e d'Alembert mantiveram um intenso comércio intelectual, abordando a maior parte das questões então em desenvolvimento ou em discussão. Ele destacou que esse intercâmbio, que se iniciou num clima cordial de reconhecimento recíproco, foi marcado por intermináveis discussões doutrinárias e

interrompeu-se em virtude de graves desentendimentos, que culminaram com uma série de acusações contra Euler, formuladas por d'Alembert. Assim como no caso entre Leibniz e Bernoulli, as diferenças entre d'Alembert e Euler transcendiam o âmbito da teoria dos logaritmos. As relações científicas entre Euler e d'Alembert estavam inseridas num contexto intelectual mais amplo, onde se destacavam diversos problemas relacionados com o sistema de mundo newtoniano, mais especificamente, as teorias das perturbações e o problema dos três corpos. Esse autor observou que a escolha do tema do concurso de 1748 da Academia de Paris, um caso particular desse último problema, teve uma influência considerável no desenvolvimento da mecânica celeste no século XVIII e despertou a atenção de importantes sábios da época, dentre os quais Euler e d'Alembert, que se dedicaram ao estudo teórico do problema dos três corpos e à elaboração de métodos de aproximação cada vez mais precisos para o cálculo dos seus principais casos particulares. Portanto, concluiu Taton, se Euler reconheceu o virtuosismo de de d'Alembert no domínio da análise, por outro lado, ele contestou a aplicabilidade dos seus métodos para a construção das tabelas astronômicas. Assim, sintetizou o autor, eram mais teóricos os interesses de d'Alembert, que pesquisava uma "*solução analítica*" e interessava-se "*aos métodos de integração bastante singulares*", enquanto eram mais pragmáticos os interesses de Euler, que buscava a aplicação da análise para a construção de tabelas astronômicas.

Em suma, para concluir, as controvérsias da história dos logaritmos não são tratadas apropriadamente nas narrativas canônicas encontradas nos livros didáticos, compêndios de história da matemática e artigos de divulgação. Tanto a controvérsia entre Leibniz e Bernouli, quanto a controvérsia entre Euler e d'Alembert, foram marcadas por aspectos de diversas ordens, que variaram dos problemas teóricos específicos relacionados com a adoção da própria definição dos logaritmos e com as propriedades decorrentes da mesma, aos problemas teóricos e filosóficos associados aos conceitos dos números negativos e imaginários ou aos problemas institucionais que envolveram por exemplo d'Alembert e Euler. Esta constatação aponta para a necessidade de se investigar adequadamente a trajetória dessas controvérsias. Afinal de contas, como e porque, os matemáticos da época adotaram as definições propostas por Euler, aceitando suas teses sobre as propriedades dos logaritmos, mesmo com tantas dúvidas, questionamentos e contestações expressivas ainda existindo sobre o assunto?

NOTAS

1 Catedrático de geometria analítica e cálculo infinitesimal da Escola Politécnica da Bahia (1917-1965). AMARAL, Leopoldo. Sobre os logarithmos reaes das quantidades negativas. *Revista Brasileira de Matemática Elementar*. Bahia, a. 1, n. 5 / 6, p. XIII-XV, jan./fev. 1930, a. 1, n. 7 / 9, p. XVII-XVIII, mar./mai. 1930.

2 MIORIM, Maria Ângela; MIGUEL, A. . Os logaritmos na cultura escolar brasileira. Campinas: UNICAMP, Rio Claro: SBHMat, 2001.

3 IEZZI, Gelson *et al. Matemática, 1ª série, 2º grau*, p. 152; LIMA, Elon Lages. Números negativos têm logaritmo? *Revista do Professor de Matemática*. São Paulo, n. 3, p. 20-24, 2. sem. 1983, p. 21; _____. *Logaritmos*. Rio de Janeiro: SBM, 1985, p.15.

4 LIMA, Elon Lages. Números negativos têm logaritmo?, p. 23-24.

5 KLEIN, Felix. *Elementary Mathematics from an Advanced Standpoint.* New York: Dover, s.d., p. 144-145.

6 LIMA, Elon Lages. Números negativos têm logaritmo?, p. 21.

7 *Idem*, p. 22.

8 EVES, Howard. *Introdução à história da matemática*. Campinas: UNICAMP, 1997; STRUIK, Dirk J. *História concisa das matemáticas*. Lisboa: Gradiva, 1992.

9 BOYER, Carl B. *História da matemática.* 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998, p. 309.

10 BENOIT, PAUL. Cálculo, álgebra e comércio. In: SERRES, Michel. (dir.). *Elementos para uma história das ciências*. Lisboa: Terramar, 1996, v. II, p. 7-36; NEEDHAM, Joseph. Mathematics and science in China and the West. In: BARNES, Barry. *Sociology of Science.* Harmondsworth: Penguin Books, 1972, p. 30.

11 NAPIER, John. *Mirifici logarithmorum canonis descriptio*. Edinburgh, 1614. _____ Mirifici logathmorum canonis constructio. Edinbugh, 1619; BÜRGI, Jost. *Arithmetische und geometrische progresstabuln*. Praga, 1620.

12 KAUNZNER, Wolfgang. Logarithms. In: GRATTAN-GUINNESS, I. (ed.) Companion encyclopedia of the history and philosophy of the mathematical sciences. London: Routledge, 1994, p. 210-228 .

13 KAUNZNER, Wolfgang. Logarithms, p. 210, BOYER, Carl B. *História da matemática*, p. 20, p. 190.

14 *Acta Eruditorum*, 1712, p. 167-169.

15 SCHUBRING, Gert. Rupturas no estatuto matemático dos números negativos. *Boletim GEPEM*. Rio de Janeiro, n. 37/38, p. 51-64/73-93, ago. 2000/fev. 2001.

16 CAJORI, Florian. History of the exponential and logarithmic concepts, I-V. *The American Mathematical Monthly*, v. XX, n. 1 / 7, p. 5-14; 35-46; 75-84; 107-117; 148-151; 173-182; 205-210, jan./sep. 1913, p. 39.

17 EULER, Leonard. *Inrtrodution à l'analyse infinitesimale, tome I*. Traduite du latin au français par J. B. Labey. Paris: Barrois, 1796. Paris: ACL, 1987. Chap. VI: Des quantités exponentielles & des logarihtmes, p. 69-84; Chap. VII: Du développement des quantités exponentielles & logarithmiques en séries, p. 84-92.

18 EULER, Leonhard. De la controverse entre Mrs. Leibniz et Bernoulli sur les logarithmes des nombres negatifs et imaginaires. *Memoires de l'Académie des sciences de Berlim*, [5](1749), 1751, p. 139-179.

19 EULER, Leonhard. Correspondence Euler-d'Alembert. In: _____ *Opera Omnia*. Editores: A. Juskevic, R. Taton. Serie Quarta A, vol. V. Basel: Birkhäuser Verlag, 1980, p. 251-297.

20 D'ALEMBERT, J. Sur les logarithmes des quantités négatives, mémoire A. 80; Supplément. In: *Opuscules mathématiques, v. 1.* Paris, 1761, p. 180-209; p. 210-230.

21 D'ALEMBERT, J. *et. al.* Logarithme. *In: Encyclopédie méthodique: mathématiques, tome 2nd*. Paris: Panckoucke, 1785. Paris: ACL, 1987, p. 316-326.

22 TATON, René. Euler et D'Alembert. In: *Zum Werk Leonhard Eulers. Vorträge des Euler - Kolloquiums, Berlin, mai 1983*. Basel: Birkhäuser Verlag, 1984, p. 99.

Memória e experiência de professores de EMC na 11ª Coordenadoria Regional de Educação-SC (1971-1984)

André Luiz Onghero – PPG-ÚNICAMP

Profa. Dra. Maria do Carmo Martins - UNICAMP

O presente texto refere-se ao projeto de pesquisa para dissertação de Mestrado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esta pesquisa tem como objetivo geral construir uma história da disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas da 11ª Coordenadoria Regional de Ensino, situada no Oeste de Santa Catarina a partir da oficialidade e das memórias de seus professores.

Procurando primeiramente analisar os objetivos da disciplina de Educação Moral e Cívica na relação com o momento histórico-político de sua implantação, fazendo dessa forma uma análise crítica do discurso oficial. Em seguida interpretar as experiências narradas pelos professores de Educação Moral e Cívica, sobre suas práticas pedagógicas, para além das leis e normas instituídas, saber como foi sua atuação, onde e como foi sua formação, qual o material que utilizavam, a metodologia, a relação com os alunos e os demais aspectos que poderão aparecer no decorrer das entrevistas e da pesquisa.

O recorte temporal de 1971 a 1984 procura focalizar o período entre a reforma do ensino de 1971, momento importante para a implantação da disciplina, até 1984, período que corresponde a mudanças nas diretrizes curriculares que orientam tais conteúdos e que possibilitam alterações na forma de organização deste saber escolar. Vale destacar que a existência de EMC como disciplina escolar ocorre até a década de 1990.

Sem querer comprovar teorias pré-estabelecidas, esta pesquisa pretende ir em busca das memórias dos sujeitos envolvidos neste processo, através dos depoimentos orais. A utilização das fontes orais é necessária para a construção de uma história das classes não hegemônicas, possuindo um elemento que nenhuma outra fonte possui em medida igual: a subjetividade do expositor. Como afirma PORTELLI (1997) “As fontes orais

contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez" (p.31).

Então, serão entrevistados professores e professoras que trabalharam com Educação Moral e Cívica nas escolas da 11ª Coordenadoria Regional de Ensino para que, através de seus depoimentos seja possível conhecer as suas memórias, os significados e sentimentos que estes sujeitos atribuem à sua experiência vivida. Pois conforme THOMPSON (1981): "as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, (...) elas também experimentam sua experiência como sentimento (...)." (p.189)

Mesmo que seja destacado o valor das fontes orais, esta pesquisa será realizada através da problematização destas fontes orais. Também serão utilizadas fontes escritas, programas de ensino, propostas curriculares, livros didáticos, materiais de apoio para as cerimônias cívicas das escolas, leis, decretos, para que possam ser analisadas de forma crítica dialogando com os depoimentos, para sabermos até que ponto as leis e documentos escritos estavam expressando o que ocorria nas salas de aula, e também tentar descobrir se haviam resistências sutis ou declaradas.

Imprescindíveis, também os referenciais bibliográficos, teóricos, metodológicos e históricos sobre a Ditadura Militar, especialmente sobre a reforma educacional, a história do currículo, e da disciplina de EMC.

THOMPSON (1981) explica que a história tem uma lógica própria diferente das outras ciências e por isso deve desenvolver seus próprios métodos, utilizando-se das teorias como ferramentas na compreensão das evidências históricas, mas nunca buscando nas evidências a comprovação de teorias pré-determinadas.

A história social inglesa valoriza a memória como expressão da experiência dos grupos sociais e principalmente das classes não hegemônicas, pois estas muitas vezes encontram-se excluídas da história oficial. Além de possibilitar a construção de uma história marcada pelos sujeitos que possuem estratégias de resistência.

BENJAMIN (1994, 1995) traz uma metodologia própria para trabalhar com a memória de uma maneira não hierarquizada, racionalizada. Para ele, as memórias são plenas de conhecimentos e vivências. Porém, ele associa a memória à narrativa tradicional que está relacionada ao período pré-industrial e afirma que, com a modernidade, ocorre o fim dessa narrativa tradicional. Assim, a experiência não é mais transmitida de geração em geração.

Em contrapartida, propõem a rememoração que, sempre relacionada com o presente possibilita a recuperação de dimensões pessoais perdidas em meio ao modo de vida capitalista. Nesta rememoração ocorre um entrelaçamento de tempos, espaços e visões de mundo diferentes, mas não é uma autobiografia, "é uma memória que não é só racional, é de um sujeito inteiro. Memória é vida, possibilidade da experiência vivida. Na rememoração ampliamos a possibilidade de vida."(PAIM: 2004 p.19)

GOODSON (1995), propõe uma forma de pesquisa em educação que leve em conta a história de vida dos professores a partir da própria voz dos professores sobre suas experiências. Segundo ele, "os estudos referentes às vidas dos professores podem ajudar-nos a ver o indivíduo em relação com a história de seu tempo, permitindo-nos encarar a intersecção da história de vida com a história da sociedade, esclarecendo, assim, as escolhas, contingências e opções que se deparam ao indivíduo." (p.75)

Como esta pesquisa se propõe a trabalhar com a história de uma disciplina escolar, é importante conhecer as idéias de CHERVEL (1990) presentes no texto "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa" que estuda a educação na França e mostra o termo "disciplina" não como algo pronto, mas como uma construção social, com mudanças e com uma história.

Uma contribuição importante para esta pesquisa está na argumentação sustentada pelo autor de que as disciplinas escolares têm finalidades a partir das quais são elaboradas as políticas educacionais em geral.

> "A história das disciplinas escolares, colocando os conteúdos de ensino no centro de suas preocupações, renova as problemáticas tradicionais. Se é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades,

> estando a cargo dessa última buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e a transformação históricas da escola." (p.219)

Esta metodologia auxilia para analisar e interpretar os governos militares, em especial, as políticas educacionais que são implantadas no período tendo como referência a disciplina de Educação Moral e Cívica.

De forma breve, apresento algumas informações básicas sobre a história da disciplina Educação Moral e Cívica no Brasil antes da ditadura militar. Segundo JOSGRILBERT (1998), a disciplina de Educação Moral e Cívica foi introduzida na escola brasileira, como ensino formal, a partir do final do século XIX com a implantação da escola laica. No início da década de 20 as reformas educacionais incluíram a Instrução Moral e Cívica como disciplina em todas as séries.

Com as mudanças políticas ocorridas a partir de 1930, momento em que Getúlio Vargas chegou ao poder através do movimento político-militar que derrubou a oligarquia cafeeira ocorreram alterações na política educacional e na disciplina de Instrução Moral e Cívica. Em 1931, o ensino secundário foi reestruturado e a Instrução Moral e Cívica foi retirada do currículo obrigatório, ficando sua implantação a critério das escolas. Dessa forma, explica JOSGRILBERT (1998) "(...) continuou apenas no currículo de alguns estabelecimentos isolados de ensino primário." (p.10)

Em 1934 um anteprojeto foi elaborado com a intenção de incluir "(...) a Educação Moral e Cívica, a Educação Física, a Higiene e Trabalhos Manuais como matérias obrigatórias em todos os níveis de ensino, excetuando o curso superior (...)" (idem p.10). Mas a proposta não foi aceita, e apesar da sua volta ao currículo ter sido discutida várias vezes somente em 1942 a Educação Moral e Cívica volta aos currículos mas não como disciplina ou matéria do curso. Os artigos da lei relativa a estas modificações curriculares demonstravam a preocupação com a formação de um espírito patriótico nos alunos, mas os

conteúdos de Educação Moral e Cívica passaram a ser incluídos nos conteúdos de outras disciplinas como História do Brasil, Geografia e Canto Orfeônico.

Com o final do Estado Novo, a nova constituição de 1946 modificou toda a estrutura do Estado e, em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 4024, que ignorou a Educação Moral e Cívica como disciplina e deu-lhe apenas o tratamento de prática educativa.

A disciplina de EMC volta a ser enfatizada a partir do golpe militar de 1964 até 1985, período no qual o Estado brasileiro estava organizado em bases autoritárias, dirigido por um grupo de militares. Estabeleceu-se então uma nova configuração política na qual a disciplina estaria de volta aos currículos escolares. Para entender a sua implementação neste momento é preciso analisar alguns aspectos importantes da política educacional daquele período de autoritarismo.

Entendendo autoritarismo como um regime antidemocrático; com indiscutível predomínio do poder executivo; ausência de liberdade, censura; perseguição aos grupos de oposição, sendo permitida apenas uma oposição consentida, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). MARTINS (2002), utiliza-se da expressão Ditadura Militar, que também utilizarei, para referir-se a este período, lembrando a forma como os movimentos sociais que agiram contra aqueles governos o chamavam, de Ditadura Militar.

É de conhecimento público que em tal período, o Estado utilizou-se de várias formas para obter legitimação junto à sociedade civil. Uma das medidas adotadas pelos governos militares a partir de 1964 foi a repressão a inúmeras manifestações contrárias aos princípios defendidos pelos militares e consideradas por eles, ameaçadoras da ordem pública. Este aspecto é devidamente abordado em publicações sobre o Regime Militar Brasileiro (GERMANO: 1994, VENTURA: 1988, PEIXOTO: 2000, CERRI: 2003, BRANDÃO: 1996, ALMEIDA: 1998, VALLE: 1999, MARTINS FILHO: 1987 e 1998).

Além deste aspecto haviam também as medidas de caráter formador da sociedade brasileira e consideradas “preventivas”, instituídas com objetivo de legitimar as ações daquele Estado autoritário. Neste sentido, a educação foi um importante instrumento na

busca desta legitimação. E foram realizadas reformas educacionais em todos os níveis de ensino, como MARTINS (2003) aborda em seu artigo:

> "De maneira simplificada, podemos dizer que a reforma universitária e a reforma do ensino de 1º e 2º graus, compõem um mesmo movimento de reestruturação do sistema educacional brasileiro. Percebemos nesse período que as questões relativas à educação inserem-se em duas ordens de preocupações básicas por parte do governo federal: de um lado o ideário nacionalista baseado nos princípios de segurança nacional, onde a 'ordem pública' e a 'hierarquia dos poderes' deveriam ser respeitados, e, de outro lado, o esboço de um projeto econômico desenvolvimentista, urbano, cuja necessidade de um mercado de consumo e uma força de trabalho minimamente especializada se faziam necessários." (p.17)

Assim, as reformas educacionais realizadas na época têm por objetivo adequar a educação aos objetivos do grupo que assume o poder: a formação de um cidadão adequado à sociedade pretendida. Os militares pretendiam uma sociedade harmônica, mas no sentido de aceitar suas diretrizes, pois nessa época o Estado assumiu o papel de modernizador e, de acordo com seus princípios a modernização só seria possível administrando os conflitos na sociedade.

Sobre a reforma do ensino, em especial a importância das discussões curriculares, ROMANELLI (1987) afirma que:

> "(...) O currículo pleno do ensino de 1º e 2º graus passa a ser composto de uma parte de educação geral e outra de formação especial. A educação geral deve fornecer uma base comum de conhecimentos e será dominante no ensino de 1º grau. A formação especial visa, no ensino de 1º grau, à sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, sendo incluída nas séries finais desse nível, em caráter não dominante, e, no 2º grau, visa à habilitação profissional, sendo até dominante nesse nível (...) completa a organização do currículo a inclusão das matérias obrigatórias no artigo 7º, a saber: Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programas de Saúde, nos currículos plenos de 1º e 2º graus". (p.240)

Portanto, a autora demonstra que o currículo foi reorganizado para atender aos interesses governamentais de formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho que naquele período passava por um processo de expansão e modernização e, ao mesmo tempo, trazia a preocupação em instituir a educação cívica como uma disciplina própria e

não apenas como prática educativa, demonstrando o seu interesse na formação moral e cívica dos educandos com o objetivo de constituir um determinado tipo de cidadão.

O texto de CERRI (2003) faz uma análise do tipo de cidadania que a Ditadura Militar estava impondo aos brasileiros. Através de uma intensa propaganda, o Governo transmitia a idéia de que ser cidadão estava ligado ao ato cívico de prestar homenagem aos símbolos e aos heróis nacionais, mas não querer ser herói, o heroísmo era atribuído aos militares como Duque de Caxias, e aos cidadãos cabia participar da nação trabalhando. Era cumprindo a sua função no seu trabalho que uma pessoa "participava" da nação. Uma frase muito divulgada era "Brasil, ame-o ou deixe-o" que intimava o brasileiro a fazer a sua "parte", amar o Brasil do jeito que estava ou então deixá-lo, dando a idéia de que os vários exilados políticos não “amavam” o Brasil. Também é importante lembrar que participar não era participar da política ou de movimentos sociais, pois não se tratava de um Estado democrático, mas de uma Ditadura.

Faziam parte da EMC as práticas cotidianas de cantar o Hino Nacional, hasteamento e arreamento diário da bandeira brasileira, a participação dos alunos nos desfiles cívicos e comemoração das datas nacionais, as celebrações de datas consideradas cívicas. Mas além dessas práticas havia o conteúdo de formação moral, a partir dos valores escolhidos pelos militares para a educação política. Estes aspectos “(...) caminhavam numa mesma direção e sentido: a de que os estudantes conseguissem reconhecer as limitações dos indivíduos numa sociedade, mesmo naquela onde a liberdade e os direitos sociais desses indivíduos estivessem assegurados.”(MARTINS :2003 p.163)

O Estado produziu diversos materiais pedagógicos, como os livros didáticos analisados por JOSGRILBERT (1998). Neles estavam os conteúdos e atividades que deveriam ser trabalhados em sala pelos professores. Estes, afirma MARTINS (2003) deveriam ser “(...) formados em nível superior para estes conteúdos, e excepcionalmente poderiam ser professores da disciplina os formados em Filosofia, Ciências Sociais, Estudos Sociais ou mesmo Pedagogia.” (p.159)

Esta pesquisa encontra-se em fase inicial, portanto, ainda não há resultados conclusivos. Sua importância se dá no sentido de tentar identificar, através das memórias narradas e da investigação de fontes escritas e iconográficas como foram as experiências vividas pelos professores de EMC durante a ditadura militar na Região Oeste de Santa Catarina.

SER PROFESSOR NO BRASIL DO SÉCULO XIX

André Paulo Castanha* - PPG-UFSCar/UNIOESTE

Puro nos costumes, no dever exato
Modesto, polido, cheio de bondade,
Paciente, pio, firme no caráter,
Zeloso, ativo e tão prudente
Em punir como louvar;
Agente sem ambição, apóstolo
Em quem a infância se modela,
Espelho em que os mundos se refletem,
Mito e sacerdote, juiz e pai,
Eis o mestre, eis o professor[1].

Introdução

Este texto é resultado das pesquisas que venho desenvolvendo referente às políticas de instrução pública elementar no Brasil Imperial, elaboradas pelas províncias após o Ato Adicional de 1834. Os estudos têm mostrado que as províncias utilizaram-se de vários instrumentos para controlar de perto o trabalho dos professores. Entre eles ganham destaque os regulamentos de instrução pública (legislação educacional), que passaram a serem elaborados após a descentralização de 1834.

Grande parte dos historiadores do período, afirmam que o Ato Adicional de 1834 desorganizou completamente a instrução elementar no Império, pois cada província procurou organizar o seu sistema de ensino. Isso levou a uma pluralidade de ações desconexas tornando-a praticamente nula. A pesquisa já desenvolvida tem mostrado que esta tese da

historiografia está equivocada, pois é plenamente possível perceber que havia um conjunto de leis bem articuladas, que transitavam entre as províncias colocando em prática, várias medidas que visavam à organização da instrução elementar e principalmente o controle do trabalho dos professores.

Nesse sentido, o objetivo central deste estudo é compreender as ações do Estado no que se refere ao professor. Quais as iniciativas em relação à formação? Quais os incentivos salariais? E qual o papel do professorado em relação à organização da sociedade?

Ao estudar a categoria do professor, nos tempos de hoje, ou no século XIX, é fácil concluir que a sua desvalorização foi historicamente construída, principalmente no que se refere à questão salarial. No entanto, esta análise não visa discutir com a historiografia sobre a questão do trabalho do professor, enquanto categoria profissional inserida no sistema capitalista[2]. A análise aqui está centrada, tão somente, no trabalho do professor como um agente do Estado, responsável pela difusão da instrução elementar e de uma moral civilizadora. O objetivo é perceber as condições e contribuições de seu trabalho na constituição da sociedade e Estado imperial.

Para perceber tais relações faço uma comparação entre as províncias do Paraná e de Mato Grosso, tendo como referência os regulamentos de instrução pública, produzidos por ambas até 1880.

A Província do Paraná, apesar de conseguir sua independência política somente em 1853, ainda assim produziu um conjunto grande de leis, regulamentos e decretos, que felizmente, foram levantados, catalogados, transcritos e publicados e estão a disposição de todos os interessados[3]. Por outro lado, Mato Grosso tem uma história de independência política bem anterior ao Paraná. Primeiro como Capitania, e depois com a independência do Brasil, como Província. Está no coração do Brasil, numa região pouco habitada, e também produziu uma variedade de leis, regulamentos e decretos, que além de organizar a instrução pública,

procuraram dar uma direção e controlar de perto o trabalho dos professores[4].

Condições para o Exercício da Profissão

Os regulamentos de instrução pública das províncias do Paraná e Mato Grosso são bem claros no que se refere ao controle do trabalho dos professores. A legislação, até 1880, não estabeleceu explicitamente *direitos* dos professores. Estes estavam restritos a receber seu salário, desde que comprovassem mensalmente com o mapa de freqüência dos alunos devidamente rubricado pelos inspetores paroquiais ou inspetor geral. Os demais se restringiam a aplicar castigos e penas a seus alunos conforme determinavam os regulamentos, utilizar métodos de ensino diferentes do estabelecimento em lei, desde que comprovada sua eficiência na aprendizagem dos alunos e solicitar concurso quando interinos.

A análise dos regulamentos e algumas afirmações dos inspetores de instrução pública evidenciam, que o mais relevante era o caráter moral dos professores. Eles precisavam ser íntegros, ordeiros, com uma moral ilibada, verdadeiros espelhos para as crianças, como enunciado na epígrafe. A falta de habilitação necessária para o exercício da profissão e os baixos salários são referidos em segundo plano. A preocupação central das autoridades, materializada em dispositivos legais estava muito mais ligada à manutenção e difusão da ordem e hierarquização da sociedade, do que ao melhoramento cultural do povo.

O problema da baixa qualificação do quadro de professores e dos reduzidos salários são destacadas pela grande maioria das fontes pesquisadas. No entanto, pouco foi feito por parte das províncias para solucionar estes graves problemas, principalmente no que se refere à habilitação dos professores. Um ótimo exemplo do descaso é a passagem seguinte do regulamento de Mato Grosso:

> Será permitido aos professores que servirem ao tempo em que se estabelecer a Escola Normal, e que quiserem continuar no magistério, freqüentá-la, uma vez que tenham a necessária aptidão, e nesse caso vencerão seu ordenado, deixando, porém na Cadeira substituto pago a sua custa: esta disposição se observará também por ordem do governo, com todos aqueles que tendo sido providos em escolas do primeiro ou segundo grau, deixem de ensinar pelo método melhor por falta de instrução dele; e caso não queiram freqüentá-la serão demitidos como desobedientes na forma do disposto no título respectivo.[5]

Na verdade, o projeto da escola Normal, na província de Mato Grosso ficou apenas no papel, por um bom tempo, mas o respectivo artigo é muito claro e absolutamente contraditório ao se referir ao ingresso do professor na Escola Normal. O professor poderia freqüentá-la desde que pagasse seu substituto, mas se este professor deixasse de ensinar seus alunos pelo melhor método, por falta de conhecimento, e não freqüentasse a referida escola seria demitido. O professor de fato era coagido de todas as formas, não merecendo uma preocupação especial por parte do Estado. As discussões sobre a efetivação da escola Normal só voltaram com força na década de 1870. Em 1874 é criado o curso Normal na Província[6], mas a escola inicia as atividades, somente em 1876.

No caso da Província do Paraná a discussão sobre a Escola Normal é quase invisível. Há uma referência bem discreta nas instruções para os exames dos candidatos ao cargo de professor expedidos em 18 de junho de 1857, em seu art. 2º afirma que: *Logo que haja pessoal das cadeiras normais da Província, se adicionarão às matérias dos exames atuais noções de lógica*[7]*.* O fato mais concreto sobre a criação da Escola Normal no Paraná, aparece somente em 1870, quando o presidente Luiz Affonso de Carvalho institui um curso normal na capital, com duração de dois anos[8]. No entanto, parece que aquela medida acabou ficando apenas no papel, pois em 1876 uma outra lei refere-se à criação desta escola. Assim se expressa o documento: *Ao instituto de preparatórios, será anexada uma Escola Normal, onde se doutrinem as seguintes disciplinas: pedagogia e metodologia, gramática nacional, aritmética e geometria compreendendo desenho linear, geografia e história, principalmente a do Brasil*[9]*.*

Além de o Estado não proporcionar as condições para uma habilitação adequada acabava constantemente interferindo no cotidiano professor. Conforme os artigos 19 e 20 da Lei de 1854, da Província de Mato Grosso e artigos 51, 52 e 53 de 1857 da Província do Paraná, os professores deveriam manter nas escolas silêncio, regularidade, decência, apresentar-se decentemente vestidos, comunicar qualquer impedimento de ministrar aulas, levar os alunos à Igreja aos domingos e feriados. Eles também, não podiam ausentar-se da freguesia sem licença, bem como exercer outro cargo remunerado.

Para ingressar no magistério, os professores deveriam apresentar um atestado de maioridade, boa conduta e de *moralidade,* assinado pelo pároco, chefe de polícia da vila ou freguesia. A partir de 1871 no Paraná e 1875 em Mato Grosso, só poderia ser professor público se professassem a religião Católica. Isso demonstra que já havia muitas pessoas não católicas procurando exercer a profissão de professor à época[10].

A lei de 15 de outubro de 1827 estabeleceu, que para exercer o cargo de professor, o candidato deveria prestar um exame público, frente a uma banca composta pelo presidente da província em conselho, ou nomeada por ele. As leis que foram sendo implementadas pelas províncias após o Ato Adicional foram reforçando este principio. Somente nos casos em que não havia candidato é que se poderia nomear pessoa idônea e que tivesse os conhecimentos mínimos necessários para ensinar a ler, escrever e contar[11].

Os professores eram submetidos a uma prova de acordo com o nível que ele estava concorrendo frente a uma banca de três examinadores. Seria aprovado *plenamente,* como destacam os regulamentos, o professor que recebesse voto favorável dos três membros da banca. Caso recebesse aprovação de dois membros, seria aprovado simplesmente, com um voto ou nenhum seria reprovado. Ao ser aprovado plenamente, ele poderia ser provido como professor vitalício da cadeira, após um período de experiência. A partir dos regulamentos de 1871 do Paraná e de 1873 do Mato Grosso, os professores aprovados plenamente só poderiam

adquirir o título de vitalício após cinco anos de exercício do magistério na forma comissionada. Terminado o "estágio probatório", o professor ainda deveria provar assiduidade, dedicação, zelo ao ensino, que foram capazes de aprovar 10% dos seus alunos a cada ano, que não exercia outra função remunerada e que era conceituado e dava prova de sua *moralidade.*[12]

Segundo relatos de inspetores um dos grandes problemas da instrução pública no período era a falta de professores qualificados, e isso se dava principalmente, pelos baixos salários pagos, que não estimulava as pessoas a ingressarem no magistério. Além disso, o professor deveria remeter mensalmente um mapa de freqüência dos alunos. Se não enviasse o mapa ficava sem o vencimento.

Na Província de Mato Grosso o salário variava de acordo com o local de trabalho do professor, ou seja, os professores da capital ganhavam mais do que os das freguesias e vilas. No caso do Paraná a diferença estava ligada ao grau que o professor trabalha. Os professores de segundo grau ganham mais que os de ensino elementar, ou primeiras letras.

Segundo o inspetor de instrução pública da província de Mato Grosso Joaquim Gaudei Ley o *magistério continuará a ser entre nós salvas poucas exceções o apanágio dos indivíduos que se reconhecem incapazes de ganhar a vida de outro modo*.[13] Diante deste discurso, assumir a profissão de professor era assumir a sua fragilidade perante a sociedade, e acovardar-se frente às dificuldades da vida.

O Professorado e seu Papel na Sociedade

Basta uma leitura rápida dos regulamentos de instrução pública para perceber, que o principal objetivo das regras ali expressas, era o controle do trabalho dos professores. A vigilância do trabalho e da vida dos professores aumentou ao longo dos regulamentos, à medida que os inspetores responsáveis por este ofício, foram obtendo ao longo dos

regulamentos um poder cada vez maior. A hierarquização e centralização do poder na administração eram à base da política imperial, sendo o Imperador a cabeça, e os demais agentes, os braços. E o campo educacional, não ficou imune a esse processo. Uma análise detalhada dos regulamentos de instrução pública permite compreender muito bem tal fato.

Dentro da rede administrativa construída ao longo do Império os professores constituíram-se em agentes do Estado em nível *mais distante*, como defende Mattos. Para esse autor, ao professor estavam reservadas tarefas muito especiais:

> *Os professores representavam a possibilidade, por seu trabalho vivo na escola, do nexo fundamental entre instrução e educação, na medida em que fossem conscientes tanto dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura representada pelos alunos - entendida como ausência de civilização - quanto de sua tarefa, que consistia em propiciar uma inclusão por meio da formação disciplinada dos futuros homens e cidadãos.*[14]

A missão dos professores era a execução desse projeto, ou seja, colocar em prática, levar à essência e civilizar os novos homens que estavam se formando.

Os professores, como extremidades do processo, deveriam manter um relacionamento diário com seus alunos buscando viabilizar o projeto de uma sociedade harmônica, na qual os futuros cidadãos saberiam claramente identificar os seus lugares. As crianças deveriam ser moldadas, disciplinadas e retiradas do estado de *barbárie* em que se encontravam. O professor é um intelectual difusor, portanto, um agente da civilização responsável pela produção de uma nova concepção de mundo. Construir uma sociedade harmônica, hierarquizada e centralizada era o grande objetivo político da elite dirigente do Império. O projeto teria limitações se nas suas extremidades não existissem os professores para defendê-lo e difundi-lo, nos mais distantes pontos do país. Desta forma, é possível afirmar, que eles contribuíram para implantação, difusão e ampliação daquele modelo de sociedade hierarquizada e centralizada.

Ao longo do tempo, foi-se constituindo uma rede de controle do trabalho do professor, não só no acesso ao cargo, na forma de concurso, mas também na sua ação em sala de aula.

Os regulamentos estabeleciam que os inspetores deveriam fazer visitas constantes às escolas buscando conhecer de perto o trabalho dos mestres. Mapas de freqüência, atestados, inspeções, métodos de ensino, regulamentos, tornaram-se freqüentes na vida dos professores. Essa forte vigilância visava impedir que os professores semeassem em seus alunos valores e princípios diferenciados dos defendidos pela classe hegemônica. O professor, como elemento difuso, ou mais distante, deveria ser um agente a serviço do projeto da elite dirigente, de forma alguma poderia representar uma ameaça à ordem estabelecida. Sua ação contribuiu para cimentar aqueles valores entre as classes sociais, através da relação direta com seus alunos, e com a população da comunidade, na qual estava inserido.

---

[*] Professor do colegiado de Pedagogia da Unioeste, Cascavel-Pr. Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR, onde desenvolve pesquisa na linha: História, Sociedade e Educação. Atualmente é doutorando em Educação na UFSCAR.

[1] OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 204.

[2] Ver a esse respeito: SÁ, Nicanor Palhares. O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 57, maio de 1986, p. 20-29. e HYPÓLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relação de gênero.* Campinas: Papirus, 1997.

[3] MIGUEL, M. E. B. (org). *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas: Autores Associados, 2000. Em 2004 foram incorporados novos documentos à coletânea e publicados em CD-ROM pelo INEP e SBHE, sob a organização da mesma autora.

[4] SÁ, N. P. e SIQUEIRA, E. M. (orgs). *Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*. Campinas: Autores Associados, 2000.

[5] Lei Provincial n.º 8 de 5 de maio de 1837, artigo 43. In: SÁ, N. P. e SIQUEIRA, E. M. (orgs). Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso. p. 17-18.

[6] Lei nº 15 de 9 de julho de 1874. In: SÁ, N. P. *Op. Cit*. p. 79-80.

[7] In: MIGUEL, M. E. B. *Op. Cit*. p. 44.

[8] MIGUEL, M. E. B. *Op. Cit.* p. 120. Lei n. 238 de 19 de abril de 1870.

[9] Idem. Lei nº 456 de 12 de abril de 1876 art. 1º parágrafo 3º. p. 207.

[10] Lei n. 290 de 15 de abril de 1871, referendado no Regulamento de instrução publica da Província do Paraná de 13 de maio de 1871 art. 36. Regulamento da instrução pública e particular da Província de Mato Grosso de 1875 art. 47. Em Mato Grosso exigia-se ainda o atestado de salubridade, devido à epidemia de varíola. In: MIGUEL, M. *Op. Cit*. p. 127 e 136. e SÁ, N. P. *Op. Cit*. p. 94-5. Respectivamente.

[11] Cf. KUBO, Elvira Mari. *A legislação e a instrução pública de primeiras letras na 5ª comarca da província de São Paulo*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná; Secretaria de estado da Cultura e do Esporte, 1986, p. 93-117.

[12] Regulamento da instrução pública da província do Paraná de 13 de maio de 1871 art. 48 e Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Mato Grosso de 1873, artigo 65 a 68. In: MIGUEL, M. E. B. Op. Cit. p.137 e SÁ, N. P. Op. Cit. p. 39-40. Respectivamente.

[13] LEY, Joaquim Gaudie. Relatório de 1858. APEMT. 1858.

[14] MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 267.

Os limites da atividade policial em São Paulo, nas décadas de 1870 e 1880

André Rosemberg

Este texto pretende discutir: a) o surgimento das forças policiais "modernas" no Brasil; b) os limites materiais e institucionais para sua plena realização como agente privilegiado do Estado e como instrumento dos valores burgueses-liberais, caros à elite dirigente imperial; c) sugestão de um modelo teórico que possa contemplar os paradoxos da presença do Estado brasileiro na vida cotidiana dos municípios, tendo em vista a atividade policial.

Para começar, é preciso marcar metodologicamente que *polícia*, neste trabalho, deve ser entendida como uma organização estatal, surgida a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, da sociedade burguesa, investida do monopólio da força, e criada com escopo de combater posturas ilegais e manter a ordem pública. Ela não é o desenvolvimento natural de forças repressivas tradicionais, mas sim uma decisão deliberada dos governos em momentos circunstanciais da história de cada sociedade.[1] É função da polícia estar presente no espaço público, vigilante, prevenindo atos hostis à pessoa e à propriedade.

Sendo assim, no bojo da modernização dos aparatos jurídicos e judiciais brasileiros, envidados após a emancipação política, a polícia "moderna" brasileira passa a ser configurada a partir da elaboração dos primeiros diplomas legais.

No esteio da Carta de 1824, outros institutos judiciais e policiais foram criados para concretizar a nova ordem jurídica burocrática. Regularizado em 1827, o juiz de paz era eleito localmente, rompendo com o conceito de autoridade judicial, cuja investidura provinha do monarca. Munido de extensos poderes, o juiz de paz exercia vigilância sobre

sua jurisdição, desfazendo reuniões ilegais, reunindo provas de crimes, prendendo e julgando infratores.[2]

Entre 1831 e 1832, a Abdicação de Dom Pedro I e a acomodação instável de várias facções políticas em torno da assunção do poder levaram liberais moderados e exaltados se engalfinharam até a composição da Regência. A instabilidade política desceu às ruas da Corte, que se tornaram palco de figadais contendas. O grupo vencedor, dos liberais moderados, capitaneado por Feijó, pretendeu afastar as tendências radicais, promovendo, para tanto, medidas legais que centralizassem o poder repressivo sob o comando do Ministério da Justiça. A concretização fática dessa inclinação foi a aprovação da Lei de 5 de junho de 1831, que autorizava o governo "*constituir milícias civis, alistando, armando e empregando como tais cidadãos com as condições de eleitor*".[3] Por essa medida, foi criada a Guarda Municipal, formada por voluntários civis, de efêmera duração, mas que antecipou de várias maneiras a Guarda Nacional, "a milícia cidadã", instituída em agosto de 1831, em substituição das milícias paramilitares e "ordenanças" de rescaldo colonial. Incumbida de múltiplas funções, a Guarda Nacional cuidava, externamente, da segurança das fronteiras, em auxílio ao Exército, e, internamente, zelava pela ordem e tranqüilidade pública, representando uma maneira de o governo compartilhar com parcelas do grupo dominante (no caso fluminense, comerciantes, artesãos, empregados de escritórios etc.) a defesa do *status quo* e do patrimônio.[4]

Foi durante esse período particularmente turbulento, de afirmação de uma modalidade de poder, que as nesgas liberais abertas no período do Primeiro Reinado (cristalizada, por exemplo, na promulgação do Código de Processo Criminal, de 1832) foram turvadas em nome da centralização repressiva e da garantia de uma facção política no poder. As forças policiais criadas em tal circunstância podiam ser conceituadas em outro vocabulário. Eram, ao fim e ao cabo, milícias civis formadas por voluntários

votantes, instituídas para contrapor uma renitente agitação das Forças Armadas, anarquizadas, que se sublevaram contra a regência de Feijó.

Finalmente, a Lei de 15 de outubro de 1831 estipulou a criação do Corpo de Guardas Municipais, cujo escopo era manter a tranqüilidade pública e auxiliar a Justiça. Força profissional, militarizada, voluntária e permanente, essa entidade policial foi instituída no bojo da turbulência política de 1831 e 1832. Sua criação foi estendida para além da Corte, e províncias como São Paulo e Pernambuco também elaboraram suas polícias, lastreadas no espírito provincialista decorrente do Ato Adicional. Estavam elas, portanto, diretamente vinculadas ao presidente da província e encampavam um ideal de militarismo civilista, ou seja, controlado pela sociedade civil.[5]

De todo o modo, a criação das polícias "modernas" no Brasil vai ao encontro do intrincado equilíbrio entre a consolidação de um modelo jurídico liberal que ao mesmo tempo rompesse com as amarras coloniais, mas que paralelamente garantisse no poder os representantes da classe senhorial, seja contra exaltados liberais, desejosos de uma parcela maior de participação na vida pública (povo), seja contra obstinados descontentes, marginalizados do processo produtivo (plebe), seja contra aqueles que sofressem vergastadas do azorrague escravocrata (escravos).[6]

Durante o Império, nas várias reformas judiciais, à polícia coube um poder judicativo intermitente, ora assumindo funções investigativas, ora restrita ao trabalho administrativo.[7] Em 1871, na última grande reforma judicial do Império, o poder judicante foi centralizado nas mãos dos magistrados, remanescendo com a polícia a responsabilidade dos procedimentos policiais - termos de bem viver e de segurança. Apesar de suprimir as prerrogativas judicantes da polícia, a nova lei criou a figura do inquérito policial, que precedia a instauração do processo crime, instruído apenas na instância judicial propriamente dita. No inquérito, evidenciavam-se as funções investigativas da polícia, responsável por amealhar evidências que auxiliassem no

convencimento dos juízes acerca da "verdade dos fatos". Essa pesquisa prévia lastreava-se em princípios inquisitoriais, ou seja, em fase de inquérito não havia réus, lançava-se uma suspeição contra um indivíduo que, em sede policial, não podia se defender, uma vez que não havia acusação formal.[8]

Transposta para a experiência paulista das décadas de 1870 e 1880, a participação policial é decisiva na tentativa de restabelecer a ordem pública, quebrantada pela conduta imprópria dos indiciados, mas, igualmente, as praças e soldados, individualizados em suas atitudes descritas nos processos, aparecem como uma das instâncias a brandir armas nas contendas, ora agindo, ora sofrendo os reflexos da violência contida nas ações populares. É ela a responsável pela mediação entre o governo, a instituição de um projeto burguês-capitalista, e a população, principalmente os pobres, nos seus mais variados matizes (escravos, libertos, imigrantes, brancos pobres), que frequentemente se vê vitimada pela atitude muitas vezes hostil, violenta, repressiva e arbitrária dos policiais. É preciso ressalvar, entretanto, que, apesar de servir como um instrumento portador do ideário dominante, a realização efetiva desse projeto em desenvolvimento, principalmente nos últimos anos do Império, foi uma tarefa dificultada pela própria estrutura institucional, pela precária logística disponível, pelo grau defasado de desenvolvimento profissional e burocrático.[9]

Interferindo nos conflitos cotidianos, impondo a regra legal, normatizando condutas ante o comando das elites dirigentes, os praças fazem parte do dia-a-dia da cidade. Como atores sociais onipresentes, eles são obrigados a coordenar as exigências hirerárquicas superiores e a função que deles se espera desincumbir com a fragilidade e precariedade de sua formação como agentes institucionais. Diante dessa condição contraditória, vêem-se tangidos a responder cada situação concreta que se apresentava e que não era enquadrada pelos comandos externos de acordo com uma complexa interpretação dos vários valores sociais colocados “no campo d batalha”. Nesse caso, lançavam mão do

tirocínio, da experiência particular e de uma visão do mundo particular, moldada a partir de várias influências, inclusive aquela construída do contato íntimo com a população sobre quem recaía as atenções e a vigilância mais ferrenha.

Dessa forma, além de obedecer aos preceitos entronizados pela corporação, determinados pela verticalidade hierárquico-administrativa[10] ou estipulados pela norma legal, o policial, individualmente, atendia a uma ética própria, desenvolvida por meio da lida na rua e construída através de suas experiências do ofício.[11] Além de servir como agentes de dominação, as praças criavam e recriavam alianças com diversos grupos sociais, mesmo entre as camadas empobrecidas, que privilegiavam interesses transitórios. Enfim, ao lado do modelo de *guerra social*[12], que define o encontro entre polícia e população com um caráter de confronto inevitável, quase-natural, é preciso estabelecer um campo em que os interesses de ambos os grupos interajam, todavia nem sempre com os "refles" ensarilhados.

Ademais, na sua atuação cotidiana, a polícia se desincumbia de funções as mais variadas. Algumas delas eram previstas nas leis e nos regulamentos próprios, outras privativas a cada município, por meio do código de posturas, outras vezes pelas várias necessidades empíricas que se apresentavam. No Brasil, pelo menos no que tange à Província de São Paulo, nas décadas de 1870 e 1880, fazia parte das funções da polícia, além da prevenção e detecção dos crimes, uma parcela considerável da administração pública, como o cuidado com os doentes contagiosos, a autorização para funcionamento de espetáculos públicos, o combate aos incêndios, a fiscalização dos navios fundeados no porto de Santos, a perseguição e detenção de escravos fugidos, a fiscalização das eleições, a liberação de presos para a construção de obras públicas e manutenção da limpeza urbana, a animação de bailes e festas com sua banda de música.[13]

Pois então, é possível sugerir que a polícia imperial nem sempre se amparava em comandos legais tão rígidos para agir, o que sinalizava para ações em que o arbítrio,

alheio à norma, se sobrepunha à discricionaridade, elemento integrante dos ditames legais.[14] Assim, em grande parte dos casos, mesmo quando motivadas por um chamamento superior, na capilaridade da ação, as praças agiam de *moto* próprio, sem cuidar dos mandamentos formais que abalizavam, convencionalmente, a atuação da instituição. Além de obedecerem a preceitos legais/hierárquicos de contenção, prudência e controle, os policiais defendiam seus alvitres íntimos ou corporativos, participando da configuração social, como atores munidos de graus de autonomia. E autonomia aqui ganha um sentido de *conveniência*, isto é, os policiais, ao desempenharem suas funções cotidianas, respondiam a interesses que não se escoravam necessariamente nos desígnios técnico-burocrático, representados pela lei ou pelo discurso oficial. Eram interesses que atendiam dinâmicas marcadas por clivagens muitas vezes comezinhas, dificuldades cotidianas que se interpunham à realização do trabalho policial, como a falta de pagamento, o uniforme gasto, o armamento anacrônico, a indisciplina. A necessidade imediata e urgente da sobrevivência se erguia como barreira para a concretização dos projetos retóricos que justificavam a presença da polícia.[15]

Por isso, ao rés-do-chão, num contexto marcado pela fragmentação do poder, em que o braço repressivo do Estado, e portanto o próprio Estado, mostrava tamanha dificuldade para se impor contra as outras ordens e moralidades, o praça, no exercício cotidiano do seu trabalho, transitava por um campo lacunar, que permitia que suas ações fossem abalizadas em certos parâmetros de autonomia, ao reinterpretar a multiplicidade de códigos (corporativo, comunitário, legal) que se lhe apresentavam. É claro que à medida que o Estado se fazia mais presente, no momento em que a mediação e a arbitragem passavam para as mãos da justiça, com suas normas rígidas, codificadas, inflexíveis, e seus membros mais “qualificados”, os graus de autonomia, mais distensos em instância anterior, passavam a ser cada vez mais estreitos.

Resta saber, então, como se operavam essas inter-relações (o espírito corporativo, a ideologia do Estado, o interesse local, as aspirações individuais, o pertencimento comunitário) e quais "porcentagens" de cada uma delas estava presente na ação do policial, mas essa é uma questão que momentaneamente fica em aberto.[16]

---

[1] Para um panorama geral da história da polícia na Inglaterra, França e Prússia, ver Emsley, Clive, *Policing and its context (1750-1870),* Oxford, The Macmillian Press,1983. Para os Estados Unidos, ver sobretudo Monkkonen, Eric, *Police in urban América, op. cit*, Lane, Roger, *Policing the city: Boston, 1822 – 1885*, New York, Ateneum, 1971; para Inglaterra, Steedman, Carolyn, *Policing the Victorian community – the formation of English provincial police forces, 1856 – 1880*, London, Routledge direct editions, 1984. Uma análise comparativa das polícias nova-iorquinas e londrinas está Miller, Wilbur, Miller, *Cops and bobbies – police authority in New York and London, 1830 – 1870*, *op. cit.*,, e Souza, Luís Francisco de, "Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa", *op. cit.*

[2] "*O juiz de paz respondia a uma nova percepção segundo a qual era preciso reformar as instituições para que elas pudessem fazer frente às exigências de uma sociedade autodeterminada, bem como uma resposta mais direta ao problema do crime, da delinqüência e da desordem provocada pela ruptura da institucionalidade. Não obstante essa preocupação imediata com a manutenção da ordem institucional, o propósito dos liberais com a criação do juiz de paz era, evidentemente, criar um contraponto popular, local e independente ao poder do Imperador, representado na estrutura judicial herdada da colônia*". Souza, Luís Antonio Francisco de, *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930), op. cit.*, p. 39.

[3] Holanda, Sérgio Buarque de, "A "experiência republicana", 1831-1840", in: *O Brasil Monárquico,* tomo 2, volume 2, São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 16.

[4] Castro, Jeanne Berrance de, *A milícia cidadã, a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, Ed. Nacional, 1979.

[5] Fernandes, Heloisa Rodrigues, *Política e segurança: Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais,op. cit.*, 1973.

[6] Já ao novo governo coube articular a reordenação de interesses dominantes representados pela reconfiguração da classe senhorial (privilegiando os interesses ligados à expansão cafeeira), que ganham status de cidadãos a partir da independência. Isso significa administrar as restrições do tráfico de escravos e abarcar na arca estatal a burocracia que se cria a partir do Reino Unido, ver Mattos, Ilmar Rohloff, O tempo Saquarema*, Hucitec, São Paulo, 2004.*

[7] Sobre as várias reformas do sistema judiciário brasileiro durante o Império, ver: Flory, Thomas, *Judge and jury in Imperial Brazil, 1808-1871*, Austin, Texas, 1981; Koerner, Andrei, *Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira, op. cit.*

[8] Sobre a criação do inquérito policial, ver Souza, Luis Antônio Francisco de, *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*, tese de doutorado, USP, São Paulo, 1998. "*O Processo Criminal Brasileiro foi modificado nos seus longos 109 anos de existência, mas manteve a polícia civil como responsável exclusiva sobre os procedimentos do inquérito policial (diligências, inquirições e investigação). Esta exerceu considerável poder discricionário sobre o indiciado em qualquer crime, que, por sua vez, não era considerado indiciado, mas sim suspeito*", p. 26.

[9] Para um panorama geral da historiografia brasileira específica sobre o tema, ver Souza, Luís Antonio Francisco de, Souza, Luis Antônio Francisco de, *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*, tese de doutorado, USP, São Paulo, 1998; Fernandes, Heloisa, *Política e segurança: Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1974; Vianna, Adriana de Rezende B., *O mal que se adivinha - polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999; Mauch, Claudia, *Ordem pública e moralidade – imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, Porto Alegre, Edunisc, 2004; Santos, Marco Antonio Cabral dos, *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*, Tese de Doutorado, USP, 2004; Neder, Gizlene, *Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil: 1890-1927.* São Paulo, Tese de doutoramento, História, FFLCH, USP, 1986 e *A polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930*, Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1981; Holloway, Thomas, *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997; Bretas, Marcos Luiz, *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930, Rio de Janeiro, Rocco, 1997*; Bretas, Marcos Luiz*. A guerra das ruas*, *povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Editora do Arquivo Nacional, 1997; Pinheiro, Paulo Sérgio, "Violência do Estado e classes populares", *in*: *DADOS*, n. 22; Cruz, Heloisa, "Mercado e polícia – São Paulo 1890-1915, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago., 1987; ver também meu projeto de tese de Doutorado, "A polícia em São Paulo: a Instituição, prática cotidiana e cultura".

[10] Bretas, Marcos Luiz, *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930, Rio de Janeiro, Rocco, 1997*, principalmente capítulo 5. A prática da arbitragem pelo policial, selecionando os casos os quais colocaria em uso sua parcela de autoridade e os laços clientelísticos, denota que a rigidez dos códigos, bem como os intentos da cúpula policial, eram desrespeitados, p. 124, 128 e 129.

[11] Lima, Roberto Kant de, "Cultura jurídica e práticas policiais - a tradição inquisitorial". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 10, vol. 4, São Paulo, Cortez, 1989; Bretas, Marcos Luiz, *Ordem na cidade, op. cit*.

[12] "Guerra social" é termo utilizado por Holloway para descrever o relacionamento da polícia com a população pobre carioca, *Polícia no Rio de Janeiro, op. cit.*, p. 240.

[13] Na bibliografia internacional, o papel ambíguo da polícia moderna em grandes cidades é bem delineado. Monkkonen, Eric, *Police in urban américa – 1860-1920*, Cambridge University Press, Cambridge, 2004. Para o caso londrino e nova-iorquino, ver Miller, Wilbur, Miller, Wilbur, Miller, *Cops and bobbies – police authority in New York and London, 1830 – 1870*, Ohio State University, 1999, além de Souza, Luis Antônio Francisco de, "Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa", *in*: *Estudos históricos*, n. 22, 1998. Sobre a formação do comportamento da polícia, a construção de uma ideologia, de uma cultura própria a partir do contato com o submundo, ver Johnson, David R., *Policing the underworld, the impact of crime on the development of the American police, 1800 – 1887*, Philadelphia, Temple University Press, 1979. Além disso, etimologicamente, o termo *polícia* é equívoco, carregando significações variadas e intercambiáveis ao longo do tempo. Um exemplo disso está no verbete *polícia* inscrito no *Dicionário* de Almeida & Lacerda, publicado em 1868: "*1) Polícia (latim* politia*; do grego* polites*, cidadão, de* polis*, cidade) governo e boa administração do Estado, da segurança dos cidadãos, da salubridade, subsistência etc. Hoje entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo o que respeita à vigilância sobre vagabundos, mendigos, ladrões, facinorosos etc. 2) Polícia (do latim* politio*, de* polire*, polir, assear; adornar) cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação, introduzir melhoramentos na civilização de uma nação*". *apud*. Holloway, Thomas H., *Polícia no Rio de Janeiro – Expressão e resistência numa cidade do século XIX*, *op. cit.*, p. 273

[14] Sobre o tema, Luis Antonio Souza escreveu: "*Segundo esse princípio, não mais existiria a simples arbitrariedade - incompatível, de resto, com o Estado de Direito. Em seu lugar surgiria o poder discricionário com plena jurisdição sobre as mais diferentes relações sociais, mesmo na ausência de princípios regulatórios de direito positivo explícitos (...). A polícia estava, assim, autorizada a lançar mão de recursos extremos para a consecução de seu objetivo primacial, que era resguardar a supremacia da ordem jurídica e social diante dos direitos individuais*". Souza, Luis Antônio Francisco de, *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930), op. cit.*, p. 139.

[15] Para o assunto, ver Santos, Marco Antonio Cabral dos, *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*, Tese de Doutorado, USP, 2004. Segundo Bretas, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*, *op. cit., "nesse processo, a instituição policial emerge com características próprias, capaz de aliar-se a grupos em conflito em defesa de uma determinada política. De toda forma, deixa de ser um agente de políticas - iluminadas ou nefastas - definidas por grupos no poder, para tornar-se um dos atores, capaz de ter interesses próprios, de participar na definição de seus poderes e atribuições, construindo seu saber específico sobre como controlar o espaço urbano"*, p. 28.

[16] O desenvolvimento da atividade policial no estado de São Paulo é tema do meu projeto de pesquisa atual, "A polícia em São Paulo: a Instituição, prática cotidiana e cultura".

ASPECTOS DA RELAÇÃO MULHER-TRABALHO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. 1830-1950

Profª Drª Andrea Borelli[1] - UNICSUL

A questão do trabalho feminino foi objeto de atenção do Estado, que legislou sobre o tema em vários momentos.

As primeiras leis específicas sobre o assunto surgiram na Inglaterra. Em 1842, através do *Coal Mining Act,* foi proibido o trabalho feminino em subterrâneos e, em 1844, o *Factory Act* proibiu o trabalho noturno feminino e a jornada ficou limitada a 12 horas. O *Factory and Workshop Act*, de 1878, proibiu as mulheres de realizarem ofícios insalubres e perigosos.[2]

No Brasil, a legislação que tratava do trabalho feminino surgiu de forma irregular e em diversos momentos, especialmente durante o período Vargas.[3]

A primeira constituição republicana[4] não discutiu o assunto do trabalho feminino, e as primeiras leis sobre a questão surgiram de maneira indireta. Em 1917, o Estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário e, nesta lei, falava-se da necessidade de proteger a gestante, tendo sido esta questão também citada no decreto de criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1923.

O governo do Estado Novo compilou as diversas leis existentes sobre o tema, no Decreto-Lei 5.452, de 1943, que ficou conhecido como: Consolidação das Leis do Trabalho.

O capítulo 3 do Título III era intitulado: “Da proteção ao trabalho da mulher” e determinava:

- As condições de higiene e saúde adequadas à mulher, como a instalação de sanitários apropriados;
- Proibição ao trabalho noturno;
- Descanso obrigatório;
- Proteção à maternidade;
- Proteção à saúde moral e à capacidade reprodutiva e
- Proibição de horas-extras e trabalho com excesso de peso.

A lei também determinava a isonomia salarial, ou seja, a mulher deveria receber o mesmo salário pelo mesmo trabalho. Contudo, a própria legislação era permeável à não efetivação da igualdade salarial.

O Decreto Lei 2.548, de 30 de agosto de 1940[5], determinava:

***Artigo 2**: Para os trabalhadores adultos do sexo feminino, o salário mínimo, respeitada a igualdade com o que vigorar no local, para o trabalhador adulto do sexo masculino, poderá ser reduzido em 10% (dez por cento), quando forem, no estabelecimento, observadas as condições de higiene estatuídas por lei para o trabalho da mulher.*[6]

Esta determinação legal demonstra o espaço de manobra dos patrões diante da lei, e permitia a manutenção das mulheres como uma opção mais barata de trabalhador, dificultando a independência financeira feminina.

Os dispositivos consagrados pela CLT eram apresentados pelo Estado como elementos de um projeto de proteção ao trabalho das mulheres, e sua condição dentro da sociedade. O "lugar" da mulher na sociedade do período pode ser inferido deste discurso do ministro da Educação, Gustavo Capanema:

Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados a mesma quantidade desse esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas, outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade, que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e, por isso, colocada sob proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por

suas mãos que as famílias se destroem. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra, prepará-la conscientemente para esta grave missão.[7]

Os discursos de proteção implementados pelo Estado e pela sociedade carregavam um sentido oculto da dominação.[8] Ao regular o trabalho da mulher, da forma realizada pela CLT, a lei onerou o empregador e dificultou a inserção feminina no mercado de trabalho, mantendo as mulheres em colocações subalternas e mal remuneradas.[9]

Conjuntamente, foi implementado um esforço de normatizar a ação das mulheres, por meio da educação voltada ao lar e à maternidade. O trabalho feminino desejado era a atividade no espaço doméstico, voltado ao cuidado com os filhos e o marido e, neste sentido, deve-se observar o que determinava o código civil sobre o trabalho da mulher casada.

O artigo 233 determinava que o marido poderia permitir ou não o trabalho da esposa. Esta autorização para o trabalho devia ser feita por escrito e podia ser revogada a qualquer momento, segundo o desejo do marido. A licença para o trabalho não podia ser suprida em juízo, ou seja, as mulheres não podiam contar com a ação da justiça para trabalhar, uma vez que o assunto era considerado de foro íntimo da família, e somente podia ser decidido por seu "chefe".

Se se opõe o marido que a mulher abrace uma determinada profissão, o Estado não tem o direito de o violentar. As suas razões são de ordem emocional e ética. Escapam à apreciação de estranhos, cuja organização moral é outra, e cuja situação também não é a mesma.[10]

A autorização tinha o efeito de cessar a incapacidade da mulher casada para a atividade determinada pelo marido. Assim, a licença garantia à mulher a possibilidade de realizar as atividades inerentes ao seu trabalho, como cidadã detentora de plenos direitos

civis.[11] Todavia, esta autorização não era irrestrita, ou seja, a mulher só poderia realizar as atividades que estavam expressas no documento.

Desta forma, a legislação pode ser compreendida como uma expressão do direito masculino sobre o destino da força de trabalho da esposa[12], e uma forma de manutenção do estatuto inferiorizado da mulher.

Outra questão que preocupava os juristas era o acesso ao produto do trabalho feminino. Vicente Rao[13] considerava que era essencial proteger os rendimentos do trabalho da mulher de possíveis abusos do marido:

A razão de se proteger, por meio de particulares garantias, o trabalho da mulher, decorre, alias, do próprio reconhecimento de não lhe competir, em princípio, a obrigação de exercer sua atividade fora do lar, o que importa, como conseqüência, a cautela de evitar que a ação do marido, por possíveis abusos, dissipe os lucros ou as economias resultantes desse trabalho. Tanto mais presente essa razão aparece, entre nós, quando é certo que o regime legal do casamento, na falta de prévio contrato, é o da comunhão universal de bens, com a administração exclusiva do marido na qualidade de chefe do casal e intervenção da mulher apenas em se tratando de alienação de imóveis, da constituição de ônus real, das ações a estes ou àqueles relativas, de fiança ou doação. Ora, as classes pobres, donde em maior abundância saem as mulheres que trabalham, não costumam recorrer aos contratos ante núpcias.

Para regular o regime econômico do casal; e si na lei nenhum dispositivo resguardar-se os direitos da mulher, freqüentemente o produto de sua atividade seria absorvido pelo marido...[14]

Pode-se inferir do texto que a divisão de atividades entre homens e mulheres no casamento era tomada como “natural”, e que o trabalho
não fazia parte das atribuições femininas. Por conseguinte, o dinheiro que provinha do seu exercício era excepcional dentro da economia familiar.

Os pensadores econômicos[15] do século XIX, produziram um discurso que apontava as mulheres como naturalmente dependentes dos homens e, por via de conseqüência, seu salário devia ser visto como complemento.

Adam Smith foi o primeiro a apresentar estudos consistentes sobre o processo de socialização regido pelo mercado, e que tem sua regra básica na noção de valor de troca. Para Smith, a família não era um objeto de troca e, portanto, seu estudo não enfoca as relações de socialização que aconteciam em seu meio.

Os outros pensadores liberais, como David Ricardo, adotam a perspectiva de separação entre o Estado e a economia, frente aos outros aspectos da vida humana, como as relações familiares. Neste contexto, o pensamento de John Stuart Mill[16] e de Charlotte Perkins[17] são vozes dissonantes. Ambos denunciam a posição subalterna da mulher na vida produzida pelo desenvolvimento industrial. São considerados marcos para a reflexão na teoria econômica, sobre as tensas relações entre as mulheres e o universo do trabalho, dominado pelos homens.

O recrudescimento das relações entre os proletários e os burgueses, representado pelo amplo movimento dos trabalhadores em prol da melhoria das condições de trabalho, levou à crítica destas novas relações entre os membros da sociedade e, neste sentido, o trabalho de Karl Marx é o mais significativo.

Criticando a produção da ortodoxia econômica até David Ricardo, Marx construiu uma obra monumental que colocou a nu as relações que permeiam o capitalismo. Além disso, apontou que o assalariamento/mais-valia era a base de sua manutenção.

No *Capital*, obra essencialmente abstrata, Marx não faz considerações sobre a família, e a reprodução das classes é tratada de forma nebulosa. Deve-se observar que, dada a característica da obra, o trabalho é uma forma de mercadoria cega às questões de gênero.[18]

Contudo, o pai era responsável por dar condições materiais para a família e por transformar as crianças em adultos prontos para o trabalho.

Nestas teorias, o salário do trabalhador/homem tinha uma dupla função: reembolso pelo trabalho realizado e forma de sustentar a família.

Considerava-se que a mulher não era capaz de produzir valor econômico relevante, pois seu trabalho remunerado era visto como complemento, e suas atividades em casa eram consideradas de pouca importância para a reprodução das próximas gerações.

A necessidade de proteger os rendimentos femininos, apregoados pelos juristas, indicava uma preocupação em reforçar que o provedor financeiro da família era o homem, sendo que qualquer situação contrária deveria ser considerada inadequada.

Contudo, o Código Civil considerava que, pelo casamento, os cônjuges tornavam-se responsáveis pelo sustento e proteção da família. Este elemento abria a possibilidade do marido requerer parte dos proventos do trabalho feminino para este fim, como observado por Vicente Rao:

Quais os direitos do marido e de terceiros.

Por força do artigo 240, é a mulher "a auxiliar do marido nos encargos do lar". Ela é obrigada, salvo estipulação em contrário, a concorrer para as despesas do casal com os rendimentos de bens, na proporção de seu valor.

Ao marido, pois, cabe o direito de reclamar a aplicação dos bens resultantes do trabalho da mulher, na satisfação desses encargos.[19]

Com base nos elementos analisados, deve-se observar que a legislação, em suas várias áreas, procurava reforçar a inadequação da mulher ao trabalho. Isto pode ser inferido da necessidade da autorização marital para o trabalho remunerado da mulher casada. Além disso, as leis de “proteção” ao trabalho feminino dificultavam a progressão de uma possível carreira das mulheres no mercado de trabalho, onerando a contratação sob a capa de “proteção a um trabalhador mais frágil”. Assim, percebe-se que os sentido oculto destas leis era simultaneamente discriminatório.

Estes elementos representam um esforço de contenção das mulheres na esfera privada, por meio de uma série de dispositivos, que pretendiam dificultar seu ingresso no mundo do trabalho e representavam um entrave a uma vida financeira independente.

---

[1] Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, mestre em História pela PUC-SP, membro do NEM-PUC e docente da UNICSUL.

[2] BOSSA, Sônia. *Direito do Trabalho da mulher: no contexto social brasileiro e medidas antidiscriminatórias.* São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998, ROCHA, Silvia Regina. *O Trabalho da mulher a luz da Constituição de 1988.* Rio de Janeiro: Forense, 1991.

[3] Ver: SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria. e COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema.* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

[4] CALIL, Lea Elisa Silingowschi. *História do direito do trabalho da mulher: aspectos históricos-scociologicos do início da república ao final do século.* São Paulo: LTR, 2000. CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo.* São Paulo: Editora do SENAC, 2002.

[5] BRASIL. *Decretolei 2548.* [S.l: s.n.], 1940.

[6] BRASIL. *DecretoLei 2548.* [S.l: s.n.], 1940.

[7] Citado por SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria. e COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema.* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

[8] COUTINHO, Maria Lucia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

[9] VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

[10] BEVILACQUA, Clovis. *Código civil dos estados unidos do Brasil.* Rio de Janeiro, V. 2, 5ª. Edição, livraria Francisco Alves, 1937.

[11] PEREIRA, Lafayette. *Direitos de família.* 2a ed. Rio de Janeiro: Tribuna Liberal, 1889.

[12] PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

[13] Vicente Rao nasceu em São Paulo, em 1892, e morreu em 1978. Formou-se, em 1912, na Faculdade de direito de São Paulo, onde foi professor de direito civil por mais de vinte e cinco anos. Entre os anos de 1934 e 1937, exerceu o cargo de Ministro da Justiça, e entre 1969 e 1973 foi presidente da Comissão Jurídica Interamericana, órgão da OEA.

[14] RAO, Vicente. Da capacidade civil da mulher casada — estudo teórico e prático, segundo o código civil brasileiro. São Paulo: Saraiva editores, 1922, p.7-8.

[15] SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. DUBY, George e PERROT, Michele. *História das mulheres: o século XIX.* Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

[16] Jonh Stuart Mill nasceu em Londres, em 1806, e morreu na cidade de Avignom, em 1873. É considerado um dos maiores pensadores econômicos do século XIX. Entre sua vasta obra, merece destaque seu livro de denúncia *A sujeição das mulheres*, de 1869. Neste texto ele defende que a sujeição feminina não era natural, e sim fruto de uma sociedade onde não eram realmente aplicados os conceitos de liberdade e igualdade.

[17] Charlotte Perkins (1860 -1935) era americana e ficou conhecida como feminista, escritora e poeta. Publicou números estudos teóricos sobre economia e Sociologia, analisando a condição feminina e a luta por sua libertação. Entre os seus trabalhos merece destaque o ensaio *Mulher e Economia* de 1891.

[18] MELO, Hildete Pereira e SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres.* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

[19] RAO, Vicente. Da capacidade civil da mulher casada — estudo teórico e prático, segundo o código civil brasileiro. São Paulo: Saraiva editores, 1922, p.32-33.

PARAGENS DA MEMÓRIA – HISTÓRIA, PATRIMONIO E MODERNIDADE NA PONTA NORTE DA ESTRADA REAL (MINAS GERAIS)[1]

Profa. Dra. Andréa Casa Nova Maia – PUC-MINAS
Prof. Ms.Rogério Arruda NIBH/UNIPEL

1. Memória e Ruína – Reflexões sobre o tempo na ponta norte da Estrada Real

Minhas asas estão prontas para o vôo,
Se pudesse, eu retrocederia.
Pois eu seria menos feliz
Se permanecesse imerso no tempo vivo.
Gerhard Scholem
(apud BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de História*. In: **Magia e técnica, arte e política**. SP: Brasiliense,1985.)

Refletir sobre a Estrada Real, ou melhor, enfocar os caminhos e trilhas percorridas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX por tropeiros, "perfeitos negociantes", viajantes, milícias, "vassalos e rebeldes" é refletir sobre ruínas, memória e história.

Ruínas. Andar pelos antigos caminhos e trilhas da ponta norte da Estrada Real é, muitas vezes, atravessar o silêncio do esquecimento, com seus gravetos impedindo a passagem daqueles que teimam em buscar as marcas e os vestígios de um outro tempo. Hoje, ao invés do movimento efervescente das tropas que com seus burros enfeitados de cincerros que tocavam a música das trocas mercantis, há um silêncio, quebrado somente pelo vento que balança os galhos das árvores ou pelo canto de um pássaro do cerrado.

Caminhos esquecidos, que urgem ser (re)encontrados através de um turismo responsável, não destrutivo. Que respeite a cultura do outro, não a ameace, nem a destrua, mas que possibilite trocas culturais efetivas e enriquecedoras. O *Angelus Novus*, pintado por Paul Klee, é, ainda, o anjo da história. Walter Benjamin, em suas teses "Sobre o conceito de História" (BENJAMIN, 1985), recupera-o e também o fazemos, perante as imagens produzidas pela modernidade tardia brasileira, que causou o ocaso das tropas mineiras, substituindo-as pelos automóveis, mais eficazes e velozes para o ritmo do capitalismo do tempo presente. As asas do anjo da história são impelidas pelo vento do norte a mudá-lo de rumo, mas seu olhar busca fixar o cenário em ruínas... E, ao sobrevoar as serras, os campos rupestres, mirar os rios, riachos e córregos e os restos do garimpo, seus olhos se escancaram, sua boca dilata-se, suas asas abertas testemunham o que seus olhos vêem.

“Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés.” (BENJAMIN, 1985, p. 226) Do passado, uma catástrofe única: o desencantamento do mundo, a busca do novo, de trazer para o interior de Minas a propalada “civilização”, o progresso via caminhões. Do passado, as trilhas percorrendo as encostas dos morros, agora atravessados por estradas de rodagem, que passam a correr, ora paralelas, ora distantes ou mesmo coincidindo com os antigos caminhos de tropas... Mas, o anjo da história “gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos”. Talvez queira ver de novo os burrinhos transportando feijão, milho, toucinho, mandioca, sal, querosene, farinha, queijo, aguardente, ouro e diamante... Gostaria de ver os tropeiros pousando nos ranchos, cozinhando em suas trempes, contando seus casos, estendendo no chão suas esteiras de couro. O anjo da história seria como um turista em busca de um outro tempo, de outras práticas, de outros costumes? Quem sabe o anjo da história queira ver a estrada cheia? O movimento, lugar de trocas econômicas e culturais? O anjo da história talvez quisesse ter a chance de construir uma grande colcha que, de retalhos do tempo, juntasse cada lembrança de vida, (re) compusesse a história. “Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira às costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.” (BENJAMIN, 1985, p. 226).

O imaginário do progresso continua presente nos discursos dos governantes, nas conversas de botequim, nas cidades do interior de Minas. Agora ele é a chegada do outro, estrangeiro que contempla, com seu olhar efêmero, aquela paisagem e suas paragens. O olhar de fora procura o que resiste ao tempo: uma igrejinha, um calçamento construído pelos escravos, um queijo produzido artesanalmente, um doce mexido no tacho de cobre, um tapete arraiolo, uma Festa do Rosário, uma cachoeira limpa e seus moinhos... Outros ritmos e outros sons. O olhar de dentro deseja o movimento do novo e constrói novas possibilidades de sobrevivência: constrói uma pousada, abre um restaurante, promove

festivais de verão e inverno, cria receptivos turísticos, faz renascer as festas religiosas e folclóricas tradicionais. Aqui nos deparamos com o encontro dos moradores do lugar com os turistas e, em primeiro lugar, vamos ouvir os homens e mulheres de carne e osso, que viveram e experimentaram o passado, para depois avaliarmos, brevemente, as possibilidades do turismo na contemporaneidade na interface com a memória sócio-cultural.

2.1 – A memória das tropas e dos antigos caminhos nas lembranças de velhos moradores

Na ponta norte da Estrada Real, talvez a maior riqueza patrimonial que se cruza com os "lugares de memória" e a paisagem natural sejam as reminiscências dos cidadãos que residem nas localidades ao longo dos caminhos. As memórias da cultura local e suas peculiaridades inserem-se numa nova perspectiva de conceituação do patrimônio cultural por nós partilhada, qual seja, a que diz respeito à idéia de patrimônio imaterial ou intangível, anteriormente proposta por Mario de Andrade em seu anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional de 1936, no qual ele já inova com a perspectiva de que as histórias, lendas, superstições, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, dentre outras manifestações culturais, podem ser considerados bens relevantes na formação da cultura nacional, tanto quanto os tradicionais monumentos de "pedra e cal".

Além disso, as narrativas coletadas fornecem subsídios para a identificação e descrição de outros bens culturais, como objetos considerados fetiches, de uso doméstico, instrumentos de agricultura, veículos e indumentária, dentre outros, tendência inovadora também anunciada inicialmente pelo modernista, cujo anteprojeto influenciou sobremaneira na formulação da política de patrimônio adotada atualmente no Brasil, a partir da Constituição de 1988. Voltemos assim nosso olhar para esse patrimônio, onde se fundem a memória e a história dos caminhos e do cotidiano daqueles homens e mulheres que por lá circularam.

Dona Nely do Carmo do Santos, nascida em três de maio de 1929, moradora de Mendanha, era filha de tropeiro e conta como seu pai realizava o transporte entre Senador Mourão e Diamantina, passando pelo antigo caminho dos escravos: "De lá de Senador Mourão, meu pai vinha até aqui com os animais, bois e burros cheios de rapadura, feijão e

porco. Passava e dormia aqui em Mendanha e depois ia para Diamantina." A moradora comparara o passado ao presente, considerando que "Diamantina não era igual é hoje não. Não tinha nem luz quando a gente ia lá. Tinha as casinhas onde a gente vendia as coisas". Ela conta do trajeto que seu pai fazia no antigo *Caminho dos Escravos*: "E eles vinham de Diamantina e dormiam aqui em Mendanha e depois iam embora para Senador Mourão". Ela também fala da situação dos caminhos naquela época: "As estradas eram ruins demais, tudo apertadinho. Só passavam os animais. E somente gente de pé e animal. Não tinha estrada, não se usava carro, não se usava nada".Suas lembranças também evocam as festas religiosas, patrimônio que até hoje se faz presente nessas paragens e agora, cada vez mais, vem se tornando um dos principais atrativos para o turismo cultural.O movimento das tropas movimentava a localidade: "aqui em Mendanha o rancho ficava cheio de gente, cheio de tropeiros. Porque não era só o meu pai que vinha. Vinham outros tropeiros de outros lugares e reunia todo mundo aqui com a tropa no rancho".

O Sr Aureliano Pereira Azevedo, marido de Dona Nely, nascido no dia 20 de dezembro de 1925, também se lembra do tempo que as tropas arranchavam em Mendanha e cozinhavam sua própria comida de uma forma peculiar:

> *Os tropeiros faziam sua própria alimentação num fogão que se chamava trempe. Porque era um negócio de ferro com ponta. Eles chegavam e punham uma ponta aqui e batiam, fincavam no chão e punham a outra ponta. Penduravam as panelas nos ganchos e acendia-se o fogo em baixo. A comida era muito simples. Eles usavam poucas panelas, feijão, arroz, uma carne cozida e uma frita.*

Ele nos relata sobre os horários de chegada e partida entre Mendanha e Diamantina, quando os tropeiros passavam pelo Caminho dos Escravos:

> *A tropa ia por essa estrada que eles chamam de Caminho dos Escravos. Eu fiz este trajeto muitas vezes de madrugada. Eu ia a pé para Diamantina. Naquele tempo não havia rodovia. E daqui para Diamantina ia a pé: de manhã, de madrugadinha e de tarde. Se desse para voltar de tarde voltava a pé pelo Caminho dos Escravos. Parte do caminho era calçado. Inclusive o calçamento está lá até hoje.*

O senhor Anacleto Souza Ramos, que também mora em Mendanha, nascido em Curralinho no dia 13 de julho de 1928, conta o que se lembra dos caminhos e do movimento das tropas. Também nos conta que era da responsabilidade dos próprios tropeiros a manutenção e limpeza das estradas: "Tinha um pessoal daqui de Mendanha que recebia dos tropeiros para limpar as estradas e manter o caminho limpo". E na sua concepção "A

Estrada Real é essa aí de tropa...” Atento às recentes discussões em torno do novo mapeamento do trajeto da Estrada Real, ele defende que ela começa dentro do distrito: “A Estrada Real que eles falam é essa aqui. Ela começava na boca da ponte. É a estrada aonde os escravos iam para Diamantina: era toda calçada com pedras grandes e lisas. Agora já acabou tudo”. Ele comenta também o ocaso das tropas, afirmando que: “as elas acabaram por causa da evolução. Foi crescendo, crescendo, crescendo. Abriu estrada de carro pra tudo quanto é lado. E hoje ninguém vai pegar um lote de burro mais. De Felício dos Santos, que chamava Brota Grande até Diamantina gastava dois a três dias de viagem. Hoje não, a mercadoria vai na porta.”

O tráfego pelos caminhos era dificultado, sobretudo, pela situação nas estradas que, na época das chuvas, ficavam muitas vezes intransitáveis, atrapalhando o fluxo comercial e isolando a comunicação entre as localidades: “antigamente aqui chovia muito e os tropeiros tinham muita dificuldade pra passar.(...) Pra sair com tropa, assim com chuva, esses tropeiros sofriam muito. Não tinha lugar com agasalho para eles ficarem com as tropas”. Para ela, “a Estrada Real é onde passam todos. Por onde passavam as tropas. Desde que eu era criança que o povo falava Estrada Real. Tem muito tempo. Não tinha outro nome”.

Por onde as tropas passavam, elas causavam curiosidade e admiração na população local. Eram importantes no abastecimento das localidades, por isso sua relevância. Mas, além da função comercial que exerciam, elas provocavam também um certo encantamento nas pessoas. Muitas relatam sobre a comida, os sons dos cincerros, a organização das tropas, as suas vestimentas. O antigo morador de São Gonçalo, Sr Quinquim, recorda que:

> *Nesse horário de onze horas, as tropas já estavam chegando e outras já tinham saído para Diamantina. Eram muitas tropas! Ficava cheio de burros aí porque tinham várias estacas para amarrá-los... Os tropeiros descarregavam e faziam a comida. Dormiam todos nos couros dos bois... O rancho aqui não tinha paredes, não. (...) Era tudo aberto. (...) E era muita gente... Eu conheci muitos tropeiros. Eu vinha muito aí. Eu achava tudo muito bonito... E ficava aí, de menino, olhando as tropas que chegavam batendo as coisas no chão... E eu ficava olhando como eles faziam comida, doido pra comer das coisas... A comida era gostosa, ficava cheirando... Era feijão tropeiro com torresmo. Eu ficava no meio deles... A meninada toda ficava aí. Ia para escola, voltava da escola e ficava olhando os tropeiros, olhando os burros.*

A atual casa onde mora o senhor Quinquim foi, na sua infância, um rancho de tropas onde ele “ficava olhando os tropeiros, olhando os burros...”. Ao exercitar seu olhar curioso,

ele registrava situações, imagens, modos de falar que hoje são lembrados como se compusessem um filme antigo, repleto de personagens, às vezes idealizados. Dona Maria do Carmo, também residente em São Gonçalo durante muito tempo, viveu bem próxima ao movimento das tropas. A memória sobre as tropas é um legado coletivo. Mesmo aqueles que não foram tropeiros possuem suas lembranças, ora porque tiveram algum parente atuando diretamente nelas, ora porque viveram numa época em que praticamente todo o abastecimento alimentar era feito por meio de tropas. É nessa medida que podemos dizer de um patrimônio imaterial: a memória das tropas é partilhada coletivamente, ela fornece um esteio para a estruturação das identidades locais. Mas também temos as lembranças daqueles que atuaram diretamente no trabalho das tropas. Aquele sujeito que aparece na fala dos outros, também fala de si mesmo. O ex-tropeiro Antônio Luciano, por exemplo, morador de Milho Verde, conheceu bem os caminhos da região, pois neles atuou *tropeirando*, como se diz na região, durante vários anos.

Objetos, artefatos da culinária típica... A famosa trempe é um objeto lembrado por quase todos. Na memória sobre as tropas ela é um dos itens que sempre aparece como capaz de qualificar e de traduzir uma determinada prática sócio-econômica. Ela é um dos símbolos que povoam o imaginário social sobre as tropas. O senhor José Lopes, como qualquer tropeiro precavido, não deixava de ter uma na sua bagagem.

> *A trempe é uma peça muito importante. A gente chegava no Mercado de Diamantina, descarregava a tropa e ia fazer a comida na trempe. Todo mundo que passava, ficava olhando a gente cozinhar. Funcionava assim: a gente fincava os três ferros no chão e tem dois varais. Nos varais tem uns pinos onde a gente pendurava as panelas. Aí, vinha com a lenha, enfileirava a lenha por debaixo dela e ascendia o fogo, e colocava as panelas por cima das labaredas do fogo e fazia a comida, coava café... Eu gostava de comer carne moída com arroz. A gente trabalhava muito então tinha direito, né? Meu pai nesse ponto era caprichoso.*

De certa forma, todos apresentam sua concepção de Estrada Real, na dele se destaca a associação com “o princípio do mundo”. Uma concepção em que está presente o mito e a história: assim a estrada é uma construção tanto histórica como imaginária: ela sempre existiu, mas também se faz no ir e vir das pessoas.

> *Agora, a Estrada Real, esses trilho, toda vida... Acho que desde o princípio do mundo tem ela. Tem muitos anos que a gente ouve dizer que essa é a Estrada Real. Na minha época de tropa já chamava assim. As estradas de carro, eles falavam rodovia, e, a Estrada Real é essa aqui. Era o trilho onde passava as tropas. Quando eu vim para cá já era Estrada Real. Nesse tempo era uma*

> *estrada muito trilhada e sempre transitou por ela um número grande de gente. Era gente indo e voltando, até na madrugada. Nós moramos na beira de estrada e após uma hora da manhã até nove, dez horas, meio dia, só via movimento. Uns indo, outros voltando...*

O senhor Augusto Domingos, morador de São Gonçalo, conhecido na região como Seu Agostinho, também atuou nas tropas e possui riquíssimas lembranças das viagens, das mercadorias transportadas, das condições dos caminhos. Mas, sua experiência é singular na medida em que ele viu as transformações proporcionadas pela construção de novas estradas e pela introdução dos automóveis e as incorporou, adaptando-as as suas condições e necessidades.

Os burros foram substituídos por jipes... As tropas esquecidas, os caminhos fechados pelo esquecimento. Mas o movimento da história fez com que essa memória fosse reencontrada pelos forasteiros que agora vem ouvir sobre um passado nem tão distante assim... A Estrada Real e seus caminhos diversos vão sendo (re)apropriados e ganham novas significações e representações. Ela vai se tornando um outro espaço, um museu vivo, a céu aberto, onde os limites são traçados em mapas do presente, das instituições de poder. Afinal, quem nos diz onde começa e onde termina a Estrada? Por que determinada localidade faz parte do circuito e outra não? A História. Mas qual? Aquela que escolhe o que sobreviverá, que transforma documentos em monumentos... O museu vivo requer uma organização de seu acervo. Para o Turismo, uma outra história é contada. Para o sujeito do olhar efêmero, o trabalho com as tropas era algo belo, feliz, divertido... Mas uma outra história subterrânea permanece latente: a do sofrimento das condições de trabalho, dificuldades imensas na luta pela sobrevivência, dentre outras questões. É importante não perder isso de vista. Até porque, um novo tipo de tropeirismo começa a surgir no tempo presente: o tropeirismo do turista.

3 - Considerações finais: o turismo e os novos tropeiros do espaço e do tempo presente

> *Em suma, o que distingue as viagens não é a qualidade objetiva dos lugares, nem a quantidade mensurável do movimento – nem algo que estaria unicamente no espírito – mas o modo de espacialização, a maneira de estar no espaço, de ser no espaço. Viajar de modo liso ou estriado, assim como pensar... Mas sempre as passagens de um a outro, as transformações de um no outro, as reviravoltas.*
> *DELEUZE, G. e GUATTARI, F..**Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. SP: 34,2002*

O espaço reconfigura-se. Novas trilhas criam novos mapas no mar rochoso das Minas. Rizomas que dizem de nossa passagem pelo tempo. Daqueles que exercem um nomadismo turístico, passam e retém algumas marcas para fixá-las na memória individual da viagem. Ou daqueles que, no sedentarismo, permanecem criando âncoras para resistir ao movimento do novo… Há uma linha de demarcação entre o olhar nativo — sedentário — e o olhar estrangeiro, do viajante turista — nômade. Porém, esta distinção aparentemente óbvia, pode complicar-se quando enfocamos um passado bastante remoto, das antigas paragens da Estrada Real em Minas. Afinal, todos nós, nativos e turistas, lançamos um olhar distante sobre o passado. A distância considerada é mental e psicológica, mas também física e literal. Em cada trajetória, novos mapas de subjetividade recortam no espaço imagens e traços que procuram dar novas significações para a caminhada. As novas gerações produzem um *entre-lugar*: aproximações inovadoras entre o passado das tropas e o presente do turismo, construindo uma outra estrada, um outro espaço de trocas, não mais puramente comerciais, mas, sobretudo, culturais. Dessa forma, o olhar estrangeiro e o local - das velhas gerações - se encontra naquele das novas gerações, que buscam alternativas de trabalho. São os guias, por exemplo, filhos e netos dos antigos moradores, tropeiros, agricultores e/ou garimpeiros, que passam a se interessar pelo patrimônio local, como forma de garantirem uma inserção econômica via turismo cultural e ecológico.

Nas suas comunidades de origem eles encontram as narrativas do tempo passado, com seus monumentos, seus vestígios dos antigos caminhos, suas cachoeiras, seus objetos da cultura material, suas festas religiosas e folclóricas, sua culinária típica e os dão visibilidade. Ou seja, fazem o olhar distante do olhar do outro, deixar de ser tão distante: aproxima-os. Na verdade não se trata simplesmente de lamentar o fim daquela antiga forma de caminhar pela Estrada Real e sim, refletir em que medida a caminhada continua de outra forma que pode ser importante para a própria sobrevivência daquelas antigas paragens...

---

[1] Este artigo é resultado de uma pesquisa coletiva oriunda do Projeto: “Paragens da Memória - História, Turismo Cultural e Educação Patrimonial na Estrada Real(...)”, financiado pela FAPEMIG entre janeiro/ 2004 e janeiro/ 2005, sob a coordenação da autora e contou com a participação da equipe composta pelo Prof. Dr. Marcos Lobato Martins, Prof. Ms. Rogério Arruda e pelos bolsistas Catarina Capela e Tatiana Gonçalves (BIC/FAPEMIG) e Manoel Júlio. Agradecemos a contribuição. Produzimos um site: http://www.unipel.edu.br/paragensdamemoria/.

Aprendizagem profissional de professoras de História[1]

Andrea Coelho Lastória[2] – FSDB/PIRACICABA

Os processos de aprendizagem profissional dos professores nos diversos níveis e áreas de ensino são cada vez mais investigados por pesquisas que focalizam como os professores aprendem e como aprendem a ensinar no decorrer de sua atuação.

A literatura educacional tem apontado para a importância de se considerar os processos de aprendizagem profissional da docência em contextos específicos de desenvolvimento. A *escola* ou o *grupo* são considerados como alguns destes contextos, pois, juntamente com sua comunidade, estão sendo concebidos como organizações que aprendem. Várias pesquisas que investigam tal temática passaram a considerar o contexto escolar e a desenvolver ações investigativas no próprio ambiente escolar. O desenvolvimento de pesquisas colaborativas envolvendo Escola-Universidade vem indicando a importância da consideração do professor como elemento chave, tanto no que se refere ao processo formativo quanto investigativo e a importância da consideração das especificidades dos contextos escolares.

O presente trabalho relaciona-se a tais processos, uma vez que toma as descrições de crenças, de metas/objetivos e outros conhecimentos de três professoras de História inseridas num contexto específico de aprendizagem[3]. O objetivo é compreender como e de que natureza são as aprendizagens das professoras de História inseridas num programa específico de formação continuada, que girou em torno da construção de materiais didáticos (Atlas escolares municipais de Limeira, Rio Claro e Ipeúna) e do trabalho docente. Tal programa é considerado neste trabalho, como um grupo de aprendizagem.

Diante do exposto, é importante detalhar que o pressuposto que ancorou tal programa de formação refere-se ao tratamento dado às participantes, enquanto possuidoras de conhecimentos próprios da docência, assim sendo, as professoras de História eram concebidas como sujeitos que possuem e constroem seus conhecimentos e práticas. Com

relação a essa idéia, Tardif, Lessard e Lahaye (1991)[4] explicitam que a prática docente integra diferentes tipos de saberes, dentre eles, os saberes das disciplinas, os saberes curriculares, os saberes profissionais e os saberes da experiência. Tais autores salientam que o saber docente cotidiano é constituído, tanto por saberes científicos (que se referem aos três primeiros tipos apontados), quanto por saberes advindos da experiência (que se refere aos saberes construídos no cotidiano). Na mesma direção, os estudos de Caldeira (1993)[5], apontam que por meio dos saberes da experiência, os professores mantêm uma *relação de interioridade*, e que é com este mecanismo que os professores se apropriam dos demais saberes. Com base nessa idéia, a autora salienta que os programas de formação docente devem deixar de reforçar apenas os aspectos técnicos da profissão e ancorar-se na concepção de que os professores devem aprender mais do que conteúdos de ensino ou estratégias do processo de ensino-aprendizagem, eles devem pautar-se numa relação metodológica (saber-fazer).

Por conta da natureza do seu objeto, este trabalho engaja-se nos contornos da pesquisa qualitativa. O estudo de caso relaciona-se à intenção de retratar as situações do cotidiano que envolve a professoras de História, considerando suas complexidades e dinâmicas, além da intenção em descrever uma visão aprofundada, ampla e integrada da problemática estudada.

A maior parte dos dados foram colhidos por meio de entrevistas do tipo biográficas. Tais entrevistas buscaram compreender como as professoras descreviam sua participação, envolvimento e desenvolvimento profissional, bem como, compreender o "*como"* trabalharam coletivamente e individualmente na confecção dos Atlas Escolares Municipais. Sobre as entrevistas biográficas, Caldeira (1993)[5] comenta que consiste num interrogatório feito diretamente a cada informante da pesquisa durante uma conversa orientada para um objetivo definido. Elas permitem que o entrevistador e o entrevistado desenvolvam uma interação mútua, ou seja, que influenciem um ao outro. O intuito é buscar a riqueza e não a uniformidade. No caso específico desta pesquisa, o tipo de entrevista realizada somente foi

possível pelo fato de termos participado como membro do programa de formação continuada o que nos possibilitou um contato mais direto com as professoras.

As aprendizagens profissionais das professoras de História estão apresentadas por meio de três categorias. Tais categorias são referendadas pela base de conhecimentos para o ensino (Shulman, 1987[6] e 1986[7]; Tardif, 2000[8] e 2002[9]), os processos de raciocínio pedagógico (Shulman, 1987[6] e 1986[7]) e os processos de colaboração (Mizukami et al. 2002[10]) travados no interior do próprio grupo, enquanto uma comunidade de aprendizagem profissional.

A primeira categoria tem por objetivo evidenciar os tipos de conhecimentos (do conteúdo específico, pedagógico geral, pedagógico do conteúdo) desenvolvidos, individualmente, pelas professoras de História, ao construírem os Atlas. A segunda categoria procura explicitar como se deram os processos de raciocínio pedagógico das professoras, enquanto produtoras dos materiais escolares. A terceira categoria, que também está envolvida pelas duas outras, procura analisar as ações das professoras, enquanto participantes do projeto de formação continuada, concebido enquanto uma comunidade de aprendizagem da docência. As descrições das trajetórias de construção dos Atlas revelam vários tipos de conhecimentos gerados e a forma como tais conhecimentos foram sendo construídos, evidenciando seus processos de raciocínio pedagógico. Reportamo-nos às referidas trajetórias para destacar retratos reveladores.

O retrato da professora Hélia

Hélia era uma professora experiente. Possuía um rico repertório de conteúdos específicos em História, o que parece ter possibilitado sua compreensão sobre o valor histórico da pesquisa em Ipeúna. O *processo de tomada de decisão* da professora pode ser verificado desde sua constatação inicial a respeito da inexistência de uma historiografia a respeito do município de Ipeúna, o que impulsionou a professora a buscar dados, em diversas fontes e de diversas naturezas, que lhe permitissem escrever a história da localidade e depois transportar tal história para as páginas temáticas. Sua trajetória, enquanto professora-pesquisadora, foi marcada pela investigação sobre os conteúdos específicos da história de

Ipeúna. Tal aspecto pode ser observado também pela forma como seu guia didático foi esboçado. Hélia se preocupou em caracterizar os aspectos metodológicos de como seu trabalho junto às fontes de dados foi realizado. O seu processo de raciocínio pedagógico foi marcado pelos vários aspectos que envolvem o ato de ensinar (Shulman, 1987)[6]. Pela *compreensão*, Hélia buscou melhorar seu entendimento crítico a respeito dos vários conceitos, idéias e propósitos envolvidos na história local. Ao *interpretar* os dados e depoimentos coletados para escrever sobre Ipeúna, *representar* nas páginas do Atlas essa história e *adaptá-las* às características e aos conhecimentos dos alunos da escola fundamental, a professora permeou o subprocesso de *transformação.* Ao envolver-se na sua pesquisa em salas de aula, a partir das escolhas de estratégias de investigação dos alunos e das páginas, a *instrução* foi acionada, bem como, a *avaliação,* destinada a verificar a legibilidade das páginas. A reflexão sobre a ação pôde ser percebida em vários momentos da sua trajetória. Hélia ampliou sua base de conhecimentos, passando por uma *nova compreensão*, tanto dos conhecimentos específicos gerados, como do processo de investigação como um todo. Os conhecimentos adquiridos foram compartilhados com as demais professoras de História, indicando que a socialização docente (entendida neste contexto como trocas de conhecimentos, informações e dados) foi uma das características possibilitadas pelo próprio projeto. Ao refletir sobre o processo de investigação realizado, Hélia concluiu que faltou maior embasamento na fundamentação histórica, caracterizando outra importante parte da sua *reflexão sobre a ação*. O *processo de tomada de decisão* de Hélia é evidenciado por ações individuais e coletivas. Sobre a construção da linha do tempo, ressaltamos que, apesar de ter discordado da inclusão da mesma nas páginas, Hélia acatou a decisão coletiva. Colaborou com a confecção da linha do tempo nas páginas produzidas coletivamente e nas suas próprias páginas temáticas. Tal decisão pautou-se na idéia de que os Atlas precisavam seguir os mesmos padrões e formatos.

O retrato da professora Arlete

Arlete aguardava a aposentadoria, quando ingressou no grupo. Tinha trabalhado com o ensino de História durante toda a sua carreira profissional. Seu trabalho foi agrupar a

História de Rio Claro, transformando-a em conteúdos de ensino a serem materializados nas páginas temáticas. Seu *processo de aprendizagem profissional* foi marcado pela aquisição de conhecimentos específicos sobre a localidade e interligação dos mesmos com a História do Brasil. Dentre os subprocessos do *modelo teórico de raciocínio pedagógico* (Shulman, 1987)[6], Arlete destacou-se nas operações de *compreensão* e representação, os quais envolveram a maneira como ela, pautando-se em suas teorias pessoais sobre ensino, buscou entender como o povoamento da região de Rio Claro aconteceu. A ação da professora estava marcada em seu esforço para produzir um Atlas que, segundo suas próprias palavras, *fosse simples nas formulações, mas rigoroso nas informações*. Tal aspecto evidencia que Arlete buscou representar os conteúdos específicos que julgou serem os mais relevantes para comporem a história da localidade, a partir de um variado repertório. Este incluía ilustrações, explicações, analogias, fotografias, etc. As fotografias foram destacadas pela professora como uma das formas de representação mais importantes. Para caracterizarmos o tipo de *compreensão* dos diversos conceitos envolvidos pela interligação da história local com a História do Brasil, destacamos a descoberta do caminho indígena conhecido como Peabiru. A trajetória de Arlete demonstra a necessidade de desvelar essa incógnita para poder, a partir de seu entendimento crítico, prosseguir com seu trabalho de construção das páginas. O processo individual de tomada de decisão de Arlete pautou-se nas decisões coletivas do próprio grupo e nas suas descobertas diante das diferentes fontes de dados que possuía. Tal aspecto evidencia que seu projeto individual ocorreu como uma conseqüência do projeto mais amplo, de caráter coletivo.

O retrato da professora Dinorah

Dinorah verbalizou que seu desejo maior era poder pesquisar sobre o ensino de História. Tanto sua função profissional, como assistente pedagógica da área de História, quanto seu ingresso no grupo, indicam que a professora buscava formas de ação, enquanto professora-pesquisadora. Seu processo investigativo centrou-se na aquisição de conhecimentos de conteúdos específicos de História e no modo como tais conhecimentos deveriam ser ensinados para os demais professores do ensino fundamental. Dinorah, assim como Arlete,

parece que se centrou nos subprocessos *compreensão* e *transformação*, durante seu processo de raciocínio pedagógico. Isso pode ser explicado devido à sua própria trajetória como professora experiente. As tentativas de desmistificar ou comprovar mitos perpetuados pela história, como exemplo o caso do frei João das Mercês, o segundo bandeirante Anhangüera, a localização do rancho que originou Limeira, a forma como era realizada a produção do açúcar (pães de açúcar) etc, marcaram seu *processo de tomada de decisão,* evidenciando a ampliação de sua própria base de conhecimentos. Assim como no caso de Arlete, o projeto individual de Dinorah foi fortemente influenciado pelas decisões coletivas do projeto mais amplo. Um exemplo evidente foi a *aquisição de conhecimentos cartográficos*, possibilitada pelas características próprias do projeto Atlas. Tal aquisição pode ser observada na trajetória de Dinorah, que descreveu especificações detalhadas sobre como alterou, cartograficamente, os mapas históricos.

Considerações finais

Os três retratos apresentam sínteses dos processos de desenvolvimento profissional das professoras, diante do contexto do projeto de formação continuada. Tal projeto contou com a participação de professoras que possuíam uma grande motivação pessoal. Tratava-se de professoras que, compreendiam que para se formar como docentes, não basta freqüentar cursos ou assistir palestras. Este aspecto fez com que o grupo de formação fosse privilegiado no sentido de que seus participantes possuíam competências para poder dominar os conteúdos e construí-los em situações de ensino reflexivo. Situações nas quais era possível explorar os acontecimentos, trabalhando o movimento entre conteúdos, objetivos e situações, criando condições de aprendizagens, tanto para os alunos, como para as próprias professoras. No entanto, precisamos considerar que as competências e motivações apresentadas pelas professoras do grupo não podem ser tomadas como características do corpo docente das escolas públicas paulistas. Assim como não podemos afirmar que tal projeto de formação de professores corresponde a um modelo de formação

continuada, comumente desenvolvido em nosso país. As políticas públicas atuais, não têm priorizado esse tipo de modalidade formativa. Programas que dão poder e autonomia para que os próprios professores construam, individual ou coletivamente, seus saberes por meio da produção de pesquisas não são incentivados. Pelo contrário, cursos centrados em conteúdos específicos ou em destrezas necessárias ao bom professor são perpetuados ainda hoje, em nossa realidade brasileira, como sinônimos de formação docente. Tais cursos não consideram as bases da profissionalização docente por não romperem com racionalidades educacionais perpetuadas até então.

Ao refletirmos sobre como investigamos os conhecimentos adquiridos pelas três professoras de História e o processo como elas apreenderam durante suas trajetórias investigativas, deparamo-nos com uma importante faceta das pesquisas que se propõem a evidenciar processos cognitivos de professores. Esta diz respeito à dificuldade metodológica existente em caracterizar como se dá o processo cognitivo de outra pessoa, ou seja: Como é possível saber o que alguém aprendeu? Como é possível determinar o que esse alguém aprendeu?

Para elucidar a reflexão acima, encontramos nas raízes do *paradigma indiciário*, descrito por Carlo Ginzburg (1991)[11], algumas respostas. Estas apontam para a configuração de um método interpretativo, centrado nos resíduos, nos sinais, nos indícios reveladores de algo maior ou de um todo. O paradigma indiciário, segundo o autor, começou a se afirmar nas ciências humanas nas décadas de 1870-1880, baseado na semiótica, na narrativa e nos saberes venatórios. Saberes esses que são evidenciados a partir de dados que, às vezes são negligenciados por outros tipos de pesquisa. Dados que podem ser remontados a uma realidade complexa.

Notas:

1- Este trabalho é parte da tese de doutorado em Educação, na área de Medotologia de Ensino, do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos. Defendida em 2003, sob a orientação da Profa. Dra. Maria da Graça Nicoletti Mizukami.

2- Doutora em Educação, Licenciada em Geografia e Pedagogia, Bacharel em Geografia. Professora e Coordenadora do Curso Normal Superior da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Piracicaba.

3- Refere-se ao Projeto Integrando Universidade e Escola Através da Pesquisa em Ensino: a produção de Atlas municipal escolar – Limeira, Rio Claro e Ipeúna, coordenado pela Profa. Dra. Rosângela Doin de Almeida, no Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista em Rio Claro- SP.

4- TARDIF,M.; LESSARD, C. e LAHAYE, L.Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. Teoria & Educação, n.4, p.215-233, 1991.

5- CALDEIRA, A.M. S. La practica docente cotidiana de uma maestra y el processo de apropiacion y construccion de su saber: um estúdio etnográfico. 1993. 347p. Tesis Doctoral - Universitat de Barcelona, Barcelona.

6- SHULMAN, L. S. Knowlegde and teaching: foundations of the new reform. Harvard Educational Review, v. 57, n.1,p.1-22, feb.1987.

7- SHULMAN, L. S. Those who understands: knowledge growth in teaching. Educational Researcher, v. 17, n.1, p.4-14. feb. 1986.

8- TARDIF, M. & RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educação & Sociedade, Campinas, v.21,n. 73, p.1-27, 2000

9- TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

10- MIZUKAMI, M.G.N. et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

11- GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Ecossistema como relação social?[1]

Andrea Cristina Fontes Silva
Mestre em História Social – UEL.

Discutir sobre um ser humano que está aparentemente mais preocupado com uma visão global à luz de da ecologia e ciências sociais é o que pretendo neste trabalho.

Pensando a partir das distinções na forma de encarar a utilização dos recursos hídricos notamos que da mesma maneira que a ecologia, no decorrer do século XX, abrangeu também as ciências sociais, cabe ao historiador deixar alguns "pré–conceitos" de lado e aproximar o meio ambiente das relações sociais por este vincular-se diretamente às ações empreendidas pelo homem.

Acredito que para ao nos debruçarmos sobre a dinâmica das alterações legais e as implicações ambientais, não podemos perder de vista as transformações sofridas pelo homem no seu fazer histórico, assim como sua relação com a natureza ao longo do tempo. Todavia, neste artigo, apenas usaremos alguns exemplos destas transformações para nos atermos mais precisamente no que veremos, se pretende uma visão sistêmica.

A produção do conhecimento científico por muito esteve vinculada a conceitos que proporcionaram um conhecimento histórico baseado em universais. Durante muitos séculos, a mente humana foi trabalhada para cindir, buscar minúcias, descobrir a menor partícula, etc. O homem parecia buscar "saber mais a respeito de menos, como se o ideal fosse conhecer tudo acerca do nada". (MACHADO, 1984. pg. 37). Almejando o progresso tecnológico, sem preocupação com o global, acabávamos por perder a visão do Universo em que vivemos.

De uma visão cartesiana que colocava o homem como um verdadeiro senhor sobre a natureza, tivemos "o homem da razão do século XVIII" que encarava a natureza como recurso inesgotável (e para alguns, a água ainda o é!) pronto para ser

consumido de maneira desmedida; uma exploração sempre associada à idéia de progresso, ascensão (ALMEIDA, 1997).

Sob o viés dos recursos hídricos, na região da atual cidade de Londrina, pesquisando o período Imperial, por exemplo, faz-se perceptível o imbricamento de uma certa noção de progresso baseada na idéia de exploração. O interesse pelos então denominados "Sertões do Tibagy", no que hoje pode ser denominado Norte do Paraná - cresceu após 1847, quando as autoridades iniciaram estudos da região para aproveitá-lo no sistema de navegação, por ser impraticável a via terrestre. (STIER, 1980. pg. 52).

Algum tempo depois, ideólogos da Corte também demonstraram interesse pelo Tibagi: graças ao rio, as tropas estabeleceram ligação com Mato Grosso para proteger as áreas ameaçadas por Solano Lopez. Também foi construído um porto na Aldeia de São Pedro de Alcântara, entreposto fiscalizador de mercadorias pertencentes aos tropeiros (STIER, 1980. pg. 54).

Fazendo um salto na História, mas ainda navegando pelas águas do Tibagi, temos em 1939 a cidade de Londrina sendo "colonizada", sempre apresentada através das limitações hídricas[2]:

> Essa gleba de terras acha-se situada á margem esquerda do rio Tibagi, estendendo-se para oeste até o divisor de águas dos ribeirões Jacutinga e Abóboras e para o Sul até o ribeirão Engenho de Ferro [...] [sic]
> (Processo crime nº 24/41– 2ª Vara da Comarca de Londrina. pg.21)

A divisão de lotes empreendida na Região Norte do Paraná através da Companhia de Terras não respeitava o relevo da região. Os lotes eram "divididos" de modo retangular, com algum veio de água passando por, pelo menos, uma de suas extremidades, um demonstrativo – até por demais óbvio – de como os recursos hídricos eram fundamentais para o "desenvolvimento" local. Tais preocupações não implicam, entretanto, em nenhum interesse com a questão ambiental tal qual presenciamos contemporaneamente, apenas reforça a lógica de exploração e progresso.

Porém, o sujeito que historicamente se distanciou da natureza, a explorando, começou a sentir que nunca sai ileso desta transformação que, na realidade, trata-se de uma troca. No âmbito macro-social, pelo menos, notamos preocupações acerca dos recursos hídricos desde 1934 – através do Código das Águas. Todavia, o foco era centrado no gerenciamento, baseando-se na normatização da exploração.

Após a Conferência de Estocolmo em 1972 é que discussões mais efervescentes surgem a nível ambiental e a partir de 1988 pôs-se sob o julgo Estadual e Federal os lençóis superficiais, antecedendo uma Política Nacional de Recursos Hídricos. Deste movimento resultou a criação da Lei Federal nº 9.433/97, que institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. De um modelo centralizado, caminhamos para outro, que prevê a participação não só do Estado, mas de toda a sociedade civil no campo de tomadas de decisões. A água tornou-se um problema político, econômico, social. Segundo Ketelhut:

> fundamentada em princípios básicos de interesse comum, largamente aceitos pela sociedade, em um entendimento sobre o que seria necessário para se ter um gerenciamento racional dos recursos hídricos brasileiro...[a lei das águas é] Peça jurídica mais importante do aparato legal brasileiro relacionado com recursos hídricos que, em conjunto com legislações Estaduais, oferece oportunidade para a sociedade se organizar e gerenciar esses recursos (KETTELHUT, 2000).

Em função de condições de escassez ou qualidade, a água vem paulatinamente deixando de ser um bem livre, passando ela própria a ter valor econômico; são adotados, pois, novos paradigmas de gestão, “que compreendem a utilização de instrumentos regulatórios, como a cobrança pelo uso dos recursos hídricos” (ANA, 2004). Deste modo, as discussões em torno da água encerram um paradoxo: o Brasil enfrenta pressões para se desenvolver e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. Estamos falando, pois, da necessidade criada pelo homem de um “desenvolvimento sustentável”.

Por um viés de maior duração, a ressonância desta forma de abordar a relação com a natureza se dá em virtude de todo um movimento que – a partir das

mudanças ocorridas na Física no início do século XX - proporcionaram uma verdadeira constelação de organizações comunitárias distintas.

A partir da teoria da relatividade, houve uma aproximação de massa e energia, antes entendidas como categorias absolutamente distintas; tal movimento inspirou a teoria de Gaia que observa o planeta Terra como um sistema vivo, auto-regulador (ao invés de um meio ambiente para a vida, parte da vida), colocando em questão a maneira com que sistematizamos o pensamento humano. Nas palavras de Prigogine:

> o mundo em que vemos fora de nós e o mundo que vemos dentro de nós estão convergindo. Esta convergência dos dois mundos é, talvez um dos eventos culturais mais importantes da nossa era (PRIGOGINE apoud: CAPRA, 2003, p. 158).

Trata-se de uma mudança na forma do homem representar a sociedade - representação entendida aqui como fazendo "parte das relações sociais desde que essas começam a se formar e são uma das condições de sua formação" (GODELIER, 1984, pg. 174).

Constatamos o ingresso da perspectiva sistêmica na produção do conhecimento, cuja preocupação não mais se encerra na oposição sujeito x objeto e sim nas relações. De um sujeito metafísico, temos um sujeito vivo (MORIN, 1987). Nas palavras de Capra, precisamos entender os ecossistemas e utilizar tais princípios para que tenhamos comunidades humanas sustentáveis.

No campo da ecologia humana, um dos pilares para fugir da fragmentação excessiva foi a idéia de Sistemas que começou a ser formulada como um conjunto de unidades em inter-relações, da unidade que resulta da mútua interação entre as partes. Tal pensamento ingressou no debate científico durante a década de 20 do século passado. O pensamento sistêmico pressupõe duas definições básicas: a que devemos abrir mão de uma percepção linear dos acontecimentos e pensarmos na capacidade de auto-organização. De objetos, passamos observar relações (CAPRA, 2003 p.47). Machado condensa bem a abordagem proposta ao definir Ecologia humana como "o estudo

interdisciplinar das relações substantivas entre fatores do sistema-homem e fatores do sistema ambiente (MACHADO, 1985: pg. 34).

A mesma ciência que promoveu uma ruptura do homem com a natureza, inscrevendo valores sempre dicotômicos, agora parece buscar uma redenção, pelo que pode ser chamado de uma ecologia profunda:

> O novo paradigma...que concebe o mundo como um todo integrado, e não uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica...[que] reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos...da natureza (CAPRA, 2003).

Quando fazemos tais afirmativas, não descartamos a hipótese de que a sociedade se distingue dos demais organismos vivos, graças à sua capacidade cognitiva aguçada, da elaboração simbólica, enfim, da produção cultural; tais características sem dúvida conferem aos humanos o grau máximo de autonomia; além dos fatores bióticos e abióticos existe o ambiente construído. Não devemos perder de vista, porém, que o domínio simbólico é o principal responsável por afetar o “Sistema da Gaia” (CAPRA, 2003, p. 171). A forma com que representamos a natureza ao longo do tempo contribui para maior ou menor interferência.

Segundo Luchmann, por exemplo, é possível observar uma rede autopoiética no âmbito social, cujo fechamento se dá pelo universo simbólico compartilhado. Devemos, pois, ultrapassar os limites disciplinares para que nos acerquemos das relações estabelecidas entre o homem e natureza (ALMEIDA, 1997).

Faz-se fundamental pensar na relação que estabelecemos com o em torno tendo em vista os danos causados por nós não são apenas materiais: afeta também o âmbito social por trazer doenças, miséria, além do inexorável aumento da poluição. Começa a ecoar no campo acadêmico afirmativas como as de Margulis, segundo o qual "A vida, efetivamente, fabrica, modela e muda o meio ambiente ao qual se adapta. Em seguida, este "meio ambiente" realimenta a vida que está mudando e atuando e crescendo nele. Há interações cíclicas constantes" (MARGILUS apud: CAPRA, 2003, p. 94).

O que acontecer com a terra
Acontecerá com os filhos e filhas da terra.
O homem não teceu a teia da vida,
ele é dela apenas um fio
O que ele fizer para a teia
Estará fazendo a si mesmo
Ted Perry – inspirado pelo Chefe Seattle

No âmbito historiográfico, graças as mudança de paradigmas pudemos estabelecer um diálogo com a ecologia, entendida, de acordo com Almeida, da seguinte maneira:

> A ecologia, segundo nossa compreensão, é um campo de conhecimento que está fundamentado no estudo do funcionamento das relações estabelecidas entre as espécies bióticas e os elementos abióticos formadores de um ecossistema, o qual compreendemos como um complexo relacionamento desordenado, interativo, dinâmico e constante de energia e matéria nos meios físico e biológico, possuindo uma capacidade auto-organizativa e reprodutiva, que permite a geração e manutenção da vida...Este complexo não pode ser reduzido a simplesmente uma análise particularizada dos elementos que o integram, mas deve ser entendido por inteiro, isto é, aos relacionamentos de todos os elementos que o compõe... (ALMEIDA, 1997)

Para aproximar tal discussão do fazer histórico, para compreender a inter-relações dos elementos, faz-se fundamental a relação entre o que convencionamos chamar o micro e macro-social. Em defesa desta corrente, evoco Ciro Flamarion Cardoso: ao debater as tendências intelectuais no Brasil - durante uma aula inaugural ocorrida no Centro de Ciências humanas em 31 de março de 2000 - afirmou que os "pós-modernos", principalmente a partir de 1968, teorizam olhando para micro–culturas e/ou para debates das minorias por si mesmas (onde entram questões como: mulheres, negros, ecologia e etc...). É veemente ao afirmar a necessidade de se observar também o macro-social; os que insistem em movimentos separados, segundo ele, esquecem-se que políticas governamentais, por exemplo, dependem do macro. O autor finaliza sua fala indicando um retorno a visões globalizantes do social, contra as tendências pós-modernas, sem deixar de levar em conta contribuições como a de um imaginário sempre presente. É sabido ainda que negar a subjetividade implica cair num objetivismo problemático e rasteiro, uma prática impensável após esta trajetória percorrida por análises historiográficas.

É temerário tentar contemplar sistemas complexos, todavia, trata-se de uma análise que se faz necessária para nos aproximarmos um pouco desta teia da vida e de nossas atitudes perante ela. Ou como diria Morin "é preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza" (MORIN, 2000).

Discutir sobre este homem preocupado com uma visão global à luz de da ecologia e ciências sociais é o que propomos, já que acreditamos que dialogando com outros campos de saber, possamos colaborar para o debate sobre as bases das políticas ecológicas adotadas por uma sociedade que se prende à maneira mecânica de observar a vida, com conflitos constantes entre os desejos de desenvolvimento, preservação e sustentabilidade.

> Não existe progresso assegurado, mas uma possibilidade incerta, que depende muito das tomadas de consciência, das vontades, da coragem e da oportunidade. E as tomadas de consciência tornam-se urgentes e primordiais (Morin, 1985).

Mas será que as propostas que se apresentam dentro desta perspectiva sistêmica são resultantes de um processo de transformação cultural maior ou apenas faz parte do desejo de alguns poucos idealizadores? A tais questionamentos pretendemos responder no caminhar deste trabalho...

---

[1] Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História, realizado em Londrina-Pr, entre os dias. 17 a 22 de julho de 2005.

[2] Fragmento do processo criminal nº 24/39, nosso principal objeto de análise quando da realização do Mestrado em História Social, trata-se de um processo de vendas fraudulentas de terras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jozimar Paes de. **Errante no Campo da Razão: o inédito na História: contribuição para um estudo de história e ecologia**. Londrina: Ed. UEL, 1996.

----------. Ciência e Meio Ambiente: Interdisciplinaridade na constituição do pensamento ecológico. In: "**Revista de História Regional**". Vol.2 nº 2, 1997.

EKIRCH, Arthur A. **Man and nature is the basic fundamental fact of History. The relationship is mutual and necessary**. In: "*Man and Nature in America".* Colombia, 1963.

BRUSCHI, Luiz Carlos. **A origem da vida e o destino da matéria**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Trad: Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Editora Cultrix. 8ª ed. 2003.

CARMO, Roberto Luiz. **A ÁGUA É O LIMITE? Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2001.

DUARTE, Lílian Cristina Burlamaqui. **Política externa e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FONTANA, Josep. **História: análise o passado e projeto social.** Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.

FURET, François **Oficina da História.** Lisboa: Gradira, [19--?]

HOGAN, Daniel Joseph, VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). **Dilemas sócios ambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

KETTELHUT, Júlio Tadeu Silva. Importância da Comunicação na Implementação do Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil. **Revista CEJ**: ano IV, Dez. 2000. pg. 21-24.

MACHADO, Paulo de Almeida. **Ecologia Humana.** São Paulo: Cortez; Brasília: CNPQ; São Paulo: Autores Associados, 1984.

MARTINAZZO, Celso José. **A utopia de Edgar Morin: da complexidade a concidadania planetária.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Diversas relações do homem como mundo.** In: ”Convite a Estética”. Trad: Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. pp-73-76.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós – moderna. In: “**Estudos Avançados***”* Editora da USP: São Paulo: Maio/agosto 1988, vol. 02, nº 3, pp. 46-71.

STIER, Kumagae Kasukuo. **Contribuição ao estudo das transformações agrárias ocorridas na ocupação do espaço em Jataizinho***.* São Paulo: USP,1980. p.54.

TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio Ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Ação entre Amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)[i]

ANDRÉA CRISTINA SANTOS

A história do Partido Comunista do Brasil (PC do B) tem sido objeto de estudos historiográficos acerca de dois aspectos particulares de sua trajetória: o movimento de guerrilha no sul do Pará, entre 1972 e 1974, e o processo de cisão, em 1962, de sua matriz originária,o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesses estudos, tem-se observado uma lacuna referente à militância partidária e à ação política, as formas com as quais se concretizou, as estratégias e os desafios para executá-la. Torna-se necessário analisar o PC do B por meio do conjunto dos seus membros, e não estritamente pelo entendimento da linha político-partidária, como se esta se auto-explicasse e não precisasse criar um campo de interlocução para interpretar e colocá-la em prática. A investigação sobre a ação coletiva dos militantes pode nos revelar aspectos pouco conhecidos da vida partidária, ainda mais se considerarmos que alguns ativistas políticos estão mortos e não deixaram registros de sua participação nem das estratégias políticas usadas para organizar o partido[ii]. Este ensaio aborda a história partidária pelo conjunto de seus membros, com o objetivo de identificar propostas políticas, elementos da cultura partidária e da ação política em Salvador e no interior do estado[iii].

A história do PC do B, na Bahia, tem origem com um grupo de estudantes da Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia (UFBa) que, em 1965, reuniu-se para criar um organismo de base. Logo após o golpe militar, as duas únicas organizações a disputar espaço político nas principais faculdades da instituição foram o PCB e a Ação Popular (AP). O PC do B seria a terceira força política no movimento estudantil e tentaria atrair grupos estudantis independentes. Antes mesmo de existir como grupo político, esses estudantes mantinham laços de identidade e solidariedade como jovens que partilhavam a mesma sala de aula. A consciência política que adquiriram e os levou ao encontro do PC do B nasceria de um diálogo entre semelhantes que desejam conquistar representação política numa escola tradicionalmente politizada.

Entre os anos de 1965 e 1967, o grupo se encontrava para fazer reuniões, discutir o estatuto partidário, documentos e *A Classe Operária*, órgão oficial do Comitê Central (C.C). As reuniões eram feitas em bairros populares como São Caetano, Alto das Pombas e na Lagoa do Abaeté, no bairro de Itapuã, e na ilha de Itaparica. As reuniões afastadas do centro da cidade sugerem o caráter clandestino a que estava submetido o partido, mas refletiam também as condições da pouca representatividade na Faculdade de Direito.

A experiência dos militantes do PC do B no movimento estudantil só seria capitalizada, em 1968, permeado a conquista do diretório de duas importantes escolas da UFBa: o Centro Acadêmico Rui Barbosa, em Direito, com Rosalindo Souza, um rapaz negro, nascido em Caldeirão Grande, interior do estado e funcionário da Diretoria do Ensino Industrial do SESI, e na Faculdade de Medicina, com Nilton Gomes Oliveira. A conquista dos dois diretórios representou para os militantes a possibilidade de imersão no movimento estudantil e um momento de afirmação como grupo político. Além destes dois diretórios, o presidente do Diretório Acadêmico (D.A) de Direito da Universidade Católica, Luís Cayres Tunes, também era militante do partido.

A atuação do PC do B no movimento estudantil seguia determinação do documento **Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil**, no qual pregava que os militantes deveriam apoiar as atividades das entidades estudantis, participar dos centros acadêmicos e trabalhar pela organização do movimento estudantil integrado as bases. O grupo ligado ao PC do B seria reconhecido pelos militantes de outras organizações pela sua origem rural, com raízes sociais em cidades do interior e por se caracterizarem como estudantes-trabalhadores, cujas famílias mantinham pequeno comércio local ou eram filhos de funcionário público. A origem de estudantes de cidades do interior, o contato com o mundo agrário, trouxe consigo uma compreensão crítica de que o sistema capitalista ressaltava as contradições de classe, visíveis numa cidade como Salvador que passava por um processo de expansão do capital

financeiro na cidade e redefinição do espaço urbano com o deslocamento progressivo, nos anos 60, das camadas mais pobres para os bairros periféricos.

Na universidade, os militantes do PC do B seriam reconhecidos, no ano de 1968, como "radicais" e

maoístas, simpatizantes da Revolução Cultural e da guerra popular prolongada. A identificação com a China era um elemento importante, à época, para o grupo, que desejava contrapor-se ao PCB, bem como seria utilizado para se diferenciar do que eles chamavam de grupos ligado ao "foco", cujas formulações teóricas se fundamentavam na concepção da luta armada inspirada na Revolução Cubana. A identificação com o maoismo também se expressava na defesa de acabar com professores e (re)ensinar o professorado[iv].

À frente do CARB, os militantes vão combinar uma ação política de massa, que incluía medidas administrativas como facilitar o acesso aos livros a uma atuação política radical. Meados de 1968, conflito com policiais que estudavam na faculdade levariam a suspensão de aulas, devido aos estudantes, à frente o CARB, solicitar a exclusão do quadro de discente os estudantes Átila Brandão de Oliveira, Francisco José Pitanga e Rodolfo Buonavita sob a acusação de que seriam agentes dos órgãos de repressão[v].

De agosto a novembro, a Faculdade de Direito enfrentou situação de conflito permanente entre os estudantes e a Direção da Escola, com os alunos recusando a assistir às aulas. A situação chegou a tal grau de incompatibilidade que teria havido agressão pessoal ao diretor e professor Orlando Gomes e aos estudantes-policiais. Posteriormente, em 1969, a Polícia Federal enviaria relatório à Justiça Militar qualificando as atividades como implacável "manifestação desrespeitosa, sem a reverência devida, não só pelo cargo, mas pela fama internacional do mestre" e julgaria as atividades ocorridas na escola "como palco de intolerável subversão"[vi]. Em 8 de janeiro de 1969, em atenção à solicitação da Procuradoria Militar, a Polícia Federal iniciou investigações junto a professores para apurar as atividades realizadas em 1968 e concluiu pela intimação de vários estudantes, entre eles militantes do PC do B,

como incurso na Lei de Segurança Nacional, como consta inquérito policial do fundo Brasil Nunca Mais (BNM 71/69). Entre os indícios de provas, estavam o uso de verbas do Diretório Central dos Estudantes, da UFBa, para realizar congresso clandestino de entidades extintas, paralisação das escolas, greves e ocupações.

Além do inquérito policial, 240 matrículas de estudantes ecundaristas e universitários foram suspensas[vii]. Na Faculdade de Direito, 27 alunos tiveram a matrícula suspensa, destes 12 eram militantes do PC do B[viii]. Numa tentativa de realização de assembléia estudantil para reaver o direito a continuarem estudando, houve ocupação da Faculdade de Direito pela Superintendência da Polícia Federal e sete militantes do PC do B foram levados ao 19º Batalhão de Caçadores, no bairro do Cabula, onde cumpriram prisão por 30 dias e responderam a inquérito policial na Polícia Federal relatando os acontecimentos ocorridos na instituição[ix].

A prisão dos estudantes representaria o desenlace do movimento estudantil na Bahia após o AI-5. A suspensão da matrícula teria sido um atentado à autonomia universitária, uma vez que não havia base legal para o decreto ser aplicado retroativamente, assim como o próprio AI-5. A UFBa aceitou, passivamente, sem contestação, o desrespeito à autonomia universitária, reservando aos alunos o direito de readquiri-la pela via judicial[x]. Os estudantes, ligados ao PC do B, chegaram a impetrar Mandado de Segurança, o qual foi denegado pelo juiz federal Antônio de Seixas Salles Filho, em 9 de setembro de 1969, com a justificativa de que lamentava que "[...] uma minoria da gloriosa mocidade brasileira tenha se deixado arrastar pelos inimigos da ordem e da disciplina, que pretendiam mudar o regime democrático, em que vivemos, abusando da tolerância das nossas autoridades constituídas [...][xi] "

A imersão na luta armada

A instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar lideranças estudantis, a conseqüente desorganização das entidades organizativas dos estudantes (diretórios

acadêmicos) e o "clima de medo" que passou a existir dentro da universidade seriam expressões do AI-5 dentro da universidade. Algumas lideranças estudantis aprofundaram os laços com as organizações de esquerda armada, no processo de imersão na luta clandestina contra o regime militar, ficando suscetíveis às prisões que se sucederiam, as mortes e desaparecimentos.

Já o PC do B apressava, de forma clandestina, os preparativos para a preparação da guerrilha rural que se desenvolveria na região Sul do Pará entre os anos de 1972 e 1974. A partir de 1969, de acordo com o PC do B, seria tarefa do militante comunista organizar-se de forma aberta ou clandestina na cidade e no campo entre os operários, camponeses, estudantes e intelectuais, realizar propaganda em círculos limitados, agitação de massa e recrutar novos membros para as fileiras comunistas[xii].

Na cidade, o PC do B direcionou a ação política da militância para reorganizar as entidades estudantis extintas como a União dos Estudantes da Bahia (UEB), Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas da Bahia (ABES), Diretórios Acadêmicos (D.As) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBa e Universidade Católica. Paralelamente, ocorreria o deslocamento de militantes estudantis para a região do Araguaia, no movimento de intensificação das ações armadas para o campo.

Os militantes que continuaram no movimento estudantil procurou pautar sua ação por meio da combinação de duas táticas: a perspectiva de fazer trabalho legal de massa na universidade, como eventos, encontros e reuniões estudantis, chamadas de "Semanas Culturais" e/ou "Semanas Científicas", à intensificação do trabalho clandestino em prol da reestruturação das entidades estudantis.

As "Semanas" aconteceram na UFBa e na UCSAL e consistiam em aproveitar espaços de convivência, nos quais poderia ocorrer mobilização estudantil para reivindicar propostas, atos de conscientização política, relações de solidariedade, apoio logístico e recrutamento futuro. Durante esse período, a militância foi acrescida de secundaristas e universitários com

experiência anterior no ensino médio. Entre os anos de 1969 e 1971, o PC do B teve núcleos nos colégios Aplicação, Colégio "Central", Severino Vieira, Escola Técnica Federal, Manoel Devoto, Ginásio São Salvador e colégios particulares como Antônio Vieira, Sacramentinas, Dois de Julho e Mercês. Antes de 1969, o PC do B tinha presença localizada nos colégios Central, ICEIA e Escola Técnica Federal.

Concepção política: dualismo estratégico

Desde a criação do PC do B em 1962 até o início da Guerrilha do Araguaia em 1972, o partido traçou um percurso cheio de meandros na definição da luta armada no Brasil. A produção historiográfica existente – e ainda pequena - sobre a trajetória da organização consolidou uma interpretação de que as formulações político-ideológicas refletiam um "dualismo tático estratégico": ora se definia pela tática da política de luta de massas, ora o enfrentamento armado contra a ditadura militar[xiii]

O movimento guerrilheiro no sul do Pará teve singular importância para o partido. Foram deslocados, paulatinamente, desde 1967, 69 militantes, destes 59 foram mortos. Embora o PC do B não tivesse concebido a cidade de Salvador como uma área de insurreição armada, a defesa da luta armada era um elemento constitutivo da ideologia política. Mas a luta armada não seria um fim em si mesmo nem tampouco o único meio com o qual os militantes pautaram a ação política. Como observamos, a primeira tarefa a que se propunham os militantes fora realizar movimentos de massa. No momento posterior, engajar-se no movimento insurrecional. De modo que o "dualismo estratégico" não seria apenas uma deformação da concepção político-partidária, e sim uma ambivalência vivenciada pelos membros do partido. A luta de massa não estava dissociada do confronto armado, porém com restrição à ação de guerrilhas urbanas.

Isso é perceptível em depoimentos de militantes do partido. Havia condenação às ações armadas imediatas como a expropriação de recursos financeiros, mas houve uma integração ao campo, com o deslocamento de militantes tanto para o Araguaia quanto para as cidades do

interior da Bahia. Isso foi Definido o campo como terreno prioritário para a luta armada, o partido empreendeu "campanha de revolucionarização" dos seus quadros que consistia em adotar "métodos corretos de direção e de trabalho e assimilar um estilo revolucionário". Na Bahia, a campanha significou recrutamento de militantes, cuja capacidade de liderança de massa fosse acentuada, e a realização de ações clandestinas de agitação e propaganda no início dos anos 70.

Paralelo a isso, ocorreu deslocamento de dirigentes regionais para o interior do estado, a exemplo dos dirigentes regionais Carlos Augusto Diógenes Pinheiro (secretário de organização) e Sérgio Miranda de Brito (secretário político), que se voltaram para o trabalho de organização partidária no interior, fixando residência nesses locais. Até o ano de 1971, a estrutura do PC do B, na Bahia, foi eminentemente urbana e com atuação no meio estudantil. Em Salvador, concentrava-se o núcleo dirigente do partido, sendo a recomendação partidária de enviar militantes para o interior ignorada.

O deslocamento para o interior tinha o objetivo de realizar trabalho de pesquisa e levantamento de dados socioeconômico na região, a fim de identificar áreas onde trabalhadores assalariados pudessem encontrar "retaguarda", quando estes desenvolvessem conflitos armados com o patronato[xiv]. No entanto, processo militar consultado no acervo Brasil Nunca Mais (BNM 199/73) comprova o indiciamento de 26 ativistas do PC do B, destes com a participação de dois trabalhadores rurais. A maioria era formada por profissionais liberais e militantes com experiência estudantil, acusados de fomentar ações de luta armada entre os trabalhadores rurais da região e de reorganizar partido extinto pelo regime.

A interpretação das fontes – os processos judiciais e os depoimentos dos dirigentes e ex-militantes - levou-nos a concluir que o militantes para região do estado visava a dar maior assistência ao processo de organização partidária, cujas atividades apresentavam-se no nível de arregimentação de trabalhadores rurais e de colaboração entre a rede de simpatizantes e militantes residentes na região. A maior conseqüência do deslocamento de dirigentes para o

interior do estado foi o abandono de ações clandestinas em Salvador e o aprofundamento de atividades legais na universidade. A maior inserção nas atividades legais levariam o PC do B a reorganizar o movimento estudantil no ano de 1975, com a retomada de diretórios acadêmicos e do Diretório Acadêmico dos Estudante, da UFBa, com estrutura legal. Não obstante, com a intensificação das ações de guerrilha no Araguaia, houve também perseguição a militantes estudantis na cidade no ano de 1972 e 1973, o que levou a saída de militantes estudantis para outros estados.

Considerações finais.

A militância do PC do B, na Bahia, procurou pautar sua ação política no campo da resistência ao regime militar, utilizando-se tanto de mecanismos legais de atuação quanto a defesa da luta armada como possibilidade de realizar a revolução no país. Durante esse percurso, de 1965 a 1973, eles se defrontaram com desafios inerentes a precariedade da infra-estrutura partidária à institucionalização do regime militar. Uma característica presente na militância é que ele esteve intimamente ligada ao movimento estudantil, segmento no qual o partido pôde conquistar adeptos que fizeram da organização a razão de sua existência.

O partido se fez presente no movimento de massa com uma proposta política e discurso tido como radical. Dando prova de engenhosidade política, o PC do B conseguiu executar uma política aparentemente ambígua: preparar-se para o movimento armado, que levaria ao Araguaia, e uma linha de massa com atividades legais e clandestinas para reestruturar as entidades estudantis colocadas na ilegalidade pelo regime. A particularidade da militância baiana está em precisamente ter combinado estas duas táticas distintas: a armada e a de massa. Mas foi essa tática aparentemente ambígua que foi responsável pela conquista de uma hegemonia cultura e política do PC do B no movimento estudantil baiano ao longo da década de 70. Situação muito diferente do início do partido, quando surgiu a partir de um grupo

localizado na Faculdade de Direito da UFBa. O PC do B que se consolida na década de 70 é uma outra história a ser contada.

Salvador, 31 de maio de 2005.

---

[i] Andréa Cristiana Santos é mestre e professora da Universidade do Estado da Bahia. Este artigo é resultante da dissertação, com título homônimo, em História Social, defendida no programa de Pós-graduação da UFBa. e-mail:andrea.csantos@uol.com.br.

[ii] Participariam da guerrilha os militantes baianos Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Demerval Pereira, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira, José Lima Piauhy Dourado, Maurício Grabois, Nelson Lima Piauhy Dourado, Rosalindo Souza, Vandick Reidner Coqueiro e Uirassu Batista Destes, apenas Maurício Grabois e Nelson Dourado não tiveram participação no movimento estudantil baiano nos anos de 1965 e 1973.

[iii] Foram usadas como fontes na dissertação, da qual se originou esse artigo, 22 depoimentos de militantes e ex-militantes, processos militares do Fundo Brasil Nunca Mais (BNM), inquérito policial do acervo da Superintendência da Polícia Federal dos Estados de Sergipe e Bahia; além de imprensa, documentos partidários.

[iv] Depoimento do militante Vítor Hugo Soares, em 27/01/2000.

[v] Os conflitos entre os militantes do PC do B, os estudantes- policiais foram retratados no jornal A Tarde, 23/08/1967.

[vi] Relatório Complementar do Inquérito 28/68, BNM 71/69, p. 962, encontrado no acervo do Fundo Brasil Nunca Mais, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

[vii] Cf. matéria do jornal A Tarde, de 14/02/1969.

[viii] Depoimento do militante Amalio Couto, em 26/06/2000.

[ix] Cf. Inquérito policial 20/69, do acervo da Polícia Federal do Estado da Bahia e Sergipe, pesquisado pela autora

[x] Sobre a participação do Reitoria da UFBa, ver BRITO, Antônio Maurício. Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA. Dissertação de Mestrado em História. FFCH/UFBA, 2003.

[xi] Cf. Sentença do Mandado de Segurança, autos 2002/69. livro de Sentença, folhas 10-11. do Tribunal de Justiça Federal da União, constante de acervo particular de Amalio Couto.

[xii] CF. **Partido Comunista do Brasil**: Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil, 1974a, p. 156

[xiii] Os estudos compreendem GALDINO, Antônio Carlos. O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1994; SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil – Propostas teóricas e prática política. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2000. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo. Àtica. 1994.

[xiv] Depoimento de Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, em 23/12/2003.

Uma Guerra de Brancos? Restauradores, mestiços e escravos na formação do Estado Nacional Brasileiro (Minas Gerais, 1831-1833).

Andréa Lisly Gonçalves*

O processo de construção do Estado Nacional Brasileiro caracterizou-se pela disputa de diferentes grupos em torno de projetos políticos divergentes, quando não antagônicos. Ao longo do período Regencial (1831-1840), essas disputas assumiram a forma de revoltas que eclodiram nas diversas regiões do Brasil, em um universo multifacetado em que nem sempre ficam claros os móveis em torno dos quais se debatiam os contendores.

Pelo menos um desses grupos, designado genericamente como *restauradores*, pugnava, de forma mais nítida, pelo que se pode considerar a preservação da *Antiga Ordem*, entendida como a manutenção de uma sociedade de cunho estamental, herdada do período colonial. Seus integrantes Identificavam-se ao *Antigo Regime* não apenas por lutarem pela manutenção dos privilégios dos quais se diziam portadores enquanto *fidalgos*, mas também pela eleição da Câmara Municipal como *lócus* privilegiado de poder político, pela disposição em mobilizar os setores populares através de revoltas de cunho regressista e por fim, pelo menos no caso das lideranças mais destacadas, por ocuparem postos característicos da nobreza civil ou política, fosse nas Câmaras, conforme mencionado, fosse no comando das tropas auxiliares[1].

A abordagem da corrente política designada como *restauradora* consistiu no objetivo central de minha pesquisa de Pós-Doutorado, desenvolvida junto Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP)[2]. Tendo como recorte espacial a Província de Minas Gerais – uma das regiões mais importantes no processo de integração do centro-sul na América Portuguesa, fator essencial à formação da Nação no século XIX – procurei, após a reconstituição do movimento, estabelecer o perfil sócio-

econômico das lideranças *restauradoras* que entre os anos de 1831 e 1833 estiveram à frente de motins e sublevações que culminaram com a tomada do poder na Província de Minas Gerais entre 22 de Março a 23 de Maio de 1833.

A historiografia sobre as sedições ocorridas na província de Minas Gerais no período regencial tem dado destaque ao movimento conhecido como "Revolta do Ano da Fumaça" ou "Sedição de Ouro Preto", ocorrido em 1833[3]. Apenas mais recentemente, vêm se revelando a ocorrência de motins, ainda que relacionados ao "Ano da Fumaça", mas cuja composição social irá variar ao longo dos acontecimentos e que tem início já em 1831[4].

Em 18 de dezembro de 1831, um contingente estimado pelas testemunhas em torno de cinqüenta pessoas provenientes do Distrito de Santa Rita do Turvo, Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe, Termo da Leal Cidade de Mariana, e vizinhanças, estivera reunido, portando espingardas, pistolas, espadas, facas, foicinhas e zagaias, desde as dez da manhã até as duas horas da tarde no Arraial de Santa Rita. Entre gritos de Viva D. Pedro I os sediciosos asseguravam que a volta do Primeiro Imperador era certa[5]. Dando evidente demonstração de força, asseveravam que se fossem requisitadas forças policiais para debela-los bastaria "um só grito" para que se reunissem mais de quatrocentas pessoas[6].

As palavras de ordem proferidas pela "multidão" realmente reuniam elementos insólitos como a associação entre liberdade e o Imperador Pedro I (acusado de "absolutismo" pelos que apoiaram o 7 de Abril) bem como a figura do mesmo imperador e escravos empunhando armas em sua defesa e por esses atos ficando livres: "...gritavam viva a Dom Pedro Primeiro e viva à liberdade. E daí saindo pela rua, gritavam que os cativos pegassem armas e se juntassem a eles e que todos ficariam livres. Vendo nesta multidão sediciosa um escravo de José Gonçalves Ferreira, também armado..."[7].

O fator étnico, como elemento desencadeador de distúrbios e promotor de solidariedades, foi potencializado pela criação da Guarda Nacional. Propalava-se que o verdadeiro objetivo do recrutamento era a escravização dos pardos: "Pois que, de modo algum consentiriam na formação das Guardas Nacionais, pois que esta só se formava para escravizar os pardos"[8].

As testemunhas reiteraram, em seus depoimentos, que os rebeldes insistiam em se dizer liderados pelo comandante vitalício das companhias de ordenança, o Capitão Mor Manoel José Esteves Lima a quem protestavam a mesma fidelidade depositada no Imperador.

De acordo com Francisco Eduardo Andrade[9], o Capitão Mor compunha, juntamente com o coronel João Luciano de Souza Guerra e o tenente coronel Theobaldo Sanches Brandão os "senhores poderosos de Mariana". Considerado pelo autor como "homem de fortuna" e típico "potentado local", Francisco Andrade conclui que "Esteves Lima era homem muito influente na região, sendo grande proprietário de terras no Sertão do Casca (leste do Termo)"[10]. É sobretudo a partir da atuação dessas lideranças que se torna possível estabelecer uma ligação efetiva entre os distúrbios verificados em 1831 e a Sedição de Ouro Preto, da qual tomarão parte ativamente.

Já no ano de 1833, as mobilizações unindo potentados e camadas populares se estenderão para além da Comarca de Ouro Preto como se evidencia a partir das "perturbações" observadas na Vila de Caeté, Comarca de Sabará, no início do mês de março de 1833, pouco antes da tomada do poder da província pelos *caramurus*. Naquela ocasião, o Juiz de Paz de Caeté dava conta de que a Vila se achava perturbada por "uma facção sediciosa que em grupos pelas ruas soltam vozes contra a regência e contra o sistema do nosso atual governo[11]" e manifestava a premência de que os Guardas Nacionais se mantivessem mobilizados contra "a faísca da anarquia".

Que a ameaça à ordem provinha de um grupo de caramurus não parecia restar dúvidas aos Juízes de Paz da Comarca de Sabará e ao Comandante da Guarda Nacional da mesma Comarca: "O sossego público dessa Vila se acha perturbado com uma maldita facção intitulada Caramurus, formando grupos e sedições e soltando vozes contra o atual governo[12]". Partido desorganizador, anarquistas inimigos da ordem, malvada Família Caramuru são essas algumas das designações com as quais as autoridades constituídas se referiam aos grupos que tinham "deixado o trilho da civilização, da prudência e da moderação"[13].

Na Comarca de Sabará, a liderança dos movimentos sediciosos que convergiam com a ação da tomada da Capital a 22 de março de 1833 coube a um grande proprietário escravista, que agia juntamente com seus irmãos, o Coronel do Exército José de Sá Bitencourt[14]. Na verdade, naquela Comarca as agitações não se limitaram à Vila de Caeté, mas se observaram também na de Pitangui, sendo líder o Vigário Belchior Pinheiro Coluna "... forte do Séqüito de Caramurus que se vai incorporando contra a causa pública desde o ano de 91 (sic)"[15].

As lideranças sediciosas citadas, assim como outras que se foram revelando ao longo da pesquisa, mas, que não serão tratadas aqui, identificavam-se ao grupo de proprietários da "típica fazenda mineira" cuja diversificação era uma marca destacada, onde se cultivava o milho e outros gêneros de subsistência e se desenvolviam atividades criatórias.

O ponto de partida para a reconstituição dos níveis de riqueza desses proprietários consistiu na localização dos nomes dos acusados de envolvimento nos motins e revoltas – identificados a partir da consulta aos processos crime instaurados para apuração dos fatos ocorridos – no banco de dados organizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir

das Listas Nominativas de habitantes da Província de Minas Gerais dos anos 1831-1832 e 1838-1840.

As informações recolhidas foram complementadas pela consulta a um conjunto diversificado de documentos – ações cíveis, relações de engenho, testamentos, atas de câmaras e inventários – que possibilitaram entrever a atuação política desses personagens à frente do poder local, nas milícias, estabelecendo relações comerciais entre si. Dos resultados obtidos, o que mais chamou a atenção foi a constatação de que as lideranças mais destacadas eram detentoras de grandes posses de escravos, realidade que contrastava com o padrão de posses da província marcado pela desconcentração da propriedade escrava. Assim, o Coronel José de Sá Bitencourt possuía, em 1832, 111 escravos, seguido de perto pelo Coronel João Luciano de Sousa Guerra Araújo com 98 cativos.

Já os dados contidos nas Listas sobre o Capitão-Mor Manoel Esteves Lima me pareceram subestimados. Nascido em Portugal, Manoel Esteves tinha 51 anos quando ocorreram os motins na Comarca de Mariana. Em 1812, o então Alferes Manoel Esteves Lima pleiteava o cargo de arrematador dos dízimos das freguesias do Inficionado, São Miguel e Santa Bárbara, apresentando como fiador o proprietário "de engenho de cana e numerosa escravaria" o Capitão Joaquim José Fernandes, de São José de Barra Longa[16].

Talvez, possa se atribuir à negligência dos Juízes de Paz, ou de seus representantes, o fato do Capitão Mor aparecer, nas Listas Nominativas, com apenas três escravos adultos. Seu nome consta da “Relação de Engenhos e Casas de Negócios por distritos em 1836”[17] como proprietário de um engenho movido a água[18]. Como se sabe apenas os engenhos maiores eram movimentados por essa força motriz.

Além disso, o Capitão Mor era possuidor de grande quantidade de terras no Sertão do Casca, ainda que o seu direito a pelo menos uma parcela delas fosse contestado pelos proprietários vizinhos. É o que revela um outro documento onde aparece o Capitão Mor.

Trata-se um processo crime datado de 1839 em que Manoel Esteves aparece como autor, no qual denunciava um grupo de pessoas, dentre as quais se incluíam crioulos forros, caboclos, proprietários e escravos, de invadirem umas suas "terras de cultura em um braço do Ribeirão de São Pedro, que deságua no Rio Casca..."[19], botando abaixo as benfeitorias ali erguidas, sem poupar nem mesmo as duas pontes e o roçado.

As testemunhas confirmaram que aquelas terras eram do queixoso que delas possuía título de sesmaria[20]. Os acusados teriam retornado alguns dias depois "fazendo algazarras e motins perturbando o serviço gritando em altas vozes que o queixoso era um ladrão de terras...". A se crer no relato de uma testemunha, agregada do mesmo Capitão Mor, o oficial de carpinteiro João Custódio, morador no Arraial do Anta, os supostos agressores eram antigos desafetos do militar, aproveitando para agir na região enquanto seu "protetor" encontrava-se preso em Mariana[21].

Mais importante: no documento aparecem escravos que, ao que tudo indica, “não foram localizados” pelo inspetor de quarteirão no domicílio de Esteves Lima, alguns anos antes, bem como a informação de que a unidade produtiva era também explorada com mão-de-obra que não a cativa[22].

Por tudo isso, parece plausível a hipótese de que os funcionários teriam subestimado o total de escravos de sua propriedade, tanto porque o número de cativos não se coaduna com a qualidade de “homem de bem” que as testemunhas insistem em lhe atribuir[23] e muito menos com as extensas propriedades de terra que ele possuía.

Pelo que foi exposto, parece reforçava-se o acerto das interpretações que ressaltam as peculiaridades da ordem societária do Antigo Regime luso-americano em razão do sistema escravista que “ao mesmo tempo que dissolvia os padrões de sociabilidade que norteavam a prática corrente da boa ordem estamental conforme vigia na metrópole, alimentava a ilusão de sua plena vigência mediante a reiteração ampliada

das condições materiais que permitiam às elites escravistas viverem no que se tinha ... por estado de nobreza"[24] .

---

[*] Professora Adjunta do Departamento de História da UFOP. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) com Pós-Doutorado pela mesma instituição.

[1] Sobre o tema da nobreza colonial ver: Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

[2] *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro*: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: USP, 2004. Orientador: Prof. Dr. Fernando A. Novais.

[3] O principal levantamento bibliográfico sobre a "Sedição de Ouro Preto" é o realizado por Hélio Gravatá que enumera os seguintes títulos: José Xavier da Veiga. 22 de maço de 1833 – Sedição militar de Ouro Preto. In: *Efemérides mineiras* (1664-1897). Ouro Preto: Imprensa Oficial. v.1, p.343-370. Augusto de Lima. Alma de Bayard. In: *Noites de sábado*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. Godofredo Viana. A sedição militar de Ouro Preto, em 1833. In: *Terra de ouro*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935. p.68-88. Para uma abordagem mais recente ver: Wlamir Silva. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, vol.4, nº1, p.105-118, 1998.

[4] As relações entre as mobilizações foram pioneiramente abordadas no excelente artigo de Francisco Eduardo Andrade. Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do "Ano da Fumaça" (1833). In: *Termo de Mariana*: História e documentação. Mariana: UFOP, 1998. p. 127-135. Mais recentemente, ocupei-me do mesmo tema da "Sedição de 1833" com o interesse centrado na relação entre os motins e a elevação de tributos sobre aguardente. O artigo, intitulado "Aguardente e sedição no *Ano da fumaça* (Comarca de Ouro Preto, 1831-1833)", ainda no prelo, foi escrito em co-autoria com Renato Pinto Venâncio.

[5] Processo Crime. Códice 217, Auto 5411, 2º Ofício, fl. 3. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1833.

[6] Processo Crime. Códice 191, Auto 4780, 2º Ofício, fl. 3v. . Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1832.

[7] Processo crime, f.16.

[8] Processo crime, f.8. O argumento é reiterado pelas várias testemunhas, como às folhas 22 e 26v.

[9] Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do 'Ano da Fumaça". In: Termo de Mariana..., Op. cit., p.134.

[10] Idem, ibidem.

[11] Revista do Arquivo Público Mineiro (doravante RAPM), v.7, 1902, p.112.

[12] RAPM, p.115.

[13] RAPM, 116. Os vereadores da Câmara Municipal da Vila da Pomba também não tinham dúvidas da existência de um partido restaurador: "É indubitável que no Brasil existe um partido que sem rebuço promove a restauração, manejando com astúcia a poderosa arma da intriga para dividir-nos". RAPM, p.243.
Outra não era a convicção dos membros da Junta da administração Diamantina que, depois de se mostrarem extasiados "... de prazer pelo triunfo da Legalidade e pela feliz reintegração de V. Ex. na Presidência dessa Província" caracteriza os sedicioso como "um punhado de subalternos imorais, que de acordo com os salteadores de todo o Império pretendem a restauração do Duque de Bragança no Trono Brasileiro...". RAPM,p.197. A constatação de que se tratavam de restauradores é importante pela tendência que se verifica em parte da historiografia mais recente de considerar que a designação não passava de uma forma de os inimigos desacreditarem as facções adversárias.

[14] Talvez dêem mostras da amplitude que o movimento tomou naquela região, ainda que não possamos afirmar categoricamente, a retaliação sofrida contra Caeté que perde sua condição de Vila: "Existente desde 1714, a Vila foi extinta em 21 de maio de 1833 e transformada em Distrito de Sabará por decreto do presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza. Sete anos depois, a Lei Provincial nº 171, de 21 de março de 1840, restabeleceu seu status de Vila". Maria do Carmo Salazar Martins. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: Tarcísio Rodrigues Botelho ... et al. *História quantitativa e serial no Brasil*: um balanço. Goiânia: Anpuh-MG, 2001, p.196-7.

[15] RAPM, 209.

[16] Termo de Justificação. Códice 142, Auto 2899, 2º Ofício. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1810. O fato de o capitão-mor ter sido contratador é um fator a mais a identifica-lo às personagens típicas do *Antigo Regime,* uma vez que "A máquina arrecadadora metropolitana era uma via de mão dupla, fazendo reverter às camadas favorecidas parte substancial da arrecadação. Isso se fazia por meio dos *contratos*, em que a arrecadação era alienada a particulares, mas também nos cargos assim chamados 'públicos': impostos *administrados* e exercício da justiça, entre outros. Na concepção que esse termo adquiria no Antigo Regime, sendo o cargo um privilégio, a remuneração dos funcionários provém da renda gerada em seu próprio exercício. Desse modo, supõe-se que a posse de um cargo seja ela própria objeto de taxação – *terças partes de ofícios*, como de *tenças, ordens militares, patentes*, etc. Pelo mesmo motivo, no caso dos rendimentos *contratados*, os beneficiários deviam pagar 1% de seu rendimento – o 1% dos contratos destinados às obras pias". Wilma Peres da Costa. Wilma Peres Costa. Do domínio à Nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. In: JANCSÓ, Ilsván. Este livro. *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo: FAPESP; HUCITEC; Unijuí, 2003, p.151-152.

[17] Fundo SPPP 1, 06, cx.02. Uma cópia do documento me foi gentilmente cedida por Marcelo Magalhães Godoy, a quem agradeço. A "Relação" era uma espécie de censo econômico estabelecido com fins de cobrança de tributos sobre a produção e comercialização de aguardente.

[18] Dos 70 engenhos listados pelo Juiz de Paz de Ponte Nova, apenas 7 aparecem movidos a água; os demais eram trabalhados com força motriz animal. "Relação de Engenhos e Casas de Negócios por distritos em 1836"... .

[19] Processo Crime, Códice 233, Auto 5809, 2º Ofício, f.3, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1839.

[20] O título de sesmaria aludido não consta do Relatório final da "Transcrição de cartas de sesmarias confirmadas: Minas Gerais, 1700-1822", projeto coordenado por Renato Pinto Venâncio. De acordo com Venâncio, foram transcritas as ".... *cartas de sesmarias confirmadas*, referentes à Capitania de Minas Gerais, entre 1700 e 1822, quando então foi praticamente suprimido esse meio de acesso a terra .... Conforme indicam especialistas, a diferença fundamental entre as "cartas de sesmarias confirmadas" e as "cartas de concessão de sesmarias" estava no fato de as primeiras dependerem de "confirmação régia", enquanto as segundas eram assinadas apenas pelo donatário ou governador da capitania; isso para não mencionarmos os casos em que elas eram concedidas por capitães-mores. A generalização da obrigatoriedade das "confirmações" só ocorreu em fins do século XVII". Projeto ITER/UFOP, 2001-2002. No caso analisado tratava-se, certamente, de sesmaria não confirmada.

[21] "...*que ele testemunha sendo agregado do capitão Mor Manoel José Esteves Lima no tempo que o mesmo esteve preso, por ocasião da sedição os mesmos referidos na dita queixa foram a casa dele testemunha e lhe furtaram tudo quanto possuia até ao ponto de lhe botarem a referida casa abaixo"*. Processo Criminal. Processo Crime, Códice 233, Auto 5809, 2º Ofício, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1839.

[22] Alguns desses trabalhadores lhe servem de testemunha: Domingos Pereira da Cunha, de idade de trinta e um anos, casado, que vive de cultura, morador nas terras do queixoso e o capitão João Francisco Vieira. Processo crime, 1939, f.5v e 6.

[23] A testemunha Quintiliano Ferreira dos Santos "Respondeu que, a julgar-se pelo que ele, testemunha ouviu a Francisco Xavier que publicamente disse que era patrocinado de um homem de bem, parece a ele, testemunha, que o capitão mor Manoel José Esteves Lima será entrado nessa desordem, por isso, que ele é o protetor do dito Xavier que, continuamente está em sua casa". Processo Crime, f.41v.

[24] JANCSÓ, István. *Brasil*: formação do Estado e da Nação. São Paulo: FAPESP; HUCITEC; Ijuí. 2003. p.21-22.

MERGULHANDO NO CAOS: POESIA E IMANÊNCIA EM ANA CRISTINA CÉSAR (1967-1983)

ANDREA MARIA CARNEIRO LOBO – PPG-UFPR

O interesse em vislumbrar novas possibilidades de existência, produzidas nos interstícios da palavra literária enquanto o *fora* da linguagem, pode ser considerado a motivação central da presente investigação que apresenta uma análise de parte da produção poética de Ana Cristina César (1952-1983).

Objeto de inúmeros estudos acadêmicos de graduação e pós-graduação realizados, sobretudo, na área de Teoria Literária desde a sua morte em 1983, a obra de Ana Cristina César, que pode ser contada como uma das mais instigantes dentre as produções poéticas nacionais da história recente do Brasil, ainda tem sido relativamente pouco explorada pelos historiadores.

Acredita-se que tal fato esteja relacionado não somente a uma certa resistência que ainda se observa no meio acadêmico quanto à possibilidade de se trabalhar com manifestações da historia recente, mas também à dificuldade de se trabalhar a poesia e as manifestações artísticas como fontes históricas sem se incorrer nas tentativas de interpreta-las enquanto produtos de outras relações humanas tais como as relações de cunho econômico, político, social e cultural. Em outras palavras, ainda é comum no meio historiográfico uma certa tendência em submeter a arte às demais manifestações humanas sendo raro tentativas de investigar as manifestações artísticas *ao lado* das demais, o que poder trazer uma perspectiva diferenciada de interpretação histórica, que é também o interesse deste trabalho.

Os primeiros livros de poesia e crítica literária de Ana Cristina César, publicados quase sempre de forma independente – como boa parte de sua obra – apareceram no final da década de setenta, quando a escritora, graduada em Letras pela PUC do Rio de Janeiro

e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do mesmo Estado, já contava com vários artigos escritos em revistas e jornais cariocas, sendo inclusive já nessa época colaboradora do *Opinião.*[1]

Em 1976 teve algumas de suas poesias incluídas na antologia poética organizada por Heloísa Buarque de HOLLANDA intitulada "26 poetas hoje", fato que, se por um lado, garantiu uma maior projeção dos seus escritos, por outro contribuiu de certa forma para a rotulação de sua poesia como *poesia marginal*, conceito que segundo os estudiosos que o definiram[2] caracterizou uma movimentação poética independente e irreverente, constituída de jovens poetas que, individualmente ou em grupo, nas mais diferentes capitais do Brasil passaram a realizar todas as etapas do processo de produção literária, desde a criação das poesias, passando por sua editoração e impressão artesanais – através de impressão em *offset* ou em mimeógrafo – até sua distribuição e venda, realizada nas praças, feiras livres, bares,portas de teatros e cinemas.

Segundo esses mesmos estudiosos, a caracterização *marginal,* inicialmente associada ao caráter informal de produção e distribuição de material poético, passou a representar também um tipo específico de poesia, caracterizada, entre outras coisas, pelo relato poético do vivido (*flashs do cotidiano* na linguagem de H.B. de HOLLANDA) apresentado de forma irreverente, às vezes até satírica, sob uma linguagem coloquial que não desconsiderava o uso de gírias, palavrões e elementos pornográficos contrastando com um lirismo pré-modernista em harmonia com a utilização de elementos típicos da linguagem jornalística, publicitária e panfletária, na tentativa de manifestar um não comprometimento com tudo o que representava o mundo institucionalizado, em sua constituição política, acadêmica e econômica e, ao mesmo tempo, uma maior aproximação com o publico e uma externação de um sentimento de sufoco e mal estar diante de sua época. [3]

A dificuldade em encontrar um espaço no mercado editorial bem como as restrições da censura durante o período de maior repressão política da Ditadura (1969-1973) são mencionados pelos estudiosos do fenômeno como elementos que podem estar associados

ao desenvolvimento dessa movimentação poética paralela ao circuito oficial e acadêmico, daí sua caracterização enquanto *marginal*, no sentido de *estar à margem.* Como vários poetas de sua geração – e eram muitos, uma vez que, segundo HOLLANDA na época, parecia que a poesia tinha virado artigo de moda[4] - Ana Cristina César também produziu seus livros de poesia de forma independente, fora do circuito das grandes editoras; e como outros escritores de sua geração também trabalhou como colaboradora de suplementos literários de jornais e revistas como espaço possível de uma manifestação de textos de literatura em prosa e verso[5] e de textos sobre literatura.

Contudo, quando esses mesmos estudiosos que identificaram o fenômeno como *poesia marginal* estabelecem critérios para definir o estilo e o conteúdo dessas poesias, diferenciando-as de outras tendências acabam destacando determinadas características que, *se* estiveram presentes na produção poética de Ana Cristina César o estiveram em uma pequena parte dessa produção, uma vez que ela mesma, segundo Flora SÜSSEKIND, em texto intitulado *A Lei do Grupo* manifesta-se criticamente com relação ao *poema-minuto* [6].

Destaca-se aqui, portanto que os elementos acima elencados, associados à dita *poesia marginal* são insuficientes para definir a complexidade da obra de Ana Cristina em suas inúmeras nuances e que não representam a essência de sua manifestação poética, que ultrapassa as limitações desse tipo de caracterização.

A organização e seleção de poemas inéditos de Ana Cristina César possibilitou o conhecimento de suas primeiras produções, dentre as quais se destacam as situadas entre o final dos anos sessenta e o inicio dos anos setenta, bem como seus últimos escritos, de 1983. Diante desse material, a experiência que se tem é única, um misto de sensações as quais não se consegue nominar. Reconhecem-se as palavras, mas a forma como estão dispostas confunde o seu significado, remetendo-as a um devir de significantes, que não se consumam, permanecendo numa relação de não relação com os elementos que se pensa reconhecer no texto.

Utilizando-se da paródia, do pastiche e muitas vezes da apropriação, realiza experiências de intertextualidade com Sílvia PLATH, Thomas ELIOT, Katherine MANSFIELD, Charles BAUDELAIRE, entre outros, num exercício de construção de *não-lugares* textuais onde diferentes elementos poéticos se entrecruzam conduzindo-nos a um sentimento de despertencimento total com relação à sua poesia o que se confunde com a forma quase dialógica com que escreve os seus poemas. Da mesma forma que parece nos convidar pelo tom de quase confidência com o qual tece, especialmente, seus últimos escritos, nos lança para fora de qualquer universo possível de relação que não seja a que se estabelece na superfície do seu poema:

> É para você que escrevo, hipócrita. Para você – sou em que te sacudo os ombros e grito verdades nos ouvidos, no último momento. Me jogo aos teus pés inteiramente grata: bofetada de estalo, decolagem lancinante, baque de fuzil. É só para você e que letra tán hermosa – Exaltação – Império Sentido na Avenida – Carnaval da síncope. Pratos limpos atirados para o ar. Circo instantâneo, pano rápido descendo sobre a tua cabeça de um só golpe de carícia, e o teu espanto! [7]

No poema acima, a intertextualidade para com o poema *Ao leitor* de Charles BAUDELAIRE presente em *Flores do mal* aparece como parte de um suposto desabafo do poeta para com o leitor onde algumas situações normalmente diluídas em acontecimentos maiores, uma vez deslocadas de seu universo convencional são tornadas mais evidentes e impactantes – *bofetada de estalo, decolagem lancinante, baque de fuzil, pratos atirados para o ar* – e transformadas em metáfora das sensações que esse mesmo poeta procura despertar no seu leitor através da poesia, idéia também construída através de metáforas – *sacudida de ombros, pano rápido descendo sobre a cabeça em um golpe de carícia.*[8]

Nesse escrito, sem título, sem uma divisão em versos, o tom de poema é dado pelo ritmo da forma como são dispostas as palavras, com a construção de pausas mediante travessões e com a utilização estratégica de sinais gráficos como o ponto de exclamação no final. A ampla utilização de metáforas tende a fazer desse tipo de texto um espaço feito de ausência, onde ainda que se tente relaciona-lo a algo conhecido – caso fosse apenas uma poetização do vivido, de acordo com as definições já mencionadas – esse algo dificilmente

passaria longe do universo das sensações que por se constituírem em constante devir, permanece na imanência do significado e no reino do significante.

Daí a insuficiência em tentar *encaixar* esse tipo de manifestação literária em um estilo ou como resposta imediata e contemporânea a angustias decorrentes de contrariedades de ordem pessoal para com uma época e suas mazelas. Esta como várias manifestações literárias de Ana Cristina César podem, mais do que remeter a um contexto pessoal e de época, possibilitar, através de uma relação de não relação com elementos do cotidiano, do vivido e do nomeado, nos remeter ao não dito da palavra, aquilo que permanece nos seus interstícios, ou no que Maurice BLANCHOT definiu como "o rumor que antecede toda palavra". [9]

A característica de imanência em sua poesia é o que este estudo destaca como o elemento a afastá-la de outras produções tidas como *poesia marginal* aproximando-a de algo que se compreende como uma tendência da literatura na modernidade enquanto possibilidade de *fora* da linguagem[10], processo que vem se fortalecendo na medida do enfraquecimento da figura do *autor* sobre a obra de arte em proporção com a descaracterização do conceito de *sujeito* no pensamento ocidental desde meados do século XIX, tal como entendem alguns teóricos contemporâneos, entre eles Maurice BLANCHOT, Roland BARTHES, Michael FOUCAULT e Giles DELEUZE.

Em que pese o fato de arte imanente não ser exclusividade desse sentimento de tempo que se entende por modernidade, pode-se afirmar, ao menos, que essa possibilidade se intensificou com a modernidade, constituindo-se quase como uma regularidade, desde as primeiras experimentações modernas desse tipo, localizadas por Roland BARTHES na obra de Mallarmé, [11] até produções poéticas mais *contemporâneas*, sem por isso deixarem de ser *modernas* por se constituírem em torno de angustias vindas com a modernidade e ainda presentes, em que pese a passagem cronológica do tempo...

A relação da arte com a imanência, especialmente na modernidade, pode estar associada não somente à descrença no sujeito cognoscente enquanto ser que deseja *dar*

conta do mundo através da consciência, do pensamento, da racionalidade, ou simplesmente, : *cogito ergo sum*; mas na visualização da possibilidade de, ao invés de querer submeter as coisas à consciência se submeter à inconsciência das coisas, perder-se no devir das forças que caracteriza o universo, subindo à superfície e, metaforicamente, *mergulhando no caos* – uma vez que ele é só feito de superfície – *recortando* através da arte, fragmentos de caos e compondo, com eles, aquilo que JOYCE denominou como *caosmos.*

Tornar possível paisagens feitas de sensações que burlem os paradigmas das opiniões, revivendo o outro possível do mundo na imanência deste mundo, eis o que pode remeter a Arte a uma perspectiva de resistência. É o que se pode experimentar através da leitura de textos como este, de Ana Cristina César, onde o desejo de perder-se no aberto de possibilidades que o devir do *fora* representa é capaz de nos arrebatar para um espaço ao mesmo tempo tão distante e tão próximo de nós:

Fagulha

Abri curiosa
o céu
Assim, afastando de leve as cortinas.
Eu queria rir, chorar,
ou pelo menos sorrir
com a mesma leveza com que
os ares me beijavam.

Eu queria entrar,
coração ante coração,
inteiriça,

ou pelo menos mover-me um pouco,
com aquela parcimônia que caracterizava
as agitações me chamando.

Eu queria até mesmo
saber ver,
e num movimento redondo
como as ondas
que me circundavam, invisíveis,
abraçar com as retinas
cada pedacinho de matéria viva.

Eu queria
(só)
perceber o invislumbrável
no levíssimo que sobrevoava

Eu queria

apanhar uma braçada
do infinito em luz que a mim se misturava.

Eu queria
captar o impercebido
nos momentos mínimos do espaço
nu e cheio.

Eu queria
ao menos manter descerradas as cortinas
na impossibilidade de tange-las

Eu não sabia
que virar pelo avesso
era uma experiência mortal [12]

---

[1] Os primeiros poemas atribuídos a Ana Cristina César datam do ano de 1959, quando contava com sete anos de idade. Foram encaminhados para publicação por seus pais para o "Suplemento Literário" da "Tribuna da Imprensa" do Rio de Janeiro. Algumas de suas poesias escritas no final dos anos sessenta constam em edições atualizadas do material literário produzido durante a sua curta existência, contudo, foi a partir da segunda metade dos anos setenta e o inicio dos anos oitenta que escreveu e publicou poesia, critica literária e traduções fora do circuito oficial das grandes editoras em publicações independentes, dentre as quais destacam-se: *Cenas de Abril* (*1979)*; *Correspondência Completa* (1979); *Literatura não É Documento* (1980); *Luvas de Pelica* (1980) e *A teus Pés* (1982). Foi também incluída na famosa coletânea *26 poetas hoje,* organizada por Heloísa Buarque de Hollanda em 1976. Seu suicídio em outubro de 1983, deixou vasto material composto por cartas, poemas, escritos de critica, traduções, desenhos e diários ficcionais que foram organizados por Maria Luiza César e Armando Freitas Filho, tutor de sua obra, e publicados postumamente pela editora Ática em edições atualizadas que incluem também as publicações independentes da autora. As publicações ficaram então assim organizadas: **A Teus Pés**, publicado em 1999 incluindo *A teus pés*, *Cenas de abril* e *Correspondência completa*; **Inéditos e Dispersos**, contendo desenhos e documentos literários - alguns inéditos - de 1961 até o ano de sua morte, em 1983; **Crítica e Tradução**, de 1999, onde foram reunidos os escritos sobre a Literatura no Cinema contidos na obra *Literatura não é documento*, traduções inéditas de Emily Dickinson e Sylvia Plath, textos sobre critica literária presentes em artigos e resenhas suas publicadas em jornais durante os anos setenta, além da famosa tradução anotada do conto de Katherine Mansfield intitulado 'Biles', bem como **Escritos no Rio, Escritos em Londre*s*** e **Algumas poesias traduzidas.** Também pela Editora Ática foi publicado **Correspondência Incompleta,** em 1999**,** constituído de noventa e três cartas, datadas de 1976 a 1980, enviadas a quatro amigas de Ana Cristina César. Em 2004 foi publicado pela editora Nova Fronteira o livro **Novas Seletas,** contendo uma seleção de poemas de Ana Cristina efetuada por Armando Freitas Filho.

[2] A maior parte dos estudos dedicados à análise desse tipo de poesia, dita marginal, são contemporâneos ao seu aparecimento e desenvolvimento, ou seja, datam do final dos anos setenta e inicio dos anos oitenta. Dentre estes destacam-se: MATTOSO, Glauco. **O que é poesia marginal**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982; CAMPEDELLI, Samira Y. **Poesia marginal dos anos 70**. São Paulo: Scipione, 1983; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **26 poetas hoje**. 4 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

[3] " Voltando ao sentido maior da visão de mundo expressa por essa poesia, podemos identificar agora a consolidação e a definição do binômio arte/vida. E a mudança fundamental vai estar na valorização do presente, do *aqui e agora* [grifo da autora]" (HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem** - cpc, vanguarda e desbunde: 1960/1970**.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 103.); "Polêmica, esta poesia empenha-se no deciframento do Brazil [sic] do Milagre. Com a preocupação centrada nos 'tempos modernos', desenvolve-se uma linguagem visual, fragmentária e alegórica que absorve a literatura,a subliteratura, o flagrante, o que vai pelas bancas de jornal, a escrita publicitária, criminal, oficial. Uma literatura de desmontagem, a tentativa de abrir frestas para o bárbaro e nosso, o insólito do cotidiano no interior do haicai." (HOLLANDA, Heloísa Buarque de; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Poesia jovem** – anos 70. [S.L.:s.n], [198-], p. 30. Apud: CAMPEDELLI, Samira Youssef. Poesia marginal dos anos 70. São Paulo: Scipione, [198-]. p. 30).

---

[4] "Curiosamente, hoje, o artigo do dia é poesia. Nos bares da moda, nas portas de teatro, nos lançamentos, livrinhos circulam e se esgotam com rapidez. Alguns são mimeografados, outros, em *offset*, mostram um trabalho gráfico sabido e diferenciado do que se vê no design industrializado das editoras comerciais. Mesas-redondas e artigos de imprensa discutem o acontecimento. O assunto começa – ainda que com alguma resistência – a ser ventilado nas universidades. Trata-se de um fenômeno literário ou de mais uma moda? E se for moda, foi a poesia que entrou na moda ou foram os poetas? O fato é que a poesia circula. O número de poetas aumenta dia-a-dia e as segundas edições já não são raras" (HOLLANDA, Heloisa Buarque de. 26 poetas hoje. 4 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 9.

[5] É importante destacar, por exemplo, a coluna de Torquato Neto no Jornal Ultima Hora, intitulada *Geléia Geral,* onde além de critica sobre música, cinema e literatura, o jornalista apresentava suas experimentações poéticas.

[6] SÜSSEKIND, Flora. **Até segunda ordem não me risque nada**. Os cadernos, rascunhos e a poesia-em-vozes de Ana Cristina César. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995. p. 7.

[7] CESAR, Ana Cristina. **Inéditos e dispersos**. São Paulo: Ática, 1999. p. 136.

[8] A metáfora, segundo Roland BARTHES, diferentemente do adjetivo, não enfatiza a nominação, o significado, mas promove o seu deslizamento para o reino do devir do significado, o reino do *neutro*, o que se esvai, o que burla todo paradigma e que torna possível a fluidez da linguagem, o gozo, a fruição do texto. (BARTHES, Roland. **O Neutro**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes: 2003. p. 122.

[9] BLANCHOT, Maurice. **O Espaço literário**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

[10] O conceito de fora foi desenvolvido pelo escritor e teórico literário francês Maurice BLANCHOT. Tal conceito estaria relacionado à despersonalização do autor no texto literário e a busca da instituição de um *ser da linguagem* através da literatura, onde a linguagem – livre das "contaminações" a ela impostas pela comunicação e pela obrigatoriedade de nominação e significação do "real" - realizaria-se em sua constante não realização, mantendo-se na superfície (fora) de todo significado, possibilitando assim, um devir-mundo na imanência do mundo, sem se confundir com o mundo.

[11] BARTHES, Roland. **O Rumor da língua.** Trad. Mario Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 58.

[12] CESAR, Ana Cristina. Inconfissões. In: _____. **Inéditos e dispersos.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1999. p.40-41.

Trajetórias do PT e do MST: a ação política entre a resistência e a institucionalização

Prof. Dra. Andrea Paula dos Santos

Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG/PR

andreapaula@hotmail.com

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são protagonistas desse estudo, pois em seus breves percursos nas décadas de 1980 e 1990 lograram colocar em pauta na agenda política brasileira a necessidade de profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. E ao final do século XX e início do século XXI, através da conquista do poder político em níveis locais, regionais e nacional, tiveram a oportunidade histórica de tentar concretizar algumas dessas transformações que tanto preconizaram. Isso aconteceu concomitantemente à busca da concepção teórica e prática de um novo modelo de desenvolvimento em que a reforma agrária passou a ter centralidade no rumo do estabelecimento e da consolidação da democracia e da justiça social como meios para superar a miséria, a pobreza, as desigualdades em geral, e suas consequências mais visíveis como a violência, a exclusão, a discriminação, a marginalidade e a falta de perspectiva de milhões de brasileiros.

Alguns estudiosos afirmam que os movimentos sociais e os partidos de esquerda refluíram em razão do contexto político e social de avanço da globalização e do neoliberalismo. Outros apontam uma reformulação ou cooptação destes movimentos e partidos pelos poderes públicos face às transformações políticas e sociais ocorridas, ainda cumprindo destacado papel na construção e consolidação da democracia. É consenso que nas últimas décadas, no Brasil e na América Latina, a anistia e a democracia foram conquistadas sobretudo pela pressão dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda que também os apóiam. Além disso, grande parte das políticas públicas desenvolvidas na área social foi implementada pelos governos por exigência dos movimentos sociais ou mesmo por estes últimos em parceria com instituições governamentais e não governamentais.

O PT e o caminho para a tomada do poder

Escrever sobre a trajetória do PT – Partido dos Trabalhadores - não foi tarefa fácil, Pois, como André Singer, consideramos que é impossível compreender o Brasil do século XXI sem entender o PT. A sugestão da formação de um partido dos trabalhadores aparece desde 1978, no contexto do final da ditadura militar e das grandes greves dos trabalhadores do ABC paulista, organizadas pelo movimento sindical brasileiro que chegou a ser considerado o mais ativo do mundo. Foram membros dessa classe operária, os chamados novos sindicalistas que, juntamente com intelectuais e outras lideranças de movimentos sociais e políticos, fundaram o PT em 1980. Desde então, houve uma diminuição do peso relativo dos sindicalistas na estrutura partidária. No entanto, na trajetória ascendente do PT, algumas dessas lideranças sindicais foram alçadas aos principais cargos políticos do país. Assim, o PT, originário da classe trabalhadora, possibilitou aos seus representantes o exercício do poder político no Brasil e, por conseguinte, o favorecimento da democratização desse poder político historicamente distanciado dos trabalhadores. Contudo esse caráter "classista" do PT levantou muitas controvérsias e não há consenso sobre a composição da base social do PT e sobre sua contribuição ao processo político que tem se desenrolado no Brasil. Segundo Eder Sader, o que marcou o surgimento do PT foi a necessidade de independência política dos trabalhadores no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

O PT, ao longo de sua trajetória, concretizou reformulações programáticas e organizativas. Esses processos foram complexos, fruto do contexto histórico do fracasso das experiências do socialismo real, repletos de contradições e ambigüidades. É importante destacar que as propostas do PT foram sendo construídas num processo concomitante à participação nas instituições políticas existentes em nossa sociedade, numa permanente tensão entre posições mais moderadas, de privilegiar as ações em torno da disputa eleitoral e posições mais radicais, de privilegiar aquelas que fossem centradas na consolidação dos movimentos sociais. Foi essa ambigüidade que perpassou e entrelaçou o PT e o MST no contexto histórico em que esses sujeitos se tornaram protagonistas das transformações de inspiração socialista que procuraram concretizar.

Alguns afirmam que as mudanças ideológicas do PT também foram reflexos das derrotas eleitorais aliadas à derrota do socialismo real como alternativa ao capitalismo pois, desde 1991, o programa do partido defende uma idéia de socialismo com alternância no poder e convivência com o mercado e com a propriedade privada. Essas mudanças programáticas também foram frutos dos debates internos e da correlação de forças entre as várias tendências do PT. Para os estudiosos, entretanto, o aspecto mais relevante da história do PT é a história do enraizamento do partido no solo eleitoral. Dessa maneira, o PT passou de fato a governar no âmbito local. Grande parte das pessoas que comporia as administrações pertencia a uma geração e uma classe social que pela primeira vez estariam à frente do poder público, marcado por estruturas historicamente burocrática, hierárquica, clientelista e patrimonialista. Além disso, as contradições e ambigüidades programáticas e organizativas que caracterizaram o PT desde sua origem viriam à tona nos conflitos internos que se espraiariam para o percurso de suas gestões. Entretanto, para muitos estudiosos, o PT também demonstrou que havia se tornado um partido maduro, que sabia respeitar as regras do jogo na luta institucional, bem diferente da tradição política e partidária existente. Sobretudo, o PT conseguira, simultaneamente à sua participação institucional cada vez mais ampla, manter e ampliar a sua ação em suas frentes tradicionais, como os movimentos sindicais e sociais.

O que podemos considerar como mais significativo na trajetória do PT na década de 1990 foi a sua difícil consolidação como partido político de grande porte com amplo exercício do poder legislativo e executivo, tornando-se protagonista da formulação e da execução de políticas públicas marcadas pela incorporação de novos sujeitos em seu desenvolvimento, tais como os movimentos sociais e a sociedade civil organizada em geral. Os petistas, em especial seus intelectuais orgânicos, consideram que conforme o PT foi exercendo parcelas de poder conquistadas através das eleições, passou a defender a causa dos trabalhadores de dentro das instituições estatais. Muitos consideraram que esta participação levou, de fato, os trabalhadores ao poder. Todavia, esse poder foi e é exercido pelos representantes históricos dos trabalhadores no final do século XX e início do século XXI em aliança com uma

burguesia, que não é mais considerada inimiga, como era nos documentos partidários da década de 1980. Esse posicionamento já denotava como caminhavam os governos locais petistas e, em certa medida, prenunciava como viria a ser um governo federal petista já anunciado para 2002. Completaria-se então o ciclo histórico de surgimento e consolidação do PT em conformidade com as palavras de José Dirceu de Oliveira, presidente do partido entre 1995 e 2001, e posterior Chefe da Casa Civil do governo Lula, que uma vez definiu o PT como vocacionado para ser governo.

O MST e a organização da resistência

Assim como no caso do PT, percorrer a trajetória do MST, mesmo que em linhas gerais, foi um caminho tortuoso. Há muitos estudos sobre este movimento social que abarcam os principais aspectos de sua história, tais como o princípio da sua organização, as instituições que apoiaram suas lutas, as diferentes experiências de resistência, a construção da autonomia política, das instâncias de representações e dos diversos setores de atividades que o compõem. Também existem vários trabalhos que tratam das origens e das formas de organização nos assentamentos e do trabalho realizado neles, abrangendo estudos e análises das cooperativas, das associações, da produção agropecuária, das formas de comercialização e dos impactos sócio-econômicos locais. Outras pesquisas se debruçaram sobre as mudanças significativas ocorridas na vida das famílias acampadas e assentadas, envolvendo desde os aspectos relacionados à cultura, à educação, à saúde, ao trabalho, à alimentação, à moradia, até aqueles ligados às questões de geração, de gênero e de sexualidade. Além disso, existem trabalhos específicos sobre as principais dificuldades e desafios que os sem terra enfrentam, como por exemplo sua relação com outros movimentos sociais que atuam nos estados; com as instituições contrárias ou favoráveis à reforma agrária; e com os processos de negociação com os governos locais e nacional.

O PT teve relação direta com o nascimento do MST em 1984 que, por sua vez, foi gestado no interior da Comissão Pastoral da Terra (CPT), mantida pelas igrejas cristãs, especialmente a Católica. Essa ligação existiu também em razão de que a mais significativa adesão ao PT em sua fundação foi a dos grupos católicos progressistas que, durante a

ditadura criaram uma rede de organizações populares por todo o país, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O MST foi fruto do agravamento das desigualdades sociais e da repressão no meio rural, algumas das consequências nefastas da ditadura militar que, de certa forma, ainda vigoram no Brasil. Esse contexto histórico fez com que o MST se constituísse como alternativa concreta no cenário político e social brasileiro, desde 1984. A fundação do movimento representou o coroamento de um longo processo de mobilização dos trabalhadores rurais sem terra em busca de sua independência política num contexto análogo aos dos trabalhadores urbanos mobilizados nas greves dirigidas pelos novos sindicalistas que fundaram o PT.

Com o MST, os trabalhadores forjaram um novo espaço de defesa de seus interesses no cenário político brasileiro. O MST é composto por uma grande pluralidade de sujeitos: pequenos agricultores falidos, camponeses expulsos do campo por latifundiários, bóias-frias, desempregados, ex-meninos de rua de famílias de origem rural desestruturadas no meio urbano, ex-favelados e até mesmo ex-trabalhadores escravos. Num primeiro trabalho que tivemos oportunidade de concretizar, esses sujeitos contaram como encontraram no MST a possibilidade de conquista da terra e, com ela, o acesso ao trabalho, à educação, à solidariedade, enfim, à cidadania negada pela repressão e pelos sucessivos governos brasileiros pós-democratização. Foi a partir da organização desses sujeitos excluídos no movimento social que muitos passaram a uma condição de inclusão, ocupando postos de lideranças, tornando-se também agentes de mediação. Com o MST, muitos dos chamados pobres do campo puderam se alçar à condição de cidadãos com acesso à direitos, líderes de seu próprio grupo de origem, mas já com uma concepção teórica e prática de sua trajetória redimensionada pela experiência política e social nos partidos de esquerda, notadamente o PT. E isso também os levou à liderança de partidos de esquerda e a se tornarem representantes políticos eleitos como vereadores, deputados e até prefeitos. Nesse último ponto, cabe destacar que ao longo de seu percurso, o MST incorporou outros sujeitos além daqueles da família dos trabalhadores rurais sem terra, ampliando seu apoio na sociedade e o seu raio de ação para atingir seus objetivos.

Na ótica do MST, mais do que um novo movimento popular, ele se afirmou como o resultado de séculos de luta pela terra, portador da memória coletiva de grupos sistematicamente excluídos da história oficial. O MST não foi o primeiro movimento a lutar pela terra no Brasil e na América Latina, utilizando-se principalmente do recurso das ocupações, e têm plena consciência disso. Eles citam como exemplo alguns movimentos sociais, tais como as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) entre 1950 e 1964. E também se apropriam da história de rebeliões e revoluções que tiveram participação dos camponeses.

O acampamento é por excelência o espaço de resistência construído pelo MST. Nele, essa estrutura organizacional – aliada à uma disciplina coletivista ferrenha e à tentativa do exercício permanente da democracia direta por meio de fóruns de decisão tais como reuniões e assembléias – procura garantir o atendimento às necessidades dos acampados e equacionar os problemas internos. O acampamento se constrói como espaço público de ressocialização e inclusão de pessoas postas à margem da sociedade e ao mesmo tempo se apresenta como forma de reivindicação do direito à terra, em defesa da urgência da reforma agrária. Além da permanência no acampamento, os sem terra concretizam outras ações de mobilização que têm por objetivo levar conhecimento, às pessoas que vivem nas cidades, da realidade dos que vivem fora dela. São meios de pressão e de divulgação, como as caminhadas, as marchas, os serviços voluntários e a ocupação de prédios públicos. Foi com essa organização que o MST foi travando suas lutas localizadas e também aquelas no âmbito nacional, inserindo-se amplamente no contexto de ocupações e negociações que visavam as bandeiras de luta da reforma agrária. De fato, para o MST, o processo de luta e resistência através das mobilizações, sobretudo as caminhadas, e das ocupações de terra se apresentaram como o único e mais difícil caminho para a obtenção de pequenas conquistas.

Entretanto, foi a partir de 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República que o MST viveu o seu auge como carro-chefe da oposição e, exatamente por isso, foi um dos principais alvos da luta política travada no final do século no Brasil. O MST passou da luta pela terra para outras reivindicações de maior alcance,

decorrentes da própria conquista da terra. Em suma, passaram a lutar também por políticas públicas de reforma agrária, tais como crédito, moradia, assistência técnica, escolas, saúde e outras necessidades das famílias que também precisavam ser atendidas. Nesse processo, emergiu um conjunto de demandas que levou os sem terra da luta contra o latifúndio à luta contra o modelo econômico capitalista em sua versão neoliberal. Ocupou, assim, o lugar do movimento sindical, líder da oposição na década de 80, que se enfraqueceu com as consequências da política neoliberal. Nos anos que se seguiram da chamada Era FHC, não haveria nada que dissesse respeito à ferrenha oposição à concretização do ideário neoliberal no Brasil e, sobretudo, aos projetos de políticas públicas em torno da reforma agrária incorporados por ele, que não passasse pelo crivo do MST.

Por ter se colocado na ofensiva, a trajetória de luta do MST se desenrolou num quadro de desqualificação como opositor com o predomínio da violência moral e física e da impunidade incessantes, tornando a resistência sua forma privilegiada de ação política. Nesse processo de luta e de resistência permanente é que se concretizou a consolidação do MST. O MST atua em 23 estados, envolvendo cerca de 2 milhões de pessoas, sendo que contabiliza cerca de 500 mil famílias assentadas através de sua luta.

O MST foi um dos organizadores dos Fóruns Sociais Mundiais de 2001, 2002 e 2003, sendo um dos articuladores mais importantes do movimento anti-globalização neoliberal no Brasil e no mundo. Por fim, o MST foi, com certeza, uma das forças políticas decisivas nos processos eleitorais que levaram os partidos de esquerda, em especial o PT, a ocupar o poder em nível local, regional e nacional. O conjunto dessas ações de resistência política, econômica, social e cultural fizeram com que, ao completar 20 anos, o movimento conquistasse uma projeção internacional jamais sonhada pelos agricultores que testemunharam o nascimento do movimento social em 1984. São muitos os estudiosos que acreditam que o MST foi uma das grandes novidades surgidas no cenário político brasileiro, atribuindo a ele, em grande parte, a existência de ações favoráveis à reforma agrária no país pelo papel fundamental que exerceu ao pressionar o poder público. Como representante das classes menos favorecidas, tornou-se um interlocutor, fazendo com que reforma agrária e o

MST passassem a ser praticamente sinônimos.

PT e MST: trajetórias comuns, caminhos diferentes e uma encruzilhada histórica

Uma breve comparação das trajetórias históricas do PT e do MST revela que, apesar de ambos surgirem do mesmo contexto, acabaram por seguirem rumos distintos, em que pode-se perceber nitidamente as diferenças entre as características do partido político e do movimento social. De um lado, o PT, com sua base social composta por trabalhadores sindicalizados e setores da classe média, teve seu caminho cada vez mais marcado pela institucionalidade, o que se caracterizou pelas disputas eleitorais e pela suas experiências de exercício do poder local. O programa partidário acompanhou esse trajeto, debruçando-se sobre reformas sociais e econômicas relacionadas às demandas concretas da população, focando a democratização da sociedade brasileira e a inclusão social. Do outro lado, o MST, caracterizou-se pela organização dos excluídos e marginalizados em sua base social, com vistas à ação política de resistência à expropriação e à exploração capitalista. Seu programa transitou das demandas concretas por terra e trabalho para a busca da construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para o país.

Foi na busca da construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil guiado por essas bandeiras de luta que os movimentos sociais e o PT ocuparam espaços de poder nunca antes conquistados. No processo de oposição ao neoliberalismo, de construção de projetos alternativos e, portanto, de tentativa de forjar uma nova hegemonia política no país, os caminhos do PT e do MST viriam a se cruzar, primeiro nos poderes locais. A realização de políticas públicas de reforma agrária seria o primeiro ensaio das possibilidades desses sujeitos trilharem um caminho comum que pretendia ser o das transformações urgentes e necessárias em nosso país.

A GUERRA E A PAZ NA LITERATURA DO PRINCIPADO ROMANO: A CONSTRUÇÃO DE HERÓIS EM DION CRISÓSTOMO, PLÍNIO O JOVEM E PLUTARCO E O MODELO DE ALEXANDRE O GRANDE

Andréa L. D. O. C. ROSSI – UNESP/Assis

Roma foi convencionalmente colocada em contraste com a Grécia, como conquistadora, rival ou parceira. Já a Grécia era mais do que isso. Como um termo geográfico ela abrangia todas as terras nas quais o grego era a linguagem predominante[1]. Como Roma, a Grécia também se ressaltava por sua história e sua cultura. Diferente de Roma, contudo, os gregos detinham em sua memória o seu passado de supremacia política, e igualmente a sua grandiosa arte. Os gregos o fizeram com tal persistência não apenas por um orgulho ressentido, mas porque as suas realizações lhes proporcionaram uma unidade e um espírito de nação que compensava a sua dispersão no espaço e no tempo. Roma e Grécia foram exclusivas, mas como as duas maiores culturas de um único império, elas atraíam e repeliam uma a outra. Do lado grego um espectro de atitudes em direção a Roma oscilava da mau-velada hostilidade para a aceitação incondicional. Como outros autores de seu tempo, a posição de Dion Crisóstomo ficava entre os dois extremos.

Em todos os principais discursos do bitiniano Dion Crisóstomo (50-120d.C) há sempre a presença de Roma em suas entrelinhas. A sua atitude em relação a Roma une todos os seus discursos que se referem à sua época, mas é também um tópico com muitos aspectos. Há a cidade, que poderia ser considerada como o auge da beleza e conveniência ou o poço do vício[2]. Como a capital de um império que representava o poder que governava muitos, ou por uma freqüente vaidade, do mundo conhecido. Sem nunca ter estado lá, muitos obtiveram o direito ao voto por serviços prestados ao exército ou por outros meios, de forma que Roma era o símbolo das mais altas camadas da sociedade. Era inseparável do sistema constitucional que um homem fosse simultaneamente primeiro cidadão e chefe supremo: Roma era o trono dos

imperadores, e era freqüentemente adorada por isso. Roma era caracterizada por sua própria história e cultura, e para os gregos até mesmo a linguagem e a literatura do poder governante era "romano", não "latino".

Outros gregos abraçaram as instituições e os modos de Roma sem vacilação: estes eram talvez a maioria dos ricos e dos moderadamente ricos, ansiosos por fortuna e posição. Gregos ansiosos por "reputação" foram atraídos inevitavelmente a Roma e as carreiras que oferecia e inevitavelmente incidiram na censura de compatriotas menos mundanos. Plutarco lamenta os gregos que alcançaram posições como senadores romanos ou administradores e se opõe à essa maré constante[3]. As atitudes de Dion Crisóstomo e Plutarco[4] perante Roma, sob o reinado de Trajano, podem ser comparadas. Eles não representam uma escola de pensamento, e até mesmo quando eles estão em acordo não é necessariamente típico de uma classe. Dion Crisóstomo e Plutarco, um ou provavelmente ambos, foram eqüestres romanos. Esta é uma marca de uma educação elitista, e esta era uma das características das quais derivam as vantagens do governo romano. Tanto um como outro poderiam reconciliar o seu patriotismo grego com benevolência em relação a Roma e recebem favores de Trajano.

Dion Crisóstomo é mais mercurial do que Plutarco, e não é fácil penetrar em sua real visão. Dirigindo-se a Nicéia, orgulhosamente helênica, Dion Crisóstomo parece aludir a Roma como uma cidade fundada por desterrados, enquanto em Íllion (Tróia), antepassado mítico de Roma, ou Apaméia, uma de suas colônias, ele louva suas histórias e instituições[5]. É melhor, então, avaliar a sua visão sobre Roma nos discursos que são escritos para agradar uma audiência. A exaltação da cultura helênica por Dion Crisóstomo pode, porém, sugerir um propósito mais profundo, um desejo de atiçar o fogo da resistência grega ao barbarismo. O seu alvo é não assimilar a cultura e a política romana, mas as distinguir.

No *Discurso aos Alexandrinos*, Discurso XXXII, as condolências de Dion Crisóstomo são com Roma. Os romanos são os benevolentes guardiões da cidade. Uma vez mais Nero é contrastado desfavoravelmente ao atual imperador: a paixão dos cidadãos por cítaras e carros

de corridas os fará um pequeno bem como Nero os fez. O presente do atual governante, “cultura e razão”, é um modelo melhor. A concordância com os governantes romanos não é nenhuma deslealdade com o passado heleno. No diálogo *Sobre a Beleza*, Discurso XXI, que pertence ao período do exílio de Dion Crisóstomo ele fala mais severamente sobre Roma do que sobre qualquer outro lugar.

Dion Crisóstomo despreza Nero, contudo, este não é um sentimento de transcurso. Outros gregos distintos, Plutarco, por exemplo, nunca falam do imperador, exceto para condená-lo.

Na construção dos ideais de governante, tanto Dion Crisóstomo como Plutarco assumem as características personificadas em um herói amplamente difundido no mundo helênico a partir do IV século a.C. É possível identificarmos estas visões a partir da análise dos primeiros discursos compilados sobre a monarquia. A tradição helênica e os modelos de virtudes são personificados na figura de Alexandre o Grande e contrapõe a tradição grega à romana.

No segundo discurso Sobre a Monarquia, Discurso II, é narrado um diálogo imaginário entre Filipe da Macedônia e Alexandre o Grande, no qual o jovem príncipe afirma que Homero é o melhor poeta para os reis, ou mais precisamente o único. A exaltação de Alexandre o Grande e a discussão sobre a monarquia mostram que o discurso foi direcionado a Trajano, quer ele tenha ou não sido pronunciado como um discurso diante do imperador. A data deste discurso é indeterminada[6]. A noção de Homero como um tutor de príncipes era antiga: Dion Crisóstomo habilmente combinou isto com outra tradição, a adoração de Homero por Alexandre, que tinha suposto expressar por sua emulação de Aquiles, como no prólogo para o primeiro discurso, no qual Alexandre é apresentado como um elogio a Trajano. Neste discurso Dion Crisóstomo aparece como Aristóteles em cujo interesse Felipe e Alexandre reconstroem Estagira (79)[7]. Como Monarquia e Tirania, no primeiro discurso, simbolizaram o contraste entre Trajano e

Domiciano, é possível ver aqui o mesmo contraste implicado no discurso de Dion Crisóstomo sobre o touro. Domiciano parece ser o mau touro, que

> *despreza e agride seu próprio rebanho, cede aos ataques de estranhos, e sacrifica a impotente multidão" (73).*

Trajano é o bom touro,

> *corajoso e destemido contra animais, imponente, majestoso, hábil para defender e guiar o rebanho (74).*

O Discurso III é o mais remoto dos quatro, embora certos detalhes possam ter sido significantes apenas para Trajano. Como o primeiro, é um discurso lido diante do imperador, e demonstra o grau de intimidade com Trajano tal o tom com que Dion Crisóstomo o profere. A primeira parte quase não esconde a sua lisonja ao imperador e em relação à defensiva do segundo, talvez incitado pelo ceticismo de rivais, sugere que os discursos mais prematuros endereçados ao imperador tenham sido entendidos da mesma forma. Igualmente, quando Dion Crisóstomo fala em geral do rei ideal, contudo, ele dá traços como os de Trajano. Dois destes são especialmente notáveis. Um é a descrição do trabalho do bom rei sobre o interesse de seus súditos e seu império (55-85): por isso também no primeiro discurso a imagem hercúlea de Trajano que significa levar a noção de um herói laborioso incansável pelo bem de toda a humanidade. Nesta mesma parte, Dion Crisóstomo faz uma impressionante comparação entre este homem e o sempre vigilante, o sempre ativo sol, cujo poder e filantropia o bom governante deve imitar (73-82). Outra característica do bom rei é aquela que particularmente se assemelha com o Trajano oficial, é a sua dependência em relação aos amigos (86-122) que foi também enfatizada no primeiro discurso e no *Panegírico de Trajano* de Plínio o Jovem. Dion Crisóstomo não declama ao imperador as "normas eternas". É sobre um imperador existente, não um imperador ideal, sobre quem Dion Crisóstomo está pensando quando declara

> *o bom rei considera a caça uma excelente instituição, e tem um grande prazer em praticá-la; isso faz com que seu corpo se fortaleça, sua alma se encoraje, e o prepare para toda arte marcial(135).*

Este mesmo item é tratado no *Panegírico de Trajano* de Plínio o Jovem como um atributo de Trajano. Neste período, a caçada era um esporte favorito na Espanha, particularmente na Bética, terra natal de Trajano e de Adriano e ambos eram notórios devotos desta prática esportiva[8]. Portanto, iguais em um detalhe aparentemente insignificante, o modelo de rei é moldado no próprio Trajano.

O Discurso IV como o segundo, é um diálogo entre Alexandre o Grande e Diógenes, o Cínico. Neste período, Alexandre tinha sido recém coroado e se prepara para sua expedição à Pérsia, tendo lido um discurso de Diógenes no qual o verdadeiro rei deve ser seu próprio governante e obter domínio sobre seus impulsos antes de tentar conquistar outros homens. Uma vez mais, a apresentação da figura de Alexandre sugere o reinado de Trajano. Isso pode demonstrar que a referência à campanha para o Oriente de Alexandre o Grande sugere a alusão à Guerra Pártia. Se este discurso foi ou não proferido perante o imperador pode ser colocado em dúvida, porém ele foi proferido perante um auditório grego[9]. O amor à gloria criticado pelo Diógenes de Dion Crisóstomo foi sugerido por alguns por ter sido o motivo que levou Trajano a empreender sua expedição ao Oriente. Trajano estava consciente de estar seguindo os passos de Alexandre o Grande. Contudo, a referência de Alexandre o Grande inevitavelmente evocou sua mais notável campanha, não necessariamente a campanha de Trajano para Pártia.

Em relação ao conteúdo, o Discurso IV não se difere dos outros três discursos, exceto porque este discurso define o rei ideal mais negativamente do que positivamente. A primeira parte argumenta que o verdadeiro rei não vai para guerra simplesmente para sua própria glória. Ele é um pastor de seu rebanho, e

a verdadeira tarefa de um pastor é a segurança e a preservação de suas ovelhas(44).

Esta metáfora não está distante da metáfora do touro no Discurso II

hábil para defender e conduzir o rebanho

Os discursos *Sobre a Monarquia* expressam a esperança de que o imperador seja guiado por eles: o mito sobre a monarquia relatado por Dion Crisóstomo no primeiro discurso é um "conto sagrado e benéfico", e seus discursos sobre o rei ideal são apropriados para um imperador. Isto sugere a Trajano que fique atento para aprender com os gregos:

o que você está dizendo eu não sei, mas eu amo você como a mim mesmo

Dion Crisóstomo não pretendia questionar as regras vigentes, especialmente quando seus ouvintes estavam arredios ao ouvir falar de suas relações com o imperador.

Nos discursos está implícita a idéia de Dion Crisóstomo na sucessão dos impérios. É transparecida a idéia de queum império antecessor tinha sido dominado pelo próximo por causa de sua riqueza, e desde que a Macedônia foi conquistada por Roma, Dion Crisóstomo sugere que Roma também possa ser destruída por seu fardo de luxo. Como Plutarco, Dion Crisóstomo contempla com desânimo a possibilidade de Roma ser subjugada[10].

Embora Dion Crisóstomo possa ter afiado o seu ataque à decadência romana para agradar os ouvintes atenienses, ele se refere à moralidade romana, não ao seu poder; quando o poder romano estiver livre de vícios, será o mais competente para governar o mundo. Longe de exaltar a Grécia sobre Roma, Dion Crisóstomo considera desafortunada a clássica cultura dos atenienses, já que ela não os fez homens melhores (26, 28). Não é necessário suspeitar de ironia a atitude de Dion Crisóstomo: sua posição segue duas de suas melhores visões, aquela de que a força só vem da virtude, e aquela de que a arte da virtude é mais preciosa do que todas as outras artes[11].

Como é mostrado nos discursos *Sobre seu Exílio* e *Sobre a Riqueza*, Dion Crisóstomo não acha nada contraditório em lamentar a queda de Roma e desejar a preservação do governo romano. Dion Crisóstomo fala como um grego e lamenta que

> *os gregos não foram anteriormente escravos, mas agora o são geralmente e despresivelmente(134)*

Suas críticas contra a prevalecente imoralidade romana respiram o espírito da "nova era" de Trajano, na qual a extravagância e o vício de outras épocas foram banidos na atmosfera tonificante da Roma renascida. A *Domus* imperial não era mais uma casa para concubinas, mas a residência de uma casta imperatriz[12]. Dion Crisóstomo clama para que a prostituição seja banida como uma ameaça para a casa, e as cartas de Plínio o Jovem, um respeitável senador, prontamente celebra os louvores das felicitações de um casamento[13].

Dion Crisóstomo não mostra entusiasmo em relação a Roma como Plutarco o faz. Em nenhuma parte fala explicitamente das bênçãos da paz romana, do apoio romano aos pensamentos políticos nas cidades subjugadas, da segurança de viagem ou da beleza de monumentos renovados. Mas não era por natureza caloroso ou entusiasta. Normalmente afiado, seco, e brusco, Dion Crisóstomo pode ocasionalmente animar-se quando seu tema é de um gênero que dá prazer intelectual a um estóico: a carruagem do cosmos, a onipotência de Zeus, os trabalhos de Hércules. De tal homem não se poderia esperar a exaltação da sombria deusa Roma, ou ao crescimento lírico sobre as defesas das fronteiras ou à cidadania romana.

A visão de um Dion Crisóstomo ou de um Plutarco pode não ser representativas mais do que parte de uma fina camada da sociedade em um pequeno espaço de tempo. Em um mundo em que se mede pela riqueza e pela educação, porém, a sua classe era influente sobre muitos e o mundo romano estava no auge de seu poder político e militar. É verdade também que estes mesmos autores, como os seus contemporâneos romanos, falavam de uma época na qual "liberdade e o principado" eram a sua síntese[14] e a literatura era dirigida por um grupo de "amigos" da aristocracia romana, entendendo esta aristocracia também composta por aquela

provinciana que passou a defender o poder romano em suas províncias natais. Imperadores posteriores, como Adriano, provavelmente foram menos sensatos, e posteriores circunstâncias como a escassez, o aumento de tributos, ou as guerras de pretendentes rivais, foram alguns dos fatores que reanimaram velhas queixas e um espírito de oposição ao poder imperial.

A tradição central do helenismo, contudo, orgulhoso de sua própria cultura e ainda aberto aos méritos de Roma, persistiu da época de Dion Crisóstomo e de Plutarco até o início do III século. Na primeira metade deste século, Dion Cássio de Nicéia, talvez descendente de Dion Crisóstomo, se tornou um cônsul romano e escreveu a história de toda a Roma em grego seguindo os moldes de Tucídides[15]. Quando a ordem foi restabelecida no século seguinte, a antiga oposição entre a Grécia e Roma foi transformada: o helenismo teve um rival mais mortal do que os valores materiais de Roma, um valor espiritual da recente cristandade triunfante. Da mesma forma que a Grécia havia sucumbido uma vez sob o poder romano, capturado o seu indomado caçador com sua arte, agora seus espólios criaram uma cultura cristã.

---

[1] SECUNDUS, Caius Plinius Caecilius (Plinius Minor). *Lettres*. trad. A. M. Guillemin. Paris: Belles Lettres, 1955.(bilíngüe latim-francês). X.40.3.
[2] CHRYSOSTOMUS, Dion. *Discourses.* trad. J. W. Cohoon and H. Lamar Crosby. 4. ed. Cambridge: University Press, 1932 - 1946. v. I-5. (bilíngüe grego-inglês). XXVI. 6-13.
[3] JONES, C.P. *The Roman World of Dio Chrysostom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p.116.
[4] PLUTARCH. *Moralia*. trad. Frank Babbitt. Cambridge: Harvard University Press, 1989. (The Loeb Classical Library) (bilíngüe grego-inglês).
[5] CHRYSOSTOMUS, Dion. *Idem.* XXXIX.1, Nicéia; *Discurso* XI.137-138, Ílion; *Discurso* XLI. 9-10, Apaméia.
[6] ARNIM, H. von. Leben und Werke des Dio von Prusa. Berlin: s.ed., 1898. p. 407.
[7] CHRYSOSTOMUS, Dion. XLVII. 9.
[8] SECUNDUS, Caius Plinius Caecilius. *Panegírico de Trajano,* 81.
[9] MOMIGLIANO, Arnaldo. Os limites da helenização. A orinteração cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. trad. Cláudia M. Gama. Rio: Jorge Zahar, 1990.
[10] JONES, C.P. *The Roman World of Dio Chrysostom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 124-125.
[11] Idem, p. 129.
[12] Suetone, C. *L avie des douze cesars*. Paris, Gallimard, 1975. *Domicien*, 22.
[13] SECUNDUS, Caius Plinius Caecilius. IV.1 e IV.19.
[14] OLIVEIRA, Andréa L. D. *Poder e Mito: o Principado na perspectiva da literatura latina*. Assis, UNESP, 1996. Dissertação de mestrado.
[15] JONES, C.P. *The Roman World of Dio Chrysostom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 131.

POESIA URBANA - RAP FUTURÍSTICO EM LONDRINA

Andressa Cristina Zaneti

O rap (Rhythm and Poetry) é uma manifestação oriunda dos guetos americanos e representa a voz dos oprimidos, suas raízes estão nos ritmos como soul, jazz e funk, na cultura negra e em sua história. Trata-se de uma representação artística surgida paralelamente à Guerra Fria e a um sistema capitalista semelhante ao do apartheid, no qual se excluíam negros da sociedade norte-americana. Assim, formaram-se os primeiros grupos contra essas leis opressoras e racistas. Como em toda "revolução", houve os líderes que mais se destacaram, Martim Luther King e Malcom X, que lutavam para que brancos e negros convivessem em paz numa mesma sociedade. Não à parte, se manifestava o movimento político dos "Black Panthers", que em 68, após a morte de Martim Luther King, procuravam estudar e debater os diretos civis dos negros na sociedade norte-americana para combater abusos do poder. Desse modo, esse movimento de defesa social dos negros e de suas ideologias plantaram sementes dentro do movimento Hip Hop.

O rap e outros estilos de poesia oral popular caracterizam-se pela organização popular. Nesse sentido, o Hip Hop, foi se consolidando por representar uma voz da periferia na qual se instituíram diferentes tipos de linguagem, como o grafite, o break e o rap[1].

A função do rap, entre outras, é a de tratar a realidade dos jovens da periferia e o caos que acontece no dia-a-dia com letras ideológicas, conscientes e realistas, sob a forma de rimas.

No Brasil, a poesia oral de protesto já mostrava sua face com a chegada dos negros africanos, os chamados "ganhadores-de-pau", que trabalhavam nas ruas

[1] A respeito consultar SPENSY, Pimentel. *O livro vermelho do rap*, Escola de Comunicação e Artes Usp, 1998. Site: http://wellplçural. Vilabol.uol.Br/hiphop01.htm consultado em 20/11/04

de Salvador por volta do século XVIII e XIX, cantavam falando, reclamando da política escravista e da violência do opressor. Havia um puxador e os outros que acompanhavam e repetiam o canto em refrão. Isto acabou desembocando naquilo que conhecemos no Nordeste, hoje, por repente[2].

O rap aqui também deu continuidade aos bailes black, caracterizados pelo soul e funk dos anos 70. Nos anos 80, o rap chegou na periferia paulistana, e a partir da década de 90 ultrapassou as fronteiras dela, chegando à classe média e alta. Trajetória já percorrida pelo samba e pela música afro-baiana.

Em Londrina, o hip hop surgiu na década de 80, primeiramente, através da dança, influenciado pelo movimento já existente em São Paulo. Posteriormente o movimento hip hop londrinense incorporou o grafite ao rap. Thaíde e DJ Hum, Racionais MC são alguns dos nomes que até hoje estão presentes no imaginário do rapper londrinense. Hoje, em Londrina, existem mais de 50 grupos espalhados pela cidade, e a cada momento vêm diversificando e experimentando novas linguagens sonoras e verbais.

O movimento hip hop londrinense ainda está em fase de crescimento. Na Zona Norte, principalmente na região conhecida como "cincão", onde procurei aprofundar minha pesquisa, grupos como o “Pira Pura” e “Estilo de Rua” buscam, através de suas letras, representar a realidade da periferia e denunciar suas agruras.

O rap, atualmente, principalmente nas grandes metrópoles, encontra seu apogeu e alguns se misturam a modismo, toca em FMs e muitas vezes perde até mesmo o caráter de protesto em detrimento do culto de temas como o sexo, a violência, o machismo e as drogas. Estas expressões, que coexistem com o rap de protesto, são denominadas de "gangstars”.

Para a maioria dos grupos paulistanos como Racionais MC, o fato de vender muitos discos e a repercussão do rap significa apenas uma maneira de ganhar

[2] A respeito consultar SPENSY, Pimentel. *O livro vermelho do rap*, Escola de Comunicação e Artes Usp, 1998. Site: http://wellplçural. Vilabol.uol.Br/hiphop01.htm consultado em 20/11/04

dinheiro. O consumo do rap pelas classes médias e altas preocupa os rappers mais tradicionais, que buscam manter o vínculo com a periferia. Além de fazer com que se estabeleça um diálogo do centro para a periferia, estes grupos tornam-se porta-voz dos excluídos.

O grupo “Pira Pura” tem uma opinião semelhante:

"Eu vejo isso como mais oportunidade, mais espaço para o rap, tipo assim, mais oportunidade para o cara da periferia, que tem um grupo, evoluir, poder mostrar o trabalho dele, importante. Como o rap é de periferia, que é de canto, é de povo pobre muitos grupos cantam e ficam ali parados não conseguem tipo expandir..."

(Entrevista realizada com Anderson do grupo Pira Pura em 22 de agosto de 2004.)

Eles acreditam que essa repercussão, só ajuda o rap a evoluir, como ele mesmo diz: "Usar para ser usado".

O autor, James Ledbetter, dos Estados Unidos, mostra que jovens que adotam uma caracterização peculiar aos rappers negros, chamados de "wanna-be`s", ou seja, aqueles que gostariam de fazer parte do universo cultural negro, sentem-se atraídos pelo rap, pela riqueza e liberdade da cultura negra, em contraste com a riqueza da cultura branca norte-americana[3].

Se o Rap está cada vez mais ocupando um espaço na sociedade, saindo da periferia e chegando aos centros, porque há tanta resistência de encontrarem um espaço na escola? Pequisadores norte-americanos perceberam que muitas das dificuldades enfrentadas pelo afro-americanos no ambiente escolar diziam respeito ao fato de a linguagem das ruas não ser aceita no espaço escolar. Justamente no ambiente em que as práticas discursivas e expressões artísticas dos jovens da periferia deveriam ser compreendidas, a escola mantinha ainda o

[3] Apud. GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. Rap: Transpondo as Fronteiras da Periferia. In: ANDRAD, Elaine Nunes (org). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 2000.

obstáculo existente entre ela e a rua[1].

A partir de leituras sobre o movimento hip hop e entrevistas realizadas com grupos de Rap da Zona Norte-Londrina, notamos que há uma consciência lingüística do rapper londrinense no que tange à construção poética das letras de rap, ou seja, em uma escolha de palavras e também em uma maneira de se expressar parecidas a estilos literários.

Nas canções de Rap há o estilo "futurista e o realista", denominado assim por alguns rappers de grupos londrinenses, que dizem seguir um estilo ou o outro e até mesmo ambos em seus raps.

O Rap realista, como próprio nome já se refere, trata de letras que retratam a realidade, características presentes também no Rap futurístico, mas que diferenciam-se por seus aspectos poéticos e sonoros. No rap realista, o rapper procura passar a realidade "nua e crua", com tendências mais ou menos parecidas a do movimento literário denominado Realismo, momento em que a arte procurou desprender-se do sonho, da imaginação, da fantasia, da subjetividade, um estilo que predominou na segunda metade do século XIX, em que os textos são retirados da realidade circundante do autor. Trata-se de uma poesia de fácil compreensão, por causa de sua linguagem simples, direta e objetiva. As personagens foram inspiradas em pessoas comuns do povo, não existe idealização da realidade. Personagens e cenário são mostrados em toda sua miséria, fealdade e desequilibro. Assim, é nas letras das canções dos rappers que utilizam predominantemente a característica realista em sua poesia, procurando expressar o mundo de maneira objetiva, ou seja, deixando a imaginação e a subjetividade em segundo plano e retratando a desigualdade social que enfrenta em seu cotidiano, bem como indicando suas causas.

O Rap futurístico, por sua vez, possui uma sonoridade moderna, assim como suas letras que põem o pensamento bem à frente do momento, ocorre a

[4] SILVA, José Carlos Gomes da. Arte e Educação: A Experiência do Movimento Hip Hop Paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes (org). *Rap e educação Rap é Educação.* São Paulo: Selo Negro, 2000.

manifestação de sons robóticos e sintéticos, em que também se misturam línguas ou ritmos diversos, tudo em uma mesma canção. Por exemplo, o Raggae com o Rap criando o "Ragga".

O futurismo é, na literatura, um dos principais movimentos literários do Modernismo, que após mudanças na ciência e no progresso da sociedade, provoca alterações no meio de viver, de analisar a realidade e de representá-la artisticamente. O futurismo, bem como outros movimentos do Modernismo, propunha a desorganização proposital da cultura e da arte produzida até então, por meio de uma linguagem artística inovadora para época. Por isso ocorre a deformação sistemática da realidade, já que o Realismo puro e simples se torna lugar comum[5].

Expressando-se também por meio da pintura e da escultura, os futuristas mudaram sensivelmente a maneira de representar a realidade, tentando apreender não só o objeto em si, mas o movimento desses objetos ao se deslocarem no espaço.

O grupo "Pira Pura" utiliza a comparação entre a representação do Rap realista e do Rap futurístico na pintura, na obra de arte. Nas palavras de Vagner, conhecido como Sujinho, no cinco conjuntos:

"É como se fosse um pintor se você chegar pintar um quadro, você olha essa paisagem pinta um monte de arvore e sol e tal, e chega um Picasso da vida e pinta aquilo que você viu, só que de uma outra forma, foge aquilo que você viu, só que se essa pessoa ela conseguir a noção daquilo, ela vai enxergar que aquilo é uma paisagem e só muda porque não está acostumado". (Entrevista realizada com Vagner do grupo Pira Pura em 22 de agosto de 2004)

Estes dois tipos de linguagem nos levam a acreditar que existe entre os rappers uma consciência lingüística no que tange à construção poética de suas letras. Isso quer dizer que optar por um estilo, seja ele futurista ou realista,

[5] TELLES, Mendonça. *Vanguardas Poéticas*. ...

implica uma escolha de palavras e também na maneira que se quer impactar o ouvinte.

Márcia Silva, em *Rap e Educação, Rap é Educação,* notou esta semelhança do Hip Hop a outros movimentos artísticos:

"Ainda é possível afirmar que o hip hop é um sistema de conhecimento, traz regras de codificação similares a outros movimentos artísticos que se incorporam em espaços diferentes conservando elementos em comum, como, por exemplo, a fase antropofágica do movimento Modernista que questionou quem é o povo brasileiro, retratando negros e trabalhadores, ou o estilo expressionista, cujos adeptos buscaram ressaltar os horrores causados pelo clima de guerra no espírito humano". (pág. 143 e 144)

Este trabalho, portanto, tem por objetivo de mostrar a proximidade dos rappers com o fazer poético e procurar entender como o rap sobrevive em uma cultura de rua, denominada hip hop, mas não encontra porto na escola, onde se ensina literatura.

A escola tende a negar a cultura negra e a silenciar suas práticas políticas e culturais relativas aos afrodescendentes. Os rappers vão buscar então nas ruas, o autoconhecimento, o conhecimento da realidade de seu povo, já que não encontram na escola essa abertura. Nesse sentido, muitos dos adolescentes ligados ao Hip Hop passaram a ler livros como o de Martim LuterKing e Malcon X sobre a cultura negra, tinham com isso o objetivo de obter um conhecimento fundamental para agirem socialmente, direito que lhes fora negado no processo de educação formal. Uma vez que o caráter do rap se caracteriza pela denúncia do racismo, o rap torna-se o grande instrumento de crítica do mito da democracia racial, da marginalização da população negra e de seus descendentes, assim como da população que vive à margem da sociedade. Segundo Sandra Passarelli:

"O rap como recurso didático ainda está dando os primeiros passos, porém em algumas escolas que o implantaram no currículo do ano letivo, percebemos que os alunos estão se dedicando, e, mais do que isso, dizem que é muito mais fácil compreender a história com esse recurso de trabalho"(Sandra Passarelli em Invasão do Rap na Escolarização da classe Média. Rap e educação Rap é educação, pág. 129).

O rap, portanto, além de uma música de protesto pode ser utilizado como uma ferramenta de ensino. Alguns dos trabalhos com o rap em sala de aula trouxeram experiências positivas tanto para profissionais que ousaram experimentar quanto para o docente, desconstruindo um pouco o preconceito existente contra a cultura hip hop.

Hip Hop e Rap: história e manifestações orais no contexto londrinense

Andressa MASSONI (G/PIBIC/CNPq/UEL)

Frederico Augusto Garcia FERNANDES (ORIENTADOR/UEL)

No projeto "Leitura, Ritmo e Poesia: prática de poéticas orais entre rappers londrinenses" focalizamos nossos estudos no rap, o qual se caracteriza por uma poesia oral, que carrega um discurso marcadamente crítico, em que se apresenta a realidade da população periférica e traz, conseqüentemente, implicações sociais e culturais. Nosso objetivo principal consiste em analisar as produções de rappers da zona Oeste de Londrina de modo a compreender os elementos culturais nelas presentes. Assim, as entrevistas de história oral bem como a leitura de uma vasta bibliografia que versa sobre cultura, poesia oral e rap foram as principais fontes coletadas para desenvolver nossa pesquisa de iniciação científica, em que alguns dos resultados obtidos se encontram neste trabalho: começaremos com um breve relato sobre a história do movimento Hip Hop por entendermos que alguns aspectos e temas recorrentes nos raps nos remetem a características que deram origem ao movimento; justificaremos o rap como uma manifestação da poesia oral; a análise da letra do rap "Sétima Trombeta" nos permitirá entrever a transmissão de valores e de uma cultura que pretende contribuir na conscientização de jovens em situação de risco.

O movimento Hip Hop originou-se no Bronx, bairro periférico de Nova York por volta da década de 70. Uma série de conflitos políticos ocorridos na década de 60, como, por exemplo, as leis segregacionistas e a discriminação do negro, além dos discursos de líderes como Malcom X e Martin Luther King Jr., propiciou a manifestação e o protesto da população marginalizada através da música, da rima, da dança e da arte, o que mais tarde se caracterizaria no movimento Hip Hop.

No Brasil, o movimento Hip Hop surge na década de 80, com o break, tendo como centro a cidade de São Paulo. Em Londrina, onde o movimento se inicia mais ou menos no mesmo período, temos a formação de grupos de funk e, posteriormente, surgem

os quatro elementos que integram o Hip Hop. Os rappers desta cidade receberam grande influência dos militantes de São Paulo e também de Brasília.

Atualmente, embora o Hip Hop norte-americano se diferencie do brasileiro, o movimento no Brasil (ainda) não perdeu uma característica que está presente na sua raiz: o tom de crítica e denúncia social, elementos que marcaram todo o discurso de uma população marginalizada e oprimida que lutava por seus direitos e buscavam, através da música, manifestar sua realidade e preservar sua cultura.

Analisamos o rap no contexto da Poesia Oral por entendermos que ele expressa a realidade vivida na periferia e nas favelas da cidade, ou seja, utiliza um contexto coletivo e suas manifestações são "mais comuns do que pessoais". Por isso, o rap não pode ser analisado sem considerar o contexto no qual está inserido, "isto é, da pessoa que as (o) interpreta, do ato de interpretar e, sobretudo, da situação de vida e de convivência, em função das quais foram elaboradas e são executadas[1]" (CANDIDO, 2002, p. 43), pois, enquanto uma poética oral, deve considerar o sujeito a quem se destina e sua intenção. Ele está ligado ao tempo e ao espaço da atualização do performer: sem essa relação, a obra estaria descontextualizada. O interlocutor exerce um papel fundamental, pois é a ele que se dirige a obra poética. Essas características peculiares da oralidade são encontradas no rap. Daí, resulta o fato de o rap se configurar numa manifestação artística oral.

Os estudos referentes à oralidade contribuem para amenizar os preconceitos que cercam este tema. Devemos tratar o oral como uma manifestação mais ampla, valorizando "o papel da voz enquanto geradora e reprodutora de sentidos" (FERNANDES, 2003, p. 18)[2]. Os rappers utilizam a voz para expressar sua ideologia e constituir sua identidade, além de contribuir no desenvolvimento cultural da periferia.

Na zona Oeste de Londrina, constatamos a existência de três grupos: Z.O. Family – grupo de rap gospel, Conexão Verbal e Relato Cruel. Para desenvolver este trabalho, escolhemos apenas o segundo, que apresenta em seu rap "Sétima Trombeta" dois temas: a recorrência aos valores cristãos (tema que norteia a narrativa cantada) e à violência.

Este rap se constitui por uma paráfrase de dois livros da bíblia (*Gênesis* e *Apocalipse*). Começa pelo livro de "Gênesis" – "A criação" – que trata sobre a criação do mundo: "o primeiro dia" (versículo 1 – 5). O rap se inicia da seguinte forma:

No princípio
Deus criou o céu e a terra
A terra, porém era informe e vazia
As trevas cobriam o abismo
Mas o espírito de Deus pairava por sobre as águas
Disse Deus: "Haja Luz" e houve luz
Viu Deus que a luz era boa e Deus separou a luz das trevas
Deus chamou luz de dia e trevas de noite
Houve tarde; houve manhã
E houve um primeiro dia

Nesta primeira estrofe é feita uma "capela", ou seja, o rap é apenas falado, voz, sem nenhuma base (música). O tom grave da voz do rapper cria um certo ar de suspense, realçado pelo próprio título atribuído ao rap. A partir do significante, a junção de elementos sonoros como ritmo e voz, cria-se uma imagem, que, segundo Bakhtin, "é uma formação estética singular realizada na poesia com a ajuda da palavra[3]". (Bakhtin, apud Machado, p. 84). Esta imagem representa o ponto de vista do rapper em relação ao mundo que o cerca; sua própria realidade; a leitura da palavra-mundo que é transmitida no rap. Como afirma Zumthor em *Introdução à Poesia Oral*, "a imagem da voz mergulha suas raízes numa zona do vivido que escapa às fórmulas conceituais" (1997; p. 12). Os rappers utilizam a voz para expressar uma ideologia e constituir uma identidade.

No decorrer da música, como uma retomada histórica, o rapper fala da criação do mundo segundo a Bíblia, Adão e Eva, e com a desobediência da mulher em ter comido a maçã iniciou-se o "fim do mundo". Depois, o fim do mundo pela água; a crucificação de Jesus na cruz; enfim, relata alguns elementos bíblicos além de pregar valores como a prática religiosa ("ir pra igreja e rezar"; a salvação pela fé; ser como criança para alcançar o reino dos céus) que representam uma herança, cujos valores estão arraigados nas normas de conduta de uma sociedade.

O rap faz menção à sétima trombeta, anunciada pelo livro do Apocalipse, o qual causa uma certa atração em nosso meio social. A intertextualidade existente neste rap

com a Bíblia é bastante evidente. De acordo com a Bíblia (Apocalipse), havia um Livro selado que somente poderia ser aberto pelo Cordeiro redentor. Este livro possuía sete selos, sendo que este último anunciava a "visão das sete trombetas". Cada vez que um anjo tocava uma trombeta, vinha uma grande desgraça a fim de que os pecadores se arrependessem; foram tocadas apenas seis trombetas que vitimaram um terço do mundo: terra, mar e céu. Antes do anúncio da sétima trombeta, houve um tempo em que os povos foram perseguidos: aqueles que continuavam no pecado foram derrotados por Deus e aqueles que seguiram suas palavras foram salvos. Eis que soa a última trombeta, com a qual se anuncia a soberania de Deus sobre o mundo.

> "Irritaram-se os pagãos, mas eis que sobreveio a tua ira e o tempo de julgar os mortos, de dar a recompensa aos teus servos, aos profetas, aos santos, aos que temem o teu nome, pequenos e grandes, e de exterminar os que corromperam a terra" (Apocalipse, 11: 18)

Esta idéia é expressa claramente no refrão, em que se faz um chamado para que as pessoas se arrependam antes de soar a sétima trombeta, pois depois disso, virá o julgamento final:

> **Venha meu irmão, se arrependa enquanto é tempo**
> **Não deixe pra se arrepender no último momento**
> **Porque quando Jesus vier vai ser a maior treta**
> **Tudo estará acabado quando soar a sétima trombeta**

Para justificar esta postura da prática religiosa, o rapper lembra que virá o dia do julgamento final e "não adianta ter dinheiro, carro ou aviões": se você estiver no pecado, o inferno será seu destino. E que este arrependimento não se dê apenas na morte, mas que se busque a Deus em outras situações cotidianas da vida.

Nos últimos trechos do rap, ressalta-se que de cada pessoa será julgada conforme as escrituras do livro da vida: se seus atos forem ruins, "cairão no abismo", ou seja, irão para o inferno.

> **Não tem jeito, Deus já me viu**
> **Chegou perto de mim e o livro ele abriu**
> **Começou a falar sobre toda a minha vida**
> **Desde quando era pequeno, vou virar alma perdida**
> **Brigas com a mãe, com o pai e até mesmo cunhado**

Até meus pensamentos, agora serei condenado
[a sentença] Com certeza não será boa, não fui um bom homem
Matei dois, o pecado me consome
Mandou eu ir pelo lado esquerdo aonde é que eu vou
Tô caindo num abismo, está quente, acabou

E então eu vi um grande trono branco
E alguém que nele estava sentado (...)
E vi os mortos: grandes e pequenos de pé em cima do trono
Foram abertos livros, e ainda outro livro que era o livro da vida
Os mortos foram julgados segundo o que tava escrito neste livro
Conforme suas obras

Apocalipse, São João

O mais interessante é que eles deixam bem claro que "os mortos foram julgados segundo o que tava escrito neste livro, conforme suas obras", o que significa dizer que o julgamento é um ato individual, em que o homem será julgado em concordância de suas próprias ações. Por isso, o refrão da música faz uma evocação para que os pecadores se arrependam. A descrição do julgamento final (trono branco, mortos, livros) representa também uma paráfrase (quase uma reprodução) do livro do *Apocalipse* – "Julgamento geral".

Esta constante utilização de versos bíblicos desenha uma moral cristã: nota-se uma visão redentora. Deus é representado como um ponto de apoio, de salvação. Esta ordem discursiva cristã é muito forte devido à própria formação cristã do país: a busca de salvação na religião (Deus) consiste numa prática bastante comum na sociedade como um todo. Na periferia, seu significado não é outro: o rap prega seguir o caminho de Deus – caminho do bem – para combater o "mal" (violência, drogas, assassinato) e manter-se longe desses problemas.

Embora a questão da religiosidade seja o tema principal abordado pelo rap, há outra passagem que aborda a violência, tema presente no contexto da periferia. Quando o rapper canta: **"Ninguém recorre a Deus, só a uma 12 no mocó (...)"** ele faz referência ao dia-a-dia violento das periferias, onde não se busca refúgio em Deus, mas sim a uma arma. E daí a necessidade de buscar o conforto espiritual em Deus, pois seria um meio para

acabar com este problema, que retrata a realidade do seu universo (normalmente a periferia) e que é comum a de tantas outras pessoas.

Neste contexto é interessante lembrar que o movimento Hip Hop, em sua origem, apresenta um caráter de conscientização por excelência. Diante da violência que assolava o Bronx – bairro periférico de Nova Iorque – os elementos MC e Dj (que mais tarde uniram-se ao break e ao grafite formando o Hip Hop) atuaram significativamente na diminuição do índice de violência que havia naquele bairro. Afrika Bambaataa (que cria a expressão Hip Hop) é uma figura central nesta história por ter liderado, juntamente com outros grupos, ações que contribuíssem para amenizar a violência que existia no Bronx. De um modo geral, foi dele a idéia de juntar a música e a dança como modo de acabar com as rivalidades entre as gangues: em vez de arma, arte.

Crítica e consciência são elementos básicos no vocabulário do rapper, embora as primeiras letras de rap nem sempre possuíssem um conteúdo crítico e de denúncia social: eram composições mais simples, que foram denominadas "rap estorinha[4]" e posteriormente foram adquirindo uma postura mais consciente perante a realidade social. Dessa forma, o rap denota em suas letras a preocupação em transmitir informação crítica, visando a conscientização, na tentativa de solucionar ou amenizar os principais problemas enfrentados pela sociedade da periferia, principalmente, os adolescentes, que estão mais propícios ao envolvimento com o mundo do crime. Neste sentido, afirmamos que o rap, assim como o movimento Hip Hop, possui uma função social com a periferia e suas letras expressam esta consciência. Elas expressam elementos que representam o cotidiano dessas comunidades, o que possibilita a criação de uma identidade com o rap. Esta identidade se constrói, principalmente, pela linguagem utilizada e pelos elementos culturais que o rap transmite, ou seja, elementos de uma cultura marginalizada.

Assim, a análise do rap nos permite compreender o universo do rapper e seu ambiente (quase sempre a periferia) e as implicações socioculturais que ele expressa, pois não podemos desvincular sujeito / contexto / interlocutor. A transmissão de valores, seja de ordem religiosa ou familiar, adquire um sentido muito mais significativo neste caso, uma vez

que expressa mais que um valor, mas sim uma norma, uma conduta de vida, que se reflete na formação e na postura da população periférica.

---

[1] CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2002.
[2] FERNANDES, Frederico A. G. (org). *Oralidade e Literatura*: manifestações e abordagens no Brasil. Londrina: Eduel, 2003.
[3] MACHADO, Irene A. *O romance e a voz*: a prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin. São Paulo / Rio de Janeiro: Fapesp / Imago, 1995.
[4] SPENSY, Pimentel. *O livro vermelho do Hip Hop*. Disponível em: www.realhiphop.com.br/olivrovermelho/spensy_pimentel.htm Acesso em: 15 nov. 2004.

RASCUNHOS DE HISTÓRIA IMEDIATA

Ângela de Castro Gomes[*]

As primeiras décadas do regime republicano no Brasil, bem como a própria Primeira República, vêm ganhando o crescente interesse dos historiadores, que têm retomado o período numa chave distinta daquela que o consagrou como a República Velha. Uma fórmula que, não casualmente, foi sustentada e propagada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920 a 1940, com destaque durante os anos do Estado Novo. Ou seja, um tipo de interpretação que, grosso modo, entende esse primeiro período do regime no país como um total fracasso político, e que o qualifica, em bloco, como um experimento que não fez jus nem a seu passado imperial, nem a seu futuro do pós Revolução de 1930. Isso porque, nessa república, não se teriam realizado os projetos mais caros aos liberais avançados da virada do século XIX para o XX, colocando-se em risco a unidade nacional e ignorando-se as reformas sociais para inclusão da população negra, por exemplo. Além disso, a República Velha teria se excedido na adoção da fórmula federativa, copiada dos EUA e vivenciada de maneira danosa e equivocada, o que não só comprometera definitivamente o próprio liberalismo no país, como nos desviara do caminho centralizador já apontado pela monarquia. Por fim, toda a elite político-intelectual do período, em suas várias correntes, teria falhado completamente no campo simbólico, pois não conseguira construir um imaginário republicano ou criar um sentimento cívico de amor à nova pátria.

Em tal interpretação, portanto, a Primeira República aparece como uma espécie de interregno no curso da história do país que, a despeito de uma série de dificuldades e problemas, sempre reconhecidos pelos analistas, seguia uma rota, tanto antes do

episódio da proclamação, em 15 de novembro de 1889, quanto depois da revolução de 3 de outubro de 1930. Tomando-se essa interpretação como um estimulante ponto de partida para se repensar o período, este artigo procura realizar uma incursão sobre as primeiras décadas do regime republicano (o momento anterior à Primeira Guerra), adotando-se como ângulo de visão a vivência e a reflexão realizadas por alguns atores/intelectuais privilegiados.

Para tanto, pretende-se utilizar um tipo de fonte que pode ser caracterizada como integrando um conjunto de produtos culturais chamados, geralmente, de efêmeros. Ou seja, não se estará trabalhando com as interpretações que alcançaram o suporte do livro – indicador de maior acabamento e desejo de duração no tempo –, mas sim com aquelas que, já no espaço de sua produção, tinham objetivos e sentidos mais imediatos. Basicamente, um razoável conjunto de documentos que abarca a correspondência privada, os artigos escritos para periódicos e alguns discursos ou assemelhados. Um tipo de documento que combina exercícios de produção do "eu" e de persuasão política dos outros (e de si mesmo), ambos muito praticados e valorados por intelectuais que ainda não traçavam fronteiras rígidas entre sua formação nos campos da política e das letras, e que, em boa parte, viviam do jornalismo, comunicando-se por cartas. .

Nesse sentido, foram escolhidos três intelectuais, diplomatas e também políticos que, tanto participaram da construção de uma escrita da história do Brasil, quanto atuaram para os rumos do curso dessa história, ocupando posições de destaque no Itamaraty. São eles: José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). O objetivo de fundo do artigo é relacionar os movimentos dessa tensa conjuntura com as avaliações elaboradas "imediatamente" por esses atores/historiadores, para então aproximá-las dos projetos efetuados no campo da escrita da história, que sofria os abalos e as disputas decorrentes da incerteza política dominante.

Duas são as idéias que se quer defender. Em primeiro lugar, a de que a escrita da história que se realiza sob o impacto das lutas políticas e simbólicas do início da República, é fundamental para a constituição do campo da historiografia brasileira. Isso porque, nesse momento, são introduzidos ou rearranjados acontecimentos e personagens; produzem-se debates e interpretações que se consagram; e se estabelecem certos parâmetros sobre a forma de narrar a história da nação. Em segundo lugar, a de que seria conveniente relativizar a proposição segundo a qual a Primeira República fracassou no empreendimento de criar um imaginário cívico conforme a seus projetos políticos. Para tanto, no que diz respeito aos interesses específicos deste artigo, é necessário entender melhor que tipo de escrita da história do Brasil está sendo proposta, e que estratégias as elites republicanas estão desenvolvendo para a construção de seu passado e seu futuro, especialmente após o encerramento dos dois primeiros governos militares. Dessa forma, pode ser útil reter que o novo regime tem na Assembléia Nacional Constituinte de 1891 e na montagem da "política dos governadores" de Campos Sales seus dois pactos instauradores, e que os processos de construção de um imaginário nacional se fazem por negociação e apropriação de tradições, mesmo no caso das tradições inventadas. A criação (ou recriação) de uma história e memória nacionais, pois é disso que se trata, nunca parte de uma folha de papel em branco, não sendo nem arbitrária, nem ingênua.

Já existem muitos estudos sobre tais personagens das letras e da política do país, com ênfase em Rio Brando e Nabuco, em detrimento de Oliveira Lima. Portanto, não se pretende fazer no espaço deste artigo, nem uma retomada de suas trajetórias biográficas, nem um balanço da bibliografia produzida sobre os vários aspectos de suas vidas e obras. As duas dimensões – biográfica e bibliográfica – serão retomadas e citadas apenas quando diretamente ligadas ao objetivo do texto, que é o de acompanhar as análises que

tais personagens foram realizando sobre o regime republicano, à medida que ele ia sendo experimentado no país. Para tanto, entre as fontes escolhidas, será privilegiada a troca de correspondência pessoal desenvolvida entre os três, o que abarca um volume de cerca de 230 cartas, cobrindo, aproximadamente e com grande desequilíbrio de regularidade, um espaço de tempo que vai dos anos 1880 até 1910, ou seja, de antes da proclamação até depois da adoção da chamada "política dos governadores".[1] Paralelamente, como se mencionou, também se recorrerá a textos que fazem análises do momento, geralmente escritos para jornais e revistas e que, interessantemente, podiam assumir a forma de cartas abertas, cujo destinatário não era mais uma pessoa singular, mas um coletivo, um público amplo que devia conhecer e se convencer das idéias dos autores.

O interesse do artigo é colocar em diálogo os diagnósticos e prognósticos que foram sendo realizados por esses três atores, tomando-os como uma primeira reflexão sobre o experimento republicano. Isso significa assumir a perspectiva da incerteza política da conjuntura das primeiras décadas da República, bem como a ótica dos projetos e desejos que tais atores iam construindo e desconstruindo com o passar do tempo, acompanhando-se, assim, as decisões que foram tomando e explicitando para si e para os outros, em suas trajetórias de vida intelectual e política. Do ponto de vista metodológico, por conseguinte, este artigo deseja destacar a importância da correspondência privada e das contribuições para a imprensa como parte essencial da obra de intelectuais desse período, lembrando que tais textos integram de forma substancial a produção de tais autores, quer pelo tempo que consomem, quer pelo investimento que revelam na "produção de um eu", em situações de grande instabilidade.

O exercício pretende correlacionar a trajetória política da República com as trajetórias individuais dos atores, considerando, obviamente, uma mútua influência entre elas. Por isso, a correspondência e os demais textos analisados estão sendo propostos como rascunhos de uma "história imediata",[2] já que tais intelectuais-diplomatas irão,

exatamente nesse período, afirmar-se com a identidade de historiadores em um campo intelectual com fronteiras disciplinares ainda muito fluidas. Dessa maneira, é preciso entender que o próprio perfil de historiador estava em aberto, sendo objeto de debates e disputas, tanto no que dizia respeito ao tipo de produto cultural (em sua diversidade e hierarquia) que caracterizaria o *métier,* como ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a um historiador desenvolver.

O exame da correspondência pessoal trocada entre Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima segue, ao mesmo tempo, um recorte temático e cronológico. A grande questão de fundo é o exame das reflexões tecidas sobre a monarquia e a república no Brasil, seus méritos e deméritos e, sobretudo, os prognósticos que foram sendo construídos sobre as possibilidades ou não de um retorno à monarquia, ou do sucesso ou não do novo regime. Esse tema ganha particular interesse quando articulado a duas outras questões. Em primeiro lugar, a das formas que o pensamento liberal vai ganhando ante a radicalização de confrontos do experimento republicano no Brasil. Em segundo lugar, a de uma pretendida identidade de historiador, o que revestiria as análises então realizadas de uma autoridade que excederia a dos interesses e envolvimentos políticos dos autores/atores, igualmente explicitados, mas submetidos ao "rigor" de um tipo específico de ofício. Daí, o vínculo com a formação do campo historiográfico, onde se evidenciam as transformações que a escrita da história do Brasil estava sofrendo e precisava sofrer com o advento da República, o que se relacionava tanto aos acontecimentos da política interna, quanto às diretrizes da política externa.

Ao mesmo tempo, todas essas dimensões estão revestidas das relações afetivas mobilizadas pelos correspondentes, o que pode significar o exercício da sociabilidade numa dupla chave: a da amizade e a do conflito de idéias e sentimentos, em situações identificadas como de crise para o país, para a história e para os próprios indivíduos. Assim, a correspondência é um espaço de sociabilidade rico para a observação de

múltiplas transformações nas posições dos três atores, tanto no que se refere às expectativas quanto à monarquia e a república, quanto no que envolve a maior ou menor aproximação entre eles.

Do ponto de vista cronológico, tais temas serão acompanhados em dois grandes momentos. O dos anos que vão do início da troca de cartas até o fim da década de 1890, ou seja, o da primeira década republicana, chamada por Renato Lessa, com extrema propriedade, de a década do caos.[3] E o dos anos que decorrem do início do século XX, após a ascensão dos presidentes civis - com a contenção dos conflitos abertos e a montagem da política dos governadores -, até o encerramento da correspondência, já na década de 1910, quando irão falecer Nabuco (1910) e Rio Branco (1912). Nesse espaço de tempo e nesse espaço de sociabilidade, os correspondentes irão empreender deslocamentos variados. Da monarquia à república, atentando-se sempre sobre as características da monarquia e da república que está sendo considerada em suas críticas e adesões. Da amizade pessoal e profissional ao esfriamento e confronto de relações, o que geralmente não é muito explicitado, mas pode ser percebido e utilizado para uma melhor observação do conteúdo das cartas. Porém, em função de questões de espaço, o recorte aqui efetuado contemplará a correspondência Nabuco e a década de 1890.

***

Nessa década, as cartas entre os três correspondentes não são muitas. Apenas algumas foram escritas antes do episódio da Proclamação, evidenciando de um lado, a existência do conhecimento e da comunicação entre eles e de outro, um tipo de relacionamento ainda formal.

O vínculo existente entre Nabuco e Rio Branco, amigos de carreira diplomática e ideal abolicionista está estabelecido e bem lastreado nas filiações aristocráticas de

ambos, cujos pais (nas cartas sempre com P maiúsculo), o Visconde do Rio Branco e o senador Nabuco de Araújo, eram figuras reconhecidas do Segundo Reinado. Assim, é esse o momento em que, face à montante da campanha republicana, o compromisso de Nabuco com o regime monárquico vai se explicitando publicamente, causando, inclusive, seu afastamento de ambientes e amigos freqüentados, como é o caso da redação de *O Paiz* e do jornalista e propagandista Quintino Bocaiúva. Em 15 de janeiro de 1889, Nabuco escreve a Paranhos: *Eu deixei O Paiz depois que ele* [Quintino] *se declarou republicano (...). (...) Ora eu não podia o estar atacando no jornal que ele dirige.*[4]

Portanto, a partir daí o tema da crítica à república começa a dar entrada na correspondência entre os dois, sendo questão marcante durante toda a década de 1890. São muitas as cartas em que Nabuco vai registrando seu estado de espírito e sua avaliação sobre os rumos da política no Brasil, embora sejam poucas as cartas de Rio Branco. Um cuidado que se devia a razões de segurança, encaradas como necessárias diante de governos que eram verdadeiras "ditaduras sujas". Nesse contexto é que se pode entender a afirmação de Nabuco, de que era mais fácil ser monarquista na República do que durante a própria Monarquia, da qual ele fora um duro crítico, quando em campanha pela Abolição. Ou seja, se esta forma de governo não era perfeita, aquela seria inevitavelmente muito pior, como os fatos apenas começavam a comprovar.

Duas eram as ameaças que Nabuco, e não só ele, acreditava pairar sobre uma experiência republicana na América do Sul, e que podem ser enunciadas como a do federalismo e a do militarismo. Em primeiro lugar, o federalismo que, combinado às eleições dos chefes dos governos estaduais, conduziria à "oligarquização" completa do país, aos personalismos desenfreados e, pior que tudo, à perda da unidade nacional, obra tão cara à Monarquia. É bom recordar, contudo, que Nabuco defendera a adoção do federalismo pela Monarquia constitucional e remarca isso no imediato da Proclamação, em tom de crítica aos políticos do Segundo Reinado.

Em segundo lugar, Nabuco aponta a ameaça do militarismo, situado como um autêntico dilema entre a ordem e a liberdade, e de difícil ou impossível solução no ambiente republicano. Isso porque a República trouxera consigo os militares e também a anarquia, razão pela qual cada vez mais se aumentava a repressão, não se tolerando "nenhum grau de liberdade de opinião". A República, em sua avaliação, era muito mais infensa às energias progressistas da época, do que o fora a Monarquia constitucional. Tudo isso faz com que termine o ano de 1890, recusando uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, o que o tornaria um fundador do Estado republicano. Seu pessimismo era enorme, mas, exatamente por essa razão e não paradoxalmente, ele via no dilema entre ordem x liberdade, uma via para o fortalecimento do movimento restaurador e escrevia a Rio Branco, no início do governo Deodoro: *Estes 4 anos de Deodoro tirarão as últimas ilusões aos republicanos e farão da <u>república</u> uma palavra nauseabunda. Nesse ponto o Deodoro (...) não só foi o melhor que podia acontecer para uma Restauração próxima e a termo (hoje seria prematura), foi também a única coisa que podia acontecer a uma República Sul Americana.*[5]

O ânimo de Nabuco e suas crenças restauradoras, por conseguinte, oscilam razoavelmente no início da década de 1890, mas é possível dizer, pelo exame da correspondência com Rio Branco, que é durante o ano de 1891 que elas mais crescem, já que, para ele, mesmo os céticos "trabalham sem o saber a nosso favor". De toda forma, o que se depreende das cartas é um esforço de convencimento de Rio Branco, que não acompanharia tanto o seu otimismo restaurador: *Não sei porque você desanima. É preciso dar tempo ao tempo. Seria um mal a restauração antes do povo ter visto o desmoronamento do Ruyismo.*[6] Assim, embora verificasse que a República "estava sem oposição", não tinha as esperanças abaladas. Na lógica do quanto pior, melhor, Nabuco conclui: *Em suma pode acontecer de um instante para outro...o fim da república, sem ter sido a intenção de ninguém.*[7]

As previsões de Nabuco não se realizaram e, a partir de então, há uma interrupção na correspondência arquivada, retomada apenas em 1898,[8] quando Rio Branco está na Suíça, cuidando da questão do Amapá, ou seja, das fronteiras do Brasil com a França. O Barão é, a essa altura, um dos nomes reconhecidos da diplomacia republicana. Nabuco, por sua vez, estava no Rio, reorientando sua crença restauradora, pois, desde 1893, passara a se dedicar à preparação da obra sobre a vida de seu pai. Sem abandonar completamente as articulações políticas com grupos monarquistas, ele priorizara a defesa do Segundo Reinado em outro campo de luta. O tema da monarquia e da república, por conseguinte, permanecia dominando seu trabalho, mas não mais com grandes esperanças na restauração. O ano de 1893 foi dramático, pela Revolta da Armada, pelo início da Revolução Federalista e pelo começo da guerra de Canudos, mas também foi um ponto de inflexão para a rearticulação dos republicanos civis que, num jogo delicado de sustentação e negociação com Floriano Peixoto, acabariam por fazer seu sucessor, em março de 1894. A partir daí, a República começava a ter um novo curso, bem como a avaliação de seu passado imediato e mais remoto.

Mas Nabuco ainda permaneceu publicamente engajado com um projeto de defesa da Monarquia. São indicadores do fato, os artigos que escreve no *Jornal do Comércio,* reunidos e publicados em livro, sob o título *Balmaceda*, bem como a famosa carta resposta ao amigo republicano, o Almirante Jaceguay,[9] ambos de 1895. Nesse último caso, Nabuco fora instado, por uma carta aberta publicada em jornal, a reconsiderar suas opiniões monarquistas, entendidas como respeitáveis, mas ilusórias, não só ante o estado de decadência vivenciado pelo Segundo Reinado em seus últimos anos, como ante "o fato inelutável" da República, bem ou mal organizada. O que Jaceguay realiza no texto, além de uma avaliação bastante negativa dos últimos anos do Segundo Reinado e do próprio Imperador, é um chamamento esperançoso ao amigo, diante de uma "fase de governo civil, constitucional, honesto e patriótico", que encerrava

um período turbulento e inaugurava uma nova experiência que, segundo ele, não seria efêmera e poderia dissipar as dúvidas dos brasileiros em relação à República.

A resposta de Nabuco, cerca de um mês depois, logo, pensada e medida para dialogar com o fraterno amigo e um amplo público leitor, é uma primeira reconstrução de sua trajetória monarquista desde 1890. Assim, pode ser entendido como um dos exercícios autobiográficos que esse intelectual empreende após o episódio da Proclamação. Na carta, Nabuco reafirma suas críticas à república norte-americana ("nunca o sentimento de desigualdade das cores foi tão forte como em uma República – os Estados Unidos"), sua visão "realista" da monarquia brasileira (nunca acreditou ser um governo perfeito), mas, mesmo admitindo que a "época do Terror" havia passado, continuava acreditando na impossibilidade da república no Brasil, ameaçada pelo poder autônomo dos estados da federação e aprisionada no dilema ordem x liberdade. Por tudo isso, mesmo entendendo que uma restauração monárquica não mais ocorreria, confessava seu "dever" de continuar sendo monarquista e negava seus préstimos ao novo regime. Assim, entre 1894 e 1898, Nabuco vai mergulhar na redação da biografia de seu pai - *Um estadista do Império -,* tarefa que desempenhou como uma missão pessoal, intelectual e política.

São muitos os estudos sobre essa obra que se torna um clássico da historiografia brasileira, demarcando uma leitura sobre o Segundo Reinado que se impôs, quer pelas concordâncias, quer pelas discordâncias, desde seu lançamento, muito festejado, em 1897. Da ótica deste artigo, contudo, é o ano de 1896 que assinala um evento e pronunciamento muito esclarecedor para o diálogo que Nabuco vinha travando com Rio Branco e Oliveira Lima, particularmente no que se refere à sua visão do campo das letras e da história, como um espaço de debate entre projetos republicanos e monarquistas. Trata-se do discurso que pronunciou no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 25 de outubro de 1896, quando toma posse como novo associado da casa. Uma peça oratória

que, assumindo-se a ótica de indicar um programa político-intelectual de Nabuco, poderia ser aproximada das indicações fornecidas em sua autobiografia – *Minha formação* –, que seria publicada em 1900, mas que reunia reflexões desenvolvidas entre 1893 e 1899, segundo ele mesmo.

No discurso, Nabuco deseja explicar os motivos que o fazem aceitar o convite como uma "obrigação moral".[10] O primeiro deles se devia ao fato de ver o IHGB como "o abrigo mais tranqüilo e seguro" a que se possa confiar o vultoso material da história pátria, o que ele conhecia bem de perto, pelo trato com a documentação de seu pai, que guardava tudo que lhe dizia respeito. Sugeria, por exemplo, a criação de lugares de "conservadores da história", que recolhessem os "espólios políticos e literários de valor para o país", função que poderia ser desempenhada por homens como Capistrano de Abreu. O segundo e mais importante motivo era o fato de entender que a história do Brasil atravessava uma grave crise, cujo resultado podia ser sua "mutilação definitiva". Os agentes dessa ação eram uma "escola religiosa" (evidentemente os positivistas), que pretendia reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. A questão de Nabuco, entretanto, não era a de negar o "direito" a nenhum dos três como representantes gloriosos de nossa história. Ele não discute, inclusive, o lugar atribuído a Benjamin Constant, incontestavelmente o Fundador da República.[11] Mas não concorda que Tiradentes "resuma em si o ingente esforço pela independência", a ponto de não se valorizar "os heróis pernambucanos de 1817", ou de que José Bonifácio fosse mais destacado que Pedro I, até porque aquele se ligava muito mais à independência do que ao passado imperial.

Ou seja, o discurso de Nabuco explicita, de forma contundente, a batalha simbólica que vinha sendo travada na década republicana de 1890, tendo em vista um necessário ajustamento da galeria de heróis e acontecimentos da história nacional, o que implicava a entrada de novos elementos e uma redistribuição de papéis entre os já

conhecidos. Algo que também ocorria nos postos da política que, mesmo abrigando nomes tradicionais - "aderentes" de última hora ou não -, também se abria a novos candidatos, cuja tradição começava a ser inventada com a República. Algo que certamente podia horrorizar a homens como Nabuco, por motivos diversos e expressos na imagem de uma "quadrilha de analfabetos" que se achegava ao poder. Entretanto, no caso da disputa travada no terreno da escrita da história, o que mais preocupava Nabuco não era propriamente a galeria de nomes postulada, mas o que se pretendia significar com tais escolhas, donde seu diagnóstico de uma "história mutilada". Isso porque, para ele, o projeto positivista/jacobino, além de fazer datar nossa história da Independência, como se não existisse uma história portuguesa do país, pretendia criar entre a Independência e a República um deserto de quase setenta anos, "a que posso dar o nome de deserto do esquecimento". Esse era o grande problema: o programa da "escola religiosa" objetivava realizar uma ruptura entre Monarquia e República, apagando o Primeiro e o Segundo Reinados, e ignorando todo o progresso material, intelectual e moral então alcançados.

Ora, no momento em que o passado nacional corria tão grave risco, a entrada no IHGB - "onde a história goza ainda do direito de asilo" -, era um compromisso essencial de luta pela pátria. A proposta de Nabuco, que aliás estava em fase adiantada de realização, era a de escrever a história do Brasil para, não só afirmar o lugar do Segundo Reinado e de Pedro II, que via como um apogeu moral, como igualmente de postular uma concepção de história marcada basicamente pela continuidade e não por cortes revolucionários e desertos de esquecimento. Esse último aspecto, porém, é apenas sugerido no discurso do IHGB, estando mais claro em *Minha formação,* como Rezende de Carvalho[12] adverte, ao destacar que o livro é menos uma autobiografia do que uma peça de persuasão política, na qual o autor afirma um liberalismo conservador e anti-revolucionário, mas reformista. Porém, vale observar que, através de sua precoce

autobiografia, Nabuco estava se agregando à galeria de personagens que compunha essa "nova" história do Brasil, porque ela se abrira, com a República, a nomes cuja atuação tinha data recente, como eram os casos evidentes de Benjamin Constant e Floriano Peixoto, entre outros.

Em *Minha formação* e também em *Um estadista do império* são as idéias de um espírito de reforma e de uma índole conservadora e pacífica que dominam a história do Brasil que está sendo narrada. Por isso, o futuro tinha que estar ligado ao passado das tradições do país, não havendo lugar para cortes e rupturas. Tratava-se, claramente, de uma proposta que buscava fundar a autoridade política na tradição e na lei, e não na força ou no carisma, como nos lembra a tipologia weberiana. Uma proposta que, vista com atenção, podia extrapolar em muito uma luta por um lugar de honra para o Segundo Reinado, para seu Parlamento ou para o conselheiro Nabuco de Araújo. Ela abria espaço para uma valorização do passado português, para as lutas da Independência, para as conquistas do período imperial e também para o próprio experimento republicano, sendo que o fundamental não era tanto uma disputa sobre regimes políticos - monarquia ou república -, mas o reconhecimento de um esforço contínuo e ininterrupto de construção da nacionalidade brasileira. Um esforço que, como se postulava, assentava na tradição e na lei, as bases da legitimidade do poder.

O reconhecimento da Monarquia (como dinastia, memória e história) não precisava se tornar um óbice à verificação de que a República era o regime que passara a representar os interesses do país. Se isso era possível (e conveniente), intelectual e politicamente, para Nabuco, também o era para o IHGB, mergulhado em dificuldades organizacionais desde a queda da Monarquia, devido a seus vínculos com o Imperador e com a proposta de restauração. Mas, essa era uma narrativa da história do Brasil que igualmente podia interessar aos novos governos republicanos civis, que desejavam se afastar da década do caos (ou seja, da força e do carisma), para construir um pacto

político que buscava, no dizer de Renato Lessa e em outra chave, reinventar a tradição imperial do Poder Moderador. Tanto é que, conta-se, Campos Sales, presidente eleito em 1898 e arquiteto da política dos governadores, leu *Um estadista do Império* e se convenceu de que Nabuco era o homem capaz de defender o Brasil na difícil questão de fronteiras com a Guiana Inglesa. Convidou-o e ele, afirmando-se monarquista, aceitou em nome da pátria.

---

[*] Ângela de Castro Gomes é Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ, Pesquisadora do CPDOC/FGV e Professora Titular de História do Brasil da UFF. É uma das organizadoras de *A República no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

[1] A correspondência examinada está assim distribuída. São 106 cartas do Barão do Rio Branco, sendo 74 para Nabuco e 32 para Oliveira Lima. São 194 cartas de Joaquim Nabuco, sendo cerca de 150 para Rio Branco e 44 para Oliveira Lima. São 31 cartas de Oliveira Lima escritas para Rio Branco. Todas elas foram localizadas nos seguintes acervos documentais: Arquivo do Palácio do Itamaraty (PI), no Rio de Janeiro; Arquivo Joaquim Nabuco (AJN), na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro; e Oliveira Lima Library (OLL), Catholic University of América, em Washington.

[2] O conceito de história imediata está sendo entendido como proposto em Chaveau et Tétart, *Questions à l'histoire des temps présents.* Paris, Ed. Complexe, 1992. Trata-se de uma primeira organização e reflexão sobre os eventos contemporâneos do analista, que pode ser um historiador, um jornalista, um político, um literato etc. A história imediata, distinta da história do tempo presente, é um primeiro registro e um tipo de documento a ser analisado, posteriormente, pelo historiador de ofício, ganhando particular interesse quando produzido por alguém que reivindica a condição de historiador ou pensador político e social, como no caso examinado. A correspondência e os artigos de idéias publicados na imprensa podem ser, a meu juízo, fontes riquíssimas, mas pouco exploradas, do que se chama história imediata, embora eu reconheça que tal designação está longe de eliminar dificuldades no trato do "presente", inserindo-se num debate complexo e atual.

[3] Renato Lessa, *A invenção republicana,* São Paulo, Vértice, 1988.

[4] PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

[5] Carta s/d, enviada 16 Cheyne Gardens, Londres, o que permite situá-la no primeiro semestre de 1891. Deodoro foi eleito em 25/02/1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

[6] Carta incompleta, s/d, 16 Cheyne Gardens, primeiro semestre de 1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

[7] Carta de 18/10/1891, Rio, PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

[8] Em carta de 25/10/1898, do Rio, Nabuco parabeniza Rio Branco por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e reclama por ter sido posto de lado na sua correspondência. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

[9] A carta de Jaceguay chama-se "O dever do momento" e é de 2 de setembro de 1895. A resposta de Nabuco, "O dever dos monarquistas", data de 10 de outubro de 1895. Os textos foram consultados em José Almino de Alencar e Ana Pessoa (orgs.), *Joaquim Nabuco: O dever da política,* Rio de Janeiro, Ed. Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 59-90.

[10] *Revista Trimestral do Instituo Histórico,* IHGB, tomo 59, v. 94, 1896, p. 308-315. Todas as citações seguintes são dessa fonte.

[11] Com certeza Nabuco tinha em mente a biografia que O Centro Positivista Teixeira Mendes publicara sobre Benjamin Constant e que ele criticara como um exemplo do "espírito de seita" na criação deliberada e sistemática de "legendas".

[12] Maria Alice Rezende de Carvalho, "Joaquim Nabuco: Minha Formação", em Lourenço Dantas Mota (org.), *Um banquete ns trópico,* São Paulo, Senac, 2001, vol. 2, p. 219-236.

A formação da ARENA no Rio Grande do Sul

Ângela Flach[1] - PPG-UNISINOS

O presente texto objetiva expor algumas questões referentes ao processo de formação da Aliança Renovadora Nacional no estado do Rio Grande do Sul, buscando abordar os principais pontos que estiveram em pauta quando de sua formação, bem como os diversos arranjos políticos realizados no contexto de formação dessa nova agremiação.

O Ato Institucional número 2, editado em outubro de 1965, extinguiu todos os partidos até então existentes. Daí em diante, as negociações políticas tornaram-se mais complexas, uma vez que o sistema partidário foi compulsoriamente reorganizado, com a limitação do número de partidos políticos e a conseqüente criação do Movimento Democrático Brasileiro e da ARENA.

De acordo com Lúcia Grinberg[2], essa medida do governo Castelo Branco foi também influenciada pela derrota da UDN, o partido que representava a preferência do governo, nas eleições para a escolha dos governadores de onze estados, ocorridas em 1965. Se a proposta inicial era apenas reformar o sistema partidário, após o resultado desse pleito buscaram-se soluções mais drásticas. A autora aponta que houve uma desarticulação na política, promovendo o fortalecimento do Poder Executivo. No entendimento de Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello, a derrota dos candidatos apoiados pelo governo em dois estados importantes (Guanabara e Minas Gerais) *"foi percebida como uma perigosa arregimentação de forças 'anti-revolucionárias', desencadeando uma nova radicalização da linha-dura nos quartéis"*. [3] Temia-se que os grupos ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek voltassem a exercer grande influência no cenário político.

No Rio Grande do Sul, a edição do AI-2 teve o apoio de políticos e do próprio governador, Ildo Meneghetti. De acordo com matérias veiculadas pelo jornal *Diário de Notícias* nesse período, o grupo político que apoiava o governo Castelo Branco, apesar de vir a lamentar a perda de sua sigla partidária, acabou, grosso modo, aceitando a medida. O referido jornal veiculou a idéia de que essa mudança não trouxe maiores revoltas, porque os

partidos já há tempos teriam perdido a confiança do povo e estariam resumidos ao simples agrupamento em torno de siglas partidárias. A própria essência dos partidos há muito estaria deturpada, o que era prejudicial ao processo político. Dessa forma, a dissolução das agremiações partidárias poderia permitir a reorganização da vida política brasileira, mas, para tanto, seria necessário atrair também elementos novos para o cenário político, pois, de outra maneira, havia o risco de não promover a renovação necessária, fazendo-se somente uma substituição de siglas partidárias. A imprensa noticiava ainda que na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a indefinição em relação às medidas futuras a serem tomadas na política refletiu-se na diminuição do interesse dos deputados em relação à apresentação de projetos e até mesmo para ocupar a tribuna. À medida que os novos partidos foram se configurando, os debates políticos assumiram novas feições.

Após a decretação do AI-2 iniciaram as especulações acerca dos rumos da política dali para frente, que foram bem distintas. Conforme declarações veiculadas pela imprensa, cogitou-se tanto a possibilidade de formar dois partidos políticos, quanto a de formação de três partidos: um que apoiasse a Revolução, um segundo de oposição e um terceiro, que englobaria os políticos considerados "de centro". A nova legislação partidária que entrou em vigor não criava muitas possibilidades de arranjos entre os diversos partidos. O Ato Complementar nº 4 (AC-4), decretado em 20 de novembro de 1965, determinava que para a organização dos novos partidos, estes deveriam possuir no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores. Dessa forma, seria possível, no máximo, a criação de três partidos políticos, pois o Congresso comportava 409 deputados e 66 senadores.

A aprovação do Ato Complementar nº 4 é comentada por Maria D'Alva Gil Kinzo. Ela enfatiza que a intenção do governo com essa medida era *"criar um quadro partidário cujo divisor de águas fosse o apoio ou não ao governo. Tratava-se de aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime implantado pelo movimento militar de 1964, deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais"*.[4] Oficialmente não haveria a necessidade de implantação do bipartidarismo, mas na prática o plano do governo acabou prevalecendo.

As novas normas de organização partidária instituídas em 1965, provocaram as mais diversas reações nos espaços políticos. Enquanto havia grupos que aplaudiam as medidas governamentais, outros se mostravam desconfiantes frente às reais possibilidades de organização dos arranjos políticos dali em diante. As impressões publicadas pelo jornal *Diário de Notícias* na segunda metade do mês de novembro de 1965, baseadas em opiniões de observadores políticos, já apontavam para a real possibilidade de funcionarem apenas dois partidos políticos, sendo que não haveria condições para criar um terceiro partido.

As articulações políticas frente às novas regras para o funcionamento dos partidos, rapidamente levaram a um agrupamento de políticos no partido que faria a defesa do regime militar. Por essa razão, numericamente só foi possível a criação de mais um partido político, reunindo os grupos de oposição ao regime. No Rio Grande do Sul, os membros da ADP acabaram migrando em sua grande maioria para a ARENA.[5]

No que diz respeito à reorganização partidária, Maria D'Alva Gil Kinzo destaca que as dificuldades para formar o MDB foram bem maiores do que as enfrentadas pela ARENA. O MDB teria tido grande dificuldade para recrutar o número mínimo de membros, especialmente de senadores, pois não era atrativa a idéia de participar de um *"partido de oposição num regime autoritário, fadado a uma participação inexpressiva ou mesmo nula no poder"*.[6] No entanto, vencida a batalha de conseguir o número mínimo de membros, tornou-se relativamente fácil discutir os demais detalhes para sua constituição.

Já a ARENA não enfrentava o problema numérico de atingir o quociente mínimo de membros, mas, por outro lado, encontrou dificuldades imensas de organização, justamente pelo fato de congregar correntes políticas diversas, que tinham praticamente como único objetivo em comum o apoio ao governo. Essa diversidade na composição da ARENA representou, ao longo de toda a sua trajetória, acirradas disputas internas. A utilização do mecanismo de formação de sublegendas, foi o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas, uma vez que tal mecanismo possibilitava que diferentes grupos, atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais.

A partir de 15 de março de 1966, a ARENA e o MDB passaram a ter existência legal. No Rio Grande do Sul a ARENA foi criada em 27 de janeiro de 1966, ainda antes do prazo final para organização, ditado pelo Ato Complementar número 6. A ARENA era formada pelos seguintes órgãos no Estado: a Comissão Diretora Regional, composta por 71 membros, o Conselho Fiscal, com três membros e três delegados, que atuavam junto ao TRE. Faziam ainda parte do Diretório Nacional, Tarso Dutra (PSD), Daniel Krieger (UDN) e Euclides Trichês (PDC).[7]

A direção da ARENA gaúcha foi formada reunindo membros dos então extintos PSD, PL, PDC, PRP e UDN. O primeiro presidente do Diretório Regional foi o deputado Francisco Solano Borges, que havia militado no PL. Conforme declarações veiculadas na imprensa no período, havia, além de Solano Borges, outras três lideranças políticas, oriundas de diferentes partidos políticos, interessadas na Presidência: José Sperb Sanseverino, (do PDC), Alberto Hoffmann, (do PRP) e Sinval Guazzelli (da UDN). Nos municípios gaúchos a composição inicial da ARENA foi semelhante à da esfera regional. A existência da ADP já teria facilitado, de certo modo, a composição da ARENA no Estado. Já havia, portanto, uma certa aproximação entre os partidos acima destacados quando das tratativas para a organização da ARENA, o que certamente facilitou os contatos iniciais, mas, por outro lado, não minimizou as disputas envolvendo os nomes (e, conseqüentemente, os partidos) que deveriam compor as Comissões Diretoras Municipais.

É muito perceptível o quanto o pertencimento aos antigos partidos políticos acabou assumindo importância no momento de organização da ARENA nas esferas municipais. Nas negociações políticas, os membros dos antigos partidos pleiteavam que pelo menos uma de suas lideranças pudesse participar da composição das Comissões Diretoras Municipais do novo partido, evitando assim que a ARENA estivesse representada somente pelo “ex-PSD”, pelo “ex-PL” e assim por diante.

Um dos pontos polêmicos que permearam a formação do “partido do governo” no Estado foi a proposta de manutenção ou não, do acordo eleitoral estabelecido entre os partidos que compunham a ADP. Pelo dito acordo, a cada ano do governo Meneghetti, a

Presidência da Assembléia Legislativa caberia a um dos partidos que compunham a sua base de sustentação. Para o ano de 1966, portanto, o protocolo firmado estabelecia que a Presidência da Mesa caberia ao PRP e, dessa forma, os perrepistas engajaram-se no sentido de que tal ponto fosse cumprido, sendo que eles indicariam o nome de Alberto Hoffmann para essa função. No entanto, houve diversos políticos que se mostraram contrários à manutenção de tal acordo político, uma vez que não mais existiam os partidos, o que os desobrigava de votarem conforme as normas estabelecidas pelo regime partidário anterior ao AI-2. Eles entendiam que, uma vez extintos os partidos políticos, o protocolo estabelecido pela ADP também estava automaticamente extinto.[8] Este debate foi bastante acirrado, especialmente durante o mês de março de 1966, dias antes da eleição da nova mesa da Assembléia. A data inicial fixada para esta eleição foi 10 de março, mas a escolha teve que ser adiada por mais alguns dias.

Apesar do empenho dos perrepistas no sentido de que o acordo fosse cumprido, na eleição foi escolhido o nome de Alfredo Hoffmeister (ex-membro do PSD), para ocupar a Presidência da Assembléia. Esse fato gerou reações negativas por parte de diversos deputados da ARENA, que manifestaram seu descontentamento em relação ao não-cumprimento do acordo. Na ocasião foi inclusive publicada uma nota na imprensa na qual alguns deputados da ARENA declaravam que *"a ética e as boas normas de convivência política deveriam manter o protocolo* [que dava a Presidência ao PRP] *válido"*.[9] Esta questão, portanto, não desagradou somente aos ex-perrepistas, mas aos membros de outras correntes partidárias, o que mostra, de certa maneira, as disputas internas da ARENA, que já iniciaram desde os seus primeiros momentos de atuação. Nas manifestações oficiais, no entanto, divulgava-se que o trabalho no seio da ARENA primava por minimizar as disputas internas e atuar em prol de um projeto coletivo.[10]

Após a polêmica em relação à Presidência da Assembléia Legislativa, um novo fato tornou-se palco das disputas partidárias. Com a edição do Ato Institucional número 3, a escolha dos governadores dos estados seria realizada pelas Assembléias Legislativas. A ARENA realizou uma convenção para escolher o seu candidato, da qual saiu vitorioso o

Coronel Walter Peracchi Barcellos, que obteve 252 votos, contra 236 votos conferidos para Tarso Dutra e 15 para o Professor Ruy Cirne Lima. Essa votação foi questionada pelo deputado Cândido Norberto dos Santos, do MDB. Ele declarou que "as ameaças teriam sido a tônica da convenção"[11], pois a maioria dos membros da ARENA estaria favorável ao nome do deputado federal Tarso Dutra, mas, por fim, o candidato vitorioso teria sido Peracchi Barcellos.

A vitória de Peracchi Barcellos na convenção da ARENA, por si só, não garantiria a sua vitória ao governo do Estado, uma vez que o MDB possuía a maioria dos deputados na Assembléia. Além do mais, um grupo formado por trinta e um deputados, em sua grande maioria da oposição, articulava a candidatura do Professor Ruy Cirne Lima para o governo do Estado, o que aparentemente seria uma vitória certa. A reação dos militares frente a essa questão foi drástica e no mês de julho de 1966 foram cassados os mandatos de sete deputados estaduais. É importante destacar que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul já estava modificada em sua composição inicial devido às cassações de mandatos de deputados que aconteceram no ano de 1964. Com as cassações ocorridas em 1966, os deputados da oposição já não possuíam mais a maioria, uma vez que não poderiam ser convocados os suplentes dos deputados que tiveram seu mandato extinto. Por essa razão, não foi sequer oficializada a candidatura de Ruy Cirne Lima.

Dessa forma, a vitória do Coronel Peracchi Barcellos estava garantida. Na eleição realizada em setembro de 1966, à qual compareceram somente os deputados da ARENA, Peracchi recebeu os votos de vinte e três deputados, sendo que outros três deputados, contrariando a orientação do partido, acabaram votando em branco. A reação dos deputados do MDB foi não comparecer à sessão de escolha do novo governador e publicar uma nota de protesto pelas condições em que teria ocorrido a eleição, pois o governador havia sido escolhido por um número de deputados que representavam pouco mais de um terço da representação popular legitimamente eleita. Mesmo após essa eleição, diversos deputados do MDB, ao ocupar a tribuna, criticavam o governo *"que estava transformando a maioria da Assembléia em minoria, para assim poder eleger o seu candidato"*.[12] Já os

deputados da ARENA, justificavam a legalidade do pleito, pois havia um Ato Institucional que permitia a realização de tais medidas.

Nos debates na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, era muito recorrente a disputa de forças entre os políticos do MDB e da ARENA. Os debates seguidamente se pautavam sobre declarações que eram prestadas por um deputado do MDB e rebatidas por algum membro da ARENA e vice-versa. Em diversos momentos em que o governo tomava medidas polêmicas, os deputados do MDB ocupavam a tribuna manifestando a sua contrariedade ao que estava sendo colocado. Os deputados da ARENA, por sua vez, buscavam justificar o porquê dessas medidas, defendendo a sua necessidade.[13]

Ao longo de sua atuação, a ARENA foi considerada como o partido de sustentação do regime militar no Brasil. Em diversos momentos de crise do regime, os políticos da ARENA se colocaram ao lado do governo, garantindo a aprovação de projetos apresentados, bem como a defesa dos Atos Institucionais, medida esta utilizada em grande medida nos governos militares. No Rio Grande do Sul, apesar das inúmeras disputas internas, minimizadas nos períodos eleitorais pela utilização das sublegendas, a ARENA também teve essa mesma função, assumindo o discurso do governo e concordando com as diretrizes por ele propostas.

---

[1] Doutoranda em História na UNISINOS - RS.

[2] GRINBERG, Lúcia. *ARENA. A criação do bipartidarismo e do partido do governo, 1965-1979.* Niterói: UFF, 1998. Dissertação (Mestrado em História).

[3] LAMOUNIER, Bolívar, MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e consolidação democrática* – o caso brasileiro. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986, p. 64.

[4] KINZO, Maria D'Alva Gil. "Novos partidos: o início do debate". In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980, p. 219.

[5] A Ação Democrática Popular (ADP), foi um bloco partidário que reuniu o PSD, PL, PDC, PRP e UDN, criado antes das eleições estaduais de 1962. Este grupo de partidos elegeu Ildo Meneghetti ao governo do Estado no pleito de 1962. A ADP foi criada para fazer oposição ao PTB, que até 1962 ocupou, com Leonel Brizola, o governo estadual. Além da coligação para as eleições estaduais, houve uma tendência de também fazer coligações entre esses partidos para as eleições municipais de 1963.

[6] KINZO, op. cit., p. 220.

[7] Além desses nomes, Lúcia Grinberg aponta ainda Brito Velho, do PL, como membro do Diretório Nacional. GRINBERG, op. cit., p. 66.

[8] "ARENA tenta manter o protocolo dos ex-partidos". *Correio do Povo*, nº 127, 5/3/1966, p. 7. O jornal aponta ainda o nome de Tarso Dutra, do PSD, como um dos defensores da manutenção do acordo. Já alguns libertadores, consideravam-se desvinculados deste compromisso.

[9] "Repercute ainda a vitória da ARENA: reveladas interpretações dos fatos". *Correio do Povo*, nº 140, 20/3/1966, p. 7. Essa nota foi publicada pelos deputados Otávio Cardoso, Getúlio Marcantônio, Júlio Brunelli, Heitor Campos, Arlindo Kunzler, Amaral de Souza, Porcínio Borges Pinto, Hed Borges e Antonino Fornari.

[10] Um folheto publicado pelo partido em período eleitoral enfatizava que, *"em nosso Estado, a ARENA, é fundamentalmente uma aliança de tradicionais correntes de idéias que se fundiram, se aliaram, se uniram, ficaram solidárias, esquecendo competições, relegando e superando divergências, e desejando, isto sim, a união que as poderia levar à execução do bem comum, através da constituição de governos capazes de assegurar a ordem, a tranqüilidade e o desenvolvimento social. Por isso é que no Brasil, de 1964 para cá, todos respiramos uma atmosfera de harmonia e de segurança.*[10] In: *ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL*. Diretório Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, s. d., p. 3 e 6.

[11] *Correio do Povo*, 05/07/1966, p. 7.

[12] HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, FLACH, Ângela, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento em tempos interessantes:* breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982). Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 55-56.

[13] Existem diversos momentos em que estes debates se tornaram acirrados na Assembléia, como por exemplo a legislação criada para regulamentar as disputas eleitorais. A fala do MDB nesse sentido sempre era no sentido de acusar o governo por estar beneficiando os membros da situação, contribuindo para a sua vitória nas urnas. Outra questão se refere ao tratamento dado à questão estudantil. A oposição sempre pregava a idéia de que a organização dos estudantes não poderia ser tratada como "caso de polícia". A situação, por sua vez, justificava a necessidade de medidas enérgicas para combater os elementos subversivos que estariam infiltrados nos meios estudantis. E assim poderiam ser apontados diversos outros exemplos.

Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971)

Angela Moreira Domingues da Silva[1] - PPG-UFRJ

O agravamento da crise político-social decorrente das medidas efetivadas pelo regime militar, instaurado no Brasil a partir do Golpe de 1964, provocou a produção de uma legislação repressiva que tinha por finalidades, entre outras, a sua legitimação e a coibição de manifestações de oposição política.

Observa-se, então, que uma série de medidas vão sendo efetivadas em nome do binômio fundamental no qual estava assentado o governo militar: segurança interna e desenvolvimento econômico.[2] A cartilha a ser seguida, portanto, seria a Doutrina de Segurança Nacional, que pretendia "se constituir num corpo teórico, ideológico e diretivo para a elaboração de um programa de planejamento e projetos governamentais nos campos político, econômico, social e militar".[3]

Um dos momentos da estratégia jurídica do regime militar foi o restabelecimento da pena de morte, através do Ato Institucional N° 14, de 5/9/1969, "em nome da garantia da ordem e da tranqüilidade da comunidade brasileira", quando o país estava sob o jugo de uma Junta Militar, composta pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica. Tal dispositivo jurídico modificava o Art. 150, parágrafo 11, da Constituição de 1967:

> "Art 1° - O § 11 do art. 150 da Constituição do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 150 - .....
> § 11 – Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de <u>guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva</u> nos termos que a lei determinar. (...)[4] (*grifo nosso*)

O ano de 1969 foi bastante turbulento no país, com inúmeras atividades das organizações de guerrilha urbana inquietando o governo militar. Assaltos a bancos, atentados e, a partir de então, seqüestros, tornaram-se constantes no projeto da luta armada, que pretendia derrubar o Regime Militar que governava o país. No dia 4/9/1969 o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick é seqüestrado pelas organizações de guerrilha urbana Ação Libertadora Nacional (ALN), encabeçada por Carlos

Marighella, e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que exigiam a transmissão de um manifesto revolucionário nas rádios brasileiras e a libertação de 15 presos políticos especificados.

No seio das Forças Armadas já havia inquietação e inconformismo quanto à permanência da Junta no mais alto cargo da Nação, pois os militares queriam logo uma definição de quem seria o próximo presidente; a ação guerrilheira só veio acirrar esta ansiedade. O grupo dos militares mais radicais rapidamente se posicionou de forma contrária ao atendimento das exigências dos seqüestradores, colocando mesmo a vida do embaixador americano em risco[5]. O ex-Assessor de Imprensa de Costa e Silva, Carlos Chagas, coloca de forma bastante detalhada o conflito que a ação guerrilheira gerou nas três armas quanto à solução que deveria ser dada ao caso. A decisão dos três Ministros Militares foi a de atender às exigências dos "terroristas" que, segundo a grande maioria dos autores que tratam do assunto, foi o estopim para a decretação do AI-13, que estabelecia o banimento de presos políticos, e do AI-14, ambos de autoria do Ministro da Justiça Gama e Silva.

Segundo Chagas, o General João Dutra de Castilhos preparou um documento (Informação 769/69) afirmando que o governo não deveria ceder às pressões impostas pelos guerrilheiros e deveria, também, recrudescer desde logo, mesmo que isto custasse a vida do embaixador.

> No final de sua informação, sugeria medidas extremas para a crise, entre elas a decretação da pena de morte e da prisão perpétua, dentro de mudanças radicais na legislação de segurança nacional, bem como uma espécie de 'operação gaiola' visando deter todos os elementos potencialmente perigosos.[6]

A revista *Veja* publicou uma matéria, em setembro de 1969[7], afirmando que no instante em que começaram a surgir em maior número as atividades de resistência e condenação ao governo militar, o Ministro da Justiça Gama e Silva elaborou um projeto que continha a pena de morte, apostando no fato de que a influência psicológica exercida sobre os "terroristas" os desencorajariam da prática de novas ações. Não obstante, o então presidente Costa e Silva vetou a medida, alegando que as Forças Armadas e a Polícia Civil, supostamente, garantiriam as instituições. O próprio Gama e Silva, quando da oficialização da pena no

quadro jurídico brasileiro, declarou que acreditava no seu efeito psicológico, mas que o fato de existir a possibilidade de a sanção ser aplicada não significava sua obrigatoriedade.

No dia 13/09/1969, o *Jornal da Bahia* reproduziu uma nota da Assessoria de Imprensa da Presidência da República notificando a "escalada terrorista" que levou o governo a tomar medidas drásticas e radicais para manter a ordem e a segurança do país intactas. Afirma que o seqüestro do embaixador norte-americano encerrou uma série de atos terroristas que começaram com o "atentado contra o então candidato Arthur da Costa e Silva no aeroporto do Recife em 1966"[8], segue pontuando as ações guerrilheiras mais graves e por fim declara que

> Já não existe qualquer dúvida quanto ao fato de estar deflagrada entre nós a guerrilha em seus múltiplos aspectos; é um fato novo inteiramente fora do convencional e que portanto exigia do Governo um instrumental jurídico totalmente novo e se necessário fora de nossa tradição constitucional . (...) Não será necessário um exame profundo para concluir-se pela absoluta analogia de uma e de outra guerra. A guerra revolucionária é uma guerra externa no sentido de que o seu comando vem do estrangeiro embora as ações se desenvolvam dentro de nossas fronteiras. Mais insidiosa por não ser declarada e mais grave por ser onipresente, daí porque com a instituição da pena de morte para o terrorismo não se alterou a tradição constitucional brasileira nem se subverteu nossa doutrina, mas apenas se conheceu uma situação de fato que plenamente a justifica. A decisão pode inclusive ser enquadrada dentro do mais puro espírito cristão.

O General-de-Brigada Carlos de Meira Matos, em entrevista à revista *Veja*, em 01/10/1969 reafirmou o conteúdo da nota oficial justificando a atitude dos militares, pois o Brasil estava em Guerra Revolucionária[9]. Quando perguntado se a pena de morte, de um ponto de vista estritamente militar, não violaria a Convenção de Genebra, uma vez que o terrorista é o militante da Guerra Revolucionária, o general apresentou evasivas ao afirmar que:

> GENERAL – Em nenhum lugar do mundo o terrorista é considerado um combatente. Em qualquer país do mundo, atentados e seqüestros são crimes comuns. O terrorista é desleal, usa a chantagem, sua ação é condenada por todos os povos."
> (...)
> VEJA – Mas a pena de morte não seria apenas tentar conter a violência com a violência? E violência não gera violência?
> GENERAL – Mas quem começou tudo? Foi o Governo que saiu por aí de arma na mão inquietando a população, incendiando, assaltando bancos e seqüestrando pessoas? (*fim da entrevista*).[10]

Percebe-se, portanto, que o "estopim" para a decretação do AI-14 foi, justamente, o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Apesar de saber-se ainda muito pouco sobre as discussões travadas no seio das Forças Armadas a respeito da inserção da pena de morte no quadro penal brasileiro, bem como quais foram seus referenciais, acredita-se que esta fazia parte de uma lógica de institucionalização, recrudescimento e legitimação do chamado grupo "linha dura", iniciada com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968.

Houve três tribunais de pena de morte no Brasil república; o de Theodomiro Romeiro dos Santos foi o primeiro, em março de 1971; em novembro do mesmo ano foram condenados Ariston de Oliveira Lucena e Diógenes Sobrosa de Souza (ambos militantes da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR). Analisaremos, pois, o caso Romeiro, considerado por nós o mais emblemático, uma vez que suscitou reações em diversos setores da sociedade brasileira, diante da iminência de ter que se pronunciar perante um fato inédito, e ainda em função de sua condenação ter repercutido no âmbito internacional, transformando o condenado em símbolo da anistia fora do país.

Faz-se necessário, portanto, entender as circunstâncias nas quais ele foi preso e condenado, a fim de demonstrar a importância do seu processo para a compreensão das implicações a respeito da pena de morte no país, no período delimitado.

No dia 27 de outubro de 1970, por volta das 21 horas, três integrantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – Theodomiro Romeiro dos Santos, Paulo Pontes da Silva e Getúlio Cabral – estavam no Dique do Tororó, em Salvador/BA**,** quando quatro pessoas saíram de um *Jeep-Willys*, vestidos à paisana e sem se identificarem prenderam Romeiro e Pontes, algemando-os juntos (a mão direita de Theodomiro, na mão esquerda de Paulo), tomaram seus pertences e os colocaram no fundo do carro[11]. Getúlio Cabral conseguiu fugir e imediatamente começou uma troca de tiros.

Depois de colocados na parte traseira do carro, seus pertences foram devolvidos sem serem vistoriadas; Romeiro conseguiu pegar a arma e desferiu alguns disparos, na tentativa de fugir, acertando o sargento da Aeronáutica, Walder Xavier de Lima na nuca, resultando

na sua morte. Romeiro foi desarmado e os dois foram levados para a sede da Polícia Federal, no bairro da Cidade Baixa e depois para o Quartel do Barbalho, onde funcionava a Polícia do Exército (Quarta Companhia de Guardas). Romeiro afirma que, já no quartel, durante doze dias seguidos foi levado, três vezes por dia, ao pau de arara, e que este foi o período em que mais teve medo de morrer[12].

A morte e o enterro do sargento foram amplamente divulgados pela imprensa baiana, reproduzindo, praticamente, o mesmo discurso e a mesma descrição do acontecimento[13]. "Bala dum-dum matou pelas costas o sargento"[14] , este foi o título da reportagem de capa do jornal *A Tarde* noticiando o fato, estampando a foto de Walder Xavier e transcrevendo o discurso proferido pelo Brigadeiro Ney Gomes da Silva durante o velório do sargento:

> (...) para cada um que cai, 10 hão de se levantar. Esta Pátria há de ir para a frente, porque não é pela violência, pela inconseqüência, pela tortura e pela ideologia malsãs que hão de destruir o nosso caminho que sob o símbolo de Deus acima de nós, sob o Cruzeiro do Sul, esta Pátria há de ser grande. (...)
> Nós não esqueceremos Xavier. Ele será sempre lembrado e não cansaremos de lutar porque só cansam da luta os fracos e nós não somos fracos. Dentro do nosso coração, a convicção de que estamos lutando pela causa justa pela nossa Pátria e nada, em nome de Deus, nada nos há de parar.

Depois da ampla divulgação do acontecimento, os jornais não noticiaram mais o caso, omitindo, por exemplo, que até o dia 26/01/1971 os dois presos políticos foram mantidos no Quartel do Barbalho, sendo depois transferidos para a Penitenciária Lemos de Brito.

Romeiro prestou depoimento na Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar[15], em janeiro de 1971, quando o Procurador Militar Antônio Brandão Andrade pediu, então, sua condenação à pena de morte por assassinato, e prisão perpétua para Paulo Pontes por co-autoria no assassinato. O julgamento dos réus aconteceu no dia 18 de março, na Auditoria Militar; os réus foram enquadrados nos parágrafos 2°, do artigo 33, do Decreto-lei 898[16],

> Art. 33. Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade:
> (...)
> § 2° Se da violência resultar morte:
> Pena: prisão perpétua em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

O advogado de defesa, Dr. Inácio Gomes recorreu ao Superior Tribunal Militar e solicitou a desclassificação da pena de morte imposta ao apelante, e sua comutação para

prisão perpétua, alegando: a) Inexistência de Tipicidade Penal; b) Inexistência de crime militar; c) Nulidade.[17] Em 14/06/1971 o STM, em resposta àquele recurso impetrado pelo advogado do réu, oferece uma análise apurada do processo e, discorrendo sobre o delito propriamente dito, sobre a pena de morte e sobre o papel dos órgãos de justiça, chega à conclusão de que tal pena deveria ser comutada para prisão perpétua, entre outros motivos, pelo fato de o condenado ser menor de idade e réu primário. Finalmente, Romeiro recorreu ao Supremo Tribunal Federal e em 1974 sua pena foi comutada para 30 anos de prisão.

Observa-se que, apesar de seus advogados insistirem no argumento da legítima defesa, Romeiro foi julgado pela Justiça Militar, que segundo o historiador Renato Lemos pode ser compreendida como órgão central do aparato de coerção jurídica e como instrumento auxiliar na estratégia de legitimação do regime[18]. Vale ainda, ressaltar o papel do STM, que se estabelecia como "uma arena de confronto entre correntes militares que disputavam a primazia do regime"[19].

Compreende-se que a condenação de Romeiro está ligada diretamente a um dos elementos utilizados para justificar o próprio restabelecimento da pena: intimidação. Porém, nem o retorno da pena máxima ao quadro penal brasileiro, tampouco a condenação de um "subversivo" à morte fez os militantes de esquerda retrocederem no seu projeto de contestação do regime.[20] Atribui-se, pois, a comutação de sua pena ao fato de o réu ser menor de idade – tinha 19 anos e, na época, a maioridade era alcançada aos 21 anos – , aliada à péssima imagem do Brasil no exterior, unidos ao fato de a opinião pública[21] não aceitar que um governo, dito democrático e cristão, tirasse <u>oficialmente</u> a vida de um rapaz. Afirma-se, ainda, que a escolha de Theodomiro Romeiro, como exemplo de subversivo a ser combatido e eliminado, evidenciou um equívoco, no mínimo elementar, no julgamento da figura que simbolizaria o perigo real e iminente a ser suprimido, e quiçá erradicado, do panorama político-social do país.

Estudar e entender o processo de Theodomiro Romeiro significa enveredar por uma teia jurídico-legislativa que cerceou grande parte da administração dos governos militares; o próprio regime militar foi amplamente marcado por uma busca de legitimação e legalidade

políticas através, sobretudo, de sua interpretação e adequação do instrumental jurídico disponível.[22]

A pena de morte foi abolida do quadro jurídico brasileiro em 1978, com a Emenda Constitucional Nº 11, no governo Geisel. Finalmente, faz-se necessário apontar a riqueza de se trabalhar esta temática, uma vez que nos suscita uma série de outras questões e objetos de estudo como: a estrutura do Legislativo e do Judiciário, em especial a Justiça Militar; a cultura política brasileira a respeito da pena de morte; a resistência não somente da luta armada aos ditames autoritários dos governos militares, ressaltando o papel das pessoas que atuaram na legalidade, nas "brechas" do sistema, como por exemplo os advogados de presos políticos; por fim, nos permite encarar o micro evento do restabelecimento da pena de morte como uma das peças para se compreender o conflito no seio das Forças Armadas.

A pena de morte é um dos temas que caíram no esquecimento/silenciamento históricos, como ressaltou Carvalho Neto[23]; acreditamos que isto se deve a alguns fatores, entre eles ao fato de a pena ter sido abolida da atual Constituição e de as penas dos condenados terem sido comutadas, evitando sua execução. Porém, acreditamos também que este último fator não minimiza o fato de ela ter sido restabelecida e a necessidade de ser analisada como uma das estratégias repressivas do regime militar.

---

[1] Mestranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[2] MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil*: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História Social) USP, São Paulo, 2003, p. 7.
[3] SILVA, Carlos Augusto Canedo Gonçalves da Silva. *Crimes políticos*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993, p. 103.
[4] Ato Institucional N° 14, de 05/09/1969.
[5] CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia*: impedimento e morte de um presidente. 2ª ed., Porto Alegre: L&PM, 1979, p. 100.
[6] *Idem,* p. 103.
[7] Revista Veja, 17/09/1969, n. 54, p. 26.
[8] Ver *Jornal da Bahia*, Ano XI, N° 3.181, p. 1.
[9] Para o general a Guerra Revolucionária tem o mesmo objetivo da guerra clássica: dominar o adversário e impor-lhe a vontade; mudam somente os meios através dos quais esta se deflagra, sendo o adversário conquistado pela propaganda subversiva e pela força, quando necessário. (Ver *Revista Veja*, 01/10/1969, n° 56). Há uma série de obras que se dedicam a analisar o conceito de guerra revolucionária e suas implicações, entre elas: PINTO, Bilac. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, s/d; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional* – o poder militar na América Latina. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; SILVA, Carlos Augusto Canedo Gonçalves da Silva. *Crimes políticos*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
[10] Ver *Revista Veja*, 01/10/1969, n° 56, p. 6.
[11] Theodomiro Romeiro dos Santos carregava uma pasta com uma arma dentro e Paulo Pontes da Silva segurava uma sacola com roupas; posteriormente, no Acórdão que comuta a pena de Romeiro para prisão perpétua, os juízes do Superior Tribunal Militar vão tecer severas críticas ao fato de os dois não haverem sido

vistoriados. (Fundo Brasil Nunca Mais, Arquivo Edgar Leuenroth, UNICAMP. Processo de Theodomiro Romeiro dos Santos).

[12] ESCARIZ, Fernando. *Por que Theodomiro fugiu*. Salvador: Emita, 1979, p. 44.

[13] Em sua Dissertação de Mestrado, Joviniano Carvalho Neto trabalha com a hipótese de que o enterro do sargento Walder Xavier foi um evento pautado e semi-editado pelos militares, fornecendo-nos uma explicação detalhada de como o enterro foi explorado pelas Forças Armadas, no intuito de respaldar suas atividades coercitivas. Defende, portanto, a idéia de que o sargento era o "herói" de que as Forças Armadas estavam precisando para justificar as atitudes contra os "terroristas" e recrudescer ainda mais sua postura coercitiva; prova disso, é que, em momento algum, em todas as reportagens veiculadas a respeito do assassinato o nome do autor do crime foi divulgado; a imagem do sargento e sua importância para manutenção e zelo da ordem estabelecida roubaram completamente a cena. (CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. *Theodomiro: os limites da mídia e da anistia* – a imprensa baiana e o primeiro condenado à morte na República. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UFBA, Salvador, 2000. pp. 86-118).

[14] Jornal A Tarde, 29/10/70, n. 19.381, p. 1.

[15] Com a edição do Ato Institucional Nº 2, em 1965, os crimes cometidos contra a segurança nacional, por civis ou militares, foram transferidos para a Justiça Militar; apesar de alegar que agiu em legítima defesa, contra um indivíduo que ele não sabia ser sargento da Aeronáutica, Romeiro foi julgado por inconformismo político.

[16] Tal decreto-lei, de 29/09/1969, era o instrumento que definia os crimes contra segurança nacional, a ordem política e social, estabelecia seu processo e julgamento.

[17] a) o crime não foi cometido por inconformismo político; b) a situação na qual Romeiro foi abordado e preso pelo sargento Xavier não se configurava como uma atividade militar; c) seria o caso de anular o processo e abrir outro na vara civil. (Fundo Brasil Nunca Mais, Arquivo Edgar Leuenroth, UNICAMP. Processo de Theodomiro Romeiro dos Santos).

[18] LEMOS, Renato. "Poder Judiciário e poder militar (1964-69)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004,p. 424.

[19] *Idem,* p. 425.

[20] Em março de 1970 militantes da VPR seqüestram o cônsul japonês; em maio integrantes do PCBR (inclusive o próprio Theodomiro Romeiro) assaltam o Banco da Bahia, em Salvador; em junho do mesmo ano, militantes da VPR e da ALN seqüestram o embaixador da república Federal da Alemanha; em julho de 1970 a Dissidência Estudantil de Niterói seqüestra um avião da Cruzeiro e em dezembro militantes da VPR e do MR-8 seqüestram o embaixador da Suíça. Em abril de 1971, militantes do MRT e da ALN "justiçam" empresário colaborador da Oban; em 1972 inicia o combate à Guerrilha do Araguaia.

[21] Uma vez que se trabalha com a participação da opinião pública como influência decisiva para a comutação da pena de Romeiro, faz-se relevante conjecturar sobre sua definição. Entende-se *opinião pública* como um campo de conflito que, aparentemente se estabelece como um consenso, mas que, na verdade, situa-se numa esfera na qual estão interagindo diversos setores que compõem a sociedade civil. Neste sentido, concorda-se com Jean-Jacques Becker, que admite uma via dupla de influência na relação opinião pública/acontecimento. No caso deste projeto, pode-se admitir como opinião pública instituições como OAB, Forças Armadas e Igreja, a pressão internacional, bem como dos grupos de resistência armada, dando importância às atitudes e aos comportamentos dos setores confrontados com os acontecimentos. (BECKER, Jean-Jacques, "A opinião pública". In: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.)

[22] LEMOS, Renato. *Op. Cit.* O autor, ao analisar a estrutura e a atuação do Poder Judiciário no período de 1964-69, tece uma séria discussão sobre a manutenção de estruturas democráticas como Judiciário, Legislativo e sistema partidário, como parte de estratégia de legitimação dos governos militares.

[23] CARVALHO NETO, Joviniano. *Op. Cit.*

A elaboração da produção simbólica da nação: a *Semana Illustrada* na cobertura da Questão Christie (1863)

Angela Telles

Neste trabalho analisaremos caricaturas e charges publicadas na *Semana Illustrada* (1860-1876), periódico publicado no Rio de Janeiro, sobre a Questão Cristie (1863), acontecimento diplomático envolvendo o Império do Brasil e a Grã-Bretanha. O objetivo deste estudo é tentar perceber a construção de uma identidade nacional nessa produção simbólica de imagens relacionadas ao episódio em que o Império do Brasil acabou por romper seu relacionamento com a maior potência da época, a Grã-Bretanha. Entendemos que as revistas ilustradas publicadas no Segundo Reinado, no Rio de Janeiro, participaram intensamente da construção da imagem de Brasil e do imaginário nacional brasileiro onde se deram muitas das correspondentes disputas simbólicas relacionadas à vida política do império.

Os acontecimentos sobre a Questão Christie tiveram ampla cobertura da *Semana Illustrada*, que lhe dedicou vários números. Christie era o representante do governo inglês no Rio de Janeiro por ocasião de dois incidentes ocorridos nas costas brasileiras, em 1861 e 1862, envolvendo duas embarcações inglesas, as fragatas *Prince of Walles* e *Fort*, que motivaram reclamações da parte do representante inglês, que contava com o apoio de Lord John Russel, que dirigia o *Forein Office*. Christie exigia indenização por motivo de pilhagem de salvados, no caso do naufrágio na costa do Rio Grande do Sul da *Prince of Walles*. No caso da fragata *Fort*, em que três oficiais ingleses embriagados causaram arruaça no bairro da Tijuca, e conseqüentemente, foram presos; a exigência de Christie era a repreensão e punição das autoridades brasileiras envolvidas no incidente. O comportamento de Christie em relação a esses acontecimentos foi considerado desagradável pelo governo imperial, de modo que o ministro inglês tornou-se alvo de muitas críticas nos periódicos da época. A *Semana Illustrada*, de propriedade do alemão Fleiuss, não poupou o diplomata inglês, estampando caricaturas e charges acerbas, em que Christie é apontado como o pivô da

questão, que culminou com um ultimato, em 5 de dezembro de 1862. O ultimato estabelecia um prazo de 15 dias para que fossem satisfeitas as reclamações exigidas, senão usaria medidas extremas. D. Pedro II, por sua vez considerou uma afronta o ultimato e não cumpriu as suas exigências. Christie ordenou ao almirante inglês Warren que começasse a apreender navios brasileiros na entrada da baía de Guanabara. Nesse momento reavivaram-se as prevenções antibritânicas de 1850 (*Bill Aberdeen* – questão do tráfico), a população do Rio de Janeiro ficou revoltada, colocando-se ao lado de d. Pedro II, na defesa da honra nacional.

Em fins de maio de 1863 ficaram interrompidas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, e, somente em 1865 foram reatadas, quando a rainha Vitória mandou em missão especial ao Brasil o ministro Edward Thornton, que foi recebido pelo imperador d. Pedro II no acampamento de Uruguaiana, em 23 de setembro de 1865, no Rio Grande do Sul, durante a Guerra do Paraguai.

Sabe-se que inúmeras são as representações utilizadas na construção de identidades nacionais. A figura do índio, símbolo da identidade nacional durante o período imperial, que já vem sendo objeto de vários estudos, não gozou de exclusividade nas páginas da *Semana Illustrada*, outros elementos constitutivos da nação, dentre as quais, paisagens típicas, costumes, especialidades culinárias, compõe o repertório de imagens da revista.

A *Semana Illustrada* nº 108, 4/01/1863, publicou em suplemento uma charge, que inaugurou a discussão em suas páginas, em um momento de exacerbação dos acontecimentos da Questão Christie, por conta da intervenção britânica em solo brasileiro. O ultimato dado a 5 de dezembro de 1862, pelo governo da Grã-Bretanha ao governo brasileiro, expirou a 20 de dezembro e no dia 31 era bloqueado o porto do Rio de Janeiro e capturado cinco navios brasileiros, pela marinha britânica.

No campo da obra destacam-se, no primeiro plano, à esquerda jovem índio, representando a nação brasileira, portando arco e flecha, enfrentando, à direita, militar inglês (marinha britânica), portando dois canhões, mostrando documento, com inscrição: “Ultimatum”. Há também, na representação das figuras, em primeiro plano, uma diferença de proporções e

de armamentos, sugerindo uma desigualdade de forças nessa disputa. No segundo plano, embarcação britânica (nau-capitânia), que bloqueava a entrada do porto do Rio de Janeiro a embarcações brasileiras e ameaçava desembarque de parte de guarnição. O cenário é a paisagem da baía de Guanabara com o Pão de Açúcar, ao fundo, como símbolo da cidade e da nação. A legenda faz menção a dois símbolos vinculados a imagem da nação brasileira – o café e o algodão -, que são representativos das trocas comerciais com aquele país, a Grã-Bretanha. Os dizeres da legenda sugerem a interrupção das relações comerciais entre Brasil e Grã-Bretanha, pela afronta desta, intervindo com sua marinha na costa brasileira. O governo inglês a muito queria celebrar um tratado de comércio com tarifas preferenciais com o governo brasileiro, mas dessa forma, segundo a mensagem da legenda, não iria conseguir.

Mister John tome cuidado
Não me faça aqui banzé –
Já ficou sem algodão
Agora fica sem o café - .

Há, portanto, nessa imagem elementos significativos da construção da identidade nacional, o índio e o Pão de Açúcar.

Outra charge, significativa dessa questão e exemplar desse jogo simbólico de construção da nação, foi a publicada na Semana illustrada nº 111, 25/01/1863, alusiva á reação popular ao bloqueio do porto do Rio de Janeiro e o apresamento de cinco navios brasileiros pela Inglaterra, desencadeando protestos contra comerciantes e súditos ingleses, alvos das fúrias da população da Corte.

Fleiuss destaca, no primeiro plano, perna estendida de marinheiro inglês, com diminutas flechas, sobre território brasileiro. O marinheiro inglês está representado por uma figura híbrida, corpo humano e cabeça de leão, animal emblemático de identidade da nação britânica. As flechas, por sua vez, simbolizam a nação brasileira, armas dos índios, que

estão representados em proporções diminutas em relação á gigantesca figura leonina, representativa da nação britânica, que foi atingida ao ousar estender o seu domínio aquele território do outro lado do Atlântico, habitado por valentes guerreiros. A diferença de proporções enfatiza a desigualdade de forças nessa questão diplomática, entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha era a primeira potência da época no concerto das nações. A águia coroada, emblemática da nação britânica também faz parte da charge, em vôo, na parte superior, à esquerda. A legenda reforça a imagem e explicita o interesse econômico comercial por trás dos acontecimentos:

In illo tempore dixit *[Naquele tempo disse]*
Christie os seus patrícios:
Desejando dar-vos que comer, eu estendi uma perna desde a
Inglaterra até o Brasil, onde consegui pôr o pé: mas
Infelizmente uma chuva de flechas lançadas pelos caboclos
Me fizeram mais que depressa desocupar o ponto.

Na ocasião a Inglaterra pressionava o Brasil por um acordo comercial e Fleiuss, publicou no nº 109, 11/1/1863, uma charge mostrando um leão marcado com as armas da realeza britânica, de olhos arregalados e língua de fora, sugerindo a gula do animal, em devorar produtos representativos da nação brasileira, lingüiça do Rio Grande, queijo de Minas, cacho de bananas, ramo de café, e outros. Nessa composição Fleiuss contrapõe um animal emblemático e a comida típica, para representar as duas das nacionalidades envolvidas na questão diplomática. Outro aspecto a ressaltar nessa imagem, é a incorporação de províncias do Império, representadas através de seus produtos.

Após as retaliações britânicas a população da corte imperial revoltou-se contra os ingleses, boicotando seus produtos. Fleiuss publicou um desenho, na *Semana Illustrada* de 1/03/1863, abordando o assunto.

No campo da obra, á esquerda, serviçal, portando bandeja com pudim, à direita, homem, gesticulando, sentado à mesa de jantar. A legenda explicativa enfatiza a revolta da população da corte boicotando produtos ingleses.

Vingança de um patriota.

Moço – V. S. quer para sobremesa um pouco de plum pudding*!*

- *Malvado!* Plum pudding*! Não sabes que jurei não engolir nada inglês?*

Gosto bem disso, mas se quiseres que eu coma, chama-o pudim, porque com este nome brasileiro eu não quebro meu juramento.

Em outra charge publicada no nº 109 da *Semana Illustrada*, 11/01/1863, alusiva à decisão do governo de pagar à Grã-Bretanha o valor reclamado como indenização pelos prejuízos da fragata *Prince of Walles*, naufragada nas costas do Rio Grande do Sul, em 1861, outros símbolos das duas nacionalidades foram utilizados.

No exemplo que se coloca a nação britânica enfrenta a nação brasileira reafirmando seus atributos mais caros, que são os símbolos que as distingue, tais como São Sebastião, símbolo da cidade do Rio convertido em símbolo da nação brasileira – se contrapondo a São Jorge, símbolo da nação britânica. São Sebastião, santo mártir, à esquerda, não está representado com seus atributos representativos (de peito nu, flechado, amarrado em tronco), ele está trajando vestimentas de guerra; à direita, São Jorge, dominando dragão, santo guerreiro. No segundo plano, Santo Antônio, santo milagroso, despejando moedas nas mãos de São Jorge. A legenda reforça o desenho. “Com uma bolsa de libras esterlinas Santo Antônio evita, por um de seus milagres, o conflito entre S. Jorge e S. Sebastião”.

Essa indenização paga pelo governo brasileiro ao governo da Grã-Bretanha, não amenizou a tensão diplomática entre as duas nações. Houve, sim, uma negociação em acordo entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha, em que o governo brasileiro se comprometia a pagar a indenização exigida no caso da fragata *Prince of Walles*, mas no caso da fragata *Fort*, a questão deveria ser submetida a um juízo arbitral. Era a honra do país que estava em jogo.

Essa questão da honra nacional em jogo foi objeto de outra charge de Fleiuss, publicada no nº 122, 12/04/1863, em que mais uma vez, símbolos representativos das duas nacionalidades são destacados.

No campo da obra, à esquerda, leão deitado aos pés de Lord John Russel, ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, segurando balança, pendendo do mais leve, um saco, com inscrição: "L 3.200" [valor da indenização paga], e do lado mais pesado, coroa imperial brasileira; à direita, sentado, observando a balança, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, marquês de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida. A legenda reforça a imagem e sugere a pressão inglesa por um tratado comercial.

Lord – Russo [Russel] – O abaixo assinado não pode de maneira alguma anuir a semelhante exigência, pois que a balança ainda pende muito para o Brasil: conceda o Brasil alguns artigos de um tratado do comércio, que então o peso será igual.

O Brasil – não desconheço que auri sacra fames *sempre foi vossa divisa e, portanto, não faço questão de dinheiro, mas sim de honra: espero pois uma satisfação formal pelos insultos que me fizeste, que sobre o seu preço pecuniário tudo se arranjará.*

Aproveito a oportunidade para renovar a Lord Russo os cordiais sentimentos da minha distinta veneração.

Há, além disso, uma crítica não só ao pagamento, mas também a ganância inglesa por dinheiro, como podemos observar mais explicitamente, em outras charges, como a publicada em 26/4/1863, mostrando, no primeiro plano, Christie e o secretário do *Forein Officie*, Lord John Russel, sentados à mesa, com saco, com inscrição: "L 3.200", pesando moedas em balança, quantia paga pelo governo brasileiro ao governo britânico como indenização no caso da fragata *Prince of Walles*. Ao fundo, inscrição "*Honi Soit Qui Ma*[l]... *Y Pense*" [Maldito seja aquele que julga mal disso], divisa da mais importante ordem da Inglaterra, a Jarreteira, instituída pelo rei Eduardo III. A legenda reforça a mensagem da

imagem, apresentando uma estrofe de um poema de Gonçalves Dias, considerado um dos mais significativos representantes dos poetas românticos indianistas.

Ouro – poder, encanto de maravilha.
Da nossa idade, -regador da terra,
Que dás honra e valor, virtude e força,
Que tens ofertas, ablações e altares. –etc. etc.

Gonçalves Dias.

O movimento do indianismo sedimentou um discurso retórico, em que um índio ideal é pintado como o representante da nação, símbolo nacional. Um indígena representado como um herói, guerreiro, bravo, disposto a sacrifícios pela pátria, ilustre representante de um passado imemorial, primeiro habitante do solo americano, cujo habitat era a floresta tropical, que também foi mitificada e desenhada como símbolo da nação, pelos artistas engajados nesse esforço de construção da nação, que participaram do movimento indianista.

Não foi por acaso que a *Semana Illustrada* no nº 119, 22/03/1863, escolheu um índio pintado por Debret, para simbolizar a nação brasileira durante os acontecimentos da Questão Christie.

A imagem que se destaca no primeiro plano é a do índio guerreiro, que faz parte de um conjunto de pranchas aquareladas por Debret, que integram o seu livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, publicado em 1834. A legenda é composta pela estrofe VI do verso de Gonçalves Dias, "O Canto do Guerreiro", que faz parte da coletânea Poesias Americanas.

Se as matas estrujo
Co ´os sons do Boré,
Mil arcos se encurvam,
Mil setas lá voam,
Mil gritos reboam,
Mil homens de pé,
Eis surgem, respondem
Aos sons do Boré!
- Quem é mais valente
- Mais forte quem é?

O grão cacique das aldeias dos Índios do Ceará, que ofereceu-se ao presidente da província para marchar a testa das suas tribos no caso de guerra com a Grã-Bretanha, mostra como dará o sinal de combate.

Percebe-se, ainda, que essa litografia estampada na *Semana Illustrada* não traz assinatura. Houve uma apropriação do desenho de Debret, uma utilização do livro *Viagem Pitoresca* como um banco de imagens, portanto, não importava o autor, e sim a força daquela imagem para atrair o olhar do público leitor. Pode-se observar também, na litografia a supressão de elementos que compunham o desenho original de Debret, em que aparecem outros índios, eliminados para dar destaque à figura principal do índio guerreiro, convertido em símbolo heróico da nação. Foi impressa naquela imagem uma potência que não havia sido imaginada pelo artista francês.

Na abordagem ao focalizarmos um episódio diplomático entre o Brasil e a Grã-Bretanha nas páginas de um periódico ilustrado, foi por entendermos que aí se travou uma intensa elaboração simbólica, em que podemos perceber um processo de construção de uma nacionalidade em contraposição a uma outra. Nesse sentido, essa elaboração valorizou a nacionalidade brasileira, como podemos observar mesmo quando os ingleses são representados como mais fortes, poderosos, e ameaçadores, se contrapõe à coragem, audácia, honra e engenhosidade da nação brasileira, que se levanta ferida em seus brios.

A DEVOÇÃO MARIANA E A MORTE NA IDADE MÉDIA: ESTUDO SOBRE A RELIGIOSIDADE LAICA ATRAVÉS DAS LAUDAS

Angelita Marques Visalli - UEL

No século XII assistimos a um despertar do laicado expresso nos mais diversos aspectos da vida, o que podemos perceber pela maior abundância de produção e veiculação cultural (literária, arquitetônica) voltada para os leigos e disseminadora de seus valores, e pela efervescência religiosa que levou a que por toda a Europa eclodissem movimentos com características similares, ainda que independentes. O aumento da população, o crescimento das cidades, o número crescente de ofícios especializados - principalmente artesãos, advogados e, em especial, mercadores -, a substituição de grupos compactos ligados por parentesco por grupos maiores e mais fluidos, a maior circulação de idéias e experiências, tudo isso desempenhou a sua parte na formulação da crise religiosa e de uma verdadeira "Reforma", no dizer de Brenda Bolton.[1]

As formas então conhecidas pelos leigos para participar da vida religiosa eram bastante restritas até o século XII, quadro esse que se alterou com a constituição das confraternidades religiosas, fenômeno que podemos identificar como o mais importante quanto à história da devoção leiga no período. Ainda que suas origens remontem há séculos anteriores, essas associações se disseminaram grandemente a partir do século XII e têm seu apogeu no seguinte. [2]

Não tenhamos dúvida quanto à intenção dessas confraternidades: são voltadas para o atendimento das necessidades espirituais dos leigos, mais especialmente para a preparação para a vida no Além. Podemos mesmo afirmar a

morte como o objetivo central da organização confraternal. Mesmo levando em conta a diversidade em seus objetivos centrais, como o canto de louvor, o trabalho caritativo, o atendimento às necessidades das ordens mendicantes etc, a grande adesão dos fiéis às confrarias foi motivada para garantir funerais decentes e sufrágios abundantes.

Bastante comuns aos meios urbanos da Itália e ao sudeste francês no decorrer do século XIII, as confraternidades se tornaram grande alternativa para a vida religiosa desses que não pretendiam abandonar o mundo. Possibilitaram, ainda, coesão social e fortalecimento dos laços de solidariedade, do mesmo modo como o fizeram as associações de mercadores e artesãos entre os dedicados aos ofícios específicos. Este é certamente o aspecto mais inovador em termos de expressão de uma religiosidade mais ativa e espontânea dos leigos.[3]

O canto de laudas foi um componente característico da vida religiosa do laicado. Ainda que lembrando que as remotas raízes das laudas podemos encontrar nos cantos dos salmos e aleluiantes, relacionamos o movimento coral ao crescimento das confraternidades religiosas: leigos se reuniam para entoar essa poesia religiosa, tendo como tema a morte, a penitência, o louvor a Deus, à Maria e aos santos.

O teor penitencial das laudas é visível, percebendo-se uma alternância entre a rejeição ao mundo (destacando seu fim, sua existência como empecilho à verdadeira vida) e a sua redenção (transformação deste pela purificação/santificação) o que apresenta um quadro de tensão permanente, pois os laudantes são leigos e, portanto, vivem num mundo que teoricamente deveria ser

rejeitado. É exatamente essa contradição que justifica a grandeza da devoção à Virgem entre os fiéis.

A importância do culto à Maria pode ser evidenciada pelo fato de as associações do período normalmente se colocarem sob o "signo" da Virgem. Tendem a se constituir em sua honra e a outro santo, mas sua preponderância é visível. A função mariana mais significativa e característica no século XIII é a de misericórdia, a mãe que protege seus filhos e intercede por eles frente ao Pai. A Senhora que protege os fiéis sob seu manto é imagem bastante difundida no período e a literatura não cansa de a proclamar redentora. Os textos de laudas não somente refletem essa tendência, como foram fundamentais na difusão dessa imagem.

O título de Mediadora provavelmente teve origem na teologia do Oriente, chegando ao pensamento ocidental por volta do século VII. Este termo implicava em dois aspectos de intermediação: um primeiro relativo em que Maria possibilitou a vinda do Salvador até a humanidade, o segundo corresponde à possibilidade de alçar os homens até o Salvador por meio de sua pessoa. Com base nesse primeiro aspecto, a importância de Maria foi bastante valorizada no plano de salvação da humanidade, pois esta não teria sido possível se Cristo não encarnasse e isso somente ocorreu porque Maria nasceu.[4]

Maria como intermediária entre os homens e Cristo marca profundamente a devoção dos homens do tempo e particularmente os textos sobre os quais nos debruçamos.

O Maria, cum gram piedade/ a voi kiamàm cum humilitade,/ ke tu ce debia sempr'aitare/ dal nimico, ke non ce prenda. [5]

O Maria, virgo degna,/ priega Cristo ke ne tegna/ al suo regno, ne sovegna; / per noi sai intercedente! [6]

Compreendemos da seguinte forma: Maria desempenhou um papel na devoção popular que dificilmente se poderia atribuir a Cristo, pois o tema da punição, do castigo, da vingança, do sangue já havia penetrado por demais na percepção religiosa dos fiéis. Apesar de apresentar Cristo numa fragilidade tão humana, como bebê recém-nascido cercado da atenção materna, mas sem o mínimo conforto, a imagem preponderante ainda será a daquele que julga, muitas vezes mais severo diante da lembrança de seu próprio sofrimento e de Maria que intervém para amenizar. Cremos, como G. Miccoli, que os sofrimentos de Cristo explorados nas cenas de Paixão, no caso, das laudas, devem causar aos pecadores o temor pela dureza do julgamento. A morte do Cristo não vem para enternecer e comover, mas para lembrar da responsabilidade de cada herdeiro de Adão no sacrifício de Deus-homem. Não se apresenta uma discrepância tão completa à tendência que faz valorizar Maria em relação a um Deus colérico, mas a ambivalência de sua dura face se mostra na negatividade mesma de sua misericórdia.

O Senhor é classicamente apresentado em majestade e provoca temor entre os homens:

(...)aggiatene temença,/ che l'alto Dio del cielo/ daranne la sentença,/ là du' tucti siremo.(...)/ Elli apparrà sul throno/ de la maiestade/ per giudicare coloro/ cui elli fece envitare. [7]

Ele define os castigos aos pecadores mortos e envia os flagelos aos vivos:

Mandarò lle al fuoco eterno,/ nell'abisso, a l'inferno,/ col demonio, sempiterno,/ a lui darò questa sententia/ (...)/ Grandene e fame e guerra assaie/ mandorò de molti guaie,/ perché sempre più mal faie/ èi 'ndurato col mal core. [8]

A relação do devoto com Maria revela uma espécie de "antropomorfismo religioso". Isso implica numa construção de imagem baseada em conceitos e expressão disponível para torná-la mais próxima e compreensível, particularmente frente às imagens da corte celestial dos séculos anteriores, como já observamos. Podemos relacionar a imagem protetora de Maria a uma aproximação da realidade cotidiana, como se pode mesmo considerar a respeito do abraço materno subjacente às primeiras antífonas a ela dedicadas. A imagem de Maria com o manto seria a visualização de uma idéia literária já corrente em recolhas de milagres desde o século XI, apresentando Maria não somente acolhendo os pecadores, mas protegendo-os materialmente através da cobertura com o manto.[9] Nos relatos de milagres de Cesário de Heisterbach no início do século XIII, Maria salva os pecadores envolvendo-os literalmente.

Seria exatamente a capacidade de torná-la próxima da experiência cotidiana da dor (e da alegria) que possibilitou essa aproximação ao laicado.[10] Assim, Maria, justamente por ser mulher, seria mais inclinada à compaixão e ao perdão do que o Cristo, homem, que embora mais severo, é também sensível aos apelos da mãe.[11]

Peccatori, degni non seimo/ ke sia nostra prece entesa,/ la vergine Maria chiamamo/ ke-nne faccia la defeisa/ della nostra grave offesa;/ suo figliulo deggia pregare/ che lli piaccia perdonare/ tutta la nostra follia. Amen. [12]

Particularmente reveladora, essa relação mais íntima com Maria: conscientes de seus pecados e considerando-se indignos de serem ouvidos por Deus, pedem a Maria que interceda por eles.

O tempo para o arrependimento e a penitência era ponto importante no contexto das laudas penitenciais. Aqui Maria exerce uma função especial que é exatamente o socorro aos pecadores desesperados por não terem tempo de se penitenciarem antes da morte. A mãe pode mais facilmente ser condescendente com eles que o filho, juiz que avalia mais a miúdo o tempo dedicado à vida mundana e à penitência. Assim, o pecador que comeu e bebeu à vontade, deliciou-se com o conforto, cantou *mal canto*, não aceitou repreensões quanto à má vida e abusou da riqueza, percebe não possuir tempo de vida suficiente para pagar por seus erros e, então, pede auxílio à Virgem:

La vita non me basta/ a ffarne penetenza,/ cà la morte m'adasta/ a ddarne la sentenza;/ se tu, Vergene casta,/ non n'acatte endulgenza,/ l'anema mea em perdenza/ gira senza temore. [13]

Uma imagem bastante tradicional na literatura edificante nessa mesma perspectiva de Maria Mediadora é ainda a da intercessão frente ao flagelo da peste: na segunda parte do laudário de Borgo San Sepolcro, Maria escuta os pecadores, após ter sido feito o pedido a Deus e este ter recusado:

Deus: *Io mandaró el mio flagello,/nel mondo a me ribello,/ e manderò el crudelle coltello / e moria con pistilentia.* [14]

Pecador: *Tu* (Madre) *partoriste el salvatore,/ lui lactando conn-amore:/ priegha, madre, el Redemptore,/ che revochi tal sententia.* [15]

Como mãe da humanidade conforta nas "dores da existência" e diante dos "terrores da morte".[16] Diante dela os pecadores admitem que estão em erro e pedem proteção:

O regina intercedente,/ a madonna de pietade, /abbiate cura de la gente/ de questa nostra citade:/ scampala de povertade/ per la tua gran cortesia! // O Madonna gloriosa,/ chi em te à devotione/ niente li stai nascosa:/ el peccato li perdoni,/ in paradiso si lo 'ncoroni /e daili alta signoria. [17]

É como mãe de Deus que Maria obtém sua autoridade e essa se fundamenta nas constantes construções que reforçam sua maternidade. Os temas da Paixão e da Natividade de Cristo são os que melhor possibilitam a exposição da relação familiar mãe-filho. As laudas em que a maternidade de Maria se apresenta de modo mais explícito são as que cercam a Natividade, mas várias delas ao tema fazem referência no conjunto de seus louvores.

A devoção à Maria espelha a interiorização da religião e permite diminuir a insegurança desses homens: receio diante da morte e os conseqüentes sofrimentos infernais de um laicado que não mais concebe entregar sua salvação a especialistas clérigos. Junto a tantas outras conquistas leigas no ambiente da renovação urbana, econômica e cultural, no universo religioso se organizou a porção da *ecclesi*a que até então desempenhava uma função de espectadora. Mas essa conquista se faz sem possibilidades claras de convivência entre o estado leigo e a dedicação às questões do espírito, na medida em que a "rejeição do mundo" era a referência fundamental da experiência religiosa desde os primeiros séculos cristãos e, especialmente, na desenvolvida no decorrer da Idade Média, quando o grande modelo de conduta era o daquele que mais se afastava do mundo, o monge.

Maria encarna a esperança através de um perfil de mediadora entre os pecadores e Deus. As qualidades que marcavam sua devoção já estavam delineadas quando, movidos por uma nova espiritualidade, os leigos a adotaram para representá-los. Adoção afetiva realizada no espírito de comoção que caracterizou o tempo.

---

1 BOLTON, B. **A Reforma na Idade Média.** Lisboa: Edições 70, 1986, p. 22.

2 Meersseman indica a existência de confrarias leigas de acordo com a capitular de Carlos Magno de 779, onde são declaradas lícitas as gildoniae com objetivos caritativos, e com o decreto sinodal de 852 de Hincar de Reims, onde são estabelecidas regras normativas para essas organizações. MEERSSEMAN, Giles Gerard. **Orde fraternitatis, confraternite e pietà dei laici nel Medievo**. Roma: Herder, 1977, pp. 47-48.

3 VAUCHEZ, André. A **Espiritualidade na Idade Média Ocidental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 142.

4 PELIKAN, J. **Maria dos séculos: seu papel na história da cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 178.

5 1Cort, 13,39-42. **Laude cortonesi dal secolo XIII al XIV** (a cura di Giorgio Varanini, Luigi Banfi, Anna Cerutti Burgio. Città del Castelo: Leo S. Olschki Editore, 1982, vo.I).

6 1Cort, 14,83-86

7 2Cort, 54,4-7; 22-25

8 Sep 17, 28-31; 40-43.**Laude de Borgo San Sepolcro** (a cura de Ermanno Cappelletti. Città del Castelo: Leo S. Olschki Editore, 1986.

9 ALIMONTI, F. R. La *mater misericordia* nella tradizione cisterciense. In: ***Marianum,*** 153. Roma: Pontificia Facultas Theologica 'Marianum', 1992, pp. 207-209.

10 Ibidem, p. 219.

11 MICCOLI, G. Gli ordini mendicanti e la vita religiosa dei laici. In: **Storia religiosa** (Storia d'Italia, vol. II) .Torino: Einaldi, 1976, pp. 827-829.

12 Sep, 7, vv 149-156.

13 JT, 62, 53-60. Jacopone de Todi. **Laude** (a cura di Franco Mancini). Bari: Laterza, 1980.

14 Sep, 17, 20-23.

15 Sep, 17, 56-59.

16 Miccolli, G., Op. cit., p. 830.

17 Aret, 54,47-58. **Il Laudario "Frondini" dei disciplinatti di Assisi** (a cura di Franco Mancini). Città del Castelo: Leo S. Olschki Editore, 1990.

ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA RÚSSIA E UMA COMPARAÇÃO COM O CASO BRASILEIRO

Angelo Segrillo[i]

O presente trabalho representa uma síntese de reflexões teóricas do autor, a partir das observações empíricas contidas em seu último livro "Rússia em Brasil em Transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política" (ed. 7Letras, 2005). O livro traça um históricos dos partidos políticos nos dois países, especialmente no que tange à democratização nas duas últimas décadas em ambas as partes do mundo. Devido ao pouco conhecimento, no Brasil, das agremiações partidárias russas, iniciaremos por uma breve descrição da gênese e desenvolvimento dos partidos políticos naquela nação eslava e depois faremos uma comparação com o caso brasileiro.

Partidos políticos na Rússia

A formação de um sistema partidário na Rússia se deu algo tardiamente. Somente após a chamada *Revolução de 1905*, o czarismo, até então uma autocracia ilimitada, permitiu a existência legal de partidos políticos (juntamente com a adoção de um parlamento e uma constituição). Foram assim formados o partido Cadete (Democratas Constitucionais, que eram os liberais da época), os Outubristas (direita moderada), os Progressistas (representantes da grande burguesia) e outros que foram se juntar aos dois partidos ilegais que haviam surgido na virada do século: o Partido Operário Social Democrata Russo (o futuro Partido Comunista) e os Socialistas Revolucionários (herdeiros dos populistas e que pregavam um socialismo agrário). A experiência com este insipiente (e ainda bastante cerceado pelo autoritarismo czarista) pluripartidarismo constitucional seria interrompida com a revolução socialista de 1917 que desembocaria no monopartidarismo do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Somente em março de 1990, no período final

da perestroika, seria restaurado o pluripartidarismo na Rússia. E como se estruturou o sistema partidário nos anos 1990?

Uma observação inicial que se pode fazer é que os partidos políticos na Rússia atual são bastante “fracos”, isto é, pouco enraizados e institucionalizados. Na verdade, há apenas um verdadeiro partido de massa, que é o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), cujo líder Gennadii Zyuganov disputou as eleições presidenciais com Yeltsin e Putin. O PCFR é o maior partido em termos de filiados e militantes e foi o partido mais votado do país na segunda metade dos anos 1990. Somente na eleição parlamentar de 2003 ele seria ultrapassado pelo *Rússia Unida* (que apoia Putin) e se tornaria o segundo mais votado.

Os outros partidos com grande votação são basicamente parlamentares, sem grande militância. E o que é mais grave: um bom número das agremiações mais votadas e que apoiam o governante do momento se revelam quase que siglas “de aluguel”, sendo criadas para apoiar algum governante em determinada eleição e praticamente saindo de cena após terem cumprido essa missão. Foi assim com o *Escolha da Rússia* (para apoiar Yeltsin na eleição parlamentar de 1993), o *Nossa Casa é a Rússia* (criado para apoiar o primeiro -ministro Chernomyrdin e Yeltsin na eleição de 1995), o *Unidade* (criado para apoiar Putin na eleição parlamentar de 1999 e presidencial de 2000) e talvez seja o caso do atual *Rússia Unificada* (apoio de Putin na eleição presidencial de 2004). Um dado interessante de se notar é que o (candidato a) presidente russo não é obrigado a pertencer a nenhum partido. Nem Yelsin nem Putin tinham filiação partidária. Este detalhe explica, em parte, o caráter personalista da presidência russa. Há uma tendência a ver o presidente como um “salvador da pátria”, acima dos partidos políticos. Em vez de haver um candidato eleito que faz parte de um partido com programa de ação definido, temos um presidente que faz e desfaz seu programa próprio, sem maiores discussões coletivas.

Este caráter personalista tende a dominar a cena eleitoral, com partidos sendo criados em redor de personalidades, e não especificamente de programas. As

excessões são alguns partidos de esquerda, pequenas agremiações comunistas com pouca penetração eleitoral. Outra excessão talvez seja o partido Yabloko, do líder Grigorii Yavlinskii, que prega um liberalismo com preocupações sociais (algo semelhantemente ao Partido Liberal no Brasil).

Os partidos mais votados (acima de 5% dos votos) na última eleição parlamentar para a Duma (dezembro de 2003) foram os seguintes: 1) Rússia Unificada (abocanhou 49,6% das cadeiras),; 2) PCFR (11,6% das cadeiras); 3) Partido Liberal-Democrático da Rússia (8%); 4) União Patriótica Popular (8,2%).[ii] A União Patriótica Popular foi fundada às vésperas da eleição como um bloco nacionalista de centro-esquerda. O Rússia Unificada havia sido fundado em 2001 para apoiar Putin (pela fusão do antigo Unidade com o Pátria). O Partido Liberal-Democrático da Rússia, a despeito do nome, é uma partido neofascista de nacionalismo xenófobo, que gira personalisticamente em torno de seu fundador e presidente perpétuo, Vladimir Zhirinovskii.

Ou seja, o cenário principal do sistema partidário russo atual caracteriza-se por ser constituído, em sua maioria, por partidos ainda pouco institucionalizados, freqüentemente de vida curta e exclusivamente parlamentar, e por uma política onde o personalismo é uma forte tendência (como demonstra o verdadeiro "culto à personalidade" do atual presidente Putin).

Os sistemas partidários russo e brasileiro em perspectiva comparada

Em 2005 comemora-se vinte anos da redemocratização brasileira e 20 anos do início da perestroika soviética. Como colocou Przeworski, "para onde se está indo importa tanto quanto de onde se vem": apesar dos pontos de partida bem diferentes dos dois países, suas "transições também são para a democracia [política] e o ponto de destino faz com que os caminhos convirjam".[iii] Assim, em algum ponto do caminho

nestes vinte anos seria de se esperar que seus sistemas políticos começassem a se aproximar. Trata-se aqui, então, de analisarmos semelhanças e diferenças entre eles.

Uma semelhança é que ambos são sistemas presidencialistas em um contexto de monopartidarismo extremado (*i.e.*, com acima de cinco partidos eleitoralmente relevantes). Esta combinação de presidencialismo com multipartidarismo extremado é vista como problemática por muitos observadores, por trazer um potencial alto de impasse entre legislativo e executivo. Entretanto há que se diferenciar entre o *superpresidencialismo* em vigor na Rússia desde a constituição de 1993 (imposta por Yeltsin no confronto com a Duma naquele ano), onde os partidos é que apoiam Putin e não vice-versa, como vimos acima, e o chamado *presidencialismo de coalizão* brasileiro em que o aparentemente poderoso presidente freqüentemente fica refém das coalizões partidárias parlamentares que tem que construir para fazer aprovar seu programa no Congresso.[iv]

No quesito da democracia política, desde os anos 1990, a Freedom House vem classificando o Brasil como país "livre" enquanto a Rússia tinha a classificação de "parcialmente livre" até 2004, quando as reformas centralizantes e atitudes algo autoritárias de Putin rebaixaram sua classificação para país "não-livre".[v] Esta maior dificuldade da Rússia de consolidar sua democracia política em comparação com o Brasil talvez provenha de suas experiências anteriores com este regime. O regime czarista e a União Soviética não permitiram à Rússia ter uma experiência de democracia multipartidária (exceto talvez no curto período entre as Revoluções de Fevereiro e de Outubro de 1917). Já o Brasil teve uma exposição bem maior a períodos de democracia formal. Entretanto esses períodos foram freqüentemente interrompidos por regimes autoritários (*e.g.*, Estado Novo, ditadura de 1964). Assim, a Rússia luta contra a falta de experiência democrática anterior enquanto o Brasil sofre da intermitência de sua experiência democrática. Aqui é importante fazer a seguinte observação sobre o papel das forças armadas nos dois países. Enquanto na Rússia czarista e na URSS as forças armadas foram eminentemente legalistas (sem histórico

de golpes militares bem-sucedidos), no Brasil os militares foram responsáveis, diretos ou indiretos, por diversas derrubadas de poder constitucionalmente estabelecido.

Scott Mainwaring aponta quatro dimensões que demonstram a institucionalização de um sistema partidário: 1) estabilidade e regularidade na competição; 2) os partidos têm raízes profundas na sociedade; 3) os atores políticos reonhecem a legitimidade dos partidos políticos; 4) as organizações partidárias têm vida própria, independente dos personalismos de seus líderes. Se analisarmos as medidas nestas quatro dimensões, vemos que o sistema partidário brasileiro se encontra um pouco mais consolidado que o russo. Em relação à dimensão de estabilidade e regularidade nos padrões competitivos, Mainwaring calculou o índice de volatilidade eleitoral para a câmara baixa nos anos democráticos em 33% para o Brasil e 54% para a Rússia. Na dimensão de *enraizamento dos partidos*, na Rússia nenhum partido é mais antigo que o sistema partidário atual enquanto que no Brasil pelo menos três partidos podem ser assim classificados (PSB, PDT/PTB e PPS/PCB/PCdoB). Na dimensão *legitimidade*, as pesquisas do Eurobarometer e Latinobarometro de 2002 indicaram que a confiança nos partidos políticos era de 13% dos entrevistados no Brasil e de cerca de 7% na Rússia. Na dimensão *vida independente das estruturas partidárias*, Mainwaring relata que na legislatura 1991-1994 os 503 deputados da Câmara brasileira mudaram de partidos 260 vezes enquanto que na Duma de 1993-1995 houve 142 mudanças de partido entre os 450 deputados russos.[vi]

Também no aspecto de consolidação da democracia política, o Brasil leva vantagem sobre a Rússia. O Brasil é classificado pela Freedom House como “país livre” enquanto que a Rússia, que esteve pela maioria da década de 1990 classificada como “país parcialmente livre”, em 2004, devido aos esforços de centralização autoritária de Putin foi rebaixada para a categoria de “país não-livre”. Além disso, o Brasil já passou pelo teste da “troca de guarda” de ver um partido não só de oposição, mas de posicionamento ideológico oposto (o PT, de esquerda) chegar ao poder

presidencial sem que haja perturbações democráticas. Este teste a Rússia ainda não passou. Na verdade, a Rússia, em 2005, encontra-se numa encruzilhada. Representarão as reformas centralizantes de Putin uma forma de estabilizar a situação política no país, extinguindo as tendências centrífugas anárquicas dos anos 1990 e estabelecendo um tipo de democracia não-liberal com caraterísticas próprias ou simplesmente marcarão um retorno ao autoritarismo do passado? Esta é a grande questão.

Os índices de institucionalização partidária do Brasil, apesar de serem superiores ao da Rússia, estão bem abaixo da média das democracias mais antigas dos países avançados.[vii] Isto pelo lado pessimista. Pelo lado otimista, há que notar, como relembra Leôncio Martins Rodrigues, que a tendência dos índices é em direção a uma maior institucionalização. Isto vale, com alguma reserva (devido à alta taxa de substituição de partidos de eleição para eleição) também para a Rússia.[viii]

Em suma, Rússia e Brasil batalham para a superação das dificuldades históricas com a democracia política (a primeira com sua virtual ausência, o segundo com sua intermitência). Neste contexto, a palavra otimista é que a dinâmica de maior institucionalização do sistema partidário tem mostrado tendência positiva.

---

[i] O historiador Angelo Segrillo é Doutor pela Universidade Federal Fluminense, Mestre pelo Instituto Pushkin de Moscou e autor dos livros "O Declínio da URSS: um estudo das causas" (ed. Record), "O Fim da URSS e a Nova Rússia" (ed. Vozes), "Herdeiros de Lenin: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética" (ed. 7Letras) e "Rússia e Brasil em Transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política" (ed. 7Letras).

[ii] Segrillo, Angelo. *Rússia e Brasil em Transformação*: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005, p. 224.

[iii] Przeworski, Adam. *Democracy and the Market*: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 99.

[iv] Abranches, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. *In*: Tavares, José Antônio Giusti (org.). *O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, p. 21-73. Holmes, Stephen. Superpresidentialism and its Problems. *East European Constitutional Review*, Nova Iorque, v. 2, n.4 e v. 3, n. 1, outono 1993 - inverno 1994. Segrillo, *op. cit.*, p. 167-170.

[v] www.freedomhouse.org.

[vi] Mainwaring, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization*: the case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 26-39. Angel, Allan. *Party Change in*

Chile in Comparative Perspective. Oxford: St. Antony's College, 2004, p. 23-24. <http://www.lac.ox.ac.uk/parties-IPS.pdf>

[vii] Por exemplo, os mesmos índices de institucionalização de Mainwaring, que vimos acima para o Brasil e a Rússia, são os seguintes para os EUA: volatilidade eleitoral média é de 4%; a percentagem de votos obtidos por partidos fundados antes de 1950 é de 97,2%, além da confiança nos partidos políticos ser maior e o número de trocas de partido por legislatura menor que na Rússia e Brasil.

[viii] Rodrigues, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 48-49. Sarah Birch calculou a taxa de média de substituição de partidos (*party replacement*) de eleição para eleição na Rússia nos anos 1990 em 48,5%, o que é extremamente alto. Birch, Sarah. *Electoral Systems and Party System Stability in Post-Communist Europe* [paper prepared for presentation at the 97th annual meeeting of the American Political Science Association, San Francisco, USA, September 2001]. Isto coincide com nossa afirmativa anterior sobre a vida efêmera de vários "partidos do poder" na Rússia, criados apenas para apoiar determinados governantes em eleições específicas.

ASPECTOS DA CULTURA MATERIAL EM TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* DA CAPITANIA DO MARANHÃO, SÉCULOS XVIII EXIX.

Antonia da Silva Mota PPG-UFPE/UFMA

Aborda-se aspectos da vida material, no momento áureo da economia agroexportadora na região. Em linhas gerais, percebe-se nos inúmeros testamentos e inventários *post-mortem* analisados, a mudança da pecuária extensiva para a agroexportação do algodão e do arroz. O cultivo de gêneros agrícolas para exportação ocasionou nova leva de imigração portuguesa, que chegaram com maior intensidade para explorar a nova fronteira agrícola. Estes trouxeram inúmeras etnias africanas que foram utilizadas no trabalho das lavouras. Por outro lado, as comunidades nativas e seus descendentes ainda tinham uma presença muito forte na região. Deu-se um surto demográfico, a população da Capitania que, em 1778 era de 47.410 habitantes, salta para 152.893 na segunda década do século XIX. O Maranhão passou a ser a quarta região econômica da Colônia, sendo o porto de São Luís o local por onde era exportada a produção e por onde entravam os artigos importados e os escravos. A população desta cidade estava ao redor dos vinte mil habitantes em 1822. Portanto, o estudo da cultura material neste momento manifesta estas duas variáveis: o crescimento acelerado da região no final da Colônia e o entrelaçamento destas culturas.

Os testamentos e inventários post-mortem existentes no Arquivo Público do Estado e do Tribunal de Justiça do Maranhão, dizem respeito, principalmente, aos moradores da cidade de São Luís e arredores. A fortuna das famílias, naquela conjuntura, manifesta o aumento do nível da riqueza material, aliado a uma intensa concentração de renda, característico das economias escravistas-exportadoras. Portanto, o estudo caminha balizado pelas observações de Jean-Marie Pesez, que ressalta a “evidente relação da cultura material com os condicionamentos

materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais ele opõe uma resposta que é precisamente a cultura".[i]

A maioria dos moradores de São Luís era proprietário de unidades agrícolas situadas nas férteis ribeiras dos rios que deságuam nas baías de São Marcos e São José, no chamado Golfão Maranhense. Vê-se então que grande parte da riqueza acumulada na agroexportação era direcionada para gastos ligados ao mundo urbano. Fato que se manifesta tanto no espólio das elites, onde se sobressaem as portentosas casas de moradia, o mobiliário, as louças, roupas e adereços refinados, como no espólio das famílias de exígua fortuna.

Nos inventários, o somatório dos espólios variava, por exemplo, entre os setecentos mil réis do preto forro Joaquim José Rapozo, que morava nas proximidades da Fonte das Pedras, aos sessenta e sete contos de réis do coronel José Antônio Gomes de Souza, cuja família morava num sobrado no bairro da Praia Grande. Salta aos olhos as distâncias entre as rendas. Se esta família de forros possuía apenas "um quarto de casa", dois escravos adolescentes e algum mobília, utensílios e objetos pessoais, os Gomes de Souza possuíam uma quantidade interminável de bens, que atendiam desde as necessidades básicas, as de conforto e até serviam à ostentação. As grandes fortunas chamaram a atenção do inglês Henry Koster, que esteve em São Luís no começo do século XIX:

> "[havia] *grandes somas de dinheiro reunidas e raros os meios de despendê-las. A vida é barata. Uma casa confortável, carro e numerosos servos, podem ser possuídos por baixo preço. A abertura do tráfego possibilitou, evidentemente, a esse povo uma nova ocasião de gastos, na facilidade de obter artigos de roupa e mobília*.[ii]

Apesar da extrema desigualdade dos espólios, praticamente todos tinham casa e escravos. As moradias íam do "quarto de casa" aos sobrados aristocráticos e seu valor variava conforme o tamanho, a qualidade dos materiais de construção e a localização, pois neste momento já havia uma segregação social por bairros. A área mais valorizada era a Praia

Grande e seus arredores, pela proximidade do porto e dos principais prédios da administração civil e eclesiástica. Obviamente que o "recheio" das casas se modifica conforme a renda da família, mas é possível notar objetos que estão praticamente em todos os espólios, tais como: as panelas e caldeirões de ferro, os garfos, as colheres, os baús, as bancas, as cômodas, os armários, os bofetes, os oratórios, etc. Estes correspondem ao aparelhamento da cozinha, aos objetos que serviam para guardar coisas, outros que atendiam à comodidade e ao descanso. Em menor número estão aquelas famílias que tinham acesso a objetos que lhes davam visibilidade social, como as jóias e adereços de acentuado valor.

Lendo através destes objetos vemos o entrelaçamento das culturas, pois muitos deles têm sua origem apontada, como vemos: cabaça de madeira, rede de taboca, canastra de pau da terra, cadeiras de palhinha do Porto, toalhas de linho bordadas de Guimarães, chapéus de sol de Braga, relógio francês, serviço de chá da Índia, tigelas ordinárias de fábrica (estas últimas, provavelmente vindas da Inglaterra). O detalhamento dos espólios também nos fala sobre hábitos, em especial os alimentares, como as sempre presente rodas de ralar mandioca e os fornos de cobre, as tigelas de tomar café, as sopeiras, as chocolateiras, os aparelhos de chá, este último objeto comum somente entre os de grande fortuna. Mas havia um costume que unia a todos, ricos e pobres: a posse de objetos de devoção, como os rosários, os crucifixos, os oratórios, os santos entalhados ou esculpidos, de ouro ou prata etc.

Os objetos também se dividiam conforme o sexo. Aos homem pertenciam as pantalonas, os calções de ganga, os coletes, as casacas, as meias, as bengalas, as fardas, os chapéus de sol, as espadas, as esporas. Certo que o valor destes variava conforme a procedência, o tecido, o material. Entre as mulheres eram comuns as camisas, as saias, os anéis, os brincos, os cordões de contas, de pedras, de ouro, até de diamantes. Segundo Daniel Roche, "*nas escolhas que caracterizavam a economia do cotidiano se mesclavam de maneira complexa os fatores de socialização, o cultural e o antropológico e também o social e o econômico, o nível de renda e as distâncias entre as rendas e a representação dos atores.*"[iii]

A proximidade com o mundo urbano fez com que grande parte da riqueza acumulada acabasse por se cristalizar nas aplicações rentistas, característica das sociedades pré-capitalistas[iv]. O que contrastava com a precariedade das relações e das técnicas aplicadas na produção agrícola, onde o aparelhamento das fazendas se resumia ao mínimo necessário ao trabalho e à alimentação dos escravos. Invariavelmente as unidades produtivas rurais possuíam machados, foices de abater e capinar, ferros de cova, enxadas, as balanças e os engenhos de descaroçar algodão. As fazendas também contavam com utensílios e ferramentas que davam suporte à produção: armas de fogo, carros de boi e canoas, estes utilizados no transporte de mercadorias; rodas de ralar mandioca, forno de cobre, caldeirões e tachos de ferro, que atendiam a necessidade de alimentação dos trabalhadores. Por outro lado, observamos um conjunto de objetos que dizem respeito ao controle dos escravos, como as algemas, os grilhões, as correntes e, em alguns casos, troncos, celas e "viramundos".

O estudo da cultura material pode nos falar sobre a especificidade daquele momento histórico, onde o refinamento convivia com a precariedade de uma sociedade escravista e desigual.

---

[i] História da cultura material. In: Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 184

[ii] Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil,* Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. v.1, ABC editora. Rio, São Paulo, Fortaleza, 2003, p 251.

[iii] Daniel Roche, *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XVIII* / tradução de Ana Maria Scherer. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 31.

[iv] João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830),* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 356.

Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos.

Antônio Brand(UCDB)[i] Eva Mª L. Ferreira(UCDB)[ii]
Fernando Augusto Azambuza de Almeida(UCDB)[iii]

Com o término da Guerra do Paraguai, uma comissão de limites percorre a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, Paraná, terminando, em 1874, os trabalhos de demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. Seu provisionador, Thomas Larangeira, percebe a grande quantidade de ervais nativos existentes na região e, também, a abundante mão-de-obra pós-guerra disponível.

Através do Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, Larangeira obteve do Império o arrendamento das terras para a exploração da erva mate nativa, porém, sem o direito de impedir a colheita da mesma erva por parte dos moradores locais[iv]. No ano de 1892, funda a Cia Matte Larangeira, resultante da composição com os Murtinho. Thomaz Larangeira perde o controle sobre a empresa e, em 1902, a Companhia Larangeira Mendes & Cia, com sede em Buenos Aires, adquire todos os bens da empresa.

A área de concessão é, sucessivamente, ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes, como os Murtinho e Antônio Maria Coelho[v] Com o advento da República, as terras devolutas passam para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favorece os interesses da Empresa. Desta forma, através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, a Companhia amplia os limites de suas posses e consegue o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, "tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular" (ARRUDA, 1986:218)[vi]. Segundo essa Resolução, os limites das posses da Companhia estendem-se "... desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo ribeirão

S. João e rio Dourados, Brilhante e Sta Maria até a Serra de Amambay e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças" (idem: 218).

As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingem em cheio o território dos Kaiowá e Guarani. Embora a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o significativo engajamento de índios Kaiowá e Guarani na exploração da erva mate, em especial nos trabalhos relacionados à colheita e ao preparo da erva-mate, como têm sido abundantemente comentado pelos diversos informantes indígenas. Nicásio Vasques, índio kaiowá, de Laguna Caarapã, relata bem como se dava o trabalho nos ervais.

> É com a família (...) era até 3 horas, 4 horas (da manhã) ia no mato, tirava, cortava com facão, né e aí juntava a erva, né, sapecava (...). É o índio naquele tempo sofria, levantava cedo, comia só cangica, mal e mal e já vai embora (...). A mulher do roçador levava almoço pra ele no mato, né, ia no mato cortar, sapecar erva, né.(...), noite, 7,8 horas chegava no rancho e dormia. 4, 3 horas já levantava outra vez.

O engajamento indígena foi mais intenso em regiões densamente povoadas por aldeias kaiowá e guarani, tais como Caarapó, Juti, Campanário, Sassoró (Porto Sassoró), Porto Lindo/rio Iguatemi, entre outras. Inclusive a localização de várias reservas indígenas demarcadas, pelo Serviço de Proteção aos Índios, SPI, até 1928, se deve ao fato de serem tais lugares acampamentos, ou locais de colheita de erva mate. É isso que emerge claramente no relatório de Barboza (1927)[vii]. Jorge Paulo[viii] indica como "acampamentos" da empresa a própria Reserva Indígena de Caarapó (criada em 1924), Rancho Guajayvy, hoje Nova América, Lagoa de Ouro, Tacuru, Sassoró (demarcada em 1928) e Campanário, onde ficava a sede da empresa. "Tudo é que manda Campanário, tudo aqui tá fazendo habilitação, tá fazendo erva para entregar aqui no Campanário. Até Campanário a erva ia de carreta ou então por água".

No entanto, há aldeias não atingidas pela atuação da Companhia. E, segundo João Aquino, da Reserva de Amambai, nessas aldeias seguia a vida tradicional dos Kaiowá e Guarani. Jorge Paulo reconhece que, embora não tivesse outro serviço onde a mão-de-obra indígena pudesse se engajar, "tem índio que não toma tereré, que não trabalha, não sabe nem trabalhar".

O mesmo informante segue explicando que de "Campanário foi Felicidade (Porto)" e de lá seguia (a erva mate) de lancha até Guaíra. Na mesma linha vai o depoimento de Ubaldo

Castelan, da Reserva de Sassoro[ix], referindo-se a esta região, antes de 1928: "aqui tudo é só empresa mesmo, trabalha ervateiro". Serejo[x] é um dos poucos autores que escreveram sobre esse período a reconhecer a participação indígena como mão-de-obra. Referindo-se aos "índios Teís e Caiuás", diz que "foi com estes índios errantes e paraguaios idosos, escolha que se fazia por serem os mais agüentadores" que Larangeira levantou seus primeiros ranchos e deu início à elaboração da erva. E segue o mesmo autor, dizendo que na "mudança de ranchada" tudo era feito "com a maior facilidade", devido à resistência dos Teís que, "às costas carregavam léguas e léguas, os pertences do trabalho...". Na mesma linha vai o depoimento do senhor Iapequino, que veio para Dourados integrar a equipe da Missão Caiuá[xi], em 1948, descrevendo com detalhe o tipo de serviço reservado aos trabalhadores indígenas:

> *Carregava até 150, 200 quilos. Porque eles entrava no mato, eles tinha que fazer picada. Não entrava nada. Eles tinha que trazer um raído de erva mate (...) que tivesse dentro do mato eles carregava, eles colocavam aquele fardão, de 500 em 500 metros tinha um pau fincado no chão onde descansava (...). Por isso que a gente tem que tirar o chapéu pelos Kaiowá por que eles cooperaram....*

João Aquino afirma que "naquela época (1920-1925), só a Companhia que tomava conta". E explica que os índios trabalhavam junto com trabalhadores paraguaios, que também "gosta de trabalhar de erva". Ubaldo Castelan, cujo pai também era trabalhador na Cia Matte Larangeira, ao confirmar que muitos índios trabalhavam na erva, reconhece que "trabalhou, apanhou, mas nesse tempo quase não tem lei, eu lembro, nesse tempo quase não tem lei".

O trabalho na coleta da erva emerge, claramente, como a única alternativa de trabalho "assalariado", sendo que as aldeias localizadas em regiões com ervais nativos engajaram-se amplamente nessa tarefa, atraídos pelos bens que a Cia Matte Larangeira oferecia, em especial roupas e ferramentas.

No Relatório do funcionário do SPI[xii], Pimentel Barboza, consta a informação de que a "proporção de índios Caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário (não-indígena), é, em média, de 75%, na região de Iguatemi" (p. CXXXIV). Informa, ainda, que nos demais estabelecimentos ervateiros visitados, "a quantidade de índios que nelles trabalham é

sempre superior ao trabalhador paraguayo" (idem). No mesmo Relatório, Barboza cita o estabelecimento ervateiro de Mangahy, onde a "população indígena seria superior a 200 índios" (p. CXXXIV). As informações deste servidor são importantes porque conhece bem a região, pois já encontramos relatórios seus sobre a situação desses índios, datados de 1923.

João Aquino destaca o papel fundamental que os trabalhadores de origem paraguaia tinham na relação da Cia Matte Larangeira com os Kaiowá e Guarani, pelo fato de entenderem e falarem a mesma língua. Explica ele que os caciques, líderes dos diversos agrupamentos kaiowá e guarani, que tinham ervais nativos em seus territórios, não aceitavam, pacificamente, a entrada da Companhia. Era necessário um amplo e por vezes demorado trabalho de convencimento para que esses aceitassem o corte da erva-mate nos arredores de suas aldeias. Relata, ele "que cacique não deixava pessoal entrar ali, na erva. Não deixa cortar. Cuidava, antigamente (...). Então precisa procurar jeito como é que vai entrar. (...). Então tem paraguaio, só paraguaio que entrava na aldeia porque paraguaio entende a língua do Kaiowá".

O método de convencimento incluía a doação de peças de pano grosso como presente. "Às vezes o índio brigava para não entregar o erval dele (...). Paraguaio bem sabido mesmo, entrava com jeito (...) porque fala a língua" **.** Aquino reproduz o seguinte diálogo: "é, é Deus que deu pra mim aqui esse pedaço", afirmava a liderança indígena, ao que o paraguaio respondia: "pois é, é Deus mesmo que mandou procurar você, pra mim falar. Ai o índio já acreditava **(...).** João Aquino destaca que às vezes, na primeira visita, não obtinha êxito. Então outras eram feitas, levando mais roupas, machetes e machados até conseguir [autorização para extrair a erva] e, conclui ele, afirmando que "sempre conseguia". Os depoimentos indígenas permitem compreender os interesses dos Kaiowá e Guarani em sua relação com a Companhia. Era a forma de satisfazerem algumas demandas importantes para a sua vida.

Porém, quando os métodos de negociação não davam certo, outros recursos eram usados pelos prepostos da Companhia: "dava susto pro índio, mas não matava", mediante ameaças "de que vai trazer avião, não sei o que, vai dar veneno e o veneno que vai matar tudo os índios. Então

o índio tem medo". E conclui seu depoimento dizendo que "assim que arrumava tudo aqui no Mato Grosso. Só paraguaio e índio que trabalha com a Companhia".

Referindo-se à relação entre os Kaiowá e Guarani e a Companhia Matte Larangeira, SEREJO[xiii], embora faça referência a um bom relacionamento entre Thomas Larangeira e os índios, reconhece que esse "teve que se empenhar em duras refregas contra os índios habitantes da região", reconhecendo que "estes silvícolas - verdadeiros donos da terra (...), achavam-se no direito de defender as matas, os campos, as aguadas e os ervais nativos".

Havia distintas formas de pagamento do trabalhador índio. Alguns falam de pagamento em dinheiro (em mil réis, ou em pesos paraguaios). João Aquino afirma que o pagamento era feito em mercadorias (roupas, cobertores, machetes e comida). Ao que parece, existiam diversas formas de pagamento, sendo a mais comum apenas o fornecimento de produtos como pagamento, sendo poucos os casos em que o trabalhador obtinha saldo em dinheiro. Segundo Serejo[xiv] "caso raríssimo mesmo - nos ervais, um peão com Haber na caderneta". Arruda (1989:151 e ss) situa a estratégia do "adiantamento" nos armazéns da Companhia como forma de "selar o compromisso", sendo um "forte mecanismo de forçar a manutenção dos trabalhadores nos ervais". Conclui que a estratégia do adiantamento como forma de "prender o trabalhador aos ervais através da dívida foi usado por mais de meio século" (idem: 153).

No Relatório de Barboza (1927), encontramos informações idênticas às fornecidas pelos informantes indígenas. Este servidor do SPI, referindo-se às "tribus" indígenas, fala na necessidade de "libertal-as do domínio dos hervateiros paraguayos, fazendo cessar o regime de escravização (sic) em que vivem" (p. CXXIV). Nas páginas seguintes descreve como se dá esta escravização. O índio, antes de iniciar o serviço, podia adquirir mercadorias no armazém da firma. "O índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga" (idem: CXXX e CXXXII). Portanto, além de confirmar que o pagamento era feito em mercadorias, atesta que a fuga era a forma do trabalhador da Cia Matte Larangeira se livrar da escravidão do barracão.

João Aquino e Jorge Paulo confirmam a fuga de trabalhadores da Companhia antes de pagarem suas contas nos armazéns da Empresa. "(...) quando fugia algum índio do serviço dele, da Companhia, aí mandava. Tem, também, como é pistoleiro e mandava o pistoleiro atrás. Se acha, mata e deixa lá".

Veron[xv], ao relatar a história de sua família, confirma os depoimentos acima, relativos à perseguição a que eram submetidos:

> O meu avô trabalhou para a Cia Matte Larangeira muito tempo, sem receber o pagamento pelo serviço. Então, um dia ele decidiu voltar para o grupo de sua família, ele e a minha bisavó, e os filhos Antônio e Gregório Veron. Na hora do acerto, o administrador disse a ele que não tinha nada em haver, acertar a conta, pelo contrário que se ele e a turma dele saísse do trabalho seria um homem morto. Assim, meu bisavô decidiu ir embora. Sabendo disso o administrador mandou quatro capangas atrás deles, quando já estava amanhecendo eles saíram num cerrado e quando estava no meio do cerrado meu bisavô avistou os capangas. Percebendo que estavam sendo seguidos, escondeu os filhos Antonio e Gregório na mata e ele e minha bisavó continuaram a andar, mais alguns passos então os capangas atiram nos meus bisavó que morreram na hora.

ARRUDA[xvi] (1989:169) recorre a vários depoimentos para confirmar que, "o desespero do trabalhador diante da impossibilidade de pagar a dívida" levava muitos trabalhadores a buscarem a fuga. Cita ele o depoimento de Medina (Memórias de sua administração interina frente ao Rancho "San Franscisco"), registrando "o grave mal que vinha apresentando-se dentro da Empresa (Secção Matto Grosso), qual é a numerosa e freqüente evasão de pessoas...". E, segundo João Aquino, muito índio fugia e por isso "matava muito índio e paraguaio e até brasileiro morria". Arruda reconhece, sempre apoiado em diversos depoimentos, que essas fugas estavam fadadas ao fracasso.

GOMES[xvii] (1984:406), também, dá ênfase ao papel dos "comitiveiros" como verdadeiras "feras dos ervais, homens selecionados pela Empresa para trazer de volta os fujões". Ou "como cães de caça, mas adestrados para caçar homens" (idem). Alcançando o fugitivo, se resistisse era morto logo e se não era trazido de volta e "espancado até a morte" (idem, 407). E conclui que os mesmos, eram a força policial da Companhia, sendo o terror dos ervais.

Convém destacar o descompasso entre os depoimentos dos informantes indígenas sobre seu engajamento nos trabalhos de colheita da erva-mate e a produção bibliográfica sobre o tema, que ignora essa participação. Talvez essa falta de referência à presença indígena possa ser explicada pelo seu provável "ocultamento" no meio dos paraguaios, falando, inclusive a mesma língua. O próprio funcionário do SPI, Barboza, em seu já citado Relatório (1927: CXXVI), estranha o domínio do guarani em toda a região, informando que até os brasileiros se expressam em guarani e que "não se vê mais, naquella extensa zona, um só nome de rio, monte, lagoa ou localidade, que não seja guarany".

Por outro lado, o reconhecimento da participação indígena poderia ter facilitado o atendimento, por parte da Companhia, das exigências da Lei de Concessões de Terras em fronteiras, no início da década de 1940, impondo a nacionalização de dois terços dos trabalhadores engajados. A Matte Larangeira entende ser difícil atender tal exigência antes do prazo mínimo de cinco anos (Carta de Heitor Gonçalves, 12/01/1941).

O domínio da Cia Matte Larangeira começa a encontrar oposição a partir de 1912, quando busca renovar os arrendamentos. Mesmo assim chega no seu auge, em 1920 (ARRUDA, 1986:244)[xviii], logrando a renovação do arrendamento sobre um total de 1.440.000 ha, através de Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915. Mas, a mesma lei já libera a venda de até dois lotes de 3.600 ha a terceiros.

Percebe-se que, sob a ótica dos Kaiowá e Guarani, o trabalho nos ervais o serviço de empreiteiros da Companhia Matte Laranjeira é a forma de conseguir objetos de seu interesse direto, e especial roupas e ferramentas. Conhecia profundamente a "região dos ervais" o que favorecia, certamente, eventuais fugas e deslocamentos quando esse engajamento se tornassem incômodo.

---

[i] Doutor em história, membro do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Desenvolvimento Local Universidade Católica Dom Bosco, UCDB e coordenador do Programa Kaiowá/guarani, de caráter interdisciplinar e interinstitucional, que desenvolve pesquisas e ações de apoio aos índios Kaiowá e Guarani, localizados em Mato Grosso do Sul.
[ii] Mestranda em História pela UFMS e integrante do Centro de Documentação Kaiowá e Guarani da UCDB.
[iii] Acadêmico do 5º semestre do cruso de História e integrante do Centro de documentação Kaiowá e Guarani da UCDB.
[iv] WEINGARTNER, Alisolete A . Movimento Divisionista de Mato Grosso do Sul. Porto Alegre: Editora Est., 1995.
[v] Joaquim Murtinho foi ministro da Fazenda no governos de Campos Sales e irmão de José Manoel Murtinho, o primeiro governador constitucional do período republicano, eleito em 20 de agosto de 1891. O General Antônio Maria Coelho foi governador provisório do estado de Mato Grosso.
[vi] ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 195-310 - 1986 (Coleção Histórica. Coletânea).
[vii] Genésio Pimentel Barbosa foi funcionário do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), sendo que o Relatório de 1927 é dirigido aos Inspetor do órgão, Dr. Antonio Martins Estigarribia e trata da eleição das últimas quatro reservas de terra a serem demarcadas pelo Governo Federal para usufruto dos Kaiowá e Guarani, em 1928. Segundo as informações constantes nesse Relatório, Caarapó, Ramada, Porto Lindo e Pirajuy são áreas lecalizadas e demarcadas em locais de forte concentração de índios em função dos trabalhos de colheita de erva-mate.
[viii] Índio Kaiowá criado na região de Caarapó, falecido em 2002, com 88 anos.
[ix] Faleceu em Sassoró, em 2002, com 85 anos.
[x] SEREJO, Hélio. Caraí. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 27-193, 1986 (Coleção Histórica. Coltânea).
[xi] A Missão Caiuá, de orientação presbiteriana, foi fundada em 1928.
[xii] Relatório do Auxiliar Pimentel Barboza, ao Senhor Dr. Antonio Martins Viana Estigarribia, Inspetor do SPI, I.R.5ª, de 1927 (Museu do Índio, Rio de Janeiro, RJ).
[xiii] Id.; ibid.
[xiv] id.; ibid.
[xv] Valdelice Veron, professora Kaiowá da aldeia de Panambizinho – trabalho de conclusão do Curso de Magistério, Projeto Ara Verá.
[xvi] ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira.** Dissertação (Mestrado em História)- Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia, UNESP, 1989.
[xvii] GOMES, Otávio Gonçalves. Dom Thomaz. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 387-443 – 1986 (Coleção Histórica, Coletânea).
[xviii] Id.; ibid.

Conflitos armados e perspectivas de paz no período pós-guerra fria na América Latina

Antonio Carlos Amador Gil[1] - UFES

Um dos pontos mais fundamentais para os zapatistas é a questão da autonomia. As negociações chegaram, em certo momento, a um impasse. O EZLN reivindicava que o governo demonstrasse disposição para o diálogo libertando todos os presos políticos, retirando o exército mexicano das posições assinaladas pelo EZLN, desmilitarizando todas as regiões indígenas do país e promovendo reformas constitucionais propostas pela COCOPA – "Comisión de Concórdia y Pacificación". A partir do fracasso das negociações com o governo, os zapatistas têm lutado pelo seu direito à livre determinação, pelo direito à autonomia.

A relação entre governantes e governados nos municípios autônomos zapatistas é regida por um alto grau de transparência no exercício do governo, porque os que assumem rotativamente a representação cidadã têm a obrigação de exercer o seu mandato com a consulta permanente de seus representados. Eles devem "mandar obedecendo", ou seja, suas ações devem ser guiadas pela decisão de todos que, reunidos em assembléias, definem os caminhos da administração e da política. Os que não seguirem estes procedimentos deixam de ter o poder. Estabelece-se, então, uma nova relação onde há a possibilidade de revogação do mandato. Consideramos que estas propostas políticas dos zapatistas estão fortemente carregadas de um hibridismo político e cultural. O imaginário político zapatista é profundamente marcado por uma forte visão de mundo indígena, e suas propostas políticas, como o "mandar obedecendo", ultrapassam os limites da Selva Lacandona e permitem a discussão do sistema representativo, da autonomia, da democracia e da participação política na sociedade latino-americana atual.

Os zapatistas tentam construir uma humanidade e um sujeito emancipado e libertário, um poder popular profundamente democrático e participativo, sem vanguardas, em que a capacidade de decidir e se autodeterminar tem como único eixo a dignidade do ser humano em comunidade. Com uma linguagem profundamente metafórica, os zapatistas tentam romper com a atomização social e a mediação mercantil das relações humanas para começar a construir a possibilidade de novas formas de entender e expressar a soberania popular.

Estas reivindicações do movimento zapatista no âmbito da política podem ser consideradas revolucionárias? Ao não colocar como objetivo estratégico a tomada do poder, podemos afirmar que suas pretensões políticas limitam-se a obter algumas reformas dentro do próprio sistema? Para Carlos Antonio Aguirre Rojas, estas reivindicações podem parecer,

à primeira vista, pouco radicais mas se pensarmos que estas demandas são totalmente incompatíveis com as políticas neoliberais, tais reivindicações se tornam completa e absolutamente subversivas e profundamente revolucionárias[2].

Em termos estratégicos, o exército revolucionário não tem como objetivo aniquilar as forças das classes dominantes. O movimento zapatista na sua vertente militar através do EZLN parece estabelecer uma nova função estratégica para a violência armada, utilizando-a como uma forma de forçar o diálogo com o governo. Esta estratégia de não-violência armada usa a imagem inversa do "guerrilheiro heróico" encarnada por Che Guevara[3].

Muitos elementos podem nos ajudar a tentar entender este caminho do EZLN. Certamente a indianização do movimento foi um fator importante. A histórica marcha de 12 de janeiro de 1994 demonstrou aos revolucionários que a sociedade civil era uma aliada, mas se recusava a se comprometer com a via insurrecional. Não podemos deixar de levar em conta a falência da maioria das referências revolucionárias externas, ainda mais num contexto posterior ao fim da guerra fria. Além disso, quanto ao aspecto político-militar, a sua força, incluindo a força militar, é sobretudo simbólica. O governo mexicano desde o surgimento do exército zapatista tem evitado uma confrontação direta com o movimento, e apesar das tentativas de diálogo e das mesas de negociação, o governo tem aumentado os efetivos militares no Estado de Chiapas e tem incentivado o surgimento de diversas forças paramilitares. A violência contra os indígenas tem aumentado consideravelmente.

Outro ponto que merece destaque no movimento zapatista é a operacionalização da identidade nacional mexicana num contexto de grande multiplicidade étnica e conjuntura desfavorável à ação autônoma nacional. Desde a independência, o Estado Mexicano procurou construir e consolidar um projeto de identidade nacional. A partir da grande pluralidade étnica existente no interior do Estado mexicano, os governos pós-independência tentaram implementar uma política de integração ou, melhor dizendo, de homogeneização cultural. Este processo se acelerou após a Revolução de 1910 quando o Estado desenhou uma ampla política indigenista baseada nas idéias de integração nacional e uniformidade cultural.

O Estado, portanto, usando meios coercitivos buscou criar um conjunto de representações e modificar diversas características existentes na sociedade mexicana para que se encaixassem no modelo de desenvolvimento delineado e proposto. Esta política de integração desenhada pelo Estado foi respaldada por uma série de instituições que passaram a tratar das questões indígenas e a administrar a política indigenista estatal que privilegiava a mestiçagem como elemento definidor da história do México. Além disso, a

história política mexicana é marcada por uma estrutura autoritária e persecutória dos movimentos sociais. Desde a revolução mexicana em 1910, o governo mexicano se estrutura com o apoio de um partido que hegemonizou a vida política até a eleição de Vicente Fox no ano de 2000.

A conjuntura mundial é extremamente favorável aos interesses dos grandes conglomerados econômicos e ao grande capital, os principais beneficiados com a criação do Tratado de Livre Comércio - TLCAN ou NAFTA. Os acordos internacionais de comércio e os mecanismos de negociação da dívida externa visam legalizar o desmonte de cadeias econômicas internas e enfraquecer as "antigas" e "inconvenientes" referências de legitimação: o Estado e a identidade nacional.

O Estado mexicano, como qualquer outro Estado, utiliza de mediações para encobrir a coerção. Dentre as mediações utilizadas podemos citar a operacionalização do sentimento de identidade nacional e da cidadania. Ora, como o Estado atual pode manter os mecanismos de consenso se estas referências de legitimação têm sido enfraquecidas paulatinamente? Percebemos que nos tempos atuais, o uso da força tem se tornado um recurso de gestão cotidiana[4]. Muitos autores se referem às guerras atuais como "novas guerras". Para Mary Kaldor, as novas guerras se desenvolvem num contexto de globalização, cujos autores são uma variedade de grupos tais como unidades paramilitares, forças policiais, grupos mercenários e também exércitos regulares. Os conflitos internacionais contemporâneos podem ser classificados como conflitos sociointernacionais[5]. A guerra é um recurso cada vez mais utilizado. No México, por exemplo, vemos um processo de consolidação de uma guerra de desgaste, apesar das afirmações de Fox de que a guerra é uma coisa do passado[6]. Ora, o discurso de Vicente Fox é profundamente ideológico. Quer esconder o estado de beligerância, a situação de guerra contínua e de coerção em que vivem as populações indígenas de Chiapas. Paulina Fernández Christlieb aponta em seu artigo que a negativa do Estado Mexicano em garantir constitucionalmente os direitos dos povos indígenas está ligada aos interesses das corporações transnacionais. Além disso, constata que o governo federal, mantém, apesar de negar, uma guerra de baixa intensidade[7] contra as forças zapatistas e as comunidades que as apóiam[8].

Paulina Fernández demonstra o estreito vínculo que há entre militarização e paramilitarização nas regiões que se tornam ou são potencialmente estratégicas para a expansão do livre fluxo de capitais. Ela descreve o processo de assentamento e distribuição dos postos militares, policiais e paramilitares em diversas regiões de Chiapas[9]. Isto demonstra que a realização do capital hoje passa por um processo de valorização de territórios. A fase atual do capitalismo se estrutura através de um processo de ampla conquista de territórios e recursos naturais. Concordamos com Rhina Roux quando afirma

que a realização do capital passa também pela fixação do processo de valorização num território. Requer a "tomada da terra", a ocupação de territórios, o despojo dos recursos naturais e a ordenação política do espaço. O militarismo e o paramilitarismo se desenvolvem em função desta atual etapa de expansão do capital, visto que a região sul do México e os países da América Central têm uma importância muito grande como fornecedores de mão de obra barata para as montadoras e de recursos naturais, principalmente os relacionados à biodiversidade. No caso de Chiapas, certamente a pressão dos interesses econômicos sobre a região tem impedido um acordo entre o governo e as comunidades indígenas.

Podemos constatar no México o aumento da máquina repressiva. De um total de 520 ações militares e de controle, observadas durante os anos de 1998 e 1999, 90 se concentraram no sul do país, e somente em Chiapas se calculava que o exército concentrava contra o zapatismo entre 50 e 60 mil efetivos (30% do total). Nesse mesmo período 313 ativistas sociais foram assassinados[10]. Este ambiente violento demonstra que uma guerra está em curso. Uma guerra com características muito específicas que podemos definir como uma guerra de contra-insurgência. Esta modalidade de guerra foi bastante aprimorada pelas forças militares norte-americanas a partir da derrota no Vietnã. Em vez de privilegiar uma intervenção militar direta norte-americana, seus assessores passaram a treinar as forças repressivas dos diversos Estados latino-americanos para adotar "medidas militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e cívicas para derrotar a insurgência"[11].

A estratégia de contra-insurgência pode ser vista em Chiapas a partir da instauração de diversos corpos militares destinados a combater as forças do EZLN e, principalmente, vigiar as regiões com recursos naturais estratégicos e a partir da formação de diversos grupos paramilitares que têm como um de seus principais objetivos a destruição das comunidades de apoio ao EZLN. Estes grupos paramilitares, como demonstra Paulina Fernández, são estimulados pelos governos federal e estaduais, uma vez que evitam que as forças armadas façam o trabalho sujo. O exército federal organizou, forneceu armas e treinou diversos grupos paramilitares na região.

Uma das conseqüências mais evidentes do curso desta guerra é a enorme quantidade de pessoas, grupos e comunidades expulsas de suas terras em Chiapas. A ação dos grupos militares e, principalmente, paramilitares foi responsável pelo deslocamento forçado para as montanhas ou para a Selva de inúmeros apoiadores dos zapatistas existentes na população civil da região. Estas ações visam desestruturar sua relação com a terra, elemento vital para a cultura indígena e minar o apoio ao EZLN.

O massacre de Acteal em 1997 foi emblemático. No dia 22 de dezembro de

1997, um grupo paramilitar invadiu Acteal e iniciou uma matança contra os membros da Sociedade Civil *Las Abejas* e simpatizantes do EZLN. Quarenta e cinco membros desta sociedade foram mortos barbaramente enquanto rezavam numa igreja, mulheres e crianças em sua maioria. Christine Kovic relata que a Sociedade Civil *Las Abejas* era uma associação criada desde 1992 e lutava por justiça através da pregação da não-violência. Las Abejas é uma sociedade católica que luta pela paz pregando a liberação através da erradicação da opressão e dominação e a reconciliação através da restauração da dignidade rejeitando, porém, a violência, a vingança e o ódio[12]. Ora, se Las Abejas não estava ligada aos zapatistas, por que houve o massacre? Vicente Ruiz, um dos membros de Las Abejas, entrevistado pela antropóloga Christine Kovic, explica que a proposta de Las Abejas é a mesma do EZLN, mas com caminhos diferentes. Ele afirma que os zapatistas são seus irmãos e a resistência não violenta de Las Abejas é um dos pés da sociedade que não nega a validade do caminho do EZLN, sugerindo que a sociedade precisa de ambos os caminhos assim como se precisa de dois pés para caminhar. Diz também que o principal inimigo é o governo e as autoridades que organizam os paramilitares[13].

Governo e paramilitares certamente consideram a sociedade de Las Abejas uma ameaça, não só porque os vêem como aliados dos zapatistas, mas porque, como ressalta Christine Kovic, o caminho adotado pela sociedade oferece uma opção diferenciada que confronta a crescente militarização e polarização na região, além de enfraquecer a posição do governo. É muito difícil para o governo negar as demandas de um grupo que prega a não-violência, e ainda é mais difícil justificar o uso da repressão e da violência contra um movimento desta natureza[14].

Há ainda outro fator em jogo: a questão da autonomia. Acteal era uma das comunidades que fazia parte de um dos municípios autônomos criados pelos zapatistas. Acteal estava a vinte cinco minutos a pé da sede do Conselho Autônomo de Polhó[15] e este atentado mostra que a experiência de autonomia não seria aceita facilmente pelos grupos poderosos locais e instituições governamentais.

O número de expulsões de camponeses indígenas continuou a aumentar. Paulina Fernández cita a pesquisa de Hidalgo e Castro que estima que, desde 1995 até novembro de 1998, havia um número aproximado de 21.159 indígenas expulsos de suas terras em Chiapas[16].

A guerra de contra-insurgência, como se vê, está efetivamente acontecendo, e a coerção dos povos indígenas continua apesar da dissimulação do governo. Tanto a suspensão das negociações após os acordos de San Andrés, quanto a proposta de solução da crise da COCOPA (Comisión de Concórdia y Pacificación) não aceita pelo governo, a

reforma constitucional aprovada em abril de 2001 e rechaçada pelo CCRI-CG do EZLN[17] e o Plan Puebla-Panamá[18], fazem com que o movimento zapatista opte, depois de um período de silêncio e organização, pela criação de suas próprias opções, independente das instituições oficiais, radicalizando a proposta de autonomia. As juntas de bom governo criadas em meados de 2003 têm como alguns de seus objetivos cuidar do desenvolvimento equânime dos municípios autônomos e comunidades, intermediar os conflitos que possam surgir, e supervisionar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, estejam em vigor nos municípios zapatistas[19].

A frustrada reforma constitucional demonstra que os setores dominantes do México não querem renunciar ao poder e controle que exercem sobre os indígenas e trabalhadores. A aceitação constitucional da autonomia indígena defendida pelos zapatistas significaria romper com as políticas clientelistas e paternalistas governamentais, além de impor mecanismos que permitiriam um controle popular e democrático das riquezas e recursos naturais do México, o que certamente não agrada ao governo mexicano, às elites econômicas e ao governo norte-americano[20].

O exercício da autonomia, como preconizado pelos zapatistas, permite romper com os esquemas de coerção impostos historicamente e fortalece a resistência contra a violência imposta pela guerra de contra-insurgência através de seus diversos mecanismos como a ação da imprensa controlada, dos militares e paramilitares e dos grupos políticos governistas na região.

Retomando a questão da operacionalização do sentimento de identidade nacional, a região da Selva Lacandona é povoada por diversas etnias indígenas, a maioria de origem maia. Ao contrário de diversos movimentos nacionalistas europeus e asiáticos, o movimento zapatista no México nunca apregoou um separatismo maia, ou seja, a formação de uma nação que se assentasse numa base étnica. Os índios raramente apelam à sua qualidade de Maias. Os zapatistas querem-se resolutamente mexicanos, indígenas mexicanos. A questão indígena é para eles uma questão nacional central, concebida numa perspectiva de integração que não seja assimilação. O movimento se destaca por procurar combinar o comunitário e o nacional, assim como a indianidade e a mexicanidade. O movimento reivindica um pluralismo étnico que se daria a partir da afirmação do caráter multicultural da nação[21].

Sua luta é também contra o modelo de identidade imposto com a construção do Estado Mexicano. Desde a independência, o Estado mexicano tentou construir uma nação uniforme nos campos cultural e lingüístico. Os rebeldes querem que seja reconhecido na prática o caráter multicultural da nação e, para isso, lutam para substituir o modelo

esmagador da "nação asteca" imposto desde a construção do Estado. Ao quererem ser reconhecidos em sua identidade e sua subjetividade não querem ser integrados numa democracia formal. Almejam construir uma democracia plural em que possam conciliar democracia e práticas comunitárias, democracia direta e eleição de representantes, participação e representação, igualdade e identidade[22]. O movimento carrega em si, portanto, uma forte contestação à democracia ocidental na forma como hoje ela é exercida, questão cuja atualidade e projeção são mais do que evidentes.

Numa época em que os movimentos de afirmação das identidades nacionais e étnicas se exprimem muitas vezes nos "recuos de identidade", ou melhor dizendo, na fragmentação política e social, o zapatismo aparece como uma das tentativas mais significativas e mais fortes para combinar identidades junto com a democracia, ou seja reafirma o caráter multicultural da nação mexicana.

Rhina Roux diz que a luta contra o capital é uma confrontação política que, para ser efetiva, deve realizar-se com meios políticos. Estamos falando de uma luta para construir novas regras de organização da vida social e fortalecer o relativo ao espaço público. A luta contra o novo poder incontrolável do capital global não passa por uma negação da política, mas sim por uma recuperação da política, olhando, por exemplo, as múltiplas formas que adota a política autônoma das classes subalternas[23]. As alternativas que se constroem hoje, as lutas anti-sistêmicas, devem levar em conta os meios políticos. Como afirma Bauman, devemos ultrapassar os mecanismos contemporâneos que estimulam a passividade e fazer uma recuperação da política. A construção da paz não implica somente que não haja guerra nem violência direta, como afirma Raül Romeva i Rueda, é preciso eliminar toda forma de violência, a direta, a cultural e a estrutural[24]. O reconhecimento constitucional dos processos de autonomia indígena no México, o fim da ação dos grupos paramilitares e a reformulação do papel das forças armadas podem constituir os primeiros passos para a paz e de um novo projeto nacional que englobe a todos os mexicanos, numa perspectiva igualitária e multicultural.

NOTAS

[1] Doutor em História, Professor de História da América na Universidade Federal do Espírito Santo. Home Page: http://tomgil.cjb.net E-mail: tomgil01@gmail.com

[2] AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Chiapas, América Latina e o sistema-mundo capitalista. In: AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: História e Presente.** Tradução de Jurandir Malerba. Campinas, SP: Papirus, 2004, p.164.

[3] Cf. LE BOT, Yvon. **sonho zapatista.** Tradução de Pedro Baptista. Porto: Edições ASA, 1997, p.16.

[4] LÓPEZ MONJARDIN, Adriana. **El neoliberalismo: de la hegemonía al marketing**. ALAI, América

Latina en Movimiento, 17/6/2003.

[5] ROMEVA i RUEDA, Raül. **Guerra, Posguerra y paz. Pautas para el análisis y la intervención en contextos pósbélicos o postacuerdo**. Barcelona: Icaria Editorial, 2003, p.36 e 37.

[6] ELVIRA VARGAS, Rosa. Fox: hoy en Chiapas, ni abandono ni represión. **La Jornada**, 13 de Janeiro de 2005.

[7] Preferimos o uso do termo "guerra de desgaste" visto que os conceitos de "guerra de baixa intensidade" ou "guerra psicológica minimizam seus efeitos destrutrivos sobre a população afetada. Cf. LÓPES y RIVAS, Gilberto. Contrainsurgencia y paramilitarismo em Chiapas en el gobierno de Vicente Fox. **Chiapas**, n.15, 2003, p.97.

[8] CHRISTLIEB, Paulina Fernández. El EZLN y la GBI en Chiapas: Derechos indígenas contra corporaciones transnacionales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. México: División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Ciencias Politicas y Sociales de la UNAM, ano XLVI, n. 188-189, maio-dezembro de 2003, p. 213.

[9] CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.215.

[10] P. Ameglio Patella e M. Fracchia Figueiredo. El costo humano de la guerra de extermínio selectivo en Mexico: 1994-1999. Cuaderno de reflexión y acción no-violenta, n.3, México DF, 1999 apud FIGUEROA IBARRA, Carlos. **Violencia, neoliberalismo y protesta popular en América Latina**, p. 10.

[11] CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.220.

[12] KOVIC, Christine. The struggle for liberation and reconciliation in Chiapas, Mexico. Las Abejas and the Path of Nonviolent Resistance. **Latin American Perspectives,** v.30, n.3, maio 2003, p.58.

[13] Cf. KOVIC, Christine, op. cit., p.68.

[14] Cf. KOVIC, Christine, op. cit., p.70.

[15] CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.230.

[16] CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.233.

[17] O comunicado afirma que dita reforma é uma traição aos acordos de San Andrés e à iniciativa da COCOPA visto que não garante, dentre outras coisas, a autonomia e a livre determinação e uso e desfrute dos recursos naturais. Cf. CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.247.

[18] O Plano Puebla Panamá é um enorme projeto de construção de infraestrutura planejado para agradar às grandes empresas, numa área que compreende 9 estados do sul e sudeste mexicano e os 7 países centro-americanos.

[19] CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.253.

[20] CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.257 e 258.

[21] Cf. LE BOT, Yvon, op. cit., p.62.

[22] Cf. LE BOT, Yvon, op. cit., p.64.

[23] ROUX, Rhina. **Dominación, insubordinación y política. Cambiar el mundo sin tomar el poder. Notas sobre el grito de Holloway.** Disponível em http://www.herramienta.com.ar/print.php?sid=80. Acessado em 24/8/2003.

[24] ROMEVA i RUEDA, op. cit., p.47.

CRIMINALIZAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E MUDANÇA DOS HÁBITOS E PRÁTICAS POPULARES DE SAÚDE EM SÃO PAULO ENTRE 1950 E 1980.

Antonio Carlos Duarte de Carvalho - FMRP - USP

> *O conflito entre a medicina científica e a popular está sintetizado nas pessoas do médico e do curandeiro. Cada um representa a mais alta expressão em seu campo respetivo (...). A crítica aos médicos e a seus métodos profissionais está mais arraigada entre os pacientes de nível social mais baixo e em muitos casos baseia-se somente na absoluta incompreensão da medicina, seus métodos e suas limitações (...). Apesar de todos os obstáculos encontrados pelo médico em sua tarefa, os progressos conseguidos são evidentes (...). Convém fazer notar que a medicina popular está evidentemente na defensiva em grau considerável, apesar de sua ubiqüidade. Muitas pessoas de grande conhecimento nessas doutrinas fizeram patente aos investigadores que não acreditavam em tais tolices. Grande parte das pessoas beneficiadas pelos Centros de Saúde desejariam que se afastassem as crendices populares e tornasse compreensível a elas a medicina moderna. O processo gradual de educação e de estímulo e, sobretudo, uma verdadeira compreensão e simpatia da população, muito ajudaram a conseguir este propósito.* [1]

Neste trabalho investigamos o processo de mudança cultural com relação aos hábitos e práticas populares de saúde em São Paulo, nas décadas de 50, 60

e 70 do século XX. Para isto, analisamos uma série de fontes, que vão desde os documentos produzidos pelo aparato estatal, artigos publicados em revistas especializadas na área da saúde, produção teórica dos folcloristas que estudaram a temática das práticas populares, até a documentação produzida pelo judiciário (processos crime e acórdãos judiciários) que envolvem decisões da Justiça sobre acusações de prática ilegal da medicina e exercício ilícito de profissões da área médica.

Identificamos que durante as décadas de 50 a 70, a sociedade brasileira passou pela intensificação de uma série de transformações advindas, entre outros motivos, do processo de abertura da economia do país ao capital multinacional. Estas transformações, que se iniciam em períodos anteriores, e encontram pleno desenvolvimento no período estudado, vão desde a estruturação/reestruturação do parque industrial brasileiro, até a criação do que alguns autores chamam de "sociedade de consumo", passando por um amplo reordenamento cultural.

Como solução ao suposto atraso da sociedade brasileira, apregoado por amplos setores da elite dominante, propõe-se uma série de projetos modernizadores nos campos econômico, educacional, cultural.

A área da saúde não foge a esta regra, pois com relação às políticas públicas de saúde, vão surgir uma série de propostas e reformulações. Ao mapear as ações da burocracia estatal, com relação aos projetos desta área, identificamos que tiveram como característica geral a pretensão intenção de estender o alcance das ações do Estado até os locais de moradia e convivência da maioria da população, contribuindo para a sua plena integração à nova realidade econômica, social e política do país.

Identificamos e discutimos as diferentes visões que médicos e folcloristas tinham a respeito dos hábitos e práticas populares de saúde e dos curandeiros no período compreendido entre os anos 50 a 80.

Os médicos tinham uma visão muito facciosa dos hábitos e práticas

populares de saúde e dos curandeiros, pois viam neles e em suas práticas os principais empecilhos à conquista da desejada hegemonia no "mercado das curas". Por isso, além de rejeitarem qualquer proposta de trégua em relação ao combate às praticas ilegais de medicina, ainda pressionavam, através dos Conselhos de Medicina e de uma maciça contribuição às revistas especializadas, para que o aparato estatal cumprisse seu papel de normatizador, disciplinarizador da atuação dos indivíduos não habilitados, por Faculdades reconhecidas, nas profissões da área médica.

Apesar disto, identificamos que durante todo o período, muitas vezes, a proximidade entre os projetos e perspectivas dos médicos e dos curandeiros acaba por equipará-los nas ações e reações. Nesse sentido, mesmo sabendo que estavam em campos opostos, identificamos que haviam práticas e crenças compartilhadas por médicos e curandeiros, o que muitas vezes, os aproximava culturalmente. Um exemplo disso aparece nos intermináveis diálogos entre o médium Mirabelli e os médicos psiquiatras que o examinaram, a pedido da Justiça. Notamos que, apesar da distância que os separava, e apesar de, no momento dos "interrogatórios", ocuparem lados completamente opostos, tanto o médium quanto os médicos acreditavam que algumas pessoas poderiam possuir poderes ou habilidades especiais. O Laudo Psiquiátrico produzido pelos médicos, sob encomenda da Justiça, mostra que o médium desejava ser aceito e reconhecido pelas autoridades e pelos médicos como um indivíduo diferenciado, possuidor de poderes e habilidades especiais, e que os médicos que elaboraram o Laudo, acreditavam que ele realmente era possuidor dessas habilidades e poderes, muito embora (na visão deles) os utilizasse mais em benefício do próprio enriquecimento, do que para ajudar as pessoas que o procuravam. Percebe-se, no diálogo estabelecido por eles, que havia um certo respeito e admiração mútuos, que os aproximava e colocava, talvez, dentro do mesmo campo cultural.

Com relação aos folcloristas, identificamos que apresentavam uma

visão mais refinada em relação aos hábitos e práticas populares de saúde e aos curandeiros, com um interesse direcionado para a questão das mudanças culturais que estavam em curso no período. Sua preocupação com o registro das práticas populares de saúde, e as pesquisas que realizaram neste sentido, serviram, tanto para preservar a memória de algumas daquelas práticas, quanto para, muitas vezes, subsidiar o currículo das Faculdades de Medicina e os projetos intervencionistas do Estado na área, visto que ao pesquisarem determinada prática estavam registrando-a, esquadrinhado-a, e, ao mesmo tempo, consciente ou inconscientemente, colocando-a a serviço do poder. Aliás, identificamos que, além de subsidiarem as ações do Estado com seus trabalhos, muitos folcloristas chegaram a ocupar, eles mesmos, em função do prestígio adquirido com seus trabalhos, postos no aparato estatal.

Com a análise dos acórdãos judiciários, percebemos que a discussão paradigmática estabelecida nos tribunais superiores, na maioria das vezes, tornava suas decisões sobre crimes envolvendo as práticas populares de saúde e sobre os curandeiros, mais brandas do que as deliberações das primeiras instâncias. Afastados que estavam do espaço em que ocorrera o evento que originara o processo, os juízes superiores, por analisavam recursos do Estado todo, tinham uma visão mais ampla, mas suas decisões pouco contribuíram para alterar as visões e decisões traçadas pelos tribunais inferiores. Os juízes das primeiras instâncias, talvez por estarem mais próximos dos envolvidos, acabavam levando muito em consideração os depoimentos e a documentação produzida nos inquéritos policiais, que nem sempre eram totalmente neutras e confiáveis. Dessa forma, quase sempre acabavam decidindo, de forma mais rígida, pela condenação dos acusados.

De forma geral, notamos que, durante as décadas de 50, 60 e 70, o combate às práticas consideradas “ilícitas” continuou muito intenso nos tribunais brasileiros, muito embora seja necessário destacar que, neste período, não existe mais, o

ímpeto punitivo em relação às práticas populares de medicina, que caracterizou a Justiça brasileira nas décadas de 30 e 40.

Com a análise dos processos-crime, notamos que o combate às "práticas ilícitas" no campo da saúde, antes centrado na perseguição dos curandeiros, desloca-se, nas décadas de 50, 60 e 70, para a perseguição preferencial aos praticantes do Exercício Ilegal das Profissões da área da saúde como Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem. Este deslocamento coincide com a regulamentação e o surgimento dos Conselhos de Fiscalização do Exercício destas profissões, que passam a atuar inclusive como provocadores das ações da Justiça. Os processos, por serem uma documentação mais rica em detalhes do que os acórdãos nos permitiram também, muitas vezes, caracterizar o curandeiro, sua suposta vítima e também identificar as principais linhas de defesa e acusação presentes no julgamento do caso.

Outro aspecto importante que apontamos foi que, durante todo o período, paralelamente à repressão através da ação da Justiça, vai ocorrendo um paulatino movimento de incorporação, pela Medicina erudita, das práticas e conhecimentos populares de saúde comprovadamente eficientes, como é o caso, por exemplo, de algumas ervas medicinais, da acupuntura e de outros procedimentos, que durante muito tempo foram considerados coisa de curandeiro, mas que, no decorrer das décadas de 50, 60 e 70, foram definitivamente incorporadas pela medicina erudita, chegando a se constituir como ramos desta medicina e a fazer parte dos currículos das Faculdades. Esta incorporação promoveu, ao mesmo tempo, um certo esvaziamento do campo da medicina popular e um aumento da legitimidade da medicina erudita junto à população, pois a incorporação de práticas, procedimentos e até "medicamentos populares" por esta medicina, serviu efetivamente (além do possível aumento da qualidade da medicina oferecida à população) para aproxima-la das camadas mais pobres da população.

De forma geral, ao estudarmos a questão das práticas populares de medicina e das ações do Estado na área da saúde, em São Paulo, no referido período, percebemos que o cerceamento às práticas populares de saúde, caminhou lado a lado com as políticas de reeducação, implantadas pelo Estado, e com a incorporação pela medicina erudita dos conhecimentos populares eficientes. De prática proibida, num certo período, a medicina popular passou a ser prática cerceada e, por fim, tolerada. De figura central, o curandeiro, categoria na qual estão incluídos os ervateiros, as benzedeiras e outros praticantes da medicina popular, passa a representar um papel secundário na sociedade e deixa, por isto, de ser o principal alvo da Justiça. Anônimo, ele continua a existir, mas hoje já não representa uma "ameaça" ao Estado ou aos médicos diplomados, pois ao contrário de antes, quando por uma série de razões tinha a preferência da população, ele não é mais considerado, pela maioria da população, como a primeira opção quando ela necessita de atendimento na área da saúde.

Como bem expressa o texto citado na abertura dessas considerações finais, *"a medicina popular esta evidentemente na defensiva em grau considerável, apesar da sua ubiqüidade"* [2].

Essa ubiqüidade, essa onipresença, apontada pela autora em 1952, ainda no início deste processo que nos esforçamos por entender, talvez explique a sobrevivência dessas práticas e hábitos sob novas formas e sua periódica "volta por cima" quando menos se espera, mesmo sem a existência das condições ideais para sua sobrevivência e reprodução.

Afinal, mesmo após esses anos todos de perseguição e cerceamento, é difícil achar quem nunca tenha tomado um chazinho "receitado" pela vovó, uma "receita milagrosa" da tia distante, ou quem nunca tenha buscado apoio nas rezas da benzedeira, e muitas vezes se sentido bem, e "curado", por estes procedimentos populares, tão perseguidos e cerceados durante o período estudado.

[1] GRANT, M. "Influência dos costumes e crendices populares nos serviços de um centro de saúde". *Boletin da la Oficina Sanitária Panamericana.* Ano 31 - Vol. XXXIII, outubro de 1952, n. 4, p. 1420 -1438.

[2] GRANT, M. "Influência dos costumes e crendices populares nos serviços de um centro de saúde". *Boletin da la Oficina Sanitária Panamericana*. Ano 31 - Vol. XXXIII, outubro de 1952, n. 4, p. 1435.

Socialismo possível em terras tupiniquins: A governança progressista

Antonio Carlos da Silva* - FTE

Democracia e Justiça Social. Dois elementos fundamentais e interdependentes para a construção igualitária de um país que prima pela Liberdade. Em teoria, tal consideração remonta aos primórdios da Revolução Francesa e qualifica as nações com potencial econômico e político para enfrentar as intempéries da modernização. Neste contexto, a proposta social democrata se apresenta como uma opção sensível às demandas de distribuição de renda e riqueza do país de forma equilibrada. Além disso, ao interpretar a vontade política da maioria da sociedade, é capaz de atender essas expectativas em médio prazo - com respeito aos planos de governo e a representação partidária de poder.

Desde o final do século XIX, as diversas ramificações do socialismo europeu promovem incursões continentais para disseminar o ideal de sociedade. Contudo, as diretrizes da social democracia reformista se tornaram mais condizentes com as características que o mundo assume nos últimos trinta anos (1970/2000), pois se situa numa fronteira tênue entre o socialismo revolucionário e o Liberalismo - pedra angular de sustentação ideológica da "Era das Revoluções" (1789-1848), que constituiu nossa atual sociedade.

Duas considerações merecem atenção: ao afirmar a democracia como princípio inalienável, a social democracia mantém latente sua vocação revolucionária e assume, de vez, sua participação no sistema partidário de representação do poder. Sem embargo, rejeita a determinação manifesta na obra marxista de consolidar uma ditadura do proletariado.

> "Os comunistas de toda a parte apoiam todos os movimentos revolucionários contra a ordem das coisas social e política existentes. Em todos estes movimentos trazem para frente, como a questão capital em cada, a questão da propriedade, não importa em que grau de desenvolvimento na época. Finalmente, trabalham por toda parte para a união e concórdia dos partidos democratas de todos os países" (MARX & ENGELS, 1997: 66-67).

Com relação ao Liberalismo, vale elucidar que, apesar da convivência (quase) pacífica com as inquirições promovidas pela "mão invisível smithiana", a social democracia propõe uma alternativa conciliadora entre as regras competitivas do Mercado e a necessária intervenção do Estado na economia, isto é, respeitando os interesses da sociedade na sua forma de representação política.

---

* Doutor pela Universidad de Leon, Espanha. Coordenador de Pesquisa/Professor da Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE) e integrante do SLAS (*Society of Latin American Studies*).

Destarte, aprofunda o paradoxo da soberania. Isto é, ao rejeitar o perfil revolucionário, se põe em questão a viabilidade de firmar o projeto socialista que elimine os privilégios de classe e da propriedade privada.

Retira da sociedade sua opção de escolher e nomear seu poder executivo - sem diminuir o Estado, ou seja, sua real representação - promovendo, contraditoriamente, uma manutenção da ordem vigente e suas instituições políticas. Portanto, suspendem os direitos do Homem e do cidadão.

Será, então, que o confinamento democrático caracteriza o socialismo como catarse do sistema capitalista, só que ao invés de aliviar definitivamente os horrores da não-liberdade, conscientiza os agentes econômicos e políticos do seu purgatório eterno?

Bem, colocamos em xeque-mate a assertiva, válida para o movimento socialista - entendido como o produto das leis do desenvolvimento do capitalismo -, que "excepcionalidade e caráter temporário são dois atributos estreitamente interligados: toda situação excepcional é vista, em princípio, como temporária"(BOBBIO, 1998: 177).

Não parece ser o caso do capitalismo. Resta avaliar, recuperando a provocação de Roseli Coelho, se a social democracia é a sua grande chantagem.

Assim sendo, e acreditando na proposta social democrata, exposta nos três grandes objetivos-chave (justiça social, distribuição igualitária de renda e liberdade), também é relevante destacar alguns pressupostos fundamentais que cerceiam essa alternativa de poder:

- Não abdicar, em nenhum momento, da forma de governo democrática, que constitui um valor em si mesmo para os socialistas contrários a revolução;
- Não promover a abolição do Mercado, isto com respeito ao direito da sociedade intervir, através do Estado, neste sistema para corrigir suas distorções e produzir um grau maior de igualdade social; e
- Atribuir uma motivação ética na criação de vantagens competitivas entre as nações, pois a emancipação da humanidade envolve uma indisposição crescente da sociedade com relação ao aumento sem controle da desigualdade social resultante deste processo.

Convenhamos, tais pressupostos são possíveis nos países em que a proposta social democrata foi originada. Tal fato ocorre porque, citando o exemplo da União Européia (UE), os objetivos fundamentais para expandirem o ideal socialista no atual cenário de mundialização da produção e internacionalização do capital já foram (em grande parte) cumpridos.

Não é o caso do Brasil. Desde os primórdios da Proclamação da República, em 1889, a sociedade brasileira permanece intrinsecamente autoritária, sem conseguir concretizar os princípios do liberalismo e da própria República.

A herança autoritária deve-se, aceitando a interpretação de Roberto Schwarz (1997), as peculiaridades de uma sociedade na qual o liberalismo se instala sobre uma economia escravista. A estrutura fortemente hierárquica no país agrava um dos temas capitais da filosofia política: a manifesta discórdia no Estado. O tema recorrente não é o da liberdade do indivíduo com respeito ao Estado, mas o da unidade do Estado com relação ao indivíduo.

Portanto, como descreve Chauí,

> "indistinção entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às idéias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe" (CHAUI, 1994: 48).

Em suma, parafraseando a filósofa da USP (Universidade de São Paulo), as relações sociais no Brasil se confirmam sob os auspícios da tutela e do favor e, por conseguinte, a legalidade se constitui numa contínua transgressão do Direito e da Justiça Social em favor dos "donos do poder" – expressão cunhada por Raymundo Faoro. Em termos de possibilidade revolucionária, o caso brasileiro atende aos limites do paroxismo. Com o Golpe de Estado de 1964, ironicamente chamado de "revolução", os movimentos sociais e políticos são sufocados pelo Nacionalismo Responsável e a sociedade tomada por um sentimento de suplantar as barreiras da modernidade.

O novo regime, designado na ditadura militar, promove a corrupção do Estado ao pretender transformar o Brasil numa potência econômica às margens do poder exercido pela Tríade até o final do século. Como se não bastasse, assume seu pragmatismo com base no modelo econômico de dependência do capital externo e ilimitado poder - consolidado nas obscuras leis de exceção: os Atos Institucionais e os Atos Complementares. Tais medidas aprofundaram o paradoxo do poder e se tornam conflitantes com a própria denominação do conceito de ditadura.

Vejamos, Rousseau ao analisar essa forma de governo absoluto, expõe que a ditadura, em determinados e especiais casos, garante a segurança pública sem alterar a autoridade das leis.

Portanto, a alteração incorre na forma da sua aplicação, observando que em casos de real perigo para a nação é necessário silenciar todas as leis, suspendendo momentaneamente a autoridade soberana.

> "A suspensão da autoridade legislativa não a abole; o magistrado que pode silenciá-la não a pode fazer falar: domina-a sem poder representá-la. Tudo pode fazer, exceto as leis" (ROUSSEAU, 1997: Livro IV-Cap. IV).

Diante disto, Rousseau insiste no caráter executivo da ditadura, afirmando que o ditador pode fazer calar as leis, mas não tem o poder de promulgar novas leis.

Sustenta a história, no entanto, que a Modernização Conservadora empregada pelos estrategistas militares derrubou o governo de João Goulart, ou seja, um governo populista. Logo prescreveu uma contradição/inaptidão inerente à própria sociedade brasileira para estabelecer uma Democracia com representatividade e participação popular efetiva.

À vista disso, recorre Chaui, mesmo com o arrefecimento das diretrizes despóticas do regime militar a partir de 1974, com a introdução das eleições proporcionais e visibilidade para o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB),

> "sem dúvida, incorreríamos em grave engano se imaginássemos que as reivindicações, contestações e resistências vindas da sociedade possuíam as mesmas origens, as mesmas motivações e os mesmos conteúdos, ainda que globalmente aparecessem como luta social pela democratização" (CHAUI, 1994: 52).

Em uma sociedade na qual a cidadania não é conquistada, mas concedida numa relação hierárquica de mando e obediência, a desigualdade é a palavra-chave e a esperada reação dos desprestigiados na pirâmide social não acontece. O relaxamento político e o intelectual, nas relações entre o público e o privado, promovem uma forma de dependência em que as raízes são inescrutáveis e, por vezes, consideradas a regra da vida social e cultural da população brasileira.

A constatação nos remete a motivação ética para superar o aumento irresponsável das disparidades sociais - um dos pressupostos básicos enunciados como necessários para efetuar uma proposta social democrata. Isso de maneira muito simples, porque não podemos pensar na ação ética sem correlacioná-la a uma ação política.

Seguindo a orientação filosófica, o sujeito ao realizar uma ação - na medida em que estabelece uma relação de contradição/conflito com os valores e o caráter nacional -, sua atitude ou é de conformismo ou de contraposição à moralidade abstrata da sociedade em que ele convive. Como não é possível separar nitidamente a linha tênue entre a ação ética e a ação política ocorre à presença maciça da violência - o que na sociedade brasileira é um exemplo corriqueiro.

Pois bem, não a exasperação do conceito de violência, entendido como um ato que produz crime contra a propriedade ou a ordem. Mas, a violência no seu grau extremo, aquela que transgride a existência do "Eu". Porque, do ponto de vista ético, cometemos um ato de violência se, nas relações sociais, não considerarmos o outro como sujeito, racional, consciente e, acima de tudo, responsável pelos seus próprios atos. Seria a "mercantilização da vida humana", o rebaixamento conivente do Homem Produtor e senhor dos meios de produção ao simples resultado do processo produtivo: a mercadoria.

No caso específico da sociedade brasileira, autoritária e passiva,

> "a moralidade abstrata universal da classe dominante e o cotidiano social é quase intransponível. A sociedade faz discriminação de classe, é racista, é sexista, transforma todas as diferenças em desigualdades, ela transforma as desigualdades em relação entre inferior que obedece e um superior que manda (...)
> Nós temos uma sociedade que discute continuamente a necessidade da ética - a ética na política, a ética nas profissões, a ética médica, a ética da empresa - sem se dar conta que ela expulsou a realização da ética como sociedade (...)
> Porque ela é uma sociedade que se realiza institucionalmente e estruturalmente sob a forma da violência" (CHAUI, 2000: 52-53).

Para complicar ainda mais, as leis, ao invés de servirem como instrumento do bem viver, definindo direitos e deveres assumem a forma de "lethal weapon" para preservar os privilégios e ampliar os mecanismos de repressão e opressão.

O desconhecimento em relação à esfera pública e a privada, beirando a indiferença, transferem à representação política uma cumplicidade de desmando, ou seja, o arbítrio permissivo torna-se constante nas diretrizes governamentais e base de sustentação para o ordenamento das instituições políticas. Diante disto, a racionalização política cede espaço para um tipo de dominação legal, divergente do ideário burocrático em Max Weber (1864-1920)[1], que a coisa pública é tratada com distinção do compromisso do cidadão em relação ao bem privado.

Uma correlação imediata com o princípio "yin e yang" (essência da complementaridade para os irientais), onde a ressonância com a idéia de República platônica somente seria possível se os indivíduos compreendessem seu papel na criação e desenvolvimento de uma sociedade que tem por objetivo a realização de Liberdade e Justiça Social - entendida como atribuição a cada um da obrigação que lhe cabe, de acordo com as próprias aptidões e representados por um órgão comum, na esfera política e econômica, o Estado.

---

[1] Para Weber, ao definir a tipologia das formas que comandam a obediência e conferem legitimidade ao poder, a Burocracia é a expressão máxima, pois é destinada a perpetuar as relações de dominação/sujeição. Sem embargo, essa racionalização burocrática (sempre) contrapõe a liberdade política. Ver WEBER, Max. *Ciência e Política:* duas vocações. São Paulo, Cultrix, 2000.

No Brasil, entretanto, o rompimento com a estrutura democrática é feito, sem cerimônia, em nome dos ideais democráticos. Mais um paradoxo dentro do território nacional, se considerarmos a nossa sociedade intolerante com as manifestações públicas das contradições - criadas e exacerbadas na permissiva desigualdade e divisão social.

Somos uma sociedade, complementa Chauí, "onde a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através da nacional-popular" (CHAUI, 1994: 60).

Uma clássica alegoria serve para ilustrar nossa assertiva. Ao escrever a obra "O Alienista", Machado de Assis (1839-1908) discorre sobre um dos principais temas recorrentes no país: a corrupção da coisa pública em benefício de (alguns) agentes privados.

A novela é verdadeiramente exemplar e, dado o caráter lacônico do trecho em apreço, convém reproduzi-lo conforme o enunciado pelo cientista social Eduardo Giannetti da Fonseca:

> "Impasse em Itaguaí. O doutor Bacamarte tinha razão: saúde mental é dever do Estado. Os loucos mansos e furiosos da cidade - e quem ousaria dizer quantos seriam?
> - não podiam prosseguir como estavam, soltos nas ruas, à mercê de seus surtos e esquisitices. A criação de um grande e modelar hospício público, todos concordavam, era uma prioridade inadiável.
> Mas como financiar a obra? Quem iria pagar pela construção do prédio e pelos custos de internação dos dementes?
> O orçamento da cidade - estourado como sempre -, não comportava mais nada. Pior: tudo em Itaguaí parecia estar já tributado.
> De onde tirar o dinheiro?Foi aí que a câmara municipal da cidade encontrou uma saída inovadora:
> Depois de longos estudos, assentou-se em permitir o uso de dois penachos nos cavalos dos enterros; quem quisesse emplumar os cavalos de um coche mortuário pagaria dois tostões à câmara, repetindo-se tantas vezes esta quantia quantas fossem as horas decorridas entre a do falecimento e a da última benção na sepultura.
> Pronto! Estava desfeito o nó.
> O técnico do governo, é verdade, perdeu-se nos cálculos aritméticos do rendimento possível da nova taxa, mas o doutor Bacamarte nunca precisou reclamar por falta de verbas.
> Se o projeto do hospício, demasiado à frente de seu tempo, acabou fracassando, nem por isso o novo tributo deixou de existir. Simplesmente, perpetuou-se. Itaguaí não é aqui" (GIANNETTI, 2000: 113-114).

O modernismo serve como panacéia aos problemas e dissabores nacionais. No caso em apreço, o desvio de uma parte da carga tributária serve para a determinação irracional.

Logo, a classe dominante apela para técnicas racionalizadoras para combater o mal maior e insufla a união popular nesta caçada aos agentes responsáveis pela transgressão que ameaça a paz nacional - que via de regra, alude à pacificação e conivência irrestrita ao "roubo" empregado ao patrimônio público. Se "o tempo é o mágico de todas as traições", como dizia Guimarães Rosa, o passado pode e deve (esse é o principal objetivo da História) iluminar o presente. Deste modo, não podemos omitir que a sociedade brasileira tem empregado um esforço hercúleo contra o "autoritarismo democrático".

A presença marcante da contradição persiste, como o falacioso episódio patrocinado pelas elites brasileiras no processo de impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello (1992), onde a turba, caracterizada pela juvenil transcrição de caras pintadas, pediam um basta à corrupção através do impeachment, mas estavam simplesmente isolados sem compreender que o destino do país estava traçado e, valendo o antigo adágio: "quem é dado por morto vive mais" - não o presidente Collor e sim a inescrupulosa corrupção.

Apesar do insucesso e dos arremedos de utopia revolucionária na história política brasileira, apontamos que, na democracia, os obstáculos para transformação são quase intransponíveis se a sociedade negligenciar, na luta pela conquista e evolução da cidadania, o princípio da isegoria - o direito universal de todo cidadão expor suas idéias e opinar criticamente frente às decisões que permeiam a "coisa pública".

Para isso, é necessário prover educação e consciência crítica - ordenado pelo Estado e atendendo sua representatividade - do indispensável instrumento para o bem viver: a Política. Isto é, para nutrir no seio das capitais periféricas à beira da ruína econômica, que é o caso do Brasil, se as regras e estratégias da política econômica não atentarem para a equação desenvolvimento sustentável e distribuição justa da renda nacional, não construiremos uma nova perspectiva civilizadora. Entretanto, precisamos ampliar o debate público consciente e crítico para as drásticas conseqüências das constantes - e cada vez em espaços de tempos menores - crises dos mercados financeiros que podem ofuscar e, até mesmo seguindo o espectro argentino, provocar a falência da nossa "modernização retardatária".

A relação tripartite Liberdade, Representação e Participação é a argamassa para construção do plano político institucional intrinsecamente ligado ao plano de formação da sociedade brasileira como um todo. Por conseguinte, nessa proposta de sociedade não cabe a afirmação equivocada de Estado sem a idéia e a prática de representação política.

O objetivo é literalmente quebrar a forma clientelística e populista do sistema partidário nacional. Conseqüentemente, compreender que o princípio de "yin e yang" é de suma

importância para impedir que a continuidade do processo político dependa da relação de favores e fortalecimento do jogo de poder unilateral e incoerente com a prática democrática no seu sentido mais amplo: o ideal de isonomia. É por isso que, tendo em conta que estamos em plena era do "socialismo realmente existente", o debate racional e público sobre democracia torna-se, embora extremamente difícil, necessário e emergencial em nosso cotidiano.

Salientamos que, desde o século XIX, atendendo as aplicações à filosofia social e política de John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, a democracia mais ameaça do que protege a Liberdade e a Justiça Social dos países periféricos. Por conseguinte, amargando uma intolerante hierarquia entre as classes, típica na sociedade desigual brasileira que, em determinados casos, apresentam-se como "castas intransponíveis" para a escalada da pirâmide social.

Cabe aqui uma pequena ressalva. Considerando que o objetivo do voto livre, uma das principais características da democracia, não é o de garantir direitos, mas possibilitar ao povo um instrumento determinante para se livrar de governos impopulares e corruptos, vale a assertiva histórica de que o poder obtido a partir de Golpes de Estado pode, o caso brasileiro é ilustrativo, graças ao sufrágio universal, eternizar uma proposta que atenda aos interesses de uma minoria no perdulário jogo da troca e dos favores.

A falta de educação e de consciência política, administrada por um Estado equivocado frente as suas atribuições, causa o grande impasse para os socialistas no tocante a definir qual seria o papel da democracia e a sua ligação orgânica com o capitalismo.

Ao aceitar as regras de inclusão na disputa pelo poder os sociais democratas implicitamente mantêm a Ordem e as Instituições políticas existentes.

Ao invés de prover e cuidar do bem estar de todos os cidadãos, sendo voz e real representação dos seus anseios, o idealizado governo do povo preconizado pelos socialistas, embora pertença ao povo, não pode ser exercido pelo povo.

Uma contradição aparente e fugaz, pois, aludindo ao estupor shakespeareano em Hamlet, a social democracia se presta, em face da encruzilhada de consolidar o ideal ou manter o real, a reflexão sobre a vontade de superar as contingentes aspirações do poder para, em decorrência do discernimento político, assimilar os interesses dos cidadãos e promover o equilibrado desenvolvimento sustentável com distribuição da riqueza (Liberdade e Justiça Social).

Eis a dúvida premente: "Será mais nobre suportar na mente. As flechadas da trágica fortuna. Ou tomar armas contra um mar de escolhos. E enfrentando-os, vencer?" (SHAKESPEARE, 1995: 89).

A premissa continua comum nos partidos socialistas democratas, ainda mais ao verificarmos uma maior abrangência no tocante a indisposição dos cidadãos em prestar lealdade a um governo que, apesar de legitimado pelo sufrágio, apresenta extrema vulnerabilidade às perturbações cíclicas da economia mundial.

Os governos estão diante de uma situação ambivalente e fora de seu controle. As democracias liberais não conseguem enfrentar, na mesma relação espaço/tempo, as idiossincrasias num mundo atrelado ao processo de mundialização da produção e internacionalização do capital. Contudo, a sociedade, apoiada na sua legitimidade via sufrágio, exige do Estado respostas que ele não tem poder para executar.

Logo, assevera Hobsbawm,

> "a vontade do povo, independente de como é expressa, não pode determinar as tarefas específicas do governo. Como observaram Sidney e Beatrice Webb com respeito aos sindicatos, a vontade do povo não pode avaliar projetos, apenas resultados.
> Ela é muitíssimo melhor quando se trata de votar contra do que a favor. Quando ela alcança uma de suas grandes vitórias negativas, tais como a derrubada de 50 anos de regimes corruptos do pós-guerra na Itália e no Japão, é incapaz, por si só, de fornecer uma alternativa" (HOBSBAWM, 09/09/2001: 4).

Parafraseando o historiador, veremos se a sociedade é capaz de fazê-lo quando se trata de um país tão extenso quanto o Brasil. A alternativa social democrata procura expressar a vontade da sociedade em conseguir superar a barreira que se interpõe sobre as decisões de interesse do povo e as decisões resultantes dos ajustes de uma economia sem fronteiras à base de um sonhado "Estado do bem-estar".

Será que a solução mais condizente para os governos democráticos consiste em atenuar o processo de governo alternativo?

Em outras palavras, manter o processo decisório distante da política de representação aumentado a desconfiança da sociedade em relação aos seus governantes e piorando os indicadores de opinião pública sobre o governo - em decorrência da discórdia deflagrada no Estado?

Cabe ao movimento de esquerda repensar o socialismo de maneira séria e múltipla dentro do ambiente acadêmico por exemplo, pois ele torna-se em nosso país indispensável para enfrentar as regras de competição mundial.

Os partidos sociais democratas, em meio ao paradoxo da estagnação da economia mundial no centro do capitalismo moderno, precisam em essência constituir mais conceitos possíveis para o socialismo do que críticas ao capitalismo.

Decidir se há um nexo entre tirania/despotismo e socialismo/democracia é o elo que deixamos de boa vontade à decisão do Tribunal da História. Afinal, consoante Nietzsche, "há um mundo novo ainda por descobrir, e até mais de um! Aos vossos navios, todos a bordo...".

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado de. O Alienista. Obras Completas. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1998.

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília, Ed. UnB, 1998.

CHAUI, Marilena. A interrogação permanente de Marilena Chauí (entrevista exclusiva). Cult, n.º 35, junho de 2000, p. 52-53.

CHAUI, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo, Brasiliense, 1994.

GIANNETTI, Eduardo. Nada é tudo. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

HOBSBAWM, Eric. A falência da democracia. Folha de São Paulo, 09/09/2001, p. 4.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1997.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Contrato Social. São Paulo, Nova Cultural, 1997.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p. 89.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo, Cultrix, 2000.

Materialismo e pós-modernismo: novo debate e velhas questões

Antonio Cícero Cassiano Sousa
Professor da rede FAETEC e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense

O tema deste artigo é o confronto entre dois debates importantes na história do marxismo. Em 1908, foi lançado *Materialismo e empiriocriticismo,* de V. I. Lênin, em meio a um acirrado debate que apontava para a necessidade do marxismo se adequar às novas descobertas no campo da física como os raios x, a radiatividade e outras.

Em 1989, após o fim do sistema socialista que tinha a União Soviética à frente, ganharam força teorias e teses sobre a defasagem do materialismo histórico nas novas condições criadas pela chamada revolução científico-técnica.

Qual a validade e extensão de tais afirmações é a questão central a ser apresentada, e conseqüentemente que novos desafios teórico-metodológicos interrogam os historiadores, particularmente quanto ao conceito de verdade.

Materialismo e empirocriticismo, de V. I. Lênin, foi escrito em 1908. As circunstâncias de sua elaboração estão ligadas à derrota da Revolução de 1905: refluxo do movimento social e crise no movimento revolucionário. É um período marcado por uma série de questionamentos sobre a atualidade do marxismo e a necessidade de renovação.

O alvo central do autor são os chamados bolcheviques de "esquerda", em especial A. Bogdanov e A. V. Lunatcharski. Bogdanov tem uma trajetória de aproximações e afastamentos do núcleo bolchevique, depois da revolução de 1917 se destaca como um dos organizadores do "Prolekcult", movimento cultural e educacional que propõe uma ruptura absoluta com o passado cultural anterior ao advento do socialismo. Lunatcharski também se afasta dos bolcheviques no período da reação. No início da guerra junta-se aos internacionalistas, onde atuava Trotsky. Depois da revolução, assume importantes posições no governo soviético, entre as quais, Comissário do Povo para a Instrução Pública.

No plano político, esta tendência defendia o boicote ao parlamento, no campo teórico, se dispunha a conciliar o marxismo com as idéias de Ernst Mach e Richard Avenarius, conhecidas como empiriocriticismo.

O empiriocriticismo pretendia resolver o antigo problema que opõe idealistas e materialistas em correntes filosóficas opostas. Do empirismo, extrai o princípio de que todos os nossos conhecimentos advém da experiência. O criticismo adotado supõe que este conhecimento se limita ao que a experiência sensível pode captar; tratar-se-ia de metafísica pensar que no mundo exterior poderia estar a origem das sensações.[1]

Os seguidores russos de Mach e Avenarius, com base na afirmação de F. Engels, de que "ante todo o grande descobrimento nas ciências naturais o materialismo deve mudar de forma" e as novas descobertas no campo da física do final do século XIX, pensavam ser a hora dessa ruptura e viam no empiriocriticismo a contribuição necessária para a renovação do marxismo. Rejeitando a tese da prioridade e da determinação da matéria sobre o pensamento, substituíam-na pela idéia da identidade do espírito e da matéria.[2]

As novas descobertas no campo da física – os raios Röntgen (1895), a radiatividade (1896), o elétron (1897) e o rádio (1898), teriam tornado ultrapassado o conceito de matéria, segundo o empiriocriticismo. (desenvolver com a observação de Lênin sobre energia elétrica como matéria em movimento). Para Lênin materialismo e idealismo estão na base das duas correntes em que se dividia a física no seu tempo, vistas ora como física conceitual e física mecanicista ou realismo físico e simbolismo físico. O autor insistia na importância que o conhecimento do materialismo dialético teria para a solução de importantes problemas nas ciências naturais.

Os três primeiros capítulos da obra tratam do confronto entre as teorias do conhecimento no empiriocriticismo e no materialismo dialético. A segunda parte dá conta das últimas descobertas na física e sua influência junto aos machistas russos e

[1] V. I. Lênin, *Materialismo e empiriocriticismo*, Rio de Janeiro, Leitura, 1965 (?), p. 140.

das modificações que estes apresentavam como necessárias no materialismo histórico com a adoção dessas novas contribuições.

O ponto de virada proposto pelos machistas russos implicava rever significativamente a teoria marxista do conhecimento. Os eixos desta teoria estavam assim estabelecidos:

1. As coisas têm existência independente da consciência;

2. Não existe diferença de princípio entre o fenômeno e a coisa em si (daí ser possível falar em reflexo filosófico);

3. O conhecimento nasce da ignorância; o conhecimento vago e incompleto se torna conhecimento mais adequado e mais preciso. [3] (p. 128).

Isto implica em dizer que "as categorias e esquemas lógicos (dialéticos) existem fora e independentemente do pensamento, como leis universais do desenvolvimento do universo, as quais se refletem na consciência coletiva do grupo humano"; e que o homem pensa em unidade com a sociedade historicamente determinada. [4]

Estes princípios permitem falar da existência de uma verdade objetiva e das possibilidades ilimitadas do pensamento humano, refutando os limites impostos pelo agnosticismo:

> "Desse modo, o pensamento humano é, por sua natureza capaz de dar-nos e nos dá efetivamente a verdade absoluta, que não é senão uma soma de verdades relativas. Cada etapa do desenvolvimento das ciências acrescenta novas parcelas a esta soma de verdade absoluta, mas os limites da verdade de toda tese científica são relativos, ora amplos, ora restritos, na proporção do progresso das ciências".[5]

A verdade como correspondência com a realidade, acompanhada da idéia da prática como critério para sua validação é o ponto de partida da teorização marxista.

---

[2] Dominique LECOURT, Para uma leitura de 'Materialismo e empiriocriticismo', *Oitenta*, Porto Alegre, (7), pp. 46-48.
[3] V. I. Lênin, *op. cit*. p. 128.
[4] Ciro Flamarion CARDOSO, *Ensaios racionalistas*, Rio de Janeiro, Campus, 1988, p. 4.
[5] V. I. Lênin, *op. cit*., p. 163.

O relativismo que a dialética marxista admite diz respeito aos limites históricos aos quais o conhecimento está submetido, não no sentido de negação da verdade objetiva, como os empiriocriticistas defendiam:

> "A negação da verdade objetiva vem do agnosticismo e do subjetivismo. O absurdo dessa negação por parte de Bogdavov, de que o exemplo citado não é o único, relaciona-se nitidamente com as ciências naturais. A história natural não admite dúvida de que sua afirmação da existência da terra antes da humanidade seja uma verdade. Do ponto de vista da teoria materialista do conhecimento, é absolutamente admissível: a existência do que é refletido independentemente de quem reflete (a existência do mundo exterior independentemente da consciência) constitue o postulado fundamental do materialismo".[6]

Nos dias atuais, as diversas variantes do que se chama pós-modernismo defendem um relativismo que impede qualquer possibilidade transformadora do mundo social.

O conceito de matéria assume importância na constituição do materialismo como base filosófica ou da teoria do conhecimento:

> "A matéria é uma categoria filosofica que serve para designar a realidade objetiva proporcionada ao homem em suas sensações, que a copiam, fotografam-na, refletem-na, sem que sua existência lhes fique subordinada. Dizer que essa noção pode envelhecer é balbuciar puerilmente, é admitir os argumentos da filosofia reacionária da moda. O duelo do idealismo e do materialismo pôde envelhecer, em dois mil anos, o desenvolvimento da filosofia? (...) Envelhecido o combate dos adeptos do conhecimento supra-sensível e seus adversários?"[7]

O desdobramento do debate sobre a verdade objetiva requer lembrar a segunda tese contra Feuerbach: o critério da prática como determinante na teoria do conhecimento:

> "Colocar fora da prática a questão da 'correspondência da verdade objetiva em relação ao pensamento humano' é entregar-se à escolástica, diz Marx em sua segunda tese sobre Feuerbach.
>
> ...
>
> "É certo que não se deve esquecer que o critério da prática nunca pode, no fundo, confirmar ou refutar completamente uma idéia humana, qualquer que seja. Esse critério é, igualmente, bastante 'vago' para não permitir que os conhecimentos humanos se tornem 'absolutos'; é, entretanto, suficientemente determinado para permitir uma luta implacável contra todas as variedades do idealismo e do agnosticismo".

---

[6] *Ibid*., p. 150.
[7] *Ibid*., pp. 156-157.

...

> "A única conclusão que se pode tirar da opinião, partilhada pelos marxistas, de que a teoria de Marx é uma verdade objetiva é a seguinte: *baseando-nos na teoria de Marx*, cada vez mais nos aproximamos da verdade objetiva (sem, entretanto, nunca a esgotar); qualquer outro caminho que sigamos, nos conduzirá, ao contrário, tão somente ao erro e à confusão" [8] (grifos de Lênin).

A segunda parte de *Materialismo e empirocriticismo* se detém no papel que os machistas russos desempenhariam como filósofos idealistas, uma análise do significados das últimas descobertas no campo da física e, por último, da relação entre empiriocriticismo e materialismo histórico.

Quanto à primeira questão, o próprio Mach reconhece que o idealismo crítico de Kant foi seu ponto de partida. Lênin identifica, na trajetória de Mach e Avenarius, um sensível deslizamento do materialismo, em direção ao idealismo de Hume e Berkeley:

> "O caráter essencial da filosofia de Kant é que concilia o materialismo e o idealismo, institue um compromisso entre um e outro, coordena num sistema único duas correntes diferentes e antagônicas da filosofia. Admitindo que uma coisa em si, exterior a nós, corresponde às nossas representações, Kant se exprime como materialista. Afirmando-a inconcebível, transcendente, situada no mais além, Kant exprime-se como idealista". (...)
>
> "Os discípulos de Mach reprovam Kant por ser demasiado materialista; nós o reprovamos por não o ser suficientemente. Os discípulos de Mach criticaram Kant da direita, e nós, da esquerda"[9]

Outro aspecto do agnosticismo combatido por Lênin é a chamada teoria dos símbolos, assim apresentada por Helmholtz:

> "Não designei, linhas atrás, as sensações senão como *símbolos* das circunstâncias exteriores, e recusei-lhes toda analogia com as coisas que representam" (*Otica fisiologica*, p. 579)[10].

Lênin, embora identifique pressupostos de base materialista na teoria dos símbolos, a ela se opõe na sua falta de conexão com a materialidade:

> "Se as sensações, não sendo imagens das coisas, não passam de sinais e de símbolos sem 'nenhuma semelhança' com elas, a premissa materialista de Helmholtz fica prejudicada, a existência dos objetos exteriores torna-se duvidosa,

[8] *Ibid*., pp. 171-172..
[9] *Ibid*., pp. 230-232.
[10] Apud V. I. Lênin, *op. cit*., p. 268

> uma vez que os sinais ou os símbolos podem referir-se também a objetos fictícios, e todos conhecem sinais e símbolos dessa ordem".[11]

Um desdobramento moderno da teoria dos símbolos pode ser visto numa semiótica que veja o signo como simples construção mental (Saussure) ou nas reflexões de Ernst Cassirer sobre o *homem simbólico*:

> "O homem não pode enfrentar-se mais com a realidade de um modo imediato; não pode vê-la, como desejaríamos, frente à frente. A realidade física parece retroceder na mesma proporção que avança sua atividade simbólica. No lugar de tratar com as coisas mesmas, de certa forma, conversa constantemente consigo mesmo. Se vê cercado de formas lingüísticas, de imagens artísticas, de símbolos místicos ou de ritos religiosos, de tal forma que não pode ver ou conhecer nada senão através da interposição deste meio artificial".[12].

Mais adiante, Lênin retoma a crítica:

> "Eis por que Albrecht Rau, discípulo de Feuerbach, condena a teoria dos símbolos de Helmholtz como um desvio inconsequente do 'realismo'. A concepção essencial de Helmholtz, diz Rau, está encerrada no postulado realista de que 'conhecemos com auxilio dos nossos sentidos, as propriedades objetivas das coisas'. A teoria dos símbolos está em desacordo com esse ponto de vista (inteiramente materialista, como já vimos), por que implica uma certa desconfiança em relação à sensibilidade, em relação às indicações dos nossos órgãos dos sentidos. Está fora de dúvida a imagem nunca ser igual ao modelo, mas uma coisa é a imagem e outra coisa é o símbolo, *o sinal convencional*. A imagem supõe, necessária e inevitavelmente, a realidade objetiva que ela 'reflete'. O 'sinal convencional', o simbolo, o hieroglifo são noções que introduzem um elemento inteiramente superfluo do agnosticismo. A. Rau tem também suficiente razão ao dizer que Helmholtz paga com sua teoria, seu tributo ao kantismo [13](grifos de Lenin).

> "O materialismo, em geral, reconhece a realidade objetiva (a matéria) como existindo independentemente da consciência, da sensação e da experiência da humanidade. O materialismo histórico reconhece que a existência social é independente da consciência social da humanidade. Tanto nesse, como naquele caso, a consciência não é senão um reflexo da existência, ou, no melhor dos casos, uma imagem aproximadamente exata (adequada, idealmente precisa). Não se pode suprimir nenhuma premissa fundamental, nenhuma parte essencial dessa filosofia do marxismo, da melhor tempera, monolítica, sem afastá-la da realidade objetiva, sem desviá-la para a mistificação burguesa reacionária"[14]

Ao mesmo tempo que faz uma defesa constante da primazia da matéria, sendo o pensamento, a consciência, a sensibilidade produtos de uma longa evolução, critica o determinismo em que se envolvia o empiriocriticismo :

> "Petzoldt rebatizou a lei da causalidade como lei da *determinação* no sentido único e estabeleceu, em sua teoria, como o veremos mais adiante, a *aprioricidade* dessa lei. (...) Esse autor não eliminou a contradição que constatou em Avenarius e caiu numa grande confusão, porque o mundo exterior, refletido em

[11] *Ibid*. p. 270.
[12] Ernst CASSIRER, *Antropologia filosófica*, México, Fondo de Cultura Econômica, 1987, pp. 47-48.
[13] V. I. Lênin, *op. cit*. p. 271.
[14] V. I. Lênin, *op. cit*., p. 380.

> nossa consciência, existe independentemente dela. Somente essa solução materialista coincide efetivamente com os elementos das ciências naturais e afasta a solução idealista da questão da causalidade proposta por Petzoldt e Mach ... "[15] (grifos de Lênin).

O texto de Lênin representa uma importante tentativa de retomar o debate sobre as bases filosóficas do marxismo. Circunstanciado pela luta política na Rússia de início do século XX, dialoga com importantes problemas que a pesquisa científica enfrentava – alguns igualmente fundamentais, já formulados, são desconhecidos pelo autor, como a teoria da relatividade e a teoria quântica.

Os estudos posteriores de Lênin sobre a questão se encontram nos *Cadernos filosóficos*, publicados em 1929/1930. Dominique Lecourt afirma não haver grandes rupturas entre os dois textos. A teoria do reflexo é retomada, no segundo texto, na expressão "processo sem sujeito". O combate aos idealistas parece não mais obscurecer o papel da construção humana no processo do conhecimento.

É inegável que o fracasso no terreno da luta de classes leva ao questionamento do marxismo. Nesse contexto, espera-se embate marcado por fortes vieses ideológicos, algo bastante distinto do princípio de que mudanças significativas nas ciências naturais devem motivar a revisão das "formas" do materialismo. Por outro lado, deve o marxismo manter sua ambição à unificação teórica dos campos de estudo da natureza e da sociedade, ratificando seu projeto totalizante.

[15] *Ibid*., p. 103

CRESCENDO COMO SÃO CRISTOVÃO: a elite agro-exportadora de Parnaíba e o lugar da educação no desenvolvimento do Piauí.

Antônio de Pádua Carvalho Lopes - UFPI

Pensar a história da educação no Piauí é visualizar o modo como um discurso em torno do que era Piauí e do que se esperava que ele se tornasse foi se constituindo. Vários sujeitos históricos se cruzam na constituição das respostas a essas perguntas. Aqui, procuramos compreender, especificamente, como um grupo desses sujeitos formulou seu discurso em torno da relação escola e sociedade no Piauí: o dos comerciantes agro-exportadores.

Desejamos compreender as relações entre *interesses comerciais*, *educação* e *sociedade,* refletindo sobre o modo como tais interesses instituem-se em elementos formuladores de discursos e reivindicações educacionais consoantes ao modelo de região que os comerciantes agro-exportadores desejavam implementar e ao local da educação na consecução desses objetivos. Analisaremos, também, as representações dos comerciantes agro-exportadores sobre o Piauí.

O recorte histórico proposto para a pesquisa considerou os indícios do período em que a atuação dos comerciantes agro-exportadores teria se voltado para uma ação específica em educação, principalmente, escolar. Assim, o estudo centra-se na Primeira República.

Tomamos como fontes de pesquisa jornais, livros e impressos publicados pela Associação Comercial de Parnaíba, o Livro de Atas da Associação Comercial de Parnaíba, dentre outros documentos que se encontram preservados em arquivos e bibliotecas na cidade de Parnaíba. Utilizamos, também, relatórios, falas e mensagens de governadores e jornais diversos que circularam no período, bem como correspondência manuscritas entre o governo municipal de Parnaíba e o estadual, preservados no Arquivo Público Estadual do Piauí.

Crescendo como São Cristóvão: a elite político-comercial agro-exportadora de Parnaíba e o discurso sobre o seu papel no desenvolvimento do Piauí

A idéia central que norteava a ação da elite político-comercial parnaibana na Primeira República, como um grupo com uma imagem elaborada de si frente aos outros com os quais se relacionava numa determinada configuração [1], era a de que cabia a ela ser um elemento propulsor de ações que, promovendo transformações no Piauí, produzissem a consolidação de sua posição político-econômica e a transformação do Estado. Com uma lista significativa de reivindicações e um desencanto com a República, os comerciantes consideravam que cabia a eles um papel central no processo de transformação da realidade piauiense.

A documentação pesquisada é farta em destacar e conclamar os comerciantes a exercer um papel central no processo de transformação da realidade piauiense e em unir-se em torno de seus interesses. Em documento da comissão nomeada pela Associação Comercial de Parnaíba para avaliar as condições do porto de Amarração, datado de 1910, era afirmado: "[...] si nós fossemos verdadeiros commerciantes promoveríamos a grandeza e enriquecimento da zona em que desenvolvemos nossa actividade."[2]. Há, portanto, uma conclamação para que o comerciante tivesse um papel ativo no desenvolvimento de ações que, transformando o meio circundante, reforçasse a importância e a condição social do comerciante, especialmente, seu papel como grupo civilizador frente aos outros grupos da configuração de então[3]. Essa conclamação dos comerciantes para a ação em prol da região tinha como modelo ideal os industriais norte-americanos, que seriam conscientes da importância econômica de sua intervenção na promoção do desenvolvimento.

Por que interessaria aos grandes comerciantes o investimento na transformação das condições educacionais e dos meios de circulação da região, onde exercem sua atividade econômica? Razões de ordem econômica determinavam esta necessidade de intervenção no desenvolvimento da região:"[...] este engrandecimento nos beneficiaria centuplicadamente, individual e socialmente. Porque a riqueza comercial resulta gráo por

grao do desenvolvimento economico da região a que serve.[4]" Por isso conclamam Parnaíba a patrocinar, de forma autônoma, e às suas próprias custas, o desenvolvimento da região.

Grandeza e enriquecimento da região eram entendidos como melhoria das condições materiais para maior expansão do capital comercial da cidade. A necessidade de desenvolvimento por parte da elite político-comercial advinha da compreensão da importância disso para a manutenção e ampliação da condição de cidade comercial mais importante do Piauí, detida por Parnaíba. Sendo que esta elite tomava para si o papel de articuladora e, muitas vezes, patrocinadora das transformações que considerava essenciais para o desenvolvimento das atividades comerciais. Assim, o investimento no desenvolvimento da região não se tornava importante, como bem exemplificavam os norte-americanos, por filantropia, mas pela necessidade do aumento da produção e de sua circulação para o desenvolvimento econômico da cidade.

Escolas e *vias de comunicação* estariam no cerne das ações progressistas defendidas como necessárias pelas elites político-comerciais de Parnaíba para o progresso da região. Em defesa de seus interesses, os comerciantes realizaram importante movimentação político-econômica no Piauí, na Primeira República, organizando suas lutas em torno de duas idéias básicas: *aberturas de vias de comunicação* e *investimento na transformação do aparato escolar existente.*

Destacavam-se, na motivação desse grupo social, dois pontos importantes: de um lado, a idéia de não contemplação nas ações do Estado dos interesses dos comerciantes; de outro, a conclamação para uma atitude decisiva e organizada em defesa de seus interesses e no enfrentamento dos obstáculos, já demarcados, para o desenvolvimento da ação dos comerciantes no Piauí. Destes obstáculos enfocavam o da circulação de mercadorias e pessoas – porto e estradas. Exemplar foi a luta pelo porto, luta para a qual eram conclamados os parnaibanos, em nome dos benefícios que ela traria para a região. Parnaíba deveria melhor explorar sua posição geográfica privilegiada, exercendo uma ação mais eficaz na defesa de seus interesses e no encaminhamento das soluções

para os problemas diagnosticados pelos comerciantes como obstáculos ao desenvolvimento da região.

Que homens eram necessários ao comércio empreendedor? Que educação era necessária para formar esses homens?

De que educação e de que escola estava falando os comerciantes? O investimento em educação não se dava por filantropia, mas pela necessidade dessa aplicação para o aumento da produção e para o desenvolvimento econômico da região. Parnaíba, que desejava seu desenvolvimento, deveria também procurar desenvolver o fator humano com a escolarização de seus munícipes e, principalmente, de sua elite. A Associação Comercial deveria iniciar a modernização da rede escolar, patrocinando "[...] a fundação dum collegio mixto, secundario, pratico, sob moldes americanos, onde nossos patricios (nossos filhos, nossos irmãos, nossos committentes) apurem sua força-econômica e productiva."[5].

A educação devia, portanto, formar a "força-econômica e produtiva" capaz de proporcionar um incremento ao desenvolvimento da região. Para tanto, era necessário superar os "princípios pedagógicos antigos" que, como "os métodos industriais e oficinais antigos, entravam, perturbam e dispersam os esforços humanos". A educação deveria formar "[...] homens do trabalho, homens uteis á humanidade, homens praticos e energicos, com um desenvolvimento harmonico de todas as faculdades nobres"[6]. Assim, a educação deveria estar engajada no projeto de formação da capacidade produtiva e inovadora do homem da região, formando excelentes *empreendedores e comerciantes*.

À educação assim pensada era atribuída a capacidade de "centuplicar as forças humanas e nos preparar mais e melhor para o levantamento economico da sociedade". A pessoa dela resultante seria a mais completa possível e a que melhor se adequaria à exigência da criação de uma nova sociedade na região. Esta educação era vinculada a uma sociedade calcada no desempenho, na competência e na iniciativa de seus membros. Ela proporcionaria a eficiência necessária ao desenvolvimento da produção e do comércio. A educação era, portanto, um investimento necessário e urgente, não havendo

nada tão "permanente e produtivo" como ela. A educação se colocava como central para o desenvolvimento do fator humano da produção e devia ser implantada conjuntamente com o desenvolvimento das vias de comunicação.

Que tipo de homem deveria a escola visar em sua ação pedagógica? A escola devia "formar homens do trabalho, homens úteis a humanidade, homens práticos e enérgicos, com um desenvolvimento harmônico de todas as faculdades nobres"[7]. Numa palavra, desenvolver o *savoir-faire* e o *savoir-vivre* nos educandos.

Havia um reconhecimento e o agrupamento em três tipos diferentes da ação escolar e do homem por ela produzido, considerando a tese sociológica de que cada sociedade cria o tipo de escola que lhe é mais adequado:

a) no primeiro tipo há o predomínio do empenho, do parentesco e do pistolão. Aqui, a cultura não conta muito, mas sim as relações de parentesco e afilhadagem. O papel da escola é mínimo, apenas legalizando a concessão do emprego, previamente garantido pelo sistema de parentesco e afilhadagem;
b) no segundo tipo, o ideal visado é o emprego público, " onde tudo deve ser feito pelo papai-Governo que de tudo tem culpa e tudo se acredita que pode. Os serviços desorganizados andam repletos de empregados." Aqui, a educação visa conseguir um destes postos, que transformem o educando numa peça da máquina administrativa.
c) o terceiro tipo de educação estaria preocupada com a formação de homens práticos,[...] que possam ser e se sintam bem como commerciantes, mechanicos, agricultores, pequenos industriaes; (...) e possam ao mesmo tempo compor um soneto, fazer um discurso, discutir uma questão philosophica, resolver um problema mathematico, apreciar com justeza uma situação social commercial, jurídica ou technica."[8]. Nesse tipo trríamos a junção do prático com o humanista. Era esta educação a que era defendida pelos comerciantes como capaz de promover o desenvolvimento da sociedade.

Conclusões

A pesquisa revelou a existência de um discurso por parte dos comerciantes agro-exportadores que, ao tempo em que servia de referencial organizacional para este grupo social, na configuração social do período, formulava visões que colocavam este grupo no papel de valorizadores do saber prático-comercial diante de outros modelos, especialmente, o bacharelesco. Seu projeto educacional buscava formar na pessoa as dimensões da prática e da alta cultura, visando à constituição, na região, de uma nova sociedade. A educação que almejavam visava instaurar uma sociedade calcada no desempenho, na competência e na iniciativa dos membros do agrupamento social. Defendiam, também, que o processo de transformação da região não se limitasse à constituição de escolas, mas também à circulação de pessoas e mercadorias, destacando aí o papel das estradas na educação da população e no desenvolvimento da região.

O isolamento do Estado e o que era definido como inadequação de suas escolas apareciam como cerne da leitura do que era definido como atraso do Piauí. Fazia-se uma leitura do sertão em oposição ao litoral, como "deserto e abandono", tendo como causa principal a falta de estradas, que era considerada condição importante para que a escola em moldes progressistas se estabelecesse. Estradas e escolas eram consideradas fatores civilizadores e de incorporação do sertanejo à Nação.

Desenvolver o Piauí era tomado, então, como, ao lado de abrir escolas, abrir estradas, que oportunizariam a verdadeira educação do sertanejo ao romper o isolamento do mesmo com relação à Nação, possibilitando, inclusive, que a professora normalista se estabelecesse nos mais diversos pontos do Estado, mudando o cotidiano das escolas ao implementar novas práticas pedagógicas.

Por fim, a leitura e a campanha que faz pelo desenvolvimento dos meios de circulação de pessoas, mercadorias e idéias, revela uma elite comercial afinada com as idéias inerentes ao capitalismo e cônscia da importância de implementá-las para promover os seus interesses.

[1] ELIAS, Norbert & SCOTSON. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
[2] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA. **Amarração e o commercio do Rio Parnahyba**. Fortaleza: Eugenio Gadelha & Filho, 1920.p. 44
[3] ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 1993. 2 vols.
[4] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA. **Amarração e o commercio do Rio Parnahyba**. Fortaleza: Eugenio Gadelha & Filho, 1920.p. 44
[5] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA. **Amarração e o commercio do Rio Parnahyba**. Fortaleza: Eugenio Gadelha & Filho, 1920.p. 51.
[6] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA. **Amarração e o commercio do Rio Parnahyba**. Fortaleza: Eugenio Gadelha & Filho, 1920.p. 46.
[7] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA. **Amarração e o commercio do Rio Parnahyba**. Fortaleza: Eugenio Gadelha & Filho, 1920.p. 17.
[8] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA. **Amarração e o commercio do Rio Parnahyba**. Fortaleza: Eugenio Gadelha & Filho, 1920.p. 48

OS DOUTORES DA QUERMESSE

Antonio Geraldo M. G. PIRES
agpires@sercomtel.com.br
Anísio CALCIOLARI JR
anisiocalciolari@hotmail.com

Este texto é fruto do Trabalho de Conclusão do Curso que tinha como objeto de estudo a quermesse realizada no município de Rinópolis/SP. Como referencial teórico-metodológico da pesquisa utilizamos os princípios dos estudos em representações sociais[1], pois proporcionam uma melhor aproximação do objeto, condição necessárias à interpretação dos sentidos da maneira como está representada a quermesse no imaginário da sociedade. O estudo, qualitativo[2], focalizou seu objeto através dos olhares dos atores envolvidos, respeitando os sentidos presentes em seus discursos. Nesta linha de compreensão, procuramos responder a questões muito particulares, pois trabalhamos com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem ao espaço mais profundo das relações e dos fenômenos. O estudo porta traços da pesquisa participante visto que um dos pesquisadores faz parte da comunidade estudada.

Para a coleta dos dados da pesquisa, utilizamos entrevista semi-estruturada, realizadas no decorrer de toda a elaboração da festa, ou seja, a interação que construímos com os atores se deu ao mesmo tempo em que construíam a festa e na realização da festa. Utilizamos um diário de campo onde eram registradas observações que considerávamos como relevante ao estudo, como expressões e sensações dos atores durante as entrevistas, a maneira como se portavam e falavam após a entrevista e como participavam da festa. A filmagem e a fotografia nos possibilitaram a ampliação do foco do estudo nos permitindo documentar momentos e situações que ilustram a riqueza de todo o ritual da festa. As falas foram analisadas a partir da orientação metodológica da análise do discurso[3].

Rinópolis foi povoada por italianos, espanhóis e japoneses que buscavam trabalho no cultivo do café: "*eu sou nascido em Garça, mas meus pais vieram prá cá em 1939, praticamente eu vim prá cá com quatro anos (...), naquele tempo o pessoal tinha uma*

influência muito grande pelo plantiu de café né, era uma terra nova, táva começando a desenvolve né, os preço da terra era muito baixo, então o povo vinha prá cá prá si aventurá(...)". Com a riqueza do café, veio o desenvolvimento da cidade: "*era uma das cidades qui mais produziu café, era um grande número de sitiantes né, todos com propriedades di médio porte prá pequeno, não era grandes fazendas, então era um movimento muito grande, muita gente, chegou a ter 35 mil habitantes (....) na década de 60 até 80 é..., ela era um município assim..., muito bom, com um forte poder aquisitivo, porque o café tinha preço, todo mundo colhia bem então fazia dinheiro aquela época, na praça você não andava nela, se você quer sabe você não andava nela, ficava assim empilhada de gente(...)".* A decadência do município inicia no ano de 1975 com a geada, perda da safra e queima da plantação, levando ao êxodo rural, tragédia da qual não se recuperou: "*foi no auge do café, foi uma derrota assim..., um caos (...) eu e meu irmão deveria tê na época cento e cinqüenta mil pé de café, além disso, nóis era comerciante também, comprava, beneficiava e vendia pro porto, prá Santos, foi terrível,..., tanto é que daquela época prá cá Rinópolis foi assim..., foi lá embaixo e tá difícil de decolá";* "*eu lembro que os pés foram cortados, em alguns lugares arrancados, porque a raiz queimô, deu desespero em quem tinha roça, logo, é como se tivesse uma indústria e ela pegasse fogo, é a mesma coisa, ficou sem nada, foi trágico, você andava assim, aquilo tava preto, torrado, queimado, como se tivesse passado fogo mesmo aquilo tudo verde derrepente, aquilo tudo torrado, numa noite".*

A partir deste fato e de suas conseqüências – psicológicas, políticas, sociais e culturais – na subjetividade da sociedade, iniciamos a construção das primeiras interações com atores envolvidos com a organização da quermesse. Esta prática foi básica para que identificássemos o grupo central de atores responsável pela festa. Passamos a freqüentar a comunidade do Jardim São Paulo que era organizada em torno da construção da igreja de Santa Rita de Cássia e Rosa Mística, para nós a referência do grupo. A representação sobre o trabalho conjunto/coletivo/comunitário realizado remete a idéia do sacrifício pessoal em benefício de todos, ou seja, a bondade, generosidade e solidariedade entre os homens, ficam claras nos discursos: "*é o momento que a gente se reúne, todo mundo junto num*

mesmo objetivo, e vendo que ninguém está lucrando nada, mas na verdade todo mundo está lucrando, pois é para uma comunidade inteira, cada coisa, cada peça, cada tijolo colocado foi um momento de alegria", e que explicamos pela idéia[4] de que é a produção de vínculos sociais baseados, não em interesses racionais, mas em sentimentos, emoções que unem este grupo, o sentimento de comunhão, de fé, crenças, re-aliança e pulsão que incita o grupo a se buscar, se reunir, enfim, se render ao outro.

Para o grupo, a quermesse é a prática social mais eficaz na angariação dos recursos para à construção da igreja. Assumimos essa compreensão em função da força simbólica que a quermesse tem no imaginário dos atores, o que acabou por torná-la seu mais relevante traço cultural. Nestas condições, a busca por recursos é a objetivação[5] das representações sobre a festa. Cabe ressalvar que foram eleitos para participar da pesquisa atores envolvidos diretamente com a quermesse - festa de São Cristóvão.

A festa de São Cristóvão - protetor dos caminhoneiros - estava instituída no imaginário da população como uma festa tradicional e o acontecimento mais aguardado pela comunidade, principalmente os caminhoneiros, era o auge da manifestação de fé, crença e agradecimento dos caminhoneiros, bem como espaço de fortalecimento dos laços que uniam o grupo: "*noventa por cento era os caminhoneiros que fazia* (a quermesse)*, era um grupo muito fechado, vichiii, era só avisá qui tinha reunião..., vichiii, era uma beleza, era chic".* Podemos dizer que a representação do poder da Associação dos Caminhoneiros em 15 anos se materializava em ter sido ela a única instituição laica na história da cidade a participar da organização, execução e nos lucros de uma festividade religiosa.

No início a festa era na rua da igreja Matriz - praça central da cidade - que em função do deslocamento de seu significado no imaginário social passou a exigir uma reestruturação organizacional, objetivada na mudança da cobertura da área central que era de bambu, passando a ser feita com uma estrutura de ferro. Este dado é relevante à compreensão da festa, na medida em que inicialmente ela era feita pelos caminhoneiros, mas, que com a força simbólica por ela incorporada, seus organizadores, passaram a exercer um maior poder junto à sociedade, visto terem sido eles os responsáveis por libertar

a festa de duas amarras: de natureza estrutural – substituiu o bambu pelo ferro, livrando a festa dos infortúnios do clima desfavorável – e de natureza política – passa a não depender de recursos financeiros da prefeitura para sua realização.

O núcleo central[6] da representação sobre o poder dos caminhoneiros estava na "Barraca de Ferro" conforme identificamos no discurso: *"as festas eram boas, vichiii, nóis pegamos umas chuva, um vento, essas coisas né, e como era no tempo, nóis compramos as lona, a estrutura, precisamos refazê, precisamos modificá prá ela não ficá fraca, porque ela balançava né, precisamos travá com ferro"*. Simbolicamente, podemos dizer que a "Barraca de Ferro" passou a exercer no imaginário do grupo o papel de ancoragem[7]. A festa não era realizada em qualquer lugar, pois sua força simbólica estava fundada no campo do religioso, o que determinava ser à frente da igreja Matriz o local mais apropriado para a armação da "Barraca de Ferro" dos caminhoneiros. Durante todo o período em que festa foi realizada com a utilização da "Barraca de Ferro" a representação sobre a quermesse instituída no imaginário da sociedade remetia a idéia de resgate de um passado glorioso – a cafeicultura - e que fazia com que o grupo renascesse – mito de Fênix – diante do aprofundamento da crise econômica dos anos 90 do século XX, que colocou em decadência a profissão de caminhoneiro, condição identificada no discurso: *"antes era melhor, você comprava as coisas e pagava mais fácil, agora não né, pedágio, estrada ruim, só tem estrada boa ondi tem pedágio, ondi não tem pedágio a estrada não presta(...) agora passei num buraco e ficou em seiscentos reais o buraco"; "precisava ter uns dois ou três* (São Cristóvão)*, um só não tá cuidando de todo mundo não".*

Podemos afirma que o forte vinculo que a população de Rinópolis mantém com a igreja católica, remete à festa da quermesse – campo do profano – e que às questões da religiosidade - campo do sagrado/festa de São Cristóvão - somente se manifesta até a realização da procissão em homenagem ao Santo. Enfim a quermesse é uma presença marcante na vida da sociedade, visto ser ela o espaço no qual a memória coletiva remete às boas lembranças, tradições e possibilidades de se projetar a idéia de um "bom futuro" para os atores, na medida em que a relação entre a vivência individual e coletiva remete a

imagens difusas da quermesse enquanto representação de uma sociedade rica e potencialmente voltada para o desenvolvimento – memória de um tempo longo – e a quermesse atual representada como uma festa simples, pobre, enfraquecida, da mesma forma que a sociedade – memória de um tempo vivido -. Mas, de forma contraditória, a quermesse também remete o imaginário de seu grupo organizador ao campo dos devaneios[8], espaço dos sonhos, fantasias, imaginação e liberdade, o que nos faz acreditar ser um espaço produtivo para a compreensão das variadas formas de viver a experiência humana em sociedade. Bem assim podemos dizer que o tempo da festa se opõe ao tempo da vida cotidiana, pois rompe com as preocupações da garantia da existência e se apresenta como um outro mundo, onde os atores se sentem amparados, transformados e livres das pressões da vida cotidiana. Esta característica transformadora da quermesse é inerente ao ritual das festas - ruptura da vida cotidiana - que é o tempo ex*traordinário. Assim, a festa* construída pelos atores se opõe aos acontecimentos não controlados pela sociedade, pois são eventos formais, centralizados, baseados em momento bem marcados, exigindo um mínimo de divisão interna, sendo que sua estrutura hierarquizante aparece de modo manifesto.

Estudar a quermesse foi mergulhar em um campo que nasce da tradição, que mantém alguns traços de arcaísmo, mas, que é resignificada pelos atores, na medida em que desloca seus sentidos, fazendo com que seja vivenciada de maneira distinta de outras épocas, ao mesmo tempo em que conserva suas estruturas fundantes.

Os discursos dos atores sobre a quermesse dizem que seu início se deu nos inicio dos anos 50 do século XX e que havia uma invasão da cidade por parte das famílias do campo principais responsáveis pela sua existência no que diz respeito ao fator econômico, que em função de sua devoção ao Santo fazia grandes doações que viabilizavam a festa. As ofertas de prendas e prêmios para a quermesse vinham da população rural, sendo que havia todo um ritual de preparação para algumas das ofertas para serem utilizadas na festa, conforme explicitado no discurso: "(...) *você chegava a pessoa falava: ó, vencá, esse proquinho tá sendo criado, ele foi criado prá quermesse, pode*

levá que eu já criei prá quermesse. Esses frangos aqui ó, esses já tão separados, porque esses são da quermesse. Isso tinha muito, era muito comum, você passava, eram sacos de café separados: esse café já ficou aqui porque esse café é da quermesse "; "todo mundo ia, não precisava nem chama que o pessoal já ia, era só da um alô que o pessoal já ia. Você imagina, limpá, dispená. Limpá duzentos, trezentos frango caipira, tinha que tê vontade. Se não, não ia (...) reunia prá mata esses frangos, leitoas, picá, temperá, assá no forno a lenha, era no forno a lenha, tinha que esquentá o forno prá assá o frango, a leitoa".

Considerando o campo do sagrado existente na quermesse os atos da devoção e doação se confunde. Aqui as doações de dinheiro, prendas e animais aparecem como um dom, um ato de renuncia, é uma forma de sacrifício, de despender, de doação de vida, e junto com ela toda suas angustias, sonhos, desejos. Esse ato representa no imaginário do ator o agradecimento pelas conquistas, pelas bênçãos alcançadas. A devoção foi identificada nos discursos quando estes remetiam a idéia do estabelecimento entre os atores de um contrato de reciprocidade, já que a população vivencia fatos concretos, temores, sonhos e crenças, fazendo com que o sentido do sagrado da festa seja representado como um momento de consolidação da vida.

O elemento mágico da festa se materializa na construção do "breguedé"[9], que identificamos como o espaço sagrado da quermesse. Ele pode ser assumido como a ancoragem da festa, o que garante a existência e sucesso da quermesse. Sua produção é ritualizada, iniciando com a colheita da mandioca pelos homens. Em seguida, ela é entregue às mulheres que farão a transformação do elemento natural – mandioca – em elemento mágico – breguedé. O primeiro ato que remete ao campo do sagrado é a forma coletiva de produção do café matinal. Aqui se consolida a interação do grupo, culminando com o estreitamento dos laços de generosidade, afetividade e solidariedade com a realização do almoço. Estas passagens do ritual instituem o sentimento de pertencimento ao grupo no imaginário dos atores, enquanto elemento fundante da quermesse. O limiar entre o profano e o sagrado na produção do "breguedé" se verifica quando o grupo explicita sua religiosidade em orações, prática que os aproxima do Senhor. O ritual é dirigido por uma

mulher o que demonstra sua importância na fazeção da quermesse, orienta as orações definindo seu conteúdo e determina os pedidos a serem feitos ao Senhor - a proteção para todos, e, em especial, dos caminhoneiros.

Acreditamos que o fato da produção do breguedé ser vinculado ao sagrado colaborou para que passasse a ser representado como "a vida" da quermesse. Sua instituição no imaginário social se deu de forma tão marcante, que é capaz de mobilizar as pessoas para participarem da festa: *"tem gente que vai lá só prá come breguedé, tem gente que sai de casa só pra i lá comprá um pratinho de breguedé".* O consumo de breguedé tira as pessoas de casa, é motivação de encontros, colaborando para a preservação da tradição da festa: *"o breguedé é a alma da quermesse de Rinópolis, é o cartão de visitas né, porque, eu não sei, aquela coisinha de mandioca lá, que as vezes não tem tanto sabor, e como da trabalho né, é a alma, se falta breguedé não tem quermesse, sai briga, se falta eles já reclamam ".*

O consumo do breguedé remete a idéia da eucaristia, o alimento que renova a vida, os laços de esperança e de comunhão com toda uma comunidade que tem como a alma de sua mais significativa manifestação cultural a quermesse. Finalizando, acreditamos que foi a partir das relações sociais construídas e vivenciadas no campo de produção e circulação das representações sobre a quermesse nossos atores quando participam da festa estendem seus laços sociais para além das interações do mundo privado. É através das experiências vividas durante o ritual de construção da festa que passam a reconhecer o contexto em que estão inseridas, onde a redescobrem suas relações com a sociedade, oportunizando momentos para repensarem seu contexto, seu cotidiano, compreendendo sua realidade, possibilitando assim que re-signifiquem suas vivências socioculturais, bem como a re-construção de suas formas de aprendizagem de si mesmo e do mundo, ou seja, sentem-se vivas, na medida em que se tornam senhores da produção de sua existência e da história de sua sociedade.

Ao se identificarem como "Os Doutores da Quermesse", os atores representam à natureza da relação que eles travam com a produção e manutenção da quermesse. Eles ao

participarem da festa estendem seus laços sociais para além das interações do mundo privado. É através das experiências vividas durante o ritual de construção da festa que passam a reconhecer o contexto em que estão inseridas, onde a redescobrem suas relações com a sociedade, oportunizando momentos para repensarem seu contexto, seu cotidiano, compreendendo sua realidade, possibilitando assim que re-signifiquem suas vivências socioculturais, bem como a re-construção de suas formas de aprendizagem de si mesmo e do mundo, ou seja, sentem-se vivas, na medida em que se tornam senhores da produção de sua existência e da história de sua sociedade, enfim ser "doutor em quermesse" representa em seu imaginário a relação que estabelecem com a festa.

---

1 Aqui entendidas como uma modalidade de saber gerado através da comunicação na vida cotidiana com a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas, ou seja, são princípios geradores de tomada de posição, ligados a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações. (Doise, 1990).

2 No texto remete ao princípio de ser o campo ambiente natural da pesquisa. O pesquisador é seu principal instrumento e supõe o contato direto e prolongado com o ambiente e a situação que está sendo investigada.

3 A análise do discurso aqui trata a palavra, concebendo a linguagem como a mediação necessária entre o homem e a realidade social. Procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico constitutivo do homem e sua história.

4 O princípio aqui trabalho diz respeito a ser a festa compreendida como uma prática transgressora e instauradora de uma forma de sociação, na qual o acento é dado pelo estar - junto, pelo fato mesmo da relação.

5 Objetivação consiste em materializar as abstrações, corporificar os pensamentos, tornar física e visível o impalpável, enfim, transformar em objeto o que é representado.

6 É o elemento mais estável das representações cuja ausência desestruturaria ou daria uma significação radicalmente diferente à representação em seu conjunto. Elemento fundamental das representações, pois determina ao mesmo tempo sua significação e organização.

7 Ancoragem é aqui vista como o elemento assegurador da incorporação da representação ao mundo social. Enraíza a representação e seus objetos numa rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerências.

8 A idéia de devaneios remete ao pensamento de Gaston Bachelard registrado nos textos A Poética do Devaneio, A Poética do Espaço e A Terra e os Devaneios da Vontade.

9 Nasceu a partir de um erro na manipulação da massa destinada à produção de coxinhas que seriam vendidas na quermesse. Com o objetivo de re-aproveitamento da massa, uma mulher propôs incrementar a massa com outro tipo de tempero.

Do pesadelo negro ao sonho da perda da cor
relações interétnicas no teatro de revista

Antonio Herculano Lopes - FCRB

O teatro musical ligeiro que se desenvolveu no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX foi um fenômeno de popularidade. Em torno da praça Tiradentes, vários teatros adotaram o esquema de três sessões diárias, sete dias por semana, tendo freqüentes "enchentes", como se dizia então. As peças ficavam em cartaz, em média, por duas semanas (o que equivaleria a pelo menos dez semanas de hoje) e durante o dia a companhia já ensaiava o próximo espetáculo. A verdadeira linha de produção que tinha que ser montada atingia também, como é óbvio, os autores, que tinham que produzir rápido e muito. É claro que isso não deu margem a uma produção dramatúrgica de alto nível estético, mas o que escapou à percepção dos críticos de então e aos historiadores até muito recentemente, quando o teatro de revista começou a ser redescoberto, foi a importância sócio-cultural daquela produção. Adotando as características do teatro popular, os musicais da época eram construídos em cima de tipos de fácil identificação e de intenso poder de comunicação. Foi o momento em que o famoso trio do português, a mulata e o malandro se consolidou, como uma espécie de síntese da população carioca das classes baixas e médias-baixas. Junto com os tipos, vieram as celebrações, como o carnaval; os ritmos, como o maxixe; e o linguajar popular, com as gírias e as deformações estereotipadas do falar lusitano e dos "mulatos". Quando falo aqui em "mulatos", temos que colocar a expressão em seu devido contexto histórico. Hoje, diríamos negros. Na época, usar o termo "mulato" era uma forma de atenuar a enorme carga depreciativa que viria associada ao uso de"preto", palavra então mais comum para se referir aos afro-brasileiros. E a popularidade do termo "mulato" é chave para entender o processo que pretendo analisar aqui de branqueamento do malandro, promovido pelos musicais ligeiros. Tenhamos em mente que o período estava fortemente marcado pelas teorias do racismo científico e não fazia muito que Sílvio Romero defendera o progressivo branqueamento da população brasileira como a forma de atingirmos a civilização.

Dentro desse contexto intelectual, o teatro de revista e os demais gêneros ligeiros constituiram um extraordinário espaço de comunicação inter-classes e inter-étnico, aproximando populações e subculturas que tudo mais separava, através do espírito festeiro e boêmio de que o Rio da *belle époque* se orgulhava. Em 1912, dois jovens intelectuais brancos de alta classe média, desses que se compraziam em circular pelos bailes da Pequena África, escreveram a "burleta de costumes cariocas" *Forrobodó,* que se tornou um dos maiores fenômenos de bilheteria de então. Luiz Peixoto era caricaturista, Carlos Bittencourt, conhecido como "o Assombro", era jornalista conhecido por suas reportagens policiais em versos. Ambos tinham no humor e no gosto pela cultura popular armas poderosas para atingir o público cativo dos musicais. Associados à maestrina Chiquinha Gonzaga, a Pascoal Segreto, o rei da indústria de entretenimento da época, e à sua Companhia de Burletas e Revistas do Teatro São José, causaram uma pequena revolução no panorama teatral.

A grande novidade de *Forrobodó* foi a de colocar em cena todo um grupo de personagens negros, num ambiente de classe baixa carioca, movendo-se e divertindo-se, falando e cantando à moda dessa população afro-carioca, ou, melhor dizendo, de acordo com a visão desses dois intelectuais brancos e com o uso de todos os estereótipos disponíveis, em parte como frutos de seus próprios preconceitos, em parte como instrumentos necessários para a comédia, dentro de um gênero que vivia do tipo estereotipado. Mas, novidade ainda maior, tudo isso foi feito com um olhar simpático e celebratório. Diga-se de passagem que a companhia também era de atores e atrizes brancas (ao menos assumidamente brancas), que pintaram suas caras de preto para representar seus "mulatos" e "mulatas"

Por um lado, *Forrobodó* abriu uma porta e criou um filão para o teatro musical ligeiro que renderia filhotes ao longo das próximas décadas. Por outro, essa celebração da cultura negra era ousada demais para vingar num ambiente que lhe era tão resistente, apesar da ideologia da democracia racial que já se esboçava. Luiz Peixoto, o mais fiel admirador da cultura propriamente popular e da importância do legado africano, continuaria por longo tempo batendo nessas teclas, porém sem o mesmo grau de receptividade. Carlos

Bittencourt, talvez com maior faro comercial e menor compromisso ideológico, logo conseguiu um parceiro com quem passou a escrever os maiores sucessos do teatro ligeiro da década de 10, entrando pelos anos 20. E o feito extraordinário que a parceria Carlos Bittencourt-Cardoso de Menezes obteve foi a transformação do que era uma subcultura afro-carioca na base para a criação de uma identidade nacional em que fatores de cor e classe desapareciam.

Um dos exemplos mais interessantes dessa operação está na revista em dois atos *Duzentos e cinqënta contos,* de 1921.[1] O personagem principal, Ressaca, é um típico capadócio, hábil capoeira, mestre no maxixe, que leva a vida na esperteza. No "maxixe bem requebrado" com que se apresenta, se descreve como

> O destemido / No corta jaca / Sou sacudido / Cabra sarado (...) / Sou renitente / Nunca fugi / Quem for valente / Chegue p'raqui. / Eu não sou tolo / Na malandragem / Se faço um rolo / Levo vantagem / Mas na hora da polícia / Eu dou o fora e com perícia.

Os habitantes de Macumba tentam dançar imitando Ressaca e cantam, completando o quadro:

> Ele é valente / Bem destemido ? Num tempo quente ? Perde o sentido ? É agradável / Tão galhofeiro ? É muito amável / Esse estrangeiro / É com franqueza / Muito ladino / Que ligeireza / De dançarino / Faz poses ternas / De sedução / E mexe as pernas / Como um leão.

A imagem não pode ser mais coincidente com a do malandro negro que freqüentava as peças de circo teatro do palhaço Benjamin de Oliveira. Mas Ressaca é o malandro branco, sem nenhuma ambivalência quanto à sua condição étnica.

A peça começa no imaginário reino de Macumba, uma "terra de pretos". Seus habitantes, apresentados dentro do clichê de negros felizes e ingênuos, falam do Brasil como "terra de gente branca". A princípio, Ressaca teme ser comido por aqueles "antropófagos", mas Honolulu o tranqüiliza dizendo: "Oh! No serr verrdade. Serr negras mais serr negras civilisadas". O próprio Honolulu, note-se, é um negro. Trata-se do

embaixador de Macumba nos Estados Unidos e fala com um forte sotaque gringo, enquanto os demais habitantes do reino falam um português crioulo.

Macumba é uma hipotética colônia portuguesa na África e representa o lugar de origem de todos os negros. O tio Sam quer estimular os negros norte-americanos a emigrar para o Brasil e Honolulu leva Ressaca à corte do rei Caruru para convencer o monarca a dar seu apoio à medida. "Em Estadas Unidas serr prreta maltratada. Nesse terra de América do Sul, no contece isso, non", diz Honolulu. Inquirido a respeito, Ressaca responde astutamente "É como nas outras terras.... gosta-se mais das pretas, mesmo porque preto é homem até debaixo d'água". Mas, acrescenta, o Brasil está pronto para receber os pretos americanos de braços abertos, por ser um país verdadeiramente democrático, onde a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade reinam. Honolulu concorda e diz que o Brasil "serr país de grande futura".

A mistura de um lugar edênico, onde as pessoas são muito cordiais e a natureza é privilegiada, com a promessa de um país poderoso – algo inevitável num futuro próximo –, constitui o cerne da utopia do teatro musical ligeiro. Não é à toa que o ícone sexual é uma mestiça de branco com negro – a mulata, o que permite criar um espaço de indefinição e ambigüidade. A herança africana tinha contribuido para o surgimento de uma cultura nem branca, nem negra, mas aberta, democrática e festiva, o que fazia dos brasileiros uma população abençoada. Em *Duzentos e cinqüenta contos,* os autores vão mais longe: o Brasil é representado como um país de brancos, mas onde os negros são bem tratados.

Mas a verdadeira face das relações raciais não demora muito a aparecer. O segundo quadro começa com Ressaca acordando assustado de um pesadelo, no qual se encontrava num "país de pretos". Ele conta o sonho para Margarido e Bernardina, os serventes mulatos da pensão em que mora. Estes não têm boas notícias para Ressaca. Dona Brasiliana, a dona da pensão, quer botar Ressaca para fora, porque ele não paga há três meses. Além disso, chegou um novo hóspede, um negro norte-americano chamado Honolulu, a quem os serventes adoram, por dar gordas gorjetas: "Um preto que vale mais que muitos hóspedes brancos", diz Margarido. "É preto, mas tem sentimentos claros", diz a mulata Bernardina. E Ressaca, que está sempre tentando seduzir a arrumadeira, fica

furioso porque ela não mostra nenhum interesse por ele, ao mesmo tempo que exalta Honolulu.

RESSACA – Não sabia que você gostava de crioulos.

BERNARDINA – Gosto porque ele reconhece o sacrifício do meu serviço. Olha só… Só no ouro.

Quando dona Brasiliana vem dizer a Ressaca que ele tem que deixar a pensão e que não pode nem ao menos jantar naquela noite, ele responde que não se sentaria à mesa com um negro. "Eu estou devendo mas sou branco." Neste momento, dois outros hóspedes, Centenário (um português) e Mister (um inglês), entram e concordam com Ressaca, ameaçando ir embora caso o hóspede negro fique. Em sua defesa, dona Brasiliana diz que, além de ter dinheiro, "o preto é muito decente e é estrangeiro". Afinal, a situação se resolve justamente em função do dinheiro de Honolulu. Ele contrata Ressaca como seu secretário particular e seduz os dois outros hóspedes, ambos homens de negócios, com as perspectivas de boas transações.

O que é espantoso para um leitor contemporâneo é quão candidamente os autores misturam expressões do mais crasso racismo com afirmações bombásticas de democracia racial. A relação da arrumadeira Bernardina com Honolulu e a reação irada de Ressaca revelam um curioso tipo de racismo em que a mulata não é condenada por sua metade negra, mas salva por sua metade branca. Para dona Brasiliana, o fato de Honolulu ser estrangeiro o transforma num negro melhor. O malandro branco Ressaca, capoeirista e maxixeiro, que canta as glórias da democracia racial brasileira, faz todo tipo de comentário racista contra os negros. E então o dinheiro tudo muda. Se isso é uma óbvia crítica aos tempos modernos, é também o que permite o herói de Bittencourt e Menezes ir trabalhar para um negro.

Outra cena em que aparece a ambivalência é quando a Câmara dos Deputados está prestes a aprovar uma lei proibindo a imigração de negros para o Brasil. Alguns dos personagens principais se encontram com a Câmara (representada por uma mulher), para falar sobre o assunto.

> CÂMARA – O projeto tem sua razão de ser.
>
> BRASILIANA – Eu também acho, precisamos melhorar a raça…
>
> CENTENÁRIO – Se não melhoram a culpa não é deles [dos negros], é dos brancos sem vergonha.
>
> HONOLULU – Yes! O senhorrr serr amiga de pretas.
>
> CENTENÁRIO – Amigo de pretas; varro essa. Eu sou liberal; depois este país é tão grande, tem tanta necessidade de imigração, que, julgo eu, quer sejam pretos, amarelos ou brancos devem ser admitidos ao seu progresso.
>
> HONOLULU – Preta serr uma raça forte.

Apesar de toda a intenção de humor e crítica, os piores clichês sobre os negros são reforçados aqui. À afirmação racista de dona Brasiliana, de "melhorar a raça", Centenário (o personagem português) responde com esta jóia: o "problema" não são os negros em si, mas o comportamento vergonhoso dos brancos que não resistem ao encanto da mulher negra e se miscigenam. Estamos de volta aos intelectuais da virada do século, como José Veríssimo, que se referia à mulata como expressão da decadência da moralidade e da "raça brasileira".

Essas cenas racistas vindas de um autor tão próximo da cultura popular como Carlos Bittencourt revelam porque que a mulata era simultaneamente celebrada e representada de forma depreciativa, como afetada e inferior social e culturalmente. Bernardina pode atrair o olhar libidinoso de Ressaca, mas só como objeto de desejo. Ela é uma empregada, fala de forma incorreta, e acaba largando a pensão com Margarido, para se transformarem em "artistas". Criam um duo, Lé Margaridó – uma clara referência a Os Geraldos, casal de negros que fez sucesso em cafés-concertos no princípio do século. Na peça, o casal de mulatos vai cantar e dançar em clubes noturnos de baixa categoria, com um show em que imitam as melindrosas e os almofadinhas da alta sociedade branca.

As reações de Honolulu também são interessantes: primeiro toma como uma defesa dos negros o fato de Centenário culpar os brancos pela piora da raça. Depois, arremata o discurso "liberal" do português com um elogio duvidoso da raça negra: é forte – a mesma qualidade tradicionalmente atribuída aos escravos, que lhes tornava aptos ao trabalho duro.

O primeiro ato termina com um diálogo entre Centenário e Ressaca, em que duvidam da capacidade de Honolulu de convencer a Câmara a rejeitar a lei. “A única imigração que nos convém”, Ressaca diz a Centenário, “é a da tua terra”. Segue-se uma apoteose à amizade luso-brasileira e baixa o pano. A afirmação é clara: este é um país de descendentes de portugueses. Se os negros querem ter um papel aqui, devem se conformar a uma posição subalterna.

No segundo ato, a peça toma uma direção nova e surpreendente. Ressaca, Honolulu e um pilantra italiano chamado Piratini se juntam para lograr Centenário e um outro trouxa, dando-lhes um golpe de 250 contos. À chegada da polícia, Honolulu escapa e voa de volta para os Estados Unidos com a maior parte do dinheiro, Ressaca também consegue escapar com algum, mas Piratini é preso. No final, Centenário e Ressaca voltam a encontrar-se, mas em vez de brigarem, ficam juntos, com o português lamentando ter sido tão estúpido e o brasileiro fazendo troça dele. Brasileiros são espertos, portugueses são burros, mas pertencem a uma mesma família. A peça termina com uma apoteose ao centenário da Independência, que seria celebrado no ano seguinte. Após cem anos de separação, Brasil e Portugal estão prontos para andar juntos de novo, agora que os brasileiros foram capazes de encontrar sua própria identidade.

Em lugar da oposição que Luís Peixoto estabelecia em suas peças entre o mulato malandro, festivo e duro e o português bronco, trabalhador e com algum dinheiro, ambos como parte da mistura das classes baixas cariocas, Bittencourt e Menezes propõem em *Duzentos e cinqüenta contos* um trio, deslocado para um ambiente mais indefinido em termos de classe: o malandro branco (o verdadeiro carioca), o português estúpido (um parente do carioca) e o enigma negro (um rico cavalheiro? um ladrão esperto? em todo caso, um estrangeiro). Os negros brasileiros, ou melhor, os mulatos são o casal de empregados, que, na tradição do teatro oitocentista, se limitam a um papel secundário e por vezes arlequinesco.[2]

A oposição explícita de negros e brancos, no entanto, foi mais a exceção do que a regra nos musicais que se seguiram ao fenômeno *Forrobodó.* Os autores, Bittencourt e Menezes à frente, simplesmente evitavam a racialização das relações sociais, em função

das dificuldades que isso lhes trazia. Afinal, seu objetivo era a unidade e a identidade. E para isso, melhor do que branquear o negro, o melhor era falar de um genérico brasileiro, que aparecia como um branco no palco, encantado pela cabrocha, pela mulata, pela cabocla, pela moreninha – e outras expressões mais deste símbolo sexual que ficava no meio do caminho das etnias, verdadeira representação da geléia geral.

Se na opereta fim-de-século Walter Benjamin viu "a utopia irônica do domínio duradouro do capital",[3] os musicais cariocas dos anos 1910 e 1920 construíram uma outra utopia para um outro grupo social: os habitantes pobres e felizes de um país edênico que logo se tornaria rico e feliz. Este sonho estava repleto de mulheres bonitas, de humor e de diversão. O elemento central a garantir a fidelidade da platéia era o espírito de gozar a vida. Ser duro, mas ser livre, e com esperteza e ginga trilhar seu caminho. Absorvendo a construção do tipo do malandro negro e transformando-o num branco, Bittencourt e Menezes tiraram a margem de perigo associada ao primeiro e permitiram a uma platéia de classe média urbana absorver essas imagens como a sua própria imagem.

Para uma platéia essencialmente masculina, o complemento natural era o da mulher desejada. A exploração do corpo da mulher no palco e o uso de uma linguagem sexual cada vez mais explícita eram tendências que, com mais ou menos sofisticação, mais ou menos acompanhadas de referências políticas, prevaleceriam até a exaustão do gênero, muitas décadas depois. A mulata era o grande ícone que expressava as fantasias da platéia. Sua indefinição racial era perfeitamente adequada a um sonho que ameaçava, no menor descuido, se tornar um pesadelo – o que a história implacável veio a confirmar na situação das relações interétnicas do Rio de Janeiro de hoje.

---

[1] Trata-se de manuscrito datilografado usado para a censura policial, existente no Arquivo Nacional. As páginas não são numeradas.

[2] Ver, a respeito, Flora Süssekind, *O negro como arlequim: teatro e discriminação.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

[3] Ver *Illuminations.* New York: Schocken Books, 1969.

Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul

Antônio Jacó BRAND, [1]
Rosa Sebastiana COLMAN, [2]
Eranir Martins SIQUEIRA [3]

Para compreender a relação entre território e sustentabilidade das populações indígenas, em especial dos Kaiowá e Guarani, localizados na região sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul, é importante ter presente que essas populações construíram conceitos distintos de natureza e, por conseqüência, da relação entre natureza e os homens. Além da profunda interdependência entre o mundo da natureza, dos vegetais e dos animais, e o mundo dos humanos, entendem a natureza como algo vivo com quem se interage e se estabelece uma comunicação constante, apoiada numa visão cosmológica integradora. Não se trata, portanto, sob a ótica dessas populações, de dominar a natureza, mas entender sua linguagem e compreendê-la, na certeza de que a sobrevivência do homem dependerá muito mais dessa sua capacidade de compreensão e respeito frente a mesma do que de dominá-la ou de transformá-la.

Entendem essas populações haver "*interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social*".[4] E, nesse sentido, para compreender a relação entre a diversidade que caracteriza o mundo da natureza e o mundo da cultura, entendido aqui como o *"mundo dos homens*", é fundamental superar a concepção dualista e hierarquizada que sustenta a visão ocidental e cristã de mundo. Para Descola[5], os conceitos que vêm da tradição grega sempre incitam a ver na natureza uma *"realidad exterior al hombre que éste ordena, transforma y transfigura*". Para os povos indígenas, a natureza, incluindo os animais e as plantas, o mundo sobrenatural e as sociedades humanas, interagem e se inter-comunicam constantemente. Para os Kaiowá todas as etapas que marcam o plantio e a colheita do milho vêm acompanhadas por um igual ciclo de rituais e rezas, destacando-se a cerimônia do batismo do milho (*avatikyry*), ou festa da *Chicha*, que expressa bem a interdependência entre organização econômica, social e religiosa. O ciclo econômico e o ciclo dos rituais religiosos se articulam.

Os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul, situado entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai. Agrupavam-se, nesse imenso território, especialmente em áreas de mata, ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias extensas, que mantinham entre si inúmeras relações de casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, denominados de *tekoharuvicha* (chefes de aldeia) ou *ñanderu* (nosso pai)[6].

O Serviço de Proteção aos Índios, SPI, iniciou suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani, na região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, em 1915, quando é demarcada a 1ª Reserva Indígena Kaiowá, o Posto Indígena de Amambai, com 3.600 hectares. Sofreu logo, também, a primeira redução, restando um total de 2450 hectares. Dois anos depois, em 1917, reservou uma segunda área de 3.600 hectares de terras no município de Dourados (Posto Indígena Francisco Horta). Em 1924, criou a terceira reserva de 3.750 hectares para os Kaiowá de Caarapó. Outras cinco reservas são criadas, em 1928, com uma extensão entre 900 e 2000 hectares cada uma. São elas: Takuapiry, Porto Lindo, Sassoró, Pirajuí (todas com 2.000 ha) e Limão Verde (com 960 ha).

A ação do SPI e do governo do Estado, ao criar as oito reservas, somando um total de 18.124ha, para usufruto dos índios Kaiowá e Guarani, sinaliza para um radical processo de confinamento compulsório dessa população. Lima[7] lembra bem que as reservas indígenas, enquanto "*porções de terra reconhecidas pela administração pública*", representavam talvez "*o melhor produto da dinâmica tutelar*". Ao demarcar essas pequenas porções de terra, o governo liberava o restante da terra para a colonização. Ou seja, criava "*espaços livres para a empresa privada*".[8]. O deslocamento para dentro das reservas, localizadas ao redor dos postos estabelecidos pelo SPI, era a fórmula mágica para criar os espaços vazios numa região densamente ocupada por aldeias Kaiowá e Guarani. E foi esse processo de transferência arbitrária para as reservas demarcadas que caracterizou o confinamento dos Kaiowá e Guarani. Cabe destacar que em nenhum momento tem-se em

conta, nesse processo, a sua concepção de território e formas de se relacionar e explorar os recursos naturais aí localizados.

Além da grande importância dos recursos naturais para os Kaiowá e Guarani, o território é o espaço que torna possível as relações "*sociais e simbólicas*", onde se vivencia a inter-relação entre os homens, a natureza e a sobrenatureza, o que leva Ramos[9], a afirmar que "*para as sociedades indígenas a terra é muito mais que simples meio de subsistência*". Não são apenas recursos naturais, mas tão importante quanto estes, a terra é um "*recurso sociocultural*". Por isso, a perda territorial e conseqüente confinamento, atinge diretamente a sua organização social e autonomia.[10]

Acentuam os informantes indígenas que o "*Kaiowá antigo*" queria viver independente, viver trabalhando "*assim na hora que ele quer".* E hoje não tem mais mato *"para fazer a rocinha dele e ele tem que defender com trator".* Situam na mesma linha a inviabilização do *puchirão*[11] para roçar e plantar e que agora, com o colonião, braquiaria e sapé, "*tem que tê trator".*[12] Esse processo de confinamento provocou a rápida passagem de alternativas variadas de subsistência - agricultura, caça, pesca e coleta, para uma única alternativa, a agricultura apoiada em poucas variedades de cultivares e, mais recentemente, a alternativa do assalariamento em usinas de álcool. Dificultou a itinerância que marca a sua relação com o espaço, o que gera, junto com a superpopulação, crescentes dificuldades para a sua organização social.

Sua agricultura tradicional apoiava-se, basicamente, na rotatividade no cultivo de determinada área após três a quatro anos consecutivos. Por isso, apesar da tecnologia rústica e do largo uso do fogo, evitava a degradação do solo e dispensava trabalhos sistemáticos de combate às pragas. O abandono de determinada área de cultivo permitia a recuperação rápida da mata e possibilitava a formação de áreas privilegiadas para a coleta e a caça. Mas, o deslocamento para um outro espaço não ocorria apenas como exigência de sua prática agrícola, mas, também, em casos de mal-estar social, desentendimentos, doenças e, acima de tudo, acusações de feitiço.

Há grande unanimidade entre os informantes em torno dos problemas provocados pela destruição das matas que cobriam grande parte de seu território:

> *[...] queimou, ai jogou aquele braquiarão e colonião ai, conforme o fogo vinha queimando a reserva o colonião vinha pegando[...], o passarinho comia aquela frutinha de braquiária e colonião, aí distribuía mais. Hoje você vê essa reserva ta cheio de braquiária. Não tem mato, mas ta cheio de braquiária[..] começa a destruir o mato, começa a derrubar, só aproveita um ano, no outro ano não aproveita mais.*[13]

O comprometimento dos recursos naturais no interior das terras indígenas, é explicitado pelos Kaiowá e Guarani, a partir do momento em que reduz a produção nas roças, além de constarem que sua tecnologia tradicional não funciona mais. Dizia Avelino Ramirez, de Caarapó: *"antigamente tem roça, por causa [que] tem roça, tem plantação, tem batata, tem arroz, tem amendoim, tem tudo. [...], por causa, não tem sapé, não tem braquiaria, não tem colonião, só mato, pode roçar, roçar..."*[14]

É ilustrativa a descrição que o já falecido Ubaldo Castelan fez da aldeia Kaiowá, antes do surgimento das reservas. Afirma:

> *Naquele tempo não tem aldeia porque já esse tudo* [mostrando para o horizonte] *não tem dono[...] então foi, achou um lugar, lugar bom[...]onde tem muito peixe, rio pra pescar[...]sempre andava parente junto[...] cabeçante* [líder] *é o cacique.[...] sempre andava parente junto[...] cabeçante é o cacique* [15]

Porém, as mudanças provocadas pelo confinamento se refletem, especialmente, na relação dos Kaiowá e Guarani com o sobrenatural. Diziam Hamilton Benitez e Rafael Britez, da terra indígena Ywykuarusu/Takuarusu, que:

> *Ninguém mais hoje está aprendendo a reza*. Os rezadores estão ficando velhos e ele *cai* [...]*, vai acabando até terminar tudo*". *Nossa produção não saiu mais bem agora* [...], *a planta, o milho branco não saiu mais do jeito que saía, não saiu arroz, não saiu mais bem, o feijão também não, batata também não, mandioca também não, porque a produção não foi mais batizada* [...], *porque antigo não faltava nada, batizava cada ano, então a produção saia bem*[16].

E, "*sem nossas festas, nossa religião, nossas chichas, nós somos bichos*"[17].O confinamento imposto aos Kaiowá e Guarani vem gerando um desequilíbrio nas relações entre o mundo dos homens e da natureza, desequilíbrio esse atribuído pelos índios não tanto aos problemas decorrentes da excessiva exploração dos recursos naturais, mas a dificuldade na relação com o sobrenatural. Se as colheitas não geram mais a produção

esperada, sob a ótica de muitos Kaiowá e Guarani, é resultado, não tanto do desgaste da terra, mas das mudanças ocorridas no que se refere, especialmente, a suas práticas religiosas.

Por isso, a relação com os animais e as plantas, bem como a recuperação, hoje, dos mesmos recursos naturais, está diretamente associada à prática da cultura. A relação harmônica com a natureza exige uma relação igualmente harmônica com os deuses. Segundo Benítez:

> *Tem casa grande, aí tem chicha, aí tem, tá rezando, tudo ficou bem, o filho não tem nenhuma, pra brigar, mãe deixa assim de lado, pronto. Amanheceu, comeu, aí no girau tem queixada assada, tatu, quati, aí ele amanheceu, tá rezando gente. Aí comeram tudo carne, ficou bem, aí mais tarde já tá rezando outra vez, não tem mais pra brigar.*[18]

A quebra dessa relação com a natureza indica, também, uma quebra na relação com os homens e os deuses.

A partir da década de 1980, os Kaiowá e Guarani, apoiados na legislação em vigor, principalmente a partir da Constituição de 1988, e com o apoio do Conselho Indigenista Missionário, antropólogos e outros setores da sociedade civil, iniciam um amplo processo de recuperação de terras perdidas. Nesse período, os Kaiowá e Guarani recuperaram 11 terras, perfazendo um total de 21.211 ha, hoje já devidamente demarcadas e de posse dos índios[19], sendo que outras seguem em processo de identificação. Nessas terras, os índios, em alguns casos, já ocupam pequenas parcelas da terra pretendida, porém com problemas de legalização e em situações de conflito.

Cabe, no entanto, destacar que essas terras reconquistadas, além de serem ainda insuficientes, encontram-se com os recursos naturais comprometidos, não oferecendo condições de sustentabilidade, sob a ótica dos Kaiowá e Guarani. Torna-se, por isso prática comum, arrendar as mesmas terras após a sua retomada[20]. Por isso, a retomada de parcelas do território perdidas no decorrer do processo histórico não tem resultado, efetivamente, em melhores condições de vida, embora esse processo já tenha permitido ampliar as possibilidades de itinerância, relevantes para uma melhor bem estar dos Kaiowá

e Guarani, em especial, para a superação de conflitos sociais, permitindo melhor "*reprodução de suas formas tradicionais de organização social*"[21].

Impõem-se, portanto, investir na reposição dos recursos naturais destruídos. Porém, essa reposição, sob a ótica indígena, só será possível e terá o impacto esperado no mundo dos homens ou, no mundo da cultura, se estes projetos tiverem em conta, em todos os passos de sua implementação, a íntima interdependência entre a natureza, os homens e os deuses. Frente à crescente destruição das matas, Hamilton Benitez, dizia que:

> *O rezador não está tão preocupado com o fim do mato, mas em seguir com o`nosso sistema` para não morrer. O mato cresce de novo dependendo da reza que faz para a terra produzir. O branco põe tudo adubo para poder plantar e o índio tem só a reza. Isso porque a planta não é nosso mas é do dono lá de cima (yvyrá angá).* [22]

Por isso, a recuperação dos mesmos recursos naturais, para muitos segue diretamente associada à prática da cultura.

No entanto, embora segundo a lógica explicativa de muitos, a recuperação do *mato* ainda dependa da retomada de suas práticas religiosas, os Kaiowá e Guarani, como observadores atentos dos fenômenos da natureza, constataram que nas árvores replantadas ao redor de suas casas e ao longo dos córregos, os animais estavam começando a se juntar novamente: "*ali tem o marimbondo, ali desce o passarinho, ali o joão-de-barro faz sua casa então, está ajuntando animais*". P*erceberam* que o replantio dessas espécies, no bojo de um projeto de recuperação ambiental[23], é, também, bem aceito pelos "*donos da mata*" e pelos "*donos dos animais*".

E apoiados no conhecimento resultante da constante observação desses fenômenos, Ivaldo, kaiowá, entende que se fizer um reflorestamento de um "*pequeno mato*", ali "*já tem queixada, já tem tucano, já tem um monte de animais então volta e pode voltar aquele, o dono do mato pode voltar ali de novo*". E sua conclusão está apoiada no conhecimento acumulado, que lhe permite concluir que:

> *É a mesma coisa a gente dizer, ver uma coisa assim que você fica alegre, uma coisa que estava errado, você vê que consertou, você fica todo satisfeito porque voltou aquele negócio no lugar certo. Então o dono do mato vai ser a mesma coisa, ele vai ficar alegre porque está reflorestando, o pedaço que foi perdido, tá crescendo.* [24]

Sendo que a "*boa terra*" é aquela que proporciona as condições necessárias à sua reprodução social, o dilema dos Kaiowá e Guarani confinados nas reservas, hoje, talvez não decorra tanto das dificuldades de ordem econômica, mas por não oferecer as condições desejadas e buscadas para a viabilização de sua organização social. Decorre dessa afirmação que o confinamento não pode ser reduzido ao dado, certamente preocupante, da reduzida extensão das áreas hoje de posse dos índios e, tão pouco, as perspectivas de superação dos problemas vivenciados por eles centradas na simples ampliação em hectares destes espaços. Da mesma forma, as propostas de reposição dos recursos naturais no interior das mesmas áreas de posse indígena não podem restringir-se a questões técnicas e orientações assentadas em nossos conhecimentos e lógicas ocidentais. Faltaria, sempre, a dimensão constitutiva mais relevante do problema, que é sua dimensão cosmológica, segundo a qual, a natureza (e as árvores a serem replantadas) adquire seu significado exatamente, enquanto integrante das demais dimensões da realidade, ou seja, o mundo dos homens e o mundo dos deuses.

Por isso, a reposição dos recursos naturais nas áreas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani, com ênfase especial na biodiversidade, poderá representar fator relevante e contribuir para o seu bem estar e autonomia necessária para a sua organização social. Porém, a reposição concreta desses recursos, através de projetos de recuperação ambiental, sob a ótica indígena, só será possível e terá o impacto esperado, se estes projetos tiverem em conta, em todos os passos de sua implementação, a íntima interdependência entre a natureza, os homens e os deuses, ou seja, que a natureza, o mundo dos homens e dos deuses formam um todo. Permanece, portanto, como desafio fundamental a ser superado em iniciativas de desenvolvimento em comunidades indígenas, especialmente em projetos de reposição de recursos naturais, a compreensão e a articulação de modos de pensar e de se relacionar com a natureza distintos. Para isso, impõe-se a busca conjunta, através de um diálogo permanente, tendo presente, sempre, que a palavra decisiva nesse processo cabe aos próprios indígenas.

[1] Doutor em História, Coordenador do Programa Kaiowá/Guarani e professor da UCDB.
[2] Mestranda em Desenvolvimento Local/UCDB e pesquisadora do Centro de Documentação do Programa Kaiowá/Guarani.
[3] Mestranda em Desenvolvimento Local/UCDB e pesquisadora do Centro de Documentação do Programa Kaiowá/Guarani.
[4]ARRUDA, Rinaldo S.V. e DIEGUES, Antônio Carlos (org). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; S. Paulo: USP, 2001 p.32.
[5] DESCOLA, Philippe. *La selva culta*. Simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar. trad. de Juan Carrera Colin y Xavier Catta Quelen, Quito: Abya-Yala, 1988; p. 132
[6] O termo *ñanderu* designava as chefias de família extensa. Cabia-lhes atribuições nas esferas política e religiosa. Atualmente, essa expressão inclui todas aquelas pessoas iniciadas nas práticas rituais e dirigentes de grupos de *reza.* Estas podem, ainda, ser denominadas, genericamente, de *caciques* ou *rezadore*s, sendo estes os termos mais recorrentes nas falas dos indígenas.
[7] LIMA, Antônio C. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar e indianidade no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, l992; p. 40 (Tese de Doutorado em Antropologia Social).
[8] Ibidem p.125
[9] RAMOS, Alcida. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1986; p. 30
[10] O conceito de autonomia deve ser entendido no contexto da Constituição de 1.988, na qual encontram-se uma série de dispositivos relacionados ao reconhecimento dessa autonomia. Destacam-se, entre estes, o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente são ocupados pelos povos indígenas. Evidentemente que cada povo indígena interpretará e atribuirá dimensões específicas ao termo em epígrafe, em função de sua cultura e de sua experiência histórica.
[11]. Puxirô, puxirú, potirô ou puxirão, palavra de origem tupi-guarani para denominar o trabalho coletivo entre os índios. Segundo Schaden (1974: 50-51), o puxirão "*deve ser interpretado como expressão de solidariedade de um grupo de vizinhança ou grupo local. Quanto menor este grupo e maior a sua coesão, mais fácil é realizar o puxirão".* Schaden e Melià destacam o estreito vínculo, para os Kaiowá, entre o *puxirão* e a *chicha*, ou seja, a festa.
[12] BRAND. Antonio J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani*: os difíceis caminhos da palavra.Tese de doutorado, História da PUC/RS, 1997.
[13] Oficina realizada em Caarapó, em 9 de novembro de 2000.
[14] Op Cit. p.205.
[15] Op. Cit. p. 125
[16] Op. Cit. p. 246
[17] Capitão Cecílio de Takuapiry. In: *Relatório da Diocese de Dourados*, 1977, p. 3.
[18] BRAND,Antonio.*Biodiversidade, Sócio-diversidade e desenvolvimento*:os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul.In COSTA,Reginaldo Brito; (Org). *Fragmentação Florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*.Campo Grande:UCDB, 2003.
[19] São elas Yvykuarusu-Paraguasu, Rancho Jakare, Guaimbe, Pirakua, Jaguapire, Sete Cerros, Jarara, Guasuty, Jaguary, Cerrito e Panambizinho, E, de outra parte, outras áreas seguem em processo de identificação, sendo que os índios, em alguns casos, ocupam pequenas parcelas da terra pretendida. São elas: Sukuri'y, Potrero Guasu, Cerro Marangatu, Lima Campo, Kokue´i, Takuara, Arroio Kora, Ypytã, Yvy Katu e Panambi.
[20] Nesse contexto, adquirem significado especial as cada vez mais insistentes argumentações por parte dos índios de que, ao invés do Governo indenizar os que se apossaram de suas terras, estes é que deveriam pagar-lhes indenização pelos recursos naturais destruídos, remédios perdidos e até pelas lideranças indígenas assassinadas no decorrer do processo de recuperação dessas terras.
[21] GALLOIS, Dominique Tilkin. *Sociedades Indígenas e desenvolvimento:* discurso e práticas, para pensar a tolerância. In:FICHMANN, Roseli; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi; VIDAL, Lux (Orgs). *Povos Indígenas e tolerância*:construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Edusp, 2001; p. 184
[22] Hamilton Benitez é da aldeia de Paraguasu, município de Paranhos, MS, sendo o depoimento gravado em 5 de agosto de 1995.
[23] A Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, através do Programa Kaiowá/Guarani, um projeto interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa e extensão, vem desenvolvendo, há quatro anos, na área indígena de Caarapó, diversas iniciativas voltadas para a reposição dos recursos naturais. Destaca-se, entre essas iniciativas, a implementação, em parceria com as escolas da comunidade, de um viveiro de mudas, construção de diversas represas de contenção da erosão e de criação de peixes, controle do fogo e a recuperação de matas ciliares.
[24] Depoimento gravado durante oficina realizada em Caarapó, dia 9 de novembro de 2000.

Engenhos, Casas de farinha, Olarias e Curtumes: economia doméstica e comércio incipiente no Cariri colonial.

Antonio José de Oliveira[1] - URCA

Quando se estuda a importância da grande lavoura no período colonial do Brasil, esporadicamente se estuda no interior dela a existência das atividades de subsistência. Paralelamente à cana de açúcar, desenvolveram-se inúmeros segmentos produtivos, que tiveram importante participação na estruturação econômica das populações envolvidas na grande monocultora canavieira. O fumo, o café, a mandioca, a pecuária e outras culturas foram coadjuvantes do grande sucesso da produção açucareira no período colonial.

Nas diferentes regiões da colônia, a extração desses produtos teve seu grau de menor ou maior importância. No Nordeste (principalmente nos sertões), a pecuária predominou como principal atividade econômica e à sua volta giraram algumas dessas atividades.

No interior, a pecuária não se tornou apenas mera economia complementar como o foi para o litoral canavieiro. Graças à expressiva produção, gravitavam em seu eixo muitas atividades de subsistência. Pequenas lavouras de milho, feijão, mandioca além de outras, foram importantes para suprir as necessidades básicas das pequenas famílias envolvidas na pecuária.

Caio Prado Júnior afirma que esse tipo de produção familiar geralmente existia nos domínios das grandes lavouras, sobretudo "*nos engenhos e fazendas*[2]*".* Sendo "autônomos" os que praticavam essa atividade, habitavam as próprias dependências dessas unidades produtivas. Por ser um sistema fora da grande linha de produção, nela, segundo o autor, *"forma-se um tipo de exploração rural diferente".*

As atividades de subsistência, acopladas à maior, articularam, segundo Caio Prado, um tipo de organização sócio-econômica diversa. Na discussão do autor, essa diferença está nas pequenas unidades de produção, onde o proprietário trabalha em sua propriedade auxiliado *"por um pequeno número de trabalhadores ou de sua própria família, raramente algum escravo"*[3].

Apesar de ser a maior atividade econômica do interior, a pecuária não conseguia dar sustentabilidade às pequenas atividades que a circundavam. Essencialmente rural, a população vivia dispersa em imensas fazendas. Os pequenos povoados que surgiram ao longo dos caminhos, através dos pousos e feiras, não conseguiram ter fôlego o bastante para se tornarem economicamente fortes. Apesar das adversidades climáticas, ainda assim as populações que surgiram com os caminhos do gado foram capazes de se desenvolver.

Por ser uma atividade que dependia de muitas terras, a pecuária agregou trabalhadores livres e escravos, que, para complementar sua alimentação, praticavam a agricultura de subsistência e a manufatura dos derivados da economia pecuária. O beneficiamento do couro e o charque fizeram surgir os primeiros indícios da economia rudimentar e da pequena indústria rural doméstica nos sertões nordestinos.

Segundo Sylvia Porto Alegre, *"semelhante à pequena agricultura de subsistência, a indústria rural doméstica logo desenvolveu-se pelos interiores".* A autora prossegue discutindo a origem da economia doméstica no sertão e distingue nela três setores diferenciados:

> "(...) o primeiro setor era composto por equipamentos básicos como engenhos de rapadura e mel, as casas de farinha, os curtumes e as olarias, que formavam a infraestrutura da vida material. O segundo era constituído pela fabricação de artigos e objetos de uso diário, como louças, velas, sabão, ferraria, mobiliário utensílio domésticos. O terceiro

> setor era constituído pelas manufaturas, compreendendo a fiação e tecelagem de panos e confecções de rendas, bordados e labirintos”[4]

Pode-se afirmar que o Cariri abrigava esses três setores: os engenhos surgiram como indústria doméstica e foram os primeiros a dominar a paisagem econômica e estruturar a vida material dos habitantes da localidade. Quanto ao segundo setor, de acordo com a documentação (sobretudo inventários) da época, a presença de materiais de uso da mão-de-obra especializada denuncia que existiram fabricações desses materiais. Percorrendo os inventários, vemos que estavam presentes tais implementos. Num desses documentos o inventariante

> “(...) declarou haver ficado (...) dous excopos (...) huma serra pequena (...) oito compassos de latão (...) huma eixó pequena (...) huma veruma, huma serra de braços, duas eixiós grande, um martelo, huma canastra, huma caixinha encoirada com sua feixadura,hum banco grande, hum carro, huma canga, tábuas de cedro e Angelim, huma peça ou carte de xita, hum roda de moer mandioca,huma mesa velha, três portas e huma feixadura, hum oratório de madeira, hum vestido de pano, dous calçans, huma malla de pao coberta de sola com feixadura e mais aseçórios”.[5]

De acordo com os materiais citados, a presença do trabalhador livre especializado na região foi uma realidade. O carpinteiro e o ferreiro parecem ser os trabalhadores qualificados mais presentes. Esses trabalhadores geralmente estavam à disposição para construir, consertar engenhos, casas de farinha, máquinas de descaroçar algodão, etc. A indústria doméstica necessitava desse tipo de mão de obra, pois quase todas as suas engrenagens eram de madeira, e quebravam facilmente.

Quanto ao terceiro setor, Irineu Pinheiro coloca que na região eram freqüentes as atividades de bens manufaturados.

> Nos sítios, nas fazendas fiam as mulheres o algodão num fuso composto de um cabo varão de pau d'arco, com um meio palmo de altura, e de uma roda de cera de cinco centímetros de diâmetro, construída de cajazeiras, de cedro ou de gonçallaves.(...) em tempos muito remotos descaroçava-se o algodão em maquinismos de madeira, movimentados a braços de homens (...) Vieram depois as bolandeiras puxadas por bois ou burros "[6].

Do ponto de vista da confecção de roupa, é importante salientar que os habitantes menos abastados da zona rural caririense eram adeptos da indumentária fabricada na região. *"Os cabras do Crato, moradores nos sítios do pé de serra do Araripe e nas terras dos Senhores-de-Engenho, do Brejo, vestiam camisa e ceroula de algodão, tecido nos teares, movidos a pés."*[7]

Irineu Pinheiro reforça ainda mais essa afirmação; *"há quatro ou cinco décadas passadas, consistia a indumentária desses cabras, exclusivamente, em camisas e ceroulas, esta presa por cadarços à parte da perna. Tudo com algodão da terra"*[8].

Apesar das grandes possibilidades de crescimento de uma variedade de "indústria", o setor mais marcante foi à indústria canavieira; com a fabricação da rapadura nos engenhos se originou a principal atividade lucrativa na região, que na atualidade ainda é uma das principais atividades que permanece contribuindo consideravelmente para a receita tributária da localidade.

Sendo a produção praticamente voltada para o consumo doméstico e local, no Cariri, os engenhos iniciaram como uma simples economia de fundo de quintal. As

"engenhocas" de rapadura concentravam-se, sobretudo, no vale do Cariri, onde as terras férteis e a abundância de água permitiam a melhor expansão da cana-de-açúcar.[9]

A economia do Cariri surgiu com essas características; as pequenas indústrias de fundo de quintal, que produziam rapadura, ou outros gêneros, aos poucos se expandiram e extrapolaram as margens do reduto familiar, desaguando em um comércio de maior elasticidade e consistência.

Do ponto de vista da comercialização, os produtos manufaturados foram despejados nas vilas e povoados da região e adjacências. Com esses produtos se abastecia a população rural e urbana. O contingente urbano se abastecia na medida em que eram realizadas as feiras onde era possível adquirir produtos de qualidade a preços bem mais accessíveis.

Os inventários registram uniformemente, por todo período colonial, a presença de animais utilizados no transporte da produção. A análise da relação de bens dos processos permite-nos também perceber algo sobre as condições de vida dos grupos analisados, assim como acerca do papel da sua cultura material.

Com o comércio, as rendas cresciam, as principais vilas tomam força e destaque; a de Crato logo exteriorizou sua opulência e importância, sobretudo no cenário político–jurídico, pois se torna Cabeça de Comarca antes dos anos vinte do século XIX[10]. Nessa dinâmica, ao findar-se a primeira metade do referido século, a região já era uma das mais influentes do interior do Ceará.

Noutras vilas que faziam parte da região, a feira foi também o elemento primordial das relações econômicas, políticas e culturais; nelas, diferentes artefatos eram expostos à venda. Era o local de encontro dos mais diferentes grupos humanos provenientes das diversas províncias da vizinhança. Os pontos de encontro eram principalmente os botequins e os cafés, ambientes em que rolavam inúmeros bate papos descontraídos, interrompidos apenas por pessoas cujos ânimos se exaltavam pelo efeito da aguardente.

A feira atraía inúmera contingente; nas de Crato, Barbalha e Icó[11], havia uma grande ebulição, movimentavam-se vários grupos humanos em direção a esses locais, cada um revelando sua postura e os papéis que exerciam em sua localidade. Segundo Djacir Menezes:

> "As feiras de Icó, Crato e Barbalha reuniram tributarios de todos os sertões adjacentes". Afluíam os cabras, os apaniguados, os guarda-costas dos proprietários abastados. As volantes policiais, as chamadas "forças de linha", do exército, sob comando de um oficial, passavam desencadeando conflitos, impondo costumes mal aceitos, como fosse o de "passar a fralda" [12]

Nessa época, a economia da região já tinha certo destaque, e, por haver uma população bastante elevada, a preocupação em manter a ordem era uma constante. O Cariri já estava passando da primeira fase de uma economia essencialmente rural para os prenúncios de uma economia urbana: seu comércio a cada instante crescia e mantinha relações com outros centros mais desenvolvidos, dentre eles Recife e Fortaleza, inaugurando assim um novo panorama comercial se inicia para a região.

---

[1]Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA – CE
[2] PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*.São Paulo: Brasiliense, 1994, p.42.
[3] PRADO JUNIOR, Caio. Op. Cit., p. 43-44.
[4] PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origens do trabalho livre no Ceará Colonial. In. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza: Vol. 20/21. 1989/90
[5] APEC.Levantamento feito em alguns dos inventários dos anos de; 1791, 1805, 1806, 1849 etc.
[6] PINHEIRO, Irineu. O Cariri: Seu descobrimento, poamento, costumes. Fortaleza: 1950.
[7] MENEZES, Paulo Elpídio. *O Crato do Meu Tempo*. Fortaleza: Coleção Alagadiço Novo, 1985, p.75.
[8] PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 113.
[9] PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Op. Cit., p.19.
[10] Em 1816, foi criada a Comarca de Crato que pertencia a de Campo Maior, atual Quixeramobim.
[11]Obs: até meados da primeira metade do século XVIII, Icó monopolizou as aldeias de Missão Velha e Miranda, mais tarde sua influência comercial foi de extrema importância para o Cariri.
[12] MENEZES, Djacir. O outro Nordeste: ensaios sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3ª edição, Fortaleza: 1995.

Entre Paredes e Bacamartes: história da família no Sertão da pecuária (1780-1850).

Antonio Otaviano Vieira Junior - UFPA

Esse texto apresenta os resultados finais de minha pesquisa sobre a construção de significados da família do Sertão da pecuária, em especial do Ceará, entre os anos de 1780-1850. A pesquisa teve como objetivo discutir a família sob duas perspectivas: domicílio e violência.

No período estudado, o Ceará assistiu a efetivação de sua colonização, a ascensão e decadência do ciclo pecuarista na pauta de exportação, o fortalecimento da vida urbana e o crescimento populacional, crises e guerras políticas, a confirmação de relações capitalistas que colocavam o Ceará em contato direto com a Europa e o início de um novo modelo cultural que vai ganhar destaque principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Meu trabalho buscou analisar a família numa região colonizada a partir da pecuária, que mesmo após entrar em decadência enquanto atividade exportadora, deixou significativas marcas nas relações sociais e econômicas da região.

A Família e o Domicílio

O cenário cearense, marcado pela ocupação através da pecuária e pela constância da escassez de chuvas, encontrou na migração uma estratégia de sobrevivência da população local. Esses deslocamentos contínuos deixavam marcas profundas nas estruturas dos domicílios. Seja na qualidade dos frágeis materiais empregados nas edificações, no pouco valor pecuniário das residências, na mobília singela e de fácil transporte, ou no próprio sentido da relação tênue entre o grupo familiar e a habitação.

O uso social do espaço e da arquitetura de domicílios cearenses apontava características gerais: a morada não contava com rígidas divisões internas, e

apresentava uma sobreposição de utilidades dos cômodos, que por sua vez estava associada às múltiplas funções da morada. Era revelada uma residência entrecortada constantemente pela presença de pessoas alheias ao grupo familiar, e que dificultavam a construção de uma idéia de família galgada no co-habitação e no sentimento de domesticidade.

Por outro lado, convivendo com essa aparente permissividade do espaço doméstico, havia também regras silenciosas que disciplinavam, dentro de um mesmo domicílio, o acesso de estranhos. A preocupação com a defesa da honra feminina, asseverada por pais e maridos auto-representados como zelosos com o patrimônio moral e material da família, poderia fluir evidenciando um limite à permissividade observada num primeiro olhar, associando o significado da família à habitação e a uma incipiente noção de doméstico.

Embora a tendência mais geral apontasse para impasses diários que tornavam dúbias representações que consagrassem a residência como local exclusivo da vida familiar, também foi possível entrever uma incipiente mudança a partir da análise das arquiteturas de domicílios de famílias abastadas da cidade de Fortaleza durante a década de 40 do séc. XIX. Diferentemente da maior parte das casas cearenses, essas construções específicas eram edificadas a partir de materiais mais resistentes e confortáveis, ocupadas por rica e pesada mobília. Apresentavam uma separação de funções entre os espaços internos, principalmente na caracterização de um setor de serviços que procurava apartar os empregados e escravos do convívio familiar aristocrático.

Embora pudessem ser diferentes, família e casa revelavam uma intensa associação onde os múltiplos sentidos da residência também se coadunavam com matizes de representações acerca do grupo familiar. Em geral, na análise sobre o significado social da morada cearense foi possível encontrar uma

plasticidade, um movimento na representação e construção da vida doméstica na sua inter-relação com os sentidos da família.

A habitação poderia ser uma extensão do mundo do trabalho e da vida em comunidade, onde a presença do alheio à família – apesar dos limites e estratégias – era freqüente e por tanto gestava maiores dificuldades para a delimitação da idéia de pertencimento ao grupo familiar. Em outras situações o domicílio significava resguardo e palco exclusivo de dramas familiares. Essa oscilação obedecia a situações cotidianas imediatas, em momentos de conflitos, onde a sobrevivência econômica e moral da família era posta em xeque.

Não foi possível entrever uma linha que servisse enquanto suporte para distinções rígidas. A associação da representação do universo doméstico com as estratégias discursivas elaboradas para solucionar problemas pontuais tornava viável destacar não o tipo de família ou período, mas, as situações as quais as famílias eram obrigadas a lidar. Não vislumbrei mudanças significativas nas residências no que concerne à representação social ao longo do período estudado. De mais significativo fica a idéia de que a relação entre casa e família não tinha apenas um sentido, mas se adequava a múltiplas situações as quais os membros dessas famílias eram obrigados a conviver.

Analisar a casa cearense, entre os anos de 1780-1850, foi observar o grupo familiar no processo diário de sobrevivência e interação social. O trabalho, a hospedagem, a diversão, a sexualidade, os furtos, as agressões...deixavam profundas marcas nas paredes dos domicílios. O estudo da moradia é um esforço de aproximação do dia-a-dia da família, marcado por odores, gritos, choros, rezas, suores... onde co-habitação poderia não ser signo de um sentimento de unidade familiar.

A Família e a Violência

O movimento do significado da família também poderia ser encontrado nas circunstancias evidenciadas em ações de violentas. Na definição de um sentimento de grupo familiar, os laços de consangüinidade e parentesco encontravam concorrência nas memórias em comum de lutas, na construção e fragmentação de redes familiares, na aproximação entre proprietários e *cabras,* na defesa do patrimônio material e moral da família.

A família pode ser evidenciada a partir da sua interação com a presença cotidiana da violência, para tanto destaquei dois grupos: as organizações de proprietários de terras e rebanhos, baseadas em extensas famílias, e as representações sociais de segmentos menos abastados. O bacamarte estava inexoravelmente encravado numa gama de relações, entre elas as tramas urdidas nos grupos familiares. Durante os últimos anos do Ceará Colônia, e a incipiente política imperial, a interação entre a organização familiar e a violência não sofreu significativas mudanças.

Quando associadas às famílias abastadas, o recurso às armas se efetivava em especial estratégia de poder. O controle da terra, de cargos políticos e da hegemonia econômica por parte de um grupo familiar era diretamente proporcional ao seu potencial marcial. A formação de redes familiares, a composição de trajetórias marciais e a associação de uma vasta *cabroeira* ao cotidiano dessas famílias expõem que a idéia de pertencimento a um grupo não se resumia ao domicílio ou mesmo aos laços consangüíneos e afins. Também era um sentimento construído em alianças políticas, e em memórias de lutas sangrentas. O sentido de unidade familiar não era linear e estático, mas encontrava apoio nas inúmeras situações de violências as quais o grupo estava submetido.

A vasta trajetória de violência, que eivava esses segmentos mais abastados, ajudava a construir ao longo de várias gerações a idéia de unidade familiar. Essa representação poderia ser amparada pela lembrança dos pioneiros fundadores das extensas famílias e na consagração de viscerais e comuns inimigos. Em última instância, o recurso a ações marciais se efetivava como uma das principais dimensões que asseverava a influência política e econômica, e a idéia de unidade familiar por parte de estamentos sociais dominantes.

Os limites da documentação pesquisada tendem a referendar considerações generalizantes, que destacavam primordialmente a unidade familiar dos grupos abastados. Isso, entretanto não significava que tais famílias não estivessem submetidas a tensões internas, que poderiam explodir em sangrentas contendas. Mas, essas fissuras ficavam expostas principalmente diante das desagregações de redes familiares e apareciam com timidez nos registros pesquisados.

Procurei não limitar a análise aos grupos de elite, e inclui as personagens pobres, tramadas e reapresentadas a partir de assassinatos e agressões. Outro elemento que emergia como diferenciador nesse cotidiano violento era o gênero.

Aqui, a busca central da análise foi pela possibilidade de se perceber os sentidos referentes à família construídos a partir de tensões cotidianas, que resultavam em atentados contra a vida, e em ocasionais ofensas físicas. Investigar grupos menos abastados significou analisar as tramas construídas fundamentalmente em processos criminais.

Os conflitos que emergiam nesse dia-a-dia também eram diferenciados dos configurados nos grupos de elite. As famílias menos favorecidas, que não pertenciam aos setores dominantes cearenses, tratavam de contendas mais imediatas, de brigas entre vizinhos, dos roubos de reduzidos roçados, das

agressões físicas, da dívida de alguns réis, de pedaços de carne furtados... Suas guerras não envolviam aparatos de cargos políticos ou judiciais, suas mortes não envolviam uma vasta *cabroeira* e suas ações eram passiveis de serem punidas pelas autoridades locais. Os grupos pobres estavam constantemente imbuídos na luta pela sobrevivência material, que lhe era extremamente difícil.

No caso das organizações familiares menos abastadas as tensões que orbitavam em torno das honras e papéis de homens e mulheres foram fartamente registradas, ganhando destaque na análise da construção de sentidos e valores dessas famílias. As ações de agressões e assassinatos não envolviam exclusivamente homens, como queriam fazer crer os silêncios dos registros das violências impetradas por segmentos sociais mais privilegiados. As mulheres também figuravam no rol de agressores e vítimas, planejando e sofrendo diferenciadas investidas e participando ativamente para a gestação de significados da família.

Entre facas e bacamartes o sentido de família emergia em movimento. A violência explicitava elementos que compunham a unidade familiar, referendada na defesa do patrimônio material e moral do grupo e na consolidação de um inimigo comum – tanto em famílias abastadas ou não. Da mesma forma, a violência expunha a fragmentação dessas famílias.

No que tange aos estamentos pobres se poderia entrever fissuras na idéia de parentescos e de papéis ideais de gênero, reelaborados em demandas imediatas do cotidiano. Nesses grupos a violência também poderia significar a reconstrução da organização familiar, a exclusão de alguns parentes e a inserção de novos componentes. Essa transformação da unidade familiar através da violência ficava explicita nos atentados que as esposas cometiam, auxiliadas por amantes, contra a vida de seus maridos.

Considerações Finais

Em resumo, analisar a família cearense entre os anos de 1780-1850, através do domicílio e da violência é ter a possibilidade de percebê-la para além da consangüinidade e dos parentescos. Foi enveredar por um universo familiar no qual o sentido da família não representava algo estanque, mas era composto por uma série de situações cotidianas que confirmavam ou tornavam frágil a unidade familiar. A morada era lugar da família, mas também convivia constantemente com pessoas alheias ao grupo, e que dificultavam o fortalecimento de uma noção da família atrelada a co-habitação e ao sentimento de domesticidade. A violência reforçava a coesão do grupo ao eleger inimigos comuns e lutar pela manutenção do patrimônio material e moral da família, mas também poderia ser utilizada enquanto mecanismo de redefinição dos laços familiares e expor fissuras inerentes às relações de parentesco.

Os sentidos da família no Ceará apontavam para movimentos contínuos ou não, articulados com as questões emergentes do cotidiano.

Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira

Antonio Penalves Rocha
Universidade de São Paulo

> Rejeito o testemunho [sobre a condição dos escravos] dos que defendem a causa da escravidão, dos que propõem amenizá-la pelas leis, quando vejo que eles têm ou esperam ter empregos dados pelos proprietários, ou que eles próprios têm escravos, ou que, enfim, foram protetores ou cúmplices da tirania nas colônias.
> (Condorcet)

A onda de mudanças que varreu o Ocidente a partir do início dos Tempos Modernos não suprimiu as estruturas de antigas formas de organização da produção, baseadas no emprego do trabalho forçado. Mesmo no século XVIII, uma instituição multimilenar - a escravidão - e outra multissecular - a servidão - exibiam vigor, submetendo milhões de escravos negros nas colônias americanas e servos espalhados pela maior parte da Europa.

Até meados desse mesmo século, essas instituições foram consideradas como partes constitutivas da natureza das sociedades. A partir daí, no entanto, tornaram-se alvo de veementes ataques de alguns escritores da Ilustração, que incorporavam inclusive críticas de grupos religiosos ingleses - quacres e evangélicos - à escravidão negra; neles se encontram as bases de um ideário que desempenhou um papel histórico relevante por ter fundamentado a repulsa do mundo contemporâneo a qualquer espécie de trabalho forçado, legitimando, conseqüentemente, o estabelecimento universal das sociedades baseadas no emprego do trabalho livre.

Com efeito, a eficácia histórica desse ideário foi de tal ordem que movimentos abolicionistas e estadistas da América e da Europa usaram seus princípios, nos séculos XVIII e XIX, para desmantelar as últimas sociedades escravistas da história, ou para eliminar os remanescentes do trabalho feudal. O combate simultâneo à escravidão e à servidão deveu-se, a princípio, a uma identificação entre ambas as instituições no vocabulário, pois, como demonstrou Jean Ehard, "o século XVIII nem sempre distinguia escravidão e servidão com clareza"[1]. É isso que se vê na afirmação de Adam Smith de que um tipo de escravidão "ainda subsiste na Rússia, Polônia, Hungria, Boêmia, Morávia, e outras partes da Alemanha. É somente nas províncias do oeste e do sudoeste da Europa, que ela vem sendo gradualmente abolida"[2], ou na censura de Raynal a Montesquieu, dado que este último havia dito que cristianismo e escravidão eram incompatíveis: "na Alemanha católica, na Boêmia, na Polônia, países muito católicos, o povo é ainda escravo"[3]. Mesmo na segunda década do século XIX, Henri Storch, um economista russo, num livro publicado em francês e comentado por J.-B. Say, referia-se à "escravidão de corvéia" na Rússia, embora reconhecesse que havia diferença "entre um escravo russo e um negro vendido nas colônias"[4].

Há testemunhos de que este mesmo ideário, principalmente nos termos em que havia sido formulado na Ilustração francesa, foi trazido para o Brasil - a segunda maior sociedade escravista da América[5] -, nas primeiras décadas do século XIX, principalmente por estudantes brasileiros que tinham freqüentado universidades européias, como as de Coimbra[6], Montpelier, Edimburgo e Estrasburgo.

A presença de estudantes brasileiros nas universidades européias dos fins do século XVIII e início do XIX e o transporte das idéias ilustradas para o Brasil já receberam a atenção de historiadores como Maria Odila da Silva Dias e de Kenneth Maxwell[7]. Silva Dias analisou a aquisição de conhecimentos científicos por estudantes brasileiros na Europa e suas observações sobre o Brasil com as lentes das ciências da natureza; Maxwell mostrou de que forma estudantes brasileiros usaram idéias políticas e sociais da Ilustração para idealizar o império luso-brasileiro. Certamente esses dois historiadores não deram atenção ao transporte de idéias antiescravistas da Ilustração para a sociedade escravista brasileira porque examinaram outros objetos, embora Maxwell tenha colocado a escravidão em cena ao lhe atribuir um papel relevante na redefinição da

ordem que governava as relações entre Portugal e Brasil. De resto, a questão do transporte das idéias antiescravistas ainda não recebeu da historiografia brasileira a condição de objeto de análise privilegiado.

A principal razão de ser deste trabalho é a tentativa de elevá-lo a essa condição. Para realizar tal empreitada, serão examinados os textos tidos como pioneiros[8] da crítica à escravidão no Brasil, escritos entre os anos de 1817 e fins da década de 1820, e publicados na década de 1820, exceto um deles, que só veio a lume em 1851. Há, decerto, uma defasagem temporal entre a Ilustração e a data dessas publicações o que, no entanto, não representa uma ameaça aos propósitos do exame, pois as idéias antiescravistas dos princípios do século XIX não romperam com as do século anterior, mas desenvolveram-nas.

Os textos referidos são os seguintes: *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre os modos e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar* (1821) de João Severiano Maciel da Costa; *Memórias economo-políticas* (1822) de Antonio José Gonçalves Chaves; *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* (1825) de José Bonifácio de Andrada e Silva e "Da Liberdade do Trabalho" (1851) de José da Silva Lisboa[9].

Do mesmo modo que a transposição de algumas das idéias da Ilustração para o Brasil já foi bem examinada, também esses textos são familiares à historiografia brasileira, tendo servido de fontes para a análise da escravidão brasileira do período em que foram escritos, ou para explicar aspectos das relações entre a escravidão e a constituição do Estado brasileiro, ou ainda para estudar o desenvolvimento do antiescravismo no Brasil[10]. Enfim, não há ineditismo algum no exame do processo de transposição de idéias ilustradas para o Brasil nem tampouco no uso desses textos como documentos históricos.

Mas, está tudo para ser feito no que diz respeito à relação entre essa transposição e essas fontes, sendo que ela guarda informações sobre o perfil das primeiras críticas feitas à escravidão no Brasil. Ou seja, se estas fontes forem examinadas por outros métodos e submetidas a outros questionamentos será possível dar os primeiros passos para conhecer algo que não foi observado até hoje na historiografia: a especificidade que as idéias antiescravistas geradas pela Ilustração européia adquiriram na sociedade escravista brasileira.

No que diz respeito à difusão dessas idéias nessa sociedade, há que se considerar que a população brasileira dos princípios do século XIX era predominantemente iletrada, o que vale dizer que os letrados formavam uma minoria numericamente inexpressiva. Deste modo, não faria sentido algum tentar examinar a propagação das mesmas, que, de resto, não tiveram nenhum efeito prático imediato e seus prováveis leitores foram certamente outros poucos letrados.

Por outro lado, esses textos permitem compreender o ponto máximo que o antiescravismo pôde alcançar, na época, dentro dessa sociedade. Além do mais, desde a Vinda da Família Real ao Brasil, os letrados passaram a participar dos quadros da burocracia governamental, posição esta que mantiveram depois da Independência, isto é, participavam do único grupo capaz de promover mudanças institucionais na escravidão; inversamente, os donos de escravos, em geral, estavam acomodados à ordem escravista e empenhados em mantê-la.

Para levar a cabo esse exame, serão inventariados, em primeiro lugar, os autores europeus citados nos textos dos brasileiros, o que permitirá não só comprovar que fizeram parte do contexto do antiescravismo da Ilustração, como também conhecer suas fontes doutrinárias; em seguida, serão apresentados os principais elementos da crítica dos brasileiros à escravidão e as medidas práticas que propuseram para combatê-la. Estes dois últimos itens fornecerão dados que serão confrontados com as linhas gerais do antiescravismo da Ilustração francesa, pois, como se sabe, Portugal e Brasil, dos fins do século XVIII e início do XIX, estavam dentro da esfera de influência da cultura letrada francesa, além de os mais importantes textos ingleses que condenavam a escravidão terem sido traduzidos, a partir dos fins da década de 1780, pela Sociedade dos Amigos dos Negros da França[11]. É por esse caminho que se tentará apreender a especificidade das primeiras manifestações antiescravistas no Brasil.

I - O ANTIESCRAVISMO DOS ILUSTRADOS NOS TEXTOS BRASILEIROS

Nada se sabe sobre o aparecimento de um antiescravismo genuinamente brasileiro durante a segunda metade do século XVIII, período este das primeiras manifestações de condenação da escravidão principalmente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Isso não impede, no entanto, supor que se houve alguma manifestação contra a escravidão gerada internamente a sua difusão deve ter sido inexpressiva, pois, além das limitações impostas pela censura, a impressão tipográfica era proibida no Brasil; não bastassem estas restrições, Estado, Igreja e senhores estavam interessados em preservar a escravidão, e se empenhavam em bloquear a expressão de idéias que ameaçassem a ordem vigente.

A *Análise sobre a Justiça do Comércio de Resgate de Escravos da Costa da Africa* de Azeredo Coutinho, escrita nos últimos anos do século XVIII e publicada em Londres e em Lisboa, respectivamente em 1798 e em 1808, participou dessa ordem ao defender a legitimidade do tráfico negreiro e, portanto, da escravidão. Por meio dela, Azeredo Coutinho, conhecedor das idéias européias da época[12], reagiu energicamente à condenação do tráfico em nome do direito natural, tal como estava sendo feita por pensadores franceses desde a publicação, na *Enciclopédia*, dos artigos "Escravidão" e "Tráfico de negros", ambos escritos por de Jaucourt.

Ao contrário de Azeredo Coutinho, os primeiros escritores brasileiros que criticaram a escravidão observaram a sociedade escravista a partir de princípios elaborados em outro tipo de sociedade. Sendo assim, o arrolamento dos autores europeus citados pelos brasileiros poderá evidenciar a ligação entre estes últimos e o antiescravismo da Ilustração. Este mesmo procedimento fornecerá também pistas sobre o caráter do antiescravismo dos brasileiros, dado que as citações indicam as fontes de inspiração das concepções dos brasileiros sobre o assunto.

Antonio José Gonçalves Chaves, cujo texto ocupa cronologicamente o primeiro lugar na série[13], citou Raynal e Adam Smith. Do primeiro, extraiu um trecho da sua "História política" (*sic*), no qual o padre francês associou o caráter nacional do colonizador com o tratamento dado ao escravo nas colônias americanas. Para Raynal, "o português faz deles [escravos] instrumentos de seus deboches", e Gonçalves Chaves recusou tal comentário sob o argumento de que havia nele "parcialidade manifesta"[14], pois são maltratados em qualquer nação. Além de Raynal, Gonçalves Chaves citou também "um Economista", que se reconhece facilmente como Adam Smith, por se tratar de uma conhecida passagem da *Riqueza das Nações* que contém uma das suas críticas à escravidão; de fato, para sustentar seu argumento de que o uso de escravos causava danos econômicos, reproduziu palavras do economista escocês, segundo as quais o escravo consome o mais que pode e trabalha o menos que pode[15].

O eixo do texto de Gonçalves Chaves apoiava-se, no entanto, num outro, escrito por um membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, Francisco Soares Franco, que, em 1820, publicara o *Ensaio sobre os Melhoramentos de Portugal e do Brazil* em Lisboa. A doutrina contida no "Quarto Caderno" deste livro, dedicada a um exame intitulado "Da População, e Agricultura no Brazil"[16], foi vivamente recomendada por Chaves, que reproduziu um longo trecho da mesma.

Maciel Severiano da Costa citou a *Apologie de B. de las Casas* de Grégoire; acusou Raynal, afirmando que "todo mundo sabe" dos seus "interesses" no tráfico negreiro, e da sua ligação com empresas que dele participavam em Nantes e Marselha; recorreu a Montesquieu para confirmar a idéia de que o trabalho livre pode ser aplicado em todos os setores da economia adotou a explicação dada por Page no seu *Tratado de Economia Política e Comércio das Colônias* sobre o significado do plano inglês para acabar com o tráfico; assegurou que Turgot, Steuart, Adam Smith, Herrenschwand, Bentham, e Ganilh, consideravam o trabalho "menor e menos lucrativo nas mãos dos escravos", ao passo que Jean-Baptiste Say "pensa o contrário"[17].

José Bonifácio de Andrada e Silva citou apenas Pierre Poivre[18], autor das *Viagens de um Filósofo ou Observações sobre os Costumes e as Artes dos Povos da África e da Ásia,* escrito em 1750 e publicado em 1768. Este livro de Poivre teve um papel importante na história da Economia Política francesa, tanto que, como afirmou Weulersse, os fisiocratas o consideravam, pelo valor que atribuiu à agricultura, um dos precursores da fisiocracia, ou então como "um dos seus discípulos *avant la lettre*"[19]. Esse mesmo livro foi resenhado no primeiro artigo antiescravista escrito por Du Pont de Nemours no periódico oficial da Fisiocracia - as *Efemérides do Cidadão ou Biblioteca Racional das Ciências Morais e Políticas* (t.VI, 1768); além disso, Du Pont também publicou, em 1768, uma biografia intitulada *Notice sur la vie de M. Poivre*. A importância de Poivre para os termos da condenação à escravidão feita pelos fisiocratas assumiu uma tal proporção que

estes últimos adotaram suas observações sobre a baixa quantidade de cana-de-açúcar produzida pelos escravos e o alto custo dessa produção, posição esta compartilhada por José Bonifácio.

Afora a importância que as opiniões de Poivre sobre a escravidão tiveram na história do pensamento econômico, Seeber colocou um *Discurso* de sua autoria, provavelmente escrito em 1767, em primeiro lugar na lista dos textos franceses do século XVIII que apresentaram soluções práticas para a questão da escravidão. Poivre recomendava que, se "o mal está feito", deveria haver estrita observância das leis, neste caso as leis do *Code Noir,* para reduzir os estragos causados pela escravidão. Por isso mesmo, os senhores deveriam instruir seus escravos no cristianismo, encorajar os casamentos entre eles, alimentá-los e vesti-los adequadamente e tratá-los com humanidade; só assim, dizia Poivre, eles "sempre servirão bem seus senhores, durante a paz e durante a guerra (...) Seus filhos considerarão a casa do senhor como a casa paternal, e a ilha [a colônia] como sua pátria"[20].

No artigo de José da Silva Lisboa, "Da Liberdade do Trabalho"[21], apenas dois autores da Ilustração são citados: Adam Smith e Montesquieu. O alicerce do artigo foi dado pela *Riqueza das Nações*, mais precisamente por um princípio formulado por Adam Smith, segundo o qual há um "esforço natural de cada homem para melhorar a sua própria condição", sendo que os interesses pessoais coincidem com os coletivos. Para Silva Lisboa, era impossível a realização deste princípio numa sociedade que emprega o trabalho escravo, pois o escravo é reduzido à condição de máquina, "não esperando melhoria [...], nem podendo adquirir propriedade"; resulta daí que falta ao escravo motivação para se empenhar nas atividades produtivas, o que torna a escravidão nociva à "opulência e civilização". Não bastasse isso, Silva Lisboa reproduziu também a maioria dos argumentos de Adam Smith contra a escravidão: a administração do escravo é mais cara do que a do homem livre, pois com a escravidão não há frugalidade, tampouco parcimônia; os escravos raramente inventam máquinas, pois podem ser acusados de preguiçosos pelos seus senhores, etc.

Adam Smith emprestou algumas idéias de Montesquieu sobre a escravidão e as reproduziu na *Riqueza das Nações*. Há uma delas que Silva Lisboa citou como sendo de autoria de Adam Smith: trata-se da idéia de Montesquieu de que a origem da escravidão residia no orgulho. Uma outra, também citada por Silva Lisboa, refere-se à superioridade das minas da Hungria que empregavam o trabalho livre, em comparação com as da Turquia que empregavam o trabalho escravo; desta vez o autor brasileiro a atribuiu ao seu verdadeiro autor. Além disso tudo, Silva Lisboa certamente se inspirou no Livro XV de *O Espírito das Leis* para relacionar a escravidão negra das colônias americanas com a "inculcada necessidade de um clima ardente", e adotou também a doutrina da mitigação da escravidão de Montesquieu, que será apresentada mais adiante.

A citação desses autores europeus, cuja excelência já era reconhecida desde a época em que publicaram suas principais obras, mostra que uns poucos brasileiros haviam aprendido a ver a escravidão com o olhar dos ilustrados europeus e a eleger alguns princípios para condená-la. A primeira comprovação disto encontra-se nas citações de Montesquieu, ausentes apenas no texto de Andrada e Silva.

Na França, até os meados do século XVIII, a crítica à escravidão fora feita por um número reduzidíssimo de pensadores, como Bodin, Le Clerc e Bernard, cujas idéias aliás não tiveram desdobramentos ulteriores; ao lado dela, havia também a reprovação difusa de que a satisfação do luxo dos europeus ocorria às custas do sofrimento dos escravos negros. Este quadro, no entanto, sofreu uma mudança radical com Montesquieu, que, como afirmou Brion Davis, "mais que qualquer outro pensador, [colocou] a escravidão na agenda da Ilustração européia"[22]. Isto porque, *O Espírito das Leis*, de 1748, de uma forma que até então não havia sido feita, condenou a escravidão sob os argumentos de que era uma instituição incompatível com a moral e, portanto, uma violação do direito natural, contrária ao espírito da monarquia, incoerente com o direito civil, inconciliável com o cristianismo e com um rendimento inferior ao do trabalho livre. Estas mesmas idéias foram ordenadas por de Jaucourt, que as veiculou nos artigos "Escravidão" e "Tráfico negreiro"[23] do maior sucesso editorial do século, a *Enciclopédia,* dirigida por D'Alembert e Diderot.

Além de Montesquieu, praticamente todos os escritores brasileiros usaram princípios antiescravistas da Economia Política. Andrada e Silva citou apenas Poivre, mas mostrou conhecimento desses mesmos princípios; Gonçalves Chaves e Silva Lisboa apoiaram-se em Adam Smith, e Severiano Costa citou uma série de economistas franceses da Escola Clássica, que seguiram as linhas das críticas de Adam Smith em relação à escravidão. A adesão dos brasileiros à crítica econômica da escravidão liga-se ao fato de que ela era reconhecida como a única condenação propriamente científica desta instituição. Sua formulação inicial foi

obra dos fisiocratas, isto é, apareceu no momento mesmo em que Economia Política dava seus primeiros passos para adquirir existência autônoma; ampliando a crítica, e revestindo-a de um caráter diferente daquele que lhe fora imposto pelos fisiocratas, Adam Smith, assegurou a ela um espaço no conhecimento econômico.

Em suma, ao usar principalmente princípios elaborados por Montesquieu e pelos economistas políticos, os brasileiros expunham, em geral, suas ligações com o antiescravismo da Ilustração, e, ao mesmo tempo, a adesão, em particular, a certas doutrinas para orientar mudanças da escravidão brasileira, como se verá mais adiante.

O TEOR DA CRÍTICA DOS BRASILEIROS À ESCRAVIDÃO

A existência da escravidão foi assegurada pela legitimidade que lhe conferiu uma rede de idéias tecida desde a Antigüidade. Sendo assim, ela era reconhecida como um elemento constitutivo natural das sociedades, atado pelos fios dessa mesma rede aos demais elementos - política, economia, estrutura social, religião e cultura.

A condenação da escravidão, por outro lado, resume-se ao resultado de um processo de negação da sua legitimidade. Tal processo, contudo, não nasceu de uma só penada, mas derivou de uma construção lenta e custosa, iniciada com o desatamento dos fios que prendiam a escravidão às demais instituições sociais; ou seja, para provar a sua ilegitimidade foi necessário demonstrar que a escravidão se opunha aos princípios do cristianismo, representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva, violava o direito natural, etc. Foi necessário, em suma, desmontar a rede de idéias que a colocava no mesmo plano das demais instituições mediante a demonstração de que ela lhes era prejudicial, e, portanto, deveria ser substituída pelo trabalho livre. Esta operação de desmontagem principiou nos meados do século XVIII, ocupou todo o século XIX para, finalmente, alcançar seu ponto mais alto nos fins da primeira metade do XX com a *Declaração dos Direitos Humanos*.

No que diz respeito à sua forma, essa operação teve um caráter cumulativo e seus protagonistas foram especialistas em determinados campos do conhecimento[24]. Ou melhor, a partir dos meados do século XVIII, observando a escravidão como especialistas de um campo do conhecimento (jurídico, econômico, político, religioso, etc.), alguns homens dirigiram a ela uma série de críticas, aprovadas e apropriadas pelos contemporâneos. Assim, por exemplo, o reconhecimento da autoridade de Montesquieu como teórico social é *um* dos fatores que explica o sucesso da sua crítica, segundo a qual a escravidão era uma ofensa ao Direito das Gentes, ao Direito Civil e ao Direito Natural; *mutatis mutandis*, o mesmo vale para a crítica de Adam Smith, que a considerou como lesiva à economia, ou para a dos quacres que a julgaram incompatível com a caridade cristã, ou para a de alguns filósofos franceses da Ilustração que a retrataram como uma ameaça ao Estado, ou ainda para as observações de viajantes europeus que relatavam a péssima condição de vida dos escravos nas colônias. De qualquer modo, ao mesmo tempo em que cada um desses protagonistas efetuava a crítica à escravidão, começava a desatar um dos fios da rede que a ligava a uma determinada instituição, trabalho este que prosseguiu de forma cumulativa pelo século XIX afora.

O volume formado por essas críticas especializadas ao longo da segunda metade dos setecentos permitiu, ainda nos fins do XVIII, não só a passagem da crítica filosófica para a ação política contra a escravidão, o que valer dizer, para a elaboração de programas abolicionistas, como também o aparecimento de obras de síntese, que articularam as opiniões antiescravistas especializadas, como, por exemplo, a que Benjamin-Sigismond Frossard publicou nos últimos anos do século XVIII: *A causa dos escravos negros e dos habitantes da Guiné. Levada ao Tribunal da Justiça, da Religião, da Política; ou História do tráfico e da escravidão dos negros; Provas da sua ilegitimidade, Meios de os libertar sem prejudicar nem as Colônias e nem os Colonos*.

Nada disso, porém, ocorria no Brasil dos princípios do século XIX, quando aqui apareceram as primeiras manifestações antiescravistas. De fato, não havia na sociedade escravista brasileira nem autoridades intelectuais, nem tampouco abolicionistas, mas unicamente uns poucos letrados que publicaram textos que destacavam os males causados pela escravidão, baseando-se em princípios construídos por escritores europeus.

A lista dos autores por eles citados e a forma pela qual observaram certos aspectos da escravidão indicam

que não lhes faltava atualização com o que fora publicado na Europa. Além disso, escreveram entre 1817 e fins da década de 1820, isto é, no meio de um período de aceleração das transformações institucionais da escravidão negra nas colônias americanas: revolta dos negros no Haiti, abolição da escravidão pelos quacres nos Estados Unidos, movimento das petições na Inglaterra, abolição da escravidão nas colônias francesas (1794), restauração da escravidão nas colônias francesas (1803), fim do tráfico negreiro nas colônias inglesas e nos Estados Unidos, proibição do tráfico ao norte do Equador pelo Congresso de Viena e início dos debates no Parlamento inglês sobre a abolição da escravidão nas colônias inglesas. Sendo assim, escreveram num tempo em que, à velocidade das transformações da escravidão na América, correspondia o aumento do volume de publicações antiescravistas na Europa; tinham, portanto, à disposição, uma vasta literatura antiescravista que dialogava com os autores da Ilustração.

A partir do contato com esta literatura, os brasileiros escreveram textos que apresentaram todos os termos da crítica à escravidão que condenavam genericamente. Porém, destacaram e examinaram particularmente alguns dos seus efeitos deletérios, sendo que a valorização em particular de alguns destes efeitos em detrimento de outros derivou das suas preocupações reais como membros da elite de homens livres sobre o que havia de mais defeituoso na sociedade escravista, haja vista que não eram especialistas neste ou naquele campo do conhecimento.

É exatamente naquilo que definiram como os piores defeitos da escravidão que reside o teor da crítica de cada um deles; a localização deste teor fornecerá, portanto, dados para a compreensão da especificidade das idéias antiescravistas na sociedade escravista brasileira e dos propósitos desses críticos de nela intervir.

Nas *Memórias economo-políticas* de Gonçalves Chaves encontram-se manifestações de compaixão do autor pela condição do escravo, em frases em que lamenta a "infeliz sorte dos escravos, e dureza dos proprietários", ou em que afirma que só mesmo a ausência de sensibilidade humana impediria de "tremer à vista da infeliz sorte dos pretos escravos". A escravidão, por sua vez, é caracterizada como um "escândalo da humanidade e da religião", ou "um crime que ofende essencialmente a Deus"[25].

Suas observações, no entanto, não se limitam a essas de caráter compassivo. Depois de reafirmar que o "sistema da escravatura (...) é escandaloso à Religião de Jesus Cristo e Natural" e que este é um ponto "reconhecido por todo mundo", Gonçalves Chaves enunciou claramente o objeto da sua *Memória:* "tratarei unicamente de quanto [a escravidão] é prejudicial ao Estado"[26]. Para dissertar sobre o assunto, tomou como ponto de partida a mudança ocorrida no Império Português em 1808. Antes da Vinda da Família Real ao Brasil, interessava à monarquia portuguesa manter a escravidão na sua maior colônia. Mas, depois que a sede do Império foi trasladada para o Rio de Janeiro, o sistema tornou-se "ruinoso por qualquer modo que queiram considerar" e a existência de escravos tornou-se uma barreira para "dois essenciais ramos economo-políticos": a união de todos os indivíduos e a conciliação de todos os ânimos.

A escravidão, segundo Gonçalves Chaves, era nociva à economia ao impedir o crescimento da população e o aumento dos trabalhadores livres, pois estes se envergonhavam de trabalhar ao lado dos escravos. Assim, todas as atividades produtivas eram executadas pelo braço do escravo, e, como Adam Smith afirmara, o escravo trabalha pouco e come muito. Enfim, para Gonçalves Chaves, a escravidão bloqueava a prosperidade da agricultura e o nascimento da indústria. Do mesmo modo que a economia, a civilização e a moral também eram ofendidas pela escravidão, porque ela impedia o aparecimento de "classes instruídas" e as crianças livres cresciam numa sociedade em que prevalecia a imoralidade.

O dano maior, contudo, era aquele que a escravidão causava à governabilidade: "temos de fato [uma guerra] com I da nossa população", já que os escravos são verdadeiramente "inimigos internos". Este estado de coisas podia, segundo o autor, ser facilmente atestado pela situação em que se encontra a Bahia, onde continuamente arrebentam "expulções nigropolíticas", expressando o "terrível mal a que está sujeita qualquer nação que cai na imprudência de consentir entre si tão extraordinário número de escravos"[27]. Do exemplo das revoltas na Bahia, o autor deduziu uma "regra infalível": "toda a nação será mais ou menos bárbara, segundo o maior ou menor número de escravos que tiver".

Em suma, a constituição do Estado está ameaçada pela escravidão na medida em que o governo "se vê na dura necessidade de cometer atos que não podem ter lugar em código escrito constitucional, civil ou criminal".

Ocupando o Brasil a posição de "cabeça da monarquia portuguesa", todo o resto do Império português corre perigo. De fato, caso o tráfico negreiro persista e continue aumentando o número de escravos, o Estado estará duplamente ameaçado: dada a disseminação da bárbarie no Brasil, estrangeiros poderão usurpar o Trono, e "os negros serão nossos escravos e nós escravos de qualquer governo", isto se "escaparmos ao iminente risco da desastrosa e tremenda catástrofe dos franceses na ilha de S. Domingos"[28].

Como foi dito antes, Gonçalves Chaves apoiou-se em observações de Soares Franco, segundo as quais todos os corpos morais devem concorrer para a "segurança e a prosperidade do Estado"[29], sendo que, com a escravidão negra, era inviável a formação de uma nação no Brasil, mesmo porque não há um povo composto de diversos povos. E o risco maior, alertava Franco num texto reproduzido por Chaves, que aliás retomava pela segunda vez o mesmo assunto, era "o exemplo terrível de S. Domingos [que] deve estar patente aos olhos de todos os brasileiros (...)".

João Severiano Maciel da Costa, na sua *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil*, também apresentou elementos de uma crítica humanitária à escravidão ao considerar que "o trabalho por escravos (...) ofende o direito da humanidade, faz infeliz uma parte do gênero humano"[30].

Flexibilizou, no entanto, essas ponderações ao argumentar que o tráfico não é "tão horrível quanto pintam seus antagonistas". O mundo africano, segundo o autor, é governado pela barbárie, razão pela qual os negros "vegetam quase sem elevação sensível acima dos irracionais, sofrem cruel cativeiro e são vítimas dos caprichos dos seus déspotas". Por isto mesmo, o tráfico tem um efeito benéfico ao evitar "uma horrível carniçaria humana". No Brasil, continua Maciel da Costa, é verdade que os escravos de fato são maltratados por alguns senhores; mas, "também o é que as leis os punem por excessos criminosos, que estes fatos perdem-se na grande maioridade dos que praticam tantos outros senhores em favor de seus escravos, tratando-os como homens e olhando para eles como uma parte principal de suas fortunas, que ninguém é tão desatinado que deseje arruinar e perder". Em toda parte acham-se senhores que dispensam todos os cuidados necessários aos escravos "e até, conduzindo-se eles bem, os recompensam com a liberdade e os ajudam a viver". Enfim, para o autor, os "amigos da humanidade... têm visto os males dos cativeiro dos africanos na América por vidros de engrossar"[31].

O seu texto atribui também à escravidão a condição de instituição nociva à economia, pois "paralisa a indústria, que nunca pode prosperar solidamente senão em mãos de gente livre" e, como já se viu acima, Severiano Maciel apoiou-se numa série de economistas europeus para tratar do assunto. No entanto, o problema central da escravidão para o autor, é de outra ordem: ao lançar "em perpétua guerra uns com os outros homens", põe em "risco iminente e inevitável [...] a segurança do Estado com a multiplicação indefinida de uma população heterogênea, desligada de todo vínculo social e, por sua mesma natureza e condição, inimiga da classe livre". Dada essa argumentação, tem-se a impressão de que Maciel da Costa também se apoiou nas formulações de Soares Franco, o que é reforçado pelo título que deu ao "Parágrafo terceiro" da sua *Memória*: "A introdução dos escravos africanos, indefinida quanto ao número deles e quanto ao tempo de sua duração, é contrária à *segurança e prosperidade do Estado*" (grifado por mim - APR). Ainda mais, Maciel da Costa, passando, ao que parece, Soares Franco para outras palavras, afirmou que o aumento do número de escravos com o tráfico negreiro estava se transformando num "raio (que) nos ameaça perpendicularmente sobre a cabeça", porque uma população majoritariamente negra - a "África transplantada no Brasil" - era "incompatível com os brancos, antes inimiga declarada". Seguindo este mesmo raciocínio, concluiu o texto se lisonjeando de ter demonstrado que "a abolição [da introdução dos africanos no Brasil] é necessária à segurança e prosperidade do Estado"[32].

Dessa forma, via uma grande ameaça pesando sobre os brancos, que poderia se agravar se os escravos negros fossem contagiados pelas idéias de "liberdade e quimérica igualdade (...) das colônias francesas". Se isto realmente ocorresse, seria "a insurreição súbita, assoprada por um inimigo estrangeiro, estabelecido em nossas fronteiras e com um pendão de liberdade arvorado ante suas linhas". Não haveria como fazer frente a ela, fato este que João Severiano expressou por meio de uma pergunta: "que resistência faremos ao inimigo exterior estando a braços com o interior e composto de escravos bárbaros e ferozes? Um grande império com este lado tão fraco será na verdade a estátua de Nabucodonosor de pés de argila"[33].

Os efeitos de uma insurreição deste tipo podiam ser observados na história de São Domingos, "primor da cultura colonial, jóia preciosa das Antilhas", onde ainda havia fumaça do "sacrifício de vítimas humanas e

inocentes", que saíra do fogo ateado pelos "vingadores de Toussaint Louverture". Em suma, para Maciel da Costa, a ameaça à segurança do Estado era a principal questão posta pelo uso de escravos e "todas as outras considerações são subordinadas a esta e não podem se emparelhar com ela"[34].

O texto de José Bonifácio de Andrada e Silva expõe a adesão do autor aos mais bem acabados termos do antiescravismo do século XVIII europeu, o que pode ser verificado na sua condenação da escravidão "a favor da causa da justiça e ainda da sã política". A "causa da justiça" indica pura e simplesmente que o autor havia abraçado o princípio de que escravidão era uma injustiça do ponto de vista do cristianismo e do direito natural, razão pela qual ele atacou o "bárbaro direito público das antigas nações", responsável pela formulação dos fundamentos da legitimidade dessa instituição. "Com efeito", escreveu Andrada e Silva, "os apologistas da escravidão escudam-se com os gregos e romanos, sem advertirem que entre os gregos e romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eternos do direito natural e os divinos preceitos da religião"[35].

Partindo desse princípio, a *Representação...* condena todas as justificativas da escravidão negra, a saber 1) os negros eram escravizados por um ato de caridade, pois, ao retirá-los da África, evitava-se que eles se tornassem "vítimas dos despóticos régulos"; 2) sua escravização era um serviço prestado à evangelização, ação esta "que todo cristão deve promover e espalhar"; 3) a vinda para a América os beneficiava na medida que saíam "de um clima e país ardente e horrível para outro doce, fértil e ameno" e, finalmente, o antigo arrazoado, baseado tanto no Direito das Gentes quanto no Direito Civil, segundo o qual o prisioneiro de guerra ou o criminoso deviam ser imediatamente mortos, sendo um favor a eles a conservação de suas vidas como escravos.

Também está presente no texto de José Bonifácio um princípio do pensamento ilustrado que alicerçou essa crítica: trata-se, resumidamente, do alto valor concedido à liberdade pessoal. Para o autor, fundada na justiça, a sociedade civil tem por fim principal garantir a felicidade dos homens. Se, no entanto, a liberdade de um homem é roubada, assim como a "dos filhos deste homem e dos filhos destes filhos", não há justiça, inviabilizando a realização deste mesmo fim principal. E tem mais: a exigência de mudança da relação entre senhor e escravo não representa uma ameaça ao direito de propriedade. Segundo José Bonifácio, tal direito em nada será ofendido com esta mudança, pois o "homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade. Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém sem atacar os direitos da Providência que fez os homens livres e não escravos, sem atacar a ordem moral das sociedades, que é a execução estrita de todos os deveres prescritos pela natureza, pela religião e pela sã política". A não execução destas obrigações faz do governo a estátua de Nabucodonosor, "que uma pedra desprendida da montanha a derribou pelos pés. É um edifício fundado em areia solta que a mais pequena borrasca abate e desmorona"[36].

Em síntese, ao condenar a escravidão em nome da "causa da justiça" José Bonifácio seguiu as linhas gerais dos argumentos humanitários do antiescravismo europeu dos fins do século XVIII.

Ao lado da "causa da justiça", a *Representação*... mostra também o quanto a escravidão era um empecilho à "sã política". Isto porque, em primeiro, lugar, a escravidão prestava um serviço ao "antigo despotismo", interessado em que "fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade e sem irmandade, para melhor nos escravizar". Agora, depois da Independência, como poderia haver uma "Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?"; o fim da escravidão tornava-se, portanto, imperativo para que "venhamos a formar, em poucas gerações, uma nação homogênea", que não "se esfarele ao menor toque de qualquer nova convulsão política". Enfim, o risco representado pelos "inimigos domésticos" seria que eles "nada têm a perder, antes tudo que esperar de alguma revolução, como a de S. Domingos". Em segundo lugar, enumerou uma série de danos econômicos provocados pela escravidão: uma quantidade enorme de capitais era absorvida pelo tráfico negreiro, o escravo produzia pouco, a população não crescia, não havia progresso das artes, as máquinas eram desprezadas e o lucro da lavoura era muito baixo. Por fim, indicou os estragos que a escravidão acarretava à moral: "tiranizamos os escravos e os reduzimos a brutos animais, e eles nos inoculam toda a sua imoralidade e todos os seus vícios"[37].

Enfim, ao lado das manifestações de compaixão pelo escravo negro, há também no texto de José Bonifácio um conjunto de argumentos utilitários contra a escravidão, visando a implantação de uma "sã política" no

Brasil.

Quanto ao artigo de José da Silva Lisboa, pode-se dizer que ele difere formalmente dos demais porque o autor deu-lhe a feição de ensaio. Desta maneira, trata tanto a escravidão quanto das reformas exigidas para que elas funcionem como fenômenos universais, e não como uma questão especificamente nacional.

No início do texto, encontra-se uma condenação genérica da instituição, feita em nome da moralidade e do cristianismo. Mas, argumentando que "seria crueza magoar uma chaga, que talvez se não possa curar", dada a antigüidade da instituição, presente na bíblica "era dos Chams", e os horrores que sempre causa, exortou os leitores a considerá-la "somente pelos resultados econômicos"[38]. Assim, foi do ponto de vista econômico que José da Silva Lisboa analisou a escravidão, mostrando, a partir das idéias de Adam Smith, a inferioridade do trabalho realizado pelo escravo, da qual deduziu a superioridade do trabalho livre.

Embora as considerações econômicas ocupem a maior parte do artigo, há também uma observação, feita de passagem, sobre os efeitos políticos da escravidão. Segundo Silva Lisboa, "onde se tem adotado a política da escravidão dos oriundos da África, não se vê, e é impossível formar-se um corpo de nação cordata", e mesmo entre os gregos e romanos os escravos provocaram "mil convulsões e misérias"[39]. Vale a pena destacar, por outro lado, que os resultados políticos destas "convulsões" estavam presentes na consciência do autor há um bocado de tempo, tanto que num texto de 1818, Silva Lisboa referiu-se ao "hórrido espetáculo da tremenda catástrofe da *Rainha das Antilhas*"[40].

Em suma, vistos em conjunto, esses quatro textos mostram que os escritores brasileiros, observando a escravidão através do prisma das idéias antiescravistas da Ilustração, condenaram a instituição sob todos os ângulos. Em termos gerais, acompanharam a sensibilidade humanitária dos autores europeus, e consideraram a escravidão como um atentado ao direito natural e ao cristianismo; há, entretanto, dentro destes mesmos termos, duas posições antagônicas: Maciel da Costa, numa ponta, não acreditava que o tráfico fosse tão lesivo aos negros, ao passo que José Bonifácio, noutra, deu à liberdade pessoal valor superior ao que era dado à propriedade. Em termos particulares, no entanto, dedicaram maior atenção aos danos causados pela escravidão a dois elementos constitutivos da vida social: Estado e economia.

Quanto à economia, vê-se que seus autores estavam de fato convencidos de que a escravidão impedia a prosperidade; quanto ao Estado, consideravam-no ameaçado pelo que Gonçalves Chaves denominou "expulções nigropolíticas", na medida que a população escrava era sua inimiga declarada; a revolta de S. Domingos simplesmente evidenciava este fato, tendo sido mencionada em praticamente todos os textos. Não foi, portanto, sem motivo que Maciel da Costa e Andrada e Silva representaram alegoricamente o Estado brasileiro na sociedade escravista como a estátua de Nabucodonosor.

AS MEDIDAS CONTRA A ESCRAVIDÃO

Da mesma maneira que o antiescravismo foi o resultado de uma construção lenta e custosa, a confecção de medidas práticas para acabar com a escravidão não ocorreu do dia para a noite.

No quarto de século que se seguiu à publicação de *O Espírito das Leis* de Montesquieu, marcado pela lenta difusão do antiescravismo na França[41], os autores que trataram do assunto nada disseram sobre a abolição. Havia apenas a sugestão de que era preciso reformar a instituição, abrandando-a de modo a torná-la mais humana, sendo desejável, no fim das contas, a sua desativação. De qualquer modo, não se encontra nenhum plano para a libertação dos escravos nessa época.

A partir da década de 1780, no entanto, sob o impulso do amadurecimento da crítica filosófica à escravidão, da demonstração dos fisiocratas de que era viável a substituição dos escravos por trabalhadores livres, das notícias que chegavam na Europa sobre a libertação dos escravos pelos quacres e da formação de sociedades antiescravistas nos Estados Unidos, a partir dos anos de 1780, repito, alguns escritores começaram a considerar a abolição como uma questão prática, elaborando planos para executá-la. Um exemplo desta nova posição encontra-se nas *Reflexões sobre a Escravidão dos Negros* de Condorcert, publicadas em 1781; mas, pode-se ter uma idéia da lentidão e dos cuidados necessários para os avanços neste terreno se for considerada a posição extremamente cautelosa de Condorcet ao sugerir a abolição

gradual.

Somente na década de 1780, foram fundadas sociedades abolicionistas na Europa, tendo sido a primeira delas criada na Inglaterra, em 1783, para lutar pelo fim do tráfico negreiro. Mas, suas atividades só se iniciaram efetivamente em 1787, graças à ação política de Thomas Clarkson, Glanville Sharp e James Phillips, quando passou a se chamar "Sociedade pela abolição do tráfico e da escravidão dos negros". Na França, a primeira data de 1788: trata-se da "Sociedade dos Amigos dos Negros", que tinha à testa figuras como Brissot, La Fayette, Mirabeau, Clavière, Condorcet, Sieyès, Grégoire, Lavoiser, Pétion, etc.

Na virada do século XVIII para o século XIX, depois que os franceses aboliram a escravidão em 1794, uma informação dada por Grégoire nas suas *Memórias* permite saber em que ponto estava o antiescravismo:

> quanto aos escravos, não é preciso precipitar sua emancipação, mas conduzi-los gradualmente às vantagens do estado social: assim pensavam Brissot, Wadstrom, Pétion, Lanthemas, etc., e toda a Sociedade dos Amigos dos Negros, da qual eu era membro; assim pensavam Wilbeforce, Barlow, Fox, Clarkson, Thorton, Granville, Sharp, com os quais estabeleci ligações; assim pensavam as sociedades estabelecidas nos Estados Unidos para melhorar a sorte dos negros e que me enviavam anualmente os processos verbais da Convenção Central na Filadélfia. Concebia-se, desde então, que a emancipação súbita, pronunciada no decreto do 16 pluvioso do ano II, animada por Levasseur (de la Sarthe), nos pareceu uma medida desastrosa: ele era para a política o que um vulcão é para a física (...)[42].

No primeiro quarto do século XIX, este quadro foi mantido, apesar de alguns abolicionistas terem levado o debate sobre fim da escravidão nas colônias inglesas para dentro do Parlamento. Importa é que as medidas práticas propostas pelo antiescravismo brasileiro dos princípios do século XIX se mantiveram dentro destes mesmos limites.

Gonçalves Chaves sugeriu que, dada a instalação de D. João VI no Rio de Janeiro, o fim do tráfico negreiro era necessário à constituição do Estado, "pela via mais próxima, e compatível com as circunstâncias, e ainda que este passo é indispensável, tem espinhos maus de pisar". Para tanto, seria dado aos traficantes um prazo de 18 meses "para disporem de seus fundos", após o que esse comércio seria proibido, devendo, em seguida, ser sancionada "alguma lei em favor da liberdade dos oriundos dos cativos existentes". Tal medida, afirmava o mesmo autor, não significaria "nem um ceitil" de ofensa ao direito de propriedade pública ou particular, pois "nada é mais fácil ao negociante do que mudar de mercadorias, ao viajante de viagem, e ao lavrador de plantação". O problema maior do tráfico, segundo Gonçalves Chaves, era o fato de que ele deixava o Brasil com um "excessivo número de escravos", um obstáculo intransponível para que fossem tratados de maneira adequada. Com a interrupção do tráfico, portanto, os escravos passariam a receber melhor tratamento e leis promoveriam a emancipação gradual "por via de associações filantrópicas, quando já estejamos certos de que nossa força física excede a da raça negra", pela libertação dos escravos da segunda ou terceira geração "em que consecutivamente tenha entrado mistura de cor branca" ou pela liberdade de todo filho de cativos ao vinte e cinco anos[43].

João Severiano Maciel da Costa, diferentemente de Gonçalves Chaves, não estabeleceu "quando e como se deve abolir", por acreditar ser este "um negócio essencialmente ligado aos planos políticos ministeriais que não ousamos perscrutar"[44]. Tal medida deveria ser planejada pelo soberano, que "conhece melhor que ninguém os interesses de sua poderosa monarquia, e no seu paternal desvelo devemos depositar todos a mais limitada confiança". Além do mais, tratava-se de uma "empresa dificílima", pois dará "nova direção à indústria e trabalhos de um povo inteiro". De qualquer maneira, "todas as medidas rápidas e diretas são desaconselhadas pela política", razão pela qual o Estado deveria interromper a introdução de escravos africanos e, ao mesmo tempo, encontrar "meios de remediar a falta que este sucesso deve ocasionar".

Sugeriu, enfim, medidas para melhorar a condição do escravo, a saber, 1) poupar os escravos, tratando-os como "homens e filhos do Criador", e promover os casamentos entre eles para que surja uma população crioula, que formará uma "excelente raça de trabalhadores"; 2) inspirar o amor do trabalho aos livres da classe do povo de todas as cores, e, por meio de uma "polícia vigilante e severa", não consentir "ociosidade nesta classe de gente, trazendo-a registrada e até inventariada"; 3) empregar os indígenas e 4) atrair europeus.

Um dos objetos da *Representação...* de José Bonifácio de Andrada e Silva era propor uma "uma nova lei sobre o comércio da escravatura e tratamento dos miseráveis cativos"; por isto, o seu texto pretende mostrar "a necessidade de abolir o tráfico da escravatura, de melhorar a sorte dos atuais cativos e de promover a sua progressiva emancipação". Aliás, para o autor, a melhoria da condição dos escravos existentes, por si mesma,

seria "um passo dado para a sua futura emancipação"[45], que não deveria ser feita "de repente", porque causaria "grandes males".

Como considerou que o escravo deveria ser digno da liberdade que lhe será concedida, José Bonifácio exortava de uma só vez os deputados a abrandar o seu "sofrimento", favorecer e aumentar "todos os seus gozos civis domésticos e civis" e instrui-los "no fundo da verdadeira religião de Jesus Cristo e não em momices e superstições". Deste modo, eles começariam a ter acesso à dose de civilização que podem alcançar "no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos". Esta seria a condição para que viessem a prestar serviços "com fidelidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes", tornando possível ao homem livre viver "sem medo e contente no meio de seus escravos como no meio da sua própria família"[46].

Para a concretização desse plano, o projeto do autor previa impostos dobrados sobre os escravos importados, até a aprovação de uma lei que extinguiria o tráfico negreiro em cinco ou seis anos. Finalmente, projetou um pequeno código, com cerca de trinta artigos, para melhorar as condições dos escravos e assegurar-lhes o que chamou de "proteção civil". A sugestão de Silva Lisboa tem o mesmo caráter genérico que enforma seu texto: competiria ao soberano dar "eficaz proteção ao escravo contra a tirania dos seus senhores". Isto porque, "onde se tolera, ou se considera indispensável ter escravos, é preciso, que o jugo seja doce, para não ser inútil", muito embora o "simples cálculo de interesse" mostre "o erro econômico de procurar enriquecer alguém com escravaturas"[47]. Deste modo, a mitigação da escravidão foi a única medida prática por ele preconizada para corrigir os defeitos da instituição.

Embora apresentem diferenças nos detalhes dos planos, todos esses textos seguem uma mesma linha ao propor etapas para a emancipação dos escravos. A primeira medida prática sugerida pelos autores, exceto por José da Silva Lisboa, foi o fim do tráfico negreiro. Consideravam que, desmantelado este comércio, a dificuldade de reposição obrigaria os proprietários a dar um melhor tratamento aos escravos; ao mesmo tempo, o Estado entraria em cena tomando medidas não só para dar-lhes "proteção civil", como também para implementar uma emancipação gradual, cujo término aliás nenhum autor ousou prever, substituindo os escravos negros por índios ou imigrantes europeus.

De uma só vez, todos esses autores deixaram o fim da emancipação gradual para as calendas e prescreveram uma providência para realizar uma reforma imediata: a mitigação da escravidão, por acreditar que somente por meio dela haveria a redução dos perigos e a otimização da produção. Pode-se dizer assim que o substrato da doutrina antiescravista formulada no Brasil do início do século XIX reside no projeto de mitigação da escravidão, em vista da sua constância nos textos desses escritores aqui examinados.

Em princípio, para efeitos de balanço final, é preciso reconhecer que não há ineditismo algum nas idéias desse antiescravismo brasileiro. De fato, a adesão dos seus autores à crítica ilustrada da escravidão, formulada durante a segunda metade do século XVIII, foi de tal ordem que eles apenas repetiram idéias e vocabulário dos franceses.

É isso que se vê no tratamento dado a um assunto que constituiu a espinha dorsal do antiescravismo: as medidas para abolir a escravidão. Como se sabe, para os autores brasileiros a abolição ocorreria no fim de um percurso marcado pela sucessão das seguintes etapas: fim do tráfico negreiro, abrandamento da escravidão sob o controle do Estado e início da abolição gradual.

Em 1789, Frossard havia sugerido a mesma seqüência, com a vantagem de enunciar claramente que o objetivo do seu projeto visava garantir "os benefícios recíprocos da nação, dos senhores e dos escravos"[48], ou seja, a compaixão pela condição dos escravos e a defesa interesses da nação e dos senhores estavam num mesmo plano, e todos mereciam a mesma consideração para fins de encaminhamento da abolição.

Partindo desse ponto, Frossard solicitou "a benevolência do governo e da justiça dos colonos americanos não para a libertação imediata e geral dos negros que cultivam nossas Ilhas, mas para abolir o tráfico, que sacrifica todo ano novas vítimas para atender a nossa cupidez". Realizada esta primeira etapa, a libertação dos escravos, "um projeto sublime na teoria", deveria ser executada gradualmente, "a fim de que nem as colônias, nem os colonos sejam prejudicados"[49].

Quanto à mitigação da escravidão, transformada pelos brasileiros em doutrina, Raynal, num capítulo intitulado "Como será possível tornar o estado dos escravos mais suportável" do Tomo VI da sua *História Filosófica....*, já havia expressado a seguinte opinião "a história de todos os povos demonstra que, para tornar a escravidão útil, é preciso ao menos abrandá-la". Tal "moderação política", dizia, será atingida pela redução do tempo de trabalho e suavização das penas, disposições estas que devolveriam ao escravo "uma parte de seus direitos, para então retirar mais seguramente o tributo dos deveres que lhe são impostos". Além disso, algumas "diversões econômicas" deveriam ser permitidas, como festas, jogos e prêmios, impedindo "a estupidez tão comum entre os escravos, alegrando seus trabalhos e os preservando dessa tristeza devorante que os consome e abrevia seus dias"[50]. Depois de expor essas sugestões, Raynal apresentou também, na edição de

1780 da *História Filosófica...*, um plano para a abolição gradual.
Algo semelhante se encontra na *Reflexão...* de Condorcet, que apregoou meios para "amenizar desde já o estado dos negros e destruir a escravidão numa época fixa e pouco distante"; esta última medida deveria ser gradual: ela se iniciaria com a extinção do tráfico, sendo seguida pela libertação dos filhos de escravos, etc. Se para José Bonifácio a mitigação seria o primeiro passo para a emancipação, segundo Condorcet as leis que ele mesmo propunha "parecem as mais seguras para destruir gradualmente a escravidão, e para mitigá-la enquanto subsistir"; tais leis, afirmou, "não tornarão a escravidão legítima, mas sim menos bárbara e compatível senão com a justiça, ao menos com a humanidade"[51]. Frossard também proclamou a necessidade da mitigação; ao tratar da pressão dos quacres sobre o Parlamento inglês para proibir o tráfico, afirmou que, concretizada esta medida, todos os donos de escravos serão forçados a "se não libertá-los, ao menos tratá-los com benevolência"[52]. E o texto de Grégoire, acima citado, mostra que havia um consenso dos abolicionistas europeus dos fins do século XVIII sobre a necessidade de mitigar a escravidão.
A reprodução das idéias dos ilustrados franceses pelos brasileiros ocorreu não somente em relação às medidas para acabar com a escravidão, mas está igualmente presente nas críticas feitas à instituição. Todo o arrazoado humanitário contra a escravidão que apresentaram foi originalmente formulado a partir das idéias dos quacres e de Montesquieu, tendo sido ampliadas pelos críticos da instituição ao longo da segunda metade do século XVIII.
A questão da ameaça que a escravidão representa à segurança e à prosperidade do Estado, tratada por Soares Franco e destacada nos escritos de Gonçalves Chaves e Maciel da Costa, tem uma longa trajetória na história do antiescravismo francês. De Montesquieu até Frossard, encontram-se idéias sobre os perigos da escravidão e a sobre a superioridade do trabalho do homem livre; Frossard, por exemplo, afirmou que "sem a liberdade pessoal, uma nação não terá nem segurança nem esplendor; a opressão conduz à revolta...", ou então que a escravidão é lesiva tanto à "prosperidade do Estado quanto aos interesses dos particulares"[53].
Comparando-se, por outro lado, o vocabulário de José Bonifácio, mais especificamente o destaque que deu à "causa da justiça e sã política", com o de Frossard, vê-se que a expressão "causa", no mesmo sentido que lhe deu o brasileiro, aparece no título do livro deste último, dentro do qual se encontra também a expressão "sã política"[54].
A referência constante à revolta de S. Domingos nos textos apresentados, retratando-a como o ponto mais alto das "expulções nigropolíticas", chamou a atenção de historiadores brasileiros e os levou a atribuir aos seus autores o papel de porta-vozes de uma elite que temia a "haitinização" do Brasil. A questão, entretanto, tem uma outra dimensão, tão importante quanto esta. Quando Montesquieu advertiu sobre os "perigos" da escravidão, decerto pensava que esta era uma conseqüência da situação do escravo à margem dos direitos civis e políticos. Partindo deste argumento, o antiescravismo da segunda metade do século XVIII explorou a idéia de que, por estarem relegados a essa condição, só restava aos escravos uma única forma de manifestação: a revolta. Isto não quer dizer, no entanto, que os escritores da Ilustração estivessem predicando a sublevação dos escravos; na verdade, a idéia da revolta foi usada para fins retóricos, a fim de persuadir sobre a necessidade de reformar a escravidão; em síntese, ao recorrer a esse assunto, os escritores deixavam subentendido que a implementação de reformas era o único meio de evitar a revolta.
A propósito, vale a pena reproduzir um trecho escrito por Raynal, que, por estar repleto de fortes imagens sobre a rebelião dos escravos, permite compreender o que se quer dizer com uso da revolta para efeitos retóricos. Uma década antes da revolta de S. Domingos, Raynal escreveu que

> só falta aos negros um chefe bastante corajoso para conduzi-los à vingança e à carnificina. Onde está este homem que a natureza deve aos seus filhos vexados, oprimidos, atormentados? Onde está? Ele aparecerá, não duvidemos, e se apresentará carregando o estandarte sagrado da liberdade. Este sinal venerável reunirá em torno dele seus companheiros de infortúnio. Mais impetuosos que as torrentes, deixarão em todos os lugares os traços indeléveis dos seus justos ressentimentos. Espanhóis, portugueses, ingleses, franceses, holandeses, todos os seus tiranos se tornarão presas do ferro e das chamas. (...) O velho mundo aplaudirá o novo. Em todos os lugares será abençoado o nome do herói que restabelecerá os direitos da espécie humana, e em todos os lugares se levantarão troféus à sua glória. Assim, desaparecerá o *code noir*; e o *code blanc* será terrível se o vencedor consultar apenas o direito de represália"[55].

Esta não foi nem uma expressão dos anseios do autor, nem tampouco uma profecia sobre Toussaint Loverture, mas sim o esforço de Raynal para persuadir por intimidação seus contemporâneos sobre a necessidade de reformar a escravidão. Em outros termos e com outras tintas, mas com a mesma intenção, os

escritores brasileiros usaram a imagem de S. Domingos da mesma maneira. Assim, a revolta de S. Domingos, em 1791, tornou-se o mais bem-acabado exemplo dos riscos causados pela escravidão; como tal, foi apropriado pelo pensamento antiescravista para cobrar a urgência das reformas, prestando serviços aos discursos que reclamavam mudanças na escravidão.

Mas, embora tenha reproduzido as principais linhas da crítica francesa à escravidão, o antiescravismo brasileiro tem uma especificidade que pode ser observada em dois dos seus aspectos constitutivos. Um deles, apreendido ao primeiro contato, é "externo", e manifesta-se no gênero literário que veicula os textos; o outro pode ser denominado "interno" por oposição ao primeiro, e encontra-se no caráter dos textos.

O aspecto externo é visível por ter sido o antiescravismo apresentado num gênero literário, do qual se exclui somente o ensaio de José da Silva Lisboa. Com efeito, Gonçalves Chaves e Maciel escreveram *Memórias*, isto é, dissertações sobre os males da escravidão, e as remeteram, respectivamente, para as apreciações do Trono do recém fundado Reino Unido e das Cortes Constituintes; José Bonifácio, por sua vez, escreveu uma *Representação* que deveria ser discutida pelos deputados da Assembléia Constituinte de 1823.

Desse modo, os textos tinham uma destinação precisa: formalmente solicitavam providências sobre a escravidão a instituições governamentais. Mas, poder-se-ia perguntar, essa especificidade não perderia o sentido mediante a simples lembrança de que, na França, em 1792, Frossard também entregou à Convenção um resumo das suas opiniões contra o tráfico negreiro[56] e diversos abolicionistas ingleses enviaram seus escritos sobre a escravidão ao Parlamento? Certamente que não, pois há de se levar em conta a radical diferença existente entre todos esses homens e os brasileiros. A solicitação de providências do governo contra a escravidão pelos europeus era apenas um dos aspectos da militância antiescravista desses homens; os brasileiros, ao contrário, nunca militaram contra a escravidão e escrever os textos aqui apresentados foi a única atividade antiescravista que tiveram durante suas vidas. Além do mais, todos participavam do governo, o que, passado para outros termos, significa que o antiescravismo no Brasil dos princípios do século XIX foi uma manifestação de uns poucos membros do governo que se limitaram a submeter projetos de reforma da escravidão à apreciação de instituições do governo.

Ocorre que, vivendo numa sociedade escravista, esses homens só puderam ocupar a posições políticas que de fato ocuparam por pertencerem à elite dos homens livres. Baseado no lugar social e político que os seus autores ocuparam, o antiescravismo brasileiro dos princípios do século XIX exibiu uma visão do presente e uma idealização do futuro da sociedade; nela apontavam os males da escravidão, que, na idealização, seriam extirpados com o fim do tráfico e com as reformas.

A comprovação de que o antiescravismo em tela traduzia uma visão da sociedade e uma idealização do futuro de uma elite está no caráter dos textos, ou seja, no aspecto "interno" da sua especificidade, e se revela, primeiro, na ênfase emprestada pelos autores a determinados assuntos e, segundo, na adoção de determinados princípios para dissertar sobre eles.

Quanto à ênfase, verifica-se que os autores, salvo José Bonifácio que balanceou a distribuição dos assuntos, deram destaque aos efeitos nocivos causados pela escravidão ao Estado e à economia, relegando a segundo plano a crítica humanitária da mesma instituição. Assim, uma comparação entre os textos antiescravistas dos europeus com os dos brasileiros permite verificar que esses últimos inverteram a ênfase dada pelos primeiros aos assuntos: a questão humanitária, prioritária para os europeus, tornou-se secundária para os brasileiros, do mesmo modo que a questão da ameaça da escravidão à segurança do Estado e à prosperidade, que era secundária, tornou-se prioritária. Aliás, são escassos os comentários dos brasileiros sobre as condições de vida dos escravos, indicativo de que, a seus olhos, não havia nada de extraordinário a respeito de uma matéria que lhes parecia "natural". Tanto é assim que Maciel da Costa chegou até mesmo a afirmar que, através de "vidros de engrossar", os "amigos da humanidade" cometem exageros ao retratar a escravidão, e Silva Lisboa recusou-se a censurá-la, sob o argumento de que "seria crueza magoar uma chaga, que talvez não se possa curar".

Dentro do mesmo movimento de inversão dos valores, ao contrário dos franceses do século XVIII, os autores calaram-se sobre os destinos do escravos depois da abolição. Raynal, havia sugerido que, com o fim da escravidão, os novos cidadãos deviam receber "uma cabana com um terreno suficiente para ter um pequeno jardim", cabendo ao governo cobrir as despesas necessárias à sua conservação. Além disso, "nenhum regulamento privará esses homens, que se tornaram livres, da faculdade de estender a propriedade que lhes foi gratuitamente concedida"[57]. Condorcet, por sua vez, propôs que, nas mesmas circunstâncias, os ex-escravos com mais de cinqüenta anos teriam duas alternativas: permanecer com o seu senhor ou entrar num estabelecimento público; caso escolhessem esta última, seriam mantidos por uma pensão paga pelo antigo senhor, "que lucrou com seu trabalho durante toda a vida". Tal obrigação dos senhores não seria um injustiça, prosseguia Condorcet, pois "depois de ter exercido durante cinqüenta anos uma injustiça horrível sobre esses infelizes; depois de ter se aproveitado mais de trinta anos do seu trabalho, ele deve ao escravo, em virtude do

direito natural, e independentemente de qualquer lei, não somente a subsistência, mas também uma indenização. De qualquer modo, respeitamos demasiadamente a avareza dos senhores, para nada exigir além da subsistência"[58].

Em contraste com os propósitos de Raynal e Condorcet, o ponto mais longínquo que os autores brasileiros conseguiram vislumbrar sobre o futuro dos escravos encontra-se no propósito de José Bonifácio de transformá-los em arrendatários: "os forros aumentados, para ganharem a vida, aforarão pequenas porções de terras descobertas ou taperas que hoje nada valem"; por conseguinte, todo o sistema seria beneficiado, pois "os bens rurais serão estáveis e a renda da terra não se confundirá com a do trabalho e indústria individual"[59]. O mutismo dos demais autores brasileiros sobre o mesmo assunto permite deduzir que eles supunham que os sucedâneos dos escravos seriam trabalhadores devotados aos patrões e ao Estado, bem como homens empenhados em promover a prosperidade nacional.

Em suma, para esse antiescravismo o escravo era visto como um trabalhador ineficiente e perigoso à ordem constituída; o seu sucedâneo, o homem livre, era idealizado como um trabalhador diligente e cordato. Sendo assim, com o fim do tráfico e as reformas da escravidão estaria desencadeado um processo que garantiria o máximo de benefícios para a elite. Vê-se, portanto, o porquê da crítica de Gonçalves Chaves e de Maciel da Costa a Raynal: o padre francês representava uma ameaça à conservação da ordem vigente ao imaginar que os escravos se transformariam em proprietários. Inversamente, vê-se também o porquê da adoção dos princípios antiescravistas de Montesquieu e Adam Smith por todos os autores.

Das idéias de Montesquieu os brasileiros puderam extrair o fundamento da doutrina da mitigação. Embora o autor do *Espírito das Leis* tivesse criticado a escravidão, nunca advogou a sua extinção imediata. Russel P. Jameson, autor do mais completo estudo sobre o antiescravismo de Montesquieu, localizou "a última palavra de Montesquieu sobre a escravidão" no Capítulo IX do Livro XV do *Espírito das Leis*[60], intitulado "O que as leis devem fazer com relação à escravidão"; este capítulo é formado por uma única frase: "porém, qualquer que seja a natureza da escravidão, cumpre que as leis civis procurem dela extirpar, de um lado, os abusos e, de outro, os perigos". Assim, Montesquieu acreditava que a escravidão, empregada em certas circunstâncias, apesar da injustiça causada pelos abusos que lhe são inerentes, e dos perigos que representa, teria o seu bom funcionamento garantido se fosse regulada por leis adequadas.

Por outro lado, ao aderir à crítica dos economistas, os brasileiros podiam, quando muito, propagar a necessidade de uma tomada de consciência da ineficácia econômica da escravidão e adotar o princípio novo, preconizado pela Economia Política, de que o emprego do trabalho livre era viável e vantajoso. De qualquer maneira, seja seguindo a crítica de Montesquieu à escravidão, seja seguindo a da Economia Política, seja aderindo a ambas, os escritores brasileiros entregavam ao Estado a incumbência de reformar a escravidão, o que vale dizer que se desobrigavam de qualquer ação para alterar o estado de coisas, pouco importando-se, ao mesmo tempo, com a condição da maioria da população, constituída por homens negros escravizados.

No fim das contas, Montesquieu e Adam Smith vinham a calhar, pois tinham muito a dizer sobre segurança e prosperidade, na medida em que o primeiro, no seu empenho para construir um conhecimento racional do governo, havia alertado sobre os perigos da escravidão e o segundo, que fundara uma Economia Política como "ciência do estadista ou do legislador", cujo propósito era o de "enriquecer tanto os indivíduos como o soberano"[61], havia mostrado que a escravidão era nociva à constituição da riqueza nacional. Mas nenhum dos dois ilustrados havia manifestado qualquer preocupação com os destinos dos negros escravizados depois da emancipação. Sendo assim, ao considerarem a questão da escravidão pelo prisma dos princípios de Montesquieu e Adam Smith, os autores brasileiros tinham em vista a implantação de um sistema que proporcionaria segurança e prosperidade; para eles, tal como os princípios que escoravam suas idéias, não havia lugar para preocupações com a população negra.

Enfim, a falta de originalidade das primeiras idéias antiescravistas publicadas no Brasil do primeiro quarto do século XIX não tem grande relevância por si mesma, haja vista que a escravidão negra também não era um fato estritamente nacional. Com efeito, se, a partir dos fins do século XVIII, passou a existir uma "Internacional" antiescravista, formada por associações americanas, inglesa e francesa que lutavam pelo fim do tráfico ou da escravidão e comungavam as mesmas idéias e projetos, não há motivo para caracterizar como excepcional quer seja a inexistência de um antiescravismo genuinamente brasileiro, quer seja a adoção pelos brasileiros de idéias antiescravistas da Ilustração.

O que há de genuíno é o caráter assumido pelo antiescravismo no Brasil. Aqui ele foi assimilado por alguns letrados ligados ao governo, os quais se limitaram a pleitear reformas da escravidão a serem efetuadas pelo Estado em benefício da sua própria conservação e da prosperidade nacional, visando garantir a preservação do *status quo* da elite; tanto foi assim que esses autores criticaram a escravidão negra sem nada discutir sobre os destinos dos homens negros escravizados.

NOTAS

[*] Este texto foi apresentado, em junho de 1999, no 10º Congresso Internacional da Ilustração em Dublin, Irlanda.

[1] EHRARD, Jean. "L'esclavage devant la conscience morale des lumières françaises: indifférence, géne, révolte". In *Les Abolitions de l'Esclavage. De Sonthonax à V. Schoelcher.* Vincennes, Presses Universitaires de Vincennes/UNESCO, 1995, p. 137.

[2] SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776). CAMPBELL, R.H. and SKINNER, A.S. (ed.), Indianapolis, Liberty Fund, 2 v., 1981, I, p.387.

[3] RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire Philosophique et Politique des Établissemens et du Commerce des Européens das les Deux Indes*. Genève, Pellet, 1780, 10 t., t. I, p.27.

[4] STORCH, H. *Cours d'Économie Politique ou Exposition des Principes que determinent la Prospérité des Nations*. Paris, Aillaud, 1823, 4 vol., 3º vol., p.141.

[5] O conceito de sociedade escravista foi formulado por Finley. Refere-se a um tipo de sociedade para a qual a escravidão é uma "instituição essencial", tanto para a produção quanto para o estilo de vida nelas existente. Segundo Finley, na história só houve cinco sociedades deste gênero: a grega a romana clássicas, e, na era moderna, a brasileira, a caribenha e a sulista dos EUA. FINLEY, M.I. "A Peculiar Institution?". In *The Times Literary Supplement*, 2/7/1976, p.819.

[6] Sobre a penetração das idéias ilustradas no mundo português ver o capítulo "Os 'Cafres da Europa', o Renascimento e o Iluminismo" de *O Império Colonial Português* de C. R. Boxer (trad. port., Lisboa, Edições 70, 1977).

[7] Refiro-me aos artigos de DIAS, Maria Odila Silva. "Aspectos da Ilustração no Brasil".In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* nº 278, 1968, pp.105-170 e MAXWELL, R. Kenneth. "The Generation of 1790s and the Idea of Luso Brazilian Roots of Modern Brazil". In AUDEN, Dauril (dir.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley, 1973.

[8] A propósito de idéais sobre a escravidão no Brasil dos princípios do século XIX, ver "Por detrás dos panos: atitudes antiescravistas e a Independência do Brasil"de Lucia Maria Bastos P. Neves in Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). *Brasil: colonização e escravidão.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

[9] Cabe esclarecer que de fato estes textos foram escritos entre os anos de 1817 e fins da década de 1820; as datas que se seguem aos títulos são as da primeira edição de cada um deles. Todos eles tiveram cuidadosas reedições no no século XX, que serão aqui utilizadas.

[10] Assim, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso utilizou as observações de Gonçalves Chaves no *Capitalismo e escravIdão no Brasil Meridional* (São Paulo, Difel, 1962); José Murilo de Carvalho associou a discussão sobre a escravidão negra feita por Andrada e Silva com as questões relativas à organização do estado nacional brasileiro no artigo "Escravidão e Razão Nacional" (*Dados - Revista de Ciências Sociais*, 31, 1988, pp. 287-308; Leslie Bethell em *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil* (trad. port., Rio de Janeiro, Expressão e Cultura/EDUSP, 1976) e Robert Conrad em *Os Últimos Anos da escravatura no Brasil* (trad. port. Rio de Janeiro, MEC/Civilização Brasileira, 1975) usaram os textos de Severiano da Costa e Andrada e Silva.

[11] A lista destas publicações pode ser encontrada num apêndice (pp.197-199) em SEEBER, Edward Derbyshire. *Anti-Slavery opinion in France during the second half of the Eighteenth Century.* (Baltimore, The John Hopkins Press, 1937).

[12] Sobre essa questão, ver "Pálidas e oblíquas luzes: J.J. da C. Azeredo Coutinho e a "Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos" de Guilherme Pereira das Neves in Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *op.cit.*

[13] Embora suas *Memórias econômico-políticas* tenham sido publicadas em 1822, a terceira delas, intitulada "Sobre a Escravatura", resulta de um "Discurso"que, segundo o autor, foi "escripto em 1817".

[14] CHAVES, Antonio José Gonçalves. *Memórias economo-políticas.* Ed. e introd. de J. B. Hafkemeyer S. J., *Revista do Instituto Histórico e Geográphico do Rio Grande do Sul*, II e III trimestre, 1922, p.48.

[15] *Idem,* p.38.

[16] Vê-se que há uma incompatibilidade entre as datas de redação dos textos de Gonçalves Chaves e Soares Franco. Chaves afirmou que escrevera seu texto sobre a escravidão em 1817, enquanto Soares, na "Introdução" do seu *Ensaio*, disse que havia começado a "tratar de algumas Memórias em 1806"; estas, entretanto, só foram editadas em 1820, quando houve "favoráveis ocasiões para a sua correção, e publicação" (p. 03). J. B. Hafkemeyer, responsável pela reedição das *Memórias economo-políticas* em 1922, aceitou um comentário de Varnhagen, segundo o qual o seu autor instalou-se no Rio Grande do Sul em 1806, fato este aliás confirmado pelo próprio Gonçalves Chaves no título do livro, cuja autoria é atribuída a "um português, residente no Brasil há 16 anos (...)". Enfim, em vista desta contradição das datas, resta formular uma hipótese: é provável que Gonçalves Chaves tenha feito uma primeira redação do texto em 1817, e impôs-lhe mudanças depois de ter lido o livro de Soares Franco em 1820.

[17] MACIEL da COSTA, João Severiano. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar (1820). In *Memórias da escravidão.* Introdução de Graça Salgado, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1988, pp. 13, 49 e 54.
[18] ANDRADA e SILVA, José Bonifácio. "Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura (1825)". In *Memórias da escravidão*, op. cit., p.67.
[19] WELEURSSE, Georges. *Le Mouvemente Physiocratique en France (1756-1770).* 2ª ed., Paris/Haia, Mouton, 2 v., 1968, I, p.158
[20] SEEBER, Edward Derbyshire. *Anti-Slavery opinion in France during the second half of the Eighteenth Century*. Baltimore, The John Hopkins Press, 1937, p.110.
[21] Este artigo foi publicado pela primeira vez no tomo II da revista *Guanabara* de 1851 e compendia as idéias sobre a escravidão de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, que havia tratado do mesmo assunto numa série de outros livros. Mas, trata-se de um texto póstumo - Cairu faleceu em 1835 -, e não há dados sobre a sua história. Ver ROCHA, Antonio Penalves "Um documento antiescravista do primeiro terço do século XIX". In *Revista de História*, nº 137, 1997, pp. 123-137.
[22] DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution 1770-1823.* Ithaca, Cornell University Press, 1975, p.45.
[23] Ver, a propósito da fontes de Jaucourt, o artigo de Davis Brion David "New sidelights on early antislavery radicalism". In *William and Mary Quarterly*, 3d. ser., XXVIII (585-594), oct. 1971.
[24] Um balanço das análises sobre as relações entre antiescravismo e o mundo europeu do século XVIII acha-se em BENDER, Thomas (ed.) *The Antislavery Debate. Capitalism and abolicionism as a problem in historical interpretations.* Berkeley, University of California Press, 1992. Ver também a resenha deste livro feita por Seymour Drescher, publicada pela *History and Theory.* vol. 32, nº 03, 1993, pp.311-329.
[25] CHAVES, *op. cit.,* pp. 32 e 36.
[26] *Idem*, p.37.
[27] *Idem*, pp. 39 e 40.
[28] *Idem*, pp. 41 e 44.
[29] FRANCO, Francisco Soares. *Ensaio sobre os Melhoramentos de Portugal e do Brasil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1821, p. 05.
[30] MACIEL da COSTA, *op. cit.*, p.13.
[31] *Idem*, pp. 16 e 17.
[32] *Idem*, pp. 13, 21 e 47.
[33] *Idem*, p. 22..
[34] *Idem.*
[35] ANDRADA E SILVA. *op. cit.*, pp. 63 e 65.
[36] *Idem*, pp.68 e 69.
[37] *Idem*, pp. 63-65 e 75.
[38] LISBOA, *op. cit.,* pp. 131 e 132.
[39] *Idem*, p.135.
[40] LISBOA, José da Silva, Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1818, p.160
[41] Revelando a inexpressiva quantidade de manifestações contra a escravidão em 1771, Du Pont de Nemours, ao resenhar as *Cartas Africanas...* de Butini no tomo VIII do periódico oficial dos fisiocratas -*Efemérides do Cidadão ou Biblioteca Racional das Ciências Morais e Políticas -,* apresentou uma lista dos escritores e filósofos que até então haviam se manifestado a "favor da liberdade e da justiça", em benefício do "progresso das luzes". Encabeçando a lista, estava Montesquieu, com o "primeiro ataque que ridicularizou os pretensos raciocínios, não menos absurdos que atrozes, empregados pelos opressores dos negros para exercer a escravidão". Depois, havia referências ao Chevalier de Jaucourt e o seu artigo na *Encicloplédia*. Em terceiro lugar, surgia o nome do Abade Baudeau, que publicara quatro artigos sobre o assunto no mesmo periódico durante o mês outubro de 1766. Em quarto lugar, aparecia Saint-Lambert, autor de um conto - *Ziméo -,* ao lado do qual estava uma resenha sobre ele, escrita pelo mesmo Du Pont, que expunha um cálculo sobre os custos do trabalho, provando "que o trabalho dos negros escravos é mais caro do que o dos homens livres", o que significava que não há "nenhum interesse, mesmo aparente, em violar todas as leis divinas e humanas, para usar, causando desgraça aos semelhantes, trabalhadores a tão alto preço". Em quinto lugar, estava o Abade Roubaud, que, num artigo publicado no "último volume do *Journal do Commerce*", mostrou a "injustiça e a barbárie da nossa conduta frente aos escravos negros". Finalmente, as *Cartas Africanas...* de Butini apareciam como o último texto antiescravista da lista (NEMOURS, Du Pont. "LETTRES AFRICAINES, où

Histoire de Phédima et d'Abensar: par Mr. BUTINI". *Éphémérides du citoyen ou Bibliotheque Raisonée des Sciences Morales et Politiques*, t. VIII, 1771, pp.76-77).

[42] *Apud* DORIGNY, Marcel. "Préface". In MOTYLEWSKI, Patricia. *La société française pour l'abolition de l'esclavage.* Paris, L'Harmattan, 1998, p.16.

[43] CHAVES. *op. cit.,* pp. 42 e 50.

[44] MACIEL da COSTA. *op. cit.*, p.28.

[45] ANDRADA E SILVA. *op. cit.,* pp. 63 e 69.

[46] *Idem*, p.70.

[47] LISBOA. *op. cit.*, p.135.

[48] FROSSARD, Benjamin-Sigismond. La cause des esclaves négres et des habitants de la Guinnée. *Portée au Tribunal de la Justice, de la Religion, de la Politique; ou Histoire de la traite et de la esclavage des nègres; Preuves de leur illégitimité, Moyens de les abolir sans nuire ni aux Colonies ni aux Colons*. Lyon, La Roche, 1789, 2 vol., I, p.18.

[49] *Idem,* p. 20.

[50] RAYNAL. *op. cit.,* vol. VI, pp. 176-177 e 180. Traduzo aqui o verbo francês *adoucir* por *abrandar.* De qualquer modo, essa frase de Raynal deve ser comparada com uma acima citada de José da Silva Lisboa: "é preciso que o jugo seja doce, para não ser inútil".

[51] CONDORCET. "Reflexions sur L'Esclavage des Nègres (1781)". In O'CONNOR, A. Condorcet e ARAGO, M. F. (org.). *Oeuvres de Condorcet.* Paris, Firmin Didot Frères, 1847, t. VII, pp. 96 e 106.

[52] FROSSARD. *op. cit*., I, p.51.

[53] *Idem*, pp. 147 e 294.

[54] *Idem*, II, p. 02.

[55] RAYNAL. *op. cit.,* VI, p.221.

[56] FROSSARD, Benjamin-Sigismond. *Benj.-Sig. Frossard à la Convention sur l'abolition de la traite des nègres...* 12 déc. 1792... Paris, Gueffier, s/d.

[57] RAYNAL. *op. cit.,* VI, pp.216-217.

[58] CONDORCET. *op. cit.,* pp.101-102.

[59] ANDRADA E SILVA. *op. cit.,* p.68.

[60] JAMESON, Russel Parsons. *Montesquieu et l'esclavage. Étude sur les origines de l'opinion antiesclaviste en France au XVIII^{éme} siècle*. New York, Burt Franklim, 1971, p.325.

[61] SMITH. *op. cit.,* I, p. 428.

A Clericalização da Sociedade Medieval

Aparecida Marcianinha Pinto (Orientadora)-UEM

Sezinando Luiz Menezes (Orientador)- UEM

Silvia Eliane de Oliveira Basso- aluna do PPE-EM

Sueli Ribeiro Comar-aluna do PPE-UEM

Ao nos propormos a estudar a Idade Média consideramos importante, antes de qualquer coisa, desmistificar alguns conceitos que levam o senso comum a identificar o termo "médio" e "feudal" com atraso, obscurantismo, anarquia, miséria e superstição.

Até o século XIX as análises sobre este período da história foram fortemente influenciadas pelos historiadores da arte com forte representação no movimento renascentista entre os séculos XIV e XVI. Crendo que a humanidade havia então, presenciado dois grandes momentos de progresso: os tempos greco-romanos e as invenções da modernidade, este período de mil anos de história entre os mesmos, era tido como tão somente o meio, uma interrupção da genialidade humana – uma idade "média". No século XX historiadores como Marc Bloch, Jacques Le Goff, George Duby passam a resgatar a conceituação do período medieval tendo como pressuposto o que ele realmente é: uma resposta às dificuldades, ansiedades e necessidades dos homens de uma determinada época e local. Le Goff[1] afirma que é nesse período que se originam elementos importantes da atualidade como a matriz de nossas redes urbanas, o sistema de ensino, incluindo o sistema universitário e até mesmo a maneira de nos enamorarmos e de formarmos a família.

O conceito de feudalismo já foi usado para analisar certas circunstâncias parecidas em outros lugares, mas nos referimos especificamente à essa forma de organização sócio-econômica circunscrita à Europa Ocidental entre os séculos V e XV, decorrente da queda do Império Romano do Ocidente e fruto de uma nova realidade.

Em sua gênese o feudalismo caracteriza-se pela ruralização da sociedade, enrijecimento da hierarquia social, fragmentação do poder central, desenvolvimento das relações de dependência pessoal, privatização da defesa, clericalização da sociedade e transformação da mentalidade. Cada um desses itens é palco para análise e discussões profundas. Sem deixarmos de falar sobre eles, posto que não se explicam por si só, abordaremos com especial enfoque a questão da clericalização da sociedade e a transformação de mentalidade que marca a transição da Antigüidade para medievalidade, tendo em vista a periodização eurocêntrica da história[2].

Característica marcante do feudalismo, que se imprimia através da atuação da Igreja Católica na sociedade, como na magistratura, por exemplo, e pelo seu grande poder econômico, a clericalização da sociedade acentua uma outra forma de poder, tão forte quanto o político e o militar e, especificamente neste período, mais dominante e estável – o poder espiritual. É preciso, no entanto, deixar claro que este poder não se estabelece e se mantém por si só, que para atingir este campo da realidade humana passa-se por um contexto histórico denunciador de novas necessidades nas áreas da política, economia, enfim da produção da vida.

Eis o que buscamos responder: como a Igreja cristã estabeleceu este poder? Até que ponto pode ser apontado como expressão de mentalidade da Antigüidade para o medievo? Como uma doutrina pequena e insignificante na Palestina Antiga durante o domínio romano, pode alcançar tamanho significado e expressão para todo o mundo ocidental?

O Historiador Edward Mcnall Burns[3], apresenta-nos o que considera características do cristianismo que o fizeram triunfar como religião oficial do Império Romano, dando-lhe caminho para a solidificação e monopólio espiritual na Idade Média. Primeiramente o caráter sintético do cristianismo, aglutinando elementos das mais diversas correntes religiosas antigas, é apontado como um dos fatores do sucesso cristão. Assim, por exemplo, a existência do Deus único judeu, a presença constante do bem e do mal e o juízo final do zoroastrismo (religião persa), a crença na revelação, do gnosticismo, são alguns elementos, que estando presentes na realidade dos povos antigos, davam ao cristianismo o elemento de identificação com vários deles. Um outro aspecto destacado por Burns é o direito de participação nos cultos que as mulheres não tinham em muitas das religiões antigas, e adquirem no cristianismo. Os quase cinqüenta anos de perseguição romana também favoreceram a doutrina, já que seus mártires estavam prontos a morrer por suas convicções, dando força e coesão ao movimento. Um outro fator, bastante interessante é que, diferente da maioria das religiões, o cristianismo tinha como fundador uma figura histórica e não uma criatura

lendária e ininteligível. Outro fator preponderante foi a excepcional atração que o cristianismo exercia sobre os pobres e oprimidos, sempre exaltando os humildes e condenando a riqueza material.

Nesta perspectiva Le Goff (1980) apresenta a evolução da infra –estrutura do século IV, que levou o cristianismo ao primeiro plano da cena histórica:

> Em princípios do século IV, o cristianismo estava sobretudo difundido nas classes urbanas médias e inferiores, enquanto quase não atingia as massas camponesas e a aristocracia. Ora a contracção econômica e o desenvolvimento da burocracia conduzem à promoção destas middle and lower urban classes, onde o cristianismo era já forte. Essa promoção leva a expansão cristã. (LE GOFF, 1990,P.209)

Sendo todos estes fatores apresentados, fortes explicações para a questão proposta sobre o triunfo do cristianismo, uma lacuna falta-nos ainda para entender este processo de monopolização. Se é fácil compreender a adesão da população pobre ao cristianismo, diante da crise generalizada do Império Romano a partir do século III, questão ainda que abordaremos um pouco mais, o que dizer da aristocracia romana, a classe dos patrícios?

Encontramos raciocínio e pesquisa coerente em historiadores como Cruz (1996), que estudando o processo de cristianização da sociedade tardo antigo romana[4] encontra na conversão das famílias senatoriais romanas, consideradas herdeiras da herança cultural romano-helenística e conservadores de um forte prestígio moral, um fator decisivo para a expansão do cristianismo. Para este autor, a inteligente e organizada atuação cristã, representada por São Jerônimo no século IV, era a responsável por esta façanha. O caminho foi apropriar-se dos valores e virtudes romanas – a chamada *fides* – disposição de compromisso, fidelidade às obrigações, concordância entre palavras e atos . O historiador helênico Políbio, citado por Cruz, define a *fides* romana assim: "[...] respeita o seu dever, pela própria fidelidade decorrente do seu juramento". Na impossibilidade de heróis que lutem pelo sonho romano, posto que este já não é possível, surge a figura do herói cristão que se deixa imolar por Deus, concebido como bondade pura que deve ser buscada pelo homem fugindo do mal. A nosso ver essa caminhada foi iniciada por Paulo (Saulo de Tarso) ainda no século I, sendo este profundo conhecedor da *fides* por ser também um cidadão romano.

Todos estes argumentos levantados, somam-se à forte crise sofrida por uma população de milhões de pessoas que viviam uma época de incertezas, insegurança, medo. A condição humana passou a estar nas mãos de Deus e mesmo entre os pagãos era mais fácil crer em uma solução sobrenatural do que no mundo que os cercava. Considera-se que o próprio ceticismo favorecia a adoção do cristianismo pelos povos chamados bárbaros[1].

> Os textos escandinavos referem bastantes vezes verdadeiros descrentes. Com a continuação, este cepticismo grosseiro levaria menos à ausência, quase inconcebível, de qualquer fé, do que à adopção de uma nova fé. Finalmente, o próprio politeísmo abria um caminho fácil à mudança de obediência. Os espíritos que ignoram toda e qualquer crítica do testemunho não são nada propensos a negar o sobrenatural, venha donde vier.(MARC BLOCH, P.48)

Valendo-se desse contexto e do apoio estatal que liberou o culto cristão e mais tarde converteu o próprio cristianismo em religião legal do império[5], os seguidores e pregadores passam a organizar e sistematizar cultos e cargos que sequer existiam no cristianismo primitivo – um bispo em cada cidade importante, grau de importância de acordo com a cidade, até o estabelecimento do papado no século V.

Diante da acentuada crise do império, marcada pelo enfraquecimento do exército, declínio da escravidão e invasões de povos bárbaros, as cidades tornam-se o epicentro desse “furacão” e o cristianismo é o único capaz de assegurar segurança e solidariedade. Tornara-se mais importante ser cristão que ser cidadão romano.

A ruralização é, nesse momento, a resposta às dificuldades impostas e à necessidade de produção da vida. O colonato – sistema em que os proprietários cediam lotes de terra em troca de parcela da produção, torna-se a solução eficaz para os proprietários diante da crise de escassez de mão-de-obra, para o Estado que garantia suas rendas fiscais e para os pobres por garantir estabilidade e segurança.

Eis o que a terra passa a representar: segurança e estabilidade e mais tarde riqueza e poder. Com a decadência do comércio e a desmonetarização, a terra é a forma de compromisso e recompensa por serviços. A base da produção da vida é a agricultura e a Igreja, detentora do monopólio da comunicação com Deus, passa a receber donativos (terra) que ampliam sua influência e acabam por torná-la uma grande fundiária, aproximando-a e identificando-a com o grupo dos aristocratas.

Estabelece-se então, uma hierarquia social[6] que será defendida pela própria Igreja, detentora agora de poderes políticos e econômicos ao lado da aristocracia, tendo na posse da terra sua sustentação. Portanto, havia no feudalismo um papel de primeira ordem a ser desempenhado pelo grupo eclesiástico. Como única instituição organizada depois da queda do império romano, tinha função unificadora naquela fragmentada realidade político-econômica, como também não fugia às características que se formavam no novo sistema: poder temporal ligado à fragmentação dos Estados, riqueza baseada na posse da terra e no trabalho dos servos e proteção dos bens por cavaleiros.

Assim vai se delineando a clericalização da sociedade, ou seja, a Igreja vai interferindo no cotidiano da ação dos homens e o que ocorre é que "na verdade, a sociedade feudal (agrária, militarista, localista, estratificada) era ao mesmo tempo uma sociedade clerical (controle eclesiástico sobre o tempo, as relações sociais, os valores culturais e mentais)[7]". O tempo histórico é aquele que vai da Criação ao Juízo Final. O tempo natural (estações) lembra a onipotência de Deus deixando como única alternativa aos homens, a oração. O tempo político fixava a Paz de Deus e os períodos de combate e, por fim, o tempo pessoal era marcado pelo batismo, início da vida, e pela extrema-unção, decretação da morte.

Estabelecendo conceitos e verdades, interpretando acontecimentos e legislando normas sociais, o poder da religião infiltrava-se por vários canais, penetrando profundamente na consciência dos homens, como na prática individual da confissão, vulgarizada no século VIII.

Iniciada em um contexto de crise e dificuldades, a sociedade medieval-clerical, também enfrentou suas crises e pereceu por também não mais responder às novas necessidades humanas. Pois, assim, devemos concebê-la: nem trevosa, nem romântica, nem média, mas simplesmente, ou complexamente, histórica, porque construída pelos homens em suas relações.

Notas

[1] LE GOFF, Jacques. Reflexões sobre a história. Lisboa: Edições 70, 1986.

[2] A periodização eurocêntrica da história privilegia grandes acontecimentos com base na história da Europa para marcar períodos com suas respectivas características, gênese, auge e decadência. Assim temos a Idade Antiga a partir do aparecimento da escrita a mais ou menos 3.500 a . C até a Queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. A Idade Média desta última data até a Queda do Império Romano do Oriente em 1453, A Idade Moderna desta data até a Revolução Francesa em 1789, começando aí a Idade Contemporânea, até os dias atuais.

[3] BURNS, Edward Mcnall. História da civilização ocidental; tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 27ª. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

[4] Marcus Cruz faz esta abordagem em um artigo intitulado Virtudes Romanas e Valores Cristãos, a partir da perspectiva da Antigüidade Tardia de Peter Brown, período que vai da Crise do Império Romano ao século VIII e assenta as bases do que chamamos período medieval. Ver: .BROWN, Peter. Genèse de l'Antiquité Tardive. Paris: Gallimard, 1984.

[5] O Edito de Milão de 313, do imperador Constantino, liberou o culto cristão e foi o argumento usado séculos depois pela Igreja, que afirmava que o próprio imperador havia se convertido e dado amplos poderes sobre a parte ocidental do império antes de sua mudança para Constantinopla. Em 395 o imperador Teodósio estabele o cristianismo como única religião legal do império através do Edito de Tessalônica.

[6] A Igreja idealizou uma representação da sociedade tripartida nas palavras do bispo Adalberon de Laon, do século XI: "A casa de Deus que parece una é, portanto, tripla: uns rezam, uns combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros". Citado por FRANCO JR., Hilário. O Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1985. É claro que a sustentação da sociedade estava nos servos, no entanto, era preciso justificar a posse da terra e o poder dos outros estamentos.

[7] Ibid., p.57

JORGE STREET: SUA POSIÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO E O TRABALHO INFANTIL

Aparecida Vânia Petrini de Barros
Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora)
PIBIC/CNPq - Universidade Estadual de Maringá

Este texto apresenta os resultados preliminares conseguidos através de estudos decorrentes do projeto de iniciação científica (PIBIC/CNPQ- UEM), que tem por objetivo analisar o livro "As idéias sociais de Jorge Street", destacando a preocupação de Jorge Street (1863-1939) com a educação e com a regulamentação do trabalho infantil. Procura-se também compreender as transformações que ocorreram na sociedade brasileira, com o início de sua industrialização, bem como as dificuldades enfrentadas pela nova classe que com ela surgira: o proletariado. Dar-se-á maior importância, neste trabalho, às questões relacionadas com a educação e o trabalho infantil.

Jorge Street teve um papel de destaque no país entre as décadas de dez a trinta do século XX. Ingressou na atividade industrial em 1894. Em 1900 foi eleito para a Diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional[i]. Em 1904, se tornou secretário-geral do Centro Industrial do Brasil, permanecendo no cargo até 1927. Em 1912, inicia a construção da Vila operária Maria Zélia, em São Paulo, dirigindo-as até 1923. Em 1926 foi eleito presidente do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo, permanecendo até 1929, período em que fundou a Companhia de Tecidos de Algodão, no bairro da Mooca, São Paulo. Fez parte da diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, no cargo de primeiro-secretário. Tornou-se consultor técnico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Participou da montagem do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Governo de Getúlio Vargas, colaborando na elaboração de diversas leis trabalhistas, inclusive da que regulava a sindicalização dos trabalhadores. (TEIXEIRA, 1990, p. 1-2)

Nas primeiras décadas do século XX, período em que o autor atuou intensamente, o Brasil era um país economicamente agrário, e caracterizado pela existência de latifúndios. Era governado pelas oligarquias cafeeiras, principalmente as de Minas Gerais e São Paulo,

que se revezavam no poder através da política do “café com leite” e pela política dos governadores. Preponderavam os interesses dos grandes fazendeiros de café que detinham o controle político e econômico. A preocupação destes governantes era manter a situação vigente, privilegiando a agricultura; eles ofereciam grande resistência à industrialização que estava se iniciando no país.

As indústrias começavam a se desenvolver e com ela apareceram novas formas de produção e de vida, organizaram-se novas classes sociais: a burguesia industrial e o proletariado. As cidades urbanizaram-se rapidamente, com o êxodo dos trabalhadores rurais para as periferias das cidades. O processo de industrialização trouxe também novos conflitos, os mesmos que surgiram na Europa com a industrialização de alguns de seus países , e que há muito tempo já tinham sido resolvidos.

Os operários das fábricas brasileiras eram submetidos a péssimas condições de vida e de trabalho; a jornada de trabalho era de até 15 horas, a remuneração era baixa. Existia a exploração do trabalho infantil, as crianças desde os sete anos já trabalhavam nas fábricas em condições iguais às dos adultos - de nove a dez horas por dia - porém com salários bem menores. Este tipo de trabalho era necessário para complementar à renda familiar. Não havia indenização por acidente de trabalho, férias remuneradas, licença maternidade, entre outros.

Os operários brasileiros, nacionais e imigrantes, para reivindicar melhores condições de trabalho e de direitos, começaram a organizar manifestações, greves, sindicatos, congressos. Os movimentos operários, que em geral não traziam grandes preocupações à elite brasileira, ganharam mais força com a Revolução Russa, em 1917, passando a preocupar as classes dominantes de boa parte do globo (FAUSTO, 1996). Reivindicavam aumento de salário, proibição do trabalho de menores de catorze anos, abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos, jornada de oito horas, garantia de emprego, entre outras (FAUSTO, 1996).

Com o processo de industrialização, o Brasil passou a ter novas formas de produção e de vida. Os conflitos ocorridos em todo o mundo repercutiam no Brasil. A fase monopolista

do capital aproximou os diferentes países, ao expandir o mercado mundial e ampliar a circulação de capital, de mercadorias, de pessoas e de idéias. Assim, pensar a sociedade brasileira exige que se compreenda que ela não está isolada do mercado mundial. (MACHADO, 2002).

Foi diante deste contexto que Jorge Street iniciou sua vida como industrial e entrou na luta em defesa da indústria brasileira. Lutava para a implantação de um código do trabalho respeitando as peculiaridades da indústria brasileira, para que assim, não desorganizassem o trabalho nacional, adotando legislações que não seriam adaptáveis ao Brasil. Ele via a indústria como uma comunidade de coisas e pessoas, "lidava com homens, e não com números; com seres humanos, e não com máquinas e equações." (STREET, 1980, p. 74) Os trabalhadores não deveriam ser considerados "[...] meras peças anônimas e numeradas da produção". Afirmava que os patrões, deveriam ser conselheiros e guias de seus operários, assim, procurava pessoalmente dirigir as suas fábricas e seus operários sem ver nisso uma obra de caridade, mas de justiça e de direito social.

Street, como representante do Cento Industrial Brasileiro, defendia os interesses de todos os seus companheiros de classe e a indústria nacional. Lutava para que os governantes apoiassem e colaborassem na promoção da industrialização, esta comporia parte da riqueza do país e constituía um poderoso fator de sua produção.

O autor em estudo se manifestou contrário à promulgação de Código de Trabalho para o Brasil, como reivindicava a classe trabalhadora, por considerar ainda prematuro naquele momento, embora os industriais estivessem de acordo sobre a conveniência e sobre a necessidade de uma legislação própria que regulasse as relações de trabalho com os seus empregados. Achava que as leis da importância dessa, não podiam ser votadas unicamente sob a influência dos acontecimentos então recentes, como as greves. Criticava o Código, em geral, dava o ponto de vista do CIB: propunha dez horas de jornada normal, dois meses de salário-maternidade (sem prestação de serviços) e onze anos como a idade mínima para o trabalho do menor. (STREET, 1980, p. 84)

Quanto à regulamentação do trabalho do menor considerava ser este um assunto muito importante, e o de mais difícil solução. Esta questão relacionava-se com o desenvolvimento físico e moral da criança, assim como afetava a economia da família operária, além de ser de maior importância para certos trabalhos nas fábricas que só podiam ser realizados por crianças.

Essas questões em todas à parte eram resolvidas por minuciosas legislações, porém a solução integral do problema pressupunha condições que o Brasil ainda não possuía. Segundo o autor, nos países em que essas legislações eram perfeitas, as crianças não eram deixadas ao abandono nos primeiros dias de vida e quando estavam fora do trabalho. Havia uma legislação escolar e profissional que as protegia. Elas eram obrigadas a freqüentar a escola, e dessa forma, não sofriam em seu desenvolvimento físico, por trabalhos considerados prematuros e impróprios a sua idade, e, adquiria ao mesmo tempo, conhecimento fundamental e necessário à vida.

> Desse modo à criança que não pode trabalhar é obrigada a freqüentar as escolas, onde recebe a instrução e a educação moral compatível com a sua situação, na sociedade. Um duplo fim social é assim sabiamente obtido: a criança não sofre no seu desenvolvimento físicos por trabalhos considerados prematuros e impróprios à sua idade e adquire, ao mesmo tempo, conhecimentos fundamentais e necessários à vida, no estado da civilização atual. (STREET, 1980, p. 378)

No Brasil, não havia legislação semelhante e nem tinha condições de colocar escolas a disposição dessas crianças. Assim, elas ficariam no abandono, nas ruas, contribuindo para engrossar o número de abandonados e “futuros delinqüentes”.

> Entre nós, esta legislação prévia não existe ainda, nem tão cedo podem ser postas as necessárias escolas à disposição dessas crianças, para que elas aí possam ser recolhidas, pelo menos, durante algumas das horas em que os seus pais estão ocupados nos seus respectivos trabalhos [...] As crianças ficarão, pois, ao abandono, entregues a si mesmas, nas ruas, à disposição de todas as seduções e de todos os vícios, indo engrossar ainda mais o já tamanho número de abandonados e futuros delinqüentes em tenra idade. (STREET, 1980, p. 378)

Acreditava que as leis operárias deveriam diminuir o mal então existente, e não que os agravassem, pois se isso ocorresse, seria grande o aumento de crianças abandonadas nas ruas, entregues aos vícios. Para ele, os teoristas exageravam nos inconvenientes do

trabalho na infância nas fábricas e desviavam a opinião pública, generalizando alguns abusos praticados. (STREET, 1980, p. 378-379)

Considerava que, nas suas fábricas, os operários acompanhavam seus filhos, conheciam o trabalho que faziam e o tratamento que lhe era dado. A disciplina para com as crianças era branda. Só prestavam serviços leves, compatíveis com sua idade e força, e ainda permitia que elas levassem pão e frutas para comerem a qualquer hora, sendo permitido também descanso. Essa disciplina não atrapalhava o trabalho, e, atenuava o inconveniente das dez horas diárias consecutivas. (STREET, 1980, p. 379)

Street julgava perfeitamente justo e necessário regulamentar por lei o trabalho dessas crianças, considerando o problema muito importante sob o ponto de vista social e econômico devido aos abusos praticados em alguns locais. Para ele, eram necessárias medidas úteis, porém não exageradas. Pois, acreditava que se as leis que estabeleciam a idade mínima de 10 a 14 anos para o trabalho do menor nas indústrias brasileiras fossem aprovadas, a grande maioria das fábricas seriam forçadas a dispensar todos os trabalhadores menores e estes teriam que ficar nas ruas.

Sob o ponto de vista teórico a lei, acima referida, só traria vantagens, pois, não trabalhando, as crianças se desenvolveriam em melhores condições, assim como aproveitariam para aprender o necessário para viver melhor. Porém, essas escolas ainda não existiam no Brasil, por isso Street acreditava que os meios que dispunham para a proteção e amparo do menor, como as oficinas, apesar de todos os seus inconvenientes, era preferível à rua com todos os seus perigos. Julgava que a lei deveria permitir o trabalho das crianças nas oficinas a partir dos 11 anos, sob certas condições e era exagero proibir o trabalho até os 14 anos (STREET, 1980, p. 381)

Acreditava que as crianças suportavam perfeitamente cinco horas de trabalho seguido, podendo ainda estabelecer a freqüência obrigatória da escola, por algumas horas, para isso era necessário que houvesse escolas. (STREET, 1980, p. 382) Afirmava que diminuição do número de horas de trabalho dos menores de 15 a 18 anos, desorganizaria o trabalho nacional, assim como, desequilibraria a economia doméstica com diminuição de

ganho. Os industriais não se opunham à votação de leis de proteção ao operário, apenas desejavam que fossem leis "[...] vivificadoras e de pacificação e não lei de destruição." (STREET, 1980, p. 388). Afirmou que tudo o que o código do trabalho estabelecia, sobre a jornada de trabalho, o trabalho de menores e mulheres, poderia ser de fácil aplicação em países da Europa, onde eram pequenos e com população densas e organizadas, o que não acontecia com o Brasil. Concordava com a elaboração de uma lei que regulamentasse a questão, porém acreditava que:

> [...] o que não é de justiça e o que se torna um perigo e uma ameaça é pretender-se, de um só golpe, sair do nada e atirar-se o patronato brasileiro aos azares de uma legislação teoricamente ultra perfeita, porém inadaptável ao nosso meio atual. Trabalho de oito horas! Crianças válidas e fortes privadas de trabalho até quatorze anos! Moças robustas, aptas pela lei até para o casamento a constituição da família, obrigadas a trabalhar só um pequeno número de horas! Falta de escolas e de outras instituições, que amparem suficientemente estas crianças e estas moças! (STREET, 1980, p. 392)

Termina afirmando que não era contrário às leis que favorecessem os operários e que tornassem mais tolerável e humana a sua existência. Combatia apenas a atitude dos governantes brasileiros de nada fazer ou fazer bom demais, isto é, ou não se tinha lei nenhuma que regulasse o trabalho, ou criavam leis que não eram compatíveis com realidade brasileira . (STREET, 1980, p. 396).

Ele acreditava que os direitos e reivindicações dos operários deveriam ser suficientes para que o patronato procurasse harmonia entre ambos os interesses, que eram conciliáveis quando "[...] bem interpretados, não devendo mais resistir à realidade dos fatos" (STREET, 1980, p. 412). Segundo ele, procurava fazer as concessões possíveis a seus operários, pois vivia em perfeita harmonia com eles. Seus operários tinham escolas, creches, médicos, farmácia. O direito de greve e de reunião era incontestável e admitia que esses direitos decorriam da lei, permitia também ao patronato se reunir. O problema operário deveria ter a atenção dos industriais.

Street deu atenção à criança, considerava que ela necessitava de amparo seguro, desde que nascia até que, passada a idade da aprendizagem escolar ou profissional, entrasse para a vida prática do trabalho. A criança abandonada e desamparada tornava-se

um dos principais problemas da assistência social, pois podia transformar-se em delinqüente, uma vez que, estando os pais no trabalho, ninguém se ocuparia delas (STREET, 1980, p. 449). Para evitar essa situação, previa a construção de creche, maternal, escolas primárias e de aperfeiçoamento profissional. Assim, em sua Vila Operária, o autor construiu esses estabelecimentos para as crianças que ainda não estavam aptos ao trabalho. Sobre a creche escreveu:

> A creche estava num edifício adequando. Possuía seis salas-dormitório com 15 leitos cada uma. Cada dormitório possuía duas pequenas banheirinhas, colocadas em altura conveniente e com água quente e fria. Cada leito tinha um pequeno armário dividido em várias repartições adequadas para recebimento das roupas das crianças. Estas nos eram entregues pelas mães ao entrarem para a fábrica, que comunicava com a vila pelos seus portões, justo em frente ao edifício da creche e do jardim maternal. Cada dormitório tinha duas moças que se ocupavam atentamente das crianças. Estas eram lavadas e vestidas com roupinhas limpas do estabelecimento, sendo as usadas convenientemente tratadas, para na hora da saída, em que as mães vinham buscá-las, serem de novo aplicadas às suas possuidoras. [...]
> No mais, dormida vigiada, brinquedos das idades em áreas cobertas ou descobertas, com muita luz e sol. À hora do fechamento da fábrica estavam todos a postos, para a entrega dos que nos tinham sido confiados. [...] (STREET, 1980, p. 449- 450)

De acordo com Teixeira (1990, p.76), com a fundação da vila operária Maria Zélia, Street pode interferir na conduta de seus trabalhadores. As Vilas Operárias eram mecanismos de pressão, conduta e disciplina sobre seus operários. Tais mecanismos manifestavam-se de forma direta no cotidiano da vila operária, atingindo o operariado sob diversas maneiras, como na educação, através da construção de escolas primárias e creches para os filhos dos operários; na saúde, mediante implantação de assistência médica; na religião, por meio de festas religiosas celebradas na vila; no lazer, realizando promoções de bailes, passeios, jogos, teatro, e na moradia, com a construção de casas operárias.

Do exposto conclui-se que as idéias de Jorge Street estavam em sintonia com as transformações que ocorriam na sociedade e procuravam regulamentar a luta entre burguesia e operariado. Neste sentido, o Estado era chamado a regulamentar as condições de trabalho. Este autor tomou uma posição de luta frente às transformações e conflitos que marcaram a sociedade brasileira no seu processo de industrialização, procurando sempre defender a classe que ele representava: a burguesia ligada à indústria. Exigia a elaboração

de um código de trabalho, que não fosse exagerado, com leis que desorganizassem o trabalho nacional, elas deveriam ser adequadas às peculiaridades da indústria nacional. Estas questões serão aprofundadas posteriormente nessa pesquisa.

E uma das formas que encontrou para impedir seus trabalhadores de aderirem ao movimento operário foi através do contato direito com eles fazendo pequenas concessões. A Vila Operária Maria Zélia também foi uma forma de controlar seus trabalhadores, mantendo os sempre sobre sua vigilância, evitando assim que estes tomassem contatos com idéias subversivas. Considerava também necessário conjugar o trabalho escolar com o trabalho na fábrica.

Notas:

[i] A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi instalada em 1927 e eram compostas por diversos membros da elite brasileira. Ela foi criada para promover a agricultura e indústria brasileira. Em 1904, se funde com o Centro Industrial Brasileiro (CIB), que foi criado por industriais brasileiros. A CIB tinha um objetivo mais específico que Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ele defendia o desenvolvimento da indústria Brasileira. (CARONE, p.70, 1978)

Referência:

CARONE, Edgard. **O centro industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827 – 1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa Pensamento e Ação**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002**.**

STREET, Jorge. **Idéias sociais de Jorge Street:** cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica dos sonhos**: Trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

A NATUREZA COMO PATRIMÔNIO

Araci Gomes Lisboa - Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST/MCT

Esse trabalho busca apontar a participação de alguns cientistas na proposta de preservação dos patrimônios históricos, artísticos e científicos nacionais, a partir da criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), o qual esteve fortemente marcado pelo discurso nacionalista da época de sua criação (1933). Estes cientistas acreditavam estar contribuindo para proteger o patrimônio cultural brasileiro do "estrangeiro", através da fiscalização das expedições permitidas e reprimindo as indeferidas, que tinham seus objetos da cultura material apreendidos e recolhidos aos museus brasileiros. O Conselho foi o órgão vencedor na batalha do que seria considerado patrimônio nacional, já que a iniciativa para uma ação mais direta do Estado no controle das expedições no Brasil partiu do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sendo o Ministério da Guerra, através de Rondon, seu interlocutor e orientador quanto aos procedimentos a serem adotados para a entrada de estrangeiros ou não no interior do país.

Composto em sua maioria por intelectuais da ciência, o Conselho foi fundamental para barrar as constantes expedições de colecionistas que vinham ao Brasil em busca de objetos exóticos e, às vezes, levavam raridades representativas das culturas indígenas e também da fauna e flora brasileira. Nesse período, havia toda uma discussão sobre as expedições que dilapidavam o patrimônio nacional. Criticava-se o livre trânsito de missões estrangeiras em regiões de fronteiras ricas em minérios que ainda não eram de conhecimento e de pleno domínio do Estado. É interessante ressaltar que esse argumento foi reintroduzido por Rondon, porém, essa discussão já vinha sendo travada desde fins do século XIX, no IHGB e no Museu Nacional. Posteriormente, a Comissão, que elaborará as justificativas para o controle dessas expedições recuperaria toda essa discussão, sugerindo a criação do CFEACB, que estará voltado para a proteção e/ou fiscalização de todo um patrimônio nacional que se estende pelos domínios da cultura, da economia, da ciência e da tecnologia.

Verificamos que os estudos historiográficos realizados a partir dos anos 1980 apontam a ampliação do conceito de patrimônio cultural nacional na Europa, somente após os anos 1940, e

no Brasil, este mesmo processo só se intensificou a partir de fins da década de 70 do século XX, em decorrência da emergência dos novos movimentos sociais que surgem com o processo de redemocratização. Segundo esses estudos, a ampliação da noção de patrimônio também esteve ligada à ampliação do poder dos organismos internacionais de defesa de patrimônios culturais, como é o caso da UNESCO, que, em 1972, inseriu a questão dos patrimônios da humanidade, e da criação de instituições com a mesma finalidade, ligadas a poderes locais, como governos de Estados e prefeituras, e ao aumento do que Pierre Nora chama de "materialização da memória", ou seja, o impulso que ocorreu na preservação, principalmente de arquivos, nos países ocidentais.[1]

Márcia Chuva, em seu estudo sobre a criação do SPHAN, aponta a década de 1920 como o marco inicial de uma discussão sistemática sobre a criação de um órgão estatal responsável pela criação de um patrimônio histórico e artístico no Brasil, cabendo a Rodrigo Mello Franco de Andrade o papel de articulador das diversas propostas que circularam no Congresso Federal, no período.[2] Para esta autora, Mello Franco se empenhou em manter-se na linha de frente da temática patrimonial de seu tempo, considerando as diversas proposições às quais teve acesso, como por exemplo, a legislação francesa de 1913, que instrumentalizou várias dessas propostas. Tais iniciativas tiveram caráter federativo, na medida em que propunham uma ação conjunta entre uma entidade federal e instituições congêneres estaduais nas tarefas de proteção, além de atribuir inúmeras responsabilidades aos executivos estaduais, bem como a busca na autoridade técnica dos especialistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Márcia Chuva alerta que os trabalhos que proliferaram ao longo da década de 90, vêm introduzindo a temática patrimonial, nos meios acadêmicos, porém, ao definirem um recorte temporal, caem nas malhas tecidas pelo próprio SPHAN, porque se prendem a recortes ditados por essa instituição, não levando em consideração as transformações que se processavam mundialmente, sobre a temática patrimonial. A pesquisa de Chuva representou, sem dúvidas, um salto historiográfico. Porém, recuperou somente as discussões que envolviam o patrimônio arquitetônico, não analisando, os debates entre intelectuais, sobretudo os do Museu Nacional, relativos à saída e exportação de materiais provenientes das expedições científicas realizadas em território nacional.

O Conselho de Fiscalização foi omitido nos debates ocorridos sobre patrimônio, a partir dos anos 1980, vigorando somente a visão de uma institucionalização da preservação do

patrimônio brasileiro a partir do decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. O estudo sobre o papel do CFEACB, desconstrói essa doxa criada e aponta que o conceito de patrimônio nacional já vinha sendo elaborado pelas diversas frações da classe dominante que vinham desde a segunda metade da década de 1910 reivindicando uma ação mais enérgica por parte do estado sobre esse tema, cujo debate envolvia questões relacionadas à natureza, à ciência (especialmente, botânica, zoologia e antropologia), ao controle do território e à exploração geológica, entre outros.

No Brasil, no início do século XX, a possibilidade da inserção e do desenvolvimento do capitalismo com ênfase na valorização do papel da ciência, passou a ser desempenhada, e acenava com a construção de um homem novo, mediante o domínio da técnica, orientando não só a modernização do espaço urbano, mas, sobretudo, o sertão. Em 1905, durante o 3º Congresso Científico Latino-americano, ocorrido no Rio de Janeiro, algumas questões apresentadas estavam diretamente relacionadas com o estudo das fontes de energia hidráulica na América meridional, com objetivos de produzir energia elétrica, e com o estudo das causas do desaparecimento do volume das águas e dos mananciais do Brasil, além de problemas detectados em relação ao uso dos recursos naturais, tais como a conservação das matas e seu controle, que apontavam uma relação direta com o progresso do país.

Estes estudos delineavam um novo momento da ciência no Brasil. Esta deixava de ser alicerçada no “naturalismo científico”, sem uma intervenção direta na natureza, para passar a ter uma ação mais prática na forma de interagir com a natureza, tornando-se “ciência aplicada”. As “expedições de exploração do sertão” passaram a intervir mais na paisagem natural, modificando os espaços, mapeando e explorando os recursos naturais e divulgando suas riquezas e potencialidades para prováveis futuros colonizadores, além de permitir a criação de novos espaços para a expansão do plantio do café. Nísia T. Lima considera que as expedições da Primeira República foram mais marcantes para a construção de um imaginário sobre as regiões interioranas e que teriam tido maior impacto na formação de matrizes de interpretação do Brasil, referindo-se aos intelectuais desse período como sendo portadores de uma cultura heróica e que se atribuíam a função de construir a nação e forjar sua unidade territorial e moral.[3]

Entretanto, nesse período, as mais influentes tendências do pensamento brasileiro estavam propondo reformulação e modernização do modelo republicano, já que este não dava

conta das exigências formuladas nos debates. As diversas interpretações sobre a nação brasileira, apontavam uma dificuldade dos primeiros governos republicanos para resolver as questões econômicas, políticas e sociais do Brasil. Havia uma necessidade de se pensar o projeto de República implantado e, mesmo aqueles que o apoiavam, percebiam que o modelo liberal dominante causava um clima de instabilidade no país, já que não se estendia a toda a população e nem a todas as regiões.

Com o golpe de 1930 e a nomeação do Governo Provisório, diversas frações da classe dominante buscaram legitimar sua hegemonia sobre o Estado brasileiro. Miceli aponta a inviabilidade em indicar qual a matriz ideológica vitoriosa entre os que foram convocados nessa época. Ele constatou que havia intelectuais de todas as matizes ideológicas pinçadas no processo de expansão do aparelhamento estatal: "militantes em organizações da esquerda, quadros da cúpula integralista, porta vozes da reação católica, figuras pertencentes à intelectualidade tradicional.[4]

Para Lauerhass, essa inserção deu-se na medida em que aumentou a consciência social desses intelectuais, os quais passaram a se preocupar mais com problemas concretos que assolavam o Brasil, resultando numa melhor integração da vida cultural na vida nacional. Desse modo, os intelectuais puderam se envolver com mais freqüência na política e na administração pública.[5]

Segundo nossa hipótese, o CFEACB foi um dos projetos apresentados por intelectuais da ciência para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico no Brasil, priorizando o patrimônio natural. Medida tomada em função das discussões realizadas nos congressos científicos internacionais, que já apontavam a ciência como o principal motor de desenvolvimento e progresso da sociedade e o Estado como articulador dos interesses de um determinado segmento. Daí a necessidade do CFEACB garantir que a vida cientifica nacional fosse beneficiada com o controle desse patrimônio e das expedições.

A escolha de bens a serem preservados, a partir das perspectivas artísticas, históricas, e acima de tudo políticas, do momento em que se realiza um determinado inventário para fins de preservação, vão determinar um "apagamento" ou uma "perpetuação" de representações de um passado linear ou ideal. A proteção do patrimônio constitui-se em um ato de compor a todo o momento a memória nacional, e, portanto, é fundamental compreender quem controla esses

processos em uma cidade ou nação.[6]

Em realidade, a questão do patrimônio natural escamoteava os mais variados interesses dos grupos representados no CFEACB, que vão tentar impor uma direção a essa questão na composição desse aparelho do Estado, construindo uma imagem negativa das expedições estrangeiras. Esse grupo, representado no CFEACB, vai tentar criar na sociedade brasileira a noção de "proteção da natureza", tida como fundamental num processo de "desenvolvimento econômico" e de afirmação e controle de suas riquezas naturais. Ao analisarmos esse conselho a partir da teoria de criação das categorias como construções sociais do real, proposta por Bourdieu, isto é, a categoria é o "princípio coletivo de construção da realidade coletiva", podemos perceber como esse conselho conseguiu construir na sociedade um sentimento positivo sobre a questão da proteção da natureza.[7]

Segundo Bourdieu, esse princípio é socialmente construído, sendo um dos elementos constitutivos do nosso *habitus*, uma estrutura mental que nos foi inculcada por meio de um trabalho de socialização que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, contribuindo, dessa forma, para criar a realidade que evocam.

Nesse sentido, a cada crise na economia mundo, as questões envolvendo a natureza ganhavam conotações diferenciadas. Assim, acredito que a temática aqui apresentada pode subsidiar as discussões relacionadas à ecologia e à preservação do meio ambiente, desconstruindo a doxa sobre esse tema. Esta remete ao ano de 1972 como marco da desilusão com o mito do crescimento ilimitado veiculado no relatório "Limites do Crescimento", produzido pelo Clube de Roma, que apontava a inviabilidade do prosseguimento do ritmo e do estilo de desenvolvimento adotado pelos países capitalistas mais ricos, em face do esgotamento previsível de recursos e fontes de energia. O modelo industrialista/consumista provocaria a deterioração das condições ambientais em ritmos e escalas desconhecidos: contaminação de rios, poluição do ar, destruição de florestas, extinção de espécies animais, empobrecimento dos solos, catástrofes ambientais e proliferação de doenças relacionadas à degradação do espaço de vida das populações.

As Nações Unidas, ainda em 1972, promoveram sua primeira Conferência Mundial sobre o Meio Humano, na qual os países industrializados e os denominados do "Terceiro Mundo" se fizeram representar. Nessa conferência, foram trazidas a público a constatação da gravidade da

destruição ambiental e as iminentes catástrofes, inevitáveis caso prosseguisse a estratégia de crescimento assentada nas relações desiguais de apropriação mundial dos recursos e na utilização de sistemas tecnológicos agressivos à natureza e à população.[8] Se voltarmos os olhos para as reportagens atuais sobre a evasão desse patrimônio natural e da biopirataria, podemos perceber o quanto disso veio sendo construído, já desde o fim da Primeira Guerra Mundial, nos próprios encontros científicos.

Contudo, se antes as nações se firmavam mediante o mercado mundial, hoje essas barreiras estão sendo quebradas por um novo tipo de geopolítica, a qual tenta formar blocos políticos/econômicos como tentativa de "abrir" as fronteiras das nações, ao nomear espaços territoriais como sendo patrimônio da humanidade.

---

[1] Nora, P. *Op. cit.* (1987-1992). Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História* vol.10. São Paulo, dez, 1993.

[2]CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói: UFF, 1998.(Dissertação de mestrado). Chuva aponta vários estudos que tem como marco inicial a década de 1920, como estratégias localizadas para preservação do patrimônio. sendo o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, que resultou na criação do SPHAN, como marco inicial da idéia de preservação no Brasil.

[3]Lima, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999, p.79. As expedições citadas foram: a de Euclides da Cunha, que deu origem a "Os sertões"; as expedições de Rondon; e as expedições realizadas pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz.

[4] Miceli, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979. p.162

[5] Lauerhass Jr. Ludwing. Predomínio nacionalista fluidez e confusão. In *Getulio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1986. p.83

[6] Choay, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*.São Paulo: UNESP,2001. (p.29)

[7] Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996, p.127.

[8] Minc, Carlos. *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 8-9.

A CONTRIBUIÇÃO DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA À FORMAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA (1817-1826)

Arilda Ines Miranda Ribeiro – UNESP/Presidente Prudente

A necessidade de se reescrever a história

Durante muitos anos os historiadores se debruçaram apenas na chamada "História Oficial", ou seja, aquela em que enaltece os qualificativos dos homens que estiveram em evidência nas guerras, na política, na área pública. A mulher e suas realizações, ao contrário, ficaram ausentes dessas narrativas.[1]

No Brasil, apenas nos últimos anos foram iniciadas pesquisas que incluíram as mulheres no campo da historiografia.[2] A recente inclusão da presença feminina tem possibilitado um alargamento do próprio discurso historiográfico brasileiro, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações do individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas.

Para este texto, resultados de interpretações iniciais de um pós-doutoramento realizado em 2004 no Centro de Memória da Unicamp sobre a Imperatriz Leopoldina, propomos enunciar alguns achados, aparentemente óbvios para historiadores especialistas no tema, mas novidade para historiadores em educação sobre sua contribuição à formação da cultura brasileira.

Os livros didáticos sobre a História do Brasil, costumam atribuir à D.João VI, a D.Pedro I e a D.Pedro II, a introdução da cultura e da educação laica no Brasil. No entanto, durante o período de 1817 a 1826, o Brasil contou com a contribuição da Arquiduquesa da

---

[1] Taunay, A. O enclaustramento das mulheres. *Annaes do Museu Paulista., 1:320,1922.* Esses homens figurariam nessas narrativas oficiais como "monumentos", no sentido atribuído a eles por Le Goff, J. As mentalidades – uma história ambígua. In: *Novos Objetos.* Rio,Francisco Alves, 1976.

[2] Por razões de espaço não é possível registrar aqui a literatura a que nos referimos. No entanto, podemos citar o trabalho de Rago, M. As mulheres na Historiografia Brasileira. In: Silva, Z.L. *Cultura histórica em debate.* S.Paulo,Edunesp,1995. O que une esses estudos, deixando de lado as inúmeras diferenças metodológicas, é a reconstrução da presença das mulheres nas narrativas históricas como agentes de transformação. Ver também trabalho da autora desse texto: RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: O Colégio Florence de Campinas (1863-1889)*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996 e *A educação da Mulher no Brasil-Colônia.* São Paulo:Arte& Ciência, 1997.

Áustria, a futura Imperatriz Leopoldina e sua influência na formação da cultura e da educação científica brasileira do início do século XIX. Essa omissão é facilmente explicitada, se considerarmos a construção social do papel atribuído ao gênero feminino, que deveria ter como finalidade o cuidado com o marido e os filhos. Sua atuação deveria ficar, nesse sentido, limitada à esfera doméstica. [3]

Grande parte dos brasileiros possui em sua memória lembranças da Imperatriz Leopoldina como esposa de D.Pedro I: "loira, feia, rechonchuda e repleta de filhos". Graças à construção social criada pelos livros, desenhos, pinturas e filmes, sua imagem, infelizmente, opaca, está intimamente ligada ao "fogoso" Imperador D.Pedro I e da sua amante Domitila de Castro (Marquesa de Santos). Ambos, ao contrário de Leopoldina, são descritos como personagens brilhantes, corajosos e muito espertos. [4] Vários são os romances e estudos biográficos relativos aos nove anos em que Leopoldina viveu no Brasil. Geralmente detendo-se em detalhes da sua triste convivência, nos últimos quatro anos de sua vida, como mulher traída, de poucos atributos físicos. Nesses romances, sua vida é dividida em duas fases: a primeira, compartilhada com D.Pedro I, transbordante de amor e a segunda, após a partida do sogro solidário D.João VI, quando D.Pedro conhece Domitila, morre de amores por ela e transforma a vida da Imperatriz em um verdadeiro inferno. [5] Mesmo seu papel como regente no momento da proclamação da Independência do Brasil carece de bons estudos.

Esse texto tem como objetivo trazer à tona pinceladas do desempenho da Imperatriz Leopoldina como condutora de um processo abrangente de transposição de

---

[3] O aumento sobre a produção feminina tem relação com o avanço sobre as discussões sobre a questão de Gênero. De acordo com Scott, Gênero é a organização social da diferença sexual. Não sobre as questões corporais, mas sobre o saber que estabelece os significados para as diferenças corporais. Scott, J. Prefácio à Gender and Politics of History. *Cadernos Pagú*. Campinas, m.3, p.10-23, 1994.

4 Destacam-se entre eles: NORTON, L. *A Corte de Portugal no Brasil.* S. Paulo, Nacional, 1938. ARANHA, M. A bibliografia oficial sobre D.Pedro I e consequentemente sobre D.Leopoldina é muito extensa. Entre Amélia A.B.de Souza. *A arquiduquesa D.Leopoldina, I Imperatriz do Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Genealógico Brasileiro, 1985. BEZERRA, A. A vida doméstica da Imperatriz Leopoldina. In: *Arquivo Nacional,* vol.XXVI, Rio de Janeiro, 1926. Souza, O.T. *A vida de D.Pedro I* S.Paulo,USP, 1985.

[5] Alguns romances que tratam da paixão de Leopoldina por Pedro I: Moll, V. *Meu adorado Pedro.* S.Paulo, Bom texto, 2004. Sant´Anna, S. *Leopoldina & Pedro I:*a vida privada na corte. Rio, Zahar, 2004, Kaiser, G. *Dona Leopoldina*:uma habsburg no trono brasileiro. (4ª.ed.) Rio, Nova Fronteira, 1994

conhecimentos do mundo europeu, através da sua chegada ao Brasil com a missão científica austríaca.

Nesse sentido a reconstrução da memória de Leopoldina é objeto de poucos estudos específicos. Com exceção de Carlos Oberacker Jr, autor que mais se debruçou até hoje, na intimidade e no cotidiano da imperatriz, a produção dos autores brasileiros é, de modo geral atraente, mas ainda superficial. [6]

Reconstruir a memória é fundamental, como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Segundo Von Simson[7] a "Memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos, etc.)" Nesse sentido, a carta é uma fonte de pesquisa que contribui como suporte textual.

As correspondências de Leopoldina, ainda em fase de análise na presente pesquisa, se apresentam como instrumento valioso de pesquisa, pois é o narrador que sozinho manipula os meios de registros. É ele também que, por motivos pessoais, se dispõe a narrar sua existência, fixar suas recordações, dar-lhes o encaminhamento que melhor lhe parecer.

Sua educação: O gosto pelas ciências, motivo para a vinda ao Brasil

Nascida em Viena, filha de Francisco I da Áustria e de Maria Thereza de Nápolis e Cicília, Leopoldina teve uma infância foi alegre. Foi preservada dos perigos do cenário político internacional decorrente da Revolução Francesa e da morte Maria Antonieta, tia do seu pai Francisco. A ela e aos seus irmãos foi dada uma educação disciplinada, para

[6] Oberacker Jr, C. sem sombra de dúvida é referência para quem estuda Leopoldina. Sua extensa obra A *imperatriz Leopoldina:* sua vida e sua época. Rio, Conselho Federal de Cultura, 1973 contém uma narrativa minuciosa de sua intimidade, genealogia, educação, casamento, etc. baseado em cartas escritas para seus familiares e amigos. Anterior a esse trabalho, *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio, Presença, 1968 Oberacker dedica um capítulo sobre o papel da Imperatriz nas lutas pela independência do Estado Brasileiro.

[7] Von SIMSOM, O.R. de M. Memória, Cultura e Poder na Sociedade do esquecimento. In: FARIA FILHO, L. M. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação.* Campinas, São Paulo: Autores Associados; Bragança Paulista, São Paulo: UnSF, 2000. (Coleção Memória da Educação).

um futuro grandioso. Ensinavam às arquiduquesas, além da rígida etiqueta da corte, diversas línguas faladas na monarquia. Estudavam ainda história, geografia, estatística, legislação e noções do governo. Eram educadas na religião católica, tementes a Deus e incutiam-lhes o dever de casar para o bem da casa real dos Habsburgo. [8] Seu pai era amante da botânica e da vida simples. Casou-se quatro vezes, tendo filhos apenas com a segunda esposa, Maria Teresa, filha de Ferdinando IV, rei de Nápoles e das duas Sicílias. Viveram felizes em pequenos serviços campestres nas granjas existentes no Parque de Laxemburg, esquecendo-se de sua condição de nascimento. O Imperador não gostava de grandes festas, preferindo viver na intimidade. Esse espírito simplório seria herdado por sua filha Leopoldina, anos mais tarde.

Para divertimento das princesas, era-lhes permitido o cultivo de flores, o cuidado de pássaros solitários nas gaiolas, e vez por outra, um piquenique campestre com a filha da governanta.

Leopoldina acreditava que não iria se casar. Seu mundo lhe bastava. Era bastante envolvida, assim como Francisco I, em estudos sobre botânica, fauna e minerais. O pai, observando o pendor da arquiduquesa por essas áreas do conhecimento, certa vez lhe disse que se não se casasse, dar-lhe-ia um emprego na Corte Vienense.

Sem dúvida as ocupações com as ciências naturais e a leitura dos livros dos viajantes mundiais que estavam tão bem representados na Biblioteca de Leopoldina, teriam despertado esses desejos tão estranho para uma moça daquela época. Prantner afirma :

> *"quando o marques de Marialva visitou pela primeira vez a arquiduquesa encontrou-a rodeada de mapas do Brasil e de livros que contém a história deste reino."* [9]

A vinda de Leopoldina para o Brasil e da Missão Científica Austríaca.

---

[8] ARANHA, M. A.B.de S. *A arquiduquesa D.Leopoldina, I Imperatriz do Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Genealógico Brasileiro, 1985. *p.17*

[9] PRANTNER, J. *Imperatriz Leopoldina do Brasil:* a contribuição da casa Habsburg-Lothringen e da cultura austríaca ao desenvolvimento do Brasil durante a Monarquia no século XIX. Rio de Janeiro:Vozes, 1997. p.163

Leopoldina partiu para o Brasil com 42 caixas do tamanho de um indivíduo, contendo o seu enxoval, sua biblioteca, suas coleções e os presentes para a casa real. Segundo Oberacker [10], na comitiva particular, além das três damas, um secretário particular, o seu bibliotecário e mineralogista Roque Schuch, seu médico João Kammerlacher que também era naturalista, o professor de pintura de Leopoldina e pintor de flores, plantas e paisagens, Frick e ainda Franz J.Frubeck, pintor e auxiliar do dr.Schuch. Somente essa comitiva já seria uma grande contribuição para o início de uma formação cultural.

Além disso, Karl von Schreibers, diretor do Museu de História Natural em Viena, recebeu ordens do Chanceler Metternich de preparar uma missão de notáveis cientistas que acompanhariam dona Leopoldina. Escolheram o professor João Cristiano Mikan, botânico de Praga, com chefe da missão, o médico dr.João Emanuel Pohl, botânico e mineralogista, João Natterer, zoólogo do Museu de História Natural, Thomas Ender, paisagista, João Buchberger, pintor de plantas e flores, o jardineiro Henrique Guilherme Schott e o caçador imperial Domingos Sochor.

Thomas Ender, por exemplo, foi pintor, aquarelista e gravador nascido em Viena, veio jovem para o Brasil, com apenas 24 anos. Ender ficou no Brasil por 10 meses e neste curto período fez mais de 600 desenhos representando a iconografia do Rio de Janeiro, que permaneceram esquecidos na Áustria até 1950.

Também a Corte da Baviera aproveitou segundo Prantner a ocasião para realizar um antigo projeto, destacando os naturalistas Karl Friendrick Von Martius, que se destacou pela magistral obra "Flora Brasiliensis", de 40 volumes e no qual trabalhou até o final de sua vida. Até a Toscana, terra de sua avó materna resolveu acrescentar a esta ilustre comitiva de dona Leopoldina um cientista, o botânico Giuseppe Raddi.

Sem dúvida, esta foi a maior expedição científica que jamais visitou o Brasil. Sustenta-se a idéia de que fora por iniciativa da própria Leopoldina, que se resolveu enviar com a princesa uma comissão de naturalistas e pintores. Outros afirmam que a idéia de

[10] Op.cit. p.85

trazer essa comitiva partiu de Metternich, amigo pessoal de Humbolt que veio anteriormente para a América, mas não teve permissão para pesquisar o Brasil.

Naquela época sabia-se muito pouco sobre o Brasil na Europa. O fato é que o casamento do Imperador do Brasil com uma princesa germânica foi causa da vinda de tantos homens ilustres e abria-se a possibilidade da vinda de outros mais. Começava assim, através dessa união, a despertar o interesse dos alemães, principalmente dos intelectuais pela nova terra. [11]

Dos livros, relatórios, glossários, diários de viagem, tratados de Botânica e Zoologia que surgiram desta exemplar e operosa missão científica, "podemos afirmar não só se revelou a maior parte da natureza brasileira, até então desconhecida como, a partir desse momento, foram introduzidos os modernos estudos de Sistemática e Taxionomia" [12]

A vida cotidiana da imperatriz no Palácio da Quinta da Boa Vista nos primeiros anos demonstra a sua educação e sua dedicação pela leitura. Lia todas as publicações novas no campo das ciências naturais, literatura, história, etc. que mandava vir por intermédio dos parentes ou do Marquês de Marialva.[13] Pintava aquarelas, fazia descobertas com novas variedades de moluscos. Evidenciava grande paixão pelas orquídeas e pelas plantas florescentes, colecionando-as nos seus passeios diários na Floresta da Tijuca. Montando com destreza, à moda amazona, caçava e ajudava a taxidermizar aves e pequenos mamíferos. Tobias Monteiro, que consultou pessoalmente os arquivos em Viena, principalmente os documentos do 1º Reinado declarava que "a Imperatriz possuía paixão pela História Natural".

Na Fazenda Imperial de Santa Cruz criou um completo posto zootécnico onde, animais domésticos eram criados cuidadosamente. Organizou a Biblioteca, nas salas

---

[11] FLEIUSS, M. A paladina da independência. In: *Páginas de história.* 2ª.ed. Rio de Janeiro:Imprensa Nacional, 1930. Esse trabalho contém detalhes interessantes não só da vida de D.Leopoldina, mas também da sua morte.

[12] LEONTSINIS, S. A Imperatriz Leopoldina e a História Natural do Brasil. In: In: *200 anos. Imperatriz Leopoldina.* Simpósio Comemorativo do Bicentenário de Nascimento da Imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro: IHGB, 1997. p.57-78.

[13] MARIALVA, M. de. Correspondência diplomática no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil in: Norton, Luiz. *A Corte de Portugal no Brasil.* S. Paulo: Nacional, 1938. p.327.

do Paço da Boa Vista, em que avultavam obras de Mineralogia e Botânica adquiridas constantemente na Áustria, França e Inglaterra, como um gabinete DO Museu de História Natural. Também montou, junto com D.Pedro I, uma escola para soldados alemães aprenderem o português e participarem da proteção do Imperador. Essas tropas fiscalizadas diariamente por Leopodina, auxiliaram D.Pedro durante a proclamação da República.

Seu professor de história natural era Rochus Schuch, que além de prestar constante orientação e sistematizar os estudos da imperatriz, foi bibliotecário e diretor desse mesmo Gabinete de História Natural de D.Leopoldina. [14]

De sua correspondência com Maria Graham, na Inglaterra, podemos destacar três cartas onde à imperatriz demonstra seu gosto pela ciência: "Tereis a bondade, em Londres, de me obter os gêneros e espécies que faltam no catálogo de conchas que vos envio, comunicando-se os objetos de História Natural que quiserem do Brasil, para fazer permuta" (10.10.1824) [15] Um ano depois, escrevia a Graham perguntando sobre Willian Cary (1759-1825), fabricante de instrumentos matemáticos: "Se virdes o digno Cary, rogo-vos encomendar, em meu nome, uma balança minerológica para saber o peso das pedras preciosas." (08.09.1825)

Incentivo à criação do Museu de História Nacional da antiga Casa dos Pássaros

Desde a sua chegada, em 1817, após verificar a pobreza de nossas condições científicas, assessorada pela Missão Científica que a acompanhou, procurou "dirigir a reorganização da extinta Casa dos Pássaros (Casa de História Natural)" [16]

Até a vinda de Leopoldina para o Brasil nada se fez. Felizmente, a influência e o interesse da imperatriz Leopoldina, somados à grande repercussão da missão que a acompanhou, tiveram como resultado a participação de Tomas Antonio de Vilanova Portugal que, com argumentos poderosos, consegue redigir o decreto de 6 de junho de 1818, onde

[14] Rochus Schuch casou-se mais tarde com Cecília Bors. Desse casamento, nasceu Guilherme Schuch, cientista que muito contribuiu no Brasil e obteve o título de Barão de Capanema. (Memórias do Arquivo Nacional, vol.5 e na Revista da Escola de Minas e Ouro Preto, 1922.)
[15] Graham, M. Correspondências entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina. Trad.Américo J.Lacombe. Rio, Itatiaia, 1985.
[16] Leontsinis, Op. Cit. p..62

se cria um Museu. Após várias reformas, abrigou o Museu Nacional até 1892, e a partir desta data, tornou-se a sede do Arquivo Nacional.

Lamentavelmente, desses primeiros tempos do Museu Nacional, quase nada ficou documentado com relação à Imperatriz Leopoldina e a sua contribuição.

Considerações finais

Encerramos nossas considerações sobre Leopoldina, afirmando que apesar de muitas obras escritas no período ou posteriores a elas, focalizarem-na, infelizmente, no seu cotidiano doméstico e nas intrigas do Palácio da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, seu papel foi mais além. Assumiu com firmeza e determinação, muito mais do que se esperava dos encargos de uma arquiduquesa da casa da Áustria, de princesa da casa de Bragança, ou, de imperatriz do Brasil, destacando-se como liderança em projetos de impulsos ao desenvolvimento da ciência, da cultura e de outras atividades, contribuindo sobremaneira para a formação da sociedade brasileira.

As imagens da cidade: caricatura e urbanização em Pelotas no século XIX.

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES - UFRGS[1]

A cidade de Pelotas, no século XIX caracterizou-se pelo amplo desenvolvimento econômico proporcionado pela utilização da mão-de-obra escrava nas charqueadas. O que favoreceu o desenvolvimento artístico, urbano e cultural. Assim, o jornalismo também obteve êxito, ao encerrar do século, Pelotas contabilizava 116 jornais, entre estes, três periódicos se apresentavam como humorísticos e ilustrados: *Cabrion* (1879-1881); *Zé Povinho* (1883) e *A Ventarola* (1887-1889).[2]

O *Cabrion*, que se apresentava como "folha ilustrada", foi publicado pelo francês Eduardo Chapon e pelo caricaturista português Eduardo de Araújo Guerra sócios na oficina litográfica, na qual os desenhos eram executados.

Em 1880 Eduardo Chapon se desligou do periódico, assumindo toda a responsabilidade Eduardo Guerra, o qual transformou a folha numa ferramenta para criticar intensamente a sociedade da época, fato que o tornou odiado na cidade por suas caricaturas audaciosas. Além de se envolver em conflitos com outros jornalistas, como Henrique Marcos Gonzáles, caricaturista do *Marui*, publicado na cidade de Rio Grande. E com Antonio Joaquim Dias, proprietário do importante jornal diário pelotense *Correio Mercantil*. Mais tarde Eduardo Guerra atuou n' *O Século*, de Miguel de Werna, e n' *A Lente*, de sua propriedade, ambos publicados em Porto Alegre, e posteriormente n' *A Platéa*, em São Paulo."

Após a suspensão do *Cabrion*, somente em 1883 apareceria outro jornal ilustrado: *Zé Povinho,* dirigido por Francisco Rodrigues Noronha. Este periódico circulou por pouco tempo, em parte pela falta de artistas habilitados para desempenhar as funções necessárias para manter o jornal. O nome foi uma influência da personagem *Zé Povinho* criada pelo caricaturista

Rafael Bordalo Pinheiro, no periódico *O Mosquito* publicado a partir de 1875 no Rio de Janeiro. Logo, a figura do homem franzino associado às camadas populares foi sendo apropriada por outros caricaturistas sendo utilizada na imprensa brasileira de fins do Século XIX e durante as primeiras décadas do XX.[3]

Em 1887, Pelotas teria outro hebdomadário ilustrado, por iniciativa, novamente de Eduardo Chapon - *A Ventarola*, a qual se apresentou como "folha ilustrada e humorística". Nela, destacou-se o alemão Guilherme Stoffel, especialmente na execução dos retratos que ilustravam a primeira página do periódico.

A partir de 07 de julho de 1889, *A Ventarola* aumentou seu formato e reduziu suas páginas para quatro. Chapon, na busca por novos assinantes, reduziu o valor das assinaturas e distribuiu o jornal gratuitamente. No entanto, as mudanças foram um reflexo da crise que afetava o jornal, ainda neste exemplar seu proprietário solicitava aos assinantes em atraso o pagamento das dívidas. No número seguinte foi anunciada a saída do redator, Francisco de Paula Pires, o qual estava havia meses no cargo. Em seguida sofreu um desfalque – um cobrador apossou-se do valor cobrado pelas assinaturas. Certamente estes problemas constituem o motivo para a interrupção do jornal em dezembro de 1889.

Para estes periódicos todos os assuntos que norteavam o mundo social pelotense eram passíveis de suas críticas e motivos para chistes, assim sendo, a administração pública da cidade não passou despercebida. Abordaram, por exemplo, a falta de manutenção de locais públicos, como ruas, praças e o porto e a modernização da cidade: iluminação, água e esgotos e a estrada de ferro. Dentro do conjunto de imagens que trataram da urbanização da cidade, optou-se por analisar, neste artigo, apenas algumas ilustrações da praça, da estrada de ferro, sobre o fornecimento de água e iluminação.

A PRAÇA CENTRAL

A história da formação urbana de Pelotas está associada a fundação da freguesia em 1812, pois a partir deste momento foi definido o espaço no qual seria construída a igreja e conseqüentemente traçadas as primeiras ruas. Em 1832, Pelotas passou a condição de vila, e foram traçadas mais quinze ruas na direção do canal do rio São Gonçalo.[4] A praça projetada neste período foi denominada inicialmente da Regeneração, passou a partir do segundo Império para Praça Dom Pedro II, retornando mais tarde ao nome anterior. Quando da Proclamação da República, tornou-se Praça da República e a partir dos anos 1930 Coronel Pedro Osório, o qual possui até hoje. Este espaço somente foi arborizado e ajardinado em 1873, com a colocação no centro de um chafariz – Fonte das Nereidas – importado da França, que além de embelezar fornecia água à população.

O chafariz, que ainda ocupa o centro da praça, foi ilustrado pelos três periódicos. Em 1880, o *Cabrion* apresentou duas imagens, na primeira tratou do enorme afluxo de pessoas ao local, uma verdadeira "romaria", enquanto na segunda afirmou que o chafariz se tornava pouco concorrido nas noites de apresentação de companhias teatrais:

Fig. 1: *Cabrion*, 16/05/1880, nº 67, p.3.

Fig. 2: *Cabrion*, 30/05/1880, nº 69, p.3.

Na primeira imagem se observa que os transeuntes são todos brancos, os homens, por exemplo, usam cartolas. A praça era um ambiente destinado para a diversão da população

“nobre” da cidade, sendo que a circulação de pobres e escravos nestes espaços era restrita. Ao abordar o carnaval de 1883, o periódico *Zé Povinho*, ilustrou a brincadeira do entrudo praticada na praça, novamente aparecem na imagem homens e mulheres com trajes e chapéus elegantes. Certamente representam a elite da sociedade, que além de participar das atividades oferecidas pelos clubes carnavalescos, participavam do entrudo, apesar de ser considerado pelas autoridades e por alguns jornais do tempo um jogo bárbaro que deveria ser suplantado pelos elegantes bailes de máscaras[5]:

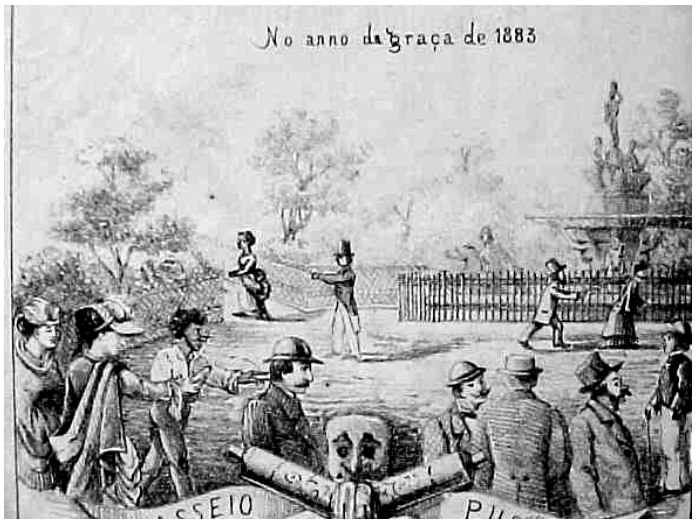

Fig. 3: *Zé Povinho*, 21/01/1883, nº 03, p.3.

Além disso, a análise desta ilustração demonstra que as divisões sociais e a ocupação dos espaços urbanos eram bem demarcadas na sociedade pelotense durante o entrudo. Em Pelotas a festa era essencialmente promovida por famílias norteadas por normas européias e com um mesmo nível econômico, assim continuavam existindo divisões sociais e étnicas durante a brincadeira. O “redondo” da praça, como era conhecido na época o espaço central com o chafariz, era destinado somente para esses segmentos, como representa a ilustração.[6] Além da imagem, os jornais da época relatavam essa divisão, salientando que as sociedades

carnavalescas formadas pelas camadas populares, incluindo-se escravos e ex-escravos, se concentravam num dos lados da praça, junto à atual rua Lobo da Costa.

Diferentemente, em centros urbanos maiores, a barreira entre os segmentos sociais não era tão resistente. No entrudo realizado na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, por exemplo, os escravos se enfarinhavam numa clara encenação de sátira social, enquanto que "das janelas e sacadas, ou no leito das ruas, mulheres e homens de variada extração social divertiam-se empenhadamente em atirar limões-de-cheiro".[7]

O PROGRESSO DA CIDADE

Em 1871, visitou a cidade um viajante britânico, Michel George Mulhall, em suas anotações, ele registrou o progresso da cidade, citou o projeto da estrada de ferro até Bagé, das obras de instalação do gás para a iluminação das ruas do centro, de um projeto para a colocação de bondes e da construção do novo prédio da Santa Casa.[8] Sobre a estrada de ferro Pelotas-Bagé, o *Cabrion* publicou uma ilustração, na qual uma representação de uma mulher, identificada como "Pelotas", puxava um trem, que simbolizava o "progresso", acompanhado da legenda: "Pelotas vai na senda do progresso":

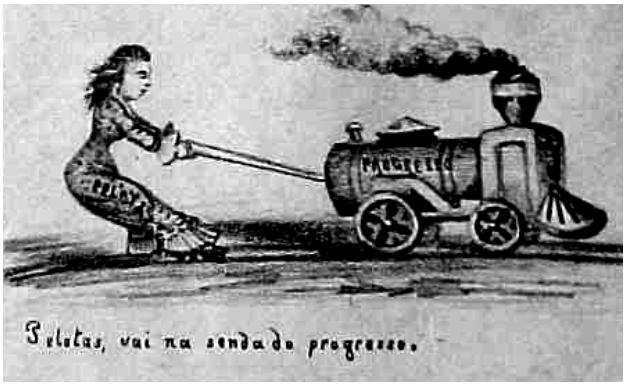

Fig. 4: *Cabrion*, 16/05/1880, nº 67, p.3.

As discussões sobre a construção de uma estrada de ferro ligando as duas cidades, aumentou no ano de 1875. A imprensa do tempo, registrou que o projeto da estrada de ferro gerou polêmica e acirrou as disputas entre Pelotas e Rio Grande, uma vez que a principal discussão tratava do ponto do qual o trem deveria partir. Essa discussão justifica o porquê da imagem do *Cabrion* (que defendia o ponto de partida em Pelotas) apresentar a mulher puxando o trem pela parte traseira. Quando de sua inauguração em 1884, a querela foi resolvida com a primeira estação localizada em Rio Grande.[9]

Outros serviços urbanos também foram criticados, como a falta de água e as péssimas condições da iluminação pública em 1887 por *A Ventarola*:

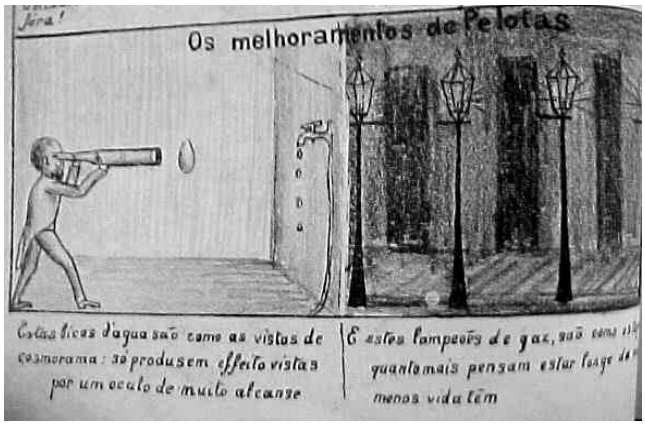

Fig.5: *A Ventarola*, 05/06/1887, nº 09, p.3.

Na imagem, o periódico afirmava que a água, somente poderia ser vista por um “óculo (sic) de muito alcance” enquanto que os lampiões de gás: eram “como os tísicos, quanto mais pensam estar longe da morte, menos vida tem.” A iluminação da cidade feita por lampiões a azeite desde 1840, passou em 1878 a ser fornecida por gás hidrogênio. A partir deste período a noite pelotense se transformou com a multiplicação dos espaços de sociabilidades, como quiosques na Praça Pedro II, cafés, restaurantes e confeitarias, os quais aproveitavam a

claridade proporcionada pelo gás hidrogênio líquido, o que possibilitou a população pelotense aumentar seu tempo de viver em público.[10]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de oitenta do século XIX representou para Pelotas o auge do seu desenvolvimento econômico, pois apesar de localizada no extremo sul do Brasil, estava recebendo naquela década, melhorias urbanas, por exemplo, as estradas de ferro e indústrias quase, "simultaneamente à expansão mundial dessas inovações, enquanto as estruturas sociais locais viviam ainda timidamente a transição de uma sociedade escravista ruma às relações sociais tipicamente capitalistas".[11] Além disso, sua população urbana, passou de 9.055 em 1858, para 21.756 em 1872 chegando a 41.591 em 1890.[12]

Essas imagens publicadas nos periódicos ilustrados compõem um manancial rico para a análise do desenvolvimento urbano pelotense na última década do Império, já que são consideradas transmissoras de uma testemunha ocular de uma determinada época, ou seja, elas são um registro produzido pelos caricaturistas que acompanharam a modernização da cidade. E, não obstante, as imagens também são testemunhas, pois relatam e contribuem, por si só, o tempo próprio do acontecimento em toda sua espessura política, social e cultural.[13] Sendo assim, as "imagens nos permitem 'imaginar' o passado de forma mais vívida. Como sugerido pelo crítico Stephen Bann, nossa posição face a face com uma imagem, nos coloca 'face a face com a história'" [14]

NOTAS

[1] Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPq – Brasil.

[2] Conforme o periódico *O Pensamento*, publicado em 1901. Na ocasião comemorava-se o Cinqüentenário da Imprensa Pelotense.

[3] LIMA, Hermam. *História da caricatura no Brasil* Rio de Janeiro: José Olympio, Vol I, 1963, p. 194; SILVA, Marcos Antonio da. *Caricata República. Zé Povo e o Brasil.* São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p.08.

[4] MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Um estudo sobre a historia de Pelotas (1869-1890).* Pelotas: Ed. da Universidade/UFPel/Livraria Mundial, 1993, p.24-27.

[5] LOPES, Aristeu E. M., "*Tu não me conhece? Eu te conheço": Representações do carnaval pelotense na imprensa ilustrada do século XIX.* Pelotas, UFPel, 2004, Monografia (Graduação em História), p. 20.

[6] Id. Ibid., p. 17.

[7] CUNHA, Maria Clementina Pereira. Vários Zés, um sobrenome: as muitas faces do senhor Pereira no carnaval carioca da virada do século. In: _____, Maria Clementina Pereira (Org.) *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaios de história social da cultura.* Campinas: UNICAMP/CECULT, 2002, p.374.

[8] MAGALHÃES. Mario Osório. Opulência e Cultura.... Op. Cit., p. 90-95.

[9] Id. Ibid., p. 103

[10] ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel* do *século XIX.* Pelotas: Ed. da Universidade/UFPel, 2000, p.49.

[11] SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XIX. *Anos 90.* Porto Alegre, nº 14, dezembro de 2000, p.185.

[12] MAGALHÃES. Mario Osório. Opulência e Cultura.... Op. Cit., p. 108.

[13] Sobre a imagem como transmissão de um testemunho ver: BURKE, Peter. *Testemunha Ocular.* História e Imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. Já para a imagem ela própria um testemunho ver: VOVELLE, Michel. Trad. Maria Julia Goldwasser. *Imagens e Imaginário na História*. São Paulo: Ática, 1997.

[14] BURKE, Peter. *Testemunha Ocular...* Op. Cit., p.17.

Os professores e seu ofício: Ensinar, escrever e fazer História

Arlette Medeiros Gasparello[1] - UFF

O tema deste trabalho configurou-se a partir da problematização do processo inicial de formação da profissão docente no século XIX brasileiro. [2] Mais especificamente, nosso enfoque dirigiu-se para o corpo docente do Colégio de Pedro II, fundado na Corte em 1837 sob patrocínio imperial e que lhe atribuiu o caráter de *modelo* de instrução secundária para todo o país. O Colégio, que tinha seu currículo organizado com ênfase na cultura clássica humanista especialmente apropriada à formação de uma elite, era ainda prestigiado com as visitas periódicas realizadas pelo próprio imperador. Até República Velha, esta instituição, apesar de sofrer alguns revezes como a mudança de nome no novo regime, conservou uma posição privilegiada por seu papel determinante para os livros didáticos e avaliações.

Quem foram estes professores? A que grupo ou segmento social pertenciam? Quais as práticas sociais e culturais que os caracterizavam?

Tais indagações encaminham o foco deste trabalho numa perspectiva que procurou identificar os elementos constituintes do ofício de ensinar em suas relações com as demandas da instituição escolar e de uma sociedade como a do século XIX do Rio de Janeiro, na qual a cultura, de inspiração aristocrática e orientada pelos paradigmas europeus, servia "para promover os interesses e a perspectiva da elite, ao permitir uma socialização comum, uma legitimação comum ... para os relacionamentos entre os poderosos em um contexto neocolonial". [3]

- Os referenciais de análise: o livro didático, a docência e os professores

Nesse caminho metodológico consideramos importante nos interrogarmos sobre a possibilidade de construir um perfil sociocultural do grupo em questão,[4] considerando que o estudo do modo de formação de uma identidade social exige uma perspectiva *relacional* na

qual o historiador deve se interrogar sobre a experiência dos indivíduos em suas relações sociais, inscritas na "rede de compromissos, das expectativas e dos laços de reciprocidade que a vida em sociedade lhes impõe"[5] Uma perspectiva, portanto, na qual o *processo* social que se efetiva está no centro da análise, na medida em que se preocupa em definir a *experiência* e o *interesse* dos atores no interior dos vínculos sociais, já que "o percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios – a família, o trabalho, a vida social – desenha seu horizonte social".[6]

- O livro didático

Os professores, como intelectuais, acompanhavam o movimento das idéias sobre educação e pedagogia; como autores de obras didáticas, serviram-se dos textos publicados para o ensino para divulgar, além dos saberes das disciplinas escolares, um método, uma didática do ensinar e aprender. [7]

Nesse processo, o papel dos livros didáticos consolidou-se como principal instrumento pedagógico na escola secundária e elementar, porque veiculava os saberes específicos dos programas de ensino e os conteúdos pedagógicos através de seus exercícios, perguntas, quadros sinóticos e leituras complementares.

No centro desta investigação, o livro didático como objeto de pesquisa é compreendido nas interfaces de suas relações com seus agentes e práticas. Profundamente inscrito no processo de escolarização, sua elaboração e uso escolar sempre esteve associado às atividades docentes. No século XIX, vemos que esta associação foi geradora de compêndios surgidos na época: os professores secundários, a partir de suas aulas, preparavam os livros que seriam adotados nas instituições escolares primárias e secundárias. [8]

- Os professores como elite intelectual e política

No conjunto dos dispositivos e práticas que definiram a institucionalização dos estudos secundários, destaca-se o papel representado pelos professores. Para esta ordem de estudos,

concebidos como de cultura geral para uma elite que se destinava aos estudos superiores, a posição do professor teria que corresponder à importância destas funções. No *Colégio de Pedro II*,[9] especial atenção foi dada aos critérios de seleção dos catedráticos, à organização do trabalho docente e aos procedimentos, direitos e prerrogativas de sua função, que envolverão a figura do mestre da instituição secundária oficial de uma aura de prestígio e honrarias.

Os dados levantados na pesquisa permitiram construir quadros de análise sobre a formação, carreira docente, produção e atividades desses professores. Ao todo, foram pesquisados 50 sujeitos, com dados mais completos relativos a 37 docentes. A maior parte desses professores era formada por médicos, juristas e Bacharéis em Letras, título obtido pelos diplomados pelo curso secundário completo no Colégio Pedro II ou equiparados. [10] Dentre os que exerciam o magistério no Colégio de Pedro II no período, encontra-se maior concentração de formados em Medicina, seguindo-se os de formação jurídica, os bacharéis em ciências físicas e naturais e bacharéis em matemáticas e ciências físicas - que atuavam no quadro de formação científica do currículo.

Os professores do Colégio formavam um *corpo* de profissionais intelectuais que se destacavam pela erudição e estilo de vida: liam no original os autores ingleses, alemães, franceses; freqüentavam as mesmas instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), as Academias Literárias e outras sociedades culturais e científicas da época. Uma elite formada por muitos ex-alunos, bacharéis, homens de letras, escritores, juristas e também médicos, jornalistas, críticos literários e políticos, que ocuparam cargos na alta administração do país, no legislativo, na diplomacia e nos órgãos da administração educacional. Pesquisadores, foram historiadores e autores de livros didáticos; muitos se revelaram educadores interessados na pedagogia, e escrevendo livros sobre a educação nacional além de relatórios sobre o ensino no Brasil.

Nos primeiros anos, os professores eram nomeados por indicação do Imperador. Depois foi introduzido o concurso (1847), a princípio apenas de títulos. Os concursos, assim como os exames dos alunos, seguiam determinações minuciosas previstas nos estatutos e regimentos do Colégio, que cercaram essas cerimônias de todo um ritual de tradição e magnificência. Sobre o primeiro concurso, que foi realizado para preencher a cadeira de *História e Geografia Descritiva*, afirma Doria (1997, p. 65): "Qualquer dos candidatos de 1847 não era desconhecido ou professor improvisado".

O corpo docente, até o início dos anos 20, compunha-se de professores catedráticos, professores substitutos, professores honorários e professores. Para cada seção do Colégio (Internato e Externato), havia um professor de *história do Brasil*, um de *história universal* e um professor substituto de História. Os professores substitutos também eram escolhidos por voto da Congregação. No caso de haver necessidade de outros professores, eram escolhidos de preferência os bacharéis formados pelo Colégio, ou "da Casa", conforme era costume falar, sob a indicação dos catedráticos da respectiva cadeira, para exercerem as funções de professor suplementar até o término do ano letivo. Os professores suplementares e os substitutos deviam seguir o mesmo programa e o método de ensino, além de adotarem os mesmos compêndios que o professor efetivo. Os professores honorários recebiam este título por escolha da Congregação, através de processo de votação das propostas e pareceres, entre os professores de excepcional competência. Na década de 20,[11] surge a categoria de docentes livres no corpo docente do Colégio, que além dos catedráticos, também compunha-se de professores honorários, professores de Desenho e de Ginástica, e auxiliares de ensino. [12]

No Brasil republicano da primeira década do século XX, na letra da lei qualquer brasileiro com mais de 21 anos que exibisse folha corrida poderia inscrever-se no concurso para professor catedrático. Mas suas condições de acesso eram mínimas, porque os candidatos deveriam apresentar: um trabalho original e inédito de valor sobre a cadeira, impresso, em número de 50 exemplares; ser argüido por uma banca examinadora composta de

quatro professores sob a presidência do diretor, e fazer uma preleção, durante quarenta minutos, sobre um dos pontos do programa da cadeira, tirado à sorte 24 horas antes (havia, ainda, prova prática (escrita) para o provimento das principais cadeiras do curso). [13]

Além disso, o concurso para professor catedrático passou a exigir, dos candidatos que não fossem docentes livres ou catedráticos de outras cadeiras ou de outros estabelecimentos, o curso completo de *humanidades* ou diploma de escola superior, e justificarem a inscrição, em caráter condicional, "com títulos e trabalhos de valor".[14] Os candidatos deveriam elaborar duas teses: uma, comum a todos os candidatos, sobre assunto previamente anunciado no edital, e outra sobre assunto livremente escolhido pelo candidato.

O professor catedrático, em seus impedimentos, era substituído por um docente livre. Estes eram nomeados após aprovação em concurso específico para esta categoria. Os professores que, não sendo auxiliares do ensino, prestassem concurso para professor catedrático e obtivessem notas superiores a cinco, também eram nomeados docentes livres sem precisarem ser submetidos a novas provas.

Os professores de História eram, então, catedráticos ou docentes livres; eventualmente, eram contratados professores não pertencentes aos quadros da Casa, necessariamente indicados pelos catedráticos, para atender ao número crescente de turmas.

Todos os professores catedráticos em exercício e em disponibilidade pertenciam à Congregação, instituição maior do estabelecimento, que decidia toda a vida acadêmica do Colégio. À Congregação competia aprovar os concursos, programas de ensino, regimento interno, comissões examinadoras, conferir prêmios, dar posse em sessão solene aos professores, além de outras importantes atribuições. Dentre estas, a de eleger, anualmente, um professor catedrático para seu representante no Conselho de Ensino Secundário e Superior. Os diretores do Externato e do Internato revezavam-se na presidência da Congregação. A tramitação das sessões, seu ordenamento processual, correspondiam a rituais detalhadamente

prescritos no Regimento Interno, e que eram seguidos com rigorosa atenção. [15] respeito, pelo que constam as atas da Congregação.

- **Professores e autores**

A maioria dos professores (74%) do Imperial Colégio estava ligada ao mundo da escrita como autores de livros (didáticos ou não) e atuando no jornalismo literário, publicando em jornais e outros periódicos. [16]

Dentre os professores produziram algum tipo de obra, 28% escreveram apenas obras não-ficcionais (livros didáticos mais teses, artigos e afins[17]), 22% escreveram apenas teses e/ou artigos e afins, e 19% escreveram apenas obras didáticas. Quanto a obras ficcionais, como romances, poesias, crônicas, 15% deles publicaram algo do gênero em conjugado com publicação de teses ou livros didáticos, ou seja, nenhum enveredou por apenas um caminho. Um campo muito freqüentado foi o das traduções – de obras didáticas, literárias ou científicas - principalmente por aqueles que já haviam singrado pelo campo literário, seja com obras ficcionais quanto não-ficcionais.

Neste período, a formação de quadros para o magistério secundário e superior foi uma função importante do Colégio de Pedro II, onde se verificou a preferência pelos seus ex-alunos, em geral indicados pelos catedráticos para professores substitutos e que mais tarde poderiam tornar-se catedráticos por meio de concursos públicos, num processo de formação de um grupo identificado com a cultura escolar e com a prática docente. Uma cultura escolar que privilegiava a tradição e a retórica, segundo o modelo de cultura clássica e que só aos poucos foi cedendo lugar às *novas idéias* sobre o ensino e a sociedade. Nesse processo, os professores, através de suas práticas de escrita e docência, tiveram participação ativa e fundamental. Os Bacharéis em Letras pela instituição constituíam 17% dos professores deste período e 62% destes foram autores, tanto de obra didáticas, quanto de teses e obras ficcionais.

- **Uma identidade social em formação**

O que significou essa efervescência produtiva e criativa, o ser professor, o ser autor e o ser professor/autor?

As conclusões do estudo apontam que no conjunto dos dispositivos e práticas que permitiram a configuração de uma identidade socioprofissional docente, o papel representado pelos professores secundários foi fundamental. Pertencentes ao grupo de intelectuais que escreviam livros e outros textos em periódicos, foram aos poucos formando um grupo específico de letrados que se dedicavam ao ensino nas principais instituições educacionais públicas e particulares do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Dentre as reflexões históricas que podem ser levantadas sobre o papel do livro didático e suas transformações, toma relevância a prática social dos professores da escola secundária então em formação: o status de autoria confere a estes professores a condição de sujeitos, construtores ativos dos conteúdos curriculares e das formas de ensinar; construtores de seus fazeres e de sua história.

---

[1] Professora da faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

[2] Trata-se das conclusões parciais de investigação em andamento O nascimento de uma pedagogia: os professores/autores de livros didáticos da escola secundária brasileira (1860-1900), que tem apoio financeiro e de Bolsas de Iniciação Científica da FAPERJ e da PROPP/UFF.

[3] NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 271.

[4] Foram utilizadas diversas fontes primárias e secundárias: documentos escolares, registros das secretarias das escolas, atas de reuniões, anuários, periódicos e impressos, atos e publicações dos órgãos da administração escolar, além de livros didáticos, biografias, enciclopédias.

[5] CERUTTI, Simona. "A construção das categorias sociais". In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, pp. 233-242, p. 204.

[6] CERUTTI, 1998, op. cit., p. 241.

[7] Desde 1861, com suas *Lições*, Joaquim Manuel de Macedo introduz seu método de ensino nos textos produzidos para o ensino.(Ver *Lições de História do Brasil* para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo por Joaquim Manoel de Macedo. Professor de Chorographia e Historia do Brasil no mesmo collegio. Rio de Janeiro. Em casa de Domingos José Gomes Brandão, 1863. 300 p. in-8º. Ao fim de cada lição, um quadro sinótico (Personagens e corporações, atributos, feitos e acontecimentos, datas), apresentado em folha dupla, dobrada).

[8] Como exemplo, citamos os professores de história Joaquim Manuel de Macedo e João Ribeiro, que produziram compêndios para as escolas primárias e para os alunos do Colégio Pedro II, principal instituição secundária da Corte e depois capital da República. Tais livros, com várias reedições, foram também adotados em outras províncias brasileiras por vários anos (MACEDO, Joaquim Manuel de. 1861. *Lições de Historia do Brazil* para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: Typ Imparcial, de J. M. N. Garcia, 143 p.; _____. *Lições de Historia do Brazil.* Para uso das escolas de instrução primaria. Edição revista e atualizada de 1914 1té 1922 pelo Professor Rocha Pombo. Rio de Janeiro; Paris: Livraria Garnier. 545 p. RIBEIRO, João. *Historia do Brasil.* Adaptada ao ensino primario e secundario por João Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho de Jacintho Ribeiro dos Santos, Editor. 314 p.in-8º, 1900; cf GASPARELLO, 2004, op. cit.

[9] Até a República, quando passou a chamar-se Ginásio Nacional, o nome oficial da instituição era Colégio de Pedro II. Somente na década de 1920 retornou ao antigo nome, sem a partícula "de", que mantém até hoje.

[10] O título de Bacharel em Letras dava direito ao ingresso nos cursos superiores sem exigência de exame. Inicialmente tal *privilégio* (como era considerado) era exclusivo dos alunos aprovados após os sete anos do curso secundário do Colégio de Pedro II, mais tarde estendido a outros estabelecimentos e liceus provinciais *equiparados* ao Colégio (cf em Haidar, 1972; Gasparello, 2004).

[11] Reforma Rocha Vaz, tornada lei pelo Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.

[12] Os auxiliares do ensino eram os preparadores e os repetidores. Nomeados pelo Diretor do estabelecimento, eram indicados pelos professores catedráticos. Os repetidores, em número de três no estabelecimento, deveriam ser bacharéis, para repetirem as aulas de Línguas, Matemática, Física, Química e História Natural. (Regimento Interno do Colégio de 1926).

[13] As provas práticas eram nas cadeiras: Física e Química e História Natural; Matemática; Geografia; Línguas vivas estrangeiras; Português e Latim.

[14] A expressão "curso completo de humanidades" significava "o conjunto de estudos demonstrado pelos exames finais das matérias obrigatórias do curso do Colégio Pedro II, até o 5.º ano, excluído o desenho" (Regimento Interno, 1926, p. 72).

[15] Ver atas da Congregação no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

[16] Os professores do Colégio Pedro II que mais escreveram foram os das *cadeiras* de História, Geografia e Corografia do Brasil (sendo estas relacionadas e por vezes lecionadas conjuntamente) – traço da importância do estudo de humanidades.

[17] Discursos, conferências, etc

GUERRAS E PAZ: OS NACIONALISMOS NA MÚSICA ERUDITA (M. DE ANDRADE, 1914-1945)

Arnaldo Daraya Contier – USP/Mackenzie

I

Música, modernidade e totalitarismo: os anos 20 e 30

O surgimento de movimentos de vanguarda durante os anos 10 e 20 futurismo, expressionismo, dadaísmo, cubismo, surrealismo(1) – e do emprego de novos recursos técnicos e expressivos pelos compositores(politonalidade, serialismo, dodecafonismo, polirritmia, ruidismos, entre outros) foram considerados como sinais da decadência da arte pelos críticos, historiadores, artistas, ideólogos dos novos regimes que se instauraram na Itália(fascismo, 1924), na Alemanha (nazismo, 1933-45) e na União Soviética(a partir de 1917).

A questão nacional, introduzida no campo da música a partir da Revolução Francesa de 1789, consolidou-se, em especial, com o romantismo durante o século XIX: "... el interes nuevo que mostraron los románticos por la expresión de los hombres primitivos, por el canto popular y por la poesia ligada a los sentimientos nacionales Del pueblo, atrajo la atención sobre los elementos del lenguaje poético que poseían um origen musical. De aqui se deriva que la musica espetáculo predominantemente hedonista, si bien ligado a afectos, sentimientos y emociones, se transforme, según la concepción romântica, en celebración mítica provista de elementos religiosos y místicos"(2).O nacionalismo, o irracionalismo, o individualismo foram retomados pelos simpatizantes do totalitarismo como uma espécie de contradiscurso para combater a arte moderna ou "degenerada", aflorada nos anos 10 e 20 em Milão, Berlim, Paris, Zurique, entre outros significativos pólos culturais da Europa.

A reação conservadora considerava os ruídos como representações da subversão artístico-estética, política, cultural de um povo e de uma Nação.Por esse motivo, essa facção defendia o primado do sistema tonal(3), da melodia e, paralelamente, desconfiava dos novos códigos utilizados por Erik Satie(“Parade”,1917)(4), Arnold Schoenberg(“Pierrot Lunaire”,1909)(5)Igor Strawinsky(“Sagração da Primavera”,1913)(6).

Mussolini, em 1915, foi considerado pelos nacionalistas e segmentos do sorealianismo como o “... mais fiel intérprete do povo da Itália”(7), devido ‘as suas críticas à noção de indivíduo nas teorias liberal e socialista. Com a tomada do poder, a partir de 1922, os fascistas tornaram-se o símbolo de união de todos os homens conforme o seu “caráter totalitário”, intimamente atrelado à direção e ordenação política da Nação e a todo tipo de pensamento, vontade ou sentimento. Para Giovanni Gentile- “teórico do movimento fascista”- o Estado Totalitário ou “in fieri” representava os interesses das camadas populares, sendo considerado , portanto, essencialmente “democrático”(8)Esse Estado, também chamado de corporativo, baseava-se em sua função educativa, cívica e moralizadora junto a todos os sindicatos. Estes deveriam integrar-se harmoniosamente em corporações submetidas a uma rígida disciplina imposta pelo Estado. Mussolini repelia o conceito marxista de luta de classes, substituindo-o pelo ideal mazziniano(9) de harmonia social.

Por essa razão, a música foi sendo definida pelos fascistas como a representação da “unidade nacional”, assumindo, inclusive, um papel de “...altíssima missão humanitária e política(10). A defesa do Estado Nacional e Totalitário significava apoiar-se na harmonia tradicional(11) a fim de criar um elo de fusão entre a “tradição” e a “modernidade”. Em síntese, objetivava utilizar a música como um meio de propaganda do novo regime e, conseqüentemente, elaborar uma “teoria” sobre a arte fascista. Apesar da presença dos futuristas junto às instituições fascistas, Mussolini, durante os anos 20 e, em especial, a partir da década de 30, optou pela música nacionalista de colorações românticas, místicas

e irracionais.O caudilho italiano tomou uma série de medidas político-culturais para concretizar o seu projeto sobre a música: la.) instituiu um concurso oficial visando premiar obras para serem representadas(óperas, corais); 2ª.) criou o Dopolavoro; 3ª.) uniformizou a legislação sobre os direitos autorais ; 4ª.) valorizou e oficializou o ensino do canto orfeônico nas escolas primárias e secundárias;5ª.) mediante um decreto, qualificou os compositores românticos do século XIX- Donizzetti e Bellini- como os mais genuínos representantes da "raça italiana"; 6ª.) apoiou a iniciativa do Liceu Pesarese na criação da primeira Universidade de Música na Itália e da fundação de uma Academia, que recebeu o nome de Rossini. Em contrapartida, a imprensa fascista, através de inúmeros artigos, procurou criar a imagem de Mussolini como um fervoroso amante da arte musical: "... questo aspetto íntimo, personalíssimo diremmo nascosto, della gigantesca e poliédrica figura de Benito Mussolini , era ignoto ai più.Quando, uno dei primi giorni dopo el suo épico ingreso a Roma, dalle finestre Del palazzo di via Rasella, si diffuse la voce trepida e sonora Del suo violino , la cosa sorprese e maraviglia – Questúomo, se dice, fa tutto, as tutte; conosce anche la musica e i segreti d´un non facile strumento..."(12).Fundamentalmente, a música representava, no âmbito desse imaginário fascista, a harmonia da criação, um acorde divino a ser decodificado no mundo inteiro.

Sob a República de Weimar(Alemanha, 1919-33) desenvolveram-se experiências significativas nos campos das artes(A. Schoenberg, H. Eisler, Kurt Weill, Bertolt Brecht, Thomas Mann, P. Hindemith, Alfredo Döblin) e na política(Liga Spartakus, SPD, KAPD). Em comparação com o cinema, os concertos destinavam-se basicamente ao consumo de uma elite intelectual. As instituições oficiais financiavam cinqüenta salas aproximadamente, nas mais diversas cidades(13). No entanto, as experiências mais radicais no âmbito da linguagem musical eram patrocinadas por organizações independentess. Em Berlim, Arnold Schoenberg, contratado pelo Conservatório, empreendeu uma revolução do material musical, introduzindo novos meios de expressão.

O autor de Pierrot Lunaire(encenada na Ópera de Colônia, em 1922) fundamentou os seus pressupostos teóricos partindo de uma análise rigorosa das principais obras escritas por Richard Wagner e Johannes Brahms. A. Schoenberg elaborou o princípio da tonalidade indeterminada e livre, opondo-se, assim, à tonalidade principal como o centro de uma determinada composição(14).

Em 1922, A. Schoenberg desenvolveu o seu novo método baseando-se no sistema de doze sons(escala cromática). Em suas peças escritas durante os anos 20, Schoenberg privilegiou o inconsciente como o ponto nodal de sua concepção estética: escrever música implicava "obedecer" a uma "necessidade interior" ditada por impulsos captados intuitivamente"... l´ardente exigence de ´vérité que Schoenberg formule pour son art s´accompagne d´une auto-stylisation que prend des allures missionaires..."(15).

Berlim, de 1919 a 25, foi o palco onde se desenrolaram os mais intensos conflitos político-sociais envolvendo diversas facções de direita e de esquerda"... a vida era particularmente difícil para as famílias modestas e pobres. Era a cidade mais cara da Alemanha pelo fato de receber a visita de estrangeiros. Cada desvalorização do marco repercutia imediatamente nos preços dos produtos comercializados.De janeiro a novembro de 1923 , os preços mudavam de um dia para outro, até de uma hora para outra. Um produto vendido por mil marcos valia dez mil muito pouco tempo depois. As lojas haviam chegado a formar equipes especiais cujo único trabalho era mudar as etiquetas das mercadorias expostas"(16).Eisler, simpatizante do marxismo-leninismo, aproximou-se de KAPD(I7) engajando-se em alguns movimentos populares. De origem humilde, para se manter em Berlim, o compositor ensinava música para operários junto à Associação para a cultura musical popular. Em 1925, fortemente influenciado pela concepção sobre a função social da música, Eisler passou a se opor, com tenacidade, à noção de "arte pela arte" defendida pelos simpatizantes do formalismo. Para esse compositor, a técnica musical não deveria fechar-se em torno de si mesma, mas servir à

difusão de idéias libertárias.Paradoxalmente, nesta fase de sua carreira, ainda não era capaz de aplicar esse imaginário político ao campo da prática musical, propriamente dita.

. Com a retirada dos capitais privados alemães, a Alemanha encontrava-se de novo diante de um sistema financeiro paralisado, e logo diante de uma economia completamente transformada(...).Em Berlim, 4.000 pessoas dormem regularmente nos abrigos noturnos. Os assaltantes se multiplicam. A criminalidade aumenta..."(18) Sob o impacto dessa nova situação política, H.Eisler defende a utilização do coral proletário como uma estratégia de agitação política e propaganda do marxismo-leninismo. Escreve, por exemplo, os Cantos de Combate , baseando-se em temas inspirados no "crack" da Bolsa de Nova Iorque de 1929.

Os ideólogos nazistas recuperaram a música românticaa ou pós-romântica(Richard Wagner, Richard Strauss) como a representação de bem-estar social de um povo:"...l`idéologie de l´harmonie scientifique va ainsi s ´imposer comme masque d´une organisation hierarchisée où les dissonances (les conflits et les luttes) sont interdits , `a moins marginales et de mettre em valeur la qualité de l ´ordre ..."(19).

A doutrina do totalitarismo alemão temia o imprevisível, o indeterminado, a dúvida, a incerteza:"... a propaganda totalitária aperfeiçoou o cientificismo ideológico e a técnica de afirmações proféticas a um ponto antes ignorado de eficiência metódica e absurdo de conteúdo porque, do ponto de vista demagógico , a melhor maneira de evitar a discussão é tornar o argumento independente de verificação no presente e afirmar que só o futuro lhe revelará os méritos..."(20)

Modernismo nacionalista e a noção de contemporaneidade no Brasil(1930-45}

1. O Grupo Música Viva e o nacionalismo modernista(Mário de Andrade e Heitor Villa-Lobos)

O Grupo Música Viva é constituído, em 1938, principal pólo aglutinador de compositores, críticos, historiadores da cidade do Rio de Janeiro.Através de artigos publicados pela Revista Música Viva, esse movimento visava divulgar obras de compositores contemporâneos, em especial, de "jovens" autores brasileiros, além de peças, ainda inéditas de compositores do passado(Haendel, Bach, Haydn, Mozart).

Nessa fase, o Grupo Música Viva enfatizava discussões sobre estética e técnica de composição, "silenciando" temas políticos num momento histórico dominado pelo autoritarismo do governo de Getúlio Vargas"...o regime instaurado após o Golpe de 1937 teve características próprias e não deve ser definido como nazi-fascista..."(mas, apresentou)"...premissas comuns que se evidenciaram nas concepções dos ideólogos desses regimes e os do Estado Novo brasileiro. Francisco Campos, ao apregoar o fim do liberalismo e da democracia, anunciou a entrada das massas no cenário político. Embora se referisse a elas positivamente, sempre ressaltou seu papel subordinado.O regime político das massas, esclarece o autor, é o da ditadura"(22). Sob o ponto de vista da criação musical, o ambiente artístico era dominado pelo nacionalismo modernista. Esse projeto hegemônico representava a única proposta considerada verdadeira para se escrever música no Brasil, apoiando-se, em linhas gerais nas propostas de Mário de Andrade e nas peças musicais escritas por H. Villa-Lobos, Lorenzo Fernandez, Francisco Mignone, Brasílio Itiberê, Camargo Guarnieri, entre outros.

Entretanto, a música de vanguarda era refutada pela maioria dos críticos e dos compositores brasileiros no período entre-guerras. O Estado Novo através de seus ideólogos nunca censuraram a música modernista de matizes nacionalistas e dominante no Brasil durante esse período e, nunca se preocuparam com a possível chegada ao Brasil de novos tipos de experiências estéticas trazidos pelo Grupo Música Nova. musical no sentido absoluto da expressão é pura ilusão"(23)

A partir do Golpe de 1937, paradoxalmente, o nacionalismo musical foi defendido consoante alguns matizes por alguns intelectuais brasileiros ligados as mais diversas tendências políticas: Plínio Salgado(integralista), Mario de Andrade("marxista"), Azevedo Amaral, Álvaro Salgado(estadonovistas), entre outros. Logo, o ecletismo estético proposto como uma nova bandeira pelo movimento Música Viva foi, em sua essência, uma opção ideológico-política implícita, nunca concretizada, neste momento histórico, através de criações de alto teor estético-vanguardista pelos seus simpatizantes: Koelrreutter, Guerra Peixe ou Cláudio Santoro Paradoxalmente esse momento histórico , momento de "paz" entre as duas guerras mundiais- foi dominado pelos mais diversos tipos de nacionalismos na música erudita , aproximando-se dos projetos políticos de Hitler, Stalin, Mussolini e Getúlio Vargas...Na música esse período de "paz" foi marcado nesses países por "guerras" desencadeadas pelos compositores, críticos nacionalistas totalmente contrários "as vanguardas consideradas "estéreis" e totalmente divorciadas dos anseios das massas...

NOTAS

(I)De fato, muitíssimos movimentos se afirmaram por meio desses documentos: fusões de forma e conteúdo". Cf. BRADBURY, Malcom & J. Mc Farlane."Movimentos, revistas e manifestos".Modernismo-Guia. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 162-3
(2) FUBINI, Enrico. La estetica musical desde la Antiguedad hasta el siglo XX.Madrid, Alianza Editorial, 1988,pp.255-6.
(3): SCHOENBERG, Arnold.Tratado de armonía.Madrid, Real Musical, 1979, pp.16-7.
(4) SATIE, Erik. Parade, ballet realiste en tableau,1917.Utiliza alguns ruídos(sirene, máquina de escrever, chicote chinês)
(5) Pierrot Lunaire(1912) apresenta características particulares mediante a utilização as técnica do Sprechgesang(canto falado), acentos de humor ou sarcasmo, e pela recuperação de certos módulos construtivos, em especial formas contrapontísticas rigorosas
(6) Le Sacre du Printemps, ballet em 2 quadros, 1913.Apresentado pela primeira vez no teatro Champs Élysées.
(7) GENTiLE, Giovanni."Orígenes y doctrina Del fascismo-1927". In: CASSIGOLI, Armando.Antología Del fascismo italiano.México, UNAM. 1976,p.200.
(8) Id.,p.210.
(9) Vide: GRAMSCI, Antonio. El "Risorgimento".Buenos Aires, Granica, 1974.
(10)RENSIS, Rafaello."Mussolini: Musicista". In: Mussolinea. Mantova, anno V, fasc.25.Ed. Paladino Periodiche, p.32.
(11)V. ATTALI, Jacques. Bruits: essai sur l ´économie politique de la musiqueParis, PUF,1977.
(12)RENSIS,R. op.cit.p.21.
(13)RICHARD, Lionel. A República de Weimar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

(l4)"...las leys naturales no conocen excepciones: las leys artísticas se componen ante todo de excepciones". In: SCHOENBERG,A..Tratado de armonía, op. Cit.p.5.
(15)BETZ, Albrecht.Musique et politique.Hanns Eisler.Paris, Le Sycomore, 1982p.21.
(16) RICHARD, Lionel, op. Cit.,p.95.
(17)KAPD: Partido Comunista Operário da Alemanha, fundado em Berlim nos inícios de maio de 1920.
(18)RICHARD, Lionel.op. cit. P.112.
(19)ATTALI, Jacques, op. cit. 124.
(20) ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo..São Paulo, Companhia das Letras,1989,p.395.
(21)A inexistência de um movimento modernista e de vanguarda nos Estados Unidos durante o período entre guerras, levou muitos dos compositores que emigraram da Alemanha nazista a abraçar projetos musicais menos radicais como escrever trilhas sonoras para os estúdios de Hollywood ou musicais para peças encenadas na Broadway(K.Weill,Korngold)
(22) CAPELATO, Maria Helena.Os arautos do liberalismo. São Paulo, Brasiliense,1989,p.226.
(23) MURICY,Andrade."Pelo mundo da música.O nacionalismo na música brasileira"In: Folhetim do Jornal do Commercio .Rio de Janeiro, 29 mar. 1932.

HISTÓRIA E DESTINO: A *FRONTIER THESIS* DE FREDERICK JACKSON TURNER (1861-1932)

Arthur Lima de Avila[1]- PPG-UFRGS

O historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1861-1932) é considerado o grande fundador da historiografia moderna naquele país. Escrevendo entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, ele rompeu com os parâmetros da história política vigente até então, que enfatizava os feitos dos grandes heróis da nação e a condição genética da democracia estadunidense[2] – herdada dos antigos bárbaros da Germânia-, e inaugurou a era, segundo suas próprias palavras, da investigação social.[3] Não só isso, mas também construiu uma teoria que visava explicar os Estados Unidos em seus próprios termos, rompendo com os laços historiográficos que o prendiam à velha Europa, e fornecendo uma explicação essencialmente nacionalista da história americana. Conhecida como *frontier thesis*, esta se tornou a doutrina oficial da academia norte-americana durante toda a primeira metade do século XX.

Segundo a teoria de Turner, a existência de uma área de terras livres, seu contínuo recuo e o avanço dos assentamentos norte-americanos a Oeste explicavam o desenvolvimento dos Estados Unidos. Mas, para além desta explicação simplista da História dos EUA, o ponto culminante do trabalho do autor é sua conceitualização do objeto "fronteira" (também utilizado como sinônimo de Oeste): o espaço fronteiriço seria o encontro entre a barbárie e a civilização, entre o índio selvagem e o colono europeu - em qualquer lugar do continente. A fronteira seria, antes de tudo, um processo. Ali se verificaria a repetição de todo o processo evolutivo das sociedades humanas, iniciando com aquele breve *meeting* e culminando com a instalação de um sistema político, social e econômico nos moldes daquele existente nos Estados Unidos em fins do séc. XIX. Além disso, a fronteira seria o espaço onde se verificaria a verdadeira "americanização" do colono. Da mistura de todas as raças (brancas, diga-se de passagem) surgiria a raça americana, dando

início ao famoso *melting pot*. Da peculiaridade da fronteira surgiriam as instituições do país, que se moldariam a cada sucessiva etapa da expansão ocidental. As suas rudes condições, geradoras de igualdade de oportunidades, seriam responsáveis pelo aprimoramento da democracia norte-americana. Dentro desta visão o fronteiriço era, acima de tudo, um amante da liberdade, um desbravador, um democrata, um empreendedor: era o homem americano por excelência. O pioneiro, seja ele em sua versão primitiva como caçador de peles, seja como o *cowboy* do século XIX, era um modelo tipicamente americano, gerado e adaptado às condições do país.

Além disso, as terras livres seriam uma espécie de "válvula de escape" para as tensões sociais do Leste. Sempre que o ambiente social das grandes cidades orientais estivesse perto de uma convulsão, os descontentes poderiam migrar para as terras do Oeste. Dentro desta perspectiva, a existência de terras livres era fundamental para a existência das instituições democráticas norte-americanas. Em 1890, entretanto, a fronteira tinha chegado ao fim. De acordo com o Censo Nacional, as terras livres estavam todas ocupadas, do Atlântico ao Pacífico.[4]

Podemos então, a partir da breve exposição acima, traçar os pontos básicos da narrativa turneriana. Tratava-se então, de explicar a fronteira, de dar um significado àquilo que separava a América de outros países. Esta é a base de sua história: a construção de uma explicação para os Estados Unidos e de uma identidade para este país. Se um dia todos os americanos (brancos) foram homens da fronteira, então todos possuíam a mesma experiência – todos eram iguais. Todos podiam reclamar a herança fronteiriça para si. No modelo turneriano, os Estados Unidos surgem como uma entidade una, unida pelo mesmo passado fronteiriço. A antiga colcha-de-retalhos regionais que era o país dá lugar a uma identidade única e compartilhada por todos os seus habitantes, americanos ou não. Um dos pontos mais interessantes (e instigantes) da produção de Turner é a virtual ausência de conflitos, com exceção das *Indian Wars.* A Guerra Civil é praticamente ignorada e os violentos conflitos entre capital e trabalho são desprezados pelo historiador. A expansão a Oeste se dá de maneira quase harmoniosa e é a narrativa de um povo conquistador e unido

pelo sucesso deste empreendimento. Não só isso, mas ao ligar o destino da nação à existência de 'terras livres' disponíveis para a ocupação, Turner fornece a *rationale* necessária para o embasamento das ações imperialistas norte-americanas no Pacífico e no Caribe. Se seguirmos seu raciocínio, podemos interpretar o expansionismo em termos que não o de simples subjugação ou conquista, como os imperialismos inglês e espanhol, mas sim como um resultado lógico das 'energias' inerentes ao povo americano – como a realização plena do Destino Manifesto.

O apelo político de tais postulados é evidente. Ainda que Turner não fosse um ideólogo, ou mesmo um militante, dos dois partidos dominantes da vida política norte-americana, seus escritos tornaram-se, segundo Richard Slotkin, a base historiográfica legitimadora de suas políticas externas.[5] O presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909) elogiou publicamente o historiador e usou de suas premissas para justificar a expansão dos Estados Unidos em direção à Ásia e ao Caribe, e o presidente democrata Woodrow Wilson (1913-1920) declarou que todas as suas idéias sobre expansão originaram-se das leituras dos artigos de Turner e das conversas que ambos mantiveram quando eram colegas na Universidade Johns Hopkins.[6] Mais de três décadas após a morte de Turner, John Kennedy o citou nominalmente ao lançar seu programa político 'Nova Fronteira', em que postulava a abertura de novas fronteiras e novas oportunidades para o povo americano, assim como seus antepassados haviam feito séculos antes.[7] Não só presidentes, mas também empresários e políticos menores também se remeteram a Turner na tentativa de defender seus pontos de vista, que incluíam posições muitas vezes antagônicas, como a defesa do capitalismo *laissez-faire* (transposição das aventuras dos pioneiros para o campo econômico) ou a intervenção firme do Estado na economia (conseqüência natural do fim da 'válvula-de-escape').[8]

Na academia a domínio de Turner também foi premente. A partir de seus postos como professor na Universidade Estadual do Wisconsin, em Madison, e em Harvard, o historiador treinou boa parte dos mais importantes historiadores norte-americanos do século XX, e estabeleceu o modelo de profissionalização da disciplina. Em uma época em que os

historiadores profissionais não passavam de uma centena, a influência de Turner foi decisiva para a criação dos métodos e parâmetros pelos quais a história podia reivindicar o status de ciência. Basta apenas dizer que universidades como Harvard (antes de sua contratação), Yale e Stanford copiaram o modelo de organização departamental criado por Turner quando este era professor em Madison.[9] A poderosa Associação Americana de História também foi, durante a primeira metade do século XX, controlada por seus pupilos intelectuais.[10] Ainda que sua *frontier thesis* tenha tido sua influência diminuída enquanto uma explicação global para história norte-americana a partir da década de 60, seu poder no não-desprezível campo da *Western History* foi sentido até, pelo menos, o fim da década de 80.[11]

O sucesso da *frontier thesis* pode ser explicado a partir da construção de uma identidade nacional crível para os Estados Unidos da América. Frederick Turner criou um modelo explicativo que enfatizava a excepcionalidade americana diante dos outros países do mundo, justificava o Destino Manifesto e cientificizava aquilo que os norte-americanos já consideravam como sendo seu mito de origem nacional, o chamado 'Mito da Fronteira'. Dito de outra maneira, Turner dá o significado àquilo que os americanos já haviam expressado na literatura, através de autores como James Fenimore Cooper, e na cultura popular, através das *dime novels*[12] e dos inúmeros relatos publicados sobre as aventuras dos pioneiros no Oeste. O que Turner faz, e aqui cito Henry Nash Smith, é corroborar estas histórias como os foros da nascente ciência histórica, enquadrando-as nos cânones aceitos para o exercício da profissão.[13] Ao explicá-las a partir de categorias analíticas sólidas, Turner constrói a versão cientifica do Mito ou, para usar a expressão de Donald Worster, 'o mito historiográfico' de origem da nação americana.[14] Mais do que isso, ele reconcilia o passado agrário e 'europeu' da América com o seu presente industrial e 'cosmopolita'. A fronteira física havia se transmutado em novas fronteiras econômicas, cujos desbravadores eram descendentes espirituais dos pioneiros de outrora, e o Pacífico e o Caribe ofereciam oportunidades para todos aqueles sequiosos de repetir as façanhas de seus antepassados. Ademais, o espírito fronteiriço estaria sempre presente na psique nacional, fornecendo a

orientação em tempos de crise. A *frontier thesis* fornece, portanto, uma versão naturalizada da expansão norte-americana em uma explicação essencialmente teleológica. O fim da história já estava dado: a ascensão dos Estados Unidos enquanto uma potência industrial e imperialista. Neste aspecto, ela é uma teoria exclusivista e excludente, cujo resultado mais significativo foi a criação de uma narrativa nacionalista que confirmava a vocação imperial da América. A *frontier thesis* confirma cientificamente o Destino Manifesto e suas conseqüência prática foi a criação de um Estados Unidos historiográfico onde 'história' e 'destino' podem ser entendidos como sinônimos.

Por estas razões, optei por tratar da obra de Turner em um campo específico da disciplina: a historiografia. Trata-se de analisar a escrita da história, desnaturalizando algo que durante muito tempo foi considerado tabu. Passa-se a avaliar o papel desempenhado pelos historiadores na construção de seus textos, constatando os meandros da operação historiográfica[15] e as diversas subjetividades envolvidas neste ato. Dentro desta perspectiva, a história não é mais algo dado. O historiador passa a ser agente efetivo da criação das obras historiográficas, juntamente com as instituições em que está enquadrado e os contextos onde está inserido. Sobre isto, afirma Manoel Salgado: "*a historiografia como área específica de conhecimento e pesquisa no interior da disciplina histórica, poderá contribuir para um esforço de repensar a historicidade de nossa disciplina. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória acerca desta mesma escrita*".[16]

Somente com os conceitos apreendidos desta área específica é que a *frontier thesis* pode ser desvelada e desnaturalizada, reencontrando sua historicidade como objeto. Pois, tendo sido ela bem bem-sucedida como explicação 'oficial' dos Estados Unidos, cabe ao historiador buscar os caminhos pelos quais isto se deu. Seu sucesso, sabemos, não estava dado *a priori*, tendo sido o resultado de uma série de operações que procederam em alçá-la a tal posição. Isto não significa que ela tenha sido a única explicação possível para a América de então. Foi graças a um tipo específico de escrita, enquadrado em uma conjuntura que lhe permitiu tal configuração, que Turner conseguiu tal façanha. O resgate

deste percurso é, então, imperativo para seu devido entendimento. A historiografia nos permite, portanto, recuperar as lutas travadas na sociedade para dar significado ao mundo, reconhecendo a historicidade do ato de escrita da história e proporcionando a devida reflexão sobre os limites da profissão. Ao permitir este avanço, ela possibilita a desmistificação de determinadas construções, inscrevendo-as em um tempo e um lugar específicos. Como nos diz Manoel Salgado, uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece como uma decorrência natural. O resgate de tal percurso e do drama humano inerente a ele, é, enfim, a função daqueles que se aventuram em tais mares. Uma empreitada deveras complicada, mas que vale a pena o risco.

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Cezar Guazzelli. Trabalho realizado com o auxílio do CNPq.

[2] MOURA, Gerson. *História de uma História*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 17-19.

[3] TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of History.* In: FARAGHER, John Mack (org.). *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven: Yale University Press, 1998. p. 18.

[4] Caracterização teórica baseada em seus três principais artigos, *"The Significance of the Frontier in American History"* (1893), *"The Problem of the West"* (1896) e *"Contributions of the West to American Democracy"* (1903). Todos podem ser encontrados na seguinte coletânea: TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American Democracy*. New York: Dove, 1996.

[5] SLOTKIN, Richard. *The Gunfighter Nation*. Norman: Oklahoma University Press, 1993. p.

[6] FARAGHER, John Mack. *Introduction*. In: op. cit. p. 8

[7] CARAPENTER, Ronald H. *The Eloquence of Frederick Jackson Turner*. San Marino: Huntington, 1983. p. 70-71

[8] HOFSTADTER, Richard. *The Progressive Historians*. New York: Knopf, 1968. p.

[9] NASH, Gerald D. *Creating the West*. Albuquerque: New Mexico University Press, 1992. p. 4

[10] BILLINGTON, Ray Allen. *The Genesis of the Frontier Thesis*. San Marino: Huntington, 1968. p. 3-4.

[11] FARAGHER, John Mack. *The Frontier Trail: Rethinking Turner and Reimagining the American West*. In: American Historical Review n. 68, p.106-119. New York: February, 1993.

[12] Pequenas novelas que apresentavam histórias sobre os heróis do Oeste, reais ou imaginários.

[13] SMITH, Henry Nash. *Virgin Land*. Cambridge: Harvard University Press, 1970. p. 250-260.

[14] WORSTER, Donald. *Beyond the Agrarian Myth*. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER, Clyde A. & RANKIN, Charles. *Trails: Towards a New Western History*. Lawrence: Kansas University Press, 1991. p. 3-26.

[15] DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 66-67.

[16] GUIMARÃES, Manoel Salgado. *A Cultura História Oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar.* In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa.* Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 13.

Vanguardas brasileiras e ditadura militar: o conceitualismo na obra de Carlos Zílio e Cildo Meireles

Artur Freitas[1] - PPG-UFPR

Não faz muito tempo, e a história da arte de vanguarda no Brasil era um domínio exclusivo da crítica de arte. Nos últimos anos, no entanto, o conhecimento historiográfico parece vir percebendo aí um notável campo de investigações das relações entre arte e cultura. Não apenas a arte como um documento que ilustra aspectos da vida social – como até então exclusivamente se fazia –, mas a arte como uma forma de discurso que tanto participa dos grandes debates culturais quanto os amplifica na medida em que expande o repertório de nossas próprias linguagens. A arte de vanguarda, nesses termos, é uma arte de transformação, uma forma de contestação estética e ideológica do *status quo*, a encarnação cultural da idéia de progresso: é, por assim dizer, o motor do moderno.

Num país como o Brasil, entretanto, em que os temas da adversidade, do subdesenvolvimento e da dependência são uma constante, não estranha que a questão da vanguarda cultural entre em choque com a precariedade de nossos projetos modernizadores. Se nos anos 1950, com a bossa-nova, o concretismo e Brasília, havia uma cumplicidade e mesmo um otimismo na relação entre a arte e o desenvolvimento do país, já nos anos 1960, por outro lado, com o agravamento progressivo do quadro brasileiro de instabilidade político-social, há uma fratura evidente nesta relação – um rompimento que leva à politização generalizada do campo da arte. Depois do golpe militar de 1964, claro, a situação se agrava ainda mais. Artistas e intelectuais das mais diversas vertentes radicalizam o estatuto político de suas obras, enfatizando sobretudo os aspectos do autoritarismo, do subdesenvolvimento e da antropofagia cultural.

Nesse caminho, e conforme já se consagrou na historiografia do período, surgem aqui duas grandes linhas de força: o nacional-popular e a vanguarda – sendo que ambas atravessariam as mais diversas formas de arte. Com o nacional-popular, a produção

artística é vista *grosso modo* como uma forma possível de conscientização política do "povo" frente a alguma idéia positiva de nação – e aí se inscreve toda a tradição oriunda dos extintos Centros Populares de Cultura. E com a atividade de vanguarda, por outro lado, muito embora lhe coubesse a acusação de "formalista" ou "alienada", a idéia de arte igualmente se politiza por esses anos – como nos casos do cinema novo ou do tropicalismo –, ainda que essa "politização" esteja fundada antes na radicalização da linguagem do que propriamente na transparência do didatismo ideológico.

Assim, considerado o contexto de um governo repressivo, certamente não espanta que o engajamento político se constitua na leitura dominante da produção artística dos anos 1960, mas não deixa de ser um fenômeno histórico notável, no caso brasileiro, que inclusive as vanguardas se deixem conduzir por este viés[2]. No caso específico das artes visuais – que é aqui aquele que diretamente me interessa – a situação tanto estética quanto ideológica possui uma trajetória típica. Do ponto de vista da resistência política, por exemplo, a vanguarda visual tem parte ativa nos debates culturais daquele momento. Entre 1965 e 1967, aliás, a própria noção de uma "vanguarda *nacional*", de uma vanguarda preocupada em manifestar-se publicamente sobre os problemas *da nação*, é um projeto efetivo que se manifesta através de uma série de exposições coletivas ocorridas no Rio e em São Paulo. Do ponto de vista estético, tanto a retomada das principais idéias das vanguardas históricas européias quanto o contato sobretudo com a *pop art* em nível internacional fazem da contestação às categorias tradicionais da pintura e da escultura o principal eixo poético da arte de vanguarda. O experimentalismo radical das linguagens visuais formaliza-se na noção de "objeto" – uma espécie de síntese das preocupações plásticas dos anos 1960, um meio termo híbrido entre pintura e escultura.

Entretanto, muito embora a vanguarda nas artes visuais tenha assumido uma atitude crítica e reflexiva frente aos desmandos do regime militar, cumpre lembrar que a contestação assumiu diversas formas e posturas durante o período, variando, evidentemente, de artista para artista, mas, sobretudo, de contexto para contexto. Ao longo dos mais de vinte anos do período militar no Brasil, as artes visuais reagiram de diversos

modos às diferentes conjunturas. Em que pese, claro, a falta de sutileza das grandes generalizações, não é completamente incoerente destacar três posturas distintas assumidas pelas vanguardas durante essas décadas. Num primeiro momento, com auge entre os anos de 1965 e 1967, há a chamada "nova figuração", uma apropriação politizada da irreverência do vocabulário *pop*, onde em lugar da apologia ao consumo despontam as críticas figuradas ao imperialismo, à cultura de massa e ao autoritarismo. Destacam-se nomes como Antonio Dias, Rubens Gerchman e Cláudio Tozzi. Num segundo momento, que coincide com os primeiros anos de vigência do Ato Institucional nº 05, a partir de fins de 1968, desponta o radicalismo das propostas da arte conceitual. O conceitualismo, como prefiro denominá-lo no caso brasileiro, é o eixo que aqui mais me interessa, e voltarei a ele em seguida. E, por fim, já no momento de abertura política de início dos anos 1980, há o fenômeno cultural que ficou conhecido por "geração 80" – um conjunto muito grande de acontecimentos artísticos que marca a revalorização da pintura, o apelo ao hedonismo em detrimento do racionalismo da arte conceitual e – por que não dizer? – o fim da própria idéia de vanguarda.

Entre essas três "posturas" das artes visuais, o conceitualismo, entendido muitas vezes como um vácuo entre as décadas de 1960 e 80, é o que guarda o maior número de problemas de interpretação. Primeiro, porque, nascido em plenos anos de chumbo, é comumente associado à idéia de "fossa cultural", uma espécie de pessimismo generalizado que teria se instaurado no período. Depois porque, embora oriundo de todo o afã libertário e contracultural de maio de 1968, o conceitualismo – enquanto proposta poética – pode surgir como excessivamente hermético e pouco afeito à problemática canônica da identidade nacional, pois pede um leitor minimamente iniciado nos problemas estéticos da arte contemporânea mundializada.

Deste modo, quando, nos anos 1960, em afinidade com as questões estéticas das neovanguardas internacionais, a vanguarda brasileira se coloca o problema do "objeto" na arte, o questionamento evidente da tradição cultural abre caminho para o experimentalismo radical do conceitualismo. A arte conceitual, surgida em sentido estrito nos Estados Unidos na segunda metade da década de 1960, encontra eco tanto nas propostas de artistas

brasileiros mais maduros, como Nelson Leirner, Lygia Clark e Hélio Oiticica, quanto na trajetória de alguns jovens artistas da chamada "geração AI-5", como Cildo Meireles, Carlos Zílio, Artur Barrio, Paulo Bruscky e Antonio Manuel. Curiosamente, se durante o período da "nova figuração" o projeto de uma pretensa "vanguarda nacional" servia para arregimentar os artistas em *grupos*, na "geração AI-5", ao contrário, não houve nenhuma iniciativa coletiva digna de nota, à exceção das exposições paulistas *Prospectiva 74* e *Poéticas Visuais*, ocorridas no MAC.

Em linhas gerais, o conceitualismo é um fenômeno de escala mundial que pode ser compreendido a partir de algumas características: a "desmaterialização" do objeto de arte; a contestação da noção de autoria; a multiplicidade de uma idéia reprodutível; a efemeridade das ações; a negação da obra como fenômeno exclusivamente visual; e, por fim, o combate ao poder de consagração das instituições culturais[3]. Não é à toa, portanto, que a vanguarda conceitual leve a arte para fora dos museus, apele ao *non sense* e escarneça da idéia de beleza. No caso brasileiro, acresça-se a isso o arbítrio repressivo do AI-5, o avanço da cultura de massa e a bonança classe-média do "milagre econômico". E é nessa linha que Frederico Morais, então um conhecido crítico da vanguarda carioca, nomeava o resultado estético-ideológico desse caldo de coisas como "guerrilha cultural" – uma espécie de idéia-síntese que conjugava a experimentação conceitualista com a resistência política subversiva.

Portanto, assim como as ações armadas de resistência ao regime militar se generalizam a partir de 1969, nas artes visuais algumas ações de vanguarda lançam mão de circuitos alternativos tanto para driblar a censura quanto para instaurar um espaço, ainda que efêmero, de existência para a reflexão crítica. Dentro desse campo de problemas, gostaria de destacar brevemente dois projetos artísticos da vanguarda visual brasileira que, no âmago das questões conceitualistas, sintetizaram duas diferentes visões de mundo: a obra *Lute*, de Carlos Zílio, e o *Projeto Coca-Cola*, de Cildo Meireles[4].

Zílio e Cildo, dois artistas cariocas da mesma geração, moravam simultaneamente no Rio de Janeiro em fins dos anos 1960. Quatro anos mais velho, Zílio já participava desde 1966 das grandes exposições da vanguarda nacional, dando ênfase sobretudo às questões do objeto e das novas figurações. Politicamente comprometido, o artista alia, nesses tempos, uma postura de experimentação *ready-made*, no plano estético, com a militância no movimento estudantil. Em 1967, no entanto, Carlos Zílio se impõe o problema do engajamento nas artes visuais numa perspectiva radical: como fazer arte e ainda assim ser ideologicamente conseqüente em termos de militância? Como optar pela arte, mesmo que de vanguarda, e ainda que politizada, num momento que parecia pedir pela ação política efetiva?

De fato, Zílio logo opta pela militância e ainda em 1967 abandona temporariamente a atividade artística. Em 1968, assume a última presidência do Diretório Central de Estudantes para, no ano seguinte, filiar-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Em 1970, baleado em confronto de rua, Zílio é preso por dois anos e meio nos quartéis do exército, onde, curiosamente, retoma a prática artística. Nesse contexto, *Lute* é bastante sintomática, uma vez que, criada em 1967, ela é a última obra do artista antes do abandono da arte em prol da militância.

Carlos Zílio. **Lute (marmita).** 1967. Alumínio, plástico, papel maché. Tiragem: 2 exemplares. 18 x 10,5 x 6 cm. Acervo Vanda Klabin.

Trata-se de uma apropriação *ready-made* – uma marmita simples que, no lugar do alimento, carrega uma máscara em que surge impresso, na altura da boca, o imperativo “lute”. Dentro da categoria “objeto”, essa marmita é em sentido estrito um “múltiplo”, ou seja, um objeto que, tendo sido feito para ser multiplicado, reproduzido, comporta importantes implicações ideológicas. Segundo Zílio, a obra foi concebida para ser multiplicada e distribuída em portas de fábrica, numa atitude literalmente panfletária, de conscientização política das classes trabalhadoras.

Existem aí, contudo, duas questões que apontam para a negatividade e no limite o pessimismo de *Lute* como gesto transformador: de um lado, como se disse, ela é a *última* obra de Zílio naquele contexto, um sintoma portanto da impotência do artista frente ao seu próprio entendimento da função social do artista; e, de outro lado, potencialmente multiplicável como idéia, a obra não chegou de fato a ser abundantemente reproduzida: foram feitas apenas duas versões, sendo que nenhuma delas chegou a ser distribuída.

Como adiantei há pouco, gostaria ainda de comparar essa obra de Zílio com uma outra obra politizada de matriz conceitualista: o conhecido *Projeto Coca-Cola*, de Cildo Meireles. Cildo, assim como Zílio, é um artista experimental que funda sua poética na investigação dos limites políticos da linguagem visual; em sua obra, o espaço simbólico da arte não deixa de problematizar o espaço social das relações de poder. *Projeto Coca-Cola*, de 1970, faz parte por sua vez de uma série mais ampla, as *Inserções em Circuitos Ideológicos*, série em que o artista evidencia a falsa neutralidade ideológica dos circuitos sociais de circulação de idéias e mercadorias no sistema capitalista.

Cildo Meireles. **Inserções em circuitos ideológicos – projeto Coca-Cola.** 1970. Garrafas de Coca-Cola, texto impresso. Amostras ilimitadas. Coleção Nem Museum of Contemporary Art, Nova York.

Projeto Coca-Cola, na realidade, mais do que uma obra no sentido tradicional, é uma operação, um gesto contraventor que consiste em apropriar-se do casco vazio de Coca-Cola para, depois de inserir-lhe mensagens subversivas como “Yankees, go home!”, por exemplo, devolvê-lo à circulação normal. Assim, numa época em que as garrafas de vidro eram sempre reaproveitadas pela indústria através da devolução dos cascos, Cildo, apoiado pelo anonimato da operação, instaura um procedimento de análise crítica tanto da noção tradicional de obra de arte quanto do próprio sistema capitalista. Desse modo, a politização do gesto conceitual de Cildo não é propriamente um *tema* a ser tratado de modo passivo, mas um princípio formativo que inclusive estrutura sua própria poética. Como em *Lute*, de

Zílio, o *Projeto Coca-Cola* também dialoga com a noção duchampiana de *ready-made*, claro, pois há igualmente aqui o gesto de apropriação de um produto pré-fabricado, industrial. A diferença fundamental é que, no projeto de Cildo, o próprio circuito ideológico é apropriado, uma vez que é nele – e em sua lógica – que a proposta se fundamenta.

Como vimos, em Carlos Zílio prevalece, numa certa altura, uma concepção apocalíptica da cultura como gesto transformador, um absoluto descrédito no poder de intervenção dos debates culturais no espaço público brasileiro – aí incluída a própria arte. Zílio nos próximos anos fundamenta sua prática política na militância estrita, chegando inclusive à ação armada, afastando-se assim do plano da atuação cultural. Como sintoma dessa perspectiva, a obra *Lute*, enquanto projeto estético, não se realiza plenamente na medida em que, ao não se multiplicar nas portas de fábrica, também não se realizou como projeto ideológico.

Projeto Coca-Cola, por outro lado, não parte da impossibilidade de ação. Ao contrário, funda o seu espaço de intervenção independentemente do eventual grau de repercussão do gesto, pois não é a resposta social efetiva que determinará, na obra, a existência de uma inteligência estética. Nas palavras do próprio artista, a "eficácia" do projeto não está na quantidade de seus exemplares, "mas no seu próprio enunciado", sendo que por "enunciado" – eu acrescentaria – não devemos entender apenas as frases impressa nas garrafas, mas a *efetiva re-inserção das garrafas no sistema de circulação de mercadorias*.

Algumas garrafas de Coca, com as mensagens de Cildo, foram *efetivamente* devolvidas à circulação, e isso é fundamental. Aliás, o projeto não só foi efetivamente realizado, como ainda teve continuidade na própria trajetória artística de Cildo. Em 1975, por exemplo, em resposta ao assassinato do jornalista Wladimir Herzog pelas mãos dos militares, Cildo cria o *Projeto Cédula* – uma nova operação clandestina que consiste em carimbar a frase "Quem matou Herzog?" em algumas notas de Cruzeiro, para depois devolvê-las à circulação anônima.

Assim, como projetos conceituais, as obras de Zílio e Cildo não pedem que as vejamos apenas sob o registro unitário da "forma" – como se suas relações formais internas

constituíssem a totalidade do fenômeno estético a que se referem. Ao contrário. Elas pedem sobretudo que as vejamos, de fato, como registros de um *projeto*, de uma operação conceitual que não se limita à vida material de cada um desses objetos. Nesses termos, portanto, embora ambas representem em boa medida o viés politizado da vanguarda conceitualista no Brasil, parece-me inegável contudo que as duas correspondam ainda assim a concepções ideológicas bastante diversas. De um lado, em *Lute*, surge a descrença no debate cultural e a conseqüente inviabilização da formalização efetiva do próprio projeto; e de outro, com o *Projeto Coca-Cola*, agora em pleno AI-5, desponta curiosamente a crença afirmativa na possibilidade da comunicação crítica – ainda que utópica e digressiva.

---

[1] Doutorando em História pela UFPR.

[2] Certamente não faltam exemplos de pesquisadores que apostam na relação entre arte e política como viés de interpretação da cultura brasileira nos anos 1960. Marcos Napolitano, na área da MPB; Celso Favaretto, em arte e música de vanguarda; Heloísa Buarque de Hollanda, em literatura; Ismail Xavier, no cinema; Edélcio Mostaço, no domínio do teatro; Marcelo Ridenti, nas mais diversas áreas; sem contar toda uma tradição historiográfica que vai de Aracy Amaral, o próprio Favaretto e Otília Arantes às pesquisas mais recentes de Maria Amélia Bulhões, Maria Morethy Couto, Marília Andrés Ribeiro, Jardel Dias Cavalcanti, Joana Souza Lima e Paulo de Oliveira Reis, no campo das artes visuais.

[3] Para uma discussão teórica sobre a arte conceitual, sugiro DE DUVE, Thierry. *Kant after Duchamp*. 2ª ed. London: MIT Press, 1997, especialmente nas pp.413-414.

[4] Escrevi sobre a atuação de Carlos Zílio no último capítulo da minha dissertação de mestrado: FREITAS, Artur. *Arte e contestação*: as artes plásticas nos anos de chumbo. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 2003.

ROBERTO MANGE E O TAYLORISMO

Augusto Zanetti

Parte representativa da historiografia sobre o processo de trabalho no país afirma que, entre os procedimentos racionalizadores introduzidos nas indústrias brasileiras, em geral, e nas de São Paulo, em particular, ocupariam lugar proeminente aqueles pertencentes ao universo taylorista. As iniciativas de Roberto Mange, engenheiro franco-suíço aqui radicado, no âmbito do ensino profissional ferroviário, são apontadas como uma das principais evidências dessa presença de um *taylorismo* no país.

O ideário taylorista, na historiografia sobre movimento operário, esteve predominantemente associado ao propósito de *desqualificar* o operário: por meio da observação do processo de trabalho, em que se estudam o tempo e os movimentos empregados nas tarefas, um saber fazer é sistematizado e transferido para um grupo especialmente designado, o qual passa a concentrar a capacidade de decisão sobre como aquelas tarefas devem ser realizadas. O taylorismo visa retirar do trabalhador o domínio sobre seu ofício ao mesmo tempo em que lhe subtrai aquela específica habilidade adquirida no exercício de sua atividade, ou seja, sua *qualificação*. Cabe ressalvar que o sistema Taylor, assim como outras propostas de racionalização do trabalho, também criam, como aponta Maria Alice Ribeiro[1], novas necessidades de qualificação: cargos técnicos e de controle, com novas atribuições, relacionadas à concepção da organização do trabalho ou à direção e controle do processo produtivo.

Contudo, mesmo considerando essa faceta menos focalizada do taylorismo, é problemático relacioná-lo às iniciativas de Mange no âmbito do ensino profissional para ferroviários, as quais visavam, sem dúvida, *qualificar* o trabalhador ferroviário segundo uma determinada orientação, por meio de métodos originados num propósito de organização *científica* do trabalho.

No âmbito da produção acadêmica, é conhecida a idéia de um "taylorismo" insinuando-se no espaço intra e extra-muros fabris[2] (que, se permite abranger qualquer proposta ou prática de "racionalização" naquela rubrica, também deixa, por isso mesmo, de ter qualquer valor para compreendermos o caráter e o significado de uma determinada proposta ou prática situada historicamente), paralela à imagem de um taylorismo completamente realizado e universal, isto é, um taylorismo que teria obtido completo sucesso na sua implementação.

Apesar dos cuidados do engenheiro norte-americano, que em seus textos salientava as distinções entre seu método e as adaptações deste implantadas em tal ou qual estabelecimento produtivo, o nome "taylorismo" deixou de ser identificado apenas com as formulações por ele aprovadas, passando a aplicar-se a práticas as mais diversas, nas quais elementos do modelo proposto eram pragmaticamente mesclados com outros métodos de gestão *racional* do trabalho. O resultado dessa homogeneização da diferença foi a criação de um imaginário que obseda estudiosos sérios até hoje.

A idéia de um taylorismo totalmente realizado recebeu ainda o auxílio da crítica, que parece ter ignorado o fato óbvio de que entre o *dizer* e o *fazer* sempre existiu uma enorme distância. A historiografia comprometida com o ataque ao despotismo fabril – sem o pretender – acabou, por um lado, consolidando a imagem monolítica e imutável do taylorismo e, por outro, associando o *discurso* à *experiência concreta*, o *taylorismo* à *taylorização*. No afã de denunciar a estratégia da expropriação do saber operário, a crítica deixou de lado tanto os acréscimos e as mutilações a que o taylorismo original foi submetido no movimento em que *seu nome* foi apropriado por práticas diversas e com ele conflitantes quanto as inúmeras reações negativas que tal proposta acabou provocando, além das incontáveis adaptações que a ela foram feitas pelos que de fato a tentaram aplicar. Assim, paradoxalmente, os críticos do taylorismo atribuíram-lhe aquela característica que, na concepção de Foucault, identifica-se com o *poder*[3]. Foi-lhe conferida uma dimensão *ubíqua*: como o poder, estaria "em todos os lugares e em lugar nenhum". Tal

"construto" imaginário e sua lógica adaptativa encobriram a acidentada trajetória histórica do taylorismo, produzindo a impressão de sua plena e definitiva implantação em toda parte, até mesmo no Brasil.

No âmbito da historiografia brasileira, os contributos para tal visão não foram poucos. Para Antonacci, por exemplo, a suposta implantação do taylorismo no parque industrial brasileiro teria correspondido a uma "vitória da razão"[4]. Segundo Milton Vargas, o taylorismo (um dos "três fatores primordiais" que teriam presidido o desenvolvimento da produção capitalista no país, ao lado dos capitais acumulados com o café e a emergência de uma nova consciência de classe entre os operários) aparece no Brasil como desdobramento de uma estratégia de amplos horizontes: "a formação de uma tecnocracia industrial (engenheiros, psicólogos), indispensável à mediação entre capital e trabalho, favorecendo a formação ideológica de um tecnocrata de Estado ligado à gestação de aparelhos burocráticos, funções colocadas em dia após trinta", culminaria com a "tentativa de educar a classe operária através da disciplina taylorista que, em lugar de expropriar o saber operário, conhece um saber taylorizado"[5].

Para considerarmos a idéia de um "taylorismo" na concepção de Mange, há um simples, mas insuperável obstáculo: o ensino profissionalizante implica necessariamente em um *intento* de *qualificação* do trabalhador (mesmo que este, como de fato ocorria, fosse destinado a exercer funções de controle), ao passo que a proposta de Taylor só com muito esforço de imaginação de nossa parte poderia ser compreendida como tendo tal propósito. Taylor devotava total descrença à formação profissional do trabalhador, considerada por ele desnecessária. Em nenhum momento ou em nenhuma passagem de seus escritos, Taylor manifestou a intenção de intervir na esfera produtiva por meio de instituições formadoras de mão-de-obra.

A recusa do engenheiro americano em aceitar como indispensável e obrigatória a integração do trabalhador ao fluxo produtivo também é ilustrativa de como suas propostas se distanciam da idéia de qualificação profissional. As tarefas ou as operações, no seu entender, deviam ser fixadas quotidianamente por instrutores no transcurso da atividade fabril. Na divisão entre quem concebe e quem executa, quem planeja e quem realiza, característica do que veio a ser conhecido como "taylorismo", os exemplos habitualmente privilegiavam quem se situava na segunda posição, preferindo moldar os movimentos e a atitude geral do trabalhador desqualificado – *sem "qualificá-lo"* –, isto é, dando pouca ou nenhuma importância à qualificação técnica. Nem de longe Taylor considerava estar contribuindo para o adestramento técnico do trabalhador. Muito pelo contrário, uma de suas intenções era expropriar os saberes operários, para utilizá-los no planejamento da produção (a capacidade do taylorismo de efetivamente realizar tal expropriação, vale notar, nunca foi de fato comprovada). Na divisão de tarefas proposta por Taylor, sempre ficou patente um claro hiato entre o trabalho intelectual e o manual, entre quem planejava e quem executava uma determinada atividade produtiva. Constata-se, em todos os exemplos apresentados nos *Princípios de administração científica*, a intenção básica de sujeitar o trabalhador desqualificado ou pouco qualificado (designado pejorativamente no livro como um "homem-boi") a uma seqüência de atos imposta pelo escritório de métodos e tempos. Embora, no limite, possamos aceitar que o resultado dessa prática implique num aprendizado, portanto numa qualificação de um trabalhador que não a possuía, isto não significa que nessa prática houvesse a *intenção* de promover uma qualificação. Não há como encontrar aí qualquer interesse por uma qualificação técnica do trabalhador.[6]

O projeto profissionalizante formulado por Mange, no fim da década de 1920, não tinha, de modo algum – nem podia ter, dado o próprio objeto de atuação –, um perfil

“taylorista”. Contudo, se a meta não era expropriar os saberes operários, nem por isso aquele projeto deixa de se incluir no rol das estratégias patronais para vencer as batalhas cotidianas dentro do espaço de trabalho. Algo que deve ser levado em conta para compreender a montagem dos cursos técnicos de mecânica nas ferrovias (como também em outras experiências, como a dos muito anteriores cursos de mecânica no Liceu de Artes e Ofícios, destinados a outros ramos da atividade econômica) é a possível intenção dos seus propugnadores de expulsar do ambiente fabril aqueles trabalhadores, em geral imigrantes, muitos deles, anarco-sindicalistas, considerados perigosos por sua disposição à resistência. Os centros profissionalizantes poderiam ser uma solução a este problema, se conseguissem formar operários mais obedientes e maleáveis. Contudo, nesse intento, que se propunha alcançar por meio das escolas profissionais, nada havia de taylorismo: tratava-se apenas da substituição de um trabalhador qualificado – que adquiria um conjunto de conhecimentos práticos através da experiência quotidiana no próprio local de trabalho ou, ainda, em seu país de origem – por um operário formado nas escolas profissionais integradas às empresas. Não era a desqualificação do trabalhador o que aí ocorria e sim a substituição de um trabalhador qualificado por outro.

O que estava em jogo no projeto de Mange era viabilizar, em contraposição às práticas empíricas de então, um conjunto de procedimentos pedagógicos de natureza instrumental tomados de empréstimo ao saber psicotécnico, que fossem facilmente assimiláveis ao mundo fabril. Em outras palavras, Mange pretendia *elevar o nível técnico* do operariado, *acrescendo*, em certa medida, sua qualificação. Assim, no setor ferroviário pretendeu tornar o trabalhador um agente produtivo capaz de desempenhar uma multiplicidade de funções. Ele passaria a ser um perito nos equipamentos que devia operar, com capacidade de manejo de suas múltiplas peças. Em razão disso, o foco central nos cursos para ferroviários recaía fundamentalmente na

série multivariada de peças e máquinas que dominavam o setor ferroviário. Buscar a intimidade do trabalhador com suas ferramentas era um elemento central na concepção de Mange.

Inversamente, Taylor sempre almejou criar uma "distância" entre o trabalhador e o instrumento de trabalho, retirando-lhe o poder de decisão sobre tudo que se refere à manipulação deste. De acordo com suas prescrições, as ferramentas deviam permanecer na fábrica em armários, em locais previamente determinados; etiquetadas, recebiam cores diferentes e o nome do usuário; a partir de então eram distribuídas, sendo diariamente revisadas no final do expediente pelos chefes de equipe. Não bastasse esta determinação, Taylor cogitou ampliar ainda mais o divórcio entre o operário e a maquinaria. Para tanto, arregimentou mecânicos cuja função principal consistia na manutenção, no ajuste e na lubrificação da maquinaria antes e durante o trabalho. Estes assumiram a tarefa de ajustar as correias e providenciar todos os consertos necessários. Sua seleção demonstrava que não pertenciam ao setor de ferramentaria, objeto de sua tentativa de reorganização, os conhecimentos técnicos instaurados no meio produtivo para uma perfeita integração do homem com a máquina. Se, com seus métodos, era obtida a fusão do trabalhador com a maquinaria, esta última tornando-se portanto extensão do operário, durante os consertos e ajustes ela continuava um corpo estranho para o trabalhador.

Como se constata, a racionalização do trabalho, habitualmente remetida, nos estudos que focalizam o tema em outros países, à estratégia do capital visando "eliminar o saber empírico dos trabalhadores qualificados", "amoldando e docilizando seus corpos", assumia, no Brasil, o perfil de um *dispositivo pedagógico*. Portanto, a vertente racionalizadora do universo fabril formulada por Mange contrastava e *invertia* a estratégia do hipotético sistema taylorista, pois dissolvia seus procedimentos centrais, conferindo primazia a cursos de aprendizagem associados à *psicotécnica* e à *fisiologia*.

Na concepção e práticas de Mange, a *psicotécnica* era elemento fundamental. Cabe lembrar que psicotécnica e taylorismo são esferas conflitivas dentro do universo das propostas

de racionalização do trabalho. Taylor mantinha aquela sob suspeição e, mesmo, a rejeitava. No pensamento e nas iniciativas de Mange constata-se a proposição de uma clara divisão do trabalho entre médicos (e psicólogos) e engenheiros, estes últimos tendo sua ação limitada ao ajuste técnico e à mera escolha do instrumento (a maquinaria). No chamado sistema Taylor, diversamente, os engenheiros deveriam ocupar funções de direção que iam muito além de suas tradicionais competências: a eles deveria ser conferida a atribuição de controlar o planejamento técnico da produção.

Vê-se que, no Brasil, o método Taylor ficou limitado à esfera do discurso. A esse respeito, a Revista do Idort, publicada a partir de 1931, é o caso mais notório. Em suas páginas, o termo "racionalização" e o nome de Taylor recebem destaque descomunal. Contudo, em nenhum momento esse instituto obteve participação direta no comando da montagem do sistema de fábrica. Propostas elaboradas no âmbito do Idort só tiveram [alguma] aplicação em certas repartições públicas.[7]

É preciso registrar que o resultado da intensa dedicação de Mange ao propósito de organização racional do trabalho pela via do ensino profissional não teve as titânicas proporções que com freqüência a bibliografia lhe atribui, pois atuou num meio cuja dinâmica só parcialmente era compatível com suas iniciativas. Considerando-se novamente suas relações com o taylorismo, devemos concluir que não eram nem de filiação, nem de admiração irrestrita, nem de adesão, mesmo parcial. Sua concepção e prática podiam, no máximo, coincidir com aquele "sistema" em um ou outro aspecto pontual. Arriscaríamos dizer que, se Mange de fato orientasse suas ações pelo taylorismo, seu nome não teria tido registro na História, pois suas iniciativas não teriam obtido nem mesmo o limitado, posto que ponderável, sucesso que tiveram. O fato de hoje ser reconhecida sua presença nos campos do ensino profissional e da organização do trabalho se deve justamente a sua capacidade de identificar corretamente necessidades e tendências no âmbito das atividades econômicas no Brasil e de oferecer-lhes respostas com elas compatíveis. O resultado que obteve deveu-se a ter feito, na elaboração de seus projetos, uma seleção e

recomposição dos elementos que, dentre as diversas propostas existentes no campo da organização do trabalho, lhe pareceram mais compatíveis com o meio com o qual deviam relacionar-se. Tais elementos foram a matéria-prima com a qual criou soluções com identidade própria, dirigidas aos problemas a que se propôs responder. Suas idéias, definitivamente, estavam no lugar. Mas isso nunca garantiu hegemonia para projeto nenhum em tempo algum: assegura apenas a possibilidade de interlocução. Esta, sem dúvida, Mange conseguiu, com o empresariado e os poderes públicos.

---

[1] RIBEIRO, Maria Alice R. (coord.) *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

[2] Como um dos autores que mais se evidenciaram na proposição desse ponto de vista podemos mencionar Montgomery, para quem o "taylorismo" é muito mais um sistema de dominação social que um sistema técnico visando à organização fabril. MONTGOMERY, D. *Rapporti di classe nell'America del primo 900*. Turim: Rosemberg & Sellier, 1980.

[3] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1991.

[4] ANTONACCI, M. Antonietta. *A vitória da razão*: o Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP, 1985.

[5] VARGAS, M. *Le taylorisme au Brésil*. In: MONTMOLLIN, M.; PASTRÉ, O. *Le Taylorisme*. Paris: La Decouverte, 1984, p. 157-158.

[6] TAYLOR, F. W. *The principles of scientific management*. Nova York: Harpers & Brother, 1942. Ver, também: _____. *Administración de talleres*. Buenos Aires: Finanzas y Administracion, 1945; MASSI, O. (dir.). *Processo a Taylor*. Milão: Olivares, 1992. Nesta última obra encontra-se uma reconstituição do pensamento e da ação do engenheiro feita a partir do estudo das ações judiciais que este teve de enfrentar.

[7] Ver: TENCA, A. *Razão e vontade política*: o IDORT e a grande indústria nos anos 30. Dissertação (Mestrado em História). IFCH-UNICAMP, 1987, p.1-16.

Verso e Reverso da Liturgia na Bahia do Século XIX: Política, Poderes e Representações.

Bárbara Caldeira[1]

Uma discussão acerca das relações de poder que se desenvolvem no campo do imaginário e conseqüentemente nas ligações políticas e psicológicas permite identificarmos uma dicotomia constante entre o mundo litúrgico e o popular, salientando a associação separatista entre os limites do espaço sagrado e do profano.

No século XIX, por conta do número de festas e solenidades religiosas realizadas na Bahia, já era possível identificar e organizar os eventos em um calendário, que seguia o caminho dividido entre ciclos temáticos. Inseridas neste conjunto de práticas cristãs, as procissões durante o período colonial e imperial exerceram um papel de destaque como representantes do referencial social das pessoas que buscavam através de elementos culturais ocidentais, adaptá-los ao seu modo de pensar e viver, além de servirem aos propósitos do processo educativo e evangelizador da Igreja. [2]

Na Bahia, a Procissão do Senhor Morto ou do Enterro, tem uma história marcada por aspectos diferentes, que vão desde o lado religioso, envolvendo disputas entre as irmandades com suas particularidades até o olhar de cada indivíduo que acompanha ou já participou da procissão. Dentro do contexto da festa, há a presença de elementos que contribuem para a continuidade de uma tradição religiosa e social, a exemplo da experiência de vida dos espectadores que, aos olhos da religião, permitem consentir à Sexta-Feira Santa o "verdadeiro" caráter de fé, que ao longo dos anos serviu como

[1] Aluna do curso de Licenciatura em História das Faculdades Jorge Amado e Bolsista da Revista Eletrônica de História e Educação Práxis: www.fja.edu.br/praxis

[2] CAMPOS, João da Silva. **Procissões Tradicionais da Bahia**. Salvador: Secretaria da Educação e Saúde. Publicação Museu da Bahia (obra póstuma), 1941.

condutor do imaginário baiano.

João da Silva Campos descreve a transferência da imagem do Senhor Morto que, até o ano de 1822 tinha o seu direito de guarda concedido ao Convento do Carmo e de sua respectiva irmandade. Antes deste acontecimento, convém lembrar que no mesmo ano, por conta de desentendimentos com as tropas lusitanas que se encontravam abrigadas pelas circunstâncias do processo de Independência, no edifício que àquela época, pertencia ao batalhão 12, os religiosos carmelitas viram-se na urgência de se refugiarem por algum tempo, nos conventos da Cachoeira e São Cristóvão, localizados no Recôncavo Baiano. Perante esses acontecimentos e pela proximidade da realização da procissão, a irmandade teve que acatar a seguinte decisão:

> Pela ausência dos Religiosos Carmelitanos Calçados, resolveu a Mesa atual desta Ilustre Irmandade do Senhor dos Santos Passos, na tarde de 1º de Março do corrente ano fazer a sua Procissão com assistência de V.S. Ilma, a quem me determinaram dirigisse, convidando e rogando a V.S. Ilma, para que um ato de Cabido haja de acompanhar a dirá Procissão da Sé para o Carmo, levando uma sagrada relíquia do Santo Lenho.[3]

Essa seria a informação mais coerente com a documentação encontrada e mais aceita entre os historiadores. Contudo, o universo imaginário popular se encarregava de transcender os eventos da realidade como uma explicação para atos que vinham de encontro com sua vontade ou contrariavam seus desejos.

> O Bom Jesus, aborrecido com a irreverência dos soldados lusitanos, transformando a Igreja do Carmo em santabárbara, abandonou-a miraculosamente, em noite de muita chuva, sendo encontrado pêla manha na Ajuda, com a túnica encharcada. Tal prodígio ocasionou indizível espanto na cidade. Compreendendo a maravilha, a Irmandade deixou de reconduzir o bento vulto para o convento.[4]

Ademais, não somente lendas e folclores que caracterizavam a história em torno da figura do Bom Jesus, mas as próprias cerimônias se revestiam de atos, sons e imagens que impressionavam e mostravam aos devotos, o poder religioso e "sobrenatural" que sua figura exercia em suas vidas de pecado.

---

[3] CAMPOS, João da Silva. Op. Cit., p. 138.
[4] CAMPOS, João da Silva. Op. Cit., p. 140.

Ferdinand Denis, cônsul francês a trabalho na Bahia, descreve o roteiro que seguia as celebrações da Semana Santa no século XIX:

> Sexta-feira Santa:
> (...) Após ter censurado os assistentes por suas faltas, ele os convida a se voltarem para dentro de si, e depois mostrando a cortina que esconde o coro exclama: "eis vosso Salvador, prosternai-vos e arrependei-vos". A cortina cai, e uma estátua, tamanho natural, do Cristo na Cruz aparece, atores representam a Madalena, rezando a seus pés e a Virgem rodeada de anjos à sua direita. Alguns discípulos de Jesus aparecem e se prosternam em adoração. O predicador continua seu sermão, ordenando sucessivamente os diversos atos da descida da cruz em meio à emoção geral, gemidos e gestos de contrição das pessoas da assistência. [5]

As celebrações da Semana Santa eram nesse período, por conseguinte, uma oportunidade para aqueles cristãos que precisavam acalmar sua consciência e se entregarem à redenção religiosa, de forma que deixassem sua alma e pessoas no caminho da salvação, mais próximas da Igreja e de suas aspirações voltadas para a sociedade baiana.

Para além do caráter religioso, as celebrações da Semana Santa e, principalmente, a Procissão do Senhor Morto atuavam como personagens que tinham como cenário um espaço sócio-econômico ambientalizado pelo confronto sempre presente entre "poderosos" e "pobres", onde no campo dos vencidos estavam as permanentes vitórias dos ricos e da elite baiana.

> Numa sociedade católica eram eles que davam o toque de piedade aos funerais, às festas e procissões religiosas e aos atos de caridade dos paroquianos. Essa atitude algo indulgente devia-se à sobrevivência em terras baianas de uma tradição medieval que tinha na piedade para com os pobres uma forma de expressar devoção para com Deus. Era como se eles tivessem de existir para proporcionar a salvação dos mais afortunados. (...) Por isso mesmo, dar esmolas aos mendigos era ato que as pessoas buscavam cultivar no seu cotidiano e de forma especial nos momentos mais importantes da vida. [6]

Esse trecho nos remete a algumas inferências no campo da identidade que se busca ter por parte das diversas classes sociais que ali se reuniam cada uma com uma finalidade e uma percepção para com a festa e seus significados; o domínio do

---

[5] VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia de 1850**. Salvador: Corrupio, 1999, pp.88 e 89.
[6] FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo: Hucitec/Edufba, 1996, p. 35.

imaginário, portanto, denunciava a relação econômica e religiosa e principalmente uma mistura dos diferentes grupos no cenário da festa: beatas, mendigos, vadios e figuras políticas, a exemplo do governador da província.

Dessa forma, dois espaços dividem fundamentalmente a festa: a igreja e as ruas. As ruas que ambientam os rituais das procissões, em geral, ficavam perdidas no contexto absorvido pela divisão lógica das práticas eclesiásticas e laicas. Esse espaço termina por enveredar entre caminhos que encerram contradições e ambigüidades pertinentes às ações religiosas: um lugar profano servia de palco para as celebrações sagradas da vida cristã. Estas, por sua vez, permeiam o cotidiano da festa.

Não se pode, entretanto, fugir à antiga concepção teleológica que caracteriza as relações e representações da fé cristã. O bem e o mal permanecem nas interpretações das ações das mulheres, crianças e homens, estabelecendo uma atmosfera simbólica situada nos limites do poder. Numa perspectiva foucaultiana, o poder se caracteriza frente ao sentido da Procissão, por alguns princípios fundamentais.[7]

No contexto do espetáculo, cada devoto tinha seu papel e lugar definido, com controle temporal dos rituais, que ora ditava o tempo para rezar, ora ditava o momento de choros e cânticos. A própria escolha das pessoas para cada papel estava vinculada à categoria social que se enquadrava ao novo ideal de cidadão. A prostituta Madalena sempre era representada por negras ou mestiças devido à 'realidade' que se desejava alcançar durante a encenação. Em contrapartida, o viajante inglês Henry Koster em visita ao nordeste brasileiro com o intuito de recuperar-se de uma tuberculose , parece admirado por não haver "diferenças" entre a classe feminina. "*As mulheres ao entrar, sejam brancas ou de côr, ficam junto a essa grade, sentando-se no chão, no grande*

[7] FOUCAULT, Michel. "Dits et écrits – 1954-1988." In: EIZIRIK, Marisa Faremann. **Michel Foucault: um pensador do presente.** Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

espaço aberto no centro."[8]

A vigilância hierárquica, por sua vez, demonstrava a necessidade de centralizar a figura do imperador na imagem de Cristo. Sempre presente nas comemorações, Dom Pedro I e família impunham suas participações com o objetivo de vigiar e analisar a disciplinas que exigia a ocasião e o dever do bom cristão e cidadão, tendo o exame como última etapa organizadora do dia, pois, era *"o culto religioso, considerado no Brasil, pretexto de reuniões públicas nas quais o amor próprio rivaliza com a devoção (...)".* [9]

Essas normatizações atendiam de certa forma, às aspirações civilizatórias defendidas pelos liberais durante o período imperial. Uma boa "educação social" era pleiteada por aqueles que compravam e seguiam os manuais de boas maneiras que incluíam novos cuidados com a higiene pública e privada, para não falar da reforma que os costumes praticados nas festas e procissões sofreram com a ação das idéias francesas trazidas pela Corte e brasileiros letrados que haviam aprendido os "hábitos corretos" e ideais de convivência social. [10]

Segundo a historiadora Martha Abreu, os liberais viam as festas religiosas como atraso frente ao desenvolvimento do país graças a um intenso grau de superstição da população. Do outro lado, os radicais bradavam a separação entre Estado e Igreja, ao passo que os moderados temiam o perigo que essa separação poderia trazer ao permitir que a Igreja ganhasse "uma certa liberdade".[11]

A Bahia seguiria os mesmos caminhos que as províncias brasileiras adotaram com a vinda e morte de Dom João V: uma maior intensidade nos festejos no império. Esse aumento foi expressivo em todo o território nacional e caracterizado em ambas as

---

[8] KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, pp.47 e 48.
[9] DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** Tomo I, parte II, s.d.,p.362
[10] SCHWUARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[11] ABREU, Martha. **O Império do Divino - Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ocasiões por objetos principais das festas: o rei e a morte. A teatralização da Paixão de Cristo, remete ao que Peter Burke caracteriza a relação entre linguagem e identidade:

> quanto à cultura material, a abstinência católica da carne, especialmente em países protestantes, e a preocupação-, como diriam os estrangeiros, a obsessão -dos holandeses para com a limpeza foram recentemente interpretados como afirmação da diferença aos outros, ou seja, símbolos de identidade.[12]

O que nos interessa, no entanto, se refere ao jejum obrigatório e a abstinência da carne ordenada pela Igreja aos fiéis durante a Quaresma com término somente ao meio-dia do Sábado de Aleluia com o toque dos sinos.

Com efeito, em carta a D. Fernando José de Portugal, D. Rodrigo de Souza Coutinho relata um acontecimento durante a Semana Santa no ano de 1798. O documento denuncia as idéias liberais do Padre Francisco Agostinho Gomes e os primeiros indícios dessa "*loucura incomprehensivel (sic) e por não entenderem seus interesses se achão infectos dos abominavis principios."* Ao que parece, esse comentário feito pelo próprio D. Fernando foi transmitido por D. Rodrigo acerca de um banquete oferecido a vários personagens partidários da mesma ideologia, em plena Sexta-Feira Santa, com farta carne vermelha a mesa.

> Sua majestade ordena que VS. examine logo este ultimo facto e achando-o verdadeiro, faca prender tanto a elle como aos seus Amigos sectarios dos mesmos principios e os faca logo julgar com toda severidade das Leis para que o castigo de taes Reos seja verdadeiramente exemplar e contenha semelhantes criminosos.[13]

Dois pontos a serem analisados: o próprio fato do desrespeito às leis eclesiásticas e a afronta de uma figura da Igreja à soberania do monarca e à sua imagem. O que está em jogo nesse caso, compromete mais do que uma desobediência ao jejum quaresmático, mas o confronto entre a nova ordem política em crescimento e a resistência do poder que a continuidade monárquica manteria para os seus seguidores.

Contradições à parte, o fato é que, o árduo trabalho realizado pelos

---

[12]BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 2004.
[13]AMARAL, Braz do. **Acção da Bahia na obra da Independência Nacional**. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1923.

propagandistas do Império encontrava um forte entrave na campanha elaborada pelo grupo liberal que clamava pelo fim das superstições no imaginário popular e o início do desenvolvimento urbano no país. Os relatos dos viajantes estrangeiros ao Brasil durante o século XIX deixam claro que a aversão e admiração deles ao constatar que nas terras de Dom João e depois Dom Pedro I, as pessoas continuava a cometer atos "revolucionários" e crendices bárbaras. Na descrição de Jean Baptiste Debret, a Procissão do Senhor Morto,

> examinando de sangue frio, todos esses detalhes não se pode deixar de verificar o estilo barbaro e já agora grotesco do século que os criou. Como não sorrir ante estas incoerencias ridiculas tão religiosamente conservadas, se esquece-mos que os inventores dessas cerimonias foram forçado a tais exageros para impressionar os povos ignorantes, que julgavam apenas com os olhos?[14]

As festas culturais refletem em grande parte a situação política imperial e não somente uma atmosfera religiosa. Em 1831, o imperador decreta lei modificando o horário da procissão, antes realizada entre oito e nove horas da noite, e a partir de então sai durante à tarde por volta das quatro horas. Isso se deu graças às revoltas populares constantemente presentes nas principais províncias desde a época da independência e seriam estratégias de controle da possível disseminação de idéias liberais que acometiam a população fiel e cristã dos princípios monárquicos e decentes.

Em Salvador, o Diário da Bahia publica uma carta do administrador do teatro público ao governador alertando o prejuízo que as finanças sofreriam com a suspensão das peças durante os dias comuns, só sendo realizadas em datas cívicas e santificadas. Na mesma semana o jornal noticia a fuga e captura de um grupo de Galés do Arsenal da Marinha, evidenciando que a decisão anterior do governo, relativas às manifestações culturais na cidade se tratava de uma medida coercitiva a qualquer motim ou rebelião e uma facilitação do trabalho policial nas ruas baianas. [15]

---

[14] DEBRET, Jean-Baptiste. Op. Cit, p.379.
[15] Diario da Bahia. Sabbado, 24 de Setembro de 1836. Setor de Jornais Raros, Biblioteca Pública do Estado

Dessa forma, o elemento segurança pública se faz presente, principalmente à figura do imperador que necessitava de cuidados. Era necessário manter a disputa entre a identidade social e jurídica dos governantes que caminhava pelo âmbito da sujeição de um pacto entre o discurso e a prática.

Assim, era preciso manter a fé popular em sua pessoa, garantindo a campanha que a morte e Deus faziam durante as procissões e cortejos. Segundo Iara Souza, esse era o momento que o poder monárquico tinha para se comunicar com o povo através de "*mecanismos sociais".* [16] O que nos mostra a Procissão do Senhor Morto, com suas lamentações e encenações, se encontra no jogo dos limites da festa, sobre a contradição que ele instaura entre a ordem e a espontaneidade, sobre as resistências do imaginário à implantação dos novos hábitos cerimoniais e na conduta do novo cidadão brasileiro.

Salvador reflete, entre tantos aspectos comuns e contraditórios às províncias imperiais, o controle político e social que os órgãos administrativos e clericais exerciam no século XIX, apoiados nos hábitos do dia-a-dia coletivo, no trabalho de plantar nas mentalidades e coração do povo um modelo de cidadania ideal calcada no combate à vadiagem, na defesa da moral, da civilização e em nome de Deus e do imperador.

---

da Bahia.

[16] SOUZA, Iara. "Liturgia real: entre a permanência e o efêmero". In: JANCSÓN, István & KANTOR, Íris. (org). **Festa – Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2001.

DIVERSIDADE E HISTÓRIA
(Identidade, Diferença e Alteridade numa comunidade afro-descendente baiana)

Bartolomeu de Jesus Mendes* - PPG-PUC-SP/UNEB Cp. VI

Introdução.

Diversidade é uma categoria que vem se destacando nos debates da atualidade. Aspectos tais como racismo, preconceito, discriminação e intolerância têm sido preocupações relevantes nas reflexões que vêm sendo levantadas no meio acadêmico e fora dele (família, trabalho e mídia). Nas discussões que são travadas, temas como sexualidade, etnicidade, multiculturalismo e alteridade assumem pontos de relevâncias dando a impressão de que vieram para serem confrontados e entendidos. Esses debates[1] têm buscado inspiração nas concepções teóricas de Emanuel Levinas (1988)[2], Christian Descamps (1991)[3], Haberman (2002)[4] e Stuart Hall (1998[5] e 2003)[6] que preconizam a importância do "outro" na construção da identidade do "eu". Nessa inversão da lógica do pensar corriqueiro, Descamps chega a afirmar que "*a relação com o outro é a base de uma co-presença ética*" (p. 85). Para ele cada um é constantemente confrontado como um próximo. Ambos, Lévinas e Descamps colocavam, em comunhão de entendimento, a afirmação de que "*não sou Eu frente ao próximo (outro), mas sim os outros continuamente frente a mim*" (1988: 43).

O mundo, na perspectiva da globalização, se percebe estar caminhando para uma "identidade universal" onde as diferenças culturais estão sentenciadas a desaparecerem cedendo lugar ao monoculturalismo, unindo povos diferenciados nas suas texturas corpóreas e culturais. Contudo, começa a ser percebida a face oculta da dita "Globalização". A pretendida

---

*Prof. Assistente da UNEB – Campus VI – Caetiité/BA. Mestre e Doutorando em História Social pela PUC-SP.

[2] Citamos, aqui, dois eventos importantes nesta linha: o Seminário Internacional Multiculturalismo, Democracia e a Singularidade Cultural Brasileira: perspectivas para o século XXI, promovido pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (1998). E o Seminário Democracia Racial e a Questão dos Direitos Humanos, pela Universidade de Campinas/SP.

[2] *Ética Infinito*. Lisboa, Edições 70.

[3] *As idéias filosóficas contemporâneas na França*. São Paulo: Jorge Zahar.

[4] *Pensamento pós-metafísico – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro.

[5] *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Dp&a .

[6] *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

quebra de barreiras culturais, paradoxalmente vem servindo de estopim na explosão de confrontos entre as diferenças que compõem o mundo da Diversidade. Clama-se hoje por **respeito** e **reconhecimento** muito mais do que por **tolerância**. Mais do que a invenção de uma cultura homogênea planetária, busca-se preservar as diferenças individuais, coletivas, locais, regionais e nacionais, despertando sentimentos **alteritários** nos humanos em construção. O respeito ao "outro" desponta como nova perspectiva que mediará as relações sócio-histórica e que implicarão na forma de **ver**, **agir** e **pensar** entre as pessoas independentemente das suas formas físicas, dos seus credos religiosos e dos seus valores culturais. A tônica das discussões humanistas estão girando muito mais em torno da definição daquilo que somos que da ostentação do que temos – é o "Ser" caminhando para a superação do "Ter" na encruzilhada das relações sociais.

Acredita-se hoje na construção da **Identidade** a partir das diferenças que definem a diversidade social. A visão que se busca é que cada indivíduo se completa e se efetiva no convívio com os diferentes que se encontram à sua volta. É na relação entre o "eu" e o "outro" que se constrói a **identidade** a partir de processos de singularizações que vão distinguindo os indivíduos, dando-lhes consciência de si mesmo para assumirem suas subjetividades dentro da rede de inter-subjetividades – conforme afirma Habermas (2002). Enquanto a Identidade diz respeito ao reconhecimento do "eu", a singularidade articula todos os elementos que constituem a identidade do indivíduo, isto é, a maneira como nos sentimos, os nossos desejos, as nossas posições em determinados contextos.

2 – **Localizando o espaço**

Marco inicial no processo de expansão norte do perímetro urbano de Salvador, o Bairro da Liberdade teve seus espaços ocupados, efetivamente, através da **"**Invasão da Mata do Corta-Braço**"**[7] (1946), atraindo para lá, parcela significativa do segmento pobre da população baiana composto por afros-descendentes que iam sendo expulsos de suas moradas coletivas

[7] Primeira área do bairro que foi invadida para construção de moradias por trabalhadores de baixa renda.

localizadas nas freguesias centrais da cidade e de outras cidades do interior da Bahia, dando ao bairro uma configuração de área territorial com fortes traços das culturas africanas, abrigando, aproximadamente, 600.000 moradores, na sua maioria negros. Grande parte desses sujeitos sociais levaram consigo suas práticas religiosas, instalando por quase toda a comunidade seus Templos Cristãos: católicos e protestantes, Terreiros de Candomblé e Centro de Caboclos. Com a chegada do "Bonde Elétrico" que passou a ligar esse bairro periférico ao centro da cidade, com ramal de número oito (8) e, devido às freqüentes confusões que ocorriam no interior dessa condução coletiva, o local passou também a ser denominado, pejorativamente, de "*Comunidade da 'Linha 8'* ", ganhando o estigma, de "*violento*", difundindo-se, assim, por toda a cidade. A partir daí, os moradores passaram a receber a pecha de "*negros da Linha oito*".

O individuo ou uma coletividade que se encontre em condições estigmatizadas, segundo Erving Goffman (1988)[8], pode até se alinhar a uma tendência de desânimo ou depreciação que chegue a afetar a sua auto-estima empurrando-a para baixo. Seus sentimentos sobre o que ele realmente é se enfraquecem de tal forma que pode levá-lo a acreditar na atribuída "*incapacidade*". Em casos específicos, cujas identidades são discriminadas, marginalizadas ou oprimidas por setores dominantes da sociedade, os estigmas têm funcionado como obstáculos cruciais nos seus constantes confrontos nas lutas pela afirmação de suas políticas de identidades. Um bom exemplo dessa realidade são os chamados grupos negros nas suas lides de construção identitária, buscando superar as dificuldades colocadas pelas teorias racistas e preconceituosas que tanto têm atrapalhado a formação de uma consciência negra, tanto a nível individual quanto coletivamente falando. Os Terreiros de Candomblé do Bairro da Liberdade desde cedo começaram a sofrer perseguições e invasões por parte de autoridade policiais, perdendo seus direitos de expressão pública, se restringindo aos interiores dos seus barracões.

[8] *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro.

Foi nos espaços físico-religiosos do candomblé que foram criados os Blocos afros e Afoxés como novas propostas de lazer, incluindo nas suas atividades lúdicas a preocupação, também, da produção político-cultural como forma de compartilhar os espaços públicos e de dar prosseguimento às lutas de resistência produzidas dentro dos Terreiros e dos Centros – o Ilê Aiyê é uma das referências deste contexto.

Pretende-se também aqui, a partir dos conceitos já mencionados inicialmente, refletir sobre o desenrolar do processo que originou as questões etno-raciais no bairro, para um melhor entendimento das lutas que vêm sendo travadas, cotidianamente, pelos seus afro-descendentes negros nos seus Blocos afros e Afoxés, na desconstrução / reconstrução de suas identidades rumo à afirmação social. Maria Odila Leite da Silva Dias (1984)[9], afirma que o estudo do cotidiano contribui para historicizar estereótipos e desmistifica-los, pois através do esmiuçar das mediações sociais, pode-se trabalhar a inserção de sujeitos históricos concretos, homens ou mulheres, no contexto mais amplo das sociedades em que vivem.

3 – **Blocos afros e Afoxés do bairro**

Embalada pela concepção de resgate das raízes culturais africanas a afro-descendência de Salvador, aqui em particular do Bairro da Liberdade, na primeira metade da década de 1970, vai encampar concretamente a luta pelo espaço público nos circuitos carnavalescos da cidade. Os Blocos afros e os Afoxés do bairro vão inserir nos seus discursos as reivindicações já preconizadas nos movimentos negros, a exemplo do Ilê Aiyê, quando revela a sua expectativa em relação aos jovens que integram a sua comunidade: "*...O objetivo da experiência é que eles se aceitem como negros e vivam as dimensões dessa negritude consciente e prazerosamente, preparando-se para integrar-se com competência no mundo que os espera*[10]", buscando esse resgate inspirado diretamente no continente africano. Enquanto que o

[9] *Cotidiano e poder em São* Paulo *no* s*éculo XIX. São Paulo, Ed. Brasiliense.*

[10] Siqueira, M. L. Ilê Aiyê: uma dinâmica de educação na perspectiva cultural afro-brasileiira. In: Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. Kabengele Munanga. São Paulo, 1996, p. 157 – 165.

Muzenza[11], seguindo a trilha ao encontro das raízes africana, o faz pelo viés diaspórico da afrodescendência caribenha, privilegiando a Jamaica como seu ponto de encontro, inspirando-se nas obras artísticas de Bob Marley: "*... o negro segura a cabeça com a mão e chora e chora sentindo a falta do Rei*[12]*...*".

Em 1974, no Curuzu / Liberdade foi criado, a partir do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Gitolu, a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, ganhando as ruas de Salvador, pela primeira vez, em 1975. A partir daí, os grupos vão se multiplicando dentro do próprio bairro, algumas vezes até por divisões internas: o Muzenza e o Massamalu, em 1981; Tô Aqui África, em 1989; Oriobá, em 1991 – todos esses na categoria de Bloco afro. Como Afoxés, surgiram Netos de Gandhi, em 1975 e o Olorum Babá Mi, em 1979. Além de outros núcleos de conscientização e de defesa do segmento negro, como o Movimento Negro Unificado – MNU – que, em 1978, teve o seu núcleo de discussão instalado no próprio bairro.

O surgimento de Blocos afros e de Afoxès na Liberdade, trouxe uma nova conotação de mudança de rumo estratégico na luta pela elevação da auto-estima e pela afirmação social do negro em Salvador, estimulando outros bairros a criarem novas agremiações representativas, acelerando o ritmo de proliferação desse tipo de grupo por toda a cidade.

Por outro lado, no auge dos acontecimentos ocorridos no bairro no último quartel do século XX, encontra-se sinais indicativos de que as influências trazidas pelos movimentos negros, a nível externo, tenham concorrido expressivamente para que as lideranças afro-descendentes contemporâneas, mais informadas desses movimentos, desenvolvessem interpretações conscientes dessas ações e partissem para uma luta mais direta no enfrentamento das questões etno-raciais, dentro da comunidade. Aristóteles Hermelino Guerra Filho, 43 anos de idade, nascido e criado no bairro, conhecido artisticamente por "Tulany", em seu depoimento deixa claro essa influência:

---

[11] MUZENZA, quer dizer "dança das Yaôs nagôs" . Nome dado a um dos blocos afros do bairro da Liberdade, criado em 1979, a partir de desentendimento entre as lideranças do Bloco Ilê Aiyê.

[12] Refrão da letra: *Brilho e beleza*, 66139015. Nego tenga (ED. Emi Songa).

> *"No início da década de 1970, com o movimento 'Black Power', então nós já ficávamos ali na porta da Loja Ipê, na Liberdade, todo mundo com o disco debaixo do braço, nós éramos dançarinos e começávamos a ir para as festas dos shows, todo mundo arrumado e isso já tinha a influência de estudar sobre os movimentos norte-americano, do povo negro norte-americano, e ai, o pessoal começou a ter uma visão maior de conscientização, abrindo a cabeça"*[13].

Esse movimento Black aludido acima, na concepção Stuart Hall (1998), teve sua origem nos anos 1970 que trouxe para o contexto britânico um novo foco de identificação, assim como para as comunidades afro-caribenhas e asiáticas. Chegou ao Brasil nessa mesma refrega dos anos 1970, via Jamaica, principalmente.

Agitadas pelos alertas externos, as novas lideranças negras do bairro da Liberdade organizaram-se, inicialmente, em torno daquilo que Laclau e Mouffe (citado por Hall: 1998)) chamaram de "*eixo comum de equivalência" da identidade* – a superação da exclusão -, partindo para o confronto mais direto e, posteriormente mudaram a estratégia da resistência dando sentidos mais diversificados aos processos de des-construção e de re-construção identitária, a partir das posturas discursivas encampadas pelos Blocos afros e Afoxès criados no auge dessas mudanças.

As intervenções carnavalescas dos Blocos afros e dos Afoxés da Liberdade, rompendo as barreiras do isolamento periférico a que estavam submetidos, refletem posicionamento político frente à tradicional divisão e apropriação do espaço público soteropolitano que privilegiava as elites no uso desse espaço. As atividades lúdicas, desenvolvidas como estratégias de conscientização das condições etno-raciais, parecem ter fornecido, aos afro-descendentes do bairro, elementos complementares eficientes nas suas lutas de resistência, fortalecendo-lhes, vigorosamente, no processo criativo da produção cultural. Para muitos, privilegiar o lazer como momento de entretenimento e de produções política e cultural parece estar na contramão da lógica tradicional do nosso sistema, sobretudo, quando se trás para a

[13] Entrevista, 1987.

reflexão agremiações afro-brasileiras cujos integrantes, na sua maioria, são trabalhadores assalariados mal remunerados e sem acesso a bons níveis de escolaridade. Contudo, no caso particular do bairro da Liberdade, o que à primeira vista pode parecer ambiente inadequado a qualquer tipo de exercício político, pôde funcionar como espaço propício de aglutinação de sujeitos sociais que, apesar da diversidade dos seus universos simbólicos, comungam da parcela de um cotidiano marcado pelas relações de poder que marginaliza a própria comunidade, como diz José Guilherme Cantor Magnani (1998)[14], referindo-se ao momento de lazer: *"... é lá que o trabalhador pode falar e ouvir sua própria língua"*. Dentro desse ambiente festivo os afros-descendentes do bairro, construíram-se terreno propício para quebrar as fronteiras que lhes foram colocadas nos circuitos carnavalescos da cidade, adentrando-os e se impondo na relação de igualdade. Pois, como diz Beatriz Sarlo: *"...a arte, por sua própria forma, subverte as leis do autoritarismo[15]..."* . Nessas convivências comunitárias, nos grupos de referências, os indivíduos vão formulando e re-formulando suas posições a partir dos valores e dos padrões de comportamentos referenciados objetivamente nos discursos e nas práticas desses grupos, ao mesmo tempo em que, nas articulações com esses padrões coletivos e suas subjetividades individuais, desenvolvem, também, sentimentos e emoções experienciados em campos sociais diferentes, singularizando assim, suas identidades, pois, como diz Stuart Hall, "*A vida individual significativa está sempre incrustada em contextos culturais e é somente dentro destes que suas 'escolhas livres' fazem sentido[16]".* Daí, as experiências individuais e as orientações dos grupos de referência poderem resultar em cada pessoa especificidades identitárias, isto porque, não é o grupo de referência que determina os comportamentos humanos individuais.

Mesmo entendendo que as identidades se concretizam nas relações sociais como resultados da articulação entre **igualdades** e **diferenças**, penso que a identidade coletiva se

[14] *Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade*. In: Metodologia das ciência Humanas. São Paulo: Hucitec / UNESP.
[15] SARLO, 1997, p 58.
[16] Hall, 2003, p. 80.

caracteriza por aspectos que unem e relacionam os indivíduos no interior do grupo social mas não os igualam totalmente. Portanto, esses Blocos afros e Afoxés que integram os universos **lúdico**, **cultura**l e **político** do bairro, com seus traços que os distinguem e estruturam suas ações de resistências, desenvolvem suas inter-relações a partir dos seus diferentes discursos e de suas diferentes práticas que, interagindo-se também com as diversidades sócio-culturais dos seus sujeitos integrantes, vão orientar o processo coletivo de construção e de re-construção das identidades na própria comunidade porque, sem **Diferença** e **Alteridade** o diálogo se torna difícil se não impossível, como diz Alessandro Portelli (1996): "*A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso*"[17]. Desta forma, as construções identitárias resultantes desses envolvimentos lúdicos e culturais parece estar se desenvolvendo no campo da diversidade onde as relações se processam, dialeticamente, numa tendência à respeitabilidade.

[17] *"A Filosofia e os fatos". Narração, interpretação e Significado nas memórias e nas fontes orais.* São Paulo. EDUSP.

Por graça e mercê: a concessão do perdão régio frente aos crimes que atentavam "contra a moral e os bons costumes" no século XV português.

Beatris dos Santos Gonçalves[1].

A presente comunicação objetiva analisar a construção e a centralização do poder régio português quatrocentista através da concessão da graça régia e do desenvolvimento da legislação. No intuito de normatizar a sociedade e fortalecer seus domínios, o rei aplicava a justiça, condenando ou, por vezes, redimindo aqueles que infringiam a moral e os bons costumes, como os praticantes de feitiçaria, barregania e alcovitagem.

O Estado[2] português, nos fins da Idade Média, já apresentava seu poder consolidado pelo desenvolvimento das instituições jurídicas, da proteção dos direitos e das estruturas sociais. Para a construção e desenvolvimento de Portugal, bem como para a permanência de um reino fortalecido e ordenado, era preciso a garantida da mútua responsabilidade de reis e súditos.

Neste sentido, ao rei cabia o comprometimento com a justiça buscando legislar, julgar, castigar e proteger, com o escopo de promover o "bem comum", e aos súditos cabia obedecer-lhe as determinações e possuir "comportamentos adequados" ao ideal de reino. O rei, por sua função, deveria tolher os usos e costumes que eram contrários à vontade de Deus, pois todas as coisas que não eram consideradas apropriadas provocavam um desequilíbrio social. Assim para que o tecido social permanecesse sadio, foram criados mecanismos que impedissem a população, ou os elementos que a compunham, de praticar atos que prejudicassem a ordem e a "normalidade"[3].

O rei, ao trazer a justiça para a sua esfera de poder, necessitou organizar a multiplicidade de leis que se encontravam presentes em Portugal. Com isso, buscava unificar as leis e fazê-las vigentes em todo o reino, criando assim, um direito propriamente português. Haja vista que uma sociedade organizada pressupunha a definição de suas

normas jurídicas e a imposição de sua observância.

Dessa política de organização e centralização das leis resultaram as *Ordenações Afonsinas*, provendo a necessidade de uma coletânea jurídica observada desde o reinado de D. João I[4]. Estas, segundo Oliveira Marques, vinham sendo elaboradas desde o primeiro quartel do século XV, tendo sido concluídas em 1446 e entrado em vigor entre 1446 e 1454[5].

Ainda que as *Ordenações Afonsinas* tenham se estabelecido como compilações de leis basicamente portuguesas, continuaram a coexistir com elas o direito canônico, os forais, as posturas, os costumes, a tradição, as leis anteriores, o direito romano e castelhano, que embora não estivessem atuando com todo o vigor perante a lei central, continuaram sendo exercidos, em âmbito local, no cotidiano da sociedade[6].

Sendo assim, verificamos que os direitos régios são afirmados no sentido de vincar e ampliar a autoridade do rei. No Livro V das *Ordenações*, seguem-se 121 títulos sobre a matéria criminal. Neste podemos encontrar a tipificação de diversos crimes, bem como as penalidades a eles cominadas.

Luís Miguel Duarte, assim como Oliveira Marques, estabeleceu uma tipologia dos crimes[7] para o século XV, classificando-os em crimes contra o rei, a autoridade e a ordem pública; crimes contra Deus; crimes contra a pessoa humana; crimes contra a propriedade e a "ordem econômica" e, finalmente, crimes contra "a moral e os bons costumes".[8] Dentre os crimes elencados nesta última classificação, destacamos os de feitiçaria, barregania e alcovitagem, práticas estas que, além de ameaçarem a instituição eclesiástica, também transgrediam o princípio da ordenação de uma sociedade, sendo, portanto, passíveis de condenação também pela instância civil.

A partir da análise do livro V, verificamos que para os alcoviteiros, a lei recomendava como pena o açoite e a morte.

> "(...) todo homem, ou mulher que em sua casa alcovitar mulher virgem ou casada, religiosa ou viúva, que viva honestamente, ou consentir, que em sua casa

> alguma destas mulheres façam mal de seus corpos, pela primeira vez sejam açoitados pela vila com *pregom*". "(...) e pela segunda vez morram porém."[9]

Para as barregãs de clérigos, frei ou de outra pessoa religiosa eram prescritas penas como multas, degredo e prisão.[10] Já para barregãs de homens casados a pena era restrita a multa[11]. E para os casos de feitiçaria eram previstas a pena de morte[12]. Apesar desta ser a letra da lei, muita das vezes a legislação não era cumprida na íntegra, visto que, em certas ocasiões o rei usava de sua mercê para comutar a pena.

Em Portugal, podemos verificar muitas denúncias contra praticantes de atividades consideradas ilícitas[13], como as acima citadas. Tais denúncias chegavam ao rei através da realização de diversas devassas régias e de acusações feitas, basicamente, por meio de inquirições.

Com o objetivo de que fossem perdoados e reinseridos na sociedade, aqueles que foram acusados, ou julgavam que tal fato tinha ocorrido, deveriam recorrer ao rei rogando sua remissão. Por ser o rei o legislador, somente ele possuía o privilégio de perdoar e a concretização da concessão do perdão régio dava-se por meio de um documento de cunho jurídico, denominado *cartas de perdão*.

Definimos as cartas de perdão como diplomas da Chancelaria Régia, onde através dos quais o rei outorga o seu perdão aos seus súditos frente a um crime, delito ou suspeita destes. Sob o ponto de vista diplomático, as cartas de perdão, são documentos que seguem uma uniformidade. Esses estruturam-se em três partes. Num primeiro momento observamos um resumo da súplica[14], numa segunda parte a decisão régia[15] e por último as disposições finais[16]. Sendo a carta de perdão concedida, a pessoa antes acusada, ficava liberada da acusação e portanto readquiria seus direitos após ter cumprido o que fora estabelecido na referida carta.

Em Portugal, para o período medieval, percebemos o desenvolvimento da concessão de cartas de perdão acompanhando a centralização política construída ao longo da Dinastia

de Avis, tendo um aumento considerável a partir do reinado de D. João II, demonstrando e realçando uma das características do exercício do poder real.

Apesar de não trabalharmos com o processo por inteiro, somente com o ato final, as quais encontramos o condenado recorrendo ao rei na tentativa de livrar-se da culpa que recaía sobre este, assinalamos que estas cartas constituem um rico *corpus* documental, capaz de revelar vestígios do poder real, através do exercício da justiça, e das práticas sociais verificadas no medievo português.

Verifiquemos fragmentos de algumas cartas que se seguem, relatando acusações de crimes de feitiçaria, acompanhados, ou não, de barregania e alcovitagem. Em Leiria, as irmãs Maria e Catarina Sequeira foram acusadas por "(...) Isabella Anes e Eytor Goncallvez, seu genrro e outras pessoas da dicta villa que lhes bem nom queriam (...)"[17] de serem feiticeiras, alcoviteiras, faltarem com temor à Deus e serem barregãs de clérigos, como também de homens casados e solteiros.

Sendo também acusada de feitiço, alcovitagem e barregania com homem casado, temos Guiomar Gonçalves, moradora de Loulé, que recebera queixa de Fernão da Banha, juiz da mesma vila. Posteriormente, Guiomar fora acusada pelo primo do referido juiz, sendo também juiz de Loulé, Mem Rodrigues, que afirmara que esta

> "(...) tijnha em ssua casa huua Lianor Aluârez, cozinheira que fora dos frades do mosteiro de Ssam Francisco, da dicta villa, e que mandaram chamar huu frade do dicto mosteiro per nome frey Gonçalo e que tamto que fora em ssua casa aa noyte o tomaram e desoestiram (sic) e lhe tiraram per ssua natura e colhõoes e ho lançaram nuu pella porta fora de noyte (...)[18]"

De feitiçaria e alcovitagem foram acusadas Catarina Pires e sua mãe Catarina Gonçalves, moradoras de Coruche, ambas denunciadas por Afonso Eanes[19], e Ana Rodrigues, moradora de Santarém, que teve um amigo como delator[20], e Beatriz Fernandes, moradora de Santarém, acusada por algumas pessoas[21] de alcovitagem, feitiçaria e malefícios.

Sob a acusação de fazer feitiços, citemos, também, Helena Gonçalves, de

Portalegre, acusada por João Afonso[22]; Leonor Domingues, de Campo Maior, acusada pelo Corregedor da Comarca[23]; Catarina Gomes, da Ilha da Madeira, não tendo sido indicado seu quereloso[24]; Isabel Álvares[25], de Santarém e Leonor Pires[26], de Torres Vedras, ambas acusadas pelos seus maridos, entre outras mulheres.

Em resposta às aclamações dos súditos, muitas eram as "decisões finais" régias possíveis, cujas variações oscilavam de acordo com a solicitação feita, a gravidade do delito e a vontade do rei. Em geral eram determinadas, entre outras penas, além da prisão, cartas de segurança, degredo, degredo e multa, multa para a arca da piedade, multa para a Chancelaria, multa para "outros", comutação de pena e perdão total.

O castigo deveria ser considerado não somente como dispositivo de coação e controle sobre os corpos dos condenados, mas também como um mecanismo de regulação sobre a vida social. Assim, o castigo não significava só uma estratégia normatizadora individual, mas também atuava como exemplo para toda a sociedade. E o rei era o único que podia punir e beneficiar, reconduzindo e recuperando a ordem social.

Muitos pedidos eram feitos ao rei com a intenção de diminuir a pena sentenciada, ou mesmo comutá-la por uma mais branda. Algumas vezes, para que a solicitação fosse aceita, o rei, como supremo juiz, determinava, em quase todos os casos, o pagamento, sob a forma de multa, à Arca da Piedade[27], já que o rei considerava ser uma prerrogativa a comutação de penas e o perdão de determinados delitos[28].

Fernando Eanes pediu por mercê comutar a pena de degredo por multa. Desta forma, o rei determinou a multa de mil reais brancos para a piedade[29]. Leonor Pires foi perdoada com a condição de pagar a pena de duzentos reais brancos para a Arca da Piedade. A sentença foi cumprida pela processada que entregou a importância a Frei João de Santarém, esmoler do rei[30]. Também identificamos alguns casos em que o acusado clama pela diminuição de sua pena. Foi o que se sucedeu com Beatriz Fernandes, cuja sentença determinava que esta fosse degredada por um ano, do qual já tinha cumprido seis meses. Ao pedir à justiça régia *por mercee* que os outros seis meses fossem perdoados, o rei assim concedeu seu pedido, contanto que ela pagasse seiscentos reais para a Arca da Piedade[31].

Isabel Álvares recorreu igualmente ao rei para que o seu degredo de um ano fosse encurtado, alegando que já teria cumprido os primeiros seis meses e ainda que era pobre e idosa. Sob o pagamento de 500 reais brancos para João do Porto[32], o perdão da referida mulher foi alcançado.

Diante destes e de tantos outros crimes, cabia ao rei exercer a justiça, uma vez que a legislação era uma das formas de afirmação do poder real[33]. No entanto, não era a sua fiel obediência que fora verificada nas cartas de perdão. Nessas, observamos que o rei aplicava as leis na sua totalidade, ou ainda, comutava a lei, aplicava outra pena, ou até mesmo concedia a remissão dos delitos, conciliando a punição com o perdão, mostrando, que a graça régia era uma prática de governar, e que o mais importante não era punir, mas sim criar a idéia e a memória de que só o rei podia punir, absolver, garantir a justiça e a paz.

Nesta tarefa, o rei assumia uma posição conflitante, inserida na lógica de centralização de seu domínio, cujo efeito fez-se sentir na política de concessões e restrições de benefícios e interesses. Sendo assim, no exercício de seu poder, "os reis ora obrigavam ora cediam. Numa política que só nas contradições encontra coerência e viabilidade"[34].

---

[1] Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ.
[2] Veja-se por todos: FEDO, René. *El estado en la Edad media*. Madrid: EDAF, 1977.
[3] ORDENAÇÕES Afonsinas. *Op. Cit*. Livro V, Título VII. P. 32.
[4] No reinado de D. João I foi promulgada a primeira lei contra a feitiçaria, lei esta que foi confirmada pelo Código Afonsino. SERRÃO, Joel. *Pequeno dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1993. P. 270-271.
[5] MARQUES, A. H. de Oliveira. Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A .H de Oliveira. *Nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1986. V.2. P. 281.
[6] MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Op. Cit.* P. 282-283.
[7] A tipologia dos crimes não foi somente trabalhada por Oliveira Marques e Luís Miguel Duarte. Encontramos outros estudiosos, como Rodrigue Lavoie em sua obra: Justice, criminalité et peine de mort em France au Moyen Âge: essai de typologie et de régionalisation. In*: Colloque de l'institut d'études médiévales de l'Université de Montréal.* N° 5. Montréal, 1979, que classifica os crimes conforme as penas que lhes foram atribuídas.
[8] DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo* (1459-1481). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [19--]. P. 263-264.
[9] ORDENAÇÕES Afonsinas. Lisboa: Calouste Gulbenkiam, 1999. Livro V. P. 52-53.
[10] *Ibidem.* P. 61-62.
[11] *Ibidem.* P. 74.
[12] *Ibidem.* P.153-154.
[13] Consideramos aqui como "atos ilícitos" todas as práticas não aceitas pela Ortodoxia Cristã e pelo poder real.
[14] Muito comum a utilização dos seguintes termos: "(...) pedindo-nos por mercê à honra da morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo que lhe perdoássemos a nossa justiça a que nos ele por razão do que dito é era tido". DUARTE, Luis Miguel. *Op. Cit*. P. 37.
[15] A decisão do rei normalmente contém os seguintes elementos: "(...) e querendo-lhe fazer graça e mercê à honra da morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, temos por bem e mandamos que (...)." Ver: *Ibidem*.

[16] Nas disposições finais, o rei acrescenta: "E não fazendo ele assim [*isto é, não cumprindo as condições do perdão*] esta carta lhe não valha. E fazendo como dito é, mandamos que o não prendais nem mandeis prender nem lhe façais nem consentais ser feito mal nem outro nenhum desaguisado quanto é pela dita morte [*ou fuga; ou roubo,etc*.] porque nossa mercê e vontade é de lhe perdoarmos como dito é". Ver: *Ibidem*.
[17]ANTT. *Chancelaria de D. Duarte*. Livro 3. Fólio 38. Évora, 18 de março de 1435.
[18] ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*. Livro 13. Fólio 53 v. 17 de julho de 1456.
[19] ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*. Livro 13. Fólio 21. 31 de agosto de 1457.
[20] ANTT. *Chancelaria de D. João II*. Livro 12. Fólio 115. 10 de abril de 1490.
[21] ANTT. *Chancelaria de D. João II*, Livro 3. Fólio 50. 12 de setembro de 1482.
[22] ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*. Livro 34. Fólios. 41-41v. 16 de abril de 1450.
[23] ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*. Livro 13. Fólio 151. 15 de abril de 1456.
[24] ANTT. *Chancelaria de D. João II*. Livro 8. Fólio 23. 22 de julho de 1486.
[25] ANTT. *Chancelaria de D. João II*. Livro 5. Fólio 91. 26 de abril de 1492.
[26] ANTT. *Chancelaria de D. João II*. Livro 5. Fólio 34v. 10 de maio de 1492.
[27] Esta arca era um tipo de caixa, baú ou cofre, para onde era recolhido todo o dinheiro pago pelos réus como forma de redenção dos crimes ou faltas cometidas. CAETANO, Marcello. *História do direito português* (sécs. XII-XVI): subsídios para a história das fontes do direito em Portugal no século XVI. Lisboa: Verbo, 2000. P.557.
[28] BRAGA, Paulo D. Esmoler mor e esmoler menor do reino: nótulas sobre funções de Corte (séc. XIII-XVII). *Separata de Itinerarium*, XLI, 1995. P.499.
[29] ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*. Livro 26. Fólio 32. 25 de outubro de 1481.
[30] ANTT. *Chancelaria de D. João II*. Livro 5. Fólio 34v. 10 de maio de 1492.
[31] ANTT. *Chancelaria de D. João II*, Livro 3. Fólio 50. 12 de setembro de 1482.
[32] ANTT. *Chancelaria de D. João II*. Livro 5. Fólio 91. 26 de abril de 1492.
[33]HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Dionisius el Alfonsus, Dei Gratia Reyes et Communis Utilitatis Gratia Legiferi*, Porto: Separata da Revista da Faculdade de Letras, II Série, [19--].V. 9. P. 16-28.
[34] COELHO, Maria Helena da Cruz. *Entre poderes*. Análise de alguns casos da centúria de quatrocentos. Porto: [s.n], 1989. P.125.

Como convencer e curar: a introdução da homeopatia no Rio Grande do Sul

BEATRIZ TEIXEIRA WEBER - UFSM

A proposta de divulgação da homeopatia no Rio Grande do Sul vinculou-se à atividade de indivíduos que tiveram contato com a proposta de Benoit Mure. A referência mais antiga está relacionada à difusão da homeopatia pelos professores formados pela Escola Homeopática do Brasil, fundada no Rio de Janeiro em 1845. Os professores Edmundo Tberghien Ackerman, Joaquim Gonçalves Gomide e padre João Pedro Gay, além de Dionysio de Oliveria Silveiro, diplomado pela Universidade de Coimbra, realizaram a propaganda da homeopatia desde 1847, tendo recebido uma "boa recepção"[1]. Também encontramos referência de um consultório homeopático para pobres, instalado em 1849, em uma das salas da Câmara Municipal da vila de São José do Norte, dirigido pelo dr. E. J. Adhermann[2].

Além dessas atividades, a estratégia de divulgação através de publicações populares parece ter sido a mais expressiva forma de difusão da homeopatia no Rio Grande do Sul. Diversas publicações procuraram popularizar variados assuntos do conhecimento de ciências em ascensão na segunda metade do século XIX, como leis, medicina e engenharia, através de manuais vendidos ou distribuídos aos interessados. Era uma literatura auto-instrutiva que facilitava a proximidade com conhecimentos talvez só acessíveis em grandes centros urbanos, como, por exemplo, manuais de culinária, de boas maneiras, de direito e medicina, visando à divulgação de códigos de elegância, de ciências, de higiene, e de regras sociais fundamentais para se construir o que os autores idealizavam como "civilização"[3]. A proposta de alguns homeopatas também era divulgar seus preceitos ao maior número possível de pessoas, tornando essa prática auto-aplicável, e compreensível a quem se interessasse. Segundo um desses autores, propunha-se a fazer um guia homeopático que "estivesse ao alcance de todas as inteligências, mormente dos chefes de família, que, espalhados pelo interior dos Estados e longe dos socorros dos profissionais, não pudessem de pronto acudar às suas

pessoas, que enfermassem e com probabilidade de bom êxito"[4]. Vários praticantes procuraram divulgar seus preceitos para que fossem acessíveis a leigos e não só a médicos. Procuravam um estilo que não fosse "por demais científico" e que aos "indoutos" não causasse "um embaraço insuperável"[5].

A possibilidade de angariar adeptos para as suas práticas esteve vinculada a uma estratégia pública que envolvia a divulgação de suas propostas como as mais adequadas. A homeopatia procurou publicar manuais para leigos com os preceitos homeopáticos para que qualquer pessoa pudesse aplicá-la, utilizando-se de boticas homeopáticas vendidas em farmácias. Segundo Muniz Cordeiro, todo o chefe de família que residisse em lugares onde não pudesse obter os medicamentos de que precisava, deveria possuir uma botica homeopática para socorrer aos necessitados. Ele indicava uma lista de 39 medicamentos dos mais indispensáveis, que deveriam estar na 5ª dinamização, além de serem objetos indispensáveis os fios de linho, pontos falsos, tintura de arnica, tintura de "plumeria", álcool refinado e água destilada. O texto apresentado é simples e acessível, com uma listagem das principais condições que seriam tratadas pela medicação homeopática e as recomendações dos remédios, uma listagem dos remédios e das principais indicações e, por último, uma guia homeopático de novos medicamentos[6]. Algumas dessas obras ofereciam uma descrição das boticas e seus preços no final dos volumes[7].

Um exemplo dessa prática foi o homeopata Manoel Amaro Jr.. Ele era filho de um grande criador em Jaguarão, que também possuía fazendas no Uruguai. Ele atenderia os casos de acidentes graves nas lidas campeiras e sua habilidade teria se espalhado. Utilizava flora medicinal no tratamento e aprendeu homeopatia nos manuais dessa terapêutica, aos quais teria acesso no Uruguai, onde seriam utilizados em larga escala. Possuía uma clínica médica regular em Jaguarão, com um consultório com aparelhagem para radiologia, ginecologia e obstetrícia. Atendia amparado por um alvará de licença para o livre exercício da medicina, concedido no Império[8].

A referência ao homeopata Josefilo de Souza Brandão[9], em 1857, é a primeira e mais antiga encontrada de um homeopata na região de Pelotas. A cidade foi sede do Laboratório Homeopático Souza Soares desde 1874, originada de uma farmácia fundada por um português, segundo Fernando Luis Osório[10]. O Laboratório tornou-se um dos mais importantes de homeopatia no Brasil, no qual eram produzidos diversos medicamentos, sendo o mais famoso o Peitoral de Cambará, indicado para todos os tipos de tosse e para a tuberculose. O Laboratório era situado num amplo parque chamado Pelotense, fundado em 1883. Seu proprietário era José Álvares de Souza Soares[11]. Ele era um médico autorizado pela Diretoria de Higiene Pública do Estado do Rio Grande do Sul para clinicar. Nas informações que constam em uma de suas publicações, era um industrial farmacêutico por decreto do Governo do Brasil, autor de obras de medicina, como "Auxílio Homeopathico", "O Novo Médico" e "Novo Guia Homeopático", fundador da Sociedade Medicinal Souza Soares Ltda., criada na Europa e no Brasil para os laboratórios de produção homeopáticas, para os Específicos de Souza Soares, Peitoral de Cambará, Pastilhas da Vida e outros preparados de sua descoberta[12], a sociedade era antecessora de Souza Soares & Irmão. O Parque Pelotense era uma propriedade onde funcionava uma granja, as oficinas farmacêuticas, uma tipografia, residências para os empregados e um parque aberto ao público com atividades de lazer (bosques, caramanchões, chalés, labirintos, repuxos, lagos, aparelhos de ginástica, praças e restaurante)[13].

Em 1889, o diretor da 3ª secção da Secretaria de Estado dos Negócios do Império pediu informações, em ofício reservado, sobre a conduta e moralidade de Souza Soares e do seu parque. A resposta do Presidente da Província Silveira Martins foi: "Esse Souza Soares nesta província não tem sido mau homem, antes tem-se mostrado bom e cavalheiro, é charlatão e conseguiu fazer fortuna com o xarope de cambará, de sua preparação". O parque é considerado lugar de passeio, mas não caberia no título de "parque imperial", que estaria sendo solicitado[14]. Paulo Roberto Rodrigues Soares afirma que é uma obra de "saneamento social" da cidade de Pelotas, pois foi o principal ponto

de recreio e ócio da população, com livre acesso e permitindo "à burguesia local transmitir uma boa imagem e seu desejo de integração de todas as classes e também constituía-se num fator de controle social, pois a população trabalhadora era "educada" através dos hábitos "higiênicos e polidos" dos mais ricos"[15].

Dentre várias publicações, Souza Soares lançou um pequeno livro chamado "O Novo Médico ou A medicina simplificada ao alcance de toda a gente", em que dissertava sobre as doenças e os específicos homeopáticos para a sua cura. "Método moderno e facílimo de curar as moléstias em geral por meio de Específicos inofensivos, de muita eficácia, com rapidez e economia..."[16]. Propunha-se a ser um "tratado de medicina popular", informando como "ser um médico de si mesmo", com anatomia do corpo humano, descrição dos específicos, sua preparação e administração das doses, conselhos de regime e dietética, além de descrever de forma clara e instrutiva os sintomas e como tratá-los, incluindo um índice de moléstias das crianças.

O livro era distribuído gratuitamente e considerado um novo método de cura, com as vantagens da inocuidade, facilidade do emprego, eficácia, rapidez de ação e economia. Os "específicos" que propunha, em "pílulas saccharinas", teriam sido estudados cientificamente, experimentados desde o ano de 1889 e só entregues ao público depois de confirmada sua eficácia. Afirmava ser uma medicina nova, muito fácil e de grande eficácia, cuja principal vantagem era a nomenclatura nova adotada pelo autor, evitando os enganos na sua aplicação e facilitando o tratamento das moléstias, pois não se precisaria ser médico para saber que remédio utilizar. Um exemplo é a "febrilina", remédio para as febres em geral, ou a "epidermina", para as moléstias da epiderme ou da pele. "São medicamentos combinados de harmonia com as moléstias originadas pelo clima do Brasil e costumes de toda sua população, tão diferente dos habitantes de outros países, e é por isso que se tornam ainda mais eficazes na cura das enfermidades"[17]. Mas a principal vantagem apontada "é de FAZER DESAPARECER completamente todos os embaraços na escolha do remédio para o tratamento das moléstias, visto que, geralmente, em 2, 3 ou 4 medicamentos encontra-se, sem dificuldade alguma, toda a

medicação necessária! Desta forma fica garantido o tratamento das enfermidades por aqueles que não podem, facilmente, como se ensina em algumas obras de medicina homeopática, escolher o remédio por um grande número de sintomas que a moléstia apresenta e que só o médico ou quem pode estudar medicina é dado apreciar devidamente"[18]. Quando tomados por engano, nenhum mal produziriam porque "são preparações livres de toda a parte tóxica". Além de serem "baratíssimos".

As vantagens listadas para seu método de tratamento são minuciosas e procuram convencer os usuários da utilidade do livro e dos específicos propostos por Souza Soares. Seu estabelecimento também publicou um "Almanach da Família", em 1892, que servia como matéria de leitura, além de calendário e indicações caseiras[19].

Segundo Lorena Gill, Souza Soares envolveu-se em uma longa disputa através da imprensa a partir de 1898, com representantes dos "Específicos de Humphreys", produzidos em Nova Iorque. Os representantes do produto acusavam Souza Soares de copiar a fórmula e os rótulos do seu específico. Souza Soares sustentou o debate através dos jornais, enaltecendo os valores da indústria brasileira e desenvolvendo uma grande campanha publicitária, que reforçava as iniciativas de um morador da cidade de Pelotas, apresentado como empreendedor e arrojado[20]. O tom da polêmica indica os elementos que procuram ser destacados como mais valorosos pelo seu autor para o convencimento da população a seu favor.

A presença da homeopatia em áreas urbanas no Rio Grande do Sul parece estar relacionada a uma prática formal, médica e farmacêutica, e pouco vinculada a uma proposta espiritualizada. Como a dificuldade de acesso a fontes limita as afirmações, pode-se apenas apontar as possibilidades, sem, contudo, concluir de forma mais clara.

Aventamos a hipótese de que há um conhecimento e uma inserção da prática homeopática no interior do Rio Grande do Sul bem antes e, talvez, concomitante, com o período em que ela é referida nas áreas urbanas. Esse material parece ter feito parte de algumas casas, principalmente de proprietários letrados, que utilizariam conhecimentos diversos para o exercício de práticas de cura entre seus subordinados. Médicos

produziram manuais que representavam a legítima ciência da época, mas eram, igualmente, legítimos agentes de medicina popular, tamanha sua aceitação e difusão entre a população leiga. Seus consumidores eram leigos letrados, boticários, fazendeiros e sinhás-mães de família que praticavam a medicina, no trato com seus escravos, agregados, libertos e pobres livres que viviam em seus arredores. Mas também foram obras que serviram como interlocutoras de indivíduos que formavam a base da prática das artes de cura no país, curandeiros, boticários, sangradores, cirurgiões-barbeiros, algebristas. Havia um amplo panorama de práticas de cura no Brasil que não permitem ser classificadas de forma rígida[21]. A homeopatia mesclou-se a esta diversidade, também compondo um campo de tratamentos variados através da divulgação de manuais para a população leiga do interior do Brasil.

---

[1] http://www.dichostoriasaude.coc.fiocruz.br, em 13/1/2005.

[2] MARTINS, Souza. Arquivo. Consultórios. Dispensários. Casas de Saúde. Enfermarias. Hospitais homeopáticos instalados no Brasil. Apontamentos históricos organizados por Souza Martins. 1948. Manuscrito. Instituto Hahnemanniano do Brasil.

[3] GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. "Os Manuais de Medicina Popular de Chernoviz na Sociedade Imperial" In: **Revista Cantareira**. Criada e mantida por alunos da área de História da UFF. No. 5, vol. 1, abr-ago 2004. Site www.historia.ufff.br/cantareira

[4] CORDEIRO, Bráulio Jayme Muniz. **O Médico dos Pobres ou a Homoeopathia ao Alcance de Todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1899, p. v. Optamos por atualizar a ortografia dos textos, para facilitar a compreensão.

[5] CORDEIRO, Op. cit., p. v.

[6] CORDEIRO, Op. cit.

[7] LAURIE, T. **Medicina Domestica Homoeopathica**. Rio de Janeiro: Publicada pelo editor José Ferreira de Pinho, proprietário do Laboratório Homeopático da Rua da Quitanda/ Tip. União, 1887. A obra é uma tradição da **24ª** ed inglesa. Ela pretendia oferecer os "meios para conhecer o estado do doente, distinguir o estado de saúde do da moléstia e determinar a natureza desta", com uma análise das doenças específicas e os procedimentos.

[8] BARRETO, Sabino Menna. "Resumo Histórico da Homeopatia no Rio Grande do Sul". Trabalho apresentado no I Congresso Sul Americano de Homeopatia. Ed. Patrocinada pela Farmácia Homeopática de Luiz G. Klein & Cia. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1944, p. 5.

[9] SINTRA, Elmano de. **Sociedade Portuguesa de Beneficência: História da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, através de um século: 1859-1959.** Porto Alegre: Of. Graf. Da Livraria do Globo, 1959, p. 23. Trata-se de uma polêmica na imprensa para instalação de uma enfermaria homeopática em Pelotas.

[10] OSÓRIO, Fernando Luis. **Almanaque de Pelotas**. Pelotas, 1934. Biblioteca da PUC-RS.

[11] GILL, Lorena Almeida. **Um Mal de Século: Tuberculose, Tuberculosos e Políticas de Saúde em Pelotas (RS) 1890-1930**. Porto Alegre: Doutorado em História – PUCRS, 2004, P. 47, 242.

[12] SOARES, Visconde de Souza. **O Novo Médico ou A medicina simplificada ao alcance de toda a gente**. 17 ed. Pelotas: Typ. de Souza Soares & Irmão, 1937. Informações constam na apresentação do livro.

[13] **O Rio Grande Industrial**. Porto Alegre: Echenique Irmãos e Cia, 1907, p. 45-46.

[14] Ministério do Império – RS – Ofício dos Presidentes – Maço 1889 (IJJ 9 467). Ofício de 4 nov 1889. De G. Silveira Martins ao Barão de Loreto. Arquivo Nacional.

[15] SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. "Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o Saneamento de Pelotas nas Primeiras Décadas do Século XX" In: **História em Revista vol. 7, no 1**. Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica/UFPEL, dez 2001, pp. 65-91, citação p. 72.

[16] SOARES, Visconde de Souza. Op. Cit., apresentação do livro.

[17] Idem, p. 11.
[18] Ibidem, p. 12, grifo do autor.
[19] GILL, Lorena Almeira. Op. Cit., p. 42. OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão**. Pelotas: Off. Typ. Do Diário Popular, 1922, p. 202.
[20] GILL, Lorena Almeida. Op. Cit., p. 43. A polêmica desenvolveu-se no jornal Diário Popular, da cidade de Pelotas, a partir de 1º de abril de 1898 e durante o ano de 1899.
[21] GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Op. cit.

Salus Populi, Suprema Lex: a Profilaxia da Lepra e o Projeto Lazarópolis de Souza Araujo (Paraná - 1917) (1)

Profª. Dr.ª Beatriz Anselmo Olinto(2) – UNICENTRO

Desde 1904 a lepra era uma moléstia de notificação compulsória (leia-se obrigatória) para efeito de isolamento por decreto federal, que é reeditado em 1914(3). Já a legislação paranaense instituía, desde 1918, que a obrigação de comunicar os casos da doença não era só dos médicos, mas também dos próprios familiares. Nessa mesma lei decreta-se a separação dos filhos sãos dos doentes de lepra, passando ao estado a responsabilidade sobre aqueles.(4) As conseqüências da legislação sobre a vida das pessoas em nenhum momento é questionada, o "leproso" nunca tem voz , ele aparece como o objeto a ser manipulado racionalmente pela ciência e em nome da segurança coletiva.

Tais legislações sobre a saúde coletiva iriam, durante as primeiras décadas do século XX, tornar-se cada vez mais amplas e complexas. Uma "*suprema lex*", uma razão de estado, em nome da qual a organização de uma profilaxia extremamente autoritária e invasiva de qualquer direito individual será cunhada e executada sobre os doentes de lepra. No caso do Paraná, será Souza Araújo o sujeito da vanguarda profilática. É ele quem projeta um lugar útopico para a exclusão total e idealizada dos enfermos, um leprosário colônia, ou melhor, como ele o chamava: uma *Lazarópolis.*

Para o médico, quando ela estivesse funcionando, as pessoas lá segregadas passariam a demonstrar suas potencialidades humanas, pois: *"Considerando que os leprosos entre si são indivíduos alegres, ordeiros e operosos.."(5)* Ser leproso apresenta-se para ele como uma identidade, porém suas características só aparecem qualificadas quando os doentes estão "*entre si*" no isolamento centralizado e total defendido pelo médico. Fora dele o doente era um perigo social que devia ser localizado, denunciado,

isolado.

Estava definido dentro da medicina que falar de profilaxia da lepra era falar de isolamento do doente. É no seio desse paradigma, então vencedor e dominante, que existe a possibilidade de elaboração de uma proposta como a *Lazarópolis* de Souza Araújo. O *leprosaria revival* mundial do início do século XX tinha no Paraná um modelo a sua altura, que sonhava com doentes idealizados, em um espaço ordenado e totalmente auto suficiente e isolado.

Ao se olhar para a planta baixa da Lazarópolis projetada por Araújo em 1917(6), a ser edificada em Piraquara, pode-se perceber que existem também algumas questões simbólicas que a permeavam. Assim, planeja-se como centro da Lazarópolis o encontro de duas ruas perpendiculares, nomeadas em homenagem a Oswaldo Cruz e Adolfo Lutz. Elas se juntariam na praça São Lázaro, onde seria construído um coreto. Perpassa este encontro uma tentativa de dar conta das ambigüidades que envolvem a lepra. Pois que, as duas visões de autoridade sobre a doença estariam contempladas (por um lado a ciência e seus heróis virtuosos: os médicos), por outro o delírio mítico fundador da lepra no ocidente cristão: a figura de Lazáro, para onde as retas ruas médicas convergiam. Melhor ainda, na praça São Lázaro, para fechar e comemorar o grande encontro, erguer-se-ia um coreto. Um espaço para a realização ritualística que presentifica e sanciona a ordem.

No projeto Lazarópolis, havia espaço para os filhos de doentes, que ficavam em região específica e eram compostos por dormitórios, creche e escola. Nesse primeiro projeto de centralização do isolamento, os filhos eram separados dos seus pais, embora permanecessem na Lazarópolis. Tudo em nome da extinção da doença, que tais medidas anunciavam com otimismo*: "A absoluta segregação dos filhos dos leprosos, a fim de subtraí-los ao contágio familiar, garantirá a extinção da lepra em uma única geração."(7)*

Também destaca-se no projeto da Lazarópolis a existência de casa para as

pessoas casadas, de dormitórios para os solteiros divididos por sexo, de espaço para oficina, para hortas e para atendimento médico. Essa organização parece tentar dar alguma estruturação social dentro do espaço da colônia, o que indicia o conhecimento, por parte do médico, do trauma ocasionado pelo política de isolamento obrigatório, o que extravasa ainda mais seu caráter trágico, que reside no conhecimento das conseqüências das ações virtuosas por parte do seu fomentador.

O decreto 779 de 8 de outubro de 1918, criava a profilaxia rural no Paraná e era em grande parte dedicado à lepra: no art 67, parágrafo 1º*: "Será obrigatório, no estado do Paraná, o isolamento dos leprosos."* Já no seu parágrafo 2º sobre as condições *nos "asilos-colonias*" tem-se que deveria *"se possível"* separar o leproso de seu cônjuge são, também separar dos filhos sãos, ou em alas especiais da colônia ou em instituição pública para esse fim.(8) A família, o meio em que aquela pessoa vivia não é em nenhum momento considerado, parece uma guerra onde uma lógica superior inviabiliza o pensar sobre qualquer outro dano, fosse social, ou psicológico.

Mas as medidas também atingem a questão do acobertamento da doença que, segundo GOFFMAN(9), são medidas para tentar diminuir a tensão ao diminuir a visibilidade do estigma, assim : *"os leprosos deverão manter rigoroso asseio pessoal e os portadores de ulceras te-las sempre tratadas e oclusas".* (10) E é certo que a tensão existia, já que o decreto deixa explícita a força que envolve essa relação : *" Art. 73. Aos leprosos que se recusarem ao isolamento nos estabelecimentos oficiais serão impostas medidas rigorosas."(11)* Destaque-se a finalização do decreto com a seguinte frase, data e *local "está regulamentada a Profilaxia da Lepra no estado do Paraná. Manguinhos, 15 de outubro de 1918".*

O local de sua assinatura demonstra a influência dos médicos em torno de Oswaldo Cruz, entre eles o próprio Souza Araújo: a legislação para o Paraná é elaborada no instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro. O tom é radical, talvez porque está sendo

escrito bem no início da gripe espanhola, e frente à impotência da medicina para com ela. Busca-se extravasar a suposta competência dessa disciplina em outro local, na lepra.

Principalmente, e apesar de ser escrito por médicos, o decreto nunca chama as pessoas de doentes, ou pacientes, ou enfermos; sempre e tão somente denomina-os de leprosos. Com essa nomeação reveste-se o doente com a sua doença, ela passa a ser sua identidade perante o mundo oficial, uma identidade mais visível do que checar os papéis (12). Com isso o doente será sempre o outro, tornando-o cada vez mais distante. É um distanciamento também geográfico, mas apenas sistematiza uma ordenação que já os havia expulsado de uma integralidade humana. A relação identificatória que se coloca é de dualidade que estabelece quem é sujeito e quem é objeto.

Em tudo isso, quem está construindo uma hegemonia é um grupo de médicos , que logo se denominarão pela sua especialidade, a leprologia, ou seja, o logos sobre a lepra, mas esses discursos deveriam apresentar-se com mais unidade para ampliar seu efeito de verdade, para isso e por cima de qualquer divergência era necessário afirmar: *"Hoje no Paraná, não há divergências quanto à orientação a seguir-se na profilaxia da lepra"* (13). Falar que não existe só confirma que pelo menos houve, mas que já se tinha um vencedor, e era um modelo composto pela ampliação da atuação estatal através de convênio entre governos federal e estadual, a comunicação e o isolamento compulsórios dos enfermos, e a construção em um local distante de uma instiuição tipo leprosário colônia para a centralização de todos os doentes recenseados no estado do Paraná.

Ligando o nível nacional ao local, aponta-se que foi a partir da iniciativa do governo federal de criação do Serviço de Profilaxia Rural com o objetivo de *"combater as endemias que assolam o interior do pais"(14)* que foram fundados postos sanitários em várias cidades do interior do país. É nesse movimento que se insere o posto da Profilaxia Rural inaugurado em Guarapuava. Com o auxílio da senhora Rosa Siqueira, o posto chegou a ser instalado, porém o medo local de que atraísse mais leprosos ou até mesmo

a instalação da Lazarópolis, o que foi cogitado por Souza Araújo, ocasionou o seu fechamento pela Prefeitura Municipal. Agora, a centralização dos doentes respondia aos anseios regionais de invisibilidade para a doença, tornando-a longe dos olhos e dos corações. O aspecto espacial foi fundamental, pois nele parece ter se materializado o desejado distanciamento do outro, ou melhor, o seu suposto desaparecimento.

É com esse sentido que ,em 1919, sob o impacto da gripe espanhola, os serviços nacionais de saúde são reformulados e, entre eles, a Profilaxia Rural definida como: *"O serviço contra a lepra será sujeito a um regime especial."(15)* Regime especial para o qual o convênio entre o governo do Paraná e o governo federal viabilizará os recursos necessários, o projeto de um grande leprosário colônia centralizador dos doentes. As resistências haviam sido dissipadas mas a obra continuava vultosa, só que agora era legitimada como necessária através da constituição de uma verdade médica calamitosa sobre a situação do interior do estado, principalmente a partir dos trabalhos da Comissão de Profilaxia, chefiada por Souza Araújo e que percorreu o Paraná a partir do ano de 1916 e publicou os seus resultados em 1919. Uma vez instituída a visão de caos sanitário, ela amparava a mitologia da instituição modelar para solucionar o problema criado. A ação ordenatória será organizada na segunda metade da década de 20, quando o governador Caetano Munhoz da Rocha impõem uma política de saúde pública sistematizada em grandes instituições no Paraná. Munhoz da Rocha faz uma política de saúde pública monumental, simbolizada pela construção de três grandes instituições hospitalares: uma para a centralização de todos os leprosos do estado, o Leprosário São Roque; outra para atendimento aos tuberculosos, o Sanatório São Sebastião da Lapa e, finalmente, uma para doenças transmissíveis em geral, o Hospital de Isolamento Oswaldo Cruz.

Olhando para as várias fontes oficiais sobre essa política, pode-se compreender o papel designado aos leprosos, como no decreto de 09 de outubro de 1926, às vésperas de inaugurar o Leprosário São Roque, quando o governador legisla sobre a lepra, inicia

justificando a inquestionabilidade do isolamento dos doentes: *" O presidente do estado do Paraná, considerando que o isolamento do doente constitui o único meio de evitar a propagação da lepra e de extinguir a moléstia e considerando que o Paraná já se acha aparelhado de um estabelecimento modelar para receber os leprosos" (16)*

Novamente o único caminho é isolar o doente, por mais que seja uma vítima da doença. É interessante lembrar a interpretação de Susan SONTAG, quando aponta que ser pensado como vítima em nenhum momento diminui a culpa de um doente, pois que: *" (...) Não importa se o paciente é pensado como vítima. Vítimas sugerem inocência e inocência, na inexorável lógica que governa todos os termos relacionais, sugere culpa." (17)*

Também no decreto citado acima está a mítica do estabelecimento modelar. Por que ele é pensado como um modelo? Principalmente por sua proposta de construção como uma "*ilha*" auto suficiente, não era à toa que inicialmente Araújo propunha que fosse instalado de fato em uma ilha (18). O contato com a sociedade deveria ser minimizado e para tal pretendia-se atender a qualquer necessidade que pudesse vir justificar uma saída da instituição. Planeja-se a organização interna do São Roque, como: *"dispunha de toda a infra-estrutura básica de uma pequena cidade, desde o abastecimento de água potável até a aquisição de aparelhos radiofônicos e cinematográficos." (19)*

Ao focar a lente da razão científica como a única verdadeira ao olhar, desfocou-se a percepção do caráter trágico do viver, pressupondo ser possível superá-lo. Porém, o trágico está contido também na ação para um *dever-ser* e em suas conseqüências. O leprosário colônia como uma pequena cidade, uma reprodução de coisas cotidianas, as pequenas coisas que simbolizam a civilização e afastam toda a anomia. Nem tão pequenas porém são suas singularidades e sua regulamentação *sui generis*, pois que era uma cidade para onde os moradores não se haviam mudado, mas sim sido removidos;

onde seus filhos lá nascidos, lá não ficariam; de onde sair quase não se podia; um local distante onde o cotidiano tinha uma organização detalhada e o único passaporte para entrar estava carimbado no corpo.

Contudo, para além das regulamentações era também uma realidade complexa e cheia de clivagens. Mas é nessa perspectiva que se busca perceber os contornos sutis de um campo de onde emergiam sujeitos. Na profilaxia desenham-se papéis, ao mesmo tempo em que se distanciava o objeto de estudo e intervenção *"leprosos".* Nela estabeleciam-se os limites da sobrevida de ser visto como um corpo doente, incurável e perigoso.

O saber e a ciência se fazem sobre o corpo, o corpo do outro, que se configuram nos discursos: *"Essas escrituras efetuam duas operações complementares: graças a elas, os seres vivos são 'postos num texto', transformados em significantes das regras (é uma contextualização) e, por outro lado, a razão ou o logos de uma sociedade 'se faz carne' (trata-se de uma encarnação)"* (20).É nessa perspectiva que se deve ler os discursos médicos sobre o corpo do "leproso". Pois nesse corpo repousava a alegoria fatal, um signo desencadeador de tragédias pessoais intrínsecas mesmo nas narrativas médicas. Sobre ele também estarão alegorias que transmitem a concepção do corpo físico como metáfora de integridade, assim: *" O corpo é um modelo que pode significar qualquer sistema limitado. Seus limites podem representar quaisquer limites (...). Ver no corpo um símbolo da sociedade, e os poderes e perigos creditados à estrutura social reproduzidos em miniatura no corpo humano"(*21)

Ao analisar o material produzido pelo médico Souza Araújo, abrangendo tanto o período da Comissão de Profilaxia Rural, quanto o Projeto Lazarópolis ou o isolamento nos leprosários colônias, muito mais que legitimar o isolamento profilático, traçava concepções sobre a população, esmiuçava o corpo leproso, para além da própria doença, falava também de um projeto purificador para a sociedade.

Porém, com implementação do uso da sulfona, iniciado no Paraná em 1947, criam-se as condições de possibilidade de uma transformação da postura médica em relação à lepra: agora os médicos defenderiam o atendimento ambulatorial, condenando o isolamento compulsório e apontando os males dele advindos, logo os grandes leprosários colônia e a obrigatoriedade do isolamento tornar-se-ão pedras no caminho frenético da modernidade, mas essa é uma outra história.

NOTAS:

1 O presente artigo é parte integrante da tese: OLINTO, Beatriz Anselmo. *Pontes e Muralhas:* diferença , lepra e tragédia (pr. início do seculo XX) Tese de doutorado. Fpólis: UFSC, 2002.

2 Doutora em História Cultural pela UFSC, professora adjunta do DEHIS Unicentro, professora das faculdades Novo Ateneu de guarapuava.

3 Decretos: 5156, de 8 de março de 1904 e 10821 de 18 de março de 1914.

4 SOUZA ARAÚJO, Heráclides. *História da Lepra no Brasil*. vol. IIIRio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956. (p 242, 243).

5 ibidem

6 SOUZA ARAÚJO, Heráclides C. de. *A Profilaxia Rural no Estado do Paraná*. Curitiba: Econômica, 1919. (p. 244).

7 Idem, ibidem.

8 SOUZA ARAUJO. *História da ...* op. cit. 1956. (p. 244).

9 GOFFMAN.Erving. *Estigma:* notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988 (p 113).

10 SOUZA ARAÚJO. *História....* v. III. (p 245).

11 Idem, ibidem.

12 GOFFMAN, Erving. *Estigma:* notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

13 SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia....*op. cit., 1919. (p. 244).

14 Artigo 1º do decreto 13,001 de 1º de maio de 1918 que criou o serviço, In: SOUZA ARAÚJO. História...(p. 20).

15 Artigo 1º parágrafo único decreto 13. 538 de 9 de abril de 1919, In: SOUZA ARAÙJO. História....(p 34).

16 Decreto 1194 In: FERNANDES JR. Lindolfo Ribeiro. *A Secretaria da Saúde e do Bem –Estar Social do Paraná:* suas origens e sua evolução no período 1853-1983. Curitiba: Secretaria da Saúde, 1986 (p 35).

17 SONTAG, Susan. *Illness as Metaphor and Aids and Its Metaphors*. New York: Picador, 2001. (p. 99).

18 SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia* ... op. cit. 1919 (p. 245).

19 FERNANDES JR. op. cit. (p. 34).

20 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano:* 1. Artes de fazer.3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994 (p.231).

21 DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. (p. 142).

AS GUERRAS PERVERSAS E AS GUERRAS SANTAS: A VISÃO DO ISLÃ MEDIEVAL SOBRE AS MOTIVAÇÕES POR TRÁS DOS CONFLITOS

BEATRIZ BISSIO

Como o tema que nos reúne é o da **Guerra e a Paz**, nos propomos analisar como ele aparece na obra *Al Muqaddimah*, de Ibn Jaldún, que utilizamos como fonte principal na nossa pesquisa de Doutorado, na UFF. Ibn Jaldún é "um dos escassos sábios árabes que desfrutam de notoriedade universal" [i] e o seu livro *Al-Muqaddimah*, é considerado uma obra clássica do pensamento histórico. Foi definida como "a síntese mais compreensiva das ciências humanas realizada pelos árabes", pelo geógrafo e professor Ives Lacoste.[ii]

Vamos, em primeiro lugar, situar melhor o historiador muçulmano e a sua obra:

O Ocidente recebeu, na Idade Média, da civilização árabe-muçulmana, a herança cultural grega, enriquecida pelos aportes dos próprios árabes que, por sua vez, incorporaram ao seu saber avanços de outras culturas (indiana, chinesa, etc) com as quais mantinham contato. Graças a intelectuais muçulmanos e judeus - estes em geral expressando-se em língua árabe - a Europa pode ler por primeira vez a ciência e filosofia gregas. Esses intelectuais não só recuperaram o legado dos clássicos, mas aperfeiçoaram-no, introduzindo novas questões. Entre elas, "o tema, de procedência semita, árabe e judia, das relações entre fé e filosofia ou razão, entre pensamento humano e revelação".[iii] Desse legado cultural islâmico é filho Ibn Jaldún.

Ele nasceu em 27 de maio de 1332 em Túnis (na época, capital de Ifriqiyya) no seio de uma família árabe radicada durante séculos em Sevilha, que emigrara para o Norte da África quando *Al Andalus* foi sendo reconquistada pelos cristãos. Faleceu no Cairo, em 17 de março de 1406, pouco antes de completar 74 anos, sendo sepultado no cemitério dos sufis dessa cidade. *Al Muqaddimah* (Os Prolegômenos), a mais conhecida e representativa expressão do

seu pensamento, é a Introdução que ele escreveu para o livro "História Universal", em árabe *Kitab al-'ibar,* que também inclui a sua Autobiografia (*al-Ta` rif bi-Ibn Jaldún*).

Na fortaleza Qalat-Ibn-Salama (na Argélia), o historiador redigiu o primeiro original do *Al-Muqaddimah* entre 1375 e 1379 e ainda haveria de corrigir o manuscrito por quatro anos. A grande pergunta que Ibn Jaldún procurou responder é como e porque surgem e entram em declínio os impérios. Ávido por respostas, analisou, entre outras questões, a guerra, assunto ao qual dedica o Capítulo XXXVII do Livro Terceiro, livro este que trata "das dinastias, do califado, da ordem de dignidades no sultanato – indicação de tudo o que ali se passa de notável - princípios fundamentais e desenvolvimento." O capítulo tem onze páginas (no oceano de 1.113 páginas da obra em seu conjunto) e leva o título: "Sobre a guerra e os usos militares de diversos povos".

Em primeiro lugar, Ibn Jaldún constata que "as guerras e os combates de toda espécie nunca deixaram de acontecer entre os homens, desde que Deus os criou". Sendo assim, chega à conclusão de que "a guerra é coisa natural ao homem, nenhuma raça, nenhum povo, está a salvo dela". E a origem da guerra, qual seria? "Esses conflitos originam-se do desejo de alguns indivíduos de vingar-se de outros", sentencia Ibn Jaldun.[iv]

Entre os diversos conflitos, o historiador se debruça, em particular, no estudo daquele que se instala dentro do poder: a luta de interesses entre as camadas privilegiadas e as subalternas e entre os diferentes grupos que detêm o poder. Os exemplos que toma para suas análises surgem do cenário que conhece melhor, não só por sua erudição, mas por sua experiência de diplomata e homem de ação: os que se dão ao interior do império árabe-muçulmano.

É interessante assinalar que não há na obra uma análise das Cruzadas, apesar de o autor fazer avaliações dos confrontos com outros povos que ameaçaram ou conquistaram partes do império árabe-islâmico, como os mongóis.

Ibn Jaldún vê no desejo de vingança a origem do conflito e procura entender quais são as motivações por trás dele. Diz ele:

"O desejo de vingança tem por motivo geralmente **a rivalidade de interesses e a inveja**, ou bem o **espírito de agressão**, ou bem **a cólera que induz a castigar os inimigos de Deus e de sua religião**, ou bem ainda aquela que se experimenta quando se trata de **defender o reino e procurar a sua consolidação**."

Geralmente, diz Ibn Jaldún,

"é o primeiro motivo (rivalidade de interesses e inveja) que faz com que comece uma guerra entre tribos vizinhas. O segundo motivo, isto é, o espírito de agressão, existe sobretudo nos povos semi-selvagens que vivem nos desertos, como os árabes, os turcos, os turcomanos, os curdos e outros grupos similares. Povos que têm feito de suas armas a sua forma de ganhar a vida e do furto o modo de subsistir. Por isso declaram a guerra a quem queira que deseje defender os seus pertences. Seu objetivo não vá além do botim; não pretendem conquistar medalhas nem fundar um império; sua única preocupação, sua máxima meta é o saqueio. O terceiro motivo (a cólera que induz a castigar os inimigos de Deus e de sua religião) da lugar ao que a lei chama de *jihad* (OBS: mal traduzido, em geral, por *guerra santa*)[v]. O quarto motivo (defender o reino e procurar a sua consolidação) conduz o governo a combater os insurrectos contra seu regime, do qual se recusam a reconhecer a autoridade. Das quatro espécies de guerras, as duas primeiras carecem de sentido e são perversas; as duas últimas são justas e santas."

Depois de fazer esta distinção entre as diferentes formas de guerra, Ibn Jaldún descreve as táticas e formações militares utilizadas na guerra, fazendo uma reflexão sobre a forma de combate adotada nos primórdios do Islã, que levou os guerreiros muçulmanos a numerosas e rápidas vitórias. Eis a sua descrição:

“Os árabes e a maioria dos povos nómades, que têm por costume combater segundo o sistema de acometer e correr procuram um ponto de apoio formando uma linha ou barreira com seus camelos e outros animais de carga que transportam suas mulheres e filhos. Chamam essa espécie de entrincheiramento de *majbuda*. Todos esses povos procedem dessa forma na guerra, a fim de assegurar-se uma defesa contra os ataques dos inimigos e uma proteção contra as surpresas e as derrotas. Isso é um fato bem comprovado. As soberanias da nossa época têm descuidado totalmente esta medida, para adotar a da retaguarda formada por bestas de carga que transportam as tendas e a bagagem. Isso não pode ser equivalente a uma linha de elefantes ou de camelos e por essa razão, as tropas vêm-se expostas à derrota e, durante o combate, estão tentadas sempre pela idéia da fuga."

Mais adiante, Ibn Jaldún assinala que a tática da *majbuda* foi sendo substituída, " em conseqüência do luxo que foi invadindo o império”. “As coisas aconteceram da seguinte forma”, diz:

“Enquanto o povo manteve seus costumes da vida nômade, vivia em tendas, possuía muitos camelos e os homens moravam nos campos com as suas mulheres e crianças. Mas, quando degustaram os privilégios que traz consigo o fato de possuir-se um império, e renunciaram à vida do deserto para desfrutar dos palácios e residir em cidades, esqueceram o uso dos camelos e o perambular sobre eles com suas famílias; por isso optaram por deixarem as mulheres e as crianças quando saíam em uma expedição, e cedendo à influencia da opulência e do poderio que tinham adquirido, adotaram o uso das tendas de campanha e pavilhões. Em relação às bestas de carga, limitaram-se às que eram necessárias para o transporte de suas bagagens e tendas. E com esses animais formavam uma linha de apoio quando empenhados em um combate. Um entrincheiramento deste tipo não é, no entanto, de

grande utilidade, porque não impulsiona as tropas a combaterem até a morte como o fariam se detrás dessas linhas de apoio se encontrassem as suas famílias e pertences. Por isso, em caso de alarme, abandonariam as suas fileiras sem grande resistência e se dispersariam."

Ibn Jaldún avalia essa mudanças nas táticas militares dos árabes, como sendo conseqüência da influência – negativa, aos seus olhos - dos doces encantos do poder. A fraqueza que em decorrência disso tomou conta das tropas muçulmanas, fez com que "os reis do Magreb tomassem ao seu serviço e admitissem em suas milícias corpos europeus (*ifrandj*)." Esta é uma das poucas menções que Ibn Jaldún faz aos europeus, que aparecem assim, só na condição de mercenários a serviço dos reis do norte da África, por sinal, os mesmos que dominaram *Al Andalus*. Eis a explicação do autor sobre as conseqüências militares da presença de milícias européias nos exércitos muçulmanos:

"Para esses reis significava muita vantagem, em favor de seu próprio interesse, instalar na retaguarda de seus efetivos uma forte linha de apoio que pudesse servir de proteção aos combatentes. Para formar essa linha era preciso empregar elementos habituados a manter-se firmes no campo de batalha, do contrário, esse corpo recuaria (...) Se cedessem terreno, o sultão e todas as tropas seriam arrastados à derrota. Portanto, os soberanos magrebies tiveram necessidade de incluir um corpo acostumado a combater a pé firme, e o escolheram entre os europeus. Para integrar o círculo de soldados que os rodeia (durante o combate) tomaram-no, também, de tropas desta raça. Isto significa, naturalmente, valer-se dos infiéis; mas os príncipes não viam nisso motivo de reprimenda; eram obrigados a isso - tal e como acabamos de explicar ao leitor -, pelo temor de ver o corpo que os serve empreender a fuga. No campo de batalha, os francos (europeus) mantêm-se firmes, essa é a sua única consigna, pois foram exercitados para combaterem em linha. Por isso constituem as tropas mais sólidas de todos os povos."

Nesta altura, Ibn Jaldún esclarece sob que circunstâncias os corpos mercenários cristãos são utilizados nos combates:

"Porém, os reis magrebies só os utilizam contra os árabes e os bereberes que querem submeter a sua obediência; abstêm-se de servir-se deles nas guerras contra os cristãos, prevenindo-se da possibilidade dessas tropas auxiliares se entenderem com o inimigo e traíssem os muçulmanos. He aqui o que se pratica no Magreb nos nossos dias."

Para Ibn Jaldún "nunca é possível ter a certeza da vitória numa guerra". Ela depende da sorte e do acaso, e ainda do que ele chama de "fatores visíveis e invisíveis". Os fatores visíveis, diz o autor, "são os efetivos militares e seu considerável número, seu equipamento adequado, a excelência do armamento, a multidão de guerreiros valentes, a organização da batalha, e coisas dessa índole". Quanto o que chama de *fatores ocultos*, formam, na sua opinião, duas categorias.

"A primeira consiste em táticas de guerra, boatos propalados com perfídia, com o objetivo de semear o desconcerto nas fileiras do adversário, calúnias que se difundem para causar a desunião do inimigo (...) Poderíamos acrescentar outros meios, se fosse necessário. A segunda categoria consiste em coisas celestiais das quais o homem não poderia dispor e que, atingindo os corações , os enchem de terror, e daí resulta que os combatentes abandonam as suas posições em retirada desordenada."

O autor fecha o capítulo com uma reflexão sobre um tema que lhe é muito caro e que ele aborda ao longo de todo o livro: a importância na vida de uma sociedade do que ele chama de *asabiya*, isto é, os laços de solidariedade que unem um grupo humano determinado,

levando-o a agir com uma força, unidade e determinação que não teria sem esse ingrediente fundamental na análise jalduniana.

"Se dois exércitos são mais ou menos iguais em número e disposição, e em um existe uma *asabiya* comum, predominante, e, no outro, há vários partidos, com suas respectivas *asabiyas*, o exército dominado pela *asabiya* comum será sem dúvida o mais poderoso dos dois e terá maiores possibilidades de vencer. Em efeito, em uma força militar integrada por vários partidos, não pode haver uma verdadeira solidariedade; as deserções mantêm-se latentes de igual maneira que entre indivíduos de interesses diferentes não costuma acontecer o apoio mútuo."

---

[i] [i] ABDESSELEM, Ahmed, *Ibn Jaldún y sus lectores*, Fondo de Cultura Económica, México, 1987, Prefacio de André Miquel, pp 9

[ii] [ii] LACOSTE, Ives, *El nacimiento del Tercer Mundo*, Ibn Jaldún, Barcelona, Ediciones Península, 1971, PP 225-226

[iii] [iii] LOMBA Fuentes, Joaquín. *La raíz semítica de lo europeo*, Ediciones Akal, Madrid, 1997

[iv] [iv] IBN JALDUN *Introducción a la Historia Universal (Al-Muqaddimah*), Fondo de Cultura Económica, Ciudad de México, 1987, pp493

[v] [v] Um dos princípios do Islamismo é o conceito de *yihad*. Esta palavra árabe deve ser entendida como 'o máximo esforço' de uma pessoa para conseguir um objetivo determinado, religioso, no caso, sendo em geral uma luta contra qualquer coisa que não seja boa. Tradicionalmente, existem dois tipos de *yihad*: o maior e o menor. O yihad maior, conhecido também como *yihad al-nafs*, é entendido como uma luta interna, individual e espiritual, contra o vício, a paixão e a ignorância. Essa luta contra nossas baixas qualidades, é a verdadeira "Grande Guerra Santa", porque os inimigos externos podem desaparecer, e não são tão perigosos como as forças internas que tratam de incitar o homem ao mal, à desobediência, ao esquecimento. O *yihad* menor tem o sentido de guerra santa contra os territórios ou súditos considerados infiéis ou não muçulmanos.
Ambos possuem significado legal e doutrinal, pois são prescritos pelo Corão e os *hadiths,* palavras e ações atribuídos ao profeta Mohammed (Maomé), aos que se concede uma condição semelhante à da revelação. Tradicionalmente, a lei muçulmana divide o mundo em dois: *dar al-islam* (morada do islã) e *dar al-harb* (morada da guerra), ou seja, o lugar onde rege a lei não-muçulmana).

Myrna Escreve – um estudo das representações das relações amorosas no consultório sentimental de Nelson Rodrigues

Beatriz Polidori Zechlinski

Este trabalho é uma análise das representações de gênero em crônicas do escritor Nelson Rodrigues (1912-1980), publicadas na coluna diária *Myrna Escreve*, do jornal *Diário da Noite* (RJ), que o autor assinou adotando o pseudônimo feminino *Myrna*, no ano de 1949. Nessa coluna, que foi escrita durante seis meses, entre 21 de março e 5 de outubro, Nelson respondia às cartas de leitoras (e por vezes leitores) a respeito de relações amorosas, dando conselhos sobre centenas de relacionamentos.[1] Este recorte faz parte da pesquisa de Mestrado em andamento que envolve outras colunas do autor publicadas em jornal, que abordam as relações amorosas, incluindo dois folhetins e a coluna de contos *A vida como ela é...*.[2]

Nelson Rodrigues, apesar de ser amplamente conhecido como dramaturgo, escreveu durante toda a sua carreira para jornais, nos quais exerceu diversas funções, desde repórter policial a cronista de futebol. As histórias que escrevia para os jornais, tanto aquelas que assinou com o próprio nome como aquelas que adotou pseudônimo feminino, atingiram grande popularidade na época da publicação e em geral rendiam lucros para os jornais, aumentando as tiragens.

O escritor Nelson Rodrigues já tinha ampla experiência em escrever para o público feminino nos jornais quando criou *Myrna*. Ele já havia sido, durante muito tempo, a personalidade nacional *Suzana Flag*, autora de folhetins de grande sucesso em *O Jornal*. A coluna *Myrna Escreve* foi lançada no *Diário da Noite* com uma intensa campanha publicitária, que durou todo o mês de março daquele ano, onde foi criado um mistério a respeito da "autora": "Myrna é asiática? Myrna é européia? Myrna é americana? Loura, morena, baixa, alta ou magra?". Após o lançamento da coluna, a campanha publicitária

[1] O jornal *Diário da Noite* (RJ) deste período encontra-se na Biblioteca Nacional. Uma seleção de crônicas dessa coluna foi publicada em: RODRIGUES, Nelson. *Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo*: o consultório sentimental de Nelson Rodrigues / Myrna. 3ª reimpressão. São Paulo, Cia das Letras, 2002.
[2] Os folhetins pesquisados são *Meu destino é pecar* (*Suzana Flag*, *O Jornal*, 1944) e *A mulher que amou demais* (*Myrna*, *Diário da Noite*, 1949).

continuava: “Milhões de confidências! Eis o que já recebeu Myrna, faça também sua confidência a Myrna!”. *Myrna* era representada no jornal pelo desenho de uma mulher com a tarja negra da justiça nos olhos.

Não há notícias de que as cartas escritas a *Myrna* tenham sido guardadas.[3] Muitas dessas cartas de leitoras podem ter sido inventadas (criatividade não faltava ao autor), embora Ruy Castro, biógrafo do autor, afirme que eram verdadeiras e que Nelson recebia na redação milhares de cartas por dia.[4] Ao lidar com essas crônicas, no entanto, é preciso ter consciência de que, apesar da probabilidade de muitas mulheres terem escrito seus dramas pessoais a *Myrna*, as crônicas que Nelson escrevia não nos permite ter acesso a esses dramas, pois sua escrita é demasiado livre e não traz informações profundas sobre as pessoas que escrevem. *Myrna* faz apenas um comentário sobre o problema da pessoa que escreveu, para, a partir dele, desenvolver suas teorias sobre o amor e os relacionamentos.

Dessa forma, é importante deixar claro que o que aqui interessa não é fazer uma análise dos dramas pessoais (tomando-os como uma “realidade”). O que interessa nessas crônicas é sua inserção no mundo feminino, pois a coluna era *lida* por muitas mulheres, de forma que as teorias produziam sentido para essas leitoras. Assim, o que se pretende analisar são as representações das relações amorosas, do feminino e do masculino, que são produzidas nesses textos e não a *veracidade* das histórias.

Devemos levar em consideração também que essa “conselheira” é uma personagem criada comercialmente, com o objetivo de ampliar o número de consumidores do jornal. Ela se utiliza de artifícios comerciais para captar as leitoras. O tom dramático, mas ao mesmo tempo romântico, por exemplo, funciona como um fator de proximidade, de compartilhamento de emoções e desgraças pessoais.

O pseudônimo feminino, além de proteger o nome do dramaturgo, foi criado para promover uma identificação entre as leitoras e a “autora”, pois a coluna é dedicada

[3] Informação obtida através de Caco Coelho, que fez a seleção de crônicas para o livro: RODRIGUES, Nelson. *Não se pode...* Op. Cit.
[4] CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico:* a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo, Cia das Letras, 1992. p. 219.

explicitamente às mulheres, mais especificamente àquelas que têm problemas amorosos. Os leitores e leitoras não faziam idéia de que *Myrna* pudesse ser um homem, muito menos Nelson Rodrigues. Dessa forma, atualmente, sabendo que se trata de Nelson, podemos perceber nas crônicas características próprias do escritor, como o humor sarcástico, a ironia e o tom fatalista, além do estilo da escrita. Na época, porém, esse reconhecimento seria muito difícil, pois essa personagem, *Myrna*, é criada com muita coerência pelo autor.[5]

Myrna é institucionalizada como uma autoridade em relação aos problemas do amor. O jornal lhe confere poder e legitimidade para que fale sobre o assunto, fornecendo-lhe um espaço público para dar conselhos. Ela se utiliza desse poder através de uma linguagem direta e enfática, fornecendo um guia de ação para sua suposta depoente. Em certas ocasiões, por exemplo, ela nem aconselha, mas ordena: "você vá ao encontro do seu marido"[6]. A identificação acontece também através da linguagem próxima, além de popular: "Quem está em causa é você. Você sofre e basta"[7]. Fala ainda na primeira pessoa do plural, "nós, mulheres", no objetivo de promover ainda mais essa identificação.

Myrna / Nelson Rodrigues escreveu estas crônicas numa época em que a ocupação da maioria das mulheres ainda era a casa, o marido e os filhos. Apesar das enormes mudanças sociais causadas pela industrialização e urbanização no pós-guerra, diversos tipos de discurso, como o da mídia, da igreja, da justiça, entre outros, trabalhavam pela manutenção da hierarquia nas relações de gênero e pela manutenção da mulher em seu papel tradicional enquanto mãe e dona-de-casa.[8] Assim, é importante pensar se o discurso produzido nessas crônicas se insere entre esses discursos conservadores da moral familiar, ou se teria outro caráter.

---

[5] Por esse motivo, durante este texto utilizarei o nome *Myrna* em referência à autoria dessas crônicas.
[6] Crônica "Infeliz da mulher que não sabe perdoar". In: RODRIGUES, Nelson. *Não se pode...* Op. Cit. p.22.
[7] Crônica "Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo". In: RODRIGUES, Nelson. *Não se pode...* Op. Cit. p. 10.
[8] Sobre esses assuntos ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, Ed. da Unicamp, 2000. MARTINS, Ana Paula Vosne. *Um lar em terra estranha:* a casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2002. BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil.* 3ª ed. São Paulo, Contexto, 2000, pp. 607-639.

Nesse ponto é preciso levar em consideração o mecanismo da antecipação, de que fala Eni Orlandi, a partir do qual o sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor, antecipando o sentido que suas palavras produzirão nele.[9] O discurso produzido por *Myrna* é pautado por uma série de fatores que envolvem a sua produção. Apesar das crônicas terem características literárias, elas cumprem dentro do jornal uma determinada função. No entanto, o autor exerce uma liberdade e criatividade muito próprias, que acabam trabalhando a favor do jornal justamente pela polêmica que causam.

Os conselhos de *Myrna* primam pelo exagero. Nessas histórias, a paixão, o destino e a "natureza" feminina são fatores fundamentais para que *ela* elabore suas teorias sobre as mulheres e a vida amorosa. *Myrna* começa sua coluna no *Diário da Noite* numa crônica em que se apresenta às leitoras como "apenas uma mulher"[10]. Nessa crônica já preconiza o fundamento que marcará a sua coluna, qual seja, não há nenhuma relação entre o amor e a felicidade: quem ama sofre, sempre. Este amor, no entanto, estará acima de tudo, aconteça o que acontecer. Ele exigirá os mais graves sacrifícios e as *mulheres* os farão, em nome do amor e em nome do ser amado. Isso independe de seu desejo, de suas ações, da razão ou da opinião, é assim porque esse é o *destino* de toda a mulher, não há nada que possa ser feito.

Nesse sentido, a valorização desse amor tem graves conseqüências para as mulheres, pois de fato são elas que devem se sacrificar em nome do amor e não os homens. Assim, a partir desse ponto de vista, o discurso de *Myrna* reproduz o discurso dominante sobre as relações de gênero nessa sociedade, isto é, a mulher é a responsável pela manutenção do lar e pela felicidade de toda a família. O modelo de mulher do período aparece claramente: ela deve contornar todos os problemas com doçura e tato, deve estar sempre bela para seu marido, aceitar os defeitos dele, manter-se fiel etc.

Por exemplo, a crônica "Infeliz da mulher que não sabe perdoar" é uma resposta à carta de Juannita, uma leitora que acaba de ser abandonada pelo marido depois de 36 anos de

[9] ORLANDI, Eni. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 2001. p. 39.
[10] Crônica "Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo". In: RODRIGUES, Nelson. *Não se pode...* Op. Cit. p. 11.

casamento. *Myrna* então aconselha que ela procure novamente seu marido para perdoá-lo e pedir que ele volte, porque afinal, "você é mulher, Juannita. E ai de nós! Para a mulher é muito difícil conciliar o amor-próprio e o amor de um determinado homem"[11].

Assim, o destino da mulher seria perdoar, especialmente os homens: o namorado, o noivo, o marido e depois os filhos, os netos e os genros. Caso não saiba perdoá-los, a mulher não encontrará a felicidade, pois, conforme *Myrna*, semelhante atitude não resolveria nada, pois redundaria em prejuízo da própria mulher, de sua felicidade, do seu lar. Ela diz o seguinte:

> Creio mesmo que, para a mulher, existe um arte, uma sabedoria, realmente indispensáveis – a arte de não ver, a sabedoria de ignorar. Ao contrário do que se diz vulgarmente, o melhor cego ou cega é aquela que não quer ver. Esta cegueira voluntária existe como autodefesa na vida da mulher.[12]

Dessa forma, a mulher desenvolveria um mecanismo de autodefesa, adaptando-se às situações que não lhe agradam em função do marido e da família. *Myrna* adverte que Juannita não deve entrar em conflito com o marido, não deve fazer referência aos erros que ele cometeu, pois aborrecê-lo pode ser pior para ela. A intenção é fazer com que o marido volte. Se ele voltar será a "redenção" de Juannita, ela sairá vencedora. Assim, ela deve lutar com as armas que possui: o tato e a doçura. Encher-se de razão não ajuda em nada, pois é ela quem está em desvantagem. Embora o homem tenha gerado o conflito, abandonando a mulher, a responsabilidade é dela, ela deve convencê-lo a voltar para casa.

Em outra crônica, intitulada "Sacrifique sua personalidade", responde a Antonieta, uma que não gosta de se pintar, apesar do marido pedir que ela se pinte. Então *Myrna* diz o seguinte: "Você precisa saber depressa, antes que seja tarde: a maior arte da mulher é ceder sempre, ou quase sempre"[13]. Estes "pequenos subornos", como ela diz, são sacrifícios muito pequenos que redundam na felicidade conjugal. E se a leitora perguntar

[11] Crônica "Infeliz da mulher que não sabe perdoar". In: RODRIGUES, Nelson. *Não se pode...* Op. Cit. p. 21.
[12] Ibidem.
[13] Crônica "Sacrifique sua personalidade". In: RODRIGUES, Nelson. *Não se pode...* Op. Cit. p. 38.

sobre como fica a sua personalidade, *Myrna* é categórica: a personalidade da mulher só deve existir se não entrar em incompatibilidade com o esposo, pois

> personalidade é luxo da mulher que não gosta, que não tem nenhum homem, nenhum sentimento na sua vida. Chegado o amor, tudo muda. Que é o amor, para a mulher, senão uma abdicação contínua, um incessante abandono de suas características pessoais?[14]

Na crônica "A mulher é uma vítima da natureza", *Myrna* deixa muito claras algumas questões. Nesse texto ela responde a uma leitora que a acusa de proteger os homens, de ser sempre contra as mulheres. Então a "autora" se defende com a seguinte teoria: não é ela quem protege os homens, quem protegeu os homens, antes dela, foi a natureza. Assim, se a mulher é vítima de alguém não é dos homens, mas é vítima da própria natureza. Isto porque, segundo *Myrna*, a natureza conferiu a mulher o dom da maternidade, colocando sobre ela as piores penas, os mais graves deveres e as mais dramáticas responsabilidades na tragédia amorosa. Enquanto ser pai pode significar quase nada na vida de um homem, ser mãe significa muito, delimitando o peso de uma relação amorosa na vida de uma mulher.

Aqui vemos que *Myrna* nos conduz ao discurso forjado no século XIX, que faz da mulher uma prisioneira do próprio corpo. Conforme Maria Rita Kehl, nesse período, a feminilidade, vista como um conjunto de atributos, funções, predicados e restrições, foi construída por uma quantidade enorme de discursos, entre eles o discurso médico, científico, literário e filosófico. Nesses discursos era recorrente a idéia de que a mulher seria definida a partir de sua natureza, isto é, o corpo e suas vicissitudes, ao mesmo tempo em que também existia a idéia de que a "natureza feminina" precisava ser domada para que as mulheres pudessem cumprir sua função.[15]

Então a feminilidade aparece como própria a todas as mulheres em função de seu corpo e de sua capacidade procriadora. A partir daí atribui-se um pendor definido para que

---

[14] Ibidem. p. 39.
[15] KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro, Imago, s.d. p. 58.

elas ocupem um único lugar social: a família e o espaço doméstico; e para que tenham todas um único destino: a maternidade. Para que correspondam a esse ideal pede-se que ostentem virtudes consideradas próprias desse lugar que ocupam: o recato, a docilidade e a receptividade passiva aos desejos dos homens e também dos filhos.

Vimos que *Myrna* traduz essa imagem da mulher muito claramente naquela crônica e também em outras. Então poderíamos nos perguntar o que afinal diferencia este material produzido por *Myrna* dos tantos outros que já conhecemos, que divulgavam o mesmo tipo de ideologia. O que se percebe é que no texto de *Myrna* essas suposições são tão exageradas, tão enfatizadas e ditas de forma tão clara, causando uma espécie de vertigem a quem lê (pelo menos nos dias atuais), que percebemos um certo cinismo ou ironia do autor por traz da personagem *Myrna*, pois sabemos quem ele é e conhecemos sua obra.

Enquanto nos demais meios de comunicação alguns pressupostos estão implícitos, como o de "natureza feminina", por exemplo, *Myrna* não só fala sobre isso, como teoriza a respeito e mais, assume que a posição da mulher é uma posição de sofrimento. No entanto, *Myrna* está lá para consolar suas leitoras, para mostrar que é assim, que não há o que possa mudar isso. A mulher que não age dessa forma é porque não ama verdadeiramente.

Nessa sociedade, cada vez mais o casamento passa a ser visto como uma escolha pessoal. Conforme Denis de Rougemont, a sociedade burguesa valoriza o amor-paixão e o associa ao casamento, já que caem de moda as coações sociais que faziam da união conjugal um negócio. As questões de posição, de sangue, de interesses familiares e mesmo de dinheiro passam para segundo plano em função de uma idéia moderna e burguesa de decisão individual sobre a própria vida, onde entra a escolha recíproca dos conjugues. O casamento passa a ser baseado em determinações individuais e o casamento sem amor cai de moda.[16]

As teorias de *Myrna*, fazem justamente essa junção, já que ela, na totalidade de suas crônicas, faz um tributo ao amor romântico, desprezando qualquer tipo de união que não esteja baseada num amor verdadeiro. Nesse sentido, ela sempre contraria as pressões

[16] ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Lisboa, Moraes editores 1968. p. 247.

familiares, como por exemplo, as relacionadas a dinheiro ou a diferenças de idade. Mas isso acontece em nome do amor e em nome de um sacrifício que as mulheres têm que fazer por amor. Dessa forma, podemos encarar este fato conforme Bourdieu o pensou, de que o amor é a dominação aceita, a forma mais sutil e mais invisível da dominação.[17] O caráter desse amor é mascarar toda a hierarquia das relações de gênero, já que se coloca como um sentimento superior aos problemas mundanos, em nome do qual a submissão feminina adquire até uma certa beleza.

Assim, as teorias de *Myrna* encontram-se em consonância com uma série de fatores ainda presentes nos discursos e práticas dessa sociedade. No entanto, em suas crônicas, a sublimação do amor e da submissão das mulheres acaba tendo dois lados, pois ao mesmo tempo em que ela sempre direciona às mulheres a agradarem os homens das mais diversas formas, ela expõe a tragédia da condição feminina com a mesma intensidade. Traduzindo os conflitos sociais postos nas relações amorosas, ela mostra a infelicidade que está no destino de todas as mulheres que se apaixonam.

Como é destino, no entanto, colocado pelo próprio corpo feminino, não há solução possível. Aqui vemos o pessimismo do autor, característica presente em toda a sua obra, seja teatral ou jornalística. Por isso, ele era criticado pela esquerda do país, pela falta de um caráter político nas suas obras, no sentido de não apontar possíveis mudanças sociais. Como resposta ele dizia que se interessava pelas pessoas, não pela política.[18]

Para finalizar, é importante destacar que o jornal utiliza-se de todas essas características em benefício próprio. Primeiro, no sentido de divulgar uma moral conservadora (pois não fazia parte de uma imprensa progressista). Por outro lado, a própria polêmica causada pela forma exagerada como *Myrna* explicita suas teorias, rende ao jornal, pois chama a atenção dos leitores.

---

[17] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002. Especialmente: Post-scriptum sobre a dominação e o amor, pp. 129-149.
[18] Conforme CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico...* Op. Cit.

PEDUROS E MELETES: DISPUTA DO PODER LOCAL NO SERTÂO DA BAHIA

Belarmino de Jesus Souza* - UESB

Vitória da Conquista é uma cidade localizada no sudoeste do Estado da Bahia, numa região denominada inicialmente pelos conquistadores portugueses como *Sertão de Ressaca*, compreendida entre o Rio Pardo, ao sul e o Rio das Contas ao norte (15º de latitude sul / 41º de longitude oeste).

Ao longo de seu processo histórico, a localidade contou com diferentes denominações. Inicialmente, no final do século XVIII, a povoação incrustada no sopé da Serra do Periperi recebeu a denominação de Arraial da Vitória. Em 1840, após ter sido vinculada a Jacobina, Rio de Contas e, depois, a Caetité, por meio da Lei Provincial n º 124, foi elevada a condição de vila, recebendo a denominação de Imperial Villa da Victória. Após a implantação do regime republicano, a vila foi elevada à condição de cidade, passando a denominar-se a partir de 1º de julho de 1892, Conquista. Por meio do decreto n º 141, datado de 31 de dezembro de 1943, ocorreu a última modificação, passando finalmente a Vitória da Conquista.

O processo de ocupação do *Sertão de Ressaca,* por parte de agentes a serviço da Coroa Portuguesa, não foi uma iniciativa isolada, levada a termo apenas pelo espírito aventureiro dos primeiros desbravadores. Tratou-se de uma investida sintonizada com as necessidades econômicas lusitanas. A Coroa Portuguesa enfrentando uma conjuntura de decadência na Segunda metade do século XVIII passou a desenvolver uma política de intensificação da exploração de sua principal colônia, o Brasil, buscando descobrir novas fontes de minerais preciosos ou mesmo abrir novas áreas de ocupação e expansão da pecuária, o que também resultaria na ampliação da receita fazendária. Foi neste contexto histórico que o Rei D. João V, autorizou ao bandeirante João da Silva Guimarães, desbravar o *Sertão de Ressaca.* Já eram conhecidas as potencialidades mineradoras de terras mais a oeste (Chapada Diamantina). Vislumbra-se a princípio êxito semelhante na área entre o Rio Pardo e o Rio

das Contas. Este bandeirante havia recebido em 1735 a "*Patente do posto de Mestre de Campo da Conquista".*

Na empreitada da conquista, Guimarães contou com o auxilio do seu futuro genro João Gonçalves da Costa. Para tanto, intercedeu junto ao governo colonial, para que o mesmo recebesse a Patente de Capitão. Quando da época da conquista, o *Sertão da Ressaca* era ocupado em considerável extensão por povos indígenas: Mongoiós ou Camacans e Botocudos. Não se tem número preciso dos indivíduos existentes. Na fase inicial da conquista, sempre que possível os colonizadores buscavam manter uma relativa relação de paz. Ao final do século XVIII e início do século XIX, à medida que vão se implantando fazenda ligadas a pecuária extensiva e rudimentar de gado bovino, vão, também, se intensificando as contradições entre os dois grupos (conquistadores e indígenas). Pois o sistema de criação implantado requisitava cada vez áreas mais extensas, o que colocava os primeiros pecuaristas da região em rota de colisão com os nativos. Era a substituição do modelo comunitário primitivo indígena, pela apreensão privada da terra por parte dos conquistadores. A implantação das fazendas de pecuária, a submissão/eliminação dos nativos e a implantação do núcleo de povoamento confirmaram o êxito no processo de conquista do *Sertão de Ressaca*. Este feito teve o comando inicial da família de João Gonçalves da Costa. A descendência de João Gonçalves da Costa seria o núcleo inicial em torno do qual se formou um número considerável de parentelas, base da endogamia conquistense. Estas parentelas, ao longo do século XIX, consolidariam um controle sobre uma estrutura econômica marcadamente voltada para a pecuária, e exerceriam o controle da superestrutura.

O tronco familiar formado pela seqüência: Gonçalves da Costa; Oliveira Freitas e Fernandes de Oliveira serviu de base para a formação de uma organização de poder local firmado na articulação de famílias que se juntaram a estas. Tal fenômeno é aqui tratado como **endogamia conquistense**. O poder endogâmico controlava toda a superestrutura, em seus aspectos políticos, jurídicos e ideológicos (incluindo aqui a cultura). No âmbito da estrutura, eram estas famílias que controlavam o principal meio de produção: a terra, e as

principais atividades econômicas. Entretanto tal poder só foi possível, através da presença de lideranças, como força de coesão e articulação, que contavam com respeitabilidade nas diferentes famílias. A maior expressão disto foi José Fernandes de Oliveira, o Cel. Gugé. Oriundo do tronco familiar acima citado contava com relação de parentesco com as demais famílias da cidade. Este, indubitavelmente, foi um dos elementos que contribuíram para a primazia política exercida pelo Cel. Gugé, primazia esta que estava inserida nos parâmetros do coronelismo, forma típica assumida pelo mandonismo local na Primeira República.

O coronelismo foi um dos fenômenos mais marcantes da história política brasileira, especialmente no período que se convencionou chamar de Primeira República ou República Velha, compreendido entre os anos de 1889 e 1930. Existem divergências quanto sua continuidade ou não após o período citado.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho[1]: *"A Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabelecera uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais.*".

O coreano Eul-Soo Pang, por sua vez, apresenta a origem da seguinte forma: *" A raiz do coronelismo brasileiro encontra-se no período colonial, entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 e 1950. O termo 'coronel' significa literalmente coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional. O 'coronel', de modo geral era o comandante militar de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento num município.*" (PANG, 1979: 20).

Quanto à questão da origem mais remota do coronelismo, a história de Vitória da Conquista confirma a afirmação do estudioso coreano. A conquista do Sertão de Ressaca, como foi relatado acima, se deu por meio da investida de uma Capitão, posteriormente, devido aos próprios feitos no território em questão, elevado a Coronel. João Gonçalves da Costa fazia parte do *terço de Henrique Dias*, uma milícia criada no período colonial, criada

por D. João IV, ainda no século XVII. Entretanto as patentes utilizadas pelos seus descendentes (Coronel Pompílio Nunes, Coronel Gugé, dentre outros), já fazem parte da tradição criada a partir da instituição da Guarda Nacional. Excetua-se neste caso, a patente de Capitão usada Antônio Dias de Miranda, esta ele herdou de João Gonçalves da Costa, seu pai, quando aquele ascendeu à condição de Coronel do *terço de Henrique Dias*.

O processo de ocupação desenvolvido no Sertão de Ressaca, pelo bandeirante João Gonçalves da Costa, seus filhos e comandados, foi marcado por uma conduta de verdadeira ocupação e privatização da área. O território conquistado foi tratado como área privada, passada nos testamentos para os herdeiros dos conquistadores, alienada, quando conveniente pelos mesmos. Os compradores, famílias oriundas de outras regiões, se integrariam ao longo do século XIX, aos troncos familiares já fixados na região. A posse da terra e o controle das atividades econômicas na região ficaram efetivamente sob o controle privado das famílias potentadas. A cidade, e as questões pertinentes à administração, também, foram controladas pelas mesmas famílias. Era a consolidação do poder privado, originado no mandonismo, herdado dos conquistadores da região, ainda no período colonial.

A economia da cidade permaneceu voltada para atividade primárias, tendo maior peso à pecuária, mas esta contando com atividades subsidiárias como a agricultura de subsistência. Estas atividades eram desenvolvidas nos latifúndios controlados pelas famílias, que formavam verdadeiras parentelas. O relativo isolamento da região, que perdurou até as primeiras décadas do século XX, reduzia as possibilidades da atividade comercial. O maior volume do que era desenvolvido em termos de comércio, era também controlado por indivíduos oriundos das parentelas. Estas limitações econômicas aviltavam as condições de vida e ampliavam a dependência e a submissão, por parte dos segmentos sociais que estavam à margem das parentelas.

O poder na Conquista do período em estudo tinha um nítido caráter oligárquico. Ter o controle do Colegiado Municipal da Imperial Vila da Vitória, ou ser Intendente, ou Conselheiro Municipal em Conquista (após a implantação do Regime Republicano), era ter o poder de colocar o público a serviço dos interesses privados das parentelas. As disputas

políticas entre facções, já no período republicano, representavam interesses e vaidades individuais, na busca pelo controle da municipalidade e das possibilidades oriundas de vínculos com os grupos hegemônicos na política estadual. Em nenhum momento tais disputas representavam diferenças e/ou divergências ideológicas.

O advento do Regime Republicano, com o tempo mudou a forma de se encarar o poder na cidade. O cargo de Intendente personalizava o poder da municipalidade. Tal fato agora suscitava ambições e excitava as vaidades pessoais. As disputas no seio das parentelas conquistenses tornam-se comuns, gerando o faccionismo político. Outro aspecto modificado pelo novo regime é a maior proximidade de uma instância superior de poder. O federalismo republicano reduziu sensivelmente o autonomismo do qual gozavam os mandões locais. Agora se fazia necessário negociar com o poder estadual. Doravante, seria imprescindível a articulação com lideranças e grupos políticos da capital. Para a cidade, o poder dos "coronéis" permanecia intacto, contudo, mais do que nunca, tal poder seria baseado na reciprocidade com as instâncias superiores do poder de Estado.

No novo contexto republicano, despontaram lideranças no seio das parentelas conquistenses. As principais lideranças foram os Coronéis Francisco José dos Santos Silva (conhecido como Chico Santos) e José Fernandes de Oliveira (conhecido como Cel. Gugé). O primeiro nascido em 1848, era filho dos fundadores da família Santos, Manoel José dos Santos Silva e Ana Angélica de Lima, casal que teve seis dos seus nove filhos e filhas, casados com pessoas da família Fernandes de Oliveira. O segundo, era filho de Luiz Fernandes de Oliveira e Tereza de Oliveira Freitas (neta do bandeirante João Gonçalves da Costa), nascido em 1844. A família Fernandes de Oliveira , como já foi dito, formava o tronco inicial e principal, ao qual as outras famílias que formariam a endogamia conquistense se vincularam. O pai de José Fernandes de Oliveira foi membro já da primeira Câmara instalada na cidade, quando da emancipação em 1840.

Os Coronéis Chico Santos e Gugé, ao final do século XIX e início do século XX, eram a corporificação da tradição de poder das parentelas conquistenses, por sua origem seus vínculos familiares e de amizade. Representavam uma centralidade política no tronco

Fernandes de Oliveira / Santos. O poder desses coronéis não emanava apenas da fortuna, mas também do reconhecimento que gozavam entre seus pares, como sem dúvida do carisma que eram dotados para o exercício da liderança, este último aspecto era muito mais presente no Coronel Gugé. Ao longo do período republicano até 1918 (ano do seu falecimento), foi a grande liderança política em Conquista. Dos intendentes do período, apenas o Cel. José Antônio de Lima Guerra, que governou a cidade no período de 1896 a 1903, era de oposição à liderança do Cel. Gugé. O primeiro Intendente, Cel. Joaquim Correia de Melo (1872 – 1895), era seu amigo e articulado politicamente. Estevão José dos Santos (1904 – 1906), também era ligado ao Cel. Gugé e casado com uma sobrinha sua. Dr. João Diogo de Sá Barreto (1906 – 1907), era seu genro, e com seu apoio tornou-se Deputado Estadual. O Cel. José Maximiliano Fernandes de Oliveira (1908 – 1911), era sobrinho do poderoso coronel. No período de 1912 a 1915, o próprio Cel. Gugé exerceu pessoalmente a Intendência. Foi substituído por Leôncio Satiro dos Santos, que era seu genro, e governou a cidade no período de 1916 a 1919.

A liderança de Gugé suscitava oposições. Destacou-se nesta posição: o Cel. Pompílio Nunes de Oliveira e o Cel. Manoel Emiliano Moreira de Andrade (Cel. Maneca Moreira). Estes homens eram os detentores da primeira e da segunda maiores fortunas da cidade. O primeiro era primo em terceiro grau do Cel. Gugé. O Cel. Maneca Moreira, por sua vez, era afilhado de Gugé. Tinham a fortuna, talvez faltasse o carisma. Os vínculos de parentesco que tinham reforça ainda mais a hipótese da endogamia defendida neste trabalho.

A relação entre os partidários de Gugé e seus opositores se dava nos momentos de disputas nos pleitos, contudo num clima de relativa tranqüilidade, nos intervalos dos mesmos. Esta situação é justificada pelo carisma e respeitabilidade detidos pelo velho coronel. Mesmo sendo opositor do padrinho, Maneca Moreira preservava um certo respeito ao velho Gugé, representou um equilíbrio, que conteve iniciativas violentas, nas disputas no seio da endogamia conquistense nas duas primeiras décadas da República.

O falecimento de José Fernandes de Oliveira, em 9 de agosto de 1918, rompeu o equilíbrio. A rivalidade gerada pela disputa do exercício de uma nova primazia levou a uma

radicalização de atitudes, que culminou com um conflito armado entre duas facções políticas das parentelas conquistenses: os Peduros e os Meletes.

A liderança dos *peduros*, na vitória sobre os *meletes* em janeiro de 1919, credenciou Ascendino Melo (Dino Correia) como liderança em Conquista. No dia 12 de fevereiro de 1919, o governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão, nomeou o Major [2] Ascendino Melo dos Santos como Intendente, seria uma complementação do mandato do Leôncio Satyro dos Santos (VIANA, 1982: 220). O mandato terminaria em 31 de dezembro do mesmo ano. No dia 1º de janeiro de 1920, o Dr. Jesulindo de Oliveira assumiu a Intendência, por ser na época o Presidente do Conselho Municipal.

Em meados de janeiro de 1919, Ascendino dos Santos Melo foi novamente nomeado Intendente pelo governador, para exercer o mandato no biênio 1920-1922. No dia 22 de agosto, ocorreu uma eleição que confirmou Dino Correia no cargo; não existiu outro candidato. O Major governaria a cidade até dezembro de 1921. Foi sucedido pelo Cel. Paulino Fonseca, que fora eleito intendente no dia 13 de novembro de 1921, tomando posse em 1º de janeiro de 1922 (VIANA, 1982: 220).[3]

---

[*] Professor de História da UESB e Mestre em Ciências Sociais / PUC - SP

[1] Prefácio à segunda edição do livro ***Coronelismo, Enxada e Voto,*** de Victor Nunes Leal, reapresentado na 3ª edição.

[2] Posto que ocupava na Guarda Nacional.

[3] Bibliografia consultada:

DUARTE, N. *A Ordem Privada e Organização Política Nacional.* 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 64-129.

FONSÊCA, H. J. *História e Cotidiano no Planalto da Conquista*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1998, 150p.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 9-418.

LETTIÈRE, R. *Belo Campo – Memórias.* Vitória da Conquista, Ba: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1997, 194p.

MEDEIROS, R. H. M. *Ensaios Conquistenses.* IN: O Fifó – Vitória da Conquista: edições de outubro de 1977 a dezembro de 1978.

NOGUEIRA, U. P. *Caminho para uma terra.* Vitória da Conquista: Eureka Gráfica, 1998, 167p.

ORRICO, I. A. *Mulheres que fizeram História em Conquista.* Vitória da Conquista, Ba: Bahia Artes Gráficas, 1982, 259p.

PANG, E. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 7-63.

QUEIROZ, M. I. P. *O coronelismo numa interpretação sociológica.* IN: Fausto, B. **História Geral da Civilização Brasileira;** Tomo III; **O Brasil Republicano;** 1º volume **(estrutura de poder e economia).** São Paulo: Difel, 1975, p. 55-190.

RESENDE, P. E. A. *A República sem povo.* São Paulo: Educ, 1989, 83p.

SAMPAIO, C. N. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação.* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1978, 196p.

SANTOS, A. L. *Panorama da evolução econômica de Vitória da Conquista – Bahia.* IN: **Con(s)ciência - revista cultural, técnica e científica.** N º 4. Vitória da Conquista, Ba: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1993, p. 23-38.

VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista* (dois volumes). Vitória da Conquista, Ba: Gráfica de "O Jornal de Conquista", 1982, 783p.

WEBER, M. *Ciência e Política – duas vocações.* São Paulo: Editora Cultrix, 1993, 124p.

NUNCA HOUVE UMA MULHER COMO GILDA?

MEMÓRIA E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE UMA MULHER "EXCEPCIONAL"

Benito Bisso Schmidt[1] - UFRGS

A comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, e ainda em andamento, intitulada "Gildíssima: mito, memória, gênero, militância e alta sociedade na trajetória de Gilda Marinho (1900-1984)", na qual busco construir uma narrativa biográfica sobre essa personagem bastante conhecida de alguns segmentos sociais e geracionais do estado do Rio Grande do Sul, especialmente da cidade de Porto Alegre[2]. Aqui analisarei um conjunto de memórias – registradas por escrito e em fotografias ou estimuladas através de entrevistas – a respeito de Gilda, elaboradas por seus amigos, admiradores e colegas de profissão. Procuro verificar como se deu o trabalho de enquadramento dessas lembranças, bem como os esquecimentos e silêncios dele resultantes[3].

Em novembro de 2004, o cronista Paulo Sant'Ana, do jornal "Zero Hora", revelou sua preocupação com as escavações arqueológicas que seriam realizadas na Praça da Alfândega, localizada no centro de Porto Alegre. Segundo ele, tais escavações poderiam levar à descoberta de "alguns objetos que eram inseparáveis dos mais antigos freqüentadores da praça", provocando lágrimas nostálgicas por "um tempo delicioso que não volta mais". Dois dias depois, Sant'Ana voltou ao tema, lamentando-se de sua péssima memória, que o teria levado a esquecer "alguns dos mais célebres atores da nossa Praça da Alfândega". Entre eles, o jornalista ressaltou: "Como posso não me ter lembrado da chegada, todas as noites ou madrugadas, da cronista social Gilda Marinho, recolhendo-se ao seu apartamento junto ao Clube do Comércio: era uma solenidade, a Gilda descendo do carro e empunhando a sua longa piteira com cigarro aceso? Como diz o Marco Aurélio Barbosa, a chegada da Gilda Marinho na frente da praça era uma cena

deslumbrante, toda chique, às vezes até com véu sobre o rosto. E aquela piteira de mais de meio metro!”[4]

O esquecimento de Gilda, no rol dos freqüentadores da referida praça, pareceu “imperdoável” a Sant’Ana. A fim de reparar o “erro”, ele evocou uma cena “solene” e “deslumbrante”, na qual a cronista social desponta como uma diva hollywoodiana, de piteira “de mais de meio metro”, véu sobre o rosto, “toda chique”, descendo de um carro e entrando em sua residência. As memórias do jornalista situam a cena em uma temporalidade própria: “todas as noites ou madrugadas”.

No mês anterior à publicação dessas crônicas, o nome da personagem associou-se a outra praça da capital gaúcha: em 23 de outubro, foi inaugurada a Praça Gilda Marinho. Poucas pessoas compareceram à cerimônia, talvez devido à chuva fina que caía[5]. Entre elas estavam os familiares mais próximos da homenageada (sua sobrinha com o marido, o filho e a nora); alguns cronistas sociais, antigos colegas de profissão; o pequeno *staff* do vereador Claudio Sebenelo, autor do projeto de lei; meus bolsistas e eu. Um *banner* evocava a imagem de Gilda que se queria preservar: sorriso escancarado, turbante coberto de flores e borboletas, muitas bijuterias vistosas, óculos imensos, leque denunciado o local da foto: “Baile Municipal de Porto Alegre - Carnaval”. Nas placas denominativas, abaixo de seu nome, os seguintes dizeres: “Charme e talento do jornalismo social”. Afinando-se ao tom do momento, o vereador Sebenello assinalou em seu discurso: “Não precisava ir a festas (não falhava uma!) para ter, junto à unanimidade de seus habituais circunstantes, a esmagadora compreensão de que ela era a festa. Uma ‘on the rocks’ no ‘happy hour’ do Clube do Comércio”[6].

Cronista social, moradora do Clube do Comércio, festeira, alegre, freqüentadora da “noite” porto-alegrense, exuberante no trajar e no agir. Na crônica de Sant’Ana e na inauguração da praça reatualiza-se uma imagem de Gilda que pouco se alterou – entre aqueles que a conheceram e aqueles que simplesmente ouviram falar dela – após mais

de vinte anos de seu falecimento, ocorrido em 7 de fevereiro de 1984. Naquela ocasião, praticamente os mesmos traços foram utilizados para compor o perfil da jornalista, conforme se pode perceber nos títulos das pequenas notas escritas por amigos e admiradores no calor da emoção por sua morte: "Nunca houve uma mulher como Gilda" (Carlos Nobre), "Parecia eterna" (Luís Fernando Veríssimo), "Uma instituição" (Josué Guimarães), "Vida e alegria" (Paulo R. Gasparotto), "Imagem colorida" (Roberto Gigante), "Fascínio esfusiante" (Maurício Rosenblatt)[7]. Um dia depois, Veríssimo, em crônica publicada na "Zero Hora", e depois republicada no seu livro "Traçando Porto Alegre" (1994), associou, como Sant'Ana, Gilda a um sentimento nostálgico suscitado por uma Porto Alegre que não existe mais: "Pensei em como a Gilda – até por morar onde morava, no centro tradicional da cidade, no velho Clube do Comércio em frente à velha Praça da Alfândega – representava uma espécie de última cidadela da Porto Alegre dos grandes tipos. Sua excentricidade e sua exuberância estavam um pouco nisso, de continuar a ser, sem concessões, um tipo da velha Porto Alegre, embora a velha Porto Alegre não existisse mais"[8].

No ano seguinte, 1985, Gilda ganhou uma pequena biografia, de autoria do jornalista Juarez Porto, integrante da coleção "Esses gaúchos", publicada pela Editora Tchê! e pela RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações) como parte das comemorações alusivas ao Sesquicentenário da Revolução da Revolução Farroupilha, acontecimento chave para a constituição da identidade regional gaúcha[9]. A mulher excêntrica, espécie de fragmento de um tempo perdido, ganhava assim lugar no "panteão de papel"[10] do Rio Grande do Sul ao lado de nomes como Getúlio Vargas, João Goulart, Érico Veríssimo e Elis Regina.

Analisando o trabalho de enquadramento dessa memória – o qual envolve atores e suportes específicos e implica, como já disse, esquecimentos e silêncios – pude perceber que esse processo tem como um de seus principais protagonistas a própria

Gilda Marinho, ou seja, ao longo de muitos anos, com palavras e ações, ela instituiu marcos referenciais para a construção e perpetuação de sua imagem. Tais marcos – repetidos insistentemente – acabaram pautando as lembranças registradas nas fontes escritas e orais a respeito da personagem[11]. Assim, as recordações que evocam Gilda assumem, em geral, um tom anedótico e, embora bastante afetivas, apresentam uma visão caricatural e folclórica da jornalista, tendo como matéria-prima seus comentários e atitudes. Alguns exemplos: Luís Fernando Veríssimo encerra a crônica de 1984 com a seguinte história: "A própria Gilda contava que, com cinco anos, ainda em Pelotas [cidade onde nasceu], às vezes suspirava fundo, e sua mãe perguntava o que era. E a Gilda: - Saudade de Paris...". Ou seja, segundo Veríssimo e, ao que parece, de acordo com a própria personagem, a excentricidade de Gilda teria se manifestado desde a infância, como algo natural, idéia reforçada por diversos depoimentos. No mesmo sentido, uma colunista social de Porto Alegre, que trabalhou com Gilda em vários jornais, contou-me informalmente que ela dizia ter tido seu primeiro orgasmo com cinco anos de idade ao tomar um banho de assento!

Enfocando a vitalidade inesgotável de Gilda, outro colunista, Roberto Gigante, grande amigo da jornalista, em sua entrevista falou o seguinte: "[...] eu nunca me esqueço num campeonato de biriba que eu participei, e ela participou também. Lá por umas [...] duas da manhã, alguém mencionou uma ida pra Gramado na manhã seguinte. Mencionaram por mencionar. O tal campeonato acabou às seis e meia da manhã, às oito ela me liga: - 'Estás pronto?' – 'Pronto pra quê?' – 'Para ir a Gramado.' Digo: - 'Gilda?! Eu me deitei faz [...] pouquíssimo tempo'. – 'Eu já estou pronta!'. Era... Era uma energia, uma coisa fantástica"[12].

A memória de Gilda foi enquadrada como uma coleção de anedotas. Todo mundo que a conheceu ou que dela ouviu falar parece ter uma história engraçada para contar. Essas narrativas, apesar de suas variações, acabam reforçando uma mesma imagem: a

da mulher sempre alegre, que adorava se divertir (comer, beber, dançar, jogar, fazer sexo), espontânea, generosa, extravagante, desafiadora das convenções sociais, "à frente do seu tempo", excepcional enfim. A noção de excepcionalidade é recorrente nas biografias de mulheres[13]. Mais recentemente, os historiadores (e sobretudo as historiadoras) vêm se dedicando a mostrar a normalidade/historicidade de determinadas mulheres antes consideradas excepcionais/míticas como Chica da Silva e Dona Beja; ou então, distingüindo os aspectos excepcionais e normais de certas trajetórias femininas como a da militante comunista Laura Brandão e a da médica Carlota Pereira de Queiroz, primeira brasileira a ocupar uma cadeira na Câmara Federal[14]. Na pesquisa que venho desenvolvendo, contudo, a excepcionalidade não é tomada nem como um atributo natural de Gilda nem como uma categoria analítica adequada para representar suas ações. Assumir que a personagem era – natural ou socialmente – excepcional significa presumir a "normalidade" das outras mulheres suas contemporâneas, relegando-as ao papel de contraponto pressuposto, "pano de fundo" com contornos pouco definidos ou, na verdade, definidos pelo senso comum ("Gilda era uma mulher diferente das outras") e por uma série de discursos normativos ("na época de Gilda as mulheres dedicavam-se sobretudo à família").

Prefiro encarar a excepcionalidade da personagem como resultado do trabalho de enquadramento das lembranças construídas a seu respeito, de um complexo processo de organização da memória realizado por seus amigos e conhecidos a partir dos marcos instituídos pela própria Gilda. Não me interessa, pois, descobrir "a mulher por trás do mito", mas examinar a construção e a vivência do mito, aqui entendido enquanto "[...] ampliação do significado de eventos isolados"[15]; compreender como e porque Gilda foi e é considerada uma mulher excepcional. Minha hipótese é a de que a excepcionalidade da personagem serve como um recurso narrativo para dar coerência e sentido às tensões e ambigüidades de sua biografia, relativas especialmente aos papéis de gênero e/ou

políticos por ela vivenciados. Nesse sentido, por exemplo, ressalto que Gilda construiu sua imagem associada ao espaço público: a militância política em partidos como o PCB, o PSB e o PTB; o trabalho como jornalista; o lazer nas rodas de boemia, bailes de carnaval e boates da moda; as aparições exuberantes na Praça da Alfândega e na Rua da Praia (a principal via comercial do centro de Porto Alegre). Além disso, não teve sua existência ligada a um homem ilustre ("esposa de", "amante de", "filha de", "irmã de"). Em conseqüência, ela parece destituída de vida privada, impressão reforçada por alguns depoimentos, como o do já citado Roberto Gigante, que disse ter entrado no apartamento de Gilda pouquíssimas vezes. Quando perguntei-lhe como era o apartamento, ele mesmo se surpreendeu: "[...] agora você me colocou uma coisa que eu nunca tinha pensado. A casa era absolutamente normal. Até com um certo ar tradicional. Que coisa, eu nunca... Ela deveria morar numa coisa completamente enlouquecida, mas não. Completamente normal. Sala de jantar, sala de estar, o quarto, o quarto de hóspedes, tudo normal. Mas que engraçado..." Na sua visão, portanto, Gilda, tão "exepcional", não podia ter um apartamento "normal".

Como dar coerência aos percursos dessa mulher que viveu em público e, mais ainda, que tornou público – por sua posição social favorecida, por seu ofício de jornalista, por sua condição de "colunável", por sua personalidade esfuziante – o seu viver em público? Só mesmo considerando-a excepcional, "naturalmente" diferente de suas contemporâneas (afinal essa diferença já teria se manifestado instintivamente desde a infância); não uma consciente contestadora dos valores e padrões da época e sim uma "louca" (palavra recorrente nas entrevistas), uma figura simpática e folclórica, que afrontava de maneira espontânea esses mesmos valores e padrões.

Cabe ainda salientar que a memória enquadrada sobre Gilda parece dizer respeito quase que exclusivamente às suas vivências após 1964. Antes dessa data, Gilda não era uma cronista social em sentido estrito – várias vezes, inclusive, manifestou-se contra a

futilidade do gênero -, dedicada à cobertura da vida mundana de Porto Alegre. Suas colunas na imprensa local traziam freqüentemente comentários sobre a cena política brasileira. Depois de militar no PCB e no PSB nos anos que se seguiram ao fim do Estado Novo, ela engajou-se na defesa dos ideais trabalhistas. No dia 31 de março de 1964, Gilda escreveu no jornal *Última Hora*: "É preciso que [os golpistas] reconheçam que o povo, as classes armadas, os camponeses e os estudantes cerram fileiras em torno do Presidente da República que, no histórico comício de 13 de março, conquistou a confiança de todos com sua corajosa investida contra a reação, disposta a tudo para conservar as suas regalias". Após o golpe, sua coluna foi interrompida por alguns dias, reaparecendo em 13 de abril com o seguinte teor: "Não é fácil falar de coisas fúteis, em plena consolidação de um movimento revolucionário que procura renovar o panorama nacional. O Brasil já tem seu novo Presidente em quem todos depositam uma grande esperança. Temos tanta fé na pujança de nossa Pátria, que estamos certos de que será o bastante afastarmos o clima de insegurança e o temor que um clima de agitação fermentava surdamente [...]"[16]. O que terá levado Gilda a essa mudança de posição: ameaças, temor, instinto de sobrevivência, adesão verdadeira ao novo regime? A resposta para tal questão ainda não foi encontrada. De qualquer forma, verifica-se, a partir daí, que Gilda passou a dedicar seus artigos, cada vez mais, às "coisas fúteis", afastando-se de qualquer militância política.

As recordações referentes à personagem evocam, normalmente, essa última fase de sua vida (1964-1984), com destaque para os anos 70, década de muitas festas e "loucuras" na alta sociedade porto-alegrense. Os acontecimentos pregressos da existência de Gilda parecem "filtrados" por essa época. Sua militância comunista (que mereceu inclusive a investigação do DOPS), por exemplo, aparece folclorizada, como na história contada por Gigante de que ela tinha um broche de brilhantes com a foice e o martelo. Enfim, novamente as ambigüidades de sua biografia – a mulher de elite engajada

nas lutas da esquerda – resolvem-se pelo tom anedótico e pela idéia de que ela era uma mulher excepcional.

Concluindo, ressalto que esse breve texto, apesar de seu caráter provisório, teve como objetivo geral discutir o uso da noção de "excepcionalidade" nas biografias de mulheres, a partir das fontes escritas e orais que evocam a jornalista Gilda Marinho. Procurou-se mostrar, sobretudo, que tal noção resulta do procedimento de tomar como dados os resultados de um trabalho de enquadramento da memória, esvaziando de historicidade as tensões e ambigüidades que permeiam as vidas das ditas "mulheres excepcionais".

---

[1] Professor do Departamento de História e do PPG em História da UFRGS.

[2] O projeto é apoiado pelo CNPq, pela FAPERGS e pela PROPESQ-UFRGS, com a concessão de bolsas de iniciação científica, e pela FAPERGS, com um auxílio recém-doutor.

[3] As noções de enquadramento da memória, esquecimento e silêncio partem de POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

[4] *Zero Hora*. Porto Alegre, 18/11/2004, p. 63 e 20/11/2004, p. 39.

[5] Localizei apenas uma pequena nota na imprensa de Porto Alegre a respeito da inauguração, publicada na coluna "Sociedade", do jornalista Paulo Raimundo Gasparotto, grande amigo de Gilda. Ver: *O Sul*. Porto Alegre, 21/10/2004, p. 03 (Magazine).

[6] CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Projeto de Lei do Legislativo. Processo n. 1111/00. Denomina Praça Gilda Marinho um logradouro público. Autor: Claudio Sebenelo. 12/05/2000.

[7] *Zero Hora*. Porto Alegre, 08/02/1984. p. 3 (Segundo Caderno).

[8] *Zero Hora*. Porto Alegre, 09/02/1984. p. 6. VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Traçando Porto Alegre*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

[9] PORTO, Juarez. *Gilda Marinho*. Porto Alegre: Tchê!/RBS, 1985 (coleção "Esses gaúchos"). Cabe salientar que o livro – de acordo com os depoimentos que recolhi - não é muito bem visto pelos amigos mais próximos de Gilda. Esses consideram que o trabalho foi feito de forma apressada, ficando muito aquém da figura homenageada.

[10] Expressão de ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro". A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 14, n. 25, 2000, p. 42.

[11] A inspiração para essa hipótese veio da leitura de DELGADO, Andréa. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Campinas: UNICAMP, 2003 (tese de doutorado em História). Agradeço à minha bolsista Cássia Silveira pelas observações a respeito desse ponto.

[12] Entrevista do jornalista Roberto Gigante ao autor.

[13] Ver dossiê sobre o tema em *Le Genre de l'histoire. Les Cahiers du Grif*, ns. 37-8, primavera de 1988.

[14] FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MONTANDON, Rosa María Spinoso de. *Dona Beja. Desvendando o mito*. Uberlândia: EDUFU, 2005; BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Campinas: UNICAMP, 1995 (dissertação de mestrado em História) e SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira de Queiroz entre representativa e singular. *Cuadernos de Historia Latinoamericana*. Málaga: AHILA/Algazara, 1996.

[15] PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 124.

[16] *Última Hora*. Porto Alegre, 31/03/1964. p. 5 e 13/04/1964. p. 5.

A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL (1889/1930)

Berenice Corsetti[i] - UNISINOS

1. Introdução

Durante a Primeira República, a sociedade rio-grandense foi alvo de um processo de modernização caracterizado por medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram a eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional. A implementação da escola, no âmbito das ações destinadas à expansão do ensino, integrou esse processo.

O grupo político que assumiu o poder com a República buscou sua sustentação através da proposição de um projeto regional de desenvolvimento que atendesse os diferentes interesses sociais envolvidos. O Partido Republicano Rio-Grandense propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de idéias elaboradas por Augusto Comte.

Nesse contexto, o projeto político dos dirigentes positivistas rio-grandenses envolveu a escola pública, nos marcos de uma organização educacional e de uma política do Estado para o setor da educação. Interessa-nos mostrar que, nesse quadro, o ensino de história teve características específicas, as quais apresentamos a seguir.

2. História: a constituição da disciplina escolar

A ascensão dos republicanos ao poder, no Rio Grande do Sul, na chamada Primeira República, implicou em iniciativas educacionais importantes. No plano do ensino da história, a tentativa dos positivistas gaúchos foi de adequá-lo à concepção evolucionista da ciência, ao mesmo tempo em que davam a ela papel expressivo na formação cívica e moral, interagindo com os conteúdos de instrução cívica e moral. Apesar disso, a história constituiu-se, ao longo

de todo o período, numa área de conhecimento onde dificuldades apareceram, para a consecução de tais fins.

As fontes de época apontam a existência de problemas metodológicos no ensino da disciplina histórica[ii]. No entanto, a problemática a ela referente não se restringiu à maneira de ensiná-la. A análise dos conteúdos inseridos nos programas das escolas públicas primárias nos possibilita algumas conclusões que gostaríamos de registrar.

Para tanto, necessárias se fazem algumas considerações sobre alguns fatores que intervieram no processo sofrido pela área de história, ao longo do século XIX. Um desses fatores foi o surgimento de instituições que, a partir do pioneirismo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1839, passaram a ser instaladas não só no Rio de Janeiro, mas em vários Estados do País. Para os fins deste estudo, o que nos interessa é mostrar a orientação adotada por esses institutos, em relação à História.

Nesse sentido, vale lembrar que o papel reservado a esses estabelecimentos foi o de construir uma história da nação, de recriar um passado, de solidificar mitos de fundação, de ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.[iii] Os institutos históricos e geográficos constituíram-se em espaços de produção de um saber histórico característico do século XIX, de cunho oficial, típico da congregação, no interior deles, da elite intelectual aliada à elite econômica e financeira, com interesses políticos evidentes, já que a concepção de história difundida nesses locais relacionava-se à busca de eventos que possibilitassem a construção de uma identidade nacional.

Se analisarmos os conteúdos históricos incluídos no programa do ensino público primário de 1883[iv], portanto ainda da fase imperial, vamos perceber que eles foram trabalhados de duas formas: primeira, como conteúdos de educação moral e cívica, foi recuperada a história sagrada, ensinada por meio de narrações extraídas da Bíblia; na segunda, como conteúdos propriamente de história, foram colocados conhecimentos que iniciavam nos descobrimentos

portugueses na América e no Brasil. Dessa realidade distante, chegava-se aos principais eventos do período colonial, desde as primeiras explorações e chegando até os principais episódios da década de 1870. Resgatavam-se vultos e fatos que refletiam a história da nação, cuja importância política relacionava-se à história do poder nacional.

Portanto, nada que fosse surpresa, já que o modelo dedutivista que caracterizou esse tipo de abordagem combinava perfeitamente com os tempos do Império e com a influência da Igreja Católica. Interessa-nos entender, agora, a forma como os conhecimentos históricos foram trabalhados no período em que os dirigentes republicanos de orientação positivista estruturaram a educação pública no Rio Grande do Sul, com sua proposta de ruptura com o "regime decaído", especialmente em termos educacionais.

A observação dos conteúdos de história selecionados nos programas do ensino elementar nos possibilita perceber alguns elementos importantes. O primeiro deles situa-se no fato da quase absoluta correspondência entre os conteúdos selecionados para as escolas e para os colégios elementares, mesmo que uns datem de 1899 e outros de 1910. Portanto, onze anos após ter sido estabelecido o programa para as escolas elementares, os responsáveis pela organização curricular do Rio Grande praticamente repetiram os conteúdos históricos de um para outro programa, sem nenhuma evidência de tentativa de modificação.[v]

Por outro lado, os conteúdos estabelecidos corresponderam à orientação antes descrita, definida a partir da influência dos institutos históricos e geográficos. As narrativas predominaram enquanto forma de desenvolvimento dos conteúdos, a partir do descobrimento, percorrendo os principais acontecimentos da história política de cunho oficial e destacando os principais vultos dessa história que teve seu apogeu e marco cronológico delimitador o advento e a organização da República. O resgate desses eventos e dessas personagens significaram o delineamento, também a partir da atividade educacional do Rio Grande do Sul, de uma identidade nacional que teve nos modelos do passado a base para sua constituição.

Além disso, é interessante perceber que a história do Rio Grande do Sul apenas foi colocada no programa após o tratamento da história do Brasil, significando uma perspectiva de construção do conhecimento que tinha seu início no geral para chegar ao particular. Figuras abstratas foram usadas para que o aluno das escolas públicas rio-grandenses entendessem a sua realidade concreta. Os modelos eram distantes: Colombo, Cabral, Anchieta, Tomé de Souza, Henrique Dias, Felipe Camarão, Tiradentes, D. Pedro I, D. Pedro II, Bento Gonçalves, Duque de Caxias, Deodoro e Floriano. Podiam-se acrescentar um ou outro a mais, mas a lógica não era alterada. Virtudes heróicas e patrióticas eram ressaltadas, o que ficou evidente nos eventos selecionados.

Ainda em relação à história do Rio Grande, salienta-se que o início de seu estudo era feito a partir das expedições externas à região e que marcaram o início da colonização. O desenvolvimento do programa reflete conteúdos sempre distantes da vida do aluno, dos quais ele devia derivar conclusões para a sua própria vida. Identifica-se uma tendência apologética e regionalista, com os destaques dados à Revolução Farroupilha e às invasões “inimigas” ao Rio Grande do Sul.

Portanto, se confrontarmos a orientação adotada no programa de história dos tempos do Império com os adotados na República, o que vamos detectar é que a diferença fundamental situa-se no fato de que, para o ensino público rio-grandense, uma parcela dos heróis havia “descido dos Céus”, o que quer dizer que, ao invés de iniciar o tratamento dos temas históricos com a inserção de narrativas bíblicas e personagens da história sagrada, os vultos destacados para servir de modelo representativo das virtudes da nação eram, na República, apenas os “seres da Terra”, a maioria também ressaltados no programa de 1883. O idealismo cristão deixou de estar presente nos conteúdos históricos, mas a lógica dedutivista que o orientou permaneceu absoluta nos programas implementados pelos positivistas nas escolas públicas gaúchas.

A questão que surge, em função da situação exposta, é a seguinte: porque os dirigentes rio-grandenses, que haviam conseguido concretizar, na organização dos programas do ensino público primário, o avanço trazido pelos conhecimentos científicos da época em algumas disciplinas, não conseguiram fazer o mesmo no caso da história?

A resposta a essa questão pode estar situada em dois pontos. O primeiro deles vincula-se à influência dos institutos históricos e geográficos, no caso o do Rio Grande do Sul, que tinha atividade expressiva à época, tendo tido importantes relações com o governo republicano, a ponto de ter recebido auxílios financeiros do Estado em várias oportunidades, inclusive para a construção do prédio de sua sede.[vi]

O tipo de história oficial produzida pelo instituto rio-grandense, que seguia a linha geral das demais instituições similares, servia aos interesses dos republicanos, mesmo que não se ajustasse à perspectiva científica que eles próprios defendiam.

Um segundo ponto da explicação leva em conta a posição da Igreja Católica, instituição com a qual os republicanos desenvolveram uma relação política importante, como já tivemos oportunidade de demonstrar, em outras partes deste trabalho. No caso do ensino da história, parece-nos relevante considerar sua posição.

Para tanto, lembramos que a revista oficial da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, a UNITAS, trouxe em vários de seus números orientações pedagógicas curiosamente colocadas em suas “Seções Doutrinárias”. Numerosos são os exemplos que encontramos nas publicações do período. Em relação à história, a Igreja destacou a sua importância e definiu rumos para o seu ensino.

O ensino promovido através de exemplos é constantemente defendido. Nesse sentido, é preciosos o texto: “Pedagogia - Importância do ensino da história”. Destacando o papel relevante que o ensino da história devia ocupar na obra da educação, a revista afirmou que a missão do mestre cristão, no domínio da história, não estava apenas na responsabilidade de

restabelecer a verdade mas, também de defender, através dos recursos que ela oferecia, a fé e a virtude no espírito das crianças. Através da narrativa dos grandes acontecimentos e do resgate das personagens mais eminentes, a história devia estimular a prática da virtude.

O ensino da História devia começar, evidentemente, pela História Sagrada: a Criação, a Queda, o Dilúvio, Abraão, José, Moisés e o Deserto, David, os Profetas que anunciaram o Messias, o Salvador do mundo e o mundo salvo, a Igreja fazendo aos poucos a conquista do mundo para Jesus Cristo. A idéia da Igreja, através das aulas de História, considerava o tempo e o espaço e o Brasil, como a porção mais notável e gloriosa da Igreja Católica, devia ter seus feitos destacados. O professor precisava salientar as grandes virtudes, citar as palavras célebres, para que ficassem mais facilmente gravadas na memória. Assim, a História se constituiria na disciplina que, após o Catecismo, mais engrandeceria a alma e mais fortaleceria o coração dos inúmeros alunos que freqüentavam os colégios do Rio Grande.[vii]

Observadas essas considerações, cabe a questão: qual a diferença existente entre essa orientação pedagógica, esses conteúdos escolares, e aqueles estabelecidos pelos dirigentes educacionais nos programas das escolas públicas do Rio Grande do Sul? Guardadas as especificidades da posição da Igreja, no plano epistemológico e metodológico, a aproximação é bastante grande e ajuda a explicar a articulação que se tornou possível entre a Igreja e o Estado, a nível regional.

O que estamos querendo dizer é que a história foi transformada, pelos governantes do Estado, não apenas em instrumento de manipulação ideológica, pois isso não teria sido prerrogativa exclusiva dos republicanos. Mais do que isso, a história foi utilizada também como forma de mediação do Estado com a Igreja, na medida em que a manutenção do modelo dedutivista de organização do conhecimento histórico possibilitou uma das formas de acomodação entre as duas instituições. Ou seja, enquanto a Igreja Católica passou a reconhecer a importância da ciência empírica, adotando-a em boa parte dos conteúdos que

ministrava nas escolas religiosas, no que concerne às matérias ditas "científicas", o Estado gaúcho manteve, nas disciplinas que tinham relação com a formação de valores éticos, morais, sociais e políticos, o mesmo padrão de estruturação que o adotado pela Igreja.

No caso do ensino complementar, a orientação foi absolutamente a mesma, com a novidade do programa incluir temas não trabalhados no ensino elementar, relacionados à chamada História Universal. Eram trabalhados conteúdos de História Antiga, Média e Moderna, com o mesmo enfoque que percebemos em relação aos programas do ensino elementar. Foram acrescidos, também, assuntos caros aos historiadores tradicionais, como as ciências auxiliares da história, as fontes históricas, a utilidade e a divisão da história, bem como as principais hipóteses sobre a existência e a origem do homem no globo. Neste último caso, observou-se a influência da visão evolucionista dos positivistas, com a qual não concordava a Igreja Católica, o que não impediu que, no fundamental, os conteúdos históricos fossem campo de conciliação política e educacional.

3.Conclusão

No projeto de modernização capitalista posto em prática pelos dirigentes republicanos gaúchos, na Primeira República, a educação teve seu papel. Ao lado de expressiva expansão quantitativa do ensino público, a reorganização curricular implementada e a inserção dos conhecimentos científicos nos programas escolares, constituíram-se em elementos qualitativos de avanço que desejamos destacar.

Estes ingredientes de avanço não impediram que pudéssemos registrar os limites no processo educacional. Na investigação relativa aos conteúdos escolares em geral, percebemos a adoção de um caráter científico e técnico na reestruturação curricular, o que foi importante para a formação do conjunto de trabalhadores que se fazia necessário para a realidade capitalista que os republicanos desejavam consolidar. Entretanto, nas disciplinas que

implicavam a formação de valores sociais e políticos, éticos e morais, constatamos a manutenção das antigas orientações idealistas. Particularmente em relação à história, essa situação ficou evidenciada, significando uma forma de acomodação com a Igreja Católica.

Resta colocarmos que os conteúdos históricos, no conjunto dos programas adotados nas escolas públicas primárias do Rio Grande do Sul, tiveram a característica de representar o atraso e a reação, já que, na maioria das disciplinas organizadas no período que investigamos, ocorreu a incorporação dos avanços proporcionados pela ciência da época, fato que não se estendeu à história.

---

[i] Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.

[ii] Cf.: Relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 30.07.1898, p. 547.

[iii] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870/1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99.

[iv] Programa do Ensino Público Primário da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 30.11.1833.

[v] Programas das escolas públicas primárias do Rio Grande do Sul: escolas elementares (1899) e colégios elementares (1910). Decretos n.º 239, de 05.06.1899 e n.º 1575, de 27.01.1910. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1899 e 1910, p. 255-289 e 196-212, respectivamente.

[vi] Cf.: despesas extraordinárias do Rio Grande do Sul dos anos de 1922 a 1927, nos relatórios da Secretaria da Fazenda dos respectivos anos.

[vii] UNITAS, Ano IX, n.º 1, jan. 1922, p.13/15.

CONSIDERAÇÕES SOBRE LOGÌSTICA NA GUERRA DO PARAGUAI

Braz Batista VAS [1] - UFT

O Brasil do segundo reinado teve uma história recheada de atividades militares de grande ou pequena expressão. Vários episódios contribuíram tanto para a formação do Brasil enquanto nação como para o aprimoramento de instituições que figuram no mais das vezes como pilastras básicas do Estado - Nação. Desde a Regência o Brasil vinha experimentando uma vida bastante agitada, agitações estas que quase sempre envolviam intervenções militares a fim de se apaziguar ânimos ou refrear descontentamentos. A economia brasileira na segunda metade do século XIX foi amplamente influenciada pelo conflito com o Paraguai.

É nesse contexto, de uma vida político social bastante agitada, devido a vários fatores e diversas conjunções de interesses, tanto nacionais como internacionais, que a vida militar brasileira começa a ficar cada vez mais expressiva no plano internacional regional. A partir de 1850, as forças militares brasileiras, passam a sofrer uma série de reformulações e modificações visando o seu aprimoramento material, institucional e humano. Tomando especificamente o Exército brasileiro como objeto de análise, verificar-se-á o desenvolvimento dessa instituição, suas variações, incursões, assimilações e permanências, durante o episódio que ficou conhecido na historiografia brasileira como “Guerra do Paraguai”, ou, numa concepção mais recente, caracterizado como “Guerra contra o Paraguai”. Trata-se de um rico episódio das atuações militares brasileiras de meados a em fins do século XIX.

O conflito com o Paraguai se configurou num importante repositório da história militar brasileira, por se tratar justamente do único grande conflito internacional a mexer não somente com o Brasil, mas também com outros três países da América do Sul, a saber, Argentina, Paraguai e Uruguai. O drama do conflito com o Paraguai, portanto, provêm de uma complicada trama político-econômica que assolava a região do Rio da Prata, com

questões relativas a aspectos econômico-comerciais, tensões quanto a demarcação de fronteiras e uma delicada relação diplomática entre os envolvidos.

Por ser um conflito sem precedentes na América do Sul, a Guerra contra o Paraguai se alardeou por estas paragens como um dos primeiros exemplos das guerras modernas, guerra esta com o princípio da *guerra total*[2]. A América do Sul passou a conhecer melhor a enorme diversidade e potencial destrutivo da artilharia, a relativa ineficiência da cavalaria numa guerra de posições, a extrema importância de um corpo de engenheiros, médicos e um esboço do que mais tarde veio a se configurar como *serviço de intendência*, vital a manutenção dos esforços de guerra.

Além dos aspectos políticos, econômicos e sociais e como conseqüência destes, os aspectos logístico - materiais também representam uma importante peça para um entendimento mais amplo e completo da Guerra Grande, foi devido a guerra que o Exército brasileiro conseguiu dar um importante passo rumo a uma tentativa modernizadora. Foi com essa incipiente atitude modernizadora, com claros reflexos no transcorrer do conflito, que se verificaram reformulações no exército enquanto corporação e a conquista de mais espaço no cenário político enquanto instituição[3]. A guerra serviu como um momento de auto percepção do Exército brasileiro, um momento em que se tornou público e notório o despreparo e o desamparo de seus quadros em face de um momento de ação. Tratou-se, portanto de despertar para a necessidade de profissionalização de seus efetivos e meios de atuação, com especial atenção para algumas novidades tecnológicas no campo militar.

Oficialmente, os documentos do Império indicam a existência de 17 ou 18 mil homens nas fileiras do Exército no início da contenda, entretanto, sabe-se que efetivamente esse contingente estava bastante aquém desses números[4] o que tornou necessário um enorme esforço de recrutamento, armamento, deslocamento e abastecimento dos novos soldados que iam a combate. Nesse momento, o Exército de linha possuía um efetivo bastante pequeno e teve que experimentar um inchaço de sua já debilitada estrutura e ainda o problema de coexistência, no âmbito de um conflito de grandes proporções, com outros corpos de origens, motivações e finalidades diversas, tais como a Guarda Nacional;

Voluntários da Pátria, dentre eles grupos bastante peculiares como os Zuavos, Couraças ou Couraceiros[5]; milícias riograndenses, e ainda amargar uma atuação, por vezes desencontrada (vide a batalha de Curupaity), em conjunto com a Armada Imperial. Não bastassem tais problemas, ainda havia os problemas internos, como por exemplo, a questão da hierarquia e da ascensão hierárquica ao qual as várias reformas a partir de 1850 tentavam organizar de maneira mais eficiente. Desde a independência o Exército já havia passado por várias reorganizações de maior ou menor efeito em sua estrutura. Houve reorganizações em 1834, 1839, 1842, 1851, 1852 e mais algumas pequenas reformas ao longo das décadas de 1850 e 1860[6]. Em sua grande maioria pequenas ou discretas acomodações.

Vários foram os fatores que influenciaram o início das hostilidades entre os países da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) e o Paraguai. Vários, também, foram os fatores que relegavam ao Exército uma existência pouco expressiva e um desaparelhamento logístico organizacional de grande monta. Politicamente não interessava ao Império a existência de uma instituição forte com amplo acesso a armamentos e efetivos, tanto que, para suprir a demanda pelo monopólio do uso da força por parte do Estado, foi criada em 1831 a Guarda Nacional, instituição totalmente descentralizada e politicamente submissa às demandas regionais que por sua vez se submetiam às gestões imperiais.

O aparelhamento do Exército ocorreu de uma forma um tanto quanto tímida e parcelada, mas ocorreu. Vários elementos do que viria a se caracterizar como “guerra moderna” se abriram aos olhos dos militares brasileiros com a Guerra Grande. Ao início da guerra e devido ao passado militar conhecido até então, as armas/corpos militares mais valorizados dentro da corporação eram a Infantaria e a Cavalaria. A Artilharia ainda não dominava a atenção que viria a merecer. Os outros quadros figuravam em menor número e com menos expressão, caso, por exemplo, do Corpo de Engenheiros e do Corpo Médico. Ficou patente a importância da logística e dos abastecimentos.

Foi durante o comando de Caxias que as forças brasileiras tomaram contato com padrões organizacionais mais eficientes e pequenos incrementos tecnológicos que

aumentaram sua eficiência. Caxias, mesmo assim, não consegue passar incólume pelo crivo da História. Sua gestão chama a atenção para erros e ingerências políticas durante o comando das forças aliadas. Considerando os pontos positivos e negativos do comando de Caxias, não é possível considerá-lo um completo agente modernizador, mas um militar de grande visão e competência. Ademais ao esforço de Caxias para maximizar a eficiência da atuação brasileira, ainda eram grandes e complexas as deficiências do potencial humano de seus soldados. A necessidade imediata de soldados impossibilitou a devida educação e treinamento de combatentes com as mínimas noções exigidas. Os muitos que participaram aprenderam diretamente em combate, quando muito. A Guarda Nacional não cabia dentre suas funções básicas a defesa externa, os Voluntários da Pátria surgiram apenas para suprir as necessidades momentâneas, sobrou para o Exército, que tinha para si toda a responsabilidade institucional da defesa e atuação contra inimigos externos.

Um dos entraves foi colocar sob um mesmo comando todos esses corpos de origens diversas. Aos poucos a questão da hierarquia ia se resolvendo à medida que muitos soldados e oficiais eram remanejados ao longo dos combates, novas unidades eram criadas ou extintas, os corpos se remodelavam com o que estava disponível, mas mesmo assim, as rusgas entre oficiais eram corriqueiras e raramente se passava tais indisposições para o discurso oficial sobre a guerra.

Inicialmente sob o comando de um estrangeiro, o presidente argentino General Bartolomé Mitre, fato que para o Império tinha seus inconvenientes, pois o Brasil disputava o controle político e econômico na região platina com a Argentina. Em 1866 Caxias assume o comando das forças brasileiras na guerra, posteriormente, em 1868, devido a problemas internos, Mitre vê-se obrigado a voltar à Argentina e passa o comando geral das forças da Tríplice Aliança para Caxias.

Caxias demorou praticamente um ano para por as forças brasileiras em condições mínimas de luta. Gastou com armamentos e algumas novas tecnologias, dentre as quais se destacam as armas raiadas, em substituição ao armamento de pederneira de carregar pela

boca; a utilização pela primeira vez de balões aerostáticos para espionagem e mapeamento de território.

Os investimentos em artilharia aumentaram consideravelmente, canhões franceses e espanhóis foram adquiridos. O Brasil já dispunha de armamentos bastante diversificados, como, por exemplo, dos canhões e obuses da artilharia, específicos para ações de sítio, de montanhas e para avanços rápidos. Para a confecção das granadas, conhecidas como lanternetas ou shapnel (este último nome, em homenagem a seu inventor, um tenente inglês chamado Henry Shapnel) foram utilizados os modelos franceses.

O armamento leve utilizado pelos soldados durante a guerra estava constituído por espingarda ou fuzil com baioneta para os corpos de fuzileiros, carabinas com sabre-baioneta para os caçadores, mosquetões para os artilheiros e engenheiros, clavina, pistola, espada e lança para a cavalaria e, geralmente, para os oficiais, revólveres franceses de seis tiros calibre 12.

Tendo em vista que a maior parte dos armamentos brasileiros ainda era de carregar pela boca, o governo imperial chegou a comprar dos Estados Unidos, antes do fim da guerra, cerca de cinco mil espingardas de carregar pela culatra, modelo Robert's, para infantaria, e duas mil clavinas, também de carregar pela culatra, modelo Spencer, para cavalaria. As clavinas, assim que chegaram ao Brasil, foram enviadas para as frentes de batalha, já as espingardas, das cinco mil que chegaram apenas mil foram utilizadas devido a problemas com o cartuchame próprio a essas armas.

Mesmo se caracterizando por ser uma guerra com fartos componentes de modernidade tecnológica, as armas de fogo ofensivas conviviam ainda com a utilização constante, e tradicional, de armas brancas defensivas[7], como espadins, sabres, punhais, lanças, e sabre-baionetas. A tradicional utilização da lança como uma das armas primordiais da cavalaria coexistiu, na guerra contra o Paraguai, com a utilização da clavina, um tipo de rifle próprio para a cavalaria, por ser mais curto e de fácil manejo. Os lanceiros ainda eram peças importantes tanto na cavalaria quanto na infantaria. Porém, nos combates de

entrincheiramento, nas disputas de habilidade da fuzilaria com canhões onde o inimigo permanecia distante, as armas de acutilamento perdiam quase que completamente a sua serventia defensiva primordial, passando a figurar como instrumentos complementares.

Quanto aos canhões, a maioria ainda utilizava projetis esféricos, diversificados conforme seu emprego, tais como balas rasas, balas ocas, granadas e bombas. Alguns já utilizavam munição cilíndrica, servindo para o tiro de metralha, como por exemplo, a lanterneta e a pirâmide. Os canhões raiados utilizavam somente a munição cilíndrico-ogival, entretanto, a utilização desse tipo de munição, por ter sua fabricação feita por particulares, dificultava ao Exército o controle de sua qualidade, apresentando defeitos de fabricação no início de seu processo de aquisição.

A estrutura para a fabricação e consertos de armamentos atingiu todo seu potencial no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, que chegou a confeccionar mais de quarenta peças de artilharia raiada no sistema La Hitte (francês), quatro morteiros de bronze e alguns projetis de artilharia. A fábrica de armas da Conceição recuperou cerca de cento e trinta mil carabinas e espingardas do tipo Minié, a fábrica de Estrela chegou a produzir cerca de cento e vinte cinco mil quilos de pólvora. Para marinha foram comprados monitores, barcos de pouco calado e alto poder de fogo; o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro reparou cascos e máquinas de vários navios, construiu três encouraçados, um dos quais em menos de cinco meses, construiu cinco monitores e duas bombardeiras. Mas, um dos principais entraves que Caxias tentou superar foi transformar o “capitão-estancieiro” e sua tropa irregular de “soldados-peões”, tomando como exemplo os militares riograndenses, em tropas hierarquicamente ordenadas e disciplinadas. Dentre os destaques da campanha figuram a engenharia e a artilharia.

Nessa campanha militar, a engenharia teve ampla importante participação. A história da engenharia começa basicamente em 1855, quando foi criado o batalhão de engenheiros e pontoneiros (construtores de pontes militares). Somente em 1865 se formou um esquadrão de transportes, que deveria existir no sul desde 1860. Com a guerra o corpo de engenharia teve pela primeira vez uma atuação efetiva nas forças militares brasileiras. O

avanço de tropas foi favorecido pelo mapeamento do território, pela construção de estradas, pontes, trincheiras, fortificações, dentre outras colaborações.

Os engenheiros militares passaram despender maior atenção e cuidados ao transporte de materiais bélicos, como canhões, armas leves e munição, ao ponto de estabelecer um arsenal mais próximo ao teatro de operações militares, na Ilha de Cerrito, no rio Paraná, perto da confluência com o rio Paraguai. Era uma espécie de base avançada, que complementava a produção do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

O Rio Paraguai foi um canal primordial no abastecimento de gêneros alimentícios, armas, munições e soldados para os acampamentos militares aliados. Era um rio que trazia em seus canais e portos muito mais que o potencial do liberalismo econômico, sendo o principal elemento estratégico da região platina, tanto pela sua disposição geográfica quanto pela sua representatividade política.

A medicina já atuava no meio militar a algum tempo, além dos médicos, em 1857 foi criada a companhia de enfermeiros e posteriormente farmacêuticos também foram incorporados. No plano médico, durante a guerra foram estabelecidos os hospitais de sangue para atendimento as tropas. Apesar dos esforços, os investimentos em medicina durante o conflito foram bastante tímidos, muitos soldados morreram de cólera, disenteria, febres palustres, tifo, escarlatina dentre outros males[8].

Foi a ação, de certo modo conjunta, da engenharia e da artilharia, com o apoio da cavalaria que deu mais rapidez e capacidade ao avanço dos aliados. A partir da análise do território e da disposição das fortificações paraguaias, pode-se verificar a inadequação da cavalaria em combates nestas condições. A cavalaria, principal e mais temido corpo dos exércitos até então, encontrou-se em dificuldade para atuar em uma guerra de posições, guerra de trincheiras e investidas contra fortificações. O terreno pantanoso também inviabilizava uma utilização maciça da cavalaria e devido a isso, o grosso da ação coube a infantaria e a artilharia com o apoio da engenharia. Um dos feitos de destaque da engenharia foi a construção da estrada do Chaco, feito que viabilizou uma série de ações

que ficaram conhecidas como *Dezembrada*, em fins de 1868, com as batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura.

A organização de um sistema militar eficiente e funcional num país de fortes características civilistas, representou um dos maiores entraves culturais ao melhoramento da estrutura militar. A problemática da logística empregada na Guerra Grande é um dos elementos mais desafiadores para a jovem e a antiga oficialidade brasileira, boa parte da qual se punha em armas pela primeira vez. Em primeiro lugar, advertimos que não é possível considerar o termo "logística" naquele contexto da mesma forma como se entende hoje. A técnica militar em meados do século XIX nas plagas sul-americanas ainda caminhava lentamente rumo a um ponto de eficiência máxima, que era tornar os exércitos sul-americanos tão eficientes quanto os europeus. Isso, entretanto, despendia tempo e investimentos em larga escala nas forças militares, investimentos que começariam pela educação, passariam pela equipagem material para terminar com a sua profissionalização.

Todas essas considerações refletem apenas módicos aspectos do cotidiano militar na mais famosa guerra que o Brasil participou, e que contribuiu sobremaneira para reforçar os brios militares do Exército brasileiro, tão inexpressivo até então. Houve a incorporação de efetivos as paupérrimas fileiras do exército, dignificando um pouco mais a função de soldado do Exército e quebrando um pouco o estereótipo de que o Exército de linha era lugar de desqualificados, afinal, o Brasil tinha a partir de então os seus primeiros heróis de guerra.

---

[1] Professor Assistente de História da América na UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína.
[2] CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fintes; Brasília: Ed. Unb, 1979.
[3] SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
[4] DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
[5] BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
[6] Idem.
[7] REIS, J. C. dos. *Noções da arte da armaria*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1962.
[8] SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, 1972.

Temiminós e Lusitanos na Conquista da Guanabara

Bruno Abrantes Amorin

As alianças entre os lusitanos e os nativos na América foram essenciais para que a colonização portuguesa conseguisse ser realizada. A Coroa sempre esteve interessada na participação nativa para impedir os ataques de estrangeiros e de outras tribos hostis aos lusitanos, e no Rio de Janeiro não foi diferente. Este consistia em um ponto estratégico para o sul do Brasil, e a constante presença de franceses e os ataques de tamoios a vilas próximas geravam uma instabilidade naquela região, por isso: "Pacificar os Tamoios e acabar de vez com a presença dos franceses constituía o grande plano cuja solução não deveria tardar."[1]

Essa solução, contudo não era fácil, pois os portugueses não estavam em vantagem naquela situação. Na questão bélica, a desvantagem portuguesa era clara, uma vez que a apesar da tecnologia européia, a eficiência do armamento nativo era superior. "...a ação da flecha, pela sua maior cadência de tiro e seu bom alcance, tinha, no combate campal, uma eficácia superior ao arcabuz e mesmo ao mosquete"[2]

Não bastando apenas o armamento, a superioridade numérica dos tamoios também era visível. "Fortes podíamos chamar aos arcos de tanta multidão de tamoios, que cobriam os campos; e fraco se podia chamar nosso poder em comparação do de tantos bárbaros..."[3] Também na questão de sua marinha, os tamoios possuíam uma maior mobilidade e força.

"...muito mais formidável a grande multidão de canoas volantes, e guerreiras, a centos, e infinidade de tamoios armados, que cobriam os mares, e as praias, todos a som de guerra..."[4]

Além das emboscadas e ataques surpresas utilizados para conseguir quebrar as vantagens que os portugueses tinham sobre eles. "O índio, como todo o primitivo, como todo o combatente que sente a fraqueza de seus elementos de combate, age, preferencialmente, de surpresa, de emboscada."[5]

Contando também o manuseio de armas de fogo e pólvora que os tamoios conseguiam com o comércio com os franceses. Resultava numa barreira que não era fácil de ser vencida pelos lusitanos.

"...nam aja framceses que favoreção estes contrairos que são muito nosos vizinhos porque os framceses lhe dão muitas armas de foguo e muita polvora com que lhes dão muito hanimo pera cometerem o que quiserem como fazem."[6]

Outro grande problema com o Rio de Janeiro foi a falta de contingente populacional para povoar aquela região, seja quando Tomé de Sousa, em 1553. "...eu não fiz fortaleza este ano no dito Rio como me V. A. escrevia foy por que nom pude fazer por ter pouqua gente e não me parecer sido desrmarme por tantas partes..."[7] Ou com Mem de Sá, em 1560, depois da tomada e destruição do forte Coligny.

"...dezfez-lhe o ninho e deu sua fortaleza em mão dos Portuguezes, a qual se destruiu o que della se podia derrubar, por não ter o Governador gente para logo povoar e fortificar como convinha."[8]

O esforço de tomar e destruir Coligny, não garantiu que os franceses fossem expulsos da terra, pois estes se refugiaram com os tamoios estreitando ainda mais os seus laços de amizade. Além de passarem a atacar com mais freqüência as capitanias próximas. "Depois que Mem de Sá destruíu o forte de Villegaignon, os Franceses infestaram a Capitania do Espírito Santo dois anos a seguir."[9]

Portanto, não mais bastava expulsar os franceses e pacificar os tamoios, era necessário povoar aquela terra como se desejava anos antes. "...após a ocupação francesa na Guanabara e seu conseqüente desmonte pela ação militar portuguesa, a vontade de povoar a região tornara-se uma exigência."[10]

Contudo ainda era necessário se perguntar: Como povoar a região? Pacificar e aldear os tamoios seria uma solução em longo prazo. Era necessário conseguir um suporte nativo disposto a formar uma aldeia no Rio de Janeiro e combater os tamoios.

A solução seria encontrar uma das tribos inimigas dos tamoios para combatê-los, o que limitava a escolha aos temiminós do Espírito Santo ou aos tupiniquins de São Vicente.

Como em 1565, os tupiniquins estavam em guerra contra os portugueses que conseguiram aliar-se aos tamoios da região de Bertioga, restou apenas uma opção os temiminós. Mas que tribo era essa? Quais suas origens?

Pouco se sabe sobre a trajetória dos temiminós antes de sua transferência para o Espírito Santo. Suas origens são incertas, devido a falta de documentação anterior, talvez esta tribo possa ser uma divisão de uma das tribos tamoias da Guanabara, que no contato inter-étnico, criou-se ao terem de escolher de qual lado fixar uma aliança: do português ou do francês.

"...na possibilidade de estarmos diante de uma etnia que se construiu numa conjuntura de guerra, estimulada pelos interesses e motivações tanto dos portugueses quanto dos próprios índios."[11]

Sabemos apenas que após sua transferência, os padres começaram a sua catequese e consideravam-nos bons cristãos. "...que os padres da Companhia tem feito com o gentio: haa muitos cristãos e bem doutrinados..."[12] e que estes defenderam o Espírito Santo dos franceses.

"Consultaram os da villa darem lá com elles e levaram Vasco Fernandes, aliás Gato, com sua gente, o qual adiantando-se dos Christãos, deram nos Francezes que estavam em terra que seriam alguns vinte, os quaes truoxeram, e duas chalupas e uma ferraria e muito resgate e roupas, de maneira que quase todos os Negros vinham vestidos."[13]

Mesmo tendo apenas certeza de seus feitos, sabemos de sua origem que em dado momento estes índios do Gato, que depois se tornariam os temiminós estavam em desvantagens com os tamoios na Guanabara e pediram apoio ao donatário do Espírito Santo, para se refugiarem em sua capitania.

"...porque depois que eu tornei a arribar a esta Capitania, chegou aqui um principal, que chamam *Maracaiaguaçu*, que quer dizer *Gato Grande*, que é mui conhecido dos cristãos e mui temido entre os gentios e o mais aparentado entre eles. Este vivia no Rio de Janeiro e há muitos anos que tem guerra com os Tamóios, e, tendo dantes muitas vitórias deles, por derradeiro vieram-no pôr em tanto aperto, com cercas que puseram sobre a sua

Aldeia e dos seus, que foi constrangido a mandar um filho seu, a esta Capitania, a pedir que lhe mandassem embarcação pera se vir pelo aperto grande em que estava, porque ele e sua mulher e seus filhos e os mais dos seus se queriam fazer cristãos. (...) Tirou Vasco Fernandes Coutinho sobre isso testemunhas e mandou 4 navios, pera que fossem seguros dos Franceses, que sempre há naquele Rio, e que lhe dessem todo favor, com artilharia e mantimento que levaram, mas que não os trouxessem se não estivessem em extrema necessidade. Chegando lá os navios, estando já com as casas de fato queimado, dentro em dia e maio se embarcaram com tanta pressa, que havia pais que deixavam na praia seus filhos, e dois que ficavam na praia pera expirar, já de fome, baptizaram logo, e no-los deram."[14]

O interessante deste relato é notar em que estado estavam os temiminós na chegada dos portugueses, muitos mortos e capturados, casas queimadas, o desespero ao ponto dos pais abandonarem seus filhos. Este cenário demonstra o grau de humilhação que estes nativos sofreram dos tamoios.

Contudo, parece que esta não foi a última tribo de temiminós na Guanabara, um pouco depois deste resgate outro ataque aconteceu, desta vez presenciado pelos franceses.

"Para lá se dirigiam à noite, apanhando a pobre gente desprevenida, e tal carnificina fizeram que causava dó ouvir clamarem as vítimas. Avisados, já quase à meia-noite, alguns franceses bem armados embarcaram às pressas para a dita aldeia que distava quatro ou cinco léguas do nosso fortim. Antes de chegarem, porém já tudo se consumara. Enfurecidos e encarniçados os nossos selvagens já haviam incendiado as chocas para desalojar os moradores e a muitos já haviam morto. Segundo me foi dito só se viam homens e mulheres espostejados nos moquéns e até crianças de peito assadas inteiras."[15]

É esta violência dos tamoios contra os temiminós, enquanto estes ainda habitavam a Guanabara que os leva ao principal fator de sua aliança na conquista do Rio de Janeiro: a obrigação da vingança ancestral. "Pressões psicológicas: a crença na necessidade da 'vingança' transformava a participação das atividades guerreiras uma obrigação moral."[16] Este fator é agravado, pois os ataques dos tamoios quase dizimaram aquela unidade nativa.

"A noção de vingança retinha como leit-motiv a intenção de satisfazer a necessidade de relação sacrificial de um parente morto, de um antepassado memorável ou de um ancestral mítico. Todavia, parece que essa necessidade aparecia quando a integridade da coletividade se via ameaçada em sua subsistência: nos momentos em que determinadas circunstâncias expunham o grupo ao risco de sofrer uma mutilação social."[17]

No discurso e na prática dos acontecimentos pode-se repara no papel da vingança ancestral no combate, primeiro pelo discurso jesuítico proclamado aos nativos antes do combate.

"Aos índios nossos confederados praticavam em sua língua própria; (...) os insultos, que não obstante elas lhes fizeram, cativando, matando, e comendo as mulheres, e filhos de muitos deles..."[18]

Segundo, pelo resultado deste discurso: dois massacres, sendo que no primeiro nenhum tamoio saiu com vida, enquanto que no segundo muitos deles foram mortos. "...foi entrada, e vencida, com estrago lastimoso, porque dos Tamoios, não ficou um com vida."[19]

"foi necessário conduzir artilharia, e bater-lhe em cercas, que eram dobradas e fortíssimas: mas em breve tempo foram postas por terra com todas as suas casas, e mortos quantidade dos bárbaros."[20]

Em ambos os ataques a vingança temiminó foi cumprida, não mais com rituais antropofágicos, mas de uma maneira cristã, com a morte dos infiéis, aqueles que se rebelaram não só com Portugal, mas com a cristandade ao aliarem-se a protestantes.

Mas não bastavam apenas nativos para vencer a guerra, também eram necessários para povoar o local e Mem de Sá não iria cometer o mesmo erro que cometeu na tomada de Coligny. Os poucos tupiniquins que tinham vindo de São Vicente voltaram para as suas terras. "Os Índios, que vieram de Piratininga à guerra do Rio de Janeiro, voltaram quási todos para suas terras."[21] Era então necessário que os temiminós de Araribóia ficassem, o estranho é notar que aparentemente isso não aconteceria, senão pela interferência de Mem de Sá.

"... e porque estava muito dispeso, e gastado pedio licença a V. S.ª para sahir com sua gente a repousar dos trabalhos passados, por haver quatro annos que andava n'esta conquista, e por V. S.ª lhe foi pedido ao supplicante que folgasse de ficar na terra com sua gente para a favorecer e ajudar a povoar, por ser el-rei nosso senhor a quem muito fazia serviço, e porque elle suplicante desejava fazê-lo por lhe mandar, quer trazer sua mulher e muita gente que tem."[22]

O que causa estranheza neste discurso, que se Araribóia tivesse negado, Mem de Sá não teria como empreender a colonização. Não acredito que o Governador Geral se arriscaria a tal possibilidade. Ao se pensar neste discurso pode-se perceber que se o convite foi feito por Mem de Sá, e é graças a ele que Araribóia resolveu ficar no Rio de Janeiro. Em suma, as glórias pela viabilização da colonização do Rio de Janeiro seriam dele.

Por outro lado, pensando na agressividade da saída dos temiminós do Rio de Janeiro para o Espírito Santo a retomada das terras, depois de quase quinze anos de convivência cristã naquela capitania, poderia ser encarada como parte da vingança. Esse movimento migratório surge "...em conseqüência de perturbações ocorridas nas suas condições normais de vida."[23]

Outro fator a se pensar, é porque apenas os temiminós de Araribóia vieram ao Rio de Janeiro, e não os da Aldeia da Conceição? Esta última aldeia tinha sido instalada desde a chegada destes nativos ao Espírito Santo, enquanto a real fundação da aldeia de São João, a de Araribóia, é de 1564, um ano antes do início dos combates na Guanabara. Assim, é possível se pensar que os vínculos destes temiminós com a terra não fosse tão forte, ao ponto de na ser difícil convencê-los a se instalar no Rio de Janeiro.

Portanto, existiu um acordo entre Estácio de Sá e Araribóia (talvez verbal) para a sua permanência no Rio de Janeiro, não há como se determinar um momento histórico para isto, por falta da documentação e pelo discurso da carta de sesmaria da Aldeia de São Lourenço. Acordo este, que Mem de Sá confirmou e tirou proveito.

Conclui-se, portanto, que os motivos de tal aliança foram pela parte lusitana: a necessidade de guerreiros nativos que após o combate povoassem a terra. Pelo lado

temiminó, o cumprimento da vingança ancestral e o retorno a terra a qual teriam sido expulsos pelos tamoios.

---

[1] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*, Estudos Históricos, v.1, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965, p. 107.
[2] VERÍSSIMO, José Inácio. *Historia Militar do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII*, RIHGB v.288, p. 128.
[3] VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis, Vozes, 3ª ed., 1977. v. 1–2, p. 120.
[4] Idem, p. 113.
[5] VERÍSSIMO, José Inácio. *Op. Cit.*, p.123-124.
[6] Carta de Brás Cubas, provedor da capitania de S. Vicente a D. Sebastião, em que dá a notícia..., In: Joaquim Veríssimo Serrão, *O Rio de Janeiro no Século XIV,* Documentos dos Arquivos Portugueses, v. 2, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965 p. 50.
[7] Carta do Governador Tomé de Sousa ao Rei D. João III, com notícia das vilas e povoações que visitara na costa do Brasil, In: Joaquim Veríssimo Serrão, *O Rio de Janeiro no Século XVI*, Documentos dos Arquivos Portugueses, v.2, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965 p. 26-27.
[8] Carta de Manoel de Nóbrega ao Infante Cardeal (D. Henrique), 1560, In: *Cartas do Brasil (1549-1560)*, p. 226-227.
[9] LEITE, Serafim; *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, t. 1, Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 218.
[10] MENDONÇA, Paulo Knauss de, *O Rio de Janeiro da Pacificação*: franceses e portugueses na disputa colonial. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultura, Divisão de Editoração, 1991, p. 78.
[11] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 63.
[12] Carta do Governador Mem de Sá à Regente D. Catarina sobre o estado do Brasil..., In: Joaquim Veríssimo Serrão, *O Rio de Janeiro no Século XVI*, Documentos dos Arquivos Portugueses, v.2, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965, p. 40.
[13]Carta Escripta do Espírito Santo sem nome de autor nem data, in: *Cartas Avulsas, 1550-1568*, Azpilcueta Navarro e outros, p. 236.
[14] Carta do P. Luiz da Grã, do Espírito Santo, 24 de Abril de 1555, In: *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 179-181.
[15] LERY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da Biblioteca do Exército, 1961, p. 181.
[16] FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1970., p. 352.
[17] Idem, p. 348.
[18] VASCONCELOS, Simão de. Op. Cit. , p. 119.
[19] Idem, p. 130.
[20] Idem, p. 130.
[21] LEITE, Serafim. Op. Cit. , p. 423.
[22] Carta de sesmaria de Martim Affonso de Sousa, 16 de Março de 1568, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Memoria Historica e Documentada das Aldêas de Indios da Província do Rio de Janeiro, parte documentada, RIHGB, v. 14, p. 304.
[23] FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambás*, São Paulo, Hucitec, 1989, p. 93.

Os motins antilusitanos na época da Praieira: o aprendizado do protesto popular e outras variações.

BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA - UFPE

Entre os anos de 1844 e 1848, anteriores a Insurreição Praieira, ocorreram cerca de sete manifestações de rua, cujo alvo era a comunidade portuguesa residente no Recife. Segundo os registros existentes, os promotores desses mata-marinheiros não agiam com total independência, mas estariam subordinados a um grupo dirigente, formado por algumas lideranças do Partido Praieiro e por parte de uma facção liberal alijada do poder. Assim, essas mobilizações de rua foram vistas apenas como fruto do clientelismo urbano e não como uma forma de autêntico protesto popular, porque se considerava que a "populaça" não agia por motivação política própria.

Não é tarefa fácil detalhar como realmente ocorreu cada um desses motins urbanos, porque as fontes disponíveis não privilegiam uma visão popular e, muitas vezes, limitam-se a comentários breves e narrativas desconexas sobre o acontecimento. Além disso, as ações dos amotinados são sempre descritas de forma depreciativa.

O primeiro grande mata-marinheiro dos anos quarenta ocorreu entre os dias 08, 09 e 10 de setembro de 1844, por ocasião das comemorações de aniversário da Independência. Houve quebra-quebra em algumas ruas da cidade e vários portugueses são espancados. Após o tumulto, os artistas e obreiros nacionais assinaram um requerimento pedindo aos "Poderes Superiores do Estado" a expulsão dos artistas estrangeiros e a proibição de certos produtos da indústria européia.

Em 25 de setembro de 1845, surgiu no Recife um boato de que um dos irmãos Carneiro, Francisco Carneiro Machado Rios, foi assassinado por adversários políticos em seu sítio do Janga. Os sinos do Convento de São Francisco tocaram o dobre de finados. Atraída pelas badaladas ou por comentários passados à boca miúda, uma multidão formada pela "gentalha em massa" saiu dos Afogados, de São José e da Boa Vista em direção a rua da Cadeia (atual rua do Imperador), no centro da cidade, onde estava o então Comandante do Corpo de Polícia, Antônio Carneiro Machado Rios, com uma forte escolta policial, jurando

vingar a morte do irmão. Houve um prenúncio de tumulto. Vários comerciantes fecharam as suas lojas temendo o que estava por acontecer. Antes que a confusão se fizesse, o boato foi desmentido.

Dois anos depois, na noite de 07 de setembro de 1847, ocorreu um tumulto em frente a uma casa no pátio de São Pedro, onde se realizava um baile em comemoração à Independência. Detalhe: o baile era organizado por mestres artesões portugueses. Pedras foram lançadas contra o edifício e os convidados. Essa não foi à única vez que festividades e reuniões sociais acabavam em violência. Outro baile, realizado em 04 de dezembro de 1847 na sede da sociedade *Philo-Terpsichore*, acabou em confusão. Uma multidão apedrejou o prédio e as pessoas que chegavam na varanda. Vidraças foram quebradas e convidados que se aventuraram a abandonar o prédio foram atacados. Segundo *O Lidador*, o ataque à sede da sociedade teria sido premeditado, pois, às sete horas da noite, o mestre-sala do baile teria sido avisado dessas "intenções sinistras". Pediu-se proteção ao subdelegado da freguesia, que não conseguiu evitar o tumulto. Por ordem do próprio subdelegado, muita gente esperou amanhecer para sair. Mas, mesmo com o dia claro, esses convidados correram perigo: alguns portugueses saíram escoltados por um grupo de senhoras. Os que se afastaram do grupo tiveram que correr ou encarar os manifestantes. Apanharam também alguns incautos que àquela hora da manhã apenas se dirigiam à missa. Foram confundidos com portugueses[1].

Na noite de 08 de dezembro de 1847, durante as comemorações da festa de Nossa Senhora da Conceição, houve uma queima de fogos no Arco da Conceição, em frente à Rua da Cadeia. Segundo o chefe de polícia, "alguns homens turbulentos", que estavam na ocasião, começaram a provocar os portugueses. Para *O Lidador*, o tumulto iniciou-se quando um "bando de selvagens" acendeu por conta própria os fogos de artifício. As ameaças verbais se fizeram físicas. Muita gente apanhou, até mesmo o diretor dos festejos. As janelas de algumas casas de estrangeiros foram apedrejadas e cerca de duzentos lampiões inutilizados. Tudo ao som dos gritos de "fora os estrangeiros, a terra é nossa, morram os marinheiros", misturados com repetidos "viva ao Imperador"[2]. O motim se

espalhou por outras ruas como a da Cruz, do Vigário e do Encantamento. Até no Forte do Matos, em Fora de Portas, houve pancadaria. Uma tropa de linha, formada de 40 a 50 homens, teve que sair do quartel para conter os ânimos dos desordeiros.

Na noite de 04 de janeiro de 1848, por ocasião de um baile promovido pelos portugueses, na rua da Praia, estourou um novo tumulto. Segundo relato de uma autoridade, não passou "de algumas pedradas lançadas ao edifício, em que eles se achavam, e de algumas bengaladas em quatro de alguns destes, quando para suas casas se retiraram". A polícia se dirigiu ao local, mas em meio a grande número de gente não conseguiu prender os culpados. Fora um francês, João Burle, que ficou "bastante maltratado", não houve feridos graves.

Entre os dias 26 e 27 de junho de 1848 ocorre a última grande manifestação de rua no Recife: o mata-marinheiro do Colégio. Depois de uma confusa briga entre um estudante do Liceu e um caixeiro português de um armazém na rua da Praia, a capital da província passou por intensa agitação. Ocorreram saques a lojas e muita pancadaria. Pelo menos cinco vítimas da violência nativista desse mata-marinheiro tombaram no chão e cerca de quarenta ficaram feridas. Ao final, uma multidão dirigiu-se a Assembléia Provincial exigindo a "nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias"[3].

É interessante perceber como essas ações e seus promotores ficaram registrados nos documentos. Os adjetivos empregados pelos jornais são variados, mas todos com a mesma conotação: "desordeiros", "desalmados", "ínfima classe", "turbulentos", "plebe desenfreada", "cacetistas", "populaça", "gentalha". Em resumo, eles seriam os promotores de "cenas de pura selvageria, barbaridade, só próprias de um povo inteiramente inculto e bárbaro" [4].

Segundo as narrativas existentes, a plebe não agia com total autonomia, mas instilada por um grupo de pessoas interessadas em ver o povo em "desordem". O *Diário de Pernambuco* lembrava que da pena de escritores imprudentes saíram textos que insuflavam o "incauto povo" a reviver "ódios antigos e quase extintos". Escritos em "linguagem

desabrida e subversiva", esses textos teriam influenciado a prática de atos de violência contra a comunidade portuguesa local. Isso porque teria sido posto "na boca de algumas pessoas inexperientes do povo" o "horrível e bárbaro grito de mata-marinheiro" [5]. Esse jornal deixa claro que os maiores culpados eram os opositores ao governo conservador, propagando em suas folhas o sentimento antilusitano.

Essa opinião não difere dos relatos de observadores daquelas confusões de rua. Na visão de dois deles, o povo era movido pela propaganda antilusitana que a imprensa panfletária explorava. Em suas memórias, Félix Cavalcanti de Albuquerque relata que o *Diário Novo*, órgão oficial dos praieiros, em sua oposição à política conservadora, usou o fato de o comércio a retalho se achar "monopolizado pelos portugueses" para atrair o povo para o lado dos liberais [6].

Da mesma forma pensava Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, o chefe de polícia que esmagou a insurreição de 1848. Em sua *Crônica da Rebelião Praieira*, relata que a propaganda antilusitana dos jornais de oposição fizeram com que os artistas e obreiros nacionais reivindicassem certos direitos sobre o comércio[7]. Segundo esse contemporâneo, "as lideranças de oposição incutiram, mais ou menos claramente, nas classes baixas e ignorantes da população a idéia de que saindo os lusos do comércio, seriam garantidas as lojas, tabernas e boticas" [8].

A historiografia sobre a Praieira aponta também o renascimento do antilusitanismo à ação de um grupo partidário dos praieiros. Para Izabel Marson, os mata-marinheiros dos anos quarenta no Recife estavam relacionados a ação de grupos ligados a um grupo dirigente, não havendo uma ação independente dos promotores de tais levantes que seriam frutos do clientelismo urbano[9]. A autora detalha o momento em que isso ocorre. Sendo a capital o maior colégio eleitoral da província, onde votavam artesões, caixeiros, soldados da tropa de linha e funcionários públicos, era necessário o Partido Praieiro ter um discurso que atendesse a demanda desses eleitores. Isso porque, ganhando esse eleitorado, o partido teria mais condições de enfrentar as inevitáveis fraudes do interior da província, a despeito de possuir sólidas adesões de proprietários rurais. Como atesta Marson, as necessidades

eleitorais levaram as chefias do partido, através da imprensa, a literalmente "carregar sua fala com tópicos de interesse imediato dos votantes primários do Recife", numa política conflitante até com os interesses da classe dos proprietários [10].

A onda de antilusitanismo ocorrida neste período tinha nos liberais alijados do poder na província o seu centro propagador. Esse nativismo foi usado como arma política para arregimentar a população urbana, em épocas de eleições, contra os conservadores. Como ressalta Manoel Cavalcanti, em detalhado estudo sobre a participação popular nas eleições de 1844, o Partido Praieiro criou sua plataforma política sobre as insatisfações geradas pela longa administração de Francisco do Rego Barros e, a partir delas, montou seu discurso de oposição. A desvantagem em relação aos baronistas levou os praieiros a buscar o apoio popular. Primeiramente, buscaram cooptar algumas lideranças com acesso às camadas populares. Depois, incorporaram ao seu discurso temas de interesse da gente pobre da cidade, como o antilusitanismo e a nacionalização do comércio a retalho [11].

O antilusitanismo, ressurgido durante a acirrada disputa partidária nos anos quarenta, foi uma importante arma dos liberais alijados do poder para arregimentar as camadas urbanas desfavorecidas economicamente para a sua causa. Contudo, pode-se ampliar essa idéia, dizendo que não foi somente essa facção partidária que usufruiu politicamente do sentimento de repulsa ao elemento português. Afinal, não se pode pensar que a multidão envolvida nesses tumultos estava ali apenas como cliente passivo da classe diligente.

Era por meio dos jornais que as várias tendências políticas divulgavam suas idéias. Conservadores e Liberais faziam da imprensa uma verdadeira arena de disputa, pressionando politicamente os seus adversários e arregimentando gente para os seus respectivos lados.

O conteúdo desses jornais, apesar de visar o público votante da província, não se restringia apenas a esse pequeno contingente populacional. As pessoas comuns, os trabalhadores e os desempregados que procuravam algum tipo de ocupação também usavam os jornais, principalmente os de grande circulação, para se manter informados

sobre as possíveis ofertas de serviços. Assim, mesmo procurando trabalho, essas pessoas acabavam demonstrando interesse por outras partes desses periódicos, principalmente quando passaram a relacionar as campanhas promovidas pelo *Diário Novo*, em favor da nacionalização do comércio a retalho, aos inúmeros anúncios de estabelecimentos comerciais oferecendo emprego somente aos portugueses e outros estrangeiros, excluindo os brasileiros natos.

Mesmo se considerando o grande número de analfabetos, não podemos dizer que essas pessoas desconhecessem o conteúdo dos textos. Numa sociedade de forte tradição oral, as pessoas liam em voz alta nas ruas e tabernas e demais lugares onde juntava gente, atingindo, assim, o público não-alfabetizado. Além disso, indivíduos a mando dos partidos encarregavam-se de ler, comentar e reproduzir o conteúdo das folhas políticas, que muitas vezes eram escritas em linguagem simples e direta, cheia de termos populares. Essas leituras provavelmente criavam debates e discussões entre as pessoas, alimentando, por vezes, dúvidas, expectativas e tensão sobre o momento vivido, possibilitando alguns habitantes da cidade formarem, pelo menos, sua opinião particular sobre os assuntos divulgados.

Provavelmente, essas pessoas não extraíam uma única compreensão desses textos (aquela visada pelos redatores e jornalistas), mas sim múltiplas compreensões, contextualizando as imagens formadas através das palavras com o que estava acontecendo a sua volta. Os grupos populares incorporaram essas mensagens, fazendo uma leitura própria do momento, obtendo, assim, o aprendizado político que alimentou aqueles protestos populares.

As manifestações de rua também foram uma forma encontrada pela população não-votante da cidade de participar da vida política institucional do país. Isso porque, na formação do Estado Nacional, a antiga oligarquia proprietária de terras, preocupada com a manutenção de privilégios, buscou afastar certo segmento social das urnas. A sociedade foi dividida em duas categorias de indivíduos: os cidadãos (aqueles que eram proprietários) e os não cidadãos (os excluídos da propriedade). O exercício da cidadania estava

condicionado à propriedade. Esta era a barreira legal que impedia a participação popular nessas disputas[12].

Contudo, a massa de excluídos desse sistema buscava participar da escolha de suas lideranças políticas de forma indireta. A exemplo disso, temos as eleições gerais de 1844 em Pernambuco. Conforme detalhado estudo de Manoel Cavalcanti Júnior, as camadas mais baixas da sociedade recifense faziam uso de algumas estratégias para superar as barreiras legais, como o voto censitário, que as impediam de ter um papel ativo nas decisões eleitorais. Convocadas pelas lideranças praieiras, essas pessoas atuaram pressionando os votantes e dando apoio às mesas paroquiais dominadas pela Praia. Contudo, fugiram ao controle dos praieiros, indo às ruas promover uma onda de fecha-fecha e violência contra os portugueses. Na interpretação do autor, essa era uma manifestação da camada excluída que encontrou uma brecha para demonstrar suas insatisfações através do aceno feito pelos praieiros[13]. Portanto, o fecha-fecha de 1844 pode ser percebido como um instrumento capaz de ampliar a participação política de certos setores da sociedade ansiosos pela extensão da cidadania. Esse acontecimento pode ser vinculado a um novo estilo de fazer política, marcado pelo advento da mobilização popular na época do pleito.

Conclui-se que a participação popular nos levantes de rua não é fruto apenas de uma manipulação eficaz da classe dominante. É resultado de uma intensa negociação em que interesses de grupos sociais diversos por vezes chegam a um consenso. Nos mata-marinheiros dos anos quarenta, o xenofobismo promovido pelos exaltados da política local nas “massas incultas” foi apenas a única face ressaltada pela imprensa da época. A descaracterização do conteúdo crítico dessas ações fazem parte da estratégia política da elite dominante contra tal forma de resistência. Afinal, apenas a violência incomensurável da “populaça” ficou nos anais da história.

Mesmo que essas pessoas estivessem motivadas pelas formas mais arraigadas de chauvinismos, não podemos negar que suas reclamações demonstram a existência de uma considerável cultura política. Essas pessoas não tinham menos consciência do processo de exploração por que passavam. Assim, tentavam mudar suas vidas promovendo esses mata-

marinheiros. As ações promovidas pelo que as autoridades chamam de "escória" e "ralé" são, em si, o resultado de um universo próprio de reivindicações.

---

[1] O Lidador, 11.12.1847, n.235; Diário de Pernambuco, 09.12.1847, n. 278 e 11.12.1847, n. 280; A Voz do Brasil, 11.12.1847, n. 08 e 05.02.1848, n. 14.

[2] O Lidador, 11.12.1847, n.235. A Voz do Brasil, 11.12.1847, n.08 e 05.02.1848, n. 14.

[3] FIGUEIRA DE MELO, Jeronymo Martiniano. **Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849.** Introdução Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 04.

[4] Diário Novo, 01.07.1848; Diário de Pernambuco, 01.07.1848, n.143; O Lidador, 11.12.1847, n.235; 28.06.1848, n.292 e 15.07.1848, n.299.

[5] Diário de Pernambuco, 01.07.1848, n.143. **Nota.** Em alguns momentos a imprensa atribui independência a atuação dos populares. Isso vem confirmar as palavras de Mário Márcio de Almeida Santos: "as forças populares uma vez despertas obedecem a uma dinâmica própria".

[6] **O Velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti".** Recife: Editora Massangana, 1989, p.12.

[7] **Nota.** E. P. Thompson lembra que, por trás de toda forma de ação direta popular, existe sempre alguma noção legitimadora do direito. Jerônimo Martiniano diz que os praieiros começaram "a inocular nas classes baixas da sociedade, não o nobre sentimento de igualdade perante a lei, mas o sentimento do orgulho, pelo qual se julgavam ter os direitos, que somente dão a ilustração, os serviços e as virtudes (...)". (FIGUEIRA DE MELLO, op.cit., pp.02-03).

[8] FIGUEIRA DE MELO, op.cit., pp.03-04.

[9] MARSON, Izabel Andrade. **A Rebelião Praieira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.64.

[10] MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855).** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. pp.227-228.

[11] Os praieiros fracassaram na tentativa de cooptar o liberal radical Borges da Fonseca, mas dividiram a sociedade secreta da qual o redator do Nazareno fazia parte, convencendo alguns membros a apoiarem o partido e conseguindo arregimentar os irmãos Antonio e Francisco Carneiro Machado Rios, que gozavam de grande popularidade e prestígio entre o povo e os soldados e tinham tradição na luta contra os portugueses. A adesão deles aos praieiros contribuiu para dar uma conotação popular ao recente partido. CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. **"Praieiros", "Guabirus" e "Populança": As eleições gerais de 1844 no Recife.** Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2001. pp.42-57; 119.

[12] **Nota.** Segundo o § 5 do Art. 92 da Constituição de 1824, são excluídos da lista dos cidadãos ativos "os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego". Em um artigo com o sugestivo título "Violação escandalosa da Constituição ou Os proletários qualificados pela praia", o jornal conservador O Lidador acusa o Partido Praieiro de ter aumentado o número de "proletariados" votantes em detrimento da "classe abastada". Segundo o jornal, o problema estaria no parâmetro de qualificação dos votantes. Isso porque, na época que foi promulgada essa constituição, os rendimentos de "cem mil réis" eram avaliados em "moeda de prata". Com a grande emissão de "papel moeda" houve uma significativa perda no padrão avaliativo. Então, "por toda parte a arena eleitoral foi invadida por aqueles mesmos aos quaes o legislador sabiamente quizera fecha-la". Na nova avaliação que o jornal propunha a renda anual seria de "duzentos mil réis". O Lidador, 08.01.1848, n. 243.

[13] CAVALCANTI JUNIOR, op.cit., pp.121-122.

INTEGRANDO OS MORADORES DO BAIRRO E OS ALUNOS DA ESCOLA POR MEIO DA HISTÓRIA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA ESCOLA MUNCIPAL NORMAN PROCHET E DO PARQUE GUANABARA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR.

Cacilda Maesima – UEL

Enezila de Lima - UEL

As rápidas transformações que acontecem no mundo contemporâneo, em decorrência do desenvolvimento econômico e tecnológico, podem ser percebidas diretamente na paisagem urbana que se modifica constantemente. Tais mudanças são, sobremodo, sentidas na região do Parque Guanabara, e isso motivou o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH, da Universidade Estadual de Londrina, a desenvolver na escola, um projeto de extensão que possibilitasse a recuperação e preservação da memória e da história daquela localidade.

O loteamento do bairro, localizado na margem direita do ribeirão Cambezinho, iniciou-se na década de 1950, quando Londrina, município localizado no norte do Paraná, contava com 21 anos desde sua fundação e passava por um processo de crescimento e modernização proporcionado pela riqueza oriunda da economia cafeeira. Segundo João Batista Filho[i], esse loteamento, distante do centro da cidade, era destinado a uma população mais carente, e significou a ampliação da zona urbana, que foi acompanhada da especulação imobiliária, já que apareceram os “bolsões de reserva de amadurecimento” (BATISTA FILHO, 1985, p.90), ou seja, grandes quantidades de quadras entre o loteamento novo e o bairro habitado mais próximo permaneciam “inteiramente vazias, pois eram mais caras” (PRANDINI, 1951-1952, p.66)[ii]. A ocupação desses “bolsões de reserva” se deu somente a partir da década de 1960.

As melhorias na infra-estrutura do Parque Guanabara só ocorreram após 1974, quando foi implementado o Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – Política Programa de Renovação Urbana). Este programa, instituído em 1972, pelo Banco

Nacional de Habitação – B.N.H., disponibilizava recursos, por meio de financiamento às prefeituras municipais, para "organizar e disciplinar o espaço urbano, tendo em vista melhorias de habitabilidade para a população ali residente" (BATISTA FILHO, p.110). Tinha por objetivos, realizar "obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos e comunitários, racionalizar seu crescimento desordenado; melhorar as condições de vida da população; racionalizar o uso do solo urbano; eliminar os efeitos negativos da especulação imobiliária, procurando otimizar o uso da terra urbana sob o ponto de vista econômico, social e espacial." (BATISTA FILHO, op.cit, p.63 e 64).

No entanto, após a execução do Projeto CURA verificou-se a implantação "de um processo de segregação socioespacial, a partir de uma sistemática de rápida valorização do solo urbano; mercadoria supervalorizada e agora de restrito acesso a pequenos grupos" (BATISTA FILHO, p.110). O resultado foi a expulsão de muitos dos antigos moradores, que foram obrigados a buscar loteamentos mais baratos, porém mais distantes, por não terem condições de atender os dispositivos da lei de zoneamento.

Vale lembrar que a construção do Lago Igapó, por meio do represamento do ribeirão Cambezinho, ocorreu também na década de 1970. Observamos atualmente que o bairro passa por novas e intensas transformações. Vários edifícios de alto padrão de moradia construídos recentemente próximos ao lago Igapó II, modificaram sobremaneira a paisagem do bairro e imediações, que têm agora os terrenos economicamente mais valorizados. Contribui para isto a revitalização e urbanização do lago, que possui especial iluminação, pistas para caminhadas, pontes, cascatas, etc.

Tantas transformações despertam a preocupação em se preservar os registros da memória dos grupos e indivíduos que participaram da trajetória do bairro e da escola. Considerando-se que a memória é possuidora da propriedade de conservar certas informações, que reenvia-nos primeiramente para um "conjunto de funções psíquicas" que por sua vez, possibilita ao homem "atualizar impressões ou informações passadas que ele representa como passadas" (LE GOFF, p.11[iii]), se faz necessária a preservação da

memória social, pois é ela que, ao prestar referência, subsidia a construção da identidade dos grupos sociais.

A garantia do direito à "memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira"[iv] está legalmente colocada na Constituição federal de 1988, conforme os artigos 215 e 216. E foi com esta perspectiva que o CDPH se propôs, com a colaboração da escola e dos moradores do bairro, a promover e proteger o patrimônio histórico e cultural daquela comunidade.

O Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH – é um órgão vinculado ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, e têm por objetivos a guarda e a preservação da documentação histórica regional, bem como servir de laboratório de apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão, à capacitação e à prestação de serviços. Preocupa-se, também, em estimular junto às instituições públicas e privadas, a implementação de políticas de preservação e conservação de fontes para a pesquisa histórica, para que as mesmas tenham seus conjuntos documentais organizados e mantidos sob sua guarda, em seu próprio domicílio.

O desenvolvimento desse projeto de extensão procurou atender alguns dos objetivos do CDPH. A escola localiza-se à Rua Montevidéu, 528. Foi construída em 1968, em madeira, com 2 salas de aula, 1 cantina e 2 sanitários, e teve as despesas da construção pagas por um grupo de amigos da família de Norman Prochet, empresário da cidade, recém-falecido. O funcionamento ocorreu no mesmo ano, com três turmas de alunos, distribuídos nas 3 primeiras séries do ensino fundamental. No ano de 1969, matricularam-se 194 alunos entre as 1ª. e 4ª. séries. Com o passar dos anos a escola recebeu reformas e ampliações. Atualmente possui 245 alunos matriculados, distribuídos entre a pré-escola e a 4ª. série, totalizando 10 turmas.

O projeto, inscrito na área temática de Cultura, da Pró-Reitoria de Extensão, teve por objetivos: levantar, coletar e conservar fontes para a história da escola e do bairro, integrando os alunos, a comunidade, a escola e a Universidade Estadual de Londrina; bem como proporcionar ao aluno da escola a compreensão sobre a importância da preservação

da história para a garantia do exercício da cidadania, a partir da valorização da memória dos diferentes segmentos sociais.

A equipe executora era constituída por Enezila de Lima, professora do Departamento de História e então, Coordenadora do CDPH; Cacilda Maesima, Técnico em Assuntos Culturais do CDPH; pelas discentes Dulcinéia Andrade Barbosa, Marizabel Rivelli Barbosa, Maurinéia Aparecida Camilo, Rosi Elisa Beraldo Bandeira e Tatiana Sayuri Ohara; e pelas servidoras da escola Sílvia Regina de Souza Facco, Diretora; Idehide Aparecida Ribeiro, Supervisora Escolar e Juliana Alves Eugênio, Professora e Secretária.

No início do projeto, abril/2004, a população-alvo era constituída por 221 alunos, 30 professores e funcionários da escola e, aproximadamente 6.500 moradores[v] do bairro "Parque Guanabara" e imediações.

Os procedimentos adotados para a execução do projeto foram: levantamento histórico do bairro e de suas instituições; levantamento dos moradores mais antigos; arrecadação, junto à comunidade, de fotografias e documentos antigos que diziam respeito à história da localidade; gravação e filmagem de depoimentos orais de personagens que participaram da trajetória da escola e do bairro; e organização dos conjuntos documentais reunidos durante o projeto, segundo as orientações da Arquivística. Observamos que o levantamento histórico, bem como alguns dos outros procedimentos foram iniciados em fase anterior ao início do projeto.

A experiência de realizar a História Oral foi gratificante. Os depoimentos foram gravados em fita cassete e também filmados, em VHS, pelos Técnicos de Filmagem do Núcleo de Tecnologia Educacional da UEL. Para cada entrevistado foi feito um roteiro de entrevista. As perguntas foram distribuídas entre os alunos e, cada um, após decorar a sua pergunta, era filmado por duas vezes para edição posterior. Depois de filmar os alunos fazendo as perguntas individualmente, o entrevistado era filmado respondendo a seqüência do roteiro em uma única vez, com os alunos repetindo as respectivas perguntas na ordem correta.

O que percebemos é que, se por um lado a filmagem constrange mais do que somente a gravação em áudio, chegando muitas vezes ao ponto de inibir a fala de alguns dos entrevistados durante as filmagens, por outro lado o aluno se vê muito estimulado a participar das entrevistas, pois sente-se valorizado ao se ver no vídeo, depois de editado. Interessando-se, portanto, muito mais pelo assunto tratado na entrevista.

A importância de se realizar um projeto como este, reside na recuperação e disponibilização de fontes para a pesquisa na área das Ciências Humanas. Tais pesquisas poderão possibilitar a análise e compreensão do indivíduo e seu meio, e também proporcionar intervenções para a melhoria da qualidade de vida desta população.

Além disso, ao levantar a trajetória da escola, buscou-se despertar nas pessoas que se envolveram no projeto - discentes do curso de História, professores, funcionários e alunos da escola - a consciência sobre a importância de se preservar a história, para torná-las mais críticas em relação ao passado. Passado este que está no presente, capacitando-as desta maneira, para o exercício da cidadania.

Como resultado esperado, observou-se que houve uma valorização desta escola pública, que passou recentemente por uma grande reforma. Toda a parte construída em madeira, datada dos seus primórdios, foi derrubada para dar lugar a uma edificação em alvenaria, melhorando sensivelmente a aparência e o ambiente para o desenvolvimento das atividades escolares e de lazer. Isto agradou toda a comunidade interna e também a externa, pois o que se verifica é o aumento da procura por matrículas novas na escola.

O projeto arquitetônico desta reforma foi entregue pelo Prefeito da cidade à Diretora da escola, por ocasião de um evento de extensão organizado pelo CDPH e pela escola, durante as comemorações dos 35 anos da escola, no ano de 2003. Nesse evento, que precedeu à proposição do projeto de extensão, foi realizada uma feira histórico-cultural com exposição de painéis fotográficos e murais que versavam sobre a história da escola. Foram confeccionadas duas grandes maquetes que representavam o bairro, uma no início do funcionamento da escola e outra na contemporaneidade. Houve grande participação da comunidade da escola e do bairro, contando inclusive com o apoio da Associação dos

Moradores do Alto do Igapó – AMAI, que buscou patrocínio nas empresas locais, para a confecção de camisetas do evento, para todos os alunos da escola.

Concluímos que os objetivos propostos foram alcançados, porque além de recuperar a memória dos tempos passados, envolvendo a comunidade escolar, tivemos a oportunidade de testemunhar a transição para uma nova fase, representada pela reforma e construção de novas alas, bem como de guardar as provas deste testemunho. Enfatizamos ainda, que a execução deste projeto só foi possível porque houve boa receptividade e sintonia entre o CDPH e a Direção/Supervisão da escola.

---

[i] BATISTA FILHO, João. *O Projeto CURA no Parque Guanabara: uma política-programa de renovação urbana em Londrina.* 1985. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

[ii] PRANDINI, Neide. Aspectos da geografia urbana de Londrina. *Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros,* v.6, n.1, p.61-80, 1951-1952.

[iii] LE GOFF, Jacques. Memória. IN: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. v.1. Memória-História. P.11-50.

[iv]

BRASIL. *Constituição (1988): Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°1/92 a 22/99 e Emendas Constitucionais de Revisão n°1 a 6/94*. Edição atualizada em 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999. p.123-124.

[v] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2000.* Brasília, 2000. CD

UM OLHAR SOBRE AS CLASSES POPULARES CARIOCAS A PARTIR DO ROMANCE "O CORTIÇO"(1890), DE ALUÍSIO AZEVEDO

Caio Figueiredo Fernandes Adan - Universidade Católica de Salvador

A utilização das fontes literárias vêm se configurando como um dos novos desafios propostos pela historiografia recente. Testemunhos históricos "sofisticados", conquanto seu manuseio careça ainda de um suporte teórico-metodológico mais consistente, suscitam abordagens diversas sobre o passado. Estudando as representações literárias do urbano, Pesavento observa a potencialidade da literatura enquanto leitura específica do urbano, *"capaz de conferir sentidos e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às suas ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e às sociabilidades que nesse espaço tem lugar"*[1].

Desejando contribuir, ainda que modestamente, para o debate atualmente travado no campo da história a respeito das interfaces desta com a literatura, este trabalho consiste num exercício de utilização da literatura como fonte histórica. A partir da leitura do romance "O Cortiço" (1890), busca-se apontar algumas questões relativas às experiências populares na Corte carioca em fins do século XIX, tecendo novas redes de relacionamento, construindo novos espaços sociais e conferindo novos sentidos às múltiplas experiências urbanas vivenciadas na cidade.

"O Cortiço" de Aluísio Azevedo (1857-1913) é uma das obras mais populares da literatura brasileira, sendo considerado o grande marco da estética naturalista no país. As análises mais amplamente conhecidas desse texto evidenciam os aspectos deterministas da obra, cujas personagens teriam suas ações na trama sempre motivadas por impulsos animais, influência do clima tórrido tropical e da degeneração produzida na população brasileira pela prática da mestiçagem. Um olhar mais profundo sobre o romance, contudo, poderá revelar aspectos renunciados pela crítica que conferem peculiaridade ao romance e possibilitam o acesso a elementos importantes da sociedade carioca do período. A partir de uma abordagem histórica, emerge o autor, sujeito histórico que se relaciona cotidianamente

com as questões de seu tempo e que, enquanto intelectual, pretende fazer de sua obra instrumento de denúncia dos problemas de sua sociedade.

Fortemente influenciado pela obra do escritor francês Émile Zola (1840-1902), teórico e principal autor naturalista, Aluísio pretendeu ser para o Rio de Janeiro da época, o mesmo que Zola fora para Paris: um narrador do cotidiano da cidade que crescia, encarregado de retratar por meio de sua pena o povo, a multidão indiferenciada que se multiplicava *tal como larvas no esterco,* vivendo à margem dos novos espaços de cidadania construídos pela burguesia ascendente onde, para existir, era preciso consumir. "Romancista dentro da vida", como ele mesmo se intitulara, Aluísio tinha um método muito particular de trabalho: o substrato de seus romances, tirava-o de suas andanças pela cidade, observando o dia-a-dia dos populares. Relembrando o amigo, Coelho Netto comenta:

> Lembro-me do tempo em que, para escrever O homem, andando á procura do "documento humano", ele frequentava estalagens, ia ás pedreiras familiarizando-se com cavouqueiros, comia em casas de pasto, á mesa ruidosa dos trabalhadores, conversava-os estudando-lhes o typo, os costumes, a linguagem, surpreendendo-lhes os instinctos, rindo com elles, á larga, ou retrahindo-se commovido quando os via acrabunhados.
> (...) E mostrando, com despreso, a papelada cheia de garabulhos a lapis, dizia tedioso:
> - Eis o meu dia, Tenho ahi material para dous ou três capítulos[2].

Em "O Cortiço", ao narrar a história do vendeiro português João Romão e de um cortiço de sua propriedade, acompanhando a trajetória de enriquecimento e ascensão social do português, Aluísio constrói um rico painel da sociedade carioca de fins do século XIX, criticando as camadas burguesas nacionais com pretensões aristocratizantes e o quadro de miséria social a que estava exposta a maior parte da população. Representados no romance através de dois núcleos, o da família do Miranda (comerciante português que morava num sobrado vizinho ao cortiço) e o dos habitantes do cortiço, burgueses e populares vivem no romance um estado permanente de disputa e agressão simbolizado na oposição "sobrado *versus* cortiço"[3].

Os cortiços ganharão destaque na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX, refletindo o processo desordenado de crescimento urbano característico da cidade, responsável pelo surgimento de modalidades

diversas de sub-habitação destinadas a abrigar uma crescente população livre. Centro político, econômico e cultural do país, a cidade atraía para si contingentes vindos das mais variadas regiões do país, entre eles muitos trabalhadores livres e libertos em busca de oportunidades de trabalho e melhoria de vida. Eram também imigrantes, principalmente portugueses e italianos que começam a chegar ao Brasil a partir da segunda metade do século, estimulados pela crise de abastecimento de mão-de-obra experimentada pela lavoura cafeeira após a proibição do tráfico pela Lei Eusébio de Queiroz (1850). Muitos deles vinham para as fazendas de café para depois, desiludidos com a exploração a que eram submetidos na lavoura, rumarem para a Corte em busca de melhores oportunidades, firmando-se em uma gama de serviços urbanos necessários à cidade em crescimento, especialmente no pequeno comércio[4].

Na Corte, o modelo de construção típico que abrigaria tais grupos sociais de extração popular seriam as habitações populares, os famigerados "cortiços" tão intensamente combatidos pelas primeiras administrações republicanas. Surgidos no Rio de Janeiro entre as décadas de 1850 e 1860, esses conjuntos de pequenas casinhas foram fruto da necessidade de abrigar a crescente população da corte face o aumento do fluxo de imigrantes que chegavam à cidade e o alto preço de aluguéis praticados. O narrador de "O Cortiço", comentando o processo de ocupação do bairro de Botafogo, observa:

> [...] a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia. Subiam os aluguéis, as propriedades dobravam de valor [...] as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em aluga-las [...][5].

Nestes cortiços, portanto, passaram a viver conjuntamente brasileiros brancos, negros e mestiços; africanos livres e imigrantes europeus, principalmente portugueses e italianos. Não devemos esquecer também do grande contingente de escravos "vivendo sobre si" na capital do Império, conforme apontado por Sidney Chalhoub[6], os quais garantiam sua autonomia na urbes em troca do pagamento periódico a seus senhores de um valor previamente acordado. Tal é a situação de Bertoleza, a "amiga" do comerciante João Romão, que vivendo na capital do Império, "trabalhava forte" na sua quitanda para

pagar a seu senhor, um velho que morava em Juiz de Fora, a quantia de vinte mil-réis por mês, ao mesmo tempo em que amealhava recursos para a compra de sua alforria[7].

O notável crescimento populacional verificado na cidade na segunda metade do século XIX, fez-se acompanhar de uma queda progressiva no número total de escravos urbanos, que ao fim do período caiu para menos da metade[8]. A edição em 1871 da Lei do Ventre Livre e da regulamentação da alforria mediante indenização, demonstraram a fragilidade cada vez maior do sistema escravista e permitiram a muitos escravos a compra de sua liberdade Por outro lado, a demanda por mão-de-obra nas lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba havia estimulado os senhores da corte a venderem seus escravos, verificando-se um declínio da participação de cativos na economia urbana. Da progressiva liberação da população escrava decorria o aumento do número de negros e mestiços livres na cidade: Rita Baiana, Firmo, Porfiro, Albino, dona Marciana, Florinda, Alexandre... são trabalhadores da pedreira, lavadeiras, e até mesmo policiais, todos moradores do cortiço.

Brasileiros brancos, negros e mestiços, africanos livres e imigrantes europeus (notadamente portugueses e italianos) seriam os grupos sociais que compunham as classes populares da Corte nas últimas décadas do Império e, para além de sua semelhante condição empobrecida, suas diferentes origens, hábitos e valores, configuravam uma classe trabalhadora bastante complexa e heterogênea. Nesse sentido, as habitações populares seriam por excelência os espaços onde essas relações se dariam em toda a sua complexidade, fruto da experiência da vida em coletividade, do compartilhamento dos espaços comuns, da afirmação de identidades , da construção de laços de solidariedade.

Nosso autor, notável observador que era de sua época, não deixou passar desapercebida a questão. Um dos aspectos mais ricos do romance analisado é justamente essa dimensão relacional existente entre esses diversos grupos sociais, dinâmica, perspassada por momentos de conflito decorrentes das diferenças culturais, mas também de harmonia. Destacam-se no romance a descrição dos momentos de lazer vivenciados no cortiço, sobretudo a alegria dos domingos, quando *"Havia nos operários e nos trabalhadores decidida disposição para pandegar, para aproveitar bem, até o fim, aquele dia de folga"*[9].

Desde cedo, era uma grande algazarra: lavadeiras saíam com seus tabuleiros de roupa lavada e engomada para entregar aos fregueses, famílias saíam para passear e das casinhas do cortiço ecoavam cantos e sons de instrumentos. A descrição dos jantares na casa de Rita Baiana e da Das Dores, sempre em presença de muitos amigos, enfatizam a solidariedade existente entre aquela gente, e depois haviam os animados pagodes que se estendiam noite adentro, sempre regados à muita aguardente, vinho de palma e parati.

O narrador observa que os italianos que viviam no cortiço não partilhavam dessas festas, comemorando o domingo entre si, numa conversação "ruidosa". No entanto, não há no texto menção a nenhum tipo de animosidade entre eles e os demais habitantes do cortiço. Tal observação aponta para as possibilidades de integração possíveis naquele espaço face às diferenças culturais, a despeito da convivência comum. Havia mesmo certa rivalidade entre portugueses e brasileiros, "galegos" e "cabras", que volta e meia eclodia, detonando brigas em que se ouviam *"num clamor de pragas e gemidos, vivas a Portugal e vivas ao Brasil"*[10]. Lúcia Lippi Oliveira observa a formação no Rio de Janeiro de um sentimento antilusitano decorrente da *"forte presença de portugueses já enriquecidos na propriedade de lojas comerciais e de imóveis de aluguel"*[11]. O português João Romão, não por acaso o dono do cortiço, era acusado por Florinda, uma das moradoras, de roubar no peso dos produtos que vendia em seu armazém.

Todavia, à menor ameaça externa, o sentido de coletividade falava mais alto eram todos "carapicus", em oposição aos moradores do cortiço vizinho, os "cabeça-de-gato". Entre os dois grupos, firmara-se uma rivalidade *"dia a dia agravada por pequenas brigas e rezingas, em que as lavadeiras se destacavam sempre com questões de freguesias de roupas"*[12], cuja principal função parecia ser a de permitir aos moradores do cortiço a construção, em oposição ao cortiço adversário, de uma identidade comum capaz de garantir-lhes a gestão de suas questões enquanto coletividade, prescindindo da intervenção do poder do Estado.

Este é um aspecto de destaque no romance: a relação dos habitantes do cortiço com as instituições de Estado, a exemplo da polícia, por excelência o poder destinado a controlar

as classes populares, zelando pela manutenção da ordem pública e dos bons costumes. Chalhoub observa que a ação disciplinar da polícia nas últimas décadas do século XIX esteve associada ao surgimento da ideologia das "classes perigosas"[13]. Segundo este autor, tal ideologia permeou intensamente os debates na Câmara de Deputados do Império nos meses que se seguiram à abolição da escravidão em maio de 1888, revelando o temor dos parlamentares de que a liberação dos cativos colocasse em risco a organização do trabalho no Brasil, suprimindo o vínculo que atava a massa trabalhadora à produção – a saber, a sua submissão ao seu senhor e proprietário – traçando-se uma política de combate à ociosidade supostamente cultivada pelas "classes pobres e viciosas" através da repressão à chamada vadiagem. Tal pensamento representava na realidade a adequação do aparelho estatal às necessidades das classes dominantes desejosas de perpetuar o controle sobre a classe trabalhadora uma vez que se dissolvera o vínculo pessoal que unia o senhor ao escravo.

Nessa empreitada, a constituição de um corpo policial será fundamental para a consolidação de mecanismos de dominação e repressão do contingente de escravos e homens livres pobres. Marcos Luiz Bretas, estudando a polícia carioca no Império, observa a ambigüidade experimentada por esses policiais, agentes do poder disciplinar do Estado e sujeitos oriundos das mesmas camadas populares a quem deveriam fiscalizar[14]. No romance, temos o exemplo do mulato Alexandre, policial e morador do São Romão, ironizado pelo autor por seu jeito grave e circunspecto quando estava fardado:

> Alexandre, em casa, à hora do descanso, nos seus chinelos e na sua camisa desabotoada, era muito chão com os companheiros de estalagem, conversava, ria e brincava, mas envergando a sua chibata, com que tinha o costume de fustigar as calças de brim, ninguém mais lhe via os dentes e então a todos falava teso e por cima do ombro[15].

Tal observação é curiosa e indica a condição ambígua do representante da força policial, vivendo essa duplicidade de papéis entre o mundo normativo construído pelo poder e a experiência cotidiana de morador do cortiço. Como se pode supor, tais figuras não contavam com a simpatia da população, que enxergava no corpo policial a marca repressora do Estado, sempre fiscalizando e pretendendo enquadrar as condutas da população pobre conforme valores que lhe eram externos. Essa rejeição da força policial

pela população revelava-se mesmo na composição dos quadros dessa corporação. Segundo Bretas, durante o Império, o contingente policial nunca esteve completo, parecendo haver uma "resistência surda" por parte de população em ingressar na profissão, a despeito da estabilidade oferecida e das possibilidades de ascensão na carreira (o próprio Alexandre, ao final do romance, fora promovido a sargento). A rejeição à força policial entre os segmentos populares era tamanha que, no avançar do século XIX, lançar-se-ia mão do recrutamento de estrangeiros para a corporação, chegando estes a ocuparem 20% do contingente total de policiais[16].

Entre os habitantes do cortiço, havia verdadeira ojeriza à força policial, acusada de agir com violência e promover a destruição por onde passava. Era um orgulho para todos o fato de a polícia nunca ter entrado lá. Certa feita, por ocasião de uma briga no cortiço, a tentativa de ingresso da polícia promove entre os moradores do cortiço uma verdadeira operação de guerra, montando barricadas e se armando de todas as formas para evitar a entrada dos urbanos, ao som de *"Fora os morcegos!"*:

> A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho[17].

Entretanto, ao deflagrar-se um incêndio no interior do cortiço, cada qual cuidou de salvar o que era seu e a polícia, aproveitando-se da confusão, invadiu o cortiço: *"as praças, loucas de cólera, metiam dentro as portas e iam invadindo e quebrando tudo, sequiosas de vingança"*[18]. Na manhã seguinte, intimado João Romão a depor na polícia, seguiu para lá acompanhado de muitos moradores, que foram protestar acerca dos estragos causados pela polícia:

> – Bem feito! bradou o subdelegado. Não resistissem.
> Um coro de respostas assanhadas levantou-se para justificar a resistência. "Ah! Estavam mais que fartos de ver o que pintavam os morcegos, quando lhes não saía alguém pela frente! Esbodegavam até a última, só pelo gostinho de fazer mal! Pois então uma criatura, porque estava a divertir-se um bocado com os amigos, havia de ser aperreada que nem boi ladrão?... Tinha lá jeito? Os rolos era sempre a polícia quem os levantava com as suas fúrias! Não se metesse ela na vida de quem vivia sossegado no seu canto, e não seria tanto barulho!...[19].

Sobre a briga que detonara a confusão, nenhuma palavra: ali, privadamente, eles mesmos resolviam suas questões, e Aluísio Azevedo demonstra uma percepção aguda desse sentimento de autonomia e liberdade experimentado no cortiço. Chega mesmo a chamá-lo de "República do Cortiço", enfatizando sua força enquanto coletividade e mostrando que as instituições estatais do Império passavam ao largo dali.

Estudando as estratégias adotadas pelos escravos da Corte na luta por sua liberdade, Chalhoub observa a formação, entre as décadas de 1830 e 1870 de uma "cidade negra" oculta sob as redes de dominação expressas pelo domínio senhorial e pelo poder estatal. A constatação desse autor nos permite pensar a multiplicidade de experiências urbanas e de "cidades" construídas na capital do Império durante o período, revelando a distância abissal que separava a cidade desejada pelas classes dominantes, a "cidade-norma", daquela vivenciada cotidianamente pelas classes populares, a "cidade-esconderijo".

NOTAS:

[1] PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: Visões Literárias do Urbano. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002, p. 10.
[2] **REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**. Rio de Janeiro: Annuário do Brasil, n. 46, v. 19, ano XVI, out. 1925, p. 118.
[3] MOURÃO, Rui. **Um mundo de galegos e cabras.** In: AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. Pref. 21 ed. São Paulo: Ática, 1990 (Texto Integral cotejado com a edição original, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1890), p. 5.
[4] A exploração de armazéns e tavernas, por exemplo, consistia numa atividade praticamente monopolizada pelos portugueses, e isso fica evidente mesmo no romance. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 29.
[5] AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 20.
[6] CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 212.
[7] AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 13.
[8] Conforme dados citados por Chalhoub, em 1849 haviam 110.302 cativos na corte, representando 41,5 % da população; em 1872, tal contingente cai para 48.939 cativos, representando 17,8 % do total da população. CHALHOUB, 1990, p. 199.
[9] AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 51.
[10] *Ibidem*, p. 126.
[11] OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 28.
[12] AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 103.
[13] CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 20-21.
[14] BRETAS, Marcos Luiz. **A Polícia carioca no Império**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 22, vol. 12, 1998, p. 219-234.
[15] AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 30.
[16] BRETAS, *Op. cit.*, p. 266.
[17] AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 88.
[18] *Ibidem*, p. 89.
[19] *Ibidem*, p. 90.

Imagens de Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933.

CAION MENEGUELLO NATAL

Introdução

Nossa proposta de estudo busca compreender o processo de construção da identidade histórica concernida a Ouro Preto. Ao falarmos de Ouro Preto nos reportamos a idéias como "Cidade Monumento", "Cidade Patrimônio" ou "Cidade Histórica", representações que estão interligadas e expressam valores de preservação, de arte, de identidade, de tradição, etc. Contudo, em que consiste estes valores? O que eles significam, para nós brasileiros, ou para toda a cultura ocidental? Por que é tão fundamental preservar uma cidade dita histórica e o que determina seu caráter enquanto tal? Quais os critérios ou atributos que distinguem uma cidade histórica de outras que não possuem essa caracterização ou não transmitem semelhante idéia?

Para responder a estas e outras questões, nos debruçaremos em um período da história ouropretana que parte da última década do século XIX e se estende até meados da década de 1930: o primeiro momento de nosso estudo se refere ao final do século XIX, quando Ouro Preto deixou de ser o centro político-administrativo de Minas Gerais, perdendo seu estatuto de capital para Belo Horizonte; o segundo momento compreende as três primeiras décadas do século XX, quando surgem os discursos e ações que considerarão a cidade como um núcleo histórico digno de ser preservado. Estes são ensejos decisivos para compreendermos o processo de legitimação de Ouro Preto enquanto referência histórica. Tal processo culmina na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, vindo a consolidar Ouro Preto como patrimônio da nação brasileira[1].

No final do século XIX, Ouro Preto corria enormes riscos como capital de Minas Gerais: era uma cidade considerada arcaica, cujo traçado provinha de um passado tido como irracional e inescrupuloso. A cidade, representava no imaginário da época a imprevidência dos construtores setecentistas, vivia sob o signo do caos, da desordem, da irracionalidade; a capital de Minas simbolizava a herança de um passado repugnante que

deveria ser abolido. Para tanto, Ouro Preto teria de ser recriada a partir de novas soluções urbanas, as quais, por serem novas, garantiriam a prosperidade social. Neste contexto, prevalecia a negação do passado e sua superação por um futuro "promissor". O passado representaria a face deficiente de uma sociedade; todas as marcas e rastros que recordassem algo pretérito deveriam ser aniquilados para dar lugar ao "novo", ao "moderno". No final do dezenove, Ouro Preto passava por uma crise política: segundo o imaginário da época, esta cidade carecia de uma infra-estrutura condizente com seu status de capital. Para manter este status, Ouro Preto deveria adquirir um perfil moderno; era necessário, sobretudo, reconstruir outra cidade no lugar da "velha" Ouro Preto, inaugurar novos tempos e promover o tão aclamado progresso social[2]. Nesse primeiro momento, procuramos trabalhar com discursos, ações e projetos de modernização urbana, os quais visavam remodelar Ouro Preto para garanti-la como capital de Minas Gerais.

Em 1897, com a transferência da capital em Minas Gerais, inicia-se um processo de defesa da relevância de Ouro Preto no contexto nacional, porém, não mais como centro político, mas como centro cultural, representante da história do povo brasileiro. Muda seu estatuto, muda também o discurso mediante o qual se construirá a idéia de cidade histórica. Agora, a relação de Ouro Preto com seu passado se altera: a cidade deve trazer as marcas de sua história em sua materialidade, deve contar sua história através de suas edificações, monumentos e ruas. Este é o segundo momento de nosso projeto, quando os discursos que caracterizam a cidade segundo valores tradicionais e históricos se evidenciam no artefato construído. Nesta parte do estudo, pretendemos pesquisar eventos como as "Comemorações do Bi Centenário de Ouro Preto", de 1911, um ensejo que propiciou as primeiras manifestações e os primeiros discursos contendo a idéia de preservação juntamente com os valores histórico e artístico a ela inerentes; a excursão modernista de 1924 feita às cidades mineiras em geral, e a Ouro Preto em particular, a qual lançou as bases para uma política preservacionista de cunho oficial, o que serviu para enriquecer e ampliar o conceito de cidade histórica; os projetos políticos elaborados a partir da criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, primeira

instituição governamental encarregada de elencar e salvaguardar os bens patrimoniais brasileiros; bem como os discursos e práticas que contribuíram, durante todo o período em questão, para a criação de uma imagem de cidade histórica, patrimônio nacional.

Em busca da cidade moderna

Os anos que envolveram a mudança da capital mineira foi um período marcado pela supressão da monarquia e o advento da República no Brasil. A mudança de regime político no Brasil manifestou uma vontade de transformar os valores até então vigentes, nas formas da sociedade ver e conceber seu ambiente urbano. Com a implantação da república, foi posto em prática um discurso progressista; uma ideologia baseada no conceito de modernização da sociedade em todos os seus aspectos. O modelo dessa modernização provinha de contextos norte-americano e europeu: França, EUA e Inglaterra, principalmente, representavam o tipo de civilização que deveria ser seguido pelos países ocidentais[3].

No Brasil republicano desta época discutiam-se as possibilidades e necessidades de se remodelar os principais centros urbanos com a finalidade de se promover os modernos meios de desenvolvimento social[4]. Em Minas Gerais tramitavam na Assembléia estadual projetos de transferência da capital, a qual, segundo os ideários do Estado republicano, deveria se mudar de Ouro Preto para uma localidade mais conveniente. As contendas políticas em torno da mudança ou permanência da capital mineira no perímetro ouropretano tomaram conta das sessões legislativas mineiras, tanto da instância municipal ouropretana como da estadual. Em Ouro Preto, portanto, houve um forte movimento contrário à transferência da capital mineira, que era representado por políticos dos mais tradicionais e por personalidades civis de muito relevo ante a opinião pública. A luta se dava entre os mudancistas, aqueles que argumentavam pela transferência da capital, e os não mudancistas, ou antimudancistas, os que advogavam pela preservação de Ouro Preto como capital. Interessa-nos o estudo das propostas que primavam pela conservação de Ouro Preto como centro administrativo de Minas Gerais. Os defensores de Ouro Preto adotaram a alternativa da modernização urbana como forma de renovação e legitimação de um espaço urbano que se via ameaçado por um discurso progressista[5]. Para Ouro Preto continuar

como capital era preciso modernizar-se, transformar-se à luz dos códigos do imaginário moderno.

A reforma social, o progresso, passava pela reestruturação urbana; os novos códigos de civilidade pressupunham uma nova ordenação da cidade. Pois a cidade seria o lugar onde se efetivaria as relações do mundo moderno; a cidade constituiria a essência das condições modernas, o substrato das práticas e mentalidade modernas; a cidade demarcaria, ideologicamente, o local simbólico da civilização e da modernidade. A urbanização como um ideal civilizador é a noção que guiará as reformas dos principais centros brasileiros desta época, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife e Salvador. As modificações urbanas empreendidas em cidades como Paris e Londres, em meados do século XIX, serviriam como paradigma para a modernização das principais cidades brasileiras na época em questão[6].

Ouro Preto se insere de forma bastante delicada nesse contexto. Ao longo do século XIX, com a paulatina queda das atividades mineradoras, as visões e discursos sobre Ouro Preto passavam a simbolizá-la como uma cidade estagnada economicamente, criando uma imagem de cidade "desleixada", atrofiada, corolário da imprevidência e do descaso, cujas construções seriam irregulares, estabelecimentos mal direcionados; suas ruas eram vistas como demasiado irregulares e estreitas, não suprindo assim as exigências modernas de circulação e fluência; taxava-se Ouro Preto de cidade suja, insalubre, com sérias deficiências no que diz respeito às questões higiênica e sanitária. Ouro Preto possuía uma imagem estigmatizada de "cidade colonial", desordenada, irracional, fruto da espontaneidade dos primeiros fundadores. Os discursos que defendiam a transferência da capital de Ouro Preto para outra localidade se baseavam nesta imagem de cidade "arcaica", "desordenada", "desleixada", carente de um planejamento racional. Estes discursos apelavam aos seguintes argumentos:

> *1º- Porque a cidade de Ouro Preto não reúne as condições higiênicas necessárias a uma capital. 2º- Porque é péssima a sua posição topográfica.3º-Porque a situação geográfica dificulta a ação governamental e os interesses, quer públicos, quer*

particulares.4º-Porque não tem vida própria, nem área suficiente para, ampliando-se, tornar-se uma grande capital,digna do Estado e aprazível aos olhos do estrangeiro"[7].

Para combater tais argumentos, era preciso, então, reformar Ouro Preto para assim promover sua modernidade. Remodelar Ouro Preto representava se desvencilhar de um passado repugnante, irracional, e conquistar o futuro, uma forma de sociedade baseada na crença de valores superiores e insofismáveis; representava, outrossim, a vitória de Ouro Preto sobre aqueles que almejavam a perda de seu status de capital. Em fins do século XIX, Ouro Preto tinha de adquirir um novo rosto, qual seja, aquele condizente com uma cidade moderna, com as premissas da modernidade republicana; a sociedade ouropretana deveria construir sua própria modernidade para se manter no cenário político brasileiro e legitimar sua identidade mediante as exigências das novas normas sociais, dos novos conceitos de civilidade e cultura.

Contudo, em 17 de dezembro de 1893, o congresso mineiro decretou a lei constitucional nº 3 que previa a transferência da capital Mineira, a qual iniciou-se em julho de 1897[8]. A partir de então, Ouro Preto passa por anos de obscurantismo, pois fora renegada, abandonada, ao perder seu status de capital. Depois da fundação de Belo Horizonte, Ouro Preto será considerada uma cidade melancólica, símbolo de um passado decrépito[9]. Com a inauguração da nova capital em 1897, Ouro Preto começa a ser vista como uma cidade condenada ao obscurantismo, ao esquecimento, uma cidade mergulhada em um passado sombrio. Contra estes estigmas, insurgem vozes que defenderão o caráter "antigo" de Ouro Preto, num esforço de resgate de sua importância para a sociedade mineira e brasileira.

Em busca da Cidade Histórica

A idéia de cidade história é a interface da idéia de preservação. Em outras palavras, uma cidade é considerada histórica na medida em que ela deve ser preservada. Mas surgem as seguintes questões: por que preservar uma cidade? Quais os propósitos de mantê-la sem alterações, seja em seu traçado ou em sua arquitetura?

A nova concepção que passa a envolver Ouro Preto, a partir da consolidação de Belo Horizonte, é a de que a cidade não deveria mudar sua condição material, mas sim trazer as marcas do passado em seu traçado e em sua arquitetura. Em fins do século XIX e começo do XX, Ouro Preto passa a assumir uma imagem cujo principal atributo seria sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de perder um importante elemento constitutivo da identidade brasileira e mineira. Em Ouro Preto, uma vez preservado seu espaço, uma história e tradição permaneceriam inabaladas pelas mudanças inerentes ao mundo moderno. Assim, se Belo Horizonte simbolizava os feitos e avanços da modernidade, Ouro Preto por seu turno representaria o reduto de uma história e identidade, o chão sólido e incorruptível da tradição de Minas Gerais e do Brasil. A cidade seria assim o próprio passado de glórias presentificado, visível em seu traçado e edificações.

A urbes moderna não seria mais o destino de Ouro Preto, pois esta guardaria as peculiaridades e os símbolos de uma memória coletiva, enquanto aquela seria marcada pela mudança e descaracterização constante de seu espaço, o que acarretaria num empobrecimento em relação a signos históricos ou referências identitárias. A cidade moderna, cadenciada pela transformação permanente de sua estrutura, não comportaria o tempo suficiente para sedimentar em sua materialidade focos visíveis de um passado histórico, de uma memória coletiva[10].

A cidade de cunho histórico seria aquela cuja forma lhe fosse impar, única, e portanto reconhecível enquanto tal, pois seria o produto de um contexto sócio-cultural singular. A cidade moderna é pautada pela homogeneização do espaço, pela padronização e universalização de elementos urbanos, enquanto a cidade histórica reflete a singularidade de uma dada sociedade, conforme nos atesta sua forma definida e particular; seu caráter se distingue de outros por seus traços peculiares, frutos de uma história também peculiar[11].

Ouro Preto irá adquirir seu caráter de cidade histórica devido às suas características únicas, à sua forma distintiva, vindo a representar uma parte relevante e singular da história brasileira e mineira. Excluída a questão da modernização de Ouro Preto, e já consolidada a

fundação da nova capital, Ouro Preto se transforma em símbolo vivo de um passado, um lugar repleto de significados históricos, identitários, culturais, etc.[12]

A preocupação em preservar a história passa a ser a preocupação em preservar a própria cidade, uma vez que ambas, história e cidade, comporiam juntas a imagem de um passado lendário que deveria ser preservado. A materialidade da cidade, que antes era detratada como obstáculo ao progresso, como lúgubre, melancólica e insalubre, passa a ser valorizada segundo seus riscos pictóricos de inestimável beleza. Ouro Preto vem a ser concebida como peça de exposição de belos panoramas; o espaço se torna um objeto de fruição estética. A característica estética da cidade reforça sua definição ímpar, tendo em sua arquitetura religiosa um dos maiores signos de sua identificação histórica. O "estilo arquitetônico" de Ouro Preto, reconhecido como Barroco mineiro, passa a ser avaliado como uma marca crucial da nacionalidade brasileira: suas edificações religiosas e civis atestariam as origens históricas de um gênio artístico autenticamente brasileiro. Nas palavras do poeta, os "sobradões" de Ouro Preto com suas "frontarias Barrocas" *"tem o poder de nos comover",* a nós brasileiros, pois é neles que *"alguma coisa de nosso começou a se fixar"*[13]. O desenho urbano de Ouro Preto passa a ser visto agora como a evidencia de uma especificidade, a topografia e a forma urbana não são mais um defeito a ser corrigido, mas uma qualidade a ser apreciada, um elemento visual que atesta a singularidade da cidade e a diferencia da homogeneidade dos traçados urbanos modernos[14].

Desse modo, em julho de 1911, com as comemorações do "Bi-Centenário de Ouro Preto", surgem os primeiros discursos de vulto em prol da preservação dos traços históricos ouropretanos; em 1924, a famosa excursão modernista, capitaneada por Oswald de Andrade, chega a Ouro Preto para fazer um estudo das suas características históricas e de suas riquezas artísticas e arquitetônicas. Nos anos 1920, os discursos em favor da preservação de Ouro Preto se intensificam; no final desta década, são elaborados os primeiros projetos para preservação das edificações civis e religiosas ouropretanas sob a responsabilidade de Gustavo Barroso, o criador, em 1921, do Museu Histórico Nacional[15].

Em 12 de julho de 1933, com o decreto nº 22.928, Ouro Preto é decretada oficialmente monumento nacional, passando a ser tutelado pelo Governo Federal, ato este que consolidou seu título de cidade histórica. Em 1937,com a criação do SPHAN, Ouro Preto passa a ficar sobre a guarda de uma instituição federal especializada em preservar os patrimônios históricos brasileiros, sendo vista e adotada como paradigma na estratégia do Estado brasileiro em construir uma nacionalidade genuína, ou uma identidade brasileira autêntica.

---

[1] Sobre a criação do SPHAN ver: **GONÇALVES, José Reginaldo Santos.** *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. **MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco.** *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto.* Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Dissertação de Mestrado) **SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (orgs)**. *Memória, cidade e cultura.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

[2] **COELHO, José Efigênio Pinto.** *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto.* Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987; **FONSECA, Janete Flor de Maio.** *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital.* Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1998. (Dissertação de Mestrado)

[3] **CARVALHO, José Murilo de.** *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 1990. **CHALHOB, Sidiney.** *A cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.* São Paulo: Cia das Letras, 1996. **MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, ANDRADE, Rodrigo Ferreira**. *Belo Horizonte: um espaço para a República.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1989. **SCHWARCZ, Lilia Moritz.** *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

[4] **PINHEIRO, Eloísa Petti.** Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

[5] Sobre os debates entre mudancistas e não mudancistas ver Fonseca, op. cit.

[6] "As cidades européias simbolizam esses novos tempos da burguesia e da modernidade, e têm, em Paris, a capital política e cultural, em Londres, a capital da economia política e, em Viena e Berlim, as capitais da filosofia" (Pinheiro, 2002, p.127, op. cit).

[7] Jornal "A Ordem", 19/07/1890. Citado por **BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs).** *Memórias de Ouro Preto.* Ouro Preto: Editora UFOP, 1993, p.17.

[8] Jornal "Tribuna de Ouro Preto" de 15/12/1947- Mudança da Capital Mineira, "Notas Esparsas". Citado por Barbosa, 1993, p.19, op. cit.

[9] "O êxodo de antigos moradores e instituições e instituições para Belo Horizonte, confere à cidade um aspecto de súbito abandono que a envolve com aura legendária de cidade fantasma" (Barbosa, 1993, p.11, op. cit).

[10] **ARGAN, Giulio Carlo.** *História da Arte como História da cidade.* Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

[11] "A perda da forma urbana e o eclipse dos lugares públicos são fenômenos correlatos ao esgotamento da dimensão representativa e simbólica da cidade moderna, corpo sem memória de uma máquina que se quer pura funcionalidade" (**BRESCIANI, Maria Stella.** *Cidade, cidadania e imaginário.* In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.* Porto Alegra: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p.102).

[12] "A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de trocar, pela emoção, uma memória viva" (**CHOAY, Françoise.** *A alegoria do patrimônio.* Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.18).

[13] **BANDEIRA, Manuel.** *Guia de Ouro Preto.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p.36.

[14] "Fisicamente (Ouro Preto) é mais bela: é original, é superior ao vulgar. O seu aspecto aprazivelmente impressiona, impele a imaginação para supremos devaneios. Sempre a vista é aqui solicitada por alturas, arremessos impetuosos da terra na direção do céu" (**SENNA, Nelson.** *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 370).

[15] Em 1928, as primeiras intervenções restauradoras são levadas a cabo em Ouro Preto sob a supervisão de Gustavo de Barroso e patrocínio do Governo mineiro: foram restauradas a igreja de Nossa Senhora do Rosário, a capela de São João, a Casa dos Contos e a ponte de São José. Ver Meniconi, 2000, op. cit.

As relações entre escola de samba e Igreja e os espaços de diálogo dos trabalhadores do Morro da Caixa (Mont Serrat), Florianópolis, 1955-1965.

Camilo Buss Araujo* - PPG-UFSC

A história de um bairro, antes de se tratar de uma análise restrita aos acontecimentos de uma determinada localidade ou, ao contrário, simples expressão da conjuntura regional e nacional, aparece, para o historiador, como uma possibilidade de reconstruir histórias de trabalhadores para além de seu local de trabalho. Compreender o bairro em sua dinâmica interna, suas redes de relacionamentos – estabelecidas entre seus moradores ou com os agentes políticos – fornece-nos outros instrumentos para entender a complexidade de relações e comportamentos de pessoas comumente investigadas apenas no espaço produtivo. O local de moradia e suas demandas, no entanto, não podem ser entendidos desvinculados do espaço de trabalho, uma vez que as pessoas atuam, simultaneamente, nestes dois universos. O "universo" da moradia e o "universo" do trabalho, portanto, assim como o bairro e a cidade, estão interconectados pelas experiências e práticas cotidianas dos trabalhadores, vistos nesta perspectiva como atores sociais. Dessa forma, se percebemos que a vida do bairro está diretamente vinculada à vida da cidade, torna-se necessário observar quais são seus canais de interlocução onde os jogos de poder e as disputas por direitos são travadas. Neste caso, o Morro da Caixa d'Água (atualmente conhecido como Mont Serrat), a partir da década de 1950, apresenta alguns elementos instigantes para se tentar compreender os espaços de diálogo das camadas populares na cidade de Florianópolis.

Nesse período, verificam-se inúmeras festas religiosas no morro, ligadas à Igreja Católica, assim como a presença do padre Agostinho Sthaelin nas celebrações na capela do bairro – personagem muito lembrado pelos moradores por seu engajamento social e preocupação com o bem-estar da localidade. Nessa época também, mais precisamente no ano de 1955, é fundada a escola de samba Embaixada Copa Lord, uma das principais escolas de samba da cidade de Florianópolis, cuja sede se localiza no Morro da Caixa.

Ademais, são nos anos de 1950 que começarão a ter visibilidade na estrutura interna do morro aquelas que hoje são lembradas como as três grandes famílias do Morro da Caixa, famílias Cardoso, Veloso e Barbosa, migrantes da região do Alto Biguaçu, atual município de Antônio Carlos, que enxergam em Florianópolis outras formas de sobrevivência diferentes da vida rural do seu local de origem.

Florianópolis, no começo da quinta década do século XX, apoiava-se, principalmente, na função administrativa de capital do Estado. No entanto, a idéia de "modernização" da cidade aparecia em planos elaborados por políticos, urbanistas, empresários no intuito de retirar Florianópolis de sua presente situação, considerada por eles como atrasada. Sendo assim, no ano de 1952, uma equipe de arquitetos e urbanistas é contratada pela prefeitura para elaborar o primeiro Plano Diretor da cidade. Em suas análises, a existência de chácaras dentro do perímetro urbano pertencentes às famílias tradicionais bem como os casebres nos morro próximos ao centro constituíam-se elementos explicativos do atraso da cidade.

> Estes núcleos, que tomam conta de Florianópolis, como em outras cidades brasileiras (Rio, Recife, Porto Alegre, etc.) com a feição de *verdadeiros aldeamentos primitivos*, são a mais viva *expressão urbanística de nosso atraso econômico* (...) [Também a] ausência de indústrias modernas e a natureza das ocupações da população florianopolitana explica o *ritmo relativamente lento* de vida que, por sua vez, nas circunstâncias acima mencionadas, concorre *para a dispersão das habitações* e a baixa densidade do conjunto urbano.[1]

A alavanca do progresso da cidade seria, para os elaboradores do Plano Diretor, a construção de um moderno porto, responsável por dinamizar a economia local e que se localizaria no bairro do Estreito, situado na parte continental da cidade, uma vez que tanto o turismo quanto a universidade seriam apenas apêndices em relação à função portuária. Ao Estado, conseqüentemente, caberia a função de investir prioritariamente em infra-estrutura garantindo assim a industrialização, discurso este que estava em consonância com o ideário desenvolvimentista dos anos de 1950.

À frente da epopéia desenvolvimentista de Florianópolis estavam grupos antagônicos, vinculados às linhas oligárquicas catarinenses remanescentes da República Velha, disputando voto a voto o direito de planejar o futuro urbano da cidade. Os embates estavam abrigados nas legendas do PSD e da UDN, representando, respectivamente, as famílias Ramos e Konder-Bornhausen. Os udenistas, que se agrupavam, de maneira geral, em torno da figura de Adolfo Konder, retornavam ao poder no início dos anos de 1950 após serem afastados pela revolução de 1930. O PSD, por sua vez, hegemônico durante o Estado Novo e liderado pelo então interventor federal Nereu Ramos, tornava-se oposição e almejava o retorno ao poder, disputando com a UDN a preferência eleitoral dos catarinenses.

É nesse momento, nos anos de 1950, que se dará o início da verticalização da cidade de Florianópolis e a expansão da construção civil, tendo no Estado seu principal impulsionador.[2] Apesar da cidade apresentar um processo de crescimento urbano ainda incipiente, os planos de fazer de Florianópolis uma cidade turística, com empreendimentos vinculados à construção civil como loteamentos e rede hoteleira, estavam presentes no imaginário da elite política e tentavam sair do papel de maneira pungente no final dos anos de 1950.[3] Sendo assim, o turismo, atividade que aparecia como símbolo do futuro, desenvolvia-se atrelado a antigas lideranças políticas, ou seja, um futuro controlado por aqueles que almejavam se perpetuar no poder.

Acredita-se não ser mera coincidência que o grande surto populacional do Morro da Caixa deu-se justamente na década de 1950 com a vinda de famílias oriundas da região de Biguaçu e Antônio Carlos (na época chamado de Alto Biguaçu), cidades próximas da capital, muitas destas pessoas, inclusive, trabalhadores da construção civil. João Ferreira de Souza, morador do Morro da Caixa desde a década de 1930, ao ser perguntado sobre quando foi o período de maior crescimento populacional, lembra: "... década de 50 ou 60, é por aí. Foi quando começou essa evolução de prédios."[4] Carlos Cardoso, membro de uma das famílias mais numerosas do morro, a família Cardoso, recorda sua chegada ao Morro da Caixa:

"Cheguei ao Mont Serrat em 1958, tinha uns 10 anos. (...) Meu pai quando foi sair do interior foi comprar um terreno lá no alto do morro, bem acima da Igreja, próximo ao Pastinho."[5]

Desse modo, podemos supor que as transformações urbanas da cidade se refletem diretamente na construção das relações sociais de seus bairros e, com relação ao Morro da Caixa, introduzem novos atores na vida da urbe. Entender a complexidade desta conjuntura na qual o bairro está crescendo numericamente, contendo em seu bojo inúmeras relações entre novos e velhos moradores, ao passo que dialoga constantemente com as autoridades políticas constituídas na cidade, torna-se um desafio que procura desvincular a análise das ações de homens e mulheres da simples subordinação e assimilação passiva aos comandos de alguma liderança política carismática. Por conseguinte, os termos populismo, assistencialismo, clientelismo nos parecem insuficientes para compreender estas relações.

No bojo das disputas entre PSD e UDN pela supremacia política catarinense, verifica-se, em Florianópolis, o predomínio do primeiro tendo na figura de Aderbal Ramos da Silva o grande chefe político local. O Partido Social Democrático buscava, desta forma, a manutenção de sua hegemonia na capital através de dois veículos de comunicação de massa, a rádio Guarujá, fundada em 1945, e o jornal O Estado, comprado em setembro do mesmo ano. Ambos tornam-se importantes órgãos de divulgação do pessedismo em Santa Catarina.[6] Segundo Carreirão, estes investimentos forneceram ao partido "uma sólida estrutura de comunicação, em grande parte sob o controle direto de um dos membros mais proeminentes da oligarquia Ramos: Aderbal Ramos da Silva."[7]

Nesse sentido, a fundação da escola de samba Embaixada Copa Lord, em 1955, e sua repercussão na imprensa local instiga algumas observações. A Copa Lord, mesmo antes de ser fundada oficialmente, tem, no ano de 1955, o jornal A Gazeta como seu principal divulgador – por outro lado, no jornal O Estado não aparece nenhuma menção à escola antes do carnaval. Um mês antes do carnaval aparecem dizeres na coluna carnavalesca de A Gazeta exaltando a nova escola de samba ao afirmar que "a sua turma é da folia e promete desacatar neste carnaval, com seu ritmo candente e sobretudo, com suas 'cabrochas' alegres e saltitantes."[8]

Intrigante é que dois anos mais tarde, em 1957, a Copa Lord apresenta um programa que ia ao ar todos os domingos na rádio Guarujá[9], veículo de comunicação ligado ao PSD assim como o jornal O Estado, que não dera repercussão alguma para suas movimentações antes do carnaval de 1955. Portanto, a suposição de uma escola vinculada a determinado partido ou grupo político parece estar equivocada. Talvez um olhar atento sobre a conjuntura de Florianópolis neste período e nas formas de interlocução entre o bairro e a cidade nos forneça algumas respostas.

Ao comentar sobre as redes de relações estabelecidas entre políticos e classes populares, Lohn destaca o papel proeminente de Aderbal Ramos da Silva, afirmando que ele "...era o principal beneficiário e condutor de um mecanismo de dominação e controle social que constituía-se através de práticas caritativas, redes de interesses entre políticos e empresário e utilização intensa de recursos dos fundos públicos, reproduzindo e mantendo relações de poder que eram uma grande máquina eleitoral." A "rede assistencial", segundo ele, passava pela relação entre política e Igreja, um sistema que abrigava instituições como asilos, abrigos, organizações religiosas que voltava-se para o atendimento das necessidades imediatas das classes populares. Como interlocutores das demandas populares apareciam "as esposas de políticos e empresários, as autoridades eclesiásticas e figuras de reconhecimento público notório."[10]

Nesse sentido, podemos constatar uma aproximação entre a realidade local e as orientações seguidas pela Igreja Católica no pós-guerra. Uma Igreja engajada socialmente – porém radicalmente diferente da teologia da libertação que nascerá anos depois – disposta a camuflar o antagonismo entre capital e trabalho, oferecendo o humanismo cristão como alternativa em busca de um capitalismo solidário e do desenvolvimento do país. Nesse momento, "propunha-se um novo modelo de cristandade, ao sabor das encíclicas papais e da filosofia humanista cristã, onde a Igreja influenciaria as esferas de decisão pública e assumiria a execução de um projeto social em conjunto com o Estado brasileiro."[11]

Portanto, o florescimento de um humanismo cristão combinado com ações solidárias, em busca do apaziguamento das diferenças sociais e da construção do projeto

desenvolvimentista brasileiro, parece combinar com a "rede assistencial" mencionada anteriormente na cidade de Florianópolis. A Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat pode, nesse caso, nos informar sobre como o Morro da Caixa d'Água vivenciou esta conjuntura histórica, uma vez que é uma instituição do bairro, vinculada à Igreja e apoiada pelo padre Agostinho Sthaelin.[12]

A Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat exercia funções como assistência às pessoas doentes, auxílio financeiro para custear gastos com funeral se, por ventura, um associado (irmão) viesse a falecer, construções de muros e reparos na igreja. Entretanto, a atividade que mais repercutia no cotidiano do morro e na vida da cidade era a organização das festas, ligadas à Igreja evidentemente. Organizavam-se missas festivas em homenagem a "N. Sª Santa Cruz", ao "S. S. Coração de Jesus", a "Santa Terezinha" além do evento religioso mais importante do bairro, a festa de "Nossa Senhora do Mont Serrat", padroeira do morro.

A festa de Nossa Senhora do Mont Serrat era um evento que transcendia a dimensão religiosa. Durante quatro dias o morro ficava repleto de barraquinhas, músicas, organizados pela própria Irmandade. Era um evento que ultrapassava as fronteiras do morro, verificando-se a presença de políticos e pessoas de outros bairros da cidade. No entanto, a festa não tem, necessariamente, o ar de congraçamento e harmonia que geralmente se supõe. Ao contrário, neste momento, onde diferentes atores contracenam no mesmo palco, é que o teatro das relações sociais aparece indicando conflitos e disputas entre os sujeitos.

No ano de 1954, a Irmandade, ao encaminhar os preparativos para a festa de Nossa Senhora do Mont Serrat, designou Pedro Kincheski, 2° Secretário, e Amador Gonçalves, procurador, para providenciar o alto-falante do evento. O resultado foi a doação do aparelho de alto-falante feita por Aderbal Ramos da Silva, personalidade cujos laços políticos já foram mencionados.[13] Alguns meses depois, ao iniciar os preparativos para a festa em louvor à Santa Cruz, a Irmandade manda um ofício "ao Sr. Delegado de Polícia pedindo 2 praças para manter a ordem nos 4 dias de barraquinhas...".[14]

Pode-se concluir, portanto, que as festas possuem diferentes significados. Para alguns, e nestes se enquadram muitos políticos locais, esses eventos podem significar oportunidades de conquistar votos e arregimentar cabos eleitorais. Para outros, as festas podem ter pouco, ou nenhum, sentido religioso, sendo um espaço que oportuniza a sociabilidade entre moradores do bairro e desses com outras pessoas de outros bairros, onde as relações interpessoais – amizade, namoro, brigas – se tecem, mas também aparecem as desavenças e a heterogeneidade das pessoas que ali coexistem, caso contrário, não seria necessário apelar para o "Sr. Delegado de Polícia" o envio de dois praças para "manter a ordem".

Entretanto, apesar das festas possuírem múltiplos sentidos para seus freqüentadores, podemos afirmar que a Igreja, através de suas organizações, firmava-se como um espaço de diálogo entre a elite política da cidade e o morro. Isso não quer dizer que estas organizações serviam como veículo de transmissão político partidária de um determinado partido, mesmo porque não era só o PSD de Aderbal Ramos da Silva que oferecia "presentes" à população do bairro.[15] Suas alianças eram pontuais. Suas deferências explicitam um acordo bem sucedido entre as partes envolvidas onde os interesses de ambos foram alcançados.

Desta forma, é necessário observar que no cerne da economia de favores apresentada pelas relações de cunho assistencialista podem aparecer territórios de diálogo, espaços onde as reivindicações das classes populares vêem à tona. Nessas reivindicações as pessoas não têm uma referência ideológica ou o objetivo de romper com o sistema que os oprime, mas de procurar brechas neste sistema e, a partir dali, lutar por melhorias cotidianas que, em sua noção prática de cidadania, elas consideram como direitos. Portanto, ao analisar organizações como a Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat – assim como a Copa Lord que necessita de uma análise mais pormenorizada -, estamos olhando uma complexa teia de relações na qual interesses comuns das pessoas do bairro e os interesses eleitorais de grupos políticos são colocados na arena de negociação – no caso, a Irmandade – cujos representantes têm a função de garantir sua legitimidade enquanto

líderes perante os moradores pressionando os políticos para que tenham suas reivindicações atendidas. Parece-nos, portanto, que as práticas chamadas de populistas ou assistencialistas são um pouco mais complexas do que a simples aceitação e subordinação das classes populares e que, por baixo da espuma do clientelismo, existem trocas, tensões, consensos, disputas e um oceano de relações.

---

[*] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

[1] PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS, 1952. Apud. RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano:** utopia e ideologia. Caso de Florianópolis, 1950-1990. Florianópolis, 1993. 181 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 20.

[2] No final dos anos 40 e início dos anos 50 surgem os primeiros edifícios, ambos no centro, a sede do Banco do Brasil e a sede do IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Para mais informações ver: FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano:** a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997. 186 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 30.

[3] Tem-se como exemplo, em 1957, a iniciativa da Imobiliária Jurerê, cujo diretor-presidente era Aderbal Ramos da Silva, de se criar um moderno balneário na Praia do Forte, plano que corroborava com a vontade de fazer da capital do estado uma cidade turística e pronta para o futuro. Aderbal era o ex-governador do Estado, um dos principais dirigentes do PSD, sobrinho de Nereu Ramos e casado com a herdeira do grupo empresarial Hoepcke, na época o maior da cidade. Para mais informações ver: LOHN, Reinaldo. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[4] Entrevista com João Ferreira de Souza, concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, 28 de agosto de 2002.

[5] Pastinho é uma região do Morro da Caixa d'Água onde a maioria dos migrantes do Alto Biguaçu se estabeleceu. Entrevista com Carlos Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo em 2 de julho de 2002.

[6] PIAZZA, Walter F. (org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. p. 589. Por outro lado, o jornal A Gazeta, após 1950, era claramente udenista, rivalizando com O Estado na tentativa de ganhar votos para seus apoiadores.

[7] CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)**. Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. p. 51.

[8] Prelúdios do famoso carnaval de Florianópolis. **A Gazeta**, Florianópolis, 27 jan. 1955.

[9] TRAMONTE, Cristiana. **A pedagogia das escolas de samba de Florianópolis**: a construção da hegemonia cultural através da organização do carnaval. Florianópolis, 1955. 301 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. p.86.

[10] Essas informações aparecem em: LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. cit. p. 39, 40, 41.

[11] SOUZA, Rogério Luiz de. **A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)**. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. p. 117.

[12] Padre Agostinho explicitou seu apoio aos trabalhos da irmandade em cerimônia realizada no dia 19 de agosto de 1956, data da posse da nova diretoria. Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat. **Ata da sessão realizada no dia 19 ago. 1956**. Livro 3.

[13] Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat. **Ata da sessão n° 99, realizada no dia 2 set. 1954**. Livro 3. e Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat. **Ata da sessão n° 100, realizada no dia 28 out. 1954**. Livro 3.

[14] Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat. **Ata da sessão n° 106, realizada no dia 21 abr. 1955**. Livro 3.

[15] Em julho de 1956, a Irmandade louva a sra. primeira dama do estado, esposa de Jorge Lacerda (pertencente ao PRP e apoiado pela UDN), pela doação de cobertores aos "pobres" do morro. Acompanhou-a em sua excursão pelo bairro os políticos Osvaldo Bulcão Viana e Paulo Fontes, ex-prefeito da cidade (UDN). Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat. **Ata da sessão n° 112, realizada no dia 29 jul. 1956**. Livro 3.

Renascimento da estirpe latina : a Itália fascista na América Latina

Prof.ª Drª. Carla Brandalise - UFRGS

Após a marcha sobre Roma, as perspectivas de uma maior expansão comercial e o desejo de exercer uma maior influência sobre os destinos político-culturais da América Latina tornaram-se um dos eixos de referência das relações exteriores do governo fascista italiana[1]. A expectativa de forçar uma nova posição mundial para a Itália, um dos objetivos, aliás, da tomada do poder, leva os dirigentes italianos a conjecturar a porção sul do continente americano como uma parcela do planeta ainda não totalmente saturada pela concorrência de outras potências. Afinal, a Inglaterra e a França, por exemplo, não haviam constituído impérios coloniais nesta zona, apesar da inegável preponderância econômica e cultural destas nações na região.

Outros países, entretanto, lançavam-se acirradamente na disputa, como os Estados Unidos. A expansão dos norte-americanos ao sul do Rio Grande, aliás, era bem observada pela Itália que não desconsiderava a irreversibilidade deste avanço. Acompanhava-se igualmente a progressão da Alemanha, a qual surgia aos olhos da Itália enquanto um exemplo de eficácia a ser seguido e, como conseqüência, um forte concorrente a ser contra-balanceado. Reagir rapidamente tornava-se imperioso. Ora, a 'nova Itália', reformulada por

Mussolini, estava destinada, na ambição de seus novos governantes, a ser no mundo moderno aquilo que o Império Romano fora no passado, uma grande civilização[2].

Em meio à convicção da necessária redistribuição dos espaços de hegemonia e das esferas de poder internacional, coincide a decisão italiana de se engajar definitivamente nas vias da industrialização e da evolução técnica, o que pressupunha evidentemente a procura de novos mercados consumidores. Longe da perspectiva militar, as estratégias de inserção desenhadas para a porção sul-americana voltavam-se a um discurso pacífico e civilizatório. Compunham a promessa de iluminar um caminho para o progresso através da efetiva concordância política e do entendimento econômico desejável, únicas bases possíveis para uma aliança permanente. Como ponta de lança desta aproximação, a Itália escolhe fundamentalmente dois países : a Argentina, sobretudo, e o Brasil, em segundo plano. Não se renunciava, entretanto, no decurso desse empreendimento, a desencadear ações que almejavam a abordagem de vários países do continente, a exemplo do Uruguai, Peru e Chile.

Além da constatação de ser a América Latina ainda relativamente inexplorada, rica em matérias-primas tão necessárias a sua industrialização e dispondo de um mercado consumidor não negligenciável, a Itália pretendia enfim tomar em mãos o antigo projeto de valorizar os aspectos estratégicos que considerava possuir nesta porção do planeta. Aspectos estes que a diferenciariam das demais potências, quer dizer, a presença de um grande contingente de italianos emigrados e seus descendentes. Os mesmos deveriam exercer um papel histórico não apenas na medida em que assumiriam a posição de associados, representantes, consumidores, difusores, intermediários e símbolos da *Madre Patria*, mas também na medida em que atuariam como elo de ligação com as elites crioulas.

A partir desta perspectiva delibera-se que as relações com este continente deveriam ser reconstruídas sobre novos e potentes vínculos de cumplicidade, uma imaginada cidadania comum entre os pares de um mesmo mundo latino, envolvendo para tanto não somente os seus emigrados, mas o “povo” sul-americano. E, mais do que isto, na contraposição a uma cidadania anglo-saxônica em plena ascensão mundial. Como

metáfora, era preciso reunir estes vínculos sob o conceito de *romanità*, de *latinità,* quer dizer, da herança endógena e originária, partilhada sem excessão por todos os latinos dessa porção da América. Tocar a imaginação recuperando uma magnificiência romana ligada a um passado heróico, onde o continente americano teria sido, em seu devido momento histórico, um dos campos de seu exercício, com a participação de italianos desde o princípio. Afinal, era inegável, Cristovão Colombo fora o começo de tudo ; e o que dizer destes tantos italianos que lutaram pela independência do continente. Tecer um cenário de legendas, ao mesmo tempo épicas e visionárias, estóicas e inesquecíveis. Afora o pertencimento a uma mesma linhagem latina, romana, devia-se provar e sobretudo ver reconhecido o papel imprescindível e insubstituível do povo italiano na formação da América Latina. Esta expectativa de representação e prestígio, a qual correspondia sem dúvida a uma das premissas maiores da política exterior da Itália fascista, não se mostrava, no entanto, de fácil execução. Ao contrário, era preciso demonstrar esta realidade e convencer de uma só vez as elites crioulas, os italianos emigrados e seus descendentes, bem como a própria sociedade italiana da Península.

Uma das tarefas mais difíceis, e talvez o cerne do problema, seria ultrapassar os já arraigados julgamentos de valor negativos, baseados em fortes preconceitos mútuos. A nova orientação política da Itália sob o fascismo chocava-se com décadas de descaso governamental e de desinteresse da sociedade italiana com relação aos seus próprios emigrados. Fato pesadamente sentido por estes últimos na sua árdua luta de adaptação e sobrevivência em terras estranhas. Na Itália, em meio à opinião de ampla gama de setores sociais, os emigrados permaneciam considerados como pessoas inferiores e ignorantes. Tratava-se de indivíduos necessariamente descartáveis para o bem da Itália, partidos para um continente tão distante e desconhecido. O escritor italiano Ugo E. Imperatori admitirá essa concepção no começo de 1923, a propósito da política da Península de recuperação dos emigrados: “Não é uma tarefa fácil a de valorizar os italianos no estrangeiro: nós mesmos fomos muito tempo surdos ao fato de que, quando um povo deseja que outros povos prestem homenagem, honra e justiça a seu trabalho e a sua obra, ele deve antes de

mais nada se fazer o narrador e o divulgador de seus próprios méritos e de sua própria glória"[3]. Agravando este precedente desinteresse e descaso, a América Latina como um todo é julgada pelas elites italianas peninsulares enquanto um região politicamente instável, governada por políticos desonestos e primitivos. Lançava-se um real descrédito sobre o continente sul-americano. Este seria constituído por Repúblicas frágeis, inexperientes, sem nenhum verniz de civilização. Fato notório, deve-se sublinhar, será que a despeito dos esforços dos mais engajados, estas opiniões depreciativas não serão jamais superadas durante todo o período fascista, contribuindo em parte para que nem a inserção econômica, nem as influências políticas sejam consideradas pelos seus proponentes significativas ao final. O governo fascista, ao rumar para o seu colapso, conclui com decepção que os avanços feitos no continente, na Argentina, estiveram longe das expectativas otimistas inicias. Pelo contrário, fala-se da vertiginosa assimilação dos emigrados em suas pátrias de adoção, do recuo visível da língua italiana, sobretudo entre os 'compatriotas' residentes em grandes centros urbanos, como Buenos Aires e São Paulo. E o pior : salvo exceções, considerava-se que este desenraizamento das massas emigradas italianas não havia sido acompanhado de uma real inserção socio-política na 'nova sociedade', em função sobretudo da própria rejeição advinda das camadas dominantes latino-americanas. É preciso ressaltar que, se de um lado, parcela importante da sociedade peninsular italiana resistia a compreensões positivas no que diz respeito à América Latina; de outro lado, as elites crioulas tendiam, por sua vez, a desprezar os contingentes emigrados italinos. A aparente surpresa dos fascistas italianos quanto ao assim visto fracasso final das tentativas de aproximação com os emigrados e, através desses, com as elites crioulas não coaduna, no entanto, com os relatos de diplomatas, viajantes ou de italianos interessados na questão. Ao longo de décadas, estes haviam alertado a propósito dos enormes obstáculos que anteporiam qualquer perspectiva de atuação da Itália no continente latino-americano.

Ainda em meados de 1911, durante sua estadia na América Latina, o escritor italiano Giuseppe Bevione chegara a seguinte conclusão: " Os italianos poderiam e deveriam ser tudo o que eles assim desejassem na Argentina. Ao invés, o que acontece é que eles nada

significam como coletividade; e como indivíduos, eles aplicam toda a sua energia de trabalho em um ambiente de hostilidade surda, mas constante. Existe da parte dos argentinos, uma condescendência, um sentimento instintivo e incontido de superioridade. O desprezo, a injustiça freqüente e a real aversão a este elemento estrangeiro mais numeroso, mais dinâmico, mais forte, mais necessário ao destino da República não são sempre disfarçados[4]." Ou ainda, o comentário do escritor Giuseppe Parisi escrito em seu livro *Storia degli italiani nell'Argentina* de 1907, "nossa colônia vive, cresce, prospera; ela é trabalhadora, rica e fecunda; mas ela não se sente considerada, estimada e respeitada pelos argentinos[5]."

Observando, por sua vez, a realidade peruana por volta de 1923, o adido comercial italiano Giuseppe Mazzini sublinha a mesma fragilidade: "O sentimento de *italianità* em Lima é mantido e desenvolvido especialmente pelos primeiros emigrados, mas, para dizer a verdade, dada a facilidade com que os nossos se assimilam aos elementos locais e em razão da insuficiente transmissão a seus filhos do espírito de nacionalidade e de pátria, esses mesmos valores decrescem em meio aos descendentes diretos. Isto provoca graves danos não somente em termos morais, como também em perdas financeiras e comerciais, as quais deveriam ser sempre preservadas com os países de origem[6.] "

O ex-ministro do Reino italiano, Vittorio Emanuele Orlando mostra igual inquietude com a rápida perda do sentimento de 'pátria' junto aos italianos emigrados, em particular, no que diz respeito às novas gerações. Por ocasião da sua viagem ao Brasil no fim da década de 1920, a associação de jovens *Figli degli italiani* o havia convidado a uma visita à sua sede, durante a qual ele observara que a Constituição brasileira, ao considerar como cidadão toda criança nascida sobre o solo brasileiro, evitava aos filhos de italianos a confrontação do problema da definição da nacionalidade. Fato que se acompanhava de uma impressionante desobrigação, explicável segundo Emanuele Orlando, "não somente por causa da situação legal, mas em razão da paixão profunda de seus sentimentos pelo Brasil (...) mesmo que eles guardem no coração uma ressonância, digamos, de natureza estética, de suas origens italianas, eles se tornaram visceralmente estrangeiros ao espírito de nosso

país[7]." No lugar de recriminações puras e simples ou lamentações inúteis, ponderava o ex-ministro, era preciso atuar sobre a única solução possível : dado que existe uma camada dominante entre os filhos de italianos, é a estes que devem ser direcionadas as ações para "reforçar o prestígio moral e a tradição de nossa cultura metropolitana[8]."

Em suas memórias escritas em meados de 1955, o ex-embaixador italiano Raffaele Guariglia - lotado em Buenos Aires durante a época fascista – referenda e resume enfim a idéia segundo a qual os esforços empreendidos pelo então regime para recuperar a *italianità* e recriar uma maior identificação com a *Madre Patria,* enquanto passo para a construção de uma 'cidadania latina universal', revelara-se uma frustração : "(...)não esqueço, em relação ao tempo em que permaneci na Argentina, do esquecimento e da ingratidão de nossos emigrados para com a Itália. Nenhum outro país pode tanto se felicitar por vivenciar um tão completo processo de assimilação como a Argentina (...) seja por causa das facilidades que a língua oferece, já ricas em *italianismos*, seja pela tendência entre os emigrados a esconder o melhor possível a humildade de suas origens. Homens ocupando uma posição social elevada esqueceram a língua italiana...[9] ."

Em uma tal circunstância histórica, o governo fascista italiano em sua difusa intenção de promover uma comunhão de interesses com as elites latino-americanas, através entre outros subterfúgios da valorização dos imigrantes italianos, não se mostrou apto a avaliar a verdadeira dimensão dos entraves que deveria fazer frente. Fato este que revelava toda uma outra realidade. A despeito de seus inegáveis esforços iniciais, a Itália jamais chegou a se interessar realmente - e portanto jamais atingiu um grau de compreensão suficiente - pela realidade socio-política e econômica latino-americana a ponto de patrocinar uma verdadeira nova fase de relações internacionais entre a península e o continente.

NOTAS :

1. Entre as inúmeras fontes primárias consultadas, ver : *Editoriale* in *Le Vie d' Italia e dell' America Latina*, nº4, abril 1926 ;TERNI, G. C. *Armonie Italo-Argentine: nodi sentimentali e vincoli economici* in *Le Vie d'Italia e dell' America Latina*, n°5, maio 1926 ; *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, n°4, avril 1926 ; LUIGI, Luiggi. *Il Porto militare di Bahia Blanca : un capitolo di storia italo-argentina* in *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, janeiro 1924, n° 1; FRANZONI, Ausonio. *Solidarietà italo-argentine* in *Colombo*, fasc.I, *junho* 1926 ; FRANZONI, A. *Appunti sul programma della Sezione B del IV Congresso Geografico Italiano* in *L'Esplorazione commerciale*, a.XVI, fasc.III,

15 fev. 1901 ; BRUNIALTI, Attilio. *Le colonie degli italiani*. Torino: Utet, 1897; *Giornale degli economisti*, 15 fev. 1886. p.4; BOCCARDO, Girolamo. *Dizionario universale di economia politica e commercio*. Milano: Treves, 1881; EINAUDI, Luigi. *Il principe mercante*. *Studio sulla espansione coloniale italiana*. Torino: Fratelli Bocca, 1890; CORRADINI, Enrico. *L'emigrazione italiana nel Sud America* in *Nazionalismo italiano*. Milano: Treves, 1914.

2. A bibliografia sobre a política internacional da Itália sob o fascismo é vasta, ver entre outros: RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales: de 1871 à 1945.*Tomo III. Paris : Hachette, 1994 ; GERBET, Pierre. *Le rêve d'un ordre mondial de la SDN à l'ONU*. Paris: Imprimerie Nacional, 1996; MIÈGE, J.L. *L'Impérialisme colonial italien de 1870 à nos jours*. Paris: S.E.D.E.S, 1968 ; ROCHAT, Giorgio. *Guerre italiane in Libia e in Etiopia.*Treviso : Pagus,1991 ; ISNENGUI, Mario. *Il sogno africano* in Angelo Del Boca (a cura di). *Le guerre coloniali del fascismo*. Roma-Bari : Laterza,1991; BAER, George W. *La guerre italo-etiopica e la crisi dell'equilibrio europeo*. Bari: Laterza,1970 ; PROCACCI, Giuliano. *Il Socialismo internazionale e la guerra d'Etiopia*. Roma : Riuniti,1978; PROCACCI, G. *Dalla parte dell'Etiopia. Milano* : Franco Angeli, 1984.

3. IMPERATORI, Ugo E. *Gli italiani nell'avvenire dell' America Latina* in *Le Vie d' Italia e dell' America Latina*, nº 1, janeiro 1923. p. 52.

4. BEVIONE, Giuseppe. *L'Argentina*. Torino: Bocca, 1911. p. 137.

5. PARISI, Giuseppe. *Storia degli italiani nell'Argentina*. Roma, 1907. p. 618.

6. MAZZINI, Giuseppe. *Il Perù economico* in *Emigrazione e Lavoro*, anno VII, n°7, julho 1923. p.12

7. Citado par BIANCO, Francesco. *Il Legame spirituale tra l'Italie e il Brasile* in *Emigrazione e Lavoro*, n°7, VI, julho 1922. p.7.

8. *Id.Ib.*, p.8.

9. GUARIGLIA, Raffaele. *La diplomatie difficile : mémoires, 1922-1946*. Paris : Plon, 1955. pp.71-72.

A luta constante dos Guarani por territórios: as novas ocupações no oeste do Paraná (1982-2000)

Carla Cristina Nacke Conradi* - PPG-UFMS

A Ditadura Militar, regime de governo do período da construção da Usina Hidroelétrica Binacional de Itaipu, foi singular a todas as outras formas posteriores de governo que vieram a se desenvolver no Brasil. Ela tinha em seu comando indivíduos, os militares, que passaram a governar o país depois do Golpe de 64, concebidos como um *Poder Moderador* dentro da sociedade. Visando organizar a *situação crítica* que se encontrava o Brasil, tanto na questão política e econômica, através de uma intervenção militar.

Estes, que a todo o momento buscaram sustentar sua arte de governar, sua forma de conduzir a política através da repressão, a economia com seus planos de desenvolvimento e progresso, a sociedade com sua censura, tiveram em suas ações interesses muito específicos, além de constituir o Brasil uma potência de emergência.

As conjunturas que no período se apresentavam, ou seja, o contexto da Guerra Fria redimensionava as questões centrais no país. Assim as medidas tomadas pelo governo militar foram de introduzir o Brasil no âmbito do sistema capitalista e sua forma de gerir a economia, ou seja, o liberalismo econômico, a visão de desenvolvimento interno através da implantação de capitais estrangeiros. O Brasil apresentava-se, portanto, como um espaço estratégico dentro da América Latina, daí a reafirmação do mesmo como um país capitalista sendo essencial diante da competição mundial entre capitalismo e socialismo[1].

A despeito disto, o golpe militar garantiu à elite brasileira a continuação no poder, e assim, conseqüentemente, uma maior concentração de renda destes, um desenvolvimento da nação que foi sustentado pela exploração dos trabalhadores, através do crescimento da pobreza, em níveis de miséria. Pondera-se ainda, que as posições assumidas pelos

governantes foram pautadas na Escola Superior de Guerra, que introduziram as estratégias militares, geopolíticas, de superioridade, soberania do país frente a outros na escala mundial.

Neste contexto, é planeada e construída a Usina de Itaipu, uma concretização da política de potência e desenvolvimento nacional, que objetivou alavancar o progresso do setor industrial interno, através da geração de energia elétrica para suprir as demandas exigidas para o desenvolvimento deste, almejando o mercado externo.

No entanto, a Usina foi arquitetada com objetivos muito mais específicos do que o exposto. Ela representou os anseios de uma nação que buscava a sua emergência, e acima de tudo sua soberania frente a outros países da América Latina. E esta afirmação sustenta-se quando analisamos a maneira como o Estado elaborou e organizou seus acordos com o país fronteiriço, que associou-se para a construção da Usina[2].

Pautado em interesses particulares, o país organizou-se estrategicamente frente às diversas questões que pudessem significar um empecilho à construção da Usina, haja vista o período que esta foi planejada. Neste sentido, esta representou ao Estado algo muito mais que uma mera usina, foi a concretização de sua forma de governar, ou seja, o regime militar que empreendeu projetos que visavam a níveis de desenvolvimento nunca vistos no país, e consolidava o Brasil como uma potência capitalista emergente.

Diante do exposto, há de ponderar-se que não seriam bem recebidos fatores que pudessem, eventualmente atrasar a construção da Usina, todavia há menções da possível presença de índios no Oeste do Paraná, informação esta que, se procedente, tornaria o território no qual se figurava a construção da Usina, em um espaço indígena.

Minhas análises abordam a sociedade indígena Guarani Ñandeva situada no Oeste do Paraná, na Reserva Indígena de Santa Rosa do Oco'ÿ, almejando compreender o devir recente dos Guarani em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de ITAIPU e, compreender também as posturas assumidas por essa empresa quando deparou-se com um

grupo de indígenas que se localizava em terras que seriam alagadas com a formação do reservatório.

O conhecimento particular sobre tal povo foi adquirido pelo tempo considerável que foi trabalhado com esta comunidade em projetos acadêmicos e posteriormente na produção de um trabalho de catalogação e arquivamento de um acervo localizado no Centro de Pesquisas de Documentos da América Latina – CEPEDAL – da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, documentação provinda dos arquivos da Usina Binacional de ITAIPU, que atestam a presença de indígenas no oeste paranaense a partir da década de 1940 e embates gerados pela construção da Usina, bem como das políticas levadas a cabo pelo INCRA e FUNAI enquanto Órgão Indigenista oficial.

No entanto, o objetivo deste texto é discutir e apresentar este Fundo Documental denominado *Os Guarani e a Itaipu*, que atualmente são fontes basilares para minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Pretendo também, contribuir para as discussões feitas no campo da História Indígena, concebida pelo historiador como um espaço de potencialidades, pautados na percepção do índio enquanto sujeito histórico, agente de sua própria história. Assim, a preocupação em sociabilizar informações e permitir o acesso a fontes que possam contribuir para as discussões historiográficas é tarefa do historiador.

A documentação consiste em documentos oficiais, como memorandos, ofícios, correspondências entre diversos órgãos estatais, ou mesmo de circulação interna na Itaipu, atas de reuniões, pareceres antropológicos, estudos arqueológicos, laudos periciais que explicitam a indianidade dos sujeitos, relatório de grupos de trabalho, convênios, tratados que almejavam resolver o conflito territorial, mapas e plantas de projetos de assentamento de áreas que possivelmente seriam estruturadas em Reserva Indígena para os Guarani. Uma particularidade interessante, que pertence ao fundo documental, são as denúncias, cartas feitas

pelos Guarani em busca de uma solução para a questão em que se encontravam, ou seja, a situação de conflito territorial. Eram tentativas de expor o descaso da Itaipu – conjugada com a FUNAI – com a problemática guarani. Não somente documentos escritos compõem o acervo, fontes iconográficas e relatos orais transcritos também fazer parte do todo. Enfim, o acervo é composto de toda a documentação produzida durante o relacionamento dos órgãos estatais com a comunidade guarani, e das repercussões deste fato na sociedade nacional, como por exemplo, as matérias de jornais.

Apresentado o Fundo Documental, partirei para o levantamento de fontes que se constituíram relevantes para o estudo da problemática anunciada. Para uma melhor estruturação do texto apresentarei a documentação a partir das inúmeras possibilidades de estudo que elas apresentam articuladas à temática indígena do Oeste do Paraná, no período de 1977 a 1991.

Uma das possibilidades que as fontes permitem para análise é o reconhecimento oficial para o Estado da presença Guarani no território. Há documentos que atestam esta presença desde 1977, quando a Itaipu comunica à Funai a existência de um grupo de indivíduos que se denominavam índios, em um espaço que seria projetado para a construção da Usina Binacional.

A Escritura Pública de Declaração, apresentada pelo Professor Igor Chmyz (coordenador do Projeto Arqueológico ITAIPU, desenvolvido no período de 1975 a 1983), permitiu reafirmar a presença e a posse imemorial da área colonizada, desde 1940 a 1960, pelos índios Guarani. O projeto de Chmyz, fundamentado em critérios científicos, reuniu uma documentação de significativa importância, "resultaram na localização de 237 sítios arqueológicos, que representaram os vestígios das aldeias indígenas, estabelecimentos espanhóis e habitações neobrasileiras (...) abrangendo um período situado entre 6165 a.C e 1020 d.C"[3]. Assim, um território dado como *vazio demográfico*[4] pelas empresas colonizadoras, em verdade, era ocupado, há muito tempo, por comunidades indígenas.

A partir desta confirmação inicia-se um processo de relacionamento entre a Itaipu e a FUNAI. A documentação proveniente deste diálogo é muito rica em detalhes e delineia as políticas desenvolvidas na busca de resolver a questão. São correspondências, ofícios e memorandos verificando a situação das famílias, constituições de sub-grupos de trabalho para averiguar a presença indígena e o número de indivíduos, relatórios de viagem para a comprovação étnica para titulação, indenização e reassentamento, gráficos demonstrativos da identidade étnica, como a Perícia Antropológica de 1981, do antropólogo Célio Horst, contratado pela FUNAI para elaborar uma análise de identificação étnica para constatar se eram índios legítimos.

Interessante destacar a metodologia usada por Horst que identifica cinco famílias que seriam *Guarani verdadeiros* e estigma o restante dos indivíduos que não se enquadram em seus indicadores. Como não-indíos, não teriam o direito à concessão de terras pela ITAIPU. A verificação da indianidade, ainda segundo o antropólogo, estava pautada em critérios divididos em três categorias de indicadores:

> Indicadores apontados pela sociedade nacional: denotação pejorativa, origem étnica, elementos culturais representativos, características qualitativas e pigmentares e mestiçagem; indicadores apontados pelo índio: identidade histórica, índios identificados, língua, arte indígena e alimentação; indicadores apontados pela FUNAI: critérios histórico-geográfico, critério cultural, auto-identificação, identidade tribal e identidade de caráter [5].

Outra questão perceptível na documentação é o empenho da Itaipu para sanear o problema desta existência indígena o mais rápido possível, concedendo-lhes uma nova área. Assim, iniciaram-se estudos que determinavam as áreas que seriam adequadas ao reassentamento. As negociações com a empresa não ocorreram de forma pacífica, uma vez que as propostas de áreas não agradavam a comunidade indígena por serem pequenas e longe de seu espaço original.

Por meio da Ata de 12 de maio de 1982, foi oficializada a retirada dos Guarani da terra que seria alagada, foram transferidos para uma área de 253 hectares, em São Miguel do

Iguaçu, passando à categoria de tutelados na Reserva Indígena Santa Rosa do Oco'ÿ[6]. No entanto, complicações foram se desenvolvendo ao passo que os Guarani localizavam-se na nova área. É lícito supor que as negociações anteriores não emanaram devidamente pautadas na legislação oficial brasileira, principalmente ao que concerne ao deslocamento de comunidades indígenas para outras áreas, independentemente dos motivos que as impulsiona é clara quando aos critérios que deveriam ser tomados:

> Art. 2º - **§** V: garantir aos índios a permanência voluntária em seu "habitat", proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso. **§** IX: Garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes. Art. 20º: Em caráter excepcional (...) poderá a união intervir (...) em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República. **§** I- Item: d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional. **§** III- Somente caberá remoção de grupo tribal quando de todo o impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas[7].

Complicações estas, como o problema da demarcação da reserva nas margens do reservatório da Usina, cuja formação acarretou desmoronamento de terras nas margens, provocando a diminuição da área destinada aos Guarani. A esta dificuldade territorial associamos o aumento populacional destes, não somente pela área ser inadequada, mas também ocasionado pela migrações de outros Guarani que estavam em territórios distantes e retornaram ao seio de sua aldeia. Existem evidências nas fontes sobre um conflito religioso entre lideranças da aldeia que resultou em uma divisão de grupos e de opiniões sobre a área aceita em 1982, insuflando novas reivindicações de mais terras, ou seja, o antigo ideal de 1.500 hectares proposto pelos Guarani no início das negociações.A partir destes fatos a documentação oferece novas categorias de análises, permitindo perceber as políticas indígenas organizadas pelos Guarani em busca de seus direitos e o desentendimento entre a dupla Funai-Itaipu com o agravamento da questão.

Frente à necessidade de mais terras, os Guarani elaboraram uma série de cartas denunciando a forma como a ITAIPU lhes confinou naquela pequena área. Reivindicavam mais terras, almejando assim a solução para os problemas que a tribo enfrentava com uma área inadequada para o jeito de ser e viver Guarani. Em uma das cartas solicitaram a presença do presidente da Usina na aldeia, "Porque intereça (sic) problema da terra – A terra está debarrancando (sic) a nossa area (sic). Poriso (sic) toda a comunidade ava guarani queremos mais terra"[8].

Outra carta foi endereçada ao Banco Mundial, onde descreveram a situação de penúria que assolava o grupo, o descomprometimento da ITAIPU e FUNAI em relação às dificuldades cotidianas do reassentamento em uma área imprópria para a sobrevivência dos mesmos, e o desinteresse (das instituições) em organizar novos espaços para a ampliação da área. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário-Regional Sul) também participou deste movimento guarani e produziu um trabalho denominado *Avá-Guarani Presente!*, na tentativa de contribuir para as discussões. Procurava comprovar historicamente para a sociedade nacional a presença guarani no território em conflito.

As conseqüências para a ITAIPU, em relação às denúncias dos Guarani, foram significativas, e a mesma precisou usar de muitos artifícios para reorganizar sua imagem perante o contexto nacional e internacional. Algumas notícias de jornais denunciavam a precariedade de vida na reserva indígena e acabam por complexificar cada vez mais a polêmica na sociedade nacional, bem como o desentendimento entre os órgãos estatais Itaipu e Funai.

Estudar os Guarani a partir do fundo documental possibilita a organização da trajetória deste povo distinto da sociedade nacional, no entanto uma historia indígena nos moldes guarani somente eles mesmos poderão construir. O historiador está preso à sua contemporaneidade, como aborda Clifford Geertz, minha interpretação sobre esta cultura seria de segunda a terceira ordem, somente o nativo a faz em primeira, a cultura é dele[9].

[*] Graduada e especialista em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

[1] HABERT, Nadine. A década de 70. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo, Ed. Ática, 1996.

[2] CONRADI, Carla Cristina Nacke. *As Estratégias do Poder:* a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de ITAIPU e a atuação dos orgãos governamentais diante da presença indígena. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE: Colegiado de História, 2003. Monografia.

[3] Pasta: 1990, Seção: Escritura, Título: Escritura pública de declaração, Assunto: Registro de conclusão de achados arqueológicos. Data: 06.02.1990. Registrada no 12º Tabelionato de Curitiba/PR. Dr. Epaminondas Faria de Macedo Filho. Emitente: Doutor Igor Chmyz.

[4] Sobre este conceito consultar a tese de RIBEIRO, Sarah Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os guarani no Oeste do Paraná (1977-1997*). Porto Alegre: PUCRS, 2002.

[5] Pasta: 1981, Seção: Relatório, Título: Relatório de Viagem, Assunto: Perícia antropológica, Data: 03.06.1981, Local: Brasília/DF. Emitente: Célio Horst (antropólogo)/FUNAI.

[6] Pasta: 1982, Seção: Ata, Título: Descritivo do aceite do reassentamento dos Guarani, Assunto: Reserva indígena, Data: 12.05.1982, Local: Acampamento dos índios Ava-Guarani/PR.

[7] Estatuto do Índio, promulgado pelo decreto n. 58.824, de 14 de julho de 1966, mantido pela Lei n. 5.371, de 05.12.1977 e atualmente em vigor sob n. Lei n. 6001 de 19 de dezembro de 1973.

[8] Pasta: 1985, Seção: Correspondência, Título: Para ITAIPU Binacional, Assunto: Solicitação de área maior e chamada para a reunião do Diretor da Usina, Data: 25.11.1985, Local: Aldeia *Oco'ÿ*, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'ÿ*. Destinatário: ITAIPU.

[9] GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 15-16.

Regionalista e Democracia Racial: o personagem negro no livro Fogo Morto

Carla de Fátima Cordeiro

Esse artigo tem como objetivo analisar os personagens negros presentes no romace, *Fogo Morto* (1943), obra de José Lins do Rego (1901-1957). Os negros nesse romance, apesar de serem personagens menores e mostrados como símbolo do poder dos proprietários, desenhados de forma estereotipada, muito mostram, através das situações nas quais estão envolvidos, sobre a posição do negro – escravo ou recém liberto – na sociedade escravocrata e coronelista. Nossa proposta é a de analisar os personagens negros de *Fogo Morto* e confrontá-los com as teses de Gilberto Freyre (1900-1987) sobre as relações raciais no Brasil, lembrando que além de contemporâneo de José Lins do Rego, foi o seu grande mentor no projeto de uma literatura regionalista.

José Lins do Rego, jornalista, romancista, cronista e memorialista, nasceu no Engenho Corredor, no município de Pilar, Paraíba, em 3 de julho de 1901, e faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1957. Era descendente de uma família de grandes proprietários rurais do Nordeste açucareiro e essa origem, segundo Candido e Castelo, é presença constante em suas obras na forma de nostalgia da infância e adolescência e de testemunho da tradição patriarcal, escravocrata e latifundiária:

> íntimo orgulho da tradição, embora nos últimos reflexos de sua grandeza, e a imaginativa popular que ao mesmo tempo rebate o sentimento e os impulsos da alma coletiva, são assim os componentes essenciais de sua obra.[i]

O livro *Fogo Morto* (1943), obra do regionalismo nordestino da década de 30, é a última obra que compõe o chamado ciclo da cana-de-açúcar, ciclo do qual fazem parte ainda os livros *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934) e *Usina* (1936). Essas obras se passam na zona açucareira do nordeste, no momento em que a estrutura tradicional, ainda baseada nas tradições surgidas no século XVI, está se decompondo por causa da modernização capitalista e da sua nova expressão econômica, a usina.

Fogo Morto, considerada por muitos a grande obra de José Lins, é para Antonio Candido (1992) o romance onde o escritor se liberta da subjetividade, ou seja, sai da fixação autobiográfica para a observação. O autor, segundo alguns críticos, neste romance, fez um detalhado levantamento da vida social e psicológica dos engenhos da Paraíba, sendo assim, esse livro teria um grande valor documental, como afirma Alfredo Bosi:

> A região canavieira da Paraíba e de Pernambuco em período de transição do engenho para a usina encontrou no 'ciclo da cana-de-açúcar' de José Lins do Rego a sua mais alta expressão literária. Descendente de senhores de engenho, o romancista soube fundir, numa linguagem de forte e poética oralidade, as recordações da infância e da adolescência com o registro intenso da vida nordestina colhida por dentro, através dos processos mentais dos homens e mulheres que representam a gama étnica e social da região [...] à força de carregar para o romance o fluxo da memória, José Lins do Rego aprofundou a tensão eu/realidade, apenas latente nas suas primeiras experiências. E o ponto alto da conquista foi essa obra-prima que é *Fogo Morto*, fecho e superação do ciclo da cana-de-açúcar.[ii]

O caráter nostálgico, memorialista e observador da obra de José Lins, uma descrição feita a partir de um homem branco da classe dominante decadente da época, nos dá um excelente instrumento para analisar relação brancos e negros na sociedade açucareira decadente.

José Lins do Rego era membro do chamando Grupo do Recife que tinha como um dos seus organizadores Gilberto Freyre. Esse grupo tinha como preocupação o aproveitamento da experiências pessoais do artista para esse reconhecer e revisar os valores e problema sociais de sua região. Procuravam acentuar a diversidade regional para uma melhor compreensão da unidade nacional. Como membro do Grupo do Recife, José Lins foi extremamente influenciado por Gilberto Freyre e suas idéias sobre a formação social brasileira.

Freyre frisava em suas obras, notavelmente em *Casa Grande e Senzala* (2003), o caráter pacífico das relações entre negros e brancos no Brasil tanto no período da escravidão quanto após esta. Isso deve-se, segundo esse autor, ao patriarcalismo brasileiro que criou uma escravatura humanizada e às peculiaridades da história dos portugueses e seus descendentes tornaram a sociedade brasileira uma sociedade racialmente democrática. Quando o patriarcalismo acabou em 1988, os escravos ficaram desamparados

pois este os alimentou relativamente bem, os ajudou na velhice e deu aos filhos de escravo oportunidades de ascensão. Freyre lamenta o fim desse patriarcalismo:

> O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente. Muitas casa grandes ficaram vazias, os capitalistas latifundiários rodando de automóvel pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com francesas de aluguel.[iii]

Segundo Octavio Ianni (1988)[iv], na interpretação de Gilberto Freyre, que era o porta-voz de uma ala da intelectualidade brasileira em evidência até mais ou menos a Segunda Guerra Mundial, sobre teses das relações raciais no Brasil está presente a ideologia dos senhores da época da escravatura e a ideologia dos senhores de sua época. Como afirma Cardoso (2003)[v], a história que Gilberto Freyre conta era a história que a elite que lia e escrevia sobre o Brasil queria ouvir.

A influência de Freyre em José Lins é perceptível em *Fogo Morto*, como o lamento da perda dessa 'civilização canavieira', a descrição da vida nos engenhos e a descrição da vida e das relações estabelecidas com os negros nos engenhos. Mas a partir de fatos cotidianos muitas vezes é denunciada situações de um mundo alicerçado na violência e desprezo dos senhores para com os subalternos, relações nada harmoniosas entre os senhores e seus escravos assim como a vida de heranças escravocratas dos próprios negros.

A história do livro *Fogo Morto* se passa no final do século XIX, nos engenhos decadentes do município de Pilar, na Paraíba. No livro é contada a trajetória do Engenho Santa Fé, no seu nascimento, auge e decadência. O ambiente de decadência e tragédia, povoa o livro:

> As personagens são indivíduos colocados numa linha perigosa, em equilíbrio instável entre o que foram e o que não serão mais, angustiados por essa condição de desequilíbrio que cria tensões dramáticas, ambientes densamente carregados de tragédia, atmosferas opressivas, em que o irremediável anda solto.[vi]

Esta obra dividida em três partes, cada uma com um personagem em destaque e, através das relações estabelecidas entre eles, as histórias acabam se entrelaçando. Na

primeira parte do livro tem-se como destaque Mestre José Amaro, na segunda Capitão Lula de Holanda e na terceira e última parte Capitão Vitorino.

Ao mesmo tempo em que os engenhos açucareiros estão decadentes o trabalho escravo também se encontra nessa situação, pois o tráfico negreiro havia sido oficialmente abolido em 1950. O negro é trazido ou pela voz dos personagens ou pelo narrador branco, o negro é visto pelos olhos destes, não pelo seu próprio olhar, quando ele se manifesta é mostrando seu papel servil, nada a respeito de problemas sociais ou raciais.

Ao longo da história contada no romance, ocorre a libertação da escravatura e o preconceito e as idéias racistas é presença constante no romance. Os personagens brancos pobres fazem o tempo todo questão de afirmar a sua condição de homens livres, maltratando e menosprezando os negros. E os senhores afirmam, o tempo todo, sua superioridade, seu poder de mando em relação a suas peças, ou seja, escravos. Para todos esses é uma questão de honra diferenciar-se dos negros, não aceitando “desfeitas” destes, pois isso representaria uma humilhação sem fim.

Nesse ambiente hostil, mostrados como figuras subalternas os personagens negros quando aparecem são tratados como meros objetos, ou como animais, com referências a eles como porcos, besta de carga, excelentes peças para o trabalho, levando numa vida de subserviência e esforços desumanos: “negro era só para trabalho, pois ele que não era negro vivia fazendo a sua ‘obrigação’ dia e noite”. Ou ainda, conforme acrescenta o narrador: “Negro do Santa Fé era de verdade besta de carga”.

Mas nesse meio, alguns conseguem ganhar destaque. No livro três são os personagens negros se sobressaem: o escravo Domingos, e os ex- escravos Floripes e José Passarinho. Personagens notáveis por representarem de forma estereotipadas, o rebelde, o interesseiro e o fiel, respectivamente, nos fornecem instrumentos de análise sobre as relações estabelecidas entre senhores e escravos, negros e brancos nesse período histórico, permitindo-nos questionar a interpretação freyreana sobre essas relações.

Domingos no até então próspero engenho Santa Fé, em que nenhum negro tinha ido para o tronco em que todos viviam felizes, é a personificação da resistência, da rebeldia

escrava, desafiando o poder do senhor de Engenho, capitão Tomás. Com a sua recusa à obediência passiva, acaba levando Tomás a uma crise profunda. Floripes representa o sujeito cooptado que assume a lógica do dominador, no caso, a do coronel Lula de Holanda, na fase de decadência do Santa Fé, e leva vantagem nessa situação. Entretanto, é descrito com características femininas, acusado de fazer intrigas, inventar fofocas e fazer feitiçaria para conquistar a confiança de Lula.

José Passarinho, como o próprio nome denuncia, vivia cantando, bêbado, esfarrapado e jogado pelos cantos. Ele representa o negro desamparado pelo fim do patriarcalismo até o momento em que se torna companheiro fiel de mestre José Amaro, quando da sua decadência.

---

[i] CÂNDIDO, Antonio & CASTELO, José Aderaldo, *Presença da Literatura Brasileira,* 3 volumes, p. 251, Editora Difusora Européia do Livro, São Paulo,1968

[ii] BOSI, Alfredo, *Historia Concisa da Literatura Brasileira*, p.,

[iii] FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*,* p. 51, Editora Global, São Paulo, 2003.

[iv] IANNI, Otávio, *Escravidão e Racismo.* Editora Hucitec, São Paulo, 1988.

[v] CARDOSO, Fernando Henrique, *Um Livro Perene* in: Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*,* Editora Global, São Paulo, 2003.

[vi] CÂNDIDO, Antonio, *Brigada Ligeira:* e outros escritos*,* p.61, Editora UNESP, São Paulo, 1992.

Museu e educação – o programa educacional do Museu da Baronesa

Carla Gastaud

Nossa época assiste ao incremento da criação de museus, à patrimonialização de elementos urbanos os mais diversos, ao inventário de saberes e fazeres, enfim, a uma crescente valorização do que denominamos Patrimônio Cultural. No caso dos museus, é insuficiente que um museu exista apenas por suas coleções, como um lugar de guardar, da mesma forma que é insuficiente preservar o patrimônio cultural sem que essa preservação tenha um sentido para as populações envolvidas. Um modo de tornar um museu mais do que um cofre para coleções mais ou menos importantes é a educação patrimonial, que é também o modo de aliar a preservação do patrimônio aos interesses da população.

No Museu da Baronesa em Pelotas, RS, desenvolveu-se nos últimos dois anos (2003/2004) um programa educativo dirigido aos alunos das escolas das redes públicas de ensino que obteve resultados muito bons. Esse programa e os seus resultados são o objeto desse trabalho.

Existe hoje um certo consenso sobre a necessidade de práticas de educação patrimonial, considera-se que "(o) conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania"[1]. O museu, espaço não formal de educação, via de regra é tratado como uma "ilustração" para o que foi estudado em sala de aula ou como via subsidiária de informação ou, ainda, como um passeio que se justifica por si só. A experiência no Museu da Baronesa - e é um relato comum aos museus - mostrou que, se a visita não

tiver uma preparação prévia e não for mediada por guias, significa muito pouco para os estudantes.

Por outro lado, a convivência com os visitantes do Museu da Baronesa demonstrou ser muito comum as pessoas terem como única experiência de visita ao museu local, aquela realizada com a escola. Os alunos adultos, de escolas noturnas, recebidos semanalmente no museu se emocionavam por estar ali pela primeira vez, os raros que já tinham estado antes em um museu, o fizeram com a escola. Se a escola não vai ao museu pode estar perdida a oportunidade. Poucos são os moradores da cidade que freqüentam os museus por conta própria.

Ir ao museu não é o bastante. É preciso ser capaz de desfrutá-lo. A educação patrimonial pode oferecer instrumentos para decodificação dos patrimônios culturais, entre eles os museus, contribuindo para sua preservação. O desafio é saber como tornar essa, uma experiência freqüente e prazerosa para um maior número de pessoas.

O programa de educação patrimonial: "O legal no Museu é..."

Desde a sua fundação em 1982, o Museu Baronesa[2] é visitado freqüentemente por escolas. No ano de 2002, o Museu recebeu 5760 alunos de escolas públicas e particulares.

O Museu da Baronesa é um museu municipal e, por isso, está sujeito às descontinuidades que sofrem as instituições públicas, para citar algumas: a alteração nas políticas públicas que lhe dizem respeito; a mudança de gestão a cada troca da administração municipal; a carência de pessoal qualificado e permanente; a ausência de uma memória institucional, pois ela desaparece a cada troca de direção. Ao iniciar a gestão 2001-2004 quando ainda não eram oferecidas visitas monitoradas, a equipe responsável percebeu que, na maioria das visitas com as professoras, as crianças

corriam pelo Museu e terminavam a visita acreditando que aquele era um local para armazenar "curiosidades" e guardar "coisas do tempo antigo", que nada tinha a ver com sua própria vida e sua história. Diante disso, começamos a pensar em desenvolver um programa especial para as escolas.

Em novembro de 2001, o Museu passou a contar com dez bolsistas do curso de história da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), que, além de trabalhos de pesquisa e conservação do acervo, passaram a mediar as visitas tanto para o público habitual do Museu, quanto para as escolas.

No entanto, apesar dos avanços obtidos com as visitas monitoradas, os alunos continuavam chegando ao Museu com pouco tempo para a visita e na expectativa apenas de uma atividade recreativa. Tanto que a maior parte das visitas continuaram se concentrando no mesmo período, os meses de outubro e novembro: dia da criança e final do ano letivo. Isso impossibilitava um atendimento qualificado.

Foi criado então o NEP - Núcleo de Educação Patrimonial, para elaborar um programa de atendimento às escolas que deveria, ao mesmo tempo, aproveitar o parque como um espaço de lazer e mostrar o Museu como um local que tem história para contar, uma história que diz respeito à cidade e aos seus habitantes e, por isso, importante.

Os objetivos do projeto eram tornar o Museu da Baronesa um espaço de inserção social; utilizar o Museu para promover a reflexão e a produção de conhecimento e desenvolver, nas crianças, o senso de preservação contribuindo para a formação de cidadãos críticos e responsáveis em relação ao patrimônio cultural.

Magali Cabral[3] diz que se o patrimônio é terreno em construção, fruto de eleição, campo de combate, espaço de relações humanas, é também "meio de comunicação e campo de educação", podendo e devendo ser objeto de ações educativas que contribuam para a mudança social por "ensinar a pensar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania".

Em 2002, realizou-se uma experiência piloto com duas turmas de terceira série de uma escola municipal, num total de sessenta crianças. A experiência desenvolveu-se em duas etapas: na primeira a equipe do Museu da Baronesa visitou a escola, fazendo o primeiro contato com os alunos. Na escola, as crianças assistiram a um teatro de fantoches, com um tema preparado para motivá-las a visitar o Museu e fazer com que encontrassem as razões para conhecê-lo.

A segunda etapa foi a visita da escola ao Museu. As crianças passaram uma tarde inteira no Parque e participaram de diversas atividades. Primeiramente, assistiram a outra peça do teatro de fantoches, dessa vez com uma história que se passava no século XIX, contextualizando o Museu da Baronesa. Depois, aconteceram no Parque duas atividades: oficinas de dança afro e brincadeiras antigas, para proporcionar aos alunos um maior contato com as realidades sociais e culturais do século XIX - a das crianças da elite e a dos escravos. Após o descanso e o lanche, fizeram a visita monitorada ao Museu. O programa terminou com uma oficina de arqueologia e uma brincadeira com argila.

A avaliação da experiência apontou a mudanças na forma como as crianças compreenderam o Museu e um maior aproveitamento da visita, possivelmente com bons resultados educacionais. Algumas falhas foram identificadas, como, por exemplo, o número excessivo de atividades na tarde da visita.

Na seqüência, foi planejado e teve início no ano de 2003, o programa "*O legal no Museu é...*" oferecido para as terceiras séries das escolas municipais que têm no currículo a história de Pelotas.

A nova estrutura do programa envolveu atividades de divulgação, agendamento e a execução propriamente dita. Inicialmente foi enviada uma carta-convite às escolas públicas municipais, oferecendo a possibilidade de participação no programa. Em uma semana as datas do ano foram preenchidas com a inscrição também de turmas de escolas estaduais pois muitos professores trabalham nas duas redes de ensino.

As visitas eram semanais e o roteiro de atividades previsto para cada escola constava de:

-contato com a direção da escola na semana anterior à visita para expor o programa, combinar os detalhes, solicitar à professora que pedisse aos alunos para trazerem, no dia estipulado para a primeira etapa, um objeto que fosse importante para eles.

-primeira etapa (na escola, terça-feira): a equipe do NEP se apresentava às crianças, explicava que aquela era a primeira etapa do programa "O legal no Museu é..." e as crianças trabalhavam, a partir dos objetos que trouxessem, questões como a valorização do patrimônio cultural da comunidade e dos artefatos de um museu. Discutiam quais objetos são passíveis de patrimonialização, quem atribui valor aos objetos etc. Essa conversa tinha como tema central a memória, individual e coletiva. Para finalizar, um teatro de fantoches apresentava a peça "Juquinha vai ao Museu" que tinha por objetivo motivar as crianças e dizer da importância de conhecer o Museu ;

-segunda etapa (no Museu da Baronesa, quinta-feira): as crianças eram recebidas e levadas ao salão para uma conversa inicial. A equipe do NEP fazia a introdução contextualizando o Museu na história de Pelotas, auxiliada por imagens como a fotografia de uma charqueada ou uma gravura representando o trabalho escravo. Na seqüência participaram de uma aula de dança Afro para proporcionava às crianças um maior contato com a cultura negra. A dança era apresentada como um ato de resistência e de celebração da cultura africana. Também eram mostrados os instrumentos musicais de origem africana que são utilizados hoje. Após o descanso e o lanche, as crianças visitavam o Museu acompanhadas por um monitor. No percurso, encontravam dois personagens caracterizados como no século XIX representando as relações e o cotidiano da casa na época. Estes personagens eram, ora um escravo e uma sinhazinha, ora um barão e uma escrava, sempre um personagem de classe abastada e um de classe popular. Após a visita, as crianças desenhavam, em uma grande faixa de papel branco, o

que elas acharam de mais legal na visita ao Museu. Com isso, ficaram registradas e guardadas as impressões mais marcantes para as crianças, isto é, "o que elas acham legal no Museu". No final todos cantavam uma música, composta pela equipe do NEP, que fala de tudo o que viram.

Como atividades correlatas, os professores recebiam um questionário para avaliação e os alunos levavam para casa um Passe-Pai, que permitia às crianças trazerem, gratuitamente, seus pais ao Museu da Baronesa e mostrarem tudo o que tinham conhecido.

A partir da avaliação do programa de 2003, algumas modificações foram introduzidas para 2004. A principal delas foi realizar, no início de cada semestre, um seminário de formação para os professores das turmas agendadas. Esse seminário visava qualificar o aproveitamento das atividades e contribuir para o ensino de história. O desenrolar das visitas mostrou os bons resultados desses seminários.

O programa foi executado, semanalmente, durante quinze meses. Atendeu 1200 alunos de 46 turmas de terceira série do ensino fundamental das redes municipal e estadual de Pelotas e produziu uma quantidade significativa de material para ser analisado futuramente.

Para nós, o patrimônio não é mais, ou não é apenas, o edifício monumental declarado como tal pelo Estado mas algo como "um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de transmissão de um tempo para outro ou de uma geração para outra geração."[4] Não há exigência de monumentalidade, raridade ou antigüidade. O que diferencia um bem patrimonial de outro não patrimonial é o significado a ele atribuído por um grupo social e o desejo de mantê-lo e transmiti-lo ao longo do tempo.

Maria Célia Moura Santos[5] diz que aprendemos a partir do que já aprendemos e, por isso, toda a educação tem por suporte o que ela chama de "tradição", significando "herança cultural construída pelos sujeitos sociais ao longo da vida" que ela considera, ampliando o conceito, patrimônio cultural. De certa forma, para essa autora, toda a educação é educação patrimonial.

Entretanto, ficando com uma definição mais estrita, educação patrimonial é a ação desenvolvida a partir de uma relação direta com o patrimônio, isto é, uma experiência em primeira mão com o objeto patrimonial. As ações sistemáticas de educação patrimonial, diz Maria de Lourdes Horta[6] tomam,"os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos" e acrescenta é "a partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, que o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um **processo ativo de conhecimento**, **apropriação e valorização** de sua **herança cultural**, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural."

Desse modo a educação patrimonial é um processo constante de ensino/aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o patrimônio. A experiência com o programa "O legal no Museu é..." indica possibilidades e constitui construção de conhecimento nessa área.

---

[1]HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999, p.6.

[2] O Museu Municipal Parque da Baronesa está instalado em uma casa do século XIX, em meio a um parque de 7 hectares, no Bairro Areal.

[3] CABRAL, Magali. *Comunicação, educação e patrimônio cultural*. Texto apresentado no Forum Estadual de Museus do RS, Rio Grande, julho/2002. Mimeo

[4] CHAGAS, Mário. Preservação do Patrimônio Cultural: educação e museu. Texto distribuído nas Oficinas Patrimônio Cultural, Memória Social e Museu. Casa de Rui Barbosa/FCRB/Minc, 2002. Mimeo.
[5] SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu e Educação: conceitos e métodos.* Palestra proferido na abertura do Simpósio Internacional "Museu e Educação: conceitos e métodos", realizado no período de 20 a 25 de agosto de 2001. Mimeo.
[6] HORTA, Maria de Lourdes. Boletim de Educação Patrimonial Nº 1. www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/index.htm.

UMA MULHER SEM NOME: GUIBERTO DE NOGENT E O MODELO DE PERFEIÇÃO FEMININA NO MEDIEVO (SÉCULO XII)

Carlile Lanzieri Júnior - UFES

As mulheres estão na pauta do dia dos estudos dos historiadores da atualidade. Com o avanço do movimento feminista e das pesquisas sobre relações de gênero desde os anos 60 e 70, elas não são mais esquecidas, como foram em outras épocas. Falar sobre elas sempre foi difícil, devido aos poucos vestígios do passado por elas mesmas produzidos. Geralmente, o que se consegue conhecer são imagens disformes feitas por homens que apenas diziam como elas deveriam ser e o que deveriam fazer.[1] À medida que se aprofunda no tempo, as fontes tendem a se tornar escassas e dúbias.

A mulher medieval é um mistério. Georges Duby disse que somente se aproximava delas em depoimentos indiretos de padres e monges.[2] Um desses depoimentos foi dado pelo abade beneditino Guiberto de Nogent (1055 – 1125), no primeiro livro de sua autobiografia, *De vita sua*.[3]

Quando falou de sua mãe, Guiberto destacou a sua beleza, mas deixava claro que seu nascimento nobre, riqueza e boa aparência seriam obras do Senhor e ela não valorizava tais atributos. O abade afirmou que as pessoas não deveriam se gabar desses dons para não serem consideradas luxuriosas. A beleza era uma amostra da perfeição divina. Caberia às pessoas saber usá-la. Advertiu: demônios se disfarçavam de anjos para corromper os homens. Era preciso cuidado para não cair em tentação. Para Guiberto, a virtude ser belo deveria estar associada à de ser bom. Em seu pensamento, sua mãe soube associar bela aparência com bondade e temor a Deus. Não se curvou aos prazeres carnais. Dava respostas negativas aos galanteios que recebia.[4] O abade encantou-se com seu comportamento casto, agradecendo a Deus pela virtude e modéstia que havia incutido na beleza de sua mãe.

A mãe de Guiberto casou-se aos doze anos. Não nasceram filhos nos primeiros sete anos de sua união. A situação incomodava seu esposo, que revelou sua insatisfação aos seus

parentes. Estes tentaram anular o enlace e destinar o rapaz à vida monástica. Por trás da possível anulação, existiam interesses patrimoniais. Um casamento sem herdeiros comprometeria a manutenção da linhagem.[5] O esposo não aceitou. Mostrou virilidade engravidando uma mulher que perdera a criança tão logo nascera. Guiberto condenou o ato libidinoso de seu pai. Nada falou da reação de sua mãe. Insatisfeita, a parentela voltou-se contra a esposa infrutífera.

A jovem ignorou as investidas. Comportou-se exemplarmente diante dos ataques. Novamente seus parentes não conseguiram lograr êxito. Como se isso não bastasse, ainda teve que lutar contra homens que tentavam seduzi-la. Com ajuda divina manteve o seu autocontrole e não se deixou corromper. As únicas passagens de *De vita sua* nas quais essa mulher teve atitudes mais incisivas foram aquelas em que sua castidade foi ameaçada.[6] Guiberto admirava a postura de sua mãe. Exemplo raro para ele, pois a castidade que ela defendia já não era tão comum entre mulheres casadas daquele tempo. Afirmou:

> Entre mulheres casadas, a realidade, e mesmo a aparência, de reserva desapareceu. Na conduta delas, não exibem nada, exceto um humor grosseiro; nada, exceto piadas, piscadelas de olho, balançando a língua. Elas caminham de jeito provocante e só mostram tolices em seu comportamento.[7]

Guiberto repudiava as mulheres pecadoras. Sua mãe era nobre e se comportava como tal. Mas este não era o centro de sua vida. Seus valores eram outros. Preocupava-se em manter a modéstia e o temor a Deus controlando seus desejos.

A mãe de Guiberto demorou, mas atendeu os deveres do casamento. Entregou-se aos afazeres de esposa, tornando-se mãe. Guiberto de Nogent foi seu último filho. Para salvar mãe e filho de um parto complicado, o pai dedicou a criança à vida religiosa. Ambos escaparam. Guiberto falou apenas de um de seus irmãos, que também era monge. Não disse nada sobre uma possível proximidade que estes teriam com sua mãe. Provavelmente, foram retirados bem jovens dos braços maternos para serem preparados para a cavalaria, o que não foi o caso de Guiberto. Prometido desde antes do nascimento à vida religiosa, acabou ficando junto dela, que zelou pela sua educação e para que o juramento que salvara suas vidas não fosse desfeito.

Mantendo-se limpa, a mãe de Guiberto se comportou da forma que se esperava de uma mulher cristã. Só foi maculada com o objetivo de cumprir o seu papel de procriadora. Elogiar sua mãe seria uma provável forma de Guiberto exaltar a castidade. Exemplo para seus leitores. Uma bela amostra da pedagogia monástica.

Guiberto contou que sua mãe enfrentou novas provações depois de se tornar viúva, uma vez que seu marido morrera após se tornar prisioneiro de guerra. Sozinha para gerir seu patrimônio, seus parentes tentaram lhe tomar as possessões de seu finado esposo. Sua reação foi orar. Determinada, não se rendeu aos gananciosos. A firmeza e fé demonstradas fizeram com que seus opositores reconhecessem sua honestidade e não a importunassem mais.

Viúva, mas ainda jovem e bela, a mãe de Guiberto voltou a despertar o desejo de outros homens. Não alimentou as esperanças de nenhum deles. Decidiu que seus votos matrimoniais seriam respeitados e não aceitaria propostas de casamento.

> Essa prudente senhora continuou a nos proteger e nossas posses também, guiada por um grande temor a Deus e por um amor não menor por sua família e especialmente pelos pobres. A fidelidade que ela havia mostrado por seu marido enquanto ele esteve vivo, continuou a mostrar com fervor dobrado à sua alma. Ela não destruiu a união passada de seus corpos por entrar em um novo vínculo, uma vez que ele tinha partido.[8]

Sem o marido, a mãe de Guiberto se ocupava cuidando de seu caçula e de sua casa. Além disso, dava esmolas aos pobres e fazia com que os afazeres religiosos preenchessem seu tempo. Martirizava seu corpo atormentada pela memória de seus pecados passados.[9]

> Eu a vi com os meus próprios olhos e toquei com essas mãos um silício que vestia sobre a sua pele, enquanto externamente estava vestida com elegância muito estudada. Mais do que apenas vesti-lo durante o dia, ela dormia com ele de noite, o que era um modo muito severo de tratar um corpo tão delicado.[10]

Passados doze anos, Guiberto contou que sua mãe decidira se recolher em um mosteiro. Instalou-se no episcopado de Beauvais. Em seguida, retirou-se para Saint-Germer de Fly, onde pouco tempo depois Guiberto também entraria. Morou em um casebre perto da igreja do mosteiro. Uma decisão dessas implicaria no abandono dos seus e de tudo que vivera até ali.

Muitos a condenaram, mas foi forte. Com o coração partido não voltou atrás em sua proposta. Atitude aprovada por Guiberto em sua vida madura:

> [...] sua compaixão [...] poderia ter sido a sua ruína, se ela tivesse nos posto à frente de sua própria salvação, negligenciando Deus por nossa causa, ela teria desviado a sua atenção para coisas mundanas.[11]

Guiberto elogiou a escolha de sua mãe, pois ela havia optado pelo ideal de perfeição cristã: a vida monástica.[12] Em Fly, viveu com uma velha, que lhe ensinou a conduta de vida monástica. Outrora nobre e bela, aquela mulher mudou completamente.

> [...] passo a passo, ela começou a imitar a austeridade daquela mulher mais velha, adotando a mesma frugalidade em comidas mais simples, fez o mesmo com os luxuosos colchões com os quais estava acostumada e foi contente dormir em uma esteira de palha, coberta com um simples lençol. Embora ela ainda fosse muito bela e não mostrasse nenhum sinal de envelhecimento, ela fez de tudo para parecer como se tivesse alcançado a velhice ou uma idade elevada com as rugas de uma velha. Seus cabelos ondulados, que normalmente são componentes essenciais do charme feminino, sucumbiram aos repetidos ataques de tesouras. Um manto negro com dobras largas, manchado por inúmeros remendos e reparos, servia como prova, ao lado de um pequeno e desbotado casaco e sapatos com solas desgastadas e sem reparos, de que ela estava se esforçando para conseguir ficar com uma aparência bem modesta.[13]

Diariamente, ela se confessava e orava atormentada pelos seus pecados. Era vista chorando espiritualmente angustiada. Às vezes, recebia a visita de pessoas de fora do mosteiro. Alguns a conheciam e apreciavam sua conversa. Ao perceber que algo inadequado fizera parte da sua fala, lamentava-se e se enchia de arrependimento.

Com Guiberto, ela viveu até que ele fosse eleito abade do mosteiro de Nogent (1104). Na época da escolha, demonstrou preocupação, pois ele era inexperiente em assuntos administrativos. Assim, separou-se em definitivo de seu filho vindo a morrer pouco tempo depois.

A leitura dos capítulos de *De vita sua* nos quais o abade falou de sua mãe nos permite perceber algumas das características que ele mais louvava nela:

a) *Temor a Deus*: segundo Guiberto, sua mãe possuía devoção religiosa. Demonstrava arrependimento e era atormentada pelos pecados que havia cometido.

b) *Negar seu corpo (beleza e sexo)*: a mãe de Guiberto demorou a ter filhos, rendendo-se ao sexo somente para procriar. Gerar filhos foi a função do sexo em seu casamento. Viúva, recusou novas núpcias, contrariando os desejos de seu corpo e de sua juventude. Dilacerava sua carne com um silício.[14] Quando teve oportunidade, negou sua beleza cortando seus cabelos (símbolo da vaidade e condição social feminina) e passou a usar roupas que escondiam sua silhueta.[15]

c) *Mãe dedicada*: desde cedo, preocupava-se com a educação de seu filho. Contratou um tutor e sempre lhe dava conselhos. Deixou sua vida de lado em benefício de sua cria. Seus sonhos e orações acompanhavam e protegiam Guiberto.

Essas três características aparecem nos oito capítulos de *De vita sua* nos quais o abade falou de sua mãe. Por elas percebe-se a idéia de que foi uma mulher verdadeiramente cristã aos olhos de seu filho. Como Santa Mônica, mãe de Santo Agostinho (354 – 430), não foi santa por ter realizado milagres, mas por ter negligenciado sua existência, dedicando-se aos seus homens (pai, marido e filho), e negado seu corpo (sexualidade).[16] Guiberto, como Agostinho, atribuía tudo o que havia acontecido em sua vida às orações de sua mãe. Pecador confesso, estaria sempre protegido por elas.[17]

É importante destacar a influência das "Confissões" [18] de Agostinho em *De vita sua*. O paralelo que o abade fez entre a vida de sua mãe e à de Santa Mônica é claro. Guiberto possuía ainda uma forte devoção mariana, sempre recorrendo a Maria em suas preces. Portanto, temos duas matrizes das quais partia o pensamento de nosso abade: a Virgem Maria e Santa Mônica. A primeira dedicou sua vida ao filho de Deus encarnado entre os homens. Igualmente dedicada, a segunda orou anos a fio pela conversão de seu filho ao catolicismo. Guiberto inseriu a sua mãe nesses dois modelos de santidade.

Em sua pesquisa a respeito de São Luís (1226 – 1270), Jacques Le Goff perguntou se seria possível escrever uma biografia desse personagem e se ele teria existido.[19] Ao fazer essas perguntas, Le Goff não duvidava da existência física desse soberano. Na verdade, queria

encontrar o homem atrás das fontes estudadas. Desejava ver o que se escondia sob a imagem de um rei que havia se tornado santo. No momento em que tentamos saber quem foi a mãe do abade Guiberto de Nogent, reformulamos as perguntas de Jacques Le Goff: a mãe desse abade existiu? Podemos reconstruir a trajetória de sua vida? Ao contrário do medievalista francês, nossas fontes são escassas. Não temos dúvidas de que ela existiu, porém não podemos afirmar que se possa encontrar na narrativa de seu filho traços claros que evidenciem sua individualidade. Guiberto poderia ter manipulado informações desejando dar maior amplitude às suas palavras e ações.

Uma leitura detalhada nos permite perceber que ela era uma mulher de alta nobreza. Isso despertou o interesse de muitos homens. Desfrutou de certa independência, pois foi capaz de lutar contra sua parentela. Não podemos afirmar muito além disso. Guiberto nem mesmo nos disse seu nome, o que nos afasta mais dela. Por que negar uma informação tão óbvia? Negligência? Ou o respeito que tinha por ela era tão grande que não se permitia informalidades? Seja o que for, as palavras de Guiberto são um importante testemunho de como o monacato entendia o comportamento feminino.

A mulher, personagem dúbio, herdeira de Eva pecadora e de Maria redentora,[20] não poderia escapar da esfera cristã. Guiberto, como bom abade, informou aos seus como elas deveriam ser e como elas deveriam agir. Talvez tenha usado sua mãe exemplarmente por ter sido ela o elemento feminino mais próximo que tivera em toda a sua vida.

Um outro fato que não pode ser deixado de lado é o contexto sócio-cultural em que Guiberto vivera desde a sua juventude: o mosteiro de Saint-Germer de Fly. Depois de já ter recebido uma educação rigorosa nos primeiros anos de vida, Guiberto entrou para esse mosteiro. Estava no início de sua adolescência e lá permaneceu recluso por décadas. Só saiu dali para se tornar abade de outro mosteiro. Praticamente tudo o que sabia em relação ao mundo que existia ao seu redor dava-se indiretamente. As informações que recebia estariam filtradas ideologicamente, pois um mosteiro era considerado pelos seus habitantes como um espaço perfeito

onde vivia uma sociedade perfeita.[21] Tudo que estava fora dali representava a desordem e deveria ser evitado.[22] Como beneditino, Guiberto deveria obedecer a um código de comportamento: a Regra de São Bento,[23] que vedava comportamentos tidos como subversivos. Sem dúvida, ele via o mundo influenciado pelo que sua instituição representava e pelas normas que seguia.

Diante das considerações feitas e das dificuldades impostas pela fonte, o caminho mais fácil a ser trilhado seria tentar entender como Guiberto pensava o comportamento feminino em seu tempo e qual seria o seu possível modelo de mulher cristã, partindo das qualidades que atribuiu à mãe e os momentos que mais destacou na vida dessa mulher.

Guiberto tinha uma visão muito clara em relação ao mundo. Tratava com desconfiança e repúdio tudo que a ele estivesse ligado,[24] inclusive as mulheres. As únicas merecedoras de crédito seriam aquelas que se enquadrassem em seus valores pessoais. Quase todas as outras mulheres que apareceram na narrativa de Guiberto, foram por ele descritas como seres libertinos e prontos para pecar. Verdadeiras Evas causadoras da perdição e da morte de muitos homens, muito diferentes de sua mãe.

Alguns estudiosos do pensamento do abade acreditavam que essa aversão de Guiberto às mulheres e ao sexo resultasse do relacionamento tão próximo e afetuoso que teve com sua mãe. Em estudos mais recentes, essa hipótese está sendo revista e ampliada, pois não levava em conta o contexto histórico e cultural do abade.[25] Possivelmente, todas as informações que recebia do exterior eram distorcidas pelos seus pares. Os monges acreditavam não ter sexo, vangloriavam-se de sua virgindade e tinham horror à mácula sexual.[26] O mundo e todos aqueles que nele viviam não eram merecedores de credibilidade. A sua mãe não se igualaria às outras mulheres por ter vivido uma vida de contensão sexual e devotada. Nos seus últimos anos de vida, recolheu-se em um mosteiro, negando seu corpo, sua beleza e tudo que havia sido anteriormente.

---

[1] SOIHET, Raquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 295.

[2] DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: J. Zahar / UFRJ, 1993, p. 152.
[3] Edição crítica: ARCHAMBAULT, Paul J. *A monk´s confession*: the memoirs of Guibert of Nogent. [S/l]: Pennsylvania State University Press, 1996 (a tradução para o português é nossa). *De vita sua* é o título moderno dado às memórias de Guiberto de Nogent. O nome original dado pelo abade é *Monodiai*. Essa obra possui 52 capítulos divididos em três livros. Para identificá-la, utilizaremos a sigla DVS seguida de dois números: o primeiro irá se referir ao livro e o segundo ao capítulo de onde a passagem transcrita foi retirada.
[4] Quando Guiberto relaciona beleza e bondade, acreditamos que seja possível identificar alguns traços da concepção cristã de "corpo" e "alma" pensada por numerosos estudiosos cristãos ao longo de todo o medievo. O homem possuiria ambos: a alma (imaterial, criada e imortal) e o corpo (material, criado e mortal). O primeiro elemento estaria ligado à bondade e o segundo à beleza. Ter uma alma seria privilégio do homem e essa lhe seria dada por Deus no momento da concepção. A alma seria superior ao corpo, que, ao contrário da primeira, envelhecia e morria. Portanto, a alma seria superior ao corpo em todos os sentidos. O corpo também seria a expressão exterior da alma, mostrando todos os seus estados. Um santo, por exemplo, é sempre descrito como uma pessoa bela devido as suas qualidades interiores. Corpo e alma só seriam separados na morte, quando cada um teria um destino próprio. SCHMITT, Jean-Claude. Corpo e alma. In: *Dicionário temático do ocidente medieval 1*. São Paulo: Edusc / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 253-267.
[5] DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens*: do amor e outros ensaios. São Paulo: Cia. da Letras, 2001, p. 15-16.
[6] Os poucos momentos em que a vontade feminina se exprimia encontravam-se nesse tipo de recusa. As mulheres preferiam consagrar a Deus a sua virgindade a se entregarem aos desígnios impostos pela linhagem. BARTHÉLEMY, Dominique. Parentesco. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada 2*: de Europa feudal à Renascença. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 131.
[7] DVS 1,12.
[8] DVS 1,13.
[9] José Carlos Reis afirmou que a dor na Idade Média tinha um caráter cultural diferente do que possui hoje. Para ele, entre os medievais existia uma arte de sofrer e a dor assumia um aspecto positivo, uma vez que permitiria a expiação dos pecados através do sofrimento voluntário. REIS, José Carlos. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 56-57.
[10] DVS 1,13.
[11] DVS 1,14.
[12] VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental*: séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995, p. 75.
[13] DVS 1,14.
[14] Entre os séculos XI e XII, a idéia de que o corpo era campo de ação para o pecado e não sua fonte já estava formada. Para o homem medieval, que vivia em um mundo corrompido, a luta contra o mal aconteceria através do controle rigoroso do seu próprio corpo, que poderia levá-lo a cometer todo tipo de erros e conduzi-lo à desgraça. Para superar essa situação, submetia-se a castigos e sofrimentos físicos. CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. Pecado. In: *Dicionário temático do ocidente medieval 2*. São Paulo: Edusc / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 341-342.
[15] MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 21.
[16] Devemos advertir ao leitor que a mãe de Guiberto não foi canonizada.
[17] "Santa Mônica é o modelo desta tarefa pedagógica vital: a formação da conduta moral e religiosa do filho." COSTA, Ricardo da. Santa Mônica: a criação do ideal de mãe cristã. Disponível em: <www.ricardocosta.com/pub/stamon.htm>. Acesso em 22 de maio de 2005.
[18] AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: M. Claret, 2002.
[19] LE GOFF, Jacques. *São Luís*: biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 29.
[20] "Como uma longa duração mental, a História da mulher na Antigüidade tardia possui esta dualidade que permanecerá até o fim da Idade Média, uma característica própria do feminino cristão. Entre Eva e Maria. Entre o céu e o inferno." COSTA, Ricardo, op. cit., nota 17.
[21] FRANCO JÚNIOR, Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 15.
[22] Quando a Ordem Cisterciense começou a sua expansão no início do século XII, uma das imposições capitulares era de que os novos mosteiros fossem construídos em regiões afastadas e de difícil acesso. COLOMBÁS, Garcia M. *La tradición beneditina*: ensayo histórico (el silgo XII). Zamora: Monte Casino, 1993, tomo 1, p. 208.
[23] REGRA DE SÃO BENTO. Disponível em <www.ricardocosta.com/textos/bento.htm>. Acesso em 22 de maio de 2005.
[24] DUBY, Georges. *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 104.
[25] LEVISKY, David Léo. *Um monge no divã*: o adolescer de Guibert de Nogent (1055 – 1125?) uma análise histórico-psicanalítica. 2004. Tese de Doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
[26] DUBY, Georges. *Eva e os padres*: damas do século XII. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 36.

CORPO, SAÚDE E NATUREZA EM ALGUNS TEXTOS MEDIEVAIS DOS SÉCULOS XII E XIII.

CARLINDA MARIA FISCHER MATTOS - PPG-UFGRS

Alfonso X, o Sábio foi rei de Leão e Castela, durante o período de 1252 e 1284. Sua alcunha foi-lhe merecida não somente pela abrangência de seus conhecimentos, mas, sobretudo, por sua intensa atividade em promover traduções e elaborações de textos de história, legislação, poesia, astronomia, astrologia, fundar centros de estudo, revitalizar universidades – as de Salamanca, Valladolid e Sevilha.

Alfonso X insere-se numa trajetória e num contexto intelectual, que é o da Reconquista e de todo o universo mental que com ela se abre aos cristãos ocidentais. Em seu esforço contínuo de retomada do território ibérico, estes defrontaram-se com uma importante diferença cultural apresentada pelos muçulmanos. Os ocidentais, que até então conheciam apenas uma parcela muito restrita das obras dos antigos, viram-se diante das obras de Aristóteles em sua quase totalidade, as de Ptolomeu, Hipócrates, Arquimedes, Galeno, Dioscórides, Euclides e tantas outras, que haviam sido traduzidas do grego pelos árabes, comentadas por eles e acrescidas por suas contribuições. Um programa extenso de tradução para o latim e para línguas romances tomou corpo nos séculos XII e XIII, atraindo e reunindo, em diversos momentos, sábios de toda a Europa.

Ascendendo ao trono, Alfonso X dá grande impulso a esses trabalhos A atividade é intensa. Dentre as inúmeras obras que manda traduzir, interessa-nos aqui, sobretudo, o *Libro de las Cruzes, Lapidario, Picatrix*, pelas concepções acerca de corpo e natureza neles presentes.

A medicina teve, como marcos fundantes, as teorias dos antigos: Hipócrates (460 – 375/351 a C.), Aristóteles (384 – 322 a C.), Dioscórides (40-90), Galeno (130 – 200).[1]

Os muçulmanos incorporaram-nas num conjunto mais amplo de saberes, dando origem a uma importante produção teórica e prática – avidamente apreendida pelos europeus.

Tais conceitos, que orientavam a organização desses saberes, repousavam, em grande parte, na concepção de que tudo o que existe é resultado da combinação de quatro elementos: fogo, ar, água, terra - expressão da combinação de qualidades intrínsecas – calor, frio, umidade, secura.

Sem poderem ser confundidos com os elementos terrestres e concretos que conhecemos na experiência cotidiana, tais componentes, sutis e qualificados por propriedades específicas, estariam presentes em diferentes proporções em todos os corpos sublunares, incluindo-se aí, os dos homens, os das plantas, os dos animais, bem como o do ar que respiramos, o da água que bebemos, o do fogo que nos aquece, o da terra que pisamos. Transformando-se continuamente uns nos outros, assinalam a mutabilidade a que estão sujeitos os seres e coisas por eles compostos.

Em cada ser humano, os quatro elementos sutis estão sempre presentes compondo, em diferentes proporções, os quatro fluídos orgânicos, denominados humores: o flegma, a bílis amarela, a bílis negra e o sangue. No flegma, o elemento água predominaria sobre os demais elementos e estaria associado ao cérebro; na bile amarela, o fogo seria predominante e seria produzida no fígado; na bile negra, o elemento terra existiria em maior quantidade e sua sede seria o baço; o sangue seria a combinação destes três primeiros e estaria associado ao fígado e às artérias que percorrem todo o organismo.[2] E, como que passando as fronteiras entre a vida do corpo e a psíquica, a predominância de um dos humores na constituição do corpo dá origem a uma classificação dos tipos de indivíduos, envolvendo tanto a fisiologia como o temperamento: há, assim, o tipo sanguíneo, o fleumático, o colérico e o melancólico. Quando a proporção desses humores se altera, ocorre o desequilíbrio, a doença, que produz a matéria mórbida – a qual deve ser expelida do corpo.

O que produz tal desequilíbrio? As alterações produzidas no próprio corpo, a força das paixões, as mudanças ocorridas fora do corpo – incluindo-se aí desde as modificações climáticas até o deslocamento dos corpos celestes.

A medicina, para Hipócrates, e depois a dos muçulmanos e, enfim, a dos cristãos da Idade Média, é, pois, a arte de identificar o que mantém, o que restaura, o que faz perder o equilíbrio de um organismo em particular. Contestando aqueles que a reduzem à ação dos quatro elementos em si mesmos, sem considerar a imensa variedade de qualidades a que dão origem suas combinações, Hipócrates abre o compasso de sua arte e faz do homem o lugar de encontro de todas as forças, o cadinho onde tudo se combina. Na anamnese tudo é levado em consideração, desde o alimento que o paciente ingere, ao lugar onde mora, à disposição dos astros no céu.

Em um pequeno tratado intitulado *Das Águas, dos Ares e dos Lugares*[3], Hipócrates vai efetivamente considerar a diversidade das influências que se combinam na constituição dos povos: seu tipo físico, seu temperamento, as doenças a que estão pré-dispostos, as habilidades que o meio natural promove. Hipócrates considera a disposição das cidades segundo os ventos que ali sopram, as águas que as servem, os climas que as temperam, os impactos que as mudanças de estações imprimem, e a influência particular que exercem os planetas nas constelações.

Regiões de águas pantanosas e insalubres promovem a produção de bile e não estimulam a produção de flegma. Aqueles que bebem dessa água têm longos períodos de melancolia, ficam com ventres pesados, emaciados e quentes; suas carnes ficam flácidas.

Analisando os diferentes tipos de ventos, de águas, de climas, Hipócrates vai compondo a variedade de compleições humanas e as doenças que as atacam normalmente. Afinal, segundo o médico,

> *"...quem quer que deseje investigar propriamente a medicina, deveria proceder assim: em primeiro lugar considerar as estações do ano, e que*

> *efeitos cada uma delas produz, porque elas não se assemelham todas, mas diferem muito entre elas no que concerne a suas mudanças. Depois, os ventos, o quente e o frio, especialmente aqueles que são comuns a todos os países, e aqueles que são peculiares a cada localidade. Precisamos considerar as qualidades das águas, porque também elas diferem muito quanto a suas qualidades. Da mesma maneira, quando uma pessoa entra em uma cidade na qual é estrangeira, ela precisa considerar sua situação, como ela está disposta com respeito aos ventos e ao nascer do sol, porque sua influência não é a mesma quando ela está disposta para o norte ou para o sul, no nascer ou no pôr-se o sol. (...) e o modo como os habitantes vivem, e quais são seus objetivos, se eles bebem e comem em excesso, e dados à* indolência, *ou se são encontrados em exercicío e trabalhando, e não dados a excessos no comer e no beber.* " [4]

E não é por acaso que temos, no *Libro de las Cruzes,* livro de astrologia que reúne mais de 3500 prognósticos dedicados a um rei[5], uma elaboração muito semelhante em seu sentido, e cuja tônica perpassa toda a obra - posto que as noções de corpo e doença que ali estão presentes, nutrem-se, na sua elaboração, das noções transmitidas pela tradição. Vejamos o excerto abaixo:

> *"E geralmente achamos as diferenças entre uma gente e outra segundo as diferenças das terras em que moram, e segundo a temperança e a destemperança dos ares, e segundo o que recebe a terra e o ar das forças e dos feitos dos corpos celestiais, que segundo estas coisas, aparecem nas posturas e desposturas dos corpos dos homens em suas formas, e aparecem também as diferenças nos espíritos, e em seu entendimentos e em seus juízos e em suas obras e em seus feitos... ".* [6]

Contudo, se as alterações climáticas e a ingestão de alimentos parecem explicar com certa clareza a alteração dos humores, o desequilíbrio provocado pelas paixões parece necessitar de alguns elementos explicativos. Como se dá essa alteração dos humores pelas emoções? Como se dá esse tráfico de influências entre corpo e alma?

Luiz Fernando Dias Duarte[7] desenvolvendo importantes estudos acerca da noção de "pessoa", questiona a percepção de uma "naturalidade" das experiências de dor e sofrimento, bem como a noção de corpo como um organismo "natural". Longe de ser um dado objetivo, nossa compreensão acerca do corpo é uma construção cultural e está informada por uma noção de "pessoa" que lhe é subjacente.

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, "pessoa" é sinônimo de um indivíduo que tem um corpo. Este é o suporte de uma manifestação particular. Tal concepção fundamenta-se numa dicotomia radical entre corpo e mente inaugurada na modernidade, e que constitui o nexo de uma série de características e processos que configuram o individualismo. No entanto, indivíduo é uma forma de ser "pessoa". E, numa sociedade individualista, pessoa é um ser autônomo, singularizado, interiorizado, possuindo um corpo "naturalizado", cuja manipulação requer um conhecimento objetivo, científico, e que o toma como um dado universal: seja qual for a sociedade em que se situe o ser humano, ele é anatômica e fisiologicamente idêntico. O corpo passa a ser um campo de doenças reificadas, categorizadas e medicalizadas. Em contrapartida, psicologizando o sujeito, a psicanálise elege um domínio prioritário (com respeito à divisão corpo e alma) e específico para as perturbações emocionais, ou seja, a mente, qualificando categorias como a depressão, a neurose, a ansiedade como doenças em si mesmas, igualmente universais e identificáveis em qualquer tempo e lugar.

Estamos, portanto, muito longe da noção de corpo – e de pessoa - de que se valem as medicinas antiga e medieval. Estas, longe de postularem a supressão da dicotomia corpo/alma, entendem os humores como articuladores de uma série de fenômenos, tanto de ordem física como os de ordem moral – termo esse que inclui qualidades como vontade, obrigação, juízo, honra. Chamar o plano moral de psíquico[8] é atribuir-lhe uma conotação que só pode ser entendida num universo cultural individualista. O emprego da palavra moral, neste caso, aponta para outras concepções – relacional,

posto que diz respeito a valores socialmente ancorados, e holista, na medida em que só ganha sentido em meio a articulação de uma miríade de planos que se cruzam. Há uma constituição física, uma materialidade; em contrapartida, há um plano onde fenômenos muito abrangentes, de ordem relacional, ganham seu sentido. Os humores são o fiel do que acontece em ambos os pólos, o físico e o moral, operando por meio das semelhanças e oposições, das atrações e repulsões que, dessa forma, comunicam virtudes, modelam as formas, tornando semelhantes os dissemelhantes. Por meio de um fluxo contínuo que relaciona todas as coisas, comunicam-se propriedades, vícios, doenças, alteram-se convivialidades e temperamentos, estando o homem no nexo de todas as comunicações. Por ele passam todos os fios que amarram o mundo, da terra ao céu.

E não é outra, supomos, a concepção das relações entre corpo e natureza, presentes tanto no *Lapidário* quanto no *Picatrix*, ambas as obras traduzidas na corte de Alfonso X. O primeiro (de autoria e datas incertas) é um livro que reúne as características de 301 pedras[9], descrevendo suas características físicas, suas virtudes mágicas, suas aplicações nas curas das doenças dos corpos, suas combinações com plantas e animais. O princípio que orienta o estabelecimento dos nexos entre os seres e coisas está mencionado logo no Prólogo:

> *"Aristóteles (...). disse que todas as coisas que estão sob os céus se movem e se endereçam pelo movimento dos corpos celestiais, pela virtude que têm deles, segundo ordenou Deus, (...); mostrou que todas as coisas do mundo estão como que amarradas e recebem virtude umas das outras, as mais vis das mais nobres, e que esta virtude aparece em umas mais manifestamente, como nos animais e nas plantas, e em outras, mais escondida, como nas pedras e nos metais. (...).*
>
> *Os que escreveram acerca das pedras, assim como Aristóteles (...), disseram acerca de cada uma que cor têm, que tamanho e que virtude possuem, em que lugar são encontradas; (...). Mas entre aqueles, houve alguns que se colocaram a saber mais, e pensaram que não lhes bastava*

> *conhecer sua cor, seu tamanho e sua virtude, se não conhecessem quais eram os corpos celestiais com que tinham atamento e dos quais recebiam sua virtude (...).*[10]

O corpo é visto então, como um campo particular de ação de influências que se cruzam. Um tal conjunto de influências particularizam cada ser – sem que, com isso, haja a configuração de uma identidade do indivíduo, entendido este como suporte de uma interioridade singular. Antes, pelo contrário, o corpo, o ser que ele constitui, longe de ser um espaço fechado e estritamente delimitado, é poroso, permeável, e se define precisamente no horizonte formado pela multiplicidade de nexos que o perpassam – a começar pelas conjunções dos astros, passando pelo clima, pelos laços que nos unem aos animais, às plantas e às pedras.

E, tanto as práticas de cura como as artes mágicas adotam tal perspectiva na fundamentação de seu saber. No *Picatrix*, uma das tantas obras que Alfonso X manda traduzir do árabe para o castelhano medieval, seu autor, (pseudo) Mulasma, o Madrileno (século XI/XII), ensinando a arte de fabricar talismãs, fala da importância e o modo de tornar-se simpático ao influxo dos astros cujos favores se quer alcançar:

> *"Quanto ao modo de captar a espiritualidade, aquele que a quer captar deve conhecer a natureza do astro (...), deve saber que tal natureza possui cor, saber e perfume, e [deve] vestir seu corpo com tal cor e perfumar-se com tal odor e ajustar o interior de si mesmo à natureza e ao sabor [daquele] - o que conseguirá com determinados alimentos e comendo mais que antes (...). Há que seguir com isto até que o estômago receba esse alimento sem apetecer nenhum outro. Então, observa quando o astro alcança sua posição forte na esfera zodiacal (...). Depois, como conheces os corpos minerais que a ele correspondem, fabrica com algum deles uma cruz oca segundo a proporção observada. (...).Então, incensarás [o local] com mesclas da mesma natureza do astro [através da cruz oca de pedra]. (...)e quando o tiveres realizado, o talismã estará em contato com a porção*

> *do astro e com todas as linhas que saem dele (...). E assim o inferior terá entrado em contato com o superior e ...o superior estará em contato com o inferior: a correspondência é perfeita e haverá recepção e proveito."* [11]

Assim, aqui, como nos outros textos mencionados, o corpo guarda uma relação de continuidade com o entorno natural, em suas condições específicas. Ele é formado pelos mesmos elementos naturais presentes em todos os outros seres que habitam o mundo sub-lunar. Ainda que brindado por uma composição divina, o homem situa-se na imbricação de múltiplas e intermináveis relações sendo, por isso, afetado profundamente por todas as modificações que ocorrem ao seu redor. Se na concepção moderna o corpo é visto de forma universal, enquanto a mente se constitui no elemento diferenciador dos seres humanos, na Idade Média cada corpo é marcado singularmente por tantos e infindáveis influxos, constituindo, cada um, um elo e um nexo articulador da vida em sua inexaurível diversidade.

---

[1] Conf. BOURGEY, Louis. A medicina grega desde as origens até o fim da época clássica. In: TATON, R. (org.). *História geral das ciências*... Op. cit, t.1, v.2, p.73-94.

[2] JACQUART, D.; THOMASSET, C. *Sexualité et savoir medical au moyen âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 67 - 73 ; BEAUJEU, Jean. A medicina. In: TATON, R. (org.). *História geral das ciências*...Op. cit...t.1, v.2, p 178-179, 190-192.

[3] ON AIRS, waters and places. In: *Hippocratic Writings.* Trad. Francis Adams Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952, v. 10, p 9-19.

[4] Idem, ibidem, § 1, p 9

[5] obra datada do fim do século XI, escrito por Oveydalla e traduzido na corte de Alfonso X

[6] ALFONSO X. *Libro de las Cruzes*. Edição de Lloyd A Kasten; Lawrence B. Kiddle. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel de Cervantes, 1961, [i]L.C., cap. I, p.9.

[7] DUARTE, L. F. A outra saúde mental, psicossocial, físico-moral? In: ALVES, P. C. e MINAYO, M. C.S. (org.) *Saúde e doença*. *Um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994. p 83-89; Pessoa e dor no ocidente.(O "holismo" metodológico na antropologia da saúde e da doença). *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, n.9, ano 4, p 13-28, 1996.

[8] Ainda aqui, idéia desenvolvida por Luis Fernando Dias Duarte nas obras supracitadas.

[9] Deveriam ser 360, uma para cada grau do zodíaco, mas as folhas que as continham foram perdidas.

[10] ALFONSO X. *Lapidário*. 2 ed. Texto integral em versão de Maria Brey Mariño. Madrid: Editorial Castalia, 1997. p 13.

[11] (Pseudo) Malasma , o Madrileno. *Picatrix.O fin del sabio y el mejor de los dos medios para avanzar.* Trad. Marcelino Villegas. Madrid: Editora Nacional. 1982, pp 217-218.

O PODER DE CIVILIZAR.

O Estado e a exploração dos recursos naturais no Oiapoque.

Carlo Romani[1]

O rio Oiapoque é uma das fronteiras naturais entre o Amapá e o departamento ultramarino da Guiana Francesa. Para nossos "donos do poder", tomando emprestada a expressão de Raimundo Faoro, no gigantesco cenário das fronteiras da Amazônia brasileira onde podemos incluir os quase 500 quilômetros do rio Oiapoque, a população que as habita pouco conta. A política externa de expansão do Estado brasileiro sempre vislumbrou a obtenção da maior área possível sob sua jurisdição, mesmo sendo ela humanamente impossível de ser ocupada e administrada. O objetivo principal sempre foi o de manter sob seu domínio, mesmo que inexplorado, a vasta riqueza natural da terra. Uma política de recursos naturais de reserva. Nesse contexto a gente da terra também é somente mais um recurso material – quanto mais gente melhor – para ser utilizado na exploração do vasto território. O lema de ordem e progresso da bandeira poderia muito bem ser: "Submeter para explorar". Esse desejo torna-se transparente já em 1890, quando a nova República escrevia sem subterfúgios no texto do decreto lei 164:

"Colonização da Guyana Brasileira: considerando que deve ser empenho do governo da República aproveitar para o cultivo efetivo do solo brasileiro ***a exploração de seus produtos naturais e proletariado agrícola nacional****, em sua grande maioria sem meios de empregar, com melhor proveito próprio e público, a atividade com que tem até aqui* ***provido a fortuna pública e a riqueza do Estado****".* [2]

Mais explícito impossível. Para uma nação cujo próprio nome tem como origem um produto de exploração comercial praticamente extinto, o pau-brasil, a sua gente somente serve para ser usada em favor da riqueza do Estado travestida de bem público. Como o investimento necessário para usufruir a riqueza do Amapá era demasiado grande, o proletariado lá não foi nem enviado, nem explorado. Trinta anos após a promulgação desse

decreto, ainda restaria somente a criação de postos na fronteira para garantir a soberania nacional sobre o Oiapoque. Outro propósito imediato deveria ser a garantia da presença do fisco para obter uma arrecadação mínima de tributos que compensasse a despesa com os funcionários.

Desde o advento da República houve uma febre integracionista com a fundação de colônias agrícolas – inicialmente patrocinadas pelo Estado e num momento futuro diretamente pelos interesses privados – nas frentes do Centro-Oeste e Amazônia. Foi a estratégia de conquista usada pela civilização para arrebatar a terra de seu estado selvagem, incluindo-se aí nesse estado as populações nativas. É a repetição continuada da ação bandeirante da *Marcha para o Oeste,* a expressão clássica do livro de Cassiano Ricardo.[3]

A missão colonizadora, que se intensificará com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, já se denunciava em 1890 na publicação da Sociedade Central de Imigração. Nesse momento nasceu o embrião de toda a política futura de integração nacional respaldada no "rondonismo" e abusando do proletariado nacional em busca de sua Canaã, como sendo o peão de ataque, linha de frente do desbravamento da selva e do confronto com o selvagem.

Esse confronto entre colonizadores e selvagens ocorria patrocinado pelo Estado e em muitos casos sem o conhecimento prévio do colono, que ingenuamente acreditava na promessa da terra desabitada pronta para ser lavrada. Isso foi muito freqüente durante a colonização promovida pelos imigrantes italianos e alemães no final do século XIX no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde ocorreram inúmeras conflitos armados com os bugres guaranis. Muito sugestiva é a comparação feita por Luigi Biondi entre dois mapas da mesma região do Oeste Paulista defasados um do outro de quatro anos[4]. No primeiro deles, datando de 1868, encontramos sobre a área os dizeres: "índios selvagens e perigosos". Quatro anos depois, no mesmo mapa enviado para a Itália junto com uma documentação com o objetivo de estimular a imigração subsidiada para aquela área, lê-se no mesmo lugar as palavras: "terras desabitadas". Ora, apenas quatro anos seriam insuficientes para que uma vastíssima área ocupada pelos índios *Kaigang* tenha sido, de alguma forma,

desapropriada. Nesse caso os primeiros colonizadores cumprem o papel de boi de piranha para os interesses do Estado nacional. Portanto, o uso de colonos na ocupação de terras habitadas por populações nativas provocando diversos confrontos ocorreu em todo o país, tendo tido, também, diferentes protagonistas atuando para um mesmo script: o da integração nacional.

Retomando o Amapá, palco deste trabalho na ocupação de uma dupla fronteira – de civilização e de Estado – a questão da presença do índio ainda selvagem preocupava o governo na medida em que ele pudesse ser integrado por um governo estrangeiro. Segundo funcionários paraenses a língua falada, o comércio e os habitantes, tudo se ligava ao regime de administração de Caiena. Em ambas a margens do rio sentia-se sua presença. Mesmo vinte anos depois, já com a criação do Território do Amapá na década de 1940, quando o seu Secretário, Miranda Bastos, visitou as tribos indígenas do norte amapaense, ficou surpreso ao ver que até as crianças falavam o francês dos "crioulos guianenses"[4]. Eram os *Galibi*, do rio Uaça, e os *Palikur-ienês*, no rio Arucauá. Além da língua nativa, quando se comunicavam com os estrangeiros ocidentais, falavam o pouco francês que sabiam, nada de português. A ausência da soberania brasileira era percebida na língua estrangeira usada pela população do lugar. A isso, as populações sob guarda do Estado brasileiro sofriam, como condição de vida, um enfrentamento constante, tanto com as forças da natureza quanto com as doenças e a miséria reinante. O quadro traçado pelo IBGE no início do ano de 1940 mostrava-se desalentador:

"A mineração não constrói. Os que a movimentam não se fixam na terra. Ao contrário, exploram-lhe as riquezas. No Oiapoque destruíram as florestas de pau-rosa, abandonando-o com todo o arsenal das distilarias montadas para o negócio. O estado sanitário é o mais precário possível. O paludismo lavra incessantemente. A alimentação reduz-se ao 'cafezinho com farinha pela manhã; carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha no almoço, pouco diferindo o jantar, quando há.' Não se conhece o conforto do lar porque a maioria das habitações são barracos, desservidos de tudo e agasalhando, em franca promiscuidade, toda uma família."

Durante o seu mandato (1918-1922), o Presidente Epitácio Pessoa teve pressões populares muito mais graves para resolver do que se preocupar com o problema de colonização de fronteiras desabitadas. Somente no começo de 1920 é que conseguiu, às custas de muita violência, prisões e deportações, se não controlar, pelo menos arrefecer o ânimo da luta dos trabalhadores dos principais centros urbanos. Desde a grande greve geral paulista de 1917, seguida pela greve geral do Rio de Janeiro em 1918, o país foi sacudido por intensas mobilizações de trabalhadores reivindicando melhorias econômicas e maior participação nas decisões políticas. O ano de 1919 foi ocupado pelo governo com a atitude de desandar sua ira sobre os que trabalhavam. As cadeias ficaram lotadas de operários, sindicalistas ou não, jornalistas da imprensa operária, e ativistas das lutas sociais em geral, em sua maioria anarquistas ou simpatizantes dessa prática política e social que na época se constituía em movimento de massa. Começaram então as deportações de estrangeiros acusados de subversão, desordem, agitação, essas palavras cujo significado, quando usadas pelos "donos do poder", implica em segura perseguição política com pouca possibilidade de argumentos de defesa aos perseguidos. No decreto de expulsão de estrangeiros de 17 de janeiro de 1921, vem inclusive expresso o subtítulo: "Regula a Repressão ao Anarquismo".[6]

Foi através desse aparelho policial em que cada vez mais se transformava o Estado brasileiro, que o Presidente aprovou o orçamento apresentado ao Ministério da Agricultura para o Serviço de Colonização Nacional do Oyapock. Dotou a Comissão Colonizadora de uma verba relativamente boa: 600 mil contos de réis em valores de abril de 1920[7]. A Comissão subordinada àquele Ministério estabeleceu suas diretrizes e encaminhou alguns funcionários em viagem ao Oiapoque para fazer o levantamento da região e escolher um primeiro local para a construção do campo agrícola.

Retornando a Belém, onde estava sediado o Ministério, aqueles homens para lá enviados reportaram o que viram ao chefe da Comissão, o diretor de Povoamento Gentil Norberto. Este não perdeu tempo e com o relatório em mãos organizou outra expedição, já com o objetivo de se instalar definitivamente no lugar escolhido. Nos meses que se

seguiram, enquanto esteve no Oiapoque, Gentil tratou de organizar o canteiro de obras para a construção da vila agrícola. Enquanto a vida corria, ele tratou de conhecer melhor a região. Encontrou uma terra abandonada, porém, muito rica. Poderia até estar querendo defender seu emprego por lá, mas o que ele transmitiu, ao retornar meses depois a Belém, foi bastante convincente.

"A Zona do Oyapock é das mais férteis do nosso País. Contém o Oyapock granito, quartzo, calcários e minérios de ferro, mais de setenta qualidades de madeiras preciosas, um solo de aptidões incalculáveis, prestando-se a todas as culturas, como as de arroz, café, milho, feijão, mandioca, algodão, banana, fumo, abacaxi, laranja, caju, araçá, é resultado dos climas mais variados, de um magnífico sistema hidrográfico e de grandes possibilidades virtuais".[8]

"Pouco depois, em junho do mesmo ano, eu e os meus companheiros acampávamos nas margens do famoso Oyapock. Verifiquei, desde logo, a veracidade das notícias, que tanto alarme haviam produzido na opinião pública. A nossa bandeira era desconhecida à maioria dos brasileiros que ali viviam, alheados da Pátria. A nossa moeda era por eles recusada. Uma lavadeira a quem enviei uma cédula de 5$000 para pagamento de pequena dívida rejeitou-a, exigindo francos. Os trabalhadores brasileiros, contratados pela comissão, eram, por exigência deles, pagos naquela moeda. Os nomes dos lugares onde habitavam eram estrangeiros, e preferiam nas conversas o patoiz francês à língua materna. Seus filhos eram batizados e registrados em Saint-George, povoação da Guyana Francesa."[9]

Com base nesse relato de um homem idôneo e irrepreensível segundo os políticos, e sob a ameaça do solo pátria ser invadido pelo estrangeiro como clamava a imprensa, tornava-se imperativo defender a soberania nacional.

O argumento inicialmente utilizado pelo Governo do Pará para incentivar a ocupação econômica do Amapá com o estabelecimento de uma colônia agrícola foi o da chegada repentina de centenas de flagelados cearenses fugidos da seca que durou de 1915 a 1919[10]. No período em que durou a grande seca iniciada em 1915, milhares de retirantes do interior cearense foram confinados pelo governo daquele estado em campos de

concentração nos arredores de Fortaleza. Muitos sertanejos foram bloqueados em sua caminhada antes de poderem alcançar as estradas de ferro que levavam à capital. Foram induzidos a migrarem para outros estados, principalmente para o norte, através do mar. Barcos de pequeno porte e saveiros singravam carregados de flagelados as águas verdes bravias sacudidas pelos fortes ventos alísios que sopram constantemente em toda a costa desde o Ceará até o Maranhão. Dezenas de naufrágios ocorreram durante esses anos e aqueles afortunados que alcançaram Belém na esperança de dias melhores, lá também não encontraram oportunidades.

Aquele antigo desejo de povoamento da fronteira setentrional acabou recebendo o impulso decisivo com a posse no Senado do ex-governador do Estado, Justo Chermont. Naquele mesmo ano de 1919, o senador assume a função de relator do Ministério da Agricultura e apresenta através de emenda ao Congresso seus motivos para promover a criação de uma comissão colonizadora. Propõe dar:

"preferência aos emigrados do Nordeste Brasileiro e tomando todas as providências de higiene e transportes para a localização dos mesmos, podendo abrir os créditos necessários, se for insuficiente a dotação votada [...] Os flagelados do Nordeste continuam a chegar em levas ao porto de Belém do Pará, e é patriótica a medida de localizá-los na ubérrima região de fronteira."[11]

Boa parte da imprensa da época apoiou a campanha iniciada pelos governantes paraenses que *"falam em o 'caso nacional do Amapá', cuja resolução veio a ser precipitada ou favorecida pela calamidade que assolou o Ceará".*[12] Os retirantes acampados em Belém logo se tornaram um problema social e o governo mostrou-se incapaz de incorporá-los à sociedade paraense. Toda essa gente sem eira nem beira perambulava sofrida pela área do cais e do mercado Ver o Peso, causando na população um sentimento misto de repugnância e pena. Enquanto esperavam melhor sorte, tinham que se contentar com as tímidas campanhas empenhadas em melhorar sua deprimente situação. Algumas poucas iniciativas beneficentes, como a *"solicitação para a cessão do Theatro da Paz, na noite de Sábado, 13 de março de 1920, ao empresário das 'Visões D'Arte' para a realização de um*

espetáculo em benefício dos flagelados do Ceará"[13] ocuparam espaço nos jornais locais, tentando mobilizar a população na ajuda e solução do problema dos miseráveis sertanejos.

Contudo, o interesse demonstrado pelos governantes e pela imprensa local mascarou outro interesse, bem menos humanitário e muito mais desejoso de uma exploração comercial bem arquitetada. Justo Chermont, que fora governador do Pará entre 1889 e 1891, assumiu em 1918 a cadeira vaga deixada no senado por Lauro Sodré quando da posse deste no governo do Estado. O patrimônio do justo senador Chermont vinha aumentando consideravelmente desde 1911, ano em que havia fundado o jornal *O Estado do Pará.* Foi ao longo dessa década que sua fortuna pessoal o tornou um dos maiores latifundiários do Estado, passando a ser *"proprietário de grandes extensões de terra na região do Oiapoque, e portanto um dos maiores interessados no desenvolvimento da região."*[14]

Assim é possível imaginar como interesses pessoais levados ao palco do Senado e, apoiados por campanha maciça da imprensa local – ela também integrante desse mesmo grupo de interesses – permitiram que uma situação social dramática tivesse, como eventual desfecho, a utilização de uma mão de obra errante para a exploração das terras. Terras quais, em outra circunstância, provavelmente nunca teriam sido aproveitadas.

Percebe-se um claro intuito do governo federal em ocupar a vasta região de fronteira através da colonização forçada com vistas à exploração comercial. O Núcleo Agrícola Cleveland, como foi chamado o empreendimento de coonização, tornou-se o chamariz dessa estratégia. Para tanto, foi necessário desclassificar a zona do Oiapoque como local insalubre e de alta mortandade e dotá-la de benfeitorias e serviços que elevassem o nível sanitário do lugar. Essa estratégia até que alcançou resultados promissores, pelo menos durante um certo intervalo de tempo, e particularmente na vila de Clevelândia, a sede do núcleo, projetada para abrigar servidores federais vindos de outras regiões do país. Contudo, como se nota pela avaliação do IBGE feita vinte anos depois, em 1940, a imensa área já povoada por nativos e percorrida por fluxos contínuos de migrações espontâneas de índios e caboclos, essa região ribeirinha que vai desde o rio Pontanari, no limite norte de

Clevelândia, até Demonty na foz do Oiapoque, permaneceu nas mesmas precárias condições de saúde em que sempre se encontrou. Extração exaustiva do pau-rosa até sua extinção, destilarias abandonadas, péssimas condições sanitárias e impaludismo sempre presente. O eterno desastre ambiental da terra arrasada. A tradicional política tupiniquim de implantar um centro colonizador ajardinado com ares metropolitano, circundado por uma imensa periferia de barracos e colonos abandonados, reproduz-se em proporções ainda maiores quando se trata dos confins do país. Uma ocupação territorial para inglês ver, ou melhor, nesse caso, para francês ver.

---

[1] Carlo Romani é doutor em História Cultural pela Unicamp. Atualmente é pesquisador recém-doutor do Cebrap/Capes. Este texto é um pequeno trecho condensado do segundo capítulo da tese de doutorado *Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!*, financiada pela FAPESP.

[2] "Boletim da Sociedade Central de Imigração". *Imigração* n º. 74, dez/1890. Grifo em negrito do autor.

[3] Sobre a expansão da fronteira agrícola, ver LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil.* Campinas. Ed. Unicamp, 1995; também GUIMARÃES NETO, Regina. *A Lenda do Ouro Verde.* Cuiabá. UNICEN, 2002.

[4] BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe.* Tese de doutorado em História. IFCH/Unicamp, 2002.

[5] BASTOS, Arthur Miranda. *Uma excursão ao Amapá.* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1947, p. 61.

[6] SAMIS, Alexandre. *Clevelândia.* São Paulo. Imaginário, 2002, p. 85.

[7] *Idem,* p. 156.

[8] Palestra "A colonização do Oyapock", publicada em *A Noite* e no *Correio da Manhã*, de 5/11/1920.

[9] Relatório originalmente publicado em 1920 e reapresentado na reportagem "Os deportados do Oyapock", *O Paiz,* 11/02/1927.

[10] Sobre a seca de 1915 ver TEÓFILO, Rodolfo. *A Seca de 1915.* Fortaleza. Imprensa Universitária/UFC, 1980; também RIOS, Kênia. *Campos de concentração no Ceará.* Fortaleza. Museu do Ceará, 2001.

[11] "A verdade sobre a deportação para a Clevelândia", *A Notícia, de 04/01/1928.*

[12] *A Noite,* 17/11/1920, *in* ALICINO, Padre. *Clevelândia do Norte.*Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1971.

[13] Minuta da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação, 1920, códice 2278. Arquivo Público do Pará, APP.

[14] SAMIS, Alexandre, *op. cit.,* p. 156; ver também LEITE NETO, Leonardo. *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros. 1826 a 1986 – vol. III.* Brasília. Centro Gráfico, 1986.

Ecos da Revolução Mexicana na Imprensa Brasileira

Carlos Alberto Sampaio Barbosa

Prof. de História da América - UNESP/Assis

O objetivo dessa apresentação é verificar como a Revolução Mexicana foi acompanhada pela imprensa brasileira e por seus intelectuais. Este movimento social teve uma grande repercussão na imprensa norte-americana, latino-americana em geral e brasileira em particular. Podemos até comparar que a Revolução Mexicana, em termos proporcionais, obteve a mesma repercussão em nosso continente na primeira metade do século XX do que a Revolução Cubana na segunda metade. Seus reflexos foram sentidos nos meios artísticos das sociedades latino-americanas e representados pela literatura, cinema, fotografia e as artes plásticas. Além dessa ampla repercussão por todo o continente, os ecos da Revolução atingiram o Brasil sua imprensa e intelectuais. Aqui os jornais noticiavam quase que diariamente informações do desenrolar dos acontecimentos em terras mexicanas. Em nosso trabalho vamos destacar quatro artigos redigidos por Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) e publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* no ano de 1911.

Essa apresentação é fruto de um trabalho de pesquisa, que se encontra em andamento, desenvolvido com os alunos de graduação do curso de História da UNESP/Assis visando um exercício de investigação em arquivo. Nesse sentido quero agradecer em especial a aluna Gabriela Sousa de Queiroz que realizou um aprofundamento desse trabalho durante sua iniciação científica no ano de 2003. Utilizamos o acervo de periódicos do Centro de Apoio e Desenvolvimento à Pesquisa – CEDAP. A delimitação temporal abarcou desde a eclosão do movimento insurrecional no México, com o lançamento do Plano de San Luis Potosí em 20 de outubro de 1910, até a eleição de Álvaro Obregón como presidente da República, em novembro

de 1920, que simbolizou a vitória da chamada “Dinastia de Sonora” e que marcou o início da institucionalização do país.

Além de um exercício de pesquisa para os alunos de graduação a pesquisa se justificaria pela inexistência de tal levantamento no Brasil. Num balanço preliminar constatamos um rico material em quantidade e qualidade exemplificado nos artigos assinados por Oliveira Lima. Esse material permite uma série de cruzamentos com questões relacionadas à própria ótica ideológica dos jornais e sua visão à respeito do conflito mexicano, assim como uma crescente preocupação do Brasil com uma maior participação no cenário mundial, o que envolve a problemática das Relações Internacionais.

No levantamento realizado no jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1910 e 1920 localizamos até o momento aproximadamente 423 notas e matérias publicadas. Foram impressas também algumas fotografias provenientes do arquivo Casasola, principalmente retratos dos principais protagonistas dos acontecimentos mexicanos tais como Porfírio Diaz e Francisco Madero.

As notícias foram publicadas nas colunas “Exterior-México” e “Exterior-Estados Unidos” e eram fornecidas pelas agências de informação que eram norte-americanas e francesas. Essa constatação possibilita supor a existência de uma política de distribuição da informação para a região por órgãos de informação estrangeiros. O início do século XX presenciou a mudança do fluxo de informação no mundo. Antes da Primeira Guerra Mundial, as grandes agências de notícias, até aquele momento: *Havas*, de Paris; *Reuter*, de Londres; a *Wolf*, de Berlim e *AP*, de Nova York, mantinham um pacto de intercâmbio, distribuição exclusiva de notícias e divisão de mercado, em que toda a América Latina ficava para a agência de notícias francesa. Após a guerra essa situação mudou, e agências norte-americanas se aproveitaram da conjuntura européia para ocupar o espaço, principalmente a *International News Service* e a *United Press*, que posteriormente se fundiram e formaram a *United Press International*. Assim, após 1918 era de Nova York que se distribuía as notícias para a América Latina.

Uma parcela considerável das notícias eram referentes à relação entre os Estados Unidos e seus interesses econômicos e políticos e o caminhar dos acontecimentos revolucionários. Foram repercutidas matérias referentes à situação no México e que apareciam em jornais norte-americanos como o *New York Times*, *New York Sun*, *New York Herald, Financial News*, *Daily Mail*, *Daily News* e *Morning Post*. Os acontecimentos de fronteira também foram destaque como a mobilização de tropas e a possibilidade de intervenção. A visão que nós brasileiros possuímos do México desse período em muitos aspectos foi construída pela imprensa nacional via agência de notícias. Podemos afirmar como um acontecimento que marcou a região na primeira metade do século XX foi compreendido e divulgado em nosso país sob um olhar enviesado, um viés estrangeiro por mais que o jornal tivesse uma preocupação com o México.

Deste enorme manancial de informações destacamos algumas matérias escritas por um dos principais pensadores e diplomatas brasileiros da época, Oliveira Lima. Ele escreveu uma série de quatro artigos que foram publicados no jornal entre os dias 24 de junho e 30 de julho de 1911, um mês antes da queda de Porfírio Díaz. Esses artigos foram redigidos durante sua estada na França entre abril e maio de 1911 quando realizou conferências na Sorbonne.

O primeiro artigo publicado na coluna “Coisas Estrangeiras” e denominado “A situação no México” foi escrito em abril de 1911 em Paris, ou seja. Nele Oliveira Lima traça um perfil do país e de seu governante mexicano:

“O México tem estado na ordem do dia. Todo o mundo estava capacitado, com ou sem razão – eu penso que com razão – de que a morte do presidente Diaz significaria uma perturbação profunda da tranqüilidade publica do paiz que, sob sua dictadura de mais de trinta annos, desenvolveu consideravelmente os seus recursos, alcançando notavel grau de prosperidade e de credito, e até a reputação de uma nação organisada, estável e progressiva, tal a irradiação projetada pela paz forçada em que tem ella vivido desde que a governa a mão ferrea de ‘Dom

Porfirio' [presidente] da república mexicana, se presidente se pode chamar um autocrata e republica o seu dominio" (OESP, 24/06/1911, p. 2).

Qualifica-o como governante que conseguiu desenvolver o país até atingir um grau de prosperidade, crédito, reputação e levando a nação a um estágio de organização e de estabilidade sem igual na sua história. Entretanto tal empreendimento não ocorreu sem um alto grau de autoritarismo. Define Díaz como um ditador que dirigiu o México com mão de ferro sem permitir a existência de uma oposição. Mas segundo o autor, o México não alcançaria esse desenvolvimento por outros métodos pois o país era um caos no período anterior e cita como exemplo negativo o governo do General Antonio López de Santa Anna (que governou o país em vários mandatos entre 1833-1855), e positivo a curta fase de governo do imperador Maximiliano.

"Com dom Porfirio desapparecerá um dos homens eminentes de século XIX [...] foi elle quem deu realidade às visões politicas de Juarez, [...] possuia justamente estas qualidades que o tornaram senhor absoluto do Mexico desde 1877. A sua queda é tão inesperada que desnorteia a previsão dos mais aguçados e experimentados. O Mexico identifica-se com elle aos olhos do estrangeiro dentro do paíz não havia opposição, porque qualquer que se erguese era implacavelmente supprimida. Foi este o seu segredo do exito das sucessivas administrações de Diaz: nenhum quartel aos adversários em armas [...] Resta saber se com outro methodo teria d. Porfirio imposto a paz e feito voltar a ordem no Mexico [...]chega a duvidar-se de que pudesse surtir effeito processos differentes. Não sei de historia mais anarchisada e mais vergonhosa. O truão sinistro que foi Santa Ana projecta sobre ella a sua sombra grotesca e repugnate, ora trucidando adversarios, ora fazendo-se chamar 'Alteza Serenissima" ou fugindo covardemente diante dos americanos, ou tratando de negociar pedaços de territorio nacional e a propria independencia da patria [...] general de comédia [...]"(OESP, 24/06/1911, p. 2).

Já sobre a intervenção e a segundo império mexicano afirma:

“Foram aquellas classes que deram seu melhor apoio à intervenção francesa que culminou na criação do imperio de Maximiliano. Uma monarquia digna e esclarecida pereceu-lhes com sobeja razão muito preferível ao depotismo ignorante e brutal que até ahi constituira o governo da nação” (OESP, 24/06/1911, p. 2).

Chama a atenção a perspicácia de Oliveira Lima para a situação de decomposição política do regime porfirista mesmo estando na Europa. Percebeu a fraqueza e a debilidade do velho ditador e utilizou para ilustrá-la a fábula do leão moribundo que não conseguia manter-se pelas glorias passadas. Nem mesmo seu fiel aliado e parceiro comercial dos últimos 34 anos os Estados Unidos, nesse momento de debilidade se designou a apoiá-lo. Antes aconselhou-o a retirar-se.

“Não falta aliás, mesmo nos Estados Unidos, quem ache esta [abdicação] a melhor solução, e digo ‘mesmo’ porque a politica exterior do governo de Diaz consistiu mais que tudo em viver bem com o governo de Washington, em attrair capitaes americanos [...] No momento psycologico os Estados Unidos negam-se porém a auxiliar o compadre que tanto lhes procurava a amizade e aconselham-no antes a que se retire, fazendo-lhe sentir um tanto bruscamente que já passou a sua hora e que chegou o instante de deixar o palco politico.” (OESP, 24/06/1911, p. 2).

A situação entre México e Estados Unidos foi explorada com maior profundidade em outro artigo publicado no dia 10 de julho de 1911. Nele desenvolveu a tese de que o país foi dominado pelos grupos econômicos-financeiros norte-americanos, que possuíam investimento de cerca de “900 milhões de dólares”. Esses grupos monopolizavam diversos setores produtivos e cita como exemplos as empresas *Guggennheim* que controlava a fundição e as minas de cobre, a *Standard Oil Company* que possuía a maior parte da produção de petróleo, aproximadamente 90%, a *Americam Sugar Trust*, grande produtora de açúcar, a *Continetal Rubber Company* na borracha e a *Wells-Frago Express Company* que controlava os transportes

ferroviários. Esse domínio econômico refletiu-se no político “para onde quer que corra o capital este dominará o governo”.

Chamava a atenção de Oliveira Lima que “com tanta ameaça de desassossego do outro lado da fronteira”, com a iminência de uma guerra civil generalizada e tantos investimentos no país não se cogitava a anexação do México aos Estados Unidos. Intervenção sim, para proteger seus interesses “incorporação não, porque o sistema de trabalho que permite os referidos lucros, com muito maior certeza se manterá sob a bandeira mexicana que sob a bandeira americana [...] enquanto poder ser conservado como uma colônia servil não será anexado”. (OESP, 10/07/1911, p. 2).

Em outro artigo “O ocaso de um grande homem” redigido em maio de 1911 e publicado alguns dias depois (29/06/1911) Oliveira Lima comparou Díaz com outros “tiranos” latino-americanos como Rosas da Argentina e Castro da Venezuela. Utilizou como subsídio para este artigo o livro *Barbarous Mexico*, escrito pelo jornalista norte-americano Kenneth Turner, publicado recentemente nos Estados Unidos, que relata as atrocidades cometidas pela polícia secreta do Estado. O regime porfirista definido como de caciquismo político era dominado pelos chefes políticos locais e sustentado pela Polícia Rural e por um exército “que costuma ser [como] em algumas das democracias latino-americanas [...] recrutado violentamente entre os elementos inferiores da população, mais ou menos adestrado, mas no fundo ignorante e inconsciente.” (OESP, 29/06/1911, p.2)

Estes textos foram escritos entre 1908 e 1912 quando residiu em Bruxelas na Bélgica durante o período que permaneceu na legação brasileira. Seu trabalho nesse período consistiu em estabelecer atividades mais voltadas para uma diplomacia cultural, realizando uma série de conferências em universidades européias nas quais expunha sua tese de que a unidade nacional brasileira havia sido fruto da Monarquia brasileira durante o século XIX. Tal tese foi reforçada por sua experiência na Venezuela entre 1904 e 1906. Suas análises da conjuntura mexicana reforçavam sua visão desenvolvida nesse período.

Deve-se salientar que sua estada em Caracas se deu na passagem do século XIX para o XX, fase de tensão no continente. Em 1898, tivemos a Guerra Hispano-Americana, seguida de uma política intervencionista norte-americana baseada numa nova leitura da Doutrina Monroe, dirigida pelo então presidente dos Estados Unidos, Theodor Roosevelt. Tal postura levou Oliveira Lima a um posicionamento crítico com relação aos Estados Unidos. Tais opiniões expressaram-se em seus livros *Pan-americanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt*, de 1907 e *Impressões da América Espanhola* escrito nessa época, mas publicado postumamente em 1953. Oliveira Lima utilizou-se de um arcabouço de um pensamento social-darwinista para explicar o estágio inferior de desenvolvimento dos países em que predominavam índios como o Peru, Bolívia, Equador e México.

Nesses artigos assim como em seus livros expressou sua opinião de que as repúblicas hispano-americanas tiveram suas histórias marcadas pelo caudilhismo, militarismo, instabilidade política, debilidade econômica, política e cultural, o que facilitou o expansionismo de nosso vizinho anglo-saxão do norte. O México viveu primeiro um período de caos político para logo depois cair no despotismo do regime porfirista. Tais considerações sobre esse país reforçavam seu posicionamento favorável à monarquia brasileira, responsável no seu ponto de vista pela unidade nacional brasileira. Enquanto que as interpretações negativas com relação à América Hispânica em geral e ao México em particular demonstraria a anarquia, fruto dos regimes republicanos.

Para finalizar essa apresentação quero fazer uma rápida apresentação da repercussão da Revolução Mexicana no jornal *A Voz do Trabalhador*. Esse jornal começou a ser publicado no Rio de Janeiro em 1908 e era porta voz da Confederação Operária Brasileira, que surgiu em decorrência do Congresso Operário Brasileiro realizado em 1906. Circulou até o ano de 1915 e foi talvez junto com outro periódico *A Terra Livre* um dos mais importantes das duas primeiras décadas do século XX. Nesse jornal as notícias sobre a Revolução Mexicana tomam corpo no ano de 1913, período intensa participação popular. Assim em um conjunto de artigos publicados

ao longo desse ano os editores do jornal declaram apoio aos rebeldes mexicanos explicam a situação política no país e criticam a cobertura dada pela imprensa 'burguesa" à Guerra Civil Mexicana. Essa crítica nos parece em parte direcionada aos jornais brasileiros, pois vejamos o início da matéria:

"De vez em quando os jornais burguezes publicam telegramas, recebidos por vias indiretas, noticiando uma ou outra batalha no Mexico. Essas noticias, para quem não acompanhou o movimento desde o começo, podem levar a crer que a revolução no México é feita com impulsos espasmodicos, que o governo consegue abafar imediatamente. Puro engano. A revolução, iniciada há trez anos com a queda de Diaz, continúa até hoje com a mesma intensidade, e não cessará, embora apareçam 'salvadores da situação' como Madero e Huerta, enquanto os peones não obtenham o que tanto sangue lhes custou: a restituição das terras que lhes foram roubadas." (Voz do Trbalhador, 15/03/1913)

O jornal notícia também o envio de uma carta de protesto dirigida ao presidente dos Estados Unidos contra a detenção de lideranças do Partido Liberal Mexicano: Ricardo e Enrique Flores Magón, Anselmo Figueroa e Librado Rivera. Outra informação que esse jornal nos dá era a venda de exemplares do jornal *Regeneración* por 500 contos de reis. Este periódico era órgão de propaganda do PLM, naquele momento editado nos Estados Unidos, de tendência anarquista e dirigido pelos irmãos Flores Magón.

Assim nesse balanço prévio podemos fazer algumas constatações. A América de origem espanhola não era tão desconhecida do público brasileiro. Existia uma circulação de informações e idéias pela impressa. Poderíamos até comprar um periódico editado nos Estados Unidos e voltado para o publico mexicano. Os acontecimentos da Revolução Mexicana romperam fronteiras e ecoaram em território brasileiro.

Faces da dominação: reflexões conceituais sobre intolerância e violência

Carlos André Macêdo Cavalcanti – UFPB

Angelo Adriano Faria de Assis –

Este Simpósio Temático que coordenamos em conjunto com o professor José Ernesto Pimentel, da UFPB, inicia-se como um novo esforço multitemático e interdisciplinar na busca da sistematização conceitual do significado da intolerância para o homem e para a história. Os estudos sobre tema visam, em última instância, em geral, dar prosseguimento àquele ideal iluminista tão caro ao cânone ocidental: o de colocar o saber à serviço do ideal de um mundo mais justo. A intolerância é um desafio especial nesta busca. E tem de abarcar todas as áreas da ciência que se dispuserem, da mesma forma que deve promover o convívio dos mais diversos assuntos e objetos de estudo pertinentes. Isto porque não é dada a nenhuma disciplina científica conter teorias e métodos que atravessem o longo caminho dos atos intolerantes. A intolerância pode ser tida como enraizada entre as pulsões de vida e morte que a Psicanálise descreveu tão bem. Ou pode, da profundeza do imaginário que os freudianos acreditam inexpugnável, terem uma composição daquelas que Gilbert Durand [1] chamou de constelação de mitologemas. Weber, muito antes, admitiu para a cultura o estudo de constelações de valores bem mais próximas – metodologicamente falando – do ofício dos historiadores [2]. Mas nada impede que os historiadores dialoguemos com métodos e conceitos teóricos aparentemente mais distantes.

Importa, então, em eventos como este, a abertura de espírito para ouvir, falar, aprender e desafiar-se a si próprio a uma renovação contínua.

Nesta apresentação introdutória trazemos um pouco de nossa experiência com o conceito de intolerância aplicado à ação inquisitorial. A aplicação intolerante e excludente da própria soteriologia cristã por parte dos inquisidores não nos autoriza a buscar uma

dramatização ou exagero dos gestos inquisitoriais como forma de comover o leitor e embasar alguma análise que necessite desta "emoção" para validar-se. Se tomamos este caminho simplório, a própria intolerância aparece reduzida a um monstro horremo, disforme e... incompreensível, a ser combatido pelo gládio e pela espada, como os que a psicologia infantil detecta nos desenhos das crianças. Esta atitude em nada ajudaria, por exemplo, àqueles, dentre nós, que desejamos combater a intolerância. A estes faz-se mister trilhar os complexos caminhos que levam e levaram a História a viver constantes "espasmos" de intolerância. Este tabu vai por terra quando o historiador admite desde cedo que o ato intolerante é ambíguo e, como no mito de Prometeu, carrega em si, paradoxalmente, o anseio de *justiça*.

No pluralismo de "salvacionismos" que marcou a História cristã, a Inquisição foi, depois da oficialização do cristianismo como a religião do Império Romano, o maior dos seus movimentos agregadores e centralizadores. Num processo extremamente traumático, a soteriologia inquisitorial ajudou a vencer e submeter uma concepção espiritualista tradicional no cristianismo. Em sua fase medieval, bem antes de erguer-se como *embuste* no fim da segunda metade da Idade Moderna, teve papel evangelizador e até civilizador, enquanto partícipe da consolidação da Cristandade. Claro está que poderíamos julgar negativa a civilização que adveio deste processo, bem como o método intolerante para alcançá-la. Entretanto, não se deve negar que os inquisidores tiveram um papel preponderante para o conhecimento e expansão de padrões comportamentais minimamente homogêneos em todo o mundo ocidental, além de terem sistematizado uma cultura jurídica singular.

Mesmo quando o ato inquisitorial foi sendo desmistificado, o valor do aprimoramento jurídico permaneceu. Já a autenticidade da comunicação de padrões comportamentais sucumbiu diante das críticas desferidas contra o Tribunal em função da degradação cotidiana por que passou o clero que o compunha, sempre em busca de "fazer carreira" e de exercer o poder "*simbólico*" do Santo Ofício. Uma "*soteriologia histórico-temporal*" tomou a cena à Ascese Católica Tradicional, hegemonizando-a. Este "*salvacionismo sem transcendência*" é enganosa,

pois mantém a exterioridade do ato místico, mas restringe-se ao jogo simbólico do poder. A questão que se impõe aqui é determinar os limites do embuste. Descartamos por completo um total esvaziamento místico do Tribunal, que seria não apenas improvável como insustentável.

A superação do medo obsidional levou ao desnudamento do "medo de bruxa" e, por conseguinte, à desvalorização do seu oposto cristão típico: o medo de Deus, grandemente incentivado pelo clero depois que a Igreja se aproximou do Estado ainda na Idade Média. (Esta aproximação com o Estado gerou um *medo de Deus* que difere do temor judaico-cristão original que referia-se às hierarquias celestes "universais" e tencionava, pelo terror, impor o respeito às hierarquias terrenas, clericais ou não. Uma fé mais "pensada" que "vivida" foi o cenário para a Pedagogia do Desprezo. Ao mesmo tempo, no mesmo turbilhão crítico, a intolerância deixou de ser aceita sem restrições pela grande maioria das pessoas em Portugal e Espanha. A unanimidade ruiu e, com ela, o significado purificador da Inquisição. A atuação inquisitorial no Brasil coincide com a transição do Medo ao Desprezo, daí a singularidade e a riqueza de certos processos do final do século XVIII e início do século XIX. O período do "*desprezo pelas crenças dos ignorantes*" demonstra uma mudança de sentido e significado na própria ação intolerante. Para compreender esta afirmativa, lançamos mão de uma classificação dos tipos de intolerância, esboço do que pretendemos, no futuro, propor como uma teoria geral da intolerância.

Partimos da constatação de que não se pode simplificar todas as formas de exclusão e perseguição como se fossem um único fenômeno histórico ou social. Por exemplo, entre as penas aplicadas pelo fundamentalismo muçulmano dos nossos dias e a Inquisição espanhola do século XV, vão diferenças que se há de respeitar para a devida compreensão de ambos os fenômenos. Buscamos, porém, o elo maior ou, se preferirem, as correntes mais profundas deste movimento. Neste sentido, levamos em conta que a intolerância se estende ao longo da História nas mais variadas formas e razões. Fosse a intolerância algo binário ou perfeitamente antagônico a um conjunto de valores inspirados pela *razão humana* ou *substantiva*, para citar

terminologia weberiana consagrada, seu combate seria fácil e os argumentos para a controvérsia teriam um poder hercúleo maniqueísta. Mas não é isso que ocorre. Com o objetivo de captar esta complexidade, um dos autores propôs sua classificação tipológica e tipificadora que busca abarcar este amplo leque das incursões da/na intolerância [3]:

a) Intolerância Guerreira: Forma imemorial, de determinante inata antropológica, que se baseia na busca direta das riquezas do adversário e está ligada à escassez no limite sobrevivência segundo os padrões culturais de cada grupo. Comum nas guerras, pode envolver as mais diversas acertivas, justificá-la e dar-lhe sustentação moral e histórica. Mas seu objetivo central é a pilhagem e o botim, com a conseqüente eliminação do perdedor por escravidão ou assassinato.

b) Intolerância Obsidional Civilizatória: Para compreendê-la é preciso retirar o juízo de valor da palavra *civilizatória,* pois, ao utilizá-la, nós não a conceituamos como *melhor* nem *superior*. A Intolerância Civilizatória dá-se no tempo da história e busca a supressão das diferenças pela imposição de um paradigma que, em sua lógica interior, se considera e se diz superior e que só pode ser assim analisado pelo historiador em função de valores auto-atribuídos pelo próprio agente histórico. A submissão do vencido ocorre aqui por sua inclusão/conversão para uma outra ordem mental e valorativa – diversa e oposta à sua original –, onde aqueles que ingressam no “novo” quadro de valores são tidos eles mesmos como o “botim” alcançado. É uma intolerância escatológica, pois o seu projeto “histórico” determina sua própria superação, tendo em vista que o objetivo primordial é a conversão de todos os homens aos preceitos hegemônicos. Ao chamar à obrigatoriedade disciplinar pessoas que fazem parte do mesmo grupo ou do mesmo universo político-religioso, a intolerância busca legitimar-se no quadro de medo obsidional que veremos adiante. Os processos inquisitoriais obedecem à lógica desta forma de intolerância, posto que todos eles devem terminar – de uma forma ou de outra – na metáfora escatológica.

c) Intolerância Totalitária: Típica do século XX, marcou os regimes de força do período com a aplicação de um princípio inverso ao da Intolerância Civilizatória. A coesão social, neste caso, é tentada através da vivência de antagonismos irreconciliáveis, onde não se privilegia a conversão nem qualquer forma da catequese. Ao contrário da anterior, esta forma de Intolerância é tendencialmente unitarista e sua "ideologia" é a da própria exclusão física do *outro*. No Nazismo, por exemplo, nunca ficou totalmente claro se haveria um "projeto de sociedade" que fosse possível sem a guerra, sem a censura, sem os guetos e sem a rígida disciplina formal. O totalitarismo teria surgido de uma derivação do ato civilizatório, confundindo os meios com os fins. Neste trabalho, porém, a definição de Intolerância Totalitária só nos interessa na medida em que nos permite demonstrar que consideramos os episódios do século XX distintos – ainda que assemelhados – dos episódios inquisitoriais.

Os dois últimos tipos de intolerância são teleológicos, pois, ao propor-se realizar um "projeto", encaminha-se também para tentar "congelar" a História, buscando dominar o tempo e negar a morte. A dinâmica cultural dos grupos humanos, de maneiras diversas, nega esta paralisia, mas convive – às vezes longamente – com seu mito hegemônico. Desvendar possíveis estruturas que determinam o estabelecimento das ações intolerantes seria papel da ciência que permitiria, pelo menos, a caracterização clara do processo. Por enquanto, nem este, que seria um instrumento de escolha para os indivíduos, está desvendado.

A problemática da intolerância, sem dúvida, atravessa os séculos, e a intensidade e riqueza dos debates atuais, seja na Academia, seja nos diversos espaços de mídia, ratificam sua atualidade e a pujança do interesse que invariavelmente desperta. O mesmo vasto e suntuoso leque de temáticas versando sobre a intolerância se faz presente neste espaço privilegiado que então se abre para discussão. Os trabalhos que compõem este simpósio abrangem algumas das múltiplas facetas do problema, apontando sua permanência na longa duração, com estudos que abordam desde o Medievo até o Tempo Presente, tanto no contexto religioso quanto secular.

Em nome de Deus ou em nome do Estado, os espelhos da intolerância e da violência no âmbito do poder e da religião (ora dispersos, ora interligados) funcionarão como elos de contato entre as temáticas aqui tratadas. A interdependência entre estes espaços aparece, por exemplo, em trabalhos do período tardo-medieval e da Modernidade, como os princípios do pensamento político e eclesiológico e os conflitos com o pensamento estabelecido na Europa Ocidental dos séculos XIV e XV.

A repressão ao "outro" por representar ameaça à ordem estabelecida encontra na Inquisição elemento privilegiado de análise. Como os portugueses islamizados, tratados como renegados e perseguidos pelo Santo Tribunal pela suspeita de criptoislamismo e sobre os motivos de sua conversão ao Islã. Do lado oposto, o universo relacional e as vantagens advindas de cargos inquisitoriais, corroborando para a reordenação do *status* social, através da inserção e trânsito dos representantes do Santo Ofício estabelecidos na colônia, apontados como responsáveis pelo controle da moral e costumes no mundo brasílico.

Também as leituras européias sobre o Novo Mundo e a representação da alteridade entre os séculos XVI e XVIII, mostram as instâncias de interpretação do "outro". É o que vemos na afirmação ética e moral da corte francesa, que lapida sua identidade através de elementos tão distintos quanto manuais de civilidade, relatos sobre o Brasil francês, poesias da plêiade, ensaios de Montaigne e as interpretações sobre as guerras religiosas que então sacudiam o Velho Mundo. Da mesma forma, nos debates sobre a "natureza humana" e a "guerra justa", alimentando uma disputa simbólica entre os ecos do absolutismo e o alvorecer iluminista. Ou ainda, no reconhecimento do caráter racional dos homens e dos elementos irracionais que interferem no processo histórico, a ponto de sugerir uma História de cariz filosófico no intuito de combater o fanatismo e irracionalismo que julgavam reinante.

O Brasil Império seria igualmente palco privilegiado para representações da intolerância, seja através da marginalização dos soldados mutilados na campanha contra o Paraguai (1864-70), inabilitados, pela invalidez, para prosseguir no serviço pela pátria, seja através do relativo

esquecimento das fontes processuais criminais do período monárquico, material inesgotável para um melhor entendimento das práticas intervencionistas do poder político imperial e de sua ressonância na política nacional.

Com relação à Contemporaneidade, as análises tornam-se ainda mais variadas. Há espaço, inclusive, para leituras microscópicas – ao gosto da *Micro-História* – de alguns casos de representação de intolerância e violência. É o caso, por exemplo, dos artigos de intelectuais católicos publicados pelo Centro D. Vital na década de 1930 que adquirem teor belicista, isolacionista e de intolerância político-religiosa, insuflando os embates políticos de então, ou dos almanaques em língua alemã editados no país que pretendiam difundir os pressupostos do ideário nacional-socialista entre os imigrantes e seus descendentes no Brasil dos anos 1930. É também o caso do uso político das prostitutas judias durante o início da República como argumento anti-semita. O esteriótipo sobre os judeus aparece igualmente no levantamento de registros iconográficos em charges da imprensa brasileira referentes ao elemento judaico na cultura brasileira entre as décadas de 1930-90. Ou ainda, a trajetória de um militante comunista e pesquisador da cultura negra à procura da relação entre dominação de classe e a desvalorização da herança africana na construção do caráter nacional brasileiro em fins da República Velha. Também as idéias ecléticas do *Boca do Inferno da Farinha Podre*, personagem emblemático da Uberaba da primeira metade do século passado, contestando a ordem vigente estabelecida, clerical e elitista, com a defesa do Marxismo, Comunismo e Espiritismo. Já a transformação do papel da mulher na sociedade atual pode ser interpretada através do fortalecimento do movimento feminista entre os anos 1970-80, possibilitando uma nova abordagem sobre o corpo feminino e possibilitando uma releitura da violência sexual contra a mulher. É ainda o caso dos relatos sobre a experiência do Golpe Militar de 1964 visto sob a ótica de um lar cristão, influenciado pela tradição de manifestações patrióticas no ambiente doméstico, e o contraste com o choque moral a partir das revelações sobre os abusos

cometidos durante o regime de exceção. Por último, as transformações político-sociais geradas pela implementação de um sistema presidiário no interior paranaense em fins do século XX.

O papel da Igreja na sociedade atual e os discursos de legitimação da fé permitirão o enfoque da intolerância religiosa no mundo contemporâneo, a partir a ameaça representada pelo crescimento e fortalecimento de determinadas religiões. É o caso das interpretações fundamentalistas do Islã e a manutenção do estado de "fanatismo" em conflito como uma leitura mais "ocidentalizada" do Alcorão, e o cenário de instabilidade após os atentados terroristas do 11 de setembro, sendo o xiismo apontado como elemento político de instabilidade social. Também a aliança entre setores da Igreja que se utilizavam do arcabouço teórico marxista para analisar as questões sócio-econômicas da América latina – a "Teologia da Libertação" – com os revolucionários sandinistas da Nicarágua ou com setores menos privilegiados da sociedade brasileira durante o Regime Militar, incentivando sua participação política para a reabilitação social e redemocratização. Em contraste, um engajamento mais tradicional de setores da Igreja, efetivada pela *Sociedade Brasileira de Defesa da tradição, Família e Propriedade* (TFP), utilizando uma violência justificada em nome da fé para combater os críticos do regime, apontados como ateus, hereges e pecadores. Ou ainda, o relato sobre o crescimento das representações neopentecostais no Brasil como fenômeno da sociedade capitalista globalizada.

Temáticas variadas, ligadas pelo estigma da intolerância. Desenha-se, assim, espaço múltiplo e multifacetado para análise de suas manifestações através dos tempos.

Notas:

[1] DURAND, Gilbert. As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Lisboa: Presença, 1989.

[2] WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

[3] CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. O Imaginário da Inquisição: Desmitologização de Valores no Tribunal do Santo Ofício, no Direito Inquisitorial e nas Narrativas do Medo de Bruxa (Portugal e Brasil, 1536-1821). Recife: Tese de Doutorado em História na Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

ESPAÇO E TEMPO: IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA

Carlos Augusto Lima Ferreira[1]

A discussão sobre espaço e tempo são pontos fundamentais para o ensino de História e fazem parte do nosso cotidiano, contribuindo para a compreensão do que se dá no entorno e no universo. Esta temática torna-se mais importante com o processo veloz de desenvolvimento e de evolução das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação – NTIC – que desencadeou um novo período histórico da civilização humana: a sociedade da informação.

Um aspecto importante advindo da relação tecnologias e ensino de História são referentes à nova compreensão de espaço e tempo que o mundo tecnológico impõe. A dimensão espaço–temporal se modifica no espaço virtual, trazendo para o ensino de História o entendimento do que se dá no entorno e no universo. Segundo Eduardo José Reinato:

> No Cyberespaço o espaço é destituído de dimensão. Primeiramente, não é considerado um espaço físico, ele é virtual (...) O tempo por sua vez em relação ao espaço toma uma outra dimensão (...) superpõe–se ao espaço. O tempo real em que transito no cyberespaço, ainda que o faça de forma virtual, é marcado pelo fato de que vou de um espaço ao outro sem sair da frente do meu computador (...) em tempo real e sem sair de casa. Assim, o cyberespaço acaba por construir um mundo espacial paralelo.[2]

Em conseqüência disso, os docentes têm se deparado com uma realidade desafiadora no que diz respeito ao contexto das aulas do ensino fundamental, pois os estudantes lidam cotidianamente com novas linguagens e novas percepções de espaço e tempo advindas das tecnologias.

Embora a escola atual ainda esteja “isolada” e em descompasso com as rápidas mudanças sentidas na sociedade, é certo que as NTIC vêm influenciando o processo de ensino–aprendizagem. Para integrar as NTIC no mundo escolar é necessário que o professor tenha conhecimento das suas potencialidades a partir do terreno, da ação e das práticas educativas. Em vez de partir de um esquema “preestabelecido” para aplicar à “realidade posta”, procura–se relacionar a teoria e a prática a partir da implicação dos sujeitos no ambiente educacional.

Assim, falar de espaço e tempo nos dias de atuais requer a compreensão de que esta temática faz parte integrante de nossa vida. A todo o momento estamos lidando com situações que envolvem o emprego dessas noções. Entretanto, a prática dos professores de história, principalmente os das séries iniciais (5ª e 6ª do ensino fundamental), tem se revelado frágil nestes aspectos, tendo em vista que é substantivo o número de atividades docentes que se tornam simples cronologia acerca da história das civilizações, a linha do tempo, no dizer de Edgar De Deca *o varal do tempo*. Como reflexo, os alunos destas séries, notadamente os das escolas públicas, demonstram dificuldade para compreender as noções espaço-temporais.

Mas estes conhecimentos são essenciais para a formação e visão do aluno sobre o processo histórico. Para superar a fragilidade da abordagem acerca do espaço-tempo, os docentes podem realizar atividades teórico-práticas que desenvolvam no aluno a curiosidade para fazer, vivenciar e construir o conhecimento. María Jesús Comellas Carbó, em seu trabalho sobre as habilidades básicas da aprendizagem, reforça que:

> ... podemos defender que una educación vivenciada que utilice sistemáticamente el descubrimiento progresivo de las nociones fundamentales y de sus múltiples combinaciones, que explote todas las posibilidades de expresión simbólica y gráfica para ir hacia el descubrimiento de la abstracción, será un buen camino que lleve al niño hacia una maduración y hacia la adquisición de unos aprendizajes, previniendo posibles dificultades o trastornos que puedan derivarse de una inmadurez o falta de dominio en esta área.[3]

Além disso, o tema espaço e tempo – ao fazer parte do contexto da escola – não deveria estar apenas nos conteúdos trabalhados pelos professores, mas integrado ao currículo escolar, pois dessa forma, como nos aponta Joan Pagès,

> ... la temporalidad debería formar parte de los objetivos de la enseñaza de las ciencias sociales y en particular de la historia. Sin embargo, parece bastante evidente que ello no es así en bastantes de los curricula al uso. Al contrario, lo más frecuente es que la temporalidad se adquiera de forma espontánea e intuitiva, al margen de la escuela.[4]

O trabalho com situações vivenciadas e aplicadas à sala de aula contribui para o processo de desenvolvimento mental, o que facilita a construção de novos conceitos, oportunizados pelo professor nos espaços escolares.

A construção dos conceitos pelos estudantes torna–se fácil à medida que elabora seu próprio conhecimento, visto que, no decorrer deste processo, concretizam e sistematizam noções construídas espontaneamente, podendo posteriormente abstraí-las.

Partindo dessa perspectiva, a aprendizagem com o mapa é fundamental para o estudante de história no reconhecimento do espaço, o qual pode ser o seu entorno, a cidade, estado e/ou país. Esta aprendizagem deve respeitar dois aspectos básicos: o trabalho com o espaço de ação (vivenciado) mais próximo dos estudantes e a construção dos mapas pelos próprios sujeitos.

Ao introduzir o trabalho de mapeamento de espaços de vivências do aluno, é importante que o professor tenha oportunizado ao menos uma ampla discussão e um grande número de experiências/atividades envolvendo a noção de espaço, bem como a necessidade de orientação (onde estamos, para onde nos deslocamos).

Para o mundo educativo, e o ensino de história em particular, também se faz necessário perceber e entender a importância do tempo. O tempo representa, assim como o espaço, um aspecto essencial para a construção e compreensão do processo histórico, tanto no seu aspecto social quanto individual.

O ensino de história tem um papel preponderante no estabelecimento das conexões entre os tempos (passado e presente), para que os estudantes possam formar o conceito de temporalidade e assim compreender a dimensão histórica da realidade.

É necessário que o tempo histórico seja encarado em toda sua complexidade, abarcando as vivências pessoais – através das modificações temporais biológicas (nascimento, crescimento, envelhecimento) e psicológicas (mudanças internas) de cada um – bem como percebendo este tempo como uma resultante da produção social das civilizações ao longo de diferentes lugares e momentos, ou seja, como um:

> Objeto da cultura (...) É da cultura que nascem concepções de tempo tão diferenciadas como o tempo **mítico, escatológico, cíclico, cronológico**, noções

> sociais criadas pelo homem para representar as temporalidades naturais, expressas nos tempos **geológico e astronômico**. [5]

Os ritmos de duração temporal permitem identificar a velocidade das mudanças ocorridas, e podem ser entendidos como breves, conjunturais, e, por fim, estruturais. Um acontecimento histórico, localizado no tempo e no espaço, pode ser compreendido pela análise integrada das diversas conjunturas que exercem influência sobre o fato, bem como do processo estrutural no qual este está inserido, examinando–o ao longo de uma temporalidade mais extensa.

Entretanto, tenho observado que o ensino de história praticado em escolas do ensino básico na Bahia, via de regra, não tem conseguido fazer com que o aluno perceba a relação entre os fenômenos sociais ocorridos no passado e no presente. [6] Isto freqüentemente ocorre em função da postura teórica assumida pelo professor que, quase sempre, é uma postura positivista, onde os fatos e o tempo histórico são trabalhados em uma seqüência linear, cronológica e estanque, com grandes heróis e alguns fatos relevantes. Para esta corrente, o ensino de história é um fim em si mesmo, e serve para "moldear la conciencia colectiva de la sociedad y la conciencia temporal de la ciudadana". [7]

Para outras correntes historiográficas como a história social inglesa e a nova história francesa o ensino de história atua como um meio que leva à problematização e compreensão do processo histórico, permitindo que os estudantes se localizem historicamente como sujeitos protagonistas buscando intervir na construção social. Este ensino de história possibilita que

> ... los alumnos comprendan que los hechos históricos, y su temporalidad son construcciones hechas por los historiadores y que estos mismos pueden ser construidos e interpretados de manera diferente por otros historiadores y por los ciudadanos. En consecuencia, la enseñanza de la historia supone implicarles en la aventura del saber y del saber hacer propio del trabajo historiográfico, y, en esta aventura, la construcción de la temporalidad es fundamental.[8]

Para um ensino de história que considere os aspectos espaços–temporais como elementos de construção da compreensão de mundo, mister se faz dotar de sentido este ensino, visto que é através dele que o aluno constrói uma visão global de uma sociedade

complexa em permanente mudança no tempo, numa dimensão mais abrangente e plural do mundo.

Dessa forma, o papel do professor de História, enquanto elemento que constrói a relação com o conhecimento histórico é propiciar ao aluno o estabelecimento dos referenciais fundamentais em que assenta essa tomada de consciência do tempo social, estimulando–o a construir o saber histórico através da expressão de "opiniões históricas" na sua linguagem, desde os primeiros anos de escolaridade.

Esta construção do pensamento histórico é progressiva e gradualmente contextualizada, em função das experiências vividas dentro e fora da escola. Deste modo, o aluno estará apto a:

Temporalidade:

- Localizar acontecimentos da história pessoal e familiar, e da história local e nacional; reconhecer e utilizar, no cotidiano, unidades de referência temporal; aplicar os conceitos de mudança/permanência na caracterização das sociedades que se constituíram no espaço brasileiro em diferentes períodos; identificar, localizar no tempo e caracterizar alterações significativas da sociedade brasileira; identificar e caracterizar as principais fases do processo histórico e os grandes momentos de ruptura deste mesmo processo;
- Desenvolver a noção de multiplicidade temporal; distinguir ritmos de processo em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade; estabelecer relações entre passado e presente;
- Explicitar as dinâmicas temporais que impulsionam as sociedades humanas, notadamente as permanências, transformações, desenvolvimentos, crises, rupturas e revoluções e as contribuições para o mundo contemporâneo.

Espacialidade:

- Resolver situações que envolvam deslocamentos, localizações, distâncias e, por associação e comparação, situar–se relativamente a espaços mais longínquos, relacionando–os através do estabelecimento de ligações de várias ordens;
- Conhecer a localização relativa ao território brasileiro, caracterizando os principais contrastes na distribuição espacial das atividades econômicas e formas de organização em diferentes períodos, relacionando–as com fatores físicos e humanos;
- Localizar e situar no espaço, as diversas formas de representação espacial, os diferentes aspectos das sociedades humanas e seus processos, notadamente a expansão de áreas habitadas e os fluxos demográficos, a organização do espaço urbano e arquitetônico, as áreas de intervenção econômica, o espaço de dominação política e militar e espaço de expansão cultural e lingüística.
- Para os fins propostos, procurei valorizar a utilização pertinente do conhecimento de acordo com as necessidades e as situações que se apresentem nos processos de sala de aula e/ou fora deles, tornando–se fundamental a organização do ensino/aprendizagem em bases claras e bem definidas, sustentadas em situações de aprendizagem específicas que possam construir nos educandos mapas conceituais que o ajudem a pensar e a usar o conhecimento histórico de forma criteriosa e adequada. [9]

O estudo do espaço e tempo na educação básica pode propiciar aos educandos aprendizagens de escuta, observação e investigação, fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, critico e criativo. E, ao promover a união entre a teoria e a prática, o educador ou educadora poderá fazer das suas atividades propostas, experiências reais e significativas para cada aluno. Por isso, os conteúdos e atividades devem partir, também, das próprias experimentações, pensamentos e sensações dos educandos.

Levá-los a trabalhar noções de espaço e tempo despertando um olhar sobre as idéias de diferenças, semelhanças, continuidade e permanência é um estímulo à curiosidade a criação de hipóteses, a questionamentos, a elaborarem estratégias para entender e explicar os

acontecimentos históricos e culturais que lhes são apresentados, tornando-se a partir de sua experienciação, sujeitos reflexivos e autônomos. [10]

---

[1] Professor do Departamento de História da Universidade Católica do Salvador – UCSal – e do Instituto de Educação Superior da Faculdade Social da Bahia – FSBA. Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona – UAB, Espanha. carlos@ucsal.br

[2] REINATO, Eduardo José. *Informática e Educação – Primeiras Viagens pela Internet – Exemplificando uma Experiência e uma Inquietação de Pesquisa*. Disponível em: <http://www.ceveh.com.br/biblioteca/artigos/index.htm>. Acesso em: 7 de outubro de 2001.

[3] CARBÓ, Maria Jesús Comellas. *Las habilidades básicas de aprendizaje: análisis e intervención*. 2ª edición, Barcelona: EUB, 1996.

[4] PAGÈS, Joan. *Aproximación a un currículo sobre el tiempo histórico.* In: RODRÍGUEZ F. J. (ed.) *Enseñar Historia. Nuevas Propuestas*. Barcelona: Laia – Cuadernos de Pedagogía, 1998.

[5] Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias.* Volume 4. Brasília, 1999.

[6] FERREIRA, Carlos Augusto Lima. La enseñanza de la Historia en las escuelas de enseñanza fundamental y media de Salvador de Bahía: análisis de variables y la contribución del ordenador. Barcelona: Dissertação de Mestrado, Barcelona: Departamento de Pedagogía Aplicada, 1998.

[7] PAGÈS, Joan & BENEJAM, Pilar (Coord.). *Enseñar y Aprender Ciencias Sociales, Geografía e Historia en la Educación Secundaria*. Segunda Edición. Barcelona: ICE – Horsori Editorial, 1998.

[8] Idem. Ibid.

[9] Adaptação feita do Projeto Curricular de Escola http://pages.madinfo.pt/eb1pemachico/PROJECTO%20CURRICULAR%20DE%20ESCOLA.pdf

[10] FERREIRA, Carlos Augusto Lima. *La Formación y la práctica de los profesores de Historia: enfoque innovador cambios de actitudes y incorporación de las nuevas tecnologías en las escuelas publicas y privadas de la provincia de Bahía, Brasil*. Tese de Doutorado, Barcelona: Departamento de Pedagogía Aplicada, 2003.

A trajetória empresarial de Henrique Lage e as relações com o Estado (1918-1942)

Carlos Campello

Os negócios da família Lage nos setores carbonífero e naval são iniciados em 1825, pelo bisavô de Henrique Lage, Antônio Martins Lage[1], que instala na Ilha das Enxadas trapiche de mercadorias, depósito de carvão e oficinas para pequenos reparos navais. Do falecimento deste, em 1838, até 1865, diversas firmas são criadas e dissolvidas pela família, como a Viúva Lage, Campos & Cia., e Viúva Lage & Filhos[2].

Em 1869, o avô de Henrique Lage, também de nome Antonio Martins Lage, vende a Ilha das Enxadas ao Império[3], continuando, porém, com os negócios na Ilha do Vianna, em Niterói, propriedade adquirida por ele em 1852. Mais tarde, em 1873, Antonio Martins Lage funda com o filho Antonio Martins Lage Filho, a Antonio Martins Lage & Filho, com a finalidade de comércio de carvão de pedra, reboques, trapiches e no mais o que convier[4] A sociedade é dissolvida em 4 de fevereiro de 1882[5] e, nesta mesma data, é fundada a Lage Irmãos, composta pelo pai de Henrique, como sócio gerente, e pelo tio Alfredo Lage.[6] Casado com Cecília Braconnot, Antonio Martins Lage Filho tem, além de Henrique, nascido no Rio de Janeiro em 14 de março de 1881, mais quatro filhos homens: Antonio, Jorge, Renaud e Frederico.

A partir da fundação da Lage Irmãos, Antonio Martins Lage Filho adquire, em nome da empresa, terras em Santa Catarina onde existem jazidas carboníferas.[7] Mais tarde, em 1890, é criada, com as mesmas finalidades da anterior, a segunda Lage Irmãos, sendo, então, extinta a primeira.[8] No ano seguinte, durante o chamado "Encilhamento"[9], Antonio Martins Lage Filho funda com outros sócios, em 7 de fevereiro, a Companhia Nacional de Navegação Costeira, que torna-se uma das mais respeitáveis empresas de navegação do Brasil.

Os primeiros governos republicanos tomam medidas com relação ao setor naval. Em 1891, a primeira Constituição republicana prevê, dentre outros temas, condições favoráveis para a marinha nacional, embora o texto constitucional só venha a ser regulamentado no

ano de 1896.[10] Posteriormente, em 1904, o governo Rodrigues Alves elabora um plano para o reaparelhamento da Marinha, através da construção de diversas embarcações. No entanto, nos anos seguintes, devido às mudanças no comando da Armada, alterações acontecem no Plano e afetam a diversos estaleiros, inclusive o da família Lage. Encomendas são feitas, sendo que algumas não são pagas e outras são simplesmente suspensas.

Nos setores carbonífero e naval, a participação governamental é fundamental para desenvolvimento das atividades, assim, ter boas relações com membros do governo traz, naturalmente, benefícios para aqueles que atuam nesses segmentos de negócios. Os Lage reconhecem a importância desses contatos e, assim, procuram ter boa convivência com as autoridades, convidando-as para encontros sociais e visitas às instalações da Ilha do Vianna.

Mas nem sempre ter boas relações com pessoas do Governo significa ter facilidades no campo empresarial. Como exemplo, em 1908, Antonio Martins Lage Filho tenta iniciar a exploração do carvão em Santa Catarina, mas ações governamentais dificultam a sua intenção, em virtude da criação de impostos e alterações no percurso da Estrada de Ferro Dona Thereza Christina.

A posição social e o papel empresarial dos Lage proporcionam a Henrique Lage uma educação com estudos no exterior, tendo se formado em Engenharia Naval nos Estados Unidos. Naquele país, em 1906, casa-se com Lilliam Agnes Whitman, divorciando-se em 1909. O casamento e o divórcio são feitos pela lei americana. Anos depois, em 1925, Henrique casa-se novamente, desta vez no Brasil, com a cantora lírica italiana Gabriella Besanzoni.

Com a morte do pai, em 1913, os irmãos de Henrique, Antonio e Jorge, assumem o controle dos negócios da família. Na ocasião, o Governo estabelece o regulamento da marinha mercante e navegação de cabotagem, adotando medidas como a diminuição e suspensão de taxas, maior prazo para as vistorias e outros favores importantes[11].

Posteriormente, o conflito mundial afeta a economia brasileira, principalmente em virtude das dificuldades do tráfego marítimo. Assim, existem problemas na exportação de produtos, e no abastecimento de artigos importados, inclusive o carvão mineral. Para este segmento, o Governo adota uma série medidas, como a redução das tarifas para o carvão nacional, taxação do produto estrangeiro, facilidades de crédito e criação da Junta de Abastecimento de Carvão.

Os negócios ligados ao setor carbonífero em Santa Catarina são acompanhados de perto por Henrique Lage. Em 1918, em face da necessidade de transporte ferroviário para o carvão extraído de suas minas, o empresário enfrenta o problema e incorpora a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, empresa possuidora do arrendamento da E.F.D. Thereza Christina.

Ainda em função da Guerra, a questão naval passa a ser, também, alvo de preocupação governamental, que edita uma série de medidas compondo o chamado "Plano Naval Wenceslau Braz". Através desses instrumentos legais são abolidos impostos, instituídos prêmios por navios construídos, e concedido empréstimo à Costeira para a construção dos estaleiros na Ilha do Vianna[12].

Como presidente da Costeira, o irmão de Henrique Lage, Antonio, participa das negociações do Plano, mas a fatalidade o impede de acompanhar a sua execução. Vítimas da gripe espanhola, Antonio e Jorge falecem em 20 de outubro de 1918. Em decorrência do desenlace dos irmãos, Henrique Lage assume a direção e inicia a expansão dos negócios, compondo um conjunto de empresas que fica, posteriormente, conhecido como "Organização Lage".

Ao assumir o controle, Henrique Lage implementa a estratégia empresarial baseada no trinômio: carvão, ferro e navio. Este trinômio, que pode ser considerado como a adoção da integração vertical, origina-se da preocupação do industrial com o fornecimento dos insumos necessários ao processo produtivo de suas empresas. Esta estratégia não possui ineditismo, sendo até uma prática comum entre os empresários brasileiros da época. No entanto, a forma como Henrique Lage trata a questão é completamente diferenciada, ou

seja, a verticalização não é obra do acaso nem uma atitude oportunista é, antes de tudo, uma filosofia empresarial.

É no período entre 1919 e 1930 que Henrique Lage mais expande seus negócios, criando e incorporando empresas, formando, assim, um verdadeiro império empresarial. Como os seus antecessores, Lage busca aproximar-se das autoridades governamentais, visando a obtenção de apoio, através de investimento financeiro ou encomendas. Embora consiga algum resultado nessa aproximação, nem sempre acordos e contratos são respeitados pelos governos, forçando o empresário a fazer inversões com capital próprio ou através de obtenção de empréstimos com pagamento de juros, contraindo, assim, dívidas que geram dificuldades financeiras.

Como exemplo, Henrique Lage investe na melhoria da qualidade do carvão nacional e no aprimoramento das instalações da Ilha do Vianna. Porém, no setor carbonífero, não são efetivados os empréstimos provenientes de decretos oriundos da Lei Wenceslau Bráz, concedidos à Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá e, também, à Companhia Nacional de Mineração e Carvão do Barro Branco.[13]. Na navegação, constrói os navios Itaquatiá e Itaguassú, sem que receba os prêmios pela construção destas embarcações.

Apesar dessas questões, nesse período, Henrique Lage funda diversas empresas, como a Cia. Nacional de Construção Civis e Hidráulicas; a Sociedade Anônima de Seguros Gerais Lloyd Industrial Sul Americano; o Lloyd Sul Americano, Cia de Seguros Marítimos e Terrestres; a Companhia Nacional de Mineração e Carvão do Barro Branco; a Cia. Industrial Friburguense; e a Companhia Docas de Imbituba. Assume, ainda, o controle da Cia. de Navegação São João da Barra e Campos, e incorpora, ao seu patrimônio empresarial, o Lloyd Nacional e a firma Estaleiros Guanabara.

No setor salineiro, o industrial lança o sal refinado da marca “ITA”. Além disso, na Ilha do Vianna é construído um petroleiro para o governo argentino, lançado ao mar em agosto de 1928. Henrique Lage investe, também, na aviação, construindo protótipos de dois aviões, denominados Rio de Janeiro e Independência. Neste segmento, Lage espera por encomendas governamentais, o que não ocorre e, assim, suspende o seu plano.

O período marca, também, a ampliação do investimento de Henrique Lage em outra vertente de seu trinômio: o ferro. No plano de Lage constam usinas em Gandarella, Minas Gerais; no Maruhy, em Niterói; em Antonina, no Paraná; e na ilha do Vianna, além da fábrica de coke instalada na Sociedade Anonyma Gaz de Nictheroy. Em 1924, o empresário formaliza a constituição do Consortium Siderúrgico Nacional[14].

No Governo Artur Bernardes, em função do comércio de gêneros frigorificados, Henrique Lage busca incentivo para a construção de navios frigoríficos, e pede, então, auxílio governamental, o que lhe é negado. Em decorrência, a solução encontrada por Henrique é a compra no estrangeiro. Assim, o empresário vai para a Europa e encomenda navios na Inglaterra, França e Itália. Se, por um lado, a compra das embarcações soluciona o problema de atualização da frota, por outro lado, a queda cambial durante o prazo da amortização do empréstimo estrangeiro provoca grande prejuízo para a Costeira.[15]

O advento da Revolução de 1930 traz problemas para Henrique Lage, que é temporariamente preso. Asilando-se inicialmente na Embaixada do México, Lage viaja, em seguida, para a Europa, onde permanece até o ano seguinte.[16] Logo ao retornar, o empresário defronta-se com a ação executiva dos Cantieri Riunitti del'Adriático, em função do atraso do pagamento dos navios encomendados na Itália. Assim, as dívidas acumuladas criam para o industrial uma situação de grande dificuldade, só resolvida após acordos realizados nos anos seguintes com o governo.

Os acordos permitem a Henrique Lage continuar investindo. Durante a década de 30, o empresário amplia e diversifica os negócios, adquirindo a Companhia Serras de Navegação e Comércio, e arrendando os navios da sociedade Brasileira de Cabotagem.[17] Além disso, na aviação, cria Companhia Nacional de Navegação Aérea.

Além dos negócios, Lage participa da política. Concorrendo na chapa do Partido Autonomista, consegue em 1934 se eleger Deputado Federal, pelo Distrito Federal, com mais de trinta mil votos no segundo turno.[18] Como parlamentar, participa de comissões ligadas ao setor naval e apresenta projeto para a Marinha Mercante.

Em 1937 surgem novidades para os setores carbonífero e siderúrgico. O carvão recebe mais um incentivo governamental, com a edição do decreto que aumenta, de 10% para 20%, o percentual obrigatório de utilização do carvão nacional estabelecido em 1931. Na siderurgia, Henrique Lage retoma o projeto de implementação da Usina em Antonina, com o objetivo de atender às atividades desenvolvidas na Ilha do Vianna.

Durante o Estado Novo, as relações entre Henrique Lage e Getúlio Vargas tornam-se mais próximas, inclusive com a prestação de homenagens de parte a parte. Exemplo disto é a concessão, em 1938, por parte de Vargas a Henrique Lage, da Ordem do Mérito Militar no grau de oficial. Por sua vez, Lage homenageia Getúlio Vargas com a inauguração de retratos do Presidente, sendo o principal na sala de reuniões do Conselho Geral de Administração da "Organização Lage", em cerimônia de comemoração do primeiro aniversário do Estado Novo[19].

O ano de 1941 torna-se trágico para Henrique Lage. Logo no primeiro trimestre o Governo cria Comissão de Marinha Mercante e, no mesmo ato, suspende as subvenções pagas às empresas de navegação. Este fato é catastrófico, visto que no contrato firmado com o Banco do Brasil para a composição da dívida do empresário, a amortização é feita com os recursos oriundos dos subsídios. Sem estes recursos financeiros, as empresas de Henrique Lage não têm condições de cumprir o compromisso com o banco.[20] Para evitar a inadimplência da Costeira, o Governo resolve conceder empréstimos à Companhia.[21]

Em 16 de junho, em função do seu estado de saúde, Henrique Lage encaminha circular aos dirigentes das empresas, com aval de Pedro Brando, então seu principal auxiliar, solicitando que sejam prestadas a Gabriella Besanzoni informações a respeito das atividades. Dias depois, em 29 de junho, o empresário envia carta a Getúlio Vargas, onde coloca os destinos da "Organização Lage" sob a proteção do Presidente. Neste mesmo dia, Lage dita o testamento, onde lega a Gabriella todos os bens pessoais, inclusive imóveis. Com relação a parte do patrimônio das empresas, Henrique Lage distribui 52% para Gabriella e, o restante, de forma desigual, para os outros herdeiros. [22]

Henrique Lage falece no dia 2 de julho de 1941. Com o falecimento do industrial, começa a disputa pelas empresas, e o Banco do Brasil considera não ser conveniente que Gabriella seja a inventariante, em função da sua condição de mulher e por estar fora de negócios. Para dar solução ao caso, é feita pelos herdeiros uma procuração para Pedro Brando.

A nacionalidade italiana de Gabriella e a entrada do Brasil na guerra são elementos utilizados por aqueles que se opõem à permanência da viúva de Henrique como personagem principal do processo sucessório, e que disputam com ela o comando das empresas. Em decorrência, Gabriella tenta naturalizar-se brasileira, sendo o pedido negado inicialmente, tendo como justificativa a não validade do casamento com Henrique. Gabriella recorre, mas, somente em 30 de janeiro de 1943 é que consegue a naturalização.

A entrada do Brasil na segunda Guerra Mundial, em 1942, fortalece o dirigismo estatal. Assim, as empresas do espólio de Henrique Lage sofrem importantes mudanças, através de dois atos do Governo Vargas. O primeiro, com relação ao setor carbonífero, ocorre com a edição de decreto, que estabelece, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional destinado ao mercado brasileiro fora dos Estados produtores. O segundo, e mais importante, o Decreto-Lei nº 4.648, de 2 de setembro de 1942, que incorpora ao patrimônio nacional os bens e direitos das empresas da chamada “Organização Lage” e do espólio de Henrique Lage. Na justificativa, o Governo considera que as entidades constituem um conjunto valioso, aproveitável no interesse da defesa nacional, pelo que se impõe o exercício de sua administração pelo Estado e a sua incorporação ao patrimônio da Nação.

Assim, finalizando o presente trabalho, cabe recordar que Henrique Lage recebe, como herança, um grupo de empresas e as multiplica, especialmente no período compreendido entre as duas guerras mundiais, adotando a estratégia empresarial baseada na integração vertical, sob o trinômio: carvão, ferro e navio.

Outra questão relevante a ser lembrada, é que com as dificuldades de abastecimento ocasionadas pela primeira guerra, surge o apoio governamental a duas vertentes do

trinômio preconizado por Henrique Lage: carvão e navio. Incentivos aos dois setores são concedidos, embora os compromissos nem sempre sejam cumpridos pelos governos de então. Aliás, as mudanças dos cenários políticos e econômicos, ocorridas no Brasil, durante todo o período estudado, afetam sobremaneira a chamada "Organização Lage".

Vale ressaltar, ainda, a característica empresarial de Henrique Lage. Determinado, o industrial busca soluções independente do apoio governamental, apesar dos riscos que possam acarretar à saúde financeira de suas empresas. Assim, Lage investe permanentemente em seus negócios, sendo que, em determinadas ocasiões, fica à beira da falência. O empresário só não sucumbe graças às relações que mantém com autoridades da República, o que lhe possibilita, inclusive, obter crédito e renegociar dívidas.

É importante destacar, também, que a segunda guerra, a política intervencionista e estatal de Vargas e, principalmente, o falecimento de Henrique Lage, são fatores que criam condições para a edição do Decreto-Lei que incorpora as empresas ao patrimônio nacional.

---

[1] Filho de Antonio Barbosa Martins Lage, português, comerciante e agricultor em Minas Gerais.
[2] Dissolução de sociedade da Viúva Lage & Filhos. Processo 1865, N 863 Cx 1321. Acervo do Arquivo Nacional.
[3] MINISTÉRIO DA MARINHA. Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1957, p. 162.
[4] Antonio Martins Lage & Filho. L.652. Registro 12.184. G. 6. Fundo Junta Comercial. Acervo do Arquivo Nacional.
[5] Antonio Martins Lage & Filho. L.131. Registro 24.009. G. 3. Fundo Junta Comercial. Acervo do Arquivo Nacional.
[6] Lage Irmãos. L.130. Registro 23.984. Fundo Junta Comercial. Acervo do Arquivo Nacional.
[7] Escritura de compra e venda. 3º ofício de notas, livro 385, folhas 90v a 92v. Escritura de compra e venda. 3º ofício de notas, livro 395, folhas 94v a 96.. Escritura de compra e venda. 3º ofício de notas, livro 395, folhas 94v a 96. Acervo do Arquivo Nacional, microfilmes rolos 010.50.79; 010.52.79 e 010.52.79.
[8] Lage Irmãos. L.230. Registro 33.920. G. 3.. Fundo Junta Comercial. Acervo do Arquivo Nacional
[9] Nome dado pelos opositores de Rui Barbosa e que está relacionado ao encilhamento dos cavalos antes da corrida, quando se intensifica o movimento das apostas. A denominação enfatizou a forte especulação na Bolsa e o vai e vem do câmbio. Sobre o Encilhamento Cf. FRANCO, Gustavo. *A Década Republicana*: o Brasil e a economia internacional (1888-1900). Rio de Janeiro: IPEA, 1991; LEVY, Maria Bárbara. Encilhamento. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
[10] COSTA, Affonso. *A Marinha Mercante*: o problema da atualidade. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 24;29.
[11] Ibid., p. XIII.
[12] FLEMING, Thiers. *Carvão, munições, navios*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia., 1927, p. 107-108.
[13] Ibid., p.32.
[14] JORNAL DO COMMERCIO. Ata constitutiva. Rio de Janeiro: 7 de maio de 1924, ano 98, n. 125, p.9.
[15] CRUZ DE MALTA.Rio de Janeiro: setembro-outubro 1937, ano I, n. 10, p.20
[16] Maiores detalhes sobre a prisão, liberação e pedido de exílio de Henrique Lage. Cf. BRANDO, Pedro. *Por que não temos construção naval?* Rio de Janeiro: Pongetti, 1958, p. 58-62.
[17] LIVRO DO LLOYD NACIONAL Relatório aos acionistas do exercício de 1935. Rio de Janeiro: [s/e], [s/d), p.5..
[18] O GLOBO. Rio de Janeiro: 17 de novembro de 1934, p.3. Até a edição, chegando ao final da apuração, Lage contava com 30.382 votos. Observa-se que até esta data não existe a proclamação final dos eleitos, face à demora na contagem dos votos.
[19] CRUZ DE MALTA. Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, dezembro de 1938, p. 18.
[20] ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de. *A incorporação dos bens de Henrique Lage ao patrimônio nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Milone Ltda, 1948, p. 127.

[21] Ibid., p.129 .
[22]Processo de naturalização Gabriella IJJ6N2088. fls. 58. Certidão Inventário. Registro original Tabelião Álvaro Penteado. Livro 19 fl. 66 G. 2176 E 30. Acervo do Arquivo Nacional.

SAÚDE DO CORPO, RENDIMENTO NO TRABALHO: A POLÍTICA DO ESPORTE NO ESTADO NOVO EM FLORIANÓPOLIS[1]

Carlos César Rodrigues[2]

INTRODUÇÃO

Segundo pesquisa de opinião pública, encontrada na revista *Época*, em 23 de maio de 1999, Getúlio Vargas foi considerado o melhor presidente do Brasil por 27% dos entrevistados. A memória nacional o consagra assim como figura ímpar, pelo menos no século passado.

Vargas, durante o Estado Novo, apresenta à nação uma nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade; ao mesmo tempo, buscando forjar um forte sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime investiu na cultura e na educação.

Assim sendo, as práticas esportivas concretizavam o pensamento de uma identidade moral e cívica brasileira, além disso, o adestramento físico pelo motivo da segurança nacional, e mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada, cabendo ao Estado cuidar da recuperação e manutenção da força de trabalho do "Homem brasileiro", preocupação ligada à eugenia, à saúde da população, ou um projeto nacional de homogeneização da raça.

Logo, o esporte tornou-se no século XX, uma das atividades mais importantes para um melhor rendimento no trabalho; quer como meio de sobrevivência, ou mesmo para proporcionar mais saúde ou um corpo mais saudável. Aquele futebol de fim de semana, uma caminhada na praia, ou um alongamento antes de iniciar uma jornada no trabalho, em todos os âmbitos da sociedade atividade física é fundamental. Com isso, notando esta importância dada ao esporte atualmente, é pretensão deste estudar os discursos sobre o esporte durante o período Vargas, e fazer relações com o trabalho.

1. A INSERÇÃO DE FLORIANÓPOLIS NA POLÍTICA DO ESTADO NOVO

Nas vésperas das eleições para governador do Estado em 1935 ocorriam boatos de que a polícia estadual iria intervir e que deputados seriam seqüestrados. Os eleitores de Nereu Ramos pediram abrigo no quartel das forças federais, dali saindo para a sessão realizada sem a presença dos deputados da oposição, elegendo assim Nereu Ramos para o mandato de Governador por quatro anos. Quando ocorreu o golpe do Estado Novo, Nereu o apoiou, e por isso mesmo, permaneceu fiel a Vargas de 25 de novembro quando é nomeado interventor federal em Santa Catarina até outubro de 1945.[3]

Salienta Marlene de Fáveri que o governador Nereu Ramos era "compromissado com a ordem e estruturação do Estado Novo, e estava absolutamente alinhado ao projeto ideológico de Getúlio Vargas na homogeneização nacional".[4] Afoito defensor do Estado fortalecido, o entendia como essência e única fonte para o justo e o injusto.Mas os injustos, por desacreditarem de suas idéias, ou por ousarem discordar ou comprometer sua grande obra nacionalizadora, seriam duramente castigados. Em 1939 aparece *O Esporte*, jornal especializado em notícias do esporte em Florianópolis, editado e redigido pelos conhecidos desportistas Carlos Campos Ramos e Flávio Ferrari. O jornal indica que estimulante é o exemplo e patriotismo, da personalidade vigorosa do dr. Nereu Ramos, o grande e devotado amigo do esporte catarinense.[5]

Assim como no âmbito nacional, o Estado assume o papel de gerenciador, aprofundando e generalizando o exercício do poder. A tônica colocada a partir do golpe de 37, refere-se a formas de disciplinarização que assumiriam feições autoritárias e totalizadoras. Discursos e práticas, que resultaram em minucioso controle da população pelo aparelho burocrático-estatal, atuaram duramente a campanha nacionalizadora do governo de Nereu Ramos. Com a afirmação desta prática nacionalizadora e da busca de um novo espaço catarinense, o governo conseguia aos poucos afastar do aparelho estatal grupos vinculados aos antigos dirigentes. Logo, afirmaram-se cada vez mais em Santa Catarina, formas de exercício do poder utilizando-se de dispositivos sutis dotados de grande eficácia. Uma racionalidade estava sendo afirmada no gerenciamento da sociedade, passando pelo

aperfeiçoamento de instrumentos de controle e propagação por todos os meios, tempos e espaços.

Como evidência da luta integradora e de caráter nacionalizador e da produção intelectual catarinense, estão os Congressos de Brasilidade, realizados em Santa Catarina entre os anos de 1941 e 1944. O ser plástico, na acepção que procuravam, era dotado de saúde, força e beleza. Neste "Primeiro Congresso de Brasilidade, promovido pela Comissão de Unidade Étnica, propunha um esquema como projeto de padronização brasílica, ou unidade étnica, ancorada no tripé – saúde, trabalho e beleza".[6] Uma elevação biotipológica, a criação de um homem que deveria ser tanto um tipo ideal eugênico, quanto disciplinado, com qualidades superiores de agilidade, destreza e perspicácia. O belo era buscado na harmonia entre o ser plástico e a ordem do corpo; na simbiose entre o racional e uma estética compósita de beleza plástica e ética moralizante.

1.2 COMO O ESTADO SE APROPRIA DO ESPORTE ENQUANTO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL?

Contudo o trabalhador, uma das ênfases desta pesquisa, é entendido não só como o operário da indústria, mas qualquer atividade que provoque um esforço, remunerado no mundo capitalista. A invenção das tradições políticas mais universais foi obra dos Estados, não obstante tenham participado deste processo movimentos de massa que reivindicavam *status* independente. Este processo apresentou tradições próprias, entre elas o esporte; particularmente o futebol tornou-se um "culto proletário de massas".

O esporte e o lazer têm estreita conexão com os processos de parlamentarização e com o controle da violência. Assim sendo, o esporte e o lazer, à medida que o processo civilizador avança, as práticas esportivas e de lazer tornam-se também mais controladas, menos violentas e mais regradas. Neste sentido, esporte e civilização são processos encapsulados.

O Estado Novo buscava uma aproximação ideológica do esporte para o público de Florianópolis quando o esporte e o lazer se transformam num espetáculo em meio de distração de massas, desviando os homens adultos de uma participação política consciente;

além do programa de educação física nas escolas e a preparação para o trabalho da sociedade de maneira geral nesta visão.

O Estado também se apropria do esporte como mecanismo de controle social via leis, decretos; associações ou as ligas, e federações. Assim como os sindicatos, os clubes não vivem sem o controle estatal. As ligas e federações por sua vez, organizam os campeonatos, torneios e cadastramento de clubes e atletas em todo o Estado.

Além dos pedidos de ajuda financeira, as entidades mandavam pareceres e balanços de despesas como o da Federação Catarinense de Desportos em 11 de agosto de 1938: "referente ao período de 1 de abril deste ano a 1 de agosto corrente". Os agradecimentos e elogios são sempre mencionados pelos clubes, ligas e pela imprensa ao papel desempenhado por Nereu Ramos, de incentivo ao esporte catarinense. Convites para posse de novas diretorias de associações e clubes são também encaminhados, inauguração de sede social; de dedicar-lhe o campeonato estadual de atletismo.

Tendo em vista os ofícios encaminhados pelas ligas e federações, as que parecem ter uma maior importância e logo são as que mais aparecem na imprensa local, é a Federação Catarinense de Desportos[7] que "assume condição única de entidade voltada aos interesses do futebol do Estado, fazendo ressurgir o verdadeiro Campeonato Estadual", a Liga Atlética Catarinense fundada em 7 de dezembro de 1937, que depois passa a ser chamada de Federação Atlética Catarinense promovendo o atletismo e o *basket-ball* e *Volley-ball*.

No dia 12 de abril de 1924, depois de sucessivas reuniões de entendimentos entre clubes, pessoas influentes na cidade e desportistas, é fundada em Florianópolis a Liga Santa Catarina de Desportos Terrestres – LSCDT, se instalou numa das salas do Ginásio Catarinense. Quatro anos depois, a mesma liga passa a se chamar Federação Catarinense de Desportos, tendo à frente de sua presidência de 1939 a 1946 Aderbal Ramos da Silva. A Liga Atlética também é outra entidade importante neste cenário para a promoção e divulgação de eventos esportivos; além disso, promover o intercâmbio desportivo entre as entidades desportivas por ela reconhecidas e, nas condições regulamentares, os

campeonatos e torneios das diversas modalidades. Assim como a idéia de um único sindicato para cada classe de trabalhadores, a FAC não reconhecia nem dava filiação a mais de uma liga dentro de um mesmo município e para o mesmo desporto.

Fazendo uma análise dos nomes que compõem a diretoria de clubes, ligas e associações, pode-se notar que os mesmos nomes aparecem na imprensa escrita como jornalistas, militares, e políticos, eles então têm profissões das mais diversificadas. Geralmente os componentes não são profissionais do esporte, pelo que parece, são mais colaboradores e desportistas com funções administrativas. Alem disso, outro fator interessante para analisar – a parceria, forma uma rede de "solidariedade", de relações interpessoais. Como exemplo deste fato, é fácil notar o envolvimento de parentesco da família Ramos na política e esporte catarinense. O Interventor Federal Nereu Ramos, fica do cargo de 1935 até 1945; Aderbal Ramos da Silva, presidente da Federação Catarinense de Desporto de 1939 a 1946 (Governador do Estado em 1947), assim como também era comodoro de honra do Iate Clube Florianópolis, e algumas vezes presidente do Aldo Luz (e remador do clube na juventude). O primeiro vice-presidente do Avaí futebol clube, na diretoria de 1940 era Celso Ramos.[8] É possível perceber que através do esporte, os grupos sociais se relacionavam, buscavam aproximações e em termos políticos preparavam terreno para futuras coligações, constituindo uma "rede de relacionamentos".

O remo era esporte que despertava paixões em Florianópolis. Disputadas sem profissionalismo, as regatas, realizadas geralmente aos domingos faziam com que numerosas famílias deixassem suas casas para postar-se em estratégicos pontos da cidade, a fim de mais bem poder aprecia-las. Para muitos uma regata era também uma espécie de piquenique. As cestas de comida preparadas de véspera, com todo o esmero, garantiam o farto repasto enquanto as provas se desenvolviam nas águas das Baías Sul ou Norte, dependendo do vento que soprasse.

Considerado um esporte de elite, a cidade chegava a enfeitar-se nos dias de competições mais destacadas. A sociedade ocupava toda a orla de terra à beira-mar, desde a Ponta do Vinagre (onde foi construída a sede da Capitania dos Portos) até a Rita Maria.

Todavia, o remo não se notabilizou somente por ser uma alternativa esportiva, ou por levar aos seus eventos um grande público. Além destes fatores, esse esporte fora caracterizado por ter sido uma prática que integrou famílias e segmentos importantes da cidade.

Mais do que nunca o esporte abdicava-se de ter a função restrita de aperfeiçoamento e disciplinarização dos corpos. Mais do que isso adquiria prestígio e reconhecimento. Pois além de ser uma modalidade esportiva muito praticada e respeitada, tornou-se um eficiente elo de socialização e identificação de pessoas. No caso específico do remo, foi sem dúvida um esporte que obteve ótima aceitação e grande admiração e destaque perante a sociedade de Florianópolis. Logo, além de contar com as famílias importantes, veio a criar um órgão que controlava, administrava e formalizava as competições náuticas. Evidenciando com isto o caráter formal e competitivo das regatas.

Os discursos de disciplina e correção corporal, aliadas as práticas esportivas se caracterizavam como uma das vertentes da modernidade. Que desejava suprimir os corpos, a indolência, a morosidade, a ociosidade tão perceptíveis nas pessoas onde o processo modernizador ainda não havia inserido. E assim, como o Estado Novo veio para modificar o espaço urbano, político, consigo trouxe também a educação dos corpos. O esporte tinha mais um caráter disciplinador e militar, do que propriamente unir aos corpos, técnicas e artes apuradas.

O esporte também pressupõe regras. A atividade esportiva para seu bom funcionamento necessidade de regulação. Mesmo numa simples partida de futebol, há uma delimitação dos objetivos do jogo. E estas regras assim também existem na sociedade. Tudo para um bom funcionamento da vida social. Apenas um apito do guarda de transito pode fazer um carro parar. Também um apito do árbitro do pode parar uma jogada, mesmo que o jogador não queira. Estas ordens de disciplina estão interligadas as questões sociais, de conduta do ser humano. Quem em sua vida escolar numa aula de educação física não ouviu o professor dizer: “só depois do apito!”

As Forças Armadas se apropriam das práticas esportivas como fonte de manter a disciplina e preparação física dos soldados para a guerra. A influência dos militares no

desenvolvimento da educação física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática foi real e duradoura. Assim, o Estado via as Forças Armadas, controlava as ações no ensino e prática física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do corpo também é ponto crucial na explicação de como os mecanismos de controle social incidem sobre o mesmo. Logicamente há contido visivelmente a questão do trabalho neste processo, mesmo por quanto do contexto histórico estudado. Mas ao mesmo tempo, desta ideologia trabalhista no caso brasileiro, circundavam outros elementos de integração social. Um destes elementos é no tocante a educação. Santa Catarina, estado heterogêneo e de grande contrastes étnicos apresenta-se como exemplo preponderante da polícia nacionalista apresentada pelo governo Vargas. Assim sendo, a educação física enquanto disciplina tem um duplo interesse por parte do Estado em seu desenvolvimento. Primeiro, a fim de proporcionar um desenvolvimento físico nos participantes e segundo pela própria submissão destes corpos fomentando assim a disciplina como regra social.

O futebol e o remo, os dois esportes mais praticados em Florianópolis neste período, segundo a pesquisa, incrementaram basicamente esta tendência social. Há que ressaltar principalmente o esporte amador. Em termos profissionais já durante o período estado-novista atletas estavam vivendo somente daquilo que praticavam. Enfim, estes esportes proporcionaram uma certa identidade social a certos praticantes e espectadores, e também na montagem de uma rede sócio-política das suas atividades pelos integrantes dos mesmos.

Parece pelas pesquisas feitas, mesmo com a Segunda Guerra, o esporte ou a prática esportiva propriamente dita, não sofreu modificações substanciais, pelo menos em Florianópolis. Como exemplo pode-se citar a final do campeonato catarinense de 1942 em que o América de Joinville não pode disputar a final contra o Avaí pois vários dos seus jogadores estavam a serviço do Exército Nacional.

Decretos, leis, relatórios, jornais, constituem parte do processo de formação de algumas bases as quais proporcionaram um investimento do Estado em legitima-las. Assim, de maneira nenhuma pode-se deixar de analisar os discursos que engendraram esta prática. Práticas que mexeram com os sentimentos das pessoas, que estruturaram espaços públicos e que produziram saberes sobre o espaço privado. Saberes e práticas que ressoam ainda hoje, seja através de relampejos de uma moral de ordem e dos bons costumes que normalmente são requisitos em momentos e lugares de disciplina.

---

[1] Este texto é parte integrante de minha monografia apresentada no Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em 22 de julho de 2004.

[2] Licenciado e bacharel em História. E-mail: carloscesar80@hotmail.com

[3] MEIRINHO, Jali. O poder Legislativo e as instituições políticas. In: **A Realidade Catarinense no Século XX.** CORREA, Carlos Humberto (org.). [et. al.]. Florianópolis: IHGSC, 2000, p. 210.

[4] FÀVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí, 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

[5] **Jornal O Esporte**, Florianópolis, 25 de jul. 1939. p 01.

[6] Reconhecida de utilidade pública pelo governo do Estado, pela lei nº 1.611, de 26 de setembro de 1928.

[8] Segundo ofício encaminhado pela diretoria do Avaí futebol clube ao interventor Nereu Ramos em 15 de dezembro de 1940. Correspondência com os governadores – ofícios. APESC.

TRABALHO E LAZER NAS LAVOURAS CAFEEIRAS: O COTIDIANO DA CRIANÇA RURAL NAS CIDADES DE FRONTEIRA DE MATO GROSSO - (1960 – 1985)

Carlos Edinei de Oliveira*

No Brasil e em Mato Grosso os estudos sobre a história da criança são muito recentes, entretanto é oportuno registrar a história de crianças trabalhadoras rurais em sociedades que se organizaram após o Projeto Nacional de ocupação do Centro-Oeste denominado de marcha para oeste.

O texto apresentará o trabalho e o lazer de crianças nas lavouras cafeeiras em espaços de fronteira de Mato Grosso. Os municípios em análise, Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela e Tangará da Serra são todos da bacia do Rio Paraguai localizados na região sudoeste de Mato Grosso, território próximo da Bolívia. Porém, o conceito de fronteira aqui destacado, não se limita aos aspectos territoriais, mas contudo aos aspectos culturais, pois toda esta região foi e ainda é ocupada em larga escala por povos indígenas Umutina[1] e Paresí [2].

Para compreendermos como as famílias e em específico as crianças chegaram após a década de 1960 nestes espaços devemos analisar os movimentos migratórios brasileiros de 1940 a 1950, desta forma percebemos que existiu um grande fluxo de nordestinos para São Paulo, especialmente após a construção da estrada Rio-Bahia; neste mesmo período, o Paraná recebeu um contingente populacional proveniente de São Paulo. Os paulistas migraram para o Paraná devido à política de colonização adotada pela empresa privada inglesa "Companhia de Terras do Norte do Paraná" e pela construção da estrada de ferro Noroeste, no norte do Paraná.[3]

De 1950 a 1960, o Paraná ainda continuou recebendo um número bastante expressivo de pessoas devido à colonização privada, mas parte da migração já se dirigia para Mato Grosso e Goiás. A transferência do fluxo migratório acontecia em virtude do declínio da produção do café, substituído por atividades que usassem menos mão-de-obra,

* Mestre em História pela UFMT e professor da ITEC, UNICEN e UNEMAT.

como, por exemplo, a pecuária, e da construção de estradas que facilitaram o acesso à região Centro-Oeste, além de toda política da Marcha para o Oeste.[4]

Desta forma, as famílias que vieram para esta região em estudo foram motivadas pela esperança na posse da terra, seguiram a rota do café, mesmo que, quando chegaram no vale do Paraguai e de seus afluentes, tenham-se dedicado à lavoura branca, em seguida, preparam-se para o plantio do café.[5]

Para Cassiano Ricardo[6], os cafeicultores do oeste brasileiro são os *bandeirantes do século XX*; para ele, Mato Grosso foi um foco de atração das bandeiras modernas e o café, diferente de outros produtos, foi o responsável pela expansão demográfica e cultural:

A floresta e o cerrado mato-grossense foi dividido inicialmente em grandes propriedades denominadas glebas, depois requadriculadas em lotes de diferentes tamanhos. As famílias, motivadas pelas representações positivas do local, começam a povoar, individualmente ou em grupos, os lotes rurais.

As famílias que ocuparam este ambiente podem ser classificadas em proprietárias que eram a minoria e a maioria as não-proprietárias de terras, estes muitas vezes viviam na condição de agregados. As famílias proprietárias também eram proprietárias de área de terra na região de procedência, geralmente tinham uma área inferior a que compraram nestes municípios, sendo esse um dos aspectos que motivou suas mudanças.

Para garantir sua sobrevivência as famílias foram dedicar-se à lavoura, inicialmente, a roça de toco, a plantação de arroz, feijão e milho.[7]

O arroz, primeiro produto a ser plantado na região pelos lavradores. Após queima da mata, entre tocos feitos em carvão, homens, mulheres e crianças entre os meses de outubro e novembro, pulavam restos queimados da mata, para que, com suas matracas[8], pudessem plantar o arroz, de diversas qualidades.[9]

Passados quatro meses de muita chuva, o arroz deveria ser colhido, trabalho que envolvia toda a família. Nos meses de fevereiro e março, aproveitando-se uma pequena estiagem, o arroz era amontoado em pilhas na roça pelos pais e crianças de ambos os sexos, aguardando um período maior de sol para ser batido. Estendendo uma lona no chão

da roça, ou dependendo dos parcos recursos da família, utilizavam-se sacos de algodão que, emendados, formavam uma grande *lona.* O arroz era batido para que depois pudesse ser levado à máquina para o beneficiamento e posteriormente a venda, caso houvesse sobra da produção. Algumas famílias mais abastadas podiam contar na colheita com o auxílio da trilhadeira, máquina usada para bater o arroz.

Em várias propriedades, a lavoura de arroz era consorciada com o feijão e o milho. O milho era plantado primeiro que o feijão, na mesma roça. O milho era plantado em setembro, depois que este crescia e começava a secar, os lavradores realizavam o que chamavam de quebra do milho, e, junto com ele, plantavam o feijão.

O feijão, depois de 60 ou 90 dias do seu plantio, dependendo da variedade, deveria ser colhido do solo. Um trabalho bastante árduo para os lavradores, principalmente quando este está junto com o milho. O feijão também era amontoado para secar, levado à lona, no mesmo processo que o arroz, depois de batido com um *cambão,* instrumento feito pelos lavradores, que consistia em uma corrente dobrada junto com um pau, ou dois paus presos para bater no feijão; depois deste processo, o feijão podia ser armazenado pela família ou comercializado na zona urbana.

Em todas estas atividades a presença de crianças era constante especialmente de meninos e meninas com mais de oito anos de idade, todos depois da escola, pois geralmente estudavam na zona rural no período matutino, até as 11 horas, depois do almoço iam para a lavoura ajudar os pais. Algumas meninas cuidavam dos irmãos menores e também realizavam serviços da casa, como lavar e passar roupa usando o ferro a brasa.

Antônio Marques da Paz[10] que viveu sua infância na zona rural do sudoeste mato-grossense relata que começou a trabalhar na roça com oito anos de idade e realizava trabalhos de adultos como manusear a enxada para o plantio e colheita de feijão e café.

A mata da região do sudoeste de Mato Grosso também foi derrubada e queimada para a produção do café, técnica conhecida dos lavradores cujas famílias acompanhavam sua rota.

As lavouras de café foram, pouco a pouco, disputando espaço com a *lavoura branca*, embora não a tenha substituído.[11] Os lavradores geralmente reservavam espaço em suas propriedades para as lavouras de café, arroz, feijão e milho, além de pastagem para o gado.

O trabalho na lavoura do café era bastante árduo; do plantio à primeira colheita, o tempo é de, no mínimo, três anos. Uma família pouco numerosa necessitava da ajuda de outras pessoas para o trabalho. Desta forma, o dono da propriedade necessitava do trabalho de um meeiro[12], que fornecia sua mão-de-obra na lavoura do café, cabia ao sitiante, ou seja, ao proprietário de pequena propriedade, fornecer ao meeiro, ferramentas, insumos e mudas de café para que a produção se efetivasse.

O sitiante e o meeiro, às vezes, moravam no mesmo sítio e, em alguns casos, o proprietário residia na cidade. O meeiro, quando morava no sítio, realizava a manutenção do cafezal. A remuneração do meeiro estava ligada à produção do café e também, em alguns casos, à produção de arroz, feijão ou outro cereal que pudesse produzir entre os pés de café ou em outro espaço cedido pelo proprietário. Em alguns casos, os meeiros tinham vacas leiteiras e suas mulheres e filhas fabricavam queijo e requeijão para o consumo familiar.

As famílias de meeiros geralmente construíam suas casas próximas umas das outras, formando o que os lavradores denominam de colônia, e, nestas, aconteciam os ritos religiosos e as festas, bem como os casamentos e batizados; muitos lavradores tornaram-se compadres.

As crianças que viviam em colônias na zona rural utilizavam sempre o dia de domingo para suas atividades de lazer, inicialmente o domingo começava com o culto religioso católico na Igreja local, depois do almoço, o banho e as brincadeiras no rio eram uma constante e geralmente após a três horas da tarde o campo de futebol era a atração para todos, as crianças por sua vez sempre estavam de forma coletiva nos arredores do campo de futebol brincando e nos intervalos dos jogos dos adultos assumiam o espaço onde rolava a bola.

As meninas tinham alternativas para realizarem suas brincadeiras após o culto, como lembra Gecira da Penha de Jesus[13] ao falar sobre sua infância:

> A hora de brincar era só no domingo, pela manhã a gente levantava e ia pra Igreja, ir a Igreja era sagrado quando voltava da Igreja, nós íamos brincar de casinha debaixo das árvores, e ai pegava sabugo, pano velho e ia fazer bonecas, latinhas de sardinhas e fazia carrinhos de bebê, brincava também de visitar comadres, fazia chá de capim que representava o café da tarde.

O lazer das crianças, especialmente das meninas eram quase sempre a imitação das atividades adultas, como a reprodução das atividades que as mulheres realizavam em seu lar, bem como, o comportamento que as mulheres tinham em sociedade, as conversas e as atitudes estabelecidas entre comadres.

O menino também reproduzia atitudes do mundo adulto, muitas eram as brincadeiras envolvendo reprodução como a criação de gado. Os meninos ornamentavam pequenas buchas *(luffa aegyptiaca)* com pedaços de madeira transformando-as em uma miniatura de bois e vacas.

O percurso geralmente distante da casa até a escola era realizado por caminhadas que envolviam brincadeiras como pega-pega, brincadeira de barata e até mesmo simples corridas que testavam a resistência de meninos e meninas. O espaço da roça, longe dos olhos do pai, também era em vários momentos usados como espaço de brincadeira. Brincar de esconde-esconde entre os pés de café é algo que está na memória coletiva de vários adultos que foram crianças no período em estudo.

A natureza sempre estava relacionada ao lazer das crianças, aproveitar rios, árvores, a chuva e a própria terra do quintal da residência era um componente do cotidiano de meninos e meninas da zona rural. Além de servir-se de abóboras, buchas, espigas de milho como reprodução de animais ou de bonecas. Deve-se destacar também que muitos meninos confeccionavam estilingues e ou arapucas para matar e ou para prender pássaros servindo em alguns casos para completar a dieta, reproduzindo também a atitude de caça dos adultos, atividade muito usada em regiões de colonização recente.

O trabalho com o *ouro verde* reproduz práticas de vida já realizadas pelas famílias em seus lugares de naturalidade ou procedência. Esta organização em prol do trabalho com o café vitaliza a zona rural e urbana, fazendo com que, nas localidades rurais, surgissem os espaços da oração e do lazer, enquanto que a cidade é movimentada pela efervescência dos produtos, principalmente do café produzido no campo, mobilizando as práticas comerciais.

A lavoura de café foi o espaço de trabalho para muitas crianças que utilizam parte ou todo o seu dia em todo o processo que esta lavoura necessitava, principalmente deixar os pés de café livre de matos. Meninos e meninas em idade escolar ajudavam na sobrevivência da família através do manuseio da enxada. Aos irmãos menores cabiam tarefas mais simples como levar o almoço e o café da tarde para a roça, e em alguns casos cuidar de outros irmãos menores quando as mães além das tarefas da casa também trabalhavam na lavoura.

O trabalho de crianças na zona rural era visto como uma atividade normal, muitos pais tentavam quando se tinha oportunidade de acesso à escola, de garantir aos filhos pelo menos a educação primária até a 4ª série, a única ofertada em salas multisseriadas[14] na zona rural, em sua grande maioria ministrada por professores leigos, que não tinham nenhuma formação secundária.[15]

As crianças por sua vez dividiam seu dia entre a escola e a lavoura, entretanto, muitas eram as que não tiveram acesso a escola e, portanto dedicavam-se como adultos em miniaturas ao trabalho no campo. É oportuno registrar que a Constituição de 1946 proibia o trabalho de menores de 12 anos e a de 1967 proibia para os menores de 14 anos, porém a prática de trabalho de crianças no campo era mais uma regra do que uma exceção.

Além do trabalho muitas crianças e adolescentes pelo não cumprimento conforme solicitação dos pais para realização dos trabalhos recebia severos castigos físicos, muitas vezes para as surras eram usados os próprios instrumentos de trabalho como cabos de enxada, rastelos e ou os chicotes usados para acoitarem os animais.

Desta forma, ao cruzarmos os dados das fontes escritas sobre a década de 1960 até meados da década de 80 do século XX que possibilita leituras das práticas de trabalho e lazer de crianças com os relatos orais, percebe-se apesar de um sentimento saudosista da infância uma população que sofreu uma segregação antecipada, impedida de participar ou de viver com mais dignidade no momento atual, pois embora tenha como eles mesmo afirmam uma *infância feliz*, foi lhes negado naquela fase da vida o acesso à educação formal que pudesse garantir uma vida adulta mais justa no campo ou na cidade.

---

[1] Segundo, JESUS, Antônio João. Os Umutina. IN: Dossiê- Índios de Mato Grosso . Cuiabá: OPAN/CIMI, 1987. Os Umutima são uma ramificação da grande nação Bororo, pertencente ao tronco lingüístico Macro-Jê e a família Otukê. Atualmente sua reserva é limitada pelo rio Paraguai e pelo rio Bugres, formando quase uma ilha fluvial, no município de Barra do Bugres – MT.

[2] COSTA, Romana Maria Ramos. *Cultura e contato*: um estudo da sociedade Paresí, no contexto das relações interétnicas. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaca que: "Os chamados Paresí se auto denominam Haliti. O termo pode ser traduzido tanto como 'gente' numa referência explícita ao gênero humano em oposição aos animais, quanto 'povo' para indicar uma identidade exclusiva do grupo." p.52.

[3] Análise mais elaborada sobre a migração no Norte do Paraná pode ser conferida na dissertação de PERARO, Maria Adenir. *Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970.*Curitiba, 1978. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

[4]COSTA, Iraci Del Nero da. PORTO, Cornélia Nogueira, NOZOE, Nelson Hideiki. *Movimentos migratórios no Brasil e seus condicionantes econômicos. (1872-1980).* FIPE - Fundação Instituto de pesquisas econômicas. São Paulo: 1987.

[5] O café é uma planta dicotiledônea de porte arbustivo ou arbóreo de caule lenhoso, folhas persistentes e flores hermafroditas, pertencem ao gênero coffea da família rubiaceal da espécie arábica.

[6] RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste* (a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil) 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970 - v.2. p.623.

[7] KUNRAHT, José Aleixo. *Recenseamento.* Prelazia de Diamantino. Diamantino, 1966. Arquivo da Missão da Prelazia de Diamantino.

[8] Máquina manual usada para plantar arroz e milho.

[9] As qualidades de arroz usualmente plantadas em Tangará da Serra eram: bico-preto, bico-ganga, iac, iac2, amarelinho, amarelão, cana-verde e arroz-preto.

[10] PAZ, Antônio Marques da. Em entrevista para Ivani Maria Quirino dos Santos. Tangará da Serra, 19 abr. 2004.

[11] A lavoura branca para os lavradores tangaraenses é aquela em que o processo de planta e colheita é anual, como o arroz, feijão e milho, diferenciando-se da produção perene como a do café.

[12] COUTO, Osmair. *As relações trabalhistas durante o ciclo cafeeiro na região de Tangará da Serra nas décadas de 70 e 80*. Cuiabá, 1999. Monografia. (Especialização em Direito) Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso. Freqüentemente, na fase inicial da ocupação até meados da década de 60, o meeiro iniciava o trabalho no sítio, na condição de empreiteiro. Na condição de meeiro, após a abertura e limpeza do terreno, era responsável inclusive pelos tratos culturais (fase entre o plantio e a primeira colheita). Geralmente estipulava-se que a partir do plantio até o quinto ano, toda a produção cabia ao meeiro ou porcenteiro, ex-empreiteiro. Do quinto ano em diante, fixava-se um percentual da produção do café, que predominantemente era de 50% para cada parte. Entre estas duas figuras, encontrava-se também o diarista ou volante. São aqueles trabalhadores que se deslocavam de uma fazenda para outra, de um sítio para outro, capinando ou colhendo café por empreitada, recebendo por dia de trabalho ou por saco de café colhido. Essa mão de obra auxiliar era trazida da cidade e circulavam em todas propriedades, colhendo café, que durava 90(noventa) dias.

[13] JESUS, Gecira da Penha. Em entrevista para Sandra Mara Lorenço Arcolezi. Tangará da Serra, 04 abr. 2004.

[14] Em uma sala multisseriada um professor apenas lecionava para várias séries no mesmo período, na mesma sala de aula.

[15] A falta de professores preparados para o magistério era uma prática nas regiões de colonização recente, apenas nos grandes centros estavam os professore habilitados conforme afirma GHIRALDELLI JR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira.* Barueri: Manole, 2003. p.113.

ENSINO DE HISTÓRIA: COMENDO PÓ DE GIZ E ARROTANDO MICROSHIP.

Carlos Eduardo dos Reis.*

I

Tem se verificado, no decorrer dos últimos, anos um acréscimo dos estudos voltados para o ensino de História, mais especificamente para aquilo que alguns pesquisadores denominam de "o conhecimento histórico escolar".

De fato, tais estudos são valiosos no sentido de nos chamar atenção para outra dimensão do "fazer História", tão fundamental quando se trata de pensar a produção do conhecimento histórico, sua prática e difusão.

Tal processo nos possibilitou uma nova compreensão sobre a prática e difusão do conhecimento histórico, e a preocupação, cada vez maior, com o tipo de História que estava sendo praticada e difundida na escola, levando a um profundo repensar deste ensino, das suas dimensões e possibilidades. [1]

Dentre as muitas perspectivas apontadas, quero chamar atenção para duas delas, entre o extenso rol de preocupações a respeito do ensino de História. A primeira é o reconhecimento tácito de que o ensino não deve ser dissociado da pesquisa, e fundamentalmente a compreensão de que ensinar História é também ensinar a pensar historicamente, resgatando alunos e professores como sujeitos e agentes do processo histórico.

Um segundo aspecto daquelas perspectivas, liga-se à crítica aos manuais escolares, que hoje passam por um processo de revisão e reformulação pela qual tem-se procurado viabilizar o uso de fontes variadas e múltiplas, com o objetivo de resgatar discursos igualmente múltiplos sobre temas específicos, com a finalidade de fazer aflorar novos sujeitos sociais, com suas experiências sociais, em um claro confronto com a memória cristalizada pela História oficial.

Ë neste sentido que se tem procurado refletir sobre aquilo que alguns pesquisadores estão denominando de novas linguagens no ensino de História, trazendo para este,recursos como a literatura, cinema, teatro, música e outras manifestações da experiência humana, a fim de fazer avançar a difusão do conhecimento histórico na sua dimensão escolar.

II

No que tange ao conhecimento histórico, foi sobretudo a partir da década de 80, que o uso de novas linguagens no ensino de História passou a ser estimulado, não só pelo alargamento da própria noção do que é História, de seus objetos e das formas como se manifesta no social, mas, acima de tudo, pela questão política colocada naquele momento, quando o problema do ensino de História ganhava força com a luta pela extinção de Estudos Sociais, abrindo caminho definitivo para o repensar deste ensino, bem como para a revisão de seus conteúdos.

Neste momento, repensar o ensino de História significava opor-se ao tratamento acrítico, superficial e uniformizado. Era recuperar a especificidade da História enquanto campo de ação e reflexão, fazendo vir a tona as questões concernentes a abordagens, periodização, temas, ampliação e questionamento das fontes e documentos.

Estimulados por tal perspectiva, vimos crescer nos últimos anos o interesse dos professores em repensar as suas práticas, buscando novas formas e maneiras de ensinar História, marcados pelo anseio de romper com a visão cristalizada da História escrita nos manuais didáticos.

Isto pode ser verificado no crescente espaço que os periódicos dedicaram para o relato das experiências desses professores no tocante ao ensino de História e para o uso diverso de outras linguagens.

Os relatos destas experiências atestavam a importância cada vez maior que o uso dessas linguagens vinham adquirindo para o ensino de História. Cinema, teatro, literatura,

fotografia, jornais, circo, televisão, vídeo, são citados por professores como poderosos instrumentos didáticos na ampliação das possibilidades de reflexão sobre sua prática pedagógica, sempre com o objetivo de ampliar as possibilidades do fazer histórico.

Por outro lado ao longo dos anos 90, se intensificou uma espécie de culto exacerbado sobre o papel das tecnologias de informação sobre a vida das pessoas, especialmente aquelas oriundas dos progressos da informática.

De fato, não podemos ignorar a tamanha revolução, que atingiu os pequenos nichos da sociedade, aumentando ainda mais à distância entre as classes sociais. Basta lembrarmos aqui, o enorme contingente de desempregados no mundo, em nome das novas tecnologias.

No que se refere à escola, esta sofreu diretamente as conseqüências deste novo estado social, ficando em claro descompasso, pois "*o precário conhecimento acerca dos mecanismos de funcionamento das linguagens institucionalmente não escolares, bem como, evidentemente, as carências estruturais da escola brasileira, que em muitos casos, impossibilitam tanto a superação do déficit conceitual como a própria modernização física das salas de aula, terminam por afastar os agentes educadores do campo das comunicações".* [2]

Ë, a partir das reflexões acima, que questiono até que ponto as denominadas novas linguagens no ensino têm, de fato, contribuído para um repensar do conhecimento histórico na sala de aula?.

Primeiramente, não é preciso constatar o óbvio, de que as carências estruturais de nossas unidades escolares não se constituem espaços adequados para trabalhar-se com estas tecnologias. Basta observarmos a disposição das denominadas salas de vídeo dentro das escolas públicas e mesmo nas universidades: são espaços estanques e não apropriados ao trabalho com esses instrumentos.

Outro aspecto a considerar é a panacéia dos órgãos oficiais com o uso desses instrumentos, como é o caso da TV Escola, ou mesmo a informatização das unidades escolares, sem preparar os profissionais e adequar os espaços para seu uso.

Considere-se, também, que determinados meios de comunicação, como a televisão apesar de fazerem parte do cotidiano de um enorme contingente de pessoas, (isto inclui alunos e professores), ainda oferecem a estas uma enorme dificuldade em lidar com tal meio enquanto portador de um sentido ideológico e social.

No ensino de História o uso de tais instrumentos torna-se ainda mais problemático.

Primeiro, dedica-se pouco espaço nas disciplinas dos cursos de graduação ao papel da tecnologia no contexto social, pois o uso desses meios pelo historiador, coloca problemas teóricos, que precisam ser repensados à luz da própria relação da História com essas linguagens. Seria necessário criar procedimentos que dêem conta desta relação, desenvolvendo práticas específicas, devido mesmo à complexidade dos mesmos.

Afirmo isto, em função de uma tendência muito comum, oriunda de uma postura formalista , onde as linguagens são vistas somente de sua perspectiva estética – arte pela arte. Mesmo em um veículo de comunicação como a televisão, existe uma tendência de enxergá-la apenas como uma coisa em si, e não o que está oculto no processo de produção da própria televisão, perdendo, assim, a materialidade de seu processo constitutivo.

È preciso considerar tais meios "*como instâncias com papel estratégico no terreno da cultura, para afastar aquelas concepções encantadas com o em si tecnológico que aparentemente não se preocupam com perguntas do tipo : para que e para quem servem os veículos de comunicação e a "revolução" na informática?."* [3]

Tais questionamentos são de suma importância quando se pensa nesses instrumentos como possibilidade de ensino.

Muitas vezes, temos exemplos de professores que ilustram suas aulas com filmes considerados históricos, sem se dar conta que o próprio filme é uma construção histórica, pois a "*eficácia de um filme não está propriamente nas informações que passa, mas principalmente nas operações efetuadas por sua linguagem".* [4]

Assim, torna-se necessário questionarmos o uso desses meios de comunicação, e a tecnologia que os acompanha, enquanto agências de formação de professores na conhecida modalidade de ensino à distância. Aqui, a situação é mais complexa, pois os encantados com o em si tecnológico, não fazem outra coisa a não ser glorificar as benesses da técnica, sem no entanto pensar sobre as reais intenções de seu uso, vista na maioria das vezes, como um fim em si mesmo, e nunca um meio facilitador.

Dessa feita penso que o uso de tais linguagens ou tecnologias no ensino possui muito mais limites do que possibilidades concretas de influir decisivamente em uma mudança substancial para o ensino de História. Ao contrário, seu uso incorreto pode significar mais uma amarra ao trabalho docente, nas atuais condições em que é feito.

Por outro lado, corremos o risco de permanecer somente na criação de metodologias e didáticas especiais para se trabalhar com tais instrumentos, sem nos darmos conta de seus múltiplos significados sociais e políticos.

III

Por fim, gostaria de chamar a atenção nesta exposição para um aspecto essencial pouco levado em consideração na maioria de nossas discussões. O que significa falar em linguagens no ensino de História em uma sociedade como a brasileira, que no limiar do século XXI, ainda guarda um alto índice de analfabetismo? O que dizer dos analfabetos funcionais?.

Se nossas estatísticas fazem algum sentido, segundo o recente mapa do analfabetismo no Brasil, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o analfabetismo atinge praticamente todas as faixas etárias

da população. Segundo o instituto, 35% dos analfabetos no Brasil freqüentaram a escola por pelo menos dois anos, e 59% dos alunos de 4ª série do ensino fundamental não apresentam habilidades de leitura compatíveis com o nível de letramento apropriado para concluintes desta série. Além do mais, não apresentam habilidades de leitura suficientes que os tornem aptos a continuarem seus estudos no segundo segmento deste nível de ensino, sendo também analfabetos, uma vez que não usam a linguagem escrita como elemento essencial de suas vidas.

Por outro lado à taxa de analfabetismo é compatível com a violenta desigualdade de renda, pois os dados para o país como um todo, apontam que enquanto a taxa de analfabetismo nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos é de 1,4%, enquanto naqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de 29%.

Desta feita, pensar o uso destas linguagens como possibilidade para o ensino de História, é pensar acima de tudo em que realidade social emerge este ensino, e qual o seu significado em um país em que a quase totalidade de sua população ainda esta excluída de seu principal fator de inclusão no mundo- a leitura e a escrita.

Finalizando, gostaria de encerrar esta exposição chamando a atenção para aquilo que Marcos Silva denominou de paradoxal situação de onipresença de visualidade e sonoridade no mundo contemporâneo, em contraste com a restrita atenção que lhes é dedicada pela educação formal, onde o trabalho com linguagens quase só se restringe ao verbal e ao calculo matemático. [5]

Ainda, segundo Silva, é escassa a atenção que os cursos de graduação em História tem dado a preparação teórica e ao treinamento de pesquisa e emprego de linguagens, limitando-se quando muito a pequenos cursos de História da Arte ou remetendo os alunos para outros cursos de graduação.

Finaliza, apontando que parece urgente que os cursos de graduação em História, incorporem discussões sistemáticas sobre linguagens em seus quadros curriculares para

que essa problemática ultrapasse o espaço das pesquisas históricas especializadas ou o saber de poucos que fazem cursos de graduação suplementares para dominarem aqueles campos.

---

* Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

[1] Um resumo destas novas perspectivas no tocante ao ensino de história, pode ser lido em Elza Nadai, " O ensino de História no Brasil : trajetória e perspectiva, publicado na Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, n.25/26, set. 92/ ago.93.

[2] CITELLI, Adilson.(org).*Outras linguagens na escola.* São Paulo, Cortez, 2000, p.23.

[3] CITELLI, obra citada, p.23.

[4] ARAUJO VIEIRA, Maria do Pilar (et al). *A pesquisa em História.* 2ª edição, São Paulo, Àtica, 1991, p.23.

[5] SILVA, Marcos. O trabalho da Linguagem. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.06, nº 11, setembro 1985/fevereiro 1986, p. 51.

Guerra de Imagens: um estudo sobre as visões da História no Cinema Brasileiro entre 1968 e 1980

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Apresentação

Durante a década de 1970 no Brasil, os governos da ditadura civil-militar apresentaram significativo interesse pela produção cinematográfica, em particular pelos filmes históricos. Nessa mesma década, houve um *boom* de filmes sobre história. Postos esses dados um seguido ao outro, é de se esperar que se estabeleça imediata relação de causalidade. Os filmes produzidos teriam seguido o incentivo governamental, correspondendo à expectativa que a ditadura tinha em relação a esse gênero. Não foi bem assim. É preciso atentar primeiro para os termos *filme histórico* e *filme sobre história*, propositalmente empregados acima. Num primeiro momento, parecem expressões sinônimas. Contudo, o emprego de *filme sobre história* corresponde à necessidade de cunhar um termo que designe filmes cuja temática é a história, mas que formalmente não correspondem ao gênero[1] *filme histórico* (também conhecido como *épico histórico*) cunhado pelo cinema norte-americano. Na década de 1970, descontados documentários e adaptações literárias[2], restam dezesseis filmes brasileiros que tratam de história, entre eles: *Os herdeiros (*Cacá Diegues, 1970), *Pindorama* (Arnaldo Jabor, 1971), *Como era gostoso meu francês* (Nelson Pereira dos Santos, 1971), *A guerra dos pelados* (Sylvio Back, 1971), *Os inconfidentes* (Joaquim Pedro de Andrade, 1972), *Independência ou morte!* (Carlos Coimbra, 1972), *Aleleuia, Gretchen* (Sylvio Back, 1976), *Xica da Silva* (Cacá Diegues, 1976*), Ladrões de cinema* (Fernando Coni Campos, 1977), *Anchieta, José do Brasil* (Paulo C. Saraceni, 1978) e *O caçador de esmeraldas* (Oswaldo de Oliveira, 1979). Desses, apenas *Independência ou Morte!* e *O caçador de esmeraldas* poderiam ser inseridos na gôndola "filme histórico". Os restantes são filmes que negam a narrativa clássica, ou fazem

[1] O gênero se constitui de um conjunto de códigos narrativos associados a uma estrutura diegética de modo a conseguir extrair dessa estrutura seu máximo efeito.
[2] A exclusão dos documentários e adaptações se deve ao fato de sua análise exigir uma metodologia diferenciada e propiciarem outras reflexões.

uma paródia dela. O trabalho pretende mapear os mecanismos lingüísticos (cinematográficos) utilizados pelos *filmes sobre história* com o objetivo de criar sentidos. Nesse esforço de perscrutar a estética dos filmes se encontra também a busca do caráter político dessas opções estéticas. Na escolha mesma de uma narrativa diferente da narrativa clássica, se encontra um manifesto político. Na história do cinema brasileiro, a maioria desses filmes é encarada como filmes políticos, não raro como alegorias políticas. Neles, a história funcionaria como um disfarce para o presente. Assim, os cineastas/roteiristas poderiam tratar da realidade presente sem riscos. Embora não negue essa característica das obras, pretendo ir além. Os filmes funcionam como alegoria, tratam do presente, mas também são representações da história, do passado. Como demonstro, os filmes históricos (os clássicos), não obstante a intenção de retratarem fielmente um período histórico, também tratam do presente. E nem por isso deixam de funcionar como representação da história. Acredito que o mesmo se dê como os *filmes sobre história*. Apesar de assumirem uma perspectiva segundo a qual a história é acessória, não deixam de engendrar representações do passado.

O filme histórico clássico

O épico cinematográfico segue a mesma estrutura do épico literário ao acompanhar a trajetória de um herói em três momentos distintos. Primeiro, o herói está perfeitamente inserido em seu mundo, que se encontra em harmonia total. Em seguida, um elemento estranho – um personagem, um fenômeno natural ou social – chega a esse mundo trazendo a desordem. Esse é o ponto de ruptura, a passagem para a segunda etapa, em que o herói deverá iniciar sua viagem mágica, ou misteriosa, encontrando personagens e situações que lhe auxiliam no processo de autodescoberta (o reconhecimento de seu papel de herói). Nesse momento, o protagonista enfrenta provações seguidas até chegar ao clímax. Esse pode ser o confronto com um antagonista ou a conquista de algo que estava faltando, de qualquer forma é a solução para o problema inicial. A etapa final consiste em voltar para

casa, trazendo as dádivas alcançadas para transformar a realidade de seu grupo[3]. Cada uma das etapas corresponde, respectivamente, ao início, ao meio e ao fim de um épico histórico.

Para que o épico histórico funcione, ele precisa seguir a narrativa clássica norte-americana. O que caracteriza a narrativa clássica é sua transparência, obtida através de uma representação analógica, e sua linearidade. A narrativa clássica criou um código de encenação que tende a apagar os vestígios da construção do filme. A câmera deve ser utilizada de forma a sumir da consciência do espectador, devendo funcionar como seus olhos, mostrando o que é essencial para que a história seja contada. O espectador é guiado pelo espaço e pelo tempo, sempre sendo informado quando há mudança de um ou de outro. Há necessidade de que todos os espaços presentes na trama sejam reconhecidos pelo espectador. Também deve ocorrer dessa forma com a linearidade do tempo. Os filmes nem sempre obedecem à ordem início-meio-fim. No entanto, as trocas que podem acontecer nessa seqüência devem sempre ser indicadas e estar claras.

O épico histórico que correspondeu às expectativas ditatoriais foi *Independência ou morte!* (Carlos Coimbra, 1972), que estreou exatamente no dia 07 de setembro do ano em que se comemorava o sesquicentenário da independência política do Brasil. Embora não tenha sido produzida pela Embrafilme, empresa estatal de cinema, a obra pode ser considerada como uma representante legítima da visão oficial sobre a história, e a certidão de tal legitimidade é o telegrama elogioso escrito pelo presidente da República, convenientemente incorporado à campanha publicitária.

Para os representantes da ditadura civil-militar, *Independência ou morte!* não deveria ser um caso isolado. A década de 1970 traria a consolidação de uma política de incentivo[4] a "filmes sérios", que abarcavam três modalidades: além dos filmes históricos, os dramas psicológicos e as adaptações literárias. A proposta era moralizar o cinema, livrando o país

[3] Cf. Joseph Campbell, *O herói de mil faces*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

[4] Tal incentivo se deu em forma de discursos isolados, num primeiro momento. O ministro Jarbas Passarinho, numa concepção 'educativa' do cinema, vai sugerir as filmagens das vidas de 'homens como Borba Gato, Anhangüera, Paes Leme e outros Bandeirantes paulistas (...) para que nosso povo tome conhecimento dos heróis e episódios que fizeram o país'. Depois vieram políticas culturais bem estruturadas, em meados da década de 1970.

do incômodo representado pelas comédias eróticas (vulgarmente conhecidas como *pornochanchadas*). Principalmente no que se refere às adaptações literárias e aos filmes históricos, a política cinematográfica ditatorial deve ser inserida num horizonte mais amplo onde se encontra um projeto cultural que apresentava como um de seus principais elementos a preservação da memória nacional. Além do campo cinematográfico, o projeto visava os museus – espaços das musas, filhas de Mnemosine, a deusa da memória – e o patrimônio histórico[5].

O filme histórico clássico serve aos propósitos ditatoriais porque seus protagonistas são heróis e a concepção de história que a narrativa clássica concebe é espetacular. Trata-se de um recorte temporal (início-meio-fim), localizado no passado, ao qual o espectador-*voyeur* tem acesso. A câmera, no filme histórico clássico, funciona como uma espécie de "máquina do tempo", que transporta o espectador para o passado para que ele possa ver tudo "tal como aconteceu", numa concepção rankeana – típica do século XIX – da história.

O filme sobre história

A geração que realizou a maior parte dos filmes sobre história durante a década de 1970 participou do Cinema Novo. Entre os integrantes do movimento, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Ruy Guerra, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Gustavo Dahl, Luiz Carlos Barreto, David Neves, Eduardo Coutinho, Arnaldo Jabor, Paulo César Saraceni, entre outros. Todos defendiam posição de esquerda, buscando uma identidade nacional autêntica de cinema e do homem brasileiro. Acompanhar suas reflexões teóricas sobre o cinema e a sociedade brasileira significa percorrer um caminho onde a história está presente de forma intensa. Ainda quando não produziam filmes sobre história, a noção que tinham de cinema era indissociável da história. Jean-Claude Bernardet enfatiza a dimensão escatológica do Cinema Novo, ao demonstrar que os filmes eram feitos com vistas a conscientizar o povo para que fizesse a revolução e tomasse o poder. A história era maleável, poderia ser imaginada e moldada através do cinema.

[5] Cf. Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

Após o golpe de 1964, ficou claro para a geração de cineastas, que a História não era tão maleável quanto pensavam. O AI-5 veio consolidar essa constatação. Cacá Diegues, por exemplo, afirmou sobre seu filme *Os herdeiros:* "Os herdeiros somos todos nós. Daqui pra frente tudo vai ser diferente, mas é preciso enterrar o passado, este morto fedorento, para poder pensar no que está se passando. Que me desculpem os sociólogos, os historiadores, os cientistas, mas eu não tive a intenção de provar nada[6]". É significativo que Cacá Diegues pretenda enterrar o passado com um filme que foi classificado por alguns como um *épico histórico.* Caso fosse de fato um épico, na perspectiva em que trabalho aqui, *Os herdeiros* pretenderia ressuscitar o passado, não enterrá-lo. De fato, *Os Herdeiros* faz parte de uma série de filmes, muito presentes entre 1968 e 1972, que tratam de história de forma agressiva. No universo extremamente masculino que era o Cinema Novo, a história representava o feminino subjugado, que deveria seguir as diretrizes dos jovens revolucionários. Mas essa *mulher* voluntariosa acabou tomando outro rumo. A história os traiu. Os filmes desse período tentam entender esse movimento, mas não de forma objetiva, científica: são filmes passionais (muitas vezes racionalmente passionais, pois o paradoxo fazia parte do jogo). Filmes feitos por homens traídos, ainda apaixonados por quem os traiu.

Esses filmes seguem a narrativa moderna, assim descrita por Metz: a "câmera do cinema moderno não mais se esconde, mas participa abertamente do jogo de relações que dá estrutura aos filmes. Os atores não mais pretendem ignorar a presença do equipamento de filmagem e sua ação deixou de ser 'mise-en-scène' tradicional. Agora eles fazem o evento acontecer diante da câmera, de improviso, e encaram a objetiva dirigindo-se diretamente à platéia. Com isto e outras estratégias de comunicação, o cinema moderno distancia-se do cinema clássico e introduz na sua imagem e no seu som, tal como a vanguarda, uma série de índices que chamam a atenção do espectador para o filme enquanto objeto, procurando criar a consciência de que se trata de uma narração[7]". A

[6] Carlos Diegues, *Cinema Brasileiro: Idéias e Imagens*. Porto Alegre, Editora Universidade/ UFRGS/MEC/SESu/PROED, 1999, p. 7-8.
[7] Ismail Xavier, *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.118.

utilização da narrativa moderna já é uma atitude política de recusa ao *status quo*. Essa narrativa, como já visto, tem o *pathos* do presente, rejeita encenações ilusionistas, espetáculos épicos. Dessa forma, a sua utilização permite aos cineastas construírem um discurso sobre a história (e não uma narrativa ilusionista da história), declaradamente contemporânea à produção. Enquanto a narrativa clássica no filme histórico joga com a ilusão de que a câmera pode viajar até o passado e filmar os "fatos tal como aconteceram", a narrativa moderna joga com a idéia de um discurso construído no presente sobre o passado, o que leva o espectador a refletir sobre o que assiste, sem se entregar à emoção dos espetáculos glamurosos dos épicos.

Em muitos desses filmes quase não se reconhece a presença de personagens com uma psicologia definida. Vemos *personas* que representam extratos da sociedade: um é o governo, outro a imprensa, outra a mulher, outro o povo e assim por diante. A sensação de que essas *personas* se apresentam em palcos (os "palcos da história"?) é dada pelo plano geral muito presente, pela presença de palcos diversos nas diegeses (presentes fisicamente, como em *Os Herdeiros* e *Anchieta, José do Brasil* ou implicitamente, quando os atores declamam textos para uma câmera em plano aberto, como em *Os inconfidentes* e *Ladrões de cinema*). Nos palcos, as personas discursam (falando diretamente para a câmera/público), se debatem, rastejam, se desesperam diante da história.

Segundo Umberto Eco[8], há três possibilidades de arte crítica:

1. utilizar os códigos de domínio público para veiculação de conteúdos críticos à sociedade que forjou esses códigos;

2. destruição dos códigos vigentes e formulação de outras modalidades de discurso;

3. nem usar nem destruir as convenções, mas "parodiar";

Nessa perspectiva, por tudo que já foi tratado até agora, é fácil perceber que os filmes sobre história se inserem na segunda opção. Rejeitam os códigos da narrativa clássica. Fazem política de negação. Existem alguns filmes, no entanto, que se relacionam

[8] Cf. idem, p119.

com o item três. São filmes que usam as regras do gênero *épico histórico* na aparência, mas fazem comédia com os códigos do gênero. É o caso de *Xica da Silva* e de *Como era gostoso o meu francês*. O diálogo que os filmes estabelecem com as chanchadas (e com as pornochanchadas) é a pista para isso. A Atlântida, responsável pela criação da chanchada, produziu em 1952 um filme manifesto, *Carnaval Atlântida* (José Carlos Burle). O filme pode ser considerado *manifesto* porque resume as pretensões do gênero e porque responde à Vera Cruz, empresa que pretendia produzir filmes brasileiros nos moldes *hollywoodianos*. Segundo a Atlântida, a única forma de se fazer filmes históricos no Brasil era a paródia histórica. No argumento do filme, Cecílio B. De Milho (uma paródia de Cecil B. DeMille, diretor de pomposos filmes históricos) diante da intenção de filmar a história de Helena de Tróia, se vê às voltas com a única possibilidade realista de levar o projeto adiante: uma versão carnavalizada. A análise de João Luiz Vieira é precisa não só em relação a esse filme especificamente, mas também na compreensão de como o filme histórico foi encarado durante todo o percurso do cinema brasileiro até então: "É óbvia a referência à seriedade dos temas históricos, característicos da imutabilidade do passado, de coisas antigas e mortas, próprias de uma elite intelectual e não do povo. Segundo a ótica bastante particular encontrada na maioria dessas comédias, há uma articulação inevitável da oposição entre "popular" e "cultura de elite". Aqui, o presente e o passado são identificados como pertencentes, o primeiro, à cultura popular e, o segundo, à cultura de elite[9]".

Xica da Silva é a paródia do herói histórico. Paródia porque é heroína (mulher) e negra – o que não estava nos planos da ditadura. As únicas mulheres citadas por Jarbas Passarinho[10] são Joana Angélica (freira) e Maria Quitéria (guerreira). Ambas dispensam seus atributos sexuais: a primeira pelo celibato exigido pela Igreja Católica, a segunda porque precisa encobrir seu sexo para lutar no exército. Xica é mulher, é fêmea. É sensual. Sexual. O filme pode ser considerado, na aparência, uma saga no estilo "ascensão e queda de...". Mas, quando a *ascensão e queda* é de uma escrava que se torna rainha, a subversão

[9] João Luiz Vieira, *A chanchada e o cinema carioca*, in Fernão Ramos (org), *História do cinema brasileiro*, São Paulo, Círculo do Livro, 1987, pp.165-167.
[10] Cf. nota 4.

se dá. Por mais distante que esteja do triunfo total, Xica triunfou por algum tempo de sua biografia. O que já é muito.

Como era gostoso o meu francês brinca com as pornochanchadas já no título com referências eróticas. A antropofagia, ritual religioso praticado pelos tupinambás, pode ser confundida com um ato sexual. Essa relação entre um fato histórico que se transforma em *piada* se repete em todo o filme. É comum aparecerem textos de cronistas coloniais sobre a relação dos índios com os brancos. Logo após a aparição desses textos, o que eles narram é encenado, mas seguindo a clave da comédia. Não raro a transgressão do texto não se dá de forma explícita, sendo necessário estar atento para perceber as diferenças entre o escrito e o filmado. Essa sutileza confere aos quadros o tom irônico que marca todo o filme. Os documentos escritos – esteio da história séria, detentora da verdade – são contrapostos ao tom cômico das imagens. Assim, em vez de seguir a fórmula do filme histórico clássico (filmar a história *tal como aconteceu*), *Como era gostoso...* parece *envenenar* o texto, suposto testemunho fiel do passado, com as imagens, (re)criadoras infiéis do passado.

Reflexões finais

Levar a história ao cinema é um ato político, ainda quando se reveste de uma inocente capa de objetividade. Encenar o passado *tal como aconteceu* é moldar um presente, decorrente daquele passado. As ditaduras sabem disso muito bem. Já negar a possibilidade de reconstituir o passado sem passar pelas convicções do presente era um dos motores dos *filmes sobre história*. Uma guerra de imagens se estabelecia. Tratava-se de conseguir plasmar imagens do passado/presente que não se coadunassem com aquelas desejada pela ditadura. E de fazer com que os filmes chegassem às telas, driblando a censura e a crítica especializada. A primeira era instrumento de coerção estatal e a segunda se inclinava mais pelo épico histórico do que pelas experimentações do cinema moderno. Daí que esses filmes serem pouco conhecidos, com raras exceções. Não poderia ser diferente, pois o grande público – responsável pela memória do cinema – se inclina mais pelos espetáculos históricos. Aliás, hoje esses voltam às telas com grande força, no contexto nacional e internacional. Isso pode ser indicativo de algo...

América, espelho invertido: um estudo sobre a representação da alteridade entre os séculos XVII e XVIII

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Apresentação

As idéias trabalhadas nesse ensaio têm dupla origem. Por um lado, existe uma inquietação intelectual que nasce de meu trabalho junto à *Novamerica* – ONG voltada para a educação em/para Direitos Humanos e Cidadania – referente à tensão entre o multiculturalismo e o universalismo nos Direitos Humanos. A outra vertente se encontra no curso de mestrado em História Social da Cultura da PUC-Rio, especificamente na disciplina História e Historiografia da Cultura I, ministrado pelo professor Francisco J. C. Falcon, cujo trabalho de encerramento girou em torno das idéias do historiador francês Guillaume Raynal (o Abade Raynal) um ilustrado que foi o primeiro a fazer um trabalho historiográfico sobre a América –*História das duas Índias*, publicada em 1770 ou 1772. Constava do material levantado para fazer a introdução desse trabalho uma visão panorâmica da imagem da América cunhada pelos pensadores europeus do século XVI ao XVIII. Essas informações, acrescidas de outras leituras sobre o tema, permitiram engendrar as reflexões que agora se apresentam. O contato do pensamento europeu com o Novo Mundo e seus habitantes foi responsável pelo surgimento da idéia moderna de humano, vinculada à noção de universalidade. O percurso histórico dessa idéia pode clarear o sentido atual da tensão entre multiculturalismo e universalismo, definidos assim por K.-Peter Fritzsche: “A educação em direitos humanos deve estar aberta para a controvérsia intercultural que deriva da validade dos direitos humanos. Por um lado, ela deve evitar a armadilha da arrogância, cega às objeções culturais de sociedades menos individualistas. Por outro lado, ela deve evitar a armadilha do impasse auto-induzido, surgido de uma visão equivocada da educação em

direitos humanos como um instrumento ocidental de opressão[1]". O conflito que se apresenta hoje se dá entre o educar para os Direitos Humanos e culturas específicas que negam um ou mais aspectos desses direitos. O conflito aqui analisado se dá entre o ato de civilizar ("educar" para a civilização) e as culturas locais, que então não eram entendidas como tal e sim como aberrações. Não se trata de buscar respostas para o conflito contemporâneo nas suas origens, mas de pensar a respeito de seu trajeto histórico. E, a partir daí, levantar questionamentos, *delicadamente*, sobre a difícil arte de ver o outro.

América: corpo iluminado, corpo luminoso...

O percurso seguido pela imagem dos habitantes do Novo Mundo no pensamento europeu (descobridores, cronistas, religiosos e filósofos) desde a *Era dos Descobrimentos* até o século XVIII forjou leituras variadas dos povos ameríndios. Numa tentativa de lançar luzes sobre a estranheza geral que a nova terra causava, esses pensadores refletiam as idéias que traziam do Velho Continente. Na intenção de tornar a América um corpo iluminado, fizeram dela um corpo luminoso. A estranheza da América lançava luz sobre o mundo europeu em plena ebulição do Renascimento cultural e científico.

A Era dos Descobrimentos representou um alargamento de fronteiras para a Europa – não só de fronteiras geográficas, mas também de fronteiras intelectuais. Frutos do Renascimento científico, os descobrimentos forneceram aos pensadores europeus a confirmação de algumas idéias e o surgimento de novas questões sobre a natureza física do planeta, e dezenas de dúvidas sobre a natureza humana. Com as viagens para além do Oceano Atlântico, em fins do século XV, tinha início a tensão entre a busca pela verdade e as criações da imaginação: "A expedição e, portanto, o descobrimento se convertiam assim na ultrapassagem necessária da fronteira física que se convertia assim na fronteira da

[1] K.-Peter Fritzsche, *What Human Rights Educations is all about – 15 thesis*; In: GIOGI, V. E SEBERICH, M. *International Perspectives in Human Rights Education*. Munich: Bertelsmann Foundation Publishers, 2004.

razão, no limite entre a realidade e a fantasia, de uma fantasia excitada pelo atrativo do desconhecido[2]".

Os muitos mitos que perduraram no imaginário europeu desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, sempre tiveram sua residência fixada para além das fronteiras do que era conhecido, sendo o Oceano Atlântico uma delas. Não é à toa que os homens dos Descobrimentos buscavam esses mitos no Novo Mundo. Dessa forma, as primeiras aproximações representaram uma transferência de uma série de mitos para o continente americano, prevalecendo, portanto, a imaginação. Gigantes, amazonas, canibais, (homens com cabeça de cachorro) e acéfalos convivem com os habitantes do Novo Mundo. A apreensão dos povos indígenas se deu na intercessão dos conjuntos do que se via e do que se imaginava. É fácil perceber isso na atribuição dada às tribos antropófagas da denominação de *canibais*, apesar de não ser possível *ver* cabeças de cachorro sobres os pescoços tupinambás.

A sustentação desses mitos, contudo, não seria possível, por mais que a imaginação alimentasse a mente dos que vinham para a América e, principalmente, dos que não conheciam pessoalmente o continente. Com o tempo, trocaram-se os mitos – já que não se viam, de fato, gigantes, acéfalos e cia – por uma tentativa racional de entender o que eram os índios, partindo do pressuposto de que eles *também* eram humanos: "O descobrimento da América teve nesse sentido uma influência de certa dualidade, pois ao mesmo tempo em que contribuía de maneira eficaz para o desenvolvimento da fantasia mítica e monstruosa, contribuía também para a destruição daqueles depois de séculos de vida[3]".

A monstruosidade projetada sobre a América era símbolo da alteridade: o homem europeu era divino, feito à imagem e semelhança do Criador. Tudo o que se afastava desse

---

[2] Francisco Javier Pizarro Gómez e Miguel Rojas Mix, *Mytos e monstruos del Imaginário Americano como Laberinto de la identidad* in Neide Marcondes e Manoel Bellotto (org.), *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras da América*, São Paulo, Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999, p 22; Tradução livre de: "La expedición y, portanto, el descubrimiento se convertían así en el necesario paso de la frontera física que se convertia así en la frontera de la razón, en el límite entre la realidad y la fantasía, de una fantasía excitada por el atractivo de lo desconocido".

[3] Idem, p. 23; Tradução livre de: "El Descubrimiento de América tuvo en este sentido una influencia de cierta dualidad, pues al mismo tiempo que contribuía de manera eficaz al desarrollo de la fantasia mítica y monstruosa, contribuía también a la destrucción de aquéla después de siglos de vida".

ideal humano era pagão e monstruoso. No entanto, é importante notar que, apesar da monstruosidade ter sido predominante nessa primeira fase, o mito do Paraíso Terrestre já se fazia presente, apontando um caminho que de fato seria trilhado nos séculos seguintes: a América e seus habitantes se encontrariam mais próximos do que qualquer outro continente ou população da mítica Idade de Ouro, onde a bondade, a liberdade e a felicidade haviam sido os únicos sentimentos humanos. Passa-se da monstruosidade e demoníaco para o paradisíaco e sublime, mas ainda estamos no plano dos conflitos gerados pela alteridade.

Para acompanhar a trajetória percorrida pela América no imaginário intelectual europeu, recorro à obra de Afonso Arinos de Melo Franco, *O índio brasileiro e a revolução francesa*[4]. Já no início da obra, confirmando o convívio dos mitos com a tentativa de compreender o homem americano, cita a carta escrita entre 1502 e 1503 por Américo Vespúcio, *Mundus Novus*, como a pedra angular das construções teóricas da bondade natural do homem: "Sobre a índole dos habitantes, [Vespúcio] diz que era cheia de cordura e inocência. Viviam em regime de comunismo absoluto, pois ignoravam a propriedade, a moeda e o comércio, e assim se davam muito bem. Inteiramente livres, não tinham reis nem chefes, sendo cada um rei de si próprio. Essa liberdade social era completada por uma absoluta liberdade moral, pois desconheciam templos e ídolos. Homens e mulheres eram de grande perfeição física, sobretudo as mulheres, que se entregavam perdidamente a todos os excessos amorosos. Para suprema ventura, essa vida venturosa se prolongava por muitas décadas, pois os índios nunca adoeciam e viviam em média 150 anos...[5]".

A apologia do "bom selvagem" continuaria nas obras de Jean de Léry e André Thevet, de João Affonso de Saintonge, de Hans Staden, de Pyard de Laval, sem esquecer que antes de Américo Vespúcio, Pero Vaz de Caminha já havia dado informações simpáticas em relação à nova terra e à sua gente "muito saudável". No entanto, é preciso estar atento para

[4] Afonso Arinos de Melo Franco, *O índio brasileiro e a revolução francesa – as origens brasileiras da teoria da bondade natural*, Rio de Janeiro, Topbooks, s/data. Para as análises dos séculos XVI e XVII, utilizei a versão resumida da Revista do Brasil, Rio de Janeiro, Rio Arte/ Fundação Rio, ano 4, n°10, 1989. Apesar do interesse do autor recair sobre a figura específica do índio brasileiro e de suas relações com a revolução francesa, das limitações interpretativas impostas ao trabalho pela antipatia explícita nutrida por Afonso Arinos pelo iluminismo e pela própria revolução, a obra possui um imenso valor como um estudo de fôlego sobre a influência da América no pensamento europeu.

[5] Revista do Brasil, p. 34.

o caráter dúbio das afirmações que apontam apara idéia de bom selvagem. A ausência de rei, lei e fé poderia – e foi – encarada de forma negativa por muitos. Como analisou Guillermo Giucci, a diferença poderia ser curiosa e significar atração estética, mas seria, sempre, *diferença.* E, como tal, perigosa. "Disciplinar o rebelde será uma das tarefas prioritárias do colonizador ao longo do século XVI, em especial a partir de 1532. As categorias interpretativas emanam dos valores do soldado comerciante, aliando-se à pulsão dominadora que anuncia o expansionismo lusitano no Brasil. Em última instância, o episódio da retirada dos tupiniquins, depois da dança com Diogo Dias, reafirma o substrato da diferença, atuante desde a chegada do viajante europeu ao quarto continente[6]". Além desses viajantes cronistas, é importante lembrar um grupo de escritores que criou obras literárias que apresentavam um universo idílico, reinos de virtude, que faziam o papel de espelho da Europa, espelho mágico, que mostrava o que a Europa não era para deixar mais claros todos os seus vícios. Alguns desses autores foram Erasmo, Rabelais, Montaigne e Morus – cuja obra *Utopia* teve enorme influência, no século XVIII, sobre as obras de filósofos, principalmente Rousseau. Afonso Arinos afirma que na "Utopia está escrito que 'a virtude consiste em se viver de acordo com a natureza' e que 'quem obedece à razão escuta a voz da natureza'. Eis, em síntese, a teoria da razão natural que daí por diante progrediria até o século XVIII[7]". No século XVII, nomes importantes por suas teorias jurídicas – como Grotius e Puffendorf – continuaram em outras bases, mais científicas, ou pseudocientíficas, a formação da teoria da bondade natural. Finalmente, o século XVIII herdaria as idéias dos séculos anteriores, retrabalhando-as de forma a fazer da bondade natural do homem uma teoria política. Tal teoria política se baseava em três idéias que iram se tornar os três principais lemas da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade e teriam atingido seu ápice nas produções de Rousseau influenciado, principalmente, por Montaigne.

O pensamento ilustrado parte da idéia de alteridade para desenvolver as noções de civilização e progresso. Ao enfatizar o estado de natureza do homem americano, o

[6] Guillermo Giucci, *Sem fé, lei ou rei: Brasil 1500-1532*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993, p.32.
[7] Afonso Arinos, op. cit. p. 38.

iluminismo trabalha com a idéia de civilização. Civilização é palavra do século XVIII, criação iluminista, que traz em si a tomada de consciência da existência "horizontal" do homem, apreensão das diferenças no tempo e no espaço entre as sociedades humanas. "Trata-se então de uma arqueologia humana, na qual as diferenças apenas demonstram um caminho ao longo do qual os homens progridem do selvagismo à civilização[8]". A concepção do homem americano como igual (humano), mas diferente (selvagem) foi que permitiu a formulação desse sentido assumido pela palavra *civilização*. Os ganhos materiais trazidos pela civilização não compensariam a perda da bondade natural presente entre os humanos da América. Era preciso um movimento de renovação, de limpeza dos vícios trazidos pela civilização, tendo como horizonte utópico as comunidades quase celestes do continente americano.

Aonde leva a alteridade?

Da exposição anterior, conclui-se que a América e seus habitantes foram usados como espelho invertido da Europa. No momento das Descobertas, se mostrava monstruosa e contrastante com a beleza renascentista dos europeus. Os índios eram confundidos com monstros imaginados. É o Outro total, fora da noção de humanidade. Quando os índios passam a ser encarados como humanos, são humanos *diferentes*. Primeiro, são humanos inferiores, deformados. Depois, superiores, naturalmente nobres – a Europa que se ressente de seus vícios absolutistas, busca na imagem do outro a inocência perdida – mas sempre o Outro. Nos dois casos, a alteridade foi pretexto para a violência. "O encontro entre o Velho e o Novo Mundo, que a descoberta de Colombo tornou possível, é de um tipo muito particular: é uma guerra, ou melhor, como se dizia então, a conquista[9]". O olhar sobre o outro não tem conseqüências pacíficas. A alteridade deve ser destruída ou reduzida à igualdade. A monstruosidade dos novos súditos dos impérios europeus era motivo para seu massacre ou sua redução ao ideal europeu de humano através da catequese[10]. Quando os

[8] Francisco José C. Falcon, *Iluminismo*, Série Princípios, ed. Ática, São Paulo, 1986. p. 60.
[9] Tzvetan Todorov. *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo, Matins Fontes, 1991, p. 51.
[10] Ronald Raminelli, *Imagens da colonização – a representação do índio de Caminha a Vieria*, Jorge Zahar Editor, 1996.

índios passam a ser considerados iguais, mas superiores, são motivos para as guerras dos europeus contra os europeus, da Europa ilustrada contra a Europa absolutista. Não são mais vítimas de uma violência concreta (ou são vítimas numa intensidade menor), mas continuam sendo violentados pela ausência de identidade. Ser demoníaco ou edênico, o indígena sempre foi o que o europeu decidiu que seria.

Hoje

Passados mais de duzentos anos da Revolução Francesa, tendo ultrapassado a idealização romântica dos índios no século XIX (conseqüência das idéias engendradas pela Ilustração) e num contexto de consolidação das lutas pelos direitos humanos, em que essas reflexões podem auxiliar?

Primeiro, é possível perceber que a decadência das idéias de civilização e progresso não tem conseqüências somente negativas, como se costuma pensar. O relativismo em que nos percebemos tontamente nos últimos trinta ou quarenta anos serve para perceber que a unidade (universal) é formada de diferenças (multiculturalismo). A partir dessa constatação, é possível pensar os povos indígenas inseridos nesse amplo conjunto sobre o qual é tão difícil pensar, denominado *humanidade.* Para tanto, não se faz mais necessário alocá-los uns graus acima ou abaixo de nossa escala evolutiva, para desculpá-los de suas *extravagâncias* (diversidade cultural, diríamos hoje em dia). A diferença não é mais exceção, é regra.

Segundo, foi consolidada a noção de que toda comunidade é etnocêntrica, o que nos faz ter mais cuidado ao classificar práticas culturais como *desumanas.* Tenta-se cada vez mais extrair das diferenças culturais o universal humano. A objetividade desse termo (humano) se alcança pela afirmação do contrário da idéia de objetividade. Assume-se que a idéia de universal humano é ocidental e se coloca essa invenção à prova. Pergunta-se: até onde o humano é universal? As respostas não são óbvias, e isso é ótimo. Assim como fiz questão de afirmar inicialmente que faria minhas reflexões *delicadamente*, os estudiosos que se debruçam em responder à questão do humano universal também têm procedido com delicadeza.

Finalmente, tem-se observado a emergência da pluralidade da noção de diferença cultural. Ainda há pouco, as diferenças culturais eram pensadas em termos de primeira pessoa do plural, *nós* (grandes comunidades como etnias e nacionalidades) e os outros (idem). Hoje, o multiculturalismo já é pensado em termos de *nós* e *nós* mesmos. Uma vez que o pronome *nós* esteve historicamente vinculado ao Ocidente, dizer que a questão multicultural é pensada em termos de "*nós* e *nós* mesmos" significa apontar para a assunção das diferenças culturais no seio das grandes unidades culturais. Não se pensa mais em termos do que significa ser brasileiro, mas ser branco, acadêmico e brasileiro. Ou negra, acadêmica e homossexual. Ou criança, guarani, iletrada. A "redistribuição" das diferenças permite pensar com mais cuidado sobre elas.

"Pensar com mais cuidado sobre...". Eis aí uma fórmula que não me parece reducionista. Pode não resolver todos os conflitos, mas certamente é um perfeito antídoto para os abusos baseados em estruturas de pensamento aparentemente incontestáveis. Cuidado, é necessário muito cuidado...

HISTÓRIA ORAL CONSTRUÍDA COM MEMÓRIAS DE GUERRA

Prof. Dr. Carlos Frederico Corrêa da Costa – Dep. História/CPAQ/UFMS

Este Simpósio Temático tem como objetivo a troca de idéias entre os pesquisadores que trabalham com a História Oral, tendo como fontes memórias de guerra.

Que suportes têm os pesquisadores para a construção da História a partir da memória? Quais as técnicas e/ou metodologias empregadas, os pressupostos teóricos com que trabalham esses construtores de representações?

Outro aspecto que tem margem para ser discutido é a questão da verdade em História, quando as fontes que alimentam a pesquisa são depoimentos, portanto, sujeitos a esquecimentos, nem sempre de fato ocorridos, e acréscimos ao fato histórico provocados pela emoção de quem viveu situações extraordinárias.

Memórias de guerra têm um condicionante que difere de outras memórias, porque foram vividas em situações que fogem ao cotidiano, o que conduz muita das vezes a um depoimento épico ou melancólico que transparece na narrativa. Como deve o pesquisador lidar com esta variável para que possa construir uma representação histórica que mais se aproxime do fato vivido?

Estas como muitas outras, são questões que pesquisadores que trabalham com as memórias de guerra poderão ter oportunidade de socializar, transmitindo suas experiências pessoais.

Outro fato que também justifica o Simpósio Temático, é que prováveis assistentes, como professores do ensino fundamental e médio, sintam-se estimulados a escreverem, juntamente com seus alunos, histórias das escolas, dos bairros, da pequena cidade e até mesmo histórias de famílias, o que poderia ser uma boa contribuição para a construção do saber histórico.

****

A narrativa na História Oral começa a instigar o pensamento quando se faz uma reflexão sobre como deve ser reproduzido o discurso oral após a mediação do oralista. Há os que defendem a pureza da transcrição do depoimento, outros acham que há necessidade de uma edição onde a correção dos erros ortográficos, de concordância e da coerência textual tornam o texto mais agradável para leitura, outros, porém, vão além da edição, inovando até na terminologia, usando expressão como *transcriar*, tomada de empréstimo ao tradutor e poeta concretista Haroldo de Campos.

Como proposta para discussão neste Simpósio, trago para uma leitura crítica o texto abaixo onde, em uma primeira fase, se procurou transcrever um depoimento com toda a fidelidade da fala do narrador, passando-se em seguida a "transcriar" o texto, procurando-se produzir um texto literário, onde aparece o dito e o não dito, mas que foi subentendido; o "teatro da linguagem" de Roland Barthes, onde a procura da emoção transmitida na fala é buscada a todo momento.

Mas como o oralista, representado por um historiador, um sociólogo, um antropólogo, ou outro cientista social, pode ter credibilidade após alterar substancialmente um depoimento oral? Implicando a questão da ética, o oralista dispondo do texto definitivo deve apresentá-lo a aquele que lhe deu o depoimento para que o leia, confira suas palavras e legitime o texto, concordando com a sua divulgação. Caso contrário, o texto deve ser refeito quantas vezes for necessário até obter a aprovação para a divulgação, podendo mesmo deixar de ser divulgado por falta de acordo entre o depoente e o pesquisador.

Foi dentro desta proposta metodológica, que surgiu o texto memorialista abaixo:

****

O General Darcy Lazaro é homem mais para baixo do que para alto, com uma memória muito boa, e cercado de farta documentação sobre assuntos da II Guerra Mundial, em especial sobre a participação do Brasil.

Passados tantos anos, a guerra do Teatro de Operações da Itália ainda é o seu assunto principal, apesar de ter desempenhado muitas outras funções e exercido comandos importantes. As histórias da Força Expedicionária Brasileira (FEB) afloram com facilidade e nota-se o gosto com que faz suas narrativas.

O General tem um escritório montado no Plano Piloto de Brasília, é assistido por uma secretária e um motorista particular, provavelmente devido a sua deficiência visual que vem aumentando com a idade. Não tem mais condições de ler e a sua secretária lê em voz alta suprindo-lhe das suas leituras; o motorista além de conduzir o veículo é também uma espécie de ofice boy do General.

Sua voz ainda é forte, imperativa como é comum entre os militares de carreira, porém seu tratamento é à moda antiga, respeitoso, cerimonioso, escolhendo as palavras mais adequadas, ao mesmo tempo em que se preocupa em esclarecer o significado dos conceitos que fazem parte da indagação do entrevistador.

O General Darcy Lazaro, único oficial da sua turma da Escola Militar do Realengo a atingir o generalato, no meio febiano é uma lenda viva, muito respeitado e admirado, tanto pelos que foram seus comandados ou superiores, como por aqueles que tiveram notícias das suas ações de combate.

****

A MINHA COMPANHIA TEVE 29 MORTOS E 143 FERIDOS E NÓS ÉRAMOS 193

Desse período da guerra, eu discordo muito de um certo ponto de vista, que diz que o Brasil não precisava ter entrado na guerra. Eu era ajudante-de-ordem do general Álcio Souto e vivi um ambiente muito próximo do governo. Dizem que o Presidente Roosvelt teve um encontro com Getúlio no Nordeste, porque queria que o Brasil entrasse na guerra. Eu acho perfeitamente normal ele querer o maior número de aliados possível, mas o que ele queria era o seguinte: os alemães ocuparam o Norte da África, em Dacar tem o estreito do Atlântico, de Dacar a Natal, no Nordeste brasileiro, está a parte mais estreita do Oceano Atlântico e era possível que se os alemães vencessem os ingleses na África eles atravessassem o estreito do Atlântico e invadissem o Nordeste.

Para colaborar com as preocupações existentes na época, veio para o Atlântico Sul uma frotilha de submarinos alemães para perturbar a navegação marítima dos Aliados e afundaram trinta e um navios mercantes brasileiros e um da Marinha de Guerra. A frotilha era composta de oito submarinos de quinhentas toneladas e dois de setecentas toneladas, apoiados por um submarino tanque 1/460 que abastecia em pleno Atlântico não só de combustível mas das necessidades de sobrevivência. Existiam também submarinos italianos, o Da Vinci e o Barbarigo, por exemplo.

No torpedeamento dos navios mercantes morreram novecentos e setenta e um brasileiros; e no torpedeamento do navio da Marinha de Guerra Marquês Vital Oliveira, morreram cem militares da Marinha de Guerra. Em novembro de 1944 acompanhei, como Ajudante-de-Ordem, o general Álcio Souto a uma cerimônia na Escola Militar, e na ida o general comentou que o capitão fulano estava indo para a guerra, então eu lhe disse que também gostaria de ir para a Itália desde que ele, o general, não pensasse que eu estava desertando do serviço dele. O general Álcio Souto comentou que eu tinha apenas cinco meses de casado, mas iria falar com o general Anor Teixeira dos Santos, chefe do Estado Maior da Força Expedicionária Brasileira no Interior, durante a cerimônia.

Ainda comentei com o general que tinha muita curiosidade de ver a guerra e gostaria que meus filhos se orgulhassem do seu pai por esse fato. Na volta, de carro, o general me deu a notícia de que existiam muitos capitães interessados, até sobrando, mas que ele conseguiu a minha indicação para a FEB.

Eu já tinha um cunhado, também capitão, casado com a irmã da minha mulher, que estava na Itália, e depois do almoço dei a notícia a minha mulher dizendo que ia me encontrar com o meu cunhado na Itália.

Fui para a Vila Militar me apresentar, tomei não sei quantas vacinas, que naquela época as reações eram muitos fortes, e a uma hora da madrugada estava na Intendência recebendo uniforme e equipamento; no dia seguinte, cedinho, foi a vez de preparar a documentação administrativa, a Declaração de Herdeiros em benefício da minha mulher...

Na hora do embarque, no fim da tarde, foi verificado que meu nome não constava na lista de embarque, e só no dia seguinte, à noitinha o comandante do navio resolveu autorizar o meu embarque. O navio saiu de madrugada, escoltado por navios de guerra da Marinha brasileira. Do tombadilho do meu navio eu via de um lado e do outro e atrás, os navios da Marinha com suas guarnições em seus postos de combate, prontos para enfrentarem os submarinos inimigos com fogo cruzado, e assim prosseguimos em zig-zag por vários dias.

Eram fornecidas apenas duas refeições por dia, café e almoço, não tinha jantar. Certo dia entrou um americano em nosso camarote, eram oito oficiais, perguntando quem queria jantar também, eu imediatamente me prontifiquei e fiquei encarregado da faxina da proa, não deixando que um só papelzinho caísse no mar para não servir de esteira para os submarinos alemães, para ter direito a jantar todos os dias, até Nápoles.

Nosso navio atracou no bordo de um navio afundado de boca para baixo, e nossas tábuas passaram por cima do casco parcialmente submerso, afundado na grande batalha para a conquista de Nápoles. No mesmo dia embarcamos em pequenos transportes de pessoal que iam jogando no mar Tirreno e nós vomitando, até chegarmos a Livorno, quando fomos para um grande acampamento. No dia seguinte o general Zenóbio foi visitar as tropas recém chegadas e ao passar por mim disse: "Você vai comandar a 1ª/11º RI (Primeira Companhia do 11º Regimento de Infantaria)". Eu seria o terceiro comandante da Companhia. O primeiro não se deu bem e foi tirado do comando, o segundo levou uma rajada de metralhadora no peito, ficou caído na neve e o ordenança[1] dele foi buscá-lo junto com um padioleiro, durante a noite, o encontraram, resgataram-no e o capitão terminou indo para um hospital nos Estados Unidos, regressou ao Brasil e morreu como tenente-coronel com seqüelas desses ferimentos.

Comigo, o terceiro comandante da Companhia, deu tudo certo graças a Deus, embora tenha havido problemas sérios na Companhia, resultando em vinte e nove mortos e cento e quarenta e três feridos em um efetivo de cento e noventa e três homens. A 1ª/11º RI apesar de tudo, saiu-se muito bem na guerra, atacou, defendeu, perseguiu, foi uma Companhia que lutou muito.

Eu participei de vários combates, inclusive de Monte Castelo, mas o que mais me causou dificuldades foi Castelnuovo. Era uma posição conquistada pelos aliados brasileiros e cabia a minha Companhia prosseguir na direção do objetivo. Comecei a progressão com três pelotões no primeiro escalão, caímos todos em um campo de minas e em poucos

minutos treze dos meus homens perderam o pé, um deles ao meu lado, e eu tive que dar uma parada debaixo do fogo, fazendo nossas armas pesadas atirarem e pedindo fogo de Artilharia que nos apoiou muito bem.

A Engenharia que nos acompanhava, especialistas em retirada de minas, foi limpando uma trilha e botando uma fita grossa, branca, sinalizando um caminho pelo qual se podia passar sem se pisar nas minas, e ao cair da noite conseguimos expulsar o inimigo e conquistamos Cessaço. Nenhuma ação, Castelo, Montese me deu tanto prejuízo em vidas e feridos como essa...

Participei de vinte duas arrancadas, vinte vitoriosas, ficaram faltando exatamente duas que antecederam a vitória de Monte Castelo. À frente do Brasil, da tropa brasileira, era muito larga e não se tinha noção do valor militar do inimigo. No primeiro e segundo ataques a Monte Castelo o nosso número de combatentes era desvantajoso em relação ao inimigo, e mais, as condições topográficas, o inimigo em cima do morro e nós tendo que atacar de baixo para cima; a segunda grande dificuldade era que o inimigo atirava nas nossas costas, tiro de revés como se chamava, do Monte Belvedere. O general Mascarenhas e o tenente-coronel Castelo Branco, Oficial de Operações, detectaram o problema e no terceiro ataque a Monte Castelo a 10ª Divisão de Montanha, americana, atacou Belvedere e nós conquistamos ousadamente o famoso Monte Castelo.

Quando conquistamos Turim, recebi ordens do meu comandante de Batalhão para seguir de jipe até a fronteira da França com a Itália a fim de me ligar com o general comandante da 27ª Divisão Francesa, para comunicar, de ordem do general Mascarenhas de Morais, que do lado da Itália estavam as tropas brasileiras e que o comandante brasileiro desejava um bom entendimento e que oferecia toda cooperação que fosse desejável e possível. Eu prestei bem atenção nessas duas palavras: desejável e possível.

Escolhi para ir comigo o tenente Quintiliano, que era uma pessoa muito animada, um sargento e um motorista. Em cada cidade que passávamos encontrávamos os partizanes, tropas irregulares italianas, e eu dizia braziliani e pedia informações ficando sabendo se à frente nós tínhamos "tedesqui" ou partizani; quando era partizani partíamos para lá e assim nós fomos prosseguindo até encontrar uma tropa regular, que de longe, pelo binóculo não sabíamos distinguir se eram alemães ou franceses. Eu disse para o tenente ir acenando um lenço branco e fomos de encontro à tropa, que era de franceses comandada por um sargento; o sargento chamou o tenente e em cima do capô do jipe ele seguiu comigo para falar com o comandante da Companhia. O capitão, com maiores recursos, fez as comunicações necessárias e fomos encaminhados diretamente ao Quartel-General.

No Quartel-General fui recebido pelo coronel Chefe do Estado Maior da Divisão e depois pelo General francês. Ele admirou-se muito de eu ter conseguido chegar até ele atravessando linhas de alemães, que felizmente não encontrei. Transmiti a mensagem do

meu general, dei-lhe outras informações sobre as tropas brasileiras, muito limitadas porque eu era um simples capitão, e retornei. Meses depois recebi uma nota informando que o governo francês tinha me condecorado por causa dessa ação, o que me deixou muito satisfeito pela generosidade do governo francês. Esta condecoração guardo com muito orgulho juntamente com outras gratas recordações da minha vida profissional.

Depois desse combate em que tivemos tantas baixas, que muitos homens saíram do campo de batalha em uma padiola diretamente para um hospital, a reação da minha Companhia era que somos combatentes, guerreiros, não somos medrosos, e a vontade era brigar, combater porque nós queríamos ir a forra desses homens... e isso eu explorava para conseguir êxito nas missões.

Quando voltei da guerra ouvi falar que os militares na Itália confabulavam sobre problemas políticos. Na minha Companhia não tinha nada disso, só se pensava na guerra. Não se falava em problema político na minha Companhia, e se falasse eu mandava calar a boca, porque eu não admitia nenhuma manifestação política na minha tropa. Ninguém nunca me falou para fazer ou deixar de fazer qualquer coisa no campo político, isso é coisa de jornal e eles podem dizer as bobagens que eles quiserem, eles têm direito.

O militar deve acompanhar a situação nacional, saber o que está acontecendo, isto é diferente de uma atuação política, discutir política dentro do quartel. A Política para o militar é assunto do Alto Comando e nós temos que acreditar na competência profissional, moral e patriótica dos nossos chefes militares, que saberão sugerir e orientar uma imagem correta dos fatos.

Antes de terminar esta entrevista, eu quero lhe dizer umas coisas. Todo extremismo é horrível, quer de direita quer de esquerda. O Presidente Castelo Branco, com quem trabalhei diretamente em mais de uma ocasião, dizia que nós devemos ter um objetivo, uma direção, no sentido da seriedade, da honestidade, sem preocupação com direita ou esquerda, com situação ou oposição, o que deve interessar é o Brasil, se é bom ou ruim para o Brasil.

---

[1] Soldado, uma espécie de criado dos oficiais comandantes

CRIANÇA, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA IMPRENSA DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - MG (1900-1920).

Carlos Henrique de Carvalho* - UFU

Introdução

Trata-se de um estudo que buscou caracterizar as particularidades dos embates entre católicos e republicanos no interior do país, mais especificamente nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período compreendido entre 1900 a 1920, tendo nos jornais da época a principal fonte documental da pesquisa. Buscou-se, ainda, compreender as articulações do regional com o nacional, como forma de ter um quadro histórico mais abrangente, não apenas em relação ao conflito, mas também perceber as concepções e dimensões de educação que eram propostas pelos dois grupos em disputa, em particular a dimensão que ambos tinham sobre a infância.

Criança, educação e religião

Sabemos que, a partir da Constituição de 1891, a educação (sobretudo a popular) veio sendo considerada pelos líderes republicanos como fator fundamental para que o novo regime político fosse consagrado[i]. Ou seja, segundo eles, os problemas nacionais somente seriam solucionados, fornecendo-se educação à população. Estas idéias eram baseadas no positivismo de Durkheim[ii], onde, para que o indivíduo conseguisse se integrar numa sociedade, ele necessariamente teria que ser educado para isso. Apesar do entusiasmo republicano inicial, o ensino acabou não sendo alvo de muita atenção[iii], devido ao fato de que esta nova fase não chegou a alterar suficientemente as estruturas de poder. Este acabou reforçado, nas mãos da oligarquia regional, e nisso, quem não pertencia à camada dominante, mesmo tendo militado pela República, passou a ser alvo de repressão, devido a suas idéias progressistas e de contestação ao poder vigente. A essa altura o entusiasmo pela educação foi perdendo forças[iv].

O Brasil não organizou o seu próprio sistema nacional de ensino, a partir do final do século XIX, quando o acesso à escola (devido o contexto das sociedades modernas que então exigiam o ingresso da população numa cultura letrada) passava a ser considerado dever do Estado e direito de todo cidadão. A universalização do ensino e conseqüente erradicação do analfabetismo não estava entre as prioridades da União. O Estado Nacional desobrigou-se desse dever, sendo que durante todo o Império e Primeira República, a educação básica esteve sob a responsabilidade das Províncias e, posteriormente, dos Estados Federados[v].

Cada estado, ao por em prática as reformas do ensino, seguiam uma orientação que não condizia com a original. Daí não se conseguir visualizar um só sistema nacional de educação[vi]. Haviam vários. No entanto, não se pode considerar esta descentralização de poderes, a responsável nem pela falta de um plano nacional de ensino, nem pelos problemas inerentes ao sistema escolar. Na verdade houveram diversos outros fatores que contribuíram para tal situação na 1ª República. Por outro lado, afirmar que uma centralização do poder resolveria tais problemas, também não teria fundamento[vii].

Uma outra questão em voga, devido o advento da República, era a separação entre Estado e Igreja. A laicidade do ensino público foi estabelecida em detrimento do ensino confessional, mantendo-se assim até a Constituição de 1934. Ou seja, a partir da proclamação da República, o ensino tende a perder a influência religiosa. Segundo Capelato, a liberdade de pensamento reivindicada nas escolas, significava a não introdução do ensino religioso. Se a idéia era configurar uma nova mentalidade, moderna, por isso mesmo laica e fundamentada na razão, a influência da religião deveria ser combatida, pois ligava-se ao tradicional, ao que se estava querendo suprimir[viii]. Justificava-se a superação do “velho” (concepções e dogmas propugnados e perpetuados pela Igreja Católica), com as perspectivas otimistas que o “novo” prometia (uma nova realidade social, cuja âncora seria uma educação de bases científicas e filosóficas). Segundo Webere, *embora o estabelecimento da laicidade da escola pública representasse, até certo ponto, um golpe*

para a Igreja, na realidade a orientação católica de todo o ensino manteve-se nas suas concepões e objetivos[ix]. Prova disso são os artigos encontrados em Patos de Minas:

> (...) Si a civilisação fez o desenvolvimento da sciência, das bellas artes e da literatura, é porque não pode haver civilisação sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessário. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessário a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do indivíduo, da família, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua pátria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilisação, não pode haver progresso.(...)[x].
>
> (...) A religião, a pátria e a família reclamam a instrucção da nossa mocidade que, uma vez instruida é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bazes do direito social, o princípio de auctoridade, a constituição da família e o amor da pátria tendo por guia a religião.(...)[xi].

Como se observa, as idéias de progresso, civilização, pátria, liberdade, próprias do ideário republicano, na Cidade de Patos, caminhavam junto às concepções tradicionais da Igreja católica, configurando um perfil do ser criança no contexto de transformações pelas quais a cidade de Patos de Minas experimentava naquele momento, reforçando a idéia de que a Igreja Católica não poderia abdicar de sua responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento das crianças. Portanto, a sua presença torna-se fundamental para a educação da infância. Posteriormente, quando se propunha numa nova reforma para o ensino, a restauração da educação católica nas escolas, lia-se artigos do seguinte teor na Cidade de Patos:

> A expulsão do catechismo das escholas em um paiz quasi que na sua totalidade catholico, qual o Brasil, representa a mais perigosa ameaça contra a harmonia da familia brasileira. O Brasil, catholico desde os primeiros actos do seu descobrimento, jamais se devêra sujeitar a essa tam nefasta medida posta em pratica pelo nosso governo republicano, medida prejudicialissima, que já deu, como era esperado, os tristissimos fructos que já infelicitaram a nossa Patria, cuja regeneração parece uma utopia, em vista da intensidade dos males provindos da educação sem Deus, expulso das escholas primarias como *elemento de desordem*! (...) E sendo a eschola o principio da felicidade de um povo, quando é ella moldada nos sãos principios de uma bôa educação intellectual, moral e religiosa, è ella mesma a infelicitadora do mesmo povo, quando não completa, rigorosamente, aquella excellente trilogia. Agora, depois de dados os fructos da educação sem Deus, parece que, à uma representação de catholicos mineiros, o governo restaurará a disciplina do catechismo nas escholas primarias públicas, tornando-a obrigatoria nos collegios particulares. Embora algum tanto tarde, pois que o mal já se apoderou do corpo, regosijmo-nos sinceramente com o gesto sympathico e consolador de tal medida, mormente si der os fructos que, confiados somente em Deus, seja-nos permitido esperar, para felicidade da terra da Sancta Cruz. Deus que nos ouça neste angustioso momento, fazendo das escholas o logar predilecto para o ensinamento de sua divina religião, unica que nos pode redimir de tantos males que nos tem perseguido!...[xii]

Que mal seria esse que já havia se apoderado do corpo, fruto de uma “educação sem Deus”? Segundo um Mestre-Escola na época, tratava-se da criminalidade:

> Suprimidos do ensino e educação da mocidade os inflexos do christianismo, o unico que possue o poder maravilhoso de refrear e domar as paixões humanas, e exposta essa mocidade às escolas do vício, isto é, ao mao exemplo ou escandalo que, em

> todas as partes ora se patenteia, o que ha de ser o futuro destes nossos pequenos, agora, que tudo facil e indelevelmente lhes grava no animo?! Ha de ser o que a experiencia já vem nos mostrando com os factos que, cada dia, se desenrolam entre nòs, onde ninguem ignora o desenvolvimento espantoso da criminalidade. (...) Ahi temos a colheita dos fructos que houvemos plantado! Ahi temos a consequencia logica de nossa desidia para com os nossos filhos; da escola *neutra*, officialmente implantada em nossa terra e tolerada pela profunda indifferença e mortal inercia de nós, catholicos brasileiros, que sò nos contentamos com o ficar na immensa, na louvável maioria! Meus bons collegas, considerae que uma bôa parte cabe-nos na regeneração de nossa Patria; porque optimo campo de acção se nos depara. E diante d´esses grandes infortúnios, muito lamentavel seria tambem a nossa desidia, si nós, que tomamos o encargo tão importante, quão espinhoso de ministrar os primeiros conhecimentos humanos à pequenada, deixássemos de ensinar-lhes, igualmente, o caminho da verdadeira felicidade, fundado na pratica da sublime e incomparável doutrina do Divino Martyr do Golgota. Mãos á obra, pois, camaradas! E catecismo no caso![xiii]

Quanto aos pensamentos que circulavam na antiga Uberabinha, sobre o ensino religioso nas escolas públicas, percebemos algo diferente, com relação às idéias publicadas na então Cidade de Patos:

> Eis pois como o professor tem as suas funções. A sua representação official prolonga-se ate onde elle for, penso desta maneira. Dada, pois a faculdade de ensinar a religião, em qualquer parte onde elle o fizer, fará oficialmente. E´ a sua posição de mestre que, sem violência, levara o alumno as lições de doutrina. Basta que o menino saiba que indo a Igreja, agrada ao mestre, para que, sendo um bom menino, um discípulo extremoso, não falte as aulas do cathecismo. Pergunto, isto se dando, não estará o professor exorbitando de suas funções, abusando do seu prestigio official e moral, por impor suas idéias a sociedade em que convive? (...) Outro argumento: Que se dirá de um professor que ande pelas ruas e praças de sua

> localidade, as des horas, tardes momentos de noites mortas, violão aos braços, dedilhando versos a pallida visão dos seus amores? – Que este professor não e, na significação do termo proprio; se o fosse guardaria a compostura das suas funções. E o mesmo dir-se-a de um rapaz que seja, por exemplo, um colletor? Não. Mais feliz do que nos, elle pode cantar ao violão e deleitar-se nas serenatas, porque não tem prolongada consigo, a representação official, que temos nos com os outros. Portanto, si o professor tem, acompanhando-o a representação de seu cargo, em qualquer ocasião; se elle ensinar religião o faz officialmente, porque, quando não o seja, pode-se presumir, que, devido a sua força moral sobre os meninos, elle consegue traze-los ao ensino da doutrina. Isto estaria, peço permissão para dize-lo, a prevaricação moral do professor, o abuso de confiança no cargo que exerce.[xiv]

Claro está, que pelo menos este redator e os simpatizantes de suas idéias, não eram favoráveis a que se misturasse religião com educação. É interessante ainda neste discurso, perceber a questão da representação do professor, enquanto exemplo de moral e bons costumes. No entanto, percebe-se na fala de Guimarães, uma privação de algo que ele e outros jovens apreciavam: a música. O professor, então, para ser exemplar de uma boa conduta, deveria abnegar de certos prazeres. Semelhante ao sacerdócio de que vai se falar mais adiante.

Com relação ao (des)interesse pelo ensino das crianças, devemos esclarecer que, na Primeira República, grande parte da população ainda vivia no campo. E mesmo com o êxodo incipiente para os centros urbanos, era notável o desinteresse geral pelo ensino. Ainda não se compreendia que “benefícios” a escolarização poderia oferecer. Na zona rural, claro, não havia no que aplicar de imediato o que se aprendia, e esta idéia parece ter sido transposta para as cidades, vinda com os migrantes camponeses. Na Cidade de Patos, o clamor quanto à importância da educação, direcionava-se, por fim, à mocidade, mas especificamente às crianças que se constituiriam nos futuros cidadãos capazes de promover o progresso da sociedade:

> (...) Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permitaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, também de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistência a instrucção para vossos espíritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar.(...) Pedindo a instrucção, pedireis tudo quanto purifica, exalta e aperfeiçôa a alma humana.[xv]

> (...) Ao todo matricularam-se nesta cidade 187 creanças, cujo numero poderia ser ainda maior se não fosse a condemnavel incuria de alguns paes que preferem ver seus filhos crescerem envoltos nas trevas da ignorancia, atirados ao lodaçal da vagabundagem, a fazel-os frequentarem as escolas, fonte do saber que é a luz preciosa que guia o homem na sociedade.[xvi]

Já na então Uberabinha (hoje Uberlândia), observa-se o mesmo discurso (em 1909) em reação ao posicionamento dos pais em se tratando da educação das crianças uberabinhenses, ao sublinhar a importância do poder publico local em assumir a responsabilidade da educação delas, como pode ser observar:

> Minas procura resurgir pela escola, vae recebendo o impulcionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrucção tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rapido e yanke. Convem pois que o governo tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de familia á necessidade desse bem. E´ preciso convencel-o a convencer-se se não for possivel, obrigal-o a convencer-se. Muitas vezes a bôa logica deixa de existir para ter lugar o cumprimento de uma obrigação que a lei impõe. Cumpri-la é mais facil do que pedir por favor.[xvii]

Uma diferença é perceptível entre a forma como cada uma das duas cidades projetavam e propunham soluções para o mesmo problema. Se em Uberabinha (atual Uberlândia), havia toda uma preocupação com relação a adaptar uma vontade (seja da população em geral, seja do redator ou de simpatizantes do então órgão de propaganda em particular), local e/ou regional às idéias e pensamentos inerentes a uma política nacional. Ou seja, queria que se partisse do governo, medidas mais enérgicas com relação a uma obrigatoriedade do ensino. Só assim, vislumbravam um avanço em termos de escolarização, fator relevante para a concretização do regime republicano. Na cidade de Patos (atual Patos de Minas), o que se percebia através dos seus periódicos era a necessidade da educação enquanto purificação, enquanto herança, a mais valiosa, enquanto luz que viria extirpar as trevas, a vagabundagem, a criminalidade, não permitindo assim, que a humanidade se perdesse tão precocemente pelo caminho sem Deus.

Considerações Finais

As questões aqui apresentadas denotam o universo de elementos articulados à um plano de ação voltado para uma efetiva intervenção sobre o meio social e, principalmente educacional, no qual a criança ganhava centralidade nas ações dos dois grupos em disputa (católicos e republicanos). De um lado, os aspectos fundamentais das estratégias católicas de organização e mobilização das forças conservadoras, que buscam preservar a situação anteriormente existente. A definição de tal intervenção comportará o enfrentamento de questões inerentes ao conjunto de transformações pelo qual o Brasil passava naquele momento. No âmbito de tais questões, há o esforço em articular a estabilidade dos princípios morais católicos, expressos nos diversos artigos publicados pelos jornais.

Em contraposição ao ideal católico encontram-se os princípios republicanos de educação, considerada um fator de promoção social capaz de promover o enquadramento dos indivíduos à sociedade, em especial as crianças. Nos jornais, havia um forte apelo para a criação de escola, porque seria através da instrução que se atingiria o mais alto patamar

de progresso e civilidade, ao contrário daquilo que os ideólogos católicos propugnavam, ou seja, os princípios do catolicismo não deveriam interferir na formação escolar das crianças, futuros cidadãos da República.

Portanto, os artigos publicados pelos jornais expressão um difícil equilíbrio entre a força da tradição, que transforma toda ação educacional em uma secular obra de apostolado, e a viabilidade do moderno, no caso a República, concebida como elemento mobilizador de novas potencialidades no campo educacional.

---

[*] Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: chc@ufu.br

[i] WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997, p.39.

[ii] DURKHEIM, Émile. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

[iii] SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) **Escola Brasileira: temas e estudos**. São Paulo: Atlas, 1987, p.172

[iv] WEREBE, Maria José Garcia. Op.cit., p.39.

[v] Segundo Saviani, uma preocupação com a questão da educação a nível nacional, só veio a acontecer após a Revolução de 1930. Cf. SAVIANI, Dermeval. Educação no Brasil: Concepção e Desafios para o Século XXI. **HISTEDBR on-line**, Campinas, n.3, jul. 2001. Disponível em <http://www.unicamp.br/~histedbr/indexhisted.html>. Acesso em 19 fev. 2002.

[vi] SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) **Escola Brasileira: temas e estudos**. São Paulo: Atlas, 1987, p.172-173.

[vii] WEREBE. Op.cit., p.39.

[viii] CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.153.

[ix] WEREBE, Maria José Garcia. Op. cit., p.40.

[x] P.M. A Instrucção da Mocidade. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.3, n.4, 20 set. 1905.

[xi] P.M. A Instrucção da Mocidade. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.1-2, n.6, 09 out. 1905.

[xii] X. Restauração do Ensino Catholico nas Escholas. **O Riso**. Cidade de Patos, Minas. p.1, n.10, 12 jun. 1915.

[xiii] ESCOLA, Mestre. Consequência Logica. **O Riso**. Cidade de Patos, Minas. p.2, 12 out. 1916.

[xiv] GUIMARAES, Honorio. Discurso com que Honorio Guimarães, secretario e membro da Commissão de Bases do Congresso dos professores reunido pela segunda vez em Belo Horizonte refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nas escolas. **O Progresso**. Uberabinha, p.1-2, n.172, 28 jan. 1911.

[xv] P.M. A Instrucção da Mocidade. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.1-2, n.6, 09 out. 1905.

[xvi] Ensino Primário. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.1, n.11, 27 jan. 1907.

[xvii] A Obrigatoriedade do Ensino. **O Progresso**. Uberabinha, Minas. p.1, n.77, 14 mar. 1909.

Arqueologia da Mineração Colonial (Minas Gerais – século XVIII)

Carlos Magno Guimarães - UFMG
Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia
Coordenador do Laboratório de Arqueologia

No contexto da expansão colonial européia, a partir do século XVI, já se manifestavam as pretensões de descoberta de metais preciosos justificada pela perspectiva do que se convencionou chamar de mercantilismo. Tal perspectiva, associada à realidade colonial, permitiu que se desencadeasse, uma sucessão de tentativas com vistas à descoberta daqueles metais. Colônia portuguesa, o território brasileiro foi sistematicamente percorrido pelas expedições bandeirantes (de diferentes tipos e dimensões), até que nos últimos anos do século XVII, no território das Minas Gerais, foram evidenciadas as riquezas que iriam redirecionar o processo de colonização.

Descoberto o ouro, a região foi alvo de um intenso movimento de ocupação, dando origem a uma sociedade fortemente hierarquizada e extremamente heterogênea, marcada por toda sorte de conflitos.

A organização do trabalho teve na escravidão do africano uma das formas dominantes o que imprimiu traços marcantes à sociedade sendo notáveis os mecanismos de opressão e as modalidades de resistência desenvolvidas pela população escrava.

Indivíduos de todas as “qualidades e condições” integravam uma gama de categorias sociais imprimindo à sociedade mineira colonial um ritmo intenso, particularmente (mas não exclusivamente) no tocante à vida urbana.

Ao tratarmos da realidade colonial torna-se indispensável a referência ao aparelho do Estado. Nos primeiros momentos da colonização das Minas o braço colonial do Estado português não esteve presente, como seria de imaginar. A atuação do Estado quase sempre se fez a partir de situações criadas pela própria dinâmica da vida colonial. Um exemplo disto foi o caso da rebeldia escrava que determinou a ação do Estado a partir de suas ocorrências.

Para além da manutenção da ordem, a presença do Estado Colonial na região das Minas há que ser referida também à política de acumulação enquanto interesse do Império Colonial Português. É neste contexto que abarca tanto a política fiscal como as manifestações de rebeldia por parte dos colonos.

Para o caso das Minas Gerais a política fiscal da Coroa foi caracterizada por freqüentes mudanças na forma de cobrança dos impostos sobre o ouro. Este processo envolveu, desde o início, interesses conflitantes. De um lado a Coroa pretendia aumentar a arrecadação evitando a sonegação; do outro lado havia a sonegação por parte dos colonos associada ao progressivo esgotamento das jazidas.

Quando o volume dos quintos atingia um nível intolerável para a Coroa, a forma de cobrança era alterada, permitindo uma recuperação imediata. Logo em seguida tinha início uma queda gradativa da arrecadação, levando a uma nova mudança, em momento posterior. E esta atuação do Estado, caracterizando a situação colonial, não se fez sem reações dos colonos. As inúmeras revoltas de caráter anti-fiscal são uma evidência disto.

Mas, se por um lado a mineração foi a atividade nuclear na origem da colonização das Minas, a diversificação da economia foi seu contraponto. Como a ocupação das Minas se deu através de um grande deslocamento populacional para a região, tal fato acabou constituindo um mercado interno que funcionou no sentido de fomentar o desenvolvimento de outras atividades. A agricultura, praticamente desde o início, foi uma atividade desenvolvida paralelamente à mineração. Em que pese a visão tradicional que coloca a atividade minerária quase como exclusiva na primeira metade do século XVIII estudos recentes mostram que a realidade era outra. A própria Coroa portuguesa viu a necessidade de desenvolver atividades que servissem de suportes da atividade minerária; e este era o caso da agricultura.

Associadas às atividades agrícolas eram desenvolvidas tanto a pecuária quanto a transformação de alimentos para os mercados rural e urbano. Na pecuária, predominava o gado bovino, além do cavalar e dos muares, caprinos e ovinos. A importância da atividade pode ser atestada pela existência de uma elite proprietária escravista com presença

marcante em alguns dos conflitos internos da Colônia. A pecuária aparece como atividade de caráter escravista, e submetida ao risco de imposições fiscais (Rebelião de 1736) ou ela dá a tônica a um movimento ao qual é imputada, dentre outras, uma natureza de guerra de abastecimento (Emboabas).

Nas atividades de transformação, destacam-se aquelas que envolviam o leite (queijo); a cana-de-açúcar (rapadura e aguardente); a mandioca (farinha e polvilho); e o milho (fubá e farinha). Tais produtos evidenciam a consolidação das Minas Gerais como um amplo mercado, no qual os universos urbano e rural estiveram intensamente articulados. É nesse contexto que a atividade minerária deve ser abordada, quando se considera tanto o meio ambiente como o intenso processo de urbanização.

Considerada na sua relação com o meio ambiente a mineração remete, dentre outras, a uma questão inicial básica: como é que as condições ambientais influenciaram o aparato técnico e as formas de extração do ouro e/ou diamantes?

Do ponto de vista técnico, a atividade extrativa foi condicionada por dois tipos básicos de terreno: os leitos de rios e terraços (ou tabuleiros) por um lado, e as encostas ou barrancos por outro, configuraram os tipos de técnicas utilizados. Em ambos os casos as ferramentas, equipamentos ou recursos técnicos de infra-estrutura (construções) foram articulados em função da natureza da jazida e dos recursos disponíveis.

Há uma idéia recorrente sobre as Minas Gerais segundo a qual a atividade minerária seria mais democrática já que podia ser exercida individualmente por quem não tivesse recursos (técnicos e/ou financeiros). Se por um lado a afirmativa tem sentido, por outro não considera as possibilidades de retorno do minerador, segundo as condições objetivas de exercício da atividade. A quantidade de recursos disponíveis em ferramentas, equipamentos, mão-de-obra, infra-estrutura etc. determinava grande parte das possibilidades de retorno dos investimentos. Evidentemente há que se considerar a variável ditada pela “incerteza do achado”: um grande investimento poderia redundar num grande fracasso.

Para a extração em terraços e leitos de rios, além da mão-de-obra, os recursos técnicos demandados incluíam ferramentas (sarilhos, canoas, etc); construções (barragens, canais, desvios, molinetes, muros de arrimo etc.); e elementos como couros de boi, panos de fabricação grosseira etc. Uma unidade de mineração não necessitava contar com todos estes elementos; se alguns deles eram indispensáveis em qualquer empresa, a presença de outros dependia de condições específicas, como os recursos do proprietário.

Independente das dimensões da unidade produtiva, a atividade extrativa implicava pelo menos dois momentos: a retirada do sedimento de seu depósito original e a lavagem para apuração. Dependendo das dimensões do empreendimento e das condições ambientais, estas atividades poderiam ser desdobradas em fases intermediárias.

A construção de elementos de infra-estrutura (desvios, barragens de derivação, canais etc.) demandava recursos e prazo de carência, o que os limitava aos mineradores de maiores posses. A construção de desvios associados a barragens foi comumente utilizada para que os leitos de rios e córregos pudessem ser explorados. Com o desvio, as águas eram retiradas do leito natural, permitindo que um trabalho a seco.

Para a extração em barrancos ou encostas, onde o ouro estava localizado em níveis mais profundos, as soluções técnicas adotadas implicavam o desmonte. Esta modalidade também estava limitada a um número reduzido de mineradores pela quantidade de recursos necessários. Eventualmente um grupo de mineradores poderia se associar para potencializar seus recursos. A técnica do desmonte demandava tipos específicos de infra-estrutura, geralmente associada ao relevo.

O desmonte era feito com jatos d'água e de um trabalho constante para revirar o sedimento e transformá-lo em lama. Esta era carreada para tanques de decantação (mundéus) onde as partículas de ouro se precipitavam e ficavam depositadas nos níveis mais baixos. A lama era posteriormente escoada, passando por um canal coberto com couros de boi onde as partículas de ouro ficavam presas nos pelos. Em seguida os couros eram batidos, sendo o material recolhido e apurado em bateias.

A importância da água para esta variedade de extração determinava às vezes que fosse transportada de longas distâncias, por canais escavados no terreno e/ou na rocha, ou ainda construídos sobre estruturas de madeira (bicames) quando o relevo não era favorável. Para o complexo acima referido, usamos a denominação de sistema hidráulico.

A técnica do desmonte exigia recursos materiais e grande quantidade de mão-de-obra para que o funcionamento da unidade produtiva, limitando seu uso a um menor número de mineradores. Da mesma forma, atuava o rosário, equipamento destinado à elevação da água, geralmente utilizado nas áreas onde a sua infiltração colocava em risco a atividade minerária. Também denominado "nora", este apetrecho, pelo seu custo, era limitado aos mineradores de maiores posses; identificados por isso como "mineiros de roda". Dos maquinismos utilizados no universo da atividade minerária, o rosário foi, sem dúvida, o mais notável.

Ainda que preliminar, a análise das técnicas na mineração setecentista permite uma dupla conclusão: se havia um condicionamento histórico limitante das técnicas e da produtividade, aqueles mineradores foram extremamente eficazes no tocante a uma série de resultados que se propuseram atingir como: represamento e desvio de rios e córregos; transporte de água; desmonte de encostas; deslocamento de quantidades monumentais de sedimento etc. É certo que esta eficácia apresentava um contraponto na ineficiência dos processos de apuração. Muito do ouro, retirado de seu local de deposição, não foi apropriado, apenas mudando de lugar, pelo processo de extração minerária.

Além disso, o condicionamento histórico fica evidente quando se compara a produção setecentista com aquela desenvolvida a partir da entrada das empresas estrangeiras (no século XIX) configurando uma nova fase na história da mineração.

No que diz respeito ao vínculo entre atividade minerária e o processo de urbanização ocorrido na região das minas, a questão que se levanta diz respeito às possibilidades colocadas pela relação entre ambos. Dito de outra forma, a questão a ser respondida é: por que a atividade minerária propiciou o surgimento de núcleos urbanos em alguns pontos e em outros não? E mais, por que apenas alguns núcleos sobreviveram à decadência da

atividade minerária? A resposta para tais questões passa pela extensão, a produtividade e a duração das jazidas, permitindo que a população se fixasse (e a fixação se consolidasse) durante a sua exploração.

A possibilidade de formação de núcleos urbanos passava ainda pela estrutura de poder e por mecanismos que permitiam a concentração da propriedade das lavras embora esta, aparentemente, não fosse a perspectiva da Coroa. É possível que a concentração da propriedade das lavras e a natureza dos grandes empreendimentos tenham funcionado como limitadores da ocupação/urbanização em determinadas áreas.

Por sua vez, a decadência e o desaparecimento de núcleos urbanos devem ser considerados à luz da relevância que a atividade minerária teve em sua origem (e consolidação) e a relação com as demais atividades e com o meio rural. Acresce-se a isto a inserção, destes núcleos que desapareceram, na estrutura de poder da Colônia e também com relação ao Estado colonial. Junto com estes aspectos deve ser levada em conta a existência de atividades que pudessem substituir a atividade minerária quando da sua crise.

Como foi dito acima o significado da urbanização deve ser pensado em sua dimensão política (na dinâmica da vida colonial), considerada a inserção desta no denominado Antigo Sistema Colonial.

Uma ressalva deve ser feita; a visão mais tradicional sobre a realidade mineira setecentista tem atribuído à vida urbana tal preponderância que, o universo rural quando não desaparece torna-se absolutamente desimportante.

A clivagem entre o urbano e o rural na sociedade mineira setecentista não pode ser vista nos mesmos moldes de uma realidade atual. Dentre outros motivos porque a atividade nuclear que impulsionou a colonização nunca apresentou um caráter exclusivamente urbano ou rural. Significa dizer que ela se desenvolveu tanto em um meio quanto no outro. E mais, desenvolvida inicialmente como atividade rural ela propiciou, no entorno das minas, o surgimento e a consolidação dos núcleos urbanos.

Isso remete à necessidade de se pensar a urbanização enquanto processo que integra uma unidade/totalidade mais ampla, onde a mineração foi uma das faces, mas não a única e nem a que determinou o processo todo o tempo.

A atividade minerária desenvolvida na região das Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX deixou um imenso conjunto de vestígios que constituem um precioso acervo de informações a serem pesquisadas e um patrimônio a ser preservado. Embora este patrimônio esteja sendo rapidamente destruído, por diferentes tipos de agentes, o que ainda resta pode permitir elucidar questões importantes sobre o processo de constituição da sociedade mineira. Para o Estado de Goiás cabe o mesmo tipo de observação.

O Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais vem desenvolvendo pesquisas no sentido de descobrir e analisar tais vestígios, e de propor medidas de proteção para tal patrimônio.

Na perspectiva em que os trabalhos são realizados a pesquisa arqueológica apresenta um caráter complementar com relação aos documentos de época (textuais) e à iconografia relativa ao período (e realidade) em questão.

Embora os documentos relacionados à atividade minerária possam conter um grande volume de informações, com relação às questões técnicas estas são lamentavelmente precárias. Por seu lado a Arqueologia, através dos vestígios, pode obter dados com uma precisão inexistente em outras fontes.

Cabe aqui uma ressalva. Embora a iconografia sobre a Mineração seja extremamente rica deve ser levado em conta o fato de que no mais das vezes as representações são idealizadas. Embora enquanto fontes elas ajudem a compreender aspectos das práticas minerárias, tal contribuição deve ser confrontada com dados de outras naturezas. As pesquisas arqueológicas têm evidenciado uma série de possibilidades. Dentre elas cabe citar a identificação das áreas submetidas às atividades extrativas, a compreensão do funcionamento dos sistemas hidráulicos, e, logicamente, sua inserção no contexto ambiental.

A atividade minerária de tal forma impactava o ambiente que seus vestígios ainda se encontram visíveis mesmo depois de passados mais de dois séculos da sua desativação. Os vestígios de barragens, canais, bicames, áreas de desmonte, mundéus, rosários, galerias, montes de sedimento revirado, desvios etc, são incontáveis e ricos em informações.

É importante registrar que em geral, tais vestígios não estão isolados. Um canal, por exemplo, quase sempre estabelece a ligação entre dois outros vestígios: uma barragem ou represa de captação em uma extremidade, e uma área de extração em outra. As áreas de extração podem conter ainda muros de arrimo, mundéus, montes de rejeito etc. Disto decorre a necessidade de tratar cada vestígio como parte de uma realidade mais ampla e complexa.

A análise de cada tipo de vestígio remete ainda a outras questões fundamentais como a organização do trabalho (quando são considerados aspectos como a especialização da mão-de-obra) e as etapas/fases da atividade extrativa (considerado o trabalho coletivo).

A presença de vestígios arqueológicos remanescentes da atividade minerária pode ser detectada tanto no meio urbano quanto no meio rural. Quando esta presença se dá nos meios urbanos é evidente a correlação entre aquela atividade e o fenômeno da urbanização. O que é lamentável nestes casos é que em geral a expansão urbana atual feita à revelia de qualquer preocupação com a preservação de tais vestígios. Assim, nos principais núcleos urbanos originados a partir da mineração setecentista é comum e lamentável ver um rico patrimônio arqueológico ser utilizado como alicerce de construções; quando não são demolidos para reutilização do material. Um exemplo trágico deste processo é o caso do Morro da Queimada em Ouro Preto. A omissão do poder público é, sem dúvida, um dos maiores responsáveis pelo intenso processo de destruição do patrimônio histórico-arqueológico.

Esta realidade, que se manifesta em praticamente toda a área onde se desenvolveu o “Ciclo do Ouro” está a exigir estudos e medidas de proteção em um ritmo mais rápido que o processo de destruição ao qual vem sendo submetida.

"Um Caipora na Corte do Brasil"

Carlos Manoel de Hollanda Cavalcanti

"Uma imagem vale mais do que mil palavras", diz o tão conhecido aforismo da propaganda e marketing. Não resta dúvida de que as imagens podem comunicar tão bem ou às vezes melhor do que textos corridos, contendo um sem-número de mensagens diretas ou indiretas ao espectador, esteja ele consciente disso ou não[1].

Será possível que as imagens com as quais nos deparamos dia a dia tenham sido pensadas para produzir determinada atitude ainda que não estejamos conscientes dela? Obras de arte, imagens de TV, de jornais, de cinema ou "inocentes" revistas em quadrinhos servem não só como porta-vozes das idéias de seus produtores, mas também como veículos capazes de contribuir para a produção de comportamentos e/ou como estímulo a um modo de pensar para um grande número de pessoas.

Em conformidade com essa percepção, podemos entender que toda imagem traz consigo uma carga discursiva direta ou indireta (que não estaria entre os objetivos iniciais do autor) e que a forma visual desse discurso tem a particularidade de comunicá-lo mesmo àqueles que não sabem ler – tal carga, é, ainda, modificada pelos olhos de quem vê, por suas expectativas, preconceitos, limitações e capacidades. Isso não significa que os que sabem ler não sejam influenciados pelas imagens; eles podem ver-se identificados com as propostas embutidas nas imagens, tanto as que seus produtores desejam comungar com o maior número possível de pessoas, quanto aquelas que ele emite ao simplesmente ser um reprodutor, consciente ou não, de posturas e valores do ambiente sociocultural a que pertencem. Isso especialmente se ele dispõe de um meio de comunicação de massa, potencializado por um bom processo de distribuição e por um momento sociopolítico e econômico favorável à disseminação/assimilação de seu material.

O presente trabalho analisa as histórias em quadrinhos e a arte seqüencial de Angelo Agostini, em sua "Revista Ilustrada", mais especificamente a série do personagem "Zé Caipora", que fez sua primeira aparição em 1883[2], nas páginas centrais daquela

publicação, e diversas mini-histórias independentes e sem personagens fixos, desenhadas, também naquelas páginas centrais, abordando questões políticas e sociais, como a escravidão (e o incentivo à Abolição), a República e a crítica aos privilégios do clero. A "Revista Ilustrada" de Agostini foi um veículo que contribuiu, através da arte, de forma decisiva para a difusão dessas idéias, num Brasil cuja população contava com mais de 80% de analfabetos.

O tema surgiu primeiramente em função de meu interesse profissional, já que por alguns anos dediquei-me às artes gráficas, à produção de quadrinhos e à literatura popular em revistas de passatempos e outras publicações, além de uma percepção do fato de que tanto as falas de personagens, as circunstâncias em que se inserem e as imagens em si, contêm o já referido discurso político e ideológico ou mesmo crenças e reproduções/traduções da realidade circundante. Observe-se que a difusão de movimentos como o abolicionismo e o republicanismo teve grande contribuição da imprensa, numa época em que finalmente esta era permitida, após séculos de proibição (durante o período colonial e um pouco além, já no século XIX). Ali, Agostini elaborava suas "reportagens ilustradas" (na verdade, narrativas seqüenciais quadro a quadro), onde denunciava, mediante relatos recebidos na redação do periódico, abusos, tragédias, situações cômicas e diversos temas de interesse seus contemporâneos. Isso não podia deixar de lembrar reportagens hodiernas que denunciam problemas na cidade ou na administração do país (algo como o que ocorreu em 1992, promovendo as passeatas dos "caras-pintadas" pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor), coisas que tantas vezes nos alertam para circunstâncias que do contrário dificilmente estaríamos cientes. Da mesma forma, intrigou-me o fato de termos uma tradição novelística, onde os autores e atores promovem críticas aos costumes e também denunciam problemas sociais que têm potencial para passarem despercebidos da maioria das pessoas. O processo obviamente não é o mesmo, mas existe a semelhança da ação das imagens vindas de um meio de comunicação de massa sobre as atitudes coletivas, o que despertou o interesse por descobrir como isso funcionou e seus vínculos com as primeiras expressões que tiveram papel relevante na formação dos atuais

quadrinhos e de séries televisivas: as tramas rocambolescas e continuações, típicas dos folhetins, diária ou semanalmente.

A consideração de linguagens seqüenciais e iconográficas como os quadrinhos são bastante relevantes para o olhar do historiador, tanto quanto ilustrações de textos corridos, charges, caricaturas e até fotografias e cinema. Todos são ferramentas que contribuem fortemente para formação de opinião e de construção-desconstrução de crenças populares e/ou formas de ação política. Imagens podem conter elementos reveladores das características de uma época e de uma sociedade. Contudo, como já foi dito acima, é fundamental observá-las tendo em vista os objetivos conscientes de seu autor, as traduções que ele dá ao que produz, ao tentar retratar o mundo tal como o vê, bem como o que ele, sem que necessariamente perceba, insere em termos de padrões socioculturais, preconceitos, crenças etc. Em histórias em quadrinhos isso fica ainda mais evidente, ao trabalharmos seu conteúdo não apenas voltado para uma única imagem dentro da narrativa, mas para o encadeamento de imagens que formam discursos coerentes com sua lógica interna. Por exemplo, uma coisa é observarmos a imagem de um "Zé Caipora", com seu fraque todo sujo e cartola amassada, levando um banho de limões de cheiro. A cena em si já é bastante significativa, mas torna-se muito veemente quando a observamos dentro da seqüência a que pertence: antes do "banho", Zé, desenhado de maneira a produzir uma percepção cômica no leitor, sai, todo posudo, à maneira britânica, a caminhar numa das ruas do Rio de Janeiro, justamente no carnaval, quando pessoas com tais vestimentas, que as destacavam da maioria pelo poder aquisitivo, tinham seus trajes e cartolas arruinados pela fedentina dos preparados carnavalescos. Esta pequena passagem sobre o início dos vários capítulos das aventuras do personagem por si só já possibilita um bom estudo dos costumes e questões socioeconômicas vigentes num tempo. Outra passagem significativa das obras de Agostini dá-se na história independente "Os bens dos conventos", onde ele, acidamente, critica o que dá a entender ser a boa vida dos clérigos, cheios de fartura (de bebida, comida – vide as panças rotundas nos desenhos– e propriedades) e lascívia, como quando sugere a freqüência do sexo entre abades, padres ou seminaristas e escravas

serventes (mães de grande número de crianças mulatas – sutilmente indicados, na narrativa visual, como filhos daqueles).

O processo de produção, estímulo e reiteração de modelos comportamentais ou de críticas a um determinado traço da sociedade através de histórias em quadrinhos ainda hoje pode ser muito eficaz. Nos anos 30, nos Estados Unidos, por exemplo, várias foram as produções, sobretudo as de histórias de aventuras e super-heróis que, até certo ponto, motivadas pelos problemas decorrentes da crise de 1929, propunham estereótipos que valorizavam o cidadão defensor da propriedade privada, o self-made man (Batman, Superman etc.) e o modelo liberal como elemento de legitimidade e depreciavam, de forma igualmente estereotipada, a ação fora-da-lei, num momento em que uma parcela da população não teria acesso tão fácil às "virtudes" apregoadas pelo liberalismo. Hoje em dia, várias histórias são feitas com base no medo do terrorismo, inspiradas no atentado às Torres Gêmeas e no que muitas vezes surge, no enredo das histórias em quadrinhos, como "ameaças internacionais".

Apesar disso, no Brasil, raros são os casos em que as vias pedagógicas, empresariais e até estatais se utilizam desse potencial para promoção de costumes, idéias, críticas e, até, dependendo do modo como os quadrinhos forem apresentados, aprendizado.

Ao incluirmos tal conceito (histórias em quadrinhos como fonte primária, como mecanismo pedagógico e como ferramenta de promoção de estereótipos) ao olhar do historiador, debruçando-nos sobre obras da qualidade artística e do estilo literário de "Zé Caipora" (um misto de comédia, romance, mito e trajédia), abrimos um novo leque de possibilidades para a explicação de certas categorias de propaganda ideológica atuantes no final do século XIX e início do século XX, quando a indústria gráfica norte-americana passou a produzir quadrinhos em grande quantidade para um público crescente.

O modo como os quadrinhos de Agostini eram lidos no Brasil, o interesse da população pelas histórias, que foram republicadas diversas vezes, atestam o fato de que o público leitor brasileiro do último quartel do século XIX (especialmente o público do Rio de Janeiro e os assinantes da Revista Ilustrada em outras cidades Brasil afora) se não era, em

alto grau, ligado afetivamente[3] aos maneirismos do personagem central e às circunstâncias complicadas em que ele se envolvia, ao menos encontrava ali uma alternativa de lazer e um elemento propiciador de assunto em conversas informais. Isso não era pouco, já que falamos das reduzidas opções de leitura popular naquela época em que a Imprensa e o mercado editorial brasileiro estava ainda emergindo das transformações políticas (a partir do início do século XIX, de colônia a território independente e federado), econômicas (do modo de produção escravista até o liberalismo) e sociais (o processo que levou da Monarquia à República, entre outras coisas) do país (sem contar o fato de igualmente emergir das proibições à produção gráfica e imprensa de até poucas décadas antes da chegada de Agostini ao Brasil).

Importantes não só como elemento estético, como é o caso das modernas *Graphic Novels*, as histórias em quadrinhos são conhecidas entre os apreciadores e profissionais brasileiros do meio pelo nome de "HQ's"[4]. Podendo, hoje, serem coloridas com técnicas sofisticadas de pintura, combinadas com computação gráfica, as HQ's são, sobretudo, um veículo de comunicação de massa, um produto da indústria cultural. Muito mais que um entretenimento, elas fornecem pistas sobre como atua o imaginário popular em determinada época, sem deixarem de gerar outros valores acordes com seu tempo e produtores (autores, editores, financiadores).

Mais do que apenas retratar sua época, a arte estimula comportamentos, promove modelos e interfere nas ideologias e na estética da sociedade, sobretudo se estivermos falando de um estilo de arte seqüencial, como quadrinhos, que insere-se no contexto da cultura de massa e atinge milhares, senão milhões, de pessoas em curto espaço de tempo e que, em seus primórdios, era uma forma bastante acessível de lazer a diversas camadas sociais (não apenas ao público infanto-juvenil, conforme pode-se pensar).

No caso de "Zé Caipora" e das outras produções quadrinhísticas de Agostini, talvez não possamos falar com todo o rigor de "cultura de massa", conceito que surgiu no século XX. Contudo, é tentador pensar numa publicação tão longeva e tão lida para os padrões da época no Brasil (durou de 1876 a 1889 e atingiu uma tiragem, extraordinária, para sua

conjuntura, de quatro mil assinaturas) quanto a Revista Ilustrada como algo com caráter extremamente semelhante ao que posteriormente assumiram as publicações do século seguinte, mormente no que tange às narrativas seqüenciais. E mais: desde antes da formulação do conceito de cultura de massa, as HQ's eram um mecanismo que contribuía para a vendagem de publicações periódicas, mesmo estas não sendo exclusivamente quadrinhísticas (como hoje o são os chamados "gibis"). Os jornais, por exemplo, durante um bom tempo, sobretudo na primeira metade do século XX, tinham nos quadrinhos fatores de atração de leitores. No caso da Revista Ilustrada e da difusão do abolicionismo no Brasil dos oitocentos a coisa funcionava relativamente próxima disso, em se tratando da série de "Zé Caipora": muitos leitores atraídos pelas histórias do personagem, já com a revista na mão, dificilmente deixariam de, ao menos, dar uma passada de olhos nas demais seções. Com uma massiva propaganda liberal, republicana e abolicionista, então, a publicação cumpria seu papel mais facilmente.

Mesmo com a avalanche de mudanças causadas pelos avanços tecnológicos e pelas expressões dos modismos, o presente convive com outros tempos, se pensarmos segundo Fernand Braudel. Essas diversas temporalidades estão sempre interferindo nos comportamentos individuais e coletivos ou convivendo com eles. "Toda história é contemporânea", pois dirigimos nosso olhar às questões que hoje se destacam em nossa percepção, seja porque nos incomodam, seja porque nos agradam. E é impossível não ser atingido, talvez até de modo incômodo, pela mídia e pelas preferências coletivas construídas gradativamente pela propaganda e pelo uso dos demais recursos de comunicação de massa.

As temáticas de poder e privilégio, de ética e necessidade, de desenvolvimento e "atraso", vistos nas histórias de "Zé Caipora", nas dos padres de "Os Bens dos Conventos", e também nas críticas ilustradas do artista a personagens reais, são um tanto presentes no mundo de hoje. Por trás do sofisticado homem de negócios, com seu carrão, seu *notebook* de última geração, seus trânsitos de helicóptero pela cidade congestionada, seu aparato apoiado por satélites que orbitam a Terra e as demais tecnologias de ponta, está o homem

de sempre, que busca altas posições numa hierarquia, afim não só de suprir suas necessidades básicas com menor esforço (ou explorando o esforço de terceiros), mas de, a partir de seus privilégios, obtidos pela subserviência aos valores legitimados socialmente em sua época, sentir-se protegido da instabilidade/imprevisibilidade da vida, prolongando sua existência e seu conforto ao máximo, a despeito do quanto seus contemporâneos possam ser desprovidos das mesmas condições.

Pensando em termos de condicionamento e, talvez, de subserviência a valores massificados pela mídia, talvez nós ainda tenhamos guardado, bem secretamente, o cancro da escravidão. Ele não está mais tão visível, é verdade, pois aquela escravidão que se manifestava pela via física, pelo cativeiro das correntes e chicote, ou pela transformação de seres humanos em mercadoria, não mais é algo do cotidiano, do conhecimento de todos. Não. A escravidão a que somos submetidos hoje talvez seja outra, e se não é no físico que a sentimos, é bem provável que o seja na mente, nas crenças e no abuso de estereotipações, estimuladas por grandes poderes econômicos, por interesses excessivamente individualistas e por temor de que os preconceitos sociais se voltem contra nós individualmente. Tais crenças dizem que temos que nos submeter, por sermos "menos do que realmente somos ou que podemos ser", a uma lógica que não é a única via legítima de bem estar, nem precisa ser. Resta-nos saber como construir outras lógicas mais humanas e igualitárias sem hipocrisias excludentes.

---

[1] Prova disso está no processo de persuasão que se dá através de mensagens subliminares, coisa que os estudiosos de técnicas de propaganda e marketing conhecem muito bem. Um bom exemplo de material de pesquisa sobre mensagens subliminares está no seguinte endereço de Internet: http://www.id.design.pop.com.br/subliminar/oquee.htm.

[2] Anteriormente a isso, segundo comenta Athos Eichler Cardoso, em seu "As Aventuras de Nhô Quim e Zé Caipora – Os primeiros quadrinhos brasileiros – 1869-1883" (editora do Senado Federal), Agostini criou, no periódico "Vida Fluminense", a anedótica série do caipira Nhô Quim e suas aventuras na cidade grande. Essa série não foi concluída. Sua última história publicada termina sugerindo uma continuação que jamais ocorreu. O mesmo aconteceria, anos mais tarde, com a série de Zé Caipora, personagem explorado nesta monografia.

[3] Umberto Eco, em "Apocalípticos e Integrados" (ed. Perspectiva, 2001), aponta com veemência esse processo de criação de vínculos afetivos do público para com personagens de ficção, acentuando, a partir de suas observações, que os leitores na verdade buscam, todo o tempo, a reiteração, em cada uma das histórias da série, dos atos e circunstâncias características do contexto pertinente ao personagem.

[4] Em países como Portugal, Espanha e França os quadrinhos são conhecidos como "banda desenhada" ou "bande desiné". Nos Estados Unidos e na Inglaterra o termo é "comics", que foi cunhado devido ao fato de que os quadrinhos primordiais em grande parte serem humorísticos, como é o caso de "Yellow Kid", personagem norte-americano considerado por muitos o primeiro personagem e a primeira história em quadrinhos rigorosamente dentro da conceituação dada a esse estilo. Aqui, no entanto, no capítulo II, é apresentada uma controvérsia, já que "Nhô Quim", um dos personagens de Angelo Agostini, é bastante anterior ao "Garoto Amarelo", sem contar outras HQ's suíças e japonesas que são ainda mais antigas.

A MULHER MATO-GROSSENSES NA MIRA DO DIP (1937-1945)

Carlos Martins Junior (Orientador) [1] - UFMS
Carlos Alexandre Barros Trubiliano[2] - PPG/UFMS

O Estado Novo (1937-1945) foi um período de intensas mudanças para o Mato Grosso. O programa Marcha para o Oeste, anunciado em 1937, renovou as expectativas de desenvolvimento para o Estado e abriu a possibilidade para a chegada de novos agentes sociais representados, por empreendedores/ investidores e, por novos personagens urbanos (os chamados "indesejáveis"), que desde o final do século XIX compunham o universo das grandes cidades brasileiras. Ambos poderiam significar ameaça às elites dominantes locais. Os primeiros, em razão da possibilidade de disputarem cargos políticos tradicionalmente controlados por elas; os segundos por se constituírem em membros das chamadas "classes perigosas", os quais caberia às elites controlar e disciplinar e dos quais deveriam se diferenciar.

Por isso o período foi, ao que tudo indica, marcado por reordenamentos no interior das elites locais que, simultaneamente, se empenhavam na elaboração e/ou no reforço de imagens positivas sobre o Estado[1]. No intuito de apagar o "estigma da barbárie"[2] que tradicionalmente o caracterizava, essas elites procuravam representá-lo como "reserva de brasilidade"[3], a "Canaã do Oeste"[4], terra das oportunidades emoldurada pela garantia da ordem e da lei.

Frente a isso e partindo da premissa de que no Estado Novo à mulher foi reservada a função estratégica de transformar-se em auxiliar do Estado no processo de disciplinarização dos indivíduos pertencentes às camadas subalternas da sociedade, com vistas a construir o trabalhador produtivo e melhorar a própria qualidade da raça, este artigo pretende apontar alguns aspectos sobre a maneira como a mulher mato-grossense foi enquadrada no processo de controle social elaborado pelas elites dominantes locais. Para tanto, as fontes utilizadas serão os jornais que circulavam em Campo Grande à época, com

[1]Professor Titular do Departamento de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
[2] Mestrando em História do Campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ênfase sobre a análise das imagens que os mesmos emitiam sobre o elemento feminino, num mundo em mudanças.

A investigação dos processos políticos em nosso país tende a incorporar, com maior freqüência, a análise da influência, dos papéis e recursos políticos específicos dos meios de comunicação de massa. A intervenção política nos órgãos de imprensa se apresenta, para muitos analistas, como uma variável significativa[5].

É sabido que, com a expansão e o aprimoramento das técnicas de informação, tornou-se possível a aplicação dos meios de controle de massa. Os jornais são um exemplo desses meios, influenciando os costumes, as tradições, o comportamento e as opiniões, tendo interferência nos campos político, social, econômico, artístico e literário, entre outros, alterando conceitos, modificando hábitos e provocando transformações imediatas na sociedade sem, contudo, modificar-lhe a essência.

Frente ao extraordinário desenvolvimento da capacidade de reprodução das informações e sua força de persuasão sobre as pessoas, o "uso adequado" dos meios de comunicação de massa passou a ser encarado como um forte instrumento político[6]. Assim é que, para Getúlio Vargas, na opinião de quem o primeiro dever do Estado era o de "polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão", a imprensa constituía-se no "maior elemento para um bom governo" [7].

Com base nisso, durante o Estado Novo foram criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP) e, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a função de organizar o registro de todos os jornalistas e vigiar o que publicavam.

Embora alguns analistas identifiquem os jornais como um dado de empobrecimento da cultura, em razão de sua massificação e de sua "elegância barata"[8],é importante destacar que, nas primeiras décadas do século XX, em cidades como Campo Grande, este foi um veículo cultural de suma importância, pois o consumo de jornais constituía-se em hábito de uma pequena minoria ilustrada, com o poder da imprensa se justificando pela real e decisiva intervenção ideológica[9].

Conscientes da força representada pela imprensa, as elites campo-grandenses lançaram mão dos jornais para veicular modelos comportamentais, especialmente para as mulheres que, durante o Estado Novo, eram vistas como elementos essenciais do projeto estatal de "disciplinarização" das chamadas "classes perigosas" dos grandes centros urbanos, ou das populações que habitavam as áreas ainda identificadas como "sertão", supostamente destituídas dos padrões ideais de "civilização".

Nesse contexto, a imprensa acabou por se constituir em importante instrumento para a formulação, divulgação e reforço de padrões de comportamentos sociais, no interior dos quais as mulheres eram caracterizadas como biológica e psicologicamente frágeis em relação aos homens, devendo, portanto, estarem submetidas a eles, restritas as tarefas domésticas de mães e esposas[10].

Isso é o que se observa da análise estrutural dos periódicos, nos quais a primeira página era dirigida ao público masculino supostamente interessado pelas disputas políticas locais, nacionais e internacionais. A partir da segunda página surgiam notícias e artigos, geralmente transcritos de jornais que circulavam nos grandes centros urbanos do país, que, pela a abundância de referências à mulher, pareciam dirigir-se exclusivamente ao público feminino.

Tomando-se como exemplo o jornal *A Cruz*, veículo de divulgação da Liga Católica de Mato Grosso editado em Cuiabá, as páginas internas ficavam reservadas a artigos, na maior parte sem qualquer identificação dos autores, produzidos no Liceu Campo-grandense, cuja pretensão era "educar" a família, transmitindo, entre outras mensagens, hábitos sexuais "sadios" considerados fundamentais numa sociedade marcada por inúmeras pressões, entre elas o surgimento de novos personagens e espaços urbanos típicos das grandes cidades, tais como as casas de jogos e de prostituição. Na edição de 5 de março de 1939, *A Cruz* trouxe o seguinte artigo:

> É sabido que o homem, escravizado pela carne, procura cohonestar (sic) as suas derrotas com motivo de ordem intelectual. [...] Porém não restam aos nossos rapazes desfibrados outros expedientes senão confessar sinceramente que a razão única de sua vida de incontinência é a fraqueza de sua vontade, a derrota de seu espírito pela carne. [...] Cabe ensinar à mocidade masculina, que não só a castidade e a continência não são nocivas à

> saúde, mas virtudes muito recomendadas, ainda, sob o ponto de vista médico e higiênico[11].

Para a nova elite urbano-burocrática Mato-grossense, grupo ansioso por ascender posições sociais que lhe garantisse prestígio político e segurança material, não era apenas necessário incorporar novos hábitos e condutas importadas das grandes cidades do país. Não sendo mais suficiente, como mecanismo de diferenciação social, ser branco, católico e proprietário, era preciso ser "civilizado", ter gosto e ser "higienizado".

Não obstante a menção aos médicos e higienistas, cujo papel como organizadores da vida pública e privada foi fundamental no final do século XIX e início do XX, era à mãe que *A Cruz* atribuía papel central para a "sadia" educação física e mental dos filhos. É o que se observa em alguns dos "dez mandamentos", ou "conselhos", destinados aos meninos, publicados pelo semanário em janeiro de 1939:

> 1º Amar a mãe sobre todas as mulheres.
> 2º Não abrigues pensamentos que tua mãe não possa conhecer.
> 3º Não cometas ações que ela não possa ver [...]
> 10º Não falar coisas que ela não possa ouvir[12].

Essencial no processo de formação do cidadão "civilizado" e "higienizado", o papel da mãe também seria estendido às professoras: "[...] a mulher mato-grossense conhece, sobretudo, que só o amor resgata, eleva, purifica e redime e que o mundo novo será o que forem as mães e as mestras de hoje, atuando no espírito do homem de amanhã"[13].

Vale lembrar que o problema da educação foi motivo de intensa discussão durante o Estado Novo. Inspirado na noção, expressa pelo Ministro Gustavo Capanema, de que a educação não poderia ser "neutra no mundo moderno", a partir de 1937 o Ministério da Educação e Saúde lançou uma série de diretrizes, visando constituir um amplo projeto de nacionalização cultural, sob o rígido controle do DIP.

Como resultado disso, entre outras medidas foi promulgada, em abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, com o objetivo de criar, em todos os adolescentes, uma sólida cultura geral marcada pelo cultivo da "consciência patriótica", pelo respeito aos valores maiores da Pátria e pela manutenção da ordem social[14]. No tocante à educação feminina, recomendava o Ministro Capanema:

> [...] que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina e que a orientação metodológica dos programas tenha em mira a natureza e a personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar[15].

Encarada como instrumento de formação e disciplinarização social, a educação no Estado Novo orientava-se no sentido de fazer "das gerações de amanhã um todo

homogêneo e coeso, sabendo mandar e obedecer" [16]. Ao professor atribuía-se a tarefa de ser o "obreiro da eugenia da raça", devendo aperfeiçoar "os valores dirigidos e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas". [17] Nesse processo, as mulheres (mães e mestras) deveriam transformar-se em aliadas do Estado, no papel de agentes "civilizadores" no interior dos lares e das escolas. Num plano mais abrangente, reservava-se a elas a função de educar "homens melhores" para a Nação brasileira.

Destaque-se que, na imprensa, o uso de poemas, assim como o de crônicas, piadas e provérbios, possuía um caráter estratégico, haja vista que essas variedades podiam promover impactos diferenciados nos leitores. Ao contrário da notícia, que possui um conteúdo algo verídico e que tende a criar uma realidade, o efeito que se pretendia produzir com o uso do poema, da piada e, sobretudo, pela opinião formulada através da crônica parecia atender a objetivos morais. Alem disso é possível inferir que essas modalidades fossem lidas com mais facilidade e, repetidas no cotidiano, contribuíam para alargar o âmbito da mensagem para além dos leitores de jornais. Isso pode ser observado no trecho abaixo da crônica escrita pelo Padre Ascânio Brandão, publicada em *A Cruz* de 12 de setembro de 1944 sob o título "O governo da criança":

> A criança está no cartaz. E nenhuma dessas madamas elegantes quer saber de criança. Prefere criar *bul-dog* de raça, ou cachorrinho Lulu a criar e educar filhos. [...] Ai de vós que abraçais o matrimônio [...] e recusais cumprir a mais bela missão e um dos fins essenciais: a criação e a educação dos filhos! Ai de vós! Ai de vós!

A crescente urbanização e a rápida industrialização da década de 1930 foram importantes fatores de ampliação da participação feminina além das fronteiras domésticas. Na medida em que oferta de empregos aumentava as oportunidades profissionais para a mulher das camadas médias da sociedade, aos poucos o trabalho extra-doméstico deixava de ser considerado uma "desgraça". Refletindo essa nova realidade, tornou-se habitual as colunas sociais dos periódicos editados em Campo Grande associarem certas figuras femininas às suas respectivas profissões, a exemplo da "Exma. Sra. D. Lenira Alves Campos, ilustre dama campo-grandense, festejada jornalista e diretora do Jardim da Infância Paraíso", da "menina Itália, a Italianinha, linda porteirinha do Cine Alhambra"[18], bem

como da "gentil senhora Odayla Ketzer, que é contadora das Casas Pernambucanas de Campo Grande"[19].

Aos poucos, as conquista feministas no exterior repercutiam no Brasil, com o próprio Governo Provisório acatando algumas de suas reivindicações**.** Estimulados pelo rádio, através do qual chegavam informações sobre as rápidas mudanças da vida moderna, e pela propaganda, transmitindo as mudanças dos padrões morais e dos hábitos. Senhoras e moças, que antes não saíam às ruas desacompanhadas, agora podiam ser vistas andando sozinhas ou dirigindo seus próprios automóveis, freqüentando ambientes fechados como os cassinos, as *boites* - antes exclusividades masculinas ou de mulheres de "má fama" -, ou as praias e clubes, onde *maillots* mais ousados passaram a mostrar os ombros e as coxas. Novidade que também chegou ao Parque Balneário de Campo Grande, cujo regulamento, além de franquear somente os períodos matutino e vespertino (das 9:00 às 15:00 horas) para os banhos de piscina das senhoras, admitia o uso de *maillots* desde que, obrigatoriamente, de cor escura, de modo a diminuir a exposição das formas do corpo[20].

Também a moda enveredava por novos rumos. Além de ditar mudanças nos padrões de comportamento e estéticos, implícito nesse processo estava a percepção, por parte do mercado e da publicidade, do grande potencial representado pelo elemento feminino como "grupo de consumo", fato que ensejou as cadeias de lojas, os grandes magazines e os catálogos de reembolso postal especializados no atendimento ao "belo sexo". Como observou Hobsbawn, "afinal quem decidia sobre a maior parte das compras em casa?"[21].

Sensíveis às mudanças no país e fora dele, os jornais mato-grossenses não deixavam de perceber a emergência da "mulher moderna". Atribuindo a ela um lugar de destaque naquele processo de transformações, reforçavam, porém, seu papel como importante auxiliar para a manutenção da ordem e das instituições.

Para tanto, estabelecia-se a dicotomia entre a figura mitológica de Eva, representada como a mulher fútil e sedutora que utiliza seus encantos para levar o homem

ao pecado, e Maria em cuja figura repousaria o verdadeiro "espírito feminino" do amor desinteressado e altruísta. Assim, num artigo apócrifo intitulado "A mulher e o modernismo" (provavelmente escrito por uma mulher), *A Cruz* deixava transparecer o quão tímidas ainda podiam ser consideradas as conquistas femininas, em razão da persistência de um modelo feminino idealizado:

> Mulher, somos a salvadora do mundo... já uma vez ela o perdeu com o nome de Eva, aliciando com seu amavius (sic), o homem para a transgressão da lei. De outro feito redimiu, sob a bela encarnação da Virgem Mãe, Maria a mulher das dores, personificada do espírito feminino de renúncia e sacrifício, morrendo de morte mais dura que a própria morte, na paixão do filho. Agora cabe de novo à mulher, na encruzilhada trágica do mundo moderno, salvar ou perder a humanidade. Ela o salvará, estou certa. Ela salvará o mundo desde que se disponha a ser Maria e não Eva. A dar o exemplo do amor e da abnegação, e não da vaidade e apego aos gostos efêmeros. A influir, pelo espírito de vontade e bondade, na formação homem novo. A ser guia, companheira e amiga do homem e não seu superior[22].

Dessa perspectiva, enunciava-se o "verdadeiro sentido do feminismo", que antes de significar apenas a conquista de "vantagens materiais e poder fazer o que os homens podem fazer", como poderiam visualizar, segundo *A Cruz* de 20 de janeiro de 1940, aquelas mulheres a quem o semanário definia como "bonequinhas de salão", implicava não só na aquisição de "maiores direitos", mas de "graves deveres".

Nesse mundo em mudanças veiculado pelos jornais, no interior do qual o Mato Grosso deveria estar definitivamente inserido, a diferenciação entre a "mulher moderna" da elite e as demais passaram, portanto, a estar baseadas em certas normas rígidas de comportamento social. Nesse sentido, transitando de imagens didáticas e civilizadoras, a partir das quais procuravam registrar referências idealizadas do que deveriam ser os papéis femininos, ao destaque às notícias e notas sobre as atividades profissionais, sobre as formas adequadas de sociabilidade e de consumo da mulher de elite, as imagens, metáforas e símbolos, presentes nas páginas internas da imprensa mato-grossense durante o Estado Novo, não só constituíam a ideologia de consolidação das elites dirigentes locais, como passaram, aos poucos, através da formação de uma opinião pública, a atuar enquanto ideologia de controle, diferenciação e discriminação social, sobretudo para as mulheres dos múltiplos extratos sociais e étnicos (e suas famílias) que, vivenciando as

diferentes realidades do campo e da cidade, viram-se cerceadas por valores hegemônicos de que não tinham condições de participar.

Explicitamente, contendo elementos da estereotipia tradicional, o conservadorismo dos papéis das mulheres de elite, composto pela imprensa mato-grossense da época, acena para os limites provincianos em que elas continuariam a atuar.

---

[1] Sobre o tema, ver: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis - *Elites Políticas. Competição e Dinâmica Partidário - Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. RJ: IUPERJ/ SP: Vértice, 1988. Em especial o capítulo 3.

[2] Sobre as representações de Mato Grosso enquanto espaço da "barbárie", ver GALETTI, Lylia da Silva Guedes - *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. SP: USP, tese de doutorado em História, 2000.

[3] Essa expressão constituiu-se no título de um livro, em que Rezende Rubim narrou a viagem por ele realizada à Amazônia e Mato Grosso. RUBIM, Rezende - *Reservas de Brasilidade*. SP: Cia Editora Nacional, 1939.

[4] Esse termo foi utilizado, em 1947, por José de Mello e Silva para se referir à porção Sul do antigo Mato Grosso uno. SILVA, José de Mello e - *Canaã do Oeste (Sul de Mato Grosso)*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. (1ª edição de 1947).

[5]WELTMAN, Fernando Lattman - "Imprensa e política no pós - 'Nova República': notas sobre a evolução recente da intervenção política na imprensa e sua investigação". *Cadernos de Sociologia e Política*. RJ: IUPERJ, vol. 1, novembro de 1995. PEREIRA, Moacir - *Imprensa: Um Caminho à Liberdade*. Florianópolis: Lunardelli/ UFSC, 1980.

[6] Cf. PEREIRA, Moacir, p. 119.

[7] Apud CARONE, Edgar - *O Estado Novo (1937-1945)*. RJ: Difel, 1976, p. 171

[8] PEDRO, Joana Maria - *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas, Uma Questão de Classe*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994, p. 33.

[9] WELTMAN, Fernando Lattman - "Da desilusão ao aprendizado político: como a imprensa participa do processo.". *Jornal da ABI*. RJ, vol. 3, nº 3, 1997, pp. 67-69.

[10] Para um aprofundamento do tema, ver ROCHA, Rosângela Vieira - *Imagem Desfocada (Estudo Sobre a Indústria Cultural, Ideologia e Mulher)*. SP: USP, dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, 1982.

[11] "A continência sexual é nociva à saúde?". *A Cruz*, Cuiabá, 05/03/1939.

[12] "Conselhos para meninos". *A Cruz*, Cuiabá, 08/01/1939.

[13] "Mulher de nossa terra". *A Cruz*, Cuiabá, 11/02/1940.

[14]Jornal *Ecos Juvenis* (Órgão do Grêmio Literário Dom Aquino Corrêa). Campo Grande, setembro/ dezembro de 1942.

[15] CUNHA, Célio da - *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. SP: Cortez, 1981, pp. 122 e 128.

[16] *Revista de Educação Física*, RJ, nº 24, 1938.

[17] Idem, RJ, nº 62, 1942.

[18] Cf. *Álbum de Campo Grande*, pp. 104 e 107.

[19] Jornal do Comércio, Campo Grande, 06/05/1944.

[20] Cf. *Álbum de Campo Grande*, p. 69.

[21] HOBSBAWN, Eric J. - *A Era dos Impérios (1875-1914)*. SP: Paz e Terra, 1988, p. 283.

[22] *A Cruz*, Cuiabá, 20/01/1940, p. 2.

SISTEMAS DE ASSENTAMENTO GUARANI NA BACIA DO PARANÁ

Carlos Alberto Panek Júnior[1] - PPG-UFMS

Francisco Silva Noelli[2] - UEM

INTRODUÇÃO

Conhecer a história pré-colonial guarani significa estabelecer um diálogo entre vários campos do conhecimento, notadamente entre a arqueologia, a antropologia e a história. A partir dessa perspectiva interdisciplinar estar-se-á analisando as estratégias de ocupação guarani na região noroeste do Paraná, a partir do estudo dos sistemas de assentamento.

Para tal, o trabalho situa-se na chamada *história das paisagens*, buscando analisar na medida do possível as relações que se estabeleceram no processo de ocupação da área em estudo. Assim serão apresentadas algumas características da análise dos sistemas de assentamento, envolvendo os princípios básicos da história das paisagens e a sua relação com o conceito de espaço.

Domínio territorial guarani: Um espaço Social

Do ponto de vista do domínio territorial guarani, visto como espaço social, pode-se observar dois pontos importantes que marcam o espaço social: o fato de que ele é socialmente construído e de ser constituído materialmente. A partir desses dois paradigmas, será analisada a relação entre espaço social e organização territorial guarani.

Com isso será feita uma análise a partir de dois modelos interpretativos elaborados pelos arqueólogos Francisco Silva Noelli (1993) e André Luis Ramos Soares (1997), como explicado mais adiante. A utilização desses modelos permite uma visão sobre os aspectos espaciais das estruturas dos assentamentos guarani, envolvendo as diferentes estratégias de captação de recursos para a subsistência, para a produção de sua cultura material e para o entendimento de sua organização social. Nesse sentido, como afirma Soares:

> "A proposta de interpretação para os sistemas de assentamento dos sítios pode ser levada a cabo através da organização social. Esta proposta não exclui um modelo ecológico, mas o complementa" (Soares, 1997:207).

A partir de uma extensa revisão bibliográfica dos cronistas do século XVI a XIX com ênfase no *Tesoro de la Lengua Guarani*, escrito por Antonio Ruiz de Montoya, entre 1612 e 1617, os referidos autores apresentam os domínios territoriais guarani a partir de três níveis espaciais inclusivos: (*te'yi*, *tekoha* e *guará)*. No primeiro nível esta o *te'yi*, que compreende a família extensa. Segundo Soares:

> "[...] o sistema de localidade que ordenaria as relações de parentesco entre os Guarani seria do tipo Kindred, ou seja, famílias extensas que agregavam famílias nucleares reunidas em torno de uma liderança política e/ou religiosa através de laços de parentesco sanguíneos e/ou políticos e/ou adotivos" (Soares, 1997:82).

Por sua vez o *te' yi* era subdividido em varias famílias nucleares. O local onde se estabeleciam era chamado de *amundá* (aldeia), composta de varias *te'yi oga* (casa).

Segundo Noelli (1993), um *te'yi oga* poderia abrigar até sessenta famílias nucleares, podendo as aldeias de grande porte possuir até seis *te'yi oga*, habitadas por aproximadamente duas mil pessoas. Assim elas " eram estaladas próximas entre si na sede da aldeia (amundá), a fim de estreitar os laços de reciprocidade e parentesco, bem como para a proteção e segurança da coletividade" (Soares, 1997:26).

No segundo nível esta o *tekoha*, dividindo aspectos físico-geográficos, sociais, políticos, econômicos e simbólicos formados por *te'yi* isolados ou agrupados em função das condições locais e políticas: "*tekoha* é a aglomeração aldeã. A coexistência ordenada de multilinhagens num só lugar (Susnik,1982:27). Leia-se aqui, coexistência ordenada por laços de parentesco e reciprocidade" (Noelli, 1993:249).

Sua área era bem definida, delimitada geralmente por colinas, arroios ou rios, utilizada comunalmente e exclusivamente pelo grupo local (*tekohakuaaha*), significando que estranhos só entravam com permissão (Meliá et al., 1976:218). Era o espaço onde se produziam as relações econômicas, sociais e político-religiosas essenciais à vida guarani (Meliá, 1986:105). Por fim, como dizem os Guarani, se *tekó* era o modo de ser, o sistema, a cultura, a lei e os costumes, *o tekoha* era o lugar, o meio em que se davam as condições que possibilitavam a subsistência e o modo de ser dos Guarani (Meliá, 1989a:336).

O terceiro nível se refere ao *guara*, formado por vários *tekoha*. Conforme as palavras de Antonio Ruiz de Montoya, jesuíta do século XVII, *tekoha* significa tudo que está contido dentro de uma região qualquer. O *guara* é "um conceito sócio-político que determina certa região bem definida, delimitada geralmente por rios. Nesta região era assegurado o pleno direito do uso fruto da terra, da prática da roça, bem como da sua rotação e, também, a independência das áreas de pesca e caça existentes nesse território

para uso exclusivo de seus habitantes e proibição expressa da penetração de estranhos" (Noelli, 1993:248).

Para garantir a manutenção dos territórios ocupados, se estabelecia uma rede de alianças baseadas nos laços de parentesco e reciprocidade entre um determinado conjunto de aldeias: "É quase provável que todos os rios principais e seus afluentes, na bacia Platina e na costa Atlântica, também fossem subdivididos em vários *guara*" (Noelli, 1993:249).

Do ponto de vista espacial, cada *tekoha* era composto por um jogo de três espaços distintos: a aldeia (amundá), as roças (cog) e a vegetação circundante (caa), que abrigava as áreas de pesca, coleta, caça, jazidas de material lítico (matéria prima para a fabricação de machados, pilões, raspadores, etc) e argila: "A partir dos dados etno-históricos e arqueológicos estima-se em torno de 50 km a área de captação de um *tekoha* ao longo do ciclo anual, a partir da sede da aldeia" (Noelli, 1993:252).

O processo de utilização e cultivo das roças envolvia uma série de estratégias, caracterizadas de acordo com os laços de parentesco e aliança. Assim havia no *tekoha* o manejo simultâneo de varias roças, com diferentes idades e com finalidades distintas, pois quanto mais antiga a roça, mudavam os cultivares utilizados. No manejo das mais novas se introduzia as de rápido crescimento como a mandioca, milho, batata, amendoim, cará, feijão, etc), enquanto as mais velhas eram destinadas a produção de plantas medicinais, frutíferas e também espécies produtoras de madeira e palha, úteis para a confecção da cultura material. O cultivo de plantas medicinais e frutíferas poderia se dar também junto as casas e ao longo das trilhas que ligavam as aldeias e roças. Esta descrição, ainda que estabeleça apenas algumas características, demonstra um longo processo de utilização e duração das áreas de roça.

> "Quando o número de plantas cultivadas diminuía, novas roças eram abertas em outros pontos, passando as antigas a corresponder a locais onde predominavam atividades de coleta. Estes por sua vez, ficariam em repouso por um período de no mínimo 20 anos, até que houvesse um estrato arbóreo característico de matas jovens, de mais fácil derrubada com machados líticos, para novamente ser transformado em roças. Na pratica, o processo de abandono da roça traduz a conversão de um sistema de cultivo de curto prazo em um sistema de agricultura agroflorestal de longo prazo, resultando na possibilidade de ocupação permanente do mesmo assentamento sem esgotar a capacidade produtiva dos solos, da flora e da fauna" (Noelli,1993: 293).

O que foi demonstrado são alguns pontos da enorme complexidade que envolvia a ocupação dos territórios guarani. A preocupação dá-se através da utilização de um conjunto de idéias que envolvem o conceito de espaço, estabelecer um quadro geral sobre as múltiplas variáveis que podem estar relacionadas à ocupação de um território.

Região Noroeste do Paraná: Razões e Perspectivas

A escolha da região que compreende o Noroeste do Paraná envolve o imenso potencial arqueológico, segundo informações de vários projetos de levantamento já realizados desde a década de sessenta. Também deve ser destacado o conjunto de informações presentes na historiografia e nos dados envolvendo elementos da geografia e da biologia.

As informações históricas estão concentradas nos trabalhos apresentados envolvendo aspectos conhecidos da organização social e sobre as características da

ocupação do espaço, através do modelo elaborado por Noelli. Aqui deve ser destacado a utilização da obra de Montoya no que se refere a elaboração do *Tesoro de la Lengua Guarani*, escrita a partir de 1612.

Ao se estabelecer na região chamada de Guairá, Montoya escreve seu dicionário no início dos contatos, quando os Guarani ainda mantinham sua cultura tradicional. De acordo com as informações históricas houve, entre 1610 e 1630, o estabelecimento de 24 reduções jesuíticas ao longo dos rios Paranapanema, Ivaí, Corumbataí, Piquiri, Iguaçu e Tibagi, além das comunidades espanholas de Vila Rica (1576), Ontiveiros (1554) e Ciudad Real del Guayrá (1557). Isto significa um elo importante para estabelecer uma análise baseada nos modelos elaborados, por Noelli (1993) e Soares (1997), já que grande parte das informações sobre os aspectos da cultura material e organização social foi extraída da obra de Montoya, escrita a partir de observações presente no "Guairá", na qual a Região noroeste do Paraná esta inserida.

Para complementar a discussão a respeito da organização social é importante destacar também os trabalhos do antropólogo Levi Marques Pereira (Parentesco e organização social Kaiowá - 1999) e (Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno - 2004). Sua importância está no estabelecimento de um quadro comparativo e complementar em relação aos estudos de Noelli e Soares na busca por um modelo interpretativo de ocupação. Aqui uso da analogia podem gerar discussões sobre mudanças e continuidades no que refere aos aspectos da organização social dos Guarani. O uso da analogia permite (com ressalvas) comparar informações que possam contribuir na interpretação dos sítios arqueológicos.

Do conjunto de informações arqueológicas estão presentes os dados do levantamento bibliográfico e dos trabalhos de campo realizados pelo Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Destacam-se também os trabalhos realizados por Igor Chmyz na década de 1980, quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Estes levantamentos, associados ao conjunto de informações presentes na bibliografia arqueológica possibilitaram organizar um banco de dados contendo informações de aproximadamente 90 sítios arqueológicos. Os estudos estarão concentrados em duas áreas pilotos, uma localizada entre a cabeceira do rio Ivaí até a represa de Rosana (Rio Paranapanema) e outra a partir de um trecho dos rios Pirapó e Bandeirantes, (Bacia do Paranapanema).

No que se refere aos dados referentes à geografia e à biologia, destaca-se, por exemplo, os trabalhos botânicos realizados pelo Departamento de Biologia da UEM que estabeleceram uma pesquisa sobre a distribuição de certas espécies vegetais que abrem a perspectiva para a constatação de antigos manejos guarani na Região.

Uma comparação entre as 541 espécies vegetais registradas na região de Porto Rico[3] e a lista de plantas conhecidas ou utilizadas pelos Guarani (Noelli, 1993) demonstraram um grande bagagem de conhecimento dos Guarani sobre a flora .

Também é relevante os dados referentes a fauna e a ictiologia a partir das obras que estão a disposição na biblioteca do Nupélia - UEM. Os dados serão comparados com as informações a respeito das espécies utilizadas na alimentação Guarani.

Há também pesquisas envolvendo as condições climáticas e fitogeográficas que ocorreram no noroeste do Paraná, a partir do estudo desenvolvido por geólogos do Grupo de Estudos Multidisciplinares do Ambiente (GEMA) e do Departamento de Geografia, da UEM, que apresenta uma série de informações sobre mudanças no clima, e suas conseqüências no período que chega a 3500 a.C.

Essas informações permitem analisar as variações que ocorreram durante o período de ocupação guarani, principalmente no que se refere a cobertura vegetal e sua composição. De acordo com os levantamentos entre 3500 a.C. e 500 d.C. houve um período de aridez, que contribui para a formação de áreas do cerrado, com predomínio de campos e capões de espécies arbustivas, com a retração do tamanho das áreas de floresta. O aumento da umidade a partir de 500 a.C. causou mudanças na composição vegetal, contribuindo para o aumento das áreas de floresta possibilitando um ambiente mais favorável à ocupação guarani.

Além dos pesquisadores consultados serão utilizadas obras como de Reinhard Maack (1981) que apresenta informações mais precisas sobre aspectos do relevo, da flora e do clima, reunindo em sua obra depoimentos sobre os primeiros viajantes e exploradores do Paraná. Existe também o mapa elaborado por João Henrique Elliot, que mostra o Estado do Paraná e sua respectiva cobertura vegetal da metade do século XIX, distinguindo claramente as regiões dos campos e de floresta, o que pode revelar em conjunto com informações históricas e arqueológicas os espaços ocupados pelos Guarani e Kaingang.

Portanto existe um enorme campo de possibilidades no estudo dos sistemas de assentamento guarani. Como meta principal pretende-se discutir aspectos relevantes sobre o local de ocupação. Isto pode revelar, a partir de análise dos dados, determinados padrões ou não de escolha de um assentamento envolvendo suas características físicas, como altitude em relação ao nível do rio e ao nível do mar, distância do assentamento em relação aos rios e córregos.

---

[1] Mestrando em História – UFMS.
[2] Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História – Universidade Estadual de Maringá.
[3] Porto Rico é um dos municípios que compõem a região Noroeste do Paraná.

VOCÊ DISSE REVOLUÇÃO? OS DISCURSOS REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1930 (BRASIL E URUGUAI)

Carlos Roberto da Rosa Rangel – PPG-UFRGS/UNIFRA

INTRODUÇÃO

Marcelo Baquero destaca que nas últimas décadas ocorreu a passagem do otimismo diante de um cenário de redemocratização para o pessimismo e insatisfação com as "novas democracias", que pode ser traduzido pela desconfiança da população nas instituições e nos políticos; a fragilização do papel socializador e esclarecedor das instituições de representação, diante da crescente tecnologia da informação; a adoção de práticas políticas informais no lugar do engajamento junto às organizações tradicionais do universo político-institucional; aumento do ceticismo da população em relação a capacidade dos governos enfrentarem e minimizarem as desigualdades sociais e, sobretudo, a institucionalização de uma cultura política altamente individualista, sem capital social e com padrões de comportamento político que pouco ou nada contribuem para a solidificação da democracia.[1]

Para esse mesmo autor, em outra publicação[2], as explicações sobre essa nova crise que paira sobre o sistema político não apenas latino-americano, mas sobre todas as democracias alicerçadas na herança liberal-constitucional-representativa, peca pelo excessivo relevo dado às normas e às instituições que deveriam reger as "verdadeiras" democracias; na ênfase emprestada a uma suposta opinião pública crítica e consciente – minimizando o papel da comunicação de massa e das lideranças carismáticas; assim como na pouca atenção dedicada aos dados empíricos que mostram tanto o desinteresse popular pelo político quanto pelas características específicas de cada região com sua herança cultural, mecanismos psíquicos de massas e um comportamento histórico particularizado das elites locais.

No Brasil e no Uruguai, na década de 1930, ocorreram movimentos sociais que puseram em questão a validade do modelo liberal de participação política e propuseram formas alternativas para realizar as mudanças sociais. Nesta perspectiva, contra o

formalismo democrático das eleições ocasionais e contra os partidos políticos convertidos em verdadeiras oligarquias, grupos de militantes organizaram revoluções que transitavam desde o discurso liberal revolucionário até a matriz lenilista-socialista.

No centro dos conflitos e das clivagens dos diferentes discursos revolucionários estavam os limites da democracia enquanto modalidade de participação política e meio de conversão dos sujeitos em atores políticos capazes de mudar a ordem social. Os sistemas de partidos dos dois países foram centrais no desfecho dado aos conflitos, ora preponderando a negociação, ora prevalecendo os discursos do confronto direto e armado contra os governos autoritários de Gabriel Terra no Uruguai e Getúlio Vargas no Brasil.

ENTRE A NEGOCIAÇÃO E O CONFLITO

A década de 1930, no Brasil caracterizou-se pelo choque entre diferentes discursos sobre participação política freqüentemente excludentes entre si. A ascensão do grupo liderado por Getúlio Vargas em 1930 já era reveladora da diversidade de propósitos que uniam os *revolucionários* daquele 3 de outubro. Remanescentes do tenentismo reformista que não se alinharam à nova filiação do líder Luiz Carlos Prestes (o socialismo lenilista-marxista), setores altamente conservadores sob a liderança de chefes políticos como o gaúcho Borges de Medeiros ou o mineiro Antônio Carlos, representantes da cúpula militar federal, ciosos do papel preponderante que deveriam ter os militares na condução do destino do país e líderes liberais como os libertadores gaúchos e democráticos paulistas unidos em frente única com os partidos republicanos dos seus estados.

Nas acomodações que aconteceram nos dois primeiros anos do governo de Getúlio Vargas já se percebe o surgimento do principal ponto de clivagem entre as forças políticas em confronto. De um lado o nacionalismo desenvolvimentista, com forte inclinação ideológica antiliberal e avessa ao modelo de participação política partidária e eleitoral; de outro, os liberais defensores do federalismo, do liberalismo político com base na democracia formal garantida por uma constituição liberal e um código eleitoral menos suscetível à fraude.

O posterior surgimento do Clube 3 de Outubro, o código dos interventores, o pacto de Posso de Caldas, a tentativa frustrada da difusão das legiões revolucionárias nos estados e o aprofundamento do movimento de inspiração fascista por meio da AIB são indícios do acirramento dos confrontos entre as duas comunidades discursivas anteriormente definidas aqui. A crise de ministérios e a crescente oposição dos liberais de São Paulo (Partido Democrático associado ao Partido Republicano) e do Rio Grande do Sul (Partido Libertador e Partido Republicano), o empastelamento de um jornal oposicionista por seguidores do clube 3 de outubro, a pressão pela Assembléia Constituinte e por um governo paulista para São Paulo desembocaram no levante de 1932.

As razões que separavam os integrantes do *Clube 03 de outubro* (ala mais reformista do grupo que conduziu a revolução de 1930) dos liberais gaúchos ficaram explícitas nas cláusulas do encontro entre republicanos e libertadores em fins de 1931, em um documento que recebeu o nome de *heptálogo*[3] no qual exige-se o retorno do país ao regime constitucional (cláusulas dois e três); apela-se para o saneamento da situação financeira de vários Estados, estabelecendo-se uma organização compatível com o sistema federativo; na quinta cláusula, trata-se de definir a ameaça contra os partidos regionais tradicionais, quando se destaca os "prejuízos e perigos decorrentes da ascendência que as classes armadas, na pessoa de alguns elementos, tem tomado, quer na administração dos Estados, principalmente do Norte, quer na política dominante da União"; na seqüência, exigem a extinção da justiça revolucionária, a nomeação de um interventor paulista e civil para São Paulo e de se pôr fim a campanha de isolamento e hostilidades que era feita contra o Rio Grande do Sul.

Tendo o jornal *O Estado do Rio Grande como órgão* oficial os libertadores Na edição de 3-5-1932 atacam o clube Três de Outubro relacionando-o com a prática fascista de aliciamento de sindicatos; em 9-5-1932, defendem a responsabilidade dos partidos e criticam a política classista de Getúlio Vargas; em 10-5-1932, no editorial com o título "Os fundamentos da democracia" , defendem a atuação dos partidos políticos; em 14-5-1932, no editorial "A evolução dos parlamentos", ocorre novas críticas à política classista; em 16-5-

1932 o jornal responde às críticas de Getúlio Vargas aos partidos regionais, afirmando ser o PL um "partido com interesses nacionais"; em 20– 5-1932, com o editorial "A posição do Rio Grande face ao Governo Provisório" afirma-se não bastarem as promessas de Getúlio e que a FUG é totalmente solidária com São Paulo.[4]

Percebe-se que os liberais gaúchos destacavam em seus discursos os seguintes tópicos que serviam de fatores de clivagem entre eles e os aliados do governo federal naquele momento: o constitucionalismo como base da formalidade política; a defesa do regionalismo tanto no nível da autonomia e representação política quanto nos interesses econômicos; acirrada crítica à representatividade com base em classe de trabalhadores, que guardaria uma dimensão não regional; o civilismo em oposição à crescente presença dos militares na política.

Os emblemas civismo, constitucionalismo e o apelo à paulistanidade estavam no centro do discurso mobilizador que propunha a união de todas as classes pela causa paulista. Contudo, ficou evidente a ausência dos trabalhadores rurais e do proletariado urbano no movimento de resistência, de tal forma que a organização política e logística da revolta paulista refletia esse elitismo, tendo como centros coordenadores os dois partidos tradicionais, elementos da alta hierarquia do Exército, polícia estadual, Federação das Indústrias de São Paulo, Associação Comercial e o jornal *O Estado de São Paulo*, ramificados em outros órgãos abertos ao voluntarismo, tais como Superintendência do Serviço Auxiliar de Saúde, Departamento de Assistência aos Feridos, Serviço de Abastecimento às Tropas em Operação, Serviço de Policiamento Civil, etc, estrutura composta predominantemente de jovens oriundos de boas famílias que ostentavam uniformes impecáveis sem terem disparado um único tiro por São Paulo[5]...

Nesse sentido, o discurso revolucionário paulista se inscreve na tradição liberal, na qual a espontaneidade e o voluntarismo das relações sociais - contra uma razão instrumental que apaga o passado e constrói um homem novo - foram os argumentos de primeira hora erguidos pelos liberais contrários ao radicalismo das revoluções populares, a exemplo do que aconteceu com Edmund Burke na sua obra *Reflexões sobre a Revolução*

Francesa (1790), ou do idealista Wilhelm Humboldt em *Idéias para um ensaio de determinação dos limites que circunscrevem a ação do Estado* (1792). Pode parecer contraditório que o liberalismo de um Burke – para quem as mudanças sociais ocorrem progressivamente, de tal forma que "o que melhoramos não é jamais completamente novo e o que conservamos não é nunca completamente velho" – traduza a violência do movimento revolucionário. A explicação está no conceito de ação espontânea (individual ou coletiva) nas mudanças sociais.

No Uruguai, com mais razão de ser, o liberalismo político havia plantado sólidas raízes desde a constituição de 1919, quando o sistema político foi delineado com constantes eleições, voto secreto e sistema de partidos ancorados sobre dois grandes grupos identificadores: os colorados e os nacionais. A presença constante às urnas, a sólida presença dos partidos nas mediações entre sociedade civil e governo, a larga ação dos jornais como instrumentos de mobilização pública, informação e divulgação do posicionamento dos partidos diante das questões em debate fez com que a politização dos uruguaios alcançassem níveis diferenciados em relação aos demais países da América Latina, favorecendo a criação do mito de que o Uruguai seria a *suíça latino-americana*.

Ainda que se tratasse de um mito e mesmo havendo críticas contundentes da elite culta do Uruguai sobre o formalismo democrático, o alto nível de fisiologismo entre políticos e apadrinhados, o claro conservadorismo nas políticas públicas e a baixa rotatividade de líderes, o sistema político uruguaio estava bem mais apto à negociação, ao encaminhamento das demandas sociais e à mediação dos conflitos que o sistema brasileiro da década de 1930. Essa é a razão essencial que explica porque o governo autoritário de Gabriel Terra (1930-1837) não suscitou a mesma resistência violenta por parte de forças de esquerda (comunistas e socialistas) e direita (integralistas) como ocorreu no Brasil com a intentona comunista de 1935 ou o levante integralista de 1938.

A resistência armada no Uruguai veio do setor mais conservador da sociedade, ainda que alimentassem um discurso liberal. Nas vésperas do golpe de estado de Gabriel Terra, em março de 1933, setores políticos ligados aos nacionais e às entidades

econômicas conservadoras, organizavam um levante armado no Norte do país, que foi frustrado pelo acordo estabelecido entre o Presidente e o principal líder da articulação revolucionária, Luiz Alberto de Herrera, um dos últimos remanescentes do estilo político caudilhesco e importante chefe do Partido Nacional. Dessa forma, o golpe de estado não teve a violência da insurreição, pois contou com o apoio de parte importante da oposição (os nacionais herreristas) que somados à parte significativa do partido colorado do Presidente favoreceu a maioria eleitoral.

Na oposição restaram os nacionalistas independentes, os colorados batllistas, os comunistas e socialistas, bem como o partido cívico de feição católica. Juntos não detinham a maioria da representação no parlamento ou no conselho de governo (o poder executivo no Uruguai era constituído por um colegiado de seis membros). A sistemática manipulação da legislação eleitoral e do sistema de representação e controle das eleições, realizada pelos partidos instalados no governo provocou o isolamento dos partidos minoritários, pondo fim a tradição da *coparticipación política*, conquistada pelos nacionais no final do século XIX, que nada mais era do que a garantia de eleição de deputados e membros do conselho do governo ao lado dos representantes dos partidos majoritários.

Essa diminuição do espaço de negociação levou à radicalização das posições políticas, as quais convergiram para duas linhas de ação: a primeira optou pela política do aliancismo, tão em voga naqueles anos de 1930, quando Espanha e França protagonizaram bem sucedidas alianças de forças liberais e socialistas contra o fascismo; a segunda retornou a velha prática dos levantes armados ao norte do país, liderados por caudilhos que pela força das armas forçavam acordos de *coparticipación política*.

A primeira opção foi defendida pelos comunistas e pelos socialistas uruguaios, mas acabou naufragando na rivalidade existente entre essas duas organizações de esquerda e na resistência dos partidos tradicionais em aliar-se aos comunistas que, pelo discurso internacionalista e pela defesa da extinção do regime capitalista e liberal, eram naturalmente percebidos como inimigos e não como aliados espontâneos.

A segunda opção foi encabeçada por Basílio Muñoz, no levante armado de janeiro de 1935, quando forças militares e para-militares invadiram o Uruguai desde as fronteiras do Rio Grande do Sul e foram duramente combatidas pelas forças governamentais. Devido a enorme desproporção de meios entre os rebeldes e o exército, a derrota foi acachapante e os seguidores de Basílio Munõz acabaram presos ou foram enviados ao exílio. Mas a insatisfação de parcela importante da sociedade uruguaia com o regime de exceção que estava vigorando no país, bem como a crescente articulação das oposições e das manifestações públicas de protestos que a censura não podia mais sufocar, forçou que o sucessor de Terra, o General Baldomir, conduzisse a transição de retorno ao modelo liberal de participação política a partir de 1938, processo esse que só obteve êxito nos primeiros anos da década de 1940.

As negociações entre as forças preponderantes do oficialismo até 1937 (colorados terristas e riveristas associados aos nacionais herreristas) e a oposição conduziu para uma solução de fortalecimento dos dois lemas partidários (colorados e nacionais), quando todas as facções (sub-lemas) tiveram de enquadra-se em um dos dois grades lemas, submetendo-se a fração que obtivesse maioria eleitoral. Com essa solução, findaram todas a iniciativas do aliancismo e das propostas mais progressistas de mudança social e prevaleceu o arranjo entre forças políticas tradicionais, favorecendo o incremento da previsibilidade na política e da conseqüente estabilidade do sistema.

Previsibilidade eleitoral, baixa rotatividade de líderes, coparticipação política entre situação e oposição mediante rateio de cargos e posições no congresso, convergência conservadora em relação aos movimentos sociais mais agressivos e reivindicativos, sobretudo àqueles associados aos sindicatos e às forças de esquerda, uma constituição fortemente liberal que buscava antecipar-se às demandas sócias mediante previsão de códigos assistencialistas, isso tudo articulado diminuiu os fatores de clivagem às lutas pessoais entre líderes por posições políticas e ao pragmatismo dos partidos políticos na construção e execução dos seus programas. A rigor, não se poderia falar de programas, mas de posicionamentos táticos fortemente afetados pela conjuntura e pela necessidade de

abarcara um número maior de eleitores, independente das suas filiações ideológicas ou necessidades de classe.

Percebe-se que esse processo de alteração do sistema político na direção da política de massas e do pragmatismo eleitoral criou uma certa autonomia do campo político, de tal maneira que somente uma alteração brusca do contexto internacional e das condições materiais de subsistência no contexto nacional seriam capazes de alterar a funcionalidade do sistema político que até então poderia decidir e ratear o poder com relativa autonomia em relação a sociedade civil.

Defendemos a tese de que foi nos anos de 1930 que se fundou, na América Latina e muito especialmente nos dois países que tratamos aqui, as bases de funcionamento do atual sistema político liberal com suas possibilidades de participação política monitorados por sistemas de partidos vocacionados ao pragmatismo eleitoral, ao fisiologismo político, bem como à burocratização da organização partidária e a sua conseqüente *oligarquização*, tal como havia previsto Robert Michels em sua obra clássica sobre a tendência dos partidos políticos converterem-se em oligarquias.[6]

---

[1] BAQUERO, Marcello. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In BAQUERO, Marcello (Org) *Desafios da democratização na América Latina*: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Editora da UFRGS – Centro Universitário La Salle, 1999, p. 15-30.

[2] BAQUERO, Marcello. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 19-20.

[3] Arquivo Flores da Cunha, 15-11-31, NUPERGS – UFRGS.

[4] Museu de comunicação social Hipólito da Costa, Porto Alegre, arquivo de periódicos.

[5] CARVALHO, Florentino. *A guerra civil de 1932 em São Paulo*: uma solução imediata para os grandes problemas nacionais.

[6] MICHELS, Robert. *Los partidos politicos*: un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de las democracias modernas. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

A traição da traição: felonia e legitimidade no reino de Astúrias e Leon.

Carlos Roberto F. Nogueira – USP

O conceito de felonia é inerente ao sistema feudal. Instrumento jurídico fundamental que conota a maior das transgressões, é absolutamente necessário para a manutenção das tensas e turbulentas relações feudo-vassálicas. Em sua definição estão presentes os mecanismos de controle unidos ao plano do sagrado através de fórmulas e ritos que a transformam num crime não só contra o senhor legítimo, mas em uma afronta direta à ordem divina.

No entanto, na Península Ibérica, encontra uma justificativa para o seu exercício. Justificativa real ou idealizada que transforma o felão em um campeão da justiça ao responder com a traição à uma falta mais grave: a felonia do suserano.

De Afonso Henriques a Rodrigo de Vivar, o Cid, está presente na própria origem do reino castelhano, com o conde Fernán González e os mecanismos de sua legitimação constituem o objeto desta reflexão.

A Traição preside à própria construção do mito da legitimidade visigótica, que origina os direitos sobre a Península reclamados por leoneses e depois por castelhanos.

A invasão muçulmana a partir da ***Crónica Albeldense***[1] é o resultado de um encadeamento de traições , que começam no plano do sagrado, com a traição à Deus e deságuam inevitavelmente, no plano político com a traição entre senhores e vassalos.

Na crônica de Alfonso III ,o sucessor de Egica, Witiza, se comporta de maneira infame e escandalosa. Toma grande número de concubinas e para evitar a censura eclesiástica dissolve concílios, anula cânones e ordena aos bispos, aos presbíteros e aos diáconos que tomem mulher, para evitar represálias eclesiásticas.[2] "Esta foi a causa da perda de Espanha[3]"; diz a versão Rotense. Mas as duas versões insistem pouco mais

adiante: "***Et quia regis et sacerdotes legem Domini deliquerunt omnia agmina Gothorum Sarracenorum gladio perierunt***[4]"

E se a Crônica Albeldense insinua uma traição, aqui esta se personaliza e se torna plausível. Os Filhos do pecado, os filhos de Witiza, preteridos em sua sucessão, enviam mensageiros à África, chamando os sarracenos e introduzindo-os na Península[5]. Aqui, sagrado e profano se encontram para justificar a ruína dos Godos, o abandono de Deus, amplamente justificado pela corrupção dos seus ministros e a quebra da solidariedade grupal por intermédio do sangue do rei infame: a traição dos herdeiros de Witiza.

Por outro lado, para os leigos menos versados nos desígnios divinos, a traição **faz** sentido. Constitui crime imperdoável, nesta cultura de guerra e agressão,[6] que necessitava para sua sobrevivência, da manutenção de sólidos laços de coesão grupais, no interior das famílias e das tribos, regidos por uma intrincada rede de ritos e interditos destinados a manter a unidade. Não é por acaso, como lembra Marc Bloch, que a guarda real dos francos, era designada por um termo que significava fé***: truste***[7]. A fidelidade é a chave da possível estabilidade desta cultura que se apoia no saque e no butim. Assim, aderir ao estrangeiro – e quanto não seriam estrangeiros os muçulmanos? – implica em violar coesão do bando e o expor à desintegração pela quebra imanente da solidariedade.

A Crônica Silense ou ***Historia Seminensis*** (c.1118) que é atribuída a um monge leonês, pretende dar continuidade e "melhorar" a historiografia anteriormente citada. A Espanha cristã já não é mais a mesma. Ocupa agora uma grande extensão territorial, sobretudo após a conquista de Toledo.

Quanto à "perda de Espanha" retoma a culpa de Witiza , acrescentando um "libelo acusatório" detalhado e "objetivo" de seus pecados, acusando-o de "entregar-se à lascívia e à voluptuosidade da carne", "desprezar a religião e os bispos", "dissolver os concílios", "selar os santos cânones", de tal maneira que " todo o que era sóbrio era desprezado e todo o honesto era tido como engano[8]" contaminando assim, a todos os godos e os induzindo a inclinarem-se para o mesmo vício, clérigos e leigos.

A partir daí, a novidade: o sucessor de Witiza, Rodrigo, eleito pelos nobres godos, incorre nos mesmos erros. Talvez questão de coerência, uma vez que afirma que a infâmia do antigo rei atingira todo o reino, em decorrência, **todos os godos** foram corrompidos pela prevaricação de seu antecessor. Incorporando a inovação da ***Chronica Gothorum***, por seu intermédio ou por intermédio das crônicas árabes, coloca como motivo imediato da invasão, a vingança do conde Julián ,que mancomunado aos filhos de Witiza expulsos por Rodrigo, guia Tarik na invasão da Península. O sedutor lascivo deixa de ser Witiza, passando a ser o próprio Rodrigo, que é redimido pelo heroísmo demonstrado em combate.

Traição a Deus, traição ao suserano ou traição aos godos? O cronista concluiu pela primeira: a maior responsabilidade da prole de Witiza e do pai ultrajado Julián, como traidores da Igreja e portanto de Deus, e termina por fazer o rei mouro decapitá-los como traidores que eram, após a derrota de Covadonga.[9]

Assim a idéia da **felonia** está incorporada no imaginário ibérico. Mas é na figura do fundador do reino castelhano Fernán González, que talvez possamos encontrar o paradigma do vassalo fiel que é obrigado trair, em virtude dos desmandos do seu legítimo suserano que, ao descumprir as obrigações da reciprocidade, desmantela a ordem legítima, a ordem em última instância divina, e obriga ao vassalo à rebeldia para restaurar a legitimidade.

A primeira menção ao conde rebelde está todavia longe da glória que o Poema constrói: a Crônica Najerense de 1160, mais de dois séculos depois da existência do conde, menciona a rebeldia : “Fernán González e Diego Muñoz, levantaram-se em rebeldia contra o rei Don Ramiro e ademais lhe preparam um guerra “[10]

Capturado, Fernán González, presta juramento ao monarca leonês e entrega sua filha Urraca em casamento a Ordoño (o futuro Ordoño III), filho de Ramiro.[11]

A crônica mais adiante insiste que, morto Ramiro e coroado Ordoño, o conde castelhano se alia a Sancho, segundo filho do falecido monarca, mais García, rei dos pamplonenses e marcham com seus exércitos na tentativa de expulsar a Ordoño e confirmar a Sancho no reino de León.

Mais um ato de rebeldia, e mais uma reconciliação: "Por sua parte, o mencionado Fernán, que era seu sogro, querendo ou não, com muito medo, pôs-se a seu serviço".[12]

Estamos frente à figura de um conde poderoso, cujas terras fronteiriças com al-Andaluz, lhe conferem a possibilidade de aumentar seu poder e riqueza continuamente pelas c*abalgadas* e saques aos muçulmanos, gozando por conseqüência de um prestígio e de uma autonomia que lhe permite jogar um papel decisivo nas contendas entre os monarcas príncipes ibéricos.

Um século depois a construção, produzida no mundo ibérico sob a hegemonia do reino castelhano, muda radicalmente nossa personagem no "***Poema de Fernán González*".** Obra épica e destinada ao público laico, é contemporânea das crônicas do século XIII (1250 - 1252)[13]. Destinado a enaltecer a bravura e o espírito independentista de Castela, mesmo na versão do clérigo, ressalta os atos que recusam a soberania leonesa:

".*El conde don Fernando com muy poca compaña*

- en contar lo que fizo semejaria fazaña -

mantuvo sienpre guerra com los reys d'España

non dava mas por ellos que por una castaña".[14]

Inserido na perspectiva do l**egitimismo visigótico** o poema identifica o conde aos godos:

"Rescebieron los godos el agua del bautismo,

fueron luz e estrella de todo el cristianismo,

alçaron cristandad, baxaron paganismo:

el cond Ferran Gonçalez fizo aquesto mismo".[15]

Castela, à continuação é identificada com o reino de Astúrias logo após a batalha de Covadonga, e a descrição da fome, da ameaça muçulmana constante é propositadamente contraposta à tenacidade e à valentia dos homens de *Castilla, la vieja..:*

"Era Castiella Vieja um puerto bien cerrado

(...)tovieran castellanos el puerto bien guaradado,

(...)Fincaron las Asturias un pequeño lugar...[16]

O elogio ao reino se estende, estrofe após estrofe até culminar com:

"*Pero de toda Spaña Castiella es mejor*

por que fue de los otros el comienço mayor", rematando à estrofe seguinte;

"Aun Castiella Vieja, al mi entendimiento,

mejor es que lo al, por que fue el çimiento...[17]

Por fim nesta perspectiva de estabelecer um destino manifesto desde a fundação da Espanha cristã e após afirmar o direito adquirido ao território, pelas conquistas empreendidas, o poema passa a tratar do fundador, pela construção de seu sangue, que origina uma linhagem incomparável. Fernán ou Fernando nestas estrofes é filho de uma linhagem que gerou Alfonso VI e Rodrigo Ruiz, el Cid Campeador. Legitimação *a posteriori* que exalta a excelência do sangue do conde castelhano, que se destaca em uma terra que apesar de pobre possui os melhores homens de toda Espanha:

"Era toda Castiella solo una alcadia,

maguer que era pobre e de poca valia,

nunca de buenos omnes fue Castiella vacía".

Ou : " ...quando perdió la tierra el buen rey don Rodrigo:

No fincó en España quien valiesse un figo,

si non Castiella Vieja un lugar muy antigo"."[18]

Melhor entre os melhores , alcunhado o "abutre carniceiro" dos mouros o primeiro conde castelhano, tem sua infância marcada pela bondade de caráter, pela indignação com as correrias dos mouros, que devastavam e oprimiam o já pobre povo de sua terra, e pela piedade.

Encomendando-se a Cristo, assume o controle da região, pedindo a ajuda de Deus:

"Senhor, tu me ayuda, - que so muy pecador –

que yo saque Castiella del antigo dolor".[19]

A revelação de seu fado glorioso, se inicia com a tomada de *Caraço* aos mouros, o que provoca a ira da maior ameaça muçulmana, o vizir Almançor :"*mayor poder non ovo ningun omne nascido*"[20] e se desvela totalmente com o encontro de um eremita de nome *Pelayo* (sic!), que lhe vaticina:

"faras grandes batallas en la gent descreida,

muchas seran las gentes a quien toldras la vida,

cobraras de la tierra una buena partida,

la sangre de los reyes por tisera vertida".[21]

A profecia se cumpre: trezentos castelhanos vencem as "sete legiões" de Almançor, como David venceu Golias, diz o texto.

A partir de então, o poema começa a mostrar as razões de seu descumprimento da lealdade devida ao seu rei.

Almançor volta à carga com mais de cento e trinta mil cavaleiros. Então ocorre a traição dos reis cristãos, como explicita em sua prece, Fernán González:

"*Los reyes de España com derecho pavor,*

olvidaron a ti, que eres su Señor,

tornaron se vasallos del rey Almoçor

(...) Yo quando vi que ellos fueron en tal error,

e por miedo de muerte fizieron lo peor,

nunca de su compaña despues ove sabor:

por fer a ti servicio non quis mas su amor".[22]

A felonia se esclarece e se justifica, como nas crônicas sobre o destino do último dos reis godos: para ser fiel a Deus, havia que descumprir sua fidelidade para com os príncipes deste mundo! Sonhos com anjos e aparição de Santiago e um exército maravilhoso, para reforçar o exército castelhano, confirmam a justeza da escolha. Em primeiro lugar a fidelidade a Cristo.

Junto a isto se revela o verdadeiro caráter do rei de León, que cobiçando um azor e um cavalo que eram de Almançor, rejeita como presentes do magnânimo conde e promete comprá-los por mil marcos, a serem pagos posteriormente.

Aqui se intromete o **negócio**, (com todo o seu imaginário pejorativo), a mentira, a traição e vergonha das vergonhas além de falsear suas promessas, o rei de León se mostra um negociante desonesto!

Colocado a ferros por mando da rainha o conde escapa com o auxílio de sua futura esposa e deixa de comparecer às cortes de León, descumprindo suas obrigações de *auxilium et consilium .*

Para sabermos o final da história do conde, que falta ao poema, temos de nos valer da *Primera Crónica General de España*, que utilizou-se da versão integral daquele texto, para contar a história de Fernán González.

Atraído pelo rei, é de novo encarcerado e resgatado por uma nova intervenção da condessa e enfurecido contra seu senhor, passa a saquear com seus homens, as terras leonesas, por não ter recebido o pagamento aprazado.. e em troca da dívida impossível agora de ser paga o rei concede autonomia ao condado de Castela:

“”*El rey (...) qundo uio que estaua por y tan mal parado el pleyto, et que nunqua podrie pagar ell auer – tan grand era – fablose com sus uasallos, et acordaron quel diesse el condado por aquell auer(...) tan buenos omnes et fuertes eran los castellanos et tan catadores de derecho. (...) Et el conde fallo que mercaua muy bien (...) por que non aurie de besar mano a omne del mundo si non fuesse al Sennor de la Ley: et es ell apostoligo”*[23]

Assim, se explica por que “*salieron los castellanos de premia et de seruidumbre et del poder de Leon et de sus leoneses”.*[24]

Vassalo fiel ao seu suserano, mas fundamentalmente fiel ao seu Deus, Fernán González, explicita o guerreiro perfeito, capaz de compreender a sua fragilidade humana e buscar na religião os recursos necessários para vencer inimigos impossíveis de serem vencidos com os parcos recursos de seu condado.

Sua figura aparece como o defensor, o restaurador da ordem e do cristianismo na península Ibérica, o que o leva a combater mouros e cristãos. Aos primeiros como uma obrigação de resgate de uma Espanha perdida, aos segundos, para evitar a traição, a desunião, que enfraqueceriam a já **predestinada** derrota do Islão.

Enfim, o público do poema, como os ouvintes do antigo *Cantar* eram guerreiros conscientes de sua superioridade, que enxergavam o mundo a partir do binômio: guerras - vitórias. Castela havia vencido e o que se queria ouvir eram os feitos heróicos de seu fundador e de seus companheiros (possivelmente seus antepassados) num exercício recorrente de engrandecimento de si mesmos.

No poema, a questão é ressaltar a legitimidade da hegemonia castelhana pela absoluta legitimidade de seu fundador. Por este motivo é que o "Poema de Fernán González" remete aos visigodos e a perda da Espanha encadeando os sucessos que desgraçaram o reino cristão, com o surgimento de Castela e a justíssima legitimação da traição de seu Conde.

---

[1] "CHRONIQUE d'ÀLBELDA", 35., ***in*** BONNNAZ, Yves (ed.) **CHRONIQUES ASTURIENNES (Fin Ixe. Siècle)**. Paris, Éditions du CNRS, 1987.
[2] "CHRONIQUE D'ALPHONSE III", versão Erudita, 4., ***in*** BONNAZ ,Y. **Op.cit.** , p. 35-36.
[3]"CHRONIQUE D'ALPHONSE III", versão Rotense, 4, ***in*** BONNAZ ,Y. **Op.cit.** , p. 35.
[4] "CHRONIQUE D'ALPHONSE III", versão Erudita e Rotense, 4, ***in*** BONNAZ ,Y. **Op.cit.** , p. 36
[5]"CHRONIQUE D'ALPHONSE III", versão Erudita, 5, ***in*** BONNAZ ,Y. **Op.cit.** , p. 37.
[6] DUBY, G**. Guerreiros e camponeses**. Lisboa, Editorial Estampa, 1978, p. 61.
[7] BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**. Lisboa, Edições 70, 1982, p. 180.
[8] CHRONICON MONACHI SILENSIS" ***in*** HUICI, A. **Las crónicas Latinas de la Reconquista**, II. Valencia, Hijos de F. Vives Nora, 1913, p. 33.
[9] **Ibidem,** p. 35 - 37.
[10] ESTÉVEZ SOLA , J. (ed.) **Crónica Najerense.** Madrid, 2003, p.141
[11] **Idem**.
[12] **Ibidem**, p. 143.
[13] MENÉNDEZ PIDAL , R. (ed.) "Poema de Fernán González" ***in*** **RELÍQUIAS de la POESIA ÉPICA ESPAÑOLA.** Madrid, 1951, pp. 34-180.
[14] VICTORIO, Juan (ed.). **Poema de Fernán González**. Madrid, Cátedra, 1990, p. 83.
[15] MENÉNDEZ PIDAL , R. (ed.). p. 37.
[16] **Ibidem**, pp. 45. Ver também pp. 45-7.
[17] **Ibid. ,** p. 54.
[18] **Ibid. ,** p. 57.
[19] **Ibid. ,** p. 58 e 65, respectivamente.
[20] **Ibid.** , p. 60.
[21] **Ibid.**, p. 68.
[22] **Ibid.**, p. 94
[23] MENÉNDEZ PIDAL , R. (ed.) "Primera Crónica General de España*"* in **Fuentes Cronísticas de la Historia de España**, Madrid, 1997, p. 422.
[24] **Ibidem.**

Mensagem aos povos da América
Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista *Seiva* (1938-1943)*

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior - UNEB
zacasenajr@uol.com.br

O objetivo deste trabalho é analisar, sumariamente, a atuação da revista baiana *Seiva* enquanto instrumento de luta política e cultural a serviço da União Nacional antifascista no Brasil. Criada em 1938, em Salvador, por jovens intelectuais engajados, a *Seiva* constituiu-se num importante espaço de divulgação das formulações políticas do Partido Comunista do Brasil (PCB) em meio ao Estado Novo, à Guerra e à ameaça fascista. Sendo um veículo legal e oficioso do Comitê Regional da Bahia (CR-BA), trabalhamos com a hipótese de que os comunistas, através das páginas da *Seiva*, iniciaram um vigoroso processo de resistência e recomposição das hostes pecebistas a partir da intervenção direta no movimento de massas que arrastou multidões às ruas contra o nazi-fascismo, a "quinta-coluna" e o integralismo, em inícios dos anos 1940.

Por tratar-se da comunicação de uma pesquisa mais ampla e ainda em andamento, relacionada ao PCB no período da "União Nacional", este texto buscará apenas situar algumas questões que servirão para a elucidação de um período, de certa forma, ainda obscuro na história social e política brasileira, haja vista que são poucos o estudos políticos a tratarem o PCB na conjuntura entre a derrota do levante de 1935 e a sua reorganização nos anos 1940. Com efeito, buscaremos a partir da análise da ação política e cultural da revista *Seiva*, compreender o momento de reestruturação do PCB, tanto através da sua intervenção política e na luta de classes na época da guerra, quanto pela ascensão plena de uma jovem direção partidária, formada na luta antifascista, que desceria do norte e nordeste para dirigir o Partido desde o centro-sul do país em 1940, juntamente com Luís Carlos Prestes. Também é nosso propósito, na pesquisa em curso, investigar a participação da revista *Seiva* e do CR-BA neste processo, dada a importância desse organismo partidário já devidamente registrada pela historiografia brasileira e estrangeira sobre o tema.

Em dezembro de 1938 foi lançada na Bahia a revista *Seiva*, sob a direção dos estudantes João da Costa Falcão, Emo Duarte, Virgildal Sena e Eduardo Guimarães. Circulando com cerca de mil e quinhentos exemplares, e prevista inicialmente para uma tiragem mensal, o periódico veio a público com o dístico "mensagem aos intelectuais da América", pretendendo, de maneira não pouco ambiciosa, lançar uma ponte entre a *intelligentsia* intercontinental que parecia à beira de se defrontar com mais um período de cataclismo bélico-mundial, conforme se pressentia com o avanço dos regimes nazi-fascistas, ou filo fascistas, que atingiam parte da Europa e do continente americano, desde a derrota da revolução mundial em 1923.[1]

Quando em novembro de 1937, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo no país, os movimentos sociais e, principalmente, o movimento comunista, quase que praticamente desmantelado desde o levante de 1935, seriam duramente atingidos por uma sanha de reação e anticomunismo que consagrava a vitória de governos autoritários num mundo que ainda lutava para curar as feridas da Grande Guerra que o atingira entre 1914 e 1918. Portanto, quando em maio de 1938 se reuniram na casa da família Guedes, os estudantes comunistas e membros do Comitê Regional da Bahia (CR-BA) Diógenes de Arruda Câmara (25) e Armênio Guedes (21), na presença de um outro militante, recém chegado ao Partido, de nome João Falcão (19), e incumbiram a este último de preparar as bases para o lançamento de um mensário que expressasse a política do PCB, dava-se um passo decisivo para a superação da letargia e do defensismo a que estavam submetidos os comunistas brasileiros naqueles anos de reação e contra-revolução.[2]

Contudo, a criação de um periódico, de uma revista propriamente dita, seria uma tarefa demasiado arriscada, porquanto havia que se tomar todas as precauções e providências necessárias para que o intento lograsse êxito, com um mínimo de risco aos seus participantes. De modo que, por orientação dos dirigentes do Comitê Regional baiano do Partido Comunista do Brasil, caberia ao jovem militante João Falcão reunir o corpo diretivo do periódico entre indivíduos insuspeitos, preferencialmente sem nenhuma ligação

com o PCB, de maneira que estes nem sequer deveriam desconfiar das ligações da revista com o Partido Comunista. Da mesma forma, Falcão, filho de uma abastada família de comerciantes de Feira de Santana, deveria angariar os fundos para o sustento integral do periódico, já que o Partido não dispunha de recursos para tal fim. Além disso, o jovem comunista deveria ainda eleger uma gráfica e recolher os textos para que a edição do primeiro número da *Seiva* circulasse o quanto antes com vistas a "aglutinação" da intelectualidade brasileira em torno de um projeto antifascista: "Seria a primeira publicação antifascista de caráter nacional dirigida pelo Partido, que através dela divulgaria sua linha política".[3]

Tomadas as precauções e realizados os preparativos, no dia seis de dezembro de 1938, surgia o primeiro número da revista *Seiva*, assim denominada por sugestão do estudante de agronomia Arruda Câmara, que pretendia homenagear um outro periódico do início do século.[4] Distribuída pelos seus diretores e alguns colaboradores nas bancas de jornais e revistas de Salvador, o novo periódico, que chegou a ser saudado nas páginas do jornal *A Tarde* pelo ex-deputado federal Luiz Viana Filho, trazia em seu primeiro número, publicado em formado grande (0,22x0,32), a colaboração de diversos intelectuais, alguns comunistas, como Leôncio Basbaum (sob o pseudônimo de Luiz Bastos), Carlos Lacerda (que assinou como Marcos Pimenta), Paulo Cavalcanti, entre outros, e quase todos antifascistas, como Afrânio Coutinho, Orlando Gomes e mais de uma dúzia de colaboradores que se unificavam no sentimento antifascista, quiçá anti-Estado Novo.[5]

A bem da verdade, nos primeiros cinco números da revista, publicados entre dezembro de 1938 e setembro de 1939, em que pese a presença de diversos comunistas assinando textos, sob pseudônimos ou não, os temas tratados eram quase todos ligados à literatura e ao mundo da cultura, muito embora de forma crítica e subliminarmente anti-autoritária. Evitava-se adentrar diretamente ao debate político procurando não se confrontar com o Estado Novo de Vargas e sua polícia política comandada por Filinto Muller.[6] Talvez porque o próprio PCB já admitisse, desde março, a União Nacional com o governo Vargas,

talvez porque se receasse a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado na Bahia pelo médico Enéas Torreão Costa, não se sabe exatamente. O fato a se notar foi que a *Seiva* pouco tratou de temas mais abertamente políticos em sua primeira fase, que pode ser contada até o sexto número, publicado em novembro de 1939.

Muito embora a *Seiva* só visse a se politizar definitivamente a partir dos anos 1940, especialmente a partir de 1942, quando os Estados Unidos entrariam na guerra, ao lado da União Soviética, em 1939, no seu sexto número, o estudante de direito, Calos Garcia, ligado ao PCB, assinava um texto expressando o momento marcado pelo estabelecimento do pacto entre a Alemanha e a URSS (agosto de 1939). Talvez no esteio da posição inicialmente adotada pelo governo brasileiro frente à guerra, deflagrada em setembro de 1939, a "neutralidade" passou a ser uma bandeira defendida pelos comunistas que, inclusive, já tinham forte presença no movimento estudantil através da UNE, fundada em 1937/38. Nesse sentido, Carlos Garcia afirmava, no artigo "A posição dos estudantes frente à Guerra", entre outras coisas: "apoio ao governo nas medidas que tomar contra os núcleos estrangeiros que põem em perigo a unidade nacional".[7]

Se não era novidade para os comunistas apoiarem o "governo frente à reação" (sic), política que já vinham admitindo desde pelo menos 1938, o fato novo era o paradoxo de continuar a fazê-lo, contra o fascismo, no bojo da vigência do acordo entre Hitler e Stalin, que fazia com que o movimento comunista internacional abdicasse, provisoriamente, de suas noções de "bom" e "mau" imperialismo, admitindo-se ainda aberto o campo de possibilidades com a eclosão da guerra e a movimentação das potências ditas "democráticas", bastante refratárias a uma aliança com a URSS, e o eixo nazi-fascista, momentaneamente disposto a estabelecer uma trégua com os comunistas stalinistas. De qualquer forma, deixavam-se abertas as possibilidades de enfrentamento de qualquer agressão imperialista, viesse ela da América do Norte, o que não se admitia explicitamente, viesse da Europa nazi-fascista, o que era tido como bastante mais provável.

Seria, principalmente, na segunda fase da revista, que apareceria em novo formato e com quase um ano de atraso, que o PCB expressaria com maior firmeza e nitidez sua posição de neutralidade através das páginas da *Seiva*, especialmente quando opta por desvincular a luta econômica, "pelo progresso do país", da luta política contra Getúlio Vargas, admitido como potencial aliado contra a reação. Em setembro de 1940, com vários meses de atraso, a *Seiva* publica seu editorial comemorando um ano de vida, num número ainda pouco disposto à politização plena. E quando tratam das dificuldades para pôr em circulação um periódico, em meio aos "problemas nacionais" e à falta de informação, trazem, mais uma vez, a questão da "neutralidade" ao centro das discussões: "*Não nos esqueceremos também de derrubar os falsos conceitos que a imprensa criou da guerra*, procurando atrair para este ou aquele grupo de países beligerantes, a simpatia e o apoio do povo brasileiro, *quando nesta guerra a nossa atitude deve ser a da luta pela paz e pelo nosso desenvolvimento econômico*".[8] [grifos nossos]

Nesta segunda fase da *Seiva*, iniciada com o número sete e prosseguindo até o número 11, de dezembro de 1941, o periódico baiano vai sofrendo um processo de politização "pelas bordas", optando por tratar de temas internacionais relacionados ao problema da guerra, mas sem implicações diretas com o Brasil. Também trataria, perifericamente, de importantes questões nacionais sem, contudo, aprofundar o problema político. Nestas circunstâncias, apareceriam as questões do petróleo e da siderurgia (nº 7); a questão da lavoura cacaueira (nº 8); também o problema da moradia seria abordado em ampla reportagem (nº 11); todavia a *Seiva* evitou travar o debate sobre o problema do Estado Novo, optando por reafirmar a defesa da "neutralidade" (nº 8), até junho de 1942, quando publicou o seu décimo segundo número, muito depois da invasão da URSS pela Alemanha (junho de 1941), mas já sob o impacto da entrada dos Estados Unidos na Guerra e o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães na costa americana.[9]

Com efeito, pelo editorial intitulado "União Nacional para a Defesa da Pátria", a *Seiva* demarcaria, finalmente, seu decidido ingresso no debate político, defendendo o a entrada do

país na guerra, ao lado das potências aliadas. Não por acaso, no ínterim das edições de número 11 e 12 da revista, João Falcão havia estado, pela segunda vez, em Buenos Aires, onde juntamente com Arruda Câmara, que já residia em São Paulo com a finalidade de reorganizar o Partido naquele estado, receberia orientação do BPSA-IC que preconizava a União Nacional em torno do governo contra a agressão nazi-fascista. Os comunistas do *Komintern* entendiam que defender a União Soviética era um dever de todos as Seções Nacionais da IC pelo mundo, de maneira que a entrada dos americanos na Guerra derrubava todas as barreiras e impedimentos para que o PCB no Brasil passasse a defender a entrada do país na Guerra, ao mesmo tempo em que se perfilhavam ao lado do governo de Getúlio, no seu esforço de guerra.

Nesse sentido, não surpreende que o CR-BA, através da *Seiva*, adotasse uma posição semelhante à que já vinha sendo praticada pelos comunistas nacionalmente de apoio a Getúlio (aliás, não sem divergências). De toda sorte, procuravam fazê-lo no ensejo da defesa do país contra a agressão nazista: "É preciso que todo o povo, tanto quanto o governo, se entendam perfeitamente, e logo. Confiança mútua. Nenhuma vacilação. Apoio com patriotismo e decisão à política de defesa nacional do governo e mais liberdade de ação para o povo, mais direito de iniciativa, de organização, mais oportunidades para a participação completa de cada brasileiro, e de todos ao mesmo tempo, na grande obra da nossa defesa".[10]

Nas circunstâncias em que a guerra chegava às Américas e que o Brasil era agredido, tendo navios afundados por submarinos alemães, os comunistas brasileiros, através da *Seiva*, sentiram que era chegado o momento de defender a pátria brasileira, com a União Nacional. Também pressupunham a defesa de todo o continente, quando lançavam a "mensagem aos povos da América", dístico que havia sido adotado desde o número sete do periódico, ocasião em que a "neutralidade" ainda era defendida nos marcos de uma aliança entre os povos do continente. Entretanto, as circunstâncias agora eram outras e o Brasil poderia, enfim, lutar ao lado da URSS, contra o nazi-fascismo, ocasião em que o PCB

poderia partir para um movimento decisivo de (re)inserção no movimento de massas que ganhava as ruas do país, com a proliferação de entidades antifascistas de diversas espécies e de diversos matizes.

Com efeito, a terceira fase da *Seiva*, iniciada com o número 12, de junho de 1942, será marcada pela intervenção decisiva no debate político e pela ampla cobertura do movimento de massas, que renascia em meio à ditadura do Estado Novo. Tanto em torno da questão da guerra, quanto sobre o problema da liberdade de ação dos antifascistas e libertação dos prisioneiros do Estado Novo, que implicava na abordagem do problema da anistia e da legalidade do Partido Comunista, que também seriam pautados naqueles anos, a *Seiva* e o PCB buscaram intervir no debate em defesa do envio da "segunda frente" para combater na Europa, ao lado das "democracias" e da União Soviética.

Entretanto, ainda que defendendo a "concórdia entre povo e governo" e a "pacificação da família brasileira", ou apresentando a consigna da União Nacional, conforme vinham apontando desde 1938, os comunistas brasileiros descuidaram da vigilância, tanto que baixaram a guarda frente à ditadura do Estado Novo e num ato de ousadia, em que confrontaram o veto da censura que apreciava antecipadamente todos as edições da *Seiva*, publicaram uma entrevista desafiadora do presidente da Sociedade Amigos da América (SAA) o general Manoel Rabelo que, em passagem por Salvador, falou ao repórter da *Seiva*, Jacob Gorender. Apontando a presença de "reacionários adesistas" e "quintacolunistas" e "simpatizantes do fascismo", que se aproveitavam das circunstâncias para se aproximarem dos iminentes vencedores do conflito, o general defendia, enfaticamente, o envio da "segunda frente" para a guerra na Europa e afirmava que o Brasil "não podia ficar marcando passo no mesmo lugar". Também considerou "exagerado" a atitude perante o comunismo e concluiu com uma consideração sobre o último movimento de Stalin que dissolveria a Internacional Comunista, em 1943: "A dissolução do *Komintern,* está recebendo toda sorte de interpretações. Nem seria de outro modo, pois as atitudes mais sinceras são deturpadas pelos indivíduos de intenções suspeitas".[11] Devido à repercussão da entrevista do general

nas hostes governistas, ordenou-se a apreensão do periódico e a prisão dos seus dirigentes e do repórter que entrevistou Manoel Rabelo, Jacob Gorender.[12]

O fato é que o episódio encerrava o primeiro período de vida da revista *Seiva*, que renasceria nos anos cinqüenta, ao tempo em que inaugurava uma nova fase na vida política do país, posto que a partir de fins de 1943, o movimento de massas viveu um gigantesco ascenso, e no curso do fim da guerra, com a vitória das "democracias", o Partido Comunista seria legalizado, colhendo os louros de sua atuação na luta antifascista no Brasil. Com efeito, a partir de 1945, até 1947/48, enquanto os comunistas continuaram a pregar a União Nacional com a burguesia, e com o governante de plantão, as classes dominantes do país prepararam um novo golpe, consoante com a reconfiguração do mundo com o advento da "guerra fria", mas esta, já é uma outra história.

---

[*] Devo registrar a minha gratidão ao sr. João da Costa Falcão, pela entrevista, conversas e disponibilzação de seu acervo pessoal com todos os exemplares da revista *Seiva*, com exceção do número seis.

[1] Partes das informações sobre a revista *Seiva* foram retiradas de um texto ainda inédito de João Falcão que nos foi gentilmente disponibilizado pelo próprio autor. Cf. João Falcão. *História da Revista Seiva.* (edição fac-similar do primeiro ano de existência da revista *Seiva* complementada pela história sucinta da revista *Seiva*, até o último ano de sua existência – 1943 -, de autoria de seu fundador João da Costa Falcão). Salvador: (texto inédito, mimeo.), s/d.

[2] João Falcão. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade)*. 2 ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000, p. 42-43. Neste livro, Falcão informa que estaria presente também na reunião Rui Facó.

[3] *Ibidem*. p. 43.

[4] *Ibidem*. p. 44.

[5] *A Tarde*, 14 de dezembro de 1938. Setor: Jornais. Acervo: Jornal *A Tarde*, Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). *Seiva*, nº 1, Salvador, dezembro de 1938, Acervo Pessoal de João Falcão (APJF).

[6]. Sobre a existência deste documento, que não é citado em nenhuma das obras de João Falcão, o ex-dirigente comunista nos informou em recente entrevista, que desconhecia seu conteúdo e sua existência.

[7] Carlos Garcia. "A posição dos estudantes frente à Guerra". *Apud*. João Falcão. *O Brasil e a 2ª Guerra Mundial. Testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora UNB, 1999, p. 28.

[8] "Um ano de vida". *Seiva*. nº 7, Salvador, setembro de 1940, p. 3 (APJF).

[9] Em sua edição de julho de 1941, que provavelmente já estava pronta quando a União Soviética foi invadida, a *Seiva* trazia ainda um artigo assinado por Robert Wessen [?] intitulado "Esta Guerra não é nossa". Na edição seguinte, de outubro, dá-se destaque ao rompimento das relações diplomáticas da Bolívia com a Alemanha num texto bastante cuidadoso e sem assinatura, o que expressaria a posição do periódico, em que a "paz" continuava a ser exortada. "As lições que nos dá o caso da Bolívia". *Seiva*. nº 10, Salvador, outubro de 1941, p. 4 (APJF). Somente na página 35 é que se aborda, numa pequena nota, a Conferência de Moscou, de setembro de 1941, que preparava as bases para a formação da aliança da URSS com as "democracias" ocidentais é que se admite que o futuro da civilização está em jogo e que a vitória na guerra só poderá ser conseguida com o esmagamento do nazi-fascismo. *Ibidem*. p. 35.

[10] "União Nacional para a Defesa da Pátria". *Seiva*. Salvador, nº 12, junho de 1942, p. 2 (APJF).

[11] "O povo brasileiro anseia pela participação na luta". *Seiva*, Salvador, julho de 1943, nº 18, p. 5-7. Neste mesmo número foi publicado um artigo do ex-secretário-geral da ANL Roberto Sisson, intitulado "Problemas da guerra atual", p. 8-9.

[12] Gorender, falando vários anos depois do episódio, recordou: "Considero que esta entrevista do gerneral Manoel Rabelo é a primeira manifestação *impressa* contra o Estado Novo. Ela é anterior ao famoso 'Manifesto dos Mineiros', que começou a circular meses depois. A entrevista não contém uma condenação explícita do Estado Novo, mas ataca de maneira contundente a sua política diretamente no que se refere ao esforço de guerra e, indiretamente nas suas inclinações pró-fascistas". *Teoria & Debate*. nº 11, agosto de 1990, p. 23 (entrevista concedida a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau).

O interior do Paraná e as políticas sanitárias de 1916-1930: a inserção do caboclo na ideologia de construção nacional

Carmem Silvia da Fonseca Kummer

A partir da década de 1910 uma nova forma de conhecimento e prática sobressai no meio intelectual e científico brasileiro: o "sanitarismo rural", a "descoberta dos sertões". As viagens pelo interior do Brasil representadas por comissões médicas advindas especialmente do Instituto Oswaldo Cruz, tiveram a partir de 1912 uma grande importância no que diz respeito a assuntos relacionados com as condições sanitárias e higiênicas das mais remotas regiões brasileiras, bem como as denúncias das péssimas condições sociais pelas quais passavam o sertanejo brasileiro.[1]

Quatro anos depois, em 1916, o Instituto Oswaldo Cruz publica um interessante caderno de viagem dos médicos Arthur Neiva e Belissário Pena, *Saneamento no Brasil*, o qual relata as campanhas sanitárias empregadas em Goiás e algumas cidades do Nordeste tendo em vista o combate de endemias como a malária e a ancilostomose.[2] Inicia-se, a partir desse momento, um amplo processo de saneamento pelos sertões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Amazonas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe etc, apoiado pelo Governo Federal e pela comunidade científica.[3]

O resultado imediato foi o crescimento das atividades federais em questões relativas à saúde da população rural nos estados. Os custos derivados da perda de autonomia estadual eram percebidos como menores do que os custos de implementação dos próprios serviços de saúde relativos aos tratamentos dispensados. Com isso, já em 1922 estavam em funcionamento 88 postos sanitários rurais em 15 estados e no Distrito Federal.

Para os membros da elite médica e política do país, era impossível garantir o desenvolvimento social sem solucionar os problemas de um povo constituído em sua grande maioria por enfermos. Desse modo, o pensamento nacionalista voltou-se para o problema da integração das áreas rurais, como busca de uma verdadeira nacionalidade. Além disso, havia

um ideal político que tinha como base a incorporação do caboclo como cidadão sadio, apto a contribuir para o desenvolvimento econômico. A construção nacional era uma tarefa que não podia basear-se sem a valorização da vida e da saúde da população brasileira.

O Paraná não ficou de fora deste programa que mais tarde denominou-se *Serviço de Prophylaxia Rural do Paraná*, cujos médicos nomeados por Oswaldo Cruz para dirigir essa campanha, relataram e tentaram modificar as péssimas condições sanitárias das cidades do litoral e do norte paranaense.[4] Morretes, Tomazina, Antonina, Porto de Cima, Paranaguá, Irati, Ponta Grossa, Jacarezinho, entre outros municípios, receberam a visita dos médicos da *Comissão de Prophylaxia Rural do Paraná*, os quais forneceram tratamentos específicos para o combate de verminoses, bem como relataram o grave quadro sanitário e de saúde de regiões esquecidas e abandonadas pelas autoridades políticas.

É nesse contexto que, em 1918, lê-se num importante periódico veiculado em Curitiba – *Paraná Medico* – um depoimento marcadamente nacionalista do Dr. Eduardo Leal Ferreira. O artigo deste médico tem como objetivo chamar a atenção da elite política e médica brasileira para a urgente busca pela recuperação física e moral do sertanejo paranaense, o qual "não tem a mesma condiçao que antes tinha de levantar uma picareta para trabalhar no roçado pois as enfermidades endemicas aviltam sua saude e seu corpo".[5] A intenção do médico-sanitarista ao longo de seu artigo é ressaltar a imagem do caboclo paranaense em vista da sua recuperação física, operosidade e contribuição para o desenvolvimento da nação.

Ao apontar, portanto, a "questao fundamental para a grandeza de nossa Patria, essa do saneamento do paiz e da prophylaxia rural das populações ruraes, para alcançarmos a formação do homem forte", Dr. Leal Ferreira finaliza seu discurso pedindo a colaboração de todos os brasileiros (estudantes, jornalistas, engenheiros, políticos, etc) "nessa obra de verdadeira reorganização nacional e que a nenhum de nos póde ser indifferente".[6]

Tendo em vista que o período compreendido pelos anos de 1916 a 1930 foi marcado por um forte movimento sanitarista nos meios rurais da maioria das regiões brasileiras, é necessário

analisar como se processou a atuação médica neste espaços, identificando quais foram as práticas e modelos de medicalização escolhidas e almejadas para sanar as endemias e epidemias que permeavam os municípios do interior. Preza-se por esta análise devido ao fato de que o aspecto ideológico das políticas sanitárias no meio rural não pode ser desvinculado das experiências médicas ocorridas de fato nas regiões sertanejas. Para tanto, o conceito foucaultiano de *medicalização da sociedade* possibilitará a reflexão sobre o processo das práticas e políticas médicas empregadas nos sertões paranaenses, bem como a eficiência e os resultados obtidos.

Conforme a perspectiva de Foucault, os modelos de medicalização empregados no Ocidente a partir do século XVIII consistiam na distribuição dos indivíduos uns aos lado dos outros, bem como isolá-los, individualizá-los, vigiá-los, constatar o estado de saúde de cada um e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro.

No século XIX, o médico deixou de ter uma função terapêutica e individual, ou seja, alguém que apenas curava as pessoas. Era atribuição sua desenvolver estratégias almejando a saúde da população. A prevenção contra a promiscuidade e a decadência da vida social acabou se tornando o suporte para justificar sua atuação nos espaços urbanos, cumprindo o papel de "vigilante da sociedade", "controlador de hábitos e comportamentos" Enfim, o médico começa a extrapolar os limites de sua função de apenas curar os indivíduos, passando a disputar as instâncias do controle social.

Portanto, o processo em que a Medicina começa a atuar na cidade podemos designar como *medicalização da sociedade*. A jurisdição sobre a recuperação e manutenção da saúde cabia ao médico, contudo, sua função não se limitava somente a esse aspecto. A atuação dele na cidade, representada por sua intervenção no que diz respeito ao planejamento urbano junto aos engenheiros, foi importante na medida que prevaleceram suas determinações acerca da

drenagem de pântanos, transferência de fábricas de matadouros para longe do quadro urbano, canalização de rios e córregos, etc.

Nessa perspectiva, é possível entender a atuação médica no meio rural paranaense através de três formas: a educação e a normatização do indivíduo garantida pelos métodos profiláticos; a intenção por uma reforma urbana; e o diagnóstico e tratamentos específicos no combate das doenças.

Com relação à profilaxia e prevenção, Dr. Leal Ferreira sugere a construção de escolas no meio rural a fim de explicar "aos filhos do nosso sertanejo noções simples que evitam males ruinosos. O que o medico não consegue ensinar pela acção ou pela persuasão, o livro o fará, incutindo nesses cerebros que ainda não adormeceram, as regras tão faceis, tão assimilaveis, da vida vigiada, defendida e victoriosa pela hygiene".[7]

A norma caberia bem nesse momento. Ela se cristalizaria nas palavras médicas dirigidas ao caboclo, sobre o que este deveria fazer com seu corpo, comportamento e higiene. A lei não obteria os mesmos resultados que a norma, uma vez que sua existência não implica obediência. A norma, pelo contrário, atinge mais rapidamente a população pois seu efeito se torna mais presente no cotidiano sob as palavras do professor e do médico. Contudo, há um objeto indefinido nessa discussão. Houve, realmente, uma obediência às normas médicas impostas no meio rural? Devido a um número restritivo de dados, é difícil responder a essa questão, todavia, Dr. Leal Ferreira nos dá uma pista: "Em seu relatório o Snr. Leinig critica a acção do Snr. Dr. Julio Szymanski, que se limitava a registrar o numero de doentes sem se preocupar com o seu tratamento nem com os conselhos e cuidados reclamados pela população." [8]

Imbuídos por um comprometimento social, não só a profilaxia, balizada pela norma, constituía o discurso médico. Ou seja, muitos deles percebiam a urgente e necessária reforma urbana pela qual deveriam passar os "pobres" e "atrasados" municípios" do litoral paranaense. Tal reforma se daria, segundo seus conselhos, através da ampliação de serviços de

saneamento – como o abastecimento de água e coleta de esgotos –, fornecimento de crédito agrícola e construção de farmácias, postos de saúde e estradas.

Conforme os relatos do Dr. Souza Araújo, foram iniciados em Tomazina– sem indicação de término – os serviços de construção de latrinas, limpeza dos quintais, roçados, terrenos baldios e margens de rios. A intervenção médica se deu por conta das inúmeras intimações realizadas pela *Comissão de Prophylaxia Rural* aos habitantes e autoridades do município, cujo principal objetivo era a construção de fossas e latrinas em todas as casas. Espinhoso foi este objetivo, pois "foi-nos tarefa difícil fazer a população cumprir as nossas intimações. Conseguimos fazer construir apenas 30 fossas novas e melhorar algumas das raras existentes." [9]

É possível perceber que a *medicalização da sociedade*, representada nesses casos sob a intervenção médica no meio urbano, caracterizou-se por um emaranhado de relações complexas e específicas. Se em alguns países europeus as condições de reforma urbana foram mais intensas e propaladas, aqui a falta de recursos financeiros dificultou em muito a concretização de importantes obras de saneamento. A queixa dos médicos incide, normalmente, na morosidade do planejamento e operação da construção de latrinas, fossas, etc. Se não bastasse isso, a falta de apoio de algumas autoridades, como os prefeitos, e dos próprios habitantes dos municípios contribuíram para o impedimento de uma melhor efetivação dos serviços sanitários. Dessa maneira, nota-se os condicionantes exteriores que dificultavam o desempenho médico no meio rural.

A terceira forma de perceber os modelos médicos aplicados no interior do Paraná e que pareceu ser, até este momento, o mais efetivo, são duas especialidade que até hoje observamos: o diagnóstico clínico e os tratamentos dispensados.

No relatório médico do Dr. Souza Araújo, podemos perceber algumas das propostas e práticas da atuação médica no meio rural diante de uma ocorrência epidemiológica. Em primeiro lugar, a instalação de postos sanitários para que o médico pudesse realizar seu

trabalho clínico e laboratorial era imprescindível. Em segundo lugar, a divisão de zonas no município, realizada por guardas-sanitários, contemplaria a busca de informações relativas ao local da cidade em que há o maior foco de doenças, bem como o estabelecimento de índices de mortalidade e de saúde, ou melhor, a falta dela. Por isso, o recenseamento, prática comum no trabalho dos médicos franceses, auxiliaria na contagem dos indivíduos doentes com relação aos saudáveis e, assim, definir a porcentagem da população que estava sofrendo os males da epidemia ou endemia. Os dados estatísticos compilados seriam mais tarde entregues ao governo do estado do Paraná e à União para que a elite política pudesse ter uma visão contundente da realidade brasileira com relação à saúde. Em terceiro lugar, os doentes recebiam nos postos de saúde os medicamentos, conforme o tipo de doença que comprometia sua saúde.

Até aqui, nos deparamos com as duas principais atividades atribuídas ao exercício médico e que configura, até certo, ponto a medicalização da sociedade: o diagnóstico clínico e a receita de uma tratamento que promoverá a cura. No entanto, se tomarmos como modelo os verdadeiros processos de medicalização da sociedade, o qual previa, dentre outras atuações, a construção de asilos, hospitais, clínicas, etc. que pudessem promover um permanente, amplo e geral tratamento de doentes, podemos perceber a incipiente medicalização que ocorreu nestes municípios. Não há registro nos cadernos de viagem que houve construção permanente de hospitais ou clínicas, apenas postos de saúde itinerantes que eram fechados após a cura da maioria da população. Portanto, os exames clínicos e os tratamentos dispensados não tiveram caráter duradouro e permanente, pelo contrário, foram inseridos no interior paranaense configurando-se como um caráter emergencial para que as endemias fossem interrompidas o mais rápido possível.

As campanhas sanitárias pelos sertões de muitas regiões brasileiras constituíram, portanto, um movimento que se destacou sobretudo pelo seu caráter ideológico e político. Como Lima e Hochman apontam, "este movimento teve um papel central e prolongado na

reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro".[10] O debate de como inserir o caboclo brasileiro na sociedade previa, acima de tudo, sua recuperação física que estava comprometida por doenças endêmicas. Os médicos tiveram, pois, grande importância nessa questão, visto que suas visitas e viagens às mais remotas regiões sertanejas resultaram em algumas melhorias da saúde do caboclo.

No entanto, como vimos, tais melhorias devem ser relativizadas. A atuação médica em alguns municípios paranaenses foi complexa e influenciada por fatores externos ao esforço e competência médica. Os próprios municípios revelam isso, uma vez que em determinados lugares o conhecimento médico pôde ser introduzido com maior eficácia, enquanto outros, ora por falta de verbas, ora por hostilidade, não permitiram um eficiente trabalho médico.

Por fim, o diagnóstico médico sobre o Brasil e as soluções apontadas tiveram conseqüências que ultrapassaram o curto período histórico analisado. O movimento pela reforma da saúde pode ter seus impactos avaliados na reorganização dos serviços sanitários federais que se ampliaram ao longo dos anos 20 e, sobretudo, após 1930. Além disso, este movimento reivindicou para os médicos um papel decisivo na gestão de saúde pública.[11]

Ainda que de pouco alcance e reduzida eficácia, a legislação e as políticas de saúde do período lançaram as bases para campanhas subsequentes e romperam, aqui e ali, a inércia ou a resistência das camadas populares e sobretudo das autoridades políticas. Assim, o movimento pelo saneamento do Brasil teve conseqüências de longo prazo em termos de políticas públicas e identidades profissionais, apesar de que seus diagnósticos e argumentos ajudaram a legitimar a presença do Estado no campo da saúde pública desde a década de 1910.[12]

---

[1] Os principais trabalhos a abordar a campanha do saneamento rural foram realizados por Luiz Antonio de Castro Santos (1985,1987), Nisia Trindade Lima (1991) e Gilberto Hochman (1991,1993). Os trabalhos ressaltam especialmente o tema da ideologia de construção nacional como dimensão mais relevante do movimento sanitarista.

[2] SANTOS, Luiz A. de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República. Uma ideologia de construção da nacionalidade. In: *Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro,v.28, n.2, p.193-210, 1985.
[3] Em 1919, o presidente Delfim Moreira expediu o decreto 13.538, o qual previa a reorganização do Serviço de Prophylaxia rural que passava a ser vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Através deste decreto, estabeleceu-se como prioridade o combate contra a malária e a doença de Chagas em âmbito nacional, bem como a união entre os estados e o Governo Federal para erradicar as principais doenças endêmicas. In: LIMA, Nísia Trindade; BRITTO, Nara. Salud y nación: Propuesta para el saneamento rural. Un estudio de la revista Saúde (1918-1919). In: CUETO, Marcos (Ed). *Salud, Cultura y sociedad en América Latina: Nuevas perspectivas históricas*.Lima: IEP. Organización Panamericana de la Salud, 1996. p. 135-158.
[4] Importa ressaltar que a *Prophilaxia Rural do Paraná* foi organizada através do decreto nº 13.001 expedido pelo governo estadual.
[5] FERREIRA, Leal. Saneamento do Brasil. In: *Paraná Médico*. Órgão da Sociedade de Medicina do Paraná. Anno III. Corityba, 19 de Setembro de 1918. num. 2. p. 407.
[6] *Idem*, p. 404.
[7] *Idem,* p. 408.
[8] *Idem*, p. 502.
[9] ARAÚJO, Heraclides C. de Souza. *Prophylaxia Rural no Estado do Paraná*: Esboço de geographia medica. Livraria Economica: Curityba, 1919. p. 49.
[10] "A descoberta da importância sociológica da doença foi incorporada por parte considerável daqueles que refletiram sobre o Brasil e sobre a identidade de ser brasileiro. A identificação da doença como o principal problema do país não o condenava à barbárie eterna mas, ao contrário, apontava os instrumentos para sua superação: a ciência médica e as políticas públicas de saúde e saneamento. In: LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República". In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
[11] LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. op. cit. p.121.
[12] *Idem*, p.122.

Ensino de história em pré-vestibulares comunitários : entre o dever de memória e a reflexão crítica

Carmen Teresa Gabriel
UFRJ/FE

O que ensinamos quando lecionamos história? O que seriam aprendizagens em história? História seria uma disciplina ensinável? Questões como essas, desde os anos 80, têm sido colocadas por diferentes pesquisadores da área de ensino dessa disciplina (Moniot, 1993 Ailleu, 1995, Lautier, 1994, 1997, Monteiro 2002, Gabriel, 2003)[1] cuja preocupação central consiste em perceber as especificidades epistemológicas desse saber quando se transforma em objeto de ensino no âmbito da educação básica. A despeito das possíveis respostas, a força analítica de questões como essas, estaria na própria pertinência da sua formulação. Questionar a complexidade epistemológica do conhecimento histórico articulada às questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem desse saber tende a abrir pistas de investigação passíveis de contribuir para a necessária e ainda incipiente (des)naturalização dos conteúdos históricos que circulam nos contextos escolares em diferentes suportes como as propostas curriculares, os livros didáticos ou os textos dos professores produzidos e trabalhados em sala de aula.

Esse tipo de questionamento nos remete diretamente à discussão, na área do Currículo e da Didática, em torno dos processos de construção dos saberes escolares. Estudos realizados nos últimos vinte anos por pesquisadores desses campos têm explicitado e denunciado a imbricação desse tipo de saber com questões de ordem política, ideológica e cultural, colocando por terra qualquer pretensão de neutralidade dos mesmos. Para além dessa dimensão seletiva enfatizada pelas abordagens de cunho sociológico e/ou histórico (Goodson,1995, Chervel 1990)[2] , a análise do processo de construção desses saberes com um enfoque mais cognitivo permite pensá-los igualmente em termos de uma a autonomia epistemológica relativa resultado de um processo complexo e inevitável de reelaboração e/ou transposição didática (Chevallard, 1991)[3]

O objetivo deste texto é pensar alguns dos desafios enfrentados pelos professores desta disciplina envolvidos diretamente no processo de seleção cultural e reelaboração

didática do conhecimento histórico tendo como tela de fundo as condições objetivas e subjetivas singulares dos pré-vestibulares comunitários. Não se trata, neste texto, de entrar na discussão em torno da dimensão política desse espaço de formação - apreendido como uma modalidade de ação afirmativa que se sustenta no contexto histórico da sociedade brasileira atual como sendo um dos caminhos possíveis da construção de um projeto político de sociedade mais justo e menos dogmático - nem tampouco da pertinência e/ou necessidade de manutenção do exame de vestibular como porta de acesso ao ensino superior. O pré-vestibular comunitário é considerado, neste texto, mais como contexto de produção do objeto de análise em foco do que objeto de reflexão em si mesmo. A argumentação que se segue pois, baseia-se nas especificidades desse contexto de formação para exercitar a reflexão sobre os desafios que estão colocados no processo de produção e de transmissão dos saberes escolares no âmbito da disciplina de História tendo em vista as diferentes dimensões – política, cultural, social, epistemológica – que entram em jogo nesse processo.

Pré-vestibulares comunitários: um *lócus* específico de problematização da história-ensinada

De uma maneira geral os pré-vestibulares comunitários se posicionam na contramão da lógica excludente, hierárquica e elitista predominante entre esses tipos de modalidade de cursos preparatórios para a realização do Vestibular.

Como já mencionado, nos limites da análise que aqui me proponho, esse posicionamento assume sua importância menos pelas suas implicações, no seio da sociedade civil, para o fortalecimento de práticas de inclusão social do que pelas conseqüências pedagógicas que essa marca política explícita imprime na configuração do processo de ensino-aprendizagem. A presença nas salas de aula de alunos de classes populares cuja trajetória escolar tende a ser marcada por dificuldades e fracassos, acarretando, muitas vezes, uma auto-estima baixa e para os quais o acesso à Universidade, longe de ser apenas um ritual de passagem entre o ensino médio e o ensino superior,

apresenta-se como um gesto de insistência, de resistência, no sentido de conquistar espaços que, em principio, não lhe são atribuídos, por direito, pelas classes dominantes responsáveis pela implementação das políticas públicas educacionais, traz à tona de forma explícita, nesse processo de formação, a dimensão axiológica, seja de cunho político, ético e/ou cultural, inerente a todo processo de ensino-aprendizagem.

Ao contrário de outros contextos de formação onde essa dimensão, embora presente, pode ser, como o é, muitas vezes, minimizada ou negada, no caso dos pré-vestibulares comunitários ela impõe um enfrentamento mais direto com questões de poder, identidade, emancipação, criticidade, cidadania, tornando esse espaço um *lócus* fecundo para pensar o fazer pedagógico em uma perspectiva crítica e emancipatória. Considerando que o tipo de formação nesses cursos, voltado para a preparação de um concurso como o Vestibular, suscita outras questões de ordem didático –pedagógicas, em particular no que se refere aos critérios de seleção dos conteúdos a serem ensinados, a busca de articulação com as questões de ordem axiológica, acima descrita torna-se ainda mais complexa, devendo incorporar outras variáveis de cunho didático-epistemológico que não podem ser negligenciadas. Disputar um vestibular implica em apropriar-se de saberes, conteúdos socialmente legitimados e que tendem a serem associados com os conhecimentos, se não produzidos pela classe dominante, pelo menos considerados como tais pelas mesmas.

Como uma faca de dois gumes, de um lado o adjetivo *comunitário* indica a possibilidade e necessidade de conceber o processo de ensino-aprendizagem a partir de vertentes pedagógicas que operam com o conceito de cultura (escolar) no seu sentido mais antropológico e que engloba diferentes subjetividades/ identidades reconhecendo e valorizando as culturas de outros grupos socio-culturais como, por exemplo, as leituras de mundo dos alunos desses vestibulares. Trata-se, do ponto de vista pedagógico, de incorporar na reflexão didática novos tempos, espaços, práticas e saberes, assumindo dessa forma como centrais no processo de ensino-aprendizagem, questões como poder e identidade.

De outro lado, o desafio político de "passar no Vestibular", entrar para a Universidade, exige uma articulação com questões pedagógicas cotidianas de cunho mais pragmático como a necessidade de "escoar todo o programa", isso é, "dar os conteúdos que caem no vestibular" implicando desafios de diferentes ordens tais como a gestão do tempo na priorização de práticas e metodologias que não estão sempre necessariamente em sintonia, com as orientações das perspectivas críticas e/ou pós-críticas incorporadas no campo educacional.

Ao associar tempos, espaços, saberes aparentemente contraditórios, os pré-vestibulares comunitários, acirram tensões como, por exemplo, o desafio de contribuir para a afirmação de outras subjetividades e vozes no cenário político contemporâneo através do questionamento das relações assimétricas de poder presentes igualmente nas salas de aula e assegurar a apropriação de conteúdos exigidos em práticas que reforçam, em princípio, essas mesmas lógicas excludentes contra a qual se quer lutar. Refletir a partir desse espaço de formação singular exige enfrentar o desafio de pensar estratégias pedagógicas que permitam superar posições dicotômicas.

No caso da disciplina de História, essas tensões e desafios tendem a potencializar-se tendo em vista a própria natureza epistemológica desse saber. A despeito do contexto de formação privilegiado e das matrizes teóricas a partir das quais o conhecimento histórico é pensado, a sua própria "razão de ser" lhe imprime um duplo registro epistemológico marcado por tensões como verdade x sentido objetividade x subjetividade, fragmentação x totalidade, explicação x compreensão, universal x particular que se manifestam em graus e modalidades distintas nas diferentes esferas de problematização – produção e/ou ensino - privilegiadas.

Ensino de história: entre o dever de memória e a reflexão crítica

Uma das questões centrais debatidas entre os agentes do campo da História refere-se à função político-cultural dessa disciplina. Essa função é fundamental para entender a especificidade epistemológica do saber histórico em termos da sua capacidade de absorção

da dimensão axiológica articulada à dimensão racional. Koselleck (1997)[4], ao resgatar a trajetória de construção do conceito moderno de História, chama a atenção para o fato de que a utilização política desta noção corresponde a uma das condições de possibilidade de tal conhecimento, reunidas no final do século XVIII. A partir do momento em que a História não é mais compreendida como "a ciência do passado, mas como um espaço de experiência e um instrumento de reflexão orientando cada tentativa de ação" (Koselleck, 1997, p.72), evidencia-se a dificuldade de separação entre pressupostos epistemológicos e metodológicos, que assegurem a verdade, e pressupostos ideológicos (incluindo a crítica ideológica), que preservem sua função social e política.

Entrar neste debate pelo viés da reflexão epistemológica no campo da História e tendo como suporte os limites de um texto dessa natureza exige alguns recortes a fim de tornar viável o desenvolvimento de uma argumentação ainda que não tenha a pretensão de ser mais do que um início de conversa. Um critério possível para estabelecer esse recorte consiste em focar uma questão através da qual poder-se-ia discutir as tensões explicitadas tanto do ponto de vista pedagógico como epistemológico. Nesse sentido, as questões que envolvem à temática da construção de identidade(s), e em particular da identidade nacional através do ensino desta disciplina me parecem pertinentes para tal exercício de reflexão.

A temática da identidade nacional recorta, no âmbito da disciplina de História, um espaço bem delimitado que corresponde aos das histórias nacionais. Além disso, apesar de não constituir-se objeto de ensino propriamente dito, a construção do seu sentido, à despeito da pluralidade semântica que envolve tal noção, continua sendo uma das intrigas centrais, em torno da qual se organiza o saber dessa disciplina. Desde a emergência da História como disciplina acadêmica no século XIX, esta temática tem assumido o papel de fio condutor de grande parte das tramas tecidas. Em terceiro lugar, tendo em vista o investimento simbólico, político, ético e ideológico que a construção da narrativa nacional requer, esta temática favorece o enfrentamento da tensão entre a busca da verdade (o que realmente aconteceu entre os elementos que hoje configuram nosso espaço de experiência e que contribuem para tecer a brasilidade?) e a construção de sentido (Qual a

representação, ou representações, de brasilidade que prevalece, ou prevalecem, no nosso presente histórico?), exemplificando de forma clara o duplo registro epistemológico do conhecimento histórico. Por fim as características do contexto de formação onde o processo de construção dessa marca identitária está sendo pensada torna mais aguda essa tensão na medida em que a história-ensinada do Brasil nos pré-vestibulares comunitários não pode deixar de lado, pelas razões já expostas, os mecanismos e práticas pedagógicas que favoreçam igualmente a afirmação de outras identidades e memórias coletivas nas lutas de representação dessa brasilidade.

Considerando assim, o papel central na formação de identidade(s) que é atribuído ao conhecimento histórico, em particular quando reelaborado em objeto de ensino e as características, muitas vezes, contraditórias, da proposta de formação dos pré-vestibulares comunitários, como articular no ensino desta disciplina a necessidade tanto de garantir a transmissão de uma memória nacional legitimada e avaliada nos concursos de vestibular, como de desenvolver a reflexão crítica sobre essa mesma memória, condição imprescindível para fazer emergir novas identidades e possibilidades de representação de brasilidade? Ou dito de outro modo: Como dosar e articular esses dois registros, sem negar, nem exaltar a importância e o papel desempenhado por cada um? Como articular o ensino de uma forma de pensar historicamente e de uma memória já acumulada e consagrada pelas gerações precedentes? Como reelaborar didaticamente capacidade crítica e necessidade de memória?

O que está em jogo aqui, não é apenas a possibilidade de tornar o ensino de história ensinável, mas igualmente a necessidade de garantir a sua função formadora no plano cultural e político. Argumento que um primeiro passo para o enfrentamento com essas questões consiste em buscar na própria estrutura epistemológica mista do conhecimento histórico os caminhos que possam ajudar a pensar a reelaboração dos mecanismos de didatização e axiologização que precisam ser acionados no ensino de História do Brasil para estudantes de pré-vestibulares comunitários.

A leitura dos debates atuais no campo da própria teoria da História traz à tona a noção de narrativa, ou melhor, de estrutura narrativa, cujo potencial heurístico tende a ser reavaliado e revalorizado . Até época relativamente recente, as discussões em torno dessa noção limitaram-se à condenação da história narrativa. Associada a tudo contra o qual se queria lutar, em prol da construção de uma história-problema, científica, a história narrativa, até então triunfante passa a ser proscrita pela comunidade científica de historiadores. Estudos recentes — Ricoeur (1983-85), Hartog (1995),[5] — demonstram, todavia, que o termo narrativa é empregado, de fato, nesses debates, como uma metonímia pela qual um tipo particular de narrativa confunde-se com a própria estrutura narrativa inerente ao saber histórico. Trata-se pois, de desfazer a confusão semântica entre história narrativa e narrativa histórica, apostando na fertilidade teórico-metodológica da última.

Tal posicionamento implica em apreender a noção de narrativa. de forma estreitamente articulada às noções de intriga e de tempo histórico. Trata-se de explorar a potencialidade analítica do conceito de intriga ou enredo que permite resgatar a especificidade e complexidade do objeto da História, sem que seja necessário negar a ambigüidade que ela traz no seu próprio nome, bem como pensar o tempo histórico tanto na sua função de mediação (tempo narrado), como na sua tarefa de totalização (visto como um “singular coletivo”), que serve de pano de fundo para esta mediação.

Como categoria operacional central na reelaboração do saber histórico a noção de narrativa permite as seguintes interrogações: Que estratégias discursivas o ensino dessa disciplina mobiliza, contribuindo para que nos tornemos brasileiros? Que campos de experiência e que horizontes de expectativa interagem na narrativa histórica nacional da atualidade, possibilitando entrever o significado de "estar sendo" brasileiro nas diferentes práticas discursivas observadas, em particular nas construções narrativas tanto dos estudantes do pré-vestibular comunitários quanto das matrizes históricas privilegiadas nos concursos de vestibulares? Operar com o conceito de estrutura narrativa autoriza que a construção da brasilidade possa ser vista como um processo aberto, dinâmico e inacabado. Diferentes

presentes históricos constroem diferentes narrativas de Historia nacional e do povo brasileiro. Em cada uma delas, diferentes passados são lembrados e ou esquecidos e diferentes futuros são sonhados. Caberá a cada professor de história selecionar os conteúdos a serem ensinados, ingredientes de uma intriga possível – acontecimentos, sujeitos, acontecimentos, concepção de tempo, conceitos, etc - de forma a permitir a emergência de uma diversidade de narrativas da brasilidade contribuindo para a construção de um Brasil mais plural e inclusivo, que no nosso presente histórico implica também na socialização das narrativas dominantes. O desafio é pois, saber como usar essas armas da narratividade histórica a favor da inclusão das diferenças (de posições, de perspectivas, de identidades) na interpretação histórica. Tratou-se aqui de apenas indicar um caminho possível, trilhá-lo já é tarefa que extrapola os limites desse texto.

---

[1]MONIOT, H, **La dictatique de l 'histoire, Paris**: Nathan, 1993, ALLIEU, N. De l'histoire des chercheurs à l'histoire scolaire. In: DEVELAY, M. (Org.). **Savoirs scolaires et didactiques de disciplines, une encyclopédie pour aujourd'hui**. Paris: ESF, 1995; LAUTIER, N. La compréhension de l'histoire: un modèle spécifique. In: **Revue Française de Pédagogie**. Paris: n.106, p.11-23, jan./mar. 1994 e **Enseigner l´histoire au lycée**. Paris: Armand Colin, 1997.MONTEIRO Ana Maria **O Ensino de história : entre práticas e saberes**. Faculdade de Educação, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2002. (Tese de doutorado), GABRIEL, Carmen Teresa , **Um objeto de ensino chamado história: a disciplina de história ans tramas da didatização**, Faculdade de Educação, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003 (tese de doutorado)

[2] GOODSON, I. F**. Tornando uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução**. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: n.21, p.230-54, 1990; CHERVEL, A. As histórias das disciplinas escolares. Reflexões sobre um domínio de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: n.2, 1990

[3] CHEVALLARD, Y. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné.** Paris: Ed. La pensée Sauvage, 1991.

[4] KOSELLECK, R. **Le Futur Passé - Contribuition à la semantique des temps historiques**. Paris: Ed. de L´École des hautes études en sciences sociales, 1990

[5] RICOEUR, P, **Temps et Récit**. Paris: Le Seuil, v.1-3, 1983-1985. HARTOG, F. L´art du récit historique. In: **Passés Recomposés Champs et Chantiers de l´histoire**. Paris: Editions Autrement, Série Mutations, n.150/151, p.184-93, 1995.

A presença do gosto inglês nos subúrbios do Rio de Janeiro no século XIX

CAROLINA BORTOLOTTI DE OLIVEIRA

I. Introdução

O presente artigo pretende analisar a trajetória dos ingleses no processo de ocupação e urbanização dos subúrbios do Rio de Janeiro, sobretudo na primeira metade do século XIX.

Com a vinda da Corte para o Brasil, em 1808, e a Abertura dos Portos, em 1810, inúmeros comerciantes, diplomatas e viajantes ingleses se instalaram no Rio de Janeiro, fixando ou transferindo suas residências para as regiões altas e para os arredores arborizados da cidade, mas mantendo seus negócios nas áreas centrais.

Essa maneira de viver *à inglesa* lentamente passou a ser reproduzida pela elite brasileira e por outros estrangeiros que estavam de passagem pela capital, já que muitos deles também começaram a buscar as residências frescas e agradáveis dos arrabaldes da cidade.

Pode-se dizer ainda que esse estilo de vida adotado pelos ingleses no Rio de Janeiro estava intimamente ligado aos valores estéticos do movimento pitoresco e de moradia presente na sociedade inglesa do final do século XVIII e início do século XIX.

A Inglaterra, por sua vez, no auge da Revolução Industrial, ampliou notavelmente a exportação de seus produtos, desenvolvendo uma extensa variedade de elementos arquitetônicos em ferro que seriam difundidos, principalmente, no Brasil Império.

Entre outros aspectos, portanto, a tipologia arquitetônica, a escolha da paisagem e a decoração de interiores nos mostram como os ingleses trouxeram consigo uma nova forma de morar, o que resultou em mudanças significativas na paisagem urbana brasileira.

Através dos álbuns iconográficos, dos artigos de jornais e dos relatos dos viajantes, a introdução do chamado *gosto inglês* pôde ser verificada no Catete e Vale das Laranjeiras, na Glória, em Cosme Velho (conhecido na época como Morro do Inglês) e, sobretudo, na enseada de Botafogo, locais em que os ingleses efetivamente instalaram suas residências.

II. A cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX

No início do século XIX, a chegada da família real portuguesa teria provocado uma série de mudanças na sociedade brasileira com a introdução da imprensa e das novas escolas, com a presença de profissionais qualificados e, principalmente, com a importação de novos materiais e produtos industrializados, conforme as cláusulas dos tratados político-comerciais estabelecidas, sobretudo, com a Inglaterra.

Dentro desse contexto, o Rio de Janeiro, então uma cidade com cerca de cinqüenta mil habitantes e conhecida por suas belezas naturais, inicia um processo de modernização, sendo que as principais iniciativas nesse sentido foram as melhorias urbanas e arquitetônicas, tendo o estilo neoclássico como a tendência predominante na arquitetura oficial do Império.[1]

Ao adotar uma série de medidas para a remodelação da cidade, D. João VI recebe a Missão Artística Francesa, em 1816, para consolidar o neoclassicismo e fundar a Academia Imperial de Belas Artes, em 1826. Com isso, a cidade do Rio de Janeiro passa a ser considerada não apenas a capital administrativa ou o centro das decisões políticas do país, mas também o núcleo cultural de onde partiriam as novas correntes de comportamento, incluindo o vestuário, a música, o mobiliário, a decoração de interiores, além das novas formas de morar, de construir e projetar novas ruas.

Embora os novos estilos arquitetônicos e decorativos se transferissem da Europa para o Brasil, a industrialização tardia em nosso país e a manutenção da mão-de-obra escrava não especializada dificultaram, inicialmente, a participação de engenheiros e arquitetos como solucionadores do espaço arquitetônico. Assim sendo, a importação de infra-estrutura urbana e de equipamentos residenciais foi uma das alternativas encontradas para que os projetos seguissem adiante. É dentro desse panorama que os interesses comerciais da Inglaterra ganham maior relevância, já que muitos dos elementos decorativos em ferro fundido estariam

disponíveis no Brasil graças às remessas de catálogos comerciais, utilizados de maneira eficiente pelos ingleses, com o objetivo de divulgar e vender suas mercadorias.

III. A formação dos bairros suburbanos no Rio de Janeiro

Com uma população maior que o Salvador, já em 1810, o Rio de Janeiro tornou-se uma capital cosmopolita, apresentando uma vida social e cultural que procurava incorporar os ideais europeus. Como já foi colocado, uma vez instalada a Corte portuguesa na capital do Império, a cidade se moderniza com a construção de novos edifícios e palácios majestosos, além da abertura de inúmeras lojas e amplas vias de circulação nos locais de maior acesso. Entre 1840 e 1860, os bailes, os concertos, as reuniões e as festas na capital também seriam amplamente difundidos, fazendo com que o Rio de Janeiro passasse a atuar como o pólo centralizador e difusor dos melhores hábitos e costumes de civilidade durante todo o Império, *"tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses."*[2]

É nesse mesmo período que uma parte da elite urbana carioca passa a morar definitivamente nos bairros mais longínquos ou até mesmo fora da cidade, *"num estilo de casa e de vida muito diferente (no tempo e no espaço) do das chácaras, comuns nas outras capitais brasileiras do final do século XIX."*[3] Com a modernização urbana da cidade, o desenvolvimento do sistema viário e a introdução dos novos meios de transporte, que viabilizaram o acesso às áreas suburbanas, houve um crescimento populacional em direção aos arrabaldes da cidade.

Dessa forma, a concentração de famílias de alta renda nos subúrbios do Rio de Janeiro se formou principalmente na direção de São Cristóvão, ao longo de Mata-Cavalos e Mata-Porcos, onde moravam especialmente ingleses e portugueses ligados ao paço; na praia da Glória até Botafogo, local onde os ingleses também mantinham suas residências; e na Tijuca, ocupada, sobretudo, pelos franceses.

Entretanto, como bem afirma Villaça[4], havia uma questão mais complexa que envolvia tanto a localização como a função das chácaras habitadas pela aristocracia e por estrangeiros em meados do século XIX no Rio de Janeiro. As finalidades dessas moradias eram as mais

diversas, como aquelas que exploravam a agricultura para fins comerciais, mas as famílias apresentavam um estilo de vida essencialmente urbano; aquelas que praticavam a agricultura de subsistência, fazendo com que a família raramente se deslocasse à cidade (somente em ocasião de festas e cerimônias); e aquelas cujos proprietários também possuíam casa na cidade e as utilizavam com a mesma freqüência que as casas de campo.

É importante ressaltar ainda que essa transferência para os arredores da cidade não se deu exatamente no âmbito do deslocamento das residências da elite para os subúrbios, *"mas precisamente no sentido de fazer com que ela não precisasse se deslocar",* já que durante várias décadas, segundo o próprio Villaça[5], a elite carioca era urbana, mas sem morar na cidade, ou seja, as chácaras na realidade não eram rurais e próximas à cidade, mas casas urbanas que se situavam longe do centro urbano.

IV. A presença do gosto inglês na paisagem e nos arredores da cidade

Robert Smith destaca que, bem antes da vinda da Coroa portuguesa para o Brasil, o viajante espanhol Juan Aguirre[6] observa que, já em 1782, em algumas chácaras do Rio de Janeiro *"resplandece el gusto inglês",* o que era talvez um reflexo do interesse formado em Portugal, no final do século XVIII, em torno da arquitetura e da ornamentação inglesa, época em que muitos súditos britânicos se estabeleceram em várias partes daquele país.

De fato, com a chegada da Corte no Rio de Janeiro e a presença de uma expressiva colônia inglesa, Smith comenta que teríamos então *"o aparecimento de um estilo anglo-britânico de construir, no mesmo instante em que mandava vir da França, em 1816, um grupo de artistas a fim de fundar uma Academia de Belas-Artes no Rio de Janeiro."*[7]

Oliveira Lima[8] ainda nos explica que, embora as casas fidalgas portuguesas viessem transferidas com a chegada de D. João VI ao Brasil, elas não eram semelhantes às tranqüilas chácaras inseridas na paisagem exuberante dos arrabaldes fluminenses, onde já moravam outros estrangeiros. Isso fez com que a maioria dos portugueses vinculados à Coroa se

fixassem nos arredores da cidade, *"acompanhando os ingleses que primeiramente invadiram os subúrbios cariocas a procura de residências frescas e agradáveis."*

O pintor francês Debret[9] também verifica a notável localização das residências suburbanas quando relata que *"as chácaras mais ricas e elegantes dos arrabaldes da cidade encontram-se no caminho de São Cristóvão, de Mata-Porcos, do Engenho Novo, do Morro de Nossa Senhora da Glória, do Catete ou da linda enseada de Botafogo. Estas últimas, principalmente, de aspecto encantador, agrupam-se pitorescamente sobre as colinas arborizadas dos contrafortes do Corcovado; seus jardins bem tratados e arranjados em anfiteatros são regados pelas águas que descem das florestas virgens (...)".* Ainda nas proximidades de Botafogo, Gilberto Ferrez[10] descreve a casa de campo de Williams, de cor clara e com belas telhas avermelhadas, destacando-se *"entre as diferentes tonalidades verdes, variando do verde amarelo do alto, que substitui o gramado clássico pela grama inglesa, ao verde sombreado da floresta tropical, cuja massa adensada alcança o Morro do Corcovado."*

Entre 1830 e 1840, o subúrbio de Botafogo, de fato, começa a se integrar ao núcleo urbano como um arrabalde aprazível e de caráter essencialmente residencial. Deslumbrado com as belezas da capital, Daniel Kidder[11] afirma que nenhuma outra cidade no mundo poderia ser comparada ao Rio de Janeiro *"na variedade, beleza e interesse que despertam os aspectos de seus arredores. A baía semi-circular de Botafogo e a cadeia de montanhas que a circunda constituem um dos quadros mais extraordinários que podem contemplar a natureza."*

Com relação ao olhar sobre a paisagem, sabe-se que as viagens pitorescas realizadas pelos viajantes ingleses, na primeira metade do século XIX, não deixavam de ser uma transposição das práticas européias de pintura e de percepção da natureza.

Ainda no caso inglês, o papel de julgar esteticamente teria um caráter sentimental, já que a beleza encontrada na natureza deveria ser identificada e analisada pelo intelecto do artista, ou seja, através de uma concepção subjetiva das sensações e do sentimento na arte.

É nesse contexto que a viajante inglesa Maria Graham[12] retrata, em seu diário de viagens, vários aspectos da arquitetura e da natureza, como perspectivas notáveis de cenários com plantas arranjadas nos jardins, incluindo os ambientes paisagísticos em torno das casas. O jardim particular também aparece como um dos principais registros feitos pelos viajantes ingleses, ocupando um papel central na poética do *pitoresco*, uma vez que os arranjos desses jardins e dos quintais das residências estariam diretamente vinculados aos valores de interioridade e de privacidade presentes na sociedade inglesa da transição do século XVIII para o século XIX. Dessa forma, pode-se dizer que Maria Graham conseguia traduzir os anseios almejados por uma geração de viajantes em relação à estética do *pitoresco,* num momento em que se valorizava o romantismo nas artes e na arquitetura.

Assim como a maioria dos visitantes ingleses de passagem pelo Rio de Janeiro, a viajante inglesa também desfrutava dos passeios a cavalo nos arredores da cidade. Eram recorrentes as cavalgadas até o Corcovado e ao Vale das Laranjeiras, "onde damas e cavaleiros gozavam de bom ar", percorrendo um "caminho romântico" até o forte do Leme. Passeando pelos arredores da cidade, Maria Graham observa várias casas de campo no caminho do Catete e em direção ao Outeiro da Glória, como ela descreve na região do Vale das Laranjeiras: *"Passeei a cavalo, ao lado de Langford, por um dos pequenos vales ao pé do Corcovado (...) Logo à entrada do vale, uma pequena planície verde espraia-se para ambos os lados, através da qual corre o riacho sobre seu leito de pedras, (...) as plantações de café estendem-se até bem alto na montanha, cujos cumes pitorescos limitam o cenário. As casas de campo não são aqui nem grandes nem luxuosas, mas são decoradas com varandas e têm geralmente uma bela escadaria até a casa de residência do dono (...)"*[13]

Os diários do Almirante Graham Hamond também nos mostram como a visão peculiar dos ingleses em relação à natureza e o modo de vida no Rio de Janeiro eram retratados na sociedade carioca durante a primeira metade do século XIX.

Hamond vem ao Brasil pela primeira vez trazendo o embaixador da Grã-Bretanha, Sir Charles Stuart, para o reconhecimento da independência do país, juntamente com uma comitiva de artistas e cientistas, entre eles o botânico William Burchell e o pintor Charles Landseer. Seus diários procuram nos descrever os hábitos sociais dos diplomatas ingleses e franceses que moravam nos arredores do Rio de Janeiro, ou seja, nas casas de campo do Vale das Laranjeiras e do Catete, e nas proximidades de Botafogo.

O almirante, assim como Maria Graham, menciona os passeios pitorescos realizados na Tijuca e no Corcovado como uma prática comum entre os estrangeiros aqui presentes, principalmente pelos ingleses. Novamente, a escolha pela paisagem de campo demonstrava um certo repúdio ao meio urbano, já que a idéia de *pitoresco* também estava associada ao modo de vida saudável junto à natureza, tornando freqüentes os "passeios pelos arredores". Hamond ainda nos revela: *"nada é mais belo aos olhos de um recém-chegado do que o aspecto luxuriante das diferentes árvores e arbustos, com as montanhas vestidas até o cimo das florestas e, entre elas, o Corcovado, sob o qual parecemos estar constantemente; sendo o ponto de referência mais proeminente."*[14]

Segundo os critérios do movimento *pitoresco,* algumas combinações magníficas da natureza ofereciam material suficiente para os artistas, tornando-as dignas de serem registradas. Exemplo disso, a presença das forças da natureza provocando impressões vivas e grandiosas, como as enormes montanhas e as quedas d'água, era um dos aspectos que estimulava o sentimento do *sublime.*

Nota-se, portanto, que a costa brasileira e, especialmente o litoral do Rio de Janeiro, ofereciam os estímulos mais adequados à estética do *pitoresco*, já que a própria configuração da cidade e da paisagem num território irregular e montanhoso vinha de encontro aos anseios do paisagismo inglês, marcado pela forte presença de montanhas, da vegetação e da orla marítima.

Dentro desse panorama, Ana Maria Belluzzo[15] finalmente nos traz a seguinte definição: *"No repertório pitoresco, a casa isolada em meio à vegetação, a mescla da arquitetura residencial a algum aspecto da natureza, as chácaras e as casas de campo, configuravam o modelo ideal de ambiência prezado pelos viajantes europeus no Rio de Janeiro."*

Paisagem do Rio de Janeiro com casa tipicamente inglesa. Fonte: BELLUZZO, Ana Maria M. *O Brasil dos Viajantes:a construção da paisagem.* 3.ed. São Paulo: Metalivros, 2000. vol. III, Imagem 382. Coleção Paulo Fontainha Geyer

---

[1] CZAJKOWSKI, Jorge (org.) *Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. Coleção Guia de Arquitetura do Rio de Janeiro, p.29

[2] SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.111

[3] VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil.* 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001. p.158

[4] *Id., ibid.,* p.161

[5] *Id., ibid.,* p.163

[6] COSTA, Luiz Xavier. *As Belas-Artes plásticas em Portugal durante o século XVIII.* Lisboa: 1934. p. 74. *Apud.* SMITH, Robert. "Arquitetura Civil no período colonial". In: *Arquitetura Civil I.* São Paulo: FAU-USP, MEC-IPHAN, 1975. p. 185

[7] SMITH, Robert. *Op. Cit.,* p. 187

[8] LIMA, M. Oliveira. "As Solenidades da Corte". In: *D. João VI no Brasil.* 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks. p. 616

[9] DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.* São Paulo: Martins/ Brasília: INL, 1975,vol. 1 p. 226-227

[10] VIDAL, Emeric Essex. *Picturesque Illustrations of Rio de Janeiro (1816-1837).* Buenos Aires: Libreria d'Amateur, 1961. Textos de Gilberto Ferrez

[11] KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e permanências nas Províncias do Sul do Brasil.* Tradução Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980. p.120-121

[12] Maria Graham (1785-1842) foi escritora, artista amadora e esteve na Índia com o pai, o contra-almirante Dundas, de 1808 a 1815. No Brasil esteve três vezes, na década de 1820. O relato de sua estadia no país – *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During the Years 1821,1822,1823,* foi publicado em Londres, em 1824.

[13] GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821,1822 e 1823.* Tradução Américo J. Lacombe. Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Nacional, 1956. 5ª Série Brasiliana, vol. 8, p. 177-178

[14] HAMOND, Graham E. *Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond, 1825-1838.* Tradução Paulo F. Geyer. Rio de Janeiro: Editora JB, 1984. p.14

[15] BELLUZZO, Ana Maria M. *O Brasil dos Viajantes: a construção da paisagem.* 3.ed. São Paulo: Metalivros, 2000. vol.III, p.23

TRAJETÓRIAS DE MULHERES SOROPOSITIVAS NO ATIVISMO POLÍTICO DE HIV-AIDS NO ESTADO DO PARANÁ

Carolina Branco de Castro Ferreira[1] - PPG-UEL

A Aids se apresenta como uma epidemia dinâmica, complexa e multifatorial, cujos arranjos são determinados, sobretudo, pelas condições de vida, questões de gênero, composições étnicas e etárias das populações atingidas, padrões de mobilidade populacional e comportamento sexual.

Vinte anos após o início da epidemia de Aids, cresce o número de mulheres afetadas pela doença. Segundo a Unaids[2], há cerca de 17 milhões de mulheres com HIV e Aids em todo o mundo. O percentual de mulheres atingidas corresponde a 47% do total de casos registrados. Mais de 95% desse total ocorre em países em desenvolvimento, onde os efeitos da Aids são agravados pela condição de pobreza resultante da desigualdade social. Outros fatores aceleram o processo da epidemia nesses países: o estigma, a falta de informação, o pouco acesso a métodos de prevenção e diagnóstico, além da dificuldade de assistência médica.

O trabalho aqui apresentado é parte do projeto de mestrado, por mim realizado, e o seu problema central está circunscrito à relação entre gênero, saúde e ativismo político de mulheres portadoras do vírus HIV participantes do movimento político HIV-Aids no estado do Paraná. O objetivo do mesmo é problematizar as trajetórias destas mulheres, antes e após a militância, refletindo sobre as mudanças que se deram em suas vidas, pois a maioria delas passou a participar de espaços públicos de controle social (conselhos de saúde, comissões de DST/Aids e outros), a partir da infecção pelo HIV e da participação em uma entidade civil.

A chamada *feminização* da Aids tem despertado o interesse de vários pesquisadores (as)[3] sobre o tema. No início, a epidemia do HIV esteve ligada simbolicamente a um fenômeno masculino[4], com associações da epidemia à homossexualidade masculina, através de imagens de promiscuidade e transgressão.

Segundo Philippe Adam e Claudine Herzlich[5] o surgimento da Aids desfaz a oposição entre epidemias do passado e doenças modernas, sendo as primeiras postas na ordem das representações coletivas, simbolizando o mal absoluto e imprimindo ao fenômeno um regime particular da doença como um evento coletivo. O reaparecimento de uma doença transmissível, de rápida progressão a qual foi rapidamente denominada de epidemia desperta medos antigos, sendo assim, desde seu aparecimento, a Aids foi identificada como uma doença do *Outro (*KNAUTH; 1999 JEOLÁS, 1999[6], e outros*)* pelo fato de ser uma doença transmissível que coloca em questão as relações sociais. Não são todas as relações que se vêem ameaçadas, mas, as que podem ser associadas à imagem da doença, ou seja, aquelas nas quais um dos termos da relação corresponde à idéia das "pessoas potencialmente portadoras do vírus" (KNAUTH, 1999[7]). Esta idéia esteve (e ainda está) atrelada às pessoas de comportamentos sexuais "duvidosos" e ou reprováveis do ponto de vista da moralidade preconizada pelo *status quo* indicando que esta era uma doença de determinados grupos: homossexuais, prostitutas, usuários de drogas, e outros.

No decorrer da década de 90 a epidemia de Aids no Brasil toma outros contornos, por exemplo, em notificação do Ministério da Saúde, em 1994, a transmissão heterossexual havia crescido 14%[8] em relação ao número de 5%[9] registrado em 1984 sendo que a maioria das infecções femininas teria se dado pela via sexual. Desde então a epidemia de HIV começa a dar lugar a entendimentos mais complexos sobre sua dinâmica na sociedade brasileira.

Considerando o total de casos notificados até 1996, entre as mulheres, a transmissão sexual foi responsável por 33,1% das notificações em relação a 28,9% por uso compartilhado de drogas injetáveis, sendo que 28,1% dos casos não tiveram identificados a categoria de transmissão (BARBOSA e VILLELA, 1996)[10]. Segundo Carmem Dora Guimarães[11], as mulheres foram atingidas pela epidemia desde o seu início, embora a situação *mulher e Aids* se apresentasse como uma epidemia silenciosa, pois o foco da epidemia tinha um viés masculino – homossexual e bissexual – excluindo a sexualidade feminina.

O alto número de casos não identificados em relação à categoria modo de transmissão entre as mulheres está associado, entre outros[12], à construção simbólica da doença. Havia um entendimento de que mulheres heterossexuais casadas[13] há anos estavam "protegidas" da epidemia de Aids em relação, por exemplo, às prostitutas, configurando-se nas categorias de classificação do feminino em mulheres "fáceis", putas, "piranhazinhas" por comparação às mulheres para "casar'". Esta divisão vem sendo salientada na literatura sobre o machismo das sociedades latinas (HEILBORN, 1999[14]). Segundo Carmem Dora Guimarães[15], o próprio Programa Nacional de Dst/Aids manteve entre as "populações de alto risco" as "mulheres com múltiplos parceiros", registrando como causa de sua infecção a prática sexual 'promiscua' sem o uso do preservativo, assim como o uso de drogas injetáveis. Neste contexto foi atualizada para os tempos da Aids a tradicional dicotomia "mulher do lar", vítima sexual do parceiro bissexual e de seus prazeres perversos e "mulher promíscua", responsável pela sua infecção e um dos vetores de transmissão do vírus.

A *feminização* da epidemia tem sido abordada através da problematização de questões como uma maior vulnerabilidade biológica e social da mulher ao HIV, expressando uma desigualdade observável na distribuição de poder entre os gêneros (GIFFIN, 1995[16]). Neste contexto, as mulheres encontram-se em posição desvantajosa para negociar o uso da camisinha, em função do cenário das relações de gênero, sendo estas estruturadas com base em uma assimetria de prestígio e autoridade masculina particularmente reveladora no encontro sexual (HEILBORN, 1999[17]). Isso decorre do fato de homens e mulheres terem diferentes espaços de negociação em relação às questões que envolvem a vida sexual e reprodutiva, direito, prazer e autoconhecimento sobre o corpo. Observam-se ainda valores e sentimentos diferenciados em relação à parceria, que implica noções de fidelidade e espaços sociais para múltiplas parcerias também assimétricos (VILLELA, 1999[18]).

Os trabalhos que tinham como problemática *Mulher e Aids* num primeiro momento, ou seja, nas primeiras décadas da epidemia (80 e 90) enfocaram o caráter

preventivo da questão, isto é, através de estudos com mulheres ou com mulheres soropositivas seria possível compreender as representações sociais das mesmas, dentro de um determinado contexto social, podendo desta maneira desenvolver uma ação preventiva mais adequada através de políticas públicas e outras formas de intervenção. Juntamente com a questão, de como pensar formas de prevenção mais adequadas para mulheres, muitos destes estudos têm o caráter de traçar um perfil da feminização da epidemia através de pesquisas sobre as sexualidades brasileiras e a dinâmica entre os gêneros. Estas pesquisas, por sua vez, encontraram dificuldades tendo em vista a falta dados suficientes notificados sobre as mulheres.

No Brasil os primeiros estudos referentes à epidemia, sobretudo no campo da antropologia, foram marcados por esta ênfase preventiva, na qual acreditava-se que compreendendo as representações sociais, as regras lingüísticas e de significados organizativas das experiências práticas das pessoas poder-se-ia desenvolver uma ação preventiva mais estratégica e apropriada. Ao longo dos anos 90 este cenário foi mudando e o olhar antropológico foi dirigindo-se para outros ângulos, a saber, começando a investigar a política da Aids, a mobilização social ao redor da epidemia e o ativismo em Aids.

É neste contexto que se insere o trabalho aqui apresentado, cujo fio condutor/eixo central são as relações entre gênero, saúde e ativismo político de mulheres portadoras do vírus HIV participantes do movimento de HIV/Aids no estado do Paraná. Essas mulheres, em sua maioria originárias das classes populares urbanas, ao se descobrirem soropositivas, por sua vez, passaram a participar de outros espaços sociais até então desconhecidos em suas vidas. Desta forma, participar do universo de uma entidade civil lhes proporcionou ter acesso a domínios públicos, freqüentar Conselhos de Saúde, comissões Estaduais de Saúde, apropriar-se de um discurso político, que até a entrada no movimento Ongs-Aids não possuíam pois se reservavam a espaços privados, suas casas e ao cuidado de seus filhos.

A metodologia utilizada constitui-se de entrevistas em profundidade com mulheres soropositivas, que contraíram o vírus do HIV dos seus maridos, companheiros e

namorados. O material coletado configura-se através de 13 entrevistas com mulheres soropositivas, mas trabalharei em profundidade com 4 destas, não descartando contribuições das demais. As entrevistas foram realizadas de outubro a novembro de 2004 e as mulheres entrevistadas encontram-se na faixa etária de 26 a 50 anos, são casadas, possuem filiação religiosa católica, em sua maioria com o ensino fundamental e médio completos.

Assim, como proposta teórico-metodológica, pretendo desenvolver uma abordagem antropológica da narrativa como forma de interpretação da experiência individual e coletiva e como veículo de sentido (MALUF, 1999)[19]. O auto-relato, portanto, pode ser tomado como um *lócus* privilegiado do encontro entre a vida íntima do individuo e de sua inscrição numa história social e cultural. E, a biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um canal de renegociação e reinvenção identitária. (CARVALHO, 2003).

Para entender as motivações que levaram as mulheres aqui entrevistadas a se mobilizarem no movimento de Ongs/Aids será importante incluir a bibliografia antropológica sobre saúde e doença, para pensar como a participação política feminina, mediada pela experiência da doença, no caso a Aids, interfere nestas motivações. A bibliografia sobre o tema aponta para o fato de como a experiência em Ongs ou grupos de soropositivos possibilita a vivência do HIV/Aids de forma mais positiva, implicando o aprendizado de um saber/agir sobre ela e sobre o próprio corpo, no que se refere aos diagnósticos, às terapêuticas e às redes de apoio (SANTOS; 2005 VALLE, 2003)[20]. Ao mesmo tempo, a participação nestes grupos possibilita refletir sobre noções como participação política, cidadania e direitos sociais, bem como os significados para aquelas que as experienciam na prática.

Historicamente as respostas à epidemia da Aids estão marcadas por uma intensa gramática política, segundo Cristina Bastos[21], a política ativista soropositiva impulsionou um conhecimento sobre a Aids cobrando respostas da ciência e propondo suas

próprias interpretações sobre a doença . No Brasil a militância política do HIV-Aids abraça causas mais amplas como a cidadania e a luta pelos direitos humanos

Desta forma, os resultados preliminares (pois a análise dos dados encontra-se em andamento) apontam como a dimensão política, entendida nos termos da construção do ativismo soropositivo no estado do Paraná, articula e dá sentido a outros níveis da realidade[22]. Esta dimensão política imbricada/articulada com a construção do gênero, neste caso o feminino, resulta em uma interpretação da doença assim como uma atuação política das mulheres soropositivas específica, no sentido de uma preocupação com os filhos, com a alimentação (e como esta pode colaborar com os tratamentos) e com a gravidez.

A noção êmica de participação revela aspectos do sofrimento os quis podem ser compartilhados e devem servir de modelo para a "experiência" de outras pessoas[23]; e, para Luiz Fernando Duarte[24], a idéia de gravidade da doença torna-se fundamental por mediar o plano "intrapessoal" do sofrimento e o plano da "experiência" vivenciada socialmente. Nas entrevistas, foi possível perceber que a participação política também é motivada para que as outras pessoas "não passem o que eu passei". Umas das falas das entrevistadas é reveladora neste sentido:

> Nós, eu e as outras duas, nós participamos dos outros três [treinamentos] [...] não tínhamos informação nenhuma, a gente era leigo sobre isso. Então nós achamos que se criássemos um grupo de mulheres, saíssemos para dar palestra nos clubes de mães — que geralmente estão cheio de mulheres —, chamasse as mulheres pra ir ali tomar um chá, desse informação, a gente ia evitar que muitas mulheres estivessem, hoje, na situação que a gente se encontrava. Esse era o nosso objetivo. E tem as outras duas mulheres que faziam parte do meu grupo. O marido de uma morreu e a outra pegou por transfusão de sangue, quando fez uma cirurgia. Então, se a gente tivesse informação naquele tempo, não digo que não pudéssemos ter pego, mas podia não ter [pego], podia ter evitado. [...] Por isso queríamos fazer um grupo de mulheres. (N, 44 anos).

---

[1] Antropóloga, mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, e-mail: carolinha24@hotmail.com

[2] A preocupação com o avanço da epidemia de HIV/AIDS no mundo e a necessidade de uma resposta global à questão resultou na criação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS - UNAIDS, em 1996.

[3] Cf. PARKER, Richard; GALVÃO, Jane. *Quebrando o silêncio: Mulheres e Aids no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996.
BARBOSA, Regina Maria; VILELA, Wilza. A trajetória feminina da Aids. In: Ibidem
VILELA, Wilza. Prevenção do HIV/Aids, Gênero e Sexualidade: Um desafio para os serviços de saúde. IN: BARBOSA, Maria Regina e PARKER, Richard (orgs).*Sexualidades pelo Avesso*. Rio de Janeiro: Editora 34,1999.

[4] Cf. DANIEL, Herbert e PARKER, Richard. AIDS: A terceira epidemia. São Paulo, Iglu Editora, 1991.

[5] ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru: EDUSC, 2001.

[6] KNAUTH; Daniela. *Uma doença dos outros: A construção da identidade entre mulheres portadoras do vírus da Aids*. Comunicação Coordenada. XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador , 1996. (mimeo)
JEOLÁS, Leila. O jovem e o imaginário da aids. O bricoleur de suas práticas e representações. Tese (Doutorado).PUC-SP,

[7] KNAUTH; Daniela. 1996. Ibidem

[8] Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico*, Ano II, n. 1 Semana Epidemiológica 27 a 30/1998, Brasília.

[9] Ministério da Saúde -. *Boletim Epidemiológico*, Ano VII, número 02, Semana Epidemiológica, dez.94, jan. e fev.95, Brasília.

[10] BARBOSA, Regina Maria; VILELA, Wilza, 1996. op.cit.

[11] GUIMARÃES, Carmem Dora. *Aids no feminino: Porque a cada dia mais mulheres contraem Aids no Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

[12] Entre outros fatores apontados por Guimarães (Ibidem) está a importação pelo Programa Nacional de categorias classificatórias estrangeiras de várias fontes de prestigio, o Central Disease Control (CDC) a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Global de Aids, tais como homossexual, bissexual e heterossexual até então pouco empregados fora do âmbito das ciências psicológicas/psicanalíticas e dos grupos homossexuais militantes, sendo desconhecidos do público leigo das camadas populares urbanas. Segundo a autora, a extensa hierarquia de personagens sexuais que pautam a idéia de virilidade nas classes dominadas tem por base a distinção simbólica entre ativo/passivo ('quem come/quem dá') e não o triênio formal e restrito de homossexual, heterossexual e bissexual.

[13] É importante ressaltar que desde a década de noventa o contágio pelo vírus do HIV vem crescendo significativamente entre mulheres heterossexuais e com parceiros fixos, este aumento gradativo pode ser atesta do através dos Boletins Epidemiológicos do Programa Nacional de DST/Aids.

[14] HEILBORN, Maria Luíza. Sexualidade: *O Olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

[15] Ibidem, p.45.

[16] GIFFIN, Karen. *Gênero, Sexualidades e Doenças Sexualmente Transmissíveis*.Comunicação Coordenada. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde, Curitiba, nov. 1995. (mimeo)

[17] HEILBORN, 1999, op.cit.

[18] VILLELA, 1999,op.cit.

[19] MALUF, Sônia. Antropologia, Narrativas e a Busca de Sentido. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. Ano 5, n.12, dezembro 1999, p.69-82

[20]SANTOS,Tiago Moreira dos. *Políticas e subjetividades: itinerários do ativismo soropositivo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do.Sintomas, Exames e Medicamentos: doença e corpo no caso da epidemia do Hiv/Aids.Comunicação Coordenada. Reunião da Sociedade Brasileira de Antropologia. Recife,2004.(mimeo)

[21] BASTOS, Cristina. **Ciência, poder, acção:** as repostas à SIDA. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

[22] Para saber mais sobre a política "ativista" no Paraná conferir: SANTOS, Tiago Moreira dos, 2005. op.cit

[23] Cf. RODRIGUES, Núbia ; CAROSO, Carlos Alberto. Idéia de "sofrimento" e representação cultural da doença na construção da pessoa. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (orgs.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

[24] DUARTE citado por RODRIGUES, Núbia ; CAROSO, Carlos Alberto. Idéia de "sofrimento" e representação cultural da doença na construção da pessoa. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (orgs.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

A AGENDA CONSTRUTIVA RELATIVA AO ABASTECIMENTO DE GÊNEROS DA CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE O IMPÉRIO

CAROLINA CELESTINO GIORDANO – PPG-PUCCAMP
IVONE SALGADO - PUCCAMP

No estudo sobre as intervenções no tecido urbano relacionadas ao abastecimento de gêneros na cidade de São Paulo durante o Império, podemos verificar como os diversos equipamentos relativos ao transporte e distribuição de mercadorias, ao trânsito e matança do gado e venda da carne, substancialmente mercados, matadouros, açougues, currais e curtumes, foram implantados na cidade a partir de preocupações higiênicas.

Desde o início do século XIX no Brasil, percebemos a ênfase dada a estas questões pela atuação das autoridades responsáveis pelo saneamento das cidades. Nesta época, como cabia ao physico-mór esta responsabilidade, a Corte solicita em 1808 que este profissional investigue e escreva sobre as causas das doenças que acometiam os habitantes do Rio de Janeiro. Ainda, foi requisitado a este profissional, quais opiniões já haviam sido emitidas pelos médicos sobre o assunto, assim como de que maneira se poderia remediá-las, pois na época as moléstias eram funestas e atingiam muitos habitantes da cidade. O physico-mór, Manoel Vieira da Silva, responderá através de um relatório que seria publicado em 1808 pela Imprensa Régia no Rio de Janeiro e que seria o primeiro trabalho médico impresso no Brasil. Sua obra denominada "*Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro"*[1], apontava, entre outras, preocupações com o trânsito de manadas na cidade que iam em direção aos matadouros ou que se alojavam em currais quando se tratava de gado utilizado para o auxílio no transporte de mercadorias e propunha que o gado fosse alojado em lugar próprio na vizinhança da cidade. Quanto ao transporte de carnes dentro da cidade e a falta de asseio dos matadouros onde, destaca o physico-mór: *o sangue e differentes partes dos animaes, produzem a putrefação, e opõe-se diretamente à salubridade da atmosfera,* sugeria que se mudasse a localização dos matadouros para a entrada da cidade de tal forma que se evitasse *inundar a athmosfera dos péssimos gazes que se formão*.[2]

No diagnóstico por ele apresentado podemos perceber a presença da teoria miasmática como fundamentação para as suas análises e propostas. Nesta teoria miasmática, segundo Vicq d'Azir,[3] *"a fermentação era um movimento próprio às substâncias vegetais e animais, nas quais a experiência havia demonstrado que estas degenerariam cedo através da putrefação se uma força orgânica, cuja natureza era desconhecida, não interrompesse os efeitos dela. À medida que a fermentação avançava, o ar elementar se espalharia, sua livre comunicação com o ar da atmosfera lhe transmitiria todas as suas propriedades se dissolvendo e se tornando cada vez mais rarefeito, ele diminuiria a aderência das partes dos corpos nos quais se faria este trabalho; e, ao se desprender, ele levaria consigo as moléculas, as mais sutis, sejam oleosas, sejam inflamáveis, que ficariam em suspensão na atmosfera. O ar assim carregado de emanações pútridas, se tornaria necessariamente mortal, se as exalações diversas que emanam de certos corpos não corrigissem estes diferentes vícios, e se os ventos não dissipassem os princípios de sua corrupção. Se o ar infectado ficasse parado e não se renovasse jamais e, principalmente, se ele fosse respirado por muito tempo, conseqüências danosas poderiam ser esperadas.*

Esta mesma fundamentação teórica está presente tanto nas recomendações do physico-mór Manoel Vieira da Silva relativas à melhora da salubridade no Rio de Janeiro, como naquelas presentes nos tratados de medicina franceses, como o de Hugues Maret, em 1773.[4]

Após estes relatórios, o mesmo physico-mór, Manoel Vieira da Silva, organizaria um Regimento sobre a questão em 1810 onde apontava as preocupações sanitárias relativas às enfermidades contagiosas e aos lugares adequados para aqueles edifícios nos quais a tão temida matéria orgânica em putrefação pudesse propalar os miasmas, como os açougues, matadouros, pastagens para o gado, mas também como os hospitais e cemitérios. Este Regimento procurava orientar as mudanças necessárias nas posturas municipais relativas a salubridades das cidades. O corpo médico desempenhava portanto, importante papel na difusão dos preceitos científicos necessários para se alcançar tal salubridade. Estas concepções médicas que se difundiam no Brasil desde as últimas décadas do período

colonial seriam reafirmadas na legislação do Império onde podemos observá-las orientando as intervenções de caráter sanitário nas cidades. A partir de 1828 a legislação do Império[5] extingue os lugares de physico- mór e cirurgião-mór do Império, passando para às Câmaras Municipais as inspeções sobre a saúde pública. Ainda, o Imperador sancionava e mandava executar um decreto legislativo em que se estabelecia a forma das eleições dos membros das Câmaras municipais das cidades e vilas do Império e marcava as suas funções e a dos empregados respectivos. Nesta nova lei orgânica das Câmaras Municipais deveria estar incluído o primeiro Código de Posturas do período, cujas recomendações relativas ao assunto estariam incluídas nas Posturas Policiais. Nelas estava estabelecido que as câmaras das cidades e vilas deveriam ter a seu cargo *a economia dos curraes, e matadouros publicos,* a responsabilidade sobre *a collocação de cortumes, sobre o deposito de immundicias,* e tudo mais que pudesse *corromper a salubridade da atmosphera.* [6]

Estas *Posturas Policiais* deveriam ainda prescrever regulamentações acerca do trânsito do gado de consumo diário na cidade e prover sobre os lugares onde o mesmo pudesse pastar e descansar quando o conselho não tivesse o seu próprio curral. Determinava ainda que só nos matadouros públicos ou nos particulares com licença das Câmaras as rezes poderiam ser abatidas e esquartejadas.

Podemos observar a transposição das recomendações sobre intervenções nas cidades presentes nos tratados médicos, para o corpo jurídico através das posturas municipais. No Rio de Janeiro, as Posturas seriam organizadas pela Câmara Municipal da Corte em 1830 e aprovadas por lei imperial em 1832. [7] No capítulo sobre a Saúde Pública a lei trata das prescrições relativas à "*economia e asseio dos currais, e matadouros, açougues públicos ou talhos",* proibindo, entre outros, que se matasse ou esquartejasse rezes para consumo público sem ser nos matadouros públicos ou particulares que tivessem licença da Câmara. A mesma legislação regulamentava, ainda, que caberia à Câmara determinar os *lugares próprios para o depósito de "immundicies", que alteram e corrompem a salubridade da atmosphera*. Dava-se a transposição literal das recomendações do corpo técnico acadêmico para o corpo jurídico. Observamos então a construção de um corpo legislativo

pautado nos saberes médicos, onde o papel do corpo médico é fundamental na definição, regulamentação e fiscalização destas estruturas.

Na década de 1830, segundo Francisco de Assis Vieira Bueno,[8] a carne vendida na cidade de São Paulo era comercializada em um único açougue e provinha do curral do Conselho onde era abatida. Este localizava-se na estrada de Santo Amaro, próximo ao Largo do Bexiga distante portanto da área urbana conforme recomendava a legislação.

Todavia, não bastava apenas a localização distante da área urbana, seria necessária ainda uma localização estratégica que permitisse que os odores fétidos do matadouro não exalassem pela cidade, daí uma preocupação com os ventos dominantes. No mesmo ano de 1830, a Câmara da Imperial Cidade de São Paulo, em uma de suas reuniões, observaria ser *contrária ao bem público* a conservação do matadouro e do curral no lugar em que eles se achavam, pois situados em uma *posição vizinha e sobranceira ao centro da cidade*, *a direção dos ventos dominantes ainda contribuía para acarretar sobre a povoação todas as exalações pútridas que dali se elevavam em grande quantidade, do sangue e dos demais restos das rezes que se matavam*. [9]

A localização do matadouro, portanto, incomodava o poder público e foi objeto de discussão nos anos que se seguiram. Em 1840, segundo Dainis Kareovs, o deputado provincial paulista, Francisco José de Lima, propôs um projeto de lei para a construção de um novo matadouro. [10]

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo em 1845, o presidente da mesma província, Manuel da Fonseca Lima e Silva, relata: *tendo sido exposto o estado das obras públicas em andamento na Província, permite agora que eu reclame ainda à vossa atenção sobre algumas, cujo projeto me parece digno de subordinar a vossa consideração (...), tem por fim a construção de um Matadouro Público. Não ignorais que este objeto consiste entre nós uma das mais palpitantes necessidades.* [11] No relatório do ano seguinte o mesmo presidente Manuel da Fonseca Lima e Silva reafirma a necessidade de se construir um Matadouro Público, citando-o como uma das obras que convêm empreender. [12]

Em 1848 um parecer assinado pelas Comissões de Obras Públicas e da Fazenda de 14 de agosto confirma a discussão sobre a necessidade de um novo matadouro público: *o qual, no sentido higiênico, não só livre a Cidade dos miasmas que atualmente sofre com o velho matadouro, mas também onde o gado tratado, morto, e cortado com as regras próprias ofereça um alimento sadio, e a carne fique livre da asquerosa vista que tem atualmente, por ser mal sangrada, pisada, e suja; e igualmente convém que tal estabelecimento mostre e prove o zelo da municipalidade, e que esta Assembléia olha para os interesses da Capital da Província".* As Comissões oferecem o seguinte Projeto de Lei à Assembléia Legislativa da Província para a efetivação da proposta relativa ao novo matadouro*: Art. 1° Fica o Governo autorizado a emprestar à Câmara Municipal desta Cidade a quantia de 10 contos de réis, pagos em 8 trimestres, afim da mesma Câmara, no prazo de dois anos possa edificar um matadouro nesta cidade, seguindo o plano e planta já confeccionados pelo Engenheiro Civil C. A. Bresser.*[13]

Em 1852 iniciou-se a construção do novo matadouro, na Liberdade entre as Ruas Humaitá e Pitanguí nas cabeceiras do córrego Anhangabaú. O Dr. José Tomás Nabuco de Araújo, quando a 1.°de maio de 1852, abriu os trabalhos da Assembléia Provincial, assim se expressou no seu discurso a propósito desse fato: "*O novo matadouro acha-se em execução, conforme o plano do engenheiro C. A. Bresser, arrematado pelo francês Aquiles Martin d'Estadens, que algumas outras obras tem feito com perícia e perfeição de arte; esse edifício já chegou a ponto de receber o telhado, e em breve, talvez dentro de dois meses, será concluído*." Em agosto de 1852, realizou-se a inauguração do mesmo.

No entanto, com o passar do tempo, o Matadouro da Rua Humaitá havia se tornado obsoleto e vinha trazendo problemas para a cidade. A falta de higiene, o trânsito do gado pela cidade e o fato dos dejetos poluentes serem lançados nas águas do ribeirão Anhangabaú, traziam mau cheiro ao centro da cidade, conforme relata Antonio Egidio Martins: *as águas do tanque do Matadouro Público que corriam no Anhangabaú, exalavam, em certas horas do dia, cheiro insuportável sendo este um dos motivos que fez com que a*

Câmara resolvesse mudar o Matadouro da Rua Humaitá, para o que mandou construir na Vila Mariana (...)[14]

Em março de 1870 a Representação dos Médicos liderada pelo Doutor Alfredo Ellis, organizou um abaixo assinado pedindo providências imediatas, pois se tratava de uma "*necessidade higiênica de grande urgência".* Tal alerta já havia sido feito anteriormente por outros nove médicos. Em ambos os protestos os médicos afirmam como *"foco de moléstias miasmáticas, o sangue do matadouro que percorre o Anhangabaú".* [15]

No parecer da Comissão de Obras Públicas de março de 1871, que a mesma oferece à apreciação da Assembléia Legislativa, se encaminha um projeto justificando-se "*a clara necessidade de mudar-se o matadouro para um outro lugar distante da cidade",* [16] projeto este que deveria ser convertido em lei e que havia se fundamentado no parecer de médicos.

Segundo Danilo Angrimani, o novo Matadouro deveria ter proporções para *"o corte de cem reses, sessenta porcos e cinqüenta carneiros, com todo aperfeiçoamento conhecido"* [17]. Em 1884 foi realizado um concurso para o projeto do novo matadouro e o engenheiro Alberto Kuhlmann venceu o concurso, ficando em segundo lugar Ramos de Azevedo. [18]

No Ofício de 14 de abril de 1886, a Câmara Municipal compromete-se com a Assembléia Legislativa concluir as obras em setembro do mesmo ano e solicita uma verba de 21 contos de réis. Neste Ofício fica confirmado que com o aumento da população o número de abates diários também se intensificaria e o espaço tornar-se-ia insuficiente: "*visto o crescido número de rezes que diariamente ali se abatem e a ser de espaço acanhado e, além disso, traz para a cidade os resíduos do mesmo".* [19]

Em 5 de janeiro de 1887 seria inaugurado o Matadouro da Vila Mariana e em junho do mesmo ano, seria desativado o Matadouro da Rua Humaitá. O centro da cidade livrava-se do mau cheiro e a municipalidade resolvia o problema "empurrando" os vapores poluentes para um pouco mais longe da zona central.

No relato abaixo, do memorialista Pedro Massarolo, podemos observar como era o dia a dia do Matadouro e de quais eram os procedimentos de abate dos animais, assim como

seu transporte: a *passagem das boiadas pelo bairro era sempre um acontecimento. Vinham eles num tropel e em meio à poeira os boiadeiros a cavalo de um para outro lado esporeando os animais, gritando e banindo os chicotes. O prédio do Matadouro era uma boa construção para aqueles tempos. As partes internas eram amplas* e *as instalações de matança mais moderna que as do antigo. Depois do abate a carne verde era também transportada para o mesmo tendal do Largo São Paulo. Agora esse transporte era feito de trem até a estação de São Joaquim e dali então, em carroções apropriados até o tendal. Ao lado do Matadouro, pouco tempo depois foi construído também* o *curtume, de onde saía um córrego de água sempre tinta de sangue (o córrego do Sapateiro).* [20]

A sintonia dos engenheiros responsáveis pelas obras públicas com o discurso dos médicos nos dá uma idéia de como, ainda na primeira metade do século XIX, foram geradas as principais concepções de reforma urbana empreendidas em São Paulo do final de século ao começo do século XX. E como a construção destes equipamentos ligados ao abastecimento participa de um processo de redefinição da estrutura urbana a partir de um campo de saberes sobre o urbano, envolvendo a engenharia, a medicina e as práticas administrativas ligadas ao cotidiano da cidade.

---

[1] Manoel Vieira da Silva: **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

[2] Manoel Vieira da Silva: *op. cit.* página 35.

[3] Um dos tratados, no campo da medicina, que muito marcou o debate sobre a referida teoria foi o de Vicq d'Azir. Este era doutor em medicina, membro da *Académie Française* e da *Académie de Sciences* e, ainda, secretário da *Société Royale de Médicine.* Ivone Salgado: **Introdução das idéias de saneamento e da estética neoclássica nas cidades brasileiras (1750-1900)**, relatório de pesquisa FAU - PUC Campinas / FAPESP, agosto de 2001.

[4] Hugues Maret. **Mémoire sur l'usage où l'on est d'enterrer les morts dans les églises et dans l'enceinte des Villes**. Dijon, 1773.

[5] **Colleção de Leis, Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Typographia nacional 1878, Lei de 30 de Agosto de 1828.

[6] Lei de 1° de outubro de 1828. *In:* **Collecção das Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Thpographia Nacional, 1878.

[7] **Colleção de Leis, Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Typographia Nacional 1878, Lei de 28 de Janeiro de 1832.

[8] Francisco de Assis Vieira Bueno. **A Cidade de São Paulo**. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes. Campinas: Ano II n. 2, pg. 42.

[9] **Atas da Câmara Municipal de São Paulo**, XXV, pág 201.

[10] Dainis Kareovs. São Paulo. **A Imperial Cidade e a Assembléia Legislativa Provincial**. São Paulo: Assembléia Legislativa, Divisão do Acervo Histórico, 2005.

[11] **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo. presidente da mesma província, Manuel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1845**. S. Paulo, Typ. de Silva Sobral, 1845.
[12] **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo. presidente da mesma província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1846**. S. Paulo, Typ. de Silva Sobral, 1846.
[13] **Parecer das Comissões de Obras Públicas e da Fazenda (1848).** Documento pesquisado no Arquivo do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo.
[14] Antonio Egydio Martins. **São Paulo Antigo, 1554-1910**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[15] **Abaixo assinado da Representação dos médicos da cidade pedindo a mudança do matadouro (1870).** Documento pesquisado no Arquivo do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo.
[16] **Parecer da Comissão de Obras Públicas (1871**). Documento pesquisado no Arquivo do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo.
[17] Danilo Angrimani. **Vila Clementino – memória de um bairro**. Edição Prefeitura de São Paulo, 2000.
[18] Danilo Angrimani: *op. cit.* página 24.
[19] **Ofício da Câmara Municipal (1886).** Documento pesquisado no Arquivo do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo.
[20] Pedro Masarolo. **Vila Mariana – Monografia: História dos bairros**. *In*: Danilo Angrimani, *op. cit.*. página 27.

Estatuto da Terra: embates e diferentes interpretações

Carolina Ramos

Este trabalho pretende analisar diferentes interpretações e abordagens acerca do Estatuto da Terra, com base em estudos de José Gomes da Silva, José de Souza Martins, Moacir Palmeira, Sérgio Leite e Regina Bruno. O Estatuto da Terra consistiu em uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola elaborada no governo Castelo Branco. Esta legislação, ao mesmo tempo em que previa as desapropriações por interesse social e a redistribuição fundiária conduzidas pelo IBRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), forneceu bases para a modernização da agricultura, implementada ao longo do regime militar, ao dispor de uma seção voltada para a Política Agrícola, cujo órgão responsável seria o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrária).

José Gomes da Silva, em seu livro *A Reforma Agrária no Brasil*[1], afirma o importante avanço do Estatuto da Terra frente ao processo de reforma agrária no país. Segundo o autor, mesmo que algumas de suas propostas iniciais tenham sido alteradas no Congresso Nacional, a legislação continha inúmeros aspectos positivos, sobretudo no que diz respeito à indenização de desapropriações por interesse social em títulos de dívida pública (e não mais mediante pagamento prévio e em dinheiro). O avanço desta legislação no tocante à limitação da presença de latifúndios no meio rural pode ser percebido, de acordo com o autor, através da forte oposição e surpresa do que chamou de *setores reacionários agrários* frente ao Estatuto da Terra, já que estes grupos contribuíram para a deflagração do golpe militar.

O autor não contextualiza o processo de elaboração do Estatuto da Terra, não mencionando, neste estudo, os movimentos sociais no campo que reivindicavam pela reforma agrária no início dos anos de 1960 e nem as pressões e análises, inclusive externas, em favor

[1] SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil; frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

da redistribuição fundiária para promover o desenvolvimento econômico do país. É feita uma interpretação um tanto personalista da aprovação da legislação, em que são enfatizadas a perseverança e a obstinação de Castelo Branco neste processo uma vez que, ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, o então Presidente da República desenvolvera um espírito reformista[2]. Cabe esclarecer que José Gomes participou do processo de criação e regulamentação do Estatuto da Terra e que este trabalho foi escrito em 1970, momento em que o governo militar já privilegiava políticas de desenvolvimento agrícolas em detrimento de medidas voltadas para a efetiva reforma agrária. Esta conduta do governo resultou, inclusive, na saída de José Gomes da Silva de órgãos estatais e na fundação, sob iniciativa do próprio José Gomes, da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), entidade civil voltada para impulsionar o processo de reforma agrária face ao encaminhamento dado ao Estatuto da Terra.

De acordo com este autor, o Estatuto da Terra encontrou em sua aplicação obstáculos frente à *obstinação fiscalista* do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), cuja atuação restringiu-se ao cadastramento de imóveis rurais. O IBRA, assim, burocratizou o processo de reforma agrária, inviabilizando-o[3]. O autor argumenta que, apesar da legislação avançada, o que se produziu, ao longo do regime militar, foi uma série de estudos e planejamentos sem objetividade e aplicabilidade: "A liberalidade com que se produziu material escrito da mais evidente inconseqüência prática, os requisitos gráficos, a profilaxia documental, o próprio feitio e tamanho de informes inúteis, tudo dava a impressão de que o propósito era gastar papel e alimentar a indústria correspondente e jamais a de instalar famílias e homens sem-terra".[4] Portanto, neste trabalho, José Gomes afirma que o Estatuto da Terra continha os aspectos fundamentais para promover a reestruturação agrária do país, não obtida, então, devido ao abandono da legislação pelo governo militar e ao seu desvirtuamento pelo órgão responsável por conduzir a reforma agrária no país, o IBRA.

[2] Cf; SILVA, José Gomes da. Op. Cit, pp.118 e 119.
[3] O autor chega mesmo a classificar o IBRA como uma das principais forças contra a reforma agrária no período, ao lado dos latifundiários e de outros setores conservadores.
[4] Idem, p.114.

Já José de Souza Martins[5] procura contextualizar a elaboração do Estatuto da Terra, lembrando não só os movimentos sociais no campo em prol da reforma agrária, como o avanço da intervenção governamental no meio rural a partir de 1930. De acordo com o autor, durante o regime militar foram intensificados os mecanismos que garantiam a presença do Estado no campo, em um processo que Martins chamou de *militarização da questão agrária*. O Estatuto da Terra foi criado neste contexto e tinha como objetivo primordial o desenvolvimento da empresa rural, em uma tentativa de conciliar a redistribuição de terras com o avanço do capitalismo no campo. Além disso, o Estatuto da Terra pretendia, ao incorporar reivindicações das esquerdas no período pré-golpe militar, regular e limitar a luta pela terra, esvaziando-a de seu conteúdo político. Procurava-se desvincular às políticas de reforma agrária dos até então principais mediadores dos trabalhadores rurais, como o partido e o sindicato, tornando o Estado, dito dotado de prerrogativas técnicas (e não políticas), o principal condutor deste processo. O próprio Castelo Branco na mensagem ao Congresso que encaminhava proposta de alteração do artigo 141 da Constituição negou a vinculação política do projeto de redistribuição fundiária.

O autor argumenta ainda que, na prática, a reforma agrária foi colocada de lado pelo regime militar, privilegiando a modernização das grandes propriedades já existentes via a inserção de novas tecnologias no campo. As desapropriações por interesse social foram realizadas apenas de forma isolada e em áreas de intenso conflito. Desta forma, a questão fundiária era apresentada pelo regime militar, de acordo com Martins, a partir do binômio do desenvolvimento econômico (visto que o Estatuto da Terra visava promover o avanço do capitalismo no campo) e da segurança nacional (já que esta legislação pretendia também esvaziar os conflitos rurais e despolitizar a luta pela terra)[6].

---

[5] MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

[6] No livro *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Martins afirma que o Estatuto da Terra foi mais drástico com o minifúndio do que com latifúndio, visto que pequenas propriedades deveriam se remembrar e se modernizar enquanto os latifúndios, uma vez transformados em empresa rural, poderiam manter sua extensão territorial. Cf; MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

Nas palavras do próprio autor, "o Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseados nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto que podem transformar-se em tensões políticas. O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais"[7]. Constata-se, portanto, uma análise um tanto negativa do Estatuto da Terra formulada por Martins, uma vez que esta legislação, para o autor, resulta na limitação e no cerceamento das alternativas políticas dos trabalhadores rurais, além de priorizar medidas de tecnificação (e não redistribuição) das propriedades. Martins, inclusive, não aponta a apropriação pelos trabalhadores rurais do Estatuto enquanto subsídio legal para a luta pela reforma agrária ao longo da ditadura militar, negligenciando esta possibilidade de ação a partir da existência desta lei.

Moacir Palmeira e Sérgio Leite[8] argumentam que, ao estudar o Estatuto da Terra, uma das principais questões que se deve estar atento consiste no fato de que passou a existir uma legislação agrária no país que regulamentava novas categorias e novas políticas fundiárias a partir dos conflitos já existentes no meio rural. Atores sociais presentes no campo, então, reorganizaram suas ações e seus discursos, criando novas identidades através da mediação com os instrumentos legais que passaram a vigorar.

De acordo com os autores, "antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categoriais normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre a última.

[7] MARTINS, José de Souza. Op.cit., 1984, p.35
[8] PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sergio. "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas; reflexões sobre a questão agrária". IN: *Debates CPDA*. Rio de janeiro, setembro de 1997, n.1.

Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento, parceria colonização, etc., o Estado criou uma camisa de força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo em que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu"[9]. Para estes autores, o Estatuto da Terra fez ainda com que o poder dos chefes locais sobre os trabalhadores rurais fosse esvaziado uma vez que estes trabalhadores passaram a contar com outras formas de mediação, independente dos grandes proprietários e de suas organizações. Esta legislação, então, provocou mudanças no relacionamento entre o Estado, proprietários de terras e trabalhadores rurais, alterando as estratégias de luta e de ação política.

Os autores enfatizam também que a formulação do Estatuto da Terra foi resultado de um longo processo de tensões sociais, com diversos atores envolvidos. Este jogo de pressões e contrapressões continuou existindo ao longo da ditadura militar, o que reflete na prioridade de determinados aspectos da legislação sobre outros. Neste sentido, não basta a análise pura e simples do que está contido no Estatuto, sendo necessário analisar como ele foi conduzido e apropriado com base na correlação de forças existentes. O Estatuto continha uma série de ambigüidades que tornava possível o privilégio tanto da modernização de antigos latifúndios quanto do desenvolvimento da propriedade familiar, cabendo aos conflitos travados pelos atores sociais a definição de qual modelo a ser enfatizado. Sérgio Leite, em outro trabalho[10], afirma, inclusive, que o processo de modernização da agricultura implementado nas décadas de 1960 e 1970 extrapola os elementos vigentes no Estatuto da Terra, constituindo um processo mais complexo e com múltiplos determinantes. Neste sentido, Sérgio Leite critica análises que consideram o Estatuto o principal responsável pela chamada *modernização*

[9] Idem, p.24.
[10] LEITE, Sérgio. "Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora". IN: *Reforma Agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, jan-abril de 1995, n.1, vl. 25.

conservadora implementada no país. Este autor argumenta que as contradições e ambigüidades presentes no Estatuto não explicam por si só as políticas de desenvolvimento agrícolas adotadas, sendo necessário observar diversos aspectos referentes às correlações de forças vigentes no período.

Portanto, a interpretação de Moacir Palmeira e Sergio Leite considera o Estatuto como lugar de disputa, adquirindo diversas apropriações de acordo com as lutas travadas. Além disso, os autores enfatizam o papel de mediadora das relações sociais desempenhado pela lei, o que faz com que muitas das ações dos grupos dominantes e dominados estejam norteadas por categorias e possibilidades políticas regulamentadas juridicamente.

Já Regina Bruno, em seus textos sobre o Estatuto da Terra[11], enfatiza o processo de aprovação e elaboração desta lei – de abril a novembro de 1964 –, ressaltando os conflitos travados entre a classe patronal agrícola e o governo neste período. De acordo com a autora, o Estatuto da Terra foi formulado pelo governo Castelo Branco, pois a estrutura agrária vigente no país era considerada, tal como no Plano Trienal do governo Goulart, um obstáculo para o crescimento econômico e para o aprofundamento das relações capitalistas no campo. Neste sentido, através da reforma agrária prevista pelo Estatuto pretendia-se aumentar a produtividade agrícola – atendendo à demanda de alimentos e matérias-primas do setor urbano-industrial – bem como criar uma classe média rural – atenuadora dos conflitos e tensões no campo e, ao mesmo tempo, consumidora de produtos industriais.

Entretanto, Regina Bruno ressalta que, apesar de partirem de um pressuposto em comum, a proposta de reforma agrária do governo Castelo Branco apresentou diferentes forças de apoio em relação ao projeto do governo deposto, pois houve, com o golpe, um re-ordenamento das correlações de forças existentes, criando-se novas prioridades e novos compromissos sociais. Além disso, é preciso lembrar que os movimentos de trabalhadores

[11] BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra*. Rio de janeiro, Forense Universitária, 1997; BRUNO, Regina. "O Estatuto da Terra; entre a conciliação e o confronto". IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA, nov. de 1995.

rurais foram duramente reprimidos, sendo alijados deste processo de formulação de uma legislação agrária. Neste sentido, o GRET (Grupo de Regulamentação do Estatuto da Terra) passou a nortear as questões relacionadas à estrutura fundiária do país, limitando a discussão da reforma agrária dentro dos preceitos institucionais estabelecidos por este órgão e cerceando as possibilidades de lutas políticas dos trabalhadores rurais. O governo Castelo Branco se apropriou, então, da bandeira da reforma agrária, desvinculando-a, porém, de sua origem social e passando a apresentá-la como uma concessão do regime militar.

De acordo com a autora, mesmo em um contexto opressor e visando incentivar a iniciativa privada no campo, o anteprojeto do Estatuto da Terra foi amplamente criticado pela classe dominante agrária, pois impunha alguns limites ao latifúndio improdutivo. Houve, então, uma intensa campanha da classe patronal agrícola junto ao governo e a setores da sociedade civil a fim de impor alterações nesta lei. Frente a estas pressões e, como ressalta Regina Bruno, à disponibilidade do governo em atender a determinados interesses, ocorreram, no texto final do Estatuto, diversos “recuos” em seus objetivos reformistas. A empresa rural, por exemplo, ganhou grande dimensão na última versão da legislação, constituindo-se na principal condutora do processo de modernização da agricultura em detrimento da propriedade familiar – considerada, inicialmente, a base para a reforma agrária. Foi priorizada também a aplicação do imposto territorial rural como instrumento de reforma agrária, deixando em plano secundário as desapropriações por interesse social. Além disso, existiu uma série de ambigüidades no texto final do Estatuto que fornecia “brechas” para a manutenção do latifúndio.

Apesar destes recuos no caráter reformista do Estatuto da Terra, a autora não deixa de mencionar a importância desta legislação para os trabalhadores rurais na luta pela terra durante a ditadura militar. De acordo com a autora, “a existência de uma lei de reforma agrária e sua apropriação pelo movimento social representou muito, mas não o suficiente. É pouco quando se tem em conta a lei como institucionalização de um processo histórico de lutas, embates e projetos políticos diferenciados. Há uma defasagem entre as alternativas existentes no

movimento social da época e o que resultou deste processo de elaboração e aprovação do Estatuto. O que deveria ser o ponto de partida foi, na realidade, o de chegada"[12].

Portanto, Regina Bruno considera o processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra como um campo de forças em que são disputados projetos e visões de mundo de diversos grupos sociais. Para a autora, a legislação, ao mesmo tempo em que pode ser apropriada pelos dominados, regula e cerceia as lutas políticas destes grupos, limitando-as dentro dos preceitos institucionais, sobretudo em um contexto de ditadura e repressão.

Portanto, a partir da análise destes estudos, é possível averiguar distintas interpretações sobre o Estatuto da Terra, em que ora se destacam os aspectos fundamentais da lei para a condução da reforma agrária e ora se acentua o seu papel primordial para a modernização de antigos latifúndios. Alguns autores focalizam a apropriação desta lei pelos trabalhadores rurais, enquanto outros enfatizam a limitação das lutas políticas destes grupos a partir da regulamentação jurídica. Os diferentes enfoques acima estudados, além de refletiram distintas concepções teóricas dos autores acerca do Estado e do Direito, apontam a ambigüidade e a complexidade desta lei e mesmo as próprias contradições existentes em seu processo de aprovação e de implementação. O Estatuto da Terra apresenta-se, assim, como resultado e expressão de correlações de forças vigentes no seio da sociedade civil neste período. Relações estas oriundas tanto das pressões dos trabalhadores rurais – que com seus movimentos reivindicatórios enfocaram a problemática agrária do país – quanto das articulações exercidas entre a classe patronal agrícola e a sociedade política – não só por pressionarem por alterações na legislação, mas também ao aprova-la em um contexto repressor (contexto este que a própria classe ajudou a instaurar).

[12] BRUNO, Regina. *Op.Cit.*, 1995, p.30.

PENSAMENTOS DE PROFESSORES DE HISTÓRIA E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NOS ANOS DE 1980

Caroline Pacievitch*

Luis Fernando Cerri+

Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR

Ser professor de história. O que significa assumir essa posição profissional hoje? Poder-se-ia dizer que o professor de história é aquele que transmite aos alunos conhecimentos produzidos com relação ao passado da humanidade. Mas a própria formação em história desautoriza esse discurso, ao iniciarem as perguntas: "que conhecimentos são esses?", "quem os produziu?", "o que entra na definição de passado da humanidade?", "que passado?", "que humanidade?", "transmitir conhecimentos é ensinar?".

A natureza desses questionamentos, por englobar não só fatores historiográficos, como também do campo da didática e da pedagogia, aponta para a complexidade da investigação dentro da didática da história. O fato de nos considerarmos professores de história e atuarmos, seja em sala-de-aula, seja em debates científicos, seja em outros movimentos (políticos, sindicais, religiosos, etc.), significa que assumimos linhas teóricas, tendências, visões de mundo, interpretações de sociedade que auxiliam na compreensão de nossa identidade como profissionais da história.

Além disso, a investigação do pensamento de professores de história contribui para a formação do campo da didática da história considerado de uma maneira abrangente, ou seja, um campo teórico e de pesquisa que se interessa por mais do que os métodos e técnicas de ensino. Nessas afirmações, baseamo-nos nos teóricos alemães Klaus Bergmann e Jörn Rüsen. De acordo com Bergman é possível alargar o horizonte da didática da história ligando-a ao conceito de "consciência histórica". E consciência histórica vem a ser, segundo Rüsen, "(...) *a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo."*[1]. Concordamos com

Bergman e Rüsen principalmente porque eles apontam para uma necessidade urgente: refinar as relações entre pesquisa e ensino dentro da área de história. Ou seja, ampliar a compreensão teórica de como Universidade e escolas podem (e devem) estabelecer trocas, contribuições, debates e intervenções freqüentes e consistentes.

Isso é importante se levarmos em conta tanto os teóricos que trabalham com formação de professores reflexivos ou intelectuais[2] quanto com pesquisas empíricas que pretendem investigar as pontes que se formam entre o saber universitário e a vida escolar[3], e, ainda, de que maneiras podem acontecer as relações entre a especificidade do "ensinar história" e as correntes teóricas da pedagogia que perpassam a vida e o pensamento dos professores de história. Essa é a intenção deste trabalho.

1) Afinal, de quem estamos falando?

Esta pesquisa surgiu de inquietações com relação ao protagonismo de professores de história no contexto da redemocratização política no Brasil nos anos de 1980. O processo de Abertura do regime militar, os movimentos pela Anistia, as organizações populares, os movimentos de trabalhadores e associações profissionais como a OAB, a ABI e a ANPUH demonstram que parcelas significativas da sociedade estavam em busca de um novo patamar de relações políticas, sociais, econômicas e, porque não, educacionais para o país.

Podemos alocar esses grupos trabalhando sob uma mesma bandeira de luta: a democracia. A partir desse ponto comum é que os mais diferentes níveis e campos de reivindicação se desdobram nas suas especificidades.

Selecionamos para essa pesquisa falas de professores de história que tenham se vinculado, direta ou indiretamente, a esse processo. As fontes pesquisadas foram escritos de professores de História falando de sua realidade presente: livros, revistas especializadas e anais de encontros publicados durante os anos 80. A decisão pelo uso desse tipo de fonte pautou-se pela problemática levantada, pois a fala dos professores nesses documentos poderia trazer à tona suas visões de mundo, seu modo de interpretar a sociedade, suas concepções de educação e, principalmente, a sua maneira de ensinar história. O trato metodológico utilizado foi a realização de análise conjuntural e interpretativa dos textos

levantados e o estabelecimento de relações com a pedagogia histórico-crítica, considerada referência pedagógica no período[4].

As diferentes maneiras que os professores expressam para contribuir com a democracia no país passam pela atuação em sala-de-aula (propostas de novas metodologias e técnicas de ensino, avaliação de projetos, relatos de experiências) e pela crítica (às políticas educacionais, às relações entre escola e universidade, à situação das escolas públicas, ao ensino de História desvinculado da realidade social e/ou dos interesses dos alunos). Assim, notamos que há professores de história que compreendiam sua atuação nos meios escolares e acadêmico-científicos como expressão de sua mobilização política pela construção da democracia no país. Esse grupo não é o "dominante", nem o único modelo de professores de história que há no momento e sim uma parcela que se destaca pela participação acadêmica, mesmo não tendo vínculos oficiais com a Universidade[5].

Isso nos dá elementos para afirmar que se constrói uma determinada identidade de professores de história. Segundo Pimenta[6], a identidade profissional é construída a partir da significação social da profissão e sua revisão constante, bem como da revisão das tradições e repetição de práticas consagradas. No grupo em questão trata-se, sobretudo, de uma revisão sobre o significado social da profissão, a partir da qual desenvolvem-se os debates sobre modificações curriculares, metodológicas e de conteúdo. Uma vez que os saberes da docência, segundo Pimenta estão na experiência, no conhecimento e nos saberes pedagógicos, podemos adiantar que estão exatamente nessas esferas as discussões levantadas e a perspectiva de construção de novas identidades e novas práticas docentes.

Assim, para o grupo com que trabalhamos, ser professor de história não inclui apenas pensar o trabalho em termos didático-pedagógicos ou buscando a atualização historiográfica dos conteúdos. Significa fazer da sua prática contribuição para a transformação do país. Ligado a isso, vemos as teorias marxistas, nos seus diversos níveis de ortodoxia presentes nos relatos dos professores.

No entanto, a formação dos saberes e práticas desses professores não se deu apenas devido a sua formação política.Teorias da história e da educação entram na

construção dessa identidade. A especificidade de ser um professor de história mostra-se nos relatos de experiências, em que os professores levam em conta que o conhecimento histórico abre possibilidades de aprendizado e transformação do meio em que o aluno vive. Por exemplo, há o de Galzerani, em que se destaca a crítica ao ensino da história como repetição de datas, nomes e fatos decorados, e o papel da história dentro da "*compreensão da realidade mundial, o lugar do Brasil dentro dela, desenvolvendo hábitos e atitudes que consideramos mais condizentes com a sociedade democrática que queremos*" [7].

Nesse trecho fica bem clara a insatisfação com o modelo de ensino de história predominante durante a Ditadura Militar (ou quiçá até antes) e a preocupação com a educação como reprodutora da sociedade autoritária e excludente. Não contentando-se em permanecer no nível da contestação, uma parcela dos professores de história procurou, pelo debate, pela troca, pela tentativa de utilizar diferentes métodos e/ou técnicas de ensino, pela pesquisa e pela crítica, encontrar novas formulações prática s e teóricas para o ensino de história.

Um texto que marca esse debate é o de Adalberto Marson, no qual já se ensaia a idéia de professor como profissional reflexivo, no sentido de que precisa pensar seus saberes, sua historicidade, a sociedade em que vive. No texto, Marson trabalha as relações entre o trabalho do historiador e o do professor de história, ressaltando que ambos estão enredados nas teias do saber como fonte de poder. Ele escapa, porém, do pensamento crítico-reprodutivista, porque diz que é a partir das contradições de poder que se acha o elemento necessário para a crítica. O autor destaca o uso do documento em sala de aula em busca de outras memórias, na esteira dos trabalhos historiográficos de De Decca e Vesentini que tiveram influência no período.

Os professores de história alinhados com essas tendências colocam suas experiências em sala de aula com diferentes metodologias mostrando que levavam em conta os interesses e posições dos seus alunos. Preocupam-se em "*despertar o espírito crítico*"[8], colocar "*o aluno em contato mais direto com a realidade*"[9] e, ainda, que fosse capaz de "*construir o seu próprio discurso*"[10] a fim de superar sua situação de classe e

instrumentalizar-se para a transformação da sociedade capitalista. Nesse ponto, destaca-se a influência do pensamento marxista dentro do grupo em questão, mas que vai se diluindo conforme avança a década de 1980 e as críticas do "revisionismo marxista" vão se incorporando. O papel do ensino de História desloca-se da formação do "revolucionário" para a idéia do cidadão crítico sem deixar de lado, no entanto, contribuições importantes do pensamento marxista. Da mesma forma, tendências historiográficas da Nova História Francesa e da Nova Esquerda Inglesa vão lentamente ganhando espaço e se incorporando ao discurso dos professores de história do final da década de 1980.[11]

3) A escola para o aluno oprimido e a pedagogia histórico-crítica

A pedagogia histórico-crítica tem aproximações com o pensamento dos professores aqui discutidos, principalmente no que diz respeito à adoção de conceitos do marxismo (mais voltado para o leninismo) para o entendimento da sociedade e da escola. Ambos os movimentos (dos professores de história e dos pedagogos histórico-críticos) localizam-se no período da Abertura e interessam-se pela educação para as classes trabalhadoras, principalmente. De maneira geral, os objetivos maiores da educação, para uns e outros, são os mesmos: colaborar para a transformação da sociedade.

O principal caminho a ser seguido, segundo Derneval Saviani e demais representantes desta corrente teórica, era a superação do crítico-reprodutivismo, do ensino tradicional e da Escola Nova. Entendem que a educação deve ser movida pela práxis, ou seja, pela prática orientada teoricamente. Para isso, é necessário que os alunos das escolas públicas tenham capacidade de competir com os alunos da classe dominante e construir um novo modelo de sociedade. Para Saviani, a hegemonia cultural colocada pela classe dominante através de seu saber considerado científico e tornado senso comum contribui para impossibilitar a organização das classes subalternas enquanto classes, enquanto possíveis de transformação social. Portanto, passar "do senso comum à consciência filosófica" é primordial para que as classes subalternas organizem-se e transformem revolucionariamente a sociedade: "(...) *preocupar-se com a educação significa preocupar-se com a elevação do nível cultural das massas*." [12].

Assim, embora os objetivos maiores estejam próximos e até algumas afinidades teóricas possam ser levantadas, as diferenças aparecem nos meios para se chegar a isso. Para os histórico-críticos, o conteúdo transmitido às classes subalternas tem papel essencial para a superação de suas deficiências com relação às classes dominantes. O conteúdo a ser transmitido para os alunos é aquele necessário para que o homem se torne humano. Por isso a educação tem que oferecer ao aluno o "saber objetivo produzido historicamente", baseado nos interesses do capital que aponta para a necessidade de se conhecer a cultura. O saber científico suplanta o saber natural, assistemático. Na lógica desses teóricos, para suplantar o capitalismo é preciso conhecê-lo e jogar com as mesmas armas[13].

A discussão sobre que tipo de saber é esse esgota-se, dentro da teoria histórico-crítica de então, na noção de saber "objetivo e universal". Nesse ponto de vista, o saber para as classes trabalhadoras e dominantes é o mesmo: a cultura objetiva acumulada pela civilização humana ao longo do tempo. Ele será apenas utilizado para diferentes fins entre umas e outras classes sociais.

No entanto, para os professores de história, a discussão sobre qual o tipo de conteúdo que se pretende ensinar é pertinente, e muito. A historiografia do final da década de 1970, nomeadamente o trabalho de Edgar de Decca[14] levantaram a impossibilidade de se pensar o "fato histórico" como dado objetivo. Ao enfatizar a Revolução de 30 como construção em que se prevalecem os interesses da classe dominante, De Decca dá elementos para que os professores repensem a relação do conteúdo histórico com os objetivos que se estabeleciam para o ensino de História.

Para os professores de história aqui pensados, é um contra-senso aliar o caráter transformador/crítico que se delegava ao ensino, juntamente com as metodologias propostas - mais participativas e dinâmicas - com saberes da história que favoreciam a permanência do "status quo", a perpetuação do discurso da obediência cega, do ufanismo e do autoritarismo.

Como exemplo, citamos a fala da professora Zilda Iokoi, na qual se estabelecem relações entre o conteúdo transmitido na escola e as exigências legais instauradas no

período militar. Para Iokoi, o conteúdo ensinado não pode ser visto de forma neutra. Ele está imbuído dos interesses da classe dominante no momento, para quem interessa manter o aluno em estado de ignorância de alguns conhecimentos (como os relacionados à sua situação de classe) e conhecimento de outros (como os relacionados aos heróis da pátria, aos valores e bons costumes). Nas palavras da professora nota-se o ponto de divergência entre a visão histórico-crítica e a desse setor do professorado da história: "*O ato criativo do ensino-aprendizagem deixa de existir e o educando, inferiorizado por sua 'ignorância', sente-se mero receptor de informações e visões de mundo do outro, onde o princípio da autoridade é o elemento* fundamental." [15]

É a partir daí que se desenvolve, com bastante ênfase entre os professores de história, o uso de documentos em sala de aula. Não só a tradicionais fontes escritas, como também pinturas, filmes, músicas e fotografias.

4) Considerações finais.

Em busca de refutar o ensino predominante durante a Ditadura Militar e contribuir para a formação do Brasil democrático, diversos projetos de educação foram retomados, criados, aperfeiçoados e discutidos nas décadas de 1980. Afastando-se do reprodutivismo e alinhando-se a tendências teóricas que propunham a transformação da sociedade (por meios mais ou menos radicais, mais ou menos imediatos) professores, teóricos e intelectuais deram o teor do debate para a construção didático/teórica do ensino de história e da educação em geral.

Dois pontos podem ser ressaltados dentro desse processo. O primeiro diz respeito à constituição do campo da didática da história dentro de sua dimensão empírica. Conhecer como a história tem sido ensinada ou pensada nas escolas é fundamental para a ampliação de horizontes ao se pensar a didática da história hoje. Entendemos que, no período estudado, os professores contribuíram para a formação de linhas gerais que perpassam ainda agora as definições sobre metodologia e conteúdo do ensino de história.

O segundo é o das transformações na identidade dos professores de história envolvidos, principalmente no que diz respeito à consciência política do ser professor. De acordo com o pensamento de Selma Pimenta, ao pensarem a situação social do seu campo de atuação, eles também repensaram seu papel social e o reafirmaram perante a sociedade como atuação intrinsecamente política.

Por fim, reiteramos que as aproximações e os afastamentos existentes entre os pedagogos histórico-críticos e os professores de História no período localizam-se, principalmente, na questão da seleção e transmissão de conteúdos e as metodologias de ensino. O professor de História apóia-se em alguns aspectos da pedagogia histórico-crítica. E se vê a tentativa de criar uma didática da História própria, adaptando o que se entende como papel social do ensino de História e seus pressupostos historiográficos e políticos.

---

* Licenciada em História pela UEPG. Mestranda em Educação pela mesma instituição. Bolsista da CAPES.
+ Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor do Departamento de História e do Mestrado em Educação da UEPG. Professor no mestrado em educação da UFPR.

[1] RÜSEN, Jörn. Razão histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001, p. 57.
[2] GIOVANNI, Luciana M. Indagação e reflexão como marcas da profissão docente. In: GUARNIERI, M.R. (org.). Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência. Campinas: Autores Associados, 2000.
GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
[3] TARDIF, M.; RAYMON, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educação e Sociedade. Ano XXI, nº 73, Dezembro 2000.
[4] ARANHA, Lúcia. Pedagogia histórico-crítica: o otimismo dialético em educação. São Paulo: EDUC, 1992. Coleção Contraponto, p. 8.
[5] RICCI, Claudia S. Quando os discursos não se encontram: imaginário do professor de História e a Reforma Curricular dos anos 80 em São Paulo. Revista Brasileira de História. Volume 18. nº 36. p 61-88. 1998.
[6] PIMENTA, Selma G (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 19.
[7] Galzerani, Maria Carolina Bovério. A expansão mercantilista e a formação do Brasil Colônia: uma experiência didática na periferia de Campinas. In: Cadernos CEDES 10 – A prática do ensino de História. 4ª edição. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, 1994. Pp. 43 a 47.
[8] ROSSI, Vera Lúcia Sabongi de. Aprender história vivendo história. In: Cadernos CEDES 10 – A prática do ensino de História. 4ª edição. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, 1994, p. 36.
[9] COSIUC, Paulo. Estudo do meio em Belo Horizonte e cidades históricas de Minas Gerais. In: Cadernos CEDES 10 – A prática do ensino de História. 4ª edição. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, 1994, p.57.
[10] WHITAKER, Dulce C.A. A história estudada a partir do presente. In: SILVA, Marcos A. da. Repensando a história. 3ª edição. Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, s.d., p. 125.
[11] Conforme os Anais do Seminário "Perspectivas do Ensino de História". São Paulo, Feusp, 1988.
[12] SAVIANI, Dermeval. Educação – do senso comum à consciência filosófica. 12ª edição. Campinas: Autores Associados, 1996. Coleção Educação Contemporânea, p. 6.
[13] SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2ª edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, volume 40), p. 21 e ss.
[14] DE DECCA, Edgar Salvadori. 1930: O silêncio dos Vencidos. Memória, História e Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1994.
[15] IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Pesquisa e monografia no ensino de 1º e 2º graus. In: SILVA, Marcos A. da. Repensando a história. 3ª edição. Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, s.d., p. 112.

Poder midiático e identidades na contemporaneidade: o fim de um projeto de emancipação humana?

Cássia Rita Louro Palha[1]

O debate teórico que hoje se trava em torno das identidades - sejam elas individuais, de grupos específicos ou nacionais - cada vez mais mediadas pela ampla base da tecnologia comunicacional, deve ser inserido dentro da lógica cultural da atual fase do capitalismo tardio e das posições político-acadêmicas que este contexto maior encerra, onde para além das identidades propriamente ditas, discute-se a intelegibilidade da própria história e de sua transformação. Em outras palavras, o debate sobre mídia e identidades envolve um questionamento maior sobre o próprio racionalismo iluminista ocidental, onde mais precisamente após a segunda guerra mundial, diversos teóricos passaram a anunciar o fim de várias possibilidades: de se buscar a verdade, de um eu unificado, da legitimação da civilização ocidental, de revolucionar em profundidade as estruturas sociais. Segundo Cardoso[2], tal movimento intelectual desembocou, "previsivelmente num estado de coisas suspenso entre o niilismo e o pansemiotismo, numa negação da explicação em favor da hermenêutica relativista".

A Escola de Frankfurt é para nós significativa dentro desse contexto. Em 1944, Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento,* ao analisarem o mundo pós guerra, caminharam no sentido de que a própria lógica do racionalismo iluminista e da natureza de sua política democrática haviam dado origem a tal barbárie: "O Iluminismo é totalitário". Além disso, ambos partiram da idéia de que a Indústria Cultural –conceito inclusive criado por eles- tipifica um fenômeno, por um lado marcado por maiores condições de controle do homem junto a natureza, pela difusão e socialização dos conhecimentos, mas que ao mesmo tempo, é também indicativa do aprisionamento do homem na armadilha ideológica de suas mensagens através de um processo de alienação gerenciado pelas frações dominantes.Transformados em massa por essa Indústria Cultural através da "fabricação da

opinião", os homens estariam condenados em sua autonomia e conseqüentemente, a qualquer possibilidade de emancipação humana.

É possível ler tanto em teóricos modernos, como os da Escola de Frankfurt quanto em Baudrillard e outros pós-modernos, o discurso de que o sujeito autônomo iluminista está se fragmentando devido aos processos sociais que nivelam as individualidades na sociedade racionalizada, burocratizada, consumista e dominada pela mídia.

Baudrillard por exemplo, ao entender o virtual como o esvaziamento do real e como o fim do sentido, apresenta a realidade como destituída de qualquer objetividade que não sejam simulacros. Assim, poderíamos dizer que estar na imagem é existir e que é desta maneira que as identidades e as marcas publicitárias por exemplo, ocupam um espaço para si mesmas, através da reprodução contínua de seus próprios significados.

Sobre esse discurso onde a "aparência" toma o lugar da "essência", Terry Eagleton[3] ao criticar Baudrillard, nos fala sobre o que ele chama de "cinismo de uma esquerda que apresenta uma cumplicidade ultrajante com *aquilo que o sistema gostaria de acreditar* – que tudo agora funciona por si só, sem levar em conta de que modo as questões sociais se configuram e definem na experiência popular" (grifo nosso).

Dentro de uma posição de esquerda não menos controvertida, os Estudos Culturais passaram a ser uma referência na pesquisa envolvendo cultura midiática, identidades e sociedade. Na Inglaterra, esses estudos que tiveram como trio fundador Richard Hoggart, Raymond Willians e Edward P. Thompson, foram gestados no contexto das aspirações da classe operária, tendo como base original analítica a obra de Antônio Gramsci. Os Estudos Culturais ganharam nos últimos anos um espaço surpreendente no âmbito acadêmico, onde na multiplicidade de seus teóricos podemos encontrar os limites provenientes de uma expansão, que ao ganhar ares de uma "nova moda" nas instituições de ensino superior, perdeu consigo o seu vigor. O grande contra-senso com a referência gramsciana aparece então, no cerne de uma discussão cultural que foi em muito pasteurizada pelo seu deslocamento do político.

Essa crítica parece-nos fazer sentido no que tange a algumas discussões sobre os novos movimentos sociais, que nem tão novos assim, hoje aparecem na multiplicação dos grupos feministas, gays, negros, pacifistas e tantos outros, que compõe o círculo da atual "política de identidades". Se por um lado, o espaço ocupado por esses sujeitos representa um avanço dentro da representatividade democrática, por outro a celebração pura e simples dessa pluralidade pode ajudar a encobrir as suas próprias limitações enquanto um projeto de emancipação humana. Para Ellen Wood a "política de identidades" parece engendrar o seu descompasso de transformação social do ponto de vista teórico e político, quando tenta situar as diferenças de classe na sua visão democrática. Questão que pode ser sintetizada na seguinte pergunta: "Uma sociedade verdadeiramente democrática tem condições de celebrar diferenças de estilo de vida, de cultura ou de preferência sexual; mas em que sentido seria 'democrático' celebrar as diferenças de classe?" Ora, a superação da diferença de classes levaria inevitavelmente não a uma nova acomodação/tolerância por parte do sistema capitalista, mas à sua própria superação[4]. Nessa mesma direção, Eagleton denuncia que a concepção de classe social tende neste sentido a aflorar como um item da tríade classe, raça e gênero, cuja lógica de desencadeamento sintetiza a fórmula de que o racismo é ruim, o sexismo idem e por isso também o é algo chamado "classismo". Ou seja, nessa analogia seria um pecado estereotipar as pessoas com base em sua classe social, que levado ao pé da letra, significaria a posição politicamente incorreta de definir Donald Trump como sendo um capitalista[5].

Um dos nomes mais significativos dos Estudos Culturais na análise de identidades, principalmente das que envolvem o tensionamento de raça/nação é o de Stuart Hall. Não que ele simplesmente celebre as "diferenças" totalmente deslocadas de uma visão de política cultural. Em seu texto "Que negro é esse na cultura negra" de 1998, ele critica veementemente a tendência política essencializante de certos discursos raciais, capazes de "naturalizar e des-historicizar as diferenças, confundindo o que é histórico e cultural, com o que é natural, biológico e genético"[6] . Contudo, o autor deixa claro uma posição que coloca

todas diferenças no mesmo nível, situando-as sob parâmetros de *negociação,* onde a constituição da identidade é perpassada por uma variedade de outras identificações que podem ser usadas de acordo com cada situação. Seria como critica Robin Cohen[7], uma situação onde "tal como um jogador que esconde as cartas de outros jogadores, o indivíduo puxa um valete – ou uma religião, uma etnia, um estilo de vida – à medida que o contexto faz desejável ou apropriada uma dada escolha". É esse tipo de análise capaz de pasteurizar as diferenças sociais em meio à pluralidade de outras opções identitárias, que se revela um entrave ao se pensar a questão cultural enquanto potencial político de crítica e de transformação social.

De uma forma mais geral, Stuart Hall entende as identidades, a partir dos processos e práticas que envolvem tanto a globalização, que coincide com a modernidade, quanto as migrações forçadas ou "não", que têm se tornado um fenômeno global do mundo pós-colonial. As identidades teriam assim como cerne uma experiência *diaspórica* , ou seja, uma busca permanente, que faz das diferenças entre o eu e o outro, o nacional e o estrangeiro, a base de uma *hibridez*, que tensionando as múltiplas faces dessa relação, produz um processo identitário sempre inacabado, em constante movimento.

O deslocamento da identidade nacional para as questões étnicas e culturais está presente também na obra de vários autores como Homi Bhaba, Ien Ang, Edward Said, Nestor Canclini, dentre outros. Reservadas as singularidades de cada um, a principal crítica que se faz a esse tipo de enfoque recai sobre o próprio conceito de hibridismo. Tanto em Peter Burke quanto em Douglas Kelnner[8], a crítica se faz em torno de um termo ambíguo e descritivo que além de parecer excluir o agente individual, se aplicado indiscriminadamente para descrever o destino das identidades sob a globalização, perde sua força analítica e política como um conceito que descreve circunstâncias particulares e locais". Ou seja, o termo corre o risco de virar uma metáfora cultural esvaziada de articulação empírica e de contextualidade histórica.

Ainda na perspectiva dos Estudos Culturais gostaríamos de destacar dois nomes de relevo dentro da América Latina: Martin Barbero e Nestor Canclini.

Martin Barbero, busca entender o papel dos meios de comunicação no processo de articulação com as identidades, a partir do conceito de "mediações"[9].O autor propõe que o sentido da mídia não está em seus textos, mas na fonte de criação de sentido presente nas interações sociais e de seus movimentos de busca por identidade. Ou seja, as experiências dos sujeitos sociais passam a ser as mediadoras no estudo da comunicação.Para o autor, a atual fase histórica marcada pelo poder midiático, revela consigo um "des-ordenamento" cultural onde cabe à televisão o papel da maior subversão estabelecida no campo da cultura, com suas cortantes separações entre realidade e ficção, entre espaço de ócio e do trabalho, transformando nossas percepções de tempo e espaço. No que diz respeito a centralidade da mídia televisiva no atual contexto da globalização, o autor vai destacar o impacto da emergência do mercado em detrimento do Estado, como instrumento de hegemonia, uma inversão de sentido que a seu ver, tem levado à uma crescente desvalorização do nacional e de seus laços identitários, que estão sendo em grande parte cooptados pela televisão, em prol de uma pretensa cultura-mundo.

Já Nestor Canclini por sua vez, tenta convergir a concepção de *hibridismo cultural* - entendido como as complexas articulações culturais latinas, onde coexistem em suas múltiplas formas, as tradições e as modernidades[10]- em um modelo explicativo da própria identidade latino-americana. Nessa busca pela identidade latina, podemos notar no conjunto da obra do autor o abandono da noção de "popular" para "sociedade civil" e desta - acusada de "totalizadora demais diante do desintegrado e heterogêneo conjunto de vozes que circulam pelas nações"[11]– para a idéia de uma identidade baseada no "consumidor-cidadão" .

Assim, tanto em Barbero quanto em Canclini, a visão de Estado e de Sociedade Civil parecem padecer nas armadilhas que tem gerado interpretações problemáticas do referencial gramsciano. Lea Durante a esse respeito, vai enfatizar o quanto esta visão

limitada de Estado, cuja hegemonia aparece como deslocada pelo mundo da produção, simplesmente parece ter exorcizado o sentido amplo e alargado do Estado gramsciano, além de indicar uma deturpada superação da própria política em seu sentido *lato sensu*. Por outro lado, a concepção de sociedade civil em Canclini, indica o deslocamento do "povo-nação", ou seja, de uma interpretação operativa de cultura, calcada na realidade histórica e social específica de sua filiação, para uma perspectiva que transpõe qualquer fronteira geopolítica, uma filiação à cultura-mundo socializada pela mídia. Durante nos chama a atenção para esse tipo de desvio, que acaba desprezando o legado de Gramsci: "a concatenação dos nexos internos das determinantes históricas e conseqüentemente, a individualização de blocos histórico-territoriais a serem considerados organicamente e em relação dinâmica recíproca"[12]. No lugar desta rede de conflitos e interesses que perpassam as singularidades históricas das diversas sociedades do mundo globalizado na busca por hegemonia, o autor propõe- seguindo a lógica de Barbero de se passar "dos meios às mediações"- uma espécie de etnografia das identidades, através de suas práticas de consumo.

Nas palavras do autor, "vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir." É nesse jogo entre desejos e estruturas, que Canclini incorpora o consumo à esfera política, associando-o a uma *identidade cidadã*, onde o consumo significaria um "processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados"[13]. Apesar do posicionamento de Canclini, ser adverso à lógica neoliberal, a atribuição dada a este ao consumo como o parâmetro identitário gerenciado pela mídia, gera no mínimo três grandes entraves: por um lado, o risco de um tipo de análise que pode gerar um excesso de sentidos no ato de se consumir, por outro lado, uma convergência deste discurso com as máximas da soberania do consumidor e do livre-mercado, próprias da democracia liberal, e por fim, uma complicada restrição da noção de cidadania à arena do consumo.

Para além da perspectiva dos Estudos Culturais e dos radicais pós-modernos, é em Fredric Jameson que encontramos uma das mais centrais referências na discussão de mídia e identidades.Partindo da obra Ernest Mandel, em "O capitalismo tardio", Jameson vai situar o discurso do pós-moderno como a lógica cultural desse novo estágio do capitalismo. Assim para o teórico, o pós-moderno não instaura uma ordem social totalmente nova, mas é "apenas o reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo"[14], onde a mídia representa a "colonização do inconsciente".

Apesar da declarada influência de Baudrillard em sua obra, Jameson ao contrário do primeiro - que resume as identidades à sua anti-teoria dos simulacros – reafirma a importância do posicionamento político do sujeito dentro da atual configuração histórica do capitalismo, centrando sua análise na *"aparência*" dessa lógica cultural, para a qual o autor se vale da idéia de pastiche, "esse apetite historicamente original dos consumidores por um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por 'espetáculos' (...).È para esses objetos que devemos reservar a concepção de Platão do 'simulacro', a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu" [15].Ao longo de seus trabalhos, Jameson vai demonstrar o deslocamento da noção de tempo e consequentemente a crise da historicidade nas obras massivas atuais, valendo-se de Lacan e da sua concepção de esquizofrenia. Uma esquizofrenia que deflagrada pela lógica do "simulacro" , necessita do que ele chama de uma estética do "mapeamento cognitivo", que seria uma nova cultura política e pedagógica capaz de dotar o sujeito de orientações em relação à sua totalidade, de um "sentido mais aguçado de seu lugar no sistema global.

Se entendemos com Norbert Elias[16] que o processo de "individualização" é um processo recíproco - onde a sociedade dá forma a individualidade de seus membros enquanto estes formam esta mesma sociedade a partir de suas ações práticas - o mapeamento cognitivo de Jameson encerra a necessidade de um posicionamento crítico frente não apenas aos produtos culturais que intensificam a esquizofrenia do sujeito, mas da sua dialética relação com as forças sociais presentes neste contexto histórico específico.

Atestar a possibilidade da recuperação política frente a essa lógica cultural, significa o investimento em um projeto de emancipação humana, onde o poder midiático e sua tormenta eletrônica de parâmetros identitários, não nos faça esquecer, tal como tentamos aqui mapear entre os seus teóricos, de que "não o pensamento, mas o que realmente se pensa, une ou diferencia os homens." [17]

---

[1] Doutoranda em História pela UFF, sob a orientação da Prof.Dra.Sônia Mendonça.Prof.Assistente do Curso de História da UFSJ.

[2] CARDOSO, Ciro F. Epistemologia pós-moderna:a visão de um historiador. In: FRIGOTO & CIAVATTA (org). *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis:Vozes, 2001, p85-86.

[3] Citado em FONTENELLE, Isleide. *O nome da marca*.São Paulo: Boitempo, 2002, p293. O presente trabalho trata da produção das marcas publicitárias no mundo midiático capitalista, tendo como enfoque a marca Mc Donald´s.

[4] WOOD, Ellen.Sociedade civil e política de identidade. In: WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*.São Paulo:Boitempo, 2003, p.221. Para a autora, ao contrário da concepção de classe, as categorias de raça e gênero são acomodadas/ toleradas pelo capitalismo.

[5] EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*.Rio de Janeiro:Zahar, 1998,p61-62.

[6] HALL, Stuart *Da diáspora:identidades e mediações culturais*.Belo Horizonte:UFMG;Brasília, 2003, p.245.

[7] Citado por Malik Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In WOOD, op.cit.p.127.

[8] Cf. KELNER, Douglas. *A cultura da mídia*. São Paulo .Ed. Edusc, 2001. e BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*.São Leopoldo:UNISINOS, 2003.

[9] Cf. BARBERO, M. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,2001.e BARBERO.*Os exercícios do ver:hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo:SENAC, 2001.

[10] CANCLINI. *Culturas Híbridas* .São Paulo: Edusc, 2000.

[11] Citado em ESCOSTEGUY, Ana. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001,p.178.

[12] DURANTE, Léa. *Gramsci e os perigos do cosmopolitismo*.Revista Eletrônica Novos Rumos, ano 16, nº34, 2001, p.14.

[13] CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999,P.83.

[14] JAMESON,F.*Pós-modernismo, lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo:Ática, 1996,p.16.

[15] Ibidem, 45.
[16] ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*.Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 1994.

[17] GRAMSCI A. *Concepção dialética da história.*Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1995,p.43.

AFETOS E RESSENTIMENTOS NA CONSTRUÇÃO FÍLMICA DOS EX-COMBATENTES E DA FEB[1]

Cássio dos Santos Tomaim – PPG-UNESP/Franca

Sessenta anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial ainda permanece no ar um cheiro amargo da derrota em que a própria humanidade se impôs diante da brutalidade expressa pela fantasmagoria do totalitarismo presente em nossa cultura. Os ecos desta derrota (os gritos de horror das vítimas dos campos de extermínio humano) ecoaram nas paredes do último século e ainda persistirão por um longo tempo, marcas de que o homem não saberá e não deverá viver sem elas. De uma fresta, aberta no pós-guerra com a vitória sobre o nazi-fascismo, surgiu uma névoa de sentimentos e ressentimentos que se fez presente na sociedade contemporânea por toda a metade do século XX, por mais incômoda que fosse. Deste incômodo que acena no presente com as lembranças dos horrores, o revisionismo histórico tratou logo de sujeitá-lo ao esquecimento e à denegação. No entanto, ao invés de ausência na memória, devemos manter erguidas as ruínas desta barbárie, até mesmo como um choque, um alerta para que a humanidade não repita em doses maiores esta cultura da barbárie, pelo contrário, que façamos "uso" destas ruínas como forma de um compromisso ético e político para com aqueles que morreram ensinando ao mundo que a guerra é uma experiência que deixa corpos e almas mutilados.

No caso brasileiro, se faz perturbador o fato de sabermos que os nossos homens do campo, operários urbanos e jovens estudantes foram condenados em 1944 a transporem a sua própria dignidade humana, uma vez que, como sobreviventes de guerra, a morte beira a banalidade em seus testemunhos. A experiência de guerra relatada pelo soldado Ferdinando Palermo, alfaiate convocado para servir numa companhia de fuzileiros da FEB, é um dos exemplos: "todo o sentimento que eu tinha foi perdido na guerra, que destrói tudo. Ela destrói todo o seu sentimento humano, e você passa a ser um bicho. No início, a desgraça que nos cercava impressionava muito, mas com o passar do tempo, comecei a

achar tudo aquilo comum. [...] Fiquei completamente desumano, perdi todo o amor que sentia pelo semelhante".[2]

A brutalização do ser em combate surge como uma norma, pois no *front* matar o inimigo é uma função que deve ser exercida pelos soldados de ambos os lados. No entanto, e o pior, para aqueles que conviveram de perto com a barbárie ainda têm que enfrentar o esquecimento. Ao completar 60 anos da conquista do Monte Castelo pelos expedicionários brasileiros, infelizmente não temos muito o que comemorar, na mídia impressa e televisiva o tom é de saudosismo e de melancolia de uma memória reservada aos museus de associações dos veteranos, aos poucos pesquisadores e interessados pela história militar e da guerra, e aos compatriotas que bravamente resistiram ao frio cortante do norte da Itália e ao terreno montanhoso que resguardava a artilharia pesada do experiente e temível exército alemão. O esquecimento da sociedade civil e do Estado acaba submetendo os ex-combatentes brasileiros a uma banalidade tanto quanto a guerra em que foram participantes, o desprezo acompanhado das atrocidades que presenciaram fez dos veteranos da FEB, após o seu retorno, vítimas de seus próprios dilemas de consciência, levando-os, não raramente, ao alcoolismo e ao suicídio.

Ainda hoje, as lutas destes combatentes é por um reconhecimento social que transita por uma construção de identidade do nacional ou dos significados da participação destes brasileiros no *front* em Nápoles no nosso imaginário social que, por sua vez, encontrou tanto na história quanto no cinema espaços para instrumentalizações fecundas. Neste estudo não pretendo vitimizar ou heroicizar os febianos, mas levantar alguns elementos para um início de compreensão das imagens da FEB e de seus expedicionários que foram edificadas ao longo de décadas ora por um discurso triunfalista e apoteótico, ora por um discurso reducionista e cômico da colaboração do Brasil no conflito mundial. A questão é que ambas as construções discursivas, que prevalecem até os dias de hoje, não deram conta da dimensão do sensível de homens e mulheres, "soldados cidadãos" que prestaram "tributo de sangue" à sua Nação.

Vejo, então, no estudo dos filmes documentários a respeito da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial a possibilidade de compreendermos o *como* o sensível está significado na tentativa de legitimar memórias e identidades que, apesar de aparentemente antagônicas, têm como intuito construir uma idéia-imagem de Nação, logo, reportar a uma ou outra imagem de nacionalidade. Tarefa que aqui proponho ao introduzir algumas reflexões que possam ser úteis no esclarecimento de *como* afetos e ressentimentos de outros tempos são instrumentalizados para significar no tempo presente da obra fílmica imagens que contemplem o imaginário social sobre a FEB e os ex-combatentes.

O nascimento da FEB veio acompanhado de uma construção sígnica fundamental para a propaganda política do Estado Novo: o mito do inimigo. Via-se nos expedicionários o "exército de reserva de mobilização" de um regime que buscava legitimidade política na instrumentalização dos sentimentos de comoção e ódio do povo brasileiro, provenientes dos ataques dos submarinos alemães. Projetava-se, então, na FEB a resposta do Brasil à ameaça totalitária que assolava o mundo. Para o Estado Novo a canalização destes sensíveis na imagem dos alemães, transformando-os em inimigos da Pátria, era ferramenta indispensável para a confluência do povo brasileiro em um sentido comum, neste caso o esforço na produção visando o desenvolvimento industrial e econômico do país. Trabalhadores e soldados lutavam, cada um em seu *front*, em nome de uma unidade, de uma harmonia que se via ameaçada.

A partir desta imagem do "Inimigo", acredito que os filmes documentários sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial funcionam como mecanismos discursivos, portanto ideológicos, que buscam significar a FEB e os ex-combatentes brasileiros em torno de sentimentos de afetos e de ressentimentos canalizados em novos inimigos: o Estado e a sociedade civil. Destacando algumas produções, principalmente dos anos 90 e início do século XXI como *Rádio Auriverde* (Sylvio Back, 1990), *Senta a Pua!* (Erick de Castro, 2000), *O Brasil na Segunda Guerra Mundial* (Guga de Oliveira, 2003, co-produção STV e Vagalume Filmes), acredito que certos elementos sensíveis, ao serem aqui instrumentalizados como matéria-prima na construção sígnica da FEB, ainda reforçam

imagens incapazes de tratar da memória dos expedicionários e deste período da história do Brasil.

Deparamos, então, com uma divergência na forma discursiva e ideológica de significar a FEB e a participação dos brasileiros no conflito mundial, em que ora temos um cinema comprometido com a valorização da memória dos ex-combatentes, ora um cinema predisposto a polemizar, criticar e, até mesmo, satirizar as reservas simbólicas desta primeira memória. No entanto, apesar de apresentarem *locus* discursivos antagônicos, acredito ser possível traçarmos linhas paralelas, mesmo que tênues, em que a imagem dos pracinhas, atrelada à das Forças Armadas e carregada de simbolismos pátrios, apropriada (a imagem) por um ou outro esquema discursivo, é construída como um reduto de significações para a legitimação de um sentido do nacional. Trata-se de incorporar na imagem dos expedicionários significados que procuram transformá-los, por um lado, em heróis e, por outro, em anti-heróis. Assim, heróis de um Brasil que nos anos 40, aliado aos EUA, venceu a "ameaça totalitária" que assolava o cenário mundial naquela época, imagem também construída pela propaganda política do Governo Vargas; ao mesmo tempo vitoriosos e derrotados no retorno ao solo pátrio, os ex-combatentes depõem nos filmes documentários contra o Estado e a sociedade civil pelo qual lutaram em Nápoles; suas glórias esquecidas são transformadas em ressentimentos. E anti-heróis de um país que, comprometido com o capital estrangeiro para modernizar-se, envia para o *front* de batalha na distante Europa suas tropas de jovens e despreparados soldados para um combate de proporções desumanas, enquanto internamente a população não demonstrava nenhuma motivação e mobilização para a guerra; pinta-se um pracinha "condenado" pela sua própria pátria a experimentar as crueldades de uma guerra que não lhe dizia respeito, a morrer em solo estrangeiro, enquanto outros desfrutavam no Brasil das praias, das mulheres, do futebol e do carnaval.

Enquanto uns filmes procuram fazer a recuperação da memória dos ex-combatentes forjando como inimigos o Estado e a sociedade civil ausentes e despreparados para tratarem com dignidade da história de seus patriotas que tombaram na Itália como heróis e

daqueles que não sobreviveram ao tempo, derrotados pelo esquecimento, outras películas "fabricam" como eterno inimigo do Brasil o imperialismo norte-americano, em que racionaliza um domínio social e cultural na América Latina, tendo nas ditaduras militares dos anos 60 e 70 as suas principais marcas.

No entanto, não se deve esquecer que estes filmes documentários, apesar de tratarem de um mesmo período da história brasileira, são recortes que pretendem retratar uma imagem da FEB e dos pracinhas a partir de uma busca em responder algumas inquietações próprias emergidas em outros momentos. Um se realiza ainda sob nuvens escuras de um tempo que insiste em deixar lembranças de perseguições, torturas, censuras, exílios, sangue e morte: a ditadura militar; enquanto outros presenciam novos ares, mais límpidos, em tempos que parecem sugerir um espírito de felicidade, mas acompanhado de alguns traumas e amarguras, em que não se deve contestar, mas apenas aclamar o direito de todos por uma "consciência feliz". Em ambos, ressentimentos são atualizados, ora motivados por um antiimperialismo, ora pelo descaso de décadas do Estado em tratar da reintegração social dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial e da sociedade civil em não reconhecer o tributo de sangue destes cidadãos-soldados.

A própria dissolução da FEB em maio de 1945, ainda em território italiano, e, posteriormente, a sua desmobilização já no Brasil contribuiriam futuramente para os (des)encontros afetivos dos ex-combatentes com o seu Estado e com o povo que lhes acolheu no retorno à pátria. Esta situação acabou por refletir um certo ressentimento no ex-combatente em ser "infelizmente um febiano", como podemos perceber no seguinte relato: "entre o povo em geral e, às vezes, mesmo entre os nossos familiares, lavrou-se o conceito de que *guerra e neurose* são sinônimas, e, daí a dificuldade em serem readmitidos nos antigos empregos. Arranjar novos, era quase impossível".[3] Como se vê, a sociedade brasileira não estava preparada para receber seus ex-combatentes, logo, a saída para os febianos foi de se aproximarem gradativamente das Forças Armadas, especialmente do Exército. Aos poucos os eventos dos ex-combatentes passam a ter um caráter militarizado o

que contribuiu para a construção de uma identidade comum entre a FEB e as Forças Armadas, imagem que ainda veio a ser reforçada pelo golpe militar de 1964.

Esta identidade é vista hoje como a responsável pelo desprezo conferido por historiadores, jornalistas, cineastas e pela sociedade em geral à FEB e aos expedicionários. Nos anos de 1960 e 1970, esta imagem veio ser reforçada tanto pelas declarações de apoio individuais e coletivas dos ex-combatentes quanto pelo silêncio das associações diante das denúncias de torturas, perseguições e mortes durante o regime militar. No entanto, foi a partir desta identidade que a FEB se deparou com um espaço de pertencimento — as Forças Armadas — sugerindo-lhes uma sensação de proteção diante da condição de isolamento, abandono e esquecimento a que foram submetidos pelo Estado e pela sociedade civil. Este pertencimento tem nos ressentimentos os elementos chaves para esta estruturação, tendo em vista que "os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações [...] podem ser gratificantes."[4]

Nota-se, então, que as marcas profundas deixadas pelo regime militar na sociedade brasileira insistem em não desaparecer, o que não seria por menos, pelo contrário vão ganhando outros contornos na tela do cinema ao serem canalizadas nas significações da FEB, como as imagens traçadas por Sylvio Back em seu *Rádio Auriverde:*

> Chega a Nápoles o primeiro contigente de cinco mil homens da Força Expedicionária Brasileira, de um total de 25 mil homens que integrarão o V Exército aliado como tropa auxiliar dos Estados Unidos. Desorganizados, sem liderança, mal vestidos e mal alimentados, doentes de corpo e cabeça, sem instrução e sem treinamento - é esse o Exército de Caxias, como se alto intitula a FEB, que o Brasil envia para o teatro de operações da Europa. Na fase de organização da força expedicionária, muitos filhos de gente rica e classe média influente conseguia furtar-se à convocação, até simulando tuberculose e sífilis. Deixando para trás a ditadura de Vargas, ironicamente, o pracinha faz profissão de fé anti-fascista pela voz de militares que sustentam o regime, vários deles, conhecidos pelas suas simpatias ao nazismo e pelo seu anti-semitismo. O Brasil — para receber as benesses dos Estados Unidos — promete o envio de 100 mil homens. Acaba com apenas 15 mil soldados na linha de frente - os últimos guerreiros a entrarem na Segunda Guerra Mundial quando ela já estava no fim.

Formações discursivas como estas são demonstrações de como reservas simbólicas da memória da FEB e dos ex-combatentes brasileiros são denegridas, em nome de uma desmistificação do mito de 1945, para atingir um alvo ainda maior: os responsáveis pelo golpe de 1964. Não se pode negar que mais uma vez a FEB foi um alvo fácil, quando do seu retorno ao Brasil representava uma ameaça ao jogo político da época, um dos fatores de uma mal sucedida reintegração social de seus expedicionários, e agora penalizada devido ao conformismo e ao silêncio dos ex-combatentes, na sua maioria, assumidos durante e após os anos 60 e 70. O juízo a respeito da FEB durante os últimos 40 anos foi configurado a partir do ato consciente daqueles febianos que, na sua maioria, se não participaram ativamente do regime militar, pelo menos de forma silenciosa, e politicamente, apoiaram e esperaram do Estado brasileiro, naquele momento representado pelas Forças Armadas, uma gratificação (ou doação) pelos seus feitos heróicos na distante Itália fascista. Esta é uma das contradições internas da FEB que precisa ser encarada pelos próprios ex-combatentes.

Por outro lado, é fundamental notarmos que a aproximação da FEB com as Forças Armadas se deu motivada por sentimentos oriundos de longos desafetos em que foram submetidos os ex-combatentes pelo Estado e a sociedade civil brasileiros. Aos poucos as Forças Armadas foram se configurando como um reduto simbólico para os febianos, mas que não deixou de preservar as marcas de um tempo doloroso para o Brasil.

No entanto, sabe-se que nem todos os ex-combatentes brasileiros foram condizentes com o regime militar, pelo contrário, muitos militares e febianos também foram vítimas do terror que assolava a sociedade brasileira na época. O regime nem mesmo poupava os seus pares, mas que neste caso eram visto como desertores e deviam ser expulsos da caserna. Sob a alegação de subversivos, alguns ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, como o Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, eram perseguidos e muitos caíam na clandestinidade. Fortunato, capitão na época e criador do símbolo do avestruz guerreiro que acompanhou o 1º Grupo de Caça da FAB, durante o regime militar, foi demitido da FAB, perdendo os seus direitos políticos e pouco depois, por meio de uma

portaria, sendo proibido de voar ou de ser empregado como aviador ou de exercer qualquer função relacionada à aviação. O ex-combatente brasileiro que tantas missões executou nos céus da Itália via-se, agora, sem assas, desprotegido.[5] Já o ex-sargento da FEB José de Sá Roriz, ao se envolver com a luta armada de esquerda, foi preso em duas ocasiões pela polícia do regime, uma vez em 1968 quando conseguiu ser libertado, mas em 1973 não voltaria nunca mais do cárcere do DOI/CODI, compondo a lista dos desaparecidos políticos.[6]

Desta forma, como se pode perceber, ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca da compreensão de *como* se configuram estas construções fílmicas a respeito da participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, tendo como matérias-primas sentimentos e ressentimentos, amarguras e ódios recalcados de outros tempos, fantasmas de outrora que o cinema insiste em atualizar, em despertar. Então, trata-se de pensar como estes ressentimentos, que podem ter sido criados por sentimentos como a inveja, o ciúme, o rancor, a maldade, o desejo de vingança, mas também pela experiência da humilhação e do medo durante toda a segunda metade do século XX no Brasil, ainda como reflexos das marcas profundas deixadas na sociedade contemporânea do pós-guerra, são agora significados na grande tela, como objetos de uma experiência perceptiva tendo o cinema como o lugar da memória e do pertencimento, em que em uma produção de filmes sobre a FEB identidades fragmentadas acabam se justapondo, para compor uma identidade única do nacional.

---

[1] Este texto é uma síntese de um artigo encaminhado para a *Revista Brasileira de História* da ANPUH.
[2] PALERMO, Ferdinando *apud* MAXIMIANO, Cesar Campiani. "A tarefa rotineira de matar". In: *Nossa História*. v. 2, n. 15, jan. 2005. p.29.
[3] LINS, Maria de Lourdes Ferreira. *A Força Expedicionária Brasileira:* uma tentativa de interpretação. São Paulo: Unidas, 1975. p.196.
[4] ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento:* indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2001, p.21-22.
[5] Depoimento do Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira em 1997. Ver Santos, Andréa Paula dos. À esquerda das Forças Armadas Brasileiras*:* história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 137-144.
[6] Ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003. p. 141-142.

Práticas e representações da ditadura militar na propaganda de desapropriação da Itaipu Binacional

Catiane Matiello

O objetivo principal da presente pesquisa consistiu na análise de propagandas relacionadas à Itaipu Binacional como representações do discurso dos governos militares direcionado à população desapropriada de suas terras para a construção da Usina. Procuramos identificar quais os aspectos que revelam o modelo de desenvolvimento defendido pela ditadura, quais os sujeitos diretamente envolvidos, como devem agir e como são identificados e interpelados pelo governo a partir do mapeamento de suas práticas sociais, políticas, culturais e econômicas. Especialmente, quisemos investigar que conflitos se manifestaram nesse processo e quais as soluções para resolvê-los apresentadas pelo governo militar em suas propagandas.

Portanto, a problemática visou interpretar algumas das representações sociais sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, focalizando, através da propaganda, as estratégias discursivas do regime militar para atingir seu público alvo. Dessa forma, acreditamos que a análise da documentação existente e ainda pouco explorada pode revelar a amplitude e a sofisticação dos discursos proferidos pelo governo para convencer os desapropriados e a opinião pública nacional sobre a "inquestionável" legitimidade de suas ações em torno da concretização desse projeto monumental.

A fase específica das desapropriações na região Oeste do Paraná ocorreu entre 1978 e 1982, período em que se verificou a ocorrência de expressiva propaganda relativa ao processo de desapropriação. Para contextualizar esse recorte, buscou-se compreender o panorama histórico da ditadura militar e especialmente de seus projetos econômicos, entre os quais se insere a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Dentro desse contexto, buscamos estudar alguns dos princípios que sustentaram o discurso dos militares, baseado na Doutrina de Segurança Nacional que pregava a "segurança e o desenvolvimento" do país, como fonte para a justificativa e execução dos grandes projetos de desenvolvimento econômico e de infra-estrutura do Brasil.

Segundo N. Habert, a hidrelétrica de Itaipu assumiu dimensões estratégicas, políticas e sociais, inserindo-se na euforia do "milagre econômico", que levava a acreditar que "até o ano 2000 o Brasil seria elevado à categoria de grande potência Mundial"[1]. Este surto de otimismo sustentava-se na expansão do sistema capitalista, baseada, por sua vez, na exploração da classe trabalhadora, na consolidação do grande capital nacional e internacional e na entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos.

Ao contrário do que se tornou aparente, o projeto final de construção de Itaipu não ficou livre de polêmicas nos meios técnicos e políticos. Muitas foram as discussões, porém, as ditaduras militares no Brasil e no Paraguai silenciavam os possíveis questionamentos através de um acentuado estreitamento dos canais formais de participação política e do afastamento da população civil, buscando a neutralização e mesmo o extermínio das forças de oposição não-consentidas ao regime[2].

A ditadura militar foi portadora de uma cultura tecnocrata[3]. Esta visão, que valorizava a corrida em busca do progresso em prejuízo das diversidades culturais, sociais e notavelmente no caso de Itaipu, ecológicas, chegou ao seu termo ameaçando tradições, destruindo ecossistemas e reduzindo o homem a um simples obstáculo a ser removido para que a concretização de um empreendimento modernizador pudesse sobrevir.

O condicionamento dos expropriados à visão tecnocrática, implicaria na reprodução das visões dominantes e, conseqüentemente, em uma postura acrítica diante dos acontecimentos. Assim, os sujeitos tornar-se-iam mais próximos da condição de objeto de observação que da condição de sujeito, de acordo com a definição de Foucault, que o considera como um "ser que analisa criticamente a realidade, busca permanentemente o conhecimento e, eventualmente, transforma o real"[4].

Portanto, é a partir da década de 1970, com o início das obras, que os agricultores começam a viver o drama da expropriação. Ao longo dos oito municípios[5] afetados pela formação do lago, cerca de 40 mil pessoas foram desapropriadas, somente na margem

brasileira, sendo aproximadamente 20 mil o número de desapropriados no Paraguai, num "dos processos mais radicais de diáspora ocorridos na história contemporânea"[6].

Os agricultores reclamavam de que o valor que estavam recebendo estava muito distante do real valor que suas propriedades haviam adquirido, o que os impedia de comprar novas terras na região, forçando-os a migrarem para outros estados, quando não para o Paraguai. Essa situação fez com que no mesmo ano de 1978, as Igrejas Luterana e Católica (através da Comissão Pastoral da Terra, CPT), bem como alguns sindicatos de trabalhadores rurais começassem um trabalho de organização nas comunidades, formando, em 1980, o Movimento Justiça e Terra, numa luta contra a política do governo[7].

Para iniciarmos a análise dos textos partimos de algumas questões norteadoras, tais como, buscar identificar a que sujeito pertence esta fala, de que forma ele se apresenta e a quem a dirige e que imagem este sujeito elabora a respeito de seu interlocutor. E ainda, quais são os termos e os recursos utilizados para transmitir essas visões de quem fala e quem ouve.

A campanha foi organizada e planejada pela Aliança Brasileira de Propaganda (ABRAP S.A.), agência publicitária de São Paulo que posteriormente forneceria o projeto publicitário a uma agência paraguaia, para que, após as devidas adaptações fosse também colocada em prática no país vizinho.

Através do Centro de Documentação da Itaipu Binacional[8], tivemos acesso aos documentos da ABRAP, relacionados à "estratégia de criação" da campanha publicitária. A campanha estava dividida em filmes para tv e cinema, jingles e spots[9] regionais, folhetos e pôsteres que seriam distribuídos localmente. Numa segunda fase, "extra local", os meios utilizados para distribuir as propagandas seriam os jornais, as revistas nacionais, a televisão e o cinema.

Além da tentativa de tornar mínimos os choques no processo de expropriação dos agricultores, a campanha também buscava aconselhá-los para que não tratassem da venda

de suas propriedades com intermediários que poderiam aproveitar a situação para fazer especulações imobiliárias.

Desse modo, na fase local, em todas as criações possíveis "seriam utilizados elementos que de alguma forma exerçam carisma sobre os grupos alvos; (...) usaríamos elementos difundidos naquele contexto regional: duplas caipiras (Tonico e Tinoco), cantores (Teixeirinha), locutores e/ou animadores de rádio"[10].

Os folhetos e os pôsteres, que tinham como objetivo, atingir um público mais restrito à população da futura área alagada, eram orientados pelos seguintes itens:

"(...) colocações bem mais acessíveis mantendo a preocupação de ajustamento de linguagem; (...) parte do visual desse folheto seria estabelecido a partir dos personagens que através dos demais veículos difundiriam as mensagens didáticas. (...) Utilizando personagens (reforço visual de atração) didáticos os posters levarão mensagens objetivas facilmente assimiláveis (...)"[11].

O projeto de criação das propagandas, como um todo, demonstra a enorme abrangência e a sofisticação da campanha concebida, utilizando-se de vários meios de comunicação disponíveis, como também de variadas formas e diversos gêneros de abordagem contida nas mensagens. Esses fatores destacados indicam o peso e a importância que as ações governamentais transferiam para a publicidade.

Porém, como a campanha visava tanto o alcance local quanto o nacional, o que implica em públicos e gostos diferenciados, a propaganda assumiu algumas características distintas tendo em vista esse aspecto. No texto seguinte, os criadores da propaganda sugerem como narrador o ator Tarcísio Meira:

Olá pessoal.

O assunto é a usina de Itaipu.

Eu estou aqui prá dizer algumas coisas do trabalho que vai ser feito na região que será atingida pelo represamento das águas. Vejam só: Itaipu pagará um preço justo pelas terras que ela precisa comprar. Vai orientar os donos de terras que não possuem documentos para que obtenham

seus registros de propriedade. Quando eu digo terras, eu também quero dizer: fazendas, sítios, plantações, casas. Enfim, todo tipo de propriedade e benfeitorias que existam na região. E tem mais, o pessoal vai poder continuar trabalhando nas terras por muitos anos ainda. Até 1982, para quando está previsto o represamento das águas.

Ninguém foi esquecido. Até as matas e os bichos serão levados para outro lugar. As árvores vão ser replantadas, e os animais transferidos para áreas onde poderão viver tranqüilos.

Como você vê, o pessoal de Itaipu não brinca em serviço. Por isso fique tranqüilo. Confie e receba bem o pessoal da Itaipu. É gente que está aí prá ajudar."[12]

Além das visões construídas pelo governo a seu próprio respeito e a respeito de quem ouve as mensagens, identificadas através de uma relação paternalista, os argumentos do discurso que podemos destacar ocorrem em relação aos pontos de conflitos ou problemas que eventualmente colocariam as pessoas contra o projeto. Alguns desses problemas consistiriam nas polêmicas em torno do valor pago pelas propriedades, a questão da obtenção de registro de terras não legalizadas e questões ambientais e ecológicas. A apresentação dessas situações, com sua seqüente explicação sobre como Itaipu irá proceder, se dá de forma pretensamente "didática".

Ou seja, o conteúdo do texto, além de reafirmar a competência dos responsáveis pela construção da Usina de Itaipu e sua idoneidade, o que garantiria um processo de desapropriação justo e tranqüilo, trata também de rebater possíveis críticas ao projeto, relativas a questões ambientais.

Podemos observar que a propaganda de construção da Usina deseja inspirar confiança tanto para aqueles que perderão algo de forma direta, quanto para a população do restante do país; logo, a estratégia empregada para este fim, não consistiu em apenas afirmar de forma enunciada o "pessoal da Itaipu" como "gente que não brinca em serviço", mas também, em utilizar-se de registros semióticos não-verbais, aqui identificados através da escolha de um ator nacional, portador de carisma diante do público em geral[13].

A seguir selecionamos um trecho do texto que caberia à divulgação através de pôsteres e panfletos. De acordo com as orientações o texto viria acompanhado das fotos de três agricultores da região citados:

"Severino Assunção – plantador de soja no município de Guaira.

Benedito Oliveira – plantador de milho no município de Matelândia.

Antenor Lima – plantador de menta no Município de Santa Helena.

Plantando esses homens vão ajudar a construir a maior usina hidrelétrica do mundo: Itaipu (...)

Uma área de 1.400 Km2 (cerca de 58.000 alqueires entre o Brasil e o Paraguai) vai ser inundada para represamento das águas que irão gerar 75 milhões de quilovates hora por ano.

Esses homens vão começar a receber a justa indenização pelas suas terras e todas as benfeitorias nelas existentes, inclusive lavouras plantadas. Mas não vão abandonar de imediato essas lavouras. Pela primeira vez na história os proprietários vão ser pagos a vista e entregar suas propriedades a prazo. Isto é, até a data do represamento das águas, previsto para 1982, continuarão em suas terras, cultivando suas lavouras, produzindo para o interesse do país e para o abastecimento da própria região.

Itaipu adotou essa filosofia pioneira, que inclui o contato direto, sem intermediário de nenhuma espécie, com cada um dos 10.500 proprietários brasileiros e paraguaios da região. Tanto proprietários rurais, como urbanos.

E com eles colaborará ainda por todos os meios e modos, desde a legalização de títulos de propriedade, quando for o caso, até a locomoção e a instalação em áreas adjacentes.

Um vasto plano de comunicação e informações foi elaborado e está em plena execução na região, a fim de enfrentar um desafio tão grande quanto o da própria obra.

Tudo para que homens como Severino, Benedito e Antenor tenham a máxima tranqüilidade em sua tarefa de continuar produzindo e, assim, mais do que com a cessão de suas terras possam ajudar a construir a maior usina hidrelétrica do mundo."[14]

Podemos ressaltar algumas das noções implícitas neste discurso do governo. A primeira seria a da parceria/contribuição, dos expropriados na "construção da maior usina

hidrelétrica do mundo". Outra noção é a de que não se trata mais do ator famoso informando sobre o que vai acontecer, mas sim, do sujeito comum sendo apresentado como beneficiado. Há ainda, a questão da credibilidade e da eficiência técnica presentes através de trechos como: "um vasto plano de comunicação e informações foi elaborado e está em plena execução na região, a fim de enfrentar um desafio tão grande quanto o da própria obra", além disso, deve-se destacar a visão autoritária presente neste discurso, que atribui papéis aos sujeitos, ficando cada qual responsável pelo cumprimento de suas tarefas na sociedade.

No caso desta propaganda, a utilização de fotos de três agricultores da região, devidamente identificados e acompanhadas de notas com o tipo de produtos que plantam e sobre onde residem, pode servir como uma ferramenta que expressa os valores materiais e mesmo culturais em sintonia com os do restante da população afetada pela usina. A propaganda afirma claramente que se Severino, Benedito e Antenor, podem ficar tranqüilos e "continuar produzindo para o interesse do país e para o abastecimento da própria região", essa também pode vir a ser a reação das 8 mil famílias desapropriadas. Deste documento, ainda podemos elaborar uma análise em que a Usina Hidrelétrica de Itaipu é representada como um monumento à grandeza do povo brasileiro. Antes que os expropriados dêem a sua contribuição definitiva para este grande monumento - a "maior usina hidrelétrica do mundo"- eles ainda terão a chance de dar continuidade a sua atual contribuição à nação que é produzir alimentos e abastecer o país.

Com base nestas análises, pudemos constatar que as propagandas tiveram importante papel no conjunto de representações que convenceram as pessoas, não só localmente, mas também em termos nacionais, de que a construção da maior usina hidrelétrica do mundo era motivo de orgulho, constituindo-se num símbolo da competência de seus governantes, que proporcionavam ao país a integração a um contexto mundial de progresso e tecnologia, contradizendo a realidade concreta das 40 mil famílias que se viram obrigadas a abandonar suas terras. Torna-se ainda possível observar a importância dos

meios de comunicação para a ditadura assegurar o predomínio do seu projeto de desenvolvimento sobre outros, valendo-se de inúmeros e sofisticados recursos discursivos.

Dessa forma, a usina de Itaipu aparece associada às representações de cultura e poder da época da ditadura militar. Representações carregadas das idéias de nacionalismo, gigantismo, modernização, tecnologia e progresso, caracterizando-a como um dos seus "projetos faraônicos", vindo a contribuir para a disseminação da ideologia de "Brasil Grande". Através de cada etapa da construção da usina, uma cultura tecnocrática de eficiência e de competência do governo deveria ficar explícita nas representações produzidas pelo poder para se legitimar.

Notas

[1] HABERT, Nadine. A década de 70. Apogeu e crise da Ditadura Militar Brasileira. 3º ed., São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 13

[2] CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e nação na publicidade do Milagre Econômico. Brasil : 1969 –1973. Campinas, 2000. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, p. 8.

[3] Em torno das teorias sobre o conceito de tecnocracia ver o item sobre a tecnologia tecnoburocrática, do capítulo "O Estado-Cientista", CHATELET, François. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p.339.

[4] FOUCAULT, M. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 4ª ed., 1984.

[5] Na época da construção da Hidrelétrica de Itaipu eram oito os municípios diretamente afetados, sendo eles: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guairá. Depois, alguns distritos foram se desmembrando, contabilizando hoje 15 municípios.

[6] RIBEIRO, Maria de Fátima B. Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 12.

[7] FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 22.

[8] O Centro de Documentação da Itaipu Binacional possui um rico acervo de documentos que, além das propagandas, inclui documentação externa e interna sobre a construção, manutenção e operação da Usina desde seu início, recortes de jornais e revistas, com artigos, reportagens e divulgações sobre a empresa desde 1974 tanto no âmbito nacional e regional, quanto internacional.

[9] Designação usual de mensagem publicitária breve veiculada em rádio ou televisão, sendo mais utilizado para rádio; em TV se utiliza geralmente o termo comercial. Pode ser tanto um comercial como uma mensagem institucional. Sobre isso ver: SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano da. *Rádio : oralidade mediatizada - o Spot e os elementos da linguagem radiofônica*. São Paulo: Annablume, 2003.

[10] ABRAP S.A. "Estratégia de criação-considerações gerais" Rolo/filme: 0375F de 16mm, fotograma no. 0228. Centro de Documentação de Itaipu Binacional.

[11] ABRAP S.A. "Estratégia de criação-considerações gerais" Rolo/filme: 0375F de 16mm, fotograma no. 0229. Centro de Documentação de Itaipu Binacional.

[12] ABRAP S.A. "Estratégia de criação-considerações gerais" (filme tv-cinema 60'') 16/06/1976. Rolo/filme: 0375F de 16mm, fotograma no. 0252. Centro de Documentação de Itaipu Binacional.

[13] A telenovela, herdeira das novelas de rádio, se transformou em um dos programas mais populares da televisão brasileira, projetando artistas como Tarcísio Meira para o meio da cultura de massas. Além disso, em 1972 o ator interpretou Dom Pedro I no filme "Independência ou Morte", aumentando sua fama e destaque nacionais. Através de um fenômeno verificado habitualmente no público, relacionado à atribuição da identidade encenada ao ator, este acaba tornando-se estigmatizado pelas características de seu personagem.

[14] ABRAP S.A. "Estratégia de criação-considerações gerais" 01/jul/1976. Rolo/filme: 0375F de 16mm, fotograma no. 0226. Centro de Documentação de Itaipu Binacional.

Moema Toscano: uma visão de feminismo no Centro da Mulher Brasileira (fins dos anos 70 início dos anos 80)

Cecília Chagas de Mesquita

Surgido no Brasil nos anos 70, o novo movimento feminista foi marcado pela diversidade. A repressão política e a realidade sócio-econômica do país, ao mesmo tempo em que limitaram, deram as características particulares do feminismo brasileiro. A conjuntura nacional agravou o impasse base do movimento: a articulação entre luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade.

Entre 1979 e os primeiros anos da década de 80, com a abertura dos campos de participação política no país, possibilita-se uma maior diferenciação de trajetórias dentro do movimento feminista e, portanto, um processo de redefinição na noção de feminismo. Nesse momento, a sociedade já reconhece a relevância das suas causas. Além disso, a conquista da anistia e o fim do bipartidarismo colaboram para uma divisão política mais evidente das mulheres unidas em nome do feminismo. A partir de então, os grupos se atomizam, aqueles que lutavam pelo fim da opressão feminina perdem força, dando espaço a uma militância técnica e profissional no espaço institucional e na academia.

Esta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas concedidas por feministas brasileiras desse período à equipe do projeto de pesquisa “Zombaria como Arma Antifeminista: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980)". O objeto desse estudo é o relato da socióloga Moema Toscano sobre sua vida e sua participação no Centro da Mulher Brasileira entre fins dos anos 70 e início dos anos 80. A análise da narrativa de Moema nos permite compreender como se formou sua percepção a respeito das relações entre gêneros e qual a idéia de feminismo que prevalece em seu discurso. A partir das discussões levantadas pelo emprego de fontes orais em história e pelos estudos em torno da memória, podemos pensar sobre como os sujeitos conferem sentidos a determinadas realidades, tendo como base as informações que nos fornecem nos relatos de suas trajetórias individuais.

A trajetória de vida de Moema está ligada a sua participação no movimento feminista do Rio de Janeiro através do Centro da Mulher Brasileira, entidade que inaugurou oficialmente o novo feminismo no Brasil, em 1975. Moema fez parte do quadro do CMB durante 25 anos, desde sua fundação até o seu fim, no ano 2000.

A idéia de movimento feminista expressa por Moema Toscano em seu relato e em outras fontes – documentos do Centro da Mulher Brasileira e do arquivo pessoal de Moema - está ligada a uma visão particular de feminismo e liberação que pode ser compreendida a partir de sua trajetória de vida e do contexto histórico brasileiro no qual se desenvolveu. Moema enxergava a questão da mulher como um problema social que seria resolvido paralelamente à resolução dos problemas gerais, pensando o trabalho das mulheres a partir da realidade sócio-econômica da época e comprometendo-se com as mulheres que mais sofriam com essa realidade: as trabalhadoras urbanas e rurais.

Em sua entrevista[1] Moema ressalta o incentivo por parte dos pais para que trilhasse um caminho diferente do que, segundo ela, seria comum às mulheres de sua época. Ao longo da entrevista, ela destaca que sua sensibilidade com relação à questão da mulher sempre esteve presente como parte de seu temperamento, ou seja, Moema sempre teve a idéia de que o caminho da mulher não era o casamento, e que a maternidade não significava uma predestinação. Um aspecto que a marcou muito foi a visão do casamento como uma condenação, dada a inexistência do divórcio.

Em relação ao cotidiano do CMB, Moema ressalta a questão da ligação entre algumas feministas da entidade e os partidos políticos. Segundo ela, as mulheres que possuíam ligações com partidos políticos tentavam ditar as regras a serem seguidas pelo CMB. Esta posição, no entanto, era confrontada por um outro conjunto de mulheres que acreditava caber apenas ao grupo estabelecer as linhas do movimento. Moema afirma que após 1979, durante o período de redemocratização, as militantes do Centro começaram a se vincular a partidos políticos como o PT, o CMB foi então se enfraquecendo. Houve uma disputa de poder com mulheres ligadas a partidos, que segundo Moema, não eram feministas, apenas oportunistas.

A partir desse momento começam a se evidenciar alguns pontos de atrito entre as feministas, antes escondidos em razão da repressão política do país, que ao mesmo tempo que limitava o espaço político fora do Centro, limitava o conteúdo dos debates dentro dele. Os conflitos nesse momento giravam em torno da linha de ação do CMB: sua autonomia e a idéia de feminismo que elas trabalhavam. Para confirmar sua fala, a socióloga cita uma entrevista que deu no jornal *O Pasquim*[2], em 1980, junto com outras integrantes do CMB. Ela afirma que nessa entrevista se pode perceber a tendência de algumas feministas por uma aproximação do feminismo com partidos políticos.

Na referida entrevista, respondendo à pergunta de Ziraldo, Moema diz existirem três tendências de feminismo no Brasil, no seu ponto de vista. A primeira, na qual se insere, vê o problema da mulher dentro do aspecto global da sociedade e volta sua ação para as mulheres trabalhadoras assalariadas. A segunda seria aquela que vê o problema feminino como o conflito homem-mulher associando o sistema ao homem, voltando sua luta contra este último, sem pensar em classes. A terceira, de centro, não discute o contexto social, somente a questão da mulher. Trata-se de uma linha que teria relação com o movimento feminista dos anos 20, composta por burguesas. Sendo o grupo com maior poder de atuação.

Esta última seria a linha que Anette Goldberg chama de liberal. Na entrevista que nos concedeu, ao se referir à participação dessa linha no Centro da Mulher Brasileira, Moema diz: *A palavra 'presidência' dava arrepios nessa turma mais comprometida com o laissez-faire (...)*[3] apontando uma postura política mais centralizadora que pode ser confirmada no exame das atas do Centro da Mulher.

Ainda na entrevista ao jornal *O Pasquim*, Moema Toscano diz que a libertação da sociedade passa pela libertação da mulher. O capitalismo vai ser questionado a partir da conscientização dos trabalhadores, por isso elas trabalham mais com mulheres de classe baixa, conscientizando-as da dominação capitalista tanto quanto da dominação masculina. A maior vítima da opressão exercida pelo sistema, portanto, era a mulher pobre. Vale lembrar que esta entrevista foi concedida num momento em que o jornal *O Pasquim,* na pessoa do

cartunista Ziraldo, e as feministas estavam em confronto nas páginas do jornal por causa de uma charge que Ziraldo desenhou no Jornal do Brasil em resposta a pichações feitas por feministas no muro de sua casa. A entrevista veio encerrar a questão entre os dois lados. O discurso das entrevistadas procurou mostrar a estreita ligação entre libertação feminina e libertação da sociedade, articulando as "lutas específicas" das mulheres às "lutas gerais". Na conclusão dessa entrevista elas expõem o que esperam do movimento feminista. Moema diz que o seu trabalho é criar um novo tipo de relação entre homens e mulheres", e completa: "Sim, para nós está claríssimo que não vamos conseguir resolver o problema da mulher sem resolver o da sociedade".[4]

As atas das assembléias do CMB do período comprovam sua estreita ligação com atividades consideradas mais práticas como o trabalho com o grupo de creches e outros grupos de trabalho. Na entrevista concedida ao projeto ela confirma sua preferência pelos grupos de ação, preterindo os chamados grupos de reflexão:

> "*Nós que éramos mais ativistas não gostávamos muito desse termo, porque a gente achava que o grupo de reflexão era para você ficar só uma refletindo com a outra, e nós já queríamos ira para a briga, queríamos ir para esses movimentos de faveladas, queríamos ir para o sindicato...".*[5]

Os relatos de Moema e as demais fontes nos permitem perceber como se formou sua visão de feminismo, observando sua ligação com sua trajetória de vida e com o contexto histórico em que se desenvolveu. A visão de feminismo de Moema Toscano é representativa de uma das visões de feminismo percebidas no CMB, que se evidenciaram entre 1979 e início dos anos 1980, quando o processo de redemocratização do Brasil, a concessão da anistia e o fim do bipartidarismo permitiram uma maior expressão de posições políticas e, portanto, tornaram mais claras as divergências de noções de feminismo existentes na entidade. Moema acreditava no feminismo como uma luta das mulheres por emancipação e igualdade de direitos, menos voltada para a discussão da noção de liberação, limitada a alguns grupos de reflexão que não possuíram muito espaço no Centro da Mulher Brasileira.

Anette Goldberg[6], em sua tese de mestrado, chama a atenção para a heterogeneidade do feminismo que se difundiu no Brasil, para sua multiplicidade em termos

dos significados e das motivações que lhe foram associadas por mulheres de diferentes formações e orientações político-ideológicas. Uma questão válida para destaque é a tendência de abarcar todas estas visões sob uma única designação de “feminismo”, o que faz com que se perca a riqueza de seus ideais e as articulações com o quadro mais amplo da realidade brasileira.

Goldberg coloca também a questão da especificidade do feminismo brasileiro, que surgiu como possibilidade de expressão política em meio à repressão da ditadura militar, ao mesmo tempo em que foi muito limitado por esse contexto político, uma vez que as questões específicas da mulher dividiam espaço com as questões gerais da sociedade, consideradas mais legítimas e urgentes, principalmente entre 1975 e 1979, antes do início do processo de abertura política.

Segundo a análise de Goldberg, a partir de 1980 duas vertentes do feminismo se consolidaram no Centro da Mulher Brasileira: a primeira, ela chamou de feminismo marxista ou socialista, que se colocava contra o conservadorismo do feminismo liberal e contra o sexismo do feminismo radical, para as feministas socialistas a luta seria empreendida ao mesmo tempo contra o capitalismo e o patriarcalismo. Para tanto, as militantes deveriam se engajar tanto em partidos políticos quanto nos grupos de mulheres, desde que separasse esses dois campos de atuação.

A segunda vertente seria o autonomismo, que valorizava a subjetividade, a sexualidade e denunciava a separação entre as esferas do público e do privado, pretendendo criar na sociedade novas formas de organização e relações sociais, atuando através de grupos de reflexão (ou auto-consciência).

As tendências de feminismo que percebemos no Centro da Mulher Brasileira não são tão claras nem compartimentadas como podemos pensar a partir do enquadramento dos mesmos nos modelos europeus, mesmo após 1979 quando elas tomam uma forma um pouco mais distinta uma das outras.

Embora possamos identificar na visão de feminismo de Moema, entre fins dos anos 70 e início dos anos 80, uma aproximação com a linha que Anette chama de “feminismo

socialista", seu discurso mescla elementos das demais correntes feministas citadas pela autora. No livro "Revolução das Mulheres", por exemplo, publicado no início dos anos 90, Moema se refere às questões específicas das mulheres, enumerando-as:

> "Colocando em discussão as questões específicas da mulher - a sexualidade feminina, o machismo brasileiro, a vigência de valores culturais do patriarcado e do paternalismo, a dupla jornada de trabalho, a ausência de uma política adequada de planejamento familiar, a desigualdade no mercado de trabalho, a violência sofrida pela mulher – o movimento feminista criou um fato político que não pode ser ignorado (...)".[7]

De qualquer forma, evidencia-se a permanência de uma ideologia que divide os conflitos sociais em duas esferas: a esfera do público e a do privado, separando, portanto, o pessoal do político. No mesmo livro destaco a seguinte passagem:

> "Mas, sem nenhuma dúvida, o movimento feminista colocou, com muita clareza e força, a discussão sobre questões específicas da mulher, em especial sobre a desigualdade existente entre homens e mulheres no mundo público e no mundo privado. A mulher passou a reivindicar igualdade em todos os níveis, passou a usar a sua voz e, aos poucos, começou a ser ouvida por toda a sociedade".[8]

Analisando a participação de Moema Toscano no movimento feminista brasileiro, percebe-se que a crítica do político e da divisão das esferas como base para a criação de um novo sujeito mulher e de uma cultura política alternativa não foram suas bandeiras principais. A noção de gênero para Moema foi importante no sentido de eliminar as distinções sociais baseadas em diferenças sexuais, abrindo o campo de possibilidades para a participação social da mulher além do âmbito doméstico e eliminando as discriminações e os estereótipos sexuais. O sujeito mulher de Moema Toscano era aquele que poderia viver emancipadamente, compartilhando dos mesmos direitos que os homens na busca da realização pessoal e nesse mesmo caminho libertar o homem das barreiras que a opressão de gênero exerce também sobre ele.

Atuando de forma ampla e autônoma dentro do movimento feminista brasileiro desde o seu início, Moema Toscano dedicou boa parte da sua vida às lutas em favor de melhores condições de vida para as mulheres. Levantando a bandeira do feminismo, ela levou consigo sua proposta humanista: transformar as relações entre homens e mulheres, proposta que se encontra por trás do conceito de gênero e da crítica às relações de dominação no âmbito doméstico. Embora não tenha aprofundado o debate em torno da noção de gênero e sua relação com a política tradicional, Moema Toscano, a partir de sua própria visão de mundo e sensibilidade contribuiu de forma incontestável para a disseminação de uma nova cultura política no Brasil, um novo saber a respeito das relações de poder que se estabelecem na vida cotidiana entre homens e mulheres.

---

[1] Entrevista de Moema Toscano concedida à equipe do projeto Zombaria como arma antifeminista: Rio de Janeiro (fins dos anos 1960 aos anos 1980), em 2 de abril de 2003.
[2] Entrevista "Feministas x Ziraldo", *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 1980, p.p.16-18.
[3] Entrevista de Moema Toscano. Op.cit.
[4] Entrevista "Feministas x Ziraldo". Op.cit.
[5] Entrevista de Moema Toscano. Op.cit.
[6] GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante.* Tese de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (mimeo).
[7] TOSCANO, Moema & GOLDENBERG, Mirian. A Revolução das Mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil. Editora Revan, Rio de Janeiro, 1992.
[8] TOSCANO, Moema & GOLDENBERG, Mirian. Op. cit.

A construção cultural de um tempo: o Recife na década de 1960 e suas representações

Cecília Ribeiro
Virgínia Pontual[1]

A problematização sobre a década de 1960 é feita priorizando duas dimensões: a do ambiente cultural e a da fisionomia urbana. A população do Recife continuava a crescer no mesmo ritmo da década anterior e as mazelas socioeconômicas dominavam os debates entre os intelectuais. A fisionomia urbana apresentava relativa homogeneidade espacial, em edificações baixas embora fosse evidenciada a verticalização para além do centro de negócios. Em face dessa fisionomia que enunciados eram propalados pelos intelectuais? Esta questão é tratada tomando-se o contexto cultural da cidade, marcado pela polarização de visões de mundo. A valorização da cultura e educação popular ganha força com a formalização do Movimento de Cultura Popular (MCP). Dentre os intelectuais tiveram destaque Josué de Castro e Antônio Bezerra Baltar. E a cidade do Recife como então é enunciada? O enunciado de cidade da miséria e do atraso regional próprio da década de 1950 permanece e adquire matizes políticos procedentes da tensão no contexto cultural.

A cidade das águas, dos mangues e dos mocambos

> *"Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejos, pensando e sentindo como caranguejos" (Castro, 2001: 10).*

A força literária dos enunciados sobre a cidade do Recife dos anos de 1960[2] presentes em "Homens e Caranguejos" do geógrafo Josué de Castro[3] dão conta da miséria e do atraso

regional, já identificados nos anos de 1950, conferindo um outro sentido o do combate as injustiças e as desigualdades entre os homens.

A cidade não é desumana apenas pelo tráfego congestionado, pela fome e miséria, mas pela impossibilidade de sair do ciclo do caranguejo próprio ao ambiente dos mangues e alagados relativo a formação hidrográfica do Recife - entrecortada pelos rios Capibaribe e Beberibe numa mistura incerta de terra e água, que nas palavras de Castro adquire poeticidade.

> *"Os mangues vieram com os rios e, com os materiais por estes trazidos, foram os mangues laboriosamente construindo seu próprio solo, batendo-se em luta constante contra o mar. Vieram como se fossem tropas de ocupação e, ao contato com o mar, edificaram silenciosamente e progressivamente esta imensa baixada aluvional hoje cortada por inúmeros braços de água dos rios e densamente povoada de homens e caranguejos, seus habitantes e seus adoradores" (Castro, 2001: 12).*
>
> *"No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o côr-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as côres negras da lama (...). Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo" (Castro, 1957: 26).*

O elogio de Castro ao Recife é associado ao dom dos seus rios: Capibaribe e Beberibe e que seus mangues que vieram com eles como se fossem "*tropas de ocupação*" ou "*brigadas de choque*". Avocando a formação histórica do Recife, em "Ensaio de Geografia Urbana" narra a transformação da natureza com a entrada do colonizador, agindo através dos aterros e drenagens dos mangues e alagados para dar consistência e forma mais apropriadas à ocupação do solo.

Em 1960, o Recife não apresentava mais a forma urbana tentacular. Esta forma foi modificada nos anos de 1940, quando passou a apresentar uma figura com os tentáculos ao sul e a mancha urbana ao norte, espraiada na planície e subindo os morros. A partir da década de 1950, a mancha urbana espraiou-se em quase toda a extensão territorial da cidade, inclusive com a formação de novos bairros como Imbiribeira, Jordão e Ibura. Os

tentáculos ou avenidas não deixaram de existir, apenas os lugares ocupados dilataram-se, incorporando novas áreas para além dos terrenos lindeiros a essas vias. Se em um tempo ocorreu a ruptura da forma urbana, em outro tempo outra configuração apareceu, delineando a forma urbana do Recife na atualidade. O espraiamento da mancha urbana por todo o território da cidade provocou estranhamento nos urbanistas, cuja representação traduziu-se na cidade da miséria e do atraso regional, tematizada nas palavras de Castro como "gânglios", pela maneira como se espalhavam pelos rios.

> *"Formou-se pela associação glanglionar dessas ilhas de povoamento que, amplinado-se progressivamente, provocaram a formação da massa total de construção urbana (...) com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas" (Castro, 1966: p. 214 e 167).*

A cidade do Recife, nos anos 60, está marcada ainda pelos enunciados da metropolização e da verticalização, porém os da cidade da miséria e do atraso regional se mantêm ganhando outros contornos, mais românticos conforme interpreta Lira (1994) ao problematizar sobre os mocambos nos textos do geógrafo Josué de Castro ou mais politizado na linha da filosofia social cristã presente no Movimento de Cultura Popular (MCP)[4].

O final da década de 1950 e princípio da de 1960 o Recife era um centro intelectual tendo presenciado grande efervescência política. Assim muitos intelectuais, em face da possibilidade de reduzir as desigualdades sociais, integraram-se em movimentos sociais na intenção de atuarem em conjunto com governos e "povo". Alem do MCP, vale fazer referencias ao Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife (atual UFPE) e a Revista Estudos Universitários[5]. Para Germano Coelho (1986:10), um dos fundadores e presidente do MCP, ele foi criado para *"emancipar o povo, por meio da educação e da cultura"*. Suas palavras e as contidas nas lições do "Livro de Leitura para Adultos" indicam como para os intelectuais participantes do MCP[6] o Recife era enunciado:

> *"O Movimento de Cultura Popular nasceu no Recife. Na cidade proletária. Nos mocambos dos morros, mangues e alagados. No Recife da Insurreição*

Pernambucana. Do nativismo. Da abolição. Das revoluções libertárias (...) O povo sem casa vive no mocambo (...) O Recife tem muito alagado? Sim, o Recife tem muito alagado! Como é a casa do povo do alagado? A casa do povo do alagado é o mocambo".

O álbum Meninos de Recife[7], com desenhos de Abelardo da Hora mostrando o ambiente onde os mesmos moravam e contanto com o prefácio do então Prefeito da Cidade Miguel Arraes confirma o enunciado do Recife propalado por Castro respectivo há um tempo no qual dominava a crença no homem brasileiro e nordestino referenciado na abertura da igreja católica[8]. A convergência dos enunciados denota que a emoção, a paixão e a utopia presentes pareciam tornar possíveis as mudanças substantivas da estrutura social e política, bastava para tanto disposição para a ação e firmeza de propósitos.

Parte da área rural do Recife transformou-se em urbana ou, como era então classificado, em zona suburbana. A rapidez com que essas áreas foram tornadas urbanas tornou difícil a implantação da infra-estrutura básica, estabelecendo-se uma ocupação precária.

O crescimento demográfico na década de 1960 foi de 34,55%, bem menor que o das duas décadas anteriores. Este contingente concentrou-se em bairros com maior área disponível, recentemente ocupados e que apresentavam a maior incidência de mocambos. Dentre eles o bairro de Boa Viagem teve o maior índice de crescimento com 104,31%. Outros bairros como Tejipió, Várzea, Afogados, Casa Amarela, Beberibe e Encruzilhada também tiveram um grande acréscimo populacional. Os bairros constituintes do centro - São José, Santo Antônio e Recife - tiveram a densidade populacional decrescida.

Se pelo censo de 1913 os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos estavam disseminados pela cidade, se em 1932, como infere Lira (1996, p. 141), a partir do exame da planta da cidade, eles não só *"cercavam a cidade como um babado"* como estavam *"enquistados em áreas mais urbanizadas"* [9], em

1939 essa situação devia ser aterradora, já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo.

Em 1960, em discurso técnico estetizado era afirmado que existiam cerca de 120.000 "habitações insalubres" no Recife. Já na atualidade, as fontes não são convergentes quanto ao quantitativo de mocambos existentes no Recife. Souza (2003) [10] contesta a afirmação de Cavalcanti[11], ao estimar que o número de mocambos do Recife seria de 100.000 unidades, em 1965. Souza afirma que "*esse número equivaleria aproximadamente a 59% do universo de moradias da cidade, o qual deveria conter então por volta de 170.000 unidades, como os resultados dos censos de 1960 a 1970 permitem estimar*". Em que pese tais diferenças quantitativas à não diferenciação da figuração da cidade da imagem do mocambo nos idos dos anos de 1960 parece ter se aprofundado, estando eles espalhados em toda a área urbanizada inclusive nos subúrbios e no centro.

É diante desse fato que Josué de Castro ao tecer um elogio ao Recife, em suas obras "Homens e Caranguejos", "Ensaios de Geografia Humana" e "Documentário do Nordeste" [12], afirma o enunciado da cidade das águas, dos mangues e dos mocambos.

O engenheiro Antônio Bezerra Baltar em "Diretrizes de um plano regional para o Recife" (1951) [13] enunciou o Recife das águas e a sua forma urbana, esta teria semelhança à "tentacular" propalada por Melo (1978)[14], entretanto estabeleceu uma associação com o homem, com a sua palma da mão.

> *"No Recife, a cidade estaria construída sobre os dedos e a palma dessa mão, representando o terreno firme e eram os vazios entre eles, formados pelos terrenos alagados e pelos cursos d´água, que constituíam separação natural, entre os agrupamentos de habitações" (Baltar, 1999: 52).*

Outro enunciado de Baltar foi o da relação cidade e região, especificamente o de área metropolitana do Recife. Este enunciado passou a estar presente nos discurso técnicos, a partir de então, embora sem a eloqüência poética de Castro que enunciava o Recife metropolitano como a mocambópolis.

"(...) o caráter nitidamente metropolitano da cidade, por imperativo geográfico e socilógico, centro de atração de uma vasta zona do nordeste brasileiro (...). É indispensável, portanto, considerar no planejamento da cidade futura a área metropolitana de que Recife atual é o centro indiscutível (...). A conurbação de Recife, Olinda e Jaboatão, para usar de um termo caro aos urbanistas de língua inglesa, é já um fato consumado e que começa a se estender aos outros dois municípios cuja fusão com a capital preconizamos – os de Paulista e São Lourenço" (Baltar, 1999: 141 e 147).

"A metrópole pernambucana ia virando uma mocambópolis... Lepra urbana que ameaçava recobrir toda a beleza senhorial da capital do Nordeste, toda a casta e fina nobreza dos seus antigos solares, com estes sórdidos borrões de miséria" (Castro, 2001: 106).

À medida que desenvolveu a argumentação, Baltar tornou irrefutável a sua concepção de planejamento extensivo a toda a região metropolitana, atingindo a totalidade dos problemas, em vez de focalizar, apenas, aqueles mais restritamente urbanísticos. Para tanto, propôs um roteiro de exame de uma cidade, segundo três categorias de problemas: ocupação adequada do território, número de habitantes e sua distribuição e equipamento urbano. Esse esquema consistia nos elementos componentes do *"aménagement du territoire"*, denotando a transposição de métodos e técnicas de planejamento do Movimento Economia e Humanismo.

O Recife passou a ser imaginado como o centro de uma região que era muito maior em extensão territorial, mas dominada pela cidade-centro, cuja representação foi a de metrópole regional, em contraposição aos enunciados de miséria e atraso regional. Assim na década de 1960 o enunciado de metropolização tornou-se quase obrigatório nos discursos técnicos.

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI[15], afirmava que o Recife e sua área metropolitana constituíam um centro de atração constante e acelerada para as populações da região. Na metade da década de 1960, Recife era a cidade mais densa do Brasil, com

4.654 hab/km2. Os contingentes migratórios atraídos pela esperança de trabalho e melhores condições de vida chegavam ao Recife a 11.000 pessoas por ano. Na impressa local, alguns jornalistas expressavam constantemente a polêmica em curso na cidade acerca de um outro padrão de fisionomia urbana surgido com a tendência crescente a verticalização.

> *"É hoje uma cidade que perde os seus sítios pitorescos, suas paisagens e até o seu 'verde' (os quintais e sítios desaparecem para dar lugar aos edifícios e arranha-céus)" (Maciel, Zacarias, Diário de Pernambuco).*
>
> *"Inaugurou-se anteontem o novo arranha-céu da Pracinha, pois o primitivo já estava superado, começando por ter deixado a muito tempo de ser arranha-céu. Os precursores dos arranha-céus no Recife, foram os sobrados coloniais de 4, 5 e mesmo 6 andares (...). Ainda hoje lamento que essas reminiscências do primitivo Recife tenham desaparecido, sobretudo os revestidos de azulejos, material nobre, que aqui andaram mal falando a três por dois" (Z, Coisas da Cidade, Diário de Pernambuco, 24/05/1961: 2).*

A fisionomia do Recife estava sendo modificada, porém não era unânime a adoção desse outro padrão, seja ao avocar a paisagem dos sítios e quintais, seja ao correlacionar a fisionomia tradicional com outra em implantação, o sobrado e o arranha céu. Era a busca de manter uma identidade que estava sendo trocada, não a da cidade das águas e dos mocambos enunciada por Castro, mas a da cidade colonial pela da cidade moderna.

A verticalização estava até então concentrada basicamente no centro antigo da cidade formado pelos bairros de Recife, Santo Antônio e São José. Esta tendência foi iniciada na década de 1930 com os Planos de Reforma do bairro de Santo Antonio nos quais estão propostas a abertura das Avenidas 10 de Novembro (atual Guararapes) e Av. Dantas Barreto. São exemplos de edifícios em altura construídos a partir dos anos de 1930: o Santo Albino (1934), o Grande Hotel (inaugurado em 1938), o do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (atual Inconfidência, 1946), o dos Correios e Telégrafos (1933-1934) e o da Secretaria da Fazenda (1940).

Nos demais bairros da cidade, mesmo no final da década de 1960, a predominância da ocupação ainda era horizontal. O centro comercial principal concentrava o maior número de edifícios altos da cidade. Outros focos de verticalização podiam ser encontrados na faixa de praia de Boa Viagem e em bairros como Espinheiro, Aflitos, Encruzilhada e Casa Amarela.

O elogio de Castro ao Recife está presente ainda ao utilizar o recurso da comparação de realidades distintas, uma da fome, a sua cidade a outra a européia referência de emancipação cultural e social. Ao comparar igualando seus atributos culturais realiza o encanto literário do Recife. Ao utilizar como referência Amsterdã destaca as semelhanças das paisagens, mas estabelece as diferenças ao apresentar os elementos desordenados:

> "*Geograficamente paisagens semelhantes com ilhas, rios, pontes e canais, enquanto em Amsterdão os componentes da paisagem se apresentam geometricamente disciplinados num perfeito arranjo urbano, no Recife tudo está ostensivamente jogado numa espécie de desarranjo cósmico: os mangues invadindo as terras, as águas dos rios entrando pelos quintais das casas, as línguas de terra penetrando mar a dentro numa desordem assustadora (...)*".*(Castro, 1957: 156-157).*

Entretanto essa desordem desaparece quando vista do alto dos aviões, e o Recife passa a ser admirada do alto:

> *"Já do alto dos aviões, tôda esta desordem como que desaparece (...). Só das alturas das nuvens se descobre a impressionante unidade geográfica que existe nos amontoados de mocambos dispersos dentro dos coqueirais (...). A moda que se inicia neste momento é a das cidades capazes de seduzir os conquistadores das alturas (...)" (Castro, 1957: 156).*

O enunciado da cidade do Recife na década de 1960 continua sendo o da cidade da miséria e do atraso regional, característicos da década de 1950, acrescidos dos de metróploe regional e de cidade verticalizada além de adquirir cores mais fortes com matizes políticos procedentes da tensão no contexto cultural.

---

[1] Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

[2] Este artigo trata do contexto cultural anterior ao golpe militar de 1964, após esta data com a quebra da legalidade política ocorreram modificações aqui não tematizadas. Sobre o golpe de 1964 em Pernambuco ver, COELHO, F. Direita Volver – O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Ed. Bagaço, 2004 e Na trilha do Golpe. Disponível em: http://www.jc.com.br.

[3] O escritor Josué de Castro nasceu no Recife em 1908, formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1929 e ao voltar ao Recife dedicou-se como professor na faculdade de medicina recém-fundada. Procurou desenvolver suas pesquisas dando estatuto político e científico à fome numa época em que a industrialização e a modernização eram as questões em pauta do discurso oficial. Entre os seus principais livros está *Geografia da fome*, publicado em 1946. Presidiu o Conselho da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) de 1952 a 1956. Foi Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco no período de 1954 a 1962. Em 1964, quando era Embaixador do Brasil junto aos órgãos das Nações Unidas em Genebra, teve seus direitos políticos cassados pelo Governo Militar. Por duas vezes recebeu indicação para o prêmio Nobel da Paz. Exilado na França criou o Centro Internacional de Desenvolvimento e voltou a lecionar Geografia Humana, na Universidade de Paris, até a sua morte em 1973.

[4] Paulo Rosas, um dos fundadores do MCP, em seu depoimento afirma: "Havia entre os intelectuais, artistas e professores que se envolveram na criação e implantação do MCP um passado marcado pelo sentimento do homem e do social (...), em contato com uma visão nova de sociedade, de educação e de cristianismo. Traziam todo o espírito de Boimondeau, Peuple et Culture, Lebret, Dumazedier, Mounier, Freinet, o clima dos ´kibutzin´de Israel", In MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR - Memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 22.

[5] Segundo Luiz Costa Lima (Jornal do Comercio de 26/01/2004: 6), secretario de redação da Revista Estudos Universitários: "Durante cerca de um ano e meio antes do golpe de 1964, o Recife era um dos centros de agitação intelectual do país (...) Essa agitação tinha dois pólos contrários. A vertente conservadora tinha como ícone Gilberto Freyre" e a em oposição uma outra capitaneada por Paulo Freire.

[6] O MCP foi criado em maio de 1960, tendo registrado seu estatuto em cartório em 19 de setembro de 1961. Sua estrutura administrativa era composta de 3 departamentos: de formação da cultura (DFC), de documentação e informação (DDI) e de difusão da cultura (DFC). Em menos de 3 anos o MCP apresentava múltiplas realizações: desde escolas para crianças, adolescentes e adultos; até centro de artes plásticas e artesanato, com cursos de tapeçaria, tecelagem, cerâmica, além de escola para motoristas-mecânicos; bibliotecas, teatro-cinema, tele-clube e música.

[7] O Álbum foi editado pelo MCP, impresso pela Massao Ohno de São Paulo com prefácio do então Prefeito do Município do Recife Miguel Arraes e do Presidente do MCP Germano Coelho e lançado na Galeria de Artes do Recife em 1962.

[8] A abertura da igreja católica iniciada com a Encíclica *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963) e com Concílio Vaticano II (1965) ensejou movimentos de cristãos para a ação social.

[9] LIRA, José Tavares Correia de. A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 30. In: Espaço e Debates nº 37. São Paulo:1996.

[10] Souza, Alberto. Do mocambo à favela – Recife, 1920-1990.João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

[11] Cavalcanti, Daniel Uchoa. Alagados, mocambos e Mocambeiros. Recife: IJNPS/Imprensa Universitária, 1965, p.49.

[12] Ver CASTRO, Josué de. "Documentário do Nordeste". Ed. Brasiliense: São Paulo, 1957; "Ensaios de geografia humana". Ed. Brasiliense: São Paulo, 1966. 4ª edição; "Homens e caranguejos". Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001 e Josué de Castro, disponível em: http://www.josuedecastro.com.br/pot/frame.html.

[13] Baltar, Antônio B. Diretrizes de um plano regional para o Recife. 2ª ed. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 1999.

[14] MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento. O caso do Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1978.

[15] PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Plano de Desenvolvimento Local Integrado – Estudo Preliminar. Recife, 1970.

"À ESPERA DO ZÉ-MARIA": IMAGENS DE MULHERES PÚBLICAS NO "RIO-PARIS BARATO"

Celi Silva Gomes de Freitas – PPG-UERJ
celisilva@hotmail.com.br

"...existem muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública (...)
Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito."
Michelle Perrot[1]

Os deslocamentos entre os limites do público e do privado, bem como as relações de gênero que se estabelecem entre o masculino e o feminino estão pressupostos neste trabalho. Entretanto, os estudos históricos sobre as mulheres têm revelado as singularidades das lutas, das tensões, dos conflitos e das resistências que constituem o seu/nosso feminino-plural.

A comunicação "À espera do Zé-Maria": imagens de mulheres públicas no "Rio-Paris barato", que apresentamos no simpósio temático "Gênero, Profissionalização e Maternidade", situa-se nos campos da História e da Linguagem, interdisciplinarmente ligados por conceitos da história política, da história social, da história cultural e da análise do discurso. Nosso olhar de pesquisadora interessa-se pelas trajetórias[2] de mulheres públicas das classes populares na cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século passado, por vê-las como exemplos de mulheres "que circulam mais livremente, encontram-se na rua, no mercado e na lavanderia"[3], ou ainda nos quiosques, nos trens, nos bondes e, como referência, nas páginas dos "quotidianos"[4] da cidade-capital da República recém-instalada no Brasil.

As imagens que representam as trajetórias dessas mulheres públicas de classes populares adquirem visibilidade através das "formações discursivas"[5] próprias dos "relatos cotidianos"[6] de João do Rio e de Lima Barreto, publicados originalmente nos periódicos cariocas durante as primeiras décadas do século passado. Das condições de produção dos escritos, ressaltamos duas práticas, "a arte de flanar", de Joâo do Rio, e "a mania ambulatória", de Lima Barreto:

> Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir

> por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da populaça, (...)[7]
>
> Ontem, domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um "homem das multidões" pode andar aos domingos.[8]

Em nossa investigação sobre a história das mulheres, ao tomarmos como fontes os discursos desses dois "homens de letras", estamos cientes dos limites e das possibilidades dessa escolha. Parece-nos que, nesse momento, o medo da ordem e da desordem do discurso não mais assusta, e a pesquisa histórica já não sofre mais de logofobia[9]. Ao contrário, há o entendimento da dimensão social, histórica e cultural do discurso[10], e da língua como arena de muitas lutas, pois "enquanto houver hierarquia, dominação, exploração, haverá práticas de resistência que deixam traços na língua"[11].

As duas expressões do título – "À espera do Zé-Maria" e "Rio-Paris barato" são encontradas em artigos e crônicas de João do Rio (1881-1921) e de Lima Barreto (1881-1922), respectivamente, e merecem uma breve análise, para contextualizá-las historicamente e, sobretudo, para destacar algumas mudanças e permanências que, na Capital Federal, (re)produziram um espaço conhecido como *Belle Epoque* Tropical.

Em "O Rio de Janeiro do meu tempo", Luiz Edmundo apresenta um outro "Zé", o "Zé Pereira" como "um préstito de fragoroso alarido. Batecum. Estrondear de pelicas. Berraria caótica e hiperacústica de sons loucos, de brados loucos, de barulheira louca"[12] que surgiu no Carnaval de 1852. Ainda de acordo com Luiz Edmundo, o "Zé Pereira" foi trazido "às plagas da América" por um "certo José de Azevedo Paredes, (...) um rapaz filho do Porto, simpático e brincalhão, com loja de sapateiro, ali à rua de São José"[13]. Da atividade profissional do sapateiro Paredes de "bater solas" surgiu "a idéia de zabumbar", a qual resultou no "lusitano Zé Pereira", a partir de então identificado como uma manifestação carnavalesca de plebe e de rua que sobreviveu pelo começo do século XX e "só depois de 1904, com a remodelação da cidade (...) começa a esmorecer, (...) acabando por volta de 1906, 7 ou 8"[14].

Enquanto o "Zé Pereira", descrito por Luiz Edmundo, juntava o mundo do trabalho e o mundo da festa, a expressão "à espera do Zé-Maria", muito utilizada por João do Rio, faz emergir um significado inteiramente diverso, pois se refere à morte, ou melhor, "à espera da morte", como podemos observar na seguinte passagem da crônica "As Mulheres Mendigas":

> - Chamo-me Zoarda. Sou cubana. Vim para o Rio com um *pelotari* [jogador de bola]. Ao chegar aqui, outro conquistou-me. Fui explorada por ambos. Eram bonitos, eram fortes! Adoeci; eles tomaram outra. Quando saí do hospital só pensava em matá-la!
> - A quem?
> - A ela, a outra. Fui, entretanto, presa e novamente segui para a Gamboa, onde cheguei a ser enfermeira. Quando de lá saí, roída pela moléstia, estava este trapo à espera do *Zé-Maria*.
> - O *Zé-Maria*?
> - Sim, da morte![15]

A Gamboa abrigou uma das primeiras casas de saúde do Rio de Janeiro. Nesse logradouro, foi instalada em 1853 "uma enfermaria para portadores de moléstias infecciosas, de febre amarela inclusive"[16], que foi transformada em hospital em 1871. Na passagem, a estratégia do discurso direto produz o efeito de sentido da polifonia[17] e, desse modo, a voz de Zoarda se faz ouvir em confissão, quando o cronista ia "pela noite alta (...) para o Largo da Sé, para as beiradas da Santa Casa". E Zoarda narra sua trajetória de mulher, imigrante pobre, explorada, doente, à espera da morte.

Na nova ordem republicana, ser pobre e estrangeiro significava "arcar com uma dupla suspeição"[18]. A essas duas características desqualificantes, Zoarda ainda acumula a de ser mulher pública e não-européia. Mas não é apenas a sua condição de "indesejável"[19] que é relatada. É possível descobrir na trajetória de Zoarda algumas práticas de resistência. A primeira delas, pela "alteridade"[20], que se expressa por uma ação de distanciamento em relação aos que a maltrataram, produzida a partir do uso dos pronomes "outro", "outros", "outra". Uma segunda prática de resistência é a que, para encobrir a condição de proletária do sexo, atribui um juízo de valor positivo para justificar a aproximação de Zoarda dos dois homens: "Eram bonitos, eram fortes!". Como

afirmação de uma "simbólica do poder"[21], a possibilidade da morte, no entanto, só está destinada às duas mulheres: à Zoarda, que está a sua espera e pensa em matar apenas sua rival.

A propósito de uma outra espécie de morte, o "bota-abaixo", passemos à segunda expressão do título da comunicação, o "Rio-Paris barato", trazendo este fragmento do artigo "O Convento", de Lima Barreto, datado de julho de 1911, sobre a demolição do Convento da Ajuda:

> Houve grande contentamento nos arraiais dos estetas urbanos por tal fato. Vai-se o monstrengo, diziam eles; e ali [na Avenida Central], naquele canto, tão cheio de bonitos prédios, vão erguer um grande edifício, moderno, para hotel, com dez andares.(...)
>
> É que eles estavam convencidos da sua fealdade, da necessidade do seu desaparecimento, para que o Rio se aproximasse mais de Buenos Aires.
>
> A capital da Argentina não nos deixa dormir. Há conventos de fachada lisa e monótona nas suas avenidas? Não. Então esse casarão deve ir abaixo.
>
> O Passos quis; o Frontin também; mas, a desapropriação custaria muito e recuaram.(...)
>
> Não é que eu tenha grande admiração pelo velho casarão; mas, é que também não tenho grande admiração nem pelo estilo, nem pela gente, nem pelos preceitos americanos dos Estados Unidos (...)
> Esse furor demolidor vem dos forasteiros, dos adventícios, que querem um Rio-Paris barato ou mesmo Buenos Aires de tostão.[22]

Com a mesma ironia aguda característica de seu estilo, Lima Barreto contrapõe à expressão "*Belle Époque* Tropical", consagrada para representar o modelo vencedor de modernidade importada, duas outras, "Rio-Paris barato" e "Buenos Aires de tostão". Como efeito de sentido de maior interesse para nossa análise, podemos destacar a inversão de perspectiva, que transforma o que antes era positivo em "*Belle Époque* Tropical", em expressões com conotação negativa pelo uso de "barato" e "de tostão" para qualificar a nossa modernidade republicana de inspiração "adventícia" e "forasteira". Desse modo, Lima Barreto busca, mais uma vez, alargar o campo de análise e, interligando a questão da identidade nacional à da submissão a modelos da ordem internacional, a crítica explícita à modernidade importada se faz pela estratégia discursiva da ironia, dominante no discurso barretiano[23].

É hora de formalizarmos teórica e metodologicamente nossa investigação sobre a história das mulheres. Podemos observar que aquele contexto da República Velha redundou na principal fonte para os temas sobre os quais Lima Barreto e João do Rio refletiram, ambos buscando expressar, cada qual a seu modo[24], uma cultura política "volta(da) para a diferença"[25], que fosse "basicamente sensível às desigualdades na apropriação de materiais ou práticas comuns"[26], e que estivesse referenciada em um espaço urbano – igualmente social, cultural e político – mais amplo no qual a sub-urbe estava incluída. Da análise desse "campo discursivo"[27], configurado por relatos de João do Rio e de Lima Barreto, recortamos um subconjunto, ou um "espaço discursivo"[28], fundado e articulado por dois posicionamentos sócio-históricos – ou duas "formações discursivas" – que mantêm relações particularmente fortes e que foram nomeados pelas expressões contidas no título desse trabalho: "À espera do Zé-Maria" e "Rio-Paris barato".

No cumprimento da exigência da pesquisa histórica, que não prescinde da tarefa de procurar conhecer as condições de produção, a regularidade e a descontinuidade dos fenômenos estudados, estamos construindo um inventário das "imagens de mulheres públicas à espera do Zé-Maria no Rio-Paris barato", do qual selecionamos mais duas imagens, que passamos a citar e comentar sucintamente. A primeira delas tem origem em um relato de João do Rio:

> - Olha, Maria...
> - É verdade! Que bonito!
> As duas raparigas curvam-se para a montra, com os olhos ávidos, um vinco estranho nos lábios.
> Por trás do vidro polido, arrumados com arte, entre estatuetas que apresentam pratos com bugingangas de fantasia e a fantasia policroma de coleções de leques, os desdobramentos das sedas, das plumas, das *guipures*, das rendas...
> É a hora indecisa em que o dia parece acabar e o movimento febril da Rua do Ouvidor relaxa-se (...) Os relógios acabaram de bater, apressadamente, seis horas. Há um hiato na feira das vaidades: sem literatos, sem *poses*, sem *flirts*. Passam apenas trabalhadores de volta da faina e operárias que mourejaram todo o dia. (...)
> As raparigas ao contrário [dos operários]: vêm devagar, muito devagar, quase sempre duas a duas, parando de montra em montra, olhando, discutindo, vendo.(...)
> Elas, coitaditas! Passam todos os dias a essa hora indecisa (...) Que lhes destina no seu mistério a Vida cruel? Trabalho,

> trabalho; a perdição, que é a mais fácil das hipóteses; a tuberculose ou o alquebramento numa ninhada de filhos.(...)
> A rua não lhes apresenta só o amor, o namoro, o desvio...Apresenta-lhes o luxo. E cada montra é a hipnose e cada *rayon* de modas é o foco em torno do qual reviravolteiam e anseiam as pobres mariposas.[29]

Observamos nessa passagem que a presença de elementos referentes às duas "formações discursivas" articula um espaço social de lugares marcados no qual "o poder se afirma e se exerce sob a forma mais sutil, a da violência simbólica"[30]. As mulheres são "operárias", "coitaditas" e "anseiam" possuir. Após cada dia inteiro de trabalho duro, ocupam um "hiato na feira das vaidades" e, nesse espaço-tempo restrito, "a essa hora indecisa", quando os relógios marcam seis horas, percorrem a famosa rua do Ouvidor, em atitude constrita de adoração às vitrines como se elas fossem altares.

O "Zé-Maria", ou a idéia de morte, está à espreita dessas "pobres mariposas do luxo", através da "perdição", da "tuberculose", da maternidade fecunda que gera "alquebramento" ou da "hipnose" que as suntuosidades do "Rio-Paris barato" exibem. Como práticas de resistência, destacamos o uso diferenciado do tempo, a faina do tempo do trabalho dando lugar à lentidão com que as raparigas caminham e, assim, vão estabelecendo na rua as redes de solidariedade, para olhar, desejar, comentar entre elas e... demorar a voltar para a casa, o que significa adiar o momento de enfrentar os serviços domésticos.

A última imagem que trazemos nessa comunicação é de uma crônica de Lima Barreto:

> Uma senhora, separada do marido, muito naturalmente quer conservar em sua companhia a filha; e muito naturalmente também não quer viver isolada e cede, por isto ou aquilo, a uma inclinação amorosa.
> O caso se complica com uma gravidez e para que a lei, baseada em uma moral que já se findou, não lhe tire a filha, procura uma conhecida, sua amiga, a fim de provocar um aborto de forma a não se comprometer. (...)
> Acontece que a sua intervenção foi desastrosa e lá vem a lei, os regulamentos, a polícia, os inquéritos, os peritos, a faculdade e berram: você é uma criminosa! Você quis impedir que nascesse mais um homem para aborrecer-se com a vida! (...)

> A parteira, mulher humilde, temerosa das leis, que não conhecia, amedrontada com a prisão, onde nunca esperava parar, mata-se.
> Reflitamos, agora; não é estúpida a lei que, para proteger uma vida provável, sacrifica duas? Sim, duas porque a outra procurou a morte para que a lei não lhe tirasse a filha. De que vale a lei?[31]

A aproximação entre morte e lei exclui a vida como possibilidade para as mulheres que ousam romper as regras sexistas da família monogâmica chefiada pelo homem e da exigência de fidelidade para a mulher, como garantia de preservação da propriedade privada. De forma contundente, o relato distingue como duas práticas separadas a maternidade e a sexualidade das mulheres. No entanto, a lei, "baseada em uma moral que já findou", pune com a prisão – ou com a morte – aquelas mulheres que resistem e exercitam essa separação, seja como parteiras que fazem abortos, seja como amantes que já possuem uma filha e querem conservá-la em sua companhia.

Os relatos de João do Rio e de Lima Barreto revelam imagens de trajetórias das mulheres nos espaços públicos do "Rio-Paris barato". São imagens marcadas por situações de risco, como se elas, as mulheres, estivessem permanentemente "à espera do Zé-Maria". Entretanto, nossa análise dos discursos marcadamente masculinos de João do Rio e de Lima Barreto conseguiu identificar, para além da violência e da vitimização, a coexistência de práticas de resistência e não-submissão dessas mulheres que, como Zoarda, buscaram novas e velhas saídas para se equilibrarem entre as exigências sociais da sua condição feminina, da necessidade de profissionalização e da possibilidade de maternidade, projetando uma vontade de futuro menos desigual ou, quem sabe, revivendo um tempo no qual as mulheres eram ou pareciam ser "livres e honoráveis"[32].

Notas:

[1] Michelle Perrot. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998, pp. 10,11.
[2] Pierre Bourdieu. "A ilusão biográfica". In: M. M. Ferreira e J. Amado (orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 189.
[3] Michelle Perrot, op. cit., p. 38.
[4] Adequadamente, "quotidianos" é outra denominação para "periódicos", utilizada com freqüência por Lima Barreto. Ver, por exemplo, em: "A Música", *Correio da Noite*, Rio, 30-12-1914. In: Lima Barreto. *Vida Urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 63. (Col. Obras de Lima Barreto, vol. XI).
[5] Dominique Maingueneau. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, pp. 67 a 69. Uma *formação discursiva* "designa todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito.
[6]Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 5ª ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1994, p. 200.
[7] João do Rio. "A Rua". In: *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1987, p. 5. A 1ª edição desta obra foi publicada em 1908, reunindo textos da *Gazeta de Notícias* e da revista *Kosmos*.
[8] Lima Barreto. "Com o 'Binóculo". *Correio da Noite*, 11-1-1915. Op. cit., p. 71.
[9] Michel Foucault. *A ordem do discurso*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 30.
[10] Mikhail Bakhtin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 36.
[11] David McNally. "Língua, história e luta de classe". In: Ellen M. Wood e John B. Foster (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 48.
[12] Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 767 (vol. 4º).
[13]Id, ibidem, p. 770.
[14] Id, ibidem, p. 771.
[15] João do Rio."As Mulheres Mendigas". Op. cit., p. 129.
[16] Brasil Gerson. *História das ruas do Rio: e de sua liderança na história política do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 154.
[17] Dominique Maingueneau, op. cit., p. 108. Trata-se de uma noção introduzida por Bakhtin.
[18] Lená Medeiros de Menezes. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930).* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 192.
[19] Id, ibidem, p. 189.
[20] Tzvetan Todorov. *A conquista da América: a questão do outro*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 223.
[21] Pierre Bourdieu. "Efeitos de lugar". In: _____ (coord). *A Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 163.
[22] Lima Barreto. "O Convento". In: *Bagatelas (artigos)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, pp. 83 a 86 (Col. Obras de Lima Barreto, vol. IX).
[23] Celi Silva Gomes de Freitas. *Entre a Vila Quilombo e a Avenida Central: a dupla exterioridade em Lima Barreto*. Rio de Janeiro, RJ, 2003. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em História Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, p. 101.
[24] Aqui, não estamos privilegiando uma discussão aprofundada acerca das diferenças mas das aproximações entre esses dois atores. Nossa análise considera a participação deles em uma mesma "comunidade discursiva", constituída por jornalistas ou "literatos", para usarmos o termo da época.
[25] Roger Chartier, in: Lynn Hunt (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 16.
[26] Id, ibidem.
[27] Dominique Maingueneau, op. cit., p. 19.
[28] Id, ibidem, p. 20.
[29] João do Rio. "As Mariposas do Luxo", op. cit., pp. 101,102.
[30] Pierre Bourdieu. "Efeitos de lugar", op. cit., p. 163.
[31] Lima Barreto. "A Lei". *Correio da Noite*, Rio, 7-1-1915. In: *Vida Urbana*, op. cit., pp. 69,70.
[32] F. Engels. *Apud*: Andrea Nye. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995, p. 56.

Os «*Santos Desertos*» e o Ideal de Perfeição na Península Ibérica – séculos XVI e XVII

Célia A. R. Maia Borges[1] - UFJF

Os centros eremíticos conhecidos como «santos desertos» tiveram um notável desenvolvimento no decorrer dos séculos XVI e XVII, em especial na Península Ibérica, além de outras partes da Europa e colônias hispânicas. Inspirados no modelo de vida dos primeiros anacoretas da história da Igreja, os eremitérios projetavam um ideal de santidade no início da Idade Moderna, que atraia inúmeras pessoas para a vivência da espiritualidade mística, em meio à efervescência religiosa impulsionada pelas reformas tridentinas.

É perceptível a valorização de um modelo de santidade pelo grande volume de livros que circularam na Península Ibérica, quer enaltecendo a figura do eremita, quer exaltando aqueles que optaram por uma vida de ascetismo nos ermos e nos desertos, sem contar os livros que procuravam identificar as pessoas vistas como santas. Os eremitas também incorporaram inúmeras peças literárias e, além disso, integraram um longo leque de temas iconográficos[2]. Na segunda metade do séc. XVI Gaspar Barreiros registraria na sua *Chorographia* admiração pela vida dos eremitas em Monserrat[3]. Heitor Pinto teceria, em vários momentos da *Imagem da Vida Christã,* tanto na primeira como na segunda parte desta obra, louvores à vida solitária[4].

A atração por um modelo de vivência espiritual, de conteúdo ascético-místico, assentou antes de mais na veiculação de um ideário religioso que atribuía à experiência intimista com Deus um papel primordial. A abundância de textos religiosos, de caráter ascético-místico, na Península Ibérica, dá a dimensão do interesse pelo assunto naquele período[5].

Sem entrar aqui no debate sobre as prováveis razões que explicam as origens do movimento, certo é que o século XVI assistiu à publicação de inúmeros escritos de orientação espiritual abordando o modo de alcançar a união com Deus. Tratados sobre as formas de oração e sobre os diversos graus para se chegar à via unitiva compunham uma literatura que atraía inúmeros interessados na elevação da alma. Francisco de Osuna, Bernardino de Laredo, Luís de Granada, Diego de Estella, Juan de Los Angeles, Teresa d'Ávila, João da Cruz, Luis de Leon, são exemplos de um movimento maior. A atração pela via mística é patente nos inúmeros processos da Inquisição. A vigilância atenta às beatas e milagreiras, o controle sobre os místicos, a perseguição aos alumbrados, a censura imposta aos livros, tudo isso fez parte do contexto do século XVI e se arrastou até meados do século XVII. A sedução para o ermo e a busca de santidade compunham o clima de eferverscência religiosa impulsionada pelo movimento da Contra-Reforma.

Contribuiu para este movimento o modelo de santidade projetado também pelos franciscanos capuchinhos, cujos eremitérios se localizavam nas serras da Árrabida e de Sintra, em Portugal. A fama de santidade dos religiosos que se entregavam a uma vida de intensas privações ajudava a fomentar esta idealização na segunda metade dos séculos XVI e XVII[6]. Silva Dias há muito destacou a influência capucha na segunda metade do século XVI, não só sobre as «massas populares, sempre sensíveis a expressões sinceras de penitência e de humildade, senão também sobre a própria classe dirigente, cujos paradigmas são as Casas de Bragança e de Aveiro»[7]. A Serra da Arrábida adquiriu fama junto das populações como lugar sagrado. Frei Agostinho da Cruz na segunda metade do XVI e início do XVII deixaria na sua poesia o registro do significado da subida à montanha, assim como a vivência na Serra[8].

Na Espanha os franciscanos observantes já dispunham desde o século XV dos seus eremitérios. Aqui as práticas de espiritualidade ultrapassariam os muros dos conventos, de tal maneira que influenciaram inúmeros leigos.

A difusão dos centros conhecidos pelo rigor das práticas ascéticas obedecia a um interesse cada vez maior para se alcançar um ideal de santidade. Atraída pela vida dos primeiros anacoretas, Santa Teresa iria igualmente projetar nos *desertos* carmelitas reformados a possibilidade de uma vida santificada, em que procurou resgatar uma matriz imaginária da Ordem[9].

Teresa de Jesus ao idealizar a vida no deserto e, ao projetar a criação dos mosteiros e eremitérios no âmbito das reformas carmelitas, tinha em mente o exemplo da vida austera dos primeiros eremitas que venceram as forças do mal. A representação mítica do deserto preenche uma longa tradição na história da Igreja. Para o povo de Israel é o lugar onde Deus se revela, «fala ao coração». Esta idéia aparece no livro do profeta Oséias (2, 16)[10]. No Novo Testamento Jesus é tentado no deserto pelo demônio (Mt, 4,1). Também Santo Alberto, no cap. 14 da sua *Regra*, se refere ao encontro do eremita com Satanás no deserto[11].

Ir para o deserto significava afastar-se da sociedade e mortificar-se. Ou seja, anular os desejos, a vontade e confrontar-se com o mal a fim de vencê-lo. A mortificação, a anulação da vontade, a humilhação e a ascese representavam caminhos para encontrar a luz divina.

Integrado no arcabouço imaginário daquele tempo, o franciscano Frei Pedro de Alcântara, contemporâneo de Teresa de Jesus, encarnava aos olhos da santa de Castela o modelo de santidade. Ela não se continha em tecer exclamações e em externar sua admiração pelas rigorosas penitências do franciscano: *Além disso, garantiram-me que ele portou durante vinte anos um cilício de folhas de lata*[12]. As suas palavras impregnavam-se de um caráter nostálgico ao lembrar às monjas a grandeza dos santos Padres, sendo esta a matriz ideológica a partir da qual se pode entender a multiplicação dos desertos na Península Ibérica:

> *Recordemo-nos de nossos santos Padres do passado, os eremitas, cuja vida pretendemos imitar: que terão eles enfrentando de dores, e a sós, bem como de frios, fome, sol e calor, sem ter a quem se queixar senão a Deus*?[13]

Os *Santos Desertos* em Espanha e Portugal

As províncias espanholas conheceram vários *desertos* de carmelitas descalços[14]: o de Bolarque, fundado em 1592; o das Neves criado em 1593, na Andaluzia; o de Batuecas, em Castela a Velha, no ano de 1599 e o de Cardon, na Catalunha, em 1606. Os eremitérios também se espalharam além-fronteiras. Na Nova Espanha (México) fundou-se o de Montes de Santa Fé, em 1606, na província de Génova o de Varale em 1618, e na Polônia o de Sae, em 1620[15].

Os crônistas dos Carmelitas Descalços, pelas descrições da vida destes eremitérios, tiveram sempre o cuidado de evidenciar o rigor e a austeridade da vida dos seus monges e a adoção do modelo dos primeiros eremitas do deserto. Fazendo eco da literatura de cunho hagiográfico, disseminada na Província, eles enfatizaram a imagem de santidade que corporizava o imaginário da época[16].

Ocupando um lugar de destaque na espiritualidade monástica, os desertos correspondiam a uma expressão da fé evangélica e espiritual. Os monges do Ocidente, sobretudo os ligados a experiências místicas, sentiam-se fascinados pelo ideal de santidade, representados pelo deserto. No início da história do *monaquismo*, os ascetas do Egito consideravam que somente o deserto permitia a solidão total que levaria à perfeição[17]. Enquanto *locus* sagrado, exerceu nos religiosos uma grande atração no que diz respeito às práticas indutoras do ideal de perfeição.

Apesar de imbuídos de um ideal da reforma religiosa e de busca da santidade, para além do rigor de uma vida penitencial, os freis não se entregaram somente à espiritualidade nos «desertos». Em Duruelo fundou-se em 1568 o primeiro mosteiro de Descalços da Ordem do Carmo, o de N. Sr^{a} do Monte Carmelo, que adquiriu fama em

razão do rigor ascético que ali se praticava. Teresa de Jesus ao visitá-lo não deixou de se impressionar com a severidade, o despojamento e o sentido de mortificação presente nas cruzes e caveiras.

> *Ao entrar na igreja, fiquei espantada ao ver o espírito que o Senhor ali pusera.* [...] *Havia tantas cruzes! Tantas caveiras!*
> [...] *O coro era no sótão, cuja metade era alta; podia-se recitar as horas, ms era preciso que as pessoas se abaixassem muito para entrar e para ouvir missa. Nos dois cantos laterais da igreja, havia duas ermidas onde só se podia ficar deitado ou sentado; estavam cheias de feno, porque o lugar era muito frio e o telhado quase lhes tocava a cabeça, contendo dois postigos que davam para o altar e duas pedras por cabeceiras, ficando ali, ainda, as cruzes e as caveiras*[18].

O relato do Frei Francisco de Santa Maria em suas crônicas sobre a vida neste mosteiro, redigido no segundo quartel do séc. XVII, evidencia o ideal de vida eremítica, ao valorizar a ação dos freis que compara com a vida do profeta Elias[19]. A renovação do rigor primitivo era para os religiosos descalços do Carmelo uma forma de sagração e de aproximação aos ditos ancestrais da ordem.

> *Justo era quem queria renovar o rigor primitivo do Carmelo, procurasse assemelhar-se à idéia original, é a saber, o divino Elias, rodeado de peles, descalço e sem abrigo. E que o que se preciava de filho do grande Batista, lhe imitasse o rigor de seu vestido, que tanto lhe ajudou à conversão das almas* [...].

Segundo o mesmo cronista, a fama do lugar iria estender-se por toda a região. Lavradores acorriam ao local e transmitiam as notícias às aldeias vizinhas[20]. A propagação do ideal de santidade sustentou a atração pela vida nos eremitérios. Os descalços – não só carmelitas – eram vistos, de forma geral, pelos seus contemporâneos como merecedores de maior crédito na hierarquia de santidade por abraçarem a pobreza, o despojamento, as mortificações da carne e as penitências.

O Deserto do Bussaco: em busca do ideal

Em Portugal os Carmelitas Descalços providenciaram também por um santo *deserto*. Ainda que estabelecidos naquele país desde 1581[21], apenas em fins da década

de 20 de Seiscentos conseguiram os religiosos portugueses desta ordem erigir uma casa eremítica[22]. Não obstante a instituição de vários ascetérios, a criação do eremitério resultou de uma longa batalha[23]. A província de São Felipe, em Portugal, por muitos anos requereu aos superiores da Ordem, em Espanha, autorização para fundar um estabelecimento no ermo[24], o que veio a acontecer com o *deserto* de Santa Cruz do Bussaco, que significou a realização de um ideal perseguido por carmelitas descalços portugueses que lutaram arduamente pela construção do seu projeto. Obtida a licença em 1625, o convento foi edificado pelos próprios carmelitas, de 1628 a 1629, a norte de Coimbra, em lugar isolado, na serra do Luso, cujo local se denomina Bussaco[25]. Único *deserto* carmelita em Portugal, esta localidade tornar-se-ia conhecida pela vida árdua dos monges que reproduziam as práticas ascéticas dos eremitérios espanhóis. Frei João do Sacramento nas suas *Crônicas dos Carmelitas Descalços* – à semelhança dos demais cronistas das ordens religiosas da época – enfatizava esse ideal de santidade justificado pelas intensas penitências e mortificações ali exercitadas. Os rigores em excesso integravam um projeto maior de busca da via unitiva.

Os Eremitas no Imaginário Português

Se os cronistas da própria Ordem imortalizaram as práticas ascéticas e místicas daquele freis, outros contemporaneos iriam deixar registros do lugar. Escritores, poetas e religiosos celebraram nos seus escritos este ideal da época e deram ânfase à vida contemplativa do mosteiro e à santidade dos seus membros. Gozar de uma relação de proximidade com estes centros perfazia o sonho de muitas pessoas daquele tempo. Parte da sociedade seiscentista, na Península Ibérica, comungava da crença na santidade dos eremitas. Jorge Cardoso, já aqui citado, no seu famoso *Agiologio Lusitano* contabilizou vários <santos> dentre os que viveram nos ermos[26]. A poetisa Bernarda de Lacerda no

início da década de trinta do século XVI publicou em espanhol um livro louvando as perfeições do *santo deserto*[27].

A idealização do lugar como algo de sagrado, e ainda a vida simples que lá se levava, atraíam a atenção e a admiração de muita gente. O mistério em torno da vida dos monges, a aura de santidade, o despojamento e as práticas ascéticas, tudo contribuía para a criação e difusão do mito. Contribuia para o interesse pelo imaginário em torno à santidade a multiplicação de livros relativos ao maravilhoso cristão e vida de santos, adquirindo impulso com a difusão da imprensa, o que ampliaria o número de leitores da vida de santos a partir do século XVI e XVII. Na Espanha, Caro Baroja contabilizaria o montante de 5835 títulos, de cariz religioso, entre 1500 e 1670.[28]

As biografias de cunho hagiográfico evidenciavam parte do imaginário coletivo. Mas, ainda que este ideal ressaltasse nos inúmeros escritos da época, não era o único a orientar a ação dos homens naquela época. Em algumas textos do século XVII, a postura do eremita seria vista vista com alguma reserva[29]. Apesar da desconfiança de alguns, o modelo de santidade nortearia o arcabouço mental dos séculos XVI e XVII.

NOTAS

[1] - Prof. Adjunta do Depto de História da UFJF e integrante dos programas de Pós-Graduação em História e em Ciência da Religião desta mesma Universidade. O presente trabalho integra a pesquisa desenvolvida no âmbito do pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa. A versão completa do texto, ora apresentado, intitula-se «Os eremitas no imaginário português: o deserto do Bussaco», ainda inédito.

[2] - A este respeito ver o excelente trabalho realizado por Alain SAINT-SAËNS. *La Nostalgie du Désert. L´idéal érémitique en Castille au Siècle d´Or*. San Francisco: Mellen Research University Press, 1993.

[3] - Coimbra, João Álvares, 1561.

[4] - Ver a este respeito o excelente estudo de José Adriano de Freitas CARVALHO, *Eremitismo em Portugal,* In: *Via Spiritus*, *op. cit*., pp. 115-121.

[5] - Ver sobre o assunto o livro de J. S da SILVA DIAS, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal. Séculos XVI a XVIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960. Muitos associam este movimento à veiculação de textos de origem germano-flamenga; outros, à influência italiana, ou ainda a ascendência da espiritualidade mística quer de origem islâmica quer judaica

[6] - Sobre os conventos na Serra da Arrábida ver Maria Lucília PIRES, «Serra e Conventos na Crónica de província de Santa Maria da Arrábida». In: *Via Spiritus*, 7 (2000), 67-76.

[7] - J. S da SILVA DIAS, *Correntes de Sentimento..*, *op. cit*. tomo I, Universidade de Coimbra, p. 155.

[8] - Ver *Obras de Fr. Agostinho da Cruz*. Coimbra: França Amado Editor, 1918. [Conforme a edição impressa em 1771 e os códices manuscritos da Biblioteca de Coimbra, Porto e Évora] Com prefácio e notas de Mendes dos Remédios.

[9] - Henri PELTIER. *Histoire du Carmel*. Paris, Editions du Seuil, 1958. p. 200.

[10] - Daniel de Pablo MAROTO. *Historia de la Espiritualid Cristiana*. Madrid: Editorial de Espiriutalid, 1990, p. 76.

[11] - Balbino Velaco BAYÓN. *História da Ordem do Carmo em Portugal, op.cit,* p. 21.
[12] - Livro da Vida. In: *Obras Completas*. *op. cit*, cap. 30, 2, p. 195.
[13] - Caminho de Perfeição. In: *Obras Completas*, *op. cit.* capítulo 11, 4, p.333.
[14] - Estudo fundamental sobre o assunto é o livro de Alain SAINT-SAËNS, *La Nostalgie Du Désert, op. cit.*. Ver também de Fernando R. DE LA FLOR. *De las Batuecas a las Hurdes. Fragmentos para una historia mítica de la Extremadura*, Junta de Extremadura, s.a.
[15] - Fr. João do SACRAMENTO. *Chronica de Carmelitas Descalços particular da Província de S. Felipe do Reino de Portugal & sua onquistas.* Lisboa. Na Officina Ferreyrenciana, 1721. tomo II. cap. IX. (Fr. Joao do Sacramento, em nota prévia informa que o livro dá continuidade ao Primeiro Tomo escrito por Fr. Belchior de Santa Anna e resgata os escritos de dois religiosos da Ordem: Frei Francisco de Santíssimo Sacramento, em 1665, e P. Frei André dos Reys, por volta de 1667).
[16] - Este imaginário evidencia-se nos três tomos do *Agiologoa Lusitano*, de Jorge CARDOSO, em que procura inventariar os «santos» de Portugal, não só religiosos mas homens, mulheres e beatas.
[17] - *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, dir. Agnes Gerhards, Paris, Fayard, 1998, pp. 201-202.
[18] - Teresa de Jesus. Fundações. *Obras Completas, op.cit.* [ver especialmente capítulo 14 & 7].
[19] - *Reforma de los Descalzos del Carmen, de La Primitiva Observancia, Hecha por Santa Teresa de Jesus, en la Antiquissima Religion, fundada por el Gran Profeta Elias*. Escrita por el Padre Fray Francisco de Santa Maria, su Generan Historiador, Provincial de Andalucia, natural de Granada. Tomo Primiero. Madrid: Por Diego Diaz de la Carrera. 1644, p. 273.
[20] - *Ídem, p.274*
[21] - Em 1581, o italiano Fr. Ambrósio Mariano de S. Bento aportara em Lisboa com alguns companheiros a fim de introduzir a reforma carmelita. Em Dezembro de 1584, seria a vez das primeiras religiosas reformadas, provenitentes da Espanha, dando início ao mosteiro de Santo Alberto em Lisboa, numa casa da freguesia de Santos-o Velho. Na terceira década do século XVII, Portugal contaria já com quinze conventos de carmelitas descalços. Ver a respeito o livro de Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*. Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968. v. 2, p. 183.
[22] - Os fundadores do *Deserto* do Bussaco foram P. Frei Thomas de S. Cyrillo, João Batista, Irmão Alberto da Virgem (os dois últimos do Deserto de Batuecas). Juntaram-se a estes, frei Antonio do Espírito Santo, frei Bento dos Mártires e o Irmão Antônio das Chagas (oficial de alvenaria). Em 1628 dá-se a edificação do mosteiro. Em 1629, integraram a equipe dos fundadores, P. Frei Gaspar de S. Joseph(Março), os irmãos Lucas do Santos(Agosto) e Crispim de S. Joseph(Setembro). No ano seguinte, juntaram-se aos sobreditos, o P. Frei Gaspar dos Reis, Frei Manoel de S. Joseph, Frei Bernardo da Assunção. Cf. João do Sacramento, Crônica de Carmelitas Descalços, p. 89.
[23] - Fr. João do SACRAMENTO, *Crônica de Carmelitas Delcalços*, tomo II, p. 39 e segs.
[24] - Fortunato de ALMEIDA, História da Igreja em Portugal, *op. cit*, p. 185.
[25] - A doação foi feita por pelo bispo de Coimbra D. João Manuel, autorizado pelo Breve de Urbano VIII de 8 de Fevereiro de 1628. Vieram do Convento de Aveiro para fundar a nova casa os Fr. Tomás de S. Cirilo, Fr. João Baptista e o irmão Alberto da Virgem, os quais, eles próprios, trabalharam na construção do convento. Ver João do Sacramento. Cronica de Carmelitas Descalços., o*p. cit*. p. 62.
[26] - Não só aqueles que viveram nos *desertos* instituídos pelas ordens monásticas, mas nas ermidas e nos ermos. O autor fez um levantamento dos santos, beatos, mártires de «Portugal e suas conquistas» ao longo da história da Igreja. Na hierarquia de *santidade,* os franciscanos estavam no ápice dos mais citados. Os carmelitas descalços ocupam também um lugar de destaque. É de notar que a Ordem reformada tendo se erigido na segunda metade quinhentista, já aparece em destaque dentre os «heróis» lusitanos. Ver os três tomos do *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal e suas conquistas consagrado aos Gloriosos S. Vicente e S. Antonio insignes Patronos desta inclyta cidade Lisboa.* Tomo I (Jan-Fev), Lisboa , na Officina Craesbeekiana, 1552; Tomo II (Março-Abril), Lisboa, Na Officina de Henriques Valente de Oliveira, 1657; Tomo III, (Maio-Junho), Lisboa, Na Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, ano 1666. Completa a coleção o IV volume, redigido por D. Antonio Caetano de Sousa.
[27] - Bernarda Ferreira de LACERDA, *Soledades de Buçaco*. Lisboa, Por Mathias Rodrigues. 1634, pp.6,7,8.
[28] - Cf: *Las formas complejas de la vida religiosa. Religion, sociedad y caracter en la España de los siglos XVI e XVII*. Madrid, Akal, 1978, p. 81-2. Citado por Joaquim Fernandes CONCEIÇÃO. *Espiritualidade e Religiosidade no Portugal Moderno. O Agiologio Lusitano do Padre Jorge Cardoso.* Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 1996. p. 59.
[29] - Alain Saint-Saën mostra que ainda que o modelo de santidade informasse o quadro mental da época, no entanto alguns autores interrogavam-se sobre o rigor eremítico. Cf. *La Nostalgie du Désert*, op. cit, pp. 189-197.

SEGURANÇA E REPRESSÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 60 E 70.

CÉLIA COSTA CARDOSO - USP

As relações entre os governos federal e estadual, no tocante à segurança nacional, fazem parte de um entendimento mais geral do pensamento político-ideológico dominante nas Forças Armadas, bem como de suas ramificações no comando político dos estados, em particular do Estado de São Paulo, sob os auspícios da ditadura civil-militar. As orientações políticas dos integrantes das Forças Armadas, formadas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, revelam matrizes ideológicas diversificadas, apresentando cada uma delas diferentes nuances ao englobar tanto defensores e articuladores do golpe de 64 como seus críticos e opositores, que resistiram ou se resignaram ao grupo dos militares no poder.

Entre os militares detentores do poder político, que aqui nos interessam, tendo como fulcro a análise do revezamento do poder entre os chefes do Executivo federal, apresentou-se, de uma maneira bastante reducionista, dois grandes grupos políticos reveladores na sua forma de pensar e agir. O primeiro e os últimos governos militares, que tinham como pressuposto a "volta dos militares aos quartéis" após a superação do caos administrativo deixado por João Goulart, abarcaram as gestões de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), ficando conhecidos como os defensores de uma concepção mais moderada do militarismo, representada pela ala mais intelectualizada e afinada com os ideais da "Sorbonne brasileira", como denominaram a Escola Superior de Guerra (ESG). Enquanto os governos do período intermediário, comandados pelos presidentes Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Junta Militar (1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), passaram para a história como o grupo dos militares mais radicais, representante da *linha-dura*, que colocou em prática um projeto político-ideológico de recrudescimento do regime.[1]

Este quadro mais geral acabou ficando consagrado pela historiografia sobre o Regime de 64 e pelos testemunhos de alguns militares que assumiram essa divisão, inclusive como uma, entre tantas outras tentativas de se compreender a dinâmica da instauração e os percalços das aspirações de consolidação do Estado autoritário. Apesar da maneira um tanto simplista de enquadramento ideológico do pensamento militar, pois sabe-se que nem todo militar *moderado* ou de *linha-dura* agiu sempre dentro dessa coerência, uma vez que as atitudes e comportamentos humanos não são estanques e que nenhuma força política se torna hegemônica no campo do poder sem subordinar outras por meio da força ou da negociação. Toda vez que houve embate público entre militares moderados e radicais, quase sempre venceu a linha-dura: *"Além disso, pela tradição do regime militar iniciado em 1964, sempre que as tentativas de democratização se chocaram publicamente com a ditadura, prevaleceu a ditadura"* (Gaspari, 2002, 21).

De qualquer modo, apesar das particularidades e da complexidade do pensamento militar, as linhas ideológicas gerais dos militares no poder se expressaram em suas inúmeras tonalidades na composição dos governos do Estado de São Paulo. Tornou-se tão convencional a sua adoção que, nesta pesquisa, optou-se por inverter a perspectiva de análise partindo das especificidades de cada governo estadual e, portanto, do envolvimento desses civis com os governos militares. A proximidade ideológica entre civis e militares em 1964, compreendendo a ideologia enquanto conjunto de idéias racionalmente elaborada pelos articuladores do golpe, levou o governador Adhemar de Barros a declarar durante a inauguração da Polícia Marítima e Aérea da cidade de Santos/São Paulo, que não existia diferença entre civis e militares, uma vez que os seus projetos para o Brasil eram semelhantes:

"Na ocasião, o chefe do Executivo foi saudado pelo comandante da corporação, major João Jerônimo de Aquino e pelo capitão dos portos, Júlio de Sá Bierrembach. Agradecendo, o governador elogiou a participação da Polícia Marítima e Aérea no movimento de 31 de

março, culminando por dizer que 'se São Paulo não entrasse na Revolução, ela não seria vitoriosa'. (...)

Mais adiante, frisou também o chefe do Executivo paulista que não foram 'só as Forças Armadas que fizeram a revolução e que a participação dos civis deve ser sempre salientada, ainda mais quando temos na chefia da Nação um homem muito mais civilista do que cada um de nós'".[2]

A história da estruturação dos órgãos de segurança e repressão, constituída na inter-relação com os governos federal e estadual, foi compreendida em São Paulo a partir da identificação de três períodos singulares e, ao mesmo tempo, complementares: o primeiro (1964-1967), refere-se aos governos de Adhemar de Barros e do seu vice-substituto Laudo Natel, com ênfase para a atuação da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil e a reestruturação dos serviços de espionagem e repressão, no combate aos movimentos de resistência ao golpe. No plano estadual destacou-se a atuação do Departamento de Ordem Política e Social, criado pelo Decreto-Lei 2034, de 30 de dezembro de 1924 e regionalizado em 1960, permanecendo em atividade durante a ditadura civil-militar, e, no federal, houve a criação em 1964 do Serviço Nacional de Informação (SNI), pelo general Golbery do Couto e Silva.

O segundo momento (1967–1975), abrange as gestões dos governadores Roberto Costa de Abreu Sodré e Laudo Natel, com enfoque no aperfeiçoamento da polícia política no território nacional e, em particular, no Estado de São Paulo. Período este considerado como "auge das ações repressivas", comandado pela OBAN (Operação Bandeirantes), em 1969, e pelo DOI-CODI (Destacamento de Operação de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna) a partir de 1970; além, é claro, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Destacou-se, pela dimensão pública dos acontecimentos, como um dos feitos da repressão planejada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, o desmantelamento de parte da guerrilha urbana comandada por Carlos

Marighella, principal líder da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Por fim, o período compreendido entre os anos de 1975 a 1983 foi caracterizado pela atenuação da repressão, modificações na estrutura dos órgãos de repressão e na definição de novos rumos para a área de segurança nacional. Foi também o mais descontínuo de toda a história da repressão no Estado de São Paulo, tendo em vista a relação dos governos Paulo Egydio Martins, Paulo Maluf e do seu vice-substituto José Maria Marin (1983) com a política colaboracionista do governo central. No governo Egydio Martins, houve incomensurável afinidade com o projeto de "distensão" do governo Geisel, mas mesmo assim sua prática destoava das perseguições políticas comandadas pelo II Exército, com o general Ednardo D'Ávila e com seu Secretário de Segurança, Erasmo Dias. Assaz diferente da gestão Paulo Maluf, que não assumiu a política de Abertura do Pesidente Figueiredo, aumentando significativamente às resistências ao desmantelamento do aparato de segurança e repressão por parte dos militares da linha dura, refletindo em São Paulo na repressão aos movimentos grevistas e reivindicativos e no aumento dos atentados terroristas da direita.

Após 1982 cresceu em São Paulo a atuação das forças oposicionistas, comandadas pelo jurista André Franco Montoro (PMDB), que, ao assumir o governo do estado, aprofundou os ideais de redemocratização e (des)estruturação dos órgãos repressivos, permanecendo, no entanto, até o período de "transição política" alguns vestígios destes. As reformulações por que passaram o aparato coercitivo não foram suficientes para a sua eliminação, continuando a existir, tanto no âmbito federal como no estadual, sobretudo em função de sua relativa autonomia, uma secreta vigilância sobre atividades de organizações e agremiações partidárias de propostas socialistas. Assim, o "Sistema Nacional de Segurança e Informações"[3] não somente foi de montagem demorada, como também de desestruturação difícil, devido às resistências internas presentes nas Forças Armadas: *"Tal sistema somente se consolidou entre 1969 e 1970, mais de cinco*

anos depois do golpe, e sua desmontagem se estenderia para além da volta do país à democracia política – com resquícios persistindo ainda hoje" (Fico, 2001:18).

Embora a Anistia parcial, concedida em 1979, tenha atingido muitos dos condenados políticos de oposição, agiu também preventivamente, livrando de futuras punições autoridades e agentes diretamente ligados ao aparato repressivo do Estado. A vigilância e o controle sobre ex-presos políticos, com denúncias na imprensa escrita e falada e pelos depoimentos de ex-condenados, não desapareceu após os 21 anos de autoritarismo. Algumas vezes os "suspeitos" foram encaminhados às delegacias de polícia para averiguação, pois os seus nomes ainda constavam nos fichários da polícia, o que os transformava em tempos de "transição política", em "elementos perigosos".

Desse modo, a análise da estruturação dos órgãos de segurança e repressão foi desenvolvida a partir do comprometimento ideológico dos governos paulistas com os governos militares no que se refere à política de segurança nacional, com enfoque dirigido para cada gestão administrativa. De 1964 a 1975, nas gestões de Adhemar de Barros, Abreu Sodré e Laudo Natel, ocorreu a reorganização e consolidação do aparato repressivo e, de 1975 a 1985, com Paulo Egydio Martins, Paulo Maluf, José Maria Marin e Franco Montoro, a sua (des)estruturação. Este estudo específico da realidade paulista, além de levar em conta as aproximações e distanciamentos dos governos estaduais em relação aos governos federais centrando-se na atuação dos órgãos de segurança e repressão, evidenciou alguns casos de perseguição política – Carlos Marighella, Alexandre Vannucchi Leme e Vladimir Herzog - que tiveram ampla repercussão na sociedade, suscitando pronunciamentos públicos de autoridades federais e estaduais sobre temas como tortura, morte e prisões.

NOTAS

[1] A expressão *linha dura* surgiu em 1964 para definir o grupo de coronéis, encarregados da condução dos IPMs, defendendo a tese de um engajamento total, ideológico e operacional das Forcas Armadas na luta anti-subversiva. Para maiores informações consultar Antonio Carlos Fon, *Tortura*, 6ª ed., Global, 1981 p. 15.

[2] D.O. E., n º 128, 11.07.64, p. 1 e 2.

[3] Ver Carlos Fico, *Como eles agiam,* RJ, Record, 2001, p. 80-81. Sobre o Serviço Nacional de Informações: "*O SISNI era integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos 'Sistemas de Informações dos Ministérios Civis', pelos 'Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares', pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares' (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais".*

Alessandro Valignano: "o progresso" da Companhia de Jesus nas Índias Orientais

Célia Cristina da Silva Tavares
UERJ/FFP

Desde o início de sua existência, os jesuítas tiveram uma grande preocupação em registrar a história de seus atos e muitas vezes as trajetórias de seus mais ilustres representantes. Esse hábito permite ao historiador de hoje explorar um vasto material deixado pela Companhia de Jesus sobre os seus membros. *Histórias* da missionação promovida pelos jesuítas na Ásia, África e América foram produzidas pelos inacianos contemporâneos dessa aventura e muitas delas se preocuparam em destacar alguns nomes que eram considerados dignos de distinção. Por exemplo, existe uma significativa produção de *histórias* desenvolvidas pelos padres da Companhia de Jesus para o caso do Oriente. No próprio século XVI apareceram obras que consolidavam as experiências e observações dos jesuítas sobre as regiões com as quais entraram em contato na Ásia. Dois bons exemplos são as obras dos padres Giovanni Pietro Maffei, *Historiarum Indicarum* (1589) e João de Lucena, *Historia da vida do padre Francisco de Xavier: e do que fizerão na India os mais religiosos da Companhia de Iesu* (1600), cujo principal objetivo era apoiar a proposição de canonização de Francisco Xavier.

Aliás, esse é um aspecto que deve ser levado em consideração quando se estuda a Companhia de Jesus: a preocupação em desenvolver uma espécie de memória sobre determinadas figuras que recebiam um tratamento de hagiografia, pois muitas vezes esses textos eram usados como peças pertencentes a um processo de canonização. Portanto, o historiador que trabalha com as biografias produzidas pelos jesuítas tem que ter muitos cuidados ao analisá-las.

Além das *histórias* e dos textos que beiravam as hagiografias, havia também uma série de outros registros deixados pelos jesuítas que podem servir como peças de construção de determinadas trajetórias de vida dos religiosos: registros sobre os

serviços prestados, os obituários e principalmente as próprias cartas que eram produzidas em profusão pelos inacianos, inspirados pelas orientações do fundador Inácio de Loyola que havia determinado que esse tipo de comunicação devia ser promovido com disciplina pelos membros da ordem. Desse vasto material o historiador pode retirar inúmeras informações para empreender seus estudos.

Assim, utilizando todas essas fontes, o estudioso da Companhia de Jesus pode desenvolver uma série de biografias desse grupo com o intuito de perceber melhor a rede de relações que existiam entre aqueles nomes que geralmente aparecem em listas de "expedição" ou "catálogos de irmãos". Trata-se, é claro de enorme trabalho, provavelmente impossível de ser feito por apenas um historiador, mas sim por um grupo de especialistas. É verdade também que existe um bom número de biografias já desenvolvidas seja pela própria Companhia de Jesus, seja por historiadores e outros estudiosos desses personagens históricos[1]. Um trabalho importante seria, então, recolher o máximo de informações que esses estudos já proporcionaram e relacioná-los com alguma questão específica que agregasse vários personagens, como no caso de um debate desenvolvido em uma determinada época.

A título de exemplo desse tipo de esforço, foi escolhido para a presente comunicação o caso do padre Alessandro Valignano. Nome de grande destaque na ação da Companhia de Jesus no Oriente, já foi objeto de estudo de alguns historiadores, havendo inclusive recentes biografias sobre ele[2]. No espaço proporcionado por esse encontro, não se poderia explorar todos os aspectos de tão variada trajetória de vida. Portanto, escolhi fazer um resumo de sua vida e levemente explorar uma discussão importante que envolve a ação reguladora que exerceu para o desenvolvimento das missões jesuíticas no Oriente, especialmente sua visão sobre a possibilidade de se incluir pessoas de origem asiática nos quadros da Companhia de Jesus.

Alessandro Valignano pertencia a uma nobre família napolitana que possuía ligações como o papa Paulo IV. Nasceu em 15 de fevereiro de 1539, em Chieti, no

reino de Nápoles que então era possessão espanhola. Estudou direito em Pádua completando o doutoramento com 19 anos. Tonsurado em 1557 foi em seguida para Roma na esperança de obter proteção do papa amigo da família, mas com a morte de Paulo IV, retornou a Pádua e desenvolveu novos estudos em 1561. No ano seguinte foi acusado de ter ferido no rosto uma mulher e apesar de provas pouco fundamentadas, foi condenado e ficou preso em Veneza, tendo sido liberado pela intervenção do cardeal Carlo Borromeo, que, além disso, o teria indicado a um cargo em Roma.

Lá nessa cidade, Valignano optou por entrar na Companhia de Jesus aos vinte sete anos em 1566, no noviciado de S. Andréa ao Quirinal, tendo depois estudado filosofia no colégio de Roma. Foi ordenado em 1570 e logo indicado ao posto de mestre dos noviços do colégio de Roma e posteriormente reitor do colégio de Macerata. O geral Mercuriano então o designou, em 1573, ao cargo de visitador da Província Jesuítica da Índia e ele parte para Goa depois de fazer o quarto voto solene e com ordens de "inspecionar, e se necessário reorganizar, as estruturas e métodos das missões através da Ásia, e nesta capacidade era responsável apenas perante o Geral da ordem"[3]. A viagem foi longa e obedeceu à regra do padroado português, pois Valignano passou por Lisboa para ir ao Oriente[4]. A expedição contava com quarenta e dois religiosos, sendo nove portugueses, oito italianos (inclusive o próprio Valignano) e vinte cinco espanhóis[5].

Como visitador da Província da Índia (1574-1595) e do Japão e China (até 1606) e Provincial de Goa (1583-1587), foi o responsável por uma série de deliberações e sistematizações da estrutura administrativa da ordem, tendo contribuído também para a consolidação das missões no Japão e na China, para onde foi em várias expedições. Como exemplo da importância de sua atuação pode-se lembrar que foi Valignano que designou Mateo Ricci para a missão na China e apoiou o estilo de missionação inaugurado por esse jesuíta e que no futoro gerou tants polêmicas e debates dentro e fora da Companhia de Jesus. Foi um superior que

trouxe uma série de tensões também, em contrapartida, pois muitas das suas decisões sofreram duras críticas[6]. Morreu em Macau em 1606.

Dauril Alden ao comparar Valignano com Francisco Xavier ressalta que o primeiro não é o missionário devotado que foi o "apóstolo do Oriente", mas destaca a qualidade de administrador do italiano e o legado escrito que deixou em volumosos relatos, cartas e até mesmo na forma de livro[7].

Alguns exemplos podem ser apresentados aqui a título de ilustração da sua atuação como administrador zeloso e com profundo senso prático.

Em 1588 Valignano reuniu no "Sumário das regras para o provincial da Índia" uma orientação geral do governo da Província da Índia e lá fez uma série de recomendações sobre temas que estavam em debate naquele momento. Um deles era a questão do sentido prático das necessidades materiais para a sobrevivência da ação missionária:

> ainda que na regra diz: «os nossos não se metam em negócios seculares», todavia quando estes se endereçam a negócios espirituais para bem da cristandade e conversão e mais ajuda das almas, se podem com licença dos superiores tratar alguns deles pelos nossos, negociando-os em modo conveniente e religioso, sem prejuízo de ninguém [...][8].

Outro debate em que Valignano interferiu para estabelecer uma norma foi sobre a questão do uso ou não da violência nos procedimentos de conversão dos gentios.

> para tirar todo escândalo e razão de murmurar aos gentios, se há-de procurar que para os converter se lhe não faça nenhuma força direta ou indiretamente, advertindo todavia que, enquanto se trata de não fazer força aos gentios, não se deixem os meios que são lícitos e convenientes para ganhar suas almas. Por onde bem os podem fazer batalotes ementes estão presos se sem perigo de suas almas não se pode esperar para depois que estão livres[9].

A ressalva final do visitador abria brecha a interpretações sobre a questão do "perigo" que corriam aquelas almas, o que podia permitir e justificar ações que ao final desconsiderassem a recomendação inicial do não uso de força na conversão. De

qualquer forma, a proposição estava afinada com as recomendações diocesanas que tinham proibido terminantemente o uso da violência.

Além de ser possível ver muitas opiniões do visitador em suas cartas e instruções, há um espaço valioso para análise das opiniões de Alessandro Valignano, em seu livro *História del princípio y progresso de la Compañia de Jesús en las Índias Orientales (1542-1564)*. O livro está dividido em duas partes, a primeira escrita em espanhol e a segunda em português, e foi terminado por volta de 1605[10], mas foi trabalho de muitos anos.

Em 1574 Valignano recebeu a incumbência do Geral Mercuriano de fazer um relato das coisas dignas de nota sobre a obra jesuítica na Índia. Para tanto, Valignano, com seu poder de Visitador, convocou todos os jesuítas do Oriente a lhe enviar cópias ou resumos dos trabalhos que cada um desenvolvia, além dos registros de memória sobre a obra de Francisco Xavier. Reuniu ainda os registros feitos pelos padres da Companhia nas suas cartas para consolidar a narrativa do livro. Praticamente toda a primeira parte é dedicada à figura de Francisco Xavier, com algumas características de hagiografia – tais como recorrentes transcrições de predições, premonições, curas, a preservação do corpo após a morte, entre outros elementos –, com objetivo de sustentar sua santificação, que estava em processo na cidade de Roma[11], como já foi dito acima.

O relato procurava também mostrar as diversidades de culturas asiáticas, assim como o papel desempenhado pelos portugueses. Há considerações até mesmo sobre a soberania do rei de Portugal no Oriente, como pode ser visto na seguinte passagem: “o rei de Portugal [...] é absoluto senhor deste mar da Índia”[12]. É notável sua percepção contemporânea de que o domínio português restringia-se ao mar e não à terra no Estado da Índia. Valignano fez ainda uma detalhada transcrição de usos e costumes de chineses e de japoneses, chamando os últimos de “gente branca”, considerando-os melhores do que os outros povos do Oriente, opinião compartilhada com a do próprio Francisco Xavier[13]. Essa questão já havia sido tratada nas instruções

do visitador de 1584, já citadas acima, quando definiu as regras sobre o aproveitamento de naturais do Oriente nos quadros da Companhia de Jesus. Sobre isso Valignano afirmou que:

> os cristãos naturais da terra de qualquer nação que sejam, excetuando os japões, não se admitam na Companhia [...] não somente os naturais da terra, mas também os mestiços e castiços parece que será mais seguro não receber nenhum de ordinário [...] e quanto aos castiços portugueses nascidos em Índia não se devem receber senão mui raramente [...][14].

Esse foi um debate importante e crucial para a Companhia, e em certa medida, para a afirmação do clero no Oriente, pois, com a c

No entanto, havia outras opiniões entre os jesuítas: o padre Nicolau Lanciloto, por exemplo, referindo-se aos indianos, considerava que "a gente desta terra não é menos aguda do que é a nossa, nem é menos capaz de ciência e doutrina do que nós outros somos; e por isso é certo que se aplicassem os meios humanos devidamente, se faria nestas partes grandíssima cristandade"[15].

É importante notar que a formação do clero nativo deve ser analisada sob um ângulo contraditório. Não havia restrição a serem formados clérigos de origem indiana ou mestiça, mas as restrições de carreira existiam. Charles Boxer indica:

> [...] os portugueses na Índia estavam preparados para educar candidatos indianos e mestiços ao sacerdócio secular, mas mantiveram-nos em posições estritamente subordinadas como sistema de política eclesiástica e colonial, e recusaram sem apelo deixá-los tornarem-se jesuítas, dominicanos, franciscanos ou agostinhos inteiramente responsáveis[16].

Em geral, as ordens religiosas hesitaram inicialmente em obstar a entrada de indianos e de mestiços, mas com o tempo acabaram por recusar qualquer admissão desse tipo.

No caso dos jesuítas, a recomendação para a proibição da entrada de nativos na ordem foi feita por Valignano, com a notável exceção dos japoneses – os "brancos do Oriente" –, segundo suas próprias palavras. O Geral da Companhia adotou a posição de Valignano, que passou a ser a da própria Companhia de Jesus, que

permitiu apenas a entrada de japoneses, a princípio, e depois a de chineses e coreanos[17].

Somente na segunda metade do século XVIII as ordens religiosas estabelecidas no Oriente adotariam uma postura mais flexível em relação à admissão dos orientais.

Esse foi um debate importante e crucial para a Companhia, e em certa medida, para a afirmação do clero no Oriente, pois, com a consolidação da proibição da entrada de naturais asiáticos nas ordens religiosas criou-se uma tensão muito interessante: por um lado, formava-se um clero secular de origem asiática, por outro, não havia postos na hierarquia eclesiástica que assimilassem todos e as ordens religiosas não puderam contribuir para a utilização desses clérigos em projetos missionários. Assim, ao longo do século XVII alguns conflitos ocorreram no Oriente decorrentes dessa tensão e precisam ser estudados.

Com esse breve exemplo exposto aqui, pode-se começar a pensar em se desenvolver um núcleo de estudos que relacione os jesuítas dessa geração e dessa região administrada pela Companhia de Jesus, que sofreram a influência das ações e determinações de Valignano, pretendendo-se identificar algumas questões: primeiro, se houve mesmo um método "italiano" de missionação que esteve em conflito com um outro método, o "português", e segundo, se é possível ver as disputas ocorridas entre os jesuítas como decorrentes de uma característica de diferenças nacionais que existiriam entre os inacianos. São questões sem respostas ou com respostas ainda tênues e talvez a forma de se aproximar delas seja entender melhor esses personagens através de suas biografias e da compreensão da rede de relações, com suas implicações de disputa política, afinidades de entendimento do mundo e identidades de formação. Com certeza é um trabalho para muitos, mas que merece ser iniciado, e aqui se expôs uma proposta inicial. Apenas isso.

---

[1] Há aqui incontáveis trabalhos que poderiam ser citados. À guisa de exemplo, pode-se referir a introdução de José Wicki na publicação do livro de autoria de Alessandro Valignano (entre outras que o

próprio Wicki desenvolveu) Alessandro Valignano. *História del princípio y progresso de la Compañia de Jesús en las Índias Orientales (1542-1564)*. Ed. Josef Wicki. Roma: *Institutum Historicum S. I.*, 1944 e no livro de Jean Lacouture. *Os jesuítas*: os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

[2] Alguns estudos recentes são J. F. Moran. *Japanese and the jesuits*: Alessandro Valignano in Sixteenth Century Japan. London: Routledge, 1992; M. Antoni J. Üçerler. Alessandro Valignano: man, missionary, and writer In: *Renaissence Studies*. v. 17, september 2003. p. 337-366; Augusto Luca. *Alessandro Valignano*: la missione come dialogo con i popoli e le culture. Bologna: EMI, 2005.

[3] Michael Cooper. *Rodrigues, o intérprete*: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI. Lisboa: Quetzal editores, 2003. p. 55.

[4] Esse breve resumo do início da vida de Valignano pode ser visto em Dauril Alden. *The making of an enterprise*: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond. Stanford: Stanford University Press, 1996. p. 55.

[5] Catálogo dos Padres e irmãos da Companhia de Jesus que foram mandados à Ínida Oriental. Ano 1574. In: José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1966. v. 9. p. 238-244.

[6] Charles R. Boxer. *The christian century in Japan*: 1549-1650. Los Angeles/London: University of California Press/Cambridge University Press, 1951. p. 72.

[7] Dauril Alden. *Op. Cit.* p. 55.

[8] José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1979. v. 14. p. 857-858.

[9] "Sumário das regras para o provincial da Índia" In: José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1979. v. 14. p. 874. Batalote significa hindu poluído por quebrar alguma regra de casta segundo Sebastião Rodolfo Dalgado. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919. v. 1, p. 118.

[10] Alessandro Valignano. *História del princípio y progresso de la Compañia de Jesús en las Índias Orientales (1542-1564)*. Ed. Josef Wicki. Roma: *Institutum Historicum S. I.*, 1944.

[11] Houve uma série de intensas negociações para a canonização de Francisco Xavier e outros jesuítas que atuaram em outras regiões além da Ásia. Ver Dauril Alden. *Op. cit.* p. 641.

[12] Alessandro Valignano. *Op. cit.* p. 40.

[13] Alessandro Valignano. *Op. Cit.* p. 126.

[14] José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1979. v. 14. p. 834.

[15] Carta para Inácio de Loyola de Coulão, datada de 29 de outubro de 1552. In: José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1950. v. 2. p. 380-381.

[16] C. R. Boxer. *As relações raciais no Império colonial português – 1415-1825*. Porto: Aforamento, 1988. p. 67.

[17] C. R. Boxer. *The Christian Century in Japan: 1549-1650*. Los Angeles/London: University of California Press/ Cambridge University Press, 1951. p. 81.

O Desenho da Ausência: A questão do Fascismo em "Dois Destinos", de Valerio Zurlini

CELIA REGINA CAVALHEIRO

"O mundo caminha levado por afinidades afetivas, seja no Bem como no Mal."

Vasco Pratolini

O ano é 1962, dezessete anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o cinema europeu, envolvido num clima existencialista, já não se ocupa tanto do cenário político, de uma maneira direta, está mais centrado no homem e em suas angústias pessoais. O que não significa que tenha abandonado estas questões, muito ao contrário, o que assistimos na Itália neste período, com a realização de *Il Generale Della Rovere*, de Rossellini, em 1959, é que começa a haver uma reabertura dos 'casos' do fascismo e, conseqüentemente, dos feitos da Resistência, que andavam meio ignorados pela nova geração. Encontramos, em *Dois Destinos (Cronaca Familiare),* de Valerio Zurlini, uma abordagem, talvez um pouco mais introvertida, dada a forma que se apresenta, mas ainda assim, uma continuação das intenções do diretor, iniciadas com *Verão Violento* (*Estate Violenta*) filme também de 59, de tratar do tema, ressaltando esta 'consciência nacional na cultura filmográfica', respeitando e projetando a crônica de uma realidade ainda não muito distante. Trata-se, portanto, de uma tendência desta cultura cinematográfica, que vem recompor um passado indevidamente esquecido. O "grande" tema passa a ser mostrado pela ótica pessoal, pelo efeito, muitas vezes diverso, que esta herança assintomática, de um confronto inexplicável entre povos, vem surtir na vida particular, e, como esses indivíduos reagem, transgridem ou

simplesmente aceitam esta nova situação. O que parece é que um silêncio foi premeditadamente construído para que a normalidade da vida tivesse andamento. Estamos nos referindo a um silêncio e pontuação exatos da escrita, diante do qual encontramos o desafio da transposição para a tela de uma fala que não revela totalmente a que veio. O ponto então seria: como traduzir em som e imagem este silêncio (que se pretende silêncio mesmo), e que serve como reparador do caos em protesto ao modo contínuo do tempo de lidar com a desordem, pelo veio do esquecimento do passado? Entendemos este silêncio, que permeia toda a obra, como algo afeito a um aprendizado, que serve para a benevolência –ou não– da própria sobrevivência, respeitado em todos os seus limites mesmo quando transformado, em cena, no narrador da história.

Para tanto, vamos analisar algumas seqüências: A primeira lembrança de Enrico, o 'contador' da história, já recortada por este silêncio, é da cozinha da casa onde Dino, seu irmão, seria criado. Paira uma ordem absoluta, gestos e olhares circunspectos, sabemos, pela voz em *off* do narrador, que ele não se importava muito com o irmão pequeno, e o que se destaca nesta cena, em meio a louça branca colocada na bandeja, é um pote contendo uma geléia amarelo vivo, de laranja, servida aos olhos gulosos do menino. Parece ser esta a única via de prazer naquela cozinha, as senhoras e o senhorio estão de preto, as empregadas com seus uniformes engomados. Neste ambiente austero onde as primeiras exigências do tal bem feitor são feitas à avó confusa e entristecida: "o menino deve ser chamado de Lorenzo e não Dino – um nome tão vulgar! – e ao crescer não deve ouvir falar de seu pai nem muito menos de sua mãe, que teria morrido louca..., para que possa se adaptar perfeitamente à nova família etc", percebe-se esta pequena alegria, este gesto afetuoso da empregada para com o menino de fora, como uma pausa naquelas visitas, afinal, constrangedoras, que fez parte da infância daqueles dois irmãos. Mais tarde saberemos ser esta lembrança talvez o único traço de união entre esses três personagens (os dois irmãos e a mãe) afastados pelo destino, tanto o da doença fatal como o das condições sociais opostas em que viveriam.

Valerio Zurlini, considerado "o cineasta da paisagem", como comenta o crítico Gian Piero Brunetta: *"... Cronaca Familiare é, entretanto, um filme absolutamente italiano pela refinada beleza figurativa, pelo uso magistral da paisagem e de um colorido intensamente evocativo..." (1),* escolhe este romance de Vasco Pratolini, *Cronaca Familiare*, de 1947, para retratar este 'efeito' em duas personalidades tão diversas e, ao mesmo tempo, tão próximas, como vimos na descrição desta primeira cena. Tanto no romance como no filme temos um narrador – o personagem principal – que vai contar sua vida, mas, como num *'colóquio com o seu passado' (2),* o que ele vai narrar, na verdade, é uma parte *escolhida* de sua vida, que são os encontros e desencontros com seu irmão mais novo que, desde o nascimento, com a morte da mãe, foi afastado de seu convívio. Em um *flash-back* meio desordenado, o espectador vai travando contato com uma memória 'seletiva' e, por isto, envolvida por sentimentos, sentimentos esses que vão se mostrando, ao longo do filme, através da *tonalidade* da cena, ora revelados em tons pastéis da paisagem campestre, ora iluminados por raios solares ou claridades de janela que representam uma certa esperança ou a mudança dos tempos. E essa textura especial vem para emoldurar o silêncio de que falamos acima, que proporciona uma atmosfera de denúncia sem que, com isto, o filme se transforme num manifesto, o ambiente, infestado pela proximidade da guerra, vai sendo introduzido pela ausência de ação e conformação ao destino que nos é narrado. E essas nuances, pontuadas de lembrança em lembrança, vão traçando uma espécie de justificativa, ou um inventário de justificativas, das idiossincrasias entre os dois irmãos, personagens que se revelam pela dissonante disposição de enfrentar cada um o seu caminho e sobreviver a ele, e, principalmente, na capacidade de entender as adversidades. E que mundo é este em que aos poucos nos situamos? Uma época que vamos conhecendo através desse relato memorialista, seletivo e desprovido de qualquer caráter protecionista para com o público distante. Um relato subjetivo onde a memória faz eco para, em seguida, elaborar um novo silêncio, desta vez dimensionalmente questionador, porque traça, mais por essa ausência do que por alguma presença, o perfil do desespero, da carência social, do desamparo. O que vemos em *Dois Destinos* é que as questões da Segunda Guerra, explicitamente ou não,

tecem o pano de fundo de todo o relato, e estas só se revelam na sua importância vital quando escancaram a fragilidade do indivíduo e de seu próximo. É necessário que o protagonista passe a refazer toda a história da sua vida, do que o tocou de verdade, para, finalmente, sentir os horrores da guerra e tomar consciência que o horror maior é não poder salvar a quem se ama. A 'questão humana' está acima do bem e do mal-estar social mas ela não é questionada em tempos de guerra, os personagens que ali se movem estão à margem de qualquer consciência além de suas próprias posições, só posteriormente, ao recontar a história de sua vida, o sobrevivente, portanto o mais forte, ou mais capaz, vai se dar conta do modo como as coisas aconteceram. Sua voz narrando e a sua presença não combinam muito bem, o tom da voz em *off* é o daquele que, de uma certa maneira se arrependeu por ter sido tão intransigente, por ter se comportado, também ele, com a frieza de um soldado em tempos de ofício. Essa representação, aliás, percorre todo o filme, nos escritos dos muros, na penúria do asilo, até se tornar mais explícita nas insígnias militares estampadas inclusive nos uniformes dos enfermeiros, ao final.

Poderíamos dizer que, de uma certa maneira, o filme é uma metáfora do período que vai do pré-guerra até a penúria dos anos que se seguiram ao final dela. Como já dissemos, a baixa luminosidade vai marcar os anos negros e quando o narrador registra: "a guerra acabou", uma janela é aberta e as cenas se tornam mais claras – mas sem euforia – a claridade aqui estaria anunciando um renovar dos tempos, não exatamente uma vida sem dificuldades. Mas a metáfora maior está na própria história dos dois irmãos que vai mostrando como a resistência (em todos os sentidos, não só o movimento em si) tornou os homens mais fortes e dignos, enquanto aqueles que ficaram à margem dos acontecimentos adoecem impossibilitados de interagir no novo mundo, porque este foi devastado e precisa ser reconstruído. Só que pode não ser tão simples, porque ao mesmo tempo, o menino, que vemos crescer sob a redoma da burguesia, ao ser lançado à sua própria sorte, não tem lugar na sociedade, fica à margem dos acontecimentos reais e, porque sem raízes e sem história (ele é um fruto do campo criado sob uma redoma, que não se adapta aos modos da burguesia nem adquire a força dos trabalhadores), perece imerso em suas próprias dúvidas

e tardias descobertas, como ouvimos divagar o narrador: *"Passou tua infância. ... uma infância sem amigos, sem machucados nos joelhos ... sem segredos nem descobertas..." "...se perpetuavam no desabrochar da tua adolescência as condições em que havia transcorrido a tua infância: jamais descobrias coisa nenhuma com teus próprio olhos." (3)* E, no entanto, é ele o elemento destoante, perturbador que, com sua insistência, vai redimir o irmão de uma militância vazia. O quadro quase religioso que se forma pela tríade dos dois irmãos sendo resgatados pela escassa lembrança da mãe morta, surge em contraponto ao *non sense* da ideologia fascista (arrematados pelo amor da avó que é o único elo que antecede, inclusive, o momento das divergências de classes, que a personagem deixa claro ao sinalizar que, se o marido estivesse vivo, nada disto estaria acontecendo, muito menos a adesão do mais moço às organizações juvenis, como 'balilla').

Mas vamos retomar o início (e ao mesmo tempo fim) do filme. Primeiro, logo na abertura, Enrico está num escritório, que deduzimos ser do jornal onde trabalha, à espera de um telefonema, ouvimos o telefone tocar incessantemente, até chegar sua vez de ser chamado para atender. Esta ligação lhe trará a notícia da morte do irmão que fora levado para outra cidade, Florença. Este telefone, pendurado na parede num canto reservado do tal escritório, é preto, ostensivo, ele tem um corpo em cena, com ruído e formato quase agressivos, e, ao final, depois de ouvir a má notícia já esperada, o fone é largado balançando, longe de sua base, como fato consumado. Este telefone preto vem em justa contraposição aos chamados 'telefones brancos' dos filmes de declarada propaganda fascista, onde um mundo perfeito e inquestionavelmente confortável era mostrado como futuro promissor assegurado à burguesia. Bem, é justamente o oposto disto, a significação inversa, materializada no aparelho negro, que vem dar fim a uma agonia iniciada não com a doença, mas, mais exatamente, com a troca de identidade pela qual o rapaz foi obrigado a passar. Se pensarmos que a adesão ao mundo fascista se dá pela oferta de uma vida nova onde 'no pacote' estão inclusos ideais novos, uma família nova, um novo nome a respeitar e, mais do que simplesmente respeitar, adorar. E que tudo isto vem imbuído de uma fé (que, como sabemos remete à fidelidade) difícil de ser transgredida a não ser mediante alguma

derrota real, identificaremos aí todos os sinais que acompanham a chamada chance que é dada a este menino, quando, ao nascer e perder os pais, pode trilhar um outro tipo de vida. Vida esta, supostamente embasada por uma ascensão social que, no entanto, não escapa da decadência quando o estilo de vida deste pai adotivo revela-se precário e, ao perder suas forças, obriga o rapaz, não sem antes acusá-lo de negligência, a viver de seu próprio sustento. Como uma clara alusão às condições da população após a derrota do nazifascismo.

A outra seqüência escolhida é quando se dá o desfecho do drama desses dois irmãos. Um, preso à cama do hospital, o outro, tentando algum consolo, até que Dino, que agora pode atender livremente por este nome, em um de seus devaneios sobre a infância, lembra-se da geléia de laranja, também preferida pela mãe, cuja lembrança lhe vem apartada de toda privação, já que a maior – sua morte – se impõe a qualquer outra. A partir desta lembrança, todo o desejo do irmão doente é poder experimentar novamente esta geléia. Enrico, que sabia muito bem o seu sabor, sai então à procura do doce, uma vez conhecedor de sua 'posição' como narrador oficial, é também incumbido, por sua própria consciência, de ser o responsável pelo desfecho: satisfazer o último desejo daquele que era, a esta altura era óbvio, seu único laço com sua história, com seu passado. Tarefa esta conferida pelo próprio irmão que lhe pedia insistentemente *"...conte-me, você é um escritor não é? Pode me contar qualquer coisa que me faça imaginá-la (a mãe) viva"*. As recordações comovem a ambos e os laços vão se estreitando através da tristeza. Temos, neste ponto, um corte para a rua, num dia de chuva, uma feira livre onde pessoas passam encapotadas e apressadas, comerciantes fecham suas barracas. A voz em *off* do narrador descreve como havia procurado, inutilmente, por toda a cidade, pelo tal doce: *"me pediu a geléia de laranja, não consegui encontrá-la, percorri toda a cidade, de loja em loja ... do riso à ironia ... parecia que eu procurava um absurdo, um pedaço de Marte ... Nunca, como naquele momento, senti tanto ódio dos alemães pela guerra."* *(4)*

O que significa, neste contexto, uma declaração dessas? Seria este personagem, que até então foi mostrado autodidata, trabalhando por tão pouco, passando privações a

ponto de ficar internado, também ele, por dois anos com tuberculose, e, mesmo assim, mantendo suas posições tanto sobre as questões socialistas quanto sobre a existência 'moral' de Deus, ou seja, um teórico esclarecido, cônscio de seus deveres e sem nenhuma ilusão com o mundo 'lá fora', seria ele, ainda assim, um conformista, um alienado de toda a carência causada por aquele estado de guerra, que só agora se dá conta das privações pelas quais todos estão passando? O que 'representaria' este desabafo passional ao fim de uma narrativa que se manteve até então regida pela economia das emoções? Talvez a palavra apropriada seja esta: *representação*. Não se trata de um filme histórico ou de uma narrativa linear do que aconteceu em determinado período, nem muito menos do 'efeito' que o acontecimento histórico veio causar no homem de determinada sociedade, como pode ser visto em outros filmes da mesma época ou dos anos posteriores (penso mesmo no cinema italiano dos anos 70, do próprio Zurlini). Mas o que se apresenta aqui é uma narrativa que se apropria da efemeridade de vidas comuns, relevante apenas em seus pequenos dramas familiares, na pequenez mesmo de qualquer efeito que suas decisões possam infringir no conjunto dos acontecimentos externos ou na acomodação da passagem do tempo, não para tornar esta história uma amostra ou um registro de uma época. Muito ao contrário, ela vem para *representar* exatamente o que mostra: a raiva, a surpresa e até a mesquinharia do ser humano tendo de se haver com a própria dor, sendo pego em flagrante perigo porque seus sentimentos foram expostos e sua fragilidade é maior do que a dor do mundo, ou porque percebe que nesta fraqueza está perdendo, ou já perdeu, sua própria história. Ou seja, assim como recuperar aquele pote de geléia para atender ao último desejo do irmão significava reencontrar a sua própria infância, também ludibriada, também amesquinhada por tantas necessidades, significava também recuperar a direção certa do ódio, para onde e como devia levantar a retaguarda, quem eram realmente os inimigos. Com a recuperação do irmão mais novo, que ele passara tanto tempo rejeitando como um 'anônimo burguês que ao nascer causara a morte de sua mãe', ele recupera a sanidade e pode, enfim, sair do marasmo de um certo sentimento de se sentir também ele, uma raça superior por ter resistido apesar de tantas dificuldades e humilhações.

Ou seja, a guerra presente em todo o filme, não é imposta ao espectador com alguma intenção didática nem, muito menos, como forma de dividir a história em bons e maus. A guerra que permeia nossa história vem em forma de pequenas privações e descobertas do dia a dia. É a guerra de todos os tempos, travada no silêncio do anonimato, recolhida na condição de ser humano. Esta talvez seja a maior contribuição do cinema de Valerio Zurlini e desta corrente cinematográfica dos anos 60: lembrar que o perigo, tão próximo e já negligenciado, não mora do outro lado da rua. E estas, talvez, fossem as intenções de um cineasta do sentimento, da subjetividade e, principalmente, das ausências, que afloram para ressaltar que, se não houver o Outro, talvez não sejamos capazes do ato de indignação. Talvez também por isto o ambiente tão sóbrio, a solidão rondando todas as lembranças, as esquinas angulares marcando o vazio, a câmera lenta que vai de um rosto a outro sem pressa em ampliar as semelhanças, mas aos poucos ficando mais ágil quando se aproxima de um desfecho onde o revelado é que a diferença existe, mas não está ali entre os dois irmãos. E, se pensarmos que apesar de tudo isto, o filme talvez tenha um peso e uma tristeza descabidos, que afinal não tenha escapado tanto assim de uma 'onda existencialista', podemos encerrar lembrando aquela história, na França ocupada, quando um soldado alemão teria dito a um cidadão francês: "como seu país é triste!" e ele teria respondido: "Volte quando vocês não estiverem mais aqui." *(5), (6).*

– – – – – – – – – –

Notas:

1- Brunetta, Gian Piero. *Cent'anni di Cinema Italiano*. Roma-Bari: Laterza, 1998, p. 251. (trad. Nossa).

2- A expressão 'colóquio com o passado' está na dedicatória do romance de Vasco Pratolini, *Cronaca Familiare*, onde o autor afirma não ser um livro de ficção, mas um colóquio com seu irmão já morto.

3- Passagem do romance transposta literalmente para o filme.

4- Idem.

5- Retirado do livro de Eparvier, Jean: *À Paris Sous La Botte Des Nazis.* Editions Raymond Schall – 1944.

6- Algumas observações, como a relevância da luminosidade e a presença imperativa de alguns objetos, foram sugeridas através de conversas tanto com a prof. Dra. Mariarosaria Fabris como com o prof. Dr. Francisco Aguiar.

Um Estudo sobre Padrões de Representação e Estereótipos do Elemento Judaico em Charges da Imprensa Brasileira

Célia Szniter Mentlik - USP

Analisamos aqui brevemente parte do material iconográfico coletado ao longo de uma pesquisa sobre as representações do elemento judaico na cultura brasileira.[1]

Além da especificidade dessa abordagem, apresentada através de um pequeno acervo de imagens, esperamos demonstrar a validade da pesquisa de inúmeras questões ligadas à História Social e História das Mentalidades através de um conjunto de representações visuais agrupadas, por exemplo, em torno de um mesmo tema, grupo ou personagem, ao longo de determinado período.

Apresentam especial interesse e foram destacadas em estudos históricos divulgados ainda na década de 80, *charges* publicadas na imprensa em torno da imigração desse grupo étnico-religioso no século XX, especialmente em momentos críticos das décadas de 30 e 40, quando o governo Vargas impunha medidas restritivas à sua entrada no país.[2]

Tendo a investigação sido ampliada a outros contextos e publicações com o foco nas representações visuais em si, chegou-se a um acervo representativo dessa categoria, do qual avaliamos aqui alguns exemplares.

Dentre os registros encontrados, apontamos aqui o primeiro do ponto de vista cronológico, num exemplar de 26 de julho de 1933 da revista *O Malho*, periódico publicado no Rio de Janeiro, então sob a direção de Antonio A. de Souza e Silva, ocorre uma *charge* do conhecido cartunista Storni, que diz respeito à minoria em questão (Fig. 1).

O nazismo, que já então representava o poder na Alemanha, apresenta repercussões no cenário brasileiro. No segundo quadrinho acima na imagem, o cidadão

assusta-se diante do gesto de um guarda de trânsito, confundindo-o com a saudação nazista. No canto inferior esquerdo um policial ameaça um judeu com uma arma acima da qual se lê: “Juros:1%”, enquanto a legenda informa: “Começou no Brasil a perseguição aos judeus!...” e temos, no desenho, o judeu afastando-se assustado diante da ameaça. Um balcão informa que os personagens estão numa casa de penhores.

Fig. 1. “Acreditem ou não...” por Storni. Revista *O Malho* de 26/07/1933, p. 20, BMMA.

Ao mesmo tempo em que o desenho informa o público leitor quanto ao início das perseguições aos judeus que passam a ocorrer na Alemanha nazista naquele período, sob a forma de restrições à cidadania, às atividades profissionais e comerciais de membros da minoria discriminada, a *charge* não se manifesta criticamente em relação a tal política.

Uma hipótese é que a comicidade da imagem residisse em que a taxa de juros praticada então pelo governo brasileiro (representada acima da arma empunhada pelo policial como *Juros 1%*) fosse tão alta que até mesmo o judeu prestamista fugiria dela, assustado, ou então, pelo contrário, uma imposição de juros muito baixos ao seu negócio seria capaz de ameaçá-lo. Não dispomos desses dados, que exigiriam uma pesquisa sobre a história econômica do período. Estes, entretanto mostram-se desnecessários, à medida que, de qualquer modo, configurou-se ali visualmente uma oposição do tipo "polícia e ladrão", na qual a opressão ao judeu estaria sendo, de alguma forma, negada ou "justificada" porque este último cobra tais ou quais juros de seus clientes.

É óbvio que em julho de 1933 o cartunista não poderia ainda vislumbrar, por mais imaginativo que fosse, as Leis de Nuremberg (1935), os campos de concentração e extermínio, a deflagração da II Guerra Mundial, a ocupação, a dimensão do Holocausto, enfim, toda a seqüência de acontecimentos trágicos que sobreviriam a partir da tomada do poder por Hitler na Alemanha. Contudo, do ponto de vista da História das Mentalidades, parece lícito obter da imagem, agregada a outras informações, dados sobre estereótipos do judeu então vigentes, e considerar a existência naquele período, mesmo no Brasil, de uma opinião pública levemente simpática à idéia que judeus pudessem sofrer determinadas sanções pelo poder, de onde adviria, em qualquer um dos casos supostos, o humor da *charge*.

Saltando de 1933 à década de 40, já no pós-guerra, encontramos publicadas na revista *Careta*, duas outras referências iconográficas ao judeu. Essa publicação manifestava oposição aberta e sistemática à vinda de imigrantes de origem judaica para o país desde pelo menos a década de 30, em conformidade com a política migratória levada a cabo pela diplomacia brasileira em certos períodos críticos da ditadura Vargas.[3] Embora essa orientação governamental fosse predominantemente encoberta e emitida

através de circulares secretas, a revista, pelo contrário, professava seu anti-semitismo abertamente tanto em imagens como em palavras.

Fig.2. Revista Careta, 20/04/1946, p.17, BMMA.

Na *charge* acima (Fig.2), o judeu é identificado por uma série de signos visuais como o nariz adunco, a barba, vestes escuras o chapéu tipo “turco”. Tais adereços já fariam parte do “repertório” do público receptor para identificar seu referente, conforme é possível depreender a partir da série de números anteriores da publicação, onde outras imagens o identificavam claramente como um imigrante “indesejável”.

O clichê do judeu usurário, cuja sede de lucros, expressa em tentativas de determinar o valor dos juros no mercado (como se isso fosse possível), reforça uma visão falsa e mistificadora do peso de seu poder econômico sobre a sociedade, e tem o efeito de instrumentalizar e manter a animosidade popular contra a sua figura.

Ironicamente, recursos visuais muito semelhantes haviam sido amplamente utilizados pela propaganda nazista para estigmatizar o judeu, quando buscava obter apoio da população alemã, bem como as de vários países ocupados, às medidas de exclusão que viabilizariam a execução do genocídio.[4]

Manifestações culturais envolvendo a disseminação de percepções negativas e preconceituosas frente ao elemento judaico em geral encontram-se historicamente associadas a políticas anti-semitas (adotadas oficialmente ou não), num círculo vicioso onde a determinação de causas nem sempre fica evidente sem uma investigação mais detalhada. Não é paradoxal que as discriminações sofridas acabem por marcar negativamente e estigmatizar as próprias vítimas, o que é revelado em parte do material cultural. Ocorre ainda aí, muitas vezes, que as vítimas são ainda responsabilizadas pela perseguição sofrida.

Reforça-se o mesmo conceito da *charge* anterior na figura abaixo reproduzida:

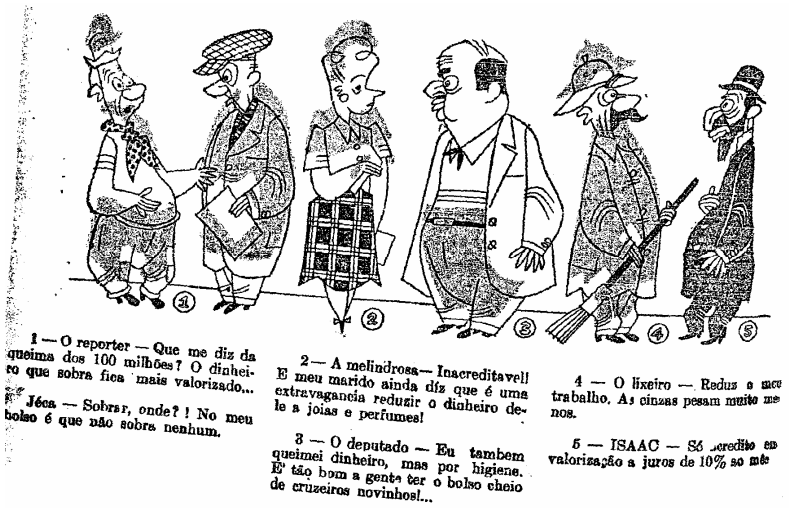

Fig. 3. Revista *Careta*, 10/05/1947, p. 36.

O judeu acima, retratado como financista inescrupuloso, configuraria uma imagem talvez mais risível se não estivesse na realidade escamoteando e ocultando um quadro real de miséria e desespero no qual se encontravam os sobreviventes de comunidades

judaicas quase inteiramente dizimadas em vários países europeus ao final da II Guerra Mundial, condição na qual imigrava ao país pequena parcela privilegiada desses sobreviventes. A distorção entre o fato cultural e as circunstâncias históricas se evidencia quando sabemos que o julgamento de Nuremberg estava em curso, enquanto no Brasil, entre os leitores da publicação, incentivava-se ainda a hostilidade contra a mesma minoria há pouco praticamente aniquilada na Europa.

Mesmo sem discriminá-lo diretamente como um elemento vil ou maquiavélico no meio social, em outros contextos históricos, a figuração do judeu na dinâmica social geralmente emerge associada à usura ou, pelo menos, a uma relação de "encantamento" com o capital, como vemos expresso anos depois, em 1958, no desenho de Péricles Maranhão, abaixo reproduzido:

Fig. 3 – *Charge* de Péricles Maranhão na Revista *Cruzeira de 05/07/1958,* p. 50.

Aqui, o personagem (mais simpático e positivo), com a mão espalmada, parece "atrair" as "abobrinhas" que o *Amigo da Onça* está devolvendo a seu constrangido colega,

o que se confirma visualmente ainda pelo seu porte de uma maleta adequada para transportar títulos e valores, enquanto o credor ao centro apresenta-se "de mãos vazias".

A representação do judeu e aquela do capital fundem-se num único *signo* que tem se repetido na cultura ocidental há séculos, impresso inclusive nas formas verbais mais corriqueiras na língua portuguesa, já que até mesmo a denominação ao grupo pode ser utilizada como sinônimo de "usurário". Tal associação encontra-se, portanto, como as conexões nervosas (sinapses) na neurofisiologia humana, muito *facilitada*.[5]

Assim, não é casual que as *charges* acima apresentem convergências também com as referências ao judeu encontradas na obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933): "...*Em essência o problema do judeu em Portugal foi sempre econômico criado pela presença irritante de uma poderosa máquina de sucção operando sobre a maioria do povo, em proveito não só da minoria israelita como dos grandes interesses plutocráticos. Interêsse de reis, de grandes senhores e de ordens religiosas. Técnicos da usura, tais se tornaram os judeus em quase tôda parte por um processo de especialização quase biológica que lhes parece ter aguçado o perfil no de ave de rapina, a mímica em constantes gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e de criar. Capazes só de amealhar*.....etc." [6]

Com a citação da passagem, esperamos demonstrar que os estereótipos presentes no imaginário coletivo não se criam por si só, mas decorrem do emaranhado da herança cultural, e de suas velhas questões, com novos consensos que vão sendo adquiridos ao longo do processo histórico da sociedade, configurando assim as formas e os valores defendidos ou vigentes entre os diferentes setores no contexto político-cultural do período no qual ocorre a representação.

Assim, na avaliação das representações referentes a minorias no processo cultural, há que se considerar, por exemplo, o papel desempenhado pela introdução de dados

novos, como a Lei Afonso Arinos (nº.1390/51), que em 1951 transformou em contravenção penal a prática resultante dos preconceitos de raça e de cor; marco de ruptura na história do racismo no Brasil. Ainda a partir de 1989, decorrente de novos desdobramentos, na Lei 7.718/89 o racismo é definido como crime inafiançável no país.

Desse modo, a sociedade brasileira, no contexto democrático, desenvolveu mecanismos jurídicos eficazes de proteção contra a discriminação racial e religiosa, pelo menos no que tange à esfera pública, onde se inclui a imprensa, o rádio, a TV, etc. No que se refere aos conteúdos na Internet, o controle sobre manifestações explícitas de racismo é mais complexo e vem sendo objeto de inúmeras discussões a nível internacional.

Nos últimos anos, a política cultural tem envolvido questões complexas como o âmbito dos direitos civis, liberdade de expressão, a inadequação ao caldo de cultura nacional das normas de conduta que caracterizariam o "politicamente correto" e as "políticas de reparação", lugar onde a pesquisa histórico-cultural na linha do proposto talvez possa trazer alguma contribuição.

---

[1]Apresentada em SZNITER, C. *Representações do Judeu na Cultura Brasileira: Imaginário e História*, Tese de Doutorado FFLCH/USP, 2002.

[2] CARNEIRO, M.L.T. *O Anti-Semitismo na Era Vargas - Fantasmas de uma Geração (1930-1945)*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, pp.443-456.

[3] Op.cit.

[4] Ver SZNITER, C. *A Dimensão Visual da Propaganda Nazista: as Imagens do Judeu e do 'Ariano'*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1996.

[5] Apontamos sua ocorrência em inúmeros registros culturais: nas imagens lingüísticas, no folclore, na literatura de cordel, conforme referido na tese SZNITER, C. *Representações do Judeu na Cultura Brasileira: Imaginário e História*, op. cit.

[6] FREYRE, G., *Casa Grande e Senzala*, 10ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961, p.314. Sobre o discurso anti-semita de Freyre ver SILVA, Sílvia Cortez, *Tempos de Casa Grande*. Tese de doutorado em História Social, FFLCH/USP, 1997.

A defesa militar da Amazônia

Celso Castro e Adriana Barreto de Souza*

Quem defendia a Amazônia brasileira, antes de o Brasil existir como nação independente? A pergunta, contraditória em seus próprios termos, ganha sentido quando examinamos as representações que se fazem hoje sobre a presença militar na Amazônia. Em 1995, o general Zenildo Lucena, então ministro do Exército, afirmou que o "destino manifesto do Brasil" era a Amazônia e que integrar a região era prioridade nacional. Sua palestra, proferida no Forte Leavenworth, em Kansas, Estados Unidos, está parcialmente reproduzida na página do Exército brasileiro na internet.[1]

Essa afirmação ganha peso quando temos em mente o local e o público da palestra do ministro. O Forte Leavenworth, fundado em 1827, é o posto militar mais antigo em atividade a oeste do rio Mississipi e foi a principal base de operações na expansão da fronteira oeste estadunidense – leia-se: na luta contra os índios e os mexicanos que anteriormente ocupavam esses territórios. O "recado", portanto, foi dado num lugar que simboliza a história expansionista da única superpotência militar da atualidade – para muitos, um novo "Império" hegemônico. Além disso, as Forças Armadas dos Estados Unidos, especialmente após o início do "Plano Colômbia", têm sido muitas vezes acusadas de terem como objetivo mais ou menos distante promover uma nova expansão, mesmo que mais disfarçada ou indireta, sobre a região amazônica.

Para se dar maior legitimidade a essa missão institucional, o ministro disse também que o Exército está presente na Amazônia desde o início do século XVII e que desde então luta para garantir a soberania brasileira sobre a região. Tal afirmação ganha sentido como uma construção simbólica destinada a estabelecer uma tradição de longa duração. O historiador, no entanto, precisa ter cuidado para evitar uma visão anacrônica que projete no passado imagens referentes

* Celso Castro é doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ e pesquisador do CPDOC da Fundação Getulio Vargas. Adriana Barreto de Souza é doutora em História Social pelo PPGHIS da UFRJ e professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

[1] Ver http://www.exercito.gov.br/03Brafor/Amazonia/indice.htm

à instituição militar atual. Neste artigo queremos perguntar, portanto, quem foram os militares que defenderam o território da atual Amazônia brasileira no séculos XVII e XVIII; e, associada a essa questão, o que era esse território, em termos políticos, e o que significava ser militar nessa época.

Os militares que "desbravaram" a Amazônia

O Exército que conhecemos hoje é uma corporação com um certo grau de autonomia, com regras e normas próprias que organizam sua vida interna, desde o comportamento de seus integrantes até o sistema de promoções na carreira. A palavra "militar" nos remete quase naturalmente à idéia de um profissional com habilidades técnicas específicas e que, além disso, incorporou durante os anos de sua formação um conjunto de valores e atitudes pautados por uma forte disciplina. É importante, no entanto, percebermos que esse modelo de "militar" é historicamente recente. Ele só foi instituído, gradativamente, durante o século XIX, à medida que os estados nacionais se consolidavam.

Antes disso, o que existia eram os exércitos *reais* – termo que não é sinônimo de nacionais. O exército dos séculos XVII e XVIII era um bem pessoal da Coroa, não uma força pública. O rei detinha o monopólio da distribuição dos postos e patentes e, assim, controlava a composição do corpo de oficiais. A promoção na carreira seguia critérios que combinavam origem social e prestação de serviços à Coroa, não sendo exigido dos aspirantes ao oficialato qualquer formação acadêmica. Em Portugal, uma reforma desse sistema diferente só foi feita pelo Marquês de Pombal, em 1757.

Resta, então, a pergunta: quem eram os militares que desbravaram a Amazônia no início do século XVII? Os homens que aceitaram participar das expedições dessa época eram militares, mas não do Exército. O motivo disso era tão simples quanto surpreendente: ainda não existia um Exército permanente em Portugal. Este só foi criado em 1641,[2] quando foi instituído um imposto extraordinário para as despesas de guerra com o propósito formar um exército capaz de sustentar

[2] SELAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

a revolução iniciada em dezembro de 1640, para libertar Portugal do domínio filipino, exercido desde a instituição da União Ibérica, em 1580.

Militar, no início do século XVII era toda a população do reino. Predominavam ainda as tradicionais relações de vassalagem herdadas da Idade Média. De modo geral, todos os fidalgos, cavaleiros ou escudeiros, criados ou não da Casa Real (o rei ainda não detinha o monopólio de distribuição de títulos, cargos e funções), deviam dispor sempre de cavalos e armas para guerra. Os demais senhores de terras, de acordo com o montante de seus rendimentos e posses, eram obrigados a possuir um número variável de cavalos, lanças e arcabuzes para servirem ao rei. Já os não proprietários, os mecânicos e trabalhadores rurais eram obrigados a ter lança ou dardo.

Em 1570, toda essa população armada foi constituída em Companhias de Ordenanças, uma milícia com organização territorial, por províncias, e valor meramente quantitativo.[3] Era dessas ordenanças que saíam os militares portugueses que vinham para a Amazônia – oficiais que em nada lembram o atual modelo disciplinar e técnico. Na verdade, nem mesmo integravam um batalhão, um regimento ou qualquer unidade militar. Por isso utilizava-se o termo *expedições* para definir suas atividades.

As primeiras expedições à Amazônia

Algumas expedições que circularam pela Amazônia no início do século XVII tinham de fato a intenção de conter o que se costumou chamar posteriormente de “cobiça internacional”. Várias delas lutaram contra holandeses, ingleses e franceses – e todos esses, mais portugueses e espanhóis, invadiam áreas em que viviam, desde muito antes, populações indígenas. Só devemos lembrar que a cobiça das outras nações européias não era dirigida para terras brasileiras, nem mesmo portuguesas. A Amazônia, pelo Tratado de Tordesilhas, ainda em vigor, pertencia à Coroa de Espanha. Essas expedições, mesmo saindo de Portugal, eram autorizadas

[3] A criação dessas Companhias de Ordenanças está no Regulamento de 10 de dezembro de 1570.

por Madrid. Até 1640, com a união das coroas, era de lá que saíam as ordens para o mundo ibérico.

Além disso, boa parte das expedições desse período eram de *resgates*. Ou seja, expedições que se embrenhavam nas matas com o objetivo de aprisionar índios e levá-los para servir nas missões religiosas ou junto aos colonos que sofriam com a escassez de mão-de-obra escrava. Elas eram dirigidas por um oficial, geralmente um capitão-mor, alguns homens brancos, reinóis que vinham para a Amazônia como soldados, religiosos de diversas ordens e um número avultado de índios aliados. Os mesmos oficiais que participavam da luta pelo controle do território, expulsando os inimigos da Ibéria, também dirigiam as capturas de índios. Já a tarefa de ocupação da Amazônia era responsabilidade não desses militares, mas dos missionários religiosos, que estabeleceram os primeiros povoados.

O capitão-mor Pedro Teixeira

Na página do Exército na Internet sobre a presença dos militares da Amazônia, acima citada, o capitão-mor Pedro Teixeira é celebrado como "figura que deve representar o símbolo da luta pela preservação da soberania brasileira na Amazônia". A frase encerra uma pequena biografia desse personagem, que merece algumas observações com o objetivo de contextualizá-la historicamente.

Pedro Teixeira pertencia à cultura militar do século XVII. Nascido em Portugal no ano de 1587 e morto em Belém, em 1641, Pedro Teixeira atravessou o Atlântico em 1614 como alferes da expedição de Diogo de Campos, destinada a expulsar os holandeses do Maranhão. Sem dúvida lutou contra forças estrangeiras, mas – é importante destacar – não pela "soberania brasileira".

Pedro Teixeira imortalizado na Canção do Soldado da Amazônia

Nossa origem se prende às glórias
da bravura sem par das bandeiras,
pois de Pedro Teixeira as vitórias
demarcaram as nossas fronteiras.
Estes feitos heróicos da história
e o povo ancestral denodado
estão sempre presentes à memória
nas ações de seu forte soldado.
[...]
(Letra do coronel Oswaldo do Passo Matoso Maia)

Pedro Teixeira não lutou só contra invasores estrangeiros. Antes de se tornar capitão-mor dirigiu vários *resgates* de índios.[4] Aliás, foi essa experiência na selva, capturando indígenas, que garantiu seu sucesso na grande expedição de 1637, a Quito, que o tornaria bastante famoso, sendo considerada até hoje como um grande feito expedicionário.

O título de "alferes" que lhe é atribuído faz parecer que de fato se tratava de um militar do Exército, o que dá margem a novas imprecisões. Pedro Teixeira fez sua carreira como era possível na época, ou seja, nas Companhias de Ordenanças. Alferes era um dos postos das ditas companhias. O mesmo vale para o posto de capitão-mor.

Este era, inegavelmente, um posto militar – na verdade, o topo da hierarquia das Ordenanças. Cabia ao capitão-mor encarregar-se de engajar a população no serviço, bem como visitar e determinar a formação de companhias. Todavia, esse era também um cargo político, da administração real, sendo provido diretamente pelo governador-geral. As fronteiras entre o mundo militar e civil, tão nítidas atualmente, eram então bem mais flexíveis.

Chegam as unidades de um Exército permanente

Só em julho de 1753 a atual Amazônia brasileira passou a contar na sua defesa com unidades de um Exército permanente. Vieram dois regimentos de Portugal, que receberam os nomes de Regimento da Cidade e Regimento de Macapá. A medida integrava a vasta reforma político-administrativa instituída no reino pelo secretário de d. José I, o marquês de Pombal. Três anos antes, Portugal havia assinado o Tratado de Madrid, incorporando ao seu território mais de 3.000 mil quilômetros de territórios a oeste da antiga Amazônia espanhola. O considerável alargamento das fronteiras, que fez com que o Brasil praticamente assumisse seus contornos atuais, exigia um cuidado maior por parte da Coroa. Por isso, Pombal decidiu mandar para governar a Amazônia – ou melhor, para o Estado do Grão-Pará – seu meio-irmão Francisco Xavier Mendonça de Furtado. Dentre várias tarefas, coube a Francisco Furtado garantir a

[4] A descrição desses resgates está em um livro clássico, escrito no século XIX por um oficial do Exército. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

demarcação dos novos limites. Para isso, era necessário dispor de um efetivo militar maior e de forças mais bem preparadas. Essa foi a razão da vinda dos regimentos.

Esses impulsos colonizadores, no entanto, não tinham continuidade. A ação era sempre emergencial. Em 1802, em função das indisposições de Portugal com o governo francês, a Coroa resolveu tomar novas providências para garantir a fronteira norte da Amazônia – expediu do Rio de Janeiro para o Pará um outro regimento de infantaria, o de Estremóz.

Até 1822, toda força regular da região se resumia a esses três corpos de infantaria, um corpo de artilharia e um esquadrão de cavalaria. Além do mais, todos eles estavam aquartelados na capital. No interior da Amazônia, o Exército português continuava ausente, deixando a defesa dessa vasta região nas mãos de forças particulares, os corpos de milícias.

Para concluir, vale assinalar que o peso da atual representação sobre a antiguidade da presença da instituição militar na Amazônia reside não em sua precisão histórica – sujeita, como vimos, a reparos. A importância dessa projeção no passado adquire seu pleno sentido apenas quando perguntamos por seu papel na vida atual da instituição, cada vez mais voltada a enfatizar a necessidade de manter uma presença militar na Amazônia como forma de preservar, para o futuro, a soberania brasileira sobre a região. Um marco nesse processo é o “Projeto Calha Norte”, criado em 1985 com o objetivo de “vivificar” a fronteira norte do Brasil e aumentar a segurança da região através de presença mais ostensiva do Estado brasileiro e das Forças Armadas em particular.A palestra do ministro do Exército mencionada no início deste artigo evidencia a crescente importância estratégica que a Amazônia assumiu nas últimas décadas para os militares brasileiros e, em particular, para o Exército.

OS VELHOS INCAS E O NOVO MILÊNIO

CELSO GESTERMEIER DO NASCIMENTO - UFCG

INTRODUÇÃO

O objetivo desta apresentação é compartilhar um pequeno estudo que realizamos a respeito dos acontecimentos ocorridos em outubro do ano passada na Bolívia e que consideramos que não teve divulgação satisfatória pela imprensa brasileira e que, no entanto, acreditamos que seja apenas a ponta de um iceberg que vem se aproximando de algumas nações latino-americanas em que o caráter étnico é fundamental e utilizado explicitamente em oposição ao sistema neoliberal propondo-se, inclusive a unir os vários povos indígenas desses países.

A TRAGÉDIA DE OUTUBRO DE 2003

O mês de outubro de 2003 entrará para a história boliviana como um "outubro negro"ou "outubro vermelho" devido as mortes e advindas dos conflitos entre manifestantes e o Exército em várias cidades.

No dia 12 a cidade de El Alto – distante 12 quilômetros da capital La Paz, e onde fica o aeroporto – oito pessoas foram mortas pelos soldados, totalizando 19 baixas em um mês de manifestações. No dia seguinte o vice-presidente, Carlos Mesa, rompeu com o presidente Gonzalo Sanches de Losada mas não renunciou ao cargo, esperando com isso ser nomeado novo presidente do país. A seguir, o governo suspendeu a exportação do gás e dois dias depois, a capital boliviana estava isolada do restante do país, com manifestantes tomando as estradas e organizando barreiras, assim como também acontecia com relação ao aeroporto [1]. Já se percebia a falta de comida, escolas e comércio fechados e os hospitais tinham problemas em socorrer pacientes. Mineiros, cocaleiros e camponeses tornavam-se os principais manifestantes a chegar a cidade e era comum ouvir-se gritos de "Guerra Civil" entre os manifestantes. A 16 de outubro o presidente estava cercado e já não podia deixar o Palácio presidencial, o desabastecimento tornava-se cada dia mais sério, com a batata sofrendo uma elevação de preço da ordem de 76% e o preço do gás saindo de 21 para 71 bolivianos. Cerca de 50.000 manifestantes marcharam pelas ruas da capital, enquanto o presidente Lozada, em entrevista à TV CNN dizia tratar-se de uma minoria vinculada ao cultivo da coca e ao terrorismo. Cidades como Cochabamba e Sucre também sofriam manifestações, assim como Oruro, Potosí e Santa Cruz de la Sierra [2] e em várias partes do país eram iniciadas greves de fome enquanto os soldados cercavam as antenas da TV Cadena A e a RDP foi tirada do ar.

Finalmente, a 17 de outubro os manifestantes foram atendidos: o presidente Losada renunciou, após 14 meses de governo e de 120 mortes, sendo empossado o vice-presidente Carlos Mesa. E, em 20 de outubro, a Central de Trabalhadores da Bolívia suspendeu sua greve geral, no mesmo dia em que o ex-presidente chegava a Miami. Enquanto isso a oposição já pressionava o presidente Carlos Mesa a diminuir a participação de estrangeiros na exploração de minérios, o fim da repressão aos plantadores de coca e maior poder aos índios.

Os conflitos de Al Alto foram basicamente realizados pelas "juntas vecinales" (associações de bairro), em particular no bairro Rio Seco, onde morreram 54 pessoas em 12 de outubro. Inclusive apontou-se a importância da morte de um soldado por não cumprir as ordens superioras de atirar em civis. Ao final, a oposição organizou a "Marcha da Paz", onde

foram acertados 90 dias de trégua para que o novo presidente organizasse o governo. Mesa se prometeu a atender três reivindicações indígenas: realizar um plebiscito sobre a exportação de gás, convocar uma Assembléia Constituinte e revisar a Lei dos Hidrocarbonetos, ante a insistência popular de industrializar o gás antes de exportar e, assim, gerar mais empregos.

POR QUE?

Outras manifestações já haviam ocorrido em fevereiro, totalizando 32 mortes, desde que o presidente efetuou cortes no orçamento para cumprir acordo com o FMI. Recentemente, as manifestações foram causadas pelo descontentamento da população frente ao projeto do governo de exportar gás para Estados Unidos e México através do Chile. Tal fato se deve a ressentimentos da população com a Guerra do Pacífico em que, em 1879-1983, o país vizinho conquistou da Bolívia a sua saída para o Pacífico e a preferência, pela oposição, do Peru como local de escoamento ou mesmo que o gás seja usado para abastecer famílias bolivianas que ainda hoje valem-se de excrementos de animais como combustível.

Tal projeto, afirmava o governo, renderia um possível lucro de US$ 1,5 bilhões de dólares, pois a Bolívia é o segundo país da América do Sul em reservas de gás, superada apenas pela Venezuela e, no entanto, segundo a oposição boliviana, o Estado ficaria com o equivalente a apenas 18% do gás exportado.

Outro elemento de tensão com relação a Losada é o fato de que, quando presidente em 1993 ele aplicou um programa de privatizações que colocou parte do gás do país nas mão da companhia espanhola Repsol [3]. Ou seja, na verdade Losada desde os anos 1990 vem defendendo uma política neoliberal e cumprindo acordos com o FMI, num período em que a economia do país caminhava para uma estagnação, cujo crescimento em 2002 foi de apenas 2,4%, as exportações do país hoje são menores que em 1978 e a renda per capita da população diminuiu em 0,4% desde que começaram as reformas neoliberais[4] e hoje o país encontra-se, junto com Haiti e Paraguai, entre os mais pobres do continente.

Some-se a isso o fato de que o ex-presidente Gonzalo Sanchez de Losada nunca foi um político muito popular, pois recebeu 23% dos votos na campanha de 1989, 37,8% em 1993 (quando foi eleito) e 22,5% em 2002, quando venceu o líder cocaleiro Evo Morales no segundo turno da campanha, numa votação indireta, no Congresso Nacional.

A QUESTÃO ÉTNICA:

As manifestações que forçaram a renúncia de Losada tiveram um preponderante componente étnico, sendo lideradas por índios de etnia aymará e quéchua, através da Central Trabalhadora Boliviana (CTB). Somente em El Alto, cerca de 70% da população se identifica como aymará[5], num país em que o Censo de 2001[6] aponta para a existência de 25% de aymarás, 30% de quéchuas, 30% de mestiços e apenas 15% de brancos, numa população de apenas 6.500.00 habitantes.

O componente étnico é tão importante nesses movimentos que o presidente Lozada era chamado pela população de “Gringo”, devido ao fato de ter estudado nos Estados Unidos e falar com forte sotaque e, ainda, pelo fato de não ter um índio em seu ministério. Aliando-se esse componente com o passado de humilhação, a que a população indígena vem sendo submetida desde o período colonial, com a fome e a miséria do país, temos uma combinação explosiva. Isso explica o fato de setores de classe média e média alta da cidade de La Paz terem se sentido inseguros durante as manifestações, inclusive pressionando o governo a chamar os “rangers de Santa Cruz”, pois os soldados de La Paz também são em sua maioria índios e seria possível que aderissem aos manifestantes.

O MOVIMENTO INDÍGENA PACHACUTI

Durante tais acontecimentos uma liderança – entre outras – chamou-nos a atenção: Felipe Quispe. Ex- candidato à presidência da República boliviana, ele surpreende por sua

radicalismo na defesa da nação indígena na Bolívia. Autor de um livro sobre Tupaj Katari (Tupaj Katari, vive y Vuelve – 1990), aquele que, em 1781, levantou-se contra o Império Espanhol e foi morto, esquartejado por quatro cavalos, tornou-se um personagem símbolo nessa luta. Fundador do Exército Guerrilheiro Tupaj Katari nos anos 90, entre os anos de 1992-1997 foi preso pelo governo, período em que aproveitou para estudar história no Centro de Educação Média de Adultos e, posteriormente, matricular-se na Universidad Mayor de San Andrés. Um dos criadores do Movimento Indígena Pachacuti, é deputado e presidente da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB).

Felipe Quispe adotou o título de "Mallku", que é uma referência de poder e de autoridade política, conjuntamente com sua esposa. A palavra refere-se à expressão aymará *"Mallku Kunturi"*, que significa "senhor da grande altura". Assim, o Mallku é uma referência ao condor, que reina nas alturas e é um animal sagrado para os aymará, demonstrando que a simbologia incaica é utilizada com finalidades políticas por Quispe.

A seguir fazemos uma pequena reflexão acerca dos principais elementos que compõem a visão de Felipe Quispe acerca da atuação do Movimento Indígena Pachacuti e que vem fazendo parte de nossa pesquisa sobre movimentos camponeses na Bolívia:

1- Trata-se de combater o que Quispe chama de "proyecto social monoétnico blanco", ou seja, num país em que os brancos – q'aras – são minoria numérica, a imensa maioria índia (segundo ele chega a 90%) é discriminada e desprezada, seus valores são criticados e valorizam-se as características "criollas" [7] da sociedade. Há um conflito entre dois mundos que resulta em imposição de um sobre o outro, do branco sobre o indígena e, nessa visão, os "criollos"que dominam a Bolívia representam apenas a continuidade do mundo espanhol colonial. Para Quispe, não há uma cultura mestiça ou "criolla", somente a européia, o que obriga o MIP a uma campanha de re-indianização, para que a cultura original não seja perdida, pois ele funciona como uma espécie de instrumento político da CSUTCB e, por imediato, das nações indígenas, propondo-se até mesmo a assumir o poder político.

2- Organização do MIP: segundo o próprio Felipe Quispe, o Movimento Indígena Pachacuti deve nutrir-se de gente jovem e ainda não corrompida, ou seja, não militantes de partidos políticos, de forma que o movimento possa contar com ferramentas novas de ação. É interessante acrescentar que ele acredita que há uma "contaminação" das tradições indígenas pela cultura estrangeira, principalmente européia, por isso a necessidade de se trabalhar com a juventude "não corrompida", de forma que o MIP possa atuar "ideologizando, indianizando a nível nacional". Assim, o movimento aparece como um instrumento político de afirmação de outro estado, o da nação Qullasuyu que, ao mesmo tempo em que combate a Bolívia – produto "criollo"- deve aprender a agir dentro das leis nacionais bolivianas, já que se propõe a atuar politicamente combatendo a elite opressora.

Essa dupla relação com a nação boliviana, de oposição e ao mesmo tempo de participação é, sem dúvidas, um dos maiores – senão o maior – dos problemas que o movimento deverá enfrentar ao tentar assumir o lugar de "mais poderoso movimento indígena da América do Sul".

3- O projeto do MIP é, talvez, a essência de seu radicalismo: Quispe parte do pressuposto que a história quechuaymará foi interrompida pela chegada do conquistador espanhol que continua até hoje nas mãos de seus descendentes. Assim, o projeto do MIP deve ser uma retomada da nação Qullasuyu, formada pelos povos aymará e quéchua, de antes da chegada dos espanhóis, tratando-se de retornar a um tempo em que não havia pobreza, fome ou humilhações. Logo, não se trata apenas de uma luta de classes, ou seja, a situação da população quechuaymará não é apenas uma questão econômica ou de ser incorporada à nação boliviana e sim de uma luta de nações, de recusa à nacionalidade boliviana e, na medida em que o elo de ligação entre essas pessoas for uma cultura ancestral comum, e não a pobreza, isso unirá diferentes setores da sociedade boliviana, aglutinando operários, camponeses, estudantes, professores rurais, motoristas etc, ou seja, campo e cidade. E, ainda segundo Quispe, tal projeto não deverá ser excludente, na medida

em que no MIP há espaço para outros intelectuais, que serão o cérebro da organização e que haverão de ajudá-la a tomar o poder político, embora não deixe claro como seria a relação com esses intelectuais e sua procedência.

Essa discussão é ainda bastante incipiente, por tratar-se de um trabalho de pesquisa recentemente começado, mas esperamos que essas questões possam servir para que, ao menos, passemos a prestar mais atenção a uma forma importante de atuação política que vem se desenvolvendo no contexto da América Latina, mas – como é comum ao tratar-se de questões indígenas – muito pouco espaço vem tendo na mídia brasileira.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

Folha de São Paulo. 13 a 23 de Outubro de 2003. São Paulo.

SCHELP, Diogo. A Rebelião dos miseráveis. VEJA.São Paulo, 22 de Outubro de 2003.

CAMARGO, Cláudio No olho do furação. ISTOÉ. São Paulo, 22 de Outubro de 2003.

ARBEX JR., José. E A Bolívia disse não.CAROS AMIGOS. São Paulo, Novembro de 2003.

BRUIT, Hector H. Revoluções na América Latina: o que são as revoluções? México e Bolívia, Cuba e Nicarágua. SP: Atual, 1988. (Coleção Discutindo a História).

Sites Pesquisados:

GUAMAN, Felipe. Preparando la revolución indígena en Bolívia. In www.nodo50.org/pretextos/bolivia1.html (site visitado em 11/02/2004)

www.aymaranet.org

www.nodo50.org

NOTAS

[1] A cidade de La Paz fica numa altitude de 3500 m, é a maior altitude entre capitais do munod. Sendo cercada por montanhas em torno de 5000 metros, os bolivianos dizem que foi construída num “buraco’ o que torna fácil ser sitiada.

[2] Santa Cruz de La Sierra é o principla pólo de desenvolvimento do país, concentrando 32% do PIB e 50% das exportações do país. Distante 900 Km da capital, seus empresários vêm, atualmente, pressionando o presidente Carlos Mesa para convocar uma nova Assembléia Constituinte que dê maior autonomia da região com relação a La Paz.

[3] A Repsol também adquiriu empresas argentinas durante o processo de privatização.

[4] A renda per capita da Bolívia hoje é de US$ 950,00/ano ou seja, menor que antes da reformas.

[5] El Alto é uma cidade que reúne cerca de 800.000 habitantes, em sua maioria migrantes pobres do interior.

[6] De acordo com dados disponibilizados pela Folha de São Paulo em sua edição de 20 de Outubro de 2003.

[7] Diz- se “criollo” ao branco, filho de espanhóis nascidos na América

Estado e nação na obra historiográfica de Manoel Bomfim

Celso Noboru Uemori – PPG-PUC-SP

As "nações" na obra de Manoel Bomfim

Neste texto que apresento no XXIII Simpósio Nacional de História, abordo a relação entre Estado e "nação" na obra historiográfica de Manoel Bomfim (1868-1932). Preliminarmente, é preciso dizer que o conceito de "nação" no pensamento do autor tem dois significados: em *A América Latina*[1], publicado em 1905, ela foi delineada como um organismo que, graças ao parasitismo ibérico, nasceu e se desenvolveu amorfo, debilitado, dilacerado, atravessado por conflitos e antagonismos de classes e de grupos. Nessa obra, vislumbra-se um país que, no plano externo, subordinava-se à Metrópole e, no interno, convivia com a escravidão e a opressão de classe. O colonizador português, movido tão-somente pela vontade de se apropriar da riqueza da colônia, "educou" os colonos para explorar e extorquir o que o escravo produzia. Tudo isso está em seu livro *A América Latina*. Contudo, nos textos que foram elaborados mais de duas décadas depois - O *Brasil na América (1929)*[2], *O Brasil nação*[3] *O Brasil na História* [4], e, ambos de 1931, a "nação" apareceu caracterizada de outra forma. Bomfim construiu a imagem de uma entidade que, desde a origem, constituiu-se como um organismo homogêneo, uno e sem contradições.

Na obra *O Brasil na América* o colonizador português deixou de ser o parasita, aquele que atuou com violência contra a população nativa e que instituiu a escravidão. A análise da formação do Brasil, agora, não mais se deteve em diagnosticar os "males de origem" que geraram um país atrasado. Em *América Latina* o acento foi posto na crítica ao conservadorismo da classe dominante e a sua incapacidade de aceitar qualquer idéia de mudança por temer a perda de privilégios. Em *O Brasil na América*, Bomfim preocupou-se em caracterizar a relação dos portugueses com os índios do ponto de vista do encontro

entre duas civilizações, duas culturas ou duas tradições que se harmonizaram, havendo a perda das identidades particulares. Emergiu do enlace, do intercâmbio entre lusitanos e o "tupi" uma sociedade, um povo e uma "cultura" brasileiros; sociedade, cultura e povo que nem eram portugueses e nem indígenas, pois era algo novo, inusitado. Para Bomfim, o que menos importava é se houve vencedor ou vencido, pois o fundamental era destacar o encontro entre dois povos – índios e portugueses – que não tinham preconceitos e, por isso, estavam predispostos a assimilarem e serem assimilados. Resultou desse intercâmbio a formação de uma "nação" homogênea, ou seja, sem contradições e sem conflitos internos. A nação assim gerada era portadora de uma tradição peculiar.

Estado *versus* nação

O nosso autor construía o seu raciocínio opondo pares antagônicos, em um esquema bipolar. Por exemplo, em *A América Latina* ele colocou em campos opostos e antagônicos colônia e metrópole, senhor e escravo, parasita e parasitado. Em sua obra historiografia produzida nos final dos anos 20, o seu sistema binário privilegiou a relação Estado e nação. Esta foi descrita como uma entidade "natural", criada pelos brasileiros, enraizada na tradição, na terra e na cultura. O Estado, por sua vez, era o invasor, a antinação, o espoliador, o parasita, o usurpador, o vírus que se alojou no organismo saudável (a nação). Os interesses de uma não eram os do outro; a hipertrofia do Estado implicava o enfraquecimento daquela.

A oposição entre Estado e nação serviu de parâmetro para Bomfim analisar a história do país. Tudo o que se referia à nação dizia respeito ao bem, ao positivo. Ao Estado associava-se o negativo, o mal. A atuação dos Indivíduos, os acontecimentos tidos como os mais relevantes e os movimentos políticos foram analisados dentro desse esquema binário. No pensamento de Bomfim, Estado e nação apareceram como dois pólos que se repeliam; o primeiro ligava-se à monarquia, aos Braganças, à centralização política, à asfixia das municipalidades, ao ataque às aspirações republicanas e democráticas, à injustiça, à

opressão e ao atraso econômico, político e social do país. A segunda foi associada ao "povo", à liberdade, à justiça, à igualdade, à república, à democracia, ao progresso e à modernização.

Em tal esquema, desapareceram as diferentes temporalidades, as idiossincrasias, as especificidades dos acontecimentos. Assim, A Revolução Pernambucana, A Confederação do Equador, a Praieira, as revoltas das províncias contra o governo da Corte, entre outros movimentos políticos, foram encaixados em uma totalidade. Bomfim adotou uma perspectiva a-histórica, tornando viável transformar fatos produzidos historicamente em essência.

Por outro lado, na sua narrativa sobre a nação não existiam sujeitos portadores de interesses políticos, econômicos ou visões de mundo. Há, sim, um sujeito abstrato, que pode ser chamado de sentimento de nacionalidade ou de consciência nacional. Os paulistas (construtores de caminhos e de povoados), os brasileiros que lutaram contra os estrangeiros pela preservação do território, os rebeldes de 1817 e todos os demais personagens que participaram dos movimentos políticos do Primeiro Reinado, da Regência e do início do Segundo Reinado agiram tão-somente em defesa do "legítimo espírito nacional" e contra o Império. Não existiram, portanto, interesses de grupos, de classes ou regionais.

Tradições

Nos textos *O Brasil nação* e *O Brasil na História*, o foco da reflexão centrou-se na relação entre Estado e nação, configurando-se a bipolaridade que norteou a construção da sua análise. Nesses escritos, os conflitos e os antagonismos diziam respeito aos interesses conflitantes entre as duas entidades. Desse modo, Bomfim pensou em duas tradições: uma estava ligada à nação; outra, ao Estado. Aquela precisava ser preservada; esta, negada. A primeira era "estímulo e orientação" para nortear os rumos que o país precisava tomar, tendo em vista a superação do atraso e modernizá-lo. A sua herança consistia, no âmbito cultural, na possibilidade da convivência pacífica e solidária, na identificação afetuosa dos brasileiros com a Pátria, na consciência da nação como uma entidade dotada de identidade

e na predisposição dos brasileiros para aceitarem o novo. Na esfera política, ela referia-se à vida local, à democracia, à liberdade, na acepção liberal. Por outro lado, o Estado deixou como herança a concentração do poder, as clivagens regionais, o autoritarismo, os rigores do fisco, da polícia e, em conseqüência disso tudo, a indisposição de pessoas, de grupos, classes, contra essa entidade. Se havia violência, essa resultava primordialmente da tensão, dos atritos, das disputas políticas entre Estado e nação. No âmbito desta, predominava a convivência solidária, embora ele não negasse a existência de grupos, classes, instituições que tinham interesses distintos. A convergência tornava-se possível porque havia uma força exterior com capacidade aglutinadora: a consciência nacional. Em outros termos, ele concebeu a nação como um espaço em que as forças convergiam em torno de um centro. Ela foi concebida como uma entidade idêntica a si mesma. O Estado, por sua vez, era o "outro" que asfixiava as suas energias; a narrativa do conflito entre os dois dizia respeito à luta entre o desejo de mudar e a aspiração pela perpetuação do *status quo*.

---

[1] BOMFIM, Manoel. *América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

[2] IDEM. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

[3] IDEM. *O Brasil nação*: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks,1996.

[4] IDEM. *O Brasil na História*: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

CULTURA RAP — comunicação e linguagens das bordas[1]

Uma breve introdução

CELSO ROSA – PUC/SP

Discutir a crescente presença de um movimento cultural juvenil saído dos guetos, como é o caso da Cultura Rap, não é uma tarefa das mais fáceis, mas é um trabalho extremamente excitante devido às várias facetas que esta manifestação ganhou. O rap, que nos seus quase trinta anos de existência explodiu nos grandes centros urbanos em quase todo o mundo, pode receber diversos significados: desde "pancada seca", devido ao ritmo repetitivo, até a idéia de "crítica contundente", pelos discursos políticos de identificação de suas letras dirigidas a uma multidão de jovens, em sua maioria, periférica. Ou, ainda, significando uma espécie de "periferia da modernidade", segundo os comentários do cientista político e escritor norte-americano Marshall Berman: Trata-se da modernidade abordada na perspectiva das esquinas e dos bandos de jovens periféricos que invadem a paisagem cultural de cidades como Nova Iorque, São Paulo ou Rio de Janeiro, modernidade vista a partir da emergência de uma cultura das ruas capaz de oferecer visibilidade artística a seus produtores e abrir sua passagem à vida política, dar nova figura ao *status* de cidadão e aos direitos de cidadania[2].

A modernidade de que fala o autor prima por explorar uma representação dos problemas sociais sob uma forma inovadora de pontos, isto é, uma espécie de tomada de consciência a qual adota idéias para se tornarem práticas no engajamento de grupos. Se, nos EUA, essa tomada de consciência se fortalece nos anos do governo Reagan, no Brasil ela vem com a ressaca dos anos de ditadura militar, e, assim, é de questões políticas como essas que o rap amplia-se para abrigar outros sentidos em seus discursos.

Para compreendermos as várias possibilidades de sentido dos discursos da Cultura Rap, ou mais apropriadamente o termo Rap, começamos pelo significado de *Rhythm and*

Poetry (Ritmo e poesia), popularmente decodificado como música negra discursiva derivada do *funk* com várias subdivisões. Esse gênero apresentou-se inicialmente em forma de protesto, enquanto meio da comunidade negra norte-americana — de bairros periféricos da cidade de Nova Iorque — de manifestar-se intensamente contra a opressão e o racismo altamente apontados nos anos de 1960/70.

O rap é um movimento que usa a voz como forma básica de expressão. Na sua essência original, ela permanece praticamente numa mesma nota, já que se trata de uma manifestação da linguagem falada, incorporada a uma melodia. É essa melodia que, trabalhada sob uma base rítmica repetitiva, será a grande mola propulsora do discurso, pois são as histórias da vivência cotidiana da comunidade que serão narradas.

Em suas performances, os grupos utilizam sintetizadores e baterias eletrônicas, hoje os característicos *samples* computadorizados, para a composição do tecido sonoro que acompanhará as falas dos *rappers*, que trazem sempre um enredo inspirado nas ruas. É nesse contexto que o rap torna-se uma expressão cultural com características juvenis, iniciada na década de 1970, nos EUA. Em sua expansão, outros grupos minoritários, como os hispano-americanos, aderem ao movimento. De Nova Iorque esse movimento terá, então, representação nas grandes cidades norte-americanas, como Los Angeles, Oackland e Detroit.

Já nos anos de 1980, a força dessa atuação expande-se para os grandes centros urbanos de quase todo o mundo, propiciando, assim, a formação de uma expressão cultural contemporânea que se realiza numa geografia urbana e marginal. Por se tratar de um evento que nasceu no território das bordas urbanas, onde a questão da segregação racial se faz da grande problemática de exclusão/inclusão, o rap possui variadas influências e, entre elas, o grande destaque no terreno musical norte-americano é do *soul man* James Brown. Na sua trajetória artística, principalmente entre as décadas de

1950/60, este artista foi o mensageiro musical que colocava, em suas canções, discursos voltados aos direitos civis.

Contudo, a cantora de *blues* norte-americana Billie Holiday (1915-1959), no final dos anos de 1930, já era a grande porta-voz das questões raciais nos EUA. Negra, filha de uma mãe adolescente e criada envolta de discriminações sociais, ela retratou a sociedade de sua época com a inspirada canção "Strange Fruit", de 1939, que contava a história de um negro enforcado em uma árvore. Holiday, sob os acordes de metais, cordas e teclados apenas narra o acontecimento. Trata-se de um protesto contra a violência instaurada pelas organizações brancas que agiam deliberadamente, causando atentados, terrorismo, linchamentos raciais nos EUA.

Nos anos de 1960, a cantora de *jazz*, Nina Simone (1933-2003), fez denúncias contra a violação dos direitos dos negros norte-americanos e, dessa situação, criou a canção "Mississipi Goddam" que narra o assassinato de um negro advogado. Nessa mesma década, aconteceram grandes ebulições político-sociais em várias partes do mundo, mas observa-se que, nos EUA, temas como a segregação racial revelaram uma sociedade composta por grupos radicais, altamente fechados. Essas organizações, formadas pela maioria da população branca, foram beneficiadas com a proposta de liberdade de ações, baseada nos direitos humanos.

E isso foi um dos pontos que culminou em grandes revoltas por parte dos grupos minoritários, principalmente os negros. Entre essas demonstrações destacam-se as presenças de dois importantes ativistas negros que, nas diferenças e particularidades, apontavam para a questão do afro-americano. Foram eles: Martin Luther King (1929–1968) e Malcolm X (1925 – 1965).

É nesse contexto que o reverendo norte-americano Martin Luther King foi considerado como a maior voz dessas discussões. Em suas declamações enfatizava a

necessidade de reformas sociais através da não-violência e, na sua luta, não só discursou sobre os direitos civis para a população negra, como também fez críticas à guerra do Vietnã, e, indo mais além, citou a negligência do governo em relação aos pobres.

Já Malcolm X marcou a sua história de grande ativista através da frase imperativa: "Proteja-se". Isto é, por meio dessa palavra incitou, em uma minoria negra, a possibilidade de uma construção social para que buscasse os seus valores na afirmação social. Isso fez com que ele tivesse uma grande influência sobre o nacionalismo negro e os movimentos negros separatistas nas décadas de 1950/60.

Mesmo sendo duas propostas diferenciadas, mas, que em sua essência, têm o mesmo objetivo de unir as minorias, por uma proposta de direitos civis mais integrados, esses dois líderes chamaram a atenção para a auto-imagem da população negra, resultando numa luta que ativou a consciência de grupos para uma participação política mais ativa. Foram dessas questões que o movimento Black Panthers ganhou projeção, por meio de uma filosofia anti-americanista, uma vez que, desde sua criação na cidade de Oakland, Califórnia, nos anos de 1960, sempre trilhou no caminho da não-violência e reforçava os ideais de igualdade social norte-americana. O movimento foi organizado e esparramado por grande parte dos EUA e, nessa luta contra a opressão, destaca-se a presença das mulheres negras aceitas na filiação do grupo, numa época em que elas eram quase impossibilitadas de reivindicar uma melhor posição social.

Ainda nos anos de 1960, criaram um veículo de comunicação – o jornal impresso *Black Panthers News* –, para a propagação de suas idéias, no país. Além de divulgarem seus ideais por sua mídia, os Black Panthers, em suas atuações, também estão voltados a trabalhos comunitários e de conscientização nos guetos da população negra norte-americana, até hoje. Essa contextualização nos traz esclarecimentos sobre o nascimento da Cultura Rap norte-americana, uma vez que registra a posição desses grupos no

território e faz referências às expressões culturais africanas, às quais se evidenciam não só as marcas do *gospel*, do *spiritual* , do *blues*, do *jazz* e do *rhythm and blues* enquanto manifesto da cultura negra norte-americana, como também incorpora elementos da *balck music*, que, no final dos anos de 1960, está mais voltada ao entretenimento.

Segundo a história desse movimento, a música rap teve sua primeira aparição em 1979, enquanto gênero da *disco-music*. No entanto, o termo rap é freqüentemente utilizado numa estreita relação com o termo *hip hop*, e se faz da parte musical em que o *hip hop* tornou-se o fator maior enquanto expressão. O *hip hop* foi cunhado pelo DJ (disque jóquei) jamaicano Afrika Bambaataa, que, mudando-se para a cidade de Nova Iorque, no final dos anos de 1960, levou consigo um aparato musical muito utilizado nas festas de rua do seu país. Bambaataa foi o grande introdutor daquilo que começou a ser chamado de cultura de rua, na cidade de Nova Iorque. Ele, na sua imigração para os EUA, fixou-se no bairro negro do Bronx, juntamente com os jamaicanos Kool Herc e Grand Máster Flash. Em uma época de grande violência das gangues locais, eles começaram a promover as "*block parties*" (festas de rua em que tomavam quarteirões). E, com seus equipamentos de som, amplificadores e duas *pick ups*, criavam ali *screatch* musicais sampleadas da *black music*. Foi desses eventos que o *hip hop* surgiu.

O termo *hip hop*, originalmente, vem do gesto proposto por Afrika Bambaataa que agitava, com os braços, os presentes das festas de rua com o brado "*Hip Hop*" — "vamos balançar o corpo". É dessa comoção que outras linguagens começaram a aparecer no local. Foi daí que Bambaataa teve a idéia de propor a junção dessas expressões criando, assim, um movimento que se faz do *break*, do grafite, do *MC* e do *DJ*, denominado-o de *hip hop*.

Portanto, cabe-nos perceber que a música rap é a agregadora maior desse movimento e é ela o veículo de comunicação entre os grupos de jovens que se identificam

com essa ação. Desta forma, cria-se aí um paralelo entre o rap e os outros sons que nele se enraizam. Então, a questão aqui se faz de legitimar essa manifestação, não pelo acontecimento do "balançar de quadris", "alegrar-se em grupo", "divertir-se" e "confrontar-se numa competição" (aqui uma simplificada tradução do termo *hip hop*), mas buscando a sua construção simbólica na considerada primeira gravação de um grupo de rap, em 1979.

É certo, desta forma, que o que foi proposto por Bambaataa tem o seu valor histórico, por se fazer de um transporte cultural de elementos musicais trazidos de sua terra natal, a Jamaica. Ele carregou consigo heranças culturais de um grupo que já se manifestava nas ruas de seu país e que, com ele, imigraram para os Estados Unidos.

Por isso, pode-se abstrair uma denominação sacramentada pelos mídias, observando que o termo *hip hop* deriva de uma das primeiras frases usadas no rap, pela Sugarhill Band, de Nova Iorque, na música "Rapper's Delight"[2]:

A hip hop/ the hi-be/

to the hi-be/the hio hop/

you don't stop rockin.

Trata-se de um refrão concentrado na aliteração. Na época em que foi divulgada "Rapper's Delight" foi considerada como uma música que propunha um novo som e estilo revolucionários, que foram assimilados por uma maioria de jovens negros e latinos, passando a serem ouvidos nos parques, clubes e festas de rua da cidade de Nova Iorque. Conforme comenta o pesquisador e especialista no gênero rap, o norte-americano Allan Light: "Para alguns "Rapper's Delight" foi o fim do começo do *Hip Hop*, para outros foi o início do fim"[3]. O sentido da frase de Light talvez se deva a uma preocupação característica da novidade proposta por essa nova expressão cultural, já que essa manifestação pode ser cooptada de forma cada vez mais comercial.

Ainda, tomando como reflexão a frase de Light, que aponta para possíveis caminhos que se conduzirão ao *Hip Hop,* observa-se que houve uma grande revolução causada pelo grupo Suggar Hill, em que o gênero rap foi grande transformador de uma manifestação cultural jovem e marginal. É desse impacto musical que foram despertadas ações de outras linguagens artísticas, num processo intercambiável de relações.

O rap é o veículo de um pensamento de grupo, da construção de novas idéias sociais e um grande formador de opiniões nas comunidades aonde se instala. Até certo ponto, é considerado um movimento fechado por proporcionar o uso de linguagens cada vez mais codificadas, que só são compreendidas por seus participantes. Suas informações estão sempre voltadas às exposições das dificuldades de uma comunidade e, também, da determinação de algumas leis elaboradas pela e para a comunidade, que se encontra nos espaços periféricos das grandes cidades.

A Cultura Rap, em meados dos anos de 1980, e em toda a década de 1990, tomou dimensões globais e se ramificou em outros gêneros musicais, como: *Acid Jazz*, *Trip Hop*, *Funk*, entre outros. Em cada região do planeta que nasce essa manifestação, verifica-se uma certa inspiração norte-americana. Na França, mais especificamente em Paris, ela se apresenta pela força do imigrante africano, árabe e pequenos grupos de judeus vindos do leste europeu. Essas comunidades, discriminadas pela população francesa, concentram-se nos bairros suburbanos da grande Paris. O rap francês explora, em suas letras, questões políticas como comentários sobre a extrema direita e, entre outros, a situação do imigrante no país. A França é o segundo maior consumidor desse gênero musical no mundo, e foi no início dos anos de 1990 que se projetaram nomes como MC Solaar, NTM (Nique a Mère) e Assassin. E assim formou-se a primeira geração do rap francês. E é interessante aqui ressaltar ainda, que a sua organização, enquanto grupos musicais, se

dá em rede, isto é, com pessoas vindas de países distintos e ali se formando como grupo multi-étnico.

No território africano, o grupo de destaque vem da cidade de Dakar, no Senegal, onde o PBS (Positive Black Soul) mixa o rap francês e inglês e o *wolof* (língua nativa do maior grupo étnico local). Assim, nessa mistura cultural, eles produzem uma sonoridade voltada às questões do jovem negro no continente. Na Ásia, concentrado no Japão, o rap aparece dentro do contexto de apropriação do produto norte-americano (ampliado dentro das noções da indústria cultural). O consumo é revelado pela cultura das mídias por meio de cenas de filmes, moda de rua, imagens de grafites e, por extensão, o ritmo. Tóquio tem as ruas mais modernas da Ásia e é onde os produtos culturais do Ocidente são extremamente absorvidos pelos jovens locais. Hoje, os jovens japoneses são considerados os grandes atores sociais, principalmente por captarem tudo que surge de novas tendências no cenário ocidental. E é nesse discurso, primeiramente visual, que se produz e configura esse sujeito.

No Brasil, a Cultura Rap se solidifica nos bairros periféricos das grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e Recife, Fortaleza, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul. São nessas metrópoles que se concentram os grupos que elaboram todo um arsenal crítico frente aos assuntos do cotidiano. O grupo paulistano Racionais MC's, a dupla, também paulistana Thaíde e DJ HUM e o rapper carioca M. V. Bill, são os expontes mais representativos desse gênero no Brasil. Enfim, a Cultura Rap propõe esse fluxo de movimentação no espaço da periferia ao centro e vice-versa, e, principalmente, o reconhecimento e a visibilidade de alguns espaços esquecidos nas grandes cidades, que são as bordas e dela o surgimento de expressões que explicitam a dimensão cultural e histórica do lugar.

1. Rosa, Celso Martins. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica / PUC-São Paulo.

2. Berman, Marshall. O canto à beira do presipío – Rap; em entrevista realizada por Berenice Cavalcante, Heloísa Starling e José Eisenberg, para o Caderno Mais! Folha de S. Paulo de 14.10.2001.

3. Disco: Sugarhill Gang. Rappers'Delight. New York, Sugarhill, 1979.

4. Light, Alan. The Vibe History of Hip Hop, em Three Rivers Press, New York, 1999 (p.21).

"O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E A FRONTEIRA NO ESPAÇO PLATINO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX"

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

A formação do espaço sulino, numa disputa entre castelhanos e lusitanos, caracterizou-se pela afirmação de um grupo dominante capaz de fazer dos seus peões – os antigos gaudérios e gaúchos – suas milícias privadas, resguardaando uma autonomia fundamental para a segurança da fronteira mas que ao mesmo tempo trazia preocupações aos desígnios centrais, como no caso da conquista das Missões em 1801. O movimento de 1810 no Prata atraiu vários desses "senhores da guerra", o que se repetiria na gesta de Artigas em 1811; as ações independentes durante a Cisplatina, antecederam a ruptura de farroupilha de 1835. Os rio-grandenses pendularam entre uma adesão à nação que se organizava e uma autonomia justificada pela vaga idéia de federalismo que circulava pelo Prata, que equivalia a uma preservação seus interesses privados. Tratar dessas ambivalências que eram uma contingência da fronteira, à luz do conceito de "região-província" trabalhado por Chiaramonte, é o objeto deste trabalho.

Na América Latina, a organização nacional apresentou enormes dificuldades: disputas entre exportadores e não exportadores, conflitos entre oligarquias regionais, medo da insurreição dos trabalhadores, problemas étnicos e religiosos etc. As atuais nações latino-americanas não resultaram de "vocações" previamente dadas, mas de um processo histórico muito complexo, cujos principais aspectos se desenvolveram no século XIX. No Rio da Prata foi desatada uma série de particularismos: os próceres da Revolução de Maio enfrentaram graves problemas para manter o espaço do antigo Vice Reinado, perdendo os territórios que viriam a constituir os atuais países da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai; o Brasil, por sua vez, enfrentaria o ciclo das "rebeliões regenciais", com uma situação muito peculiar no Rio Grande, de marcada atuação irridente.

Os problemas enfrentados no processo formação dos Estados nacionais diizia respeito às províncias, que negavam a delegação de poderes à centralização que os organizadores nacionais pretendiam; importa examinar estas entidades com mais precisão, e para tanto é fundamental a categoria de "região-província". O mundo colonial não foi seguido imediatamente pelos Estados nacionais, mas pelas unidades políticas que garantiam os processos produtivos com uma organização social mínima capaz de garantir a ordem, despontando nelas a dominação dos caudilhos[i]. No Prata, ao redor de cidades coloniais antigas se constituíram essas "regiões-províncias", articuladas pelos produtores que resistiam aos que tentavam organizar Estados centralizados.

A defesa do "federalismo" foi resultado da vaga compreensão que os caudilhos das "regiões-províncias" tinham em relação ao Estado nacional, e refletia seus anseios por autonomia e por preservação da atividade produtiva. A resistência à formação dos Estados-nações ocasionou o fracionamento do antigo Vice Reinado. Nem sempre eram evidentes grupos hegemônicos nas "regiões-províncias", algumas vezes marcadas por disputas internas, como foi o caso da Banda Oriental e em alguns momentos o Rio Grande do Sul. Nas lutas pelo poder, os grupos regionais estabeleciam alianças com caudilhos de outras "regiões-provincias", formando ligas frouxas que jamais alcançaram uma organização "federativa" no sentido de uma forma mais elevada de representação.

O Rio Grande de São Pedro participou intensamente deste processo. Com uma herança colonial de disputa pela ocupação do espaço, onde os luso-brasileiros empurraram os "castelhanos" muito além do meridiano de Tordesilhas, os "continentinos" tornaram-se os guardiões de uma fronteira "viva" e móvel, onde dono de sesmaria se convertia em comandante de milícias próprias: o binômio "estancieiro-comandante" era correspondido pelo de "peões-soldados", e a "marca lusitana" era garantida por esses "senhores da guerra" nas lutas fronteiriças. No começo do século XIX houve a tomada

das Missões, já definindo parcialmente o desenho do atual território; mas foi depois de 1811 que os rio-grandenses protagonizaram um papel ímpar nas disputas platinas.

No início da Revolução de Maio havia esperanças de que o movimento fosse além dos limites do Vice-Reinado do Rio da Prata, e envolvesse o Rio Grande[ii]. Na esteira da crise política das regiões platinas apareceram projetos expansionistas – carlotistas e bragantinos – que resultaram na primeira intervenção na Banda Oriental em 1811, pretensamente para acudir Montevideo, sitiada pelas *montoneras* de Artigas. E aqui houve alguns continentinos que militaram nas fileiras artiguistas[iii], mesmo que a maior parte optasse pelas forças lusitanas. Desta campanha fez parte Bento Gonçalves, que vivia em Cerro Largo,e aderiu ao movimento de Artigas, abandonando-o mais tarde para chefiar milícias rio-grandenses[iv]: Alfredo Varela sustenta que *"o proprio Bento Gonçalves não escapou ao arrastamento que avultou a hoste de Artigas com os riograndenses liberaes*"[v]. Outros autores negaram mais tarde essa incorporação a Artigas[vi].

A presença de Bento Gonçalves e de outros em território oriental permitiu-lhes o convívio com as propostas federalistas que circulavam pelo Prata. A luta armada de Artigas sempre fora muito forte em relação às autonomias provinciais e sua concepção *federal* de uma *Patria Grande* contemplava estes interesses: a *Liga del Litoral* reconhecia-no como "Protetor", mas os líderes de Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé, atuavam com bastante independência. Os senhores da fronteira do Rio Grande historicamente afirmados enquanto poder local pelas extremas dificuldades das autoridades centrais em submetê-los aos seus projetos, tiveram a oportunidade de acompanhar as lutas provinciais no Prata, e aquela noção de união "confederal" passaria a compor o leque de reivindicações dos chefes rio-grandenses.

A segunda invasão da Banda Oriental foi de início uma conjugação de interesses da Corte portuguesa e dos estancieiros do Rio Grande: a política bragantina ampliava suas

possessões ao mesmo tempo em que refreava os ímpetos republicanos que vinham Prata; os rio-grandenses aumentavam suas estâncias e rebanhos. Além disso, o fim das reformas de Artigas trazia tranqüilidade para os estancieiros da Banda Oriental e de Buenos Aires, e o general português foi recebido com entusiasmo em Montevideo[vii]. As medidas de Lecor foram de pleno agrado, restabelendo os direitos dos que haviam sido expropriados, com a anulação do *"Reglamento"* de Artigas[viii].

Os problemas apareceram por conta dos estancieiros do Rio Grande, que aboletaram-se em campos reclamadas por uruguaios, contrariando a política de Lecor em favor da oligarquia uruguaia. Inverteu-se, além disto, a importância dos portos por onde escoava a produção pecuária: Montevideo não se recuperou como exportador, ao passo o porto de Rio Grande passou a ter um papel muito significativo nesse comércio[ix]. Os *porteños* passaram a ter preocupações com os resultados da ocupação luso-brasileira, visto que o Rio Grande tornava-se agora um competidor indesejado; faendo referência à comunhão histórica da Banda Oriental com as Províncias Unidas, despejavam-se queixas de autoridades argentinas no gabinete de Lecor[x]. Até 1825 acumularam-se as tensões que culminariam na Guerra da Cisplatina. Por outro lado, os comandantes-estancieiros rio-grandenses afiançaram durante a ocupação uma série de alianças pessoais, que mais tarde seriam decisivas não só na Guerra dos Farrapos, como naquelas ocorridas na Banda Oriental e no *litoral* argentino. A Guerra da Cisplatina, entre múltiplas motivações, teve sempre por detrás os anseios privados dos militares-estancieiros e a solução diplomática indesejada potencializou a dissidência com o Império.

A assembléia nacional uruguaia em 1830 elegeu Rivera como primeiro Presidente Constitucional do Estado Oriental do Uruguai, e os rio-grandenses buscaram a com Lavalleja, o comandante da sublevação oriental em 1825, refletindo a insatisfação com o Império e o novo Estado; Rivera, por seu turno, procurava manter boas relações com a

Corte.[xi] Poucos meses depois, Lavalleja rompeu com Rivera, e o Rio Grande passou a ser seu refúgio predileto, devido à amizade com Bento Gonçalves[xii]. Em 1832, o governo uruguaio informava o Império sobre a colaboração recebida pelos rebeldes na fronteira[xiii], especialmente do Comandante da Fronteira do Jaguarão Bento Gonçalves[xiv].

A política imperial em relação à fronteira era contraditória, e no país vizinho, Rivera fizera de Oribe seu sucessor. Em 1835, o presidente Braga do Rio Grande já escrevia sobre um *"partido desorganizador"* que pretendia *"separar esta Província do resto do Brasil constituindo a república semelhante à do Estado do Uruguai, com a qual pretendem federar, caso Lavalleja consiga derribar o Governo legal"*[xv], propondo trocar os comandantes da fronteira. A reação dos senhores da guerra foi o movimento de 20 de setembro[xvi]. A Regência indicou como novo presidente José Araújo Ribeiro, mas as autoridades ainda desconfiavam dos rio-grandenses que estariam *"querendo huns a separação da Província"*[xvii], em especial o *"Coronel Bento Gonçalves da Silva, de accordo com Lavalleja (e ambos favorecidos pelo Dictador Rosas)"* [xviii]. A situação complicava-se com o *pronunciamiento* de Rivera contra Manuel Oribe, deixando-o numa situação delicada, e sua opção seria o apoio aos rebeldes condicionado a uma secessão definitiva; assim, a proclamação da República Rio-Grandense por Netto, nos campos do Seival em 11 de setembro de 1836, teria inspiração no presidente oriental[xix].

A sobrevivência da República dependia do Estado Oriental, não apenas como um refúgio às perseguições, mas como mercado para os gados, couro e charque dos farroupilhas, e o abastecimento de equipamentos bélicos e cavalhadas. Mas se a República Rio-Grandense contava com o apoio do presidente Oribe, que criara o *Partido Blanco* e era secundado por Lavalleja, o rebelde Rivera fundava o *Partido Colorado*, e cruzava a fronteira atrás do apoio do velho comparsa Bento Manoel, buscando as graças do Império. Como Oribe e Lavalleja eram aliados dos *federales* de Rosas, governador de Buenos Aires e principal caudilho da Confederação Argentina, e Rivera recebia a adesão

dos proscritos *unitarios*, os insurgentes do Rio Grande logo tratariam de estabelecer relações diplomáticas com *blancos* orientais e *federales* argentinos.

O fracasso das negociações com Rosas, e o iminente volta à presidência uruguaia de Rivera inverteu as relações diplomáticas: em 21 de agosto de 1838 o Tratado de Cangüé[xx] firmado pela República Rio-Grandense e o Estado Oriental numa aliança defensivo-ofensiva. Ainda assim os farroupilhas tinham algumas queixas de Rivera. Isso não impedia Montevideo de continuar funcionando como centro comercial para os republicanos, e que os negócios prosperassem na Banda Oriental. Em 28 de dezembro de 1841 foi firmado o Tratado de San Fructuoso, visando as necessidadesda República por cavalhadas e o esforço do Rivera para uma possível invasão na província de Entre Ríos. Assim Bento Gonçalves e Rivera acordaram que os farrapos dariam *"um auxílio de 500 homens de infantaria e 200 de cavalaria, todos de linha, para invadirem e ocuparem a província de Entre Rios"*, e que os orientais cederiam *"de pronto com 2.000 cavalos"*[xxi].

Pouco antes da assinatura do Tratado de San Fructuoso com Rivera, e já ensejando a formação da "confederação mesopotâmica", os farroupilhas enviavam Ulhoa Cintra como plenipotenciário para Corrientes e Paraguai[xxii]. Através da influência obtida junto a Ferré, Cintra conseguiu na abertura das negociações com o Paraguai, como informou o próprio Carlos Antonio ao congresso nacional[xxiii]. A relutância dos paraguaios não impediu as tratativas com Corrientes, em franca dissidência contra Rosas: ao Tratado de San Fructuoso somava-se a aliança entre Corrientes e o Estado Oriental, o que estimulou a convenção secreta com o governador correntino Pedro Ferré em 29 de janeiro de 1842[xxiv].

Culminando estes acertos entre as "regiões-províncias", ocorreu a Reunião de Paysandú promovida por Rivera em 14 de outubro de 1842, para a qual compareceram o governador Pedro Ferré de Corrientes, o recém aderido Juan Pablo Lopez de Santa Fé, e José María Paz representando de Entre Rios, que ocupara militarmente, todos eles

"expresando que tenian por objecto acertar cuanto creyesen conduciente al buen exito de la guerra que sostenian contra el tirano de la Republica Argentina, D. Juan Manoel Rozas" [xxv]. Para o encontro foram convidados Bento Gonçalves e Carlos Antonio Lopez, do Paraguai, que não compareceu. Mas esta "confederação mesopotâmica" não prosperou: em dezembro de 1842, Rivera foi derrotado pelo exercito misto de *federales* rosistas e *blancos* comandados por Oribe, o que resultou na perda definitiva de Entre Ríos para a Confederação. O declínio do Estado Oriental de Rivera e o isolamento de Corrientes, assediados pela Confederação, reduziam dramaticamente as possibilidades de sobrevivência dos rio-grandenses. A República perdeu a praça comercial de Montevideo, intensificando-se o "contrabando" com os legalistas.

Uma questão importante foi a presença dos libertos nas tropas farroupilhas. O Conselho de Estado do Império em setembro de 1842 discutia as grandes chances de Caxias vencer os rebeldes, mas com o risco de estender a guerra ao Estado Oriental, porque era muito provável que *"pelo menos os escravos armados, procurem reunir-se ao General Rivera"*[xxvi]; o Conselho deveria decidir entre o uso da força contra Rivera, se este acolhesse os libertos, ou aceitar a alforria desses soldados, criando um *"terrivel precedente de premiar com a liberdade o crime de insurreição, com o fim de evitar uma guerra estrangeira"* [xxvii]. Os conselheiros foram unânimemente favoráveis a uma intervenção militar. . Assim, em 24 de março de 1843, o Brasil e a Argentina *"desejando restabelecer a paz na República Oriental do Uruguay e na Província de Rio Grande de São Pedro"*, formalizaram um tratado de aliança ofensiva e defensiva[xxviii]. A convenção deveria ser ratificada por Rosas, que negou-se a confirmar o tratado, alegando que este dispunha *"da sorte dos Orientaes, e do seu territorio sem ter parte, nem ser ouvido Oribe"*[xxix].

A situação indefinida na estremadura foi solucionada com uma mediação adequada do Barão de Caxias, que revelou-se um hábil estrategista na *guerra gaucha* e

virtualmente havia confinado os farroupilhas a escaramuças na fronteira. A possibilidade iminente de uma vitória dos *blancos* poderia significar o retorno do Estado Oriental ao seio da Confederação, ampliando muito o poder de Rosas no Prata. Isso tornava impensável o comprometimento do Império numa guerra civil, que poderia significar a perda do Rio Grande e um grande enfraquecimento perante a Confederação Argentina. A paz assinada em Ponche Verde não apenas recompunha a unidade do Império, como também devolvia a suas hostes os "senhores da guerra" da fronteira para eventuais confrontos no futuro.

---

[i] CHIARAMONTE, José Carlos. Mercaderes del Litoral. Economia y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1991.
[ii] MORENO, Mariano. *Plan Revolucionario de Operaciones.* Buenos Aires, Plus Ultra, p.73.
[iii] VARELA, Alfredo. *As Revoluções Cisplatinas.* Porto: Chardron, 1915, v.1, p.108-9.
[iv] PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (AN) XXXI. *Memória Histórica de Rodrigo de Souza Pontes*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1935, p.177-236.
[v] VARELA 1915, op. cit., p.994.
[vi] PORTO, Aurélio (PUBLICAÇÕES DO AN XXIX). *Notas ao Processo dos Farrapos*. *Rehabilitação de Bento Gonçalves.* Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1933, p.513. WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Caxias do Sul: UCS/IEL, 1979, p.66.
[vii] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Ensaio/UnB, 1995, p.66.
[viii] ALONSO ELOY, Rosa et all., *La Oligarquia Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Ed. Pueblos Unidos, 1970, p.32.
[ix] Ibid., p.132.
[x] ARQUIVO DO ITAMARATY (AI), Catálogo Correspondência, 16, 309-4-11 (Cartas de Bernardino Rivadavia, Ministro Secretário de Relações Exteriores de Buenos Aires) e 309-4-10 (Carta de Lúcio Mansilla, Governador de Entre Ríos).
[xi] Ibid.
[xii] AI, Catálogo Correspondência (Notas de Governo a Governo). 278-2-14. Perez em 10/7/32, Maza em 7/12/32.
[xiii] Ibid., Vasquez em 9/9/32.
[xiv] Ibid., Reys para Vasquez em 1/10/32, 14/10/32, 25/12/32 e 27/12/32.
[xv] ANAIS DO Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), 1980, vol. 4, p.461, CV-2746.
[xvi] AHRS, *Coletânea de Bento Gonçalves*., AP.FR-39.10, p. 265-6.
[xvii] PUBLICAÇÕES DO AN. Coletânea.
[xviii] Ibid.
[xix] VARELA , op. cit., p.882.
[xx] Ibid.
[xxi] SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ UnB, 1982, p.192.
[xxii] ANAIS DO AHRGS, v. 3, CV-1975, p.537.
[xxiii] AHRS, Lata 77, Maço 66.
[xxiv] BIBLIOTECA NACIONAL (BN) 07,03,34. Convenção de Corrientes.
[xxv] BN, Coleção Visconde do Rio Branco, I-30,25,39 n°1.
[xxvi] AN , Códice 603, Movimentos Políticos, Rio Grande do Sul, Folha 401.
[xxvii] Ibid.
[xxviii] BN, II-32,3,6 nº 13.
[xxix] PUBLICAÇÕES DO AN XXXIV, *Memória...*, op.cit., p.69.

Violência de Gênero: o estudo de processos criminais de estupro – Uberlândia 1940/1960.

César Castro e Coelho* - PPG-UFU

Em se tratando de Uberlândia, analisaremos os vários discursos sob a noção de moral, tão competentemente introjetados na população pela Igreja e pelas elites da cidade. Percebemos que foi tarefa fácil, uma vez que todas as forças legais atuavam em favor desta moralidade. A imprensa local serviu a esses interesses como meio de propaganda a essa "repressão branca", uma repressão implícita, na forma de representação moral e de demonstração de força.

Este é um estudo sobre processos crimes de estupro[1] na cidade de Uberlândia/MG entre os anos de 1940 e 1960, onde constatamos a existência de 33 processos de estupro. O período escolhido é justificado inicialmente pelo decreto do Código Penal de 1940 que é a parte inicial da nossa pesquisa. Pois o código apresentou modificações consideráveis no que diz respeito ao tempo de condenação em relação ao anterior, que é o de 1890. O crescimento econômico, demográfico, a imigração, entre outros, nos chamou a atenção para estudarmos neste caso os processos crimes de estupro, que são crimes cometidos, conforme o Código Penal, apenas contra a mulher.

Neste período percebemos um crescimento populacional[2] expressivo na cidade de Uberlândia, onde sua população dobrou em vinte anos, mas isso ocorreu em outras cidades do país, pois é o período de maior crescimento industrial do país, já que a população rural migrou para as cidades de maneira intensa. E em uma nova realidade de vida, misturando práticas do meio rural com práticas do meio urbano, foram emergindo os conflitos sociais. Estes aumentaram com a migração e não foram só produzidos por ela. Pois de 1940 a 1950 constatamos 9 processos de estupro e de 1950 a 1960 evidenciamos 24 processos de

---

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação da Profª. Drª. Vera Lúcia Puga, integrante do GT de Violência do CDHIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História.

[1] O Código Penal Brasileiro de 1940 define o crime de estupro nos seguintes termos: "Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Pena: reclusão de três a oito anos".

[2] IBGE – Anuário Estatístico de Minas Gerais 1940/1960, em 1940 a cidade tinha 42179 habitantes, em 1950 tinha 54984 habitantes e 1960 tinha 88452 habitantes.

estupro totalizando entre os vinte anos 33 processos. O número de quase três vezes mais processos nos mostra o aumento da violência na cidade que cresce de uma forma brutal, mas que não consegue resolver seus problemas sociais. É importante ressaltar que o aumento dos crimes não se deu pelo aumento populacional, mas si tornaram mais visíveis perante a sociedade.

As dúvidas em torno do significado das estatísticas criminais vão desde a negação de seu valor para certos períodos históricos até a questão mais complexa de quando e o que elas medem. As estatísticas criminais variam de acordo com a eficácia da policia e do judiciário. A questão não é apenas técnica, mas está ligada à discriminação social e as opções da política repressiva, sobretudo no campo das contravenções. Em Uberlândia conseguimos traduzir essas estatísticas e evidenciamos que nos 33 processos de estupro, a maioria dos homens e mulheres são de cor branca, a idade das mulheres na sua maioria é de 0 a 14 anos, contra 15 a 30 dos homens. Em relação ao estado civil a maioria das mulheres, ou melhor, meninas são solteiras e a grande parte dos homens são casados. E mais da metade dos homens foram condenados, mostrando que o judiciário não permitia esse tipo de conduta.

PROCESSOS CRIMINAIS – ESTUPRO – UBERLÂNDIA/MG 1940/60									
VÍTIMAS					**INDICIADOS**				
COR									
Branca	Preta	Morena	Parda	N/C	Branca	Preta	Morena	Parda	N/C
48,5%	2,8%	20,0%	11,4%	17,3%	57,1%	11,4%	11,4%	8,5%	11,4%
IDADE									
0 A 14	15 A 30	Acima de 31	N/C		0 A 14	15 A 30	Acima de 31	N/C	
71,4%	25,7%	0%	2,8%		0%	57,1%	42,9%	0%	
GRAU DE INSTRUÇÃO									
Analfabeto	Alfabetizado	Assina o nome	N/C		Analfabeto	Alfabetizado	Assina o nome	N/C	
40,0%	34,3%	0%	25,7%		25,7%	57,2%	5,7%	11,4%	
ESTADO CIVIL									
Casado	Solteiro	Viúvo	N/C		Casado	Solteiro	Viúvo	N/C	
5,8%	94,2%	0%	0%		57,1%	37,1%	5,8%	0%	
RESULTADO FINAL									
Absolvido	Condenado	Prescrito	N/C						
28,6%	60,0%	2,8%	8,6%						

Fonte: Arquivo dos Processos Criminais – CDHIS – UFU – 1940/60.

Os crimes sexuais, muitas vezes, não chegam ao conhecimento da polícia, porque dependem da vítima ou de seu representante legal para denunciar o crime. Às vezes muitos não denunciam por ter medo, ou mesmo por vergonha e até mesmo por achar que nada vai ser resolvido. Hoje em dia vemos que isso acontece freqüentemente em processos de agressão de homens contra mulheres. E ao mesmo tempo vemos ONG's (Organizações não Governamentais) trabalhando para conter esse tipo de agressão.

O controle social das mulheres era realizado por instrumentos básicos que são instituições como a família, a igreja e a escola, que vinculavam e promoviam a interiorização da ideologia masculina dominante.

Ao propormos uma pesquisa sobre a violência em Uberlândia, sentimos a necessidade de falar um pouco dos discursos que forjavam a imagem da cidade "progressista e ordeira".

> É de justiça registrar a situação pacífica em que continua a se manter a nossa cidade, a despeito do movimento que tem tido. É raríssima a constatação de um crime na zona urbana, onde a população transita livremente, com todas as garantias. Deve-se esse fato à índole ordeira e laboriosa dos habitantes de Uberlândia, cujas preocupações se exercitam sempre para o trabalho honesto e productoso. Centro de notório desenvolvimento, a nossa cidade atrae certamente elementos de todas as classes. Entre esses forasteiros, muitos serão de mau costume, que apontam com intuitos delictuosos. Mas, ao contrário do nosso povo, tais emigrantes percebem logo que o clima lhes não é propício e desistem de empregar a suas actividades, levantando o vôo para outras paragens. Só permanecem em nosso meio aquelles que estão dispostos a tirar a sua subsistência do labor honrado.[3]

Na passagem acima, entendemos o discurso que se tenta forjar a construção de uma cidade "ordeira e laboriosa", em que as pessoas de bem residem com intuito de trabalhar e de não cometer delitos. Ao observarmos os Códigos de Posturas do Município, analisamos que estes ideários se traduzem na forma da Lei Municipal:

> Art. 553- São prohibidos (sic) os tumultos, algazanas ou vozerias que offendam a moral ou perturbem o socego público de dia ou de noite, nas ruas, casas de negócios ou particulares.
> Art. 558- É prohibido tirar esmolas dentro do município, com subscripções ou sem attestado de probreza com visto da autoridade policial.
> Art. 560- Os que venderm bebidas alcoólicas a pessoas já embriagadas incorrerão na multa de 20$000.

[3] JORNAL. **A Tribuna.** Uberlândia, 15/01/1936, nº 964, p.4.

> Art. 562- Toda pessoa que espalhar boatos falsos alarmantes será multado em 20$000.[4]

Como a prática de historiador é questionar suas fontes e problematizá-las, como é possível uma cidade com todas essas qualidades que consegue ter moradores que estão preocupados com o trabalho e ao mesmo tempo consegue expulsar os transgressores? Evidenciamos que esta situação não é possível, pois uma sociedade por mais pacífica que seja não consegue controlar todas as agressividades humanas. Isto ocorre em Uberlândia onde constatamos que é uma cidade como qualquer outra passível de criminalidade. Ao mesmo tempo em que percebemos ordeira, constatamos uma cidade conflituosa como mostra a matéria do jornal:

> Estamos chegando da delegacia de Polícia. Podemos ver, alli, vários delinqüentes detidos por furtos e outros crimes, devido a ação enérgica do tenente Josino Pinto. (...) Nesses últimos dez dias fez mais de onze processos, archivando um de violência carnal, por haver-se effectuado o matrimônio. Seria bom pensar se esse matrimônio ter se-ia effectuado e se aqui não estivesse uma autoridade como o tenente (...). A cidade apresenta outro aspecto. A vagabundagem diminuiu, os criminosos que perambulavam pelas ruas e penetravam nos clubes, bares e cafés, licenciosamente, ameaçadoramente, sumiu e a tranqüilidade da família uberlandense tornou-se esta que estamos presenciando.[5]

Em outra matéria evidenciamos o pedido veemente do colunista para que a polícia tome providência para conter os maus costumes, que tem tomado conta da cidade:

> A nossa cidade, está vivendo, novamente os seus momentos de aborrecimentos. Houve uma época em que uma família não tinha o direito de transitar pelas ruas às dez horas da noite. Com a campanha que fizemos, o Dr. Zaluar de Campos Henriques, tomou severas medidas e tudo se normalizou. Entretanto, agora, estamos voltando aos tempos antigos. As mariposas do amor não se contentam com a algazarra que fazem nas suas casas, e mal soam doze horas, toca a andar. Os criminosos e vagabundos continuam a cometer seus delictuos. Isso é francamente vexatório que se moderniza. Quem está respondendo pela Delegacia Regional de Polícia na ausência do Delegado Regional, é o Snr. Rosenvaldo Bernardes, autoridade justa e íntegra e que, além disso, é um chefe de família exemplar. Estamos certos que S.S. nos evitará uma campanha energética nesse sentido. É indispensável e todos devem contribuir, que a nossa cidade se apresente aos olhos do visitante, como uma metrópole policiada e progressista.[6]

---

[4] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha. **Código de Posturas, Estatuto e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1913. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.
[5] JORNAL. O Policiamento da Cidade. **A Tribuna.** Uberlândia, 02/02/1938, n° 1177, p. 04.
[6] JORNAL. As Famílias estão Impossibilitadas novamente, de saírem à rua depois das doze horas com vistas à polícia. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 11/10/1941, n° 766, p. 04.

Nos vários discursos que tentam retratar a cidade, percebemos discursos por parte de um grupo que tenta construir um modelo de cidade, portanto regras de comportamento com o intuito de disciplinar as contradições da sua própria organização política. Partindo do preceito de que qualquer espaço é delineado pela contradição e heterogeneidade, tais escritos dos jornais nos auxiliam a compreender as disputas de uma certa hegemonia no espaço urbano. Para além destes conflitos, fica evidente também um forte discurso pré-conceituoso elitista que tenta transfigurar e degenerar outras culturas, outras condutas, impondo um modelo de sociabilidade. O conflito social está presente nas relações destes sujeitos, que a partir de suas representações manifestavam seus anseios a respeito do local em que viviam.

Poderíamos ainda construir uma narrativa com as matérias que evidenciam a criminalidade e as condutas na cidade. Os discursos nos jornais auxiliam a compreender os intensos movimentos que refiguram os modos de vida de um espaço. Ao verificarmos um intenso discurso de “metrópole policiada” e progressista, verifica-se um afastamento de um local em congruência e, ao contrário das críticas dos historiadores que questionam o uso de fontes de jornais, enquanto reprodutores do discurso elitista, ao contrário, este tipo de documentação nos apresenta nuances diversas. Estas fontes nos ajudam na medida em que nos permite construir um tempo, um lugar, por sua vez complexo e dinâmico, uma sociedade diversificada e contraditória.

Uma de nossas preocupações consiste em apreender regularidades que permitam perceber valores, representações e comportamentos sociais através da transgressão das normas. Os crimes expressam a um tempo uma relação individual e uma relação social de padrões e comportamentos dos sujeitos. Assim os comportamentos que se definem como crime, não são se não a expressão de desejos reprimidos que se extravasam. Evidenciamos estes aspectos no processo de estupro ocorrido em 15 de abril de 1949 as 02:00h da madrugada, envolvendo Edmundo Nascimento e Augusta Maria de Oliveira. A vítima era prima da mulher do indiciado e veio para Uberlândia para cuidar da prima, que estava quase dando a luz a uma menina.

Em sua declaração na delegacia, Augusta Maria de Oliveira disse:

> (...) que no dia 15 deste mês, sua prima começou a sentir mal, e foi para a Santa Casa Local, ficando em casa com Edmundo. A declarante tentou ir dormir numa casa vizinha, porem Edmundo não consentiu, dizendo que iriam passar a noite juntos em um baile, que apesar da recusa veemente, foi obrigada a acompanhá-lo; que no baile ao se retirarem à uma hora da manhã, seguiram por caminhos desconhecidos da declarante, (...) que ao passarem perto de duas casas que parece estarem vazias, Edmundo, sem nada dizer pega-lhe pelos braços da-lhe um golpe derrubando-a de costas no chão; que em seguida tenta arrancar-lhe violentamente a calça deixando esta em farrapos, assim como o vestido e roupas brancas da declarante; que com uma das mãos o indiciado tapava-lhe a boca enquanto com a outra mão introduzia estupidamente um dedo na sua vagina, que o indiciado permaneceu muito tempo em cima de seu corpo, e sofria muitas dores, tendo ele naturalmente introduzido também o seu membro viril nas suas partes genitais, sendo que suas vestes de baixo, calça e etc, ficaram completamente ensangüentadas; que conseguido levantar gritava socorro e começou a chegar gente, sendo José Luiz, uma das pessoas que ajudaram salvar a declarante.[7]

Para comprovar o delito cometido, Augusta Maria foi submetida ao exame de corpo de delito, o médico legista Luiz Pimentel Arantes constatou que:

> (...) ao genecológico constatamos rutura recente do hímen, ainda não cicatrisado. A paciente apresenta ferimentos generalizados, superficiais por todo o corpo resultado de arame farpado por onde ter sido arrastada. O ferimento do rosto está supurando. Esses ferimentos datam mais ou menos de 12 horas.[8]

A comprovação da materialidade do crime se torna fundamental nos processos contras os costumes e especialmente os de estupro. Pois os juizes e promotores se baseiam fundamentalmente na prova material do crime.

Em seu depoimento na delegacia de policia Edmundo Nascimento disse que: *(...) que ao regressarem na madrugada de ontem, em caminho Augusta, lhe deu toda confiança e inteira liberdade, razão pela qual, de fato manteve relações sexuais com a mesma; que após este fato, Augusta, deu um alarme infernal pondo-se a gritar fazendo com que reunisse ali um grupo de pessoas.* [9] Assim percebemos o conflito, de um lado a vítima declarando que foi violentada a força e do outro lado o indiciado declarando que a vítima tinha lhe dado toda a confiança e liberdade para praticar o ato sexual. As testemunhas nos ajudam a compreender melhor o fato com suas declarações.

---

[7] Processo nº 5293 de 18 de abril de 1949. Termo de declaração, p. 6 e 7.
[8] Ibidem. Processo nº 5293 de 18 de abril de 1949. Termo de declaração, p. 8.
[9] Ibidem. Processo nº 5293 de 18 de abril de 1949. Termo de declaração, p. 12.

Uma das testemunhas é José Luiz que disse: *que na madrugada de ontem, cerca das duas horas, acordou com gritos de mulher pedindo socorro naquelas proximidades; que encontrou um rapaz estranho subjugando violentamente uma mocinha, e já havia ali outras pessoas que procuravam salvar a vítima das mãos do agressor; que este dizia aos presentes que não se aproximassem, porque ele os alvejariam com tiros, (...) que um grupo composto de muitas pessoas aplicaram força física de uma só vez e conseguiram fazer a detenção do indiciado.*[10] Percebe-se que foi necessário um grupo de pessoas que se juntou ali com a gritaria que a vítima fazia, para conseguir tirar de cima desta seu agressor que parecia um animal incontrolável.

Já Geraldo Manso de Oliveira disse: *(...) que viu um rapaz de cor preta agredindo uma mocinha de cor parda, que estava subjugando violentamente a vítima(...)*[11]*.* E Pedro Manso de Oliveira que também estava presente na cena do crime disse que: *(...) viu um rapaz de cor preta subjugando uma moça de cor parda, violentamente contra o solo, que os presentes pediam ao indiciado que soltassem a moça, e este dizia que não se aproximassem que os atiraria (...)*[12]*.* Os dois irmãos deixam bem claro o que viram naquela noite, um rapaz preto atacando violentando uma moça parda. Apesar desse caso se referir a um homem de cor preta, em quase 60% dos casos que pretendemos trabalhar, os agressores são da cor branca. Desta forma a violência é cometida pelos sujeitos, independente da sua cor, pois evidenciamos que os jornais da época sempre deram mais enfoque nos crimes sexuais onde o indiciado era de cor preta.

Já o promotor de justiça vê Edmundo Nascimento como um animal, possuidor de um instinto e de uma fúria sexual incontrolável, que não queria largar a sua presa de jeito nenhum. E portanto, foi necessário a intervenção das pessoas, que se reuniram ali por causa dos gritos eloqüentes da vítima, para conseguirem todas juntas retirar o animal incontrolável de cima da vítima.

---

[10] Ibidem. Processo nº 5293 de 18 de abril de 1949. Termo de declaração, p. 14.
[11] Ibidem. Processo nº 5293 de 18 de abril de 1949. Termo de declaração, p. 15.
[12] Ibidem. Processo nº 5293 de 18 de abril de 1949. Termo de declaração, p. 16.

O final trágico para Edmundo Nascimento, se confirmou por sua condenação a cinco anos de reclusão pelo Juiz João Gonzaga de Siqueira. Este por sua vez tenta compreender a personalidade de Edmundo e a define como: *(...) homem de péssimos sentidos, que deixa a esposa no leito, logo após o parto, e vai para a rua cometer este delito, tem que ser punido exemplarmente (...).*[13] O juiz deixa evidente sua postura punitiva para esse tipo de conduta, que era intolerável para a manutenção da ordem e dos bons costumes.

[13] Ibidem.Processo nº 5293 de 18 de abril de 1949. Termo de declaração, p. 22.

A *Nouvelle Vague* e o cinema adolescente norte-americano: uma aproximação a partir do filme "*O Clube dos Cinco*"

CÉSAR OTAVIO CUNDARI DA ROCHA SANTOS

Em meados do século XX as artes sofreram severas transformações conceituais, seja no campo da literatura, da arquitetura, das artes plásticas ou do cinema. Estas modificações eram conseqüentes de certas características do chamado pós-modernismo.

Para Mike Featherstone, as principais características da pós-modernidade, ao menos dentro das artes, eram as seguintes: "a abolição da fronteira entre arte e vida cotidiana; a derrocada da distinção hierárquica entre alta-cultura e cultura de massa/popular; uma promiscuidade estilística, favorecendo o ecletismo e a mistura de códigos; paródia, pastiche, ironia, diversão e a celebração da 'ausência de profundidade' da cultura; o declínio da originalidade/genialidade do produtor artístico e a suposição de que a arte pode ser somente repetição".[1]

Torna-se claro que esta nova forma de se encarar o mundo tratava-se de uma exacerbação do modernismo, onde "o instintivo e o prazer liberados para levar a lógica modernista a suas últimas conseqüências".[2]

Isto nos leva a uma questão: com o estreitamento da distinção entre a vida cotidiana e a arte, o que aconteceria com esta[3]? A arte agora tinha nova cara e nova função. Não era mais estática e distante. Tudo agora tinha e era arte. Ela agora fazia muito mais parte do nosso dia-a-dia, nos identificava, socialmente, etnicamente, culturalmente e economicamente. Esta nova forma de arte tinha uma característica indispensável para tudo o que estaria por vir, nas artes e no cinema especialmente, ela passa a ser dessacralizada.

Com isto, cria-se um dilema, de que forma o cinema americano poderia lidar com estas inovações, sem que assim perdesse suas características e sua identidade. Principalmente por causa da crise interna sem precedentes por qual passava o cinema. Não bastando isto, o

cinema norte-americano ainda era obrigado a disputar espaço com o renascido cinema europeu.

Algumas pesquisas apontam para uma espécie de assimilação do cinema europeu por parte do cinema hollywoodiano, principalmente aqueles que se referem ao chamado cinema de *auter*, propagado pelos teóricos da *nouvelle vague.*

Este é, portanto o principal objetivo deste artigo, demonstrar que alguns dos princípios que nortearam a *nouvelle vague*, por mais que fossem muito mais técnicos do que teóricos, foram também incorporados pelo cinema de Hollywood, e foram em boa medida responsáveis por uma reestruturação do "fazer cinematográfico" norte-americano.

Na verdade, mais do que isto, esta comunicação pretende demonstrar que mesmo um filme considerado ingênuo e sem pretensões maiores[4], tal como o filme "O Clube dos Cinco", tem algumas das características que eram peculiares aos "discípulos de Bazin", e que foram, em boa medida, responsáveis por um novo fôlego ao cinema norte-americano.

Estrutura e conjuntura

É notório que o cinema americano passou por uma crise de freqüência e renda em meados da década de 40 que se estendeu até fins da década de 60[5].

Para Antonio Costa, os cineastas que emergiram desta crise são de difícil enquadramento, tanto por se tratarem de um grupo heterogêneo, mas também por estes não se diferenciarem, seja em termos técnicos ou em linguagem cinematográfica, de seus predecessores[6]. Estes foram considerados "cineastas pós-modernos"[7], cineastas da época de transição por qual o cinema americano passava, os também chamados de cineastas do cinema moderno.

Em fins da década de 60, estava claro que o cinema não mais poderia ser o mesmo. Os poucos filmes que haviam dado real lucro à indústria cinematográfica, foram não somente

filmes despretensiosos, mas também filmes que enfocavam temas que eram pouco, ou quase nada, correntes ao cinema hollywoodiano padrão, tratavam de temas que antes eram relegados ao cinema marginalizado. "De súbito, porém, a juventude ficou na moda".[8] Isto deixava claro o tipo de cinema que os filhos do *boom* demográfico da década de 40 queriam assistir: violência e temas adultos. À indústria, restavam poucas opções, ou o investimento se localizava neste modismo jovem ou teria que apelar para os chamados filmes X, ou seja, os filmes altamente censurados.

A saída encontrada por alguns foi a de render-se a "política de autores", tão propagada pela *novelle vague*. Esta tinha um transparente interesse em alguns diretores hollywoodianos, o que deixou aberta a possibilidade de se estabelecer uma linha alternativa, uma linha que não fosse nem tão "niilista" e tampouco fosse estacionária e temerosa de inovações, como era o cinema clássico hollywoodiano. Muito do que o cinema hoje tem como característica se deve a este ambiente de transição, ambiente que compreende principalmente os anos 70.

Segundo Costa, são três as características que definem os filmes deste momento de transição e suas propostas de desinstitucionalização[9] : 1. o fim de um sistema de produção estruturado sobre o produto médio, mas articulado em vários níveis (filmes de série A e B, filmes de *auteur*, etc.), que constituía um quadro de referência também para o cinema moderno; 2. a desarticulação e a desagregação da produção, razões pelas quais os filmes individuais (do supercolosso ao filme marginal) que têm identidade própria; 3. queda da capacidade do cinema de reunir um público mais vasto e heterogêneo, donde se desenvolve uma forma de fruição fragmentada e dispersa: a especializada (filmes de autor, *cult movies* nos cineclubes, filmes para jovens, filmes 'no feminino', filmes pornográficos etc.) e a 'distraída', dos filmes de televisão.[10]

Estes diretores da "pós-modernidade" cinematográfica, cada vez chegavam mais próximos de um universo intensamente mais complexo e articulado, o da instituição audiovisual, da imagem eletrônica.

Ainda segundo Costa, eram dez os "mandamentos" destes novos diretores: 1. produções de pequeno orçamento; 2. pequenos orçamentos produtivos; 3. busca de um público jovem; 4. discussão dos valores éticos-sociais sustentados pelo cinema precedente; 5. atenção à política e aos costumes; 6. construção de estilemas de caráter documentarista; 7.renúncia aos estúdios e procura dos espaços cotidianos; 8. mudança dos diretores dominantes; 9. abandono do *star system;* 10. revisão ideológica dos "gêneros clássicos".

Estas normas deixam bem claro a identificação destes com a *nouvelle vague* cinematográfica francesa e sua política de *auteur*. Entretanto, seus traços transparecem também que estes têm uma relação não tão radical em relação ao sistema hollywoodiano, mais focalizado em uma revisão crítica deste do que um niilismo elaborado.

"O Clube dos Cinco"

1. Apresentação de ficha técnica resumida;

Título em português: O Clube dos Cinco.

Título Original: *The Breakfast Club.*

Gênero: Drama;

Tempo de Duração: 93 minutos;

Ano de Lançamento (EUA): 1985;

Classificação americana: M[11];

Estúdio: Universal Pictures / A&M Films;

Distribuição: Universal Pictures;

Elenco: Emilio Estevez (Andrew Clark), Anthony Michael Hall (Brian Johnson), Judd Nelson (John Bender), Molly Ringwald (Claire Standish), Ally Sheedy (Allison Reynolds);

Direção: John Hughes;

Roteiro: John Hughes;

Produção: John Hughes e Ned Tanen;

Música: Wang Chung, Keith Forsey e Simple Minds;

1.2. Contexto do filme e das pessoas envolvidas.

Antes de se começar a fazer uma análise fílmica da obra é necessário que se faça um breve histórico de ao menos alguns dos personagens que o compõe. Dentre os principais responsáveis pela realização deste filme, John Hughes foi sem dúvida aquele que mais teve participação no processo de pré-produção. Hughes, além de diretor e produtor do filme, foi também roteirista e ator coadjuvante. Nascido em 1950, Hughes começa a trabalhar como escritor da *National Lampoon's Magazine*. Segundo consta, Hughes, tal como os cineastas da *nouvelle vague* francesa, começou a exercer o ofício de diretor para poder ter um controle real do processo em que seus roteiros seriam filmados.

Outras figuras que merecem certo destaque eram os protagonistas do filme. Eles representavam a juventude dos anos 80 e, apesar de cada um ter uma história relativamente diferente, eles estavam lá pelo mesmo motivo, para exercer a identificação dos jovens da época para com seus personagens, o que tornava cada um deles ícones visuais, onde o princípio da aura, elaborado por W. Benjamin, tinha reflexo quase que imediato[12].

1.3. Resenha;

Em virtude de terem cometido pequenos delitos, cinco adolescentes são confinados na biblioteca de seu colégio em um sábado, tendo de escrever uma redação de mil palavras sobre o que eles pensam de si mesmos. Apesar de serem pessoas bem diferentes, e de início não

terem nenhuma afeição entre si, enquanto o dia transcorre passam a aceitar uns aos outros e começam a encontrar semelhanças em suas personalidades.

1.4. análise técnica;

Era fácil identificá-los, tratavam-se somente de um Cdf, uma patricinha, um marginal, uma esquisitona e um atleta, entretanto, mais do que estes arquétipos, eles eram todos jovens, adolescentes e americanos.

Tratava-se, portanto, muito mais do que uma busca por conhecer o outro, mas de uma busca por conhecer a si mesmo. Eles se descobrem no momento que descobrem a si mesmos nos outros. Estes cinco adolescentes passam a ver muito mais do que as diferença que os colocam em lugares socialmente diferentes (ao menos no ambiente de um colégio).

Do ponto de vista técnico, o filme tem poucos momento de arrojo, mais precisamente dois, um mais recorrente, que é o das tomadas longas com diálogos que não são cortados por mudança de planos, tal como nos filmes de Goddard. Já o segundo, diz respeito também a cena da rodinha, entretanto, é mais relacionado à visão exterior que a forma que os cortes se dão. Nesta cena, a câmera faz o nosso papel no filme, nos deixa muito próximos de sermos parte do grupo, e de tão próxima, em dados momentos ela tira de foco alguns personagens. Hughes abusa do movimento de plano-contraplano da câmera e realmente não “inventa” nada de novo em relação à linguagem expressiva clássica.

É interessante notar que este filme reza quase que integralmente pela cartilha dos filmes de *auteur* dos cineastas dos anos 70 e 80. Dos dez mandamentos elencados por COSTA que podiam ser consideradas as características destes cineastas pós-modernos poucos não foram seguidos. Além disto, Hughes teve o controle quase que completo da execução do filme, tal como seus predecessores da *nouvelle vague*.

É interessante notar que o filme não prima por iniciativas arrojadas, entretanto tem algumas sacadas dignas de um “rosebud”[13]. Em dado momento, nos é mostrada a foto do *Man of the year*, concurso comum aos americanos em seus colégios, e, em uma das fotos, aparece a imagem de um estudante, este estudante trata-se do faxineiro do colégio. Talvez esta imagem seja representativa para demonstrar a forma patética em que os adultos são representados durante todo filme (sejam os pais dos alunos ou o diretor).

Em outro momento, Senhor Vernon (o diretor, talvez o mais ridicularizado adulto do filme), lhes dá uma tarefa para ser feita até o final do dia: uma redação contendo mil palavras dizendo “*who you think you are*”.

A resposta a esta pergunta vem em forma de uma redação escrita por Brian (o Cdf) e assinada por todos os demais:

> "Dear Mr. Vernon,
>
> We accept the fact that we had to sacrifice a whole Saturday for whatever it was you thought we did wrong, but we think you're crazy to make us write an essay on who we think we are. You see us as you want to see us, in the simpliest terms and the most convenient definitions. But what we found out is that each one of us is a brain, an athlete, a basket case, a princess & a criminal. Does that answer your question?
>
> Sincerely yours,
>
> The Breakfast Club"

De resto, pode-se dizer que o filme é uma ode à juventude, à “irresponsabilidade”, e à uma geração nascida na década de 70 e que teve seu rito de passagem para a fase adulta na década de 80. Desde o começo do filme somos levados a nos sentir parte ou dos jovens, ou de sua contraparte “malévola”, os adultos.

Nem tanto uma análise fílmica, mas sim uma discussão/aproximação entre este filme, freqüentemente mal visto, e um gênero muito mais bem visto (o da *nouvelle vague*), esta comunicação teve a pretensão de demonstrar que em alguns aspectos este filme tem em "*seu primo cult*" um parente nem tão distante assim como seria comum pensarmos.

---

[1] FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e Pós-modernidade.** São Paulo: Studio Nobel, 1995. Pág. 25. Ver também RAMOS, José Mario Ortiz. **Televisão, publicidade e cultura de massa.** Petrópolis: Vozes, 1995. "O movimento acolhia provocativamente uma *teenage culture*, mergulhava uma visão positiva no universo contemporâneo, através de incorporação de procedimentos do cinema, publicidade e história em quadrinhos, da reelaboração de objeto do cotidiano, enfim, borrava fronteiras entre os planos 'erudito' e do 'consumo de massa'". Pág. 227.

[2] FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e Pós-modernidade.** São Paulo: Studio Nobel, 1995. Pág. 26.

[3] "E assim a arte está por toda parte, uma vez que o artifício jaz no próprio coração da realidade. E assim a arte está morta, não somente porque sua transcendência crítica está perdida, mas porque a própria realidade, totalmente impregnada por uma estética inseparável de sua estrutura, vem sendo confundido com sua própria imagem". BAUDRILLARD, Jean. Apud. In.: FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e Pós-modernidade.** São Paulo: Studio Nobel, 1995. Pág. 102.

[4] "Pois esse filme no qual eu penso possui uma forte existência (social, analítica). Não se poderia reduzi-lo a um gadget de certos produtores de cinema ávidos por dinheiro e mal-intencionados a obtê-los." METZ, Christian. **Historia/ Discurso (notas sobre dois voyeurismos).** In: XAVIER, Ismail (Org.). **A experiência do cinema:** antologia. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983. Pág. 405.

[5] Sobre o assunto ler SKLAR, Robert. **História social do cinema americano.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

[6] "(...) aquela que nos propusemos a chamar de cinema moderno é mais difícil de circunscrever e definir. (...) Não existe uma inovação tecnológica comparável a do cinema sonoro a ponto de modificar e unificar o estatuto da narração, como aconteceu entre os 20 e 30. Primeiro a introdução da cor e, depois a da tela panorâmica não têm efeitos suficientes para modificar o estatuto expressivo, tendo, no máximo, o efeito de reforçá-lo, uma vez que tais inovações têm o objetivo de limitar a emergente concorrência da televisão". COSTA, Antonio. **Compreender o cinema.** São Paulo: Globo, 2003. Pág. 1114

[7]"Se a hipótese central está na base do 'cinema moderno' é a de uma superação da tradição e, nas suas expressões mais radicais, se pode falar de uma 'pós-modernidade' do cinema, num sentido análogo àquele em que o termo pós-moderno é usado no campo das artes figurativas e da literatura" Id. Ibid. Pág. 134.

[8] SKLAR, Robert. **História social do cinema americano.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1975. Pág. 353.

[9] Ainda segundo Costa este conceito foi elaborado por Casseti. COSTA, Antonio. **Compreender o cinema.** São Paulo: Globo, 2003. Pág. 133.

[10] Id. Ibid. Pág. 134.

[11] "Uma das primeiras tarefas de Valenti foi verificar o que se poderia fazer em relação ao código. Depois de mais de dois anos de desgaste das proibições do código, Valenti decidiu jogá-lo fora. Colocou em seu lugar um sistema de classificação semelhante ao modelo da Grã-Bretanha, porém com maior número de categorias e categorias menos precisas: G para assistência geral, M para assistência maduras; R para assistência restrita, em que não se admitiam a entrada de menores de dezessete anos a não ser acompanhados de um pai ou responsável, e X que proibia, pura e simplesmente, a entrada de qualquer pessoa com menos de dezoito anos." SKLAR, Robert. **História social do cinema americano.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1975. Pág. 345.

[12] "Ao fazer dos atores pessoas amadas e distantes, recolocou o solo propício para o ressurgimento da aura." In.: BONASSA, Elvis César. **Não chore, é apenas um filme.** In: Imagem. Campinas: Ed. Unicamp, n. 5, Ago/Dez, 1995. Pág. 103.

[13] Quem não se recorda do pobre Kane e sua busca pela infância perdida? Conforme nos mostra o filme "*Cidadão Kane*", de Orson Welles. N. do A.

Imagens da cidade nos anos 1950 na imprensa: Porto Alegre

Charles Monteiro[1] - PUCRS

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre a produção de imagens da cidade de Porto Alegre na imprensa nos anos 1950 no Centro de Pesquisa da Imagem e do Som (PPGH/PUCRS)[2].

A problemática de pesquisa envolve questões acerca da criação de uma nova visualidade[3] urbana sobre a cidade de Porto Alegre nos anos 1950, no contexto de uma nova cultura visual sobre as cidades brasileiras. Visa-se compreender a construção de significados sociais a partir da produção e a veiculação de imagens fotográficas da cidade de Porto Alegre nos anos 1950 na *Revista do Globo*, em *O Cruzeiro* e no jornal *Correio do Povo*. Busca-se discutir as formas de fotografar a cidade e a inserção das fotografias nas páginas de cada um desses veículos de comunicação para compreender as representações da cidade de Porto Alegre naquele contexto de crescimento populacional, expansão do perímetro urbano e verticalização da área central. Na década de 1950, tanto a organização quanto o planejamento urbano de Porto Alegre estavam sendo repensados.

Novas questões teóricas e metodológicas vêm sendo colocadas a respeito dos usos da fotografia na História, forçando uma revisão na forma de trabalhar este *corpus* documental sobre a cidade. Segundo Dubois, não mais como mera ilustração, como um espelho do real, mas como um índice[4]. A fotografia deve ser problematizada enquanto índice de processos e dinâmicas dos diferentes grupos sociais que produziram e produzem a cidade. Ela deve ser compreendida na sua especificidade, enquanto uma linguagem com técnicas, práticas e significados sociais particulares no conjunto de uma determinada cultural visual (iconosfera) e de uma história visual[5].

Nos anos 1950, a indústria jornalística e editorial passava por um período de transformação através da modernização administrativa e técnica com a montagem de novos

parques gráficos. A importação de maquinário novo e o aumento da oferta de papel baratearam os custos de produção. A ampliação do espaço dedicado à publicidade e ao número de anunciantes procurou atender ao crescimento do mercado de consumo de revistas nas classes médias urbanas. Foi possível melhorar a forma das revistas com a adoção de novos processos de diagramação, ilustração e impressão em cores.

As revistas passaram a contar com os meio técnicos para aumentar o espaço dedicado às ilustrações e à fotografia. Segundo Gisele Freund, a maioria das revistas seguia o modelo internacional da revista americana LIFE que utilizava maciçamente a fotografia[6]. As imagens fotográficas passam a integrar a narrativa das reportagens. Em alguns casos, as imagens ocupam mais espaço que o texto, relegado a um segundo plano.

Para o leitor menos avisado, a fotografia não poderia mentir por ser a reprodução fiel da vida. Poucos leitores estavam advertidos para o fato de que se pode alterar totalmente o sentido de uma imagem fotográfica através do texto que a acompanha ou pela sua justaposição com outras imagens. É necessário problematizar a fotografia em sua realidade própria, que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro, no contexto da vida passada[7]. Trata-se de refletir sobre a realidade do documento, da representação, sobre sua segunda realidade. Essa que é construída, codificada, sedutora em sua montagem e em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que guarda, todavia, um elo material com o tempo e espaço representado, como um índice da experiência social no passado.

O historiador deve colocar a imagem fotográfica em seu tempo e pensá-la a partir da relação entre o tema selecionado, a técnica empregada e o fotógrafo, que é o sujeito produtor dessas imagens com seus filtros sociais num determinado contexto social e numa determinada cultural visual. A fotografia é um recorte da realidade, um corte que promove o congelamento do fluxo do tempo na imagem e, também, um recorte espacial da realidade, através do enquadramento, do ângulo e dos efeitos escolhidos para fotografar o tema[8].

Esses três periódicos oferecem um conjunto diversificado, rico e representativo para a interpretação das formas de representação da cidade nos anos 1950. No Brasil, a revista *O Cruzeiro* e a *Revista do Globo* buscavam uma narrativa visual independente do texto[9].

A revista semanal *O Cruzeiro* foi lançada em 10 de novembro de 1928, pelos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand[10]. A Revista começou a década de 1950 com uma tiragem extraordinária para a época de 300 mil exemplares semanais. No ano de 1954, a tiragem chegou ao ápice de 720 mil exemplares semanais, devido ao interesse pelas informações acerca da morte de Getúlio Vargas. Foi uma revista de abrangência nacional, que tratava de assuntos diversos de política até moda e vida social.

As fotorreportagens sobre Porto Alegre na revista *O Cruzeiro* ocupam um lugar muito secundário em relação à cobertura do processo de modernização das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e a criação de Brasília, que merecem séries de reportagens com dezenas de fotos PB e coloridas. Das 411 fotorreportagens fichadas, 205 são sobre o Rio de Janeiro, 58 sobre São Paulo e apenas 20 sobre Porto Alegre. Nesse conjunto, destacam-se duas reportagens sobre o quebra-quebra nas ruas centrais da cidade após a notícia da morte de Getúlio Vargas, duas sobre a inauguração do estádio Olímpico do Grêmio Futebol Porto-Alegrense, uma sobre a inauguração da Televisão Piratini e uma sobre os 25 anos da Rádio Farroupilha, numa série de outras sobre fatos sociais diversos como os bailes da Reitoria e a festa dos bichos em 1952. Apenas duas reportagens fogem ao conjunto geral e enfocam propriamente a cidade. Uma fotorreportagem com seis fotos PB enfoca o bairro Maria Degolada[11], relatando a história da morte da jovem que dá nome ao bairro e a assistência dada pela Irmã Nely aos pobres. A outra é *Porto Alegre em versão 1958*[12], com sete fotos coloridas e quatro PB, que se constitui numa chamada turística para conhecer a cidade. Logo, a revista aborda Porto Alegre a partir da perspectiva ou do *faits divers*, do curioso e do exótico ou do excepcional. O que não a diferencia de outras cidades do interior do Brasil. O que se explica pelo maior consumo da revista no Rio de Janeiro e São Paulo.

A *Revista do Globo* era o periódico quinzenal de maior tiragem no Rio Grande do Sul. Tendo sido criada em 1929, tornara-se um veículo de comunicação influente na imprensa regional, como um projeto gráfico e editorial arrojado para o período. Nos anos 1950, a *Revista do Globo* concorreu com outras revistas de tiragem nacional como *O Cruzeiro* e *Manchete*, seguindo o mesmo modelo de fotorreportagens com tom sensacionalista misturadas a entretenimento, artigos literários e vida social.

A *Revista do Globo* tematiza a cidade em 135 dos 256 exemplares, mais da metade dos consultados na pesquisa, publicados entre 1950 e 1960. Abordava questões sobre a modernização, as novas formas de sociabilidade, a cultura, a segurança, a higienização, a habitação, os transportes e a política municipal. A Revista valoriza o processo de modernização e alguns dos problemas urbanos de Porto Alegre. Para esse trabalho considera-se apenas uma pequena amostragem desse todo, no sentido de apontar as imagens fotográficas mais recorrentes na *Revista do Globo* sobre Porto Alegre no período.

A *Revista do Globo* contava com a colaboração permanente de fotógrafos (Léo Guerreiro, Pedro Flores, Thales de Farias), além da utilização do trabalho de vários fotógrafos independentes. A respeito da técnica sabe-se que a utilização de máquinas leves e portáteis, com filmes em rolo e com flash, como a Zeiss-Icon e a Rolleiflex.

Mas de que forma a fotografia serviu para exprimir as representações das transformações urbanas de Porto Alegre na *Revista do Globo*? Como as fotografias sobre a cidade se relacionavam com os textos e estavam inseridas na Revista do Globo? A partir do levantamento feito verifiquei que alguns temas eram recorrentes: modernização dos espaços urbanos (verticalização), novas formas de sociabilidade e problemas urbanos. Algumas dessas fotorreportagens ocupavam várias páginas, outras recebiam destaque com fotografias em página dupla, outras ainda contavam ainda com tomadas aéreas da cidade.

Uma leitura crítica da fotorreportagem *Porto Alegre em Tela Panorâmica*[13], com texto de Flávio Carneiro e fotos de Léo Guerreiro, aponta para a construção do significado de

modernidade e desenvolvimento no processo de crescimento urbano. A primeira foto é uma tomada área do centro da cidade que colocava em primeiro plano o porto, em segundo plano uma massa de edifícios do centro da cidade e em terceiro plano a orla da Praia de Belas, com as obras do aterro para a abertura da Avenida Beira-Rio. Nas fotos subseqüentes aprofunda-se esse significado de modernidade através do crescimento horizontal e vertical da cidade a partir das legendas que as acompanham.

Essa fotorreportagem arrola as obras da Ponte Getulio Vargas sobre o Guaíba e o Aeroporto Salgado Filho, como ícones da modernização e do desenvolvimento da cidade. O texto afirma que "como visão aérea quase tudo impressiona, porque quase tudo está mudando", passando a arrolar uma série de aspectos novos na cidade. Mais adiante afirma-se: "um manto de construções cobriu a cidade em 10 anos...". Porém, afirma que alguns lugares mantinham-se como referência do passado: a Praça da Matriz e o Mercado Público.

Na fotorreportagem *Porto Alegre cresce para o céu e para o rio*[14], com fotos de Thales Farias, novamente a modernização é o tema central com tomadas fechadas do centro da cidade colocando em destaque novos e altos edifícios, bem como as obras da Avenida Beira-Rio e da Ponte sobre o Guaíba. Na legenda afirmava-se "Porto Alegre, 1958: recorde brasileiro de construções". O texto ensaia uma explicação para essa "febre de construções": "o aumento vertiginoso nada tem de influências políticas, mas é tão somente a ação de capitais particulares, pois com a desvalorização constante do cruzeiro, o negócio mais rendoso e seguro ainda continua sendo o imobiliário".

Talvez o melhor exemplo desse engajamento da *Revista do Globo* em dar publicidade a esse projeto de modernidade urbana seja a fotorreportagem *Porto Alegre via aérea, 1959*[15] de sete páginas com fotos de Thales Farias. Ela começa com uma foto aérea do centro da cidade ocupando duas páginas. Na página seguinte outra foto área do centro da cidade com a legenda "dentro de alguns anos, a cidade não terá mais prédios velhos".

Mas não há somente publicidade da modernização ou a venda de uma imagem da cidade para consumo dos leitores de classe média na *Revista do Globo*. Ela também cumpria o papel de apontar os dilemas que a cidade enfrentava e deveriam mobilizar a opinião pública e a vontade das administrações municipal e estadual para a sua resolução.

A fotorreportagem *Amarelou o sorriso da cidade*[16] com texto de Joseph Zukauska e fotos de Pedro Flores e Wilson Cavalheiro é um exemplo disso. Uma série de problemas urbanos eram apontados: falta de água, luz, transportes e moradias. As fotografias que acompanham o texto apontam para a contradição entre os altos e modernos edifícios do centro da cidade e as malocas nas vilas populares da periferia de Porto Alegre. As razões apontadas para essa crise seriam a modernização no campo e a falta de amparo ao trabalhador rural, que agiriam como fatores de expulsão do homem do campo. De outro lado, os motivos de atração de migrantes para a capital seriam a busca de trabalho na indústria, melhores salários, direitos trabalhistas, serviço de saúde e educação para os filhos. Nessa fotorreportagem, na página 50, a revista coloca lado a lado um alto edifício em construção e as casa de madeira de uma vila a beira do Guaíba. O Subtítulo acima da página afirma: “Uma cidade de zinco e trapos dentro da outra”, e na legenda afirmava-se: “De 51 a 53, a população marginal duplicou, por que não só quem casa quer casa. Os que vêm do interior para trabalhar na capital, também dela necessitam. A metade da população de uma vila de malocas é dada como catarinense” (idem, p. 50). Logo, a culpa dos problemas urbanos era atribuída aos migrantes e aos sujeitos que vem de fora da cidade, às vezes, até mesmo de fora do estado. Ou seja, a culpa era dos não-cidadãos, dos próprios excluídos e não da falta de planejamento e de políticas públicas adequadas.

As fotorreportagens do jornal *Correio do Povo* abordam as transformações no espaço urbano da cidade num universo bem mais diversificado de assuntos: da política ao esporte, passando pela vida social, publicidade e classificados. Na maioria das vezes, as imagens não têm boa definição e encontra-se deslocadas em relação ao título e ao texto ao

qual está ligada. No jornal, o fotógrafo tem um tempo menor de tomada, revelação e seleção das imagens para acompanhar o ritmo diário dos acontecimentos. O tempo para a preparação das fotorreportagens é menor, a tecnologia para a reprodução e o papel utilizado no periódico também é inferior ao das revistas. Temos menos variações em PB e uma tecnologia mais simples de impressão. Ainda assim, essas imagens eram um complemento importante para mobilizar a atenção dos leitores do periódico.

Das 170 reportagens fichadas até o momento, 41 sobre novas formas de consumo, 42 referem-se a obras públicas, 18 ao processo de verticalização, e 42 sobre problemas urbanos. As 41 fotorreportagens sobre as novas instalações de magazines e lojas de eletrodomésticos no centro da cidade são uma mistura entre notícia e publicidade, enfatizando as novas práticas de consumo. As 42 reportagens sobre obras públicas destacam o papel dos políticos no processo de modernização da cidade. As 18 reportagens sobre a verticalização são uma propaganda indireta de empreendimentos imobiliários de alto gabarito (mais de 10 andares) de apartamentos residenciais e escritórios que também anunciam no jornal. Já as 42 fotorreportagens sobre problemas urbanos, abordam as inundações os problemas de energia, água e esgotos dos bairros periféricos[17], bem como os custos sociais e os problemas para finalizar as grandes obras públicas, como a remoção de vilas populares para a conclusão da canalização do Arroio Dilúvio[18]. O jornal, então, é um dos únicos espaços que nos mostra que a cidade moderna está nascendo de um embate entre interesses de classes e que as obras públicas viriam em benefício da valorização de áreas para a especulação imobiliária.

Como conclusão parcial, pode-se afirmar que tanto a *Revista do Globo* quanto o jornal *Correio do Povo* foram meios de comunicação que se engajaram no processo de modernização da cidade, procurando elaborar para os seus leitores esse processo ao tratar de temas como o da verticalização do centro da cidade, a conquista de novas áreas através de aterros, a construção de grandes obras públicas, a implantação dos novos padrões

arquitetônicos modernistas, bem como a modernização das formas de sociabilidade pública numa sociedade de consumo. Quando o jornal e a revista apontavam os problemas urbanos de falta de água, energia e habitação era para pedir providências aos poderes constituídos. Percebe-se que estavam claramente engajados no projeto políticos das elites dirigentes de modernização social. A forma como a *Revista do Globo* publicava fotografias panorâmicas do centro da cidade com planos fechados sobre as áreas mais nobres de Porto Alegre visava exaltar o ideário de modernidade. Enquanto, os textos difundiam todo um conjunto de idéias e valores que visavam educar as camadas médias urbanas, que eram as principais consumidoras da *Revista* para a concretização da utopia da cidade moderna numa verdadeira pedagogia social, as imagens fotográficas elaboravam esse processo veloz de mudanças e desenraizamento social de uma forma positiva.

---

[1] Doutor em História Social pela PUCSP e Professor Adjunto do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

[2] A pesquisa conta com apoio institucional da PUCRS e de bolsas de Iniciação Científica BIC/PUCRS, BIC/FAPERGS, PIBIC/CNPQ. Participam da pesquisa alunos da graduação do Curso de História: Rodrigo Massia (*Revista do Globo*), Taiane Agnoletto (*O Cruzeiro*) e Gabriela Peruffo (*Correio do Povo*).

[3] Cf. MENEZES, Ulpiano B. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. In: O ofício do historiador, *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, jul. 2003, pp. 11-36.

[4] Cf. DUBOIS, P. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1993, pp. 23-56.

[5] MENEZES, Ulpiano B. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. In: O ofício do historiador, *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, jul. 2003, pp. 11-36.

[6] FREUND, Gisèle. *La fotografia como documento social*. 8ª ed. Barcelona: GGMassMedia, 1999, pp. 96ss.

[7] Cf. MAUAD, A. M. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, Nilda (orgs.). *A Leitura de Imagens na pesquisa social*. História, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004, p. 19-36.

[8] Sobre a metodologia de pesquisa sobre fotografia e cidade a partir da definição de descritores icônicos e formais ver LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. *Fotografia e cidade*: da razão urbana à lógica de consumo. Álbuns de São Paulo: 1887-1954. São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

[9] Fernandes Júnior, Rubens. *História da fotografia no Brasil: panorama geral e referências básicas.* 3ª ed. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002. Cf. também RIBEIRO, Ana Paula. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca. In: *Estudos Históricos*, nº 31, 2003, p. 147-160.

[10] Cf. NETT, Accioly. *O Império de papel:* os bastidores de *O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998; COSTA, Helouise. *Aprenda a ver as coisas: fotojornalismo e modernidade na revista O Cruzeiro*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicações e Artes – USP.

[11] TAJES, Tabajara. Uma favela e duas santas, *O Cruzeiro*, nº XXXI-8, 6/12/1958, p. 89-93.

[12] MORAES, M.; RONEK, A. Porto Alegre em versão 58. *O Cruzeiro*, nº XXX-46, 30/8/1958, p. 12-17.

[13] CARNEIRO, Flávio; GUERREIRO, Léo. Porto Alegre em tela panorâmica. In: *Revista do Globo*, nº 706, 24 dez. 1957, pp. 11-16.

[14] CARNEIRO, Flávio; FARIAS, Thales. Porto Alegre cresce para o céu e para o rio. In: *Revista do Globo*, nº 722, 1958, pp. 38-42.

[15] CARNEIRO, Flávio; FARIAS, T. Porto Alegre via aérea, 1959. In: *Revista do Globo*, 1959, nº 742, p. 10-16.

[16] ZUKAUSKA, Joseph; FLORES, Pedro, CAVALHEIRO, Wilson. Amarelou o sorriso da cidade. In: *Revista do Globo*, nº 607, pp. 48-55.

[17] *Correio do Povo*, 12/4/1953, p. 32.

[18] *Correio do Povo*, 26/3/1950, p. 16.

Calabar – o elogio da traição, de Chico Buarque e Ruy Guerra - Uma Radiografia Estética dos *Anos de Chumbo*

Christian Alves Martins – PPG-UFU

A mais bela
De todas as certezas
É quando os fracos
E desencorajados
Levantam suas cabeças
E deixam de crer
Na força de seus
opressores.

Bertold Brecht

Nosso trabalho tem como principal objetivo a análise da peça teatral Calabar – o elogio da traição (1973), texto escrito por Chico Buarque de Hollanda em parceria com o cineasta Ruy Guerra, com o fim de descortinar a historicidade presente na peça. Em verdade, nossa proposta é compreender o passado através da arte. Para tanto, a obra *Calabar – O elogio da traição* será adotada como nosso documento central, subsidiado por coerente revisão bibliográfica envolvendo a linha Teatro e História.

Fruto de exaustiva pesquisa histórica, os autores da peça fazem uma verdadeira "viagem" até o Nordeste do século XVII, durante as Invasões Holandesas, para revisar a história de Domingos Fernandes Calabar, considerado traidor por abandonar o *front* português, e passar para o lado dos invasores batavos.

Que tipo de traição, estaria sendo elogiada na peça? Afinal, quais são os traidores da pátria? Na década de 1970, o que significava ser herói ou traidor?

Em verdade, a peça é uma alegoria histórica que aborda a questão do patriotismo e da traição, numa clara alusão à conjuntura política do período em que foi escrita. Para tanto, os autores utilizam a relação passado/presente entre o Nordeste do século XVII e o Brasil do início da década de 1970.

Para este Simpósio, propomos fazer um recorte a partir deste projeto maior, com o intuito de refletir sobre as linguagens estéticas que a publicação da peça utilizou, como as artes plásticas, o texto dramático e a música/poesia, como forma de compreender o momento histórico na qual ela foi escrita.

De início, a capa do livro já traz muitos códigos repletos de significados. Um velho muro, de aspecto lúgubre, pichado com a palavra "Calabar" e cores bem sombrias foi encomendado pelos autores da peça à pintora e desenhista carioca, Regina Vater.

A capa esta impregnada de representações simbólicas que possuem fortes relações com as lutas de poder travadas naquele tempo. Chartier escreve que todo historiador trabalha com uma representação do real: o documento. Contudo, este conceito é ampliado quando a representação denota a substituição do ausente, como um artefato, uma escultura ou uma montagem teatral, que possa representar a historicidade de seu tempo, produzindo práticas sociais e combates políticos, pensando no campo simbólico o palco de lutas. Sobre isto ele assevera que:

> Numerosos foram os trabalhos de história que manipularam recentemente a noção de representação. Há duas razões para isso. De um lado, o recuo da violência, que caracteriza as sociedades ocidentais entre a Idade Média e o século XVIII e que decorre da confiscação (ao menos tendencial) do monopólio sobre o emprego legítimo da força pelo Estado, faz com que os confrontos sociais fundados sobre os afrontamentos diretos, brutais, sangrentos, cedam cada vez mais o lugar a lutas que têm por armas e por fundamentos as representações. De outro lado (...) definiu-se assim uma história das modalidades do fazer-crer e das formas da crença, que é

> antes de tudo uma história das relações simbólicas de força, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento[1].

No momento que celebramos a consagração da imagem como instrumento de força, denotamos que a capa da peça não é ingênua. A mesma estabelece fortes relações com as mensagens de protesto e contestação política, pichadas à surdina, nos muros, durante a Ditadura Militar.

Além das artes plásticas, através da linguagem literária, a peça Calabar transmite claramente pistas do momento pulsante do início da década de 1970, época em que a peça fora escrita. Podemos ilustrar esta afirmativa com o trecho em que fica evidente sua vinculação com à liberdade e a temática imperialista:

> "Um dia este país há de ser independente. Dos holandeses, dos espanhóis, portugueses...Um dia todos os países poderão ser independentes, seja lá do que for. Mas isso requer muito traidor. Muito Calabar. E não basta enforcar, retalhar, picar... Calabar não morre. Calabar é cobra de vidro. E o povo jura que o cobra de vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três, mil pedaços, facilmente se refaz[2]."

A alusão desta fala à conjuntura política daquela época é evidente. O trecho insinua claramente o período de opressão que a nação estava submetida desde 1964. O trecho "enforcar, retalhar, picar...", por exemplo, sugere o *modus operandi* da repressão policialesca dos *Anos de Chumbo*. A tortura foi largamente usada, nos porões do Regime, na desarticulação de opositores.

Por fim, a linguagem musical está ativamente representada na peça. Não poderia ser diferente haja vista a vivência de Chico Buarque como músico e letrista.

Todas as músicas compostas em parceria com Ruy Guerra, exclusivamente para a peça teatral, formam uma verdadeira simbiose com o texto dramático e naturalmente carregam marcas da época em que foram produzidas, como é o caso da música *Vence na Vida Quem Diz Sim* em que se discutem temas candentes daquele período como liberdade, tortura e traição:

Vence na vida quem diz sim.
Vence na vida quem diz sim.
Se te dói o corpo,
Diz que sim.
Torcem mais um pouco,
Diz que sim.
Se te dão um soco,
Diz que sim.
Se te deixam louco,
Diz que sim.
Se te babam no cangote,
Mordem o decote,
Se te alisam com o chicote,
Olha bem para mim.
Vence na vida quem diz sim,
Vence na vida quem diz sim[3].

Ou então a emblemática *Fado Tropical*, com seus arranjos melancólicos e melodias lusitanas, que fala sobre patriotismo, autoritarismo e ingratidão:

Oh, minha mãe gentil.
Te deixo, consternado,

No primeiro abril.

Mas não sê tão ingrata,

Não esquece quem te amou.

E em tua densa mata

Se perdeu e se encontrou

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal,

Ainda vai tornar-se um imenso Portugal[4].

Assim, seja na imagem, no texto ou na música, ficam patentes as representações de seu tempo, observadas na peça, através destas linguagens artísticas. Isto corrobora para nosso estudo de que os autores, como afirmou Chico "falava através de personagens, enxergava através de outros olhos"[5] o contexto em que viviam, através da obra em análise.

Notas

1. CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre Certezas e Inquietude**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002., p. 94-95

2. Ibid., p. 90

3. Ibid., p. 80.

4. Ibid., p. 14

5. BUARQUE, Chico. Chico Buarque completa 50 anos amanhã**. Folha de São Paulo,** São Paulo, junho de 1994. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br>. Acesso em 06 jun. 2005.

As dimensões político-sociais de uma epidemia: a gripe espanhola assola Salvador (1918)

Christiane Maria Cruz de Souza

Professora do CEFET-BA e doutoranda em História das Ciências da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

A comunicação intitulada **As dimensões político-sociais de uma epidemia: a gripe espanhola assola Salvador (1918)** pretende discutir a epidemia de influenza que atingiu Salvador na segunda quinzena do mês de setembro de 1918 e se estendeu até o final de dezembro do mesmo ano. A literatura que trata da *influenza maligna* ou *gripe espanhola* é unânime em afirmar que esta epidemia foi a maior e mais devastadora das que grassou pelos quatro continentes – Europa, Ásia, África e Américas – nas primeiras décadas do século XX. Com um alto grau de morbidade e mortalidade, acredita-se que a *influenza* infectou mais de seiscentos milhões e vitimou mais de trinta milhões de pessoas em todo o mundo.

O nosso interesse pelo tema nasceu de uma lacuna historiográfica – dentre os trabalhos realizados sobre a epidemia de gripe espanhola no Brasil nada havia sido produzido sobre o evento ocorrido na Bahia. As dissertações, teses, artigos e livros sobre o assunto elegeram as cidades das regiões Sul e Sudeste como cenário privilegiado da sua produção.[1]

[1] Vide os artigos de Luiz Antônio Teixeira (1993), Medo e Morte: Sobre a Epidemia de Gripe Espanhola de 1918 e de Nara Azevedo de Brito (1997), La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, temos as seguintes dissertações e teses: BERTOLLI FILHO, Cláudio. Epidemia e sociedade: A gripe Espanhola no município de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo, em 1986; ABRÃO, Janete S. A "espanhola" em Porto Alegre, 1918. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1995; OLINTO, Beatriz Anselmo. Uma cidade em tempo de epidemia. Rio Grande e a gripe Espanhola (RS – 1918). Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, em 1996; FERREIRA, Renata B. Epidemia e drama: a Gripe espanhola em Pelotas –

O exame superficial das diversas narrativas construídas no Brasil, detecta similitudes na forma como os fatos se desenrolaram. De modo geral, a epidemia de gripe espanhola apresentou dilemas semelhantes, nascidos da necessidade de explicá-la e combatê-la. Neste sentido, os textos deixam entrever um tipo de dramaturgia comum àquela epidemia, enquanto entrelaçaram temas como medo, solidariedade, terapêuticas, políticas e responsabilidades estatais. Não obstante, é preciso considerar a complexidade das negociações acerca da definição e da resposta à doença, que envolve atores e ações diversas, em contextos, por vezes, multidimensionais.

Na nossa análise, apesar de admitirmos que a doença epidêmica é um fato biológico, indissociável de seus aspectos naturais, partiremos da premissa de que é, também, um fato social, e é nesta perspectiva que pretendemos abordar o assunto.

Ao incidir sobre a Bahia, a epidemia evidenciou as fragilidades da economia local; o facciosismo político e os conflitos daí decorrentes; o clientelismo e o nepotismo que corrompia a máquina estatal; e a precariedade do estado sanitário e dos cuidados com a saúde coletiva, em contraste com a tradição médica local representada pela Faculdade de Medicina da Bahia.

1918. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande, em 2001; BERTUCCI, Liane Maria Influenza. A medicina enferma. Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, em 2002; GOULART, Adriana da C. Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense em 2003; SILVEIRA, Anny J. Torres. A influenza espanhola e a cidade planejada – Belo Horizonte, 1918. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense em 2004. Alguns destes trabalhos foram publicados em forma de livro, a exemplo de Janete Silveira Abrão (1998), Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918; de Renata Brauner Ferreira (2001), Epidemia e drama: a Gripe Espanhola em Pelotas – 1918; de Cláudio Bertolli Filho (2003), A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade; Liane Maria Bertucci (2004), Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo.

É difícil precisar o momento da entrada da 'espanhola' na Bahia. Para o governador do estado à época, a epidemia iniciou-se em 27 de setembro de 1918.[2] Por sua vez, o jornal *A Tarde* informava que em 24 de setembro de 1918, "a epidemia desconhecida" já assolava a Bahia, tendo sido verificados "cerca de setecentos enfermos nos quartéis, nos hospitais, em casas particulares e em todos os centros de aglomeração de operários".[3] Contudo, se considerarmos o período de transmissibilidade da doença e o intervalo de tempo necessário para que os seus primeiros sinais se manifestassem, perceberemos que o mal já estava entre os baianos antes das datas assinaladas, ainda que não tenha sido registrado pelos órgãos de imprensa nem pela Diretoria Geral da Saúde da Bahia.

Embora as autoridades baianas acompanhassem, pelos jornais, a evolução simultânea da epidemia em vários lugares do mundo, pareciam considerar remota a possibilidade de que um mal que grassava em lugares tão distantes pudesse vir a vitimar também o povo baiano. Mesmo quando os primeiros rumores da existência de uma epidemia de gripe em Salvador começaram a circular, ainda assim as autoridades não deram a devida importância — tratava-se apenas de uma enfermidade familiar à sociedade baiana que, até então, não tinha apresentado graves conseqüências. Portanto, em um primeiro momento, o governo baiano, assim como os governantes de outras partes do mundo, assumiu uma postura passiva, propalando a benignidade da doença.

Entretanto, a marcha desenfreada da doença e a pressão dos órgãos de imprensa de oposição fizeram com que fosse nomeada uma comissão de médicos para estudar a epidemia. Após ter visitado fábricas, quartéis e coletividades diversas, a comissão concluiu que não se tratava de nenhuma doença nova, apavorante pela "novidade ou pelos efeitos,

---

[2] ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 1ª legislatura pelo governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão.* Bahia, 1919, p.51.
[3] *A Tarde*, 25.09.1918, p. 01.

mas sim de gripe ou *influenza*, que sazonalmente incidia em Salvador, embora alcançasse, naquele período, um "raio mórbido muito maior".[4]

A idéia de relativa benignidade da manifestação da influenza na Bahia perpassou todo o transcurso da epidemia. Sugerimos que o discurso construído pelas autoridades baianas acerca da benignidade da doença, em contraste com a comprovada virulência daquele morbo, evidencia as intrincadas relações no âmbito do poder público, relacionando-se, entre outros fatores, à necessidade de preservação de uma imagem de 'salubridade' daquele porto agroexportador.

Quando a 'espanhola' chegou à Salvador, a imagem da cidade moderna, fluida, higiênica, civilizada, construída pelo ex-governador J. J. Seabra[5] por meio da política de ordenação do espaço urbano, não condizia com a realidade. O processo de reforma urbana[6] desalojara grupos sociais inteiros, sem, no entanto, dotar a cidade de uma estrutura sanitária satisfatória. A capital baiana ainda era uma cidade que convivia com condições de saneamento precárias, com carência de serviços de água, esgoto, transporte e com altas taxas de mortalidade provocadas por males epidêmicos e endêmicos. Moléstias como a disenteria, a febre amarela, a peste, o impaludismo e a tuberculose, acometiam os

[4] Gazeta Médica da Bahia, 1918, p.151.

[5] Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1877), José Joaquim Seabra (1855-1942) ingressou na carreira política em 1889, concorrendo à Câmara dos Deputados como candidato conservador. Em 1902, foi nomeado Ministro da Justiça e Negócios Exteriores pelo então Presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906). Ministro da Viação, no governo Hermes da Fonseca (1910-1914), J.J. Seabra saiu do cargo para exercer o mandato de governador da Bahia, de 1912 a 1916. No período subseqüente (1916 e 1920), exerceu o cargo de Deputado Federal pela Bahia e, entre 1920 e 1924, voltou a ocupar o cargo de Governador do Estado. Para saber mais veja: PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934. A Bahia na Primeira república Brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979, pp.102-126; SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República – uma política de acomodação.* Salvador, EDUFBA,1999, pp.125-135; SOUZA, Antonio Loureiro de. *Bahianos Ilustres, 1564-1925.* Salvador: Tipografia Beneditina, 1949, pp.174-5.

[6] No primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916) teve início a reforma urbana de Salvador, fato comum na época a outras capitais brasileiras. A nova proposta urbanística de Salvador visava a higienização e o saneamento da cidade, eliminando quarteirões insalubres repletos de velhos sobrados, becos escuros e fétidos, calçadas repletas de ambulantes e seus tabuleiros. Para saber mais, consultar: PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).* Salvador: EDUFBA, 2002.

soteropolitanos com uma freqüência desesperadora, assumindo um caráter quase endêmico. Os surtos epidêmicos eram incompatíveis com a imagem idealizada de cidade moderna, higiênica, civilizada e com uma economia baseada no agrocomércio de exportação.

A possibilidade da erupção de uma epidemia preocupava e afugentava os comerciantes e investidores estrangeiros, prejudicando a economia baiana, baseada na exportação de produtos como café, tabaco, cacau, açúcar e algodão. Se a guerra já havia diminuído a freqüência de navios mercantes no porto de Salvador, criando sérias dificuldades para a circulação de mercadorias e de passageiros, pior seria a situação em caso de epidemia.[7]

Além disso, a gripe espanhola irrompeu na Bahia em um período de intensa disputa política. Na Bahia da República Velha, apesar da liderança do Partido Republicano Democrata fundado e liderado por J. J. Seabra, não havia coesão política entre as oligarquias baianas.[8] Partidários do antigo PRB (Partido Republicano da Bahia), que congregava os representantes das oligarquias tradicionais, empreendiam uma oposição ferrenha à nova geração de políticos que integrava o grupo 'seabrista' e exercia o poder local. [9]

---

[7] Durante a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra impôs restrições ao comércio do Brasil com a Áustria e a Alemanha. No período entre 1915 e 1916, navios brasileiros com carregamentos supostamente destinados à Alemanha foram apreendidos pela Marinha britânica (Portugal também esteve envolvido neste processo) prejudicando diretamente o comércio de exportação da Bahia (Pang, 1979, p.129). Instado a resolver a questão, o governador não demonstrou poder para tanto, ainda que recorresse aos altos escalões da República. Por conta disso, além da coalizão das forças de oposição ocorrida na primeira metade do seu mandato, Moniz de Aragão enfrentou, também, uma crescente oposição dos setores ligados ao comércio.

[8] Apesar da preponderância alcançada pelo PRD, não havia unanimidade política na Bahia. Segundo Pang (op. cit., pp. 128-9), havia quatro facções na oposição: os *marcelinistas* (partidários do ex-governador José Marcelino) e *severinistas* (partidários do ex-governador Severino Vieira), facções tradicionais do PRB; os *vianistas* (liderados por Luiz Vianna), do antigo PRC da Bahia; e os seguidores de Rui Barbosa, dissidentes do PRD.

[9] De acordo com Pang (op. cit., p. 127), ainda que representantes das diversas regiões do Estado integrassem o PRD, a elite principal do partido era formada por políticos profissionais e por representantes dos grupos urbanos de Salvador. O PRD era, portanto, um partido urbano, alimentado pelo carisma pessoal de Seabra (id. ibid.).

Neste contexto, as epidemias eram comumente utilizadas pela oposição para conseguir uma intervenção federal, ameaçando, assim, o princípio da autonomia dos estados e desacreditando os representantes da facção política que se encontrava no poder. A epidemia de gripe tornou-se, assim, um instrumento dos diversos grupos que disputavam o controle político do Estado.

No decorrer da epidemia, o discurso oficial reforçava o caráter relativamente brando que a moléstia assumira em Salvador. E, após um mês de intensa discussão nos órgãos de imprensa, foram tomadas todas as medidas possíveis para conter o mal, ainda que a elite médica não acreditasse na infalibilidade da profilaxia adotada no combate àquela gripe. Desta maneira, os governistas procuravam não alarmar a população, passando uma imagem de tranqüila competência na escolha e gestão das ações de saúde coletiva.

Enquanto isso, as facções que faziam oposição ao governo se aproveitavam do evento epidêmico para denunciar a crise financeira do Estado, o nepotismo que conspurcava todas instâncias da administração pública, o precário estado sanitário da Bahia e a miséria e o abandono a que estava submetida a sua população. Se por um lado a oposição desejava desacreditar e desestabilizar o grupo que se encontrava no poder, por outro, admitia que o Estado não possuía recursos financeiros para executar ou consolidar políticas públicas de saúde mais amplas.[10]

A influenza permaneceu na Capital durante o curto espaço de 98 dias. Neste período, 1/3 da população soteropolitana foi acometida pela doença, conforme afirmou Moniz de

[10] Consultar *A Tarde,* 08.05.1918, p.1. Fundado por Ernesto Simões Filho, o jornal *A Tarde*, maior jornal de Salvador, que se desligara de Seabra no decorrer da campanha hermista e naquele momento exercia livremente a oposição ao grupo governista.

Aragão, governador do Estado na época, na *Mensagem...*que enviou à Assembléia Legislativa, no ano subseqüente ao evento.[11]

A incidência da gripe espanhola em Salvador afetou negativamente as atividades produtivas, tendo em vista que a doença, quando não resultava em óbito, deixava as pessoas sem condições de trabalho por, pelo menos, três a quatro dias. Era grande o número de trabalhadores infectados pela moléstia. No curto espaço de seis dias, cerca de 52,9% dos 6.872 trabalhadores inspecionados pelo serviço público haviam contraído a gripe. Acreditamos que paralisação da produção em fábricas e em serviços diversos, em decorrência da epidemia, deva ter contribuído para agravar a situação de uma já combalida economia baseada no agrocomércio de exportação, dependente do capital estrangeiro e afetada pelos transtornos causados pela Primeira Guerra Mundial.

Depois de passada a crise, o governador Moniz de Aragão fez questão de afirmar que a Bahia foi "um dos lugares do mundo em que a epidemia de influenza foi mais benigna, menos mortífera e menos extensa".[12] Sobretudo porque, numa população de cerca de 300 mil habitantes[13], estimava-se que 130 mil contraíram a gripe e apenas 386 pessoas

[11] ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 1ª legislatura pelo governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão.* Bahia, 1919, p. 52

[12] ARAGÃO, op. cit., p. 51.

[13] Em 1912 a população de Salvador era de 348.130 habitantes (*Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927) e, em 1920, o censo registra uma queda para 283.422 habitantes (*Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. 4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias.* Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, vol.IV, 1ª Parte, 1926). Contudo, a *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 1ª legislatura* pelo governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão, em 1919, informa que a capital da Bahia possuía 320.000 habitantes (p.52).

morreram em decorrência da moléstia.[14] Era importante ressaltar esse fato, pois a Bahia era vista no resto do país como um porto 'sujo', disseminador de doenças pestilenciais.

Não é nosso propósito, entretanto, centrar a nossa discussão na intensidade da epidemia na Bahia; nos interessa destacar, aqui, que a irrupção da epidemia de gripe espanhola, além de complicar o já precário quadro sanitário da capital baiana, expôs "as chagas miseráveis da Bahia" [15]: a situação de pobreza da maior parte da população; a política oligárquica que gerava o clientelismo, a ingerência nas repartições públicas e as disputas de poder entre as diversas facções políticas; bem como a falta de recursos financeiros do estado e do município, que inviabilizavam a implementação de políticas públicas de saúde.

[14] ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *Exposição apresentada pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão ao passar o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmo. Sr. Dr J. J. Seabra empossado nesse dia no cargo de governador do estado no quatriênio de 1920 a 1924*. Bahia, 1920, pp.84-98.
[15] *Diário da Bahia*, 06.10.1918, p. 1.

SER IGUAL OU SER DIFERENTE?
O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Cinthia Araújo - PPG-PUC-Rio

"(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza." (Boaventura de Sousa Santos[1])

Este é, certamente, um trecho bastante conhecido de Boaventura de Sousa Santos. Porém, apesar do risco da repetição, decidi começar esse trabalho com essa citação, pois, ao mesmo tempo, ela serve como justificativa para a escolha desse tema e como uma possível resposta para a pergunta do título. Antes mesmo de ter contato com o texto completo, a leitura do trecho aqui em epígrafe me fez refletir sobre a tensão entre igualdade e diferença presente na experiência histórica dos indivíduos e dos grupos humanos. Presença marcante no contexto mundial contemporâneo e, em especial, nos debates atuais em torno da questão dos Direitos Humanos. A ampliação da discussão desse tema parece-me sugerir que essa questão não se resolve pela preferência por qualquer um dos lados dessa balança; ao contrário, a possibilidade de equilíbrio parece surgir no próprio eixo tensional entre igualdade e diferença.

Esse trabalho se insere no tema da educação em Direitos Humanos e suas possíveis relações com o ensino de História. Essa opção se justifica pelo interesse em estabelecer alianças entre esses dois campos; possibilidade que se sustenta devido à emergência e à dimensão global assumidas atualmente pela questão dos Direitos Humanos, e às características do ensino de História em suas potencialidades emancipatórias.

No cenário globalizado do mundo atual o tema dos Direitos Humanos é quase uma constante, principalmente diante das cotidianas cenas de violação que se verifica tanto no nível das relações internacionais quanto no interior das fronteiras dos Estados nacionais.

Para Maria Vitória Benevides, Direitos Humanos são:

"(...) aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral"[2].

Aceitando-se essa definição, é fácil concluir que o eixo principal e óbvio, no qual se sustentam todos os Direitos Humanos, é o direito a vida, não apenas a sobrevivência, mas sobretudo a uma vida digna e à alegria e vontade de viver. Nesse sentido, o tema dos Direitos Humanos se coloca de maneira emergencial devido à sua própria natureza, ou seja, a defesa da vida humana em todas as suas dimensões.

Se o tema já estava presente no debate mundial desde o fim da Segunda Guerra, nas décadas finais do século XX ele assume uma dimensão global. E nesse contexto, afirmá-lo como tema global refere-se não apenas ao alcance territorial da questão – já que passa a ser elemento central nos discursos dos Estados e nos fóruns de debates dos organismos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU)[3] – mas também aos diferentes grupos que se envolvem no debate. Tanto as correntes que defendem práticas políticas hegemônicas quanto aquelas que buscam alternativas emancipatórias recorrem à defesa dos Direitos Humanos como bandeira de luta[4].

Na perspectiva das políticas hegemônicas, o fim da Guerra Fria inaugura uma época em que se celebra a associação entre democracia, Direitos Humanos e globalização econômica como estratégia de reconstituição da ordem mundial e como fundamento normativo do capitalismo global[5]. Desta maneira, é possível identificar uma adaptação dos sentidos e significados dos Direitos Humanos aos interesses de forças dominantes. Essa apropriação do discurso por grupos hegemônicos tem se convertido, em geral, em práticas políticas limitadas a mudanças de caráter formal, ameaçando sua plena realização, principalmente no que se refere às mudanças de ordem econômica e social[6].

Sob o esse ponto de vista é impossível negar o fato de que nunca se falou tanto em Direitos Humanos, contudo a universalização do discurso não tem correspondido à universalização dos direitos. No entanto, ainda que limitada, a presença do tema na pauta

dos debates se converteu em deliberações de caráter normativo que representam um importante instrumento de luta pela sua exigibilidade.

Neste sentido, é relevante destacar a proposição, especialmente por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), de uma política global de defesa e de implementação dos Direitos Humanos, seja através da negociação de acordos multilaterais ou do incentivo a organização de programas nacionais. No âmbito dessa política insere-se a temática da educação em Direitos Humanos.

Nessa direção, a ONU coordena um movimento em nível mundial de mobilização: o decênio 1994-2004 foi instituído como a década da educação em Direitos Humanos, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos e a Unesco apresentaram em dezembro de 2004 a proposta de um Plano Global de Educação em Direitos Humanos, dirigido a escolas de ensino fundamental e médio, aprovado pela Assembléia Geral, que estimula os Estados membros a organizarem planos em níveis nacionais.

O Brasil apresenta uma estrutura legal bastante alinhada com a política internacional nesta área. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, os debates na esfera legislativa têm avançado na direção de participações em acordos multilaterais e na elaboração de marcos normativos importantes para a exigibilidade dos Direitos Humanos, dentre eles destacamos o Programa Nacional de Direitos Humanos[7] e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos[8].

O campo da educação em direitos Humanos ainda está marcado por uma ausência de critérios definidos para caracterizar suas ações. A definição que apresento aqui é certamente uma opção pessoal e se apóia nas discussões apresentadas por Benevides, Candau, Fritzsche e Magendzo[9].

No âmbito do debate dos Direitos Humanos, a educação é comumente considerada um direito em si mesmo, mas também uma condição para a realização de outros direitos. Neste sentido, os movimentos de promoção, de denúncia contra violações e de garantia dos Direitos Humanos já carregam em si uma dimensão educativa. Porém, há certo consenso em torno da necessidade de ações educativas que apontem para realização dos Direitos

Humanos. A educação em Direitos Humanos é indispensável para o desenvolvimento dos direitos, e é, ao mesmo tempo, um de seus componentes, ou seja, há um direito humano de ter acesso à educação em Direitos Humanos.

Se, por um lado, verifica-se uma tendência de apropriação do discurso dos Direitos Humanos por parte de forças hegemônica, que só faz ampliar a distância entre o discurso e a realização plena dos Direitos Humanos; por outro, mostra-se necessário a resignificação desse mesmo discurso na direção da promoção de práticas emancipatórias.

Nesse sentido, a educação em Direitos Humanos pode ser concebida como um processo que prevê ações pedagógicas conscientes, explicitadas e sistematizadas, tendo a vida como referência radical e a cidadania ativa como um exercício experimentado no cotidiano escolar. Processo esse que prevê a formação de cultura e o desenvolvimento de valores, conhecimentos, atitudes e práticas sociais na escola e na sociedade, de forma a desenvolver a consciência da igualdade em direitos e dignidade para todos. Dessa maneira, quando se fala em uma cultura em Direitos Humanos, se pensa na mudança cultural, na formação de uma nova mentalidade que possa efetivamente mexer com tudo aquilo que, enraizado em nossa cultura, orienta preconceitos, discriminação, não aceitação da igualdade de direitos e das diferenças. Mudança também que possa implicar na transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas de injustiça.

Entendendo a educação em Direitos Humanos como um processo de formação de cultura, estou aceitando-a numa concepção que gera o desenvolvimento de valores, conhecimentos, atitudes e práticas sociais. Um processo que objetiva a mudança social, direcionado para a eliminação das desigualdades sociais, políticas e econômicas e para o desenvolvimento da consciência da igualdade em direitos e em dignidade para todos. Falar em educação em Direitos Humanos, então, implica em assumir um discurso a favor da *igualdade*.

Por outro lado, discutir processos de formação de cultura sem considerar a questão da diversidade é assumir uma postura teórica de frágil sustentação. Os debates em torno da pluralidade de culturas e das realidades multiculturais já demonstraram que essa é uma

dimensão que não pode ser desprezada[10]. O processo de respeito, valorização e reconhecimento das diferenças também é um componente importante deste debate. E nesse sentido, falar de educação em Direitos Humanos implica, também, em assumir uma prática a favor da *diferença.*

Assim, a questão da educação em Direitos Humanos que quero destacar aqui passa pela *tensão entre igualdade e diferença*. O discurso da universalidade dos Direitos Humanos se apóia no princípio da igualdade, o que garante a todas as pessoas, independente de fatores sociais, políticos, econômicos, étnicos ou religiosos, o acesso a esses direitos. Por outro lado, a aplicação e realização prática desse discurso, que se concretiza no nível das políticas públicas dos Estados nacionais, esbarram nas questões referentes à diversidade cultural e os conflitos identitários que se manifestam atualmente.

Pensando a educação em Direitos Humanos sob essa perspectiva – no eixo tensional entre igualdade e diferença – e buscando suas possibilidade emancipatórias, aproximo-me do ensino de história, acreditando ser este um campo privilegiado para experiências nessa direção.

A centralidade dos conceitos de *memória* e *identidade* no campo do ensino de História faz dele um lugar privilegiado para a observação de suas potencialidades emancipatórias.

As características do processo de constituição da história enquanto saber científico e disciplina escolar no século XIX estão fortemente relacionadas a uma função pedagógica na formação da identidade nacional e na construção de uma memória capaz de explicar a origem da nação[11].

A história do ensino de História, certamente, tomou rumos diferentes durante todo o século XX. Porém, ainda é possível afirmar que, considerando a função social historicamente assumida pelo ensino dessa disciplina, os conceitos de *memória e identidade* permanecem intrinsecamente relacionados. A História se constituiu como disciplina escolar diante da necessidade de construção de uma identidade nacional a partir da identificação de elementos culturais capazes de forjar uma memória coletiva sobre um passado comum.

Ainda hoje, a caracterização dessa disciplina e seus objetivos estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais[12] fazem clara referência a esses conceitos. Uma rápida aproximação desses objetivos nos permite perceber a prioridade oferecida aos conceitos de *memória* e *identidade* no ensino de História e sua direta relação com o reconhecimento de igualdades e diferenças.

Diante das transformações no cenário mundial que marcam as últimas décadas, os conceitos de memória e identidade assumem especial relevância. Os novos fluxos de pessoas, mercadorias, idéias e informações trazidos pelas globalizações têm provocado novas maneiras de produzir e perceber as diferenças. É cada vez mais intenso o contato com o "outro", seja ele entendido como o sujeito ou as representações de diferentes culturas. Essa intensificação pose ser creditada, em especial, ao fenômeno de *compressão do espaço-tempo*, o que cria a sensação de encurtamento das distâncias, sejam elas físicas ou simbólicas. Esse fenômeno traz algumas conseqüências para os processos de identificação cultural, já que o tempo e o espaço são elementos básicos dos sistemas de representação e não é possível dissociar identidades desses sistemas[13]. Neste contexto, é possível apontar para um momento de crise nos processos de identificação cultural, principalmente no que se refere às identidades pensadas sob o paradigma da modernidade[14].

As atuais mudanças estruturais promovidas pela globalização vêm modificando a realidade social, o que tem provocado fragmentação nas paisagens culturais, trazendo a crise da incerteza e da dúvida para as identidades sociais e individuais. Esse processo vem sendo nomeado pelo debate acadêmico de "descentração do sujeito". [15]

No mundo atual, onde coexistem elementos modernos e tradicionais, aspectos globais e locais, perspectivas gerais e particulares, os sujeitos estão submetidos à convivência com várias linguagens, em vários espaços, e, portanto, subordinados a diferentes níveis de influência cultural e expostos a diferentes processos de construção de memória. A construção da(s) identidade(s) se dá de forma dinâmica e multidimensional,

imersa em processos de hibridização cultural, assim, estas identidades se qualificam como sendo flexíveis, abertas, plurais e contraditórias.

A consciência dessa complexidade e das inúmeras possibilidades criadas pelo cenário mundial, tanto no que se refere à construção de memórias quanto à construção de identidades, oferece aos indivíduos e aos grupos sociais certo grau de autonomia sobre suas próprias vidas. A memória tem um papel crucial para a construção de identidades individuais e coletivas e constitui-se como um instrumento de poder[16]. Nessa direção, Hobsbawn faz um alerta para a crescente importância da História no processo de manutenção dos nossos vínculos com o passado diante da ameaça de uma espécie de presente contínuo característico dos tempos atuais[17].

Nesse sentido, dada a estreita relação entre o ensino de História e os conceitos de memória e identidade, por um lado, e as atuais conformações do cenário mundial, por outro, acredito no potencial emancipatório do ensino de História principalmente quando associado à educação em Direitos Humanos.

Na tentativa de estabelecer alianças entre o ensino de História e a educação em direitos Humanos destaco a proposição feita por Boaventura de Sousa Santos em defesa de uma concepção multicultural de Direitos Humanos[18]

Analisando o quadro de transformações verificadas nas duas últimas décadas, que levou a uma reaproximação das forças progressistas à linguagem dos Direitos Humanos, o autor aponta para uma possível explicação: o tema dos Direitos Humanos parece servir como alternativa diante do vazio deixado pela ausência de outros projetos emancipatórios, em especial a experiência socialista. E a condição que se impõe para a realização do potencial emancipatório da política dos Direitos Humanos é a possibilidade de construção de uma concepção capaz de lhes conferir, ao mesmo tempo, caráter global e legitimidade local. Essa condição se verifica, ainda segundo o autor, mediante a adoção de uma perspectiva informada pelo multiculturalismo emancipatório, capaz de viabilizar um diálogo intercultural trabalhando com os princípios da igualdade e da diferença[19].

Associada a essa idéia, podemos pensar uma educação em Direitos Humanos como um processo de construção de memória histórica e de identidades. Através da identificação e valorização das raízes históricas é possível se construir uma consciência de respeito às diferenças e criar uma memória histórica capaz de ajudar a romper com a cultura da impunidade e do silêncio, com vistas a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e humana, onde é possível construir a identidade dos povos na pluralidade de suas etnias e culturas[20] (Candau, 2001).

---

[1] SANTOS, Boaventura de Sousa. (1997) Uma concepção multicultural de Direitos Humanos. *Lua Nova* Revista de Cultura e Política. Governo e Direitos – CEDEC, n° 39, p. 122.
[2] BENEVIDES, Maria Vitória. (2000) Educação em Direitos Humanos: de que se trata?; Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos em São Paulo. *Convenit Internacional*, n.6, Brasil.
[3] ALVES, J. A. Lindgreen. (2003) *Os Direitos Humanos como tema Global.* São Paulo: Perspectiva, (cap.1, 2 e 8) e ALVES, J. A. L. (2002), "As conferências sociais da ONU e a irracionalidade contemporânea" in ALVES, J. A. L., TEUBNER, G., ALVIM, J. L. de R. e RÜDIGER, D. S. *Direito e Cidadania na Pós-Modernidade*. São Paulo: Ed. Unimep. (cap.1).
[4] SANTOS, o*p. cit.*
[5] GOMEZ, José Maria. (2004), Democratizar a democracia. *Nuevamerica/Novamérica,* n° 104.
[6] CANDAU, Vera Maria. (2000), "Experiências de Educação em Direitos Humanos na América Latina: o caso brasileiro" In CUÉLLAR, R. (ed.) *Experiencias de Educación en Derechos Humanos en América Latina*. Costa Rica: IIDH, USAID, Fundação Ford.
[7] BRASIL, Presidência da República. (2002), *Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Sócia; Ministério da Justiça.
[8] BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. (2003), *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação.
[9] BENEVIDES, op. cit.; CANDAU (2000), op. cit.; CANDAU. (2001), *Educacion en derechos Humanos en Escuelas Básicas :avances, tendencias y principales desafíos*; Conferencia Regional sobre Educación en Derechos Humanos en América Latina y Caribe, ONU-OHCHR, UNESCO y Gobierno de México, Ciudad de México; FRITZSCHE, K.-Peter. (2004), "What Human Rihts Education is all about - 15 teses" In GIORGIS, V. , SEBERICH, M. *International Perspective in Human Rigths Education,* Munich: Bertelsmannr, Foudation Publishere; e MAGENDZO, Abraham. (2000), "Educación en Derechos Humanos en América Latina: temas, problemas y propuestas. Una síntesis analítica de la reunión de Lima." In CUÉLLAR, R. (ed.) *Experiencias de Educación en Derechos Humanos en América Latina.* Costa Rica: IIDH, USAID, Fundação Ford.
[10] Ver GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz.(2002), *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica; e Mc LAREN, Peter. (1997), "Terror branco e agencia de oposição: por um multiculturalismo critico" in Mc LAREN, P, *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez.
[11] FURET, François. (s/d) "O nascimento da História" in *A oficina da História.* Lisboo, Gradiva; e GUIMARÃES, Manoel Salgado. (1988), "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional" in E*studos Históricos 1. Caminhos da Historiografia.* Rio de Janeiro, fundação Getulio Vargas.
[12] BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. (1998a). *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.* Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental; e BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental (1998b), *Parâmetros curriculares nacionais: História.* Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental.
[13] HALL, Stuart. (2004), *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A Ed., (9ª edição).
[14] SANTOS (2003). "Dilemas de nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento" (entrevista) in *Currículo sem Fronteiras*, V.3, n. 2, pp. 5-23, jul/dez 2003.
[15] Hall, op. cit.
[16] LE GOFF, Jacques. (1984), "Memória" In *Enciclopédia Enaudi*, vol. 1. Lisboa, Casa da Moeda.
[17] HOBSBAWN, Eric. (1995), *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).* São Paulo: Cia. das Letras.
[18] SANTOS, op. cit.
[19] SANTOS, B. S. e NUNES, J. A. (2003), "Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade" in SANTOS, B. S. (org.) *Reconhecer para libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
[20] CANDAU (2001), op. cit.

Dr.ª Sophia Galanternick: uma mulher fora do lugar

Cíntia Vieira Souto •

A história da trajetória profissional da Drª Sophia Galanternick Sturm é o primeiro capítulo da história da luta das mulheres pelo ingresso nas carreiras jurídicas no Estado do Rio Grande do Sul.

Entre as décadas de 1970 e de 1980 as mulheres começaram a ter acesso às carreiras jurídicas no Brasil. Um longo tempo, considerando-se que as primeiras mulheres brasileiras graduaram-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1888 [1].

Tradicionalmente, no Brasil e no mundo, as primeiras profissões acessíveis às mulheres foram as relacionadas ao ensino. Nas carreiras ligadas à saúde e ao Direito a resistência foi maior e, segundo Jean Lebrun, foi maior na área jurídica do que na área médica.

O acesso às profissões ligadas ao Direito foi mais difícil, não se reconhecendo aptidões jurídicas nas mulheres, a título individual. O Direito aparecia como um apanágio masculino[2].

Essa diferença talvez se relacione com a necessidade de domínio da palavra que pressupõe uma carreira jurídica. "*Ainda mais do que o espaço material, é a palavra e sua circulação que modelam a esfera pública*"[3]. No imaginário ocidental tradicional, a mulher está profundamente relacionada ao silêncio e à introspecção. Nada condiz menos com essa imagem do que uma promotora na tribuna, uma juíza interpelando um réu ou uma advogada fazendo uma sustentação oral no Tribunal. A mulher na tribuna é uma figura inquietante.

• Historiadora do Ministério Público, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cintia.souto@gmail.com.

A francesa Olympe de Gouges, antes de subir ao cadafalso, em 1793, afirmou "*a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir à tribuna*"[4]. Não por acaso, algumas dentre as primeiras mulheres a ingressarem no Ministério Público gaúcho sentiram o preconceito no momento da prova de tribuna.

No Rio Grande do Sul, o ingresso de mulheres no Poder Judiciário remete-nos a 1971, quando ingressaram como Juízas de Direito as atualmente Desembargadoras Maria Berenice Dias e Regina Bollick. Até esta data, as mulheres, quando inscritas nos concursos, não tinham suas inscrições homologadas.

No Ministério Público do Rio Grande do Sul, as mulheres ingressaram de forma sistemática um pouco mais tarde, em 1976. Antes de 1976, e isso aconteceu ainda em concursos posteriores, as inscrições das candidatas não eram homologadas, de modo que nem prestavam as provas. Em 1976, ingressaram quatro promotoras[5].

***

Em meados de agosto de 1976, chegou às mãos do Procurador-Geral de Justiça uma curiosa correspondência. Uma senhora protestava contra um artigo que fora publicado num jornal local sob o título "Primeiras Promotoras serão nomeadas hoje". Naquela data, quatro mulheres ingressaram por concurso no Ministério Público, tendo sido nomeadas Promotoras de Justiça: fato que, por incomum, foi digno de nota.

A senhora em questão reclamava com razão. Era a Dra. Sophia Galanternick que, em 1938, quando as jovens se preocupavam com prendas domésticas e com rapazes casadoiros, estava às voltas com processos e com a tribuna do Júri.

Sophia nasceu em julho de 1914, em Pelotas. Era filha de Miguel Galanternick e de Frida Steinbruch Galanternick, judeus asquenazim que imigraram da Europa Centro-Oriental para a América, no final do século XIX, em busca de melhores condições de vida.

Miguel vivia na Argentina e Frida era filha do rabino da colônia Philipson. Casaram-se e tiveram cinco filhos, um menino e quatro meninas, entre as quais, Sophia

Sophia ingressou na Faculdade de Direito de Pelotas em 1933. Na sua turma, de 60 alunos, havia quatro mulheres, das quais apenas três se formaram em dezembro de 1936 [6]. Mas a estréia da jovem no mundo jurídico deu-se antes da formatura. Poucos meses antes de colar grau, o professor de Direito Civil, o Juiz de Direito Sólon Macedônia Soares, convidou Sophia para defender um réu perante o Tribunal do Júri. Era um caso de legítima defesa e a acadêmica obteve a absolvição do réu. Percebendo que Sophia tinha potencial para casos mais complexos, Soares a convocou novamente para atuar no Júri. Desta vez, era um caso de homicídio e o assistente da acusação era o professor de Direito Penal, Vicente Russomano. Sophia não conseguiu absolver o réu. Contudo, o promotor havia pedido a condenação a 30 anos de prisão e o Júri condenou a seis, pena mínima, o que a jovem bacharelanda considerou uma vitória. O fato de uma mulher atuar no Júri causou sensação. O Tribunal estava lotado, mais para ver a moça do que para ver o réu. O jornal local publicou matéria sob o título "Pela primeira vez, em Pelotas, uma mulher ocupa a Tribuna Judiciária, defendendo um réu"[7]. Na foto da reportagem, uma moça de rosto cheio, cabelos presos e traços fortes olha em direção ao futuro.

O talento de Sophia motivou o Dr. Sólon a sugerir que ela ocupasse o cargo de Promotora Pública. Naquela época, não existia concurso para ingresso no Ministério Público, e o caminho para quem quisesse ingressar no serviço público era buscar intermediação junto a alguma autoridade. Sólon Soares era amigo pessoal de Miguel Tostes, Secretário do Interior e da Justiça, ao qual o Ministério Público estava subordinado [8]. Sophia foi nomeada em 30 de junho de 1938 para a Comarca de São Lourenço. Essa comarca estava para ser extinta, de modo que, a advogada exerceria suas funções em Carazinho, que era termo de Passo Fundo, mas logo seria elevado a comarca. A notícia da nomeação de uma mulher para o cargo de promotor foi notícia em

Pelotas, Carazinho e Porto Alegre. O Diário de Notícias de 8 de julho de 1938 [9] reproduziu o discurso feito por Sophia na ocasião de uma homenagem em um restaurante em Pelotas. Sobre o desempenho de cargos públicos pelas mulheres, disse a Dra. Sophia: "Ocupando tal cargo tenho de lutar para vencer, pois outras mulheres almejam idêntica posição e infelizmente ainda não está arraigada no espírito da nossa gente a certeza da vitória da mulher no judiciário e demais poderes da soberania nacional. É tal a prevenção que até agora existe contra a capacidade intelectual da mulher, que, falhando uma, entendem ser impossível às outras triunfar". Sobre o papel do promotor: "E mesmo em relação ao réu, pode e deve o promotor acusar e defender, indicar o crime e ressaltar as boas qualidades, alegar as agravantes e falar nas atenuantes, porque há longos anos jaz morta a justiça desumana, a perseguição feroz e sanguinária do ofendido contra o ofensor." Na foto estampada no jornal, Sophia sorri cercada por 12 colegas homens.

Além de Carazinho, Sophia atendia também a comarca de Palmeira das Missões e, eventualmente, Passo Fundo. Em Passo Fundo, Sophia foi designada para atuar, em junho de 1940, no processo contra os responsáveis pelo assassinato de Valpírio Dutra da Cruz, o famoso caso Creso. A Drª. Sophia atuou em algumas audiências de oitiva de testemunhas. Em seguida, o processo foi desaforado para Porto Alegre [10].

Enquanto promotora, Sophia passou por algumas situações adversas. No seu primeiro ano em Carazinho sofreu uma representação junto ao Procurador-Geral do Estado por "atuação parcial". Nesse período, não era vedado aos promotores a advocacia e Sophia, como a maior parte dos promotores, também advogava. A denúncia relacionava-se justamente com a sua atuação simultânea como advogada e promotora. Contudo, a representação foi arquivada [11]. Os muitos pedidos de licença por motivo de saúde indicam que Sophia passava por situações desgastantes e de muita pressão [12].

No final de 1940 foi noticiado que no ano seguinte seria realizado o primeiro concurso para ingresso no Ministério Público. Os promotores em exercício estariam inscritos de ofício nas provas.

No dia 1º de março de 1941, Sophia dirigiu-se a Porto Alegre para a realização do concurso. A prova escrita ocorreu no dia 5. Sophia sorteou o ponto nº 5, devendo dar um parecer em um pedido de anulação de casamento. Escreveu sete folhas e foi aprovada com nota 85. Quando se preparava para a prova oral, hospedada em um hotel, Sophia recebeu a visita do Dr. Theodoro Appel, juiz com quem havia trabalhado. O Dr. Appel vinha avisá-la da publicação no jornal de que ela havia sido exonerada do cargo de Promotora Pública [13]. A dúvida era: fazer ou não fazer a prova oral? Sophia optou por fazer a prova.

Ao chegar ao recinto onde era aplicado o exame oral, Sophia notou o constrangimento dos colegas. Cumprimentavam-na de soslaio, evitando falar com ela. A jovem sentou e esperou. Recebeu, então, um ofício, sem envelope, do Procurador-Geral, que estava presente na mesa examinadora: "Tendo o Governo do Estado resolvido exonerar-vos por julgar inconveniente aos interesses da administração o desempenho do cargo de promotor por mulher casada, venho, por esse meio, agradecer-vos os bons serviços prestados ao Ministério Público"[14]. Assinado: Anor Butler Maciel, Procurador-Geral do Estado. Sophia permaneceu e aguardou a sua vez. Para sua surpresa, foi chamada para sortear o ponto: herança jacente. Apesar do nervosismo, Sophia se desempenhou bem. Na saída, foi chamada pelo Procurador-Geral "Doutora, amanhã nós vamos visitar o governador, vamos todos os promotores, espero que a senhora não falte".

Sophia não faltou e, ao ser cumprimentada pelo Interventor Federal Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias [15], pediu uma audiência que foi marcada para o dia seguinte. Na hora designada, lá estava ela. Quando estava aguardando, chegou ninguém menos que o Procurador-Geral do Estado, Anor Butler Maciel. Ao vê-la, aproximou-se do Sub-

Chefe da Casa Civil e com ele trocou algumas palavras. O Sub-Chefe, passado algum tempo, dirigiu-se à Sophia, comunicando que o Interventor estava atendendo a uma autoridade e que não poderia recebê-la tão cedo. Sophia esperou. Passadas muitas horas, surgiu o Chefe de Gabinete, Walter Peracchi Barcelos: "O que a senhora está fazendo aqui todo esse tempo que ninguém a atendeu? O governador não está atendendo ninguém. A senhora vai entrar agora". Diante de Cordeiro de Farias, Sophia relatou o episódio da demissão. O Interventor disse que nada sabia e que ela poderia ficar descansada: era promotora concursada. Vitoriosa, Sophia retornou para Carazinho. Um ofício de 31 de março de 1941 nomeava Sophia Galanternick Promotora Pública de 1ª Entrância [16].

Em Carazinho, Sophia atuou ainda três meses. No final de junho, foi comunicada de sua remoção para a comarca de Jaguari. Sophia viu-se diante de um impasse. Era casada e seu esposo tinha banca de advocacia em Carazinho: "Em primeiro lugar, eu me casei para ficar com o meu marido, não foi para ficar separada. Em segundo lugar, eu sempre tive, e continuo tendo o seguinte pensar, se a gente casa, a gente casa para viver com o marido." Sophia pediu avulsão, instituto de direito administrativo que não mais existe, espécie de licença não remunerada, com direito de volta. A avulsão foi concedida em 11 de junho de 1941.

Em 1957, Sophia entrou com um processo junto à Procuradoria-Geral do Estado pleiteando a reversão ao cargo de promotora. O Conselho Superior do Ministério Público entendeu que a avulsão fora concedida de forma irregular. O Conselho decidiu por unanimidade de votos "não ser aconselhável, no momento, a readmissão pretendida pela bacharela Sophia Galanternick, tendo em vista o largo tempo em que está afastada das funções, não muito apropriadas, aliás, por sua índole, a pessoas do sexo feminino"[17].

Sophia atuou como advogada até cerca de 1998, quando se afastou da profissão por motivo de enfermidade. A Drª. Sophia Galanternick Sturm, que profissionalmente

sempre usou o nome de Sophia Galanternick, faleceu em 12 de novembro de 2003, em Porto Alegre.

A saída de Sophia do Ministério Público e a forma como ocorreu suscitam algumas questões. O preconceito contra Sophia era por ser mulher ou por ser judia? O que pesou mais na decisão do Procurador-Geral? É fato sabido que Anor Butler Maciel era membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo ocupado cargos de direção do movimento no Rio Grande do Sul.

Conectar a AIB com o anti-semitismo é simples no plano das aparências. No plano real, a questão é muito mais complexa. Enquanto alguns líderes integralistas, como Gustavo Barroso, eram francamente anti-semitas, outros, como Plínio Salgado, tinham idéias de assimilação gradual dos judeus à comunidade brasileira[18]. Logo, integralista não era sinônimo de anti-semita, embora os indícios fossem grandes.

Com respeito à justificativa de ter sido demitida por ser mulher casada, sabe-se que, ainda na década de 1970, mulheres que casavam eram demitidas de bancos e de empresas privadas, sob a alegação de que cuidar da casa e dos filhos era incompatível com o mercado de trabalho. No seu depoimento, Sophia oscila em atribuir sua demissão à condição de judia ou à condição de mulher: "Naquele tempo, o Tribunal não aceitava mulher, nem para juiz. (...) Quer dizer, eles não queriam mulher. E, eu, que estava na promotoria, de repente...". O Desembargador Garibaldi Wedy, aprovado no mesmo concurso de 1941, reforça essa versão: "O Dr. Anor Butler Maciel foi chefe provincial da Ação Integralista Brasileira, no Rio Grande do Sul. Mas acredito que a Drª Sofia Galanternick não ficou no Ministério Público porque havia a orientação de que a função de Promotor Público era privativa e exclusiva de pessoa do sexo masculino. (...) A mulher podia ser funcionária pública, mas em outros setores (...) que não fossem a Magistratura, o Ministério Público e a Polícia[19]."

Há motivo para alguma controvérsia, mas o fato é que a promotora Sophia Galanternick, de origem judaica, era, na tribuna do Júri em 1938, uma mulher fora do lugar.

---

[1] Foram elas: Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinha e Maria Fragoso. Em 1889, colou grau, pela mesma faculdade, Maria Augusta Meira de Vasconcelos. Barros Vidal, citado por Rodrigues Till, considera, todavia, que a primeira advogada brasileira foi a Dra. Mirtes Gomes de Campos formada em 1898 no Rio de Janeiro, uma vez que, de todas as precursoras, foi a única a exercer a advocacia. TILL, Rodrigues. História da Faculdade de Direito de Porto Alegre: 1900-2000. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 255-266. A Obra citada por Rodrigues Till é: VIDAL, Barros. Precursoras Brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, s/d. Till supõe que a obra foi escrita por volta de 1940.

[2] PERROT, Michele. Mulheres Públicas. Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 108,110.

[3] *Ibidem*, p. 59.

[4] Olympe de Gouges é o pseudônimo de Maria Gouzes (1748-1793), intelectual francesa que participou ativamente da Revolução. Em 1791 escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Morreu na guilhotina em 3 de novembro de 1793, sendo considerada perigosa e transgressora até pelos elementos mais radicais da Convenção.

[5] Foram elas Iolanda de Oliveira Samuel, Eunice Terezinha Ribeiro Chalela, Ligia da Costa Barros e Marly Raphael Mallmann.

[6] No Rio Grande do Sul, a primeira mulher a graduar-se em Direito foi Natércia da Cunha Silveira em 1926. Somente em 1936, dez anos depois, outra mulher graduou-se em Direito na Faculdade de Porto Alegre, Maria Else Iris Pottoff. Nesse mesmo ano, três alunas concluíram o curso na Faculdade de Direito de Pelotas, Heloísa Assunção, Maria Adair Soares e Sophia Galanternick. TILL, Rodrigues. História da Faculdade de Direito de Porto Alegre: 1900-2000. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 255-266.

[7] O recorte de jornal pertence ao arquivo pessoal da Drª Sophia e não está identificado. Trata-se, provavelmente de "A Opinião Pública" ou "A Alvorada" de Pelotas do segundo semestre de 1936.

[8] Depoimento de Sophia Galanternick ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 18 de outubro de 2000 publicado em FÉLIX, Loiva Otero. Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: Rememorações para o futuro. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2001, p. 339-373. Considerável parte das informações apresentadas no texto foram retiradas dessa fonte.

[9] Diário de Notícias, Porto Alegre, 8 de julho de 1938, p. 5.

[10] Ver BISCHOFF, Alvaro W.; AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz. Crimes que comoveram o Rio Grande. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2003.

[11] Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

[12] Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

[13] Aqui há um problema de datas. A conversa com o Dr. Appel deve ter ocorrido no dia 6 ou 7 de março de 1941 e a notícia da exoneração data de 11 de março de 1941. Correio do Povo, Porto Alegre, 11 de março de 1941, p. 7.

[14] O referido ofício tem data de 4 de março de 1941. Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul

[15] A visita ocorreu em 10 de março de 1941. Diário de Notícias, Porto Alegre, 11 de março de 1941, p. 12.

[16] Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

[17] Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

[18] MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos nos 30. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 229-256. Ver também: TRINDADE. Hélgio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

[19] Depoimento do Desembargador Garibaldi Almeida Wedy ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 03 de dezembro de 2003.

Região metropolitana da Grande Vitória, RMGV: Passagem de fluxos da globalização

Dra. Clara Luiza Miranda – UFES

Na globalização emerge uma economia de fluxos em que os sistemas de transporte e as infra-estruturas não funcionam apenas como vias de ligação entre mercados produtores e consumidores, a circulação faz parte do processo produtivo industrial e de agregação de valor às mercadorias. A expansão da produção além do chão fabril abre uma nova fase do capitalismo denominada produção flexível. A fábrica cede lugar à empresa voltada ao mercado, que engloba o planeta inteiro através das novas tecnologias de informação e comunicação.

A localização geográfica sofre a concorrência da logística, que requer inúmeras redes, de diferente natureza tecnológica, superpostas nos mesmos territórios. As cidades como pontos circuitos sociais, estruturais e infra-estruturais, neste quadro, configuram-se como "sistema de contato e interface" da produção flexível mundial (LABTEC, 1999).

A condição territorial descentrada e fragmentada contemporânea, que abarca a urbanização difusa do campo, abala o sentido da distinção entre centro e periferia, que passa a estar inserida na produção.

De acordo com Pierre Veltz (1996), na produção flexível, há uma defasagem entre locais que influem nas comutações globais, configurando as chamadas cidades mundiais, e locais que atuam como campos de operação[1], que são moldados por influências sócio-econômicas desterritorializadas, através da subordinação a dados e determinações de processos produtivos e culturais desvinculados das particularidades sociais e geográficas locais.

Entre as cidades mundiais e os territórios das operações há os intermédios formados pelas cidades de passagem[2] (e as cidades pontes). Estas cidades forjam dispositivos que interligam

[1] Locais que atuam como campos operacionais na cadeia produtiva de *commodities*, como minério de ferro, grãos, farelos, madeira etc; distinguindo-se efetivamente das cidades mundiais que coordenam a produção flexível e atuam no circuito da produção que agrega alta tecnologia, inovação e capacitação.

[2] Cidade de Passagem é um termo de Grant e Nijman, que se refere ao papel das cidades portuárias no contexto da globalização. Há também a denominação de cidades pontes para aquelas que funcionam como entreposto entre

em rede os vários sistemas ou partes de sistema infra-estruturais, favorecendo os enlaces globais-locais e a difusão das operações produtivas, comerciais e comunicacionais mundiais.

As cidades, conectadas às redes mundiais, constituem-se pontes de intermediação e da demanda crescente de relações entre o global e as localidades. Os locais são "eleitos" em virtude de sua posição como fator na organização e estruturação de fluxos globais e também por sua capacidade de aprendizado e de adaptação e às demandas dos mercados. A divisão internacional de trabalho assimila as especificidades locais, que podem incluir ou excluir as cidades pequenas ou médias.

Para as cidades portuárias de países em desenvolvimento, a fase global é crucial. Na produção flexível, a proeminência da circulação converte os portos em promotores da integração de transportes e de cadeias logísticas complexas[3]. Porém, a propagação de efeitos positivos no desenvolvimento regional depende de opções estratégicas das cidades portuárias.

O modelo contemporâneo que enfatiza a relação cidade-porto funciona no contexto de uma relação de complementaridade infra-estrutural regional, articulado pelo planejamento territorial integrado. Trata-se do ressurgimento das praças de comércio marítimo mediante a reintegração do porto ao tecido urbano. A integração entre porto e a cidade ultrapassa a funcionalidade estrita das instalações portuárias, por causa da convergência de múltiplos fluxos e fixos, que reterritorializa os sistemas produtivos, superpondo indústria, comércio e serviços. A estruturação, a captura, a geração e a valorização de fluxos é feita pela cidade, pois esta programação não pode ser pensada pelos determinantes infra-estruturais (LABTEC, 1999).

As praças portuárias desenvolvem novas competências econômicas, por sua função de passagem, capturando tanto fluxos materiais quanto fluxos de informação. Por isso, assumem uma posição privilegiada de interface entre mercados regionais e o mundo dos fluxos.

---

espaços geo-econômicos globais e espaços geo-políticos regionais. O estado de Minas Gerais constitui-se uma ponte, uma plataforma de interconexão da malha de transportes do País para o centro-oeste e norte.

[3] A navegação e os portos manipulam 90% das cargas mundiais, no Brasil, cerca de 97% da movimentação física do comércio exterior do país passa pelo modal portuário. Mas, a América do Sul deverá levar mais de 30 anos para alcançar a movimentação da Ásia nos anos 2000. O Porto de Hong Kong movimenta mais de 10 vezes o volume do Porto de Santos, maior porto brasileiro (receita).

O complexo portuário do Estado do Espírito Santo transporta o maior volume de mercadorias do país, conferindo ao estado a maior abertura da economia para o exterior. Esta situação reforça a função de dispositivo de comércio exterior da Região Metropolitana da Grande Vitória[4] - RMGV, cuja área de influência nacional abrange o Sudeste, Sul da Bahia e Centro-Oeste.

A Grande Vitória é uma região de passagem de um complexo portuário que opera com seis portos para navegação oceânica e de cabotagem, articulados pela malha rodoviária e ferroviária Vitória-Minas e Centro-Leste - interligado a diversos campos de operações, cidades médias corporativas, cidades pontes, cidades mundiais, plataformas e corredores logísticos, alguns lugares vivendo predominantemente momentos de reterritorialização, outros de desterritorialização. Lugares que são transpassados pela torrente dos fluxos da globalização, sua aceleração, sua arquitetura assimétrica das riquezas.

A conjugação simultânea destes lugares através das redes mundiais tem conexão com os caminhos da mineração, da siderurgia, dos grãos e da logística de cargas gerais, constituindo coordenadas de pontos e posições localizáveis: o quadrilátero ferrífero, o cerrado, o Vale do Aço, o complexo portuário-logístico da RMGV e os portos de destino ou redistribuição das mercadorias.

Neste sistema de produção e circulação de *commodities*, a disposição espacial flexível de coordenadas, mantém-se mensurável e localizável: mina-ferrovia-usina-porto. Contudo, a noção de distância é submetida pela estratégia de coordenação, as manobras da logística[5], através da quais se pode dominar a matéria fluxo onde quer que se esteja. O controle dos fluxos prevalece sobre o lugar fixo.

---

[4] A Região Metropolitana da Grande Vitória é formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, ocupa uma área total de 2.286,54 km2, cerca de 5% da área total do Estado do Espírito Santo. É a principal aglomeração estadual de desenvolvimento urbano e industrial, concentrando uma população de 1.438.596 habitantes, cerca de 46 % da população total do estado, de acordo com o Censo 2000/IBGE.

[5] Nos anos 1970, a CVRD, para atenuar a distância geográfica entre as minas e portos de destino, concebeu a estratégia de aceleração dos transportes de matérias-primas denominada distância econômica. Espaço entre origem e destino de menor custo mediante a ampliação do tamanho dos navios. Isto foi uma contribuição ao avanço da logística mundial na compressão espaço-tempo.

A organização espacial resultante das redes da produção flexível põe em questão as estruturas funcionalistas e a relação hierárquica entre pólos e hinterlândias. As localidades, onde se dispõem elos, as conexões e os nós das redes mundiais, estão articuladas às cadeias de produção nos pontos de concentração, de distribuição e nos circuitos de informação. No esquema de topologias de rede com pólos concentradores e locais servidores (*hubs* e *spokes)* formam-se interstícios (espaços residuais), que operam em negativo entre arquipélagos infra-estruturais intermitentes. Estes locais possuem menor densidade de interconexão nas redes mundiais e estão sujeitos a uma posição instável nas redes e mesmo, a eliminação como registro em um mercado competitivo.

A característica da globalização não é a bipolaridade entre mundo e local. Pois, a factível ubiqüidade de todas as localidades, de toda a matéria do globo produz o hiperterritório, onde os pontos de apoio são cada vez menos geoestratégicos. De modo que, um mapa global não pode ser reduzido a uma topografia de pontos circuitos, mesmo que interligados por malhas. Na economia de fluxos, as dinâmicas de recursos e fornecimentos não têm limites geográficos. O sistema de produção-circulação se compõe de fluxos simultâneos e difusos, de modo que o princípio organizador do movimento prevalece sobre o de ancoragem.

Os fatores de diferenciação entre as cidades conectadas às redes mundiais são o seu modo de articulação e a sua capacidade de conexão. Os campos de operação rotineira apresentam baixa densidade sócio-técnica, enquanto os pólos de comutações de redes sociais, técnicas, financeiras, culturais, possuem densa interconexão.

Esta interconectividade, baseada em os recursos intensivos de informação e conhecimento, é chamada de *hinterworld* e constitui-se de relações desterritorializadas, criadas pelas firmas de serviços globais. Os recursos das hinterlândias no sentido físico não importam. Estas desempenham um papel cada vez mais subordinado neste contexto.

As cidades mundiais tendem formar arquipélagos de relações sociais e técnicas intensivas, que agregam valor e competências. Igualmente, a territorialização de amplas redes de redes através de cooperações entre cidades estimula a regionalização[6].

A emergência de amplos interstícios entre os lugares de alta conectividade decorre da verticalização do escoamento dos fluxos, o desaparecimento dos contatos de travessia e de capilaridades, que provoca um efeito túnel, consolidando o vazio econômico e urbano, que é explicitado pela indefinição de usos e de significados espaciais.

Minas Gerais e Espírito Santo, no processo de produção flexível, colocam-se como opções para a transferência das indústrias sujas e intensivas no uso de recursos naturais. A Região metropolitana de Belo Horizonte, o Quadrilátero Ferrífero, o Vale do Aço e o Vale do Rio Doce acumulam um intenso processo de industrialização ligado à siderurgia, ao setor mecânico, de celulose, de energia e de transportes.

Um paralelo sobre a conjugação corporações e cidades pode ser delineado entre a RMGV (CST, CVRD) e o Vale do Aço, que abarca o conjunto urbano que se desenvolve com a implantação das siderúrgicas da ACESITA e da USIMINAS, correspondendo aos municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga, muito dependentes economicamente deste nexo corporativo, encontrando-se em processo de estagnação demográfica[7]. Sua configuração social, urbana e ambiental é comandada pela lógica da produção industrial - a monocultura do eucalipto e o domínio da planta fabril na cidade. A dinâmica provocada pela mineração e siderurgia na RMGV diverge da que ocorre no Vale do Aço.

A ubiqüidade global é experimentada não só pelas empresas da mineração, da siderurgia e dos grãos, mas também pelos dispositivos envolvidos com o comércio exterior, que fazem os elos para os arranjos produtivos locais (rochas, móveis, café, confecções) com o mercado internacional. O setor do comércio exterior da RMGV tem demonstrado grande capacidade de

[6] Os exemplos são os arranjos produtivos em rede do Norte da Itália e as placas logísticas coordenadas pelas cidades portuárias da Bélgica, da Holanda e da Alemanha.

[7] Timóteo, Ipatinga e Coronel Fabriciano são regiões de grande emigração e baixa imigração, enquanto Serra e Vila Velha, na RMGV, são regiões de grande atração migratória.

conexão em suas transações. Não obstante, permanece uma percepção local fragmentada do processo global, captada pelas grandes firmas. O corporativismo nominalista condiciona os nexos, as articulações e as conexões privilegiadas na acessibilidade ao global.

Há uma distinção entre capacidade de conexão (propagação, informação) e a conjugação de fluxos (acumulação, reterritorialização). A acumulação tende a ser realizada o fluxo mais desterritorializado, ou seja, pelas megacorporações. A produção é flexível, a acumulação não.

A noção de cidade portuária de passagem refere-se não apenas trânsito de pessoas e mercadorias, mas ao lugar de intercâmbio. Menciona-se o termo passagem como zona de liminaridade[8], que contribui na territorialização do ponto circuito urbano e comercial.

O aglomerado estrutural da urbe da RMGV, da instalação produtiva e infra-estrutural, como dispositivo de comércio exterior, exerce um papel ambíguo de ser ao mesmo tempo um elo logístico desterritorializador, que serve principalmente a interesses de empresas multinacionais, e um elo de articulação entre a economia regional e o mercado global. Prevalece a função de passagem da RMGV, mais no sentido de "correlato da estrada" do que no sentido de "ponto circuito". São muito consistentes os corredores verticais, ainda é preciso forjar capilaridades e transversalidades, territorializar fluxos comunicacionais incluindo a hinterlândia.

A Grande Vitória certamente é mais que um campo de operações rotineiras, entretanto, não é ainda um espaço da acumulação flexível. As sedes de firmas que tem instalações operacionais (sujas) no estado estão localizadas no Rio de Janeiro (CVRD, ARACRUZ CELULOSE, PETROBRÁS) e negociam suas ações em São Paulo, em Nova York, Londres e Tóquio.

A produção flexível se insere na Grande Vitória sobre a estrutura funcionalista moderna ou sobre os vazios urbanos. Entre os portos de Tubarão, de Vitória e os portos secos (estações aduaneiras), configura-se um arco metropolitano, uma plataforma logística. Territorialidade vinculada à lógica econômica das exportações e das grandes empresas multinacionais.

[8] Liminar (em latim, transição), segundo Rico Lie, são zonas potencialmente livres e experimentais da cultura.

O arco metropolitano é um espaço novo pelo tipo de atividade que desempenha, porém, não imprime uma formação cultural bem definida na paisagem urbana. A dinâmica produtiva flexível não se concretiza na cidade. É também, muito discreta a implantação urbana de serviços e negócios de alcance global que tem privilegiado o município Vitória. Tanto as zonas de atividade logística intensa do Arco Metropolitano, quanto os virtuais centros de negócios, mostram-se inacabados e improvisados. De modo que a grande usina e o porto industrial[9] continuam dominando a paisagem em escala, em composição, mantendo-se na disputa de espaço com a expansão e a circulação sócio-urbana.

A informalidade da produção flexível manifesta sua relação desvinculada e fluída com o local. Mesmo assim, a RMGV se depara com vários dispositivos de contato cultural, territorialidades liminares e liminóides[10], o Arco Metropolitano e o enraizamento da cadeia de serviços de comércio exterior[11] são expressões da correspondência entre o global e o local.

A capacidade de conexão da RMGV coloca-se no contraponto às forças desterritorializantes, por meio de mecanismos de reação local possibilitados pela cidade e pelo comércio. Esta potencialidade contrapõe-se à situação de corredor vertical, que coexiste com a cidade portuária. Há uma certa inércia no modelo industrial-exportador, cuja faculdade de conjugação corporativa com o local tende a reforçar a autonomia das cidades em relação ao entorno imediato. Isso resulta em polarização dos arranjos e sistemas produtivos na RMGV e pouca irrigação produtiva e cultural para a sua hinterlândia.

Conclui-se ressaltando a importância de conhecer as formas de territorialização da produção flexível, as diferenças entre os processos que ocorrem nas cidades mundiais e nas cidades em

[9] São portos industrias os de Tubarão, da CVRD, e de Praia Mole, da CST, USIMINAS, AÇOMINAS, o Porto de Vitória e seus terminais são urbanos.

[10] Segundo Rico Lie, na liminaridade, locais de passagem, se colocam à prova novos repertórios e modos de atuar; liminóides são espaços de negociação cultural, contato local-global (sujeitos à alienação), pontos de encontro de viagem não de residência.

[11] O Sindicato do Comércio de Importação e Exportação do Espírito Santo catalogou uma cadeia de serviços com 306 empresas e 23 elos ou segmentos (2003).

desenvolvimento, que requer a investigação do processo de regionalização da globalização, para enfrentar seus desafios ambientais e territorializar os seus efeitos positivos.

Se a cidade na globalização é o lugar do cadenciamento dos fluxos, é imprescindível a retomada, por parte da RMGV, da definição da circulação de passagem, manifestando a consciência do papel de contraponto da cidade portuária ao efeito desterritorializador industrial-exportador dominante. Pode-se afirmar que a cidade portuária (atuante) pode potencializar a mobilização produtiva regional, através da experiência empírica de relações urbanas reticulares, baseadas em princípios interurbanos de complementaridades funcionais. Isso requer a superação das referências da urbanística moderna ou do reformismo urbano de anos precedentes, e a substituição do planejamento linear pelos agenciamentos cíclicos. Enfim, trata-se da oposição ao arquipélago mundial vertical pela arquipelização molecular horizontal.

Bibliografia

COCCO, Giuseppe & SILVA, Gerado (orgs.). Cidades e Portos, os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Felix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol 5. Rio de janeiro: Ed. 34, 2002.

GRANT, R. & NIJMAN, J. Globalization and the Corporate Geography of Cities in the less-developed world. *Annals of the Association of American Geographers,* 92 (2), 2002, 320-340.

LABTEC. *O Porto de Sepetiba. Cenários, impactos e perspectivas. Relatório global*. Rio de Janeiro: LABTeC: CFCH: UFRJ, 1999.

LIE, Rico. Espacios de comunicación intercultural. *23ª. Conferencia AIECS*, Barcelona, 2002.

TAYLOR, P. & Walker D.R.. Urban Hinterworlds Revisited. *Geography*, 89(2), (2004),145-151.

VELTZ, Pierre. *Mondialisation, Villes et Territoires, L'Économie D'Archipel*. Paris: PUF, 2000.

http://www.mges-brasil.org/

Lei e resistência no "novo sindicalismo": a greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)

Clarice Gontarski Esperança – PPG-UFRGS

Este texto, a ser apresentado no simpósio temático História, Trabalhadores: Cultura e Instituições de classe, busca apresentar idéias e resultados preliminares de uma pesquisa desenvolvida junto ao mestrado em História da UFRGS, sob orientação do professor Benito Bisso Schmidt.

Meio de pressão e modo de expressão. A dupla função da greve, apontada por Michelle Perrot em seu clássico *Jeunesse de la grève*[1], remete tanto à perspectiva da valorização dos trabalhadores como sujeitos, quanto à percepção das paralisações coletivas e organizadas do trabalho como momentos de enfrentamento e de construção de identidades. Para Stéphane Sirot, "o conflito reivindicativo é a expressão de um modo de cultura e de autonomia operária e, depois, mais amplamente, do mundo do trabalho"[2], momento no qual se combinam um distanciamento da ordem industrial ou salarial estabelecida e formas de assimilação desta ordem entre a classe trabalhadora.

A visão da greve como fato social capaz de revelar significados culturais que permeiam as relações de dominação e resistência na produção capitalista se insere na tendência de inflexão nos modelos interpretativos que tratavam do tema da questão social no Brasil a partir dos anos 80[3]. Dentre as armas esgrimidas pelos protagonistas do conflito, a lei, instrumento de hegemonia da classe dominante, e seu uso pelos dominados para garantir vantagens contrárias ao que se imagina ser "a intenção do legislador" nos dá indícios sobre os valores de uma sociedade em determinada época[4].

Nossa pesquisa busca compreender as condições de possibilidade de um movimento específico ocorrido no início dos anos 80 no Rio Grande do Sul, no qual os trabalhadores utilizaram a chamada lei "antigreve" da ditadura militar para fundamentar juridicamente a legalidade da paralisação, reconhecida, por fim, pelos tribunais Regional

do Trabalho (TRT) e Superior do Trabalho (TST). Tal paralisação, que se insere no contexto do "novo sindicalismo", onda de greves e mobilizações cujo marco inicial costuma ser identificado com a paralisação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), em 1978, pode nos ajudar a refletir sobre os espaços ocupados pelos trabalhadores no período, em especial em relação ao arcabouço jurídico imposto pelo Estado ditatorial. A intenção é, portanto, relacionar a análise com o debate em torno das representações sobre a retomada da mobilização social no país às vésperas da Nova República.

O teatro da greve em análise é a Empresa Jornalística Caldas Júnior, editora do mais tradicional jornal da história do Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo*. O ano de 1983, no qual começa a paralisação, registra referenciais importantes para a organização dos trabalhadores brasileiros, em especial a realização da primeira greve geral depois do golpe de 64, (em 21 de julho), e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto. A consolidação do "novo sindicalismo" dava-se em meio à recessão, ao aumento da inflação e ao arrocho salarial, vinculadas a políticas no governo Figueiredo.

Na Caldas Júnior, insatisfeitos com seguidos atrasos no pagamento dos salários e com demissões que se seguiram a manifestações de descontentamento, integrantes de três categorias de funcionários – gráficos, jornalistas e motoristas – paralisaram suas atividades em 12 de dezembro. Apesar de não contar com a adesão total dos trabalhadores[5], a greve prejudicou a produção, a distribuição e a qualidade dos dois veículos gráficos da empresa – o *Correio do Povo*, às vésperas de completar 88 anos de circulação e com cerca de 93 mil assinantes, e a *Folha da Tarde*, com 20 mil assinantes e 46 anos de existência. Expôs ainda, nas ruas, por meio das passeatas e enfrentamentos físicos dos grevistas com a polícia militar no centro de Porto Alegre, a situação econômica frágil que se encontrava a outrora poderosa Caldas Júnior, cuja influência política havia ficado impressa em episódios como o apoio à Revolução de 30 e ao golpe de 64, e no prestígio e trânsito do empresário Breno Caldas, dono da empresa, junto às cúpulas de poder estadual e federal. Tanto *Correio do Povo* quanto *Folha da Tarde* teriam a circulação interrompida meses depois do fim da greve, em junho de 1984[6].

Uma das estratégias dos grevistas foi utilizar a legislação criada pelo governo autoritário – em especial a lei de greve 4.330, apelidada lei "antigreve" –, a seu favor. Os trabalhadores se esforçaram por cumprir ou provar o cumprimento das exigências da restritiva legislação. A preocupação com as minúcias da lei fica patente, por exemplo, na análise dos panfletos e boletins distribuídos pelos sindicatos envolvidos. Um deles, por exemplo, detalha aos trabalhadores o mecanismo de uma assembléia convocada para discutir a possibilidade de paralisação, vinculando deveres e direitos:

> [...] Nessa assembléia é exigida a presença de no mínimo 1/3 dos funcionários. O Ministério do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho devem ser notificados e é exigida a presença de um representante do Ministério do Trabalho. A votação será em cédula secreta e a decisão será comunicada à direção da empresa – se de greve ou não, que terá um prazo de cinco dias para apresentar soluções, a greve poderá ser deflagrada somente depois de setenta e duas horas, ou seja, mais três dias, o que soma oito dias de prazo para que a direção da empresa se pronuncie. Cumpridas todas as exigências legais é deflagrada a greve legal. Os grevistas têm os seguintes direitos: **Não poderá haver prejuízo dos salários, a empresa não pode despedir o empregado por ter participado na greve e é proibido à empresa contratar novos empregados para assumir o cargo dos grevistas.**[7]

Mesmo antes do encerramento da greve, em 6 de fevereiro de 1984, quando a Justiça do Trabalho considerou-a legal e ordenou o pagamento dos atrasados e dias parados[8], os trabalhadores obtiveram pelo menos outras duas decisões jurídicas favoráveis: uma medida cautelar determinando que o produto das vendas avulsas, assinaturas e anúncios classificados fosse recolhido à Justiça, e o direito assegurado de "aliciamento pacífico" e "manifestações ordeiras"; além de uma intimação para a empresa rever a demissão dos grevistas por justa causa e se abster de contratar outros empregados[9]. A legalidade foi referendada mais tarde em setembro de 1984 pelo TST[10].

Mas o que dizia a lei 4.330 e porque era chamada de lei "antigreve"?

Promulgada a 1º de julho de 1964, sessenta dias depois da derrubada do governo civil de João Goulart, a 4.330 alterava o Decreto-lei nº 9.070, de 1946. Como a norma antecessora, admitia a greve como direito – a não ser para funcionários públicos – mas criava tantas exigências formais que, na prática, obstaculizava seu exercício. A greve só poderia ser considerada legal se atendesse a requisitos como votação secreta nas assembléias sindicais, quórum de 2/3 dos votos dos associados em primeira convocação

e 1/3 em segunda (o maior já exigido em qualquer legislação no país), comunicação prévia e por escrito ao empregador cinco dias antes do início da paralisação e antecedência de 10 dias para a publicação de editais nos jornais. A mesa apuradora teria de ser presidida por membro do Ministério Público ou representante das Procuradorias Regionais do Trabalho. Depois da 4.330, e ainda durante a ditadura, a Constituição de 1967, a Lei de Segurança Nacional, e o Decreto-lei 1.632, ambos de 1978, versaram sobre a probição de greve nas atividades essenciais e respectivas punições[11].

O leitor ou ouvinte poderia se perguntar, a essa altura, que importância teriam filigramas jurídicas no contexto de um regime de exceção, quando a cassação, a tortura e a morte eram armas cotidianas contra opositores? A lei, num governo de força, não é letra morta, tendo um efeito apenas de justificação moral, sem qualquer eficácia? O caso da greve da Caldas Júnior não seria apenas uma exceção, observável nos estertores de um regime agonizante, e desprezível numa análise de duração mais ampla do processo de construção de identidades e de resistência do trabalhador brasileiro?

Ao estudar as interpretações da Lei Negra na Inglaterra do século 18, E. P. Thompson observou que “a retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas”. A existência das leis está relacionada a seu efeito de justificação das relações desiguais entre dominantes e dominados. Este efeito só tem sentido quando as normas têm alguma eficácia, quando ao menos parecem ser justas e vigentes. Se não, sua própria existência, alicerçada em uma função legitimadora, é colocada em xeque. Nas palavras de Thompson, as leis “podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo podem refrear esse poder e conter seus excessos” [12].

Em pesquisa sobre os operários dos serviços portuários da Companhia Docas de Santos (SP), Fernando Teixeira da Silva mostrou como a lei foi utilizada como arena de luta entre patrões e empregados sobretudo entre 1937 e 1945, em vigência do Estado Novo. Lembrando o conceito de “crença simbólica nos direitos” desenvolvido por Maria Célia Paoli, Teixeira da Silva observou que

> "a crença nos direitos, a aceitação e a *exigência* da intervenção do governo na regulação das relações de trabalho, algumas vezes na própria pessoa do presidente [Getúlio Vargas], deviam-se, sobretudo, ao fato de que as leis se propunham a tocar num ponto de disputa cotidiana entre patrões e empregados: os locais e as condições de trabalho".[13]

Além disso, a existência da Justiça do Trabalho ampliava o espaço de manobra dos trabalhadores. Não se trata, ressaltou Teixeira da Silva, de afirmar "uma suposta neutralidade da Justiça ou negar seu caráter classista"[14], mas de lembrar que, assim como a existência da lei, sua aplicação requer um esforço de legitimação. A Justiça do Trabalho pode ser vista, desta forma, com uma dupla função. É primordialmente espaço de expressão jurídica da hegemonia política e econômica da classe dominante e de intervenção do Estado nas relações de trabalho, mas ao mesmo tempo, é instância de aplicação da lei, imersa em uma lógica de mediação e legitimação próprias.

O período da ditadura militar não foi uma época sem leis. Os atos de cassação e intervenção na vida civil, o cerceamento dos direitos, a intervenção nos sindicatos foram tema da extensa legislação do Poder Executivo a partir de 1964. Mesmo quando mandou "às favas os escrúpulos de consciência"[15], fechando o Congresso e outorgando-se poderes excepcionais, o governo o fez através de uma lei, o AI-5. Eram legislações arbitrárias, nem sempre cumpridas formalmente – a pena de morte instituída pelo AI-14 para os casos de "guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva" nunca foi aplicada, apesar de vigir informalmente nos porões[16] – mas a preocupação em editar tais normas revela um esforço de legitimação do regime de exceção.

Vivendo no mundo oculto das empresas[17], com os sindicatos controlados, os trabalhadores mantiveram sua "crença simbólica nos direitos" e a visão da lei como campo de luta. Em seu estudo sobre a resistência operária na Grande São Paulo entre 1970 e 1980, Eder Sader analisou os primeiros números do *Tribuna Metalúrgica*, órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ressaltando que os textos de 1971

> "tomam a lei a sério ou para solicitar sua mudança em nome das condições dos trabalhadores, ou para cobrar suas promessas. Explicam a alteração na legislação sobre acidentes de trabalho, a inadaptação do INPS e os prejuízos acarretados aos trabalhadores, mas concluem sugerindo possibilidades jurídicas a serem exploradas; explicam o funcionamento do 'mais importante departamento do sindicato' – o departamento jurídico – orientando sua utilização coletiva contra as manobras de chefes e patrões (...)"[18].

No Rio Grande do Sul, entre as greves realizadas entre 1964 e 1979, duas foram consideradas legais: a dos calçadistas em 1965 e a dos bancários em 1966[19]. Em março de 1979, na primeira greve da indústria gaúcha daquele ano, a dos empregados da empresa Souza Cruz, o TRT não decretou a ilegalidade da paralisação, contrariando parecer do próprio procurador regional do trabalho, que alegou que a mesma não cumpria as formalidades da lei 4.330. Na interpretação do pesquisador Marcos Flávio Soares, autor de levantamento sobre as greves daquele ano no estado, "esta decisão, na realidade, abriria o caminho para as mobilizações operárias que se seguiram"[20]. Em setembro, ao julgar uma greve de vigilantes, o TRT surpreendeu novamente, contemplando praticamente todas as questões reclamadas pelos trabalhadores, incluindo reajuste salarial de 50%, estabilidade por seis meses aos membros do Comando de Greve e permanência no emprego dos grevistas por 90 dias[21].

Em estudo sobre a movimentação grevista no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1983, a pesquisadora Aurea Petersen relacionou 120 paralisações, mas só encontrou um caso de decretação da ilegalidade do movimento pela Justiça:

> "(...) pelas informações que dispomos nem sempre a lei autoritária foi utilizada contra os movimentos grevistas, parecendo-nos que o Estado a reservava para uso em momentos em que a mobilização crescia, ameaçando as bases do regime".[22]

É evidente que a disputa dentro da lei só vale a pena se oferece vantagens aos trabalhadores. Os grevistas que provassem o atendimento às minuciosas exigências da 4.330 e obtivessem a legalidade do movimento na Justiça teriam garantias como a proibição de dispensas durante a greve, permissão de aliciamento pacífico e a proibição de admissão de trabalhadores para substituir os parados, além do pagamento dos salários durante a paralisação. Era, no entanto, uma estratégia arriscada, sujeita às incertezas que a interpretação das leis condiciona e cuja viabilidade dependia muito da sensibilidade sobre as condições concretas de uma vitória jurídica. A existência de episódios nos quais a Justiça gaúcha interpretou a lei de forma favorável aos trabalhadores pode ter sido contabilizada em uma avaliação das chances destes usarem a arena da Justiça do Trabalho para derrotarem seus patrões[23].

Da mesma forma, a percepção da lei antigreve como espaço de luta também se incorporou à escolha das estratégias dos grevistas da Caldas Júnior entre 1983 e 1984. Em depoimento colhido em 2005, um dos advogados trabalhistas que atuou junto aos três sindicatos envolvidos lembra que a busca da legalidade era considerada um caminho arriscado. Indagado sobre a preocupação formalista dos grevistas, ele respondeu:

> "(...) nós tínhamos muito medo de ou não achar saída ou achar uma saída que não desse resultado. Por exemplo, esta hipótese de declararem a greve ilegal. Por isso esta coisa que tu perguntaste, "por que vocês se preocuparam tanto em fazer votação secreta, isso era necessário ?" Era, porque a gente tinha medo da ilegalidade da greve. Da ilegalidade por falta de quórum, da ilegalidade por falta de edital, da ilegalidade por voto a descoberto. Então a gente tomava todas as precauções. E deu resultado. Nós ganhamos a greve."[24]

A luta dentro da lei, no entanto, também impôs limites à ação dos trabalhadores. Ao analisar a discussão de Thompson sobre o tema, Alexandre Fortes sustenta que a mediação da lei, assim como viabiliza "vitórias parciais aos dominados", também serve para "consolidar a legitimidade das instituições vigentes"[25]. Entre elas, a Justiça do Trabalho e a legislação corporativista.

A associação com a autonomia foi uma das bases da construção das representações do "novo sindicalismo" do final dos 70 e início dos 80, tanto entre os líderes sindicais quanto nos meios acadêmicos[26]. Esta ênfase implicava uma idéia de ruptura com a estrutura legal corporativista vigente no país e com os limites impostos pela ditadura. A imagem de ruptura ajudou a fermentar a mobilização contra o governo, mas perdeu de perspectiva as continuidades. Quando estas ficaram claras, com a manutenção da estrutura sindical na Constituição de 1988, surgiu a decepção[27]. Os episódios de luta com a mediação da lei durante a ditadura podem nos ajudar a entender essas permanências a partir de uma perspectiva de cultura dos direitos entre os trabalhadores brasileiros.

---

[1] PERROT, Michelle. *Jeunesse de la grève.* Paris:Seuil, 1984. p. 9. *apud* SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa – Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade 1937-1968*. São Paulo-Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p.87.

[2] SIROT, Stéphane. *La grève en France – Une histoire sociale (XIX-XX siècle).* Paris: Odile Jacob, 2002. p. 14.

[3] Ver GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil pós-1980: notas para um debate, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dez. de 2004, p. 157- 186.

[4] Ver THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores – A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[5] Não entraram em greve os trabalhadores da Rádio Guaíba e da TV2 Guaíba, também da Caldas Júnior. A greve teria tido adesão de 400 dos 1.600 empregados da Caldas Júnior, de acordo com PETERSEN, Aurea. *Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983).* Porto Alegre: IESPE/PUCRS (dissertação de mestrado em sociologia), 1984. O número de 300 trabalhadores (20% dos funcionários, entre jornalistas, gráficos

e motoristas), segundo o Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, e 160 (10% dos empregados) conforme a empresa, é citado em JUSTIÇA garante a greve no Sul. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 28/12/83, p. 20. Em outra reportagem (QUINTANA deve ter alta até o fim do ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28/12/83, p. 12), há referência a 300 grevistas, citando decisão jurídica que definiu pela reintegração dos mesmos.

[6] A Empresa Jornalística Caldas Júnior teve falência decretada em 1985. No ano seguinte, foi comprada por outro empresário. O *Correio do Povo* voltou a circular em 1986. A *Folha da Tarde* não voltou às bancas. Ver GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

[7] CALDAS Júnior urgente 3 - A greve é legal. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, dezembro de 1983 (folheto). Acervo do Sindicato dos Jornalistas (grifo no original).

[8] Acórdão Justiça do Trabalho/TRT da 4ª Região-9217/83, 6 de fevereiro de 1984

[9] JUÍZA defere medida cautelar contra a Empresa Caldas Júnior. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28/12/83, p. 8; JUSTIÇA garante a greve no sul, *op.cit.*, CALDAS Júnior sofre arresto de receita. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/12/83, p. 14.

[10] Acórdão publicado no Diário da Justiça, Brasília, 7/12/84, p. 21123-21125.

[11] Ver DUARTE NETO, Bento Herculano. *Direito de greve: aspectos genéricos e legislação brasileira*. São Paulo:LTR, 1992; MELLO, Maildes Alves de. *A greve no Direito Positivo Brasileiro*. Porto Alegre: Síntese, 1980; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Comentários à lei de greve*. São Paulo: LTR, 1989. A íntegra da lei 4.330 está disponível on-line, na página da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, na URL http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4330.htm (acesso em 21/1/04).

[12] THOMPSON, E.P. *op. cit,* p. 356.

[13] SILVA, Fernando Teixeira da. *op cit,* p. 105-106.

[14] *Idem, ibidem*, p. 103.

[15] Trecho da frase proferida pelo então ministro Jarbas Passarinho na reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pela instauração do AI-5, em 1968. A reunião foi gravada. Passarinho comenta a frase e a reunião em entrevista ao jornalista Deigma Turozi, no site da Agência Brasil, texto na URL: http://www.radiobras.gov.br/especiais/Golpe64/golpe64_jarbas.htm (acesso em 24/05/05)

[16] FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2000. p. 481.

[17] Alusão à expressão "o segredo mais íntimo", usada por Marx em *O Capital*, para referir-se ao potencial revelador da "relação direta dos donos das condições de produção com os produtores diretos". *Apud* SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 17.

[18] SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 187.

[19] SILVA, Shirlei Inês Mendes da. *Reconstruindo a democracia: a experiência dos bancários de Porto Alegre (RS).* Campinas: Unicamp (dissertação de mestrado em Ciência Política), 1999. p. 28.

[20] SOARES, Marcos Flávio. *As greves de 1979 no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Iespe/PUCRS, 1980 (não publicado). p. 38.

[21] SOARES, Marcos Flávio; *op.cit*; p. 88-89.

[22] PETERSEN, Aurea; *op.cit*; p. 349.

[23] É interessante ressaltar o advento, na segunda metade dos anos 80 no Judiciário do Rio Grande do Sul, de um movimento pelo uso alternativo do direito. Conforme um de seus expoentes, o juiz Amilton Bueno de Carvalho, entre as práticas deste Direito Alternativo estaria a "utilização das contradições, ambigüidades e lacunas do direito legislado, sob uma ótica democratizante" para buscar "via interpretação qualificada e diferenciada", espaços que possibilitem o "avanço das lutas populares e permitam um democratização das normas". CARVALHO, Amilton Bueno de Carvalho. *Direito alternativo na jurisprudência.* São Paulo: Acadêmica, 1993, p. 8; *apud* GUANABARA, Ricardo. Visões alternativas do Direito no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 18, 1996, p. 403-416. As relações entre o grupo de juízes da Justiça do Trabalho no RS e o Direito Alternativo ainda não foram estabelecidas pela pesquisa.

[24] Burmeister, Luís. Depoimento [27 de abril de 2005] Entrevistadora: Clarice Esperança. Porto Alegre (RS). Um cassete sonoro (uma hora).

[25] FORTES, Alexandre. O Direito na obra de E.P.Thompson. *História Social*, Campinas, IFCH/Unicamp, nº2, 1995. p.93.

[26] Dois estudos pioneiros sobre "novo sindicalismo" são MOISÉS, José Álvaro. As estratégias do novo sindicalismo, *Revista de Cultura e Política*, nºs 5 e 6. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B. *et al. Sociedade e Política no Brasil pós-64.* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[27] Um exemplo é a obra de BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil – Uma análise crítica da estrutura sindical.* Campinas: Editora da Unicamp, 1991, que identifica no sindicalismo nacional uma relação estrutural com a burguesia, que fugiria ao controle dos sindicalistas. A destruição do que o autor chama de "sindicato de Estado" seria inseparável do fim da unicidade sindical, dos impostos sindicais e da ação normativa e tutelar da Justiça do Trabalho, ou seja "tudo aquilo que a Constituição de 1988 preservou" (p. 294). Uma visão diversa: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de* Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; no qual o autor aponta elementos de permanência entre o "velho" e o "novo" sindicalismo, porém questionando o caráter cupulista e pouco mobilizador tradicionalmente atribuído ao sindicalismo populista.

DESLOCAMENTOS DO ENSINO MISTO NO PARÁ: ADESÕES E DIVERGÊNCIAS

Clarice Nascimento de Melo* - UFPA/PPG-UFRN

Introdução

Homens e mulheres, meninos e meninas numa mesma sala de aula, ouvindo, falando, aprendendo a mesma lição. Esta é uma cena tão recorrente em nossa experiência escolar do presente que chega a ganhar dimensões de naturalidade; parece tão banal a idéia – ou a prática – do ensino misto, que chega a causar espanto, sobretudo às gerações mais jovens, o fato de que em outros tempos e lugares tivesse havido um divisionismo nos espaços, horários e saberes escolares, fundamentado em critérios sexuais. Pois bem, um mergulho em nossa história passada, mostra que a experiência separatista, tão sólida até meados do século XIX, veio perdendo fôlego em fins desse mesmo século, em meio a falas controversas - tendo perdurado até os anos 70 do século passado, fundamentalmente em escolas religiosas. Se, num primeiro olhar, esse parece ser um fato irrisório, seus significados no campo educativo aparecem quando a história da educação é visitada num enfrentamento com as práticas, valores, concepções, enfim, com a cultura que produz e é produzida pela escola; nesse enfrentamento, a implementação do ensino misto se descola de seu sentido político – da prescrição pelo Estado – e se reveste de um dinamismo produzido por sujeitos em relações sociais que, em embates, disputas, consensos e dissensos, constroem a educação paraense.

É nesse campo que podemos ouvir das marcas documentais do fim do século XIX as vozes de mulheres que, já bastante familiarizadas com o mundo das letras, se imiscuem nos debates do campo educativo e ajudam a sedimentá-lo. Logo, a educação de mulheres e a co-educação dos sexos – temas polêmicos desde sua origem – foram idéias e práticas que sinalizaram diferentes interesses e concepções, adesões e divergências, constituídas

em meio aos “tempos modernos”, ao mesmo tempo em que mostram a participação efetiva dessas mulheres letradas na sociedade, numa mediação com a cultura local. Dessa mediação é possível indagar: o que pensaram e como agiram as mulheres, educadas e educadoras, em meio a esses embates? Quê representações, de homens e mulheres, estão presentes nas falas que ora defendem, ora reprovam a junção dos sexos num mesmo espaço escolar?

Trago para este texto um pouco dessas questões problemáticas na forma de apontamentos que culminarão na tese doutoral intitulada **Processos constituidores do ensino misto no Pará: a participação de mulheres nessa história**[1]**.** Menciono, preliminarmente, as relações da instituição dessa modalidade de ensino às questões de gênero, imbricadas na cultura paraense do início do século XX, mostrando que as diferenças entre os sexos no campo educacional condicionam e, ao mesmo tempo, estão condicionadas às diferenças estabelecidas no campo da cultura e da sociedade, problematizando as diferentes formas que o ensino misto foi tomando, como resultado tanto das reformas educacionais, quanto da formação da sociedade paraense republicana.Trago sinais do debate sobre o ensino misto, já indicando alterações, de posicionamentos favoráveis aos desfavoráveis, que insinuam a participação de mulheres nessa história.

Um “assento” teórico-metodológico

As buscas que faço me impelem a apresentar os percursos da instituição do ensino misto no Pará, como um resultado parcial de uma primeira aproximação com as fontes documentais. Das fontes escritas privilegiadas para estudo retiro as pistas basilares do trabalho. Daí ser a pesquisa documental o artifício fundante do percurso metodológico, empreendido num esforço de compreensão do explícito e do subliminar posto em estudo intenso do material documental[2].

A abordagem historiográfica privilegia a história “vista de baixo”, com sua

preocupação em fazer história de pessoas comuns[3], por permitir apresentar a história da educação construída também por mulheres, em relação com os outros sujeitos sociais em diferentes espaços e tempos. A história das mulheres, como uma especificidade no campo historiográfico, me auxilia num descortinamento dos debates sobre a participação de mulheres nos espaços públicos e privados e, mais especificamente, sobre sua ação nos processos de constituição da educação, no embate entre o discurso da modernidade e as práticas tradicionais, reservando um lugar à parcela da sociedade brasileira numericamente mais expressiva, guindada à condição de objeto e sujeito da história[4]. A problematização concernente ao material documental é criada no sentido que nos ensina Le Goff[5], como documento/monumento, situado nos marcos históricos de sua produção e conservação, envolto às tessituras do poder que situam as falas dos sujeitos nele encontrados.

Artigos pessoais, relatórios da educação constantes em revistas educacionais registram falas de professoras e estudantes sobre temas variados, de onde é possível cartografar seus modos de interferência no campo educativo. Os decretos, leis, relatórios serão examinados como referência o contexto histórico, por onde as marcações e os ajustes na educação e no ensino misto podem ser mais visíveis. Nos jornais diários de circulação local são buscadas as experiências educativas, as ações diárias dos sujeitos que produzem a educação. Com eles é possível "[...] compreender as relações entre teoria e prática, entre os projectos e as realidades, entre a tradição e a inovação".[6]

O exercício analítico se faz no deciframento desses documentos, investigando indícios das conexões pertinentes entre educação, ensino misto, cultura e sociedade[7], expondo meandros, na busca de pistas reveladoras das adesões e divergências que engendram um processo educativo não linear.

Ensino misto e relação de gêneros: uma história a ser contada

As experiências com o ensino misto no Brasil são variáveis em modos e tempos. O que as une inicialmente, é o fato de elas principiam em cursos de formação de professores, para só posteriormente se espraiarem na escolarização primária. A mais antiga experiência ocorreu na Escola Normal de Niterói[8], na década de 80 do século XIX, mas já mostrou desde que sua implementação não ocorreria consensualmente; as discussões no campo educativo se ampliaram, parcelas da sociedade fizeram oposição e sua efetivação teve repercussões em todo o país.

No Pará, de acordo com Vianna,[9] a ação do Estado se faz dirige nesse sentido em concomitância às reformas pretendidas pela Instrução Pública do Pará, logo após a tomada do poder pelos republicanos. No terreno da formação de professores a co-educação dos sexos ocorreu oficialmente através do Decreto nº 165 de 23 de julho de 1890, o qual reuniu as duas escolas normais – uma feminina e a outra masculina - em uma só, ganhando plano de ensino no ano seguinte. Na educação primária, os grupos escolares – criados com a reforma de 02 de janeiro de1899, na administração do Governador Paes de Carvalho – vão juntar, ao menos aparentemente, meninos e meninos na mesma formação escolar, dando um passo mais ostensivo na co-educação dos sexos.

Contudo, numa primeira aproximação com as fontes documentais, foi possível perceber que o ensino misto, ao contrário do que se propaga, não se constituiu de uma vez por todas durante o império ou mesmo logo após a adesão ao governo republicano, com a criação dos grupos escolares[10]. Ao longo das décadas seguintes à criação dos grupos escolares, podemos ver diversos modos de ensino misto sendo construído, também com intensidades diferentes em todo o Estado, moldados por idéias e práticas díspares, que denunciam um percurso não linear e muito mais consolidado no campo da cultura do que das prescrições oficiais.

É visível no texto de Ferreira dos Santos, publicado em 1912, que, mesmo após o ensino misto ter-se tornado uma modalidade de ensino prescrito na legislação vigente à época, a aproximação dos sexos no espaço escolar não era consenso. Numa análise inicial podemos ver a discussão sobre o ensino misto associado a várias outras questões sociais.

A educação mista aparece no texto, associada às reivindicações feministas, sendo as mesmas apontadas de modo depreciativo, a um caráter vulgar e frívolo e, portanto, é recusada pelo autor como uma alternativa de ensino que convenha aos interesses nacionais:

> Serde as frivolas representantes d'essa falsa cultura, que, esmantadas nos exageros de um snobismo cabotinesco e rediculo advogam o feminismo e discutem as vantagens do amor livre, as mães de família, a cuja tutelar solicitude acrisolar-se-ão na alma das gerações vindouras as masculas virtudes em que se alicerçará a grandeza do Brazil?[11]

Em seguida o autor expõe os elementos basilares que o colocam em oposição ao ensino misto, argumentando que, a despeito do discurso progressivo embutido na defesa da junção dos sexos nas salas de aula, as peculiaridades de nossa formação étnica e cultural são vetores de resultados positivos de tal empreitada:

> Asseveram os defensores da coeducação dos sexos que todos os povos cultos a empregam, auferindo portentosos elementos de progresso. [...]
> Na elucidação da these que sustento, sou forçado a relembrar idéas já adduzidas por mim, noutras occasiões, em que tenho insistido sobre a differença irreductivel e fundamental que existe entre a demopsychologia dos brasileiros e a de outros povos, cujos methodos culturaes, por isto mesmo, nem sempre nos convêm. [...]
> Heterogêneas correntes ethnicas de reconhecida inferioridade moral, reunidas sob a influência de um clima, onde a temperatura elevada e a excessiva electrização da atmosphera predispõem á indolência e a volúpia, amalgamaram-se, fundiram-se, produzindo brasileira actual, indolente, volúvel, sentimental e voluptuoso, cujo temperamento lascivo estha fremente na exuberância do lyrismo nacional, desde o espontaneo e pitoresco trovar dos rhapsodos anonymos, que ao som da viola descantam nos absconsos recessos dos sertões patrios, até as requisitadas e fúlgidas estrophes de Bilac.
> E a um povo assim, em cuja alma rugem, revoltados contra o fragil dominio de uma civilização de quatro seculos, os grosseiro instinctos de duas raças primitivas e broncas, pode-se-á porventura preconizar o mesmo systema de educação praticado pelas gentes que, ha milenios, desde as remotas migrações aryanas, estanceiam nas frias regiões da Europa septentrional?

> Não.
> A promiscuidade dos sexos nos estabelecimentos de ensino, necessaria aos povos germanicos, onde ella minora e aplaca a rudeza imnata que lhes herdaram os asperos conquistadores do imperio romano, é perniciosa ao Brasil, onde uma raça enervarda e lasciva precisa de retemperar-se no ambiente austero d'um longo apprendizado moral e physico.[12]

O autor expressa peremptoriamente sua rejeição ao ensino misto, usando argumentos de origem histórica e, sobretudo, de ordem moral: um dos pilares do discurso modernizante do início do século XX. Mas fundamentalmente evidencia que sua rejeição em relação ao ensino misto está envolvida em padrões sexualmente diferenciados, portanto, generificados.

Um pouco mais tarde, num caminho adverso do qual trilhou Santos, Anita Muller, uma voz expressiva e reivindicatória não apenas dos direitos das mulheres à escolarização e também da eqüidade dos sexos em relação aos saberes escolares, propõe que a educação física faça parte da formação escolar feminina, aos moldes do que já era prescrito para a formação escolar masculina. Sua fala diz, sub-repticiamente, sobre as necessidades de mudanças nas práticas escolares, ao mesmo tempo em que revela um modo de participação de mulheres nesse debate:

> E porque esta antinomia entre a educação dos sexos??...
> Qual a razão que justifica, scientificamente a gymnastica para os homens e a condena para as mulheres.
> Não se antolha uma pagina auctorizada de sciencia que abone tal divergencia; as que tentam fragilmente applaudil-a vêm sempre inspiradas pela ebrier desiquilibrada do velho romantismo, desse empoado romantismo que morreu com Werther e Corina; floração de ramas desfibradas que, sem raizamentos fundos no seio opulento da natureza humana, voou irresistível, as primeiras rajadas que lhe bateram no tronco debil e enfesado.
> Não, meus senhores, razão nemhuma permite essa divisão hierática, no campo educativo; a mulher como o homem, em seu conjuncto – cerebro, musculos, tendões e nervos – precisa do aperfeiçoamento parallelo do physico, do psychico.[13]

Nessas duas falas estão presentes dissensos que demosntram não ser possível apreender os meandros constituintes do ensino misto apenas em seu universo institucional e curricular, numa trajetória linear. Ao contrário, é necessário capturá-lo em sua essência,

como um elemento cultural da sociedade paraense, realizada em meio a embates, conflitos, recuos e avanços. O seu processo constitutivo está mediado por valores, normas e práticas sociais que transitam entre o "novo" e o "velho", entre o tradicional e o pretensamente moderno.

A junção de homens e mulheres num mesmo ambiente escolar não ocorreu sem resistências[14], o que indica que os processos de consolidação dessas escolas perpassam por meandros que juntam aceites e restrições, num movimento relacional e conflituoso a ser posto em cena.

---

[*] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da Universidade Federal do Para. claricenm@uol.com.br.

[1] Projeto de tese orientada pela Profª Drª Maria Arisnete Câmara de Moraes, inserido na linha de pesquisa Cultura e História da Educação, do Programa acima citado.

[2] G. LEVI. "Sobre a micro-história" em P. BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1992.

[3] J. SHARPE. "A história vista de baixo" em P.BURKE. (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. e
E. HOBSBAWM. *Sobre história.* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[4] R. SOHIET. "História das Mulheres" em C. F. CARDOSO; R. VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Campinas, 1997.

[5] J. Le Goff, *História e memória.* Campinas: Editora da Unicamp, 1992

[6] A. Nóvoa, 1997, p. 31

[7] C. Ginzburg. *Mitos, emblemas e sinais.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

[8] H.VILLELA. "O mestre-escola e a professora" em E. LOPES et.all. (org.). *500 anos de educação no Brasil.*

[9] Ver Arthur Vianna. Esboço retrospectivo da Instrução Pública no Pará. In: Pará. Secretaria de Estado de Educação. *A Educação no Pará*; Documentário. Belém: SEDUC, 1987.

[10] Esse movimento é percebido desde as formas preliminares de ensino misto, quando as escolas eram divididas por sexos em turnos alternados, até o formato que temos hoje, com alunos e alunas em uma mesma classe.

[11] F. Santos. "O ensino misto no Brasil", artigo pessoal publicado no periódico *Revista do Ensino*, em 1912, p. 401.

[12] Idem, ibdem, p. 401.

[13] A. Muller. "A Educação physica da mulher". Artigo pessoal publicado nos Annaes do Collegio Progresso Paraense (1907-1915). Belém: Grêmio Literário "Joaquim Nabuco", 1915.

[14] G. Inácio Filho. "Escola para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960)" em J. C. ARAUJO; D. GATTI JÚNIOR (org.). *Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa.* Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2002 – (Coleção memória da educação).
H. VILLELA O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane M. Teixeira et.all. (org.). *500 anos de educação no Brasil.*

MILITÂNCIA ANARQUISTA E REPRESSÃO EM SÃO PAULO NOS ANOS 1890

CLÁUDIA BAETA LEAL

Em agosto de 1902, o jornal anarquista *O Amigo do Povo* publicou a seguinte solicitação a seus leitores: "Pedimos vivamente àqueles que por acaso possuam qualquer exemplar dos jornais aqui publicados, isto é: *L'Asino Umano, La Giustizia, La Bestia Umana, L'Operaio*, fazer a gentileza de enviar um exemplar que a nós será de muita utilidade para ser reproduzido no relatório que temos a intenção de publicar."[1] Eram jornais publicados na década de 1890 em São Paulo, em italiano, e nos quais, de alguma forma, ecoavam os princípios defendidos por *O Amigo do Povo*. Não eram, entretanto, jornais explicitamente anarquistas: sobre um deles - *L'Asino Umano* -, um dos redatores daquele periódico já havia se manifestado, afirmando não ter "um caráter puramente libertário", ainda que fosse redigido por anarquistas.[2] Giuseppe Zonghetti, fundador do jornal, comunicou ao chefe de polícia de São Paulo, em agosto de 1893, o aparecimento de *L'Asino Umano*, "semanário humorístico" que tinha sede no Centro Socialista Internacional.[3]

Já sobre o jornal *La Bestia Umana* não se tem muitas mais referências além desse pedido de *O Amigo do Povo*.[4] Um dos motivos é provavelmente o fato de que o periódico fundado por Felice Vezzani teve apenas um exemplar, tendo sido suspenso logo em seguida. O outro – e que afeta principalmente pesquisadores contemporâneos – é que mesmo os maiores arquivos de história e imprensa social não possuem o único número desse jornal, com exceção do Acervo Permanente do Arquivo do Estado de São Paulo, em sua seção de Processos Policiais, que mantém um exemplar em relativo bom estado de *La Bestia Umana*.[5]

Além da colaboração de anarquistas nesses dois jornais, há mais elementos que os aproximam: *La Bestia Umana* surgiu exatamente para ocupar o lugar de seu colega *L'Asino Umano* – os títulos tão semelhantes não eram coincidência; e ambos sofreram as sanções do longo estado de sítio que durou de setembro de 1893 a agosto de 1894 e das leis promulgadas por causa do estado de exceção. O objetivo dessa comunicação é exatamente

apresentar esse dois jornais, como eles atuaram em São Paulo e como interagiram com a polícia paulista na repressão contra estrangeiros e anarquistas.

Em setembro de 1893, estourou nos estados brasileiros do sul a Revolta da Armada. Tratava-se de uma eclosão do descontentamento contra o governo de Floriano Peixoto, vice de Deodoro da Fonseca que assumira o governo interinamente, e se manifestou primeiramente entre oficiais da marinha, tendo à frente os almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Mello, e perdurando até março de 1894. Uma das primeiras iniciativas do governo brasileiro para conter a Revolta foi declarar o estado de sítio na Capital Federal e na cidade de Niterói e, em seguida, estender o estado de exceção aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por causa da "grave comoção intestina produzida pela revolta de alguns oficiais e praças da esquadra nacional".[6] O estado de sítio se estendeu por vários meses, sendo constantemente renovado até 31 de agosto de 1894.[7]

Junto com a primeira renovação do estado de sítio, em 13 de outubro de 1893, foram promulgados dois decretos que objetivavam conter as sublevações e os possíveis apoios aos revoltosos: o decreto 1565, que regulava a liberdade de imprensa durante o estado de sítio, e o de número 1566, que tratava da entrada de estrangeiros do território nacional e de sua expulsão durante o estado de exceção. Havia suspeitas de auxílio de estrangeiros aos revoltosos, assim como a comprovação de manifestações intestinas de apoio aos sublevados. Daí a preocupação com as entradas de estrangeiros e as providências a serem tomadas contra eles, já que, segundo a então recém promulgada Constituição, era assegurada a "nacionais e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade", assim como à sua mobilidade: "em tempo de paz, qualquer pode entrar no território nacional ou dele sair, com sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte."[8]

O decreto 1565, por sua vez, voltava-se especificamente para o papel da imprensa durante a Revolta da Armada, cuja cobertura o Governo alegava estar contribuindo "para animar a revolta com publicações inconvenientes umas, falsas outras e todas constituindo

elemento de perturbação e alarma".[9] Ainda que reforçasse a afirmação de que era livre a manifestação do pensamento pela imprensa, o decreto proibia publicações "que incitem a agressão externa ou possam aumentar a comoção interna e excitar a desordem", assim como manifestações de apoio à Revolta ou de ataque "à independência, integridade e dignidade da Pátria, à Constituição da República e forma de seu governo". Também coibia a divulgação das operações de guerra e vetava que se trouxessem a público notícias que não tivessem sido comunicadas pelo governo institucional.[10]

No que dizia respeito às sanções, o decreto voltava-se para os responsáveis pelos periódicos ou publicações que incorressem nas faltas estipuladas, fossem eles nacionais ou estrangeiros. Ainda que o texto do decreto não mencionasse o que ocorreria com as publicações que desrespeitassem o que fora estipulado, era de se esperar que a suspensão fosse a medida tomada pelo Governo brasileiro. Em São Paulo, o chefe de polícia relatou que seis jornais haviam sido suspensos por inserirem diariamente em suas colunas "artigos subversivos à ordem", os quais denotavam o "procedimento pouco patriótico que tiveram" na cobertura dos acontecimentos relacionados à Revolta: *A Platéa* e *O Commercio de São Paulo*, em 24 de janeiro; o periódico alemão *Paulistaner Echo*, em 27 daquele mês; *La Patria Italiana*, em 1º de abril (quando já se chamava *La Tribuna Italiana*, nome que seus editores haviam adotado em fevereiro da 1894, para burlar a suspensão) [11]; *La Bestia Umana*, no dia 5 desse mês, e o germânico *Tagblatt*, em 11 de abril.[12]

Entre as latas armazenadas no Arquivo de Estado de São Paulo, em seu acervo permanente, na documentação relativa a Processos Policiais, há uma – de número 3224 – em que se encontram não apenas os inquéritos e intimações referentes a alguns dos periódicos suspensos naqueles primeiros meses de 1894, mas exemplares dos jornais com traduções e anotações referentes aos motivos da suspensão. É nessa lata que se encontrou o Auto de declarações de José Winiger, suíço naturalizado brasileiro e diretor de *Paulistaner Echo*, intimado a responder pelos "artigos alarmantes e subversivos à ordem pública" que inserira nas colunas de seu jornal, a cujo Auto vinham anexados dois números do periódico com anotações nas margens.[13] Há também na lata de número 3224 a intimação feita a João

Audiberti, novo diretor de *La Tribuna Italiana*, para que suspendesse a publicação daquela folha, assim como vários números do periódico com artigos indicados a lápis, e uma carta do proprietário desse jornal, comprometendo-se a utilizar "linguagem comedida, respeitando sempre as autoridades legais e o País", também declarando ter mudado o redator do jornal.[14] A notificação ao diretor do jornal *Tagblatt*, Joachim Schack, para suspensão de sua folha, assim com a tradução do artigo que teria motivado a suspensão; a carta do mesmo diretor em que este pedia que fosse levantada a suspensão do jornal, comprometendo-se a "não publicar mais artigos contrários aos atos do governo, abstendo-se de censurar as autoridades e de qualquer apreciação política"; o número 34 de 7 de abril do periódico, todos esse documentos também se encontram nessa lata do Arquivo do Estado de São Paulo, constituindo um material precioso para a análise desse momento específico da história de São Paulo.

Ainda que o chefe de polícia não tenha feito referência a *L'Asino Umano* em seu relatório anual, e que nessa lata 3224 não haja nenhum documento referente a esse periódico, o jornal de fundado por Giuseppe Zonghetti parece também ter sofrido as sanções do decreto 1656. Motivos para suspendê-lo não faltavam ao governo paulista e brasileiro: a edição de 11 de março trouxe, em sua primeira página, uma ilustração intitulada "Episódio da Revolução", com soldados monarquistas e republicanos debandando de um campo de batalha, acompanhada de versos propositalmente vagos - para evitar sanções contra o jornal. No entanto, nas outras páginas, lia-se o artigo "Sobre o teatro da guerra", em que são relatados episódios pretensamente ocorridos em Curitiba, quando as tropas teriam evadido para evitar o confronto.[15] A edição seguinte, de 25 de março, publicou, por sua vez, uma paródia às reações dos redatores de *La Tribuna Italiana* frente às agressões sofridas quando da rendição dos revoltosos, por ser esse jornal suspeito de ter apoiado a revolta. Segundo artigo de *La Bestia Umana*, Augusto Donati teria sido, logo depois da publicação desse número, intimado pelo 2º delegado naquele mesmo domingo, 25 de março, e o jornal, suspenso no dia seguinte.[16]

Além de trazer a lume tais artigos, que devem ter sido suficientes para motivar a suspensão, *L'Asino Umano* levantara suspeitas desde o princípio de sua publicação. Logo que começou a circular, esse jornal foi alvo de demandas burocráticas por não satisfazer, segundo o Intendente da Câmara Municipal de São Paulo, as exigências legais para a publicação de um periódico. Assim, seu editor, Giuseppe Zonghetti, foi intimado a suspender a publicação enquanto não as satisfizesse, sob a pena de ter os números do jornal apreendidos.[17]

Apesar de se ter notícias que as devidas medidas legais não foram atendidas por vários meses,[18] o jornal manteve sua publicação, ainda que sob certa vigilância: o número 14 de *L'Asino Umano*, de 3/12/1893, por exemplo, arquivado junto à documentação policial armazenada no AESP, teve vários trechos de artigos destacados à lápis. Uma coluna intitulada "Teatri" [Teatros] foi reservada para comentar não somente as representações nos salas de teatros, mas os acontecimentos do que aquele jornal chamava de "teatro da revolta", em referência aos conflitos armados entre revoltosos e legalistas. Foram assinaladas pela polícia duas notas que faziam referência às movimentações de tropas da Guarda Nacional, as quais teriam partido para o interior de São Paulo - entre as tropas, haveria um alferes que prometera manter aquele jornal informado sobre as "encenações" encampadas pelas forças governistas.

Os outros trechos destacados, no entanto, não haviam sido previstos pelo decreto 1565: eram referências e manifestações de apoio mais ou menos explícitas a anarquistas. No artigo "Fuori i ladri" [Fora aos ladrões], em que se comentavam as manifestações contra políticos na Itália, foi assinalado o trecho em que o redator afirmava que os ladrões só deixariam "a autoridade, o poder, o comando, o luxo" quando o povo pegasse em armas. A força desta afirmação era amplificada pela nota – também assinalada - que seguia o artigo em questão: uma crítica à perseguição que os anarquistas vinham sofrendo nos mais diversos países, na Europa e na América, e a manifestação de apoio àqueles "fortes combatentes" do partido anárquico.[19] Como se não bastasse, mais adiante havia a publicação de um pedido de subscrição em favor da família de Paulino Pallás, anarquista

espanhol que atentara em setembro daquele ano contra o General Martinez Campos, em Barcelona, como retaliação à execução dos anarquistas em Jerez, e que fora executado dias depois. O destaque à nota veio acompanhado de uma observação manuscrita no pé da página (em parte mutilada), afirmando que Pallás fora fuzilado na Espanha e que o fato dera lugar a vinganças com explosões de bombas no teatro Lyceum, em Barcelona. Ainda que suspeitas de apoio a ações anarquistas (normalmente identificadas, naquele momento, com atentados e com a "propaganda pela ação") não estivessem previstas pelo decreto 1565 nem fossem alvo de outras leis brasileiras de então, tais manifestações não passaram, portanto, desapercebidas.

Poucos dias da depois da suspensão de *L'Asino Umano*, Felice Vezzani comunicou ao chefe de polícia o início da publicação do "periódico humorístico" - e quase homônimo do recém suprimido jornal - *La Bestia Umana*. No dia 31 de março, circulou pela capital paulista sua única edição, que procurou exatamente alardear a suspensão da outra folha: na primeira página, via-se a ilustração de um ser meio homem, meio asno sendo decapitado, sob o título de "La decapitazione dell'Asino Umano" [a decapitação do Asno Humano]. Um texto em versos, no estilo dos publicados por *L'Asino*, acompanhava-a, e narrava alegoricamente a intimação dos redatores do jornal e sua suspensão; a quase totalidade dos outros artigos também trataram da suspensão daquele jornal, de maneiras mais ou menos irônicas.[20] Havia ainda alguns artigos de defesa do socialismo, críticas às autoridades italianas e ao tratamento a que eram submetidos trabalhadores italianos no Brasil, mas nada sobre a Revolta da Armada.

Aparentemente a única precaução tomada pelas autoridades paulista foi a de determinar que se acompanhassem as edições de *La Bestia Umana*.[21] No entanto, o chefe de polícia de São Paulo recebeu, no dia seguinte ao aparecimento desse jornal, uma denúncia de que *La Bestia Umana* pertencia a anarquistas italianos, e dias depois, Vezzani era intimado a suspender a publicação do periódico.[22] A portaria que determinou sua suspensão, no entanto, não fez referência a tal denúncia, nem tão pouco ao conteúdo supostamente anarquista do periódico: antes, nela se lia que o responsável deveria fazer

cessar sua publicação por haver inserido, "em diversos números, artigos subversivos da ordem pública e ofensivos à dignidade nacional".[23] Para um jornal que publicara um único número, seus artigos tinham surtido efeitos surpreendentes. O alvo dos artigos do jornal havia sido exatamente a polícia paulista, por tratarem quase que exclusivamente da suspensão de outro órgão da imprensa operária e italiana, e a polícia reagira de acordo e com as medidas que, graças ao estado de sítio, estavam ao seu alcance: levantando o decreto 1565 contra o periódico.

As possíveis relações entre *L'Asino Umano*, *La Bestia Umana* e anarquista não foram salientadas nos documentos oficiais da polícia paulista. Ainda que Vezzani tenha sido preso dez dias mais tarde como anarquista, junto com mais dez indivíduos também suspeitos de serem "adeptos extremados da perigosa seita", os incidentes da suspensão do jornal e de sua prisão foram tratados como assuntos diversos.[24] Mas já se apresentavam, nessas ocorrências policiais envolvendo os dois jornais e seus diretores, questões que tornariam a atormentar militantes anarquistas e seus periódicos durante a década de 1890 e nos anos seguintes.

---

[1] *O Amigo do Povo*, nº 10, 16/8/1902.
[2] A. Donati. "Recordemos, pois..." *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.
[3] Requerimento de Giuseppe Zonghetti ao Chefe de Polícia de São Paulo, 12/8/1893, Acervo permanente - Polícia – lata C2764, Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).
[4] Requerimento de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 31/3/1894, Acervo permanente - Polícia – lata C2772, AESP.
[5] O exemplar do jornal está anexado à Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, 5/4/1894, Acervo permanente – Processos Policiais – lata 3224, AESP.
[6] Decreto 172 de 10 de setembro de 1893 (pesquisado em 28/5/2005 em http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action); Decreto n. 1549 de 25 de setembro de 1893 in: *Colecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Atualizou-se a ortografia nas transcrições dos trechos dos decretos.
[7] Decreto xxx de 4 de agosto de 1894 (pesquisado em 28/5/2005 em http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action
[8] Artigo 72 da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
[9] Decreto 1565 de 13 de outubro de 1893 in: *Colecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
[10] Artigo 2º de Idem.
[11] Portaria nº 286, 1/4/1894, junto à Intimação da 5ª Delegacia de Polícia feita ao diretor da *Tribuna Italiana*, 1º/4/1894, Acervo Permanente – Processos Policiais, lata C3224, AESP.
[12] *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895, p. 3.
[13] Auto de declarações de José Winiger ao terceiro delegado de polícia de São Paulo, 29/1/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais, lata C3224, AESP.
[14] Intimação da 5ª Delegacia de Polícia feita ao diretor da *Tribuna Italiana*, 1º/4/1894; Carta de Henrique Somigli ao chefe de polícia de São Paulo, Acervo Permanente – Processos Policiais, lata C3224, AESP.
[15] "Episodio della Revolucione" e "Sul teatro della guerra" *L'Asino Umano*, nº 26, 11/3/1894.
[16] "Vagabondi" e "Stato Civile" *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

[17] Ofício da Intendência Municipal para o chefe de polícia de São Paulo, 29/8/1893, Acervo Permanente – Polícia, lata C2756, AESP.
[18] Ofício da Intendência Municipal para o chefe de polícia de São Paulo 11/10/1893, Acervo Permanente – Polícia, lata C262, AESP.
[19] "Teatri", "Fuori e ladri" e "Trottando per il mondo" *L'Asino Umano*, nº 14, 3/12/1893.
[20] *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.
[21] Requerimento de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 31/3/1894, Acervo permanente - Polícia – lata 2772, AESP.
[22] Carta do diretor do *Diário Oficial* ao chefe de polícia de São Paulo, 2/4/1894, Acervo permanente - Polícia – lata 2772; Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, de 5/4, Acervo permanente – Processos Policiais – lata 3224, AESP.
[23] Portaria nº 304 de 5/4/1893, anexada à Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, de 5/4/1894, doc. cit.
[24] *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. doc. cit., p. 5.

A Sucessão de Geisel e a Imprensa

Claudia dos Santos Lagame Lobo

A realização de eleições periódicas e de uma rotatividade de generais na Presidência da República durante o regime militar pode ser considerada uma forma de legitimação do mesmo. Por isso as sucessões presidenciais seriam momentos decisivos para os rumos do processo de redemocratização. Desde a instalação do regime militar foram cinco os generais presidentes, de Castelo Branco até João Baptista Figueiredo. Neste artigo procuramos analisar como o *Jornal do Brasil* se posicionou diante da primeira sucessão presidencial no período de abertura política do regime. Buscamos definir qual o papel desempenhado pelo jornal no processo sucessório de Ernesto Geisel.

O *Jornal do Brasil* desempenhou um importante papel no processo de redemocratização no Brasil, atuando como formador de opinião e como porta-voz da iniciativa privada. No decorrer da abertura política, mostrou-se insatisfeito com o alcance das medidas liberalizantes do governo e com o andamento das reformas políticas, "mantendo-se na oposição possível ao regime militar"[1].

Tendo a imprensa como fonte e objeto de estudo, propomos uma análise comparativa dos editoriais e colunas políticas do *Jornal do Brasil* em um dos momentos-chave do processo de redemocratização: os debates acerca da sucessão presidencial iniciados em 1977 com a exoneração do general Silvio Frota, terminando em 1978 com a eleição do general João Figueiredo.

O processo de sucessão do presidente Geisel

Em 1978 seriam dados passos decisivos rumo ao processo de redemocratização. Um passo seria a realização das eleições para os governos estaduais e para os legislativos federal e estadual, outro passo seria a eleição presidencial. Neste ano, temas como a anistia e as eleições diretas fariam parte da agenda política da oposição.

Preocupados com o controle do processo de abertura e com as eleições de 1978, o presidente Geisel e seu chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, combatiam a oposição ao regime através de cassações de mandatos, o fechamento do Congresso e o Pacote de Abril de 1977, bem como o afastamento de militares radicais contrários a abertura. Foi o que aconteceu com o ministro do exército Silvio Frota, que pretendia ser o sucessor de Geisel.[2]

A sucessão de Geisel gerou uma série de desentendimentos nos meios militares. Primeiro o general Frota, apoiado pela linha dura buscou articular sua candidatura e acabou sendo exonerado do Ministério do Exército em 12 de outubro de 1977. Depois foi a vez do general Hugo Abreu, que após a indicação do general Figueiredo em 3 de janeiro de 1978 pediu demissão da chefia do Gabinete Militar, contrariado com a escolha. Segundo entrevista do general Ernesto Geisel concedida ao CPDOC, o general Hugo Abreu também se julgava um possível candidato à sucessão presidencial

> Quando eliminei o Frota e indiquei o Figueiredo como o candidato à presidência, ele [Hugo Abreu] se decepcionou, resolveu romper e ir embora. Minha conclusão é essa: ele se julgava um possível candidato.[3]

Embora Geisel não tenha admitido que sua sucessão gerara uma crise militar, seu depoimento deixa a impressão de que ocorreram algumas disputas na cúpula do regime durante o processo sucessório. O que estava em jogo era a continuidade ou não de um projeto. Em outro trecho desta mesma entrevista Geisel afirma que o problema fundamental da sucessão seria assegurar a continuidade da abertura e a estabilidade do novo governo[4]. Continuidade e estabilidade, esse era o projeto, isso que estava em jogo. A abertura deveria ser lenta, segura e gradual, daí Geisel não ter escolhido um candidato civil para sucedê-lo. “Não havia nenhum civil que tivesse adequada identificação com as Forças Armadas...”[5], ou seja, em nome da continuidade e da estabilidade, um civil seria inadequado naquele momento. Mesmo a oposição parecia concordar que ainda não era a hora para um

candidato civil, ao lançar a candidatura do general Euler Bentes Monteiro no segundo semestre de 1978.

No dia 15 de outubro de 1978, no Congresso Nacional, Euler Bentes recebeu 266 votos e foi derrotado por Figueiredo que obteve 355 votos.

Vejamos então as opiniões defendidas pelo *Jornal do Brasil,* através de seus editoriais e colunas políticas durante o processo sucessório.

Exoneração de Silvio Frota

O editorial de 13 de outubro de 1977 condenou a postura de "cisão militar" do general Silvio Frota, considerando "...nociva a todos os interesses do país e, sobretudo , à institucionalização política..."[6]. A exoneração de Frota e sua rápida substituição, sem qualquer transtorno institucional, teve uma repercussão positiva no Jornal, que interpretou o episódio como um indício de certa maturidade política por parte da Nação. Segundo o editorial, "atos da rotina administrativa podem ser transformados em crises institucionais"[7]. Desta maneira, o Jornal reduz a importância do fato, sugerindo que o mesmo não passara de um ato da rotina administrativa, uma mera troca de nomes.

Já a Coluna do Castelo, no mesmo dia, comenta a nota oficial do Governo sobre a exoneração de Frota, que segundo a Coluna, tentara desvincular o episódio da questão da sucessão presidencial. Para Castelo, a demissão de Frota revelava que o Presidente Geisel havia discordado do seu comportamento e vetara suas "possíveis aspirações"[8]. No dia seguinte, a Coluna continua discorrendo sobre o mesmo assunto, afirmando que embora a eliminação da candidatura de Frota não eliminasse a candidatura de Figueiredo, certamente poderia levá-la a um momentâneo enfraquecimento. Em outras palavras, a Coluna denunciava a "dificuldade de conciliar um processo aberto de debate sucessório com um processo fechado de decisão"[9]. Essa idéia é reforçada na coluna seguinte, quando Castelo adverte sobre o aumento do poder pessoal de Geisel que se tornara árbitro exclusivo da sucessão presidencial ao eliminar Frota. Castelo esperava que Geisel levasse em consideração a opinião pública nacional, civil e militar, para que sua decisão não fosse

contestada. Daí lista outros nomes que poderiam ser considerados para a sucessão presidencial, Magalhães Pinto, Aureliano Chaves e Leitão de Abreu.

Candidatura de Magalhães Pinto

A Coluna do Castelo do dia 05 de janeiro de 1978 trata da candidatura do senador mineiro José de Magalhães Pinto da Arena, partido governista. Castelo atribuia ao general Golbery a observação de que embora a exclusão do general Frota exigisse rapidez de ação, a exclusão de Magalhães Pinto demandaria tempo.[10] O lançamento da plataforma da candidatura de Magalhães Pinto só ocorreria em março de 1978, contudo seu nome já estava sendo especulado pela imprensa há muito tempo. [11]

Em 08 de agosto Magalhães Pinto acaba desistindo de sua candidatura, no mesmo dia em que o MDB lança a candidatura de Euler Bentes. No dia 21 daquele mês a seção de cartas trata da candidatura de Magalhães Pinto, que segundo o leitor do *Jornal do Brasil*, estaria sendo rejeitada por ser ele um banqueiro. O leitor do Rio de Janeiro defende o candidato que seria segundo ele, um "democrata sincero" e um patriota. A publicação da carta dias depois da desistência da candidatura de Magalhães Pinto, e dias antes da homologação oficial da candidatura de Euler Bentes sugere uma insatisfação com o rumo dos acontecimentos.

Demissão do Hugo Abreu

Embora a demissão do general Hugo Abreu tenha sido coberta pelos noticiários do *Jornal do Brasil*, esta não foi objeto das colunas políticas, e do editorial durante os dias mais tensos desse episódio. A Coluna do Castelo, escrita por Marcos Sá Corrêa em 03 de janeiro de 1978 faz uma dura crítica a condução da sucessão presidencial feita por Geisel. Para o colunista a sucessão presidencial ganhara contornos de práticas monárquicas. Este ironiza o método adotado, "pelo qual o Palácio do Planalto resolveu chocar um novo Presidente."[12] Contudo não faz referência direta à questão da demissão de Hugo Abreu. No dia seguinte a Coluna, agora assinada pelo próprio Castelo, relembra a demissão do general Frota e acusa

o presidente Geisel de estar tratando da sucessão presidencial desde julho do ano anterior. Segundo Castelo, Geisel dissera que só trataria da sucessão em janeiro. No dia 06 afirma que a sucessão passava por uma "crise de bastidores".

O afastamento de Hugo Abreu teria beneficiado o *Jornal do Brasil,* uma vez que Abreu articulara o boicote publicitário no jornal. Segundo Anne-Marie Smith[13], Abreu enviara mensagens aos ministérios, gabinetes e estatais proibindo a compra de espaço de anúncio no jornal. Isso ocorreu devido às matérias publicadas no jornal sobre os acordos nucleares entre os EUA e o Brasil. Talvez isso explique o silêncio dos editoriais e colunas sobre sua demissão naquele momento.

Candidatura de Figueiredo

Quando da oficialização da candidatura do general Figueiredo, a coluna do Castelo de 08 de abril relembrou o episódio da demissão do general Hugo Abreu, que segundo Castelo teria tomado a decisão de sair do posto de Chefe da Casa Militar por não concordar com a candidatura do general Figueiredo. Neste mesmo dia, uma carta de um leitor do Rio de Janeiro criticava as posições de Carlos Castelo Branco na coluna do dia anterior. O leitor, um oficial da Marinha, sentira-se ofendido pelos "ataques generalizados aos militares, com o emprego de expressões agressivas, levianas e injuriosas"[14]. Castelo, por sua vez respondeu à crítica, afirmando que apenas reportara fato ocorrido em 1974 ao general Figueiredo, que estaria se repetindo. A coluna em questão, tratava do fato do general Geisel ter ocupado um "próprio nacional" para residir e outro para "realizar suas confabulações políticas", logo após sua indicação como candidato à sucessão do general Médici. Para Castelo o general Figueiredo estaria transformando essa prática em rotina ao anunciar a ocupação de um andar do edifício do Banco do Brasil para instalar sua assessoria, além de permanecer residindo na Granja do Torto. Nesta mesma coluna, Castelo comenta entrevista de Figueiredo à *Folha de S. Paulo.*

> O general João Baptista de Figueiredo continua a falar aos jornais... deve-se incentiva-lo nessa abertura à opinião pública, cuja existência nega, mas que vai anotando, uma a uma, suas idéias e registrando o estado de espírito de quem se prepara para assumir o Governo.[15]

As declarações do então candidato à Presidência da República tiveram uma repercussão negativa no *Jornal do Brasil.* Além da Coluna do Castelo, Luiz Orlando Carneiro, chefe da redação, aborda o tema no dia seguinte discutindo o peso da imprensa e da ação dos governantes na formação da opinião pública.

O descontentamento do Jornal com a sucessão presidencial também fica latente nas declarações de Tristão de Athayde

> Das várias entrevistas, agora concedidas pelo indicado Presidente da república, não se pode evidentemente prejulgar o que serão seus atos futuros. mas já se pode determinar certos pontos emergentes de suas posições políticas, como sejam: continuísmo; autoritarismo; elitismo...
> ...de modo que ficamos desde já sabendo que seu plano é manter o regime atual, com poucas e eventuais modificações.
> Não temos direito de prejulgar. Mas ainda nos resta o dever de nos inquietarmos seriamente com o futuro. Que virá por aí?[16]

Candidatura de Euler Bentes

A Coluna do Castelo de 21 de agosto enfoca a candidatura do general Euler Bentes. Segundo Castelo havia naquele momento a preocupação do governo em "infundir e difundir a crença de que a existência de duas candidaturas militares não importa em divisão das Forças Armadas."[17] A expectativa em relação à candidatura do general Euler Bentes era de que somente uma candidatura militar teria o respaldo necessário para enfrentar o candidato de Geisel, "somente um General poderia enfrentar outro General"[18]. Contudo, para Castelo sua candidatura não teria sequer a totalidade dos votos do MDB. Mauro Guimarães, chefe da sucursal do *Jornal do Brasil* em São Paulo, afirma por sua vez, tratar-se de um equívoco político do MDB. Além de criticar o fato do partido estar reclamando a volta das eleições diretas nos estados ao mesmo tempo em que valida as eleições indiretas para presidente.[19] Dias depois, a Coluna do Castelo afirma que o poder de decisão do

Presidente da República estava sendo desafiado. Também sugere que na exoneração do general Frota o problema era a resistência às reformas, e que neste momento a competição se daria em favor destas, uma vez que ambos os generais, Figueiredo e Euler Bentes, prometiam mudar o regime.[20] No mesmo dia, Tristão de Athayde faz uma crítica às ditas reformas, que segundo ele implicavam em continuísmo.[21]

Conclusão

Ao final do processo sucessório, com a eleição do general Figueiredo, o editorial faz um balanço das sucessões presidenciais durante o regime militar, afirmando que as eleições indiretas não evitaram atritos políticos, mesmo que numa escala menor do que nas eleições diretas anteriores ao regime. Mas que a sucessão de Geisel diferenciou-se das demais por que

> Pela primeira vez, também a manifestação de discordância transbordou do círculo central de Poder e, através de uma candidatura alternativa; tentou arregimentar apoio da opinião pública...[22]

A participação da opinião pública no processo sucessório foi uma preocupação constante do Jornal, que já havia reclamado que "a condução da sucessão presidencial e das sucessões estaduais operou-se mediante exclusão da opinião pública"[23]

O Jornal, desiludido com o andamento da sucessão presidencial indireta, apostara numa virada de mesa, com as eleições diretas para o legislativo. Embora declarasse não ter candidato à Presidência da República, o *Jornal do Brasil* afirmava sua opinião sobre a sucessão presidencial a qual não deixaria de defender.

> Fiel aos compromissos democráticos que estão no cerne de sua história, o JORNAL DO BRASIL reafirma sua repulsa aos vigorantes processos de escolha de governantes e declara que eles são responsáveis pela espessa zona de incertezas em que mergulhou a vida política nacional.[...][24]

Os trechos selecionados dos jornais, evidenciam que naquele momento, embora houvesse uma grande insatisfação com o regime, havia também ainda o temor de um retrocesso na abertura política que aos poucos se esboçava. Havia a idéia de que um passo em falso, poderia comprometer todo o processo. Esse talvez tenha sido um dos motivos que levou o *Jornal do Brasil* a declarar que não tinha candidato à sucessão presidencial, embora não deixasse de expressar sua opinião sobre o processo sucessório.

---

[1] DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-30, coord. geral Alzira Alves de Abreu e Israel Beloch. 2.ed. ver. E atual. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 3, p. 2871.
[2] Ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
[3] D`ARAUJO, Maria Celina e CASTRO Celso (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p 411.
[4] Idem, p.412.
[5] Ibidem.
[6] *Jornal do Brasil*, 13/10/1977. Editorial. “Via Institucional”.
[7] Ibdem.
[8] *Jornal do Brasil*, 13/10/1977.Coluna do Castelo. “Sai o candidato e fica o sistema”.
[9] *Jornal do Brasil*, 14/10/1977.Coluna do Castelo. “A longa faixa de suspeição”.
[10] *Jornal do Brasil*, 05/01/1978. Coluna do Castelo. “Magalhães como candidato da Nação”
[11] *DHBB*, v.IV,p.4675.
[12] *Jornal do Brasil*, 03/01/1978. Coluna do Castelo. “Uma experiência de monarquia”.
[13] SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado- O consentimento da imprensa à censura no Brasil.* Editora FGV,2000.pp.79-81.
[14] *Jornal do Brasil*, 08/04/1978. Cartas. “Militares”.
[15] *Jornal do Brasil*, 09/04/1978. Coluna do Castelo. “Um tema para Figueiredo”.
[16] *Jornal do Brasil*, 19/05/1978. Tristão de Athayde , “Que será? Que será?”.
[17] *Jornal do Brasil*, 21/08/1978. Coluna do Castelo. “Unidos mas divididos”
[18] Idem
[19] *Jornal do Brasil*, 22/08/1978. Mauro Guimarães. “Vaidades fardadas e paisanas”.
[20] *Jornal do Brasil*, 24/08/1978. Coluna do Castelo. “O MDB no ritual da Revolução”.
[21] *Jornal do Brasil*, 24/08/1978. Tristão de Athayde. “Tempo perdido”.
[22] *Jornal do Brasil*, 15/10/1978. Editorial. “Fim de Processo”
[23] *Jornal do Brasil*, 16/05/1978. Editorial. “Ilegitimidade”
[24] Idem.

Vida material e ocupação das mulheres livres e escravas Vale do Paraopeba/MG (1840 a 1914)[1]

Claudia Eliane P. Marques Martinez

Dos vários estudos dedicados ao trabalho e a vida material, no século XIX brasileiro, ressaltam-se aqueles que iluminam os objetos e as ocupações desempenhadas pelo sexo feminino.[2] Ocupações essas que extrapolam o âmbito doméstico, ou melhor, redefine o sentido do trabalho executado dentro da moradia, que em nada desqualifica seu caráter monetário e comercial. Exemplo disso são as fiandeiras e as tecedeiras que movimentaram e dinamizaram a economia do Vale do Paraopeba com suas rocas e teares manuais. Segundo Douglas Cole Libby:

> (...) o vulto e a difusão geográfica e social do setor (têxtil) fizeram dele, **além do maior ramo de atividade de transformação da Província** durante o período estudado (século XIX escravista), um fenômeno econômico e social inusitado na história do Brasil, e talvez, dos regimes escravistas modernos. Pode-se concluir que a produção caseira de fios e tecidos constituiu uma importantíssima contribuição feminina à economia de ajustamento que se desenvolveu em Minas como reação à exaustão dos depósitos auríferos mais facilmente explorados. [3]

A partir das problemáticas colocadas tanto pela história das mulheres, quanto pela historiografia econômica de Minas Gerais, busca-se entender neste artigo alguns aspectos do mundo do trabalho em relação aos equipamentos que dele fizeram parte, principalmente teares e rocas. Ainda dentro dessa perspectiva é importante salientar que, assim como o sexo masculino, as mulheres livres e escravas estavam perfeitamente conectadas à economia mineira e participavam ativamente do mercado de abastecimento interno, especialmente aquele ligado à produção de fios de algodão, mantas e tecidos de variadas espécies e matizes.

As localidades que se encontram no entorno do Rio Paraopeba constituíram o palco principal desta pesquisa. A referida circunscrição geográfica foi, desde o século XVIII, zona abastecedora de gêneros alimentícios e vestuário. De modo geral, os municípios e as cidades vizinhas beneficiaram diretamente desta produção têxtil. Os tecidos e fios de

algodão, de qualidade inquestionáveis, eram também exportados para outras partes da Província mineira e para a Corte do Rio de Janeiro fomentado, desta maneira, a economia e as relações comerciais do Brasil Império.

A partir do contexto socioeconômico equacionado para Minas Gerais, e para o Vale do Paraopeba, algumas questões foram elaboradas tendo como referência as décadas que se configuraram antes e depois da Lei Áurea (1840 a 1914). Desta forma, é interesse compreender, por exemplo, qual o papel desempenhado pelas mulheres livres e escravas na economia de mercado? Qual o peso da escravidão nas relações de trabalho realizadas pelas mulheres de diferentes condições e estratos sociais? O fim do sistema escravista alterou a economia e a vida material da população feminina e masculina? Os artefatos pessoais e os equipamentos de trabalho, localizados nos inventários *post-mortem,* podem ser considerados auto-representações do universo feminino?

Os pontos acima enfatizados fazem parte de um estudo mais amplo desenvolvido na pesquisa de doutorado e que tem como tema central a transformação da riqueza e da vida material na passagem do trabalho escravo para o livre. A necessidade de avaliar os primeiros resultados, além de discutir a viabilidade dos mesmos são os principais objetivos deste artigo. Utiliza-se para isto, de um conjunto de dados provenientes de inventários *post-mortem*, de Jornais de época, de Listas Nominativas de habitantes e do Recenseamento de 1872. No entanto, neste momento atenção especial será destinada às fontes cartorárias que trazem informações relacionadas tantos aos equipamentos de trabalho feminino, quanto aspectos concernentes à mão-de-obra escrava, em especial das fiandeiras e das tecedeiras.

Dos 760 inventários *post-mortem* fichados até o momento (1840 a 1914) ênfase deve ser dada à grande quantidade de rodas de fiar algodão, teares, descaroçadores, urdideiras, liços e mais apetrechos ligados ao universo da fiação e tecelagem. Outra questão observada nas fontes cartorárias refere-se às inúmeras escravas envolvidas no processamento do algodão e nomeadas como fiandeiras. Dos vários casos localizados destaca-se o inventário (1876) do fazendeiro José Moreira de Carvalho, casado com Dona Maria dos Santos.[4] Além da propriedade rural localizada no distrito de Santana do

Paraopeba, possuía também 31 cabeças de bois, 8 cavalos e 29 escravos. Entre os vários objetos que compunham os bens móveis foram localizadas 17 rodas de fiar algodão e 1 tear.

A composição da escravaria de Carvalho, embora constitua apenas um dos vários exemplos encontrados no Banco de Dados, chama a atenção do pesquisador. Dos 29 cativos arrolados em seu inventário, 22 eram do sexo feminino (entre africanas e brasileiras). Fica evidente que do total de escravos existente naquela fazenda 75% deles estavam envolvidos na fiação. Certamente as 17 rocas encontradas entre os bens móveis faziam, assim como o tear, parte dos equipamentos de trabalho das escravas. Do mesmo modo é licito concluir que tantas escravas envolvidas neste processo só teriam sentido se a produção delas fosse destinada aos mercados regional e/ou externo à Província mineira.

Focalizando agora o outro lado da esfera social, ou seja, os inventários de mulheres solteiras pobres verificam-se que estes documentos revelam, da mesma forma, a importância da atividade têxtil doméstica. Em geral, a vida material deste estrato social menos abastado resumia-se em apenas alguns “trastes” de móveis e “moradas de vivenda” de valor irrisório. O interessante é que algumas delas possuíam pequenos plantéis de escravos, variando de 1 a 3 indivíduos. Ao analisar o perfil da escravaria nota-se que os cativos arrolados eram, na sua maioria, do sexo feminino e traziam, quase sempre, ocupações ligadas ao processamento do algodão.

Dona Francisca Cândida de Jesus falecida em 1885, morada de São Gonçalo da Ponte – atual Belo Vale -, é um dos muitos exemplos encontrados no Banco de Dados.[5] Dos poucos pertences que possuía destacam-se uma roda de fiar algodão e uma única escrava que foi descrita como fiandeira, aleijada e doente. Dona Francisca e outras mulheres de seu tempo participavam da produção e comercialização de fios, panos e tecidos para manter suas pequenas propriedades e os seus eventuais filhos naturais; uma estratégia de sobrevivência que permitiu a inserção delas no mercado de abastecimento interno.

Do grande escravista ao pequeno agricultor passando pelas mulheres solteiras e desprovidas de riqueza material; das vastas fazendas às modestas casas das vilas o tear e a roda de fiar algodão compunham, conjuntamente, o cotidiano urbano e rural do Vale do Paraopeba. Provavelmente estes artefatos manuais influenciaram a economia da região e mapearam as relações diárias de seus habitantes.

As atividades provenientes do algodão não passaram despercebidas aos olhos dos contemporâneos. Prova disso são os relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro no século XIX. Auguste Saint-Hilaire foi de longe o mais perspicaz e seus comentários sobre o plantio, o processo de beneficiamento e a mão-de-obra feminina envolvida foram reproduzidos em alguns estudos acadêmicos.[6]

Também os recenseadores registraram o notável número de fiandeira, tecedeiras, "operários em tecido", ou outras nomenclaturas que estavam conectadas à atividade artesanal em questão. Da mesma forma, os juizes de paz deixaram indícios que ajudam a reconstruir as relações de trabalho e aspectos da vida material da população feminina. A Lista Nominativa de Habitante de Bonfim, de 1831/32, é um exemplo a ser destacado.[7]

Estudiosos que se debruçaram sobre a documentação censitária do século XIX apontam que, de modo geral, era mais comum informar ocupação para os homens livres e só depois, e em menor escala, arrolavam-se as atividades destinadas ao sexo feminino.[8] Em Bonfim do Paraopeba isso aconteceu de forma inversa, pois, a documentação censitária priorizou informar a ocupação das mulheres livres e escravas. O motivo desse procedimento, aparentemente incomum, pode estar relacionado à importância da fiação e tecelagem na economia e na cultura da localidade.

O fato é que do total da população livre, 55% das informações referem-se ao sexo feminino e, em contrapartida, 45% ao sexo masculino. Mais surpreende são as informações disponíveis destinadas aos escravos: 11% para os homens e surpreendentemente 85% para as mulheres, e claro que a grande maioria delas foram arroladas como fiandeiras. Ainda dentro do período escravista, o Recenseamento de 1872 declara um notável número de

mulheres envolvidas nesta atividade artesanal como já demonstrado nos trabalhos de Libby e Martins.[9]

Voltando aos inventários *post-mortem*, mas focalizando agora uma outra realidade histórica, em especial, aquela que se configurou no pós-1888, algumas questões chamam a atenção. Qual a representação numérica das mulheres fiandeiras e de seus respectivos equipamentos de trabalho no período pós-escravista. A produção da indústria têxtil doméstica permaneceu a mesma depois do fim da mão-de-obra cativa? Para avaliar estas problemáticas recorreu-se à bibliografia produzida sobre o tema, especialmente ao livro *Transformação e Trabalho*, de Douglas Cole Libby, além das múltiplas informações contidas nas fontes cartorárias.

Nota-se, em primeiro lugar, que a representação numérica dos artefatos ligados a atividade têxtil doméstica é muito inferior no período pós-abolição. Observa-se também que a descrição qualitativa dos equipamentos perde importância no conjunto dos bens móveis. Para equacionar melhor esta questão torna-se necessário recorrer a outros dados que remetem, por exemplo, à riqueza familiar e, conseqüentemente, à situação econômica do Vale do Paraopeba antes e depois da Lei 13 de maio de 1888.

Ao acompanhar numa série longa do tempo – tabela 1 - o valor total da riqueza, representado na fonte cartorária, pelo monte-mor, verifica-se que esta sofreu profundas alterações ao longo do período estudado. Curiosamente os inventários revelaram que a maior concentração da riqueza ocorreu, exatamente, no período que antecede o fim do sistema escravista. Por outro lado, a queda de quase 2 contos de réis entre os dois períodos, 1880/1888 e 1888/1899, sugere um empobrecimento das famílias ligadas ao sistema escravista?

Os resultados, apontados na tabela 1, indicam mudanças nos padrões de riqueza dos diversos estratos sociais. Tais transformações processadas no universo material e econômico devem ter gerado desdobramentos que precisam ser elaborados com mais propriedade. A redefinição do papel masculino e feminino na sociedade, bem como

diferentes modos de viver e interagir com o mercado interno e externo são apenas exemplos de questões que precisam ser investigadas.

Tabela 1

Valor Médio do monte-mor por inventário, 1840 a 1914

Década	Número de Inventário	Valor Médio do Monte-Mor
1840/1849	57	5.362.544
1850/1859	62	8.163.444
1860/1869	65	5.681.069
1870/1879	72	15.387.298
1880/1888	55	9.705.906
1888/1899	137	7.225.202
1900/1909	72	6.667.114
1910/1914	43	3.037.683
Total	**563**	**7.653.783**

Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*

Reiterando análises já efetuadas por outros estudiosos, os resultados parciais desta pesquisa apontam que não só a indústria têxtil doméstica sofreu diretamente com fim da escravidão - haja vista as inúmeras cativas envolvidas neste trabalho que deixaram de produzir - mas também uma série de outras atividades que dependiam direta ou indiretamente do sistema escravista. Os efeitos econômicos do processo de desmantelamento da mão-de-obra compulsória, também foram sentidos pelos proprietários de terras envolvidos na agricultura de abastecimento.

O inventário de José Rufino da Silva esclarece dados dessa questão. Em 1890, dois anos após o fim da escravidão, o referido Silva solicitava ao juiz responsável, a conclusão do inventário judicial de seu pai, Antônio Rufino Pereira. Dos autos constava a seguinte declaração:

> Diz José Rufino da Silva que tendo falecido seu pai, Antônio Rufino Pereira (...) pede a factura de inventário judicial, em cartório por serem os bens de pouca monta, **não só pelo facto da Lei 13 de maio**, como pelo usufruto de quarenta anos, e a decadência das propriedades que foi de seus avós.[10]

Além da perda monetária destacada pela documentação, os fazendeiros do Vale do Paraopeba reclamavam, ainda, do abandono das lavouras e da falta de mão-de-obra para continuar o trabalho antes destinado aos escravos de ambos os sexos. Dentro dessa

mesma perspectiva, o extrato retirado do *Jornal da Cidade de Bonfim,* onze anos depois da Lei Áurea, reforça as idéias desenvolvidas até momento.

> (...) era preciso resolver o problema de substituição imediata do trabalho escravo pelo trabalho livre; pois que o antigo ex-escravo, cansado de trabalhar para seu ex-senhor, sentia-se desanimado e preferia o repouso ocioso, embora, à custa das maiores privações à continuação do trabalho remunerado e livre. Em massa, abandonavam os escravos as fazendas e os estabelecimentos agrícolas desorganizaram-se completamente todo trabalho da lavoura.[11]

As fontes primárias estudadas aqui revelam sinais da dispersão material das famílias escravistas. Se em algumas partes do Brasil o problema do trabalho já tinha sido resolvido ou cogitava-se uma solução efetiva para a substituição da mão-de-obra, como por exemplo, à introdução do imigrante, o mesmo parece que não ocorreu para o Vale do Paraopeba[12].

Faces da mesma moeda, inventários e jornais de época são unânimes em destacar as transformações equacionadas no pós-1888. Por outro lado, é preciso lembrar que a emergência do capitalismo no século XX, a formação de distintos mercados e a transferência da capital mineira podem ter contribuído para a formação de outros referenciais que passaram, então, a nortear as relações de trabalho e a vida material da população, em especial das mulheres livres e pobres.

No entanto, de todos os itens relacionados acima o fim da escravidão, provavelmente, foi o fator mais significativo; responsável pelas principais modificações econômicas e sociais de Minas Gerais no final do oitocentos. Reiterando as palavras de Libby, "(...) a grande produção agrícola de Minas, fosse a cafeicultura, fosse a parcela mais dinâmica da agropecuária mercantil de subsistência, **permaneceu fielmente escravista até o dia 13 de maio de 1888".**[13] Ademais, esta pesquisa acrescenta o fato que os pequenos e médios escravistas estiveram também vinculados ao sistema compulsório até o seu desfecho, embora as conseqüências materiais fossem sentidas de diferentes maneiras.

No caso da indústria têxtil doméstica, a mudança no sistema de trabalho e os novos centros de poder - político e econômico - surgidos no final do século XIX podem ter reduzido a participação feminina no mercado, pelo menos no período imediatamente após a abolição. Embora a tradição de fiar e tecer nunca tenha desaparecido é preciso ressaltar que a

realidade econômica que se configurou no pós-1888 não absorveu, com a mesma intensidade, a produção dessas mulheres, agora muitas delas ex-escravas.

Ainda hoje é possível localizar no Vale do Paraopeba senhoras setuagenárias que possuem teares e rocas que foram de suas bisavós. Do engenhoso maquinário de madeira pode-se ter uma idéia do que foi essa extraordinária indústria de transformação.

Mais do que auto-representação do universo feminino tais equipamentos simbolizam um tempo em que fiar algodão, tecer colchas e paninhos era sim um negócio lucrativo. Tão vantajoso que muitos proprietários optaram por uma escravaria composta, quase que exclusivamente, por mulheres africanas e outras tantas brasileiras.

---

[1] Este artigo faz parte de nossa pesquisa de doutorado em História Econômica, desenvolvida no curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara e com o apoio financeiro da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

[2] Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX.* (2º ed.) São Paulo: Edotora Brasiliense, 1985. Ver também SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX.* São Paulo: Marco Zero e Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

[3] LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (p. 246 e 247). (grifos nossos).

[4] Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 16(18).

[5] Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 40 (15).

[6] LIBBY, Op. Cit. 1988.

[7] Para mais detalhes a respeito deste documento ver MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. Riqueza e Escravidão: Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado. Bonfim/MG. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.000. (*Dissertação de Mestrado*).

[8] PAIVA, Clotilde Andrade**.** População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**.** São Paulo: FFLCH/USP, 1996, (*Tese de Doutorado).*

[9] Ver Libby op. Cit. 1988. e MARTINS, Roberto Borges. Growing in silence: the slave economy of nineteeth century Minas Gerais – Brasil**.** Nasheville, Vanderbilt University, 1980, (*Tese de doutorado*).

[10] Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CSO 11(11).

[11] Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, *Jornal da Cidade de Bonfim*, 08/10/1899, artigo *Comércio, Indústria e Agricultura*. p. 1.

[12] LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho. A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 a 1930*. (2 ed) Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

[13] LIBBY, Op. Cit. 1988. p. 363. (grifos nossos)

Ensino de História: a construção de memórias e identidades urbanas.

Cláudia Engler Cury – UFPB.[1]

Esta comunicação centra-se na análise do processo de instauração dos museus escolares e pedagógicos, do final do século XIX, e da criação dos museus nacionais, nos primórdios da república, no Brasil. A discussão a respeito da instauração dos museus refere-se aos esforços empreendidos pelo Estado e seus gestores[2] na constituição de um projeto de identidade nacional. Considerando que os interesses dos governos têm se constituído, historicamente, no Brasil, como espaços privilegiados de sistemáticas tentativas, de engendrar *identidades* e *memórias*[3] nacionais, históricas, regionais e urbanas, é que nos propusemos a analisar, a estreita relação entre *política cultural* e sua capacidade de chamar para si, Estado, a própria idéia de *nação.* Procuramos evidenciar, neste estudo, a construção dos processos simbólico/ideológicos que envolvem a constituição de *memórias* e *identidades*, portanto de *brasilidades,* ao longo dos tempos históricos selecionados.

A apropriação realizada pelo Estado, das memórias e identidades sociais foi revertida, muitas vezes, na elaboração de uma história oficial. História essa "escolhida" para compor os livros didáticos de história e fazer parte dos currículos escolares. Diversos autores já chamaram atenção para a estreita relação entre a formação dos estados-nacionais[4] e uma preocupação com o estabelecimento de patrimônios históricos culturais, como foi o caso clássico da França em 1789. Relação esta que orientou a definição de um projeto homogeneizador com relação à *identidade nacional*, consagrado por meio de manifestações e símbolos de caráter nacional em espaço público, bem como na formulação de projetos educacionais que atendessem ao mesmo fim. A tradição, instaurada pelos ideais liberais/iluministas do século XIX, influenciou outros países [5] do mundo que pretenderam um investimento político-ideológico semelhante.

Um parte considerável dos historiadores do século XIX e, mesmo, do início do século XX, na Europa e na América e sua produção historiográfica estiveram comprometidas e compartilharam com os governantes a construção de uma *memória nacional*. Construção

esta que envolvia esquecimentos e ocultamentos em prol de *uma identidade nacional* e de uma *história oficial.*

No bojo das "concepções metódicas" de história foram criados, no final do século XIX, os museus etnográficos no mundo todo. O trabalho de Schwarcz (1995)[6] identifica, para o Brasil, os anos de 1890, como a *era brasileira dos museus,* e do apogeu dos grandes museus internacionais. Vale ressaltar, entretanto, que os museus nacionais brasileiros não são uma *invenção* republicana, embora tenham se adequado muito bem aos propósitos da "nova nação" que estava sendo engendrada. Os museus nacionais foram criados sob orientação do ideário da monarquia local, como o Museu Nacional (1808), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e, nos primeiros anos da jovem república, o Museu Paulista (1894).

O estudo de Vidal (1999), ao analisar a organização dos museus no Brasil, no fim do século XIX, afirma que os museus escolares e pedagógicos são anteriores à criação dos grandes museus de caráter nacional e estabelece uma diferença entre a escola, os museus e arquivos na construção de seus papéis como "lugares de memória", afirmando que:

> "A escola, diferentemente do museu ou arquivo, não seria constituída como um 'lugar de memória'. Ruptura com os valores comunais e instauradora de uma nova racionalidade, a escola produzia um presente que negava a continuidade com o passado. Ao traçar as linhas de sua identidade, diferenciando-se do espaço doméstico e do religioso, a escola desterrava as práticas do ontem: nem repetir, nem venerar o passado pelo trabalho da memória. Por isso, passava a abrigar bibliotecas e museus escolares, esses sim, pequenos 'lugares de memória', encravados na nova instituição". (VIDAL 1999:109)[7]

Podemos dizer que os museus etnográficos, os museus escolares (pensados para os educandos) e os museus pedagógicos (pensados para a formação dos mestres), obedeceriam todos a mesma lógica: a da instauração do paradigma da modernidade, cujo princípio era o da razão instrumental capaz de isolar, estudar e estabelecer leis para o conhecimento da natureza. Os museus escolares foram inspirados nos museus etnográficos e sua montagem e organização baseadas numa espécie de *pedagogia do olhar* como afirma Vidal (1999:114). Os objetos deveriam ser olhados através dos armários com vidros ou pelas mãos dos mestres. As Escolas Normais que preparavam os futuros professores e

utilizavam o método intuitivo, no final do dezenove, deveriam ter como preocupação a organização de museus escolares que pudessem dar a conhecer a natureza. Não se aprende mais, somente pela palavra e sim, pela observação direta dos fenômenos naturais.

O Museu Histórico Nacional, instaurado em agosto de 1922, por decreto assinado pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa, vai estabelecer-se juntamente com os demais museus nacionais como "lugares de memória", que tentaram desenhar a história oficial. O ano de 1922 passará para a história como um ano emblemático na constituição da memória oficial por ter sido o ano da Semana de Arte Moderna e o das comemorações do Centenário da Independência. O Museu iniciou suas atividades em outubro do mesmo ano, participando, com duas salas, da Exposição do Centenário da Independência do Brasil[8].

Em *A Memória Cidadã,* comentando a respeito da exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922, o autor apresenta a seguinte perspectiva de análise para o mesmo tema:

> "Ao lado da organização política dos Estados nacionais, no século XIX, verifica-se um verdadeiro processo de invenção do próprio passado nacional, tanto na literatura como nos livros de história, contribuindo, de maneira fundamental, para legitimação desses estados. Esse processo, porém, extrapolou o campo historiográfico e esteve presente em todas as construções imaginárias da nacionalidade, constituindo-se no substrato fundamental para a identidade do cidadão". (SANTOS,1997:37)[9]

Os anos de 1930: Mário de Andrade e a concepção dos museus municipais.

A sociedade dos anos de 1930, no Brasil, vislumbrou um cenário político-econômico, social e cultural cujo projeto político-ideológico[10] daqueles que assumiram o poder, na esfera estatal, pretendeu romper com o período anterior, liderado pelas velhas oligarquias sob o comando de Minas e São Paulo, como também investiu ideologicamente na construção de uma "nova" nação ou na criação da "nação verdadeiramente", configurando ações públicas de construção de projetos de *brasilidade*. Esse conjunto de pressupostos, visando à transformação do país, aliado ao projeto de "industrialização" e de "modernização" do modelo econômico vigente, agro-exportador, contribuiu com o debate político, econômico e cultural daquele período. Em nome desses ideais, se fez o movimento de 30, sob a

liderança do estadista capaz de colocar o Brasil *nos trilhos da modernidade,* conforme afirmavam os correligionários de Vargas.

É neste contexto histórico, brevemente descrito, que os dirigentes políticos formulam, pela primeira vez no Brasil (sob regime republicano), as chamadas políticas culturais, numa perspectiva preservacionista, "criando/inventando" *nosso* patrimônio histórico[11]. Podemos dizer que dois segmentos da sociedade estavam envolvidos diretamente com esta temática. De um lado, vários grupos de intelectuais e, de outro, o estado varguista, não necessariamente em pólos opostos e, muitas vezes, como parceiros neste projeto.

Não foi exclusividade dos modernistas, grupo de intelectuais de maior visibilidade naquela época, o interesse pela proteção da arte colonial como "nossa" expressão artística *mais original* e *mais nacional* (ao que parece esta foi a razão pela qual o tema da preservação do patrimônio entrou na agenda dos meios intelectuais). Outros grupos, inclusive ligados ao movimento integralista, produziram documentação de teor aproximado, a respeito do tema.

Aliado às ações do Estado na área patrimonial estava em pauta à discussão sobre lugar que ocuparia a escola pública[12] no contexto pós trinta. Dentre as inúmeras formas que apresentou o pensamento liberal naquele período, destaco Fernando de Azevedo, redator do *Manifesto dos Pioneiros de 1932,* que pensava o projeto para uma escola pública capaz de realizar a difícil tarefa de unificação nacional. Cecília Meireles[13] em suas crônicas a respeito de educação, no *Diário de Notícias,* entre 1930/32, firmava sua crença no papel da escola e dos propósitos da Educação Nova como responsável pelas mudanças necessárias para a sociedade como um todo:

> "A escola é que sempre nos dirá o que somos e o que seremos. Ela é o índice da formação dos povos; por ela se tem a medida das suas inquietudes, dos seus projetos, das suas conquistas e dos seus ideais (Da Crônica "Nossas Escolas", publicada no Diário de Notícias, na coluna – "Comentário" de 16/11/31)"
>
> "A Nova educação tem, principalmente, essa vantagem: de não se dirigir apenas à escola, à criança e ao professor. Ela atua sobre a família, a sociedade, o povo, a administração. Ela está onde está a vida humana, defendendo-a, justamente, dos agravos que sobre ela deixam cair por interesses inferiores, esquecidos das altas

> qualidades e dos nobres desígnios que definem a humanidade, na sua expressão total. (Da Crônica "A Responsabilidade da Imprensa", publicada no Diário de Notícias, "Comentário" de 23/09/1930)"

Para este grupo de intelectuais, havia uma necessidade premente de se constituir, por meio da educação, as bases e os alicerces formadores do *novo cidadão*, cioso de seus direitos e deveres junto à pátria que *renasce.*

Bittencourt (1988)[14], ao analisar a questão da construção da identidade nacional pela via da escolarização em *Pátria, Civilização e Trabalho,* nos remete aos livros e programas de história dos anos vinte e trinta do século XX, salientando o forte apelo às características de bravura do povo paulista, à medida que suas virtudes deveriam atuar como mecanismos para *suavizar* regionalismos e *realçar* traços nacionais do "povo brasileiro", como de *caráter aventureiro, enérgico, resistente e ousado*.[15] Portanto, o brasileiro deveria ter como referencial as características dos paulistas como padrão de *identidade nacional*[16]:

> "Na medida em que os discursos dos políticos paulistas determinavam que São Paulo 'era a locomotiva do Brasil', o foco do progresso, da modernização, a *'tradição dos bandeirantes'* passou a incorporar 'os valores de coragem, energia', como explicativos do presente progressista. O bandeirismo continuava a moldar o 'espírito do paulista', omitindo-se no discurso o imigrante e o migrante dos demais estados brasileiros, determinando que trabalhador era o paulista".

A autora lembra, ainda, que as *tradições inventadas* nesta época vão além do espaço e do universo escolar, tomando as ruas com paradas militares, desfiles dos escolares, festas públicas, de caráter cívico marcadas pelo tom de construção da identidade nacional. Aconteceu, simultaneamente, a esse investimento simbólico no universo escolar, a criação/determinação dos espaços de memória, com a construção de monumentos espalhados pela cidade, neste caso, a cidade de São Paulo. Sabemos que, com as mesmas características, em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, também foram *sacralizadas* datas, heróis e lugares de memória.

Mário de Andrade, por exemplo, teve papel significativo neste contexto por ter elaborado o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional. No texto elaborado por ele, encontramos uma concepção para os *museus municipais* indicando que se fizesse a organização de acervos e se elaborassem os critérios de seleção das peças no interior das próprias municipalidades, com intervenção direta das populações locais. Esta é uma concepção bastante avançada para alguém que estava, inclusive, participando de um projeto que pretendia constituir uma política cultural para inventar, ou melhor, (re)inventar uma nação, o Brasil.

A concepção de museus, presente nos escritos de Mário de Andrade nos remete aos museus pedagógicos, com enfoque nas técnicas e desenvolvimento da produção dos homens e desta forma se explicariam os ciclos econômicos brasileiros. Os temas que deveriam servir para a criação dos museus pensados/sugeridos por Mário seriam: *café, algodão, açúcar, laranja, extração do ouro, do ferro, da carnaúba, da borracha, o boi e suas indústrias, a lã, o avião, a locomotiva, a imprensa, e outro".* Isto indica uma outra visão sobre os museus diferente daquela que mencionamos anteriormente: os museus comemorativos do século XIX. O anteprojeto[17] apresentava uma concepção de museu municipal que deveria, segundo ele, atender aos interesses das *identidades locais,* em contraposição às especialidades dos museus nacionais, sugerindo um diálogo com a população local para levantamento de interesses para a criação de seus próprios museus municipais. Percebe-se, com a leitura do anteprojeto, uma preocupação com a coletivização do saber como parte das obrigações do Estado, na área da cultura, bem como uma aproximação desses museus com a Educação.

A preocupação em guardar a memória dos municípios esteve presente também, na atuação de Mário de Andrade, quando de sua nomeação, em 31 de maio de 1935, para o cargo de chefe da Divisão de Expansão Cultural e diretor do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo, em 04 de julho do mesmo ano. No ano seguinte, Mário vai criar o Arquivo Histórico, com um acervo de documentos para o município. Inspirado na experiência de Mário de Andrade, junto ao Departamento de Cultura em São Paulo foi criado, em 1975, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) cujas primeiras atribuições

foram as de preservar e divulgar os documentos relativos à memória da cidade. Com o passar dos anos suas atribuições iniciais foram sendo ampliadas e a instituição ficou responsável pela implementação de políticas de preservação e valorização dos conjuntos documentais, dos acervos tridimensionais e do patrimônio edificado e ambiental de significado histórico e cultural[18].

As memórias e identidades urbanas se (re)constroem, no interior de um processo dinâmico, que move os sujeitos, em um universo alimentado pelas relações afetivas, de trabalho, de lazer e de sensibilidades das mais diversas ordens. Esse processo de construção, realizado ao longo da história dos moradores de um bairro ou de uma cidade, associado aos projetos político-culturais sob responsabilidade do Estado, permite-nos compreender as tensões e conflitos que envolvem a construção de identidades, memórias e as histórias que se deseja construir e ensinar a respeito destes mesmos bairros, cidades e seus habitantes. Estas foram algumas das questões que este texto pretendeu levantar sem a pretensão de esgotar o tema, mas sim de fomentar outras reflexões e, quem sabe, outras pesquisas.

---

[1] claudiacury@terra.com.br – Professora Adjunta na área de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação PPGH/ UFPB.

[2] As considerações feitas neste texto referem-se ao trabalho de pesquisa durante o doutorado, finalizado em 2002, na Faculdade de Educação da Unicamp. As questões aqui referidas sobre o período imperial foram possíveis, por meio, das atividades realizadas pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação, na Parahyba Imperial. A Coordenação do grupo de pesquisa é compartilhada com o Professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB e conta com a participação de alunos da graduação em História e da pós-graduação em Educação.

[3] Os documentos analisados nesta pesquisa indicaram recorrências e apropriações das categorias em questão, *memórias, identidades* e *brasilidade* em cada um dos momentos históricos.

[4]Há consenso entre os autores que consultamos em aceitar o século XIX como *consagrador* do modelo de estado moderno, estado-nacional ou estado-nação, construído nos diversos países europeus e americanos a partir de então.

[5]Tomando como referência a análise de Cerri (2000:35/36)[5] podemos dizer que, no Brasil também fomos "integrados" à mesma lógica de formação do estado-nacional que aconteceu simultaneamente com uma preocupação por parte dos gestores do Estado em construir uma *história oficial* a respeito da nação, pautada pela idéia de uma *identidade nacional,* que vai orientar os currículos escolares. CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e nação na publicidade do milagre econômico - Brasil: 1969-1973**. Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, 2000.287p. (tese de doutorado).

[6] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os museus etnográficos brasileiros. 'Polvo é polvo, molusco também é gente. In: _____, **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[7] VIDAL, Diana Gonçalves. "Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX" In: VIDAL, Diana Gonçalves & SOUZA,Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.). **A memória e a sombra**: escola brasileira entre o império e a república. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. A autora nos informa que duas reformas escolares "vão tematizar sobre a necessidade da constituição de bibliotecas e museus pedagógicos nos lugares onde existissem escolas normais", a Reforma Leôncio de Carvalho, de 19/04/1879, e a de Ruy Barbosa, em 1882.

[8] O Museu Histórico Nacional foi o primeiro a oferecer, no Brasil, um curso de Museologia.

[9] SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória cidadã - História e patrimônio cultural In: **Anais do Museu Histórico Nacional,** volume 29, Edição Comemorativa dos 75 Anos de Fundação do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1977.

[10] Ideologia não no sentido de *falsa consciência,* mas no do conjunto de idéias e crenças políticas que se configuram historicamente e que orientam determinados comportamentos políticos. Ver mais sobre o conceito no verbete *Ideologia* In: *Dicionário de Políti*ca, de Norberto Bobbio. Vol. 1, 8a. edição, Ed. UnB,1995, p.585.
Ver em Antonio GRASMCI (1968:3/23), *Os Intelectuais e a Organização da Cultura,* mais especificamente no capítulo "A Formação dos Intelectuais", a concepção desenvolvida pelo autor de *intelectual orgânico* e do papel dos intelectuais nesta esfera da vida política das sociedades.

[11] A Constituição de 1934, a primeira do período Vargas, afirma, em seu Art. 10, das disposições preliminares:
Art 10 - *"Compete concorrentemente à União e aos Estados:*
III. proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte".

[12] Há um interessante trabalho de análise do papel da escola e sua relação com a instituição das nações modernas republicanas que gostaríamos de sugerir. Lilian do VALLE (1997), *A Escola e a Nação - as origens do projeto pedagógico brasileiro*. Lembramos aqui o ideário escolanovista (*Manifesto dos Pioneiros de 1932*) para a educação, concebido na década de 20 do século XX que será parcialmente implementado por Vargas, na remodelação dos prédios escolares, no programa do livro didático e demais reformas que serão colocadas em prática para a educação e que, certamente, dialogam com o universo cultural do período cuja bandeira da modernização da sociedade brasileira através da Educação inspirou a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES).

[13] Cecília Meireles está entre o grupo de vinte e seis intelectuais que assinam o *Manifesto dos Pioneiros de 1932.*

[14] BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho:** O ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: FFLCH-USP, 1988. (Dissertação de Mestrado).

[15] Em Lilia Moritz SCHWARCZ (2001:125) encontramos referência a afirmação dos filiados ao Instituto Histórico e Geographico de São Paulo que já afirmavam em 1895: "A história de São Paulo é a própria história do Brasil", no primeiro número da Revista do IHGSP em 1895.

[16] Conforme Circe BITTENCOURT (1998), as características elencadas acima teriam sido retiradas dos objetivos pedagógicos da Escola Nova.

[17] Fonseca (1997:110) informa-nos que esta proposta de Mário sobre museus foi realizada, parcialmente, pelo SPHAN, por meio da criação dos museus regionais na primeira década de existência do órgão.

[18] O DPH, atualmente, está estruturado a partir de três divisões técnicas: o Arquivo Histórico Municipal, Iconografia e Museus, Divisão de Preservação e uma Divisão de Administração.

"*A Canoagem*": memórias e identidades em construção na *belle époque* carioca

Cláudia Maria de Farias – UFF

Em 4 de julho de 1903, foi lançada a revista *"A Canoagem",* órgão oficial da Federação Brasileira das Sociedades do Remo. Em seu primeiro editorial, Samuel Pontual Júnior, afirmava a principal meta do hebdomadário:

> "Um dia de regatas é um estímulo... O nosso público, galvanizado por uma animação estranha, glorificado por um sol que inunda de luz, testemunha às escancaras que ama de preferência o sport da canoagem - e esta é também nossa predileção, mas nosso semanário terá mais latitude, versará sobre todos os sports organizados no paiz...nossso fim é propagar e estimular os sports, que mais vantagens apresentam sob o ponto de vista do desenvolvimento físico de uma raça, inculcando o assunto de nossa particular eleição".[1]

Revelando um importante aspecto da vida mundana da cidade - as regatas -, é possível entrever, nestas linhas, os nexos existentes entre o esporte náutico e o projeto de modernização veiculado pelas elites para o país, em especial para o Rio de Janeiro e seus habitantes, na passagem para o século XX. Utilizando-se de argumentos fundamentados nas ideologias evolucionista e darwinista, estreitamente associados ao pensamento médico-higienista, este periódico especializado contribuiu para a transmissão de valores, crenças e comportamentos burgueses em construção, identificando o remo/ regatas como prática social higiênica e salutar, viável para o aprimoramento físico e moral da nação brasileira em franco processo de "degeneração", se comparada às nações civilizadas e mais progressistas. Adequando as teorias deterministas e raciais, surgidas na Europa em meados do século XIX, à realidade brasileira, os articulistas dessa revista esportiva acreditavam que a regeneração e salvação da raça, a esta altura extremamente miscigenada e, portanto, "depauperada", estavam nas mãos daqueles que regularmente se entregassem à pratica de exercícios físicos e esportes.

[1] PONTUAL JUNIOR, Samuel. *A Canoagem*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1,4 de julho 1903. p.1

Neste sentido, os perfis elaborados através das crônicas e artigos assinados com pseudônimos em *A Canoagem*, são o objeto de investigação por excelência do trabalho, pois revelam a visão de mundo, o estilo de vida, as trajetórias e os projetos dos indivíduos-sujeitos envolvidos no esporte náutico, como amálgama na construção e expressão das suas diferenças e identidades sociais. Atuando como *locus* privilegiado das crenças, preocupações e aspirações da Federação Brasileira das Sociedades do Remo e das associações náuticas à ela filiadas, este semanário funcionou, também, como um espaço de sociabilidade fundamental para a vivência e o reconhecimento das ações, dos triunfos e auxílios obtidos pelos remadores, dirigentes dos clubes e pela própria Federação, sedimentando seus sentimentos de pertencimento e tornando-os agentes históricos nessa conjuntura. Conforme destaca Sirinelli: uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão".[2]

Formulando um perfil ordenado e singular para este grupo de atletas, o periódico forneceu os indicadores básicos para a constituição da memória e identidade social desses indivíduos que, assim, adquiriam uma percepção de si e dos outros, dos seus atributos e valores, nessa realidade histórica.

As imagens e representações de "saúde, polidez, honra, beleza, coragem e virilidade" elaboradas para estes jovens remadores, na maioria das vezes estudantes e rapazes do comércio, ao redefinirem os padrões de sociabilidade, comportamento e moralidade, constituíam-se em sinais diacríticos deste grupo social, configuradores dos novos critérios de hierarquização e exclusão implementados pela ordem republicana. Nesse contexto de reordenamento social, marcado pela emergência de uma cidadania

[2] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV/UFRJ, 1996. p. 249

restrita, calcada nos preceitos de civilidade, progresso e modernidade, a descrição e valorização de trajetórias individuais consideradas exponenciais, no interior do esporte náutico, passavam a ter, conforme destaca Gilberto Velho

> "um significado crucial como elemento não mais contido, mas constituidor da sociedade. É a progressiva ascensão do indivíduo, que passa a ser a medida de todas as coisas. Nesse sentido, a memória deste indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais, seus amores, desejos, sofrimentos, decepções, frustrações, traumas, triunfos, etc. são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo, que é constantemente enfatizada".[3]

As noções de "carreira, biografia e trajetória"[4], isto é, os relatos ordenados dos acontecimentos experimentados por uma pessoa tornam-se, então, fundamentais na difusão de um discurso cujo mote principal é a idéia de um indivíduo-sujeito que atua na condução da sua vida, elaborando projetos a partir da estruturação da sua *memória*, da consciência adquirida de seu passado e presente.

Explorando as relações entre *memória, projeto e identidade social*, pretendo investigar a elaboração de perfis especiais para os remadores, como elemento constitutivo de suas singularidades, socialmente construído para expressar e legitimar as aspirações, as trajetórias, os valores e os estilos de vida deste grupo social, na transição para a modernidade carioca.

A canoagem e os perfis sociais elaborados: memórias e identidades em construção

Em seu artigo, "De meu banco"[5], utilizando-se de um pseudônimo, o articulista *Sota-Voga,* assim escreveu por ocasião da estréia de *"A canoagem"*, na imprensa esportiva carioca:

> "Saí alegre e risonho da redação da "A Canoagem", no dia de sua estréia... O que querem? Vi que já é grande a animação pelo fidalgo esporte náutico. É! leitores...se vísseis, como eu vi, a redação do novo jornal repleta de moços fortes, corados, cheios de verve, a rir, alegrando a sala, certamente tereis, como eu, essa magnífica impressão.

[3] VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. *Revista TB*, Rio de Janeiro, 95, out-dez 1988. p. 121-23
[4] *idem*, p. 122
[5] Sota-Voga. "De meu banco". *A canoagem*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 11 de julho 1903. p. 4

> Lá estavam o Sardinha, satisfeito, recordando-se ainda da sua vitória na *Cecy*, o Carlos de Castro, com os braços abertos por causa do muque...com esperança de bater a valente guarnição Paula Costa com quem tem contas a ajustar...o Guimarães, do Natação, numa exibição impressionadora de peito largo e braços grossos..."

Manifestando seu contentamento pelo surgimento de um novo lugar de sociabilidade - a redação da revista -, o autor fornecia através das representações sociais de comportamento e de conduta forjadas para os atletas, um perfil social específico para estes indivíduos. Robustez, coragem, beleza, vivacidade e virilidade aparecem, neste discurso, como referências identitárias compartilhadas por esse grupo, adquiridas na prática do remo, símbolo de uma nova sociabilidade urbana que voltava-se para o mar, principal aliado na formação de uma "geração de homens vitoriosos, fortes e sadios".

É neste sentido, que podemos analisar o perfil de Arthur Amendoa, Campeão Brasileiro de Remo de 1903, construído pelo editorial da revista:

> "Nascido na Capital Federal, em 1883, ...conquistou no dia 11 do corrente a palma de campeão do remo, atingindo ao apogeu na vida do esporte náutico.
> Desde cedo, com 11 anos, demonstrava aptidão para o remo, aprendendo a dar as primeiras remadas num pequeno caíque de palamenta; apresentando também qualidades de nadador resistente e veloz.
> Fez a sua carreira esportiva somente no Clube de Regatas Boqueirão do Passeio, de cujo pavilhão é fanático e para cujas glórias tem muito concorrido, pois 27 medalhas já viu serem colocadas no quadro do clube, com o esforço da sua musculatura e com a tenacidade do seu capricho.
> Possui 29 medalhas, sendo 2 de natação (distância de 1600 m); das 27 medalhas do remo , 7 são de ouro, 13 de prata e 7 de bronze...
> Arthur Amendoa, é de estatura mediana, moreno, bela complexão de atleta, bastante musculoso, dotado de muito bom gênio e no trato é cortez e delicado, excelente companheiro e amigo leal"[6]

Relatando a trajetória do "sportsman", desde sua infância até a última conquista no Campeonato de Remo de 1903, o semanário estabeleceu um sentido ascendente para a carreira esportiva de Arthur Amendoa, a partir da seleção e organização de alguns momentos gloriosos do atleta. Enumerando as suas conquistas, através do acúmulo de medalhas adquiridas, o perfil elaborado construía uma memória específica, um projeto de

[6] *A Canoagem*, ano I, n. 17, 24 de outubro de 1903. p. 3-4

vida ao demonstrar a obstinação do remador em atingir uma finalidade específica: a de inscrever seus êxitos, para seu próprio reconhecimento, no Clube de Regatas Boqueirão do Passeio.

Por fim, descrevendo os atributos físicos de Arthur Amendoa, o editorial da revista identificava o remador, paralelamente, através da apresentação do seu caráter e das suas qualidades morais. Forjando uma imagem para o atleta, por meio da eleição de um determinado projeto de vida, o perfil traçado acabava construindo, também, uma identidade coletiva para o grupo de remadores que ele representava, na medida em que enfatizava os atributos físicos e morais inerentes a um indivíduo praticante desse esporte. Assim, a narração de acontecimentos similares vivenciados por indivíduos pertencentes a este grupo social, naquele período, construiu uma memória específica para esta coletividade, atuando como um fenômeno importante na criação de uma "imagem de si, para si e para os outros"[7]. Contudo, convém ressaltar que o processo de constituição da memória, individual e coletiva, é fruto de um incessante e "árduo trabalho de organização", pois segundo Pollack, "a memória é seletiva...o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização"[8], refletindo o momento em que ela está sendo articulada, expressa.

Desse modo, podemos compreender o esforço da revista em formular perfis singulares para vários atletas, especialmente do remo, enfatizando suas personalidades e atributos. Tratava-se, com efeito, de desenvolver e incutir neles, um sentimento de pertencimento que os categorizasse e diferenciasse em função das suas vivências, dos seus projetos e das suas trajetórias no interior do esporte. Considerado uma "tradição inventada"[9], o esporte representou para a classe média uma tentativa de desenvolver um

[7] POLLACK, M. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212
[8] *idem*, p. 204-5
[9] HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p.10

novo e específico padrão burguês de lazer e estilo de vida. Fato observado no artigo "A giz", escrito por "Max":

> "O biografado de hoje, nasceu no Rio, lá criou-se muito embora quem o vir julgue encarar um filho da loira Álbion, tais os seus modos, a sua maneira de andar e sua predileção por uma roda onde andam ingleses. Mas, muito embora se pareça com eles, é carioca, muito boa pessoa e tem pelo esporte em geral verdadeira cachaça, quero dizer verdadeiro *whisky* que ele gosta de beber aos goles...
>
> Como *rower* tem em sua vida uma brilhante página...Em meio das 21 medalhas que lhe ornam o peito, uma se destaca: a que lhe foi concedida por haver em uma tarde de tempestade, ido buscar uma fraga longe da praia, onde então se achavam, diversos náufragos de uma embarcação de regata. Desse dia para cá fez-se herói...
>
> Cansado de tanto serviço braçal - de manhã o *cricket,* durante o dia, o carimbo do armazém, à tarde remo, ei-lo que vemos entregue ao *football...*
>
> É como vêem um *sportsman, hors-ligne*.
>
> A todos os gêneros de esporte ele se entrega, ainda lhe sobrando tempo para atender aos filhinhos que ele vai educando um tanto a inglesa, fazendo-os correr muito após o banho, exercitando-os na ginástica, enquanto não lhes pode enfiar nas mãos o remo...para faze-los vigorosos - brasileiros atletas".[10]

Diferentemente do perfil anterior, onde o nome de Arthur Amendoa era ressaltado, "Max" não denominava o sujeito retratado. Utilizando-se de um recurso engenhoso que despertava a imaginação da comunidade esportiva, e muito provavelmente aumentava a vendagem da revista, na tentativa de decifração do nome de tal desportista, o articulista destacava as ações, os modos e atributos do biografado que, possivelmente, garantiam o "reconhecimento de si" dos praticantes de diversas modalidades esportivas. No entanto, era quando sublinhava uma experiência singular do seu personagem - o resgate de remadores náufragos -, que ele definia um perfil heróico e destemido para o atleta, na verdade, um remador com "21 medalhas que lhe ornam o peito". Descrevendo o estilo de vida e as características morais do desportista anônimo, "Max" garantia a identificação e o reconhecimento "por tabela"[11] de indivíduos pertencentes às diversas associações náuticas, uma vez que era costume deste grupo socorrer vítimas durante as ressacas nas praias cariocas sem, entretanto, deixar de enquadrar e qualificar positivamente os

[10] *A Canoagem*, ano I, n. 8, 22 de agosto de 1903, p. 7

praticantes de outros esportes. Com o artifício criado, o articulista conseguia alcançar os objetivos expostos no primeiro editorial da revista.

Finalizando, o autor nos dá uma idéia da importância da ginástica e dos esportes na educação infantil da elite brasileira, ao demonstrar a preocupação do indivíduo retratado em tornar seus filhos "vigorosos, brasileiros atletas, exercitando-os na ginástica, enquanto não lhes pode enfiar nas mãos o remo". Mais uma vez, fica evidenciado o esporte de preferência do biografado e, porque não dizer, do próprio semanário na formação física e moral da nossa juventude.

Palavras finais

O advento do regime republicano, mais do que mera transição política, assinalou uma profunda mudança na estrutura econômica do país, assim como nos padrões de comportamento e sociabilidade que regiam a vida nas cidades. Símbolo da modernidade brasileira, o Rio de Janeiro tornou-se uma "vitrine viva", lugar onde a burguesia desfilou seu estilo de vida "moderno e civilizado". Essa nova ordem urbana, ao promover a abertura de amplos espaços públicos de lazer e divertimento, ofereceu aos setores da elite carioca a possibilidade de externarem sua maneira de ver o mundo, veiculando comportamentos tidos como mais apropriados para os habitantes de uma cidade cosmopolita.

No trabalho, ao analisar alguns perfis elaborados pela revista *A Canoagem*, procurei demonstrar a construção de memórias socialmente significativas para os praticantes do esporte náutico, por meio do trabalho criterioso de seleção, organização e reconstrução de trajetórias individuais consideradas exponenciais no interior desse esporte. Desse modo, a ênfase dada em determinados projetos pessoais e profissionais, forneceu os indicadores básicos para a construção de um identidade coletiva para este

[11] Para Pollack, "os acontecimentos 'vividos por tabela', são aqueles vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer". V. POLLACK, *op. cit*, p.201

grupo social, na medida em que associou e articulou suas aspirações, ações e seus triunfos às suas individualidades singulares.

As carreiras, trajetórias e os estilos de vida narrados nos perfis, constituem-se em exemplos significativos das relações estabelecidas entre memória e projeto, na construção de uma identidade individual e coletiva para os remadores que, assim, passavam a categorizar a si e os outros, de acordo com as representações de beleza, saúde, gentileza, coragem e virilidade forjadas, na transição para a modernidade carioca. Com efeito, a prática deste esporte surgiu para expressar e identificar o posicionamento de um indivíduo ou um determinado grupo nessa sociedade, sua "condição de classe", como sugere Bourdieu[12].

Revelando crenças, projetos e expectativas sociais, plenamente associados aos signos de civilidade, modernidade e progresso, o esporte náutico se impôs como prática burguesa, excludente e hierarquizadora, emblemática dos novos padrões de moralidade e comportamento divulgados pela República Brasileira, a luz das teorias científicas e raciais surgidas na Europa, em meados do século XIX. Sendo assim, o presente trabalho é uma tentativa de investigar a importância do esporte náutico como objeto de estudo histórico fundamental para o entendimento das ações e estratégias implementadas por indivíduos e grupos da elite urbana emergente, na construção de suas memórias e identidades coletivas, nessa conjuntura.

[12] BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974. p. 14

Interações e parcerias na pesquisa etnográfica

Cláudia Neiva de Matos

"O campo sempre será constituído de uma parte de aleatório e de subjetividade e submetido ao reconhecimento recíproco dos atores implicados no processo."
(Monique Desroches & Brigitte Desrosiers)

Tanto os estudos folclóricos quanto a antropologia social ou cultural construíram-se principalmente em torno de discursos de transmissão oral, colhidos em culturas consideradas primitivas ou rústicas. Todavia, desde os primórdios históricos de sua configuração, as duas áreas desenvolveram rumos e posturas de pesquisa bem diferentes. O interesse pelo folclore, originado basicamente na Alemanha do fim do século XVIII, foi encorpado sobretudo em nações periféricas que buscavam subsídios culturais para elaborar seus processos identitários nacionais. Já a antropologia sócio-cultural floresceu, desde o final do século XIX, em países poderosos, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, articulando-se com as questões políticas e morais levantadas pelo neocolonialismo e, já no século XX, pelo processo de descolonização.

Uma das demarcações costumeiramente apontadas entre estudos folclóricos e antropologia tem sido esta: a antropologia se ocupa de sociedades tribais (freqüentemente nas ex-colônias), o folclore das classes baixas rurais (e geralmente domésticas). Nos dois casos, todavia, o pesquisador é, em maior ou menor grau, estrangeiro ou estranho à cultura que ele estuda. Em ambos também enfrenta-se necessariamente a tarefa de coletar dados, o que implica em contato direto com indivíduos e comunidades que são o objeto da investigação. O momento desse contato, delicado, intenso e problemático, é o trabalho de campo.

Já faz tempo que a descendência dos estudos folclóricos alojou-se em grande parte no espaço acadêmico das Letras, constituindo uma área representada na Anpoll pelo GT de literaturas populares e orais. Porém mesmo nesta versão contemporânea, parece ter persistido, talvez como herança do antigo folclorismo, certa “naturalidade” descompromissada no modo de encarar o trabalho de campo, que não costuma ser submetido a problematização. Já a antropologia, desde cedo, colocou o campo no seu foco teórico e metodológico, desen-

volvendo sobre ele reflexões que ganharam volume e densidade nas últimas décadas[1]. Nos estreitíssimos limites desta comunicação, pretendo somente suscitar a possibilidade e conveniência de que nós, pesquisadores de literatura oral, procuremos nas experiências e reflexões da área antropológica, idéias e inspirações para desenvolver uma atitude mais consciente e questionadora sobre as nossas próprias experiências na relação com os sujeitos e objetos culturais que investigamos. Neste sentido, interessa-nos particularmente o que se dá nos setores da etnomusicologia e da etnopoética, em razão das afinidades e contigüidades que eles apresentam com os estudos de literatura oral.

Para Helen Myers, o trabalho de campo constitui "a tarefa mais pessoal" e também "o estágio mais crítico da pesquisa etnomusicológica" [2]. Para Jean Lambert, "mais do que qualquer outro objeto, a música implica [...] o antropólogo em sua pesquisa."[3] Ela mobiliza esteticamente a subjetividade do observador, afetando sua relação com objetos e agentes observados. Lambert acredita que é difícil para o etnomusicólogo descrever como se passam suas pesquisas de campo, porque o campo "é a parte de seu trabalho que mais recorre a sua experiência pessoal, sua intuição, até mesmo sua sensibilidade artística" [4].

A etnomusicologia deriva da musicologia comparada que, no final do século XIX e no início do século XX, dedicou-se a construir grandes coleções de repertórios considerados rústicos ou primitivos. Naquele tempo (como também se dava nos estudos antropológicos em geral) as tarefas eram geralmente divididas: coletores recolhiam as amostras musicais, que musicólogos analisavam e comparavam entre si. A partir dos anos 20, as estadias de pesquisa de campo alongam-se. Após a Segunda Guerra, reforça-se essa tendência, provocando o aumento da sensibilidade para os dados contextuais e complexificando a relação com a alteridade etnocultural, encarnada freqüentemente por populações em vias de descolonização. A disciplina experimenta então fortemente o desconforto político e histórico que acossa toda a antropologia, em sua ligação com o processo colonial, como apontam Desroches e Desrosiers:

> "A palavra do pesquisador, vinda da tradição européia, carregaria os vestígios das desigualdades entre os povos como se as tivesse forjado ela mesma? A etnomusicologia esteve a ponto

> de calar-se ; foi forte a tentação, em certo momento de dar valor somente à palavra do informante. " [5]

É nos anos 50 que o termo “etnomusicologia”, que sublinha a alteridade e sua problemática, substitui "musicologia comparada". Em sua forma moderna, a disciplina costuma ser alojada entre a musicologia e a antropologia social. Muitos etnomusicólogos têm dupla formação, como no caso de Lambert, que relata sua experiência de campo no Iêmen para elaborar uma tese de doutoramento:

> "evoco aqui um de meus primeiros campos: jovem arabista e além disso músico amador, eu me apaixonara pela música iemenita desde 1980, mas ficara por muito tempo incapaz de penetrar na selva dos gêneros e formas; faltavam-me várias chaves que levei vários anos para adquirir, ao cabo de um longo desvio pela literatura oral, a antropologia social e a prática da música árabe do Oriente Próximo. [...] No plano administrativo, eu devia redigir uma tese de antropologia social, mas tinha voluntariamente escolhido um assunto que pudesse orientar-me rumo à musicologia." [6]

Porém, no momento de colher os materiais, revelou-se que as duas abordagens, idealmente complementares, podiam "ter implicações práticas contraditórias"[7]. O conflito entre elas decorria em boa parte da emoção estética, que parecia complicar a observação científica. Impunha-se a necessidade ou o desejo de, mediante uma interiorização empática da perspectiva, experimentar essa emoção juntamente com os membros da cultura estudada. Assim se tornaria possível "estabelecer uma ponte, ou antes quebrar o gelo, entre observador e observado", com seus respectivos saberes postos e confrontados sobre a mesa comum. A partir daí, diz Lambert, "grande parte do trabalho consiste então em medir a distância entre as interpretações dadas por uns e outros a essa emoção." [8]

Isso porém não nos obriga a concordar com Myers, quando, de modo ingênuo e redutor, ela chega a afirmar que "os problemas de ingressar no campo se resolvem uma vez que a música começa" [9]. Quando Lambert encontrou no Iêmen o músico 'Alî Mansûr, que viria a ser seu principal informante, a primeira conseqüência para a pesquisa foi de confusão e perplexidade:

> "Quando ouvi pela primeira vez a música de 'Alî, fui tomado por um profundo fascínio que me tirava de súbito toda capacidade de distanciamento. [...] Esse encontro foi muito próximo de uma crise mística ou de uma revelação profética. Bruscamente, colocavam-se questões que eu absolutamente não imaginara no início de minha pesquisa."[10]

Foi preciso rever o traçado e a ordem dos passos da pesquisa: a formulação da problemática, que normalmente caracteriza o trabalho de “laboratório”, acontecia no calor do

“campo”[11] – expondo a precariedade dessa compartimentação metodológica, expressa aliás em termos que denunciam a presença residual do modelo investigativo das ciências da natureza. Lambert precisou lutar para clarificar seu projeto, dominado pela impressão de ter na pessoa do músico um assunto praticamente perfeito, e sofrendo por conseguinte a tentação de escrever sua tese como uma biografia. Pois 'Alî não era apenas "representativo" da tradição musical iemenita. Era também um criador. A figura do informante avultava, ganhava peso individual, comprometendo a aspiração a produzir um registro de valor generalizável. De fato, na medida em que se trata de artistas, os chamados "informantes privilegiados" são pressupostos pela natureza do objeto da etnomusicologia, e já foram integrados à sua metodologia.

> "Se o informante era visto outrora como um representante (intercambiável) anônimo e sem rosto de uma cultura homogênea compartilhada por todos da mesma maneira, os etnomusicólogos se interessarão, para o conhecimento das músicas tradicionais, pela individualidade das versões, introduzindo o conceito de variabilidade. Fazer campo significa, hoje em dia, encontrar indivíduos, representativos ou não da maioria, e que se situam ora no centro ora na margem."[12]

O encontro de Lambert com 'Alî nos faz lembrar a comoção de Mário de Andrade "divinizado" diante do coqueiro Chico Antônio, como relata no *Turista aprendiz*[13]. Ora, um dos modos que tem a etnomusicologia de valorizar singularmente seus informantes é convertê-los em mestres. Tentando ultrapassar o dilema entre experiência e observação científica, conciliar aproximações emotiva e técnica, Lambert tratou de aprender a tocar a música iemenita.

Desde os anos 70, o aprendizado das músicas locais, a bimusicalidade prognosticada pelo americano Mantle Hood, vem sendo uma das práticas que formalizam a tendência da etnomusicologia para aproximar-se dos nativos, os quais assim participam mais direta e ativamente da construção de conhecimento sobre sua música. A mesma tendência se manifesta pela preferência em utilizar, na descrição e análise dos materiais, categorias e termos musicais nativos. Paralelamente, cresce o interesse pela performance, como situação concreta em que se acham implicados o artista e o público locais, bem como o próprio pesquisador.

Além de buscar informações sobre os contextos e processos sócio-culturais, como faz a antropologia em geral, a pesquisa etnomusicológica documenta e manipula dois tipos específicos de materiais: (a) as próprias obras e performances musicais, por meio de registro sonoro e/ou gráfico; (b) os discursos *sobre* música produzidos pelos informantes. Lida portanto com duas espécies particulares de informantes, que podem, ou não, reunir-se na mesma pessoa: o informante-artista, o *performer*, aquele que toca e/ou canta; o informante-especialista, o conhecedor, aquele que fala da música de sua cultura, em seus aspectos técnicos, históricos e funcionais. A competência mostrada pelo informante em sua performance musical contribui para o envolvimento estético do pesquisador. A competência em fornecer informação musical, colaborando no equacionamento histórico, analítico e teórico das características do repertório coletado, contribui para o estabelecimento de um diálogo produtivo e até mesmo de uma parceria intelectual com o pesquisador. O informante deixa de ser mero dispositivo intermediário e passivo no processo de produção de conhecimento, torna-se sujeito ativo. Sua fala ganha valor autoral, autoridade.

Quanto ao pesquisador, convocado para o diálogo cultural, é conduzido a realizar "uma observação participante verdadeiramente participativa", cujo potencial é apontado por Timothy J. Cooley como motivo para acreditar-se que "etnomusicólogos estão bem posicionados para oferecer perspectivas únicas sobre processos pós-modernos de trabalho de campo a todas as disciplinas etnográficas"[14].

Os caminhos tomados na pesquisa de campo e no relacionamento com os informantes em etnomusicologia são uma boa referência para pensarmos o que se dá na documentação e pesquisa em literatura oral e popular. Também aqui, pode e costuma ocorrer um envolvimento estético com o objeto de pesquisa. Richard Bauman lembra que a estética foi a primeira motivação para o interesse pelo folclore despertado no século XVIII, antes de o viés sociológico predominar; e que essa motivação foi revitalizada e reforçada nos tempos atuais: "O interesse nas artes verbais e na estética popular [*folk*] tornou-se um dos mais vigorosos setores do desenvolvimento contemporâneo na teoria do folclore"[15]. Mais recentemente ainda, foi reconhecida a ação da inventividade individual na construção desses acervos, der-

rubando o velho e renitente mito da criação coletiva e anônima. Desde os anos 70, a própria idéia de tradição, que por muito tempo constituiu o eixo organizador da pesquisa folclórica, foi problematizada e reconceituada, cedendo progressivamente espaço à consideração da individualidade e da criação[16]. Isso se deu no quadro de uma renovação e redimensionamento dos fatores de pesquisa, dando-se cada vez maior atenção aos aspectos performáticos que compõem o fato comunicativo.

Importância dos fatores estético, performático e criativo: tudo isso encarece a figura do informante na literatura oral como na etnomusicologia, conduzindo a repensar, de modo necessariamente integrado, objetivos e métodos de coleta e análise de material. Creio que essas questões, capazes de revitalizar e ampliar nossa área de trabalho, merecem ser mais discutidas e elaboradas. Na verdade, o diálogo entre observador e observado foi vivido aparentemente "sem problemas" pela maior parte da pesquisa folclórica, que se contentava em pretender e supor a transparência e neutralidade de ambos, concentrando todo o foco da reflexão no valor *sagrado* do documento. A grande questão inicial, que era a fidelidade do registro, pareceu solucionada com o advento da gravação, e a questão foi mais ou menos eludida do folclore e da literatura oral.

Por outro lado, a atenção ao performer cantador ou narrador não tem sido significativamente secundada, pelo menos nos estudos brasileiros, por um esforço em solicitar sua colaboração de especialista na descrição e interpretação da matéria estudada. Na etnomusicologia, uma das razões para requerer do conhecedor nativo uma participação douta e autoral no processo etnográfico e interpretativo foi a dificuldade de acesso do pesquisador a códigos e funções do sistema musical desconhecido. Já entre pesquisadores de literatura oral, a relação de estranhamento era aparentemente mitigada: como a pesquisa normalmente se dá em âmbito nacional, não se enfrenta nem a barreira do código verbal (como freqüentemente ocorre na antropologia em geral), nem a do código estético (como ocorre na pesquisa de música extra-ocidental).

A situação muda quando se trata de pesquisar repertórios em idiomas desconhecidos, principalmente se eles não possuem uma tradição escrita. Isso é mais freqüente no terreno

contemporâneo da etnopoética, que abre novos espaços de pesquisa e novas questões, renovando o velho domínio da literatura oral. O termo, cunhado em 1968 por Jerome Rothenberg, designa um campo de interesses e trabalho originado nos Estados Unidos pela mão de escritores que transitavam principalmente entre a criação poética, a antropologia e a lingüística. A maior parte de sua atividade aplicou-se à busca, transcrição, tradução e observação crítica de artes verbais de transmissão vocoperformática em vários continentes, mas com ênfase nos repertórios indígenas da América do Norte. A amplitude e dinâmica transdisciplinar e criativa das pesquisas etnopoéticas levou Rothenberg a defini-las também como "um movimento ou tendência na poesia contemporânea, literatura, e ciência social (antropologia em particular)" devotado tanto à poesia das culturas de baixa tecnologia e formas de expressão oral quanto às idéias sobre poesia desenvolvidas nessas culturas[17].

Estabelecendo uma conexão entre poéticas da vanguarda contemporânea e poéticas não-ocidentais e não letradas, a etnopoética vai confrontar mais diretamente as questões estéticas do que costuma ocorrer nos estudos de literatura oral. Boa parte desse esforço se aplica à tradução, não apenas de uma língua para a outra, mas do canto e da voz para o silêncio da página escrita, onde os aspectos performáticos do poema-canção são transcodificados em elementos visuais. Neste caso, o papel do agente local, freqüentemente o próprio cantor, avulta não só pelo valor atribuído à singularidade do evento performático (e não apenas ao documento textual estabilizado) como também pela sua possível atuação enquanto "tradutor intermediário" e/ou comentarista do sistema poético local[18]. A interação estabelecida com o ponto de vista e as linguagens nativas, então, se não se dá diretamente pela aprendizagem de execução, como na etnomusicologia, dá-se na construção, elaboração e interpretação do documento poético.

As questões que se colocam sobre o trabalho de campo mudaram radicalmente do início da pesquisa folclórica, e mesmo da primeira metade do séc. XX, para cá. O desenvolvimento técnico dos meios de registro de som e imagem minimizou muitos problemas com a documentação. Os informantes da literatura oral, cantadores e narradores, passaram a ter direito a nome, rosto, voz, discurso literal e integralmente reproduzido. Difunde-se também a

prática autoetnográfica: da favela urbana às aldeias indígenas, os gravadores e câmeras de vídeo possibilitam a captação das velhas e novas linguagens locais pelos próprios agentes comunitários. Outra auspiciosa tendência contemporânea é o retorno dos materiais produzidos no campo – gravações, filmes, documentos etc. – para a comunidade de origem. Isso porém não suprime a problemática sempre renovada da manipulação e interpretação desses materiais, realizadas por mediadores internos e externos, combinando a experiência próxima e distante.

O tempo forte do trabalho crítico não está todo alojado no velho "laboratório". Ele começa, como sempre começou, no próprio "campo", espaço que permanece crucial não só pelos materiais que lá vamos buscar como também por conta da relação de parceria que necessariamente lá travamos com a fonte social e subjetiva desses materiais: a comunidade, o informante. Este deixou de ser um veículo que se desejaria transparente e neutro e passou a ser um ator concreto e indescartável, protagonizando uma cena na qual o pesquisador também se vê forçosamente incluído e sempre reinventando seu próprio papel.

---

[1] Entretanto os investigadores demoraram e/ou relutaram em exteriorizar suas experiências efetivas de campo. Não se costumavam publicar as "notas de campo" pessoais até os anos 60, quando começam a vir à tona relatos das vivências de antropólogos no campo (inclusive o famoso *Diário* de Malinovski), reconstituindo cenários e circunstâncias da etnografia e jogando uma luz mais crua, um olhar menos distante, sobre suas faces "humanas": não somente a face coletiva do povo pesquisado mas as faces individualizadas do próprio etnógrafo e de seu mais próximo colaborador, o informante.

[2] MYERS, Helen. Fieldwork. In MYERS, Helen (ed.). *Ethnomusicology; an introduction* (New York / London: W.W.Norton & Company, 1992.), p. 21. Neste caso como em todas as outras citações de bibliografia originalmente em inglês ou francês, a tradução é de minha responsabilidade.

[3] LAMBERT,Jean."Ceux qui n'étaient pas là ne pourront jamais comprendre…"Un ethnomusicologue sans magnétophone? In *Terrains.Cahiers de musiques traditionnelles* n. 8 (Genève: Ateliers d'Ethnomusicologie, 1995), p. 86.

[4] LAMBERT, *op. cit.*, p. 85.

[5] DESROCHES, Monique; DESROSIERS, Brigitte. Notes "sur" le terrain. In *Terrains. Cahiers de musiques traditionnelles* n. 8 (Genève: Ateliers d'Ethnomusicologie, 1995), p. 8.

[6] LAMBERT, *op. cit.*, p. 86.

[7] LAMBERT, *op. cit.*, p. 86.

[8] LAMBERT, *op. cit.*, p. 99.

[9] MYERS, *op. cit.*, p. 33.

[10] LAMBERT, *op. cit.*, p. 92.

[11] LAMBERT, *op. cit.*, p. 95.

[12] DESROCHES & DESROSIERS, *op. cit.*, p. 7-8.

[13] ANDRADE, Mário de, *O turista aprendiz* (São Paulo : Duas Cidades / Secretaria de Ciência, Cultura e Tecnologia, 1983) , p. 273.

[14] COOLEY, Timothy J. Casting shadows in the field: an introduction. In ___ & BARZ, Gregory F. *Shadows in the field: new perspectives for fieldwork in Ethnomusicology* (New York / Oxford: Oxford University Press, 1997), p. 4.

[15] BAUMAN, Richard. Folklore. In ___ (ed.). *Folklore, cultural performances, and popular entertainments: a communications-centered handbook* (New York: Oxford University Press, 1992) , p. 39.

[16] BAUMAN, *op. cit.*, p. 32-33.

[17] ROTHENBERG, Jerome. ethnopoetics. *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. In www.ubuweb.com (2002).

[18] Foi o caso de J. Rothenberg trabalhando com os índios Seneca, e o meu próprio na tradução de cantos Kaxinawá em parceria com falantes nativos.

ENTRE O CONJUNTO HABITACIONAL E A FAVELA:

NOVA HOLANDA – RIO DE JANEIRO

Claudia Peçanha da Trindade

Mestranda – PPGH UFF

O objeto deste estudo é um espaço, histórico, geográfico e social, que está entre a favela e o conjunto habitacional. O Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda, construído pelo Estado da Guanabara, no período inicial do governo de Carlos Lacerda (1960-1965), sobre aterro de área de mangue na margem da Baía de Guanabara e ao lado da Avenida Brasil, passou a abrigar desde 1962 famílias que vinham de favelas removidas – Esqueleto, Praia do Pinto, Querosene, Macedo Sobrinho – e desabrigadas pelas chuvas (1966/67) dentro da seguinte lógica:

> habitações precárias destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias que os assistentes sociais chamavam de sobra das remoções (SALIBY, 1977:37) isto é, aquelas que não atingiam o nível de renda de um salário mínimo necessário para participar do programa de aquisição da casa própria." (OLIVEIRA, 1993:13)

Dessa forma, as famílias eram removidas das favelas, mas não iam definitivamente para um conjunto habitacional, ficavam no meio, no Centro de Habitação Provisória. Geograficamente também, já que podemos considerar a zona da Leopoldina, onde o CHP foi instalado, como o meio do caminho para os distantes conjuntos habitacionais da Zona Oeste da cidade.

A provisoriedade estava explicada na idéia de que "as famílias desobrigadas do pagamento da habitação poderiam "poupar" de modo a adquirirem sua casa própria". (SALIBY apud OLIVEIRA, 1993: 13) Isso, obviamente sem considerar a precariedade dos ganhos dessa população e reproduzindo a lógica já implementada nos Parques Proletários, alguns dos quais, antes de sua extinção transformaram-se em CHPs[1]. Além dessa similaridade podemos apontar outra entre a política relativa a favela na década de 1940 e 1960: a forma da constituição desses espaços – Parques Proletários e Centros de Habitação Provisória – também com função educadora, pressupondo a incapacidade das

famílias em utilizar os equipamentos da nova casa e viver em comunidade, nos moldes impostos pelas idéias da classe média ou alta.

Com o objetivo de levar a termo essa função educadora, além de exercer maior controle sobre as casas, para que estas não fossem passadas ou vendidas, a Fundação Leão XIII, criada em 1947 através de acordo entre a prefeitura e a arquidiocese e incorporada à estrutura do estado da Guanabara em 1962, torna-se administradora do CHP de Nova Holanda, mantendo vivo o caráter de provisoriedade e o "fantasma" da remoção. (OLIVEIRA, 1993:15)

O CHP de Nova Holanda começou a ser ocupado em janeiro de 1962[2] e teve três etapas de construção:

> 1ª- 980 casas pequenas de madeira, geminadas – em lotes de 5.00m x10.00m, que em blocos de 8 a 10 formavam um vagão, sendo que dois vagões simetricamente situados formavam uma quadra.
> 2ª- Pouco mais de 1.000 unidades habitacionais, nos termos da primeira etapa.
> 3ª- 6 blocos de casa de dois pavimentos – duplex. Galpões monoblocos, estrutura única, em madeira. Divididos internamente em 38 unidades – ao todo 228 com aproximadamente 30m² cada uma.
>
> Além dessa construções em madeira foi erguido um galpão em alvenaria pré-moldada para funcionar como albergue para abrigar famílias vítimas dos desabamentos ocorridos na época das grandes enchentes no verão de 1966/67. (OLIVEIRA, 1993:13)

As redes de abastecimento de água, esgoto, e a rede de iluminação elétrica foram dimensionadas com capacidade de suprir a primeira etapa de construção, ficando sobrecarregadas e rapidamente tornando-se insuficientes. (VAZ e ANDRADE, 1994) A proibição de qualquer tipo de melhoria, ou mesmo conserto nas casas, levava também a uma rápida deterioração das moradias de madeira, que ameaçavam, nos piores casos, cair, sendo o perigo maior nos duplex. A justificativa desta proibição estava na manutenção da idéia de provisório e no "objetivo de se impedir a criação de vínculos maiores entre os moradores e a casa." (SALIBY apud OLIVEIRA, 1993:18)

Ainda em 1964, apenas dois anos depois de ter começado a ocupação, já podiam ser vistas imagens de moradores carregando latas d'água, ou os barris, que ficaram conhecidos como *Rola*, equipamento feito de um barril de madeira e uma armação de madeira e ferro, que serviam para ir buscar água do outro lado da Avenida Brasil.

Para alguns a remoção significou uma melhora na condição da moradia, mesmo que a ótima oportunidade de ter água encanada tenha durado pouco.

> "Uns não gostavam, mas a maioria do pessoal gostou. Era o barraquinho bem feitinho, quarto, sala, cozinha e banheiro. Tinha uma caixinha d'água. Depois a água acabou. Era lama preta. Carregava água de lata. (...) Minha mãe chorou muito. Teve os filhinho no Esqueleto, mas não era bom lá não. Cheio de viela, não tinha água também. Era também uma luta grande. Mudamos pra um lugar com água, ficamos satisfeitos, mas nossa alegria durou pouco. Ficamos 18 anos sem água." (Depoimento D. Penha, agosto de 2004. Removida do Esqueleto.)

Entretanto para outros a remoção apresentou-se como dificuldade em relação a trabalho, lazer, e desilusão com a nova localidade de moradia.

> No Leblon era tudo na mão o trabalho. Aqui, mais dificultoso. (Depoimento Seu Helio, agosto de 2004. Removido da Praia do Pinto)
>
> Cheguei aqui com salto alto, que eu gostava. Joguei tudo na Maré! Como é que eu vou sair daqui com esse salto! Lá, saltava do bonde, já tava em casa! Quando eu cheguei aqui e vi a distância até a Av. Brasil, joguei meus sapatos de salto tudo fora! (...) Lá era maravilha! Eu não saía do cinema no Largo do Maracanã. (Depoimento D. Maria Poubel, agosto de 2004. Removida do Esqueleto)

A política de remoções implementada nas décadas de 1960 e 1970 não levou em conta as prováveis, que se demonstraram efetivas, perdas de ganho familiar visto que a distância da casa para o trabalho implicava em maior custo de transporte e redução de trabalhos informais realizados nas horas vagas, agora ocupadas pelo tempo de deslocamento, e ainda perda do trabalho de alguns membros da família, como, por exemplo, os bicos realizados pelas crianças ao carregarem comprar nas feiras livres da zona sul. Além das pressões emocionais sobre as famílias causadas pelo cansaço dos deslocamentos e diminuição do tempo disponível para a família estar reunida. [3]

E mais, a construção de habitações populares para famílias que seriam removidas de favelas, em sua maioria localizadas no centro e zona sul da cidade, nos locais distantes do centro urbano nos leva a encarar a necessidade de pensar como e porquê algumas camadas da população urbana não podem habitar determinadas áreas da cidade, sendo repetidamente empurradas, pelos empreendimentos do poder público, para locais cada vez mais distantes. Assim, as ações do Estado em remover famílias resultaram na expulsão de grupos de menor rendimento das áreas onde o excedente fiscal foi maior, ou, ainda, dificultou-se o acesso de famílias não proprietárias mais pobres às áreas mais valorizadas, já que se incrementa também o preço do aluguel. Os interesses pelo uso do solo urbano, que envolvem, construtores, especuladores imobiliários e agentes do poder público, acabam por vetar o acesso a determinados espaços urbanos aos grupos com baixa renda generalizando um discurso de naturalização das diferenças sociais e dos sacrifícios de uns para o progresso geral.

> É o progresso, é o custo do progresso. Pra gente ver a nação subir, tem que passar por certas coisas que a gente nem gosta, mas fazer o quê? (Depoimento Cimar, agosto de 2004. Removido da Praia do Pinto)
>
> Era preciso fazer a Radial Oeste. O progresso tava chegando. Então, tinha que tira o pessoal. (Depoimento Tião, fevereiro de 2005. Removido do Esqueleto)

Sair dos locais onde moravam significou perda de laços afetivos para muitas famílias, tendo em vista que as transferências levavam em conta, geralmente, os ganhos familiares para alocar a população. Assim, dependendo de seus ganhos as famílias iriam para Cidade de Deus, Cordovil/Cidade Alta, Vila Kennedy, e se não pudessem, nominalmente arcar com os custos das mensalidades da casa própria eram encaminhadas para os Centros de Triagem, como o Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda. Desta forma laços de família e amizades foram dificultados, senão desfeitos, levando a uma nova conformação local de adaptação e reconstrução de laços de vizinhança.

> O governo fez remoção na gente pra tirar a favela lá pra trazer praqui. Botou gente pra tudo quanto é lugar. Um prum canto, outro pra outro, outro pra outro. Tem gente que era vizinho, eu não vi mais. (Depoimento Seu Otávio, agosto de 2004. Removido da Catacumba)

Como Nova Holanda reuniu pessoas de diferentes localidades, em geral trazidas sem muita possibilidade de escolha, e a alocação dessas famílias, pelo menos nos primeiros anos foi realizada por ruas, observamos alguns relatos de hostilidade entre os grupos de diferentes localidades de origens (Esqueleto, Macedo Sobrinho, Praia do Pinto, Querosene, etc) que poderiam ser analisadas como necessidade de forjar identidades de aproximação e diferenciação.

> "Ih, aquele ali veio do morro do Querosene, não vamos nos misturar não". A vizinha puxava papo, respondia e ia passando. A gente não deixava nosso filho se misturar não. Vai devagar, pega leve. (Depoimento D. Maria Poubel, agosto de 2004. Removida do Esqueleto)

Com o passar do tempo e os contatos nas instituições de lazer, o futebol e o samba, essas diferenciações foram se diluindo. Se de alguma forma o futebol marcava a diferenciação, pois cada time vinha de uma localidade diferente, embora a rivalidade em campo muitas vezes fosse esquecida na cerveja logo após o jogo, na criação do bloco de carnaval Mataram meu Gato a diferenciação que vinha na forma de bater o samba que cada localidade original tinha, devido a sua proximidade com as escolas de samba – Querosene com Estácio e Salgueiro; Esqueleto com Mangueira – transformou-se em defesa de um mesmo bloco. E assim "começaram a criar vínculo com a comunidade; construir uma história." (Depoimento Roseni, agosto de 2004. Removida do Esqueleto)

Estar entre a favela e o Conjunto habitacional significava o quê? Não houve mudança da forma estigmatizada como as pessoas removidas de favelas eram tratadas pelo poder público e nem a aquisição da casa própria que o projeto de remoções propagandeava. Durante os vinte anos que a Fundação Leão XIII administrou o CHP, o medo e a insegurança gerada pela perspectiva de nova remoção era constante.

> Quando nós viemos para cá era provisório. Já teve umas três remoções aqui. Pra suburbana ... Botava num saco o nome e falava, ó, a senhora vai se mudar, vai morar em tal lugar. (...) Não tinha escolha, ou senão vai morar na rua. Que a casa não era da gente, era provisório. (Depoimento Cimar, agosto de 2004. Removido da Praia do Pinto)

As relações travadas na Nova Holanda passam fundamentalmente pelo estabelecimento de novos laços de sociabilidade e pertencimento local que não apagam as lembranças do período das remoções para aqueles que o viveram mas que resignificam o período de dificuldades afirmando uma relação afetiva com a Nova Holanda comum a todos os depoentes.

---

1 Os CHPs 1, 2 e 3, respectivamente Marquês de São Vicente, Caju, e Leblon, foram criados inicialmente como Parques Proletários, no governo Getúlio Vargas, passando na década de 1960 a denominarem-se Centros de Habitação Provisória e extintos entre 1969 e 1975. Ver Oliveira, Isis Volpi de. "Quem sabe faz a hora: a gestão popular na produção da habitação" Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1993. Tese (mestrado)

2 "Mais 11 famílias estão no Parque Nova Holanda" Tribuna da Imprensa, 25/fev/1962

3 Para mais ver VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO GINÁSIO PARANAENSE DURANTE AS REFORMAS EDUCACIONAIS DE 1931 E 1942

Cláudia Regina Kawka Martins[1] – PPG-UFPR

Este trabalho é uma parte da minha tese de doutorado, ainda em construção, a qual tem por objetivo perceber de que forma as reformas nacionais de ensino e as mudanças na legislação, que ocorrem a partir da década de trinta, atingem o ensino secundário público paranaense e a disciplina escolar de História.

O marco inicial da pesquisa é a data da reforma Francisco Campos, de 1931, considerada por grande parte dos historiadores o principal marco de mudança do ensino secundário brasileiro. Em termos nacionais, a partir dos anos trinta, ocorre uma grande expansão do sistema educacional, o qual se caracteriza por uma intervenção cada vez maior do Estado nessa questão e pela criação de uma política nacional de educação. É a partir desse momento que se estabeleceu, para esse grau de ensino, um currículo seriado e com frequência obrigatória, além da exigência do curso secundário para o ingresso no ensino superior. Também para o ensino de História ela foi de grande importância, pois, com essa reforma, a disciplina escolar de História recebeu muito mais extensão do que em todos os currículos anteriores, já que foi incluída em todas as cinco séries do curso secundário fundamental.

Escolhemos o ano de 1951 como limite temporal da pesquisa porque é nessa data que é feita outra reforma de ensino - a Lei n. 1.359, que modifica a seriação de disciplinas do curso secundário estabelecida pela Reforma Capanema de 1942 -, a qual estabelece um novo programa para o ensino secundário e mudanças na ordenação dos conteúdos de História.

[1] Professora de História do Colégio Militar de Curitiba e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, na área de História e Historiografia da Educação – mkawka@uol.com.br.

Utilizamos como fontes para essa pesquisa as propostas curriculares do período, o acervo do Arquivo Público e também fontes orais. Já entrevistamos Ernani Straube, que foi aluno, professor e diretor do Ginásio Paranaense (hoje Colégio Estadual do Paraná). Ele é filho de um ex-diretor do Ginásio Paranaense (o professor Guido Straube) e foi aluno do ginásio no início da década de quarenta. O resgate da memória de ex-alunos nos permite conhecer situações ainda não suficientemente estudadas e que não conseguiríamos reconstruir apenas com a utilização das fontes escritas, daí sua importância para essa pesquisa.

Uma das medidas tomadas pela reforma Francisco Campos foi a utilização do serviço de inspeção, o qual deveria controlar de perto o funcionamento dos ginásios, o cumprimento dos programas, a freqüência dos alunos e a realização dos exames. Uma das funções do inspetor era assistir a todas as provas parciais das disciplinas de cada série. "Nos exames finais e nos exames parciais, eles (os inspetores) estavam presentes, acompanhavam o sorteio. Não era sorteado o ponto antes da chegada do inspetor ou de alguém que ele delegasse, porque ele não podia, porque eram muitas turmas." (Ernani Straube. Entrevista, 2004). Esse sistema rigoroso de avaliação já era comum nas escolas primárias desde a Primeira República. "Nas escolas graduadas os exames tornaram-se rituais de grande projeção pública. (...) Para as bancas examinadoras eram convidados políticos e autoridades locais, portanto, uma validação social do ato de classificação de inegáveis conseqüências políticas e sociais."[2]

Sobre o sistema de avaliação do Ginásio Paranaense, o ex-aluno Ernani Straube tem as seguintes lembranças:

> Tínhamos provas a cada dois meses, eram chamadas de provas parciais com ponto sorteado, com inspetor federal, aquela coisa toda, ele acompanhava para ver se estava tudo sendo feito honestamente, etc. E essas provas depois eram computadas, eram somadas e no final do ano tínhamos uma prova escrita e uma oral. As provas parciais eram só escritas, só no final do ano que tinha uma oral. Nessa prova oral nós passávamos por três examinadores: o presidente da banca – que podia ou não fazer

[2] SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo. (1890-1910). São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p. 244.

> as perguntas – e dois examinadores. Então sorteava um ponto com um e depois sorteava com outro. Eles se revezavam nas perguntas, até que os professores se sentissem satisfeitos com as respostas dos alunos. (Entrevista, 2004).

Os relatórios dos inspetores de ensino, onde um dos itens era a exposição didática das diversas disciplinas, constituem-se como uma das fontes que utilizamos nesta pesquisa para entendermos o ensino de História do período. Percebemos, porém, que é uma fonte que deve ser analisada com cuidado. Pelos relatórios na década de trinta e quarenta que localizamos no arquivo do Colégio Estadual do Paraná, vimos que esses relatos são sempre muito parecidos, mesmo quando há mudança de inspetor, colocando, portanto, em dúvida se eles realmente assistiam as aulas dos professores. Ao que parece, a função do inspetor era muito mais administrativa do que pedagógica, ao contrário do que eles afirmam nos relatórios: "No exercício das minhas funções não me tem passado despercebida a metodologia de cada disciplina. Neste particular, acompanhei com empenho verdadeiramente vigilante o trabalho dos professores, que estão atenuando, tanto quanto possível, os defeitos e vícios dos programas vigentes."[3] O relato do ex-aluno Ernani Straube reforça essa nossa hipótese: "não era comum o inspetor assistir as aulas. Uma vez ou outra. Ah, hoje o inspetor apareceu. Aí ele ficava um pouco do lado, assistia, depois ia embora, só para justificar talvez a presença dele." (Entrevista, 2004).

HOLLANDA[4] apresenta uma crítica à forma como o serviço de inspeção acabou se organizando. Segundo ele, "permaneceu, somente, o aspecto administrativo, cada vez mais burocrático da inspeção". O que se percebe em todos os relatórios que tivemos acesso sobre a maneira como a disciplina de História era trabalhada, é que eles repetem aquilo que as

[3] Relatório do mez de dezembro de 1935 apresentado pelo inspector dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.
[4] HOLLANDA, Guy de. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro – 1931/1956. Rio de Janeiro: INEP, 1957. p. 15.

instruções pedagógicas[5] colocadas pela reforma Francisco Campos indicavam como sendo o ideal para o ensino dessa disciplina.

Esse ideal estava claramente baseado na concepção pedagógica que foi muito difundida no Brasil após a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e das várias conferências nacionais de educação que ocorreram nos anos vinte. Na III Conferência, inclusive, realizada em São Paulo, em 1929, apresentaram-se diversas teses sobre o ensino secundário que acabaram desembocando na reforma Francisco Campos, de 1931.

Um dos grupos da ABE, o qual "passaria a dominá-la a partir de 1932, os chamados 'Pioneiros da Educação Nova"[6] defendia uma escola pública, universal, gratuita, laica e com co-educação dos sexos e uma concepção de educação que, por sua vez, "ganhou força em meios americanos e europeus desde o início do século, como uma metodologia crítica ao que consideravam a 'escola tradicional'." [7]

Essas novas concepções e procedimentos que pretendiam se opôr à escola tradicional divulgavam a idéia do aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem, da necessidade do próprio aluno buscar o seu aprendizado e de ter mais espaço de participação nas aulas. Daí à crítica às "preleções" que aparece tão fortemente na reforma. As instruções pedagógicas da reforma de 1931 recomendavam que o uso das preleções deveria restringir-se ao mínimo possível. Sobre essa questão da preleção, Serrano[8] afirma que "um dos preconceitos mais arraigados no espírito dos estudantes (...) é que o bom professor de história deve fazer bellas prelecções, desenvolver brilhantemente cada ponto do programma e falar, quando explica a matéria, durante a hora toda destinada à aula. (...) Ora, há em tudo isto um

[5] As "Instruções Pedagógicas" para o programa de História da Civilização do curso secundário fundamental foram apresentadas pela Portaria de 30 de junho de 1931 e no Diário Oficial de 31 de julho de 1931.
[6] CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo: EDUSP, 1998. p. 9.
[7] REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. (Org.) Histórias do ensino da História no Brasil. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 71.
[8] SERRANO, Jonathas. Como se ensina História. São Paulo: Melhoramentos, 1935. p. 80 e 82.

lamentável equivoco. (...) O perigo está na tendência a transformar todo o curso numa serie de conferencias, ainda que realmente brilhantes." Assim o professor deveria dosar as preleções com "meios opportunos de visualização, quadros synopticos ou synchronicos, resumos, mappas, projecções fixas ou animadas." (p. 83). Nas instruções metodológicas da reforma essa idéia também aparecia e nos relatórios do ginásio, lá está:

> E não se limitou o lente (sem embargo da vastidão do programa, a exigir pressa) a prelecções, que antes fazem o aluno a estudar e não aprender.[9]

É muito clara - nos relatórios dos inspetores do Ginásio Paranaense, sobre a disciplina História da Civilização - a preocupação com um ensino "susceptivel de transfundir aos estudantes as capacidades fundamentaes de ver, investigar e realizar"[10] e de "despertar-lhes a curiosidade, suscitar-lhes o espírito cientifico, habituá-los ao esforço de pensar por si mesmos"[9]. Aparece também a "grande eficiencia das conversações entre professores e alunos e alunos entre si, quando processadas ao sabor de uma diretriz perfeita."[11]

Essa semelhança entre as instruções pedagógicas da reforma e os relatórios do Ginásio Paranaense aparece em diversos momentos. Por exemplo, para o primeiro ano recomendava-se que o professor trabalhasse com a "história biográfica e episódica", pois nessa série o "aluno não possui, via de regra, capacidade para entregar-se a estudos muito abstratos e sistemáticos." [12] Nos relatórios que analisamos, sempre aparece esse método como o adotado pelos professores no Ginásio Paranaense:

> Imprimindo um carater biográfico e episódico, nas primeiras series, nas series posteriores já pude apreciar nos alunos uma grande atividade intelectual, com a

---

[9] Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1935 apresentado pelo inspector dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio Paranaense, secção do externato, Curityba, Paraná.
[10] Exposição sobre os methodos de ensino. Relatório do anno lectivo de 1934, apresentado pelo Inspector Federal Dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio Paranaense, secção do externato, Curityba, Paraná.
[9] Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1935 apresentado pelo inspector dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.
[11] Relatório do Curso Fundamental – meses de janeiro e março de 1939, apresentado pelo inspector dr. Ulysses de Mello e Silva. Exposição geral sobre os métodos empregados no estabelecimento e resultados obtidos no ano letivo anterior. Gymnasio Paranaense, secção do externato, Curytiba, Paraná.
[12] HOLLANDA, Guy de. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro – 1931/1956. Rio de Janeiro: INEP, 1957. p. 20.

> verificação ainda, de inúmeros trabalhos críticos de historia que bem demonstraram o acentuado progresso dos educandos e a eficiência do método do professor. Ótimos, pois, foram os resultados.[13]

Outro exemplo é a recomendação, nas instruções pedagógicas da reforma, de que se utilizasse como recurso nas aulas os meios visuais: "merece especial cuidado no ensino da História a iconografia, atendendo-se à curiosidade natural dos alunos pelas imagens. Além das gravuras impressas nos manuais, cumpre sejam também empregadas as projeções. (...) nunca se encarecerá demais o emprego das cartas, cuja leitura se aprenderá nas aulas de História como diligencia não muito distante da que é própria do ensino da Geografia." [14] Nos relatórios apresentados pelos inspetores do Ginásio Paranaense aparece como recorrente o uso de mapas pelos professores e a aproximação com a Geografia:

> Não se cansou o respectivo mestre de ilustrar suas prelecções com imagens no quadro negro, exibindo sempre estampas e projecções, método excelente e menos cansativo para uma disciplina como esta, tão dependente da memória.[15]

Além das projeções, uma das inovações metodológicas de ensino da época era o chamado cinema educativo. Em 1933, o Ginásio Paranaense adquiriu um projetor de cinema: "No intuito de acompanhar o desenvolvimento dos processos pedagógicos modernos (...) a Diretoria resolveu dotar o estabelecimento do CINEMA EDUCATIVO. (...) adquiriu um projetor cinematográfico da afamada marca "PATHE", de segunda mão, porém em perfeito estado de conservação e funcionamento e mesmo do tipo mais moderno." [16]

---

[13] Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1936 apresentado pelo inspector dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.
[14] HOLLANDA, Guy de. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro – 1931/1956. Rio de Janeiro: INEP, 1957. p. 21.
[15] Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1937 apresentado pelo inspector dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio Paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.
[16] Relatório apresentado à Diretoria Geral da Instrução Pública por Guido Straube – diretor do Ginásio Paranaense – referente aos anos de 1932, 1933 e 1934. Curitiba, 31 de dezembro de 1934.

Nesse mesmo relatório o diretor do estabelecimento afirma que era preciso ter uma filmoteca própria, pois os gastos com a locação de fitas eram altos. Para isso sugeriu que 10% da taxa de freqüência paga pelos alunos fossem destinadas para esse fim. "Conseguida a verba estadual e mensal que garanta o serviço regular de projeções, o Ginásio Paranaense será um dos poucos estabelecimentos de ensino secundário do país dotado deste aperfeiçoamento."

Essa aquisição foi um marco para a história do ginásio e na sessão inaugural, realizada em 19 de agosto de 1933, um dos professores do ginásio, Guilherme Butler, assim discursou: "O corpo docente acompanha, com grande satisfação, os notáveis melhoramentos, tanto materiais, como intelectuais e morais, introduzidos no Ginásio Paranaense (...). É um importante passo na nossa marcha para diante, pois preenche uma lacuna há muito sentida. (...)" [17]

Nos arquivos do Colégio Estadual do Paraná encontramos uma lista com os nomes dos filmes que eram projetados para os alunos. Aqueles que continham conteúdos de História eram uma minoria, encontramos apenas dois, cujos títulos eram: "Roma – a cidade eterna" e "Revolução Francesa". O uso de mapas também era recomendado pelas instruções pedagógicas da reforma e vimos que nos relatórios dos inspetores do Ginásio Paranaense a sua utilização pelos professores de História sempre aparecia.

No prédio da rua Ébano Pereira, local onde estava instalado o ginásio em praticamente todo o período que estamos analisando - a mudança para o prédio atual ocorreu em 1950 -, havia salas ambiente para as diversas disciplinas do ensino secundário. A sala de História era a de número dois, localizada no primeiro piso do prédio. "Então a gente já entrava naquela sala, naquele ambiente histórico. Todas as matérias tinham sala ambiente. Então nós nos deslocávamos. Terminou a aula, pegava todo o material, punha na pasta e ia para outra turma e ali já entrava outra diferente." (Ernani Straube. Entrevista, 2004).

[17] STRAUBE, Ernani Costa. O prédio do gymnásio (1903-1990). Curitiba: SEEC, 1990. p. 49.

Segundo o relatório apresentado pelo interventor do Estado, em 1939, ao presidente da República, a sala ambiente de História tinha capacidade para 45 alunos e compunha-se de um quadro-negro, carteiras individuais, uma escrivaninha e uma poltrona para o professor, um suporte para estampas, vinte quadros-murais sobre História do Brasil e três mapas históricos grandes sobre a Antiguidade. A ordenação da sala era bastante tradicional, com as carteiras dos alunos bem alinhadas e voltadas para o local onde ficava o professor, numa posição de destaque.

O recurso à memória como fonte para se entender o cotidiano escolar é uma forma de se fazer uma contraposição aos relatórios dos inspetores, os quais são praticamente os únicos documentos escritos que permitem nos aproximarmos desse cotidiano escolar e do que teria sido o ensino de História nesse contexto que estamos analisando. Afinal, pelos relatórios o ensino de História do Ginásio Paranaense estava totalmente inserido nas novas concepções educacionais, porém não foi esse ensino que o ex-aluno Ernani Straube relembrou e nem é o que a foto anterior deixa transparecer. Suas lembranças sobre as aulas de História eram as seguintes:

> As aulas de História eram basicamente expositivas. Às vezes usava um mapa, às vezes fazia alguma pergunta para algum aluno para ver se entenderam. Mas a gente não participava tanto como os alunos de hoje. Era muita data, muito local. E isso era cobrado na prova. O professor fazia o seguinte: dava aula normal, antigamente havia os pontos, um determinado numero de pontos, aí ele tinha que seguir esses pontos, aquela ordem. Seguindo aquela ordem ele dava o assunto, explicava o assunto e depois na mesma semana ou de quinze em quinze dias nós éramos obrigados a fazer um mapa. O livro era mais pra gente estudar mesmo e tinha também os questionários que a gente respondia conforme estava no livro e ele cobrava esses questionários. O professor era o professor Homero de Barros, o professor Homerinho, como chamávamos, porque ele era baixinho. Era muito rígido, conhecia muito o assunto. Nós usávamos o livro, acompanhávamos mas o professor Homero não se servia do livro assim copiosamente para dar as aulas. O professor Homero dava aula totalmente expositiva, ele era muito sério, tinha muita cultura. (Ernani Straube. Entrevista, 2004).

Assim podemos concluir que os relatórios dos inspetores sobre a “exposição didática” não refletem realmente o que era a prática de sala de aula, mas sim apresentam o que era um “ideal” para essa prática, segundo a reforma de 1931 e suas instruções pedagógicas .

A COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA E O CLUBE DE ENGENHARIA: UMA ABORDAGEM SOBRE O ESTADO

Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen - PPG-UFF

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar resultados de um estudo em desenvolvimento sobre a história do setor de energia elétrica brasileiro, que tem como objeto específico a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), no período de 1909 (data da sua constituição) a 1927 (data de sua venda a American and Foreign Power Company Limited -Amforp).

Esta companhia era uma empresa de serviços públicos do setor de energia elétrica no Brasil, e no quadro em que se verificou a sua criação – o da conjuntura histórica marcada pela consolidação da atividade industrial, no Centro-Sul do país; pela migração da lavoura de café para as terras paulistas; pela abolição da escravidão; pelas reformas monetárias de 1888 e 1890, pela mudança para o regime republicano, etc. -, significou a elaboração e concretização de um projeto que fazia parte da construção do setor de energia elétrica no país, também marcado pela ausência de uma definição do quadro jurídico em relação a este setor. Ou seja, num momento da história do Brasil em que havia o predomínio dos grupos agrários, sob hegemonia dos cafeicultores paulistas, mas que apresentava também grandes perspectivas para o crescimento dos serviços urbanos.

Algumas questões de natureza teórica devem ser destacadas no que respeita a esta abordagem sobre a CBEE e o Clube de Engenharia, uma associação surgida em 1880, que agregava todos os que se diziam preocupados com o desenvolvimento da engenharia e indústrias brasileiras.[1]

[1] CLUBE DE ENGENHARIA. HONORATO, Cezar Teixeira (coord.). *O Clube de Engenharia nos Momentos Decisivos da Vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia/Construtora Norberto Odebrecht S/A. p.31.

Partindo do pressuposto de que o Estado não é tão somente o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito, mas também o conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia - correspondendo ao espaço onde ocorre a ação política consciente pretendendo alcançar certos objetivos-[2], buscamos observar algumas das discussões envolvendo o tema energia elétrica, feitas no Clube de Engenharia, no início do século XX[3]. Portanto, pretendemos observar a participação de engenheiros e industriais nas discussões do Clube de Engenharia[4], onde a partir dos pareceres do Conselho Diretor, tentavam inscrever seus interesses nos quadros da sociedade política; mas também enfatizar a existência de disputas hegemônicas ocorridas dentro do Clube, onde havia uma variada gama de interesses embutidos.

O Clube de Engenharia foi fundado em 24 de dezembro de 1880, na cidade do Rio de Janeiro, institucionalizando as reuniões de engenheiros que se realizavam nas dependências da papelaria de propriedade de Conrado Niemeyer à Rua da Alfândega, n° seis, destinando o sobrado da loja à instalação da 1ª sede do Clube. Virou uma instituição a serviço da engenharia, promovendo conferências, exposições e congressos, elaborando pareceres sobre inúmeras consultas formuladas pelo governo, por empresas e particulares, e publicando, além da sua revista, diversos documentos e memórias, estabelecendo, inclusive, ligações com

[2] O Estado é entendido como uma relação social, ou seja, um espaço onde se condensam as relações sociais de uma dada sociedade; um espaço de consenso obtido através dos aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil) e do Estado restrito (sociedade política), além, é claro, das relações entre tais elementos. Portanto, concebe-se a idéia de que a disputa pelo poder (hegemonia) está na sociedade civil o tempo todo e não só na sociedade política. GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

[3] Esta associação é aqui considerada como um aparelho privado de hegemonia, ou seja, um espaço onde há organização de interesses de determinadas frações de classe – em especial, dos industriais -, tentando inserir suas demandas nos quadros da sociedade política. No entanto, corresponde, ao mesmo tempo, a um *locu*s de disputa hegemônica, onde se aglutinam agentes dotados de inserção determinada na estrutura social vigente e que buscam defender seus interesses, quase sempre marcados por conflitos.

[4] Cabe aqui ressaltar alguns trabalhos que tentam estabelecer relações estreitas entre os engenheiros e a indústria. Karwamo, Lili. *Engenheiros, trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática, 1979; TURAZZI, Maria Inês. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a Engenharia, a Indústria e Organização do Trabalho na Virada do Século XIX e início do XX*. Rio de Janeiro: Coppe, São Paulo: Marco Zero, 1989; DIAS, José Luciano de Mattos Dias. "*Engenheiros do Brasil*". In: Ângela de Castro Gomes (org). Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

industriais da época. Os próprios estatutos realçavam que entre seus objetivos estavam estruturadas relações entre as classes de engenheiros e os vários ramos de industriais.[5]

> *"Art. 1. A sociedade – Clube de Engenharia- tem por objeto promover e estreitar relações entre as classes de engenharia e as dos vários ramos industriais, no que diz respeito aos interesses recíprocos das suas profissões".*
> *A sociedade tem por fim:*
> *Art. 4. Par. 2°. Reunir todos os dados e elementos concernentes ao comércio, indústria e artes para formular mensal e anualmente suas tabelas."*[6]

Em 1874, com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em substituição à Escola Central, a formação do engenheiro civil ganhou plena autonomia, desvinculando-se do ensino militar. Esta escola se manteve como o principal centro gerador da engenharia nacional, e o Clube de Engenharia surge como uma extensão quase natural da Escola Politécnica, pois congregava quase todos os recém-formados alunos da escola. Além de engenheiros, o Clube reuniu também negociantes e políticos de várias partes do país, sobretudo do Rio de Janeiro[7].

Entre eles, e que nos interessam mais de perto, estavam, além de Cândido Gafrée (1882) e Eduardo P. Guinle (1885), dois nomes de peso e que se tornaram sócios da CBEE, a partir da sua constituição, em 1909: Jorge Street (1896) e Gabriel Osório de Almeida (1891) [8], que faziam parte do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, órgão encarregado, entre outras tarefas, de discutir e votar os pareceres solicitados à entidade. Estes industriais e sócios do Clube de Engenharia eram agentes sociais concretos, econômico e socialmente situados numa dada estrutura de classes, e portadores de interesses, e vão disputar dentro do Clube a

---

[5] CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Debates no Clube de Engenharia: energia elétrica em questão*. (coord.) Paulo Brandi de Barros Cachapuz.Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001.P. 31-36. Vânia Cury ressalta que na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933), o Clube teve uma atuação pragmática da função do engenheiro no campo material da sociedade. CURY, Vânia. *Engenheiros e Empresários: o Clube de Engenharia na Gestão de Paulo de Frontin (1903-1933). Tese* de Doutorado. UFF, 2000.

[6] Estatutos do Clube de Engenharia, aprovados pelo Decreto n. 8.2253 , de 10 de setembro de 1881. Rio deJaneiro: Typoghaphia Nacional, 1881.

[7]. Os nove presidentes do Clube de Engenharia, no período de 1880 a 1930, foram formados, em sua maioria, na Escola Militar do Rio de Janeiro, Escola Central e Escola politécnica do Rio de Janeiro. Eram oriundos do Estado do Rio de Janeiro (6) e Minas Gerais (3). Revista do Clube de Engenharia, 1922.Pp 49-57.

[8] Os anos de filiação dos sócios mencionados aparecem nas datas entre parênteses.Eduardo P. Guinle foi o 2° Vice-Presidente do Clube de 900 a 1912, substituído por Cândido Gafrée, e depois por Jorge Street. Cândido Gafrée ficou no Conselho Fiscal do Clube, pelo menos, de 1900 a 1913, quando substituiu Eduardo P. Guinle na vice-presidência. Gabriel Osório de Almeida foi presidente do Clube de 1900 a 1902, depois membro do Conselho Diretor, tornando-se, inclusive, membro vitalício. Em 1913, Guilherme Guinle entra para o Conselho Diretor. Eduardo P. Guinle, Eduardo Guinle,Cândido Gafrée e Gabriel Osório de Almeida eram também sócios beneméritos. Revista do Clube de Engenharia. N° 1-26 (1900-1913 e 1922).

fala dominante, tentando fazer valer suas posições. É fundamental destacar, entretanto, que o discurso é uma das dimensões da prática social, e é complexo, pois não se restringe ao evento discursivo; na verdade é composto pelo texto, pela prática discursiva e pelas relações sociais. O movimento entre esses três elementos é que possibilita a compreensão do discurso.

Gabriel Osório de Almeida nasceu na cidade de Pouso Alegre, em 1854, e em 1874, matriculou-se na antiga Escola Central, mais tarde, Escola Nacional de Engenharia, formando-se em 24 de dezembro de 1880. Começou sua carreira ferroviária como simples condutor de segunda classe na Estrada de Ferro Pernambuco e depois, sucessivamente, ajudante da Estrada de Ferro de Porto Alegre e Uruguaiana. Ocupou cargos de engenheiro-ajudante no prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, de diretor da Companhia de Obras Públicas de Minas Gerais, de engenheiro da Diretoria de Obras da capital de São Paulo, de consultor técnico do Ministério da Indústria e Obras Públicas, de diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, quando Lauro Muller era Ministro da Viação, na presidência Rodrigues Alves, *de diretor da Cia. Docas de Santos, diretor da Cia. De Fósforos "Cruzeiro"*[9], presidente do Conselho Municipal quando prefeito Bento Ribeiro, Rivadávia Corrêa e Azevedo Sodré. Foi ainda presidente do Clube de Engenharia (1900-1902).[10]

Jorge Street nasceu em 22 de dezembro de 1863, na cidade do Rio de Janeiro, e destacou-se como um dos homens que mais lutaram pelo desenvolvimento industrial do país[11]. Sua formação superior iniciou-se na Alemanha, onde fez Curso de Humanidades; prosseguiu seus estudos no Brasil, formando-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; voltou em seguida à Europa, em viagem de estudos, percorrendo vários centros científicos Dedicou-se às atividades industriais, adquiriu e dirigiu as fábricas de juta "São João", primeiro núcleo da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ) e "Rnak", no Rio de Janeiro, dirigiu

[9] Grifo nosso. A Cia. Docas de Santos e Cia de Fósforos "Cruzeiro" eram do grupo Gafrée-Guinle.

[10] Ficha de associado do Clube de Engenharia e SCHOPPA, René Fernandes. *150 anos do Tem no Brasil: 30 de Abril de 1854-2004*.s/ed.,2004. P. 48. Gabriel O. de Almeida, além de acionista fez parte do Conselho Fiscal da CBEE em 1910. Relatório da CBEE. D.O. Abril de 1910. p. 3113. Arquivo Nacional.

[11] Várias informações tiradas de: FILHO, Evaristo de Moraes (org). *Idéias Sociais de Jorge Street.* Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa/ Mec, 1980.

a Cia. Docas de Santos. Transferindo-se para São Paulo, lá fundou as fábricas "Maria Zélia", "Santana" e "Santa Celina". Além da atividade industrial, ocupou cargos importantes: em 1900 foi eleito para a Diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; em 1904 torna-se Secretário-Geral do Centro Industrial do Brasil (CIB); de 1905/1907 foi o 1°secretário do CIB; em 1912 foi eleito presidente do CIB; em 1926 é eleito Presidente do Centro de fiação e Tecelagem de São Paulo; em 1928 assume a direção da Associação Comercial de São Paulo; em 1931 é nomeado Diretor Geral do Departamento Estadual do Trabalho e consultor Técnico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da qual foi fundador e fez parte da sua primeira diretoria.[12]

a) A questão da energia elétrica no Clube de Engenharia

Antes da virada do século, a questão da energia elétrica apareceu na pauta de debates do Clube de Engenharia.[13]No entanto, ao longo do ano de 1906, em várias sessões do Clube, houve um debate sobre o preço do kWh para iluminação no Rio de Janeiro que nos interessa mais de perto, por ser uma discussão que tinha como pano de fundo a disputa entre a Guinle & Cia[14], antecessora da CBEE, e a Light and Power, pelo fornecimento de energia elétrica na Capital Federal.

[12] CARONE, Edgar. O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977). Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978.p.172. Jorge Street, além de acionista, foi membro do Conselho Fiscal da CBEE em 1910, 1911, 1912.1914,1915, 1916 e 1917. Informação retirada dos relatórios da CBEE. D.O. de Abril de 1910.p. 3115;Abril de 1912 p.5626;Abril de 1915p.5605;Abril de 1914p.5487;Abril de 1916p.5115;Abril de 1917. 4354 –Arquivo Nacional.

[13] Em janeiro de 1882 estudou-se o sistema de iluminação elétrica concebido por Thomas Edison; em fevereiro do mesmo ano, uma comissão investigou o acidente no dínamo de 10HP pela Associação Industrial no prédio do Ministério da Agricultura; em 1884, uma comissão realizou experiências comparativas entre a iluminação a gás e a iluminação pelas lâmpadas elétricas Weston; em 1895, a Revista do Clube iniciou a publicação de um trabalho dedicado a história da iluminação no Rio de Janeiro. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Op. Cit*. pp. 39-47.

[14] A Guinle& Cia, constituída em 1904, cujos sócios solidários eram Eduardo Guinle e Guilherme Guinle, filhos de Eduardo P. Guinle vai ser a maior acionista da CBEE, fundada em 1909 e cujo objetivo principal era fornecer energia elétrica para a cidade do Rio de Janeiro. A CBEE vai assumir praticamente todos os compromissos firmados pela Guinle&Cia. Além da Guinle&Cia e outros, constavam da lista dos acionistas: Eduardo P. Guinle, Cândido Gafrée, Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street. Ata da primeira reunião da assembléia de Constituição da CBEE. Diário Oficial, junho de 1909. fl.4217.

Paulo de Frontin, presidente do Clube de Engenharia, solicitou ao professor Henrique Morize um estudo sobre o preço do Kw/h para iluminação pública e particular na cidade do Rio de Janeiro.[15] Em 05/02/1906, Morize apresentou os resultados de seu estudo, onde enfatizou a importância do fator carga para o cálculo da nova tarifa, além de propor revisão de várias cláusulas do contrato original.

Nas falas de Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street – que criticam contundentemente os resultados do estudo do professor Morize, pois negam a importância do fator carga como determinante do preço da iluminação, criticam a comparação com o preço do kWh no estrangeiro, ressaltam o caráter muito mais teórico que prático do trabalho, etc. -, em sessões de 12/02/1906 e 05/03/1906, respectivamente, ficam claramente evidenciadas as posições em disputa dentro do Clube de Engenharia:

> *"(...) Toma para base o cálculo que fez o que lhe forneceu o Sr. Mitchell, empregado da Light and Power Company. (…) Morize poderia ter levado em consideração o preço contratado pela Guinle & Cia para fornecimento de energia elétrica a Cia. Cantareira ou o preço constante na proposta de Gafrée&Guinle para fornecimento de energia elétrica a vários serviços de viação urbana e indústrias da Capital Federal, apresentado em 18/03/1905 ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas".*
>
> *"Os Srs. Gafrée & Guinle são industriais práticos e perfeitamente conhecedores dos negócios em que entram e, mesmo nesta questão de energia hidroelétrica, agem com pleno conhecimento de causa (...), julgam os preços de seu projeto, não preços de favor ou combate, mas, sim, preços perfeitamente remuneradores dos serviços prestados"[16].*

O objeto desta contenda[17], marcada pela oposição enfática de Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street aos resultados do estudo do professor Morize, referia-se, em última instância, a uma disputa pela fala hegemônica dentro do Clube e, por extensão também fora

[15] Visava discutir o preço da tarifa porque a SAG (Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro), concessionária do serviço, tinha assinado um contrato como o governo federal para fornecer energia elétrica a partir de gás ou vapor e, caso substituísse por motores hidráulicos, deveria haver redução nas tarifas.MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Op.cit*.p. 84.

[16] Revista n° 21 de 1910. p.60-72 e 202-203.

[17] Em discurso na sessão de 22/02/1906, o Sr. Pedro Luiz Soares de Souza, alega que a Guinle&Cia pode oferecer preços melhores porque ganhou anos mais extensos de concessão e a Light não. Alega também que a Guinle e Cia teria oferecido preços baixos em Niterói para ganhar a concorrência. Portanto, faz crítica à fala de Gabriel Osório de Almeida, dizendo que o Conselho Diretor não poder aceitar seu discurso como base de decisão.Revista n° 21 de 1910.

dele, pois como afirmou Gabriel Osório de Almeida "se o Conselho Diretor aprovar um parecer positivo para o estudo do professor Morize, será a homologação do preço".[18]

Em 1908, a partir das relações estabelecidas entre o Clube de Engenharia (um aparelho da sociedade civil) e o Ministério da Indústria, Viação e Obras Pública (uma agência da sociedade política), também observa-se o papel do Clube como definidor de algumas competências no que se refere à questão da energia.

Em 20/01/1908, o Ministro Miguel Calmon, titular da pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, solicitou ao Clube de Engenharia que organizasse um comitê destinado a representar o país na Internacional Electrotecnical Comission (IEC), fundada em Londres em 1906, com objetivo de promover a unificação da nomenclatura sobre grandezas e unidades elétricas e realizar a classificação dos aparelhos e máquinas elétricas.

Assim, por delegação do governo federal, o Clube de Engenharia patrocinou a criação do Comitê Eletrotécnico Brasileiro. Esta comissão foi formada em 1908, constando de quatro professores: Henrique Morize, Oto de Alencar Silva, Daniel Hemninger e Eugéne Tisserandot, além do empresário Eduardo Guinle.

Na sessão de 16/11/1908 é também explicitada *a* vontade do ministro da Viação que pede ao presidente do Clube de Engenharia que nomeie uma comissão para enviar um parecer sobre a conveniência do Brasil aceitar o convite de participar da criação de uma instituição internacional que regulasse as relações entre a IEC e os comitês fundados em diversos países.[19]

---

[18] Ata da Sessão de 12/02/1906. Revista n°21 de 1910 p. 61. Tentam mostrar que a Guinle & Cia podia oferecer energia elétrica para iluminação na cidade do Rio por um preço muito mais baixo, e que a Light poderia fazer o mesmo. Parecem estar querendo evitar um aval do Clube para uma tarifa que seria extremamente vantajosa para a Light. É importante ressaltar que o Clube de Engenharia não se posicionou nesta questão, deixando de fixar o preço numérico para aqueles preços. É também importante ressaltar que neste período a Guinle&Cia, apesar das inúmeras concessões obtidas pela Light, no Distrito Federal, tinha a pretensão de conseguir reverter esse quadro, apoiando-se no decreto municipal n° 1001(1904) e no decreto federal n° 5.407 (1904). O primeiro proibia a concessão de privilégio exclusivo sobre qualquer aplicação de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro, e declarava que as licenças para tal fim poderiam ser dadas a mais de uma pessoa; e o segundo, permitia ao governo federal contratar qualquer empresa para fornecer energia elétrica aos serviços sob seu controle e garantia que os excedentes de energia produzidos por essas empresas poderiam ser empregados na lavoura, indústria ou para outros fins, com autorização do governo federal.

[19] Ata da 62ª sessão do Conselho Diretor de 16/11/1908, Revista n° 26 de 1913, p. 218, 221-223.

No ano de 1911, nas sessões do Conselho Diretor, foi discutida a formação de uma comissão para o estudo da regulamentação das instalações elétricas, atendendo a proposta de Rodovalho Marcondes dos Reis. O Clube criou uma comissão abrangendo: distribuição de energia elétrica, iluminação, relação de direitos entre empresas e particulares, tração elétrica e, finalmente, viação urbana. Justificando sua proposta na sessão de 1° de agosto, Rodovalho diz que há "necessidade de se marcar as esferas de jurisdição municipal, estadual e federal em matéria de concessão de instalações elétricas".[20] Após discussões, em 16/08/1911, o presidente propôs a nomeação de uma comissão para formular as bases da regulamentação proposta, formada por: Fábio Hostílio, Oto Alencar, José Agostinho, Álvaro Rodovalho e Miranda Ribeiro. Também, em 1911, nova proposta foi lançada objetivando solicitar ao governo federal a nomeação de uma comissão, integrada de cinco engenheiros e dois jurisconsultos, e encarregada de duas tarefas: 1) propor projeto para aproveitamento das forças hidráulicas do país e instalação de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão; 2) organizar os regulamentos relativos às condições técnicas de distribuição de energia elétrica em baixa e alta potência nas cidades e vilas do país, vias públicas, etc. Este grupo queria, com esta proposta mais incisiva, que o presidente Paulo de Frontin nomeasse pessoas capazes de fazer os regulamentos e pressionasse os órgãos oficiais a adotá-los.

O Conselho Diretor resolveu consultar a comissão nomeada em agosto de 1911. Esta, no entanto, não conseguiu "colaboração" de Oto de Alencar Silva, na época inspetor-geral de iluminação e fiscal do governo federal junto à Light & Power, e ainda respondeu que a Inspetoria Geral tinha plena e exclusiva competência para tratar do assunto.

Portanto, a partir das três questões levantadas por nós, baseadas na leitura de algumas atas das sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia – o debate sobre o preço justo para a iluminação na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo diretamente os discursos de Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street; a solicitação do ministro da Viação para a criação de

[20] Ata da 112ª sessão do Conselho Diretor. Revista do Clube de Engenharia, n°28. pp. 191-196.

um Comitê para atuar junto ao IEC; e na questão do debate sobre a regulamentação da energia elétrica -, deixam claro o papel exercido pelo Clube de Engenharia como um espaço de debates, principalmente de questões técnicas do seu campo de trabalho, mas também um canalizador das demandas dos setores industriais, e que tinha intenções de que suas demandas fossem inscritas nas políticas governamentais. Tentamos também mostrar a existência de conflitos dentro do próprio aparelho privado de hegemonia – o Clube de Engenharia-, em que diversos segmentos ou setores do corpo profissional da engenharia rivalizavam pela obtenção da hegemonia sobre a principal instância decisória do Clube – o parecer do Conselho Diretor.

Desenvolvimento e modernização – os eixos do debate intelectual latino-americano entre os anos 1950-1970.

Claudia Wasserman

Essa comunicação é resultado do desenvolvimento de uma pesquisa que tenta mapear e analisar o "*Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional na América Latina: condições de produção e repercussão do conhecimento histórico*". Nessa fase, estou desenvolvendo a análise dos anos 1950-1970. No âmbito dos projetos intelectuais e políticos desse período da história, os temas do *desenvolvimento e da modernização* suplantaram as análises precedentes sobre o caráter nacional. Apesar de terem nascido com uma relação mais forte com as análises econômicas, esses temas transcenderam o âmbito do pensamento econômico para tornar-se parte do vocabulário de toda a intelectualidade latino-americana, sobretudo àquela ligada às humanidades. Se entre os anos 1920-1940 a intelectualidade latino-americana estava preocupada em desvendar as características sociais, políticas e mesmo psicológicas presentes nos seus países, depois da II Guerra Mundial os intelectuais buscaram entender as causas do atraso e os males do subcontinente através da forma da ocupação econômica, do tipo de atividade produtiva e das relações econômicas estabelecidas no interior daquelas sociedades e com os grandes centros do capitalismo.

Em todo o percurso historiográfico acerca da questão nacional esteve presente uma obsessão de buscar as origens dos problemas, dos males latino-americanos. A cada época, foram detectados diferentes motivos que levavam às dificuldades de construção nacional. Primeiramente, eram o clima, a particular geografia e as raças; mais tarde, historiadores, economistas e sociólogos apontaram a dependência e o tipo de atividade produtiva como origem de todos os males. Dentre esses *"males"*, destacou-se o "*problema do desenvolvimento*". Os debates sobre a questão nacional estiveram associados ao diagnóstico das sociedades latino-americanas, ao seu atraso relativo no quesito desenvolvimento econômico e às dificuldades encontradas pelos governos em colocar os recursos materiais e humanos disponíveis a serviço do crescimento nacional. Assim, a questão do desenvolvimento aparece imbricada nos movimentos sociais e nas alternativas de sociedade propostas pelos mais diversos grupos. Sobre o tema do desenvolvimento, o historiador chileno Eduardo Devés Valdés observa que "*su aparición y*

su rápida instalación en el escenário, instalación articulada con la creación de la Comisión Econômica para América Latina (CEPAL), es tan marcante que puede afirmarse que divide el pensamiento del siglo em dos partes." [1].

O tema *desenvolvimento/subdesenvolvimento* terminou por organizar toda a reflexão teórica latino-americana e um conjunto de investigações científicas surgiu a partir de uma constelação de perguntas chaves correspondentes: *quais são as causas de nosso subdesenvolvimento? Que obstáculos têm que ser transpostos se quisermos desenvolvermo-nos? Que tipo de desenvolvimento é viável e qual é o desejável para a América Latina?* Essa constelação de perguntas continua presente no vocabulário latino-americano. Por isso, justifica-se entender a origem desses questionamentos, seus autores, seus contextos e seus projetos. A pesquisa se propõe a traçar o perfil do percurso, suas condições de produção, a narrativa histórica dos atores, seus "*espaços de experiência*", "*horizontes de expectativas*" e o processo de repercussão daquele conhecimento que, "*monumentalizado*", transformou-se na própria História.

Segundo Jaime Osório, *"las ciencias sociales latinoamericanas viven em los cincuenta, sesenta y parte de los setenta uno de los períodos más productivos de su história. América Latina se convierte em el centro de atención de diversas corrientes teóricas, las que – más allá de sus diferencias de enfoques y respuestas – convergen em torno a ciertas preguntas y problemas, propiciando um período excepcional"* [2].

Do ponto de vista metodológico, estou realizando a análise do ambiente histórico onde emergiu essa atividade intelectual e a exegese da produção dos autores, a tentativa de discernir o uso dos conceitos entre a época de sua enunciação e os seus significados atuais, bem como as transformações sofridas pelos mesmos ao longo do tempo e os processos de repercussão, os usos e abusos dessas idéias. Considerando a importância que o tema das possibilidades de desenvolvimento e progresso latino-americano tem suscitado até os dias de hoje, justifica-se estudar as análises e os debates intelectuais realizados em passado recente acerca dessa temática, no intuito de *"conectar nuestro más actual presente com los distintos pasados relevantes que lo explican y que le dan sentido"* [3].

Na América Latina a questão do desenvolvimento perpassou a história na tentativa de diminuir ou acabar com a dependência econômica, cultivando uma identidade histórica específica. Os Estados que se constituem e se consolidam a partir de 1850, aproximadamente, baseavam sua prosperidade na dependência em relação à demanda do mercado internacional e no reforço do autoritarismo e da exclusão política, social e

econômica dos estratos mais pobres da população. Os governos oligárquicos formularam um projeto de nação na medida em que promoveram a eliminação de localismos, barreiras econômicas, estimularam o desenvolvimento de portos, aduanas, correios, telecomunicações, organizaram o sistema métrico decimal e o sistema monetário e regulamentaram o trabalho assalariado, padronizaram a língua através da escolarização, imprensa, etc. e sustentavam que a unidade política nacional devia ser congruente.

Entretanto, as classes sociais que surgiram no bojo do desenvolvimento do setor primário-exportador animadas pela contrariedade em relação às oligarquias, começaram a formular propostas de identificação coletiva e projetos nacionalistas. Eram proletários, camponeses, grupos médios urbanos e uma burguesia industrial e comercial que ascendia, apesar do domínio econômico exclusivista das oligarquias. Os movimentos que as representavam foram, sobretudo, movimentos político-partidários. Apesar dos setores médios, combativos e radicais, e os trabalhadores urbanos e rurais terem colaborado para a desestruturação do domínio oligárquico, foi a burguesia nacional que, pelo menos até 1930, teve condições mais adequadas de impor ou negociar uma alternativa à modalidade oligárquico-dependente. Esta fração burguesa propunha o desenvolvimento econômico via crescimento do mercado interno e da industrialização; a democratização política através de mecanismos parlamentares-representativos; e a modificação do vínculo com o capital monopólico.

Todos esses pontos estão, de uma maneira ou outra, vinculados à questão nacional, ou seja, a melhoria das relações com o capital internacional indica o desejo de um certo rompimento com as relações de dependência, senão totalmente, pelo menos de forma parcial. A internalização dos meios de crescimento e desenvolvimento do país é fundamental para a identificação da riqueza como sendo fruto do trabalho da nação. E, finalmente, a democratização política, ainda que parcial, revela o vínculo entre o trabalhador e a cidadania, que contribui de maneira primordial no sentimento de identificação nacional.

Neste sentido, a análise do percurso intelectual e historiográfico acerca da questão nacional também permitirá uma crítica do pensamento desenvolvimentista e do problema da dependência. Junto com o conceito de desenvolvimento sobressaíram ou renovaram-se outros grandes temas como nação e nacionalismo, modernização, dependência, autonomia, identidade, revolução, democracia, integração e reformas estruturais.

Esses conjuntos de conceitos articularam-se em projetos de nação e compuseram o ***cenário*** onde atuavam os "*desenvolvimentistas*" (assim foram chamados genericamente

os teóricos burgueses nacionalistas) - ***protagonistas***. Seus debates – ***enredos*** – em torno dessa articulação e os significados atribuídos a cada uma dessas palavras-chave, assim como o conjunto epistemológico particular de cada grupo intelectual era diferente, conforme as perspectivas epistemológicas e políticas dos grupos em disputa.

O conceito de desenvolvimento, por exemplo, foi muitas vezes utilizado como sinônimo de crescimento econômico, mas na maior parte das análises da época, queria dizer muito mais do que isso. Podia significar *"crescimento autônomo"*, assim como, dependendo do *"lugar de enunciação"* do discurso, poderia não estar apenas ligado aos fatores econômicos, mas estar acompanhado pelos fatores políticos, sociais e culturais. Ao longo do período selecionado para a pesquisa, o conceito de desenvolvimento foi associado à industrialização, ao progresso tecnológico, à urbanização, ao aumento da renda per capita, como também significou uma melhoria geral das condições de vida das massas urbanas e rurais (saúde, educação, moradia, alimentação). O "*desenvolvimento*" também foi considerado condição para a governabilidade, a democracia e a construção da nação e da nacionalidade.

Em todos os casos, os intelectuais estavam fazendo, através dessa luta semântica, um diagnóstico do presente, com base na história (passado) e tentando projetar o futuro. Segundo Reinhart Koselleck *"La lucha semántica por definir posiciones política o sociales y en virtud de esas definiciones mantener el orden o imponerlo corresponde, desde luego, a todas las épocas de crisis que conocemos por fuentes escritas. Desde la Revolución Francesa, esta lucha se ha agudizado y se ha modificado estruturalmente: los conceptos ya no sirven solamente para concebir los hechos de tal o cual manera, sino que se proyectan hacia el futuro"* [4]. Particularmente nas sociedades industriais, essa luta semântica se intensifica a partir dos conceitos que dizem respeito a essas atividades econômicas: *"desde que la sociedad entro en el movimiento industrial, la semántica política de los conceptos referidos a dicho movimiento proporciona uma clave de comprensión sin la que no se podrían concebir hoy los fenômenos del pasado"* [5].

No caso da América Latina isso é particularmente intenso na medida em que o próprio processo de industrialização gerou um debate sobre as suas características e as possibilidades de produzir um desenvolvimento autônomo, progresso e modernização. Neste sentido, os conceitos relativos ao "*desenvolvimento*" latino-americano, como dependência, modernização, capitalismo autônomo, projetavam cada vez mais as esperanças e anseios do futuro, estavam cada vez mais próximos do que Koselleck chama de "*horizonte de expectativas*" e, proporcionalmente, se afastavam mais do

passado e do presente, do próprio "*espaço de experiência*". Constituíram-se como utopias.

Entre os esforços analíticos empenhados em buscar a solução conjunta para os problemas latino-americanos destaca-se a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), fundada em 1949. A Economia Política da CEPAL foi expressa, pela primeira vez, em um estudo publicado em Nova York, "*Economic Survey of Latin America*". Nasceu para explicar a natureza do processo de industrialização que eclodira entre 1914 e 1945, para analisar os problemas e desequilíbrios desse processo em países periféricos e com o objetivo de alertar para a idéia de que a industrialização era o único caminho contra a miséria e contra a dependência em relação aos centros mundiais do capitalismo.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello, expoente do pensamento cepalino,

> *"Todo o espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação" "A industrialização aparece como o momento crucial de constituição da Nação, como modo da Nação se tornar realidade, deixando de ser o que era, uma quase-ficção."* [6].

Para os cepalinos - como Raul Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto, Oswaldo Sunkel, entre outros - a dependência e a miséria eram resultados da situação periférica, frutos do "*modelo de crescimento para fora*". Propunham uma nova etapa no desenvolvimento latino-americano, de "*desenvolvimento para dentro*", onde o centro dinâmico da economia se deslocasse para "*dentro da Nação*". Isso, segundo os estudiosos da CEPAL, só seria possível através da planificação da economia e "*da interiorização dos centros de decisão*", ou seja, "*substituindo a variável exógena demanda externa pela variável endógena investimento como motor da economia, equivale ao deslocamento para o interior da Nação, dos centros de decisão*".

Na luta pela industrialização nacional, os cepalinos acreditavam que uma "*política bem orientada*" poderia remover os "*obstáculos estruturais*" como, por exemplo, a "*fragilidade da demanda*", o "*desemprego estrutural*" e a "*escassa capacidade de poupança*". Os cepalinos participavam ativamente das políticas econômicas governamentais e acreditavam na possibilidade de remoção desses obstáculos através de "*reformas estruturais*".

A partir da década de 1960, no entanto, o fracasso quase generalizado das políticas de industrialização, a dificuldade dos governos denominados populistas ou nacionalistas em colocarem em prática as chamadas "*reformas estruturais*", a eclosão da Revolução Cubana e a escalada de terror militar implementada a partir do golpe de 1964

no Brasil, foram os elementos concretos que fizeram ruir parte das análises teóricas em voga.

No plano teórico, surgiu a Teoria da Dependência para explicar a "*não-industrialização nacional*" e tentar responder a questão-chave que os cepalinos não puderam explicar: diante de recursos materiais e condições humanas propícios, adequados e suficientes, porque os países da América Latina não se desenvolvem?

O trabalho mais importante da Teoria da Dependência, e que deu nome a essa escola de pensamento econômico e sociológico na América Latina, foi, sem dúvida, "*Dependência e desenvolvimento na América Latina - ensaio de interpretação sociológico*", de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto [7]. Oriundos dos quadros da CEPAL, esses autores criticavam o "*dualismo estrutural*" - em voga nos anos 1930 e 1940 - e o pensamento cepalino; propunham uma "*análise global do desenvolvimento*"; e discutiam exaustivamente a importância dos componentes internos e externos em relação às possibilidades de desenvolvimento e libertação nacional.

Enquanto os cepalinos acreditavam na possibilidade de desenvolvimento através da interiorização dos centros de decisão e da nacionalização da economia, preconizando um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, os teóricos da dependência propunham a análise do "*não-desenvolvimento*" através da discussão do conceito de "*dependência*". Estudaram a dicotomia entre países centrais e periféricos e acreditavam que o processo de diferenciação no desenvolvimento de uns e de outros havia ocorrido porque os primeiros haviam sido "*colônias de povoamento*", enquanto os últimos haviam sido "*colônias de exploração*".

Além disso, o grau de dependência dos países periféricos seria determinado segundo a "*integração das classes médias ou não ao bloco de poder oligárquico*" e conforme o tipo de controle sobre a atividade produtiva que tinham as "*elites nacionais*", quais sejam, "*controle nacional*", "*economia de enclave*" ou "*não vinculação com o capitalismo mundial*".

Assim, por exemplo, segundo essa análise, tendo o Brasil sido uma "*colônia de exploração*", cuja integração das classes se dava através da "*incorporação dos setores médios tradicionais combinado com uma crise da dominação oligárquico-burguesa*" e onde existia o "*controle nacional do sistema produtivo*", seu desenvolvimento e grau de dependência é diferente do México onde ocorrera "*incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico*" ou da Argentina onde houve "*incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora*" [8]. Logo, segundo os autores,

a dependência será diferente e a luta contra ela também. É evidente que as particularidades dos países em questão têm a maior importância na luta contra a dependência, entretanto, reduzir a Revolução Mexicana, por exemplo, à "*incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico*" é um exagero de retórica que implica explicitamente num desejo de não enunciar determinados conceitos.

Independente das inúmeras críticas econômicas e sociológicas que surgiram a esse estudo – como pouca análise econômica, tipologia insuficiente, escassa análise pós-45, não modificação da periodização cepalina, semelhança em relação à interpretação cepalina sobre os períodos de transição de uma fase a outra da economia – ressalta, para os objetivos da presente discussão, a característica marcadamente nacionalista da análise desenvolvimentista. A perspectiva desenvolvimentista, assim como a atração pelos modelos externos, não haviam sido de fato superadas e os teóricos da dependência propunham, na realidade, o entendimento do conceito de "dependência" como forma de completar a industrialização e o desenvolvimento nacional, através da união das classes sociais. A "dependência" se erguia como dimensão única da análise e o conflito entre países dependentes e Estados imperialistas ocupa parte central da discussão.

Isso, segundo Agustín Cueva, marxista equatoriano, crítico feroz da teoria da dependência, promove alguns esquecimentos fundamentais:

> *"... não se pode dejar de constatar, sin embargo, las claras insuficiencias explicativas del concepto "dependencia", sobre todo cuando se dejan de lado conceptos básicos como: fuerzas productivas, relaciones sociales de producción, clases y lucha de clases; o bien, se los remplaza por categorias tan ambiguas como: "expansión hacia afuera", "colonias de explotación" o "de población", "grupos tradicionales" y "modernos", "integración social" etc."* [9]

A teoria da dependência tornou-se hegemônica no pensamento latino-americano e inculcou no grosso da intelectualidade da América Latina a convicção de que a "*nossa história*" é tão original que não caberia encaixá-la dentro de conceitos e teorias (moldes) forâneos. Tratava-se naturalmente de justificar teoricamente certas vias políticas também originais.

Em consonância com as idéias intelectuais em voga, neste período, os governantes denominados populistas ou nacionalistas tentavam diluir a questão da luta de classes, que apareceu com força na luta pelo socialismo (Revolução Cubana), e faziam um discurso voltado para as aspirações de unidade ontológica. Esta foi a base do

moderno pensamento latino-americano. Assim, inauguramos o tempo presente e o pensamento contemporâneo, nos perguntando sobre a nossa identidade, sobre a questão nacional e os autores continuaram apegados às teses de existência prévia de uma identidade que é, segundo eles, constantemente obstaculizada pelos "outros".

---

[1] DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latino-americano em el siglo XX. Desde la CEPAL ao neoliberalismo.* Buenos Aires: Biblos, 2003, p. 21.
[2] OSÓRIO, Jaime. *Fuentes y tendências de la Teoria de la Dependência.* In MARINI, Rui Mauro & MILLÁN, Márgara. *La Teoria Social latino-americana. Subdesarrollo y dependência.* México: El Caballito, 1994, p. 157.
[3] AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *América Latina, história y presente*. Michoacán: Red Utopia, 2001, p. 38.
[4] KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado*, p. 111.
[5] Idem, ibidem.
[6] CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1986, 5 ed., p. 20 e 21. A primeira edição é de 1982
[7] CARDOSO, F. H & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 6 edição. A primeira edição é de 1970
[8] Idem, ibidem, capítulo IV.
[9] CUEVA, A. *Teoria social y procesos politicos en America Latina.* México: Edicol, 1979, p. 23.

HISTÓRIA E IMAGENS: UMA ANÁLISE DA OBRA "OS FILHOS DE CAIM" DE BRONISLAW GEREMEK

Claudinéa Justino FRANCHETTI - UEM

Este trabalho visa analisar as representações da pobreza existente nas cidades francesas, no inicio da Era Moderna. Para isso, utilizei as gravuras de Jacques Callot presentes na obra de Bronislaw Geremek[1] "Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia – 1400-1700". Estudei o modo como os homens pobres aparecem nas literaturas e gravuras que os retratam nos ambientes dessas cidades, realizando uma análise centrada na história cultural. No resultado da pesquisa foi concluído que, as literaturas e imagens elucidadas, que eram objetos de poder da elite, deram sustentação a difusão da positividade do trabalho, propondo uma disciplinarização da mão-de-obra ociosa, a medida que, alertava à sociedade francesa para a restrição das esmolas.

A partir dos aspectos elucidados, é viável analisar a correlação texto/imagem. Dessa forma, em um primeiro momento, trabalharei com a gravura que tem como tema "*The Hospital"(1632)* e que faz parte da coleção *Lês petites misères de la guerre*. Num segundo momento trabalharei a gravura *"Capitano de Baroni"(1622)* que faz parte da coleção *Les Gueux*, ambas criadas por Jacques Callot e presentes, como ilustração da obra "*Os filhos de Caim*"de Bronislaw Geremek.

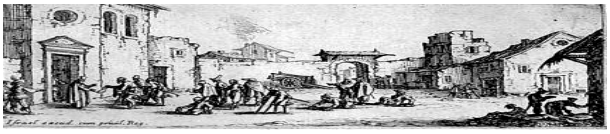

Na gravura acima, que traz como tema "*The Hospital*", Geremek a intitula como "Inválidos nas portas do hospital à espera de esmola". Nesta gravura são visíveis num primeiro plano, cerca de 24 pessoas no pátio do hospital. À porta do hospital há duas pessoas que trajam roupas semelhantes às de sacerdotes. Espalhados pelo pátio, podemos ver uma grande

quantidade de aleijados e mendigos que se encontram em primeiro plano na imagem. Esses personagens estão mal trajados, quase todos possuem chapéu, e em alguns desses chapéus possui um pena, que para a sociedade da época era símbolo de mendicância. Os mendigos que se aproximam de um suposto sacerdote, à porta do hospital, encontram-se descalços. Alguns personagens que estão espalhados pelo pátio carregam consigo uma espada, o que se liga ao trabalho de Callot, que possui uma vasta obra sobre *Lês petites misères de la guerre.* Relacionando a esses últimos personagens Geremek salienta uma categoria "os *drillers* ou *narquois*, que é composta por ex-soldados que esmolam armados".

Nesta imagem é saliente também uma certa hierarquização social, a medida que, um grupo de aleijados e mendigos se aproximam de um personagem capaz de lhes conceder alguma ajuda, para isso lhes apresentam uma carta, provavelmente uma carta de autorização para esmolar, que a literatura francesa aborda como um dos meios mais fáceis de originar fraudes, já que as cartas eram facilmente falsificadas. Um dos aspectos mais salientes dessa imagem consiste na utilização do cajado. Vale dizer que na coleção elaborada por Callot, *Les Gueux* a presença do cajado acompanha quase todos os personagens representados. Nesta gravura também, servindo para dar apoio aos deficientes. Segundo a literatura francesa, o cajado consistia em um objeto de dupla finalidade para os "vagabundos", o de despertar compaixão e para se defenderem de cachorros que viessem a atacá-los. Relacionando com a literatura da época, Bronislaw Geremek cita através da obra *Lê jargon* de Oliveier Chereau "os *franc mitoux* que eram simuladores de doenças e geralmente se apoiavam em um cajado, eram também chamados de *écames,* isto é, inválidos" (GEREMEK, 1995: 166).

Em primeiro plano e no centro do pátio do hospital, encontram-se três deficientes que se apóiam em uma espécie de tábua, a figura nos dá a representação de estarem se locomovendo em direção ao hospital, através dessas tábuas. A representação desses personagens por Callot se liga a uma citação tirada por Geremek da obra *Le Jargon* que demonstra "aleijados e inválidos, sem as pernas ou paralisados, que se movem com o auxilio de

pequenas tábuas ou carrinhos, mas nas reuniões de mendigos recuperam totalmente as forças e saltam como se fossem equilibristas ou malabaristas"(GEREMEK, 1995: 168).

À direita, à sombra de uma casa, encontra-se um homem esticado em uma espécie de colchão de palha, sendo observado por dois personagens, um que se curva, nos dando a idéia de um sacerdote ministrando a extrema-unção, ao lado há um soldado portando uma espada que observa essa cena. Aos pés desse colchão de palha vimos um personagem sentado, numa posição desanimadora, enfadada, e que olha atentamente a massa de miseráveis ao centro. Uma cena que alude ao trabalho de Jacques Callot in *Lês petites misères de la guerre,* que retrata tanto mendigos, quanto soldados feridos realmente pela guerra e outros que simulavam ferimentos.

Como cenário para esses personagens, temos uma cidade. Uma cidade dotada de uma arquitetura que representa resquícios do período medieval, presentes na forma das portas e janelas e principalmente na permanência da muralha considerada como um símbolo medieval, contudo, ao fundo vemos casas transpondo essas muralhas como sinônimo de crescimento dessa cidade, que ocorre na realidade no início da era moderna.

Trabalhando com a seguinte gravura *"Capitano de Baroni" (1622)* que faz parte da coleção *Les Gueux*, de Callot, e relacionando com a literatura francesa estudada por Geremek, é imprescindível fazer uma relação entre essa figura e a "*Monarquia de Argot*" e os fragmentos tirados por Geremek das obras *La vie génereuse* e *Lê jargon.*

Segundo Geremek, "por volta de 1660, a vasta obra de Henri Sauval sobre a história de Paris circulava em manuscrito no meio culto da metrópole" só fora publicada em 1724, por ter alvoroçado o mundo parisiense com descrições escandalosas e espantosas. Ao estudar os

panfletos que compõem a obra *La vie généreuse* (1596) e *Le Jargon*, Sauval trabalhou também com a idéia de uma monarquia, a "Monarquia do Argot".

Na Monarquia do Argot, segundo os estudos de Geremek, verifica-se que, para os escritos da época, os mendigos possuíam uma monarquia, uma organização definida como *argotiers,* consistindo em pobres encontrados nas feiras, festas religiosas e nos mercados. Há indícios de que a organização fora iniciada por estudantes vagabundos, que se juntaram com mendigos, malandros e ladrões e adoram a linguagem secreta e os costumes dos vendedores ambulantes. Com o passar do tempo os ladrões se separaram da monarquia que continuava grande. A monarquia dos mendigos, como outras, possuía um rei e uma hierarquia.

Dessa forma, a Monarquia de Argot consistia em uma organização política regida por um monarca eleito e sujeito ao destronamento pelo aparelho de funcionários ou dignitários e pelo parlamento. Assim os laços entre o rei e os súditos tinham um caráter tributário, ou seja, os súditos manifestavam sua subordinação ao poder do monarca através do tributo, havendo toda uma hierarquia dentro da organização da monarquia.

Percebe-se na gravura de Callot que o mendigo estampado em primeiro plano, carrega nas costas uma bandeira gravada "*Capitano de Baroni*". Uma inscrição em língua italiana, em razão de Jacques Callot ter trabalhado na Itália de 1604 a 1621, pois, fez esta gravura após ter retornado a Nancy, na França. *Capitano* tem o significado capitão para a língua portuguesa. De acordo com a gravura e a literatura francesa trabalhada *capitaine* era sinônimo de capitão dos mendigos, que era responsável pela organização dos mendigos de acordo com a técnica de mendigar de cada um e que corresponderia a determinados territórios, pois "numa das obras poética menores do fim do século XV mencionam-se o *rei dos peregrinos intinerantes,* chamados vagabundos ou mandriões" (GEREMEK, 1995: 160). Nessa gravura, em segundo plano e mais à direita, pode ser visto dois mendigos que caminham paralelamente ao mendigo intitulado por *Capitano*, como se estivessem o acompanhando.

Segundo Geremek, “no século XVI prevaleceram narrativas sobre um capitão chamado Ragot, na França, o que contribuiu para que se generalizasse a convicção da existência de uma organização particular de vagabundo e de um rei. Todavia, independentemente da lenda, pode ter existido um certo tecido de fatos reais” (1995, 160). Geremek fez esta afirmação por ter pesquisado e concluído que o capitão Ragot teria procedido de Angers, de uma família burguesa, e teria escolhido a vida de mendigo se aprimorando nas técnicas a fim de obter a perfeição na mendicância. Dele falaram Rabelais, Noel du Fail e outros, sendo chamado *capitaine* e que trata dos mendigos de Paris como seus súditos, e sobre isto comenta Geremek “eis – queixa-se o capitão – que as autoridades fazem de seus doentes homens sãos, e os zarolhos, corcundas e coxos são obrigados ”a andar direito”, ou seja, abandonar a simulação (1995: 160).

Através dessa representação literária e observando a representação imagética criada por Callot, podemos ver afinidades entre ambas. Uma vez que, o “mendigo capitão” apresentado em primeiro plano demonstra algumas das técnicas de mendicância já apontadas, como o braço apoiado por uma atadura, roupas rasgadas, o chapéu com uma pena que para a sociedade francesa da época, e presente em quase todas as gravuras de Callot na coleção *Lês Gueux*, simbolizava a “profissão” do mendigo. Também é perceptível a sua face barbuda, demonstrando um sofrimento agonizante.

Para Sauval os textos retirados de *Le Jargon*, *La vie géneréuse* são espécies de descrições documentais. Mas existem questionamentos sobre a existência da monarquia de Argot. Pois, ao partir do principio de que se trata de visões literárias distintas, não devemos reduzi-las a um mínimo denominador comum, pois, não sabemos qual foi sua relação com a realidade. É preciso também, questionar acerca da certeza da existência de uma organização hierárquica dos grupos marginais, e dos elementos de observação da realidade social contidos nessa convicção. Dessa forma, o ponto de referência comum a todas as obras que tratam da monarquia, parte da organização dos vendedores ambulantes, que era dotada de rei e uma hierarquia de funções.

A Monarquia do Argot era semelhante à monarquia dos vendedores que sempre foi fiscal; ligada ao funcionamento do tesouro real e aos privilégios reais. Possuía costumes particulares, formas de vida coletiva e a solidariedade entre os homens itinerantes, além de uma língua própria. Na consideração dos contemporâneos, os mascates eram vistos como um grupo esotérico, suspeito. Contudo, existem semelhanças e distinções entre a monarquia de Argot e a dos vendedores. Quanto às semelhanças elas podem ser resultados de uma contaminação literária ou de uma assimilação dos costumes da profissão de mascate pelos da profissão de mendigo itinerante. Essa assimilação pode ser própria da realidade social, pois, o modo de vida itinerante aproximava os vendedores dos mendigos e até os misturava. E a convivência entre os vendedores e vagabundos poderia certamente levar a uma interpenetração dos costumes entre esses grupos. Vários textos literários tratam dessa questão.

Assim, a literatura francesa fornece um bom número de representações da organização interna do meio dos mendigos e vagabundos. Essas representações são vistas de várias maneiras sugerindo até uma organização militar ou estatal. Todavia, a convicção de que existe uma organização geral de toda a profissão parece ter raízes firmes na mentalidade dos homens dos séculos XVI e XVII, e sendo continuamente alimentada pela literatura popular e pela transmissão oral. Pode ser observado então que, a organização do mundo dos mendigos dispõe de estruturas coordenadas estáveis e localizadas. Tratando-se de vigaristas e ladrões que viviam da caridade, tentando conquistar a amabilidade da opinião pública, sem entrar em conflito direto com a lei. E em todas as descrições subsiste a convicção de que nesse meio há uma especialização profissional resultante de uma divisão de trabalho específica e nítida.

A obra *Lê jargon* demonstra a hierarquia existente dentro da profissão de mendigo com o pagamento de taxas de acordo com as funções ocupadas.

Mediante essa discussão, pode ser traçado, segundo Bronislaw Geremek, um paralelo do mundo dos mendigos com o mundo do trabalho, pois, em todas as descrições e argumentações sobre a especialização dos mendigos, torna-se claro a ligação entre logro e

trabalho. A especialização profissional e o uso de técnicas adequadas e dos instrumentos necessários, impõem o exame do meio dos homens da fraude com as categorias do mundo do trabalho.

Também, é preciso observar que em alguns casos, nem todos os mendigos são apresentados como vigaristas, ou seja, no interior de algumas categorias os simuladores ficam ao lado de doentes verdadeiros. Esse é um elemento que fortalece a visão da divisão do trabalho, conferindo aos mendigos uma legitimidade no exercício da ocupação de acordo com a doutrina caritativa tradicional.

A divisão interna do meio dos mendigos tinha por base os elementos de uma organização corporativa semelhantes às corporações artesanais, com existência legal, estatutos próprios e privilégios reais. A hierarquia interna da profissão se assemelhava aos princípios da organização da vida corporativa, pois, encontramos nela três graus na vida das corporações e na carreira artesanal: o aprendiz, o praticante e o mestre. Mas a estrutura da vida corporativa acaba sendo atribuída tanto aos ladrões quanto aos mendigos. Na apresentação das categorias dos mendigos vimos também que a didática de ensino da profissão de mendigo tinha por base a peregrinação.

Realizando uma analogia com a gravura "*Capitano de Baroni*" é perceptível que o mendigo representado por Callot está inserido em um local de peregrinação. Isso em razão de, em segundo plano estar estampado varias igrejas, assim como, peregrinos e mendigos que se misturam. Com isso, percebe-se um ponto em comum entre a literatura e a gravura de Callot, principalmente porque na obra *La vie généreuse* "a melhor organização é a dos vagabundos-mendigos, *Les gueux*", e a coleção na qual pertence à obra "*Capitano de Baroni*", chama-se também *Lês Gueux.*

Na representação da organização social da Monarquia de Argot o determinante fundamental da participação em tal monarquia é a mendicância, entrelaçada com o logro, esperteza e charlatanice; fora dessa monarquia ficam o banditismo, pilhagem sangrenta e a

criminalidade ligada a violência; há uma divisão social do trabalho como base da diferenciação interna; essa separação pode ser expressa através de terminologia política, as quais se superpõem os conceitos de Estado, privilégio, dependência ou homenagem e um regime das corporações das cidades. A participação dos grupos marginais na vida social e a socialização dos mesmos se realizavam na organização corporativa. Isso também confirma a ligação do mundo dos mendigos e dos vagabundos com a cidade.

É de igual importância salientar também a comunidade de língua, costumes e história desse meio, verificando que o caráter compacto da Monarquia de Argot e da organização corporativa dos elementos que a constituem é acompanhado pelo senso da unidade e solidariedade dos seus membros. Conclui-se isso através da representação literária utilizada, mas podem ser consideradas como parte da realidade. Em outras palavras, formar-se um conjunto cultural entre os grupos. Assim a consciência comunitária pode ser observada em três planos: na língua, costumes e na ideologia.

Sob um aspecto geral, literatura e imagens se inseriam no âmbito de uma moderna reforma das instituições de assistência social e serviam para dar sustentação as mudanças de atitudes da sociedade para com os marginais. A mentalidade de dar esmolas indiscriminadamente deveria cair por terra em uma sociedade cada vez mais moldada pelas práticas capitalistas, em que o trabalho cada vez mais era sinônimo de positividade. Dessa forma, ambas consistiam em instrumentos de poder por parte da elite francesa.

---

[1] GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700.* Tr. Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A Trajetória da Armada da República Argentina •

CLÁUDIO DE C. SILVEIRA – UNESP/Franca

A Democratização e o Enquadramento dos Militares Argentinos

Com a democratização, os governos Alfonsín e Menen procuraram subordinar as Forças Armadas (FFAA) ao poder civil e por fim à influência Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no seio militar, mas não deixaram de ter vários problemas, como no caso dos levantes de Aldo Rico e Seneldín, respectivamente em 1987 e 1988, e as questões decorrentes da Lei de Obediência Devida e a institucionalização da Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). Tais procedimentos contaram com algumas resistências de setores militares argentinos em se auto-depurarem. As propostas de reforma das FFAA envolveram notadamente a educação e a sua fundamentação doutrinária, que passou a ser orientada para a preparação militar para atuar nas missões externas, desmilitarizando as questões de segurança pública e subordinando s militares aos civis. Mormente, todas as controvérsias dos governos Alfonsín e Menem, estes objetivos parecem ter logrado algum êxito, conforme está consubstanciado na Lei de Defesa Nacional, promulgada em 1988. O projeto político-institucional preconizava nos anos 80 a capacitação e a integração das FFAA argentinas com a sua finalidade voltada para o emprego no contexto internacional, evitando deslizes como os acontecimentos nas Malvinas. Assim, o próprio Ministério da Defesa (MINDEF) teria maior legitimidade e força para a elaboração e implementação do planejamento voltado para esse fim. As políticas de pessoal passariam a ser homogeneizadas para facilitar tal planejamento e a aplicabilidade das operações e o reforço dos exercícios combinados. Mas, a

• Este texto é parte da nossa pesquisa de pós-dutorado, intitulada: ***A Formação Militar-Naval Brasil-Argentina no Contexto da Cooperação Regional,*** feita na UNESP-Franca (ago. 2003 e jul. 2005) e financiada pelo CNPq.

permanência de questões corporativas e autônomas permitiu que, na prática, cada Força fizesse a sua própria reforma, de acordo com as peculiaridades e interesses de cada uma delas.

O debate parlamentar em torno desse tema foi bastante intenso, o que incluiu as possibilidades de missões internas e externas dos militares, envolvendo o governo e as oposições, além das reivindicações da sociedade civil. Houve uma orientação para a organização de um sistema de defesa nacional, da política de defesa e da política da ciência e tecnologia voltada para a defesa. Além disso, havia a necessidade desestruturar os padrões ideológicos e culturais das FFAA. O resultado parece ter sido a melhoria da socialização e educação profissional-militar, que se estruturou no mérito, na disciplina, na aptidão e capacidade de renovação do pessoal. Tais mudanças da educação militar argentina possibilitaram a abertura das instituições castrenses aos civis e maior compreensão destes sobre a carreira e a identidade profissional militar, o que resultou nas tentativas de superar a ignorância tradicional que reinou em muito nos dois mundos durante um bom tempo.Um novo ordenamento institucional como esse pode criar um clima de maior confluência que confrontos entre os países do subcontinente e possibilitou a construção de parâmetros de defesa e segurança regional, sem que isso fosse confundido com segurança interna.As mudanças implementadas contribuíram para a "queda do Muro de Berlim" dentro do contexto latino-americano, separando claramente defesa nacional e segurança interna[1] Entretanto, pode-se observar que houve um refluxo no controle civil sobre os militares no governo do presidente De La Rua, o que foi acompanhado do "fracasso no exercício de mando" e da "incipiente autonomia" dos militares no alcance de novas missões e funções. Isso se demonstrou na discussão proposta por alguns, a respeito do preparo e do emprego militar em missões internas. Este é o caso dos riscos sobre

[1] RODRIGUEZ, G. **Aqueles Soldadinhos de Chumbo...: reforma e doutrina militar na presidência de Raúl Alfonsín através do processo de promulgação da lei de defesa nacional (1983-1988)** , Dissertação de Mestrado em História, FHDSS—UNESP-Franca, 2004.

a infiltração terrorista da Al Qaeda, na Tríplice Fronteira, a partir do atentado ocorrido nos EUA em 11 de setembro de 2001[2].

A Reestruturação Militar e a Armada Argentina

Não obstante tais problemas, a montagem de um quadro político-institucional que pudesse ser efetivamente considerado adequado ao contexto democrático foi se desenvolvimento através da elaboração do Libro Blanco em 1999 pelos argentinos, onde, dentre outros aspectos chama à nossa atenção o explicitar da necessidade de intercâmbio, cooperação e integração regional na área de segurança e defesa. Tal publicação foi considerada como um "ponto de inflexão" na relação entre os civis e os militares e no aperfeiçoamento institucional, apesar de críticas. [3]

Os avanços institucionais esbarram em maior aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Nacional, na falta de conexão com o instituído legalmente e a situação política vigente e a existência de indefinições, contradições e anacronismos de percepção estratégica que necessitavam ser revistos pelo governo dentro de um novo contexto interno e externo. Particularmente, o autor chama atenção para as tentativas de remilitarização da segurança pública depois do 11 de setembro através da reestruturação operacional das FFAA, como a Armada da República Argentina (ARA) e a da Prefeitura Naval e, ainda das tentativas de mudanças na legislação sobre o serviço de inteligência. Porém, os caminhos adotados parecem indicar uma melhoria da situação, com o tratamento da defesa como uma política de estado e conforme indicam as intenções do documento de Revisión de la Defensa 2001 e com o projeto La Defensa Nacional

[2] LÓPEZ , E. **Relaciones Civiles-Militares: pasado, presente y futuro,** Seminário Redes 2003 CHDS / NDU, Santiago do Chile, out. 2003.

[3] SAIN, M. **F El "Libro Blanco de la Defensa Nacional" en la Argentina: Logros y desafíos de la política de defensa y militar argentina en los comienzos del milenio.** Seminário REDES 2002 CHDS / NDU, Brasília, DF, ago. 2002.

Em outro texto, Sain fez outra análise da situação Argentina onde trata da subordinação militar e da condução civil nas últimas décadas a partir dos governos desde Alfonsín a Kirchner. Ver SAIN, M. F. **Los Civiles y la Defensa Nacional en la Argentina** Seminário REDES 2003, Santiago do Chile, out. 2003.p. 4.

en la Agenda Democrática, feito pelo atual governo. A expectativa é grande, mas deve-se esperar pelos resultados, em função das condicionantes políticas e da capacidade de condução do poder civil.

Assim, o processo de emergência das "novas ameaças", com os atentados terroristas aos EUA, suscitou a tentativa de redefinição das atribuições constitucionais, conforme fez o ministro da defesa Horácio Jaunarena fez para que as ARA se fundisse á prefeitura Naval, criando assim a Marinha Argentina. O propósito seria o de dotar a corporação de capacidade operativa para as missões de segurança interna e a redução dos custos. Houve um enorme rechaço a tal proposta tanto da parte de civis quanto da parte dos militares. Porém, a confusão estabelecida não abalou seriamente a relação entre civis e militares, mas significou um certo temor de retrocesso institucional em função do avanço Alcançado nos últimos anos. É certo dizer que, apesar disso, o quadro de ordenamento institucional se completou em 1999, posteriormente à promulgação de outras peças jurídicas importantes, tais como a Lei de Segurança Interna, de 1991, a Lei do Serviço Militar em 1994 e a Lei do Recrutamento Militar em 1997. Tal contexto representou a necessidade da adaptação aos novos tempos, de acordo com a perspectiva de valorização da democracia. Neste contexto, verificamos que uma nova mentalidade teve que ser adotada no âmbito civil e militar. A cultura militar foi reformulada de uma postura isolacionista para a aceitação da supremacia da democracia. Para tanto, não somente o Poder Executivo, mas também o Poder Legislativo e o Poder Judiciário deram uma grande contribuição. Isto possibilitou a construção de consensos destro do Congresso, que passou a agir protagonicamente na valorização e na aplicação da defesa como uma política pública. As resistências civis e castrenses, assim, puderam ser mais facilmente quebradas. [4]

Outro ponto importante foi a participação da sociedade civil nesse contexto, através das ONGs, imprensa, universidades e partidos políticos. É extensa a lista de eventos e

[4] MARTINEZ, P. **La Reestruracion de las Fuerzas Armadas y el Rol del Congresso,** La Paz, CHDS/ NDU, 2002.

associações civis que estiveram presentes nos debates. Neste caso, é significativo registrar a ausência da maioria das universidades públicas, que permaneceram no cultivo do antimilitarismo acadêmico, fruto dos descaminhos institucionais do passado recente. De todo modo, algumas iniciativas importantes foram feitas no campo educacional, como o intercâmbio entre a Universidade de La Plata e a ARA para a formação dos seus oficiais no setor acadêmico. Outras universidades, como a Universidade del Salvador, Universidade Torquato di Tella, Universidade Católica e a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidad de Buenos Aires (UBA) tem dado a sua contribuição.

No tocante à Lei de Reestruturação das FFAA alguns aspectos da formação militar devem ser levados em conta. Primeiro, o caso do fortalecimento da capacitação dos quadros e racionalização e aperfeiçoamento da capacidade operacional militar. Aqui a ARA sofreu transformações ao ter que abrir mão da aviação embarcada com a venda de seu porta-aviões, a despeito de manterá a perspectiva de se organizar como uma Marinha de águas azuis. Do mesmo modo, os fuzileiros tiveram que diminuir suas embarcações a abrir mão do seu navio de desembarque por razões orçamentárias. Este é um tema bastante sensível, pois o problema das restrições orçamentárias afeta a formação e o treinamento militar na ARA e em todas as demais Forças, impedindo um planejamento mais adequado a médio e longo prazo, como podemos observar no questionamento feito por analistas argentinos a serviço do Estado-Maior Conjunto do MINDEF. [5] Segundo, a racionalização organizacional igualmente afetou a formação ao reduzir o efetivo em nome do primado da qualidade sobre a quantidade. Houve também a o uso de pessoal egresso das universidades civis por causa dos imperativos financeiros. Mas isso se tornou um passo importantíssimo a partir de 1992, pois nenhum militar de grau de suboficial para frente poderia permanecer nos quadros

[5] MINISTERIO DE DEFENSA- ESTADO MAIOR CONJUNTO DE LAS FUERZAS ARMADAS, **Estudio Comparado de Las Políticas de Defensa.** Op. cit. 2003.p. 200.

castrenses sem a formação de nível superior, conforme explicou-nos o vice-diretor de ensino da ARA, o capitão-de-mar-e-guerra Daniel Martin.[6]

A contribuição das universidades civis se deu ainda da formação dos oficiais em disciplinas e áreas de conhecimento existentes no sistema de ensino e aplicáveis ao mundo profissional militar. Tal fato contribuiu para a melhoria das condições no relacionamento entre civis e militares, criando um impacto positivo no ensino castrense e no acadêmico. Este aspecto é visto por nós como bastante importante porque não só economiza recursos materiais como também amplia as possibilidades da sedimentação da idéia de que a defesa é uma política pública, que possui vários pontos de contato com as diversas áreas da formação técnico-profissional existentes na vida social. O uso de pessoal civil na formação dos militares é um ganho para ambos os setores porque promove maiores condições políticas de respeito mútuo, às instituições democráticas e desfaz laços corporativistas dentro e fora dos quartéis. O funcionamento da educação como um fator de "reconciliação" entre militares e civis, na Argentina democrática, foi também admitida por Andrés, [7]segundo as exigências do Ministério da Educação, para o caso da realidade do Exército.

Em nosso entendimento, a crise econômica e política da Argentina nos governos de Fernando De La Rua e Eduardo Duhalde também foi um cenário de confusão e temor dentro dos quartéis. Entretanto, o desdobramento dos acontecimentos possibilitou que não houvesse maiores abalos no enquadramento democrático. A passagem para o governo de Nestor Kischner se deu sem traumas institucionais e com grande apoio popular. Esse presidente se encarregou de retomar alguns eventos do passado recente para mostrar à opinião pública e à classe política que as marcas –símbolo da repressão e do autoritarismo deveriam ser apagadas. Isto foi o que ocorreu na Escola Militar, ao retirar o quadro de Leopoldo Galtieri da sua galeria de comandantes. Com a

---

[6] Entrevista concedida ao autor na cidade de Buenos Aires em 10 de junho de 2004.

[7] ANDRES, R. E., **La Consolidación de los Sistemas de Defensa y Seguridad Mediante la Profesionalización del Instrumento Militar y la Idoneidad de los Mecanismos de Supervisión y Control (Caso Argentino),** Seminário REDES, 2002, Brasília, DF, ago. 2002.

mesma intenção, Kischner promoveu a criação do Museu dos Desaparecidos, nas dependências da Escola de Mecânica da Armada (EsMA), acompanhado de um comício de manifestação política de diversos segmentos da sociedade,. Onde o presidente discursou para uma enorme multidão ao lado do conjunto arquitetônico das escolas navais em Buenos Aires. No mesmo dia, outra multidão tomou a Plaza de Mayo, onde o movimento *piquetero* e as Avós da Praça de Mayo lideraram os protestos contra o governo e o FMI e ainda lembraram as vítimas desaparecidas durante o Processo. No dia seguinte às manifestações, a situação político-institucional foi considerada normal, sem que a excitação política oposicionista e conservadora, ou mesmo os militares causassem problemas mais sérios. No tocante à situação política, na ARA as conseqüências foram a suspensão do expediente administrativo para evitar tumultos durante o comício, segundo a informação de seus integrantes, o professor Guillermo Montenegro. [8]

Gostaríamos de chamar à atenção par o esforço governamental e societário que tem havido na Argentina com o intuito der superar tais deficiências, assim como no Brasil, entretanto, com mais efetividade e progresso no campo do controle civil. Em 2003 o MINDEF, chefiado por José Panpuro, organizou, com o apoio do PNUD, uma série de debates, que foram consubstanciados no documento chamado A Defesa Nacional na Agenda Democrática. Tal produção visava o estabelecimento de princípios e perspectivas para a política de defesa. Aqui se estabeleceu que a mesma é um bem e de responsabilidade de todos, onde se pretende refletir sobre os diversos perspectivas em constante diálogo com a pluralidade dos atores envolvidos na vida nacional. O documento está calcado nos valores democráticos e nos interesses permanentes da nação Argentina e, visa contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade da vida política e institucional, contribuindo para a paz interna e externa no cenário regional e mundial

[8] Entrevista concedida ao autor na cidade de Buenos Aires em 25 de outubro de 2004.
Mesmo assim, as manifestações diante dos portões da ESMA continuam ocorrendo, como se pode ver em:**ObservatórioConeSul,-InformeArgentina167.**E **InformeArgentina185**,www.observatorioconosur.com.ar.

Vários participantes dentre civis (políticos, acadêmicos, advogados, servidores públicos e representantes da sociedade civil), além de militares, fizeram parte do Conselho Assessor e do Conselho Acadêmico do evento. A ARA teve um contingente de aproximadamente 20 oficiais, dentre os que estão no serviço ativo e na reserva. As mesas foram elaboradas da seguinte forma: A Política Externa e Defesa Nacional, O Papel da FFAA, A Defesa e a Comunidade, O Fortalecimento das Instâncias de Coordenação Conjunta, O Instrumento Militar, A Educação na Defesa, A Economia da Defesa Nacional e o Desenvolvimento Científico-Tecnológico, A Mobilização e Recursos, A Inteligência e Defesa. Os temas e questões foram tratados em conjunto co a estrutura institucional estabelecida no arcabouço da legislação concernente à defesa nacional e o Libro Blanco, que foi revisto em 2001.Dentre os itens listados gostaríamos de destacar que existem os temas de interesses vitais clássicos do estado-nação moderno e os itens que foram se consolidando ultimamente no século XX (democracia e direitos humanos, fortalecimento da ONU e da OEA, riscos da globalização). No caso dos interesses estratégicos chamamos à atenção para o desenvolvimento social sustentado com base de C&T e preservação ambiental, assim, como a promoção da defesa e integração no contexto mercosulino, a preservação e valorização da Zona de paz e Cooperação (ZPCAS), a busca pela paz internacional e a postura da nação Argentina frente às novas e velhas ameaças o futuro da região antártica, a projeção bioceânica do país. Nestes termos, no âmbito sub-regional é manifesto que a Argentina busca a valorização e o fortalecimento do Mercosul ampliado, com as finalidades de promover uma zona de paz de cooperação. Isto serviria como uma das bases de fortalecimento de um sistema de segurança hemisférico, com a preservação das identidades nacionais próprias, além da estruturação de esquemas comuns a todos os países envolvidos, por conta da chamada “multidimensionalidade da segurança hemisférica”.

Movimentos sociais na Fronteira – um estudo de caso: Trombas e Formoso 1950/1960

CLAÚDIO LOPES MAIA – UFG*

A discussão sobre a expansão agrícola no campo, no Brasil, sempre ressaltou a presença de uma grande fronteira. A agregação de novas terras ao processo produtivo e a integração de grandes áreas ao mercado, no período que compreende as décadas de 1930 a 1960, foi, salvo raras exceções, o elemento principal da expansão da agricultura. Dado o papel fundamental da fronteira agrícola neste processo, esta se constituiu num problema para o pesquisador da questão agrária, sendo quase impossível debater tal tema sem que se faça uma análise rigorosa do processo de ocupação da fronteira.

As análises sobre a ocupação da fronteira sempre afirmaram que este processo não se deu num único movimento e nem se caracterizou pelo mesmo modelo de ocupação. Estas abordagens ressaltam os tempos históricos diferenciados deste processo de ocupação que não se sucedem cronologicamente, mas são definidos pelas características dos agentes históricos e dos modelos de produção presentes na expansão. Desta forma poderíamos identificar dois momentos: um primeiro caracterizado pelo desmatamento e a produção do arroz, no qual o agente principal da expansão é o camponês e o conflito principal pela posse da terra é entre este e o indígena; e um segundo momento caracterizado pelo avanço do capital, cujo agente principal é o latifundiário e a ocupação se dá num misto de produção para o mercado e especulação fundiária, tudo dependendo da região que tal processo ocorre[1].

Os tempos diferenciados de ocupação da fronteira são caracterizados também por conflitos singulares em cada período. O principal deles é o que ocorre na ação do latifundiário na expropriação do camponês. A expropriação é acompanhada de um debate sobre a natureza da propriedade da terra. O latifundiário justifica seu direito pelo título de propriedade, chamando a atenção para a definição capitalista da propriedade, na qual o poder de compra e o título passam a ser elementos definidores de acesso à propriedade. O

posseiro resistindo à expropriação se apega ao seu direito de posse, baseado no trabalho que exerce sobre a terra, no caso, é a ação de cultivar o terreno que justifica a propriedade[2].

Esta discussão sobre a natureza da propriedade da terra, não é algo que se dê somente entre os agentes envolvidos, ao contrário, indica também uma discussão sobre a natureza das políticas estatais em cada período histórico. Estes conflitos envolvem uma multiplicidade de aspectos. A ação do capital de definir uma forma de propriedade que atenda a seus interesses gera um grande conflito nestes espaços, no qual não somente os agentes envolvidos participam, mas toda a sociedade, isso porque o próprio interesse do capital pela terra, geralmente esta relacionado a uma política estatal de integração nacional que permite a valorização das mesmas e, mesmo as ações de expropriação, do posseiro, realizadas pelo latifúndio, contam, quando não, com o auxílio do Estado, com seu papel omisso nas situações de violência.

Neste sentido, quando se discute o avanço da fronteira agrícola toma-se contato com vários elementos que permitem não somente entender a questão agrária, mas também analisar o caráter do Estado Capitalista no Brasil em seus vários momentos históricos. A ocupação da fronteira torna-se espaço privilegiado para a discussão sobre o Estado Capitalista no Brasil; nestes locais se encontram todos os elementos definidores do caráter da ação do Estado, como a construção do processo de hegemonia burguesa, isto porque, na fronteira estão presentes não só a burguesia com sua capacidade de definição das políticas estatais, como também os setores não propriamente capitalistas, mas que compõem a hegemonia burguesia exigindo um espaço de participação na condução das políticas estatais.

Todos os aspectos aqui relacionados: a discussão, na fronteira, sobre o caráter da propriedade, a ação capitalista no processo de expansão da fronteira, o papel do Estado na valorização das terras e criação de uma produção mercantil na agricultura e a presença dos movimentos sociais, compõem a fronteira e indicam a complexidade de seu estudo. Entre estes, os movimentos sociais assumem uma característica especial. Nestes estão envolvidos todos os aspectos peculiares da fronteira: são nos conflitos que os vários

agentes se vêem obrigados a tomarem posição e assumirem claramente seus projetos para a sociedade, é neste momento que surge um debate sobre a ocupação do território e é na ação seja de expropriação ou de resistência que se confirmam as alianças que constituem a hegemonia e a contra-hegemonia burguesa.

Os movimentos sociais na Fronteira – década de 50 e 60

As décadas de 50 e 60 foram marcadas por intensos conflitos no campo, que tiveram como marca principal o processo de expropriação do posseiro. A resistência de Trombas e Formoso, uma ação de posseiros contra um processo de grilagem de terras, ocorrido no norte de Goiás, foi um dos movimentos deste período. Trombas e Formoso atravessou todo o período de 50 e 60 e foi atingido diretamente pelas políticas diferenciadas implementadas por Vargas e Juscelino Kubitschek, o que nos permite tomar contato com cada um destes períodos políticos de expansão da fronteira através deste movimento social.

A consolidação das posses de Trombas e Formoso se inicia nos marcos da política de expansão da fronteira implementada no período varguista. No ano de 1941 é fundada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CanG, localizada no meio oeste do Estado de Goiás. A colônia torna-se um ponto de atração não só para camponeses sem terra, mas para diversos indivíduos interessados em investir no potencial da região. As propagandas do governo indicavam a oportunidade de se conseguir um lote de 30 ha., com o acesso a empréstimos, facilidades no uso de máquinas e ainda assistência técnica, médica e educacional[3]. Toda esta propaganda realizada através do rádio atraiu para região toda sorte de camponeses sem terra, esperando conseguir seu tão sonhado pedaço de terra e com todas as condições de produção.

Ao chegarem a região, vários camponeses defrontaram com uma realidade completamente diferenciada, na qual as oportunidades de acesso a terra eram bastante restritas. Neste momento alguns deles são orientados a se dirigir para o norte do Estado, onde era possível se apossar de terras devolutas. No movimento de deslocamento de uma

série de camponeses para o norte de Goiás estes encontraram uma região com uma grande quantidade de terras devolutas e que já contavam com a ocupação de alguns posseiros. A chegada deste novo grupo a região provocou uma movimentação populacional e uma valorização das terras.

O processo de formação das primeiras posses na região em conjunto com a valorização das terras, levou a que no início da década de 50 um advogado, um comerciante de uma cidade próxima e um juiz se apresentassem como donos dos imóveis de "Formoso", "Bonito" e "Santa Tereza", o que perfazia um total de 75.000 hectares de terra, onde em parte destas se encontravam os posseiros chegados à região na década de 40[4] . O requerimento da propriedade estava construído sobre uma concessão de sesmaria datada de 1775, que através de uma cadeia dominial chegava aos requerentes[5]. Esta cadeia dominial foi questionada já em 1954, quando o Tribunal de Justiça de Goiás considerou as terras requeridas como devolutas[6], fato que não impediu que o conflito continuasse, fruto da pouca disponibilidade do Estado em agir favoravelmente em relação aos posseiros, impedindo assim o processo de expropriação. A omissão do Estado em fazer cumprir o direito dos posseiros foi o primeiro passo para o início do conflito.

O encontro dos grileiros com os posseiros, já indica a presença da política de expansão da fronteira, através das Colônias Agrícolas, implementadas por Vargas. É interessante notar que não foi só em Goiás que a criação de Colônias Agrícolas gerou conflitos de terras em regiões próximas. No Paraná a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório, gerou o conflito de terras conhecido como revolta de Porecatú e agitações sociais também no Sudoeste do Estado[7]. A instalação das colônias nas regiões com seu grande aparato estatal e com as obras de infra-estrutura alterava a situação econômica não só no interior da colônia, mas em todas as regiões próximas, o que gerava uma grande atração populacional e a valorização das terras.

A capacidade das colônias de valorizar as terras nas regiões em que eram implantadas e a ausência por parte do Governo Vargas de uma política de controle efetivo sobre as terras devolutas, que evitassem o processo de grilagem, foram os aspectos que

geraram o conflito de terras em Trombas e Formoso e em outras regiões onde as colônias foram implantadas. O papel exercido pelas Colônias Agrícolas em relação ao seu entorno foi o mesmo que exerceu o cruzeiro rodoviário de JK – obras que impulsionaram economicamente as regiões onde foram implantadas, produziram uma alta valorização das terras próximas, sem que os governos realizassem qualquer mecanismo de controle sobre o modelo oligárquico de apropriação territorial.

Neste momento inicial do conflito de Trombas e Formoso já encontramos os elementos complexos que compõem a fronteira, um deles é o posseiro, que ocupa a terra sob a justificativa de que o trabalho é à base de sua propriedade, um outro é o latifundiário, que atraído pela valorização das terras, tenta com o título tenta se apoderar da propriedade e por fim o Estado que com sua política de integração nacional, atendendo as expectativas dos setores industriais, promove a valorização das terras sem imprimir uma forma de controle sobre a consolidação da propriedade.

As dificuldades de analisar esta composição político e social da fronteira geram as mais diversas interpretações sobre sua expansão e os seus resultados. Vânia Moreira[8] localizando sua abordagem no interior das colônias e concentrando sua analise somente nas políticas de governo, concluiu que o Governo Vargas apresentava uma diferenciação em relação à JK, por estabelecer uma norma de acesso a propriedade que rompia com o modelo oligárquico no interior das colônias. A abordagem de Vânia Moreira responde aos determinantes presentes dentro da Colônia, mas quando expandimos a análise para os conflitos sociais na fronteira, não é possível localizar a especificidade do modelo de expansão varguista, a não ser como uma ilha de intervenção, pois no geral sua política foi acompanhada dos mesmos problemas encontrados na política de expansão de JK – a ausência de uma política geral que rompesse com o modelo oligárquico de apropriação territorial.

As Colônias Agrícolas, apesar de no seu interior apresentar um modelo de apropriação territorial baseado na pequena propriedade, fora delas foram elementos que impulsionaram um apossamento das terras pelo modelo oligárquico. Podemos localizar neste processo a

ausência de uma política de efetivo rompimento com as oligarquias, por mais que as políticas agrárias fossem acompanhadas de questionamentos localizados as posições das oligarquias, ofereciam novas oportunidades de reprodução para este setor, foi o que aconteceu em Trombas e Formoso com a valorização das terras na região e a oportunidade dada a oligarquia de grilar tais patrimônios. A construção de um novo modelo agrário como uma ilha de prosperidade só reforçava em seu entorno a reprodução do antigo modelo de apossamento das terras.

A grilagem de terra constituída em Trombas e Formoso desenvolveu-se para a efetiva expropriação dos posseiros nos anos de 1954 a 1957, quando são registrados os conflitos efetivos entre grileiros e posseiros[9]. Logo que os posseiros são impelidos pelos os grileiros a se retirarem das terras promovem uma viagem ao Rio de Janeiro, na tentativa de pedir a intervenção de Getúlio Vargas junto à situação. Na capital federal são orientados a procurar o Governador do Estado para resolver tal impasse, que não recebe os posseiros passando tal incumbência ao procurador do Estado que por sua vez se omite na solução do problema[10]. Os imperativos para a construção e aprofundamento do conflito estavam lançados pela omissão do Estado em assumir uma posição contrária ao modelo oligárquico de apossamento da propriedade rural, seja no Governo JK, ou mesmo no período varguista.

A ação de expropriação dos posseiros desenvolve-se para a coerção física que é respondida pelos mesmos com a ação armada. No processo de resistência dos posseiros a ação dos grileiros é constituída uma Associação Rural que nasce sob os auspícios do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que chega a região atraído pela movimentação social. Os militantes do PCB que chegam à região também partem da Colônia Agrícola e todos eles são camponeses, assim como os demais posseiros. Essa situação promove um encontro pacífico entre os militantes e os posseiros, constituindo uma forte aliança no movimento.

As ações dos grileiros de expropriação dos posseiros logo atrai a atenção da imprensa nacional. Em 1956, no auge dos conflitos na região, a Revista “O Cruzeiro”, de grande circulação nacional, lança duas matérias sobre os acontecimentos do norte do Estado de Goiás. Nas matérias a revista chama a atenção para os desmandos promovidos pelos

grileiros no interior do País, que demonstram a pouca ação do estado nestes locais. A revista indica que nestes locais os grileiros agem livremente contra toda a população local[11]. A repercussão da matéria, principalmente porque tratava de acontecimentos que ocorriam próximos ao local de construção da nova capital, levou o Estado de Goiás a retirar suas tropas da região, o que isolou as ações dos grileiros e trouxe paz para os posseiros.

A paz do posseiro não durou muito. A política de Juscelino Kubitschek, representada pela construção de Brasília e da BR 153, estrada de ligação da capital federal ao norte do país, reascende o conflito na região com novos processos de grilagem nas terras próximas de Trombas e Formoso[12]. A grilagem de terras vem acompanhada por ações mais efetivas dos latifundiários no plano político, que passam a acusar os posseiros de criar na região uma república comunista independente[13].

O Governo do Estado, também muda de estratégia neste período, abandonando a política da não intervenção e procurando resolver a questão através de um acordo político com o PCB, em que o partido evitava a interferência em conflitos de terra na região em troca da titulação das propriedades[14].

Em 1963, os posseiros começaram a ter acesso aos primeiros títulos de terras, mas os acontecimentos de 1964 colocaram fim a qualquer pretensão de propriedade efetiva das terras. Logo após o golpe, a região é ocupada, os líderes fogem de suas posses e os posseiros são submetidos a interrogatórios e torturas, que levam alguns a abandonar a região. Durante todo o regime militar, a região foi posta sob vigilância e submetida ao controle direto dos órgãos de repressão. Era o fim de um movimento que dentro de seus limites, garantiu a posse da terra de milhares de posseiros e atravessou as décadas de 50 e 60 como um modelo alternativo de propriedade, que não contou com qualquer apoio governamental e se efetivou pela perseverança dos trabalhadores no campo. Os conflitos no campo indicam que as únicas tentativas de construção de modelos alternativos ao regime oligárquico não partiram do Estado, mas da resistência dos posseiros.

Os conflitos na fronteira aparecem desta forma como espaço privilegiado para o pesquisador que procura desvendar as características históricas de nossa expansão

territorial e o caráter da hegemonia que conduz o estado em cada período histórico. Para além do debate sobre as possibilidades da luta camponesa, sobre o papel do partido na ação social no campo, os conflitos na fronteira são os espaços privilegiados para entendimento desta região, porque são neles que os agentes sociais que vivenciam sua expansão se expressam.

Diante de todos estes aspectos é que os estudos da fronteira a partir dos conflitos sociais apresentam grandes possibilidades para a construção de uma outra temporalidade para a fronteira, que seja conduzida não pelo tempo linear, mas pela multiplicidade de tempos históricos, capazes de serem desvendados somente no efetivo estudo da historicidade da expansão da fronteira.

---

[1] Martins, José de Souza. *Fronteiras*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Pioneira, 1997, p. 151-162.
[2] O direito do posseiro é justificado pela forma de apropriação que foi uso corrente no Brasil, durante o período colonial e que se estendeu até 1850. Neste período, a posse efetiva do imóvel só era garantida através do trabalho na terra. Idem; p.179
[3] Dayrell, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás*, Goiânia: FFLCH/USP, 1974, (dissertação de mestrado), p. 90; Apud, Cunha, Paulo Ribeiro Rodrigues. *Aconteceu longe demais*: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período de 1950-1964. São Paulo: PUC, 1994 (dissertação de mestrado) p. 131.
[4] Abreu, Sebastião. *Trombas*: a guerrilha de Zé Porfírio. Brasília: editora Goethe, 1985, p. 36.
[5] Idem, Ibedem.
[6] Idem, p. 48.
[7] Cunha, Paulo Ribeiro Rodrigues. *Aconteceu longe...* op.cit., p. 130
[8] Moreira, Vânia Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: Ferreira & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (ORG.) *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[9] Cunha, Paulo Ribeiro Rodrigues. *Aconteceu longe...* op.cit., p. 149.
[10] Idem, p. 147
[11] Idem, p. 159-160.
[12] Para os conflitos em Porangatu, região próxima a Trombas e Formoso ver: Sampaio, Jacinta de Fátima Rolim. *A História da Resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940-1964)* – Goiânia: ICHF/UFG, 2003, (dissertação de mestrado).
[13] Em 1962 a Sociedade Goiana de Pecuaristas fez publicar no Jornal "O Estado de São Paulo" um comunicado em que afirmavam que os produtores rurais estavam preocupados com o avanço comunista em Goiás e pediam a "extirpação de quistos sociais armados nas zonas de Formoso e Trombas". O Estado de São Paulo, 14 de janeiro de 1962; Apud, Cunha, Paulo Ribeiro Rodrigues. *Aconteceu longe* ... op.cit., p. 202.
[14] Cunha, Paulo Ribeiro Rodrigues. Aconteceu longe ... op. cit., p. 235-236.

* Cláudio Lopes Maia, Professor de História do Campus de Catalão – UFG, doutorando em História, pela Universidade Federal de Goiás e membro do NIESC – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Contemporâneo.

Epidemias e Imigração: as relações internacionais entre o Império do Brasil e as Repúblicas Platinas na segunda metade do século XIX

Cleide de Lima Chaves*

O presente trabalho objetiva discutir as relações estabelecidas entre o Império brasileiro e as repúblicas da Argentina e do Uruguai, no período de 1850 a 1887, quando buscaram elaborar políticas de saúde para impedir os ressurgimentos das epidemias – especialmente as de cólera e febre amarela – que assolaram essas regiões na segunda metade dos oitocentos, dificultando as relações comerciais e o projeto de imigração elaborado por esses países.

As relações entre esses três países foram conflituosas ao longo do tempo. No período colonial, as disputas territoriais levaram a constantes embates entre Portugal e Espanha, especialmente nas fronteiras em que atualmente se localizam o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Como afirma Alice Canabrava,

> A história das contribuições luso-brasileira para a evolução dos países platinos tem sido vista principalmente sob o ângulo das campanhas militares, enquanto outros aspectos, talvez mais interessantes, como o da profunda influência exercida pelo Brasil na formação social e econômica daqueles países, tem passado despercebida. [1]

Após a emancipação política do Brasil, em 1822, a Província Cisplatina passou para o domínio do Império brasileiro. Em 1825, a Argentina declarou guerra ao Brasil pela possessão do território cisplatino e, após três anos de conflitos (1825-1828), criou-se a República Oriental do Uruguai, caracterizado, pela historiografia, como "estado tampão" por ter servido como espaço de neutralização das disputas entre brasileiros e argentinos.

A historiografia brasileira, representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[2], fundado em 1838, acentuou ainda mais os conflitos políticos entre o Brasil e as

---

* Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e doutoranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[1] CANABRAVA, Alice. **O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1984. Essa obra é pioneira no estudo das relações entre o Brasil e o Prata, constituindo-se um marco historiográfico sobre a temática.

[2] O IHGB foi o *locus* da produção historiográfica no Brasil até o final do século XIX e defensor do projeto do Estado monárquico.

repúblicas, na medida em que identificava o "outro" da Nação brasileira a partir do critério das diferenças quanto às formas de organização do Estado.

Deste modo, “os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie”[3]. O Brasil se relacionou com seus vizinhos, durante o século XIX, de forma hegemônica, defendendo sua superioridade política e econômica.

A partir da década de 1850, delineou-se a consolidação definitiva das repúblicas da Argentina e Uruguai e sinalizou-se, em contrapartida, para o chamado “expansionismo brasileiro”.

> Com um território de cerca de oito milhões Km², uma população da ordem de 10 a 11 milhões de habitantes, ou seja, de cinco a mais de dez vezes superior à de qualquer outro país da América do Sul, e um aparelho de Estado capaz de empreende, internacionalmente, uma ação autônoma, tanto diplomático quanto militar, o Império do Brasil, assegurada sua tranqüilidade interna, pôde então imprimir-se como grande potência, em face do Rio da Prata. E, no curso da década de 1850, o Império do Brasil impôs aos países daquela região um sistema de alianças e de acordos, que visavam não ao equilíbrio de forças, mas à consolidação de sua hegemonia, em substituição à de França e Grã-Bretanha .[4]

Neste trabalho, busca-se a aproximação entre os três estados, haja vista certa identidade na conformação dessas nações, no final do século XIX, a partir da configuração territorial, perfil econômico e a crescente necessidade formulação de normas e acordos que redefinissem os seus papéis políticos e sociais, em especial, diante da chegada avassaladora das epidemias, que passaria a exigir novos modelos de políticas públicas que interviessem nos processos de prevenção e cura de diversas doenças.

As epidemias foram uma constante nestes três países na segunda metade do século XIX. Para as doenças epidêmicas, até o final do século XIX, não eram destinadas nenhum parecer definitivo, nem quanto à sua prevenção nem, muito menos, quanto à sua cura. Eventos recidivantes, causavam medo e insegurança nas populações, das classes mais abastadas às mais miseráveis, nivelando as expectativas de vida numa sociedade ainda sem os conhecimentos de cura e prevenção, de higiene e saúde pública. Estudar a segunda

---

[3] GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

metade desse século, e mesmo o período colonial, sem se deparar com os circuitos epidêmicos é quase impossível, pois os problemas de saúde pública se constituíam em uma das maiores preocupações das autoridades médicas e administrativas nas Américas.

Na segunda metade do século XIX, quando da ocorrência de diversas epidemias de cólera *morbus* e febre amarela no Império brasileiro, urgia a necessidade de criação de serviços públicos que impedissem o aparecimento dessas doenças. De acordo com Madel Luz[5], os consulados e as polícias portuárias tinham o dever de informar a chegada de navios contaminados nos portos das principais cidades litorâneas. Em 1850, após a chegada das epidemias de febre amarela e cólera no Rio de Janeiro e em outras províncias do Império, foi criada, pelo Ministério do Império, a Junta Central de Higiene Pública, que tinha como objetivo inspecionar a vacinação, os alimentos, farmácias, hospitais, cemitérios, cadeias e "aconselhar e formular as políticas de atuação do governo imperial na área de saúde pública"[6].

Trinta anos depois, em 1886, ocorreu uma reforma dos serviços sanitários no Brasil, decorrente da manutenção da precária condição sanitária da capital e das cidades mais importantes. Nesta reforma, os serviços sanitários do Império foram divididos em serviços terrestres e serviços marítimos, sob direção de dois órgãos distintos, sediados no Rio de Janeiro, a Inspetoria Geral de Higiene e a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos[7]. Esta última teve papel importante nos acordos entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai no final da década de 1880, haja vista que um dos médicos a Comissão Técnica da Convenção Sanitária de 1887, o dr. Nuno de Andrade era o Inspetor Geral de Saúde dos Portos.

Na Argentina, em especial, a cidade de Buenos Aires, a epidemia do cólera *morbus* chegou em 1867, trazida pelas tropas da Guerra do Paraguai, e se espalhou rapidamente em outros centros urbanos, como Corrientes e Rosário. Em 1869, dois anos após a

---

[4] BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:** da colonização à guerra da tríplice aliança. R.Janeiro: Revan, Brasília: Ed. UNB, 1998, p.157-158.
[5] LUZ, Madel T. **Medicina e ordem política brasileira**: política e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
[6] CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.66.

epidemia, criou-se a Junta de Sanidad Nacional, presidida pelo capitão do porto de Buenos Aires e tendo como assessores dois médicos[8], um similar da Inspetoria de Higiene do Brasil, criada no mesmo contexto de surgimento de doenças epidêmicas.

Outra epidemia, agora a de febre amarela, atingiu esse mesmo país em 1872, por "imigrantes desembarcados de Gênova, vindos na barca que tocara em Barcelona, cidade européia, onde a febre amarela irrompera epidemicamente no fim do ano anterior"[9].

Em 1880, o governo argentino criou uma nova instituição de saúde, o Departamento Nacional de Higiene, que procurava centralizar as decisões em termos de saúde pública e buscar soluções mais definitivas para esses problemas. E, finalmente, em 1886, uma nova epidemia de cólera *morbus* tomou lugar nas capitais da Argentina e do Uruguai.

A relação entre epidemia e imigração se tornou estreita ao longo dessa segunda metade do século XIX, pois ao mesmo tempo em que o Império e as Repúblicas platinas buscavam solucionar os problemas da mão-de-obra com o imigrante europeu, esses mesmos imigrantes traziam, junto com as embarcações, as doenças que assolavam a Europa, ou, ao chegarem à América, eram suas vítimas preferenciais, haja vista a inexistência de infra-estrutura para acolher esses novos habitante do Novo Mundo.

As notícias de epidemias e imigração andavam juntas nos jornais e nas correspondências consulares das três nações. Interessava às autoridades políticas dos três países sanar as epidemias, pois elas poderiam dificultar o alcance do objetivo de importar habitantes europeus, considerados protótipos do desenvolvimento e da civilização. Como nos aponta Chalhoub[10],

> no decorrer da década de 1870, a febre amarela tornou-se a questão de saúde pública no Brasil. Tal flagelo havia se constituído num dos principais obstáculos à realização do projeto político que estava gradativamente se impondo aos corações e mentes dos fazendeiros brasileiros: a idéia era enfrentar as incertezas do processo de emancipação dos escravos inundando o mercado de trabalho com imigrantes europeus.

---

[7] MACHADO, Roberto el all. **Danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
[8] RAGUCCI, Olga Bordi de. **Cólera e inmigracion, 1880-1900.** Buenos Aires: Editorial Leviatán, 19(?).
[9] Gazeta Médica da Bahia, n. 122, 31/08/1872, p. 20.

Essas epidemias repercutiam entre esses países, que se preocupavam com o projeto de imigração européia, mas também com as embarcações comerciais e com o sistema de quarentena imposto aos navios, na tentativa, frustrada, na maioria das vezes, de evitar o ressurgimento dessas epidemias.

Os Consulados do Brasil em Buenos Aires e em Montevidéu enviavam constantemente as notícias de disseminação de uma nova doença, o número de mortos, as decisões governamentais de quarentena nos navios, enfim, tudo para evitar o quase inevitável naquele período, os inimigos invisíveis, as epidemias. Durante o ano de 1886, a maior parte da correspondência expedida pelos diplomatas brasileiros em Montevidéu ao ministro das relações exteriores do Brasil, o Barão de Cotegipe, refere-se à epidemia de cólera existente na cidade e em Buenos Aires[11].

O ano de 1887 se tornaria um marco na história da saúde pública desses países. Não por acaso, foi um dos primeiros anos de maior *boom* da imigração européia no Brasil e na Argentina. Após a experiência de quase cinqüenta anos de surgimentos e ressurgimentos de doenças epidêmicas, se fazia necessária a unificação das práticas sanitárias entre três nações próximas geograficamente, mas também próximas no plano político e econômico. No primeiro momento, a motivação para que os três países elaborassem um acordo sanitário em 1887 foram as medidas proibitivas, de caráter comercial, tomadas pelo Império brasileiro no momento do surgimento de epidemias de cólera nas cidades de Montevidéu e Buenos Aires. O Brasil tomou medidas drásticas, como expressa o documento imperial datado de 1886, que proibia a "importação de carnes salgadas de procedencia argentina ou oriental ... em que exceptua as carnes existentes em deposito nos saladeiros orientaes e preparadas antes do apparecimento do cholera na Republica Argentina"[12]. Essa medida causou um grande impacto no comércio platino, que tinha o Brasil como principal mercado consumidor da carne de charque, produto destinado à

---

[10] CHALHOUB, 1996, p.29.
[11] Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ, Missões Diplomáticas brasileiras em Montevidéu, ano de 1886, Estante 222, Prateleira 3, maço 03.
[12] Gazeta Médica da Bahia, n. 5, Novembro de 1886.

alimentação dos escravos e da população pobre brasileira[13]. E, na Convenção, o tema mais debatido foi a possibilidade do cólera ser transmitido através da carne de charque, o que acabou se concluindo que a carne não era transmissora do mal.

Os ressentimentos na diplomacia platina em relação ao bloqueio do comércio do charque foi enorme. Ainda assim, durante a Convenção, quando foram realizadas as experiências com a carne e concluído favoravelmente pelo seu retorno à dieta alimentar, os médicos brasileiros defenderam as medidas adotadas pelo Império, alegando que 'fundavam-se em uma razão e alta prudencia e tornaram-se justificados pela ausencia absoluta de noções scientificas inconcussos sobre a innocuidade do arque, como portador do gérmen cholerigeno"[14].

Porém, anteriormente a essa Convenção Sanitária em 1887, já havia ocorrido um primeiro congresso sanitário que reuniu os três países, na cidade de Montevidéu, em 1873. Ainda não consegui encontrar os motivos pelos quais não se firmou o acordo sanitário. Provavelmente, o fim da guerra do Paraguai e as divergências políticas entre as autoridades brasileiras e argentinas tenham dificultado o acordo final. Porém, esse acontecimento ainda precisa ser melhor investigado.

De todo modo, a Convenção Sanitária de 1887 indicou, dentre outros aspectos, a necessidade de integração entre os três países, que procuravam resolver os seus problemas de ordem econômica e social de maneira coletiva. As relações, inicialmente de caráter bélico, assumiram paulatinamente um caráter sócio-econômico e diplomático, até chegar ao final do século XIX com uma política de cooperação e integração, sem terem, no entanto, conseguido acabar completamente com as disputas territoriais e políticas.

Este século marcou, não só para a América Latina, mas para o mundo ocidental, a intervenção dos poderes públicos na saúde dos povos. As reformas sanitárias e o aparecimento de conselhos gerais de saúde e departamentos sanitários ocorridas na

[13] MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay:** uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889). 1989. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

Europa e nos Estados Unidos foram um marco na história da saúde pública no Ocidente[15]. O surgimento de uma Convenção Sanitária entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai integra-se, desta forma, ao movimento sanitário já existente na Europa e nos Estados Unidos e a uma concepção de que somente o poder público poderia solucionar os problemas de saúde da população e os problemas econômicos advindos das doenças epidêmicas.

Na Convenção estabeleceu-se a criação de instituições de controle sanitário nos portos e nas embarcações. Exigiu-se a presença de médicos nos navios de transporte de passageiros, evidenciando, assim, o aumento do controle e da vigilância desses países no que se refere às doenças.

Os médicos designados pelo governo argentino para comporem a Convenção foram os doutores Don José M. Astigueta e Telémaco Susini. E a delegação uruguaia designou como técnicos para os trabalhos do Congresso Sanitário, o doutor Don Elias Regules, catedrático de higiene na Faculdade de Medicina da Universidade de Montevidéu, e o médico Don José Arechavaleta, professor de botânica e bacteriologia na mesma faculdade.

Pelo lado brasileiro, os médicos designados pelo governo foram três: os doutores Nuno de Andrade, professor de higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Inspetor Geral de Saúde dos Portos, Francisco Marques de Araújo Góes, professor de história natural do Colégio Pedro II e membro da Inspetoria Geral de Higiene e João Baptista de Lacerda, sub-diretor do Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional. Araújo Góes e Lacerda trabalharam juntos em diversos experimentos, especialmente nas pesquisas envolvendo a febre amarela. Esses especialistas faziam parte da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e da primeira geração de médicos no Brasil a se destacar na ciência dos micróbios.

Ao nomear esses médicos, o Império reconhecia a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro como uma instituição representante da medicina oficial, ao lado das

---

[14] Correspondência de Nuno de Andrade para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, o Barão de Cotegipe, em 25 de novembro de 1887.

[15] ROSEN, George. Uma história da saúde pública. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994, p.177.

Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A Academia, criada em 1829 como Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e convertida em academia em 1835, tinha o papel de elaborar pareceres sobre a higiene púbica e atender às solicitações das autoridades imperiais, especialmente no caso de epidemias. Para a feitura da Convenção Sanitária, os doutores acadêmicos eram os mais indicados, haja vista que estavam atingindo, a partir de 1880 com as reformas no ensino médico, o status profissional e a legitimidade em suas práticas preventivas e curativas[16].

O que nos interessa, finalmente, é evidenciar que o discurso sanitário estava estritamente relacionado ao discurso da defesa do comércio e da imigração européia. Os facultativos que participaram da Convenção já tinham algumas respostas para o grande problema das epidemias. Eles alertavam, na ata nº. 2 do Congresso de que:

> A Commissão faz votos para que os Governos se compenetrem de que o melhor meio de evitar a propagação das moléstias epidêmicas é o saneamento das cidades, assim como o estabelecimento da Assistência Pública, com uma administração apoiada em amplas bases, e com attribuições sufficientes para velar pelos interesses sanitários das populações.[17]

Portanto, eles chamavam a atenção para que as cidades deveriam se modernizar, fazer parte dos novos padrões de higiene e civilidade surgidos naquele período, e, indiretamente, alertavam as autoridades para o fato de que era preciso uma “higiene social”, ou seja, sanear as cidades a partir da sua população, introduzindo novos hábitos e nova gente, preferencialmente branca, européia e dita civilizada.

[16] Ver: FERREIRA, Luiz Otávio, FONSECA, Maria Rachel Fróes e EDLER, Flávio Coelho. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, Maria Amélia M. **Espaços da Ciência no Brasil**: 1800-1930. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

[17] Arquivo Histórico do Itamaraty/R.J, Estante 273 Prateleira 2 Maço 25, Congresso Internacional Sanitário, ata n. 2 da Comissão Técnica do Congresso Sanitário de 05 de novembro de 1887.

Nos Trilhos da Solidariedade: O Movimento Paredista de 1909, dos Trabalhadores da Estrada de Ferro de Nazareth.

Cleidivaldo de Almeida Sacramento* - PPG-UFBA

A presente comunicação tem por objetivo preliminar, a análise da constituição da classe trabalhadora da Estrada de Ferro de Nazareth, entre os anos de 1871 e 1909, dando especial enfoque ao Movimento Grevista dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Nazareth, desencadeado no contexto da Greve da Viação Geral da Bahia[1], no ano de 1909.

I. Antecedentes

A implantação da ferrovia de Nazaré ocorreu no ano de 1871, período marcado pela criação da Lei do Ventre Livre e término da Guerra do Paraguai, eventos que de certa forma, influenciaram nas mudanças dos rumos da política no Brasil.

Com a implantação da referida estrada, não só correram para o recôncavo sul, investimentos no comércio e indústrias – dentre as quais: de velas e sabões, curtumes, fumageiras, e óleos vegetais – como também, investimentos em infraestrutura urbana no município de Nazareth e seus distritos. A ferrovia trazia consigo o sentido do progresso material para as elites locais, assim como representava a intersecção entre a economia rural e urbana do vale do Jaguaripe com a economia do restante da Bahia. Nas relações sociais entre os homens que compunham as elites do campo e as da cidade haviam interesses bastante parecidos; prevaleciam os interesses comuns à manutenção de privilégios provenientes da grande propriedade e das relações de exploração.[2]

Com a Estrada de Ferro de Nazareth, de início, chamada Tram-Road de Nazareth[3], o escoamento da produção das lavouras do recôncavo sul, que antes dependia exclusivamente do transporte realizado em animais de carga e por escravos, tendo como destino o porto de Nazareth, tinha naquele momento, um meio rápido, mais seguro, barato e mais lucrativo, aquilo que Marx chamou de *"a suprema realização do capital"*,[4] para atender aos interesses do grandes empresários do Recôncavo Sul.

II. Trabalhadores da e na Estrada de Ferro de Nazareth

Talvez não parecesse muito difícil encontrar mão-de-obra para os trabalhos na e da Ferrovia, pois nas últimas três décadas do Império, de acordo com os registros[5], na Bahia, intensificou-se um processo de "imigração subvencionada".[6] Ou seja, o Estado deixava de garantir à massa pobre, formada em sua maioria por ex-escravos, uma condição digna de vida e de trabalho e investia maciçamente na proposta de "embranquecimento da raça" trazendo ao país, um elevado número de imigrantes e o aumento das despesas aos cofres públicos.

A respeito da imigração e sua relação com a construção das ferrovias baianas, Thales de Azevedo em Italianos na Bahia, exemplifica a chegada de mil (1.000) italianos, para trabalharem nos serviços de implantação da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco em 1856, ou seja, da Capital da Província, Salvador à ribeirinha cidade de Juazeiro,

> *As obras começariam em maio de 1858, de modo que em março chegaram os primeiros daqueles contratados em Turim. Meses depois desembarcariam nada menos de 912, apenas dezenove trazendo consigo 1filho (4), 2 filhos (1), mulher e filhos (2) e mulher (12). Todos aqueles novecentos e doze foram recebidos pela Polícia e seus nomes foram anotados com letra bem desenhada..*[7].

Em *Nazareth*, alguns anos antes da instalação da ferrovia, a comunidade italiana já dava os primeiros sinais de participação no comércio daquela região, conforme ofício de número 23 de setembro de 1869, da Câmara municipal da Cidade de Nazareth,

> *"No termo desta Cidade, ou em seu Município não tem se dado imigração alguma de extrangeiros que se empreguem na cultura dos terrenos da lavoura, ainda que mensalmente desembarquem Genovêses e Napolitanos que exclusivamente se empreguem no Comércio mediante a coadjuvação e patriotismo de seus conterrâneos já residentes e estabelecidos no lugar, devendo notar-se que os poucos, que alguns proprietários têm mandado vir a sua custa das Ilhas portuguêsas não cumprem os contratos, apenas relacionados, e em pouco tempo deixam a lavoura, e empregam-se no comércio (...)"*[8]

A presença da mão-de-obra imigrante européia na construção da Estrada de Ferro de Nazareth não excluiu a utilização da mão-de-obra escrava e ex-escrava em sua

empreitada, sempre em menor escala e nas tarefas que emitiam maior grau de insalubridade.[9]

No final do século XIX, apesar de a maioria dos trabalhadores das ferrovias baianas, ser composta de brasileiros, porém, a estes, pouco trabalho restava nas atividades mais bem remuneradas e aos ex-escravos, tão somente as atividades em que se exigia dispêndio de maior força e de remuneração quase insignificante, e ainda, quando estes se negavam a realizar tarefas praticamente impossíveis ou de alto risco, alegavam os dirigentes das ferrovias que *"os brasileiros e os negros livres parecem desejosos de trabalhar em certos períodos, mas somente nesses..."*[10]

Ao longo da ferrovia, desde a sua Estação Central em Nazareth, até Jequié, surgiam novas formas de trabalho, atividades subsidiárias, provenientes das necessidades das sociedades ribeirinhas, tanto as banhadas pelos Jaguaripe, quanto pelo Jequiriça[11], Em referência ilustrativa, vale-nos transcrever trecho da obra Marginália, de Lima Barreto em que o escritor descreve a experiência de presenciar atividades de comércio desenvolvidas ao longo do trecho ferroviário e seu gradual desaparecimento em razão de um "dito progresso" ou do estrangeirismo da moda.

> "*Até bem pouco, segundo me parece, a capacidade comercial das gentes ribeirinhas à Estrada de Ferro Central do Brasil consistia em vender frutas, queijos e café aos viajantes dos comboios que atravessavam as suas terras. Hoje, porém, as coisas mudaram. Veio o progresso. Já há o carro-restaurante e, mesmo, pelos carros de passageiros, de onde em onde, atravessa um empregado dele, por demais disposto a fornecer aos viajantes o que eles quiserem. Matou o rudimentar comércio dos camaradas do interior; e, com essa morte, não sei se devido ao progresso ou à moda, desapareceram os guarda-pós. Quando a primeira vez, em menino, viajei com meu pai em trem de ferro, para Barbacena, não levar guarda-pó era sinal de lamentável pobreza ou de mau gosto sem igual. Quem não podia comprar um, pedia-o emprestado, tal qual fiz eu com o calhambeque da mala que levei e tantos dissabores me fez passar.".*

Lima Barreto não só descreveu a extinção de algumas atividades subsidiárias, importantes para a manutenção de determinadas famílias que viviam ao longo do trecho ferroviário, como também fez uma denúncia quanto à situação insalubre em que muitos passageiros e ferroviários viajavam nos trens, não diferentemente das ferrovias baianas que nas duas últimas décadas oitocentistas, e na primeira do século XX, apresentaram

numerosos acidentes e também grande número de greves resultantes da negligência do Estado para com os assuntos de ordem pública, tais como trabalho, saúde e segurança pública.

III. A parede de 1909 e seus antecedentes

Com a implantação da ferrovia há um fluxo migratório do campo para a cidade. O "antigo" trabalhador rural, nascido no campo é empregado na empreitada de abrir caminho para a o trem passar. Por onde a "Maria Fumaça" passava as terras tornavam-se mais valorizadas. Porém, com o tempo, num contexto geral, a precariedade nos serviços das ferrovias baianas, há muito preocupava a população e, por diversas vezes, autoridades locais e associações de trabalhadores enviavam telegramas à imprensa baiana Governo do Estado, solicitando atenção e um maior investimento na recuperação e manutenção dos trechos ferroviários. O Estado por sua vez, eximindo-se das obrigações resolveu a título precário, arrendar as ferrovias estaduais em 1906, a um grupo de empresários, alegando serem elas, as ferrovias, dispendiosas e pouco rentáveis. Tal medida não foi bem vista, nem pelo povo baiano, nem mesmo pelas elites locais, interessadas na aquisição da concessão.

Com as paralisações dos ferroviários, as denúncias se faziam constantes e era, em sua maior parte, direcionadas aos arrendatários das ferrovias na Bahia, dentre eles, o engenheiro Jeronymo de Alencar Lima, o qual se comprometera em aumentar os rendimentos dos operários da Estrada de Ferro de Nazareth, e a investir na recuperação dos trechos que ameaçavam a segurança no transporte de mercadorias e pessoas.

Os problemas da referida ferrovia já eram evidentes desde o século XIX. Em relatório apresentado em 1897, aos sócios da Estrada de Ferro de Nazareth, o engenheiro Afonso Glycerio da Cunha Maciel, evidencia dois acidentes ocorridos no ano de 1896, em um deles, um dos funcionários perdeu uma das pernas, ainda assim, o engenheiro, fiscal do tráfego, alegava serem os acidentes, de ordem meramente humana, por imprudência, imperícia e ou negligência dos trabalhadores, como no fragmento de texto a seguir:

> *"O serviço do trafego foi feito durante o anno com regularidade, havendo apenas dous destrilhamentos: um no 2. semestre, insignificante que não trouxe inconveniente ou prejuizo algum e foi produzido pelo descuido de um manobrista,*

> *outro no dia 13 de fevereiro no kilometro 19 da linha estadoal por causa proposital, accidente que pode ser descrito dos seguinte modo:No dia 13 de fevereiro as 4 horas e 30 minutos logo ao entrar no kilometro 19 e em uma forte curva grande, inopnado choque abalou todo o trem em que subia o director gerente destrilhando a locomotiva e o tender que tombaram para o lado direito sendo igualmente postos fora do leito e inclinados sobre uma barranca do lado esquerdo os carros de mercadorias que iam proximo à machina, resultando do accidente a fractura comminutiva da perna de um guarda-freio que foi nesse mesmo dia amputada..."*[12]

Acidentes, más condições de trabalho, jornadas diárias exaustivas, acordos não cumpridos e demissões coletivas. Esse era contexto da Estrada de Ferro de Nazareth quando, em 30 de novembro de 1909, decididos em assembléia, os trabalhadores da referida ferrovia pararam o tráfego, furtaram algumas peças das locomotivas e fugiram para não serem presos.

Esses operários haviam se organizado em sociedades mutualistas como por exemplo, O Montepio dos Artistas Nazarenos (1876) e a Mútua União Operária de Nazareth (1893). Denunciavam o descaso das autoridades enviando telegramas e manifestando publicamente seu descontentamento para com os rumos da ferrovia. Num desses telegramas, enviado ao diário de notícias em 07 de abril de 1909, moradores de Nazareth alertam para os problemas da ferrovia e a negligência de seus dirigentes;

> *"Mas, seja como for, illustre e digno senhor redactor, sou grato ao trabalho que tomastes com minha desalinhada carta, e como não seja assumpto attraente o tocante á descarrilhamentos, locomotivas e vagons escangalhados, material fixo imprestavel, officinas desmanteladas, tarifas, transportes, lenha e fumaça, carvão e outras cousas por entre as quaes quis andar tropeçando vosso informante do Cajueiro, fique aqui terminado o incidente de suas queixas e seus informes."* [13]

Em 17 de novembro de 1909 o jornal Diário de Notícias publicava os nomes dos "Funcionários perseguidos"que se exoneraram da Estrada de Ferro de Nazareth. Na lista, apareciam os nomes de Turiano Bittencourt, Euclides Maltez, José Julião, João Assis Baptista, Angelo Custodio, José Antonio Senna, Manoel Augusto Bonfim (agente de estação) João Barreto (escriturário e apontador das oficinas) e muitos outros que representados pelo Advogado dos Operários da Estrada de Ferro de Nazareth, Theodulo Prazeres, buscavam a reintegração aos seus postos de trabalho.

Com o título: "*Greve em Nazareth*", o periódico Diário da Bahia, na quarta-feira, 01 de dezembro de 1909, anunciava a adesão dos operários da Estrada de Ferro de Nazareth à greve da Viação Geral da Bahia, trazia o referido jornal, a seguinte redação:

> *Rebentou também um movimento grevista na via-férrea da vizinha Cidade de Nazareth. Não admira. Aquella estrada é arrendada ao Sr. Alencar Lima à essa sangue-suga de lunetas brancas que se fez celebre entre nós pelo modo grosseiro de julgar o povo bahiano e de se referir às classes pobres mas honrados que elle explora para em seguida, tendo bem farto o bandulho bem cheio o cofre, dizer-lhes o tal "adeus de mão fechada" Há muito que se vinha falando na parede por parte dos empregados daquella ferrovia, o Sr. Alencar Lima, conhecedor do caso, para ali telegraphou fazendo promessas falazes e desculpando-se de não poder deixar esta capital, onde também se manifestaram em greve os operários da Viação Geral da Bahia.*[14]

O referido movimento desencadeado em Nazareth, não era homogêneo, nem o poderia, pois era formado por classes[15] distintas de trabalhadores brasileiros e imigrantes. Longe de pensarmos ou defendermos o mito do imigrante radical, politizado e experiente em contato com o trabalhador local, inexperiente e pouco politizado, até porque a insurreição e insubordinação já eram práticas comuns aos trabalhadores daquela região.[16] Não podemos excluir a possibilidade de que tanto o trabalhador imigrante quanto o local, estariam formando ao longo do tempo, uma classe operária, conflituosa, mas uníssona em sua maioria, consciente de seus direitos. Os ferroviários além de se declararem em "parede", distribuíram na noite do dia 29 de novembro, boletins confeccionados nas oficinas de sua gráfica, com a seguinte redação;

> *"Ao Povo e ao commercio Nazareno. Operarios da Officinas da E.F.N, tendo em vista a resolução do Exm. Sr. Dr. Governador do Estado de accordo com o arrendatário, Alencar Lima, contraria às justas aspirações dos mesmos operarios, declaram ao Povo desta cidade e ao seu altivo commercio, que se constituiram em greve, de caracter pacifico, como protesto à recusa incabida aos seus justos desejos. Appelam para os sentimentos de solidariedade de todas as classes, contando com o seu apoio e protestando ceder logo que o espirito de justiça e até de humanidade se fizerem sentir a seu favor. Unidos e firmes, os operarios contam com o povo nazareno, a quem moralmente pertence esta causa de honra. Nazareth, 28 de novembro de 1909 – A Comissão."*

Declarada a greve em 30 de novembro de 1909, o governador Araujo Pinho, a pedido do Engenheiro fiscal da referida estrada, enviou à bordo do Vapor Itaparica, 60 praças àquela Cidade, com o intuito de "manter a ordem" e restaurar os serviços.[17] Tudo em

vão! A greve continuava. Nesse momento, o promotor de Nazareth, expede mandado de busca e apreensão, o delegado de polícia de Amargosa ameaça prender o maquinista Fortunato Jesus, que obrigado a retornar ao trabalho, evade-se. Funcionários são presos e a população revolta-se. O comercio fecha as portas em represália ao envio das tropas. A população, temerosa e assustada, tranca-se em casa. Trabalhadores do depósito de mercadorias e do porto, assim, como todas as classes próximas à ferrovia, aderem em solidariedade, ao movimento dos ferroviários.

Com a imagem desgastada e pressionado pelas elites locais – *preocupadas com os prejuízos resultantes das paralisações* – imprensa e líderes do movimento, o Governo resolve negociar com os grevistas e envia telegrama retirando as tropas e propondo a eleição de um mediador[18] para o conflito, com a garantia de que atenderia as reivindicações dos grevistas, dentre as quais: a readmissão dos funcionários demitidos, o aumento nos vencimentos, a soltura dos funcionários presos por furto de peças ou "insubordinação" e a restauração dos trechos ferroviários. Em 08 de dezembro de 1909, o jornal Diário de Notícias trazia na primeira página a seguinte notícia: *Termina a Parede de Nazareth.*

---

* Mestrando em História Social – UFBA – Universidade Federal da Bahia.

[1] A Viação Geral da Bahia era a Empresa formada a partir da concessão estatal, propriamente um consórcio, para explorar os serviços hidroviários e ferroviários no Estado da Bahia. Na dissertação de Mestrado do professor José Raimundo Fontes, o mesmo afirma que: "no ano de 1909, movimento foi deflagrado contra a Companhia Viação Geral daBahia, que detinha a concessão dos serviços das três mais importantes ferrovias, Bahia São Francisco, Central da Bahia, Estrada de Ferro de Nazareth, do Estado, com o objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho e aumento de salários. Não obstante, no seu desenvolvimento, a greve ganhou uma perspectiva bem mais abrangente e envolveu a população de quase todas as cidades do interior do Estado que eram servidas pelas ferrovias da região".

[2] Em o Manifesto Comunista, Marx e Engels, propõem o fim da propriedade privada de modelo burguês. "*Mas a propriedade privada da burguesia moderna é a expressão final e mais completa do sistema de produção e de apropriação de produtos, que é baseado no antagonismo de classes, na exploração de um homem por outro."*

[3] Denominou-se Tram Road de Nazareth, pois a mesma contou com os investimentos do capital inglês, presente no Recôncavo, desde a exploração das minas de manganês até a construção de ferrovias. Dentre as quais, a Estrada de Ferro de Cachoeira e São Felix e a de Alagoinhas.

[4]In: HOBSBAWM, Eric J. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.53.

[5] Nas fallas dos deputados e presidentes da província da Bahia, é possível identificar as leis que estimulavam o ingresso de imigrantes na Bahia em fins do século XIX.

[6] O governo da Província da Bahia, depois Estado Bahia, arcava com todas as despesas para atrair a mão-de-obra imigrante, garantindo-lhes não só o ressarcimento de passagens, aos imigrantes, como alojamento e cuidados especiais, como vestuário e alimentação, em núcleos de "povoamento e colonisação" pelo interior.

[7] AZEVEDO, Thales. Italianos na Bahia e outros temas. Empresa gráfica da Bahia, 1989,p.24

[8] idem, p.29.

[9] Como exemplo, temos o uso da mão-de-obra escrava e ex-escrava nas minas de extração de manganês na Região das Matas de Nazaré, entre o Onha e Santo Antonio de Jesus, cujo destino era a Europa e Estados Unidos. Tal atividade durou até os anos de 1940, talvez em virtude da 2ª. Guerra. A respeito, temos os registros das minas manganesíferas de Nazareth, conforme o artigo *Manganesys of Nazareth*, elaborado pelo geólogo novaiorquino, Orville Derby, que iniciou pesquisas e estudos de rochas e minerais na Bahia entre no anos de 1875 e 1876, e outros estados brasileiros até o ano de 1907.

[10] ibidem, p.26.

[11] O rio Jaguaripe nasce na cidade de Castro Alves, passando por mais três cidades, inclusive Nazaré, até desaguar na Baía de Todos os Santos. O rio Jequiriça, por sua vez localiza-se no Vale do Jequiriça, região composta dos atuais municípios de Lage, Santo Antônio de Jesus, Mutuípe e Valença.

[12] Tram-Road de Nazareth.Relatório apresentado pelo engenheiro fiscal Affonso Glycerio da Cunha Maciel, relativo aos Trabalhos do anno de 1896.p.227

[13] Jornal Diário de Notícias, 07 de abril de 1909.

[14] Jornal Diário da Bahia, 01 de dezembro de 1909.

[15] Segundo E.P.Thompson, em sua Formação da Classe Operária Inglesa, *"a classe acontece quando alguns homens, como resultados experiência comuns(herdadas ou compartilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus..."*

[16] As rebeliões escravas e fugas em massa na região de Nazareth, bem como a formação de núcleos quilombolas, é um grande exemplo de resistência e luta que ali ocorriam. A respeito, ver: Rebeliões Escravas no Brasil, do professor João José Reis e Fluxo e Refluxo de Pierre Verger

[17] O Estado usa seu aparelho repressor, a polícia, como forma de compelir os movimentos sociais originados das massas.

[18] O governo propõe e é escolhido para mediar o conflito, o oligarca e ex-intendente do município, o engenheiro José Pimentel de Barros Bittencourt, filho de um dos fundadores da ferrovia, e que também possuía parentes trabalhando na ferrovia, dentre eles, o guarda livros,Turiano Bittencourt.

Uma data memorável: memória, história e comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará.

Cleodir da Conceição Moraes* - UFPA

1. Introdução

Estamos em 1973. Ano em que se comemorava o Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Para marcar a data, o governo do Estado promoveu, através do Conselho Estadual de Cultura, uma extensa programação festiva, iniciada em fevereiro, quando, através da Resolução N° 01, foram estabelecidas regras para o concurso nacional de monografias, que teriam *por objeto fatos ou personalidades que mereçam destaque na História do Pará dentro do período compreendido entre 1820 e 1823.*[1] O ponto alto das comemorações ficou reservado para o mês de agosto. De onze a quinze desse mês, foram realizadas exposição de documentos na Biblioteca e Arquivo Públicos, apresentação de bandas militares nas principais praças de Belém, lançamento de livros editados pelo Governo do Estado, passeio *aos pontos pitorescos da Cidade*, outorga de medalhas comemorativas do sesquicentenário, um *Te Deum* na Catedral Metropolitana (Igreja da Sé), às 10:00 horas, mesmo local e hora em que, em 15 de Agosto de 1823, fora celebrada a missa em ação de graças em homenagem à Adesão, além de uma sessão solene, no dia 15 de Agosto, no Teatro da Paz e um jantar de gala oferecido pelo Governador Fernando Guilhon nos salões da Assembléia Paraense, reservado às autoridades e convidados.[2]

Essa descrição da programação serve para observarmos o desejo do Governo do Estado em dar notoriedade à data. Além disso, o roteiro das comemorações nos convida a um passeio pelos olhares lançados sobre a Amazônia, em especial, ao Pará, no momento em que se comemorava o sesquicentenário, e a suas relação com os projetos político-econômicos do governo brasileiro para a região. Trata-se de um debate ainda incipiente na historiografia produzida na – ou sobre a – Amazônia, que nos instiga a investigar o grau de comprometimento das elites políticas estaduais e municipais em relação aos projetos político-econômicos do governo federal na região. Na verdade, é um debate que extrapola

os imediatos interesses políticos ou econômicos em jogo na década de 1970 e inscreve-se em uma certa tradição de se pensar a Amazônia que, arbitrariamente, podemos datar do final do século XIX. Em razão dos limites desse ensaio, serão privilegiados os estudos de José Veríssimo e Arthur César Ferreira Reis para que a possamos visualizá-la.

2. José Veríssimo e o abatimento das raças cruzadas na Amazônia

Em 1970, sob a direção do Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, foi publicado o livro *Estudos Amazônicos*, uma compilação de ensaios produzidos por José Veríssimo e editados em jornais de Belém e do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Na sua apresentação do livro, o então reitor da UFPA, Aluysio da Costa Chaves, ressaltara que a coletânea não poderia ter vindo a público em ocasião mais oportuna, em que, como em nenhum outro momento, *a Amazônia constitui motivo de real interesse, não somente para os brasileiros, mas para todos os povos.* A atualidade daquela publicação era inequívoca, pois trazia tudo *o que existia – e ainda existe – de curioso, de pitoresco, de original, de importante na vida da Amazônica.*[3] Passados cinqüenta e quatro anos de seu falecimento,[4] as palavras de José Veríssimo ainda guardavam a sua importância, na década de 1970, orientando os olhares para a Amazônia.

Mas, que visão de Amazônia e de *amazônida* esses ensaios encerravam? Veríssimo estava, na verdade, preocupado em compreender a nação e sua singularidade nos quadros do progresso da civilização mundial. E recorrendo à história nacional, em que estava inserida a Amazônia, Veríssimo procurava as explicações da nossa *etnogenia*, pois, segundo ele, no processo de colonização da região poderiam ser encontrados *os males da nossa origem*. Mas, o que teria produzido esses males? E quais os remédios encontrados por Veríssimo para saná-los?

Vejamos! Para José Veríssimo, a Amazônia serviu de palco ideal para o cruzamento entre as raças, principalmente, entre brancos e indígenas, pois, no processo de mestiçagem da população amazônica, a contribuição do elemento negro foi insignificante, sobretudo, em razão de sua *pouca importância numérica* na região.[5] Como produto dessas *raças cruzadas*, ainda não totalmente concluído, o homem amazônico vivia em um estágio de profunda

degradação e abatimento moral. Culpa da forma como se processou a colonização na região. Pois, se por um lado o *tapuio* já não mais trazia os traços originários de civilizações indígenas ancestrais - que deveriam ter sido mais *perfeitas* do que os seus *descendentes atuais*[6] -, por outro lado, ainda não havia alcançado o mais elevado estágio de civilização devido às perseguições impostas tanto pelos colonos como pelos missionários jesuítas. Isso contribuiu decisivamente para impedir a realização plena de sua perfectibilidade.

Veríssimo explicava que para o Brasil veio o *refugo da sociedade* portuguesa - criminosos degredados e aventureiros audazes e ávidos por enriquecimento rápido -, que não tardaram em empreender a escravidão do nativo. Não era, contudo, na escravidão em si que se encontrava a negatividade desse contato, uma vez que, como seria natural, para cumprir sua missão civilizadora *o conquistador teve pois de aproveitar a raça conquistada, vencê-la e converte-la em povo útil, transformando-a pelo trabalho, de selvagem em civilizada.* O que poderia ser condenado e reprovado historicamente, era o fato de que *o povo conquistado tenha ficado longe de sua verdadeira missão, esquecendo-se que, como civilizado e cristão, ele tinha o dever de não confundir aproveitamento com perseguição.* E para isso contribuiu muitíssimo a presença dos *ambiciosos sócios de Jesus,* pois, nos constantes conflitos havidos com os moradores portugueses na disputa pela administração do indígena, não mediram esforços no sentido de *tornar o selvagem desconfiado, gerar nele o ódio ao colono e, por conseguinte, à civilização que ele trazia.* De seu turno, com sua avidez e lascividade, os colonos também contribuíram negativamente para formação moral do povo brasileiro. Assim, ao tempo em que se empreendia a expansão portuguesa na Amazônia, esse povo que fora forjado a partir dos primeiros contatos entre brancos e índios no litoral, *não era o mais próprio para educar uma raça selvagem, e prepara-la para o evento da civilização*.[7] Como resultado desse processo, ao final do século XIX, o homem amazônico, caracterizado como o *tapuio*, vivia em um estagio intermediário entre a barbárie e a civilização.

Caberia, portanto, aos homens do Império– diga-se a elite política e intelectual do país -, e, posteriormente, da República, dar continuidade ao que parcamente havia sido iniciado

no período anterior e viabilizar a verdadeira inserção do país nos quadros da civilização universal. No tocante à Amazônia, dois remédios intimamente relacionados entre si poderiam ser usados: a educação e o povoamento. Paralelamente a uma ação pedagógica, com a ampliação dos estabelecimentos escolares públicos, que abarcasse uma gama maior de analfabetos, deveria ser promovido o efetivo povoamento da região com gente civilizada, como forma indispensável para acelerar o nosso progresso material. Os imigrantes europeus – e entre eles havia uma predileção pelos da Europa Meridional, considerados mais aptos à vida e ao trabalho nas regiões de clima quente[8] - e, na sua ausência, os trabalhadores nacionais vindos na região sul do Brasil teriam prioridade. Veríssimo acreditava que somente o *cruzamento em larga escala* (...) *poderá trazer à comunhão brasileira essa raça infeliz que parece-nos fatalmente condenada a morrer nas imensas florestas dos nossos sertões, sem outra luz mais do que a do sol esplêndido desta terra.*[9] Ou seja, esses trabalhadores, misturando-se com a população mestiça e fornecendo-lhe o exemplo e vigor para o mundo do trabalho, poderiam contribuir para tirar o homem amazônico da sua condição de indolência, de abatimento, de degeneração em que se encontrava e torná-lo mais produtivo e agente do progresso regional e, consequentemente, nacional.[10]

Promover a regeneração moral e social da população amazônica, significava, portanto, o início da nossa regeneração econômica, antes mergulhada quase que exclusivamente na atividade extrativa, a partir do fomento à produção agricultura – incluindo aí a pecuária. Além do ódio à civilização ter concorrido para *abatimento moral lastimoso* em que se encontrava o *tapuio*, serviu para que ele cultivasse um verdadeiro desprezo pelo trabalho. Some-se a isso a natureza exuberante em que fora gestado esse novo homem, com seus rios infinitamente piscosos, uma floresta repleta de caças e a terra riquíssima de produtos úteis de todas as espécies, *ai estão senão justificando, pelo menos explicando a sua indolência*.[11] O povoamento ainda viria solucionar um déficit demográfico histórico da Amazônia, caracterizada como um imenso *espaço vazio*, um *deserto*, um mundo outro, inteiramente desconhecido e ainda não explorado em todas as suas potencialidades pela nação.

3. Amazônia: ameaça internacional e desenvolvimento regional

> *Os ensaios, que se divulgam neste volume, revelam um José Veríssimo dominado pela Amazônia onde nascera e onde realizara seus primeiros trabalhos de ordem espiritual. Há neles, ao contrário do que sucedia com os ensaios de outros, a compreensão exata do que a região significava. Não se verá aqui uma Amazônia romântica, sob a força de um lendário que lhe assegura certa poesia, é certo, mas importou no desvirtuamento do que ela representava realmente como espaço, como natureza e como resultante da ação criadora e disciplinadora do homem.*[12]

Essa era a avaliação que o historiador e ex-governador do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, fazia aos *Estudos Amazônicos*, de José Veríssimo, por ele prefaciado. Embora ao tempo dessa produção, dizia ele, a Amazônia vivesse o *rush* da borracha, Veríssimo não se deixou envolver pela efervescência da vida material e soube como poucos de sua geração compreender a exata medida do que *a região significava* para a nação. Era um *dominado* pela Amazônia, pela qual possuía *amor filial, incontido*, dedicando a ela grande parte de seu tempo, sempre preocupado em suas investigações fazer uma *revelação digna, objetiva, a indicar o estudo sensato e conclusão que representasse a verdade*[13] da sociedade, da economia, da cultura do norte do Brasil. Essas elogiosas palavras de Arthur Cezar Ferreira Reis a José Veríssimo não poderiam deixar de indicar uma certa proximidade entre os dois autores, principalmente no que concerne ao caráter de denúncia com o qual se revestiram suas obras. Se para Veríssimo importava denunciar a situação de degradação moral, social e econômica em que se encontrava a Amazônia e suas *raças cruzadas* na virada do século XIX para o século XX, em relação aos progressos da civilização mundial, para Arthur Reis, em sua extensa literatura sobre a região,[14] era preciso dar notoriedade à idéia de que *a cobiça internacional* sobre a Amazônia brasileira, que vinha de longas datas, era algo premente em sua época. Era, portanto, urgente a necessidade *da formulação de uma política brasileira* – e não regional – *visando a integração da Amazônia, mas que seja, então, uma política sã, promovida com sentido pragmático e cívico, liberta do primarismo dos partidarismos estreitos.*[15] Um planejamento de ações sistemáticas e cientificamente balizado era a solução encontrada para evitar que a Amazônia caísse em mãos erradas,

pois *a continuar a ausência criminosa do poder público, poderemos acordar com o Extremo Norte sob o domínio de estranhos.*[16]

Tal como Veríssimo, Arthur Reis também recorre à história do Brasil para ressaltar suas preocupações, pois, para o autor a ausência histórica do governo brasileiro na Região poderia dar espaço para a penetração dos interesses do capital internacional e local na região, a exemplo do que ocorreu à época da extração da borracha, quando a iniciativa privada, através de seringalistas e casas aviadoras, negociavam diretamente a comercialização do produto com os atravessadores e distribuidores internacionais, norte-americanos ou ingleses. Não estariam presentes os verdadeiros interesses da nação. Para corrigir essa omissão, o governo brasileiro deveria promover o desenvolvimento regional, através de uma política de substituição das importações, que visasse o redimensionamento da divisão – *nacional* - do trabalho entre as macro-regiões e estados brasileiros. De acordo com Pere Petit, foi nesse estado de espírito, fundamentado em princípios cepalinos, que ocorreu a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), da qual o primeiro Superintendente foi o próprio historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis.[17]

Não dava mais para esperar que apenas a aventura desbravadora de homens audazes - como ocorrera nos primeiros anos da ocupação ou no período áureo da economia gomífera - continuasse a ser a única forma de integração da Amazônia, uma região *despovoada, espaço desértico*,[18] ao território nacional. A fim de se ocupar esse espaço vazio, fazendo eco aos conselhos de Veríssimo, uma das principais preocupações da SPVEA, sob a direção de Arthur Reis, foi o fomento à colonização e ao povoamento da região. Arthur Reis, como Veríssimo, também condenava as afirmações apressadas ou cavilosas daqueles que negavam os trópicos como local possível à permanência do homem branco, onde se poderia realizar a elaboração de uma sociedade progressista e de uma civilização que se aproximasse dos modelos ocidentais.[19] Já fora comprovado, e para isso também contribuiu Veríssimo, que essas conclusões sem fundamento na verdade escondiam as propostas políticas de grupos que só percebiam a Amazônia como área de

exploração desordenada e imediatista de seus recursos, sejam elas ligados aos interesses regionais ou internacionais. O problema da Amazônia não estaria relacionado, portanto, exclusivamente aos males da origem de sua gente, mas principalmente ao seu isolamento em relação ao desenvolvimento nacional, o que começaria a ser solucionado a partir da década de 1950.

4. Concluindo...

Arthur Cezar Ferreira Reis, no dia 15 de Agosto de 1973, proferiu a conferência intitulada *O Pará na Decisão da Independência*, na qual afirmava que:

> *A decisão de manter o Brasil como conjunto físico, social, econômico e cultural, não se alterava. Com o 15 de Agosto, a decisão recebia a contribuição da Amazônia que, desse modo, revelava os sentimentos nacionais, que não perdera e em nenhum momento hesitara em proclamar e defender. O Brasil continuava incólume na tecitura de sua continentalidade espacial. A unidade não resultara de milagre, como a potencialidade de nossos dias também não se explica como conseqüência de força estranha aos desígnios humanos.*[20]

Esse episódio revestia-se de uma singular importância para Arthur Reis. A decisão pela *independência* representava uma vitória do sentimento nacional sobre os interesses e vontades individuais de alguns paraenses, ainda ligados à causa portuguesa. Com essa fórmula de explicação, Arthur Reis conseguiu fazer a simbiose perfeita entre passado e presente, ao procurar naquele os fundamentos que legitimavam as ações do governo federal no início da década de 1970. Em 1973, sob o auspício do governo Médici, confirmava-se, portanto, a decisão tomada há 150 anos de se manter inalterada a integração *física, social, econômica e cultural* da Amazônia à comunidade nacional. Essa decisão, ressaltava, não fora fruto do acaso, de um *milagre*, assim como não o era a *potencialidade de nossos dias* que colocava o país em *vertiginosa ascensão*.

A prosperidade – ou o desenvolvimento nacional -, não estaria, portanto, dissociados dos *desígnios humanos*, mas era resultado de um projeto racionalmente elaborado pelo governo brasileiro, diante do qual os interesses locais e regionais deveriam sucumbir. Os

projetos de colonização da Transamazônica, de energia elétrica e de ampliação da rede viária, implementados na primeira metade da década de 1970, pareciam fazer eco aos remédios antes propostos por Veríssimo e Arthur Reis. E a idéia de uma *potencialidade* em *ascensão* garantia sempre em alta as apostas em um país do futuro. No passado, a *adesão* do Pará significou o último elo da corrente que garantiria a unidade territorial necessária para promover a soberania e o progresso material nacional. Através das comemorações do sesquicentenário, o Pará, que em 1823 possuía as dimensões da atual Amazônia, dava provas do seu desejo de renovar aquela decisão e manter a integridade nacional, e isso deveria ser reavivada na memória de sua gente naquele ano de 1973.

---

[*] Professor Substituto e Mestrando do programa de Mestrado em História Social da Amazônia, do Departamento de História, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

[1] O vencedor desse concurso foi Mário Barata com a monografia intitulada *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823): gênese, estrutura e fatos de um conflito político*, publicada no mesmo ano de 1973 pelo Conselho Estadual de Cultura.

[2] Programa das Comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência. Entre essas autoridades ilustres destacaram-se Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro do Conselho Federal de Cultura, Arthur Cezar Ferreira Reis, também membro do Conselho Federal de Cultura e ex-governador do Amazonas, o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança e o General de Divisão Argus Lima, Comandante Militar da Amazônia, representando o Presidente da República.

[3] VERISSIMO, José. *Estudos* Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, *Apresentação.*

[4] José Veríssimo faleceu acometido de um ataque de *uremia*, no Rio de Janeiro, à Rua Marques de Leão, Engenho Novo, em 2 de fevereiro de 1916.

[5] VERISSIMO, Op. Cit. p. 24.

[6] Para justificar sua hipótese, Veríssimo faz a seguinte comparação: *quem há visto os restos da louça dos nossos selvagens (...) e admirado as formas bizarras, mas elegantes por vezes, das igaçauas, estudando-lhes as gregas caprichosas e o desenho correto, e comparando-os com a louça grosseira, pesada e disforme que o tapuio e o mameluco fazem hoje, não pode deixar de notar essa decadência.* Idem, p. 16.

[7] Idem, pp. 17-19.

[8] Idem, p. 60.

[9] Para Veríssimo isso era um problema político a ser resolvido. Idem pp. 86-87.

[10] BEZERRA NETO, José Maia & GUSMÁN, Décio de Alencar. *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 39-65.

[11] VERISSIMO, Idem, p. 23.

[12] Idem, Prefácio p. 2.

[13] Idem, Ibidem.

[14] Entre elas, foram utilizadas para esse ensaio. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982; *Síntese da História do Pará*. São Paulo: Amada-GRT, 1972; e REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

[15] Cf. REIS, 2001, p. 64. Nessa publicação, que se trata de uma coletânea de ensaios escritos por Arthur Cezar, até o ano de 1966, data em que o autor assina a *Apresentação* da obra, não há informações sobre a data em que foram escritos esses ensaios, dificultando assim a sua contextualização.

[16] Cf. REIS, 1982, pp. 3-5.

[17] PETIT, Pere. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, pp. 66-75.

[18] Op. Cit. REIS, 2001, p. 67.

[19] Idem, 234-235.

[20] Cf. Revista do Conselho de Cultura do Pará. Ano 3, n° 12 e 13, Jul./Dez. 1973, pp. 13-24.

Guerra como estratégia: Contatos entre Akwen e luso-brasileiros na Capitania de Goiás (1749 – 1811)

Cleube Alves da Silva
Mestrando em História - UFMS - Campus de Dourados - MS
Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação - Fundação Ford

1. Introdução

Tínhamos no século XVIII na região tocantínia a divisão central os povos indígenas d família lingüística Jê, do tronco Macro-Jê, chamados Akwen, que eram constituídos pelos Xakriabá, Akroá, Xavante e Xerente, todos falantes de variantes da mesma língua. Os domínios dos Akwen abrangiam as duas margens do Rio Tocantins no centro, sul e sudeste do atual estado do Tocantins, estendendo-se ao sul do Piauí, ao oeste da Bahia e ao noroeste de Minas[1].

Neste trabalho, utilizando-se da etnoistória - um método multidisciplinar que possui elementos metodológicos da antropologia e da história, com interfaces com a arqueologia, a etnografia, a lingüística entre outras áreas do conhecimento - pretende-se apontar como os Akwen, em um contexto de contato com o conquistador, utilizaram-se da guerra como uma estratégia para o embate com os invasores de seu território. Aponta-se como estes grupos indígenas estabeleceram alianças entre si e com os conquistadores dentro da dinâmica dos acontecimentos e como essas alianças tornaram-se elementos do universo indígena.

2. A ocupação de conquista da Capitania de Goiás

A população não-indígena que adentra a região goiana nas décadas iniciais da conquista (1720-1730) transforma o meio. Proporciona o surgimento de aglomerados urbanos e a conquista parcial da terra dos povos indígenas. Esta população, composta basicamente de mineradores, médios e pequenos proprietários rurais, eclesiásticos, administradores coloniais, soldados e escravos, estava em permanente contato com a população indígena.

No processo de conquista, a população não-indígena estava em constantes deslocamentos de uma localidade para outra, era direcionada pela prosperidade e/ou pobreza dos veios auríferos. Estes deslocamentos proporcionavam a população uma dinâmica de movimentação singular, com constante avanço sobre o território antes exclusivamente ocupado pelos povos indígenas. Neste contato, teve os povos indígenas que construir novas estratégias para conviver com estes novos personagens inseridos em seu espaço territorial. Entre estas estratégias, estava a guerra.

3. Os Akwen e a Região Norte da Capitania de Goiás

3.1. Os Akroá e os Xacriabá

O contato destes povos com o conquistador minerador, em Goiás, iniciou-se logo que este último resolveu buscar ouro descendo o rio Tocantins. Temos, no entanto, informações de que os Akroá já travavam longa luta contra os criadores de gado do sertão do Piauí desde o final do século XVII. [2]

Em Goiás têm-se notícias dos Akroá em 1744 e, onde estes, desde o ano anterior, já atacavam as povoações (todas originadas com descoberta de minas de ouro e localizadas em território tradicional indígena) de Remédios, São Felix, Natividade. Tais ataques seguiam-se também, a Terras Novas e Paranã [3].

Em 1751, Marcos de Noronha, Governador e Capitão-General de Goiás, informa que após Antonio Gomes Leite ter acertado uma capitulação com os Akroá, estes índios teriam se rebelado, pois os “brancos” não haviam cumprido os termos da capitulação. Teriam lhes atacado, matado vários, além de escravizarem muitos deles. “Daí, esta nação continuar atacando os arraiais” de Natividade, Remédios, Terras Novas e Paranã “matando brancos e negros, destruindo roças e roubando gado”[4].

Segundo o cartógrafo Francisco Tossi Colombina, os Akroá teriam sido vencidos pela bandeira de Wenceslau Gomes da Silva, que teria lhes aldeado em São Francisco Xavier do

Duro em 1751[5]. Sabe-se também que, por uma procuração, Gomes da Silva, encarrega José Antonio Pereira da Silva, da prestação, junto à Fazenda Real, das despesas realizadas por ele com o estabelecimento e sustentação das aldeias de Formiga e Duro para os índios Akroá e Xacriabá[6].

Os Xacriabá, por sua vez, ao que tudo indica, estiveram em pelejas bélicas com os conquistadores sendo persuadidos, por Wenceslau Gomes da Silva, em 1751, sendo aldeados em São José do Duro[7]. No final, entretanto, de 1755, enquanto uma parte dos Xacriabá está aldeada no Duro, outra efetua ataque aos arraiais da norte da Capitania de Goiás[8]. Esta situação aponta um abandono do aldeamento ou o não *convencimento* de se aldear de parte deste povo indígena.

O Governador e Capitão-General de Goiás, Álvaro Jose Xavier Botelho de Távora, em carta de 8 de outubro de 1757 ao rei D. José, informa que, em 12 de abril deste ano, os Akroá e os Xacriabá teriam se sublevado contra o regime de aldeamento, possivelmente por não concordarem com a administração. Estes, porém, não tinham atacado nenhuma povoação da região mantendo-se em sossego. Informa, entretanto, da formação de uma bandeira para *redução* dos mesmos indígenas. Em dezembro de 1760, carta do Governador de Goiás, João Manoel de Melo, ao rei D. José, expressa a preocupação com os ataques e mortes causados pelo Akroá e Xacriabá[9].

Os Xacriabá e os Akroá estiveram unidos durante muito tempo até que, em 1762, após atacarem os arredores de Paranã, os dois povos se desentendem e, numa briga, muitos xacriabás são mortos por akroás. Depois deste acontecimento os Xacriabá uniram-se a uma bandeira que os não-indígenas formavam para combater os Akroá[10]. Assim a aliança que antes era estabelecida com um povo indígena, passa a ser feita com o conquistador para atender a necessidade de combater os mais novos inimigos.

Já outros grupos Xacriabá e Akroá permaneceram aldeados juntos em São José do Duro até 1773, quando, após uma revolta, os Akroá são transferidos para São José de

Mossâmedes e os Xacriabá são levados para o aldeamento de Santana do Rio das Velhas[11].

As indicam que os Akroá e os Xacriabá estiveram, no século XVIII, sempre divididos em dois grupos: o *primeiro*, formado por aqueles que decidiram manter um convívio pacífico permanecendo nos aldeamentos; e um *segundo*, constituído por aqueles que fugiam dos aldeamentos e da aceitação de um modelo de convivência social desenvolvido e aplicado pelos conquistadores na frente de expansão da Capitania de Goiás. Modelo que não respeitava seu modo de vida, sua cultura.

Tanto a fuga, quanto o enfrentamento bélico, usados como estratégias de sobrevivência no contato, provavelmente terão origem em eventos como o relato pelo Governador D. Marcos de Noronha em 1751, citado anteriormente neste artigo. O rompimento de pacto pelos conquistadores sempre gerou reações da parte dos indígenas.

A última informação que temos sobre os Akroá data de 1823. Naquele ano, eram apenas quarenta e nove pessoas vivendo em São José do Duro[12]. Este povo foi extinto durante o percurso da conquista de Goiás pela população não-indígena.

Os Xacriabá, após muita luta e resistências, conseguiram sobreviver, apesar das inúmeras perdas, inclusive de sua língua, e habitam hoje a região nordeste do estado de Minas Gerais.

3.2. Os Xavante e os Xerente

Na área que abrange os atuais municípios tocantinenses na margem esquerda do médio rio Tocantins, desde Peixe e Alvorada, passando por Crixás, Fátima e Cristalândia, indo até a altura de Guaraí, habitaram os Xavante.

Já os Xerente ocupavam os terrenos que se estendiam das atuais cidades de Santa Rosa, Ipueiras, Porto Nacional, passando por Lageado, Tocantínia até Pedro Afonso, na margem direita daquele rio. Mas há notícias de que os Xerente habitavam as duas margens

do rio Tocantins[13]. Considerados por muito tempo com um só povo, os Xavante e os Xerente, são falantes de variantes dialetais da língua Akwen[14]..

O contato entre os Xavante e Xerente e os conquistadores inicia quando começa a mineração em Natividade (1732) e Pontal (1738). Mas, apesar de alguns conflitos esporádicos, será na segunda metade do século XVIII, quando com a mineração está em decadência e os conquistadores adentram o território indígena em busca de novas minas ou procurando desenvolver a navegação do rio Tocantins que os piores conflitos virão.

A primeira notícia que encontramos de embate travado no contato destes povos indígenas com os conquistadores, é uma bandeira organizada para combater os Xavante em 1762[15]. Não se tem dados sobre o resultado desta bandeira. Em 1765 uma nova expedição é formada com o mesmo objetivo. Esta ataca uma aldeia Xavante matando inúmeros índios. Já em 1767, uma outra bandeira, formada por habitantes de Pilar, saiu para combater os Xavante, porém sem muito sucesso[16].

Neste tempo, eram presentes os ataques dos Xavante às regiões de Tesouras, Crixás, Pilar, Natividade. Ataques que continuaria a acontecer de forma sistemática conforme pode-se constatar em relatos feitos pelos Governadores da Capitania de Goiás, José de Almeida Vasconcelos, em ofício de 20 de junho de 1774, e Luís da Cunha Menezes, em ofício de março de 1780,[17] ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, pelos quais estes informam sobre “os repetidos ataques e mortes” e “hostilidades” praticados pelo Xavante.

Estas *hostilidades* ainda aconteciam em 1784, quando o Governador Tristão da Cunha Menezes, afirma serem enormes os ataques realizados pelos Xavante na repartição norte da província. Este Governador dá noticia da constituição de uma bandeira formada por soldados da Companhia de Pedestres para combater os Xavante, obtendo pouco sucesso, pois só captura uns poucos índios. Nesta empreitada, além dos soldados da Companhia de Pedestres, em número de quarenta, armados e municiados, faziam parte da bandeira quarenta índios Kayapó da aldeia Maria I[18].

Outra expedição organizada contra os Xavante, em 1787, também teria alcançado resultados irrisórios, retornado a capital da província com uns poucos índios. Não há informações se tal *conquista* se deu pela força ou por convencimento. É sob o comando do Governador Tristão da Cunha Meneses que acontecerá, em 1788, a *conquista* dos Xavante, sendo estes aldeados em Pedro III ou Carretão, em um número, estimado, de três mil pessoas[19].

Informações a respeito dos Xerente surgem na documentação enviada, em 1786, por José Rodrigues Freire, Tenente de Cavalaria da Guarnição de Goiás, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, dava notícia sobre a formação de uma bandeira composta de quarenta Kayapó e dezoito Akroá que, seguiram rumo aos Xavante e Xerente[20].

A associação na denominação entre Xerente e Xavante, passa a ser definida separadamente apenas a partir do aldeamento do Carretão. Será no do início do século XIX que os Xerente passam efetivamente a estabelecer contato com os conquistadores, na expansão agro-pastoril da Capitania de Goiás e nas tentativas de desenvolvimento da navegação pelo rio Tocantins.

O processo do contato dos Xavante diferencia-se daquele verificado com os Xerente.

Durante o contato os Xavantes apresentam maior constância no conflito bélico fazendo, por fim, a opção de se retirarem para o interior, indo habitar a região da cabeceira do rio das Mortes, atual Estado de Mato Grosso. Resistiram aos contatos até a metade do século XX.

Os Xerente permaneceram em contato constante. Conforme já argumentamos em outro trabalho (2002)[21], aldeados, os Xerente sofreram grandes influencias do conquistador. Entretanto, mostraram-se resistentes com a sua cultura, principalmente com sua língua, e na sua luta pela permanência de seu território, que só será definitivamente demarcado no

último quarto do século XX: no ano de 1972, com a área Xerente; em 1991, com a área do Funil.

5. Conclusão

Vê-se que a ocupação do norte da Capitania de Goiás, não ocorreu de maneira linear, uniforme e pacífica e que os indígenas reagiram diante da nova situação. A resistência bélica dos indígenas, em especial os Akwen, esteve sempre presente entre as formas de reação.

Está resistência, no entanto, não se limitava a uma reação insensata e irracional, mas uma das maneiras de construir uma sobrevivência num contexto modificado com a chegada do conquistador. Esta consciência de ação é notada pela falta de unidade nas ações tomadas por cada povo no contato. Acertado é que a constituição de diversos grupos no seio de cada povo criava dinâmicas diferentes de contato. Dinâmica que criava a possibilidade de alianças entre povos para o combate ao conquistador, ou quando parecia mais interessante, aliava-se ao conquistador para combater outros povos.

6. Notas

[1] Nimuendaju, Curt. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Brasília: IBGE/MEC, 2002.
[2] Mott, Luis – História dos Índios Gueguê no Piauí. Revista de Antropologia, vols. 31/32/33, 1987/88/89.
[3] Carta de 22 de agosto de 1744, do Governador e Capitão General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao Rei D. João V. Caixa 03. Doc. 252; Carta do Ouvidor de Goiás, Manuel Antonio da Fonseca, ao rei D. João V, de 25 de agosto de 1743. Caixa 03. Doc. 227; Carta de 23 de agosto de 1744, do Governador e Capitão General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao Rei D. João V. Caixa 03 Doc. 254.
[4] Carta de 10 de fevereiro de 1751 do Governador Capitão General de Goiás, Conde dos Arcos, D. Marcos, Ao rei D. José. Caixa 06. Doc. 466.
[5] Escrito de Francisco Tossi Colombina, de 1753, sobre os índios Akroá e Xacriabá. Caixa 09. Doc.617.
[6] Procuração de Venceslau Gomes da Silva a José Antonio Pereira da Silva. 20 de outubro de 1754. Caixa 11. Doc. 669
[7] Giraldin, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In. _____.*A (Trans)Formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG/Palmas: Unitins, 2002. p. 114.
[8] Oficio do Missionário das missões de Natividade, Padre José de Matos ao Governador e Capitão General de Goiás, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora, em 25 de setembro de 1755. Caixa 13, doc. 763. Oficio do Governador e Capitão General de Goiás, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora ao Secretário de Estad da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, em 12 de dezembro de 1775. Caixa 13, doc. 775.

[9] Carta do Governador e Capitão General de Goiás, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora oi rei D. José 08 de outubro de 1757. Caixa 14. Doc. 865; Carta do Governador Capitão-General de Goiás, João Manuel de Mleo, ao Rei D. José. 29 de maio de 1760. Caixa 14. Doc. 983.
[10] Giraldin. Op. cit. p.115
[11] Giraldin. Op. cit. p. 115.
[12]Cunha Matos, R. J.. *Chorografia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia, Secretaria da Cultura. [1874] 1979: 356
[13] Nimuendaju, Curt, *The `Serente*, Los Angeles: The Southwest Museum, 1942. Mapa, p. 107.
[14] Giraldin. Op. cit. p. 117.
[15] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 28 de dezembro de 1762. Caixa 18. Doc.1121
[16] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 30 de março de 1765. Caixa 21. Doc.1274; Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 22 de junho de 1767. Caixa 23. Doc.1441.
[17] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, José Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. 20 de junho de 1774. Caixa 27. Doc.1776. Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Março de 1780. Caixa 32. Doc. 1936.
[18] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 17 de julho de 1784. Caixa 35. Doc. 2156. Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 10 de dezembro de 1784. Caixa 35. Doc. 2168
[19] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. 20 de junho de 1787. Caixa 36. Doc. 2228;Consulta do Conselho Ultramarino, à Rainha D. Maria I. 8 de abril de 1797. Caixa 39. Doc. 2443
[20] Ofício do Tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás, José Rodrigues Freire, ao Secretário de Estado Marinha e Ultramar Martinho de Melo Castro. 20 de setembro de 1786. Caixa 36. Doc.2189
[21] GIRALDIN, Odair & SILVA, Cleube A. da. "Ligando Mundos: Relação entre Xerente e a Sociedade Circundante no Século XIX". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Série Antropologia*. Vol. 18 nº 1 julho de 2002.

Identidade nacional: uma questão travada no Primeiro Congresso Afro-brasileiro do Recife realizado em 1934.

Clilton Silva da PAZ

As tradições africanas foram fundamentais para o processo de integração do negro na América. Arthur Ramos ao considerar tal questão estava ainda preso a idéias de pureza e sobrevivência culturais, no entanto, não deixou de perceber como todo o aspecto cultural tornou-se importante para a inserção do negro na sociedade brasileira[1]. Diz o autor que tal fato "tem impressionado todos os africanistas brasileiros, desde Nina Rodrigues". E segue afirmando que, por isso, os estudos africanistas no Brasil se referiam com maior insistência aos aspectos das culturas negras, "suas sobrevivências culinárias e sociais e até os vários traços da cultura material, como fabricação de instrumentos de música, esculturas, indumentárias e ornamentação". Tais traços, segundo ele, estariam tão ligados às suas práticas religiosas que, a rigor, não poderiam ser estudados isoladamente[2]. Os estudos feitos pelos grandes estudiosos africanistas no Brasil, como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro, desse modo, apontaram para como o conjunto cultural do negro africano tornou-se, em sua maioria, a base para a identificação dos negros no Novo Mundo.

Renato Ortiz[3] aponta que, na virada do século XIX para o século XX, no Brasil, autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Raymundo Nina Rodrigues debruçaram-se nos mais variados tipos e formas de manifestação cultural, em especial a cultura negra. Estavam preocupados em encontrar nossas origens, a nossa identidade nacional. A questão racial foi alavancada ao patamar de elemento fulcral da identidade brasileira, passando a ser tema dentre intelectualidade da época. Ademais, os trabalhos desenvolvidos possibilitaram o surgimento de instituições voltadas para os estudos etnológicos e antropológicos.

Na década de 1870, o pensamento romântico que permeava a literatura cederia lugar para uma visão de cunho mais naturalista e autores como Gonçalves Dias e José de Alencar seriam preteridos por autores menos românticos como Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Tais autores tinham em suas obras a influência de três elementos que marcaram profundamente a intelectualidade brasileira desse período: o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo. Pensar a partir desses elementos seria o mesmo que preparar a sociedade ao sucesso econômico e social e, desse modo, alçar o patamar de civilização idêntico às nações européias. A questão da "superioridade", como mostra Ortiz, neste momento tornava-se extremamente relevante, em especial para uma nação como o Brasil, recém liberto do fantasma da escravidão e alavancado ao *status* de nação democrática. Todavia um único obstáculo se opunha para este momento que seria o de alocar tal população negra enquanto cidadãos de direito e de fato. A não resolução de imediato deste problema implicava em verificar que o processo civilizador não acontecia e, dessa forma, o país encontrava-se em uma posição de inferioridade em relação às nações européias. Tal processo implicava no retardamento do país em se constituir enquanto nação. "O dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre teoria e realidade"[4].

Para os pensadores da época a questão ancorava-se em duas questões básicas: o meio e a raça. É importante observar que estes elementos marcariam toda a produção intelectual da época. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha, analisa o levante de Canudos, dando uma ênfase na questão da terra e na constituição do caboclo, o sertanejo e o homem do interior. E o mesmo ocorria com outros escritores da época que tinham neste duplo paradigma a chave para a interpretação da realidade brasileira. "A história brasileira é, desta forma, apreendida em termos determinstas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações tíbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato"[5].

Roberto Ventura[6] analisa que, para os defensores da civilização e da pureza racial, inserir o negro nas questões raciais e, mais tarde, a questão da miscigenação, levava a uma concepção por demais degenerativa por favorecer a imagem da apatia do indivíduo, do relaxamento, da preguiça e da perda da vitalidade dentre outros elementos. Tal processo levaria à perda total da moral e favoreceria o surgimento de relações escravistas, que em termos filosóficos, seria concebido pelo desprezo de uma nação por outra.

Após o fim do sistema escravista, travou-se um longo debate por parte da intelectualidade, em que apareceram dúvidas e questões acerca do papel e do lugar da cultura africana na sociedade brasileira. Oriunda para ser uma cópia da sociedade européia e portuguesa, civilizada, internacionalizar as tradições dos escravos pareceria tarefa difícil, pois a meta em questão seria o de galgar rumo a um processo de civilidade e modernização idêntica ao que ocorria na Europa. A visão realista e naturalista chocava-se com as aspirações de modernização da nação. A idéia de uma nação mestiça não era vista com bons olhos.

A escravidão não foi vista com bons olhos, por inserir o negro em sociedade já misturada entre índios e brancos e, por isso, maculava ainda mais os anseios de uma nação civilizada. “A escravidão passou a ser vista como *problemática* e se falava, entre as camadas letradas, de um ‘perigo negro’ que traria riscos à sobrevivência da civilização no Brasil”[7]. Ao final do século XIX, com o fim da escravidão, portanto, observou-se a inserção do negro nas grades temáticas da literatura brasileira.

Segundo Roque Barros Laraia[8] os trabalhos voltados para a compreensão do negro que se iniciaram através de Nina Rodrigues, tiveram como marca a busca da causa do subdesenvolvimento nacional, a patologia do negro africano. A partir destes estudos, vários outros ocorreram com o intuito de apontar, no final do século XIX e início do século XX, a inserção da cultura negra como uma questão degenerativa para a formação da nacionalidade brasileira.

Havia neste período, por parte da intelectualidade brasileira, ávida de inserir a nação nos paramentros civilizatórios, o apoio à idéia de arianismo e imputando ao negro a benevolência de superioridade apenas ao índio. Como solução imediata à importação de imigrantes europeus, com toda a sua cultura e técnica que ao se relacionarem com a cultura do negro teria uma maior preponderância e afirmação. A mestiçagem seria vista como uma primeira alternativa para elucidar inicialmente um problema. Havia uma forte adesão ao pensamento arianista e de branqueamento, tão forte diluído na Europa por Gobineau e Lapouge e que encontrava forte eco nos ciclos letrados brasileiros.

Somente a partir do final da década de 1920 e início da década de 1930 a idéia de mestiçagem adquiriria corpo. Gilberto Freyre, segundo Laraia, propõe uma nova linguagem ao valorizar o mestiço. Toda sua obra, em especial *Casa Grande & Senzala* (1933), constitui uma contribuição fundamental para a reconsideração do papel do negro, do mestiço e da mestiçagem na formação da sociedade brasileira.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, em fins do século XIX, homens como Raymundo Nina Rodrigues e Silvio Romero observaram a existência de costumes culturais que não eram oriundos da elite branca. Aspectos da cultura indígena e africana, tidas como bárbaras, foram responsabilizados por retardar o processo de construção de uma verdadeira identidade cultural, social e econômica e, por isso, eram vistas como elementos que maculavam o processo de desenvolvimento nacional e impediam o país de alcançar o esplendor de várias nações européias. Esse pensamento atravessaria todo o período da Primeira República e só seria atenuado, entre fins dos anos 1920 e início dos anos 1930, quando o negro e o mestiço começaram a ser vistos como elementos ativos e de contribuição positiva no processo cultural do país. Nesse sentido, vale lembrar da Semana de Arte Moderna de 1922, que incentivou a aceitação por parte da sociedade de uma cultura mestiça, onde identidade cultural e identidade nacional tornavam-se perfeitamente articuladas. Surgia um contraponto ideário ao que era defendido pelos intelectuais do final do século XIX. A idéia de um Brasil mestiço passava a ser

formulada, demonstrando que a riqueza cultural nacional provinha justamente da multiplicidade de suas raízes e a mistura, antes encarada como nociva, passava a ser vista como elemento importante para a formação do patrimônio cultural. Abria-se, então, a possibilidade para a inserção do negro na cultura nacional.

Na esteira das discussões que nortearam o livro de Freyre realizou-se no Recife, no ano de 1934, o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro. O evento com uma técnica inteiramente nova, colocou-se em volta das mesas doutores, estudiosos, babalorixás e iyalorixás, pessoas dos mais diversos meios, todos voltados para analisar a contribuição não apenas de um povo, mas de uma etnia. Estudiosos e pessoas comuns que descobriram nas tradições dos africanos e seus descendentes, algo mais do que um simples pitoresco. E assim, foi o Congresso, realizado no teatro de Santa Izabel com contribuições de dez, vinte e cinqüenta mil réis, que deu apenas para pagar algumas despesas de correspondência e alimentação para os participantes.

Arthur Ramos, prefaciador do 2º volume dos trabalhos apresentados nesse Congresso[9], analisa que o evento ocorrido em novembro de 1934 foi de total importância para os estudos acerca da cultura brasileira, em especial para as contribuições imputadas pela cultura africana. Os trabalhos apresentados tinham por excelência novos ângulos e novas formas de pesquisa sobre a participação do negro no processo de formação da nação, pois segundo Ramos: *"a marcha dos trabalhos, a brilhante iniciativa iria trazer para os estudos sobre o problema do Negro no Brasil, novos ângulos de visão, novos methodos de pesquiza, novas directrizes para o futuro de taes teses."* [10] O Congresso realizado em 1934, vinha na esteira dos vários acontecimentos que primavam pela discussão do papel do negro na sociedade. É importante observar que Gilberto Freyre estudioso e conhecedor do assunto publicara no ano anterior a primeira edição de Casa Grande & Senzala, obra que estudava pela primeira vez na historiografia o negro enquanto elemento constitutivo da identidade nacional.

Gilberto Freyre[11] analisa que o Congresso ocorrido em Recife foi importante por definir um movimento de grande benefício para a vida cultural do país. Estiveram presentes doutores

como Jarbas Pernambucano, conhecedores da técnica da macumba como Nóbrega da Cunha,, modernistas como Mário de Andrade e tantos outros conhecedores e estudiosos da cultura nacional. Muitos intelectuais e artistas, participantes da Semana de Arte Moderna de 1922, estiveram presentes ou enviaram trabalhos importantíssimos como: Lasar Segall, Portinari, Noemia, Di Cavalcanti, Santa Rosa, Mário de Andrade, Manoel Bandeira e tantos outros artistas e escritores com a finalidade de evocar na visão *freyriana* "a ternura afro-brasileira".

A importância do 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado em Recife, apesar da sua simplicidade ofereceu uma nova visão aos estudos afro-brasileiros. A apresentação de inúmeros e importantes trabalhos apresentou-se de forma interessante, por trazer à tona novos esclarecimentos e novos pontos de vista sobre a situação do negro e do mestiço no Brasil, observando a importância destes grupos para a formação social e cultural do país. No decorrer da década de 1930, outros congressos foram realizados com o intuito de alavancar novas e frutíferas discussões sobre a posição do negro no processo de formação da identidade nacional.

---

[1] RAMOS, Arthur, As culturas negras, Rio de Janeiro: Livraria – Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1946.
[2] ibid. pg. 76.
[3] ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 4ª edição, Editora Brasiliense, 1994.
[4] Ibid., p.15.
[5] ibid., p. 16.
[6] VENTURA, Roberto. Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
[7] ibid., p. 46.
[8] LARAIA, Roque de Barros. Relações ente negros e brancos no Brasil. Suplemento de dados. N.º 21, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.
[9] FREYRE, Gilberto (org.). Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934, 2º volume, Ariel Editora LTDA: Rio de Janeiro, 1936. pg. 11-14.
[10] Ibid., p.11-12.
[11] FREYRE, Gilberto. O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. In: FREYRE, Gilberto (org.). Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934, 2º volume, Ariel Editora LTDA: Rio de Janeiro, 1936. pg. 348-352.

Recordações de um escritor no país dos Bruzundangas: memória e história em Lima Barreto

Clóvis Gruner
Professor de História Contemporânea
Universidade Tuiuti do Paraná

Acordei para a mesma vida para que tinha adormecido.
Até os meus exércitos sonhados sofreram derrota.
Até os meus sonhos se sentiram falsos ao serem sonhados.
Até a vida só desejada me farta – até essa vida...
Álvaro de Campos

Em diferentes textos, principalmente ao longo de sua trajetória como cronista, mas também em passagens de seu diário, Lima faz menção à data de seu nascimento, exatamente sete anos antes de a Princesa Isabel assinar a "Lei Áurea", que abolia definitiva e formalmente a escravidão no país. Naquele ano de 1911, em que completaria 30 anos de vida, o escritor faz publicar no jornal Gazeta da Tarde a crônica "Maio"; nela, recorda emocionado passagens de sua meninice, com o pai a chegar em casa e anunciar: "a lei da abolição vai passar no dia de teus anos". Da festa no Largo do Paço, no 13 de maio de 1888, lembra da multidão, da princesa vindo à janela, da "ovação, palmas, acenos com lenço, vivas... (...) Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria."[1]

Pouco mais de duas décadas depois, as recordações daquele dia parecem, por um instante, provocar no cronista o mesmo contentamento pueril. Esta impressão é desfeita, significativamente, com a lembrança de um verso, um único verso, que Lima memorizara desde a infância, extraído de um poema em homenagem à princesa Isabel: "Houve um tempo, senhora, há muito já passado." A pequena estrofe é como que a senha para que o escritor passe da memória do passado à contemplação do presente; neste deslocamento, tece sobre o tempo, o "inflexível tempo", uma reflexão desencantada e

[1] BARRETO, Lima. *Toda crônica*. Org.: Beatriz Rezende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004, v. 1, pp. 77-79.

amargurada, fruto, como bem lembrou Arnoni Prado, de sua condição de homem duplamente ferido: "pelo destino e pela história".[2] Mas por que o desencanto? Por que a dor? Porque o tempo, que só permite reviver o passado como lembrança, é também aquele que ao destruir, em sua trajetória inexorável, aspirações e desejos, transforma o presente no fim de um sonho de futuro: "Oh! O tempo! O inflexível tempo (...) vai ceifando aspirações, tirando presunções, trazendo desalentos, e só deixa na alma *essa saudade do passado às vezes composta de coisas fúteis, cujo relembrar, porém, traz sempre prazer*."[3]

Embora exemplar, esta certamente não é a única passagem de sua obra onde, à memória do passado, sobrepõe-se um presente de inquietação, mágoa, ressentimento e, não raro, revolta. Das muitas possibilidades de leitura a que se oferecem as páginas de Lima Barreto, certamente a da pertinência da memória tem sido das mais férteis, largamente explorada pelos seus leitores e críticos. Trata-se de uma tensão temporal que, em alguns casos mesmo, mira não apenas o presente, mas o próprio passado, saturado pelos excessos da história. Mas de que história? Certamente aquela oficial e monumental, política e politizada, que aspira a desvendar, cientificamente, o passado e a identidade do Brasil, sua origem primeira e irredutível. E que neste processo de edificação de um tempo pretérito contribui à legitimação de uma memória triunfante, ao excluir e silenciar, condenando ao esquecimento, os portadores de identidades infames, contrárias àquela forjada no interior do projeto modernizador republicano. Parece-me que reside aí um dos projetos essenciais da literatura de Lima Barreto: a uma memória oficial e histórica, erigida para ser a celebração e a legitimação de um passado em que se cristaliza a vontade dos dominadores, ele opõe uma memória subterrânea, urgida no cerne de uma sensibilidade a um só tempo revoltada e vigilante. E ao transformar esta memória em

[2] PRADO, Antonio Arnoni. Lógico percurso do delírio: Osman Lins e Lima Barreto. In.: *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 201.
[3] *Idem. Ibidem*, p. 79. Grifos meus.

matéria narrativa, construção literária e ficcional, ele faz do discurso ação, e da escrita uma prática capaz de desentranhar do esquecimento o que não poderia ter sido esquecido. Na tessitura deste discurso feito ação, desta escrita em que se tece a prática, constroem-se espaços heterotópicos de resistência à imposição de um passado que, ao dizer "sim" à história, almeja a submissão a uma verdade que se pretende única porque absoluta, e a sujeição a toda forma de poder, a toda expressão da lei, a toda manifestação da norma.[4] É neste lugar outro da memória que os rastros e experiências apagados pela história darão, enfim, seu testemunho.

Projetada para ser o relato ficcional das experiências do escritor durante sua segunda passagem pelo Hospital Nacional de Alienados, de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920, "O cemitério dos vivos" seria sua última e inacabada obra. Se de sua primeira temporada no hospício, em 1914, o escritor não nos deixou legado, salvo duas pequenas passagens de seu diário[5], seria diferente na internação de 1919-20. Além do registro costumeiro em seu diário íntimo[6], Lima anota minuciosamente seus dias no manicômio. Tão pouco faz segredo de sua intenção de escrever e publicar o romance, anunciando a obra, ainda nem mesmo iniciada, em entrevista concedida nos dias de clausura: "Para mim, porém, tem sido útil a estadia nos domínios do Senhor Juliano Moreira. Tenho coligido observações interessantíssimas para escrever um livro sobre a vida interna dos hospitais de loucos. Leia *O Cemitério dos Vivos*. (...) [Pergunta] – E quando pensas lançar *O Cemitério dos Vivos*? [Lima Barreto] – Não sei. Agora só falta

[4] NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 73. Sobre o conceito de heterotopia, cf.: FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In.: *Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos & escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp. 411-422.
[5] No dia 13 de julho, Lima anota: "Noto que estou mudando de gênio. Hoje tive um pavor burro. Estarei indo para a loucura?". Em alguma anotação sem data, meses depois, escreve: "Estive no hospício de 18-8-14 a 13-10-14." Cf.: BARRETO, Lima. Diário íntimo. In.: *Prosa seleta*. Ri o de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 1306.
[6] *Idem. Ibidem*, p. 1329.

escrever, meter em forma as observações reunidas. Esse trabalho pretendo encetar logo que saia daqui (...).”[7]

As “observações interessantíssimas” a que Lima se refere compõem as páginas de seu “Diário do Hospício”, que principia a escrever em 4 de janeiro de 1920. Estas anotações servem como base para a escrita do romance que, hoje sabemos, o romancista não teria a oportunidade de concluir. Lá estão os primeiros e mais humilhantes dias, ainda na Pinel, e as referências a Cervantes e Dostoiévski; a transferência para a seção Calmeil e o reencontro com a biblioteca, espécie de guardadouro de uma sanidade necessária, entre outras coisas, para estabelecer a própria diferença entre sua loucura, gerada pelo alcoolismo e que ele pretende passageira, e a de seus pares de hospício, sobre cuja natureza procura refletir. Esta distinção, ademais, é fundamental à própria sobrevivência psíquica do autor, para quem o mergulho no delírio significaria a impossibilidade de uma outra vida que ele, apesar dos incontáveis percalços, ainda deseja: “Não quero morrer, não; quero outra vida”, afirma já nas primeiras páginas do diário para, mais à frente, afirmar: “Desde a minha entrada na Escola Politécnica que venho caindo de sonho em sonho e (...) embora a glória me tenha dado beijos furtivos, eu sinto que a vida não tem mais sabor para mim. Não quero, entretanto, morrer; queria outra vida, queria esquecer a que vivi, mesmo talvez com perda de certas boas qualidades que tenho, mas queria que ela fosse plácida, serena, medíocre e pacífica, como a de todos.”[8]

Este desejo, não se apresenta como algo coerente, mas profundamente contraditório: atravessa-o um sentimento de derrota e humilhação, que em diferentes passagens dos diários, o do hospício e também o íntimo, parecem suplantar sua vontade

[7] BARRETO, Lima. *Um longo sonho de futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, pp. 308-310. A entrevista foi publicada originalmente no jornal “A folha” em 31 de janeiro de 1920. Uma versão parcial pode ser encontrada na biografia do escritor, cf.: BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, pp. 285-286.

[8] BARRETO, Lima. O cemitério dos vivos. In.: *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, pp. 1385 e 1397, respectivamente.

de viver esta "outra vida". E sempre que este sentimento aflora, e aí a segunda contradição, é para re-afirmar um outro desejo e com ele uma vida que o escritor quis ter vivido e não pode – uma "outra vida" também, certamente, mas que não seria "plácida, serena, medíocre e pacífica". Esta, de que fariam parte o reconhecimento e o respeito literários, ele a assevera ao mesmo tempo em que a repele, pois é desta negação mesmo que brota sua permanência – derradeira e, a meu ver, a mais significativa destas contradições. Significativa porque ela revela um traço fundamental da trajetória e da obra de Lima Barreto, produtos de um *eu* complexo e contraditório, que sonha um Náutilis mas que, na impossibilidade de sua fabricação, "(...) bebia cachaça".[9]

Ora, este movimento de constituição de um *eu* revoltado e tenso, não se faz deliberadamente, mas resulta de um processo de interiorização do fora e sua ressignificação pelo dentro, aquilo que Deleuze, a partir de Foucault, denominou de "dobra", componente fundamental no processo de constituição das subjetividades modernas.[10] No caso de Lima, difícil não pensar no significado da literatura em sua trajetória de vida, que funcionava como uma espécie de evasão de uma rotina marcada pelo estigma da cor, da pobreza, da loucura – a do pai e, por duas vezes, a dele própria – e, claro, do alcoolismo. Para seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa, "no álcool, procurava anular-se por completo, ser esquecido, desaparecer. Na literatura, ao inverso, tentava afirmar-se, ser alguém, deixar em suma a marca da sua passagem na terra."[11] A esta afirmação eu acrescentaria o registro de que estes dois desejos – anular-se no álcool, afirmar-se na literatura – não são inversos, mas anversos, compondo os dois lados de uma mesma moeda; em Lima Barreto, parece-me, eles não são se anulam, mas se completam.

---

[9] *Idem. Ibidem*, p. 1407.
[10] DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 101-131.
[11] *Idem. Ibidem*, p. 296.

Como praticamente toda a sua obra literária, também a narrativa de "O cemitério dos vivos" é transpassada de lances confessionais. Mas não se trata, por isso, de uma obra meramente autobiográfica. De um ponto de vista narrativo, as passagens do diário podem ser lidas como uma escrita seminal, espécie de gestação de uma outra narrativa, a ficcional, que se utiliza a memória para, não apenas tecer, mas intervir na história. E o faz devolvendo à esfera pública as reflexões e impressões urgidas na grafia íntima e privada do diário. Como se à ficção coubesse um papel fundamental no ato de testemunhar a violência: ao dizer e representar a barbárie, barrar o esquecimento que, ironicamente, é imposto pela própria história. Ao entrecruzar duas narrativas, a confessional e a literária, o objetivo é recriar, no universo romanesco, uma certa realidade de maneira a conferir a ela uma estatura e um significado que só são possíveis no interior desta temporalidade outra, a ficcional, onde a sobreposição entre real e imaginação permite o delinear de uma aproximação irredutível em se tratando da ficção limiana: aquela entre o narrador e os silenciados, ofendidos e humilhados, colocados à margem da história.

Estes laços de solidariedade, que a história recusa, o escritor os estabelece trilhando um outro caminho, o da memória, que lhe permite uma dupla visada. Como em outros de seus escritos, também neste romance aparece a crítica à brutalidade republicana e seu projeto modernizador, tornando ainda mais significativo, mesmo que não tenha sido um projeto deliberado do escritor, a escolha do hospício como espaço privilegiado do romance. Porque ao situar no interior dos muros e celas do hospital as experiências e reflexões do narrador Vicente Mascarenhas, Lima transforma aquele espaço em metáfora da violência, do preconceito, das contradições, das hierarquias sociais, enfim, das relações de poder e dominação presentes fora de seus muros.[12]

[12] VECCHI, Roberto. Seja moderno, seja brutal: a loucura como profecia da história em Lima Barreto. In.: HARDMAN, Francisco Foot (Org.). *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, pp. 111-124.

A crítica de Lima a este projeto modernizador, no entanto, não é movida apenas pela nostalgia de um passado perdido e irrecuperável, como pode parecer a uma primeira leitura de seus escritos, onde abundam referências à vida dos subúrbios cariocas e seu modo de vida simples, em contraposição ao burburinho urbano e cosmopolita da "cidade". Seu exame é, antes e principalmente, uma tentativa de denunciar no mundo moderno a ausência de laços éticos e solidários, ausência que permite e justifica a exclusão e a violência em seus diferentes matizes. A crítica à modernidade, portanto, não é apenas uma tentativa de um retorno imaginário a um passado idílico. Ela é uma crítica do presente e de uma República que se consolida negando seus princípios fundamentais, impondo a ordem a muitos em nome do progresso de poucos; ela é, nomeadamente, uma crítica do poder.

Crítica que, de resto, deve estar atenta ao caráter provisório, volátil, microfísico do poder. Daí seu escopo voltar-se às manifestações daquela mesma violência onde ela aparece de forma fugidia, pretendendo assim escapar a qualquer nomeação. Seja quando lamenta as "angústias íntimas e dores silenciosas"[13], ou quando avalia desencantado, à maneira de seu criador, os revezes de uma vida sem sabor e esperança[14], Mascarenhas parece ter consciência que o recurso à exposição, sem meios tons, de seu sofrimento pretérito e presente, é condição fundamental para suplantar o olvido e construir uma outra representação do passado. À recorrência à memória é então, mais que necessária, essencial. Porque ela opõe, ao discurso racional e pretensamente científico da história, uma dimensão afetiva que confere um outro caráter ao acontecimento. Se aquela insiste em seu sedentarismo, em seu caráter abstrato que só pode ser apreendido a partir de categorias também abstratas – "humanidade", "povo", "classe" –, esta quer recuperá-lo em seu caráter irredutível de experiência singular mas nem por isso solitária, permitindo o

[13] *Idem. Ibidem*, p. 1437.
[14] "Tinha trinta e poucos anos (...) pobre, eu vi a vida fechada. Moço, eu não podia apelar para minha mocidade; ilustrado, não podia fazer valer a minha ilustração; educado, era tomado por vagabundo por todo o mundo e sofria as maiores humilhações." *Idem. Ibidem*, p. 1458.

reconhecimento de identidades e experiências emudecidas. Cumpre assim uma função ética, devolvendo o acontecimento ao corpo, lugar privilegiado da inscrição e escrita dos rastros e marcas do passado.[15]

Gostaria de encerrar com uma passagem particularmente significativa de "O cemitério dos vivos". Refiro-me a uma breve digressão de Mascarenhas sobre o passado, a lembrança e o esquecimento: "Mais do que os grandes acontecimentos", diz, "na nossa vida, são os mínimos que decidem o nosso destino; e estes pequenos fatos encadeados, aparentemente insignificantes, vieram influir na minha existência, para a satisfação e para o desgosto."[16] Ao afirmar a importância destes pequenos e insignificantes acontecimentos, o narrador de Lima Barreto está a cumprir uma exigência fundamental da memória, qual seja, a de opor à *comemoração* e sua repetição apologética do passado, a *rememoração* e sua abertura aos brancos, buracos e lacunas, ao esquecido, enfim. Compara assim, como queria Benjamin, o trabalho de recuperação do passado ao do sucateiro, que recolhe os cacos e restos do mundo na intenção de satisfazer o desejo de que nada se perca. Neste trabalho de procura e recolhimento dos cacos e restos, dos pequenos acontecimentos, é um espaço outro que se configura para abrigar o passado. Não mais o conforto e a estabilidade da utopia, nem a segurança racional e científica da história; mas o desconforto, a instabilidade e a insegurança transitória de memórias heterotópicas, sensíveis ao vivido, ao corpo e às diferenças.

[15] VILELA, Eugenia. Corpos inabitáveis. Errância, filosofia e memória. In.: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 233-253.
[16] Idem. Ibidem, p. 1435.

Insultos Verbais
História e sensibilidades na "Cidade do Pará"
(Belém – 1850 a 1880)

Conceição Maria Rocha de Almeida[1] - UFPA

Em dezembro de 1850 José João invadiu a casa de Joaquina Andrade Lima, chamando-a "alcoviteira", além de ameaçá-la por acreditar que ela estivesse escondendo uma escrava com a qual ele teria "tratos particulares".

Considerada um "exemplo de enorme atrevimento", a situação foi registrada pelo inspetor do 1º Distrito, o qual sob forte indignação ordenou a prisão de José João, que por sua vez era "mulato" e escravo, de propriedade de Antonio Lamarão.

Situações como essa não foram incomuns no dia-a-dia das Subdelegacias da "Cidade do Pará" no correr do século XIX. Mobilizados por sentimentos diversos, os habitantes da capital do "Gram Pará" recorreram também às autoridades policiais a fim de dar encaminhamento às questões conflituosas que vivenciaram.

O presente trabalho propõe-se a discutir de modo preliminar algumas dessas questões, que se relacionaram à irrogação de termos "insultuosos" e/ou ameaçadores, cujos significados foram demarcados pelas subjetividades dos sujeitos históricos envolvidos, bem como pelo contexto em que se inserem. O texto aqui exposto também integra a dissertação de mestrado à qual me dedico desde o mês de agosto de 2004.

Neste trabalho trato mais especificamente, embora de modo breve, de questões étnicas cuja presença percebi ao longo de meus contatos com a documentação da Secretaria de Segurança Pública, depositada no Arquivo Público do Estado do Pará. A documentação a que me refiro constitui-se de: autos crimes de injúrias, ameaças e assinação de termo de bem viver, além disso foram importantíssimos os códigos de posturas, o código criminal do Império, o código do processo, dentre outros.

Nesse sentido e considerando o epicentro da minha pesquisa, busco responder o seguinte problema: como os habitantes da cidade de Belém do Pará pensavam as diferenças étnicas, na segunda metade do século XIX? Certamente não conseguirei dar

conta do volume de discussão pertinente ao tema. Apresento então, alguns esboços iniciais de minhas reflexões, recorrendo inicialmente ao relato da situação vivenciada por José João, Joaquina, Ursula, Niculau, entre outros, nos idos dos anos cinqüenta do século XIX e preservada pela tinta do escrivão Antonio Manoel Gonçalves.

Antônio Ribeiro, inspetor do 1º Distrito, apresentou um relato datado de 05 de dezembro de 1850. Neste ele apresenta uma situação vivenciada pelo "mulato" José João, "escravo" de Antonio da Cunha Lamarão.[2]

José João teria invadido a casa de Joaquina Andrade Lima, localizada na rua Nova, e insultara-a com termos obscenos, dos quais foi apenas registrado "alcoviteira".[3]

No relato de Antonio Ribeiro consta ainda que José João teria ameaçado "arrombar as portas", pois procurava por uma escrava, que estaria alugada na dita casa e com a qual ele, José João, teria "tratos particulares".[4]

Para o inspetor, aquele era um "exemplo de enorme atrevimento", então ele ordenou a prisão de José João. Este contudo, ao prestar depoimento, negou que houvesse invadido a casa de Joaquina, afirmando que "só ficara à janela da casa dela", que jamais dirigira à dita senhora quaisquer palavras de desrespeito.

Mas José João foi contraditado por testemunhas, vizinhas de Joaquina: Ursula Barros e o escravo desta, Niculau. Este teria visto quando José João ameaçara Joaquina, de que "faria o diabo" caso ela, Joaquina, não "botasse para fora" a "preta" que estaria na casa dela. O mesmo Niculau afirmou ter visto José João "dentro do corredor da casa onde mora Joaquina" e que José João teria usado, entre outros, o termo "alcoviteira" para ela, Joaquina. [5]

Estudos históricos esclarecem que nem sempre um termo insultuoso refletia o comportamento social do insultado. Não raramente a irrogação do mesmo visava a exposição da vítima perante o olhar dos outros, ou seja, talvez movido pela indignação, José João tenha recorrido ao termo "alcoviteira" para comprometer a reputação de Joaquina.

Ursula, 60 anos de idade mais ou menos e viúva, testemunhou declarndo estar em sua sala quando ouviu as "palavras que a decência pede ocultar" ditas em tom alto e

agoniado. Como ela havia mandado o escravo dela, Niculau, à padaria comprar pão, ela dirigiu-se à janela, olhou a rua, mas não viu "pessoa alguma".

Depois observou que, na janela "defronte da sua", estava sua vizinha Joaquina. Esta, ao ver que passava um homem na rua, chamou-o e "contou-lhe que havia sido insultada por um negro, o qual o supunha ainda então no seu corredor".

Ante a situação brevemente narrada, as casas de Joaquina e Ursula receberam destaques mais demarcados ao longo dos textos de Antonio Ribeiro, Antonio Manoel, Nicolau e Ursula.

Estando por exemplo na sala de sua casa, Ursula pode acessar visual e audivelmente a rua, ao ponto de poder não só tomar conhecimento parcial da situação de Joaquina como também do tom agoniado das palavras de João. Aliás, as referências à sala, como um espaço contido nas moradias são encontradas em vários relatos e na historiografia.[6]

Além da sala o corredor também foi mencionado em relação à casa de Joaquina. Os textos registrados indicam que José João conseguiu chegar no corredor, ameaçou arrombar portas sempre insultando Joaquina. Naquele contexto, o corredor parecia ser um espaço *meio* externo, posto que também era de comunicação interna da casa, como uma varanda ou um alpendre lateral ou central situado na parte frontal da casa.[7]

O relato de Ursula, levou-me a inferir que uma vez no corredor, José João estaria muito próximo ao cômodo onde Joaquina se achava, visivelmente aborrecido e ainda por cima, a insultá-la o que pode tê-la deixado receosa das conseqüências.

Ao longo dos relatos, José João é referido como "mulato" e "escravo". Sua ação na Rua Nova, ante a casa e a pessoa de Joaquina é tomada como "exemplo de atrevimento", ou seja, se a atitude em si era desrespeitosa, ofensiva, passível de punição de conformidade com a lei, o fato de emanar de um indivíduo de camada social subalterna, um escravo, certamente configurava um agravante.

No relato de Niculau, a casa de Joaquina parece assumir contornos de um espaço de refúgio para a amada de José João, todavia não deixava de estar exposto à ameaça da

invasão por parte do indignado “mulato”, o qual exigia que Joaquina “botasse ela para fora” – referindo-se à “preta” alugada na dita casa.

Neste processo, é o próprio José João – “escravo e negro” – o sujeito processado e as manifestações quanto ao “atrevimento” de suas atitudes são explícitas, ou seja, José João era um homem cuja vida era demarcada pela condição de escravo e de negro e como tal era observado, considerado suspeito e cobrado. Desse modo o que era desejado em relação ao seu comportamento por parte não só das autoridades constituídas, como também de escravocratas e outros? Um comportamento “condizente” com sua condição social e étnica, ou seja, um comportamento coadunado com seu “lugar” naquela sociedade.

Penso que o comportamento “condizente” deveria ter a marca indelével da subserviência, do reconhecimento de sua “inferioridade” na sociedade escravocrata. Mas, José João, tomado pela indignação, desafia uma “senhora branca”, chamando-a “alcoviteira”, além de outras expressões que segundo os registros, não convinha referir. E para, digamos, completar o desaforo, teria tentado invadir-lhe a casa. Enfim, mediante a ótica dos sujeitos enfocados e de alguns outros certamente, José João, ao desacatar uma “senhora” desacatou aos grupos “socialmente superiores” representados na pessoa dela. [8]

O comportamento de José João não fora o único, ou o último. Na realidade, na cidade de Belém, como em outras do Brasil, que crescia em aspectos diversos, os lugares sociais poderiam cada vez mais misturar-se, de tal maneira que os “negros” e mestiços em geral, sobretudo os chamados pardos e mulatos, podiam esconder cada vez mais a sua condição social. Dessa forma, nem sempre ficava explícita a distinção entre escravos, libertos e pretos livres, e então a política de domínio ficava comprometida.

Havia um critério geral de "suspeição generalizada”, sobretudo numa cidade capital da uma província que havia vivenciado os turbulentos e ainda lembrados anos cabanos. Se havia problemas para as autoridades competentes, no processo de reconhecimento de cada habitante, principalmente negro ou descendente deste, era importante manter por veículos diversos o processo discriminatório. E alguns dos elementos que favoreciam tal procedimento era a referência à cor e à condição de escravo. [9]

Mas o processo discriminatório não ficava restrito aos negros e mestiços destes. A crença na existência de raças superiores e outras inferiores, também se fazia sentir em relação aos indígenas e respectivos mestiços. O relato a seguir insere-se nesta discussão.[10]

Em Janeiro de 1871, Marcos Antonio Correia, queixou-se de Anna Luzia, sua vizinha, natural da província do Ceará, por esta haver dirigido a ele palavras insultuosas de modo escandaloso, ofendendo a moral pública. Segundo uma das testemunhas de nome Martiniano Jose Pereira de Campos, Anna Luzia teria dito a Marcos Antonio as seguintes palavras: "*(...) ordinário tapuio papa chibé, eu não sou daquellas que tens em tua casa que te ajuda a beber chibé (...)*". [11]

O advogado de defesa de Anna Luzia, solicitou ao Juiz que indagasse à testemunha se sabia o motivo pelo qual fosse explicado o procedimento da querelada. A testemunha afirmou que ouviu quando a querelada foi chamada de "*ceará do diabo*". [12]

Em sua denúncia Marcos Antonio declara haver sido insultado de modo escandaloso, o que indica possivelmente o receio do mesmo pela exposição de sua pessoa ao desprezo público. Possivelmente, a expressão que mobilizou a indignação de Marcos, foi "ordinário tapuio", dita por Anna Luzia em tom de voz elevado e agressivo .

O conflito étnico aqui estabelecido permite uma discussão importante acerca do termo insultuoso em si – tapuio. Segundo José Veríssimo, em estudo produzido nos anos setenta do século XIX, o termo "tapuio", além de ser entendido erroneamente pelas pessoas em geral, também adquiriu sentidos de menosprezo ao ser empregado pelos habitadores da Cidade do Pará.

Então, ser chamado "tapuio" e além de tudo "ordinário" poderia significar um xingamento grave na Belém do séc. XIX, pois ao empregarem o mesmo, muito provavelmente as pessoas estariam pensando em: mestiço descendente de índio – o que para Veríssimo era um erro - selvagem, indolente, preguiçoso, lento, ignorante, enfim um ser humano revestido de inferioridade e apropriado para servir aos que lhe eram superiores.[13]

Quanto ao xingamento "ceará do diabo", supostamente dirigido à Anna Luzia, também apresenta conotações de preconceito e discriminação. A testemunha afirmou ter

“ouvido a querelada ser chamada de ceará do diabo”, o que significa que para aquele que proferiu a expressão, ela está impregnada de sentido (s) de estranhamento. Quanto ao complemento “diabo”, entendo que o mesmo estivesse relacionado ao emprego de uma “justificativa de cunho religioso”, para atribuir à Luzia as características do “próprio mal”, daquilo que era pensado como o pior possível.[14]

Na verdade em conflitos em que perpassam questões de cunho étnico, inúmeros argumentos acabam sendo utilizados como signos com a finalidade de distinguir os indivíduos. Esta postura aparece também na própria forma de registrar a documentação. Em 1875, o escrivão interino João Pedro Baptista intimou a “cabocla Maria Pinto de Sousa” para comparecer na Secretaria de Polícia e assinar termo de bem viver.[15]

Testemunhas declararam que Maria Pinto era prostituta além de dar-se ao vício da embriagues, fato que a tornava má vizinha, uma vez que, sob efeito do álcool, ela punha-se a proferir palavras imorais, que a “decência mandar calar”.

De acordo com as falas das testemunhas, “fez carga” sobre ela o vício da embriagues, pois devido ao mesmo ela perdia o controle tanto de suas palavras quanto de suas atitudes, tornando-se então “má vizinha”, ou seja, talvez, se Maria *apenas* desenvolvesse a prostituição, mas soubesse agir mediante um controle, uma discrição, esperada pelos que de algum modo a cercavam, ela obtivesse a tolerância dos vizinhos em decorrência do comedimento.

De qualquer modo, os registros revelam que Maria Pinto, além de transgredir por embriagar-se também era prostituta e assim, representava imagens de transgressões aos valores cultivados pela sociedade ocidental civilizada. Além disso, Maria era considerada etnicamente inferior, pois era mestiça, descendente de indígenas, sobre os quais recaía um intenso preconceito. O próprio vício da embriagues era, para alguns, um elemento característico da influência indígena.[16]

Os modos de pensar e sentir os africanos, indígenas e descendentes, na cidade de Belém, não podem ser apartados do processo de expansão colonial no Brasil e do conseqüente desenvolvimento da sociedade escravocrata. Uma vez efetivada a utilização

da mão-de-obra escrava, consolidou-se também uma mentalidade justificadora dessa dominação.

Sendo assim, o aspecto físico, a cor da pele, os modos de falar, de vestir, de olhar daqueles a quem a condição de subalternidade precisava estar em constante processo de alimentação, deveriam ser referidos como "diferentes", até mesmo ridicularizados, e seus portadores, relembrados dessa condição ante os grupos e/ou pessoas que procediam a discriminação. [17]

Em consonância com esta concepção, procurei desenvolver reflexões acerca dos casos aqui expostos. Todavia não tenho dúvidas quanto ao fato de que Maria Pinto, José João, Anna Luzia, Marcos Antonio entre tantos outros, foram sujeitos históricos cujas lógicas dos procedimentos (ainda) busco melhor entender.

---

[1] Professora de História do Núcleo Pedagógico Integrado da Universidade Federal do Pará. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia/UFPA., sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior.

[2] Antonio Ribeiro era um dos inspetores de quarteirão no 1º distrito e como tal era seu dever "vigiar sobre a prevenção dos crimes admoestando aos (...) mendigos, bêbados por hábito, prostitutas e turbulentos para que se corrijam (...)". Também "fazer prender os criminosos em flagrante delito (...)". Tais atribuições constam do Código do Processo Criminal de Primeira Instancia de 1832. In: Colleção das Leis do Império do Brasil em 1832. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará.

[3] Talvez seja a Rua Nova de Santa Ana. Esta corresponde atualmente a Senador Manuel Barata. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992. P.37.
• alcoviteira - mulher que alcovita. "Alcovitár – procurar a prostituição de alguma mulher, inculcá-la a quem peque com ella carnalmente." In: SILVA, Antonio de Moraes. "*Diccionario de Língua Portugueza"* – Recopilado – dos vocábulos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina. Anno de 1813. Depositado na Seção de Obras Raras do CENTUR.

[4] Authos crimes ex-officio em que é accusado o mulato José João escravo de Antonio da Cunha Lamarão". Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEPA). Fundo: Segurança Pública. Série: Autos Crimes/1850.

[5] CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade - Uma História das últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. O autor apresenta casos semelhantes ao de José João, como o do liberto Agostinho que pelos idos de 1885, acusava a "crioula" Deoclecia de infidelidade para com ele, a despeito de toda a amizade que devotara a ela. E que por isso ficara desgostoso, indo então beber e tomar satisfações com a amada. Pp. 147 -9.

[6] Sobre esta questão ver VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780 – 1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004. Pp. 92 a 97.

[7] Sobre os sentidos das varandas e alpendres nas casas ver também VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. Op. cit., Pp. 89 a 92.

[8] TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. P. 20.

[9] CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. Onde o autor discute essa questão através do que denomina de suspeição generalizada. Pp. 186-98.

[10] TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. Op. Cit., P. 17.

[11] Chibé – pirão feito com água, farinha de mandioca, açúcar e por vezes, cachaça. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Editora Nova Fonteira. 31ª Edição.

[12] Summarissimo procedido pelo crime de injuria em que é queixoso Marcos Antonio Corrêa e querellada Anna Luzia. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Pasta de 1871. Caixa de 1870.

[13] Para José Veríssimo, o nome tapuia deveria ser empregado referentemente ao índio que "perdera o caráter de selvageria acentuada: moral e fisicamente", ou seja, o tapuio seria um índio modificado, que já assimilara traços do modo de vida do branco e que mesmo sendo índio, já se distanciava dessa condição. VERÍSSIMO, José. *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia. Sua Linguagem, suas Crenças e seus Costumes.* In: VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: UFPA, 1970. (Coleção Amazônica). P. 12.

[14] "Geralmente, o grupo discriminador atribui ao grupo minoritário certas opiniões inexatas ridicularizando-o pelo seu aspecto físico ou cultural. Aplicando a todos certas características individuais, os estereótipos contribuem para a prática da segregação social. Por exemplo: os negros são apresentados como brutais e estúpidos, sujos e imorais." TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. Op. Cit., P. 19.

[15] "Autos crimes de Termo de Bem Viver em que é Ré Maria Pinto". Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Pasta de 1875. Caixa de 1870.

[16] VERÍSSIMO, José. Op. Cit., P . 24.

[17] TUCCI CARNEIRO, Op., cit. P. 19.

A idéia de civilidade e suas representações na nascente Capital Republicana.

Cristiane de Jesus Oliveira* - PPG-UFJF

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a passar por uma brusca reforma urbana nas suas áreas centrais nos primeiros anos do século XX. Essa reforma tinha como objetivo imediato atender as necessidades dos investidores externos, ou seja, se modernizar através da sua Capital, vista nesse momento, como a vitrine do país, para atender a uma nova lógica capitalista. Portanto, teria não só que se modernizar, mas também se civilizar nos moldes europeus para que os obstáculos fossem ultrapassados e as exigências cumpridas.

A cidade do Rio de Janeiro chega ao início do século XX com uma estrutura ainda colonial. Os problemas eram muitos e começavam na estrutura precária do porto. As ruelas estreitas e sinuosas do centro da cidade se constituíam no segundo grande problema imediato, pois, dificultava o escoamento das mercadorias e favorecia o aparecimento de sucessivas epidemias que assolavam a cidade todos os anos, sendo responsáveis também pelo um alto número de mortalidade que completaria o quadro caótico com o qual a população do Rio de Janeiro convivia no seu dia-a-dia.

Foi com a finalidade de extinguir estes problemas que ligavam a cidade ao passado, que se realizou nos primeiros anos do século XX, a reforma da área central da cidade.

Às questões de saneamento, se ligavam outras tantas. Paulo César Marins assinala que a expectativa em torno da reforma girava no sentido de uma

> "transformação social e cultural da cidade, e na obtenção de um cenário decente e atraente aos fluxos do capitalismo internacional, tão refreados pelas precárias condições da capital, quanto ambicionado pelas elites atreladas aos grandes interesses exportadores instalados no governo da união"[1]

Essa reforma abarcaria de uma só vez o porto e as áreas centrais da cidade, e empreenderia também, uma reforma sanitária.

---

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O principal objetivo dessa reforma era a tentativa de se implantar na cidade o modelo civilizacional europeu, especificamente francês, tão caro à nossa elite. Cabe lembrar que a cidade que serviu como modelo foi a Paris *hausmmaniana*. Numa cidade onde a população pobre e negra se sobressaia numericamente, a implantação desse modelo civilizacional era visto como uma luta contra a barbárie, representada pela cultura popular.

Essa reforma aliada à idéia de civilidade fez sumir do centro da cidade os casarões coloniais que há muito tempo abrigavam a população pobre da cidade. Os cortiços ou casas de cômodos, como eram conhecidos, foram demolidos imediatamente após o início da reforma. Em seu lugar surgiram avenidas e ruas largas e prédios novos.

> "Não foi a velha cidade que desapareceu; foi uma outra totalmente nova que foi imposta no meio dela; cidade de prazeres, luxo e abundância, composta de palácios refinados, recobertos de verniz, mármore e cristal, cujo acesso era vedado aos membros da comunidade primitiva."[2]

A criação desses novos espaços representativos de civilidade foi a responsável, também, pelo aparecimento de espaços de exceção onde o grosso da população "que não pudesse se trajar decentemente, o que implicava, para os homens, calçados, meias, calças, camisa, colarinho, casaco e chapéu tinham seu acesso proibido ao centro da cidade."[3]

Nosso trabalho visa, portanto, discutir a idéia de civilidade que se quis implantar no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, assim como as formas de representação dessa civilidade.

Essa idéia de civilidade que se quis difundir na *belle èpoque* carioca foi fruto de uma parceria da recém instaurada República e de alguns setores da elite, denominados no nosso trabalho como *boa sociedade*[4]. Cabe lembrar também que essa idéia de civilidade se contrapunha, grosso modo, à idéia de barbárie, representada nesse momento, pelos populares e sua cultura. Cultura essa, fruto das heranças negra, indígena e portuguesa.

Para entendermos a construção desse processo civilizador, nos basearemos nas obras do sociólogo Norbert Elias que trabalha a sociedade de Corte e o processo civilizador através da evolução dos costumes e da formação dos Estados modernos e para entendermos como se deu a representação dessa idéia nos basearemos nos estudos de história cultural do historiador francês Roger Chartier e nos seu conceito de representação.

Norbert Elias aponta para a dificuldade de se tratar o processo histórico de racionalização, dentro do qual estaria inserido o processo civilizador. Ele defende que o processo de racionalização da modernidade deveria ser tratado por uma disciplina ainda inexistente: a psicologia histórica[5], pois existe uma linha divisória que separa o trabalho do historiador e do psicólogo e que contribui para que essas questões das estruturas mais simples às mais complexas permaneçam ainda obscuras[6].

> "O psicólogo pensa não-historicamente porque aborda as estruturas psicológicas dos homens dos nossos dias como se fossem algo sem evolução ou mudança, os resultados de suas investigações de pouco servem ao historiador."[7]

Elias propõe então, uma investigação que parta de um viés sociológico. Para ele esta seria *uma solução um pouco melhor*, mesmo porque na medida em que se interessa por problemas históricos, "aceita a linha divisória traçada pelo historiador entre a estrutura aparentemente imutável do homem e suas diferentes manifestações sob a forma de artes, idéias, ou o que quer que seja."[8]

O problema no caso da sociologia está no fato de que os estudos de história da sociedade e história da mente estão sempre dissociados. "A *sociedade* e o mundo das *idéias* são tratados como duas formações diferentes."[9]

A Solução para nosso trabalho ou a abordagem que melhor se enquadra para o estudo dessa idéia se encontra, no que conhecemos hoje, como Nova história Cultural. Com características como: a construção de conceitos que resgatam a relação entre o mental e o social, o resgate do papel dos sujeitos, da estratificação e do conflito e a

pluralidade de caminhos para a investigação histórica, essa Nova História Cultural servirá como embasamento ao estudo da problemática da civilização.

Sendo ainda, importante entender a história da cultura, por um lado, como "a análise do trabalho de representação[10], isto é, das classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço" e, por outro, "como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de sentido intrínseco, absoluto, único - o qual a crítica tinha a obrigação de identificar - dirige-se às práticas que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo."[11]

Quanto ao modelo civilizacional europeu que se tentou implantar no Brasil republicano no início do século XX através da sua Capital Federal veremos primeiramente no que ele consiste.

> "O processo civilizador consiste antes de tudo, na interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos de auto controle exercido sobre as pulsações e emoções e faz passar da coerção social à autocoerção."[12]

Segundo Elias "o homem ocidental nem sempre se comportou da maneira como estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem *civilizado*"[13] O comportamento e a vida afetiva dos povos ocidentais começou a mudar lentamente após a Idade Média. É na era do Absolutismo que o comportamento evolui claramente para um padrão denominado, hoje, civilizado.

Isso, no entanto, não aconteceu à revelia e muito menos foi planejado por um indivíduo isolado ou mesmo por um grupo. Esse processo se inscreve dentro do "problema geral da mudança histórica"[14]. Não sendo racional – se por racional entendermos que ele resultaria intencionalmente da deliberação e do propósito de pessoas isoladas; nem irracional – se por irracional considerarmos o que surge de maneira compreensível. Para Elias essa dinâmica social que produziu o processo civilizador se caracteriza por:

> "planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou."[15]

Essa mudança na mentalidade surge, assim, no momento em que se formam os Estados absolutistas. A concentração de poder nas mãos de um único soberano, rei ou príncipe fez com que fossem necessárias certas mudanças para que essa sociedade de corte que vive em torno dessa pessoa detentora do poder possa também desfrutar dele. É justamente essa lógica que vai diferenciar as pessoas que conhecemos como civilizadas.

Com a formação do Estado, no sentido ocidental da palavra, através do qual a vida do indivíduo ganhou um pouco mais de segurança e do gradativo aumento do número de pessoas em determinada área, entendemos a necessidade e a função do auto controle, característico tanto da sociedade de corte quanto da sociedade contemporânea. Esse auto controle – controle mais rigoroso de suas paixões e condutas – se constituiu num fator primordial da vida em sociedade.

Podemos entender esse auto controle, segundo Elias, também como um marco divisor entre as classes superiores e inferiores.

> "a nobreza de corte, a vanguarda da *civilité*, foi gradualmente compelida a exercer um rigoroso controle das emoções e uma precisa modelação de sua conduta, através de sua crescente integração na rede de interdependências, representada nesse caso pela pinça formada pela monarquia e burguesia, na qual estava aprisionada a nobreza. Igualmente para a nobreza de corte, o auto controle imposto a ela pela sua função e situação serviu ao mesmo tempo como valor de prestígio, como meio de distingui-se dos grupos inferiores que a fustigavam e ela tudo fez para impedir que essas diferenças fossem apagadas. Só o membro iniciado devia conhecer os segredos da boa conduta, só na boa sociedade podiam eles ser aprendidos."[16]

É essa idéia que norteia o uso do conceito quando se trata das reformas urbanas empreendidas no Rio de janeiro, ou seja, a *boa sociedade* carioca usava de seu

polimento e de sua educação européia para se distinguir dos outros estratos da população, assim como para definir quais seriam os padrões que deveriam ser implantados e automaticamente adotados e seguidos para que a nascente república se tornasse civilizada. Essa foi ainda, a base do pensamento dessa *boa sociedade* que tentou, de várias maneiras, extinguir as manifestações culturais populares das ruas da capital federal gerando tensões que perpassaram toda a sociedade.

Esse auto controle que se tornou característico das sociedades modernas gerou o que Elias chama de *ritual cortês*, ou seja, uma maneira própria de agir que só a Corte ou as pessoas que estivessem ligadas a ela tinham acesso. Este se constituiu, na Europa, a base para a distinção entre os nobres e os burgueses em ascensão.

Elias defende que o ritual cortês, de alguma maneira, ainda é reproduzido nas sociedades atuais, no entanto, a lógica que o perpassa é bem diferente daquela da sociedade de corte. Na sociedade de corte o simples movimento das mãos à mesa, o detalhe da etiqueta e até mesmo os modismos refinados de fala serviam tanto como meio para distinguir os superiores dos inferiores quanto como instrumento de competição pelo favor real. Já no século XX,

> "com a gradual ascendência dos estratos econômicos, comerciais e industriais burgueses e a pressão cada vez maior que eles exerciam devido ao acesso às mais altas posições de poder no Estado, todas essas aptidões, essenciais à sociedade de corte, deixaram de ocupar lugar fundamental na existência social das pessoas: não eram mais de importância decisiva para o sucesso ou o fracasso nas lutas por status e poder."[17]

Nas sociedades do início do século XX, como a Capital Federal brasileira, onde a burguesia urbana ascendia, sobretudo, após a instauração da República, a estrutura social "era motivada pela competição por maior parcela da crescente riqueza, sob a forma de capital ou por cargos e posições que dessem a seus ocupantes maiores oportunidades políticas ou administrativas de obter poder."[18]

Isso não quer dizer que os rituais que diferenciavam ou distinguiam as classes sociais não mais existissem, mas que agora passavam a existir sobre uma outra lógica: a do capital.

O padrão de limitação social criado por essa *boa sociedade* era, num aspecto decisivo, diferente dos que vigoravam para os cortesãos e cavaleiros. A existência desses se pautava numa renda não produzida pelo trabalho enquanto que da burguesia ascendente econômica e politicamente "esperava-se que seus membros, pelo menos os do sexo masculino, trabalhassem para ganhar a vida, mesmo que formassem *boas sociedades* próprias."[19]

Nesse aspecto as sociedades de corte e as sociedades burguesas se diferem muito, visto que, enquanto nas primeiras o cortesão obtinha seu sustento sob a proteção da pessoa do soberano, nas sociedades que se modernizaram, como a do Rio de Janeiro do início do século XX, os indivíduos que compunham a boa sociedade obtiam seu sustento através do trabalho, podendo este ser gerado pelo governo ou por iniciativa particular. As sociedades do início do século XX se inseriam numa lógica capitalista de produção e comércio.

O país dos primeiros anos do século XX e as reformas urbanísticas tinham essa lógica como pano de fundo. A Capital Federal era vista como a vitrine do país, tendo que se modernizar e se civilizar através da adoção de novos modelos.

No que tange, então, a problemática do processo de civilização, acreditamos que o trabalho de Norbert Elias, que se constitui num estudo sociológico de um fenômeno essencialmente histórico, atende às necessidades teóricas da nossa temática, mesmo porque, contrapõe a sociedade de corte à sociedade burguesa dos séculos XIX e XX, que se diferem pelo *ethos* econômico, pela atividade profissional de seus membros e pela constituição de uma esfera do privado separada da existência social. As divisões atualmente consideradas evidentes como, por exemplo, entre a vida pública e a privada e as únicas condutas consideradas racionais, podem assim ser despojadas de sua suposta

universalidade e remetidas ao status de forma temporalmente circunscritas, instiladas por um equilíbrio social novo que não era o das sociedades de corte.[20]

---

[1] MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. in: In: NOVAIS, Fernando A. (coord), SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil 3; República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das letras, 1998. p. 143.

[2] SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: Mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 65.

[3] SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord), SEVCENKO, Nicolau (org). *op. cit. p.26.*

[4] *Boa Sociedade* é uma expressão do século XIX usada para definir os homens e as mulheres livres e brancos que tanto se reconheciam como se faziam reconhecer como membros do *mundo civilizado*. O que caracteriza a *boa sociedade* é o fato de ela excluir os escravos e os homens livres e pobres, constituindo-se como afirma Ilmar Rohloff de Mattos em *O tempo Saquarema*, "pelas capacidades e *habitações* de seus membros, sempre brancos", na sociedade política, no mundo do governo, que possuía a incumbência de ordenar o conjunto da sociedade. Rainho, Maria do Carmo. *A cidade a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 16.

[5] Norbert Elias que escreve seu livro *O Processo civilizador* na década de 30, e que segundo Roger Chartier, toma para embasamento os teóricos do século XIX, atenta para o fato da inexistência de uma disciplina que abarque, ao mesmo tempo, a história e a psicologia.

[6] Elias, Norbert. O Processo civilizador. Vol. II. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. p.234

[7] Idem, ibidem, p.234.

[8] Idem, ibidem, p.234.

[9] Idem, ibidem, p.235.

[10] As representações, como afirma Chartier, são "esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações (...) são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza". Chartier, Roger. A história Cultural – entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1990. p. 17.

[11] Idem, ibidem, p. 27

[12] Chartier, Roger. Prefácio in: Elias, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 20.

[13] Elias, Norbert. *op. cit* . Vol. I, Prefácio.

[14] Elias, Norbert. *op. cit* . Vol. II, p.194.

[15] *Idem, ibidem*, p.194.

[16] Idem, ibidem, p.214.

[17] Idem, ibidem, p.252.

[18] Idem, ibidem, p.253.

[19] Idem, ibidem, p.253.

[20] Chartier. Prefácio in: Elias, Norbert. *op. cit*. p. 9.

REPRESENTAR PASSADO: TEMPO, MEMÓRIA E MODERNIDADE TARDIA

Cristiano Pereira Alencar Arrais - UFMG

Este trabalho constitui-se em parte de um trabalho mais amplo que procura analisar as formas de elaboração dos regimes de historicidade no interior de contextos políticos conservadores em processo de modernização. Partindo da necessidade de compreender os elementos formadores das representações do tempo contidas nos produtos culturais de nossa sociedade, procuro identificar como o elemento político se apropria da relação passado/presente/futuro, e interfere na forma como as sociedades interpretam suas experiências coletivas. Neste momento, procuro apresentar uma análise que privilegie fundamentalmente as fontes relativas à construção de Belo Horizonte/MG cidade planejada, construída para ser a capital de seu estado e que funcionou como marco simbólico do regime político republicano há pouco instalado. Construída para ser o símbolo de uma nova era, marcada pela onda de modernização que atingia o País ao final do século XIX, a construção de Belo Horizonte e a transferência da Capital de Ouro Preto para aquele novo espaço urbano está diretamente associado ao universo ideológico republicano. A nova capital viria consagrar a obra da modernidade a que se referia o projeto político republicano, rompendo com o Império e ao mesmo tempo preservando a ordem e a unidade tão caras à Nação.

Ordem e unidade pareciam ser as palavras que conduziam os políticos locais, visto que a mudança de regime político não gerou grandes conflitos em Minas (como de resto em todo Brasil), mas um movimento de adesismo com a nomeação de Antônio Olinto como governador provisório até a chegada de Cesário Alvim a Ouro Preto. Nota-se que a construção de Belo Horizonte, não foi sustentada por uma enfática ruptura com o passado do tipo novo/velho, moderno/antigo, mas uma "recomposição do tempo histórico dentro de uma legitimação da justaposição tradição/futuro"[1]. Se por um lado o Império era identificado como um período de decadência (da mineração) e autoritarismo (do poder Moderador), o mundo colonial era preservado e idealizado,

visto que identificava-se com as revoltas contra a Coroa Portuguesa e os primeiros movimentos libertários[2].

Neste trabalho, proponho examinar a construção do mundo social e do regime de historicidade de uma obra pseudo-historiográfica representativa da visão de mundo que cercou a construção daquela cidade. Para isto, dei ênfase ao trabalho ensaístico do periodista, literato e Padre Francisco Martins Dias, *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte*, publicado em 1897 e que procura reconstituir, via narrativa memorialista, o ambiente social no qual estava inserida a população de Curral d'El Rei e as principais transformações ocorridas no povoado com o processo de construção da nova capital mineira. Tal texto não tem uma qualidade específica de tratar fundamentalmente de interpretações que indiquem questões de cunho temporal. É preciso fazer, entretanto, duas observações importantes a esse respeito. Primeiro que não existem, necessariamente, fontes privilegiadas que tratem exclusivamente dos problemas relacionados ao senso temporal. Nesse sentido, qualquer acontecimento histórico deve encerrar qualidades temporais tanto em sua realização como em sua recepção (permanência, tensão do decurso, aceleração do acontecimento), visto que explícitos sob a forma narrativa. Mas é também importante notar que o *antes* o e *depois* constituem o horizonte de sentido de uma narração, o que nos conduz às contribuições da tese narrativista de Paul Ricoeur de que não existe tempo que não é narrado, visto que a narrativa é a condição de possibilidade de existência de um tempo que possa ser não somente sentido, mas também mensurado[3].

O PRESENTE COMO SOLUÇÃO DA DICOTOMIA ENTRE MEMÓRIA E EXPECTATIVA

A relação entre passado, presente e futuro, que caminha no sentido de um distanciamento e aproximação entre memória e expectativa pode ser observada na obra do padre Francisco Martins Dias. Tornando identificável, através de seu interesse sobre o decurso temporal, a visão de mundo de estruturas sociais conservadoras que passam por um processo de modernização[4].

Nesse sentido, os registros lingüísticos utilizados pelo padre Francisco Martins Dias, principalmente, que preservam um conteúdo de experiência temporal são representativos não só de sua visão de mundo, de sua localização social no presente, mas das expectativas e frustrações

desse mesmo grupo. No caso específico de que tratamos, o elo entre memória individual e memória coletiva será construído exatamente pela identidade narrativa que fortifica as lembranças e insere os indivíduos num tempo e numa ação coletivos. Ora, mesmo que a visão de mundo do padre Dias apresente uma ênfase demasiadamente apegada ao campo religioso, é possível identificar as matrizes sociais que dão fundamento àquela visão de mundo coerente com o ambiente político dominante no contexto da construção de Belo Horizonte[5].

Através de seu interesse pelo passado de Belo Horizonte, podemos observar a tentativa de preservação de uma determinada memória que priorizasse a positividade do passado. Tal necessidade de preservar esta positividade está expressa em diversos aspectos, como por exemplo, no estabelecimento da ancestralidade da ocupação do sitio de Curral D'El Rei, em seu vínculo com a tradição bandeirantícia e no tratamento da oralidade como mecanismo de reforço e argumento em favor daquela positividade passada[6].

Tal autoridade necessária para fundamentar o passado está manifesta na estratégia organizadora utilizada pela memória do grupo a quem pertence o padre Dias. É esta tradição que, ao ser produzida a partir dos rituais descritos pelo clérigo (parte do mecanismo que garante a integridade da tradição através de uma ação prática, conseguida num contínuo trabalho de reinterpretação que relaciona presente e passado) produz uma "noção formular de verdade" através de seus "guardiões"[7].

Nesse sentido, o padre Dias tomou para si as funções de guardião de laços de solidariedade que, segundo observava, estava fadada à dissolução. Repositório das tradições, e, além disso, revestido do caráter sacro do sacerdócio, os *Traços históricos e Descritivos de Bello Horizonte* revestira-se da autoridade testemunhal de um tempo que não mais existia e que, apesar de não poder ser restituído no presente, estava na origem de seu futuro. Incorporara, portanto um conteúdo emocional e normativo ou moral ao seu discurso, o que proporcionou uma base integrativa entre seu discurso e a realidade da construção da nova capital.

A ênfase na moral e nos costumes do antigo povoado (apego ao trabalho, religiosidade, festas e comemorações) tem a função de aproximar a memória, a experiência passada de um presente que escapa em reconhece-lo como seu, num clima de nostalgia: "aqui era um compadre

que offerecia a seu compadre, para comprar para carro, uma boiada de *pegar p'ra sahir* (como diziam); de uma bonita novilha que elles diziam uma *tetéia*". Mais do que simples termos, tais locuções são representativas de um tipo de sociabilidade típica das pequenas comunidades. Para Simmel, esse tipo de sociedade apresenta alguns aspectos que as torna diferente do tipo de vida social nas cidades modernas, tais como a lentidão da percepção sensorial dos objetos materiais, a uniformidade do ritmo da vida cotidiana, o aprofundamento da vida psíquica coletiva através da intensificação emocional dos relacionamentos sociais, a utilização dos meios de produção como intermediário no estabelecimento de relações sociais entre produtor e consumidor etc[8].

Qualquer tipo de mudança qualitativa ou quantitativa romperia aquela estrutura, baseada numa estabilidade precária. No caso de Curral d'El Rei, essa mudança deu-se através das transformações ocorridas dentro de seu próprio sítio. Esse é um fator importante visto que não somente nas pequenas comunidades, mas também na própria cidade moderna, o espaço habitado é constituinte da personalidade do indivíduo, visto que fornece uma espécie de equilíbrio gerado pela imagem de permanência e estabilidade dos objetos materiais ao seu redor.

Ao recorrer aos conceitos que identificam um tipo de sociabilidade não mais inexistente, padre Dias estabelece uma relação necessariamente saudosa com o passado. Essa superestimação do passado, entretanto, baseada na pretensa idéia de que o que é antigo é necessariamente bom relaciona-se somente a determinados nichos do passado. A relações de produção encontradas nos registros lingüísticos (*pegar para sahir* e *tetéia*, por exemplo, são expressões utilizadas dentro de uma relação de troca comercial) funcionam também como instrumento daquele tipo de conhecimento social acima descrito. Não é a toa que outro termo utilizado é *compadre*: trata-se, portanto, de mais do que uma relação comercial entre indivíduos, é uma relação de convivência entre cidadãos de uma mesma classe, procedência e comunidade de destino. Demarca por outro lado a associação entre passado e futuro no presente, através de uma estratégia narrativa que recorre à memória para posicionar o passado no interior de uma idéia de repositório e origem da positividade presente representada pela nova capital. Por isso, como nos lembra Lowenthal, a nostalgia é "a memória com a dor excluída. A dor está no presente", num presente de grandes mudanças que incitam as recordações dos tempos passados[9]. Mas também

porque, através daquela linguagem, padre Dias conserva e reaviva uma imagem que as gerações que lhe serão posteriores terão daquele tempo.

A dissociação temporal é produzida ao tratar da política. Ao levantar a hipótese de que o sitio da nova capital fosse patrimônio da igreja, perdido ou esquecido com o passar dos anos e indevidamente apropriado por particulares, padre Dias identifica os culpados. Segundo ele,

> foram os astutos mandões e os régulos dos tempos idos, que, abusando da simplicidade do povo, e da timidez ou desleixo do parocho, com artimanhas e trapaças, lançavam mãos sacrílegas no que à egreja pertencia, e dahi iam se succedendo as transmissões até os presentes proprietarios, que possuíam verdadeiros títulos justo-presumidos, que em direito, em virtude do lapso de tempo, são valiosos. (p. 44)

Nesse sentido, reforça mais uma das características da visão de mundo do padre Dias, a condenação da dinâmica política anterior à República, a Monarquia. Ao estabelecer, dentro do campo político, o passado com terreno de domínio oligárquico, e o presente dominado por um estado de direito, um governo, "honrado e sensato", estabelece-se uma oposição, não só entre duas formas de mando, através de conceitos assimetricamente contrários, mas também de tempos opostos.

Estabelece-se, portanto, uma clara distancia temporal entre passado e presente, distendendo-a cada vez mais, até que o presente acabe por dissociar completamente passado e futuro, e concebendo assim um tempo histórico experimentado como novidade. "Quem pensaria – já não direi 'diria' – que o velho, podre, humilde e decadente Curral d'El Rei havia de, em tão rápido vôo, elevar-se a altura em que hoje o vemos, e ainda, de mais a mais, tendo diante de si um futuro tão risonho e brilhante!" (p. 107). Ocorre, portanto, uma distensão em relação ao futuro, derivada da velocidade das mudanças experimentadas. Rerefe-se nesse sentido à constante dissolução do presente em função de uma expectativa sempre renovada. Benjamim caracteriza esse tempo como uma transfiguração do eterno retorno típico da modernidade[10]. Mas quando padre Dias retoma à nostalgia de um tempo anterior, de ordem e harmonia, está reconhecendo também os paradoxos do tempo que vão além das antinomias relacionadas à perda de significado derivadas da modernidade.[11]

Não mais existia na época da publicação de *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte*, o povoado de Curral d'El Rey. Mas a continuidade temporal entre o antigo e o novo foi sistematicamente explorada pelo padre Francisco Martins Dias. E, além disso, sustentada, seja através de artefatos que sobreviveram às transformações no plano urbano, ou contíguos ao mesmo, sob a forma de relíquia, ou então através dos fatos lingüísticos que constroem a perspectiva de um presente passado (sentido de duração) que vai sendo consumido por um futuro passado (sentido de novidade).[12] A consciência do "não mais" produzido a partir da fusão entre tais campos da experiência é aqui um indício de um movimento concreto, não apenas um estilo de retórica, ou um recurso lingüístico. Ultrapassa-o e agrega-se na memória e na percepção da experiência temporal do padre Dias porque também promove essa dissociação cada vez maior entre presente e futuro, entre memória e expectativa a partir do presente:

> Era (digo era, porque hoje a população se baralhou com a onda do povo recemchegado para os serviços da nova capital, como uma gotta de vinho se confunde no oceano, ou se dispersou para os arrabaldes da freguezia) era um povo laborioso e trabalhador. (p. 29)
> (...) dizemos *havia* e não *há*, porque [a capela consagrada a Sant'Anna] foi já demolida pela comissão constructora da nova capital (p. 47).

Tal movimento apontava para um processo de racionalização das relações sociais, que seriam impostas via construção da nova capital. Tal processo de modernização exigia, portanto, a dissolução dos antigos padrões econômicos e sociais, como bem percebeu padre Dias. Essa nova dinâmica produtiva, voltada para o circulo do comércio, proveniente da construção da nova capital mineira foi sentida por padre Dias: "E não era isso em data mui remota: e entretante hoje com um tostão não se compra mais de duas laranjas das que com elle, naquelle tempo se alcançavam tinta!" (p. 33)

A percepção deste tipo novo de racionalidade está expressa no tratamento dispensado aos indivíduos mais importantes de Curral d'El Rei por parte do engenheiro Aarão Reis: "mais de uma vez ouvimol-o dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando" (p. 84).

Finalmente, essa perspectiva de um decurso temporal que aponta constantemente para o progresso é típico de um período em que a história era concebida ao mesmo tempo como receptáculo das experiências alheias e instrução para o presente (*Historia Magistrae Vitae*) e como possuidora de uma capacidade de julgamento imanente – como o fez no caso da escolha de Curral d'El Rei para o local da nova capital – mas também como determinante do futuro. Por isso padre Dias pode levantar prognósticos e profecias acerca dos anos futuros. Aos homens do presente, o clérigo evoca, dentro do campo da profecia, a necessária realização da obra da nova capital no sitio do Curral d'El Rei. É também sob a fórmula de profecia que reflete sobre os homens e o tempo em que estava situado: "*tempora mutantur ... et homines cum illis*!" (p. 34). O tempo muda e o homem com ele: dessa forma, o presente é concebido como um conjunto de símbolos que anunciam um porvir. Na maioria das ocasiões, este porvir está localizado fora do tempo, ou determina a dissolução do tempo presente, tal como pode ser observada nas doutrinas milenaristas e quiliastas, como o joaquinismo, mas também nas profecias feitas por Antônio Conselheiro. A certeza, dentro de seu grupo de fiéis, de uma consumação futura que garante a sua eficácia no presente. Por isso padre Dias, em sua pregação em comemoração a escolha de Curral d'El Rei para nova sede do poder estadual anuncia a entrada do "espírito do erro, da impiedade e da mentira" (p. 76) que poderia misturar o joio, a erva daninha e o trigo.

Mas encontra-se a narrativa de padre Dias inserida no campo do prognóstico visto que ela produz o tempo que narra, ao projetar para dentro e ao mesmo tempo para a construção de um depois (futuridade). Nesse sentido, o tempo aqui construído não é o do sempre igual cristão, mas absorvido pela idéia de uma novidade contínua, visto que revela ao presente o futuro, e condiciona seu horizonte de expectativa.

> Antevíamos que aquelle povo, que tão desalentado se retirava do centro da povoação, ia levar alguma vida ás incultas cercanias do arraial (...)
> E foi o que se deu, com hoje se vê.
> Mal haverá dous annos que os logarres denominados Calafate e Piteiras eram uma verdadeira solidão, onde não se encontravam mais que meia dúzia de casebre disseminados aqui e acolá – e hoje aquelles logares já se ostentam com alguma animação e contam approximadamente 60 habitações (...) Cachoeira, João Cralos, Bento Pires e Cardosos estão no mesmo caso que Calafate e Piteiras, não, porem, tão habitado como estes dous últimos. (p. 86)

Sendo antecipação do futuro, o prognóstico carrega consigo a idéia de um *continuum* evolutivo que dirige-se para o progresso. Não se afasta porém do passado, visto que trabalha com a idéia de que a história é a garantia de uma continuidade que funde o passado com o futuro. Esse tipo de fusão é reforçada na data escolhida para os festejos inaugurais da nova capital mineira, o 7 de setembro. Na escolha desse dia que tornaria-se marco de fundação e sagração de Belo Horizonte, reuniram-se duas modalidades da experiência temporal a *simultaneidade do anacronismo* e a *repetibilidade dos acontecimentos*[13]. Reforçada ainda mais com a escolha de um frei capuchino para conduzir a primeira missa, "pela memória da primeira missa celebrada em brasileas terras" (p.100) – numa lúcida estratégia de composição do tempo que submetia o passado às necessidades históricas do presente.

---

[1] MELLO, C. F. B. "A noiva do trabalho: uma capital para a República". In.: DUTRA, E. F. (org.) .*BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996, p. 13.

[2] JULIÃO, L. "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)". In.: DUTRA, E. F. *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. RESENDE, M. E. L. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: um novo PRM*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

[3] RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa* (Tomo I). Campinas, SP: Papirus, 1994.

[4] "os conceitos abarcam conteúdos sociais e políticos, mas sua função semântica, sua capacidade de direção não é dedutível somente aos fatos sociais e políticos a que se referem. Um conceito não é somente indicador dos contextos que engloba, também é seu fator. Com cada conceito estabelecem determinados horizontes, mas também limites para a experiência possível e para a teoria concebível." KOSELLECK, R. *Futuro passado: para uma semántica de los tiempos históricos*, Barcelona: Paídos Básica, 1998, p. 118.

[5] Esse conservadorismo estava também mediado por uma ordem política estreitamente relacionada com a dinâmica política nacional. Um dos sustentáculos da ordem monárquica, Wirth (1975) assim define o tipo de política existente em Minas no período de transição para a República: "Habilissimos no jogo dos legisladores de transigências e manobras, os mineiros dirigiram o Congresso durante quase todo esse período [1889-1937]. Ocuparam por três vezes a presidência federal e se comprazeram em representar o papel de fazedores de reis. Sempre estiveram representados no ministério. Na República Velha, a máquina política estadual (PRM), felicíssima adaptação do *coronelismo*, política do patrono-cliente, tinha a dirigi-la os chefes rurais e a orquestra-la os ocupantes do palácio do governo estadual". Além disso, existia uma elite política intimamente unida ao estado. "Em sua maior parte, essa elite se socializara numas poucas e conhecidas escolas secundárias e faculdade de ensino superior. (...) Advogados e profissionais liberais dominaram o PRM, como tinham dominado os velhos partidos imperiais, mas estavam bem integrados numa sociedade esmagadoramente agrária". Os conflitos políticos de grande envergadura eram pouco prováveis dentro de um grupo que estava ligado por extensos laços familiares, como indicou Horta (1979), e de cooptação aos outros grupos sociais, através do "clientelismo". Fenômeno este facilitado por uma população predominantemente rural que, além disso, facilitava a continuidade de certos nomes de famílias. Além disso, estudos recentes indicam a estruturação de um determinado *habitus* de classe, subintendido através das práticas políticas das elites mineiras. A comparação entre as práticas políticas de regiões economicamente tão díspares como a Zona da Mata e a Região Norte aponta para uma relativa sintonia de interesses. Em Juiz de Fora, por exemplo, Goldwin Jr (1996) procurou seguir a trajetória das elites políticas locais, cujo interesse na definição de um discurso modernizante sobre a cidade que, por um lado reforça a diferenciação entre grandes proprietários e a população mais pobre e por outro, funcionava como sustentáculo da sua dominação através de uma preocupação com o projeto de embelezamento urbano que tinha como um de seus principais elementos o controle da paisagem humana. Na região de Montes Claros, por outro lado, Porto (2002) conseguiu aproximar os principais elementos da cultura política local, do início da República, quais sejam, a violência, o personalismo e o paternalismo, a um discurso modernizador, através da capitalização da imagem do saber médico e da associação a acontecimentos de cunho progressista, como a chegada dos trilhos da estrada de ferro no município. Aproximação essa que dentro de uma estrutura sócio-econômica de miséria, exclusão e relativo isolamento dos poderes centrais, favoreceram a construção de um capital simbólico que garantiu ao mesmo tempo a imagem modernizante e a prática política baseada no mandonismo, na privatização da burocracia, no bacharelismo e na exclusão política. HORTA, C. R. "Famílias governamentais de Minas Gerais", in.: *Segundo seminário de estudos mineiros*, Belo Horizonte: UFMG, 1979; PORTO, C. H. Q. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Belo Horizonte: UFMG, 2002; GOODWIN JR., J. W. *A princesa de Minas: a construção de uma*

identidade pelas elites juizforanas, Belo Horizonte: UFMG, 1996. WHIRT, J. "Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional", in.: FAUSTO, B. *História da Civiização Brasileira*, TIII, São Paulo: Difel, 1977, p. 77.

[6] "Por esses tempos [1573], já de volta de suas explorações no Serro do Frio aonde o levara a fama de suas esmeraldas, Fernando Dias Paes, cuja ambição não era satisfeita pelos resultados de suas avanturas, estabeleceu-se, com seu genro Manoel de Borba Gato, nas pittorescas margens do Guiaxim (na língua indiana) hoje conhecido pelo nome de Rio das Velhas. Sendo ainda por esses tempos já descobertas as faisqueiras de Sabará, e manifestada, entretanto, ao governador da capitania de São Paulo, somente por volta de 1700, visto que Borba Gato desejava obter o perdão do crime de assassinato do governador D. Rodrigo, àquele imputado". Habitada e visitada por Borba Gato e sua comitiva a região de Sabará, lógico seria que o vizinho sítio de Curral d'El Rei já fosse conhecido e visitado naquele mesmo período, segundo padre Dias. (p.11)

[7] Estreitamente relacionada a uma noção particular do tempo e do espaço (através de contextos de origem que unem o passado ao futuro antecipado, e espaços fundadores identificados com certa sacralidade, ressaltados nos rituais e costumes), a tradição produz um corte muito claro entre aqueles que são "de dentro" e os que são "de fora" de suas orientações existenciais. O objetivo aqui é produzir e reproduzir um discurso autorizado sobre a identidade do grupo, proporcionando um horizonte de ação relativamente fixo. O que significa não uma tendência para a inércia, mas para processos ativos de reconstrução social, particularmente filtrados por seus guardiões, mas que preserva a idéia de hereditariedade, de um valor naturalmente permanente, essencialista sobre a vida. Por isso, ao mesmo tempo em que aparentemente possui certo conservadorismo, uma sociedade vinculada a padrões tradicionais é também incorporadora dos fenômenos sociais do presente, através, principalmente, dos possuidores do monopólio da sua interpretação. BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 100.

[8] SENNETT, R. *Classic essays on the culture of cities*. New Jersey: Prentice-hall, 1969.

[9] "The great changes of the times had made nostalgia pervasive. Revolutionary upheraval sundered past from present; after the guillotine and Napoleno the previous word seemed irretrievably remote – hence to many doubly dear. Industrialization and force migration pushed millions into locales radically unlike those of their childhood. Romantics sheldtered from devastatin change in remembered or invented images of earlier times." Cf. LOWENTHAL, D. *The past is foreign coutry*, Cambridge University Press, 1997, p. 08.

[10] BENJAMIM, W. *Obras escolhidas*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

[11] RICOEUR, P. Op. Cit. P. 112.

[12] ZAMMITO, J. "Koselleck's philosophy of historical time(s) and the practice of history". In.: *History and Theory*, Vol. 43. February, 2004.

[13]A noção de *repetibilidade dos acontecimentos* é criada através da suposição da identidade de dois eventos, ou do retorno de conjunturas: Marx brincava com tal noção na abertura de seu *18 de Brumário de Luiz Bonaparte* ao apontar a ocorrência dupla de um mesmo e evento e indivíduo na história, "a primeira como tragédia, a segunda como farsa". A modalidade de experiência temporal baseada na *simultaneidade do anacronismo* trabalha com a distinção de percepções sobre a duração do tempo segundo os distintos sujeitos partícipes de um evento, como no caso das distintas intensidades de relatos sobre uma experiência de guerra comum a dois soldados. Cf. Koselleck, R. *Op. Cit*.

A Educação na Constituinte de 1823

Cristiano de Jesus Ferronato[1] - PPG-UFPB

O presente trabalho tem como objetivo estudar os Anais da Assembléia Constituinte de 1823, e documentos contemporâneos ao período que se fizerem necessários ao esclarecimento de questões discutidas pelos deputados constituintes. Ele se constitui um desdobramento, num plano mais aprofundado e mais direcionado para a questão da educação, de um projeto de Iniciação Científica desenvolvido em 2000/2001-PIBIC-UEM, no qual estudamos as origens do ensino de História no Brasil. O objetivo desta nova pesquisa, agora em nível de mestrado, é verificar qual o papel reservado à educação no projeto de construção do Estado Nacional brasileiro formulado pelos constituintes de 1823, dando destaque à participação de deputados paraibanos, como Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouveia, José Ferreira Nobre e Augusto Xavier de Carvalho, neste projeto. Entendemos que aquele é um momento privilegiado para captarmos os fundamentos mais profundos (histórico, filosóficos, econômicos, sociais, culturais, etc.) da questão educacional, bem como as intencionalidades, explícitas ou implícitas, das propostas educacionais que emergiram no Brasil no início do século XIX.

Durante os primeiros séculos da colonização no Brasil, a educação dos colonos ficou principalmente a cargo dos membros da Companhia de Jesus. Preocupados com a difusão da fé e com a educação de uma elite religiosa, os jesuítas forneciam uma educação clássica e humanista, de acordo com a prática dos povos ibéricos da época. Tendo vigorado até meados do século XVIII, a educação jesuítica "não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio e caminhava paralelamente a ele".[2]

Contudo, desde o século XVI vinham-se operando na Europa várias modificações no campo religioso, político e filosófico, que atingiram seu clímax no século XVIII sob a influência da revolução científica do século anterior; essas modificações chegaram também

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB-PB. cristiano_uem_pr@yahoo.com.br
[2] XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo, Editora Cortez: 1980. p.21.

a Portugal, expressando-se principalmente a partir de 1750, através do primeiro ministro do rei D. José I, o Marquês de Pombal[3]. Nesse sentido, em 1759 as reformas pombalinas de acento laicista e caráter pragmático expulsaram os jesuítas dos territórios portugueses, inclusive do Brasil, sob a justificativa de sufocarem a renovação pedagógica iniciada em Coimbra e outros centros de estudos.

Assim, em 1759, o Brasil, sofreu um golpe na sua evolução educacional com a desarticulação de todo um sistema de ensino, o qual não foi substituído por outro que pudesse fazer frente aos imperativos da crescente colônia. Na seqüência, o que se verificou de acordo com Miranda (1975:35) foi "uma série incoerente de medidas, tardias e fragmentadas, com que o governo da metrópole se pôs a talhar, na massa inerte da sociedade colonial, uma obra que desse a ilusão de substituir o organismo desmantelado". Segundo Souza (1986) [4], o vazio que se seguiu à expulsão dos jesuítas deveria ser preenchido pelas chamadas "aulas régias", que eram uma espécie de escola pública a ser financiada pelo imposto denominado subsídio literário, o qual não surtiu o efeito esperado e desestimulou o recrutamento de professores, fazendo com que a obra educativa no Brasil hibernasse.

A partir de 1808, ano em que a Corte portuguesa se instala no Brasil, D. João toma uma série de medidas no sentido de desenvolver na colônia uma estrutura capaz de atender as exigências de uma sede administrativa; é no contexto da criação de um aparato cultural que se dá a criação de algumas escolas. No entanto, mesmo tendo o Brasil saído da fase joanina com algumas instituições de educação, chegou à independência destituído de qualquer forma organizada de educação escolar.

O período no qual se deu a independência do Brasil configurou-se como um momento de efervescência e de mudanças, tanto no plano externo, no que diz respeito às relações que se estabeleceriam com o restante do mundo, quanto dentro do próprio país, no tocante às questões vinculadas aos rumos que seriam tomados pelo conjunto da sociedade.

---

[3] FALCON, F. J. **A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)**. São Paulo, Ática: 1993

[4] SOUZA, Paulo N. P. de. **Educação na Constituição e Outros Estudos**. São Paulo, Pioneira: 1986

Nesse mesmo período, difundia-se pelo mundo ocidental os ideais iluministas franceses e os pressupostos liberais alavancados pela “A Riqueza das Nações” de Adam Smith e pela independência norte-americana. Em decorrência de tais preceitos, tomavam corpo as idéias que condenavam a escravidão, propagava-se a ideologia burguesa, espalhava-se a cientificidade e valorizava-se o conhecimento utilitarista.

Mesmo com a permanência de certos elementos como a escravidão, a grande propriedade monocultora e a economia voltada para a exportação, pela impossibilidade dos contemporâneos ao período preverem e assegurarem o desenrolar do processo desencadeado em 1822, o momento da emancipação significou a ruptura com a estrutura social, econômica e política que vigorara por cerca de trezentos anos, o que implicava na necessidade de uma reorganização geral da sociedade. Assim, proclamada a Independência e fundado o Império do Brasil, iniciou-se um longo processo de formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro.

Se por um lado tínhamos as implicações de uma ruptura como conseqüência do fim do período colonial, por outro, com o advento do Império, novas perspectivas apresentavam-se como possibilidade real. Tanto a ruptura quanto as novas possibilidades abertas pela Revolução Industrial convergiam no sentido de criar uma necessidade imperativa de se elaborar para o Brasil um projeto nacional, no qual ficassem demarcados os princípios norteados dos novos rumos a serem seguidos.

É nesse contexto histórico em que se insere a elaboração de novas propostas educacionais, pois o processo de formação nacional é global, ocorrendo-nos mais variados setores: político, social, econômico e ideológico, envolvendo todo o conjunto de indivíduos.

O presente trabalho que desenvolvemos em nível de mestrado na Universidade Federal da Paraíba se constitui em um desdobramento de projeto de iniciação científica desenvolvido em 2001 na Universidade Estadual de Maringá/Pr, no qual estudamos as origens do ensino de História no Brasil. Neste trabalho pretende-se verificar através dos Anais da Assembléia Constituinte de 1823 e de outros escritos, como os projetos educacionais do início do Império se vinculam às mudanças da sociedade e aos novos

projetos sociais, políticos e econômicos que se elaboram em decorrência de tais mudanças, relacionando a Educação às questões fundamentais que constituem o alicerce da sociedade. Partindo da premissa de que as propostas educacionais são expressão dos novos rumos que estão sendo tomados, pois tais propostas perpassam a construção ideológica de um novo ideal de homem e sociedade, o advento do Império se configura como momento primordial e privilegiado, como um verdadeiro laboratório onde se pode observar a ligação entre os fundamentos da educação e os fundamentos da sociedade.

Nesse sentido, a Educação passa a ser encarada, a partir daquele momento, como um dos elementos chaves na modelagem de uma nova sociedade, a ponto de ser vista por alguns como uma espécie de panacéia para quase todos os males de que a sociedade padecia. Assim, ela atuaria na construção do conjunto da sociedade como uma de suas determinantes; contudo, apesar de conter suas especificidades, pensamos que a Educação não é autônoma, sendo reciprocamente determinada pelos demais aspectos que compõem esse mesmo conjunto, apresentando-se assim, de forma bem mais complexa do que vem sendo abordada pela historiografia e não se constituindo apenas como um mero instrumento de manipulação das massas ou simples mecanismo produtor de mão-de-obra para atender à estrutura que as elites dirigentes se propunham a organizar.

Diante do contexto histórico já apresentado e da complexidade que envolve as questões relacionadas aos projetos educacionais do período e à Educação propriamente dita, acreditamos ser de alguma relevância a realização de um estudo sistematizado em torno da articulação entre esses dois pontos, ou seja, entre a educação e a realidade social, assim, como entre a Educação e as propostas de novos rumos para o conjunto da sociedade.

Enquanto cidadãos e historiadores, nossa preocupação em relação à Educação envolve principalmente seus aspectos filosóficos e históricos que, ao se articularem, formam um conjunto de pressupostos que juntamente com outros elementos que compõem os alicerces da sociedade, constituirão os parâmetros de pensamento e comportamento dos indivíduos. Assim, mesmo estando o recorte temporal da presente pesquisa situada há

quase duzentos anos, a pesquisa proposta pode fornecer alguns elementos para a compreensão de questões de nossa própria época. No mínimo, mostrará a origem histórica mais remota de questões que ainda hoje são objeto de reflexão dos educadores.

Destaquemos, a título de exemplo, a questão da universalidade e gratuidade do ensino elementar. Atualmente, a gratuidade é concebida no Brasil como um dos principais direitos do cidadão. Tal como é colocada hoje, tal questão é tida como um "direito natural" supra-histórico, isto é, ignorando que esse é um direito historicamente construído. O retorno aos debates da constituinte de 1823 permitiria, no mínimo, a recuperação da historicidade dessa proposta. Ver-se-á, entre outras coisas, que a luta pela universidade e gratuidade do ensino foi se construindo ao longo do tempo e consagrada como um direito da Carta Outorgada de 1824 – "A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos" [5] . Há, portanto, uma rica discussão contemporânea à formação do Estado-Nação que se encontra disponível para o historiador refletir sobre esse período fundamental da história da Educação brasileira.

Devemos salientar que partimos da idéia de que as propostas educacionais nem sempre constituem apenas um mecanismo de manipulação dos poderosos, mas, em muitas circunstâncias, também podem funcionar como a expressão do pensamento de homens que acreditam verdadeiramente que seus projetos podem contribuir positivamente para a construção de uma nova sociedade. Tal caso pôde ser observado ao realizarmos uma análise exploratória e provisória dos Anais da Constituinte de 1823 e das propostas apresentadas nos debates daquela Assembléia, como podemos depreender através da fala de um dos deputados constituintes Sr. Gomide: "A instrução do Povo é a primeira fonte de felicidade pública e é um bem que o homem possui até a sua sepultura" [6].

Se os projetos educacionais do período subseqüente ao advento do Império não frutificaram ou se as leis estabelecidas como a da gratuidade do ensino primário foram

[5] **DIÁRIO DA Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823**, (Edição fac-similar) Introdução de Pedro Calmon. Senado Federal. Obra Comemorativa do Sesquicentenário da Instituição Parlamentar. Artigo 179 § 32.

[6] Idem. P. 491.

aplicadas ou não, é uma outra questão; o fundamental é enxergar no período pós-independência a existência de uma “agenda”, o reconhecimento da importância da Educação para a construção de uma sociedade moderna e a presença de uma preocupação em disseminá-la.

Nesse sentido, a reconstituição do debate em trono dos projetos educacionais apresentados nos Anais da Assembléia de 1823 é bastante oportuna, na medida em que, a partir deles, poder-se-á identificar a filosofia, as ilusões, os temores e as pretensões dos constituintes brasileiros em relação à questão educacional, podendo então apresentar bastante nítido o vinculo entre a educação e os propósitos de reconstrução social dos constituintes.

Assim sendo, o interesse em apresentar esta discussão se dá no sentido de projetar novas luzes sobre uma fase que, apesar de amplamente reconhecida como importante e significativa da evolução educacional brasileira, ainda possui pontos obscuros e pouco abordados pela historiografia. Apesar de sua importância, os Anais da Assembléia Nacional constituinte do Brasil têm sido pouco estudados pela historiografia da educação brasileira. Dessa forma, a nossa pesquisa pretende trazer à luz a importante contribuição dos deputados constituintes de 1823 para o debate sobre os fundamentos históricos, filosóficos, políticos, sociais e econômicos da educação brasileira do período Imperial.

ALGUMAS SIGNIFICAÇÕES NA CAPELA DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE OURO PRETO (1765-1890)

Cristiano Oliveira de Sousa[1]

O propósito desta comunicação é apresentar algumas das conclusões obtidas em minha monografia de bacharelado intitulada "*Algumas significações na capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto (1765-1890)*", apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto em janeiro de 2005. A dita monografia trata-se de uma pesquisa em História Cultural onde analisei as representações imagéticas encontradas na capela-mor do templo erguido pelos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, no final do século XVIII. Considerando que as imagens e representações encontradas no interior de um templo são escolhidas segundo alguma intenção, tentei demonstrar, através da busca dos significados dos símbolos e imagens presentes no interior da dita capela-mor, quais eram os desejos, os medos, as crenças daquelas pessoas, ou seja, buscar quais foram os sentidos que guiaram aqueles homens, parte significativa da elite mineira setecentista – os irmãos terceiros franciscanos de Ouro Preto – na escolha dos símbolos e representações que ornamentariam sua capela-mor.

Após a realização das análises dos símbolos e representações imagéticas encontradas na capela-mor à qual voltamos nosso olhar, pude perceber que o esquema ornamental seguido pelos irmãos terceiros franciscanos de Ouro Preto se divide em dois sentidos.

O primeiro deles é a escolha pela representação de figuras que exaltam e glorificam a Ordem e/ou o franciscanismo. Neste tipo de ornamentação, estão enquadrados as representações dos papas Gregório 9º, Nicolau 4º, Nicolau 5º e Xisto IV, cujos retratos encontram-se afixados na ilharga da capela-mor, papas estes que, de alguma forma,

estavam ligados à Ordem; a representação dos santos encontrados no barrete da capela-mor – São Boaventura, Santo Antônio de Lisboa, Santo Ivo e São Conrrado – , figuras importantíssimas dentro da Ordem; os santos localizados nos nichos laterais – São Luis da França e Santa Isabel de Portugal – igualmente importantes, tanto como incentivadores da propagação da Ordem ao redor do mundo, como em defesa dos ideais franciscanos; e, finalizando, o próprio São Francisco Patriarca, fundador e principal inspiração para os irmãos da Ordem.

Posto isto, antes de partirmos para a explanação do segundo sentido que guiou os irmão terceiros franciscanos de Ouro Preto na ornamentação de sua capela-mor, gostaria aqui apenas de relembrar alguns fatos importantes que nos ajudarão na compreensão do esquema iconográfico da capela-mor analisada[2].

Os cardeais da Igreja católica, em oposição às teses protestantes que ameaçavam seus domínios, reunidos na 25ª sessão solene do Concílio de Trento, em 1563, reconhecem oficialmente a função intermediária dos santos, dos anjos e da Virgem Maria e a importância das imagens como instrumento da prática devocional. Este reconhecimento, fundamentado na tradição estabelecida nos primórdios da era cristã e legitimada no Concílio de Nicéia de 787, definia como tríplice função das imagens na ortodoxia cristã: “reavivar a memória dos fatos históricos, estimular a imitação dos personagens representados e permitir sua veneração”[3].

Myriam cita ainda uma passagem escrita no século XIII por são Boaventura, explicando de forma mais clara esses princípios:

> As imagens não foram introduzidas na igreja sem causa razoável. Elas derivam de três causas: a incultura do simples, a frouxidão dos afetos e a impermanência da memória. A incultura dos simples, que não podendo ler o texto escrito utiliza as esculturas e pinturas como se fossem livros para se instruir nos mistérios de nossa fé...A frouxidão dos afetos, para que aqueles cuja devoção não é estimulada por intermédio dos ouvidos, sejam provocados pela contemplação dos olhos...já que na realidade o que se vê estimula mais os afetos do que o que se ouve. Finalmente por causa da impermanência da memória, já que o que se ouve é mais facilmente esquecido do que o que se vê...assim por um dom divino, as imagens foram executadas nas igrejas para que vendo-as nos lembremos das graças que recebemos e das obras virtuosas dos santos[4].

Dessa maneira, a Igreja da Contra-Reforma utiliza as imagens como uma forma de propaganda para a reafirmação de alguns de seus dogmas que estavam sendo desacreditados pelo Protestantismo. Inaugura-se uma nova era na arte religiosa, que seria fortemente sentida também nas colônias cristianizadas pelo intenso catolicismo ibérico.

Podemos então enquadrar a decoração da capela-mor dos terceiros franciscanos de Ouro Preto, como representante do que Werner Weisbach chamou de "arte da Contra-Reforma"[5]. Assim, compreende-se a preferência pela representação de momentos de maior apelo sensível – martírios, visões e êxtases místicos – que cumpram a função de instruir o povo, conforma-lo na fé cristã, provocando uma sensibilidade emotiva, favorável às práticas devocionais.

As representações escultóricas, possuindo maior capacidade de sugestão de figurações vivas, assumem então papel de destaque no coroamento dos retábulos. É justamente o que acontece na capela-mor por nós analisada, onde figura o belíssimo conjunto escultórico da Santíssima Trindade. Nesta concepção, torna-se importantíssimo o lugar ocupado, naquela representação, pela Nossa Senhora da Conceição, retratada sobre o Crescente, como quem pisa nos infiéis, representação esta plenamente plausível à mentalidade da Contra-Reforma.

Outra recomendação feita pelo Concílio de Trento para a ornamentação das capelas, foi a de que se desse grande importância às imagens dos santos, que encurtavam a distância entre o divino e o humano. Este ideal de identificação com os santos pode ser claramente percebido como uma preocupação dos irmãos terceiros franciscanos de Ouro Preto, que colocaram representações de seus santos inclusive no teto da capela-mor, o que deu o feitio singular e belíssimo do barrete ali encontrado.

Podemos perceber também, que a preocupação em aproximar o divino e o humano foi resolvida com a aproximação entre Cristo e São Francisco, representado pelo ideal de *alter Christus.*Segundo este ideal, São Francisco seria a encarnação de uma nova vinda do

Filho de Deus na terra, uma vez que o santo conduzia sua vida em semelhança aos ensinamentos e à vida de Cristo. Dessa forma, compreende-se a representação de imagens onde figuram estes dois personagens, como nos painéis **São Francisco recebendo as indulgências da Portiúncula**, e **São Francisco recebendo as regras de sua Ordem**, ali encontrados, que dão a impressão de proximidade e até mesmo intimidade, entre santo e o Salvador.

Quanto às representações de penitência, seu papel na arte da Contra-Reforma relaciona-se com a ênfase então colocada nos sacramentos, que eram contestados pelos protestantes como meios de alcançar a salvação. Isto explicaria a presença de instrumentos de martírio carregados pelos anjos que emolduram os painéis com cenas da vida de Abraão encontrados na ilharga da capela-mor. Estas cenas, por sua vez, podem ser entendidas como ali posicionadas para servirem como exemplo de sacrifício pessoal em nome da Fé, para os freqüentadores daquele templo, conforme já dito anteriormente.

Associado ao mesmo tema, temos a prática da meditação sobre a morte, preconizada nos *Exercícios Espirituais* de santo Inácio de Loyola, que transforma são Francisco de Assis – um dos mais luminosos santos da época medieval, o chamado "poeta da natureza", que conversava com os pássaros e outros animais – em um "austero penitente fascinado pela morte"[6], carregando sempre um caveira em suas mãos.

A morte, aliás, é outra preocupação constante do homem barroco, que tenta desesperadamente levar sua vida de maneira a garantir a salvação de sua alma. Maculado pelo pecado original, o homem barroco procura, através da misericórdia e da penitência, garantir seu reconhecimento como integrante do corpo místico da igreja, quando da hora de sua morte[7]. Talvez tenha sido na esperança de vencer a morte através da ressurreição, como feito por Cristo, que os irmãos franciscanos escolheram por ornamentar o frontal da mesa do altar com o relevo simbolizando a ressurreição do Salvador, momento de êxtase místico e glória para os fiéis, quando o Filho cumpre o que havia prometido quando disse:

“Derrubai vós este santuário, e em três dias o levantarei” (*João* 2, 19).

A misericórdia também é pregada aos irmãos, uma vez que o templo é dedicado à Nossa Senhora, também conhecida como mãe da misericórdia. Não podemos esquecer que um dos meios de se conseguir a redenção era através dessas obras, sejam elas espirituais ou corporais[8].

Encontra-se ainda, no retábulo, representações que se referem, em sua grande maioria, aos martírios e sacrifício de Cristo, em nome da “Nova Aliança”. É ali no altar-mor, centro de referência para onde os olhares dos fiéis convergem, que estão representadas as chagas, o cordeiro, a videira, enfim, os símbolos referentes ao sacrifício do Salvador.

Nos painéis localizados na ilharga da capela-mor, temos a representação dos momentos anteriores ao martírio de Cristo, o **Lava-pés** e a **Última Ceia**, onde Cristo revela que já sabia o que iria lhe acontecer ainda naquela noite, e anuncia que seu sacrifício será feito em nome da “Nova Aliança”, para a salvação da humanidade, num gesto de amor jamais igualado.

Segundo este ponto de vista, que enxerga o altar-mor como local da representação do sacrifício de Cristo, concordamos com Myriam Ribeiro quando esta associa o anjo, encontrado no barrete da capela-mor, a uma adaptação cristã do tema da canéfora, donzela que em algumas festas pagãs levava à cabeça um cesto de flores para os sacrificados. Assim, essas flores carregadas pelo anjo estariam destinadas ao Cristo sacrificado em nome da salvação dos homens.

De uma forma geral, podemos então perceber que os irmãos terceiros franciscanos de Ouro Preto deram preferência, na escolha dos símbolos que estariam representados em sua capela-mor, a momentos de martírios, visões e êxtases místicos, conforme recomendado pelo Concílio de Trento.

Este seria então o segundo sentido que teria orientado os irmãos terceiros

franciscanos ouro-pretanos na ornamentação da sua capela-mor – a glorificação da fé católica – transformando a dita capela-mor, em um ambiente de louvação à figura e ao amor a Cristo, e também, por extensão, à figura de são Francisco, visto como *alter Christus*, ou seja, como o imitador mais perfeito do Salvador.

Assim, entendemos o altar-mor da capela por nós analisada, como o local por excelência, da glorificação divina, e de sua instituição, a Igreja Católica Apostólica Romana. Vale aqui lembrar, que a análise aqui realizada, se limita ao altar-mor, local destinado aos vigários que iriam celebrar as missas realizadas naquele templo. Isso quer dizer que, em uma análise completa da capela, poderíamos, por exemplo, tentar descobrir se na ornamentação da nave da mesma capela – local este destinado fiéis – foram seguidas as mesmas linhas que orientaram a ornamentação do altar-mor. Será que a mensagem transmitida pelas imagens e representações ali localizadas é a mesma passada pela ornamentação da capela-mor? Fica aqui a sugestão para uma futura pesquisa.

Podemos enfim concluir, que os irmãos terceiros franciscanos de Ouro Preto estavam completamente contaminados pelas recomendações da Contra-Reforma, tão fortemente sentida na Península Ibérica. Talvez isso tenha ocorrido por se tratar de uma irmandade que possuía entre seus membros um grande número de portugueses, vindos para a Colônia em busca do sonho dourado que atraiu tantas pessoas para a região das Minas. O que se pode afirmar com certeza, é que foi o anseio de glorificar a Fé católica e o amor ao Crucificado, que orientou estes irmãos na ornamentação de sua capela-mor, de acordo com os ideais pregados pela Contra-Reforma.

NOTAS

[1] Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

[2] As considerações traçadas a partir daqui, a respeito do posicionamento da Igreja Católica em relação à função das imagens, serão feitas baseadas em um artigo de autoria de Myriam Ribeiro, publicado na revista Barroco. Maiores informações conf.: OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. A

escultura devocional na época barroca: aspectos teóricos e funções. *Revista Barroco.* Ouro Preto/Belo Horizonte, nº 18, 2000, p. 247-267.

[3] MENOZZI, Daniele. *Les images*. L'Eglise et les arts visuels, Paris: Les Editions du Cerf, 1991. *Apud:* OLIVEIRA,Myrian Andrade Ribeiro. A escultura devocional na época barroca: aspectos teóricos e funções. *Revista Barroco.* Ouro Preto/Belo Horizonte, nº 18, 2000, p. 247.

[4] *Ibidem*. Tradução de Myriam Ribeiro.

[5] O alemão Werner Weisbach atrela o Barroco a um momento específico da história religiosa ocidental, quando a Igreja Romana levanta-se, organizadamente, contra os propósitos de Lutero e seus seguidores. Para maiores informações, conf.: WEISBACH, Werner. *El Barroco, arte de la Contrarreforma*. Trad. Enrique Lafuente Ferrari. Madri: Espasa-Calpe, 1942.

[6] OLIVEIRA,Myrian Andrade Ribeiro. A escultura devocional na época barroca: aspectos teóricos e funções. *Revista Barroco.* Ouro Preto/Belo Horizonte, nº 18, 2000, p. 250.

[7] Para maiores informações sobre os três corpos da igreja, conf.: CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750). *Revista Barroco.* Ouro Preto/Belo Horizonte, nº 18, 2000, p. 45-62.

[8] São Obras de misericórdia espirituais: 1) Dar bom conselho 2) Ensinar os ignorantes 3) Corrigir os que erram 4) Consolar os aflitos 5) Perdoar as Injurias 6) Sofrer com paciência as fraquezas do próximo 7) Rogar pelos vivos e defuntos. Obras de misericórdia corporais: 1) Dar de comer a quem tem fome 2) Dar de beber a quem tem sede 3) Vestir os nus 4)Dar pousada aos peregrinos 5) Visitar os encarcerados 6) Remir os cativos 7) Enterrar os mortos. Para maiores informações conf.: CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750). *Revista Barroco.* Ouro Preto/Belo Horizonte, nº 18, 2000, p. 45-62.

O cinema como prática educativa anarquista no período de 1900 - 1921.

Cristina Aparecida Reis Figueira

(Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade)

Introdução

Este texto apresentará alguns dos resultados de pesquisa sobre as várias utilizações da linguagem cinematográfica detectadas no debate educacional anarquista no período compreendido entre 1900 e 1921. Tal debate manifestou-se principalmente na imprensa ácrata, considerada neste estudo, como um *lugar de memória* para os vários projetos da educação anarquista antecedendo o projeto de cinema educativo então atribuído aos escolanovistas na década de 1920.

Na investigação, considerou-se principalmente o jornal *A Lanterna*, sem descartar *A Plebe* e também outros periódicos que circularam nas duas primeiras décadas do século XX. Optou-se em selecionar os artigos destes jornais que faziam referências aos usos do cinema utilizado pela Igreja e pelo Estado. Com tal procedimento pretendeu-se compreender qual era o lugar ocupado pelo cinema nos projetos da educação libertária.

No processo de organização dos artigos selecionados detectou-se as categorias *cinema da Igreja* ou o *santo cinema;* o *cinema mercantil* ou o *cinema burguês* e finalmente o *cinema do povo* aquele que seria ou que deveria ser o cinema educativo da educação anarquista.

O principal objetivo da pesquisa foi apreender as críticas e as prescrições de usos do cinema como instrumento educativo na perspectiva anarquista. Das categorias analisadas observou-se que o cinema, tal como a imprensa, constituiu-se em um espaço privilegiado para a conquista dos corações e mentes dos letrados e iletrados do período.

É possível afirmar que este estudo contribui, não só para clarificar as lutas e embates travados entre os vários projetos e modelos educacionais em circulação no período, como também instiga o prosseguimento de uma investigação sobre o início do cinema educativo no Brasil.

A construção da pesquisa e alguns de seus resultados

A reflexão sobre o processo de elaboração da pesquisa e a organização de seus resultados traz a tona os compromissos e os procedimentos que até este momento orientaram essa investigação. Desde o seu início, optou-se por uma tradição de pesquisas historiográficas, que privilegiam o uso de fontes primárias. Pretendeu-se compreender o que diziam as fontes, para e a partir desse movimento, construir a história a ser aqui relatada.

A escolha em investigar as práticas educacionais anarquistas, particularmente, aquilo que diz respeito ao cinema levou a uma outra escolha: a investigação dos jornais ácratas como fonte de pesquisa que circularam nas décadas iniciais do século XX. Por um lado, essa escolha deveu-se a especificidade do objeto de pesquisa escolhido, visto que nesses jornais encontram-se os objetos da memória do movimento anarquista. Por outro, o pressuposto de que um objeto de pesquisa não possui uma existência autônoma e que sua visibilidade fica a cargo dos problemas formulados pelo

pesquisador, demonstra a opção em participar de uma determinada tradição de pesquisas que se voltam para a reconstituição dos projetos e modelos organizados pela educação não-institucionalizados - a partir de jornais operários - foi também determinado pelo desejo que direcionou a pesquisa.

A partir do interior do jornal *A Lanterna - anticlerical e de combate* foi possível apreender o impacto que a nova linguagem do cinema teve no debate educacional anarquista e também que a dimensão educativa desse jornal possibilita a pesquisa em educação no movimento de reconstituição de várias práticas da educação não-formal, atestando com isso a necessidade de uma outra pesquisa que o trate como fonte e como objeto. O artigo a seguir exemplifica a prática desencadeada pelo jornal na educação anarquista, vejamos:

SEMEAR PARA COLHER

> A todos os amigos da "LANTERNA" lembramos que, depois de a lerem é da máxima utilidade não a DESTRUIREM. Os que não a GUARDAREM, para colecionar, devem dá-la a outra pessoa. Lê-la aos que não sabem ler, DEIXÁ-LA nas fabricas, nas obras, nas oficinas, nos barbeiros, nos cafés, nos restaurantes, nos jardins, nos carros, nos trens enfim, onde possa ser lida por outros. Espalhar é semear, é tona-la conhecida, é fazer dela a propaganda, é conquistar novos adeptos para a nossa obra.
> Também todos devem arranjar NOVOS ASSINANTES E DEVOLVER a venda avulsa, afim de que possa propagar mais largamente a obra em que todos andamos empenhados. (*A Lanterna*, nº 183, 22/03/1913, p.2)

Dessa dimensão educativa, focalizou-se o debate desenvolvido em torno do tema centrado no cinema. Por meio de algumas colunas selecionadas, *Espetacullos* de A Lanterna e *Palcos, Telas e Arenas* de *A Plebe* procurou-se evidenciar quais eram as inserções da atividade cinematográfica na vida operária e como o cinema ocupou espaço no debate educacional ácrata.

Dos artigos selecionados para análise, buscou-se refletir sobre o significado do termo *propaganda social* para o movimento anarquista, demonstrando que seus

sentidos podem ser aproximados, em certa medida, ao que hoje entendemos como ato educativo, ou como práticas educativas para a formação da consciência crítica. Essa aproximação, no entanto, deve levar em consideração as diferenças que separam o tempo deles (dos anarquistas) em que a perspectiva para uma revolução social alimentava as práticas educativas e o nosso tempo transformado em mercadoria guardando não mais que alguns poucos lampejos de utopia.

Um outro resultado de pesquisa demonstrou que no limiar do cinema em São Paulo, as práticas com o cinematógrafo estavam intrinsecamente ligadas ao teatro em geral e em particular ao teatro operário. O cinema era uma espécie de teatro filmado. Dessa evidência, constatou-se que antes de o cinema encantar as classes médias e abastadas, ele estava mais voltado à vida operária. Como teatro filmado, as atitudes dos primeiros cinegrafistas, sujeitos pertencentes às classes populares, era a filmagem de imagens ligadas ao cotidiano operário. Essa evidência somada aos registros jornalísticos sobre a temática dos primeiros filmes leva a supor que por meio do cinema, os sujeitos comprometidos com a prática da *propaganda social* anarquista, pretenderiam expressar a sua própria visão de mundo, registrar sua história, tomar para si a sua imagem. O artigo de Neno Vasco exemplifica o intenso debate contido nos jornais anarquistas no projeto de utilizar o cinema, como era usado o jornal:

> ... [o cinema] como impressiona agita, como se presta admiravelmente a suscitar, resolve, exarcebar paixões e sentimentos, foi imediatamente adoptado como arma de propaganda e de combate, talqualmente a imprensa periódica....(Vasco, A Lanterna, 1913 p.1)

O reconhecimento do cinema como uma prática a compor, com as outras atividades, o projeto educacional anarquista, ocorreu ao mesmo tempo em que se realizavam as críticas aos usos do cinema pela Igreja e ao chamado cinema burguês.

Os participantes do debate ácrata travavam, uma intensa reflexão sobre os efeitos dessa nova linguagem na educação religiosa e na burguesa e à medida que apresentavam as críticas ao *santo cinema* e ao *cinema mercantil* nos jornais anarquistas, esses sujeitos, comprometidos com as atividades da *propaganda social* anarquista, percebiam o quanto essa nova linguagem impressionava, agitava, exacerbava paixões e sentimentos. Constatavam que o cinema, como instrumento educativo, podia servir tanto aos interesses da educação burguesa e religiosa, como também, constituía-se em uma interessante possibilidade educativa, se adequada aos princípios da *propaganda social* libertária.

No debate educacional ácrata, o cinema que embrutecia era aquele cujos interesses estavam voltados aos valores da educação religiosa e da sociedade capitalista, não contribuindo para a formação do homem novo anarquista. O cinema prescrito era aquele que poderia compor a propaganda social ácrata.

Na contramão do *santo cinema* e do *cinema mercantil*, perspectivaram organizar o *cinema do povo*, com os mesmos dispositivos utilizados para a administração dos jornais, na prática de difusão e sustentação do teatro social. Valiam-se dessas experiências e estimulavam-se com a possibilidade de organizar essa outra prática para a educação dos projetos libertários. É o que se pode constar com a convocação para a fundação do *cinema do povo*:

> Para tratar de fundar uma sociedade cujo fim será a propaganda social por meio do cinematografo, realiza-se uma reunião na próxima segunda-feira, 11 do corrente, ás 19 horas e 1/2, no salão da Lega della Democrazia, á rua José Bonifácio 39 12º andar.
>
> Todos os interessados devem a ela comparecer. (*A Lanterna*, nº 242, 08/05/1914, p. 3)

Nos discursos de Vasco, percebe-se significativa admiração pelos projetos da propaganda social francesa, tanto na atuação dos jornais franceses, como também se

observa outras atuações como as desenvolvidas pelos *Grupos de Propaganda Musical* e o *Teatro do Povo* franceses. Para o militante, intelectual anarquista, estas experiências, somadas ao cinema do povo francês serviriam de modelo para o desenvolvimento da propaganda social libertária no Brasil. A exemplo do projeto de constituição do cinema do povo na França, o cinema do povo do Brasil, deveria se organizar e expandir como a nova arte revolucionária a serviço da educação da classe trabalhadora. Como arte revolucionária , a força do cinema era reconhecida como dispositivo educativo com infinitas possibilidades, na medida em que impressionava, agitava, exacerbava paixões e sentimentos. Tal como a imprensa e o teatro, na concepção de Vasco, o cinema do povo era a arte revolucionária dos novos tempos. Entre as práticas desencadeadas pelos anarquistas para manutenção do cinema do povo francês havia algumas delas utilizadas para a sobrevivência econômica dos jornais anarquistas no Brasil. Em *A Lanterna,* pudemos observar que a venda de ações, as subscrições voluntárias, como também o processo de constituição da comunidade de leitores, em a sua dimensão, ativava tanto ampliação das idéias como a circulação dos jornais educativa. Muito provavelmente, os sujeitos do movimento anarquista pretenderam, para o projeto de constituição do cinema do povo, valer-se dessas experiências adquiridas com a organização das outras atividades da *propaganda social*.

Até este momento da pesquisa não foi possível descobrir artigos que informassem sobre os desdobramentos da convocação da reunião de 11 de maio de 1914, na qual os sujeitos do movimento anarquista convocavam todos os interessados para tratar de fundar uma sociedade cujo fim será a propaganda social por meio do cinema.

A ausência de tais informações não impediu, porém, que fosse atestado a existência de um projeto do cinema na perspectiva anarquista. As evidências encontradas a luz dessa análise historiográfica, sustentam a hipótese inicial apresentada sobre a existência de uma outra história do início do cinema educativo no Brasil: como um projeto anterior ao cinema educativo dos escolanovistas.

À guisa de conclusão

Detecta-se na composição dos discursos dos sujeitos que escreviam nos jornais (militantes, simpatizantes, colaboradores), com diferentes graus de inserção no movimento anarquista, que havia posturas diferenciadas em relação a linguagem cinematográfica. Cabe ressaltar também que a herança da tradição iluminista, compunha com as doutrinas anarquistas e do livre pensamento influências manifestando posições que ora colocavam o cinema em oposição ao livro, ora o compreendia como um benefício do progresso científico tendo, por causa disso que servir a ciência e também a educação revolucionária para a formação do novo ser social para a nova sociedade a ser criada. Porém, era corrente na maioria dos artigos, o reconhecimento do cinema como uma nova força para a educação, seja na perspectiva do que eles consideravam como educação nefasta, reacionária, seja como educação revolucionária para as consciências letradas e iletradas.

A partir do projeto do cinema do povo, percebemos que o uso do cinema, tal como ocorria com a imprensa operária, constituía em um dispositivo de luta para enfrentar a concorrência da Igreja e do Estado no processo de formação dos corações e das mentes. Fazendo uso das mesmas armas nas várias lutas e embates sociais do período, o cinema, a exemplo da imprensa constituía-se como um instrumento a ser

desenvolvido para fins da propaganda social, direcionada à constituição da nova sociedade e do novo homem.

As atividades de difusão do *cinema religioso* e do *cinema mercantil* foram muito observadas pelos participantes do movimento anarquista. Estes mostravam em seus artigos a necessidade em organizar a resistência aos seus efeitos atuando no mesmo terreno, porém de maneira compatível ao que era desenvolvido na imprensa e no teatro ácrata. Nesse sentido, os militantes anarquistas procuravam valer-se das experiências de suas ações anteriores para organização e manutenção da imprensa operária. Em *A Lanterna,* a venda de ações, a subscrições voluntárias, a constituição da comunidade de leitores para circulação de idéias e distribuição dos jornais, eram estratégias pensadas a serem transferidas para a organização do cinema como mais um dispositivo da *propaganda social.*

De todo o levantamento bibliográfico realizado, não foi encontrada nenhuma pesquisa que abordasse o tema do cinema educativo voltado à educação anarquista. Tal constatação nos leva a supor o cinema do povo tenha constituído o primeiro projeto que perspectivou a adoção da linguagem cinematográfica como prática educativa da educação não-formal, atestando a existência dessa outra história do cinema educativo.

São Paulo, maio de 2005.

O CINEMA EDUCATIVO ATRAVÉS DO PENSAMENTO DE MUSSOLINI E VARGAS

Cristina Rosa

Esta comunicação pretende discutir o papel do cinema educativo no Fascismo italiano e no Estado Novo, através do discurso de Mussolini e de Vargas. Estes governantes tinham consciência do poder do cinema como veículo ideológico e educativo, e em seus discursos apontam as possibilidades do uso deste meio de comunicação pelos governos nacionalistas.

O Discurso de Vargas foi pronunciado em 1934, na manifestação promovida pelos cinematografistas no Rio de Janeiro. O de Mussolini foi proferido em 1928, na inauguração do Instituto Internacional de Cinema Educativo – ICE, em Roma[1]. A presente comunicação foi desenvolvida, principalmente, em cima dos discursos supracitados. Cabe ressaltar, entretanto, que algumas questões referentes ao cinema educativo no fascismo não são abordadas por Mussolini no discurso em questão, mas estão inseridas nesta comunicação com o objetivo de enriquecer o debate proposto.

Na década de 1920, o cinema tornou-se a principal forma de diversão, levando as salas de exibição crianças, jovens e adultos para assistirem as histórias de amor, de heróis e de bandidos contadas nos filmes. A freqüência aos cinemas e os temas filmados estimularam, entre os intelectuais, a discussão sobre o uso e o papel do cinema nas sociedades pós Primeira Guerra Mundial. Analisando os filmes e o público consumidor de películas, os intelectuais passaram a identificar que o cinema era um importante veículo de persuasão, sendo capaz de influir diretamente na mente das pessoas. A partir desta constatação, passaram a propor o uso da cinematografia como uma arma auxiliar na educação, na higienização, na formação de uma raça forte e preparada, e na divulgação de valores nacionais. Para os intelectuais, o cinema como auxiliar educativo somente seria possível com a intervenção do Estado, único organismo capaz de organizá-lo. Este

movimento em prol de um cinema moral e educador se fez sentir tanto na Itália como no Brasil, e colaborou para que Vargas e Mussolini compreendessem o poder do cinema como veículo de persuasão, levando-os a adotarem uma política de controle e estímulo do cinema nacional. Na Itália, esta política teve como marco a fundação do LUCE, em 1924. No Brasil, a política de proteção ao cinema foi inaugurada em 1932, com o decreto nº 21.240, que regulamentava a censura e a exibição obrigatória das películas nacionais.

A compreensão da técnica cinematográfica e do seu poder junto as massas, levaram Vargas e Mussolini a exaltarem uma série de vantagens deste meio de comunicação na divulgação dos valores dos Estados Nacionais. Uma destas vantagens, segundo os dois líderes, era a linguagem. Esta era, segundo Mussolini e Vargas, a principal vantagem do cinema sobre outros meios de comunicação porque possuía uma "língua compreensível a todos os povos da terra"[2]. Usando uma linguagem divertida e de fácil compreensão o cinema passava uma série de informações e valores sem que o público percebesse, pois estava envolvido pelas histórias e, assim, não questionava as informações. Assim, através da linguagem fácil, o cinema poderia divulgar os valores nacionais sem que o povo ficasse enfadado, pois estaria apreendo e se divertindo.

Uma outra vantagem do cinema era que este não exigia o conhecimento das letras pelo público. Tal vantagem pode ser observada na fala de Mussolini o "cinema tem vantagem sobre o livro e o jornal: fala aos olhos, (...)"[3], ou, ainda, na fala de Vargas, o cinema influi "diretamente sobre o raciocínio e a imaginação, apura as qualidades de observação, aumenta os cabedais científicos e divulga o conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas reclamam"[4]. Ao falar diretamente aos olhos, ao raciocínio e a imaginação o cinema influía sobre as massas que se deixavam conquistar. O cinema, desta forma, se apresentava como um aliado na conquista da população analfabeta, pois, permitia que os valores e os

ideais nacionalistas fossem divulgados através das imagens e penetrassem no imaginário dos grupos analfabetos sem dificuldades.

No governo de Vargas, o cinema foi idealizado como um veículo aproximador. Segundo Getúlio, o cinema era capaz de "aproximar, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos dispersos no vasto território da República"[5]. Deste o início do Estado Novo, Vargas procurou unificar o Brasil, desunido pela distância e pelas diferenças raciais, econômicas e sociais. A primeira iniciativa foi simbólica, em 1937, Getúlio Vargas reuniu todas as bandeiras dos estados e as queimou representando o fim da desunião. A partir desta cerimônia, todos os estados estavam representados pela bandeira nacional, símbolo de um único governo e um único povo.

Como veículo aproximador, os filmes se valiam dos símbolos da nação para cumprirem sua missão. Entre estes símbolos estava a bandeira nacional e o mapa do Brasil. A bandeira nacional, por exemplo, aparecia na seqüência de abertura do cine jornal brasileiro, produzido pelo DIP. A intenção ao usá-la, era promover a identificação do povo com a nação, pois, este símbolo representava a unidade e a grandeza da pátria. O mesmo acontecia em relação ao mapa do Brasil, como mapa logotipo[6], remetiam a população ao espaço físico do país, tornando, assim, a nação e seu governo reconhecidos pela população. Para Getúlio Vargas, o movimento de aproximação promovia um conhecimento interno, fundamental para o despertar do patriotismo, pois só o conhecimento promoveria o crescimento.

Mussolini também encarava o cinema como um instrumento de aproximação. Em seu discurso, Mussolini, observa que a principal missão do Instituto Internacional de Cinema Educativo – L'ICE [7] era "facilitar e acrescer as relações culturais entre os povos(...)"[8]. Ao final da Primeira Guerra Mundial, o velho continente se esforçava para reconquistar um clima de paz e colaboração entre os povos e, para isso, criou a Sociedade das Nações. Neste contexto, o cinema surgiu diante dos olhos de Intelectuais e políticos como um

grande aliado na aproximação das nações, pois sua língua era compreensível a todos os povos da terra [9]. Através do cinema seria possível disseminar conhecimentos acerca dos costumes e da cultura dos povos, promovendo a compreensão da mentalidade e das necessidades destes. A idéia era que, através dos filmes, o espectador europeu compreendesse que em outros países do continente as dificuldades e os problemas eram os mesmo do seu país, e a partir deste entendimento se tornassem mais solidários com o antigo inimigo[10].

Ao mesmo tempo, o cinema era visto por Mussolini como um veículo de propaganda. Apesar de ter saído da Primeira Guerra Mundial como vencedora, a Itália não conquistou um lugar de destaque na nova ordem mundial. Ao tomar o poder, em 1922, Mussolini se comprometeu, através de seu programa nacionalista, em levar à Itália ao posto merecido na Europa, fazendo, assim, com que a nação italiana recuperasse o orgulho nacional. O papel do cinema neste contexto era de colaborar na construção da imagem positiva do fascismo e do *Duce* no exterior.

No início de 1924, nasce na Itália, uma pequena sociedade anônima, organizada por Luciano de Feo, cuja preocupação era estimular o uso do cinema como instrumento auxiliar de ensino. Em julho do mesmo ano, o governo fascista encapou tal iniciativa e rebatizando-a como *L'Unione cinematografica educativa – L.U.C.E.* Para estimular a exibição dos filmes do LUCE, o governo decretou a lei de obrigatoriedade de exibição das películas nos cinemas do reino. Esta atitude provocou admiração de educadores e de intelectuais, que lutavam pelo desenvolvimento da cinematografia educativa em vários lugares do mundo. Como reflexo destas medidas, em 1927, na Conferência européia de filme educativo, o instituto LUCE e a Itália foram apontados como exemplo e modelo a serem seguidos por todos os países dispostos a estimular o cinema educativo. Esta recomendação foi seguida por vários países, entre eles o Brasil que em 1936 organizou o Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE. Luciano de Feo, em carta a Mussolini,

demonstra o prestígio que o instituto italiano alcançou junto às nações estrangeiras declarando que o "LUCE era uma luz para todos"[11]. A Itália, a partir de então, passava a frente da Alemanha e da França tornando-se a nova líder nas discussões acerca do cinema educativo conquistando um lugar de destaque na Europa[12].

Com a intenção de reforçar a propaganda do Fascismo no exterior, Mussolini propôs à Sociedade das Nações a criação de um instituto internacional de cinema educativo, que estivesse ligado a Sociedade mas, fosse financiado pelo governo de Roma. Em 1928, o ICE era criado tendo como diretor Luciano de Feo. Rapidamente o novo instituto conquistou uma imagem positiva para si e para o governo que o constituiu e o financiou. O ICE passou a funcionar como um instrumento de propaganda, divulgando os feitos fascista em relação à cinematografia educativa e fazendo com que o governo de Mussolini fosse admirado e respeitado em todo o mundo.

No Estado Novo, o cinema foi utilizado como um instrumento de propaganda interna, colaborando na construção da identidade nacional e na legitimação do governo. O cinema era considerado por Vargas como "(...) o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescendo a confiança nos destinos da Pátria"[13]. Neste sentido, o cinema colaborava estimulando o sentimento de amor à pátria, sentimento tão caro à formação do homem nacional. Para estimular tal sentimento, os filmes contavam a vida dos heróis da história do Brasil que apareciam imbuídos de qualidades que o Estado Novo procurava desenvolver na personalidade nacional. Estes heróis eram trabalhadores, honestos, generosos e acima de tudo amavam o Brasil. Com isto, Getúlio Vargas procurava estabelecer uma relação entre ele e os heróis, apresentando o seu governo como uma continuidade da obra dos grandes vultos nacionais fazendo assim a propaganda do governo junto ao povo.

Tanto no Fascismo como no Estado Novo, o projeto nacionalista exigia a formação de um novo homem que seria um sujeito nacional. Este novo homem deveria amar a pátria

acima de tudo e estar pronto a se entregar a ela. Para que tal homem fosse constituído foi preciso, da parte dos dois governos, a recuperação de uma série de valores como nacionais, sendo ainda, necessário que eles fossem absorvidos pelo povo. Assim, nestes governos, o cinema assumiu a função de formador das almas nacionais. Os filmes imbuídos de uma missão nacional eram exibidos nos cinemas comuns, em associações de trabalhadores e nas escolas.

Na Itália, o cinema educativo reproduziu os valores nacionais de amor ao líder, à pátria e procurou formar os futuros trabalhadores da nação. Ao final da Primeira Guerra Mundial, a Itália enfrentava uma série de problemas relacionados à mão-de-obra, entre estes problemas estavam o alcoolismo e as doenças. A tuberculose e o alcoolismo diminuíam a mão-de-obra disponível e isto, para uma nação arrasada economicamente e moralmente, se tornava um problema político. O cinema educativo passou a divulgar uma série de conhecimentos sobre higiene e práticas esportivas, com o objetivo de sanear o povo e formar uma raça forte. Os filmes educativos ensinavam a respirar corretamente, a manter o corpo, a casa e a escola limpos. Seguindo as recomendações dos filmes, os jovens se tornariam mais resistentes para o trabalho ao mesmo tempo em que fortaleciam a raça. Lições de higiene também eram passadas a mães e gestantes, pois, estas eram as responsáveis pelo lar, pelos filhos e marido, portanto, responsáveis por manter a mão-de-obra saudável para o trabalho[14].

Os filmes educativos também ensinavam a arte do trabalho. Meninas e meninos apreendiam através do cinema quais eram seus papéis na nova sociedade. Meninos apareciam trabalhando com a madeira, tendo treinamentos físicos enquanto as meninas eram exibidas executando tarefas domésticas, como costura e culinária. Neste filme, chamado *Como a Itália fascista educa as novas gerações*[15], as crianças aprendiam o oficio de forma alegre, se divertindo e brincando, adquirindo, assim, consciência da importância do trabalho. Estas imagens reforçavam a idéia de que o trabalho deveria ser

um prazer e um benéfico para a nação, pois preparavam os futuros adultos a cumprirem seus papéis na sociedade, assumindo, assim, seus lugares na construção da nação.

Assim como no Fascismo, no Estado Novo o trabalho também tinha uma posição de destaque, sendo considerado um valor imprescindível na formação do sujeito nacional. O trabalho deveria ser entendido como uma qualidade e não como um defeito ou um fardo. O sujeito nacional seria aquele que através do seu trabalho ajudaria à nação a crescer. Desta forma, os jovens espectadores, dos filmes do INCE, aprendiam lições positivas sobre o trabalho manual. Em *Um Apólogo de Machado de Assis*[16], por exemplo, a costureira tem seu trabalho valorizado através da confecção de um vestido de baile para a baronesa. Neste filme, assim como no filme fascista, o trabalho é prazer e dedicação. Estas características estão refletidas na costureira que aparece sorrindo e costura com empenho o traje de baile. As características positivas do trabalho são evidenciadas no momento da prova do vestido, quando o resultado do trabalho dedicado da costureira aparece na satisfação da baronesa com a nova roupa para o baile.

Outro objetivo de Getúlio Vargas, que se aproxima do fascismo, ao promover o cinema educativo era o fortalecimento da raça. Segundo Vargas, o cinema aliado ao rádio e aos desportos seria "instrumento imprescindível à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil"[17]. Neste sentido, o cinema educativo iria preparar a raça valorizando a miscigenação racial, divulgando a cultura nacional e passando algumas noções de higiene. No Brasil, os filmes educativos não procuravam intervir diretamente nos hábitos higiênicos, ao invés de prevenir as doenças demonstravam como estas estavam sendo combatidas pelo governo. Neste sentido, os filmes educativos do INCE eram muito mais uma lição de combate às moléstias e de propagando do governo do que um veículo preventivo como no Fascismo[18].

As considerações acima são uma pequena reflexão sobre o papel do cinema educativo e de propaganda no governo de Mussolini e de Vargas. O pensamento dos dois

líderes, assim como suas ações, se aproximam e se distanciam em alguns pontos. Tal situação é fruto de realidades diversas, que fazem com que o cinema educativo assuma funções e importância distinta nos governos em questão. Enquanto na Itália o instituto LUCE estava ligado diretamente ao gabinete de Mussolini, no Brasil, o INCE estava subordinado ao Ministério da Educação e Saúde tendo, inclusive, uma certa autonomia. Esta pequena comparação entre os discursos permite-nos o exercício da história comparada, que se faz a partir das semelhanças e diferenças entre os processos históricos.

---

[1] VARGAS, Getulio. O Cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país. *Nova Política do Brasil.* RJ: José Olympio Editora. 1935. v. III. pp.183-189. MUSSOLINI, Benito.Il cinematografo educatore. *Discorsi del 1928.* Milano, Casa Editrice "Alpes". Pp. 297-301.
[2] MUSSOLINI, Benito. Op. Cit. p. 300.
[3] Idem
[4] VARGAS, Getúlio. Op.cit. p. 187.
[5] Ibidem. p. 188.
[6] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.* México: fondo de cultura econômica, 1993. p. 245
[7] O Instituto Internacional de Cinema Educativo foi fundado em 1928, junto a Sociedade das nações.
[8] Este discurso foi proferido na inauguração do Instituto Internacional de cinema educativo, por isto, Mussolini faz referência à questão internacional. Isto será discutido nesta comunicação adiante.
[9] MUSSOLINI, Benito. Op.cit. p. 300.
[10] TAILLIBERT, Christel. *L'institut International du cinématographe éducatif. Regards sur le rôle du cinéma éducatif dans la politique internationale du fascisme italien.* Paris: L'Harmattan, 1999
[11] _____. Le cinéma, instrument de politique extérieure du fascisme italien. In. *Mélanges de l'école française de Rome. Italie et Méditerranée.* Mefrim, tome 110, 1998 – 2. p. 948
[12] Sobre a conquista de uma posição de destaque frente as discussões sobre o cinema educativo pela Itália vide as obras de Christel Taillibert.
[13] VARGAS, Getúlio. Op.cit. p. 188.
[14] TAILLIBERT, Christel. Op. Cit.
[15] Filme produzido pelo LUCE em 1931.
[16] Filme produzido pelo INCE em 1939. O filme citado aqui é a segunda versão, sendo a primeira filmada em 1936.
[17] VARGAS, Getúlio. Op.cit. p. 189
[18] Schvarzaman, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil.* São Paulo: Ed. Unesp, 2004. pp. 259-264.

Por trás de uma pistola 45: Gênero e guerrilha no Brasil. 1968-1973.

Cristina Scheibe Wolff - UFSC

A luta armada de esquerda no Brasil dos anos 1960 e 1970 concentrou-se no período entre 1968 e 1974, entre dois eventos: o Ato Institucional 5 do governo militar, chamado por alguns de "golpe dentro do golpe", que tornou ilegal qualquer manifestação pública não autorizada e permitindo à polícia e ao exército a prisão de qualquer suspeito de atividade subversiva, que seriam julgados por tribunal militar e não pela justiça comum, e as operações militares que terminaram definitivamente com a guerrilha do Araguaia em 1974. Alguns dos grupos que se lançaram em ações de guerrilha urbana tais como assaltos a bancos e lojas diversas, assaltos a quartéis, seqüestro de personalidades como embaixadores, e execuções de militares e torturadores, tinham como objetivo iniciar uma revolução comunista. Para outros grupos importava naquele momento simplesmente demonstrar resistência ao regime militar e às medidas de exceção do governo que impediam qualquer oposição. Muitos dos militantes foram praticamente empurrados para a luta armada, vista como única alternativa ao exílio para aqueles identificados como "inimigos da pátria". Foi a partir de 1968, quando as manifestações estudantis massivas em várias das capitais do país levaram à edição do AI 5, e que a repressão levou muitos dos estudantes, sindicalistas e outros militantes de esquerda a uma vida clandestina que começam a aparecer os atentados chamados de "terroristas" e que visavam a angariar fundos para as organizações (assaltos a bancos e a lojas), conseguir armas (assaltos a quartéis, lojas de armas, policiais e vigilantes), e fazer a "propaganda armada" mostrando à população que era possível resistir ao militares. A reação do governo militar, porém, foi violenta e muito bem articulada, Inspirados nos métodos ensinados pelos norte americanos na Escola das Américas, e por veteranos franceses da Guerra da Argélia[1], eles utilizaram a tortura – tal como em outras épocas – para organizar uma rede de informações que juntou a polícia

política, o exército, a marinha, a aeronáutica e mesmo equipes formadas paralelamente e financiadas por empresários.

A intenção deste artigo não é simplesmente mostrar a participação de mulheres na luta armada, mesmo que elas tenham sido por muito tempo invisíveis, como coloca Miriam Goldemberg. Esta autora sustenta, baseada em depoimentos de ex-militantes que *"A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes ´grandes homens´. As mulheres aparecem como meras coadjuvantes."*[2] O objetivo é mostrar como as relações de gênero constituem as atitudes de guerrilheiros e guerrilheiras, que aparentemente teriam sido inspiradas por sua ideologia política. Ou seja, através da análise de relatos, memórias e de textos produzidos na época estudada pelas organizações que realizavam a luta armada de resistência à ditadura no Brasil, pretendo mostrar que diversas das posições tomadas, das ações realizadas, das experiências constituídas pelos sujeitos envolvidos, são ao mesmo tempo construídas *a partir* de representações de gênero e constituidoras de relações de gênero, num tempo histórico marcado pela transformação destas relações.

Como em tantas partes do mundo, a década de 1960 foi vivida com muitas mudanças no comportamento de mulheres e homens em seus papéis de gênero no Brasil. Estas mudanças não se fizeram da noite para o dia e nem atingiram a todas as classes sociais e regiões ao mesmo tempo. Junto com a dita "liberação sexual", com a mudança nas roupas e nos cabelos dos jovens, com a legitimação das carreiras profissionais para as mulheres nas profissões liberais, a urbanização, a industrialização, a chamada "modernização" do Brasil, criou toda uma conjuntura propícia à transformação dos costumes. Ao mesmo tempo também o conservadorismo erigia-se em defesa da família, da pátria e da propriedade, como ficou claro na Marcha das Famílias com Deus pela Liberdade, realizada em 1964 como uma demonstração de protesto à política do Governo de João Goulart que propunha Reformas de Base na economia e política do país, incluindo uma reforma agrária, reforma fiscal, educacional e eleitoral, acusando o governo de simpatia com o "comunismo", e legitimando assim o Golpe Militar que seria dado em primeiro de abril

daquele ano. Ou seja, as mudanças não aconteciam de maneira tranqüila, e sim permeadas pelo conflito que opunha gerações, setores da igreja católica - então indiscutivelmente predominante no país, e grupos sociais. O ex-guerrilheiro da ALN, que sobreviveu e passou 07 anos na prisão, conta suas impressões sobre o meio universitário quando chegou a São Paulo, em 1966, vindo do interior do estado:

> *" As mulheres começavam a pregar sua revolução. Quando cheguei em São Paulo, em 1966, o ambiente da universidade era uma ilha libertária num ambiente de repressão política e moral. As moças começavam a assumir sua independência sexual, as minissaias eletrizavam a imaginação de tantos jovens, com a vantagem que as mulheres se tornavam mais disponíveis."*[3]
>
> *"Foi um espanto para mim, rapaz do interior, acostumado à rígida barreira que separava as namoradinhas do sexo."*[4]

Os estereótipos relativos à sexualidade feminina eram porém ainda muito fortes em toda a sociedade. Zuenir Ventura conta que ao desmantelar o Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado de maneira clandestina – já que havia sido proibido pelas autoridades – num sítio em Ibiúna, SP, em outubro de 1968, *" as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas [anticoncepcionais] apreendidas (...) A polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis"*[5]

A atitude da polícia política parece indicar claramente o conflito existente na sociedade em relação aos novos valores relativos à sexualidade e ao lugar social das mulheres, e ao mesmo tempo, que a polícia procurou utilizar-se deste conflito para legitimar sua ação repressiva dando a ela um caráter "moralizante". Afinal, a acusação de "sem moral" pesava fortemente contra os "comunistas", nos sermões dos padres mais tradicionais, nos jornais conservadores, e no discurso do exército.

A aparente e importante mudança que se operava na juventude pode ser lida de várias maneiras e parece que nem sempre atingia a profundidade esperada em suas transformações. O depoimento abaixo de uma ex-militante de uma das organizações de luta

armada deixa claro que o fato de os homens começarem a ajudar na cozinha, renunciando a um dos símbolos máximos de seu papel de "macho"[6], e de as mulheres começarem a ter uma sexualidade mais livre, não alterava tão significativamente assim as relações de poder entre homens e mulheres:

> *" Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de* ***manter as casas****. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário.* ***A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho****, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental.* ***As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam****."*[7] *(grifos meus)*

Ao ser perguntado em uma entrevista sobre o papel das mulheres na guerrilha, Urbano, um dos responsáveis pela direção do Movimiento de Liberation Nacional (Tupamaros) do Uruguai, respondeu: "D´abord je te dirais que jamais une femme n´est aussi égale à un homme que lorsqu´elle est derrierre un P 45."[8] Entretanto colocar-se atrás de uma arma não era uma tarefa tão simples assim para uma mulher. Uma guerrilheira, conhecida como a "loura dos assaltos a banco", conta:

> *"Eu usava um revólver 32 ou uma Beretta com cabo de madrepérola, porque o 38 era grande e dava um tranco forte. Fiz curso de explosivos com João Lucas Alves (...). Aprendi a atirar nas curvas da estrada de Santos e na represa Billings."*[9]

Apesar de sua experiência com as armas, algo extremamente valorizado nas organizações guerrilheiras, quando Renata reivindicou participar de uma ação de assalto a um banco, teve que enfrentar uma desgastante discussão com seus companheiros.[10]

Esta insistência das guerrilheiras de contrariar o monopólio masculino da violência, especialmente da violência em situação de guerra, não deixava de surpreender a seus companheiros como também à polícia e a imprensa.[11] Dulce Maia, a guerrilheira Judith da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), foi uma das primeiras mulheres presas pela polícia política, tendo participado efetivamente de ações armadas, algumas bastante temerárias como "...o roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, a 22 de junho de 1968, e a explosão de um carro-bomba no Quartel-General do II Exército, no Ibirapuera, a 26 de junho..."[12] em São Paulo, junto com a já mencionada Renata/Cecília. Segundo ela

> *"... era-me concedido um tratamento duplamente ´especial´. O primeiro, aquele mesmo que dispensavam aos meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e a intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher: atrevimento duplo."*[13]

Ela conta que ao contrário das presas comuns, as quais não eram temidas por sua violência, ela chegou ao presídio, vinda das salas de tortura do DEOPS[14], algemada, com os braços presos às costas. O aparato espalhafatoso, os cartazes com as fotos dos guerrilheiros procurados, as notícias nos jornais falando dos assaltos e atentados dos "terroristas", faziam parte de todo o esquema de legitimação do trabalho da polícia política e do exército, que assim mostravam que estavam "em guerra" contra a subversão, desta forma justificando o uso da tortura e da guerra de "inteligência". Dulce era vista assim quase como uma aberração, apesar de ser mulher, tinha se tornado uma "terrorista", usando bombas, metralhadoras, revólveres. Tinha se tornado "macho". É ela mesma que nos conta, em seu depoimento a Luiz M. Carvalho que tanto policiais quanto companheiros da organização, a guisa de elogio, *"... diziam que eu era macho."*[15] Ser macho no caso era resistir à dor e à tortura, portar e utilizar armas, ter "sangue frio", ser capaz de colocar as questões da guerrilha acima de suas emoções pessoais.

É a imagem do guerrilheiro *cowboy*, evocada nas memórias de Fernando Gabeira e Ottoni Fernandes Jr., aquele *cowboy* que confia em sua arma e sua pontaria, e que não lamenta as perdas, apenas "*morde levemente o lábio inferior, abre ainda mais as pernas arqueadas e diz: vamos selar o cavalo e seguir viagem; nada pode alterar nossos planos."*[16] Uma imagem também que se assemelha àquela do Che, com seu fuzil nas costas, sua boina, seu olhar determinado e o rosto sério, apesar de normalmente acompanhada da inscrição "hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás!" . São imagens de uma virilidade a toda prova, certamente difíceis para servirem de espelhos para as mulheres que se aventuraram nos caminhos da guerrilha. Elas ajudam a entender a frequente acusação de muitas mulheres ex-militantes, reforçadas por estudos sobre a militância feminina, de que elas eram levadas a esconder suas características femininas, que não podiam vestir-se e pentear-se de maneira a valorizarem sua beleza, não podiam usar batom, não podiam parecer mulheres. [17]

Talvez um dos guerrilheiros que encarnaram mais de perto esta imagem, pelo menos em suas memórias romanceadas e nas memórias de outros militantes, tenha sido Clemente (Carlos Eugênio Paz).[18] Clemente foi escolhido líder da Ação Libertadora Nacional, uma das mais importantes e estruturadas organizações guerrilheiras da época, após o assassinato de Carlos Marighela e de Joaquim Câmara Ferreira (o Toledo). Sua grande glória foi nunca ter sido preso. Saiu do Brasil em direção a Cuba, via Santiago no Chile, e depois acabou indo para a Europa onde sua missão de conseguir apoio externo acabou por transformar-se em exílio. A capa de suas memórias romanceadas é ilustrada com uma bala de arma de fogo em trajetória ascendente. As páginas são recheadas de suas aventuras na clandestinidade, em um tom a um só tempo orgulhoso de seus feitos e de lamento pelos amigos, amores, esperanças, perdidos. Os cercos da polícia, rompidos a bala, a adrenalina presente em todos os momentos. As armas aparecem a cada página, detalhadas, uma verdadeira paixão para esse ex-soldado que desertou para a guerrilha:

> *"Obedecendo às prioridades da vida, começo pelas armas, o artigo fica para depois. Limpo primeiro a pistola Browning 9.0. Treze balas no carregador e uma*

na agulha, ideal para os combates a curta e média distâncias. A metralhadora INA 45 e a carabina Winchester 44 antecedem os dois revólveres e a pistola Colt 45, que completam meu arsenal."[19]

Como destaca Denise Rollemberg, talvez essa excelência no campo militar explique sua escolha como dirigente da organização, neste período de extermínio. Não era alguém versado na teoria, mas eram tempos, em primeiro lugar, de sobrevivência; primeiro limpar as armas, os artigos, os discursos e discussões tinham que ficar para depois. De certa forma essa parece ser um pouco a filosofia da ALN. A proposta de Carlos Marighela era justamente uma ação de resistência, armada, que iniciando pela guerrilha urbana pudesse depois dar lugar â guerra revolucionária de massas. O princípio era que "*a ação faz a vanguarda*"[20]. E que "*É através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de libertação nacional, o único capaz de aniquilar as forças militares dos gorilas.*" [21] Para uma esquerda que sempre valorizou sobremaneira a formação teórica e política, esta declaração era quase colocar a preparação militar antes de tudo. Segundo Ottoni Fernandes Jr, que foi militante desta organização os critérios básicos para o recrutamento de militantes para a ALN eram *"A repulsa à ditadura militar e a vontade de pegar em armas para derrubá-la."*[22] Isso se traduzia na seguinte proposta de um conhecido, militante da ALN: " – *E aí, Grandão? Quando você vai largar estes bundas-moles e assumir o seu lugar junto aos verdadeiros bolcheviques*?"[23] Nesta proposta de recrutamento pode-se ler a idéia de que os verdadeiros revolucionários são aqueles que se utilizam da ação armada, e por outro lado, também se pode ler que os verdadeiros revolucionários não podem ser "bundas-moles", ou seja "frouxos", pessoas que se deixam dominar pelo medo, que não tem coragem, que não tem virilidade.

Aparentemente ser viril, ser ativo, corajoso, capaz de grandes sacrifícios por um ideal, manejar armas, ou seja, ser um "verdadeiro bolchevique", não era algo impossível para mulheres como Dulce Maia, Renata, Lola, tantas outras. Mas elas teriam que se provar capazes, talvez de maneira um pouco mais dura que seus companheiros homens, para quem a virilidade estaria já incorporada como um atributo de gênero. As mulheres teriam

que se apropriar de atributos do gênero masculino para se tornarem verdadeiras revolucionárias, como Marta, mãe de Clemente, que merecia a admiração do cubano "Orloff': "*Quando encontrar com Marta mande um grande abraço e minha admiração, ela é uma mulher que tem cojones.*" [24]

---

[1] A participação de veteranos franceses na organização da guerra "contra-revolucionária" tem sido divulgada a partir do vídeo e do livro da jornalista ROBIN, Marie-Monique. *Escadrons de la mort, l´École Française*. Paris: La decouverte, 2004.
[2] GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. *Revista estudos feministas*. Ano 5, n.2, 1997,pp.349-364, p. 352.
[3] FERNANDES JUNIOR, Ottoni. O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.p.162
[4] Ibidem, p. 262.
[5] VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 35.
[6] Um dos ditados mais machistas, mas mais conhecidos, no Brasil, reza que "lugar de mulher é na cozinha, esquentando a barriga no fogão, e esfriando na pia.".
[7] "Vânia" em COSTA, Albertina de Oliveira et alii. (ed.) *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 113.
[8] "Primero te diría que nunca es más igual una mujer a un hombre que detrás de una pistola 45." Citado por ARAÚJO, Ana Maria. *Tupamaras. Des femmes de l´Uruguay*. Paris: Editions des Femmes, 1980, p. 146.
[9] Depoimento de Renata Guerra de Andrade (Cecília) em CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p 32.
[10] CARVALHO, op. cit, p. 39.
[11] Para uma discussão sobre o monopólio masculino da violência ver HÉRITIER, Françoise. *Masculin/féminin. La pensée de la différence.* Paris, Odile Jacob. E CAPDEVILA, Luc. Le mythe du guerrier et la construction sociale d´un « éternel masculin » aprés la guerre. *Revue française de psychanalyse*, tome LXII, n. 2, 1998, p, 607-623.
[12] CARVALHO, Luiz Maklouf. Op. cit. , p. 31.
[13] MAIA, Dulce. A morte, as donzelas e a Canção dos pescadores. In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville. (org.) *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997. pp. 96-107, p. 99.
[14] DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.
[15] CARVALHO, Luiz Maklouf. op. cit, p. 56.
[16] GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho:* depoimento. 22 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982., pp. 29-30. Ver também FERNANDES JUNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro*. Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.pp. 206.
[17] Sobre isso ver especialmente COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997 e GOLDEMBERG, Míriam. Op. cit.
[18] PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN*. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Ver o excelente artigo : ROLLEMBERG, Denise. Clemente. In: KUSHNIR, Beatriz. (org.) Perfis Cruzados. Trajetórias e militância política no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2002, pp. 73-85.
[19] PAZ, Carlos Eugênio. Op. cit. P. 27.
[20] O papel da ação revolucionária na organização. (maio, 1969) Documento assinado pela ALN, publicado em: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (org.) *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961 a 1971. São Paulo: Marco Zero, 1985. pp.206-221, p. 208.
[21] Ibidem, p, 214-215.
[22] FERNANDES JUNIOR, Ottoni. Op. cit. p. 231.
[23] Ibidem, p. 230. Ottoni era conhecido por Grandão devido a seus 2 metros de altura.
[24] PAZ, Carlos Eugênio. Op. cit. p. 113.

Guerra e sociedade: uma discussão sobre o filme Henrique V de Kenneth Branagh

Cybele Crossetti de Almeida - UFRGS,

1. INTRODUÇÃO

O filme *Henrique V* de Kenneth Branagh é uma adaptação da obra homônima de William Shakespeare. A ação se passa nas primeiras décadas do século XV e baseia-se em episódios reais, no contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). O texto é fielmente reproduzido[1] e consegue captar o tom épico do filme, no qual a guerra é o fio condutor. Interessante é a concepção de guerra que é apresentada. Ao invés da guerra como pura violência e irracionalidade, a guerra é apresentada como a "continuação da política por outros meios"[2], como no enunciado de Clausewitz.

Neste conflito entre a França e a Inglaterra cabe destacar os dois tipos de exército que se confrontam: o exército francês que, embora mais numeroso, é organizado num modelo feudal, em declínio, e o exército inglês que, além de inovações técnicas (como o arco longo galês[3]), prenuncia o moderno exército de conscritos que a Idade Moderna viria surgir. No confronto ficam evidenciados não apenas dois modelos de exército (feudal X moderno[4]), mas também dois modelos de sociedade e de governante. Algumas das diferenças nos modelos de feudalismo dos dois países – mais centralizado na Inglaterra, menos centralizado na França – já foram apontadas por vários autores, como Alan Macfarlane[5] e Marc Bloch[6]. Estas diferenças na forma da organização social, por sua vez, refletiam-se na organização militar. Disto decorre que “Há um exército alternativo para o rei [inglês], que ajuda a protegê-lo contra uma superdependência de seus proprietários feudais”[7], ao contrário do que ocorria na França.

Como o próprio título indica, o personagem central é o rei inglês Henrique V, filho de Henrique IV, a quem sucedeu no trono em 1413, reinando até 1422. Seu reinado, apesar de breve, foi bastante significativo para a Inglaterra. O tema central é o envolvimento deste rei e

seus exércitos no longo conflito entre França e Inglaterra, "os dois Estados mais poderosos do Ocidente cristão"[8], que ficou conhecido como "Guerra dos Cem Anos".

O FILME

Na obra em questão – tanto no original de Shakespeare como no filme de Kenneth Branagh –, pode-se perceber esta preocupação com o entendimento e a elucidação da guerra. Embora trate-se de um épico, as razões do Estado – e suas diferentes facções – e os objetivos políticos estão presentes e têm tanto destaque quanto os valores tradicionais, como honra, valentia, etc. A ação se inicia com dois membros do alto clero, o arcebispo da Cantuária e o bispo de Ely, discutindo os rumores sobre o retorno à discussão de lei que faria com que a Igreja da Inglaterra perdesse "a metade melhor de (...) [suas] posses"[9]. Especulam sobre qual atitude o novo rei tomaria a respeito da matéria e – após o rei ser declarado como amigo da Igreja e ter seu amadurecimento louvado[10] – é colocada claramente a barganha proposta: o apoio da Igreja com vultuosas doações para uma campanha na França, a respeito do "direito sobre o trono da França, que lhe toca por Eduardo, seu bisavô"[11]. É a Igreja que volta a atiçar a atenção do monarca sobre a França, com o objetivo de ganhar as graças do rei e desviar sua atenção do projeto que contrariava os interesses do clero. Não temos informações concretas sobre este papel da Igreja como intermediadora do conflito[12], mas não é uma hipótese absurda. A questão da taxação ou confisco de bens da Igreja era uma matéria freqüente e de alta tensão em vários reinos medievais, não apenas na Inglaterra. Alguns séculos antes, ao sentir seus bens, camponeses e clérigos ameaçados pelas guerras constantes entre os exércitos privados dos nobres medievais, a Igreja desencadeara os movimento da Paz e Trégua de Deus, tentativas de limitar a ação guerreira tanto temporalmente quanto em relação aos envolvidos[13]. O fracasso destes movimentos provavelmente está ligado à convocação das Cruzadas, na intenção de exportar os conflitos internos à cristandade, oferecendo aos que

participassem desta ação não apenas bens espirituais mas também materiais: as riquezas do oriente, o perdão de dívidas contraídas, especialmente com judeus.

A atuação da Igreja, no entanto, não deve ser considerada uniformemente, pois, naquele contexto, ela muitas vezes teve uma atuação positiva. Na falta de organismos multilaterais de resolução de conflitos, coube à Igreja regulamentar, intermediar e minimizar conflitos[14]. Seu poder, no entanto, era limitado. No caso da Guerra dos Cem Anos, há ainda o problema do declínio da autoridade da Igreja desde o fracasso das Cruzadas em fins do século XIII e a divisão interna a partir do deslocamento do papado de Roma para Avignon, no sul da França, que deu origem ao Grande Cisma do Ocidente – de 1378 a 1429. Neste período em que várias sedes "papais" competiam umas com as outras e a cristandade achava-se dividida, é compreensível que a atuação centralizadora antes exercida por Roma fosse enfraquecida pelo fortalecimento das concepções "nacionais", tal como seria o galicismo e depois, de modo mais extremo, o anglicanismo.[15].

Neste conflito em particular, coube à Igreja, no seu clássico papel de guardiã da erudição, informar ao rei sobre seus direitos, que vinham sendo negados com base na alegação da lei sálica que pretensamente negaria o direito de sucessão às mulheres, o que, segundo o Arcebispo de Cantuária, não procedia. Um historiador moderno, como Rouche, lhe daria razão, afirmando que:

> "Este artigo da Lei Sálica, mal compreendido pelos juristas reais, foi interpretado, quando da sucessão dos Capetos diretos, em 1316, como uma proibição às mulheres para herdarem e, portanto, sucederem no trono. Na verdade elas tinham a capacidade sucessória, a não ser quanto a esta terra ancestral, sem a qual o sistema franco de proteção privada desmorona"[16].

O arcebispo da Cantuária enumera uma série de exemplos históricos nos quais o trono – ou a sua legitimidade – era assegurado através do "título e do direito das

mulheres"[17]. Poderíamos ainda questionar em que medida a inclusão deste tema – o direito das mulheres à Coroa – não foi inserido por Shakespeare na trama como uma forma de agradar à rainha Elisabeth I depois de desagradá-la com a peça Ricardo II (escrita nos anos 1595 e 1596), pois o texto de Henrique V é posterior aquele, datando dos anos de 1598 e 1599[18]. Shakespeare – através do seu personagem – estava bem informado sobre a história da França, pois em vários momentos da história francesa a lei sálica não foi evocada, "ela só se tornou um argumento bem mais tarde, sob Carlos VI"[19], ou seja, no momento da disputa entre este, de um ramo secundário do capetíngios, e seu rival inglês, Eduardo III.

A Igreja, por sua vez, conclui sua barganha dizendo que a ação não apenas é legítima, mas factível, pois: "Para isso, nós, do espiritual, demos a Vossa Alteza soma tão vultuosa como jamais foi dada pelo clero a qualquer rei de vossa alta linhagem"[20]. A resposta do jovem rei aos homens do clero deixa entrever seu problema de consciência, que aparece no filme em diversos momentos. Sobre a "questão da França", que o arcebispo de Cantuária lhe apresenta, adverte o rei:

> "Mas, meu caro e fiel lorde, Deus não queira que venhais a forçar vosso discurso, torcendo-o com sofismas, e a consciência carregueis com valores ilegítimos, de cor não condizente com a verdade. Deus sabe quanta gente, ora com vida, vai derramar o sangue na defesa do que formos por Vossa Reverência conciliado a fazer. Tende cuidado, portanto, na maneira por que me ides penhorar, como o gládio adormecido da guerra espertareis. Recomendamo-vos, pois, em nome de Deus: tende cuidado, porque duas nações tão poderosos nunca brigaram sem que derramassem muito sangue, de que cada inocente gota é uma maldição e queixa amarga lançada contra quem tivesse sido causa injusta de afiarem-se as espadas para a devastação da curta vida"[21].

No filme, vê-se um rápido temor do dignatário eclesiástico – pois ele sabe dos motivos que o levam a fazer tal oferta – antes de fazer um longa e erudita preleção sobre a lei sálica, suas origens e as muitas vezes em que os fatos contrariaram este argumento que a dinastia de Valois levantava para se legitimar frente às pretensões inglesas à coroa. Após o quê, indaga o rei: "Posso, então, com direito e sã consciência, fazer valer as minhas pretensões?"[22], no que se insere na discussão medieval da guerra justa, que deve ter uma causa justa, e também – como afirma o *Decretum* de Graciano de 1140 – "repelir ou vingar injúrias e recuperar bens"[23]. A versão de Branagh mostra ainda o rei atormentado por problemas de consciência, dos crimes do seu pai a sua responsabilidade para com seus soldados. Sobre este último aspecto, a obra de Shakespeare, bem como as versões posteriores, refletem fielmente a doutrina medieval que afirma: "Pois, se a guerra é injusta e as ordens não são dadas conforme a lei divina, a iniqüidade caberia ao príncipe apenas [e não aos seus soldados]"[24]. Ora, é exatamente esta a preocupação que vemos refletida no belíssimo monólogo pronunciado pelo rei após ouvir e confortar os seus homens na noite que antecede Azincourt: "Só sobre o rei! Ponhamos nossas vidas, nossas almas, as dívidas, os filhos, as esposas ansiosas, os pecados, tudo em cima do rei! Forçoso é tudo suportarmos"[25]. Esta preocupação, que Barbara Heliodora identifica como típica do período Tudor[26], tem, na realidade, origens medievais.

Na véspera da batalha decisiva de Azincourt, Henrique faz alusão à usurpação cometida por seu pai contra Ricardo e suas tentativas de expiar este crime por meio de obras pias. Ricardo II era filho de Eduardo, o Príncipe Negro de Gales, filho mais velho de Eduardo III – rei de 1327 a 1377. Com a morte do avô, Ricardo assumiu o trono e mandou aprisionar seu tio, João de Gaunt, duque de Lancaster (1340-1399[27]), que morreu na prisão. Este João de Gaunt era também filho de Eduardo III e pai do futuro Henrique IV, que usurpou a Coroa de Ricardo II e assumiu o trono de 1399 a 1413, no que viria a ser um prólogo da Guerra das Duas Rosas entre as casas dinásticas de York e Lancaster, nos anos de 1455 a 1485. O filme encerra fazendo alusão a essa guerra, que se inicia quando o

herdeiro, Henrique VI, "em cueiros ainda envolto, subiu ao trono da Inglaterra e França; mas tocou-lhe reinado tão revolto que da pátria esgotou toda a pujança"[28]. O filme de Branagh completa a fala do coro acrescentando: e perderam a França e fizeram a Inglaterra sangrar.

8. CONCLUSÃO

Uma parte suprimida do filmes de Branagh[29] é a questão da relação da Inglaterra com os seus vizinhos. Enquanto no filme de Branagh o exército parece uma irmandade de diferentes grupos – ingleses, galeses, escoceses e irlandeses[30] –, o que reflete o período em que essas versões foram produzidas (isto é, a política de anexação consumada destes países – ou parte deles, no caso da Irlanda – à Grã Bretanha), na época de Shakespeare o expansionismo inglês ainda não havia sido plenamente assimilado por estes povos, gerando revoltas e alianças dos países vizinhos com seus inimigos[31]. Nesse momento, as preocupações do rei – refletidas no texto de Shakespeare - se voltam para a sua retaguarda, a Escócia, definida como um "mau vizinho". Um dos conselheiros do rei complementa afirmando que "há um velho provérbio muito certo: 'Se queres ganhar a França, então pela Escócia avança'; pois se a águia da Inglaterra sai à caça, a doninha escocesa sobe ao ninho desguarnecido e chupa os ovos reais"[32].

Sabemos que a Inglaterra adquiriu muitas das habilidades decisivas para a guerra contra a França na sua luta contra os revoltados do País de Gales, conquistados nos anos de 1280 por Eduardo I[33]. A Escócia seria pacificada ainda bem mais tarde e – após a tentativa de Eduardo I de conquistá-la em 1295 – os escoceses firmaram um acordo com a França, a "*auld* [old] *Alliance*" que duraria até o século XVI. Segundo este acordo, cada vez que um dos dois países fosse atacado pela Inglaterra, o outro atacaria a Inglaterra pela retaguarda[34]. E, de fato: "Já antigos, esses atritos ingleses e escoceses se mantiveram por todo o curso da Guerra dos Cem Anos e prolongaram-se para além dela"[35].

A omissão destes aspectos faz parte do processo de simplificação da história que a ficção – cinema ou literatura – traz inevitavelmente consigo, já que não têm a preocupação com os detalhes, fontes e fundamentação teórica que são uma obrigação para o historiador. Este processo de simplificação da história, de seus personagens complexos e contraditórios, pode ser vista como parte do mecanismo do "efeito de real"[36], como apresentado por Rossini. Ter em mente este mecanismo, bem como as limitações e incoerências presentes nos filmes de reconstrução histórica, é necessário para a compreensão, discussão e análise dos mesmos. No entanto, estas características tornam a discussão mais interessante e necessária. Uma das formas de simplificar a história é restringi-la à ação dos grandes homens, outra é bani-los da história. Como em tantos outros casos é necessário que o historiador ache o meio termo entre estas duas tendências. Longe de banir os filmes de reconstrução histórica, deveríamos analisá-los criticamente para poder apreciá-los e incorporá-los definitivamente aos currículos escolares e acadêmicos. Afinal, a história "real", mesmo quando reconstruída por documentos "sérios" e abundantes é sempre mais complexa e interessante do que a captada mesmo pelo mais brilhante historiador. Já o cinema e a literatura, graças à liberdade ficcional, lidam com a imaginação e permitem-nos reconstruir senão os fatos, o *ambiente*, a *atmosfera* de outras épocas. Filmes como *Henrique V* oferecem a oportunidade de discutir temas centrais para a história e civilização da Idade Média, como a forma de pensar e travar a guerra, temas que, sob vários pontos de vista, ainda permanecem atuais e relevantes para nós no século XXI.

---

[1] Com algumas omissões que se devem, em parte, à adaptação da obra literária e teatral para o cinema.
[2] CLAUSEWITZ, C., *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 27.
[3] SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da idade média*. Vol. 1. São Paulo: EDUSP, 1990, p. 112. Também chamado "longo arco 'à inglesa'", CARDINI, Franco. "Guerra e Cruzada". *In*: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 483.
[4] Segundo Rezende: "Quando da eclosão da Guerra dos Cem Anos (...) os exércitos que os ingleses enviam ao continente eram formados exclusivamente por soldados servindo sob contrato, até mesmo seus cavaleiros couraçados e demais nobres", vide REZENDE Filho, Cyro. *Guerra e guerreiros na idade média*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 91. Comentando sobre os dois modelos de exército, afirma Silva: "se tratava de uma superioridade estrutural, por se tratar [do lado inglês] de um exército de voluntários, regularmente pago e, por isso, bem mais disciplinado e flexível no cumprimento das ordens. Enquanto isso, as forças francesas eram reunidas às pressas, de acordo com mecanismos tradicionais (...) do *arrière-ban* e das *sémonce*, ambos compulsórios (...) Assim, a vantagem numérica assegurada por esses processos era amplamente anulada pela indisciplina reinante", SILVA, *Cavalaria*, p. 134.

[5] MACFARLANE, A., "O berço do capitalismo: o caso da Inglaterra", In: BAECHLER, J.; HALL, J. A. e MANN, M., (Ed.), *Europa e ascensão do capitalismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1989, p. 197-215.
[6] BLOCH, M., *A sociedade feudal*, Lisboa, Edições 70, 1987.
[7] MACFARLANE, "O berço do capitalismo", p. 212.
[8] CONTAMINE, Philippe. *La guerre de cent ans*. Paris: PUF, 1992, p. 7.
[9] SHAKESPEARE, W. "A vida do rei Henrique V". *In*: SHAKESPEARE, W. *Teatro completo, dramas históricos*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d., p. 231.
[10] Em clara alusão à obra anterior do autor, Henrique IV, na qual o jovem príncipe, o futuro Henrique V, é apresentado como afoito e leviano.
[11] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 233.
[12] Mas a preocupação com o confisco de seus bens não era fruto de pura paranóia, como o demonstraria o reinado de Henrique VIII. Seria ainda o caso de perguntar se esta visão materialista da igreja católica não foi inserida no texto por Shakespeare para agradar Elisabeth I, rainha que havia subido ao trono com a forte oposição dos remanescentes deste grupo.
[13] Sobre o papel da Igreja como elemento regulador e humanizador dos conflitos, vide REZENDE, *Guerra*, op. cit. p. 71-72.
[14] Assim, em 1431 um legado do papa Eugênio IV intermediou uma trégua entre Carlos VII e o duque de Borgonha, vide CONTAMINE, *La guerre*, op. cit., p. 98.
[15] LOYN, *Dicionário*, p. 171.
[16] ROUCHE, M. *Alta idade média ocidental*. *In*: ARIÈS, Ph.; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 448-449.
[17] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 235.
[18] Poderíamos ainda questionar em que medida a inclusão deste tema – o direito das mulheres à Coroa – não foi inserido por Shakespeare na trama como uma forma de agradar à rainha depois de desagradá-la com Ricardo II (peça escrita nos anos 1595 3 1596), pois o texto de Henrique V data dos anos de 1598 e 1599, vide Quadro cronológico das peças teatrais de Shakespeare em SHAKESPEARE, *Teatro completo*, op. cit., p. 12.
[19] CONTAMINE, *La guerre*, op. cit., p. 11.
[20] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 236.
[21] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 233-234.
[22] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 235.
[23] DOWSON, *Origens*, op. cit., p. 292.
[24] CONTAMINE, *War*, op. cit., p. 282.
[25] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 265.
[26] HELIODORA, Barbara. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 67.
[27] LOYN, *Dicionário*, op. cit., p. 221.
[28] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 285.
[29] E também da versão homônima anterior de Laurence Olivier.
[30] Este último não tão bem resolvido, como vemos na disputa entre o capitão Fuellen e capitão MacMorris. Quando o primeiro afirma: "Capitão MacMorris, eu penso, ora vede, salvo correção de vossa parte, que não há muitos indivíduos de vossa nação..." ao que MacMorris contrapõe: "Da minha nação? Que é minha nação? Algum vilão, por acaso, um bastardo, um escravo, algum maroto? Que é a minha nação? Quem está falando da minha nação", SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 252. Interessante é o destaque a este trecho no filme de Branagh, ele mesmo um irlandês de Belfast. Sobre a participação destes contingentes afirma Boquet: "A teatrologia acaba pela glorificação de um reino nacional em expansão: à corte cavalheiresca feita por Henrique a Catarina de França corresponde a presença do galês, do irlandês e do escocês no exército do Rei da Inglaterra", BOQUET, Guy. *Teatro e sociedade: Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 28.
[31] Um filme que aborda esta temática é *Coração Valente*. Situado no final do reinado de Eduardo I, além da revolta dos escoceses contra o domínio inglês mostra também a questão da origem disputa com a França, através do casamento de seu filho, Eduardo II, com a princesa francesa Isabel, mãe do futuro rei Eduardo III.
[32] SHAKESPEARE, "A vida do rei Henrique V", op. cit., p. 236.
[33] McDOWALL, David. *An illustred history of Britain*. Essex: Longman, 1989, p. 52
[34] McDOWALL, *History of Britain*, op. cit., p. 43-44.
[35] SILVA, *Cavalaria*, op. cit., p. 112-113.
[36] Vide ROSSINI, Miriam de Souza. "As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história". *In*: *Anos 90*, Porto Alegre, nr. 12, p. 118-128, aqui especialmente p. 122.

Sociedade e natureza nas ondas no rádio na Amazônia: representações e significados

Cynthia Camargo

Embora a Amazônia seja o centro de atenções devido às riquezas naturais - a biodiversidade e a abundância em água doce - sua população convive com todas as formas de desigualdades sociais. Grande parte da população vive longe dos grandes centros. Nesse contexto, o rádio desempenha papel fundamental, interligando populações diversas através de suas mensagens, trazendo o longe para perto.

E é na Rádio Rural de Santarém (AM) que o programa "Para Ouvir e Aprender" é veiculado às segundas, quartas e sextas-feiras, nos horários de 7h30 às 8h e reprisado de 14h05 às 14h35 desde o final de 1999. Como parte do projeto "Rádio pela Educação" o programa é voltado para professores e alunos de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental dos municípios de Santarém e Belterra, no estado do Pará e desde 2002 tornou-se política pública desses municípios. Hoje são mais de 35 mil alunos e cerca de 1.100 professores participando do programa em sala de aula. Mais de 50 cartas chegam à redação do programa todo mês, contribuindo para avaliar e sistematizar as informações veiculadas no programa.

Além do público para o qual é direcionado, o programa é acompanhado pelos pais, pois faz parte da grade de programação da emissora, o que amplia a audiência e permite que os familiares acompanhem o conteúdo ministrado aos estudantes, passando a participar mais na vida da escola e de seus filhos. Outros municípios próximos também acompanham o programa de rádio, de acordo com relatos de professores das cidades vizinhas quando estão de passagem em Santarém.

Durante trinta minutos, o programa leva para a sala de aula 12 seções alternadas, que contemplam a realidade regional, as vozes das crianças, dos adolescentes, dos professores e dos comunitários das zonas urbanas e rurais de

Santarém e Belterra. O projeto visa garantir um processo continuado e sistematizado de educação, informação e intercâmbio de experiências na construção do conhecimento, bem como contribuir com novos conteúdos e métodos pedagógicos, além de reforçar a educação ambiental como disciplina escolar.

As duas cidades nas quais o projeto atua, Santarém e Belterra, localizadas no Baixo Amazonas, apresentam especificidades. As escolas desses municípios estão espalhadas em diferentes regiões peculiares. Santarém, com mais de três séculos, é a grande cidade do Baixo Amazonas, localizada no Oeste do Pará, a quase 850 km da capital Belém. Está situada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, possui cerca de 250 mil habitantes e extensão territorial de 22.887 km^2. A economia de Santarém é baseada no comércio flutuante que atrai moradores dos diversos municípios vizinhos, além da pesca e do extrativismo vegetal.

Belterra, por sua vez, fica a 50 Km de Santarém e seu acesso se dá pela Rodovia Santarém-Cuiabá. Foi fundada em 1934 mais precisamente, mas só passou a existir constitucionalmente enquanto município a partir de 1997. Sua população é majoritariamente de famílias de ex-trabalhadores do projeto de extração da borracha nos seringais de cultivo da Companhia Ford e sua economia circula, basicamente, a partir da renda de aposentados do projeto que foram incorporados pelo Ministério da Agricultura e dos atuais funcionários públicos municipais.

Apreender e analisar as concepções e significados da relação entre sociedade e natureza presentes nas cartas de professores e alunos da região abrangida pelo projeto, herdeiros de um conhecimento e experiência adquiridos de seus ancestrais - europeus, negros, caboclos e índios – sobre a natureza é o objetivo desse trabalho, que pretende ainda verificar como são processados e elaborados os conteúdos sobre natureza transmitidos pelo programa “Para Ouvir e Aprender”.

A Rádio Rural e o Projeto Rádio pela Educação

A partir da decisão da Rádio Rural de Santarém em retomar a proposta que lhe deu origem, iniciada na década de 1960, com a instalação de escolas radiofônicas, a Diocese de Santarém reconquista seu trabalho educativo pelas ondas do rádio por meio do projeto "Rádio Pela Educação". A alfabetização de adultos realizada em parceria com o Movimento de Educação de Base (MEB), parte da programação da Rádio Rural desde a sua formação, estendeu-se até a década de 1980, utilizando o método Paulo Freire. Devemos lembrar que o rádio integra e influencia o cotidiano da população que vive na região e é através desse meio de comunicação que as notícias, avisos[1] e músicas chegam aos moradores das diversas localidades, sejam ribeirinha, planalto ou várzea.

Nas décadas de 1960-70, a Rádio Rural era o único meio de comunicação com penetração diária e intensa durante 20 horas. Não havia outra emissora com igual força e organização no interior da Amazônia. A sua inauguração se deu no dia 05 de julho de 1964 graças ao empenho do Bispo Prelado da Diocese de Santarém, Dom Tiago Ryan, que trazia do Rio Grande do Norte a experiência de alfabetização de adultos pelo rádio junto com o MEB.

De acordo com o primeiro Contrato Social de 31 de maio de 1960, referente à concessão de radiodifusão feita pelo governo brasileiro à Diocese de Santarém, a emissora tinha como objetivos promover a

> instalação de escolas radiofônicas, [...] com 'rádios cativos[2]' para alfabetizar, educar, elevando o nível cultural do povo, inclusive difundir programas de caráter oficial, especialmente dos Ministérios de Educação e Cultura, da Agricultura e da Secretaria do Estado, podendo também anunciar comerciais e tudo que fosse permitido por lei (RÁDIO RURAL DE SANTARÉM[3],1992).

[1] Avisos são as mensagens enviadas através do rádio a parentes e amigos informando o que se passa na ocasião, seja para comunicar o falecimento de familiares , da sua chegada a alguma comunidade ou região, nascimento, saúde, etc.
[2] Rádios cativos eram os aparelhos sintonizados na freqüência da emissora e presos com um prego ou similar impedindo a mudança de dial para outras emissoras. Aqui a freqüência usada era a da Rádio Rural.
[3] RÁDIO RURAL DE SANTARÉM. *Histórico*. Santarém – PA, 1992.

Em 1965 foram instaladas as primeiras 32 escolas radiofônicas e assim começava o trabalho de alfabetização através das ondas da Rádio Rural em seis municípios que compunham até 1989 a Diocese de Santarém, compreendendo uma área de 396.906 km², 28,2% da superfície do Estado do Pará. Essas escolas radiofônicas deixaram de funcionar em 1985, mas chegaram a somar cerca de 320 espalhadas no interior de Santarém e dos municípios de Alenquer, Monte Alegre e Prainha, atingindo mais de 318 comunidades, envolvendo dois mil adultos na alfabetização e quatro mil no primeiro segmento (RÁDIO RURAL DE SANTARÉM, 1992).

Devido aos problemas financeiros da emissora, o caráter educativo começou a perder força e decair. Apesar do MEB ser a força inspiradora da Rádio e da consciência dos demais funcionários para atuar em uma rádio educativa, as duas equipes, a de educação e a comercial, foram se distanciando. Mesmo sabendo do compromisso assumido para implantação da emissora, a direção da Rádio Rural precisava se preocupar com a sua manutenção. A programação comercial ganhou força em detrimento de sua programação educativa. A audiência passou a ser mais importante que os conteúdos de educação (SILVA e LOCATELLI[4], 1997).

Em 1997 surgiu a proposta de um projeto de rádio voltado às crianças e adolescentes em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que já vinha aproximando-se da rádio, buscando apoio para divulgação de seus trabalhos. O projeto serviu para consolidar a vontade de ambas as instituições e foi a base para o "Rádio Pela Educação".

Antes da construção do projeto, foi realizado um diagnóstico sobre a emissora para levantar opiniões e sugestões sobre a situação atual e possíveis mudanças na Rádio Rural, bem como conhecer um pouco melhor o perfil do público e suas

[4] SILVA, Arinalva Freitas da e LOCATELLI, Cleomar. O Papel Educativo da Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém no Período Militar (de 1964 a 1974). TCC. UFPA, Campus Santarém – PA. 1997.

demandas de cidadania (BLOCH[5], 1999). A partir desse levantamento iniciou-se o processo de preparação do projeto "Rádio Pela Educação".

A presença das secretarias municipais de educação de Santarém e Belterra e o apoio do UNICEF, foram imprescindíveis na criação do projeto. Para a elaboração básica foram necessários três dias de reunião, de 25 a 27 de fevereiro de 1999, para que as duas jornalistas da Rádio e do UNICEF e cerca de 10 profissionais, entre pedagogos e psicólogos, das secretarias municipais de educação formulassem a proposta.

Análises do programa

Para analisar as concepções e significados da relação entre sociedade e natureza perpassados nos guias pedagógicos, nas radionovelas e presentes nas cartas de professores e alunos enviadas ao projeto "Rádio pela Educação", dividi-a em três temas relacionados. Como um dos objetivos do projeto é o de resgatar a cultura local, os mitos foram inseridos nos conteúdos, por meio de suas histórias e tornando-os mais participantes desse processo educativo cultural.

Lendas e mitos

A música "Lenda do Boto" do maestro Isoca, utilizada no programa de rádio, fala do mito do boto tão comentado nas comunidades ribeirinhas e de várzea da região. Basta aparecer uma jovem grávida que todos comentam ou perguntam: "tá esperando filho de boto?" (sic). Algumas pessoas que também têm diferenciações em seus semblantes são indicadas como: "aquele é filho de boto".

De acordo com Galvão[6] (1976), a influência de causas de natureza histórica e social advém da religião de um povo e suas motivações psicológicas aparecem

[5] BLOCH, Didier. Diagnóstico da Rádio Rural de Santarém. Santarém – PA. Unicef, 1999.

[6] GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas.* 2ª ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976.

em suas instituições como no processo de sua evolução. Ele demonstra que uma das características regionais é a forte influência ameríndia que se revela em crenças e práticas religiosas dessa origem, como os curupiras, caboclinhos das matas, anhangás, as visagens que surgem como pássaros, veados de olhos de fogo, a cobra grande ou sucuriju, a matintaperera, os botos, os companheiros de fundo ou encantados que moram no fundo dos rios e igarapés, as mães de bicho que são entidades protetoras da vida animal e vegetal e os bichos visagentos.

Galvão acredita ainda na grande importância cultural dos povos tupi-guarani na Amazônia. E cita o exemplo de Tupã, sobrenatural tupi, ligado ao trovão, que se tornou o equivalente do deus cristão, oposto a Jurupari, um ser da floresta, apontado como a personificação do diabo. A cultura do aborígene influencia a cultura mameluca que tomava forma, mas foi mantida a orientação pelo padrão europeu.

Visão de mundo

Qual o componente cultural é utilizado nas cartas? Poderíamos indagar: que sujeito aparece nas cartas? Os alunos sentiram a possibilidade de mostrar o seu conhecimento e apontam suas idéias e valores que podem contribuir para a educação.

Em que contexto histórico os alunos se encontravam antes? Não tinham um canal direto de integração entre escola-comunidade-secretaria de educação. Eles estavam mais isolados tanto pelas grandes distâncias geográficas quanto pela falta de diálogo com integrantes da rede municipal de ensino. A participação dos pais na vida escolar era bem menor, os pais ainda pensavam que o professor é quem tinha obrigação de educar seus filhos.

Para alguns estudiosos uma questão bastante interessante da linguagem se deve aos sentidos do silêncio. Compreender que existe um modo de estar em silêncio

é compreender que existe um modo de estar no sentido. De acordo com Orlandi[7] (1997), o silêncio também é língua e possui condições de produção que o torna tão ambíguo quanto às palavras. Ele se faz presente na fala que também é silenciadora e algumas vezes se diz algo em lugar de outro, caracterizando-se o não dito. Podemos acreditar que não há transparência na linguagem, que ela pode estar cheia de outros significados e, portanto, de silêncio.

O professor Maximo Araújo Nunes, na época trabalhando na comunidade de Pindorama, no Lago Grande de Franca, enviou uma carta (01/12/1999) criticando o texto "O sermão da montanha", utilizado no Guia Pedagógico nº 01 e também falando da realidade da comunidade que não tem pessoas lendo ou ouvindo uma boa música (a partir do seu conceito):

> [...]o que eu quero dizer [...] é que a bíblia foi feita para ser usada como instrumento de libertação e não como instrumento de alienação, e o que sempre a gente costuma ver, é gente tentando ou continuando a alienar "consciência", esse texto "o sermão da montanha" me parece que ele não atenta para uma libertação e sim para uma acomodação e alienação. Por exemplo: "bem aventurados os que sofrem" olha feliz quem sofre! Meu Deus, será que Jesus concorda com isso? Considerando que ele morreu para que houvesse justiça, solidariedade, misericórdia, igualdade?
> Como me alegrar porque tenho comida, bebida, roupa, emprego, salário, etc. enquanto o meu próximo não tem nem rede? [...]Pelo amor de Deus! Vamos despertar a consciência crítica!...

O professor ressalta a importância do projeto na mudança de atitudes de professores, alunos e comunitários, ao mesmo tempo em que faz a crítica do texto "Sermão da montanha" concorda com a alienação dos produtores do projeto quando usam um texto tão contraditório. O professor faz a interpretação de acordo com a sua realidade sócio-econômica-social e se analisarmos sua crítica percebemos que ele aponta a utilização de textos e músicas para escamotear a realidade e possibilitar um processo de acomodação dos indivíduos.

Qualidade de vida

[7] ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

A proximidade cultural com os índios fez com que a comunidade de Taquara entrasse com um pedido junto à FUNAI para que sejam reconhecidos como índios e não caboclos. Em 02/12/1999 recebemos uma carta do professor Ronaldo Peres Farias, ele pontuou que participou de um curso, o qual visava o resgate da origem da comunidade por meio de histórias, músicas, versos, danças, da língua, da comunidade, dos moradores e dos mapas.

Para melhor compreensão dos temas transversais apresentados no programa foi elaborada uma proposta de radionovela, a qual tem um caráter lúdico, tratando assuntos profundos que fazem parte do cotidiano.

Uma radionovela que teve bastante repercussão foi "A Lixolândia", que contava a história do menino Pedrinho e da sua família que juntava lixo dentro de casa. Os protagonistas eram também uma mosca, uma barata e um rato, que juntos armaram para infectar a casa do menino e ele adoecer (contraindo leptospirose). As crianças gostaram tanto da radionovela que em todas as cartas enviadas citavam-a e a chamavam de "A Bicholândia", por causa dos animais contidos na história. Ao final, depois da morte dos bichos, Pedrinho se curou e aprendeu a cuidar do lixo e sua saúde.

Em 03/04/2001, o aluno José Renato Silva da Costa, 4ª série da comunidade de Betânia na BR-163 Km140, escreveu em sua carta que depois da radionovela ele ficou sabendo do perigo de contaminação que as pessoas correm perante o lixo e os bichos: "não sabia que o rato transmitia a doença leptospirose, mas agora eu aprendi pelo programa para ouvir e aprender". Outro aluno da mesma escola, Elinelson dos Santos Pontes, 13 anos, 3ª série, gostou muito da "Bicholândia porque falava sobre a higiene e como devemos combater as doenças. Nós temos um plantio bem de frente a nossa escola e nós plantamos árvores em extinção [...]". Esse aluno ficou muito contente porque a sua escola ganhou o concurso "A cara do rádio pela educação", realizado durante o ano de 2001, para ilustrar a capa do guia pedagógico nº 6. A ilustração sugere a

diversidade da paisagem amazônica, mostrando ao mesmo tempo a floresta, as estradas, o rio e as antenas parabólicas que encurtam as distâncias.

A Reforma do Estado na *Revista de Economia Política* (1990-1994)

Daniel de Pinho Barreiros – PPG- UFF

Neste artigo analisaremos o debate sobre a Reforma do Estado conduzido nas páginas da REP durante os governos Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1994). Como hipótese, defendemos que a REP cumpriu, na primeira metade da década de 90, importante papel na difusão de uma concepção de Reforma do Estado que fosse alternativa a uma orientação neoliberal (assumida pela administração Collor) e ao pensamento desenvolvimentista, concepção esta que viria a constituir-se em plataforma política vitoriosa em 1994, através da coligação PSDB-PFL, identificada com os princípios da *Terceira Via* social-democrata de base européia e norte-americana. Buscamos assim identificar as principais idéias presentes na REP a respeito de três temas fundamentais: a) a crise fiscal; b) o novo papel do Estado perante a economia e a sociedade e; c) o *modus operandi* do processo de Reforma do Estado.

A Crise Fiscal

O ponto de partida dos debates sobre a Reforma do Estado na REP é a crise de financiamento do setor público brasileiro nos anos 1980, conseqüência direta do padrão de desenvolvimento adotado durante o "ciclo desenvolvimentista" (1930-1964) e seu aprofundamento durante os governos militares. Acerca de sua natureza, os intelectuais debatedores discordaram no que tange à origem da crise fiscal, uns enfatizando a **contração das fontes de financiamento e o fluxo de recursos para o exterior**, em função do serviço da dívida, e outros minimizando este aspecto, em prol de análises que ressaltassem o papel fundamental da **expansão do gasto** como principal fator para o desequilíbrio das contas públicas. A orientação predominante no debate foi a de associar a crise fiscal do Estado brasileiro a um padrão **"permissivo"** e **"ineficiente**" do emprego de recursos públicos, conduzindo portanto à legitimação da desestatização, da "racionalização" do aparelho burocrático e da redefinição da inserção estatal na dinâmica econômica, ficando a questão do endividamento externo em segundo plano.

Paulo Nogueira Batista Jr. defendera que o problema da crise fiscal não seria proveniente do aumento do gasto público nem do pagamento do serviço da dívida externa, e sim da **retração das fontes de financiamento** da economia brasileira. A acentuada diminuição do superávit

primário do governo pós-1985 não poderia ser atribuída à expansão real do gasto público verificada neste mesmo período, visto que teria ocorrido ao mesmo tempo uma redução do peso relativo da carga de juros externos e internos, devido à valorização cambial e correção monetária negativa no período, contrabalançando portanto a elevação das despesas governamentais. Assim, "*a origem da crise financeira do setor público parece estar na acentuada retração de suas fontes de financiamento"* [1].. Resgatando a memória da experiência brasileira de 1979-1984, Nogueira Batista lembrava que os incentivos dados ao setor exportador através da desvalorização cambial resultaram, por um lado, em uma performance comercial positiva, e por outro, em severos impactos sobre a dívida externa pública (em dólares). Além disso, os subsídios e isenções fiscais concedidos aos exportadores levaram também ao comprometimento das contas públicas, e a defasagem nos preços administrados – uma forma indireta de subsídio, já que referem-se aos principais serviços públicos fornecidos em larga escala pelo Estado, tais como energia elétrica, águas, entre outros – resultara em forte descapitalização das estatais. Assim, Nogueira Batista via como **saída imediata o corte de gastos públicos**, sendo este o único aspecto passível de ser alterado a curto e médio prazo. Entretanto, discordou de que a origem do déficit público estivesse em "excessivos dispêndios do governo", encontrando-a na **retração radical das fontes fiscais** internas e externas.

Já Rogério Furquim Werneck, Fábio Giambiagi e José Carlos Gomes Soares entenderam que a persistência de um **padrão de gasto público** herdado do "ciclo desenvolvimentista"era a principal causa da crise do Estado no Brasil. Criticaram a severa determinação exógena do crescimento através da intervenção do Estado praticada entre 1968-1973, que teria levado a uma taxa de crescimento muito acima do coerente para o equilíbrio do balanço de pagamentos, baseada no abundante financiamento externo. A superação da crise fiscal do Estado exigiria intensa força política, dado que a necessidade de redução de subsídios, eliminação de renúncias fiscais, aumento da carga tributária bruta e liberação dos preços administrados tenderia a provocar coalizões entre os grupos de interesse prejudicados. Ainda, a reforma da máquina burocrática através da racionalização do quadro funcional – eliminando ou recompondo setores ineficientes, premiando os dinâmicos –, e a imposição de padrões de desempenho para a burocracia resultaria na oposição sistemática do funcionalismo. Desta forma, elevar a capacidade

de poupança pública por meio da eliminação do gasto irracional, e combater as pressões inflacionárias advindas de um Estado perdulário seriam os principais pontos de uma reforma capaz de conter a crise fiscal e redirecionar o país rumo a um novo padrão de desenvolvimento.

O novo papel do Estado

Houve relativa convergência entre os debatedores a respeito da direção que deveria tomar a Reforma do Estado pós-desenvolvimentista. Foram reiteradas a necessidade de um **novo marco regulatório** que viesse a definir os parâmetros de relacionamento entre o poder público, o mercado e a "sociedade civil", a necessária intervenção estatal com **investimentos em P&D** (pesquisa e desenvolvimento) através de uma **política industrial e tecnológica** radical, a ênfase nas capacidades de **coordenação, planejamento e regulação** por parte do Estado (rejeitando-se a capacidade executora), a necessidade de **"racionalização" do aparelho de Estado**, em especial tornando-o mais "leve", "rápido" e "eficiente', a **democratização da tomada de decisões**, eliminando-se as tendências "tecnocráticas" vigentes, a **revisão dos direitos previdenciários**, entendidos como resquícios de um *welfare state* inacabado, e um conjunto de **flexibilidade, descentralização, negociação, transparência, comunicação e pluralismo** como orientação dos investimentos e iniciativas governamentais.

José Luís Fiori insistiu na perda do "potencial schumpeteriano" do Estado desenvolvimentista nos anos 1980-1990, que seria incapaz de propalar novamente o crescimento econômico. A experiência desenvolvimentista teria produzido resultados quantitativamente sensíveis, mas geradores de iniqüidade social. O sistema financeiro nacional teria sido atrofiado com a severa centralização financeira estatal, os capitais estrangeiros não teriam sido controlados, a questão agrária permanecia sem resolução, o protecionismo teria entravado o progresso tecnológico e os interesses particulares defendidos pelos grupos de pressão teriam logrado em permear o processo de tomada de decisões.

Assim, um Estado reformado teria que ser o resultado da vitória sobre o corporativismo, e a respeito deste aspecto, Fiori afirmava: "*Nesta direção, as últimas eleições presidenciais* [com a vitória de Collor de Mello] *representaram um avanço mais importante* (...) *O velho corporativismo estatal parece estar em xeque, apesar da imensa resistência de vários e sedimentados espaços cartoriais"* [2]. Para Fernando Resende, seria necessária a revisão das regras então vigentes que

amparavam as relações de trabalho entre o Estado e os servidores públicos, combatendo a sindicalização destes trabalhadores, de modo que fosse possível criar-se uma ambiência favorável para um ritmo mais intenso de reciclagem e atualização profissional da burocracia, bem como a circulação e renovação do quadro de funcionários. Dentro do Estado reformado, seria indispensável "*a revisão das normas constitucionais referentes à estabilidade dos servidores e à isonomia salarial"* [3].

Entretanto, o novo Estado deveria estar muito além do que fora proposto pela retórica neoliberal. Ele deve ser um **regulador e coordenador** dos interesses em jogo na sociedade, antes de ser um executor ou somente um "mantenedor da ordem pública". É preciso, segundo Fiori, o fortalecimento de um poder hegemônico que seja capaz de gerenciar de forma negociada os custos do ajuste a um novo padrão de desenvolvimento, redefinindo os compromissos entre o Estado e a sociedade, e afirmando supremacias. Segundo Resende, "*O Estado precisa reforçar sua capacidade de sinalizar na direção correta, induzir a ações necessárias, coibir as práticas contrárias ao interesse nacional e punir as infrações morais e legais"* [4]. Isso significaria **escapar do dilema "neoliberalismo" ou "desenvolvimentismo"**, ambas concepções baseadas em uma idéia de Estado abstrata, desprovida de realismo e de uma dimensão pragmática. A Reforma do Estado deveria superar ao mesmo tempo a idéia de "Estado mínimo" – e da supremacia absoluta do Mercado – e a idéia de "Estado empresário". "*Nesse sentido* (...) *neoliberais e desenvolvimentistas atacam e defendem um Estado igualmente abstrato e a-histórico, e acabam propondo alternativas caolhas do ponto de vista teórica e impotentes do ponto de vista histórico"* [5]. Assim, a característica fundamental da reforma seria erigir um Estado capaz de garantir **regras de relacionamento inovadoras** com o Mercado, das quais as **parcerias público-privadas** seriam um ponto-chave não só da criação de "sinergia" entre as diversas esferas da sociedade, mas também como **alternativa para a baixa capacidade de investimento** do poder público. "*Para que o setor privado possa vir a desempenhar um papel significativo com respeito aos objetivos de expansão e modernização da infra-estrutura e da produção de serviços urbanos e sociais, será necessário flexibilizar normas vigentes e estabelecer garantias de continuidade e estabilidade das regras que vierem a ser instituídas"* [6]. Para Pedro Malan, a desejada retomada do investimento, do crescimento e do desenvolvimento sustentados na América Latina, e em especial no Brasil,

dependeriam de um setor público modernizado, capaz de "*desempenhar um papel essencial, ainda que não intensivo, de coordenação na programação dos investimentos para o crescimento futuro"*, o que não significava a elaboração de "*antiquados planos detalhados, mas sim um padrão seguramente muito mais construtivo e ágil de interações entre os setores público e privado"* [7].

A principal função do Estado em uma "economia do conhecimento", derivada da chamada Terceira Revolução Industrial, seria o investimento na **inovação** e na **tecnologia**, em suma, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Assume-se que nesta nova etapa do capitalismo, a presença do Estado é novamente indispensável, não como empresário, mas como o pilar central da regulação e planejamento em direção à transição para uma economia pós-industrial. Apoiados no exemplo japonês, Jorge Niosi e Phillipe Faucher defenderam a **geração de vantagens comparativas** através do planejamento e do **subsídio ao desenvolvimento tecnológico**. "*As principais razões para o subsidiamento público maciço à pesquisa e desenvolvimento são contribuir para o surgimento de campeões nacionais e defender a competitividade internacional da sua produção nacional"* [8]. Em uma economia "conhecimento-intensiva", o Estado reformado deveria atuar em peso na qualificação da força de trabalho através da educação e treinamento, e a educação pública deveria ser parte integrante da política industrial, bem como realizar parcerias com as empresas e laboratórios privados com o fim de desenvolverem novos produtos e processos voltados para os esforços de inovação. "*Em verdade, o Estado* [deve custear] *a pesquisa e desenvolvimento diretamente (em laboratórios e empresas estatais, como no Canadá) ou por meio de subsídios a laboratórios privados, como nos Estados Unidos e no Japão"* [9] .

No Brasil, não teria sido possível articular Estado e setor produtivo de um modo adequado para o novo modelo de crescimento. Paulo Renato de Souza afirmava que, apesar de ter sido apontada uma política industrial e tecnológica pertinente nos anos 70, especialmente com o II PND, os cortes orçamentários acabaram por afetar a eficácia da ação do Estado e a efetiva realização de qualquer política industrial digna de nota. "*Ao contrário do passado, porém, a busca de articulação entre política industrial e política científica e tecnológica deve transformar-se na máxima prioridade nacional em termos de política econômica"* [10]. E parte da culpa devia-se à "burguesia brasileira", que "*ao contrário de outros países, não* [fora] *capaz de superar a cômoda posição de afiliada de um governo paternalista"* [11]. Alice Amsden afirmou neste mesmo sentido

que um dos fatores para o sucesso da industrialização tardia no leste asiático consistiria de uma arraigada disciplina por parte do capital às determinações do Estado no sentido de fazer valer as metas de inovação propostas. "*O crescimento se acelerou quando o Estado começou não apenas a subsidiar as empresas mas também a impor-lhes padrões de desempenho"* [12]. Sua visão a respeito do sucesso de uma estratégia de "convergência" – ou seja, de desenvolvimento acelerado por parte dos países de industrialização tardia – foi além daquela expressa pelos demais debatedores, na medida em que afirmou ser imprescindível a intervenção do governo no estabelecimento de "preços errados" nos setores de ponta – isto é, a oferta de subsídios e outras vantagens que viessem a compensar as deficiências de produtividade em atividades nascentes. "*(...) os governos da Coréia do Sul e de Taiwan tiveram que intervir para compensar a maior produtividade do Japão com uma série muito maior de subsídios que os concedidos para apoiar os inovadores da segunda revolução industrial"* [13]. Entretanto, de nada valeriam os subsídios sem uma estratégia clara de inovação de produtos e processos, sem as quais competir seria impossível em uma economia do conhecimento.

Assim, este novo Estado deveria ser "leve, forte e eficaz", segundo Resende. A idéia de Estado-mínimo, ou seja, de simples redução das funções e da estrutura do poder público não teria pertinência, visto que o necessário seria a redefinição dos papéis a serem representados pelo poder público. Com isso, para maior eficiência, o gasto público deve seria ser flexível, negociado e descentralizado, ainda que realizado sob coordenação do governo federal. "*Trata-se de substituir o rigor formal e a simetria cega por normas flexíveis e diferenciadas, segundo a natureza das instituições e a complexidade das tarefas que executam"* [14]. O processo de tomada de decisões, da mesma forma, deveria ser democratizado e pluralista, de modo a evitar as tendências tecnocráticas. "*A linguagem hermética utilizada pela tecnoburocracia na elaboração de planos de governo (...) é um dos principais entraves á democratização do processo decisório e ao estabelecimento de prioridades de intervenção consentâneas com as preferências da maioria"* [15].

Por fim, o processo de Reforma do Estado deveria encarnar as aspirações mais elementares de uma nova institucionalidade, ou seja, o caráter negociado e pactuado, congregando as forças políticas e a sociedade civil em diálogo democrático, afim de que todos os interesses e aspirações sejam contemplados. Este teria sido o principal erro cometido por Collor

de Mello e seus *policymakers* durante o processo de privatizações, no início dos anos 1990. Na medida em que "*Collor e sua equipe econômica demonstraram aversão tecnocrática ou neoliberal à política e à negociação"* [16], teriam comprometido um projeto que, pelas suas características intrínsecas, guardaria a maior importância em um novo momento da economia brasileira diante dos vindouros desafios do século XXI.

Considerações Finais

Os intelectuais reunidos em torno da Revista de Economia Política trouxeram à tona abordagens a respeito da Reforma do Estado que seriam adotadas programaticamente pela aliança PSDB-PFL nas eleições presidenciais de 1994. Em linhas gerais, buscaram responder a um duplo desafio, que consistia em, por um lado, deslegitimar os pressupostos tradicionais vinculados ao *welfare state* e ao Estado desenvolvimentista tal como defendidos no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980, e por outro, superar o pensamento ortodoxo neoliberal, de grande influência na orientação conferida às reformas econômicas por parte da administração Collor de Mello.

Assim, estes autores identificaram-se, em menor ou maior grau, com os pressupostos da Terceira Via européia e norte-americana, que para superar tanto o estatismo do Estado de bem-estar social quanto o liberalismo exacerbado, buscou compor com estas duas tendências, aceitando a sinergia entre um Estado "reformado" e a sociedade civil – e não a "intervenção" do Estado, vista como deletéria, excetuando talvez a posição de Alice Amsden – e ao mesmo tempo, concedendo importância a temas-chave do projeto neoliberal, tais como a desestatização e a "racionalização" do funcionalismo público. No contexto político brasileiro da primeira metade dos anos 90, marcado por sensível indefinição programática tanto à esquerda quanto à direita, após a derrocada do projeto de desenvolvimento empreendido pela elite militar e do fracasso da panacéia neoliberal de Collor de Mello, a intelectualidade reunida em torno da REP apresentou-se como portadora de um renovado discurso de modernidade, que deveria impulsionar o Brasil rumo ao "próximo século", marcado pelas novas tecnologias e novas relações sociais advindas de um mundo pós-industrial. O paradigma defendido pelos intelectuais da REP foi incorporado quase que em sua totalidade ao programa de governo de Fernando Henrique Cardoso, tanto na campanha de 1994 quanto na de 1998. Os resultados práticos da implementação destas idéias ficaram,

entretanto, muito aquém do esperado. As razões para a não-concretização de parte substancial do programa da Terceira Via, tais como inconsistências teóricas, inadequações ligadas ao contexto brasileiro e dificuldades políticas enfrentadas pelo bloco no poder, devem ser objeto de pesquisa empírica específica. No campo das idéias, entretanto, os intelectuais da REP, pelo seu peso intelectual e político, tiveram importante papel como formadores de opinião junto a um público especializado, contribuindo assim para a aceitação dos novos paradigmas por parte de setores influentes da sociedade.

---

[1] BATISTA Jr., Paulo Nogueira. "Déficit e Financiamento do Setor Público Brasileiro (1983-1988)". *REP*, *Vol. 10, nº. 4 (40)*, Out-Dez de 1990, p. 16.
[2] FIORI, José Luís. "Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal". *REP*, *Vol. 12, nº 1 (45)*, Jan-Mar de 1992, pp.85-86.
[3] REZENDE, Fernando. "Estado e desenvolvimento na década de 90: desafios da reforma institucional". REP*, Vol. 12, nº 4 (48)*, Out-Dez de 1992, p. 49.
[4] REZENDE, Id. Ibid., p. 40.
[5] FIORI, Op. Cit., p. 87.
[6] REZENDE, Op. Cit., p. 43.
[7] MALAN, Pedro. "Uma Crítica ao Consenso de Washington". *REP*, *Vol. 11, nº 3 (43)*, Jul-Set de 1991, p. 11.
[8] NIOSI, Jorge e FAUCHER, Phillippe. "Estado e o comércio internacional: tecnologia e competitividade". REP, *Vol. 10, nº 1 (37) ,* Jan-Mar de 1990, p. 102.
[9] NIOSI e FAUCHER, Id. Ibid., p. 105.
[10] SOUZA, Paulo Renato. "*Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro". REP, Vol. 10, nº 2 (38),* Abr-Jun de 1990, p. 30.
[11] SOUZA, Id. Ibid., p. 29.
[12] AMSDEN, Alice H. "A Difusão do Desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental". *REP, Vol. 12, nº. 1 (45),* Jan-Mar de 1992, p. 139.
[13] AMSDEN, Id. Ibid., p. 136.
[14] RESENDE, Op. Cit., p. 48.
[15] RESENDE, Id. Ibid., p. 39.
[16] SCHNEIDER, Ben Ross. "A Privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista?". *REP, Vol. 12, nº 1 (45),* Jan-Mar de 1992, p. 16

Cristianismo africano em Portugal: um visionário negro nas malhas do Santo Ofício

Daniela Buono Calainho – UERJ/FFP

A caminhada dos navios portugueses pela costa ocidental africana ao longo dos quatrocentos pôs o Velho Mundo em contato com variadas comunidades africanas, em meio ao vasto movimento de expansão marítima lusitana no alvorecer dos Tempos Modernos. Os ideais missionários caminharam lado a lado à construção do vasto Império colonial português, materializando-se na evangelização progressiva das populações de todas as suas colônias na África, na América e no Oriente.

O tráfico escravista levou a Portugal um contingente de cativos que atuaram na agricultura, mas sobretudo nas cidades. Infelizmente, o estágio atual das pesquisas sobre a cristianização dos negros em Portugal ainda é bastante incipiente. Os poucos trabalhos existentes restringem-se sobretudo aos séculos XV e XVI, atendo-se muito mais a dados estatísticos do que propriamente reflexões mais verticalizadas acerca dos significados do cristianismo vivenciado pela população negra em Portugal.

Foi na Bula *Romanus Pontifex*, de 1455, que encontramos uma das primeiras referências às tentativas de cristianização dos africanos no Reino. Este documento explicita que, em função do comércio negreiro já florescente na região, abririam-se as portas para que muitos deles fossem batizados e abraçassem a fé católica (1).

Mas o processo de conversão formal dos africanos foi bastante lento, apesar de todo o ideário evangelizador que norteou a expansão portuguesa. Em 1493, por exemplo, os africanos *Tanba* e *Tonba*, escravos de D. João II, ainda não eram batizados, já decorridas mais de três décadas da entrada dos primeiros negros em Portugal (2). Foi apenas na segunda década dos quinhentos que surgiram as primeiras referências legais sobre o batismo dos escravos. Em 1514, as Ordenações Manoelinas dispunham que todos

os senhores possuidores de “escravos da Guiné” os batizassem e aos seus descendentes, e os fizessem cristãos até seis meses a contar do dia da posse, caso contrário os perderiam. Dois anos depois, o batismo era ministrado ainda nas embarcações ou nos locais onde os negros eram recolhidos, evitando-se assim que eventualmente falecessem sem receber o sacramento (3). A urgência e a lucratividade do comércio negreiro impunham rapidez e eficiência no apresamento e distribuição dos cativos sendo os adultos rapidamente batizados quase sem doutrinação.

Essa frouxidão no cumprimento das normas prescritas pela Igreja evidenciou-se ainda no século XVII, quando se determinou, em 1618, que aqueles que tivessem sido batizados sem prévia doutrina fossem instruídos ao longo da viagem, mantendo sempre em cada navio um padre responsável pela catequese e que ministrasse os demais sacramentos quando estes se fizessem necessários, como a confissão, a extrema-unção e o próprio batismo (4).

O historiador inglês Saunders, em seu estudo sobre os escravos e libertos negros em Portugal nos séculos XV e XVI, pondera que a prática do batismo de crianças escravas ainda não era generalizada nos meados do XVI, apesar da legislação em vigor e da existência de registros paroquiais.

Acreditamos ser difícil perceber com precisão a postura dos senhores de um modo geral em relação à cristianização dos seus escravos, pois a documentação é dispersa e praticamente inexplorada para os séculos XVII e XVIII. As fontes inquisitoriais por vezes iluminam a questão, a exemplo da denúncia de João, um dos escravos de Gonçalo Martins de Carvalho, acusado de judaísmo em 1739. O confessor deste cativo, que escreveu a denúncia ao Santo Ofício, deixou clara a conduta daquele senhor: não deixava seus escravos irem à missa regularmente, castigava-os com freqüência, deixava-os com fome e considerava-os “cães sem alma, e que nenhum se salva, ainda que faça boas obras”. Cheio de feridas, João queria ser vendido a outro senhor, pedindo o clérigo

aos inquisidores que tirasse "dali o dito preto da casa deste homem com uma amigável paz para que não tenha o dito preto dissabores nem prejuízo de sua alma pois o considero muito bom preto e católico" (5). Esse caso permite-nos conjecturar que também no Reino os senhores por vezes dificultavam o acesso dos escravos aos sacramentos, queixa repetida fartamente, aliás, pelos jesuítas atuantes no Brasil dos séculos XVII e XVIII, a exemplo de Vieira, Benci, Antonil e outros (6).

A integração dos africanos ao cristianismo também se deu através de outros mecanismos, sobretudo pela participação em irmandades religiosas que funcionavam como sociedades de auxílios mútuos, garantindo uma série de interesses aos seus integrantes. Além de construírem laços de solidariedade coletiva, as irmandades de alguma maneira os integravam à sociedade portuguesa e facilitavam sua evangelização, sendo uma das poucas vias de agremiação facultadas aos negros por parte do Estado português (7).

As denúncias e os processos dos africanos e seus descendentes acusados de bruxaria pelo Santo Ofício, no entanto, ajudam um pouco na reflexão sobre a eficiência da cristianização e o grau de introspecção do catolicismo. Indícios de uma evangelização relativamente bem sucedida podem ser vistos a partir da utilização de elementos cristãos em suas práticas mágico-religiosas, expressas através, por exemplo, da confecção de amuletos protetores, de procedimentos curativos e de uma série de "feitiços" para atrair amantes, afastar inimigos, "acalmarem" senhores cruéis ou até vingarem-se deles. E para tudo isso, encontramos, em meios aos processos, a evocação a Deus, a Jesus Cristo, a Virgem Maria, a diversos santos e ao próprio Diabo, o uso de hóstias consagradas, terços, orações, água benta, etc, usados junto a búzios, azeite de dendê, aguardente, ervas variadas, sangue, galinhas pretas, bodes, unhas, ossos de defuntos, contas vindas da África, dentre outros. Assim, os símbolos sagrados do catolicismo eram utilizados também

como instrumentos de práticas nada ortodoxas, tidas como feitiçaria, e como tal condenadas e punidas pela Igreja.

A origem dessas manifestações advinha por vezes de momentos dramáticos da vida pessoal destes indivíduos: amores perdidos, mortes, maus tratos, doença, ódios, medos. Seu caráter íntimo e privado foi tornado público em função da sanha inquisitorial na perseguição e punição de seus hereges.

A escrava Natália, por exemplo, presa em 1771, foi denunciada por se considerar esposa de Cristo, que ordenou a descida dos céus de muitos santos e santas para dizerem a ela seus nomes, tanto na língua portuguesa, quanto "na língua da Costa da Mina". Punha galinhas e vinho para Santíssima Trindade, Nossa Senhora e demais santos, além de aguardente e fumo para que as almas de seus parentes e conhecidos viessem desfrutar de tais mimos.

Refletir sobre a religiosidade dos negros em Portugal é perceber um universo multifacetado, sujeito a influências cristãs, européias, muçulmanas, pagãs e de seus próprios cultos e ritos de origem. Religiosidade recriada fora da África, tais manifestações assumiram um perfil híbrido - seguindo a mesma perspectiva da análise de Carlo Ginzburg -, com a **fusão de crenças distintas**, originando uma "formação cultural de compromisso" (8), não "uma equivalência de termos ou justaposição mecânica de traços culturais oriundos de duas civilizações diferentes", como afirmou Roger Bastide ao analisar a religiosidade afro-brasileira em vários trabalhos (9).

O processo do negro livre Bento de Jesus é exemplo de como a evangelização por vezes atingiu graus de introspecção, embora tivesse levando este africano aos cárceres inquisitoriais e à fogueira em meados do século XVII. (10). Bento de Jesus, natural da ilha de São Tiago em Cabo Verde, era um forro de 63 anos, irmão da Ordem Terceira de São Francisco (11), e pregador do cristianismo na ilha, fundou um recolhimento, autorizado pelo bispo local. Em 1633, partiu para Lisboa, e lá começaram suas visões, até ser preso

em 1646, 13 anos depois. Já nos cárceres do Santo Ofício, narrou aos inquisidores que certa vez, acometido de forte febre, teve uma visão de um arco enorme, "de tal resplendor e formosura que excedia todas as mais perfeitas coisas que a natureza pode formar". Confessou que esta aparição era fruto de leituras, como as Crônicas de São Francisco, e das meditações que fazia com freqüência, pois já tinha visto num livro que Deus podia se anunciar neste estado.

No centro deste arco estava a Virgem de Nossa Senhora da Conceição, que lhe mostrou várias coisas, atendendo aos seus insistentes pedidos. Viu Cristo no calvário, cansado, sangrento, e depois ressuscitado. Viu as almas do Purgatório, todas "em grande agonia e martírio", sob forma de corpos humanos "pretos e feíssimos", com os joelhos junto ao rosto, pés e mãos apertados e abraçados por lingotes de fogo. Recebeu a revelação de que a devoção ao Santo Sudário e a persistência nas orações eram a forma pela qual estas almas poderiam livrar-se desse estado.

Pediu ainda para ver a situação "de seus irmãos terceiros", aparecendo vários deles cobertos por "grande esplendor e formosura", indício da glória, pobreza e bem aventurança em que viviam. Viu ainda a representação dos casados, viúvos e virgens nas figuras de três mulheres: a primeira muito feia, "negra de cor", a segunda nem tanto, e a terceira "formosa e resplandecente". A aparição dos sacerdotes virtuosos era de "grande majestade", envoltos em numa luminosidade incomum, mas a dos clérigos pecadores eram feias e disformes, sob a forma de horríveis demônios, destacando-se um diabo negro de onde saíam três correntes seguras por demônios menores.

Durante dez dias afirmou estar acompanhado de Nossa Senhora, vendo-a por vezes tão linda, com rosas na face, "que se persuadira de lhe ter arrancado a alma do corpo", e ao lado dela, estavam anjos muito altos, sob a forma humana. A imagem da Virgem só desaparecia quando eventualmente tomava atitudes como beber leite sem benzê-lo, ou segurar o rosário com a mão esquerda. Afirmou com ênfase aos inquisidores

que havia recebido a missão de pregar mundo a fora tudo o que lhe tinha sido revelado, dando conta do que vira por escrito ao bispo da ilha, que o denunciou ao Santo Ofício.

A partir daí começou a realizar supostos milagres. Disse ter curado um leproso endemoniado lendo salmos de seu livro de exorcismos e jogando-lhe água benta. Com seu manto da ordem terceira apagou um grande incêndio numa casa invocando a Virgem e a Jesus, e apelando a todos que dessem graças a Deus. Uma noite, rezando, pediu ao Cristo que se manifestasse, e o viu com muitas feridas, sangrando, dizendo-lhe que tinha chegado a um altíssimo grau de perfeição e contemplação, sendo esta a primeira das muitas vezes que Cristo lhe apareceu isoladamente.

As visões de Bento de Jesus inseriram-lhe num contexto de grande vivência mística em Portugal, que recebia as influências do clima devocional e místico da Espanha, onde surgiram não só visionárias, mas ainda toda uma literatura resgatando a vida espiritual de santos medievais e obras gerais dedicadas ao tema. Os ares do visionarismo oriundos da Espanha, na esteira da união entre estas duas coroas (1580/1640), foi campo propício ao aparecimento de várias mulheres visionárias em Portugal, de origem modesta e pertencentes a ordens terceiras, algumas das quais presas pela Inquisição entre os anos 1647 e 1664, estudadas por Laura de Mello e Souza (12).

As aparições de nosso personagem foram consideradas pelo inquisidores como inteiramente falsas, decorrentes de delírios e alucinações, caracterizadas por uma ausência total de humildade e excesso de soberba, alardeadas para muitos, surgindo de modo caótico e irregular, completamente alheias e distantes, portanto, do universo característico dos grandes santos, e muito mais próximas das influências diabólicas.

E assim, foi condenado em abril de 1647 a ser açoitado publicamente pelas ruas de Lisboa, seis anos de galés e exílio perpétuo da Ilha de São Tiago, porém sua insistência em afirmar que os religiosos da Ordem Terceira de São Francisco eram pecadores e

jamais iriam se salvar, atestada por várias argüições e pareceres dos qualificadores do Santo Ofício, custou-lhe a vida na fogueira inquisitorial.

Os detalhes da vida pregressa desse visionário africano de rara instrução religiosa, infelizmente nos é desconhecida. O processo não esclarece dados que poderiam ser reveladores, pois Bento de Jesus era um dos raríssimos negros letrados, tal qual o caso de Rosa Egipcíaca, a negra visionária estudada por Luiz Mott nas Minas Gerais do século XVIII. A cultura religiosa e teológica que esta "santa africana" no Brasil foi adquirindo ao longo do tempo e a sofisticação progressiva de seu imaginário místico - fazendo-a fundar um recolhimento no Rio de Janeiro e até deixar várias páginas manuscritas – foi alimentada por uma série de circunstâncias e fatores: o convívio de anos com sacerdotes, os inúmeros sermões ouvidos nas igrejas de Minas e Rio de Janeiro, as visões de pinturas nas igrejas, onde apareciam em profusão anjos, imagens da Santíssima Trindade, da Virgem, de santos e santas, apóstolos, etc. (13). A suposição de que Bento de Jesus tenha vivido situações semelhantes sugere outras possibilidades de cristianização dos africanos em Portugal, que ao extremo resultou em casos como este visionário.

Notas

[1]Charles Boxer, *O Império colonial português*, p.44.

[2] A.C. de C.M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982, p.68.

[3] *Ordenações Manuelinas*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984,

Tit.XCIX, p.300.

[4] Idem, p.173.

[5] *ANTT*, Inquisição de Lisboa: Cadernos do Promotor, livro 324.

[6] Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

[7] M. de C. Soares, Identidade étnica, religiosidade e escravidão: Os "pretos minas" no Rio de Janeiro (Século XVIII). 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 1997, p.145.

[8] C. Ginzburg, *História noturna. Decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.22

[9] R. Bastide, *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

[10] *ANTT*, Inquisição de Lisboa: Processo 4806.

[11]As ordens terceiras foram instituídas para dar conta dos muitos fiéis que desejavam ingressar na Ordem de São Francisco, mas que não podiam abraçar a vida religiosa num convento. Em Portugal, existem desde inícios do século XIV, sendo umas regulares e outras seculares. Ver Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Porto: Portucalense Editora, 1967, v. I, p.127.

[12]Laura de Mello e Souza, *Inferno atlântico. Demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII***.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.105.

[13]Luiz Mott, *Rosa Egipcíaca. Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993, p.345; 78.

RABECA: UM SOM DA FESTIVIDADE BENEDITINA[1]

Dário Benedito Rodrigues Nonato da Silva[2] - PPG-UFPA

No que se refere à presença dos elementos musicais na manifestação da Marujada de São Benedito de Bragança[3], neste artigo procuro demonstrar e dar a conhecer um desses significados tendo como cenário as influências dos brancos no contexto da Vila de Bragança, à luz de um escrito de José Veríssimo em *Estudos Amazônicos*[4].

Um olhar em Veríssimo em suas *Cartas*... e rápidas reflexões

Uma visão panorâmica da historiografia e da literatura da Amazônia brasileira[5] que militou entre o fim do século XIX e o começo do século XX destacaria, como referência obrigatória, um nome que representava cabalmente aquele momento de transição: José Veríssimo. Transição da subjetividade romântica para o despertar de um cientificismo que marcaria o período realista-naturalista no Brasil. Talvez não o mais criativo de todos, mas que produziu em seu tempo lúcidos ensaios, cartas, livros e deixou um legado de sua impressão e preocupação com o desenvolvimento mais tênue da Amazônia[6], em especial ao seu Estado de nascimento.

Além de ser "fruto da terra", Veríssimo se apresenta uma nova crítica e revelava um marcado caráter de cunho científico. Imbuído dos ideais que pugnavam pela objetividade no tratamento do fato literário e pela observação sistemática dos ambientes, adotando alguns procedimentos de empréstimo às Ciências Sociais, ampliou o campo de suas investigações, entendendo a literatura como uma manifestação que devia ser inserida num contexto mais amplo, que incluía as dimensões do cultural e do social.

A filosofia e a doutrina das luminares da Europa do século XIX tiveram ampla divulgação entre nós: o positivismo de Comte, o determinismo de Taine, o evolucionismo de Darwin, aliados a outros literários como Spencer[7]. Tanto que o espaço amazônico foi totalmente modificado à luz dos moldes da *art noveau* francesa[8] que, ao lado da vertente cientificista, propagou-se também como um sentimento nativista, não mais voltado para o

exótico indianista, como no romantismo, mas para uma saudável tentativa de descoberta das nossas diferenças culturais em relação à Europa.

José Veríssimo, sem desprezar esta abertura do enfoque literário em direção à postura crítica que ampliava a compreensão do fenômeno cultural, não descurou da valorização do elemento estético na descrição densa do que via e ouvia, sentia e julgava com teor literário, que construía uma consciência da Amazônia, como *Estudos Amazônicos*, que tem sido vítima da perpetuação de alguns rótulos contrários ao estilo da sua prosa e ao seu suposto desinteresse ou descabida crítica. Por esse motivo nada convencional, fiz uma alusão da maneira com que Veríssimo escreveu uma parte pequena do livro *As Cartas* com a pesquisa que engendro destinada à Dissertação de Mestrado, ressaltando a importância de um instrumento que a Marujada traz a lume, na elogiável execução de suas performances: a rabeca.

No livro estão reunidos os vários volumes de escritos publicados nos finais do século XIX e que, numa iniciativa da UFPA foram agrupados. A faceta universalista da obra do nosso crítico se encontra agora conservada num compêndio, quiçá, até por ele mesmo desejado. Esse ensaio, em particular, reflete uma tendência de interpretação dos mundos presentes em Veríssimo (o europeu e o amazônico), formulada por um intelectual brasileiro. O leque de temas abordados se configura amplo e revela uma preocupação com a compreensão do espaço, da circularidade cultural[9], longe de qualquer sentimento xenófobo.

Pode-se, quem sabe, até chamar de dialético este processo porque ele consiste num embate de experiência literária e espiritual, por meio da tensão entre o dado local e os moldes herdados da tradição européia. Em especial, na música, na superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes.

O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização se encontra, todavia ante particularidades de meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos

padrões europeus que a educação lhe propõe e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes. A referida dialética se nutre deste dilaceramento, que observamos em Veríssimo do final do século XIX em suas *Cartas.* Gênero artificial e pretensioso, criando um sentimento de condescendência em relação ao país, a pretexto de amor pela terra, ilustra bem esta posição que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas.

O Modernismo rompeu com este estado de coisas. Essas deficiências, supostas ou reais, foram reinterpretadas. Acentuou-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo era, naquele momento, fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem. Mário de Andrade, em *Macunaíma* (a obra central e mais característica do movimento), compendiou alegremente lendas de índios, ditados populares, obscenidades, estereótipos desenvolvidos na sátira popular, atitudes em face do europeu, mostrando como a cada valor aceito na tradição acadêmica e oficial correspondia, na tradição popular, um valor recalcado que precisava adquirir estado de literatura. Ao lado do problema de aceitação (poder-se-ia até dizer redenção) destas componentes recalcadas da nacionalidade, colocava-se de modo indissolúvel o problema da sua expressão.

Enfim, a rabeca como expressão musical beneditina

Dependente de várias leituras que não fiz, e sob o prejuízo de meses em que me proibiram a pesquisa, descobri um problema entre muitos no culto e devoção a São Benedito em Bragança: a utilização de um instrumento de influência européia, a rabeca.

O número de escravos para cá destinados era elevado e a sua posse garantida aos proprietários de terras e senhores de escravos no âmbito urbano. Não era tão tênue a diferença entre os aspectos rurais *versus* aspectos urbanos, já que a Vila de Bragança se desenvolvia do outro lado do rio Caeté, com pouca movimentação de pessoas, gêneros e

víveres para outras direções. É certo que a construção de uma pequena sede, por Álvaro de Souza, denominada Vila Souza do Caeté, já era um grande passo rumo a certa autonomia do lugar, embrenhado no meio do "mato bom, verdadeiro" (*caa + y + eté*, em tupi)[10]. Dedicada à proteção de Nossa Senhora do Rosário, a fundação da freguesia (termo que corresponde atualmente ao entendimento de paróquia ou uma tutela eclesiástica), o lugar já demonstrava vários cenários favoráveis à dominação em ambas questões, pelos fartos recursos humanos para o trabalho escravo: os índios, em várias comunidades distribuídos e pertencentes a padres, colonos e proprietários.

Só em 1754, com a elevação da freguesia à categoria de cidade, um incremento é garantido, com a vinda de vários casais de colonos açorianos, destinados às áreas de produção agrícola, incentivando a produção de bens para a subsistência e para o abastecimento do resto da capitania[11]. É evidente que no contexto do século XVIII essa investida era parte do projeto dominador da Amazônia. Em seguida, percebe-se uma certa organização estrutural que posso chamar hoje de urbanidade, seja na construção de casas na área onde hoje é o centro do município e do templo onde funcionou a Matriz de Nossa Senhora do Rosário (atualmente a Igreja de São Benedito)[12] seja na comercialização de vários gêneros agrícolas. Segundo os autos da devassa de 1764[13], mesmo com todas essas investidas políticas, não se satisfaziam as necessidades de crescimento demográfico e da organização administrativa de então. A introdução do trabalho escravo, para atender à lógica da economia da época, escravista, dependente e agro-pastoril, foi a saída para os colonos, que passam a apostar nesse recurso como a principal estratégia econômica e produtiva. O número crescente desses escravos negros evidenciou sua necessidade na mão-de-obra como base das relações de trabalho, a adequação ao sistema colonial à dinâmica interna de atendimento aos mercados consumidores do restante do país e à produção diversificada de alimentos e outros produtos. Vários estudiosos do assunto são unânimes em estimar mais de 53.072 negros adentrados no Grão-Pará, entre 1755 e 1820, tendo Belém como pólo re-distribuidor desse contingente de trabalhadores[14].

Provavelmente foi este o cenário em que aconteceu a fundação da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança[15]. Os mecanismos de dominação eram de tamanho poder que, de acordo com as pesquisas sobre escravidão urbana, o culto e devoção dos escravos negros serviam como estratégias de resistência do elemento cultural negro e de todo o seu imaginário social característico[16]. É importante salientar que não trabalho com o mito da "democracia racial" ou da "pureza racial" para que afirme que o ritual da Marujada é autóctone e originalmente bragantino.

Oriundas de uma tradição medieval, as irmandades e/ou confrarias tinham seu sentido principal o culto e a devoção coletiva a algum santo católico, organizando sempre em grupos de "irmãos"[17] celebrações e festas, além de serem responsáveis pela construção de vários templos religiosos ao santo dedicados, reunindo elementos étnicos, pobres caboclos das praias, campos e vilas, com caráter assistencialista, às vezes, sobrevivendo até a primeira metade do século XX, quando a Igreja Católica incentivou novas associações religiosas onde o seu controle era maior e mais evidenciado, na formação ideológica e no atendimento aos seus objetivos institucionais, fruto do processo de romanização[18] herdado do século XIX. Logicamente, a essência das manifestações de negros escravos mesmo com toda a sua inoperância estrutural e não no âmbito das relações com o sagrado, é de mescla dos elementos de várias origens: o negro escravo, por excelência, na musicalidade e na sensualidade do lundu, o caboclo amazônico, que se apegou a esse ritual, dando a sua feição e o elemento branco europeu, que influenciou (e até dominou) os significados dos rituais, quer com a introdução de danças e ritmos europeus (mazurca, valsa), quer com os instrumentos de sua cultura, num ritual simbólico[19].

As relações de trabalho e de sobrevivência na escravidão do Brasil Colônia e Império, não só na antiga vila de Bragança, foram marcadas por conflitos e espaços de negociação, resistência, fuga e mescla de costumes comuns, mas que também ganharam expressões próprias com os rituais religiosos, mesmo considerados coisificação e animalização. E esse quotidiano de dominação, esperança de liberdade e de manifestação

do culto a São Benedito cresceu, tomou corpo e atraiu outros sujeitos sociais, inclusive os brancos senhores e membros da elite bragantina.

Aqui é que possivelmente encontraremos a rabeca, espécie antiga de violino, de som fanhoso e rústico, incrementado à musicalidade da Marujada pelos brancos e por seu caráter controlador dentro da estrutura social da própria Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança. Hábitos e costumes culturais dos africanos são conservados, mas aprimorados com o som lânguido da rabeca, construída artesanalmente.

O termo rabeca se refere a um instrumento de cordas tocado com arco. Segundo Mário de Andrade, no *Dicionário Musical Brasileiro*,

> *"rabeca é como chamam ao violino (antigo) os homens do povo no Brasil. Nas classes cultas é voz que já não se escuta mais. Desde a vulgarização do instrumento, pela segunda metade do século XIX, o chamaram de rabeca entre nós".*

Entre as formas pelas quais passou a palavra em várias línguas encontram-se *rabé, rabel, rebel, rabil, raben, rabec, rebec, rabeca, rebeca, rebeb, rebeba, rubeba, rabebillo, rebequim, rabequim, rabecão,* etc. No século XIX e na configuração da música popular, a rabeca passou a ser empregada por artistas populares de rua e em grupos e bandas populares do Norte e Nordeste do Brasil. Em algumas regiões do interior, como na Amazônia, em Bragança, durante o mês de dezembro, a rabeca é um dos instrumentos de base nas comemorações da folia dos marujos e no acompanhamento de suas danças rituais da Marujada de São Benedito. No Nordeste, na folia de reis, onde grupos se apresentam acompanhando os festejos do Dia dos Santos Reis, em janeiro.

Este instrumento seguramente foi introduzido a partir do momento em que os brancos tentaram moldar ainda mais a religião e a cultura negra, impondo-se com novos ritmos aos folguedos e batuques. Já os negros foram induzidos a homenagear seus

senhores, assimilando em circularidade sua bagagem cultural, lítero-musical e religiosa. O que era apenas de cunho religioso, os escravos transformaram em religiosidade, lazer e resistência. A Igreja Católica, mesmo influente e dominadora, permitiu esse tipo de manifestação cultural porque, de uma forma ou de outra, ajudava a consolidar tradições religiosas em meio à cultura popular, numa afirmação cada vez maior da instituição e de seu espaço na hierarquia cultural da Colônia e do Império.

A Marujada, muitas vezes realizada no interior da Igreja foi vista como um folguedo agressivo e disforme, até ser proibida em meados da década de 1880, como decisão da Igreja Católica. No entanto, esses rituais acabaram por assimilar e incorporar elementos católicos, através das orações em latim arcaico, destinadas a conseguir graças do Santo Negro, rezas e petições, louvores e folias, também em honra a Virgem Maria (como o é ainda a padroeira de Bragança desde então, Nossa Senhora do Rosário).

A rabeca se adaptou muito bem a estas condições, ao permitir, e mesmo forçar, a proeminência da interpretação européia da musicalidade sensual do lundu, da intervenção subjetiva do músico, inclusive a ditar os ritmos da execução das danças da Marujada, da técnica de se tocar sobre a interpretação racional do momento sem o tradicional e rudimentar rufar dos “tambores negróides”[20].

A rabeca acompanhou até as “rezas” dos negros, também como símbolo religioso em todo o cerimonial[21], portador de uma aura que lhe assegura dimensão sagrada. Sua finalidade, a exemplo dos demais instrumentos (o reque, o tambor, o pandeiro, a onça), é compor o acompanhamento musical e rítmico da dança da Marujada de São Benedito. Em todos, encontramos latente o sentimento de que a expressão livre, principalmente na execução da música para a dança da Marujada, é a grande possibilidade que tem para manifestar-se num lugar de contrastes (laicismo e arregimentação católica, libertação nos costumes, formação da opinião política), onde tudo se mistura e que as outras manifestações musicais não correspondem à realidade desses músicos.

Tendo feito uma síntese da presença do instrumento nos anos em que me envolvo na temporalidade da pesquisa, faço consideração ao assunto na cultura bragantina e a sua posição atual. Desta feita, a obra de José Veríssimo foi escrita num tempo em que já estavam bastante modificadas as condições de formação do nosso pensamento, com indícios claros de uma tentativa de superação de valores locais e de uma tirania européia no que se refere aos padrões, hábitos e costumes[22].

Em vários artigos jornalísticos, depois dos anos 1980, ou pouco antes, noto a constituição de um período novo na vida do uso da rabeca entre nós. Nos dois decênios de 80 e 90, um admirável esforço de construir uma música válida[23], pela crescente integração de outros agentes sociais a este contexto, entre festivais estaduais e municipais, numa intransigente fidelidade ao local[24]. Hoje, vejo um anseio generalizador, procurando fazer da expressão musical um estandarte de inteligência formal e de pesquisa especializada[25].

É importante destacar atualmente a formação dos músicos bragantinos ainda desconhecidos do circuito musical regional, atraindo a atenção para que, como a Marujada de Bragança, conservando suas raízes e protegendo-as pela defesa cultural, seja garantida uma permanência importantes no contexto da festividade, como a própria história conta e da qual a rabeca é testemunha. Deste modo, os negros e os caboclos de Bragança fincaram sua identidade cultural, especialmente no âmbito da religiosidade[26], abraçando a musicalidade[27] da rabeca dos brancos, legando ao presente a Festividade do Glorioso São Benedito, para que as gerações futuras possam perpetuar o som dessa festa[28].

Notas

---

[1] Artigo apresentado ao XXIII Simpósio Nacional de História 2005.
[2] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, da UFPA, Belém.
[3] Auto dramatizado da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, fundada por escravos em 03.09.1798.
[4] Cf. VERÍSSIMO, José. "Nas Malocas". In: *Estudos Amazônicos.* Belém: EDUFPA, 1970. p. 116-123.
[5] Algumas das reflexões recentes da historiografia amazônica se encontram em PRIORE, Mary del & GOMES, Flávio. *Os Senhores dos Rios. Amazônia, margens e Histórias.* Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2003.
[6] Artigo de José Veríssimo sobre a educação na Amazônia, especialmente como instrumento de civilização pode ser encontrado em BEZERRA NETO, José Maia. "Os Males de Nossa Origem: O Passado Colonial Através de José Veríssimo". In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio de Alencar. (orgs.) *Terra Matura: Historiografia & História Social da Amazônia.* Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 39.

[7] Sainte-Beuve e Zola compuseram um imprescindível quadro de referências para quem desejasse entender a literatura como um sistema de trocas no mercado das novas idéias.

[8] Dois trabalhos esclarecem, em critérios metodológicos específicos da história social, essas mudanças urbanísticas no final do século XIX: SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-époque. 1870-1912.* 2ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2002 e SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente.* Belém: Paka-Tatu, 2004.

[9] Amplo aparato metodológico de história social se encontram em THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa.* (3 vols.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[10] Cf. descrição mais ampla em BORDALLO DA SILVA, Armando. *Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina*. Belém: Falângola Editora, 1981 e em CEZAR PEREIRA, Benedito. *Sinopse da História de Bragança.* Belém: Imprensa Oficial, 1963.

[11] Outras considerações podem ser obtidas em ROSÁRIO, Ubiratan. *Saga do Caeté: folclore, história, etnografia e jornalismo na cultura amazônica da Marujada, Zona Bragantina, Pará*. Belém: CEJUP, 2000.

[12] Antiga denominação da atual Igreja de São Benedito, objeto que foi da troca pelo templo beneditino numa área mais ampla da parte urbana central da Vila de Bragança à época, então em construção, com recursos arrecadados pela irmandade beneditina. Ver em GIAMBELLI, Dom Miguel Maria. *Bragança e seus Templos Católicos.* Diocese de Bragança. Inédito, 1993. mimeo.

[13] Autos de devassa de 1764 – Códice n.° 145 – Correspondência de Diversos com o Governo. Anais do Arquivo Público do Pará, v.3, t.1, 1997. pp.112-137.

[14] Cf. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará. Sob o Regime da Escravidão.* Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado de Cultura – SECULT; Fundação Cultural "Tancredo Neves", 1988 e BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX).* Belém: Paka-Tatu, 2001.

[15] Ver em NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. *A Essência Beneditina: Escravidão e Fé na Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, do século XVIII ao XIX.* Monografia de Conclusão do Curso de História. Bragança: UFPA, 2002.

[16] Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Inimigos de Classe e Irmãos de Fé: escravos e senhores nas irmandades religiosas na Amazônia do século XIX. Belém: UFPA, 2001.

[17] A religiosidade católica a partir do século XVIII caracterizava-se pela grande participação dos leigos, negros, livres ou libertos, que realizavam cerimônias religiosas em suas residências, nas capelas e igrejas por eles construídas. Ver SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor. Identidade Étnica, Escravidão e religiosidade no Rio de Janeiro, séc. XVIII.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

[18] Movimento de Reforma Católica no século XIX, que tinha como pressupostos básicos a adequação do catolicismo brasileiro ao Concílio Tridentino e às orientações de Roma.

[19] Cf. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

[20] Termo bastante conhecido elaborado pelo poeta bragantino Gerson Alves Guimarães.

[21] Amplo estudo antropológico de significados dos rituais que envolvem a Marujada de São Benedito pode serr encontrado em SILVA, Dedival Brandão da. *Os Tambores da Esperança. Um estudo sobre cultura, religião, simbolismo e ritual na Festa de São Benedito na cidade de Bragança.* Belém: Falangola Editora, 1997.

[22] Boa parte de conceitos utilizados se reportam à leitura de LEAL, Cláudio Murilo. "Literatura e Cultura de 1900 a 1945" In: *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária.* São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1965. pp. 109-138.

[23] A utilização da rabeca música está ainda nos dias atuais atrelada à única participação nos rituais da Marujada.

[24] Por iniciativa e financiamento de instituição bancária federal foram realizadas três edições de um evento intitulado Festival da Música de Bragança, com redefinição da música e das influências musicais locais.

[25] Em Bragança se iniciou ampla pesquisa pela rabeca, inclusive pela produção jornalística sobre o instrumento no quadro *"Feito aqui"*, do Programa "É do Pará", da TV Liberal.

[26] A experiência religiosa popular está aqui definida em conformidade com a análise de Martha Abreu para quem a religiosidade popular é definida nos seus mais variados usos conforme situações plurais em que estejam reunidos elementos de diferentes camadas sociais. Ver: ABREU, Martha. "Religiosidade Popular, Problemas e História". *História e Religião,* VIII Encontro Regional de História – Núcleo Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, MAUAD, 2002, pp. 29.

[27] Utilizo parte dos conceitos expostos em FONSECA, Eduardo. *Dicionário Antológico da Cultura Afro-brasileira.* São Paulo: Maltese, 1995.

[28] Reflexão acerca do assunto pode ser obtida em NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. *Pesquisador teme descaracterização da Marujada.* In: JORNAL O LIBERAL. Entrevista à repórter Esperança Bessa, da Editoria CARTAZ. Belém: 25.janeiro.2004.

SISTEMA AGRÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CRATO OITOCENTISTA

Darlan de Oliveira Reis Junior
Universidade Regional do Cariri

Tendo como ponto de partida a discussão teórica sobre a História Agrária e a História Regional aliada à pesquisa em fontes primárias, como inventários, testamentos, livros de registros de terras, entre outros, o presente trabalho busca analisar a relação entre o sistema agrário e as relações de trabalho no Crato durante o século XIX. Segundo a produção historiográfica, a cidade do Crato foi no século XIX, um núcleo importante da economia regional, com destaque para a produção canavieira com vistas à produção de rapadura. No período abordado, o setor rural desempenhava papel predominante na economia da cidade. A partir de nossa pesquisa, em andamento nos inventários *post-mortem*, constatamos a presença contínua da utilização do solo para a prática da pecuária e a utilização do trabalhador escravizado em diferentes tipos de propriedades, além do número considerável de escravos do gênero feminino e também de crianças na condição de cativas, além do que tradicionalmente se afirmou sobre a região do Cariri.

A necessidade de realizar uma análise feita a partir de uma realidade concreta é fundamental. Precisamos fazer um recorte espacial. Torna-se necessário fazer uma articulação entre o geral e o local. Apesar da existência de uma totalidade, é preciso entender a realidade social concreta, aferir a originalidade de uma região, contribuindo para uma melhor compreensão dessa mesma totalidade. Trabalhamos numa perspectiva regional. Tomando como referência a posição definida por Ciro Flamarion Cardoso, de que a única maneira de usar com proveito a noção de região, consiste em defini-la operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem ter a pretensão de que seja a única maneira correta de recortar o espaço e determinar blocos regionais.[1] O recorte espacial deve ser então definido a partir das prioridades de quem pesquisa, levando-se em conta, as divisões administrativas e políticas do período em estudo.[2]

Desde o primeiro momento, é importante lembrar que a simples utilização de uma fonte histórica no trabalho do historiador só tem sentido quando está vinculada às questões

que ele pretende estudar. O simples manusear das fontes, ou a catalogação das mesmas, pode até levar à formulação de algumas idéias, mas, na maior parte dos casos, o historiador quando parte para a pesquisa, já tem consigo vários questionamentos e perguntas. Não se nega a possibilidade de que, no contato com as fontes, surjam as idéias e novas questões. É inerente ao processo de produção do conhecimento científico, a vinculação entre a teoria e a prática.

No entanto, a elaboração e a construção da história enquanto ciência, só é possível quando embasada por uma teoria prévia. Sem essa condição, não há conhecimento científico histórico possível. Nos dias atuais, a discussão no campo historiográfico reflete o que acontece em todo o campo das ciências sociais, como afirmou Ciro Flamarion Cardoso: "As afirmações correntes hoje em dia, da impossibilidade de novas teorias globais e novas teorias holísticas do social, no que vem sendo chamado de *fim da história*".[3] Os ataques às teorias globais, o apreço pelo relativismo, pela dispersão, repercute na produção historiográfica, que muitas vezes cai no metodologismo, gerando um problema de desqualificação teórica, pois surgem pesquisas sofisticadas, mas com conceitos limitados tão somente a elas, provocando uma história localista, sem articulações com o geral, interessando muito mais ao historiador do que à sociedade.

É preciso uma estrutura analítica para a pesquisa histórica, baseada no elemento observável e objetivo dos assuntos humanos, independente de nosso juízo de valor. Eis, portanto, a necessidade de uma teoria abrangente, que permita uma análise da história coerente e articulada que acreditamos ser a concepção materialista da história. A problemática colocada pela concepção materialista da história, em nossa opinião é válida na atualidade. A busca da compreensão ao mesmo tempo, holística e dinâmica, a percepção da sociedade constituída por sistemas de relações entre os seres humanos, a elaboração de uma história analítica, estrutural, explicativa, eliminando o arraigamento estático da história, se não são contribuições originais do materialismo histórico, são pelo menos, elementos importantes que estruturam seu pensamento e dão uma unidade à teoria. Quanto às críticas de sua superação, devem ser travadas tanto no âmbito acadêmico, quando se tratar

de assuntos nessa área, assim como no âmbito político, se essa for a seara do combate. É inerente ao materialismo histórico a discussão em níveis políticos.[4]

Ao pesquisarmos o trabalho escravo e as relações sociais escravistas no Crato do século XIX, consideramos a idéia de totalidade do ideário marxista. Partindo dessa idéia de totalidade, percebemos a particularidade das condições de vida das pessoas que ali viveram, trabalharam e se relacionaram, em um dos períodos mais importantes da história brasileira, em que ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, vivenciada no século XIX. A participação da mão-de-obra escrava na região, as diversas formas de propriedade - tanto no campo como na cidade - o valor dos escravos e sua variação no decorrer do século, as demais relações sociais de produção, as atividades econômicas mais presentes naquela sociedade, são objetos de nossa pesquisa.

A utilização da mão-de-obra escrava foi condição indispensável na formação social brasileira. A escravidão se constituiu na relação social de produção predominante, a partir da colonização portuguesa no século XVI, chegando ao século XIX, quando o Brasil formalmente independente, adotava o regime monárquico. Tendo por fundamento o modo de produção escravista colonial, a escravidão não se manifestou apenas na base econômica, mas em todos os setores da sociedade brasileira.[5] Segundo Robert Conrad, dos 643 municípios brasileiros sobre os quais havia estatísticas, em todos era registrada a presença de escravos. No Brasil, a produção com base no trabalho escravo não foi simples alternativa, mas uma relação de produção que deu fundamento a todas as esferas da vida social e ter ou não, um escravo, posicionava o indivíduo na estrutura social.[6]

Emília Viotti da Costa afirmou que a “história do trabalho é, sobretudo, a história do escravo”.[7] A escravidão se manifestava não só na base econômica, mas, todos os padrões materiais e morais eram atingidos por ela. Ter ou não, um trabalhador reduzido à escravidão, posicionava o indivíduo na estrutura de classes. Os escravos e seu trabalho constituíam a trave mestra da estrutura, a engrenagem central do sistema. O resultado é o que no dizer de Emília Viotti da Costa, constitui na desmoralização do trabalho, visto como

aviltante; na organização da sociedade brasileira em termos de espoliação e não de cooperação; e na degradação total das relações entre os homens.[8]

Segundo os estudos feitos pelos historiadores em diferentes épocas, a província do Ceará ficou conhecida pelo pequeno número de escravos se comparada às demais províncias brasileiras. Enquanto Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro ou São Paulo foram grandes centros da escravidão, o Ceará teria se tornado um lugar em que o trabalho escravo não teve a mesma força. [9] A estimativa da população escrava na província cearense em 1864 era de 36 mil habitantes nessa condição. O censo de 1872 apresentava 31.975 escravos no Ceará, perfazendo 4,4% da população escravizada no Brasil, ao passo que a província do Rio de Janeiro detinha 39,7% dos escravos.[10] Tal questão levou os historiadores a se debruçarem sobre o assunto, não só na análise dos motivos que tornaram o Ceará uma província onde a escravidão teve menor presença numérica, mas também sobre as relações de trabalho que não eram escravistas e que existiram para atender à necessidade dos proprietários de terras cearenses.[11]

Nem mesmo a escravidão como tema, foi objeto de estudo na cidade do Crato. Talvez por influência do discurso de que a mesma não foi importante na região do Cariri. Ou porque outros temas muito importantes tiveram a atenção despertada para o estudo dos historiadores. Essa região é conhecida mais pelas suas manifestações culturais (em um sentido estrito) e religiosas e também pelos movimentos políticos, como o da Confederação do Equador. Sobre a escravidão que existiu ali, pouco se escreveu, assim como sobre as condições de vida dos escravos e as relações sociais que se estabeleceram naquela formação social. Nossa pesquisa busca a compreensão dessas questões. Daí a necessidade da abordagem empírica, documental, para que possamos entender, na sociedade cratense do século XIX, o que Stuart Schwartz, ao estudar a sociedade baiana açucareira, chamou de “segredos internos” (as relações sociais daquele sistema).

Outra questão que é o cerne de nossas preocupações é descobrir qual era a verdadeira participação da mão-de-obra escrava no conjunto da economia cratense em todo o século XIX, se houve mudanças e em caso afirmativo, quais as razões, em caso negativo,

o porquê das permanências. Além disso, buscaremos descobrir qual era o percentual de escravos envolvidos em atividades produtivas e não-produtivas e a importância desse tipo de trabalhador no universo das propriedades existentes.

Estamos levantando as fontes existentes que poderiam nos fornecer as condições para a pesquisa. As fontes que mais chamaram nossa atenção foram as cartoriais e as do poder judiciário.[12] Em primeiro lugar, além de investigar sobre a produção bibliográfica, buscamos verificar a existência da presença da mão-de-obra escrava na economia cratense. Os inventários se tornaram, então, fonte preciosa para a resolução da questão. Através da descrição e do levantamento dos bens de vários inventariados, recolhemos os dados pertinentes à questão colocada.

No caso que estamos discutindo, a primeira etapa foi identificar em que local estavam guardados os inventários. Na cidade do Crato, os inventários estão no fórum da cidade, Fórum Desembargador Hermes Parahyba.[13] O inventário mais antigo encontrado data de 1751.[14] Depois desse, o próximo inventário encontrado é de 1806 e aí temos uma disposição seriada dos inventários. Encontramos inventários dispostos em cerca de 24 caixas, entre o período referido e o início do século XX, além da possibilidade de encontrarmos outros, em diversas caixas que contém a etiqueta "difícil identificação", que contém misturados diferentes tipos de documentação. Das caixas que estão em um estado de conservação razoável, estamos fazendo a limpeza e a catalogação dos inventários.

Sobre a situação econômica dos inventariados, havia uma diversidade de situações. Pequenos agricultores de produtos de subsistência e criadores de gado, lavradores de cana-de-açúcar, donos de engenho de cana. Tomemos o exemplo de Bento Moreira da Silva[15], falecido em 1809, que tinha em seu inventário apenas dois escravos, *"(...) hum escravo de nação cabra de nome Feliz em idade de 60 anos pouco mais ou menos"*, avaliado em oitenta mil-réis, e *"(...) huma escrava mulata de nome Ignacy com idade de 48 anos",* avaliada em cem mil-réis. O senhor Bento Moreira tinha ainda um prato de estanho e doze cabeças de gado, entre vacas, novilhos e garrotes. Havia uma dívida a receber de sessenta mil-réis. Nada mais. Levando-se em consideração o dinheiro que havia a receber

proveniente de dívidas no total de seus bens, os seus dois escravos em idade avançada representavam 63,73% da riqueza desse pequeno criador. Dois escravos cuidando, de doze cabeças de gado.

No inventário de João Machado Jorge[16], feito no ano de 1814, encontramos ouro, prata, tachos de cobre, instrumentos de ferro, como enxadas e machados, móveis, roupas e até rapaduras. Quanto aos seus principais bens, como gado bovino, encontramos 36 cabeças (entre vacas, bois, novilhos etc). De gado eqüino, havia 19 cabeças. João Machado Jorge possuía dois sítios e mais algumas braças de terras, 01 engenho, casa de morar, casa de farinha, era credor de várias pessoas e devia a outras algum valor em dinheiro. No que se refere aos escravos, existiam 14, totalizando o valor de 1:370$000 (um conto e trezentos e setenta mil-réis) que correspondiam a 43,24%, considerando-se as dívidas que havia a receber (já descontadas as dívidas passivas). Esse senhor de 14 escravos criava gado e tinha um engenho de cana-de-açúcar. Provavelmente combinava a mão-de-obra escrava com trabalhadores livres.

A pesquisa empírica com base nos inventários tem nos mostrado até agora a ocorrência do trabalhador escravo em diferentes tipos de propriedade e diferentes classes sociais. Dos menores até os maiores proprietários na região, a utilização do escravo em suas propriedades no período a que se refere nosso levantamento de dados é razoável. Encontramos escravos numa variação etária e de gênero, num total de 294 pessoas na condição escrava. Tal número pode ser considerado pequeno no que diz respeito a outras regiões do país na mesma época. Mas para a cidade do Crato, na província do Ceará no século XIX, não se trata de um número insignificante. É preciso a continuidade da pesquisa, para percebermos como se dá a utilização da mão-de-obra nas diferentes propriedades durante o referido século.

Nossa pesquisa está em andamento, o que não permite conclusões finais, apenas observações e análises do momento, sem perder de vista as precauções metodológicas e de formulação de hipóteses a partir das fontes até agora consultadas. A partir da constatação da presença do trabalhador cativo nas atividades econômicas da cidade do

Crato no século XIX, poderemos proceder à análise de sua importância para aquela formação social. Ademais, procuraremos identificar as outras relações de trabalho existentes no período e os conflitos existentes numa sociedade periférica da formação social escravista brasileira. Colaborar para a compreensão da realidade do Cariri cearense no século XIX, a partir das relações de trabalho e classes sociais contribui para o entendimento da totalidade, isto é, de nossa formação social escravista.

---

[1] CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979, p.73.

[2] " (...) 1) no fundo, toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou de ação prática; 2) além disso, as relações entre o homem e o espaço, que em princípio servem de base à definição regional, não são imóveis, modificam-se no tempo conforme os graus variáveis de organização e exploração do meio ambiente pelo grupo humano, pior ou melhor armado de forças produtivas. Por esses motivos, seria absurdo querer recortar o espaço de uma vez por todas em regiões unívocas e estanques." idem, p. 73.

[3] CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: _____ & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) . *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 3.

[4] "A intenção original do materialismo histórico era oferecer fundamentação teórica para se interpretar o mundo a fim de mudá-lo. Isso não era apenas um *slogan*. Tinha um significado muito preciso. Queria dizer que o marxismo procurava um tipo especial de conhecimento, o único capaz de esclarecer os princípios do movimento histórico e, pelo menos implicitamente, os pontos nos quais a ação política poderia intervir com mais eficácia. O que não significa que o objetivo da teoria marxista fosse a descoberta de um programa "científico" ou de uma técnica de ação política. Ao contrário, o objetivo era oferecer um modo de análise especialmente preparado para se explorar o terreno em que ocorre a ação política". In: WOOD, Ellen Meiksins.*Democracia contra Capitalismo – a renovação do materialismo histórico.* São Paulo: Boitempo, 2003, p.27.

[5] Robert Conrad afirmou: "Quando o período colonial se aproximou do seu fim, a escravatura era a instituição mais característica da sociedade brasileira e à medida que a independência se aproximava, a emergência do cultivo do café ia fortalecendo o domínio da escravatura sobre a economia". In CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro:* Civilização Brasileira, 1975, p.5.

[6] Ibidem, p.6.

[7] COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia. São Paulo: Unesp, 1998, p.14*

[8] Ibidem, p.15-16.

[9] "Historicamente se sabe que o Ceará era uma das províncias que, em termos proporcionais, reunia o menor contingente escravo. Era responsável por essa situação a própria estrutura econômica, calcada na pecuária e em incipiente agricultura ou simples feudos domésticos em que o trabalho escravo fugia às características de lucratividade". In: ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará.* 2 ed. Ceará: Imprensa Oficial do Ceará, IOCE, 1985, p.223.

[10] CONRAD, op. cit., p. 345.

[11] "A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações importantes no âmbito da Província. Como o renascimento da cultura algodoeira e o aparecimento do açúcar e do café como produtos para a exportação. Além do mais, foi nesse período que teve o início o tráfico interprovincial. Entre 1850-1880 saíram oficialmente 16.480 escravos. Essas transformações colocaram na ordem do dia a necessidade de organizar as relações de trabalho na província tendo por base o homem livre/pobre nacional." PINHEIRO, Francisco José. O HOMEM LIVRE/POBRE E A ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CEARÁ (1850 – 1880). In: *Revista de Ciências Sociais,* Fortaleza: v.20/21 n° 1-2, p.199-230, 1989/1990, p. 202.

[12] As fontes em que trabalhamos são documentos judiciais como processos criminais, atas do tribunal do júri, livros de registros de sentenças, livros de termos de audiência, arrematações de escravos, ações de liberdade; documentos cartoriais como testamentos, inventários, e cartas de alforria registradas em cartório; documentos eclesiásticos: livros de batismos, livros de óbitos, livros de casamentos e correspondências eclesiásticas. Além disso, buscaremos os jornais da época.

[13] A falta de uma política de preservação do patrimônio histórico é uma característica marcante na região do Cariri. Apesar da iniciativa do poder judiciário em guardar os documentos antigos, não existem recursos nem condições físicas para a preservação dos mesmos. A própria Universidade Regional do Cariri, que tem 18 anos de existência e oferece o curso de História, não possuía um Centro de Documentação ou mesmo um simples arquivo. Nesse sentido encaminhamos, em conjunto com a Profª Sônia Maria de Meneses Silva , um projeto para a criação do Centro de Documentação e Pesquisas Históricas da Universidade Regional do Cariri – CDPH – URCA, que foi aprovado pelo colegiado do Departamento de História. Pretendemos coletar, preservar, restaurar e conservar os documentos e assim possibilitar a pesquisa aos interessados.

[14] Arquivo do Fórum Desembargador Hermes Parahyba, Cidade do Crato – Inventários, Caixa 01, Pasta 01. A partir daqui utilizaremos a sigla AFC (Arquivo do Fórum do Crato).

[15] AFC - Inventário de Bento Moreira da Silva, caixa 01- inventário, pasta 03, 1809.

[16] AFC - Inventário de João Machado Jorge, caixa 01 – inventário, pasta 05, 1814.

Valorização Patrimonial: as relações entre restauração, política e memória social, nas intervenções em monumentos históricos em Belém do Pará

Dayseane Ferraz da Costa – PPG-UFPA

Algumas Considerações Acerca da Valorização Patrimonial

Os bens patrimoniais têm sido alvo constante de práticas e políticas que buscam sua transformação, ou, como mais usualmente encontramos o termo, sua reabilitação se tornando por vezes objeto de "consumo e espetáculo". [1] Paralelo a todo este fenômeno referente ao patrimônio histórico emerge, como alvo do presente estudo, uma discussão pertinente a todo este cenário: Como se refletem no imaginário social e na memória coletiva da sociedade estas intervenções patrimoniais? Ainda que todo esse direcionamento para as questões patrimoniais seja uma constante, reutilizar um monumento ou fazer dele objeto de qualquer reconstrução, seja ela material ou social, abarca uma gama de opiniões e questionamentos que se configuram a partir do imaginário social em relação ao mesmo.

O Patrimônio arquitetônico é analisado aqui como um referencial de construção de identidade social, como elemento detentor de significação cultural ainda inexplorado neste afã do culto aos monumentos históricos. Procura-se mostrar com este estudo importância do patrimônio histórico - "bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" [2] - e sua representatividade no conjunto de fatores que constroem a identidade histórica de uma sociedade, considerando que, tanto o patrimônio histórico quanto a memória são elementos essenciais neste processo.

Associar os monumentos históricos a construção de uma volta ao passado é fenômeno recorrente às sociedades atuais, seriam os chamados "lugares da memória" na expressão de Pierre Nora. Assim, nunca tantos olhares se voltaram para museus e temas referentes à memória e patrimônio, tentando remediar talvez o rompimento com o passado que outrora existira. Paradoxalmente à era do descartável, das inovações tecnológicas e

das informações sempre novas, percebe-se esta volta aos monumentos antigos como uma construção social, efetivamente presente contemporaneamente. Diante desta apropriação e desta volta aos monumentos históricos, cada vez mais se observa que vários órgãos atuam, ou deveriam atuar, como mediadores, defensores e preservadores dos monumentos arquitetônicos.

A ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como dos Departamentos de Patrimônio Histórico, sejam eles estaduais ou municipais, se faz necessária. Tal ação deverá sempre impedir o uso indevido do patrimônio histórico, conciliar em que bases se dá a "revalorização" de um monumento, sempre observando a relação da sociedade com suas heranças históricas. No seio de todo este processo, a História é uma das principais ciências que respalda tais discussões, justificando apego, esquecimento ou supervalorização das heranças históricas. Enfim, procura-se compreender como se engendram as relações da sociedade na preservação de sua memória, na construção de sua história e seus elos com o passado.

Os Monumentos Históricos e a Preservação ou Construção da Memória Social

Para toda e qualquer sociedade a construção da identidade e preservação da memória é condição *sine qua non* para que ela exista enquanto tal, pois "A memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento de poder". [3] A memória, como instrumento de preservação de informação e de conhecimento, é um suporte para a rememoração das experiências, individuais e coletivas, de um grupo social. Este referencial de comunidade sobre histórias, fatos vividos e cultura compartilhada é o suporte que denominamos identidade. Tanto a identidade como a memória são os pilares de uma sociedade, são buscados no tempo e no espaço através de referenciais que caracterizem o seu valor. O referencial tratado neste trabalho é o patrimônio histórico como um elemento construtor de identidade social.

Vários prédios históricos atualmente, em várias partes do Brasil e do mundo, são transformados em espaços que preservam a memória. Entretanto, a memória está sempre

sujeita a reconstrução, sutil ou não, em espaços públicos, museus, memoriais. Assim, a própria sociedade é que deverá elencar como e que memória será preservada. O monumento, a despeito da resistência da pedra e do concreto, não traz por si só a materialidade á memória, é a interpretação dos indivíduos a seu respeito que lhe perpetua, ou não, como um elo de significação com um momento, fato ou processo social.

São complexas as relações acima descritas, pois a idéia de valorização pode vir associada a um interesse político, econômico ou a construção de um "lugar da memória", neste último caso há que pensar em que tipo de memória está sendo preservada, forjada ou construída. Para ilustrar toda esta discussão o exemplo explicitado aqui será o projeto "Feliz Lusitânia", implementado em Belém a partir de 1998 e que transformou parte do centro histórico da cidade em um complexo de museus. As questões levantadas durante a realização do projeto, as dificuldades tornaram-se um exemplo rico do que significa intervir em monumentos históricos, na memória social e no cotidiano de uma sociedade.

O centro histórico de Belém, sob o abrigo do Projeto Feliz Lusitânia, foi alvo de reordenação e reabilitação em algumas edificações monumentais. As mudanças implementadas causaram uma sensível manifestação da sociedade, haja vista que, os bens patrimoniais são objetos da memória e do cotidiano social. Em vista deste fato, o entendimento central deste estudo prima por traçar uma análise que desvele como se configuram, em Belém, as transformações na relação da sociedade com seu patrimônio histórico. Buscando elucidar os reflexos no discurso social e no cotidiano da sociedade local a partir destas intervenções, procura-se entender sob que condições estes monumentos deixam de ser alvo de esquecimento, da falta de uso e do desapego, para se tornarem foco da atenção desta sociedade.

A Restauração do Centro Histórico de Belém: O Projeto Feliz Lusitânia

Através da Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará, o projeto Feliz Lusitânia foi realizado em etapas diferenciadas que abarcaram reformas, adaptações, transformações espaciais e utilitárias dos prédios remanescentes dos séculos XVII e XVIII

em Belém. Tal projeto foi audacioso, haja vista, a grandiosidade do mesmo e o número de críticas, positivas ou não, que recebeu pelas implementações feitas no nos antigos Palácio Lauro Sodré, atual Museu do Estado do Pará (MEP); Palácio Episcopal, hoje Museu de Arte Sacra (MAS); Forte do Castelo, agora Forte do Presépio; e em todo complexo Feliz Lusitânia. Como resultado, tais modificações foram consideradas como referência em restauração patrimonial pela UNESCO. Cabe, entretanto, mostrar as questões políticas, o senso comum, as questões patrimoniais, e "brigas" judiciais que fizeram de Belém uma das cidades que mais discutiu o patrimônio no Brasil nos últimos anos. Várias reportagens e artigos fizeram referência a este fato:

Cidade vive um momento de revitalização do patrimônio - A partir de meados da década de 1990, cientes do valor do patrimônio arquitetônico de Belém, os governos estadual e municipal deram início a uma série de ações que visaram preservar, recuperar, restaurar, revitalizar e reordenar edifícios e sítios urbanos de significativa importância para a memória da população, muitos deles já em ruínas. Foram escolhidas obras referenciais da arquitetura luso-brasileira, marcos indiscutíveis do processo de formação e desenvolvimento das cidades. [4]

A reportagem acima, publicada em revista de circulação nacional, exemplifica este recorrente processo de revitalização do patrimônio. A retomada não se faz apenas no que tange a arquitetura, mas também nos discursos sociais sobre patrimônios que passam por uma revitalização. De todas as edificações e monumentos evolvidos no projeto Feliz Lusitânia, que são objetos deste estudo, vale ressaltar que nenhum despertou a argüição tão ferrenha da sociedade, quanto o Forte do Presépio, quando de sua revitalização.

Todos os prédios que foram envolvidos na implementação do projeto Feliz Lusitânia eram utilizados de forma diferenciada. O MEP foi sede do Governo do Estado[5]; o MAS funcionou como Palácio Episcopal; alguns casarios que eram utilizados para comércio foram também transformados em espaços museológicos; o Forte do Presépio e O Espaço Cultural "Casa das Onze Janelas, que estavam sob a administração do Exército Brasileiro,

funcionavam como sede do Círculo Militar e prédio de subsistência do Exército respectivamente.

A cidade de Belém e a restauração do Forte do Presépio

O Forte do Presépio, em Belém do Pará, até o ano de 2000, cristalizara-se na memória das pessoas como o "Forte do Castelo", denominação comum ao imaginário social até final do século XX. Desde a década de 60, funcionou como espaço do Círculo Militar. A memória recente da sociedade local estava relacionada com esta construção social. O monumento era, então, espaço de diversão e lazer como clube social. Mesmo sendo o marco zero da cidade, o Forte tinha uma significação mais atrelada ao exército e ao uso que lhe era dado por este.

Este imaginário social, sobre o Forte, foi tocado quando, ao abrigo do Projeto Feliz Lusitânia, foi implementada a mudança utilitária e arquitetônica do espaço. Daí emergiram questões políticas, debates e questões judiciais principalmente no ponto nevrálgico que foi a retirada do paredão frontal, o chamado: "Muro da Discórdia".[6] O paredão construído na segunda metade do século XIX foi derrubado por estabelecer "um conflito profundo com as linhas arquitetônicas dominantes no entorno do Forte do Castelo, onde predominavam -e predominam- as linhas da arquitetura setecentista". [7] Ainda com a justificativa plausível, a retirada do muro e a "briga" entre IPHAN, Governo do Estado e Prefeitura de Belém por este fato, mostraram como as questões patrimoniais e a relação da sociedade com sua herança patrimonial são complexas.

Em suma, todas as questões acima descritas carecem de um estudo historiográfico, que envolva conceitos de cultura, memória e identidade social. Esta análise é de fundamental importância, haja vista que, como já foi citado, a memória coletiva é um instrumento de poder. Objetivo assim perceber se "ao se forjar uma memória coletiva não se estaria condenando a memória de indivíduos a uma vida subterrânea" [8] diante do

posicionamento contrário, de boa parte da sociedade, às mudanças ocorrentes aos monumentos históricos em Belém, através do Projeto Feliz Lusitânia.

Trabalhar com o passado e o presente simultaneamente nos permite uma valorização do processo social, adquirimos assim a exata importância de cada fase, mudanças, enfim, do devir histórico. Ver nas heranças históricas uma representação de longa duração é ter um referencial de identidade. No processo aqui analisado seria impossível que não houvessem existido manifestações acerca dos projetos de restauração.

Mudar, reutilizar ou simplesmente reformar um monumento deve suscitar debates, como aconteceu em Belém, pois a própria sociedade é quem deverá referendar o que será preservado. Nisto consiste a construção de uma memória coletiva, sendo definida aqui como "o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado". [9] A memória é um elemento essencial para a construção da identidade, individual ou coletiva, não sendo mais ou menos importante do que a política ou a histórica.

---

[1] Françoise Choay. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação da Liberdade. UNESP, 2001.
[2] SECULT/DPHAC. Série Informar para Preservar. Vol. I e II, Belém, 2002.
[3] Jacques Le Goff. História e Memória, 4 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996, p. 476.
[4] Revista AU. Nº 121. Abril/2004. A revista, de circulação nacional, destaca com grande reportagem, o trabalho de restauração de patrimônio em Belém
[5] O Museu do Estado do Pará funciona desde 1994, na antiga sede do Governo do Estado, chamado neste período de Palácio Lauro Sodré, sendo incorporado ao Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, a partir da inauguração deste em 1998.
[6] O termo "Muro da discórdia" foi vinculado ao debate sobre retirar ou não o paredão frontal. Esta questão foi levada à Justiça pelas esferas municipal e estadual.
[7] SECULT/Pa. Documento: Memória para Intervenção na Bateria do Castelo.
[8] Marina Maluf. *Ruídos da Memória*. Siciliano, 1995.
[9] Le Goff, Op. Cit. p. 472.

A CULTURA E AS LETRAS E A CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA SENHORIAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Débora El-Jaick Andrade

O processo de independência das nações da América Latina, que se desenrolou entre 1810 e 1830, foi seguido da constituição de Estados autônomos, dirigidos não mais por representantes das classes dominantes européias, espanhóis e portugueses, mas por membros da aristocracia agrária *criolla.* Com exceção do Brasil, país de colonização portuguesa, os povos do vasto território americano possuíam traços sócio-culturais comuns, formados no período da colonização ibérica e passaram por experiências de libertação mais ou menos simultâneas mas acabaram por constituir repúblicas independentes.

O caso brasileiro fôra excepcional. Ocorrera a formação de uma monarquia que, como afirma Emília Viotti da Costa, tinha laços de continuidade com relação à herança e administração portuguesa[1], mantendo unido sob a forma de império um vasto território. A independência, na realidade, constituiu-se para as classes proprietárias em uma alternativa à Revolução, enquanto foi apropriada pelas classes subalternas como promessa de igualdade econômica e fim da escravidão. Esta continuidade, que significava a garantia da ordem, não foi consensual, haja visto o forte sentimento antilusitano, que gerou dissidências nas províncias do Nordeste e revoltas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, culminando com a abdicação de Pedro I em 1831.

A penetração da nobreza e de políticos portugueses no Estado brasileiro em constituição e a proteção que era destinada aos interesses de comerciantes e traficantes de origem lusa, tornavam ainda a questão da independência um desafio e uma tarefa a ser efetivada na realidade política e econômica concreta, tanto quanto no nível das representações e das idéias na sociedade brasileira.

O momento que segue à independência latino-americana é de construção dos aparelhos dos Estados e de sua burocracia, suas leis, seus aparelhos ideológicos e instituições culturais, aproveitando quando possível, as antigas instituições do período colonial. Mas paralelamente à organização e à ascensão à direção das classes proprietárias, um importante dilema se colocava diante destas como produto da revolução : o que fazer com os indígenas,

com os trabalhadores pobres, escravos (em algumas regiões da América Latina) e mulatos livres que lutaram nos processos de independência? Como buscar a adesão e ao mesmo tempo manter o controle social, inculcar uma disciplina cívica, obediência às novas leis, diante de grupos sociais em ebulição que começavam a sentir concretamente as contradições da nova sociedade pós-independência e percebê-la igualmente excludente?

A questão também se apresentava para os intelectuais latino americanos que apoiaram os processos de independência. Participantes por origem de classe ou por identificação com as classes proprietárias ocupantes da função de direção do Estado, detentores de um saber erudito e letrado, que como mostra Angel Rama legitimava o poder na sociedade colonial[2], os escritores, artistas e bacharéis também se encontravam apartados da função de direção.

O fracasso dos experimentos liberais entre 1810 e 1830 que conduziram os Estados a regimes autoritários forçou a geração de 1830 a repensar o problema da adequação entre o projeto político e o projeto cultural para as recentes Nações. Esta adequação caberia à facção letrada da classe dominante. Seguindo a interpretação baseada na leitura dos textos de Antonio Gramsci, tratava-se de produzir uma alternativa ideológica consistente para a construção do consenso que substituísse de um lado o emprego da coerção, de outro, um discurso legitimador típico da sociedade do período colonial[3].

Precisamos assim avaliar o intelectual que assume esta função social e que desponta no século XIX tanto na Europa quanto na América. Pierre Bourdieu considera que os intelectuais constituem um grupo particular na sociedade, pois têm uma consciência e um papel ambíguo, produto da subordinação estrutural a qual estão sujeitos. Conforme Bourdieu a subordinação estrutural ao mercado editorial dá origem a uma "ambigüidade estrutural" que caracteriza a posição dos "dominantes-Dominados" na estrutura da classe dominante. Cada agente deste campo compõe uma imagem ambígua de sua posição na sociedade e de sua função social, pois de fato ele é a fração dominada da classe dominante, mas pode tender a se solidarizar com a classe dominada quando marginalizado dentro de seu campo, ou ainda, identificar-se com sua classe de origem.

Paralelamente às contradições inerentes a função de intelectual, os representantes deste grupo se munem de teorias que legitimam sua condição. Marilyn Butler explica este caráter do novo intelectual que se forja no século XIX: "O homem de letras tornou seu objetivo carregar um fardo, armando-se de uma espécie de autoridade moral que não tem nada a ver com o poder político efetivo e que alcançava talvez muito além do poder dos indivíduos no Estado moderno".[4]

Os intelectuais latino-americanos influenciados pelas idéias românticas, tais como os europeus, não se furtavam ao engajamento político, seja porque continuavam a acreditar possuir uma função de intermediação através do manejo da palavra escrita entre poder e a sociedade que lhes conferia supremacia total em países de maioria analfabeta, seja porque os elementos novos da ideologia romântica conferiam aos intelectuais uma responsabilidade e uma missão iluminada de interpretar a realidade e de transformá-la. O intelectual passa a ser considerado o portador de uma genialidade criativa, um mediador entre a cultura popular e a erudita[5]. Jorge Myers explica esta "missão" inerente à função do intelectual, especialmente dos intelectuais românticos, enquanto possuidores de uma consciência política fundamental:

"Seu projeto cultural apontaria para uma legitimação do grupo letrado como interlocutor privilegiado frente ao novo poder político, quando detentor direto daquele poder. Os românticos, ao proclamar-se os intérpretes da verdadeira essência da sociedade justificam tacitamente seu direito de participar no desenho das políticas destinadas a reagir e a modificar essa mesma sociedade"[6]

Mas apesar de sua pouca clareza e percepção quanto à sua vinculação de classe, atuaram de modo geral no sentido que construir a hegemonia para estas classes detentoras do poder econômico (e doravante político), legitimando os Estados-Nação do século XIX. Estes Estados, constituídos em meio à gradual generalização das relações capitalistas e a dominação das classes proprietárias, requeriam a adesão dos setores dominados e explorados da população ao programa e à idéia de Nação e de nacionalidade. Referindo-se à legitimação dos Estados nacionais através da temática histórica, J. Myers afirma:

"Todavia, a ubiqüidade desta persuasão historicista nos escritos dos românticos latino americanos não só respondia ao exemplo dos europeus que lhes serviam de modelo, somente que se dirigia a problemática essencialmente locais: sobretudo a urgente necessidade de encontrar alguma solução para o problema da legitimidade dos novos Estados surgidos do

movimento pela independência e dos grupos dirigentes associados a eles. Efetivamente, os escritores da geração romântica foram os primeiros a estabelecer este problema como tal"[7]

Os escritores românticos mantiveram assim uma relação com o poder e com as classes dirigentes. Grande parte deles ascendeu na carreira estatal e teve posição privilegiada no campo político em diversos momentos de suas vidas[8].

Esta inserção demonstra a articulação estabelecida entre classe letrada e poder político, e sobretudo a tentativa de buscar legitimação do seu discurso com o propósito de garantir a plena aceitação do romantismo e de seu projeto social, especialmente em um ambiente ainda pouco receptivo a estas idéias, em vista a pequena extensão do público leitor, do lento desenvolvimento da crítica e da opinião pública, e dos frágeis cânones literários.

Para tal seria importante não apenas ocupar espaços institucionais e oficiais de enunciação do discurso romântico, mas criar uma rede de instituições culturais, que variou conforme o país da América Latina e que no Brasil, foi em certo grau assimilado pelo Estado, assim que começavam a se constituir na sociedade civil.

Este era o grande desafio dos românticos : para que seu discurso fosse legítimo era preciso inventar um público leitor, e a saída foi a formação de uma sociabilidade literária que resolvesse o problema do isolamento característico do ideário do intelectual romântico. As Universidades poderiam ter ocupado este papel por causa das ideologias que circulavam hegemônicas em seu interior. Entretanto na maior parte das Universidades, com exceção da Universidade do Chile e da Faculdade de São Paulo, continuava proliferando a herança colonial, como no México, no Peru, em Córdoba (na Argentina), assim como no Brasil, onde nas parcas faculdades prevalecia a tradição pombalina e coimbrã.

No Brasil impressiona como a introdução do romantismo impulsionou toda uma mudança não apenas das idéias em voga, discutida em meios cultos, mas toda a mentalidade da época, a vida literária, o papel social das letras e do homem de letras, a relação entre os sexos, os locais de sociabilidade literária. O Rio de Janeiro afirmava-se como o grande centro de irradiação cultural e de difusão das idéias românticas, seguido por Recife, São Luís e Salvador. Disseminaram –se locais de sociabilidade: saraus, salões, teatros, repúblicas

estudantis, confeitarias e cafés, jornais, livrarias, sociedades literárias etc. A literatura ganhava um novo status, enquanto a poesia era uma mania.

Os escritores e poetas eram passíveis de uma representação ambígua : ao mesmo tempo em que ganhavam prestígio e eram figuras obrigatórias nos salões, eram tratados com menosprezo por comerciantes, pela "classe média" incipiente e pelos políticos. Mulheres e estudantes passaram a constituir um público para a literatura e os jovens aproveitavam a etapa estudantil para desenvolver seus talentos poéticos, literários, jornalísticos e participar da boemia. As academias de direito de São Paulo e do Recife eram centros de disseminação dos ideais românticos, pelo cultivo dos versos, pela vida intensa nas repúblicas, circulação de livros e de sociedades literárias que eram espaços de sociabilidade, de desenvolvimento e circulação de idéias para entender a realidade nacional. Como afirma MACHADO:

> "...individualistas e rebeldes em literatura, os românticos demonstraram forte espírito associativo na vida literária. Adoravam reunir-se em grêmios, sociedades artísticas e secretas, associações lítero-sociais, onde pudessem conviver com seus pares e admiradores, discursar, recitar poemas, debater teses, muitas vezes mirabolantes, fofocar, conspirar contra as instituições"[9].

As sociedades literárias foram a principal alternativa ao espaço universitário, pouco acolhedor às novas idéias do romantismo. Originárias do movimento intelectual das Luzes, as sociedades literárias se multiplicaram ainda com forte influência neoclássica na época do romantismo. Eram locais de sociabilidade em que se articularia uma linguagem artística comum, que produziriam periódicos em torno dos quais se consolidaria o projeto social dos românticos.

Houve importantes associações literárias na Argentina e no Chile nas décadas de 1830 e 1840. No Brasil a febre de associações literárias começou em meados dos anos 1840 e se intensificou nos anos 1850 e 1860, quando as associações se multiplicaram no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e no Rio Grande do Sul, tanto as organizadas no âmbito estudantil, mais voltadas para a ação política, quanto as mais convencionais, voltadas para os debates literários e para os saraus. Nestas sociedades os estudantes acreditavam que a literatura seria o principal veículo de transformação social. Havia a Sociedade Literária no Rio de Janeiro (1833-44) que cultuou a princípio a tradição clássica e aderiu posteriormente ao romantismo, e a

Sociedade Filomática em São Paulo (1832-34) organizada por um grupo de estudantes da Academia de Direito que também era romântica. Na década de 1850 as sociedades literárias de São Paulo tiveram um grande impulso e traziam prestígio ao ambiente estudantil. Era uma espécie de iniciação dos estudantes para a vida intelectual, que já participavam das cerimônias, colaboravam com as revistas, debatiam teses. E era a oportunidade dos estudantes exibirem seus conhecimentos e sua dialética.[10] Na Corte as associações não tinham o perfil estudantil[11].

Quase todas as associações lançavam suas próprias revistas, que eram tão efêmeras quanto as sociedades literárias. Entretanto isto demonstra que a imprensa passou a ser uma das mais significantes formas de ativismo no século XIX. Assim, além de escritor profissional, o homem de letras era compelido ao jornalismo. No Brasil assim como na Europa, muitos escritores célebres tornaram-se polemistas, colunistas e donos de jornais, editoras ou livrarias. Não era raro os homens de letras terem possuído vários periódicos ao longo da vida, porque dependiam da assiduidade do público leitor, muitas vezes interessado nos romances açucarados publicados semanal ou mensalmente.

O periódico ou o jornal tornou-se um veículo de expressão e de ligação do homem de letras com o mundo, o que desbanca a idéia comumente aceita do escritor romântico isolado do mundo e preso a suas próprias emoções e desejos. No Brasil, a partir sobretudo de 1840, os jornais e revistas estavam cada vez mais presentes e tornaram–se indispensáveis na vida cotidiana das pessoas alfabetizadas. O jornal era considerado um veículo democrático e popular, segundo Machado de Assis.

A imprensa aumentava o espaço reservado à literatura. Os folhetins, publicados semanalmente nos jornais, eram aliás responsáveis por um aumento considerável nas tiragens de 5 mil em 1840 para 30 mil em 1870.[12] O romance tornou-se o veículo mais popular para a literatura e por isto mesmo seu conteúdo se vulgarizou para atender a um público menos exigente. Ao mesmo tempo o folhetim era uma forma de baratear o acesso aos romances de autores conhecidos, que muitas vezes chegavam a ser colecionados e encadernados, e figuravam em importantes bibliotecas[13].

No Brasil, pela falta de produção nacional os folhetins eram traduzidos do estrangeiro, sobretudo do francês. O folhetim começou a ser um veículo de expressão dos gostos, valores e do imaginário nacionais. Também significou uma mudança de hábito para o autor, que precisava "ajustar-se a um novo rítmo de composição da obra literária. Com responsabilidade de publicar um capítulo por dia, pressionado pelo tempo, o escritor teve de se impor uma dura disciplina de trabalho, desconhecida até então pelo ficcionista romântico, acionado sobretudo pela inspiração"[14] .

O jornal e o folhetim faziam sucesso em uma sociedade em que os livros ainda eram caros e onde havia poucas boas bibliotecas[15]. Até 1850 as livrarias também não eram especializadas e vendiam livros entre outras coisas[16]. Após 1850 já existiam quinze livrarias na capital do império, e novas estratégias para impulsionar as vendas foram adotadas, como anúncios nos jornais, ofertas, exposição nas vitrines. Alguns livreiros, como Evaristo da Veiga (*Aurora Fluminense*) e Paulo Brito (*Marmota Fluminense*) adquiriam prestígio junto aos freqüentadores, reunindo escritores, jornalistas, poetas - desde debutantes, quanto nomes já consagrados da arte literária- assim como políticos do império, sendo palco de debates e reuniões literárias, como a Livraria Mongie (1832-1853), a Livraria de Paula Brito (1849-1861) e a Garnier nos anos de 1860.

Além das livrarias, as próprias redações de jornais e revistas, as confeitarias e cafés eram locais de sociabilidade dos escritores, em que se poderia conhecer personagens célebres da literatura. Os salões e saraus também cumpriam esta função, eram locais onde ascendiam novos talentos através da rede de conhecimentos que se estabelecia. Conforme nos informa Pierre Bourdieu, os salões são locais em que "as sujeições inerentes a vinculação com o campo de poder exercem-se também sobre o campo literário graças às trocas que se estabelecem entre os poderosos, na maior parte novos-ricos em busca de legitimidade, e os mais conformistas ou os mais consagrados dos escritores, em especial através do universo sutilmente hierarquizado dos salões".[17]

No Brasil disseminou-se a moda dos saraus e a arte de receber praticada pelos aristocratas vinha da Europa, principalmente de Paris. Nestas ocasiões a dança, a fofoca, os

recitais de poesia, a encenação de teatros eram as atividades preferidas e contavam com a presença obrigatória de celebridades literárias. Toda esta dinâmica vida social, de convívio entre os escritores, políticos, jornalista, poetas, livreiros, permite-nos imaginar como as idéias circulariam nestes espaços, institucionais ou não. Muitos homens de letras de meados do século XIX, atuantes na imprensa literária, freqüentadores dos grandes salões literários e participantes da vida política e cultural, passaram a se denominar "românticos" fazendo referência a uma verdadeira "comunidade de letrados" que, mais importante de tudo, se identificavam por uma atitude passadista e um projeto de resgate de um ideal de transformação da realidade brasileira.

---

[1] COSTA, Emília Viotti. "As várias faces da Revolução"In: *Brasil em Perspectiva*, SP,Bertrand do Brasil, 1987.
[2] RAMA, Angel. *A cidade das letras*. RJ, Brasiliense, 1985.
[3] Este discurso era produzido especialmente pelos padres da Igreja Católica e pelos filósofos e funcionários de Estado do período Absolutista.
[4]BUTLER, Marilyn, *Romantics, Rebels and Reactionaries*. New York, Oxford University Press, 1982.p71.
[5] ROCHA, João Cézar de Castro. *Literatura e Cordialidade, O público e o privado na cultura brasileira*.RJ, UERJ, 1998. Capítulo 2.
[6] MYERS, Jorge. "Literatura romântica e projeto social" In: *América Latina, Palavra, literatura, cultura*.Vol 2. Emancipação do Discurso.Editora da Unicamp, Campinas, 1994.p.227.
[7] MYERS, Jorge. *Idem*. p.225.
[8] Esta necessidade de se engajar na política, assim como a vocação para integrar cargos da burocracia estatal, inclusive da diplomacia, atraía os românticos brasileiros desde a primeira geração, como Gonçalves Magalhães, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre. Estiveram também presentes na principal instituição de Ensino do Império, o Colégio Pedro II, e na única instituição de pesquisa histórica do período, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
[9] MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. RJ, Eduerj, 2001.p.265.
[10] As mais notórias foram o Ensaio Filosófico, e uma dissidência do Ensaio, O Ateneu Paulistano, ambos ligados aos acadêmicos de Direito. Freqüentavam-nas figuras da política, magistratura, ensino e diplomacia do Império.
[11]Destacavam-se o Ginásio Científico-literário Brasileiro criado em 1848 em uma sala do Museu Nacional, a Sociedade Ensaios Literários e o Grêmio Português, a Arcádia Fluminense, que organizavam saraus, festas, recitais
[12] MACHADO. Op. cit. p.41
[13]Jornais da Corte como *O Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commércio*, o *Correio Mercantil,* publicavam romances de Alexandre Dumas, Victor Hugo e outros, sem pagar quaisquer direitos autorais.
[14] MACHADO.Op. cit. p. 45.
[15] A exceção era a Biblioteca Nacional, cujo acervo aumentou a partir da década de 1840, e da Biblioteca Fluminense na Corte (o Real Gabinete Português só seria aberto aos brasileiros a partir de 1850).
[16] Havia poucas opções de livros porque esta mercadoria geralmente encalhava nas prateleiras, a maioria eram livros de devoção, novelas populares e obras políticas.
[17] BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. SP, Companhia das Letras, 1999. p.66.

JUÍZOS PRIVATIVOS DA FAZENDA PÚBLICA NO IMPÉRIO[1]

DELTON R. S. MEIRELLES[2] - UFF

INTRODUÇÃO

Tema dos mais ricos e complexos é o do controle do Estado. Objeto de revoluções ao longo dos séculos, ainda hoje suscita grandes debates e lutas, especialmente num país estruturado em bases patrimonialistas como o Brasil.

Um dos aspectos jurídicos deste debate é a possibilidade de controle jurisdicional dos atos praticados pela Administração Pública. De fato, uma das grandes conquistas das revoluções iluministas do setecentos foi a responsabilização do Estado por lesões causadas aos seus súditos, rompendo-se a tese da imunidade estatal, consignada nas clássicas expressões *the king can do no wrong* e *le roi ne peut mal faire*.

Ocorre que tal controle, no mundo ocidental, dá-se por mecanismos diferentes. Conforme sintetiza Seabra Fagundes, "*para tornar efetiva, no mecanismo estatal, a submissão da Administração Pública à ordem jurídica, existe um tríplice sistema de controle das suas atividades: controle administrativo, controle legislativo e controle jurisdicional*"[3]. Quanto ao controle jurisdicional, o direito comparado demonstra que a repressão aos atos ilegais e abusivos do Estado pode ser de atribuição de órgãos judicantes internos (como o *contencioso administrativo* francês) ou de tribunais independentes (*judicial review* de tradição anglo-americana)[4]. Em ambos os modelos, o sucesso do controle depende principalmente da independência do órgão julgador, a qual constitui garantia fundamental para um processo justo [5] e maior legitimidade de suas decisões.

Nos países que adotam o sistema de jurisdição única, as causas são julgadas por magistrados legalmente investidos, cujas atribuições são delimitadas por regras de competência. Tais regras revelam-se importantes porque racionalizam a atividade jurisdicional, especializando as atribuições judiciais. Conforme a classificação de Giuseppe Chiovenda, tradicionalmente aceita no processo brasileiro, a competência pode ser classifica conforme os critérios *objetivo* (em razão da matéria ou do valor da causa), *funcional* (funções do magistrado num processo) ou *territorial*.[6] Tal classificação é importante por causa das conse-

qüências processuais de sua inobservância: se não forem obedecidos os critérios objetivo e funcional, o juízo será absolutamente incompetente e seus atos decisórios serão nulos.

Interessante destacar que, conforme a metodologia de Chiovenda, os juízos fazendários (i. é, que julgam os atos estatais) não tem a competência determinada pelo critério objetivo, já que não se adequa à hipótese de competência em razão da matéria. O fato de o Estado ser parte não significa que as causas serão de direito administrativo: podem ser tributárias, cíveis, ambientais, previdenciárias, trabalhistas etc. Assim, mais correto seria qualificá-la como competência em razão da pessoa e, portanto, territorial[7]:

> A competência por território nas causas em que é parte uma das Administrações do Estado [...] corresponde ao tribunal, ou à Corte de Apelação do lugar que seja sede da repartição da Procuradoria do Estado, em cujo distrito se acha o tribunal ou a Corte que seria competente conforme as regras comuns. [...] Permanecem, contudo, inalteráveis as regras ordinárias de competência, ainda na hipótese de se achar em causa uma das Administrações do Estado [...] Com essas novas regras derrogou-se a competência territorial ordinária, mas não completamente. Resguardou-se importância das regras ordinárias, no sentido de que, para estabelecer o foro fiscal, é necessário proceder a duas operações distintas: cumpre, em primeiro lugar, investigar qual seria o foro ordinário, segundo as normas comuns, e, depois, qual a sede da Procuradoria do Estado em que o foro se localiza [...]
> Por esse motivo, submeti o foro do Estado ao título de competência por território.[8]

Ocorre que, para justificar a natureza absoluta destes juízos, os processualistas brasileiros desde aquela época os qualificam como juízos *especiais* [9], ora adaptando-os à competência funcional (como admitido pelo próprio Chiovenda), ora como *ratione materiae*.

ÓRGÃOS FAZENDÁRIOS NA ESTRUTURA JUDICIAL IMPERIAL

Antes da independência, a organização judiciária colonial ainda não conhecia a independência da magistratura nem a separação de poderes, tendo em vista a concepção absolutista do Estado português, conforme relatam Wehling & Wehling

> O Estado era um amálgama de funções em torno do rei: não havia divisão de poderes ou funções, ao estilo de Montesquieu. O papel da justiça real era diverso, absorvendo atividades políticas e administrativas, ao mesmo tempo em que coexistia com outras instituições judiciais, como a justiça eclesiástica (...). O direito, refletindo tal sociedade e tal Estado, estava longe do sistema cartesiano-newtoniano dos juristas-filósofos do liberalismo; era casuístico, justapondo diferentes tradições e experiências jurídicas: romanista, regalista, canônica, consuetudinária[10].

Paradoxalmente, no entanto, iniciou-se um processo de racionalização da justiça luso-brasileira nos setecentos. Assim, "*a justiça real especializada começou a se delinear com o crescimento e sofisticação do aparelho estatal, que ocorreu primeiro em Portugal e*

depois se estendeu ao Brasil"[11]. Em matéria fiscal, p. ex., o Livro 1, título 9, das Ordenações Filipinas, assim regulava os juízos dos feitos da Coroa[12]:

> Aos **juízes dos nossos feitos da Coroa** pertence conhecer em Relação per aução nova e per petição de aggravo na cidade de Lisboa, onde a Casa da Supplicação reside, e cinco legoas ao redor, e de fora da Corte dos lugares e Comarcas do districto da Casa da Supplicação per appelação e per instrumentos de aggravo, ou Cartas testemunháveis, de todos os feitos e demandas, que pertencem à Coroa dos nossos Reinos, assi per razão de Reguengos, como de Jugadas, e de todos os outros bens, que a Nós pertencem, E assim, sobre Dizimas, Portagens e outros quaesquer Direitos Reaes, posto que dos ditos bens e Direitos tenhamos feito mercê a algumas pessoas. E isto ainda que sejam demandados com nome e qualidade de força, ou per qualquer outra maneira, salvo nos feitos das Sisas, e das rendas, foros e tributos, que se para Nós arrecadam; porque nestes casos, quando se não tratar sobre a propriedade delles, mas somente sobre as rendas, conhecerão os Juízes dos nossos feitos da Fazenda. E em todos os casos sobreditos os ditos Juizes conhecerão, ainda que seja entre partes, se direitamente a esse tempo, ou depois tocarem nossos direitos, e a elles possam trazer algum proveito, ou dano. Porque se a demanda for entre partes, que não neguem nossos Direitos, não pertence o conhecimento do tal caso aos Juízes dos nossos feitos da Coroa.

Com a independência, a primeira Constituição brasileira já fala em poder Executivo distinto das demais funções estatais (art. 10º), sendo que este poderia ser visto, conforme Paulino Soares de Souza (Visconde do Uruguai) como *Governo*, é o poder político, insuscetível de controle jurídico; como *Administrador*, pratica atos administrativos com jurisdição contenciosa ou gracioas; ou como *Proprietário*, é parte. Neste caso, "*como proprietário e pessoa moral o Estado é considerado como parte e simples particular. Aciona e é acionado perante os Tribunais Judiciais* (...)*. Figura como simples particular ainda que a lei lhe tenha dado juízo especial e privilegiado".*[13]

Esta mesma Constituição Imperial, buscando diminuir os privilégios coloniais, estabelece no art. 179, XVII que "*à. excepção das Causas, que por sua natureza pertencem a Juizos particulares, na conformidade das Leis, não haverá Foro privilegiado, nem Commissões especiaes nas Causas civeis, ou crimes*". Conseqüentemente, a Lei de 4 de outubro de 1831, cumprindo o art. 170 da Constituição[14], extinguiu o Conselho da Fazenda (art. 90), transferindo para os juízes territoriais, cabendo recurso para o Tribunal de Relação correspondente (art. 91). Este tribunal era composto de um presidente, um inspetor geral, um contador geral, e um procurador fiscal, todos nomeados pelo Imperador (art. 1º). O presidente

era o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda (art. 7º), e detinha voto deliberativo, enquanto os demais membros teriam voto consultivo (art. 8º).

Ao Tribunal do Tesouro Nacional competia, conforme o art. 6º da lei, além do julgamento de determinadas causas, funções fiscalizadoras ("*suprema direcção e fiscalisação da receita e despeza nacional; inspeccionando a arrecadação, distribuição, e contabilidade de todas as rendas publicas, e decidindo todas as questões administrativas, que á taes respeitos possam ocorrer"* - § 1º; "*suprema administração de todos os bens próprios da nação, que não estiverem por Lei à cargo de outra Repartição Publica"* - § 2º) e consultivas (*examinar o estado da Legislação sobre Fazenda, para representar ao Governo, indicando-lhe os pontos, em que encontrar defeitos, insufficiencia, ou incoherencia, afim de que elle proponha ao Corpo Legislativo as medidas, que julgar convenientes* - §6º).

Com o fim do governo liberal moderado a partir da renúncia de Feijó, seguida pela antecipação da maioridade de D. Pedro II, houve uma verdadeira "reação regressista" e centralizadora[15]. Assim, foram suprimidos os avanços do Código de Processo Criminal e foi promulgada a lei nº 242, de 29/11/1841**,** que

> restabelece o privilégio do foro para as causas da Fazenda Nacional, e crea hum Juízo Privativo dos Feitos da Fazenda de Primeira Instancia", com competência para "todas as causas cíveis da Fazenda Nacional em que ella for interessada por qualquer modo, e em que, por conseguinte, houverem de intervir os seus Procuradores, como Autores, Réos, Assistentes, e Oppoentes (art. 2º).

JUÍZOS FAZENDÁRIOS E A GARANTIA DA INDEPENDÊNCIA

Como afirmado inicialmente, o controle dos atos estatais depende mais da independência dos seus órgãos julgadores do que da sua organização funcional. Assim, deve-se analisar até que ponto os juízos fazendários teriam a devida isenção.

A Constituição Imperial, outorgada por D. Pedro I em 25/03/1824, apesar de estabelecer que "*a Divisão, e harmonia dos Poderes Politicos é o principio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias, que a Constituição offerece*" (art. 9ª) e que seria o "*Poder Judicial independente*" (art. 151), sendo que "*nenhuma Autoridade* [poderia] *avocar as Causas pendentes, sustal-as, ou fazer reviver os Processos findos*" (art. 179, XII).; em demais passagens revela a falta de independência dos

magistrados. Basta lembrar que o poder Moderador, poder político do Estado Imperial (art. 10), constituía "*a chave de toda a organisação Politica,* [...] *delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos*". Com isso, o imperador poderia suspender os magistrados (art. 101, VII); perdoar e moderar as penas impostas e os réus condenados (art. 101, VII); e conceder anistias (art. 101, IX).

Por outro lado, era atribuição do imperador a nomeação de magistrados (art. 102) e a sua suspensão "*por queixas contra elles feitas, precedendo audiencia dos mesmos Juizes, informação necessaria, e ouvido o Conselho de Estado*" (art. 154). O Código de Processo Criminal de 1832, de natureza liberal, ainda permitia a formação de listas de candidatos pelas Câmaras Municipais para a nomeação de juízes municipais[16]; mas os juízes de direito eram nomeados pelo Imperador[17]. Por fim, a lei nº 242, de 29/11/1841 dizia que

> A jurisdicção privativa, e improrogável dos Juízos dos Feitos da Fazenda, será exercida na Corte, e nas Províncias da Bahia, e Pernambuco por hum Juiz de Direito especial, com a denominação de Juiz dos Feitos da Fazenda, nomeado pelo Governo, d'entre os Bacharéis Formados em Direito, que tiverem pelo menos três annos de practica do foro; nas demais Províncias pelos Juizes do Cível da Capital, ou (onde os não houver) pelos de Direito respectivos, e havendo mais de hum, por aquelle que o Governo designar. (art. 4º)

Além da investidura política ou carismática (conforme a tipologia de Zaffaroni, cuida-se do modelo menos democrático, pois impede a completa independência judicial[18]), havia um sistema legal que impedia uma atuação mais incisiva dos magistrados contra a Fazenda. Em primeiro lugar, vigorava a tese da irresponsabilidade pelos atos políticos do Imperador. A Constituição chegava a ponto de afirmar, em seu art. 99, que "*a Pessoa do Imperador é inviolavel, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma*".

A lei de 4 de outubro de 1831, que instituiu os Tribunais do Tesouro, dispunha que os juízes ficariam "*responsáveis por seus votos, que forem oppostos às Leis, ou contra os interesses da Fazenda Pública, se forem manifestamente dolosos*" (art. 6º). Por outro lado, no caso de derrota da Fazenda, as sentenças seriam apeladas *ex officio*, mantendo-se a tradição patrimonialista colonial[19].

Mas o principal problema reside justamente no estabelecimento desse foro especial para a Fazenda. Constata-se certa discordância entre os processualistas quanto ao foro privilegiado neste caso. Pimenta Bueno, p. ex., afirma que:

> O privilegio em razão da causa ainda subsiste, Constituição, art. 179, §17, e não há nisso inconveniente, porquanto há causas que por sua natureza e considerações de interesse publico devem certamente ser sujeitas a juízos privativos, que dellas conheçam com exclusão de outros quaesquer juízes.[20]

Outros se insurgem contra a criação deste privilégio estatal. Relatório feito por uma Comissão nomeada pelo Imperador em 1883 assim criticava os foros fazendários:

> A conveniência desta medida tem sido por mais de uma vez objecto de discussão na imprensa e no parlamento.
> Ainda em 1870, por occasião de discutir-se a Reforma Judiciária, e em 1880 o orçamento geral do Império, tratou-se largamente deste assumpto na Câmara dos Deputados, merecendo particular estudo a questão das jurisdicções especiaes das varas de commercio e dos feitos da Fazenda Nacional.
> No que respeita ao juízo privativo da Fazenda observou-se que, já em 1867, se procurou dar competência aos juizes de jurisdicção commum para o processo e julgamento das causas executivas por cobrança de impostos e ainda pende de deliberação do Senado o respectivo projecto que, como judiciosamente pondera o Senador Affonso Celso, no seu excellente trabalho há pouco publicado sob o titulo Reforma administrativa e municipal. Não satisfaz, porque a verdadeira reforma é a suppressão do Juízo privativo; nada há que justifique a conservação de um privilegio odioso e prejudicial, que tanto tem de pesado como de inútil por qualquer lado que seja encarado.[21]

E qual a utilidade dos juízos privativos da Fazenda? Não se trata da especialização dos julgamentos, pois as causas contra o Estado não se concentram apenas no direito administrativo: o Império poderia violar direitos de natureza tributária, real e obrigacional (e se analisarmos os dias de hoje, poder-se-ia falar também em matéria ambiental, previdenciária, trabalhista etc.).

Tudo leva a crer que tais juízos especiais representam algo bem diferente de uma racionalização da distribuição dos órgãos judiciários: constituem forma de cerceamento da atividade jurisdicional, inibindo qualquer forma de fiscalização do Estado. Não há como se falar em independência, pressuposto de controle do Poder Público, se o Imperador tinha o poder de indicar o seu eventual censor, com poderes de remoção[22] e destituição; se as sentenças contrárias à Fazenda eram submetidas à remessa *ex officio*; se o juiz podia ser responsabilização do juiz pelas suas decisões.

O único elemento especial deste juízo é a proximidade do magistrado com o Estado: impedido de julgar questões envolvendo particulares (que fugiam à sua competência), só lhe restava as causas de interesse da Fazenda. Esta concentração de matérias além das questões fiscais reflete bem a proposta centralizadora da reforma conservadora pós-emancipação de D. Pedro II[23]. E como não possuía independência funcional, torna-se permeável às vicissitudes do cargo, conforme comenta Victor Nunes Leal, ao analisar a magistratura da República Velha (crítica que se adequa aqui):

> A organização judiciária (...) conquanto assinalasse sensível progresso em relação à situação anterior, deixava muito a desejar: a corrupção da magistratura, por suas vinculações políticas, era fato notório, acremente condenado por muitos contemporâneos. Como o problema não é de ordem puramente legal, ainda hoje é encontradiça a figura do juiz politiqueiro, solícito com o poder, ambicioso de honrarias ou vantagens, embora muito mais extensas as garantias que desfruta[24]

CONCLUSÃO

Recentemente o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida como Emenda da Reforma do Poder Judiciário. Há muito se critica a efetividade do processo brasileiro, especialmente em se tratando de causas contra a Fazenda Pública. De fato, o Estado brasileiro revela-se como o principal litigante, aquela parte contra a qual o vencedor "ganha mas não leva", tendo em vista todo um sistema de privilégios criados para encobrir maus administradores e proteger e evitar a devida reparação pelas lesões causadas pelo Poder Público.

O que vemos hoje em termos de impotência do cidadão nas causas fazendárias, conforme demonstrado neste trabalho, nada mais é do que reflexo de séculos de protecionismo e patrimonialismo nas relações Estado *versus* particular. Institutos anacrônicos e singulares, como a remessa *ex officio* e as varas de Fazenda Pública, são produto de um modelo jurídico pouco democrático e violador do direito fundamental à efetividade da jurisdição. Neste sistema, percebe-se um modelo politizado mas não no sentido democrático, e sim permeável às influências dos governantes, impedindo a devida legitimidade do Judiciário como órgão fiscalizador e controlador dos abusos do Executivo.

Notas e referências

[1] Trabalho apresentado no XXIII Encontro Anual da ANPUH

[2] Professor assistente do departamento de direito processual da UFF e do grupo de pesquisa *Sociologia, Direito e Justiça*, vinculado ao PPGSD/UFF (*Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito)*

[3] FAGUNDES, M. Seabra. *O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979 [1941], p. 101.

[4] RIVERO, Jean. *Curso de Direito Administrativo Comparado*. São Paulo: RT, 1995.

[5] GRECO, Leonardo. "Garantias fundamentais do processo. O processo justo" *in Revista Juridica: Orgao Nacional de Doutrina, Leg. e Critica Judiciária*. São Paulo, v. 51 , n.305,p. 61-99, mar. 2003.

[6] CHIOVENDA, Giuseppe, *Instituições de direito processual civil* [tradução de J. Guimarães Menegale]. Vol. II. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 1969, Cap. II.

[7] "*A competência absoluta é geralmente designada com as expressões competência ratione causae, e relativa com as expressões ratione personae; mas, considerando que estas palavras ratione personae se referem unicamente ao domicílio do réo, e não ao contracto, à situação da cousa, a prevenção e a outros princípios de competencia, assentei adoptar a distincção de Carré, Bornier, e outros*". (BAPTISTA, Francisco de Paula. Compendio de Theoria e Pratica do Processo Civil comparado com o Commercial. 3ª ed. Recife: ?, 1872, pp. 47/48**)**

[8] CHIOVENDA, Giuseppe, *Instituições de direito processual civil* [tradução de J. Guimarães Menegale]. Vol. II. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 1969, pp. 213/214.

[9] "*Certas causas, como as fiscaes, por exemplo, teem juízes especiaes, pertencem, determinadamente, a certos juízes, ratione causae*" (OLIVEIRA, Cândido Luiz Maria de. *Prelecções de Theoria do Processo Civil e Commercial.* Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916).

[10] WEHLING,Arno & WEHLING,Maria José.*Direito e Justiça no Brasil Colonial*. RJ:Renovar,2004,p. 29

[11]WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José*, op, cit.,* p. 39.

[12] Destaque-se que mesmo as questões religiosas, eventualmente, poderiam ser objeto de controle pelos juízes dos feitos da Coroa, em caráter excepcional Ordenações Filipinas, Livro 1, título 9, 12: "*Porém não tomarão conhecimento de aggravo, que as partes tirarem de Juizes Ecclesiasticos nos casos, de que o conhecimento lhes pertence; salvo quando se aggravarem de notória oppressão, ou força, que se lhes faça, ou de se lhes não guardar o Direito Natural, porque nestes casos Nós, como Rei e Senhor, temos obrigação de acudir a nossos Vassallos. E depois de os Juizes de nossos feitos julgarem, que o conhecimento pertence a nossas Justiças, e não às Ecclesiasticas, mandarão às nossas Justiças, que não evitem as taes pessoas, nem lhes levem penas de excomungados, por sempre assi se costumar, e não haver outro meio para se não tomar nossa jurisdição*".

[13] URUGUAI, Visconde de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960, p. 60

[14] Constituição Imperial, art. 170: "*a Receita, e despeza da Fazenda Nacional será encarregada a um Tribunal, debaixo de nome de 'Thesouro Nacional" aonde em diversas Estações, devidamente estabelecidas por Lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade, em reciproca correspondencia com as Thesourarias, e Autoridades das Provincias do Império*".

[15] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3ª ed.. São Paulo: Globo, 2004, pp. 335/336, 369/370 e 383.

[16] Código de Processo Criminal de Primeira Instância (lei de 29/11/1832), art. 33. Para a nomeação dos Juizes Municipaes as Câmaras Municipaes respectivas farão de três em três annos uma lista de três candidatos, tirandos d'entre os seus habitantes formados em Direito, ou Advogados hábeis, ou outras quaesquer pessoas bem conceituadas e instruídas; e nas faltas repentinas a Câmara nomeará um, que sirva interinamente.
Art. 34. Estas listas serão remettidas ao Governo na Província, onde estiver a Corte, e aos Presidentes em Conselho nas outras, para ser nomeado d'entre os três candidatos um, que deve ser o Juiz Municipal no Termo.

[17] Código de Processo Criminal de Primeira Instância (lei de 29/11/1832)., Art. 44. Os Juizes de Direito serão nomeados pelo Imperador d'entre os Bacharéis formados em Direito, maiores de vinte e dous annos, bem conceituados, e que tenham, pelo menos, um anno de pratica no foro, podendo ser provada por certidão dos Presidentes das Relações, ou Juizes de Direito, perante quem tenham servido; tendo preferencia os que tiverem servido de Juizes Municipaes, e Promotores

[18] ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Poder Judiciário : crise, acertos e desacertos*. (trad. Juarez Tavares).São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995

[19] Este privilégio foi mantido pela lei nº 242, de 29/11/1841, em seu a*rt. 13: "serão appelladas ex-officio para as Relações do Districto todas as Sentenças que forem proferidas contra a Fazenda Nacional em Primeira Instancia, qualquer que seja a natureza dellas, e o valor excedente a cem mil réis".* Ressalte-se que este privilégio da Fazenda vige até hoje, regulamentada pelo art. 475 do Código de Processo Civil: "*está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público* (...)"

[20] BUENO, José Antonio Pimenta. *Formalidades do Processo Civil.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1911[1850], p. 45.

[21] ALMEIDA Jr, João Mendes de. *Direito Judiciario Brazileiro.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1918 .pp.52/53

[22] Os juízes imperiais não gozavam da plenitude da garantia da inamovibilidade, já que o art. 153 da Constituição de 1824 dispunha que "o*s Juizes de Direito serão perpetuos, o que todavia se não entende, que não possam ser mudados de uns para outros Logares pelo tempo, e maneira, que a Lei determinar.*"

[23] FAORO, Raymundo. *Op. cit*., p. 379.

[24] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 197

Escravidão, cidadania e direitos no oitocentos

Denise A. Soares de Moura* - UNESP/Franca

Em 5 de dezembro de 1838 novamente o ferrolho de uma das portas do quartel da cidade de São Paulo fechou-se sob as costas de Manoel José Prestes, soldado da Guarda Nacional. Manoel era um negro livre que vinha tendo problemas com os superiores da Companhia, devido má conduta no desempenho de seus deveres militares.

Nesse mesmo dia já havia sido solto da prisão para entrar de guarda no Quartel em lugar de outro soldado que fora despedido. Seu serviço de sentinela começou às cinco horas da tarde, mas às 7 horas da noite, sem solicitar licença, saiu pela rua, retornando às 8:30, bastante embriagado, com a baioneta em pedaços e conduzido por um soldado.

No dia seguinte, ameaçado por seu superior de ser enviado para assentar praça em Primeira Linha, retrucou que "ninguém o podia fazer porque era casado e muito bem casado e que além disso tinha quatro escravos mais brancos que ele para dar em seu lugar".[1]

A história de um homem comum como Manoel é uma, entre centenas, manuscritas no oitocentos paulista, mantida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e que possibilita novas formas de compreensão da cidadania e dos direitos numa sociedade senhorial-escravista.

A constituição de 1824 determinava que todos os nascidos no Brasil, ingênuos (não nascidos escravos) ou libertos seria considerados cidadãos brasileiros. Também fixava os direitos civis e políticos dos cidadãos, como a garantia de sua liberdade, caso se envolvessem em crime afiançável, a proibição de açoites, torturas, marcas de ferro quente e outras penas cruéis. Além dos direitos civis, os libertos também

passavam a ter direitos políticos, com voto assegurado nas eleições primárias, ou seja, a que elegia eleitores para o pleito eleitoral de deputados e senadores.[2]

Diante da realidade demográfica brasileira no oitocentos, ao estender cidadania e direitos à massa de libertos, a constituição do Império impôs um desafio a homens e mulheres livres de cor: como afirmar e assegurar uma condição constitucionalmente definida em meio a um contingente de população negra escravizada?

Se cidadania e direitos coincidem com a formação de um Estado-Nação moderno[3], no Brasil, devido sua formação sócio-econômica-cultural senhorial-escravista, esses fenômenos se manifestaram com certa complexidade, como revela a documentação manuscrita produzida por autoridades da província de São Paulo, conservada atualmente pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Calcula-se que na primeira metade do século XIX, especificamente no ano de 1827, a cidade de São Paulo possuía um total em torno de 25.321 almas, sendo 5.777 cativos. Embora em São Paulo os cativos fossem em número bastante inferior aos livres, problemas de cor e hierarquia próprios de uma sociedade senhorial-escravista também existiram e influenciaram concepções e práticas em torno da problemática da cidadania e dos direitos, especialmente entre os libertos. A história de Manoel José Prestes é exemplar nesse sentido.

Subjacente ao processo de consolidação da Monarquia Constitucional, a escravidão gerou impasses para inúmeros homens e mulheres livres de cor, legalmente considerados cidadãos. Diante da realidade racial brasileira, em diversos momentos se viram confundidos com escravos, despertando suspeitas de serem fugidos ou criminosos, sendo por isso submetidos a todo tipo de arbitrariedades, violências e violações de seus direitos civis. A condição de cidadãos, constitucionalmente determinada, foi, portanto, extremamente precária e vulnerabilizada pela vigência do sistema escravista. A abolição não colocou fim a esses impasses, pois o preconceito de cor continuou ao longo da República e ainda

continua comprometendo o pleno exercício da cidadania para vastos segmentos da população.

O impasse gerado pelo preconceito criou situações como a de Manoel, negro livre, senhor de escravos mais brancos do que ele, como respondeu ao seu superior. Numa sociedade senhorial escravista, uma das formas de distinguir-se e afirmar sua condição de homem livre e, portanto, cidadão, era ser senhor de escravos. Assim, na sociedade brasileira, as idéias liberais e os direitos de cidadania não eram concebidos genericamente, como igualdade de todos perante a lei, mas a partir da experiência concreta da escravidão e do caráter hierárquico próprio de uma sociedade senhorial.

A condição de casado, possivelmente o casamento convencional, na Igreja, também era uma forma de afirmar a condição de cidadão, assegurando direitos civis, permitindo distinguir-se em relação ao cativo e até em relação a outros livres que viviam em condição de concubinato, pois Manoel fez questão de enfatizar "ser casado e muito bem casado". O casamento convencional, portanto, para os livres sem posses ou remediados, senhores de um número reduzido de escravos, às vezes oriundos de herança e de terra, terreno ou instrumentos de trabalho necessários para o seu sustento e o de sua família, imprimia uma marca de cidadão que o texto constitucional, em confronto com a realidade racial brasileira, não dava conta.

Outra estratégia de afirmação da condição de cidadão para homens livres de cor era estampar autoridade, farda e arma da guarda local ou nacional. Ao invés de instrumentos de controle social, estas instituições foram incorporadas por esse segmento também como recurso de diferenciação e hieraquização no meio social em que viviam[4]. Nesta perspectiva pode ser compreendida a situação narrada por um documento de março de 1842 que narra a localização de um "homem quase preto, de ponche e vestido com uma farda de Guarda Nacional", que despertou suspeita na patrulha. Interrogado sobre o que andava fazendo, "ora dizia que era Guarda Nacional;

ora dizia que tinha muito medo de ser recrutado, porque no quartel se fazia os soldados socar canjica e disse que era desertor"[5].

A Guarda Nacional, portanto, serviu como meio de construção da cidadania "de cima para baixo" e de "baixo para cima". Ou seja, por um lado, como instituição ligada ao Estado, conferia a condição de cidadão e direitos de cidadania para os indivíduos que engrossassem suas fileiras. Por outro lado, a Guarda foi também incorporada pelo homem livre de cor como meio de enfrentar o impasse de ser negro livre numa sociedade escravista, na qual, historicamente, a cor da pele confundia-se à situação social de livre ou cativo.

Para um homem livre negro a patente, a farda ou qualquer outro sinal que indicasse pertencer à Guarda Nacional funcionava como mecanismo afirmador do seu direito civil de liberdade, conforme previsto na constituição, pois, numa sociedade escravista, o preconceito de cor desdobrava-se em violação de direitos. Diante da realidade escrava urbana, marcada por ampla margem de autonomia dos escravos, o homem livre de cor defrontava-se com o impasse de ser legalmente livre, mas precisar constantemente ostentar sinais que o distinguisse de um cativo.

Insígnias da Guarda Nacional foram, portanto, uma forma de criar essa distinção. Certamente que esta instituição originalmente foi criada com propósitos político-militares do Estado Nacional em formação, mas nas mãos da vasta camada de homens livres e pobres de cor foi instrumento de materialização de uma condição que a constituição não dava conta. Dando visibilidade à sua situação de soldado da Guarda Nacional, o homem livre e pobre de cor, em certa medida, imunizava-se em relação a violações de direitos.

O serviço militar na instituição, por outro lado, poderia deslegitimar seu status de homem livre ao sujeitá-lo à obrigação de trabalhar em serviços considerados de escravo, como, por exemplo, socar canjica[6]. Envergar patente, farda, arma ou autoridade da Guarda Nacional tornava o indivíduo cidadão e lhe assegurava direitos

de cidadania, mas o serviço militar anulava esta condição. Assim, em relação à instituição, homens livres de cor tiveram atitude ambivalente.

A polícia local também foi incorporada por esse segmento em duplo sentido: assegurava direitos de cidadania e por isso existia o alistamento voluntário, mas o serviço gerava resistência ao recrutamento. Num desses avisos de alistamento voluntário para a guarda policial, em maio de 1842, apareceram dez homens com as seguintes características: "velhos, doentes e calejados, sem serventia alguma", conforme informou o subdelegado ao Chefe de Polícia[7].

Assim como para o Juiz de Paz da Freguesia da Sé, numa noite de fevereiro de 1829 apresentaram-se sete pessoas para a ronda, sendo quatro negros descalços, um deles doente e dois meninos. Porém, conforme informou o próprio juiz, nenhum deles merecia fé e por isso resolveu despedi-los. Pedia, ainda, "que se digne dar as providências que lhe parecerão convenientes afim de que para as rondas sejam dadas pessoas que mereçam algum conceito."[8]

O caráter senhorial-escravista da sociedade brasileira fazia com que "preto" ou "negro" fosse, muitas vezes, sinônimo de escravo e isso pode ter influenciado a opinião do juiz de paz ao recusar esses voluntários para comporem a ronda da cidade e ainda desqualificá-los, ao sugerir que fossem engajadas nas rondas pessoas com reputação. Do ponto de vista das instituições oficiais, um escravo não era moralmente bem visto, não tinha credibilidade, despertava desconfiança. No microcosmo das suas relações sociais locais e vicinais, contudo, essa reputação existia.

A polícia era tão fortemente concebida como meio de reconhecimento da cidadania que freqüentemente pessoas com incapacidade procuravam suas fileiras. Poucos dias depois de dispensar os indivíduos citados acima, o mesmo Juiz de Paz informava que três homens haviam comparecido para fazer a ronda da noite: "o primeiro quase edropico, o segundo reumático e quase aleijado de ambos os pés e o terceiro de setenta anos e também aleijado de uma perna..." [9]

Homens livres e pobres de cor inseriam-se na instituição militar local, representada pelas rondas, sentinelas ou guarda municipal permanente com objetivo de distinção no meio em que viviam, tanto em relação ao escravo, como em relação a outros homens livres de seu círculo de convivência. O caráter inigualitário e hierárquico próprio de uma sociedade senhorial-escravista, portanto, fez com que os direitos de cidadania fossem concebidos também nesta perspectiva e a partir da capacidade do indivíduo distinguir-se no meio em relação ao outro. Isso gerou situações como a do alemão Mathias, taberneiro e morador no pátio de São Gonçalo, em poder do qual existiam vários objetos de fardamento pertencentes às praças do Batalhão, ou seja, a ambição de distinguir-se e hieraquizar-se através da indumentária militar estimulou seu comércio ilegal.[10]

A instituição militar, portanto, no âmbito local, hierarquizava e materializava os direitos de cidadania. No Brasil, a independência e o processo de instauração de uma nova ordem política não diluíram os valores estamentais-escravistas que compunham a sociedade colonial, atualizando-os no Império. Nesse sentido, a sociedade imperial continuou tão fortemente hieraquizada e inigualitária como a colonial, não só entre as elites, como entre a vasta camada de homens livres. Ainda no Império, homens livres precisaram continuar criando ou se apropriando de mecanismos que os distinguissem dos escravos. Com isso, direitos também eram entendidos em perspectiva hierquizada, de acordo, portanto, com a posição ocupada pelo indivíduo na sociedade.

Pertencer ao corpo de Fuzileiros da cidade era um meio de distinção e afirmação da cidadania, pois o fuzileiro é um soldado de fuzil, ou seja, pertencente a uma corporação especial destinada a realizar desembarques à viva força, dar serviço de guarda em estabelecimento de terra -. Diante disso é possível compreender a atitude de um contramestre de música do Batalhão de Fuzileiros destacado na cidade, que se encontrava com outros paisanos tocando flauta e violão depois da meia-noite,

advertido pela patrulha policial para que se recolhesse, juntamente com os paisanos, com a finalidade de evitar ajuntamentos.

À custo obedeceu a ordem, mas poucos minutos depois, voltou-se a reunir com os paisanos defronte ao Quartel do mesmo Batalhão e continuou com "a mesma tocata, dirigindo palavras à patrulha, que se fossem capazes fossem ali mandar parar com os toques e passando a irem tocar atrás do mesmo quartel". Sob insultos, a patrulha o prendeu e o conduziu para o Quartel, onde foi entregue[11]. Diferentemente do patrulha, o fuzileiro fazia parte de um corpo militar permanente, tendo, portanto, status mais elevado, o que lhe permitia conceber –se como possuidor de maiores direitos que não poderiam ser contestados por indivíduo em posição inferior. A posição de fuzileiro atribuía-lhe o direito de permanecer em tocata noturna defronte ao quartel, pois era homem livre e fuzileiro. Em sociedades hiequarquizadas, os direitos também são concebidos nesta perspectiva.

Esta situação pode ser também percebida em relação à perda de poder do juiz de paz no município. A reforma do Código de Processo Criminal de 1841 centralizou poder nas mãos da Polícia e esvaziou o poder de autoridades como a do Juiz de Paz, embora o cargo não tenha sido suprimido. Anteriormente o Juiz de Paz era responsável por um distrito de paz, definindo pela Câmara Municipal, devendo abarcar pelo menos setenta e cinco casas habitadas. Os Juízes de Paz eram eleitos e suas atribuições abrangiam conhecimento de todos os moradores do distrito, dividido em quarteirões com 25 casas habitadas cada um.

O Juiz de Paz concedia passaportes e fianças nos crimes sob sua responsabilidade e determianva a prisão dos culpados. Deviam promover a elaboração dos autos de corpo de delito para formação de culpa e assinatura dos termos de bem viver e de segurança. Julgavam as contravenções às posturas das Câmaras Municipais e os crimes aos quais não estivessem impostas penas maiores

que multas até cem mil réis, degredo ou desterro até seis meses e três meses de Casa de Correção ou Oficinas Públicas.

Diante disto, um juiz de paz enfrentava problemas para manter a ordem em seu distrito. Na rua do Rosário, esquina com o Beco do Inferno (Rua 15 de novembro e atual travessa do Comércio, trecho entre as atuais Álvares Penteado e 15 de Novembro) um Juiz de Paz, às oito e meia da noite, de novembro de 1845 repreendeu um Corneta do Corpo de Municipais Permanentes, de nome Victoriano, que brigava com um preto de nome Eugênio, escravo do estudante José Manoel da Costa Bastos, que trabalhava de alfaiate na loja de Eduardo Francês.

Ao serem repreendidos, ambos fugiram e o Juiz de Paz, ao solicitar ao soldado de cavalaria da Companhia de São Bento, de nome Antão, que prendesse os desordeiros, este lhe dirigiu palavras "poucos atenciosas, e depois de haver seguido por algum tempo" desobedeceu-lhe "dizendo não se importar com ninguém e ausentou-se". O soldado do Corpo de Permanentes não se via como subordinado ao Juiz de Paz, tendo conhecimento da perda de poder deste ofício.

A pesquisa sobre direitos de cidadania no Brasil senhorial-escravista do oitocentos, portanto, pode ser ampliada se estender-se também para processos históricos submersos ao Estado e às instituições formais e para tanto a documentação manuscrita produzida pelas autoridades provinciais é fecunda seara para o pesquisador.

---

[*] Professora do Dep de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP/campus Franca. Autora de Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo. EDUNICAMP/FAPESP, 1998.

[1] Ofícios da capital. APESP, ordem 876, cx. 81, c-81/P1/D-56, 1838.

[2] CAMPANHOLE, Adriano de e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituição do Brasil*. 9ª ed., SP, Ed. Atlas, 1987: 655-676.

[3] BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e cidadania*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. SP, EDUSP, 1996, p. 135.

[4] Nesta linha de pensamento cf. MEZNAR, Joan E. The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. *Hispanic American Historical Review*. 72:3, 1992, pp. 335-351.

[5] Polícia, ordem 2438, cx. 3, 1842.

[6] Idem, pp. 344-45.

[7] Polícia. Ordem 2438, cx. 3, 1842.

[8] Juízes de Paz, ordem 4842, cx. 1, 03/02/1829.
[9] Juízes de Paz, ordem 4842, cx. 1, 06;02/1829.
[10] Polícia, ordem 2441, cx. 6, 1844.
[11] Polícia, ordem 2439, cx. 4, 1843.

A importância da exortação na luta contra os pecados

Denise da Silva Menezes do Nascimento

Em nosso trabalho nos propomos refletir sobre a importância da exortação no combate aos vícios e aos pecados. Para tanto analisaremos os textos de duas beguinas que viveram no século XIII. Hadewijch e Mechthild enquanto superioras de suas comunidades deviam através de suas palavras e ações guiar as ovelhas no caminho reto. Visitadas pela Graça Divina e preocupadas com as mulheres de sua comunidade, as beguinas por nós estudadas empenham-se numa relação pedagógica de exortação e caridade.

O século XIII é um período de grandes transformações, no qual novas cidades surgem e tantas outras ganham vigor devido às atividades comerciais que se intensificam. A riqueza gerada pelo revigoramento das atividades comerciais gerou em muitos habitantes das cidades o desejo de uma nova religiosidade baseada na caridade, pobreza e ascetismo. Consoantes com os anseios da época as beguinas desenvolveram uma religiosidade baseada nos ideais de pobreza voluntária, assistência e obediência aos mandamentos. Na medida em que apoiavam sua espiritualidade nos preceitos da *Vita Vere Apostolica* tais religiosos desejavam em tudo se assemelhar a Cristo e seus apóstolos. Para tanto se fazia mister cumprir as palavras do Mestre:

> Qual é o principal de todos os mandamentos? Respondeu Jesus: O principal é: Ouve ó Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor! Amarás, pois, o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo teu entendimento e de toda a tua força. O segundo é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes.[1]

A espiritualidade das beguinas não estava associada à solidão, tais mulheres desejavam viver em conformidade com Jesus e seus apóstolos e para tanto não podiam pôr de lado o mandamento de Jesus: "*Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda*

criatura".[2] Os apóstolos não viviam isolados e compenetrados em orações; eles circulavam entre os pecadores e levavam a estes as Boas Novas de arrependimento e salvação.

Às mulheres era proibido pregar a Palavra de Deus entre os fiéis. Tal restrição implicou numa maior valorização da exortação como forma de vivenciar o proselitismo dos apóstolos. Nesse sentido, Hadewijch em suas diversas cartas aconselha as irmãs a continuamente observarem as virtudes cristãs ao afirmar: *"Eu rogo e exorto você, pela verdadeira fidelidade do Amor, que quando houver uma questão de fazer ou omitir qualquer coisa, você siga o conselho que eu lhe der; e que você console com o melhor de si todos os que estão tristes*".[3]

No medievo conhecimento e mulher são antagônicos, posto que a principal fonte de conhecimento deste período era a Bíblia, sendo vetado às mulheres medievais a interpretação da Palavra de Deus. Todavia, as duas mulheres por nós analisadas possuem conhecimento bíblico e, tal qual Madalena ao anunciar o retorno de Jesus, se destacam também por serem detentoras da Palavra e da missão evangelizadora. Madalena recebeu autoridade para anunciar a ressurreição do próprio Cristo, autoridade esta reforçada por sua conduta moral de fidelidade e amor a Deus.

As beguinas baseiam a autoridade de seus escritos tanto nas palavras de Jesus e seus apóstolos contidas nas Sagradas Escrituras quanto no fato de ouvirem a mensagem do próprio Cristo em suas visões e/ou períodos de êxtase. As exortações contidas nas cartas de Hadewijch, por exemplo, estão fundamentadas em textos bíblicos e Mechthild justificando a seu confessor, Mestre Heinrich, a autoridade de seus textos escreve:

> Mestre Heinrich, você está surpreso com algumas das palavras escritas neste livro. Eu estou surpresa que você possa estar surpreso com isto. De fato, desde que eu, mulher pecadora, fui requerida a escrever, tem sido uma questão de grande aflição em meu coração que eu seja capaz de descrever este autêntico conhecimento e sagradas sublimes contemplações exceto através dessas palavras. Elas me parecem demasiado fracas se comparadas com a Verdade Eterna. Eu perguntei ao Mestre Eterno o que Ele tinha a dizer disto. Ele respondeu:

> ‘Pergunte como aconteceu que os apóstolos, depois de terem sido tão tímidos, tornaram-se tão audazes quando receberam o Espírito Santo’.[4]

Mechthild e Hadewijch sabem-se visionárias eleitas para dar a conhecer ao mundo o poder de Deus e para tanto escrevem em língua vernacular – holandês e alemão, respectivamente – suas experiências de amor com a divindade. Tiago de Vitry descrevia a Folque, bispo de Toulouse, na introdução a *Vita* de Maria de Oignies que “*a palavra da beguina é profecia, o seu choro sinal de devoção, o seu sono sintoma de êxtase, o seu sonho uma visão*”.[5]

Mechthild e Hadewijch exortavam as demais mulheres de sua comunidade através de textos lidos para todas e de relatos de visões e aparições de almas que sofrem as penas do Purgatório e que vem pedir ajuda espiritual e/ou aconselhar os vivos a uma vida cristã virtuosa.

> Ela [uma beguina] morreu. Como é costume cristão eu orei por ela. Em um êxtase de espírito eu vi o espírito dela. (...) Ela foi cercada por grandiosa escuridão e desejou urgentemente alcançar a luz eterna. Onde quer que ela estivesse ascendendo, a noite escura sempre a bloqueou. Isto era seu desejo egoísta recusando o conselho que tão completamente reteve esta pessoa.[6]

Deus dá uma permissão especial para que as almas saem de sua morada temporária e apareçam aos vivos para sensibilizá-los a uma vida ascética. O criador na sua infinita misericórdia permite que os vivos tenham uma chance de aprendizado, reflexão e arrependimento ao verem os sofrimentos pelos quais passa o homem que morre impenitente; assim a caridade divina ensina os vivos por intermédio dos mortos.

Mechthild e Hadewijch, mulheres que tinham um relacionamento íntimo com Deus e ocupavam papel de destaque em suas comunidades no que diz respeito ao amor e a exortação relatavam suas visões e revelações às demais mulheres a fim de instruí-las às

virtudes cristãs; nesse sentido, tais descrições do Além eram proveitosas para a edificação das beguinas.

> Eu vi uma cidade, seu nome é Ódio Eterno. Ela foi construída de todos os tipos de pedra de enormes pecados capitais no mais profundo abismo. (...) Lá incessantemente fora de seu impetuoso coração e fora de sua boca todos os pecados, tormentos, doenças e vergonhas nos quais Inferno, Purgatório e Terra estão tão desgraçadamente emaranhados. Na parte mais funda do Inferno, fogo, escuridão, fedor, tremor e todos os tipos de dor intensa são os maiores. É lá que os cristãos são postos de acordo com suas ações.[7]

Nas comunidades religiosas as descrições do Além eram contadas para os irmãos através de historietas, narrativas curtas com características moralizantes – os *exempla*. No século XIII tal recurso extrapolou os muros dos mosteiros; a difusão do Purgatório entre a massa de fiéis ocorreu através do sermão que por sua vez continha narrativas curtas que buscavam passar uma lição através de histórias divertidas e de fácil compreensão. Jacques de Vitry, célebre defensor da religiosidade das beguinas e conhecido pregador na época, escreveu em um de seus sermões:

> Faz parte da devoção acreditar, e muitos santos o afirmam, que no dia do Senhor as almas dos defuntos repousam ou pelos menos, sofrem castigos menos duros no Purgatório até a segunda-feira, quando a Igreja tem o hábito de os socorrer na sua compaixão, celebrando missas pelos defuntos. Assim, é a justo título que são privados do benefício desse repouso dominical aqueles que não honraram cá embaixo o dia do Senhor, recusando abster-se dos trabalhos servis e dos negócios do século ou, pior ainda, entregando-se a comezainas e à bebida e outros desejos carnais, dando-se lascivamente a danças e canções, e que não tiveram receio de sujar e de desonrar os domingos com querelas e discussões, com propósitos vãos e ociosos, com palavras maldizentes e temerárias.[8]

Este era também o principal meio de divulgação das visões nas comunidades de beguinas. Deus permite que as almas apareçam aos vivos e lhes mostrem sua pena, seja para a exortação e edificação destes e/ou para que o sofrimento dos mortos seja aliviado ou abreviado pelos sufrágios. Assim, as histórias do Além eram transmitidas às mulheres da comunidade a fim incitá-las às virtudes cristãs, dentre as quais podemos destacar a solidariedade entre vivos e mortos.

Participar de uma comunidade de beguinas significava, portanto, participar ativamente de um corpo, desenvolvendo atividades e atitudes que contribuíssem para a saúde de todos os membros. Para tanto era necessário compartilhar as alegrias e tristezas, repartir os bens, sustentar os mais fracos e colocar os dons a serviço de Deus e dos membros da comunidade, em generosidade gratuita. Conforme exortou o apostolo Paulo:

> Consolai-vos, pois, uns aos outros e edificai-vos reciprocamente, como também estais fazendo. Agora, vos rogamos, irmãos, que acateis com apreço os que trabalham entre vós e os que vos presidem no Senhor e vos admoestam; e que os tenhais com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam. Vivei em paz uns com os outros. Exortamo-vos, também, irmãos, a que admoesteis os insubmissos, consoleis os desanimados, ampareis os fracos e sejais longânimos para com todos. Evitai que alguém retribua para outrem mal por mal; pelo contrário, segui sempre o bem entre vós e para com todos.[9]

Devido à filiação divina deveria prevalecer o amor fraternal entre todos os membros da comunidade. Pela caridade e misericórdia divina fomos feitos imagem e semelhança do Criador e tornados irmãos de Cristo e, nesse sentido, Hadewijch aconselha a seguir o exemplo de caridade dado pelo Mestre.

> Fazer o bem sob todas as circunstancias, mas não espere qualquer lucro, ou qualquer benção, ou qualquer danação, ou qualquer salvação, ou qualquer martírio; mas tudo o que você faça ou omita deve ser para a honra do Amor. (...) Seja doce e esteja disponível para

> quem quer que tenha necessidade de você, devotada aos doentes e generosa para com os pobres.[10]

Ambas as beguinas por nós estudadas devem agir como mães em relação aos demais membros de sua comunidade; instruindo as mais jovens nos ideais apostólicos, guiando-as em direção a salvação e ajudando todos a se fortalecer em graça e virtudes. É necessário que estimulem a fraternidade entre as irmãs, associando as mais débeis e as mais jovens às irmãs que se mostram fortalecidas no verdadeiro espírito religioso para que sejam instruídas nas verdades da fé. A submissão a superiora e a sujeição as demais irmãs devem ser acompanhadas pela humildade e a piedade filial, já que uma beguina deve

> Estar pronta para ajudar em segredo. Explicação: que a pessoa os encontre e os alivie com palavras e peça-lhes que vos conte suas angústias secretas, para que possa ser capaz de vir em auxílio deles. Lamente por aqueles que passam pelos que estão doentes e sozinhos sem gemidos, lágrimas, ou qualquer sinal de compaixão.[11]

Às irmãs que estão abatidas e nos momentos em que a cruz parece demasiado pesada é necessário fazer ver que a vida numa beguinaria é mais alegre que a vida no mundo e que quem se consagra a Deus está mais perto do Altíssimo que os demais leigos. Os que se voltam para Deus sem reservas carregam a cruz de Cristo e como ele gozam o consolo inexprimível do Espírito Santo de Deus

Em consonância com o ideal apostólico Hadewijch e Mechthild não poderiam permitir que nenhum membro da comunidade vacilasse na fé, posto que se um membro cresce em virtudes todo o corpo se revigora, em contrapartida se uma irmã se torna débil todo o corpo se fragiliza. Nesse sentido, como Paulo aconselhava[12] as beguinas deveriam acolher com caridade os mais fracos, ajudando-os a superar suas debilidades e a se fortalecer em graça e virtudes.

Para as beguinas o proselitismo era uma forma de caridade. Mechthild acentua a importância da leitura do Evangelho em comunidade, já que esta é uma forma de ensinar e aprender mutuamente. A Lectio Divina ensina as beguinas o caminho a ser seguido, as virtudes a ser cultivadas, estimula no coração a caridade para com Deus e o homem. A leitura do Evangelho despertava o desejo de partilhar com as irmãs os ensinamentos cristãos e tornava claro que as Boas Novas deviam ser anunciadas por todos os batizados que, em caridade, desejavam manter vivo em si e nos demais a Palavra de Salvação.

Sendo vetado as mulheres o anúncio do evangelho através da pregação, a vocação missionária das beguinas se concretizou por meio do encorajamento e aconselhamento mútuos. Hadewijch nos fala sobre irmãs pouco perseverantes nas boas obras e fracas na fé; a ênfase na caridade despertava nas irmãs uma especial compaixão para com os mais fracos, por aquelas que necessitavam de sustento espiritual. A ajuda às irmãs debilitadas espiritualmente era, portanto, uma importante dimensão da caridade das beguinas que se manifestava através da missão missionária.

As virtudes não são inatas nem crescem espontaneamente, ao contrário, devem ser cultivadas no interior de cada cristão, é uma questão de estudo, de exercício. Dar esmola aos pobres, cuidar dos enfermos e outras obras pias devem ser um meio de aperfeiçoar as virtudes de misericórdia e renúncia. A alma do cristão é um campo de batalha no qual lutam vícios e virtudes; as obras de caridade devem, portanto, ser permanentemente exortadas e constantemente praticadas a fim de que as irmãs não se afastassem do ideal de imitação de Cristo que enquanto homem foi um exemplo de amor e virtudes.

Quem deseja salvar sua própria alma e zelar pela de seu próximo deve se apartar tanto dos pecados mortais quanto dos pecados diários "*que chegam a ser como a sarna, que ao fim acaba com a pessoa se não se combate com o remédio da penitência cotidiana*".[13] Se se praticou um mal contra uma irmã é necessário que a confissão a Deus venha acompanhada da confissão a quem se praticou o mal para que possam exercitar as virtudes do perdão e da humildade. A confissão e o arrependimento sincero dependem um do outro; não há verdadeiro arrependimento sem confissão, como também a confissão não

é valida se não vem acompanhada de sincero arrependimento, e Cristo representado pela Igreja exige ambos para conceder a absolvição das faltas.

Hadewijch e Mechthild têm por missão zelar pela alma de suas companheiras, através de uma vida exemplar e de historias edificantes buscavam abrir o coração da demais beguinas. Os textos de ambas estão repletos de mensagens sobre os pecados capitais e veniais, bem como os principais vícios. Ao lado das atitudes condenadas vemos exemplos das virtudes cristãs e dos mandamentos a ser se seguidos. Cada mensagem é exposta através de imagens e alegorias que incitam ao arrependimento dos erros cometidos.

A leitura não deveria ser apenas um exercício de contemplação, era necessário refletir sobre as Sagradas Escrituras e, através da ação do Espírito Santo que torna os mistérios inteligíveis, vivenciar a Palavra de Deus.

Hadewijch e Mechthild enquanto superioras de suas comunidades deviam mais do que as demais ser um exemplo de caridade e fidelidade aos ensinamentos cristãos. A superiora deve através de suas palavras e ações guiar as ovelhas no caminho reto, cabe a ela evitar que a falta de governo e de exortação desvie as mulheres do Espírito de Deus; para elas é mais imperativa a tarefa de ser refúgio para as que sofrem, consolo para as aflitas e exemplo de fé, virtudes e amor. As mais jovens devem mostrar o Caminho através do exemplo e da palavra.

---

[1] (Marcos, 12:28-31).
[2] (*Marcos* 16: 15).
[3] HADEWIJCH. *The complete works.* Translation and introduction by HART, Mother Columba. Nova York: Paulist Press, 1980. Carta 5. P.56.
[4] MECHTHILD of MAGDEBURG. *The flowing light of the Godhead*. Translated and introduced by TOBIN, FRANK. Nova York: Paulist Press, 1998. Livro V. P.190-191.
[5] BOHLER-RÉGNIER, Danielle. *Vozes literárias, vozes místicas*. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto, Afrontamento, 1990. 5v. V2: A Idade Média. P. 567.
[6] MECHTHILD. *Op. Cit*. Livro V. 184-185.
[7] MECHTHILD. *Op. Cit*. Livro III. P. 127-132.
[8] Ver: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Terramar, 1985. P. 353.
[9] (I Tessalonissenses 5: 11-15).
[10] HADEWIJCH. *Op. Cit*. Carta 2. P. 49.
[11] MECHTHILD. *Op. Cit*. Livro V. P. 196.
[12] "Exortamo-vos, também, irmãos, a que admoesteis os insubmissos, consoleis os desanimados, ampareis os fracos e sejais longânimos para com todos". (I Tessalonicenses 5:14).
[13] VEDEL, Valdemar. *Ideales culturales de la Edad Media*. Barcelona: Labor, 1931. 4v. V3. P.117.

CANTATA "CASO DO VESTIDO": a questão do Nacionalismo em CAMARGO GUARNIERI

DENISE DE ALMEIDA FELIPE* - UFG

Na noite de treze de janeiro de 1993, morria aos 85 anos, quase em vésperas de completar 86, o compositor Camargo Guarnieri. No dia quinze de janeiro jornais estampavam em suas folhas fotografias do compositor circundadas por letras garrafais: *Camargo deixa 93% de composições inéditas. Nacionalismo embrulhou recepção da obra.* [1] *Camargo Guarnieri (1907 - 1993) um compositor radical e nacionalista.*[2] *Mozart Camargo Guarnieri (1907 - 1993). O lirismo impecável de um pecador. Maior herdeiro do nacionalismo modernista, o maestro recebeu há um mês um prêmio consagrador, mas morreu aflito com o destino de sua obra.* [3]

Camargo Guarnieri, considerado um dos maiores compositores da música erudita brasileira, escreveu mais de seiscentas composições. Segundo informações obtidas através da fundação Camargo Guarnieri, uma parcela mínima desse enorme acervo foi publicada: cinqüenta peças e mais da metade nunca foi apresentado. O compositor recebeu numerosos e importantes prêmios, mas aos 84 anos dizia em uma entrevista à Rádio Universitária da Universidade Federal de Uberlândia - UFU*: Prá mim escrever música é uma necessidade, eu não faço por vaidade pessoal não. Tenho sofrido horrores, dificuldades de vida, porque no Brasil ninguém quase toca a minha musica. Eu sou mais tocado no estrangeiro, porque os artistas brasileiros (...) não tocam a minha música. Não tocam!* [4]

Que compositor é esse detentor de importantes prêmios, reconhecido dentro e fora de seu país como um dos maiores compositores eruditos da atualidade, que aos oitenta e quatro anos passava por dificuldades financeiras e reclamava do ostracismo em que foram colocadas suas composições pelos músicos de seu próprio país? Para refletirmos sobre estas questões, usamos como parâmetro a cantata Caso do Vestido, uma obra da maturidade artística do compositor. Dados relevantes da vida do compositor relacionados ao nacionalismo

musical brasileiro e a Mário de Andrade; a visão de compositores, intérpretes, musicólogos e críticos sobre sua música e a análise do poema Caso do Vestido foi o contexto no qual inserimos a Cantata em uma relação dialógica com o todo.

Necessário se faz, para que possamos nos situar, que alguns fatos sejam aqui colocados: Camargo Guarnieri teve seu nome fortemente ligado ao nacionalismo musical no Brasil e a Mário de Andrade, escritor, musicólogo e poeta que *assumiu um papel de primordial importância na estrutura definitiva do nacionalismo brasileiro.* [5] Em 1950, cinco anos após a morte de Mário de Andrade, Camargo Guarnieri escreve a **Carta Aberta aos Músicos e Críticos do Brasil**. Nela Guarnieri faz um alerta sobre os perigos que ameaçavam a cultura musical brasileira, e se posiciona fortemente contra o **dodecafonismo -** técnica baseada na escala cromática temperada dos doze sons, usada pela primeira vez por Schoenberg no início dos anos vinte.

A Carta Aberta aos Músicos e críticos do Brasil abria as comportas de uma polêmica que vinha crescendo e que tomou força incontrolável, com a enorme repercussão que teve a Carta, esmagando e colocando no banco dos réus seu próprio autor. Publicada nos maiores jornais do país provocou grandes polêmicas tanto no meio musical, quanto fora dele. O modo violento com que se posicionou e as duras palavras usadas *cristalizaram Camargo Guarnieri como compositor nacionalista radical e reacionário*.[6] A questão nacional, segundo o comentário feito pelo crítico da Folha de São Paulo Luiz Antônio Giron [7] *marcou (e velou) a obra de Camargo como em nenhum outro músico brasileiro.* Para entendermos porque o documento despertou tal interesse na imprensa*,* é preciso que nos reportemos ao ano de 1948. Naquele ano realizou-se em Praga o **Segundo Congresso Internacional de Compositores e Críticos Musicais**. No congresso o dodecafonismo foi condenado, *e normas que tinham como base os princípios do realismo socialista foram divulgadas para o mundo na forma de recomendações*. Na verdade, a **Carta Aberta** veio a ser considerada veículo de propaganda stanilista, apesar dos objetivos de Guarnieri terem um cunho apenas estético-musical.

Em 1977, na comemoração dos cinqüenta anos da Semana de Arte Moderna, realizou-se na cidade de Ouro Preto, durante o Sexto Festival de Inverno, um curso sobre o modernismo. Deste curso participaram poetas, escritores, compositores, artistas plásticos, atores, cineastas. Em uma palestra a essa platéia eclética, o compositor Gilberto Mendes se refere à Carta Aberta afirmando que *a corrente nacionalista - essa nefasta identidade de pensamentos - é ainda a força oculta que procura barrar todas as novas tentativas de pesquisa, experimentação, de avanço musica.* Citando a Canção Sertaneja de Camargo Guarnieri, de 1928, diz que com ela *se poderia avaliar o enorme desligamento de nossa música do tronco–mestre da linguagem musical do ocidente, naquele momento em franca dissolução de suas formas musicais geradas pelo sistema tonal.* [8] Sem dúvida nesta palestra, o compositor Gilberto Mendes contribuiu na perpetuação de uma imagem negativa do compositor Camargo Guarnieri, mostrando-o, como um artista retrógrado.

No entanto, o Maestro Lutero Rodrigues em entrevista a mim concedida discorda da posição de Gilberto Mendes, assim dizendo:

> *O Gilberto, que é uma pessoa que considero muito, infelizmente com relação ao Guarnieri é de um simplismo absoluto: Ele pega os primeiros compassos da canção sertaneja, uma obra de 1928, e diz que harmonicamente é pura música francesa do século passado, não contribui em nada com as transformações da linguagem musical e assim conclui que a música de Guarnieri não interessa.* ***Uma em seiscentas****! Isso foi sempre assim, Guarnieri foi sempre vítima do simplismo das análises, de coisas não isentas [...].* Entrevista concedida à Denise de A. Felipe. São Paulo, ago.1997[9]

Nessa mesma linha de pensamento, Ney FIALKOW, Doutor em Artes Musicais, que fez sua defesa de tese sobre os **Ponteios** de Camargo Guarnieri afirma: *A mais severa forma de rejeição sofrida por Guarnieri tem sido imposta pelo seu próprio país. Esta rejeição é resultado de uma persistente atenção a modelos importados e a tendência política de críticas que rejeitam a música de Guarnieri, baseadas na premissa de que sua musica é uma direta manifestação de um nacionalismo populista e reacionário.* [10] A questão nacional, segundo o

comentário feito pelo crítico da Folha de São Paulo Luiz Antônio GIRON, *marcou (e velou) a obra de Camargo como em nenhum outro músico brasileiro.*[11]

Mário de Andrade, já em 1935, escrevendo no Diário de São Paulo sobre Camargo Guarnieri, claramente apresenta o compositor pelo viés de uma intensa brasilidade que não se confunde com os "ismos" aplicados ao nacional.

> *Brasileiro, a obra dele se apresenta fundamentalmente racial. Mas o seu nacionalismo já não é propriamente mais aquele primeiro e necessário nacionalismo de pesquisa,(...) É já um nacionalismo de continuação, quero dizer: que não se alimenta mais diretamente do populário, e apenas se apóia nele. Camargo Guarnieri não é jamais popularesco, a não ser em exceções raras (...). A sua obra é, por esse caráter, uma obra exclusivamente de arte erudita, não apenas funcionalmente, mas fundamentalmente erudita. E o Brasil se reconhece nela, não mais com a objetividade violenta dum corpo, mas como uma precisão instintiva da alma.* [12]

Em 1947 o Compositor Francisco Mignone dizia: *Camargo Guarnieri está fazendo uma música muito mais profundamente brasileira, já expressivo-psicologicamente brasileira, que o Villa Lobos e todos de nossa geração. (in Semana Camargo Guarnieri, abril, 1987 p.20).*

Caldeira FILHO sintetiza de uma forma poética e muito lúcida a música deste compositor:

> *Orientado pela realização de uma música brasileira, situa-se muito acima dos elementos materiais e imediatamente característicos, por mais sedutores que sejam. Camargo Guarnieri é brasileiro pelo espírito e não pelo pormenor exterior de pitoresco. Abrasileirou-se-lhe a sensibilidade independentemente dos elementos objetivos que identificam exteriormente o "brasileirismo". Sua música é nacional menos por esses elementos do que pela intensa psicologia étnica que manifesta. Deste encontro de si mesmo, desta descoberta do que lhe é essencial e daquilo que é essencial como caracterização nacional resulta, mais do que das relações formais, a esplêndida unidade de sua composição.*[13]

A Cantata Caso do Vestido

Composta em 1970 para voz solista e orquestra, com utilização do poema homônimo de Carlos Drumond de Andrade, a Cantata foi apresentada seis vezes:duas em São Paulo, por ocasião de sua estréia em 1971, tendo como regente o maestro Filipe de Souza, e outras quatro vezes em 1974, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre sob a regência do maestro Henrique Morelenbaum.Todas as apresentações tiveram como solista a

cantora Edmar Ferretti, a quem foi dedicada a cantata. Camargo Guarnieri ao comentar sobre a criação da cantata **Caso do Vestido,** esclarece terem sido necessários alguns anos de convivência com o texto de Drumond antes de *encontrar a solução estética adequada e definitiva para a criação da obra.* Segundo ele, a complexidade do texto, onde quatro personagens com características expressivas próprias se alternam em diálogos, obrigou-o a um estudo detalhado e minucioso. Ao falar sobre a cantata assim a resumiu: a solista assume o papel de todos os personagens, Filhas, Mãe, Amante e Pai:

> *as filhas, quando fazem perguntas à mãe falam livremente sem altura determinada do som; a mãe quando responde às perguntas das filhas, canta um fragmento melódico* **[a']** *que, conforme a intensidade expressiva projeta-se em planos diferentes de altura. Quando a mãe faz a narração, a tessitura vocal é mais aguda e a linha melódica expressa maior amargura; já quando a amante narra a sua tragédia cantando, a tessitura é mais central e a linha melódica é profundamente triste e apaixonada; o pai somente aparece no fim da obra para dizer: "Mulher põe mais um prato na mesa". Esta frase é pronunciada pela cantora num caráter másculo. A obra termina com a narração feita pela mãe e, a orquestra, acompanhando a dramaticidade do texto, termina num diminuendo contínuo, sustentado pelas trompas, num acorde que nos dá uma sensação imprecisa de final*. [14]

Na análise da cantata Caso do Vestido, constatamos uma profunda interação entre o texto e a música. Os recursos utilizados jamais são buscados como simples efeitos estéticos, mas sempre com a finalidade maior da unidade texto-música. A cantata não apresenta característica regional, nela não encontramos a utilização de temas folclóricos, temas nacionais, ela foi composta ilustrando a dramaticidade do texto. Detectamos a utilização de um grande número de recursos composicionais característicos da linguagem musical do Séc.XX: atonalismo, harmonia por quartas, intenso cromatismo, dissonâncias, dinâmica utilizada em seus extremos, polifonia contrastante (ora densa, ora rarefeita). A voz é abordada em suas diversas gamas de possibilidades: voz falada, voz cantada e *Sprechgsang* - um efeito vocal criado pelo compositor Schoenberg, um dos maiores representantes do expressionismo musical e criador do dodecafonismo, a técnica de composição duramente criticada por Guarnieri na Carta Aberta. Esses.recursos utilizados pelo compositor não poderiam jamais estar

enquadrados em uma representação de um nacionalismo musical brasileiro radical. Os caminhos percorridos levaram-nos ao encontro de um compositor que, com sua sensibilidade aliada a um grande domínio técnico, move-se com segurança entre o tradicional e conquistas do Séc.XX. Os elementos utilizados na sua criação fundem-se em um todo numa coerência lógica. Não podemos deixar de notar o nacional que, através dessa fisionomia tão própria de Guarnieri, emana da Cantata. Camargo Guarnieri dizia em uma entrevista, em 1990, que não precisava procurar nada quando compunha, era brasileiro, e tudo o que vinha dele era naturalmente nacional, estava incorporado a sua consciência *sou um músico nacional, disso não me libertei não, tá preso em meu coração* [15]

As várias abordagens sobre composições de Guarnieri, feitas por críticos musicais, musicólogos, compositores, mostram-nos um compositor que não poderia estar enquadrado em um espaço limitado por palavras como *retrógrado, radical e reacionário.* Muitas opiniões formadas sobre sua música, foram frutos de idéias pré-concebidas, velhas idéias herdadas e passadas adiante com o selo de garantia. O compositor Camargo Guarnieri - que fique clara a distinção que neste momento fazemos do homem Camargo Guarnieri - com estes julgamentos viu-se estigmatizado como reacionário e radical apesar de os julgamentos, muitas vezes, não virem através do único caminho pelo qual o artista deva ser julgado: sua obra.

Talvez, muitas vezes, encontremos o nacionalista radical no homem Camargo Guarnieri, mas só podemos avaliar o compositor através de sua música. Fazemos nossas as palavras de SANT'ANNA ao se referir à obra de Carlos Drummond *alguns críticos mostravam o preconceito de uma crítica que cobra e julga onde deveria descrever e analisar*.[16]

---

[*] **Ms em música, professora da Escola de Música e Artes Cênicas na UFG.**

NOTAS:

[1]Giron, *Folha de são Paulo*, 15 jan. 1993. Ilust. P.4.
[2] Editorial JB, *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 15 jan. 1993 c B.p.5.
[3] Abreu, *Zero Hora,* Porto Alegre, 15 jan. 1993 c.2, p. 2.
[4] Guarnieri, Camargo. *Entrevista concedida a Rádio Universitária* da UFU. Uberlândia, 12 mar. 1991.

[5] Neves, José Maria. *Música Contemporânea Brasileira*. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1981.
[6] Rodrigues Lutero. *Entrevista concedida à Denise de A. Felipe*. São Paulo, ago.1997.
[7] Giron, Luiz A. Camargo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 jan. 1993. Ilustrada, p. 4.
[8] Mendes, Gilberto. *Música moderna Brasileira e suas implicações de esquerda*. Revista Música. São Paulo, v.2,n 1, p 37-42, mai. 1991.
[9] Rodrigues Lutero. *Entrevista concedida à Denise de A. Felipe*. São Paulo, ago.1997.
[10] Fialkow, Ney. Dissertação. *The Ponteios of Camargo Guarnieri*. 1995, p.109.
[11] Giron, Luiz A. Camargo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 jan. 1993. Ilustrada, p. 4.
[12] Andrade, Mário. *Diário de São Paulo,* 28 mai. 1935. Música, p.2.
[13] Filho, Caldeira. *A Aventura da Música.*São Paulo.v 1 Ricordi Brasileira, *1960, p.75-76.*
[14] Guarnieri, Camargo. *Programa de estréia da Cantata Caso do Vestido*. São Paulo, 1971.
[15] Guarnieri, Camargo. Entrevista Concedida à Rádio Universitária UFU, 1991.
[16] Sant'Anna, Affonso Romano de. *Drummond: o gauche no tempo*. 4. ed. Rio de Janeiro, Record. 1992, p.27.

Forças Armadas e Política: a importância da origem social e do processo de socialização militar na tomada de decisões políticas[1]

Denise Felipe Ribeiro

Fazendo a leitura de autobiografias e livros de memórias produzidos por militares, assim como de seus depoimentos prestados a jornalistas e cientistas sociais, não raro podemos encontrar referências à importância que tais personagens atribuem às relações pessoais estabelecidas no seio da corporação – não só aos laços de coleguismo como às rivalidades. Muitas vezes tais sentimentos têm sua origem no banco dos colégios militares e se perpetuam por toda a vida, algumas vezes se manifestando no momento da tomada de uma determinada posição política.

Mas, e para os estudiosos do assunto, quais são os fatores que podem influenciar o posicionamento político dos militares? Qual a influência das características próprias da instituição militar nas práticas políticas desse grupo social? As relações pessoais construídas na caserna teriam alguma relevância nesses processos? É com indagações como estas que estaremos revendo, em trabalhos clássicos para o estudo do papel dos militares na política como os de Edmundo Campos Coelho, Alfred Stepan, René Dreifuss e outros mais recentes como os de João Roberto Martins Filho, Celso Castro e Piero de Camargo Leirner, como cada um desses autores aborda questões como a origem social e o processo de socialização profissional dos militares e a influência de tais fatores na tomada de decisões políticas.

Alfred Stepan, um dos expoentes entre os “brasilianistas” que tentaram compreender o processo político brasileiro que culminou na tomada do poder pelos militares em 1964, procurou averiguar, em seu trabalho *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira* , qual padrão regula a relação entre militares e civis. Embora o autor leve em consideração a importância do estudo das características organizacionais e institucionais da

instituição castrense, ressalta que não se deve isolar as Forças Armadas do sistema político como um todo, pois há uma interação da corporação com o restante da sociedade que não deve ser eclipsada nas análises.

Uma das questões com as quais Stepan se ocupa é a da relação entre a origem social do quadro de oficiais, sua organização interna e seu comportamento político. Apesar de ter chegado à conclusão de que as características institucionais das Forças Armadas têm a sua relevância na análise da participação dos militares na política, o autor considera que a ideologia, a composição social e a estrutura de um exército não são aspectos determinantes do comportamento militar em momentos de crise política.[2]

Stepan considera que para a discussão do papel dos militares na política, deve-se partir de três enfoques analíticos: origens sócio-econômicas, análise empírica, e análise do contexto histórico.[3] Assim, na falta de uma doutrina comum entre os oficiais, as diferenças individuais podem influenciar a tomada de decisões políticas. Tais influências podem ter a sua origem na personalidade de cada um, na sua origem regional e sócio-econômica, nos setores em que cada um prestou serviço militar, nos envolvimentos políticos passados e nas experiências de carreira.[4]

Uma das críticas ao trabalho de Stepan é feita por Martins Filho. Baseado em um trabalho de João Quartim de Moraes, em que analisa as conseqüências da proposta metodológica do cientista político norte-americano para o estudo do regime militar brasileiro pós-1964, Martins Filho lembra que a construção de modelos que estabelecem um padrão da relação entre “civis” e “militares” não leva em consideração a concretude dos sujeitos e a determinação histórica dos processos de transformação política.[5]

Outro trabalho significativo para a compreensão da inserção dos militares na política é *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, de Edmundo Campos Coelho.[6] Negando trabalhos que não se atêm à especificidade militar da corporação e identificam as Forças Armadas com determinadas classes sociais, Coelho afirma que o Exército passa por uma evolução por meio da qual pode-se observar um

isolamento progressivo em relação à influência da sociedade civil e o crescimento dos interesses e das demandas próprias da organização.[7]

Ao tratar da formação da identidade do Exército brasileiro, Campos parte do pressuposto de que, para a definição dos valores e dos objetivos constitutivos da corporação, foi preciso conquistar um maior grau de autonomia em relação a outros grupos sociais. Além disso, para a formulação de seu próprio papel na sociedade foi necessária a presença de condições internas que favorecessem a existência de uma liderança do tipo institucional, tais como: agências específicas para a formação de líderes, isolamento relativo da liderança de modo a protegê-la das pressões que fluem dos liderados, agências de socialização e endoutrinamento e mecanismos de isolamento.[8]

Partindo de uma perspectiva que se contrapõe às teses que dão ênfase a uma suposta homogeneidade militar, João Roberto Martins Filho atenta para o fato de que algumas características próprias da corporação, tais como a heterogeneidade, a divisão e a fluidez são de grande influência nas ações políticas castrenses.[9] O próprio autor nos lembra que essa idéia não é recente nas análises em relação às Forças Armadas. Estudiosos do assunto como Alain Rouquié já haviam notado a especificidade do comportamento político da instituição militar.

Dentre os traços particulares das Forças Armadas, que podem explicar a diversidade e a fluidez de tendências políticas internas temos alguns princípios como os de cooptação e de verticalidade que regem as promoções e as nomeações de militares. Em tais princípios encontra-se, também, o fundamento da criação de redes de lealdade e da formação de clientelas no interior da corporação.[10]

René Dreifuss, em seu trabalho "*1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*", embora não tenha como um de seus objetivos o estudo das formas de socialização militar, reconhece a influência de relações pessoais e de laços familiares nas práticas políticas militares. Em um estudo sobre a relação entre militares e uma elite civil, o autor, ainda que acredite que "havia uma interação civil-militar mais sistemática do que a resultante do mero estabelecimento de contatos esporádicos ou de laços familiares"[11],

reconhece que tais laços são "muito significativos em uma estrutura de parentesco tão fechada como a das Forças Armadas brasileiras, em que tantos oficiais vêm de famílias com forte presença militar".[12]

Ao tratar da presença do complexo IPES/IBAD nas Forças Armadas, Dreifuss observa o fato de que o esforço de grupos civis em estabelecer contato com militares, resultava, além da adesão desses militares a grupos favoráveis a um golpe contra João Goulart, em relações de amizade. O autor cita como exemplo a relação de amizade estabelecida entre Vicente Barreto Esmeraldo, sobrinho do general Adauto Esmeraldo – oficial ligado ao IPES – e o general Ernesto Geisel, revelando que o estabelecimento desses laços fez com que Vicente Esmeraldo ascendesse rapidamente em sua carreira na administração pública, tendo se tornado, após 1974, um burocrata de cúpula.[13]

Outra observação que fazemos a partir do texto de Dreifuss, é que ao listar nomes de civis e militares envolvidos na conspiração que teria resultado no golpe de março de 1964, são feitas referências quanto às relações de parentesco entre militares que de alguma forma também tiveram uma participação proeminente ou no golpe ou durante o regime militar propriamente dito. Entre outros exemplos encontramos a referência ao parentesco de João Baptista Figueiredo – integrante do IPES – com o líder do IPES João Baptista Leopoldo Figueiredo, seu tio; e com os então tenentes-coronéis Diogo e Euclides, seus irmãos. É citado também o parentesco do então tenente-coronel Boaventura Cavalcanti com o então coronel Costa Cavalcanti; e do general Agrícola Bethlem, com o então coronel Belford Bethlem e com o general Hugo Bethlem, sendo o primeiro seu primo e o segundo, seu irmão.[14]

Em estudos, como os feitos por Celso Castro e Piero de Camargo Leirner, que trazem a contribuição da antropologia para o estudo dos militares na política, percebe-se que seus olhares se direcionam para além das análise mais tradicionais em relação ao assunto. Assim, encontramos nos trabalhos desses dois autores novas possibilidades de abordagem e interpretação.

Celso Castro, em sua pesquisa de campo sobre a formação dos cadetes do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras, ao tratar do processo de socialização, de construção da identidade militar por que passam esses futuros oficiais, afirma que o aprendizado de "como ser militar" se dá, principalmente, pela interação cotidiana com seus colegas e com oficiais.[15]

Tal processo de socialização objetivava a criação de uma elite dotada de homogeneidade e isenta de personalismos. Para isso, era necessário, portanto, que os cadetes ingressos na Escola Militar passassem por rituais que os afastassem de suas vidas pregressas. Vivendo na Escola Militar, em regime de internato; adquirindo um uniforme militar, um nome-de-guerra, um número; compartilhando refeições e alojamentos, a referência de cada um deixava de ser a família e passava a ser os outros alunos.[16]

Nesse sentido, a socialização desses alunos se torna um fator que não só reforça a importância dos pares, mas cria laços horizontais de camaradagem e lealdade.[17] Pode-se presumir, em um primeiro momento, que a criação desses tipos de laços pessoais entre os cadetes era totalmente espontânea. Entretanto, em outro trabalho de Celso Castro podemos notar que durante o processo de "invenção do Exército brasileiro" esses valores eram intencionalmente estimulados pela instituição militar. Castro cita um artigo da revista *A Defesa Nacional*, publicado em agosto de 1935, em que há o estímulo a uma campanha de defesa de qualidades militares como o espírito de ordem, a subordinação, a camaradagem e o sacrifício, qualidades estas que estariam, naquele momento, sendo ameaçadas pela ação de subversivos.[18]

O trabalho de Piero Leirner, também nos leva a crer que os valores de lealdade e camaradagem são institucionalizados. Ao tratar da segmentação da corporação – resultante da hierarquia militar – Leirner cita um documento produzido pelo Estado-Maior do Exército, o Estatuto dos Militares, onde se encontra estabelecido que os "círculos hierárquicos são o âmbito de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e de confiança, sem prejuízo do respeito mútuo".[19]

Ao tratar da questão da diferença entre liderança e comando, vemos que enquanto o comando está ligado à noção de competência, de merecimento; a formação de líderes está ligada à questão da confiança. Sobretudo no interior de pequenas unidades de combate "os indivíduos subordinam o exercício de suas funções a uma lógica determinada pelas relações pessoais".[20]

Um dos depoimentos tomados por Leirner nos mostra a influência das relações pessoais no momento das promoções.[21] Assim, ainda que o mérito seja um elemento de grande importância na corporação militar, vemos que o sistema, sendo dotado de instâncias locais de decisão – onde há uma proximidade maior entre comandante e comandados – permite que a decisão do mérito esteja permeada pelas relações pessoais.[22] Vemos então, que tal dinâmica favorece a formação de círculos de amizade e de influência. O estabelecimento de tais círculos de amizade pode ocorrer já no momento em que um aluno conclui o curso em uma escola militar e escolhe a primeira instância local de serviço, onde serão formadas as primeiras e mais estreitas relações pessoais fora da escola. O autor nos lembra que basta ler algumas biografias de militares que chegaram ao generalato para perceber que há uma repetição de nomes com quem ou para quem cada um deles trabalhou ou assessorou.[23]

Procuramos, nesse trabalho, fazer uma revisão das principais interpretações sobre as formas de inserção dos militares na política. Em algumas obras analisadas, podemos notar que foram priorizados aspectos externos à instituição castrense. Nesses casos, não foi possível observar um maior aprofundamento em relação à questão da importância da origem social e do processo de socialização militar. Apesar disso, há o reconhecimento por parte desses autores da existência e importância de tais fatores. Em outros trabalhos, como os de Celso Castro e Piero Leirner, encontramos elementos que puderam contribuir para a idéia de que características próprias da instituição castrense – mais especificamente a questão das relações de camaradagem, de amizade e de rivalidade – exercem alguma influência sobre a carreira dos militares e seus posicionamentos em relação à política. No entanto, constatamos que há ainda bastante espaço para o desenvolvimento de uma

pesquisa mais aprofundada sobre o papel dos laços pessoais, de lealdade e de camaradagem tanto em relação à tomada de decisões políticas como em relação à formação de grupos no interior das Forças Armadas.

Notas

[1] Este artigo é um desdobramento das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP), ligado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenado pelo Prof. Renato Lemos.
[2] STEPAN, Alfred. *Os militares na política: a mudança de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. pp.44-45.
[3] Idem.
[4] Idem. p.167.
[5] MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996. p.29. Para a crítica de Quartim de Moraes ver MORAES, João Quartim de. "Alfred Stepan e o mito do poder moderador", *Filosofia Política*, 2:163-199, inverno de 1985.
[6] COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-universitária. 1976.
[7] Idem. p. 27.
[8] Idem. p.128.
[9]MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit. p. 36.
[10] Idem. p. 37. O autor lista tais características da corporação militar a partir de um estudo feito por Alain Rouquié do caso argentino. Para Martins Filho, os aspectos encontrados nos militares argentinos podem ser úteis para o estudo do caso brasileiro. Ver ROUQUIÉ, Alain. *Pouvoir militaire et société politique en Republique Argentine*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978. 735 p. p.661.
[11] DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petropólis: Editora Vozes, 1981. p. 363.
[12] Idem.
[13] Idem. p. 403. Nota 33.
[14] Idem. p.364-365.
[15] CASTRO, Celso. *O espírito militar: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 12.
[16] Idem. p. 130. Ver também CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 34.
[17] CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 59.
[18] CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002. p. 27.
[19] Estado-Maior do Exército. Estatuto dos militares, edição de 1980, impressão de 1994. Citado em LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 74.
[20] LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 79.
[21] Depoimento de um capitão R/2 a Piero Leirner. *"Tem uma gíria que é o 'peixe', se você é o peixe de alguém. Você fala, 'aquele capitão lá, será que ele vai conseguir ir para algum lugar?', 'Ah! Ele é peixe do general!'. Ou então o contrário, se diz que ele foi peixado pelo fulano* ". Idem. p. 80.
[22] Idem. p.93.
[23] Idem. p. 94.

MAIS DE TRÊS MILHÕES DE MORTOS NO CONGO: UMA GUERRA MULTIFACETADA (1998-2002)

Denise Lúcia Camatari Galvão – PPG-UNB

Introdução

Entre 1998 e 2002, um conflito armado na República Democrática do Congo (ex-Zaire) atingiu proporções amplas e complexas, ao envolver uma rede transnacional de organizações armadas da região dos Grandes Lagos. Mais de 3,6 milhões de pessoas foram vitimadas fatalmente pelo conflito desde 1998,[1] nesse país de 51,7 milhões de habitantes.[2] A crise humanitária associada aos conflitos armados teve como conseqüência, também, mais 360 mil congoleses refugiados e cerca de 2 milhões de pessoas deslocadas no interior do país.[3]

De um lado, alinharam-se o governo congolês e seus partidários de Angola, Zimbábue, Namíbia; do outro, as organizações armadas RCD-Goma, RCD-ML e MLC, e seus aliados de Ruanda, Uganda e Burundi. A chamada "guerra mundial africana"[4] não pode ser entendida se não forem consideradas as várias forças que movem o conflito: (i) manifestações da profunda crise do Estado; (ii) rivalidades étnicas; (iii) regionalização do conflito através das fronteiras internacionais; (iv) disputas por recursos naturais; (v) degradação ambiental; e (vi) interdependência societária regional. O objetivo deste texto não é cobrir detalhadamente o complexo conflito armado no Congo (1998-2002), mas apresentar suas principais faces e identificar os fatores determinantes do início, da intensidade e do prolongamento da guerra.

A crise do Estado

Quando o conflito armado no Congo começou, em agosto de 1998, o Estado congolês apresentava-se em situação crítica. As décadas de regime político patrimonial, ou seja, de desmandos políticos e corrupção sistemática e em larga escala, clientelismo e personalismo no poder, bem como a falta de provisão de serviços sociais para a população e a ausência de diversificação econômica, desde a independência em relação à metrópole

colonial, em 1960, desembocaram no colapso do Estado. Financeiramente falido e com forças armadas em desordem, o aparato estatal era incapaz de implementar políticas públicas e de manter a presença do Estado em todo o território.[5]

Ademais, o fim da Guerra Fria repercutiu, para o Zaire, na diminuição da ajuda estrangeira ao governo de Mobutu Sese Seko. Além disso, a liberalização de setores da economia e o crescimento do mercado informal contribuíram para a queda da renda do Estado, manifestada no declínio das exportações oficiais. O poder central, autoritário, era cada vez mais contestado no âmbito doméstico enquanto não cedia às pressões externas por democratização.

Na prática, Mobutu assumia uma postura minimalista que admitia a relativização da soberania interna. Ao permitir a fragmentação do poder em autoridades locais mais autônomas, reduzia a ameaça de aliança entre seus opositores políticos. Com isso, logrou sobreviver no poder até 1997, quando foi derrubado por uma insurgência armada transnacional, a *Alliance des forces démocratiques pour la libération* (AFDL), deixando a economia congolesa em frangalhos.[6] O incompleto projeto de *nation-building* foi interrompido durante a guerra civil que durou cerca de oito meses.

O novo regime, de Laurent Désiré Kabila, era dependente de governos estrangeiros no campo militar e no político, além da dependência econômica em relação a empresas multinacionais, para as quais a AFDL vendeu concessões de importantes reservas de recursos minerais. Portanto, mesmo ao usar terrorismo de Estado, não teve meios para reconstruir o aparato estatal nem para construir um consenso nacional. Quando as tropas de países vizinhos invadiram o Congo em 1998, a imagem é de que foram ocupar um vácuo de poder.

Rivalidades étnicas

No Congo, a etnicidade serviu como instrumento de mobilização. Houve questões étnicas que alimentaram o conflito armado de duas origens: (i) interna, os grupos populacionais de origem ruandesa, chamados banyarwandas, habitando o leste do Congo; e

(ii) externa, as rivalidades étnicas exportadas por meio da presença em território congolês de refugiados e de organizações armadas estrangeiras.

No nível doméstico, havia na região leste, nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul, segregação em relação aos povos de origem banyarwanda. Enquanto os hutus-banyarwandas eram alinhados com os grupos étnicos considerados autóctones, os tutsis-banyarwandas enfrentavam contestações, inclusive oficiais, de seu direito à cidadania zairense, o que significava a restrição de seus direitos a propriedade de terras. Essas clivagens provocaram choques violentos, como a perseguição de tutsis em Kivu do Norte, no início de 1996, e a rebelião dos banyamulenges, um grupo de tutsis que vivia tradicionalmente na serra de Itombwe, na região de Uvira, em setembro de 1996.[7]

Durante a guerra civil (1996-1997), os tutsis-banyarwandas, incluindo os banyamulenges, associaram-se a AFDL que, com a presença predominante de forças que se identificavam com a etnia tutsi, perseguiam, sobretudo, os congoleses hutus em sua campanha rumo a Kinshasa. A repressão da insurgência, portanto, visava principalmente os congoleses tutsis e os banyarwandas. No período entre-guerras, a indignação da população local diante das atitudes dos ruandeses nas áreas ocupadas piorou a situação dos grupos banyarwandas e dos tutsis congoleses. Vários grupos, como o hunde, o hutu e o nande, alimentavam um forte sentimento anti-Ruanda. Na segunda guerra congolesa, portanto, os hutus-banyarwandas, como o Interahamwe e a ex-*Forces Armées Rwandaises* (ex-FAR), alinharam-se com o governo congolês, enquanto os tutsis tendiam a apoiar as forças de Ruanda. Mais uma vez, os tutsis foram os mais perseguidos.[8]

No nível externo, a presença massiva de tutsis ruandeses e de extremistas hutus nos grandes acampamentos de refugiados no leste do Congo provocou desequilíbrio étnico na região e ataques destrutivos em 1996 e 1997 por tropas ruandesas e burundinesas. Ademais, organizações armadas de Uganda (*Allied Democratic Forces* – ADF), Ruanda (membros da ex-FAR e da milícia hutu Interahamwe) e do Burundi (*Forces pour la défense de la démocratie* – FDD) usaram continuamente, desde meados da década de 1990, áreas do território congolês como base, de onde partiam em ataque e para onde recuavam em

retirada.

Outra manifestação de rivalidades étnicas no nível externo, no conflito armado do Congo, deu-se na região de Ituri, na província Orientale, que é rica em ouro. Lá, as forças ugandenses apoiaram militarmente partes opostas entre si, estimulando, de um lado, os hemas, liderados por Adele Lotsove na *Unión des patriotes congolaises* (UPC); e, de outro, o *Rassemblement Congolais pour la Démocratie-Mouvement de Libération* (RCD-ML), que se identificava com o grupo de etnia lendu. Cerca de 60 mil pessoas foram vitimadas entre 1999 e 2003, em decorrência da exacerbação das tensões étnicas locais por comandantes das *Ugandan People's Defence Forces* (UPDF) com motivações econômicas.

Dessa forma, as diferenças étnicas no Congo integram lógicas de domínio político e de exploração e exclusão econômica. Não engendrariam violência organizada se a identidade étnica não houvesse sido usada como ferramenta de mobilização dos membros de cada grupo por interesses de forças militares.

A dimensão regional: participações estrangeiras

Entre 1998 e 2002, o Congo foi invadido e ocupado por três forças armadas estrangeiras – de Ruanda, Uganda e Burundi –, e o governo de Kinshasa conquistou, em seu auxílio, o envio de tropas de três países – Angola, Zimbábue e Namíbia. Assim, além de várias organizações armadas não-estatais, o conflito armado congolês envolveu as forças armadas de ao menos sete países africanos.

A justificativa dada por Ruanda e Uganda para invadirem o território congolês em agosto de 1998, em duas frentes, fundamentava-se em preocupações com a segurança de suas fronteiras ante as organizações armadas hostis presentes no Congo e, no caso ruandês, no apoio a tutsis congoleses e banyarwandas nos Kivus contra a perseguição étnica. Nesse sentido, estimularam a organização de congoleses para que defendessem localmente seus interesses. Na ocupação de porções da região leste do Congo por meio do *Rassemblement Congolais pour la Démocratie* (RCD), os oficiais ruandeses exerciam o poder administrativo, político, militar e econômico. Ao longo do conflito, ficou definido que as

políticas do RCD-Goma eram decididas e aprovadas em Kigali.

Em relação aos aliados do governo congolês, o apoio de Angola fundamentava-se em considerações de segurança interna, tendo em vista a percepção de que existia associação entre lideranças rebeldes congolesas e seus patrocinadores externos e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA). O Sudão, por seu turno, embora houvesse apoiado Mobutu contra a AFDL, desta vez se unia a Kabila, contra a nova rebelião, tendo em vista o conflito a opor Cartum e Kambala. Já os interesses do Zimbábue eram financeiros. Além da dívida para Mugabe que Kabila devia, cujo pagamento era arriscado caso o regime fosse derrubado, havia os investimentos zimbabuanos no mercado congolês, no setor minerador. Alguns sócios de Mugabe e militares zimbabuanos de alta patente vislumbravam o risco de perder negócios importantes com uma possível derrota de Kabila, que consistiam em concessões de exploração mineral para a Sengamines, empresa de exploração de diamantes que atuou em Mbuji-Mayi. Além disso, Mugabe ansiava por uma oportunidade de exercer alguma liderança na região.

Dessa forma, o território congolês foi invadido por tropas estrangeiras, que se aliavam a grupos armados nacionais. Disso originaram-se áreas de ocupação, algumas das quais se tornaram relativamente estáveis. O território congolês foi dividido em quatro zonas de soberania *de facto*, dominadas por cada uma das principais partes em conflito e seus aliados estrangeiros: (i) as forças governamentais, que controlavam o centro e o oeste, sendo que o Zimbábue mantinha tropas no sul-sudoeste e Angola, na região fronteiriça comum; (ii) o *Mouvement pour la Libération du Congo* (MLC), que controlava o noroeste, com apoio de Uganda; (iii) o RCD-ML, que controlava o nordeste, também como aliado de Uganda; e (iv) o RCD-Goma, que, com as forças de Ruanda, manteve o leste do país, além da faixa à margem ocidental do lago Tanganyika, que era controlada pelos militares do Burundi.

Disputa por recursos naturais

Apesar da fraqueza do Estado congolês, a aliança entre RCD-Goma, RCD-ML, MLC,

Uganda e Ruanda não venceu a guerra, ou seja, não diluíram as chamadas ameaças à sua segurança, nem conquistaram a capital Kinshasa, nem derrubaram o regime dos Kabila. Interesses econômicos desviaram o foco das organizações armadas de oposição. O território congolês, incluindo a vasta região ocupada durante o conflito armado, é rico em ouro, diamantes, columbita-tantalita – liga de nióbio com tântalo – e outros minerais. A oportunidade reconhecida no conflito armado de controlar a produção e o comércio de recursos naturais e, com isso, não somente financiar os esforços de guerra, mas também acumular riqueza, influiu no modo como as organizações armadas fizeram a guerra.

Ruanda e Uganda drenaram sistematicamente as riquezas geradas a partir da extração e da exportação de recursos naturais, por meio de associações com empresas multinacionais, do controle militar de garimpos e da taxação mediante coerção em vários domínios: alfândega, licenças de exploração de minas, etc., principalmente sobre o setor da mineração.[9] Os interesses econômicos do RPA e da UPDF tornaram movediça a aliança entre Ruanda e Uganda contra o governo congolês, que foi abatida em vários momentos durante o conflito armado, em que dissiparam suas forças dissuadidos por motivações econômicas.[10]

A justificativa da ocupação militar alegada pelos governos estrangeiros para a ocupação de suas forças armadas em parte do território congolês, baseada na ameaça à segurança dos invasores por grupos insurgentes ruandeses e ugandenses, vela os interesses por trás de políticos proeminentes e membros de alto escalão dos exércitos de Ruanda e de Uganda, que lucraram com a guerra. Esse discurso é desconstruído ao ser confrontado com três fatos:

i a aliança entre Ruanda e Uganda, que alegavam o interesse comum na segurança regional, ruiu diante do fator Kisangani, ou seja, da disputa direta entre as duas forças pelo controle de pontos estratégicos para a exploração de recursos naturais;

ii as partes oponentes no conflito confundiam-se, ao conviver e até cooperar em matéria de mineração e comércio, de modo que outros objetivos, políticos ou étnicos, eram relativizados ante o interesse oportunista na exploração dos recursos

naturais; e

iii o local de maior intensidade e duração do conflito armado coincide com a região de persistência de reservas de riquezas minerais, de modo que a maior concentração das disputas ocorreu no leste do país, em que se combinam o problema de desestabilização trans-fronteiriça e o da abundância de diversos recursos naturais, além da já conflituosa distribuição de terras. Estima-se que três quartos das vítimas do conflito armado no Congo entre 1998 e 2003 foram dessa região.[11]

Por meio da exploração não só de recursos minerais, mas também de madeira de lei, as organizações armadas congolesas e seus aliados ruandeses e ugandeses financiaram suas campanhas militares e proporcionaram enriquecimento pessoal para políticos e oficiais de alto escalão. As mercadorias pilhadas do Congo e a reexportação desses bens por Ruanda renderam 8,4% do total de exportações ruandesas em 1999 e 7,1% em 2000. Entre o final de 1999 e o final de 2000, o exército ruandês ganhou ao menos US$ 20 milhões por mês a partir da columbita-tantalita. Uganda tornou-se exportador de tântalo em 1998, apesar de não produzir o mineral. Os minerais congoleses proporcionaram cerca de US$ 5 milhões por mês para Uganda, o que permitiu aumento do orçamento militar, mas os lucros eram direcionados, sobretudo, para pessoas mais influentes.[12] Nesse sentido, o próprio Congo financiou a sua insegurança.

A dimensão preponderante: considerações finais

Ao longo de 2002, a maior parte das tropas estrangeiras deixou o Congo. A intensidade e a escala horizontal do conflito armado entre 1998 e 2002 deveram-se a uma complexa conjunção de fatores interligados, dos quais destacam-se causas profundas: (i) a decadência do Estado no Congo; (ii) a discriminação de pessoas com base na origem étnica, como instrumento de eliminação de concorrentes por poder político e econômico; (iii) as políticas militaristas dos vizinhos na consecução de seus objetivos de segurança; e (iv) a presença no território congolês de riquezas naturais que impõem baixos custos de extração

e de transporte.

A abundância e a diversidade de reservas minerais no país, por sua vez, determinaram a intensidade dos impactos e contribuíram apara a duração do conflito armado no Congo, por meio de cinco fatores conjunturais: (i) a inserção no mercado global da economia não-diversificada e em recessão acelerada; (ii) o crescimento do comércio ilegal através das fronteiras porosas do país; (iii) o oportunismo das grandes empresas mineradoras e de membros das organizações combatentes; (iv) a demanda pelos minerais congoleses no mercado mundial; (v) e a falta de opção de trabalho para os garimpeiros.

No Congo, conflito armado associa-se à condição geográfica; violência organizada, porém, é um fenômeno social. Os recursos naturais do Congo alimentaram o conflito armado com o suporte dos fatores da crise política e econômica, da etnicidade e da interdependência regional, que confluíram para a guerra multifacetada na virada para o século XXI.

Referências

1 Estimativa do International Rescue Committee, publicada em abril de 2003, no relatório "Mortality in the DRC: Results from a nation-wide survey (Sep-Nov/2002)".

2 Dado referente ao ano de 2000, provido pelo Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNPFA).

3 Dado referente a setembro de 2001, provido pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Questões Humanitárias (OCHA).

4 Essa expressão foi empregada considerando a escalada horizontal do conflito armado, pela Assistente da Secretaria de Estado Norte-americana para Assuntos Africanos da época, Susan Rice.

5 McNULTY, Mel. "The collapse of Zaïre: implosion, revolution or external sabotage?". *The Journal of Modern African Studies*. n. 327, 1999; RENO, William. Warlord Politics and African States. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

6 A renda per capita do Congo, que era de US$ 380 em 1960, caiu para US$ 240 em 1990 e despencou para US$ 85 em 2000. AKITOBY, Bernardin & CINYABUGUMA, Matthias. "Sources of Grouth in the Democratic Republic of the Congo: A Cointegration Approach". *IMF Working Paper*. WP/04/114, 2004.

7 MAMDANI, Mahmood. *When victims become killers: Colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda*. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

8 REYTJENS, Filip. "The Second Congo War: more than a remake". African Affairs. n. 98, 1999; AMNESTY INTERNATIONAL. "Democratic Republic of the Congo: 'Our brother who help kill us' – Economic exploitation and human rights abuses in the east". Abril de 2003; INTERNATIONAL CRISIS GROUP. "The Kivus: The Forgotten Crucible of the Congo Conflict". *ICG Africa Report* n. 56. 24 de janeiro de 2003.

9 NZONGOLA-NTAJALA, Georges. "Civil War, Peacekeeping and thre Great Lakes Region". In: LAREMONT, R. (Ed.). *The causes of war and the consequences of peacekeeping in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 2002.

10 Segundo Deus Kagiraneza, responsável pelas operações de exploração dos recursos naturais do "Congo Desk" ruandês em Kisangani e na província Orientale, em depoimento à comissão do Senado belga, disse que, se quisesse, o exército ruandês (RPA) poderia ter removido os mayi-mayi e o Interahamwe da região dentro de apenas um mês. Sobre as batalhas de Kisangani, declarou: "We were outraged to see the Victory company, sponsored by the Ugandans, sign contracts without the Rwandese. That's the sole reason we went to war against the Ugandans, because we alone wanted to control the diamonds.". Cf.: BELGIAN SENATORIAL COMMISSION OF INQUIRY ON THE GREAT LAKES. *Rapport*. Disponível em: <http://www.senate.be> Acesso em: 12 de maio de 2005.

11 MOUYROUND, Celine & KATUNGA, John. "Coltan exploitation in Eastern Congo". In: LIND, Jeremy & STURMAN, Kathryn (Ed.). *Scarcity and Surfeit. The ecology of Africa's conflicts*. Pretória: African Centre for Technology Studies and Institute for Security Studies, 2002.

12 MONTAGUE, Dena. "Stolen Goods: Coltan and the Conflict in the Democratic Republic of the Congo". *SAIS Review*. Vol. XXII, n. 1, Winter/Spring 2002; SAMSET, Ingrid. "Conflict of Interests or Interest in Conflict? Diamonds & War in the DRC". *Review of African Political Economy*. n. 93/94, 2002; UN SECURITY COUNCIL. *Final Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo*. S/2002/1146. 8 de outubro de 2002.

Anna dos 6 aos 18: a tomada, a montagem e a memória

Denise Tavares[1] - PUCCAMP

A reflexão que marca o cinema não-ficcional, não escapou da sucessão de abordagens e definições, geralmente formatando contraposições, que permitiram e justificaram, já comemorados mais de 100 anos de história da chamada "arte cinematográfica", um artigo como o do professor e pesquisador Fernão Ramos, publicado em Estudos de Cinema 2000 – Socine, cujo título é assumidamente uma provocação: *O que é documentário?* Ou seja, mesmo com a vasta produção documentária (e, no momento, ganhando popularidade quase que surpreendente), a discussão em torno da demarcação de fronteiras conceituais que permitam não se ter dúvidas sobre se este ou aquele filme é um "documentário", continua mobilizando esforços daqueles que se debruçam sobre o cinema. E, entre as diversas matérias-primas que poderiam ser acionadas para que os muros-limítrofes se erguessem, emergem, com significativo vigor, a capacidade do documentário ser tanto "verdade", quanto esta impossibilidade – impossibilidade explicitada, quase sempre, por uma discussão (infinita) sobre o *seu caráter especular e falsamente totalizante*[2].

Um dos caminhos que buscam romper tal dilema define o documentário como o filme que se caracterizaria por *enunciar asserções sobre o mundo*. Já Brian Winston[3] considera justo recuperar o conceito de John Grierson – o documentário é *o tratamento criativo da realidade* – especialmente para diferenciá-lo do jornalismo, uma proximidade, segundo o autor, exposta desde o "Cinema Direto"[4], e reforçada, agora, pelo uso intensivo (e facilitador, enquanto custo e mobilidade de produção), da câmera digital. Estes dois conceitos particularmente interessam aqui pois, de certa forma, assentam a estratégia deste texto que propõe-se a discutir como em *Anna dos 6 aos 18*, do cineasta russo Nikita Mikalkov[5], se trabalha criativamente (leia-se, também, como se "cria" a realidade) em um projeto claro de

construção de uma asserção sobre uma determinada geografia em determinado tempo, definidos, ambos, pelo diretor.

O filme de Mikalkov debruça-se sobre o período histórico em que a ex-União Soviética revela ao mundo parte das suas contradições e é obrigada a conviver com o próprio fim de seu império, construído sob o discurso oficial do comunismo e da convivência entre povos e países agregados no pós-guerra (segunda). A estratégia do diretor é filmar em "tempo real", recortando um momento que evidencia o processo fílmico – o crescimento anual da sua filha. A estes momentos, no entanto, agrega o que seria o contexto de cada uma destas tomadas com a filha, apresentando-o através de sua interpretação do que estaria ocorrendo na União Soviética. Explica, assim, ao espectador, que as cenas que está vendo – imagens de arquivo de cine-jornais e fotos – emolduraram o crescimento de Anna e justificam as mudanças da personagem, especialmente a perda da "inocência".

O parceiro essencial de Mikalkov na construção de seu filme é a passagem do tempo – o que é evidenciado pelo próprio título da obra. No entanto, mais do que esta passagem de tempo, o que "costura" o filme é o tom intimista do *off*, que estabelece um vínculo com o espectador e dá ao filme um caráter de carta, de um relato íntimo. Esse tom já está presente na apresentação dos créditos, quando Mikalkov faz uma dedicatória à mãe. Na tela, uma bela paisagem de cartão postal - que o *zoom out* deixa ainda mais etérea e o som dos pássaros também -, resume a motivação do cineasta: eis ali a sua terra, como a queria para sempre, como a define intimamente, como ele buscará em sua travessia por estes anos em que compartilhará com o espectador suas memórias além dos momentos em que este poderá acompanhar o crescimento anual de Anna, a suposta protagonista de seu filme.

A apresentação da pequena Anna, logo em seguida, segue o mesmo tom intimista das primeiras cenas: ao primeiro plano e uma pan vertical colada a um corrimão de escada em madeira já um tanto deterioriada, a câmera chega, em enquadramento fechado, aos pequenos pés inquietos de Anna. Mais um movimento suave da câmera, agora em pan horizontal e logo, vertical, mostrando a graciosa menina que soletra, com dificuldades, um nome: A – N – N – A... Não, não se trata dela mesma, mas da leitura do título de um livro

que está em suas mãos - Anna Karenina - uma das obras que mais identifica o passado cultural grandioso da Rússia. Evidencia-se, portanto, desde estas primeiras cenas, a valorização do passado anterior aos bolcheviques, para que se entenda o que ocorreu com a pátria do diretor e que é oculto ao mundo e até mesmo aos próprios russos, pois que fruto de uma ideologia que ilude e até mesmo se auto-ilude, e que teve como "pecado" maior, segundo o diretor, a negação de Deus, alicerce e sentido da existência deste povo.

Também nestas primeiras cenas tem-se a opção pela voz *over,* que se sobrepõe à trilha. No entanto, não é um *over* clássico, ao contrário: ele se reveste da subjetividade que caracterizaria este filme quase que como uma autobiografia ou, no mínimo, como um depoimento. Ou seja, assume a marca da reflexividade, que tem pontuado os documentários modernos e que serviria, segundo seus defensores, de um caminho coerente ao filme de não-ficção, na medida em que se pretende deixar claro ao espectador que este é apenas mais um olhar sobre a realidade e não a totalidade desta realidade.

Neste sentido, o filme de Mikalkov assume em sua estrutura uma série de estratégias caras ao documentário, que pode configurar *Anna* sob diversos ângulos – o que o inclui na vertente do documentário moderno, ao mesmo tempo, em que não se perde da perspectiva de uma narrativa – já que, por definição, narrativas acontecem ao longo de tempo e do espaço, com mudanças do personagem e, efetivamente, veremos isto acontecer com a pequena Anna, filha do cineasta.

Mas esta também é uma marca que recoloca o filme em seu enquadramento documentário: no instante em que é feita a tomada, ela traz a indicialidade do tempo em que foi gravada e são estas tomadas, que seguem praticamente ano a ano – e, quando este processo é interrompido é justificado pelo diretor, em um dos diversos diálogos diretos que mantém com o espectador – que conferem ao filme o valor de documento, do acontecido de fato, de desvendamento do fôlego com que Mikalkov, ao longo dos anos, debruça-se sobre as questões que elencou essenciais para construir os universos paralelos a que se propôs documentar, de forma que um garanta ao outro seu valor "documental": as mudanças da filha durante o período que filma e as drásticas alterações por que passou a União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas estão intimamente ligadas e, de certa forma, uma esclarece a outra.

Esta é, portanto, a estrutura do filme. Tem-se, de um lado, a seqüência das tomadas anuais da pequena Anna e, alternado-as e, claro, sempre mais expansivamente que os depoimentos da garota, estão as reflexões do diretor, cujos invólucros são, principalmente, os filmes de arquivo dos governos soviéticos ao longo dos anos em que filma – com destaque especial para Gorbachov e a sua Perestroika - e os momentos em que o cenário se fixa na residência da família, com Mikalkov permitindo-se, inclusive, reminiscências e reconstituições das imagens do passado – em um processo de sugerir e não documentar ou reconstituir já que, em plano médio, a câmera foca vidraças cobertas, interna e parcialmente, por cortinas que só nos permitem ver alguns vultos e, portanto, imaginarmos o resto dirigidos pelo voz do diretor.

Subjetividade e representação da realidade

Poderia passar quase como um comentário de alguém que conhece alguns dados a mais do que a realidade da imagem projetada está revelando: em cena, crianças correndo, grandes planos do exército soviético, primeiro plano em Bresnhev. Mas, para além das imagens, a voz *off*, ganha intensidade enquanto anuncia (enuncia) que este é um império que tem tudo que um império precisa: um imperador (primeiro plano em Bresnhev), guardas, exércitos e, até, cidadãos. Um império que tem tudo, menos Deus. Esta ausência, ainda segundo o *off*, não impede que este seja um lugar que fascine com seu poder e mistério, e que também amedronte e atraia as pessoas de diversos lugares do mundo.

Olá, meu nome é Douglas da Silva. Estou em Moscou, nas Olimpíadas, anuncia um garoto negro, sorridente, que cede seu espaço a uma imagem de um foguete espacial subindo. A opção pela montagem que intercala estas cenas funcionam como metáforas que reforçam o discurso do diretor em uma seqüência de tomada direta, ampliando o índice de veracidade e coerência do discurso de Mikalkov. Este cuidado na montagem permeia todo o filme remetendo, de certa forma, à escola russa do início do século XX. Temos aqui o

realismo documental mesclado à subjetividade do discurso que permanece subjacente, pois que reiterado continuamente ao longo do filme, mesmo nestes momentos em que o personagem em cena ganha voz.

El realismo presenta la vida, tal como se vive y se observa. El realismo es tambíen uma posición ventajosa desde la que ver la vida y sumergirse em ella, resumiu Nichols.[6] O contexto em que esta frase está inserida é outro, totalmente distante do filme de Mikalkov, no entanto, é possível relacioná-la à obra do diretor russo, justamente porque, se não se fala mais em verdade quando se busca conceituar o documentário, não se pode ignorar, no caso de *Anna*, a permanente intenção do diretor, no sentido de agregar a seu filme o valor de realidade e verdade. Afinal, concebido inicialmente quase que como uma crônica, cujo personagem central seria a garotinha Anna e suas respostas às mesmas perguntas, o filme, realizado por 13 anos, entrelaça-se à história da Rússia.

E o império, objetivamente, ruiu. E o filme de Mikalkov não se furta a esta queda, ao contrário, enuncia as motivações, avalia os equívocos, ajuiza seus participantes – sejam eles os elaboradores da fragilidade do sistema, sejam eles os que se iludiram com a aparente fortaleza com que o socialismo russo se apresentava à sua nação. Um a um são mostrados os trágicos e duros momentos presentes no período em que o filme foi desenvolvido. No entanto, recorrendo novamente a Nichols, é preciso lembrar que *el realismo histórico no respalda la misma estética que el realismo de ficción aunque utilicen muchas técnicas comunes, ni tampoco respalda necessariamente las mismas formas de subjetividad*.[7] Temos, então, neste documentário, recursos perfeitamente cabíveis ao filme ficcional: a trilha pontuando a imagem; a perspectiva individual criando uma singular narrativa que poderia, inclusive, ser percebida como um mundo imaginário, especialmente nas cenas em que o foco são as memórias do diretor; o personagem caracterizado ao longo do tempo; a montagem paralela ou, pelo mesmo, sugerindo ser paralela, diálogos. Mas temos, por outro, a marca da autenticidade, que atesta que a câmera ali esteve. São situações que, como diz Nichols *...oferece garantía de que nosotros también 'estamos allí',*

viendo el mundo histórico a través del ámbar transparente de las imágenes indicativas y el es estilo realista.

Autenticidade e história

> *A auto-reflexão pode conduzir facilmente a uma regressão infinita. Pode se revelar altamente atraente para uma intelligentzia mais interessada na 'melhor forma' do que em mudanças sociais. No entanto, o interesse pelas formas auto-reflexivas não é uma questão puramente acadêmica. O cinema direto e suas variantes procuraram resolver certas limitações da tradição 'voz de Deus'. O filme de entrevistas buscou resolver as limitações de grande parte do cinema direto, e o documentário auto-reflexivo tenta resolver as limitações contidas na assunção de que a subjetividade e o posicionamento social e textual do ego (enquanto cineasta ou espectador) não são, em última instância, problemáticos.*(NICHOLS,Bill. "The Voice of Documentary". Trad. Eliana Rocha Vieira. Publicado em *Film Quartely,* vol. 36, nº 3, 1983,s/p.)

Interrompido em alguns períodos pela dificuldade da censura na Rússia soviética ou por outras filmagens do diretor – ele dirigiu "Olhos Negros", com Marcelo Mastroiani, em 1987, na Itália[8], e também a peça teatral "O piano mecânico" – *Anna de 6 aos 18* carrega, em sua estrutura, algumas das estratégias concebidas como adequadas ao cinema documentário, em sua trajetória histórica. Anunciado em sua concepção despretensiosa – o que não impediu o diretor de já afirmar que "intuitivamente" sabia o que iria realizar – o filme insere momentos de auto-reflexividade, expondo, inclusive, seus limites financeiros de realização (o que é mote para mais um gancho crítico do diretor em relação ao sistema soviético); também de cinema-direto – este estilo tão caro à tradição griersoniana; idem, em relação às entrevistas – sem que estas impedissem a narração com voz fora-de-campo. E, assume seu discurso impregnado de valores ou, podemos dizer, marcado pela subjetividade, o que, por sua vez, é abraçado e incorporado pelo documentário moderno.

No entanto, ao se apresentar como testemunha da história – esteve lá, viveu este período, acompanhou o crescimento e as mudanças da sua filha e do seu país – não deixa de recorrer às imagens de arquivo, aos cine-jornais, aos fatos reconhecidos como parte da

história coletiva, inclusive, não desprezando, integralmente, o áudio. Trança, desta forma, duas estratégias que trazem as marcas da autenticidade. De um lado, as tomadas que faz da sua filha, mantendo, na medida do possível, o ciclo temporal, conformando-o, portanto, como história. E, de outro, busca os documentos, os fatos compartilhados, os instantes reconhecidos como fatos da história. E são estas imagens e sons que ilustram seu discurso, que legitimam sua interpretação, especialmente quando se pensa no cinema como também fonte da história.

Esta construção estabelece uma cumplicidade muito sutil com o espectador quando expõe, de forma delicada e poética, suas reminiscências e perplexidades, em especial quando é confrontado com as mudanças do discurso de sua filha, que responde, sem se negar nenhuma vez – apesar de suas titubiedades, o que, por sinal, dá ainda maior força às tomadas, torna-as mais verdadeiras. Estamos, pois, diante de um documentário, cuja singularidade – acompanhar o crescimento físico e intelectual de uma criança, através de um brevíssimo encontro pontuado pelas mesmas questões – não se furta a uma assumida e expressa autoria. Assim, o diretor não se nega a falar em nome do povo russo, do governo, das intenções de Gorbachev e outras asserções presentes no *off* que flui praticamente contínuo pela maior parte do filme, apesar dos aparentes contrapontos. Ou seja, é auto-reflexivo em diversos momentos (o diretor inclui seqüências de outro filme seu, em mais um paralelo importante entre a Rússia czarista e a soviética, pois, nos dois filmes, os personagens principais são crianças. No entanto, enquanto no czarismo a vida familiar, a tradição cultural e o conhecimento da realidade garantem uma abordagem positiva para o povo e, claro, pelo diretor, na pátria soviética, o mundo lá fora é amedrontador justamente porque todas as referências sócio-culturais foram esmagadas e reina a imprevisibilidade), mas este diálogo e desvendamento do como realizou sua obra não inclui a reflexão sobre as imagens de arquivo que usa. O único dado que revela, até mesmo para conferir maior autenticidade ao seu discurso, para que este cole mais ainda nas imagens, é a indicação temporal quando, por exemplo, usa as cenas das Olimpíadas.

Como disse Hobsbawm, *a desconstrução de mitos políticos ou sociais disfarçados como história faz parte das obrigações profissionais do historiador, independente de suas simpatias*[9]. A questão é pensar este caminho, quando a construção do discurso está claramente definida pelo autor de uma obra que se apresenta como uma trajetória pessoal. Mas, lembrando agora Marc Ferro, *um filme, seja ele qual for, sempre vai além de seu próprio conteúdo*[10]. Mikalkov inicia e termina o seu filme com uma paisagem amplam em que reafirma o "torrão natal" como a substância-base do significado e sentido da vida. Fecha um ciclo, anunciando outro: a irmã mais nova de Anna. Busca, assim, manter a cumplicidade com o espectador para, quem sabe, um novo período de 12 anos, em uma Rússia agora em ruínas. Precisou, no entanto, para dar sentido ao que colocou – e vice-versa – recorrer a outros filmes, outras imagens, dando-lhes um novo contexto. Também à montagem e às imagens de arquivo. Assim procura legitimar o seu discurso. Assim participa, de certa forma, da discussão sobre a autenticidade e valor documental das imagens. E mesmo que se saiba ser impossível esgotar este caminho, é cada vez mais inevitável percorrê-lo.

Notas

1 Denise Tavares é jornalista, mestre em Multimeios (Cinema) e professora da PUC-Campinas.

2 RAMOS, Fernão. "O que é documentário?" in *Estudos de Cinema 2000* – Socine. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2001.

3 "A maldição do ´jornalístico´ na era digital" in MOURÃO, Maria Dora e LABAKI, Amir. *O cinema do real*. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

4 Cinema Direto:

5 Também grafado Mikhalkov. Cineasta russo, diretor, entre outros, de *Olhos Negros* e *O Sol Enganador*.

6 NICHOLS, Bill. *La representación de la realidade*. Paidós Comunicación Cine, p.218

7 Op. Cit nota anterior, p. 234.

8 Inclusive é mostrado, no documentário, cenas do diretor no set de filmagem da Itália, comemorando o nascimento de sua filha Nadia.

9 HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.288

10 FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 56.

Filme: *Anna dos 6 aos 18.* Produção: Rússia/Rússia, 1994. Direção e Roteiro: Nikita Mikhalkov. Fotografia: Pavel Lebechev, E. Karavaev, Y. Yusov e V. Allison. Música: Edward Artemyer Montagem: E. Praksina Produtores Executivos: Leonid Verechtchaquine e Jean Louis.

SUBSÍDIO LITERÁRIO: UM IMPOSTO PARA EDUCAR NO "PERÍODO DAS LUZES"

Diana de Cássia Silva

UFMG/FAE/GEPHE

A proposta desta comunicação é apresentar uma análise do Subsídio Literário enquanto um objeto de estudo que permite perceber algumas das faces do processo de escolarização em Minas Gerais entre o século XVIII e início do XIX. Para tanto, selecionamos um dos capítulos da dissertação de mestrado "O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835)"[1] que discute algumas destas questões.

Mas como pensar a escolarização neste contexto? Partimos do princípio que este conceito possibilita o estudo das manifestações que ultrapassam a esfera institucional e estabelece relações com as políticas e as culturas que permitiram o formato da escola e de seus valores[2]. Assim, a escola somente pode ser pesquisada em sua historicidade se entendermos o movimento de *institucionalização* da mesma.

Nos finais do século XVIII percebemos uma série de mudanças administrativas geradas pelas idéias iluministas que estavam em voga na Europa. Em todos os cantos ecoavam os valores do homem enquanto sujeito racional que precisava criar e modificar a sua realidade. Divulgava-se que a ciência deveria ser a verdadeira dona das explicações, guiando o homem para o caminho das Luzes. E foi com alguns destes princípios, sem afastar de todos os valores da Igreja, que as políticas Pombalinas foram lançadas em meados do século XVIII em Portugal fortalecendo o poder do Rei em todos os assuntos de ordem política, religiosa, econômica e educacional.

Ao expulsar os Jesuítas da direção do ensino, Pombal iniciou o processo de estatização da educação com a implantação do sistema de Aulas Régias, voltado para os Estudos das Humanidades e os Estudos das Primeiras Letras. A reforma nos estudos das humanidades teria iniciado em 1759 na ordem régia que organizava toda a estrutura a ser observada pelos professores. Os Estudos das primeiras letras foi alvo da

preocupação de Pombal em contato direto com a necessidade de divulgar o uso da língua portuguesa a todos os índios das terras que pertenciam a sua administração.

Para bem governar, um dos princípios básicos é a unidade da língua. Luiz Carlos Villalta[3] nos informa que no Brasil eram línguas que existiam e nessa "torre de babel" teria sido a língua portuguesa a que conseguiu, por meio de muita imposição e taxação, ser o idioma mais utilizado e aos poucos interiorizado pela população. Se a ordem dos estudos das primeiras letras somente se deu em 1772, o ensino oficial da língua portuguesa já estava em voga em uma ordem régia de 1770, além deste fato, temos a política dos Diretórios implantada já em 1751, antes mesmo da expulsão dos Jesuítas, que se transformaria em um instrumento que disseminaria a língua portuguesa aos índios de todas as partes do Brasil.

O sistema de Aulas Régias estabelecia uma relação direta da Coroa com os mestres e professores que iriam ensinar as letras, todavia, se antes eram os pais e outras rendas que poderiam pagar estes profissionais, no ano de 1772, em novembro, Pombal decide que seria necessário um imposto único para a educação. O objetivo era padronizar os pagamentos e fazer com que todo o sistema das aulas fosse efetivado.

Para administrar este imposto foi estabelecido diretorias que criariam as formas exatas da arrecadação, fiscalização, distribuição e pagamento dos mestres e professores de forma eficaz.

O Subsídio Literário era cobrado sobre a produção de vinho, aguardente e vinagre e no Ultramar, foi vinculado `a produção de aguardente e da carne. Para a cobrança do imposto nas terras do Brasil ficou sendo responsável as Juntas da Real Fazenda instaladas em algumas capitanias. A Real Junta da Fazenda de Minas foi estabelecida no ano de 1765, passando a atuar administrativamente em 1771:

> (...) pela primeira vez que um órgão colonial, sob a presidência de um governador que limitava e apreciava a participação local, tornava-se o único responsável pela tesouraria regional e por todas as despesas e arrecadações, salvo o quinto real. [2]

Após realizar a coleta do imposto, pagamento dos mestres e professores, os responsáveis teriam que enviar o saldo existente para Portugal[4]. O sistema de coleta do imposto era realizado semestralmente e os valores eram anotados num caderno no qual constava o nome do produtor, o local em que morava, a quantidade do produto manifestado e quando não produziam, os contribuintes também deveriam justificar o fato. Vejamos um exemplo do manifesto do Subsídio Literário coletado em Mariana em 1805:

> Manoel do Nascimento morador desta cidade (Mariana) manifestou de baixo de juramento ter mandado cortar nas suas cortes no primeiro trimestre desse ano vinte cabeças de gado que reguladas a sete arrobas, e a [um real] por arratel importão 4$480.[5]

Com o crescimento das fraudes e desvios em todas as fases do processo de coleta, envio de valores e pagamentos, o imposto passou por diferentes órgãos responsáveis por administrá-lo em Portugal e, no final do século XVIII, passou a ser centralizado no Erário Régio. No Brasil, o mesmo fato fora observado, assim, no início do século XIX cada uma das comarcas passou a ser responsável pela arrecadação e pagamento dos funcionários ligados ao sistema de Aulas Régias.

Mas quanto era arrecadado em algumas localidades do Brasil e quantas Aulas Régias aqui foram instaladas? Quem pagava este imposto? Qual valor os mestres e professores recebiam? Como eram realizados estes pagamentos? É com estas indagações que analisaremos o termo de Mariana, próximo à Vila Rica. Uma região conhecida por suas atividades urbanas, políticas, educacionais e comerciais que em muito esteve presente nas *histórias* de Minas Gerais.

1- O Subsídio Literário em Minas Gerais e a distribuição das Aulas Régias nas freguesias do termo de Mariana

No ano do estabelecimento do Subsídio Literário foi editado uma carta designando que seriam abertas 837 Aulas Régias para "alcançar os povos verdadeiramente interessados" [6] no ensino em Portugal e Ultramar. As Aulas Régias compreendia os Estudos Maiores (universidade) e os Estudos Menores (cadeiras das Humanidades e Cadeiras das primeiras letras). Todavia, nesta carta de 1772, somente a

abertura de aulas referente aos Estudos Menores foi referida, pois neste mesmo ano a universidade também estava sendo alvo das reformas.

Para os Estudos das Humanidades (latim, grego, filosofia, retórica) seriam abertas 358 aulas e para os Estudos das primeiras letras (ler, escrever, contar e a religião) seriam abertas 479. Das terras pertencentes a Portugal, o Brasil foi o que mais recebeu licença: 17 aulas de primeiras letras e 21 aulas de humanidades. A capitania de Minas Gerais recebeu licença para abrir 10 aulas, sendo 5 de humanidades e 5 de primeiras letras. Nesta mesma lista observamos que o termo de Mariana ficava com três aulas, sendo duas das humanidades e uma de primeiras letras.

Mas para manter estas aulas regulamentadas seria necessário o início do pagamento do imposto pela população. Segundo José Joaquim da Rocha foi no ano de 1774 que a capitania de Minas Gerais iniciou o recolhimento do imposto gerando uma soma de 5:518$075 no final de 1779[7]. Vinte e um anos depois, a capitania, de acordo com os dados obtidos na Receita da Fazenda Mineira referente ao ano de 1800, teria arrecadado a soma de 4:800$000 e neste mesmo ano, o número de Aulas Régias na capitania teria aumentado para vinte e cinco aulas[8].

Esta informação indica que a arrecadação permaneceu na capitania e que as aulas aumentaram consideravelmente, da mesma forma que aumentava a interiorização da política do imposto para as Aulas Régias no cotidiano da população. Esta, formada por um grupo de moradores identificados nos registros como capitães, guardas, senhoras viúvas, forras, escravos, padres e mesmo os mestres de primeiras letras[9], que resistia muitas vezes quando não pagava o imposto, mas sofria com as políticas inseridas pela Coroa em torno da fiscalização do mesmo.

No período pesquisado (1777-1808) o montante recolhido nas freguesias do termo de Mariana foi de 21:139$340. Esse valor ocorreu de forma bem irregular refletindo o momento de imposição de uma nova lei e a própria estrutura das atividades e o porte populacional existentes em cada uma das freguesias. Assim, para a nossa amostra

classificamos três tipos de freguesias: as de “baixa contribuição” como aquelas que manifestaram valores de zero a mil reis aos cofres do Subsídio Literário, formadas pelas freguesias do Pomba (124$040), Antônio Pereira (142$912), São Sebastião (163$520) e a Freguesia de Camargos e Bento Rodrigues (754$056); as freguesias de "média contribuição" são aquelas que manifestaram valores acima de mil reis e abaixo de dez mil reis, representadas por Catas Altas (1:099$452), Cidade de Mariana e Passagem (1:305$664), São Caetano (1:370$674) e Inficcionado (1:453$044) e as freguesias de "alta contribuição" que são aquelas que manifestaram valores acima de dez mil reis, representadas por Sumidouro (2:765$880), Piranga (3:236$636), Furquim (4:040$124) e Barra Longa (4:683$338).

No que se refere as aulas de primeiras letras, que é o foco de nossa pesquisa, observamos que no contexto do século XVIII `as primeiras décadas do século XIX, as freguesias foram aos poucos ganhando algumas Aulas Régias quando alguns dos moradores recebiam licença para exercerem a função de mestres de primeiras letras ou quando estes mestres vinham de outros locais com a licença para exercerem a função naquela freguesia. Esta interiorização das aulas ocorria em todos os três grupos de freguesias “baixa”, “medias” e “alta” contribuição, independente dos valores manifestados pelos contribuintes.

A freguesia do Pomba contava com um mestre de primeiras letras antes mesmo do estabelecimento da ordem régia, pois nesta freguesia a Coroa catequizava os índios desta região, enquanto uma possível política dos Diretórios, que permaneceu após a extinção do mesmo em 1798. Já nas freguesias de “media” e “alta contribuição” a presença das aulas se dava de forma mais diversificada devido as próprias localidades que estavam ligadas a estes grupos: população mais acentuada, atividades comerciais mais intensas e localidade mais próxima da sede do termo. A cidade de Mariana contava com um mestre de primeiras letras desde de 1771 e em nosso estudo observamos que alguns mestres chegavam a completar 26 anos de magistério[10].

Uma vez que as freguesias contribuíram com o imposto criado pela Coroa e que as aulas ocorriam em boa parte das freguesias do termo de Mariana, iremos tentar observar como se dava o pagamento dos mestres de primeiras letras com os valores arrecadados.

2- Problemas em torno dos pagamentos dos mestres

Todos os mestres de primeiras letras e os professores do ensino das humanidades passaram a ser reconhecidos como funcionários da Coroa Portuguesa em qualquer uma das terras que Portugal dominava. Estes novos funcionários, além de gozarem de alguns privilégios que a nobreza possuía, passaram a receber seus ordenados a partir dos valores que foram estabelecidos pela Coroa, mas para chegar o este posto os candidatos a mestres deveriam passar por uma banca examinadora que observava se o candidato possuía uma boa conduta moral e religiosa e se morava com a família. No exame ele era argüido em algumas matérias como a noção da língua portuguesa, deveria provar que sabia escrever praticando o ato na frente da banca e responderia questões em torno do catecismo e gramática portuguesa.[11]

Os mestres de primeiras letras recebiam o valor de 150$000 anuais, pago aos quartéis, ou seja, a cada três meses o mestre receberia o valor de 37$500 (trinta e sete mil e quinhentos réis), o que correspondia a um salário mensal de 12$500 ou um ganho diário de $416 (quatrocentos e dezesseis réis). Para receber seu ordenado, os mestres enviavam para a Câmara um documento informando os nomes dos alunos, filiações e as freqüências observadas, assim, receberiam dos vereadores o "Atestado", um documento que comprovava a execução dos seus serviços naquele trimestre.

Ao observarmos as Provisões constatamos que o termo de Mariana contava com cinco mestres de ler, escrever e contar que foram licenciados nestes documentos assinados por Dona Maria entre os anos de 1777-1798[12]. Estes mestres permaneciam nos cargos por muitos anos, mas nem sempre ficavam na mesma freguesia como percebemos em nossa pesquisa.

Com relação aos pagamentos, percebemos nas Folhas Literárias[13] que os mestres poderiam ficar mais de quatro anos sem receber seus ordenados. Um fato que era comum em outros lugares como em Portugal e mesmo nas outras capitanias do Brasil, como nos mostra Miryam Fragoso[14] em seu estudo sobre a capitania de São Paulo, confirmando que muitos mestres recebiam seus ordenados por meio de pagamentos feitos pelos pais dos alunos ou de outras profissões que desempenhavam devido a demora do pagamento. No termo de Mariana, verificamos casos em que os mestres chegavam a morrer com valores a receber da Fazenda Mineira, que realizava o pagamento aos familiares dos mestres[15].

O pagamento do mestre Manoel Ferreira Velho, de Barra Longa, nos mostra um pouco desta demora. Este funcionário teve vários atrasos em seus pagamentos que o acompanhou até o século XIX. No que se refere ao ordenado de 1793, o Tesoureiro da Fazenda informou ao seu procurador que já havia realizado, mas os ordenados de 1794, o mestre somente o recebeu no ano de 1798, quatro anos depois e em datas diferentes, sendo que um dos últimos quartéis foi pago em 1800[16]. Fatos como este foram observados nas folhas de outros mestres da capitania de Minas Gerais, ficando claro que a sobrevivência nesta sociedade poderia se dar por meio relações em torno do fiado.

Se cada mestre tinha que receber o valor de 150$000 por ano, poderíamos dizer que o termo de Mariana precisaria de 75$000 anuais para pagar os cinco mestres que lecionavam em suas freguesias. Um valor que nos nossos estudos foi comprovado que existia no recolhimento do termo de Mariana. Uma das explicações para o não pagamento é dado por Carrato[17] ao afirmar que o valor do Subsídio arrecadado no Brasil era enviado para a metrópole e utilizado nas reformas dos colégios voltados para os filhos dos nobres e dos mercadores de Portugal.

Embora no Brasil, a extinção deste imposto se deu apenas em 1839, já em 1827 era fato notório que os valores coletados eram insuficientes para manter as escolas estabelecidas. A contribuição do Subsídio Literário no termo de Mariana pelos

"pequenos", "médios e "grandes" contribuintes foi uma forma localizada de percebermos como as políticas de Pombal foram apropriadas pela população, que mesmo contribuindo, não deixavam de perceber que os pagamentos dos mestres não aconteciam como previa a lei, a mesma lei que os obrigava a pagar o imposto semestralmente. Criar um imposto, divulgar, fiscalizar e realizar pagamentos, não foi uma atividade simples num contexto tão limitado em termos estruturais, num período de acomodação da própria população. Todavia, foi uma estratégia de estrema importância para a efetivação dos interesses de Portugal em torno da instrução que refletiu no cotidiano dos moradores do termo de Mariana, demonstrando que no movimento de *institucionalização* da escola a lei pode ser observada em diferentes momentos.

---

[1] SILVA, Diana de Cássia. *O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835).* Belo Horizonte: Faculdade de Educação UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado)

[2] Para maiores informações ver MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a história no processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. *Educação, Sociedade e Culturas.* Instituto de Educação da Universidade do Minho, (5):7-34, 1996.

[3] VILLALTA, Luiz Carlos. A vitória da língua portuguesa na guerra dos idiomas. *Nossa História.* (5): 58-63, marc.2004.

[3] MAXWELL, Kenneth. Paradoxo do iluminismo. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 64

[4] FERRER, Adegilgo. *Obscurantismo Iluminado: Pombal e a instrução em Portugal e no Brasil (século XVIII).* São Paulo, Faculdade de Educação USP, 1997. [Tese de Doutorado]

[5] Arquivo Histórico Municipal da Câmara de Mariana, códice 575.

[6] Carta lei de 11 de novembro de 1772.

[7]ROCHA, José Joaquim da. *Geografia da Capitania de Minas Gerais.* Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Cultura, 1995.

[8] Revista do Arquivo Publico Mineiro, 1902, ano VIII. p. 1006

[9]Para trabalharmos com os dados do Subsídio Literário no termo de Mariana, consultamos trinta e cinco livros de Manifesto com informações sobre a produção de aguardente e de carne das freguesias deste termo. Nossa pesquisa ficou centralizada no período de 1777 a 1808. Excluímos de nossa analise os livros de *Manifesto de carnes verdes*, por entendermos tratar-se de um outro tipo de imposto. Foi no final do trabalho que, ao trocarmos informações com o professor Doutor Ângelo Carrara, este nos informou que esse manifesto também se voltavam para o Subsídio Literário.

[10] Nos diversos documentos pesquisados nos arquivos APM e AHCMM quantificamos trinta e seis mestres de primeiras letras distribuídos nas freguesias do termo de Mariana.

[11] AHCMM, livro, 216, fls. 96-98

[12] AHCMM, códice, 216.

[13] Utilizamos também as Folhas Literárias que fazem parte do Fundo da Casa dos Contos existente no Arquivo Público Mineiro[13]. Documentos que se referem àquilo que foi pago pela Real Fazenda de Minas Gerias aos mestres de Primeiras Letras que aturam no século XVIII ao XIX.

[14] FRAGOSO, Myriam Xavier. *O Ensino Régio na Capitania de São Paulo* (1759-1801). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1972. [Tese de doutorado]

[15] Arquivo Histórico da Casa Setecentista, Códice 117, Auto 2415, 1º ofício.

[16] Arquivo Publico Mineiro MF. 095, G. E-4, V. 568, f.30

[17] ROCHA, José Joaquim da. *Geografia da Capitania de Minas Gerais.* Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Cultura, 1995.

Uma análise comparada no campo de História das Doenças

Dilene Raimundo do Nascimento
Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz
E-mail: dilene@coc.fiocruz.br

Introdução

Neste trabalho pretendemos sumariar o contexto de surgimento do método comparativo de processos históricos e a importância de sua utilidade nas análises históricas de doenças. Apesar de não aceito por muitos historiadores, o fato é que, mesmo no caso de pesquisas consideradas estritamente monográficas, o ato de comparar sempre está presente, ainda que de modo não explícito, pois a descrição de um fenômeno particular implica o confronto com outros fenômenos semelhantes ou díspares, o que acaba por contribuir para uma melhor apreensão de seus contornos essenciais e, portanto, de sua especificidade.

O impulso tomado pelo método comparativo, na segunda metade do século XX, explica-se tanto pela percepção de que a generalização no estudo das sociedades implica o ato de comparar diferentes realidades, quanto pelo desenvolvimento de áreas de estudo, como, por exemplo, o do campo de História das Doenças. Nesse caso, um estudo comparativo das repercussões de duas doenças em uma mesma sociedade, ou de uma mesma doença em sociedades distintas, torna-se fértil para a reflexão sobre como as sociedades constroem as doenças e, a partir daí, estabelecem estratégias científicas e institucionais para combatê-las.

Os modelos de comparação

O ambiente intelectual europeu do século XIX, no qual se deu a emergência deste modo de abordagem das transformações das estruturas sociais e culturais, caracterizava-se pelo debate entre os que defendiam o estudo das sociedades humanas, "com ênfase em generalizações sobre sua estrutura e desenvolvimento"[1], portanto, sociológica, e os historiadores voltados exclusivamente para os eventos políticos, construídos a partir de fontes

oficiais, como era o caso dos historiadores rankeanos do Estado [2]. Na verdade, para estes últimos, tudo o que se produzisse em história e que não limitasse seu foco ao campo político-institucional, mas explorasse temas sociais, econômicos e locais, muitas vezes a partir de relatos antigos, não poderia ser considerado verdadeiro ou sério, mas, antes, como narrativa não objetiva, não científica.

Num contexto de crise do conhecimento histórico, caracterizado pelo relativo desinteresse na diacronia, com a conseqüente valorização dos estudos sincrônicos, alguns historiadores, nos inícios do século 20, começaram a se voltar para outras disciplinas, em busca de apoio na construção de uma "história mais ampla e mais humana"[3], que se voltasse para as diversas formas do fazer humano, rompendo ao mesmo tempo com a narrativa triunfalista dos grandes eventos. Neste período, surge a Revue de Synthèse Historique, de Henry Berr, como expressão do desejo de renovação da história e ciências humanas, mas é com a fundação dos Annales d'Histoire Économique e Sociale, por Marc Bloch e Lucien Febvre, que se cria efetivamente não só um veículo de crítica aos historiadores tradicionais, como também um canal de diálogo entre historiadores e cientistas sociais. A partir de então, desenvolve-se um movimento de ampliação do campo de atuação dos historiadores, tanto com a incorporação de objetos até então considerados indignos da sua atenção, quanto com a adoção de perspectivas teóricas advindas de outras disciplinas, ao mesmo tempo em que, para historiadores como Henri Sée e Henri Pirenne, a comparação aparecia como o instrumento pelo qual a história poderia alçar-se à condição de ciência, pois, graças a ele, evoluiria da mera descrição para a explicação dos processos históricos.[4]

Sob a influência da sociologia comparativa de Durkheim, Marc Bloch definiu a aplicação da comparação em história como método que busca não somente testar hipóteses sobre processos históricos, mas estabelecer as semelhanças e diferenças tanto entre sociedades "vizinhas" quanto entre sociedades distantes entre si no tempo e no espaço. Efetivamente, em seus dois importantes estudos dedicados ao mundo feudal, *Os Reis*

Taumaturgos e *A Sociedade Feudal*, o historiador exercita, respectivamente, a comparação entre realidades semelhantes, Inglaterra e França, a partir de um fato comum às duas sociedades: o poder de seus reis-médicos de curar escrófulas, e a comparação entre sociedades distantes, no caso a Europa e o Japão feudais, pela focalização das similitudes e dissimilitudes nas relações de cavaleiros e samurais com seus senhores.

As posições contrárias à comparação fundamentavam-se no argumento de a história ser a ciência dos acontecimentos ou fatos únicos, singulares, irrepetíveis. Ao historiador caberia colhê-los e tratá-los com objetividade, a partir de documentos, nos quais já estariam potencialmente inscritos. Concepção positivista da história, portanto, que atribuiria aos fatos um sentido teleológico, isto é, a condição de etapas em direção ao futuro concebido como progresso. Os adeptos da comparação, por outro lado, mesmo aceitando o fato único como objeto específico da história, defendiam o comparativismo como o método que permitiria uma melhor percepção de sua especificidade. Assim, Max Weber, considerado o primeiro dentre os sociólogos a utilizar a história comparativa numa perspectiva contrastiva, isto é, buscando definir traços distintivos da sociedade ocidental pela comparação com sociedades asiáticas, nas diferentes esferas da vida social, ao responder à objeção do historiador Georg von Below ao emprego da comparação em história urbana, afirmou que para a história estabelecer o específico de uma cidade é necessário investigar o que falta nas outras.[5]

Mas, apesar de rejeitado por parte de muitos historiadores, o fato é que, mesmo no caso de pesquisas consideradas estritamente monográficas, o ato de comparar sempre está presente, ainda que de modo não explícito, pois a descrição de um fenômeno particular implica o confronto com outros fenômenos semelhantes ou díspares, o que acaba por contribuir para uma melhor apreensão de seus contornos essenciais e, portanto, de sua especificidade. Por exemplo, a narrativa do processo de fundação de um Estado nacional, não dispensaria a comparação com outros eventos desta ordem, na medida em que, com este recurso, melhor se caracterizariam as suas causas e traços determinantes.

O impulso tomado pelo método comparativo, na segunda metade do século XX, explica-se tanto pela percepção de que a generalização no estudo das sociedades implica o ato de comparar diferentes realidades, quanto pelo desenvolvimento de áreas de estudo como as histórias da Ásia, da África e da América Latina que, ao suscitarem questões teóricas em torno do papel destas regiões no contexto mundial, levaram à formulação de hipóteses e à necessidade de sua verificação pelo confronto entre variadas formações sociais daqueles continentes. O estudo das sociedades escravistas americanas, por exemplo, avançou significativamente graças ao emprego do método comparativo, já que com ele foi possível testar hipóteses sobre o processo de desenvolvimento destas mesmas sociedades, a partir do traço estruturador comum a todas: a escravidão colonial. Finalmente, contribuiu para a difusão do método comparativo em história o aparecimento de campos de estudo como a literatura, a economia e a política, alimentando a pesquisa histórica com novas perspectivas de abordagem dos processos de transformação social.

Tratar das motivações do uso da comparação levanta questões como por que comparar e quais seriam suas modalidades específicas. Theda Skopcol e Margareth Somers, em seu artigo intitulado *The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry*, discutem estes temas e apresentam três linhas, ou lógicas, de abordagem comparativa em história, que se realizam em algumas das mais expressivas contribuições à historiografia contemporânea. São elas: a História Comparativa como Demonstração Paralela da Teoria, a História Comparativa por Contraste de Contextos e a História Comparativa como Análise Macrocausal.

A História Comparativa como Demonstração Paralela da Teoria busca provar a eficácia de uma hipótese ou teoria, quando aplicada a uma série de trajetórias históricas relevantes para a demonstração. Neste caso, uma característica importante desta forma de comparação é justamente sua condição ancilar em relação à teoria a ser demonstrada. Assim, os casos comparados devem exemplificar o termo comum a todos, previsto pela teoria.

A segunda modalidade de comparação, denominada História Comparativa por Contraste de Contextos, procura justapor situações, com objetivo praticamente oposto ao da história comparativa por demonstração. Se, para os comparatistas da demonstração paralela da teoria o que importa é provar a sua validade caso a caso, para os estudiosos que utilizam o comparativismo por contraste seu objetivo está em revelar os aspectos individuais de cada caso particular e mostrar como este aspectos interferem na elaboração da suposta generalidade dos processos sociais. Se a característica básica do método comparativo por demonstração paralela é o foco na teoria, o que importa para a comparação por contraste é que a integridade histórica de cada caso pesquisado seja respeitada como um todo.

Se os estudos comparativos por contraste de contextos para serem bem-sucedidos não devem pretender substituir as análises causais, se seu objetivo é o estabelecimento de limites históricos às excessivas generalizações teóricas, sem, por seu turno, aspirar a novas generalizações, a História Comparativa como Análise Macrocausal parece apontar justamente para o oposto. O decano desta terceira forma de comparativismo, Barrington Moore Jr., vê o uso da comparação histórica como um método que pode efetivamente "testar a validade das hipóteses teóricas vigentes e desenvolver novas generalizações causais que substituam as invalidadas"[6]. A análise macrocausal tende a movimentar-se entre hipóteses explicativas alternativas e a comparação de traços relevantes nas histórias de dois ou mais casos estudados.

Trata-se, na verdade, de se pensar a comparação não como uma estratégia a favor da máxima generalização teórica ou, pelo contrário, da afirmação do caráter exclusivamente individual do fenômeno histórico; antes, trata-se de se trabalhar simultânea e criticamente com o geral e o particular, com os modelos e suas variantes concretas, de modo a se apreender a dinâmica de um determinado processo histórico.

A comparação em História das Doenças

Assim, no caso da História das Doenças a comparação entre fenômenos patológicos, ou entre diferentes contextos sociais atingidos por um mesmo fenômeno, pode revelar sugestivas variações de sentidos das doenças, consoante os períodos de sua emergência, bem como sua importância, no âmbito da realidade histórica em que elas se desenvolvem. No recente campo de estudos da História das Doenças, pesquisas comparativas entre tuberculose e Aids, por exemplo, têm resultado numa nova compreensão dessas patologias, na medida em que se explicita não apenas o caráter de sua incidência, mas o modo como indivíduos e sociedades por elas atingidas as vivenciam.[7]

Pela identificação de elementos comuns a ambas as doenças – transmissibilidade e incurabilidade –, o estudo comparado dessas patologias busca examinar suas repercussões no corpo social e nas estratégias científicas e institucionais construídas para combatê-las. Ambas, cada uma em sua época, mostram-se dotadas de grande relevância epidemiológica e social, descrevendo trajetórias, muitas vezes semelhantes, outras de diferenças relevantes.

No caso da tuberculose, o discurso médico-científico do início do século XX aparece como um verdadeiro oráculo detentor do poder de apresentar formas capazes de exercer, pelo menos, algum controle sobre suas manifestações. Já em relação à Aids, assiste-se, pelo menos nos anos 80, ao espetáculo do ludíbrio daquele discurso, pelas evoluções de uma doença refratária a toda tentativa de aprisionamento e capaz de embaraçá-lo com as teias do imaginário social produzido a partir dela.

No caso das duas doenças, o contágio e a incurabilidade legitimam a comparação e propiciam tanto a análise da construção dessas doenças, sob a égide desses conceitos, partilhados por ambas no campo médico-científico, quanto de suas repercussões no campo político e social, com atenção, por outro lado às rupturas e permanências na relação da sociedade com tais enfermidades. Nessa medida, a comparação examina as respostas dadas

pela sociedade a essas doenças percebidas como fenômenos sociais, levando-se em conta as três dimensões das doenças: a de suas manifestações no imaginário social, a do conhecimento científico e a das estratégias institucionais, consideradas as suas conexões e interpenetrações, quer como resultados quer como geradoras das ações sociais nas suas relações com as moléstias.

Em suma, ao assumir a tuberculose e a Aids como objetos de uma História Social, a comparação busca levar em conta as diferenças sociais quando do aparecimento de cada uma delas, investigando similitudes e dissimilitudes em suas trajetórias. Em outras palavras, a comparação detecta elementos pertinentes a ambas, em seus respectivos contextos, o que permite tanto sua aproximação quanto sua distinção como fenômenos sociais. Por último, a comparação aponta para a análise das visões coletivas que determinam o debate e a formulação de políticas de combate a essas moléstias.

Ainda no campo da História das Doenças, o estudo comparado de estratégias nacionais, no combate a moléstias de grande transcendência social, abre a possibilidade de, ao mesmo tempo em que propicia um conhecimento mais profundo das sociedades em função da sua interação com as doenças que as atingem, uma leitura simultaneamente contrastiva e ampliada da imbricação dos diferentes aspectos envolvidos nas políticas voltadas para o seu combate, com vistas à checagem de sua pertinência e eficácia.

Exemplo desse tipo de abordagem comparativa é o estudo, em curso, da erradicação da poliomielite em dois países distintos.[8] Os historiadores envolvidos nessa pesquisa procuram identificar, nas trajetórias de combate à poliomielite implementadas nesses países, diferenças e semelhanças a partir do exame de variantes específicas, tomadas como dados próprios a cada uma das formações sociais. Contra este pano de fundo, trata-se de verificar como cada nação implementa sua política de combate à doença, levando-se em conta o papel desempenhado por instrumentos comuns utilizados por ambas em suas ações de erradicação da poliomielite. Assim, constata-se que apesar de em ambos os países

encontrarem-se instituições voltadas para a consecução do projeto de erradicação da doença, observam-se diferenças em suas ações, no que diz respeito à sua importância e ao seu poder de intervenção.

Conclusões dessa natureza devem servir para se pensar o sentido que em cada país assume a política de combate à determinada doença, bem como alternativas possíveis que garantam sua eficácia. Do ponto de vista, especificamente, da pertinência desse estudo para a História Comparativa, ressalte-se principalmente a ampliação do conhecimento histórico dessas formações sociais à luz de um novo objeto – a doença.

Buscou-se aqui chamar a atenção para a importância da comparação em história, como um método pelo qual se pode fazer dialogar o exame de formações históricas específicas com formulações teóricas referentes aos processos de constituição destas mesmas formações. Pela colocação de questões bem delimitadas, a comparação pode contribuir tanto para o rompimento com a abstração empobrecedora da pesquisa dos fenômenos históricos, quanto da descrição puramente monográfica. Por atentar para as peculiaridades estruturais, sem menosprezar a pesquisa dos fatos históricos, o método comparativo parece prestar-se especialmente bem ao objetivo da ciência histórica hoje: explicar e interpretar as trajetórias das sociedades humanas.

---

[1] BURKE, Peter. *História e Teoria Social*: tradução: Klauss BrandiniGerhrardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

[2] Idem, Ibidem.

[3] Idem, Ibidem

[4] CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. tradução: João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

[5] Burke, 2000:40.

[6] SKOPCOL, Theda and SOMERS, Margaret. "The Uses of Comparative History in Macro social Inquiry". In *Comparative Studies of Society and History*, nº 2, vol. 22, 1979, pp.174-197, p.182.

[7] NASCIMENTO, Dilene R. do. "Da indiferença do poder a uma vida diferente: tuberculose e Aids no Brasil". *Doutorado*, Niterói, UFF, 1999.

[8] NASCIMENTO, Dilene R. do et alli. "A erradicação da poliomielite: uma história comparada Brasil e Peru". *Projeto de pesquisa. Edital Universal CNPq 01/2002*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 2003.

EM TORNO DE UMA POLÊMICA: AZEVEDO LIMA, LOURENÇO DE MAGALHÃES E A CURABILIDADE DA LEPRA

Dilma Cabral

A hanseníase foi uma das primeiras doenças infecciosas a ser relacionada a um microorganismo, o *Mycobacterium leprae*, identificado pelo médico norueguês Gerhard A. Hansen, em 1874. Problemas no cultivo do bacilo *in vitro* dificultaram a comprovação de sua conexão com a doença e suscitou um amplo debate sobre sua causalidade, que perpassou as primeiras décadas do século XX. Confundida durante toda sua história com várias dermatoses e doenças venéreas, especialmente a sífilis, foi no século XIX que vimos ampliar-se o conhecimento científico sobre a lepra.

A lepra foi uma doença endêmica em toda Europa desde a Alta Idade Média, apesar de não ter se revestido de caráter epidêmico e seu acometimento não significar a morte iminente do sofredor, a doença jamais foi encarada de forma banal pela sociedade. Evocando sempre atributos estigmatizantes, a partir do século XII instituiu-se um conjunto de estratégias sanitárias de controle da lepra que, associado ao direito canônico, conferiu um significado à doença que aprisionou simbolicamente o fenômeno biológico para além de seu tempo. As imagens e representações instituídas pelo imaginário social da Europa medieval, herdeiro da tradição judaico-cristã, resistiriam às inovações introduzidas pela medicina novecentista.

A mais velha das doenças somente foi definida como uma realidade nosológica diferenciada das demais doenças em 1847, quando os dermatologistas noruegueses Daniel C. Danielssen e C. W. Boeck publicam seu tratado ilustrado *Om Spedalsked*, onde descrevem com precisão células atacadas de degeneração gordurosa no tecido leproso. A partir desta data houve um grande avanço nas pesquisas sobre a lepra, podemos destacar a descrição da histopatologia da lepra lepromatosa, em 1863, por Rudolf Virchow e a identificação do granuloma lepromatoso, em 1879, pelo alemão Albert Neisser,

comprovando a presença do *M. leprae* em material leproso.[1] Após a descoberta do *M. leprae*, em 1874, o grande desafio imposto à pauta da pesquisa bacteriológica sobre a lepra era a tentativa de cultivo artificial do bacilo, iniciada em 1873 pelo próprio Hansen. Mas a primeira tentativa de transmissão experimental, com ensaios de inoculação da lepra no homem e em animais, data de 1844, quando Danielssen inocula-se com um pedaço de leproma. No plano terapêutico, o grande marco da medicina ocidental no tratamento da lepra foi a introdução do óleo de chaumoolgra, em 1854. O chaumoolgra persistiu, ao lado do isolamento dos doentes, como a base da terapêutica da doença até o início da experimentação humana com os medicamentos sulfônicos em 1941, no leprosário de Carville, nos Estados Unidos.

A lepra começa a ganhar destaque no século XIX pelo seu ressurgimento no cenário sanitário do período, expandindo-se para além dos limites já conhecidos na Europa. Sua endemicidade em áreas coloniais fez suscitar o alarmismo entre autoridades e médicos, o temor de sua disseminação no *mundo branco civilizado* ganhava contornos de uma ameaça pandêmica, alimentando a incessante elaboração de estatísticas e projeções sobre a doença. Imperialismo, migração e xenofobia acabaram por associar a lepra a questões como raça, eugenia, hereditariedade e contágio, fornecendo-nos os elementos necessários para compreensão do conceito da doença nas décadas finais do século XIX. A experiência norueguesa do combate à doença, tendo como base o isolamento e um forte aparato legal, tornou-se o ícone de uma política considerada eficaz no combate à lepra.

Em 1884, o *VIII Congresso Internacional de Ciências Médicas*, celebrado em Copenhague, já chamara atenção para a persistência da doença e sua destruição no Oriente. Neste Congresso, Hansen sustenta a teoria de que *a lepra* era *uma doença específica, contagiosa e não hereditária*, defendendo *o isolamento obrigatório e rigoroso dos leprosos.*[2] A descoberta de Hansen não assegurara a hegemonia da teoria contagionista, a lepra tornar-se-ia palco de intenso debate sobre a etiologia das doenças bacilares. Na década final do século XIX este debate ganha maiores proporções na *Academia de Medicina de Paris*, onde a primeira discussão sobre a contagiosidade da lepra teve lugar em

1885. O dermatologista Ernest Besnier e Le Roy de Méricourt, entre 1887 e 1888, travam um acirrado embate sobre este tema, colocando em questão a natureza parasitária da doença.

Transformada pelo temor de uma doença associada ao atraso civilizacional, marca principal das colônias, a discussão sobre a origem da doença ganhava na Europa contornos racistas. No Brasil, a origem da doença sempre foi objeto de grandes controvérsias, os médicos brasileiros do século XIX apressavam-se em advogar que não havia evidências de sua existência entre os indígenas, consideravam que sua introdução havia ocorrido com os colonizadores europeus ou os africanos. Segundo Azevedo Lima, *a moléstia não existia entre os aborígines, como ainda não existe entre os seus descendentes que vivem arredados do convívio da civilização. Nos documentos legados pelos primeiros viajantes e escritores que se ocuparam deste país, não consta que tenha sido observada entre os colonos que para aqui emigraram, logo depois de sua descoberta, e seus descendentes até certa época.*[3] Não sendo uma doença de nossos primeiros habitantes, ficava claro que a lepra havia sido introduzida pelos portugueses e escravos africanos, convertendo-se também nas Américas na doença *do outro*.

No Rio de Janeiro estava situado o Hospital dos Lázaros, instituição anexa à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. O Hospital dos Lázaros não era apenas a principal referência para o tratamento da doença, mas se constituíra num importante centro de pesquisa sobre a lepra. Em 1894, em acordo com as exigências científicas do período, temos a criação de um laboratório anátomo-patológico no Hospital dos Lázaros, onde se realizavam pesquisas de bacteriologia da lepra, com inoculações do bacilo em diferentes culturas[4]. Nos relatórios do Hospital dos Lázaros deste período podemos acompanhar os esforços empreendidos para integrar a medicina brasileira ao novo modelo científico pastoriano, vemos as tentativas infrutíferas de transmissão experimental da doença ao homem e a animais, o balanço dos resultados obtidos com diversos tratamentos experimentados e os relatórios de viagens científicas realizadas à Europa.

Contratado em 1879 para dirigir o Hospital dos Lázaros, Azevedo Lima dá o tom de sua filiação aos estudos bacteriológicos[5], destacando a importância das técnicas histológica e bacteriológica para o avanço das pesquisas sobre a lepra, da anatomia patológica como a base sólida da clínica médica e do laboratório como o centro de qualquer trabalho médico científico.[6] Azevedo Lima assinalou uma mudança na abordagem da lepra no Hospital dos Lázaros, sua confiança na contagiosidade da lepra, com base nos trabalhos de Hansen, seguia uma perspectiva diametralmente oposta a de seus antecessores no cargo, em especial Dr. João Pereira Lopes, anticontagionista que adotava uma perspectiva multicausal, conciliando diferentes etiologias.[7]

Azevedo Lima esteve no centro de vários debates sobre a contagiosidade da lepra, temática dominante deste período. As discussões médicas sobre a lepra giravam ainda em torno dos seguintes temas: sua transmissibilidade, a luta para superar a teoria hereditária e o anticontagionismo, a pesquisa de um vetor para a doença, a tentativa do cultivo e inoculação do bacilo, o experimento com novas drogas como o óleo de chaumoolgra, o soro de Carrasquila e o isolamento.

No início da década de 1890, um dos opositores teóricos de Azevedo Lima foi o médico José Lourenço de Magalhães, ferrenho anticontagionista que defendia a curabilidade da lepra e que, desde 1878, vinha utilizando uma terapêutica própria no tratamento dos leprosos. Com uma farta produção científica, onde defendia de forma fervorosa suas teorias e combatia o paradigma bacteriológico, José Lourenço de Magalhães publica, em 1882, o livro *A morféia no Brasil* e, em 1885*, A curabilidade da Morféia*. Nestes trabalhos Magalhães, além de defender a curabilidade da lepra o médico propõe um novo método terapêutico que não divulgava por considerá-lo *anticientífico.* Fiel aos princípios formadores do saber médico que rejeitava teoria *vagas e abstratas,* Lourenço de Magalhães defende seu método, argumentando *(...) que não confiava exclusivamente na terapêutica mas sobretudo na higiene.*[8] E foi em torno deste método, aplicado no Instituto que José Lourenço funda no Rio de Janeiro, e da curabilidade da lepra, que tem início a polêmica com Azevedo Lima nas páginas do Correio da Manhã.

Em 5 de junho de 1892, o Jornal do Comércio publica carta dirigida à sua redação pelo Sr. Conselheiro Cansansão de Sinimbú, que defende a idéia de verificar, em estabelecimento adequado, a eficácia do tratamento da lepra adotada pelo Dr. José Lourenço de Magalhães[9]. Rapidamente Azevedo Lima responde, oferecendo o Hospital dos Lázaros para Magalhães realizar a experiência com o novo método, a fim de elucidar definitivamente a eficácia da nova terapêutica na curabilidade da doença. Lourenço de Magalhães rejeita a proposta e argumenta, que no Hospital dos Lázaros *não encontra as disposições requeridas para os fins terapêuticos*[10]. E ainda, levanta dados em relatório anterior apresentado por Azevedo Lima ao Provedor da Irmandade dando conta da *predominante mortalidade dos morféticos no referido Hospital, derivada da 'tuberculose pulmonar', triste síntese do espaço confinado e dos sentimentos deprimentes, peculiares da vida asilar*.[11]

A resposta de Azevedo Lima situa o debate sobre a curabilidade da lepra na pauta da pesquisa bacteriológica do final do século XIX, o médico argumenta que em exames anátomo-patológicos realizados no próprio hospital ou em outros centros de estudo *chegou-se à evidência que tais lesões são específicas, de natureza leprosa, devidas ao bacilo de Hansen e não ao de Koch*.[12] Este debate entre os dois proeminentes médicos coloca em causa o embate que se travava sobre a natureza bacilar da lepra, já que a dificuldade de cultura artificial do bacilo impossibilitava a prova experimental do cultivo e inoculação do microorganismo, dificultando a comprovação da conexão da doença com o *M. leprae*.

Azevedo Lima discute a lepra a partir de novas referências científicas, ou melhor, de novos critérios de cientificidade, onde a perspectiva multicausal da lepra, apresentada por Lourenço de Magalhães, constituía-se numa *bagagem repleta de velharias científicas*. Lima argumenta ainda que *graças aos médicos contemporâneos e aos recentes estudos, a lepra entrou definitivamente no período científico de sua história e é de estranhar que a ainda agora se fale em 'ventos úmidos do quadrante do sul'*.[13] Para Azevedo Lima a validação do conhecimento científico sobre a lepra estava na pesquisa laboratorial, nos exames anátomo-

patológicos realizados no Hospital dos Lázaros, que permitiam observar as lesões pulmonares dos leprosos.

No relatório médico do Hospital dos Lázaros de 1892, Azevedo Lima discute o aumento da lepra a partir dos quatro principais meios de propagação da doença: contágio, inoculação, herança e transmissão[14]. Logo, podemos perceber que o radical defensor da teoria parasitária ainda considera a herança e a predisposição genética como formas de propagação da lepra, não só as peculiaridades do bacilo deixavam margem a dúvidas e incertezas como o edifício científico precedente ainda não ruíra totalmente. A discussão não se limita ao embate entre contagionismo e anticontagionismo, mas ao que conferia autoridade científica e sob que base assentava-se a prática médica. A nova terapêutica proposta por José Lourenço de Magalhães, apesar de ter sido submetida a seis professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1885, que atestaram seus *bons resultados*[15], não angariara credibilidade, sendo necessário submetê-la novamente à comunidade de especialistas. Para Azevedo Lima, Lourenço de Magalhães ao não colocar em *prova científica o seu achado*, demonstrava a *pouca confiança na sua eficácia*.[16]

José Lourenço de Magalhães, ao rejeitar a demonstração experimental de seu método terapêutico no Hospital dos Lázaros recorre a Danielssen e Boeck, que também *lastimavam o insucesso das suas prescrições químicas no Hospital de São Jorge*[17], em Bergen, cobrando do Estado a edificação de um hospital apropriado. Lima refuta com veemência a tentativa de Magalhães de apoiar-se nos médicos noruegueses cujo trabalho já passara por revisões, inclusive dos autores.[18] Na perspectiva de estabelecer a diferença com seu adversário, garantido o monopólio da cientificidade, legitimando suas pesquisas e a terapêutica adotada no Hospital dos Lázaros, Azevedo Lima ataca: *Só agora sei que não tenho a ventura de merecer a simpatia do ilustre colega, José Lourenço de Magalhães, e que tal desgraça minha, para a qual não concorri de modo algum, é a causa única de ver-se a pobre humanidade privada de vulgarizar-se o 'remédio secreto' que o meu ilustre colega diz ter descoberto, para fazer concorrência ao célebre 'Ataúba de Sabyra' do curandeiro Escobar*.[19]

Nesta disputa pela supremacia da produção de conhecimentos científicos sobre a lepra, José Lourenço de Magalhães lançava dúvidas às conquistas da nascente bacteriologia, reforçava as incertezas quanto à origem parasitária da lepra e sua contagiosidade, questionava o isolamento como principal medida profilática. Defendendo a supremacia da clínica médica, o tratamento dos sintomas independente de suas causas, José Lourenço de Magalhães afirma: *Não se suprimem impunemente as conquistas tradicionais da ciência, mesmo que partam do empirismo: a verdade, explicada ou não, é sempre a verdade: a cura das mais graves enfermidades, por outros meios que não os anti-sépticos, era fato tão ostensivo, que só a cegueira partidária poderia recusar*.[20]

O embate entre diferentes teorias e modelos científicos teve como clímax a realização, em Berlim, do primeiro encontro internacional sobre lepra, em 1897. A I Conferência Internacional foi o palco privilegiado de discussão sobre a causalidade da lepra, suas conclusões finais serviram como orientações gerais das medidas profiláticas a serem adotadas pelos governos durante as décadas seguintes. A Conferência buscou a universalização dos conhecimentos sobre a doença e a formação de uma comunidade médica internacional, inserindo definitivamente a lepra no universo da bacteriologia. Procurando fundar uma nova percepção sobre a lepra, a Conferência de 1897, ao definir o bacilo como a causa verdadeira e exclusiva para a doença, abria a possibilidade de uma intervenção terapêutica mais precisa, definida em suas conclusões finais pela notificação compulsória e o isolamento.

José Lourenço de Magalhães, convicto dos princípios que nortearam sua trajetória científica, publica seu trabalho *Étude sur la lèpre au Brésil*, suscitado principalmente pelas conclusões da Conferência de Berlim. Para Lourenço de Magalhães, *se nós pudéssemos duvidar que a Conferência de Berlim tenha obedecido a uma idéia preconcebida, seria suficiente, para se convencer, examinar as medidas profiláticas que foram votadas contra a lepra.*[21]

Nas três décadas finais do século XIX podemos acompanhar a trajetória da medicina experimental no Brasil, marcando *um momento de inflexão na trajetória da*

profissionalização da medicina acadêmica, *com a elite médica do Império lutando pela redefinição do estatuto de cientificidade do saber médico, pela elaboração de um programa de pesquisas orientado para a nosologia e terapêutica nacionais (...)*.[22] Este processo paulatinamente deslocou as vozes que detinham a prerrogativa conferida pelo reconhecimento como autoridade científica. A busca de um consenso no meio médico em torno da causa bacteriana da lepra, sua terapêutica e profilaxia, mobilizava a comunidade de leprólogos. Porém, o embate que a Conferência de Berlim pretendia encerrar prolongar-se-á até o século seguinte. A impossibilidade de cultivo do bacilo, a baixa eficiência dos tratamentos disponíveis e o pouco conhecimento sobre os mecanismos de transmissão do *M. leprae* nos ajuda a compreender a persistência de diferentes modelos explicativos sobre a lepra.

Notas

[1] Vicente Paul Gordon Valeri; Ricardo Planchart Arismendi. 'Evolución histórica del tratamiento de la enfermedad de Hansen' in *Cuad. Esc. Salud Publica*, 1991 (56). p. 17-23.
[2] Annales de Dermatologie et de Syphilografie. *Annales de Dermatologie et de Syphiligraphie*. Paris: Societé Française de Dermatologie et de Syphiligraphie. Deuxième Serie. Tome IX. p. 625, 632.
[3] Azevedo Lima in Heráclides César de Souza Araújo. *A História da lepra no Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1946. v. 3. p. 67.
[4] Ibidem, p. 5.
[5] Jaime Benchimol, 'Adolpho Lutz: um esboço biográfico' *in História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, vol. 10(1):13-83, jan.-abr. 2003, p. 26.
[6] Azevedo Lima in Souza Araújo, Heráclides César de, op. cit., p. 29.
[7] Jaime Benchimol , op. cit., p. 32.
[8] José Lourenço de Magalhães, 'A curabilidade da Morféia' apud H. C. de Souza Araújo, *op. cit.,* p. 98.
[9] Ibidem, p. 19.
[10] Ibidem, p. 21.
[11] Idem
[12] Ibidem, p. 22.
[13] Idem.
[14] Ibidem, p. 24.
[15] Ibidem, p. 94.
[16] Ibidem, p. 22.
[17] Ibidem , p.21.
[18] Ibidem , p. 23.
[19] Ibidem, p. 22.
[20] Ibidem , p. 96.
[21] Brasil Médico (7), 1900, p. 39.
[22] Flávio Coelho Edler, 'O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado' in *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, III (2): 284-99, j ul/out. 1996. p. 298.

A intolerância *on line*: aspectos da propaganda da extrema-direita brasileira na Internet

Dilton Maynard[1] - PPG-UFPE/FUNESA

"Podem tentar nos parar, mas isso nunca acontecerá, ao menos enquanto vivermos. Somos Soldados Nacional-Socialistas eternamente leais ao nosso Führer Adolf Hitler. Temos uma missão, faremos de tudo para concretizá-la ou morreremos tentando". Esta frase não deve ser atribuída a um oficial *SS* (Schutzstaffel) para animar seus subordinados nos últimos dias da II Guerra, quando os Aliados batiam às portas de Berlim. A tal promessa foi feita na Internet, por um brasileiro, em pleno século 21. Uma profissão de fé que nos empurra para analisar os impactos do "neotribalismo" em tempos de globalização[2]. Este trabalho investiga tal fenômeno.

Aqui, a principal atenção está nos usos feitos da Web por grupos da extrema-direita brasileira[3]. O que se apresenta são informações iniciais sobre um campo que tem merecido pouca atenção dos historiadores: as relações entre a Internet e a história. Para isto, foram visitados web sites de grupos brasileiros identificados com propostas racistas, xenófobas, separatistas e anti-semitas, além de páginas "estrangeiras" (Argentina, Chile, Venezuela, Espanha, EUA, Inglaterra e Portugal) que mantém contatos com as facções nacionais. O problema se justifica devido ao rápido crescimento da propaganda da extrema-direita no mundo. Isto passa pela construção de uma ampla rede de contatos entre grupos de diversas partes do globo – meio pelo qual se obtém farto material que varia de bandeiras, fotografias, jogos, músicas em formatos mp3, até maneiras práticas de realizar atentados a bomba– e pela necessidade constante de "reinventar" a história, encarada como a narrativa de eventos naturais, através das ferramentas fornecidas pela Web.

Temos aqui, portanto, dois fenômenos intrinsecamente ligados ao pós-II Guerra: a emergência de movimentos com inspiração fascista e a criação da Internet. Um aporte metodológico interdisciplinar é um dos requisitos para evitar leituras mecânicas do problema. A primeira constatação é que a persistência de práticas fascistas desloca a

questão do lugar-comum no qual ele tem sido trabalhado –como restrito à Alemanha hitlerista, o chamado "fascismo histórico" – e exige uma ampliação no arco da análise. É possível e deve-se ler o fascismo com parte integrante do processo civilizatório[4] da humanidade, não somente de um determinado país. Por outro lado, é necessário pensar as especificidades da Internet como meio de comunicação e suas ressonâncias na operação hsitoriográfica.

A Internet surgiu há aproximadamente 40 anos. A sua criação deve ser entendida nas relações entre diferentes instituições (acadêmicas, governamentais, militares e empresariais) envoltas em um mundo ao mesmo tempo descentralizado (se levarmos em conta o contexto da contracultura) e bipolarizado (graças à Guerra Fria). Embora tenha sido viabilizada para uso comercial apenas em meados dos anos 90, as diferenças entre a Internet e os demais meios de Comunicação, bem como as suas inovações rapidamente seduziram os seus usuários. Em 1995, na chegada da Internet comercial ao Brasil e a outros países Bill Gates, proprietário da Microsoft, lançou um livro que misturava sua biografia à história das revoluções tecnológicas a partir do sistema operacional Windows. Na última parte da obra, sugestivamente intitulada *A estrada para o futuro, o* autor se ocupa de previsões sobre as redes virtuais: "Pessoas com interesses parecidos poderão encontrar-se eletronicamente e organizar-se sem esforço físico algum. Vai ser tão fácil organizar um movimento político que nenhuma causa será pequena e dispersa demais" [5]. Gates acertou. Ficou muito prático circular pelos trilhos eletrônicos. Tão simples que a Internet tornou-se um território de combates políticos.

Movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e organizações não-governamentais passaram a se valer da rede para divulgarem suas idéias, captar recursos e atrair novos adeptos. No Brasil, organizações como o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST, http://www.mst.org.br) e a *Central Única dos Trabalhadores* (CUT-http://www.cut.org.br) possuem *web sites* bem-cuidados. Contudo, nesta concepção da rede como um lugar privilegiado às manifestações políticas, grupos de extrema-direita identificaram as brechas para se fortalecerem e encontraram um meio de comunicação

seguro, atrativo e econômico. No Brasil, que em 2003 contabilizava 13.980 milhões de usuários da Web, diversos sites reforçaram a propaganda da extrema-direita. Este crescimento chamou a atenção de parte da imprensa nacional e de alguns políticos. Contudo, a falta de uma legislação específica e a própria característica supraterritorial da rede dificulta a ação das autoridades. Ao contrário de outros tempos, não são mais panfletos fotocopiados. Agora, são *home pages* sofisticadas e com forte apelo visual. Em lugar das marchas militares, o "nazi-techno" de canções como *Adolf Hitler Party (Swastika Mix)* e o som pesado de bandas de rock como *Grupo Separatista Branco* e *Brigada NS*[6].

Ao ser questionado sobre o perfil dos construtores de sites neofascistas, Paulo Simões, deputado estadual (São Paulo/PT) afirmou: "geralmente são jovens de classe média baixa, trabalham como office-boy, segurança e auxiliar de escritório"[7]. Infelizmente, a arquitetura destes grupos é mais complexa e este diagnóstico, situando o problema como algo quase pueril, capricho dos "jovens de classe média baixa", distorce a questão. O problema vai além disto. Ao descobrirem na Internet uma arma poderosa, os diferentes grupos de extrema-direta encontraram um meio de expor não apenas palavras de ordem, mas também suas versões da historiografia contemporânea. Muitas vezes, apropriações perigosas são realizadas.

"Como devo agir quando minha professora de história começa a falar mal de Hitler e contando os ´horrores´ do ´holoconto´ ? ", pergunta um adolescente de 14 anos que, aos 13, leu o Mein Kampf após descarregá-lo na Web. O garoto, que afirma andar pela floresta armado com uma espingarda calibre 36 mm e uma faca de combate, fez a pergunta por e-mail, através da "Voz de Odin", espaço de um *site* dedicado a "esclarecer" aos navegantes sobre o nacional-socialismo. Eis a resposta: "faça alguns questionamentos e levante questões como a impossibilidade comprovada do gaseamento de judeus nas supostas câmaras de Auschwitz, etc."[8]. Para responder perguntas como esta, diferentes apropriações foram executadas pelos sites investigados. Textos de curiosos sobre o assunto, artigos de jornalistas e mesmo a produção acadêmica são pinçados para justificar o ódio *on line*[9].

Assim, os navegantes podem encontrar até excertos de autores como J.K. Galbraith e Boris Fausto. O material escolhido é "retorcido" e, deste modo, a crítica se torna apologia.

É o caso, por exemplo, das palavras do economista Galbraith reproduzidas no site revision5: "A Alemanha, em fins da década de 30, tinha EMPREGO PARA TODOS e preços PERFEITAMENTE ESTABILIZADOS. Isso constituía, no mundo industrializado, UM FEITO INTEIRAMENTE INÉDITO". Uma reflexão sobre a economia de um país em crise é pescada para justificar condutas preconceituosas e a eliminação do outro. Outro site a fazer este tipo de trabalho é o *Valhalla*, que já esteve instalado no provedor argentino *Ciudad Libertad de Opinión* (www.libreopinion.com) - possivelmente o maior hospedeiro sul americano de páginas da extrema-direita. Nele é possível encontrar, trabalhos como o artigo "Revisionismo do Holocausto em poucas palavras", assinado por Bruce Hagen, que critica a posição central ocupada pelo extermínio judeu na II Guerra. Afirma que existiram outros holocaustos no século 20. "O Holocausto Judeu é apenas um deles"[10]. Hagen naturaliza o anti-semitismo: "historicamente parece ter algo sobre os judeus que traz à tona uma plenitude de animosidade da parte do povo dentre o qual eles vivem".

Em lugar de admitir o Holocausto como um problema não apenas judeu, mas da humanidade, Hagen prefere esquecer um aspecto fundamental. O caráter doentio da intolerância e da violência contra o outro não deve ser rastreado nas vítimas, mas nos seus carrascos. A "maquinaria judia" tão requisitada pelos revisionistas não dá conta de crimes brutais como o assassinato de Edson Neris da Silva, morto por skinheads paulistas em 2000. Como nos lembra Francisco Carlos Teixeira da Silva: "Ser judeu, cigano ou gay não encerra em si um mal atávico ou histórico; tampouco uma condição, ou especificidade histórica, a ser superada; a inconformidade homicida com a condição do outro é, isto sim, um mal a ser superado"[11].

Ainda no site Valhalla é possível ler "Quantos morreram em Auschwitz?", de V. Robert Faurisson. Neste texto, escrito por um dos mais famosos revisionistas, afirma-se que o famoso campo de concentração era apenas "um enorme complexo industrial, destinado a abastecer uma parte das necessidades do exército alemão". Faurisson defende não

somente a inexistência das câmaras de gás, mas também a impossibilidade técnica destes dispositivos existirem. Não houve 6 milhões de mortos, nem mesmo um milhão, explica Faurisson. Definitivamente, o *Valhalla* não parece ser feito por jovens de classe média baixa, office-boys e auxiliares de escritório. Impressão semelhante se tem ao, navegando pelo mesmo site, se conectar à página conhecida como a "grande mãe" do anti-semitismo na Internet: www.radioislam.org .

Batizado com o nome de uma rádio localizada em Estolcomo, Suécia, criado em 1999 pelo marroquino Ahmed Rami, o sítio Radio Islam oferece não só hospedagem, bem como artigos, noticiários e fóruns em mais de uma dezena de idiomas. Entre as suas ofertas, está a "Pequena introdução ao estudo do Holocausto", de Arthur R. Butz, professor de engenharia eletrotécnica e conhecido revisionista norte-americano. Para Butz, o que ocorreu foi "despiolhização". Não ocorreu extermínio algum, mas uma tentativa de "tratar", de bem-cuidar dos prisioneiros: "quando a Alemanha se desmoronou num caos (...) o tifo e outras doenças se tornaram rampantes nos campos". Conforme o professor Butz, a "solução final" era apenas a expulsão, não o genocídio judeu. O uso de Zyklon B é rechaçado também por outros revisionistas. É o caso de Ernst Zündel que, em "Introdução ao pensamento revisionista", afirma: "o Zyklon B era um fumigante. Não era um agente prático para assassínio em massa".

Uma marca aparece como básica nos trabalhos revisionistas. Ao discutir o assassinato em escala industrial, ou como preferem a morte de "objectores da consciência", judeus, homossexuais, comunistas e inimigos de guerra, investigadores como Hagen, Faurisson, Zündel, Butz entre outros amarram suas argumentações num anti-semitismo indisfarçável. Em seus escritos, o "ser judeu" é essencial para discutir a existência do Holocausto. As "especificidades judaicas" dariam conta da agressão por eles sofridas. Freqüentemente os trabalhos revisionistas desembocam na conspiração Z.O.G (Zionist Occupation Government), um governo sionista de ocupação. Trata-se de uma argumentação na qual, desde o início, se conhece o ponto de chegada.

Além destes sites neofascistas, no caso brasileiro, a Internet passou a ser utilizada para divulgar também as diferentes idéias de grupos separatistas. Entre estes foram observados "Movimento o Sul é o meu país" e a "Nação Sul Sudeste". Ambos se dedicam a defender a separação do Sul e/ou Sudeste do resto Brasil. O site da "Nação Sul Sudeste" procura, inclusive, desfazer a idéia de movimento preconceituoso. Assim, após falar no "forte no valoroso povo do Nordeste" o manifesto do grupo esclarece: "o Nordeste tem história. Tem passado. Praticou secessão bem antes da própria Revolução Farroupilha (de 1835). A República de Pernambuco (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), de 1817, é prova". Desta maneira, o NSS procura se afastar do estereótipo de organização fascista. Porém, é difícil não conceber o movimento como tal, após ler em seu manifesto trechos como: "o sangue que corre nas veias da federação está irreversivelmente contaminado. Só há um remédio: o desmanche da federação mediante a autodeterminação dos seus povos". Aqui, o sangue e a raça são invocados como elementos agregadores dos separatistas na busca pela construção de uma identidade. Além disto, uma observação mais cuidadosa nos ícones do site identificará uma caveira negra,a *totenkopf*, "caveira da morte", semelhante àquelas utilizadas nos uniformes militares da SS e por grupos neonazistas como, por exemplo, o *Combat18*, segmento inglês que, em seu web site, faz questão de manter um registro atualizado de seus ataques. O próprio expediente inicial do texto - "Após dez anos do seu renascimento" -, lembra a introdução do filme *O Triunfo da Vontade* (1934)[12].

Outro sítio bastante organizado pertence ao movimento "O Sul é o meu país". O site disponibiliza o manifesto da organização. Conforme o documento, o MOSMP propõe a emancipação política do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul do resto do Brasil. Com sede física e registrado em cartório, o MOSMP também se diz não-preconceituoso. Através de uma leitura cíclica da história, o texto apela ao passado "seccionista". Assim, a República Juliana, a Revolução Farroupilha e a Revolução de 1930 são exemplos de que "a falta de autonomia, sempre foi objeto de insatisfação sulista, seja plena ou parcial". A conclusão não poderia ser outra: "somos a continuação de história inacabada". O MOSMP

requisita o direito de regulamentar suas atividades "econômicas, sociais, tributárias, *sanitárias* e culturais". Conforme seu manifesto, a falta da autonomia prejudica o Sul, região de tradição democrática, combativa, em detrimento das oligarquias nordestinas. O Sul é vítima. Vítima de uma "abominável sangria tributária" promovida para facilitar a vida das "oligarquias políticas e monopólios econômicos do Norte e Nordeste". Aqui, a crença num passado heróico e glorioso, aliada à frustração com o presente é instrumentalizada por determinadas frações de classe e oferece ao leitor uma sensação de identidade[13].

As idéias destes grupos são veiculadas com estratégias de simplificação (através de slogans, por exemplo), da construção de um inimigo único (variante que pode ser o negro, o nordestino, o homossexual e freqüentemente o judeu) e repetição, até a constituição destes princípios como um lugar comum. Em meio aos diversos expedientes de propaganda neofascista na Internet, Impressiona a articulação entre estes grupos. Embora apresentem tendências e estratégias diferenciadas, a maioria destes web sites mantém algum tipo de contato entre si. Espaços privilegiados para a troca de materiais são os fóruns virtuais.

É o que se constata ao analisar "livros de visitas" como o do site *Orgulho Branco Paulista*. Ali, em 11 de setembro de 2001, o alvo dos ataques foi Gilberto Freyre (1900-1987). O pernambucano teve um artigo reproduzido: "inimigo da raça branca. Infelizmente o texto está apenas em português e nem todos poderão ler a seqüência de absurdos descrita aqui". Ainda em 2001, alguém expressa desapontamento com mudanças no currículo escolar: "parece que os brancos se tornarão pretos antes do que imaginávamos: as escolas brasileiras terão como matéria obrigatória a *história afro-brasileira* (fábricas de zumbis)". Por sua vez, um White Power curitibano, 29 anos, professor de informática não escondeu seu descontentamento com o teste de QI aplicado entre seus alunos de terceira e quarta série: "o primeiro lugar foi de um negrinho de cabelos crespos (não pixaco total, deve ter genes brancos) e o segundo de uma japonesinha!". A resposta para tamanha inquietação é contraditória: "Testes de QI não apresentam resultados conclusivos por si só". Complementação: "ainda assim a situação descrita representa uma curiosa anomalia, é fato que em quase todas as aplicações deste tipo de teste os brancos sempre se sobressaem".

O professor White Power nos faz voltar a Freud, que escreveu: "os juízos de valor do homem acompanham diretamente os seus desejos de felicidade, e que, por conseguinte, constituem uma tentativa de apoiar com argumentos as suas ilusões" [14].

Como se percebe, a rede da extrema-direita é ampla, desconhece as fronteiras nacionais e põe em rotação um movimento perigoso que interliga as regiões mais distantes do globo. Assim, os grupos brasileiros trocam experiências com facções européias e,nas Américas, além dos EUA, Chile, Venezuela e Argentina (graças ao *Libre Opinión*) realizam constantes trocas de material com os brasileiros e alimentam uma historiografia "naturalizada". Contudo, é preciso insistir, os grupos aqui mencionados não formam um bloco homogêneo. Ainda assim, pode-se dizer que os tempos são de chips e megabytes, mas o ódio ao outro permanece como característica básica do fascismo.

---

[1] Licenciado em História e Mestre em Sociologia (UFS). Doutorando em História (UFPE). Professor da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS/FUNESA. dcmaynard@infonet.com.br

[2] COMUNICADO: DE VOLTA COM FORÇA TOTAL! Disponível em: http://www.valhalla88.com/valhalla.html acesso em 29/05/2005 ; Cf. SILVA, Francisco Carlos T. da. Revoluções Conservadoras, Terror e Fundamentalismo: regressões do indivíduo na Modernidade. **O Século Sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elservier, 2004.p. 123-190.

[3] Por Extrema Direita entenderemos aqui o tipo de "extremismo convencionalmente considerado como de direita, emanação direta de classes e categorias sujeitas a uma repentina perda de status e condição e uma drástica redução da sua influência política".Cf. BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. Trad. João Ferreira, Carmem varriale et alli. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.457-459. Extremismo.

[4] O termo Internet significa **INTER**action or **INTER**connection between computer **NET**works. Em poucas palavras, "é a rede das redes, o conjunto das centenas de redes de computadores conectados em diversos países dos seis continentes". Fisicamente, a Internet equivale a uma estrada da informação – mais propriamente a uma *superestrada da informação*, termo cunhado pelo então senador Al Gore, em 1978, numa referência às auto-estradas abertas pelos EUA na gestão Dwight D. Eisenhower (1953-1961). GATES, Bill. **A estrada para o futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 19 , 22 e 16. Sobre a Internet consultar também: CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de janeirio: Jorge Zahar, 2003.; SILVA, Francisco Carlos T. da. **O Século Sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elservier, 2004. 15-16,124

[5] Cf. HOBSBAWM, ERIC J. **Nações e Nacionalismo desde 1870**: programa, mito e realidade. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.GATES, Bill. **A Op.Cit.**. p,334

[6] O Brasil já apresenta um número considerável de bandas *white power*. Segundo o site da *Anti-Defamation League* há pelo menos 10 bandas deste gênero no país: Brigada NS; Command; Corrosão; Defesa Armada; Evil; Goat Pênis; Grupo Separatista Branco; Locomotiva 88; Resistência 88 e Thalium. Cf. *White Power Music Groups. Bands by country*. Disponível em: http://www.adl.org/learn/Ext_US/music_country.asp acesso em 29/04/2005. Sobre o número de usuários do Brasil e demais nações da América do Sul Consultar: CIA´S World Factbook. http://www.clickz.com/stats/sectors/geographics/article.php/5911_2205881 acesso em 29/04/2005.

[7] PIRES, Ana Lucia. Nazismo e "democracia" na rede.http://www.fontezero.hpg.ig.com.br/neonazistaana.htm acesso em 20/04/2005.

[8] Voz de Odin. *Mensagem 247* Disponível em: http://www.valhalla88.com/valhalla.html acesso em 20/05/2005.

[9] Os jornalistas George Bourdoukan e José Arbex Jr tiveram artigos incorporados a páginas neonazistas. Ver sobre isto: BALAROTTI, Luciano Burger, POLZONOFF JR, Paulo. Site usa textos de jornalistas como propaganda nazista .http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/pb200599.htm. Acesso em 30/04/2004.

[10] J. K. Galbraith sobre a economia do nacional-socialismo. http://revision5.b3.nu/ acesso em 23/04/2004; HAGEN, Bruce. Revisionismo do Holocausto em poucas palavras. http://www.valhalla88.com/artigos/Revisionismo_do_holocausto_em_poucas_palavras.html

[11] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. p.137

[12] Eis o significado do 18 posto aqui: 1, equivale à primeira letra do alfabeto - A; 8, conseqüentemente, representa o H. "AH" Adolf Hitler. Por isto, muitos grupos utilizam o número 88 em suas designações: "HH", isto é, "Heil Hitler!"; *Triumph des Willens*, Alemanha, 1934. Direção Leni Riefensthal.
[13] SILVA, Op. Cit. p.129
[14] Voz de Odin. *Mensagem 217*.Disponível em: http://www.valhalla88.com/valhalla.html acesso em 15/05/2005; Cf. FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição Standard Brasileira. 2ed. Rio de janeiro: Imago, 1987. p.73-148.

Etnia e memória na formação das identidades

Dilza Pôrto Gonçalves

Observando os "*alemães*", atualmente em Canguçu, município ao Sul do Rio Grande do Sul, percebemos a persistência de conflitos quando usam termos pejorativos ou tentam evitar casamentos com "*brasileiros*". Como "*alemães*" reconhecem-se e são reconhecidos alemães e seus descendentes assim como qualquer que se reconheça como descendente germânico. Como "*brasileiros*", são reconhecidos os nativos ou os que chegaram primeiro ao território, que na maioria das vezes são luso-brasileiros. Dentro do grupo "*alemães*", há duas categorias reconhecidas pelo grupo: os "*alemães legítimos*"[1] e os "*pomeranos*"[2], que são chamados muitas vezes de "*pomberanos*"[3]

Para realização deste trabalho foram utilizadas bibliografias sobre etnia, memória e identidade e usada a metodologia de História Oral.

Quando tratamos sobre etnia e grupos étnicos, recorremos a conceitos da Sociologia e da Antropologia, às obras de Max Weber[4], Fredrik Barth[5] e Roberto Cardoso de Oliveira[6].

Podemos associar a memória coletiva à formação de identidades. Félix[7], associa a identidade aos espaços. Para ela, é "onde estão fixadas as lembranças de lugares e objetos presentes nas memórias, como organizadores de referenciais identitários". Ainda diz que "a busca de identidade (s), elemento essencial à memória, é uma das necessidades/atividades fundamentais da sociedade humana (1998:42). A memória é bastante utilizada para criar ou reafirmar identidades. Ao rememorar, evocam-se categorias relevantes àquele grupo social e quando se evoca a memória, usando a História Oral, percebe-se que várias camadas de tempo se entrecruzam. Além disso, é fundamental perceber que o sujeito, ao rememorar, está fazendo um trabalho. Vale lembrar que o sujeito é social, temporal, que está num lugar social e histórico e tem suas próprias interpretações do passado e depende do momento vivido. Quando "se constrói a

memória, ela é reinventada, tanto a individual, quanto a coletiva[6]", já que está ligada ao afetivo, ao emocional, e assim também se constroem identidades.

A História Oral nos possibilitou obter dados importantes para pesquisa. Marieta Ferreira[8] nos coloca a História Oral como "método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou de indivíduos em uma dada sociedade" (1994,p.11).

No universo deste trabalho, os depoentes têm idade entre 64 e 82 anos, são alemães ou descendentes, e, ainda, descendentes de pomeranos; a maioria estudou até a 5ª série, mas detém um capital cultural significativo que não condiz com o nível de escolaridade,sendo que alguns falam dois ou três idiomas. As profissões da maioria dos imigrantes na Alemanha, segundo os depoentes, variavam desde fotógrafo, marceneiro, professor, engenheiro, juiz de paz, entre outros, não eram agricultores e só foram transformados em colonos quando chegaram ao Brasil. Percebe-se que os depoentes têm um nível socioeconômico médio, além de terem um acúmulo de capital cultural[9]. Apesar disso, foram colocados numa condição de isolamento, quando foram transformados em colonos, na zona rural de Canguçu. Esses imigrantes chegaram a Canguçu após migrações internas, pois a maioria das famílias é oriunda de colônias de São Lourenço do Sul.

As entrevistas foram realizadas entre janeiro e março de 2004, nas casas dos depoentes juntamente com suas famílias. Também foram utilizados fotos, livros, cartas e objetos, os quais favoreceram a rememoração. Segundo Célia Lucena[10], nas interpretações das entrevistas, a casa tem uma complexidade que nos fornece imagens para análise das representações do espaço deixado e do espaço conquistado. A autora cita Bachelard que diz que "a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz, freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos". Ainda completa que "a casa possui o jeito da família (...) Pelo imaginário, fantasias e sonhos, as diversas moradas interpenetram-se e guardam os tesouros dos dias antigos. O depoente se apega

aos objetos, que são transformados em tesouro, pois são dotados de significação" (apud. Von Simson, 228).

Os depoentes foram questionados sobre a chegada de seus antepassados e deles mesmos em Canguçu, como teriam sido as relações entre os recém chegados e os habitantes do local, bem como, as relações que têm mantido nestes 180 anos de imigração germânica no Rio Grande do Sul.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes germânicos, por volta de 1824, até hoje, a preservação da germanidade é vista como não assimilação da cultura nacional. Isso era mais evidente em determinados períodos, principalmente durante o Estado Novo, quando o nacionalismo brasileiro estava em destaque e a preservação da germanidade soava como um "*perigo*". Os conflitos dos anos 30 e 40 parecem estar presentes na memória dos indivíduos entrevistados.

As dificuldades durante a viagem e a adaptação estão representadas nos ideais do pioneiro. Eles tentam rememorar uma Alemanha que mal conheceram através das lembranças e saudades dos pais. A Alemanha, mesmo distante, é o referencial para o grupo identitário.

Em momentos traumáticos, a violência muitas vezes é esquecida pelas pessoas envolvidas. Quando os entrevistados são interpelados sobre os casos de violência ocorridos em Canguçu durante a Segunda Guerra Mundial, mais visíveis neste período, fazem questão de ressaltar que em suas famílias não houve perseguição. Acrescentam que eram "*bem vistos*" na localidade. Geralmente, destacam o papel do pai como "*homem de bem*" e que tinham um bom relacionamento com os "*brasileiros*". Ao mesmo tempo em que os alemães tentam negar as violências sofridas, a memória delas pode ter agido na formação das identidades.

Não podemos deixar de lembrar que em algumas localidades houve uma maior integração, onde "*brasileiros*" e "*alemães*" casam-se ou participam juntos na mesma comunidade, integrando-se totalmente aos costumes da sociedade brasileira.

Nas comunidades luteranas na zona rural do município de Canguçu, observa-se muito a memória reinventada abordada por Hobsbawm[11] nos rituais da comunidade, como casamentos, jogos, festas (quermesses). Através da comemoração e da repetição, cria-se uma relação com o passado. Verifica-se nessas colônias "*alemãs*" a mistura de tradições que não existem mais na Alemanha. Portanto, mesmo em terras distantes, os descendentes de alemães querem manter identidades passadas, que segundo Boaventura Santos[12] são híbridas, porque já foram transformadas.

Segundo Carlos Fortuna[13], os filhos de imigrantes neste caso até mesmo netos e bisnetos, movem-se entre fronteiras, onde as "portas" e as "pontes" da imigração ora abrem, ora fecham para desenrolar uma identidade que caminha entre dois pólos: o "regresso" a uma origem representada ou a "permanência" numa cultura adaptada.

Ao trabalhar com a memória do grupo podemos identificar representações que os identificam como grupo social. Talvez a contrastividade identificada entre os "*alemães*" e os "*brasileiros*" possa estar relacionada à identidade do grupo, ou ainda aos casos de violência que aqueles sofreram ao longo de sua história. Os conflitos étnicos que se observam em Canguçu talvez pertençam a este contexto, pois os "*alemães*" se afirmam como grupo identitário destacando as diferenças que têm dos "*brasileiros*". Constata-se, também, que havia um contato entre os grupos, embora fosse de forma hierarquizada. Temos alguns exemplos desse fato identificados nas entrevistas, quando uma entrevistada diz que em sua casa, eles têm contato com os *'brasileiros'*, *porque estes trabalham como empregados de sua família".* Também diz que os "*brasileiros*" eram "*relaxados*", porque não construíam e nem eram sócios de nenhuma igreja. Com isso, ela tenta afirmar a superioridade de sua etnia, como mais "*organizados*" e "*caprichosos*".

Nem "*brasileiros*" e nem "*alemães*" vêem o outro grupo como membro da "*boa sociedade*[14]". Essa afirmação pode ser averiguada através de alguns depoimentos: *"os rapazes brasileiros podiam dançar com 'aquelas alemoa', mas as moças deles não podiam ir dançar com os alemães" (Elfrida Bull, entrevista em 10/02/2004).* O que percebemos aqui é uma forte diferenciação de

grupos, pois os "*brasileiros*" consideravam-se "*superiores*" aos "*alemães*", mas, ao criticá-los, os "*alemães*" também demonstram superioridade. No depoimento, podemos ver que havia uma discriminação dos "*brasileiros*" em relação aos alemães, porque não deixavam suas filhas freqüentarem os bailes dos alemães. Ademais, é observada a criação de uma rede de fofocas para justificar o que um grupo pensa sobre o outro, assim reafirmando suas identidades. Um neto de alemães, ao falar dos "*brasileiros*", destaca também a diferença entre eles e reforça o contato hierarquizado entre os grupos.

No início parece que os "*alemães*" foram estigmatizados[15]. Hoje parece que está ocorrendo o caminho inverso, para se afirmarem como grupo, os "*alemães*" estigmatizam os "*brasileiros*", destacando suas falhas e defeitos. Mesmo dentro dos grupos, o estigmatizado sempre é o outro, como "o *pomberano que é o pobre*", "*o brasileiro que é o relaxado*".

Os "*alemães*" sempre destacam o conhecimento como um dos diferenciais em relação aos "*brasileiros*", pois estes, segundo eles, "*não se preocupam em dar uma escola aos filhos*", que para os "*alemães*" é tão importante e significativa a escola quanto a Igreja. Muitas vezes escola e igreja são construídas no mesmo local, quando a própria igreja não serve de escola, e o professor, na maioria das vezes, é o próprio pastor da comunidade. Sem dissociar aí o estudo da língua alemã, fundamental na preservação da germanidade, distintivo de grupo.

Além de se diferenciarem dos brasileiros, dentro do grupo "*alemães*", há duas categorias que podem ser definidas pelos entrevistados em "*alemães legítimos*" e os "*pomeranos*", algumas vezes chamados de "*pomberanos*". Quem seriam os "*alemães legítimos*" para o grupo dos "*alemães*"? Seriam aqueles oriundos da Alemanha, depois da unificação, e que sabem falar o "*alemão fino*" ou o "*alemão* alto". Mais tarde, observamos que somente falar o "*alemão alto*" não distinguia "*alemão legítimo*" de "p*omberano*s", porque todos que estudaram em escolas das igrejas, organizadas nas comunidades alemãs, até o Estado Novo, aprenderam a ler e escrever em "*alemão legítimo*", ou seja, em alemão culto. O que então parecia ser um diferencial deixa de ser. Como, então, diferenciar "*alemães*" e "*pomberanos*" se todos os entrevistados faziam questão de

destacar a legitimidade de seu alemão? O diferencial "*alemão legítimo*" e "*pomberano*" são representações criadas pelos imigrantes para fazer a distinção de grupo na nova terra. Examinando as entrevistas, pode-se perceber a diferença entre os grupos. A senhora Ilse Bláas fala da Pomerânia: "*A Pomerânia tu sabe o que é, né? É um país pequeno, perto da Alemanha, só que não tem bandeira"*. Notamos na fala da depoente um ar de superioridade e desdém em relação à Pomerânia, o que exemplifica a diferenciação dentro do grupo "alemães". Os pomeranos, na Europa, eram vistos como servos dos latifundiários alemães, então, aqui ninguém quer ser reconhecido como "pomberano", todos se julgam descendentes do "alemão legítimo". Embora a maioria das pessoas fale o dialeto pomerano, justificam dizendo que aprenderam com as pessoas do lugar e quase nunca com a família. Quando sabem que existe um antepassado com origem pomerana, fazem questão de ressaltar a outra linhagem de família com descendência do "alemão legítimo".

Nesse caso, constamos que os "alemães" são aquelas pessoas que se autodenominam "alemães", que rememoram tradições e conceitos de uma Alemanha que não existe mais, mas que está presente na memória dos imigrantes e seus descendentes. O ideal do pioneiro está presente para demarcar fronteiras, principalmente porque ressalta o "alemão" como trabalhador, contrapondo-o ao "brasileiro", que tem fama de preguiçoso e relaxado, como demonstram alguns do entrevistados. Bourdieu[16] destaca que "as categorias, segundo as quais um grupo se pensa, e segundo as quais ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade do próprio grupo" (1996:123). O que nos interessa, portanto, é perceber quem são as pessoas que se identificam como "alemães", por que elas estão agindo para formarem uma identidade de um grupo. Para isso, é preciso destacar as diferenças do grupo com o qual têm mais contato, no caso, o dos "brasileiros".

Ainda hoje, observamos os *"alemães*" tentando reforçar a germanidade e fortalecer o grupo, quando, por exemplo, se ouvem comentários pela cidade que "quando alguém instala uma loja ou um supermercado na cidade tem que colocar o nome do dono na fachada, se for *'alemão'*, vai

progredir, porque vai vender para os '*colonos'.* E quando se questionam os entrevistados sobre isso, respondem: *"Aqui em Canguçu, até o pessoal da colônia, mais ou menos, está dominando a cidade. Os principais comércios já estão com os alemães*" (Ervino Neutzling, 22/01/2004).

Até mesmo alguns partidos políticos parecem tirar proveito dessa idéia bastante difundida pelo município, pois no pleito eleitoral, de 2004, procuraram candidatos "alemães" para comporem suas chapas. Em Seyferth[17] observamos que a etnicidade pode estar sendo usada para obter vantagens.

Neste aspecto, observamos que a etnia passa a ser usada para ocupar espaços dentro do campo político e econômico. O fortalecimento da germanidade serve para ocupar espaços que eram restritos aos luso-brasileiros. O ideal de pioneiro do trabalhador está reforçando qualidades ao ideal de trabalhador brasileiro, tão valorizado durante o Estado Novo. É interessante lembrar que, no Estado Novo, reforçava-se o ideal de trabalhador, mas se condenava a germanidade.

Hoje a germanidade está diretamente associada à idéia de trabalho, ordem e progresso. A germanidade está sendo utilizada para beneficiar o grupo, o que antes era um estigma é visto como uma qualidade e pode estar sendo utilizada pelo grupo para tirar vantagem no campos político, social e econômico.

---

[1] Para o grupo "alemães legítimos" são aqueles que falam o "alemão fino", pois estes teriam vindo de territórios da Alemanha já unificada.

[2] "pomberanos" seriam os que teriam vindo da Pomerânia e, por isso, falam o dialeto característico daquela região.

[3] "pomberano" é o termo utilizado por muitos entrevistados para se referirem aos pomeranos.

[4] WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas.* IN: WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Vol. 1, 4ª ed. Brasília:Editora UNB, 2000. Para o autor, "grupos étnicos são aqueles grupos humanos que, em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva". Segundo ele, "é produto de um sentimento de comunidade" (2000, p. 270).

[5] BARTH, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. IN: POUTIGNAT STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: ed. da UNESP, 1998. "Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formavam grupos étnicos neste sentido organizacional. As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças 'objetivas', mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes" (1998:194).

---

[6] OLIVEIRA, R. C. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. Segundo o autor, "(...) a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é reflexo daquela.(...) O conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações. No âmbito das relações interétnicas este código a se exprimir como um sistema de oposições ou contrastes.(...) Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente"(1976:5).

[7] FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998: 35-55

[8] FERREIRA, M. M. (org.) *Entrevistas e abordagens da história ora***l.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.

[9] BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino***.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982. Segundo Bourdieu "a aptidão para pensar objetos quaisquer e ordinários está fortemente ligada ao capital cultural herdado ou adquirido escolarmente"(1989:90). No caso dos entrevistados esse capital cultural parece ter sido adquirido pela herança familiar, principalmente pelos livros alemães que guardam e têm lugar de destaque em suas casas.

[10] IN: VON SIMSON, O. M. *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Editora do Centro de Memória, 1997.

[11] HOBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1997:9-24; 175-218.

[12] SANTOS, B. de S. *Modernidade, identidade e cultura de Fronteira*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais- n.º 38. Coimbra, Dez 1993, p. 11-39.

[13] FORTUNA, Carlos & outros. *Os novos espaços públicos: identidades práticas culturais*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais- n.º 54. Coimbra: jun. 1999, p. 137-170.

[14] ELIAS, N. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir da pesquisa de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.

[15] GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada***.** Trad. Márcia L. Nunes. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1989 O indivíduo estigmatizado - terá motivos especiais para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada. [...] O indivíduo estigmatizado ou é muito agressivo ou muito tímido e que em ambos os casos, está pronto a ler significados não intencionais em nossas ações (1988:27).

[16] BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

[17] SEYFERTH,G. *Pluralismo, Etnia e Representação Política***.** IN: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (org.) *Antropologia, voto e representação política***.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. Glazer e Moynihan (1975) também observam a eficácia da etnicidade no âmbito do estado de bem-estar social e em seu uso para obter vantagens políticas e econômicas em situações de desigualdade social. (...) Consideram que a etnicidade é o mais do que simples meio de obter vantagens, funcionando como um poderoso princípio organizador, na medida em que diferenças étnicas são mais irredutíveis. Como também observou Cohen (1974), nas situações onde a etnicidade é questão relevante, as categorizações étnicas não são conceitos neutros, mas símbolos que provocam fortes emoções. A etnicidade é eficiente como principio organizador porque pode combinar os interesses individuais e grupais com a afetividade (1996:119).

O discurso oficial: a "tranqüilidade pública", princípio de governabilidade.

Dimas José Batista – UFT/Araguaína

- **Introdução**

A elite política mineira enfrentou sérios problemas para manter a ordem e a segurança pública na província entre os anos de 1833 e 1842. Eram tempos difíceis, eram tempos de opções difíceis. A sociedade brasileira efervescia em disputas entre as poderosas facções da elite senhorial pelo controle do Estado nascente. Os modelos de Nação à disposição e a apropriação desses modelos eram objeto de ferrenhas disputas. Foi neste contexto que os "construtores da ordem" modelaram a sociedade civil, a estrutura do Estado, da Nação e da identidade nacional. A população da província mineira também sentia-se alarmada com os constantes distúrbios sociais: a formação de quilombos, as fugas de escravos, as resistências violentas ao recrutamento, para o exército e a guarda nacional, as disputas localizadas entre os potentados locais de norte a sul da província, essas e outras manifestações, dividiam a atenção da população e dos presidentes da província mineira. Estes distúrbios promoveram a formulação de políticas públicas para a contenção e repressão desses conflitos. Era necessário identificar focos de desordem, caracterizá-los e convencer a sociedade de que era preciso manter a ordem, isto é, o discurso da desordem será a fonte de legitimidade do discurso da ordem social.

Neste artigo, em particular, discutiremos o papel desempenhado pelo governo da província de Minas Gerais para conter um grande conflito ocorrido em 1842, o envolvimento de diversas vilas e cidades no conflito e sua repercussão social para a reafirmação de um modelo político de Estado-nação, concebido a partir do eixo centro-sul-sudeste. Discutiremos o modelo da ordem e os princípios da governabilidade, nos debruçaremos sobre o seguinte problema como organizar o Estado nacional em circunstâncias, consideradas pelos governantes provinciais, anômicas. Com esse procedimento, visamos questionar algumas interpretações

sobre o Estado Nacional e aquilatar as políticas públicas de segurança implementadas no período de consolidação do Estado-nação na primeira metade do século XIX. Para atingir esses propósitos nos parece pertinente avaliar algumas proposições de autores que trataram da formação do Estado nacional no Brasil, especialmente dos três pressupostos básicos da organização externa do Estado nacional brasileiro, em construção à época: o unitarismo monárquico, a homogeneidade da elite política brasileira e a solidez das instituições do Estado Monárquico brasileiro, especificamente âmbito dos poderes executivo e judiciário.

Existe uma volumosa e rica documentação oficial espalhada pelos arquivos do país que trata de segurança pública pareceres, ofícios, correspondências, circulares e relatórios, entre outras, que atestam: a segurança pública era uma das sérias preocupações da maioria dos homens públicos e da inteligência brasileira entre 1822 e 1850. Nesta discussão muito nos auxiliam os *Relatórios dos Presidentes de Província, a Coleção das Leis do Império do Brasil e os Relatórios dos Ministros de Justiça*, a partir dessa documentação, na medida do possível, retraçaremos a versão oficial dos acontecimentos de 1842, confrontando a versão construída pelos homens públicos da época com a dos historiadores.

Estes *Relatórios* trazem um relato minucioso e valioso da situação geral dos negócios e da administração provincial – finanças, instrução pública, construção e melhoramento de estradas, administração das rendas provinciais, conservação e construção de cadeias e presídios, culto público, barreiras, entre outras matérias – que ilustram a atuação tanto dos agentes governamentais municipais como dos provinciais na resolução dos problemas enfrentados pela Província, e a “rebelião” de 1842 era um desses problemas a serem enfrentados.

É perceptível nos *Relatórios* a inquietação das elites políticas, brasileira e mineira, com os atos de transgressão à ordem, praticados pelas camadas mais pobres da sociedade brasileira e por subgrupos da própria elite. Nos *Relatórios* podem-se observar aquelas disputas, aqueles modelos, aquelas opções e, ainda mais, as medidas adotadas pelos

agentes da administração pública para fazer cessar esses distúrbios locais, ou melhor, verificamos as propostas dirigidas aos representantes da "nação" visando conter os distúrbios entre as facções da elite política brasileira, de um modo geral, e mineira, em particular, ou as agitações provocadas pelas camadas populares. Pode-se dizer que é possível analisar as propostas de segurança pública por meio dos discursos que esses agentes da administração pronunciaram, ao final de suas gestões, pois eles eram os "porta-vozes" dos interesses das elites econômicas e culturais do Império e da Província. Assim, discutiremos como os presidentes da Província mineira trataram a questão da segurança pública em seu nível individual e coletivo. Especialmente quais eram os discursos e as práticas postas em funcionamento para a "boa" administração dos negócios do Estado.

O discurso do sossego e da tranqüilidade pública tornava-se o mecanismo eficiente para consolidar a adesão dos súditos ao regime monárquico representativo, em momentos em que a tranqüilidade e a ordem eram ideais a serem atingidos. Para atingir esses ideais era necessário elaborar princípios de governabilidade. Esses princípios estavam esteados, na concepção das elites políticas mineiras, na educação, na consolidação da moral religiosa e na diciplinarização dos desordeiros. E em um outro principio necessário à governabilidade: o de contrato ou pacto social entre os governantes e os governados, fundamental à manutenção da autoridade do Estado frente à sociedade civil. A preocupação com a segurança e a ordem pública é notável em todos os níveis da administração imperial. Mas, será nos municípios e nas províncias que os problemas se farão sentir mais diretamente exigindo soluções urgentes e, às vezes, radicais.

Nos municípios, as Câmaras aprovavam as diretrizes fundamentais da política local, as posturas municipais, que regulavam a vida nas vilas e cidades do Império até 1834. Após o ato adicional, o poder das câmaras sofreria um forte abalo com reforma Constituição de 1824. A lei limitaria as esferas de atuação política, econômica e administrativa dos poderosos locais. As câmaras deveriam fazer passar pelo crivo dos deputados provinciais todos os seus

atos, centralizando o poder no interior das províncias, pois segundo os homens públicos a desordem era provocada pelo excesso de poder local. E isso seria uma constante fonte de conflitos entre os membros da elite política brasileira.

O mais detalhado *Relatório* localizado, que descreve a "Rebelião" de 1842, parece ser o do Ministro Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai. Não sob o ponto de vista dos vencidos, mas dos vencedores. Por tal razão, o utilizaremos para narrar os acontecimentos e a construção elaborada sobre os acontecimentos de 1842, complementando-o com os Relatórios dos presidentes da província mineira. *A visão oficial elaborada sobre os fatos conduziu à reconstrução dos fatos* na disputa pelo direcionamento e organização do Estado nacional, ocorrida no interior dos grupos dominantes. O que mais uma vez demonstra que a história tem sido utilizada como forma de silenciamento dos grupos/classes sociais menos privilegiadas e de subgrupos no interior dos grupos hegemônicos.

Por outro lado, o "cidadão", ou antes, o votante via-se ameaçado em seus bens e riquezas, e clamava por segurança e proteção contra a violência e a criminalidade, contra a desobediência à lei, contra a desordem. O discurso da desordem social, na narrativa dos presidentes de província e dos ministros de justiça, é evidente em vários momentos tanto ao tratar da Província como dos municípios. Os representantes do poder central, na Corte e nas Províncias, acreditavam que era necessário fortalecer as instituições do Estado através das reformas judiciais. Dizia o Visconde do Uruguai em 1843:

> Era urgente rever as nossas Leis regulamentares, emendá-las segundo os conselhos da experiência, e armar o Poder com os meios indispensáveis para emancipar-se da tutela das facções, e das desencontradas exigências das influencias das localidades. Era preciso adotar uma política larga que fazendo calar as vozes mesquinhas de influencias locais, e de interesses particulares, desse lugar a que somente pudesse ouvida a da *Razão Nacional*, única e verdadeira indicadora do pensamento e necessidades públicas.[1]

O Ministro de Justiça, Paulino José Soares de Sousa, reiteradas vezes, apresentou em seu *Relatório* como o motivo principal da discórdia e da desordem social, em seu *Relatório,* a luta entre as "facções" que enfraqueciam o poder central. Dizia ainda que

esses mesmos partidários iludiam as populações ignorantes com pretextos de que as reformas viriam prejudicá-las. Se, por um lado, como argumenta a maioria dos historiadores a Lei de 12 de agosto prometia uma certa autonomia para as províncias, ela retirava e restringia às vilas e cidades uma liberdade outrora desfrutada. As insatisfações aumentariam com outras duas reformas legais: a criação em 1841 do Conselho de Estado e a reforma do Código do Processo Criminal de 1832 que provocariam fortes resistências.

Mas, para o Ministro os pretextos alegados pelos "revolucionários" eram falsos e havia um plano de conspiração amplo que visava desestabilizar o governo central. E para demonstrar suas "teses" acerca dos "facciosos" dizia o Ministro:

> Para bem avaliar a Rebelião que lavrou nas Províncias de São de Paulo e Minas, é mister ter conhecimento dos meios que foram empregados para fanatizar e iludir a população. Abusando da boa fé e credulidade de muitos fazia-se-lhes acreditar que as Leis do Conselho de Estado e da Reforma do Código do Processo iam acabar com as liberdades públicas, e que era a tenção premeditada do Governo. A muitos homens (*do interior da Província, de cor e ignorantes*) *se dizia que iam ser reduzidos ao cativeiro*.[2]

Contudo, não podemos esquecer que as responsabilidades arcadas pelas municipalidades e as limitações impostas a elas, após as Leis de 1823, de 1º. de outubro de 1828 e ao Ato Adicional de 1834, reduziram muito a capacidade fiscal e de arrecadação das cidades, vilas e arraiais do Brasil na época aumentando a dependência da sede da província. Assim, restava aos municípios empobrecidos, politicamente fragmentados e enfraquecidos recorrer ao poder provincial, à mesma elite política que disseminou a idéia de descentralização, e que de certa maneira centralizava o poder aniquilando o poder dos municípios.

Estamos diante de um duplo movimento histórico e político: por um lado, a descentralização de poder das províncias perante o governo central e, por outro, a centralização poder na esfera das províncias, de um poder que pertencia às municipalidades, esse duplo movimento perpassará as lutas entre as elites políticas durante o I Reinado e a Regência, e esse movimento pendular de poder político e econômico será o objeto de muitas

dissidências, revoltas e fissuras políticas entre os membros da elite brasileira e mineira, de que a “rebelião” de 1842 é um bom exemplo.

Centralização e descentralização, civilização e barbárie, democracia e anarquia, monarquia e federalismo esses eram os principais biônimos, com os quais as elites políticas estavam se debatendo naquela época. A historiografia discute esses binômios, mas o que pretendemos por em evidencia neste contexto é que esses binômios apresentam um movimento pendular. E, principalmente que nesta alternância de posições as elites recorreram a estratégias retóricas de esvaziamento e espetacularização dos eventos sociais. A teatralização dos eventos sociais, também um mecanismo de governabilidade, ora minimizava, ora maximizava, esvaziava ou desautorizava as contestações, visando combatê-los com maior eficiência quando eles tomam rumos imprevistos e indesejáveis para os donos do poder. Era preciso moldar a história aos interesses de quem dominava a sociedade, o Estado e os recursos de poder, criando uma visão positivada de suas ações sociais. A memória, o passado e como se registrava esse passado implicavam relações de poder, e os homens públicos do século XIX se apercebiam deste fato.

A maneira como os opositores foram descritos evidencia essa intenção de reconstruir/fabricar uma versão heróica e inevitável dos acontecimentos de 1842. Os vencidos eram anarquistas, iludidos, facciosos, incendiários, equivocados, criminosos, etc. Todos termos depreciativos e desqualificadores. De um lado, o governo central e seus representantes senhores da “Razão Nacional”, e de outro, os partidários e facciosos irracionais e ignorantes. Nos relatórios podemos notar essas duas construções ou representações do fenômeno social de 1842.

A preocupação com a ordem e a segurança pública se tornava mais evidente quando, os presidentes de província e os ministros, tratavam da instrução pública, do culto público, do recrutamento e da divisão administrativa, judiciária e eclesiástica. As narrativas destacam o papel moralizador da educação e da religião, e o papel disciplinador do Exército

como um dos modos eficazes de frear as paixões, as transgressões e atos anti-sociais. O que importa reter, a bem da verdade, é que o discurso da desordem é evidente tanto no nível local como provincial, e que os presidentes entendiam que a melhor maneira de remediar essa desordem era impor o "império da lei".

Apesar desses procedimentos e dos mecanismos de teatralização e de especularização dos fenômenos sociais, os poderes provinciais eram sensíveis à questão da ordem e da segurança. A segurança pública mereceu uma atenção especial dos presidentes de província em seus relatórios. Havia neles sempre um item: a "administração judiciária", os "corpos policiais", a "guarda nacional", a "divisão judiciária", etc; em que os presidentes tratavam dos assuntos correlacionados à problemática da segurança pública provincial ou local.

As Câmaras Municipais[3] enviavam solicitações constantes para a construção, reforma e conservação das cadeias nas municipalidades. No entanto, ao lermos os Relatórios nos deparamos com as reclamações dos presidentes sobre a falta ou insuficiência de verbas para a realização destas obras. Nos Relatórios os presidentes da província, a partir de representações feitas pelas Câmaras municipais, expõem sobre a necessidade de construção das cadeias, organização de seus regimentos e estatutos, contratação de seus funcionários; discutem as condições de vida dos presos, os delitos e crimes cometidos nos municípios da província, comentam suas possíveis causas, e, especialmente, buscam suas prováveis soluções.

Apesar disso, a tônica geral dos discursos dos agentes da administração era a de que a Província encontrava-se sempre na mais perfeita paz e harmonia ou as dificuldades econômicas e orçamentárias eram tamanhas que impediam um auxilio mais eficaz às municipalidades, ou os agentes do poder judiciário em nível local não cumpriam os seus deveres acarretando prejuízo para a administração, em suma, sempre havia um discurso da ordem que estava sendo negligenciada e da desordem que impedia o funcionamento da administração. Nada mais óbvio, pois os poderes constituídos deviam, e devem, por princípio,

emanar serenidade e autocontrole para inspirar confiança e credibilidade em seus governados para manter o *contrato social*. Tanto era assim que, vias de regra, iniciavam-se os seus Relatórios com uma breve exposição acerca da '*tranqüilidade pública*'.

---

[*] Docente da UFT, Mestre em História e Cultura pela UNESP e Doutorando em História Social pela USP.

[1] Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843. p. 3

[2] Idem, Ibdem, pp. 16-17

[3] Para uma discussão mais detalhada acerca das funções e prerrogativas das Câmaras Municipais no Império Português e nas Colônias veja os artigos de BICALHO, Maria Fernandes. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. In **Revista Brasileira de História**, v.18, n. 36, 1998, pp. 251-280 e SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. In **Revista Brasileira de História**, v.18, n. 36, 1998, pp. 367-394. E para uma relativização da mesma discussão sobre o poder das Câmaras veja o trabalho clássico de HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança colonial: sua desagregação. In HGCB, 6. ed. Tomo II, v.1, 1985, especialmente o item: "A aniquilação dos corpos municipais", pp. 24-26.

MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Diógenes Nicolau Lawand

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira

SEE – SP / SME - SP e FE – USP

A apresentação é um recorte da dissertação de mestrado, defendida em outubro de 2004 na FE-USP[1]. A pesquisa foi desenvolvida em escola da rede municipal da cidade de São Paulo, com alunos do ensino noturno na EJA. Duas turmas, 2°TA e 2°TB, estavam envolvidas.

Trabalhar com a memória (individual e social) é um elemento despertador de potencialidades para a produção de saberes educacionais. Sobretudo em busca de valorização da auto-estima em comunidades e indivíduos, no convívio de diferentes.

O texto "A Casa Xavante"[2], em leitura conjunta e com diversas questões levantadas que tinham como objetivo a comparação entre ela e a casa de cada aluno, frutificou um debate e mostrou que havia potencial para registrar os depoimentos.

A percepção de ritmos que os alunos demonstravam em relatos de experiências, trazidas quando a memória era sensibilizada, foi elemento problematizador na pesquisa .

O ritmo predominante na atualidade é o do capitalismo globalizante. A questão é que esse ritmo se defronta com outros ritmos vivos em comunidades.

Muitos querem transformar a memória em produto de consumo. Nas casas de *fast food* tudo é para o imediato, para o prazer na agilidade, para o consumo no ritmo impessoal. Se estou harmonizado com o ritmo do *fast food*, a memória não tem valor, pois não é imediata.

Logo no primeiro relato, o da aluna M.P.C. (51 anos), percebemos as características dos relatos dos alunos, apontando diversos ritmos:

Professor: “Aluna M.P.C., como foi esta experiência de dormir na esteira?”

Aluna M.P.C. (51 anos): “Bom, não era nem experiência, né professor? Era o nosso dia-a-dia”.

A questão apresentada pela aluna M.P.C. (51 anos) é do cotidiano. A memória envolvida no cotidiano e o cotidiano envolvido de memória.

Na modernidade, a narração de experiências é desvalorizada pela rapidez imposta pelo desenvolvimento da tecnologia, pela mídia, pela luta para a sobrevivência. Com os depoimentos dos alunos em relação à memória, o passado é restaurado no presente. Pode-se fazer diversas apropriações[3] dessa imposição, como demonstra a maravilhosa obra de Ecléa Bosi.[4]

Os diversos ritmos sociais, pessoais, mascaram-se frente ao que o capitalismo globalizante impõe. Por exemplo, os ritmos dos migrantes são depreciados e desvalorizados. Expulsos de suas terras de origem para poder sobreviver e transformados em moradores das periferias das cidades (em especial na cidade de São Paulo), há um processo de desenraizamento cultural. As manifestações culturais da terra de origem, alojadas na memória de cada um e da comunidade constituída pela relação familiar ou de proximidade da região de origem são abafadas.

O desenraizamento gera novas condições de memória e esquecimento. Há sim uma imposição dominante na sociedade atual para o esquecimento. Mas há vivências de preservação de costumes culturais, por exemplo, nas favelas.

A memória é um caminho que possibilita viagens. Elas podem transitar no saudosismo, como é apresentado nestes relatos: Aluna M.P.C. (51 anos): “Eu gostava muito. Às vezes eu tenho até saudade daquele tempo. Quer dizer, a gente achava que era ruim, mas era bem melhor aquele tempo do que hoje. A gente achava que a gente era muito pobre, mas pelo menos a gente não sofria tanta violência, humilhação. A gente era feliz ali e não sabia.” Aluna S.R.S. (36 anos): “Era feliz também.”

Mas existe uma sensibilidade que podemos trabalhar na escola com os alunos e a comunidade escolar. O nosso trabalho propõe que a escola pode ser elemento que valorize a identificação da relação embutida na memória, em que os esquecimentos se opõem às lembranças. A percepção que temos do tempo conduz, de certa forma, o ritmo que adotamos.

O trabalho de Garcia[5], que pensa a temporalidade da sala de aula a partir de duas dimensões – chronos e kairós –, foi um elemento precioso para o nosso trabalho sobre a relação ensino de história e memória. Segundo Garcia, a sala de aula tem seus ritmos. Ela não é independente do ritmo da sociedade, mas é apropriado o ritmo social e construídos os ritmos escolares. Garcia estuda o trabalho de Laura, reconhecida como ótima professora pela comunidade da escola pela qual trabalha. Seu trabalho aponta para o ritmo que é dado pelo ajuste entre kairós (o tempo estratégico, apropriado para determinada ação) e chronos (o tempo dos relógios, mecanicamente mensurável). Para Laura, a atividade de ensino está centrada na possibilidade de atender no momento oportuno cada aluno em suas necessidades. Ela atende os alunos individualmente e permite que eles recuperem, em parte, o controle sobre o seu próprio tempo. Com isso, Laura rompe com a idéia de que todos os alunos são ensinados da mesma forma e ao mesmo tempo. Ela aproveita cada momento de contato para conhecer o trabalho do aluno e lhe ensinar. Dentro de uma rotina extremamente organizada, ela é capaz de permitir a desorganização, a partir do ritmo de cada aluno e da turma como um todo. Para Laura, o tempo não é chronos, é kairós.

As experiências temporais são individuais e sociais. O tempo vivido é subjetivo, já que cada um tem o seu próprio tempo, influenciado pela fantasia, pela memória, pela imaginação e também pelos contatos sociais.[6] O tempo escolar é uma construção histórica e cultural marcada por ritmos e regularidades, pelo tempo de longa duração (a

obrigatoriedade escolar) e pelo tempo de curta duração (o ano letivo, a jornada, os horários de aula).[7]

O exemplo de Laura demonstra que diversas apropriações desse ritmo e tempo são realizadas. Laura procura atender os alunos segundo o ritmo de cada um, e procura colocar metas. Mesmo em uma sociedade em que o capitalismo globalizante dita o ritmo, ela se apropria a partir de sua percepção relacionada com o ensino.

No ritmo do capitalismo globalizante, o que importa na contemporaneidade é viver a inovação, o eterno presente. Mas ao iniciar o processo de narrar, as experiências ficam encravadas na memória, a fricção é espetacular, o auge é atingido, o tempo é apresentado pela experiência, que é vivência:

A aluna M.P.C. (51 anos): “Professor, você já viu como era as camas antigamente?”

Contudo acreditamos que a experiência contemporânea pode ser considerada. A memória na atualidade pode ser (re)significada. O tecer narrativo da experiência na memória vislumbra possibilidades na educação, no cotidiano da sala de aula. Mesmo na descrença do narrar a experiência, o ouvir narrações e narrar fazem a percepção sobre o ensino de história se sensibilizar, conforme cada aluno reconhece a história na própria vida e na comunidade. Tal proposta visa desenvolver novas formas de sensibilidade para neutralizar o ritmo frenético do capitalismo globalizante e vivenciar a experiência.

A narrativa é a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da história com a vida cotidiana. Segundo Gagnebin, a narrativa é terapêutica. Em seu artigo, trata o conceito de "experiência" e a força da narração para salvar o passado.[8] É do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde. O narrar relativiza o passado e o presente no tempo vivido; o que se lembra são momentos vividos. A memória trabalha sobre o tempo vivido pela cultura e pelo indivíduo. E o tempo não é único para todos: há a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido.

O indivíduo, ou a comunidade, vítima de inúmeras exclusões, apropria-se das imposições sociais recriando funcionamentos próprios em resposta ao exigido e ao interesse de tal comunidade que, por ser desvalorizada, possui uma história tecida de silêncios. Podemos na escola, com o trabalho do ensino de história relacionado com memória, determo-nos nesses silêncios ou, pelo menos, dando voz a parte dos silêncios. É como já colocado acima: um exercício de narrar e de ouvir.

Ecléa Bosi aponta para a qualidade do vínculo que faz a qualidade da narração e do ouvir. Também a relação do professor com os alunos favorece o narrar, ou o não-narrar.

"Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes. (Aqui, convém repetir a frase de Alain, mestre de Simone Weil: 'As pessoas importantes não têm importância')".[9]

A atenção dada que qualifica a relação narrar e ouvir, a atenção de respeitarmos o silêncio e de não colocarmos o narrador em um banco de réus. Ele, como todos nós, conta a sua verdade. A inexatidão do narrar não invalida o testemunho.

"A narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos".[10]

Em busca da atenção aos diferentes ritmos, podemos notar que o velho, na comunidade, quer aprender os novos cantos e ensinar os cantos de outrora. Sua identidade precisa ser reconhecida; sua memória, preservada. E uma atenção deve ser dada ao desenraizamento, que é condição desagregadora da memória.[11]

A aluna A.A.S. (40 anos), em seu relato diz, ao ser questionada: "Chão de barro mesmo! Não tinha nada de chão batido. É terra, barro, estas coisas."

Professor: "Até dentro de casa?"

Aluna A.A.S. (40 anos): “Até dentro de casa. Fogo de lenha, água com aquelas latas na cabeça, pisar no pilão, aquelas coisas, tudo o que a gente precisava consumir não tinha nada fácil. Tinha que tudo pegar, pra fazer, pra poder consumir diariamente. Tinha que pegar na roça. Era tudo trabalhoso. Não tinha nada industrializado.”

Professor: “Me fala de um produto que vocês utilizavam?”

Aluna A.A.S. (40 anos): “De um produto que a gente consumia? Alimento?”

Professor pergunta: “É!”

Aluna A.A.S. (40 anos): “Era assim, meu pai plantava de tudo. Na época de inverno era na roça. Na época do verão era um lugar assim, na beira de um rio, um córrego chamado, chamava vazante lá. Eu não sei se continua indo. Mas ele plantava de tudo, abóbora, feijão. Pegava aquelas vagens de feijão e tirava todo feijão de dentro. Ele fazia ele vender. Para vender ele deixava ele secar, para poder... ele batia com um pedaço de marreta, assim, para poder sair tudo da barra (?), para poder tirar palha daquilo ali. Medir e vender o total. Que era para a gente consumir e para vender, para manter e comprar as outras coisas, demais.”

Os relatos podem ser tomados para discutir a relação entre o ensino de história e a memória. Os alunos se sensibilizaram para compartilhar suas memórias a partir da informação de que os Xavantes utilizavam esteiras. A partir daí eles começaram a relatar suas experiências (produção e utilização) com esteiras. Estimulados pelo professor, outros alunos fizeram seus depoimentos até chegar ao relato da aluna H.V.O. Podiam-se notar relatos que traziam novidades ou diferenças ao grupo, e outros em que os alunos se identificavam com o narrador, por terem vivenciado semelhantes casos, o que sugere a construção de uma memória coletiva. O próprio relato da aluna H.V.O. (32 anos) nos mostra isto: “Quem conhece pé de juazeiro, aqui?... Quem já ouviu falar em comidinha?... A gente não fazia estas coisas que hoje a gente não confia deixar os nossos filhos fazer”. O relato dela se envolveu num diálogo com outros alunos, na identificação e/ou

estranheza. Tal relato caminhou por vários temas que indicavam conhecimentos e experiências. Até começavam uns namoros nas esteiras, “mas não como os de hoje que avançam o sinal”, cavavam poço para pegar água pura, que tiravam com cacimba; faziam poço na areia como de praia, carregavam muita água na cabeça e colocavam redes nos pés do juazeiro. “Assim é a vida no interior”.

Pelas idéias da narradora, é possível classificar o relato de “verídico”, que a partir da lembrança, pode ser comunicada às novas gerações, pois não se viverá mais o relatado. A relação estabelecida é entre o passado (naquela época) e o presente (hoje): “Naquela época o namoro era bem diferente do que é hoje”. A lembrança (como eu me lembro disso!... Disso eu me lembro!) é o fundamento para a realização dessa relação, em que os sentimentos estão envolvidos com a história: “Eu, para mim é saudades. É saudades eu falar. Para mim é histórias e saudades. Saudades deste tempo que a gente vivia. Do passado. Que, no futuro não tem como a gente fazer isto”.

A importância de parte do relato o avô contou para o pai, que contou para os filhos, que a aluna contou para a filha, que contará para os filhos dela. É o relato da chegada do primeiro carro na cidade onde a aluna nasceu. A buzina alertou os moradores para a chegada de um bicho, todos se armaram com paus, inclusive de cercas, e quando o carro chegou começaram a espancar o carro. A aluna finaliza o relato, voltando ao início do relato e afirmando: “uma coisa eu tenho certeza, aprendi a fazer cuia com meu pai”.

O que está em jogo é a tradição. Esta é apresentada relacionando-a com lugares de memória[12]: “Era um carro que nem, vamos supor, que fosse um carro que nem esses jipes que têm no Museu do Ipiranga, que põem no museu. O primeiro carro na cidade”.

Mesmo que duvidem do relato, ela aprendeu com a tradição, concretamente aprendeu a fazer cuia. O conjunto do relato demonstra a força das lembranças e das narrações destas.

[1] LAWAND, Diógenes Nicolau. Memória e ensino de história: uma experiência na educação de jovens e adultos, Orientadora : Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, 2004.

[2]ANDRIOLO, Arley. Viver e morar no século XVIII: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 7.

[3] Sobre apropriações ver: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2001. v.1.

[4]Veja: GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, Adauto et al.. O olhar. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 95-124.

[5] GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A riqueza do tempo perdido. Educação e Pesquisa. São Paulo, v..25, n..2, p.109-125, jul./dez. 1999.

[6]GARCIA, 1999.

[7] SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). Educação e Pesquisa, jul./dez. 1999, vol.25, no.2, p.127-143.

[8]GAGNEBIN, Jeanne Marie..Narrar e curar. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1º set. 1985. Folhetim, p. 11.

[9]BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003,p. 61.

[10]Ibid., p. 66.

[11]BOSI, 2003, p. 28 e p. 206.

[12]NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O Samba do Crioulo Doido:

a carnavalização do samba-enredo e da História oficial do Brasil.

Profa. Dra. Dislane Zerbinatti Moraes - USP

Em 1968, Stanislaw Ponte Preta, conhecido jornalista, cronista e humorista do jornal *Última Hora* nos anos de 1960, escreveu a música *O Samba do Crioulo Doido*, como parte de um quadro do Show *Pussy Pussy Cats*. O assunto da música é a tradição brasileira de se fazer enredos de escolas de samba com temas históricos, exaltando figuras ou fatos considerados importantes para a memória nacional. O samba é introduzido por uma voz em *off*, imitando a linguagem dos locutores de rádio:

"Este samba é o samba do crioulo doido. A história de um compositor que durante muitos anos obedeceu ao regulamento e só fez samba sobre a História do Brasil. E tome de Inconfidência, Abolição, Proclamação, Chica da Silva e o coitado do crioulo tendo que aprender tudo isto para o enredo da escola. Até que, no ano passado, escolheram um tema complicado: a atual conjuntura. Aí o crioulo endoidou de vez e saiu este samba:

Foi em Diamantina, onde nasceu JK,
Que a princesa Leopoldina arresorveu se casá.
Mas Chica da Silva tinha outros pretendentes
E obrigou a princesa a se casá com Tiradentes.
Laiá, laiá, laiá,
O bode que deu vou te contá,
Laiá, Laiá, laiá,
O bode que deu vou te contá.
Joaquim José, que também é da Silva Xavié,
Queria ser dono do mundo e se elegeu Pedro Segundo..
Das estradas de Minas, seguiu pra São Paulo e falou com Anchieta.
O vigário dos índios aliou-se a Dom Pedro e acabou com a falseta
Da união deles, ficou resolvida a questão
E foi proclamada a escravidão.
E foi proclamada a escravidão.

Assim se conta esta história
Que é dos dois a maior glória,
A Leopoldina virou trem
E Dom Pedro é uma estação também.
Ô, ô, ô, ô, ô, ô,
O trem tá atrasado ou já passou.
Ô, ô, ô, ô, ô, ô,
O trem tá atrasado ou já passou.

No *Show do Crioulo Doido*, também de l968, Stanislaw explicava à platéia as intenções que o levaram a fazer a música:

"A minha idéia inicial era fazer uma crítica ao Departamento de Turismo da Guanabara que obriga as escolas de samba a desfilarem só com músicas inspiradas em fatos históricos. É um samba de potresto, isso não vou negar. Porque é difícil encaixar nomes, datas e acontecimentos passados dentro de uma melodia. Por exemplo... (Sérgio Canta) Foi em mil novecentos e sessenta e quatro/ que aboliram a República no Brasil... o samba fica difícil, aliás nisso aí só a melodia que é minha, a letra é do general Mourão Filho... mas vamos mudar de assunto outra vez, antes que seja tarde demais...." [1]

A música ficou tão conhecida, que ensejou a produção desse segundo show, agora levando o seu nome. O espetáculo ficou em cartaz por sete meses, de janeiro a agosto de l968, na cidade do Rio de Janeiro. Foi um sucesso de público e segundo Stanislaw, somando todos os ingressos vendidos, o show teve 52.698 espectadores. O show contava a história da música popular brasileira desde Chiquinha Gonzaga, passando em revistas os sucessos do samba carioca e chegando a Chico Buarque de Holanda. O autor efetua a sátira do hábito dos sambistas de retirarem os temas para os enredos dos compêndios de História do Brasil de Rocha Pombo. Para mostrar o absurdo da situação, inverte a ordem cronológica dos acontecimentos e a história do Brasil contada inicia-se com o mito de Jusclino Kubitschek, "o presidente bossa nova", salta para D. Maria Leopoldina, Chica da Silva, Tiradentes, D. Pedro II e Anchieta. É preciso lembrar que o tema

explicitado para o enredo naquele ano, de acordo com a história narrada na música, é a "atual conjuntura".

Na imprensa, a expressão tinha sido discutida imediatamente após o golpe e refere-se à maneira como os militares representaram o acontecimento. O golpe foi considerado uma revolução e nunca os militares assumiram publicamente que tinham tomado o poder através da força. Este motivo revolução/golpe/contra-revolução foi assunto daqueles comentaristas políticos que buscaram revelar as contradições entre o discurso militar e as ações realizadas. A disputa pela interpretação correta do Golpe de l964 foi revestida de uma questão lingüística, e ensejou uma série de crônicas políticas, principalmente aquelas publicada no jornal *O Correio da Manhã*.

"Já que o Alto Comando Militar insiste em chamar isso que aí está de Revolução – sejamos generosos: aceitemos a classificação. Mas devemos completá-la: é uma Revolução, sim, mas de caranguejos. Revolução que anda para trás. Que ignora a época, a marcha histórica, e tenta regredir ao governo Dutra (...) (Carlos Heitor Cony, *Correio da Manhã*, 14/04/1964). [2]

O jogo de distanciamentos e aproximações efetuado no samba faz com que seja possível identificar linhas de atração horizontais, verticais e circulares entre o eventos históricos citados. Uma linha pode ser traçada entre a figura de JK, construtor de Brasília, e o sonho de construção da capital no interior do Brasil proposto pelos Inconfidentes. Outra linha pode ser notada, ligando os pontos em que foram expostas as partes do corpo esquartejado de Tiradentes.

As marcas espaciais são fundamentais para a leitura do texto. A localidade de Diamantina desencadeou o processo narrativo, que vai terminar em São Paulo. É possível notar uma camada textual subentendida, que narra a história da independência do Brasil, com o início dado pela Inconfidência Mineira e final com

a viagem de D. Pedro I a São Paulo. Há uma estrutura espacial interna que simula o caminho da estrada de ferro, com uma estação sucedendo a outra. Os dois mitos nacionais, D. Pedro II e a Princesa Leopoldina, são desmitificados, e transformam-se em estações da rede ferroviária. Para terminar, Stanislaw retoma o tema de várias marchinhas de carnaval: *"O trem tá atrasado ou já passou"*. Há um rebaixamento na temática do samba: no início, reverência a autoridades, figuras eminentes e personagens históricos; no final, alusão à vida cotidiana dos trabalhadores. As expressões incorretas, linguagem oral das camadas suburbanas, aparecem no texto: "*arresorveu", "casá"," vou te contá", "Xavié", "pra".* Stanislaw está imitando a forma de pensamento e de expressão dos compositores e da população suburbana da cidade.

A pontuação é muito marcada, com paradas obrigatórias entre cada verso e as marcas de musicalidade (*laiá, laiá, laiá, ô, ô, ô, ô, ô*), que sugerem o desfile de rua, com a sua coreografia própria. O tom é de comemoração, simulando os sambas de exaltação dos valores considerados nacionais. Mas há um fino humor - efeito da compreensão dos equívocos históricos - que leva o ouvinte, ou leitor, a admirar a alegria ingênua do sambista. O verso – *"e foi proclamada a escravidão"*- sintetiza essa simpatia, pois realiza uma complexa analogia: desata idéias convencionais – *proclamação da República e abolição da escravidão* – e, simultaneamente, religa significados, sugerindo o sentido da *"atual conjuntura"*: "*ao povo só resta a escravidão".*

Quanto à figura de Tiradentes, a sua dramática história de envolvimento com a inconfidência, enforcamento e a sua condição de militar foi assimilada pelo discurso do Exército brasileiro, compondo a imagem do militar como elemento de

salvação nacional. Após o golpe militar de l964, as comemorações de Tiradentes ganham maior dimensão. Em l966 houve um debate, que atingiu os setores mais altos da administração pública, sobre a figura mais adequada de Tiradentes a ser cultuada. Havia sido distribuída nas escolas uma imagem de Tiradentes mais remoçada, com os cabelos curtos e sem barba. Houve protesto de professoras primárias, defendendo a imagem fixada na estátua colocada na frente da Praça Tiradentes na cidade do Rio de Janeiro. A imagem da estátua seria *"mais respeitável".* O presidente, Marechal Castelo Branco, assinou decreto definindo a figura *"oficial"* de Tiradentes. Foram emitidas novas notas de Cr$ 5.000,00 com a imagem tradicional de Tiradentes e a forca aparecendo. O culto à figura de Tiradentes retornava com força no cenário político nacional.[3]

Na história dos carnavais cariocas, o personagem Tiradentes já tinha seu lugar de honra desde l949, quando Estanislau Silva, Décio Carlos e Penteado compuseram o samba-enredo *Tiradentes*, para a *Escola de Samba Império Serrano* (*Joaquim José da Silva Xavier / Morreu a 21 de abril /Pela Independência do Brasil /Foi traído / E não traiu jamais /A inconfidência de Minas Gerais...*).

Esse samba-enredo destacou-se, provavelmente, pela simplicidade da letra. É composto com frases curtas, rimas pouco elaboradas, e, conseqüentemente, apropriadas à linguagem oral e à memorização. Sobreviveu ao carnaval, continuou a ser cantada e foi regravada em l955. Stanislaw Ponte Preta cita esse samba-enredo quando narra o debate sobre a figura de Tiradentes, em l966. Por isso é possível afirmar que esse foi um dos modelos que serviram para a confecção da paródia *O Samba do Crioulo Doido*.[4]

A propósito da música de Stanislaw, Edigar de Alencar, historiador do carnaval carioca, comenta: *"Composição definidora do que até então era um samba-enredo, embora em tom caricatural e algo perverso, apareceu nas vésperas do carnaval e fez sucesso embora não fosse, como sátira que o era, nada carnavalesco"*. [5]

Podemos inferir que Stanislaw realiza a importante tarefa estética e cultural de revelar o paradoxo contido nos sambas-enredos, que, por ordem da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, estavam limitados aos temas da história oficial do Brasil. No entanto, como gênero carnavalesco, as músicas deveriam expressar uma visão de mundo dinâmica, flutuante, mutável e ativa. A linguagem carnavalizada deveria deixar emergir certa consciência da relatividade das "verdades" e das "autoridades". O *Samba do Crioulo Doido* realiza, então, essa inversão de estilos e temas, aplica a lógica das coisas "as avessas", "ao contrário" e produz permutações de estilos e temas do "alto" e do "baixo". [6]

Tomando agora a questão da carnavalização da história do Brasil, é evidente o discurso satírico de uma certa memória nacional, construída durante o século XX e revigorada no discurso militar dos anos de 1960. Para contrapor o discurso oficial, Stanislaw relembra representações bem humoradas da narrativa histórica do Brasil e da condição de vida dos trabalhadores pobres cariocas, exemplificadas nas marchinhas clássicas de crítica social: *"História ... do Brasil"*, de Lamartine Babo, 1939, (*Quem foi que inventou o Brasil? / Foi seu Cabral! / Foi seu Cabral! / No dia vinte e um de abril.../ Dois meses depois do carnaval!)* e *"Pedreiro Valdemar"* , de Roberto Martins e Wilson Baptista, 1949, (*"Você*

conhece o pedreiro Waldemar? / Não conhece, mas eu vou lhe apresentar / De madrugada toma o trem da circular / Faz tanta casa e não tem casa para morar).

Não podemos esquecer da música que marcou a tradição de as escolas de samba cantarem a precariedade dos trens da Central. Trata-se do samba de Artur Vilarino , Estanislaw Silva e Paquito, de 1941, *"O Trem atrasou"* (*"Patrão, o trem atrasou/ Por isso estou chegando agora / Trago aqui o memorando da Central / O trem atrasou meia hora / O senhor não tem razão / Pra me mandar embora."*)

A voz do crioulo doido traz uma outra história do Brasil, permeada por experiências do cotidiano, as quais mostram um cenário muito menos grandioso do que aquele proposto pelo discurso militar. E Stanislaw simpatiza com essa voz estilizando-a: *"o bode que deu vou te contar" , "A Leopoldina virou trem / E Dom Pedro é uma estação também."*

O recurso literário de criar personagens loucos, bufões, tolos está ligado à cultura cômica popular. Esses personagens exercem a função, dentro da obra, de usar a franqueza ou desmistificar falsidades, sem que haja uma reação agressiva de outros personagens ou dos receptores, conforme o caso. O louco olha o mundo de maneira diferente, com outros olhos, e está autorizado a isso pela sua condição. [7]

Para ridicularizar a linguagem técnico-burocrática adotada pelos militares, Stanislaw usa o artifício da criação de uma voz popular, "*o crioulo doido"*, que, se não entende as peripécias dos heróis nacionais, muito menos poderá decifrar o significado da palavra "*conjuntura"* no contexto político do golpe militar; e, apoiado na sua ignorância, deforma as representações da memória histórica nacional e a linguagem político-administrativa dos militares. O discurso deformador é operado

em quatro níveis: a) "conjuntura" transforma-se em *"cujuntura"* e, com o emprego do registro lingüístico popular, toda a argumentação sociológica que legitimaria o golpe militar é destruída; b) os sentidos das palavras "independência", "escravidão", "abolição", "proclamação", "revolução" são intercambiáveis, aproximando e distanciando significados específicos de cada palavra ; c) a combinação incoerente dos dados históricos produz um rebaixamento dos mitos construídos pela ditadura militar; d) a idéia de "ordem", imposta pelos militares, é entendida como "desordem" pelo compositor.

O texto produz um efeito de caos, porque as citações são descontextualizadas; os fatos são amontoados, sem coerência e organicidade. Com a voz do *crioulo* abre-se uma nova perspectiva de interpretação do discurso militar; explora-se artisticamente a tensão entre o sério e o cômico, entre o institucional e o extra-institucional.

---

[1] SERGIO, Renato. *Dupla exposição: Stanislaw Sérgio Ponte Porto Preta*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. pp. 238-241.

[2] CONY, Carlos Heitor. *O Ato e o Fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. pp. 17 e 120.

[3] No livro FEBEAPÁ , de l966, Stanislaw narra a história da disputa entre um historiador mineiro e as autoridades militares pela direito de determinar a imagem mais adequada de Tiradentes. Enquanto o historiador argumenta com dados historiográficos, os militares defendem o culto à imagem *"gravada pela tradição na memória do povo".* PRETA, Stanislaw Ponte. *FEBEAPÁ* : *O Festival de Besteira que Assola o País* (capa e ilustrações de Jaguar). Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966. (2ª ed.). p. 22.

[4] PRETA, Stanislaw Ponte. *FEBEAPÁ* : *O Festival de Besteira que Assola o País* . *Op. Cit.* p. 22.

[5] ALENCAR, Edigar de. *O Carnaval Carioca através da Música*. Rio de Janeiro: Brasília: Francisco Alves: INL, 1979.

[6] BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.* São Paulo: Brasília: Hucitec: Ed. UnB, 1987, p. 15.

[7] BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Op. Cit.*, p. 35.

O SILENCIO DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NA CIDADE DE SÃO PAULO: A QUESTÃO DA GASTRONOMIA

DOLORES MARTIN RODRIGUEZ CORNER

A casa conservava a lembrança do país de origem. Era graças ao preparo e ao consumo das refeições que a identidade se afirmava diariamente de maneira privilegiada. Os hábitos culinários são os que mais resistem à aculturação. Nas vilas operarias de Lorena onde se misturavam várias nacionalidades, a noite "cheiros de cozinha mais personalizados do que a carteira de identidade renascem e se espalham pelas ruas.[1]

IMIGRANTES ESPANHOIS EM BUSCA DE TRABALHO NA CIDADE

A cidade de São Paulo apresenta uma característica, um diferencial, resultante do grande contingente de imigrantes europeus que recebeu no período que vai do final do século XVIII até os anos setenta aproximadamente. Este fenômeno transformou-a em uma mescla de manifestações culturais expressas nos costumes, nas cozinhas, no vocabulário empregado, etc. que acrescentadas à cultura local termina por compor a nossa própria cultura como destaca Florescano: "*A herança cultural de uma nação, a identidade nacional e o patrimônio cultural não são verdadeiramente nacionais, pois cobrem todas as etnias, setores, grupos ou habitantes de um país e todas as manifestações culturais"*[2]. Os muitos povos que imigraram para a cidade, a transformaram em um mosaico cultural, de múltiplas representações, costumes e tradições, constituindo-se num tema instigante para os que nela vivem, descendentes ou não de imigrantes, uma vez que: "*Pensar as diferentes culturas é pensar*

a alma de um povo: contornos emocionais e míticos que envolvem determinadas comunidades tornando-as diferentes das demais"[3].

A trajetória destes imigrantes está impregnada na história da cidade de São Paulo, e vice-versa, porque os autores da cidade são os que nela residem e suas experiências de vida se constituem a cultura da cidade, que é formada pelo conjunto de valores expressos em suas diversas manifestações culturais. "*A memória diz respeito a história concebida, não como conhecimento do homem no passado, mas como o conhecimento da dimensão temporal do homem comum, do homem "sem história*"[4].

O contingente de espanhóis que se dirigiu à cidade de São Paulo, embora sendo o terceiro grupo em número, atrás apenas dos portugueses e italianos, não oferece uma visibilidade de expressões culturais compatível com sua presença. Este grupo, que a partir de 1902 chegou a ocupar o segundo lugar, quando a vinda de italianos foi proibida por lei[5], e embora estando na raiz de muitos paulistanos, não se destacou como os demais grupos de imigrantes. Há uma ausência de estudos acadêmicos, de pesquisa, de registros da sua passagem por São Paulo e se comparados aos demais imigrantes, há um silêncio quase total no que se refere às tradições gastronômicas dos espanhóis.

A GASTRONOMIA COMO FATOR DE MEMORIA E IDENTIDADE

Os grupos sociais e étnicos identificam-se pelo vestuário, pelo idioma, por suas mensagens, nas quais se inclui a culinária. A cozinha judaica é um grande exemplo disto, quando rememora em suas festas, contando a história aos descendentes, preservando as tradições culinárias passadas através de uma aula que é dada à mesa. A preservação da memória entre povo judeu se deve principalmente à mãe e sua preocupação com a cultura

gastronômica, uma vez que: "*Cada prato é instrumento de memória, memória do sagrado, memória do passado, sendo a mesa o lugar pedagógico e a cozinha um lugar de re-elaboração da historia"*[6]. Nos tempos da inquisição, na Espanha um judeu podia demonstrar que se tornara um cristão novo, se comesse embutidos e carne de porco, o que contrariava as tradições culinárias judaicas. Como destaca Revel: "*A cozinha regional tradicional se transmite com a fixidez de um patrimônio genético"*[7]. A imigração européia tendo sido impulsionada pela fome deu grande importância à alimentação, a produção e elaboração dos alimentos, quando a abundância, a fartura à mesa, na presença de pão, vinho e azeite seria uma maneira, de apagar as lembranças de tempos de penúria alimentar.

É possível perceber que as cozinhas étnicas[8] falam mais de um povo, do que possa parecer, pois para entender certos tabus alimentares, é necessário conhecer a religião, a história e a cultura de um povo; para saber porque o povo hindu não consome carne de vaca é preciso debruçar-se nas crenças e na história do hinduísmo. A comida étnica constitui-se para o imigrante, em memória da terra distante e afirmação de identidade, como uma ponte que o liga às origens e pode ser considerada, uma ponte para a terra de origem, a manutenção do sabor e também reflete o sentimento de pertencimento. Na elaboração dos pratos de seus países de origem à sua moda, segundo suas tradições e crenças, os imigrantes revelam o que o seu grupo social valoriza ou tende a evitar. Muitas são as implicações envolvidas na escolha dos ingredientes e na elaboração dos pratos, seja de ordem nutricional, social, religiosa ou cultural. A cozinha de caráter étnico surgiu na cidade na troca de pratos

deita pelas mulheres imigrantes, popularizando assim os valores, os costumes, que se inter influenciaram, mesclando práticas gastronômicas de pratos como o arroz com feijão, o macarrão, o quibe.

> *"... devemos acentuar que os próprios elementos selecionados – religião, língua e comida – não são veículos de um circuito doméstico fechado. Eles fazem parte da interação entre o mundo da casa e uma esfera de socialização mais ampla. A religião tende a demarcar fronteiras, enquanto que a comida revela uma tendência oposta. Na região do Oeste paulista, os chamados pratos e doces típicos representavam um elo de contato entre as famílias, graças a ação das mulheres. O hábito de oferecê-los às vizinhas possibilitou que o bacalhau, o quibe, a macarronada, os baklavas, passassem a integrar a mesa de todos"*[9].

Das muitas manifestações culturais expressadas por um grupo que emigra, a gastronomia, entendida aqui como a alimentação, é a que mais perdura no caso de distanciamento da terra natal, por ser um hábito arraigado no cotidiano, um dos últimos hábitos a serem abandonadas por um povo que emigra, como ressalta Franco: "*os hábitos alimentares têm raízes profundas na identidade social dos indivíduos, e por isso os hábitos mais persistentes no processo de aculturação dos imigrantes"*[10]. Segundo Poulain, os homens mudam de um lugar para outro no interior das sociedades e entre os países do mundo, levando consigo suas práticas alimentares e suas maneiras à mesa, marcando a *"alimentação como um elemento central da construção das identidades e constata que os particularismos alimentares estão entre os últimos traços diacríticos a desaparecer*".[11] Assim, o estudo da gastronomia é muito mais que o estudo do alimento em si.

A cultura gastronômica é um fato, pois as cozinhas se constituem em verdadeiras demonstrações de valores, costumes e do gosto de cada povo,

favorece a identidade cultural dos povos, servindo de referencial e memória em caso de imigração. Ela está presente nas mesas familiares e também nos restaurantes, que embora divulguem os pratos das diversas cozinhas são na verdade estabelecimentos comerciais e, portanto visam lucro. Trata-se de um negócio e nem sempre seu proprietário, se imigrante, está preocupado com as tradições à mesa, mas sim, com a uma realização profissional.

A questão da identidade é ressaltada quando há o encontro de diversos costumes, que se mesclam, principalmente quando se trata de povos que emigram para uma metrópole. A identidade não se apresenta como algo estanque, mas como algo dinâmico, que por seu movimento vai sofrendo modificações e adaptações, como resultados das questões econômicas, sociais, hegemônicas, geográficas e principalmente históricas. Para Hall, a identidade está articulada tanto ao passado como ao presente, e em constante construção, complementa:

> *Não é algo que já existe, transcendendo lugar, tempo, história e cultura. As identidades culturais vêm de algum lugar, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico, elas sofrem uma transformação constante. Longe de estarem eternamente fixas num passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo "jogo" da história, da cultura e do poder. Longe de estarem fundadas numa mera "reprodução" do passado que está esperando ser encontrado e que, quando encontrado assegurará nosso sentido de nós mesmos até a eternidade, as identidades são os nomes que damos às diferentes maneiras como estamos situados pelas narrativas do passado como nós mesmos nos situamos dentro delas*[12].

Com trata-se de hábito transmitido às gerações seguintes, pela repetição, pelo empírico, tende a ir se perpetuando, daí a busca destas marcas entre os espanhóis da cidade. "*Os sujeitos vão realimentando os*

mesmos valores, vão ocorrendo às transformações sociais e seguindo novos rumos e vão ocupando os espaços neste processo"[13], como salientou Heck. Em seus estudos sobre a mitologia dos índios americanos, Lèvi-Strauss chamou a atenção sobre o código culinário como um sistema organizado, onde a qualidade dos alimentos crus, cozidos ou decompostos, simbolizam as escolhas fundamentais e são típicas da estrutura da sociedade. Considera este código alimentar como uma linguagem em que nos revela inconscientemente sua estrutura, bem como suas contradições[14]. A alimentação é antes de tudo um forte fator identitário, envolve o sentimento de pertença, como destaca o autor: O compartilhar hábitos e preferências alimentares reforça o sentimento de pertença e identidade, podendo-se também dizer que nestes momentos: " *la comida alimenta, también, el corazón, la mente y el alma*[15]*".*

Em cada cultura existem práticas culinárias específicas que contém significados simbólicos que diferem em cada uma delas, em cada sociedade, por serem reveladoras de gostos, preferências e rejeições, pois define identidades culturais. Deste modo, a alimentação, como manifestação cultural oferece uma série de indicações que podem classificar as comunidades.

> *"De toda essa tentativa de explicação, resulta ainda uma idéia para o conceito revisitado: identidade é também, referência, ou seja, aquele conjunto de formas de ser, de valores e de códigos nos quais as pessoas se reconhecem. Por outro lado, a adesão a esse conjunto desenvolve nas pessoas o aconchegante* ***sentimento de pertença****, que pode ser visto como estruturante do conceito em questão*[16]*".*

A princípio os pratos espanhóis não foram pensados para serem marcadores de identidade, mas acedem a este papel com a cozinha étnica

surgida na metrópole, tornando-se importante fator de revelação de identidade individual ou do grupo, por seus significados.

Considerações Finais

Pesquisando a respeito das permanências e ausências de marcas da imigração espanhola a São Paulo, se pode perceber que são mínimos estes traços, seja nos restaurantes de cozinha espanhola, seja nas cozinhas de imigrantes ou descendentes, parecendo que a adaptação foi imediata.

O que se evidencia na cidade é a cozinha dos italianos, que mantém suas manifestações culturais nas diversas festas da cidade onde a cozinha é divulgada, além de estar incorporada ao cotidiano da cidade, ao paladar das famílias, como as massas, os molhos, as pizzas de final de semana. Também as cozinhas árabes, chinesa e japonesa, de imigração numericamente inferior à espanhola, predominam tanto em número de restaurantes, como nos hábitos dos paulistanos, haja vista os quibes, *esfihas*, frangos xadrezes, rolinhos de primavera, *sushis*, *sachimis*, *tempurás*, *yakissobas*, etc. tão familiares às mesas paulistanas, às quais estão incorporadas, enquanto que a cozinha espanhola não deixou traços na culinária da cidade, sendo a *paella* seu ícone, um prato caro por levar frutos do mar e ingredientes que encarecem no final.

Quanto mais diferentes são as cozinhas do país de origem e do país de recepção, mais necessidade existe de reproduzi-la, como no exemplo da cozinha japonesa, com ingredientes distintos dos nossos. Eles tiveram que fabricar aqui o *tofú, o sembei, o shoyo* etc. Devido a proximidade das cozinhas ibéricas, a espanhola e portuguesa não são muito contrastivas, e pode ser este um dos motivos que explique, porque a

cozinha espanhola em São Paulo, tão próxima da cozinha portuguesa não necessitou de reprodução.

A cozinha regional está presente nas festas onde chega a ser o maior atrativo, na reapropriação das tradições e na invenção das tradições. Não existe festa sem comida, uma vez que é um elemento importante e imprescindível para a memória do grupo por seus significados e pelo costume, como também é hábito comum a várias nacionalidades, inclusive a brasileira, de reunir-se ao redor da mesa. A cozinha de festas é reveladora e deveria ser melhor analisada e observada, não somente como sobrevivência cultural, mas nos verdadeiros significados, em que contextos sociais e econômicos aparecem, além das razões que os impulsionam.

As festas realizadas pela Casa de Espanha oferecem oportunidade de memória desta cozinha, quando reúne os espanhóis por regiões para as festas mensais. Nestas festas impera a comida "típica", onde descendentes e demais comensais podem rememorar um sabor ou apenas conhecê-lo em se tratando de visitantes.

---

[1] ARIES, Philippe e DUBY,Georges. *História da Vida Privada*. Da Primeira Guerra a nossos dias. Nº5 "Ser imigrante na França". São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. p.505.
[2] FLORESCANO apud CASASOLA, Luis. *Turismo y ambiente.* México: Ed. Trillas, 1983.p.3.
[3] VERO,Judith. Alma Estrangeira: Pequena história de Húngaros no Brasil, processos identitários. São Paulo: E. Agora, 2003. p.71.
[4] MENESES, Ulpiano, T.B. CARNEIRO, Henrique. *A Historia da Alimentação: balizas historiográficas.* Historia e Cultura Material. Anais do Museu Paulista. Nova série. Vol.5. p.9-91. São Paulo: USP 1997 p.184.
[5] KLEIN, H.S. *A imigração española no Brasil*. São Paulo: Ed.Sumaré. 1994. p.43.
[6] ARIES. 2001.p.465.
[7] REVEL, Jean-François. *Um banquete de palavras.* São Paulo 2: Ed. Cia. das Letras, 1996.p.40.
[8] Cozinha étnica é o termo utilizado por vários autores para classificar os pratos de grupos de imigrantes, embora não sejam etnias na acepção da palavra.
[9] FAUSTO, Boris. *Imigração: Cortes e continuidades*. IN: Historia da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.p.59
[10] FRANCO, Ariovaldo. *De caçador a gourmet.* São Paulo: Ed. SENAC. 2001.p.24. Ler também Poulain, Áries e Fausto.
[11] POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologias da alimentação.* Florianópolis: Editora da UFSC. 2004. p.166. Cf. Calvo1982 e Hassoun, 1977.
[12] HALL traduzido por: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografia dos costumes culturais: Stuart Hall, Jesus Martin Barbero e Nestor G.Canclini.* Tese doutoral. Dep. Ciências da Comunicação e Artes. USP, 1999. p.197.
[13] HECK e BELLUZZO. 1999.p.8.

[14] LEVIS-STRAUSS *apud* BOURDIEU, Pierre.*La distinción: Critérios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 1988.p.137
[15] CONTRERAS, Jesus. *Antropologia de la Alimentación.* EUDEMA: Madrid, 1993. p.67
[16] D'ALESSIO, Marcia Mansor. *Intervenções da Memória na Historiografia: Identidades, subjetividades, fragmentos, poderes.* São Paulo. Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História, do Dep. de História PUC-SP. Projeto História, nº 17: Trabalhos de Memória,1998.p.279.

A TENTATIVA DE COMPRA DE DESCALVADOS EM 1892: UM EXEMPLO DA ATUAÇÃO ESPECULATIVA DE RUI BARBOSA E QUINTINO BOCAIÚVA DURANTE O ENCILHAMENTO.

Domingos Sávio da Cunha Garcia – UNEMAT.

Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e outros civis e militares que participaram do processo de fundação da República no Brasil, foram alçados à condição de "pais fundadores" da mesma pela historiografia, notadamente por aquela dedicada a construir justificativas e líderes para o regime de governo que sucedeu ao Império.

A Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, que exerceram cargos de ministros do Governo Provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, são destacados os atributos de probidade e defesa dos interesses nacionais com que teriam pautado as suas atuações públicas, com destaque para o jurista baiano, sempre lembrado por sua participação na elaboração da Constituição de 1891, na defesa da legalidade constitucional, dos direitos individuais e na defesa dos interesses do Brasil na conferência de Haia, em 1907, quando recebeu a alcunha de "Águia de Haia".[1]

Rui Barbosa também é muito lembrado pela política financeira que adotou durante o período que ocupou o Ministério da Fazenda do Governo Provisório, aprofundando a orientação econômica iniciada no final do Império, durante o gabinete chefiado por Afonso Celso (visconde de Ouro Preto), destinada a superar a ausência de meio circulante e supostamente estimular um rápido processo de desenvolvimento econômico e que terminou em larga especulação e na grave crise financeira que ficou conhecida como Encilhamento.[2]

A participação aberta e direta de Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva no processo especulativo que caracterizou o Encilhamento é pouco estudada, ofuscada, talvez, pelas projeções de Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva no cenário político nacional como personagens de primeiro plano. Não são conhecidos estudos que mostrem o envolvimento direto dessas figuras iminentes da jovem republica brasileira naquele processo especulativo.

Este trabalho procura reconstituir a tentativa de compra, em 1892, de Descalvados, um empreendimento agro-industrial localizado em pleno Pantanal de Mato Grosso, efetuada por uma empresa que tinha em Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva dois de seus principais dirigentes e acionistas. Procura mostrar, dessa forma, o envolvimento direto dessas personagens na especulação financeira do Encilhamento, dialogando com a historiografia sobre o período e destacando a outra face dessas duas personagens.

Descalvados era um empreendimento agro-industrial constituído por uma fazenda de cerca de um milhão de hectares, localizada na fronteira do Brasil com a Bolívia, na margem direita do curso superior do rio Paraguai, em pleno Pantanal de Mato Grosso. Possuía um rebanho de cerca de 150 mil cabeças de gado bovino, além de rebanho cavalar destinado ao trabalho de pastoreio. Junto à sede da fazenda funcionava uma moderna fábrica de extrato de carne e seus derivados cuja produção, em sua totalidade, era destinada ao mercado europeu.

Esse empreendimento havia sido construído no início da década de 1880 por Jaime Cibils Buxareo, filho de Jaime Cibils, descendente de imigrantes catalães que se estabeleceram no Uruguai em meados do século XIX e se enriqueceram na atividade pecuária e ligada a exportação para a Europa. Mais tarde, vislumbrando a expansão de suas atividades agro-exportadoras, Jaime Cibils viu na construção de uma fábrica de extrato de carne em Mato Grosso a oportunidade para aumentar suas exportações, utilizando o rebanho bovino existente naquela província brasileira, cujas características se adequavam às suas necessidades. Para isso se aproveitou da venda, em hasta pública, das terras de Descalvados, onde já funcionava uma charqueada rudimentar, nos moldes daquelas que existiam em grande quantidade na região do Prata.[3]

Em 1888 morreu Jaime Cibils, o pai de Jaime Cibils Buxareo, e este declarou que seu pai era de fato o proprietário de Descalvados.[4] Esse acontecimento, somado à baixa rentabilidade da fábrica, aos insucessos na tentativa de redução dos impostos sobre os produtos exportados e à tentativa frustrada de obter os títulos de posse sobre as terras que ocupava, deve ter desanimado Buxareo. Comentando o artigo do Jornal do Comércio do Rio

de Janeiro, que trazia a matéria publicitária que fora mandado publicar por uma empresa que iria comprar Descalvados, como veremos em seguida, o Visconde de Taunay, que acompanhava os movimentos especulativos da praça do Rio de Janeiro naquele período, disse que "...apesar das vastas proporções da empreza, parece que o primitivo proprietário não tirou resultados correspondente ás suas esperanças, queixando-se elle muito dos vexames do fisco brasileiro".[5] A esses insucessos deve ter se juntado a crise financeira da Argentina, em 1890, o que pode ter criado dificuldades para Buxareo, que residia em Buenos Aires e operava com bancos da capital portenha. Diante dessa situação Jaime Cibils Buxareo decidiu vender Descalvados.

A primeira tentativa de venda de Descalvados foi efetuada com a Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, companhia autorizada a funcionar durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca e do barão de Lucena, por meio de um decreto, que autorizava ao Banco Mútuo e ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto organizar aquela companhia.[6] O estatuto da Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso dizia que esta tinha por fim "a aquisição e exploração do vasto domínio do Descalvado, no estado de Matto-Grosso, (com uma superfície de 350 légoas quadradas e numero superior a 250 mil cabeças de gado, e criação de porcos)".[7] Em seguida o mesmo estatuto listava todas as explorações e atividades possíveis a serem feitas em Descalvados.[8]

Depois de fixar o capital da companhia em um milhão de libras esterlinas ou 10 mil contos de réis e estabelecer os demais itens, o estatuto chegava ao seu final listando os diretores da companhia: Rui Barbosa (senador), Quintino Bocaiúva (senador), Antonio Azeredo (deputado federal por Mato Grosso), Abel Guimarães (proprietário) e Orozimbo Muniz Barreto (capitão-tenente).[9]

Ou seja, temos ai duas das mais importantes personagens da jovem república brasileira (Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva), além de um deputado federal recém eleito por Mato Grosso (Antonio Azeredo), como compradores de Descalvados.

Essa operação mostra que enquanto se desenvolviam as lutas políticas do período de instalação da Republica, com todas a as suas conseqüências, tanto no plano nacional

como no plano local, o destino de Descalvados estava sendo decidido, mostrando que tais processos estavam imbricados.[10]

Vejamos como o negócio foi fechado, como ele se desenvolveu, como acabou resultando em uma disputa judicial entre os compradores e Jaime Cibils Buxareo e o seu significado para alguns personagens envolvidos no processo político em curso no Brasil naquele momento.

A venda de Descalvados à Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso foi fechada em 12 de março de 1891, no Rio de Janeiro. O comprador deveria pagar a Jaime Cibils Buxareo a quantia de quatro mil contos de réis, ao longo desse ano, da seguinte forma: 500 contos de réis no ato do fechamento do negócio; a segunda parcela, de 1000 contos de réis até o dia 30 de junho; a terceira parcela, de 1000 contos de réis, até 30 de agosto; a quarta e última parcela, de 1500 contos de réis, até o dia 15 de outubro. Ou seja, até 15 de outubro de 1891 o valor total da venda do estabelecimento deveria estar pago.[11]

O contrato, bastante detalhado, previa, entre outras clausulas, que o estabelecimento de Descalvados seria entregue ao comprador assim que fosse paga a segunda parcela. A escritura só seria passada com o pagamento da terceira parcela. Também previa que o pagamento poderia ter seu prazo prorrogado, desde que houvesse comum acordo entre as partes. Havia ainda uma série de cláusulas versando, entre outras obrigações, sobre as despesas da fábrica e dos contratos de entrega de mercadorias produzidas em Descalvados a compradores no exterior.

Os compradores, representados por Orozimbo Muniz Barreto, não pagaram a segunda parcela e nem as demais ao longo do ano de 1891 como previa o contrato. Em 1892, também nenhuma parcela foi paga. Em 26 de janeiro de 1893 Jaime Cibils Buxareo e Orozimbo Muniz Barreto fazem uma “inovação” no contrato de compra e venda. Por esse termo o valor da venda de Descalvados foi convertido para libras esterlinas e sofreu uma pequena redução, passando a valer 180 mil libras esterlinas, 20 mil libras esterlinas a menos que as 200 mil libras esterlinas originais. Os 500 mil réis pagos a Buxareo como

primeira parcela, foram convertidos em 20 mil libras esterlinas. Dessa forma a parte do negócio a ser paga passou a ser de 160 mil libras esterlinas.[12]

A inovação no contrato também previa que essa parte restante deveria ser paga até o dia 30 de abril daquele ano. Dessa parte que faltava, se fosse de interesse do comprador, poderiam ser pagas 145 mil libras em moeda ou cambiais bancários sacáveis em Londres e 15 mil libras em gado, que Jaime Cibils Buxareo retiraria de Descalvados.[13] Previa ainda essa inovação que o não cumprimento do contrato implicaria na perda das 20 mil libras pagas inicialmente ao vendedor pelo comprador. Caso houvesse descumprimento por parte do vendedor, a multa seria em dobro.[14]

Em 30 de abril Jaime Cibils Buxareo não recebeu as 160 mil libras restantes. Com esse fato declarou-se desimpedido do negócio, começando a procurar um outro comprador para o seu estabelecimento de Descalvados.

Orozimbo Muniz Barreto, no entanto, entrou na justiça contra Jaime Cibils Buxareo, alegando que este havia descumprido o contrato e não teria entregado ao comprador o estabelecimento de Descalvados. Com a ação judicial pedia a devolução das 20 mil libras esterlinas e demais valores utilizados na manutenção de Descalvados. A ação foi protocolada no fórum de Cáceres em fevereiro de 1895. Jaime Cibils Buxareo foi pego de surpresa e, desprevenido, sofreu uma derrota inicial: a fábrica de Descalvados foi embargada pelo juiz responsável pelo processo.[15] Muniz Barreto, por sua vez, fez publicar no Diário Oficial da União, em fevereiro de 1895, um anúncio tentando pressionar Buxareo a lhe devolver a quantia paga. Esse anúncio dizia :"...nenhum negocio façam com Jayme Cibils Buxareo, quer com referencia a todos os outros seus bens moveis ou semoventes, muitos destes procedentes do Descalvado, visto serem nullos e írritos todos os atos por elle praticados".[16]

Jaime Cibils Buxareo, no entanto, não se intimidou e reagiu. Contratou advogado e não só derrubou a decisão judicial que embargava o estabelecimento de Descalvados, em março de 1895, como estava caminhando para impor uma derrota judicial a Orozimbo Muniz

Barreto, quando acabou fazendo um acordo amigável com este, provavelmente envolvendo a devolução parcial ou mesmo total dos valores recebidos por Buxareo.[17]

Esse acordo deve ter interessado a ambas as partes e tem uma explicação.

Nesse momento as preocupações de Buxareo já eram de outra natureza. Em janeiro de 1895 Jaime Cibils Buxareo já havia acertado a venda de Descalvados para uma empresa constituída para esse fim em Antuérpia, na Bélgica. Além de querer terminar o quanto antes com a disputa com Orozimbo Muniz Barreto, Buxareo procurava concentrar esforços na titulação das posses das terras de Descalvados, fundamentais para que o negócio com os belgas fosse fechado. A emissão dos títulos era, portanto, a questão mais importante para Buxareo naquele momento.

Essa tentativa frustrada de venda de Descalvados também deve ser vista de outro ângulo. O negócio, feito com o Banco Mútuo e a Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, deu-se em pleno período do Encilhamento, quando a venda especulativa de ações e sua rápida valorização permitiam ganhos também rápidos e vultuosos.[18] No entanto, logo que o negócio foi fechado e a primeira parcela foi paga, começaram os problemas econômicos do Brasil, que só se avolumaram a partir dai, sinalizando a crise que se aproximava e que iria explodir no ano seguinte.[19] Essa situação deve ter impedido a continuidade dos negócios da companhia e do pagamento das demais parcelas da compra de Descalvados. Sem ter como pagar as parcelas seguintes, o objetivo da ação judicial que Orozimbo Muniz Barreto e seus sócios influentes moviam contra Jaime Cibils Buxareo, era tentar reaver as 20 mil libras que tinham sido empregadas no pagamento da primeira parcela, já que com a desvalorização da moeda frente à libra esterlina e a queda vertiginosa no valor das ações, quando a crise do Encilhamento se generalizou, poderiam obter um bom lucro dos dois lados.

Dessa forma, mesmo com a desistência do negócio, a empresa de Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, ainda obteve lucro. A derrocada que se seguiu à onda de falências das empresas fantasmas, constituídas durante a onda especulativa do Encilhamento, teve um resultado diferente para esses altos mandatários da República.

Ou seja, o caso da tentativa de compra de Descalvados pela Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, mostra altas figuras da jovem república brasileira envolvidas em transações que ajudam a derrubar considerações mitológicas de lisura e probidade de que possam se cercar. Eles próprios estavam envolvidos no processo especulativo que foi estimulado pela política do governo em que participaram e da qual, no caso de Rui Barbosa, foi o principal formulador.[20]

De seu lado, durante o período em que o processo correu na justiça, Jaime Cibils Buxareo mostrou ser uma pessoa determinada, não se intimidando com as importantes autoridades e personagens com que se relacionou e, depois, enfrentou no caso. Teve força suficiente para enfrenta-los e derrota-los, talvez também por reconhecer que a venda de Descalvados, naquele momento, por um valor alto, se beneficiaria do jogo especulativo da bolsa do Rio de Janeiro e que se desenvolveu durante o Encilhamento.

NOTAS

[1] Ver a respeito Aliomar Baleeiro. *Constituições brasileiras. Vol II – 1891*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999. P. 13-67. José Maria Bello. *História da República.* 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1976. P. 67-76. Ruy Barbosa. 1849-1923. *Pensamento e ação de Rui Barbosa. Organização e seleção de textos pela fundação Casa de Rui Barbosa*. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 79-120 e 257-294. Ciro Silva. *Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

[2]Ver Caio Prado Junior. *História econômica do Brasil*. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 218-220.

[3] Ricardo Goldaracena. *El Libro de los Linajes. Familias históricas uruguayas del siglo XIX.* Montevideo; Arca, 1976. P. 58. Alba Mariani. Uma aventura industrial. Los negocios de estancia y saladero de Jaime Cibils Buxareo em Mato Grosso, 1881.TERCERAS JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA. 9 al 11 de julio de 2003. Montevideo: AUDHE, 2003. P. 19.

[4] Idem, Ibidem.

[5] Visconde de Taunay. *A cidade do ouro e das ruínas*. 2ª ed. São Paulo; Caieiras; Rio de Janeiro; Recife: Melhoramentos, [18--], p. 152.

[6] Estados Unidos do Brasil. Acto do Poder Executivo. Decreto n. 70 – de 21 de março de 1891. *Gazeta Official do Estado de Matto-Grosso*. Cuyabá, 12 de maio de 1891. Secção official. P. 1. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

[7] Ibidem, p. 2.

[8] É curioso que entre os fins da companhia tivesse listados todos os tipos de atividades e, entre elas a "venda de terras para a collocação de 20 nucleos coloniaes compostos de 500 familias de trabalhadores agricolas e criadores." Ou seja a companhia pretendia assentar dez mil pessoas em Mato Grosso, no final do século XIX, talvez se espelhando no processo que então se desenvolvia em São Paulo, com o crescimento da lavoura cafeeira estimulada pela mão-de-obra oriunda da imigração. No entanto, pretender assentar dez mil pessoas em Mato Grosso era um objetivo tão difícil de ser alcançado que ajuda a mostrar o caráter especulativo das propostas mirabolantes das empresas que surgiram durante o processo especulativo do Encilhamento. Idem, Ibidem.

[9] Idem, p. 6 e 7.

[10] Edgar Carone. *A República Velha. II. Evolução política (1889-1930).*3ª ed. revista. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. P. 79-80, 194-199 e 236-240. Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Julio Campos, 1994. P. 584 -599.

[11] AÇÃO JUDICIAL que move Orozimbo Muniz Barreto contra Jaime Cibils Buxareo. Caixa 2. P. 52-55. FUNDO FORUM DE CÁCERES. NUDHEO – UNEMAT.
[12] Ibidem, p. 50v.
[13] Ibidem, p. 55v-56.
[14] Ibidem, p. 58-58v.
[15] Ibidem, p. 106-108.
[16] Orozimbo Muniz Barreto. Fazenda do Descalvado. *Diário Official – Estados Unidos do Brasil.* Capital Federal, 2 fev. 1894. Annuncios. P. 364.
[17] AÇÃO JUDICIAL que move Orozimbo Muniz Barreto contra Jaime Cibils Buxareo. Op. cit., p. 161-161v e 179-180v.
[1818] Sobre o Encilhamento ver Luiz Antonio Tannuri. *O Encilhamento.* São Paulo: Hucitec; Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1981.
[19]Ibidem, p. 71-101
[20]O visconde de Taunay, que não nutria simpatias pela República e tinha acompanhado o movimento especulativo da bolsa do Rio de Janeiro durante o Encilhamento, inclusive escrevendo um romance de época com esse nome, lista nesse romanca os bens de uma hipotética companhia falida, que havia caído nas mãos de um liquidante de nome Cordeiro Mendes. Entre os bens estava a "Fazenda de criação em Caralvasco (Mato Grosso)". Taunay, que conhecia a história de Mato Grosso e a venda de Descalvados para a companhia dirigida por Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Antonio Azeredo e Orozimbo Muniz Barreto, certamente estava fazendo a crítica do envolvimento, no Encilhamento, dessas altas figuras públicas da República, que se passavam por insuspeitas. Visconde de Taunay. *O Encilhamento. Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia, 1971, p. 201-204.

Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e revistas nos anos 1970

Douglas Attila Marcelino[1] - PPG-UFRJ

Não resta dúvida de que a crescente produção historiográfica sobre o regime militar brasileiro, instaurado a partir de 1964, tem nos proporcionado a revelação de características marcantes do mesmo, muitas delas inteiramente desconhecidas. A descoberta de questões até então obscuras ou, mesmo, o refinamento das análises sobre características já estudadas, possibilitaram o aclaramento de alguns dos mecanismos coercitivos que foram essenciais na concretização da estrutura repressiva da ditadura brasileira. Esse é o caso, para citar apenas alguns exemplos, das revelações acerca da censura da imprensa, do sistema de espionagem, da polícia política e do modelo de propaganda política implantado, algo que, para alguns, nos permitiria falar, até mesmo, que adentramos numa nova "fase de descobertas e revisões".[2] No entanto, pode-se perceber ainda, no que concerne à conformação dos mecanismos que compunham o "aparato repressivo" da ditadura, a existência de aspectos pouco esclarecidos e que, inclusive, podem ser tão importantes como os acima mencionados.

Isso pode ser percebido quando constatamos que a quase totalidade dos trabalhos sobre a censura praticada no regime militar não atentou para uma questão importante: há uma diferença de enfoque entre a censura praticada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, mais voltada para a proibição do era considerado atentatório à moral e aos bons costumes, e outras formas de censura mais estritamente políticas que contavam, freqüentemente, com a colaboração dos órgãos de informações. A primeira estava restrita às chamadas "diversões públicas" (o teatro, o cinema, a música, certo tipo de publicações e alguns gêneros de programas de TV e de rádio) e, a segunda, atuava principalmente no âmbito do jornalismo político, inclusive no que concerne à grande imprensa. Demonstrar as diferenças entre essas duas formas de censura, que coexistiram durante a ditadura, é um dos principais objetivos da pesquisa que venho desenvolvendo, algo que tem sido feito, fundamentalmente, através da

análise da censura praticada sobre livros e revistas nos anos 1970. Para isso, é importante ressaltar as peculiaridades da DCDP e de sua atuação durante o período, pois, ao contrário da censura política, que é típica dos regimes autoritários, ela já existia muito antes da implantação da ditadura, possuindo determinadas características ligadas à sua mais longa trajetória dentro da história republicana brasileira.

Criada ainda nos anos 1940 para lidar com questões de natureza moral,[3] a DCDP surgiu num período considerado democrático do período republicano para substituir um órgão com conotação tipicamente autoritária, qual seja, o Departamento de Imprensa e Propaganda, do Estado Novo.[4] Enquanto o DIP conjugava a censura de costumes com outra de caráter político, a DCDP deveria atuar somente no primeiro plano, retirando de um órgão estatal aquela última prerrogativa. Assim, por mais que a censura praticada pela DCDP tenha assumido um caráter mais ideológico durante o regime militar, ela guardava diferenças importantes da censura política *stricto sensu* que, neste período, passou a ser feita, não por um órgão de caráter ostensivo, mas nos meandros do Ministério da Justiça (possivelmente pela repulsa que muitos militares tinham de uma possível comparação com o DIP). Ao contrário dessa última forma de censura, feita pelo regime de modo escamoteado, pois, na maioria das vezes, não encontrava respaldo consistente nem mesmo nas "leis de exceção" produzidas pelos próprios governos militares, a censura da DCDP possuía "amparo legal" e era mais conhecida pela população.

Portanto, a censura de "diversões públicas", praticada pela DCDP, não era uma especificidade do regime militar como muitos trabalhos parecem acreditar e, mais do que isso, tinha como objetivo principal censurar o que era considerado "atentatório à moral e aos bons costumes". Nesse sentido, tal serviço de censura estava articulado no âmbito de uma espécie de "tradição" que sempre amparou a censura de costumes, enveredada em torno de valores morais conservadores ligados à própria conformação histórica da sociedade brasileira.[5] Voltada para a defesa dos "padrões morais tradicionais da família", a censura de costumes centrava-se, desde há muito tempo, em questões de natureza comportamental como aquelas referidas à

sexualidade, às mudanças no tratamento dado às mulheres, à proteção de certos valores cristãos, enfim, a tudo aquilo mais propriamente relacionado ao plano da moralidade pública. Não é despropositado, aliás, mencionar que havia determinadas parcelas da população que apoiavam e demandavam esse tipo de censura, até porque ela era mais conhecida, fato que pode ser observado pelas centenas de cartas que foram encaminhadas à DCDP advogando mais rigor censório durante os anos 1970.[6]

Por outro lado, a censura de costumes adquiriu especificidades durante a ditadura, pois as discussões relacionadas ao plano comportamental assumiram características de natureza político-ideológica para determinados setores. Naqueles anos, as questões referidas à defesa da moralidade ganharam novos significados, por exemplo, para muitas entidades de caráter religioso e para grupos relacionados à corporação militar, que passaram a associar a "revolução de costumes" de fins dos anos 1960 a uma suposta ação do movimento comunista internacional. Um indicativo da importância que a associação imaginária entre imoralidade e subversão política assumiu no período pode ser tido através da análise das missivas enviadas por esses segmentos à DCDP nos anos 1970. Entidades como a Congregação Mariana São Gonçalo, a Comunidade Católica de Jaú, o Movimento Católico de Promoção Moral, a Ação Católica Diocese de São Carlos, a Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil, o Centro Bíblico Católico, a Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, a Convenção Batista Brasileira, a Igreja Metodista Central em Jundiaí, a Comunidade Carismática do Paraná, a Comunidade Católica de João Pessoa, dentre outras, são alguns exemplos de organizações religiosas que pediram mais censura à censura através de cartas e abaixo-assinados. O mesmo, guardadas as diferenças dos discursos produzidos, foi feito por grupos como a Associação Ex-Combatentes do Brasil, a Sociedade Veteranos de 32, a Associação de Delegados de Polícia de São Paulo, sem falar nas missivas de diversos militares de alta patente e no contundente discurso difundido nos meandros do governo ditatorial por parte dos agentes de informações dos órgãos de espionagem. Em muitos casos, tais agrupamentos procuravam

alertar a Divisão de Censura para a necessidade de providências quanto a uma suposta ofensiva de setores subversivos nos meios de comunicação: propagando a imoralidade para "desfibrar a juventude", os comunistas teriam por fito derrubar o regime existente e tomar o poder político.

Embora esses tipo de discurso permeasse somente alguns grupos específicos, a questão não pode ser desconsiderada, pois foi a partir de convicções semelhantes que certas autoridades, como o ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid, justificaram a adoção de medidas para aumentar a vigilância no âmbito da censura de costumes. Destacando os motivos que o levaram a promulgar o Decreto-lei que instituiu a censura prévia de livros e revistas tidos por atentatórios a moral e aos bons costumes, Buzaid dizia que "a preocupação do governo consistiu em banir do mercado as publicações obscenas" e "proibir, terminantemente, que os agentes do comunismo internacional se servissem do rádio e da televisão para exercer, através de programas insidiosos, influência subliminar ao seio das famílias". Para o ministro, "a campanha insidiosa dos agentes do comunismo internacional está em desnudar a alma no que [ela] tem de mais reservado e secreto, para dar-lhe expansões de liberdade (...) para pôr de público grandes dramas morais que envilecem e desonram".[7]

Assim, não parece errôneo supor que a censura praticada pela DCDP tenha assumido características de natureza política nos anos em que os militares ocuparam o poder, principalmente nos momentos de auge da repressão (1968-1972), haja vista o caráter ideológico assumido por discussões antes tipicamente relacionadas aos costumes. Por outro lado, é de se verificar que, em determinados casos, a DCDP realmente recebeu ordens advindas dos altos escalões governamentais (como do ministro da Justiça ou do próprio presidente da República) para que interditasse obras tidas por "subversivas" ou "contrárias ao regime político existente". Foi provavelmente o que aconteceu com certos setores artísticos mais combativos, como na sabida perseguição às obras de alguns quadros da MPB e do Cinema Novo, algo que fez com que a instituição extrapolasse arbitrariamente o âmbito de sua

"atuação legal".[8] Tal constatação, não obstante, não contradiz aquilo que vimos destacando desde o início, ou seja, que havia diferenças importantes entre a censura praticada pela Divisão de Censura e aquela outra feita às escondidas dentro do Ministério da Justiça. A primeira, ainda que tenha sido manietada para a feitura de interdições políticas em certos momentos, voltava-se mais fundamentalmente para as questões referidas à moral, sendo, por isso mesmo, mais aceita por parcelas da população. Aliás, há que se ressaltar que, as concepções que associavam a "dissolução dos costumes" a uma ação comunista, que destacamos poucas linhas atrás, eram bastante restritas a setores específicos e que, a grande maioria das pessoas que escreviam à DCDP pedindo mais censura, estavam preocupadas com problemas de natureza comportamental.

É fundamental considerar que, a partir de fins dos anos 1960, certas discussões morais ganhavam mais espaço na sociedade: questões referidas às drogas, aos direitos de certas "minorias" (mulheres, homossexuais etc.), à adoção de novos métodos contraceptivos, à legalização do divórcio, ao uso de drogas como forma de rebeldia e à liberalização sexual demonstram o ambiente de fortes mudanças vivido naquela conjuntura, o qual está, certamente, relacionado com a demanda por mais censura dos setores moralmente mais conservadores da sociedade. Dentre todas essas discussões, aquela relativa à maior liberdade sexual era a que mais preocupava esse tipo de pessoas, muitas delas visualizando uma ascensão do erotismo em programas de TV (como telenovelas e programas de auditório) e em outros setores como o cinema nacional (com a difusão da chamada "pornochanchada", por exemplo). Assim, a conjugação entre o avanço dos meios de comunicação, especialmente a TV, e o fenômeno da "revolução de costumes", é um aspecto que deve ser considerado para que tenhamos uma compreensão mais refinada da demanda por mais rigor censório. E a DCDP, embora já existisse muito antes da implantação da ditadura, continuou atuando intensamente nesse plano ao longo dos anos 1970, inclusive no que concerne à censura de

livros e revistas tidos por "atentatórios a moral e aos bons costumes", se diferenciando bastante da censura estritamente política.

Fazendo parte das atribuições da DCDP, a censura prévia de publicações foi implementada no início dos anos 1970, quando Alfredo Buzaid ocupava a pasta da Justiça (1969-1974).[9] Porém, foi no mandato do seu sucessor, o ministro Armando Falcão (1974-1979), que a atividade ganhou mais consistência e sistematicidade, haja vista sua grande preocupação com o âmbito da moral e dos costumes. Falcão era uma personagem de colorações morais bastante conservadoras, cuja administração ficou marcada pela farta utilização da tesoura censória (justamente no período em que se iniciava a chamada "abertura política"), quando a DCDP atingiu o momento de auge de suas atividades, interditando uma grande quantidade de filmes, peças de teatro, programas de televisão, livros, revistas etc. Por outro lado, foi também nos anos em que Falcão ocupou o Ministério da Justiça, que tivemos uma maior articulação da censura política de livros e revistas tidos por atentatórios à segurança nacional, sendo intensa a mobilização de pessoal dentro do Ministério para atuar neste campo. Note-se, portanto, a relação dessas discussões com o que destacamos ao longo do texto: à DCDP, cabia a censura moral que, no caso dos livros e revistas, deveria ser feita previamente, amparada num Decreto-lei promulgado pelo ministro Buzaid; já a censura política dessas formas de publicações era feita às escondidas pelos assessores do ministro da Justiça, com base na Lei de Segurança Nacional. Além disso, essa última, ao contrário da verificação prévia da DCDP, deveria ser praticada *a posteriori*, algo que tornava sua feitura mais problemática devido ao desgaste político que a interdição de uma determinada publicação já divulgada poderia acarretar à figura do ministro (vários livros somente não foram proibidos, durante o mandato de Armando Falcão, porque ele quis evitar que a medida repressiva desse uma repercussão ainda maior ao material tido por "subversivo").

Cioso quanto a uma suposta propagação da "pornografia" e da "subversão" nos meios de comunicação, Armando Falcão é uma figura importante para a compreensão da censura de

livros e revistas praticada nos anos 1970. Durante seu mandato na pasta da Justiça, várias medidas importantes foram adotadas nesse sentido: foi criado um "grupo de trabalho para a análise de livros considerados obscenos e subversivos"; passaram a ser censuradas as publicações estrangeiras distribuídas no país (ficando excluídas somente as de caráter estritamente filosófico, técnico ou didático); procurou-se intensificar a atuação da DCDP no controle à exposição de revistas eróticas em bancas de jornal; recorreu-se fartamente ao uso de admoestações para coibir a veiculação, por parte dos responsáveis por certas publicações periódicas, daquilo que era tipo por contrário aos interesses do regime etc. O estudo da censura de livros e revistas praticada nesse período, portanto, tem sido um aspecto importante da minha pesquisa, sendo essa problemática fundamental para refletirmos a respeito das diferenças entre as censuras moral e política praticadas durante a ditadura militar.

Ademais, dentre as centenas de missivas enviadas à DCDP pedindo mais rigor censório, muitas delas tinham sido anteriormente enviadas ao ministro Armando Falcão e referiam-se a revistas e livros tidos por obscenos ou contendo uma matéria considerada imoral (publicações periódicas como *Ele e ela, Manchete, Status, Photo, Homem, Festa*, por exemplo, eram muito visadas). Paralelamente à discussão sobre uma suposta ascensão da imoralidade em programas de televisão e quanto à difusão da pornografia no cinema nacional, essa parecia ser uma questão candente para os setores preocupados com a censura em fins dos aos 1970, sobretudo no que concerne à exposição de revistas eróticas em bancas de jornal. Assim, a atuação de uma personagem como Falcão aparecia, para muitas pessoas mais conservadoras, como uma oportunidade *sui generis* de combater energicamente a suposta imoralidade existente nesses meios, algo que estimulava o envio de missivas congratulando-se com sua intensa atividade como "guardião dos bons costumes". Através da análise dessas cartas encaminhadas à DCDP, portanto, venho procurando refletir, não somente sobre a demanda por mais censura, mas também sobre a imagem que muitas dessas pessoas faziam de

personagens como o ministro Falcão, particularmente no que diz respeito à sua luta travada contra uma suposta imoralidade veiculada nos livros e revistas publicados naquela conjuntura.

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de janeiro e bolsista nota 10 da FAPERJ.

[2] FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi*: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, set. 2002, n. 5, p. 251-283.

[3] A DCDP foi criada em 24 de janeiro de 1946 pelo Decreto nº 20.493.

[4] Sobre a censura no Estado Novo, ver GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990. 175 p.

[5] A própria formação colonial brasileira, presidida por um Estado forte e, principalmente, por uma Igreja poderosa, fez com que a censura ligada às questões morais sempre tivesse existido no Brasil. Ver MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*: história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002.

[6] Referimo-nos às cartas existentes na Subsérie "Manifestações da Sociedade Civil", do Fundo "Divisão de Censura de Diversões Públicas", Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

[7] BUZAID, Alfredo. *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 17.

[8] O termo "amparo legal", como utilizado aqui, não deve ser tomado como sinônimo de democrático ou de não arbitrário. Para um regime que promulgou diversas normas legislativas que possibilitaram ao Estado a adoção de medidas ditatoriais, a existência de leis regulamentando a matéria censória não pode ser tomada como um atenuante do caráter autoritário desse tipo de prática. Nesse período, a tentativa de legalização do arbítrio tinha, certamente, o objetivo de manter a aparência de uma suposta legalidade democrática. No caso da DCDP, a única diferença é que ela teve sua atuação pautada, não nas "leis de exceção" promulgadas no período de exceção, mas sim na legislação criada ainda em 1946. Isso, é claro, quando ela não extrapolou o âmbito de sua atuação legal.

[9] A censura prévia de publicações foi implantada pela norma legislativa mencionada linhas atrás (o Decreto-lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970). Note-se que, no que concerne às publicações que tratavam de temas relativos à moral e aos bons costumes, a DCDP fazia a verificação prévia do conteúdo do material a ser publicado, mas a decisão final da proibição recaía sobre o ministro da Justiça. Somente em casos muito raros, no entanto, ele deixava de acatar o parecer feito pelo técnico de censura da Divisão.

Cenas da Vivência Religiosa em Pernambuco Colonial(1593/1808)

Douglas Batista de Moraes[1] - FAINTVISA

douglas_moraes74@yahoo.com.br

Primeiro ato: o contexto.

O catolicismo, nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, assumiu um caráter obrigatório. Viver na América portuguesa sem pertencer à religião Católica era uma tarefa das mais difíceis, o indivíduo deveria no mínimo demonstrar um certo respeito pelo credo romano[i] Na concepção de Hoornaert, a vida cristã do povo passava por dois caminhos: aquele ligado ao grupo dos organizadores, ou seja, o do clero propriamente dito, e o outro, junto aqueles que viviam o cristianismo concretamente, o povo.[ii]

O comportamento do clero diante da população deveria refletir uma cultura de salvação que chegava para subjugar outra, considerada periférica e pagã. O processo de evangelização no Brasil foi pautado por esta visão maniqueísta de civilização e fé, validada no Concílio de Trento, admitindo a diferença entre uma elite esclarecida representada pelos pensadores da Igreja e uma massa "ignorante" como os plebeus, ainda de acordo com Hoornaert[iii].

No entanto, o povo tinha uma postura diferente dos organizadores, que manipulavam as cenas da vida: Batismo, Missa, Igreja, Santos, Festas, Santuários, símbolos dos mais diversos. O Bem Viver neste período era condicionado aos ditames da Igreja, mas o povo dava vida a esta trama, que obedecia a outro ritmo que não era aquele que o clero pretendia implantar, a população dava seus significados aos símbolos que a instituição conservava, criando um cotidiano mais profano.

O Tribunal do Santo Ofício teve grande participação na manutenção da ordem social nas terras portuguesas de além-mar. A Inquisição foi um dos

[1] Mestre em História pela UFPE. Professor da FAINTVISA(Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão.)

instrumentos usados pela Coroa portuguesa para manter os colonos nas “rédeas” da Sé romana. De uma certa maneira, ela ajudou a formar a consciência católica no Brasil, deixando passar a impressão que todos os católicos seguiam fielmente as deliberações eclesiásticas. O catolicismo é o "cimento" que une a nação, o "laço" que prende a todos, o lugar da confraternização entre as raças das mais diversas[iv].

Ao medo provocado pelas visitações da Inquisição instauradas em algumas localidades da Colônia, os brasileiros reagiram, inovando a celebração da "Santa Religião Católica", criando um catolicismo ostensivo, evidente aos olhos de todos, praticado em lugares públicos, cheio de invocações ortodoxas a Deus, a Nossa Senhora e aos Santos. A partir daí, nasceu todo o formalismo do catolicismo brasileiro, que o Santo Ofício relevou muito em alguns casos, devido a sua forma de pratica-lo, que fugia ao moldes da Igreja européia.[v].

O primeiro período colonial brasileiro foi marcado por um Episcopado inexpressivo, que sofreu com a falta de Bispos para ocuparem seus cargos e exercerem suas funções, com uma imensa extensão territorial, uma realidade complexa e uma cultura local completamente diferente de tudo esses clérigos conheciam. Sua influência neste período foi mínima. Além dessas dificuldades para implementar seu trabalho evangelizador, havia a dependência do Padroado Régio, que se efetivava através da Mesa da Consciência e Ordens como já foi dito.[vi].

O distanciamento do povo pela Igreja oficial favoreceu o surgimento de inúmeras formas de expressar a religiosidade de alguns grupos, dentro do quadro das fórmulas católicas. Os cultos africanos sobreviveram à repressão graças aos artifícios dos funcionários coloniais, que tratando as religiões africanas como folclore, ajudavam a manter as visitações do Santo Ofício longe. Mas, isso não pode ser entendido como o abandono da luta da Coroa

portuguesa contra esse tipo de manifestação religiosa, em tudo divergente dos ditames da religião oficial.[vii].

Todos esses condicionamentos, de alguma forma, explicam atitudes do Episcopado no começo da colonização do Brasil. As vacâncias tornaram-se comuns nas Paróquias, Prelazias, Bispados e Arcebispados, o que se devia em grande parte ao próprio status de funcionário público imposto ao clero na colônia, embora, isso não tivesse qualquer relação com a administração do culto, interferia nele, uma vez que estes cargos permaneceram abandonados por longos períodos. Em outros casos, os padres eram esquecidos pela Coroa, passando muito tempo sem receber suas côngruas, ou ordenados, que deveriam ser pagos pelas redízimas - retorno do dízimo cobrado pela Coroa-, que deveriam ser repassadas às paróquias para sua sobrevivência.

As redízimas eram muitas vezes desviadas para fazer em face de outras despesas da Fazenda régia, o que obrigava os religiosos a usarem expedientes pouco convencionais, inclusive atuando como comerciantes para garantir o sustento de sua paróquia e o seu próprio.[viii].

O catolicismo no Brasil colonial não perdeu a sua originalidade e continuou bem estabelecido na vida pública graças às irmandades, modelo associativo de fiéis surgido e difundido no contexto da reforma tridentina, cujos objetivos, tais como: a valorização da religiosidade laica, a difusão do culto aos santos e os esforços missionários destinados a assegurar a perenidade da evangelização das populações mais distantes, possibilitaram a ereção de várias dessas associações no solo colonial.

As Irmandades e Confrarias formadas por leigos no Brasil, além de promoverem o culto a seus patronos celestes, tinham outras atribuições como prover de assistência os seus integrantes, intervindo também no âmbito econômico para auxiliar suas famílias a livrarem-se da miséria, a exemplo daquelas com invocação a Nossa Senhora do Rosário, a mais popular devoção

negra do período colonial. Outras, como a do Santíssimo Sacramento que promoviam o culto à eucaristia nas paróquias, na maioria das vezes formadas por elementos das elites locais não tinham caráter assistencialista, ambas, entretanto, ajudaram consideravelmente nessa questão da manutenção da fé romana.

Organizações muito fortes e influentes no Brasil colonial, também formada por leigos, foram as Santas Casa de Misericórdia, difundidas por todo o território da Colônia, foram as responsáveis pela construção e direção de hospitais e por diversos serviços de assistência social prestados à população,[ix] cujos membros gozavam de considerável prestígio social.

Pode-se dizer que as paróquias e esses novos modelos de associação religiosa surgida na Colônia, proveram a sociedade brasileira de espaços concretos onde suprir suas necessidades de emprego, dinheiro emprestado, garantia de uma sepultura, dotes de casamento para filhas, remédios para os doentes etc, preenchendo as lacunas que o Estado português deixou em aberto. [x].

Como por demais sabido, a motivação religiosa impressa no projeto colonizador, não eliminava os interesses econômicos de exploração das novas terras, mas, não se pode também deixar de considerar que a cristianização do novo mundo foi parte relevante desse projeto dos portugueses, que vincou profundamente a vida do colono brasileiro, influenciando no seu cotidiano, onde as preces e orações a Deus ocupavam grande parte dele.[xi].

O passaporte para entrar na colônia era de caráter religioso, somente os católicos tinham acesso. Os padres que demonstrassem desejo de trabalhar em terras brasileiras eram cuidadosamente investigados, nenhum religioso poderia deixar Portugal sem a devida permissão do rei, concedida apenas depois de uma entrevista pessoal e de um juramento de lealdade.

Todo esse processo fez parte do desenvolvimento de uma sociedade cristã no Brasil, mas é importante reconhecer que Portugal enfrentou alguns problemas ao assumir um empreendimento como a colonização da América[xii].

Desses problemas sobressaem-se às lutas pela preservação dos territórios conquistados e a manutenção do domínio sobre eles contra inimigos presente, tanto interna como externamente, com os quais o Brasil Católico teve de lutar. Na área externa encontramos países como a França, a Holanda, a Inglaterra, que competiam com Portugal pela hegemonia do Atlântico Sul.

A difusão do ideal do cristianismo católico português ajudou a arregimentar adeptos para essas lutas, criando rivalidades entre grupos cristãos, difundindo-se a política portuguesa, católica ortodoxa e apostólica em detrimento dos desígnios dos concorrentes, considerados hereges, depravados e impuros, por professarem o Protestantismo.

Como já dissemos, aos objetivos materiais da colonização se juntava à fé como um elemento presente na empresa ultramarina, mas, a colonização também acontecia. As caravelas portuguesas também eram de Deus e nelas navegaram juntos missionários e soldados, havendo pelo menos um ponto em comum entre eles, levar ao gentio o lume da Igreja Católica.

Não se pode negar que os portugueses acreditavam que o descobrimento do Brasil, fosse uma obra inspirada por Deus. E "que entre os demais povos Deus escolheu os portugueses" para realizar essa divina missão. Como novos senhores da terra, deveriam produzir novas riquezas materiais e espirituais, resgatando almas. Esse era o objetivo formal da conquista e sua justificativa ideológica.[xiii].

Segundo ato: a vida.

Os católicos portugueses passaram a encarar a colônia como Purgatório, viver no Brasil significava uma chance da correção de um desvio, o arrependimento do pecado cometido. Uma vez descoberto, o mundo colonial catalisava o próprio acesso ao Purgatório. O novo mundo era o inferno, lugar aonde o bom cristão só chegaria por algum desvio muito grave em sua conduta. Os habitantes da América portuguesa causavam um verdadeiro horror nos portugueses por sua condição humana diferente, selvagem", "demoníaca". A catequese era o veículo da função salvacionista, mas caso se mostrasse insuficiente, os nativos ameríndios deveriam ser afastados do lugar onde o pecado estivesse[xiv].

Toda a organização do sistema católico recebeu um novo significado dentro desta ideologia. Batismo passou a ser uma "redenção do cativeiro" do pecado e ao mesmo tempo sinal de cativeiro social e corporal. A missa era um instrumento de "confraternização" entre brancos e índios. Houve realmente uma nova interpretação da tradição cristã, pela realidade da colonização. Esse tipo de estrutura não possibilitava nenhuma comunicação com a religião vivida pelo povo com suas aspirações de libertação[xv].

Na colônia–Purgatório–, portugueses cristãos se viam às voltas com a escravidão, que teve na Igreja a formuladora de uma justificativa para esse sistema. Para os brancos, o sistema conferia múltiplas possibilidades. A camada economicamente dominante dava as cartas no sistema colonial, estabelecia a ligação entre a colônia–inferno e a Metrópole–céu. O degredo para colônia foi o mecanismo que os portugueses usaram para purgar seus pecados.

A purgação na colônia atenuava as faltas religiosas conforme avançava o processo de colonização, quanto maior a harmonia entre a atividade desenvolvida e o interesse metropolitano, mas rápida seria a purgação. O céu

do colono branco era o regresso à Metrópole, o do africano era a salvação pela fé. No sistema colonial, negros viveriam sempre no inferno e o branco em purgatório. Na vigência do estatuto colonial, o Purgatório de ambos poderia se transformar em inferno.

A cristandade no Brasil tinha como característica principal à mestiçagem, diferente de Roma, e viveu no eterno conflito representado pelo convívio entre princípios cristãos de fraternidade com a realidade da escravidão, expressão maior do sistema colonial.

Mesmo na Europa, as normas de Trento demoraram a estabelecer a uniformidade entre as paróquias e os fiéis. O cristianismo vivido pelo povo caracteriza-se por um profundo desconhecimento dos dogmas, pela participação na liturgia sem compreensão do sentido dos sacramentos e da própria missa[xvi].

O dia-a-dia da colônia brasileira se mostrava cheio de demônios, em contrapartida, o universo econômico era freqüentemente associado a elementos divinos. A colônia aparecia como se fosse um lugar de passagem, a princípio de purgar os pecados cometidos aqui ou na Metrópole. O catolicismo de origem européia, continuava a se mesclar na colônia, de paganismo e de imperfeição, elementos estranhos a sua origem, multifacetada.

O catolicismo popular é considerado a cultura mais original e mais rica produzida no Brasil colonial, nos seus trezentos anos de história. A religião foi uma só em todo território brasileiro e constituiu junto com a língua portuguesa, o elo da unidade de povos tão diferentes numa extensa porção de terra.

O pobre vivia numa situação ambígua e tinha consciência desse problema mas esta consciência vivia abafada sob a ação de uma "sabedoria" que se configurava num conformismo e em uma paciência fatalista.

Notas

[i] HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro*-1550-1800.2º. edição. Rio de Janeiro. Editora vozes . 1978 .P. 13

[ii] Idem. Op. cit. p. 13

[iii] HOONAERT, *Eduardo.História da Igreja no Brasil. Primeira Época. Tomo II/ 1* Editora Vozes, 4º. edição. Petrópolis.P. 274

[iv] HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro*-1550-1800.Op. Cit.P. 14

[v] Idem. Op. Cit.P. 16-17

[vi] HOONAERT, *Eduardo. História da Igreja no Brasil*. V-1. Op. Cit.P. 277

[vii] HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro*. 1550-1800. Op. Cit.P.17

[viii] HOONAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. V.-1 . Op. Cit.P. 278

[ix] Diversamente das demais associações religiosas formadas por leigos, as Misericórdias estendiam seus serviços de assistência social a toda a população, não se restringindo apenas aos seus irmãos".

[x] HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro*. 1550-1800. Op. Cit.P. 18

[xi] SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo. Companhia das Letras. 1989..P. 33

[xii] HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja Católica no Brasil Colonial. In BETHELL, Leslie(org). História da América Latina: A América Latina Colonial-I* 2º. edição. São Paulo: universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 1998.. Pp. 564

[xiii] SOUSA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*.. Op. Cit.P. 35

[xiv] Idem.Op. Cit.P. 77

[xv] HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro.* 1550-1800. Op. Cit.Pp.33-36

[xvi] SOUSA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. Op. Cit.Pp. 90-91

Conferência da Amazônia para a "Batalha da Borracha": negociação da tragédia

Dulce Portilho Maciel

Introdução

Na ocasião em que os Estados Unidos entraram na II Guerra Mundial, em dezembro de 1941, o Japão apoderara-se de diversas ilhas do Pacífico (britânicas), fornecedoras de borracha para a indústria bélica norte-americana. Em março de 1942, os EUA e o Brasil assinaram 41 acordos militares e econômicos – Acordos de Washington -, 21 deles referentes à produção de borracha, para comércio exclusivo com aquele país.

Desde antes, todavia, os Estados Unidos vinham atuando no sentido de impedir o Brasil de exportar matérias primas estratégicas para os países do Eixo. Os governos destes países haviam assinado, em inícios daquele ano, um contrato de aquisição, pelo primeiro, de toda a produção brasileira de materiais estratégicos: bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, manganês, mica, cristais de quartzo, titânio, zircônio e borracha.

Nas negociações em pauta, a questão da borracha tinha prioridade, em razão do progressivo avanço japonês no Sudeste Asiático, de onde provinha a borracha importada por aquele país, matéria prima essencial para a fabricação de veículos de guerra, aparelhos de comunicação, indumentária militar, armas e outros artefatos de guerra, etc. Para levar a efeito o programa referente a esta questão, numerosas organizações foram criadas, tanto nos Estados Unidos como no Brasil.[1] Entre as organizações norte-americanas, a mais importante foi a empresa Rubber Development Corporation (RDC); entre as brasileiras, a mais atuante foi o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

A execução do programa resultou na transferência de cerca de 60 mil trabalhadores para seringais da Amazônia, recrutados principalmente no Nordeste, os então chamados Soldados da Borracha. Terminada a guerra, estes trabalhadores foram abandonados à própria sorte, ocasião em que, segundo se denunciavam, inclusive na imprensa estrangeira (por exemplo, o New Chronicle de Londres), 31 mil já haviam morrido.

Este trabalho enfoca a chamada Conferência da Amazônia, realizada em Belém, em abril de 1943, sob a direção do então ministro extraordinário da Coordenação da Mobilização Econômica, João Alberto de Lins e Barros. O evento teve em vista discutir e deliberar acerca de numerosos aspectos operacionais do programa. Dele participaram os interventores federais nos estados do Pará e Amazonas e no Território do Acre, diversas outras autoridades brasileiras e vários representantes de organizações norte-americanas. O trabalho baseia-se principalmente em documentos originais produzidos durante o evento, atualmente sob a custódia do Arquivo Nacional – Seção Regional do Distrito Federal.

1. Mobilização do trabalho

Na época da realização da Conferência, as tarefas de mobilização e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia já se achavam adiantadas. Duas unidades da administração federal desincumbiam-se delas, o DIC - Departamento de Imigração e Colonização (antes já existente) – e o SEMTA, mencionado atrás. No ano de 1942, o DIC conseguira enviar, ainda que de forma improvisada, perto de 15 mil pessoas para a Amazônia. A meta a ser alcançada era o envio de um contingente de 100 mil homens, no menor tempo possível, para a produção de 70 mil toneladas anuais de borracha. Na safra de 1940-1941 a produção tinha sido de 16 a 17 mil toneladas. Havia na região, na época, cerca de 35 mil seringueiros em atividade.

O SEMTA, órgão sob a direção do jornalista Assis Ribeiro, iria imprimir à atividade de recrutamento de trabalhadores um caráter novo, mediante intensa utilização da mídia, na veiculação da campanha. Inaugurava-se, na época, um estilo de propaganda com vistas a dotar de legitimação o regime do Estado Novo, usando-se a circunstância da guerra. Voltava-se para o culto à personalidade do Presidente Vargas e a arregimentação da sociedade, segundo moldes disciplinadores e militarizados. A campanha destinava-se principalmente a nordestinos pobres, flagelados pela seca que, na época, assolava a região. O governo abriu postos de alistamento em diversas localidades, entre os quais, o mais importante foi o de Fortaleza. Em todas regiões brasileiras, entretanto, a campanha revestia-se da força simbólica e coercitiva que a circunstância da guerra possibilitava. O artista

plástico suíço Pierre Chabloz foi contratado para produzir material de propaganda, constituído de cartazes que representavam cenas imaginárias, dotadas de elevado poder de sedução: por exemplo, um deles retratava o caminho que levava do Nordeste, seco e amarelo, ao paraíso verde e úmido da Amazônia.

O SEMTA recrutou médicos, professores e religiosos para colaborar nas tarefas de arregimentação e encaminhamento de trabalhadores. D. Helder Câmara, por exemplo, colaborou nesse sentido, coordenando os trabalhos de orientação religiosa nos diversos "pousos". Nestes locais, os soldados da borracha permaneciam, freqüentemente, por meses, aguardando meios de transporte que os levassem adiante, na longa marcha até os seringais. Ali, recebiam treinamento físico em moldes militares e a deserção era considerada como crime de guerra. Chabloz contribuiu também neste trabalho, elaborando desenhos de tipos físicos correspondentes a uma dada classificação de biótipos humanos, então em voga: *normolíneo, disgenopata, mixotipo e brevelíneo*. Os recrutas deveriam corresponder, o máximo possível, ao biótipo ideal denominado normolíneo. Os grandes proprietários rurais do Nordeste alarmaram-se com esse sistema de recrutamento; veja-se trecho de uma nota publicada no *Correio do Ceará* (26/6/1942):

> *Nossas reservas humanas estão se escoando pelo porto de Fortaleza, rumo à Amazônia. Deveríamos acrescentar: as nossas melhores reservas humanas! [...] Somente o homem forte, musculoso, sadio, é aceito para o trabalho; o Estado que fique com o rebotalho...*

2 - Conferência da Amazônia: uma síntese dos debates

A primeira e a segunda sessões da Conferência, ao que parece, tiveram caráter reservado. Realizaram-se na residência do interventor federal no Pará, no dia 13 de abril de 1943, achando-se presentes o ministro da Coordenação da Mobilização Econômica, João Alberto, que as presidiu; os interventores Magalhães Barata (Pará), Álvaro Maia (Amazonas) e Luiz Gomes Coelho (Acre); o delegado do ministro na Amazônia, Comandante Braz de Aguiar; o diretor do Departamento de Produção do Território do Acre, Pimentel Gomes; o assistente do Coordenador, Artur Hehl Neiva, que as secretariou.

João Alberto abriu a reunião descrevendo as condições gerais da Amazônia, em face dos Acordos de Washington. Referia-se à oportunidade que se apresentava, segundo ele, de soerguimento da economia regional - na época, conforme ele, a economia amazônica dependia da borracha em cerca de 90%, não obstante a crise pela qual seu comércio vinha passando nas últimas décadas. Prosseguindo, mencionou o interesse devotado pelo Presidente Vargas à Amazônia e a "emoção" que o tomava, diante dos problemas da região.

Explicou, a seguir, que o objetivo da Conferência era a fixação de "diretrizes gerais de ação", mediante discussão entre a Coordenação e os governos estaduais, dos problemas a serem enfrentados conjuntamente, em relação às atividades implicadas nos Acordos de Washington. A pauta de discussões da Conferência, apresentada pelo ministro, referia-se a tais problemas; compunha-se, em resumo, dos seguintes itens: 1. Problemas gerais - a) transporte (de mercadorias) do sul do país para os portos de Belém e Manaus, b) abastecimento, c) pessoal técnico, d) preços; 2. Mão de obra - a) trabalhadores locais, b) imigração dirigida: transporte, localização, distribuição, financiamento.

Quanto à questão do transporte de mercadorias, por via marítima ou marítimo-fluvial, até Belém e Manaus, crucial na época, em razão do recente afluxo de povoadores (novos seringueiros, pessoal de diversas esferas de governo do Brasil, representantes de organizações norte-americanas, aventureiros, etc.), as condições eram ainda insatisfatórias, mas poderiam vir a se normalizar em breve. O transporte marítimo achava-se a cargo da Marinha Mercante brasileira; o aéreo, complementar ao primeiro, era realizado pela RDC, com a colaboração da Panair. O transporte marítimo, em face da guerra (ameaça de ataques por forças alemãs), exigia complicado aparato de segurança

A distribuição dessas mercadorias aos mercados amazonenses (a estabelecimentos do comércio atacadista e varejista) achava-se em mãos da RDC. As autoridades regionais presentes foram unânimes em reivindicar que quotas das praças comerciais da Amazônia fossem reservadas para particulares antes ali estabelecidos, sob pena de se produzir grave perturbação nas economias locais. Aventou-se, então, a possibilidade das associações

comerciais, em suas respectivas jurisdições, virem a participar do estabelecimento de prioridades quanto às mercadorias a serem transportadas, assim como a sua distribuição.

Passou-se, em continuidade, a discutir a questão dos preços das mercadorias. João Alberto era da opinião de que era mais eficiente atuar-se sobre os custos de transporte do que mediante tabelamento - os preços de mercadorias estavam tabelados, com base nos vigentes em 1o. de dezembro de 1942. No Acre, particularmente, o tabelamento era difícil, em razão da demora na chegada das mercadorias encomendadas - até 6 meses.

Finalmente tratou-se, naquele dia, da questão da mão de obra, desdobrada em dois aspectos: a) braço existente - seringueiros e outros trabalhadores da região; a) braço "conscientemente dirigido pelas autoridades, como está ocorrendo no caso das levas de trabalhadores nordestinos". À Amazônia, interessava os dois casos, mas principalmente o último: não se devia permitir a desorganização da economia da região pelo deslocamento excessivo de mão de obra..." Quanto à migração dirigida, um dos problemas era seu encaminhamento aos seringais; decidiu-se que a tarefa ficaria a cargo das autoridades locais, que receberiam aviso prévio da chegada dos trabalhadores, a fim de que pudessem organizar condições para a fase de sua "aclimação" à Amazônia - período de um mês, em que permaneciam estacionados (acostumando-se ao clima), enquanto aguardavam sua distribuição aos seringais. Quanto a estes trabalhadores, o problema do "abandono do trabalho" era crucial; de sua discussão entre os presentes, concluiu-se, unanimemente:

> *[...] pela conveniência do Coordenador submeter ao Presidente da República, em nome dos três Interventores, um ato propondo a mobilização do trabalho humano, tornado obrigatório na Amazônia, nas condições que ficarem definitivamente assentadas, mobilização essa que deverá ser procedida extra-recrutamento militar.*

A terceira sessão da Conferência realizou-se no dia 14 de abril, também na residência do Interventor no Pará. Observada a pauta aprovada no início da Conferência, restava um último ponto a ser tratado; isto é, o financiamento das atividades de mobilização do trabalho. Talvez por isto, o número de participantes desta ampliou-se; além dos integrantes das reuniões anteriores, desta participaram: o diretor do Departamento Nacional de Imigração e Superintendente da SAVA, Doria de Vasconcelos; o delegado da SAVA em Manaus, Jorge de Andrade; o diretor da Secretaria da Associação Comercial no Amazonas,

Cosme Ferreira Filho; o presidente do Banco de Crédito da Borracha, José da Gama Malcher; o diretor deste Banco, Rui Medeiros; o assistente especial do Coordenador e diretor-executivo da Comissão dos Acordos de Washington, Valentim Bouças.

Abrindo a sessão, o Coordenador, em benefício daqueles que pela primeira vez ali se achavam, resumiu o que anteriormente havia sido discutido, em relação "ao primeiro grande problema da região amazônica, o da mão de obra". Desmembrou a questão, segundo três momentos: 1o. - transporte dos trabalhadores até Belém; 2o. - transporte dos mesmos de Belém até o ponto de distribuição; 3o. - encaminhamento daí até os seringais. A primeira etapa ficara a cargo do SEMTA, correspondendo o ritmo de sua atuação ao da absorção de trabalhadores pelos seringais - inicialmente, um máximo de mil trabalhadores por semana. A segunda ficara a cargo da SAVA, em interação com a RDC - referia-se ele ao transporte e "abastecimento" (em verdade, "manutenção", em diversos sentidos do termo) dos trabalhadores recrutados. A terceira seria equacionada segundo acordos a serem firmados entre a SAVA e os governadores ali presentes.

Conforme o Coordenador, o sucesso do empreendimento dependia, sob todos os aspectos, do equacionamento do "problema do financiamento", objeto da presente reunião. Estava ele falando do papel desempenhado pelo Banco de Crédito da Borracha no empreendimento. Em razão disto, a introdução do assunto ficou a cargo de José Malcher, presidente do Banco que, nesta oportunidade, tratou da concessão de recursos financeiros a propostas apresentadas por seringalistas. Segundo ele, naquele primeiro trimestre de 1943, a situação apresentava-se assim: 112 propostas atendidas, atingindo os empréstimos concedidos uma soma superior a 45 milhões de cruzeiros - correspondendo, em números aproximados, a 14 milhões ao Pará, 15 milhões ao Amazonas e 16 milhões ao Acre -, por um prazo de três anos, com juros de 7% ao ano. O Banco emprestava até 60% da "garantia oferecida" (produção provável do seringal), fornecendo ao seringalista uma caderneta de cheques, os quais somente poderiam ser usados para pagamento das "faturas do aviamento necessário", ou seja, de despesas com "material destinado ao seringal." Naquele momento, a RDC dispunha de 60 mil toneladas de material a ser distribuído.

O capital social do Banco era, na ocasião, de 50 milhões de cruzeiros, formado com quotas do Brasil e dos Estados Unidos, desconhecendo a autora deste trabalho as proporções respectivas. Segundo informou Valentim Bouças na reunião (diretor-executivo da Comissão dos Acordos de Washington), outros 100 milhões de cruzeiros já haviam sido concedidos ao Banco, "a fim de que o mesmo pudesse continuar as operações de financiamento, iniciadas com tanto êxito". O Banco tinha, então, sede em Belém e uma agência em Manaus, achando-se em vias de instalação outras em Porto Velho, Rio Branco, Guajaramirim e Itacoatiara. Possuía agentes em localidades onde, futuramente, seriam instaladas outras agências, tais como: Juruá, Xapuri, Brazília e Sena Madureira.

Foi o ministro João Alberto quem trouxe à baila a questão de como o seringalista remunerava o seringueiro; veja-se, abaixo, como isto foi registrado em ata:

> *Todos sabem que o sistema de trocas foi o regime de escravização, na Amazônia.* ***Um livro de cheques não basta, talvez, para que o seringalista possa pagar em dinheiro, o seringueiro.*** *Esclarece tratar-se de assunto delicado, porque* ***não é possível separar o financiamento da Amazônia da RDC e, portanto, da mentalidade americana****, relatando o ponto de vista do Board Economic Warfare, com que entrou em contato, por ocasião de sua última permanência nos Estados Unidos. Ali,* ***no State Department, sentiu a idéia fixa e a repugnância pelo pagamento ao seringueiro em espécie [mercadoria], fazendo-se a troca [de borracha] por mercadoria e fechando-se as contas no fim de um certo período****. E termina solicitando esclarecimentos a respeito da posição assumida, em relação ao problema, pelo Banco da Borracha."* (Grifos da autora)

Os representantes do Banco não ofereceram resposta a esta indagação. Tampouco as discussões que a ela se seguiram resultaram em proposta de solução exeqüível para o problema. A certa altura do debate, entretanto, o Comandante Braz Aguiar explicou a razão de ser do sistema de troca nos seringais, pela distância em que se achavam os seringueiros das barrancas dos rios (entre dois a seis dias de viagem); sendo assim, concluiu ele: "não é conveniente, pela perda de tempo de trabalho, obrigar o seringueiro a receber em dinheiro, quando o que lhe interessa é o suprimento de mercadorias." O presidente do Banco, a partir desta colocação, apresentou seu ponto de vista de que o pagamento aos seringueiros deveria ser feito, parte em dinheiro e parte em mercadorias. Reconheciam os presentes, entretanto, que, freqüentemente, "o seringueiro poderia ser explorado duas vezes: no peso da mercadoria vendida e no preço da mercadoria comprada."

Conclusão

A sessão de encerramento da Conferência realizou-se na noite 15 de abril de 1943, no Palácio do Governo, em sessão pública plenária. Achavam-se ali presentes, além das autoridades brasileiras participantes da sessão anterior, diversas outras em atuação na Amazônia. Estavam também presentes representantes de interesses norte-americanos nos assuntos ali em pauta: Douglas Allen e Reed Chambers, respectivamente, presidente e vice-presidente da RDC; James Russel Jr., MC. Ashen e C. C. Wadell, diretores desta empresa; E. Long, um dos diretores do Banco de Crédito da Borracha.

Nesta sessão, procedeu-se à leitura dos relatórios elaborados pelas comissões técnicas mencionadas atrás, aprovando-se, a seguir, um documento de recomendações a ser encaminhado ao Presidente da República. O documento fora redigido com base nas discussões levadas a efeito nas sessões anteriores, assim como nos citados relatórios, os quais tratavam, sobretudo, de questões operacionais do programa. Ao final dos trabalhos, o Ministro submeteu à Conferência a idéia da elaboração de um projeto de mobilização do trabalho para a Amazônia, assunto sobre o qual o presidente da República já se manifestara favoravelmente; disto resultou que: *"A moção foi aprovada por unanimidade, com os aplausos de todos os membros da Conferência, em virtude de se tratar de providência da mais alta relevância para a economia da região Amazônica."* (Grifo da autora).

Nos últimos tempos, diversos trabalhos de pesquisa acadêmica para a elaboração de dissertações e teses tiveram como objetos de estudo comunidades da Amazônia, remanescentes do período da Batalha da Borracha. Tais trabalhos, quase sempre, retratam com crueza, as condições precárias como sobrevivem tais comunidades. Também a imprensa periódica tem publicado matérias sobre o assunto, nesta ocasião dos 60 anos do término da II Grande Guerra; veja-se trecho de uma delas, publicada pela revista *Isto é*:

> *No Vale da Amazônia, ainda hoje há denúncias de que integrantes da nova geração de seringueiros vivem como escravos... Às margens do rio Paraná do Ouro, em Feijó... mais de 300 famílias não têm roupa para vestir, utensílios para fazer fogo e são proibidos de vender a produção de borracha para outros comerciantes. [...] São um pedaço do exército recrutado por Getúlio Vargas, esperando um resgate que não veio nunca.*[2]

[1] Do lado norte-americano, criaram-se as seguintes organizações: Board of Economic Warfare, Rubber Reserve Company, Reconstruction Finance Corporation, Rubber Development Corporation, Defense Suplies Corporation; do lado brasileiro

criaram-se as seguintes: Banco de Crédito da Borracha, Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia – SAVA, Serviço Especial de Saúde Pública – SESP e o Serviço de Navegação da Amazônia e do Porto do Pará – SNAPP.

[2] Disponível na internet: http:// www.geocities.com/2a_guerra/borracha.htm

A HORA DA ESTRELA: A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA, UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN

"Transgredir, porém, os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa me ultrapassa. Qualquer que seja o que quer dizer 'realidade'"(A Hora da Estrela, Clarice Lispector, p. 17)[1]

A relação entre a história e a literatura é um dos temas mais recorrentemente debatidos, nos últimos anos, pelos historiadores. Desde que o estruturalismo e a chamada virada lingüística colocaram a linguagem e a narrativa no centro das discussões, no campo das ciências sociais, que os historiadores vêm se debatendo com o fato de que escrevem, de que utilizam a linguagem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos. Desde o livro pioneiro de Paul Ricouer[2], que analisava a importância da narrativa para a construção da noção de tempo, para concretizar a própria temporalidade, que os historiadores se voltaram para pensar o estatuto de seu próprio saber, os limites e fronteiras que deveria ter seu discurso. Debates acalorados em torno do chamado "retorno da narrativa" trouxeram à baila as diferentes concepções que separavam a própria percepção que os historiadores tinham de seu ofício. A partir dos anos sessenta do século passado, vão ser publicados uma grande quantidade de textos e livros cuja temática passa a ser a escrita da história, suas regras, suas particularidades e, notadamente, sua diferença em relação ao texto literário. Autores como Michel de Certeau e Hayden White[3] estarão no centro de uma polêmica que envolve aqueles que defendem, em nome do realismo e do verismo, que deveriam presidir o texto do historiador, sua total separação da literatura[4]. Aos historiadores caberia a abordagem dos fatos e só aos escritores seria permitida a ficção, entendida como invenção dos eventos que narra. A

história teria como compromisso a procura da verdade, a literatura poderia ser fruto da pura imaginação.

Em grande parte deste debate a denegação da literatura. Porque será que os historiadores temem tanto a literatura? Porque esta obsessão por defender nosso ofício da invasão literária? Porque precisamos fazer da literatura este outro, este estrangeiro, este invasor que nos ameaça? Sempre nos defendemos dizendo que o nosso lado é o da realidade e o da verdade. Não existirá da parte dos historiadores, uma compreensão pobre e descarnada da realidade e da verdade, que a literatura vem problematizar, vem por em perigo?.Não será a precariedade do que conseguem produzir como sendo a vida humana, não será a falta de profundidade psicológica dos personagens que conseguem imaginar, que a literatura vem explicitar? Tentaremos, neste texto, abordar a relação entre a história e a literatura sem adotarmos esta posição defensiva, sem procurar pensar contra a literatura ou apesar dela, mas com a literatura. Porque os historiadores, que têm nas últimas décadas se aproximado do discurso de outras disciplinas, continuam reticentes em relação a pensar o próprio ofício a partir de um encontro com textos literários? A literatura tem sido usada, pelos historiadores, no máximo como documento, tomando uma série de cuidados metodológicos, no sentido de que esta se torne uma fonte objetiva e fidedigna. A literatura não tem sido boa para pensar a história, para teorizá-la, como tem sido a filosofia ou as ciências sociais. Meu objetivo, neste texto, não será separar a história da literatura, não será encontrar seus limites e fronteiras, mas articulá-las, pensar uma com a outra.

O que separaria história da literatura seria o compromisso que a primeira teria em dizer o real, em ficar presa ao que realmente se passou, ao que realmente existiu. Mas o que é o real? A princípio, ele é uma palavra, ele é um conceito, com distintas definições, embora remeta para algo da ordem do empírico, para algo da ordem do sensível, do que está para além das palavras, do que se passa, inclusive, independente da vontade

humana, seria feito de fatos que se impõem como pedra dura, algo do qual não se pode fugir, irremediável, palavras ditas pelo mundo. Para Lacan[5], o real é o que não é passível de simbolização, é o que escapa da rede protetora que os sujeitos tecem com símbolos em sua relação com o mundo. O real - longe de ser o mais concreto, o mais passível de ser conhecido e apreendido; longe de ser algo que possui uma verdade que poderia ser conhecida - seria o que escapa a compreensão. O real seria a vida pura, a vida crua, seria o informe; seria o que sempre aparece construído precariamente; seria o doloroso caos em que podemos nos atolar e nos perder; seria a desterritorialização absoluta, o coração selvagem da existência.[6]

A teoria lacaniana concebe três registros fundamentais no psiquismo: o Imaginário, o Simbólico e o Real. O primeiro se estrutura a partir das imagens apreendidas na relação com o outro. Refere-se ao campo das fantasias e, sobretudo, das identificações, que dão contorno ao sujeito; o segundo consiste no conjunto dos significantes que situam o ser falante na linguagem. O imaginário e o simbólico constituem uma rede de proteção subjetiva que os homens constituem para relacionarem-se com o real, com a vida em seu caráter intensivo[7]. Gilles Deleuze e Félix Guattari[8] irão se referir ao que chamam de três movimentos do desejo: um através das linhas de fuga ou de desterritorialização, que remeteria ao real lacaniano, composta de meterias não formadas, fluxos intensivos de forças e matérias de expressão, caos proliferante e regido por leis próprias; ou através das linhas de simulação ou de territorialização, aquela que corresponderia ao simbólico lacaniano, aquela que faz a passagem do informe ao formado, do fluxo ao coagulado, do intensivo ao extensivo, do caos à ordem parcial, regional, no uso das matérias e formas de expressão; e das linhas de territorialização ou de reterritorialização, onde as formas se estabilizam, se cristalizam, lutam contra as forças internas que as habitam e que as lançam para fora de si mesmas, para o devir, para a desterritorialização, onde se constroem ordens barrocas, endurecidas, com desejo de estabilidade e eternidade.

Tanto o discurso historiográfico quanto o literário fazem parte daquilo que Lacan chamou de simbólico e Deleuze e Guattari chamaram de linha de simulação, ou seja, aquela instância que afronta o real e procura dar-lhe forma, consistência, dotando-o de certa ordem, certa estabilidade, certa regularidade, dotando-o de significados. No entanto, o discurso historiográfico vem se situando, desde sua emergência, na terceira linha, ou seja, naquilo que os dois filósofos franceses chamaram de linha de reterritorialização. A história como discurso tem tido receio de encarar a realidade tal como ela é, caótica, turbilhonante, proliferante, para se situar na descrição, inicialmente, e depois, na análise de territórios já cristalizados, já formados, de ordem já estabelecidas, desconfiando de tudo aquilo que não vê, tendo medo de se situar neste lugar em que, segundo Foucault[9], apenas as artes e a literatura vieram se situar, na modernidade, este lugar de encontro direto com a desrazão, com o informe, com o ainda não objetivado, o ainda não subjetivado, o ainda não humano, o inumano, por isso o ainda não submetido, o indomado, o ainda não dobrado pelo poder, as forças do fora.

A história vai emergir como discurso no período clássico da sociedade grega antiga, no momento em que, em nome de fundar uma ordem racional para a cidade, poetas e sofistas estão sendo postos em suspeita. Este saber prosaico vai reduzir, de saída, a realidade àquilo que se vê ou àquilo que se diz por que se viu, àquilo do qual se dá testemunho. A história nasce, assim, já desconfiando dos outros sentidos que não o olhar, estabelecendo esta ligação central no pensamento ocidental, entre a verdade e a visão. A luta da história contra o mito, contra a lenda, vai desbastando a realidade de uma boa parte de seus elementos, tornando-a seca e dura, vai objetivando-a, livrando-a dos fantasmas que povoavam o pensamento trágico, que remetiam à voragem de nosso desejo, às solicitações amorais de nosso corpo, que remetiam para o retorno à natureza, ao nosso devir-animal a nos espreitar como este começo, esta origem, da qual estamos sempre nos interrogando e da qual buscamos nos afastar[10].

No ocidente, o máximo recuo permitido pela história é se descobrir grego, única maneira de não se escandalizar, de não descobrir no princípio o bárbaro, o perigoso que podemos ser. O racionalismo clássico para fugir do medo de nós mesmos. A Grécia, este dedo acusador que não cessa de apontar para nós e nos dizer que fora da razão não há saída. Gesto a nos alertar que a poesia, que o pensamento trágico, são perigosos e de que deles devemos nos livrar, no máximo dando a eles um lugar institucionalizado, a literatura, onde fiquem arrinconados e sitiados, assim como esta sociedade de homens também arrinconaram e sitiaram as mulheres em suas casas, para que seu perigo não viesse habitar o espaço público.[11] Grécia das cidades, da sociedade urbana, de cidades que garantiam a distância da selvageria da natureza, do bicho que ameaçava de devoração e despedaçamento cada homem que atravessasse as fronteiras da urbes[12], fantasias vividas e aplacadas através do trágico e que agora eram fadadas ao esquecimento, à negação através da fria mirada da racionalização.

A história seria esta narrativa do fazer-se homem, de nosso processo de civilização e, portanto, de nossa saída da barbárie, de nosso domínio progressivo sobre as forças sem domínio que habitam nosso corpo. A história seria esta narrativa solar, que desconfia das sombras, que busca esclarecer e aclarar, que busca tornar visíveis os seres que ontem não passavam de sombras na caverna. A história, filha bastarda da filosofia, nasce como cúmplice deste pensamento que recusa o sombrio, o negro, os abismos, que também fazem parte da realidade, que é o real dos homens, da vida, realidade que a literatura continua a procura de figurar. Por isso, como queria Nietzsche[13] que fosse o discurso filosófico, a literatura seria o discurso das auroras, pois busca perceber como as coisas se movem a caminho de suas próprias formas utilizando as menores sombras e os menores feixes de luz[14], aurora onde luz e sombra se mesclam, onde todas as formas se confundem, onde nada ainda é nítido, onde nada cega por sua claridade, nem por sua obscuridade, mas onde as formas apenas se insinuam, atraem por

sua mescla de desvelamento e velamento, pelo indescidível que significam, onde as formas prometem muitos futuros, inúmeros devires. Enquanto a literatura enfatizaria a visibilidade, o discurso historiográfico enfatizaria a dizibilidade.[15] Daí porque a história seria um discurso com dificuldade de perceber que as vezes a luz em vez de revelar as coisas as oculta[16], já que não deixa ver a sua dimensão sombria.

No século XVIII, com o Iluminismo, a história, quando transformada em ciência, terá reafirmada este seu pacto com a luz, com a realidade, vista como o formalizado, como aquilo que está fora dos homens e que o transcende. Ela buscará o sentido para a vida humana não mais no sagrado, no mistério e no segredo, mas no profano, no costume, na recorrência de fatos e ações movidas por uma dada racionalidade, a ser apreendida. A partir daí será a literatura, o romance, que surgirá como o texto que ainda poderá tocar nesta parte negada e proibida da realidade, tão negada que precisará disfarçar-se de ficção para falar. Parte da realidade tão real, que continua doendo, que não cessa de produzir sensações de afogamento e de náusea. Mas a história nada tem a falar sobre isto.[17]

Sua crescente formalização científica a levará cada vez para mais longe da vida e dos homens, das veias que pulsam e do sangue grosso que nelas fervilha, para tornar-se a narrativa de eventos sem sangue, anti-sépticos, mesmo quando narra suas guerras e revoluções. Eventos que passaram a ter como personagens os próprios conceitos, abstratos e racionais, que inventa. Uma história que só fala de morte e de mortos para conjurá-los, para não encarar o terror que a finitude e o caráter temporal de nossa existência em todos infunde. A história, discurso de evasão de nossa condição de mortais, como dirá José Carlos Reis[18], de nossa condição de seres, muitas vezes, destrutivos e cruéis, às vezes sádicos e às vezes masoquistas. Quando, a partir dos anos sessenta, se reivindica a volta dos homens para a narrativa histórica, quando se reclama que se tenha gente e agentes como sujeitos de seus acontecimentos, estes ainda retornam mutilados,

apartados de seus corpos e seus desejos, do devir-outro que nos espreita em cada esquina.

A história é um discurso que opera com a identidade, com o que já tem nome, com o conhecido, repetindo, como dirá Foucault[19], o ritual interminável do reconhecimento do próprio rosto, encontrando o mesmo onde há o estranho, encontrando a unidade onde está a dispersão, o território onde há desterritorialização. A história já nasce ligada às grandes máquinas de territorialização e sedentarização dos homens e de todas as coisas que são o Estado e a escrita. A literatura ameaça a história à medida que nela ainda vem se alojar o estranhamento como nossa condição de existência, tanto coletiva, como individual. Na literatura os acontecimentos ainda não chegam racionalizados, podem vir como impressões e digressões, como expressão de sentimentos e sensações, eles ainda não perderam o perigoso índice de contaminação. A história assumiu como tarefa a criação de identidades, de comunidades imaginadas que teriam, entre outras finalidades, a de aplacar a solidão do indivíduo burguês, modelo de subjetividade que a literatura ajudou a construir e que, ao mesmo tempo, não cessa de dispersar e derruir. A literatura é que pode falar deste mundo informe das sensações, mundo que está próximo do inumano. A história apenas se debruça sobre aquilo que nos faz ser cada vez mais humanos.

Talvez a diferença entre a história e a literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A história seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do

intuitivo, do epifânico. Só com a literatura ainda se pode chorar. A história masculinamente escavaria os mistérios do mundo exterior, iria para a rua ver o que se passa, a literatura, ficaria em casa, prescrutando a vida íntima, o mundo interior, femininamente preocupando-se com a alma, um mundo informe que está próximo do inumano.

A história seria como os homens da literatura de Clarisse Lispector, que possuindo uma idéia e tendo dificuldade de pensá-la a expunha, a tornava imediatamente gesto, mecanismo, como quem joga caroços,[20] enquanto a literatura teria parentesco com as mulheres de claricianas, espirituosas, fazendo as idéias se reproduzirem em profusão.[21] Os homens, como a história, tenderiam a acreditar que a realidade é aquilo que vêem e se quedam pacificados a contemplar o mundo que construíram. Tudo o que perturba é afastado, dando origem a um mundo de superfícies nítidas.[22] As mulheres, como a literatura, intuem que a realidade está sempre mais além ou aquém do que vêem e a buscam incessantemente, buscam um mundo que ainda estaria por construir, pois só vêem ruínas onde os homens enxergam construção.[23] A história, como o masculino, como o seu poder, como o tempo, seria o que permanece, a literatura, como o feminino, seria o que se substitui permanentemente, buscando habitar, ser nas brechas, nas fendas desta dominação secular, frinchas por onde o vento entra e a revolta pode se expressar, a raiva e o grito podem se manifestar.[24] A literatura, como a mulher, teria a coragem de se perder, de errar, de se afirmar na queda, de ser como decaída.[25] O realismo da história seria masculino, pois os homens são a realidade, é isso contra o qual se esbate a literatura, o feminino inconformado com essa realidade que o alija, a procura de um outro mundo que só a mulher poderia compreender.[26]História e literatura, masculino e feminino, ainda inimigos, mesmo no amor.

[1] LISPECTOR, Clarice, *A Hora da Estrela,* Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
[2] RICOUER, Paul, *Tempo e Narrativa*, 3 tomos, Campinas, Papirus, 1997.
[3] CERTEAU, Michel de, *A Escrita da História*, 2 ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002; WHITE, Hayden, *Meta-História,* São Paulo, EDUSP, 1992 e *Trópicos do Discurso*, São Paulo, EDUSP, 1994
[4] Ver, por exemplo, GINZBURG, Carlo, *Relações de Força*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; RANCIÈRE, Jacques, *Os Nomes da História*, São Paulo, EDUC\Pontes, 1994.
[5] VALLEJO, Américo e MAGALHÃES, Lígia, *Lacan – Operadores de Leitura*, 2 ed., São Paulo, Perspectiva, 1991, p. 116.
[6] Referência a LISPECTOR, Clarice, *Perto do Coração Selvagem,* Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
[7] Idem, *ibidem,* p. 116.
[8] ROLNIK, Suely, *Cartografia Sentimental*, São Paulo, Estação Liberdade, 1989; DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *O Anti-Édipo*, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
[9] MACHADO, Roberto, *Foucault, a filosofia e a literatura*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000; FOUCAULT, Michel, *Ditos e Escritos,* vol. III, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
[10] MOMIGLIANO, Arnaldo, *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, Bauru, EDUSC, 2004.
[11] LISPECTOR, Clarice, *A Cidade Sitiada*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998, p. 91.
[12] Idem, *ibidem*, p. 92.
[13] NIETZSCHE, Friedrich, *Aurora*, Lisboa, Edições 70, 1988.
[14]LISPECTOR, Clarice, *A Cidade Sitiada,* p. 18.
[15] Idem, *ibidem,* p. 93.
[16] Idem, *ibidem*, p. 17.
[17] CASSIRER, Ernest, *A Filosofia do Iluminismo*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.
[18] REIS, José Carlos, *Tempo, História e Evasão*, Campinas, Papirus, 1994.
[19] FOUCAULT, Michel, Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*, 4 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 35.
[20] LISPECTOR, Clarice, *A Cidade Sitiada*, p. 33.
[21] Idem, *ibidem*, p. 33.
[22] Idem, *ibidem*, p. 54.
[23] Idem, *ibidem*, p. 50.
[24] Idem, *ibidem*, p. 169.
[25] Idem, *ibidem,* p. 171.
[26] Idem, *ibidem,* p. 199.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA: O JOGO DE INTERESSES PESSOAIS*

Edeílson Matias de Azevedo** - PPG-UFU

O tema da Inconfidência Mineira, ou em outras palavras, o ensaio de sedição de 1789, é um campo já bastante "arado", mas que ainda não teve suficientemente esgotas todas as possibilidades de análise. Isso se confirma pela diversidade de trabalhos nos quais a conspiração mineira foi discutida. Também pelas dimensões ainda pouco exploradas analiticamente.

Considerado-a uma trama de múltiplas faces que se interagem de forma conflituosa, pretendo aprofundar a problematização dos interesses pessoais, dos quais os conspiradores estiveram imbuídos, discutindo-os na complexidade de que lhes é própria: interesses individuais, interesses de grupo, interesses divergentes, interesses que convergem. Esses interesses se articulam com a necessidade dos sediciosos manterem privilégios econômicos, prestígio social e recuperar poder político.

A necessidade de poder político, correlacionada a vantagens econômicas, estando intrinsecamente ligadas à extração aurífera, foi, desde as primeiras iniciativas de exploração do ouro na região onde se formou a capitania de Minas Gerais, motivador de conflitos. O primeiro deles foi o embate entre os que se consideravam descendentes diretos dos bandeirantes que encontraram os primeiros vestígios de ouro e os forasteiros – emboabas – que se dirigiram à região a procura do metal. Depois de constituídos os arraiais, os conflitos tiveram outro componente: a tributação do ouro extraído. A Revolta de Vila Rica (1720) – ou Revolta de Felipe dos Santos – foi um exemplo do descontentamento dos mineradores mais abastados da época – as décadas iniciais dos setecentos – em relação à estrutura arrecadadora do fisco português.

A exploração aurífera nas Minas Gerais fizera homens poderosos, política, social e economicamente. Também os fizera assim a proximidade que eles tinham com o poder reinol local. Segundo Kenneth Maxwell, "a autoridade do governo nas suas possessões ultramarinas em nível local sempre se fundamenta numa boa dose de tolerância mútua entre os magnatas locais e a administração real"[1]. Na capitania de Minas Gerais, não de forma exemplar, mas de maneira ilustrativa, os ricos proprietários mineiros, contratadores de impostos e seus fiadores se aproximaram das estruturas burocráticas de poder, de modo que seus interesses, fossem eles de qualquer matiz, tivessem atenção privilegiada. Assim, os interesses particulares foram se encastelando nas estruturas administrativas.

A presença dos interesses pessoais efetivou-se de forma marcante na administração de Sebastião José de Carvalho e Melo[2] – o Marquês de Pombal. Na função de ministro da Marinha e Ultramar, Pombal promoveu profundas reformas[3] no aparelho estatal português, adotando importantes medidas em relação à administração do império ultramarino. Interessa-se, em especial, pela decisão de atrelar pessoas ricas à burocracia estatal, isso porque desejava-se comprometê-las aos interesses do Estado objetivando fomentar o comércio e obter maior eficiência na administração. Porém, o resultado desse relação entre o interesse particular e o interesse público parece ter acarretado danos a este. A análise de Maxwell é a de que "o sistema pombalino, pelo reconhecimento [...] [da] falta de burocratas eficientes e honestos, correu um risco considerável ao entrelaçar as oligarquias coloniais de modo tão próximo da estrutura administrativa"[4].

Nas Minas Gerais, o risco transformou-se em realidade, ou seja, os homens de poder social, econômico e político se instalaram na administração da capitania ocupando importantes postos, o que os levou a defender, em primeiro plano, seus interesses. Por exemplo, Inácio José de Alvarenga Peixoto, "... foi nomeado *ouvidor* (magistrado superior) da comarca de Rio das Mortes [...] porque tinha amplos interesses (terras e mineração) no sul da capitania"[5].

As práticas que visavam o favorecimento pessoal, utilizadas pelos homens de poder das Minas, apresentavam-se diversificadas. A inserção em postos-chaves da administração da capitania facilitava o privilégio na arrematação de contratos, promovia a facilitação do contrabando de ouro e diamantes, além de conservar outros interesses. Criou-se um grupo de pessoas de influência destacada na capitania.

Estavam ligadas não apenas por relações políticas, sociais e econômicas, mas também pelos laços de amizade e de parentesco. É possível traçar um quadro geral dos laços que envolviam os protagonistas da sedição planejada. Tomás Antônio Gonzaga (ouvidor de Vila Rica de Ouro Preto), Cláudio Manuel da Costa (poeta e advogado), João Rodrigues de Macedo (comerciante e contratador de impostos), Inácio José de Alvarenga Peixoto (fazendeiro), Carlos Correia de Toledo e Melo (padre) e Luís Vieira da Silva (padre e fazendeiro) faziam parte de um grupo que mantinham estreitos laços de amizade. Macedo emprestava dinheiro a Alvarenga Peixoto. Este, além da amizade, era compadre de Toledo e Melo. Manuel da Costa que mantinha transações comerciais com Domingos de Abreu Vieira, rico contratador de impostos, era também seu advogado. E este, por sua vez, era o portador dos presentes que o Pe. José da Silva de Oliveira Rolim mandava a Gonzaga. Abreu Vieira era padrinho da filha de Joaquim José da Silva Xavier. Tiradentes mantinha amizade com José Álvares Maciel (mineralogista), cuja irmã era esposa de Francisco de Paula Freire de Andrada – militar mais graduado da força policial Dragões de Minas. Vê-se que os principais nomes da planejada conspiração tinham muito em comum.

É certo que as relações se mostravam muito mais complexas, pois envolviam, além da amizade e de graus de parentesco, fortes interesses particulares que os faziam mutuamente entrelaçados. “Tratava-se portanto de um grupo poderoso que só discordara da estrutura de poder quando se vira afastado de seus privilégios e onerado pela taxação, com a qual situação financeira de vários deles não podia arcar”[6]. A discordância dos homens de poder das Minas

com a administração local se exacerbou quando foram alijados das estruturas burocráticas, deixando de gozar da rede de privilégios que eles próprio criaram.

Embora não exercessem um domínio completo e absoluto – o que é impossível no âmbito de qualquer sociedade, pois na dinâmica do social os subterfúgios são sempre possíveis –, os homens de poder das Minas Gerais fizeram da administração da capitania um espaço privilegiado para assegurar seus interesses. Isso era permitido uma vez que havia conivência das autoridades. Faz-se necessário ressaltar que essas relações se materializavam numa realidade social conflituosa, na qual os embates estiveram presentes.

O domínio desse grupo de pessoas privilegiadas e poderosas foi minado com a posse do novo governador da capitania: Luís da Cunha Meneses[7]. De acordo com Júnia Ferreira Furtado, "Meneses entrou em conflito com parte da classe dominante encastelada na administração das Minas e que usufruía de inúmeros privilégios"[8]. As relações conflituosas se estabeleceram porque o grupo do qual fazia parte Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Gonzaga, e que encontrava-se ativamente envolvido nas questões políticas e administrativas da capitania, fora afastado pelo substituto de D. Rodrigo de Meneses. Após a saída desse governador, esse envolvimento diminuíra, não por opção, mas porque o grupo fora alijado dos privilégios.

Esse grupo que exercia poder – jamais de forma absoluta – era muito ativo politicamente, pois entranhado e articulado nas agências do poder local, conhecedor dos canais de representação, capaz de mobilizar sem demora seus beneficiados, utilizava-se dos postos que ocupava para garantir vantagens pessoais a si próprio e a seus amigos e parentes.

Os homens de poder das Minas não se conformaram com seu afastamento da administração por Cunha Meneses. Este, ao romper com a cadeia de redes clientelistas que havia sido constituída para beneficiar parte da classe dominante da capitania, causara profundos sentimentos de insatisfação nesses homens. As *Cartas Chilenas*[9] não exteriorizaram

apenas a reação de Cláudio Manuel da Costa e Gonzaga às atitudes[10] de Cunha Meneses, mas expressaram ressentimentos em relação ao alijamento do grupo do qual faziam parte.

As insatisfações, inequivocamente presentes nas *Cartas Chilenas*, demonstram o quão esse grupo sentiu-se abalado. Sua substituição por pessoas ligadas a Cunha Meneses provocara reações diversas. Desde o exacerbamento dos descontentamentos, até o confronto direto entre representantes do grupo preterido, que ainda tinha em suas mãos frações de poder, e os que se tornaram protegidos do governador. O caso Pereira Marques é exemplar:

> Em 1784 Cunha Meneses chocou-se com o ouvidor Gonzaga e com o intendente Bandeira[11] a propósito dos méritos respectivos clientes arrecadadores das entradas. Os magistrados insistiam em que o cliente do governador, José Pereira Marques, de modo algum estava à altura de merecer o contrato, carente de *status* social e financeiro exigido pela lei. Carlos José da Silva, o secretário da Junta, nomeado depois da reforma de 1771, bateu-se em vão para que fossem as entradas administradas diretamente pelo aparelho real, destacando que tal método já se relevara muito lucrativo e efetivo para a Fazenda. A proposta foi contrariada por Gonzaga e Bandeira: tanto eles quanto o governador perderiam consideráveis emolumentos se ele fosse aceita. O governador fez uso de sua posição de presidente da Junta para superar as objeções e garantir o contrato para Pereira Marques.
>
> O choque dos dignitários e a batalha dos seus seguidores a propósito do contrato deu início a uma controvérsia acre. Cunha Meneses concedeu a Pereira marques e ao ex-contratante de entradas Silvério dos Reis – que segundo Gonzaga era pródigo distribuidor de suborno no palácio do governador – poderes especiais para cobrança de dívidas e execução de hipotecas, que esquivavam os tribunais e as autoridades”[12].

Nota-se que Gonzaga, representante do grupo que antes defendia interesses pessoais e usufruía de vantagens, mesmo exercendo seu poder de autoridade judicial, perde na correlação de forças estabelecida com o governador. Os interesses da coroa são visivelmente suplantados pelos interesses pessoais de Cunha Meneses e seus partidários. Não obstante ainda estivesse investido de poder, Gonzaga não tinha força política suficiente para defender os interesses do grupo ao qual pertencia. As relações de poder que foram estabelecidas dentro das estruturas administrativas[13] a partir da posse desse governador de modo a favorecer a este e a seus seguidores forçaram os homens de poder da capitania a pensar soluções para a situação na qual se encontravam.

Sem o amparo do poder que os protegia, os privilégios de que gozavam foram sendo transferidos para outras pessoas. Órfãos do poder, não tinham condições de fazer a defesa do que ainda restava de privilégio: a tolerância da Coroa para com os impostos atrasados. Sem ter o controle da estrutura burocrática, não poderiam ter a certeza de que não seriam incomodados no tocante à cobrança do que deviam. Entretanto, durante o governo de Cunha Meneses apenas os débitos dos devedores de pequena monta foram cobrados, deixando de incomodar os grandes devedores. Gonzaga, nas *Cartas Chilenas*, indigna-se com essa atitude do governador:

> Agora Fanfarrão, agora falo
> Contigo, e só contigo. Porque causa
> Ordenas, que se faça uma cobrança
> Tão rápida, e tão forte contra aqueles,
> Que ao Erário só devem tênues somas?
> Não tem contratadores que ao rei devem
> De mil cruzados centos, e mais contos?[14]

Embora Gonzaga exigisse que aos devedores ricos fossem cobrados os atrasados, fica evidente que sua indignação não advinha necessariamente da situação dos pequenos devedores, mas muito em função do descontentamento causado pelo alijamento do poder do grupo ao qual pertencia. Não causa estranheza o fato de Gonzaga não ter agido com o mesmo zelo quando os homens de poder das Minas gozava de privilégios e defendia seus interesses. Não consta que tenha escrito um só verso para exigir o fim de privilégios que ele próprio e seus amigos desfrutavam.

Além da perda de privilégios, há outro componente importante para que se possa pensar os interesses pessoais como fator na aglutinação de homens ligados por interesses comuns. A mudança na administração do reino português com a posse do substituto de Pombal, Martinho de Melo e Castro, constituiu-se num grande problema para os devedores do Erário Real. Esse ministro da Marinha e Ultramar insistiu na cobrança dos atrasados. Acreditava que a insolvência dos contratadores de impostos não estava relacionada com a crise da extração aurífera, mas à sonegação que prevaleceu durante muito tempo, inclusive com a tolerância[15] dos órgãos administrativos e fiscais de Minas Gerais que deveriam efetuar as cobranças. Melo e Castro assumiu o cargo em 1777, mas somente em 1788 enviara ordens exigindo o pagamento dos valores atrasados. Luís Antônio Furtado de Castro do Rio Mendonça – o Visconde de Barbacena – fora o portador das ordenações de cobrança.

A decisão de Melo e Castro trazia a possibilidade de liquidar com o patrimônio dos comerciantes, proprietários de lavras e fazendeiros que tinham dívidas com o Erário Real, fazendo fermentar ainda mais as insatisfações dos homens de poder das Minas. Estes não tinham ouro suficiente para quitar os atrasados. Não dispondo da quantidade necessária à quitação, o complemento seria feito com seus bens. A perda dos privilégios, conjugada com aquela possibilidade, empurrou-os para uma situação delicada. A pobreza os rondava.

Ao grupo formado pelos homens de poder das Minas, juntaram-se outras pessoas cujos interesses se apresentavam, num primeiro momento, convergentes. A idéia era convidar para o grupo outros homens insatisfeitos com as condições que se estabeleceram na capitania. Formara-se, assim, a trama, que não é simples, mas complexa, dos conspiradores mineiros de 1789, entrelaçada de relações econômicas, sociais e políticas, sendo-as perpassadas pelos interesses pessoais.

A composição do grupo, que não era homogênea nos interesses, tampouco em relação aos tipos sociais[16], era formada por antigos amigos, o que não impediu a adesão de pessoas sem relações próximas com o grupo. Estava presente a combinação de fatores que possibilitaram a união, ainda que precária em alguns aspectos, de pessoas que nutriam o mesmo objetivo. Acertou-se que uma das saídas possíveis era o rompimento dos laços políticos com Portugal, medida levada adiante até fevereiro de 1789, data da primeira delação.

A idéia de rompimento político da capitania de Minas Gerais com Portugal estava cercada de complexidade. Envolvia não apenas o desejo de se libertar da metrópole, livrando-se do controle imperial. A separação preconizada por um grupo de pessoas ricas[17], antes poderosa, tinha como ponto articulador o atendimento de interesses pessoais dessas pessoas, os quais eram permeados por ambição e poder. Deve-se ressaltar que os interesses particulares eram diversos e complexos, porque divergentes e conflituosos, o que torna difícil, até certo ponto, desfiar a trama dos interesses pessoais.

A heterogeneidade dos interesses teria provocado tensões entre o grupo, o que leva a crer na possibilidade de desajustes entre os conspiradores, contribuindo para o aumento das divergências já existentes. Segundo João Pinto Furtado, “enquanto era apenas um projeto político transformador – não necessariamente criminoso – passível de discussões entre os protagonistas, o levante já revelara a existência de dissensões e divisões internas que

expressavam os diferentes interesses e inserções dos agentes na trama"[18]. Essas divergências não se limitaram ao atendimento individual de interesses dos conspiradores.

Há a hipótese, levantada por Furtado, de uma disputa de poder entre os representantes de algumas localidades. Os conspiradores residentes em Vila Rica, centro urbano da capitania, porém economicamente prejudicada pela queda na extração do ouro, tinham discordâncias pontuais com os conspiradores sediados na Comarca do Rio das Mortes, região de maior prosperidade econômica na época em que os planos sediciosos foram elaborados. Essa hipótese faz crer na possibilidade de fortalecimento político dos sediciosos dessa Comarca, isso pelo fato da importância econômica adquirida. Era uma região de grande prosperidade agrícola, cujos representantes mais destacados eram o padre Carlos Correia de Toledo e Melo, Inácio José de Alvarenga Peixoto e o medidor de terras Francisco de Oliveira Lopes.

Da capital da capitania de Minas Gerais, destacam-se o advogado Cláudio Manuel da Costa, o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, Francisco de Paula Freire de Andrade, todos ligados a atividades burocrático-administrativas. Não eram devedores do Erário Real, mas se empenharam na manutenção e recuperação de privilégios. Os interesses eram múltiplos, assim como os estratos sociais que se fizeram presente nos planos conspiratórios.

Há que se considerar a participação dos clérigos no ensaio de sedição. Tinham eles também interesses. Segundo José Geraldo Vidigal de Carvalho, "... muitos [clérigos] abraçaram o estado eclesiástico apenas para atingir um estado de vida, cujos privilégios lhes facilitariam satisfazer à ambição que os movia"[19]. Abraçados por um lado ao estado eclesiástico, eles abraçaram, por outro lado, práticas do mundo laico, como contrabando[20], mineração, atividades ligadas ao campo e relacionamentos amorosos. Atrelados às práticas laicas, "os padres faziam parte da classe principal. Eles se igualavam aos outros elementos do grupo dominante, na luta pela riqueza, que sobrepunham a tudo mais ..."[21].

Para dar cabo aos seus planos conspiratórios, os sediciosos contavam, sem prévio acerto, com a participação da população – o povo. Este rebelar-se-ia com o lançamento da derrama que estava para ser decretada. Pensavam os construtores do planos que a decretação desse imposto funcionaria como um rastilho sobre o povo, e este como um paiol propenso a ser incendiado a qualquer momento. A revolta popular apenas seria utilizada como o momento por meio do qual os conspiradores concretizariam seus interesses pessoais. Os interesses do povo era preocupação de segunda ordem, embora houvesse preocupação quanto ao incentivo à natalidade, caso obtivessem êxito.

---

[*] A pesquisa que problematiza os interesses pessoais dos conspiradores mineiros de 1789 foi iniciada entre agosoto/2001 e julho/2002 no projeto de iniciação científica *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*. A retomada do projeto para aprofundamento teórico e analítico no mestrado se deu em função de muitas questões terem sido abordados de forma superficial.

[**] Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

[1] MAXWELL, Kennet. **O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. 2. ed. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.156.

[2] O Marquês de Pombal administrou o império português de julho/1750 a março/1777.

[3] Uma das principais reformas empreendidas por Pombal foi "nacionalizar" o comércio português, isso porque a quase totalidade das transações comerciais era controlada pelos comerciantes ingleses. No Brasil, criou companhias de comércio entregando seu controle a pessoas de confiança. Em 1759 expulsou os jesuítas que tinham se estabelecido, especialmente, no sul da América portuguesa.

[4] MAXWELL, **O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**, op. cit., p.157.

[5] MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808**. 3 ed. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.64.

[6] SOUZA, Laura de Melo e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.138.

[7] Luís da Cunha Meneses governou a capitania de Minas Gerais entre outubro de 1783 e setembro de 1788. Foi considerado um governador autoritário em suas atitudes e decisões.

[8] FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração**. São Paulo: Annablume, 1996. p.34. (Coleção Selo universidade).

[9] Vale consultar *As Cartas Chilenas*, uma vez que "a importância e interesse das Cartas Chilenas não são somente de natureza propriamente literária, em sua feição satírica e epigramática, e muito artístico da composição. O livro é especialmente notável e precioso por ser, no governo, o primeiro que foi escrito, documento histórico – político de valor singular, insubstituível, para quem almeje bem conhecer as coisas, os fatos e o governo da Capitania Mineira, mormente em uma das fases mais desolantes e ominosas – o período do capitão-general Luís da Cunha Meneses, 'o herói' justa e implacavelmente fustigado por Critilo, e cujas 'façanhas' tanto contribuíram para a conspiração de 1789 ..." In: AS CARTAS CHILENAS. In: Revista do Arquivo Público Mineiro – ano II, 2º fascículo, abril a junho de 1897.p. 404-405. Para consulta indico OLIVEIRA, Tarquínio José Barbosa de. **As Cartas Chilenas: Fontes Textuais**. São Paulo: Referência, 1972. 332p.

[10] Luís da Cunha Meneses agira, em suas decisões e atitudes de governador, com grande desrespeito à justiça da capitania. As cobranças dos impostos atrasadas eram realizadas, em sua maioria, ignorando os trâmites judiciais necessários para se efetuar a quitação das dívidas. Medidas autoritárias foram colocadas em prática, como o recrutamento arbitrário de presos para a construção da cadeia pública de Vila Rica.

[11] Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira era, na época, intendente de Vila Rica e amigo de Tomás Antônio Gonzaga.

[12] MAXWELL, **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808**, op. cit., 120-121.

[13] A Junta da Fazenda era uma dessas estruturas administrativas. Tinha a seguinte composição: Presidente; Tesoureiro Geral da Real Fazenda; Escrivão da Junta; Intendente do ouro de Vila Rica; e Ouvidor Geral de Vila Rica. O presidente da Junta era o governador.
[14] BARBOSA, op. cit., p.175.
[15] Embora houvesse tolerâncias quanto à falta de pagamento dos impostos atrasados, muitos governadores da capitania de Minas Gerais insistiram em cobrá-los.
[16] Para João Pinto Furtado, "... a sedição abortada entre os anos de 1788 e 1789 se constituía em um movimento, ao contrário do que comumente se afirmou, bastante heterogêneo, tanto no que respeita à extração social dos agentes e suas motivações econômicas, como às idéias que alimentavam no tocante ao sentido último do projeto sedicioso. In: FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.29.
[17] Ressalta-se que nem todos os conspiradores tinham a mesma situação social. Alguns eram de riqueza conhecida; outros gozavam de destaque social e poder político.
[18] FURTADO, op. cit., p.50.
[19] CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. **Ideologia e raízes sociais do clero da conjuração: século XVIII – Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 1978. p.19.
[20] Ressalta-se que o mais conhecido contrabandista eclesiástico foi o padre José da Silva e Oliveira Rolim. Este eclesiástico, além de se envolver em relacionamentos amorosos, contrabandeava diamantes.
[21] CARVALHO, op. cit., p.23.

HISTÓRIA E MÚSICA NA SALA DE AULA: O CONSAGRADO E O EXCLUÍDO

Edilson Aparecido Chaves[1] - PPG-UFPR

A chegada dos bandeirantes ao Brasil a partir do século XVI marcaria não só um novo ciclo de dominação e "descobertas", mas também a formação de uma nova cultura, a caipira[2]. Na medida em que os bandeirantes avançavam rumo ao interior do Brasil, criava-se uma fronteira entre dois mundos distintos, - o "civilizado", representado pelos descendentes brancos, e o "atrasado", representado pelo nativo. Da mistura entre esses dois mundos surgia o caipira, mescla de branco e índio com pouco de sangue negro.[3]

A partir dessa ocupação, outras áreas foram surgindo, como as vilas, fazendas e arraiais. O universo desse homem simples, cercado pela miséria que as condições lhe impunha, não crescia na mesma velocidade que outras localidades. O homem caipira mantinha-se portador de peculiaridades marcantes como a religiosidade, literatura, comida, dança e a música – esta última de interesse específico para a investigação que está sendo desenvolvida e que será apresentada , em parte, neste momento.[4].

A música, segundo José de Souza Martins, estava sempre associada a rituais religiosos, ao trabalho ou lazer[5], demonstrando dessa forma o universo em que viviam os primeiros caipiras, que tinham nesse tripé o elo de sua sociabilidade com o mundo exterior.

Na década de 1920[6], surgem no Brasil estudos de resgate dessa cultura, denominada popular, e novas discussões são travadas na direção de se opor passado e presente, a música passando a ser uma das formas de resgate do passado. Foi a partir dessa década que surgiram as primeiras canções caipiras gravadas em disco como a célebre "Tristeza do Jeca", composta por Angelino de Oliveira em 1918 e gravada em 1923. Mas será com Cornélio Pires e sua Turma que esse gênero musical entrará na indústria cultural. Cornélio passou a se apresentar pelo interior paulista fazendo shows, gravando seu primeiro disco em 1929. Como o gênero ainda era desconhecido, tirou dinheiro do próprio bolso, acreditando no sucesso que estava por vir.

Em 1931 apresentou um show no Teatro Municipal de São Paulo alcançando o que desejava, ou seja, o reconhecimento do público. Esse é um momento relevante para a história da música caipira, pois foi a partir daí que essas canções entraram para o universo da canção de massa, da indústria cultural.

Grandes mudanças passam a ocorrer, então, na composição das letras; as temáticas que antes tratavam de ritos religiosos, canções de trabalho, ciclos da lavoura, passam agora a tratar do amor, da nostalgia (canções de exílio). Como afirma José de Souza Martins[7] "... é o esforço que o agente faz para reconstituir seu universo simbólico no próprio contexto urbano, apropriando-se positivamente de determinadas mensagens culturais que, embora produzidas na cidade, recorrem a modos rústicos de estruturação da experiência".

Essa cultura rústica é levada ao homem urbano através dos programas de rádio das grandes cidades, influenciando compositores urbanos como Noel Rosa (*Festa no Céu, Minha Viola, Mardade Cabocla*) Ary Barroso (*Rancho fundo*) e Lamartine Babo (*Serra da Boa Esperança*), que só mais tarde se tornariam sambistas.

Mas, se o homem do campo migrou para a cidade, a que classe passa a pertencer? Dada a grande migração gerada a partir de 1950, conhecido como período desenvolvimentista, esses homens passam a fazer parte dos segmentos da classe operária, sem no entanto esquecer o passado, como relata a narrativa da canção a seguir:

"É só eu pega na viola, me vem a recordação: o tempo do meu sitinho, / que tudo era bom, ai... / que tudo era bom.

(...)

Hoje eu me vejo em São Paulo, / nessa rica povoação, trabaiando de operário / sendo que já fui patrão, ai... / sendo que já fui patrão."[8]

Verifica-se, portanto um ajuste da cultura rural frente à urbana, na qual a primeira obrigatoriamente passa a aceitar as condições impostas pela segunda. Mas o caipira jamais esqueceria sua origem e, um dos instrumentos utilizados para tal fim, foi a música, como afirmado por Roger Bastide:

"Os camponeses que foram atraídos pelos salários altos (...) trouxeram consigo a civilização rural, a qual, porém não subsiste além da primeira geração, obrigando-os a adotar uma estética nova. No entanto, como não possuem a cultura necessária para criar para si verdadeiros valores, adotam padrões urbanos de seu novo meio, enfraquecendo-os através de seu uso pessoal. É assim que a poesia toma entre eles a forma de canção".[9]

No contexto da preservação de valores culturais, deve-se apontar o surgimento de um novo gênero dentro da música caipira, conhecido como "Tupiana", iniciado em 1958 por Alcides Felismino de Souza (Nonô Basílio) e Mário Zan. Esse gênero tinha como objetivo criar um ritmo essencialmente brasileiro visto que, segundo os autores, o Brasil vinha recebendo uma maciça carga de ritmos estrangeiros, denominados por eles de "alienígenas", os quais prejudicavam a música regional brasileira - essas músicas "alienígenas" na verdade eram rasqueados e guarânias do Paraguai que a cada dia ganhavam mais força no Brasil urbano e rural.

O novo gênero não teve repercussão e o movimento acabou por produzir apenas três canções no ritmo tupi: "*Alvorada Tupi*", "*Linda Forasteira*" e"*Manakiriki*". [10] Mais tarde, em 1970, um novo movimento surgiria, agora nas mãos de um maestro que foi um dos pioneiros do movimento "tropicália" no Brasil, Rogério Duprat, que financiado pela Companhia Rhodia pretendia lançar a moda country em uma feira denominada FENIT do ano seguinte. Essa tentativa ficou conhecida como "Nhô Look" e teve ainda a participação da cantora Rita Lee e da dupla Tonico e Tinoco. A tentativa de Duprat em incorporar a country music no Brasil também fracassou. Dessa forma, ao longo da história a música caipira perderia seu elemento resistente e rude com a total fusão da indústria cultural aos valores rurais[11].

Tomando-se essas idéias postas, ainda de forma inicial, configurou-se um projeto de investigação que pretende discutir possibilidades de trabalho no ensino de História com a história/música/canção, criando condições para que o aluno adquira os instrumentos necessários que lhe permitam decodificar idéias já existentes e produzir novas.

A problemática que origina a construção desse objeto de pesquisa encontra-se na relação de professores de História com os saberes que ensinam, particularmente na direção de investigar como se dá a transposição didática com o uso da música em sala e a compreensão das letras enquanto elementos históricos e simbólicos. Por conseqüência, concorrem para sua justificativa a relevância do aprimoramento da ação docente e seus possíveis benefícios para a melhor qualificação do trabalho em sala de aula.

Nesse sentido, Ubiratan Rocha[12] chama a atenção para a preparação do professor, afirmando que diferentes falas históricas, sem a preocupação com uma teoria que possa ordená-las e dados que possam suplementá-las, pode cair num relativismo inconseqüente. Para não se fazer simplesmente memória em vez de História há que se desenvolver um esforço teórico para se contextualizar os vários testemunhos, nesse caso, o uso da música/canção. Diferentes pontos de vista são, entretanto, importantes, não para que se possa tomar partido de um ou de outro, mas para se compreender melhor a realidade, já que se terá acesso a diferentes óticas.

Partindo dessa premissa, pode-se observar um elemento constante no cotidiano de alunos, sejam eles do Ensino Fundamental ou Médio, e que paradoxalmente tem sido menosprezado na sala de aula e subestimado no meio acadêmico. Trata-se do trabalho da música de raiz associada ao ensino de história.

É possível observar que nos últimos anos tem sido bastante comum a utilização da canção, seja como fonte para a pesquisa histórica, seja como recurso didático para o ensino das ciências humanas em geral. Mas percebeu-se também em uma revisão bibliográfica preliminar que grande parte das pesquisas foram concentradas em temas como a *Bossa Nova*, *Tropicalismo* e a *Jovem Guarda* sendo o gênero caipira descartado nos manuais didáticos, não sendo as música citadas como fontes históricas nem como crônicas do cotidiano.

A música caipira, quando analisada com o respeito que merece e dentro de um contexto histórico, apresenta um caráter narrativo das dificuldades do homem rural na cidade grande e a negação desse fato e dos valores urbanos frente aos do sertão. Assim, a

trajetória desta pesquisa se dará no campo da música caipira/sertaneja, explorando as representações contidas nesta, associando-a com a realidade vivida pelo migrante em seu novo espaço de vida, a cidade, como descreve a letra da música a seguir:

Seu moço eu já fui roceiro no triângulo mineiro onde eu tinha meu ranchinho / Eu tinha uma vida boa com a Izabel minha patroa e quatro barrigudinhos.

(...)

Então aconteceu isso resolvi vender o sitio e vim morar na cidade / Já faz mais de doze anos que eu aqui estou morando como estou arrependido / aqui tudo é diferente não me dou com essa gente vivo muito aborrecido / não ganho nem pra comer já não sei o que fazer estou ficando quase louco / é só luxo e vaidade penso até que a cidade não é lugar de caboclo.[13]

Conhecida popularmente como música caipira, é consumida por grande parte das famílias brasileiras, como destaca uma pesquisa realizada pelo programa Globo Rural junto à ABPD (Associação Brasileira dos Produtores de Discos): o segmento caipira/sertanejo representa hoje 15% do mercado brasileiro, perdendo apenas para o gênero Pop em 1° lugar e a música romântica em 2°. (Globo Rural: 17/08/2003.)

Em contrapartida, esse gênero é visto como simplório e desprovido de conhecimento científico, tornando-se alvo, ao longo dos anos, de críticas inconsistentes. Assim, no meio escolar, passou-se a aceitar como cultura musical apenas aquelas canções privilegiadas pela indústria cultural. Como enfatiza Adorno:

(...) é sobretudo pelo trabalho, pela tática da indústria cultural de oferecer sempre a mesma aparência do novo, que existe efetivamente um mecanismo neurótico da necessidade no ato da audição; o sinal seguro deste mecanismo é a rejeição ignorante e orgulhosa de tudo o que sair do costumeiro. Os ouvintes, vítimas da regressão, comportam-se como crianças. Exigem sempre de novo, com malícia e pertinácia o mesmo alimento que uma vez lhes foi oferecido”[14]

Portanto, a intenção é superar a visão simplista, buscando aliar o estudo de documentos históricos às letras de canções que traduzam parte da memória da história do

Brasil, esquecida ou relegada ao esquecimento. A música caipira faz parte da memória, está dentro de um contexto que expressa as angústias do homem do campo frente à sua nova realidade - que é a urbana - e deixar esse momento cair na escuridão seria uma grave perda cultural/pedagógica.

Na perspectiva do historiador Jacques Le Goff, "Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir de documentos e das ausências de documentos"[15]. Dentro desse contexto, o estudo das canções servirá como um elemento de análise e compreensão da realidade vivida. Dentre os temas cantados nas modas e músicas caipira/sertaneja, muitos deles carregam críticas a governos, apreciações sobre os problemas do cotidiano, como é o caso da música "moda do bonde camarão" antes denominada "bonde camarão" em que um caipira ao chegar na cidade de São Paulo descreve as características dos bondes modernos:

"Aqui em São Paulo o que mais me amola / é esses bonde que nem gaiola. / Cheguei, abriro a portinhola, / levei um tranco e quebrei a viola. / Inda puis dinheiro na caxa de esmola[16]".

Essa música revela, num primeiro momento a recusa do caipira em entender o capitalismo na sua forma mais original, a de exploração, e isso se revela no uso da máquina para se locomover e na caixa de esmola, que na verdade é o lucro da empresa. Outros temas recorrentes são: inflação, mudança de governo, como nos indica a letra de "A coisa ficou bonita": Sofria sem esperança a população aflita / A inflação furava o povo com sua espada esquisita / Caiu do céu um governo trazendo força infinita / O preço foi congelado quase ninguém acredita / O Brasil de ponta a ponta ... de alegria pula e grita.[17].

A letra é uma referência direta ao novo governo da era pós-ditadura militar, implantada a partir de eleições indiretas com a eleição de Tancredo Neves (que não chegou a governar, vindo a falecer tempos depois) assumindo o vice-presidente José Sarney (1985-1990) que recebia um país com graves problemas sociais. A esperança, portanto, estava no combate à inflação que veio com o Plano Cruzado, cujas medidas de maior destaque estão presentes na letra como: congelamento dos preços das mercadorias, reajuste automático dos salários, "aumentando" o poder de compra. Comparando o ano de 1986 (ano da

produção da música) com o de 1982 quando os mesmos compositores haviam escrito outra canção denominada “A coisa tá feia”, realmente a letra fazia sentido, mas com o passar do tempo a inflação voltou a subir gerando o caos e a revolta da população brasileira,. Esse contexto está presente na letra “Perplexo”, da banda *Paralamas do Sucesso*, que durante o governo Sarney fez músicas comprometidas com as questões sociais - nesse momento houve ainda um ressurgimento do Rock brasileiro, denominado BRock.

(...) “Mandaram avisar / que agora tudo mudou / eu quis acreditar / outra mudança chegou / Fim da censura, do dinheiro, muda nome, corta zero / Entra na fila de outra fila para pagar / Quero entender, quero entender, quero entender / Tudo o que eu posso e o que eu não posso”[18]

Deve-se enfatizar, porém, que a pesquisa não tem a pretensão de descrever e interpretar todos os aspectos da vida social e cultural do caipira do passado, e sim, a cultura presente nas canções, no sentido de justificar seu uso como elemento repleto de histórias dentro de um contexto político e social, capaz de colocar o aluno em relação com dado momento histórico, assim como, estimular o questionamento de uma possível manipulação exercida por grupos dominantes sobre o ato do esquecimento da cultura do outro: “O ato de esquecer pode ser resultado de manipulação exercida por grupos dominantes sobre dominados, ou de vencedores frente aos vencidos”[19]

Nesse sentido, entende-se que a função do professor, e em especial o de História, está relacionada à criação de um ambiente propício ao aluno para que este possa ter subsídios necessários à construção do conhecimento, buscando também incorporar a experiência do aluno ao conteúdo curricular, assim como, compartilhando dentro do ambiente da sala de aula os diversos “conhecimentos” existentes.

O trabalho com a música na sala de aula, neste aspecto, constitui-se como fonte de inspiração e ponto de partida para o ensino de História, pois a música faz parte do dia-a-dia dos alunos e, em especial, a música caipira, que de certa forma é vista como um subproduto, dadas as considerações que permanecem na memória a respeito dessa cultura. Relembre-se Monteiro Lobato: “O caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar

silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive [...].[20]

Antonio Cândido afirma, em "*Os Parceiros do Rio Bonito*: "... hoje, quando estudamos a vida caipira, não podemos nos reportar ao seu universo por assim dizer fechado, mas à sua posição no conjunto da vida do estado e do país"[21].

Pretende-se, portanto, discutir formas de trabalho escolar com a música caipira em aulas de História no Ensino Fundamental, esperando com isso contribuir para que a escola e, particularmente a sala de aula sejam um palco de transformações e que possibilitem ao aluno desatar alguns nós, destruindo preconceitos ainda existentes acerca do homem do campo e de sua produção poética/musical. Estes objetivos se definem a partir do que se assume como um dos elementos essenciais no papel que a escola deve desempenhar: proporcionar aos sujeitos um novo olhar sobre o outro.

---

[1] Aluno de Pós-graduação – Nível Mestrado – PPGE/UFPR – Universidade Federal do Paraná.
[2] A área geográfica onde se disseminou a cultura caipira compreende, segundo José de Souza Martins: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná.
[3] CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo. Editora 34, 9ª ed, 2001.
[4] Dissertação de Mestrado em andamento no PPGE/UFPR , com o título provisório de: História e música na sala de aula: o consagrado e o excluído, na linha de pesquisa Escola, Cultura e Ensino, sob a orientação da Dra. Tânia Braga Garcia.
[5] MARTINS, José de Souza. Viola Quebrada. In: Debate & Crítica: revista quadrimestral de ciências sociais. N° 4. Novembro. São Paulo. Hucitec. 1974.
[6] A Semana de Arte Moderna de 1922 apontava para a necessidade de construção e consolidação de uma identidade nacional. O modernista Mario de Andrade buscava nas culturas populares rurais os elementos constitutivos de uma autêntica música brasileira.
[7] MARTINS, *op. Cit.,* . 34
[8] "Sodade do tempo véio", de Sorocabinha, com Mandy e Sorocabinha.
[9] BASTIDE, Roger. Arte e Sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p.p. 121 e 122.
[10] SILVESTRINI. Bernardino V, ZAN. Mario. SANTOS. Elpídio dos. Nova Flor. São Paulo: phonodisc, 1958. 1 disco (36 min): 33 rpm, microssulco, estéreo. 0-34-405-404.
[11] Se vista numa perspectiva de duplas que viriam após esse momento e mesclariam elementos da cultura dos Estados Unidos da América à música brasileira, como é o caso da dupla Léo Canhoto e Robertinho.
[12] ROCHA, Ubiratan: Reconstruindo a história a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sônia M. Leite. (org.). Repensando o ensino de história. São Paulo: Ed. Cortez. 1996. p. 55.
[13] FRANCO, Dino. e CHICO, Nhô. Caboclo na cidade. In: Dino Franco & Mourai. Rancho da boa paz. vol. 2 (CD), São Paulo: Globo Gravações e Ed. Musicais, faixa 1. 1980.
[14] ADORNO, Theodor W. O fetichismo e a regressão da audição. São Paulo, Editora Abril, 1975, Vol.XLVIII, p.p. 191-2.
[15] GOFF, Jacques Le. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. P. 109.
[16] "O bonde camarão", de Mariano da Silva e Cornélio Pires.
[17] CARREIRO, Tião e SANTOS, Lourival dos. A coisa ficou bonita. In: Tião Carreiro e Pardinho. Dose Dupla. vol. 6 (CD), São Paulo: Chantecler e Continental, faixa 8.
[18] Paralamas do Sucesso. Perplexo. *Big Bang*. EMI-Odeon, 1989.
[19] ARAÚJO, Paulo Cesar de. Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2ª ed, 2002. p. 23.

[20] LOBATO, Monteiro. Urupês. Brasiliense, 11ª ed. São Paulo, 1961, p. 292.
[21] CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo. Editora 34, 9ª ed, 2001.

Entre o prescrito e o vivido: mudanças curriculares no estado da Bahia

Edinalva Padre Aguiar[1] - PPG-UFU
Selva Guimarães Fonseca[2] - UFU

Introdução: O ensino de História no Brasil vem sendo discutido, criticado e reformulado. Entretanto, entendemos que é possível (re)pensá-lo a partir da dinâmica social, o que requer atenção para as mudanças que vêm ocorrendo não só em relação às políticas públicas, mas também na prática cotidiana dos professores. O objetivo desse trabalho é confrontar, analisar, estabelecer um diálogo entre as disposições legais e vozes de professores de História do nível médio que atuam no Estado da Bahia. O texto focaliza uma retrospectiva do ensino dessa disciplina dos anos 1980 e 1990. Espera-se contribuir para a discussão, apresentando algumas possibilidades de interpretação, não a última, única ou verdadeira, e sim um olhar investigativo acerca das relações currículo, ensino e práticas pedagógicas.

Palavras-chaves: Currículo, Ensino de História, Ensino Médio, Práticas Pedagógicas.

A História constituiu-se como disciplina no século XIX na França. Isso foi possível graças ao momento pelo qual passava aquele país e sua tentativa de organizar o Estado nacional. No Brasil, a disciplinarização da História não ocorreu de forma muito diversa do modelo francês, pois também surgiu da necessidade de laicização durante a organização do Estado imperial.

Ao seguir, inicialmente o modelo francês, o ensino de História privilegiava os estudos sobre a Europa Ocidental. A história do Brasil aparecia de maneira tímida, unicamente como forma de garantir os interesses da Monarquia e dos grupos diretamente ligados a ela, interesses vinculados à construção de uma identidade nacional, o que acabava por fazer predominar aspectos políticos e mostrava a independência como um divisor de águas. A história contada nas escolas ia do período colonial até a independência. É importante considerar também, que, naquele momento a

[1] Mestranda do programa da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço eletrônico: dinaguiar@hotmail.com

[2] Profª. Drª. do programa da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – Orientadora. Endereço eletrônico: selva@ufu.br

historiografia pautava-se no modelo positivista clássico e que, essa forma de se fazer história acabava por se refletir em seu ensino.

Em relação ao material didático, o que se utilizava, até então, eram os compêndios franceses, nem sempre traduzidos para o português, e quando isso não era possível, realizava-se o estudo no próprio idioma. Isso durou até os anos trinta do século XX, quando passaram a ser aqui produzidos, os manuais escolares. Quanto às diretrizes nacionais para o ensino secundário de História, quem os prescrevia era o Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro. Cabia aos professores catedráticos elaborá-los e enviá-los para a devida aprovação dessa instituição ou, no máximo, pelos estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado – quando estes haviam obtido a equiparação ao Pedro II. A prerrogativa desse Colégio em elaborar os currículos nacionais perdurou além dos anos de 1930, apesar da criação do Ministério da Educação e Saúde.

Passado o período imperial, a realidade do ensino de História não sofreu alterações profundas. Permanecia a necessidade de formar a nação, agora republicana. Mais uma vez a educação, e especialmente o ensino de História, assumia o papel de divulgar os acontecimentos políticos. Cidadania, nação, identidade, temas atinentes à história, eram questões de ordem para uma República recém-instalada. O primeiro projeto de reforma do ensino público, discutido em São Paulo, incluía uma proposta curricular concebida numa cronologia política que contemplasse a biografia de brasileiros considerados ilustres, além de estudos sobre o Brasil Colônia, Império e a Proclamação da República. A proposta dividiu a Câmara dos Deputados, uma vez que alguns parlamentares se colocaram contra essa ampliação do conteúdo nacional em detrimento do europeu. Apesar das disputas em torno do projeto, a história do Brasil continuou a ter uma carga horária mínima em relação à história universal – leia-se história européia. Embora se trate de São Paulo, no restante do país o ensino de História não ocorria de maneira muito diversa.

Apesar do pouco espaço concedido nos currículos para a história do Brasil, a escola serviu, tanto no período imperial quanto republicano, como transmissora de uma ideologia que pregava um Estado único e dissimulava as diferenças de classe e raça. O ensino de História ia se consolidando à medida em que ajudava a legitimar esse discurso.

De acordo com Nadai (198?, p. 153), a realidade da educação brasileira em geral e do ensino de História em particular, começou a ser alterada a partir da década de 1930, com a criação dos primeiros cursos universitários para a formação de professores secundários – primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. A criação desses cursos contou com a participação de cientistas estrangeiros, preocupados com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. A presença desses cientistas foi fundamental

para delimitação dos campos das Ciências Sociais, especialmente História e Geografia, através da definição de métodos e objetivos, além de contribuir para separá-las como área de conhecimento e como disciplina escolar[3].

É importante destacar também nesse momento da história do Brasil, uma maior participação do Estado como gestor da educação pública. Embora ele sempre tenha assumido esse papel, isso veio a consolidar-se após a Revolução de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde e com a Reforma Francisco Campos, que dispunha sobre o regime universitário, além de criar o Conselho Nacional de Educação do ensino secundário e comercial. Com a Reforma, o ensino secundário passou a ser constituído de dois ciclos, um fundamental com duração de cinco anos e o outro de dois anos, servindo como preparação para a universidade. Além disso, todas as escolas foram equiparadas ao Colégio Pedro II. Apesar de ser passível de críticas, a exemplo do descaso com a educação fundamental e a precariedade da formação dos professores, a Reforma representou um avanço, pois pela primeira vez a União realizava uma ação planejada no campo educacional.

Embora não houvessem ocorrido modificações curriculares ou metodológicas e as fontes escritas ainda predominassem sobre outras, algumas transformações – especialmente relacionadas ao papel formador-crítico do professor – se fariam sentir no ensino médio a partir dos anos cinqüenta. Essas mudanças ocorreram principalmente em virtude da entrada dos licenciados que começam a ocupar a docência nesse nível de ensino.

Um outro fator que alterou o ensino de História, foi a Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre os anos de 1939 e 1945. A ascensão dos regimes nazi-fascistas proporcionou a implantação de Estados autoritários – especialmente na Itália, Alemanha e Espanha – empenhados ao máximo na luta contra possíveis revoluções operárias, baseadas no comunismo. Na tentativa de conter, tanto o nazi-fascismo quanto o comunismo, vários países do mundo entraram em guerra. Um dos resultados da Segunda Grande Guerra, é que ela veio quebrar a hegemonia européia e demonstrar que a tão propalada idéia de progresso que deveria vir com o desenvolvimento científico, não

---

[3] O termo disciplina é aqui entendido como processo de "transposição didática", onde os saberes produzidos pelas ciências são didatizados de maneira a facilitar seu ensino. Para maiores informações ver: FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução Guacira L. Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. Embora se opondo a idéia de "transposição didática", é importante ver também CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n° 2, 1990.

se concretizou. Isso trouxe a necessidade de repensar a história e seu ensino, rompendo com a linearidade, a racionalidade e a cientificidade do modelo positivista.

No Brasil, a política nacional desenvolvimentista levada a efeito durante o governo de Juscelino Kubitschek, abriu as portas do país ao capital estrangeiro e promoveu o desenvolvimento industrial. Para atender ao mercado nascente tornou-se necessária a formação de mão-de-obra, o que possibilitou a expansão da educação para as massas. Embora o número de matrículas tenha aumentado nesse período, isso não significou a melhoria na qualidade do ensino.

No início dos anos sessenta, o governo populista de João Goulart abriu espaços para uma maior participação e atuação da sociedade civil organizada. Os grandes centros experimentaram as lutas operárias e estudantis. No campo, especialmente no Nordeste, formaram-se as Ligas Camponesas, numa clara manifestação de que os grupos tradicionalmente marginalizados queriam mudanças profundas na sociedade brasileira. Segundo Elza Nadai, a educação, sendo parte integrante da sociedade, acabou por refletir esse momento, pois de acordo com suas afirmações,

> [...] essa época marcou também uma conjuntura favorável à experimentação do ensino com o aparecimento em diversos Estados do país, de escolas que testavam currículos, métodos de ensino, conteúdos e práticas pedagógicas; inovações direcionadas, via de regra, para a interdisciplinaridade e para a aceitação do aluno como co-responsável pelo seu processo educativo (198?, p. 156).

Em relação ao ensino de História, este se abriu para outras ciências sociais, passou a valorizar o meio como eixo gerador do currículo, promoveu uma maior participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, além de dar mais liberdade ao professor na elaboração de seu currículo, ampliou a compreensão e utilização de fontes históricas. Isso implicou pensar a história e seu ensino não como produto acabado, mas, como um constante fazer e refazer.

O regime de exceção iniciado no país pelos militares a partir de 1964 veio abortar as perspectivas dos grupos sociais que queriam mudanças no Brasil. Frustrou também as novas experiências de ensino, além de perseguir estudantes, professores e cercear a autonomia universitária.

Durante o governo de Médici, o ensino de História sofreu um duro golpe com a implantação da Reforma de Ensino do 1° e 2° graus. Essa reforma, colocada em prática em 1971 pela nova LDB nº 5692, integra um conjunto de outras, a exemplo da Reforma Universitária implementada em 1968, tinha como intenção maior adequar o país à

ideologia de segurança nacional. A partir dela, História e Geografia passaram a integrar em todos os níveis do 1° grau, uma única disciplina denominada Estudos Sociais e só se constituiriam como disciplinas autônomas no 2ª grau. A responsabilidade no ensino do 1° grau caberia a um professor polivalente, preparado de maneira aligeirada nas licenciaturas curtas e sem os devidos fundamentos de cada disciplina. Instituiu ainda, a obrigatoriedade da profissionalização no ensino médio a fim de propiciar mão-de-obra ao mercado, praticamente eliminando a formação geral do currículo. Essa mudança deixava clara a divisão social, pois aos filhos dos trabalhadores ficava reservada essa modalidade de ensino, enquanto os jovens de classe média e alta acorriam às escolas da rede privada, a fim de buscarem uma formação propedêutica que os habilitassem para o terceiro grau. Para Acacia Kuenzer essa

> [...] dualidade estrutural [...] configura-se como a grande categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um para os que serão preparados pela escola para exercer suas funções de dirigentes, outros para os que [...] serão preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional [...] (2000, p. 28-9).

Nesse contexto, segundo afirmação de Selva Fonseca, a negação da formação geral ao educando, assim como a desvalorização das humanidades no currículo, tinha uma finalidade clara e estaria relacionada “aos propósitos do poder; no ideal do Conselho de Segurança Nacional, que agia no sentido de controlar e reprimir as opiniões e os pensamentos dos cidadãos, de forma a eliminar toda e qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário” (2000, p. 25).

Através dessa Reforma, a educação era mais uma vez utilizada como forma de propaganda e aceitação de um governo que tinha a intenção de calar a voz e a consciência daqueles que se colocassem contra ele.

Esse período ressalta também a forte ligação entre o Estado e o capital, uma vez que o Estado se serviu também da educação para ajudar a consolidar o modelo capitalista.

A partir da gestão do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), o governo passou a assinalar para uma “lenta, gradual e segura” abertura política. Nas eleições realizadas em 1974, o então partido de oposição MDB (Movimento Democrático Brasileiro), conseguiu obter 59% dos votos válidos para o Senado e 48% para a Câmara dos Deputados. Elegeu, também, prefeitos na maioria das grandes cidades. Em 1978 extinguiu-se o AI-5 e foi restaurado o habeas-corpus, o que, junto com outras medidas, significava a volta da

democracia no país. Durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), foi decretada a Lei de Anistia, possibilitando a volta dos exilados ao Brasil.

Em meio as lutas pela redemocratização do Brasil, em 1979 é aprovada a lei que restabelece o pluripartidarismo. No ano de 1984, o país mobilizou-se pela campanha "Diretas Já", reivindicando a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que defendia eleições diretas naquele mesmo ano, para o cargo de Presidente da República. Porém, demonstrando ainda os resquícios da ditadura, a Emenda não foi aprovada e o primeiro Presidente civil brasileiro pós-regime de exceção, foi eleito pelo Colégio Eleitoral, no ano de 1985.

Os anos de 1980 foram marcados por intensos debates especialmente no campo da política. De acordo com Selva Fonseca havia "[...] de um lado, um amplo debate, troca de experiências, um movimento de repensar as problemáticas das várias áreas. Por outro lado, a permanência de uma legislação elaborada em plena ditadura" (2000, p. 47).

Caminhando para a superação dessa dualidade, em 1988 foi promulgada a primeira Constituição Federal pós-regime militar. Isso representou para o país a possibilidade de serem elaboradas leis de caráter mais democrático.

Em seu Capítulo III, Art. 205, a Carta Magna reafirma o papel do Estado como gestor do sistema educacional e chama a atenção para a responsabilidade da família e da sociedade. Em relação ao ensino médio, garante no Art. 208 , inciso II, "a progressiva universalização do ensino médio gratuito".

No bojo dessas transformações pelas quais passou o país em seu processo de redemocratização, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aprovada em 20 de dezembro de 1996. A Lei 9394/96 não foi construída pelos agentes da sociedade civil mais diretamente envolvidos com a educação. A proposta discutida, elaborada e apresentada por esses agentes, após anos de tramitação no Congresso Nacional, foi substituída e aprovada pela do então senador Darcy Ribeiro. De acordo com Pedro Demo, ela não contempla as expectativas da sociedade brasileira e é reflexo de um Congresso cuja ação está voltada a atender aos interesses dos grupos no poder.

O ensino médio é tratado na seção IV, Artigos 35 e 36 da LDB. O Artigo 35 estabelece que ele é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos e deve ter como finalidades:

> I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
> II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se

> adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
> III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
> IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O artigo 36 trata da questão curricular, que deverá observar as diretrizes abaixo especificadas:

> I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
> II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
> III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.
>
> § 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
> I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
> II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
> III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.
>
> § 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.
>
> § 3º. Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.
>
> § 4º. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

A LDB define, então, o nível médio como prosseguimento do ensino fundamental, prioriza a preparação para o trabalho, pouco prescreve sobre a formação humanitária e deve preparar o aluno para outros níveis de educação.

Em seu artigo 26 a LDB ratifica a base nacional comum para os ensinos fundamental e médio, complementada por uma parte diversificada. A disciplina História permaneceu no núcleo comum, e a elaboração do seu currículo passou a ser uma

prerrogativa das próprias Unidades de Ensino. Diante disso, temos uma certa flexibilização na construção do currículo, o que possibilita ao docente uma maior participação nesse processo. No entanto, trata-se de uma liberdade relativa devido a tentativa de controle por parte do governo sobre o que será ensinado, através dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) implantados em 1998, que como prescritores, passam a nortear oficialmente os currículos, uma vez que sua utilização é sugerida nos programas escolares. Um outro fator – não abordado aqui – mas que também limita a autonomia escolar em relação ao currículo é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). À medida que padroniza o processo de avaliação e que este, por sua vez, pauta-se nos PCN's, o governo federal acaba por forçar um currículo nacional comum[4].

É importante ainda, atentarmos para o fato de que as políticas públicas colocadas em prática a partir dos anos de 1990 visam enquadrar o país ao modelo neoliberal e conservador, que retira do Estado suas responsabilidades sociais e as transfere à própria sociedade. Diante disso é importante questionar se essa relativa autonomia propiciada pela LDB e pelos PCN's não representa na realidade, uma forma de diminuir – quem sabe até extinguir – a responsabilidade do Estado da educação e ainda de atribuir a escola funções que de fato não são suas.

O fato é que a Lei está em vigor e para se adequarem a ela os Estados têm que realizar reformas em seus modelos de ensino. Na Bahia a Resolução n° 127/97 do CEE (Conselho Estadual de Educação) "Fixa normas preliminares visando à adaptação da legislação educacional do Sistema Estadual de Ensino às disposições da Lei 9394/96, e dá outras providências". Entre as outras providências, está incluída a autonomia escolar para a definição do seu novo currículo, que deverá ser elaborado através da proposta pedagógica,

> [...] cujas linhas gerais deverão está traduzidas no regimento da instituição, será formulada pelo estabelecimento de ensino, com a participação do corpo docente e em articulação com os demais integrantes da comunidade escolar, devendo conter os objetivos, metas e processos didático-pedagógicos a serem cumpridos (Art. 3°, § 1°)

Em Portaria n° 3157 de 16 de abril de 2002, a Secretaria da Educação da Bahia começa a implementar sua Reforma do Ensino Médio, atendendo à Resolução n° 3 de 26 de junho de 1998 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação

[4] Sobre essa discussão ver Jean-Claude Forquin. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução Guacira L. Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

que *Institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio* e que em seu Artigo 1° traz a seguinte definição:

> As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM , estabelecidas nesta Resolução, se constituem num conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrantes dos diversos sistemas de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista veicular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho.

Além das disposições previstas nas Diretrizes, a referida Portaria da SEC/BA, *reitera as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*, ratificando as habilidades e competências como estruturadoras do currículo. Mesmo não definindo conteúdos a serem abordados, os PCN's acabam por sugerir o que deverá servir como parâmetro para o trabalho do professor.

Em relação ao ensino de História eles indicam três competências de caráter geral, subdivididas em dez competências básicas, a saber: a) *representação e comunicação*; b*) investigação e compreensão*; c) *contextualização sócio-cultural*. De acordo com os PCN's para o ensino médio,

> As competências de representação e comunicação apontam as linguagens como instrumento de produção de sentido e ainda, de acesso ao próprio conhecimento, sua organização e sistematização.
> As competências de investigação e compreensão apontam os conhecimentos científicos, seus diferentes procedimentos, métodos e conceitos, como instrumentos de intervenção no real e de solução dos problemas.
> As competências de contextualização sócio-cultural apontam a relação da sociedade e da cultura, em sua diversidade, na constituição do significado para os diferentes saberes.

Baseado em estudo feito por Roupé e Tanguy, Acacia Kuenzer (2001, p. 19-20) analisa a pedagogia por competências, indicando algumas dificuldades em sua aplicação. Entre essas dificuldades estão a questão da racionalidade técnica e a idéia de ciência trazida por esse modelo como algo definitivo não levando em consideração seu processo, o que acaba por reificá-la, além de não contemplar as diferenças e a dinâmica social. Outras críticas apontadas, dizem respeito à idéia de perfeição embutida na competência e a individualização que essa pedagogia gera.

Embora as medidas legais tanto do governo federal quanto estadual para realizar a Reforma do Ensino Médio tenham se dado nos anos de 1990, o que ocorre de fato na Bahia é que a referida Reforma ainda está em curso. Algumas questões já foram modificadas a exemplo da ampliação da carga horária de 180 para 200 dias letivos, a organização curricular que atualmente é dividida em NBA (Núcleo Básico) que integra a Base Nacional Comum, e está mais diretamente relacionado à prática das disciplinas formais; NAV (Núcleo Avançado) que também está ligado à Base Nacional e trata das competências mais diretamente relacionadas a questões pedagógicas de ensino-aprendizagem e NDE (Núcleo de Demandas Específicas) que se encontra na Parte Diversificada do currículo proposto pela LDB e contempla interesses regionais.

Referendando os PCN's, essa nova organização escolar divide em três as áreas de conhecimento, *Ciências Humanas e suas Tecnologias*, que é integrada pelas disciplinas História, Geografia, Sociologia e Filosofia; *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, que contempla Língua Portuguesa, Educação Física e Artes e a terceira, denominada *Ciências da Natureza e suas Tecnologias*, que compreende Matemática, Biologia, Física e Química.

Ainda que, atualmente, as Unidades Escolares gozem de uma relativa autonomia para a elaboração de seus projetos pedagógicos, podemos dizer que na Bahia, o ensino de História no nível médio não sofreu grandes alterações, excetuando experiências isoladas. A sua carga horária não foi equiparada as de outras disciplinas, o que mantem a hierarquia entre elas e a pouca valorização das humanidades; a reforma não está se fazendo acompanhar de formação continuada para os docentes, que por sua vez continuam a organizar seus currículos com base nos livros didáticos – apontamos como hipótese a pouca utilização dos PCN's – seguindo a cronologia linear e quadripartite (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea). Também não houve significativas alterações no que diz respeito aos procedimentos metodológicos.

Apesar dos anos de 1970 e 1980 terem apontado para a predominância de categorias marxistas, o que propiciou mudanças no ensino de História, e, os professores atuantes nos anos de 1990 já tenham incorporado em suas práticas muitas contribuições da Nova História, numa constante atualização historiográfica, essas práticas ainda representam ações pouco efetivadas e menos ainda divulgadas. A propalada Reforma do Ensino Médio tem chegado timidamente as nossas escolas, infelizmente não da maneira que deveria chegar, como construção coletiva, ouvindo especialmente aqueles que fazem da educação mais que seu ofício, sua vida, os/as docentes. É importante lembrar também que qualquer reforma tem um caráter sempre provisório e contínuo, pois integra a sociedade que é plural, dinâmica e dialética.

A exemplo das reformas, as pesquisas sobre o ensino de História, fazendo referência especialmente à Bahia, poucas vezes tem dado voz ao professor. Por ser ele o responsável pelo currículo real, somente escutando sua voz, poderemos esclarecer o que ocorre quando a porta da sala é fechada. Há ainda várias lacunas entre o que diz a LDB, os PCN's e o currículo real. A tentativa desse trabalho é compreender algumas dessas lacunas. Para isso, faz-se necessário levantar alguns questionamentos. Os livros didáticos deixaram de ser os norteadores do currículo para dar lugar às disposições legais? Não sendo construído no vazio, até que ponto os professores são de fato construtores do seu currículo? A afirmação de Thais Fonseca aponta para uma perspectiva, "[...] as práticas escolares não são um retrato fiel dos planejamentos" (2004, p. 68).

É necessário então, investigar essa prática, pois, segundo a autora acima citada, "a maioria esmagadora dos trabalhos analíticos sobre o ensino de História dedica-se às suas dimensões formais, ou seja, às formulações dos programas e das diretrizes curriculares, à produção dos livros didáticos e paradidáticos" (2004, p. 69-70). Para ela,

> Aquilo que diz respeito à maioria, contudo, não parece chamar muito a atenção dos pesquisadores do ensino de História, isto é, **como ocorre, na prática, as apropriações de programas e de diretrizes curriculares**, de livros didáticos e paradidáticos, das propostas de inovação. **Ainda são muito incipientes as pesquisas neste sentido**, não obstante seja um campo de investigação altamente propício e farto de possibilidades (2004, p. 70 – grifos nossos).

Afinal, quem define o currículo real? O professor? As disposições legais através de leis, PCN's? A organização social? Os livros didáticos? Os programas de vestibular? Essas são questões que pretendemos responder ao ouvirmos os professores de História do Ensino Médio na Bahia e compararmos suas falas ao discurso oficial.

O campo do currículo, sua legitimação e aplicação relaciona-se a uma disputa pelo poder, seja ele exercido na micro ou na macro esfera. Devemos lembrar que o papel da escola, mediado pelo processo ensino-aprendizagem, pode ser o de legitimador do Estado que defende os interesses do capital ou um local de subversão da ordem estabelecida. Da organização social, dos embates políticos e das lutas por uma real valorização da educação é que conseguiremos, senão modificar, ao menos melhorar a qualidade da educação em nosso país. Esse é um compromisso ao qual não podemos nos furtar.

Referência Bibliográfica

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, n° 2, 1990.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997. Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & ensino de história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução Guacira L. Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

KUENZER, Acacia Zeneida (Org). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, Maria do Carmo. **A história prescrita e a disciplina nos currículos escolares**: quem legitima esses saberes? Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado, 2000.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil**: trajetória e perspectiva. In: Memória, história e historiografia. Dossiê ensino de história. Revista Brasileira de História n° 25/26. Anpuh. Marco Zero. STC-CNPQ-FINEP, 198?.

Documentos consultados:

Constituição Federal do Brasil – 1988

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 1996

Resolução CEE n° 127/97

Parâmetros Curriculares Nacionais – 1998

Resolução CEB n° 3 de 25 de junho de 1998

Portaria n° 3157 de 16 de abril de 2002

Nas Fronteiras do Poder: Hegemonia, Conflitos e Cultura No Norte de Mato Grosso

Edison Antônio de Souza[1] - UNEMAT/Sinop – PPG-UFF

A partir do "golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da Ditadura Militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida."[2]. Neste contexto histórico-político, os "novos bandeirantes" retornam à cena da cartografia política para fincar definitivamente as esporas no território norte mato-grossense, redefinindo e apropriando espaços, onde vendem os sonhos, projetam as cidades, selecionam seus ocupantes e forjam identidades"[3].

O debate teórico em torno do desenvolvimento no período mais recente vem sendo acompanhado pela reflexão de diversos autores. Neste campo podemos destacar Souza Martins, que sobre o termo fronteira, nos revela que ela de modo algum, se reduz e se resume à fronteira geográfica:

> Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano[4].

Souza Martins afirma ser a Fronteira, "também chamada frente pioneira tão característica da História de nosso país, e dos chamados "países novos" e extensos, mais do que fronteira demarcada pela expansão geográfica da economia capitalista, tem sido, sobretudo, fronteira do humano". De acordo com o referido autor, "a fronteira é o espaço próprio de encontro de sociedades e culturas entre si diferentes, como as sociedades indígenas e a chamada sociedade civilizada; lugar da pretensa epopéia da frente pioneira e dos também chamados 'pioneiros' e 'civilizadores'. É o lugar da busca desenfreada de oportunidades, mas também do genocídio dos povos indígenas, do massacre dos

camponeses pobres, da subjugação dos frágeis e desvalidos".[5]

Nesta perspectiva, Tavares do Santos considera que a fronteira gera a exclusão social. "É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização".[6] De qualquer forma, seja como um lugar de refúgio e reconstrução, seja como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira é o lugar da utopia.

> Acontece que havia entre os camponeses das regiões de origem, de certa forma acuados pela falta de terras, um desejo de reproduzir-se como camponeses, quer tratando-se deles mesmos em melhores terras ou em áreas mais extensas, ou de seus filhos em condições semelhantes. Por conseguinte, esta "sede de terra" fez surgir, também, um "sonho da terra" entre esses camponeses que queriam continuar sendo camponeses.[7]

Ferreira afirma que a história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção é que pretendemos analisar a gênese histórica dos movimentos sociais do Sul para as "Novas Cidades" da Amazônia mato-grossense.

A "Frente Pioneira" marcou um momento importante na expansão territorial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo. Intensificou-se depois da Primeira Guerra Mundial, para quem os preços elevados dos gêneros alimentícios e a ampliação do mercado interno, com o desenvolvimento das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam sido as molas impulsionadoras do movimento pioneiro. A idéia de frente pioneira está intimamente relacionada à pequena propriedade, à expansão da produção em áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente.[8] José de Souza Martins conceitua Frente Pioneira como sendo um,

> (...) empreendimento capitalista, como forma de inserção do campo no sistema capitalista, especialmente pela condição de propriedade privada da terra, pelos investimentos em compra, pela renda que a terra possa dar aos seus proprietários, pela produção voltada para o mercado, ainda

> que não se verifiquem investimentos de capital na produção e que as relações de trabalho se configurem como não tipicamente capitalistas.[9]

Em relação ao conceito de Zona Pioneira, Martins apropria-se das palavras de Leo H. Waibel, onde acentua a "dimensão urbana como constitutiva da paisagem, o mercado como constitutivo da economia, a urbanização do comportamento e a implantação da 'mentalidade racional', pressuposto, desse modo, a zona pioneira como aquela em que se realiza um estilo singular de vida."[10] Por outro lado, como afirma Martins, a centralização das reflexões na ocupação pioneira do terreno,

> (...) pioneira no sentido indicado de 'zona pioneira' e não no de primeira ocupação e no modelamento da paisagem, não acentua devidamente que, independentemente do espaço geográfico, as relações sociais e singulares que articulam a vida social na zona pioneira não são, por seu turno, "pioneiras".
> (...) As relações sociais que definem a sociedade na zona pioneira não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias à sua implantação. (...) O "novo", que é uma das dimensões do conceito de zona pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social.[11]

Souza Martins afirma ainda que a frente pioneira "exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica."[12] No caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica.

> A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constituiu basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado. (...) A economia dessa faixa não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades.[13]

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão. Conforme José de Souza Martins, o que "caracteriza a "frente de expansão" é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro"[14].

Podemos afirmar que entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica brasileira situam-se os posseiros. Souza Martins concebe essa zona como "frente de expansão", onde a atividade econômica não se baseia numa característica apropriação capitalista da terra.[15] Souza Martins expressa "frente de expansão" como a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas; já frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor."[16]

Segundo a análise de Souza Martins, a figura central para se entender a problemática da fronteira não é o "pioneiro", mas sim, a "vítima".É na categoria e na condição de "vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, características das regiões de ocupação antiga."[17]

Na fronteira também é construída a figura mítica do pioneiro, o grande herói na conquista das novas terras. Só que agora as qualidades do herói criador é transferido para a própria fronteira, "fetichizada," na expressão de Souza Martins.

> O aparentemente novo na fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, base da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente,

> pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna.[18]

Continuamos a nossa reflexão a partir das análises de Souza Martins, onde afirma ser a "fronteira essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. Um lugar da descoberta do outro e do desencontro"[19].

Para compreender as relações sociais, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no da sociedade política no Norte de Mato Grosso, é necessário levar em conta o papel desempenhado pelo Estado brasileiro através de incentivos fiscais e creditícios, a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparados em políticas públicas do Estado que acaba assegurando os suportes para o desenvolvimento nessa região.

A reflexão teórica que orienta o eixo central deste projeto, onde procura-se compreender a relação Estado/sociedade no Norte de Mato Grosso, referencia-se também no conceito de Estado ampliado formulado por Gramsci. De acordo com o referido autor, o Estado deve ser interpretado como um complexo de atividades práticas e teóricas constituído pelas esferas da sociedade política mais a sociedade civil. Na sociedade política (Governo) predomina a coerção e na sociedade civil, o consenso. "As relações entre sociedade civil (condições de vida material ou, em regime capitalista, sistema de produção privada, aparelho privado de hegemonia) e a sociedade política, devem ser concebidas em função da definição do Estado como equilíbrio entre sociedade política e a sociedade civil"[20]. Dessa forma, o Estado - integrado pela sociedade civil e pela sociedade política - tem uma outra dimensão, que para Gramsci é a Cultura. E cultura para esse autor não é a erudição dos sábios, mas o conjunto das visões de mundo:

> Valores, crenças e auto-percepções de seu lugar na sociedade - desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem sempre certos

> grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de sua organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil. Assim, sendo, adotam, como sua, a visão de mundo de outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de hegemonia, ou seja, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada[21].

De uma forma geral os estudos acerca da relação Estado/sociedade procurará trazer à luz novos elementos a esta problemática. Como reflexão teórica, "faço uso do recurso legítimo do historiador que, olhando do momento presente, indaga-se acerca do passado e daquilo que ele nos lega, questão básica para se escapar do risco de sermos conduzidos por nossa própria herança de temas e problemas"[22], pois como afirma Virgínia Fontes, "aos historiadores compete, pela complexidade e amplitude de seu objeto de estudo, manter-se atento para a historicidade dos conceitos, para as implicações no interior do campo cognitivo que a adoção de tais categorias implica, assim como para as relações existentes entre a reflexão social e a sociedade que nos envolve"[23].

Teoricamente, situo minhas referências nas formulações desses autores, tomando como base empírica o Norte de Mato Grosso, tanto no plano político quanto na sua dimensão simbólica, pois através deste projeto de pesquisa pretende-se compreender os mecanismos que regem as relações de poder numa região de fronteira, construída no inter-relacionamento entre colonizadores e colonos migrantes a partir da década de setenta do século XX, numa fração do território de Mato Grosso. Portanto, o trabalho se propõe analisar, dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação da sociedade civil e da sociedade política, elencando as agências e agentes do Estado, tanto em plano local, estadual e nacional. Em nossa pesquisa iremos trabalhar com categorias gramscianas, enfocando uma análise do Estado em seu sentido ampliado (sociedade política e sociedade civil), organismo complexo de hegemonia (consenso sobre a população, alcançada através de organizações ditas privadas, como a igreja, os

sindicatos, meios de comunicação, escola, etc...) da classe dominante em sua dinâmica mais profunda: a relação com a sociedade civil.

O objeto da Tese é *Nas Fronteiras do Poder: Hegemonia, Conflitos e Cultura no Norte de Mato Grosso,* no período 1980 a 2002**.** A investigação busca analisar, dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação política de determinado segmento da classe dominante do Norte de Mato Grosso, os seus interesses de classe junto à sociedade civil e à sociedade política. Neste contexto pretende-se abordar as diferentes estratégias políticas adotadas por duas das mais destacadas entidades representativas da classe patronal daquela região: O SINDUSMAD – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso e o Grupo Capital de Comunicação: quem são os sujeitos políticos, econômicos e sociais que se fazem representar na linha ideológica do Jornal Capital e do SINDUSMAD, buscando perceber o sentido mais amplo de seus posicionamentos, pois essas entidades tem uma ação como *partido político*, na acepção gramsciana do termo. O apoio dessas entidades à classe política em nível local, estadual e nacional esteve em relação direta com o cumprimento de determinadas condições por elas estabelecidas, atuando na "formação e organização" das mudanças sociais daquela região.

Conforme a metodologia utilizada pela Professora Sonia de Regina de Mendonça, estarei parindo de uma "perspectiva comparada", buscando evidenciar as estratégias existentes entre as entidades e suas propostas, com destaque para as formas de pressão junto à sociedade política mato-grossense, contribuindo com nossos estudos para o entendimento das relações entre Estado, Poder e Classes Sociais no Brasil[24]. As fontes e o tema da investigação estarão apoiados em bibliografia específica, tanto regional, quanto nacional. Desta forma poder-se-á melhor analisar os documentos com os métodos de pesquisa e as múltiplas abordagens da História Social.

[1] Edison Antônio de Souza é Pesquisador da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop. Doutorando/UFF.
[2] MARTINS, J. de S. *FRONTEIRA: A degradação do Outro nos confins do humano,* p.147.
[3] ARRUDA, Z. A. *SINOP: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões,* p. 21
[4] *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano,* p.13.
[5]Id.Ibid.
[6] SANTOS, José V. T. dos. *Matuchos: Exclusão e Luta: Do Sul para a Amazônia.* p. 244.
[7] Id., p. 258.
[8] Ignez Costa Barbosa Ferreira, *Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola.* In: *Fronteiras.* AUBERTIN, C. (Org.), p. 39.
[9] MARTINS, J. de S. *Frente Pioneira: Contribuição para uma Caracterização Sociológica.* In: *Capitalismo e Tradicionalismo,* p. 44.
[10] Id. Ibid.
[11] MARTINS, J. de S. Op. Cit., p. 44-5.
[12] Id. p. 45.
[13] Id. Ibid.
[14] Id., p. 46.
[15] Id. p. 52.
[16] MARTINS, J. de S. *FRONTEIRA: A degradação do Outro nos confins do humano,* p. 152.
[17] Id., p.12.
[18] MARTINS, J. de S. Op. Cit., p. 15.
[19] Id. p.150.
[20] GRAMSCI, A. (1978:234). In: PAULA, E. A. Op. Cit. p.06
[21] MENDONÇA, S. R. de. *Estado e Sociedade.* In: *História: Pensar e Fazer.* p. 21.
[22] BOURDIEU, P. (180). Apud: MENDONÇA, S. R. de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931),* p. 11.
[23] FONTES, Virgínia. *História e Conflito.* In: *História: Pensar e Fazer.* p. 52.
[24] MENDONÇA, Sonia Regina de. *I Simpósio "Estado Brasileiro: Agências e Agentes".* 13 a 15 de julho de 2004. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Pecado e clemência: cartas de perdão de barregãs de clérigos

EDLENE OLIVEIRA SILVA

O estudo de cartas de perdão escritas para a defesa de barregãs (concubinas) de clérigos permite aprofundar a reflexão acerca do imaginário medieval português, sobretudo no tocante às representações de gênero que orientavam as idéias do discurso judicial a respeito do desvio feminino. Pela voz das narradoras, tive acesso às imagens que as mulheres acusadas ou condenadas pelo pecado/crime de barreguice clerical construíram sobre elas mesmas, com o intuito de se defender perante o rei. As cartas evidenciam que a justiça, em consonância com a legislação, atribuía a responsabilidade pela prática da barreguice sobretudo às mulheres, com base na idéia de uma natureza feminina sensual e perversa. O discurso judicial reforçava a representação de que os desvios sexuais eram usualmente causados pelas mulheres. Portanto, era necessário vigiá-las para se controlar a natureza feminina.

As *Ordenações afonsinas* são um discurso emanado do poder régio. A voz dos legistas e a voz do rei constroem as barregãs de clérigos. As cartas de perdão, ao contrário, inscrevem as vozes das barregãs de clérigos. Contudo, como não foram escritas apenas pelas próprias acusadas ou condenadas, as cartas apresentam a fala feminina conformada pelas intermediações características do processo judiciário medieval português. Os pedidos de remissão eram um entrecruzar de vozes: a do requerente, a do advogado conselheiro e a do tabelião. O requerente (no caso, a barregã ou uma pessoa que a representasse) falava, narrava a história, e o tabelião a redigia. Eventualmente, um advogado orientava o réu, que depunha conforme havia sido instruído. O tabelião também podia assistir o requerente. O advogado e o tabelião colaboravam na confecção da narrativa, adequando o seu conteúdo e a sua forma ao objetivo do documento judicial: convencer o rei de que o acusado ou condenado merecia o perdão. A narrativa das cartas caracterizava-se pela estrutura linear e pela tentativa de organização coerente da história.

Discurso fundamentado na idéia de submissão feminina, as *Ordenações afonsinas* não dão a ler as palavras das mulheres acusadas ou condenadas pelo crime de barreguice clerical. As cartas de perdão escritas por barregãs de clérigos expressam as imagens que as

narradoras construíram sobre elas mesmas, informadas pelas representações dominantes a respeito da mulher no imaginário medieval. Essas fontes, ao contrário das *Afonsinas,* permitem refletir sobre uma forma de resistência, que Roger Chartier denominou tática do consentimento, empregada por mulheres que invertem as imagens que lhes são atribuídas pelas representações de gênero:

> Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com freqüência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência[1] .

Duas hipóteses podem ser formuladas com base nessa problemática. Primeiro, as personagens das barregãs de clérigos das cartas de perdão, confrontadas com uma situação limite, que envolvia punições rigorosas, submeteram-se aos padrões de conduta que as representações de gênero impunham ao sexo feminino. Tendo infringido as normas, essas mulheres acatavam temporariamente os modelos femininos sancionados pelo imaginário e pelos discursos legislativo e judicial. Segundo, as barregãs que solicitavam perdão assegurando que pretendiam iniciar uma nova vida, pela entrada em uma ordem monástica ou pelo casamento religioso, estavam firmemente arrependidas e tencionavam cumprir a promessa.

As cartas de remissão eram documentos pelos quais o rei perdoava um ou mais súditos por um crime cometido. A concessão do perdão podia antecipar-se à sentença em qualquer instância ou jurisdição (concelhia, senhorial laica, senhorial eclesiástica e régia) ou podia suspender a execução de uma sentença proferida, liberando o condenado de toda a pena, de parte dela ou comutando-a por uma punição mais leve. Na sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV, o perdão era um ato exclusivo do rei. As cartas eram escritas, geralmente, logo após a prisão ou depois que o condenado havia cumprido uma parte da pena. Não obstante, algumas eram elaboradas antes que o acusado fosse preso, ou antes da sentença ser proferida. As cartas de perdão eram apresentadas no tribunal local, pertencente à comarca onde ocorrera o crime, ou no tribunal régio, durante as reuniões das Cortes.

O custo elevado da carta tendia a restringir o acesso ao perdão aos membros abastados do corpo social. A maioria da sociedade, justamente os portugueses que se envolviam em atividades ilícitas com maior freqüência, se não estava excluída das graças da remissão régia, enfrentava dificuldades para custear as despesas necessárias à confecção de uma carta de perdão. Mas a falta de recursos não era um obstáculo incontornável. O poder régio era sensível à extrema pobreza. Quando o requerente era muito pobre, havia a possibilidade de que as taxas fossem reduzidas ou de que a carta fosse concedida gratuitamente. Nem todos os condenados que não possuíam recursos para pagar uma carta de perdão tinham as penas máximas – mutilação e morte – executadas.

As cartas com pedidos de perdão de barregãs de clérigos são curtas e fornecem um número pequeno de informações. Comparadas a outras cartas, como as que versam sobre homicídios, são menores e menos detalhistas. Os registros de cartas de remissão de barregãs, datadas dos séculos XIV e XV, são escassos. Dentre as mil e cinco cartas inventariadas por Luís Miguel Duarte, relativas ao período, apenas trinta e cinco foram escritas para a defesa de barregãs de clérigos. Como o autor, por opção metodológica, estudou apenas os crimes civis, a sua pesquisa não precisou quantas concubinas de religiosos receberam o perdão real[2]. As cartas de perdão que eu analisei não informam a condição social das mulheres acusadas ou condenadas por barreguice clerical, com exceção de uma, cujo requerente era um escudeiro real que solicitou ao rei clemência para a ama de leite do seu filho. Contudo, é possível inferir que as barregãs que solicitaram remissão nas outras cartas não pertenciam à fidalguia, pois a descrição dos trabalhos que executavam ou da situação em que se encontravam indica que desempenhavam atividades não condizentes com a condição nobiliárquica.

As cartas eram sempre divididas em duas seções. Na primeira parte estava escrito o relato do requerente, que podia ou não ser o acusado ou condenado pelo crime. As cartas iniciavam-se com o vocativo ao rei e aos juízes do Reino: “D. Afonso V e todos os juízes e justiças de nossos reinos que esta carta verem saibam que [...]”. Em seguida, declaravam o nome do requerente, o seu local de residência e, às vezes, a sua profissão. A passagem subseqüente narrava a história do acusado ou condenado (“Maria Gonçalves, moradora de

Lisboa, nos enviou dizer que [...]"), com informações sobre as primeiras medidas tomadas pela justiça, a maneira como fora preso e o período em que permanecera em detenção. Ao término do relato, o acusado ou condenado solicitava a graça real, na terceira pessoa: "Maria Gonçalves pediu-nos, por mercê e honra da morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, que lhe perdoássemos a nossa justiça por razão do que nos é dito [...]". Na segunda parte das cartas, era escrita a decisão régia em relação ao pedido formulado no final da seção anterior. O despacho real iniciava-se da seguinte forma: "E nós, vendo o que ele assim nos enviou dizer e pediu [...]". Havia a possibilidade de que o rei concedesse o perdão, indeferisse o pedido ou solicitasse mais informações acerca do caso. Quando o acusado ou condenado era perdoado, as cartas finalizavam com a fórmula: "E fazendo como dito é, mandamos que não o prendais, nem o mandeis prender e que não lhe façais nem consintais que lhe seja feito mal, porque nossa mercê e vontade é de o perdoarmos como dito é".

A carta de perdão de Maria Gonçalves, moradora de Lisboa, relata a história de como a requerente fora condenada por barreguice clerical[3]. A trama inicia-se com a prisão de Maria Gonçalves por oficiais régios, sob a acusação de que ela mantinha afeição com um clérigo. No cárcere, onde permaneceu por um período de cinco meses, ela teve, junto com o "tormento e nojo da prisão", uma criança (provavelmente, filha do clérigo de quem fora barregã). Após o parto, Maria Gonçalves foi condenada ao degredado, por um ano, de Lisboa e do seu termo – punição em conformidade com a penalidade prescrita pelas *Afonsinas* para o crime de barreguice clerical. Ao término da narrativa, segue-se a exposição dos argumentos destinados a sensibilizar o rei e a garantir a misericórdia. A requerente justificava os motivos pelos quais agira de maneira desviante e apresentava as razões que fundamentavam o merecimento ao perdão régio. Como o monarca era o destinatário implícito e o receptor das cartas de perdão, ele atuava como figura referencial para a construção do discurso. O acusado ou condenado afirmava a supremacia da legislação régia pela submissão aos valores sancionados como lícitos e pelo arrependimento do crime cometido. A carta devia convencer o rei de que o acusado ou condenado regenerara-se e não representava mais uma ameaça à ordem social. O discurso de Maria Gonçalves não contestava as representações de gênero dominantes na

sociedade medieval portuguesa. A requerente conhecia as atitudes que se esperavam de uma mulher para que ela pudesse ser considerada passível de emenda. Portanto, há a possibilidade de que a narradora tenha se utilizado da tática do consentimento, acima mencionada, ou, então, ela foi sincera quando afirmou que estava arrependida e pretendia corrigir-se. Maria Gonçalves apresentou a fragilidade da natureza humana como a principal justificava para a falta que cometera: "o destino dos homens e das mulheres era pecar". O discurso apropriava uma imagem recorrente no imaginário medieval, aquela que, representando o homem em estado de constante tentação demoníaca, simbolizava a facilidade da natureza humana para ser corrompida pelo mal. A culpa pelo pecado era deslocada, transferida de Maria Gonçalves para a natureza humana. A responsabilidade era subtraída à condenada, se não absolutamente, ao menos parcialmente, porque a natureza era mais forte do que a sua vontade.

Maria Gonçalves solicitava a comutação da pena de degredo com a declaração de que já havia sofrido o suficiente para expiar a culpa. Ela asseverava que estava preparada para retornar à sociedade e que viveria em conformidade com as regras estabelecidas. A sua história foi narrada com intensa dramaticidade: "a prisão, tribulação e custa de tudo e o perdimento da dita criatura, durante o parto, foram e eram muitas grandes penas sob tão pequena culpa". O discurso assumia uma posição de tensão, ou mesmo de confronto, em relação aos valores e às normas defendidos pela justiça. Enquanto a legislação qualificava a barreguice clerical como um pecado mortal, Maria Gonçalves, que não negava o fato de haver sido barregã de clérigo, considerava que o crime que cometera era muito pequeno.

O relato da via-crúcis de Maria Gonçalves, encarcerada e condenada ao degredo, destinava-se a persuadir o destinatário de que ela sofrera as provações indispensáveis ao cumprimento da penitência, que estava purificada do pecado/crime de barreguice clerical e, portanto, merecia a remissão régia. Após assegurar que estava regenerada, Maria Gonçalves solicitou perdão ao monarca e suplicou que pudesse viver de forma honesta onde desejasse. O rei provavelmente não atendeu ao pedido final. A legislação afonsina proibia que as barregãs condenadas ao degredo tornassem a viver, ao término do cumprimento da pena, no mesmo

local onde residisse o clérigo barregueiro. Os juízes que fossem negligentes na aplicação dessa norma corriam o risco de sofrer severas punições:

> Mandamos que as mulheres que assim forem degradadas, depois que o forem, não morem mais nas freguesias onde morarem seus barregãos. E para [...] isto melhor guardar, Mandamos [...] aos Juízes das Cidades, Vilas e lugares de nossos Reinos que a cada mês inquiram e saibam em seus julgados se há aí tais mulheres [...]; e se as acharem, que façam nelas as execuções [....] escritas: e estejam certos que se isto não fizerem [...], que lhes entranharemos nos corpos e haveres, como nossa mercê for[4] .

A promessa de reabilitação era um elemento indispensável à estrutura discursiva das cartas de perdão. O monarca precisava ser convencido de que o pecado fora purgado e de que a acusada ou condenada pretendia viver honestamente, optando por um dos estilos de vida sancionados pela *Afonsinas*: casar-se ou entrar em ordem religiosa. A virgem, a mulher religiosa, a esposa e a viúva representavam os modelos de conduta feminina legitimados pela Igreja e pelo poder régio. As mulheres que se conformavam a esses padrões comportamentais eram valorizadas e protegidas juridicamente, enquanto as que se desviavam eram consideradas desonestas e desprezíveis. A honestidade operava como um critério de seletividade que determinava, nos julgamentos, quais mulheres mereciam a proteção do sistema judiciário e quais mulheres eram criminosas e deviam permanecer desprotegidas.

A afirmativa de remorso pelo ato pecaminoso/criminoso também constituía um elemento fundamental das cartas de perdão. O rei, na condição de supremo guardião secular dos valores cristãos, esperava que o pecador/criminoso manifestasse contrição sincera. No imaginário medieval, era preferível que o ser humano corrigisse os seus atos, para que a sociedade não fosse obrigada a degredar ou matar todos os indivíduos que incorressem em transgressões graves – medida que criaria problemas para um mundo de população rarefeita. O arrependimento público da má conduta era um exemplo para os membros da comunidade, que deviam empenhar-se na busca incessante pela salvação, e um gesto que garantia o apaziguamento da ira divina e o restabelecimento do equilíbrio entre os mundos terreno e sagrado. A compunção marcava o momento de reintegração à sociedade do indivíduo que estivera situado à margem, propiciava a expiação da culpa e reparava a ofensa cometida contra a comunidade, o rei e Deus. A ausência de arrependimento atentava contra o plano de

ordenamento social proposto pelos poderes espiritual e temporal, significando o triunfo do demônio e a perda de uma alma para o mal.

O discurso de Maria Gonçalves provocou o efeito desejado: D. Duarte concedeu-lhe o perdão régio, em 6 de novembro de 1434.

Em todas as histórias de barregãs de clérigos narradas nas cartas de perdão que foram analisadas por mim em minha pesquisa, a prisão das acusadas ocorreu na seqüência de uma denúncia realizada por oficiais régios, funcionários encarregados do cumprimento das leis do Reino. Eram eles: os alcaides das vilas e das cidades; os meirinhos, nos lugares onde não houvesse alcaides; os corregedores da Corte; os tabeliães e os juízes. Quando um alcaide, um meirinho ou um tabelião tomava conhecimento da existência de barregãs de clérigos nos lugares que estavam sob a sua jurisdição, ele devia, "sob pena dos Ofícios", notificar o fato por escrito ao juiz. Caso o juiz não tomasse providências em relação ao assunto, os corregedores deviam ser informados da situação[5] .A preocupação política de punir como crimes práticas da intimidade converteu a denúncia no principal instrumento de incriminação dos suspeitos de delitos sexuais, em decorrência da dificuldade de se reunir indícios para se provar a ocorrência de atividades eróticas pecaminosas.

Todos os relatos das cartas de perdão reunidas argumentavam que a acusada ou condenada era uma mulher inocente, que não transgredira a lei, ou alegavam que a acusada ou condenada era uma mulher que efetivamente pecara, mas que estava arrependida e disposta a se emendar. Os discursos de defesa fundamentavam-se na doutrina da Igreja, que considerava pecaminosa toda relação ou união sexual não consagrada pelo casamento religioso. A representação de Deus como um juiz regulou a construção e o funcionamento dos valores e das regras comportamentais estabelecidos pela Igreja, os quais, em muitas circunstâncias, converteram-se em leis canônicas. Quando o cristianismo tornou-se uma religião comportamental, quando a Igreja consolidou a sua organização e expandiu o seu domínio, a moral cristã foi fixada como ética jurídica, que discriminava as práticas sociais entre atos lícitos e atos ilícitos. As condutas que a moral religiosa autorizava aos fiéis variavam conforme o lugar que eles ocupassem no grupo ao qual pertenciam e de acordo com a posição

que possuíssem na hierarquia do corpo social. A submissão aos valores e às regras da religião cristã e o cumprimento das funções que lhes correspondiam permitiam a todos os indivíduos ocupar harmoniosamente os lugares que lhes haviam sido designados no plano de salvação da humanidade. A barreguice clerical representava um perigo que prejudicava a concretização do sublime destino final dos homens. As soluções que a sociedade medieval portuguesa adotou para o problema foram o castigo do degredo (banimento social equivalente à excomunhão), na maioria das situações, e, no limite, a pena de morte, formas de punição que expulsavam da comunidade cristã as mulheres transgressoras que recusassem a reabilitação pelo casamento, pelo ingresso em uma ordem religiosa ou pelo emparedamento.

As histórias de Maria Gonçalves e de outras como de Leonor Domingues, de Leonor Fernandes, de Beatriz Gonçalves, personagens das cartas de perdão analisadas, mas que por uma questão de espaço não pude contar suas histórias aqui, revelam um imaginário que construiu, na legislação, no discurso judicial e nas práticas da vida cotidiana, a condição maldita de mulheres consideradas mundanas e pecadoras. O estilo de vida das barregãs de clérigos afastava-se dos padrões de conduta consignados às mulheres honestas. Elas eram perigosas, mantinham relações conjugais torpes e desprezíveis, deviam, portanto, ser silenciadas, desmoralizadas, marginalizadas.

---

[1] Chartier, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, v. 4, 1995, p. 42.
[2] Cf. DUARTE, Luís Miguel. *Degredados*: justiça e criminalidade no Portugal medievo. Porto, 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto. v. 1.
[3] *Livro de Chancelaria de D. Duarte*, v. 3, fl. 19v.
[4] *Ordenações afonsinas*, livro V, título XIX, artigo 11, p. 63-64).
[5] *Ordenações afonsinas*, livro V, título XIX, artigo 12, p. 64.

LAS MUJERES ESPAÑOLAS, PORTUGUESAS Y AMERICANAS: IMAGINÁRIO POLÍTICO E GÊNERO NAS LITOGRAFIAS *COSTUMBRISTAS* ESPANHOLAS DO SÉCULO XIX[1]

Edméia Ribeiro – HIS-UEL/PPG UNESP-Assis.

A Europa viveu no século XVIII, um revolucionário movimento cultural, filosófico e estético chamado Iluminismo. Este movimento permitiu uma evolução singular da cultura européia, inaugurando novas formas de representação na política, nas artes e em quase todos os aspectos. Essa renovação da liberdade e progresso como o desenvolvimento técnico e científico - fruto de uma nova concepção epistemológica - aliada a uma nova dinâmica e formas do uso da razão, levou paulatinamente a uma transformação do imaginário e das práticas políticas como o Absolutismo Iluminado, Reformismo e também a uma nova ordem de bem-estar público mas, primordialmente, tocou no gosto e na sensibilidade do homem daquele momento.[2]

Na Espanha, esses novos valores da contemporaneidade estão expressos não só nas imagens artísticas mas, também, na mais ousada reforma vivida por esta nação, aquela feita pela dinastia bourboniana. O testemunho da sua evolução no campo da política é a Reforma Bourbônica, que configurou-se numa mistura de elementos da Monarquia Absolutista e do Iluminismo, conjugando a tradição com a modernidade, que criou um modelo próprio de moderno, numa tentativa de tornar novo e dinamizar a economia espanhola e racionalizar a exploração colonial.

Dessa forma, a memória do século XVIII está marcada pela potencialidade humana, como uma época de inquietações e transformações políticas, sociais, estéticas e culturais. A partir desse momento, a imagem do homem ilustrado, instruído, senhor de seus pensamentos e ações, começou a mudar o conceito de mundo transformando as mentalidades no que tange ao conhecimento de homem e sua relação com o mundo. O próximo século viveu os múltiplos reflexos dessa revolução.

No que tange ao século XIX, esse desenvolvimento deu-se de uma forma conturbada na Espanha. Os espanhóis perceberam-se envolvidos em uma curiosa mistura de conflitos políticos, criatividade e busca de sua própria identidade, em meio ao processo de maturação de um modelo peculiar de Estado Nacional. Neste período, as idéias de liberdade e igualdade - emanadas da França revolucionária - encontraram eco

em um novo homem espanhol, preocupado em manifestar sua individualidade de maneira plena.

E é esse século, mais particularmente a década de 70, que nos interessa aqui. Esse homem já transformado pelo "bom uso da razão", é fruto dessa "luz emanada" do período anterior. Com a dimensão pública da razão - liberdade para expressão e difusão de seu pensamento - o homem deixou de ser guiado por outros que pensavam por ele e o conduzia. Tudo isso implicou em desejo de mudanças e, conseqüentemente, em crise de identidade e interrogações em relação àquele mundo já existente, nas fórmulas e formas já conhecidas. Ensimesmar-se e questionar a ordem vigente só foi possível depois dessa revolução humana que o Iluminismo, como uma proposta estética e teoria filosófica, permitiu.

A Espanha oitocentista foi representativa deste movimento no que tange ao desejo de superação de tudo que era velho e opressivo. Entrou o século buscando um sentido para a nação, através do questionamento do modelo e práticas políticas. A operação salvamento feita pela dinastia dos Bourbons no século anterior, primou por uma atitude absolutista, de centralização do poder o que deu ao homem do século XIX - já transformado - motivos para contestação.[3]

Até 1833, com Fernando VII, a Espanha ainda tinha um representante legítimo da tradição dinástica reformista. Após a sua morte, com as regências e reinados legítimos, o Estado espanhol esteve envolvido em uma gama de lutas políticas e guerras civis engendradas por moderados, liberais, progressistas, pela União Liberal, pelos carlistas[4] e, mais para o final do século - última década - aparecem novas forças ancoradas na preocupação social (socialismo, internacionalismo, anarquismo). A partir da década de 30, a nação ficou marcada pela presença de expoentes dos diversos partidos políticos nos ministérios.

D. Maria Cristina, a esposa de D. Fernando, após a morte do marido assumiu o poder como regente - esperando a maioridade de Isabel, futura rainha - e ficou governando por 7 anos. Seu governo transcorreu marcado pelo conflito entre carlistas (absolutistas), liberais progressistas e moderados. Em 1837, uma Constituição mais conciliadora não impediu os conflitos citados acima. Em 1841, iniciou-se a regência de um progressista, o soldado Espartero. Somente em 1843 é que Isabel assumiu o trono, tendo conseguido sua maioridade aos 13 anos graças à grande participação dos moderados na corte. A promulgação da Constituição de 1845, extremamente reacionária, negou o princípio de soberania nacional à população. Esta constituição moderada é que deu

caráter a vida política espanhola até a Revolução de 1868. A partir de 1854, iniciou-se um biênio progressista (com Espartero no ministério). Uma gestão vacilante e desacertada levou em 1857, por apenas um ano, os moderados ao poder novamente. Em 1858, uma nova organização política denominada União Liberal[5], tendo a frente o general O'Donnell, deu o tom à política.[6] O seu ministério foi marcado, a princípio, pelo crescimento econômico, investimentos estrangeiros, continuação das desamortizações dos bens eclesiásticos, construção de ferrovias, ou seja, pelo progresso. Caiu em 1863, com a prosperidade decaindo e em meio a revoltas sociais. A partir de então, a Rainha Isabel não conseguiu mais o domínio nacional, sob constante ameaça do perigo social, até ser destronada em 1868.[7]

Esse ano, importante para entendermos a história da Espanha, condensou todas as insatisfações dos homens daquele momento, burguesia, proletariado e camponeses. De acordo com Miguel Artola, as causas da Revolução de 68 são de natureza social e política, muito mais do que econômicas, como alguns autores entendem. Era a soberania nacional que se buscava, um governo que representasse todas as forças vivas do país, o estabelecimento de uma ordem e da regeneração social e política. Mas essa agitação revolucionária, como salienta o autor, constituiu-se em um movimento burguês que não buscou uma ruptura total, mas a substituição de um regime moderado por um democrático/liberal. O governo provisório, a partir de 1869, constituiu um novo sistema político que se baseou no reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos à participação política e verificou-se a diminuição do poder real. Esta fórmula *demoliberal* vigorou até 1873, enquanto Amadeo de Saboya esteve no poder. Encontrou oposição da Igreja, dos republicanos, e de parcela da população através do desenvolvimento de movimentos de trabalhadores e greves. A revolução estabeleceu um regime sob bases novas, mas as reformas sociais tiveram um alcance muito limitado.[8]

Entre 1873 e 74, a Espanha viveu um efêmero período republicano - tentativa frustrada - de acordo com a historiografia espanhola. Em dezembro, figuras políticas liberal-conservadoras tomaram o poder e deslocaram militares para ministérios importantes. Posteriormente, proclamaram Alfonso XII (filho da Rainha Isabel) como rei da Espanha. Inaugurou-se uma etapa de generais no poder (os caudilhos militares como denomina Miguel Cuadrado), sempre presentes em período de crise e "caos" político. O Estado liberal foi reestruturado, assim como a sociedade civil também. A Constituição de 1869, emanada do sufrágio popular, sofreu uma revisão, para dar lugar a outra com

características mais conservadoras. A esquerda liberal não pôde participar da feitura desta última. [9]

A história política da Espanha se apresenta como uma trama de intrigas e desajustes, a princípio, mas tudo, neste momento, apareceu com grande caráter social. O dezenove não significou uma época estéril, pelo contrário, mostrou um contínuo enriquecimento material, progresso e principalmente, uma transformação fundamental na mentalidade popular e, em relação aos costumes, a instauração de novas formas de vida coletiva. Para a Europa, a Espanha parecia um espaço atrasado, mas por outro ângulo, é possível verificar um momento de extrema vitalidade, mesmo com a perda de impérios, guerras civis e desacertos políticos.[10]

A marca da política no transcorrer desse século XIX são os conflitos, e esses, a representação de homens angustiados com o modelo vigente. A Revolução de 1868, também sinal das diferenças políticas, do desassossego desse homem, configurou-se num apelo à soberania nacional, a um governo que representasse as forças vivas do país, a regeneração social e política.[11] É neste contexto que podemos pensar o homem espanhol do final do oitocentos, carente de nacionalidade, de identidade, à procura de algo que promovesse sua inclusão na sociedade como um cidadão, como dignatário de uma nação.

Para Juan Petit, o período que se inicia em 1808 (tomada da Espanha por Napoleão Bonaparte) assim como a descolonização da América, deu início a um movimento interno de aquisição de consciência nacional, levando a Espanha à maturidade e à era moderna.[12] Miguel Martínez Cuadrado, partindo também desse pressuposto, entende que o problema histórico da Espanha remonta a um período de 90 anos, ou seja, até 1898, iniciado após as libertações das colônias americanas. Argumenta que a longa dominação colonial, causou erosão na estrutura espanhola no que diz respeito ao seu devir nacional, ao seu encontro com a nação e impediu a organização de um modelo político mais eficaz, além do desequilíbrio regional interno.[13]

Enquanto que, no decorrer da década de 1870, grande parte dos estados europeus com constituições e votos restritos, a predominância da burguesia liberal caiu por terra,[14] os anos que seguiram 1875 e a década de 80 foi de equilíbrio, com a contribuição de liberais e conservadores. Esse período, que chegou até 1890, ficou conhecido como Restauração pelo seu conteúdo e configuração.[15]

Como já foi dito anteriormente, é na década de 1870 que aqui centramos nosso foco de análise. Neste momento, que se iniciou com a Revolução de 1868,

surgiram vários decretos e ordens para acabar com todo tipo de censura. Eclodiu um período de liberdade de expressão e imprensa livre, da literatura e dos meios de criação de opinião e educação, como expressão da presença ativa dos burgueses na sociedade. A primeira fase da Restauração impôs uma reação contrareformista, que só viria abertura para as liberdades de todos os setores e classes sociais novamente em 1883.[16] Mas o que podemos destacar desse momento, entre liberdades e reação, foi o começo da manifestação social do homem espanhol, por exemplo, através da imprensa, um veículo com poder de educar e fazer propaganda de um modo e estilo de vida.

Foi principalmente durante a década de 1870 - época em que florescia em sua plenitude o romantismo espanhol - que veio à luz uma coleção de pinturas e textos de pintores e autores denominados *costumbristas*.[17] Tratamos aqui especificamente da obra *Las mujeres españolas, portuguesas y americanas*, que é uma coleção *costumbrista* composta por 4 volumes, sendo um livro ilustrado com litografias coloridas de mulheres, feitas por artistas espanhóis e portugueses e os três outros, compostos por artigos de literatos também espanhóis, portugueses além de americanos. Foi produzida da década de 1870, mais precisamente nos anos de 1872, 1873 e 1876. Cada litografia representa uma figura feminina de algumas províncias ou estados e, para cada imagem, existe um texto analisando essas mulheres e situando-as nos respectivos espaços.

Esta coleção retratou mulheres de várias condições sociais, nas mais diversas atitudes cotidianas. O símbolo feminino, destacado nessa obra, aparece como elemento de composição do imaginário político espanhol, no final do século XIX, assim como as especificidade que constituem a própria visualidade do homem espanhol deste momento.

Essas imagens do final do oitocentos na Espanha, configuram-se também em veículo de comunicação. A linguagem dos símbolos imbrica-se com a existência de um sentido, porque exprime sonhos, esperanças e representações. A linguagem simbólica fala de um homem num tempo e num espaço. Essa perspectiva direciona o nosso olhar para essas litografias[18] e permite-nos refletir sobre o sentido que ela produz naquele sociedade, como ela representa os desejos e expectativas dos homens daquele momento e como as imagens e as palavras atingem o imaginário social.

A coleção *Las mujeres españolas, portuguesas y americanas* posiciona-se, na sociedade daquele momento, entre a sensibilidade artística e o pragmatismo. Sua complexidade está no fato de permitir que os expectadores, além de observar o belo, se vejam ali, ao mesmo tempo que é uma expressão individual e reflexo da conjuntura

histórica. A atribuição de sentido à essa obra, só pode ser feita à partir de seu próprio contexto, porque reflete habilidade, desfrute, liberdade, modernidade, identidade, transformação, conhecimento, compreensão, desejos e expectativas.

Sobre gênero e o imaginário político espanhol no século XIX...

Refletir sobre as representações femininas no processo de formação do Estado Nacional espanhol, apresenta-se enquanto uma forma singular de imergir no imaginário político de um país, que desempenhou um papel muito importante para a formação do ocidente moderno. Afinal, é vasta a literatura que se desenvolveu na constatação e análise dessa importância, seja no processo de colonização da América, seja na sua própria participação direta na definição dos rumos políticos da Europa a partir do século XV.

Neste sentido, José Murilo de Carvalho, em **A formação das Almas**, explica a utilização da imagem feminina para a criação de um imaginário político, tematiza a batalha pelo imaginário republicano no Brasil e mostra que, entre os símbolos utilizados para dar sentido àquela nova ideologia política, estava a mulher associada ao surgimento de um novo imaginário sobre a nação.[19] Enquanto a Monarquia era representada pela figura do rei, masculina, a simbologia feminina marcou o imaginário republicano. Essa associação teve início na França, a primeira a se apropriar de uma imagem idealizada da mulher para representar a República. Fazia referência à sua veia maternal, sua função protetora, sinônimo de segurança e solidez. A arte, de uma forma geral, na Europa[20], foi responsável por tocar o imaginário coletivo, na tentativa de produzir um sentido à essa mudança de modelo político.

Entre os artistas positivistas, a utilização da figura feminina ia além, pois baseava-se em um sistema de interpretação de mundo. A República era apenas parte dela. Para eles, a mulher, em seu papel sacrossanto, era representada como um símbolo ideal da humanidade por ser altruísta.[21]

Para Maria Lígia Prado, a aceitação de mulheres nas lutas pelas emancipações da América Hispânica, também está fundamentada no reconhecimento da mulher como representação da família e, consequentemente, da nação. Se na prática, as lutas tiravam-na do espaço do lar, por outro, colocava-a num cenário social como fundadoras, mães da Pátria.[22] Então, mesmo sendo um espaço masculino, mesmo sendo a guerra algo que remetia às capacidades do homem, era um espaço que possibilitava a inserção feminina por aquilo que as mulheres representavam, que era amor, fidelidade,

paixão, caridade, desprendimento material, altruísmo, tudo isso considerado fermento para o surgimento e crescimento de uma nação.

Segundo Stuart Hall, a nação não é apenas uma entidade política, ela tem que produzir sentido.[23] Para que isso seja possível e para que as pessoas sintam-se pertencendo à esse espaço, são utilizadas várias estratégias representacionais. Os discursos que dão forma à uma narrativa sobre a nação, podem constituir-se em história, literatura, música, elementos da cultura popular, imagens, entre outros. As identidades nacionais podem ser transformadas, reelaboradas à partir de representações, de acordo com a necessidade de cada sociedade. No entanto, lembra-nos o autor que a cultura nacional é um atributo da modernidade, que criou padrões para unificar e homogeneizar. Configura-se numa forma de influenciar e organizar as concepções e ações dos sujeitos pertencentes a um mesmo espaço, que na modernidade, denominou-se Estado-Nação.[24]

A utilização da simbologia feminina constituiu-se numa forma de reelaborar a identidade nacional. A Espanha ainda configurava-se, politicamente, numa Monarquia. Nessa mesma década, uma efêmera República ali se instalou e aguçou o desejo de muitos, evidenciando as expectativas de uma parcela da sociedade. A agitação, os rumores, tentativas e sonhos em relação àquela nação eram significativas.

Portanto a opção temática da coleção *Las mujeres españolas, portuguesas y americanas* pelo feminino é bastante significativa. A figura da mulher como referencial simbólico está ligada à exclusão social (se considerarmos que, pelo discurso liberal/burguês ela pertence ao espaço privado), mas também ao criacionismo. Ela gera, cuida, protege e é responsável pelo crescimento porque é maternal.

Dessa forma, a figura feminina serviu para tentar dar sentido àquele espaço simbolizando o futuro e a transformação social. As litografias e os textos escritos que compõem a obra estão imbuídos do ideal romântico, representados através de uma estética popular, o *costumbrismo*, evidenciando o belo, o bom, com tons de esperança e mudança. Essa coleção toca o imaginário coletivo e desperta para o desejo de construção de uma nova sociedade, de uma nova ordem política, ou seja, direciona-nos para o despertar de um novo ideal nacional.

---

[1] Este texto foi organizado em forma de ensaio por tratar-se de uma pesquisa de doutoramento ainda em seu início. Colocamos aqui algumas questões que nortearão o trabalho e que, por enquanto, configuram-se em hipóteses para reflexão nesta fase da análise.

[2] Museu Nacional de Belas Artes. **Séc. XVIII Espanha o sonho da razão**. RJ: Instituto Arte Viva, 4 julho a 25 de agosto de 2002. (exposição)

[3] Em função da debilidade militar, econômica e da fragilidade política, o Estado espanhol colocou em prática - com os Bourbons no poder a partir do início do século XVIII, - um projeto de salvamento da estrutura do estado e econômico, adotando a tradição e a atitude do absolutismo mercantilista francês. A Reforma Bourbônica mesclou elementos do Iluminismo e do antigo regime, através de uma versão seletiva do primeiro. A reforma consistiu em medidas internas no campo e no comércio, através de uma nova formulação do pacto nacional a partir de estímulos para a produção, continuidade da centralização do poder, maior independência da monarquia em relação à Igreja e fortalecimento dos laços coloniais coma a América. No entanto, as reformas se mostraram insuficientes e tardias. Houve resistência da alta e baixa nobreza, do clero e campesinato espanhol, além da elite *criolla* americana. KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina.** Tradução: Lygia Maria Baeta Neves. RJ: Eldorado, 1974. P.83 a 88. Penso que as conseqüências dessa intenção de renovação são bastante perceptíveis no século XIX.

[4] Carlistas foram aqueles que queriam que o infante D. Carlos assumisse o trono espanhol. O infante não pertencia a dinastia bourbônica.

[5] A *Unión Liberal* era uma junção da esquerda moderada e progressistas. BLEYE, Pedro Agualdo. **Manual de historia de Espanã**. Madrid: Espasa calpe, 1958. Tomo III.

[6] BLEYE, Pedro Agualdo. **Manual de historia de Espanã**. Op. cit.

[7] KIERNAN, V. G. **La revolucion de 1854 en Espanã**. Madrid: Aguilar S.A de Ediciones, 1970. P. 281 a 284.

[8] ARTOLA, Miguel. **La burguesía revolucionária (1808-1874)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983. 363 a 381.

[9] CUADRADO, Miguel Martínez. **La burguesía conservadora (1874-1931)**. Madrid: Alianza Editorial, 1986. P. 7 a 25.

[10] RIBA, Juan Mercader. **El siglo XIX**: historia de la cultura española. Barcelona: Editoral Seix Barral S.ª, 1957. p. 66.

[11] BLEYE, Pedro Agualdo. Op. cit.

[12] In: RIBA, Juan Mercader. **El siglo XIX**: historia de la cultura española. Barcelona: Editorial Seix Barral S.A., 1957.

[13] CUADRADO, Miguel Martínez. Op. cit, p. 23 e 24.

[14] HOBSBAWN, Eric. J. A era dos impérios. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. RJ: Paz e Terra, 1988. P. 144.

[15]CUADRADO, Miguel Martínez. Op. cit., p. 22.

[16] CUADRADO, Miguel Martínez. Op. cit., pa. 66 a 68.

[17] O *costumbrismo* foi um gênero artístico bastante utilizado na Espanha para retratar cenas do cotidiano e do comum. Teve grande expressão nas pinturas, na literatura e também no teatro, considerado a escola dos *costumbres.*

[18] Considerada como uma forma popular de gravura, sua função era a comunicação, apresentada de forma "moralizante, exemplificadora ou emblemática, procedendo do mesmo profundo desejo de visualização que produziu a pintura das cavernas".FERREIRA, Orlando da Costa. **Imagem e Letra**: Introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 30 e 31.

[19] Em **Imaginação Social**, Bronislaw Baczko mostra como o domínio do imaginário configura-se num lugar estratégico do poder. Entende que exercer um poder simbólico não consiste em acrescentar o ilusório, o irreal à algo real, mas sim, trabalhar com os atos e as imagens que cada um ou uma sociedade tem de si próprio. O imaginário está para o exercício do poder e assim é possível tomá-lo como artifício de manipulação. Por meio dele, inculcam-se novos valores e novos modelos. Mas tocá-lo só tem eficácia se este produz sentido entre os sujeitos de uma determinada sociedade. As experiências vividas, concretas, contribuem para a constituição e produção do mesmo. Para a psicanálise, a imaginação não é uma faculdade, mas uma atividade do sujeito para organizar o mundo à partir de seus conflitos e necessidades. Configura-se, dessa forma, em força reguladora da vida coletiva e peça eficaz do exercício do poder. O imaginário é entendido e comunicado através de um discurso e a utilização de uma linguagem que reúnem as representações de uma coletividade. Os imaginários oferecem um sistema de orientação aos agentes sociais em relação ao seu grupo, à sociedade global, às hierarquias, às relações de dominação, fundindo verdade e norma, informação e valor, que são operados pelo simbolismo. BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 5, Antropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

[20] Com exceção no Brasil, pois os artistas eram financiados pela Monarquia.

[21] CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. SP: Cia das Letras, 1990.

[22] PRADO, Maria Lígia Coelho. A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. In: América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. SP: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. P. 46 a 51.

[23] Sobre essa questão, ver Benedict Anderson que desenvolve, de forma original, a reflexão sobre identidade e comunidade imaginada.

[24] HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. RJ: DP&A Editora, 1997.

Transgressões da Moral segundo os crimes
Mariana – 1747-1830

Edna Mara Ferreira da Silva[1] - PPG-UFJF

A ocupação e fixação da população nas Minas se efetuaram de maneira desordenada, sem a presença do poder secular. A série de episódios conhecida como Guerra dos Emboabas é um exemplo de como o poder se encontrava fragmentado nas mãos dos potentados locais.

É a partir daí que a questão do controle pelo Estado da ordem social no território mineiro se apresenta. A criação da capitania de Minas em 1709 e o seu desligamento de São Paulo em 1720, bem como a criação de comarcas, e de vilas com suas câmaras, ou seja de uma estrutura jurídico administrativa local, revela as preocupações da Coroa como governo das Minas.

Ao tratar da instabilidade social em Minas Gerais no século XVIII, Laura de Mello e Souza na obra *Desclassificados do Ouro,* aponta outra preocupação da Coroa portuguesa no que tange ao controle social da população mineira.

> "A falta de laços familiares da população foi outro fantasma que perseguiu as autoridades, e sanar este mal tornou-se um dos pontos básicos da política normalizadora então levada a cabo."[2]

Mas dadas as especificidades da organização social mineira, ou seja, seu caráter essencialmente urbano, seu grande e diversificado contingente populacional (do que decorre particularidades também nas relações escravistas e nas atividades econômicas), alem da grande mobilidade espacial dos habitantes da capitania,fazem com que o domínio de formações familiares sob os moldes do patriarcalismo não foram predominantes.

> "Em uma sociedade urbana como a de Minas, na qual o patriarcalismo esteve, em uma perspectiva geral, bastante atenuado, o Estado precisava estender seu controle

> sobre o sistema de alianças e parentescos, que regulava o universo mais rasteiro da organização social. Somente assim poderia disciplinar desde a raiz a vida social dos grupos mineiros."[3]

Desse modo o casamento figurou como uma das formas de controle social nas Minas empreendida pela Igreja como sócia da Coroa Portuguesa através da política do Padroado. Tudo que fosse contra a intistuição da família legítima deveria ser combatido. "(...) a ação da Igreja dividis-se em duas frentes muito nítidas: atacar as formas ilegítimas de relacionamento e administrar a produção de matrimônios."[4]

A Igreja se incumbiu de combater os desvios da moral, os chamados *tratos ilícitos,* concubinato, ligações transitórias, adultério e prostituição, para assegurar as determinações legais e divinas de construir uma família e viver de maneira cristã.

Os códigos tanto civis quanto eclesiásticos, observavam as infrações contra a moral, havendo algumas diferenças no que se refere às punições e a qualificação dos delitos. Crimes para o Estado ou pecados para a Igreja, esses delitos considerados de foro misto, poderiam ser julgados nos dois tribunais, civil e eclesiástico.

Esse inter-relacionamento entre as esferas de poder e justiça, eclesiástica e civil no que tange a esses delitos, tem raízes na profunda influência que a Igreja católica exerceu sobre o Estado português. Portugal foi o único estado a acatar a determinações do Concilio de Trento sem restrições. O fortalecimento dos sacramentos do matrimonio e da confissão foi um dos resultados desse concilio.[5]

As determinações tridentinas foram compiladas, durante o primeiro sínodo colonial (1707) nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que passou a vigorar como código eclesiástico, tendo sido publicadas em 1720. A preocupação com o matrimônio e com a moralidade do clero está presente no texto dessas constituições.

As Ordenações Filipinas[6] compreendem o conjunto das leis civis em vigor,durante quase todo o período colonial. Influenciadas pelo Direito Canônico, considera os crimes que se seguem como sendo contra a moral.

> (...) Quando se procede contra publicos adulteros, barregueiros, concubinarios, alcoviteiros, e os que consentem as mulheres fazerem mal de si em suas casas, incestuosos, feiticeiros, benzedeiros, sacrilegos, blasfemos, perjurios, onzeneiros, simoniacos, e contra quaesquer outros, que commetterem publicos delictos... os que dão publicas tabolagens de jogo em suas casas(...)[7]

O código Filipino foi criado em1602 e teve vigência até 1830 quando foi promulgado o Código criminal do Império. Junto e parelamente às Ordenações, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, formavam o conjunto de disposições legais a que estavam sujeitos os habitantes da América portuguesa, bem como da capitania das Minas Gerais.

> "(...) o código Filipino e as Constituições Primeiras impuseram juridicamente no Brasil as determinações tridentinas que alteraram profundamente os princípios ocidentais no que diz respeito a moral e a sexualidade. Portugal estabeleceu em terras brasileiras uma linha legislativa derivada do Concilio de Trento na qual o que não era virtude, era pecado, o que não competia ao espírito, pertencia à carne, envolvendo a humanidade em um combate maniqueísta em torno da salvação." [8]

Mesmo amparado pelas determinações jurídicas, esse intenso controle nas Minas não se efetivava, o grande número de uniões consensuais (concubinatos) que sobressai da própria documentação eclesiástica através de sua devassas, nos dão conta da grande incidência desse

delito. " o número de funcionários era pequeno para se ocupar, além da assistência espiritual corriqueira, da condenação de uma prática tão generalizada entre as populações."[9]

Para Luciano Figueiredo, ao empreender seus esforços no controle as práticas extra conjugais, a Igreja setecentista mineira não consegui se estruturar para efetivar a disseminação dos casamentos. Dessa forma sem a generalização do casamento, fracassou a tentativa de se utilizar a família como forma de regular a população mineira. O controle preventivo da sociedade através do casamento não funcionou. "O cotidiano acabava por vencer as instituições, que deveriam agir na moralização e normatização social." [10]

Mas mesmo a ação punitiva da justiça encontrava entraves. Não são muitas as sentenças encontradas nos arquivos dos juízos eclesiástico e civil sobre as transgressões morais, tanto sexuais quanto sociais.

Pretende-se através das fontes criminais, observar as soluções encontradas para os mais diversos conflitos entre os habitantes de Mariana. Tais soluções muitas vezes se distanciam das regras do sistema legal vigente, pelos moradores das Minas para seus conflitos.

Mariana encontra-se em posição privilegiada para estudos sobre moral e sexualidade do período colonial em Minas, sendo sede de bispado, estava, pois sob a ação e influência do tribunal eclesiástico, bem como das instâncias normatizadoras das autoridades civis estabelecidas nas vilas e cidades coloniais.

Partindo da seguinte afirmação de Luciano Figueiredo "a vida familiar em Minas Gerais, no século XVIII transcorreu à margem das instituições dominantes."[11] surgiram várias indagações a respeito das formas como o discurso moralizador dos grupos dominantes se consolidou no seio da sociedade mineira. Se a família mineira do século XVIII não segue ipsis litteris os padrões institucionais, em que pontos se alicerça a moral dessa sociedade? Se em muitos casos os meios normatizadores legais encontravam limitações, de que forma o discurso moral alcançou e se solidificou entre os homens e mulheres das Minas Gerais no século XVIII?

Como os valores morais dominantes se consolidaram dada a ineficiência das instituições de controle?

Neste sentido, avaliar e discutir as aproximações e rupturas entre os códigos, as leis e a vivência cotidiana, bem como os diversos significados dos saberes e práticas relativas à sexualidade e à afetividade através das fontes criminais são objetivos desse estudo.

Acreditamos que os processos-crime podem demonstrar indicações de maneiras particulares de se entender o conjunto das normas escritas ou sociais. O processo número 5311 do códice 213 - crime do 1º Ofício – do arquivo da Casa Setecentista de Mariana nos revela uma feição dessa conduta própria. Nele o réu Antônio Carneiro é citado pela justiça por "dar bordoadas na mulher". Em sua defesa o réu acusa a esposa de adultério, o que as testemunhas arroladas no processo confirmam. O réu usando evidentemente de violência acaba por seguir as normas sociais de conduta, reproduzindo o discurso moralizante e normatizador, sem, no entanto, observar o espaço da justiça como legítimo para solucionar seu problema. Tal medida era totalmente possível, uma vez que nas Ordenações Filipinas, o código legal da época, é observado o crime de adultério sendo unilateral e misógino.

Inserindo-se neste universo de incertezas em relação aos delitos de conduta a partir das fontes criminais carregadas dos impulsos mais instintivos de preservação ou de afirmação humana, procuramos encontrar as soluções para as distorções entre a vivência cotidiana e o conjunto de normas que regiam a sociedade mineira do século XVIII.

Mais que nomear as transgressões da moral em Mariana na segunda metade do século XVIII procuramos entender e explicitar os mecanismos de repressão a esses desvios de conduta as margens do poder visível, de certa forma, alguns processos-crime acabam por apresentar tentativas de subverter as normas,dentro do espaço da justiça oficial.

Segundo Antônio Manuel Hespanha, a questão dos direitos tradicionais e das suas relações com os direitos oficiais tem sido intensamente estudada, demonstrando que em termos de sua resolução a conflitualidade social, nem sempre é absorvida pela a justiça oficial.

> "Em primeiro lugar, a constatação de baixa percentagem de conflitos resolvidos pelo sistema judicial oficial, tanto ao nível das primeiras instâncias, como ao nível das instâncias de recurso; o que apontava para a alargada vigência e eficácia social de outros sistemas de resolução de conflitos. Em segundo lugar, as disparidades regionais e epocais no recurso a justiça oficial, indiciando que este recurso estava condicionado por factores sociais que tanto encontravam no sentido do recurso aos tribunais como ni sentido de uma redução dos conflitos no seio de instâncias autônomas de composição social. Finalmente a distinção, que se ia tornando clara, entre a litiogisidade formal e a conflitualidade social; o que contribuiu para ir estabelecendo a idéia de que uma forte conflitualidade social pode ser absorvida por processos autônomos de composição e não obter tradução nas estatísticas dos tribunais oficiais."[12]

A chamada "crise de paradigmas", nas ciências sociais, caracterizada por um certo esgotamento de temas clássicos na historiografia, possibilitou o aparecimento de novas temáticas e abordagens , somadas a exploração de fontes, até então pouco ou nada trabalhadas. A partir da década de 1980, começaram a surgir trabalhos, principalmente de caráter empírico, cujas fontes eram exatamente os documentos produzidos pelo sistema de justiça, incluindo os processos criminais.

> " Os historiadores, como os filósofos e os historiadores da literatura, estavam habituados a uma história das sumidades. Mas hoje, diferentemente dos outros, aceitam mais facilmente trabalhar sobre um material

> "não nobre". A emergência deste material plebeu na história já data bem de uns cinqüenta anos. Temos assim, menos dificuldades em lidar com os historiadores. Você não ouvirá jamais um historiador dizer o que disse em uma revista incrível, Raison Présente, alguém, cujo nome não importa, a propósito de Buffon e de Ricardo: Foucault se ocupa apenas de medíocres." [13]

A revisão historiográfica proposta, ampliou as discussões sobre o tema da justiça e seus usos, talvez um dos traços distintivos dessa produção seja uma disposição menos apriorística na leitura das fontes e menos ancorada em pressupostos teóricos rigidamente definidos.

No entanto em relação às fontes percebemos que de certa forma alguns processos-crime analisados acabaram por apresentar maneiras de subverter as normas, dentro do espaço da justiça oficial. Dessa forma o uso somente de métodos como os de seriação, por exemplo, não seria suficiente, na tentativa de e entender e explicitar os mecanismos de repressão aos desvios de conduta as margens do poder visível.

É preciso, uma metodologia especifica capaz de identificar de que forma os valores morais dominantes se consolidaram dada a ineficiência das instituições de controle. Além disso, perceber como se organizavam a margem das estruturas de poder oficial, as normas de conduta socialmente aceitas, e se é possível perceber ou não nos documentos oficiais essa margem de negociação entre as esferas de poder.

Para Foucault o poder deve ser entendido sob dois limites de um lado as normas que o constituem por outro os efeitos que esse poder produz. Suas orientações metodológicas procuram guiar as pesquisas, inclusive no campo da sexualidade, a fim de estudar o poder "(...) fora do modelo do Leviatã fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal."[14]

A ação do judiciário em Minas Gerais ao mesmo tempo em que apresenta normas impessoais, obedecendo aos códigos morais e legais, afirmava o poder publico como um espaço de mediação e de articulação de outros poderes.

Dessa forma, os processos-crime são uma fonte riquíssima que podem nos permitir estabelecer alguns dos padrões de comportamento e igualmente alguns dos valores aceitos pela sociedade. Além disso, o crime pode ser uma indicação de uma maneira própria de entender o conjunto das normas escritas ou sociais.

Notas:

---

[1] Aluna do programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

[2] SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.113.

[3] FIGUEIREDO, Luciano. Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 29-30.

[4] *Ibidem*, p.32

[5] VAINFAS, Ronaldo Trópico dos pecados, moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

[6] As Ordenações Filipinas, compiladas por ordem do rei espanhol Felipe II, eram uma atualização das Ordenações Manuelinas (1521), que por sua vez, foram recompilação, que pouco haviam alterado as Ordenações Afonsinas (1446). Suas fontes jurídicas são além do Direito Canônico, o Direito Romano e o Direito Consuetudinário.

[7] Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recompiladas por mandado Del Rei D. Philippe, I, livro II, título 428.

[8] GOLDSHMIDT, Eliana Maria Rea.Convivendo com o Pecado na sociedade paulista (1719- 1822).São Paulo: Annablume, 1998, p. 27.

[9]FIGUEIREDO, Luciano. Op. cit., p.34.

[10]FIGUEIREDO, Luciano. Op. cit., p.39.

[11]FIGUEIREDO, Luciano. Op. cit., p.165.

[12]HESPANHA, Antônio Manuel. As vésperas do Leviatan: instituições e poder político, Portugal – séc, XVIII. Coimbra: Livraria Almedina. 1994, p. 441.

[13] FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 1989,p. 129

[14] *Ibidem*, p.186

"SONHOS E VIVERES NA CIDADE[1]"

Edna Maria Chimango dos Santos[2]

> [...] Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, mas somente as de verão. Mas no fundo isso não tem importância. O que interessa mesmo não são as noites em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado.
>
> Shakespeare

As pessoas estão sempre almejando algo. Isso faz parte do nosso viver, um viver de lutas, de sonhos e de buscas constantes, seja por emprego, por moradia, por saúde, por educação ou, simplesmente, pelo prato de comida do dia que se vive.

Construída por sonhos, desejos, anseios, frustrações, realizações e lutas das muitas pessoas que a compõem, em suas diversidades e diferenças, Uberaba vai se fazendo. As pessoas que aqui vivem possuem sonhos e por eles lutam, mesmo que numa luta desigual, já que as desigualdades sociais permeiam fortemente as relações entre seus habitantes.

Os lugares ocupados pelas pessoas na cidade, também devem ser analisados. Em muitos casos, esses lugares se constituem em fronteiras, em barreiras e empecilhos para as relações estabelecidas na cidade. Fronteiras que não são físicas, que não dizem respeito a construções ou edificações que impossibilitem os contatos entre as pessoas, mas que são dadas de acordo com a distância de onde se vive - em relação ao centro da cidade-, com o tipo de moradia que se tem, com a renda e, portanto, com quem habita esses lugares, ou seja, os trabalhadores pobres; como se essas fossem premissas de julgamento de quem é "do bem" e "do mal", como se os lugares dissessem quem somos e o que pretendemos.

Esses múltiplos e desiguais viveres nos instigam a pensar a forma com que a cidade de Uberaba está organizada, o modo como seus espaços são ocupados, os tipos de moradias construídas "para os pobres", enfim, nos permite adentrar em dois mundos distintos, o das pessoas que possuem poder aquisitivo e sobrenome que lhes "abram" as portas da cidade,

e o mundo dos Souza, dos Silva, dos Santos e de tantos outros que, sem sobrenome que os apresente e qualifique, e ainda, sem poder aquisitivo (já que o que ganham – e quando ganham - não é suficiente nem para o sustento do dia vivido, quem dirá para se acumular), os colocam às margens das decisões políticas tomadas por determinados grupos sociais que "ditam" as regras em Uberaba.

Nesse percurso, proponho compreendermos o viver dos trabalhadores pobres em Uberaba hoje. No entanto, a partir das entrevistas realizadas com as pessoas com as quais dialogamos no decorrer desse trabalho, ficam expressas em suas memórias as décadas de 1970 e 1980 como períodos de mudanças e de realizações mais profundas, que marcam o presente vivido e colocam, nesse período, significados que merecem nossa atenção.

Através das narrativas orais – fio condutor deste trabalho -, procuramos dar vida e sentido a outros tipos de documentações, que também nos instigam a investigar o período acima citado, pois evidenciam transformações na sociedade uberabense, como o fato dessa década receber um grande número de migrantes e, nesse contexto, ter um aumento considerável em termos de crescimento populacional, o que ocasionou muitas modificações em torno dos costumes, necessidades, buscas e anseios entre as pessoas que buscaram em Uberaba a concretização de seus sonhos.

De acordo com os dados[3] do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, o número de habitantes em Uberaba, nesta década, subiu de 108.576 para 199.203 habitantes. Essa elevação se justifica nos discursos de uma cidade boa pra se viver, onde "(...)no coração de cada uberabense, brilha a chama de um amor intenso. Aqui edificamos uma cidade em que a vida é boa, o futuro é esperança, e o trabalho é rotina[4]", ou numa cidade "(...) adulta, crescida, grande, enorme, progressista e em franco desenvolvimento, mas guardando em seu bojo a humanização, onde o homem ainda vale como homem[5]".

Pensar no "homem valendo como homem" é imaginar uma cidade onde a discriminação não ocorre, onde as desigualdades são inexistentes, onde a harmonia e a justiça se sobressaem. Tal afirmação vai contra a situação vivida por milhares de pessoas, onde "cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende

de sua localização no território[6]", aqui entendido como o lugar onde as pessoas imprimem seus costumes, seus modos, seus valores, seus sonhos, seus desejos e, portanto, sua cultura. Territórios que estão em constantes transformações, ora lentas, ora rápidas, mas que ocorrem a partir das relações sociais que neles se instauram, sendo carregados de sentimentos e vida, já que passam a ser entendidos como lugar onde pessoas se manifestam, depositam expectativas, se relacionam e encontram forças para sobreviver.

A justificativa para tal crescimento populacional estaria voltada para a constante evolução industrial, já que Uberaba se "apresenta num índice superior de crescimento em relação a outras cidades, de porte médio, (...) conseguindo mais um pólo, o pólo petroquímico[7]"e, com esse crescimento populacional, estaria a cidade muito próxima de se tornar uma favela, até porque,

> (...)as áreas livres da periferia, a eqüidistância dos grandes centros da federação (ponto obrigatório de parada dos imigrantes), o renome já bastante difundido de centro de larga prestação de serviços assistenciais (inclusive a população estrangeira) e, principalmente, o chamarisco da mão-de-obra em defasagem, perspectiva normal de um município que se industrializa(...)8.

O "tornar-se" favela era um "mal" que rondava a cidade e que amedrontava os "bons cidadãos", receosos de um crescimento que colocaria em risco o controle exercido por estes, que estavam no poder político de Uberaba.

Daí a necessidade em se pensar o lugar do pobre, em se delimitar territórios e estabelecer fronteiras na cidade, "dando cidadania" aos menos favorecidos, construindo moradias em locais previamente selecionados pelos governantes locais, contanto com a influência e o auxilio político e econômico de outras autoridades e outros políticos influentes da região que, juntos, traçavam linhas de ação aos pobres da região.

Pensando na organização da cidade, no lugar dos trabalhadores de baixa renda, no crescimento descontrolado da população – decorrentes "não só do 'boom'industrial e das contínuas migrações à cidade, mas provenientes também das demissões ocorridas no campo, que passam a fazer uso da mão-de-obra alugada[9]-, que a cidade é re-planejada e,

nesse replanejamento, são construídos os Conjuntos Habitacionais, amparados pelo discurso ideológico do Presidente da República General João Batista Figueiredo, de "dotar cada cidadão brasileiro, principalmente o trabalhador menos favorecido, de uma moradia para sua família[10]".

Desta forma, o então prefeito de Uberaba Silvério Cartafina Filho, mediante o "risco de favelamento" e as pressões dos moradores em prol de moradia, decide, juntamente com a Cohab[11], "inserir Uberaba numa plataforma prioritária para a implantação de seus núcleos residenciais(...), de forma a conter o problema[12]". Para tanto, o então prefeito, em seu slogan "A meta é Construir[13]", propõe que sejam construídas em Uberaba cerca de dez mil moradias às pessoas de baixa renda, localizadas em pontos periféricos da cidade[14].

Enquanto os governantes discutem o que fazer com a quantidade de trabalhadores de Uberaba(desempregados ou não), estas pessoas vão levando suas vidas, vivendo como podem. É o que nos relata dona Creuza. Moradora da zona rural na década de 1970, vem para a cidade em busca de melhores condições de vida.É o sonho de que

> as coisas vão cê meió, que os menino vao tê estudo, que na fazenda num tinha. Mais num foi fácil.Que aqui, na cidade, se ocê tivé dinhero, ocê come.Se num tivé num come. Lá na roça não,lá a gente engordava porco, eu tinha minha roça de verdura, criava galinha... Nóis tinha a nossa cultura! Agora aqui não, é diferente, se tivé dinhero é que ocê come[15].

A fala de dona Creuza não se limita a ela, mas engloba um grande número de trabalhadores e trabalhadoras que, como ela, deixaram o campo, deixaram outras cidades, deixaram amigos, famílias e modos de vida diferentes, para tentar uma vida melhor e, muitas vezes, influenciados pelos discursos propagados ora pelos meios de comunicação, ora pelos políticos locais ou mesmo por outras pessoas que para cá vieram e que, por um motivo ou outro, conseguiram se sobressair e superar os muitos obstáculos postos no viver quem luta pelo dia vivido, pelo pão de cada dia.Esses discursos e propagandas camuflam a realidade do viver na cidade. Através deles, é possível criar expectativas que muitas vezes se tornam frustrantes, mediante as dificuldades surgidas.

Dona Maria Helena, nascida em Patos de Minas, veio para Uberaba também na década de 1970. Esperançosa de dias melhores, logo percebeu que

> [...] num era fácil mora aqui em Uberaba. Em todos os aspectos, Uberaba não era a cidade que a gente diz que é fácil de viver.Serviço que era difícil, e naquela época, talvez fosse até mais difícil que hoje, naquela época às vezes num tinha nenhuma instituição que desse serviço pra gente, e hoje até que tem mais possibilidade de consegui um serviço. Morá, então, nossa senhora, num era fácil. Aluguel que era caro, num dava pra pagá, pagava, mais num comia direito, e dinheiro a gente nunca tinha, num dava pra nada. A gente recebia num dia e no outro já tava pedindo dinhero emprestado de novo.Num era fácil. Hoje também num é, mas naquela época era pior[16].

Vivendo de aluguel, abrigados em casas de parentes ou mesmo apossando-se de terrenos ilegais[17], as pessoas foram encontrando um jeito de sobreviver em Uberaba sem, no entanto, deixar de lado o sonho de se possuir a casa própria, já que, para a população trabalhadora, "possuir uma moradia é, sem dúvida, uma necessidade (...), pois, dadas as intempéries do sistema econômico, representa a possibilidade de não pagar aluguel[18]", ou ainda, ter seu lugar para viver, porque

> [...] eu tinha vontade de te a minha casa própria, porque mora junto da família é coisa mais triste que tem no mundo. Ocê pode ser bem tratada, mas no fim num é... num é seu... Aí toda a vida eu tive vontade de te o meu cantinho, o meu comuduzinho... Por que lá onde nóis morava era casa grande, confortável, era lá na casa do pai, era lá no bairro Leblon, aquela casa amarela, confortada, aquele mundo de casa ... Mais num era nossa, é diferente!!! [19].

A fala de Dona Odésia é muito significativa. Ela expressa o desejo de ter um lugar fixo para viver, um lugar que seja seu, e que nele, ela possa imprimir seus gostos e se sentir pertencente a um grupo, já que "pertencer a uma classe, grupo, categoria ou nação é possuir uma localização, ou seja, ter uma posição social reconhecida como legítima e situar-se num lugar compartilhado: sem domicílio ou referencias pessoais não se é reconhecido[20]".

Na necessidade em obter a casa própria, os trabalhadores pobres ficam à mercê das decisões tomadas pelos governantes, que não levam em conta a qualidade de vida necessária e de direito às pessoas, mas a forma mais lucrativa de se distribuir

espacialmente a população. Nesse caso, vale lembrar que a distribuição desses espaços da cidade se fez a partir do centro para os bairros, e destes, para bairros ainda mais longes, quase nunca equipados e que, a fim de "manter o controle sobre a cidade e seus moradores[21]" é que os governantes de Uberaba decidiram (e ainda decidem) onde e como deveriam morar os trabalhadores pobres desta cidade, de forma que a necessidade e o direito de ter onde morar fossem considerados como privilégios ou doações do Estado e não como dever deste, escamoteando os verdadeiros motivos desta distribuição espacial.

O local "escolhido" para se construir os conjuntos habitacionais tem razão de ser. Eles representam formas de se preencher, às custas do pobre, os espaços ainda não ocupados na cidade. Desta forma, toda a infra-estrutura necessária para a urbanização das áreas que se pretendem valorizar é assim conseguida, ficando a população pauperizada sem acesso aos bens que lhe são de direito. Uma vez que essas áreas carecem de infra-estrutura e serviços básicos, "o custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus social medido em termos de espoliação urbana é extremamente alto [22]".

Tal procedimento foi adotado em Uberaba e o que percebemos é que, nas áreas destinadas às pessoas de baixa renda e, portanto, pouco valorizadas, à medida que os trabalhadores foram pagando pelos bens adquiridos, enquanto infra-estrutura e serviços, essas áreas foram se valorizando. Paralelo a essa valorização, o custo desses benefícios (diga-se de passagem, obrigatórios e de direito da população) sofre um aumento considerável, o que impede a permanência dos mesmos nesses locais, que se vêem pressionados a deixar essas áreas e, novamente, procurarem outras ainda mais distantes.

A pouca atenção dada às pessoas menos favorecidas é algo evidente e podemos perceber que "o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para o empobrecimento cumulativo das populações[23]", demonstrando a inexistência de preocupações reais de sobrevivência para com essas pessoas, porque "o Estado é sempre o Estado, não sente dor, não sente nada... tá aí pra servir e quando não serve... quando não serve..., as pessoas continuam nisso, como se não existissem[24]".

A fala do Sr Timóteo é pertinente, e nos permite refletir sobre os aspectos mercadológicos vistos na cidade. Na maioria das vezes, as construções são realizadas sem levar em conta as condições de sobrevivência e necessidades das pessoas que vão habitá-la, de como será o dia-a-dia dessas pessoas, das dificuldades e transtornos oriundos de maus planejamentos.

Ao lidar com pessoas dessa maneira, evidenciam-se as exclusões e desrespeitos com o trabalhador, já que estes passam a ser tratados como coisas, sob o ponto de vista do lucro e do consumo, desconsiderando as necessidades, os direitos e a cidadania de sujeitos que compõem a sociedade.

A ocupação do espaço urbano uberabense, a construção de tantas casas populares aos pobres, a forma com que as muitas periferias foram se formando, todas elas com suas multiplicidades de sujeitos, de vozes, de desejos, anseios e necessidades, merecem nossa atenção. É preciso que analisemos os trabalhadores pobres enquanto integrantes que são da cidade, é preciso que percebamos que a luta por moradia – por um espaço na cidade - é uma luta social, que não está dada, muito menos resolvida, mas que se faz a cada momento, no embate entre os muitos sujeitos que constroem a cidade e nela se inserem.

Notas:

[11] Esse artigo se constitui como parte da dissertação do mestrado que estou escrevendo, intitulada "Culturas, Territórios e Fronteiras: expectativas, tensões e realizações dos moradores do Alfredo Freire, na cidade de Uberaba".
[2] Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.
[3] Colhidos no site do IBGE, Censo 2001 e no Guia Sei – Uberaba/2003, p. Cidade – 3 A.
[4] Móveis Modernos. Jornal da Manhã, Uberaba, 02 de mai. 1979. Caderno Especial, p. 06.
[5] "Uberaba:progresso e desenvolvimento. Jornal da Manhã, Uberaba, 02 de mai. 1979. Caderno Especial. P.08.
[6] Santos, Milton. O lugar e o valor do Indivíduo. In:O Espaço do Cidadão. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993, p.45.
[7] Uberaba e o risco do favelamento. Jornal da Manhã, Uberaba, 13 de mai. 1979. p.02.
[8] Uberaba e o risco do favelamento. Jornal da Manhã, Uberaba, 13 de mai. 1979. p.02.
[9] Uberaba e o risco do favelamento. Jornal da Manhã, Uberaba, 13 de mai. 1979. p. 02.
[10] Presidente da Cohab afirma: "Cada cidadão brasileiro deve ter casa própria". Jornal da Manhã. 21 de abr de 1979, p.01. Entrevista concedida quando da visita do presidente da Cohab , Reynaldo de Matos de Castro Pires a Uberaba.
[11] Companhia de Habitação de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.
[12] Uberaba e o risco do favelamento. Jornal da Manhã, Uberaba, 13 de mai. 1979. p.02.
[13] Dentre as reportagens acerca desse assunto destacamos:

- Jornal da Manhã, Uberaba, 30 de jan. 1981.p.08. Caixa Econômica Federal parabenizando o então prefeito pelas casas construídas.
- Silvério retorna satisfeito: "Atingirei minha meta de dez mil casa". Jornal da Manhã, Uberaba, 06 de jun. 1981. p.01
- Conjuntos habitacionais: mais 490 unidades asseguradas. Jornal da Manhã, Uberaba, 26 de jun. 1981. p.01. .

[14] Dentre as muitas reportagens sobre esse assunto, destaco:

- Habitação: obras prosseguem nos Conjuntos. Jornal da Manhã, Uberaba, 06 de jan.1980. p.01.
- Prefeito busca casas populares e recursos em B.H. Jornal da Manhã, Uberaba, 09 de jan.1979. p.01.
- Cohab casas populares duplex no Cássio Resende 2. Jornal da Manhã, Uberaba, 22 de set.1978. p.01.
- Mais quatro mil casas populares em Uberaba. Jornal da Manhã, Uberaba, 19 de abr.1979. p.01.
- Casa própria para os de baixa renda. Jornal da Manhã, Uberaba, 17 de mai.1979. p.01.
- Uberaba: ilhada por conjuntos habitacionais. Jornal da Manhã, Uberaba, 21 de nov.1979. p.05.
- Novo Conjunto começa a ser construído. Jornal da Manhã, Uberaba, 22 de nov.1979. p.01.
- Prefeito quer casa própria para pequeno assalariado. Jornal da Manhã, Uberaba, 26 de fev.1980. p.05

[15] Dona Creuza Aparecida J. Dias, tem 54 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1982. É casada, tem quatro filhos. Era bóia-fria e hoje trabalha na Escola Mun. Profª Stella Chaves, como servente escolar.Entrevistas concedida em 13/08/2004.

[16] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos, é ex-moradora do Conjunto Alfredo Freire.Mudou-se para o Conjunto em dezembro de 1981e nele residiu até 1993. Entrevista concedida em 13/08/2004.

[17] No "Corredor das Tutunas" existe ocupação ilegal de terras. Jornal da Manhã, Uberaba, 05 de jan. 1979. p.01. e "Posseiros vão receber 'casa embrião'. Jornal da Manhã, Uberaba, 21 de jun. 1979. p.01

[18] Kowarick, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.31.

[19] Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes, 56 anos, três filhos. Quando a entrevista foi realizada, em 05/10/2003, seu esposo estava muito doente.Hoje está viúva.. É moradora do Conjunto Alfredo Freire desde novembro de 1981.

[20] Arantes Neto, Antonio Augusto. Paisagens Paulistanas:transformações do espaço público. Campinas, SP:Editora da Unicamp, 2000. p.133.

[21] Kowarick, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.64.

[22] Kowarick, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.28.

[23] Santos, Milton. O Espaço do Cidadão. 2ª ed., São Paulo: Nobel, 1993. p.115.

[24] Sr. Timóteo de Souza , 60 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde nov. 1981. É casado, tem duas filhas e uma neta. E advogado, trabalhador público (INSS) e militante sindical – filiado ao PT.Entrevista realizada em sua casa, em 13/08/2004.

O governo democrático e as Forças Armadas brasileiras

Ednéia Fázio* - UNESP/Franca

Os militares brasileiros jamais foram passivos diante das decisões políticas, ainda mais quando desempenhavam os papéis principais no Estado, ou seja, durante a passagem do regime militar para o civil, na década de 70 e 80.

Esse processo perdurou por alguns anos e teve início com o mandato do General Ernesto Geisel, em 1973, e é caracterizado pela literatura clássica como distensão[1] que visava em última instância não comprometer os militares com a repressão e estabelecer um regime político civil. O aparelho militar iniciou, promoveu e dirigiu a distensão, e isso, o preparou para o exercício de uma nova função política – a tutela[2].

Diante de uma forte oposição e de uma grave crise econômica, os militares optaram por um civil para cumprir o mandato presidencial de 1985-1990 chegando ao fim a distensão e inaugurando a abertura democrática no país.

O candidato, eleito pelas Diretas-Já em 1984, Tancredo Neves, não chegou a tomar posse devido à saúde delicada que o levou a morte e, quem assumiu foi o vice-presidente José Sarney.

As Diretas-Já marcaram segundo alguns pesquisadores, o ressurgimento da sociedade civil brasileira e da sociedade política, mas manteve algumas prerrogativas militares, como o Sistema Nacional de Investigação (SNI) abolido somente nos anos noventa, a permanência das funções do Conselho de Segurança Nacional, o direito de discurso político aos generais, que era institucional, mas foi exercido individualmente, entre outras.

---

* Doutoranda; Membro do Gedes/Cela-UNESP/Franca/SP. E-mail: edneiafazio@uol.com.br.

[1] Segundo a autora Mathias, O termo distensão em Ciência Política, normalmente aparece associado às análises das transições do regime autoritário. Neste caso, ainda que permaneça uma certa fluidez, fruto até do próprio fenômeno, distensão, que também é chamada de liberalização, descompressão ou abertura, é normalmente utilizada como sinônimo de transição. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. Distensão no Brasil: o projeto military (1973-1979). Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, p. 17.

[2] Para explicitar o conceito de tutela nos referimos ao texto de Moraes que assim a define: A tutela política constitui a forma de controle do Estado pelas Forças Armadas uma vez extinta a ditadura militar. Substitui o exercício direto do poder político pelo controle indireto daqueles que legalmente o exercem. In: MORAES, João K. Quartim de, et alii. A tutela militar. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987, p. 97-8.

Assim, as Forças Armadas tiveram uma posição confortável durante o governo Sarney, pois quando este não obtinha apoio parlamentar, recorria a instituição castrense; se sofresse algum fracasso de âmbito econômico, os militares não seriam responsáveis, e se a população apoiasse e legitimasse o governo, não ficariam à margem, pois o apoiavam.

Em contrapartida, o governo reconheceu a autonomia das Forças Armadas e o seu papel político auto-definido bem como o apoio político e os recursos financeiros indispensáveis para a modernização do aparelho militar.

A redefinição do papel político das Forças Armadas adveio do contexto externo, com o pós Guerra Fria e as condicionantes internas relativas à consolidação democrática.

Já a participação política dos cidadãos exercida pela intermediação de um político na relação entre o Estado e o cidadão ficou reduzida ao direito de voto, sendo este até os dias atuais obrigatório, e nas necessidades sociais básicas que não foram atendidas. Um outro personagem desta história, os partidos políticos resumem sua existência apenas em função das eleições e não das necessidades e anseios da população.

Enfim, o sistema político promoveu a identificação da função militar, que é estatal e política, além de técnica e profissional na área de conhecimentos e atuação da defesa nacional e da função da intervenção castrense que age, quando os setores mais conservadores do sistema político são pressionados pelo conflito social às reformas que não querem empreender, então, recorrem a segurança da intervenção militar para suprir às dificuldades e incertezas do jogo político democrático.

Para os militares, o processo de distensão/abertura foi vitorioso, pois o seu controle não fugiu das mãos das Forças Armadas, os conflitos instaurados no interior da instituição foram cessados, o Ministro do Exército aprofundou sua liderança, os militares dedicaram-se mais às questões profissionais e com a anistia tanto os militares, quanto os civis que tinham se envolvido no aparelho repressivo durante o governo castrense não foram julgados, assim como as Forças Armadas, e, isso contribuiu para que o setor castrense preservasse o seu espaço na arena política do país.

Mas a luta por um regime democrático não terminou com as Diretas-Já, ainda necessitávamos da presença de uma Assembléia Constituinte, nomeada pelos representantes do povo e eleita no dia 15 de novembro de 1986, tendo como meta primordial, adequar a estrutura jurídica-política aos valores éticos e ideológicos pertinentes ao consenso majoritário da sociedade, ou seja, elaborar e redigir a Constituição Nacional.

Segundo Moraes o texto constitucional por si só não garante o caráter democrático das instituições políticas de uma determinada sociedade, e sim a importância que esta dá ao princípio da soberania popular que exprime a força adquirida na cultura política de cada povo, o ideário democrático[3].

Da instalação da chamada "Nova República" (15-03-1985) até a eleição da Assembléia Constituinte (15-11-1986), o governo Sarney e os partidos políticos que o apoiavam, reduziram a participação dos representantes da soberania popular a uma simples reforma Constitucional que não modificou se quer a função das Forças Armadas que já não eram mais o governo, mas participou ativamente da reforma.

A redação final da Constituição foi em 1988 e a participação do povo ficou reduzida à escolha de deputados e senadores, mas é de responsabilidade do autor do mandato (o povo) determinar a forma e o conteúdo da delegação do poder constituinte e não quem recebe o mandato (os representantes).

Já a alta hierarquia do Exército brasileiro, durante o advento da "Nova República" e a eleição do Congresso Constituinte, tomou iniciativas e atitudes que reiteram fatos consumados e interesses adquiridos, ficando a cargo dos dirigentes políticos acatarem várias exigências dos chefes militares para assim, concretizar o sonho da "Nova República", entre elas destacamos: a anistia concedida aos militares e a presença de ministros militares no governo, principalmente na área de Defesa e Segurança, ditando as regras da instituição castrense.

Algumas mudanças são assinaladas em relação à atitude das Forças Armadas diante da sociedade e do Estado, entre elas o contexto político, no qual, às atribuições dos

[3]Idem, Ibidem, pg. 86-7.

militares foram reinseridas, uma vez que os métodos e objetivos da Aliança Democrática eram opostos aos dos governos militares, mas as Forças Armadas continuaram preservando suas antigas funções em novas situações políticas. A função específica das Forças Armadas é o exercício de um poder público - a defesa nacional – para isso, necessita dos meios materiais e humanos para assegurar à Nação a preservação da soberania contra agressões armadas.

Quem decide quando e de que forma as Forças Armadas devem agir é o poder político, enquanto expressão da soberania popular, mas durante todo o processo de distensão/abertura, os militares buscaram sua autonomia dentro do Estado e com a instauração da "Nova República" preservaram condições institucionais visando à intervenção política, exercendo desde 1967, com a carta outorgada, o controle direto de vários organismos e instâncias do poder estatal que não se situam exatamente dentro dos quartéis, entre eles, já citamos o SNI, há também a Justiça Militar e o Conselho de Segurança Nacional, entre outros.

Todas essas funções não são de competência específica dos militares, extrapolando suas funções, reforçando e ampliando ainda mais a tutela política. As questões referentes à Defesa Nacional foram distribuídas em seis ministérios (Exército, Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior, Casa Militar e SNI), cada Ministro defendia no governo as prerrogativas das corporações a que pertenciam.

Assinalavam entre outras questões, a precariedade e o despreparo técnico dos demais atores políticos para enfrentar os entraves da Defesa Nacional e conseqüentemente do desenvolvimento nacional, alegando a necessidade da presença militar em todo território nacional, a sua dedicação aos interesses de âmbito nacional, a realização de trabalhos que se debruçavam sobre os problemas nacionais realizado em equipes e a manutenção e melhoria do aparato técnico profissional das Forças Armadas.

A mentalidade militar enfatizava que os seus membros eram os legítimos representantes da nacionalidade e da vontade nacional, subestimando os mecanismos de manifestação de vontade popular, mas diante dos acontecimentos externos, como o

desfecho da Guerra Fria e a abertura do regime democrático, as preocupações com o inimigo externo foram reduzidas e uma nova configuração das Forças Armadas se fez necessária na história política do Brasil.

O papel desempenhado pelas Forças Armadas não foi definido pelos civis, ficando a cargo da própria instituição estabelecer sua orientação profissional destacando o destino das Forças Armadas para a defesa interna e não externa, continuando assim, a interferir nos destinos políticos e administrativos do país elaborando uma organização bem estruturada, com objetivos e estratégias definidas e, fundamentadas em doutrinas específicas da instituição castrense garantindo assim, o seu funcionamento no regime democrático.

Segundo Soares[4], o papel das Forças Armadas enfoca questões internas consolidando uma percepção de que na própria instituição está concentrado o poder de decidir o momento em que a existência estatal encontra-se em risco. Ao voltarem-se para a segurança e a defesa interna após, o regime castrense as Forças Armadas reformularam sua função, a missão, o papel e sua atuação em um regime democrático.

Poderíamos enfatizar que a tutela militar perdurou até o ano de 1990, quando o presidente, eleito pelo voto direto do povo, Fernando Collor de Mello extingui o SNI e reduziu a presença de ministros militares no governo, mas ainda no mandato de Itamar Franco, vice-presidente de Collor, que assumiu o cargo de Presidente da República após o processo de impeachment que depôs Collor de Mello, algumas missões foram atribuídas às Forças Armadas, tais como o reforço ao Projeto Calha Norte e ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), evidenciando a fraca liderança do governo sobre os projetos com forte marca militar.

A ordem interna é concebida como ordem no sentido político, de Segurança Nacional, possibilitando aos militares a interpretação das questões referentes à defesa nacional e a articulação de planos de ação à revelia do poder político.

[4] SOARES, Samuel Alves. Forças Armadas e Sistema Político na Democracia. São Paulo: USP/FFLCH, 2000, pg. 141. (Tese de Doutorado.

Atestam assim, a fragilidade e a precariedade do sistema político e da Nação para formular a defesa interna, enquanto a instituição castrense elabora doutrinas utilizadas com eficiência nos estabelecimentos de ensino militar, o que possibilita aos oficiais uma visão sistematizada e ordenada das questões de defesa, imprescindíveis para a preservação do Estado.

Já as instituições civis ainda não se debruçaram sobre tais questões internas, não formularam um projeto, ou estratégia condizentes com a realidade da população, deixaram o tema Segurança e Defesa Nacional a cargo dos militares e de suas instituições, alegando que tais temas pertencem à esfera militar e não civil, e que esse fato não prejudica em nada o controle que os civis exercem sobre as Forças Armadas, uma vez que o Chefe Supremo da instituição é o Presidente da República e cabe aos representantes do povo decidir o momento e a atuação dessa instituição, o que demonstra o controle exercido pela sociedade civil perante os militares.

Além de todas essas prerrogativas, a instituição castrense continua exercendo autonomia direta nos quesitos educação e reorganização das instituições, visando um novo profissional apto a defender e formular a segurança nacional, ou segundo as falas militares, um soldado condizente com as novas ameaças, sendo estas caracterizadas pelas Forças Armadas, como o narcotráfico, a violência urbana, a ameaça externa e interna ao território da Amazônia, entre outras.

Assim, o ensino castrense que tem a finalidade de proporcionar aos quadros da instituição a habilitação que a sua reprodução requer, à ocupação dos cargos e o desempenho de funções previstas na sua organização, ocupa papel central na temática – autonomia militar, pois é responsável pela formação e adestramento dos oficiais. A formação dos militares assegura homogeneidade de comportamento a seus membros implicando em uma grande adesão a ordem vinda de seus superiores.

Um dos maiores absurdos é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não tem ingerência no ensino castrense, ou seja, não rege a política de ensino militar utilizada nos estabelecimentos de ensino.

Poderíamos apontar outras questões referentes à presença militar na política governamental do regime democrático, instaurado em 1985, mas preferimos neste momento destacar apenas o fato de que as Forças Armadas brasileiras podem até transitar entre um grau exacerbado ou não de autonomia na arena política, mas ainda não perderam o direito essencial da intervenção política e enquanto a direção governamental se contentar apenas em exercer o papel de Chefe Supremo da instituição castrense a intervenção permanecerá nos quesitos internos e externos.

O TRIBUNAL DE COMÉRCIO NO ESTADO IMPERIAL (1850 – 1875)

EDSON ALVISI NEVES

1. APRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO

O Estado Português sempre utilizou a forma de juntas de comércio como meio de controle sobre a produção. A finalidade principal dessas agências estatais, por um lado era garantir o controle do Estado sobre alguma atividade sujeita ao monopólio real. Por outro lado, caracterizava-se pela participação de comerciantes nas decisões do órgão. As modificações dessas juntas ao longo da história deram-se pelo grau de controle do Estado sobre a atividade, traduzido na efetividade da forma instrumental utilizada e do grau de envolvimento de alguns grupos específicos – nobreza e comerciantes. Essa perspectiva de controle estatal é facilmente exemplificada na criação da Junta do Comércio Geral do Brasil, instituída em Lisboa, em 1672[1], cuja finalidade principal para a administração da atividade era coibir o contrabando.

Essa Real Junta do Comércio de 1672, era presidida por um nobre e composta por quatro deputados, sendo dois negociantes, todos nomeados pelo Rei; um Tesoureiro Geral e um Procurador Fiscal, responsável pela defesa das causas da Junta, ambos nomeados entre os desembargadores da Casa de Suplicação,. No seu rito cotidiano, descrito pelo Regulamento, infere-se uma hierarquia com rígida observância de precedência dos nobres sobre os negociantes.[2]

Entretanto, a junta de comércio da Era Pombalina é a que maior influência vai ter no Brasil. Ela nasce do movimento reformador de Sebastião José de Melo (que se tornou o Marquês de Pombal), que se inicia pela reconstrução de Lisboa, mas objetivando uma mudança maior, a da vida política portuguesa. Principalmente, pela necessidade de contornar o predomínio estrangeiro do comércio colonial.

Dentro da estrutura colonial surgiu a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, em 1808. Sendo órgão consultivo, a junta funcionou como arena de articulação dos interesses entre o Estado e os grandes negociantes,.para julgar aplicando o direito português existente. Essa finalidade inicial de tribunal foi

[1] Regimento da Real Junta do Comércio Geral do Brasil, 1673.
[2] A preocupação com os detalhes da hierarquia, presente nas reuniões do órgão, também é observada em diversos órgãos no Brasil, inclusive, no Tribunal de Comércio de 1850.

substituída, aos poucos, pela posição de órgão consultivo da Coroa para assuntos de comércio e indústria. A Real Junta de 1808, não tinha os poderes autônomos da junta pombalina, funcionando em estreita relação com o governo, inclusive, foi presidida pelo Ministro de Estado e Despachos.

O novo Tribunal do Comércio substituiu a Real Junta, com uma redefinição da área geográfica de jurisdição e dos entes regulados[3]. Foram criados Tribunais de Comércio em Salvador e em Recife, que substituíram as mesas arrecadadoras, que era a forma de atuação nas províncias fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro. A obrigatoriedade da matricula em tais tribunais visou à transparência das transações comerciais. O novo modelo do tribunal previu a competência para a formulação de juízos, notadamente, a jurisprudência em casos de disputas comerciais e de instruir e julgar processos de falência.

Nesse aspecto, faz-se necessário ressaltar a distinção entre o Tribunal do Comercio e o Tribunal da Real Junta de Comercio (1808-1850). Este foi uma mera transposição da Real Junta portuguesa – da era pombalina -, cuja finalidade era o controle, pelo Estado, do monopólio das atividades econômicas, sendo, inclusive, presidida por Ministro de Estado, o que permitiu a imposição de uma administração excludente, principalmente em relação aos brasileiros, reservando o comércio de grosso para uma casta[4].

Esse caráter de instância de julgamento de questões comerciais tornou complexa a participação de comerciantes. Através da criação de colégios de comerciantes, para elegerem os deputados, encontrou-se a solução.[5] Os comerciantes a serem votados constavam de listas preparadas pela Praça de Comércio e, obrigatoriamente, deveriam possuir matricula no tribunal ou na antiga Real Junta. A composição do primeiro Tribunal de Comércio na capital do Império teve os seguintes notáveis da praça comercial da cidade do Rio de Janeiro: Conselheiro de Estado José Clemente Pereira – Presidente; os Deputados Joaquim José dos Santos, João Pereira

[3] JUCERJA. *História e transformação do comércio (1755 – 1998)*. Rio de Janeiro : JUCERJA/UNI-RIO, p. 34

[4] CALDEIRA, Jorge. *Mauá – empresário do Império*, cit., p. 70

[5] Decreto nº 696, de 5 de setembro de 1850. Hoje, a composição das Juntas de Comércio, ainda, obedece ao sistema de indicação classista, da seguinte forma: I – a metade do número de Vogais e suplentes será designada mediante indicação de nomes, em listas tríplices, pelas entidades patronais de grau superior e pelas Associações Comerciais, com sede na jurisdição da Junta; II – 1 (um) Vogal e respectivo suplente, representando a União, por nomeação do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo; III – 4 (quatro) Vogais e respectivos suplentes representando a classe dos advogados, a dos economistas, a dos contadores e a dos administradores, todos mediante indicação, em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais;... (Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994).

Darrique Faro, Antônio Alves da Silva Pinto, Antônio Cunha Barbosa Guimarães, João Teixeira Bastos, José Carlos Mayrink e o Desembargador Manoel Machado Nunes como fiscal.

Era competência dos Tribunais de Comércio: regular processos de falência, inclusive pronunciando e determinando a prisão de falidos, ou a sua reabilitação; arbitrar querelas comerciais e responder as consultas com respeito à interpretação da legislação comercial; matricular comerciantes, corretores e agentes de leilões, trapicheiros e administradores de armazéns de depósito; rubricar os livros obrigatórios do comércio; tabelar as remunerações cabíveis a corretores e intérpretes; nomear administradores de heranças sem testamento, se houvesse credores comerciantes; registrar embarcações de curso atlântico; nomear árbitros para a regulação de avarias grossas em embarcações.

Em 1855, surgiu a figura dos Juízes de Direito Especiais do Comércio na capital, em Pernambuco, na Bahia e no Maranhão, para atuarem no primeiro grau do contencioso em matéria comercial, passando o tribunal a funcionar como órgão de segunda instância.[6] Em 1875, dá-se o fim do Tribunal do Comércio com o governo suprimindo a jurisdição comercial e organizando as juntas e inspetorias comerciais. O Tribunal Comum absorve a jurisdição inclusive de segundo grau. Foram criadas Juntas Comerciais na capital do Império, em Salvador, no Recife e em centros regionais como Belém, São Luís, Fortaleza e Porto Alegre.[7]

Os novos órgãos desenhados após a retirada da função julgadora são as Juntas de Comércio (antigas seções daqueles tribunais), com a atividade administrativa antes atribuídas ao mesmo Tribunal de Comércio. Essas Juntas exercem atividade extrajudicial e mantém internamente a estrutura de um tribunal, sendo constituída por órgãos deliberativos independente dos órgãos administrativos, tem sua atividade formalmente prevista em lei que, descreve um desempenho através de processo com previsão de recursos ao molde da formação de um perfeito contencioso, além de ter junto a si, a atuação de uma Procuradoria Regional que fiscaliza o cumprimento das normas *interna corporis*.

O enfoque proposta no projeto centra-se na função julgadora do Tribunal e suas particularidades, para confronta-la com a atuação do Tribunal Comum e a atuação das associações comerciais que funcionava como instância solucionadora de

[6] Decreto nº 1.597, de 1º de maio de 1855.
[7] Decreto Legislativo nº 2.662, de 9 de outubro de 1875.

conflitos em substituição a jurisdição estatal, através da arbitragem obrigatória, prevista pelo Código Comercial. Essa função pacificadora da associação dos negociantes foi atacada pelos opositores até ser modificada por decreto, passando a ser facultativa.

De alguma forma, a proposta não deixa de ser uma aproximação entre História e Direito a partir da conjuntura histórica determinada. Para tal, pretende-se utilizar metodologia semelhante à proposta por Gislene Neder[8] e tendo o Direito como um produto da dinâmica social, assim uma análise da História do Direito. O Tribunal do Comércio significou o atendimento a demanda dos negociantes, que participaram da elaboração do Código Comercial, inclusive. Conseguiram inserir naquele diploma uma ideologia condizente com o capitalismo externo, que de alguma forma se insere no discurso jurídico do Estado.[9] O que não parece claro é a aproximação entre o discurso oficial e a pratica estatal, na medida em que a Coroa não abre mão do controle deste Tribunal, embora sua composição predominasse a representação dos negociantes.

Nesse contexto, observa-se a imposição de uma precedente arbitragem obrigatória imposta pelo referido código como a pratica de uma ideologia do grupo dos negociantes, para possibilitar o afastamento do Tribunal ao deslinde de determinados conflitos. Em sentido contrário, observa-se o discurso de determinados membros da política imperial, alegando a inconstitucionalidade não só dessa obrigatoriedade, como da existência de juizes do tribunal em destaque sem uma formação jurídica. Têm-se, assim, praticas que confirmam o sempre referido bacharelismo que influenciou toda a estrutural estatal. Pode-se entender, que a conquista pelos negociantes para a instalação de um curso do comércio é uma reação a essa ideologia.

De qualquer forma, em um prazo de apenas cinco anos, foi criada a figura do juiz especial do comércio – um bacharel –, com a finalidade de afastar o Tribunal do Comércio das decisões em primeiro grau. Não resta duvida, que representa mais uma vitória da ideologia dominante. Tudo isso, reforça a posição de Gizlene Neder: “O Direito enquanto pratica social e ideológica, desempenha um papel de destaque na construção do Estado Nacional no Brasil.”

2. OS NEGOCIANTES NO JOGO DO PODER

[8] Ob. cit., p.26.
[9] V. NEDER, Gizlene, ob. cit., para o significado de discurso jurídico.

Nos meados do século XIX o Brasil Império foi marcada por um período de convivência do escravismo colonial com as praticas capitalistas, normalmente pautadas em outro modo de produção. Na formação social brasileira o auge da lavoura exportadora escravista coincide com o desenvolvimento comercial, bancário e industrial e, o aparecimento de uma classe de mercantilistas. A cafeicultura introduzida representa esta transição, à medida que o cafeicultor se apresentava integrado à dinâmica das metrópoles capitalistas e, ainda baseava a produção de suas riquezas no sistema escravista. Outros indivíduos retiravam suas riquezas das relações capitalistas no setor de importação e exportação, de transformação ou, no setor financeiro da Corte. Todavia, as relações capitalistas não predominavam nesta formação sócio-econômica da época.

O atendimento da demanda destes negociantes implicava a montagem de uma ordem jurídica abalizada no avanço do capitalismo mundial. Contudo, interessava garantir os reclames da ordem anterior, o que gerou uma produção jurídica original no Brasil, articulando os interesses de setores tradicionais, pautados nas Ordenações Filipinas, com os pautados nos mais avançados códigos existentes nos países europeus "civilizados".

Para a inserção do Brasil Imperial no mercado internacional capitalista, tornava-se crucial a montagem jurídica e política da sociedade, para acompanhar as transformações que ocorriam nas economias centrais. Esta necessidade decorria do fato do Brasil estar inserido no mercado e ter sua economia pautada na exportação de produtos primários, principalmente o café[10].

O aumento de capital na esfera da circulação, correspondeu à ampliação de representantes dos negociantes na vida pública, podendo-se atribuir a longevidade das relações escravistas de produção à hegemonia política dos escravocratas que retardam ao máximo a abolição do trabalho escravo, na tentativa de recuperar o capital mobilizado em escravia.[11] Isto fica claro na cafeicultura paulista que foi decisiva para o fim do cativeiro. A sua elite progressista em processo de aburguesamento é favorável ao fim da escravidão, por não mais depender dela.[12] Observa-se que até as vésperas da abolição, os cafeicultores paulistas defenderam calorosamente a escravidão[13] e, o fim da escravidão não significou o estabelecimento de relações

[10] Depois de 1840, 60 % das exportações brasileiras eram de café.
[11] HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto*. Santos : Hucitec, 1996, p. 35.
[12] GRAHAN, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo.*. São Paulo : Perspectiva, 1979.
[13] FRAGOSO, João Luis. "O império escravista e a República dos plantadores" , em: LINHARES, Maria Yeda (org.). *história geral do Brasil*. Rio de Janeiro : Campus, 1990

capitalistas de produção no oeste paulista. A instituição do sistema de colonato veio confirmar a continuidade da exploração do trabalho, ainda, sem bases salariais[14].

Os grandes negociantes, como demonstra Theo Laborinhas Pineiro, acumularam riquezas, antes da chegada da família real, que lhes permitiram controlar as atividades urbanas e interferir diretamente na economia. No decorrer do tempo, souberam utilizar o trunfo para extrair vantagens: financiando a coroa e administradores a troco de títulos e favores que possibilitaram a ampliação de seus negócios, fizeram alianças com os proprietários de terras e escravos, para garantir os seus privilégios fundaram associações, alinharam-se ao regente no Primeiro Reinado para proteger seus interesses, reaproximaram-se dos produtores rurais fluminenses garantindo a participação no bloco do poder, durante o Segundo Reinado, direcionaram seus negócios para a atividade bancaria e lutaram contra o capital estrangeiro.[15]

Ao se relacionar ao jogo do poder a classe de atores sociais ligadas à atividade urbana, faz-se necessário à distinção e o reconhecimento da existência de uma determinada estratificação desse grupo, onde se verifica o Negociante e o comerciante. Pode-se assentar que a distinção entre Negociante e Comerciante não se reduz a aspectos formais ou a volume de riqueza, mas se define a atividade exercida. Como acentua Raimundo Faoro:

> O Segundo Reinado será o paraíso dos comerciantes entre os quais se incluem os intermediários honrados e os especuladores prontos para o bote à presa, em aliança com Tesouro. A velha dupla, estamento e comércio, dá-se às mãos, modernizadora nos seus propósitos, montada sobre a miragem do progresso.[16]

O Negociante, em alguns trabalhos chamados de “homens de grossa aventura”[17], está sendo entendido como o detentor do capital ou, em alguns autores[18], são especuladores, que também investem no tráfico de escravos, permitindo-lhes um determinado controle em setores essenciais da economia por comandar o crédito, o fornecimento de mão-de-obra, o abastecimento, a importação e exportação e a

---

[14] MARTINS, José de Souza. *Cativeiro da terra*. São Paulo : Ciências Humanas, 1991.
[15] PINEIRO, Theo Lobarinhas. *Os simples comissários*. Tese (Doutorado em Historia) Rio de Janeiro: UFF, 2002, Conclusão.
[16] FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1975, v. 2, p. 437.
[17] FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
[18] FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1975, v. 2, p. 437.

arrematação de impostos. Enfim, os proprietários do capital caracterizavam-se pela capacidade de diversificação da área de atuação.[19]

A aliança com os produtores fluminenses permitiu aos negociantes a subordinação dos demais setores urbanos. E, Ilmar R. de Mattos aponta que os proprietários escravistas da região cafeeira fluminense tornaram-se dominantes, em relação aos de outras regiões e se inserindo na condução do poder do Império.[20] Pode-se afirmar que os proprietários de capital se inseriram no Projeto Saquarema de poder.

Esse grupo, os negociantes, buscou a sua hegemonia frente aos segmentos urbanos não só através da organização dos setores, como pela criação e atuação de associações[21], como: Corpo do Commercio, Sociedade dos Assinantes da Praça e a Associação Comercial do Rio de Janeiro.[22]

3. A PRODUÇÃO LEGISLATIVA NO ESPAÇO JURÍDICO

O que se vê caracterizado para o período da economia imperial brasileira é uma complexidade e diversidade, que chama a atenção nas questões da montagem da infra-estrutura econômica. Isto representa a necessidade de atenção nos detalhes da estruturação jurídica capaz de atender o novo modelo sócio-econômico que, então, se desenhava. Uma das características da construção dogmática jurídica na constituição de instituições de direito no capitalismo é a manipulação e rearticulação do existente – normas, conceitos e instituições jurídicas de outras formações socioeconômicas – para a montagem da juridicidade do novo modelo de produção social.[23]

Antonio Carlos Wokner entende que a tradição jurídica do ocidente demonstra a grandes construções jurídicas permeando as concepções ideológicas de ter do jusnaturalismo e o formalismo do positivismo.[24] Os jusnaturalistas apontam a necessidade de um critério de avaliação das normas para lhe medir a justiça da

---

[19] *Idem*.
[20] MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Ob. cit.
[21] PINEIRO, Theo Lobarinhas. *Os simples comissários*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Historia da UFF, 2002, Introdução.
[22] VIEIRA, Rubenita. *O Tribunal do Comércio: Modernização e Imobilismo (1851-1889)*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[23] HONORATO, Cezar, op. cit., p. 66.
[24] WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideología, Estado e Direito*, 3. ed. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

origem e do conteúdo, sem conseguir determinar o padrão. Os positivistas consideram todo o Direito na ordem social pela lei do Estado.[25]

Aurélio Wander Bastos afirma que as correntes jusnaturalista têm como origem à idéia de identidade entre direito e justiça, inexistindo o direito injusto, a base é a origem natural do Direito.[26] Todavia, essa origem natural pode não passar de uma ideologia que serviu para justificar uma determinada ordem estabelecida. Fato notado pela prevalência do direito natural na Idade Media como base para o sistema feudal, que sem nenhum questionamento não respeitava direitos elementares.[27]

No movimento denominado de burguês, o mesmo direito natural teve salpicado os preceitos da razão humana na sua emanação divina, amoldando-se ao pensamento liberal contratualista. Daí a afirmativa de Wolkmer, que a função ideológica da teoria jusnaturalista, ao defender um ideal eterno e universal, escondia seu real objetivo de possibilitar mudanças nas relações políticas, econômicas e sociais, sem revelar os verdadeiros beneficiados.[28]

O positivismo se calca em uma ideologia que afasta todo fundo metafísico e racionalista do Direito, para compreendê-lo em uma visão simplista de funcionalidade das estruturas legais em vigor. Descarta os juízos de valores em nome de neutralidade cientifica. Nessa concepção Direito e Estado podem se confundir, pois, o Estado e a ordem jurídica vigente na teoria de Kelsen, ou se não os confundem, o Direito é dependente do Estado ao mesmo tempo em que o limita. A noção é falsa na medida que a historia e a sociologia mostra a existência de Direito fora do Estado ou antes deste. Sob um ponto de vista sociológico, o direito estatal resulta da pressão de fatores sociais, dentre os quais o econômico e o político.[29]

4. O IMPACTO DO CÓDIGO COMERCIAL E DO TRIBUNAL DO COMÉRCIO NA MONTAGEM DO ESTADO IMPERIAL

Carlos Gabriel Guimarães[30] aponta o processo de centralização do Estado Imperial brasileiro e a sua produção legislativa: a Reforma Tarifária de 1844, a Reforma Monetária de 1846, a criação do Código Comercial, a Lei de Terras, o Fim do Tráfico de Escravos, essas últimas em 1850. Afirma que essas leis constituíram-se no canal de mediação e legitimação do Estado. Apoiado no historiador inglês Edward Thompson: “Assim, a lei (concordamos) pode ser vista instrumentalmente como

[25] BARBOSA FILHO, Ari Francisco. “As concepcoes do direito e a ideologia dominante”. In *Dissertar*, ano 2, n. 4, Rio de Janeiro: ADESA, 2003.
[26] BASTOS, Aurélio Wander. *Introdução a teoria do direito*, 3. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.
[27] LYRA FILHO, Roberto. *O que e odireito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
[28] WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideología, Estado e Direito*. Ob. cit.
[29] GUSMAO, Paulo Dourado *Introdução ao estudo do Direito,* 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
[30] GUIMARAES. Carlos Gabriel.

mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente como sua legitimadora."[31]

As elites políticas pressionam para a definição de um conjunto de reformas institucionais que amparassem o crescimento econômico. Pois, mesmo após a independência, no âmbito das relações sociais, continuou-se a aplicação direta da legislação portuguesa até que o país construísse o seu arcabouço legislativo. Contudo, através da *Lei da boa razão* (18 de agosto de 1769), teve incidência direta em território brasileiro o Código Comercial francês e, posteriormente, também os Códigos Comerciais: espanhol de 1829 e português de 1833. "A modernização conservadora exigiria a presença de interesses industriais capazes de impulsionar a transformação mais rápida e plena do campo na direção da economia de mercado."[32]

Diante dessa convulsão sócio-econômica que marcou a capital e o país de uma forma geral, pode-se facilmente vislumbrar a importância que o Código Comercial vai exercer na vida do Império, a partir de 02 de maio de 1850, sendo da autoria de José Clemente Pereira e dos negociantes estabelecido na praça do Rio de Janeiro, José Antônio Lisboa, Inácio Ratton, Lourenço Westin e Guilherme Midosi.

Embora uma obra atualizada e de boa técnica, foi atacada sob diversos aspectos, como se observa em Bernardo de Vasconcelos, no Senado, que o classifica de exorbitante por tratar de assuntos da órbita civil, mercantilizando tudo. Situação que pode ser considerada até louvável por outros em razão da ausência de um Código Civil.[33]

Para Carlos Gabriel Guimarães ficou claro que a promulgação do código exprimiu um certo consenso entre as frações da classe dominante, na medida que os **monopólios** foram garantidos.[34]

> (...) O dinamismo das atividades urbanas ligadas ao comércio de exportação, contudo, reclamava medidas para a modernização das instituições econômicas. A abolição do Tráfico e a edição do Código Comercial, em 1850, formaram as duas medidas de maior impacto na vida do país. Resultado de uma longa tramitação de projetos no parlamento iniciada ainda

[31] THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores. A origem da Lei Negra*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 353
[32] *Idem*.
[33] FONSECA, Roberto Piragibe da. *Introdução ao estudo do Direito*, 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984, p. 209. O Código Civil só obteve a publicação em 1916 o que justifica e explica a abrangência maior do Código Comercial e a relevância em todas as áreas negociais do Império.
[34] GUIMARAES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Casa Bancaria Maua, McGregor &Cia (1854 – 1866)*. São Paulo: USP. Tese (Doutorado), 1994.

> nos anos 30 – com participação dos grandes comerciantes, assinantes da Praça do Comércio – o Código Comercial marcou uma maior clareza no horizonte dos direitos e deveres legais envolvendo transações mercantis.[35]

Fran Martins[36], como outros juristas[37], não desconhecem o impacto do Código Comercial na organização do Estado Imperial. Aponta-se esse impacto primeiro em razão dos tipos de relações que esse passa a regular e que ultrapassa a atividade comercial. Segundo por diferenciar o comerciante do auxiliares do comercio – leiloeiros, trapicheiros, corretores -, função também apontada por Rubenita Vieira[38]. E a atividade comercial na visão de Raimundo Faoro passou a ser a atividade condutora da vida econômica do país.[39]

O terceiro ponto impactante, anotado por Fran Martins, diz respeito aos privilégios concedidos aos comerciantes: passar procurações particulares equiparadas as do tabelião (art. 21), contrair obrigações de qualquer valor por documento particular (art. 22), foro privilegiado em caso de morte (art.309 e 310), direito do falido de pedir ao juiz uma importância mensal (art. 825), direito de pedir moratória (art. 898) e direito de ser deputado nos colégios comerciais.[40]

A nosso ver a importância do Código Comercial no Império é representada pelos sucessivos golpes que este foi sofrendo, através da legislação esporádica que foi lhe adaptando e modificando a cada crise econômica ou política: Dec. 917/1890 revogou a terceira parte do código, referente às quebras, Dec. 150/1882 revogou a partes das sociedades anônimas, dentre outros.

Não se pode olvidar o relevo da legislação complementar ao Código Comercial, os Regulamentos 737 e 738. O Regulamento 737 constituiu-se em um Código de Processo Comercial para regular aqueles feitos, mas, na realidade, terminou abrangendo toda a atividade jurídica processual da época, por ter sua incidência nos processos cíveis determinado pelo Dec. 763/1890. Considerado por diversos especialistas como o mais perfeito código de processo das Américas, dentre eles: Joaquim Nabuco, Fran Martins, Waldemar Ferreira, Carvalho de Mendonça, teve aplicação mesmo depois da extinção do Tribunal do Comércio.

Contudo, observa-se que em grande parte dos trabalhos o Código e o Tribunal em relevo não foram observados com certa profundidade, isto ocorre em

---

[35] JUCERJA. *História e transformação do comércio (1755 – 1998)*. Ob. cit., p. 32.
[36] MARTINS, FRAN. *Curso de Direito Comercial*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 53-56.
[37] BULGARELLI, Waldirio. *Direito Comercial*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p.38-44; REQUIAO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1. v., 1995, p. 14-17; FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 1. v., 1960, p. 97-132 e _____. *Instituições de Comercial*. São Paulo: Max Limonad, 1. v., 1954, p. 36-61.
[38] Ob. cit.
[39] FAORO, Raimundo, ob. cit.

Raimundo Faoro que, entretanto, sustenta a importância e o domínio econômico dos negociantes da praça do Rio de Janeiro, enquanto uma casta a se sobrepor sobre os demais personagens urbanos. Da mesma forma, Caio Prado Junior reconhece o grupo dos negociantes e o seu poder dominante, mas não destaca o inter-relacionamento deste com o poder político dominante, nem a importância reflexiva do Tribunal ou do Código Comercial.

O Tribunal do Comércio constitui uma tradição que remonta à Idade Media, às origens do próprio direito do comércio que foi constituído através da jurisprudência formada nesses tribunais classistas originados nas Corporações de Oficio. A necessidade desses tribunais surgiu em decorrência da impossibilidade do Direito Civil ser aplicado nessas relações e da inadequação dos tribunais comuns resolver as querelas do comércio, em razão do formalismo e da burocracia a que se submetem.[41]

Todavia, o Tribunal do Comércio sempre sofreu criticas como se observa, em 1853, na afirmação do deputado Ângelo Ferraz da inconstitucionalidade de comerciantes sem formação jurídica comporem o Tribunal[42], logicamente uma firmação presa ao ideal do bacharelismo

Com relação à funcionalidade também foi criticado, como relatado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Justiça, Ildefonso Souza Ramos: "Os Tribunais do Comércio, e Juntas, continuam a funcionar com regularidade, mas limitadas como se acham as suas atribuições, pouco importantes tem sido os seus trabalhos." Mais adiante, inclusive, aponta que os presidentes dos tribunais localizados no Rio de Janeiro e na Bahia afirmavam da conveniência de revisão do Código Comercial no tocante à administração da justiça.[43] Nesse sentido, também, a posição assentada na pesquisa JUCERJA/UNI-RIO que conclui que uma fragilidade do Tribunal do Comércio foi a composição por comerciantes que terminava tendo interesse o que gerou decisões prolixas.[44]

Contrariamente, foi a manifestação do presidente do Tribunal do Comércio da Bahia: "menor o inconveniente que se nota no atual estado de coisas, quando se observa a confusão em que estão os Cartórios e Juizes, estes para julgarem, e aqueles para processarem causas, cuja marcha tanto se afasta da antiga rotina"[45] No mesmo sentido Nabuco de Araújo entendeu que a composição do Tribunal

---

[40] MARTINS, Fran, ob. cit., p.32.
[41] FERREIRA, Waldemar. *Tratado*, cit. e *Instituições,* cit.; MARTINS, Fran. *Curso,*, cit.; MENDONCA, J. X. Carvalho. *Tratado*, cit.; REQUIAO, Rubens. *Curso*, cit.
[42] NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*, cit., p. 198.
[43] JUCERJA, ob. cit, p. 38.
[44] *Idem*.
[45] *Ibidem*, p. 207.

o torna "mais pratico e competente" e o comerciante tem "menos motivo de queixar-se sendo julgado por seus pares; os juizes comerciantes".[46]

Os motivos da criação do Tribunal no século XI, mostram-se presentes com o passar do tempo, como pode ser observado na manifestação da Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no ano de 1882, ao responder quesitos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito: "Em negócios mercantis uma decisão muito demorada é porventura pior que uma sentença injusta mas breve"[47]

> Apesar do reconhecimento de que magistrados estaduais e federais estão buscando aprimoramento na área de marcas e patentes, durante reunião realizada ontem pela Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) não faltaram criticas ao despreparo não só de juizes como de peritos, e também ao entrecruzamento de competências federal e estadual para o deslinde de litígios judiciais nesta área. [48]

6. AS INSTÂNCIAS SOCIAL, POLÍTICA E JURÍDICA DO IMPÉRIO

Realizada a aliança com os senhores escravistas fluminenses e participando do bloco no poder, a hegemonia dos negociantes representou a incorporação ao projeto de um ideário estatal conservador[49] e, ainda, pela participação dos quadros estatais.[50]

Logicamente, que se referir a bloco de poder não significa indicar uma convivência pacifica, mas a um embate que leva um **reconstruir constante do Estado** na interação com outras dimensões[51]. Onde se firma a importância dos elementos de coesão – instrução, conduta, experiências, etc - das classes sociais. O fenômeno jurídico é um dado histórico-social que expressa um modo de produção e relação estabelecidas de poder, segurança, controle e dominação. Considerando também a inter-relação entre o Direito e os fatos sociais que constituem a eficácia de seu sistema normativo, surgindo dai uma ideologia especifica do poder. A relação jurídica resulta do conhecer e reconhecer o mundo circundante e o direito, enquanto

---

[46] NABUCO, Joaquim, ob. cit., p. 198.
[47] VIEIRA, Rubenita. *Tribunal do Comercio*, cit., p. 210.
[48] Jornal do Commercio, de 28JUN02, p. B-10.
[49] SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Ob. cit.; MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Ob. cit.; MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. Ob. cit.
[50] Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
[51] MENDONCA, Sonia Regina de. "Estado e exclusão social no Brasil Agrário". In *A margem*, n. 3, Rio de Janeiro, 1993, p. 16.

ciência, não se desassocia da ideologia. A ciência não só se impregna de ideologia, como serve de instrumento de dominação social pelos que detém o poder.

A ideologia nesse contexto apresenta-se como uma força sócio-politica normativa, cujo respaldo encontra-se no próprio poder estatal, o que a torna obrigatória pela força da sanção, permitindo a extratos ou frações de grupos sociais uma ação nas suas relações de convivência e em seus direitos, tendo como substratos os sistemas político-ideológicos organizados. O fenômeno ideológico então, manifesta-se em todas as dimensões da vida individual e coletiva. Assim, na ordem jurídica sempre se assenta o confronto de forças hegemônicas em uma organização estatal institucionalizada, justificando-se cada sistema jurídico através dos parâmetros sociais que levaram a essa organização. Donde, a ordem jurídica é sempre o reflexo de um arcabouço ideológico.[52]

Nesse raciocínio é que Roberto Lyra Filho[53] indica três abordagens para ideologia, sendo como: crença, falsa consciência e instituição. A ideologia pode se manifestar como crença, através de um conteúdo com elementos de natureza sublimar, formas míticas, com extremado poder de persuasão. A ideologia como crença falsa leva a abordagem da falsa consciência. Uma forma de entorpecimento intelectual pela propaganda dos forjadores de ideologia, onde a realidade é substituída pela imagem que melhor se adaptarem aos propósitos políticos ou sociais. O caráter institucional da ideologia como fenômeno que se cria na sociedade pode ser habilmente percebida e tornar-se importante instrumento de dominação.

Dentre as concepções de ideologia, Marilena Chauí[54] a sintetiza como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações de normas que indicam aos membros da sociedade o que e como devem ser, fazer, valorar. Abrangem todas as possibilidades de convivência, oferecendo um corpo explicativo, cuja função básica é dar a sociedade uma explicação racional, buscando formar uma identidade social de todos para todos.

Nas palavras de Osvaldo Ferreira de Melo a Política Jurídica, em uma dimensão de práxis, necessita alcançar a norma que responda tão bem quanto possível as necessidades gerais, garantindo o bem estar social pelo justo, pelo útil, sem descuidar da **segurança jurídica** ou arriscar o **Estado de Direito**[55] - que

[52] BARBOSA FILHO, Ari Francisco. "As concepcoes do direito e a ideologia dominante". In *Dissertar*, ano 2, n. 4, Rio de Janeiro: ADESA, 2003.
[53] LYRA FILHO, Roberto. *O que é o Direito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
[54] CHAUI, Marilena. *O que e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
[55] MELO, Osvaldo Ferreira de. *Temas atuais de política do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994.

acrescemos pode ser entendidos como a noção de **ordem** imposta naquela sociedade, segundo aponta Ilmar R. Mattos[56].

Ainda, Osvaldo Ferreira de Melo aponta que para a norma jurídica ganhar a legitimidade social deve ser matizada pela idéia e o sentimento do útil e do ético. A referencia para a aceitação da norma esta no nível de congruência com o socialmente desejado – ou o idealizado pelo bloco dominante – e basicamente necessário a eticidade das relações humanas. O esforço de conciliação entre Direito e Política cabe a Política Jurídica. Por isso, é possível a busca de uma teorização sobre a conciliação entre Política e Direito, enquanto categorias socialmente úteis e éticas, compreendendo-os como espaços de permanente influencias recíprocas.[57]

A Política Jurídica volta-se para a construção e reconstrução constante do Direito a partir dos elementos fornecidos pela sociologia, pelos novos fundamentos, pelos conteúdos da práxis social e pelos elementos impregnados no imaginário social da comunidade.[58]

Ante uma necessidade legitimar a produção legiferante o direito novo é construído sobre o conjunto de tradição jurídica, criando-se novas soluções jurídicas a partir dos elementos desconjuntados das antigas. O aproveitamento da casca do antigo, onde se floresce o novo direito é a operação pela qual, os jurisdicistas acabam inventando tradições. Criam-se novos conceitos que, de alguma forma, precisam ser históricos, garantindo sua idoneidade e neutralidade social. Tal operação não é única do direito e está claramente presente na ideologia da sociedade burguesa.

> ”Por *tradição inventada* entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitos; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição (...). Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado (...) contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, a tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em outras palavras, elas são reações a situações novas que assumem a forma

[56] MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. Ob. cit.
[57] MELO, Osvaldo Ferreira de. *Temas atuais de política do direito*. Ob. cit.
[58] DIAS, Maria da Graca dos Santos. *A justiça e o imaginário social*. Florianópolis: Momento Atual, 2003, p. 83.

de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória."[59]

Essas tradições inventadas na instância do jurídico se consolidam em uma dogmática jurídica, que se reflete nas instituições e práticas jurídicas. A conformação do Estado, quando o modelo político é substituído, continua sendo a base para busca de novas soluções jurídicas. "Cabe a instância jurídica no capitalismo funcionar como reserva ideológica da sociedade, por nomear, designar qualificando os homens, as coisas e as práticas sociais de uma forma genérica, abstrata e naturalista, para a partir de então, construir a sua dogmática."[60]

A racionalidade assumida pelo Estado moderno, onde o poder deixa de ser fruto da vontade divina para ser obra da ação dos indivíduos, necessita resguardar algumas premissas básicas para a manutenção e legitimação de ordem política instaurada. Inclui a necessidade de criar uma dogmática jurídica precedente para se construir o novo pacto social.

Importância fundamental nessa dogmática, teve a instância jurídica, evidenciada na sua exteriorização em leis escritas, válidas para toda a população, sendo autônoma em relação aos interesses que estas leis possam representar, da forma de aplicação ou, da participação popular na sua elaboração. Este *direito positivo* – este entendido como o ordenamento jurídico em vigor num determinado lugar em determinada época – foi o legitimador desta nova ordem política, na medida que buscava exatamente, negar toda agregação de interesses de classe, transformando a lei em código de conduta social, acima e contrária aos interesses particulares.

O Estado, enquanto produtor e aplicador da lei, teria essa mesma mentalidade, pairando sobre indivíduos e as classes sociais. A ocorrência de o Estado privilegiar alguém ou atender aos interesses de uma classe configura uma disfunção.

O Estado moderno arvora-se como poder público, do povo para o povo, por ser constituído pela manifestação explícita da sociedade através do voto, garantidor da igualdade política e, por isso, depositário da justiça.

A aferição da aplicação da justiça ou de sua deturpação vai ser consagrada através do princípio da publicidade das suas ações em todas as áreas. Esse princípio é fundamental nessa nova ordem, por garantir a todo cidadão o conhecer e utilizar a

[59] HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

lei, concomitante ao papel de fiscal da atuação do Estado. Uma forma de legitimação política característica da sociedade burguesa.

Com a legitimidade garantida pela publicação e divulgação, o Estado assume para si território e práticas sociais que antes estavam em poder da sociedade e, por atuar em nome de todos e ao divulgar esta atuação estaria garantindo a lisura, o controle e o direito de contestação de todos os que se sentem ameaçados. O pressuposto é que o poder é exercido por delegação da sociedade, sendo um espelho dessa. O que garante a transparência do espelho é o acesso de todos às informações.[61]

Neste aspecto fica fácil a análise da trajetória do Tribunal de Comércio no Brasil criado nos mesmos moldes de Portugal, servindo de instrumento intervencionista da Coroa, regulando a forma de atuação no centro comercial, através da matricula, mantendo o monopólio do Estado Português e a exclusividade das atividades privilegiadas a uma determinada casta.

O Tribunal de Comércio pós Código Comercial, além de servir de instrumento de política governamental através da organização do registro comercial, é fórum de interesses empresariais, expressados na sua composição de comerciantes representantes de determinadas elites. Esta representação, em algumas oportunidades, traduziu-se em atuação direcionada na solução de litígios, principalmente, nos casos de quebra, onde o membro era parte interessada e dispunha de informações importantes sobre a situação do mercado.

Conforme a concepção de Luhmann, o direito pode ser reconhecido como um sistema funcionalmente fechado e especializado no controle do código-diferença "lícito/ilícito", exclusivamente pelo sistema jurídico. Esse fechamento do sistema é garantido pela norma. A abertura está na escolha entre o lícito e o ilícito, que é condicionado pelo meio ambiente. Isto possibilita a integração do Direito Positivo à realidade, sem significar uma abertura. Pois, os fatores do meio ambiente são absorvidos conforme os próprios critérios do sistema, não sendo diretamente influenciado por ele. Neste caso, temos o direito autopoiético, por ser um sistema que se reproduz sob seus próprios critérios, garantindo a continuidade filosófica, ou seja, dentro da própria tradição.[62]

---

[60] HONORATO, Cezar, op. cit., p. 65.
[61] HONORATO, Cezar, op. cit., p. 65
[62] NEVES, Marcelo. Constitucionalização simbólica. São Paulo : Acadêmica, 1994, (espec. cap. IV).

A falta de autonomia do Direito Positivo, significa a sobreposição de outros códigos de comunicação, especialmente o econômico (ter/não ter) e o político (poder/não poder), sobre o código "lícito/ilícito", prejudicando a racionalidade e a funcionalidade. Neste caso, o sistema é alopoiético por se reproduzir a partir de fatores externos interferentes, e o resultado é a "subintegração" e a "sobreintegração". Se a subintegração significa dependência dos critérios do sistema (político, econômico, jurídico, etc) sem acesso a suas prestações, a sobreintegração corresponde aos benefícios do sistema sem a dependência de suas regras e critérios.[63]

A falta de autonomia significa a subordinação do Direito ao poder político num contexto de constitucionalização simbólica, tal subordinação não implica em autonomia do poder político. Na falta de sistema normativo-jurídico efetivo que se possa utilizar legitimamente, para se imunizar das pressões concretas de "cima" e de "baixo", os governantes ficam suscetíveis às influências e compensatórios de "legitimação".

A Constituição de 1824 tem toda essa mística de um diploma representante de um Estado de concepção liberal, onde se apresentam garantias formais, mas sem os mecanismos de efetivação: tolera a escravidão, estabelece um sistema eleitoral excludente (art. 92-95) e adota a figura do Moderador (art. 98-101), requisitos absolutistas, mas, tinha declaração de direitos individuais (art. 179), traço liberal. Esses direitos civis alcançaram níveis baixos de realização e os procedimentos constitucionais submeteram-se a deturpação no processo de concretização. Todavia, o "mundo falso" da Constituição atuava no "mundo verdadeiro" através do discurso. A ineficácia jurídica do texto constitucional era compensada pela sua eficiência política como mecanismo simbólico-ideológico de "legitimação".

7. BIBLIOGRAFIA BASICA

7.1) Fontes Primarias

Associação Comercial do Rio de Janeiro. *Relatórios e documentos*.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*.

BRASIL. *Coleção de leis e decretos do Império*.

BRASIL. *Código Comercial do Império*.

[63] Idem.

COSTA, SALLUSTIANO Orlando de Araújo. *Código Comercial comentado e anotado*. Rio de Janeiro: Eduardo Henrique Laemmert, 1869.

JUCERJA. *Relatórios e documentos*.

Periódicos: Jornal do Comercio (1850/1875) e Monitor Mercantil (1850/1875)

7.2) Fontes Secundarias

BARBOSA FILHO, Ari Francisco. "As concepções do direito e a ideologia dominante". In *Dissertar*, ano 2, n. 4, Rio de Janeiro: ADESA, 2003.

BASTOS, Aurélio Wander. *Introdução à teoria do direito*, 3. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

BULGARELLI, Waldirio. *Direito Comercial*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá – empresário do Império*.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DIAS, Maria da Graca dos Santos. *A justiça e o imaginário social*. Florianópolis: Momento Atual, 2003.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói: ICHF-UFF. Tese de mestrado, 1997.

FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 1. v., 1960.

_____. *Instituições de Comercial*. São Paulo: Max Limonad, 1. v., 1954.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FONSECA, Roberto Piragibe da. *Introdução ao estudo do Direito*, 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

GRAHAN, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo.*. São Paulo : Perspectiva,

GUIMARAES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Casa Bancária Mauá, McGregor &Cia (1854 – 1866)*. São Paulo: USP. Tese (Doutorado), 1994.

GUSMAO, Paulo Dourado *Introdução ao estudo do Direito,* 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

HONORATO, Cezar Teixeira. *O polvo e o porto*. Santos : Hucitec, 1996.

_____. Direito e História: Algumas reflexões acerca do Segundo Reinado. *Cadernos do ICHF*, n.º 71, abril de 1995.

JUCERJA. *História e transformação do comércio (1755 – 1998)*. Rio de Janeiro.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboço de história empresarial)*. Rio de Janeiro : FEA-UFRJ. Tese de titular.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é o direito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MARTINS, FRAN. *Curso de Direito Comercial*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Cativeiro da terra*. São Paulo : Ciências Humanas, 1991.

MELO, Osvaldo Ferreira de. *Temas atuais de política do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994.

MENDONCA, Sonia Regina de. "Estado e exclusão social no Brasil Agrário". In *A margem*, n. 3, Rio de Janeiro, 1993.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.

MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Direito*. Lisboa, Ed. Estampa, 1989.

NEVES, Marcelo. *Constitucionalização simbólica*. São Paulo : Acadêmica, 1994.

PINEIRO, Theo Lobarinhas. *Os simples comissários*. Tese (Doutorado em Historia) Rio de Janeiro: UFF, 2002.

REQUIAO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1. v., 1995.

THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores. A origem da Lei Negra*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, Rubenita. *O Tribunal do Comércio: Modernização e Imobilismo (1851-1889)*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideología, Estado e Direito*, 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

A HISTÓRIA DO BASQUETE MASCULINO PROFISSIONAL DE LONDRINA (1996 - 2004)

EDSON HIRATA
PPG- UEPG/CEFET – PR - Campo Mourão

LUIZ ALBERTO PILATTI
CEFET – PR - Ponta Grossa

INTRODUÇÃO

A equipe de basquetebol eleita para ser investigada tem sua sede no município de Londrina. O município localiza-se no norte do Estado do Paraná e foi fundado em dezembro de 1934. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), a sua população é de 447.065 habitantes, o que a posiciona como a terceira maior cidade da região Sul do Brasil, atrás de Curitiba e Porto Alegre.

Atualmente, Londrina tem conquistado certo destaque no cenário nacional pelas atuações de seus atletas e equipes em eventos esportivos, e, por isso, o vínculo da comunidade com o esporte é expressivo. Alguns exemplos: a equipe de handebol masculino e feminino, voleibol e futsal feminino e beisebol tem participado com freqüência de campeonatos nacionais. Nas modalidades individuais, a natação, o atletismo, karatê, tae kwon dô, automobilismo, judô, tênis de mesa, dentre outros também têm se destacado.

Além das modalidades citadas, o basquetebol masculino é um expoente, pois é considerado a maior força do basquetebol do Estado do Paraná nos últimos anos, por ter mantido a hegemonia em campeonatos estaduais adultos por oito anos. Essa hegemonia pode justificar o interesse por esse objeto de estudo.

O intento dessa pesquisa foi apresentar as principais características e ações da equipe profissional de Basquetebol masculino de Londrina, no período de 1996 a 2004.

A pesquisa teve cunho exploratório, ou seja, realizar a aproximação entre o objeto de estudo e o pesquisador. Foram utilizados como material empírico: documentos da Confederação Brasileira de Basketball, do Londrina Basquete Clube e reportagens dos dois maiores jornais de Londrina, Folha de Londrina e Jornal de Londrina.

Os acontecimentos históricos não foram relatados em ordem cronólogica e sim por categorias. As categorias eleitas para discutir o objeto foram: resultados nos Campeonatos Nacionais de Basquete Masculino, grau de exposição na mídia, número de torcedores e recursos financeiros da equipe.

LONDRINA E O BASQUETEBOL PROFISSIONAL

O surgimento da equipe profissional de basquetebol de Londrina ocorreu em 1996. Essa equipe se instalou em Londrina, através de uma iniciativa do prefeito municipal Luiz Eduardo Cheida, que, utilizando uma parceria com a empresa de transportes coletivos Grande Londrina, importou a equipe da Telesp e o técnico José Medalha para disputar a Liga Nacional B e tentar uma vaga na concorrida elite do campeonato nacional (QUERINO, 1997).

A empreitada foi repleta de sucesso. Segundo Ferreira (1996), a equipe ganhou o direito de representar o Paraná no CNBM de 1997 ao ser vice-campeão da Liga Nacional B em 1996. Além disso, nesse mesmo ano, a equipe quebrou a hegemonia do município de Ponta Grossa no Paraná ao conquistar o título estadual. Desde então, a equipe de Londrina venceu oito campeonatos estaduais consecutivos e foi a representante do Paraná nos CNBMs de 1997 a 2004.

A Revista Basket Brasil (2003) mostra que o histórico de resultados da equipe de Londrina nos CNBMs é relativamente simples. O quadro 1 permite visualizar essa campanha.

Quadro 1 – Classificação final da equipe de basquetebol masculino de Londrina nos CNBMs.

Ano	Nome da equipe	Classificação final
1997	Grêmio / Ametur / Londrina	8° lugar
1998	Grêmio / Londrina	9° lugar
1999	Grêmio / Londrina / Aguativa	7° lugar
2000	Grêmio Londrina / Sercomtel	8° lugar
2001	Londrina / Sercomtel / Consórcio União	9° lugar
2002	Sercomtel / Londrina / Consórcio União	9° lugar
2003	Londrina / Aguativa	5° lugar
2004	Londrina / TIM	9º lugar

Fonte: Basket Brasil (2003)

A equipe participou de oito edições consecutivas do CNBM, de 1997 a 2004, sempre dirigida pelo técnico Ênio Vecchi. Nesse período, classificou-se quatro vezes para o *play off*, em 1997, 1999, 2000 e 2003, mas nunca alcançou uma semifinal. Nas outras quatro edições, a equipe, mesmo sendo desclassificada na primeira fase, sempre ficou próxima à zona de classificação. A melhor participação dessa equipe ocorreu em 2003, quando quase conseguiu conquistar uma vaga para as semifinais e terminou em quinto lugar.

Motivada pelos resultados positivos da equipe de basquetebol masculino, a comunidade de Londrina não demorou a se interessar pelo esporte, que em pouco

tempo se tornou uma das principais opções de entretenimento do londrinense. A cidade conta atualmente com uma das melhores médias de público do CNBM e com uma torcida vibrante e influente. Em relação a 2000, Viana (2000) lembra:

"[...] este é o terceiro ano consecutivo em que temos a melhor média de torcedores por partida. Já houve jogos com 12 mil pessoas no Moringão, como aquele contra o time do Oscar, no ano passado[...]" .

Outra conseqüência decorrente da participação de uma equipe londrinense no Campeonato Nacional foi o aparente aumento de jovens interessados na modalidade. O reflexo da equipe adulta de Londrina sobre as suas categorias de base pode ser verificada através da implantação de núcleos de iniciação desportiva.

Não se pode deixar de mencionar o trabalho social realizado na periferia da cidade pelo projeto Basquete Cidadão, que faz parte do projeto apresentado pelo Londrina Basquete Clube (LBC) à FEL para concorrer a uma parcela do valor existente no Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte. Segundo o projeto do Londrina Basquete Clube (2003), o objetivo era implantar 12 pólos de iniciação desportiva, atingindo cerca de 1000 jovens, entre 8 e 17 anos. "*O projeto foi implantado em cinco bairros da periferia da cidade e atende mais de 300 crianças e adolescentes";* três deles funcionam na zona sul, um na zona oeste e o outro na zona norte (BASQUETE, 2002).

Além do público participativo e da expansão do basquetebol enquanto prática esportiva, Londrina apresenta outro indicador extremamente positivo: o retorno publicitário que seus patrocinadores recebem.

Os Relatórios de Mídia referentes aos CNBMs de 2002, 2003 e 2004, apresentados pela assessoria de Imprensa da CBB apontam que Londrina teve um

retorno de mídia impressa e eletrônica de mais de R$ 7 milhões de reais em 2002, de quase cinco milhões de reais em 2003 e de aproximadamente R$ 5,5 milhões de reais em 2004. Esses valores correspondem ao retorno mínimo que os patrocinadores obtiveram no evento e posicionam o basquetebol como um atrativo meio de divulgação de empresas, marcas ou produtos (CBB, 2002, 2003, 2004).

Esse pode ser um dos motivos pelo qual, durante os CNBMs de 1997 a 2004, a equipe de Londrina, além do apoio financeiro do poder público municipal, teve o patrocínio de empresas como: Transportes Coletivos Grande Londrina, SERCOMTEL, Consórcio União, Cesulon, ACIL, Aguativa Resort e TIM.

Para enfrentar essa constante corrida atrás de recursos financeiros, criou-se, em dezembro de 2001, o LBC, iniciativa de alguns aficcionados pela modalidade, que propunham uma modernização no gerenciamento da equipe londrinense e para torná-la em pouco tempo auto-sustentável, ou seja, menos dependente do auxílio do poder público. 21 sócios criaram essa entidade sem fins lucrativos, cuja “missão era viabilizar parcerias e patrocínios para a manutenção da equipe adulta e dar suporte às categorias de base, mantidas pela Fundação de Esportes de Londrina” (KASTER, 2002).

2004 foi marcante para o LBC. Todavia a sua significância ocorreu, principalmente, por fatos considerados negativos. No primeiro semestre, a torcida londrinense esperava que a equipe tivesse uma performance melhor no Campeonato Nacional, afinal o investimento foi maior que nos anos anteriores, e a equipe-base de 2003, considerada uma das melhores até então, havia sido mantida. Primeira decepção: o LBC não se classificou para os play-offs do CNBM (AGASSI, 2004a). Mas,

o pior viria no segundo semestre. A falta de recursos financeiros obrigou Londrina a participar das competições com uma equipe jovem e desfalcada devido à transferência de vários jogadores para outros clubes. Agassi (2004b) recorda que Londrina não conseguiu superar Maringá e terminou apenas como vice-campeã dos Jogos Abertos do Paraná. Porém o período de turbulências não parou por aí, Mossini (2004) relata que, depois de oito títulos estaduais consecutivos, Londrina viu sua hegemonia ser derrubada pela equipe Petrocrystal, de Curitiba. Dessa maneira, a única vaga para o CNMB de 2005 foi destinada para a equipe da capital paranaense.

A comunidade londrinense, percebendo que a ausência da equipe no CNBM de 2005 poderia representar o fim do basquetebol profissional de Londrina, organizou-se, através de seus representantes políticos e seus dirigentes esportivos, para requerer mais uma vaga no CNBM para o Estado do Paraná. A empreitada teve sucesso. Agassi (2004c) comenta que a CBB considerou que a equipe mantinha uma das maiores médias de público nos últimos anos e possuía elevado retorno publicitário, e convidou o LBC a participar do CNBM, desde que a equipe assumisse uma contrapartida no valor de R$ 150 mil para custear as viagens e hospedagens das equipes que viessem jogar em Londrina. Por pouco, não terminou a história do basquetebol profissional londrinense.

Essa história cheia de percalços parece estar longe do fim. O ano de 2005, iniciou com as mesmas dificuldades financeiras habituais, inclusive com possibilidades da equipe de Londrina abandonar o CNBM no decorrer da competição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados serviram para comprovar as constatações iniciais de relevância da modalidade para a comunidade esportiva londrinense, seja pelos resultados obtidos em campeonatos nacionais, pela participação efetiva dos torcedores, pelo retorno de mídia significativo ou ainda pelo apoio do governo municipal e da iniciativa privada através de patrocínios.

Apesar da ausência de um título nacional, a comunidade londrinense tem demonstrado sinais de identificação e de apoio com o basquetebol. A história do esporte de Londrina obrigatoriamente abrigará um espaço para relatar esses nove anos de participações em campeonatos nacionais.

O estudo apontou a necessidade de estudos acerca da organização administrativa da equipe de basquetebol profissional de Londrina, pois mesmo com todos os aspectos positivos relatados, sabe-se da dificuldade de encontrar parceiros na iniciativa privada para patrocinar o basquetebol de Londrina.

REFERÊNCIAS

AGASSI, G. Londrina/Tim perde e está fora do Nacional. **Folha de Londrina,** p. 10 Esporte, 1 maio 2004a.

AGASSI,G. Londrina/Tim aposta na força política. **Folha de Londrina,** p. 4 Esporte, 14 out. 2004b.

BASQUETE cidadão: garotada aprende e se diverte. **Jornal de Londrina,** 28 nov. 2002. p. 4b.

FERREIRA, G. Londrinenses ganham título estadual. **Folha de Londrina,** p. 11, 19 set. 1996.

KASTER, J. Nova Gestão: Londrina Basquete é apresentado. **Jornal de Londrina,** p.4b, 11 jan. 2002.

MOSSINI, T. Londrina está fora do Nacional. **Folha de Londrina,** p. 4 Esporte, 13 out. 2004.

QUERINO, R. Grande Londrina: Cidade vai “respirar basquete”. **Jornal de Londrina,** 03 mar. 97.

VIANA, P.V. In: **Gazeta do Povo**. Torcida em paz com o time. 18. Fev. 2000.

Site da Internet

www.ibge.gov.br

Documentos

CBB, CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL. Relatório de mídia. 2002.

CBB, CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL. Relatório de mídia. 2003.

CBB, CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL. Relatório de mídia. 2004.

LONDRINA BASQUETE CLUBE. Projeto apresentado à Fundação de Esportes de Londrina para concorrer ao Fundo de Incentivo ao Esporte, 2003.

BASKET BRASIL. Rio de Janeiro: Ed. Especial, nov. 2003.

XXIII – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Inscrição nº 4002

Edson José Holtz Leme - Universidade Estadual de Londrina

Título da comunicação: "Universidade e Arquivo: preservando a memória científica"

As instituições e organizações do mundo contemporâneo presenciaram, durante o desenrolar do século XX, um crescimento e desenvolvimento da tecnologia, do comércio, indústria, da vida urbana, a uma velocidade sem precedentes na história da humanidade. Paralelo a esse desenvolvimento a sociedade mundial se viu perdida pelo aumento exponencial da produção e circulação de dados e informações gerados pela produção do conhecimento humano.

A chamada era da informação veio acompanhada de seu “calcanhar de Aquiles”, os documentos. Registros importantes e fundamentais para qualquer organização do mundo contemporâneo, os documentos, nos mais diversos suportes, do papel ao disco óptico, produzidos em um número cada vez maior, impuseram à sociedade inquietações sobre como organizá-los, acondicioná-los e preservá-los.

As universidades, instituições seculares e complexas, responsáveis por boa parte da produção científica, tecnológica, educacional e cultural, contribuem decisivamente para o processo de crescimento exponencial da informação que circula pelo mundo, seja ela em suportes documentais físicos e/ou eletrônicos. Mas elas, assim como as demais organizações e instituições, públicas e/ou privadas, se deparam quotidianamente com um problema que prescinde de rápida intervenção. Afinal o que fazer com os documentos acumulados? Como organizá-los? Onde arquivá-los? Quais deles podem ser eliminados e quais preservados?

A estas perguntas uma outra se junta: como realizar a gestão documental, envolvendo todos os arquivos, em uma instituição com as especificidades de uma universidade?

As respostas poderão ser encontradas se pensarmos na convergência existente entre a Universidade e o Arquivo, instituição milenar, que atravessou os séculos custodiando os mais diferentes acervos e que, por conseqüência, desenvolveu métodos e teorias de gestão documental.

Dessa convergência Bellotto (1992) aponta a existência de duas vertentes, administrativa e patrimônio-documental, possíveis e necessárias visando a implantação de uma política arquivística para as universidades. Em ambas ela lista os objetivos que deve permear suas respectivas políticas de gestão documental:

> Na vertente administrativa[...]:
> 1- Salvaguarda dos direitos encerrados nos seus documentos relativamente aos funcionários, aos alunos e aos professores.
> 2- Estabelecer um correto sistema de fluxo de documentos e de informações desde a produção e tramitação até o término da vigência dos atos.
> 3- Proporcionar a transparência democrática da administração acadêmica.
> 4- Apoiar o desenvolvimento nacional mediante os recursos documentais, principalmente os jurídicos e os técnico-científicos.
> 5- Racionalizar a produção e a utilização dos recursos documentais.
> 6- Oferecer informação acessível que sirva para diagnosticar e resolver os problemas acadêmicos.
>
> Atendendo a vertente do patrimônio documental – portanto, já no âmbito dos arquivos permanentes, os objetivos serão:
> 1- Reunir e preservar os arquivos das unidades universitárias – as de atividades-meio e as de atividades-fim – as séries avaliadas como de valor permanente.
> 2- Regulamentar e apoiar a preservação dos arquivos de valor para a história oriundas da atividade e os públicos, depositados sob custódia em seus arquivos.
> 3- Disseminar informação por meio de instrumentos de pesquisa e colocar à disposição dos pesquisadores e consulentes em geral as informações contidas em seus acervos. (BELLOTTO, 1992, p.22-23)

A importância dos arquivos para a universidade ganha maior relevância quando percebemos o papel que esta instituição, produtora e difusora do conhecimento têm, junto à cidade, estado e país onde está inserida. Sua memória institucional confunde-

se com a da própria sociedade, tornando seu patrimônio documental uma extensão do patrimônio histórico e cultural do país.

Segundo a Lei federal n.º. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados:

> Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.
> Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação e a natureza dos documentos. (LEI FEDERAL n.º. 8.159, 1991)

Mesmo com esta lei em vigência, referendada na Constituição do Brasil (2004, p.137), que determina em seu artigo 216, parágrafo segundo que ”cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Poucas instituições públicas do país, incluindo-se as universidades, criaram sistemas e/ou programas de gestão documental de seus acervos arquivísticos.

Por falta de critérios adequados muitos documentos acabam sendo destruídos levando consigo informações relevantes, quando não cruciais, para o processo decisório da instituição.

A universidade que, em geral, possui um grande aparato administrativo necessário para dar suporte operacional as atividades das unidades acadêmicas, produz e acumula diariamente milhares de documentos, não importando o suporte documental, se papel, audiovisual, cartográfico, impresso, etc., enfrenta o problema de como realizar a gestão desses registros.

Esta gestão de documentos deve ser entendida como o:

> "Conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde a sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), com vistas à racionalização e eficiência administrativas bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural." (BERNARDES, 1998, p.45)

O conceito de gestão e/ou administração de documentos surgiu depois da segunda guerra mundial, século XX, e foi elaborado por arquivistas norte-americanos e canadenses preocupados em reduzir de forma seletiva a massa de documentos acumulada pelas repartições públicas de seus respectivos países. A partir daí a gestão de documentos tornou-se uma operação arquivística com o objetivo de racionalizar a administração do ciclo de existência dos documentos. (JARDIM, 1987, p.35).

A preocupação, especialmente dos arquivistas, em realizar a gestão das grandes massas documentais, culminou, em 1973, com a formulação da teoria das três idades dos arquivos. Segundo essa teoria todo e qualquer documento possui um ciclo de existência. Dependendo de sua importância e/ou valor agregado à informação inicial, pelo qual foi produzido, o mesmo deverá, finda a função pela qual foi produzido, ser preservado para fins de pesquisa técnica e/ou histórica.

As três idades dos arquivos são assim denominadas: corrente ou de primeira idade, intermediário ou de segunda idade e permanente ou de terceira idade. Segundo especialistas da arquivologia estas três "idades" dos arquivos podem ser conceituadas da seguinte forma:

> "**Arquivo corrente**: Conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-fim e atividades-meio e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da freqüência com que são por eles consultados.
> **Arquivo intermediário**: Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco freqüente, que aguardam, em depósito de armazenamento temporário, sua destinação final.
> **Arquivo permanente**: Conjunto de documentos cujo potencial de uso para a instituição e/ou a sociedade recomenda devam ser preservados." (MACHADO, 1999, p. 26-33)

Para a administração universitária a aplicação da teoria das três idades, por meio da implantação de um sistema de arquivos, possibilitaria às unidades da instituição ter em mãos instrumentos técnicos que as auxiliariam na gestão dos documentos por elas produzidos e acumulados.

Preservando a memória

A universidade além de contar com os documentos de seus arquivos para assessorar seus administradores com informações que os ajudam a viabilizar a gestão de sua estrutura administrativa e acadêmica, também prescinde daqueles documentos de valor permanente e/ou histórico por ela produzidos ou acumulados.

Esses documentos históricos, assim chamados, por agregarem ao valor informacional primário de que foram gerados, outros de natureza cultural e até mesmo técnico-científico são importantes e devem ser conservados de forma permanente a fim de garantir a preservação da memória científica da Universidade.

Cabe ressaltar que adotamos a concepção de memória do historiador francês Le Goff (1984, p.11) que a conceitua como sendo a "propriedade de conservar certas informações", as quais "reenvia-nos primeiramente a um conjunto de funções psíquicas, que possibilita ao homem atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas"

A tradição de se preservar os documentos que atestam a memória científica de universidades e institutos de pesquisas já é tradicional nos chamados países de primeiro mundo, onde a história da ciência é, há muito tempo, levada bem a sério e com caráter institucional. Nesses países a história da ciência conta, como ressalta Roberto Martins (1992, p.27), com departamentos, cursos, sociedades, congressos, publicações científicas, o que garante não apenas a projeção e consolidação dessa disciplina junto a cientistas das mais diversas áreas do conhecimento, como também incentiva as universidades e demais instituições de pesquisas a adotarem medidas

direcionadas à preservação de seus documentos. Dentre os principais registros produzidos pelas universidades podemos destacar: teses, relatórios, livros, artigos, anotações de atividades acadêmicas e científicas, projetos, dentre outros, documentos que atestam, por diferentes ângulos e matizes, o cotidiano da produção científica em determinado tempo e lugar.

Preservar a história da instituição e de suas unidades pressupõe garantir a conservação de documentos que carregam informações chaves tanto para a sua memória histórica, quanto técnica e administrativa. Podemos citar alguns exemplos de documentos que, se danificados ou destruídos, poderiam comprometer e até mesmo abrir lacunas na memória institucional bem como gerar despesas desnecessárias à instituição.

Como primeiro exemplo podemos citar um tipo documental utilizado em diversos setores administrativos e acadêmicos de qualquer universidade, a ata de reunião. Esse documento apresenta, quando produzido, dois valores intrínsecos, o de informar as discussões e resoluções aprovadas na reunião e também de atestar – valor probatório, já que recebe a assinatura e conseqüentemente a anuência de todos os presentes àquela reunião. Pois bem , seja essa reunião de um departamento ou mesmo de um conselho superior da instituição ele passa a ter agregado um terceiro valor que é o de registrar a memória daquele órgão em um dado momento da história, portanto é um documento que deverá ser conservado de forma permanente, sob pena de causar um prejuízo à memória institucional.

Outro exemplo refere-se a um processo onde são agregados diversos tipos de documentos referentes à construção de um prédio de sala de aulas. Terminada a construção do referido prédio, este processo deixa de ter o valor primário já que a função para a qual foi criado deixou de existir. Na falta de uma política de gestão de documentos provavelmente esse processo seria encaminhado para algum depósito, comumente e erroneamente chamado de “arquivo morto”, e passados alguns anos seria destruído. Porém muitas informações técnicas agregadas nesse processo como

relatórios, projetos e planta do referido prédio serão imprescindíveis, num futuro próximo, caso os administradores resolvam ampliar a edificação, o que evitaria o desperdício de novo orçamento para refazer os projetos e demais estudos técnicos, anteriormente realizados. Além disso esses documentos compõe a memória técnica da edificação.

Outra questão que deve ser considerada refere-se à importância da preservação dos documentos que retratam a trajetória da universidade desde a sua criação. A universidade é uma instituição de referência para toda a sociedade, além de ter um alcance regional e nacional. Ela, portanto, não só interage com a sociedade como também faz parte de sua história. A memória institucional pertence, por extensão, a toda a comunidade que tem o direito de acesso a seus documentos.

A ausência de uma política de gestão de documentos na maioria das universidades brasileiras permitiu e ainda permite a destruição de documentos fundamentais para o registro de suas memórias científica e histórica.

Notas

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. 33ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL, Lei n.º. 8.159 de 08 de janeiro de 1991.*Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.* Brasília, Distrito Federal, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Uma política de arquivos para a universidade brasileira. In: *Seminário Nacional de Arquivos Universitários.* Campinas: UNICAMP, 1992. p 11-25.

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 1998.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. In: *Acervo*. vol.2 n.2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, jul-dez. 1987.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*; Memória-História. Porto: Imprensa Nacional, 1984. V.1. p.11-50.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Como implantar arquivos públicos municipais*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. *Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários***.** Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 27-48.

foucault libertário – heterotopia, anarquismo e pirataria

edson passetti [1] - PUC-SP

foucault, antena propícia

Foucault é para quem aprecia ranger, gosta de chiar. Ele afirmava que para ser coerente com Nietzsche era preciso fazê-lo ranger. Difícil não concordar com Foucault e tampouco não abordá-lo desta maneira. Pegue-o por onde quiser, mas freqüente-o. Ele é vital para quem inventa espaços, habita contra-posicionamentos, utopias efetivamente realizadas, as heterotopias[2]. Não teme a vida em expansão nos espaços em que se habita, e muito menos as resistências ali implicadas, que não requerem um local especial. Atravessam as estratificações sociais, provocam contra-poderes, desestabilizam Estado e prisões, escolas e famílias, sexo seguro e carnavalização do sexo. Resistências captadas desta maneira fazem de Foucault, simultaneamente, um anti-liberal e anti-socialista. No final do século XX — após maio de 68, antevendo o final do socialismo e compreendendo o neoliberalismo norte-americano na veia[3] —, afirma, no escrito de 1984, *O que são as*

[1] Professor no Depto de Política e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) da PUC-SP. Autor de *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*, SP, Imaginário, 2003 e *Anarquismos e sociedade de controle*, SP, Cortez, 2003. Organizou *Kafka-Foucault*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2004, *Curso livre de abolicionismo penal*, Rio de Janeiro/São Paulo, Revan/Nu-Sol, 2004 e co-organizou com Salete Oliveira *A tolerância e o intempestivo*, São Paulo, Ateliê, 2005. *Edita* a revista autogestionária ***verve.*** Coordenou a realização dos vídeos *Foucault-ficô* (2000) e *Foucault, último* (2004). www.nu-sol.org

[2] "Outros espaços", in Manoel B. da Motta (org) *Michel Foucault. Estética: literatura e pintura, música e cinema.* Coleção Ditos & Escritos III, Tradução de Inês A. D. Barbosa, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Editora, 2001, pp. 411-422.

[3] Foucault compreendia o neoliberalismo norte-americano ultrapassando os domínios econômicos para situar-se na família, na delinqüência, na política penal. Abre-se uma maneira distinta de lidar com o aparecimento do regime de *tolerância zero* numa sociedade de controle que convoca à participação democrática que se estende do âmbito conservador para o das esquerdas. O conservadorismo norte-americano não tem cara de republicano ou de democrata, mas de ambos, expressa posicionamentos, relações de vizinhança entre pontos. Cf. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France. 1978-1979*, Paris, Seuil, Galllimard, 2004, pp.

luzes? que não devemos seguir ninguém, acompanhando o "basta de obedecer a outrem!", declarado por Kant, em 1783, no opúsculo *O que é o iluminismo?*. Hoje em dia, a recusa à obediência superior não se relaciona com a superação de teologias e adesão à democracia como regime político de Estado, da mesma maneira que entre 1795 e 1796, Kant relacionava república e monarquia planetária, em *A paz perpétua, um projeto filosófico*. Um quer o fim da obediência a outrem, à submissão e ao assujeitamento, para lidar consigo em suas lutas infindáveis, *cuidar de si*; o outro queria uma impessoal obediência uniforme para se chegar à paz mundial. Foucault range por si, louco, raposa, terceiro, último, um *único* Foucault, homem e pensador que não se deixou apanhar por representações, nem descansa em ninhos universitários. Ele é isto e aquilo, bem apanhado pela criteriosa e muitas vezes preciosas reflexões universitárias[4]. Foucault habita a região da fronteira afirmando a expansão das forças da natureza e das pessoas que abalam as certezas dos tratados e seus arbitrários limites modernos. Foucault estremece fronteiras que aninham e acariciam as movimentações dos Estados, sob a forma de nação, união, comunidade e as múltiplas maneiras de instituir um Estado superior sobre Estados nacionais, fato que vem de Maastrich, em 1992, desmembrando, mais uma vez, o Tratado de Westfalia, três séculos depois: Europa abalada, convulsionado Estados Unidos conservador, atordoada América Latina desejando freudianamente ser democrática. Poucas pessoas reparam que os Estados Unidos defendem direitos, financiam organizações internacionais para este fim, mas que desde a institucionalização de sua enaltecida democracia conviveu internamente com escravidão, preconceitos e discriminações explícitas, atualizadas, hoje em dia, sob o regime da

---

221-270; *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*, Tradução Andrea Daher, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, pp. 87-97.

[4] Sobre Foucault e o Kant de "O que são as Luzes?", em especial, as sutilezas e vigores de Guilherme Castelo Branco. "Kant no último Foucault: liberdade e política" e Oswaldo Giacóia Júnior. "O conceito do Direito e a ontologia do presente", in Tereza C. B. Calomeni (org) *Michel Foucault, entre o murmúrio e a palavra*, Campos, Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004.

política de ação afirmativa; que além de praticar usos e abusos acentuados sobre o encarceramento dos corpo desde a aplicação das políticas de tolerância zero nos anos 1980, atua desde o 11 de setembro de 2001 regido pelo Patriotic Act, que autoriza ainda mais o Estado a invadir a vida de cada um de maneira sorrateira como fizeram, recentemente, as ditaduras militares no Brasil, na América Latina, África e Caribe, Ásia e Oriente Médio. Jimmy Carter, emblema da *política pelos direitos humanos* norteando a passagem pacífica para o exercício democrático, é produto *for export*, premiado com Nobel. Não é para uso interno. De maneira que ações afirmativas, pletora de direitos, disseminação de políticas de penas alternativas, multiculturalismo, culto à reforma das polícias, maiores e milimétricas punições, tolerância zero com georeferenciamentos e que tais, demarcam posicionamentos que vêm dessacralizando o espaço e dissolvendo oposições como espaço privado e público, o espaço da família e o social, o espaço cultural e o útil, o espaço de lazer e o de trabalho, como indicou Foucault em *Outros espaços.*

n o c i v o

Passe perto de um crente do anarquismo e ele lhe dirá que Foucault é nocivo. Entretanto, os anarquismos permanecem vivos quando suas práticas provocam abalos, rangem os ativistas que os domesticam numa doutrina. Foucault, por diversas vezes, apartou-se da *classificação* de anarquista, incluindo uma extravagante e acadêmica que o denominou um anarquista de esquerda[5]. Pretender vincular diretamente anarquismo e Foucault é se propor a andar em círculos tentando apanhar o próprio rabo, que devido a tantos giros termina ferido e fedido. Os escritos de anarquistas contemporâneos que se aproximam de Foucault mostram certa intimidade no campo da atitude demolidora na fronteira. O poder

[5] Segundo Jules Vuillemin, em Clermont, nos anos 60. Didier Eribon. *Michel Foucault, uma biografia*, Tradução de Hildegard Feist, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 138.

entendido como relações de força desloca e desassossega a herança liberal e socialista que entende o poder como decorrência dos efeitos de soberania e de seus desdobramentos jurídico-políticos. Relações de poder não são práticas apanhadas pelo pensar, domesticada e instrumentalizada segundo o *melhor dos lados* que governa o Estado. Poder em Foucault é uma prática que sedimenta autoridades em posicionamentos, em movimentos que percorrem a vida na casa, no trabalho, nas relações amorosas e sexuais, na pesquisa, e que provoca resistências, práticas correlatas e múltiplas que podem *nomadizar* existências, provocando contra-posicionamentos, heterotopias, heterotopias anarquistas que realçam suas histórias e que dispensam o bolor acumulado advindo do culto aos registros da história passada. Nas modernas relações de poder não há predomínio de locais. O lugar demarcado na Idade Média cedeu a posicionamentos e estes por sua vez tendem a se revirar passando de relações em redes (como na sociedade disciplinar) para fluxos (como na sociedade de controle). Os adversários e inimigos de Foucault protestam: há poder em tudo![6] Há poder em tudo reconhece um anarquista que pratica demolições cotidianamente, e desde Proudhon, também compreende o poder como relações de forças. Mas Foucault não deixa este humanista moderno num *lugar* confortável e abala suas propostas solidárias universalizantes que levariam à utópica sociedade igualitária e à crença em uma especial natureza humana. Além disso, as derradeiras pesquisas de Foucault, acompanhadas de seus ditos e escritos, chamam atenção para as subjetividades, os devastadores efeitos dos assujeitamentos, a atenção para com a estilística da existência, o rompimento com a genialidade dos artistas, os objetos de exaltação do brilhantismo individual: a vida pode

[6] "Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. " in "Poder e Saber" (1977), Manoel B. da Motta (org) *Michel Foucault. Estratégia, poder*-saber, Tradução de Vera L. A. Ribeiro, Rio de janeiro, Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos, v.. IV, p. 232.

ser uma obra de arte e o cuidado de si não se confunde com os apreços hedonistas com o corpo ou com o espírito. A vida como obra de arte também é uma preocupação anarquista. Voltados para associações livres, experimentavam relações amorosas, produtivas, educação de crianças alheia à escolarização, fazendo repercutir, mais do que os desdobramentos iluministas enquanto potencialidades da razão, o exercício da pessoalidade, o livre acesso a conhecimentos, partilhas científicas, respeito pela cooperação entre espécies antes de qualquer exaltação da competitividade, abolição do castigo como invenção da vida, problematização da prevenção geral, disseminação de imprensa própria, demolição de propriedades, Estado, religião e direitos: eram e são exercícios do fazer diário. Por cuidar de si, um anarquista se diferencia dos demais socialistas. Equivocadamente, certa vez Lênin afirmou que a diferença entre anarquistas e socialistas era de meios, pois a finalidade era a mesma. Uma mulher extraordinária chamada Emma Goldman respondeu incisiva afirmando que meios libertários levam a fins libertários e que meios autoritários determinam fins autoritários. A questão não era de diferença segundo os meios, práticas de continuidade do Estado que historicamente assemelham liberais e socialistas marxistas, mas de maneiras libertárias de criá-los e exercitá-los, fato que abala a existência de qualquer autoridade superior que exige obediência, abdicação da vontade. Direitos para todos, segundo os anarquistas, são apenas os deveres de muitos para com o Estado. Diante do governo da vida por direitos, ciência e Estado, os anarquistas faziam no século XIX, e até a primeira metade do século XX, experimentações mutualistas econômicas, realizavam federações, externavam seus desesperos diante dos massacres governamentais chegando a inventar o terrorismo moderno contra a vida do soberano que até hoje, século XXI, ainda tem o direito de causar a morte (e vale lembrar não só da continuidade da pena de morte em diversos estados norte-americanos ou chineses, como sua defesa aberta ou camuflada em qualquer lugar, inclusive no Brasil)... Anarquistas praticam, experimentam. Os que

preferem contar histórias e glorificar atos do passado acostumaram-se ao bolor. Foucault é nocivo a este anarquismo. Mas, demolidor, também, Foucault é saudável a qualquer um que revira-se como único.

h e t e r o t o p i a s 1

Foucault encerrou o seu "Outros espaços" falando do desaparecimento dos piratas e da ocupação dos mares pela polícia[7]. Os piratas surpreendiam mares e oceanos, abalavam os itinerários dos comerciantes, inventavam percursos para cada navio e possíveis encontros em espaços estranhos e ao mesmo tempo paradisíacos como o Caribe. No imaginário europeu, o exotismo, a liberdade, o calor, o suor, os corpos semi-despidos e a transparência das águas, o sexo livre, ouro, prata, pérolas e jóias eram transformados em adornos circunstanciais sobre corpos marcados pelo sol. Os piratas eram espertos, mesmo quando faltavam-lhes partes do corpo. Eram estrategistas: abalavam fragatas e caravelas, e por vezes outros corsários. Inventavam percursos e desafiavam as forças de contenção do Estado. Eles apareciam e reapareciam sob circunstâncias históricas, mas não deixavam de habitar e contaminar imaginários juvenis, femininos, aventureiros. Considerados desaparecidos dos espaços marítimos, segundo as autoridades navais, devido a eficácia da regular vigilância policial, reapareceram recentemente, no século XX, no interior do trânsito livre e surpreendente gerador de outros espaços navegáveis propiciados pela história atual de constituição da sociedade de controle. Diante da disseminação da prática da economia em fluxos eletrônicos do final do século XX, imediatamente, reapareceram os piratas. Eles voltaram quando na Terra os espaços foram ampliados em universos. A polícia digitalizada, dispondo de domínio de imagens por satélites, rastreadores, agentes de segurança computacional e informacional,

[7] "O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam, a espionagem ali substitui a aventura e a polícia, os corsários." Michel Foucault, "Outros espaços", p. 422.

rapidamente detectaram que os *hackers* eram os novos piratas. Contudo, simultaneamente, constatou-se que a maior parte dos *hackers* era formada de corsários e que se bandearam para a política da ordem. Este fluxo, quase imperceptível, sinaliza para os antecedentes de uma nova e veloz criminalização de práticas, nos moldes do passado, reiterando a existência do direito como lei universal fundada em ilegalidades benéficas a particulares. Este fluxo mostra, também, que a dinâmica da economia atual não se faz mais por descobertas de terras desconhecidas e espaços paradisíacos, propiciados pelas navegações por mares e oceanos, provocando alucinadas e alucinantes aventuras heterotópicas. O comércio mercantil transnacional, sem piratas e tráfico, é uma verdade de anjos, virgens, crianças tolas, competentes burocratas e policiais a serviço da grande causa. Lá no passado a aventura pirata transformava personagens boçais tragados pela literatura em instantâneos seres diabólicos, mulheres *sérias* e regeneradoras de bandidos em *mulheres de piratas* livres para o sexo. As crianças tolas, geralmente seqüestradas, rapidamente aprendiam a comer e dormir com os adultos, a lutar para viver, crescendo rapidamente e aproximando-se do sexo. Tráfico de especiarias, pedras preciosas, sedas, ouro, prata, frutas, bichos, índios, negros e muito do que deveria seguir para portos prósperos ou gabinetes de monarcas europeus, os piratas interceptavam contraposicionando-se. Comer de tudo, usar vestuários e adornos para inventar diferenças, içar uma bandeira com caveira para apartarem-se das luminosas bandeiras utilitaristas nacionais européias ─ nesta sociedade o pirata era um assunto de polícia e um personagem atraente a crianças, jovens, mulheres e adultos entediados com as excursões científicas, relatos de viajantes e o comércio. O pirata no mar é um parceiro do nômade do deserto que faz trafegar mercadorias, ilusões, sonhos e a heterotopia do oásis. Piratas e atravessadores do deserto, compunham espaços desconhecidos de mar e areias onde habitavam vidas que abalavam sedentarismos. Na atual sociedade de controle o pirata atua sobre uma outra superfície, agora sideral, deslocando-se para o

desconhecido não mais composto de novas terras, desdobramentos das excursões pela superfície ou dos surpreendentes momentos em que se experimentava a profundidade de mares e oceanos, reavivando lendas e mitos da antiguidade geco-romana. Os piratas, agora, atuam no fluxo que atravessa outros espaços, longe da Terra, dentro e fora da Terra. Afinal, a Terra é a profundidade do universo ou um relevo na superfície? Estamos fora das noções de superfície e profundidade, *noutros espaços*. Resistência pirata é contra-poder, contra-posicionamento, uma heterotopia. Ah!, os institucionalizados lembrarão que um pirata poderia ser apanhado, julgado e morto; ou capturado e morto; ou ainda transformado pela mocinha em comerciante honesto e marido religioso... Enfim, não há pirata como conceito ou idealização, mas práticas que inclusive podem levar à captura, integração e moralidade do pirata. Importa a invenção de outros espaços, diferentes da vigilância policial do Estado que guarda fronteiras. Piratas provocam diversidades, incômodos; Estado exige uniformidades, muitas vezes como sinônimo de pluralidade democrática. Os *hackers*, piratas de hoje, também não são indivíduos. São divíduos[8] que podem ir a diversas zonas onde anjos da guarda eletrônicos e programas de seguranças, tentam captar, policiar, prender, mandar calar ou subordiná-los, convocando-os para as fileiras dos agentes da ordem, inventando programas de segurança, gerando mais confiança nos protocolos informacionais, atuando como diplomatas da economia eletrônica. Piratas, modernos ou de hoje, são inventores de espaços, de percursos, de heterotopias que recusam a convocação à participação democrática. Os piratas provocam resistências, e tanto nas redes da sociedade disciplinar quanto nos fluxos da sociedade de controle, abalam, incomodam e anarquizam. Estranhos homens do deserto, ainda sobrevivem em oásis mas, também eles, podem ser capturados. Homens do oriente, com suas roupas extravagantes, religião fundamentalista, costumes misógenos, muitos dólares

[8] Friedrich Nietzsche. *Humano, demasiado humano. Um livro para espíritos livres.* Tradução Paulo César de Souza., São Paulo, Companhia das Letras, 2000, [57].

e petróleos comandam economias e fazem o terrorismo contemporâneo capaz de abalar o ocidente, em nome de um novo posicionamento como Osama Bin Laden e seus projéteis aéreos sobre o céu de Manhatan e do Pentágono, nos trilhos de Madrid, embaixadas e escritórios da ONU. Terroristas anarquistas atacavam o soberano exigindo liberdade para ser soberano de si. Terroristas orientais, aos moldes do Estado, nada mais querem que outro posicionamento uniformizador: querem Estado. Contudo, resistir é também provocar contra-posicionamentos, inventar outros espaços, implodir posicionamentos e suas histórias temporais.

h e t e r o t o p i a s 2

Há heterotopias que não me interessam, como as de desvios. A heterotopia anarquista interessa como problematização atual da existência na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, por justapor espaços ─ como o jardim antigo ─, romper com a temporalidade tradicional ─ com seus arquivos, com sua existência crônica no refazer de associações, e pela sua capacidade desta permanecer penetrável, sem isolar-se ─ deixando de ser heterotopia de ilusão, como o bordel, ou de compensação, como a Missão jesuíta. A heterotopia anarquista é um barco, reserva de imaginação[9]. Os anarquistas buscam sim a utopia da sociedade igualitária a cada instante de suas vidas. Para eles a utopia não é o consolo, a avenida lisa, o porto seguro, como Foucault constatava no prefácio de *As palavras e as coisas* para daí insinuar uma primeira aproximação das heterotopias como realização de utopias. Para os anarquistas há um lugar no futuro em que a Sociedade substituirá o Estado, a posse esmagará a propriedade, a razão livre, livre estará das religiões, o mutualismo econômico e o federalismo político superarão a universalidade dos direitos, e a educação livre de crianças numa vida amorosa e livre do casamento darão fim à história dos castigos e

[9] Sobre os princípios indicados por Foucault a respeito de heterotopias, ver ob.cit..

medos. Os anarquistas são guerreiros. Superam os itinerários, trajetos conhecidos de espaços reconhecidos para lugares certos, inventando percursos. Diferenciam-se dos demais socialistas que requerem a tomada pacífica ou revolucionária do Estado, com democracia ou ditadura de classe, sob o regime determinado por uma consciência científica superior, capaz de organizar a massa. Para o anarquista a *consciência* se ergue na prática, nas mobilizações, na vida das associações. Experimenta-se a utopia. O espaço para tal, é a associação, e esta não depende de propriedade e de seu correlato, a fronteira. A associação é nômade. Todavia, se há heterotopias anarquistas que se fazem na associação, há também a problematização da utopia da Sociedade em lugar do Estado, uma prática que atravessa para demolir, anarquizar o anarquismo. Foucault fez ranger os anarquismos e se hoje é um nocivo saudável, no século XIX, Max Stirner o foi ao problematizar *o liberalismo social* de Proudhon, em *O único e a sua propriedade,* de 1845, imediatamente após os primeiros escritos do anarquista francês, no início da década de 1840, que empolgaram os hegelianos de esquerda, incluindo Marx e Bakunin.

stirner: conversação com a mocidade

Foucault, raramente, fala de Max Stirner, assim como Nietzsche, apesar de se notar, em ambos, ressonâncias do jovem filósofo alemão. Mas não é disso que pretendo me ocupar neste momento[10]. Interesso-me pela publicação recente (2001, em francês e 2004, em português) do curso *A hermenêutica do sujeito*, em que Foucault, na aula de 17 de fevereiro de 1982: *primeira hora*, ao referir-se à estética do eu, situa as conversações sobre governo de si no século XIX levadas por filósofos, escritores e anarquistas. De maneira breve, procurarei lidar com a heterotopia do soberano de si anarquista no espaço heterotópico. “Cuidar de si”, dizia Foucault, “é uma regra coextensiva à vida. (...) É o ser

[10] Sobre relações entre Foucault, Nietzsche e Stirner: Edson Passetti. *Éticas dos amigos. Invenções libertárias da vida*. São Paulo, Imaginário/Capes, 2003.

inteiro do sujeito que, ao longo de toda sua existência, deve cuidar de si e de si enquanto tal"[11]. O *sujeito*, no caso o anarquista, volta-se para uma conversão a si, um retorno a si, uma *navegação*, como afirma Foucault. Navegar implica arte, saber, técnica em pilotagem: pilotar a cura é o itinerário da medicina; dirigir os outros, os itinerários do governo político; mas governar a si mesmo é inventar percursos, espaços de experimentações, da expansão da vida no presente e de possibilidades, no futuro, de capturas pelo governo político. Entretanto, diante da captura permanece o alerta constante sobre a diversidade das práticas de resistências. No século XVI, Etienne de la Boétie, no conhecido *Discurso sobre a servidão voluntária*, atacava e apartava-se do soberano que causava a morte e deixava viver os súditos, interceptando o governo político, sempre tirânico, por meio da soberania de si, o *não* afirmativo, o exercício da liberação e da libertação por meio do gesto pessoal e intransferível. Anunciava a soberania do eu pelo exercício da recusa ao soberano, e como pensamento na fronteira, deslizava para a coexistência do eu com o si. Ainda que concluísse lembrando de Deus, distanciava-se do cristianismo que recomenda a salvação a quem afastar-se de si. La Boétie, não estranhamente, habita o imaginário anarquista do século XIX em diante, por anunciar e praticar o abalo à tirania do governante e do eu. O retorno a si como indicou Foucault é tema do século XVI e também do XIX, e inclui a livre escolha dos exercícios, não como regra de vida, mas arte de viver para fazer da própria vida uma obra. Em Max Stirner a reviravolta se instala mediante a constatação que é impossível pacificar os instintos. Muito menos apanhá-los por meio da razão em forma de conceitos que informem sobre o *indivíduo*, a *propriedade* e o *Estado*. Stirner duvida da superioridade da razão impessoal correlata à dominância teológica, e as equipara para interceptá-las pelo assombroso instante do instinto, o das intermináveis insurreições. A criança capturada

[11] Michel Foucault. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Marcio A. da Fonseca e Salma T. Muchail, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p.301.

pela moral é como o guerreiro transformado em soldado. Não navega, é navegada: é pilotada, medicalizada, governada pelo seu pastor. Contudo, afirma Stirner, a criança é um guerreiro que luta pelo objeto, circunscreve suas ações a ele e provoca o fim temporário das animosidades com os parceiros depois de obtido ou não o objeto pretendido. A perda circunstancial nesta luta não situa o campo da amizade e da inimizade como guerra de extermínio ou subordinação do outro, governo sobre os demais, em nome de uma paz abstrata. Uma criança, enfim, só sabe o que é amor, desdobramento moral, depois de experimentar íntimas afetividades. A vida é luta. Seu destino não está determinado por uma paz perpétua liberal ou igualitária, e tampouco pela paz geradora de guerra alimentada pelos tratados de Estado. A vida é luta das forças de expansão diante da conservação. Stirner inicia seu livro problematizando o governo sobre as crianças para seguir demolidor até o questionamento da substituição do Estado pela Sociedade Igualitária dos anarquistas. Estremece pela primeira vez a utopia da universal sociedade igualitária por dentro do libertarismo. São as insurreições que instauram a reviravolta do *único*, dimensão que abala o *indivíduo*, a individualidade institucional democrática, o Eu, a universalidade igualitária coletiva ou individual. Com Stirner não se regressa à criança como origem, mas como mais tarde em Nietzsche em sua busca por uma filosofia criança ou mulher, está em prática ranger a filosofia. Cuidar de si e conhecer-se em Stirner é corrosão da moral, da supremacia da ciência, da capacidade superior de governar a todos, muitos, alguns, um, outros. São exercícios de pilotagem. Exercícios que levaram a práticas educativas em Bakunin, que estabelece o iluminismo radical da escola pelos exercícios de autoridade do professor sendo retroagida pelos movimentos de liberdade de pensar e atuar das crianças; exercícios de pais que dissolvem o pátrio poder e o regime dos castigos, como em Willian Godwin, no século XVIII; como as de Stirner por meio de exercícios pessoais que levam à recusa do saber para reerguê-lo como vontade recriada a cada dia, em que não se almeja mais sociedade

alguma, mas a proliferação de miríades de associações, heterotopias. Não se trata de uma nova convicção a ser interposta, pois segundo Nietzsche, esta é "a crença de estar, em algum ponto do conhecimento, de posse da verdade absoluta"[12]. A criança é o retorno do adulto que rangeu, tornou-se pirata de si, navega como piloto de si, desdobrado, artístico. É a eclosão da surpresa oceânica como tormenta ou calmaria, aprendizado de exercícios em espaços heterotópicos, onde se dissolvem os absolutos de autoridade e liberdade junto com o governo político. Foucault indica que "é possível suspeitar que haja uma certa impossibilidade de constituir hoje uma ética do eu, quando talvez seja esta uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo"[13]. Foucault desafia os anarquistas a saírem do bolor, da mesma maneira que estes foram abalados por Stirner e cujas ressonâncias aguardam *outros* inventivos percursos de liberdade. De fato se queremos, como sublinha Foucault, articular questão política e questão ética, devemos considerar as relações de poder/governamentalidade/ governo dos outros e de si/ relações de si para consigo compondo *uma cadeia*[14]. Mas, diante da história atual dos espaços dessacralizados talvez não seja mais uma *cadeia* ou *rede* que articulem a questão política e a questão ética, mas na sociedade de controle, sejam os fluxos compondo outras navegações. O indomesticável Foucault permanece vivo nas incômodas práticas de resistências. Habita conversas de piratas noite adentro, depois do sol do meio-dia, conversas de mocidade.

---

[12] Idem, [630].

[13] Michel Foucault, ob. cit, p. 306.

[14] Idem, p. 307.

Introdução ao estudo de um projeto de "Democracia Autoritária": o papel da ESG no desenvolvimento político brasileiro. (1943-1967)

EDUARDO DE OLIVEIRA LIMA

Logo após a Segunda Guerra Mundial um grupo de oficiais do Exército brasileiro se reúne para fundar uma instituição que iria ter uma participação, intelectual e objetiva, fundamental no desfecho do golpe civil-militar iniciado no dia 31 de março de 1964, que acabou por depor o então presidente da República, João Goulart, e instalar uma "ditadura" militar que duraria 21 anos. Esta instituição ficaria conhecida como a Escola Superior de Guerra (ESG).

Segundo o general Osvaldo Cordeiro de Farias – fundador e um dos mais conceituados representantes desta instituição – para entendermos o "movimento de março" de 1964 devemos nos reportar à deposição de Getúlio Vargas em 1945 pelo Exército.[i] Eu voltaria um pouco mais, até 1944 quando o Brasil entra, de fato,[ii] na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Desde então, com exceção do governo do general Eurico Dutra (1946-1950), o Brasil viveu uma constante crise política que iria culminar com a tomada do poder pelos militares. Entre esses militares as principais lideranças, pelo menos as mais influentes, eram provenientes da ESG.

A história republicana brasileira ficou marcada por movimentos militares de interferência direta nos rumos políticos do país. Desde a proclamação da república até 1964 o país registrou vários golpes contra as instituições constitucionalmente instaladas no poder. Porém é após a Segunda Guerra Mundial que o quadro político se complica. É neste período, dominado pelos regimes populistas, que as investidas militares contra os poderes constituídos passam a ser quase que constantes.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) se constituiu numa divisão de infantaria que lutou em solo italiano sob o comando do 5º Exército norte-americano contra as forças alemães.[iii] É neste momento que alguns oficiais tomam contato com uma realidade completamente antagônica à vivida por eles no Exército Brasileiro. O desenvolvimento tecnológico e material extremamente superior aos existentes no Exército Nacional deslumbrou os oficiais brasileiros. Este contato com o exército americano foi de fundamental importância para o futuro desenvolvimento de uma ideologia "modernizante-conservadora" por parte dos oficiais que estiveram no comando da FEB.

Para Stepan este contato reforçou, sobremaneira, algumas concepções existentes no imaginário militar brasileiro:

> O valor atribuído à interdependência em política externa, o temor do nacionalismo excessivo, a crença relativamente forte em que o Brasil poderia tirar proveito de um estreito relacionamento com os Estados Unidos, a profunda aversão aos apelos emocionais, a idéia de que o capitalismo poderia criar uma nação fisicamente poderosa, a crença de que a democracia era um estilo mais 'civilizado' de política – estas foram atitudes especificamente reforçadas ou amplamente criadas pela participação oficial da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, durante a Segunda Grande Guerra.[iv]

Stepan também observa que o Brasil foi o único país da América Latina a enviar um considerável contingente militar terrestre para lutar ao lado das democracias liberais contra o fascismo. Ele não trabalha mais a fundo este tema, mas deixa vários indícios a serem investigados. A própria pujança bélica e econômica que caracterizava as forças militares americanas e o contato com o ideal de democracia estadunidense iria, mais tarde, influenciar de forma consistente os "febianos" que participaram da fundação e da elaboração programática da Escola Superior de Guerra como mostra Dreifuss:

> Um pequeno número de oficiais dentro das Forças Armadas (...), após a Segunda Guerra Mundial, havia se tornado um grupo modernizante-conservador (...). Algumas das figuras de destaque desse grupo podem ser traçadas historicamente a partir de sua experiência ideológica e militar comum durante a campanha na Itália, experiência que mais tarde foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos. Essa experiência comum estendeu-se através da afiliação posterior daqueles oficiais a certos partidos políticos, principalmente a UDN – União Democrática Nacional – e em menor escala ao PDC – Partido Democrata Cristão – assim como pela sua organização num reduto político e ideológico, a Escola Superior de Guerra – ESG – da qual eram os co-fundadores.[v]

Não pretendemos desenvolver a fundo a hipótese de Stepan a respeito da grande influência sofrida pelos militares brasileiros que participaram da FEB, mas sim nos ater à discussão que remete à existência de um projeto democrático autoritário dentro desta instituição.

A fundação da ESG se dá num contexto extremamente conturbado da história mundial. A escola é fundada em 1948 num momento em que a emergência da Guerra Fria está polarizando o mundo em dois blocos antagônicos: o capitalista liderado pelos Estados Unidos da América e o socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. É neste contexto social de pós-guerra, onde as democracias liberais haviam saído vencedoras – em aliança com a União Soviética – que a ESG começa a ser cogitada como Instituição. A ESG passaria a ser um centro de estudos civil e militar que daria uma grande ênfase ao planejamento da segurança nacional e do "*desenvolvimento"* do país. A ESG se caracteriza também por uma participação civil fundamental do ponto de vista ideológico. Um elevado número de tecno-empresários passaria a fazer parte do quadro permanente da escola. Acrescentando de forma incisiva conceitos ideológicos racionalizantes e tecnicista.

A ESG tornava-se assim um grande centro de propagação ideológica construída através da participação efetiva de militares influenciados pelo ideal de democracia americano e identificados com

uma tecno-burocracia empresarial voltada para um tipo específico de desenvolvimento da nação a partir de pressupostos liberais e extremamente preocupados com o problema do planejamento e da Segurança nacional. Dreifuss aborda esta questão da seguinte forma:

> A ESG incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não 'políticas'. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de Segurança nacional. Ideologias americanas de 'construção nacional' foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial.[vi]

A ESG, a partir de sua fundação em 1948, passaria a elaborar uma nova doutrina política baseada em preceitos de caráter antipopulista, anticomunista e antitotalitário na medida em que tinha como ideal primeiro o que passaremos a denominar como uma "democracia autoritária". Os idealizadores desta doutrina visavam eliminar todo o ranço atribuído ao populismo. A demagogia, o personalismo, as práticas nada ortodoxas de concessão salarial, as ligações com os sindicatos se apoiando politicamente em suas bases militantes. Tudo isto antagonizava com a ideologia predominante que pregava um tecnicismo racional de administração, voltado para o combate à inflação a qualquer custo, não se importando com a opinião das classes trabalhadoras. A idéia de "democracia autoritária" vem a ser um projeto de democracia onde haveria um Poder Executivo forte capaz de determinar os rumos da política nacional sem a interferência "nociva" dos partidos populistas. O próprio governo do General Castello Branco (1964-1967) – membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra – é a prova empírica do projeto esguiano de "democracia autoritária" como mostra muito bem A. Stepan:

> Uma (...) característica importante do governo Castello Branco foi sua confiança intelectual na democracia como forma de governo. Ele aceitou a necessidade por algum tempo de uma 'democracia tutelada'. E embora tendessem a ver no debate político mais um obstáculo que uma parte intrínseca do processo de democracia "ideal". (...), Castello Branco, assim que assumiu o cargo, desejou que o Congresso se mantivesse aberto e que os poderes excepcionais estabelecidos (...) tivessem limites estritos. A confiança num retorno à democracia era tão intensa que o governo planejou realizar, em 1965, as eleições diretas para governador, apesar dos prováveis riscos a que se exporia a revolução.[vii]

Um outro elemento que não devemos deixar de mencionar, que é, de fato, de extrema importância para se entender a produção intelectual e a elaboração de um projeto "alternativo" de democracia foi, sem dúvida, a influência que o pensamento, de caráter autoritário, de Alberto Torres e Oliveira Viana teve sobre a ESG. Junto com a influência do modelo econômico norte-americano, as idéias autoritárias que desde a década de 1910 estão presentes entre os militares brasileiros podem ser, em parte, creditadas a estes dois autores. Desde os "tenentes" até chegar no movimento de 1964, podemos notar na ação destes elementos características do pensamento dos autores acima citados:

> Também o pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna pesou consideravelmente nas concepções centrais da ESG que, em função de sua visão do processo brasileiro, teve que alimentar-se de outras fontes e de outras motivações na própria situação internacional.[viii]

Uma discussão a ser feita envolvendo o conceito de democracia é extremamente pertinente para se entender o tema proposto. É nítida a preocupação de Castello e seu grupo em manter funcionando algumas das principais instituições que caracterizam a democracia liberal burguesa. O que devemos fazer, no entanto, é problematizar este conceito central na discussão que se está propondo. Uma democracia "ideal" , como queriam os militares, deve ser analisada a partir do conjunto de interesses que estão em jogo no debate político. A democracia não pode ser vista como um sistema ideal onde todos os interesses estão devidamente garantidos,

sejam eles de uma classe ou de outra. A democracia deve ser entendida como um regime de dominação política. Engels, por exemplo, dizia que:

> É através do sufrágio universal que a classe possuidora domina. Enquanto a classe oprimida – em nosso caso, o proletariado – não está madura para promover ela mesma a sua emancipação, a maioria dos seus membros considera a ordem social existente como a única possível e, politicamente, forma a cauda da classe capitalista, sua ala da extrema esquerda.[ix]

---

[i] FARIAS, Cordeiro de. *Antecedentes da Anti-Revolução de 1964*. CPDOC. Doc. N. Cfa tv 70.00.00

[ii] O primeiro navio com tropas brasileiras zarpa do porto do Rio no dia 2 de julho de 1944, apesar de desde 22 de agosto de 1942 o país já esta oficialmente em guerra contra o eixo Roma-Berlim. Vide SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

[iii] Idem.

[iv] STEPAN, Alfred. *Os militares na política:* as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 175

[v] DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes. 1981, pp. 77-78.

[vi] Idem, p. 69.

[vii] STEPAN, Alfred. *Op. cit.*, p. 170.

[viii] OLIVEIRA, E. R. de. "A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico" In: _____. (org.). *Militares : Pensamento e Ação Política.* Campinas: Papirus, 1987, p.62

[ix] ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 15ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 195.

L'Etrange Defaite de Marc Bloch:

O Historiador diante da Guerra

Eduardo Mei* - UNESP/Franca

Marc Bloch nasceu em 1886 e recebeu a agregação de História em 1908. Serviu no exército francês durante a Primeira Guerra Mundial, iniciando-a como sargento de infantaria e terminando como capitão, tendo sido inclusive condecorado com a cruz de guerra. Em 24 de agosto de 1939, não obstante a idade e suas obrigações familiares (tinha seis filhos), foi mobilizado, a seu pedido, como capitão de estado-maior. Durante a guerra, torna-se o responsável pelo armazenamento, transporte e distribuição de combustível. Nos últimos dias da batalha de Flandres, cruzou o canal da Mancha para não se render ao exército invasor. Após o armistício de 2 de julho de 1940, ele se transfere para a zona não ocupada, fazendo-se passar por civil. Quando os alemães invadem a zona livre, Bloch é obrigado a refugiar-se em uma casa de campo que ele possuía em Fougères. Depois, em Clermont-Ferrand, ele entra em contato com os primeiros grupos locais de resistência. Em 1943, ele entra completamente na clandestinidade. Em 8 de março de 1944 ele é capturado e torturado pela Gestapo. Em 16 de junho de 1944 ele é fuzilado juntamente com outros prisioneiros.[1]

Entre julho e setembro de 1940, Marc Bloch redigiu *L'Etrange defaite*, seu testemunho ocular da derrota francesa perante os alemães que culminou no governo de Vichy. O texto que Bloch definiu como "procès-verbal de l'an 1940" foi publicado pela primeira vez em 1946. Embora em nenhum momento evoque a sua condição de judeu, ele tinha nítida clareza da perseguição que os alemães empreenderiam contra ele e os seus. Por isso, o fato de alistar-se em 1939 e depois combater na resistência foi uma demonstração de firme coragem e amor à pátria. Como Bloch notara em artigo publicado

* Professor substituto da Faculdade de História Direito e Serviço Social de Franca (FHDSS-UNESP) e doutorando em História na mesma Faculdade.

clandestinamente em julho de 1943, seu patriotismo era a evidente contrapartida do seu republicanismo. Com efeito, ele observa que, desde a Revolução Francesa, formou-se na França uma classe aristocrática interessada em manter seus privilégios e propensa a ver na invasão da França a ocasião de restabelecê-los juntamente com a restauração da monarquia. Em suas palavras:

> *Assim, formou-se na França um partido hostil a todo curso da história da França, partido sem cessar vencido e que, exasperado por suas derrotas, tomou pouco a pouco o hábito de pensar e sentir contra a nação, a ponto de não esperar outros sucessos que os desastres da França. Desde 1814 e 1815, ele saudou na invasão estrangeira a ocasião de restabelecer a monarquia e a ordem social que ela simbolizava para ele, e se esforçava, por conseguinte, para sustentar essa ordem por uma política tão diretamente contrária à opinião que três dias bastavam para derrubar a monarquia restaurada, sem que ninguém em todo o país se levantasse para defendê-la.*[2]

Por outro lado, a libertação nacional só poderia ser conquistada como uma obra da República. Foi assim em 1793, 1870, de 1914 a 1918, e também a resistência francesa de 1939 a 1943 era obra sua:

> *A República aparece aos franceses como o regime de todos, ela é a grande idéia que em todos as causas nacionais exaltou os sentimentos do povo. (…) A República é o regime do povo. O povo que libertará a si mesmo e pelo esforço comum de todos não poderá preservar sua liberdade senão pela vigilância contínua de todos.*

Assim, como francês de origem judia, totalmente assimilado, sem nenhum sentimento religioso, Bloch fará um retrato agudo e melancólico do desastre que se abateu sobre a França. Primeiramente, nota que o exército francês não estava preparado para enfrentar o exército invasor. Houve um evidente problema de comando que Bloch tratará de descrever. Bloch nota que os chefes militares franceses não souberam pensar a guerra de 1939-40: a vitória militar alemã foi, sobretudo, uma vitória intelectual. Em grande medida, isso se deve à não compreensão do impacto da revolução técnica nos meios de transporte e comunicação: "desde o início do século XX, a noção de distância mudou radicalmente de valor. (…) Os alemães fizeram uma guerra de hoje, sob o signo da rapidez. Nós apenas tentamos fazê-la, por nossa parte, uma guerra da véspera ou da antevéspera".[3] A rapidez imprimida pelos alemães à guerra provocou um caos no exército francês. O alto-comando pregava dogmaticamente a superioridade da guerra defensiva; acreditava que a linha

Maginot era inexpugnável.[4] Ora, preparado para uma guerra defensiva, extremamente lenta, o exército francês foi fortemente abalado pelo rápido avanço alemão:

> *Os alemães, simplesmente, avançavam mais rapidamente do que parecia conforma à boa regra. (…) [Assim,] uma única chance de salvação subsistia: depois de se "retirar", restabelecer uma nova linha de defesa, suficientemente recuada, para não ser aniquilada antes mesmo de ser guarnecida.*[5]

Os alemães cortaram as linhas de comunicações francesas, desorganizaram sua defesa e abalaram o seu moral. Como notou Fuller,

> *Era o emprego da mobilidade como arma secreta, não para matar, mas para deslocar; não deslocar para matar, mas para aterrorizar, desorientar confundir, causar consternação, dúvida e confusão na retaguarda do inimigo, que o rumor público ampliaria até que o pânico fosse monstruoso. Em resumo, seu objetivo era paralisar não somente o comando inimigo, mas também seu governo, e tal paralisação estaria na razão direta da velocidade.*[6]

O relato de Bloch mostra claramente a desorganização que se instalara no exército francês. Todavia, em grande medida o caos se deve ao próprio dogmatismo do alto-comando militar francês. Tendo apostado tudo numa guerra defensiva, o exército francês descurara do serviço de informações. Como observa Bloch:

> *Que nossos chefes tenham conhecido sempre imperfeitamente suas [do inimigo] verdadeiras intenções e, pior ainda talvez, suas possibilidades materiais, a má organização de nossos serviços de informação basta para explicar.*[7]

O exército francês não estava preparado para a extrema mobilidade do exército alemão, de modo que os blindados do inimigo constantemente surpreendiam os franceses. De fato, exclama Bloch: "essa guerra foi feita portanto de perpétuas surpresas".[8] E tais surpresas tiveram um enorme impacto sobre o moral do exército francês. Do mesmo modo, os bombardeios aéreos eram utilizados pelos alemães mais para provocar o pânico entre os franceses do que como arma de ataque: "Certamente, o ataque aéreo tal como os alemães o praticaram com tanto brio, atestava um conhecimento muito premente da sensibilidade nervosa e dos meios de abalá-la".[9] Assim, Bloch atribui a derrota ao fato de os franceses "pensarem em atraso".[10] Os alemães atacavam os pontos de menor resistência: diante de uma defesa bem organizada, eles escolhiam entre múltiplas possibilidades a manobra apropriada, ou, em outras palavras, aplicavam à tática os princípios da mobilidade,

"acreditavam na ação e no imprevisto". Enquanto os franceses depositaram sua fé "na imobilidade e no já feito".[11]

Esse contraste entre mobilidade e imobilidade se traduzia também na própria organização do exército. Bloch observa como os estados-maiores do exército eram meticulosamente organizados. "As fórmulas de estilo obedeciam a uma tradição rigorosa"; dados diversos eram diariamente registrados nas tabelas; "os dossiês eram cuidadosamente classificados". Em suma: "a forma burocrática da ordem".[12] E, todavia, esse exagero de ordem quando se traduzia em ordens a serem executadas davam uma "incontestável impressão de desordem". E isso porque: "… a ordem estática do escritório é, sob muitos aspectos, a antítese da ordem, ativa e perpetuamente inventiva, que exige o movimento".[13] Assim, Bloch arremata: "a boa ordem da qual éramos tão orgulhosos era adquirida apenas ao preço de uma grande lentidão".[14] Diante dessas considerações, parecia óbvio a Bloch que o contraste entre as vantagens de um exército invasor ágil, rápido e dinâmico perante um exército francês lento e esclerosado selara a derrota da França em 1940. Daí sua indagação:

> *A campanha do norte, com sua duras lições, lograria ao menos convencer nossos chefes de que o ritmo da guerra havia mudado? A resposta será dada pela história das últimas convulsões nas quais debateram os fragmentos de exércitos que escaparam do desastre em Flandres.*[15]

Porém, a análise de Bloch não se interrompe nas deficiências do aparelho militar francês. Era preciso examinar o ambiente social e político em que o exército atuara: "Os estados-maiores trabalharam com os instrumentos que o país lhes ofereceu".[16] Primeiramente, ele tece críticas à desinformação do povo francês, insuficientemente esclarecido sobre as intenções dos alemães,[17] Em seguida à precária mobilização, que, em sua opinião, não devia excluir nem as mulheres.[18] Ora, nesses fatos, a alta burguesia e as elites sindicais tinham sua culpa, pois ambas compunham as classes dirigentes.[19] As indústrias de armamentos não fabricaram carros de combates, aviões ou motores suficientes. Desde engenheiros até os operários esqueceram que tinham “a sua maneira, postos de soldados”.[20] Os motivos desse desprezo pelos interesses nacionais eram muitos,

e entre eles Bloch destaca a propaganda oficial, "seu irritante e grosseiro otimismo".[21] As elites sindicais, por sua vez, colocavam os interesses de classe acima dos nacionais, esquecendo-se que a "vitória dos regimes autoritários não podiam deixar de levar à servidão quase total de nossos operários".[22] E a alta burguesia não tinha interesse em esclarecer os camponeses e citadinos dos assuntos internacionais, sendo ela mesma desinformada.[23] Em suma, toda a França estava dividida, desinformada e contaminada por um temerário pacifismo que mais se assemelhava à covardia. E nesse ambiente formou-se o dogmatismo defensivo dos estados-maiores.

É sugestivo a esse respeito o livro *Une invasion est-elle encore possible?,* publicado pelo editor militar Berger-Levrault e assinado pelo general Chauvineau. A seu respeito Bloch faz uma severa resenha, não poupando críticas ao seu "dogmatismo".[24] A obra de Chauvineau foi publicada em 1938 e reeditada em 1940 e refletia o estado de espírito dos dirigentes do exército francês. É sugestivo a esse respeito o fato de ser prefaciado pelo general Pétain. Chauvineau tece várias críticas a Foch e Joffre com o intuito de exaltar Pétain. Surpreendentemente, às vésperas da invasão alemã, Chauvineau, segundo Bloch, acredita "… que a técnica moderna permite, combinando a fortificação e a potência de fogo, edificar sobre não importa qual linha do território defesas infranqueáveis ao longo de um *front* contínuo".[25] A exaltação da defensiva era a contrapartida do desprezo pela ofensiva. Assim, lê-se nessa impressionante obra: "Quanto aos carros que deviam nos levar às guerras curtas, sua deficiência é espantosa".[26] Do mesmo modo Chauvineau não via futuro na aviação. Todavia, o general francês não se limitava a discorrer sobre problemas estritamente militares. Como nota Bloch, "O princípio dos *fronts* contínuos e infranqueáveis permite, com efeito, ao general Chauvineau demolir toda a política externa francesa e construir uma inteiramente nova".[27] Assim, Chauvineau critica a Sociedade das Nações que seria um mecanismo ineficaz de evitar as guerras, e vê nos pactos de segurança coletiva o risco de guerras de coalizão. Despreza o auxílio que um país tão distante como os EUA poderiam prestar aos europeus. Em suma, é notável que o marechal

Pétain tenha assinado uma obra de tal calibre. Não podemos deixar de ver nela a crônica da derrota anunciada.

---

[1] Um brevíssimo resumo biográfico pode ser encontrado em nota biográfica à edição de *Estranha Derrota*. CF. Mar Bloch, *L'Etrange defaite*. Paris: Gallimard, 1940 e no sítio dedicado a Marc Bloch: < http://www.marcbloch.fr/>
[2] Marc Bloch, "Porquoi je suis républicain", publicado originalmente em *Les Cahiers politiques*, órgão clandestino do C.G.E. (Comité général d'études de la Résistance), nº 2, juillet 1943, p. 9, "Réponse de un Historien". Reproduzido em Marc Bloch, *L'Etrange defaite*, *op. cit*. p. 218.
[3] M. Bloch, *L'Etrange defaite*, *op. cit*. pp. 66-7.
[4] *Idem, ibidem,* p.83.
[5] *Idem, ibidem,* p.68.
[6] John Frederick Charles Fuller, *A conduta da guerra*. [Tradução de Hermann Bergqvist]. RJ: Bibliex, 2002, p.245.
[7] M. Bloch, *op. cit*., p. 75.
[8] *Idem, ibidem,* p. 78.
[9] *Idem, ibidem,* p. 84.
[10] *Idem, ibidem,* p. 78.
[11] *Idem, ibidem,* p. 79.
[12] *Idem, ibidem,* pp. 88-89.
[13] *Idem, ibidem,* p. 90-1.
[14] *Idem, ibidem,* p. 91.
[15] *Idem, ibidem,* p. 72.
[16] *Idem, ibidem,* p. 159.
[17] *Idem, ibidem,* pp. 161-2.
[18] *Idem, ibidem,* pp. 163-4.
[19] *Idem, ibidem,* pp. 168 e ss.
[20] *Idem, ibidem,* pp. 168 e ss.
[21] *Idem, ibidem,* pp. 170 e ss.
[22] *Idem, ibidem,* p. 174.
[23] *Idem, ibidem,* pp. 178 e ss.
[24] M. Bloch, "A propos d'un livre trop peu connu", publicado originalmente em *Les Cahiers politiques*, nº 8 (na realidade 6), avril 1944. Reproduzido em Marc Bloch, *L'Etrange defaite*, *op. cit*. p. 243-53.
[25] *Idem, ibidem*, p.248.
[26] *Idem, ibidem*, p.248.
[27] *Idem, ibidem*, p.250.

Fábrica Nacional de Motores (FNM): Historiando e considerando a idéia de um contra-laboratório na indústria automotiva brasileira.

Eduardo Nazareth Paiva – UFRJ

fnm@ufrj.br

INTRODUÇÃO

É grande o interesse dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (ECTS) na trajetória dos laboratórios, criados para oferecer a sustentação necessária aos argumentos daqueles que desenvolvem as tecnologias. Segundo a abordagem sociotécnica de Bruno Latour: "*todos os laboratórios são contra-laboratórios, da mesma forma que todos os artigos técnicos são contra-artigos*". Assim, a criação de um contra-laboratório, processo em geral complexo e caro, torna-se uma condição importante para a realização das tentativas de transformar as idéias dos projetistas em coisas tecnologicamente passíveis de serem materializadas, estabilizadas, dominadas em sua autoria e difundidas. Nesta comunicação será focalizada a apresentação de algumas estratégicas adotadas pela FNM para a construção, no Brasil, de um contra-laboratório dentro do setor automotivo, desde então, caracterizado como um setor de alta tecnologia e potencialmente globalizado. Com este objetivo serão apresentadas algumas dificuldades típicas enfrentadas por um contra-laboratório dentro deste contexto.

Por uma decisão metodológica, estes desafios serão organizados textualmente segundo o ciclo de um metafórico motor de combustão interna de quatro tempos, algumas vezes também denominado de motor universal. Assim nossa narrativa sobre a FNM, considerada nesta abordagem sociotécnica como sendo um contra-laboratório, se desenvolverá em quatro estágios:

I. ADMISSÃO DA MISTURA (usando o maior número possível de "caixas-pretas")
II. COMPRESSÃO (positivando a modalidade dos seus objetos tecnológicos)
III. EXPANSÃO (moldando novos aliados)

IV. EXAUSTÃO (fazendo os porta-vozes de seus "competidores" mudarem de campo)

I. ADMISSÃO DA MISTURA (usando o maior número possível de "caixas-pretas")

No final da década de 1930, o crescimento da aviação brasileira já tinha atingido um estágio tal que começava a se justificar a implantação no país de uma iniciativa industrial de porte no setor aeronáutico. No dia 26 de outubro de 1938, o Gen. Mendonça Lima, então Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Getúlio Vargas (1937-1946), assinou a portaria n º 514, designando os Engenheiros Aeronáuticos Antônio Guedes Muniz e Jussaro Fausto de Souza assim como o Engenheiro Civil Adroaldo Junqueira Alves, para "estudar e propor meios para o estabelecimento de uma fábrica de motores de avião". A Comissão demorou apenas dois meses para apresentar um relatório e um anteprojeto. Mas, problemas nacionais e internacionais, como a guerra que se aproximava da Europa, protelaram a decisão final do Governo. Em 1940, por iniciativa do próprio Presidente Getúlio Vargas, foi assinado o primeiro crédito para a preparação do projeto detalhado da fábrica, que deveria ser construída na Baixada Fluminense, próxima a Serra de Petrópolis em Xerém, Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Diário de VARGAS[1], no dia 17 de janeiro de 1941, ele ao despachar com o seu Ministro da Viação "*recebe o Coronel Muniz, que vai aos EUA adquirir a Fábrica de Motores. O Coronel Muniz havia sido encarregado, em agosto de 1940, de organizar o projeto de implantação da FNM*". O terreno foi desapropriado em 1941 e, em dezembro, Guedes Muniz viajou aos Estados Unidos para assinar a compra do ferramental necessário e dos direitos de produção dos motores da Wright Aircraft Engines. Entretanto, a II Guerra Mundial mudou as prioridades americanas retardando as negociações. Somente em março de 1942 a FNM entraria no Programa *Lend&Lease* (Empréstimos e Arrendamentos), beneficiando-se, desse modo, do esforço de guerra americano. Oficialmente a FNM é inaugurada, ainda sem seus equipamentos, em 13 de junho de 1942. Em 28 de Janeiro de 1943, quando o Presidente Getúlio Vargas encontrou-se com o Presidente Roosevelt, em Natal (RN), ele negociou, a bordo do Destróier Humboldt, a prioridade para dois projetos: a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores. [2]

Aprovados os créditos, definidos os acordos comerciais e estratégicos junto à Wright Engines, pôs-se em curso os trabalhos para concluir as instalações fabris da FNM antes da chegada do ferramental e do maquinário, estimado em mais de mil volumes e ocorrida em 1943. Os primeiros motores radiais de nove cilindros FNM-Wright de 450 HP ficariam prontos em 1946. Em um simbólico primeiro de abril de 1946 os motores FNM-Wright foram colocados em funcionamento no banco de provas da FNM pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Um primeiro avião Vultee BT-15 da FAB com motor FNM-Wright Whirlwind de 450 HP decolou do campo de pouso da FNM em Xerém em 19 de Agosto de 1946 sendo a entrega oficial dos primeiros aviões à FAB feita em 1947. Terminada a guerra, a FNM, então um parque industrial inédito de mecânica fina no hemisfério sul, depara-se com uma situação imbricada, ou seja, o seu produto maior, o motor de avião Wright de 450 HP, é tecnologicamente jogado na obsolescência, com o surgimento dos motores de propulsão a jato. Dentro desta conjuntura a FNM acaba sendo colocada à venda em 1 de julho de 1946. Esta empreitada não teve sucesso. Em seguida aconteceu a sua transformação em sociedade anônima e a substituição do Brigadeiro (Guedes Muniz) por um Engenheiro Civil (Túlio Araripe). Entretanto, este processo de privatização não obteve êxito, pois o governo brasileiro acabou ficando com quase todas as ações, cerca de 99%. Nesta fase a, então, FNM S/A atravessou grandes dificuldades financeiras e de planejamento estratégico. Para sobreviver empresarialmente ela passou a realizar serviços de manutenção em motores de aviões comerciais (os Pratt dos DC-3). Para aumentar a sua ocupação operacional ela chegou a produzir geladeiras (conhecidas como M5 de gabinete em aço inox), bicicletas, fusos para a indústria têxtil e, segundo alguns, até galináceos (numa provocação que seus opositores faziam ao fato dela possuir um aviário).

II. COMPRESSÃO (positivando a modalidade dos seus objetos tecnológicos)

Em 14 de janeiro de 1949, fruto de negociação ocorrida durante o governo Dutra, é assinado um contrato pelo Coronel Carlo Matteini, representando a Isotta e o Engenheiro Benjamin do Monte, representando a FNM, da cessão dos direitos para a fabricação e nacionalização, pela FNM, do projeto de um modelo de caminhão pesado a diesel e batizado de D-7300.

Este caminhão havia sido concebido originalmente para as campanhas militares italianas na África, na Guerra da Abissínia e era, por esta razão, indicado, pelos italianos aos brasileiros, em função de seus predicados de performance em ambientes tropicais. Ainda em 1949, a FNM realiza um desfile com 50 caminhões, montados por ela e com índice de nacionalização de cerca de 30 %, pela Avenida Rio Branco, em pleno centro nervoso do Rio de Janeiro, então capital brasileira, numa simbólica demonstração da capacidade industrial brasileira. Entre 1949 e 1950 foram 200 caminhões. Em 1950, a Isotta Fraschini abre falência na Itália. Para contornar a difícil situação, por intervenção do governo brasileiro, o governo italiano designa a Alfa Romeo, então estatal e ligada ao I.R.I (Instituto di Reconstruzione Italiano), para dar continuidade aos compromissos assumidos pela empresa conterrânea falida. Com isto, a Alfa Romeo substitui a Isotta Fraschini na cessão dos projetos dos modelos de caminhão D-9500 de 130 CV e, posteriormente, já em 1957, com o projeto dos caminhões D-11000 de 150CV que viriam a se tornar populares no Brasil pelo codinome foneticamente construído de Fenemê, produzidos a partir de 1951.

O caminhão a ser produzido pela FNM, o D-9500, era inovador, pioneiro na introdução do ciclo diesel no país, com bloco de alumínio, camisas removíveis e classificado no segmento pesado para a época, por admitir um Peso Bruto Total de mais de 10 toneladas, ou ainda, uma carga útil superior a 8 toneladas e capacidade de tração superior a 25 toneladas.

As crises da conjuntura econômica cambial e na balança comercial brasileira de 1951 determinaram a restrição das importações de veículos montados, através da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), criada por Getulio Vargas em 23/07/1951. Dentro da CDI foi criada a Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, presidida por Lúcio Meira, onde foram promulgados o Aviso 288 (08/1952) da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), que limitava a concessão de licenças de importação de peças já produzidas no Brasil e o Aviso 311 (04/1953) que vetava a importação de veículos a motor completos e montados. Considera-se interessante notar que no dia 1 de julho de 1954, o embaixador João Carlos Manix entregou ao Sr. John Foster, Secretário de Estado Americano, um cheque de cinco milhões de dólares, para

pagamento do que restava para saldar as dívidas contraídas, por ocasião da criação da FNM, nos termos *lend-lease* e com isto o Brasil acabara de quitar a FNM, por cerca de um terço do seu valor de custo, pago em cerca de dez anos e praticamente sem juros.

Entretanto, Getúlio Vargas, considerado por muitos o "pai" da FNM, no auge da compressão exercida sobre seu governo e sobre seus projetos pela oposição, pela mídia e pelos militares, explode o seu coração em 24 de agosto de 1954. O tiro de Vargas foi uma espécie de centelha que desencadeou uma reação em cadeia que iria levar a enérgicas movimentações.

III. EXPANSÃO (moldando novos aliados)

Depois do período de interinidade no governo federal, onde a Presidência foi ocupada por Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos de 1954 a 1955, são realizadas as eleições e Juscelino Kubistchek (JK), elege-se presidente para o mandato de 1956 a 1960.

O período JK seria marcado por atitudes paradoxais sendo tanto capaz de romper com o FMI em 1959 quanto de contrair uma série de compromissos junto às empresas estrangeiras.

A inauguração de Brasília, no simbólico feriado de Tiradentes de 21 de Abril de 1960, marcaria a história da FNM com o lançamento de dois produtos pioneiros, articulados com os projetos nacionais de modernidade e de integração de seu novo centro de gravidade política. Eram eles: um automóvel, o JK, e um ônibus, o Brasília.

Em termos de expansão, a FNM entrou na década de 60 com uma ampliação de sua área construída que passa de 44.642 m² para 172.000m²; uma nova e importante instalação que recebe o nome de 'Brasília', uma homenagem crítica segundo uns, devido ao fato de ser o novo prédio bem distante dos prédios primitivos. O número de máquinas operatrizes passa de 1000 para 1882, com procedência de várias nacionalidades.

Durante o seu auge, no final dos anos 50, a FNM sucessivamente apresentou lucros anuais, com produção anual de 4000 caminhões e com distribuição dos seus dividendos entre os seus mais de 6000 funcionários, de acordo com o que assegurava o estatuto da fábrica, junto ao BNDE.

IV. EXAUSTÃO (fazendo os porta-vozes de seus “competidores” mudarem de campo)

Jânio Quadros (JQ) sucede Juscelino Kubitschek (JK) em 31 de janeiro de 1961. Esta substituição teria um grande impacto negativo sobre a FNM posteriormente. Embora houvesse tido um bom relacionamento comercial com JQ, quando este era prefeito de São Paulo e adquirira 200 ônibus com chassis FNM, este bom relacionamento não se manteria quando JQ assume a Presidência da República. Denúncias de pressões eleitoreiras para favorecimento de fornecedores, revendas e assistência técnica autorizada da FNM mergulharam a empresa em crises que culminaram com a demissão de seu diretor industrial, Túlio Araripe. Simultaneamente acontece um movimento grevista dos trabalhadores que reivindicavam que uma das diretorias da FNM fosse entregue aos operários, por eleição. Segue-se um tempo de instabilidades que se traduz na troca constante de seus presidentes ocupada por Amauri Pedrosa (61-62), Paiva Rio (62-63) e Aluísio Peixoto (63-64). No plano nacional, Jânio renuncia em 25 de Agosto de 1961 e com isto João Goulart, seu vice, assume a Presidência em 8 de Setembro de 1961. Algumas das forças de reação às mudanças já não conseguiriam se ocultar por muito mais tempo.

E assim acontece o Golpe Militar de 31 de março de 1964. A FNM é um dos primeiros lugares a serem ocupados militarmente, logo no primeiro dia do golpe, num outro simbólico primeiro de abril. O presidente da FNM, Aluísio Peixoto, é deposto e perseguido por diversas acusações, ironicamente, inclusive pela denúncia de facilitar a agitação política dentro da empresa. Assume a presidência o Coronel Silveira Martins, instaura-se um Inquérito Policial Militar (IPM), trabalhadores são presos, outros perseguidos. A FNM, enquanto área de segurança nacional, tinha grande sensibilidade para as crises políticas e institucionais, especialmente aquelas de âmbito nacional. Esta conjuntura desfavorável deste final dos anos 60 evolui no nível nacional com o Decreto Lei n º 62.127, de 16 de Janeiro de 1968, que ficaria conhecido como a Lei da Balança. O resultado final desta lei acabou sendo, absolutamente adequado aos caminhões fabricados pela Mercedes-Benz e bastante prejudicial a um dos modelos líderes de venda produzidos pela FNM, o D-11000 Variante 4 (também conhecido como V-4, Fenemê toco, ou ainda João Bobo). Já no executivo federal,

o Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, articuladamente com o Ministro da Fazenda, Otávio Gouvêa de Bulhões criariam o FGTS para resolver o "anacrônico" problema da estabilidade no emprego e os "legalistas" passivos trabalhistas da FNM, que desinteressavam o capital privado internacional na aquisição da empresa, inviabilizando sua privatização. Para desviar o olhar dos cidadãos brasileiros eles colaram ao FGTS o maior plano habitacional brasileiro, que culminou com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), viabilizado com os recursos do FGTS. Como não foi possível cumprir toda a agenda liberal no governo Castello, no seguinte governo de Costa e Silva, o Ministro da Indústria e Comércio, Edmundo Macedo se encarregaria de afunilar o processo de venda ao capital estrangeiro da FNM, a ponto de abrir o Ministério num domingo, para junto com o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, agilizarem a toque de caixa (preta) a venda da FNM.

Este processo comercial, cheio de controvérsias, chegou a desembocar em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada pela resolução n º 73 de 1968 e publicada no Diário do Congresso Nacional de 10 de julho de 1968, tendo como objetivo: *Investigar as causas da venda da Fábrica Nacional de Motores (FNM), assim como apurar os critérios adotados na referida transação, bem como tudo quanto a ela diga respeito*. Esta CPI não apresentou a conclusão de seus trabalhos (não teve relatório final), justificadamente em função de terem sido esgotados os prazos regimentais, conforme relatório de 24 de julho de 1970 (Publicado no Diário do Congresso Nacional de 7 de novembro de 1970). Deve-se registrar que os dois únicos representantes da oposição da época, ou seja, do partido MDB, os Deputados Getúlio Moura e Mariano Beck, presidente e vice-presidente da CPI, respectivamente, foram cassados pelo Ato Institucional nº 5 (o famigerado AI-5) em pleno curso dos trabalhos da Comissão.

Finalmente, considero relevante considerar a importância dos sistemas classificatórios[3] para a FNM. Isto porque sua reputação de pouco produtiva não condiz com a sua permanente liderança de mercado no segmento de caminhões pesados. Em sua época os caminhões pesados, ou seja, aqueles que possuíam Capacidade Máxima de Tração (CMT) igual ou

maior que 30 toneladas, paradoxalmente, eram de um lado considerados vitais para o transporte modal brasileiro, e de outro lado não dispunham da mesma visibilidade que possuíam os caminhões de outras categorias, onde a Mercedes Benz do Brasil (MBB) era líder, com um maior número total de caminhões produzidos. Tanto nos veículos de informação de massa quanto até mesmo nas referências mais especializadas do setor automotivo, como por exemplo, nas publicações da ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) os números e as comparações da FNM com as outras montadoras (MBB e SCANIA) se encontram, em geral, misturados. Exagerando, didaticamente, seria como comparar a produtividade de um grande estaleiro com a de uma grande montadora de veículos populares a partir do número de unidades produzidas. A seguir apresenta-se um gráfico[4] do segmento dos caminhões pesados (1952-1972) onde pode-se observar a liderança permanente da FNM neste segmento de mercado.

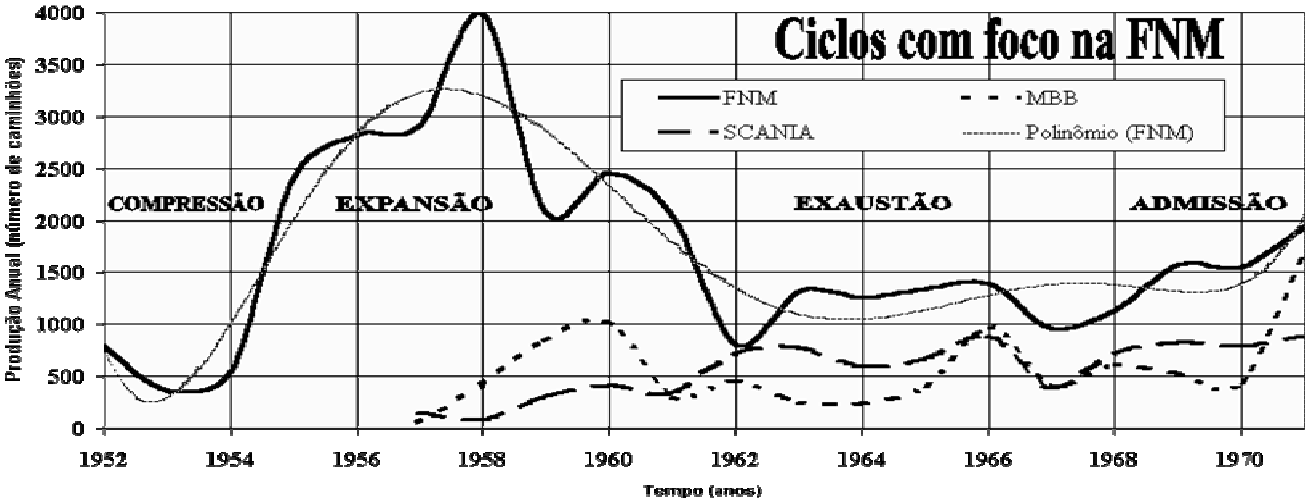

---

[1] VARGAS, G. *Diário.* 2 Volumes. Edição Leda Soares. Siciliano e FGV. Rio de Janeiro. 1995.

[2] CPI *sobre a venda da Fábrica Nacional de Motores*. Diário do Congresso Nacional. Seção I. Câmara dos Deputados. Brasília. 1968.

[3] BOWKER, G. C., STAR, S. L. *Sorting things out: classification and its consequences.* MIT Press. Massachusetts. EUA. 1999.

[4] PAIVA, E. N. A Fábrica Nacional de Motores e a indústria automotiva no Brasil: uma análise antitética do ponto de vista da Teoria Ator-Rede. Tese de Doutorado. PESC/COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. 2004.

PEDRO DE ANGELIS E OS CONFLITOS IDEOLÓGICOS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO RIO DA PRATA

Eduardo Scheidt
Professor da Universidade Severino Sombra
Doutor em História pela USP

Na presente comunicação, objetivamos analisar a atuação do italiano, naturalizado argentino, Pedro de Angelis como jornalista no Rio da Prata, durante o tumultuado processo de construção dos Estados e das nações no Rio da Prata, marcado por intensas guerras civis e lutas ideológicas. Ao longo deste trabalho, analisamos as concepções de nação do personagem, enfatizando os conflitos ideológicos com intelectuais e grupos políticos opositores a suas concepções políticas.

Em nosso estudo, dividimos a carreira do autor como jornalista em três fases. A primeira corresponde ao período em que De Angelis escreveu para periódicos durante os governos unitários de Rivadávia e Lavalle, entre 1827 e 1829. O segundo momento abarca os anos de 1829 a 1835, durante o qual o italiano trabalhou em diversos jornais, ao longo dos sucessivos governos do Partido Federalista, incluindo a primeira administração de Rosas. O último período, no interior do segundo governo de Rosas, corresponde aos anos de 1843 a 1851.

Pedro de Angelis aportou em Buenos Aires em janeiro de 1827[1]. No momento em que o italiano chegou à capital argentina, o país enfrentava uma guerra contra o Brasil pela disputa da então "Banda Oriental". Nosso personagem começou a atuar como jornalista a serviço da efêmera presidência de Rivadávia, que tentava implantar um Estado unificado em todo território rio-platense. Iniciou sua correira com a fundação de *La Crónica Política y Literaria de Buenos Aires*, periódico editado pelo italiano em co-direção com José Joaquim de Mora (jornalista espanhol, igualmente contratado por Rivadávia).

Neste primeiro jornal para o qual trabalhou, De Angelis revelou-se partidário de um pensamento liberal bastante moderado, rejeitando revoluções ou a participação de amplos setores da sociedade na política. O italiano concebia a nação como uma associação política, fundada pelos homens e regida por leis. Ele estava bastante demarcado pelas idéias européias. Neste sentido, mencionava, em seus artigos, alguns países europeus como exemplos ideais da "nação moderna". E o mais importante para o nosso autor: tudo "dentro da ordem". O italiano buscou referências em países da Europa para criticar as práticas políticas americanas. Falando como se fosse um rio-platense, De Angelis criticava sistematicamente a "anarquia", falta de leis, de prudência, de vida política constitucional, entre outros aspectos. Na maior parte de seus textos deste período, o jornalista expressou seu pessimismo em relação à política rio-platense, muito aquém do modelo de regime político por ele almejado para a "nação". O autor não via muitas perspectivas no projeto rivadaviano. Apesar de ter sido contratado por ele, o italiano não fazia, em seus artigos, uma defesa sistemática da política dos unitários nem da figura do presidente. Divulgava seu próprio ideário e criticava os principais grupos políticos locais, sem tomar partido entre unitários e federalistas.

A defesa de suas idéias próprias, com as conseqüentes críticas às práticas políticas rio-platenses, iria custar muito caro a De Angelis. O governo federalista que substituiu Rivadávia deixou de subsidiá-lo e *La Crónica* foi obrigada a encerrar suas atividades. O italiano só retornou a exercer a função de jornalista em 1829, durante o efêmero governo de Lavalle. Então, passou a integrar a redação da *Gaceta Mercantil*, periódico de circulação diária, que havia surgido no ano de 1823 e iria futuramente transformar-se em um dos principais jornais de sustentação de Rosas. Nos textos escritos para a *Gaceta*, De Angelis deu continuidade à defesa do liberalismo moderado, ressaltando o funcionamento das instituições e das leis.

Passemos, agora, a analisar o segundo período da atuação de Pedro de Angelis como jornalista em Buenos Aires, de 1829 a 1834, durante a sucessão de governos do Partido Federalista na província. Durante o regime de Rosas[2], deu-se continuidade aos conflitos com outras províncias no que tange à unidade nacional. Neste contexto, seguidores do governador bonaerense, seus opositores, exilados, representantes das províncias do Litoral e do Interior, todos se confrontaram com diferentes concepções de nação, debate no qual De Angelis teve uma participação destacada.

Nosso personagem fundou uma publicação própria, *El Lucero*, periódico de circulação diária, entre 1829 e 1833. Logo nos primeiros números do novo jornal, percebemos uma modificação em relação às posturas de nosso autor no tocante à questão nacional no Rio da Prata. As críticas quanto às anteriores tentativas de organização da "nação" foram mantidas, mas o pessimismo quanto ao futuro político foi substituído por um otimismo em relação à "construção da nação". De Angelis começava a apontar os caminhos desta empreitada. A tarefa de construir a "nação" estaria a cargo da província de Buenos Aires, que teria abandonado o "erro" de tentar unificar o país através da força e voltava-se para o seu desenvolvimento interno. Somente após essa etapa, é que seria então o momento de promover, através de adesões voluntárias, a unificação nacional. Além de sua progressiva adesão ao projeto dos federalistas, De Angelis assumiu também a sustentação política de Rosas, tarefa que o italiano exerceu do início ao fim do regime rosista, sem deixar de defendê-lo durante sua ausência do cargo de governador entre os anos de 1832 e 1835. Em seus artigos, nosso autor continuou abominando a perspectiva de revoluções e disputas armadas, passando a ver em Rosas a possibilidade de impor a "ordem" e a "paz social", pondo fim às intermináveis lutas intestinas na região do Prata. A sistemática defesa do governo Rosas não significava que De Angelis tivesse abandonado suas idéias liberais. Ao contrário, ele buscou adaptá-las ao novo contexto, justificando as ações do governador bonaerense através da retórica

típica do liberalismo. Para se manter coerente com suas concepções, o italiano procurou retratar Rosas e o Partido Federalista como liberais, legitimando seu governo através da representação do voto popular e da opinião pública. Nesta sua segunda fase como periodista, De Angelis não se prendeu ao modelo de "nação" europeu, e sim passou a defender os projetos políticos da facção rosista, porém sem abandonar plenamente suas referências anteriores.

Em contraposição a Rosas, o governador de Corrientes, Pedro Ferré, foi quem mais sistematicamente levou a diante a discussão sobre a questão nacional na década de 1830, reivindicando a necessidade da organização constitucional da "nação argentina". Pedro de Angelis inseriu-se neste debate de forma destacada, assumindo a defesa dos propósitos de Buenos Aires e estabelecendo uma luta ideológica contra o governador correntino. Utilizou-se do *Lucero* para responder a Ferré, refutando as reivindicações do correntino, com o argumento de que estas seriam impossíveis de ser colocadas em prática e significariam o recrudescimento dos conflitos armados entre as províncias. Ele ainda acusou Ferré de estar acirrando as lutas intestinas e seu projeto nacional seria meramente um ardil para preservar interesses locais, em detrimento do conjunto da "nação". Tomando conhecimento dos artigos escritos por De Angelis, Ferré passou a responder diretamente a ele. A luta ideológica entre os dois levou a que ambos travassem uma interminável discussão sobre a "existência" ou "inexistência" da "nação argentina". Enquanto o italiano sustentava a tese de que a "nação" ainda não poderia ser constituída, o governador correntino afirmava que a "nação" já estaria formada.

Após o fim da primeira administração de Rosas, De Angelis ficou alguns anos sem trabalhar como redator de um periódico, apenas exercendo contribuições esporádicas à *Gaceta Mercantil*, a partir de 1834. Chegava o término, portanto, a segunda fase de De Angelis como periodista em Buenos Aires.

No ano de 1835, a Sala de Representantes da província finalmente sucumbiu aos desejos de Rosas e o nomeou novamente governador, concedendo-lhe os almejados "poderes extraordinários" em 07 de março[3]. Em sua terceira fase, De Angelis retornou ao ofício de periodista em "grande estilo", ao ficar a cargo da redação daquele que foi o principal periódico da era rosista. Estamos falando do *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo*, que circulou entre 1843 e 1851. Nosso autor demonstrou significativas alterações em seu modo de escrever, não somente em relação a suas idéias, mas também quanto ao estilo e tom de seus escritos, que se tornaram mais agressivos, em especial no combate aos inimigos do regime.

Diferente do primeiro governo de Rosas, quando a questão nacional fora postergada para o futuro, nesta segunda administração, os defensores do regime, entre os quais se destacava De Angelis, promulgaram a existência "de fato" (sem constituição escrita ou governo nacional) da "nação", amplamente propagada pela imprensa com a denominação de "Confederação Argentina". Em seus escritos no *Archivo Americano*, nosso personagem converteu-se num incansável defensor da "nação realmente existente". Em seus editoriais, De Angelis deu continuidade à prática de retratar Rosas e seu regime como democráticos e liberais. O "restaurador" era também apontado como o principal artífice da "nação". O italiano incorporou, em sua nova concepção, características de um regime político centrado no poder unipessoal, com suas exaltações a Rosas, retratado como o representante "unânime" de toda a população argentina. De Angelis também negava a existência de ditadura e continuava professando seu liberalismo moderado. Sustentava que devido suas posturas "democráticas", Rosas "concedia" a realização de eleições e o funcionamento parlamentar constitucional. O jornalista italiano, entretanto, procurou construir uma concepção de nação sustentável e coerente, mesclando suas tradicionais concepções liberais com as características do regime rosista. Nas páginas do seu periódico, De Angelis também sustentava um discurso

radicalmente americanista, de defesa da independência e das instituições do continente, criticando duramente as intervenções estrangeiras e os opositores do regime, acusados de colaborar com os europeus.

Neste período, o italiano também continuou inserindo-se nos combates ideológicos com os opositores do regime rosista, passando a então defender a "existência" da nação. Em um árduo debate com Florêncio Varela, De Angelis refutou os argumentos de que a "nação" seria inexistente por falta de constituição e governo nacional. Afirmou a existência de um corpo nacional "de fato", acordado a partir de um pacto livre entre as províncias. Ao escrever um artigo sobre o *Dogma socialista* de Esteban Echeverría, De Angelis suscitou uma violenta polêmica com o destacado intelectual da Geração de 1837. O choque entre De Angelis e Echeverría é bastante referido pela historiografia[4]. O que pouco se conhece é que, no interior desta polêmica, os autores adentraram na questão da "existência" ou "inexistência" da "nação argentina". Para "desmontar" a idéia de uma "nação argentina", conforme defendia De Angelis, Echeverría buscou demonstrar a ausência de laços associativos entre os rio-platenses. Sob sua perspectiva, a revolução de independência não havia alterado em nada a situação de dispersão legada da época colonial.

Mas não foi apenas com os adversários do regime que nosso autor protagonizou um debate acerca da questão nacional. Ele também estabeleceu algumas diferenças com seus partidários, destoando, em alguns aspectos, de outros apoiadores do regime rosista. As mais notórias diferenças se relacionam ao agrarismo e ao republicanismo clássico. O periodista italiano não incorporou, em seus escritos, a defesa da vida rural nem faz usos de exemplos da Antigüidade Clássica para caracterizar a figura ou o governo de Rosas. De Angelis manteve seu apego à modernidade, entendendo a nação como um pacto entre os cidadãos em prol da organização de uma associação política, regida por modernas leis fundamentadas em instituições republicanas.

Em 24 de dezembro de 1851, publicou-se a última edição do *Archivo Americano*, quando De Angelis encerrou sua carreira de um quarto de século como periodista, contando então com 67 anos de idade.

Nosso estudo aponta para a necessidade de rever visões consagradas pela historiografia sobre as práticas e idéias de Pedro de Angelis. É recorrente retratar o autor como um oportunista, que sempre aderia a quem estivesse no poder, sem vacilar em mudar de posição conforme as alterações de governos. Entretanto, ao analisar sua produção periodística, constatamos que De Angelis não aderiu à política governista na época de Rivadávia, mantendo uma distância crítica em relação aos grupos políticos locais. O italiano recusou-se a prestar serviços ao governo de Dorrego. Foi somente na primeira administração de Rosas, que De Angelis assumiu uma postura "oficialista", de defesa incondicional do governador e do novo regime que paulatinamente se instalou. No intervalo das duas administrações de Rosas, o italiano teve uma postura oposicionista durante o governo de Balcarce. É pertinente supor que o italiano via em Rosas, um político autoritário e com grande apoio popular, a melhor opção para por fim aos conflitos locais e instaurar um governo mais estável, que finalmente promovesse um funcionamento duradouro das instituições republicanas. Foi em nome do pragmatismo que De Angelis aderiu e "ajustou-se" ao regime rosista. Também é preciso salientar que o periodista italiano, quando chegou a Buenos Aires, já era um liberal bastante moderado, conservador até, que abominava as revoluções. Neste sentido, estamos seguros de que ele jamais seguiria o caminho da oposição a Rosas, trilhado por muitos intelectuais de então, pois isto significaria pregar a derrubada do regime e a revolução, o que estaria em total desacordo com seu ideário e suas posturas políticas.

Ao contrário de sua imagem predominante de "camaleão político", percebemos no ideário do autor uma trajetória de coerência. Mesmo tendo passado por significativas mudanças durante as três fases de ofício como jornalista, De Angelis buscou se manter

fiel a suas idéias liberais, adaptando-as e transformando-as, conforme as mudanças de conjuntura em sua larga vivência no Rio da Prata.

---

[1] Para mais detalhes sobre a trajetória de Pedro de Angelis na Europa e na América, consultar: Josefa Emilia Sabor. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bio-bibliofráfico.* Buenos Aires: Solar, 1995 e Elias Díaz Molano. *Vida y obra de Pedro de Angelis.* Santa Fé: Colmegna, 1968. Consultar, também, minha tese de doutorado: Eduardo Scheidt *Representações de nação por periodistas italianos na Região Platina (1827-1860)*. São Paulo: USP, 2004, especialmente o terceiro capítulo.

[2] Não é objetivo deste trabalho analisar o regime rosista. Entretanto, frente a inúmeras controversas, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre a figura do governador e seu regime político. A caracterização de Rosas como um "tirano" e representante da "barbárie" foi amplamente divulgada pela "historiografia liberal" argentina, cujas origens se remetem aos contemporâneos inimigos de seu regime político. Os posicionamentos dos liberais, foram contestados pela "historiografia revisionista", para a qual, o governador bonarense foi o organizador da nação e defensor da mesma contra as intervenções estrangeiras. São poucos os estudos mais equilibrados sobre o governo de Rosas, situando-o em seu contexto específico. Entre estes, destacamos o do historiador argentino Tulio Halperin Donghi *De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina,* t. 3. Buenos Aires: Paidós, 1993. Na historiografia política recente, tem surgido muitos trabalhos inovadores, que trazem à luz novos elementos para se entender o regime rosista. Em um estudo sobre o tema, Jorge Myers *Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista.* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995, esclarece que não havia um projeto claro de governo e regime quando Rosas assumiu o poder. Conforme as palavras do autor, "[...] la impresión que surge con mayor fuerza de los documentos de su gestión [de Rosas] es la de un régimen construido gradualmente y 'por parches', y que estaba atento más a la inmediata y siempre amenazante conyuntura que a los prospectos de largo plazo." (Ibidem, p. 18). Em um outro trabalho ("Rosas." In: Jorge Lafforgue (org.). *Historias de caudillos argentinos.* Buenos Aires: Punto de Lectura, 1999, p. 327-381), Myers confirma sua tese sobre a originalidade do regime rosista. Busca diferenciar a gestão do "restaurador" das administrações dos "caudilhos" de outras províncias. Na perspectiva do historiador argentino, pois, o regime rosista caracterizou-se pela complexidade, fruto de uma fusão entre as práticas personalistas e carismáticas dos "caudilhos" e as instituições vigentes na província de Buenos Aires desde anos anteriores, com predomínio destas últimas. Ou seja, Rosas teve que menos governar a seu critério do que se "ajustar" às instituições políticas já então estabelecidas. O trabalho de Ricardo Salvatore ("'Expresiones federales': formas políticas del federalismo rosista." In: Noemí Goldman; Ricardo Salvatore (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema.* Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 189-222) demonstra que a principal base social de apoio do regime rosista estava entre pequenos proprietários rurais. O autor, neste sentido, rompe com a "clássica" concepção de que o regime de Rosas seria a expressão dos grandes latifundiários no poder. Na realidade, havia, segundo o autor, muitas tensões entre governantes e grandes estancieiros, já que estes pressionavam por seus interesses particulares, enquanto aqueles procuravam convencê-los de apoiar políticas de Estado.

[3] Nesta segunda administração, Rosas exerceu o poder por um longo período, até ser derrubado após a batalha de Caseros em fevereiro de 1852. Esses quase dezessete anos significaram o predomínio de Rosas sobre Buenos Aires e a hegemonia da província sobre o país. O período foi caracterizado pelo acirramento dos traços autoritários do governo, aumento da ingerência nas outras províncias, buscando, na prática uma unidade política sem a constituição de um governo nacional, bem como conflitos com países estrangeiros como França, Inglaterra, Brasil e Uruguai. O regime continuou a procurar legitimação, inclusive eleitoral, substituindo a disputa de facções pela construção de uma "unanimidade política" em torno de Rosas e de seu governo.

[4] O italiano classificou a obra como escrita por "traidores", "submetidos a influências estrangeiras" e inimigos dos "defensores da lei" e "protetores dos direitos do povo". Além de identificar Echeverría como "selvagem unitário", o jornalista ainda acusou os jovens de 1837 do "ridículo intento" em querer "converter os argentinos em uma sociedade de sainsimonianos" e estarem imbuídos dos "delírios de Fourier e Considerant. Em sua resposta, Echeverría utilizou o mesmo tom, acusando De Angelis de ser o principal representante da "imprensa mazorqueira", além de "estrangeiro mercenário" e "difamador". Ao longo de sua primeira carta, o jovem argentino refutou as acusações do italiano, defendendo sua obra como patriótica, em sintonia com a realidade rio-platense e bastante distinta das idéias de Saint-Simon, Fourier ou Considerant.

ROUBANDO UM MODO DE SER INFANTIL: experiências infantis precedentes ao internamento no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis(1950-1970)

Eduardo Silveira Netto Nunes[1] - PPG-PUC-SP

A infância não é uma natureza dada, ao contrário, ela é construída e constituída sócio-historicamente, portanto o mais correto seria, ao se referir a este largo período que medeia o nascimento à "vida adulta", chamá-lo de infâncias, e imediatamente depois, especificar de que campo da "infância" se está a falar e isso é o que passo a fazer.

Este texto trata de apresentar alguns aspectos de experiências infantis de pessoas que sofreram a internação no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina[2], entre as década de 1950 e 1960, antes de ocorrer esse episódio marcante na suas vidas.

Para isso parto dos depoimentos orais constituídos através de "diálogos densos"[3]com o Sr. Arlindo Nelson[4], com o Sr. Carlos Alberto[5] e com o Sr. Vilmar José[6], que hoje são adultos e estiveram internos no Abrigo entre os anos de 1955 e 1968, tendo cada qual sido encaminhado ao internato aos 8 anos, aos 10 e aos 8 anos respectivamente. Aqui, busco identificar os múltiplos modos de vivências infantis a partir das narrativas dos depoentes, em que a condição comum a todos–pobres–não determinou o "como" as suas experiências seriam desenvolvidas, mas num aspecto foi muito influente a eles e a todos aqueles que foram abrigadas, pois a instituição se destinava à infância carente.

A experiência infantil de Arlindo esteve ligada em muito com o local de sua moradia, que era próxima do Hospital de Caridade e ficava no caminho do centro para os moradores do Morro do Mocotó. Ficando a casa num lugar de passagem, ele teve

a oportunidade de conhecer e fazer "amizade de guri pequeno" com as crianças do Morro e junto delas se exercitar enquanto criança nos arredores de sua casa, como também no centro da cidade. Narrou-me que:

–Essa meninada eram vizinhos, ali perto de casa, negrinhos ali do Morro do Mocotó[...]a gente brincava, aprontava com a gurizada, fazia bastante coisa de criança pequena[...]nos reuníamos e ia tomar banho pelado, onde hoje tem a Beira-Mar sul ali era um cais[...]perto do Hospital de Caridade era tudo banhado...aquele pessoal criavam porco solto, nós montava naquele porco, fazia uma festa.

O lugar de moradia de Vilmar também serviu-lhe como suporte de referência para rememorar parte das vivências de infância e indicar a sua experiência afetiva com relação aos pais e parentes.

Até os oito anos convivi, foi criado com eles(avós)na(rua)Bocaíuva, hoje Via Expressa...quando criança até os oito anos a gente brincava muito...nossa diversão era brincar na praia; ali tinha o pastinho em frente o Hospital São Sebastião, a gente batia bola todo dia, jogava banco, mergulhava[...]tenho pai e mãe, mas meus pais se separaram, e eu fiquei sozinho no mundo, aí me entregaram para os avós.

A trajetória familiar de Vilmar se aproximou daquela vivida por Carlos, entretanto este disse que nunca conheceu os pais e sempre viveu com a avó até ir para o Abrigo.

Carlos morou com a avó e um primo no alto do Morro da Caixa d'Água, que, na época, disse-me que–*só tinha a cruz mesmo e mais nada*–,essa situação fazia com que ele e o primo tivessem que descer o morro e ajudar a avó quando ela retornava do trabalho *em "casa de família"* com algumas coisas para a sua casa, essa lembrança lhe trouxe outra, a de que–*se o cara não descesse aí o pau pegava, a bicha(avó)não era fácil, dava pau mesmo*.

Ainda no morro, Carlos indicou algumas brincadeiras que praticava como:

–Brincadeira de pegar, de esconde-esconde, essa bolinha de vidro, de gude, aquele vício[...]saltar pipa também[...]caçava muito passarinho, tico-tico[...]mas era legal, naquele tempo era bom.

Num aspecto Arlindo diferenciava-se de Carlos e Vilmar, ele, até ser internado sempre conviveu com a mãe, apesar de não ter conhecido o pai quando criança, fato que ocorreu anos mais tarde da sua saída do Abrigo. Entretanto, o trabalho de sua mãe–*lavava roupa pra fora em casa mesmo, antes de trabalhar na lavanderia do Hospital de Guarnição de Florianópolis*–sugeria que a condição financeira não era boa, aproximando-o da experiência empobrecida de Carlos e também de Vilmar, pois na casa dos avós deste, apenas o avô–*ganhava um salariozinho na prefeitura* e *comprava tudo que precisava para viver*.

As dificuldades materiais das famílias repercutiam na vida das crianças. Carlos, além de descer o morro para ajudar a carregar coisas da avó, também descia-lo para trabalhar como jornaleiro na praça central da cidade, ajudando a constituir o movimento da região, reforçando a centralidade desta no ambiente urbano, falou-me a respeito:

–Fui jornaleiro...vendi o Diário da Tarde em frente à catedral...vendi muito jornal também na cidade, nos prédio, ia vendendo por tudo aí, ia batalhando.

Arlindo também ia ao centro não exatamente para trabalhar como alguns de seus *amiguinhos* que *vendiam amendoim, cocada, pastel*, mas para brincar, contudo, às vezes acompanhava as atividades do Mercado Público em que *parava os barcos de pesca e o pessoal limpava o peixe atrás do Mercado, às vezes a gente ganhava um peixinho dos caras...aquilo era uma festa*.

O centro recebia as crianças trabalhadoras que ajudavam na sobrevivência de suas casas, mas também as recebia como crianças brincantes, que exercitavam suas infâncias e alimentavam-se do lúdico, da diversão, da convivência

com semelhantes, isso me foi dito por Arlindo:–*Como guri freqüentava, rodava muito por lá*(centro). A fala de Carlos sugere lugares específicos das práticas infantis:–*Aqui era tudo banhado, tudo água, então juntava quatro, cinco e já ia mergulhando, já tomava banho ali mesmo, né, tinha o Miramar, pulava ali; ali onde era o Aldo Luz e Martinelli*(clubes de remo à beira mar, no centro)*tinha aquela rampinha pros barcos subir, o cara aproveitava aquela rampa e já mergulhava por ali mesmo, muito banho tomei ali.*

O Miramar era uma construção que adentrava ao Mar numa espécie de pear, com colunas de pedras, algumas mesas com bancos, coberto por telhas, e ficava em frente à praça XV de Novembro, central, à frente da Igreja Matriz, no entorno dessa praça ficava a sede do Governo do Estado.

O Miramar também esteve presente na fala de Arindo, disse-me:–*O Miramar pra nós era uma festa. A gurizada ia pra ali, se reunia ali, tomava banho de mar...alguns mergulhavam pra pegar moeda que o pessoal jogava. Eu gostava de tomar banho de mar, não mergulhar pra pegar moeda, mas só aquele banhozinho safadinho*.

Reconhecer-se enquanto guri, foi identificar-se com uma condição que só existia porque era compartilhada com outros guri, não se era guri sozinho, se era junto com os outros. Parte desses, como Carlos, não iam para se divertir apenas, trabalhavam, mas também se divertiam, e compunham a gurizada.

Arlindo como Carlos, também freqüentava outros lugares para se banhar, assim circulava pela cidade e a reconhecia a partir de referências ligadas ao mar. Assim comentou-me*:–Vivia rodando com a gurizada[...]a gente tomava banho ali na Beira-mar Sul...onde hoje é a Beira-mar Norte, ali era a praia de fora que nós também tomava banho pelado quando garoto...tá muito poluído, isso ali aumentou muito, estragou, poluiu a praia toda*.

O ato de rememorar é produto de composição em que a narrativa dialoga no campo da temporalidade com o passado e o presente, percebendo-se as alterações sofridas pela passagem dos anos e pela ação humana.

A lembrança também recorda as ações impingidas pelos homens às brincadeiras infantis. Vilmar me comentou uma situação na qual ele, junto com a "gurizada", passava para degustar umas "frutinhas" da casa do *doutor Mesquita*, disse:*–A gente era guri daquele que fazia muita arte...era invasão de terreno, é mexer nas fruta, apanhar goiaba, pitanga, jabuticaba...a gente sempre que podia ia lá no quintal do doutor Mesquita tirar umas frutinhas.*

O Sr. "Mesquita" possivelmente não gostasse dessas artes no seu quintal, até por isso respondia aos meninos com *tiro de sal,* isso foi o que me disse Vilmar:*–Muitas vezes a gente dançava porque ele não gostava, pegava a gurizada trepada em cima(das árvores), ele dava tiro de sal na gurizada, e saía todo mundo correndo*.

A brincadeira tinha os seus riscos mas às vezes garantia um boa frutinha para ser degustada com os amigos de aventura.

As crianças circulando pelas ruas ou pelos quintais, exercendo a infância pobremente, fazendo de espaços da cidade o seu brinquedo, enfim expressando e constituindo "modos de se ser infantil", podiam ser reconhecidas como perturbadoras do "mundo adulto".

Poder Público, Jornalistas, pessoas em geral–como "doutor" Mesquita–e até mesmo familiares, interpretavam certos procedimentos da infância pobre de Florianópolis como incômodo, inconveniente, indesejado, e assim, mobilizavam esforços que iam da surra ao tiro de sal, da opinião nos jornais à sentença de abandono, mesmo não sendo "produto" de uma articulação ou de uma "política" projetada, essa práticas compunham um quadro que sancionava a pobreza–até por

quem fazia parte dela–e legitimava formas difusas de controle social sobre as crianças populares.

Os jornais da cidade alardeavam a presença de crianças no centro com as seguintes designações: “enxameiam” ou “pedintes”[7], “inimigos da limpeza”[8], “menores inconvenientes”[9], “vagabundagem”, “infratores”, “futuros contraventores”.

Chamo a atenção especial para a condição de “infratores”. Nos jornais que analisei no período, por amostragem,–1950-1970–encontrei apenas uma situação em que foi relatada objetivamente a suposta ocorrência de um “crime juvenil”, sugerindo-me que esse tipo de situação não era freqüente a justificar a associação que se fazia entre a infância pobre circulando e exercitando-se ao seu modo e com aquilo que lhe tinha disponível e a um caminho que a levaria à criminalidade e ao mundo vicioso quando adulto. O jornal *A Verdade,* do dia 16/01/1956, p.01, foi claríssimo nessa questão, ao dizer:

A vagabundagem tomou conta da Praça 15 de Novembro: a garotada joga baralho na calçada e a turma dos maconheiros cada vez aumenta mais[...]O Sr. Juiz de Menores tem que olhar com mais carinho este abismo que se encontram as crianças, verdadeiros delinqüentes: os homens de amanhã, poderão tornar-se os piores contraventores.

O Juiz de Menores anos antes já havia esquadrinhado o que aos seus olhos era problemático ao responder uma carta do Secretário da Justiça, Educação e Saúde em que lhe havia solicitado o *n.º de menores desvalidos e infratores das leis penais*, atendendo pedido anterior do Ministro das Justiça, escreveu o Juiz:

Há grupo de uns 400 e poucos menores, que vivem em situação e paupérrima e de miséria, atendendo ao pequeno grupo que praticam a mendicância...outro problema que não tenho podido solucionar, é a vadiagem, praticada pelos menores abandonados material e moralmente pelos pais, que em

número de 54 grupos vivem pelos pastos, jogando futebol, de manhã à noite, invadindo quintais e praticando pequenos danos nos edifícios particulares. Quanto às infrações penais devo dizer que, diariamente, recebo queixas de menores que praticam furtos no mercado municipal, nas casas comerciais que expõem os seus produtos à porta...não exagero, se afirmar a Vossa Excia. que menores de ambos os sexos atingem, só na capital e seus arredores mais de hum mil[10].

Ao identificar quem seriam os "problemas", o Juiz de Menores tinha o "poder" de à sua caneta sentenciar os "infratores" à penitenciária e declarar os "abandonados" ao Abrigo de Menores, pondo em execução algumas das práticas estatais de intervenção sobre a infância pobre na Capital.

A mãe de Arlindo expressava às vezes, a sua maneira, o controle sobre o modo como o filho exercitava a infância, de modo a buscar limitá-lo ou castigá-lo ou...–*Às vezes a gente aprontava, saía...chegava em casa o pau pegava, não aliviava...talvez por ela não conseguir emprego, sei lá por um motivo ou por outro.*

O motivo que movimentava sua mãe à surrá-lo, ele não tinha como saber exatamente, sabia sim que apanhava e não gostava–*é brabo*, foi a sua avaliação.

Os avós de Vilmar parece que também não gostavam muito das suas "artes", embora ele tenha afirmado que o filho deles também fazia, mas que a "culpa" sempre caía sobre si, pois era o "intruso" na casa, tendo sido isso uma das razões para eles buscarem encaminhá-lo ao Abrigo, disse-me:–*Eles acharam que eu era muito levada branca, fazia muita arte, se bem que ele(o filho dos avós)fazia a mesma coisa e sempre estourava naquele que é adotivo, porque era filho de outra pessoa, era sempre assim*.

As famílias por vezes recorriam, como nessa ocasião, ao Juízo para internar os meninos. Entretanto, o sentimento de ser rejeitado, de não ter um lugar

seu que fosse compartilhado profundamente com as pessoas da família, deixou em Vilmar uma amargura, uma tristeza.

Todos, como já falei, acabaram internados no Abrigo e viveram um modo de se fazer criança que foi interrompido por isso, sob as mais diferentes razões, uma delas foi a associação entre viver a infância de uma maneira fluída, apropriando-se da cidade, fazendo-a infantil, tornando-a suporte para a alteriadade–não necessariamente para a tolerância, pois ser criança assim justificava ao Estado a existência do Abrigo e do Juízo de Menores como instrumentos de intervenção sobre a infância.

Vivências que forjavam modos de ser infantil compartilhado socialmente que participavam do ambiente da cidade de Florianópolis, permitindo-me dizer que essas crianças e adolescentes eram e foram sujeitos históricos que compuseram e construíram o presente do passado.

---

[1] Mestrando em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientando da Dr.ª Olga Brites. Bolsista do CNPq. Este texto se relaciona com a pesquisa de Mestrado intitulada *Experiências de crianças e adolescentes constituídas no cotidiano do Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis:* resistência, estratégia e luta(1950-1972).

[2] O Abrigo era uma instituição destinada a internar crianças e adolescentes do sexo masculino na faixa etária dos 08 aos 18 anos, considerados pelo Juiz de Menores da Comarca de Florianópolis "abandonados"–a imensa maioria–, ou "delinqüentes não periculosos"–a imensa minoria. As crianças e os adolescentes também podiam advir de regiões do interior do Estado, situações em que o Juiz de Direito da comarca respectiva tinha competência para proceder o encaminhamento. Ele foi a única instituição do Governo do Estado com este perfil até o início da década de 1970 a compor as práticas de intervenção sobre a infância pobre no Estado, que contava ainda com uma Seção de Menores na Penitenciária do Estado destinada à internação de adolescentes considerados "delinqüentes". Apesar de ser uma instituição pública era administrada pela União Catarinense de Educação–o nome jurídico no Estado da Congregação dos Irmãos Maristas, instituição ligada à Igreja Católica–desde a sua inauguração em 1940, o que expressava a permanência dos laços de compromisso e comum interesse entre Poder Civil e o Poder Religioso. O aparato do Juízo de Menores tinha no Abrigo um de seus principais mecanismos de intervenção sobre o ambiente social.

[3] PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História,* n.22, jun., p.09-36, São Paulo, 2001.

[4] Entrevista realizada pelo autor em Florianópolis dia 03/08/2004. O uso das gravações foi autorizado pelos depoentes e está registrado nas fitas, por isso os cito nominalmente, omitindo apenas o sobrenome.

[5] Entrevista realizada pelo autor em Florianópolis dia 03/09/2004.

[6] Entrevista realizada pelo autor em Florianópolis dia 08/04/2003.

[7] Jornal *O Estado, 16/02/1960, p.02*. Os Jornais citados estão depositados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina na cidade de Florianópolis.

[8] Jornal *O Estado, 14/06/1961,p.02*.

[9] Jornal *O Estado, 21/7/1965,p.08.*

[10] Ofício n. 440, de 14/5/1950 do Juízo de Menores à Sec. do Interior, Just., Educ. e Saúde. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

O relato de Jorge Amado sobre a União Soviética e a manutenção da Paz Mundial[1]

Edvaldo Correa SOTANA [2]

O baiano Jorge Amado aliou a produção de romances a uma profícua atuação política. O escritor realizou inúmeras atividades como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB). Produziu textos de teor político, participou de concursos literários, esteve presente em eventos para arrecadar recursos financeiros, atuou como deputado na Assembléia Constituinte e realizou diversas viagens à União Soviética. As duas primeiras viagens ao país dos soviéticos foram descritas no livro *O mundo da paz*[3]. No texto, o escritor ressaltou a organização da sociedade soviética, a vida dos trabalhadores, a educação, a saúde, a segurança, a agricultura e a literatura soviética, bem como os diversos passeios que permitiram descrever tais observações e as visitas as mais diversas associações. Estes não são, entretanto, os únicos temas do relato de viagem. O escritor viajante também debateu o papel dos soviéticos na luta pela paz.

Convém ressaltar, porém, que a sua preocupação com a manutenção da paz mundial também foi manifestada de outras maneiras. Amado também participou do movimento pela manutenção da paz mundial ao dirigir-se aos congressos e ao participar de inúmeros atos públicos no Brasil e no exterior. Cabe delimitar, no entanto, que este breve artigo não pretende tratar da participação do escritor brasileiro nos congressos e nos atos públicos de cunho pacifista. O objetivo central deste texto é refletir sobre as formulações de Jorge Amado, no livro *O mundo da paz*, para representar a União Soviética como "baluarte na luta pela manutenção da paz mundial".

O escritor comunista Jorge Amado e a sua esposa Zélia Gattai conheceram o território soviético como convidados da União dos Escritores Soviéticos, entre dezembro de 1948 e janeiro de 1949[4]. Os dois viajantes estivam, muito provavelmente, entre os primeiros brasileiros

que visitaram aquele país após a Segunda Guerra Mundial. Este provável pioneirismo aparece nas memórias de Zélia Gattai, quando relembrou que até 1948: "pouquíssimos brasileiros haviam visitado aquele país socialista, e creio que nós éramos os primeiros a ir, depois do rompimento das relações com o Brasil, em 1947"[5]. A referida visita ocorreu, contudo, de maneira extremamente peculiar. Após a cassação dos mandatos dos deputados comunistas brasileiros, Jorge Amado entregou-se a um exílio voluntário na Europa, quando, residindo em Paris, visitou alguns países das chamadas *Democracias Populares* e a principalmente à União Soviética.

Já a segunda viagem ocorreu em circunstâncias completamente diversas. Jorge Amado e Zélia Gattai, na época morando na Tchecoslováquia, tornaram a viajar a pátria soviética em 1951. O casal Amado embarcou em Praga com o objetivo de gozar um período de férias em Moscou. A idéia da viagem partiu do romancista russo Ilya Ehremburg, que sugeriu o repouso por achar Jorge Amado muito abatido no árduo trabalho de redação do seu livro naquele período, *Os Subterrâneos da Liberdade*[6].

Em 1952 Jorge Amado viajou pela terceira vez à União Soviética. Um companheiro de viagem salientou a familiaridade de Jorge Amado com os soviéticos e a cordialidade com que era recebido nas entidades de escritores soviéticos[7]. Ainda residindo na Europa, viajou com o objetivo de receber o prêmio Stálin, que lhe fora concedido em dezembro de 1951[8]. O mérito de receber um importante prêmio não gerou alegria apenas no escritor. O jornalista Edmar Morel também relembra que ficou muito contente com a premiação conferida ao escritor brasileiro. Morel informou que encontrou com Jorge Amado naquela ocasião e ficou muito feliz por constatar o prestígio do escritor baiano nos meios literários soviéticos, ou como o próprio jornalista recordou em seu livro de memórias: "Jorge acabara de ser contemplado com o prêmio Stálin da Paz. Suas obras batiam recordes de venda"[9].

Convém ressaltar, no entanto, que as observações desta última viagem não figuram no livro *O mundo da paz*. Mesmo assim, sua importância para a discussão pretendida reside no

fato do escritor ter sido laureado com o emblemático prêmio “Stálin da Paz”. Certamente, o ritual e a premiação devem ser inscritos dentre os mecanismos simbólicos utilizados pelos soviéticos para cultuar “a personalidade de Stálin”, já que a premiação associava o dirigente à luta pela paz. Deve-se observar, entretanto, que os soviéticos não foram os únicos a cultuar Stálin. O escritor brasileiro também participou ativamente do culto ao governante da União Soviética. Jorge Amado utilizou todo o seu capital cultural para proferir emocionadas palavras na ocasião do falecimento de Stálin em 1953. Cabe informar, no entanto, que o escritor já havia construído uma representação simbólica do líder soviético alguns anos antes, no relato que objetivava retratar as duas viagens iniciais que realizou a União Soviética.

Jorge Amado cultuou Stálin antes mesmo de receber a premiação oferecida pelos soviéticos. Pode-se observar, muito provavelmente, que o teor do discurso contido no relato de viagem pode até ter ajudado na obtenção do “prêmio Stálin da paz”. O relato apresentou Stálin como defensor da paz mundial em diversas passagens. Ressaltou, por exemplo, que o líder soviético era o guia “genial dos povos” e o “artífice genial da sociedade soviética e da paz mundial”[10]. O culto a Stálin não ficou restrito as duas frases. O autor reservou um capítulo inteiro do seu relato para cultuar o líder soviético, intitulando-o, inclusive, “Stálin, mestre, guia e pai”. No referido capitulo, registrou que o governante soviético era o principal condutor da campanha pela paz mundial “na decisão de barrar o caminho dos provocadores da guerra” e “de impedir que eles ataquem a URSS”. Salientou ainda que o governante soviético desfraldava a bandeira da paz como um “comandante, guia, mestre e pai” dos povos[11].

È possível observar que esta representação não era muito diferente daquelas construídas por outros membros do Partido Comunista do Brasil. Jorge Amado retratou o líder soviético na condição de membro de um partido que admirava profundamente o líder do país que servia como modelo de transformação e de regime político, social e econômico justo e igualitário. Seu discurso não destoante da maioria dos comunistas brasileiros do período. Com

todos os excessos, representava a voz de um escritor que tinha incorporado uma disposição que era comum aos membros do PCB, cultuar Stálin e a União Soviética.

Deve-se salientar, entretanto, que o culto à personalidade de Stálin não é o tema desta reflexão. O interesse desta apresentação recai apenas sobre as representações construídas para salientar o papel da União Soviética na luta pela paz, mesmo considerado que em diversas ocasiões Jorge Amado representou Stálin como o "guia genial dos povos na luta pela paz" ou como "o defensor da paz no mundo".

O escritor brasileiro apresentou a União Soviética como uma nação que lutava pela manutenção da paz mundial antes mesmo de iniciar o relato da sua viagem. A epigrafe escolhida para abrir o texto ilustra bem esta observação. Antes do início do texto o leitor pode encontrar um poema com o seguinte dizer: "nesta noite escura de turvos assassinos, invoco o teu nome de mariposa e águia, de flor e tempestade e quando digo URSS, ouço o eco dos povos repetindo teu nome traduzido: PAZ significa." Além destas referências iniciais, o relato contém inúmeras passagens que glorificam o "papel decisivo" da União Soviética no desfecho da Segunda Guerra Mundial. O escritor brasileiro afirmou, por exemplo, que todos os povos do mundo deviam ao " invencível Exército (vermelho) a liquidação do nazismo, ameaça real contra a independência de todos os países, inclusive do nosso, (...)"[12] Amado ressaltou também que todos os brasileiros se beneficiaram da vitória soviética sobre o nazismo por ter inviabilizado o projeto em que Hitler pretendia transformar os povos por ele considerados impuros em "escravos"[13]

No trecho acima, o romancista considerou fundamental um conjunto de ações bélicas para impor um desfecho ao conflito. Por isso, é possível associar a posição do autor do relato com relação à União Soviética a uma visão pacifista que se define pelo desejo de estabelecer o estado de não-guerra, como bem classificou Norberto Bobbio o próprio termo paz significa a

mais completa ausência, cessação ou solução de tipo muito particular de conflito que é a guerra[14].

Em outras passagens, Jorge Amado representou mais diretamente o papel pacifista da União Soviética. Convém salientar que até reservou um capitulo do seu relato para tratar do tema. O referido tópico intitula-se "impor a paz, palavra de ordem dos povos". O escritor demonstrou, por exemplo, que os representantes do amplo "campo dos que lutam pela paz, pelo progresso de suas pátrias, por seus governos realmente democráticos e patriotas, (...) fitam a União Soviética como sua grande esperança, como o baluarte da paz."[15]. Amado informou, no entanto, que apenas durante a viagem à União Soviética compreendeu "toda a importância e todo o significado da luta pela paz para os soviéticos." Observou também que o final da guerra não gerou nos soviéticos uma "mentalidade guerreira" ou uma "ânsia de conquistas militares", mas apenas o desejo de manter a paz. Justamente por isso, informou que tudo que o cidadão soviético desejava, de Stálin ao mais humilde kolkoziano da Ásia Central, era "um largo período de paz, tranqüilidade para prosseguir em seu trabalho de construção. A paz é sua aspiração suprema."[16] O autor evidenciou ainda que o desejo dos soviéticos em manter a paz não provinha do temor de uma derrota militar, mas da condição de Estado socialista que não tinha interesse pela guerra e que apenas deseja avançar na construção do comunismo[17]. Como registrou em seu relato, impor a paz era uma palavra de ordem dos soviéticos "mesmo que, para isso, tenham de lutar com unhas e dentes, tenham que levantar as pedras dos caminhos " (p. 63).

O escritor brasileiro concebia, portanto, que a União Soviética teria um único motivo para iniciar um combate nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Jorge Amado defendeu que os soviéticos lutariam apenas em uma situação, para manter a paz mundial. O seu discurso qualifica a luta para preservar a paz mundial como a única que era possível e também justa. O escritor formulou uma genérica idéia de "guerra justa" no seu relato. O termo

"guerra justa" foi alvo de uma breve reflexão do pensador italiano Norberto Bobbio. O filosofo argumentou que a doutrina de guerra justa está "subentendida em todas as declarações oficiais dos governos, principalmente dos governos mais responsáveis pela corrida frenética para armamentos cada vez mais destrutivos e mais incontroláveis, ou seja, para falar claro, em direção à catástrofe."[18]

Cabe lembrar, igualmente, que numa *nota de apresentação* o escritor ressaltou que o trabalho realizado pelos soviéticos era fundamental na defesa da paz e que seu livro também tinha a intenção de ser útil ao povo brasileiro na luta "contra o imperialismo ianque, pela sua libertação nacional e pela paz." Além disso, o próprio autor informou que escreveu o livro como "uma contribuição à luta pela paz".

Desta forma, esta breve investigação procurou demonstrar que Jorge Amado utilizou o seu relato de viagem para produzir representações sobre a União Soviética como "baluarte da paz mundial" e de Stálin como um gênio que guiava os povos na luta pela paz. A descrição de Amado sobre o pacifismo soviético pode ser compreendida ao considerar as tensões geradas pela Guerra Fria. A manutenção da paz mundial também foi um assunto tanto para capitalistas como para comunistas. O pacifismo pode ser considerado um tema recorrente num embate simbólico que pretendia ampliar a influência política dos dois blocos no cenário mundial. Neste contexto, Jorge Amado produziu representações como membro de um determinado espaço social. Por isso, sua posição deve ser entendida como a de um comunista brasileiro que escreveu o relato e depois foi laureado com o *Prêmio Stálin da Paz*. O discurso contido no seu relato de viagem, portanto, deve ser observado como o de um militante político que acreditava naquilo que estava representando e não apenas como um texto produzido por um escritor como instrumento de um eficiente trabalho de propaganda.

[1] Texto apresentado ao Simpósio Temático História do Tempo Presente no **XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz**
[2] Mestre em História pela Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/ Assis. Professor da Faculdade de Presidente Prudente - UNIESP/ Presidente Prudente, SP.
[3] AMADO, Jorge. **O Mundo da Paz:** União Soviética e democracias populares. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
[4] TATI, Miécio. **Jorge Amado:** vida e obra. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961, p.144-7.
[5] GATTAI, Zélia. **Senhora dona do baile.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997,p. 138.
[6] GATTAI, Zélia. **Jardim de Inverno.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 105.
[7] LOUREIRO, Orlando. **A sombra do Kremlin.** 2.ed. Porto Alegre: Globo,1954,p.86.
[8] GATTAI, Op. cit. 1997, p. 167.
[9] MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter.** Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 197.
[10] AMADO, Op. cit. p. 25.
[11] AMADO, Op. cit. p.231 e 234.
[12] AMADO, Op. cit. p. 19.
[13] AAMDO, Op.cit. p.63.
[14] BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz.** São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. p.138-139 e 156-157.
[15] AMADO. Op. cit. p. 43.
[16] AMADO, Op. cit. p. 40.
[17] AMADO, Op. cit. p.49-50.
[18] BOBBIO, Op. cit. p. 31-32.

A ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ASSENTAMENTO RURAL DO SUDOESTE PAULISTA (1984 - 2004)[1]

Edvaneide Barbosa da Silva – PPG-USP

UMA BREVE HISTÓRIA DO LUGAR [2]

A Fazenda Pirituba pertencia à Companhia Agropecuária Angatuba até 25 de março de 1950, mas foi recebida pelos bancos oficiais por execução de hipoteca, porque a Companhia não tinha como saldar suas dívidas. Assim, o governo estadual se tornou proprietário da fazenda com o objetivo definido por lei de torná-la uma área produtora de trigo. O governador Adhemar de Barros fez um contrato com engenheiro agrônomo Lino Vicenzi garantindo financiamentos e a concessão do uso da terra. Porém, o acordo não foi cumprido e as terras foram arrendadas a parentes e amigos do engenheiro.Em 1962, no governo de Carvalho Pinto tentou-se reaver a fazenda, mas não conseguiu recuperar toda a área. Muitas outras tentativas foram realizadas pelo governo do Estado no sentido de recuperar a totalidade da área, no entanto todas sem sucesso.

É nesse panorama de tentativas governamentais frustradas que, em 1981, durante o governo Paulo Maluf, um grupo de 40 famílias de agricultores que não possuíam terras, organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por sindicatos rurais da região, decidiu ocupar as áreas de um descendente de Vincenzi, arrendadas irregularmente e utilizadas até aquele momento para criação de gado leiteiro e de corte. Em maio do mesmo ano, essas famílias montaram acampamento no meio da fazenda. Sofrendo constantes ameaças de antigos ocupantes da terra e seus jagunços, quatro meses

depois, foram expulsas com a ajuda da polícia. A situação das áreas permaneceu irregular.

Com as lutas pela redemocratização do país, o governo estadual, nas eleições de 1982 foi ocupado por Franco Montoro que possibilitou novas perspectivas para a questão agrária no Estado de São Paulo. O governador paulista nomeou José Gomes da Silva, Secretário da Agricultura, implantando um projeto de regularização fundiária para o Estado de São Paulo, abrindo alternativas para o caso da fazenda Pirituba. Formou-se então um grupo de trabalho, iniciando-se uma série de vistorias, medidas administrativas e judiciais visando a regularização das áreas.

Mesmo assim, ocorreram outras ocupações e despejos até 13 de maio de 1984 quando ocorreu a ocupação definitiva da área com aproximadamente 200 famílias. Diante de um conflito eminente, o governo entrou com medida cautelar e tomou posse da área ocupada. Iniciava-se dessa forma, a fixação de 180 famílias nas áreas 1 e 2. O projeto de assentamento ali realizado recebeu o nome de Pirituba II para diferenciá-lo de todas as tentativas anteriores.

Dois anos depois ocorreram outras ocupações. Cerca de 300 famílias reivindicavam novo assentamento. Após vários despejos judiciais, finalmente, em dezembro de 1986, quando a sentença foi favorável ao Estado, as 106 famílias que restaram foram assentadas, ainda de forma emergencial dando origem à área 3 do Projeto de Assentamento Pirituba II.

O processo de conquista da Área 4 teve início em 1988. Várias ocupações foram realizadas em 1989, com despejos violentos. Apenas um ano depois o Estado liberou a utilização de 200 ha para 48 famílias.

Paralelo a essa luta, iniciou-se outra ocupação, em que um grupo – constituído por filhos e parentes de trabalhadores assentados das Áreas 1, 2, 3 e famílias que não conseguiram terras na área 4 – começou a discutir sobre a necessidade de conquistar

mais terras. Após duas tentativas frustradas, fizeram uma terceira e definitiva ocupação, que constituiu o assentamento da área 5 em maio de 1992.

No natal de 1994, outra parte da fazenda é disputada por cerca de 150 famílias, e em fevereiro de 1996 receberam a promessa de serem assentadas. Esta é, portanto, a área 6 do assentamento Pirituba II. Ao longo de vinte anos, os seis grupos conquistaram 6.500 ha da Fazenda Pirituba. As terras remanescentes, estão constituídos por reservas, mananciais e terras de pequenos proprietários.

No que se refere à totalidade da produção no assentamento, sua base é o feijão e o milho para o mercado, e o arroz para autoconsumo. Todas as áreas possuem pecuária de leite, cuja produção destina-se ao consumo interno. Também existe um investimento em pecuária de corte na área 5, que investe em melhoramento do gado. A produção de mel é outra atividade presente na região. [3]

Para o MST a reforma agrária não se resume à distribuição de terras. Ao conquistarem o assentamento, continuam lutando por políticas públicas que contemplem as demandas dos assentados. Dependem, portanto, de financiamento público para a produção, saúde e educação. No que diz respeito à escolarização das crianças e adolescentes desse assentamento, como o Estado está assumindo essa modalidade de ensino? As escolas dos assentamentos estabelecem uma relação dialógica com os assentados de Itapeva?

AS ESCOLAS DO LUGAR

A luta pela escolarização das crianças e adolescentes tem ocorrido paralelamente à luta pela conquista e permanência na fazenda Pirituba. Assim, os moradores conseguiram até o momento escolas públicas municipais nas áreas 1, 2 e 3, são escolas que contemplam apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental, e atendem crianças das

áreas 4, 5 e 6. O ciclo II do ensino fundamental e o ensino médio realizam-se fora do assentamento, na escola estadual Engenheiro Maia.[4]

Conseguir o acesso à escolarização das crianças e jovens do assentamento é uma parte da luta do MST. Paralelo a isso surge um problema considerado central nos discursos das lideranças do movimento: especificar a proposta pedagógica da escola. Parece que a educação escolar para os membros da regional de Itapeva, deve cumprir um papel importante no sentido de contribuir com a incorporação das memórias do vivido recente e pretérito daquela comunidade.

O PROJETO EDUCACIONAL DO MST

A partir de julho de 1998, o movimento entrou no debate sobre o sentido da educação no meio rural, contrapondo-se ao discurso oficial que prioriza uma educação a partir do urbano. O MST em todos os textos sobre educação tem como uma das principais referências pedagógicas as contribuições de Paulo Freire. Mas, em que medida a proposta de educação do campo tem relação com a pedagogia libertadora?

Anteriormente ao debate citado acima, em seus Cadernos de Educação, o MST apresenta um conjunto de formulações e princípios, elaborados a partir das discussões em reuniões, encontros e congressos do próprio movimento. Entre as diversas propostas, destacam-se: a *educação para o trabalho e pelo trabalho*: "a nossa escola precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar, também, para o trabalho e pelo trabalho*".* É assim que está enunciado no Caderno de Educação nº 9, *Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental*. Essa afirmação tem como pressuposto o trabalho como um *princípio educativo fundamental*. [5]

Paulo Sérgio Tumolo considera que essa discussão é recente no Brasil. Informa que são vários os autores, que vêm elaborando e discutindo propostas de educação de acordo com os interesses da classe trabalhadora sob o lema do *trabalho como princípio educativo*, os quais apóiam-se em análises que defendem a centralidade do trabalho na atualidade. [6]

O mesmo autor apresenta uma análise crítica sobre o tema e sugere que é necessário o estudo mais aprofundado da categoria "trabalho produtivo". Em suas palavras:

> A concretização do trabalho concreto (dimensão emancipadora) no capitalismo significa que este está radicalmente subsumido pelo trabalho abstrato e muito mais ainda pelo trabalho produtivo (dimensão destruidora). Por isso, não basta somente anunciar a dupla dimensão do trabalho. É necessário, acima de tudo, explicitar o tipo de relação que elas estabelecem. [7]

Outro autor que também apresenta críticas ao conceito "trabalho", enquanto categoria central dos currículos escolares, é o pedagogo Vitor Paro.

> Assim, preparação para o trabalho tem significado sempre preparação para o mercado, com prejuízos de funções mais elevadas da escola. Isso precisa ser combatido de forma veemente, pois se trata de arrebatar a escola (seus fins e propósitos) das mãos do capital, ou pelo menos fazer o máximo nesse sentido. Essa tarefa envolve, antes de tudo, um repensar global da escola, que ultrapasse visões parciais a respeito do problema. A esse respeito, é preciso verificar até que ponto, mesmo algumas posições ditas "de esquerda", ao eleger o trabalho como "categoria central" do discurso, não está levando água aos moinhos dos adeptos do livre mercado, pois trabalho nesta sociedade significa trabalho alienado.[8]

As análises de Tumolo (1996) e Paro (2001) contribuem para pensar sobre a proposta de educação do MST. Será que a *Educação para o Trabalho* adquire uma conotação transformadora para a vida dos assentados do sudoeste paulista?

NOTAS

[1] Doutoranda em História Social (USP) e membro do Laboratório dos Estudos sobre Intolerância (LEI/FFLCH).

[2] Conforme FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

[3] COSTA, Cyra Malta Olegário da. *Um olhar sobre o processo organizativo em assentamentos rurais: o caso da Fazenda Pirituba.* Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

[4] A escola está situada no bairro Engenheiro Maia, próximo à área 3 do assentamento.

[5] O caráter educativo do trabalho é um princípio que está explicitado no Boletim de Educação nº 4. *Escola, Trabalho e Cooperação.* MST/Setor de Educação, maio de 1994. E também no Caderno de Educação nº 8. *Princípios da Educação no MST.* Setor de Educação/MST, Secretaria Nacional do MST, julho de 1996.

[6] As reflexões desses autores não podem ser vistas como se tivessem relacionadas ao do MST. Mas, parecem que estão inseridas no mesmo princípio do trabalho enquanto categoria central nos currículos escolares.

[7] TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo. O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. In: Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Perspectiva – Trabalho e Educação: um Olhar Multireferencial.* Florianópolis, ano 14, n.26, p. 39-70, jul./dez. 1996.

[8] PARO, Vitor Henrique. Pare de Preparar para o Trabalho!!!. In: *Escritos sobre Educação*. São Paulo, Xamã, 2001, p. 25. O autor não apresenta suas análises a partir dos textos do MST. Trata-se de um debate que ocorre no âmbito das universidades, bem como entre os educadores da educação básica do país.

*T*risteresina: a cidade subjetiva de Torquato Neto

Edwar de Alencar Castelo Branco[1] - UFPI

Não é minha cidade.
É um sistema que invento
me transforma
e que acrescento
à minha idade.

Torquato Neto – Andararei

Em trabalho recente[i] propus que os anos sessenta coincidiram, no Brasil, com a emergência da condição histórica pós-moderna. Naqueles anos, sob a mediação das *maravilhas tecnológicas*, emergiria um Brasil marcado por novas experiências do tempo e do espaço, onde corpos sensibilizados e acuados por novas e intensas experiências e experimentações, se veriam desafiados a prospectar outras línguas, necessariamente novas, que fossem capazes de renomear a *geléia geral*, expressa então em um país dilacerado entre o sentido despótico buscado pela censura e os experimentos juvenis, "explodindo com a contra-cultura e com o é proibido proibir. Em todas as cabeças a mesma pergunta: existirmos, a que será que se destina?"[ii]

Os anos sessenta, portanto, sendo o período de emergência da pós-modernidade brasileira, nos ofereceram a possibilidade de ver a cidade de um ângulo novo: para além da cidade visível, expressa nos mapas e no discurso urbanista, foi ganhando forma uma cidade invisível, subjetiva, resultante em larga medida da forma como os caminhantes, *delinquentemente*, subvertem a ordem proposta pelos mapas e pelo discurso utópico urbanista. A visão panorâmica da cidade, portanto, aquela que compõe os cartões postais – com os quais fazemos viajar nossos gritos de amor e de saudade –, seria uma ilusão, que fixaria em um texto transparente a opaca mobilidade da cidade[iii]. Vista desse modo a cidade passa a ser um simulacro, um quadro que pressupõe um esquecimento e um

[1] Professor Doutor do Departamento de Geografia e História da UFPI.

desconhecimento das práticas que o constituem/constituíram. Há, portanto, uma incongruência entre a administração racional panóptica e as astúcias de maquinarias menores que tiram sua eficácia justamente subvertendo a ilusão atópica-utópica do discurso urbanista.

É de uma cidade invisível, subversiva em relação à cidade visível e erigida por estas maquinarias menores, que este texto quer falar. Todos temos, naquilo que imaginamos ser uma região escondida e funda dentro de nós, edificada uma cidade. Nesta cidade nossas caminhadas, ainda que se dêem em meio ao burburinho de um parque ou orquestradas pela algazarra de meninos soltando papagaio e correndo atrás de bolas, serão sempre necessariamente solitárias. Curiosamente, esta cidade é tão mais viva e visível quanto mais nos distanciamos dela, de maneira que a cidade de que falo é, em primeiro lugar, filha de um paradoxo: andamos pelas ruas de uma cidade, atarantados pelo vertiginoso fluxo de veículos e deslumbrados com o colorido do neon, mas não é a esta cidade que nossas subjetividades vêem. Superposta, contrastando com esta situação em que tudo circula, uma cidade imóvel, petrificada, ancestral, teima em se insinuar. As músicas, os slogans publicitários, os filmes, as produções teatrais, os doces encontros com o namorado ou a namorada, a discussão política no barzinho da esquina, tudo isso parece nos arrastar para um centro, nos localizar, nos dar um lugar na cidade cujo signo é o movimento, mas alguma coisa nos agarra, nos enrosca e conduz à cidade petrificada, imóvel. E esta cidade subjetiva exige, de cada um de nós, um constante reengendramento, uma vez que ela será, sempre, a expressão de "um si mesmo emergente"[iv].

Em face do reconhecimento de que existe uma incongruência entre uma cidade visível e outra invisível e que esta segunda compõe o cenário das cidades reais, este texto quer tomar um nome de autor – Torquato Neto – e, a pretexto de dialogar com seus textos e experimentos com imagens, restaurar *Tristeresina*, a sua cidade subjetiva. Certa

vez o poeta d'Os Últimos Dias de Paupéria segredou a Wally Salomão, "num bar que existia na Avenida Ataulfo de Paiva, próximo do Teatro de Bolso do Leblon"[v], a intenção de fazer um filme cujo título seria *Os últimos Dias de Paupéria*. A morte prematura não permitiu que o projeto prosperasse e, do mesmo modo, não deixou qualquer pista do anteprojeto, não sendo encontrado, após a morte, "nenhum resquício de roteiro, nenhum fiapo de argumento ou diálogo"[vi]. Restou, entretanto, o título, que apropriado por Salomão deu nome ao livro póstumo que reuniu a maior parte da fragmentária produção torquateana[vii]. A expressão – da qual hoje também me aproprio – sempre me intrigou: afinal, onde ou o que seria *Paupéria*? Na verdade, conforme eu aprendi uns tempos depois, o nome é a correspondente de uma lembrança – real, imaginária? – de região de Pindorama: "uma região de parcas pecúnias, isto é, a terra das juçaras, das íris, das pupunhas, dos licuris e dos babaçus, onde tudo não é senão desordem, feiúra, pobreza, inquietação e antivolúpia"[viii]. Penso que "Os últimos dias" desejados por Torquato sugeririam uma devoração desta pobre região de Pindorama, justamente aquela com a qual se escreveu Brasil, largando-o depois no espaço como uma ilha exótica, derretendo-se ao sol entre rebolados maravilhosos e dribles desconcertantes. Curiosamente, entretanto, o esforço demolidor de Torquato Neto pressupunha a conservação de sua cidade subjetiva – a Tristeresina.

É por volta de 1962, com os chamados "poemas iniciais", que vamos encontrar os primeiros esforços da engenharia torquateana para compor sua cidade subjetiva. Naquele momento, encurralado entre os valores familiares, as tradições culturais e um cotidiano que lhe afronta, Torquato procurará encontrar-se em meio a um emaranhado de nomes, descobrindo em sua própria existência o exílio de um mundo que lhe escapa, um mundo composto por estruturas anônimas e impessoais. *Panorama visto da ponte*, *Bilhetinho sem maiores consequências*, *Cidadão comum* e *A explicação do fato* – este último um longo poema escrito em três partes – são os principais textos deste

período. Nestes escritos, todos anteriores à fase que seria chamada de tropicalista, o poeta já anuncia a sua profunda dificuldade de territorialização. Uma contínua linha de fuga o conduz a constantes operações de desinvestimento na linha de desejo padrão, algo que se acentuará ao final de sua vida. O desejo de mudar o mundo à sua volta é acompanhado por um constante sentimento de fracasso – "Faz muito tempo e a paisagem é a mesma. Não muda nunca. Sempre indiferente a céus que rolem ou infernos que se ergam"[ix]. Este sentimento tenderá a inscrever no espírito torquateano um horror identitário, uma rejeição à identificação fixa das coisas. Daí sua fixação no verbo *transar* – manter o transe, prolongar o fluxo, estender a linha de fuga. Este será o aspecto de sua personalidade que o conduzirá a um solitário combate contra a construção de uma identidade tropicalista.

Os poemas torquateanos serão sempre informados pela tensão que envolve o indivíduo – interpelado em sujeito –, percebendo o mundo à sua volta como uma máquina que o engole e trucida. O poeta constrói a sua couraça protetora através da composição de uma cidade subjetiva, articulada antes de qualquer coisa à idealização da infância, temática que crescentemente se aprofundará e chegará ao centro do argumento de seus poemas. O dilaceramento que experimenta o empurra para o grau zero de sua existência, projetando na infância e na "terra natal" um momento de luz sobre o qual vai, a partir da juventude, descendo a escuridão, até chegar a um tenebroso tempo – o seu presente – no qual é noite até no sol: "Havia sol e eu o sabia sol: era de dia. Havia uma alegria do tamanho do mundo e era dia no mundo. Havia uma rua (debaixo dum dia) e um tanque. Mas agora é noite até no sol"[x]. Poemas como *A explicação do fato* são reveladores da dimensão mais constante da escritura torquateana: a idealização da infância. Na descoberta de que o tempo passou e já não é mais menino, Torquato se descobre num universo caótico, no interior do qual se esforça para selecionar e organizar elementos heterogêneos num espaço poético, onde estes elementos heterogêneos ganharão forma

e autonomia expressiva. Tendo que dar ordem a um caos que lhe é ao mesmo tempo estranho e íntimo, o poeta descobre potências novas e, através delas, procura consolidar um novo território que seja ao mesmo tempo a continuidade e a diferença de mundos anteriores. É com este material que procurará erigir sua cidade subjetiva, ao mesmo tempo triste e linda – Tristeresina.

Esta idealização da infância, quando o poeta pode ser "menino sentado sem a preocupação da ida", corresponde a um momento no qual, para ele, as coisas ainda não estão nomeadas. A criança não tem nada fixado, é o grau zero do sujeito, não é mais do que um projeto. Quando somos criança somos devir e é tranquilo sê-lo, mas quando crescemos já não podemos mais ser ponto de partida, temos que dizer o que somos, a que chegamos, o que nos tornamos. Adultos, precisamos dizer a que viemos no mundo, prestar contas ao corpo social dando a ver o que nos tornamos. Enquanto criança é possível enxergar-se *o "*mundo por fragmentos assignificantes, como nebulosas, [...] sem identidade"[xi]. Mas ao ingressarmos no mundo adulto, entretanto, vamos tendo que aprender "com cada gesto do pai e da mãe, através do grito, da surra, do medo, a dar sentido a cada objeto, sentido único, significado despótico, inclusive para [nossos] próprios órgãos, que se tornam corpo, unidade de significação, significante original de todas as significações"[xii]. Isto provavelmente explica a juventude escura de Torquato Neto em contraposição a uma infância ensolarada.

São constantes, na obra torquateana, as referências a uma infância ensolarada, distante e desejável – *um bom menino perdeu-se um dia, entre a cozinha e o corredor*[xiii]. Que metáfora poderia expressar melhor a ânsia reativa do poeta em relação ao tempo? Como se sabe, a cozinha – ainda mais do que o quarto – é, na cultura ocidental, o ponto mais íntimo e nuclear da casa, o centro de onde emergem os cheiros, gostos e diálogos que parecem não se alterar no tempo. Há, na cozinha, uma aconchegante geografia na qual está definido previamente o lugar de cada um – *Levanta, menino! Este lugar é de teu*

pai!. O corredor, ao contrário – e talvez exatamente por isso seja nomeado assim –, é um não-lugar, é um espaço de trânsito, de fluxo. É um ponto neutro e assignificado da casa. Entre uma cozinha/infância desejável e um corredor/juventude assombroso, o poeta empreende uma linha de fuga que não se quer corte. Observe-se o próprio título do texto – Deus Vos Salve esta Casa Santa –, o qual já é sugestivo da idealização de um espaço sagrado, "onde a gente janta com nossos pais" e isso é positivo, bom, sereno, tranquilo. Daí a saudade de ontem que é sentida hoje.

A poesia torquateana, em torno desta idealização da infância, tematizará sempre uma cidade distante e desejável, composta e recomposta constantemente por "meninos correndo atrás de bandas"[xiv], ou por uma "canção antiga ao pé do berço"[xv]. Ao erigir e manter esta cidade Torquato proclamará um "coração de menino" ao mesmo tempo em que festejará o fato de que "esse menino crescido, que tem o peito ferido, anda vivo, não morreu"[xvi], ainda que tenha se tornado adulto e agora precise, para reagir ao tempo, expressar lamentações que dão conta de que *seu* "tempo de brincar já foi-se embora. E agora, o que é que eu vou fazer*?"*[xvii]. O tempo, para o poeta, é sempre uma entidade pavorosa contra a qual é preciso criar estratégias de fuga – "anda logo, vem que a noite já não tarda a chegar. Vem correndo"[xviii].

Tristeresina é, entre os poemas-objeto de Torquato Neto, aquele que sintetiza e dá os contornos da cidade subjetiva torquateana[xix]. Relembremos que *Paupéria* é um lugar imaginário – provavelmente uma metáfora do Brasil – que Torquato propõe destruir, forçá-lo a viver os *últimos dias*. A *Tristeresina*, antivoluptuosa e articulada aos signos sangue e morte, seria a metáfora central deste lugar imaginado e desafiador. No poema-objeto em questão Torquato Neto contrapõe seu corpo a um painel em duas dimensões, dividido em quatro partes, no qual é possível ler, em primeiro plano, as expressões RESINA e SINA e em segundo plano, manuscrito e repetido inúmeras vezes, a palavra triste.

Feito em 1972, próximo ao dia fatal de seu suicídio, esta criação é certamente o testamento torquateano no sentido de dizer que sua epopéia no mundo da linguagem culminaria com a coincidência entre produção intelectual e opção existencial. O sangue, resina, é sua sina. Teresina, sua cidade natal, é triste. Alguém já viu na imagem de Torquato que aparece nesta obra uma expressão de asfixiamento[xx], o que é aceitável. Mas as diferentes maneiras de ler o quadro podem remeter a um de seus outros poemas, este musicado por Edu Lobo: "vou pra não voltar, onde quer que eu vá, sei que vou sozinho. Nem é bom pensar que eu não volto mais desse caminho"[xxi]. A metáfora do sangue – resina –, articulada à tristeza que recobre sua cidade natal – tristeresina –, só pode resultar do fato de que a todos nós é dado o momento em que nos encontraremos com a triste descoberta de que os lugares – ainda que "meus lugares" – não são coisas naturais, "produtos espontâneos da natureza que proporcionam aos homens e às coisas uma significação própria e reta"[xxii]. A *triste sina* que sintetiza a conclusão de Torquato Neto talvez possa ser adivinhada no enfado de alguém que, após bater-se com as palavras, descobre-se em um espaço vazio, insípido, profano e homogêneo que lhe rejeita e é rejeitado.

A cidade subjetiva de Torquato Neto, triste e linda, oferece um bom argumento histórico para pensarmos a vertigem que assaltou os sujeitos no final da década de sesenta no Brasil. À medida que a realidade se esfuma, que o real se desreferencializa, aqueles sujeitos acentuam a ilusão de que é possível encontrar a realidade sob a máscara da aparência. Mas, triste paradoxo, aqueles serão sujeitos necessariamente desterritorializados. Que maldição os teria acometido? Provavelmente a ilusão de que os lugares, *as extensões habitáveis, definidas e limitadas, únicas, nas quais os homens podem nascer, viver e morrer como homens*[2], têm uma existência exterior a nós. Reflexão

[2] PARDO, José Luis. *A qualquer coisa chamam arte.* Ensaio sobre a falta de lugares. In: LARROSA, Jorge. (org). **Habitantes de Babel**. Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P. 215.

ilusória, pois a prática do espaço – que é uma prática caminhante – é indissociável do lugar sonhado. Nesse sentido os nomes (das ruas, praças, parques, etc.) são núcleos simbolizadores que friccionam (põem a funcionar) as relações entre as práticas espaciais e as práticas significantes[3]. Nesse sentido, *Tristeresina* não é a expressão de uma cidade impossível, mas, antes, a demonstração de que as cidades, fora do discurso utópico-urbanista, só existem em sua forma invisível, carregadas e constantemente recompostas aqui, nesta região escondida e funda, maquinaria desejante que chamamos subjetividade.

---

[i] CASTELO BRANCO, Edwar de A. *Todos os dias de paupéria*: Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.
[ii] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O arteiro e o poeta. In: CASTELO BRANCO, Edwar de A. Op. Cit. p. 15.
[iii] CERTEAU, Michel de. *Práticas de espaço*. In: *A invenção do cotidiano* – Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 171.
[iv] GUATARRI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. In: *Caosmose* – um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992. P. 170.
[v] SALOMÃO, Wally. Cave, canem, cuidado com o cão. Folha de São Paulo: São Paulo, 5 de novembro de 1995. Caderno Mais! p. 13.
[vi] Idem. Ibidem
[vii] TORQUATO NETO. Os Últimos Dias de paupéria. São Paulo: Max Limonad, 1982.
[viii] SALOMÃO, Wally. Op. Cit. P. 13.
[ix] Panorama visto da ponte.
[x] A explicação do fato. Parte II.
[xi] ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Os nomes do pai. In: RAGO, Margareth. et alii. (orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 115.
[xii] Idem. Ibidem.
[xiii] Deus vos salve esta casa santa
[xiv] A rua.
[xv] A explicação do fato. Parte III.
[xvi] A rua
[xvii] Um dia desses eu me caso com você.
[xviii] Zabelê
[xix] Este objeto-poema pode ser consultado In: TORQUATO NETO. Op. Cit. P. 382.
[xx] ANDRADE, Paulo. *Torquato Neto* – Uma poética de estilhaço. São Paulo: Annablume, 2002. P. 146
[xxi] Pra dizer adeus.
[xxii] PARDO, José Luis. A qualquer coisa chamam arte. Ensaio sobre a falta de lugares. In: LARROSA, Jorge (org.) *Habitantes de Babel:* políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P. 215

---

[3] Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

As Doenças e o Poder. Saúde e modernização em Juiz de Fora (1889-1920)

Elaine Aparecida Laier Barroso[1] - PPG-UFJF

Nosso trabalho busca estudar, como se deram as relações entre a Medicina laica e o poder em Juiz de Fora atuantes sobre os subalternos na transição para as relações capitalistas de produção. Como trata-se de um evento nacional, apresentaremos um panorama geral da cidade de Juiz de Fora desde sua gestação até o período de 1920. Assim, será possível apresentar nosso trabalho e contextualizarmos nosso objeto de estudo, a história do Sanitarismo no município e reações dos populares.

Iremos recorrer à parte da historiografia pré-existente sobre a História da Medicina em âmbito nacional para definirmos o que é Medicina científica e como a mesma se organizou em Juiz de Fora. Posteriormente, buscaremos desenvolver o tema proposto seguindo os estudos de Thompson como nosso principal instrumental teórico à medida em que as fontes estudadas nos permitirem tal leitura.

A cidade de Juiz de Fora surge entre a capital do país na I República, o Rio de Janeiro, e a região mineradora através da construção do Caminho Novo nos Campos das Gerais, um empreendimento do século XIX . O contexto de seu nascimento serve de sustentação para as atividades mercantis da economia mineradora no início do século XIX. Em 1856, é elevada à condição de vila de santo Antônio do Paraibuna[2]. Juiz de Fora foi palco de uma dinamização em seu setor industrial no período de 1889-1930. A demanda gerada a partir do capital cafeeiro e da transição do trabalho escravo para o livre, impulsionou um processo acelerado de industrialização, convertendo a cidade em pólo industrial. Capitais excedentes da agro-exportação foram investidos na industrialização de bens de consumo. A cidade organizou-se espacialmente e institucionalmente para atender a demanda de questões da industrialização. Foram necessárias políticas e medidas que promovessem melhorias urbanas e sanitárias para sua expansão.[3]

Nesse contexto, é criada a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, apenas três anos após a mesma instituição ter sido criada no Rio de Janeiro. Identificamos a relevância de tal fator, por evidenciar a preocupação com a Higiene e o Sanitarismo. As condições higiênico-sanitárias da cidade eram muito precárias e várias epidemias a assolaram desde a segunda metade do século XIX[4]. A Sociedade de Medicina e Cirurgia, preconiza um alinhamento à orientação de Oswaldo Cruz no Rio, demonstrando adequamento das diretrizes sanitárias provenientes da nova moral burguesa. Efetivaram o combate ao exercício da profissão por leigos e curandeiros e tiveram amplo papel social e político no processo de modernização da cidade[5].

Com o advento republicano, quase todos os membros da sociedade passaram a ter assento na Câmara. Dentre as inúmeras medidas e obras empreendidas, destacamos a Inspetoria de Higiene, criada em 1892. Também fora instituída uma polícia sanitária e medidas afins, que ao nosso ver, são indícios de um projeto médico-sanitarista na cidade. [6] Em Juiz de Fora em fins do período imperial e início da I República temos um intenso processo imigratório. Eram alemães, italianos e sírios mesclando-se a população nativa; afro-descendentes e portugueses. Ocorre uma diversificação urbana onde circulavam profissionais liberais, capitalistas, negociantes, incorporação de negros libertos, imigrantes emigrantes nacionais [7].

Vanda Arantes do Vale nos explica que o Epíteto “Manchester Mineira”, fora ganho devido às semelhanças arquitetônicas com as fábricas inglesas e intensa agitação operária na cidade.O desenvolvimento industrial possibilitou o surgimento de movimentos associativos, sanitarismo, criação de instituições de educação e o florescimento da imprensa[8]. Desde meados do século XIX, várias teorias médicas brigavam entre si sobre as causas das epidemias. Era circulante e comum a teoria dos miasmas, que podia ser de causa natural devido aos espaços geográficos como pântanos alocados no perímetro urbano, clima tropical, etc. Mas também por motivações sociais, como a desorganização das cidades e os péssimos hábitos de higiene do populacho[9].

Através das pesquisas de Pasteur nas últimas décadas do XIX, foram descobertos os micróbios. Com esse advento, cessa a Era da Patologia e suas terapêuticas e se inicia e Era do Sanitarismo. A Medicina torna-se científica e desdobra-se em Saúde Pública, sendo a higiene sua vertente mais importante, sendo bem visualizada na I República no Brasil. A partir de então, passamos a ter o que Jane Sayd chama de jurisprudência biológica, onde o sujeito ao adoecer passa a cometer delito contra a ordem ou moral burguesa[10]. Acreditamos que as pessoas passam a ser responsáveis pelo bem-estar do corpo social, da saúde coletiva. As epidemias causavam prejuízos ao Estado, ao empregador e aos próprios trabalhadores, que a partir do assalariamento da mão-de-obra, passam a vendê-la e precisam estar são para subsistirem[11].

O espaço urbano passa a ser espaço para a luta de classes, pois potencializa as contradições existentes entre a estas. Havia a necessidade de enquadrar o Brasil e sua capital aos moldes internacionais de organização do espaço urbano, à uma nova ordem moralizante e disciplinarizadora, afim de submeter os "pretensos cidadãos" às novas relações de produção[12]. Esse objetivo moralizante também pretendia abarcar os costumes da massa, seja a medicina ligada às práticas de curandeirismo, os hábitos envolvendo o lazer, as habitações e os laços familiares. [13]Tudo o que não coincidia com os novos padrões burgueses que envolviam a ordem, a moral e a saúde precisava ser expurgado[14].

Em Juiz de Fora, nossos e outros estudos no âmbito acadêmico nos dão indícios de que a atuação das instituições médico-sanitárias e políticas, também partilhavam das práticas decorrentes da organização da Medicina Científica. Nossa análise é paralela cronologicamente com a transição para as relações capitalistas de produção no país e especificamente, na cidade (1889-1920). O processo áureo de industrialização, urbanização e modernização é o contexto exato no qual fazemos nossa verificação. Com a crescente urbanização e industrialização do município, fazia-se necessário preservar a mão- de -obra que nesse momento, passava a ser remunerada. Identificamos que as questões da saúde e da doença estiveram ligadas à industrialização, como parte do

projeto modernizante das elites locais. Pesquisamos os tipos de reação que o Higienismo causou aos populares alocados no centro urbano de Juiz de Fora.

Organizados em sociedades de socorro mútuo, acreditamos que os operários tinham uma maior receptividade à prática da medicina. Sobretudo porque precisavam preservar-se enquanto detentores de sua força de trabalho. Para vendê-la e sobreviver, precisavam estar sãos. De acordo com as pesquisas de Cláudia Viscardi, essas associações foram a criadas para garantir a sobrevivência dos trabalhadores em meio ao surgimento das relações capitalistas de produção[15]. Em Juiz de Fora, encontramos vestígios de Mutuais e também de Associações Filantrópicas, sendo essas últimas, uma estratégia elitista para manterem seu capital simbólico[16].

Em nossos estudos, temos adotado constantemente as perspectivas teóricas dos historiadores neomarxistas, em especial, E. P. Thompson. Através da aproximação da Historia com a Antropologia, as pesquisas conseguiram ampliar a análise dos objetos , que por sua vez exigiram uma determinada demanda por outros tipos de fontes. O cotidiano, costumes e a experiência dos chamados subalternos, passaram a ser focados tanto na longa duração ou na chamada micro-História. Essa abordagem prioriza a transição para as relações capitalistas de produção e como os setores sociais menos favorecidos resistiram a este processo.

Thompson fora um marxista da de escola inglesa. Através de suas pesquisas, levanta a possibilidade da ação humana como agente transformador da sociedade. Valoriza os movimentos ou ações antes tidas como pré-políticas, entendendo nesse contexto que classe é resultante de uma experiência coletiva, entrelaçada pelos meios de produção e pelo cotidiano decorrente do mesmo. A consciência seria embrionária e intrínseca a este processo, propiciando inclusive, a formação da classe[17]. Thompson procura resgatar o trabalhador–sujeito, independente de sua luta ter frutificado ou não.

Através de Sidney Chalhoub em sua obra Cidade Febril, identificamo-nos tanto com o objeto de sua análise, quanto com o método. Como Historiador Social da Cultura, vale-se dessa metodologia para fazer sua incursão num episódio da história da Medicina

no Brasil República: a Revolta da Vacina. Ao levantar as questões ligadas a uma concepção de doença e cura por parte da população no Rio de Janeiro na virada para o século XX, Chalhoub aproxima-se do conceito de economia moral de Thompson em sua obra Costumes em comum. Para Thompson, economia moral supõe noções definidas e defendidas do que se pretende para um bem-estar comum. Tais noções são permeadas pelo receio da população com relação às mudanças sociais engendradas a partir de novas relações sócio-econômicas. Em suma, é exatamente o momento de transição, onde as massas passam a referendar formas mais antigas ou tradicionais-paternalistas de lidar com o cotidiano em todos os seus aspectos.[18]

Diante desse viés metodológico, suscitamos que a história da Medicina no Brasil como objeto de estudos, insere-se no contexto de aproximação entre História e Antropologia que desde os anos 70, tem promovido profícuas pesquisas nesse campo. Segundo Fábio Henrique Lopes[19], a historiografia da Medicina no Brasil possui três vertentes de análise. A primeira de bases foucaltianas, identifica a Medicina como Social desde seus primórdios. A segunda embasa-se nas pesquisas de Madel Luz, que alega ser a Medicina não só social, mas também política, traduzindo uma proposta de intervenção médica no corpo social. Por fim, apresentamos a corrente com a qual nos identificamos, a leitura da Medicina pelos historiadores sociais. Nossa principal proposta é de relatar a atuação dos sujeitos históricos concretos. Procuramos reconstituir as experiências dos habitantes, dos sujeitos, de recuperar concepções populares sobre seu modo de vida ou de como se viam diante da atuação dos médicos laicos e diplomados.

A Hospedaria dos Imigrantes Horta Barboza, fora passagem obrigatória dos trabalhadores recrutados pela imigração em fins do século XIX[20]. Sabemos que eram boa parte da mão-de–obra empregada nas fábricas, mais ainda nos faltam dados mais claros para afirmarmos com mais precisão que eram a maioria. Inicialmente, pretendia –se empregar os imigrantes estrangeiros na lavoura no pós-abolição. Segundo Maraliz Cristo, tal processo se dera sob resistência à proletarização intensa que se queria impor ao

imigrante. Procuravam ocupações independentes ou as mais voltadas para o lucro imediato.

No caso da Medicina Sanitarista, plenamente implementada na cidade como parte do projeto modernizante, teremos em novembro de 1891, o que chamamos de Revolta dos Imigrantes. Até onde vislumbramos nas fontes, fora um motim de curto prazo. Quanto ao alcance, achamos satisfatórios. Fora imposto um cordão sanitário à Hospedaria em 07 de novembro de 1891 a fim de evitar o contágio ou propagação de epidemias na cidade entre os imigrantes recém-chegados de seu país de origem. Embora, o Delegado de Higiene, Júlio Delgado ateste em correspondência para a Câmara que estavam sãos, o Presidente não abre mão do isolamento e cerca de 1300 imigrantes acabam por rompê-lo. Alegavam precisar comprar víveres e pegar suas bagagens. E os dois praças responsáveis não conseguem detê-los.

Entendemos que na verdade, o que se desejava resguardar eram os próprios imigrantes. Eles haviam custado à Província, eram aguardados como força de trabalho na lavoura e na indústria. Já que haviam transgredido as regras, mas estavam sãos, capazes de trabalhar e não havia uma grande epidemia nesse período, não houve motivo para uma grande repressão por parte da elite política e policial. Segundo o Jornal do Commércio na virada do Século XIX para XX, quando este menciona os aspectos envolvendo a Higiene no Município, havia necessidade da intervenção da polícia para que fossem colocadas em prática, as medidas assépticas e sanitárias. O artigo data de 1901 e atesta que havia insurreições da “população inculta” que confiava mais na magia e medicina leiga do que na Ciência[21]. Não identifica quem seria essa população, objetivo de nossa pesquisa, mas acreditamos que a repressão declarada variava de acordo com os sujeitos envolvidos e claro, a proporção da transgressão. Subalternos tidos como vadios, ambulantes, de cor, praticantes do baixo espiritismo eram mais visados nesse momento. A ordem era para todos, principalmente para “os de baixo”, mas havia nuances.

Em momento posterior (1912), a cidade já se depara com os primeiros movimentos grevistas e anarco-sindicais. Era a organização do movimento operário contra a carestia de vida, baixos salários e melhores condições de trabalho[22]. Nesse contexto, os operários são uma ameaça como um todo, mas em fins do século XIX para o XX, o que era suprimido era quem atentasse primeiro contra o projeto de dominação e modernização. Quem primeiro representasse uma tensão social ou empecilho à viabilização do mesmo. Devemos ressaltar que estamos adotando a perspectiva histórico-social sobre a medicina mediante as possibilidades de leitura que as fontes nos trazem. Em determinadas circunstâncias, nos valeremos também das outras perspectivas. Quando formos estudar a Sociedade de Medicina e Cirurgia e mesmo as medidas médico-sanitárias impostas pelas elites políticas, não poderemos relativizar seu papel apenas para darmos voz aos subalternos.

Creditamos como positivas as três possibilidades de análise, entretanto nos resguardamos mais com relação a de base foucaltiana, por acharmos que esta abordagem enfatiza demais a ordem Médica, sem perceber suas fragilidades e capacidade de interação por parte dos subalternos com a mesma. Em suma, pretendemos nos alçar sobre os estudos de Ciência e Saúde, avaliando as posturas dos segmentos sociais envolvidos. Mas focando, sempre que possível, na reação das camadas populares ao processo de transição para o capitalismo sob o viés da Medicina Sanitarista.

---

[1] Mestranda em História pela UFJF. Turma de 2005. Graduada pela mesma instituição em 2004.
[2] YAZBECK, Lola. **As Origens da Universidade Federal de Juiz de Fora**. JF: EDUFJF, 1999.
[3] Sobre a expansão industrial de Juiz de Fora e sua articulação ao processo de reprodução econômica do sistema agro-exportador ver: PIRES, Anderson José**. Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora** - 1870/1930.Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF. Niterói. 1993.
[4] VALE, Vanda Arantes do. **A organização da Medicina Científica em Juiz de Fora.** Baú de Osso – Memórias, Juiz de Fora. Semana do ICHL. LANA, Vanessa. **Uma associação científica no "interior das Gerais": a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF).** Anais Eletrônicos**.** 1º. Seminário de História Econômica e social da Zona da Mata Mineira.
[5] VALE, Idem. LANA, Idem.
[6] ZAMBELLI, Rita de Cássia. **A cólera em Juiz de Fora: uma realidade presente no século passado.** Monografia de Bacharelado. UFJF. Juiz de Fora. 1994
[7] Idem. P., 7. YASBECK, op. cit., p., 247.
[8] VALE,Vanda Arantes do. **Manchester Mineira**. Cambridge – Inglaterra. IX Congresso da Associação dos Latino-americanistas,1996

[9] NUNES, Everaldo Duarte. **Sobre a História da saúde pública: idéias e autores.** Artigo publicado na Revista eletrônica: Ciência e Saúde Coletiva. nunes@correionet.com.br. Retirado em março de 2005.
Sobre os referidos hábitos dos pobres sendo indicativos dos diversos flagelos nos centros urbanos, ver Passin. CHALHOUB, Sidney. Op.cit.
[10] SAYD, Jane Dutra.
[11] BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **Medicina Social (1889/1920): Lócus para intervenção do Estado frente aos subalternos.** 1º. Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira. Anais eletrônicos. Maio de 2005.
[12] CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela Lente da Higiene. As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945).** São Carlos, RiMa, 2002.
[13] LEAL, Thiago Teixeira. **Mediação distante: medicina científica e a relação médico-paciente em xeque.** Anais Eletrônicos do 1º. Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira.
[14] LUZ, Madel Terezinha**. Medicina e Ordem Política Brasileira políticas e instituições de saúde (1850 – 1930),** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
[15] VISCARDI,Cláudia Maria Ribeiro. **Mutualismo e Filantropia**. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG. (Publicação em CD- ROOM). Juiz de Fora. 2004
[16] VISCARDI. Cláudia Maria Ribeiro. **Mutualismo e filantropia**.In: Lócus: revista de História. Juiz de Fora: núcleo de História Regional / Departamento de História/Arquivo Histórico/EDUFJF,2004, V.10, n.01
[17] MUNHOZ, Sidney. **Fragmentos de um possível diálogo com E. P. Thompson e com alguns de seus críticos.** Vol.2. Universidade de Maringá. 1997.
[18] THOMPSON. E. P**. Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[19] LOPES, Fábio Henrique. **Análise historiográfica e Histórica da Medicina Brasileira.** Lócus:revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História regional. Departamento de história/Arquivo Histórico/ EDUFJF, 2003, v. 9, n. 02.
[20] CRISTO. Op., cit.
[21] Jornal do Commércio. Juiz de Fora no Século XIX. **Artigo publicado em comemoração`a entrada do Século XX. 1901**.Typ central. Juiz de Fora.
[22] ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora – Uma História de Lutas (1912-1924).** EDUFJF, 1987

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA, TÊNUE FRONTEIRA E MARCOS DE CONTINUIDADE

Elaine RODRIGUES[1] - UEM

A sociedade contemporânea caracteriza-se por apresentar um caráter heterogêneo. Somos educadores em um universo de diversidades culturais e políticas, o qual impõe ao professor o desafio de construir, forjar, criar, inventar seu trabalho, respeitando-o e inserindo-se em suas multifaces. As muitas facetas do universo social criam um complexo labirinto e, como é próprio de sua configuração, seus caminhos são entrecortados, bloqueados, enganosos, apresentando inúmeras possibilidades para ser percorrido. As muitas formas de interpretação do caminho trilhado ou ainda por se trilhar no interior do labirinto é que produzem a riqueza que não somente pode como também deve, a meu ver, fazer parte do ato de ensinar e de refletir sobre a ação realizada. Talvez seja esta a saída: o respeito, por parte do pesquisador educacional, à idéia de que trabalhamos com um objeto, a educação, que se compõe e recompõe em suas inúmeras representações, e o ensino de História aí se integra.

Um dos pontos que entendo importante e merecedor de destaque se problematizou partindo da constatação de que vivo e atuo na sociedade da velocidade[2]. Sua forma, amparada em um grandioso aparato técnico, disponibiliza grande quantidade de informações, imprimindo um ritmo frenético a todas as instâncias do então denominado meio social, de forma a criar uma dinâmica que exige hábitos, padrões e uma diferente percepção do mundo, que cerca a vida e compõe a ação docente.

Os comportamentos, no âmbito pessoal ou no âmbito profissional, são atitudes que têm como referência uma dada noção de tempo, que sinalizam como sentir, do quê falar, qual a melhor linguagem para atingir nosso receptor, o quê ensinar, e isso vai definindo uma dada forma de conhecer e de se reconhecer sujeito em nossas ações. São princípios comportamentais, a meu ver, definidores de um conjunto de atitudes que, ao tentar acompanhar esse novo ritmo, tem perdido seus balizadores. Tal ritmo requer a incorporação de uma outra dimensão temporal o que faz com que os acontecimentos não resistam, não se condensem, pois não há “tempo” para se pensar em como ser ou agir, e é preciso atender à demanda. Essa é a “demanda”!

Cultura alguma resiste a essa “centrifugação”; da mesma forma, a realidade singular da sala de aula e dos sistemas de ensino não resistem a sua verificação, a sua avaliação. A verificação dos fatos se dá, é medida ou não, quanto a suportar os efeitos dessa velocidade. A noção de temporalidade, que permite a formulação dos sistemas de ensino, da realidade singular da sala de aula é a do relógio, do calendário, e a que vivenciamos pode ser

representada pela Internet, uma realidade virtualmente construída e instantaneamente desfeita.

Formulações teóricas baseadas na "temporalidade do calendário" e traduzidas em projetos, neste caso em particular pedagógicos, não estão em estado de refletir qualquer coisa. Existe a necessidade de uma certa lentidão para que se produza uma espécie de condensação, de cristalização significativa dos acontecimentos; o contrário disso são os efeitos dessa aceleração, que têm produzido uma demanda à qual, como professores, tentamos atender. Essa tentativa tem dirigido as ações, tem encaminhado o planejamento estrutural de um curso ou de uma disciplina, procurando adequá-lo, articulá-lo a essa realidade.

Por outro lado, evidências empíricas ao alcance de pais, professores e alunos mostram que a escola está a reboque da sociedade. O discurso articulado como tentativa de estímulo à mudança desse quadro apresenta sentenças afirmativas que remetem o professor a um fazer pedagógico que tenha como proposta educacional atingir o desenvolvimento integral e harmonioso de todas as capacidades do indivíduo. Paradoxalmente, a prática educativa tem se revelado um processo de adestramento seletivo da "formação de sí", o que é uma domesticação. Educação tem sido sinônimo de tornar o cidadão dócil, frágil e obediente aos valores em curso[3]. Adestrar significa formar o indivíduo para obedecer a regras e incorporar novos hábitos; então, qual o papel da boa escola na sociedade da velocidade?

Diante do princípio de que educar tem sido adestrar, o papel de uma boa escola seria moldar o estudante, adequando-o, conformando-o como agente articulador em sua sociedade e sua cultura. Tomando por princípio essa vertente analítica, a educação tende a criar o homem teórico como modelo do resultado das práticas educacionais, de um ideal de educação, de uma ilusão constituída sob o pretexto de formação crítica. Mas, uma nova educação deve contemplar a formação de novos hábitos? Isto significaria construir uma nova natureza? Pressupõe-se que durante o processo educacional o aluno consiga desfazer-se de sua primeira natureza? Deve abandonar os hábitos antigos de pensar e de ser? O que caracteriza o homem adestrado, na sociedade da velocidade?

Enquanto no panorama geral as discussões em torno da educação versam sobre temas de ordem filosófica, histórica, sociológica, em sala de aula o dilema do professor resume-se em manter a "disciplina", isso porque a escola deixou de ser o lugar do desafio na produção do conhecimento, o que obriga o professor a trabalhar impondo a ditadura da ordem e a disciplina do silêncio. A tarefa de ensinar acaba implicando, ainda que paradoxalmente, a destruição da liberdade[4]. Afinal, qual é a liberdade possível na sociedade da velocidade?

Não sei se posso responder a contento, meu inclusive, às questões que formulei, segundo entendo, isso se faz possível inserindo-me no debate sobre a formação do educando, sobre

o ato de ensinar. Mas ensinar o quê? E a quem? Buscarei fazer isso circunscrevendo minha problemática às últimas décadas do século XX.

As últimas décadas do século XX apresentam duas posturas com relação ao ensino de História e seus conteúdos, dois momentos representativos da História do Brasil. O primeiro, denominado período ditatorial, é apresentado neste estudo por meio dos objetivos da disciplina Educação Moral e Cívica. Faz-se necessário registrar o quanto os entendo como esclarecedores dessa temática, por denotarem o grau de confiança, de poder atribuído ao ensino de História, embora sua nomeclatura seja retirada oficialmente dos currículos. Aparentemente a disciplina de Educação Moral e Cívica representa uma ruptura com a forma e com os conteúdos anteriormente ensinados. Discordo dessa tese, pois seus ensinamentos, portadores de forte carga ideológica, caracterizaram-se por permitir a formação de um homem pacífico, moralmente correto, patriota, um cidadão súdito.

O espírito cívico imposto pelo Decreto-lei nº869, de 12 de setembro de 1969[5] visava à inclusão de Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País. A intenção era inserir suas finalidades em todas as atividades escolares, inclusive na realização dos atos cívicos, valorizados na prática educativa.

O propósito de inclusão da Educação Moral e Cívica seria, sinteticamente, a incorporação de seus ideais à sociedade, perpassando gerações, e isso deveria realizar-se como o próprio saber. A finalidade da Educação Moral e Cívica seria de preparar o homem para a vida. Formar o cidadão seria admitir não ser possível sem enfatizar a formação moral e cívica do educando para servir à sociedade e à família; sobressairiam, para tanto, às atividades cívicas que - centradas no culto à nação – tinham origem na valorização do caráter nacional.[6]

O segundo momento, que se configura como pós-abertura política, caracterizado por uma democracia (re)nascente, é demonstrado quando apresento o Projeto Político-Pedagógico do Estado do Paraná e as expectativas que depositou no ensino de História. Analisando a proposta paranaense, que pretendia “repensar os conteúdos básicos das disciplinas no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos de cada área de conhecimento”[7], tenho por objetivo refletir, comparativamente, sobre os questionamentos aqui sistematizados.

A qualidade do ensino, no início da década de 1980, entendia a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, vinculava-se à possibilidade da não reprodução da sociedade injusta tal como se apresentava: de um lado os que sabiam, e por deterem o conhecimento detinham também o poder, e de outro os que não sabiam e obedeciam ao poder. A qualidade de ensino se vinculava à possibilidade de fazer com que a maioria da população pudesse dominar a soma de conhecimentos já acumulados através dos tempos, para que todos pudessem, juntos, se incumbir de criar uma nova sociedade.

O enfoque dado à questão da melhora na qualidade de ensino a ser oferecido pelo Estado estava no conteúdo a ser trabalhado. Uma proposta conteudista[8] para a educação, que fixava suas bases naquilo que se ensinaria e não no como se ensinaria, tecendo críticas severas à visão tecnicista de educação e de ensino que era imperativa nos procedimentos didáticos de até então.

Especificamente relacionada ao campo disciplinar da História, a proposta paranaense propunha-se a desenvolver um trabalho em que ensinar História fosse sinônimo de educar para a cidadania democrática, tornando os jovens capazes de participar. Em consonância com o período anterior, e não rompendo com ele, mantém-se o ideal de conformação dos sujeitos à nação no estado em que se encontrava, legitimando a ordem social e política, fosse ela ditatorial ou democrática. Torna-se representativo destacar que, tomadas como referência quer a disciplina de História, quer a disciplina de Educação Moral e Cívica não são diferentes; existe um processo contínuo de conformação de seus conteúdos ao ideal de formação do cidadão. A seleção de conteúdos, nas duas disciplinas, prima pela manutenção da tradição do ensino nacionalista e patriótico, calcado na História da civilização ocidental e no modelo eurocêntrico. Ainda buscamos o herói! Sendo "conservador" ou "revolucionário", a ele compete à tarefa de redimir a sociedade de seus males.

Houve, na década de 1980, uma tentativa de descartar o componente conservador da Educação Moral e Cívica, incorporando nos programas de História uma perspectiva mais comprometida com a participação democrática, por meio de um discurso que pretendia trabalhar com conteúdos mais significativos à sociedade. Os significados são construídos, e essa significação não é desarticulada dos interesses que a compõem e propõem. A questão se coloca para além da intencionalidade grupal. Culturalmente somos frutos da mentalidade que engendrou os conteúdos de História na formação dos educandos no final do século XIX, cujo objetivo à época era legitimar a formação da Nação. No final do século XX, novas demandas surgiram e a escola as atendeu formando o seu educando "criticamente", atitude que, mais uma vez, o fazia adequado.

Aparentemente um outro e novo olhar para a questão da qualidade de ensino "parecia" estar nascendo, pois se projetava em ações que exigiriam do educador assumir um compromisso político com a educação, por meio do ato de ensinar, e esses pressupostos se especificariam nos princípios por meio dos quais se ensinaria a História.

Conteúdos sociais, como o ato de a pessoa aprender a lutar por seus direitos, eram entendidos, pelos dirigentes educacionais, como uma nova postura social, que também deveria estar à frente dos projetos educacionais, o que imputava à problemática da qualidade de ensino a responsabilidade pela melhoria do panorama geral da educação paranaense.

Quando se trata da questão do rompimento com determinadas posturas frente aos acontecimentos sociais, ou frente a determinadas propostas pedagógicas para se ensinar determinados conteúdos, entendo ser importante nos reportarmos historicamente à razão para que determinadas atitudes ocorressem ou quais eram as finalidades disciplinares, e aqui nos interessa o ensino da História no contexto escolar. A História, como disciplina escolar, sempre trabalhou com as noções de "Identidade Nacional", "Cidadania", "Estado" e "Nação". Historicamente, o ensino de História foi marcado, em outros países e no Brasil, pelo ideal nacionalista.

O ideal nacionalista, redunda-se ao dizer, permeou o período militarista no Brasil. Alguns críticos[9] da escola na década de 1980 evidenciavam o golpe militar de 1964 e sua correspondente ação relativa ao aspecto educacional como um marco. O conteúdo das ciências humanas, e particularmente o da História, havia se esvaziado de seu aspecto crítico. A crítica e a contestação, características inerentes ao ensino de História, haviam se perdido, e era manifesto o seu caráter de instrumento de veiculação e formação do espírito cívico, entendido como aquele capaz de glorificar os feitos dos autoproclamados heróis do dia.[10]

Anteriormente a esse período, o que se acredita, portanto, é que teria existido um ensino de História diferente do apregoado pelas disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica, incluídas no currículo em substituição a ela. Da mesma forma, no período que se segue, momento de "abertura política no país", a crença é a de que a tarefa do educador seria romper com os ideais tradicionalmente presentes no ensino de História para construir uma escola democrática, uma escola que deixasse de formar o cidadão-súdito e passasse a construir um cidadão-participante[11].

Se um decreto-lei inseriu na escola conteúdos de moral e de civismo, caracterizando um ato de determinação hierarquicamente superior e inquestionável, no ano de 1983, em pleno processo de abertura política e finalização do regime militar, os professores, mais uma vez por determinação superior, são avisados de que não mais seria necessário que ato cívico em honra ao "sete de setembro" acontecesse.

A Secretaria de Educação "sugeria" que as comemorações se dessem no interior da escola. Sobre as comemorações afetas à Semana da Pátria, as diretrizes propunham que esse momento passasse a ser considerado como um momento de reflexão em torno da questão da cidadania. O ato cívico do sete de setembro passaria a ter características reflexivas que partiam do pressuposto de que a ação pedagógica deveria se dar aliada ao compromisso político do cidadão para com a nação.

Dentro do ideal democrático assumido e professado pela SEED - Secretaria de Estado da Educação, no seu Projeto Pedagógico[12], todos os envolvidos no fazer educacional seriam

responsáveis politicamente pela formação do cidadão, entendido como um ser capaz de, conscientemente, responder pelos seus atos.

O ensino de História ganha especial destaque na proposta da SEED, e isso se deu por ter sido despertado, por intermédio dos conteúdos de Educação Moral e Cívica que se veiculava nas escolas, o ideal nacionalista militar. O que se pretendia, nos idos de 1980, em contraposição ao nacionalismo moralizante, é que o ensino de História fosse um aliado consciente do compromisso político do professor, que socialmente deveria objetivar com o ato educativo a "igualização dos homens".

O ato educativo deveria estar dirigido ao objetivo de igualizar os homens em todos os níveis, de modo que não houvesse divisão social entre intelectuais e ignorantes. Dirigida a esse objetivo, a instrução alteraria a constituição da sociedade, tornando-se um elemento político de mudança. A perspectiva educacional que objetivava a igualdade de todos os cidadãos exigia que diferentes formas e estímulos fossem encaminhados para instruir aqueles que já tinham sido prejudicados pelo sistema econômico e político.

O ideal de cumprir esses objetivos não poderia prescindir de uma formulação adequada das atividades escolares. O discurso da SEED anunciava-se comprometido com os que necessitavam aprender. Declarava crer que a vida escolar deveria ser organizada em torno das atividades dos alunos, e pedia que o ambiente da escola oferecesse a maior variedade possível de situações produtoras de ensino. Pressupunha que a pessoa se apropria dos saberes por força da própria atividade, e não segundo a concepção de modelos e programas pré-fixados.

A Secretaria de Educação defendia, insistentemente, a obrigatoriedade de o professor priorizar, em suas ações pedagógicas, seu compromisso político, imprimindo uma diretriz ao seu fazer pedagógico. Essa postura, de certa forma imposta ao professor, pretendia ser uma força iluminadora na atuação de todos os envolvidos com o cotidiano escolar.

O discurso da SEED alicerçava-se na premissa de que a educação estava sendo repensada e resgatada como um ato político, e por conseguinte suas conseqüências sociais não poderiam deixar de ser consideradas. Afirmava que os resultados do ensino são resultados políticos, e que a atividade do professor, de ensinar na escola, necessitava ser realizada como um compromisso político com a sociedade. A ação educativa estava sendo discutida e determinada pela Secretaria, pressupondo-a como um ato político, porque sua prática tem conseqüências. "É um ato político porque orienta a ação humana, que é, e sempre foi, inspirada em opções políticas, filosóficas e ideológicas". [13]

De maneira coerente com essa postura, tomada mediante o ato de ensinar e suas conseqüências, a SEED define, assim me parece, pressupostos que intencionavam estimular o entendimento, pelo professor, do compromisso político que as atividades escolares por ele desenvolvidas significavam.

A disciplina de História fora resgatada, por esse projeto, como uma aliada. Recebeu destaque como detentora de saberes indispensáveis ao projeto político de sociedade que se formulava no período pós-ditadura militar. Caracterizá-la, a partir do projeto em análise, como uma solução milagrosa de libertação, seria um descuido analítico; entretanto, destaco que atribuía-se a ela a potencialidade da elevação direta do nível de consciência dos educandos. Por meio de seus conteúdos fazia-se possível que se tomasse contato com uma forma de pensamento esclarecedor com relação à classe social a que se pertencia, e de posse desses conhecimentos caberia ao educando interferir na sociedade, como sujeitos históricos, contribuindo para a sua transformação. Qualitativamente se estaria oportunizando o conhecimento de "níveis mais elaborados de abstração, o que é um dos requisitos para o exercício da cidadania".[14]

Os argumentos propostos como estratégias reflexivas, objetivando a elevação do nível educacional, remetem o leitor a um raciocínio de caráter solidário; o pedido é de participação, comunhão, humildade, dedicação, responsabilidade. Essa é a tônica do discurso. O teor argumentativo do projeto, quando discute qualidade de ensino, é messiânico, como se, respondendo às expectativas da SEED, a população pudesse conquistar uma nova sociedade, mais justa, mais fraterna, mais livre, com níveis de consciência mais elaborados.

A importância atribuída à disciplina de História, diante dos princípios humanistas e não mais políticos, foi estrategicamente substituída por uma súbita relevância dada à disciplina de desenho, por meio da qual se pretendia que o aluno, no conjunto das aquisições que a escola lhe proporcionava, pudesse interagir com o mundo, e não ser dominado por ele. Na perspectiva de uma atuação diferenciada do período ao qual se opunha, o ditatorial, a SEED ia criando ações em que o debate acerca de questões educacionais pudesse, segundo seu entendimento, melhorar o ensino, ainda que a saída estivesse na fé. O discurso toma nova formatação e se mistura a conteúdos de fé, trazendo à tona a velha idéia de que a profissão do educador se confunde com um sacerdócio; portanto pleno de resignação, determinação, humildade, com menos exigências, para ser exercido em prol do bem comum.

Os conteúdos pertinentes ao ensino de História na forma ditatorial ou na da democracia representativa, sempre atenderam ao ideal de nacionalidade. Educa-se para atender a interesses. Educar é sempre criar adequação "a". Ou, dito de outra forma, é o aprendizado de um sistema de valores em curso, o que a meu ver, o sistema de ensino brasileiro tem tentado realizar, qualquer que seja a forma política de configuração do Estado, ditatorial ou democrático.

Aprender valores em curso pode também ser definido como adestramento, formação do indivíduo para a obediência de regras e a incorporação de hábitos. Não é possível ser independente do mundo em que se vive. Somos o que conseguimos criar, inventar como

sociedade. Não estamos fazendo apologia da condenação a uma forma de vida, como se ela fosse estagnada. Como nunca vivenciamos o mundo da velocidade, do movimento, não há espaços nem definições que possam dar conta do que se denomina atual. Existe o espaço tangencial, aquele que foge à lógica da ciência, à formação acadêmica, e o encontro desse espaço é que nos desafia enquanto pesquisadores/professores.

A educação tem vivido "uma guerra atômica sem o átomo, mas análoga pelo impacto"[15]. Optei por iniciar minhas reflexões fazendo algumas considerações acerca da problemática da educação na atualidade. Enfatizei o caráter heterogêneo dessa sociedade e os efeitos que venho constatando como afetos à questão da velocidade. O caminho percorrido intentou demonstrar que é falaciosa a idéia de que está nas mãos dos educadores compromissados politicamente com sua nação a possibilidade de sua transformação, e de que o melhor ensino, ou o ensino de qualidade, seria aquele que aumenta e estimula a atividade do homem, que engendra a vida.

A crença em uma concepção teórica universalizante, totalizante, para se pensar, compreender e interferir na sociedade se revelou, ao longo do desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico proposto pela SEED, como um simulacro. Falou-se tanto em social que o social se perdeu no social. Tentou-se, por meio de uma concepção teórico-metodológica imputar tudo ao social, exprimir todo o social, quis-se retirá-lo da dimensão representativa, e com isso ele se diluiu. Centrifugou-se.

Recortei, escolhi e dimensionei questões afetas à educação, e mais especificamente ao ensino de História, sempre pressupondo que o fazer histórico é mutável no tempo e que seu exercício pedagógico também o é; seu conteúdo é que tem resistido a todas essas mutações, o que caracteriza as continuidades desse fazer.

---

[1]Professora Drª. do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá–UEM-CEP-87020-030 Maringá – Paraná - Brasil. e-mail: elainerodrig@terra.com.br

[2]BAUDRILLARD, Jean. **A Ilusão do fim ou a Greve dos Acontecimentos**. Ed. Terramar. Lisboa. 1992. Tradução de Manuela Torres. pp.7-8.

[3]NIETZSCHE, F.W. **Obras incompletas**: seleção de textos de Gerard Lebrun, tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres, 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.114.

[4]BARREIRO, José Carlos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e os novos desafios da escola. In: **História e cidadania – XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 1998. p.584.

[5]CNMC. **Educação Moral e Cívica**, 1973 – pp.5 a 7.

[6]IBRASA. **O cidadão e o civismo.**1982. pp.43-4.

[7]PARANÁ, SEED. **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1990. p. 13

[8]A proposta foi desenvolvida com rigor pelo professor Dermeval Saviani em sua formulação sobre a educação, denominada: "Pedagogia Histórico-Crítica". Sobre essa temática ele publicou vários títulos, o mais famoso dos quais é **Escola e Democracia**, que no de 1986 já estava em sua 11ªedição.

[9]Neidson Rodrigues foi colaborador do Jornal da Educação editado pela SEED. Uma de suas matérias foi publicada no ano 2, n.5, p.6, jul./ago. 1984; publicou também **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. São Paulo, Cortez, 1985. e ainda, **Lições de Príncipe e outras lições**. São Paulo, Cortez,1987. **Da mistificação da Escola a escola necessária.** São Paulo, Cortez, 1987.

[10]ZAMBONI, Ernesta discute essa questão no texto: **Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica**. Caderno Cedes. Dez. 2003, vol23, nº61. A autora também discorda da idéia de que tenha havido uma ruptura na forma e no conteúdo do ensino de História em relação ao período anterior a 1964 e em sua seqüência após o Golpe de 1964.

[11]LAVILLE, Christian. **A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História**. *Rev. bras. Hist.*, 1999, vol.19, nº. 38, pp.125-138.

[12]PARANÁ, SEED. **Fundamentos e explicitação das políticas da SEED**. 1983. pp. 5-9
[13]PARANÁ, SEED. **Jornal da Educação**, mar. /abr., 1984, p.4.
[14]PARANÁ, SEED. **Jornal da Educação**, mar. /abr., 1984, p.10.
[15]BAUDRILLARD, Jean. **A Ilusão do fim ou a Greve dos Acontecimentos**. Ed. Terramar. Lisboa. 1992. Tradução de Manuela Torres. pp.89-91.

O SIMBÓLICO E A REALIDADE:

UMA VIAGEM IMAGÉTICA SOB A LUNETA DE ECKHOUT.

Élcia de Torres Bandeira - UFRPE
elciabandeira@terra.com.br

As imagens captam o olhar do observador sobre o objeto a ser conhecido e reconhecido. Tentativa de apreensão do universo em que seres humanos e natureza imprimem em conjunto uma relação bionívoca, a pintura é por excelência uma leitura deste olhar criativo e solitário do artista sobre o mundo que o rodeia. Sua produção social se estabelece na recriação de cada observador da imagem criada pelo pintor, correlacionando vivências e conceitos, dos estéticos aos conceitos mais profundos de identificação do real, em simbiose perfeita com a simbologia cultural de uma dada época. Cada leitor interpreta a pintura com a subjetividade própria, dialogando com a imagem e redimensionando-a de acordo com a sua capacidade de decodificação.

As pinturas de Eckhout revelam o universo brasileiro do período nassoviano recriado pelo olhar do pintor que estabelece elos entre o real e o imaginário, símbolos pessoais na composição que pretende compartilhar com o público na expectativa de que este público interaja com a imagem e apreenda a idéia que fomentou a obra em análise. Este é um olhar peculiar de um europeu que de tal forma se encantou com o Brasil holandês que exprime o belo nas cores fortes, nas formas estranhas de seres humanos, plantas e animais considerados exóticos na Europa seiscentista. O que causa estranheza nas imagens de Eckhout ao visitante europeu é revelado ao público com uma roupagem pitoresca que minimiza a reação adversa de quem não conhece os trópicos e a efervescência de vida distanciada dos padrões europeus.

Tomando como estereótipo da miscigenação racial no Brasil a **Mulher Mameluca** de Eckhout (Figura 1) destaca-se pela junção visível de elementos das culturas nativa com a européia, apresentando assim os mestiços da colônia como resultado da aculturação e como exemplo de civilidade dos trópicos. Roupa e adereços europeus se

mesclam com flores, frutos e objetos da cultura material local; sensualidade à mostra, a **Mulher Mameluca** personifica o mito do paraíso tropical terrestre. Este ar convidativo, hospitaleiro, roupa arregaçada deixando aparecer o tornozelo de forma aparentemente casual, displicente, decote amplo porém "resguardando o primitivo pudor" como diria Barléu[1] serviria bem aos propósitos de Nassau: atrair recursos humanos para o povoamento colonial e efetiva ocupação do território e recursos financeiros para garantir o fundamento mercantilista da exploração colonial.

As metrópoles européias primaram por incentivar a miscigenação como forma de dominação e como meio de incrementar a população colonial. Se as índias aparecem com seios nus denotando os hábitos nativos moralmente reprovados pelas religiões européias, a **Mulher Mameluca**, como produto da união de branco com índio, revela sutilmente sua sensualidade mas não deixa de demonstrar a assimilação da cultura branca como elemento de civilidade: apenas o colo, os pés e o tornozelo esquerdo aparecem além do rosto e das mãos. O branco da veste parece recobrir com pureza seu gesto sensual. É bem verdade que os panos de algodão destinados aos escravos e à população de baixa renda em geral eram raramente tingidos no século XVII, quando a manufatura têxtil ainda lidava com certas limitações de custo; isto parece ser comprovado nas imagens de Eckhout e Frans Post. Sobre as cores utilizadas, o pano de fundo das imagens aparece em geral em céus acinzentados; elo de ligação com a identidade holandesa, com o espaço de origem, de onde o pintor revela sentir sua falta física e procura encobri-la com representações simbólicas de céus europeus. Cores fortes das flores locais destacam-se nas paisagens e nos céus de cores sombrias. Europa e Brasil unidos em um mesmo emblema: a colonização. Desaparece o azul celeste dos trópicos para dar lugar ao céu europeu. Manto que abriga com certa segurança, estabilidade, sem muitas mudanças, o europeu desligado da pátria mãe, como se no céu estivesse a imutabilidade diante do caos do exótico que assusta, que causa estranheza. Os trópicos chocam pela exuberância de cores e formas múltiplas. Caleidoscópio a se apresentar diferente a cada momento no decorrer da interiorização da colonização no território brasileiro. Choque que se revela no pitoresco do

cesto com partes do corpo humano na **Mulher Tapuia** (Figura 3) e nos animais peçonhentos sobre o terreno subjacente aos pés do **Homem Tapuia** (Figura 2). Realidade que se quer dominar.

A preocupação em retratar a heterogeneidade dos tipos físicos locais aparece em sua obra como veículo de aceitação eclética de raças e culturas múltiplas: o cenário se apresenta como espaço aberto a incursões de todos os povos. Desta maneira, completar-se-ia o quadro que se queria fazer ver na Europa. O paraíso terrestre com toda a diversidade de fauna e flora bem como de tipos humanos variados existiria no Brasil. Pintando mesmo o que parece ameaçar o equilíbrio e a segurança dos colonos na América, como animais peçonhentos (cobra gigantesca e aranha) presentes na tela do **Homem Tapuia**, como seres que fazem parte deste universo dominado pela figura do homem índio, a natureza parece estar aos pés do ser humano, o que garantiria o processo de ocupação segura do território pelos colonizadores.

É interessante o contraponto que se pode fazer entre as gravuras mitológicas das serpentes aladas que parecem romper as amarras do tempo do medievo europeu para se fazerem representar posteriormente nas imagens e ícones do Brasil. Referência significativa no **Mapa Terra Brasilis** (Figura 4), do Atlas Miller, publicado no período entre 1516 a 1519 na Europa, a serpente alada aparece próxima à linha do Tratado de Tordesilhas; tentativa de alertar os incautos colonos sobre as possibilidades a serem descortinadas no desbravamento do interior do território ainda desconhecido. Estas ilustrações dentro do cenário real de animais exóticos, como araras, macacos, vegetação nativa sendo desmatada por índios em diversas partes do território brasileiro, lembram as iluminuras medievais e toda cosmogonia de seres mitológicos como monstros marinhos, sereias e serpentes aladas próprios do temor que o desconhecimento do natural (real) e do sobrenatural (imaginário) geravam mesmo após o desenvolvimento científico fomentado pelo Renascimento. Mesmo em representações cartográficas do século XVI como o **Terra Brasilis**, produto do desenvolvimento científico da época, um ser até hoje não encontrado no Brasil aparece como elemento em seu habitat natural.

Pensar esse imaginário como forma de expressão de valores, tabus e tradições que antecedem a modernidade na Europa, é pensar também o seu simbolismo. Dragões e serpentes aladas significavam poder, força a serem temidos e respeitados com toda cautela. Exemplo mais recente da utilização da serpente alada como símbolo de poder encontra-se no cetro de Dom Pedro II, representado com perfeição pelo pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905) na sua tela a óleo **Dom Pedro II na Abertura da Assembléia Geral** (Figura 5), datada de 1872. A mesma serpente parece sobrevoar as balizas do século XVI para a corte brasileira do século XIX.

A serpente como signo adquiriu ao longo da história de vários povos uma simbologia própria. No gênesis, livro introdutório da Bíblia cristã, ela aparece como inteligência, astúcia para quem quer adquirir o poder do saber, da experiência inclusive a sexual. A figura da serpente enroscada também aparece na simbologia hindu em forma de energia reprimida no chakra básico, na base da coluna vertebral dos seres humanos. A ação sobre a serpente imóvel, em repouso, deverá, seguindo as tradições hindus, ser estimulada de forma ascendente, para que a energia (serpente) possa se movimentar, erguer-se e se verticalizar rumo ao cérebro. Este, beneficiado com a energia vital, ampliaria seu potencial efetivo na razão e na abertura de dons extra-sensoriais. Certamente assumindo a mesma representação simbólica no Egito Antigo, os faraós a colocavam erguida no centro da coroa real. Iluminação e poder; visão diante do mundo e inteligência no mais alto nível conferiam a representação desse animal considerado sagrado pelos antigos egípcios (Figura 6).

Em se tratando de Eckhout, a realidade da serpente rastejante mescla-se com certos elementos pictóricos nas imagens que representam o Brasil holandês. Cobra morta: homem vivo. Colonização possível diante do grotesco real; homem/natureza em uma relação explícita de dominação, não de simbiose.

Essa imagem do **Homem Tapuia** revela bem mais do que o horizonte pretende mostrar à primeira observação. A posição estática equilibrada pelo distanciamento dos pés da figura central retratada ainda restaura a influência renascentista dentro do classicismo vinculado a um realismo sensual no qual os sentidos do autor expressam sua percepção do

objeto na imagem e transcendem a realidade crua e simples da mera descrição. Arte é acima de tudo criação. Harmoniosa até mesmo em sua aparente desarmonia. Se pensar que espécimes como aquela de cobra com uma dentição abundante desapareceu como elemento cotidiano do nordeste brasileiro revela a relação de poder que o elo colonizador com o Brasil pode criar no ato puro de exceção, de extinção. O ambiente exótico dos trópicos atemoriza mas pode ser dominado. Ficção ou realidade ? Tal resposta advém da incursão e ocupação do próprio território.

A observação científica mostrou ser pictórica a serpente alada do mapa **Terra Brasilis**. A serpente de Eckhout, tornou-se representativa de uma espécie a ser pesquisada nos dias de hoje. Historicamente é preciso situar o homem e sua obra no seu próprio tempo revisitando e recriando no presente formas atuais de representações do real e do imaginário.

Atualizar os símbolos implica por vezes em situações inusitadas e constrangedoras. Certo dia, analisando a imagem do **Homem Tapuia** de Eckhout em uma sala de aula de um curso de graduação em História, um aluno fez a seguinte correlação: " professora, se tem uma cobra tinha que ter uma aranha", remetendo a uma simbologia atualíssima no século XXI. Ora, coube a professora explicar que os símbolos diferem drasticamente nas balizas tempo/espaço e as suas persepções sensorial e sensual foram despertadas por outros símbolos que para Eckhout eram meros espécimes da fauna local. Se por outro lado, a nudez explícita não despertou tanta atenção quanto no século XVII, o falo amarrado, a cobra e a aranha despertaram muito mais no século XXI a sensualidade do observador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ECKHOUT, Albert. **Mulher Mameluca**. 271 x 170 cm. Óleo sobre tela. Assinada, 1941, Brasil. Coleção Etnográfica. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhagen. Fonte: Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002, p. 43.

Figura 2 – ECKHOUT, Albert**. Homem Tapuia**. 272 x161 cm. Óleo sobre tela. Assinada,1941, Brasil. Coleção Etnográfica . Museu Nacional da Dinamarca, Copenhagen. Fonte: Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002, p. 38.

Figura 3 – ECKHOUT, Albert**. Mulher Tapuia**. 272 x 165 cm. Óleo sobre tela. Assinada, 1941, Brasil. Coleção Etnográfica. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhagen. Fonte: Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002, p. 39.

Figura 4 – Mapa Terra Brasilis. Atlas Miller (1515 -1519).
Fonte: Site. Disponível na Internet. http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa25.htm

Figura 5 - MELO, Pedro Américo de Figueiredo e. **D. Pedro II na abertura da Assembléia Geral**. 2,880 x 2,050. Óleo sobre tela. Assinada, 1872, Brasil. Sala do Senado. Museu Imperial. Petrópolis. Site.Disponível na Internet. http://www.museuimperial,bv.br/int sala11.htm

Figura 6 – **Tutancamon**. Estátua funerária.
Fonte: Site. Disponível na Internet. http://planeta.terra.com.br/arte/mundo antigo/Egito/

Albert Eckhout
Mulher Mameluca

Mameluke woman

Figura 1

Albert Eckhout
Homem Tapuia

Tapuya man

Figura 2

Albert Eckhout
Mulher Tapuia

Tapuya woman

Figura 3

Figura 4

Figura 5

Figura 6

NOTAS

[1] BARLÉU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980, p.12.

As representações sociais sobre o patrimônio cultural de Araquari e Balneário Barra do Sul (SC).*

Eleide Abril Gordon Findlay**
Sandra Paschoal de Camargo Guedes***

Resumo:
O projeto de pesquisa intitulado "Representações Sociais sobre o Patrimônio Histórico e Pré-colonial nos municípios circunvizinhos à baía da Babitonga-(SC) tem como um de seus objetivos o de identificar o patrimônio cultural dos municípios de Araquari e Balneário Barra do Sul (SC). Estas cidades têm em comum o fato de terem alcançado recentemente sua emancipação política, 1943 e 1992, respectivamente.Os dados levantados indicam que a narrativa e as representações sociais relativas ao patrimônio cultural estão construídas a partir dos denominados bens culturais pertencentes ao campo do intangível. Ao mesmo tempo as pessoas entendem que políticas públicas preservacionistas deveriam ser implementadas visando ao resgate e à manutenção da memória das cidades.

Palavras Chaves: Representações sociais, patrimônio cultural, preservação.

A temática desta comunicação está relacionada a alguns dos resultados obtidos pela pesquisa intitulada "Representações Sociais sobre o Patrimônio Histórico e Pré-colonial nos municípios circunvizinhos à baía da Babitonga"[1], desenvolvida por pesquisadores integrantes do Grupo de História Regional, da UNIVILLE. Dentre os objetivos estabelecidos pelo estudo um deles consistia na identificação do patrimônio cultural dos municípios de Araquari e Balneário Barra do Sul (SC).

Antes de discutir patrimônio cultural convém ressaltar que o objeto de estudo da pesquisa refere-se às representações sociais acerca deste o patrimônio. Por este motivo,

* Projeto financiado pelo FAP/UNIVILLE e pelo CNPq
** Profa. Ms. dos departamentos de história, ciências econômicas e ciências contábeis da UNIVILLE.
*** Profa. Dra. dos departamentos de história e medicina da UNIVILLE. Coordenadora do projeto

é necessário esclarecer que a concepção de representação social adotada tem como referencia as análises realizadas principalmente por Moscovici e Jodelet [2] sobre a Teoria das Representações Sociais. Esses autores enfatizam a necessidade de se buscar compreender como ocorre a construção do conhecimento da realidade social pelos diferentes grupos sociais. Os *saberes sociais,* como são denominados esses conhecimentos, traduzem a imagem simbólica que se faz do real a partir de experiências de vida, da realidade próxima. E por ter como principal característica o fato de não traduzir uma visão individual, mas grupal, encontram-se diferentes representações sobre o mesmo campo do real formadas por diferentes grupos sociais, que possuem afinidades entre si e essas representações se transformam, freqüentemente, em ações.

Com relação ao patrimônio cultural a concepção que norteia o trabalho está assentada naquela que reúne tanto os bens materiais, que são os tradicionalmente considerados como patrimônio histórico e artístico de uma sociedade, como também os bens de origem imaterial, ou intangível. Tal concepção tem sido considerada por alguns estudiosos como um resgate da concepção original de Mario de Andrade sobre patrimônio histórico. Maria Cecília Londres Fonseca[3] entende que existem três conseqüências quando a visão de patrimônio ultrapassa as edificações e peças depositadas em museus, documentos guardados em bibliotecas e arquivos e inclui as interpretações musicais e cênicas, lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas. Em primeiro lugar a diluição das dicotomias que costumam permear as políticas culturais: produção versus preservação, presente versus passado, processo versus produto, popular versus erudito. Em segundo lugar a superação da concepção de patrimônio imaterial como sinônimo de folclore e/ou cultura popular. E por fim, a abertura de espaço a grupos e nações de tradição não européia às políticas de patrimônio cultural.

Não é objetivo deste artigo analisar em profundidade a formação histórica das cidades de Araquari e Balneário Barra do Sul, mas registrar algumas das circunstâncias

que envolvem a história destas cidades e assim entender o processo de identificação e representação do patrimônio cultural dessas localidades.

Inicialmente deve-se destacar que a historiografia identifica a colonização do litoral catarinense e de vales fluviais a partir do século XVII e que a mesma não pode ser confundida com a presença de navegadores espanhóis e portugueses no inicio do século XVI que visavam o reconhecimento e exploração da região. Em um primeiro momento, algumas pequenas vilas foram constituídas como resultado do deslocamento da capitania de São Vicente (São Paulo), em direção ao Sul do Brasil. Assim surge em 1656 a vila de São Francisco do Sul. A presença dos açorianos, portugueses, vicentistas (paulistas da capitania de São Vicente), negros e índios é marcante junto ao litoral nordeste catarinense. Nesta mesma região, a partir de 1850, tem-se a chegada de milhares de imigrantes europeus dentre outros alemães, poloneses e franceses. Esta população, junto com os que já se encontravam na localidade, impulsionou o povoamento das terras e deu origem aos primeiros centros urbanos da região.

São Francisco do Sul originariamente por sua extensão territorial abrangia os, então, distritos de Araquari e Barra do Sul. Em 1929 o município de Araquari foi desmembrado de São Francisco do Sul. E do município de Araquari, posteriormente, foram desmembrados os atuais municípios de Barra Velha (1961), e Balneário Barra do Sul.(1992).

Essas cidades na busca de sua identidade cultural já compreenderam que têm na sua origem os mesmos elementos que constituíram os municípios localizados no litoral nordeste de Santa Catarina e que são os originários da cultura açoriana. Os estudos elaborados por Vilson Francisco de Farias[4] sobre a cultura açoriana no litoral catarinense consideram os dois municípios como pertencentes ao núcleo terciário de colonização açoriana, isto é, aqueles nos quais os novos imigrantes alemães, franceses

e poloneses tornaram-se parceiros dos descendentes de açorianos que já ocupavam extensa faixa litorânea catarinense.

E como forma de reafirmar esta identidade as autoridades têm desenvolvido junto à população um trabalho de resgate da cultura açoriana. Este objetivo não deve causar nenhum estranhamento, ao contrário, significa a retomada de um sentimento de pertencimento comum aos demais municípios que compõem o litoral nordeste catarinense.

A cultura açoriana está fortemente ligada à religiosidade do grupo social que se fixou ao longo do litoral catarinense. As festas religiosas de origem católica são predominantes em determinados períodos do ano- dezembro a julho- dentre as quais destacam-se as natalinas, os Ternos de Reis, Festas do Bom Jesus dos Passos, o Divino Espírito Santo, a procissão de Corpus Christi, as festas juninas. Nos demais meses do calendário religioso são realizadas festas aos Santos cultuados pelas comunidades, tais como: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, São José, Santa Bárbara, Santo Antonio, São João Batista. Algumas práticas consideradas "profanas" são desenvolvidas na região: boi-de-mamão, pau-de-fitas, brincadeiras de mascarados, entrudos, malhação do Judas, a farra do boi (tauromaquia), São Gonçalo. Além das crendices populares como histórias de bruxas, de lobisomem, de boitatá.

> As crenças, os mitos, os misticismos trazidos pelos açorianos, somados a outras que já existiam no Brasil meridional, estimularam a imaginação popular, despertando medos e receios, enfrentados com orações, e muita fé. Em conseqüência desta diversidade de crenças, tem importância para o povo, tanto a figura do padre, como a da benzedeira cada qual desempenhando o seu papel[5]..

A comunidade de Balneário Barra do Sul no intuito de manutenção de uma de suas mais famosas "tradições" reinventa a farra –do- boi, travestida de Barrafest, diante dos

protestos dos ambientalistas e da pressão dos movimentos sociais. Inventa novas "tradições" como campeonato de surf, festa do camarão, entre outras. Já Araquari, por sua vez, mantêm a "tradição" da festa do Maracujá, que aliada à produção da fruta tem sido considerada a uma das festas que identifica a cidade.

A pesquisa desenvolvida teve como base metodológica entrevistas orais, entrevistas focais, e aplicação de formulários (200), junto à população estudada. Antes da análise das informações mais significativas, convém salientar que as duas localidades por terem sua origem ligada ao município de São Francisco do Sul, com a emancipação administrativa o patrimônio arquitetônico, portanto o de pedra e cal, permaneceu na sede - São Francisco do Sul.[6] Portanto, estas duas cidades por sua história recente, principalmente se comparada às de Joinville e São Francisco do Sul, não possuem "um patrimônio arquitetônico" no entendimento de seus habitantes, restando-lhes o patrimônio imaterial, ou intangível que deve preservado.

As informações colhidas indicam que para aquelas comunidades o patrimônio tem uma representação que remete ao bem imóvel, à propriedade adquirida ou construída pela pessoa ou comunidade, podendo também se referir à História, museus e bens públicos. Quando solicitados a identificarem o patrimônio da cidade, os habitantes de Araquari e Balneário Barra do Sul, responderam se tratar dos bens imóveis e a própria cidade de uma maneira geral.

As cidades referidas não possuem nenhum museu e tão pouco arquivo histórico, ou um local em que a população e, pesquisadores possam estudar a sua história. Por este motivo, não se constitui surpresa o fato de que quando perguntados a indicarem um local que guarde a história ou memória da cidade as respostas tenham sido as seguintes: em Araquari o local mais lembrado foi a Casa de Cultura, seguida da Prefeitura e a maior parte não soube responder ou disse não existir este local.[7] . Com relação ao Balneário Barra do Sul a grande maioria disse que não havia ou desconhecia a existência de tal local.

Para verificar a importância do patrimônio imaterial, ou intangível, foi perguntado sobre as festas ou eventos populares que mais identificavam a cidade junto à população e visitantes. Em Araquari as pessoas responderam, em sua grande maioria, que a festa de Nosso Senhor de Bom Jesus é a mais popular e marcante na história da cidade. Seguida da festa do maracujá, e outras como a festa do Divino, a de Nossa Senhora do Rosário, esta realizada por descendentes de escravos, e a festa açoriana. Em Balneário Barra do Sul, a festa mais lembrada foi a da Tainha, que também é entendida como a festa dos pescadores. Pela característica da economia do município, voltada principalmente para a pesca, é normal que a população considere o evento mais importante e popular aquele ligado à principal atividade de parcela significativa da população.

Ainda sobre a cultura imaterial, as lendas que permeiam o imaginário coletivo, não somente da região, mas de diferentes regiões nacionais, como as relativas às bruxas, lobisomem, boitatá e assombração, foram lembradas pela maioria dos pesquisados. No entanto, um grande número fez questão de enfatizar que já tinha ouvido falar sobre eles, mas que não havia tido "contato" com nenhum deles, ressaltando que "não viram e nem querem ver". Por diversas vezes, diziam que não acreditavam na existência desses "seres", que isso era coisa contada pelos mais velhos, era estória dos "antigos". Já com relação às benzedeiras a grande maioria além de ter ouvido falar, conhecia alguma, ou algum, e que também já tinha ido buscar o seu auxílio para aqueles males que podem dispensar a consulta médica. Muitos disseram que foram levados por suas mães quando ainda eram crianças, e diversos pais admitiram que levam ou já levaram seus filhos quando estão "muito levados", ou com alguma indisposição física. Mas, normalmente, quem leva a criança para benzer são as mães.

Para as pessoas das cidades estudadas é muito importante que exista uma preocupação com a preservação do patrimônio histórico, ou arquitetônico, para que as novas e futuras

gerações possam saber, conhecer a história da cidade, e que esta preservação deve ser em primeira instância uma atribuição dos governantes, mas não descartam a importância da participação e envolvimento de todas as pessoas, já que o patrimônio é de todos, é de toda a comunidade. Por este motivo, entendem ser urgente a destinação de um local que guarde a história ou memória dos municípios. Ao mesmo tempo, durante as entrevistas lembravam de propriedades, bens imóveis pertencentes a órgãos públicos ou a particulares, que poderiam e deveriam ser consideradas como patrimônio histórico e que já haviam desaparecido ou que estavam se deteriorando pela falta de cuidados e atenção das instituições públicas.

Concluindo pode-se afirmar que as representações sociais que diferentes grupos sociais das cidades de Araquari e Balneário Barra do Sul fazem sobre o patrimônio cultural têm em comum o fato de entenderem patrimônio, particular ou público, como um bem móvel, uma propriedade, uma construção. O patrimônio imaterial, ou cultural imaterial, constitui o elemento de identificação dessas comunidades com sua história, com as tradições culturais de seus colonizadores, quer seja através da prática produtiva, quer seja através da comida, religiosidade, cantos, lendas e festas, enfim com sua identidade cultural.

A identidade cultural não pode ser considerada pronta, acabada, homogênea. Ao contrário, a identificação é plural, dinâmica e hierarquizada e envolve o sentimento de pertença e se concretiza por diversas e diferentes vias, sejam elas, as econômicas, culturais, sociais ou patrimoniais. Portanto, o objetivo dos estudiosos deve ser o de entender e perceber os diferentes sentimentos, olhares e explicações elaborados pelos diferentes grupos sociais que compõem a cidade e que buscam a preservação da memória social.

[1] Os municípios que compõem a Baia da Babitonga e são objetos de estudo da pesquisa são: Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul.
[2] MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. JODELET, Denise. **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
[3] FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs).**Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
[4] FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional**: uma viagem no tempo. Florianópolis: Ed. Do autor, 1998.
[5] Idem, p. 313.
[6] O centro histórico de São Francisco do Sul foi tombado pelo IPHAN em 1987
[7] A Casa de Cultura de Araquari tem desenvolvido inúmeros projetos de resgate e preservação do patrimônio cultural da comunidade. Por este motivo foi indicado como o local que tem guardado a história da cidade.

Bandeirantes do Oriente ou "Perigo Amarelo": os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40.

Elena Camargo Shizuno

A intenção deste estudo é fazer uma abordagem específica, analisar algumas das imagens e estigmas[1] possíveis sobre os imigrantes japoneses construídas a partir da documentação policial da DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social, na década de 1940, no Estado do Paraná [2]. Nosso propósito é elucidar como então foi possível à polícia política agir repressivamente e pensar sobre os imigrantes japoneses em face da Segunda Guerra Mundial e do conflito interno da comunidade no pós-guerra, bem como a partir do projeto de nacionalização da Era Vargas.

No Brasil da década de 1940, os grupos considerados "indesejáveis" sofreram com as adversidades da polícia política e do aparato jurídico. Arrolados entre os que não eram "desejados", os nipônicos, porém, muitas vezes eram vistos de forma ambígua: por um lado, como "colonizadores e boa mão-de-obra"; por outro, como perigo a ser combatido. Porém, as idéias de miscigenação e embranquecimento respaldavam a doutrina política que objetivava construir a nação brasileira, vista como homogênea, constituída por apenas uma raça, uma língua, uma cultura. Os debates sobre colonização e imigração eram permeados por tais questões. Desta forma, as políticas públicas para o recebimento de contingentes populacionais estiveram pautadas nas representações, então correntes, acerca de imigrantes "desejáveis" e "indesejáveis". [3]

Essa divisão entre um tipo e outro era uma configuração ideal que, para ser efetivada, exigia critérios como a assimilação, biologicamente e culturalmente entendida.

---

[1] GOFFMAN, Erving. *Estigma*.

2 Atualmente, o Estado do Paraná abriga o segundo maior contingente brasileiro de imigrantes japoneses e de seus descendentes. Segundo o IBGE, em 1953 haviam 11,89% de "amarelos" no Estado do Paraná, segunda maior população oriental no Brasil, e no Estado de São Paulo estavam 84% desta população, sendo o maior contingente no país.

3 SEYFERTH, Giralda. *Os paradoxos da miscigenação: Observações sobre o tema imigração e raça no Brasil* e SEIFERTH. *Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.*

Postulava-se a democracia racial – baseada no imperativo do embranquecimento.[4] Dentre os alicerces deste pensamento estava à defesa do elemento nacional, em um contexto de competição econômica com o estrangeiro. Se o Brasil era para os brasileiros, as imagens acerca dos japoneses alimentadas naquela época imprimem-lhe uma série de estigmas que contribuíram para a criação de um dispositivo constitucional que impôs cotas para a entrada de imigrantes nipônicos em nossa pátria.[5]

O projeto político da era Vargas baseava-se também no nacionalismo e na idéia de brasilidade, elementos então fundamentais para a legitimação do Estado e base da sua soberania. Neste momento, colocou-se em ação a idéia da ordenação social com vistas a "um só pensamento", transformando a pluralidade e a diferença em inimigos do Estado e da sociedade, que era vista de modo ideal com algo uno e orgânico. Os principais inimigos da nação e da nacionalidade eram os comunistas, o "inimigo objetivo". Porém, como a polícia amparava-se nas teorias da antropologia criminal, também se viu inimizade nos imigrantes e nos judeus.[6] Para os policiais, os médicos e os professores de antropologia criminal, bem como para os militares do alto comando, entre outros havia concordância quanto ao perigo que representavam à nacionalidade as "minorias alienígenas" presentes em solo brasileiro.

O caso japonês é ilustrativo, sendo as imagens sobre os nipônicos apresentadas no parecer em que Francisco Campos atesta, em 1943, que a sua imigração era a "pior possível". Campos foi ministro da Justiça e Negócios Interiores e homem forte no governo Vargas. [7] Neste sentido, todos os imigrantes, naturalizados ou não, seus descendentes e

---

4 Na busca de identidade nacional e regional, duas instâncias são básicas no Brasil, segundo Guimarães – a noção nativa de "cor" e o modo assimilacionista e universalista de identificar os nacionais e os outros: "Se somos assimilacionistas ao nos identificar, temos forçosamente de discriminar o Outro racial pelas diferenças (marcas físicas e culturais) que não conseguimos assimilar. Daí esta noção, tão central ao pensamento brasileiro, de embranquecimento, e a conseqüente rejeição simbólica do "negro" e do africano". GUIMARÃES. *Racismo e anti-racismo no Brasil,* pp. 10-11. Neste livro, o autor aborda o racismo contra afro-brasileiros e afirma que sua análise sobre as relações raciais "pode ser aplicada, cum grano salis, aos povos indígenas e aos asiáticos-brasileiros" (p. 51) – ou seja: com reservas, sua análise pode ser estendida a estes outros grupos.

5 LEÃO. *A crise da imigração japonesa no Brasil.*

6 CANCELLI. *O mundo da violência*, p.81.

7 Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinqüenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. Eles pertencem a uma raça e uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irredutível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização de seus intuitos militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o

mesmo os visitantes eram considerados inimigos, pelo que deveriam ser vigiados e controlados em nome da segurança nacional.[8] Entre os "indesejáveis", o judeu, o comunista, o japonês e o negro tiveram os seus papéis e representações construídas como "ameaças reais ou imaginárias", um perigo que suscitou ações estatais de exclusão e repressão.

A maneira como os nipônicos foram representados e avaliados pela polícia esteve calcada em percepções que (re) conheciam o imigrante antes de tudo como estrangeiro, como não-cidadão. Estrategicamente, as representações sobre eles construídas se valeram dos seus aspectos simbólicos – sua língua, seus costumes, sua aparência física, suas crenças, a idéia do "perigo amarelo", etc. Este outro construído por meio de suas diferenças configurava um discurso de efetivação de uma nova nacionalidade, buscando incitar a competição entre o nacional e o estrangeiro, ou mesmo assimilar tudo que avultasse como o contrário da norma, beneficiando-se utilitariamente do imigrante e do seu trabalho (atividade para a qual ele é convocado), mascarando as suas expressões culturais.[9] Neste quadro está inserido o contexto histórico nipônico: muitos dos japoneses que para cá vieram, principalmente os da segunda fase da imigração (1925-1934), foram influenciados pela ascensão de um governo autoritário e militarista em seu país.

Tanto durante como após a guerra, os nipônicos foram classificados como o outro a ser combatido, pois "o japonês naturalizado é sempre japonês" [10] e, para aqueles que o

---

trabalhador do país; seu egoísmo, sua má fé, seu caráter refratário fazem dele um enorme quisto étnico, econômico e cultural [...] ninguém logrará mudar a cor e a face do japonês, nem sua concepção de vida, nem o seu materialismo. Uma larga mestiçagem, se de um lado repugnaria ao sentimento do povo brasileiro e viria repetir o fenômeno que, com relação à raça negra, nos foi imposto pela colonização primitiva, de uma parte encontraria, entre os colonos japoneses e as autoridades japonesas a que eles obedecem, uma resistência ilimitada. Apud CANCELLI, op. cit., p. 156.

8 Maria LuizaTucci Carneiro atesta a existência de representações calcadas nas diferenças raciais e na inferiorização dos elementos indesejáveis ao país, e analisa a busca da identidade nacional brasileira a custa da negação da diferença: "Assim, os pensamentos nacionalistas e fascistas emergentes nos anos 30 transformaram-se em agenciadores de 'fantasmas': das trevas do passado recuperaram-se velhos "mitos" que, restaurados e revitalizados, ganharam espaço sob a forma de "denúncias". De um lado o perigo "vermelho", de outro o "amarelo" e, entre eles, o perigo "semita". O racismo também tem cores. [...] Deste clima de exaltação à raça 'branca' em detrimento do judeu, do negro e do japonês, cresceu a euforia da tão cobiçada identidade nacional". CARNEIRO. *O anti-semitismo na Era Vargas*, pp. 500-01.

9 Remeto esta questão a Sayad. Segundo quem "Objeto sobre o qual pesam numerosas 'representações coletivas', a imigração submete-se a essas representações que, como sabemos, 'uma vez constituídas tornam-se realidades parcialmente autônomas', com uma eficiência tanto maior quanto essas mesmas representações correspondem a transformações objetivas, sendo que estas condicionam o surgimento daquelas e determinam, da mesma forma, seu conteúdo" (SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*, p. 57).

10 LESSER, p. 230.

abominavam, ele trazia o perigo do "fanatismo", do complô, da inassimilabilidade, da presença não-eugênica. Em menor intensidade, o período também comportou a compreensão do grupo nipônico como assimilável e eugênico. [11] Para muitos brasileiros, eles eram bem-vindos como trabalhadores agrícolas. Não havia consenso, pois o "perigo amarelo" poderia estar sendo acolhido entre nós, as visões sobre o papel e a imagem destes adventícios não eram unânimes e, por vezes prevalecia a ambigüidade.

Na era Vargas, consolidaram-se as práticas autoritárias da polícia brasileira e, em nome da segurança do país, o estrangeiro foi considerado antinacional e traidor.[12] Elemento alienígena, o japonês era um descontrole na ordem política, legislativa e racial estabelecida: a presença deste corpo estranho fazia se perder a coesão e a unidade da nação brasileira, ele era a antítese do que nossa sociedade esperava e planejava para si. Neste período, a idéia de ordem esteve relacionada com o enquadramento do delinqüente politicamente "perigoso", sendo que a "criminalização dos 'indesejáveis' atribuiu às práticas sociais divergentes da 'ordem' um grau de periculosidade semelhante ao do criminoso comum".[13] Isto fez a polícia ser importante dentro do esquema montado para manter os "indesejáveis" sob controle e repressão – providência necessária para a implantação do projeto político nacionalista. Durante a guerra, principalmente depois de os Estados Unidos entrarem no conflito, coube à nossa polícia reprimir e fiscalizar o cumprimento de determinações relativas aos chamados "súditos do eixo", notadamente os alemães (genericamente arrolados na maléfica representação do nazista) e os nipônicos.

---

11 Para Michael Banton, a assimilação refere-se ao "processo de tornar-se similar. O sentido original dessa palavra emergiu na sociologia por conta de um de seus sentidos secundários, o qual denota a absorção de nutrientes por um organismo vivo – assim como o corpo assimila comida" (In: CASHMORE. Dicionário de relações étnicas e raciais, p. 84). A analogia orgânica utilizada na sociologia do século XX popularizou o segundo sentido, como nos Estados Unidos, durante o período de grande fluxo de imigrantes vindos da Europa, quando pensou-se que os imigrante vindos dos países mediterrâneos e da Europa, oriental eram de um padrão inferior e menos assimiláveis que os que vinham do nordeste da Europa. A assimilação passou então a ser identificada, como americanização. O termo designa também "o processo pelo qual um grupo, geralmente uma minoria ou grupo imigrante, graças ao contato, é absorvido pela cultura de outro grupo ou grupos" , sendo então "o resultado de tal absorção", mas com diferenças em relação ao "processo biológico de fusão racial através da miscigenação ou amalgamação" (Dicionário de ciências sociais., p. 89).
12 Cf. SEYFERTH.
13 Idem, ibidem, p. 35.

O papel da polícia (investigando, vigiando e reprimindo tudo o que pudesse ser identificado com o "perigo amarelo") baseava-se na eminente possibilidade de os japoneses cometerem delitos e crimes. Ações como a apreensão de radiotransmissores e de material escrito no idioma japonês, bem como a prisão dos que praticavam este idioma em público, revelam arbitrariedade na escolha dos indivíduos visados, pois qualquer nipônico – cidadão japonês, japonês naturalizado ou descendente – poderia ser incriminado. A contra-espionagem baseava-se na delação: a vigilância e a coerção mantidas pela polícia originavam-se, entre outras fontes, em denúncias de vizinhos, em cartas recebidas. Na maior parte das vezes, tais avisos não tinham sustentação.

A guerra colocou em perspectiva a possibilidade da conquista nipônica do Brasil. A polícia enquadrava os chamados "súditos do Eixo", em especial os japoneses, pois se acreditou que eles formavam bases de assalto para o ataque ao país. O conflito permitiu ações repressivas contra aqueles cujo seu objetivo único era a conquista do Brasil. Assim, qualquer reunião destes era considerada como a possibilidade da conspiração, o sentimento de perigo que representavam os japoneses uniu também aspectos positivos: ele era esperto e inteligente, mas pronto para atacar sorrateiramente – imagem que podia ser antropoformizada – e de forma mortal, dominando e conquistando terras brasileiras

Em 1944, a sociedade Akebono [14], com suas investidas, foi alvo da ação da polícia, para a qual a permanência dos "usos e costumes" ancestrais, além da educação em moldes nipônicos e do uso do idioma do país de origem, indicava a existência do perigo da não-assimilação. Ordem e brasilidade eram questões presentes. No relatório de 1951, é adicionado mais um elemento ao quadro: a determinação biocultural do fanatismo japonês. Assim, os que escapavam ao fanatismo eram os esclarecidos – os demais sendo afetados

14 Na documentação referente aos imigrantes japoneses, as mais importantes pastas temáticas da DOPS-Curitiba são "Sociedade dos Jovens japoneses" e "Akebono", pois tratam da organização de uma sociedade com cunho nipo-nacionalista, a primeira descoberta pela polícia política do Estado do Paraná. Elas contém material de apreensão, diligências, prisões, comunicação entre delegacias e investigações acerca de uma sociedade de jovens imigrantes japoneses no interior do Estado cujo objetivo feria a segurança nacional. O período são os anos 1944 e 1945.

por esta determinação sociogenética.[15] O problema da inserção dos imigrantes japoneses demarcou mudanças internas na comunidade adventícia e, neste contexto, coube à polícia política um papel decisivo. O padrão de análise e ação policial em relação ao crime e ao criminoso revela uma continuidade.

Portanto, neste trabalho cremos, em primeiro lugar que as representações sobre os imigrantes japoneses construídas pela polícia política estiveram fundamentadas na "lógica da desconfiança"[16] e centradas na estigmatização dos japoneses como um inimigo político e social, no período Segunda Guerra Mundial, fazendo eco às teorias eugenistas do século XIX. E no momento posterior com a rendição do Japão, em 1945, a tensão dentro do grupo, verificada durante todo o período da conflagração mundial, transformou-se no conflito entre a parcela de imigrantes que não aceitou o final das hostilidades e a derrota do Japão, conhecidos como *kachegumi*, "vitoristas" e o grupo que acredita no malogro militar do seu país de origem, chamados de *makegumi,* "derrotistas". Para tanto, a questão do embate entre o nacionalismo brasileiro e o nacionalismo japonês dos imigrantes é importante.

A reelaboração das formas culturais japonesas, entre os imigrantes nipônicos radicados no Brasil, foi pautada por disputas e conflitos que convulsionaram vitoristas e derrotistas. O chamado espírito japonês influenciou a tomada de decisões por parte de toda a comunidade. Os dados censitários, colhidos junto a ela, são reveladores do número de pessoas pertencentes a uma e outra posição. Sendo um dos árbitros deste conflito, a polícia nada mais fez do que reprimir por meio de prisões e processos movidos contra os participantes. Os expressivos relatórios policiais ora atestam que somente o grupo vitorista era culpado pelos distúrbios, e na maior parte das vezes generaliza esta culpa para todos os

15 No dia 2 de junho de 1951, o diretor do Departamento de Ordem Política e Social escreve ao delegado de Ordem Política e Social do Estado do Paraná e remete à delegacia o relatório de Marília, "referente ao movimento de carater terrorista que se desenvolveu entre os elementos da colonia niponica de São Paulo e que teve o seu epílogo no ano passado, graças aos esforços de nossas diligências policiais". Neste relatório, além da denúncia do imperialismo e do nacionalismo, é perceptível como certos padrões de comportamento dos imigrantes japoneses no Brasil foram interpretados como uma determinação biocultural: "o temperamento do japonês é essencial ao desenvolvimento do fanatismo, que é uma auto-sugestão, independente da própria vontade, que gera a paixão desordenada.(...) Fanático, definiu Laudelino Freire como sendo aquele que diz ter inspiração divina." Pasta "Sociedade terrorista japonesa", p. 12 e 155.
16 Cf. *DOPS e a lógica da desconfiança.*

nipônicos. De modo geral, os relatórios policiais incriminavam os japoneses por eles não se assimilarem. O uso da língua japonesa, o culto ao imperador, a presença de usos e costumes nipônicos no seio da família, o isolamento das colônias, a manutenção de escolas japonesas, a ausência de relacionamento entre os nipônicos e os brasileiros, o "fanatismo" de sociedades como a Shindo-Renmei – tudo isto era considerado grave ameaça à segurança nacional.

Os indivíduos acusados de pertencerem a ela eram indiciados e presos pela polícia que, assim, atestava a inassimilabilidade dos imigrantes, bem como os via como "espertalhões", "estúpidos", "fanáticos", "selvagens", "não-confiáveis", "mentirosos", "anti-democráticos", "anti-nacionais" entre outros estigmas. A ameaça proporcionada pela organização atestava a existência do perigo amarelo, que era evocado desde o início dos debates sobre a viabilidade dos japoneses. Havia ambigüidade no discurso policial: e ora apenas os indiciados pelo pertencimento à sociedade eram implicados nestes estigmas, ora o grupo todo era negativamente representado.

Na era Vargas a noção de brasilidade evocou a homogeneidade do ideal de homem brasileiro – o "caboclo" – tendo este nacional uma origem, cultura, "raça" em comum. Os limites desta nação idealizada eram territoriais – a idéia da marcha para o oeste[17] – e raciais, sendo o imigrante, neste caso de estudo o japonês, oposição e parte desta construção na medida da ambigüidade da representação sobre este – "bandeirante do oriente". Assim, muitos autores e políticos colocaram em evidência as vantagens do japonês como trabalhador e argumentaram, como Rodrigues Filho, em 1949,[18] em defesa dos japoneses face ao conflito entre derrotistas e vitoristas.[19]

---

17 Segundo Lenharo: "A afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: 'O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para oeste'. Já se encontra manifesta a idéia de oposição ao litoral enquanto evocação da presença estrangeira e espaço simbólico de sua influência desnacionalizadora – afirmação que seria muito mais radicalizada a seguir pelos intelectuais intérpretes. No discurso de 1939, proferido em São Paulo, o ditador explicitou um dos determinantes do movimento interiorizador: 'Caminhamos para a unidade, marchamos para o Centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo da nossa definição racial.' Fica assim evidenciada a proposta da teoria da miscigenação pelos pensadores "autoritários" como lastro de fundação do ser brasileiro, assim com se explicita a definição racial do brasileiro como resultado de uma oposição ao outro, o estrangeiro". LENHARO. *A sacralização da política*, p. 56.

18 Em livro, com o sugestivo título de *Bandeirantes do oriente! Drama íntimo dos japoneses no Brasil.*

19 E na mesma linha de defesa do antropólogo Roquette Pinto: "O que os pseudos nacionalistas não

Em segundo lugar, as representações construídas estavam ligadas à idéia de que, no Brasil, havia um plano de conspiração engendrado pelos nipônicos, ou seja, na idéia do complô. Assim, as colônias ou locais onde vivessem japoneses e/ou seus descendentes seriam as bases da organização que objetivava a conquista do território brasileiro pelo exército do *Mikado*, o imperador japonês. Para tanto, utilizamos algumas proposições feitas por Girardet[20] no seu estudo sobre o mito da conspiração judaica, maçônica e jesuítica e as relacionamos com a idéia de conspiração japonesa no Brasil: o "perigo amarelo".

Finalmente, afirmamos que as representações estiveram baseadas em classificações raciais oriundas da antropologia criminal[21] e de alguns estudos de relações raciais, que afirmavam que uma "raça",[22] intrinsecamente, porta um estigma e age segundo suas origens. Pensamos analisar tal quadro em função de representações existentes antes da guerra.

Apesar da reverberação de novas formas analíticas, prevalecia em certos meios, como forma de representação sobre as raças, a idéia de que elas determinavam hierarquicamente uma classificação do grupo e dos indivíduos a elas relacionadas. Assim, nas representações dos policiais da DOPS são encontradas influências destas formas de ordenação do social, com variadas e entrelaçadas modalidades: assimilação, classificação, reconhecimento das diferenças, eliminação das diferenças num discurso que por vezes não conferia inferioridade explícita, mas sim, a avaliação do perigo da diferença e da concorrência que é tão bem encarnada pelo estrangeiro.

---

compreendem é a força de trabalho dos nipônicos e que toda a questão de diferença se resume numa pele amarelada (por sinal, igual a do nosso caboclo) e uns olhos oblíquos (também, muito parecidos com os dos nossos "cabeças chatas") [...] Não devemos ter a infantilidade de obrigá-los a renegar ou ocultar a sua origem e a sua identidade só porque alguns interessados e interesseiros caricaturaram e escarneceram medonhamente a raça e o sangue". Interessante a linha de argumentação do autor: com um discurso racializado, aproxima o "verdadeiro" brasileiro - o caboclo - do indivíduo "amarelo". O seu discurso está imbuído da discussão teórica e acadêmica sobre a formação do povo brasileiro e sua origem. Assim, para transformar positivamente os japoneses, lançou mão de um discurso utilizado por aqueles racistas que não compactuavam com a presença do grupo no país. In RODRIGUES FILHO. Op. cit., pp. 21-22.

20 GIRARDET. *Mitos e mitologias políticas..*

21 A antropologia criminal informou os policiais em sua classificação e explicação das causas dos crimes dos indivíduos e grupos segundo critérios deterministas e relacionados à idéia de que uma pessoa "carrega os estigmas atávicos de suas tendências criminosas" (DARMON. *Médicos e assassinos na Belle Époque*, p. 12)

22 Cf. BANTON. *A Idéia de raça.*

USO DO DOCUMENTO HISTÓRICO NA SALA DE AULA

Elenice Elias*

A Secretaria de Educação do Município de Araucária promove, anualmente, cursos de capacitação dos seus professores. O grupo de professores de História, nos últimos anos vem recebendo assessoramento da Universidade Federal do Paraná. No período compreendido entre setembro e dezembro de 2004 se realizou o curso "Uso metodológico do documento no ensino de história", ministrado pela professora doutora Maria Auxiliadora Schmidt. Ficou definido que ao cabo das fundamentações teóricas se faria uma aplicação, em sala de aula, com o uso do documento histórico. Para FEBVRE (1974) "la história se hace com documentos escritos. Pero también puede hacerse, debe hacerse, sin documentos escritos si éstos no existen.Con todo lo que el ingenio del historiador pueda permitirle utilizar."[1]

Esta experiência foi realizada em uma turma de 6ª série do ensino fundamental , da Escola Irmã Elizabeth Werka, situada no centro do município de Araucária. Os alunos matriculados são oriundos dos mais diversos bairros da cidade, sendo em sua maioria, filhos de trabalhadores das indústrias locais, pequenos empresários e funcionários públicos. Estão na faixa de 12 a 14 anos, têm acesso às mais diversas mídias, entre elas, televisão , rádio e internet.

O conteúdo explorado nesta experiência foi Formação das Monarquias Absolutistas Européias, onde se levou em conta os conhecimentos prévios dos alunos. AISENBERG (1994) diz que "los significados que cada sujeto puede dar a un objeto de conocimiento dependen de las teorías y nociones que ya haya construido esse sujeto en su desarrollo intelectual. Es por ello que los significados que otorgan distintos sujetos a un mismo objeto pueden ser diferentes. "[2]

Para tanto, foram propostas três questões, quais sejam:

1. Você se sente brasileiro(a)? Por quê?
2. O que é Estado?
3. O que é Nação?

Na primeira pergunta, os alunos responderam, na sua maioria, que se sentiam brasileiros porque nasceram e moram aqui, o que lhes conferiam um certo orgulho. Outras respostas foram verificadas:"porque falamos o português", "temos os mesmos costumes",

* Professora graduada em História pela Universidade Federal do Paraná e professora do Ensino Fundamental da Prefeitura do município de Araucária.

“obedecemos as mesmas leis”, “porque temos a cidadania brasileira”, “porque o brasileiro tem garra, coragem e não é racista”. Esta observação levou a uma debate, onde a maioria dos alunos não concordaram com a idéia de que o Brasil é um país não racista, citando exemplos para comprovar esta tese.

Para a Segunda questão, a resposta que se repetiu muitas vezes foi “conjunto de municípios”, “partes de um país”, “onde moramos”, “lugar onde se tem um governo para ajudar o país”.

Na terceira questão, as respostas, na sua maioria, eram referentes a população: “povo de um país”, “região”, “território”, “povo que tem a mesma cultura”, “pessoas que falam a mesma língua e tem um conjunto de tradições”.

A intervenção que se fez necessária para ampliar os conceitos de Estado e Nação e esclarecer alguns equívocos que apareceram nas respostas dos alunos foi, inicialmente, apresentar a música como um documento histórico. Outra preocupação foi a de se eleger músicas que manifestassem olhares sobre o Brasil em momentos históricos diferentes. Esta opção pela música , como no entender de Astréia Soares, “a canção constrói e, quando compreendida, dá a conhecer questões essenciais, tais como nossa identidade coletiva, nossa soberania, a alegria , a dor, o amor. Ela ilumina/revela o mito da fundação desta nação e o faz tão sintonizadamente, que toma o ofício de compor de uma importância solene”. [3] Pois bem, as músicas escolhidas foram: Aquarela do Brasil de Ary Barroso, na interpretação de Gal Costa [4] País tropical de Jorge Ben [5] e Brasil de Cazuza [6].

As músicas foram ouvidas e acompanhadas das respectivas letras. A reação dos alunos diante das músicas, sobretudo, “Brasil” de Cazuza foi de empatia, onde acompanharam cantando de maneira entusiástica. Após a audição, cada uma foi tratada de forma a identificar: autor, ano da composição, intérprete, ano em que foi gravada, bem como, o modo como cada compositor mostrava o Brasil e os brasileiros e se isto correspondia ao real (o brasileiro é assim mesmo?).

Os alunos foram instrumentalizados, também, com informações do contexto histórico em que essas músicas foram criadas (quem governava o Brasil, o que estava acontecendo aqui e lá fora).

Fazendo uso da interdisciplinaridade, foi realizado um trabalho em conjunto com a professora de Educação Artística. Os alunos identificavam os instrumentos mais audíveis no arranjo de cada canção, bem como, a incidência maior do uso de instrumentos de percussão (pandeiro, atabaques, instrumentos próprios da música negra), sobretudo, na música de Ary Barroso “Aquarela do Brasil”. Neste caso, a interpretação de 1997 não é contemporânea à sua composição.

Na primeira música, os alunos responderam que a letra faz pensar em um Brasil de natureza exuberante e um povo que gosta de samba, e muitos se manifestaram desaprovando, como por exemplo: “nem todos gosta de samba, eu por exemplo, gosto de rap e acho que o rap faz a gente pensar o Brasil”. Outra resposta, “o brasileiro também trabalha, não só samba”. Foi comentado que quem governava o Brasil em 1939 era Getúlio Vargas, ele assumiu o poder em 1930 com a revolução. Governava de maneira despótica, autoritária, não permitia críticas ao se governo. Um aluno interferiu dizendo “então é por isso que a música só fala bem do Brasil, quem teria coragem de dizer a verdade?”

Durante a análise da música de Jorge Ben, “País tropical”, composta e gravada em 1969, também foi considerado o cenário nacional em que foi produzida e interpretada. Assim como a primeira música, esta se insere num contexto ditatorial, um governo de militares, a censura não permitindo críticas ao governo. Daí a imediata relação à canção anterior: “a música só fala das belezas do Brasil, como as praias, futebol, mulher e não fala mal do Brasil, será que o presidente, também, não queria que falasse mal do Brasil? Será que existia violência no Brasil? Por que será que o presidente não queria que falassem mal do Brasil?”

Por fim, a canção “Brasil” de Cazuza de 1988, mais conhecida e que teve impacto positivo sobre os alunos. Identificaram como um rock (perceberam o uso de guitarra e contrabaixo, elementos próprios do rock – música de protesto), destacaram a forma agressiva como Cazuza interpreta a música. Tão logo a canção foi ouvida, os alunos queriam saber: “quem era o presidente em 1988?, Também era um ditador?” Outro aluno: “se fosse um ditador, Cazuza não teria dito para o Brasil mostrar sua cara? Não é verdade?”. Os alunos levantaram algumas características do Brasil e dos brasileiros apresentados na música como: desemprego, trabalho informal (fiquei na porta estacionando os carros), corrupção, desvio de dinheiro (governo não tá nem aí com a população). E em um trecho da música “TV a cores na taba de um índio”, um aluno arriscou dizendo, “nada a ver, isto é do branco, o índio está perdendo sua cultura”. Outras considerações dos alunos: “O Cazuza mostra o Brasil como ele é”, outro aluno retruca, “mas no Brasil não tem só políticos corruptos, tem também trabalhadores honestos”. Nesse momento, realizou-se a intervenção da professora no sentido de explicar que em 1988 quem governava o Brasil era José Sarney, não era um militar-ditador, contudo, não foi escolhido pelo povo. Somente no ano de 1989 que o Brasil teve eleições presidenciais diretas. O Brasil estava experimentando a abertura política com o fim da censura, isto significava liberdade de expressão. Diante disto, os alunos concluíram: “Cazuza tinha liberdade de falar como via o Brasil”.

Os alunos tiveram que construir uma narrativa que apresentasse sua compreensão de como cada compositor percebia o Brasil, e refletia em sua obra o momento histórico vivido. Enfim, se as canções correspondiam a realidade do Brasil.

O encaminhamento do estudo da formação dos Estados Nacionais europeu, incluiu a utilização de trechos de fontes historiográficas: Linhagens do Estado Absolutista de Perry Anderson [7] e Mercantilismo e Transição de Francisco J.C. Falcon. [8] Foi lido e explorado oralmente, de modo a esclarecer palavras desconhecidas e expressões históricas, reconhecer os sujeitos históricos e as ações destes sujeitos. Em seguida, se propôs um registro escrito das reflexões dos alunos acrescidas das seguintes questões:

1. Como cada historiador explica os Estados Nacionais europeus?
2. Em que eles concordam? Em que eles discordam?

A correção se deu de forma oral, para que todos pudessem comparar suas respostas.

A conclusão da experiência consistiu na reformulação por escrito do conceito de Estado apresentado pelos alunos inicialmente, incluindo faces do Estado como sua origem e necessidade de ser/existir, atuação do Estado e a sua face ideológica observável nesta atuação.

Realizada a apresentação das conclusões dos alunos, foi observado que, para a maioria deles, o Estado existe para evitar e resolver conflitos sociais, e ao mesmo tempo, não se apresenta como árbitro entre as classes sociais, mas como um controlador dos mais fracos. No entender dos alunos, o Estado está do lado dos ricos. Alguns exemplos citados para justificar esta parcialidade foram: o benefício concedido ao juiz Lalau, as greves dos professores estaduais em anos anteriores e a greve dos bancários de 2004.

Houve alguns alunos que relacionaram os Estados Modernos europeus, em que os servos se opunham à aristocracia feudal à situação dos trabalhadores contra o governo no Brasil.

Foi observado que, o uso da música trouxe, além do seu papel de fonte histórica com visões de determinadas épocas históricas, despertou interesse e atuou como facilitador nesse processo de distanciamento temporal.

E por fim, outro aspecto a ressaltar é a relativização feitas pelos alunos em relação aos brasileiros e ao Brasil, superando os estereótipos largamente difundidos. Como na fala de um aluno: “mas no Brasil não tem só políticos corruptos, tem também trabalhadores honestos”, ou ainda, “nem todos gostam de samba, eu por exemplo gosto de rap, e acho que o rap faz a gente pensar sobre o Brasil”.

É tangível o quão pode ser produtivo quando o aluno pode ouvir o seu par e juntos chegarem à construção de um conhecimento coletivo.

Notas

1 FEBVRE, L. In.: PROST, A. **Doce lecciones sobre la história**. Paris: Frónesis, 1996, p.92.

2 AISENBERG, B. In.: ALDEROQUI, (Org.). **Didáctica de las ciencias sociales**: aportes e reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994, p.138.

3 SOARES, A. **Outras conversas sobre os jeitos do Brasil**: o nacionalismo na música popular. Dissertação de mestrado na FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 1993.

4 BARROSO, A. **Aquarela do Brasil.** In.: Gal Costa Millenniun – Músicas do século XX (CD). Rio de Janeiro: Polygram, 1998. Faixa 1.

5 BEM, J. **País tropical.** In.: Millennium – Músicas do século XX (CD). Rio de Janeiro: Polygram, 1998. Faixa 17.

6 CAZUZA, ISRAEL, G., ROMERO, N. **Brasil.** In.: A arte de Cazuza (CD). Rio de Janeiro: Universal Music, 2004. Faixa 1.

7 ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 1985, p.18.

8 FALCON, F.J.C. **Mercantilismo e transição.** 7A ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.32-36.

Hostilidade e Cordialidade – a face dupla dos contatos (Brasil, séculos 16 e 17)

Profª. Drª. Eliane Cristina Deckmann Fleck – UNISINOS

Tendo em vista as rígidas e recorrentes interpretações que opõem radicalmente conquistadores/colonizadores e indígenas, observáveis na historiografia brasileira, este texto propõe um deslocamento da perspectiva sob a qual tem sido abordado o tema dos contatos, buscando uma nova interpretação, a partir de uma abordagem histórico-antropológica dos relatos coloniais.

Como adverte Gruzinski, os enfoques dualistas e maniqueístas seduzem pela simplicidade, mas imobilizam e empobrecem a realidade, ao ignorar as trocas entre um mundo e outro. O interesse que hoje suscita a questão da fronteira corresponde em parte a essas preocupações – em detectar a permeabilidade e a flexibilidade que marcaram os contatos interculturais. O historiador francês, empenhado em desvendar "por intermédio de qual alquimia as culturas se misturam"[1], constatou que "longe das visões dualistas – que costumam opor o Ocidente aos outros, os espanhóis dos índios, os vencedores dos vencidos –, as fontes nos revelam paisagens misturadas, muitas vezes surpreendentes e sempre imprevisíveis"[2].

Na verdade, as reflexões aqui propostas se aproximam dessa perspectiva, ao considerar a possibilidade de as narrativas que descrevem cenas de contato ou de interação cotidiana entre europeus e indígenas, mais do que revelarem o clássico embate entre "civilização" e "barbárie" para definir a fronteira colonial, apontarem para processos combinados de resistência, adaptação, transformação e criação que conferiram peculiaridades e originalidade ao processo por eles vivenciado.

Foi no início dos anos oitenta que numerosos historiadores e etno-historiadores norte-americanos romperam com a concepção turneriana de fronteira, buscando distanciar-se do etnocentrismo que caracterizava a historiografia tradicional. Empenhados em ler a histó-

ria dos contatos entre os colonizadores europeus e as sociedades indígenas, *"en función de una reconceptualización de la noción de frontera",* tomada como um território *"imaginado, inestable y permeable de circulación, compromiso y lucha de distintas índoles entre individuos y grupos de distintos orígenes"*, optaram por fazê-lo *"a partir de las estrategias desarrolladas por los propios indígenas"*[3] .

Para a canadense Mary Louise Pratt, "se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam", daí considerar transculturação como "um fenômeno da zona de contato"[4], ou, ainda, como "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, (…) e se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação"[5]. A perspectiva dada pela expressão, leva-nos a considerar "como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros" e, sobretudo, tratá-las "não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas"[6].

Desse modo, nossas reflexões contemplam uma noção mais abrangente de fronteira, vista não apenas em sua conotação geográfica e política, que separa grupos, sociedades e domínios político-administrativos, mas que a apreende como dinâmica de integração de sociedades distintas, marcadas pela complexidade e multiplicidade, transcendendo os modelos explicativos homogeneizadores ou restritos às particularidades das diferenças.

É nessa perspectiva que acreditamos que as "dimensões interativas e improvisadas dos encontros culturais", usualmente ignoradas ou suprimidas nos relatos referentes à conquista e à colonização, permitem não somente a valorização desses processos de "interação, entendimentos e práticas interligadas" entre culturas que se encontram, se chocam e se entrelaçam, mas também sua avaliação enquanto processos de criação e de ressignificação cultural.

Cabe aqui regatar a constatação feita por Carlos Fausto: "[…] A primeira é que a colonização, apesar der toda a violência e disrupção, não excluiu processos de reconstrução e

recriação cultural conduzidos pelos pobvos indígenas. É um erro comum crer que a história da conquista representa, para os índios, uma sucessão linear de perdas em vidas, terras e distintividade cultural."[7]

Fausto nos lega uma contribuição relevante para o estudo da guerra ameríndia em sua obra "Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia"[8] , na qual constrói uma crítica consistente às teorias de, de uma forma ou outra, acabam por negar às sociedades ameríndias o estatuto de sujeito, descrevendo-as ora como selvagens violentos e descontrolados, ora como vítimas passivas da conquista e da colonização européias. Em artigo recente, Fausto se filia à compreensão da dinâmica das relações inter-étnicas esboçada por Guillaume Boccara, ao reafirmar que os indivíduos e grupos não misturam as coisas pelo prazer de misturá-las, mas fazem-no por razões de sobrevivência física e social.[9]

A tensão e a violência constituíram uma constante durante os longos anos de implantação dos modelos de colonização, não sendo possível "negar que as sociedades nativas de fato sofreram reveses monumentais diante do impacto do encontro". John Monteiro, contudo, nos adverte que "reduzir essa experiência à simples caracterização das sociedades indígenas como vítimas das iniqüidades dos brancos é cometer mais uma injustiça" já que "essa perspectiva oculta os múltiplos processos históricos de questionamento, negação e reelaboração de identidades indígenas".[10]

Do ponto de vista do pesquisador, as análises de situações de convívio intercultural podem oferecer explicações sobre as normas culturais existentes, sobre as práticas de infração dessas normas e sobre o tratamento dispensado às pessoas estranhas ao grupo. Pode, sobretudo, apontar para o valor atribuído por muitas culturas indígenas à autonomia individual e à aversão a qualquer forma de submissão.

Não desconhecemos, no entanto, que os saberes etnológicos, geográficos e científicos de que os europeus eram detentores, foram poderosos instrumentos de ordenação do mundo indígena para incorporá-lo progressivamente na civilização cristã-ocidental. Reconhecemos, igualmente, que os europeus desenvolveram constantemente mecanismos de controle das interpretações possíveis e aceitáveis. Por outro lado, para que se torne convin-

cente e verossímil, todo sentido depende de um acordo sobre os signos utilizados e, portanto, ele é necessariamente intersubjetivo, expressando-se na experiência comum compartilhada e no exercício comum da linguagem.

Deve-se ressaltar, mais uma vez, que, de forma alguma, estamos negligenciando ou minimizando os resultados que a implementação do projeto de colonização ocasionou. Nossas reflexões estão orientadas para aquelas situações de convívio intercultural que ocorreram, a despeito das normatizações e determinações administrativas e eclesiásticas, e que, em razão disso, tiveram suma importância para a compreensão da "integração da novidade no tradicional"[11] e da criação de "um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta".

Perrone-Moisés identificou em registros feitos pelos cronistas coloniais a aplicação do conceito aristotélico de reconhecimento. Os encontros com os carijós foram apresentados como um reconhecimento feliz, enquanto os com os tupiniquins, um reconhecimento infeliz. Estas primeiras impressões, decorrentes do contato inicial entre europeus e americanos – índios dóceis, bondosos e bonitos –, viriam a determinar uma opinião favorável a respeito do indígena que "(…) ainda não é, então, o inimigo a vencer, o escravo a subjugar, o empecilho a eliminar". A impressão favorável que estes cronistas terão dos índios os levará a ter boa opinião sobre si mesmos, "europeus abertos e generosos, que em nenhum momento usam de violência contra os nativos e, pelo contrário, convivem cordialmente com eles"[12].

Nossa proposta, no entanto, extrapola esta percepção que opõe cristãos civilizados e neófitos bárbaros, não se propondo a (re)valorizar esta visão idílica dos primeiros encontros, na medida em que está interessada em avaliar como europeus e indígenas responderam criativamente às situações de contato efetivo e cotidiano.

É interessante observar a existência de uma dissimetria e de um contraste entre as avaliações que indígenas e europeus fizeram sobre o modo de vida uns dos outros em situações de extenso e efetivo contato e conhecimento mútuo. Todos os testemunhos que informam sobre a etapa inicial da conquista-colonização atestam a rejeição e o desdém dos

indígenas pelos costumes, bens e religião dos civilizados, bem como o contrário, a poderosa sedução que exerciam sobre o europeu, os modos de viver e os usos dos índios americanos.

A documentação eclesiástica, sobretudo, ao descrever as manifestações de sensibilidade dos indígenas e as práticas rituais que os missionários pretendiam eliminar, põe em relevo a dificuldade do "civilizado" em compreender "o que fazia o prazer e o contentamento do indígena".[13] Neste sentido, os relatos, alternando descrições de *"estados de paz e quietação"* com *"estados de guerra e inquietação"*, atestam que cronistas e missionários descreveram os indígenas como *"folgazões e muito alegres"*, ao mesmo tempo em que enfatizaram sua pronta agressividade e belicosidade.

Em suas considerações acerca da cordialidade e da hostilidade indígena, Anchieta as relacionou à liberdade sexual, à poligamia, à guerra, à antropofagia e à bebedeira. É, em razão disso, que Anchieta os descreve como "uma gente tão má, bestial e carniceira, que só por tomar nome novo ou vingar-se de alguma cousa passada […] sendo aquela gente a mais subtil que ainda houve no mundo para inventar mentiras" e que se comprazem em matar e em realizar "suas festas costumadas".[14]

Alegando que os colonos portugueses precisavam defender-se contra o perigo de extermínio que os índios lhes infligiam, Anchieta defendeu a guerra justa, uma guerra de vingança: "[…] Sua mão vingadora (Deus) sobre o inimigo desumano descerá justiceira. Vingando as ofensas sacrílegas sua cólera santa dizimará com a morte as alcatéias ferozes".[15]

Embora a guerra e a antropofagia fossem consideradas traços da barbárie indígena por Anchieta, a vingança dos portugueses contra os índios é apresentada como uma "cólera santa"; ou seja, o mesmo aspecto que é considerado traço de selvageria quando praticado pelos índios, é encarado como traço de civilidade, revestido de legitimidade, quando empreendido pelos portugueses.

A análise do "discurso anchietano", contudo, nos revela a apropriação de expressões da "alegria de viver" indígena, tais como as festas, as danças, os cantos, e da cordialidade –

a saudação lacrimosa e o cerimonial indígena do "recebimento" –, e sua ressignificação pelos missionários, na medida em que foram percebidos como facilitadores da introdução da ritualística e da devoção cristã. Se, inicialmente, suas descrições nos apresentam uma visão condenatória dos nativos, posteriormente, revelam a ressignificação dessas expressões – em especial, as de cordialidade – como fica demonstrado nas estratégias cênicas e musicais empregadas para assegurar a conversão, bem como desvelam as táticas, os "modos de fazer com" empregados pelos indígenas na busca de sentido para as mudanças contingentes.

Os relatos feitos pelo calvinista francês Jean de Léry, por sua vez, introduzem "a dimensão da subjetividade", como já foi observado por De Certeau, inaugurando o tema da alteridade nas crônicas coloniais, já que assume "que ele é tão estranho para o índio, quanto o índio o é para ele. Deste modo, estabelece uma simetria, que funciona como condição de produção de um discurso não-reducionista".[16] As situações descritas na "Viagem à Terra do Brasil" apontam para a valorização das práticas rituais e das manifestações sensíveis, entendidas como jogos de relações sociais e negociações de poder entre ambos, o que diferencia significativamente os relatos do calvinista dos relatos dos missionários e leigos católicos, empenhados existencialmente na conversão e na "civilização da conduta e dos afetos" dos indígenas.

Considerando-se a necessidade de sobrevivência que os franceses tiveram ao serem expulsos França Antártica, por Villegaignon, a busca por uma acolhida cordial do "gentio" tornara-se imperativa. Essa necessidade de sobrevivência, associada à receptividade dos índios, contribuiu em muito para uma caracterização que enfatizava elementos de "humanidade" nos "selvagens". Assim, a aceitação do "outro", em face das limitações, poderia ser relacionada à necessidade de convivência e ao estabelecimento de uma espécie de "acordo" social entre as duas culturas.

Jean de Léry escreve que, na companhia dos índios, foram "tratados com mais humanidade", o que facilitou uma espécie de aproximação e possibilitou o reconhecimento do cotidiano indígena. Esses franceses exilados, segundo o cronista calvinista, sentiram-se à

vontade entre os nativos americanos, por terem atendido suas necessidades trazendo "víveres e o mais" de que careciam, como "farinha e outros gêneros necessários".[17]

Valendo-se dos seus preceitos religiosos, Léry observa que o único remédio disciplinador dos indígenas seria a evangelização, uma vez que "longe estão eles ainda disso". Segundo o calvinista, dada sua natureza violenta, estariam fadados à infelicidade, pois "felizes seriam os povos dessa terra se conhecessem o Criador de todas essas coisas".[18]

Já os relatos feitos pelo capuchinho Claude D'Abbeville se aproximam das percepções presentes nos relatos do missionário jesuíta, ao se apoiarem no referencial bíblico e nas pautas comportamentais civilizadas para aproximar os indígenas dos bárbaros privados de sentimentos adequados e apropriados à vida em comunidade.

Para D'Abbeville, os costumes dos índios, em geral, consistiam em algo abominável, principalmente, a organização de grupos familiares poligâmicos e os atos de antropofagia. Sobre este último, o missionário chegou a indagar se haveria "com efeito, maior crueldade do que matar e massacrar os homens de sangue-frio, com alegria até, e ainda (o que é horrível e todas as demais nações bárbaras aborrecem), aspergir de sangue humano os convivas nos festins?" [19]

Os registros de contatos amistosos e cordiais estão presentes em boa parte da obra de D'Abbeville. Os índios contatados são, em sua maioria, descritos como pacíficos, comportando-se com ira somente com aqueles que lhes queriam ou faziam o mal – como os portugueses. Cabe, contudo, referir a advertência feita por Viveiros de Castro à obra do capuchinho, já que "a solicitude em atirar-se nos braços dos europeus é ainda mais sublinhada, e pintada em cores temerariamente apologéticas"[20], o que nos obriga a relativizar o alcance da atuação missionária e a disposição dos indígenas em "sempre imitar-nos".[21]

Os olhares do jesuíta, do calvinista e do capuchinho, além de exporem as mais diferentes experiências de contato intercultural, revelam um processo complexo e pleno de estratégias e táticas que envolveram negociações mediadas tanto pela hostilidade, quanto pela cordialidade, apontando para processos de resistência e adaptação face ao projeto de colonização e de conversão em curso no Novo Mundo. Assim, mais do que exporem cenas

de confronto e choque cultural, as narrativas descrevem um tempo de convivência, no qual afloraram afinidades e inimizades, se esboçaram novas formas de relacionamento e laços foram tecidos, desfeitos e refeitos, na medida em que novas situações formam enfrentadas e novos papéis sociais foram exigidos.

A etapa colonial pode, portanto, ser compreendida – numa perspectiva interrelacional – como um processo de articulação e de negociação, no qual os sujeitos atuaram com suas experiências e, de forma fundamentalmente criativa, se apropriaram do espaço colonial organizado e reinterpretaram um discurso recebido, produzindo um novo.

---

[1] GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001, p. 28.

[2] GRUZINSKI, 2001, p. 50.

[3] BOCCARA, Guilherme Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. Relectura de los procesos coloniales de etnogenesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. Disponível em http://www.ehess.com.fr/cerma/brasilpresent.html. Acessado em 10/05/2005.

[4] PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.30.

[5] PRATT, 1999, p. 27.

[6] PRATT, 1999, p. 32.

[7] FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 56 – 57.

[8] FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fiéis*: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: EDUSP, 2001.

[9] Disponível em http://nuevomundo.revues.org. Acessado em 10/05/2005.

[10] MONTEIRO, John. "Armas e Armadilhas". In: *A Outra Margem do Ocidente.* São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 238.

[11] CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*: Mito, História, Etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 101.

[12] PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 94-95.

[13] CARDOSO, Sérgio. Variações em torno da felicidade dos selvagens. In: NOVAES, Adauto. A Outra margem do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 363.

[14] ANCHIETA, Joseph, S. J. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Pe. José de Anchieta (1554-1594).* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras / Civilização Brasileira, 1933, p. 214 – 226.

[15] ANCHIETA, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, p. 105.

[16] AUGRAS, 1991, p. 34.

[17] LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo: Martins / EDUSP, 1972, p. 66 – 70.

[18] LÉRY, 1972, p. 105.

[19] D'ABBEVILLE, Claude. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Belo Horizonte: Itatiaia / EDUSP, 1975, p. 229.

[20] VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 197.

[21] D'ABBEVILLE, 1975, p.81.

CONSTRUÇÕES DO CARÁTER MESTIÇO DAS IDENTIDADES NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

ELIANE GARCINDO DE SÁ
PGHIST-UERJ

Apresentamos aqui algumas reflexões sobre o caráter mestiço das identidades nacionais na América Latina, a partir da análise de proposições enunciadas sobre a questão por ideólogos da geração dos anos 20, do século XX. A intervenção na construção de um pensamento sobre a nação e sua identidade da obra de José Vasconcelos, no México, Rômulo Gallegos, na Venezuela e Monteiro Lobato, no Brasil, pode ser considerada relevante, uma vez que gera repercussão importante. Tal efeito de recepção indica, a nosso ver, a convergência de preocupações nas sociedades latino americanas, com referência à presença da mestiçagem na construção de um projeto e ideário identitário nacional. Assim, a produção dos ideólogos, sistematizadores de preocupações e ideários sociais, é tomada como circunstância de observação pontual, mas relevante e que permite a ampliação de questões e encaminhamentos posteriores sobre o tema.

Nosso objetivo, neste momento, é enfatizar os arranjos e direções que se constroem na busca de enfrentar a questão racial. Constatamos que o significado e a função dos elementos raciais formadores das nacionalidades em pauta se registra e constrói a partir de trajetórias históricas, cujo legado, para estas sociedades deve ser superado, sem que, contanto, seja argüida a própria construção dos cânones e padrões pelos quais são avaliados os componentes raciais no sistema de representações e imagens de referência.

Estereótipos, velhas versões dos atributos dos componentes não brancos das populações permeiam os projetos “novos” e mais aparentam superá-los do que pretendem.

No prólogo de “*Raza Cósmica*”, radicalização absolutizada da idealização do mestiço como tipo característico e identitário na América Ibérica, José Vasconcelos enuncia: *”Es tesis central del presente libro que las distintas razas del mundo tienden a mezclarze cada*

vez más, hasta formar um nuevo tipo humano, compuesto com la selección de cada uno de los pueblos existentes.

Para o autor que identifica esta síntese da humanidade no universo ibero-americano, esta nova raça seria, em falta de nome melhor, a *Raza Cósmica*.

Diante das condições de um mundo sacudido pelos horrores das duas guerras mundiais, das perseguições fundadas na questão racial, mas ainda das profundas diferenças sócio-culturais entre os universos anglo-saxônico e ibérico, considerando as disponíveis teorias e reflexões sobre características e condições recorrentes das origens raciais, mas sempre buscando uma solução otimista para a situação da condição mestiça da população ibero-americana, sem esquecer de olhar para o espelho de Próspero, Vasconcelos aprofunda a análise da questão:

> *"Pasando al Nuevo Mundo vemos que la poderosa nación estadounidense no ha sido otra cosa que crisol de razas europeas. Los negros, en realidad, se han mantenido aparte, en lo que hace a la creación del poderío, sin que deje de tener importancia la penetración espiritual que han consumando a través de la música, el baile y no pocos aspectos de la sensibilidad artística.*
>
> *Después de los Estados Unidos la nación de más vigoroso empuje es la República Argentina, en donde se repite el caso de mezcla de razas afines, todas de origen europea, con predominio del tipo mediterráneo, al revés de los Estados Unidos, en donde predomina el nórdico.*
>
> *Resulta, entonces fácil afirmar que es fecunda la mezcla de los linajes similares y que es dudosa la mezcla de tipos muy distantes según ocurrió en el trato de españoles y de indígenas americanos. El atraso de los pueblos hispano-americanos. Donde predomina el elemento indígena, es difícil de explicar, como no sea remontándonos al primer ejemplo citado de la civilización egipcia. Sucede que el mestizaje de factores muy disímiles tarda mucho tiempo en plasmar. Entre nosotros, el mestizaje se suspendió antes que acabase de estar formado el tipo racial, con motivo de la exclusión de los españoles, decretada con posterioridad a la Independencia. En pueblos como Ecuador o el Perú, la pobreza del terreno, además de los motivos políticos, contuvo la inmigración española.*
>
> *En todo caso, la conclusión más optimista que se puede derivar de los hechos observados es que aun los mestizajes más contradictorios pueden resolverse benéficamente siempre que el factor espiritual contribuya a levantarlos. En efecto, la decadencia de los pueblos asiáticos es atribuible a su aislamiento, pero también, y sin duda, en primer término, al hecho de que no han sido cristianizados. Una religión como la*

> *cristiana hizo avanzar los indios americanos, en pocas centurias, desde el canibalismo hasta la relativa civilización."*[1]

Merece aqui um destaque o problema colocado pelos limites da mestiçagem positiva.

As dificuldades apontadas por Vasconcelos giram em torno de uma problemática mais antiga, conforme se pode destacar no texto seguinte, de Sarmiento, produzido no século XIX. Esta construção pode ser observada não só através da obra aqui citada, mas na constituição exemplar da relação dicotômica entre civilização e barbárie, que se tornou uma referência clássica no pensamento na e sobre a íbero-américa :

> "*Los políticos que quisieran llegar a ser en América los representantes de la raza latina, quisieran pararse en medio de la calle donde transitan carros, animales, pasajeros y todo el ajuar del comercio de todos los pueblos del mundo. Pretenderían dividir el mundo en dos mitades y a que el istmo de Panamá va a ser camino publico, decirse que a este lado está el atrazo, el despotismo de régulos ignorantes, cortados a la medida de los que ha dejado producirse aquí y alli la raza latina, sin mirar el rostro del soldado que la vigila y gobierna, que es cobrizo y tostado, llamando latino al araucano, al azteca, al quíchua, al guaraní, al charrúa, amos de la raza que los oprime.*
>
> *...*
>
> *Lleguemos á enderezar las vías tortuosas en que la civilizacion europea vino á extraviarse en las soledades de esta América. Reconozcamos el arbol por sus frutos: son malos, amargos á veces, escasos siempre.*
>
> *La América del Sur se queda atrás y perderá su mision providencial de sucursal de la civilizacion moderna. No detengamos a´los Estados Unidos en su marcha; es lo que en definitiva proponen algunos. Alcancemos à los Estados Unidos. Seamos la América, como el mar es el Océano. Seamos Estados Unidos*".[2]

A qualidade racial dos elementos formadores dos povos ibero-americanos como elemento definidor de padrão de desenvolvimento sócio-histórico-cultural se constitui como questão radical na construção dos referenciais de identidades nacionais e entre os dois ideólogos de projetos nacionais há mais do que a distância de um século, a diferença de propostas. Se um acredita impossível superar as condições negativas da presença étnico-cultural indígena, o outro buscará uma forma de superar essa condição.

Sarmiento não menciona a presença negra, entendida, como veremos, como fator negativo importante de superação por Vasconcelos e como fator positivo por Monteiro Lobato.

O que se pode observar, entretanto, é que apontam para alguns definidores de fronteiras e limites na construção das representações do povo na região e apontam pólos opostos, num amplo espectro que permite usos e abusos de argumentos de diagnoses de quadros nacionais a serem denunciados e/ou superados, ou simplesmente constatados e de programas e projetos até de prazo tão largo como o que postula Vasconcelos.

Observa-se que as proposições obedecem e criam critérios de seleção dos elementos raciais da composição, priorizando aspectos, assim como atribuição de qualidades, características e condicionamentos positivos e negativos.

Nas asserções de Sarmiento e Vasconcelos, já pode-se observar a condição superior da raça branca, sendo relevante a condição de preponderância dessa raça.

Vasconcelos se utiliza de padrões sensoriais, estéticos e culturais para tratar a questão, provocando uma redução particular no encaminhamento da questão:

> *" Quizás entre todos los caracteres de la quinta raza predominen los caracteres del blanco, pero tal supremacía debe ser fruto de elección libre del gusto y no resultado de la violencia o de presión económica. Los caracteres superiores de la cultura y de la naturaleza tendrán que triunfar, pero el triunfo sólo será firme si se funda en la aceptación voluntaria de la conciencia y en la elección libre de la fantasía...*
>
> *Las leyes de la emoción, la belleza y la alegría regirán la elección de parejas, con el resultado infinitamente superior al de esa eugénica fundada en la razón científica, que nunca mira más que la porción menos importante del suceso amoroso...*
>
> *En cambio, es repugnante mirar esas parejas de casados que salen a diario de los juzgados o templos, feas en una proporción, más o menos, del noventa por ciento los contrayentes...*
>
> *Los tipos bajos de la especie serán absorbidos por el tipo superior. De esta suerte podría redimirse, por ejemplo, el negro, y poco a poco, por extinción voluntaria, las estirpes mas feas irán cediendo paso a las más hermosas. Las razas inferiores, al educarse, se harán menos prolíficas, y los mejores especímenes irán ascendiendo en una escala de mejoramiento étnico, cuyo tipo máximo no es precisamente el blanco, sino esa nueva raza, a la que el mismo blanco tendrá que aspirar con el objeto de conquistar la síntesis. El indio,*

> *por medio del injerto en la raza afin, daría el salto de los millares de años que median de la Atlántida a nuestra época, y en unas cuantas décadas de eugenesia estética podrá desaparecer el negro junto con los tipos que el libre instinto de hermosura vaya señalando como fundamentalmente recesivos en esta e indignos, por lo mismo de perpetuación..."*[3]

Observa-se que os atributos devem determinar até mesmo o extermínio, ou extinção pelas leis da seleção natural por uma nova eugenia estética, de uma estética calcada ela mesma nos cânones ocidentais e arianos, de acordo com as próprias considerações do autor.

A rigor a proposição está sempre na direção do branqueamento, seja por caminhos e desvios para enfrentar as dolorosas marcas do passado multirracial.

O imaginário referente ao povo e seu fado está relacionado a uma culpa primária, atribuída ao fator racial, mesmo que Vasconcelos considere fatores negativos de brancos, quanto à capacidade de se mestiçagem, que não estariam presentes entre os ibéricos.

Na Venezuela, Rómulo Gallegos não se afasta da constatação que domina esse imaginário a que essa geração vai explorar e proclamar, a sua maneira:

> *" El carácter de nuestra raza no ha cristalizado todavía en una forma netamente definida: nuestra alma nacional es algo abigarrado y complejo, sin colorido especial ni determinada fisonomía, con todos los matices de las sangres confundidas y todas las condiciones de las razas originarias. Su mentalidad es bastante rudimentaria: en el campo limitado de su vida de inteligencia, las ideas aún no se han desembarazado de la forma concreta que les dio origen, antes bien están a ella tan íntimamente ligadas que forman una sola y misma cosa..."*[4]

Ao indicar a composição mestiça ideal assim se expressa:

> *"Ureña lo mira a los ojos y ve brillar la inteligencia, le oprime luego los músculos de los brazos y siente la fortaleza, se le queda contemplando porque ya lo reconoce, y descubre la bondad. Es un mestizo, bien templado el rasgo indio."*[5]

No Brasil a consideração e a valorização do elemento indígena na formação étnica sofreu variação de interpretações e foi sem dúvida muito menos contemplada no resgate de sua contribuição. Chama a atenção, entretanto, na análise lobatiana a escolha dos atributos raciais que servem de comparação entre os elementos da composição do povo brasileiro.

Estamos mais uma vez diante da questão da avaliação positiva/negativa das contribuições raciais, na busca de uma possível construção ideal do povo.

Vejamos os que nos diz Monteiro Lobato:

> "O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de "caboclismo". O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; o ocara virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxadal o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito.
>
> Mas o substrato psíquico não mudou: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Perís e Ubirajaras.
>
> Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beiço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.
>
> Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrouvinhado à crise duma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo.
>
> Pelo 13 de Maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num uf! o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, 'magina e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.
>
> A 15 de Novembro troca-se um trono vitalício pela cadeira quadrienal. O país bestifíca-se ante o inopinado da mudança. O caboclo não dá pela coisa.
>
> ...
>
> Jéca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie.
>
> ...
>
> Pobre Jéca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!
>
> ...
>
> Jéca, interpelado, olha para o morro coberto de moirões, olha para o terreiro nu, coça a cabeça e cuspilha.
>
> "Não paga a pena".

Todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive.

Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem vergonha.

Bem ponderado, a causa principal da lombeira do caboclo reside nas benemerências sem conta da mandioca. Talvez que sem ela se pusesse de pé e andasse. Mas enquanto dispuser de um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas, Jéca não mudará de vida. O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente. Se a poder de estacas e diques o holandês extraiu de um brejo salgado a Holanda, essa jóia do esforço, é que ali nada o favorecia. Se a Inglaterra brotou das ilhas nevoentas da Caledônia, é que lá não medrava a mandioca. Medrasse, e talvez os víssemos hoje, os ingleses, tolhiços, de pé no chão, amarelentos, mariscando de peneira no Tamisa. Há bens que vêm para males. A mandioca ilustra este avesso de provérbio.

...

Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gatafunhos a que chama "sua graça".

...

Perguntem ao Jéca quem é o presidente da República.

"O homem que manda em nós tudo?

"Sim.

"Pois de certo que há de ser o imperador.

...

A modinha, como as demais manifestações de arte popular existentes no país, é obra do mulato, em cujas veias o sangue recente do europeu, rico de atavismos estéticos, borbulha d'envolta com o sangue selvagem, alegre e são do negro.

O caboclo é soturno.

Não canta senão rezas lúgubres.

Não dança senão o cateretê aladainhado.

Não esculpe o cabo da faca, como o cabila.

Não compõe sua canção, como o felá do Egito.

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachôo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

Só ele, no meio da tanta vida, não vive...[6]".

Registre-se que prevalece uma idealização da perfeita dose da composição, variável, de acordo com os atributos específicos de cada componente, definido nos projetos e propostas, a partir de experiências históricas cujo legado permanece sem abordagem crítica e onde ao limites entre os estereótipos e os preconceitos construídos não sofrem o crivo de uma crítica radical da própria construção.

Lobato retoma aí, também, um argumento muito presente nas construções representativas e relacionais entre o universo físico-geográfico e o manancial de recursos americanos e a composição étnica, também fortemente presente na obra de Gallegos e Vasconcelos. Essa questão constitui, em geral, parte da resposta às teorias que imputavam ao cenário americano uma qualidade degenerativa, mas também podem estar ancoradas numa visão paradisíaca da natureza, de efeito degenerativo sobre o homem, como se configura no argumento de Lobato.

Podemos observar que este debate da composição étnico-cultural continua prisioneiro das argumentações do século XIX, buscando através do redimensionamento da significação construir um novo discurso fundador, sem conseguir escapar das *trampas* dos mitos de superioridade racial.

Notas

[1] Vasconcelos, Jose Raza Cósmica México: Espasa Calpe COLECCION AUTRAL 1990.(primeira edição autorizada pelo autor especialmente para esta coleção –primeira edição: 14/VI/1948, pp.9, 11 e 12.
[2] SARMIENTO, D.F. *Conflicto y armonia de las razas en América* 2ª Parte Póstuma. Obras de D. F. Sarmiento Buenos Aires: Editor A. Belin Sarmiento, 1900.Tomo XXXVIII p.421.
[3] VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. México: Espasa-Calpe, 1948, pp.36,40,41,42.
[4] GALLEGOS, Rómulo-Necesidad de Valores Culturales in "Una Posición en la Vida" Comisión Centenario del Natalicio de Rómulo Gallegos Italgrafica, Caracas, 1985, ed. facsimile México Humanismo, 1954, Las Causas. p.18/19.
[5] _____, Canaima in Obras Completas, Madrid, Aguilar, 1959, p.335/336.
[6] LOBATO, Monteiro Urupês in Urupês. São Paulo: Brasiliense. 1947 pp. 241-256.

Exercícios e atividades nos livros didáticos de História: a prática dos professores das escolas estaduais paulistas na década de 1980.

Eliane Mimesse Prado/ Facinter*

Resumo: Esta pesquisa pretende analisar as práticas dos professores de História das escolas estaduais paulistas, a partir dos modos aos quais utilizaram-se dos exercícios contidos nos livros didáticos, durante os anos da década de 1980. As fontes utilizadas para esta pesquisa foram os relatórios de estágios de observações e de regências dos alunos da disciplina Prática de Ensino, ministrada nos dois últimos semestres do curso de Licenciatura em História na Universidade de São Paulo. As práticas serão apontadas nos momentos em que os professores, efetivamente, fizeram uso dos exercícios e atividades sugeridos pelos livros didáticos, e noutros quando elaboraram atividades derivadas das sugestões existentes nos manuais. Deve-se atentar que na década em questão houve uma transição metodológica, da pedagogia tecnicista para a chamada pedagogia crítica. É necessário ressaltar que nem todos os alunos possuíam livros didáticos, esta situação possibilitou ampla margem de interpretações e adaptações dos professores no seu cotidiano. De modo que, em determinadas situações, verificou-se a utilização de apenas dois ou três volumes em uma sala de aula para colaborar com a resolução das atividades de todos os alunos. Observaram-se interpretações pessoais na implantação da nova metodologia crítica, como também a transição nos conteúdos que formaram as atividades e exercícios, como exemplo tem-se os extensos questionários que requeriam respostas curtas, que paulatinamente cederam espaço as questões temáticas dissertativas.

Palavras-chave: prática dos professores, livros didáticos, ensino de História.

* Doutora em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter).

As práticas dos professores de História, das escolas estaduais paulistas, serão aqui revisadas a partir das aulas dadas nas quatro últimas séries do ensino fundamental e nas três séries do ensino médio. A terminologia utilizada para denominar tais séries será a da década de 1980, ou seja, 1º grau para o ensino fundamental e 2º grau para o ensino médio.

Foram poucos os livros didáticos usados pelos professores nas séries do 1º grau nesta referida década. Os de história do Brasil de José Dantas e de Francisco de Assis Silva trazem, no fim dos capítulos, trechos de documentos e sugerem aos alunos que efetuem uma leitura complementar. Com estas obras, o professor tinha liberdade para se utilizar dos conteúdos e dos documentos da maneira que melhor lhe conviesse. Não sugerem nenhum tipo específico de atividade, o que as torna bem diferentes das mencionadas como de uso cotidiano nas séries do 1º grau nos anos anteriores. O compêndio de Sérgio Buarque de Holanda *et al*. era acompanhado por um "Caderno de atividades" que não foi encontrado.(1)

O livro de Fernando Saroni e Vital Darós, sobre história geral, difere dos outros por conter exercícios no fim dos capítulos, compostos por questões objetivas e com respostas curtas, atividades para completar, para escolher a alternativa correta ou preencher quadros com palavras cruzadas.(2) Este volume ainda mantém as mesmas atividades de alguns dos livros da década anterior. Em relatório de 1985, um estagiário comenta:

> A dinâmica observada dentro da sala de aula era invariavelmente a seguinte: introdução da matéria nova através da leitura do livro didático adotado (cada aluno lê um trecho para que todos fiquem atentos à aula); essas leituras são entremeadas por comentários ilustrativos do professor (que nunca contraria o livro), que pede também que sejam grifados certos trechos do livro considerados mais importantes. Após a leitura de todo o capítulo, o professor aplica um questionário, com consulta do livro, onde são cobrados os principais pontos do capítulo estudado. Duas vezes por bimestre essas cobranças dão-se ao nível de provas. [...] O livro didático de Saroni e Darós teve papel primordial em todas as etapas da aula, como foi dito anteriormente: era a base inquestionável para a introdução da matéria, onde as partes consideradas importantes eram grifadas, mas não discutidas; era a base para responder ao questionário; era a base para a prova bimestral.(3)

Foram raros os professores que conseguiram mudar sua metodologia de trabalho e suas opiniões pessoais sobre o ensino simultaneamente às inovações propostas. O que se pode constatar é que as inovações foram adaptadas pelos professores ao seu cotidiano.

O mesmo estagiário critica a atitude passiva do professor, por entender os conteúdos do livro didático como mais relevantes do que a vivência dos seus alunos e aceitar os fatos descritos como verdades inquestionáveis. Era um momento em que as discussões educacionais enfatizavam o uso das experiências cotidianas dos estudantes, o recurso a documentos, textos e artigos de periódicos. A formação acadêmica do estagiário também seguia a nova metodologia do ensino.(4)

As atividades desenvolvidas pelos professores nas séries do 1º grau aconteciam em decorrência das suas aulas expositivas, porque, após a exposição dos conteúdos eles pediam aos alunos que efetuassem a leitura de determinado texto, do livro didático ou da apostila que haviam elaborado. Normalmente, estas leituras, acompanhadas de discussões, eram feitas em grupos na sala de aula. Os alunos respondiam aos questionários, em grupo ou individualmente. Isto pode ser ilustrado pelos comentários dos estagiários.

> [...] das seis aulas que observamos, em diversas salas de 8º ano, duas foram ocupadas por correção de trabalho (questionário), duas por verificação de trabalho em grupo, passado como lição de casa, e duas por trabalho em grupo em classe (numa delas, tratava-se de responder ao questionário do livro adotado, mas como mais da metade da classe não possuía o citado livro, o trabalho em grupo naturalmente impôs-se — se é que podemos considerar tal atividade como trabalho em grupo).(5)

Este procedimento de desenvolvimento das aulas ocorria também nas séries do 2º grau, pois, como já se observou, muitos professores lecionavam nos dois graus de ensino. Um estagiário assinala atividades diferenciadas efetuadas com alunos das séries do 1º grau:

> Nas 5ª séries, a análise de mapas (os quais pareciam não despertar o interesse total da classe), enfatizando a localização espacial e temporal. Mapas confeccionados, pintados e escritos pelos alunos, com ajuda da professora e do livro didático e ainda havendo leitura dos capítulos correspondentes, com análise e discussão de palavras e parágrafos, questionários, etc. Para as 6ª séries, além das atividades já citadas, assisti também a leitura, o debate e em seguida a encenação de uma peça de costumes.(6)

Com a nova metodologia de trabalho difundida na década de 1980, as críticas à precariedade da escola pública, a luta pela democratização do ensino e a baixa remuneração dos professores (que gerou vários momentos de reivindicações coletivas e greves), o uso dos livros didáticos teve uma redução. A indicação e a aquisição de livros didáticos, nesta época, levaram em conta as críticas que recebiam dos professores por omitir alguns conteúdos. Munakata explica o que ocorreu, quando

> [As] pesquisas acadêmicas dedicaram-se a flagrar nos livros didáticos e paradidáticos brasileiros a presença insidiosa da mentira, da manipulação, do preconceito, da mistificação, da legitimação, da dominação e da exploração burguesas — em suma, da ideologia. Os títulos e os subtítulos de algumas dessas pesquisas já indicavam-lhes a intenção: "versão fabricada", "história mal contada", "belas mentiras". Certamente, esse gênero literário nutriu-se de uma conjuntura política em que, para muitos setores da sociedade brasileira, era fundamental a crítica do regime militar e de seus "entulhos autoritários" (como se dizia à época). Livro didático (e paradidático) era compreensivelmente objeto de suspeição, do mesmo modo que era suspeita — e não sem razão — toda a organização escolar consolidada pela ditadura.(7)

Pode-se ainda, considerar que nem todos os alunos tinham recursos para adquirir um livro didático para cada disciplina, como foi relatado pelo estagiário em 1980: "Sempre que um livro é exigido, os alunos alegam que não tem dinheiro para comprá-lo."(8) E a nova metodologia preconizava a construção dos conhecimentos, a partir da realidade e das experiências concretas dos alunos, sem necessariamente ser essencial a utilização de um manual. Houve também o incentivo de publicações com experiências de aplicação desta nova metodologia e as sugestões formuladas pela terceira versão preliminar do programa oficial de História de 1º grau. Assim, o recurso a recortes de jornais e revistas e a apostilas elaboradas pelos professores foi mais eficaz do que a utilização de um mesmo manual durante todo o ano letivo.

Existia incentivo à utilização de materiais diversos no desenvolvimento das aulas, o que acabou por viabilizar, nesse período, a produção de livros que relatavam experiências docentes realizadas com alunos das séries do 1º grau.(9) A *Proposta Curricular para o ensino de História* trazia também sugestões para o desenvolvimento das aulas sem o uso contínuo de um manual de conteúdos específicos. A equipe que a elaborou entendia as dificuldades didáticas encontradas pelo professor no seu cotidiano e incentivava o uso de textos avulsos e documentos históricos.

Esta *Proposta* sugeria atividades que poderiam ser desenvolvidas no segundo e no terceiro blocos do ensino de 1º grau, isto é, da 3ª até a 8ª séries. Eram indicados trabalhos de pesquisa, elaboração de desenhos e mapas, entrevistas, debates em sala, redação e produção de textos, leitura de textos de época, análise crítica e comparativa de documentos oficiais e análise de gravuras, fotografias, filmes e documentários. Todas essas sugestões reforçam a idéia de que o professor poderia trabalhar com os documentos colhidos na sua pesquisa sobre o estudo do meio e os relacionar, quando necessário, com outros documentos históricos.

Mesmo com todo o incentivo à produção do conhecimento, com textos avulsos, apostilas e o desenvolvimento de pesquisas, uma professora em 1980 utiliza procedimentos tradicionais e, segundo um estagiário,

> [...] quase sempre dá aulas expositivas ligadas ao livro didático cujos pontos são previamente lidos pelos alunos. Em todas as aulas se faz necessário a professora desenhar o mapa na lousa e pedir que os alunos o copiem em seu caderno. A professora redige um resumo na lousa dos pontos estudados e pede para que os alunos copiem em seus cadernos, apenas uma vez pediu que eles próprios resumissem a lição, atitude essa que deveria ser tomada freqüentemente pois exercitaria a parte de redação dos alunos. Pudemos comprovar a falha de redação tanto na correção de provas como nos questionários aplicados, quando notamos a grande dificuldade dos alunos em escrever corretamente.(10)

Para dois professores de 1º grau, o uso do questionário — considerado tradicional — é eficiente para os alunos da 5ª e da 6ª séries, e a dissertação é mais recomendada para os da 7ª e da 8ª séries. De acordo com o estagiário

> [...] a professora de 5ª e 6ª séries também dá aulas nas 7as e nas 8as séries, e disse que aí já dispensa o uso de questionários calcados sobre os textos, e age de comum acordo com o professor, impondo provas dissertativas. De qualquer forma, como já foi explicado anteriormente, ela acha que o uso do questionário para as 5as e 6as séries é indispensável para que o aluno comece a desenvolver a capacidade de compreensão de texto. Além disso, ser obrigado a escrever por extenso, para responder perguntas, é sempre mais trabalhoso e mais proveitosos do que o recurso a testes de múltipla escolha.(11)

É interessante notar, na década de 1980, a concomitância entre os questionários e as questões. O questionário era composto por várias questões, e as questões eram apenas temáticas. A descrição feita pelo estagiário, em uma sala de 6ª série, relata essa transição:

> [...] depois da professora explicar praticamente um ou dois parágrafos do texto, repetido mais de uma vez de forma a ajudar a reter as idéias principais, passou a ditar o questionário. Os alunos deveriam respondê-lo com base no próprio texto, podendo consultar a professora sobre o significado dos termos menos usados. A professora reconhece que os questionários não são a melhor técnica de ensino, tanto é assim, que nas séries mais graduadas elimina o questionário para exigir dissertações, ou questões que exigem maior reflexão.(12)

Muitas das metodologias de aula citadas nos relatórios confundem-se com as avaliações aplicadas, porque são avaliados vários itens da metodologia, como as pesquisas, as discussões e os questionários. Esses trabalhos eram realizados em classe. Um estagiário fez a crítica de como ocorria o trabalho em grupo, porque tratava-se apenas de "responder ao questionário do livro adotado, mas, como mais da metade da classe não possuía o citado livro, o trabalho em grupo impôs-se – se é podemos considerar tal atividade como trabalho em grupo".(13) O estagiário talvez acreditasse que todo trabalho em grupo deveria envolver necessariamente uma discussão entre os membros do grupo sobre o assunto.

Os livros didáticos usados nas séries do 2º grau não apresentam inovações nos seus exercícios. Existe apenas a preocupação com as questões sobre

assuntos relevantes ao concurso vestibular. As obras de história do Brasil, como as de história geral, contêm sínteses e questionários no fim dos capítulos. O estagiário escreve sobre o compêndio de Koshiba e Pereira, criticando a postura da professora que o adotou.

> A princípio eu achei muito interessante a proposta de trabalho dela, que é a seguinte: para todas as séries ela buscaria um aprendizado baseado na leitura e real compreensão do texto do livro didático (Koshiba, História do Brasil). Os alunos, após um breve apanhado sobre o tema, deveriam ler o texto, separar em parágrafos, fazer esquemas e depois redigir um novo texto, além de fazerem pequenas pesquisas sobre o tema. Talvez a intenção dela, um dia, tenha sido mesmo fazer os alunos aprenderem a ler História. Mas do jeito que ela faz — aos berros, durona — não deve ter tido retorno na época em que ela começou, e hoje eu acho que ela não está muito preocupada com a didática. Acha os alunos "burros", com uma deficiência que vem do primário, e que agora é ir tocando. Os alunos não demonstram rendimento com este tipo de ensino, apesar das provas serem bem organizadas. [...] Ouvi muitas reclamações sobre ela dos alunos. Que ela só mandava ler o livro e que não dava matéria.(14)

Verifica-se, como nas séries do 1º grau, que os professores continuam a adotar os mesmos livros durante anos consecutivos e não mudam sua metodologia de aula. Também existe a crítica à desvinculação entre os conteúdos das aulas e a realidade dos alunos. Os estagiários argumentam sobre a necessidade de estabelecer ligações entre os acontecimentos da história e o presente, para que os alunos se interessassem pelas aulas, como priorizava a nova metodologia de ensino.

Apesar de, em alguns casos, o livro utilizado ser de história do Brasil, o estagiário assinala a falta de contextualização dos conteúdos e seu desligamento do cotidiano dos alunos. Pode-se identificar situação similar quando o livro didático é de história geral. Segundo o estagiário, no Relatório 4 de 1985, as correlações entre passado e presente são mais complexas. Para o professor, o estabelecimento deste vínculo depende também da forma como o livro relaciona os conteúdos. O estagiário não questiona a formação acadêmica do professor ou sua preocupação em realmente desenvolver suas aulas relacionando passado e presente.

As atividades desenvolvidas em aula pelos professores nesta década são principalmente a leitura de textos e a análise de documentos, realizadas geralmente em grupos; a resolução de questionários ocorria de modo individual ou em grupos, podendo ser realizada em sala ou como tarefa de casa. As leituras eram feitas com os textos do próprio livro didático ou com textos avulsos organizados pelo professor em forma de apostilas. Essa situação é explicitada na descrição do estagiário sobre o procedimento de uma professora.

> [...] que objetiva, como professora de História, transmitir o conteúdo programático oficial. Para alcançar este objetivo, dispensa o uso do livro didático; elabora pequenas apostilas que versam sobre um tópico específico do programa e as suas aulas consistem na discussão e análise deste tópico. O material das apostilas é eventualmente complementado com textos de documentos.(15)

Um grupo de estagiários, no mesmo ano, apresenta uma situação inversa a citada.

> O sistema de aula da professora consistia em seguir rigorosamente o livro didático adotado capítulo por capítulo. Primeiramente havia uma exposição oral sobre o capítulo a ser desenvolvido, posteriormente, depois de sanadas as possíveis dúvidas dos alunos, era dado um trabalho em grupo, onde os alunos deveriam responder questões sobre a aula expositiva e era dado um questionário para ser feito em casa, esse também sobre a aula expositiva. Nota-se que o questionário não apresentava grandes dificuldades, já que suas respostas poderiam ser facilmente encontradas no livro didático, na maioria das vezes copiando-as literalmente.(16)

O que esta professora considerava como atividade de aula era a resolução dos questionários — do mesmo modo como eram entendidos atividades e exercícios propostos nos livros didáticos adotados nestes anos para as séries do ensino de 2º grau. Outro estagiário relata o desenvolvimento de uma aula semelhante à anterior, com críticas mais contundentes quanto à forma de elaboração dos exercícios, como se o professor não se preocupasse com a assimilação dos conteúdos pelos alunos, mas apenas visasse à memorização. As aulas são iniciadas com a apresentação oral dos conteúdos e, “dependendo se a classe usa livro didático ou não, o conteúdo é ditado ou copiado na lousa”; em seguida, os alunos respondem um questionário elaborado pelo professor exatamente de acordo com o texto.(17)

As únicas iniciativas metodológicas diferenciadas aplicadas nas séries do 2º grau, foram as experiências desenvolvidas por dois grupos de estagiários, em anos diferentes. Os grupos fizeram uso de documentos para ministrar suas aulas de regência, em 1985 e em 1986. Os grupos utilizaram letras de músicas para identificar nos versos o debate político e social do período. As aulas de regências propiciavam aos estagiários colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso de Prática de Ensino, e talvez conseguissem influenciar a longo prazo o desenvolvimento da metodologia dos professores.

Notas

1. Cf. DANTAS, J. *História do Brasil*: das origens aos dias atuais. São Paulo: Moderna, 1989, e SILVA, F. de A. *História do Brasil*: Colônia. Vol. 1. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1990; HOLANDA, S. B. de *et al*. *História do Brasil:* estudos sociais — das origens à independência. São Paulo: CEN, 1975.
2. Cf. SARONI, F. & DARÓS, V. *História das civilizações:* Pré-História, Antiguidade Oriental, Antiguidade Clássica, Idade Média. São Paulo: FTD, 1979.
3. Relatório 8, 1985.
4. Idem, ibidem.
5. Relatório 4,1980.
6. Relatório 5, 1987.
7. MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, M. C. de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 271.
8. Relatório 4, 1980.
9. Cf. CABRINI, C. *et al*. *Ensino de História*: revisão urgente. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; *CADERNOS CEDES*. São Paulo, Cortez/Cedes, n.10, 1985; NEVES, M. A. M. *Ensinando e aprendendo História*. São Paulo: EPU, 1985; SILVA, M. A. da. (org.). *Repensando a História*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1984; entre outros.
10. Relatório 1, 1980.
11. Relatório 6, 1980.
12. Idem, ibidem.
13. Relatório 4, 1980.
14. Relatório 5, 1985. O livro citado é: KOSHIBA, L. & PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Atual, 1995.
15. Relatório 1, 1985.
16. Relatório 3, 1985.
17. Relatório 1, 1986.

Uma História Social do Movimento de Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela - Recife - PE 1964-1985

Profa Drª Eliane Oliveira de Lima Freire
Departamento de História/UFS
Núcleo de Pós-Graduação de Estudos do Semi-Árido/UFS

Introdução

Considerando a importância expressiva da resistência empreendida pela população de baixa renda no contexto do regime militar no Brasil (1964-1985), que num período de autoritarismo foi capaz de organiza-se e, através de formas "alternativas" de protestos e reivindicações, lutar por melhores condições de vida; alterando sutilmente as mais duras formas de censura e repressão impostas pelo regime, este trabalho tem como objetivo registrar a memória da história social dessa resistência a partir de um estudo de caso: o movimento de resistência à ditadura militar empreendida pelos movimentos de bairros de Casa Amarela, bairro da periferia da cidade de Recife – PE, localizado na zona norte desta cidade. Nesse sentido, a resistência empreendida pelos habitantes de Casa Amarela ao regime militar é compreendida a partir de um estudo baseado na memória dos pioneiros deste movimento, arquivos de jornais e fotografias. A análise dessa documentação permitiu reconstituir a história social do movimento de resistência. Os resultados são apresentados a seguir.

Definição do Termo

Os movimentos de bairros são identificados na categoria dos "novos" movimentos sociais, que são assim denominados porque apresentam algumas diferenças fundamentais em relação aos movimentos tradicionais ou clássicos e, em especial, em relação ao movimento operário. Os "novos" movimentos surgem na segunda metade do século XX.

No Brasil, diferentemente dos países europeus, onde os novos movimentos sociais se desenvolviam no sentido de preservar as conquistas sociais e assegurar um desenvolvimento que não colocasse em risco o meio ambiente ao mesmo tempo em que buscasse ampliar os direitos de livre participação política; teve este processo interrompido pelo golpe de 1964, que, a pretexto de livrar o país do "perigo comunista" proibiu todas as formas de manifestação popular que viesse atentar contra a "ordem pública" e adotou um modelo de desenvolvimento excludente, que beneficiou apenas as classes empresariais ligadas aos monopólios. Neste contexto, o não atendimento das necessidades sociais elementares da população agravou os problemas sociais. Conseqüentemente, a população afetada, sem a tutela dos partidos e sindicatos, conseguiu se reorganizar, colocando em cena os novos movimentos sociais.

O movimento de bairro aparece neste momento, como uma alternativa viável para as populações de baixa renda, afetadas pela escassez dos serviços urbanos básicos. Estas populações vêem neste movimento uma maneira possível para se organizarem a fim de pressionarem os poderes públicos no sentido de aumentar a parcela dos investimentos e gastos públicos nestes serviços. Segundo Paul Singer (1980)[1], os movimentos de bairro surgem como resultado da aglutinação dos moradores das áreas pobres da cidade para fins de ajuda mútua e passam, em certas circunstâncias, a mobilizar a população para reivindicar maior participação no usufruto do que se denomina de "bens coletivos" da comunidade urbana.

Os movimentos de bairros se organizam por meio de associações de moradores, conselhos de moradores, grupos de jovens, clubes de mães, etc. Com base em seus estatutos, os movimentos são formados por entidades de bairro, sem fins lucrativos, formados pelos moradores do próprio bairro. Estas entidades têm como objetivo geral

[1] SINGER, Paul. Movimentos de bairros. In: SINGER, Paul e CALDEIRA, Vinícius. *São Paulo : O Povo em Movimento*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, São Paulo, p. 85.

reivindicar melhorias para o bairro. As entidades são registradas em cartório e organizadas de maneira hierarquizada, a diretoria é escolhida através de eleições diretas, só votam nestas eleições os moradores que são associados e muitos desses movimentos chegam a ter sede própria. Os poderes públicos são, para estas associações, ao mesmo tempo o principal interlocutor e adversário, pois são eles os responsáveis pelo atendimento de suas reivindicações. Além dos poderes públicos, outros interlocutores são fundamentais na viabilização de suas lutas, a exemplo da Igreja Católica e dos partidos políticos.

Formação e Organização dos Movimentos de bairros em Casa Amarela

O desenvolvimento dos movimentos de bairro em Casa Amarela, na cidade de Recife - PE, está profundamente relacionado com o rápido crescimento deste bairro. Este bairro teve seu espaço ocupado como conseqüência do processo migratório iniciado por volta de 1940, provindo, na sua maioria, do interior do próprio estado de Pernambuco e demais estados da região Nordeste. Segundo dados do IBGE, em 1960 Casa Amarela já apresentava uma população de 126 234 habitantes.

Sem a implementação de políticas de urbanização para a área, Casa Amarela foi ocupado de maneira desordenada, provocando assim sérios problemas de urbanização e infra-estrutura. Neste contexto, como o Estado não cumpre seu papel social de fornecer as condições básicas de sobrevivência; a população pauperizada vai encontrar nos movimentos de bairro uma forma viável para se organizar e reivindicar melhorias de vida junto aos poderes públicos.

As primeiras manifestações desse movimento em Casa Amarela datam de 1930, quando foi registrado a “Sociedade Beneficente Mista de Casa Amarela”. Esta entidade, segundo seu estatuto, tinha como objetivo "Assistir associados e familiares nos casos de enfermidade e morte”. Depois da criação dessa entidade, muitas outras foram criadas na

cidade de Recife. Mas, somente na segunda metade do século XX, esse número aumentou consideravelmente. Segundo Maria do Céu Cézar (1985) [2] "*é incontestável que as associações de bairro não surgiram espontaneamente. Está patente a ação de Pelópidas Silveira e da Frente de Recife*[3]*, em especial do PCB".* Esta constatação está evidente nos jornais da cidade, da época, tais como: *"Fôlha do Povo", "Diário de Pernambuco" e "Jornal do Commercio".*

Vigilância e Repressão aos Movimentos de Bairro em Casa Amarela

O cenário político anterior ao golpe militar de 1964 favorecia a proliferação dos movimentos sociais. Entretanto, pesquisas realizadas nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, nos levam a concluir que, neste período, embora existisse um clima democrático, os movimentos de bairros estavam sob forte esquema de vigilância dos agentes do DOPS (Eliane Freire, 2002)[4].

Estes agentes fizeram o mapeamento dos movimentos sociais, localizando suas lideranças mais representativas. A partir desse mapeamento, após a efetivação do golpe militar, facilmente, os militares conseguirem desmobilizar estes movimentos: reprimindo as organizações mais combativas e perseguindo suas lideranças. No caso especifico das associações de bairro, as mais combativas foram arbitrariamente fechadas, suas sedes foram invadidas e metralhadas, seus arquivos apreendidos para averiguações e muitas de suas lideranças foram presas e interrogadas, com suas atividades sendo consideradas para os militares como subversivas, como podemos constatar nesse depoimento de uma

[2] CÉZAR, Maria do Céu. As organizações Populares do Recife: Trajetória e Articulação Política, 1955-1964. In: Cadernos de Estudos Sociais, Recife, Fundação Joaquim Nabuco - Instituto de Pesquisas Sociais, 1985, Vol. 1, pp, 161-182.

[3] A Frente do Recife foi uma aliança política fundada em 1955 sobre um programa de linha nacionalista e constituída por comunistas, socialistas e correntes independentes.

[4] FREIRE, Eliane Oliveira de Lima. *Mouvements de quartier et relations de pouvoir: le cas de Casa Amarela – (Recife – Brésil) – 1964-1985*. Paris, Tese de doutorado, Université de Paris 1 Panthéon – Sorbonne, 2002.

liderança comunitária (ETAPAS, 1988)[5]: *"A Associação de Moradores foi fundada em 1961. Era uma Associação como hoje ela é, atuante, combativa, e em 64 ela foi fechada arbitrariamente pelo golpe militar. Ela foi metralhada, os seus componentes foram perseguidos, dois ou três desapareceram e até hoje ninguém sabe onde esse pessoal anda".*

Para as associações sobreviventes ao episódio, foi criado e divulgado pelos militares o estereótipo de que estas associações eram "redutos de comunistas". Dessa forma, conseguiram amedrontar e aterrorizar as comunidades que insistiam em manter essas organizações. Sobreviveram somente as associações de bairros que concordavam e apoiavam o regime. Estas associações eram toleradas e tinham suas reivindicações atendidas. Em Casa Amarela, dentro dessa linha, pode-se citar o exemplo da Sociedades de Amigos de Casa Amarela - SACA, que através dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Comercio, declarou publicamente seu apoio ao regime.

Após o golpe militar, as populações pobres periféricas, além de ficarem desprovidas dos seus meios de protestos e esquecidas pelos poderes públicos, foram violentamente perseguidas. Um dos maiores líderes comunitários de Casa Amarela, que nasceu e morreu nesse bairro, chamado Arnaldo Rodrigues da Cruz, é taxativo quando se refere ao Golpe de Estado de 64 *"(…)na época de sessenta e quatro muita gente foi pro pau(…)"*[6]. Outro líder chamado Nelson Barbosa endossa essa afirmação *"(…) a policia invadiu casas por esses Altos de Casa Amarela, pessoas foram espancadas(…)"*[7].

Esse processo de intensa participação foi interrompido com o golpe de 1964, que reprimiu todas as formas de participação popular, interrompendo radicalmente o processo democrático que vinha se desenvolvendo no país, aniquilando todos os canais de

[5] Entrevista concedida pelo Senhor Eufrânio, em 06/06/1986. Citado por SILVA et alli. Movimento de bairro: Repetição/Invenção, Recife , ETAPAS, 1988.

[6] Entrevista concedida pelo Senhor Arnaldo Rodriguez da Curz. Citado por: Casa Amarela: *Memórias, lutas e sonhos*. Recife, FEACA, 1988, p. 87.

[7] Entrevista concedida pelo Senhor Nélson Barbosa a Eliane Oliveira de Lima Freire. 1997.

comunicação entre a população periférica e os poderes públicos. O não atendimento das necessidades sociais elementares, associado ao impedimento do livre exercício dos direitos políticos, tornou mais precária a cidadania no Brasil.

O Movimento de Resistência dos Movimentos de Bairros de Casa Amarela em face da Ditadura Militar: o Apoio da Igreja Progressista, Lideranças Partidários e Serviço Social.

Com o estabelecimento do regime militar em 1964 o país penetrou em um período de sombras. As desigualdades sociais se tornaram cada vez maiores, numa sociedade em que a exclusão sócio-econômica e política impossibilitavam a formação de uma base de participação dos diversos setores sociais. Sem canais efetivos de participação, uma vez que eles foram fechados pelo regime militar, os efeitos econômicos, sociais e políticos do tipo de desenvolvimento econômico posto em prática no Brasil recaíram sobre a população pobre. As populações periféricas, desprovida dos seus canais de comunicação junto aos poderes públicos, não tinham seus interesses de melhorias de vida levados em conta.

Neste sentido, sem os canais tradicionais de participação, a presença da Igreja Católica, através de seu segmento progressista vinculado à Teologia da Libertação, garantiu um espaço de organização aos novos movimentos sociais. No caso especifico da cidade de Recife, a presença da Igreja foi fundamental, graças a nomeação de Dom Hélder Câmara para Arcebispo da Diocese de Olinda e Recife. Este Arcebispo apresenta-se neste contexto como um "simpatizante" das idéias do segmento progressista da Igreja vinculado à Teologia da Libertação. Para este Arcebispo, seus limites eram os princípios de obediência hierárquica da Igreja Católica. Fora isso, Dom Hélder Câmara, durante seu pontificado frente a Igreja de Olinda e Recife, dedicou-se a defender os oprimidos.

O empenho da Igreja Progressista de Recife, em defender os oprimidos em face da Ditadura militar, chamou a atenção de lideranças partidárias que não concordavam com o regime militar. Estas lideranças, desarticuladas de seus vínculos partidários pelo regime militar, encontraram na Igreja Católica Progressista a proteção necessária para organizar o movimento de resistência ao regime. Sob a proteção do Arcebispo, estas lideranças na clandestinidade, astuciosamente burlaram o sistema de vigilância do governo militar, apoiando a reorganização dos movimentos populares. Em Casa Amarela, a presença desses militantes foi importante na conquista da posse da terra, pois eles participaram ativamente do movimento "Terras de Ninguém".[8]

Em Recife, os fatores que deram razão a reorganização do movimento de bairro, foram as inundações de 1965 e 1966. Estas inundações atingiram, sobretudo as populações pobres da periferia. As populações de flagelados desprovidas dos seus canais habituais de comunicação com os poderes públicos encontraram a proteção e apoio técnico da Igreja Católica progressista para legitimar a reorganização dos movimentos populares. Para ajudar a população de flagelados, Dom Hélder Câmara liderou a Campanha "Operação Esperança", para atuar no combate a pobreza. Nesta ação teve o apoio da Faculdade de Serviço Social de Pernambuco, que apoiava, criando campos de estágios nas periféricas para suas alunas integrando-as nos projetos de Dom Hélder Câmara. Isso permitiu a aproximação das pessoas assim como sua reorganização.

Em Casa Amarela, o trabalho desenvolvido pelo padre Reginaldo Veloso foi capital. Foi este padre que organizou as "Comunidades Eclesiais de Base - CEB's" no bairro. Foram os integrantes das CEB's, formada pelos próprios moradores que articularam a organização dos movimentos de bairros de Casa Amarela. O novo movimento de bairro estrategicamente sofreu adaptações. Para não serem confundidos

[8]Terras de Ninguem foi um movimento de luta pela posse de terrenos empreendido pelos moradores de Casa Amarela sujeitos ao pagamento do foro. A incerteza destes moradores da legitimidade da propriedade da terra daqueles que se apresentavam como proprietários, levou-os, a entrar com um processo na justiça para reclamar a posse das terras.

com os movimentos anteriores "das associações de moradores", foi criado os conselhos de moradores.

Com o apoio da população o movimento das CEB's progrediu bastante, contribuindo assim para estimular a formação de um movimento que lutasse diante dos poderes públicos pelos interesses da população e, ao mesmo tempo, não fosse contra o poder do Estado - os conselhos de moradores. Nos anos de 1970, os Conselhos de Moradores de Casa Amarela empreenderam importantes lutas de resistência, organizando diversas manifestações, reivindicando qualidade de vida e protestando contra as políticas públicas do governo local. Dessa forma, conseguiram mudar projetos de urbanização e boicotar as estratégias dos poderes públicos de controlar os movimentos.

Conclusão

É impensável a história social do movimento de resistência dos moradores de Casa Amarela sem a participação dos católicos progressistas e a colaboração das lideranças partidárias que não concordavam com o regime e do curso de serviço social. Com este apoio, a população desse bairro, foi capaz de organiza-se e, através de formas "alternativas" de protestos e reivindicações, lutar por melhores condições de vida; alterando sutilmente, as mais duras formas de censura e repressão impostas pela ditadura. Neste sentido, o apoio da Igreja Católica foi capital sobre três planos: simbólico, político e material. No plano simbólico ela legitimou e deu razão aos movimentos; sobre o plano político ela protegeu e sobre o plano material ela forneceu as condições técnicas, tais como pessoal tecnicamente preparado para trabalhar junto às comunidades.

Esporte e nação nas décadas de 1930 e 1940

Eliazar João da Silva - UNIVALE

O futebol brasileiro constituiu-se ao longo do século XX, como um dos símbolos da identidade nacional. Esse processo foi caracterizado por um conjunto de aspectos que estimulou tal condição. Ao ser introduzida no país no final do século XIX, a prática futebolística restringia-se a grupos sociais específicos, a saber, uma juventude disposta a absorver tudo aquilo que estivesse relacionado às atividades desenvolvidas na Europa, sobretudo na França e na Inglaterra.[1] Foi o período denominado também de *belle èpoque*, cujas características ligavam-se a pressupostos de que os jovens, filhos das famílias mais abastadas, buscavam se moldar aos hábitos e comportamentos circunscritos às cidades de Londres e Paris, especialmente.

Na medida em que as décadas avançavam, e, em especial, a partir da década de 1920, o futebol passou a atrair a atenção de diferentes segmentos sociais, despertando o interesse de pobres, ricos, homens, mulheres, negros e brancos. O âmbito social e político do início do século XX, suscitava debates nos quais se discutia a importância da prática dos esportes, fossem eles de qualquer modalidade. A proliferação do discurso eugênico motivava a perspectiva de que o homem do início do século passado, deveria se preparar para o cenário econômico que se desenhava não apenas em âmbito nacional, mas também internacional: corpo forte e sadio, capaz de suportar as tendências contemporâneas daquele período.[2]

Diante disso, a prática de esportes de modo geral, e do futebol de modo particular, adquiria dimensões até então inesperadas. Houve uma procura jamais observada pela novidade trazida por jovens estudantes que haviam regressado ao país, após um período de estudos na Europa. Algumas das muitas modalidades esportivas propagadas no Brasil

do limiar do século XX, já vinham, desde décadas anteriores, sendo praticadas no continente europeu.

Dentre as diferentes atividades esportivas, o futebol chamou particular atenção pela sua rápida transição de esporte inicialmente destinado às elites, para também às camadas sociais menos privilegiadas economicamente. Na década de 1930, o futebol se tornou uma atividade oficialmente remunerada. A profissionalização deste esporte esteve diretamente associada à sua popularização.[3]

Ao se tornar legalmente uma profissão, o futebol adquiriu novos contornos, suscitando questões instigantes quanto às novas funções que ele exerceu em meio à sociedade, e, em especial pelo poder público nas décadas de 1930, 1940 e 1950, período no qual, tal esporte foi concebido como um dos elementos da nacionalidade. Na proporção em que o futebol se tornou um fenômeno popular de massa[4], não havia mais como ignorar sua influência como um dos elementos que fazia parte dos hábitos e das práticas cotidianas do país, em especial da população ambientada nos grandes urbanos.

Tal conjunto de circunstâncias fez com que representantes do governo federal não hesitassem em disso procurar tirar proveito. Eles empenharam-se na aproximação do futebol com a nação (para além das questões meramente esportivas), em ocasião de realização das copas do mundo, sobretudo a partir do campeonato de 1938, disputado na França. O ano da realização desse campeonato coincidiu com o período de instauração do Estado Novo. Neste sentido, a participação da seleção brasileira nesta competição, significou um momento – na perspectiva do governo federal – privilegiado para aguçar o sentimento de “amor à pátria”.

A primeira edição da Copa do Mundo foi disputada no Uruguai em 1930, deixando algumas certezas. Uma delas é a de que as vitórias nos jogos de futebol envolvendo seleções nacionais em torneios internacionais, poderia contribuir para a visibilidade

interna e externa do país vencedor desses torneios, independentemente se o país fosse da Europa ou da América.

As duas copas subsequentes à realizada no Uruguai ocorreram na Europa; respectivamente na Itália, em 1934, e na França, em 1938. Tanto num, como noutro campeonato mundial, o cenário internacional de emergência de experiências de regimes políticos totalitários, influenciou nos rumos que o esporte passaria a trilhar diante dos bons e/ou maus resultados obtidos nos confrontos. Não por acaso, a decisão da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associação, instituição encarregada da organização dos eventos futebolísticos) em indicar a Itália como país sede do campeonato mundial em 1934, foi imediatamente bem recebida pelo governo italiano, o qual explorou politicamente este torneio, na perspectiva de ver nele uma oportunidade de propagandear o regime fascista[5], a exemplo do governo nazista alemão, por ocasião das Olimpíadas de Berlim em 1936.

Constatado o apelo popular pelo futebol, diferentes manifestações sociais e políticas buscavam se aproveitar do fenômeno esportivo observado em âmbito mundial. A proposta política do Estado Novo implantado em 1937, assemelhava-se – do ponto de vista da concepção dos esportes – às perspectivas do governo alemão e italiano. O interesse pelos jogos da seleção nacional adquiria significados que iam além dos gramados. Torcer pelo êxito do futebol brasileiro, simbolizava envolver-se no sucesso da própria nação. Havia o incentivo do governo federal, através também dos órgãos oficiais da imprensa orientados pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), quanto à idéia de que todas as regiões do país deveriam participar da “torcida” pela seleção nacional.

De modo simbólico, o universo do futebol não permitia que houvesse diretamente discriminações de qualquer espécie, tal como ele próprio se caracterizara no momento de sua implantação no país.[6] Os jogos não se constituiriam apenas como um lazer, mas como algo capaz de tornar as pessoas “mais patrióticas”. Os atletas considerados de

melhor performance na copa do mundo realizada na França em 1938 eram negros. Trata-se de Domingos da Guia e Leônidas da Silva. Tal fato é importante para a idéia de que o futebol poderia contribuir para a possibilidade de ascensão social e econômica dos negros e brancos pobres.[7]

Ao contrário dos momentos iniciais do futebol no Brasil, gradativamente o esporte ia sendo preponderantemente praticado por atletas de modesta condição financeira e pelos negros. É certo que os filhos das famílias mais abastadas também o praticavam, todavia, constituíam um número relativamente mais reduzido. Negros e brancos pobres, visualizavam no futebol uma das poucas oportunidades de ascensão sócio econômica, o que não se aplicava aos outros jogadores de origem diferente deles. Vale lembrar que o período aqui enfocado, coincidia com a recente abolição da mão de obra escrava. Leônidas da Silva, conhecido como *O Diamante Negro*, e Domingos da Guia, *O Divino*, negros e filhos das famílias mais humildes, representaram este cenário que se desenhava no futebol brasileiro.

Estes atletas tiveram trajetórias pessoais semelhantes. Ambos moravam em subúrbios da capita da República. Provavelmente teriam como destino uma vida mais modesta e de anonimato. O futebol pôde lhes oferecer a fama e a possibilidade de vislumbrarem a prosperidade. Atente-se ao fato de que os dois jogadores não representavam casos isolados.[8] Inúmeros outros atletas de mesma origem seguiram, relativamente, os mesmos caminhos do *Divino* e do *Diamante Negro*. Diante disso, jovens de diferentes camadas sociais poderiam se sentir “representados” quando atletas como os mencionados atuavam pela seleção brasileira. Isto contribuiria para a unidade no futebol, o que simbolizaria a unidade nacional.

Manifestações populares de apreço a Leônidas da Silva e a Domingos da Guia vinham de toda parte. Leônidas se transformou num requisitado “garoto propaganda” de

diversos estabelecimentos comerciais, dada a sua extrema popularidade. Seu apelido foi sugestivamente exibido em nome de um chocolate: “Diamante Negro”.

A imagem construída em torno não somente da seleção, mas do futebol, e por extensão do esporte brasileiro, foi amplamente discutida durante a vigência do Estado Novo, do qual o Ministro da Educação Gustavo Capanema era integrante. Ele mesmo foi um dos que reorientou o sentido da prática esportiva no país. No final da década de 1930 e na década de 1940, o poder público, através do Departamento de Imprensa e Propaganda e dos órgãos a ele submetidos, buscaram criar e sedimentar alguns valores da cultura brasileira. O esporte esteve contíguo a esta dinâmica. Ele fez parte desse processo da busca de um homem forte, saudável, trabalhador, vencedor, mas acima de tudo patriótico. O esporte deveria estar a serviço da pátria, independentemente das motivações que levaram à condição do futebol ter se popularizado.

A instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda, o qual se subordinava diretamente ao Presidente Getúlio Vargas, exerceu papel fundamental na difusão do “consumo” dos elementos culturais do país. Veículos de informação como periódicos e transmissões radiofônicas expressavam suas opiniões, e emitiam as notícias, de forma sempre a enaltecer as medidas do governo federal. O DIP dispunha de vários veículos de comunicação, dentre eles, revistas e jornais. Este órgão oficial teve como um de seus objetivos (entre tantos outros), promover e organizar festas cívicas e populares, das quais os jogos de futebol fizeram parte.

A construção de dois centros esportivos na década de 1940 nos leva à constatação de que o futebol não mais significava apenas um esporte. A edificação do Pacaembu, localizado na cidade de São Paulo, e do Maracanã, construído na então capital federal, são símbolos dessa perspectiva. Estes estádios foram erguidos, contando-se com o financiamento do dinheiro público. O governo federal, bem como veículos da imprensa, motivavam a idéia de que os confrontos futebolísticos como manifestações da cultura

popular, poderiam tornar mais intenso o sentimento do nacionalismo, indicando a tendência das décadas de 1940 e 1950. Nesse período, a perspectiva tornou-se mais consistente através da conquista brasileira do seu primeiro campeonato mundial, realizado na Suécia. De esporte inicialmente praticado por camadas sociais específicas, o futebol foi compreendido como uma das representações da cultura de massa.

No decorrer do século XX, sobretudo após a década de 1950, ocasião em que a seleção brasileira de futebol disputou duas finais de copa do mundo (perdendo a primeira para o Uruguai, em território brasileiro, e conquistando o título em 1958, em território europeu), o futebol alcançava o seu grau de "maturidade". No plano simbólico, e ao menos no imaginário popular, o Brasil se apresentava mais forte em relação aos países do chamado "mundo desenvolvido", ainda que de forma momentânea, e do ponto de vista meramente esportivo. Nessa conquista, todas as seleções participantes do campeonato mundial, viram surgir aquele que se tornou o principal futebolista do século passado: Edson Arantes do Nascimento, o "Pelé". Após sucessivas vitórias da seleção nacional em jogos internacionais, o Brasil passou a ser conhecido como o "país do futebol". Tal distinção o acompanhou durante a segunda metade do século XX, atingindo o início deste século XXI.

Notas

[1] Sobre esta questão, ver os trabalhos de PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **Footballmania: uma história do futebol no Rio de Janeiro – 1902/1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. SILVA, Eliazar João da. **Bola na rede – o futebol em São Paulo e no Rio de Janeiro: do amadorismo à profissionalização.** Assis: UNESP/Dissertação de Mestrado, 2000.
[2] Cf. AZEVEDO, Fernando de. **A poesia do corpo.** Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1915. (Tese apresentada ao concurso à vaga de professor da cadeira de ginástica e educação física do ginásio mineiro).
[3] Cf. SILVA, Eliazar João da. *Op. Cit.* p. 174-237.
[4] Sobre os novos elementos da cultura popular de massa nos grandes centros urbanos, ver SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 223-307.
[5] Cf. MURRAY, Bil. **Uma história do futebol.** São Paulo: Hedra, 2000. p. 95-120.
[6] Cf. SILVA, Eliazar João da. *Op. Cit.* p. 92-121.
[7] Cf. FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
[8] Cf. CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro**. São Paulo: Ibrasa, 1990.

Na contramão do neoliberalismo: sem-terra e piqueteiros[1]

Eliel Ribeiro Machado[*] - UEL

Poucas pesquisas acadêmicas, no âmbito das Ciências Sociais, procuram analisar os objetivos dos movimentos sócio-políticos relacionando-os com as formas como se organizam para lutar por esses objetivos; tampouco se propõem a observar se há incongruências política e ideológica entre ambos. De forma sumária, procuramos compreender o processo dialético entre os objetivos pelos quais se luta e as formas como se luta por eles, a partir da análise das "invenções democráticas" dos sem-terra e dos piqueteiros.

Em maior ou menor medida, alguns movimentos sociais nos anos 90 imprimiram derrotas políticas importantes à implementação do projeto neoliberal. Se levarmos em conta os três elementos que compõem a "ideologia popular", ou seja, os elementos "inerentes", "derivados" e as "circunstâncias históricas", esses movimentos ampliaram suas bases de sustentação e empreenderam grandes mobilizações sociais, a despeito de toda a ofensiva política, ideológica e repressiva dos aparelhos policiais.[2] Contra eles, ainda atuaram exemplarmente os grandes meios de comunicação televisivos e impressos. Mesmo assim, vários setores populares foram ganhos para as suas causas. Esses foram capazes politicamente de engendrar as próprias circunstâncias que impulsionaram o crescimento de suas mobilizações, num momento em que os governantes, sob a égide ideológica do "pensamento único", afirmavam o fim da luta de classes, dos movimentos sociais contestatórios, dos sindicatos, partidos etc. Ao lado dos discursos conservadores, forte repressão policial aos que teimavam em "fazer luta de classes".

Sob o contexto da hegemonia neoliberal, esses movimentos sociais começaram a desmascarar os limites da democracia burguesa e as novas formas de dominação política e ideológica. Os sem-terra e os piqueteiros, ao se oporem à dominação democrático-

burguesa, apresentam, a partir de seus *espaços de luta e resistência*,[3] formas políticas, sociais, ideológicas e econômicas distintas e superiores às sociedades capitalistas, mesmo as mais avançadas. A esse conjunto de práticas sociais dos sem-terra e dos piqueteiros denominamos "invenções democráticas", expressão que tomamos de Lefort (1983), mas com um sentido diverso:[4] referimo-nos às "invenções democráticas" dos movimentos sociais para designar formas de organização, de luta e de resistência à hegemonia burguesa. As classes populares nos embates políticos ao poder burguês engendram formas democráticas de organização, estabelecem padrões de comportamento social e político distintos das sociedades burguesas. O trabalho assume o caráter socializador e concreto, deixando de ser alienado e abstrato. Investem na formação política de seus militantes e praticam formas horizontais de decisão e de poder. Combatem os privilégios e defendem os princípios da igualdade e da solidariedade de classe. Enfim, reivindicam e praticam o internacionalismo de classe. As "invenções democráticas" devem ser compreendidas no contexto de dominação burguesa nos territórios nacionais.

A apropriação da política emancipadora pelos movimentos sociais possibilita que as relações sociais e de produção nos assentamentos do MST ou nos bairros populares dos piqueteiros ganhem novas dimensões políticas e ideológicas. A partir desses parâmetros discutimos em cada um dos movimentos as "invenções democráticas" de que são protagonistas.

MST: "ocupar, resistir e produzir"[5]

A luta pela reforma agrária do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ultrapassa a distribuição de terra e tem se politizado bastante. Mesmo o proletariado puro não compondo a base social do MST, o movimento dá sinais da possibilidade de construção de uma sociedade socialista. Seus assentamentos têm se mostrado não somente "ilhas de resistência" ao neoliberalismo como também espaços reais de construção de novas relações sociais e de produção, mesmo sob a hegemonia burguesa. Trata-se, indiscutivelmente, de redutos populares de contra-hegemonia. Assim, a bandeira da reforma

agrária ganha atualidade política e ideológica: em primeiro lugar, ao imprimir-lhe uma identidade de classe popular contra a burguesia agrária; em segundo, ao apontar as contradições e limites do capitalismo; em terceiro, ao sinalizar formas de produção anticapitalistas, mesmo sob o domínio burguês; e, finalmente, ao universalizar a luta como potencialmente pertencente a todos os trabalhadores explorados e expropriados pelo capital.

Nos acampamentos do MST, normalmente submersos no calor da luta política mais imediata – polícia, justiça, jagunços etc. – os sem-terra praticamente vivem em estado permanente de assembléia. As discussões e avaliações políticas coletivas são muito importantes e visam garantir a permanência de todos no acampamento. Os sem-terra chegam a viver quatro anos embaixo da lona-preta e, sem dúvida alguma, é um exercício "pedagógico" fundamental para a formação política de cada um. Nesse período, crianças, adolescentes, homens, mulheres, idosos "fazem" política diuturnamente.[6]

Quando comparado aos acampamentos, os assentamentos apresentam um quadro político distinto. E, por isso, entendemos que os desafios do MST aumentam. Por se situarem em outro patamar da luta de classes, os assentamentos não vivem em estado de assembléia permanente e nem se encontram no calor da luta política mais imediata. Neles, os sem-terra vão plantar e colher aquilo que faz parte de suas reservas políticas e ideológicas, ou seja, o que entendem que seriam as relações de produção socialistas. Ao lado desse aspecto, um outro desafio se interpõe: a capacidade política de se manter vinculado ao movimento.[7] Os assentamentos do movimento representam o seu maior desafio, visto que concretizam a possibilidade de "construção antecipada do socialismo". Sob a hegemonia burguesa neoliberal, o desafio se torna ainda maior, porque o Estado, representando os interesses comuns das classes dominantes, procura inviabilizá-los. Como a luta não é apenas econômica, mas principalmente política e ideológica, o Estado conta com o apoio dos grandes meios de comunicação para isso.[8]

Os assentamentos do MST não são todos organizados da mesma maneira.[9] Estes são, em linhas gerais, os aspectos político-ideológicos do MST nos assentamentos da

Fazenda Pirituba. Como sabemos, dada a dimensão territorial brasileira e a complexidade que assume a luta pela terra em cada região do país, não generalizamos essas observações.

As "invenções democráticas" no MST ou em qualquer outro movimento social não estão imunes às contradições próprias das sociedades capitalistas. Em um mesmo espaço político ou em uma mesma *fração territorial* convivem práticas democráticas e de inspiração socialista com formas políticas vinculadas à ideologia burguesa. No MST, o "novo" e o "velho" são disputados no mesmo espaço geográfico.[10]

"La Verón": "trabajo, dignidad y cambio social"[11]

Os chamados "cortes de ruta" ou "cortes de calle" se transformaram nas principais formas de protesto nos anos 90 ao lado das greves gerais. Nessa década, como sabemos, o índice de desemprego atingia a casa dos 30% em algumas regiões do país.

Consideramos os "cortes de ruta" ou "bloqueio de estradas" como uma das principais "invenções democráticas" dos movimentos piqueteiros: com um instrumento poderoso nas mãos, os piqueteiros passaram a criar novas subjetividades e novas relações de poder; as massas populares exercitam a contra-hegemonia nas ruas e nos bairros, e não mais exclusivamente nas fábricas; com isso, rechaçam a dominação burguesa, suas instituições repressivas, exigem do Estado políticas sociais voltadas aos seus interesses de classe. Os *piqueteiros* só podem ser pensados a partir de sua organização em movimentos sociais. Fora dos movimentos eles são desempregados. Por isso, admitimos que quando se organizam, criticam não apenas a relação capital-trabalho, mas também as condições que os subjugam quando estão "fora" dela.[12]

Entre os diversos movimentos piqueteiros, identificamos o "La Verón" (Movimiento de Trabajadores Desocupados "Aníbal Verón") como aquele que se diferencia dos demais e que, por isso mesmo, priorizamos em nossas análises.[13]

"La Verón" procura antecipar a "construção do socialismo" em suas bases de resistência, nos locais onde vivem, em seus bairros. Para eles, a "democracia de base" é

mais ampla que a "horizontalidade": "Reafirmando la idea de igualdad, define una concepción de organización que 'armoniza' las decisiones de base con el funcionamiento de una estructura organizativa que naturalmente toma forma en la medida en que crecen nuestros movimientos" (MTD "Aníbal Verón, 2003a, p. 3). Dada as características que assumiu, ou seja, agrega em torno de si mais de 15 MTD's, é fácil reconhecer que se trata, portanto, de um "movimento de movimentos". Em suas manifestações, principalmente nos "cortes de rutas", chega a mobilizar quase dez mil pessoas. A horizontalidade, para os militantes de "La Verón", pressupõe igualdade no acesso à informação, ao conhecimento e à formação política de todos.[14]

O desemprego em massa provocado pela reestruturação capitalista nos anos 90, juntamente com todo o processo de privatização das empresas estatais, obrigou os trabalhadores a voltarem para os bairros.[15] Os piquetes, portanto, transferiram o eixo do conflito da fábrica para os bairros (MTD "Aníbal Verón", 2003b, p. 149).[16]

Algumas conclusões preliminares

Os piqueteiros e os sem-terra parecem sinalizar que o centro da luta de classes é mais amplo que aquilo que, convencionalmente, o marxismo mais ortodoxo aponta como a contradição fundamental entre a burguesia e os assalariados puros. Os piqueteiros e os sem-terra se confrontam diretamente com a dominação do capital, mesmo se encontrando "fora" das relações de produção capitalista. Na prática, questionam o aparente paradoxo entre o "assalariado puro" que, em tese, deveria ser o protagonista da revolução e eles, o "exército industrial de reserva", em tese "contra-revolucionários", que se colocam à frente dos processos de transformação social. Ora, ao adquirirem identidade coletiva e lutarem pela transformação do capitalismo, assumem, como classe, o papel que, teoricamente, caberia aos trabalhadores diretamente ligados às relações sociais de produção capitalista.

Como os trabalhadores desempregados – caso dos piqueteiros – ou os "semi-assalariados"[17] – caso dos sem-terra – não estão em condições subjetivas de tomar a dianteira do processo revolucionário – entre outros motivos porque perderam força política e

ideológica durante a implantação do projeto neoliberal –, os novos protagonistas, ao assumirem a tarefa da revolução, propõem novas formas para realizá-la. Ou seja, não estão sendo nos mesmos moldes até então conhecidos.

Esses "novos" sujeitos, potencialmente revolucionários, desafiam os ícones da democracia burguesa (liberdade, igualdade, fraternidade) e apresentam à sociedade suas "invenções democráticas": democracia direta, decisões por assembléia, trabalho concreto e compartilhado, horizontalidade, igualdade de gênero, acesso à informação e à formação política a todos. Trata-se daquilo que arriscamos chamar de "construção antecipada do socialismo" em práticas aparentemente cotidianas, mas que sinalizam para mudanças mais profundas nas relações capitalistas.

Bibliografia consultada

CHAUÍ, M. Apresentando o livro de Lefort. In: LEFORT, C. *A invenção democrática*: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COMPARATO, B. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COTARELO, M. C. La protesta en la Argentina de los '90. *Revista Herramienta*: revista de debate y crítica marxista**,** Buenos Aires, nº 12, p. 139-148, otoño 2000.

FERNANDES, B. M. *MST*: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999. (Geografia: teoria e realidade, 37).

GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

LEFORT, C. *A invenção democrática*: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MACHADO, E. R. *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90:* lutas sociais na contramão do neoliberalismo. São Paulo, 2004. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MAZZEO, M. *Piqueteros*: notas para una tipologia. (mimeo.), s/data.

MTD "Aníbal Verón" – MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DESOCUPADOS "ANÍBAL VERÓN". *Nuestra política para construir un presente y un futuro con trabajo, dignidad y cambio social*. (mimeo.), jun. 2003a.

MTD "Aníbal Verón" – MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DESOCUPADOS "ANÍBAL VERÓN". *Dario y Maxi, dignidad piquetera*: el gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la masacre del 26 de junio en Avellaneda. Buenos Aires: 26 de junio, 2003b.

RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ZIBECHI, R. *La mirada horizontal*: movimientos sociales y emancipación. Montevideo: Nordam Comunidad, 1999.

---

[1] Este artigo é uma versão modificada e resumida de um dos capítulos de nossa tese de doutorado, intitulada *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*, conforme descrevemos na bibliografia. Devido aos limites de espaço, demos um caráter meramente expositivo ao texto, ou seja, não aprofundaremos as temáticas levantadas.

[*] Doutor em Ciências Sociais (Política) (PUC/SP), professor de C. Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL), coordenador do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina) e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

[2] Sobre isso, apoiamo-nos em Rudé, para quem a "ideologia do protesto popular" é constituída pela fusão de três elementos essenciais: um deles, "propriedade inerente das classes populares", é o elemento "inerente", tradicional, baseado na experiência direta, na tradição oral etc. O segundo, é o "derivado", tomado de empréstimo de outros, como os Direitos do Homem, Soberania Popular etc. E o terceiro, são as "circunstâncias e experiências históricas", que ocorrem como precipitadoras de processos revolucionários (Rudé, 1982, p. 25-33).

[3] Expressão utilizada por Fernandes que designa o momento quando o MST "traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade – um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e demonstração da sua forma de organização" (1999, p. 238).

[4] Lefort está preocupado em confrontar as virtudes da democracia sobre o totalitarismo. A democracia, em seu entendimento, é portadora de direitos ou da busca pelos direitos ainda não existentes: trata-se do direito a ter direitos. Segundo Chauí, referindo-se à iniciativa dele, "a democracia é invenção porque, longe de ser a mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstituição permanente do social e do político. Como criação de direitos, como reconhecimento das divisões internas e das diferenças constitutivas do social e do político, a democracia abre para a história no sentido forte da palavra" (Chauí, 1983, p. 11). Entretanto, cabe lembrar que a democracia burguesa pode significar o inverso também: a retirada de direitos. Basta tomarmos o exemplo da Argentina na década de 90, quando, de um lado, o Estado patrocinou políticas favoráveis à "oligarquia financeira" e, de outro, ações que visaram suprimir direitos dos trabalhadores. Estes, por sua vez, empreenderam uma luta de ***caráter defensivo*** e de ***sinal negativo***, procurando evitar a perda de direitos conquistados há décadas. Portanto, as manifestações populares naquele país não se traduzem em lutas para a conquista de novos direitos, mas para evitar perdê-los e, nesse sentido, não empreendem uma luta de *sinal positivo* (Cotarelo, 2000, p. 79).

[5] Referirmo-nos à pesquisa realizada nos assentamos da Fazenda Pirituba, localizada nas cidades de Itapeva e Itaberá, no interior do Estado de São Paulo.

[6] Fora essas, as relações sociais nos acampamentos tendem a mudar: homens cozinham e cuidam das crianças enquanto as mulheres fazem a segurança; todos se inserem em algum setor (segurança, educação, saúde, higiene, alimentação, almoxarifado etc.) e, portanto, assumem alguma tarefa no acampamento; todos fazem curso de formação política; e as crianças e adultos são alfabetizadas, normalmente pelo "método Paulo Freire". Uma das principais lições dos acampamentos é a prática da solidariedade de classe e a distribuição coletiva do que recebem como doação. As principais refeições também são compartilhadas por todos. Não generalizamos estas observações, pois se referem à nossa visita a um acampamento do interior de São Paulo. É provável que em outras partes do país, devido às especificidades culturais, sociais, econômicas, políticas e ideológicas, algumas questões assumem mais importância que outras. Para efeito de esclarecimento, entre os anos de 2001 e 2003, vistamos o acampamento "Chico Mendes" (Jacareí – SP), o pré-assentamento Fazenda Santa Rita (São José dos Campos – SP) e dois assentamentos: Paranacity (PR) e Itapeva/Itaberá (SP), na Fazenda Pirituba. No assentamento da Fazenda Pirituba tivemos a oportunidade de realizar várias visitas em praticamente todas as suas seis áreas.

[7] Uma das formas de vínculo é a presença quase constante de assentados prestando solidariedade, apoio e contribuindo para a organização dos acampamentos.

[8] Segundo Comparato, "os documentos extraídos da imprensa (...) sugerem que haja uma concordância, em todos os veículos jornalísticos, no sentido de apresentar negativamente o MST" (2003, p. 119).

[9] Com uma base social predominantemente constituída por "semi-assalariados", os desafios do MST aumentam se imaginarmos uma cultura patriarcal, individualista e machista que muitos camponeses trazem consigo. Os riscos de não quererem trabalhar a terra de forma coletiva são constantes ou de preferirem o lote individual. Para isso, a vida coletiva nos acampamentos aliada à formação política do movimento são fundamentais para provocarem mudanças nas consciências conservadoras desses homens e mulheres. Nos acampamentos as práticas coletivas não envolvem a questão da propriedade privada, que se dará de fato no assentamento. Mas a forma de luta coletiva para a conquistar a terra tem um efeito pedagógico que pode provocar a adesão dos mais conservadores ao trabalho coletivo posterior, ou pelo menos que mantenha alguma forma de cooperação nos assentamentos.

[10] Segundo Zibechi, "el MST combina aspectos que niegan la sociedad capitalista con otros que la reproducen. Es imposible que un movimiento represente la negación absoluta, la inversión total, de la sociedad en la que está inmerso. Las continuidades se cuelan a menudo en las características de la estructura organizativa (…), en los estilos más o menos verticales de dirección, en la escasa o baja participación de los miembros, en el autoritarismo interno, en la cultura que emite un movimiento o partido, sus vínculos con las instituciones y un largo etc. La peculiaridad del MST es que encarna una ruptura mucho mayor con la sociedad actual que otros movimientos. O, dicho de otro modo, que lo nuevo tiene un peso mayor y más decisivo que lo viejo" (Zibechi, 1999, p. 82).

[11] Referirmo-nos à pesquisa que realizamos junto ao movimento piqueteiro argentino "La Verón", entre os anos de 2001 e 2003.

[12] Eles questionam, portanto, "las relaciones sociales alienantes *en* la producción (es decir [questionam] la difusión social de la producción y la lógica mercantil en todos los planos) que se manifiestan de modo concreto en el plano intersubjetivo, mucho más que las relaciones de producción" [grifos do autor] (Mazzeo, s/d., p. 8).

[13] O movimento piqueteiro "La Verón" se apresenta da seguinte forma ao procurar se diferenciar dos demais movimentos piqueteiros: "Para que esa sociedad que deseamos sea posible, tenemos que empezar a practicarla desde ahora. Todos los días organizando nuestro trabajo, nuestras actitudes, nuestras relaciones, con dignidad, justicia y igualdad. A mal puerto van a dar las experiencias que depositan sus ideales en futuros tan puros como remotos, que se contradicen con prácticas cotidianas donde prima la soberbia, las jerarquías y el desprecio al prójimo (MTD "Aníbal Verón", 2003a, p. 2).

[14] Tivemos a oportunidade de acompanhar um dos cursos de formação política promovido pelos movimentos de Almirante Brown, Lanús e Quilmes, em maio de 2003. A maioria dos participantes, entre 20 e 30, era de pessoas simples, com pouca ou média escolaridade. Havia crianças, adolescentes, mulheres e homens de diversas faixas etárias, embora predominasse um público mais jovem (entre 17 e 25 anos).

[15] É interessante notar a forte presença de mulheres piqueteiras. Em conversa com várias delas e indagadas sobre o fato de serem maioria, explicaram que os homens, em geral, têm dificuldades para participarem do movimento, pelo menos num primeiro momento. Eles se sentiam culpados pela situação de desemprego e, em função disso, as mulheres foram assumindo a luta. Com o passar de alguns anos, os movimentos foram conquistando algumas vitórias e muitos deles acabaram se integrando ao movimento. Além disso, as mulheres tiveram mais facilidades para a luta piqueteira porque, ao contrário da maioria dos homens que saia para trabalhar nas fábricas, "viviam" mais o bairro, cuidavam dos filhos, conheciam os vizinhos, as escolas, o comércio local etc.

[16] É importante ressaltar que o capital não se abstém da disputa territorial. Ao contrário, todo o processo que possibilita a construção ideológica de identidade coletiva é disputado pelo capital.

[17] Sobre a base social do MST, consultar GERMER (2002).

História da África e jacobinismo negro no Brasil contemporâneo (1931-1950)

Elio Chaves Flores* - UFPB

I. Introdução

As pesquisas dos últimos vinte anos sobre o protagonismo e o jacobinismo negros chegaram a ser duramente criticadas por importantes intelectuais europeus como uma concessão às agências americanas que financiam programas de ações afirmativas para a comunidade negra do Brasil. O combativo sociólogo francês, Pierre Bourdieu, por exemplo, parece não admitir a negritude radical no "Brasil mestiço" entendendo-a como uma simples importação das questões raciais americanas. Para ele, seria evidente a "difusão da doxa racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro" sob os auspícios do que ele chamou ironicamente de as "artimanhas da razão imperialista" (Bourdieu; 1999: 15-33). Isso demonstra que a realidade social do negro brasileiro passou a ser uma questão paradigmática para uma expressiva comunidade de intelectuais que, tal como a comunidade de historiadores brasileiros, pouco se importava com a África e o africanismo na diáspora.

Diante disso, o propósito de se estudar o africanismo e o jacobinismo negro a partir de suas inserções nos saberes históricos difundidos pela imprensa e escritos de seus protagonistas, visa contribuir para o resgate dos movimentos sociais dos afro-brasileiros (pretos e pardos) assim como para aprofundar estudos sobre a matriz cultural africana no Brasil contemporâneo.

II. A pesquisa

Embora se reconheça que o conceito raça não passe de uma rasura epistemológica das categorias etnia e etnicidade, deve-se estar atento para o fato de que o racismo nunca opera, como sustenta Stuart Hall, fora dos significantes corporais e visuais. Com efeito, para além do contorno racialista, o estereótipo cultural se situa no campo das representações da própria cultura histórica, onde, o afro-brasileiro, por exemplo, balizado pelo antropologismo tardio, passa a ser naturalizado como sujeito sensualista (musical, dançante e futebolista) e, por isso mesmo, carente de capacidades intelectuais mais elevadas, isto é, abstratas, filosóficas e científicas. Apesar das transformações dos paradigmas historiográficos e o avanço dos estudos multiculturalistas evidenciem que as bases ideológicas do racismo biológico declinaram depois da Segunda Guerra Mundial, as argumentações culturalistas etnocêntricas não perderam terreno no

* Professor da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do projeto de pesquisa História da África, saberes históricos e jacobinismo negro no Brasil contemporâneo (1931-1988), CNPq/UFPB.

mundo globalizado. Na verdade, como bem observa Hall, “o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo” (Hall; 2003: 51-100).

O capitalismo na África viu-se confrontado tanto pelo nacionalismo quanto pelo socialismo, ambos raízes da revolta contra o Ocidente colonialista e inventores das identidades africanas. Parecia ainda subsistir a máxima dos primeiros nacionalistas, verbalizada por Alexander Crummell, afro-americano de nascimento, liberiano por adoção, de que a África deveria ser por todos os séculos a pátria da raça negra (Woddis; 1961; Appiah; 1997). Mas o que cabe salientar em termos de continente africano seria a dupla dimensão da modernidade colonial: de um lado, o espetacular avanço da descolonização e do jacobinismo negro entre as décadas de 1950 e 1960; e, de outro lado, a institucionalização do Estado segregacionista africânder na África austral. Essa África dos Estados nacionais viu-se diante de uma “difícil escalada” onde se “exigia que todos os povos fossem livres” (Oliver; 1994: 269-80). A radicalização da negritude levada a cabo por intelectuais negros da diáspora africana e a judicialização das questões raciais como crime contra a humanidade demonstram aquilo que Fernand Braudel chamava, no início da década de 1960, como o “despertar da África” considerando as “Áfricas exiladas” e a existência das “Áfricas vivas no Novo Mundo” (1989: 140). Dentre essas africanidades deve-se destacar, especialmente, o rastafarismo no Caribe e nas Antilhas, os sons jazísticos da cultura negra norte-americana e a variedade de ritmos africanistas no Brasil (Hobsbawm; 1990). De modo que se pode falar de uma tradição do jacobinismo negro, que, se quisermos uma genealogia, remonta a Palmares, passa por São Domingos e se espraia na primeira metade do século 20 com “a tinta da negritude” (James, 2000, p.344-71).

A constituição da imprensa negra e a formação de uma intelectualidade negra no Brasil, embora tenha sido pouco estudada, parece que foi expressiva nos primeiros 50 anos da República e marca a passagem do isolamento étnico à descoberta da raça e da participação política com o fim do Estado Novo (Bastide; 1973: 131-7; Moura; 1988: 204-17). Infelizmente, muitos estudos históricos sobre a imprensa brasileira ficaram nos limites da chamada imprensa burguesa ou grande imprensa, preocupando-se com a intimidade dessas empresas singulares, “esses colossos de pés de barro” (Sodré; 1999: 389). Mesmo essa última edição citada, do clássico livro de Nelson Werneck Sodré, com acréscimo de um capítulo novo e alardeado na capa como “a mais completa obra sobre a imprensa no Brasil” não registra uma única frase sobre a imprensa negra em qualquer

período histórico. Isso somente demonstra a relevância dos estudos africanistas e do protagonismo negro na República. De fato, numa sociedade com diversidade cultural e étnica, os jornais são as bases dos processos de definição e da produção do consenso. Nesse sentido, os jornalistas e os demais intelectuais que têm acesso à opinião publicada são parte integrante da "própria construção do acontecimento histórico".

Com efeito, Kucinski alerta que, no Brasil contemporâneo, "a estrutura de propriedade das empresas jornalísticas reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra". Eu diria mais ainda, que essa herança passou incólume para as capitanias televisivas, as mídias das imagens e dos sons que até a década de 1990 mostravam um Brasil branco e nórdico, articulando "políticas das elites dominantes e de definição dos destinos do país – uma instituinte de história" (Kucinski; 1998: 16). Entretanto, a imprensa negra sempre foi um instrumento de luta e de protagonismo dos afro-brasileiros, tanto trabalhadores quanto intelectuais (Santos, 2004; Moura, 1988, Fernandes, 1978, Bastide, 1973).

No Brasil, entre 1931 e 1988, limites cronológicos que marcam a retomada da imprensa negra e do protagonismo africanista nas lutas políticas contra a discriminação racial, a duração histórica decompõe-se nas seguintes temporalidades: uma intensa luta de classes e cultural (1931-1945), uma dramática experiência da democracia (1945-64) e uma ditadura repressiva (1964-84). Trata-se de uma duração histórica calcada no eugenismo político recorrente na história republicana. Essa duração não responde exatamente aos cânones da periodização tradicional da história republicana nos termos da economia dominante e da política estruturante do regime, mas sim das lutas econômicas e culturalistas do próprio protagonismo negro (Flores; 2003).

Na primeira temporalidade, que nesse trabalho alargo um pouco mais (1931-1950), destaca-se a profusão de associações de homens de cor e órgãos de imprensa negra. Em 1931, a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) pretendia, conforme o seu estatuto, a "união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude de sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos atuais na Comunhão Brasileira" (1998, pp. 110-11). Vieram então as dissidências, como a Legião Negra, que lutou na guerra de 1932, ao lado dos rebelados. Logo depois, abre-se outra dissidência na Frente Negra e surge a Frente Negra Brasileira Socialista (FNBS), que publica os seus estatutos no *Jornal do Estado*, em 21 de junho de 1933. Propugnava "a agremiação político-social da gente negra" a partir de um programa mais jacobino, como o desenvolvimento do "poderio

racial" e "alevantamento moral" dos negros, o "desenvolvimento intelectual, artístico, técnico, profissional e físico, bem como proteção e defesa jurídico-social e econômica em todas as manifestações do Povo Negro" (Idem, p. 71). Ainda em 1932, surgiu o Clube Negro de Cultura Social, fundado por José Correia Leite e, no ano de 1933, foi fundado o jornal *A Voz da Raça*, órgão da Frente Negra Brasileira.

Em virtude das pressões autoritárias e das traumáticas situações, ainda revolucionárias da década de 1930, a Frente Negra Brasileira se transformou, em 1936, em partido político, para logo ser extinta no ano de 1937. Entre 1937 e 1944, em que pese as novas pesquisas sobre a cultura política dos trabalhadores e suas relações com o poder instituído, a situação histórica dos afro-brasileiros – a Gente Negra, na expressão jacobina dos intelectuais negros – estaria incrustada nas utopias hiperbólicas do "acertei no milhar" e da "epopéia do samba" (Matos, 1982; Augras, 1998). Mas não é desprezível a hipótese de que os milhares de cartas enviadas ao Presidente da República nessa mesma temporalidade fossem, em boa parte, de trabalhadores afro-brasileiros, já que se trata de um vasto acervo epistolar de pessoas comuns (Ferreira, 1997). De fato, não é totalmente obscura a agência histórica dos afro-brasileiros durante o Estado Novo. A União Negra Brasileira, o Clube Recreativo Palmares, as efemérides do cinqüentenário da Abolição tornaram possível um facho de luz no ostracismo da democracia representativa. Um exemplo disso seria a ação dos ativistas negros, entre eles Abdias do Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Agur Sampaio, Geraldo Campos de Oliveira, que organizaram o Congresso Afro-Campineiro, em maio de 1938, no interior do Estado de São Paulo. João Lopes, um militante negro e comunista, explicitou sua visão do mundo do trabalho no Estado Novo: "Tudo era analfabeto, vinha da roça. O Brasil em si é analfabeto. Eu também sou, mas acontece que eu já vim danado com o negócio da questão racial, que o francês me ensinou. Já vim brabo, já vim doido" (1988, p. 115).

No decorrer da década de 1940 essa agenda histórica apenas se expandiria em várias direções da luta política anti-racista: o Teatro Experimental do Negro (Rio de Janeiro, 1944), o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (Rio de Janeiro, 1945), a Convenção Nacional do Negro (São Paulo, 1945; Rio de Janeiro, 1946), a Conferência Nacional do Negro (Rio de Janeiro, 1949), o Instituto Nacional do Negro (Rio de Janeiro, 1949) e o 1.º Congresso do Negro Brasileiro (1950). A predominância dos eventos na cidade do Rio de Janeiro explica-se pela influência política e cultural do Distrito Federal numa República muito pouco federativa. O principal dessas organizações e eventos não foi apenas discutir a questão racial no Brasil, mas a constituição de um despertar da África no Brasil com a

conseqüente valorização da matriz africana na formação brasileira. Pode-se dizer que a intelectualidade jacobina do movimento negro volta-se para as raízes da negritude como forma de superar o colonialismo e a discriminação racial.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado no ano de 1944 e teria como preliminar, segundo o seu idealizador, Abdias do Nascimento, a compreensão de que o processo de libertação da massa dos homens de cor devia se assentar na educação para a vida livre se efetivar. Esse jacobinismo partia de um "marco zero" com "aulas de alfabetização e iniciação cultural" para operários, trabalhadores e empregadas domésticas. O próprio Abdias chamaria esse programa, cinco anos depois, de "um campo de polarização psicológica, onde está se formando o núcleo de um movimento de vastas proporções" a partir das "sobrevivências paideumáticas subsistentes na sociedade brasileira e que se prendem às matrizes culturais africanas" (Nascimento, 1949, p. 11).

A criação do jornal *Quilombo* (Vida, Problemas e Aspirações do Negro), editado entre 1948 e 1950, permitiu a crítica à democracia racial no Brasil bem como a adesão aos ideais da negritude e da descolonização da África. Matérias e artigos assinados referentes à negritude e à África seriam freqüentes nas páginas do jornal de Abdias do Nascimento. No primeiro editorial isso aparece com o propósito da defesa de uma "cultura com acentos africanos" e crítica contundente contra a situação política na África do Sul e o avanço de um Estado segregacionista dos negros em solo africano (Nascimento, 1948; 2003). A primeira meta dos editores, de um total de cinco, publicada em todos os números, seria exatamente esta: "colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência" (*Quilombo*, 1948; 2003). O jornal mantinha correspondência e traduzia importantes matérias da revista *Présence Africaine*, porta-voz dos jacobinos negros das colônias francesas na África e no Caribe. Também publicava com freqüência artigos sobre acontecimentos em Uganda, Congo, Abissínia, Haiti, Cuba e sobre o problema racial nos Estados Unidos. Artigos como "Racismo, a herança de Hitler" (maio de 1949), "Século da Questão Racial" (fevereiro de 1950), matérias como "Nossos irmãos da Abissínia" (junho de 1949) e "Sob os céus etiópicos" (julho de 1949) explicitam esse interesse pela conjuntura africana de pós-guerra.

Vale a pena destacar os ensaios de Jean-Paul Sartre e de Roger Bastide sobre a negritude e seus principais defensores africanos e africanistas. São, a meu ver, circularidades intelectuais que contribuíram para a africanização do debate sobre a tão discutível democracia racial na República brasileira. Não se pode esquecer que as

grandes barreiras de acesso dos afro-brasileiros aos domínios do direito e do trabalho justamente remunerado eram a educação e a profissionalização.

O ensaio *Orpheu Negro*, de Sartre, que apresenta a poesia da negritude, foi publicado na edição de janeiro de 1950 e traz para os afro-brasileiros a perspectiva das realidades africanas e diaspóricas: "A oportunidade inaudita da poesia negra, é que os cuidados do indígena colonizado encontram símbolos evidentes e grandiosos e que é preciso aprofundar e meditar sempre: o exílio, a escravidão, a dupla África – Europa e a grande divisão maniqueísta do mundo em negro e branco. Este exílio ancestral dos corpos figura o outro exílio: a alma negra é uma África donde o negro está exilado no meio dos frios edifícios da cultura e da técnica brancas". Fala-se também da perspectiva do socialismo em África: "Visto do Senegal ou do Congo o socialismo aparece como um belo sonho. Para que os camponeses negros descubram que são absolutamente necessárias suas reivindicações imediatas e locais, é preciso então que aprendam a formular em comum estas reivindicações e que pensem também como negros" (Sartre, 1950, pp. 6-7).

O artigo de Roger Bastide, *O Movimento Negro Francês*, foi publicado na edição de maio de 1950, e trata, na verdade, da "literatura de alma africana". Bastide discute as correntes ideológicas da negritude no território francês e nas colônias. Para ele, a corrente política, dominada pelos comunistas, aposta na educação ocidental como ponto de partida para um amplo movimento de insurreição anti-colonial; uma outra, de natureza religiosa procura inserir os negros nas famílias francesas, afastando-os das seduções cosmopolitas da vida metropolitana de Paris. Bastide percebe mais duas correntes que seriam, segundo suas argutas observações, as grandes definidoras do africanismo em meados do século 20: "Mas as duas correntes mais interessantes, e todavia antagônicas, são a da tomada de consciência dos valores puramente africanos e da assimilação do negro à civilização ocidental. Estes dois movimentos presentemente estão se fundindo numa síntese superior, graças à criação de um grupo bastante conhecido no Brasil, PRESENÇA AFRICANA" (Bastide, 1950, p. 3).

Dois meses depois, na décima edição de *Quilombo*, seria publicado o artigo de Guerreiro Ramos, *Apresentação da Negritude*, que seria uma espécie de manifesto dos afro-brasileiros, numa temporalidade ainda ardente em função do racismo intrínseco da brancura: "No momento em que lançamos na vida nacional o mito da negritude, fazemos questão de proclamá-la com toda clareza. A negritude não é um fermento de ódio. Não é um cisma. É uma subjetividade. Uma vivência. (...) A negritude, com seu sortilégio,

sempre esteve presente nesta cultura, exuberante de entusiasmo, ingenuidade, paixão, sensualidade, mistério, embora só hoje por efeito de uma pressão universal esteja emergindo para a lúcida consciência de sua fisionomia" (Ramos, 1950, p. 11). Portanto, essas apropriações circulantes de uma negritude jacobina, posto que transformadoras da condição do ser negro no Brasil, não deixam de ser instituintes de uma outra história, a do protagonismo negro na República.

III. Considerações Finais

Na sua pesquisa sobre identidade, raça e gênero no Brasil, Elisa Larkin Nascimento afirma que as organizações e a imprensa negra chegam ao final da década de 1940 com uma forte consciência internacional sobre as questões africanistas. Creio ter apontado, nesse trabalho, algumas posições dos intelectuais afro-brasileiros, sintetizando-as agora: a defesa e a igualdade dos povos sem distinção de cor; as posições da ONU sobre o racismo; a idéia de criação dos Estados Unidos da África, considerada a difícil solução dos problemas africanos à base das fronteiras coloniais. Essas preocupações com a África continental e as Áfricas diaspóricas demonstram, segundo Elisa Nascimento, a maturidade da consciência histórica da negritude brasileira. Para ela, "na medida em que lhes era possível, considerando-se as dificuldades de comunicação e acesso à informação, os movimentos e a imprensa negra tentavam de forma consistente inserir-se no processo internacional do mundo africano, naquele momento histórico, em pleno processo de luta pela descolonização" (Nascimento; 2003: 247-8).

Assim, os resultados parciais da pesquisa, ainda em desenvolvimento, poderiam ser descritos a partir das seguintes considerações:

a) os protagonistas da imprensa negra no Brasil questionaram a visão eurocentrista da História da África balizada pela grande imprensa e pelo mito da democracia racial;
b) a busca das raízes africanas e a compreensão da África contemporânea contribuíram para a construção da negritude no Brasil;
c) as representações históricas do continente africano e a história dos africanos na diáspora formam as bases do jacobinismo negro republicano;

d) por último, mas não menos importante, supõe-se que teria havido, por parte do leitor da imprensa negra, uma identificação intelectual e ideológica com os narradores do africanismo, aprofundando a crítica do racialismo, consubstanciando assim, a matriz cultural africana no Brasil contemporâneo.

IV. Fontes

BASTIDE, Roger. O Movimento Negro Francês. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, mai/1950, p. 3 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 97).
LOPES, João. Militância e Malandragem. In: GOMES, Angela Castro. (Coord.). *Velhos Militantes*: depoimentos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 73-122.
NASCIMENTO, Abdias. Nós. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, dez/1948, editorial de capa (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 19).
_____ Discurso de Abertura da Conferência Nacional do Negro. Associação Brasileira de Imprensa, 09 de maio de 1949. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, jun/1949, p.11 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 45).
Quilombo. Vida, problemas e aspirações do Negro. N.°s 01 a 10. Dez/1948 a Jul/1950 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003).
QUILOMBHOJE. (Org.). *Frente Negra Brasileira*: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
RAMOS, Guerreiro. Apresentação da Negritude. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, ju/1950, p.11 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 117).
SARTRE, Jean-Paul. Orpheu Negro. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, jan/1950, pp. 6-7 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 65).

V. Bibliografia

APPIAH, Anthony Kwane. *Na Casa de Meu Pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
AUGRAS, Monique. *O Brasil do Samba-Enredo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
BRAUDEL, Fernand. *Gramáticas das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Löic. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*. Vol. 24. N.° 1. Rio de Janeiro, UCAM/CEAA, 1999, pp. 15-33.
FLORES, Elio Chaves. Currículo e Diversidade Cultural: África e africanismo em História. *Anais Eletrônicos do I Colóquio Internacional de Políticas Curriculares*. João Pessoa, CE/UFPB, 2003.
FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.
GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. (Orgs.). *Tirando a Máscara*: ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
HALL, Stuart. *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
HOBSBAWM, Eric. *História Social do Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
JAMES, C.L.R. *Os Jacobinos Negros*: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.
KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
_____ *Jornalistas e Revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.
MATOS, Claudia. *Acertei no Milhar*: samba e malandragem no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
NASCIMENTO, Elisa L. *O Sortilégio da Cor*: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*: da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
SANTOS, José Antonio dos. Trabalhadores e movimento negro: negociação e conflito no sul do Brasil. In: *Saeculum* – Revista de História. João Pessoa: Depto. de História/Editora Universitária, 2004, pp. 113-40.
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
WODDIS, Jack. *África*: as raízes da revolta. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

O LEGADO CULTURAL VINDO DOS AÇORES : IDENTIDADES E DIVERSIDADES[i]

Elis Regina Barbosa Ângelo – PPG-PUC-SP/UNISA

A expressividade de alguns traços que caracterizam os descendentes de açorianos que habitam a Lagoa da Conceição em Florianópolis foi sendo incorporada a uma imagem direcionada para o que hoje acredita-se fazer parte de uma "cultura açoriana"[ii], que sob uma trajetória de percalços e divergências, projetaram distintas visibilidades ao longo dos anos.

As imagens[iii] criadas que repercutiram sobre algumas características dos moradores de Florianópolis em geral, não parece ter sido das melhores. Algumas pode-se dizer que foram até "grosseiras" , mas fizeram parte do universo destes e tiveram uma cronologia que também fez parte de universos distintos de ordem social, política e cultural.

Uma das questões a esse respeito refere-se à imagem de "praiano indolente", que parece ter repercutido primeiramente com a modernização sanitária da cidade de Florianópolis em 1920, especialmente com a apresentação de um discurso higienista[iv] que atribuía códigos de conduta para a população e diferenciava de certa forma o homem culto e educado do homem rústico e "sem educação".

Ao mesmo tempo, repercutia o papel da Igreja que contrariava algumas condutas dos praticantes de uma cultura popular religiosa luso-brasileira. A idéia era agir contra as resistências, isso era percebido principalmente nos discursos eclesiásticos que tentavam impor o processo de "romanização"[v] da Igreja, tentando com isso, distanciar a população das tradições luso-brasileiras.

Algumas expressões como "Manezinho da Ilha" foram utilizadas por novos moradores da Ilha, em especial os italianos e alemães que demonstravam um pejorativo de pessoa rústica, "cafona", que tem um jeito de falar diferente, se veste de forma diferente e é pouco adequado aos hábitos citadinos. Isso parece ter interferido no modo de ser açoriano, ou pelo menos no modo de ver-se "açoriano". Dessa forma, surgiram alguns posicionamentos, como é o caso da

fundamentação das entidades que buscam hoje ressaltar a cultura açoriana e os traços dos seus descendentes.

Houve então, em meados do século XX uma nova preocupação com o discurso culturalístico[vi], que intencionava diferenciar a cultura açoriana da cultura alemã, que parecia fortalecer-se na região. Essa preocupação veio a traçar uma visibilidade capaz de trazer orgulho às raízes açorianas, como é o caso dos traços do homem açoriano, que foi caracterizado com um leque de qualidades e, dentre elas ”insularidade, perseverança, dedicação, afabilidade, saudade, nostalgia, atavismo, esperança, introspecção, tradicionalismo, contemplação, temperança, musicalidade e religiosidade...”[vii]

Surgiram nesse contexto variadas maneiras de ressaltar as identidades dos açorianos, para mudar uma caracterização efetivada em diversos momentos e sob diversas perspectivas que não eram certamente a de ressaltar os traços açorianos e sim de certa forma rebaixá-los.[viii] Esses posicionamentos formularam o que se verifica hoje em Florianópolis a respeito do culto à cultura açoriana.

Com o crescimento urbano e a balnearização das praias em conjunto com o crescimento do turismo, houve a partir da década de 70 uma evidenciação das tradições, traços e demais elementos da cultura açoriana, que parece ter surgido neste momento como uma nova preocupação, a de preservá-las.

Dessas trajetórias da imagem criada com o intuito de evidenciar a cultura açoriana, indiferente dos interesses pelos quais os diversos processos eram apresentados, têm-se uma emaranhado de elementos que configuram atualmente as tradições[ix] açorianas.

Concorda-se que toda tradição é uma invenção coletiva que, de certo modo tem o intuito de manter um elo com o passado, caracterizando assim grupos e comunidades e os diferenciando de outros com os quais existe contato. No entanto, as tradições reconhecidas hoje em Florianópolis e em maior abrangência no Estado de Santa Catarina, se perpetuaram até a atualidade sem necessariamente possuir vínculos com os interesses políticos da região.

Acredita-se que após a veiculação de uma imagem turística que chega para transformar a economia local, intensificou-se a necessidade de manter toda e qualquer tradição açoriana. Dessa forma:

> Quem visita hoje a Ilha de Santa Catarina ou mesmo o litoral do Estado e perguntar a um nativo como ele se identifica e qual sua origem, encontrará respostas muito comuns como estas: - "eu sou manezinho!" , "sou açoriano"! Se abrir os jornais locais, verá expressões como "cultura açoriana", "arquitetura açoriana", "folclore açoriano". Se procurar mapas ou roteiros turísticos oficiais do Estado, lá encontrará o ícone de uma rendeira, simbolizando a região litorânea...[x]

Os traços culturais que anteriormente eram identificados por modos de vida e tradições mesmo desconhecidas por outros grupos étnicos parecem hoje um aglomerado de cartazes de venda de uma cultura tida como diferencial, especialmente por conta de uma contextualização econômica com o crescimento do turismo no local.

Essa criação de uma imagem de homem tradicional, homem do litoral que imageticamente produzira um passado memorável em sua trajetória em Santa Catarina têm-se uma questão de visibilidade dos meios intelectuais catarinenses, pois:

> Tratava-se de produzir uma memória como suporte da identidade cultural do homem açoriano e foi este o esforço realizado nas décadas seguintes, num processo que poderíamos chamar de agenciamento tradicionalista da história catarinense e que se diversificou nas missões e descrições dos folcloristas da Comissão Catarinense de Folclore, em textos de história regional dos historiadores documentalistas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e nas narrativas do romance regionalista dos escritores abrigados na Academia Catarinense de Letras.[xi]

Dessas colocações percebe-se uma politização da cultura açoriana enquanto algo ao mesmo tempo rentável, pela própria configuração econômica que se deu e, de certa forma, uma tentativa de retomar as raízes açorianas, tentando desenvolver na mentalidade da população local uma afinidade com os traços que os caracterizam, para que seja assumida a forma de pertencimento e identificação, agora com orgulho.

Uma outra posição sobre os direcionamentos que simbolizam as identidades regional ou étnica, pode ser percebida como uma monopolização do poder de se fazer valer, conforme apontado:

> As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradoiros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer reconhecer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos.Com efeito, o que está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade do grupo.[xii]

Assim, tem-se uma percepção de como as manifestações da cultura açoriana, foram sendo construídas e reconstruídas ao longo das gerações, seja por meio da necessidade de se fazer valer e ver em meio a outros grupos étnicos, seja por uma questão de continuidade coletiva.

Na tentativa de repercussão, são salientadas pelos meios de comunicação uma série de elementos que são considerados constituintes das manifestações culturais açorianas:

> O ciclo do divino, farra do boi, boi de mamão, ternos de Natal, Ano Novo, reis, Santo Amaro e São Sebastião, luto e coberta d'alma, teares e roupas rústicas, procissões dos passos, engenhos, pão-por-Deus, pasquim, ratoeria e danças de roda, gastronomia do peixe e sopa de couves, renda de bilros, olaria, entrudo, lendas e mitos, lanchas baleeiras, introdução do figo, cevada, laranja, cana-de-açúcar, uva, couve, trigo e temperos.[xiii]

Dessas manifestações culturais elencadas, percebe-se que existe uma disseminação de especificidades, pois, na Lagoa da Conceição nem todas são tidas como características da tradição açoriana.

Seria, no entanto, polêmico questionar ou diferenciar as que são "verdadeiras" ou não e, como as tradições são reconhecidas como inventadas, basta a verificação do que é aceito por dadas comunidades e qual a sua aplicabilidade por elas.

A questão da funcionalidade das tradições implica num reconhecimento dos cenários que compõem a cultura e as identidades. Cria-se assim, um mosaico de elementos que vão diferenciar os descendentes de açorianos e veicular uma nova imagem, com o intuito de delinear questões de pertencimento e de sentimento.

Desses apontamentos sobre como as "tradições açorianas" foram sendo moldadas ao longo dos anos, passa a ser necessário a reflexão sobre o paradoxo que contrapõe imagens criadas com o intuito de essencializar uma cultura e a preocupação com o reconhecimento de identidades pertencentes a um grupo étnico.

Esse processo contraditório faz com que haja de certa forma um posicionamento. Cabe ressaltar que o propósito desse trabalho é observar o movimento pelo qual a tradição feminina de tecer renda de bilros foi ao longo de diversas gerações sendo (re)criada e (re)dimensionada pelas mulheres rendeiras da Lagoa em recantos diferentes.

Dessa configuração, percebe-se que as intenções em manter ou extinguir uma obrigatoriedade geracional posicionou-se também ao longo dos anos de maneira irregular, sinuosa, entremeada por interesses individuais e coletivos e que fazem parte de um universo maior de elementos também difundidos pela "cultura açoriana", que nos vários momentos históricos foram sendo reelaborados pela própria dinâmica cultural, não sendo indiferente das posições políticas e administrativas do local. Entretanto, o movimento desse processo que é uma tradição cultural feminina se interliga a uma ordem de acontecimentos que de certa forma regiam as continuidades e descontinuidades das ações.

Antes de partir para a busca de um melhor entendimento desse movimento, faz-se necessário entender um pouco mais sobre a formação das tradições que inscreveram o legado cultural vindo dos Açores:

> ...pode-se observar que os componentes culturais, que dão uma identidade coletiva aos nativos, firmam-se em circunstâncias vividas e que podem ser interpretados dentro do que se conhece na literatura pela noção de territorialidade. Os discursos destes demonstram como a Lagoa da Conceição tornou-se um território em torno do qual se formou uma

> coletividade portadora de um discurso, que por sua vez se consagra, emergindo numa diversidade de aspectos sobre um mesmo espaço, denunciando diferentes apropriações, sejam elas pessoais, históricas, religiosas, ambientais, produtivas ou políticas.[xiv]

Dos discursos tidos como coletivos nota-se uma incorporação de valores religiosos, festividades e folguedos típicos como é o caso da "Farra do Boi", as próprias festas religiosas e também a pesca e a confecção da renda de bilros, que os morados coletivamente consideram os elementos mais presentes de sua cultura no local.

O termo cultura utilizado, refere-se ao que Thompson visualiza como:

> Uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é um arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominantemente assume a forma de um "sistema". E na verdade o próprio termo "cultura" com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro de um conjunto.[xv]

Sob a perspectiva de cultura apresentada, pensar nos conflitos e nas harmonias que os elementos da cultura açoriana assumiram ao longo da formação das comunidades que habitam a Lagoa , requer não pensar em um "consenso" como coletivo dos habitantes. Deve-se pensar a cultura açoriana dentro de parâmetros, ora conflitivos, ora harmoniosos e ora equilibrados entre as relações sociais estabelecidas nos diversos recantos geograficamente posicionados e, nos quais fixaram-se alguns traços mais ou menos intensos, dependendo da própria caracterização das localidades de onde vieram os seus antepassados, das trocas diaspóricas[xvi] e também das trocas culturais e sociais estabelecidas ao longo das gerações, que também passaram por processos dinâmicos de trocas.

A Lagoa configuram-se segundo as experiências sociais dos grupos instalados de forma com que sejam salientados alguns traços. Observou-se especialmente no Canto da Lagoa, vestígios de uma maior credibilidade em mitos e crenças. Segundo estudo elaborado por Sônia Maluf, numa abordagem antropológica, foram observados traços de forças sobrenaturais sob a

forma de bruxas e bruxarias que na verdade recriam um espaço de sublimação do poder feminino, que de certa forma passou a exercer certas influências no imaginário da comunidade.

Na Costa da Lagoa, verifica-se a presença de uma gastronomia tipicamente voltada para peixes e frutos do mar; as próprias técnicas de pesca, a religiosidade e poucos vestígios de renda de bilros. Na verdade, a única rendeira que habita a localidade foi a depoente desse espaço.

Na Barra da Lagoa, as festas e demais tradições são intensificadas em princípio pela apropriação turística, mesmo sendo o Centro da Lagoa o mais movimentado e reconhecido como emergente espaço turístico, têm-se na Barra a impressão de uma localidade onde as tradições não foram mantidas de forma consensual, principalmente pelo alto índice de inserção de novos habitantes vindos de outras localidades. Dessa reflexão, têm-se:

> Imprime-se a este local, ao mesmo tempo bairro e cidade, uma série de virtudes e de qualidades inscritas especialmente em seus recursos naturais e culturais. O que se tem então é um bairro, chamado Lagoa da Conceição que, não enquanto bairro administrativo, mas enquanto ecossistema lagunar, pode ser descrito em termos de seus componentes físicos, bióticos, paisagísticos, políticos e culturais. Entretanto em torno deste quadro surgiu uma vida comunitária, construções sociais e culturais bastante diversas ao longo dos tempos.[xvii]

Das diversidades encontradas nos recantos da Lagoa percebe-se que a comunidade se fixou de formas distintas e com elos distintos de ligação interpessoal ou social e que, ao longo do tempo foram imprimindo singularidades e pluralidades no reconhecimento de alguns elementos da cultura que, para alguns é imprescindível e para outros não necessariamente. A configuração de um perfil de cultura estática passa a ser dessa forma contrária ao que se apresenta. Pois, a cultura passa por uma movimentação constante e repleta de conflitos e divergências, mas também de permanências, incorporações e adaptações. A coletividade não pode ser uma resposta para a salvaguarda de traços e sim de especificidades que, em conjunto formam as várias identidades do local.

[i] Elis Regina Barbosa Angelo – Mestranda em História pela PUCSP; Mestre em turismo pelo UNIBERO; Professora e Diretora da Faculdade de Turismo da UNISA.

[ii] "A expressão "cultura açoriana" indica hoje um modo de designação, corrente na opinião pública de Santa Catarina, para tudo o que se refere à identidade, às tradições, memória oral e escrita, herança cultural, ao estilo de ser, as festas e manifestações folclóricas das populações descendentes de açorianos que habitam as regiões litorâneas do Estado." LACERDA, Eugênio Pascele. **O Atlântico Açoriano: Uma Antropologia dos Contextos globais e Locais da Açorianidade.** Florianópolis, SC: 2003. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC. p. 84.

[iii] As imagens criadas foram descritas na Tese de LACERDA, que direcionou a abordagem para o reconhecimento das identidades criadas ao longo dos anos sobre o que é ser "açoriano". Ver LACERDA, Eugênio Pascele. **O Atlântico Açoriano: Uma Antropologia dos Contextos globais e Locais da Açorianidade.** Florianópolis, SC: 2003. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC.

[iv] LACERDA,Eugene Pascele**. O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade.** Florianópolis: UFSC, 2003. Tese de Doutorado em Antropologia Social. p. 84.

[v] Id. Ibid. p.84.

[vi] Id. Ibid. p.85.

[vii] PEREIRA, Nereu do Vale. **Contributo Açoriano para o Mosaico Cultural Catarinense.** Florianópolis: Papa-Livro, 2003. p.41.

[viii] Na tese de Doutorado de Eugenio Pascele Lacerda tem um depoimento de um professor e açorianista, que relata a questão de envergonhamento do descendente de açoriano pelos seus traços, o que também foi um dos motivos da criação do processo de afirmação da identidade açoriana. Dentre algumas posições sobre essa questão foram criados o NEA- Núcleo de Estudos Açorianos, o Troféu "Manezinho da Ilha" entre outras entidades, organizações e instituições que possuem um cunho culturalístico.

[ix] Dessas tradições percebe-se o que HOBSBAWN & HANGER chamam de tradição inventada, ou seja, a criação de práticas que visam inculcar valores e normas através de repetições, que de natureza ritual ou simbólica formam um elo entre o passado e o presente. Ao mesmo tempo, cabe rever o processo tradicional de alguns elementos considerados identitários ao longo dessa trajetória, da mesma forma com que foi feito ao perceber os movimentos pelos quais a preocupação coma cultura açoriana se deu ao longo dos anos. In: HOBSBAWN, E. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.09.

[x] Id. Ibid. LACERDA, p. 87.

[xi] Id. Ibid. p. 91.

[xii] BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.113.

[xiii] Id.Ibid. p.101.

[xiv] KUHNEN, Ariane. **Lagoa da Conceição: meio ambiente e modo de vida em transformação**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p.110.

[xv] THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.17.

[xvi] Diáspora pode ser descrita como o terceiro espaço, fronteira cultural entre o país de origem e o país de residência. Ver BHABHA, Homi. **The location of culture**. New York: Routledge, 1994.

[xvii] Id.Ibid. KUHNEN , p.111.

REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL[1]

Elisângela Magela Oliveira[2] – PPG-UFU

Este estudo busca inicialmente compreender um pouco melhor as características referentes à estrutura agrária do nosso país as quais, às vezes, não tomamos conhecimento ou simplesmente nos passam desapercebidas. Analisando alguns dados técnicos sobre o Brasil, observamos que o país, com uma área total de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que representam 850 milhões de hectares, possui 371 milhões de hectares de solos classificados em potencialidade agrícola boa, boa a regular, regular a boa e regular, com um total portanto de 43,7% do território nacional. De tudo isso, apenas 52 milhões de hectares são efetivamente cultivados[3], somando-se lavoura temporária e permanente.

Com relação à estrutura agrária do país temos que "dos 376 milhões de hectares cobertos pelos 5,8 milhões de estabelecimentos agrícolas do país, 3,1 milhões de pequenos agricultores têm acesso a apenas 10 milhões de hectares, 2,67% do total"[4]. Em sentido inverso, os 50 mil latifúndios que cobrem mais de 1000 ha detêm 165 milhões de hectares de terra, portanto, 16 vezes mais. Isso significa que 1% dos estabelecimentos controla 44% do total.

O curioso de tudo é que quanto maior o estabelecimento, uma maior proporção de sua terra fica parada, de modo que "os pequenos agricultores lavram 65% dos seus estabelecimentos, os de 10 a 100 ha lavram 28%, os de 100 a 1.000 ha lavram 13%, os de mais de 1.000 ha lavram 6,7%, e os de mais de 10 mil hectares lavram apenas 2,31% dos seus estabelecimentos"[5], dados que dão uma noção da desigualdade na forma como a terra é repartida no Brasil, fato que contribui para a realização de manifestações pelos trabalhadores sem terra em geral, em todo o país. Note-se que "a maior parte das terras agrícolas do país é utilizada como reserva de valor, por grandes proprietários que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se valorizem por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas"[6].

No Brasil, o ano de 2004 teve início com a ocorrência de várias ocupações de terra em todo o país. Com a chegada de um governo popular à presidência da república, aumentou também a esperança dos trabalhadores rurais e urbanos, sem terra, com relação à execução da Reforma Agrária no país. Para termos uma idéia, nos primeiros três meses de 2004, as ocupações no Brasil cresceram 19%, passando de 47, em 2003, para 56 casos observados. Entre as regiões brasileiras, no Nordeste ocorreu a maior parte das ocupações, com 25 casos, seguido do Sudeste (19), Centro-Oeste (10), Norte (1) e Sul (1)[7] revelando a dinâmica dos movimentos sociais de reivindicação de terra no país.

Disso constata-se que as ocupações continuam sendo uma das principais estratégias de pressão política exercida pelos trabalhadores sem terra para que o governo agilize as ações da reforma agrária e torne concretas as metas definidas no Plano Nacional de Reforma Agrária. Em resposta a essas manifestações, em abril de 2004, o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, deixou clara a sua opinião ao declarar que a Reforma Agrária "não será feita no grito, mas dentro da lei" afirmando em seguida que "neste país, a reforma agrária vai ser feita por uma questão de justiça social, por uma necessidade de repartir um pouco melhor o território produtivo, para que a nossa gente tenha a oportunidade de trabalhar"[8]. As afirmações do presidente Lula deixam evidente que a Reforma Agrária em seu governo seguirá as diretrizes postas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Este plano tem como fundamento o Estatuto da Terra, Lei Federal de 30 de novembro de 1964 "que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola"[9], no qual a Reforma Agrária constitui "(...) o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade"[10]; e a Constituição Federal de 1988 em seus artigos que dizem respeito à aquisição e utilização da propriedade privada da terra.

Entretanto, a questão dos conflitos sociais envolvendo a terra não é algo novo na história do Brasil. Em 1930, a discussão sobre a questão agrária no Brasil girava em torno da produção do café e da grande depressão iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque. E questão agrária, por sua vez, é muito diferente que agrícola, "(...) a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações *nas relações de produção*, como se produz, de que forma se produz"[11], sendo conceitos que, às vezes, causam confusões, mas que necessitam ser diferenciados.

Após esse período a questão passou a ser comentada juntamente com o surgimento da indústria no país. Já no fim dos anos 1950 e início de 1960 "(...) a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se então que a agricultura brasileira - devido ao seu atraso- seria um empecilho ao desenvolvimento entendido como industrialização do país"[12], algo que foi reforçado com a crise econômica ocorrida no Brasil entre 1961 e 1967.

Porém, a questão das reivindicações camponesas com relação a terra atravessou as manifestações dos movimentos messiânicos desde o século XIX e se prolongou pelo século XX, transformando-se, após 1970, nos movimentos sociais pela terra. E mesmo no final da década de 1950 e início de 1960, com o processo crescente de industrialização do país, que provocava o crescimento rápido da urbanização, a questão fundiária começou a ser debatida no Brasil mais fortemente e com maior presença no cenário nacional, período marcado por manifestações camponesas em reivindicações pela terra.

A idéia de reforma agrária no Brasil moderno ocorreu ainda durante o governo de João Goulart que tinha, dentre suas principais reformas de base, a reestruturação fundiária do país. Porém, seu projeto de reforma agrária foi exatamente uma das causas da queda de seu governo e um dos maiores motivos para o Golpe Militar ocorrido em 1964. Com a mobilização da sociedade brasileira em torno do tema da questão agrária, através das organizações dos

trabalhadores que reivindicavam a reforma agrária, bem como pela agitação instalada no campo, no Nordeste, com as Ligas Camponesas, e no Centro Oeste, com a mobilização camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás na década de 1960, o Regime Militar foi pressionado a produzir um texto jurídico acerca da propriedade da terra, para acalmar os ânimos no campo brasileiro.

Em conseqüência, com o governo reformista fora do poder, a ditadura militar editou sua própria lei agrária, criando o Estatuto da Terra em 30 de novembro de 1964, que enfatizou mais o desenvolvimento da agricultura do que propriamente a reforma agrária. Apesar da maior parte da população brasileira estar concentrada nos centros urbanos, a reforma agrária não deve ser pensada por este viés, mas pela sua função social, ao conceder terras a quem precisa dela para sobreviver, uma vez que os frutos de uma agricultura forte, mas concentrada nas mãos de poucos, chegam em quantidade diferente para cada sujeito social, e para alguns, nem mesmo chegam.

Por esse motivo, a reforma agrária pode ser encarada como uma perspectiva aos trabalhadores que necessitam da terra para plantar. Mesmo porque "no Brasil, ela se transformou numa questão diferente: pode evitar que as metrópoles sejam inchadas por desempregados do campo e também funciona na esfera da justiça social ao conceder a terra a quem precisa dela para tirar o sustento da família"[13]. Deste modo, a reforma agrária deve ser abordada no Brasil visando, entre outras coisas, atender as necessidades imediatas dos trabalhadores sem terra.

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)[14], propriamente dito, surgiu no Brasil ainda em 1966, durante o governo de Castelo Branco. Este plano cuidou dos cadastros previstos no Estatuto da Terra, de 1964, os quais consistiam em mapear as áreas das propriedades territoriais quanto ao número de gado e de empregados e com relação à quantidade existente de plantação em cada propriedade. O objetivo desses cadastros era levar ao governo um conhecimento da realidade agrária do Brasil. Este primeiro plano, porém, não

realizou a reforma agrária, justificando que era necessário primeiro diagnosticar os imóveis rurais do país. Em 1980, durante o governo Figueiredo, com Delfim Neto no Ministério da Agricultura, o INCRA voltou novamente a fazer a tributação das terras, que havia sido cessada durante certo tempo. Logo após este período, em 1985, depois da criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o governo José Sarney pôs em debate a *proposta* para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Esse plano difere totalmente dos planos anteriores porque "(...) escolheu a desapropriação por interesse social como instrumento principal a ser usado no processo de reforma agrária"[15]

A proposta para o PNRA foi apresentada no dia 27 de maio de 1985, em Brasília, durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O Plano, assinado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em vigor, tem como fundamento básico o Estatuto da Terra. De acordo com o Estatuto, o acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição de terras pela inclusão da *desapropriação por interesse social*, pela *doação*, *compra* ou *venda*, pela *arrecadação dos* b*ens vagos* ou ainda por *herança* - (Estatuto da Terra) de modo que, resta aos trabalhadores sem terra, junto aos movimentos sociais, o papel de reivindicar esse direito constitucional. A desapropriação por interesse social se refere aos latifúndios que excedem três vezes o módulo rural de propriedade. O módulo é a área explorada diretamente por uma família cuja dimensão varia em função do tipo de cultura e de onde é localizada não havendo uma medida única de módulo rural para todo o Brasil, fato que dificulta o processo de reestruturação agrária em todo o país.

Na sociedade, houve pessoas contra e a favor ao PNRA. A principal razão das opiniões contrárias ao PNRA encontrava-se no fato do plano ter como prioridade para a realização da reforma, a *desapropriação por interesse social* e, mais ainda, pelo motivo de que "o Estatuto da Terra permite a desapropriação dos latifúndios por exploração e por dimensão, mesmo que estes últimos sejam improdutivos"[17], fato decisivo na opinião dos que foram contra a proposta.

No ano de 1988, porém, os proprietários rurais presentes no governo seguiram introduzir no texto da nova Constituição Federal (CF), aprovada em 1988, a alínea II do seu artigo 185, na qual, no caso específico da reforma agrária, é proibida a desapropriação das propriedades produtivas, independentemente do tamanho[18]. Em síntese, o fato é que a reforma agrária no Brasil ainda não foi realizada com o PNRA de 1985. Inicialmente, a grande vantagem desse plano estava na possibilidade de se indenizar o valor das terras desapropriadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA). Um fundo de investimento que, quando puder ser resgatado, já perdeu parte do seu valor. Porém, como o PNRA se fundamenta no Estatuto da Terra, outro grande problema encontrado no caminho da realização da reforma agrária está no fato de que o Estatuto foi modificado em 1966, no que se refere aos TDA quando

> *o Decreto nº 59443, de 1.12.66, assinado pelo general Castelo Branco e seu ministro Otávio Bulhões, simplesmente faz dos TDA um grande negócio especulativo. No seu artigo 8º, por exemplo, o titular de TDA nominativos pode pedir a emissão de novo certificado em nome de terceiro, subdividir o título em vários e até mesmo converte-lo em título ao portador (SILVA, 1985, p. 99).*

Conforme José Graziano, "o fundamental é não pagar o valor de mercado das terras desapropriadas: aí seria uma negociata e não uma reforma agrária" (SILVA, 1985), mas esta medida já não é mais aprovada pelas leis brasileiras. Portanto, a Legislação constitui um dos grandes obstáculos à Reforma Agrária no Brasil, uma vez que para ocorrer segundo os critérios de uma verdadeira reforma na estrutura agrária do país, de modo a não utilizar as formas do mercado para o pagamento das terras desapropriadas, ela não tem mais o respaldo das leis. A Reforma Agrária, em última instância, esbarra portanto na máquina burocrática do Estado.

Apesar de tudo, no governo de Lula, a 'reforma agrária' mantém em vigor o PNRA elaborado em 1985, mas prossegue nas medidas de realização tomadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, nas quais a 'reforma agrária' é executada por meio do cadastramento dos trabalhadores sem terra nas agências de correio[19]. Deste modo, os trabalhadores que desejam ter acesso a terra devem fazer sua inscrição nos correios, e após isso, esperar uma resposta do INCRA via correspondência. Caso seja selecionado, o

trabalhador passará por uma série de avaliações segundo critérios de classificação estabelecidos pelo INCRA, os quais vão desde a idade do trabalhador, que não pode ser inferior a 21 anos, o tamanho da família, o número de filhos, a renda anual familiar, etc.

Quando uma família é assentada, com os documentos já legalizados junto ao INCRA e os trabalhadores de posse do título provisório da terra, uma vez o título de domínio definitivo da terra só sai depois de dez anos como assentado, o primeiro passo dado pelo INCRA é a elaboração do Projeto de Assentamento que, geralmente, é uma tarefa realizada pelo Movimento ao qual as famílias de assentados então vinculadas. Embora esses procedimentos contidos no Programa, que variam conforme cada assentamento, sejam realizados de uma forma bastante incompleta quando colocados em prática, ainda assim eles servem ao menos para dar uma direção aos trabalhadores assentados no sentido de auxiliá-los sobre os passos que precisam ser dados em sua organização e manutenção.

Mas, conforme as entrevistas realizadas no assentamento Rio das Pedras, os trabalhadores sem terra em geral têm constatado como problemas fundamentais da via governamental de acesso a terra, a 'morosidade' em todo o processo, causada pela burocracia do Estado durante os procedimentos de aquisição legal da terra. Muitos disseram ter tentado este meio, mas com o tempo, se deram conta de que esperavam por algo que certamente não seria concretizado, então desistiam, devido ao desânimo e à desconfiança no processo de cadastramento realizado pelo Estado.

Por esse e outros motivos, os trabalhadores têm, como forma de acesso a um pedaço de terra, as manifestações sociais que realizam em todo o país. E uma parte dos resultados obtida nesta pesquisa mostra que as ocupações de terra continuam representando uma opção para inúmeros sujeitos desprovidos deste acesso. Opção caracterizada pela incerteza, pelo risco, pelas ilusões de melhorias de vida e por infinitos imprevistos. Apesar dos riscos de vida que enfrentam nessa empreitada, é nas ocupações de terra que os trabalhadores põem todas as suas esperanças de consegui-la, encarando a via do Estado como um caminho duvidoso.

Portanto, mesmo não sendo o meio mais seguro de conseguir a terra, as ocupações têm sido a prioridade nas ações dos trabalhadores sem terra em direção ao seu acesso. Ainda que implique até mesmo em morte, os movimentos sociais de trabalhadores em conflito com proprietários rurais continuam sendo uma constante no Brasil, fato que tem como causa a inexistência de uma decisão e ação efetivas com relação à Reforma Agrária por parte do Estado.

NOTAS

[1] *A Luta Pela Terra: Sonhos, Conflitos e Contradições, Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia, MG*. Trabalho de Final de Curso. Universidade Federal de Uberlândia. 2004.
[2] Mestranda em História Social. Bolsista FAPEMIG - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
[3] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Disponível em: *www.ibge.gov.br*. Acesso: 02/04/2004.
[4] *SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS.*
[5] Idem.
[6] Idem. Ibid.
[7] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Disponível em: *www.ibge.gov.br*. Acesso: 07/04/2004
[8] Disponível em: *www.folha.uol.com.br*, Acesso: 07/04/2004.
[9] Art. 1º § 1º. *Estatuto da Terra*. Lei Federal de 30 de novembro de 1964.
[10] Idem.
[11] SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária?* São Paulo, Brasiliense (1980), p. 35.
[12] Idem.
[13] Revista Veja. Ano 33, nº 19, 2000.
[14] SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 73.
[15] Idem.
[17] Idem, Ibid, p. 35.
[18] Comissão Pastoral da Terra, (CPT), Disponível em: *www.cptnac.com.br.* Acesso: 23/04/04
[19] Instituto de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA). Disponível em: *www.incra.gov.br*. Acesso: 05/02/04.

A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL*

Elisângela Martins Ribeiro**

Este texto tem como objetivo apresentar alguns resultados obtidos a partir do projeto *"Atuação do Profissional de História: da Academia ao Exercício Cotidiano da Profissão. Análise da Formação do Graduado, Diagnóstico e Alternativas de Mudanças",* que foi desenvolvido durante o ano de 2004 e que buscou analisar o Curso de História a partir da reformulação de 1991, na qual foi introduzido o Curso de Bacharelado em História, tornando-se obrigatória a produção de uma monografia para a finalização do Bacharelado e da Licenciatura.

Tendo em vista esta configuração atual do Curso de História, buscamos compreendê-lo através de três frentes de pesquisa: a análise do currículo do Curso, juntamente com a realização de entrevistas com professores e alunos; a catalogação e análise das monografias produzidas pelos alunos e a realização de entrevistas com os egressos do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. No entanto, este texto dará ênfase apenas às entrevistas realizadas com professores e alunos do Curso.

Para melhor compreendermos o currículo do Curso de História realizamos entrevistas com os professores para compreendermos os critérios, os interesses intelectuais e as perspectivas do ser historiador para a elaboração dos programas das disciplinas por eles ministradas, o que nos possibilitaria compreender o que significava para estes professores o trabalho para a formação de professores/pesquisadores. Ao mesmo tempo, ao realizamos as entrevistas com os alunos buscamos compreender quais as inquietações que eles possuem em relação ao Curso, o que esperam desta formação e quais suas principais necessidades e metas, estavam ou não sendo atendidas pelo Curso. As perguntas que compunham as entrevistas buscavam compreender em que medida, ou de que forma, preceitos como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a articulação entre teoria e prática e uma

sólida formação acadêmica que prepara o graduando para o exercício profissional, vem sendo alcançados e, se não, quais os possíveis problemas que alunos, ex-alunos e professores apontam como causa para a não realização efetiva destes preceitos.

Ao analisarmos as entrevistas realizadas com os professores do Instituto podemos perceber uma formação bastante diversificada, já que a maioria dos professores tiveram contato com diversas instituições durante sua formação e pós-graduação, diversas formas de lidar com os temas, com as fontes, com o pensamento histórico. Como no Instituto há essa diversidade, não apenas representada pelas linhas de pesquisa do Mestrado, mas também pelos núcleos de pesquisa do Instituto, as entrevistas englobaram professores de todos estes núcleos para perceber como essa diversidade se relaciona com as disciplinas e com o próprio curso.

Um ponto em comum encontrado em todas as entrevistas foi o fato de que todos os professores foram unânimes em dizer que as linhas de pesquisa nas quais estão inseridos interferem na montagem dos programas, uma vez que indicam a forma com que estes professores orientam suas metodologias de trabalho. As diferenças nas respostas em relação a este questionamento se deram com relação ao modo como estas interferências acontecem. Para uma das entrevistadas, esta influencia embora real, não chega ao ponto de direcioná-lo, pois para ela a graduação é um espaço de formação mais geral, que não pode se fechar numa especialização muito grande. E é com base nisso que ela procura o que tem sido produzido de novo sobre os temas, mas também analisa se este material está disponível na biblioteca e pode ser utilizado pelo aluno, para só então fazer os recortes, sem especializar demais o conteúdo ao montar o programa. Partilhamos da mesma opinião que a entrevistada de que esta atitude é muito importante, pois o aluno pode ter contato com a obra como um todo, saindo dessa "indústria do xerox" e do contato apenas com fragmentos de textos. Assim, apesar de sua concepção teórico-metodológico nortear o tratamento dado às suas disciplinas, por priorizar

uma formação mais geral, não se fecha no recorte de sua linha de pesquisa, questão que outros professores não levam em consideração.

Pelas entrevistas pudemos perceber, então, que a influência da linha de pesquisa do professor na montagem do programa não é uma coisa ruim, mas que esta influência, associada a não observação por parte do aluno com relação as ementas e os objetivos do programa, pode levar os professores a trabalharem com uma disciplina como se fosse um estudo monográfico sobre seu tema específico de pesquisa. Este parece ser o caso de algumas disciplinas de ementas mais abertas. Uma solução que apontamos para esse problema seria a redistribuição da carga horária destas disciplinas em mais de uma turma por semestre englobando as linhas de pesquisa, de modo que o aluno possa ter a oportunidade de escolher de que forma ele quer analisar o tema proposto pela ementa.

Com relação à questão referente à importância da produção da monografia como requisito para a conclusão do curso, detectamos duas posições diversas. Uma que entende a produção monográfica como elemento fundamental para a formação do professor/pesquisador, ou seja, do historiador; outra que acredita que esta produção monográfica deveria ser restringida aos poucos alunos que tivessem o interesse pela pesquisa, como se a pesquisa fosse desnecessária à formação de professores, dissociando assim, mais uma vez, o ensino da produção de pesquisa.

Acreditamos que não existe esta dicotomia entre ensino e pesquisa, assim, compartilhamos da mesma visão dos professores que compreendem a monografia como elemento fundamental para a formação do profissional de História:

> *"(...) não consigo pensar um curso de História que não tenha um trabalho de monografia feito pelo aluno, para ser defendido como o trabalho do final do curso, porque é nesse momento que o aluno se coloca. É nesse momento que ele tem a oportunidade de falar de todo o procedimento da História, das reflexões que ele foi acumulando."*[1]

Os argumentos utilizados por aqueles que não compartilham desta opinião acerca da importância da produção monográfica são vários. Muitas vezes são idéias que parecem querer facilitar a formação para estudantes que trabalham ou que por diversos motivos não possuem o tempo necessário para dedicar à produção de suas monografia:

> *"(...) para alguns alunos que trabalham, eu acho que, obrigá-lo a fazer monografia está sendo complicado. Eu acho que está caindo muito o nível das monografias que estão sendo apresentadas. Eu já tive algumas bancas que eu fiquei muito assustada e, eu tive uma aluna, recentemente, que ela pediu pela 5ª vez prazo de dilação para poder fazer a monografia. Essa aluna é mãe solteira, negra, professora e se ela não defendesse agora teria que sair, fazer o vestibular outra vez, ia perder a possibilidade que ela tem de estar dando aula."*[2]

Entendemos que deixar de lado a prática da monografia, não preza pela formação do historiador, o que nos leva a entender que o professor, dentro desta concepção, é um profissional menor que não precisa de uma formação completa – Bacharelado/ Licenciatura – para trabalhar com o ensino.

Um outro problema com relação às disciplinas envolve a questão da Licenciatura. Nesse caso constatamos que não é um problema de carga horária, mas sim como essas disciplinas vêm sendo ministradas. A maioria das entrevistas apontaram como maior problema o fato de serem disciplinas que, ou são de responsabilidade dos profissionais da área de Educação, ou são ministradas por professores substitutos:

> *"Nosso curso é Bacharelado e Licenciatura só que, com uma ênfase, um direcionamento bem claro para a formação do pesquisador, o professor ele fica meio que de lado quando a gente percebe que a maioria vai estar saindo daqui e vai justamente atuar na sala de aula, isso a gente percebe no próprio descaso na maioria dos professores em estar ministrando aí essas matérias pedagógicas".*[3]

Assim, podemos notar que existe uma grande preocupação por parte dos alunos com relação ao Curso de Licenciatura oferecido pelo Instituto de História para sua formação enquanto professor. Esta formação, como podemos perceber em algumas entrevistas, deve ser melhorada para que se possa alcançar a excelência proposta pela universidade:

> *"[Como você avalia as disciplinas pedagógicas?]... Muito ruins, porque elas são, normalmente ensinada nos últimos períodos e, então aí a gente fica se perguntando, afinal de contas esse curso, é também de Licenciatura? Ele tem Licenciatura mesmo, ou não? O que é para os professores, para o Instituto essa Licenciatura? Dependendo do que eles responderem é bobagem ter essas disciplinas pedagógicas, porque se ela é ensinada nos últimos períodos, então não existe uma preocupação primeira em formar professores, porque o professor não é simplesmente de um dia para o outro, não é assim, e num existe receita pronta, não tem como saber. Então, uma disciplina pedagógica, seja ela qual for, e o curso, ela tem que ser colocada desde o inicio, para tentar despertar no aluno o que é de fato ser professor."*[4]

Para sanar as lacunas existentes nas disciplinas pedagógicas, uma de nossas propostas refere-se às disciplinas de Prática e Oficina de Ensino, que estas disciplinas possam ser ministradas por professores efetivos do Instituto de História e voltadas para o ensino de História, já que, como apontam entrevistas como a da professora Heloísa, o papel do curso é formar o historiador, pois assim ele será capaz de ser pesquisador e /ou professor, sem isso o curso perde seu fio condutor que é pensar o que é ser historiador e o que significa isso na nossa prática cotidiana, daí vem a importância da união entre Bacharelado e Licenciatura. Assim, esta tendência de não valorização da formação do professor dentro do Curso de História, constitui uma falha dentro do Curso, que se configura como um desinteresse dos professores pela Licenciatura, não havendo doutores responsáveis pela disciplina Prática de Ensino:

> *"É muito estranho mais os professores universitários eles se acham superiores e escolhem sempre aquilo que dá status, que são as grandes repercussões teóricas que estão na moda. Não necessariamente o que é necessário. Por que se fosse o que é necessário, então, esses professores optariam por manter essa relação permanente."*[5]

No entanto, acreditamos que realmente existe a necessidade de professores que estão na rede pública de ensino tomarem a frente da disciplina de Prática de Ensino, pois são estes professores que podem fazer a ligação entre a universidade e a realidade em sala de aula nas escolas de ensino fundamental e médio, já que o professor efetivo da universidade está a anos afastado desta realidade. Porém, o ideal seria que um professor efetivo do Instituto de História se encarregasse da organização desta disciplina, tornando-se um tipo de coordenador das Práticas de Ensino em História para garantir a continuidade do trabalho realizado, uma vez que, os professores substitutos saem da Instituição em dois anos.

O que nos foi possível perceber pelas entrevistas realizadas com os sujeitos formadores do curso, juntamente com as entrevistas que foram realizadas com os alunos do curso e também com a catalogação das monografias que se encontram no Centro de Documentação, foi a existência de um certo distanciamento tanto dos alunos, quanto dos professores do Curso de História da realidade de nossa sociedade, o que significa também o afastamento da Universidade da realidade da sociedade em que vivemos, bem como uma perda da reflexão desta sociedade sobre o papel da Universidade pública, fato que colabora para que ocorra um crescente ideal de que se deve formar o profissional somente para o mercado. Portanto, muitas das expectativas em relação ao curso e também às frustrações vêm da idéia da formação exclusiva para o mercado, que não é o único papel da universidade pública, mas é a idéia que a sociedade tem da universidade. Como solução desse problema não cabe à universidade se adequar ao pensamento do senso comum, mas sim conscientizar seus alunos de que o

atendimento puro e simples dessa expectativa coloca em risco a excelência da formação do historiador.

A realização destas entrevistas nos possibilitou também compreender a grande ênfase dada à pesquisa a partir da criação do Curso de Bacharelado. A pesquisa, com as discussões que permearam a década de 80 e 90, passou a ser compreendida como a base da formação do professor, que passou a ser formado como um historiador, um profissional da pesquisa para, então, tornar-se também um professor. Ao serem questionados sobre os problemas existentes no curso, alguns alunos apontaram o distanciamento entre Bacharelado e Licenciatura, já que a maioria dos professores do Curso de História não demonstra interesse pelas disciplinas pedagógicas mas unicamente pela produção de pesquisa. Esta ênfase na produção de pesquisas leva muitos alunos a dizer que o Curso de Licenciatura foi deixado de lado pelos professores. Assim, a produção de pesquisa deixaria para segundo plano as disciplinas voltadas para a formação do professor, como as disciplinas pedagógicas e as práticas de ensino. No entanto, este problema entre ensino e pesquisa parece mais estar relacionado à forma como esta questão é concebida pelos professores e pelos alunos, leva-nos novamente de volta ao problema da formação para o mercado. A formação do professor é indissociável da prática da pesquisa. No entanto, professores e alunos ainda pensam de forma compartimentadas. A realização da pesquisa muitas vezes não é pensada como um exercício que será realizado no dia-a-dia do professor e isto leva ao distanciamento apontado nas entrevistas entre os Cursos de Bacharelado e Licenciatura.

A solução que apontamos para este problema, e que aparece também em algumas entrevistas, seria a articulação entre ensino e pesquisa desde os primeiros períodos do Curso, quando os alunos poderiam perceber desde o início a importância da pesquisa para a formação do professor. Para isto, a posição assumida pelos professores do Curso é de fundamental importância; os professores não podem simplesmente orientar seus alunos para o Mestrado,

para a carreira acadêmica, sem fazer a articulação com a dimensão da formação do professor, como acontecesse cotidianamente no Curso de História. Entre o discurso e a prática há uma lacuna que acaba sendo introjetada por todos aqueles que fazem parte do Curso de História e que leva à crença de que a pesquisa só é realizada dentro da academia, ou seja, toda a discussão realizada nas décadas de 80 e 90 e que culminou com a implantação da obrigatoriedade do Bacharelado em História para a formação de um bom profissional da história, cai por terra, uma vez que as pessoas dissociam em suas reflexões e discursos o ensino e a prática da pesquisa.

Ao apontar as lacunas presentes em um curso de graduação em história, que forma bacharéis e licenciados, acreditamos que estes são problemas compartilhados por um grande número de outros cursos. A análise aqui esboçada pode vir a ser uma contribuição para o repensar continuo do curso de História, em busca da excelência na formação de um profissional que articule satisfatoriamente os princípios básicos da pesquisa/ensino e extensão.

---

* Projeto financiado pelo PIBEG (Universidade Federal de Uberlândia) sob a orientação do Prof. Ms. Leandro José Nunes.
** Aluna do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.
[1] Entrevista realizada com a professora Heloísa Helena Pacheco Cardoso, em Uberlândia, no dia 29 de outubro de 2004.
[2] Entrevista realizada com a professora Maria Clara Thomaz Machado, em Uberlândia, no dia 23 de agosto de 2004.
[3] Entrevista realizada com o aluno Sergio Daniel Nasser, em Uberlândia, no dia 21 de setembro de 2004.
[4] Entrevista realizada com o aluno Roberto Abreu Silva, no dia 04 de outubro de 2004.
[5] Entrevista realizada com a professora Maria de Fátima Ramos de Almeida, em Uberlândia, no dia 21 de setembro de 2004.

AS IRMÃS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL FEMININO EM MONTES CLAROS

Elizabete Barbosa CARNEIRO [*] - UNIMONTES

O século XIX foi marcado pelo impulso da missão e da consciência missionária. Após a Revolução Francesa, o ressurgimento do ideal religioso foi responsável por esse interesse pela obra missionária. A convicção de que todos os cristãos tinham um dever missionário era a principal forma de incentivo para esse compromisso. Tanto o lado católico como o protestante tinha influência importante no desenvolvimento político e econômico das nações. As novas potências industriais, em busca de matérias-primas e novos mercados, tornaram-se cada vez mais concorrentes. Não só nesse caso, mas também no período inicial, a obra missionária tinha um papel importante: ajudar a abrir o interior dos países. O interesse missionário teve início com o protestantismo; nasceram muitas associações missionárias, ainda no começo do século XIX. Já do lado católico, houve gerando expansão missionária somente no último quartel do século XIX.

A expansão missionária acontece principalmente por intermédio de representantes de membros de ordens missionárias européias, cuja função era transmitir a doutrina cristã aos outros povos que não conheciam o catolicismo.

As congregações religiosas foram as responsáveis diretas pela inserção da prática religiosa objetivada pelo Vaticano no mundo, a partir da metade do século XIX. Essas congregações tinham como objetivo, expandir as práticas religiosas no seio da sociedade, fortalecendo e propiciando legitimidade ao catolicismo. Fixadas no interior, as Ordens religiosas tiveram a função de estabelecer alianças com os latifundiários de cada cidade ou região; grupos detentores do poder econômico e políticos locais.

A vinda das irmãs do Sagrado Coração de Maria para o Brasil, em particular para Montes Claros não foi, portanto, um evento fortuito, fruto de coincidências ou de ação de

[*] Docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

forças extra-históricas, mas constituiu uma etapa de um planejamento bem elaborado e em escala mundial.

Tal fato representou uma estratégia direcionada pela Igreja, cujo objetivo central era fixar essas congregações em localidades de pouca influência do pensamento moderno liberal, contrário à Igreja. Ao mesmo tempo, ao estabelecer no interior do país, em regiões cuja urbanização era eminente, essas congregações encontravam o local ideal para desenvolver suas atividades.

A Congregação do Sagrado Coração de Maria de Berlaar chegou a Montes Claros no início do século XX, visando estimular o ensino religioso, e fundamentado em uma educação pautada pela disciplina e obediência à moral e aos bons costumes, as irmãs do Sagrado Coração de Maria fundaram na cidade o Colégio Imaculada, em novembro de 1907.

A Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar (Bélgica), nasceu de uma comunidade de donzelas que se formou espontaneamente no século XVIII – as chamadas "Marolas". Com a renovação eclesial na primeira metade do século XIX, esta comunidade religiosa transformou-se numa congregação diocesana de religiosas. A partir dessa transformação, o ensino passou a ser a atividade principal do apostolado, tendo no ano de 1845, o pároco Henricus Haes e Maria Theresia Verneyler como os primeiros responsáveis para coordenação das ações neste sentido.

Manoel[1] aborda as estreitas ligações entre o catolicismo conservador, monarquista, antiliberal, antifeminista, com os segmentos aristocratizados da oligarquia e, sobretudo, com aqueles segmentos modernizantes, liberais e republicanos. Na sua opinião, essas ligações foram possíveis porque a oligarquia não pretendeu, de fato, a modernização. Pretendeu, sim, avanços naquilo que pudesse significar aumento de produtividade (máquinas, ferrovias, bancos, trabalho assalariado) ou reordenação no âmbito político, mas não via com bons olhos as novas idéias de liberdade, igualdade, profissionalização feminina.

[1] MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919), uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 21.

“O aliado dessa oligarquia conservadora só poderia ser o catolicismo conservador”, observa o autor.

Integrando-se no movimento de espiritualidade missionária, as irmãs do Sagrado Coração de Maria, em 1904 foram convidadas para que viessem a se estabelecer no Brasil. Convite esse que partiu dos norbertinos da Abadia da cidade de Park Louven, que desde julho de 1898 estavam trabalhando na pastoral paroquial no Estado de Minas Gerais, e que teve seu início na Diocese de Mariana, e desde 1903, também na Diocese de Diamantina. A pedido do cônego francês Moreau, solicitando irmãs missionárias – ele que era vigário em Montes Claros –, mas estava na Bélgica em 1906, devido problemas de saúde, retornou em 1907 a Montes Claros, acompanhado de quatro irmãs, as quais iriam auxiliá-lo em suas atividades missionárias.

Constantemente, famílias católicas solicitavam ao padre Vincart a criação de um colégio para meninas, pois o estabelecimento mais próximo, nessa modalidade, ficava em Diamantina. As irmãs fundaram o Colégio Imaculada Conceição onde ministravam aulas de trabalhos manuais, pintura, música, desenho, além de aulas de boas maneiras e, sobretudo, a catequese.

Observa-se que as religiosas femininas deviam obediência a uma pessoa do sexo masculino, que reforça a tese que a mulheres, invariavelmente, estavam de alguma forma subordinadas aos homens. As religiosas que vieram para Montes Claros contaram, portanto, com o apoio dos padres premonstratenses, do bispo local, D. João Antônio Pimenta, e do então fiscal de ensino, Sr. Jason de Morais, para fundarem o Colégio, razão pela qual sempre fizeram questão de demonstrar sua gratidão e agradecimento.

A criação do Colégio Imaculada Conceição por uma congregação religiosa católica e seu rápido crescimento, gozando de grande prestígio perante a sociedade local, dá uma idéia de como essas Ordens conseguiram êxito em suas atividades, aliando educação e religião, conseguindo dessa forma, disseminar uma filosofia baseada em regras rígidas em que predominavam a disciplina e a valorização dos aspectos morais.

Tradicionalmente, os pais procuravam criar seus filhos (particularmente as filhas), dentro de um modelo de educação condizente com as normas e padrões de comportamento impostos ou difundidos pela Igreja e pelo Estado. Dessa forma, para ser considerada uma "moça decente" era fundamental que essas normas de comportamento fossem observadas e seguidas com grande rigor. Nas palavras de uma das ex-alunas do Colégio, entrevistada no decorrer da pesquisa, percebe-se um pouco da situação narrada.

> (...) Eu fui criada assim, apesar de meu pai ser uma pessoa muito evoluída, com liberdade, mas na minha época, uma moça decente, bem comportada, a vida funcionava mais ou menos como num internato. A noite era para dormir e durante o dia era pra estudar. Meus pais eram católicos, eu fui criada dentro da religião católica e fui batizada, crismada e... fiz Primeira Comunhão. Freqüentei catecismo no Colégio Imaculada, eu participava de tudo. Fui filha de Maria, tinha fita no pescoço, essas coisas todas. Ajudava na missa... só que eu... comecei a estudar, questionar muito, estudar uma religião e outra, e hoje eu sou cristã (...). (O.R.Q.T)

Os padres dos Sagrados Corações e as Congregações das Irmãs, destinados à missão de acordo com a estratégia pré-elaborada pela Igreja, correspondiam aos anseios e interesses da oligarquia e elite. A sociedade burguesa capitalista que estava se instaurando; as classes médias em ascensão e a sociedade tradicional tinham apreciação especial pelos colégios católicos. Para esses grupos, a educação contribuiria para a formação da mulher da elite. Já os grupos subalternos, sem acesso a essa educação, continuariam inferiorizados pelos seus hábitos e costumes, percebidos no seu modo de falar, de vestir e de se comportar socialmente, e, por fim, pela vigência de um não conhecimento tido como o enciclopédico europeu, mas aqueles que se limitavam à atividade do dia-a-dia, somado aos valores que eram passados de geração por geração, por intermédio de seus familiares.

Para Manoel[2], apesar de serem pouco letrados, os representantes da oligarquia perceberam que não era mais possível manter suas filhas no mesmo grau de ignorância e isolamento em que viviam até então. O antigo comportamento feminino, herdado da tradição

[2] Ibidem.

colonial portuguesa, estava se tornando incompatível com a sociedade brasileira que se urbanizava, se abria no contato com a cultura e o mundo moderno. Dessa forma, não era mais o bastante que as mulheres soubessem apenas dirigir a casa e a governar, ser mãe de família, mulher exemplar. Tornava-se necessário que as mulheres soubessem ler, escrever, conversar, que conhecessem um pouco do mundo situado além dos muros de suas casas e das paredes da paróquia mais próxima. Era necessário educar e cultivar as jovens. Não se tratava, portanto, de uma educação profissionalizante, mas de uma educação voltada para o polimento das mulheres.

Talvez essa condição das mulheres, de terem um papel menos importante quando se tratava da questão do acesso à educação, tenha sido um dos motivos que levou ao surgimento e expansão das chamadas escolas religiosas, e, sobretudo, dos internatos. Já no século XX, o surgimento dos internatos criou, com certeza, novas perspectivas para a educação das mulheres no Brasil, em que pese os internatos abrigarem tanto mulheres como homens entre seus alunos. Todavia, para as mulheres eles tiveram, de certa forma, uma conotação diferente, uma vez que, na sociedade burguesa e conservadora brasileira, à mulher eram impostas regras mais rígidas de criação e educação, e, para muitas delas, a escola através do internato era, via de regra, a alternativa para o acesso aos estudos. Em Minas Gerais, por exemplo, esse tipo de educandário se expandiu, principalmente pela participação de religiosos estrangeiros que aportaram no Estado, trazendo consigo de seus países de origem, a experiência nesse tipo de instituição.

A oligarquia dominante, por sua vez, procurava manter-se obediente ao modelo de vida consolidado nos preceitos do catolicismo e refleti-las nas leis instituídas, comprovando a participação das ordens religiosas na formação cultural da sociedade brasileira. Aplicada na adolescente, pelas ordens e congregações femininas do catolicismo, a educação européia passou a ser um fator que identificava quem eram os grupos mais abastados, tornando assim uma possibilidade de ascensão social feminina e logicamente da família, devido à instrução da menina nesses colégios, os quais ensinavam e transmitiam o tipo de comportamento feminino desejado. Percebe-se o interesse dessas famílias em

colocar seus filhos para ingressar na educação oferecida pelas irmãs, e também pelo fato de que, dessa forma, imaginavam poder se igualar ao comportamento das famílias abastadas, como forma de ascensão social. Neste sentido, a entrevista feita com uma das ex-alunas do Colégio, corrobora com as colocações feitas sobre essa situação.

> Eu acho que (...) primeiro, um colégio com alojamento para internato, naquele tempo em que as famílias tinham assim uma preocupação muito grande na formação da mulher, como célula da família e... resguardar essa filha era necessário, então muitos pais como no meu caso, por exemplo, não tinham ou parentes ou amigos que oferecesse um ambiente de confiança. Então colocar as filhas ali nas mãos daquelas irmãs era uma tranqüilidade para os pais. E também a formação religiosa recebida que era sempre de muita valia e também porque na região norte mineira não tinha outro colégio, outro estabelecimento de ensino que oferecesse o que o Imaculado oferecia. (Z.S.G.D)

Para alguns integrantes da classe dominante, a presença do liberalismo democrático, aliado ao paradigma desenvolvimento industrial vigente no período, tomou gradativo impulso, a partir da segunda metade do século XIX, acentuando heterogeneidades na elite, que se dividiu entre liberais e conservadores[3]. Houve um acentuado pensamento político liberal com a Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, dois acontecimentos políticos e culturais que refletiam, de certa forma, uma modernização do país. Porém, a implantação da República não rompeu com o padrão da mulher dona-de-casa submissa ao marido. Para os republicanos que adeririam ao cientificismo e naturalismo o comportamento feminino era igual, em quase tudo, com o tradicionalismo conservador. Apenas retirava o caráter religioso da conduta feminina, substituindo-se pela educação moral e física baseada na ciência.

Para esses republicanos, o casamento e a família eram considerados a base de uma sociedade disciplinada, organização essencial para estruturar a nação, elevando os

[3] MARTINS, Patrícia Carla de Melo. *Catolicismo ultramontano e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca (1988-1930)*. Tese de Mestrado orientada pela Profª Dra. Teresa Melatian.

brasileiros a um grau maior de civilização. Os argumentos religiosos e higienistas responsabilizavam a mulher pela manutenção de uma família saudável. O casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos e admitidos como a verdadeira carreira feminina, isto é, para a mulher, era reservado como papel preponderante, o de ser esposa e mãe. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma; poderia-se dizer que era mesmo uma transgressão, uma afronta aos preceitos normalmente concebidos ou admitidos.

Na concepção de Louro[4], a economia doméstica – às vezes apresentada como outra denominação – também se tornaria parte integrante dos cursos que se baseavam nessa visão, em relação ao papel da mulher na sociedade, os quais constituíam-se numa série de ensinamentos referentes à administração do lar. Assim, muitas aprendizagens até então restritas ao lar passariam para o âmbito da escola.

Nesse contexto, ressalta a referida autora, a escola parecia desenvolver um movimento ambíguo: de um lado, promovia uma espécie de ruptura com o ensino desenvolvido no lar, pois de algum modo se colocava como mais capaz ou com maior legitimidade para ministrar os conhecimentos exigidos e impostos à mulher moderna; de outro, promovia, através de vários meios, sua ligação com a casa, com o lar, na medida em que permeava a formação docente de referências à maternidade e ao afeto.

Na opinião de muitos analistas do assunto, não havia porque povoar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial como esposa e mãe exigia, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisava ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro.

No contexto do trabalho, pode-se perceber os diversos aspectos que envolveram e que envolvem ainda hoje, elementos importantes que constroem, que participa e que faz parte da história de qualquer nação, isto é, as relações homem/mulher, as relações

[4] LOURO, Gracira Lopes. *Prendas e antiprendas*: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1986. (Tese).

sociedade e Igreja, as relações Estado, Igreja, classes sociais, assim como as relações Estado-Igreja e educação.

A análise do papel das congregações religiosas no desenvolvimento do sistema educacional no mundo e, particularmente no Brasil, possibilitou constatar que tais congregações tiveram papel importante na formação educacional, moral e ética de vários jovens, como no caso de Montes Claros. A atuação das irmãs do Sagrado Coração de Maria frente ao Colégio Imaculada Conceição foi o elemento propulsor do desenvolvimento, de crescimento e consolidação dessas instituições na cidade.

> Toda a bagagem que adquirimos no Colégio foi imprescindível para a nossa trajetória profissional e social. O dia-a-dia nos enriquecia, quer através dos diálogos com as irmãs e colegas, quer através do esporte que era cultivado de maneira a conservar a mente sã em um corpo são. O comportamento exemplar e o relacionamento amável para com o próximo foram ensinamentos aprendidos no Colégio. (C.V.M)

Outro depoimento de uma ex-interna muito interessante:

> Todos os ensinamentos recebidos no Colégio Imaculada Conceição, foram para mim de suma importância. A minha vida foi sempre pautada neles, principalmente o espiritual. Éramos como irmãs. Um ambiente agradável, alegre e de muito entrosamento entre colegas, professoras e funcionários. Tudo que aprendi influenciou na minha vida, tanto profissional quanto particular. (M.D.R.P)

A história da Santa Casa, assim como a do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros é, portanto, uma história que não pode ser narrada sem que seja fortemente embasada na vida e na vinda das irmãs do Sagrado Coração de Maria para Montes Claros.

CONSTRUINDO UMA NOVA IDENTIDADE: ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA – 1933-1945[1]

Elizabeth Johansen[2] - UEPG

A identidade de uma comunidade não pode ser definida unicamente a partir da ocupação de territórios determinados ou da somatória de diferenças existentes entre grupos distintos, mas, de acordo com Fredrik Barth, deve-se levar em consideração as multiplicidades culturais, as características que os próprios atores sociais consideram como significativas, construídas por um processo de expressão e validação contínua.[3] A partir desse pressuposto, a Escola Sagrada Família, criada em 1933, foi analisada como uma instituição participante no processo de formação educacional de crianças descendentes de poloneses e de ponta-grossenses em Ponta Grossa. Estudando a prática educacional desenvolvida no educandário percebeu-se uma *mutação* de identificação. Para a análise dessa transformação verificou-se que existem "sinais manifestos (...) que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida".[4] Muitos desses *sinais manifestos*, como Barth apresentou, foram inicialmente contemplados na ação educacional das religiosas polonesas da Congregação Franciscana das Irmãs da Sagrada Família, auxiliando na manutenção e no reconhecimento da identidade dos poloneses estabelecidos em Ponta Grossa e que estudaram na escola.

A identidade, no caso dos imigrantes, é "dada pela origem e atualizada através de certos elementos culturais considerados importantes: a língua materna, a capacidade de trabalho, (...), a participação nas atividades das associações"[5], como a Igreja ou a escola da comunidade. Para Giralda Seyferth, a identidade é uma concepção calcada em valores culturais reais, que persistem como uma "marca diferenciadora dos descendentes de imigrantes, o que influencia o seu comportamento na sociedade mais ampla".[6]

Para atingir os filhos de imigrantes poloneses, as irmãs da Sagrada Família possibilitaram a formação de um *habitus* religioso. Dessa forma, as igrejas e seus representantes desempenharam um papel muito importante, porque para muitos imigrantes "a intensidade da fé é tomada como valor étnico, e o clero, pelo menos até a década de

1930, estimulou essa concepção".[7] Foi comum para o imigrante a associação da fé católica com o nacionalismo, ao mesmo tempo em que nas escolas direcionadas a essa clientela estrangeira propiciou-se a manutenção de sua cultura de origem. Era a continuação do lar, o local em que o aluno aprendia a língua, os valores e as tradições de seus ancestrais.

O início das atividades escolares do educandário foi vinculado ao atendimento a uma clientela determinada – filhos de imigrantes poloneses. Para cativar, manter e conquistar novos alunos deveria proporcionar o atendimento às necessidades que esse grupo em especial possuía. Muitos alunos necessitavam do estabelecimento, pois por mais que já tivessem nascido no Brasil não sabiam falar português.

O cuidado com o ensino em português, como na língua de origem do imigrante, foi uma preocupação que permeou a atuação de líderes religiosos católicos. Dessa forma, evitavam-se problemas com a sociedade paranaense e com o governo estadual. Para tanto, desde 1923, a Madre Provincial da Congregação da Sagrada Família, irmã Bronislava Burlaga, buscou cursos para habilitar as religiosas de sua comunidade a lecionarem legalmente, já que os professores estrangeiros eram submetidos a exames periódicos de português.[8]

A partir de 1938, com a política de nacionalização de Getúlio Vargas, as escolas para imigrantes tiveram que se adaptar à legislação vigente e utilizar somente o português como língua nos estudos. "Nós ia começar em polonês, mas daí veio aquela revolução, sabe? Porque eu fiz a Primeira Comunhão, que era tudo em polonês, eu fiz com 7 anos, 1937, daí não deixaram mais. (...) Então eu comecei a aprender em polonês e daí parou".[9]

Para Giralda Seyferth, a campanha de nacionalização eliminou os canais formais de atualização da identidade dos grupos imigrantes estabelecidos no Brasil, pois proibiu o ensino em língua estrangeira. "O objetivo [dessa campanha] era forçar a assimilação por meio da obrigatoriedade do ensino em português, supondo que isto teria como resultado uma utilização cada vez menor das línguas de origem, (...) esperava impor valores nacionais brasileiros que viessem substituir o sentimento de pertencer a outras nacionalidades".[10]

Como o trabalho das religiosas polonesas não deveria ficar restrito apenas a questões pedagógicas, as práticas educacionais também contaram com a organização de outras formas de atuação como um coral para apresentar-se na Igreja São João e posteriormente na Igreja Sagrado Coração de Jesus, ambas da comunidade polonesa local.

> Elas ensinavam na igreja, tinha o coral e cantavam em latim, em português, em polonês. (...) Se viesse um sacerdote diferente a homenagem era (...) em latim (...).Em maio, junho, outubro, era novena diariamente e era cantado no coro, era (...) da Nossa Senhora, do Sagrado Coração, em polonês e às vezes em português. Dependia da situação, (...) se o padre Roberto começasse em polonês, era em polonês, se fosse em português, português, se era em latim, era latim mesmo.[11]

Para a década de 1930, a utilização do latim nas músicas sacras cantadas nas celebrações religiosas era uma prática habitual. No entanto, o uso do polonês em outros hinos e novenas realizadas no decorrer do ano demonstra que esse elemento identitário foi utilizado para auxiliar e reforçar o processo de evangelização romanizado.

O idioma, de acordo com Barth, é um *sinal manifesto* apto a identificar os membros de um grupo. Transferindo essa idéia para a escola percebe-se que existem diversos outros *sinais manifestos* capazes de determinar a identidade de uma comunidade de alunos, como é o caso do uniforme e do prédio ocupado. Assim como a utilização da língua polonesa foi um elemento importante para as atividades iniciais, a definição de um vestuário que identificasse os alunos demonstra uma preocupação que permeou as ações das religiosas.

Já por volta de 1935, encontrou-se o registro de um uniforme capaz de fazer com que os alunos se identificassem com a Escola Sagrada Família e fossem reconhecidos pela sociedade local como componentes daquele estabelecimento de ensino:

> O uniforme era azul do céu, lindo (...). Quer dizer, pras meninas era saia pregueada e blusa branca, mas era uniforme de gala, era lindo aquele uniforme e depois a irmã não encontrava mais daquele material, daí era um azul escuro. O azul, aquele azul da cor do céu (...) era do colégio. O azul escuro era normal.[12]

Com o desenvolver das atividades, a casa existente no terreno adquirido para estabelecer a escola na cidade tornou-se inapropriada, pois não tinha condições de acomodar o número crescente de alunos. Em 1935, iniciou-se a construção de um novo prédio. As conquistas materiais demonstram o reconhecimento da escola pela comunidade.

A partir dessa construção, o educandário passou a ter uma outra visibilidade, isto é, a sociedade local estava convivendo com um estabelecimento escolar que havia fincado raízes na cidade. Não era apenas uma *casinha de madeira* criada para atender os filhos de poloneses*,* era um prédio de alvenaria com dois pavimentos, capaz de impactar a clientela escolar, seus familiares e qualquer habitante da cidade. "Nesse sentido, a 'fisionomia' das cidades sofre o impacto não só da concentração de pessoas (...), mas também da presença de clubes, igrejas e outras instituições associadas a determinados grupos étnicos".[13]

A procura pelos serviços torna claro que a escola estava perdendo seu caráter de *collegio polonez*, pois os alunos internos provinham de outras regiões da cidade, nem sempre habitadas por poloneses. "Eles moravam em Itaiacoca, Periquitos, Uvaia, ou mesmo que nem os Borsato que moravam longe, então não tinha escola naquele tempo, assim, e eles queriam um colégio e tinham que deixar interno para estudar".[14]

Nesse fragmento da entrevista, a ex-aluna apresenta a aceitação na escola de alunos que não eram os filhos de poloneses, mas daqueles que vinham de diversos pontos da cidade, assim como de diferentes origens. Por outro lado, significa que os habitantes de Ponta Grossa já não estavam mais reconhecendo a Escola Sagrada Família como um estabelecimento para poloneses, mas provavelmente para ponta-grossenses e, portanto, possuidora de características identitárias com as quais os citadinos se identificavam.

No período estudado a escola ofertou o curso primário, com duração de cinco anos. As disciplinas eram: Português, Aritmética, Geografia, História, Ciências Físicas e Naturais, além de Civismo e Moral, e Higiene. Essas disciplinas foram identificadas pelas ex-alunas que estudaram a partir de 1937, isto é, o currículo estava organizado de acordo com a legislação vigente, enquadrando-se à política de Vargas, que previa aulas de Civismo e Moral. A finalidade da matéria era despertar nos alunos o amor à República e a consciência patriótica[15], mas possuía intenções nacionalizantes para os estudantes filhos de imigrantes.

No processo de inculcação de um *habitus* pretendido no aluno, a escola trabalhou com diversos pontos, desde o catolicismo romanizado até o enquadrar-se a um modelo ideal de estudante e futuramente cidadão. Para tanto, era necessária a transmissão de um corpus

de conhecimento. No fragmento a seguir isso transparece tanto na metodologia criada para a alfabetização, quanto nos assuntos ministrados em sala de aula. Muitas dessas matérias só teriam finalidade prática quando o aluno estivesse no mercado de trabalho.

> Geralmente no primeiro ano era só iniciação, eu me lembro até que (...) colocava uns fios de mais ou menos um metro e tinha uma bacia de água e ela molhava esses fios e ela escrevia uma letra bem grande no quadro e daí nós conforme essa letra, nós tinha que olhar no quadro e fazer, esculpir na carteira. Então acertava bem com o fio, daí ela mandava passar na lousa pequena assim. (...). Nós no quinto ano, a gente aprendia regra de três simples, composta, juro, negócio de câmbio, que hoje eu não sei mais, tudo a gente foi aprender a fazer na escola.[16]

Nesse momento percebe-se o quanto as propostas educacionais católicas estavam imbricadas às governamentais, pois em ambas encontra-se a valorização da disciplina, a perseverança no trabalho e a consciência da responsabilidade. Tal discurso encontra-se no parágrafo único do art. 3º do Decreto-lei n. 2.072, de 1940:

> A educação moral procurará ainda formar nas crianças e nos jovens de um e outro sexo os sentimentos e os conhecimentos que os tornem capazes da missão de pais e de mães de família. Às mulheres dará de modo especial a consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos.[17]

No período em questão, a instituição escolar não se restringiu às práticas pedagógicas desenvolvidas apenas no interior das salas de aula. O educandário promoveu outras para os seus alunos, que variaram segundo as orientações governamentais ou obedecendo ao calendário cívico-religioso. A Escola Sagrada Família, dentro de suas possibilidades, participou das comemorações cívicas ocorridas na cidade. Algumas ex-alunas descreveram as comemorações que contaram com a participação dos alunos.

> Sempre era lembrado datas cívicas, por exemplo, o dia Sete, chamava-se até de passeata. Geralmente era feita lá na Concha Acústica, geralmente primeiro tinha a missa e depois os alunos de cada escola faziam aquelas poesias, os discursos e depois é que saiam em passeata pela avenida e voltavam para a praça.[18]

Essa aluna estudou na escola de 1937 a 1943. Percebe-se que passados dez anos da vinda das religiosas para a criação do educandário, ele já não poderia mais ser visto apenas como um *collegio polonez*, mas como um estabelecimento de ensino integrado às práticas cívicas correntes naquele momento. Enquanto a instituição escolar restringiu a sua

atuação junto à comunidade polonesa local, estabeleceu e trabalhou com certos sinais manifestos caracterizadores de uma identidade polonesa. Por outro lado, a partir da inclusão da escola nas cerimônias cívicas, encontram-se elementos definidores de uma nova identidade ou que buscavam forjar uma identidade: ser brasileiro em Ponta Grossa.

Para Barth, a identidade é um processo de construção e reconhecimento, isto é, "as características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças 'objetivas', mas somente aquelas que os próprios atores consideram significativas"[19] acarretando "processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais".[20] Assim, é possível analisar a participação dos alunos nas festividades cívicas e a aceitação da matrícula de crianças vindas de regiões não povoadas por poloneses, como um momento de transição para a escola, ou seja, outros sinais manifestos tornam-se capazes de reconstruir e buscar o reconhecimento de uma nova identidade.

No entanto, o que não se pode esquecer é que, durante o Governo Vargas, as escolas particulares, principalmente as que possuíam algum vínculo com os imigrantes, precisavam do reconhecimento oficial para funcionar. Portanto, necessitavam se adaptar às novas diretrizes apresentadas pelo governo, inclusive a participação em momentos cívicos e a "difusão do sentimento nacional".[21] Dentro da proposta de nacionalizar o sistema de ensino e tudo o que estivesse relacionado à sociedade através de uma legislação impositiva, até mesmo as celebrações cívicas adquiriram um caráter nacionalizante. "A comemoração das festas cívicas brasileiras se tornou obrigatória nas comunidades com predominância de população de origem estrangeira"[22], o que era o caso de Ponta Grossa.

Os esforços impositivos da administração pública voltaram-se para a formação do patriota. De acordo com Fernando de Azevedo, as escolas detinham um poder muito grande, pois possuíam as condições necessárias para trabalhar e inculcar em seus alunos as características identitárias escolhidas como ideais para o Brasil daquele momento.[23]

Os ponta-grossenses começaram a examinar a Escola Sagrada Família como um estabelecimento educacional capaz de oferecer uma formação aos seus filhos que se

enquadrava aos seus anseios. A proposta era de uma escolarização embasada nos propósitos católicos, conservadora de uma ordem já estabelecida e vinculada a novos *sinais manifestos*. Isso pode ser entendido no fragmento selecionado das crônicas das irmãs:

> No ano de 1943, no dia 25 de setembro, Ponta Grossa comemorava o dia de 'Duque de Caxias'. Foi organizada uma grande parada. Todas as escolas tomaram parte dela. Nossas crianças vestidas em uniformes pareciam muito bonitas, o que agradou a todos. Tínhamos um menino, órfão, 7 anos, Gabriel Godoi. Um Coronel do exército (...) deu ao menino uma poesia para aprender. Este poema era em homenagem a Duque de Caxias. A Irmã preparou o menino e no dia da festa o pequeno Gabriel recitou o poema, pelo microfone, diante de todo o público. (...) Gabriel declamou tão bonito que todos o aplaudiram, como também aplaudiram a Escola Sagrada Família, que consegue preparar crianças tão pequenas para recitar poesias. À noite neste dia, o presidente Manoel Ribas e o Prefeito vieram ver Gabriel e pediram que ele repetisse o poema e ele novamente falou bonito. Parabenizaram o menino e as Irmãs e partiram[24]

Diversos aspectos podem ser analisados nesse fragmento das crônicas, a começar pelo próprio aluno. As irmãs vieram para Ponta Grossa para criarem uma escola para crianças polonesas. Exatamente dez anos após a fundação, numa comemoração em honra ao patrono do exército brasileiro, o estabelecimento de ensino era representado por uma criança negra. Nos anos iniciais utilizaram-se de passeios e apresentações artísticas para mostrar à população citadina o tipo e a qualidade de seus serviços. Em 1943, adequadas à legislação que previa que em sala de aula os professores deveriam conduzir os alunos à "admiração pelos grandes vultos e heróis do passado, [tornando-os] exemplo e motivação das novas gerações"[25], a escola mostrava que estava aberta a todos os *brasileiros*.

Ao mesmo tempo em que o educandário abriu suas portas para a sociedade ponta-grossense, esta mesma comunidade passou a ver no *collegio polonez* uma nova escola que poderia atender as suas necessidades educacionais. Escolher um menino negro para declamar a poesia a Duque de Caxias foi uma estratégia do estabelecimento de ensino para demonstrar não apenas para a população local, mas para o interventor do Estado, o que as freiras estavam fazendo para desenvolver o civismo em seus alunos. Foi uma forma de referendar o poder do governo e continuar ganhando espaço para a Igreja Católica.

Em 1943, não existiam estudantes cantando hinos em polonês, mas cantando e declamando homenagens ao Brasil e seus patronos. Nota-se uma migração de *sinais*

capazes de identificar a escola e sua clientela, perceptíveis na presença do interventor do Paraná que foi ouvir novamente o menino declamar. Representantes de instituições distintas, um referendando o poder do outro. A Igreja não pode ser vista como subserviente ao Estado, mas capaz de apoiar o governo e evidenciar que existe e exige respeito.

A análise desse momento demonstra que o educandário estava preparando crianças para uma vida integrada a valores católicos e cívicos, pois "a Escola Sagrada Família (...) consegue preparar crianças tão pequenas"[26], não apenas para recitarem poesias, mas para levarem o *habitus* inculcado a todos os espaços sociais que circularem.

---

[1] Este texto é parte integrante do terceiro capítulo da dissertação "De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: a Escola Sagrada Família – 1933-1945". Orientação do Dr. Euclides Marchi.
[2] Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná, pesquisadora da Casa da Memória Paraná e professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
[3] POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade -** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, p. 194.
[4] Id.
[5] SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 85.
[6] Ibid., p. 84.
[7] Ibid., p. 83.
[8] Crônica Geral de toda a Congregação, fornecida pela Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família, texto xerocado.
[9] Margarida Migdalski foi entrevistada em 22 de maio de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família de 1937 a 1943, quando concluiu o 5º ano.
[10] SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Op. cit., p. 90.
[11] Bronildes M Zangiski foi entrevistada em 31 de maio de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família desde sua fundação (1933) até 1936, não chegando a concluir o 5º ano.
[12] Sofia Urba da Cruz foi entrevistada em 03 de junho de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família de 1942 a 1946, quando concluiu o 5º ano. Durante esse período morou na escola como aluna interna. Após o término de seus estudos continuou morando no educandário onde aprendeu datilografia. Para pagar por sua estadia realizou serviços domésticos para as religiosas.
[13] SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Op. cit., p. 66.
[14] Zophia Vuytk foi entrevistada em 24 de maio de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família de 1937 a 1943, quando concluiu o 5º ano. Continuou morando na escola e auxiliando as religiosas nos anos seguintes até ter condições para entrar no noviciado da Congregação em Curitiba. Atualmente é uma religiosa da Congregação da Sagrada Família e trabalha no Colégio Sagrada Família.
[15] TRINDADE, Etelvina M.ª de Castro. Op. cit., p. 96.
[16] VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.
[17] http://www.senado.gov.br/legbras Acesso em 19 jun. 2003.
[18] VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.
[19] BARTH, Fredrik. Op. cit., p. 194.
[20] Ibid., p. 188.
[21] BRASIL. Decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. **Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.** http://www.senado.gov.br/legbras Acesso em 19 jun. 2003.
[22] SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Op. cit., p. 90.
[23] AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 35.
[24] Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.
[25] TRINDADE, Etelvina M.ª de Castro. Op. cit., p. 95.
[26] Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

IMAGENS DA CRIANÇA ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO

Elizabeth Lannes Bernardes

Neste trabalho pretendo resgatar as imagens da criança entre a Colônia e o Império. O lugar que a infância ocupa em um determinado contexto social depende da forma com que o adulto concebe a criança, pois essas imagens determinam o seu crescimento, sua educação e o seu brincar. Nessa época existem poucas palavras para definir a criança. A expressão utilizada é "miúda", "ingênua", "infante". A primeira idade da vida era a infância, período que ia do nascimento aos 7 anos, caracterizado pela ausência da fala ou pela fala imperfeita. A segunda idade era a puerícia, que ia dos 7 aos 12-14 anos[1]. Segundo Gilberto Freyre, era nessa etapa da vida, próximo à puberdade, que as crianças eram obrigadas a se vestirem e comportarem como adultas:

> Os viajantes que aqui estiveram no século XIX são unânimes em destacar este ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo bem penteado, às vezes frisados à Menino Jesus, o colarinho duro: calça comprida, roupa preta, botinas pretas, o andar grave, os gestos sisudos: um ar tristonho de quem acompanha enterro.[2]

Na sociedade colonial, a infância era compreendida como um momento de transição para a vida adulta. Segundo Jurandir Freire Costa[3], a criança ocupava uma posição irrelevante na família patriarcal e na vida social. Nessa época, o pai exercia poderes absolutos sobre todos os membros do agrupamento familiar. Esse autoritarismo paterno foi assegurado pelo valor da propriedade, do saber tradicional e da visão religiosa da cultura.

A ordem jurídica vigente garantia ao patriarca à manutenção integral de sua propriedade através do regime sucessório dos bens, isto é, o morgadio determinava que o primogênito homem fosse o herdeiro do pai. Dessa maneira, propriedades não eram divididas entre os outros membros da família, favorecendo o *pater familias*. Nessa época, as mulheres eram excluídas da herança e decisões familiares. Outra lei que favoreceu a autoridade do pai era as "Ordenações do Reino", determinando ao pai o direito de castigar

esposas, filhos e mulheres. O viajante Thomas Ewbank, no ano de 1846, relata o enclausuramento de mulheres em conventos e recolhimentos, por desobedecerem a seus pais:

> Um negociante, que H. também conheceu, levou certo dia sua única filha para uma visita. A carruagem parou no convento da Ajuda. A jovem subiu os três ou quatro degraus externos sem observar o local. Em seguida, as portas fecharam-se às suas costas e seu pai afastou-se. A jovem, que havia recusado um marido escolhido por seu pai, ficou enclausurada durante dois anos até ceder e dar seu consentimento, quando pôde sair do convento.[4]

Na Colônia, o pai interessava-se pelo filho adulto, pois este era capaz de compreender as normas e os saberes ancestrais, transmitidos pela oralidade, de geração a geração, com a finalidade de preservar e aumentar os bens e as riquezas da família. Parece ser esse o motivo pelo qual as próprias crianças desejavam a adultização. Compreendiam que, no mundo colonial, os "louros" destinavam-se aos homens adultos:

> Tamanho é o prestígio do homem feito, nas sociedades patriarcais, que o menino, com vergonha da meninice, deixa-se amadurecer, morbidamente, antes do tempo. Sente gosto na precocidade que o liberta da grande vergonha de ser menino.[5]

Outra instituição que contribuiu para que a criança ocupasse uma posição marginalizada na sociedade colonial foi a Igreja Católica. Para o catolicismo, a criança representa o símbolo do pecado original, a incapacidade do homem em renunciar os prazeres mundanos. Santo Agostinho, em suas *Confissões*, dizia: "Fui concebido na iniquidade ... é no pecado que minha mãe me gerou ... onde portanto, Senhor, onde e quando fui inocente?"[6] Entretanto, a criança só foi relevante para a religião católica enquanto símbolo da pureza e inocência. Nesse caso, o "anjinho" era venerado e circulava em todas as peregrinações e festas religiosas. Em 1853, os pastores protestantes, Kidder e Fletcher, descrevem uma procissão de Quarta-feira de Cinzas, através das principais ruas do Rio de Janeiro, até o convento de Santo Antônio, onde aparecem as "pequerruchas":

> Antes de cada grupo de imagens vem marchando um anjinho, conduzido por um padre, e espalhando folhas e pétalas de rosa pelo caminho. [...] Como o leitor pode estar ansioso em conhecer que

> espécie de anjo é esse que toma parte no espetáculo, devo explicar que há uma classe de anjos criada para a ocasião, e que agem sob a tutela dos santos exibidos. Pequerruchas de oito a dez anos são geralmente escolhidas para servirem de anjinhos, sendo para isso preparadas com as mais fantásticas vestimentas. O principal objetivo dessas vestimentas é exibirem um corpete e duas asas, a saia e as mangas são de grandes dimensões, utilizando-se para isso rodas e armações de vime, nas quais flutuam sedas, gazes, fitas, rendas, lantejoulas e plumas de diversas cores. Na sua cabeça colocam uma espécie de tiara. Seus cabelos caem em anéis pelo rosto e pelo pescoço, e o ar triunfal com que marcham mostra como plenamente compreendem a honra de ser o principal objeto de admiração.[7]

Porém, foi a criança morta, o "anjinho" que mereceu devoção especial na família colonial. O viajante inglês, John Luccock, ficou chocado com as palavras de uma mãe diante da morte de seu filho:

> Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mamãe, entra! Ó que feliz que sou! repetiu ainda, rindo a grande.[8]

Esse fato faz lembrar as atitudes de indiferença dos pais em relação à morte dos filhos, descrita por Philippe Ariès, na Europa, no início da modernidade. Assim, expressava Montaigne: "Perdi dois ou três pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero"[9]. Madame de Sévigné, por sua vez, não se surpreendeu quando soube que Madame Coetquen desmaiou ao receber a notícia da morte de sua filhinha: "Ela ficou muito aflita e disse que jamais terá uma outra bonita."[10] As crianças eram consideradas tão insignificantes que não se temia que voltassem após a morte para importunar os filhos.

Já no Brasil, os pequenos que sobreviviam eram cuidados pelas mães africanas, amas de leite que modificaram as canções de ninar de origem portuguesa e, em vez do papão, surgem o saci-pererê, a mula-sem-cabeça, as almas penadas, a cuca, o boitatá, o lobisomem. Essas supertições, lendas e histórias eram contadas pelas yayás às crianças choronas e mal criadas das casas grandes e senzalas. A linguagem infantil também foi enternecida pela ação da ama negra, que reduplicou a sílaba tônica dando às palavras um especial encanto: *cacá*, *pipi*, *bumbum dindinho*, *mimi*, *neném*, *dodói*, *tatá*.[11]

O “muito mimos” em torno das crianças pequenas e dos filhos de escravos eram censurados por viajantes estrangeiros, moralistas e nos tratados de boa educação.[12] Ao comparar a criança brasileira com a inglesa, o viajante Robert Edwart Edgecumbe, em 1886, afirmou:

> O pai e a mãe no Brasil vivem com os filhos ao redor e estragam-nos até onde podem. Uma criança brasileira é pior que um mosquito hostil. As casas brasileiras não têm um lugar para elas e, como se considera cruel pôr os queridinhos para dormir, durante o dia, tem-se prazer ininterrupto de sua companhia. [...] crianças no sentido inglês, não existem no Brasil.[13]

Os relatos dos viajantes que chegaram ao Brasil após a abertura dos portos, em 1808, descrevem as crianças brancas de elite como sendo selvagens, indisciplinadas e mal educadas, devido à convivência com os negrinhos escravos. Em 1825, E. Belman informava:

> Os meninos crescem na vadiagem e na má-criação e como os pais deixam, desde a infância, quase que exclusivamente entregues à guarda e ao convívio dos negros, tornam-se naturalmente parecidos com estes, em todos os sentidos, tanto mais que os negros também na moral são seus mestres.[14]

Quarenta anos depois, E. C. e L. R. Agassez, ao se referirem à educação doméstica, constatam os “perigos” e os “vícios” decorrentes do contato da criança branca com os filhos dos escravos:

> Que a baixeza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não efeitos da escravidão, inegável é que existem, e é estranho ver pessoas, aliás cuidadosas e escrupulosas em tudo o que se refere aos filhos, deixarem-nos constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços. Isso prova quanto o hábito nos torna cegos mesmo para os perigos mais evidentes,um estrangeiro vê logo os perniciosos resultados desse contato com a grosseria e o vício, os pais não o percebem.[15]

Em seu memorial de viagem, em 1809, John Mawe também constata a presença de crianças escravas brincando com crianças brancas:

> Os filhos de escravos são criados com os dos senhores, tornam-se companheiros de folguedos e amigos e, assim, estabelece-se entre eles uma familiaridade que, forçosamente, terá de ser abolida na idade

> em que um deve dar ordens e viver à vontade, enquanto o outro terá de trabalhar e obedecer.[16]

Gilberto Freyre confirma esse costume do menino branco receber um ou mais moleques negros como companheiros de brincadeira e serviam para serem cavalo de montaria, burros de liteira, de carro de cavalo, em que um barbante serve de rédea, um galho de goiabeira de chicote. Os meninos brancos reproduziam nas brincadeiras as relações de dominação da escravidão. Eram os "manés-gostosos", os "leva-pancadas".

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis retrata as relações perversas entre o menino branco e o seu muleque:

> Prudêncio, um muleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava-lhe mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um "ai, nhonho"! – ao que eu retorquia: — "Cala a boca, besta!".[17]

Além desse folguedo, era comum o "jogo do belisco", brincadeira de roda que, no final da cantoria, dizia "que lá vai um beliscão"; então, a última criança a ser atingida levava um beliscão; este era forte nos moleques e brandos nos sinhozinhos. Nos jogos de pião e no soltar papagaio notava-se resquícios do sistema escravagista:

> Mesmo no jogo do pião e no brinquedo de empinar papagaio, achou jeito de exprimir o sadismo do menino das casas-grandes e dos sobrados do tempo da escravidão, através das práticas, de uma aguda crueldade infantil, e ainda hoje corrente no Norte, "de lascar-se o pião" ou de "comer-se o papagaio" do outro; papagaio alheio é destruído por meio da lasca, isto é, lâmina de vidro ou caco de garrafa, oculto nas tiras de pano de rabo.[18]

A partir de meados do século XIX, houve uma recodificação da imagem infantil e a criança foi pensada como matriz físico-emocional do adulto, a partir de noções de evolução, diferenciação e gradação. Essa reordenação resultou da ação dos médicos-higienistas em face a mortalidade infantil.[19] Na sessão da Academia Imperial, em 18 de junho de 1846, foram levantadas as seguintes questões: "1º A que se deve atribuir tão grande mortalidade nas crianças, nos seus primeiros anos de vida? 2º Quais as moléstias mais freqüentes nas crianças?"[20] As respostas foram: o mau tratamento do cordão umbilical, vestuário impróprio,

o uso e o abuso de comidas fortes, falta de tratamento médico no princípio da moléstia, vermes intestinais, etc. Dentre as causas principais da mortalidade infantil é a incapacidade dos adultos cuidar das crianças.

Na sua obra, *Causa da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*, em 1876, o Dr. José Maria Teixeira atribuía a ignorância das mães, ou seja, a falta de educação física, moral e intelectual delas e a ilegitimidade dos nascimentos, as razões principais da mortalidade infantil no Brasil. Ambas revelam a ignorância, a incapacidade da família em cuidar dos filhos. Em relação à ilegitimidade, os higienistas constataram que a morte dos filhos naturais era maior do que a dos filhos legítimos e associaram à mortalidade dos ilegítimos a prostituição doméstica. Dessa forma, censuravam o comportamento sexual do patriarca, responsabilizando-o pelos altos índices de mortalidade infantil. Na segunda, criticam as mulheres da elite por não amamentarem os seus filhos, condenando o aleitamento mercenário e associando-o a elevada taxa de mortalidade infantil. Procuram, ainda, persuadir a mulher da elite de que sua vocação natural era ser mãe. A mulher que recusasse a ser mãe e que não amamentasse infringiria as leis da natureza e, ao mesmo tempo, ameaçaria o futuro da nação.

Foi nesse período, mais precisamente na segunda metade do século XIX, que o saber médico formula todo um discurso de valorização da mulher em função do papel materno. Difunde-se na sociedade brasileira o mito do amor materno, através do qual procura-se imbuir as mães de um sentimento de cuidado, proteção, carinho e amor, enquanto um sentimento natural, espontâneo e definido biologicamente pela sua natureza reprodutora. Em função desse sentimento natural, a mulher é encarregada da educação das crianças e o status de “guardiã do lar”.[21]

A partir de meados do século XIX, as crianças de elite passaram a ser educadas segundo as normas da higiene, tanto no espaço privado do lar quanto no espaço escolar. Desde cedo aprendiam a ser polidas, disciplinadas e bem educadas, a se tornarem o *gentleman*, o *petit-bourgeois* europeu. Os moleques, as crianças do povo vão ser

disciplinadas no século XX pelas escolas públicas, institutos profissionalizantes ou em instituições de internamento. Entretanto, muitas crianças resistem e manipulam o sistema para suas finalidades próprias.

NOTAS:

[1] Sobre o tempo da infância, ver Philippe Ariès. *História social da criança e da família.* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978.

[2] Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. p. 411.

[3] Jurandir Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

[4] Thomas Ewbank, 1846, apud Miriam Moreira Leite (Organizadora). *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros.* São Paulo, Brasília: Hucitec, INL, Fundação Pró-memória, 1984. p. 63.

[5] Gilberto Freyre. *Sobrados e mocambos.* São Paulo: Ed. Nacional, 1951. p. 87.

[6] Santo Agostinho, apud Elizabeth Badenter. *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 55.

[7] Kidder & Fletcher, 1853, apud Miriam Moreira Leite. A infância no século XIX, segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos C. de (Organizador). *História social da infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2001. p. 41-42.

[8] John Luccock. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1975. p. 80.

[9] Philippe Ariès, op. cit., p. 57.

[10] Idem.

[11] Gilberto Freyre, op. cit.

[12] Mary Del Priore (Orga.). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999. p. 84-106.

[13] Robert Edwart Edgecumbe, 1886, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 56.

[14] E. Belman, 1825, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 70.

[15] E.C. e L. R. Agassez, 1865, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 76.

[16] John Mawe, 1809, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 33.

[17] Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 370.

[18] Gilberto Freyre, op. cit., p. 368. Informações sobre as variantes do jogo de beliscar e de outras brincadeiras, nos tempos do engenho de açúcar, aparecem em Tizuko Morchida Kishimoto. *Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação.* Petrópolis, RJ: Vozes: 1993.

[19] Jurandir Freire Costa, op. cit..

[20] José M. Teixeira, 1876. Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro. In: FREIRE, Jurandir Costa, op. cit., p. 163.

[21] Margareth Rago. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 61 - 116. E sobre o mito do amor materno ver Elizabeth Badenter, op. cit..

UMA DÉCADA DE SUPRESAS:

as mobilizações operárias na Empresa Industrial Garcia (1940-1950)

Ellen Annuseck

No dia 15 de fevereiro de 1950, os empregados do 3º turno de trabalho da Empresa Industrial Garcia, uma indústria têxtil de Blumenau/SC, iniciaram uma greve. Antes mesmo de entrarem ao turno de trabalho às 22h, eles permaneceram em frente ao portão da fábrica durante toda a noite. Na manhã do dia seguinte o movimento foi ganhando a adesão de outros operários fortificando assim, o piquete. Eram mais ou menos 1.400 operários em greve. Uma comissão de grevistas cuidou de todo o processo de negociações e conciliações já que o Sindicato não apoiava o movimento.

No segundo dia de greve os operários em frente ao portão da fábrica reclamavam do pequeno salário recebido no final do mês, já que os descontos provenientes das despesas com a Cooperativa dos Operários da Empresa Industrial Garcia e demais recursos assistenciais disponibilizados pela fábrica diminuíam as possibilidades de uma renda satisfatória[1]. Além disso, os operários reivindicavam a possibilidade de consultarem outros médicos além daquele indicado pelo ambulatório da fábrica.

Depois das tentativas frustadas dos policiais locais em desfazerem o piquete, convocaram-se reforços policiais ao Delegado da Ordem Política e Social (DOPS), de Florianópolis. Nada conseguiram porque nesses momentos mais críticos, famílias inteiras saíam de suas casas, em geral moradores da vila operária, para fortificarem o piquete.

No início do mês de março a comissão de grevistas fez circular um abaixo assinado em que se garantia a volta dos subscritos ao trabalho e delegavam-se poderes às comissões de grevistas para deliberarem a volta ao trabalho e a instauração de um dissídio coletivo[2]. Não havia mais comida na Cooperativa porque os empregadores impediram a reposição do estoque e a maioria das famílias não tinha dinheiro para comprar em outros

comércios do bairro. Depois de 27 dias, na terça-feira, dia 14 de março, os operários da Empresa Industrial Garcia voltaram ao trabalho.

Entretanto, essa greve não era inédita, a pesquisa nos mostrou que desde o início da década de 40 outros três episódios indicavam os descontentamentos dos empregados da Empresa Garcia. Houve uma mobilização em 1941 que não chegou a ser uma greve, uma greve de oito dias em 1945 e a instauração de um dissídio coletivo em 1948.

Nesse período a indústria têxtil nacional sofreu um grande incremento em função da necessidade de suprir as carências de tecidos e fios durante a 2ª Guerra Mundial. Além disso, muitos direitos adquiridos pelos trabalhadores foram suspensos em função da quantidade de trabalho existente nesse período. Além dessas mudanças, a rotina dos operários da Empresa Industrial Garcia foi transformada também em função da presença de um novo diretor-gerente, procedente de Florianópolis e nomeado em setembro de 1940[3].

Nosso objetivo é identificar, desde 1940 até a deflagração da greve em 1950, as mudanças provocadas por essa nova administração na rotina dos operários tanto na fábrica quanto no bairro. Entendemos que as greves surgem de uma "complexa teia de relações, de pequenos confrontos (...)"[4] e que têm, em geral, raízes na vida cotidiana. O movimento grevista acabou abrindo os portões da fábrica e deixando que as experiências lá adquiridas fortificassem o seu vínculo com as experiências e implicações desse trabalho além dos muros e do espaço de trabalho. Não foi em função do desespero que o movimento grevista dos operários da Empresa Industrial Garcia aconteceu, e não foi tampouco em função do desespero que ela terminou. Existe na relação entre operários e patrões, fábrica e bairro, um conjunto de inter-relações que precisam ser discutidas.

Analisando a rotina da greve, percebemos que a relação empregado e patrão era bastante diferente daquela encontrada na década de 30 por exemplo. Havia agora mais disciplina, mais obrigações e uma relação mais formal. Um exemplo disso foram as inúmeras demissões que aconteceram depois da greve de 1950, mesmo com o esforço da comissão de grevistas em evitar isso. Estas surgiram da imposição da autoridade da empresa que soube se apropriar de uma convenção social importante no bairro. A demissão

não era simplesmente a perda de um emprego, mas também era sinônimo de descomprometimento do trabalhador com o trabalho e o trabalho era sinônimo de respeito e honra no bairro.

Nas entrevistas, vê-se que o diferencial do Senhor Ernesto Stodieck Jr. era estabelecer uma relação menos afetuosa com os empregados. O Senhor Medeiros Jr., antigo diretor-gerente, era tido como uma pessoa muito mais envolvida com os empregados. Apesar de ser uma situação confortável para os empregados, poderia impedir a aplicação da disciplina e do trabalho na fábrica.

Conforme dados da própria empresa, em 1934 a fábrica empregava 500 pessoas, em 1940 chegava a 650 e em 1944 alcançava o número de 1.000 operários[5]. Percebe-se como na década de 40 o número de operários aumenta com maior intensidade. Muitas pessoas e famílias vieram de outras cidades com um futuro ainda indefinido procurando emprego nas indústrias da região. Os administradores da fábrica viabilizaram a construção de casas para operários que seriam posteriormente alugadas. Desde a década de 20 até 1950 muitas casas foram construídas chegando a um número de mais ou menos 200[6].

A aproximação e isolamento do bairro contribuíram para que muitas famílias fossem se constituindo. Formar uma família era também uma estratégia de sobrevivência já que quanto maior o número de filhos, maior era a renda familiar. Maria Célia Paoli aponta que o que mais interessava à fábrica, era a geração de filhos[7]. A vila operária atuava como um espaço de proletarização familiar em que a manutenção da mesma não era esquecida [8]. Ou seja, além de concentrar um bom número de trabalhadores nas proximidades da fábrica, sendo melhor vigiados, havia também a concentração de novos trabalhadores[9].

De 1940 a 1945, no Brasil, “os fabricantes de tecidos de algodão ingressaram no seu período de maior prosperidade (...) com praticamente as mesmas instalações, equipamentos e técnicas empresariais dos anos críticos da década de trinta” [10]. Na Empresa Industrial Garcia, depois dos cortes das importações, foi possível fabricar em fundições próprias “teares automáticos para o fabrico de panos de 2,30 a 3,30m de largura” [11].

Para dar conta desse novo panorama e da nova proposta administrativa, os trabalhos assistencialistas tiveram início na fábrica. Além das casas para operários, outros tipos de assistências passaram a ser fornecidas aos operários, em grande parte, idealizadas por este novo diretor-gerente. Em um relatório de 1950, foram citadas a "seção social trabalhista, gabinete médico, dentário, creche para os filhos das operárias, enfermaria completamente equipada (inclusive raios ultravioleta, infravermelho e radioterapia) (...) seguro de vida gratuito"[12].

Procurou-se fortificar a assistência médica, impedindo que os operários perdessem muito de seu tempo em consultas médicas longe dali e também para evitar dispensas desnecessárias. Os médicos da empresa também passavam a ter controle das doenças e, conseqüentemente, dos "maus hábitos" que poderiam causá-las.

A Empresa Industrial Garcia tinha também uma "Cooperativa dos Empregados da Empresa Industrial Garcia", inaugurada em 1945 em que comprava-se os produtos que eram descontados na folha de pagamento. Sob o argumento de que os produtos da Cooperativa mantinham-se com certa regularidade, enquanto fora dali os preços subiam continuamente, os empregadores tentavam mascarar a troca injusta que praticavam. Sendo assim, as compras na Cooperativa e os descontos provenientes de outros recursos disponibilizados pela fábrica, faziam do saldo final do mês o suficiente para que os operários não obtivessem nenhum tipo de rendimento extra.

Essas mudanças, que pareciam melhorar as condições de vida de muitas famílias, implicavam em uma carga disciplinadora muito maior, vinculando o bom comportamento dentro da fábrica com a vida estabelecida fora dela. Os operários passaram a estar cada vez mais próximos ao mundo do trabalho. Tanto a casa em que moravam, como a comida que compravam e os médicos que consultavam tinham relação com a fábrica. A demissão traria como conseqüência a perda de tudo isso sendo que, em geral, os operários não tinham mais nada além do que a fábrica oferecia. Por isso entendia-se que, com isso, o bom comportamento garantiria o trabalho da família.

Por trás dessa ajuda, estava a legitimação de salários mais baixos, cargas de trabalho maiores, fiscalização cotidiana da saúde, alimentação do trabalhador e uma vigilância muito maior em relação às suas atividades de sociabilidade e lazer. A impressão que se criava, com a assistência aos operários, encobria os benefícios trazidos para a produção da indústria.

Outro grande impacto da década de 40, trazido pela nova administração, foi o "desaparecimento" do tradicional clube esportivo que existia no bairro Garcia, o "Amazonas Esporte Clube". Além de atividades desportivas diversas, o que se destacava era o *onze alvi-celeste*, o time de futebol constituído por operários da Empresa Industrial Garcia. Apesar de possuir diretoria própria e ter certa independência financeira, os empregadores tinham grande interferência no cotidiano do clube. Muitas vezes clubes como o Amazonas conseguiam fazer isso muito melhor do que associações sindicais, como afirmou Leandro Pereira em seu livro "Footballmania"[13].

Durante a década de 40, o *onze alvi-celeste* passou da glória dos campos de futebol para um contínuo desaparecimento do contexto esportivo do período até que, em 1946, não aparece mais nas páginas dos jornais locais. Pensando que as "(...) atividades de lazer e cultura também eram importantes para a manutenção e ampliação das redes sociais entre os trabalhadores" [14], associações como a do Amazonas Esporte Clube tinham um papel importante no bairro: a de ser um lugar de discussão e reflexão sobre o mundo do trabalho. Pensando também que o movimento operário e a cultura das classes trabalhadoras precisam ser estudados em conjunto[15], é necessário entender a importância das práticas culturais dos operários da Empresa Industrial Garcia, especialmente porque, na greve de 1950, ficou claro que as mudanças administrativas implicaram num grande descontentamento por parte dos operários.

Em 1946 o Aimoré deixou de participar do campeonato e uma comissão formada com os membros mais antigos tentou, através de um festival, angariar fundos para o clube. Em 1º de maio de 1946 foi inaugurado o Centro Recreativo e Beneficente dos Empregados da Empresa Industrial Garcia, ou seja, apenas três meses tinham se passado desde a última

tentativa de reerguimento do clube de futebol até o surgimento deste novo empreendimento idealizado pelos dirigentes da fábrica.

O jornal *Cidade de Blumenau* já tinha anunciado que no lugar do antigo clube operário surgiria "(...) um grêmio esportivo operário, congregando todos os trabalhadores da Empresa Industrial Garcia aproveitando o patrimônio e as ótimas instalações existentes no bonito campo do Aimoré" [16]. O novo centro recreativo surgiu em meio a uma data bastante sugestiva, o dia do trabalhador que até aquele momento nunca tinha sido celebrado na fábrica. A festa mais popular entre os operários eram as festas juninas que igualmente pararam de ser comemoradas.

A nova proposta da administração da fábrica era idealizar seus operários como massa homogênea, um exército para a economia brasileira e aliados fiéis do governo brasileiro. Os empregadores queriam se apropriar das atividades realizadas pelos operários no bairro e colocá-las num ambiente de maior vigilância e pautada nas necessidades nacionais. Mas apesar desse destaque todo ao Centro e às atividades realizadas nele, em nenhum momento ele foi lembrado pelos operários. Esse silêncio e até desconhecimento do que foi o Centro tem suas particularidades. No início da década de 50 o Amazonas Esporte Clube retorna às atividades e o grande salão construído para o Centro Recreativo, era agora sede do Amazonas.

Apesar de parecer que os operários tinham todo o suporte necessário para serem trabalhadores satisfeitos e realizados em função de terem casas e um ambiente "sadio" de divertimento, nota-se que durante toda a década de 40 muitas evidências indicaram exatamente o contrário, a crescente insatisfação dos operários. A ação direta dos operários em relação ao movimento grevista de 1950 traz consigo o desrespeito, as injustiças vividas não só na fábrica, como fora dela. Essa consciência de união e organização de classe era baseada nas experiências compartilhadas pelos operários que sentiam diariamente o impacto do trabalho em suas vidas. O sentimento de "prisão" presenciada dentro da fábrica, durante essa nova administração, estendia-se para fora, no bairro, nos limites impostos pela fábrica em relação às práticas de lazer e sociabilidade, na

falta de dinheiro e de tempo. Ou seja, a satisfação dos operários não baseava-se apenas nessa "proteção" concedida pelos empregadores.

---

[1] Entraram em greve os operários da Empresa Industrial Garcia. *A Nação*, 17/02/1950.
[2] Esperado para hoje o retorno ao serviço dos operários da Nelsa. *A Nação,* 08/03/1950.
[3] Na história das indústrias têxteis de Blumenau, a Empresa Industrial Garcia foi uma das primeiras três indústrias estabelecidas na região no século XIX[3] que contavam com a participação de imigrantes europeus, em especial alemães. Entretanto, desde o início do século XX ela passou a ser controlada por diferentes grupos de acionistas que não residiam na região. Ou seja, a sua administração não se enquadrava no tipo de indústria "familiar" encontrada na região em que dificilmente mudava-se proprietários. Nesse sentido, diferentes diretores-gerentes eram nomeados para administrarem a fábrica por determinado tempo. MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das Indústrias de Blumenau. *In:* Separata da "**Revista Brasileira de Geografia**" nº.3, ano XXVII, jlh./set./1965. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de geografia e estatística, conselho nacional de geografia, 1966, 420.
[4] ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Passado e presente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.184.
[5] AHJFS. Coleção de dossiê: Estabelecimentos industriais/ARTEX. Empresa Industrial Garcia. CI – 3.2.2.07.
[6] Idem.
[7] PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *In:* LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.** Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ – Museu Nacional, PROED, s/d., p.83.
[8] ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Trabalho infantil e reprodução social. 1981, p. 10. *Apud.:* PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros... Op. cit., p.83.
[9] A proletarização familiar ganhou maior impulso com a instauração do salário mínimo em 1940 (Decreto-lei de 1º de maio de 1940). O salário mínimo não permitia que o pai ou a mãe trabalhassem pela família. Para a sobrevivência desta, todos os familiares com idade suficiente foram convocados a trabalhar para suprir as necessidades de todos. PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, nº. 4, 1992, p.35.
[10] "A produção que era de 840.168.000 metros em 1940, atingiu o auge de 1.414.336.000 metros três anos depois. (...) Só no ano de 1941, por exemplo, os industriais e exportadores embarcaram para o exterior 92.379.320 metros – quantidade superior ao total exportado nos dez anos anteriores. E, em 1943, o país exportou mais do que o triplo em 1941, principalmente para a Argentina e África do Sul", STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil** (1850/1950). Editora Campus: Rio de Janeiro, 1979, p.167-168.
[11] HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987, p.223.
[12] Assistência social na Empresa Industrial Garcia. *Cidade de Blumenau*, 25/09/1946.
[13] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.274.
[14] FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. *In:* BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004, p.387.
[15] HOBSBAWN, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p.254.
[16] Praticamente extinto o Aimoré (edição esportiva). *Cidade de Blumenau*, 11/02/1046. O Aimoré, ou o Amazonas Esporte Clube não participou mais das notícias dos jornais com o futebol, algumas notas falavam de jogos de basquete apenas.

DA LEITURA DO CATECISMO À CATECISAÇÃO DA LEITURA – O catecismo como texto de leitura na escola primária no Brasil no século XIX

Elomar Tambara

Esta investigação constitui um resultado parcial do -projeto de pesquisa intitulado "Repertório de livros escolares na escola elementar no Brasil nos séculos XIX e XX" em execução no Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

A constituição de um sistema de leitura confessional, plasma o processo de inculcação político doutrinária no Brasil, no século XIX. É importante ter isso em mente, pois na verdade esta estratégia permitirá vigorar um modelo que abdicará de um controle mais efetivo do agente de doutrinação, restringindo-se, mais fortemente, no conteúdo e principalmente no formato deste conteúdo. Assim, descurou-se do fato dos professores, do clero e de certa forma da intelectualidade não ter o nível intelectual e mesmo moral necessário, e deteve-se com maior intensidade em controlar os manuais de ensino, de modo especial os catecismos.

Sob o prisma ideológico-doutrinário quatro catecismos tiveram ampla utilização como texto de leitura no Brasil no século XIX. O "Compêndio de civilidade Christã" de Antonio Barker; o " Catecismo Histórico" de Claude Fleury; o "Catecismo de doutrina Cristã" de Pinheiro Fernandes e "O Catecismo da diocese de Montepellier".

A análise destes textos revelou a importância que tiveram no sentido de plasmarem novas concepções de mundo ou de solidificarem as já hegemônicas. E em que sentido, a escola desempenha um efetivo papel de inculcadora de concepções de mundo. Mais que isto, desvelou como a escola foi usada para consolidar, principalmente a longo prazo, conceitos e categorias com a finalidade de transformar a consciência coletiva.

Neste sentido, comprovou-se nossa hipótese de trabalho de que estes textos de leitura delimitam e, sob certo aspecto, dão visibilidade ao processo de hegemonização da

concepção ultramontana. É preciso ter em mente que as autoridade constituídas no Brasil, representantes de elites com interesses econômicos bem delineados procurou plasmar no aparelho administrativo formas de controle ideológico e político consentâneos com os mesmos

A rigor, este controle decorreu da tradição lusitana que se instalou e se consolidou no Brasil durante o período colonial. Com a independência política do Brasil em 1822, muitos setores da sociedade civil presumiram que uma nova situação se imporia embevecida de uma expectativa de cunho mais liberal, como acontecia em muitas nações européias e, particularmente, nos Estados Unidos da América, no século XIX.

Mas a doutrina político-ideológica adotada pelo novo império brasileiro não se distanciou das estratégias geo-políticas e, principalmente, dos procedimentos político-administrativos secularmente adotados por Portugal. Neste sentido, configurou-se a adoção do sistema de padroado com as conseqüentes atitudes e sanções decorrentes da associação entre Igreja e Estado.

Assim, os manuais escolares eram submetidos a um violento processo de censura doutrinária, mormente no que dizia respeito à Igreja Católica. Este aspecto pode ser facilmente percebido pelas sanções que a legislação prescrevia para aqueles que, eventualmente, violassem estes preceitos. Em Carta de Lei de 2 de Outubro de 1823, no artigo 5º, o Governo aponta as penalidades:

> 5. "todo aquelle que abusar da liberdade da Imprensa contra a Religião Catholica romana, negando a verdade de Catholica romana, negando a verdade de todos ou alguns dos seus dogmas falsos, estabelecendo e defendendo dogmas falsos, será condemnado em hum anno de prisão e 100$rs; e se o abuso consistir em blasphemar ou zombar de Deos, dos seus santos, ou do culto religioso, approvado pela Igreja Catholica, terá a pena de 6 mezes de prisão e 50$rs".[1]

Neste sentido, nos textos utilizados para a prática da leitura, dois elementos eram caracteristicamente estimulados até meados do século XIX: a submissão à fé católica e a obediência à ordem representada pelo Estado.

Assim, em 1836, prescrevia a legislação brasileira:

> "Deverá cada um dos mestres, debaixo da mais estricta responsabilidade, empregar desde já o maior cuidado e vigilância em evitar tudo quanto possa condizer para danificar e perverter a inocência e pureza de costumes de seus discípulos, procurando por outro lado todos os meios acomodado a sua capacidade de inspirar-lhes a submissão, as verdade de fé, a pratica da Moral evangélica, e a obediência as Leis do Estado e a seus superiores." [2]

Esta estratégia fazia parte do controle do tipo de conteúdo que era determinado pela legislação para ser veiculado em sala de aula no processo de aprendizagem de leitura.

Sob este prisma, é importante ponderar que os textos de orientação religiosa deviam receber a aprovação eclesiástica. Esta resolução estava, de certa forma, associada a um controle de cunho ideológico vinculado à preservação do sistema de regalismo vigente no Brasil. Este aspecto pode ser verificado na legislação educacional, como, por exemplo, na Reforma Couto Ferraz de 1854, que prescrevia, no Art. 56, "a adoção de livros ou compendios que contenhão materia do ensino religioso precederá sempre a aprovação do Bispo Diocesano."[3] Havia, neste período, uma grande preocupação com a emergência de idéias ultramontanas que ganhavam cada vez mais espaço em alguns segmentos do clero e da sociedade civil.

Havia, também, uma específica orientação de enfatizar o processo de leitura escolar baseado nos textos de caráter religioso, como a determinação do art. 47, da Reforma Couto Ferraz, que indicava "a leitura explicada dos Evangelhos e a notícia da historia sagrada". [4]

Entretanto, um caráter contraditório passa a emergir deste controle da Igreja sobre os textos de leitura. Uma nova ideologia religiosa passa a almejar a hegemonia no episcopado brasileiro - o ultramontanismo.

Emblemática deste conflito ideológico, foi a famosa "Questão Religiosa", na década de 70 do século XIX que, muito mais do que revelar a perspectiva de domínio do poder secular sobre o religioso, requerida e desejada pelo Estado brasileiro, representava efetivamente a luta entre o regalismo e o ultramontanismo dentro da própria Igreja Católica. O poder eclesiástico tinha uma preocupação muito grande em incutir na população concepções de estrutura e orientação religiosa consentânea com a doutrina dominante até a década de 70: o regalismo e a partir dessa, o ultramontanismo.

Paralelamente a este conflito, de certa interno à Igreja, toma forma, com maior intensidade, em meados do século XIX, a consolidação de um forte movimento anti-clerical que visava retirar o poder da igreja nas salas de aula.

Particularmente nas Assembléias Legislativas estas manifestações eram muito fortes. Assim, por exemplo, A . Ribas , na Assembléia do Rio Grande do Sul, afirmava em 1873:

> " Eu tenho medo da influência clerical no ensino, porque não quero entregar a direção do espírito da mocidade, o futuro da Província à uma classe na sua generalidade inimiga das luzes e das ciências"[5]

Nota-se a predominância de uma postura liberal voltada a pugnar contra o ultramontanismo que, paulatinamente, ganhava força no Brasil. Afirmava Ribas:

> "Demais, nós representantes da escola liberal, nós que entramos aqui pelo triunfo da democracia, pela vitória popular nos últimos comícios, não podemos entregar a direção do ensino a um sacerdote, sem rasgar o programa do nosso partido, abjurar as tradições gloriosas de seu passado, praticar uma incoerência e contradição ." [6]

Da mesma forma, Wenceslau Pereira Escobar, em 1891, na Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, afirmava:

> "Um mal que afigura-se insignificante na aparência, mas que no fundo é gravíssimo, é o de se fornecer alguns livros às escolas, em que só se

> narram fatos miraculosos, sobrenaturais, impossíveis de dar-se a seu respeito, no século em que vivemos, uma explicação científica" [7]

Nota-se, portanto, que o cotidiano escolar, no século XIX, no Brasil, constituía-se em um campo caracterizado por fortes disputas ideológicas e políticas e que evidenciam a luta pela hegemonia e supremacia dos diversos grupos que buscavam consolidar seu poder.

Em termos de doutrina cristã, os textos mais utilizados nas aulas de primeiras letras foram: "*O Catecismo Histórico*" do padre e escritor francês Claude Fleury, publicado pela primeira vez na França, em 1619, e o "*Catecismo da Diocese de Montpellier*" elaborado pelo bispo Charency, e traduzido para o português ainda no século XVIII. A partir de meados do século XIX predominava a utilização do "*Catecismo de Doutrina Cristã*" elaborado pelo cônego Fernandes Pinheiro.

Os textos de leitura de cunho "ideológico-moral" eram representados, além dos já citados, principalmente pelas "*Fábulas de Esopo*", pelo "*Thesouro de Meninos*" de Pedro Blanchard, e pelo "*A Ciência do Bom Homem Ricardo*" de Benjamin Flanklin.

A qualificação dos textos que o sistema político entendia como recomendáveis para serem utilizados nas escolas de primeiras letras, também, pode ser percebida pelas obras distribuídas pelo Império, em meados do século XIX, na rede pública de ensino:

"Cathecismo de Fleury, traduzido pelo ex-director das escolas, Joaquim José da Silveira; Grammatica Nacional de Cyrillo Dilermando da Silveira; Collecção de Fabulas, pelo Dr. Justino José da Rocha; História Universal de Pedro Parley, traduzida do inglez pelo desembargador Lourenço José Ribeiro; Harmonias das Creação, pelo Dr. Caetano Lopes de Moura" [8]

Na província do Rio Grande do Norte, em 1872, no relatório de fornecimento de livros às escolas nota-se claramente, em termos de livros de leitura, uma preponderância dos textos de cunho religioso, com destaque para: *Moral Religiosa* por Ambrozio Rendu; *História Bíblica* pelo Ex. Bispo do Pará; *Cathecismo de Doutrina Christã*. Foram ofertados à província, pelo Dr. Abílio C. Borges, 400 exemplares de seus livros de leitura, como também, pelo Dr. Macedo, 18 exemplares de seu livro *Corographia do Brazil*. Este aspecto

da oferta de livros didáticos era uma prática comum. Naquele ano, o Presidente da província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, e o Diretor da Instrução Pública, Dr. Gomes da Silva, ofertaram 1.000 exemplares do "Cathecismo de Doutrina Christã".[9]

Na utilização do texto da diocese do Pará, observa-se um claro indício da penetração do ultramontanismo. Tal aspecto também é observado no compêndio do francês Ambroise Rendu o qual vem se contrapor às concepções regalistas que, normalmente, embasavam os manuais religiosos portugueses e brasileiros até o meados do século XIX.

A década de 70, do século XIX, é marcada, em nível mundial, em termos religiosos, pelas decisões do Concílio Vaticano I, com especial ênfase para a proclamação da "infalibilidade papal" e, em nível de Brasil, pela "Questão Religiosa" que, como se sabe, envolvia justamente a questão do Regalismo versus Padroado. Tal aspecto facilitava a renovação de textos de cunho religioso-doutrinário.

Em suma, tentamos mostrar neste estudo que os textos mais utilizados para o exercício da leitura, no início do século XIX, no Brasil, foram principalmente o "*Catecismo Histórico*", de Claudio Fleury e as "*Fábulas de Esopo*". A seguir, estas obras foram substituídas pelo "*Tesouro de Meninos*", de Pedro Blanchard, e pelo "*Simão de Nantua ou o Mercador de feiras*", de Lourenço Pedro Jussieu.

O grande rival dos manuais intitulados "*Thesouro de meninos*" foi a obra "*A ciência do Bom Homem Ricardo*" de Benjamin Flanklin.

Destinado às aulas femininas, também com grande sucesso, havia o "*Thesouro de Meninas*" de Leprince de Beaumont.

Mais tarde, em termos de livros de leitura, passam a predominar os textos caracterizados por seleções, coletâneas, parnaso, etc, dentre os quais se destacam as inúmeras "seletas" de autores portugueses e brasileiros.

Destacaram-se ainda, no Brasil, os livros de contos, primordialmente os de origem alemã (Cônego Schmid e F. Hoffman) e de origem francesa (Casimiro Lieutaud) e, eventualmente, de origem brasileira (Sylvio Romero).

O processo de construção do sistema de ensino, e principalmente de formas de ensino-aprendizagem, esteve identificado com a concretização, sob a batuta do Estado, de um sistema editorial do livro didático destinado a promover um processo de homogeneização da formação docente.

Sob o aspecto de conteúdo, observou-se uma predominância de manuais destinados a construir um processo civilizatório calcado em princípios morais e de civilidade com o objetivo de moldar comportamentos e atitudes consentâneos à moral cristã no início do século sob a égide do regalismo e a partir de 1870 sob a égide do ultramontanismo.

Apesar das limitações decorrentes do sistema de padroado, que limitou enormemente a atuação da Igreja Católica, sem dúvidas este pode ser considerado como um dos fatores que determinaram a influência que a Igreja ainda possui no Brasil. Em verdade este vínculo constitucional permitiu a construção de uma forma de prática escolar nas escolas de primeiras letras determinadas pelos processos de ensino aprendizagem típicos dos exercícios de doutrinação da Igreja.

Dentre eles, destacamos o processo típico da catequização e que se transfere para o ensino de primeiras letras que é o de perguntas e respostas. A introdução do questionário como direcionador dos conteúdos permite o controle tanto do que é objeto de argüição como, e principalmente, permite o direcionamento da resposta, pois esta engessa a possibilidade de criatividade, mormente quando se usa a técnica de decorar como modelo de ensino aprendizagem.

---

[1] (LEGISLAÇÃO, Brazileira – Anno de 1823-1824. Rio de Janeiro: Typ. Nacional,1846:136)

[2] (Idem, p. 24)

[3] (BRASIL, Collecção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro:Typographia Imperial,1854:56).

[4] (Idem:55).

[5] (Coletânea de discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1998:350

[6] Idem:351

[7] idem:356

[8] RELATORIO apresentado á Assemblea Geral Legislativa da quarta sessão da nona Legislatura pelo Ministro e Secretário D'Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1856:13

[9] (FALA com que o exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a sessão da vigésima legislativa provincial do Rio Grande do Norte em 13 de julho de 1874. Rio de Janeiro:Typ. Americana, 1874:11)

UM POEMA DE HEROÍSMO: "*ATALIBA, O VAQUEIRO*" E A INAUGURAÇÃO DA PIAUIENSIDADE DA SECA.

Elson de Assis Rabelo* - UFPI

Os recentes estudos sobre a questão das identidades culturais, especialmente os estudos feitos no âmbito da história, têm nos conduzido a uma compreensão de que estudar a identidade é situá-la enquanto produto da cultura. Isto significa que a identidade cultural está inscrita no contexto dos sujeitos sociais que a engendram e, do mesmo modo, marcada pela relação que se estabelece com a diferença. Trata-se, no caso dos estudos históricos ambientados na questão das identidades, de considerar os deslocamentos que ocorrem com a linguagem, ao invés de imaginá-la assegurada como uma essência fixa, guardada no espaço, no tempo ou no interior dos indivíduos.

Neste sentido, pensar uma identidade cultural piauiense requer a iluminação, por parte de quem investiga essa *piauiensidade*, dos discursos e práticas que buscam registrá-la, com os recursos da linguagem e das demais estratégias da vida social. Nesta investigação, o diálogo entre História e Literatura entra pretendendo informar, segundo o olhar do presente, como a linguagem literária se posiciona socialmente enquanto produção discursiva, e como num passado articulado pelo historiador as identidades são propostas e apresentadas à sociedade pelo literato.

Francisco Gil Castelo Branco, literato piauiense e funcionário da corte imperial no Rio de Janeiro, em fins do século XIX, oferece, no romance *Ataliba, o vaqueiro*, tanto a descrição do sertão piauiense da região de Marvão – atual município de Castelo do Piauí – como a narrativa do *episódio da seca no Norte*, de 1877, no qual situa seus personagens com os impactos que a seca lhes causa. Assim, na forma inicial de folhetim

* Bolsista do PIBIC/CNPq com o Projeto Literatura Piauiense e Piauiensidade: uma investigação sobre a noção de identidade em clássicos da Literatura Piauiense, desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco, do Departamento de geografia e História da UFPI.

do jornal Diário de Notícias, da capital do Império, o romance é publicado buscando apresentar e instituir para a sociedade imperial uma realidade a ser subjetivada em setores mais amplos da nação. Para Francisco Gil, as pessoas do sertão do Norte vivem, sofrem, amam, com a mesma legitimidade daquelas do Rio ou da Europa.

Como toda identidade precisa de um *exterior constitutivo*, das bordas e fronteiras que a cercam[i], *Ataliba, o vaqueiro* pode ser lido a partir de uma relação estabelecida entre as diferenças – a origem piauiense do autor e o círculo social carioca no qual escrevia. Esta relação é harmônica. Sinal disso, na obra, é a comparação eqüitativa da *facilidade do improviso e a riqueza de rimas que ocorrem aos sertanejos nos seus desafios* com os *nossos poetas líricos corretos*[ii] – então, o pronome *nossos* denota o lugar de onde e para onde fala Francisco Gil. Tal relação harmônica se explica, por um lado, pelo momento, anterior ao surgimento do recorte regional Nordeste, permeado que foi por tramas de poder e exclusão, desde o início do século XX[iii], e, ligada a este primeiro fator, pela vigência de certa segurança no espaço sertanejo para o autor – *Ataliba, o vaqueiro* não é uma obra-testemunho de uma memória perdida, de um espaço fragmentado, arruinado ou propenso à revolta; no romance, o sertão está apenas distante do Rio de Janeiro; vive intensamente, ameaçado somente pela seca.

No seu contexto naturalista, o romance é marcado pela pureza, pela inocência, pelo heroísmo e bravura com que os personagens são compostos, pela identificação com o meio e pela distinção dos gêneros:

> As filhas do sertão são como as suas flores campesinas; a arte não lhes realça o valor; desabrocham e fenecem ignoradas; mas a sua singeleza arrebata, os seus perfumes embriagam, os seus matizes deslumbram.
>
> Ai! daqueles que as viu! jamais as poderá esquecer!

> São tão lindas! tão mimosas as flores dessas campinas e as filhas desses sertões!
>
> Assim era Terezinha[iv].
>
> São naturezas especiais as dos homens desses ermos longínquos; implacáveis no ódio, extremados no amor, fiéis à gratidão, morrem onde se prendem, como as lianas que se adunam às vetustas árvores das suas florestas.
>
> Não se dobram aos meneios dos interesses, mas estalam fendidos pelas paixões, como os jatobás, que não se curvam ao sopro das ventanias e caem por terra em estilhaços, partidos pelo raio. Não recuam perante o perigo; tremem, entretanto, ouvindo história de duendes![v]

Tendo a Literatura o poder de nomear e organizar realidades[vi], *Ataliba, o vaqueiro* esquematiza aquele sertão oscilante: no início, é o lugar da brisa, do *céu diáfano*, do verdor de campos floridos, do amor celebrado no noivado; logo depois, se torna o lugar de *aspecto lúgubre*, da tristeza, do flagelo e dos infortúnios (seca, doença, morte, ataque de onça, incêndio).

Este lugar remoto e isolado é determinante, no romance, para o caráter de seus habitantes: a coragem, mas também o respeito e *uma espécie de culto à virgindade*[vii]. que Ataliba possuía, como todos os *moços sertanejos*; Terezinha com sua *beleza peregrina*, com sua castidade sedutora, sua sensibilidade feminina transformada em firmeza ante as tribulações da seca; as crenças de tia Deodata; o escravo Cassange, festivo e amigo de seus amos. As relações entre os personagens são colocadas também como próprias do sertão: *lá* o amor puro *vinga uma única vez naqueles largos peitos encourados dos rústicos vaqueiros, e nos corações das pobres donzelas*[viii]; é onde se celebram os

folguedos e vaquejadas, com a cachaça, a coalhada, as palmas, as cantigas, os desafios, animados *pela inocente expansão da amizade e pelos castos enlevos do amor*[ix]. Encontra-se, nessas exposições do espaço, a necessária classificação e caracterização que ajudam a definir a identidade[x].

Antecipa-se, assim, uma tendência literária forte e recorrente no século XX: a representação da seca, acompanhada da migração e do messianismo, como características de uma região discursivamente instituída o que viria a ser explorado pelo romance de trinta, e o próprio *romance social* de Fontes Ibiapina, outro literato piauiense, os quais se encaixam nas formações discursivas da sociedade brasileira que se empregaram em dar as feições do Nordeste. Depara-se aqui com outra faculdade da Literatura, a de adiantar-se no tempo, fazendo referência a um *repertório* das virtualidades da história[xi].

Ataliba, o vaqueiro, apesar de grandemente desconhecido, contém descrições da seca de 1877 semelhantes àquelas que se tornaram clássicas e caras ao chamado romance da seca, quer retratasse a de 1915, 1932, etc.

> (...) as ossadas alvacentas e esparsas por essas campinas, outrora resplendentes de vegetação, cheias de harmonia e, agora, tão desertas, silentes e pavorosas, desdobravam-se à vista do vaqueiro como um cemitério extenso, interminável! (...)[xii].

Ao abordar a migração, o romance de Francisco Gil não faz referência à urbanidade moderna, destino dos retirantes nordestinos do século XX. Aqueles *beduínos no deserto* piauiense migram apenas para fugir da seca, rumo a Marvão ou à capital da Província (Teresina). Não há projeção de esperanças sobre um espaço urbano idealizado, como viriam a acontecer com as grandes capitais do Sul, após a invenção do Nordeste.

Assim como no romance de trinta, em Francisco Gil, a migração acirra o essencialismo identitário que caracteriza a ligação dos sujeitos com a terra:

> (...) A execução desse ato [a migração] era para esta pobre gente um poema de heroísmo, em cada árvore, em cada pedra, em cada recanto dessas campinas desoladas, deixavam uma reminiscência, uma saudade, um companheiro de infância — um pedaço d'alma![xiii].

Se as identidades precisam ser representadas, mediante *sistemas materiais e simbólicos de signos*, a Literatura piauiense, com Francisco Gil, ainda no século XIX, de certo modo inaugurou a piauiensidade pela representação da seca, através da simbolização de sua percepção do Piauí, especificamente do interior de Marvão. A representação se torna apresentação a partir do momento que se torna não apenas a forma de conhecimento e apreensão do real, mas sua instituição, passando a determinar sua existência pela palavra, pelos atos lingüísticos.

Estando a identidade entre as instituições que passam por essa *performatividade*, processo que inclui também a necessidade de repetição discursiva até que seja efetivada[xiv], *Ataliba, o vaqueiro* demonstra como as *caras* do Nordeste, entre as quais a seca e a migração, foram reiteradas paulatinamente pela Literatura, e por outros meios, até a subjetivação e a pretensa fixação da identidade.

---

[i] HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença.* A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 110-11.

[ii] CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba o Vaqueiro*. Episódio da seca no Norte. Teresina: Corisco, 2001. p. 51.

[iii] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste* e outras artes. São Paulo: Cortez, 2001.

[iv] CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o Vaqueiro*. Episódio da seca no Norte. Teresina: Corisco, 2001. p. 29.

[v] Idem. Ibidem. p. 32.

[vi] ANTUNES, Nana Maria de Maia. Caras no espelho: identidade nordestina através da literatura. IN: BURITY, Joanildo. *Cultura e identidade:* perspectivas interdisciplinares. p.127-128.

[vii] CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. *Op. Cit.*. p. 34.

[viii] Idem. Ibidem. Idem.

[ix] Idem. Ibidem. p. 53

[x] SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença.* A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2003.

[xi] QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. História e Literatura: um olhar sobre as fontes. Teresina: *Cadernos de Teresina*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, dezembro/1996. p. 76 ; ANTUNES, Nana Maria de Maia. Op. Cit. p.127.

[xii] CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. Op. Cit. P. 73.

[xiii] Idem. Ibidem. P. 58-9

[xiv] SILVA, Tomaz Tadeu da. Op. Cit. P. 94.

Cidades: conflitos, tensões e beligerância em territórios (des)conhecidos

Emerson César de Campos[i] - UDESC/UNIVALI

Neste Simpósio que discute Guerra e Paz de modo articulado penso em ampliar a discussão sobre fenômenos sócio-culturais inscritos em territórios tensos e conflituosos, com face delineada naquilo que chamamos de *cidade*. Sob formas diferenciadas proponho a ampliação das discussões mais contemporâneas que vêm buscando um olhar para as cidades capaz de nelas visualizar, sempre e ainda, suas tensões e conflitos. Território primaz de embates, nas cidades podemos observar áreas e ações que em movimentos (ordenados ou não) constroem sentidos e alteram de modo significativo a experiência social. Assim, pensamos oportunizar a visibilidade de tensões ou mesmo ações beligerantes que se põem e opõem, e que são muito vivas nas cidades, a exemplo de fenômenos como urbanidade, relações interétnicas, emigração/imigração e, no limite, a própria violência.

Para alcançar uma compreensão mínima dos fenômenos aos quais me refiro, tomo como referência de campo a cidade de Criciúma (Sul de Santa Catarina). Quando do meu envolvimento com estudos para a minha tese de doutoramento (concluída em 2003), pude perceber que muitas das manifestações naquela cidade catarinense se articulavam (e se articulam) sob produções e condições e produções pouco têm de exclusivas de grandes centros urbanos, como foram tradicionalmente vistas e compreendidas nas análises s sobre cidades.

Em apresentação bastante rasa, a *capital brasileira do carvão*, teve sua história de tal forma imbricada, sobreposta, no que nela se convencionou chamar de "*pedra fundamental do progresso*" (Slogan de campanha publicitária de largo alcance, realizada em Criciúma entre 1975-1980), que parecia inviável sua construção fora desta base. Entretanto, em 1987, após uma redução considerável dos subsídios que por mais de 40 anos foram fornecidos pelo governo federal à indústria extrativa do carvão mineral, o setor carbonífero se retraiu abruptamente, provocando desemprego[ii] e gerando uma crise social de grandes proporções. [1] O número de postos de trabalho que em 1987 era de 13.000 foi

reduzido para 4.000 em 1990. Também em 1990 o governo federal reduz ainda mais o incentivo à exploração do carvão nacional, reduzindo de 10% para 6% a cota obrigatória de compra do carvão nacional por parte das empresas que usavam este mineral.

Houve então um período de intensas lutas e reivindicações e beligerância. Estas lutas tomaram uma face recrudescida e, por vezes, bastante violentas. Uma das mais marcantes ocorreu em 1991, durante o processo de privatização da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), que atuava em Criciúma através da Companhia Próspera e que era detentora de grandes reservas de carvão. Reagindo ao processo de privatização, os mineiros ocuparam as instalações da empresa, queimaram caminhões e colocaram explosivos nas imediações da Companhia, ameaçando explodir, caso não fossem atendidas suas reivindicações.

Posteriormente, outras ações forma implementadas por movimentos sociais, sindicatos, organizações de bairros, imprensa e pelo próprio empresariado local, quase sempre na direção de positivar a imagem da cidade, deixando de divulgá-la como a "*capital brasileira do carvão*"[iii]. Em realidade tal divulgação vem sendo instrumentalizada em procedimentos diferentes daqueles conhecidos anteriormente. Outras visibilidades da cidade do carvão podem ser percebidas através, por exemplo, do uso turístico do termo capital do carvão, caso este da mina modelo criada na cidade em 1985 no governo de José Augusto Hülse e anunciada como *a única mina aberta à visitação pública no mundo*; ou mesmo ainda quando de slogan como o "Carvão Mineral", exposto de modo ostensivo na camisa do principal time de futebol da cidade, que leva seu nome - Criciúma.

Assim mesmo, simultaneamente a transformação do "*mundo do carvão*" uma série de idéias contrárias ao predomínio carvoeiro na cidade são acionadas e mostram outras possibilidades de se enxergar e viver Criciúma. Para Manoel Coelho, arquiteto, 61 anos, um dos profissionais responsáveis pelos projetos modernizadores implementados em Criciúma nas décadas de 1970 e 1980, "n*a última década Criciúma vem se construindo por outras referências que não aquelas voltadas ao carvão. Vejo isto como algo positivo*"[iv]. Também Daltro Espíndola, empresário do setor Têxtil da cidade se coloca: "*Criciúma não é mais a*

capital brasileira do carvão. Aqui já foi, agora não é mais...”[v]. Esta alteração significativa no olhar sobre a cidade, não corre apenas à boca pequena. Ela aparece em manifestações inúmeras. Derley de Lucca, professora de História de um colégio secundarista de Criciúma, em artigo publicado num jornal local, afirma*: “a cultura do carvão acabou. Hoje os mineiros não têm o apoio da cidade”*[vi]. Contudo, cabe perceber que apesar de esforços como os colocados, não parece possível que quase por um decreto se instale a morte de uma cultura, pois “*uma cultura está bem morta quando a defendem em vez de inventá-la*”[vii].

Em 1980 com uma população de 99.735 habitantes, Criciúma contava com 11 empresas carboníferas instaladas no município, empregando mais de 50% da população economicamente ativa do município[viii]. Em 1991, Criciúma Apresentava uma população de 146.162 habitantes, com apenas quatro empresas carboníferas em funcionamento[ix]. Em 2000, apenas uma empresa carbonífera continuava explorando no município, enquanto que sua população era de 170.274 habitantes, dos quais 152.903 dispostos na área urbana e 17.371 na área rural[x].

É possível afirmar que especialmente nestes últimos dez anos, a cidade de Criciúma se encontra muito mais fraturada e, assim, exprime uma gama de significados amplos, que dificilmente uma sentença redutora poderia melhor qualificá-la. Para melhor entender estes “platôs”, na expressão cunhada por Deleuze, é necessário estar atentos aos territórios que deslizam sentidos e que se constituem na cidade. Lugares muitos bem marcados como a “cultura do carvão”, usos da etnicidade (um “problema histórico” na cidade), a redenção monumental (a materialização de uma história da cidade posta em monumentos: ao mineiro, ao imigrante, ao centenário da colonização), são uma forma interessante de identificar a constituição de novos sentidos na cidade.

Histórias múltiplas sobre Criciúma foram e vem sendo produzidas. O sentido múltiplo não é necessariamente diverso. Ao contrário, ele pode, e os exemplos são inúmeros, ser uma poderosa ferramenta ratificadora de lugares comuns. Embora de agradável leitura e por vezes bem humorada, a historiografia criciumense, ao menos aquela realizada até a década de 1980, se compõe e se constrói através do trabalho desenvolvido

pelo que convencionalmente se pode chamar oficialistas-memorialistas[xi]. Longe de uma "história-problema", há nela um sentido épico e reificador, que para fazê-la produzir sentidos — e não apenas lágrimas e risos[xii] — é mister, numa espécie de anti-afinidade eletiva, acionar um diálogo que possibilite ao mesmo tempo, uma leitura compreensiva e paradoxalmente dissonante.

Sobre esta realidade e como forma da polifonia a qual me refiro neste artigo, vejamos uma notícia encarregada de apresentar a cidade e que ainda a exibe de modo monofônica:

> *Fundada em berço de ouro, sob a marca da predestinação, no dia 06 de janeiro de 1880, Criciúma foi colonizada por italianos, alemães, poloneses, negros e açorianos, que pela ordem, se fixaram na região. Em pouco tempo, as plantações cresciam e surgiam as primeiras moendas e engenhos. Nesse tempo quando se arrancavam a vida e o progresso da terra com as mãos, já eram claras as marcas que virariam o signo e o símbolo desse povo em construção. Sinais que se perpetuariam na audácia e no arrojo de enfrentar e vencer desafios*[xiii].

Então, de forma a fugir da monofonia,o que se coloca com necessário é a discussão de outras temáticas, que partindo da configuração cultural e social exibida rapidamente aqui — prenhe de invenções e criações — , dê conta de refletir manifestações diversas que se tornam mais visíveis na cidade, especialmente a partir da década de 1980, acompanhando o ocaso da exploração carbonífera. Inserem-se nesta dimensão, a Quermesse: Tradição e Cultura (também conhecida como festa das etnias), a comemoração do Centenário de Criciúma (realizado em 1980), fenômenos de emigração, da dolarização crescente (fenômeno mais vivo a partir da década de 1990, quando se intensifica o processo de emigração de criciumenses para os Estados Unidos), entre outros, e que permitem a audição da polifonia produzida na cidade.

Na polifonia criciumense há dissonâncias, porque é assim que uma cidade, qualquer cidade, se constrói ou se deixa ouvir. Em que pese os esforços para mostrar "*Criciúma, plantada no tranqüilo sul catarinense*"[xiv], o que se verifica na cidade são suas fraturas, expostas numa hiperinflação de signos: um parque centenário que agora se chama das etnias; um monumento que era dos mineiros e que tem agora sua legitimidade

questionada[xv]; uma festa (Quermesse) criada inicialmente (1989) para celebrar as cinco etnias "fundadoras e/ou construtoras da cidade", depois seis, sete, oito, para finalmente em 2001 voltar a seis; a dolarização da cidade que aquece sua economia; e tantas outras notas que dela ecoam. Nesta ambiência é impossível pensar num lugar perfeito e completo, onde a diversidade daria conta de tudo acomodar, mesmo porque, no completo perfeito, num particípio passado constantemente atualizado, não há espaço para a alteridade, nela o outro será sempre "*este difícil*".

Um olhar apressado sobre Criciúma é viável, mas na mesma medida, acredito, inútil. Desejo afirmar que a abordagem para se entender uma cidade contemporânea, a exemplo de Criciúma, ao invés de ter como lugares seguros a etnicidade, classe, religiosidade, deve reter deles sua instabilidade e o que têm de conflitos e beligerância, buscando ouvir e ler estes elementos como constituidores e constituídos por urdiduras. Assim as diferenças podem, não apenas como uma espécie de compromisso moral, serem respeitadas, mas legitimamente existirem, pois "*a diferença cultural não representa simplesmente a controvérsia entre conteúdos oposicionais ou tradições antagônicas de valor cultural*"[xvi]. Nas análises que se podem realizar sobre a cidade das etnias, como vem sendo chamada Criciúma, há sempre e ainda um além.

Entre tantas aberturas possíveis para se entrar em Criciúma, duas particularmente se mostram com maior imponência: a cultura do carvão e o que na ausência de uma denominação adequada chamo de *mercado étnico*. Num trabalho muito bem preparado, José Paulo Teixeira aponta:

> "*se é válido pensar a cidade a partir do reconhecimento social dos mineiros e de sua força histórica e simbólica, reduzi-la a isto seria uma mistificação, uma ideologização da história de Criciúma, da mesma forma como faz a historiografia oficial ao reduzir e reproduzir a história da cidade pelo viés da colonização, isto é, a partir das diferentes etnias que colonizaram a cidade no final do século XIX e início do século XX*"[xvii].

Atenta observação. Partindo dela, apresento os modos pelos quais trato de discutir a etnicidade (ou seus usos) na cidade. Busco na Quermesse: Tradição e Cultura, o evento iniciador da reflexão. Se externamente, para as demais cidades do estado, Criciúma ainda lembra a *capital do carvão*, internamente o que se vê é uma profusão de tantas

outras manifestações, entre elas, a Quermesse. As investigações realizadas indicaram que há mesmo um esforço considerável de fugir da "Sina de Potosi"[xviii]. Significativo então passa a ser o momento de criação da festa (1989), quando a cidade atordoada com os cortes de subsídios que por mais de cinqüenta anos garantiram a indústria carbonífera, se inventa mais uma vez. Esta festa hoje suporta uma ponderável capacidade de reunião.

A festa citada foi criada com intenção de homenagear as etnias colonizadoras de Criciúma: italiana, polonesa, alemã, negra e portuguesa. Parte desta homenagem já havia se edificado, tornado monumento em 1966, quando se inaugura o monumento do imigrante (ou da primeira mó), localizado na praça do mesmo nome. Naquela oportunidade uma pedra redonda (em forma de roda de moinho) era sustentada por três colunas que simbolicamente lembravam as três etnias fundadoras da cidade: italiana, polonesa e alemã. A população negra e litorânea (chamada etnia portuguesa) não são presentificadas. Porém, em 1980, uma nova homenagem ganha imponente edificação: o monumento do centenário (conhecido também como das etnias). Agora São cinco etnias que se materializam no monumento: italiana, polonesa, alemã, negra e portuguesa.

Estes referenciais apontam para uma compreensão de fragmentos e a produtiva ação de a partir dele tecer fios, contar histórias, identificando diferenças — e não apenas assumindo a diversidade redentora —, atentando para as fronteiras elásticas e/ou limitadoras das quais se constituem os territórios culturais, e onde a etnicidade é por vezes mais, por vezes menos, um de seus elementos formadores.

Portanto, existe o esforço em entender como é possível ainda hoje, frente a toda complexidade visível na cidade, a polifonia de significados e o irredutível hibridismo[xix], que na comemoração dos 121 anos de Criciúma se verifique em manchete de capa veiculada pelo jornal de maior tiragem no município a seguinte manchete:*"Criciúma, 121 anos de história italiana: trabalho, família e fé: legado dos italianos que construíram a maior cidade do sul"*[xx].

Assim, o inacabado fornece o tom da polifonia citadina criciumense e, acredito, em larga mediada, das cidades contemporâneas. Estar atento as afinações e desafinações da cidade é contribuir para uma compreensão mais adequada de sua construção polifônica.

---

[i] Professor Doutor em História Cultural (2003-UFSC). Docente nas universidades: UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) e UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí).

[ii] O número de postos de trabalho que em 1987 era de 13.000 foi reduzido para 4.000 em 1990. Também em 1990 o governo federal reduz ainda mais o incentivo à exploração do carvão nacional, reduzindo de 10% para 6% a cota obrigatória de compra do carvão nacional por parte das empresas que usavam este mineral.

[iii] Em livreto editado pela Prefeitura Municipal de Criciúma, datado de janeiro de 1986, o ex-prefeito e ex-vice-governador do estado, José Augusto Hülse escreve que: "instado a dar nome a um documentário cinematográfico produzido sobre a cidade, o então prefeito Addo Faraco, em 1948, o chamou de Criciúma: Capital do Carvão. Naquele momento o título foi criado".

[iv] Entrevista concedida a mim em 08/03/2002.

[v] Entrevista concedida a mim, na cidade de Criciúma, em 13/10/1999.

[vi] JORNAL DA MANHÃ. Criciúma: Jornal da Manhã, 14/11/1996. P.11.

[vii] VEYNE, Paul**. O inventário das diferenças**: história e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.10.

[viii] Fontes: PBDEE (Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico Econômico). AMREC /UNESC, 1997.v. I. p.195 e SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC, 1997. Os dados em relação aos empregos diretos gerados pelo setor carboníferos não são claros. Contudo é certo que somado ao setor cerâmico (outra significativa área produtiva da cidade), em 1980, chegam a 65,4% da economia local. Dados coletados junto ao IBGE apontam uma população um pouco menor para o mesmo período: 96.332 habitantes.

[ix] PBDEE (Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico Econômico). AMREC /UNESC, 1997.v. I. p.195. Em 1989 Forquilhinha se emancipa de Criciúma produzindo um efeito negativo no crescimento populacional e também econômico, pois parte considerável das jazidas de carvão se encontravam naquele município. O número de empregos do setor carbonífero que em 1980 era superior a 12.000 cai para menos de 3500 em 1991.

[x] Dados obtidos no Relatório Parcial-Regional Censo 2000, junto ao IBGE. Embora (2003) não seja mais explorado carvão em seu território, se sediam em Criciúma a administração de algumas empresas carboníferas que operam na região devido à capacidade logística oferecida pela cidade a estas empresas.

[xi] Entendendo por memorialistas aquilo que em outra oportunidade Peter Burke chamou de "antiquários". Ver: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

[xii] Expressão utilizada em 1978, pelo então prefeito da cidade Altair Guidi, na festa de recepção ao cônsul italiano, por ocasião dos antecipados festejos do centenário da colonização de Criciúma realizado em 1980.

[xiii] Internet. http://www.terra.com.br/cidades/cua/conhecacriciuma.htm#localizacao. Capturado em 2001.

[xiv] ARNS, Otília. **A semente deu bons frutos**. Florianópolis: Casa Civil, 1985, p.11. A referida obra, preparada por ocasião do centenário de Criciúma (1980), mas somente publicada em 1985, foi ao menos até 1994, a principal referência da qual se serviu a prefeitura do município para promover e visibilizar a cidade tanto *domesticamente* como em âmbito estadual e nacional, conforme se pode verificar numa inumerável série de documentos, ofícios e folders emitidos pelo poder público local. Em entrevista realizada por mim em 15/03/2002 na cidade de Forquilhinha, antigo Distrito de Criciúma e dela emancipada em 1989, Otília Arns ratifica esta visão sobre Criciúma e particularmente sobre forquilhinha.

[xv] Atualmente se discute de modo pulverizado entre empresários, políticos, poder público a representatividade do monumento do mineiro, criado em 1946 e transferido na década de 1970 para um dos cantos da praça Nereu Ramos.

[xvi] BHABHA. Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço Lima dos Reis, Glaúcia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.228.

[xvii] TEIXEIRA, José Paulo. Op. Cit., p.34.

[xviii] Referência à cidade boliviana, fundada por espanhóis em 1545 com a finalidade de exploração de prata. A partir do século XIX enfraquecida pelo abandono das minas, a cidade se retrai. Esta relação com Criciúma foi voluntariamente apresentada em duas entrevistas realizadas. A primeira com o ex-prefeito da cidade em duas gestões, o arquiteto Altair Guidi. Uma outra foi citada pelo jornalista Adelor Lessa quando afirma: "Criciúma já superou a sina de Potosi". Entrevistas concedidas a mim na cidade de Criciúma em 23/06/2000 e 27/04/2001.

[xix] Sigo a trilha semeada por Nestor Garcia Canclini, que prefere trabalhar com "*processos de hibridação, abrangendo diversas mesclas culturais*". CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1998, p.21

[xx] JORNAL DA MANHÃ. Criciúma: Jornal da Manhã, 6 e 7/01/01. Capa e pgs. 10-11.

SEVERINO SOMBRA – O HOMEM NO ESPELHO-A Legião Cearense do Trabalho (movimento que forneceu a base do Integralismo)

*Emília Carnevali da Silva

A pertinência de revisitar os anos trinta, do século passado,sendo que muitos já o fizeram, se faz necessário hoje, pela similitude com a contemporaneidade.O século XXI, inicia-se com alguns questionamentos, que nos remetem a pensar a possibilidade de aproximação de muitas dessas indagações como pertinentes aos dois períodos da historiografia brasileira.Deparamo-nos com soluções sugeridas, ao período atual, que nos permitem "revolvendo as cinzas da historia",pensar as mesmas apontadas, dando a impressão , que já vimos este filme. Portanto, ao remexer no passado, deixando que o cipoal das nossas memórias nos conduza as mesmas encruzilhadas, agora se faz necessário .

Nos propomos a buscar entender o pensamento desse novo cidadão que emerge do anonimato como sujeito coletivo, aos quais chamaram-no de massas urbanas, proletário ou povo[1], com o fim de trazer para o debate , personagens que ali, naquele momento , tomaram decisões , preocupados em fazer desse nosso país , uma nação que realmente fosse "a mãe de todos'.

Assim sendo, trazemos para a discussão, um de seus personagens marcantes daquela época; o general Severino Sombra, idealizador de um movimento legionário no Estado do Ceará , e que se alastrou por toda a Região Nordestina, e este ao perceber a necessidade de fazer que o seu movimento legionário se estenda ao restante do país, mudou o nome da legião para Legião Brasileira do Trabalho. Embora, a historiografia não lhe tenha dado a relevância necessária,uma vez que quase todos os caminhos, que percorreu, possibilitaram a ele , pensar e buscar , soluções momentâneas ou não, aos problemas aflitivos, que rondavam principalmente, os trabalhadores brasileiros. Este artigo tem a pretensão de entender os caminhos e as estratégias utilizadas por ele, para conseguir

dar vazão ao seu projeto social-político, com o qual este imaginava superar as contradições da modernidade,procurando o entendimento, das suas idéias, as quais alguns chamaram de utópicas, que o direcionaram na reorganização da sociedade, para que mais harmônica e coesa , encontrasse meios de combater o liberalismo[2] e o comunismo.

Com a Revolução[3] de outubro, surge um novo Estado, preocupado em dar resposta a crise iniciada com a queda da bolsa. Esse Estado, vai implantar então, uma política econômica de incremento à industrialização e uma, de cunho social corporativo.Essa mudança encabeçada pela reorientação dos modelos econômicos, que antes tinham referência a agro-exportação, passou a assumir um outro modelo: o modelo industrial, na tentativa de conter a emancipação e politização dos operários, já que na Primeira Republica , a questão operária era vista como “assunto de policia”, porém , naquele momento , passa a ser “problema social”. Até porque ,estes trabalhadores eram continuadamente bombardeados por “novas idéias”;tanto dos anarquistas, como dos militantes do PCB, e que assim, passaram a questionar a situação nacional.

Outros setores da sociedade também , sentiam-se insatisfeitos com os caminhos indicados pela mudança na reorganização da política-economica, e, tentaram articular movimentos que procuravam responder aos diferentes questionamentos. Neste contexto, surge no Ceará um movimento legionário, liderado por um jovem tenente, Severino Sombra de Albuquerque: a Legião Cearense do Trabalho. Fundada em Fortaleza , em 1931,e tendo como co-fundadores o tenente Jeovah Motta e o padre Hélder Câmara. A Legião foi um movimento de natureza corporativa,integralista e católica, de organização e mobilização dos trabalhadores. Antecedeu a Ação Integralista Brasileira. Desenvolveu um trabalho de cooptação pelo seu idealizador de diversas lideranças e contou com a adesão de associações , passando a representar em menos de um mês, os interesses de 71 delas e de cerca de 20 mil trabalhadores assalariados e autônomos. Por ter feito uso de uniforme como fosse uma “farda”, pelos legionádos; por ter feito uso de uma bandeira que era desfraldada nos desfiles pelas ruas de Fortaleza; por uso de resposta “pronto” ao chefe,

quando era feita chamada nas reuniões, a Legião Cearense do Trabalho foi confundida por alguns intelectuais como Fascista.

Para difundir suas idéias, Severino Sombra publica o jornal *"O legionário"*, veículo de suas criticas ao sistema político, conclamando as classes sociais a cooperarem entre si para que pudessem recuperar os ideais humanistas . Assim como, elaborou as diretrizes do seu movimento, em uma cartilha "*O Ideal Legionário"*, relatando que em períodos da história(equilibrados ou desequilibrados), teve na preservação da espiritualidade e da religiosidade o parâmetro.

A Igreja católica, mantinha interesse na preservação no modelo tradicional de sociedade, apresentando feroz critica ao modernismo ,que era visto por ela como fonte de todo o mal que afligia a humanidade. Esta preocupação surge com a bula papal *RERUN NOVARUM* de Leão XIII[4], e recebe reforço da encíclica *QUADRAGÉSIMO ANNO* , de Pio X.

O materialismo histórico ,outra preocupação da igreja católica, representando "a morte de Deus", trazia no seu entendimento , a abolição da religião . A Igreja então, organizou um apostolado leigo, para que dentro das comunidades, pudesse reconduzir a sociedade para o seu seio.

Severino, comungava com esse pensamento e buscou , em parceria com a elite católica , reunir os trabalhadores dos mais diferentes setores , dando a eles :organização, estudos, diretrizes,e os encaminhavam aos braços da Santa Madre Igreja, de onde se afastaram quando iniciaram o caminho da vida trabalhista.

O jovem tenente , havia recebido todo o embasamento político e católico dentro do centro D. Vital, quando cursou a Escola Militar do Realengo , no Rio de Janeiro ,onde as idéias dos seus fundadores Jackson de Figueiredo[5] e Tristão de Atayde, seguidores de D. Sebastião Leme, Arcebispo de Olinda, são difundidas, na perspectiva de criar na intelectualidade brasileira , um sentido cristão e político , que viabilizasse "endireitar

o Brasil"[6].Severino Sombra, fala em 1984, na cidade de Vassouras – Rio de Janeiro, em entrevista a Rogério Sebastião da Ponte[7]:

> "*Com o impulso que me foi dado com o pensamento jacksoniano, que era de uma reação contra o liberalismo,tanto assim que em 30 tomei aquela posição e não aderi à revolução, por uma questão de princípios(...)E o movimento era conduzido por uma Aliança Liberal de Getulio Vargas".*

O movimento legionário, criado por ele, mostrava o valor da doutrina católica aos trabalhadores, propondo a eles o papel de vanguarda de uma nova ordem. Os trabalhadores atenderam ao chamamento de Severino Sombra , porque não possuíam, até aquele momento uma verdadeira consciência de sua condição e potencialidades históricas. Inexistindo , uma "consciência para si" na ação ingênua daqueles que seguiram o canto da sereia legionária, já que a economia capitalista do Ceará, não permitia uma apreensão efetiva da realidade, falseada pela ideologia do capital.[8] O discurso ideológico da legião , assim como a recorrência ao uso das imagens ,possibilitou ao Severino provocar em seus legionádos a crença de seus conhecimentos do social e do político. Portanto, podiam acreditar que através da legião, poderiam alcançar o que este prometia.

> "*a grande maioria do povo empolgou-se pela Revolução de 30, é inegável.Havia realmente um cansaço daquela politicagem , daquelas oligarquias , daquele artificialismo e daquela falta de escrúpulos .Havia realmente aquela vontade , cada um movido por uma ideologia,(...)todas as correntes desaguaram neste grande estuário de uma empolgação., um sentimento enorme de revolução*

> *que dominou o Brasil. É pena que verificou-se isto: falava-se em "ideal revolucionário ", mas quando procurava definir que ideal revolucionário era esse, ninguém sabia definir.(...)eu sentia que estava faltando à revolução alguma idéia, alguma doutrina dentro do quadro social e político do mundo".*[9]

O *Ideal Legionário,* define a LCT como organização com finalidade econômica , política e social ,objetivando um reformismo para o Brasil; pretendia assim : ampliar o corporativismo(atingindo uma legislação social que abolisse o partidarismo), colocando em seu lugar a representação de classes, que em consonância com um Estado forte e centralizado, controlasse a economia e a política, fazendo surgir um novo país, sem conflitos sociais e hierarquizado dentro da ordem e do progresso. Propunha um contrato coletivo,fixação e cumprimento do salário vital, de 8 horas de trabalho diário,do repouso dominical, do limite de trabalho para menores e mulheres, da co-gestão (com a participação dos operários nos lucros da empresa) . A LCT prometia educar os trabalhadores, permitindo a estes a conscientização dos direitos e deveres, materiais e morais, e que tomassem conhecimento das questões econômicas e uma vez preparados, poderiam ascender à pequenas propriedades, através de cooperativas .

Diante da expansão do movimento legionário no Ceará , Sombra decide ampliá-lo para todo o Brasil, e convida Alceu de Amoroso Lima para isto. Este recusa seu convite por estar dirigindo o Centro D. Vital, e sugere a ele o nome de um jornalista paulista: Plínio Salgado. Que escrevia no jornal *"A Razão"* em São Paulo . Plínio aceita levar ao Sul do país a Legião Trabalhista Brasileira. Pediu um prazo para isto, alegando a necessidade de criar uma base. Mas, o que ocorreu, foi que ele ao criar o Núcleo de Estudos Políticos , junto com outros intelectuais da direita (a maioria estudantes de direito do Largo São Francisco), articulava já, a fundação de um movimento autoritário em nível nacional; a Ação Integralista Brasileira. Sombra, que já estava desconfiado da lentidão de Plínio , convocou

uma reunião em São Paulo, em julho de 1932, porém com o estouro da Revolução Constitucionalista, o encontro não se efetivou.No mesmo ano Sombra foi preso, acusado de ter tentado articular forças nordestinas para auxiliar São Paulo, contra o governo de Vargas. Foi mandado para Portugal , onde permaneceu por um ano, no exílio. Lá ficou sabendo da fundação da Ação Integralista e da filiação do seu movimento legionário. Ao voltar para o Brasil , aceitou participar do integralismo, porém ao perceber que Plínio havia dado uma roupagem mais urbana e de classe média ao movimento, ao contrario de sua idéia proletária e sindical, e após acusar Plínio Salgado de ter plagiado suas obras, e portanto não reconhecia a liderança do chefe da AIB. Retirou-se do integralismo.Sua dissidência foi vista por seus pares como uma traição.

Por todas essas circunstâncias , a LCT representou um momento importante da história dos movimentos de massa no Brasil. Seu projeto social se colocou como uma alternativa de terceira via ao liberalismo e ao comunismo, com isso a Legião desempenhou um papel de contra ponto no meio operário cearense , em resposta ao projeto da esquerda, divulgado pela imprensa libertária. Podemos afirmar que foi um movimento pioneiro na experiência política dos trabalhadores do Ceará.

*Graduada em Ciências Sociais pelo Centro Universitário “Fundação Santo André”- Pós-graduada em “Historia Sociedade e Cultura” pela Pontifícia Universidade Católica - SP- Mestranda em Historia Social pela mesma universidade.

---

[1] CORDEIRO J, R. Barroso- *A Legião Cearense do Trabalho*- **in *Uma nova Historia do Ceara-(org.*) Simone de Souza- Edições Demócrito Rocha-2004-p 318**

[2] O período entre os séculos XVI e XVIII caracterizou-se pela grande transição que redundou na superação do Antigo Regime e na ascensão do capitalismo. Com o capitalismo emergiram novas formas de pensamento que se constituíram em bases importantes de sua sustentação, possibilitando o surgimento das ciências empíricas , a laicalização da cultura e a autonomia das artes. O liberalismo, parte constitutiva importante desse movimento de renovação, por volta de 1800, passou a estar associado a idéia de livre mercado e de *laissez faire* .Embora desde o inicio estivesse associado a idéia de progresso , o liberalismo desencadeou a fome entre os mais pobres.

[3] Na historiografia brasileira contemporânea, destacam duas interpretações significativas e que praticamente a totalidade dos trabalhos historiográficos fazem referencia- Boris Fausto : ***A REVOLUÇÃO DE 1930-*** e Edgard De Decca : ***O SILENCIO DOS VENCIDOS.*** O primeiro enfatiza muito mais os conflitos nos setores sociais (burguesia industrial, burguesia cafeeira,oposições regionais,classe média e tenentes),na formação do “Estado de compromisso”. Enquanto o segundo analisará as ações dos socialistas, comunistas e anarquistas , do BOC até o “controle estatal” nas ações sindicais.

[4] Esta encíclica trata especificamente da questão operaria.Um dos grandes marcos da doutrina social da Igreja, ela reforça o direito a propriedade e a harmonia entre as classes sociais . Condena a solução socialista que instiga nos pobres o ódio aos que possuem.CAMACHO,Ildefonso- ***DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA-*** Edições Loiola- Petrópolis- RJ 1954 - p 33

[5] Jackson de Figueiredo (1891-1928)- Foi jornalista, professor,advogado-Fundou o centro D. Vital em 1921, com a proposta de divulgar a doutrina católica aos intelectuais.Combateu o liberalismo, o comunismo e colaborou com o governo de Artur Bernardes na repressão do movimento tenentista.Logo após a Primeira Guerra

Mundial,houve uma mudança global do catolicismo no Brasil."Buscou-se a recatolização do país.D. Leme, arcebispo de Olinda , em sua carta pastoral de 1916, traçou um programa teológico-politico , com a finalidade de analisar o Brasil e identificar o "mal"que o afligia.A partir dos anos 20 uma fileira de intelectuais católicos se organizam em prol da igreja e das idéias católicas. É sugerido o nome de Jackson para um movimento de reação espiritual nacional(é fundado o centro D. Vital)...O paladino articulou uma ideologia tão negativa ao buscar sua inspiração no cristianismo fascista da Action Française,em consonância com o governo brasileiro em favor da ordem.- CAMPOS,Marcelo Rocha- ***INTEGRALISMO E CATOLICISMO: Proximidades Doutrinarias e divergências Políticas-*** Dissertação de mestrado – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"-Franca-2002.

[6] As idéias de Alberto Torres e seus seguidores Oliveira Vianna, Juarez Távora, Silvio Romeiro, e outros.

[7] Entrevista encontrada em fitas K7 – e transcritas ,a disposição para consulta ,no Centro de Documentação CEDIK- PUC-SP

[8] CORDEIRO J.Raimundo Barroso-***A LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO:Política e Imaginário no Integralismo Cearense-*** Dissertação de mestrado, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará- Fortaleza 1992-p124

[9] opus cit

A TRAJETÓRIA DO JECA: DE CAIPIRA À SUBVERSIVO

Emiliana Andréo da Silva

Introdução

O tema proposto para a realização da pesquisa deveu-se ao estágio realizado, ainda na graduação, junto ao PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado de São Paulo/Universidade de São Paulo coordenado pela Profª Drª Maria Luiza Tucci Carneiro. Como projeto de iniciação cientifica[1] desenvolvido junto ao projeto, ative-me ao estudo dos camponeses perseguidos pela policia política paulista - o DEOPS. Esta descoberta do "camponês" enquanto personagem e agente político apresentou novas possibilidades de análise sobre o habitante da zona rural controlado pelo DEOPS. Retratado como subversivo e perigoso à segurança nacional este homem do campo incomodou aos homens do poder. Esta visão permitiu-me, no mestrado, desvendar um universo pouco trabalhado: o do camponês subversivo.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo apresentar a figura do homem do campo paulista na sociedade do inicio do século XX. O período escolhido para o meu estudo esta compreendido entre 1930-1954, período de transformações significativas para os camponeses e a questão do campo.

A pesquisa dispõe de dois momentos para caracterizar o homem do campo. O primeiro trata-se da construção do estereotipo do trabalhador rural realizado pela sociedade do inicio do século XX. Utiliza-se para isso de uma documentação produzida pela imprensa, como a literatura de Monteiro Lobato e os almanaques do Biotônico Fontoura.

Num segundo momento, dispondo-se da documentação produzida pela polícia política paulista – DEOPS – passa-se a observar o homem do campo através da imagem

construída pela policia e também é possível verificar as diversas formas de reação do camponês, a sua situação miserável em que se encontra e sua forma de mobilização, através da documentação apreendida e anexada aos prontuários.

Assim, de posse dessas duas formas de documentação passo a analisar e observar os motivos que levaram o camponês a ser apresentado em um primeiro momento como preguiçoso, desinteressado e avesso ao trabalho, características bem retratadas na obra Urupês[2] de Monteiro Lobato, e a seguir como um indivíduo perigoso à Segurança Nacional e munido de elementos capazes de fazê-lo organizar-se e reivindicar seus direitos.

Jeca Tatu

No inicio do século XX, Monteiro Lobato com seu personagem Jeca Tatu, em um primeiro momento apresentou o caipira como bode expiatório adequado para explicar o agravamento da crise dos fazendeiros de café após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Denunciando o atraso de nossos campos, o escritor atribuía ao habitante da zona rural a culpa pela precária situação encontrada no interior do país. Neste momento, Lobato estava à frente da administração da propriedade que fora de seu avô localizada no município de Taubaté (SP). Tinha os olhos voltados para os negócios e sob este prisma, o camponês se apresentava como sinônimo de prejuízo, atraso, enfim, era o que Lobato chamava de “piolho da terra”. Era descrito como o homem que provocava queimadas descontroladas que, além de consumirem a propriedade “alheia” também eliminavam o material orgânico rico para uma colheita farta. Enquanto herança do indígena, era a forma mais fácil e rápida de preparar o terreno para o próximo roçado, eficiente para aqueles que desconheciam as novas técnicas agrícolas trazidas pela “civilização”. Ainda que culto, Monteiro Lobato não se conformava com o atraso do caipira, com suas técnicas

rudimentares. A denúncia relativa aos estragos realizados pelos caboclos no interior paulista, teve início em 1914 com o artigo *Velha Praga*[3], publicado no *O Estado de São Paulo,* onde Monteiro Lobato indignado com a devastação que as queimadas descontroladas causavam no sertão e em suas terras.

Neste artigo o caboclo ainda não é o Jeca Tatu, mas seu estereotipo já encontra presente, trata-se de um ser baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, vivendo à sombra desta. Na medida que o progresso vem invadindo o interior com a via férrea, o imigrante, o arado e a valorização das terras, o caboclo vai fugindo em silêncio apenas carregando consigo o cachorro, a pica pau (sua arma) e o isqueiro. Ainda segundo Lobato, o caboclo não se liga à terra como o imigrante europeu, ele apenas se agrega esgotando a terra para depois procurar outro local para repetir sua devastação.

Mas logo Lobato toma consciência de que o Jeca não tem culpa de sua situação. Após este primeiro artigo sobre as queimadas do "piolho da terra", Lobato, em outro artigo do mesmo ano, 1914, publicado também no *O Estado de S. Paulo* e intitulado *Urupês* narra as "origens" do Jeca Tatu. Em um primeiro momento, o personagem não provocou emoções, ainda que vindo na contramão das idéias nacionalistas. Somente em 1918 é que os intelectuais olharam de forma crítica para a criação de Lobato[4].

Alertado pela crítica, Monteiro Lobato assumiu que a culpa não era do Jeca Tatu, mera vítima de políticas públicas ineficazes. Em sintonia com o discurso veiculado pelo PCB, denunciou o descaso do governo e a exploração dos fazendeiros que, movidos pela ganância, procuravam apenas aumentar seus lucros. Ciente da realidade do campo, Lobato apressou-se em retratar-se perante o Jeca, na segunda edição de *Urupês*, fez mea culpa por ter tratado o caboclo com olhos de patrão. Para ele o Jeca Tatu não era assim. Estava assim[5].

Em 1920, Monteiro Lobato empresta seu personagem Jeca Tatu para o Dr. Candido Fontoura[6], proprietário do Instituto Medicamenta, organizar e publicar o *Almanaque do*

Biotônico que era voltado para os habitantes do interior. O Almanaque trazia o calendário lunar, horóscopo e sugestões para o plantio e curiosidades sobre a colheita como, por exemplo, a maior abóbora do mundo[7]. Promovia concursos de enigmas como aquele de 1934 que ofereceu como prêmio "interessante Livreto de Monteiro Lobato" (Jeca Tatuzinho).

Após o sucesso que foi o Almanaque do Biotônico, Lobato voltou a emprestar sua criatura, - o Jeca Tatu - para outro impresso do Instituto Medicamenta. Este impresso, denominado *Jeca Tatuzinho*[8], foi publicado em 1924 e em 1954. O Jeca Tatu surge, nesse impresso, inicialmente com todos os seus estereótipos (preguiçoso, indolente) e em um segundo momento do impresso transforma-se em um "novo homem" ao ser "curado" pela fórmula do Dr. Fontoura, tornando-se assim um homem higienizado.

Em 1947 Lobato publicou o livreto *Zé Brasil*[9], impresso "subversivo" apreendido e anexado ao seu prontuário no DEOPS. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro na obra *Livros Proibidos, Idéias Malditas*[10] esta publicação da Editora Vitória fora classificada pelo DEOPS como perigoso à segurança nacional. Nesta literatura o camponês não precisava mais da fórmula milagrosa do Dr. Fontoura. Politizado, o "Jeca" havia encontrado a solução para os seus problemas na união com Luiz Carlos Prestes. A questão do campo, segundo Monteiro Lobato, evoluíra. O caboclo não é mais o culpado pelo atraso e a miséria no campo, e sim uma vítima do descaso das autoridades e da opressão dos patrões. Jeca Tatuzinho encontrou a cura para os seus males no Biotônico do Dr. Fontoura, mas sem solucionar os reais "problemas" do Brasil. Zé Brasil, por sua vez, uniu-se ao comunismo que poderia lutar pelos seus direitos.

São estes estereótipos (preguiçoso, desinteressado pelo trabalho, indolente) que irão permear a história da intolerância contra os camponeses brasileiros; construção dedicada a perpetuar as precárias condições no campo com o objetivo, muitas vezes, de garantir dividendos e poder para os proprietários da terra. Ao negarmos direitos e dignidade ao

homem do campo, deixamos de compartilhar saberes e costumes que podem enriquecer ambos os lados.

O Camponês subversivo

A documentação da policia política paulista – DEOPS encontra-se depositado junto ao Arquivo do Estado de São Paulo. Inicia-se em 1924 estendendo-se até 1983. Divide-se em quatro categorias: Prontuários, Dossiês, Ordem Política e Ordem Social. Para o meu estudo atenho-me a análise dos prontuários que são compostos em sua totalidade em cerca de 150.000. Destes concentro-me na análise dos lavradores, de suas associações, do Partido Comunista e de alguns prontuariados que possuíam suas atividades políticas ligadas ao campo. Nesta documentação encontramos relatórios policiais, termos de declarações produzidos pela polícia política e jornais, panfletos, boletins apreendidos pela mesma instituição e anexados aos prontuários.

Os panfletos apreendidos e encontrados junto aos prontuários de camponeses fichados pelo DEOPS de São Paulo denunciam as mazelas pelo que passavam estes trabalhadores, carentes de assistência médica, educação e implementos agrícolas para transformarem a terra em riqueza. A distribuição desses impressos era realizada na clandestinidade durante reuniões organizadas para mobilizar a população do campo. Como exemplo citamos um grupo de camponeses detidos em 1936 na Fazenda Terra Roxa, município de Marilia (SP). O objetivo era de fazer propaganda política através da distribuição de boletins[11]. Outra estratégia de organização das massas camponesas se fazia pela formação de associações, sindicatos e ligas, mecanismos que mediavam as aspirações camponesas à efetivação de suas lutas. Tais organizações - que funcionavam como uma espécie de suporte ao homem do campo - procuravam conscientiza-lo da necessidade de lutarem por seus direitos. A questão das férias, por exemplo, foi tratada

pela Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto na década de 1940, advertia os trabalhadores do campo para a renovação dos seus contratos de trabalho. Deveriam procurar a associação a fim de receberem instruções de como procederem para garantir o direito às férias[12].

Uma amostra do poder e do caráter repressor dos fazendeiros é verificada no panfleto "*O que precisa é compreender*"[13] lançado de avião em 2 de novembro de 1947 sobre a cidade de Taquaritinga (SP). O teor deste panfleto é racista e preconceituoso. Ele adverte os intelectuais e afortunados sobre o perigo das classes média e baixa reivindicarem seus direitos políticos. Para o autor deste documento os trabalhadores são "grosseiros e ignorantes" e ocupam um lugar insignificante na sociedade, o que não corresponde pois são os trabalhadores rurais que enriquecem a nação dando seu sangue nas diversas plantações do Estado e principalmente nos cafezais. O autor dá ênfase ao fato de que todos possam candidatar-se a um cargo político, considerando que o lugar do trabalhador é na enxada, ou seja, "cada qual no seu lugar". Ele vai mais longe impregnando o panfleto de preconceito racial. Segundo o autor: *"Em muitos municípios, chegam até ao absurdo de colocarem negros como candidatos a vereadores. Lugar de negro é debaixo do chicote do feitor, o que infelizmente não acontece porque a escravidão já acabou."* Esta é a idéia da elite rural das décadas de 1930-1950. A sociedade deveria ser estratificada e sem nenhuma mobilidade social, destacando as classes sociais pelos graus de cultura, tradição e fortuna, elementos que simbolizavam o poder.

Os jornais apreendidos eram publicações dedicadas ao trabalhador rural. Anexados aos prontuários de lavradores e suas associações encontramos alguns jornais como *O Guatambu*[14], publicação especifica para o homem do campo produzida em Cosmorama (SP), em 1946, onde podemos encontrar versos elaborados por Zé Peão sobre a condição camponesa, destacando a doença e a fome como causas da indolência e o desapego ao trabalho. Outro jornal apreendido é o *Nossa Terra*[15], de 1949, que traz em

suas páginas artigos denunciando as condições miseráveis do homem do campo, modas de viola, receitas da culinária caipira, além de retratar o camponês através da iconografia, com elementos que estão presentes no imaginário coletivo sobre eles mesmos, ou seja, o chapéu de palha, as roupas surradas, o cigarro de palha e os pés sem calçado.

Os panfletos também foram formas de propaganda dos camponeses. No panfleto *"Contra o vale e o barracão"*[16], publicação de caráter comunista que fora apreendido durante uma reunião em 10 de outubro de 1946 na Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, são apresentadas a precária condição do homem do campo que é obrigado a utilizar-se do barracão da fazenda para fazer suas compras, um tipo de mercearia controlada pelo proprietário das terras, e como moeda de troca no interior da propriedade era imposto a circulação do vale que era descontado no salário mensal do trabalhador. Como resultado as mercadorias eram de qualidade inferior e preço superior aos oferecidos nas cidades próximas fazendo com que o trabalhador rural se endividasse e ao receber seus salários sempre ficava devendo ao grande proprietário acarretando sua proibição de deixar a fazenda e seu emprego. O documento chama a atenção para o árduo trabalho do camponês e da piora constante da sua vida, além da fome e das doenças que ameaçavam a ele e a sua família. Como solução aponta a união dos trabalhadores rurais em torno das ligas camponesas a fim de lutar contra a miséria, a exploração e as brutalidades policiais, perseguições e injustiças.

Considerações Finais

Verificamos através da documentação do DEOPS o quão ciente de seu papel na sociedade brasileira e paulista encontra-se o camponês, observamos também seu dinamismo na procura de melhores condições de vida, por oportunidades melhores de

trabalho, com condições salutares no exercício de sua importante atividade para a vida econômica da nação.

As apreensões efetuadas pelo DEOPS e anexadas posteriormente aos inúmeros prontuários de lavradores, heróis anônimos de nossa história, que buscaram libertar-se das amarras do autoritarismo de Vargas e denunciar e reivindicar suas questões, puderam tornar publico as ações e lutas empreendidas no transcorrer das décadas de 1930-1950, período obscuro da história das lutas no campo, e contribuir para a desconstrução do estereotipo do camponês indolente, preguiçoso, não afeito ao trabalho e dar um novo sentido ao personagem Jeca Tatu. O Jeca estaria agora mais próximo do Zé Brasil do que do "piolho da terra".

Notas

[1] Em conseqüência dos estudos de minha iniciação cientifica resultou-se o inventário: Emiliana Andréo da Silva, *O Despertar do Campo. Lutas Camponesas no Interior do Estado de São Paulo*, Série Inventário DEOPS, Módulo: Geopolítica do Controle. São Paulo, Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003.

[2] Monteiro Lobato. *Urupês.* São Paulo, Brasiliense, 1976

[3] Monteiro Lobato, *Urupês.* São Paulo, Revista do Brasil, 1919, p. 245

[4] Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato – Vida e Obra*, São Paulo, Gráfica Urupês, 1962, p. 142

[5] Carmen Lucia Azevedo; Márcia Camargos; Vladmir Sacchetta. *Monteiro Lobato Furacão na Botocúndia.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997, p. 115

[6] Cândido Fontoura, nascido em 1885 em Bragança Paulista (SP), farmacêutico licenciado pelo Serviço Sanitário de São Paulo em 1910. Em 1915 vem para São Paulo trazendo consigo a fórmula do Biotônico. In: Margareth Brandini Park. *Histórias e leituras de Almanaques no Brasil.* São Paulo, Mercado das Letras/FAPESP, 1999, pp. 105-106.

[7] Almanaque do Biotônico do Instituto Medicamenta, 1934. AEL/Unicamp, Campinas (SP)

[8] Jeca Tatuzinho de Monteiro Lobato, 1947. IEB/USP

[9] Livreto Zé Brasil de Monteiro Lobato. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1947. *Pront 6575, Jose Bento Monteiro Lobato*. DEOPS/SP, DAESP

[10] Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. São Paulo, Ateliê Editorial/PROIN /FAPESP, 2002, p. 143

[11] Relatório de Mario de Araújo Coriolano, Delegado de Policia de Marilia para a Superintendência de Ordem Política e Social. Marilia, 16/08/1936, fl. 4. *Pront nº 4190, Joaquim Costa Hernandez*, DEOPS/SP, DAESP.

[12] Panfleto "Aviso aos Trabalhadores da Roça" da Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, 1946. *Pront. nº 6585, Associação Agropecuária de São José do Rio Preto*, DEOPS/SP, DAESP

[13] Panfleto O que precisa é compreender, 1947. Pront. 13544, Delegacia de Polícia de Taquaritinga. DEOPS/SP – DAESP

[14] *O Guatambú*, Cosmorama, 13/10/1946. Pront. nº 6585, Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, DEOPS/SP, DAESP

[15] Nossa Terra. São Paulo, 09/07/1949. Pront. nº 547, Delegacia Regional de Policia de Barretos, Volume II, DEOPS/SP, DAESP

[16] Panfleto "Contra o Vale e o Barracão". Pront. nº 6585, Associação Agropecuária de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP

Cidade, experiência, memória: aspectos sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu; alguns elementos teóricos

Emilio Gonzalez[1] - PPG-PUCSP

A cidade de Foz do Iguaçu viveu um processo de crescimento intenso nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 1970, tornando-se objeto de ações de diferentes grupos que buscam se construir no poder, estruturando sua hegemonia através da produção de significados e interpretações sobre a cidade e seus moradores. Por outro lado, a cidade também é palco de sujeitos que resistem a essa dominação, construindo para e sobre si representações nem sempre fáceis de serem percebidos ou decifrados, mas muito importantes se pensados enquanto elementos de proteção e como trincheira de luta.

O foco do nosso trabalho tem se centrado no diálogo com as experiências de moradores de duas áreas ocupadas no decorrer da década de 1990. O trabalho não prioriza o "fenômeno" do crescimento urbano de Foz do Iguaçu, e sim a forma como seus moradores foram se inserindo e agindo sobre ele, entendendo-os assim como sujeitos produtores do espaço urbano construído e transformado. Com este propósito, temos buscado apontar a percepção que esses moradores têm sobre o local em que vivem; como entendem suas "lutas" no contexto de construção física da cidade; como "valorizam" sua experiência como ocupantes; de que estratégias lançaram mão para sobreviver em meio a esse processo; que expectativas projetam para a área, etc.

A perspectiva que norteia a realização desse trabalho parte da idéia de que uma cidade é palco de uma intensa luta política, travada sobretudo no âmbito da cultura. Inicialmente, procuramos pensá-la historiograficamente: quais são as evidências dessa luta, como ela se materializa, que vestígios dela podemos encontrar, como podemos decodificar esses sinais e as memórias impregnadas e imbricadas nessas lutas? Como explicar que a luta pela intervenção no espaço físico de Foz do Iguaçu seja protagonizada justamente por aqueles grupos que aparentemente estão excluídos do poder e dos centros institucionais de decisão da cidade?

[1] Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC /SP. Endereço eletrônico para contato: elparaguaio@yahoo.com.br

Torna importante situar o sujeito que intervém nesse espaço e perceber a(s) maneira(s) como essa intervenção se manifesta. Ocupar uma área estratégica para o avanço do capital pode ser pensada com uma forma de resistência. Cooptar políticos e lideranças em torno da luta por moradia pode constituir uma outra faceta do mesmo processo. Ceder algumas vezes, calar-se diante do inimigo, vitimizar-se ou qualquer outra ação aparentemente "conformista" pode constituir-se parte importante das estratégias de luta e sobrevivência de uma população diante da incerteza do despejo, da prisão e da possibilidade de negociação dos lotes.

Decorre disso que a produção de significados e a luta pela hegemonia da cidade expressam-se também nos campos de memórias, construídos para explicar, narrar e categorizar valores e concepções. Isso porque estamos lidando com indivíduos que percebem ao seu modo sua condição de sujeitos da História dessa cidade e, dessa forma, criam significados para narrar suas ações nesse cotidiano, como lembra Ivone Cordeiro Barbosa:

> Quando falamos de percepção, estamos falando de indivíduos concretos, vivendo experiências concretas existindo numa dimensão social e cotidianidade. O cotidiano emerge como especo social prenhe de historicidade, uma vez que é nessa dimensão do viver que se cruzam vários eixos temporais, referidos à experiências concretas dos indivíduos e à percepção que têm delas. (BARBOSA: 1997, p.297)

A luta, nesse caso, é travada pelo direito de se representar. Dizer o que é certo ou errado, o que é permissível e o que é proibido, o que é ético e antiético, o que é sagrado e o que é profano, etc., são aspectos reivindicados por seus moradores na construção de sua memória. Memória perceptível não apenas através de seus depoimentos orais, mas também na forma como são construídas suas casas, muros, jardins e ruas. Esses elementos constituem aspectos dessa cultura urbana. São monumentos e fortalezas presentes nas memórias de cada morador, tornando-se uma espécie de "patrimônio". Nesses monumentos são projetados valores, gostos, técnicas e costumes. Permitem que essa população aparentemente "excluída" reivindique para si a autoria do espaço físico construído, mesmo quando esse espaço é considerado "posse ilegal", e marcam assim sua presença no interior dessa cidade.

A luta pela posse da terra constitui um traço predominante em todo o processo de desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu. A ocorrência de ocupações na malha urbana dessa cidade foi um elemento que transpassou toda a década de 1970, alargando-se na

década de 1980 por regiões mais distantes do atual centro, e sofrendo novas investidas no decorrer dos anos 1990. Na maioria das vezes, essas ocupações ocorreram em áreas que inicialmente não tinham qualquer valor no mercado imobiliário. Algumas dessas áreas até estavam incluídas em projetos de porte estruturais elaborados pelo poder público ou até mesmo empresarial, como a construção da avenida Beira-Rio,[2] mas efetivamente a cidade ainda estava sendo desenhada em seu traçado urbano, e isso criava um conjunto de áreas urbanas que efetivamente estavam longe das pretensões do poder público e empresarial.

No entanto, assim que a cidade passou a se definir enquanto centro de operações de enormes empreendimentos capitalistas, muito especialmente os investimentos na rede hoteleira e comercial, a ocorrência de ocupações em variados pontos da cidade desencadeou algumas ações da parte do poder público, visando, por um lado, estancar tais movimentos — esforço que se mostrou inútil naquele momento —, e por outro lado recuperar alguns territórios já perdidos nesse processo, ou pelo menos garantir um certo controle sobre eles.

Numa avaliação inicial, entendemos que esses movimentos de ocupação urbana podem ser pensados, em certo sentido, como propulsores do desenvolvimento urbano dessa cidade, e não "reflexo" dele, conforme considerou uma produção de cunho acadêmico bastante expressiva, e que discutiremos mais adiante. Afirmamos isso porque observando a trajetória urbana após a década de 1970, torna-se possível perceber o quanto essas ocupações estão imbricadas e são inerentes ao ritmo de desenvolvimento que se desencadeou a partir de então. Além disso, muitos dos planejamentos urbanos e projetos que foram desenvolvidos pelo poder público e empresarial, especialmente aquelas ações realizadas após os anos 1980, constituíram-se muitas vezes em respostas a esses movimentos de ocupações urbanas. As constantes readequações realizadas na cidade após a década de 1980 podem ser pesadas nessa direção.

Por outro lado, ao afirmar sua presença nessa cidade, esses movimentos populares também passaram a pressionar o poder público no sentido criar e garantir fóruns de negociação, projetos de moradia, saneamento básico, escola, saúde e outras políticas de caráter social. Até mesmo a eleição de Dobrandino Gustavo da Silva para a Prefeitura,

[2] A avenida Beira-rio foi um projeto elaborado à época da construção da Usina de Itaipu (1974-1991), e que deveria ligar diferentes regiões da cidade a partir de uma extensa avenida que deveria margear os rios Paraná e Iguaçu.

em 1985, pode ser situado como um marco na mudança das relações estabelecidas entre o poder público e a população dessa cidade.[3]

A ampliação dessas instâncias — tanto de fóruns de negociação, como da própria repressão — ocasionada, em grande parte, pela intensificação desses movimentos por moradia e trabalho, deixa claro o quanto foi significativa a intervenção operada por esses sujeitos no espaço público, obrigando as forças políticas, bem como o empresariado, a redefinir suas relações com essa população, estabelecendo novos pactos sociais, criando novos projetos, e até mesmo aparelhamento instituições militares e repressivas. Isso é importante sobretudo se considerarmos que esse processo se deu justamente num momento em que a cidade ganhava feições e contornos definitivos, crescendo em direção a novas áreas e terrenos de pequena densidade populacional. Isso significa dizer que esses setores populares foram, em grande parte, arquitetos da cidade, participando ativamente de sua construção e da definição de seus espaços sociais.[4]

A leitura desse processo social através do qual a cidade foi sendo constituída é, nesse sentido, bastante elucidativa. Contrapondo-se inicialmente a uma perspectiva memorialista presente em produções de caráter oficial, a leitura dos processos sociais

---

[3] Dobrandino Gustavo da Silva concorreu pelo PMDB. Veio munido de uma retórica assistencialista e paternalista, a sua aproximação com populações empobrecidas da cidade acabou sendo decisiva em sua vitória nessa ocasião. Não podemos dizer que a eleição desse candidato tenha sido um trunfo desses movimentos populares, especialmente tendo em vista a enorme mobilização de partidos e entidades de esquerda que ocorria em âmbito nacional. Mas também não foi algo tão insignificante assim. A cidade até então vivia sob rígida intervenção federal, tanto pelo fato de ser considerada uma área de fronteira, mas principalmente por ter sediado a construção da ITAIPU, usina hidrelétrica visada simultaneamente por duas ditaduras militares, a brasileira e a paraguaia. O bloqueio à participação popular nas instâncias políticas era uma estratégia do próprio poder instalado de forma autoritária em ambos países. O candidato derrotado por Dobrandino na primeira eleição direta da cidade após 1964 era Tércio Albuquerque, do PDS, e que era ligado à Itaipu. Sua campanha foi financiada quase que integralmente pelos abundantes recursos provindos dessa empresa, o que tornou a eleição extremamente disputada. Com efeito, observa-se o peso decisivo que o voto popular assumiu nesse processo, o que garantiu, dentro dos limites do poder instituído, uma radical mudança no relacionamento entre o poder público e essa população.

[4] Sem pretender idealizar a participação desses moradores, que certamente não ocorreu sem conflitos, as afirmações acima busca contrapor uma historiografia existente sobre a cidade que, ao vitimizar demasiadamente essa população, acaba também negando-lhe a autonomia de suas ações, ignorando a importância dessa intervenção, e reduzindo-a condição de meras reprodutoras da lógica de exploração e acumulação capitalista, e o espaço da cidade como retrato fiel das vontades de sua elite. Essa discussão não será explorada aqui, dada o diminuto formato do texto, mas cabe destacar uma idéia presente em um dos trabalhos produzidos sobre essa cidade, e que em certo sentido, aparece também em outros textos. Trata-se da Dissertação de Mestrado de Edson Belo C. Souza, na qual ele assume uma perspectiva que retira a autonomia da classe trabalhadora ou ignora suas ações na produção do espaço urbano, afirmando que "O estado é o principal agente modelador do solo urbano em Foz do Iguaçu." (In: SOUZA, 1998, p.100). Em outro trecho similar, amplia tal perspectiva afirmando que: "O Estado, aqui representado pelo poder público local, também é responsável pela constituição de um novo arranjo espacial urbano. Em consonância com os interesses da classe dominante, o Estado cria condições para que a área central da cidade beneficie um grupo em detrimento de outro." (Idem, p.103). Os desdobramentos da crítica que formulamos aparecem melhor desenvolvidas em outros trabalhos já apresentados anteriormente, e não cabe retomá-las pontualmente aqui..

impede que a cidade seja concebida apenas enquanto um acumulado de fatos levados a cabo por sujeitos harmônicos, agindo de forma complementar entre si. Ao contrário. A cidade aparece como um território em constante disputa, na qual atores sociais distintos buscam construir seu espaço e sua memória. Aqui, uma cidade aparentemente homogênea despedaça-se, trazendo ao cenário da atuação política sujeitos até então silenciados ou ignorados por sua memória oficial. Ao serem focalizados, essas memórias múltiplas rompem com qualquer pretensão de homogeneidade, harmonia e consenso, e passam a ser entendidas como produto social de sujeitos que disputam, ao seu modo, o direito de ordenar, ocupar e utilizar o espaço urbano de forma soberana. Nas palavras de Michel Pollack: "uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória (...)". (POLLACK: 1989, 5).

Entendemos que a memória se constitui em um campo de disputa política extremamente conflituoso, no qual valores são projetados, elaborados e perpetuados. Para as classes dominantes, tem sido fundamental controlar a memória, estabelecendo quem, aquilo e como serão lembrados, e, em contrapartida, quem e o que deve ser esquecido. Nesse sentido, a construção dessa memória não apenas opera uma seleção entre aqueles que deverão ser lembrados e apresentados como "exemplos" a serem seguidos, mas também opera esquecimentos, negações, homogeneizações, tirando de cena aqueles sujeitos "indesejáveis", subversivos e que, portanto, devem ser esquecidos.[5] No caso, os sujeitos "exemplares" são apresentados a partir dos marcos do progresso e do desenvolvimento urbano da cidade, construídos por sua própria classe dominante a partir de suas memórias e valores, mas apresentados à cidade como sendo a própria "História" de todos os seus moradores. Segundo o historiador Marcos Silva:

> A esse respeito, Benjamim (...) argumentou que os grupos dominantes, enquanto vencedores das lutas sociais em diferentes movimentos, agregam aos seus troféus de guerra um monopólio da memória como continuidade, metamorfoseada em vontade geral — da nação ou do povo, por exemplo. É por esse motivo que a

[5] Recentemente, publiquei um artigo no qual analisava justamente essa relação existente entre a produção de "Memórias" oficiais e sua relação com a manutenção de uma estrutura de poder. Na ocasião, analisei a produção de marcos historiográficos hegemônicos que durante muito tempo pautaram boa parte da produção historiográfica e memorialista sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon, no interior do Paraná. A memória constituída não apenas reforçava lugares sociais, como também legitimava processos de exclusão urbana. Ao mesmo tempo, negava a existência de conflitos no espaço da cidade, e dava ares de "civilização" aos projetos levados a cabo pelo capital e seus empreendedores nesse espaço. Sem pretender fazer analogismos, dado que tratam-se de problemáticas diferentes, o que observamos é que em Foz do Iguaçu ocorre algo bastante parecido. Sobre o artigo citado ver: GONZALEZ: 2003/2004.

> memória dominante pontua uma cronologia (seqüência temporal) e uma periodização (recortes naquela seqüência) com aspecto lógico e objetivo, tornando seus beneficiários senhores, também, do tempo social.
> Tal processo nada tem de automático ou conspiratório. Sua elaboração requer articulações políticas em torno de um projeto de sociedade expressas publicamente através de diferentes suportes, em múltiplos lugares. Isso significa que modalidades de memória social se expressa a partir de personagens, acontecimentos, monumentos, objetos, narrativas, iconografias e outras tantas formas. (SILVA: 1995, 63-64).

Nessa perspectiva, o ato de ocupar territórios no interior da cidade assume uma forte conotação política, na medida em que esses moradores vão percebendo que o "fazer urbano" consiste em algo além do que simplesmente suprir suas carências mais imediatas. Uma ocupação urbana, ao perverter o sentido original dos planejamentos mais ambiciosos, reconstrói a feição da cidade, readaptando-a. Por isso, mesmo em espaços de moradias precárias e de pobreza extrema, como é o caso das ocupações, objeto do presente estudo — consideradas, por excelência, como "locais de exclusão" —, opera-se um processo de "inclusão", na medida em que esse território é tomado como trincheira para uma luta mais abrangente. Seus moradores, à medida em que vão se fixando no lugar, passam a incorporar uma pauta mais ampliada de luta e reivindicação. Lucio Kowarick, em seu trabalho Escritos Urbanos avalia a dimensão e importância que essa luta cotidiana desempenha na construção da experiência social de luta e reivindicação:

> É preciso insistir que os caminhos que levam ao encontro de experiências de luta fragmentadas jamais ocorrem naturalmente, como se houvesse uma vocação espontânea para a identificação de interesses. Ele se processa por meio de uma prática construída dentro de um dia-a-dia massacrante. Tudo leva a crer que o peso desse cotidiano funciona, no mais das vezes, como elemento desmobilizador, na medida em que a participação tem um custo imediato imensamente maior do que os resultados que se pretende atingir, sempre demorados e freqüentemente não obtidos. Contudo, a descrença e o cansaço presentes nas rotinas dos dias que sucedem entre a casa e o trabalho não impedem o surgimento de aglutinações que, em certos momentos, se transfiguram em mobilizações de maior vigor reivindicativo. Esses movimentos trazem no seu bojo uma seqüência de sociabilidades forjadas na vizinhança, na situação comum dos bairros desprovidos, nos atrasos dos transportes, nos acidentes e doenças, na identificação do companheiro de trabalho, e, não obstante, a diversidade de trajetórias, em certos conjunturas, acabam criando formas de solidariedade mais amplas e coletivas, quando então transparece um momento de fusão dos conflitos e reivindicações. (KOWARICK: 2000, 76-77).

Pensar o embate pelo direito de construir a memória como forma de "afirmação de lugares sociais" — e, portanto, de pertencimento — significa recuperar outro importante aspecto dessa luta: através dessa trama de conflituosos encontros, planejamentos, lutas e reivindicações, a cidade vai ganhando forma e sentido. E é esse o "sentido" que estamos buscando trazer através do diálogo com a experiência dos moradores.

O estudo dessas duas ocupações não resume em si a forma como o crescimento urbano de Foz do Iguaçu se deu. No entanto, entendemos que a ocorrência de ocupações no tecido urbano dessa cidade constitui parte importante das estratégias construídas por seus moradores na luta cotidiana pela sobrevivência e por esse "direito à cidade" e à "memória". Por isso, mais do que um simples espaço de moradia ou depositário de pobres, marginais e miseráveis, essas ocupações estão sendo entendidas como uma trincheira através da qual muitos trabalhadores irão se rearticular e reelaborar suas estratégias de atuação e intervenção em outras dimensões do espaço urbano.

Entendemos que são nesses espaços de ocupação que esses trabalhadores foram produzindo e inscrevendo sua memória no mosaico urbano. Foi ali que novas noções sobre sua condição de sujeitos interventores na cidade vão sendo construídas, impulsionadas seja pela solução imediata e emergencial de suas necessidades infra-estruturais básicas (como moradia, saneamento, escola e trabalho), seja pela construção de uma consciência política (organizada coletivamente ou não, no ato da ocupação, ou mesmo na luta por melhorias no bairro), na qual solidificam e percebem sua condição de "pertencimento" a uma classe ou grupo social.

Também foram através dessas ocupações que esses sujeitos interviram e se inscreveram como autores da história dessa cidade, lutando assim pelo direito de construir e ordenar o espaço ao seu modo e para suprir suas necessidades, manifestando essa condição quando insistiram em ocupar "lugares proibidos" como áreas verdes (destinadas à preservação ambiental) ou áreas estratégicas, militar e/ou economicamente (como as ocupações realizadas nas barrancas do rio Paraná, estratégicas para a Marinha e para a Policia Federal, ou aquelas ocorridas na área central, estratégicas para a industria turística e para o comércio).

A partir desses embates em torno da própria construção de uma memória coletiva torna-se possível perceber a natureza das forças antagônicas que vêm disputando a hegemonia e o controle dessa cidade. Também é através da elaboração de memórias que esses moradores vão construindo núcleos de combate e resistência a hegemonia de grupos economicamente dominantes, deixando claro a natureza de sua luta à medida em

que vão definindo identidades e noções de classe, reivindicando para si o direito de ordenar e transformar a cidade ao seu modo e de acordo com suas necessidades, muitas vezes, à revelia da vontade dos grupos que estão no poder..

Bibliografia

BARBOSA, Ivone Cordeiro. "A Experiência Humana e o ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação". In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: Vol.17, nº 33, 1997, pp.293-305.

KOWARICK, Lucio. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

POLLAK, Michel. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Revista Estudos Históricos.* Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

SILVA, Marcos. *História: o prazer em Ensino e Pesquisa.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SOUZA, Edson Belo Clemente. A Região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. Florianópolis/SC: UFSC, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1998.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, Raphael. "Teatros de Memória". In: Revista Projeto História 14: Cultura e Representação. São Paulo: PUC, 1997.

A REINVENÇÃO DA ORLA COMO AMBIENTE URBANO EM VITÓRIA - ES

Eneida Maria Souza Mendonça

1. A orla antes da ponte

Até a década de 1920 vivenciava-se em Vitória, de modo único e pleno, sua condição insular. Do ponto de vista urbano e considerando a colonização portuguesa, esta foi a situação ocorrida desde 1551, quando, por questões de segurança, a sede da capitania do Espírito Santo foi transferida de Vila Velha, para Vitória. Desde a década de 1530, a região da Prainha de Vila Velha, situada à entrada da Baía de Vitória foi alvo de inúmeros ataques estrangeiros e mesmo indígenas. A decisão de erguer a nova sede em terras internas desta baía e mais resguardadas tinha, portanto, o sentido de proteção, alcançado na orla sul da ilha de Vitória, na ocasião denominada Santo Antônio.

Vitória passou, então, a fazer parte de um complexo jesuítico, referenciado ao sul por Benevente (atual Anchieta) e ao norte pelos Reis Magos (atual Nova Almeida). Do fim do período de domínio dos jesuítas até meados do século XIX, foi diminuto o movimento da economia de Vitória e mesmo do Espírito Santo. A proibição de abertura de caminhos para as minas e a manutenção de reservas madeireiras em terras capixabas, ambas, determinações de Portugal, foram as principais razões do lento desenvolvimento urbano e econômico.

Na segunda metade do século XIX, incrementou-se o movimento urbano em Vitória e praticamente iniciou-se a formação da rede urbana no interior do Espírito Santo, graças à colonização da região, ocorrida em função da imigração, sobretudo italiana. A ocupação intensiva do interior pelos imigrantes e a atuação destes sobre a cultura cafeeira, tornaram a comercialização do café a principal atividade econômica da região de Vitória. Em torno deste produto e de suas oscilações no mercado nacional e internacional foram administradas as realizações e as interrupções dos melhoramentos urbanísticos na capital capixaba.

2. A valorização da orla como porto urbano

O súbito incremento econômico do Espírito Santo, na última década de século XIX, propiciou o lançamento de um audacioso programa de governo, por Muniz Freire, presidente da província. Seu projeto visava tornar Vitória o centro político, administrativo e também econômico do Espírito Santo, polarizando inclusive parte de Minas Gerais. Para isso, propunha: 1) a conformação de uma rede ferroviária, de modo a direcionar o fluxo da produção agrícola para Vitória, 2) o reaparelhamento da estrutura portuária para corresponder ao movimento econômico previsto e 3) a construção de um novo bairro, que atendesse aos princípios higiênicos requeridos à época[1]. Esta última medida dava um toque de modernidade ao programa e demonstrava a superação das más condições sanitárias da então colonial cidade de Vitória, sujeita, como as principais cidades da ocasião, às diversas epidemias que comprometiam a saúde da população e o vigor da economia[2].

Embora a função portuária tivesse sido, sempre, a atividade por excelência a ocorrer na orla de Vitória, o esforço empreendido a partir do projeto de Muniz Freire amplificava enormemente esta função. Sabe-se que desde tempos remotos Vitória funcionou como porto de passagem para navegantes que rumavam para portos marítimos de maior importância. No entanto, até então, não havia, na movimentação que realizava, significado expressivo nem mesmo no âmbito da esparsa economia da região. Ao final do século XIX, era comercializada por Vitória apenas a produção agrícola proveniente da região central do Espírito Santo, uma vez que a produção do sul seguia por Itapemirim para outros centros e a do norte pelo porto de São Mateus[3], o que demonstrava a descentralização que Freire procurava corrigir.

Embora a queda do preço do café tenha prejudicado a rápida realização daquele projeto, reconhece-se que ao longo de toda a primeira metade do século XX, foram exercidos esforços políticos e econômicos de grande monta, no sentido de viabilizar a transformação de Vitória em importante centro portuário.

Dentre os esforços políticos destaca-se a decisão contínua ao longo dos governos de manter Vitória como capital do estado e neste sentido propiciar a todo custo a localização em seu território de equipamentos, que pelo porte e característica, devessem, segundo ponto de vista técnico, situar-se fora das terras municipais. Assim, como ação preliminar e conjugada às grandes obras do porto deu-se a construção da ponte Florentino Ávidos, que em 1928 passou a permitir o acesso a Vitória, ao sul, por via terrestre. Por este intermédio o transporte por meio de bonde tornou-se uma nova alternativa de contato entre Vitória e Vila Velha que, desde a transferência da sede da capitania, era exercido tão somente pelo mar.

Além da alteração da paisagem da orla de Vitória, marcada de modo exuberante pela estrutura metálica da ponte, cabe assinalar outras alterações, que ao longo do século XX adquiriram dimensões cada vez mais espetaculares, também associadas, por alguma razão, ao porto. Trata-se do aterro, ou dos sucessivos aterros, que do mesmo modo como as diversas pontes, vão também, contribuir para viabilizar a expansão de Vitória e sua permanência como capital.

3. A magnitude dos aterros e o interesse imobiliário pela verticalização de construções

A condição insular de Vitória, acoplada a sua característica geomorfológica montanhosa circundada por estreitas porções de terra ladeadas de mangue, fizeram com que o interesse pela ocupação urbana se viabilizasse a partir de aterros. Por este motivo, é possível supor que os aterros tenham sido realizados desde tempos que remetem à ocupação do lugar. A busca de facilidade para a circulação, mas sobretudo a questão sanitarista foram freqüentes justificativas que nortearam a execução de aterros até a passagem do século XIX ao século XX. Por recomendação sanitária oficial deu-se o aterro do Campinho, inicialmente destinado a um novo bairro, mas urbanizado de fato, de modo especial, como o primeiro parque urbano de Vitória[4]. Há indícios de que este tenha sido o primeiro grande aterro de Vitória.

Observa-se no entanto, que as justificativas mais comuns para a realização de aterros ao longo do século XX, passam a ser as vinculadas à construção do porto ou a algum tipo de

melhoria relacionada à navegação[5]. Neste sentido ocorreram em meados do século XX, de modo concomitante, os aterros da Esplanada Capixaba e de Bento Ferreira, do mesmo modo que na década de 1970 foi realizado o gigantesco aterro da Enseada do Suá. Nota-se que este último, vinha sendo previsto desde a década de 1930, em plano do então engenheiro Henrique de Novaes. O mesmo plano estenderia as funções do porto ao longo da orla de Vitória, no sentido leste, além do atual Centro, obra que não se realizou[6].

De sutis a drásticas alterações da orla, cabe assinalar que a realização dos aterros, seja com que justificativas, ao se consumar, tornava-os essenciais à ocupação urbana e, em grande parte dos casos, mais cedo ou mais tarde, importantes focos do interesse imobiliário. Foi assim com a região do Campinho, logo convertida no elegante bairro do Parque Moscoso. No entanto, o caso da Esplanada Capixaba realça de modo mais imediato a valorização empreendida ao local, cujo aterro, antes mesmo de concluído, já contava com previsão de ocupação exclusivamente por edifícios. O interesse imobiliário atual sobre a Enseada do Suá reafirma a lógica aqui exposta ao mesmo tempo em que ilustra o percurso descrito pela valorização expressa no âmbito da construção de edifícios do Centro para a região leste de Vitória, que na década de 1970 passou a eleger a praia urbana como seu ambiente preferencial[7].

4. A praia urbana e o *calçadão*

A ocupação urbana por edifícios à beira mar e a vida social vinculada à praia urbana teve sua divulgação no Brasil, propagada, desde a década de 1920, no Rio de Janeiro, a partir do *boom* imobiliário de Copacabana[8]. A partir desta época difundiu-se a moradia em apartamento e o estilo de vida da zona sul carioca como parte de um mesmo produto mercadológico aprimorado pelo incorporador imobiliário, o novo agente da construção civil[9].

Em Vitória, a construção de edifícios data também da década de 1920, porém, não constituindo-se em processo, por não demonstrar, na época, característica de continuidade. Esta conformou-se na segunda metade da década de 1940, desenvolvendo-se prioritariamente até a década de 1970 na área central de Vitória. Somente na segunda

metade da década de 1970 é que a verticalização de construções em Vitória passou a atingir a praia urbana e a eleger seus arredores como ambiente preferencial de ocupação, embora as primeiras aproximações neste sentido datassem da década de 1950[10].

Até a década de 1970, o centro da cidade concentrava as principais qualidades urbanas, seja quanto ao embelezamento da paisagem, pelos parques, praças e *boulevares*, seja quanto à infra-estrutura e aos demais benefícios urbanos associados à moradia. Este era então o contexto que mantinha o interesse imobiliário ligado ao Centro de Vitória. Para Campos Júnior[11], o lançamento do aterro da Esplanada da Capixaba com a proposição de construção exclusiva de edifícios, proporcionou ampliação da área central e manutenção do interesse imobiliário ainda, longe da praia.

Deste modo, observa-se que a região leste de Vitória, cuja ocupação foi intensificada a partir da década de 1970, tornou-se ambiente preferencial do processo de verticalização de construções, ao mesmo tempo em que outros fatores incidiram sobre o local. Entre eles encontra-se o direcionamento da infra-estrutura urbana que a esta década extrapolou o ambiente da ilha, atingindo a área continental do município. Outro fator significativo diz respeito à inserção do incorporador imobiliário no âmbito da construção empresarial em Vitória, que a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro, passou a orientar os empreendimentos segundo determinada lógica de mercado, neste caso, o edifício à beira-mar. Outro fator ainda a ser considerado, corresponde à construção na década de 1960 das instalações da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - e do porto de Tubarão no extremo leste litorâneo da área continental de Vitória, e ao longo da década de 1970, da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST - em área a esta contígua. A ocupação desta última transpunha os limites de Vitória, extravasando suas instalações para o município de Serra, ao norte da capital[12]. Este complexo industrial-portuário permitiu a inserção e o destaque de Vitória na economia nacional, e mesmo o alcance na atualidade de conexões logísticas inerentes à economia internacional de caráter globalizante.

No que concerne ao presente estudo cabe destacar a interferência marcante deste complexo na conformação da orla, tendo em vista a brusca interrupção do ambiente público da costa marítima causada pelas instalações portuárias e industriais. Peso notável pode ser atribuído também a este complexo quanto ao seu poder de atração de infra-estrutura urbana, que logicamente seguiu o rumo leste em Vitória para prestar, a este novo equipamento, o atendimento que requisitava.

É neste sentido, que foram realizadas obras significativas quanto à circulação viária, incluindo, a título de exemplo, a construção de ponte ligando a ilha de Vitória ao continente (leste) pelo litoral, e, dando continuidade ao percurso, a abertura de avenida na orla da área continental do município. Estas obras entre outras, além de facilitar a ligação do Centro de Vitória com a nova área portuária, atraiu a ocupação urbana.

Na categoria de obras complementares, a urbanização da orla, repetindo o modelo carioca do *calçadão*, integrou a caracterização da região leste de Vitória no contexto da praia urbana. A partir da segunda metade da década de 1980 o parque urbano linear passou também a compor este contexto.

Deste modo, a presença de infra-estrutura urbana de toda a ordem, e em especial a relacionada aos embelezamentos urbanísticos, favoreceu a valorização da praia urbana em Vitória, neutralizou o interesse imobiliário anteriormente dirigido ao Centro e realçou o contraste com a região de manguezal, característica marcante da orla norte do município.

5. O mangue e o lixo

Desde as remotas recomendações sanitárias de aterro ao mangal do Campinho, pelos órgãos oficiais de saúde, e provavelmente, mesmo antes disso, atribuía-se ao mangue conotação negativa relacionada a doenças de ordens diversas. A relação desse ambiente com a subsistência de população modesta, vinculada à pesca e mesmo à conservação de hábitos primitivos, como a fabricação de panelas de barro, contribuiu para acrescentar ao ambiente do mangue atributos avessos aos anseios modernizantes. Em acréscimo a esse

raciocínio, ou por aproximação, foi comum em Vitória a deposição de lixo em áreas de mangue.

Quanto a este aspecto, a situação mais significativa relaciona-se a ocorrida a oeste da ilha, que passou a receber na segunda metade da década de 1970, junto ao lixo, população de migrantes que não alcançava colocação no mercado formal em conformação. A virada econômica vivida na ocasião pela região de Vitória, passando da agro-exportação pautada no café para a grande indústria apoiada na siderurgia[13], proporcionou então, movimentos inversos e concomitantes. Enquanto a ocupação da orla leste realizava-se por população de alta e média renda, ocorria extensa ocupação da orla oeste, estendendo-se no sentido norte, por população excluída do processo econômico e social em ascensão.

O aterro, neste caso, era feito do próprio lixo, que do mesmo modo que o porto, foi também justificativa corrente para a conquista de terras ao mar e conseqüente desfiguração da orla em Vitória. Do mesmo modo, era também o lixo que garantia precariamente a sobrevivência daquela nova população[14].

A urbanização dos bairros a oeste e norte da ilha, ao longo da década de 1990, consolidou e complementou aquele aterro inicial e direcionou, oficialmente, a atividade econômica relacionada ao lixo, à usina implantada no local.

Em tempos mais recentes, percebe-se no entanto, a implantação de aparatos de lazer ao estilo dos *calçadões* e parques lineares, também na antiga orla do mangue, agora composta por estes novos bairros populares. O estímulo à gastronomia em pontos específicos vem contribuindo para uma apropriação cruzada de determinados ambientes, misturando populações, lançando expectativas e também, interrogações.

6. A descoberta do mangue para o turismo internacional

Além dos restaurantes de frutos do mar, em profusão, mas somente nas Caieiras, pequena comunidade remanescente da pesca cercada pelas já mencionadas invasões, outros empreendimentos vem sendo difundidos para localização ao norte da região de Vitória.

A exploração turística da natureza, representada pelo manguezal que compõe a Estação Ecológica do Lameirão, vem sendo cogitada pela municipalidade, que prevê a instalação de complexo eco-turístico, incluindo hotel[15]. Outro empreendimento, já divulgado, previsto para ser implantado à beira do mangue, porém em gleba situada no vizinho município da Serra, corresponde a luxuoso condomínio, que pretende atrair população de altíssima renda.

A despeito da mudança de ótica voltada para as áreas de mangue, que acrescenta-lhe valor imobiliário e turístico, não é possível garantir que este novo olhar venha evitar futuras desconfigurações na orla. Desse modo, cabe sobretudo interrogar: em que medida este novo olhar conviverá com o ambiente cultural e social do lugar?

---

[1] CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. O Novo Arrabalde: Aspectos da formação urbana de Vitória. São Paulo (dissertação - mestrado - FAU-USP), 1985.

[2] MENDONÇA, Eneida Maria Souza, FREITAS, José Francisco Bernardino, CAMPOS, Martha Machado, PRADO, Michele Monteiro e ALMEIDA, Renata Hermanny de. Cem anos do projeto de um Novo Arrabalde - Vitória (ES) - 1896-1996. Vitória: Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espirito Santo, 1996.

[3] CAMPOS JÚNIOR, 1985, op. cit.

[4] PIGNATON, Juliana Ribeiro. A região do Parque Moscoso a partir de plantas, projetos e planos urbanísticos. Vitória, Iniciação científica (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.
MUNIZ, Maria Izabel Perini. Parque Moscoso – Documento de Vida. Vitória: Fundação Jônice Tristão, Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1985.

[5] FREITAS, José Francisco Bernardino. Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata. Niterói, Seminário de história da cidade e do urbanismo, 2004.

[6] NOVAES, Henrique. Plano de Urbanisação de Vitória. In: BRÍGIDO, Laerte Rangel. O Município de Vitória sob o regime revolucionário - Triênio 1930-1933. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas [1934?].

[7] MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Transferência de interesse no percurso da verticalização de construções em Vitória (ES). São Paulo (tese - doutorado - FAU-USP), 2001.

[8] VAZ, Lilian Fessler. Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro - Estudo da modernidade através da moradia. São Paulo (tese -doutorado - FAU-USP), 1994.

[9] RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

[10] MENDONÇA, 2001, op. cit.

[11] CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. O Capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória (ES). São Paulo (tese -doutorado - FAU-USP),1993.

[12] MENDONÇA, Eneida Maria Souza. (Trans)formação planejada de territórios urbanos em Vitória (ES): o bairro Camburi. São Paulo (dissertação - mestrado - FAU-USP), 1995.

[13] ROCHA, Haroldo Correa e MORANDI, Ângela Maria. Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo - 1955-1985. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

[14] ALMEIDA, Amylton de e GOBBI, Henrique. Lugar de toda a pobreza. Vitória, PMV - Departamento de Imprensa Ofical - DEARES, 1983.

[15] BARBOSA, Isabella Batalha Muniz. Modernidade e assimetrias na paisagem. A fragmentação de ecossistemas naturais e humanos na baía noroeste de Vitória - ES. São Paulo (dissertação - mestrado - FAU-USP), 2004.

Os africanos livres e a luta pela liberdade em São Paulo no século XIX

Enidelce Bertin PPG-USP

Nesta comunicação discutiremos a chegada dos africanos livres à Justiça através dos Autos de Emancipação apresentados ao Juízo de Órfãos de São Paulo[1].

O Decreto 1303 de 28 de dezembro de 1853 determinava *"que os africanos livres que tenham prestado serviços particulares pelo espaço de quatorze anos sejam emancipados, quando o requeiram; com obrigação, porém de residirem no lugar que for pelo governo designado e de tomarem ocupação mediante um salário."*[2] Os Autos Cíveis de Justificação de emancipação cumpriam as determinações desse decreto: o africano livre requeria a emancipação justificando que tinha prestado serviços a particulares no prazo estabelecido, que tinha condições de se auto-reger e que possuía bom comportamento. A prova do cumprimento daquelas condições seria dada por testemunhas, que na grande maioria das vezes era composta por africanos livres, os quais, através da lembrança de seu passado, em muito enriqueceram os depoimentos. Essa documentação é, portanto, muito valiosa não só porque apresenta o esforço dos africanos livres para obterem as cartas de emancipação, como também porque os apresenta em comunidade, onde os laços de amizade eram fortemente estabelecidos.

A carta de emancipação, também chamada de ressalva de serviços, era obtida depois de seguidos os trâmites: através de advogado ou promotor público, o africano livre apresentava o seu requerimento, em seguida o curador dos africanos livres era notificado; as testemunhas oferecidas pelo africano livre eram ouvidas. Com os autos conclusos, o curador dava seu parecer, para só então o juiz de órfãos dar o veredicto. Julgado procedente o requerimento, o presidente da Província era notificado para determinar o local de residência daquele recém-emancipado. Depois de recebida da Presidência a ordem com a designação de lugar, o escrivão passava a tão esperada carta de emancipação, que seria distribuída pela polícia aos interessados.

Localizamos no Arquivo do Estado de São Paulo um conjunto de setenta e cinco autos de justificação de emancipação, correspondentes ao período 1854-1864. Embora o número de processos não seja grande, são muito ricos por conterem, na fala dos africanos livres que serviram de testemunhas, a memória e as expectativas daquelas pessoas e o difícil caminho que percorriam até a emancipação, elementos que nos permite vislumbrar o seu destino depois de emancipados.

Nos 75 autos de justificação, foram justificantes 82 africanos livres. Essa diferença se explica no fato de que, para alguns casais, os processos terem sido únicos. Cinqüenta e oito justificações foram deferidas, doze foram negadas e cinco não foram julgadas. Nos casos em que o processo incluía o casal de africanos livres, (ou dois africanos do mesmo sexo, como ocorreu com Pedro e Bernardo, em 1855), o julgamento era único, com validade para ambos, porém em pelo menos um caso, o Juiz indeferiu a justificação a um dos cônjuges.

Muitos dos africanos livres que requereram a emancipação no Juízo de Órfãos da cidade de São Paulo haviam sido apreendidos no Rio de Janeiro e levados à Casa de Correção da Corte até serem julgados como tais. Entregues às pessoas que se dispusessem a *"educá-los e sustentá-los"*, segundo termos definidos no Aviso de 1834, restava-lhes prestar bons serviços. Muitos dos que pediram justificação de emancipação tinham chegado ao Brasil ainda crianças, com dez ou doze anos, e passaram a exercer a função de pajens, meninos de recado, ou ajudando nas compras.

Ficam evidentes nos autos as dificuldades enfrentadas para provar o tempo de serviços prestados no Rio de Janeiro, não só pela distância, mas também porque sendo boçais naquele tempo, seus códigos de compreensão eram outros. Assim, demonstraram grande dificuldade para provar o ano em que haviam sido importados ou quando haviam deixado este ou aquele posto de trabalho. Com noções diferentes de contagem do tempo e sem falar o português, os africanos boçais tiveram que assimilar novas formas de identificação de tempo e de lugar, que acabaram sendo muito úteis no momento de reivindicar a emancipação.

Quando, já em São Paulo, necessitaram provar terem trabalhado em outra cidade e para pessoas desconhecidas das autoridades, foi determinante o testemunho de outros africanos, tanto para a comprovação do tempo que o serviço durou, como na identificação do arrematante. Em seus depoimentos, fatos marcantes na Corte serviram como comprovantes da data, como por exemplo, a coroação do imperador D.Pedro II, o incêndio ocorrido no palacete de Santa Ana, a marcação no dinheiro, ou ainda, a lembrança de nomes de autoridades. Usando termos como "ao tempo da presidência de Nabuco", ou "no tempo que havia guerra em São Paulo", eles conseguiam identificar a época em que chegaram na Província, e os juízes aceitavam plenamente tais provas para as justificações.

Outro recurso usado nos requerimentos e depoimentos de testemunhas para comprovação de cumprimento do tempo de serviço, foi a associação da idade presumida do africano com a idade de terceira pessoa. Assim, ao testemunhar a favor de Candido em 1862, Diobilo afirmou que "*ele testemunha veio criança para o Brasil, cerca de sete anos, sendo também menino Sua Majestade Imperial*."[3] Também a testemunha de Clemente, em 1864 declarou que "*sendo a esse tempo ele testemunha e o justificante rapazes e que hoje estão velhos, por isso julga que faz muitos anos...*"[4]

A observação atenta dos relatos das testemunhas nos aponta para a enormidade do esforço empreendido pelos candidatos à emancipação, assim como revela nuanças de solidariedade praticada entre eles. Em seus depoimentos, as testemunhas nos deixaram abertas algumas frestas pelas quais podemos observar um pouco do cotidiano dos africanos livres. A boa memória do depoente podia representar o deferimento da carta de emancipação, já que traduziram em instrumentos para a justificação os fatos relevantes ocorridos no Império e assimilados pelos africanos.

Às testemunhas cabia apresentar fatos que justificassem o requerimento de emancipação, ou simplesmente dar declarações, baseadas em sua memória, de que os termos do

decreto de 1853 haviam sido cumpridos, ou seja, que o justificante era trabalhador, sem vícios e que havia prestado serviços a algum particular por pelo menos quatorze anos.

Dos autos de justificação localizados, 64% (48 de um total de 75), referem-se a africanos livres que chegaram a São Paulo durante a presidência de Nabuco de Araújo, para trabalharem nas obras de construção da estrada entre Santos e Cubatão. Segundo vários relatos, antes de serem embarcados para esta Província, eles permaneceram depositados na Casa de Correção da Corte por cerca de um ano. Esse tempo foi suficiente para que eles se conhecessem melhor, estreitando os laços de amizade. Notamos que muitos já haviam trabalhado juntos nos preparativos para a festa de coroação do imperador Pedro II ou, pelo menos, haviam mantido contato nas ruas do Rio de Janeiro. O fato de terem vindo em um grupo grande ampliou as chances de nomear testemunhas para as justificações, haja vista que um mesmo africano livre foi testemunha de vários companheiros, que por sua vez, tornavam-se testemunhas de outros depois de emancipados.

As testemunhas eram, em sua maioria, emancipados (cerca de trinta e três pessoas), casados, com profissão definida, e que depuseram em mais de um processo; todos eram homens. Os justificantes contaram com dezesseis testemunhas brasileiras que exerciam as mais diversas ocupações na cidade: advogado, boticário, carcereiro, carpinteiro, capitão, escrivão, estudante, guarda, médico, negociante, secretário de governo, tenente coronel. Além destes, foram testemunhas quatorze escravos e três estrangeiros - um alemão, um angolano e um português.

O africano emancipado Joaquim da Silva testemunhou em dezesseis autos de justificação entre 1860 e 1864, tornando-se o africano mais requisitado como testemunha nos processos analisados, juntamente com João Congo, também emancipado e testemunha no mesmo período em quatorze processos. De origem benguela, casado, com idade entre 40 e 50 anos, carteiro, Joaquim da Silva dava depoimentos completos, precisando ao máximo a época em que havia conhecido aquele africano e citando nomes de arrematantes no Rio de Janeiro. Em vários momentos declarou conhecer o justificante desde criança, em outros, que havia trabalhado junto com ele, apontando para a importância da construção de laços de amizade. Poderíamos citar como

exemplo de seus depoimentos, o que declarou a respeito do justificante Clemente, em 1864: "*que veio do RJ ao serviço do dr José de Souza, morador do Rio Comprido atrás da Correção, antes dos festejos da Coroação. Sendo a esse tempo ele testemunha e o justificante rapazes e que hoje estão velhos, por isso julga que faz muitos anos e que depois o governo mandou recolher os africanos para a Casa de Correção da Corte, isto é, bastante anos depois daquela época, pois que eles já estavam crescidos e homens feitos. Da Correção vieram imediatamente para esta cidade sendo aqui empregados já na Serra, já em Palácio, e que o justificante por último foi servir no Jardim , mas que o dr Quartin o emprega em seu serviço particular. Que o justificante é de bons costumes e fiel, não tendo nunca apanhado nem sido preso*"[5]

Alguns testemunhos eram de malungos, ou seja de companheiros de travessia do Atlântico, e outros que, embora chegados anteriormente aos justificantes, lembravam-se deles e puderam testemunhar a seu favor. O depoimento mais completo era aquele que identificava a época da chegada do africano ao Rio de Janeiro, o nome e endereço do arrematante de seus serviços, o tempo que durou tal arrematação, a época que o solicitante chegou à Província de São Paulo e os locais em que trabalhou. Não eram poucas as informações prestadas e tampouco pequeno o necessário esforço de memória, o que nos faz desconfiar de que eram preparados pelos advogados antes das inquirições.

A precisão nas informações de relatos contendo detalhes que não foram esquecidos ao longo de pelo menos vinte anos – da época da coroação até o início da década de 1860, nos instiga a associar a força dos acontecimentos na vida dos importados com as marcas da escravidão trazidas no próprio corpo dos escravos. Com um testemunho preciso, o testemunho de João Congo recupera não apenas as dificuldades a que estavam sujeitos os africanos, como também os momentos de lazer e sociabilidade: *"(...) "disse que conhece ao justificante Carlos de nação Congo, africano livre que o viu no Rio de Janeiro servindo a Domingos de Morais, morador a ponte do Caju, antes da queima do palacete do Campo de Santa Ana, onde se achavam fogueteiros; que aos domingos quando saía a passeio na prainha sempre o via; que depois quando foram os*

africanos recolhidos pelo governo à Casa de Correção também foi o justificante sendo dali enviado para esta Província e empregado em diversas obras públicas, como na Luz, rua nova do Palácio, estrada de Santos e ultimamente Jardim Público onde se acha servindo não só ao Jardim como ao feitor e ao diretor Quartin em seu particular serviço (...)"[6].

Além de João Congo lembrar o nome e endereço do arrematante de Carlos Congo, lembrava que o via sempre que saía a passeio aos domingos ainda no Rio de Janeiro. Em São Paulo, recordava os locais por onde havia passado seu companheiro e os serviços que o mesmo havia prestado. Não se trata meramente de prodígio de memória, mas de lembranças de alguém muito próximo. Se pensarmos no desenraizamento brusco promovido pelo tráfico, o encontro com outras pessoas da mesma "nação" podia significar força nas adversidades, por isso, manter os contatos e as conversas com companheiros aproximava-os da África e difundia entre eles as informações sobre a situação na qual viviam. Nesse sentido, é possível que João soubesse tudo de Carlos porque eram amigos e mantinham estreitos laços.

É importante considerar que os africanos que serviram de testemunhas dos autos tiveram experiências semelhantes aos dos justificantes. Assim, a lembrança do nome de um arrematante, ou dos estabelecimentos nos quais o autor do processo tivesse trabalhado não era algo estranho, forçado ou inverossímil, justamente porque seguia o caminho por ele igualmente trilhado.

Os autos de justificação evidenciam a formação de grupos de convívio entre os africanos livres, inicialmente no Rio de Janeiro, onde mantinham contatos nos postos de trabalho ou no domingo, nas ruas e praias. Posteriormente, com a vinda para São Paulo, procuraram manter-se informados sobre os amigos, mesmo quando a distância dificultasse o contato físico. Essa documentação aponta também para o esforço empreendido pelo grupo dos africanos livres para manter vivos na memória os percursos seguidos desde o desembarque no Brasil.

O decreto de 1853 pode levar à falsa impressão de que a emancipação era certa, o que diminuiria a importância dos autos de emancipação. Contudo, a ressalva de que o pretendente deveria requerer e provar o tempo de serviço indicava que não era simples, nem fácil provar a

emancipação.Como vimos, a apresentação de boas testemunhas podia determinar o sucesso ou fracasso do requerimento de emancipação, uma vez que nele baseava-se o parecer do curador dos africanos livres, e que, por sua vez, tinha peso relevante no julgamento final.

Provar o direito à emancipação, contudo, não significava para o africano livre ou emancipado poder livrar-se do controle exercido pelo Estado. A cláusula de residir em local designado pelo governo e de trabalhar mediante salário estendiam a tutela e distanciava os emancipados da total liberdade[7]. O fato do Estado determinar o local em que os emancipados residiriam pressupõe o poder de controlar o acesso destes à cidade, o que guarda relação com uma política mais ampla de controle daquela população.

O decreto de 1853 garantia o direito à emancipação, mas excluía aqueles que apenas tivessem servido em estabelecimentos públicos. Assim, os africanos que tivessem trabalhado para particulares tiveram primazia em reivindicar sua liberdade com base nesse dispositivo legal. Para os africanos livres que tivessem servido exclusivamente em serviço público, apenas em 1864 houve o direito à emancipação, através do decreto 3310 de 24 de setembro de 1864 que revogava o decreto de 1853 e trazia em seu art. 1º a seguinte deliberação: *"Desde a promulgação do presente decreto ficam emancipados todos os africanos livres existentes no Império ao serviço do Estado ou de particulares, havendo-se por vencido o prazo de quatorze anos do decreto de 1853."*

O decreto de 1864 não exigia o requerimento da emancipação e determinava a expedição das cartas com brevidade, dispensando os africanos livres interessados de procurarem o Juízo de Órfãos. A ausência de uma ação judicial acarretou em simplificação do processo de emancipação, decorrendo em maior dificuldade de recuperação histórica, dado que a carta de emancipação por si só não permitiu a documentação da vida do africano nos postos de trabalho, tampouco dos laços mantidos com outros africanos tal como foi possível verificar nos depoimentos de testemunhas dos autos baseados no decreto de 1853.

Contudo, localizamos 124 matrículas de africanos emancipados pelo decreto de 1864 em um livro organizado pelo então amanuense Luiz Gama.[8] Esses registros informam o nome do

africano livre, as datas da emancipação da entrega do documento; os sinais físicos; o local para onde foi destinado, no caso de estabelecimento público, ou o nome da pessoa a quem trabalharia; completava o registro uma obrigação de residir no local determinado e de informar à polícia qualquer mudança de endereço. Por essas poucas informações fornecidas podemos ter uma idéia do destino dos africanos livres após a emancipação, além de questionar a liberdade, uma vez que a maioria dos emancipados permanecia trabalhando e morando no mesmo estabelecimento, agora com o recebimento de salário. A determinação de que o emancipado morasse no próprio local de trabalho indicava limites da liberdade, o que nos faz lembrar as alforrias condicionais de escravos, muito comum na cidade naquele período.[9]

A vivência daqueles homens e mulheres no interior dos estabelecimentos públicos ou a serviços de particulares estavam pautadas pela coerção ao trabalho e revestidas pela tutela. E tudo isso confirma que a emancipação era apenas mais uma etapa a ser vencida na dura luta dos africanos livres em direção ao sonho da real liberdade.

---

[1] Os Autos Cíveis de Justificação pesquisados encontram-se no Arquivo do Estado de São Paulo e são parte integrante do fundo "Juízo de Órfãos", o qual encontra-se em processo de reorganização, e por isso, com códigos de localização provisórios.

[2] Veiga, Luiz Francisco. (org) *Livro do estado servil e respectiva libertação contendo a lei de 28 de setembro de 1871, e os decretos e avisos*. Rio de Janeiro, 1876, p.11.

[3] Autos cíveis de justificação – Cândido. AESP, CO 5389.

[4] Autos cíveis de justificação – Clemente. AESP, CO 5390.

[5] Autos cíveis de justificação – Clemente. AESP, CO 5390

[6] Autos cíveis de justificação - Carlos Congo. 1864. AESP, CO 5390

[7] *"(...) com obrigação, porém de residirem no lugar que for pelo Governo designado e de tomarem ocupação mediante um salário."* Decreto 1303 de 28.12.1853

[8] Arquivo do Estado de São Paulo EO 1487

[9] Bertin, Enidelce. Alforrias em São Paulo do século XIX; liberdade e dominação. São Paulo:Humanitas, 2004.

FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NA RELAÇÃO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Enildo de Moura Carvalho* - PPG-UNISINOS

A Modernidade, como a reconhece Anthony Giddens[1], "refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundial em sua influência". Esse novo contexto anunciava a emergência de um ser humano empenhado em novos paradigmas, na formação de um novo pensamento desapegado das ortodoxias da Igreja medieval, imersa no ceticismo, na paixão pelo passado clássico, na criatividade renascentista, na revolução protestante da igreja e na produção científica.

Em decorrência disso, os tempos Modernos inauguram um espírito individualizado, cético e leigo, fiador da razão e da nova concepção de sociedade centralizada. No dizer de Gerd Bornheim[2], "foi a partir de tais posturas que aos poucos se foram codificando os parâmetros de uma sociedade nova", a sociedade fundada no indivíduo como centro da sociedade. Para Stuart Hall[3], a emergência desse sujeito centrado ocorre por meio de discursos e práticas associados à modernidade, cuja nova concepção atribuí ao indivíduo soberano um distanciamento dos tempos pré-modernos em que a tradição vinculava o estatuto de individualidade à ordem secular e divina.

Louis Dumont[4] também visualiza a formação do indivíduo a partir da renascença, cujo sentimento de rompimento com a tradição medieval se complementa com a redescoberta do classicismo. O autor rememora a antiguidade para dizer que foi em Atenas que teve início a dissipação da névoa que confundia a definição de individualidade à medida em que a razão dava seus primeiros passos no sentido de libertar-se do mito. No entanto, segundo Dumont, a razão surge na mesma época da tradição judaico-cristã, o que permite compreender a formação do indivíduo racional em alinhamento com a ordem cristã.

* Mestrando em História do Brasil pela UNISINOS, bolsista pela CAPES. (enildom@ig.com.br)

Dumont aborda dois conceitos de indivíduo provenientes de culturas diferentes: o individualismo e o holismo. O individualismo é o portador dos valores modernos e supremos da ideologia moderna das sociedades, em geral, ocidentais. Já o holismo se encontra em culturas do tipo indiana, em que o valor predominante se concentra na formação social. Há, nestas sociedades, segundo o autor, uma dinâmica relacional que subtraí os encargos fundamentais do indivíduo. Nesses casos, a formação do indivíduo ocorre à margem da sociedade, como se ele fosse um retirante, um indivíduo-fora-do-mundo que em determinado momento vira as costas para a sociedade à que pertence.

A respeito da formação do indivíduo e sua relação com o Estado Moderno, Gerd Bornheim[5] salienta a autonomia do homem moderno como base do Estado, que por sua vez, toma o indivíduo por sujeitá-lo, por restringi-lo, conformando assim, a dialética de Bornheim. Ou seja, o indivíduo com espírito de livre iniciativa, contracena com o Estado, seu aparelho doutrinário e seus subsistemas funcionais, com a separação entre igreja e política, economia e política, entre vida privada e pública, segundo o autor[6].

Aléxis Tocqueville[7] também refere a fragilidade do indivíduo diante da mão forte do Estado que representa a todos e a todos mantém. A relação que aí se forma, segundo o autor, evidencia, por um lado, a desproporção do indivíduo ao compará-lo com o Estado e, por outro, o seu não estranhamento diante desse desequilíbrio, face à sua postura de aceitação e indiferença por estar vivendo em acanhamentos de pequenas moradias, mas tendo diante dos olhos a grandiosidade de monumentos públicos para admirar. É como se o pensamento dos homens se formasse de maneira flexível, podendo reduzir-se quando está voltado para o indivíduo em si, e estendido, quando o alvo a ser pensado é o Estado, diz o autor. Nos povos democráticos, o individuo é independente, o que os torna frágil, pois quase nada consegue sozinho em virtude da própria individualidade que desobriga o seu semelhante a prestar-lhe abrigo. Entretanto, a fragilidade desse indivíduo acaba sendo compensada pela educação que desenvolvem no sentido de se ajudarem livremente, diz o autor.

1. O individuo nos Estados Unidos

Ao abordar a formação do indivíduo nos Estados Unidos em seu livro de memórias "A volta do gato preto"[8], Érico Veríssimo lembra do pioneiro norte-americano e sua ação expansionista para o Oeste. O romancista conta que o alargamento das fronteiras territoriais daquele país ocorreu pela mão obstinada dos colonos recém desembarcados na costa Atlântica provenientes da Europa. Por meio desses imigrantes, plasmou-se o caráter e a civilização do americano nas futuras colônias que se estenderam para o Oeste. O sentimento de individualidade se constituí nesse contexto, cuja operação de conquista e construção das colônias obrigava o pioneiro a elaborar suas táticas de vida, mudá-las e ajustá-las constantemente, face aos obstáculos a que era submetido, diz o autor.

Érico[9] observa, nesse desbravador, o ímpeto de quem alia a condição de guerrear, a partir do aprendizado que iam travando no contato com as populações nativas, e da sobrevivência diante das hostilidades da natureza. Na esteira desse americano que foi se formando, emerge o indivíduo de espírito inventivo e prático. Um individualismo dominante que se exerce para o bem e para o mal, sem perder de vista a intenção de liberdade.

Neste sentido, o individualismo americano remonta suas origens e características à modernidade européia, tais como a elevação da fé do indivíduo em si mesmo, na coragem, no recalque ao passado em favor do otimismo pelo futuro. Optam pela grandiosidade de suas obras, em conseguir sempre o sucesso e aproveitar todas as oportunidades. A esse respeito Gerd Bornheim[10] salienta que as principais inovações e transformações das sociedades ocidentais decorrem do indivíduo deslocado da periferia da sociedade tradicional para ocupar um lugar central na sociedade moderna.

Havia também, entre os pioneiros americanos, um sentimento de independência e democracia, um sentido de associação e representação dos indivíduos em comunidades para tratar de interesses comuns. É o princípio associativo, a educação e o conhecimento gerando superação das fragilidades do indivíduo, conforme afirmara Aléxis Tocqueville.

Érico diz que o sentimento de nacionalidade dos Estados Unidos tem suas raízes nessas associações, em que a formação ocorre no seio da educação familiar**.** No dizer de Bornheim, é na educação[11] dos indivíduos integrantes da família que há o reconhecimento do sentimento de universo. Em extensão maior, a consciência de pertencimento que aí se forma se constitui no embrião da nacionalidade que unifica o Estado moderno. Segundo Bornheim[12] "esse processo dialético pressupõe, de um lado, a vigorosa afirmação da realidade individual, tal como foi constituída através dos tempos modernos, e, por outro lado, a realização de um novo tipo de universalidade, que instaura justamente o Estado moderno"– o Estado-nação.

2. O desprezo pelo trabalho racional e a formação dos laços sociais obscurecem a afirmação do indivíduo no Brasil.

Érico Veríssimo não esconde seu desencanto pela formação do indivíduo brasileiro ao afirmar que o individualismo brasileiro se orienta pela ostentação e pelo sentimento exclusivista, ao passo que a sociedade descendente do anglo-americano se caracteriza por um individualismo de natureza cooperativa.

A exemplo dos latinos, visto em linhas gerais, o brasileiro menospreza a convicção no trabalho racional, sua preocupação com o futuro é quase irrelevante, haja vista seu olhar se manter voltado ao passado. Ao invés de mover-se pela fé em si e pelo otimismo, o brasileiro opta pela aventura, pela aposta, como se a vida fosse um jogo. Um jogo exclusivista em que o sentido de equipe, de conjunto, desaparece. Além disso, ele está sempre pronto a dizer que não é homem para fazer determinadas atividades, em oposição ao americano, para quem toda forma de trabalho é bem vinda, diz Veríssimo.

Neste mesmo sentido, Vianna Moog salienta em "Bandeirantes e Pioneiros" que esse indivíduo brasileiro, de caráter quase oposto ao americano, pode ser reconhecido na imagem do mazombo. Segundo Moog, o mazombo é um sujeito que se caracteriza pela formação contraditória face à herança cultural desajustada produzida pelo cruzamento

pecaminoso do bandeirante com negras ou nativas da terra. Para o mazombo, o sentido para a existência não reside nas possibilidades de edificação da vida na colônia, antes sim, nos referenciais europeus, no passado de seus pais e avôs. Daí sua postura de inconformidade e alienação às coisas do Brasil, diz o autor. No que dependesse do mazombo, os princípios de afirmação da civilização e de bem-estar, no Brasil, ficavam comprometidos.

Enquanto o pioneiro americano é ledor da bíblia, seja católico ou protestante e, faz de sua casa uma oficina ou laboratório, o mazombo tem vexame ao trabalho, ostenta desprezo pelo dinheiro, prioriza o jogo e a caça desenfreada pela fêmea. Enquanto nos Estados Unidos o pioneiro se encaminha para a consolidação da sociedade em estado de autonomia, em seus diversos segmentos, como a livre competição comercial e o gradual predomínio da cidade em relação ao campo, no Brasil ainda prevaleciam os valores tipicamente medievais, ou um misto de modernismo e feudalismo, o que desfavorece a afirmação do individualismo, diz Moog[13].

Para Veríssimo, o déficit do Brasil em relação aos valores da modernidade, como a afirmação do indivíduo, se deve à predominância da tradição ibérica na formação da sociedade brasileira. Por conta dos interesses portugueses, a colônia brasileira se manteve sob um sistema monopolista, cujo maior efeito foi a retração à liberdade de comércio e o empreendimento industrial. Veríssimo salienta que os ibéricos nunca foram hábeis na produção e condução de máquinas. Além disso, também não havia predisposição à emergência do indivíduo nas empresas desbravadoras do Oeste brasileiro pelos bandeirantes, tudo era feito sem ordem, ao sabor da aventura, do espírito romântico e improvisador do português.

Entretanto, o autor não deixa de reconhecer, no interior dessa mesma tradição, a presença de expressões que somam de forma positiva no caráter da sociedade brasileira. É o caso da falta de preconceito de cor, a boa índole da maioria da sociedade, o horror do brasileiro à violência, a presença de uma espécie de sentimento de solidariedade e sabedoria da vida. Por este viés, Érico lembra ainda de quanto gostoso é o costume das

gentes das cidades do Brasil em passear ao redor das praças em dias de folga ou de descanso, sem demonstrar pressa, discutindo política, mulheres, futebol e imortalidade da alma. Apesar disso, falta ao brasileiro um sentido de responsabilidade social, que é suprido pela educação regular, assegura Veríssimo.

Nessa perspectiva, Érico Veríssimo[14] parece somar-se ao pensamento de Dumont, quando este afirma que "com o predomínio do individualismo contra o holismo, o social nesse sentido foi substituído pelo jurídico, o político e, mais tarde, o econômico". A expressão de Veríssimo, nesse caso, identifica a formação brasileira embebida no social em detrimento da evocação do indivíduo.

O romancista não relaciona a sociedade brasileira à sociedade holista, conforme definição de Louis Dumont, no entanto, a constituição do indivíduo no Brasil, segundo Veríssimo, só é visível em condição minoritária, o que poderia aproximá-lo do sujeito-fora-do-mundo – o indivíduo da sociedade holista de Dumont – ou seja, o sujeito que se faz indivíduo na medida em que volta as costas para a sociedade à qual pertence.

Ao pensar a constituição do indivíduo brasileiro, Roberto da Matta também se encaminha pela via comparativa com o norte-americano, ao seguir o alinhamento da formação religiosa das duas sociedades, o que aproxima seu olhar de Veríssimo e Moog. Segundo Da Matta[15], o Brasil se mantém tradicional, ao passo que países como os Estados Unidos, cuja religião protestante fez surgir a ética do trabalho e do corpo em igualdade com a alma, daí o individualismo – em função dele é que as relações sociais pautam sua regulação – no Brasil, país católico, a "alma continua superior ao corpo, e a pessoa é mais importante que o indivíduo", daí a relevância das relações sociais em que a expressão "indivíduo" denota desprezo. Isso impõe à sociedade uma segmentação tradicional

Considerações finais

A exposição comparativa de Érico Veríssimo e Vianna Moog entre Brasil e Estados Unidos a respeito da formação do indivíduo evidencia um olhar hierarquizado dos autores acerca da formação desses países.

O romancista revela um certo deslumbramento em sua exposição. É como se ele fosse tomado pelo estranhamento diante do diferente – o americano – e o vê como exótico, dotado de natural superioridade. Segundo Érico, a inferioridade do brasileiro, especialmente no que refere a incapacidade de fazer emergir o indivíduo, como tal vigora na sociedade norte-americana, decorre do desajuste do Brasil em relação ao projeto da modernidade.

Por extensão, Veríssimo[16] reconhece duas Américas – a América puritana, "onde lei é escrito com 'L' maiúsculo e desenvolvimento leva o nome de Boom". É de comum acordo a Veríssimo e Moog o entendimento de que o calvinismo viabilizava a pluralização das inovações européias e suas implicações à formação do mundo ocidental, enquanto o catolicismo brasileiro assume o posto da inferioridade, da tradição, cuja ordem visa condenar a inovação, a produção e a lucratividade. Essa compreensão hierarquizada também está presente em Tocqueville[17], quando ele afirma que as colônias transformadas em impérios na América do Sul detêm os movimentos sociais e desolam seus territórios minimamente habitados, devido ao despotismo e às guerras civis em que se acham em volta no século XIX. Segundo o autor, a América do Sul é cristã e depositária dos mesmos ideais de civilização, portanto, traz consigo o exemplo europeu e sobretudo, americano, o que torna injustificável sua permanência na condição de barbárie.

É possível perceber que há uma oposição binária entre a tradição e o moderno, acrescido de uma perspectiva classificatória em que uma das culturas – a moderna – é valorizada em demérito da outra. "Um é a norma, o outro é (outro), visto como desviante ou de fora", no dizer de Kathryn Woodward[18]. Pelo ângulo das identidades, observa-se que o olhar dos autores transita sob uma perspectiva relacional, a exemplo das identidades que se reconhecem na disposição também relacional – nós e eles. Woodward diz que "a diferença, nesse caso, atua como uma marcação simbólica relativa a outras identidades".

Na comparação de Moog e Érico, a diferença se faz pela exclusão, pela negatividade da formação do indivíduo no Brasil. Daí seu déficit em desenvolvimento e modernização frente ao norte-americano. A par desse olhar, também parece válida a

afirmação de "que a identidade dos brasileiros é construída em cima do que lhes falta e não do que eles são"[19].

Notas

---

[1] GIDDENS, A. (1990). *As Conseqüências da Modernidade*. In: SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice.* São Paulo: Cortez, 1996, p 11.

[2] BORNHEIM, Gerd. *Natureza do Estado moderno.* In: Novais, Adauto (org). *A crise do Estado-nação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.208 – 227. p. 212.

[3] HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 25.

[4] DUMONT, Louis. O *individualismo*: perspectiva antropológica ideologia moderna. RJ: Rocco, 2000. p. 35 – 62.

[5] BORNHEIM, Gerd. *Natureza do Estado moderno.* In: Novais, Adauto (org). *A crise do Estado-nação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.208 – 227. p. 210.

[6] Alain Touraine diz que "não existe modernidade sem racionalização, mas também não sem formação de um sujeito no mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade". TOURAINE, Alain. *A Crítica da modernidade.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 215

[7] TOCQUEVILLE, Aléxis. *A democracia na América.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987. p. 354 e 392.

[8] VERÍSSIMO, Érico. *A Volta do gato preto.* São Paulo: Globo, 1998. p. 433.

[9] Idem, 436.

[10] BORNHEIM, Gerd. *Natureza do Estado moderno.* In: Novais, Adauto (org). *A crise do Estado-nação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.208 – 227. p. 210 e 211.

[11] Segundo Touraine a educação escolar assume papel decisivo na formação do indivíduo e sua relação com a sociedade. O autor afirma que a educação deveria prover a disciplina e libertar a criança da irracionalidade, da visão estreita que lhe impõe sua família e suas próprias paixões. A escola, espacialidade em que se confere o saber, garantia à abertura para a racionalidade, organizava o progresso fundado numa sociedade de princípios também racionais. O professor, detentor do conhecimento douto, se punha como mediador entre os valores universais de verdade. [11]TOURAINE, Alain. *A Crítica da modernidade.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 20.

[12] BORNHEIM, Gerd. *Natureza do Estado moderno.* In: Novais, Adauto (org). *A crise do Estado-nação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.208 – 227. p. 219.

[13] MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 132.

[14] VERÍSSIMO, Érico. *A Volta do gato preto.* São Paulo: Globo, 1998. p. 91.

[15] MATTA, Roberto da. *Carnavais, Malandros e Heróis.*4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 178 e 179.

[16] VERÍSSIMO, Érico. *A Volta do gato preto.* São Paulo: Globo, 1998. p. 31.

[17] TOCQUEVILLE, Aléxis. *A democracia na América.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987. p. 310.

[18] WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução conceitual.*in: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade diferença.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 50 – 51.

[19] RODEGHERO, Carla Simone. A dinâmica da diferença: uma análise do olhar norte-americano sobre o Brasil no início da década de 1960. *História: Debates e tendências,* UPF, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 129, jul. 2003

NOTÍCIA DE SÍTIO RUPESTRE ISOLADO – ITABERABA/BA.

Érica Borges - erica.mandacaru@bol.com.br

Graduanda em História – Universidade Estadual de Feira de Santana, DCHF/UEFS.

Dra. Marjorie Cseko Nolasco - mcn@uefs.br

Professora Titular, Departamento de Ciências Exatas/Área de Geociências, UEFS – BA.

Introdução

O município baiano de Itaberaba (figura 1) possui uma área de 2104 m², estando localizado no vale médio do rio Paraguaçu, inserido no domínio do semi-árido brasileiro. A região foi descrita em 1600 como uma floresta de espinheiros ou floresta de caatinga[1]. O clima pode ter sido mais ameno há 20 mil anos, tomando por base os estudos no Amazonas e no Vale do São Francisco, mas, não existem estudos paleoclimáticos, conhecidos, nesta região.

É comum na área de estudo a visita a uma pedra símbolo do município e cujo nome Itibiraba também o nomeia. Itaberaba é uma corruptela da palavra itibiraba, de origem indígena, que significa pedra que brilha em alusão a modificação da sua cor e reflexos de luz, de acordo com a incidência dos raios solares e do posicionamento do observador.

Os moradores da região, especialmente das escolas de ensino fundamental e médio têm outro motivo para visitar a área da Pedra que Brilha. Numa *loca* encontrada em um dos três morros que formam o complexo rochoso da Pedra de Itibiraba encontram-se desenhos rupestres a tinta, ou como a população local costuma chamar “pinturas de índios”.

Apresentado a mim durante um passeio escolar a mais de 15 anos, o sítio rupestre aqui descrito só tomou a dimensão de um objeto de pesquisa quando ingressei no curso de História da Universidade Estadual de Feira de Santana, e tive acesso a trabalhos nesta área. Pesquisando descobri que estava diante de um sítio desconhecido nos meios científicos e acadêmicos. Assim este trabalho teve como objetivo registrar, cadastrar e divulgar sua existência, esperando que possa ser melhor estudado adiante.

Observa-se, a necessidade de proteger o local, possibilitando '*a posteriore'*, estudos mais aprofundados, principalmente a cerca da compreensão dos povos pré-históricos no Brasil e de sua circulação. Além de favorecer a ampliação do interesse e da busca na região de outras evidências, pois estas também podem ser encontradas em lajedos, na forma de desenhos incisos ou picotados, já que em buscas na área não foram observadas outras áreas pintadas.

Sítio rupestre da Pedra de Itibiraba - descrição preliminar

Localizado no município de Itaberaba (figura 1), num *inselberg* formado por granito-gnaisse migmatítico, situado na base da Chapada Diamantina. O sítio encontra-se a 3 km da BR-116 Sul e a 28 km da área urbana do município, nos limites da Fazenda Itaberaba. Os morros de pedra (*inselbergs*) da Pedra de Itibiraba estão isolados numa vasta planície, tendo ao norte o rio Paraguaçu.

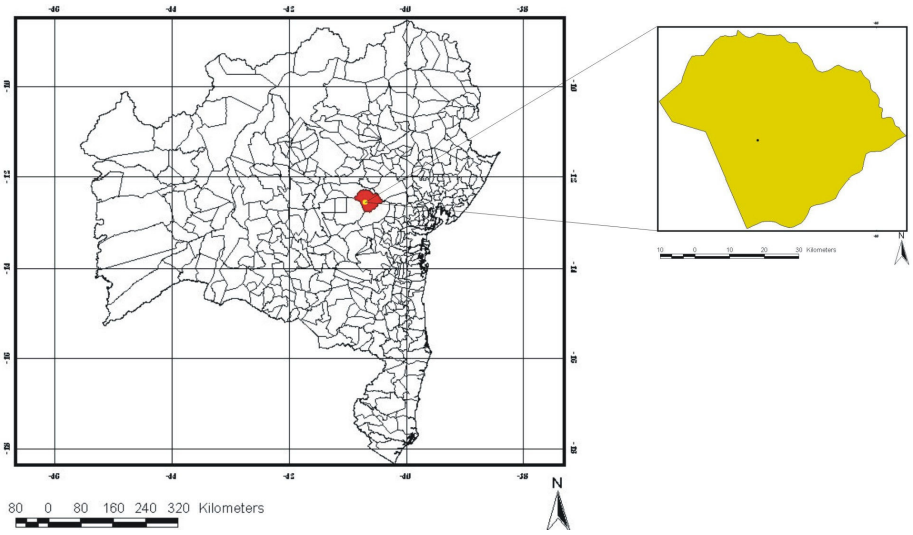

Figura 1-Mapa de localização em detalhe do município de Itaberaba.

A área onde se encontra o sítio tem forma de *loca* e sua entrada está encoberta por vegetação (figura 2), nas paredes podem ser observadas pinturas rupestres. O painel dos

desenhos está sobre substrato de rocha metamórfica de alto grau - ígnea, tendo aproximadamente trinta e três metros de largura e cinco metros de altura.

Figura 2 – Vista geral da área de ocorrência do sítio

Os desenhos são tricromáticos, nas cores vermelho, amarelo e branco (Figura 3 e 4), com predominância de desenhos monocromáticos na cor vermelha. Apresentam temática mista, com figuras naturalistas de homens e animais (Figura 5) e predominância da temática geométrica (Figura 3 e 4) variando entre linhas e círculos. Boa parte da área de desenhos apresenta superposição, sendo observadas até três superposições, portanto pelo menos três painéis, o que dificulta a identificação das figuras (Figura 6).

Figura 3 e 4 - Vista geral de um trecho da exposição. Observe os desenhos em cores vermelho, amarelo e branca, temática geométrica predominante em linhas e círculos.

Figura 4 – Figuras naturalistas são raras, mas ocorrem no painel.

Figura 5 – Superposição de desenhos dificulta a identificação.

A descrição do sítio foi feita utilizando da metodologia proposta por Moura et all [2], que constituiu um arcabouço de banco de dados reunindo dados físicos gerais dos sítios por ela estudados com base em trabalhos básicos de André Prouss[3]. Este mesmo banco de dados é utilizado neste trabalho e posteriormente enviado as instituições fiscalizadoras nacionais como o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e órgãos ambientais locais e nacionais.

Estudos posteriores e Conservação

Pesquisas com pinturas rupestres orientam para a classificação dos registros, seguindo as características das diversas tradições, estilos ou fáceis. No entanto, quanto a este sítio ainda não foram feitos estudos que busquem identificar a qual ou quais tradições pertence.

Os próximos passos desta pesquisa buscam a análise das figuras, cópias das mesmas, observando temática, tamanho, cor, repetição, estabelecendo a identificação com as possíveis tradições e comparando-as com figuras de outras partes do país, onde já existem trabalhos mais desenvolvidos, especialmente nos sítios mais próximos.

Os sítios rupestres representam registros da história do Homem, por isso devem ser protegidos, não só dos efeitos da natureza que aos poucos vão degredando a rocha, mas também devem ser protegidos da interferência destrutiva do próprio homem.

No sítio de Itaberaba já podem ser observados problemas causados pela ação das águas das chuvas que escorrem pela loca e depositam sobre as pinturas crostas e fungos. No entanto, o que acelera o desaparecimento das pinturas é a visitação deseducada, que considera importante também deixar suas marcas sobre as pinturas, em forma de nomes e desenhos. Quem sabe, o mesmo motivo que levou os homens pré-históricos a superposição de desenhos observados neste e em outros sítios rupestres.

Orientados pelos funcionários da fazenda onde está o sítio da Pedra de Itibiraba os visitantes já evitam destruir os desenhos, o que ainda não é o suficiente. Registrar e noticiar a existência deste e de outros sítios poderá facilitar a preservação e a conservação das pinturas ou inscrições que existem neles.

Comparando sítios próximos, espacializando e intrigando.

Os sítios rupestres mais próximos desta área estão a não menos que cem quilômetros de distância, por isto consideramos este um sítio isolado, ao menos até o momento.

Os sítios conhecidos mais próximos são aqueles da Chapada Diamantina e de Milagres, estes últimos também realizados em *inselbergs*. Entretanto apresentam-se apenas em cores vermelhas, com predominância geométrica.

Aqueles conhecidos na Chapada Diamantina variam enormemente não possuindo substrato ígneo, em sua maioria são meta-sedimentares: quartzitos, calcários e conglomerados. Apresentam forte presença da temática naturalista e também geométrica, podem ser monocromáticos, quando domina o vermelho, ou policromáticos. Nos sítios mais próximos a Itaberaba ainda não foram registradas pinturas com a cor branca que, parece distinguir o sítio da Pedra de Itibiraba.

Estas comparações, entretanto são preliminares, carecendo de aprofundamento posterior. A questão espacial, entretanto intriga e deixa pistas a serem examinadas:

1. O isolamento do sítio, aparentemente perdido no meio de uma área sem registros, porém este é o único bloco rochoso existente. Portanto este seria um dos locais mais protegidos e sombreados ou o único local com estas características numa área bastante extensa.
2. A proximidade do Rio Paraguaçu. Os sítios rupestres têm, geralmente, como uma das suas características a proximidade de uma fonte hídrica.
3. Sua posição geográfica no meio do caminho, pelo qual poderiam passar parte das migrações pré-históricas de contato entre a costa e o vale do rio São Francisco, pela Chapada Diamantina. O vale do Rio Paraguaçu é naturalmente, um caminho menos íngreme e mais "orientado", para realizar avanços entre a costa e o interior, utilizado historicamente por populações indígenas e pelos próprios colonizadores; não faria sentido que ele também tenha sido utilizado por grupos pré-históricos?

---

[1] Do São Francisco a Chapada Diamantina – Teodoro Sampaio, Companhia das Letras, reedição comentada, 2003.

[2] Moura, Ada Ravana Costa; Nolasco, Marjorie Cseko, Carvalho, Trinchão, Gláucia Maria; Hermilino Danilo Santana de, Franca-Rocha, Washington de J. S. da e Cruz, Carlo Castro **Sítios Rupestres de Oliveira dos Brejinhos – Notas Preliminares**, in: Anais do IX Congresso da ABEQUA, Recife; 2003: ·····.

[3] Prouss, André. Arqueologia Brasileira. Brasília: UNB, 1991.

Relações Brasil-Argentina à sombra da Hegemonia norte-americana (1989-1994)[i]

Érica Cristina Alexandre Winand[ii] - PPG-UNESP/Franca

Após uma história de conflitos e competições em torno da divisão do poder regional do Cone Sul da América Latina, as relações Brasil-Argentina passaram por um processo de construção da confiança, durante a década de 1980 e início da década de 1990, até ganharem um distintivo cooperativo no desenrolar do último período. É consensual a impossibilidade de se estudar as relações Brasil-Argentina ignorando a influência exercida pelos Estados Unidos em diversas esferas latino-americanas. No caso particular do texto aqui apresentado, acredita-se que aí encontram-se muitas das explicações acerca das convergências e divergências que assinalaram a história dos dois maiores países do Cone Sul. Em suma, neste breve esforço pretende-se mostrar de que forma a influência direta dos Estados Unidos na política dos dois países em questão limitou os empreendimentos no que tange à associação brasileiro-argentina na esfera da segurança e mais especialmente, de que maneira conformou os objetivos brasileiros no tocante às medidas de confiança mútua implementadas. Deixa-se claro, porém, que tratam-se de resultados parciais da pesquisa ora proposta.

Realizando um breve recuo, é fácil reconhecer que o momento de tensão no relacionamento entre os dois vizinhos esteve relacionado a um contexto externo de Guerra Fria e interno de Ditadura Militar, que no Brasil vigorou no lapso de 1964 a 1985 e na Argentina entre 1966 e 1983, considerando seus interregnos. No bojo desta tensão estava a disputa por um destaque de poder econômico e político regionais, sendo que um dos meios de alcance destes, em alguns momentos, foi traduzido pela atenção especial da potência capitalista. Percebendo-se mutuamente como hipóteses de conflitos, Brasil e Argentina nutriam desconfianças acerca de seus projetos nucleares. Entretanto, ao fim da década de 70, ambos os vizinhos atravessavam crises políticas e econômicas resultantes do fracasso do governo

militar que causaram um despertar para a necessidade de colaboração. As duas crises do petróleo, por exemplo, causaram penetrante recessão econômica, além de escassez de recursos energéticos. Ademais, à época da administração Carter, o alinhamento automático do Brasil e da Argentina aos Estados Unidos deixou de gozar de benefícios e os dois vizinhos passaram a sofrer pressões econômicas de forma sincrônica. Todos estes fatores fizeram com que projetos geopolíticos que previssem disputas hegemônicas de poder fossem suplantados por iniciativas cooperativas e alternativas pacíficas de soluções de controvérsias. A renúncia brasileiro-argentina às intenções hegemônicas também foram estimuladas pela objeção dos Estados Unidos a estes tipos de projetos, já que embaraçariam seus planos estratégicos em relação àquela região.

Enfim, as modificações nos cenários internos e externos aproximou os governos de Figueiredo no Brasil e Videla na Argentina, e a exemplo disto, estabeleceu-se o Acordo Brasil-Paraguai-Argentina sobre cooperação técnico-operativa Itaipu-Corpus[iii], que negociou a compatibilização da cota de Corpus com a potência de Itaipu, lembrando que a questão envolvendo o certame pelos recursos hídricos do Paraná constituiu-se no ponto mais tenso das relações brasileiro-argentinas. Para além de um acordo técnico, significou o marco inicial de um processo de construção da confiança mútua, uma vez que supôs o início de um período de renúncia a projetos hegemônicos individuais elucidada pela disputa energética em questão.

Na década de 1980, tornou-se mais evidente o cenário de crise econômica que adveio da década anterior, o que levou à qualificação daqueles anos de “década perdida”. O enorme crescimento da dívida externa e da inflação brasileiras inibiram a esperança de progresso cultivada durante o período militar, o que associado à derrocada do projeto de banir a corrupção, convenceu os militares de que era preciso planejar sua retirada do poder. Instabilidades semelhantes assolavam a Argentina, o que permitiu a convergência de interesses ao redor da aproximação com o Brasil. No caso brasileiro, a Política Externa ganhou função de sustentáculo do desenvolvimento, tendo como fim facilitar a inserção internacional do país. No concernente às relações com os Estados Unidos, os laços

automáticos do Brasil com os mesmos foram afrouxados assim que teve início o governo Reagan, em 1981. Ao termo da *deténte*, período durante o qual houve um relaxamento da tensão da Guerra Fria, o restabelecimento dos padrões rígidos de bipolaridade fez com que este governo retomasse a idéia de subjugar os países do Terceiro Mundo, incluindo-os em sua esfera de influência. No intuito de promover uma recuperação da economia interna, os Estados Unidos adotaram uma política de juros altos que prejudicou diretamente os países com dívidas externas elevadas, como o Brasil[iv]. A cooperação foi então contemplada como uma alternativa de sair do isolamento político e econômico e de unir forças para minimizar a influência norte-americana na região. Neste contexto, a cooperação ganhou especial valor e sendo assim, foram assinados entendimentos de caráter econômico e de fortalecimento das relações de confiança entre Brasil e Argentina, entendendo que os primeiros seriam impossibilitados pela ausência dos últimos. Seguiram-se, portanto, uma série de esforços de corroboração da confiança mútua, consubstanciada em diversos documentos.[v]

Na década de noventa as diligências visando à consolidação da confiança mútua ganharam novo fôlego, desta vez, pelas necessidades decorrentes do contexto desenhado com o Fim da Guerra Fria, que patenteou fenômenos como a globalização e a regionalização criando novas bases para o estreitamento dos laços brasileiro-argentinos. O estímulo à abertura de mercados nacionais, à intensificação dos fluxos comerciais e à queda de barreiras protecionistas, geraram, por conseqüência, o aumento da interdependência entre os países, além de fazer manifestar uma tendência para a criação de pólos econômicos regionais como forma de enfrentar as novas condições econômicas mundiais.[vi] Também, neste novo contexto, se deram transformações no campo da segurança, como as indicadas por Francisco Rojas Aravena[vii]: o impacto da mundialização sobre parâmetros humanos; a diminuição das capacidades estatais; a emergência de novos atores transnacionais (empresas e organizações não-governamentais); a permanência da América Latina e do Caribe em uma posição marginal nos assuntos de estratégia global; a consolidação da política de desarmamento de Armas de Destruição em Massa na América Latina; a confirmação da tendência a manter baixos os orçamentos militares na América Latina e no Caribe; manutenção do baixo grau de institucionalização da

segurança internacional na América Latina e no Caribe; ausência de um marco conceitual comum em torno da segurança; permanência dos Estados Unidos como ator hegemônico no hemisfério, responsável pela organização da segurança.

Este último item é central, levando em conta que, se por um lado a globalização torna as fronteiras permeáveis, possibilitando que as mazelas de um Estado torne-se o problema de toda uma região ou até mesmo de todo o mundo, por outro, uma nova agenda de segurança foi difundida mundialmente pelos Estados Unidos, fazendo com que alguns países tomassem como próprias as questões norte-americanas. A questão da não-proliferação nuclear, apesar de ter sua importância reconhecida, é um dos exemplos da injunção estratégica dos Estados Unidos. A despeito de constituir um tópico coronário da construção da confiança entre os países, o controle da proliferação de materiais nucleares pode ter significado menos a intenção de garantia da paz e da estabilidade e mais um atendimento aos novos preceitos da potência hegemônica mundial no tocante a estes assuntos.

É bem verdade que a cooperação econômica e a cooperação na área de segurança – esta última figurada pelas medidas de confiança mútua estabelecidas – tornaram-se ao mesmo tempo causa e conseqüência uma da outra. Ou seja, sem as medidas de transparência instituídas não seria criado o Mercosul. Em contrapartida, as possibilidades de obter ganhos com o bloco com outros tipos de parceria comercial fez com estas medidas de transparência fossem ratificadas, de forma a garantir a aproximação. Isto explica, em parte, a assinatura dos principais documentos do período que foram: "Acordo entre a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica para Aplicação de Salvaguardas" (1991); "Acordo entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear" ou "Acordo de Guadalajara" (1991). O primeiro documento mencionado proporcionou a criação de salvaguardas próprias aos dois países em relação aos seus projetos nucleares. O segundo apresentou um caráter inédito ao possibilitar que as políticas nucleares de ambos os países passassem a ser inspecionadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), possibilitando além do clima de paz regional, a

credibilidade perante a comunidade internacional. Como aponta Oliveira, a questão nuclear, acabou tornando-se um dos principais triunfos políticos da integração.[viii] Estavam criadas as bases para uma eventual cooperação em matéria de segurança, que segundo Saint-Pierre revestir-se-ia:

> de um alcance extraordinário porque: 1-) eles juntos constituem o "núcleo duro" do Mercosul; 2) sua aliança estratégica obteria uma "densidade defensiva" insólita na região; 3) na ordem da dissuasão teria uma eficácia incontestável em relação a seus vizinhos; 4) o Brasil faz fronteira com todos os países sul-americanos (menos Equador e Chile) participando de quase todos os tratados e atos dessa parte do continente, dando desse modo, uma projeção sub-continental a essa cooperação estratégica; 5) essa densidade defensiva funcionaria como um "centro gravitacional estratégico" de enorme poder na América do Sul, atraindo um a um os demais países a se integrar nessa cooperação para poder resolver dissuasivamente, pela negociação os problemas específicos dos sul-americanos que ameaçam ou possam ameaçar a paz e a tranqüilidade nesta parte do continente, sem a intervenção de potências extra regionais (SAINT-PIERRE, 2000, p.20).

A assinatura destes documentos trouxe evidentes sucessos no que se refere à previsibilidade e à estabilidade regionais alcançadas, bem como o aumento da credibilidade destes países perante toda a comunidade internacional. Também permitiu que tecnologias nucleares fossem desenroladas uma vez que reconhecidos o seu caráter não belicoso e sua importância para o desenvolvimento econômico. Porém, o que aqui se critica é a verdadeira intenção dos atores envolvidos neste processo. Um ponto de inflexão aqui colocado diz respeito à postura de Menem desde que assumiu o poder, em 1989. Este buscou um alinhamento automático com os Estados Unidos qualificado pelo chanceler Guido Di Tella, de "relações carnais". Segundo Coelho, a Argentina assim agia no intuito de alcançar tratamento especial que a diferenciasse em relação aos demais países latino-americanos.[ix] Cervo acrescenta que: 1-) Os esforços empreendidos pela Argentina no sentido de pacificação e solução de conflitos, inclusive com o Brasil, faziam parte de um plano de ações que favoreciam aos interesses dos Estados Unidos, o que poderia aumentar a proximidade argentina com esse país. Desta maneira, segundo ele, poder-se-ia trabalhar com a hipótese de que a parceria com o Brasil teria significado apenas um instrumento para se criar um verniz de liderança pacifista e conciliadora que fosse bem vista pelos Estados Unidos. Sendo assim, todo o empenho na construção da confiança mútua e todas as medidas visando à cooperação e à integração não teriam passado de mero ardil. 2-) As políticas de segurança internacional da Argentina encontravam-se no bojo de uma política de

reincorporação ao primeiro mundo. Para alcançar seus objetivos, Menem se reuniu diversas vezes com o Departamento de Defesa Norte-Americano na tentativa de envolver suas Forças Armadas no combate ao narcotráfico, acreditando que podia compartilhar com os Estados Unidos as responsabilidades internacionais. Isto denota que o interesse de liderança argentino não fazia parte de um esquema compartilhado com o Brasil junto ao Mercosul, por exemplo, mas de um plano de liderança individual. Além disso, Menem viu atendida sua pretensão de se tornar aliado especial extra-Organização do Atlântico Norte (OTAN).[x] Cervo acredita que esta política converteu-se em um complicador para o processo de integração regional, ao promover "articulação e desarticulação dos países do Cone Sul". A Argentina parecia agir de forma a minar qualquer eventual possibilidade de o Brasil ter maior destaque dentro do Cone Sul. Exemplo disso foi o veto da Argentina à candidatura do Brasil (ainda que virtual)[xi], de um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual foi sustentada até 1994.[xii]

O Brasil, no entanto, não só deixou de se manifestar em relação a esta política argentina – que poderia ter significado um retrocesso em relação aos atos firmados com o Brasil - como também estabeleceu uma agenda positiva com os Estados Unidos, ainda que não sob os mesmos parâmetros argentinos.[xiii]

Ou seja, na década de 1980, as medidas de confiança mútua atendiam às necessidades de uma conjuntura marcada pela crise, pela interdependência crescente e pela pressão norte-americana. No entanto, o cenário interno de ditadura militar, que embora enfraquecida conferia ainda aos militares amplo controle sobre os projetos nucleares. Ainda sob o governo democrático de Sarney, este projetos eram tutelados pelas Forças Armadas o que limitava que os documentos assinados no âmbito da confiança mútua atingissem o mesmo espectro que os documentos assinados posteriormente. Mas, se por um lado, existia a intenção de continuidade dos projetos nucleares, por outro, eram mais claros os objetivos tanto do Brasil quanto da Argentina de somarem forças para defenderem-se do isolamento internacional.

Porém, se alguma vez a premissa do "todos por um" embasou as políticas de confiança entre Brasil e Argentina, na década de 1990 elas parecem ter se inclinado aos preceitos do "salve-se quem puder".

Embora as políticas bilaterais de segurança, na década de 1990, tenham sido indiscutivelmente mais consistentes que na década anterior, e embora as declarações diplomáticas entre os governos brasileiro-argentinos previssem o aumento no nível de confiança entre os países e até mesmo a formulação de uma política regional de segurança, suas ações pareciam orientar-se mais de forma individualista. Cada país buscou por si os melhores meios de manterem suas relações com a potência hegemônica do Pós Guerra Fria, esperando que com isto, deixassem a condição de periferia ou de país terceiro-mundista.

---

[i] Trabalho referente à pesquisa realizada para produção de dissertação de mestrado

[ii] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Franca). Responsável pelo Informe Brasil do "Observatório Cone Sul de Defesa e Forças Armadas", pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), Bolsista CAPES.

[iii] Acordo assinado em "Ciudad Presidente Stroessner", em 19 de outubro de 1979, através da troca de notas entre os chanceleres do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro; do Paraguai, Alberto Nogués; e da Argentina, Carlos Washington Pastor. Ver: Acordo Brasil-Paraguai-Argentina sobre cooperação técnico-operativa entre Itaipu e Corpus. Resenha de Política Exterior do Brasil, número 23.Ministério das Relações Exteriores,BRASIL,1979, p. 139.

[iv] SENNES. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 67.

[v] Em ordem cronológica, foram estes os documentos assinados na década de 1980: "Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear", "Protocolo de Cooperação Industrial entre Empresas Brasileiras S/A e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina", "Convênio de cooperação entre Empresas Nucleares Brasileiras S/A e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina", "Protocolo de Execução nº1 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina, sobre informação técnica", "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear", "Ata para Integração Brasileiro Argentina com seus protocolos de 1 a 12", "Ata de Amizade Brasileiro Argentina (Democracia, Paz e Desenvolvimento)", "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear- Declaração de Ezeiza" e "Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral nos Usos do Espaço Exterior".

[vi] LÓPEZ, Ernesto. Nova problemática de segurança e "novas ameaças". In: MATHIAS, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel (org.). *Novas ameaças: Dimensões e Perspectivas:* Desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina. São Paulo: Sicurezza, 2003. p. 65.

[vii] ROJAS ARAVENA. Principales tendencias que afectan la seguridad internacional: la necesidad de construir nuevos mapas cognitivos. In: MILLET, Paz V.; ROJAS AVARENA, Francisco (ed.). *Seguridad y Defensa en las Américas: La búsqueda de nuevos consensos*. Santiago: FLACSO-Chile, 2003. p. 82. tradução nossa.

[viii] OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n.1, ano 41, 1998, p.8.

[ix] COELHO, Pedro Mota Pinto. Observações sobre a visão Argentina da política internacional de 1945 até hoje. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.).*Argentina: Visões Brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, pp.89-208

[x] CERVO, Amado Luiz. *Op.Cit*., p.62-63

[xi] Abrimos este parênteses porque uma candidatura concreta do Brasil dependeria de uma reformulação do Conselho de Segurança e da abertura de um processo para inserção de novos membros.

[xii] COELHO, Pedro Mota Pinto. *Op. Cit*.,p.165

[xiii] A manifestação brasileira só se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o porta voz do Ministério das Relações Exteriores declarou que caso o ingresso da Argentina à OTAN viesse a se concretizar, introduziria "elementos estranhos no contexto da segurança regional sul-americano". O porta voz disse também que haveria conseqüências palpáveis para o Brasil, inclusive em questões militares. Ver: Declaração do porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre a solicitude argentina de ingresso à OTAN. Disponível em: www.embarg.gov.br

As Implementações Médico- Higienista de Belém no Limiar do Século XX

Erica S. Almeida Santos
Bacharel e Licenciada em História - UFPA

Com advento republicano no Brasil, as principais cidades do país deflagraram um grande esforço modernizador que culminou em um amplo projeto de reformas inspirado na Paris Haussmanniana[1], projeto este que acabou alterando substancialmente o espaço urbano e domiciliar, interferindo nos hábitos, costumes e relações sociais.

A Amazônia, nas primeiras décadas do século XX, vivenciou um período de grande riqueza econômica gerada pela exploração gomífera, o que possibilitou a clara aplicação de tal projeto reformador na capital paraense, o qual terá seus reflexos sentidos no espaço da cidade, mesmo após o declínio da economia gomífera.

A cidade de Belém, nos primeiros anos do século passado, foi administrada pelo intendente Antônio José de Lemos, que governou a cidade de 1897 à 1911. Este, um conhecido representante da elite econômica, foi um dos grandes responsáveis pela busca do adequamento de Belém ao modelo "civilizador" das cidades européias, especialmente a capital francesa.

O intendente Antônio Lemos, administrou a cidade de Belém por 14 anos, período em que, inspirado na Paris de Haussmann, transformou a cidade em um verdadeiro canteiro de obras, é ele que em 1901 inaugura o mercado do Ver-o-Pêso, também chamado de mercado de Ferro, hoje o principal cartão postal da cidade, reformou o Bosque Municipal e arborizou a cidade com mangueiras[2].

A busca pelo adequamento da cidade ao modelo "civilizador", exigiu a transformação, não só do espaço urbano, que sofreu grandes mudanças estruturais para atender as exigências da economia capitalista, mas também, dos hábitos, costumes e comportamentos sociais que envolveu todo um aparato de leis, códigos de postura, etc, que tinham como objetivo normatizar e regrar as classes populares.

A batalha pela modernização, não almejava apenas disciplinar a cidade no espaço público, mas também queria invadir a casa, ou seja, o espaço privado e regrar hábitos e costumes das pessoas, de acordo com o padrão burguês, que importado da Europa, especialmente da França, almejava fazer da cidade uma vitrine do poder, neste caso da elite gomífera, e um símbolo de progresso.

Nesta empreitada a figura de médicos exerceu um importante papel, pois através de trabalhos, teses, livros, notas de jornais, ocorreu a divulgação dos princípios da higienização do lar, através de conselhos e sugestões de limpeza, arrumação e organização de cômodos; e também das relações interpessoais, que deveriam ser executadas pela família, tanto no âmbito doméstico, quanto na esfera da rua; para isso tais médicos traçaram discussões em prol da desodorização do lar e da valorização da família nuclear, onde, de acordo com Magali Engel, através do estabelecimento de confiança e um contato mais próximo com a mulher, o médico aos poucos modificariam o perfil das relações familiares viabilizando o projeto de higienização dessas relações. [3]

Um bom exemplo, em Belém, de uma tese médica que buscava a divulgação dos preceitos higienistas foi um manual denominado Noções Gerais de Hygiene[4], publicado em 1912, de autoria do Dr. Américo de Campos[5], o qual detalhava preocupações de higiene que passava por cuidados com o próprio corpo, com as vestes, até os alimentos, onde se percebe a clara intenção de se preservar a saúde do corpo, mas também em interferir nos hábitos pessoais, nos cuidados com as crianças e até mesmo nas formas das relações sociais. Como verificamos ao resgatarmos um artigo do jornal *A Palavra*[6], de 1919, onde o beijo, um dos símbolos de cortesia e afeto de nossa sociedade, aparece como um grande agente transmissor de doenças, e por isso deveria ser substituído por um aperto de mão, como forma de cumprimento.

Já em 1916, o mesmo jornal *A Palavra,* dava a receita de que:

> "É indispensável para salubridade das habitações abrirem-se todas as manhãs as janelas e portas de maneira a arejar os aposentos.
>
> Na limpeza dos móveis deve-se evitar o uso dos espanadores sendo preferível esfregal-os com um panno humido.
>
> O ar mais puro, na aparência, contém corpúsculos microscópicos vivos, que, agitados com poeira penetram no corpo, causando muitas vezes moléstias.
>
> Pelos mesmos motivos deve-se varrer os soalhos com todo cuidado". [7]

Isto demonstra que o espaço da casa também foi alvo dessa busca pelo adequamento, haja vista que a expansão urbana e capitalista ocorrida na passagem do século XIX para XX, de acordo com Maria Izilda, trouxe o aparecimento da noção de rentabilidade, a eficácia do trabalho em todos os domínios, inclusive no espaço interior, destacando-se a importância da limpeza e da higiene para saúde e o bem estar da família. [8]

O Dr. Américo de Campos em seu manual oferecia várias regras para higiene da habitação onde se verifica que em Belém, a preocupação com a moradia iniciava-se nas fundações do prédio em virtude do tipo de solo úmido e alagado, no qual a cidade foi construída, chegando às plantas das moradias que eram aconselhadas a levarem em consideração o clima, de forma a combater a umidade e favorecer a ventilação, diferentemente, segundo o autor de muitos prédios existentes na cidade que não obedeciam aos preceitos higienistas, além do que, estas habitações "higienicamente aceitáveis" tinham que seguir um padrão de beleza que estivesse de acordo com as necessidades capitalistas, ou seja, a cidade além de um símbolo de modernização, deveria ser também um chamariz para possíveis investidores e para mão de obra. [9]

É claramente perceptível a influência que os preceitos higienistas exerceram nas políticas públicas adotadas em Belém, no início do século XX, como se pode verificar através da Lei nº 419, de 15 de setembro de 1905, onde se determina o modo como os proprietários de prédios deveriam alinhá-los às vias públicas, para novas construções e reconstruções de fachadas, esclarecia-se os casos em que deveriam ser construídas platibandas e outros adornos arquitetônicos nas fachadas dos prédios. [10]

Portanto, observa-se que o discurso higienista traçava um perfil de moradia dotado de banheiros, construídos de materiais impermeáveis, cozinhas arejadas com chão e parede cobertos com mosaico e quarto de dormir, devendo evitar alojar um grande número de pessoas e móveis, que somente os mais abastados possuíam, onde, segundo Paulo César Marinz, cada aspecto da vida das famílias deveria se proceder em seu espaço correto, característica que distinguia também os cômodos para homens, mulheres e crianças, distinções que o referido autor chamou "especialização dos cômodos", de forma a garantir a intimidade dos membros da família. [11]

A cidade de Belém, no aspecto da urbanização, também refletiu os passos dessa empreitada higienista e regradora, como podemos observar nas Leis e Atos municipais, adotados no período, onde se encontra diversas autorizações para abertura e alargamento de ruas, construção de praças, prédios públicos, mercado, fechamento de moradias apontadas como insalubres, os conhecidos cortiços.

Verifica-se também, no espaço urbano de Belém, o combate aos chamados comportamentos insalubres como, por exemplo, a prostituição, que com a criação do "Instituto de Prophylaxia das Doenças Venéreas", em 1921, viu-se diante de todo um aparato de combate e fiscalização sobre o meretrício, justificado pela idéia de higienização da cidade e combate às doenças venéreas. [12]

Desta forma, fica demonstrado que as implementações higienistas na cidade de Belém nas primeiras décadas do século XX, buscavam a disciplinalização da cidade e do indivíduo

desde o âmbito privativo até a esfera pública, onde o papel de cada indivíduo ficava claramente definido.

Portanto, nesse momento, a partir de uma política baseada em preceitos higienistas, Belém passa por todo um processo de reorganização e reestruturação tanto física quanto sociocultural, no que tange aos costumes cotidianos da população. Isso modificou substancialmente as feições da capital paraense, pois agora a cidade, localizada na região amazônica, distante dos principais centros político do período, ganha traços de metrópole.

---

[1] Sobre as habitações e moradias na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, ver: MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e Vizinhança - limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. III, 1998, pp. 132-214.
[2] Mais informações sobre a vida e a administração de Antônio Lemos, ver: SARGES, Maria de Nazaré. *Memória do Velho Intendente*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
[3] ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores. Saber Médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1ª ed, 1989, p. 44.
[4] CAMPOS, Américo de. *Noções gerais de Hygiene*. Belém: Ed. Livraria Escolar do Porto Oliveira, 1912.
[5] Conhecido médico higienista paraense, membro da Sociedade Médico Cirúrgico do Pará e um dos editores da revista Pará-Médico.
[6] *A PALAVRA*, Belém. 10/07/1919. p.01.
[7] *A PALAVRA,* Belém 10/02/1916. p. 02
[8] MATOS, Maria Izilda Santos de. "Na Trama Urbana: do público, privado e do Intimo". In: *Projeto de História*, São Paulo: EDUC/PUC-SP, Nº. 3, Junho/96, p.133.
[9] DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto-Manaus 1890/1920*. Manaus: Editora Valer, 1999. p. 38.
[10] BELÉM. Leis, Resoluções Municipais e Actos do Executivo, *Arquivo Público do Estado do Pará,* 1905.
[11] MARINS, *Op. Cit*, pp. 177-178.
[12] A respeito do Instituto de Prophylaxia das Doenças Venéreas, ver: ARAUJO, H.C.de Souza. "A Prophylaxia das Doenças Venéreas no Estado do Pará". In: *A Prophylaxia da Lepra e das Doenças Venéreas no Estado do Pará*. Belém: Livraria Clássica, 1922.

HISTÓRIAS NA "HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA": concepções de história em torno da obra de Rocha Pita (1730)*

Erivan Cassiano Karvat – PPG-UFPR/UTP

Como um doente, ardendo em febre, transforma em idéias delirantes todas as palavras que ouve, o espírito do nosso tempo se apropria de todas as manifestações de mundos intelectuais passados ou distantes, arrasta-os para si e, sem nenhum amor, incorpora-as às suas fantasias egocêntricas.
Walter Benjamin

Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), publicou sua ***História da América Portuguesa desde o ano de 1500 até o de 1724*** em 1730. Nascido em Salvador, estudou com os jesuítas e diplomou-se em Leis (Cânones) pela Universidade de Coimbra. Quando retornou à Bahia, foi investido coronel de ordenanças, estabelecendo-se em sua fazenda às margens do Rio Paraguaçu, onde escreveu sua obra(1).

Sócio integrante da Academia Brasílica dos Esquecidos, criada em 1724, na cidade de São Salvador, na esteira da Academia Real de História Portuguesa (1720), Rocha Pita, com sua ***História***, parece realizar aquilo que a Academia almejava: o desejo de escrever uma *história brasílica.* Conforme consta na "notícia de fundação", os acadêmicos

> tomaram por matéria principal de seus estudos a História Brasílica dividida em quatro partes, a natural que corre por conta do já nomeado chanceler(Desembargador Caetano de Brito Figueiredo), a militar que se encarregou ao Douto Juiz de Fora, a eclesiástica cujo emprego se deu ao Reverendo Gonçalo Soares da Franca, e a política cuja incumbência caiu em sorte ao Ouvidor Geral do Cível. (2)

A Academia, conforme registra a "notícia de fundação", resultava da necessidade de "dar a conhecer os talentos que nesta província florescem":

> O Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses incomparável Vice-rei do Estado do Brasil, que no seu ínclito nome traz vinculada com a profissão de ilustrar as armas, a propensão a honrar as letras, para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta de exercício literário estavam como desconhecidos, determinou instituir uma Academia; a cujo fim fez chamar por cartas circulares as pessoas seguintes, o Reverendo Padre Gonçalo Soares da Franca, o Desembargador Caetano de Brito Figueiredo, chanceler deste Estado, o Desembargador Luís da Siqueira Gama, Ouvidor Geral do Cível, o Doutor Inácio Barbosa Machado,Juiz de Fora desta cidade, o Coronel Sebastião da Rocha Pita, o capitão João de Brito Lima, e José da Cunha Cardoso; aos quais na tarde de 7 março de 1724 comunicou a vontade, com que se achava de erigir e estabelecer a Academia, cuja resolução abraçaram uniformes os sete convocados como filha de tão excelente e generoso espírito; e com seu beneplácito escolheram por empresa o Sol com esta Letra *sol oriens in occiduo*, assentando entre si com louvável modéstia intitular-se os Esquecidos. (3)

Contudo, o Coronel Rocha Pita, acadêmico autodenominado de Vago, parece ter sido o único dos *Esquecidos* a levar a cabo a proposta de uma história *geral* das terras brasílicas, produzindo aquela que é apontada como a "primeira obra de conjunto sobre o Brasil"(4)

De acordo com Martins D'Alvarez, "[s]egundo os planos iniciais, a Academia seria *vasada no molde das dos "Generosos" e "Singulares", que pareciam haver atingido o ideal de perfectibilidade."* D'Alvarez, sócio correspondente do Instituto do Ceará, ainda, questiona e esclarece:

> Por que *Esquecidos* foi o nome escolhido para o auspicioso sodalício? Segundo Rocha Pitta, o opulento historiador "d'América Portuguesa" e um dos principais fundadores da Academia, a razão de ser da instituição foi a seguinte: "A nossa Portuguesa América (e principalmente a Província da Baía), que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com Academias introduzidas em todas as repúblicas bem ordenadas para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes e origem de todos os vícios, e apurarem a subtileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos de mais quilates do que os das minas. Erigiu uma doutíssima academia, que se faz palácio na sua presença. Deram-lhe forma as pessoas de maior graduação e entendimento que se achavam na Baía, tomando-o por seu protector. Têm presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houve graves e discretos assuntos, aos quais se fizeram elegantes e agudíssimos versos; e vai continuando os seus progressos, esperando que com tão grande protecção se dêem ao prelo os seus escritos em prémio das fadigas".
> Nesta notícia o ilustre historiador omite qualquer referência ao nome da Sociedade. (...) o nome de "Esquecidos" vinha apenas para patentear a modéstia de "uma doutíssima academia" como sem nenhum constrangimento a classificou um dos seus luzeiros: Rocha Pitta. (5)

A partir do caráter encomiástico do obscuro artigo citado, depreende-se as seguintes reflexões: primeiro) as várias e diferentes apropriações da obra do autor baiano e, conseqüentemente, as várias adjetivações em torno daquele autor e sua produção; segundo) a dificuldade de se caracterizar o campo historiográfico para um período que antecede o próprio processo de autonomização deste conhecimento (6). Neste sentido cabe salientar- dada a relevância da questão- que tendencialmente cada presente tende a apropriar-se (ou parece apropriar-se) - a partir das suas próprias referências e problemas - das diferentes historiografias anteriores, desconsiderando, portanto, os elementos que originam e conformam estes discursos. Intencionalmente parece-se incorrer em diferentes anacronismos, ao se avaliar os discursos passados a partir de critérios e conceitos presentes e, portanto, estranhos àquelas elaborações.

Tanto a produção historiográfica luso americana setecentista, quanto a produção

de Rocha Pita, têm sido avaliadas a partir de elementos oriundos de uma historiografia oitocentista, de cunho nacionalista e romântico e justamente por isto, e acima de tudo, canônica (7). Cabe salientar inclusive ainda, que diante da inexistência de um campo historiográfico definido nos setecentos, a historiografia da literatura brasileira, *pari passu* com a produção historiográfica historicista do período, também teve papel de relevante importância para a definição e avaliação da chamada produção *acadêmica* setecentista (8). A formações discursivas(9) posteriores – e aí pensamos na produção oitocentista e, principalmente aquela vinculada a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 – instaura um olhar finalista e *normativo* – e logo, teleológico – para a produção antecedente, investido-lhe as suas próprias questões, conferindo-lhe valor e *lugar* a medida que justifica – quase que de forma causal - a posição desta historiografia *normativa.*

Neste sentido, busquemos nos acercar de um Rocha Pita, aquele que é lido e apresentado pela primeira geração - geração de fundação - do IHGB.

Para além das várias *leituras* que se realizaram em torno do próprio Rocha Pita – que em diferentes momentos o tomam como um nativista exaltado e/ou anti-separatista convicto, vale lembrar um texto publicado no primeiro trimestre de 1839, no segundo número do primeiro tomo da Revista do IHGB e assinado pelo Visconde de São Leopoldo intitulado *Programma Historico*, seguido do seguinte comentário: *O Instituto Histórico e Geographico Brazileiro é o representante das idéias de Illustração, que em differentes épocas se manifestaram em o nosso continente*(10). O Visconde de São Leopoldo, ou José Feliciano Fernandes Pinheiro, natural de São Paulo e com formação superior em Cânones, cursado em Coimbra, foi o primeiro presidente do IHGB(11), parecendo, portanto, procedente que caiba a ele a fixação do discurso em torno do programa histórico do próprio Instituto.

O *Programma Historico* apresenta, em linhas gerais, um breve histórico das *associações litterarias* no Brasil setecentista, reivindicando para o IHGB um *lugar exclusivo* junto aos demais *representantes das idéias de Illustração, que em*

differentes épocas se manifestaram em o nosso continente, lugar da produção *illustrada*, então, no século XIX. Alocado como o representante das idéias de ilustração, o IHGB funda o próprio discurso sobre a história no/do Brasil. Respaldado pelo documento acima citado, podemos dizer que aquela primeira geração do Instituto produziu um *discurso fundador* em torno da História do Brasil, buscando produzir um *sentido* para a História do Brasil, fundando um passado para a nação em gestação gerando ainda, e talvez justamente por isto, uma memória disciplinar da História no Brasil(12). Retomando a noção de discurso fundador, que permite que reflitamos acerca do *Programma Historico*, em discussão, cabe lembrar, com Eni Orlandi, que tal discurso (ou tais discursos) conjuga noções de *instauração* e *filiação*. Como diz a autora, "no *fundacional* há necessidade de *filiar-se* a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação"(13). Neste sentido, é curioso perceber o exercício realizado por Fernandes Pinheiro, atrelando o *Programma* do Instituto às demais associações setecentistas, inspiradas nos moldes das academias européias. O IHGB filiava-se, dessa maneira, a este passado, instaurando-se como "o" *representante das idéias de Ilustração*. O Instituto fundava, assim, uma nova tradição, atribuindo inclusive – e principalmente - "sentido" para aquilo que o antecedera: atribuía "sentido" para o próprio passado, histórico e historiográfico, estabelecendo naquele momento, através da elaboração de sua própria memória, a memória histórica da própria nação.

Segundo Orlandi, "[o] que o caracteriza como fundador (...) é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra (...). Instala-se outra "tradição" de sentidos nesse lugar (...) Instala-se uma nova filiação. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória."(14). Filiando-se ao passado *illustrado* das academias setecentistas, o IHGB acabava por firmar seu próprio lugar, legitimando-o, ao mesmo tempo que parece dar sentido ao próprio passado ao qual se filia. Neste exercício de "instauração de uma nova ordem de sentidos", que nos permite caracterizar o *Programma* como um discurso fundador, faz-se reveladora a articulação *filial* com o

passado aludido pelo texto programático. Mais do que o estabelecimento de uma ordem meramente causal, cronológica ou factual, o que se observa é a elaboração daquilo que antes chamávamos de uma *leitura teleológica* da história, uma vez que para definir-se o *lugar* do Instituto – como o *representante das idéas de illustração,que em differentes épocas se manifestaram em o nosso continente* – articula-se todo o passado em função do momento e do lugar de enunciação do próprio *Programma*. Em outras palavras, parece que todo o passado ocorrera em função – ou na perspectiva – daquele próprio presente. É como se tudo anteriormente tivesse existido, ou ocorrido, para que este momento presente viesse a ocorrer. Assim, o passado passa a existir e é explicado em função do próprio presente.

> Essa é também uma das características do discurso fundador: a sua relação particular com a *filiação*. Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (...). O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação(15).

Em termos de filiação cabe lembrar, também, a relação que o IHGB – em suas origens – estabelece com a produção histórica anterior. Neste sentido, se o *Programma* busca vincular-se às idéias de Ilustração, corporificadas nas academias setecentistas, convém recordar que o próprio Instituto estabeleceu um panteão de heróis e *figuras nottórias*, motivando o estabelecimento de um cânone dos notórios e *illustres* da Pátria. (16)

O professor Pedro Moacyr de Campos, por exemplo, chama-nos a atenção para o apego do IHGB em torno da figura de Rocha Pita. Apego este que, segundo Campos, decorria em função do nativismo do autor baiano.

Ainda que Rocha Pita faça uma história comumente apontada por seu "estilo hiperbólico, característico do Barroco brasileiro"(17) e, portanto, muito distante do pretenso historicismo oitocentista – que parece reger as intenções historiográficas do IHGB – este mesmo Instituto parece encontrar no autor de ***História da América Portuguesa***, um elemento de inspiração – ao qual vai filiar-se, estabelecendo uma

memória política. Rocha Pita, entusiasta das coisas brasílicas, é apresentado por seu suposto viés de exaltado nativismo e incorporado ao panteão do Instituto, interessando à medida que permite "articular" uma história nacional destituída de traumas ou rupturas, tão cara ao próprio ideário do IHGB e de seus filiados. Como recurso à produção dessa história sem cisões, laudatória da obra portuguesa de descobrimento e colonização, investe-se no elogio da natureza brasileira, natureza que ensejaria o sentimento nativista, bem como o seu próprio culto.

Segundo Moacyr de Campos:

> [O] ilustrativo discurso de seu primeiro secretário-perpétuo [do IHGB], Januário da Cunha Barbosa, desmancha-se em alusões à "tão feliz quanto prodigiosa descoberta" do Brasil, terra admirável pelas "riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e baias, variedade e pompa de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais e finalmente, pela constante benignidade de um clima, que faz fecundos os engenhos de nossos patrícios como o solo abençoado que o habitam(...), acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz(...). No período de pouco mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diferentes, que mereçam cuidados do circunspecto historiador e que se possam oferecer às nascentes gerações como tipos das grandes virtudes? E deixaremos sempre ao gênio empreendedor dos estrangeiros o escrever nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escritor nacional?... A nossa história abunda de modelos de virtudes, mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brasil, posto que, em circunstâncias não semelhantes as da França, pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e lugares para que sejam percebidos pelos que anelam seguir seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional..." A referência expressa, que em seguida se faz ao nome de Rocha Pita, não nos permite qualquer dúvida acerca do principal modelo em que se abeberava o orador. **Ajustava-se o autor da *História da América Portuguesa* às tendências nativistas**, pondo-se de parte, assim, sua posição anti-separatista, incondicional partidário que era da ligação da colônia a Portugal(18). (sem negrito no original)

A mesma louvação da natureza se pode ver também em Fernandes Pinheiro, bem como a mesma referência à Rocha Pita, *ajustando-o* às devidas tendências ou necessidades, ainda que seja produzir uma *geografia imaginária*, através de um exercício de retórica e nefelibatismo, comumente apontados como características da prosa setecentista:

> O Brazil debaixo de um céo benigno e ameno; empolada a terra de cordilheiras de montes de conformação variada, ora coroada de picos acapellados de mattas cerradas, jorrando de seu seio estrondosas cascatas; contrasta este terrível magestoso com a macia verdura dos valles cultivados. Mesmo em nossas provincias de planicies, os campos dobrados representam as ondas do oceano de repente paradas: aqui tudo ri ou assusta; tanta variedade de vistas e sensações desperta e interrompe tediosa monotonia(19).

Veja-se o *modelo* seguido. É o próprio Rocha Pita que diz:

> Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão

> brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem as fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas(20).

Dessa maneira, Rocha Pita aparece e reaparece nos discursos do IHGB, servindo como *suporte* através do qual se legitima a fala institucional, ao mesmo tempo que se canoniza a referência utilizada. A partir de um exultante Rocha Pita, reafirma-se a possibilidade de, sem cortes drásticos, estabelecer um vínculo com o passado da jovem nação e busca-se apontar para o *lugar* que ela deveria a partir de então ocupar; *lugar* este visto como inscrito, desde sempre, no "movimento da história."

Voltando à ***História da América Portuguesa***, lê-se:

> Do novo mundo, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações,Hércules líbico com as suas colunas, nem Hércules tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais tino ouro, seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais selecto; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha nas férteis produções,que em opulência da monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas esprimido néctar(...)(21).

O Brasil, assim, se configuraria desde sempre como a melhor porção do Novo Mundo. É o que se depreende da leitura de Fernandes Pinheiro e de sua geografia imaginosa:

> Collocado o Brazil no ponto geographico o mais vantajoso para o commercio do Universo, com portos bonissimos sobre o oceano, grandes lagos, ou mais antes mediterraneos; rios navegaveis, ou com proporções de o serem, por centerares de leguas; a agricultura e a industria em emulção, atrahirão a concurso as nações cultas e polidas, que a par dos lucros do commercio os trarão civilisação; (...)tudo emfim pressagia que o Brazil é destinado a ser, não accidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o arbitro da politica do Novo Mundo(22).

Estes esparsos comentários decorrem das primeiras reflexões em torno das histórias setecentista. Contudo parece-nos inevitável a recorrência às *diferentes leituras* realizadas sobre tais histórias. Ainda que concordemos, inteiramente, com Eduardo Sinkevisque, por exemplo, quando nos chama atenção para a especificidade do *gênero prosa histórica* e sua constituição nos seiscentos e setecentos (23), do ponto de vista historiográfico, perece-nos que *descortinar* as diferentes leituras e, conseqüentemente, os diferentes *sentidos* atribuídos a esta produção, pode ser um primeiro passo para identificar seu possível *lugar*.

NOTAS:

*Observações preliminares desenvolvidas a partir do projeto de doutoramento- em andamento na UFPR- intitulado *Histórias Setecentistas: concepções de história, historiografia e recepção de textos históricos do século XVIII.*

1.HADDAD, J. A. Pita, Sebastião da Rocha. In. MOISÉS, Massaud ; PAES, José Paulo. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix. 1987. p. 327. Segundo historiador Joaquim Veríssimo Serrão, "a obra estava redigida em 1724, mas o envio do manuscrito para a Metrópole e o seu exame retardaram de alguns anos a publicação." SERRÂO, J. V. **A historiografia portuguesa**, vol.III. Lisboa: Verbo, 1974. p. 262-263.

2. Documento extraído de: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil**; 1641-1820/22. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. p. 3. (Coleção Textos e Documentos, v.10). O autor observa que o título ("Notícia de Fundação") foi atribuído, "não constando nos originais".

3. CASTELLO, idem.

4.Opinião de Serrão. op. cit. p. 263. O mesmo autor observa ainda que: "[o] único Esquecido que apesar das suas limitações, soube tratar a História com maior perspectiva foi, sem dúvida, Sebastião da Rocha Pita, que em vez de uma "dissertação" preferiu erguer uma obra autônoma sob a égide da Academia Real da História Portuguesa. Nessa forma de realização, Rocha Pita afastou-se do processo "oratório" dos seus confrades baianos e, talvez por isso, conseguiu sobreviver no palco historiográfico." (p.262)

5. D'ALVAREZ, Martins. Academia Brasileira dos Esquecidos. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LX, ano LX, 1946. p.192-193.

6. *Cf.* REIS, J.C. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996. p. 5-25.

7. *Ver*: RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil** (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes,2004.

8. Sobre a historiografia brasileira oitocentista, ver:

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, 1, 1988. p.5-27.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: ensaio de história intelectual. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 173- 208.

_____. Presentismo , memória e poesia: noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Escrita, linguagem, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: EDUSC, 2004. p. 43-80.

9. MAINGUENEAU citando FOUCAULT diz: "(...)este termo define *o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada."* MAINGUENEAU,D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes/Unicamp,1997. p.22.

10. **RIHGB**, tomo I, n.2. 1839. p.78-81.

11. ver: GUIMARÃES. Lúcia, M.P. Debaixo da imediata proteção imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, v.156, n. 380, jul./set. 1995. p. 477.

12.Cabe lembrar, com Eni Orlandi, que o discurso fundador "(...)não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício de análise dos fatos que o constituem(...)". Diz ainda a autora que, "em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país". cf. ORLANDI, Eni P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001. p.26. Ver ainda: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 9-24.

13. ORLANDI, op.cit. p. 13.

14. Ibid, idem.

15. Ibid, p.14-16.

16 ver SLVA, J. M. Pereira. Sebastião da Rocha Pitta. **RIHGB**, tomo XII, 2.ed. Primeiro trimestre de 1849.

17. ver nota 1; para a crítica dessa caracterização,consultar: SINKEVISQUE, Eduardo

18. CAMPOS, Pedro Moacyr de. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In. GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 255-256.

19. **RIHGB**, tomo I, n.2. 1839. p.78.

20. PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p.19.

21. Ibid, idem.

22. ibidem, p78-79.

23. SINKEVISQUE, E. *Breve relação* sobre o Tratado Político(1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma *notícia* dividida em quatro *anatomias*. **Estudos Portugueses e Africanos**, Campinas, 36, jun./dez. 2000. p. 59-80.

O GUARANI SEM FRONTEIRAS NA EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS SOBRE O GUAIRÁ[+]

Erneldo Schallenberger[*] - UNIOESTE

Resumo: No período da unificação das coroas ibéricas intensificaram-se as relações comerciais entre os núcleos de povoamento das colônias portuguesa e espanhola no sul da América. Entre Tucumã, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador estabeleceram-se verdadeiras rotas comerciais, seguidamente ameaçadas pela pirataria inglesa. De São Paulo a Assunção consolidou-se um eixo de contatos, que, além da exploração mineral e do comércio dos produtos da terra, tinha como alvo os povos guaranis ou guaranizados como força de trabalho e/ou como peças substitutivas do escravo negro. Fronteira viva, de fricção interétnica e de projeção de interesses expansionistas, o Guairá concentrava um capital humano que para os colonos e bandeirantes representou a construção do seu espaço e da sua identidade nas relações coloniais e para os agentes da conquista uma alteridade que exigiu estratégias específicas de civilização e de cristianização. O estudo funda-se na exploração da documentação, sobretudo, do Arquivo General de Índias (AGI) e quer evidenciar a matriz cultural guarani como um elemento fundante da formação sócio-cultural do Prata.

Palavras-chave: guarani, colonialismo, região, fronteira.

1. INTRODUÇÃO

O grande antropólogo Egon Schaden nos ensinou que “a maioria das populações indígenas encontradas pelos desbravadores quinhentistas em terras da bacia platina falava dialetos do idioma Guarani”.[1] A unidade lingüística lhes conferia uma relativa

unidade cultural o que tem contribuído provavelmente com a sua grande mobilidade social. Além do mais, a inspiração religiosa indispensável à comunicação mística com as divindades e os espíritos protetores, privilégio do índio puro, conferia aos Guarani a perspectiva messiânica da busca da terra sem males.[2] A cultura guarani teve uma forte tradição arraigada nos costume de visitar seus parentes. Era comum entre eles deslocarem-se para aldeias distantes, onde permaneciam temporariamente para daí migrarem adiante para encontrar a sua gente. O guarani esteve sempre em busca de parentes, o que lhe rendeu muitos contatos, uma numerosa vizinhança e um domínio sobre o ambiente natural. A tradição horticultora, os hábitos alimentares e o modo de viver em aldeias organizadas a partir da casa grande[3], ou grandes famílias que representavam unidades de produção, de consumo e de vida religiosa, influenciaram as tribos próximas do que resultou um processo de "guaranização".

A vasta área da bacia do Prata sofreu este processo de guaranização a partir do assentamento horticultor dos Guarani. A fixação das aldeias não impediu o caráter itinerante do guarani. Acostumados a longas caminhadas, os Guarani tornaram-se, de certa forma, os melhores conhecedores de toda a região[4] irrigada pela bacia do Prata. Exerceram um certo domínio sobre esta região, decorrente da íntima relação entre o homem e o meio. A apropriação do espaço e a sua integração ao seu modo-de-ser significaram, ao nível do simbólico, a constituição de uma territorialidade guarani, cujas fronteiras[5] possuíam os limites do espaço circulante trilhado, habitado e visitado pelos seus membros. A territorialidade guarani pode ser entendida, neste sentido, a partir das redes de relações intertribais que se costuraram através da circulação dos membros das tribos na busca dos seus parentes. Não se trata de um território que possa ser definido a partir de sistemas complexos de intervenção humana, como redes de transporte ou aparatos jurídico-institucionais e político-administrativos, mas a partir de um sistema de assentamento humano e de uma rede de relações que teve como auto-referência primeira

o meio circulante natural no qual era possível identificar elementos culturais comuns, encontrados nas aldeias dispersas dos Guaranis ou das tribos guaranizadas.[6]

Era comum que os índios se deslocassem das imediações do rio Paraguai ao litoral Atlântico, atravessando as terras situadas entre os rio Iguaçu e Tibagi. Da mesma forma os registros dão conta dos contatos intertribais destas áreas com as de Viacaza, Tucumán e do Peru. Antigos caminhos, rasgados nas florestas, complementam a vasta rede hidrográfica do Prata e representaram, sem dúvida, as vias de aproximação de culturas diferentes, no universo plural da América pré-ibérica.

A fragmentação da territorialidade guarani resultou, sobretudo, da fixação de outras culturas que ocuparam o espaço estabelecendo fronteira, o que quer dizer, delimitando-o para fins de interesse político e econômico. O assentamento agrícola, através das encomendas, o descimento bandeirante e a apropriação do espaço pela inversão do capital religioso para a fixação dos sítios missioneiros, através da redução dos Guarani, representaram intervenções que afetaram a representação da territorialidade a partir da acumulação histórica de experiências de contato intertribal e figurações de vivências socioambientais. A conquista e a ocupação colonial fragmentaram a territorialidade guarani, o que significa dizer, romperam a com a unidade que, na diversidade cultural, representava o elemento material central da identidade guarani – espaço de livre circulação e assentamento.

2. AS FRONTEIRAS DESEJADAS – O DESVELAMENTO DO MISTÉRIO

Sucede-se à descoberta de Colombo (1492), a serviço dos reis católicos Fernando e Isabel, um período de exploração, marcado pela organização de expedições que vinham aventurar em busca de fortuna ou de status social. A descoberta da América havia gerado conflitos de interesse entre Espanha e Portugal, ainda abaladas pelas guerras da reconquista diante dos mouros. Temendo um conflito de envergadura imprevisível que

poderia afetar a pretensão universalista do catolicismo, o papa Alexandre VI intermediou as discussões, do que resultou o Tratado de Tordesilhas, que estabeleceu uma divisão do mundo entre os reis católicos. Com as expedições exploratórias e a notícia da existência de metais preciosos, sobretudo, a partir da conquista do Império Inca, comandada por Francisco Pizarro, em 1531, acelerou-se a corrida pela acumulação mercantil.

Já em 1516, Juan Diaz de Solis, marinheiro espanhol a serviço dos reis católicos, capitaneou uma viagem exploratória pela região do Rio da Prata. Segundo versão de Harrise[7], os índios chamavam este rio de "´Ryo Huruay`, que em castelhano significava rio da Prata, nome tomado do rio Uruguai, que era muito caudaloso, descoberto por Solis, e que entrava no grande rio Paraná". Da vertente portuguesa, teve significado especial a travessia que a expedição de Aleixo Garcia fez do litoral de Santa Catarina a Potosí, atravessando a região do Guairá, passando pelo Iguaçu e por Assunção.[8] Não só espanhóis e portugueses passaram a projetar seus interesses em torno do mundo desconhecido da América Meridional, mas, também outros povos europeus, sobretudo, os ingleses. Em 1530, sob a ameaça dos franceses, o rei de Portugal enviou a primeira expedição colonizadora ao Brasil, chefiada por Martim Afonso de Souza, que, em 1532, fundou São Vicente, primeiro núcleo de povoamento do Brasil. Em 1537, expedicionários espanhóis, liderados por Juan de Salazar, aliaram-se com os índios Cario e assentaram o núcleo de povoamento de *Nuestra Señora de la Asunción*, que criou status de vila em 1541, com a constituição de um *cabildo* - espécie da junta administrativa -, por iniciativa de Domingo Martinez de Irala. A partir de 1553, com a projeção para o planalto em busca de novas fontes de abastecimento de mão-de-obra cativa, e de 1554, com a fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, inaugurou-se um duplo movimento de projeção das fronteiras coloniais e de exploração dos sertões: a evangelização e a subjugação da força de trabalho indígena.

O aldeamento dos nativos para a evangelização e para o controle social era tido como a estratégia que permitiria, também, a organização de uma estrutura de base para a redução e a apropriação da força de trabalho. Assim, os colonos poderiam contratar a mão-de-obra indígena domesticada, sob a mediação dos padres. A manutenção de algumas características da organização social, das vivências familiares e das práticas de produção da subsistência poderia minimizar os impactos do aldeamento controlado. A resistência indígena e o cerco tupiniquim (1563-1565) ao núcleo colonial de São Paulo suscitaram posições controversas dos jesuítas, que, em função das dificuldades que tiveram para a expansão do campo missional e da intermediação da mão-de-obra entenderam ser necessária a redução dos nativos ao cativeiro. "*Não se pode, portanto, esperar nem conseguir nada em toda esta terra na conversão dos gentios, sem virem para cá muitos cristãos, que conformando-se a si e as suas vidas com a vontade de Deus, sujeitem os Índios ao jugo da escravidão e os obriguem a acolher-se à bandeira de Cristo".*[9] Esta posição controversa rendeu a regulamentação do cativeiro indígena, em 1570, mediante guerra justa autorizada pelo rei ou governador. À guerra justa foram tributadas inúmeras razões explicativas que permitiram a exploração e o comércio da mão-de-obra indígena.

Apesar disso, Nóbrega teve clara a visão do campo missional, uma vez que assegurou que no sertão havia índios já brevemente contatados e *"... fazem lá grandes coisas, dizem-nos e requerem-nos, que vamos lá todo e deixemos tudo isto, pela porta, que está aberta aos gentios do mar e do sertão".*[10]

Na perspectiva da expansão do campo missional, a idealização de Nóbrega foi, posteriormente (1611), contraposta pelo governador de São Paulo, Luís de Souza, que ordenou, com o consentimento dos padres da Companhia de Jesus, que os caciques das aldeias próximas fossem buscar, as suas expensas, os parentes que tivessem no sertão do Guairá, com o objetivo de ajudar a lavrar as minas pertencentes aos portugueses.[11]

Houve, desta forma, uma certa liberação para o arrebatamento da tão cobiçada mão-de-obra dos Guarani e das populações guaranizadas. Aldeados, os índios eram contratados pelos colonos e apresados, eram vendidos para as empresas de exploração mercantil.

No Guairá, fronteira de um manancial de mão-de-obra desejável, já presentes, os padres da Companhia não detinham poder suficiente para fazer frente a esta situação, ao que os caciques do Guairá se rebelaram. O Guairá passou a ser uma fronteira em disputa e o território Guarani foi desintegrado pela dispersão, conforme extrato de testemunho da época: *"900 almas levaram consigo os caciques; 300 se escaparam e 250 foram-se à vila de São Paulo, induzidas por um feiticeiro"*.[12]

3. UM OLHAR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

O auge da desintegração do território simbólico dos Guarani deus-se no período da unificação das coroas da Espanha e de Portugal, de 1580-1640. Neste período, conhecido como filipino, estabeleceram-se as bases administrativas e os mecanismos da conquista, pela fixação da colonização e pela ação missionária. No campo administrativo foi instituído o Conselho das Índias, que teve como ofício indicar ao rei pessoas para ocupar funções civis e eclesiásticas, a Junta de Guerra de Índias, para cuidar da conquista e da defesa, a Casa de Contratação encarregada das relações comerciais, da navegação e do tráfico de homens e a Audiência, que administrava a justiça. No universo das colônias foram criados os vice-reinados, que tinham como função a representação administrativa e jurídica local da coroa. No Brasil a base administrativa foi mantida, embora o primeiro vice-governador, Jorge Mascarenhas, tenha sido nomeado tão somente em 1640.

Em 1573, Felipe II havia expedido um conjunto de ordens que tratavam da descoberta e das formas de conquista e ocupação dos territórios. Na ordem nº 14 dispôs que: "*Logo que os descobridores cheguem às províncias e terras que descobrirem,*

juntamente com os oficiais, ponham nome a terra, a cada província em particular, às florestas e rios principais que houver; aos povoados e cidades que tiver na terra ou que sejam fundados".

Em seguida ordenou que levassem alguns índios para intérpretes para os lugares que fossem, dando-lhes bom tratamento. E por meio destes intérpretes ou como melhor puderem, falassem com os da terra:

> *... procurando entender las costumbres, calidades y manera de vivir de la gente de la tierra y comarcanos: informándose de la religión que tienen ídolos que adoran; con qué sacrificios y manera de culto; si hay entre ellos alguna doctrina y genero de letras: como se rigen y gobiernan, si tienen reyes, y si estos son por elección o derecho de sangre, o si gobiernan por republica o por linajes; qué renta o tributos dan y pagan o de qué manera y a qué personas; y que cosas son las que ellos mas precian; qué son las que hay en la tierra y cuales traen de otras partes que ellos tengan en estimación: si en la tierra hay metales y de qué calidad (...).*[13]

A preocupação em torno da existência de víveres na terra que fossem próprios para acolher os colonizadores e prover mantimentos para as viagens exploratórias esteve presente nas ordens. As ordenações de Felipe II deixam transparecer uma centrada política de integração das populações indígenas aos propósitos da colonização.[14] Com este intuito foram fundados os primeiros povoados espanhóis no Guairá: Ontiveros (1554), Ciudad Real (1556/1557) e Vila Rica Del Espírito Santo (1570). O poder local corroborou esta política através do governador do Paraguai Hernandarias de Saavedra, cujos mandatos foram de 1601-1609 e de 1614-1618. Para a fixação da colonização e a ocupação da fronteira aberta do Guairá, Hernandarias, filho da terra, entendeu que se deveria promover a miscigenação e a evangelização para integrar a grande nação guarani como súdita da Espanha.[15] A conversão deste ideário resultou num intenso processo de miscigenação, de deslocamentos sociais e culturais e de fragmentação da territorialidade guarani, de modo especial na fronteira do Guairá onde os dois colonialismos - luso e espanhol – se encontraram.

No intervalo dos mandatos de Hernandarias, sob o governo de Diego Marin Negrón (1609-1613), foram denunciados os abusos que os portugueses cometiam no Guairá, onde os padres da Companhia de Jesus haviam iniciado a fundação de povoados.[16] A omissão de Negrón e a permissividade do governo Luiz Céspedes e Xeria (1625-1631), intensificaram as pressões sobre o Guairá, notadamente sobre o guarani reduzido ou não, estabelecendo-se um verdadeiro comércio humano.[17] A antiga província do Guairá, fronteira viva de disputa de interesses coloniais, de integração e de subjugação de força de trabalho e de miscigenação, foi, também, espaço experimental de construção de uma utopia social-cristã, materializada na territorialidade Guarani do Prata.

[+] O artigo resulta do Projeto de Pesquisa: *Guairá* – construção histórica e identidade de uma região missioneira, apoiado pela Fundação Araucária.

[*] Doutor em História; Prof. do Programa de Prós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do CCHS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional – UNIOESTE e membro do Grupo de Pesquisa Referências Agrárias - UFF.

[1] SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani.* 3 ed, São Paulo: EPU/EDUSP, p. 1.

[2] Idem, p. 23.

[3] Idem. Ver descrição em p.26.

[4] Região é entendida como uma descontinuidade decisória em função da existência, em determinado ambiente natural, de elementos culturais que referenciam uma certa identidade que permite caracterizar um certo grupo, povo ou nação em suas especificidades (modo-de-ser) em relações aos outros.

[5] A fronteira, para Bourdieu, nunca é mais do que um produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na "realidade", segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos fortes. BOURDIEU, P . *O poder simbólico.* 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998, p. 114.

[6] A discussão do conceito de territorialidade recorre, em parte a: BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: BECKER, Denizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira. *Determinantes e desafios contemporâneos.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, pp. 152-185, p.159.

[7] HARRISE, Henri. *John Cabot, the doscoverer of North América, and Sebastian his son.* Londres, 1896, p. 433

[8] CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirants no Guairá.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 67.

[9] ANCHIETA, J. Carta a Loyola, 3/155. In: LEITE, Serafim (org.). *Monumenta Brasiliae.* Roma: ARSI, 1956-60, Apud: MONTEIRO, J.M. *Negros da terra:* índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 41.

[10] NÓBREGA, Manuel da. Carta a Simão Rodrigues... In: SCAHLLENBERGER, Erneldo. *A integração do Prata no sistema colonial* – colonialismo interno e Missões Jesuíticas do Guairá. Toledo: EdT, 1997, p.103.

[11] AGI (74) 6:21.

[12] Carta de Bartolomé de Torales al gobernador del Río de la Plata Diego Marín Negrón... AGI – Estante 74; Cajón 6; Legajo 21.

[13] Felipe II: Ordenanzas de Descubrimiento, Población y Pacificación de las Indias – Bosque de Segovia, 13 julio de 1573. In: ESPANHA. *Recopilación de leyes de los reynos de las Indias,* II. Recopilado por Diego de Encinas, Madrid: Real Consejo de Indias, 160, pp. 80-93.

[14] Idem.

[15] MOLINA, Raúl A. *Hernandarias:* el hijo de la tierra. Buenos Aires: Lancestremere, 1948.

[16] AÑASCO, Antônio de. Carta al gobernador de Buenos Aires, Diego Marin Negrón, 14 noviembre de 1611; Carta del Cabildo de Ciudad Real al gobernador de Buenos Aires Diego Marin Negrón, 20 de diciembre de 1612. In: AGI, Estante 74, Cajón 6, Legajo 21.

[17] Carta del gobernador de Paraguai don Luís de Céspedes Xeria a su Majestad. AGI, Estante 74, Cajón, 4, Legajo 15.

TRABALHO, VIDA E EXPERIÊNCIA COTIDIANA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DE BABAÇU DO BAIXO MEARIM, ESTADO DO MARANHÃO.

ESMERALDA RIZZO – UPM

Este projeto de pesquisa pretende discutir e questionar a presença das relações de gênero no agroextrativismo e nas propostas de valorização do meio ambiente e do ser humano, realizadas pelas quebradeiras de coco de babaçu, da região do Baixo Mearim, Estado do Maranhão, municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, e Esperantinópolis, comunidade de Ludovico, por meio da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA).

A participação das mulheres quebradeiras de coco de babaçu nessa associação é resultado de anos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, processos de emancipação, resignificação da identidade feminina e de saberes e organização em movimentos sociais.

A temática de gênero e agricultura familiar vem sendo implementada pelo Programa de Organização das Mulheres Quebradeiras de coco de babaçu, em conjunto com o planejamento de produção agroextrativista, por meio de seminários com as famílias que integram o sistema desenvolvidos pela ASSEMA a cerca de doze anos.

A ASSEMA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de caráter regional, que tem por objetivo fortalecer as famílias trabalhadoras rurais e quebradeiras de coco de babaçu, que sobrevivem da agricultura e do extrativismo vegetal, ou seja, do agroextrativismo, para reinvidicar e propor, junto ao poder publico e à iniciativa privada, formas de desenvolvimento sustentável.

Através de seus programas e planejamentos estratégicos essa associação pretende estimular e valorizar a participação da mulher na agricultura, como sujeitos não só da execução, mas também das decisões que envolvem o trabalho com todos produtos relacionados com o coco de babaçu, além de promover a união entre as comunidades da região do Baixo Mearim em prol de um mercado solidário, valorização da cultura local e preservação do meio ambiente.

Através de orientações técnicas, assessoria jurídica e política e metodologias participativas a ASSEMA, vem divulgando as alternativas criadas pelas mulheres quebradeiras, para substituir os métodos tradicionais de se fazer roça que implicava diretamente na queima e derrubada das palmeiras de babaçu.

As mulheres, da região, desde os tempos da colonização, participam do trabalho na agricultura familiar, contudo como ajuda ou complemento do orçamento doméstico,

obedecendo às decisão de onde e como plantar masculina. A partir da organização da ASSEMA novas perspectivas, de inclusão feminina no mercado de trabalho foi construída e conquistada pelas quebradeiras.

Um outro aspecto importante sobre essa associação que se pretende investigar relaciona-se com as formas de acompanhamento ou registros, desenvolvidos pelas integrantes da coordenação. Elas realizam anotações sistemáticas sobre a produção, com o objetivo de proporcionar material suficiente para pesquisas sobre meio ambiente ou questões de gênero.

Afirmam que todas as anotações são válidas para a realização de futuras comparações entre as diferentes experiências vividas dessas mulheres e entre os sistemas agroextrativistas e a agricultura convencional e tradicional.

A ASSEMA, além dessas questões proporciona, ainda, para os pesquisadores interessados em desenvolver trabalhos na área, nos primeiros anos, um incentivo financeiro em forma de diárias pagas, calculadas com base nas atividades realizadas no decurso dos meses trabalhados.

> Hoje contamos com um número razoável de trabalhadores técnicos e acadêmicos, ou seja, de trabalhadores que têm o conhecimento técnico, dos impactos do fogo na mata e isso é uma forma de construção (...) de uma outra mentalidade, que leva a mudar a forma de fazer[1].

Assim, a participação dessas mulheres na produção da região não só destaca-se pelo trabalho na roça, mas por meio de propostas de estudos sobre o desenvolvimento sustentável, prática do extrativismo, preservação da floresta secundária que cobre cerca de dez mil hectares com babaçuais e principalmente, sobre a valorização do ser humano e direitos fundamentais. Além de discutir projetos para ampliar o número de adeptos à idéia, e fazer com que as famílias compreendam que a tendência da organização do movimento é o aumento da consciência e produtividade da roça crua, pois a cada ano de cultivo sem o fogo e sem o agrotóxico a terra melhora.

São essas ações que esta pesquisa pretende visibilizar na academia e investigar, pois as mulheres quebradeiras de coco vem conquistando um mercado solidário, a ampliação da Lei do Babaçu Livre nos municípios, criando modelos de políticas públicas que levam em conta projetos alternativos de cultivo, vem mantendo os jovens nas áreas e no trabalho agroextrativista e garantindo a participação das famílias em eventos que tem a questão de gênero como tema central.

[1] Ronaldo Carneiro, técnico da ASSEMA.

Essas ações produzem na região o trabalho em roças orgânicas, por meio de sistemas agoextrativistas com fruteiras tropicais e sistemas integrados, que são inseridos num mercado, chamado solidário ou justo, através de um Programa de Comercialização Solidária criado pela ASSEMA , que segundo o técnico responsável pelo programa, Valdener Miranda, forma redes de organização que buscam preços mais justos para os produtos produzidos e técnicas que preservam a natureza e o trabalho dessas mulheres.

Assim, esta pesquisa investiga, amplia e aprofunda por meio da metodologia da história social, da cultura, oral e de gênero as alternativas econômicas criadas por essas mulheres, para a preservação da produção artesanal, sua cultura, mercado solidário e meio ambiente.

A ASSEMA, atualmente esta lançando no mercado local, nacional e internacional a linha Babaçu Livre, composta pelos produtos: Amêndoa; Óleo Vegetal Orgânico, Farinha do Mesocarpo, Carvão Cocal, Culturas anuais de arroz, milho e feijão, Papel Reciclado, Frutas Desidratadas, Compota de Manga e Sabonete Babaçu Livre, com a finalidade de manter e ampliar o trabalho e a organização dessas mulheres na região.

A fábrica de sabonetes Babaçu Livre é o produto com maior visibilidade, tanto no mercado interno local como externo. Tem sua origem no clube de mães, da comunidade de Ludovico, um povoado pobre situado a trezentos e cinqüenta quilômetros de São Luiz, em setembro de 1983, concebida e pensada inicialmente como uma dos mecanismos de complementação da renda familiar. Contudo só entrou em operação dez anos mais tarde, quando recebeu o apoio financeiro da Misereau e Unicef[2], por meio de um convênio firmado com a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR, entidade que dirige a fábrica viabilizando a produção do sabonete Babaçu Livre numa escala comercial local, nacional e internacional.

A primeira experiência de exportação do produto, cerca de seis mil e setecentas unidades, segundo registros da associação, ocorreu pela primeira vez em outubro de 1997, para a *Pacific Sensual*, uma rede de Motéis sediada em Los Angeles."[3]

A *Pacific Sensual*, pode ser considerada como a principal cliente da Fábrica de Sabonetes, além da companhia Inglesa *Body Shop*.

Atualmente a fábrica emprega vinte e duas mulheres quebradeiras de coco de babaçu.

---

[2] GERUR - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMA. Economia do babaçu, levantamento preliminar de dados, Balaios Typographia, São Luis , 2001. p.126

[3] GERUR - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMA. Economia do babaçu, levantamento preliminar de dados, Balaios Typographia, São Luis , 2001. p.126

> *A nossa experiência com a fabricação do sabonete e a exportação do sabonete para fora do país, ajuda a muda a maneira de pensar e de viver das pessoas daqui(...). Nós aumenta a auto-estima e percebemo que somos valorizadas. Essa luta faz com que nossa participação na ASSEMA e na AMTR(...) como movimento aumenta. Isso abre novas possibilidades de comercialização e de melhora da vida da gente. Agente se organiza e quer mostrar a nossa luta para toda a região, pais e até lá fora(...)*[4].

Assim, além da complementação da renda familiar, da conscientização sobre o meio ambiente, da organização de redes comerciais, o produto se destina a veiculação de um forte movimento sócio cultural, que teve início, quando ocorreu o processo de demarcações de grandes porções de terras, para formação de fazendas latifúndios, no Estado do Maranhão.

Durante esse processo, muitas famílias de camponeses foram expulsas da área de ocorrência das palmeiras de coco de babaçu, e impedidas de entrarem nas terras para a realização do trabalho com a coleta e quebra do coco para a extração das amêndoas.

Neste cenário de conflitos nasceram as primeiras organizações dos movimentos, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu e Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão, para assegurar às famílias camponesas o direito de acesso ao trabalho com o coco.

Dessa mobilização, organizações e ações, direcionadas na maioria pelas mulheres quebradeiras de coco, surgiram ainda, alguns projetos de Leis, dos quais destaca-se a Lei do Babaçu Livre que encontra-se em vigor em âmbito municipal e permite que as mulheres realizem seu trabalho de coleta e quebra do coco para a extração das amêndoas, nos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, e Esperantinópolis, formando a comunidade de Ludovico.

Estas estruturas de organizações, mais tarde se modernizaram e fundaram cooperativas protegendo e beneficiando a produção da população camponesa que vive da comercialização das amêndoas, cujo destino é processamento em prensas para a extração do óleo, e comercialização no mercado de oleaginosos.

Este aparato organizacional criou campo fértil para a criação da roça orgânica, preocupação com o meio ambiente, crescimento da produção e significativo aumento dos postos de trabalho para absorção da mão de obra juvenil, que nos últimos anos tem se evadido do seio da comunidade e valorização social, cultural e da saúde das famílias de trabalhadores rurais.

[4] Fragmento do depoimento – entrevista realizado com a Liderança da AMTR, D. Francisca dos Santos Silva.

Assim, a produção com o coco de babaçu representa, para essas mulheres simbolicamente o veículo de resignificação de suas identidades, de uma longa batalha pelo livre acesso aos babaçuais e pela preservação das palmeiras que, proporciona o sustento de centenas de famílias do Estado do Maranhão [5].

Por meio do trabalho agrícola familiar e as mini fabricas de beneficiamento dos subprodutos do coco de babaçu essas mulheres, além de criarem a ASSEMA, pretendem ainda interferir e ampliar as discussões sobre todas as questões relacionadas à preservação ambiental, não só das palmeiras de babaçu, fonte de subsistência, mas também da flora em geral, de onde provém remédios e essências exclusivas como a "Folha de Oriza" considerada uma marca importante na identificação das tradições populares da região.

> *Agente discute muito as coisas da terra, do meio ambiente, por que a vida de uma quebradeira depende de cada palmeira, da terra e da água e as crianças precisam aprender a dar importância a isso. Agente também vai pedir para fala dessas coisas na Escola Rural discutir isso nas aulas para eles desde pequenas conhecer a nossa causa, a nossa luta.* [6]

Assim, esta pesquisa questiona e investiga, a história de uma gente de fibra, que sempre viveu da agricultura e do extrativismo, mas que durante os anos oitenta, passou a enfrentar intensos conflitos agrários, tendo que disputar suas terras com grupos de fazendeiros que investiam na pecuária, desmatando a região e expulsando os trabalhadores da terra. Destaca a ação das mulheres da ASSEMA, por que conseguiram reunir mais outras sessenta associações individuais e dezesseis coletivas, como cooperativas, associações comunitárias de áreas de assentamento, grupos informais e sindicatos de trabalhadoras rurais, além da escola agrícola.

Em seus anos de existência, as mulheres integrantes da ASSEMA, por meio da experiência cotidiana, vêm contribuindo para a conquista do direito ao trabalho, organização em movimentos sociais, fortalecimento do direito à cidadania das famílias agroextrativistas, criação de iniciativas econômicas comunitárias, desenvolvimento sustentável, agricultura ecológica orgânica, combate ao êxodo rural com alternativas que ajudam as pessoas a permanecerem na terra conquistada e crescimento da consciência sobre a valorização da mulher.

---

[5] Segundo depoimento da Dona Moça, no vídeo produzido pela TV Cultura, no Programa Caminhos e Parcerias: Quebradeiras, destino de mulher, de 2000.

[6] Entrevista com Diocina Lopes dos Reis, Líder da AMTR (Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais) realizada em 31/07/2003.

Ações importantes para serem conhecidas, discutidas e debatidas na universidade.

GLOSSÁRIO:

AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamentos do Maranhão.
BORDUNA - Pedaço de madeira, geralmente Goiabeira ou Ipê, para golpear o coco.
GERUR - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu
ORIZO – Erva aromática típica da região

Por um Paraná autônomo: a diversidade sonhada.

Etelvina Maria de Castro Trindade
Universidade Tuiuti do Paraná/
Universidade Federal do Paraná.

1. Introdução

A tardia configuração do território paranaense é um fenômeno já bastante conhecido, mas que nem por isso deixa de proporcionar possibilidades de releitura dessa longa tentativa de produzir um espaço unificado e coeso, não só no sentido físico, mas também no político e administrativo. Com esse propósito, é importante recorrer a outras áreas do conhecimento que tenham abordado questões pertinentes ao que pode chamar de História Territorial.[1]

Esse tema tem sido objeto de estudo da moderna geografia preocupada, não mais em descrever e caracterizar um território tomando-o como um acidente geográfico, *mas em captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre.* Tal enfoque possibilita ver o território como *um resultado histórico do relacionamento da sociedade com um espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento.*

É, igualmente, importante, incorporar o conceito de *pensamento geográfico* que compreende os escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da terra, ou seja, as representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre. Essa conceituação é, sobretudo, aplicável para regiões com dificuldade de constituir seu espaço próprio, situação em que o discurso territorial acabou por converter-se em mecanismo de legitimação da proposta, seja de unificação nacional, seja de afirmação regional.

Em contrapartida, estudiosos de outros campos do conhecimento têm, há bastante tempo, se interessado pela questão da territorialidade e da regionalização, caso dos economistas e dos sociólogos. Da mesma forma que os geógrafos, os sociólogos também descrêem de *classificações naturais* e *regiões naturais*, separadas por *fronteiras naturais*, produtos de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade,

segundo semelhanças mais ou menos numerosas ou fortes.[2] Na medida em que geógrafos e sociólogos concordam com a preponderância da sociedade, sua história e sua cultura na criação concreta do espaço territorial, não é de admirar que os historiadores também considerem o território como *construído através de uma série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes e que obedecem a dinâmicas heterogêneas, e, por vezes contraditórias.*[3]

Dessa forma, é lícito pensar-se a construção do território paranaense a partir da sua ocupação e da formação de uma sociedade que, com suas características específicas, conformou-se através do tempo. E ainda, levantar-se a hipótese de que a sua conquista como unidade autônoma teve base em discursos que tentaram criar, frente ao Estado e à população, um sonho de identidade regional que legitimaria, mais tarde, pretensões emancipacionistas.

2. A ocupação do espaço paranaense: o sonho dos primeiros conquistadores

Há que considerar-se, em todo o processo de colonização, o deslocamento territorial de um grupo humano em direção a um novo espaço com intenção de incorporá-lo ao seu domínio. No caso das conquistas portuguesas, a ação colonizadora se deu sem delimitação clara entre ação privada e estatal, diferentemente do ocorrido em outras nações européias. Nesse contexto, o Brasil tomou a forma uma entidade político-territorial, visualizada apenas como uma área desconhecida onde se exerciam várias formas de governo.[4] Circunstâncias econômicas e administrativas fizeram surgir uma desvinculação entre suas diversas regiões que permaneceriam isoladas e em busca de identidade própria por mais de três séculos.

É também uma característica do processo de expansão, o sentimento de aventura, de desbravamento de espaços desconhecidos, que o imaginário povoa com mitos, como as Ilhas Afortunadas, o Eldorado e a Terra das Amazonas, como descreve Buarque de Holanda.[5] Representações que têm inspirado escritos, literários ou não, e são descrições onde os autores, adotando uma retórica particular, buscam corresponder às expectativas daqueles que ao lê-los, podem visualizar no remoto, uma alteridade espetacular.[6]

Para o então amplo e deserto território que hoje é o estado do Paraná, o sonho dos conquistadores de salvar as almas dos gentios ou contribuir para o enriquecimento do tesouro real encobria os interesses econômicos que lhes traziam a preação dos índios e a busca desenfreada por metais preciosos. Situação idêntica a dos jesuítas que justificavam a criação das reduções onde se explorava o trabalho indígena, pela missão de transformar *gente rústica em cristão civilizado com a continua pregação do Evangelho*.

O *achamento* de ouro na baía de Pernaguá (hoje, Paranaguá), no século XVIII, acendeu o imaginário dos aventureiros e incitou a Coroa portuguesa, e depois a espanhola, a tomar medidas rigorosas de fiscalização. Fundaram-se vilas (Paranaguá, no litoral, e Curitiba, no planalto) nas quais instalou-se o aparato administrativo. Todavia, o Eldorado não se concretizou ao sul, mas nas zonas auríferas das Gerais. Para suprir a região das minas deu-se a intensa movimentação do tropeirismo e a organização das populações sulinas, notadamente as das regiões de Curitiba e Campos Gerais, em torno da criação e do comércio do gado, produzindo uma diversificação na sonhadora busca do sucesso material.

No setecentos, quando o Estado português começou a preocupar-se com a integração das regiões ainda isoladas do território brasileiro, passou a desencadear as expedições militares e povoadoras, organizadas para atingir uma fronteira-limite nos confins do continente. Para tanto emitiram-se ordens que os chefes das expedições procuravam cumprir; o tenente-coronel Botelho de Souza instruía os comandantes de uma entrada destinada à*s fronteiras do rio Paraná*, que escolhessem locais onde se *fará cruzes e descreverá alguns caracteres nos troncos das árvores e em pedras, que digam "Viva El-Rei de Portugal*.[7]

Esse tipo de empreitada não era nova e já ocorria na Europa Medieval, quando a apreensão de um determinado espaço territorial e a territorialização progressiva de uma nação eram prova da extensão do poder real e de sua posse fiscal e material.[8]

No que viria a ser o território paranaense, esta demanda era acentuada pelo capitão-general Rodrigo de Menezes em carta ao Vice-Rei, na terceira década do século XVIII: *No Brasil vivem todos com a soltura que V. Excia não ignora, e os paulistas com mais liberdade*

que todos e esta não se destrói com outra coisa que com o poder. [9] Dentre estes *paulistas* destacavam-se, sobretudo, os do sul da capitania que habitavam a comarca de Paranaguá, onde lentamente se tomava consciência de uma certa diversidade e uma determinada identidade.

3. O sonho de emancipação

Tal era a situação na região instituída como 5º Comarca de São Paulo no início do século XIX, já com sede em Curitiba, na conjuntura da Independência do Brasil. Nessa época, deu-se, na região, um fenômeno que se assemelha ao que o Revel *,* em seus estudos sobre a França pós-revolucionária, denomina *tomada de consciência* quando descreve o desencadear de um projeto de uniformização e de igualização do espaço, a que vão se somar as antigas divisões do Antigo Regime.[10] O historiador paranaense Pinheiro Machado observa processo idêntico para a 5ª Comarca,e aponta, para o Brasil como um todo, um momento,

> em que os descendentes dos europeus, africanos e indígenas tomam a consciência de que não são mais nem europeus, nem africanos, nem índios, mas qualquer coisa de diferente deles todos. Essa sensação da própria identidade vai se formando aos poucos durante os séculos coloniais até que, muito antes da independência, aparece clara na zona luminosa da consciência.[11]

Efetivamente, no Paraná, essa consciência já se tinha manifestado durante o século XVIII, quando os camaristas de cidades como Paranaguá, Morretes, Antonina e Curitiba, manifestavam-se contra a opressão que sofriam por parte dos capitães-generais que, além de descurarem as necessidades da Comarca, abusavam de sua autoridade e usavam até de violência para fazer valer seus direitos e suas determinações. Esse procedimento fica bem evidente nas punições infligidas aos que se opusessem ao recrutamento compulsório, como atesta a carta do Governador da Capitania de São Paulo ao Capitão-mor de Paranaguá: *(...) a escandalosa deserção que tem havido das tropas dessa capital me obriga a proceder com a maior violências contra os pais dos desertores, depois de ter usado em vão todos os meios suaves com os filhos, de cujo mau procedimento têm os pais a maior culpa na péssima educação que lhes dão.*[12]

Foi dos atritos entre as câmaras locais e os representantes da Coroa que surgiu o gérmen da formação de um movimento[13] que se consubstanciaria no século XIX e, daí por diante, iria construir um sonho próprio que, baseado nas próprias necessidades e aspirações, buscava construir um território independente e muito mais ligado aos valores autóctones. Concomitantemente, o momento da Independência brasileira tornara necessário que se adotasse o discurso geográfico como uma ideologia que gerava argumentos naturalizantes para dar base a uma situação de identidade histórica que não era evidente.[14] No interior do país, as regiões cuja a coesão ainda se apresentava incompleta, viram-se na premência de construir um projeto e um discurso que consolidassem sua identidade.

Para a 5ª Comarca, essa aspiração iria desenvolver-se numa trama que tomaria toda a primeira metade dos oitocentos, com movimentos de reivindicação ocorridos em 1811 e 1821. Fracassadas essas tentativas e recusada a petição de 1835, Curitiba teve valorizada sua posição estratégica quando da Revolução de Sorocaba, em 1842. Entretanto, a campanha somente teve êxito no decorrer no ano de 1853, com a Lei 704 que criava a nova Província, tendo Curitiba como capital.

Por detrás desses fatos, desenrolava-se um jogo político que começara com a ambição de Pedro Correia e Sá em tornar-se capitão-general da Comarca de Paranaguá, incentivando para isso a petição de 1811, e o episódio da “conjura separatista” em que Floriano Bento Viana, instado a liderar o movimento, viu-se publicamente abandonado pelos companheiros de conjura. A partir daí, até a promulgação da Lei 704, muitas foram as estratégias e negociações tecidas pelos maiores interessados em obter privilégios e honrarias do governo.

Na década de 1840, tiveram significado as negociações entre o gaúcho João da Silva Machado, posteriormente Barão de Antonina, e o baiano Cândido José de Araújo Viana, Barão de Monte Alegre e Presidente da Província de São Paulo. As relações de Silva Machado e com o Barão de Monte Alegre culminaram com a aprovação deste para a causa

da Comarca, acabando por enviar ao Ministro do Império correspondência simpática à separação da região.

Com a emancipação, obteve Silva Machado inúmeros proventos e honrarias: *A Comarca fê-lo Barão de Antonina. A Província fê-lo Senador. Uma vez no Parlamento e no Paço, cresceu em outras honrarias: Grande do Império, Fidalgo da Casa Imperial, Grande Dignatário da Imperial Ordem da Rosa, Oficial da do Cruzeiro, Vereador Honorário de S. M. a Imperatriz.*[15]

Em contrapartida, outros líderes do movimento acabaram rapidamente esquecidos, cabendo-lhes um fim de vida obscuro. Foram eles os porta-vozes mais idealistas do projeto emancipatório, e a eles pertence o discurso que consubstanciou o sonho da criação da nova Província, produzindo narrativas idealizadas sobre as virtudes e as potencialidades do território e da população que seriam posteriormente paranaenses, através de um discurso que se reiterava e consolidava tendo por base condições ambientais e humanas.

Coubera primeiramente a Floriano Bento Viana pugnar pela causa, na petição de 1811, falando publicamente aos representantes do Imperador. Bem mais efetiva foi, porém, a palavra escrita, onde se destacam os textos do tropeiro riograndense Francisco de Paula Silva Gomes e os de Manoel Francisco Correia Júnior que se manifestaram, no ardor da campanha, através do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro e do Farol Paulistano. Dando início à atividade periodística paranaense, apresentaram descrições que, pelo entusiasmo da retórica, buscavam angariar adeptos ao que consideravam uma missão redentora. Colocavam ênfase no valor do território e da cultura locais e em sua diversidade face ao contexto nacional ou internacional.

Serve de exemplo o artigo que Paula Gomes encaminhou, em 1847, ao redator do Jornal do Commercio, onde enumerava as virtudes e as dificuldades da Comarca:

> (...) convencido todavia, de que, muitos Senhores Deputados atuais não tenham porventura exato conhecimento das circunstâncias em que se acha ora colocada a dita comarca, e da urgência que tem de ser elevada à Província, como amante do meu país natal, e zeloso de suas reais conveniências não posso deixar, Senhor Redator de, por via da sua mui lida folha, apresentar estas circunstâncias, a fim de ver se na próxima futura Secção a Ilustre Câmara se dignará, de acuradamente ocupar-se de tão grandiosa tarefa.

E segue o autor, descrevendo em detalhes a situação da região, de sua população e das inúmeras possibilidades que oferecia ao plantio e à criação; destacava a erva-mate nativa e os excelentes pinhos e lembrava a possibilidade de construírem-se vias de comunicação com o Paraguai. Nomeava suas numerosas nações indígenas, hoje *totalmente gente civilizada*. E finalizava afirmando que, *pela benignidade de seu clima, fertilidade de seu extenso território, número de bons portos e sua população quase totalmente livre, vem* (a Comarca) *a ser um dos próprios países de todo o Império para estabelecer-se boa colonização de europeus.*

Mas, sempre existiram serpentes nos Paraísos. Alguma coisa lhe faltava: o reconhecimento de sua autonomia pelo governo imperial:

> E todos esses elementos de prosperidade e riqueza ditos se acham nulificados por causa da grande distância em que está colocada do governo da província. Publicando no seu interessante jornal, Senhor Redator, esta sucinta e lacônica exposição (...) fora possível introduzir-se-lhe outras vantagens, desanexando-a de São Paulo e elevando-a a categoria de província, por ser esse também o voto geral de seus habitantes patriotas, já manifestado desde o ano de 1822, por extremo penhorará o seu constante leitor,
> Francisco de Paula e Silva Gomes.[16]

No interior desse discurso, estão presentes observações pessoais permeadas pela vontade de criar algo através da fantasia e pela reprodução das convenções literárias: enquanto o autor *seleciona os aspectos dignos de nota e exclui os traços supérfluos, o "texto" do leitor constrói-se por uma expansão da imaginação*.[17]

Fosse, todavia, por conta das utopias, das necessidades práticas ou das ambições, o objetivo de todos atingiu sua meta com a instalação da nova Província, a 19 de dezembro de 1853. Restava consolidá-la enquanto território e unidade política no conjunto da nação.

4. O mapa de uma Província

No Paraná, a necessidade de estabelecer fronteiras - e de traçar, portanto, *o seu mapa* - colocou-se logo a seguir à emancipação, e nas várias décadas que se seguiram. Mapa esse que, no sentido dado por Revel, não é apenas cartográfico, mas feito pela descrição textual do território.

Esse mapa já fora delineado historicamente num espaço que construiu-se de forma muito lenta, a partir de uma pequena faixa litorânea demarcada pelo tratado de Tordesilhas, na região das Capitanias de São Vicente e Santana; avançou para o interior com a exploração dos primeiros viajantes; foi perpassado pelos avanços das reduções espanholas e pelas tropelias dos sertanistas; estendeu-se na busca de riquezas e da mão-de-obra indígena; e um século depois, pela ação das expedições militares. Constituiu-se, enfim, pela descrição daqueles agentes que possuíam, todos eles, seus propósitos, mesmo que fossem divergentes. E que conseguiram unir-se na busca de uma unidade e de uma identidade que, como sempre, se construiu na alteridade com aqueles que, ao norte e ao sul, eram diferentes, tinham outras origens, contavam outras histórias que não eram as do Paraná.

Mas foram ainda precisos outros sonhos, mais conquistas, mais derrotas, e a superação de muitos obstáculos para que o Paraná, um século depois da sua emancipação, pudesse finalmente apresentar o mapa que hoje conhecemos.

---

[1]As reflexões sobre espaço e história territorial que, vistos sob a ótica da moderna geografia, percorrem este texto, têm como base o trabalho de MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002. p. 42 a 139.
[2] BOURDIEU, P. O poder simbólico- Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989. p.107-132.
[3] REVEL, J. **A invenção da sociedade.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989. p.102.
[4] **Idem,** p.79 e 139.
[5] HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso.** São Paulo: Brasiliense, 1992.
[6] GIUCCI, G. **Viajantes do Maravilhoso: o Novo Mundo.** São Paulo: Companhia das Letrs, 1992. p. 87-99.
[7] NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2005. v.2º, 1927. p. 45
[8] REVEL, J. **Opus cit**. 118 E 128-129.
[9] MACHADO, B.P. **Opus cit.** p. 187/188.
[10] REVEL, J. **Opus cit**. 176.
[11] MACHADO, B.P. **Opus cit.** p 178
[12] DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO, V. XLVI, p. 84.
[13] Sobre o movimento da Paranidade ver: TRINDADE. E.M.C. Paranidade ou Paranismo? A formação de uma identidade regional. In: REVISTA DA SBPH, Curitiba, N. 13, p. 65-74, 1997.
[14] MORAES, A.C.R. **Opus cit.** p. 42/43.
[15] **Idem.** p.389
[16] GOMES, F.P.S. Apud, VIEIRA DOS SANTOS, A. Memória Histórica da Cidade de Paranguá e seu Município. Curitiba. Publicação da secção de História do Museu Paranense, 1951. p. 368-370.
[17] GIUCCI, G. **Opus cit.** p. 91-96.

A Construção de uma Identidade Pantaneira

Eudes Fernando Leite – UFMS/Dourados

Neste texto, parto de algumas observações feitas por Michael Pollak[1] a respeito da memória e suas articulações com a identidade, em especial, a identidade social, procurando demonstrar a imbricação entre memória e identidade, discutindo a problemática da identidade pantaneira. Pollak, intelectual austríaco (Viena, 1948-1992) dedicou parte significativa de suas reflexões à temática da identidade social. No Brasil, sua presença parece ter sido marcante, especialmente frutífera quando esteve no CPDOC e no Museu Nacional, no final dos anos 1980. Dois textos publicados na Revista Estudos Históricos, em 1989 e 1992, parecem-me de importância singular para reflexão da problemática entre memória, identidade social e história de vida, pois fazem um balanço dessas questões, articulando-as e demonstrando sua importância naquele momento e, penso, no presente.

O autor em tela é enfático ao tomar um aspecto importante da história oral, metodologia que possibilita a produção de um tipo de fonte plurissignificativa para as pesquisas em alguns campos de investigação nas humanidades, que é a recolha de um tipo de memória, individual ou coletiva, impondo a partir de então determinados problemas na forma de tratamento desse material.

A preocupação com a construção do fenômeno *mnemônico* já fora tratado por Halbwachs[2], nos anos 1920-30 e tem recebido novas e revigoradoras contribuições, na mesma trilha, que indicam a presença da experiência coletiva no forjar da memória e, em seguida, proporcionando mutações constantes na sua forma de permanência. De acordo com Pollak, a memória necessita de, pelo menos, três fatores contributivos para seu aparecimento e existência, a saber: a) os acontecimentos; b) as personagens e, c) os lugares. A partir desses três fatores, é possível compreender melhor, partindo de algumas

entrevistas feitas com pantaneiros, circunstâncias e características que indicam o formato e as características de uma identidade coletiva que se assenta muito fortemente no pressuposto da diferenciação e, conseqüentemente, articulação como a noção de pertencimento à nação brasileira. Nesse sentido, lançar o olhar para a existência de uma noção identitária, cujo circuito espacial pode ser denominado de regional, não a exclui, ao cabo, da relação e/ou subordinação da identidade coletiva brasileira.

Sob tal perspectiva, é possível compreender alguns pontos da identidade pantaneira, tomando por base entrevistas realizadas com moradores – trabalhadores de fazenda de gado – da sub-região conhecida como Nhecolândia.

Para aclarar essas ponderações, passo a tratar de aspectos que corporificam o fenômeno do qual trato nesse *paper*. No dia 21 de dezembro de 1996, nos dirigimos até uma modesta residência, instalada na periferia de Corumbá, cidade localizada no pantanal sul-mato-grossense. A nossa espera, encontramos o senhor Valdomiro Lemos de Aquino, na ocasião com 60 anos de idade. O senhor Valdomiro encontrava-se bastante tímido, sem deixar de ser acolhedor, revelava certo grau de preocupação com nossa presença, mesmo porque há tempos insistíamos com ele, por meio de uma sua filha, na importância de sua entrevista e, por decorrência, de sua narrativa.

Classifico a entrevista do senhor Valdomiro Lemos de Aquino como um “diálogo agradável”, mas cujo resultado ou conteúdo, em princípio, pouco acrescentara às nossas pesquisas sobre a experiência de vida do homem pantaneiro. Contudo, se essa entrevista não apresentou “avanços” informativos face às outras já realizadas, seu conteúdo e, especialmente, a leitura e a representação exposta pelo entrevistado confirmaram muitas informações já conhecidas, revelando assim sua concatenação com a história local e, portanto, sua singularidade no contexto da consolidação de uma memória coletiva e da identidade pantaneira.

O cerne da entrevista constitui-se da experiência vital do senhor Valdomiro, o que a circunscreve no âmbito das histórias de vida. Mas essa experiência vital, ao ser narrada, apresenta o ato memorativo que caracteriza o encontro em que ocorreu a gravação. Nesse centro e em sua substância se manifesta o ato operacional de organização discursiva, cujo objetivo era responder às indagações feitas pelos entrevistadores. O conteúdo, portanto, dessa entrevista traz componentes de âmbito coletivo, herdados e ou vivenciados em comum, mediados pelo instante da rememoração (Pollak, 1992). Nessa linha, adiro à compreensão e alerta de Ecléa Bosi a respeito da fonte oral que "[...] sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a um interpretação sutil e rigorosa"[3].

As respostas apresentadas aos estímulos que as questões proporcionavam ao entrevistado apresentavam muitos componentes que caracterizam a compreensão do senhor Valdomiro no campo identitário regional: o pantaneiro. O fio condutor de sua noção de pertencimento decorre da auto-inserção no "universo" regional, provocando suas capacidades de resistir e enfrentar eventos rotineiros com algum sucesso. De uma maneira geral, as linhas que prendem o entrevistado ao Pantanal estão essencialmente concatenadas às estratégias de vida bastante arraigadas na região e, ainda, à singularidade de sua vida, que ele procura relatar enquanto conjunto de eventos inseridos numa temporalidade pessoal.

A história de vida do senhor Valdomiro encerra sua compreensão e rememoração a respeito de fenômenos individuais e coletivos, mas que conferem um significado particular à sua existência, porque dizem respeito à vivência única e insubstituível do narrador. Uma tal constatação é importante por conta de sua obviedade mesma, ou seja, o sentido e formato do auto-entendimento do entrevistado é revelador no instante em que espelha componentes universais e regionais mesclados pela experiência do individuo que compartilha de impressões e sensações perceptíveis em outras personagens.

Encontrar os componentes que conformam um tipo regional, a partir da entrevista do senhor Valdomiro, pressupõe como importante as características regionais na narrativa recolhida. O esboço identitário, por sua vez, traz à tona o significado recente do espaço regional no *face-to-face* do sentimento de nacionalidade, ou brasilidade. O Pantanal brasileiro, desde os anos 1960, foi progressivamente transformado em um ambiente paradisíaco. Uma tal imagem representativa foi sendo associada à outra que remete aos debates a respeito da identidade regional, ganhando evidência na mídia a figura do pantaneiro. De fato, o fortalecimento da identidade regional está articulado à propagação de noções identitárias brasileiras, funcionando como um contraponto à ampliação do conhecimento das características culturais – e econômicas – no país e fora dele. De acordo com essa compreensão, a identidade em questão articula-se às demandas locais – e mesmo midiáticas – na direção de valorizar características regionais como artefatos que corroborem a factibilibidade de uma sociedade e uma região singulares.

Focalizar esses – e outros – aspectos na fala do senhor Valdomiro reclama a presença do verbal entrevistado. O fragmento abaixo apresenta um dos componentes de auto-valoração do pantaneiro em questão, remetendo, na seqüência, às leituras exóticas sobre o *ser* pantaneiro, relembrada no curso da entrevista. Para o senhor Valdomiro, sua personalidade não prescinde de alterações diante de nós ou de outras pessoas:

- O que eu sô longe do patrão eu sô perto dele; não nego não a minha responsabilidade!

A manutenção de uma imagem e postura diante dos outros é mencionada em um contexto de matização da personalidade e de suas características positivas ou negativas. Há uma remissão, sublunar, ao mundo do trabalho quando se refere às responsabilidades, já que o entrevistado é um capataz de fazenda. A figura do patrão empresta à auto-afirmação um potencial simbólico expressivo: nas relações sociais do Pantanal – igualmente, em outras regiões rurais brasileiras – o proprietário-patrão

caracteriza o poder econômico e encarna um tipo de autoridade, reforçando laços de hierarquia e diferenciação social. Nessa direção, a permanência dos procedimentos e das características pessoais ocupam uma posição de destaque – e de desafio – porque mesmo perante o poder, ela não se altera, denunciando o convencimento do entrevistado a respeito de sua pessoa e seus valores.

De forma complementar, é possível encontrar na descrição do tipo local, o complemento que articula a aparência – relatada a partir de um outro lugar - e a essência compartilhada pelo entrevistado. Perguntado sobre a caracterização do pantaneiro, capturamos um paradoxo interessante de valoração do que não é perceptível ao estranho. No ponto de vista do senhor Valdomiro, há uma imagem captada por estranhos que se difere do homem-real:

> [...] o pantanero [...] tem pessoas que acham que o pessoal pantanero são pessoas assim muito bravo, pessoa servage, né? Mas num é! O pantanero são pessoas boa! O pessoar que sabe arrecebê tudo mundo, sabe conversá... Então é deferente do que o pessoar que tem aqui. Como agora, esses dias, lá em casa, chegô um pessoar que vei aqui daqui, esqueço o nome do lugar, então eu tava cunversando com eles. Então eles tavam me falando que lá pra eles contam que aqui no Pantanar a onça pega o pantanero assim. Diz que o pantanero vai lá no peão pantanero e a onça pega o cara. O pessoar já tem esse custume, ninguém vorta, né? Aí eles tiveram em casa. Tiveram uns dois meses em casa... que o pessoar são muito bravo que pantanero são muito bravo, ficam parado assim, numa sombra, cada um com um monte de revorve na cintura. Então tem pessoa que já olha pro camarada que tá parado, o camarada pergunta o que tá olhando, se a pessoa responde, ele já atira [...] Não é assim não. Quer dizer, acontece de matá certos peão, né? Às vezes o peão mata o otro peão, mas é muito difícil, né? Acho que o pirigo é na cidade, né? A cidade é muito forte mas o Pantanar é...[4]

No fragmento acima, destaca-se a imagem enviesada a respeito do pantaneiro. Essa imagem relatada ao entrevistado por um visitante permite o “alinhamento” de uma compreensão que não corresponde ao *ser* regional. Para o senhor Valdomiro, a violência ocorre no ambiente pantaneiro, mas ela está circunscrita a uma situação peculiar, diferindo-se do mesmo fenômeno no espaço urbano. O componente que valoriza e destaca o pantaneiro é sua receptividade e generosidade, embora essa faceta não seja imediatamente perceptível ao visitante. A configuração de um discurso, em cujo interior

encontram-se sinais – mais ou menos intensos – de aspectos que singularizam o habitante pantaneiro, pode ser encontrada em várias entrevistas realizadas com moradores do Pantanal. Quanto à imagem da violência urbana, é interessante notar que o entrevistado vive no Pantanal e seu deslocamento até a cidade de Corumbá ocorre nos finais de ano, somente quando o ramo urbano de sua família não viaja até a fazenda na qual trabalha. Na sua história de vida é evidente sua aversão ao mundo urbano e suas particularidades.

Não é fortuita a presença da situação mencionada na memória do entrevistado. Ela diz respeito à imagem do habitante local, exposta por alguém alheio ao meio que, transposta na fala do senhor Valdomiro, não preenche um perfil identitário desejável. Ao evidenciar a negação da violência extremada – e sem motivos – no seu meio, o entrevistado estabelece um diálogo com uma representação que absolutiza uma imagem, transferindo seu significado para todo um coletivo. Há aí uma negação de um perfil e a tentativa de traçar outro que seja mais coerente com o sentimento de inclusão no tempo e no espaço pantaneiros. A figura desejada para compor o perfil identitário do entrevistado faz parte de uma memória que apresenta componentes mais expressivos e que possivelmente valorizam algumas características e procedimentos em relação a outros. Essa memória procura sinalizar para um paradigma desejável, produzido no contexto da situação do rememorar. Para Bosi:

> A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.[5]

No âmbito do Pantanal, caracterizado como um espaço particular no território brasileiro, a idéia de pertencer ao “mundo local” significa compartilhar saberes e, ainda, possuir ligações mais intensas com o *modus vivendi* e o *modus faciendi* regional. Uma tal forma de identidade localiza a possibilidade de pertencimento pressupondo as

experiências de vida possíveis naquele espaço, mesmo que o Pantanal apresente diversidades internas bastante expressivas. O domínio de algumas práticas de trabalho, de características do cotidiano, de interação e disputa com o meio aparecem plenamente como componentes da identidade pantaneira.[6]

A Percepção de algumas características regionais, marcadas nas entrevistas de história oral, demonstra que a identidade pantaneira é compreensível no contexto da valorização do espaço e das formas de vida regionais. Insistir que o pantaneiro só existe face ao significado do Pantanal não é tautologia ou determinismo geográfico, mas constatar que o habitante local toma para si vários procedimentos que só podem ser compreendidos juntamente com a percepção do meio e do entorno; da ligação complementar, interativa que também atualiza o *viver* no Pantanal.

A identidade pantaneira, identificada na entrevista com o senhor Valdomiro Lemos de Aquino, estabelece um diálogo "em voz" baixa com outros entrevistados, apontando para a identidade construída sobre pilares que misturam valores, crenças, procedimentos e autodefinição frente ao ambiente em que vivem. Por último, embora não encerre a problemática, acrescento que em outras entrevistas, encontram-se afirmações cujo conteúdo não concordam com a compreensão do senhor Valdomiro; inversamente, indicam um distanciamento à noção pertencimento à região e identificação com a cultura local e sua configuração. Os qualificativos que o senhor Valdomiro destaca para valorizar sua identidade são enunciados, nessas outras entrevistas, para negar o pertencimento ao ambiente e, especialmente, à cultura local, cujas características mais lembradas, nessa leitura que não encerra concepção de pertencimento, são o atraso e o desconhecimento de técnicas de trabalho mais sofisticadas. Os componentes empregados para justificar e consolidar o típico pantaneiro é amplo o suficiente para proporcionar outras leituras, produzindo outra forma de sentimento de (não)pertencimento àquela região de grande amplitude e muitas formas de auto-identificação.

[1] POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro:FGV. Vol. 5, nº 10, 1992. p. 200-212.
[2] HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva.* Trad. Laurent L. Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
[3] BOSI, Eclea. *O tempo vivo da memória*; ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.20.
[4] ENTREVISTA Valdomiro Lemos de Aquino (filme-vídeo). Produção: Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá: Ceuc/UFMS, 1996. 60 min (aprox.), color., son., VHSc.
[5] BOSI, Ecléa. *Op. cit*. p. 31.
[6] Um exemplo dessa situação pode ser encontrado no estudo que realizei a respeito das comitivas de boiadas e suas relações com as modificações ocorridas na região. Ver: LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história*, comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Campo Grande/Brasília: EDUFMS/Ministério da Integração Nacional. 2003.

O TEXTO DE ÉPOCA

Uma proposta possível de leitura e produção textual

Eugenio Domingos da Silva[i]

Diante da diversidade de fontes atualmente disponíveis ao historiador para o exercício do seu ofício, os Textos de Época estão entre aquelas que melhor contem as informações e as pistas para o esclarecimento dos seus contextos de produção, uma vez, que são excelentes testemunhos, capazes de resguardar e representar em seus conteúdos as intrincadas redes de relações e os confrontos de interesses que envolveram os sujeitos históricos de sua época, "o que faz destes documentos, suportes de informações a cerca de seus referentes"[ii] e contribuem para sua importância sempre renovada como fonte para o trabalho de interpretação e re-significação do historiador.

Por isto mesmo citar, reler, rediscutir os T.E. são oportunidades de questionar o legado do dominador e a tradição por ele criada. Com este propósito os historiadores poderiam retirar do contexto histórico da dominação étnica ou de outras modalidades possíveis de relações de dominação social a esperança truncada, os gritos emudecidos ao longo da história, e atualizá-los no presente, por meio de uma valorização dos projetos, modos de viver e da memória dos vencidos como elementos para construção de uma "Outra História".

Nas duas últimas décadas do século XX, no Brasil, a "Nova História", produziu uma ampliação das possibilidades para a pratica do "Ofício do Historiador", principalmente para aqueles que pretendem colaborar na investigação e construção de uma "Outra História", que seja voltada aos interesses das minorias sociais.

Novos horizontes se abrem tanto na escolha de temas, como nas metodologias e abordagens teóricas, superando as limitações massificantes deste campo de investigação que é a historiografia, antes presa, a estudos feitos a partir da vida de "grandes personalidades" – os chamados "heróis nacionais" – atos da diplomacia e de algumas datas cívicas, conforme o interesse das elites governantes em construir e manter um certo tipo conveniente de memória

social. Esta tradição historiográfica – o positivismo - utilizava para sua pesquisa os documentos oficiais por considerá-los as únicas fontes válidas e confiáveis, porém, desconsiderava a necessidade de uma análise ou interpretação de seus conteúdos por serem tidos como os "testemunhos da verdade". Além de uma grande pluralidade de outras fontes como os panfletos, correspondência privada, artigos de jornais, revistas e livros, que também eram desconsideradas. Noutra tradição, a interpretação da história era feita a partir das estruturas sócio-econômicas, respaldadas nos conceitos de Modo de Produção e Luta de Classes, que apagavam totalmente a presença e a participação dos sujeitos no fazer da história, e a condicionavam a etapas de uma evolução pré-estabelecida de forma ortodoxa, aquela que poderíamos classificar de pseudomarxista.

Há ainda, aquelas produções historiográficas que tratam seus objetos como coisas isoladas de um contexto, desvinculadas de uma trama e do fazer humano histórico, sem relacioná-las a outros acontecimentos, os quais não seriam necessários para lhe conferir sentido e coerência histórica. Esta tendência historiográfica seria uma das derivadas da "nova história" que não teve uma boa aceitação entre os historiadores comprometidos com um trabalho que fosse capaz de produzir uma compreensão esclarecedora e satisfatória ao público leitor da história. Afinal são os contextos, construídos pelos historiadores que vão garantir o sentido e significado aos temas/objetos em um trabalho de pesquisa em história.

Esta renovação historiográfica está acontecendo por conta da atitude de busca e manutenção do diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, como a literatura, a lingüística, filosofia da linguagem, a antropologia, a sociologia etc.

Novos métodos como, o de Análise do Discurso, do estudioso francês M. Pêcheux, que busca relacionar a linguagem com a ideologia, visando revelar a historicidade dos textos; o Método Lingüístico de Abordagem do Campo Semântico, desenvolvido R. Robin e posto em prática por J. Doubios, no qual os "textos discurso" são entendidos como um sistema em que todas as unidades do texto se coordenam ou se opõem entre si, organizadas e interligadas por uma rede de relações de oposição, associação e identidade. Noutro modelo de Análise de Campo Semântico, o de L. Bardin, são escolhidas unidades de registro e contexto, entendidas como a totalidade. Estes dois

últimos apontados por C. Cardoso e R. Vainfas, no já quase clássico, “Domínios da História”, do qual são organizadores e escrevem entre outros o texto “História e Leitura de Textos”, o qual vem nos estimulando a reflexão na busca de caminhos que nos aproximem de uma atitude hermenêutica e de uma análise semiótica dos Textos de Época como alternativa para escrevermos a História.

Uma vez escolhida a temática a ser trabalhada pelo historiador, diga-se com destaque, melhor que este tema-objeto de pesquisa tenha significados e represente algo a mais na vida do pesquisador, que possua relevância social para sua comunidade de identificação. Pois será deste tema, como em uma via de mão dupla, que surgirá a problemática que, devidamente investigada, contribuirá para a discussão e o enriquecimento do diálogo no confronto de posições do debate social.

Que teoria seria a mais adequada para fundamentar a leitura de um “Texto de Época”? Esta é uma questão que só o próprio pesquisador deverá encontrar solução, afinal, as teorias devem surgir dos embates concretos com a realidade e do conjunto dos interesses defendidos pelo pesquisador. Por enquanto, nós, brasileiros de origem social popular, de uma forma ou de outra, ainda estamos observando e escrevendo a nossa própria história pelo viés do discurso direto dos estrangeiros ou da elite nacional. Permanecendo ainda, sob a influência de suas teorias e métodos historiográficos.

Diante desta situação, resta-nos, então, desenvolvermos uma crítica autônoma, uma nova leitura destas teorias e métodos, reinventando-as a ponto de percebermos de onde falam, e reconhecermos os efeitos e sentidos de seus discursos teóricos ou metodológicos. 0uvindo com mais atenção, sensibilidade e responsabilidade ética os clamores de nosso povo, só assim, é que seremos capazes de criarmos formas próprias para utilização da diversidade de teorias e métodos já existentes e de criarmos novos sistemas interpretativos e explicativos para a nossa história.

Os conceitos que utilizamos como bases teóricas para a condução do trabalho que realizamos e que gostaríamos de apresentar aqui como proposta de leitura e produção de um Texto de Época, foram: *Representação*, como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que apresenta e aquilo que é representado, ou ainda, como exibição

de uma presença pública de algo ou de alguém; *Alteridade,* característica do que é outro, que não eu, aquele(a) com quem estou em relação.

O primeiro ensaio nesta direção realizamos quando estávamos produzindo o texto monográfico "A Construção do Outro; O Índio no Discurso Caminha e Gabriel S. Sousa", por ocasião do curso de especialização em História do Brasil, realizado na UESC (Universidade Estadual de Santa Crua), no período entre fevereiro de 1998 a fevereiro de 2000, em Ilhéus, Bahia.

Desta experiência de leitura e produção textual é que gostaríamos de indicar a alternativa teórica metodológica que desenvolvemos como proposta possível de leitura e produção para os Textos de Época.

Os Textos de Época que utilizamos como fontes para investigação e demonstração de nossa experiência foram: a famosa "Carta a El Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil" de Pero Vaz de Caminha, e o "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", de Gabriel Soares de Sousa, do capítulo 47 ao 77, onde trata "Da Vida e Costumes do Gentio da Terra da Bahia".

Neste nosso trabalho devemos entender o "Texto de Época" como "estratégia" e "lugar" de luta sócio-política pelo poder. Sabendo-se que é possível aplicar esta proposta de leitura a diversos tipos de textos nos quais foram registradas as relações sociais conflituosas envolvendo concorrência entre grupos opostos: étnicos, políticos, gêneros, sindicais, econômicos, comerciais, classes etc. No caso específico do nosso exemplo, como estratégia de luta sócio-política pelo poder, envolvendo grupos étnicos diferentes, ou seja, embates políticos e ideológicos entre alteridades: português X tupinambá.

Para iniciar a leitura de um Texto de Época que inaugurou ou contribuiu para sustentação de uma tradição na interpretação e produção dos trabalhos historiográficos de sua época e posteriores, buscamos compreender o contexto histórico em que ele foi escrito. O trabalho de contextualização da fonte vai funcionar como recurso que justificará e dará sentido à nova interpretação do conteúdo, do fato ou da idéia que estiver sendo discutido.

O novo Texto de Época – produzido como trabalho de interpretação da fonte – ou faz a sustentação, ou uma revisão crítica da fonte e, na medida do possível busca inaugurar uma outra

tradição que substitua a anterior enquanto horizonte de compreensão, como sugere José A. Campigoto no texto "Interpretação de Texto, de História e de Intérprete", publicado na "Revista Brasileira de História", nº 46. Afinal de contas "se a hermenêutica filosófica (*entendida como técnica de interpretação*) fosse aplicada somente para compreender, criticar ou apoiar os textos alheios e os acontecimentos e fenômenos nos quais não estamos envolvidos, sua utilidade será mínima. Se, no entanto, conduzir-nos para a crítica do nosso fazer interpretativo, mais que útil, será indispensável para evitarmos as armadilhas da linguagem"[iii]. Esta postura diante dos textos que produzimos terá um caráter de "resistência à força da linguagem, uma proposta de conhecimento e reconhecimento das coisas preconcebidas (...),e de uma atitude crítica diante das tradições que nos envolvem para além do espaço delimitado das culturas, das classes sociais e do próprio discurso"[iv].

A "Carta a El Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil", foi escrito em um contexto renascentista de expansão dos domínios lusitanos ao "Além Mar". O "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", foi redigido em um contexto que pode ser caracterizado como de afirmação da política colonizadora dos reinos ibéricos sobre a América[v]. Já o nosso texto "A Construção do Outro; o índio no discurso de Caminha e Gabriel S. Sousa", em um contexto marcado pelas comemorações por parte das elites e de crítica e revisão da tradição em torno dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil, pelos movimentos sociais populares.

Ao buscar compreender o "contexto histórico" devemos encarar o documento, que está sendo utilizado como fonte para a pesquisa, como apenas uma das versões possíveis de interpretação da totalidade das relações vividas pelas partes envolvidas nos acontecimentos daquele contexto. Acontecimentos estes, que os afetaram de formas diferenciadas nos diversos níveis de implicações: individual, coletivo, local, nacional, internacional, político, econômico e ideológico, as partes envolvidas nos acontecimentos ou idéias. Em momento algum poderemos perder de vista que tanto as fontes como as produções sobre elas são sínteses da totalidade e que são apenas uma visão diante de tantas outras que não se efetivaram ou que não tivemos acesso. Afinal, o nosso, também é um Texto de Época igualmente envolvido pelo seu contexto de produção.

No ato de produção do nosso texto conduzimos uma investigação no sentido de conhecer quem foi ou é seu/sua autor(a), e aquele(a) que está sendo seu objeto, para tanto devemos buscar informações quanto as suas origens e condição social; funções (papéis) sociais que exercem ou exerceram; possíveis interesses e objetivos a serem alcançados com aquele texto; como também, um pouco de suas "visões de mundo" e, formas de organizações, valores e práticas sociais. Este esforço poderá ser feito com a intenção de melhor identificar os pares de relações dentro de um contexto histórico específico.

Para nós, foi bastante esclarecedor percebermos e revelarmos as condições de produção, ou seja, onde, como, quando foi escrito, quanto tempo usou para escrevê-lo, para quem e por que foi escrito e qual o seu objetivo imediato. Pois, elas podem interferir no tipo de linguagem utilizada, revelar a existência ou não de pressões das mais diversas ordens que poderiam interferir no seu conteúdo e até mesmo no seu formato.

Recomendamos selecionar duas ou mais fontes para realização do exercício de leitura e produção de texto, aplicando sobre cada um deles a proposta de leitura que estamos apresentando, isto visando melhor compreensão do tema, período ou problema em questão. Salientamos que, a utilização de fontes nas quais as relações entre binômios opostos estejam o mais evidentes possíveis, constitui-se em facilitador para melhor compreensão e explanação sobre o objeto hora analisado.

Destacamos a necessidade de ao proceder a leitura da fonte, que esta possa ser conduzida de forma atenta e cuidadosa, para que assim verifiquemos os sinais e os indícios denunciadores de como aquelas lutas ocorreram, as ocasiões de confrontos, velados ou explícitos, entre as partes. Fazendo uma leitura critica, ao mesmo tempo em que, criteriosamente devemos tomar o cuidado de selecionar e localizar as unidades de registro – as palavras/frases chaves – que denunciem as tensões entre os grupos em confronto.

Para realização do nosso trabalho foi importante passarmos a entender as unidades de registro como representações sócio-políticas e ideológicas, marcadas pelos limites sócio-culturais e histórico dos seus utilizadores, ou seja, são recursos lingüísticos usados para representar a realidade social de forma unilateral, sem levar em consideração o "universo simbólico" do outro.

Estas representações redutoras da complexidade do real funcionam como estratégias privilegiadas para fixar suas imagens no imaginário social, como formas de atingir e marcar a identidade daqueles que são transformados em seus alvos, como também, de afetar o imaginário dos futuros leitores.

Um outro ponto que julgamos importante para a operacionalização da proposta de leitura e produção textual que estamos apresentando foi a classificação das unidades de registros nos seus grupos específicos de representações, a partir dos diferentes tipos de relações - Identidade, Oposição e Associação – que estas estabeleceram entre si. Este procedimento foi de extrema relevância para a organização do texto que produzimos, pois foi a partir deste ordenamento das idéias no corpo do texto que garantimos o desenvolvimento coerente da pesquisa e a sua visualização didática.

Foi imprescindível percebermos as ligações e o caráter de interdependência dos diferentes tipos de relações destacados das representações contidas nas fontes, pois, elas teceram uma rede simbólica e semântica de ligações recíprocas com interdependência e complementariedade que garantiram a coesão e o sentido o que facilitou a nossa interpretação.

Sendo assim, visando dar consistência a nossa proposta de leitura e produção textual, aproveitamos a oportunidade para compararmos as fontes, buscando perceber os diferentes contextos de produção, autores, objetivos, condições de produção e os tipos de representações utilizadas sobre o outro com graus de: aproximações - distanciamentos, semelhanças – diferenças, continuidades – rupturas.

Dando prosseguimento ao nosso exercício de leitura e produção textual, esforçamo-nos por destacar as representações-sínteses produzidas pelos autores dos Textos de Época. “Bárbaro e Gentio são as representações conceituais a que chagaram os colonizadores durante os embates políticos, econômicos e ideológicos que travaram com os nativos no Brasil colônia de século XVI (...)”[vi]. Estas contêm de forma sintética as imagens e os sentidos mais próximos da realidade em que os construtores do outro quiseram ver transformados seus objetos do discurso, fazendo com que suas representações prevaleçam a ponto de poderem assumir o lugar dos seus

representados. E assim, podemos identificar a origem fundadora de sentido que aquelas representações sínteses possuíram historicamente.

Para tanto se faz necessário localizar quando, de que forma e em que outros contextos históricos elas foram utilizadas, percebendo, desta forma, quais as rupturas, permanências ou ampliações de sentidos que ocorreram nas representações-síntese no decorrer de suas possíveis utilizações posteriores ao seu uso inaugural.

E assim, perceber e demonstrar manifestações de continuidade ou rupturas na atualidade sob a forma de efeitos de longa duração no imaginário social, verificadas no cotidiano de nossos dias, tão ou até mais angustiantes que aqueles em que já foram utilizadas.

Neste sentido, podemos destacar ainda a intencionalidade dos autores, aquilo que chamamos de projeto político de intervenção social do sujeito do discurso sobre seu objeto; aquilo que o autor do texto discurso quis implantar como prática social aos seus opositores.

Fazer esta ponte entre o passado e o presente é sem duvida alguma criar condição de possibilidade para a visualização e indicação de caminhos alternativos para a superação de contextos ou conjunturas, que querem se apresentar como única realidade possível e por isso mesmo, imutáveis e inquestionáveis. A busca destes novos caminhos pela historiografia é o que valoriza o ofício do historiador e daqueles que acreditam que a história não acabou, que é possível, mesmo em tempos de crise paradigmática, surgir esforços na direção da construção de uma "Outra História".

Sinceramente esperamos ter contribuído de alguma forma para o desenvolvimento do debate em torno dos saberes e das práticas aplicados à construção do conhecimento na ceara daqueles que tomam sobre si o compromisso de manter vivo e dinâmico o saber/fazer da história como ofício.

---

[i] Professor de História no Ensino Médio da Rede Pública do Estado da Bahia.
[ii] CARDOSO e VAINFAS. "História e Análise de Texto" in: *Domínios da História*, p. 375-376.
[iii] CAMPIGOTO, J. A. *Interpretação de textos, de história e de interprete*. In Revista Brasileira de Historia nº 46. p.251. Grifo Nosso
[iv] Idem, p. 251.
[v] SILVA, Eugenio D. *A Construção do Outro; O "índio" no discurso de Caminha e Gabriel S. Sousa*. P. 42 e 43.
[vi] Idem, P. 51.

Os limites históricos dos limites absolutos:

Mészaros e as determinações da crise contemporânea.

Eurelino Coelho - UEFS

Robert Brenner lembra, com humor, que os "marxistas têm fama de prever com exatidão todas as crises econômicas internacionais, menos a última".[i] O debate entre marxistas sobre a possibilidade de uma crise final do capitalismo (a teoria do colapso, ou *Zusamenbruchstheorie*) foi muito intenso desde os primeiros anos da Segunda Internacional e atravessou o século XX, embora perdesse muito do seu fôlego inicial no período posterior à Segunda Guerra Mundial.[ii] Nas últimas décadas do século XX, no entanto, as crises econômicas capitalistas recrudesceram e, com elas, abriu-se um cenário favorável ao aparecimento de variantes da teoria do colapso.

Este ensaio desenvolve algumas questões sobre uma dessas variantes, a do filósofo marxista István Mészaros que, em sua *opus magna*, produziu um estudo extenso e sofisticado sobre o que ele denomina a *crise estrutural da ordem sócio-metabólica do capital*. Após uma breve sinopse das teses centrais desenvolvidas por aquele autor, apresentarei algumas considerações críticas sobre a sua teoria da crise estrutural como interpretação histórica da crise contemporânea. O objetivo maior de Mészaros em seu livro, cujo subtítulo é "Rumo a uma teoria da transição", é da maior relevância para o marxismo contemporâneo. Mesmo a sua procura por uma teoria marxista da transição, no entanto, é afetada por implicações teóricas da sua noção de crise estrutural.

Mészaros qualifica assim o período histórico atual, em que a ordem sociometabólica do capital estaria se defrontando com os seus limites absolutos. Diferentemente de momentos anteriores, em que havia e foram aproveitadas as possibilidades de deslocamento das contradições estruturais do capital, no presente (a partir dos anos 70) o desenvolvimento da reprodução sociometabólica do capital teria alcançado "seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente."[iii] O conceito de crise

estrutural, segundo ele, refere-se a uma condição que "afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada". Por isso mesmo ela "põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo". "Uma crise estrutural", reitera o autor, "não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global".[iv]

Mészaros adverte contra o perigo de associar a noção de crise estrutural às "expectativas do dia do juízo final que jamais se materializará necessariamente".[v] O significado da crise seria "mais modesto": ela implicaria em que a "tripla dimensão interna da auto-expansão do capital [produção, consumo e circulação/distribuição/realização] exibe perturbações cada vez maiores" ao mesmo tempo em que falha a "função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema". Tão logo se perde a possibilidade de "cavar buracos cada vez maiores para encher com a terra assim obtida os buracos menores cavados anteriormente", as contradições e disfunções do sistema "tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*".[vi] A crise não é restrita à esfera sócio-econômica, mas afeta "toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral".[vii]

As determinações históricas da crise estrutural precisariam ser buscada no processo denominado por Mészaros de "ativação dos limites absolutos do capital". O autor traça uma relação precisa entre o desencadeamento deste processo e a necessidade de superação histórica da ordem do capital:

> (...) como a ativação dos limites absolutos do capital, enquanto sistema de reprodução plausível, surgiu em nosso horizonte histórico, já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico.[viii]

Seriam quatro os eixos em que se aglutinaram as grandes contradições que estariam precipitando a ativação dos limites absolutos do capital: 1) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais da reprodução sociometabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, aportada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico. O autor desdobra e analisa pacientemente cada um destes eixos, mas aqui é possível somente um resumo.

O primeiro bloco de contradições liga-se à impossibilidade de constituição de um governo mundial do capital que substitua o sistema mundial de Estados. A "estrutura totalizadora de comando político" existente em cada Estado nacional entrou em dissonância com as estruturas de reprodução material do capital global. No entanto, esperar que o Estado do sistema do capital adquira a "capacidade de reunir e 'conciliar' debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num 'governo mundial' ou numa 'liga das nações' kantiana é pedir o impossível". Cada Estado "soberano" somente pode existir como determinação duplamente negativa: como expressão da dominação do capital sobre o trabalho e da luta entre os diversos capitais individuais em seu próprio território e como opositor real ou virtual dos outros Estados no sistema mundial. Não podem, por isso, constituir-se em elementos positivos, passíveis de ser combinados na formação do meta-Estado do capital. Os limites absolutos do sistema são ativados sempre que "antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las".[ix]

A questão da destruição das condições naturais da reprodução sociometabólica, por sua vez, está atrelada ao caráter irremediavelmente incontrolável da propensão do capital à acumulação. Mészaros procura demonstrar que as unidades de reprodução do capital (empresas) estão obrigadas a considerar todos os obstáculos externos como barreiras a serem transpostas: "a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados 'fatores de produção' externos em termos da lógica auto-expansionista do capital".[x] É por isso que a

racionalidade do capital, necessariamente parcial, "contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais".[xi] Esperar do progresso do conhecimento científico uma solução adequada seria ilusório, posto que a "ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção".[xii] A idéia de *destruição produtiva*, empregada pelos apologetas do capital, perdeu toda a credibilidade uma vez que o

> fator *destrutivo* dos 'custos totais da produção' – a ser enfrentado dentro de limites progressivamente restritivos – torna-se cada vez mais *desproporcional* e em última análise *proibitivo*. Historicamente passamos da prática de *destruição produtiva* da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da *produção destrutiva* cada vez maior e mais irremediável".

O planejamento racional e abrangente de todos os recursos naturais e humanos é uma tarefa para a qual o capital é absolutamente incapaz, e exige uma "maneira radicalmente diferente de regular, pelos próprios indivíduos, o intercâmbio social entre os indivíduos, o que, pela primeira vez, permitirá um planejamento verdadeiro".[xiii]

Incapacidade semelhante revela o capital frente à reivindicação de igualdade substantiva que está na base da luta pela emancipação feminina. A "causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira", e não pode, portanto, se contentar com a igualdade puramente formal dos sistemas jurídicos liberais. Esta igualdade, porém, não pode ser obtida no microcosmos da vida privada e familiar se permanecer intacto, no macrocosmo da reprodução sociometabólica, o sistema hierárquico e desigual do capital pois, neste caso, a "família estaria em direta contradição ao *ethos* e às exigências humanas e materiais necessárias para assegurar a estabilidade do sistema hierárquico de produção e reprodução social do capital".[xiv] É por isso que a "causa da emancipação das mulheres tende a permanecer não-integrável e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela".[xv]

O desemprego crítico é o último pólo de contradições ativadoras dos limites absolutos examinado por Mészaros. O aumento do desemprego crônico nos países capitalistas centrais representa um perigo sério para o sistema como um todo e contraria a expectativa de que o "desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais 'atrasadas' e 'subdesenvolvidas' do planeta". Como uma "grande ironia da história", o impulso para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo manifesta-se como "uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa *força de trabalho crescentemente supérflua*".[xvi] Além de comprometer o sistema pela redução do poder de compra, que pode bloquear a realização dos lucros, o desemprego acrescenta "dinamite social" ao cenário contemporâneo, minando a estabilidade política e social mesmo nos países centrais.

Mészaros atribui grande importância à questão da crise estrutural e dos limites absolutos. O projeto socialista marxista, para se realizar, sempre dependeu não apenas de sua validade teórica, mas sobretudo da confirmação de que "as aspirações nele contidas correspondessem às necessidades reais das pessoas". Ora, precisamente esta condição esteve ausente até muito recentemente: "*No momento de sua concepção, a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado, da maneira esperada e estipulada por seu autor*". Agora dá-se o contrário, segundo Mészaros: a realidade "está começando a se movimentar em direção ao pensamento", mas, lamentavelmente, o pensamento socialista "se recusa a caminhar na direção da realidade e 'lutar por sua própria realização'".[xvii] Demonstrar que a realidade está, finalmente, indo ao encontro do pensamento marxista é o que ele pretende com a sua teoria da crise estrutural com ativação dos limites absolutos. Corrigir o pensamento socialista, que se recusa – e logo agora – a encontrar-se com a realidade, é o seu objetivo maior, como intelectual marxista. O raciocínio é engenhoso, mas exige um artifício para que funcione: é necessário excluir (ou, no mínimo, depreciar) a história concreta da luta de classes e dos combates pelo socialismo no século XX.

É preciso dar razão a Mészaros quanto à imaturidade, no tempo de Marx, das "condições objetivas para se imaginar a mera possibilidade de uma ofensiva hegemônica" do movimento socialista, que nem mesmo dispunha de força e organização suficiente para tal.[xviii] Era uma época em que o capitalismo encontrava-se ainda em ascensão por toda parte, exceto no "cantinho do mundo" (Marx) em que ele já se desenvolvera com maior plenitude (Europa ocidental e EUA). Entre o tempo de Marx e o nosso, contudo, houve o século XX., do imperialismo, das guerras mundiais e das revoluções socialistas. Para Mészaros, a crise estrutural esteve ausente em todo este período, o que explicaria a extraordinária capacidade revelada pelo capital de deslocar suas contradições sem sucumbir a elas. A situação teria se alterado somente com a ativação dos limites absolutos do capital, em décadas mais recentes.

Acontece que a análise de Mészaros sobre este período histórico está inteiramente enviesada pela sua decisão de eleger a trajetória de Lukács diante da experiência soviética como referência exclusiva.[xix] Por mais representativa e exemplar que possa ser a trajetória do grande filósofo húngaro, e por maior e mais deletéria que tenha sido a influência da falácia do "socialismo num só país" sobre amplas parcelas do movimento socialista, a história da luta de classes não é redutível a tais parâmetros. E a história da luta de classes é o verdadeiro cenário da luta pelo socialismo. Seria possível admitir a "imaturidade das condições objetivas" num século em que a revolução socialista foi posta efetivamente na ordem do dia em tantos países e em décadas tão diferentes? Não apenas os casos de revolução vitoriosa, como Rússia, China ou Cuba, mas os poderosos movimentos revolucionários socialistas que foram derrotados ou que refluíram de algum modo (Alemanha, Espanha, Hungria, Portugal, Chile, Nicarágua...) atestam a ronda do espectro da revolução em vários continentes ao longo do século.

Mészaros argumenta, com razão, que a derrota final de quase todas estas experiências, com destaque para a URSS, seria prova de que não basta levar a cabo uma revolução política para assegurar a superação da ordem do capital. O que é excessivo é concluir, em seqüência, que estas derrotas comprovam a inexistência de condições

objetivas para a construção do socialismo. O que derrotou, em última instância, a revolução soviética foi, como ele próprio admite, a inexistência da revolução na Europa ocidental. Ora, mas a derrota da revolução socialista na Alemanha não pode ser pensada como um "fator objetivo", no sentido empregado por Mészaros. Aquele foi um processo histórico em que fatores "subjetivos" (notadamente a orientação política do partido social-democrata) desempenharam um papel central.

Seguindo uma tradição que não é estranha a alguns marxistas, Mészaros concebe em perspectiva não-dialética a "objetividade" das tais "condições objetivas", que perdem assim seu caráter humano e histórico.

> Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada *espontânea* para uma solução radicalmente diferente. (...) É o caráter objetivo das novas condições históricas que por fim decide a questão, não importando quais sejam os atrasos e desvios que possam acompanhar as circunstâncias dadas. A verdade é que existe um *limite* além do qual acomodações forçadas e imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, *subjetivamente* para os indivíduos envolvidos e *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura socioeconômica ainda dominante. Nesse sentido, e em nenhum outro, a atualidade histórica da ofensiva socialista – entendida como sinônimo do fim do sistema de melhorias relativas pela acomodação consensual – está destinada a impor-se a longo prazo, tanto na forma exigida da consciência social como em sua mediação estratégico-instrumental, mesmo que não possam existir garantias contra outras derrotas e decepções num curto prazo.[xx]

É possível referir-se aos limites absolutos do capital num sentido preciso, a saber, como definição das condições de possibilidade do próprio capital. Por esta perspectiva, a produção da igualdade social substantiva ou o planejamento racional e democrático do uso dos recursos naturais e humanos são exigências que apontam, de fato, para além do capital, vez que supõem o desenvolvimento pleno de relações sociais que são contraditórias e incompatíveis com as relações capitalistas. Tais limites não são, porém, uma novidade histórica. A crise contemporânea não expressa a ativação destes limites, que operam negativamente no interior do próprio capital, apenas permite constatar o seu agravamento. Se é possível falar em crise para nomear o período histórico atual do capitalismo isto se deve a outra ordem de determinações, não analisada por Mészaros, e que diz respeito às condições efetivas da reprodução ampliada de capital.[xxi] Por outro lado, a atualidade histórica da ofensiva socialista tampouco se determina pela crise estrutural, tal como

Mészaros a compreende. A necessidade histórica de superação do capitalismo, nos termos em que foi formulada por Marx, esteve aberta no século XX. A crise atual repõe e atualiza esta necessidade, mas de modo nenhum a inaugura. O fato de que, apesar disso, as experiências de construção do socialismo tenham sido derrotadas precisa ser interpretado dialeticamente, como o desenrolar de uma luta de vida ou morte cujos resultados não podem mais ser assegurados previamente pelas "condições objetivas" (aquelas que "por fim decidem a questão"). Esta luta não acabou e é preciso reconhecer que o risco de novas derrotas não é reduzido pela existência de uma crise estrutural.

A despeito da sua concepção de crise estrutural, o livro de Mészaros oferece importantes contribuições para o reencontro do pensamento socialista com a luta revolucionária – sobretudo por sua crítica devastadora do reformismo e das ilusões no Parlamento e por sua denúncia da herança stalinista. Quanto ao objetivo de apontar para uma teoria da transição, a opção por ancorar a atualidade da ofensiva socialista na crise estrutural do capital prejudica a estrutura argumentativa e fragiliza o conjunto do texto que, sob vários outros aspectos, é brilhante.

---

[i] BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? *Outubro*, 3, São Paulo, 1999, p. 7.
[ii] Os termos do debate entre os marxistas da época da Segunda Internacional sobre os temas combinados da acumulação de capital e das crises cíclicas foram bem analisados em 1968 por ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*. 6ª ed., Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1989. Mais recentemente, no Brasil, apareceu o consistente trabalho de Jorge GRESPAN (*O Negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1999), que discute a crise como momento interno do próprio capital.
[iii] MÉSZAROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 216.
[iv] Idem, ibidem, p. 797. Grifos dele.
[v] Id., ibid., p. 799.
[vi] Id., ibid., p. 799-800. Grifos dele.
[vii] Id., ibid., p. 800. Grifos dele.
[viii] Id., ibid., p. 217.
[ix] Id., ibid., p. 245.
[x] Id., ibid., p. 253.
[xi] Id., ibid., p. 258, grifos dele.
[xii] Id., ibid., p. 265.
[xiii] Id., ibid., p. 267.
[xiv] Id., ibid., p. 271, grifos dele.
[xv] Id., ibid., p. 272.
[xvi] Id., ibid., p. 341.
[xvii] Id., ibid., p. 218, grifos dele. A noção do encontro/desencontro entre realidade e pensamento é uma referência de Mészaros ao texto de Marx "Introdução à Contribuição à Crítica do Direito de Hegel".
[xviii] Id., ibid., p. 792.
[xix] Cf. os capítulos 6 a 10, da Parte II do livro, intitulada *Legado Histórico da Crítica Socialista 1: O Desafio das Mediações Materiais e Institucionais na Esfera de Influência da Revolução Russa*.
[xx] Id., ibid., p. 787-8, grifos dele.
[xxi] Ver, por exemplo: BRAGA, Ruy. *A Restauração do Capital*. Um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo, Xamã, 1996. Abordei a questão no capítulo 7 da minha tese de doutorado: COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda Para o Capital.* Tese de Doutorado em História. UFF, Niterói, 2005.

"Carne para o Alimento, Mulher para o Gozo": o discurso jurídico e o feminismo na desocultação da violência sexual.

Eva Lucia Gavron* - PPG-UFSC

> Ora, os dois instintos mais fortes, que predominam sobre todos os outros, são justamente os de nutrição e reprodução, carne para o alimento, mulher para o gozo. É preciso, pois, para a satisfação do animal obter a mulher ou pela conquista brutal da força, ou pelas manobras hábeis de sedução. Não admira, portanto, que as estatísticas acusem esta marcha progressiva nesse gênero de delitos.[2]

A frase do jurista Viveiros de Castro, escrita no início do século XX, pode nos servir de embasamento para pensar o propósito deste artigo. Este jurista foi o primeiro a aprofundar estudos sobre o litígio sexual no Brasil, no final do século XIX. Em seus escritos, manifestou propósitos jurídicos, regulamentando a melhor forma de punir os crimes sexuais e, de forma particular, crimes contra os que ofendiam a honra da mulher. Segundo Martha de Abreu Esteves, "*Viveiros representou o que de melhor o conhecimento jurídico poderia produzir sobre as infrações sexuais para que fosse possível um controle dos comportamentos amorosos populares*".[3] Seus escritos sobre o corpo feminino e os crimes sexuais auxiliam uma compreensão sobre a sociedade da época, principalmente no que tange às relações de gênero. No período republicano, a mulher era percebida como servil, passiva e objeto de desejo para a satisfação dos instintos sexuais masculinos. Para chegar ao objetivo desejado que era o prazer pelo gozo, o homem poderia usar a "conquista da força bruta" ou as artimanhas da sedução. Nesse sentido, chama a atenção a forma com que o corpo feminino poderia sofrer intervenções, com ou sem o consentimento da mulher, o corpo violentado seria destituído de direito.

O propósito deste artigo é esboçar algumas idéias de como, a partir da década de 1970 no Brasil - com a luta do movimento das mulheres e do movimento feminista - esse "corpo objeto" foi aos poucos se transformando num "corpo político" alterando a forma de percepção da violência a ele cometido. Para tanto, em um primeiro momento, contemplo o discurso jurídico e o seu olhar para o corpo feminino. Em seguida, trato do surgimento da luta feminista no combate à violência contra a mulher. Por fim, busco traçar um pequeno panorama dos

interesses acadêmicos sobre o assunto e a mudança de referências sobre o corpo feminino e a violência sexual.

A idéia de violência contra a mulher tal como a entendemos atualmente é datada, ou seja, tem historicidade, e veio acompanhada por uma série de reivindicações que surgiram principalmente no início da década de 1970, período esse proposto pela ONU como sendo o início da Década da Mulher (1975-1985). Antes o tema não era visibilizado. Embora já houvesse manifestações sobre os direitos civis, "acabava-se reproduzindo a violência inerente à naturalização da mulher como domínio doméstico e a prática da tutelagem [sic] masculina".[4] A violência doméstica era percebida como algo tolerável dentro de uma sociedade onde a noção de gênero era determinada por um discurso masculino e dominante, o qual reservava ao homem o espaço público da ação e à mulher a tentativa de encarceramento no espaço privado, no mundo doméstico.[5] Como os conflitos referentes à esfera privada não eram da alçada do Estado institucionalizado, não havia interesse e nem motivos suficientes para legitimar sua intervenção, salvo os casos nos quais a honra da família poderia ser "manchada", "jogada na lama". Para os juristas do período republicano e do pós-guerra, a questão centrava-se na defesa e na proteção da honra e não na violência sofrida pelo corpo feminino. Infelizmente, o passado e o presente convivem com rupturas e permanências e essas confluências elaboram, ainda hoje, discursos muito próximos do passado, em se tratando dos casos dos crimes sexuais.

Para continuarmos, retornamos novamente a Viveiros de Castro, devido à apreensão que teve sobre a fragilidade feminina. Segundo o jurista, a fragilidade da mulher não estava relacionada diretamente a sua força física - pela fraqueza dos músculos ou pela sua resistência - mas sim pela sua mente, a sua maneira de pensar. A mulher era volúvel, instável e portanto, facilmente influenciável, ora por sua emoção, ora por terceiros, mas nunca pela razão, característica essencialmente masculina. Viveiros de Castro preocupava-se em como preservar a honra sexual feminina, pois na construção de gênero a noção de honra estava relacionada ao

sexo masculino, vinculado à "pureza sexual de sua mãe, mulher, filhos, irmãs e não a sua",[6] o que garantiria a eles uma certa libertinagem. À mulher competiria o seu caráter representativo, ou seja, a preservação do hímen. Dessa forma, o ponto central não se encontrava na violência, na aprovação ou desaprovação de tal ato, mas sim no resultado da sua ação, que nesse caso referia-se à desonra ocasionada pelo defloramento. A discussão legal evidenciava somente o dano irreparável: a perda da virgindade, o que, para alguns especialistas, significava um atentado maior do que o estupro.[7]

Viveiros de Castro, jurista que influenciou gerações de advogados, promotores e juízes, era constantemente citado nos processos de crimes sexuais (inclusive suas reflexões permearam a mudança do Código Penal de 1940). Para Nelson Hungria, um dos elaboradores do Código Penal, o crime sexual seria considerado uma ofensa à sociedade e, por isso, enquadrado na classificação abrangente dos "Crimes contra os Costumes". Segundo o autor, o termo "costumes" foi empregado para "significar (sentido restritivo) os hábitos da vida sexual aprovados pela moral prática (...), a conduta sexual adaptada à conveniência e disciplina sociais". [8] Ou seja, esse tipo de crime era qualificado como ofensivo à moral e aos bons costumes sociais. O estupro de uma prostituta, por exemplo, embora pudesse ser enquadrado no Art.213 do C.P., não era, e muitas vezes ainda não é, entendido como crime por falta do elemento moral. A "meretriz estuprada, além da violência que sofreu, não sofreu qualquer outro dano",[9] pois não possuía mais o hímen e nem fazia parte de uma família honrada. Em relação ao estupro entre cônjuges, o Código Penal de 1940 não previa punição. "O marido tem direito à posse sexual da mulher. Casando-se, dormindo sob o mesmo teto, aceitando a vida em comum, a mulher não pode furtar-se ao congresso sexual, cujo fim mais nobre é a perpetuação da espécie".[10]

Roberto Lira, promotor e socialista, também colaborou para criação do Código Penal de 1940. Menos tradicional do que Nelson Hungria e Edgar Magalhães Noronha, apontava que o modelo da família patriarcal escamoteava a violência doméstica, porque "*via nas tradições*

repressivas da sociedade patriarcal a origem do que ele e muitos outros percebiam como uma obsessão popular pela violência doméstica e pelo sensacionalismo dos escândalos sexuais".[11] Embora as opiniões dos representantes do Judiciário divergissem em determinados assuntos, sendo uns mais liberais e outros mais conservadores, havia entre eles um consenso: o de que os novos meios de comunicação trouxeram a degeneração moral à sociedade brasileira, como é possível perceber no processo de crime de defloramento registrado em 1938, na fala do advogado:

> A mulher maior de 18 anos que freqüentar os salões mal iluminados dos cinemas, os bailes públicos tomado por danças modernas, desacompanhadas dos pais, leva a vida de mulher moderna, emancipada passa de liberdade a licenciosidade, não merece tutela da lei.
> Por obra e graça do rádio, dos cinemas, do teatro, das reuniões dançantes, dos jornais, revistas e romances mesmo dos chamados romances para moças, dos apertos coletivos e da promiscuidade impudica das praias de banho, qualquer mocinha, já no limiar da puberdade adquire noções mais ou menos exatas da vida.[12]

A discussão sobre a moralidade sexual realizada naquele contexto visava perceber as relações estabelecidas entre homens e mulheres, pensadas e analisadas socialmente em termos do que deveria ser tolerado ou inadmissível. Desafortunadamente, a violência doméstica e, conseqüentemente, a violência sexual, inseridas comumente no espaço privado eram toleradas. Segundo Maria Tereza Verardo "*os parentes, as pessoas em que se aprende a confiar, são os que ocupam os primeiros lugares nos índices de estupradores*," ou seja, a violência sexual acontecia dentro de casa, no ambiente doméstico.[13] Foram a *desocultação* da violência contra a mulher e a politização do espaço privado (doméstico), levados a cabo pela luta do movimento feminista em 1970, que inauguraram um discurso que denunciou e problematizou a questão no Brasil. Como descreveu Flavia Schilling, "*se trata agora de novos sujeitos históricos que aparecem em cena e lutam e constroem este objeto – aquilo que estava naturalizado passa a ser visto como violência*".[14] As mulheres trouxeram uma nova abordagem

para o corpo feminino, compreendendo-o em suas dimensões políticas e por isso transformando-o em um corpo de "direitos".

Contudo, é importante ressaltar que essa luta estava inserida na Ditadura Militar, período conhecido como "os anos de chumbo" (1964-1985) devido a sua forte repressão e autoritarismo. Em decorrência desse contexto, o movimento feminista no Brasil não teve as características encontradas nos movimentos que surgiram nos Estados Unidos e na Europa, mas possibilitou "*a emergência do feminismo no seio das militantes dos partidos de esquerda e de mulheres engajadas na luta pela restituição da democracia no país*".[15]

Com a abertura gradual do regime autoritário realizada a partir da segunda metade da década de 1970, no governo do general Ernesto Geisel, passou a ocorrer uma maior articulação dos movimentos populares, o que, em certa medida, fez com que muitos deles proliferassem. Em 1975, no Rio de Janeiro, aconteceu o primeiro encontro feminista. Dele surgiu o grupo feminista Centro da Mulher Brasileira. Naquele mesmo ano foi criado o jornal *Brasil Mulher* e em 1976, o jornal *Nós Mulheres*. Vários grupos feministas surgiram naquele momento tendo como objeto principal a luta pela igualdade de direitos, a anistia e a abertura para a democracia.[16] Para Vera Soares,

> foi durante a ditadura, quando existiam as torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos político, que o movimento feminista foi capaz de promover uma serie de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e a violência contra as mulheres na esfera doméstica [17]

Foi no final dos anos de 1970 e no início de 1980, a partir de dois casos marcantes, que a denúncia sobre a violência contra a mulher emergiu publicamente ocasionando uma série de protestos. O primeiro caso era remetido ao espancamento de uma mulher casada com um professor universitário, o que fez surgir o *slogan* "*o silêncio é cúmplice da violência*";[18] o segundo, talvez o mais conhecido, foi o assassinato da milionária Ângela Diniz por seu companheiro, o *playboy* Doca Street, ocorrido no Rio de Janeiro em 1976. Segundo Miriam

Grossi, foi a primeira vez que aconteceram manifestações feministas contra a impunidade em casos de assassinatos de mulheres por homens[19]

O caso de Ângela Diniz impulsionou os inúmeros protestos que traziam como *slogan* a frase "Quem ama não mata". O objetivo era discutir como a legítima defesa da honra poderia ser usada para justificar a incidência do crime. Foi também devido a ineficácia do Estado sobre esse problema que os grupos feministas criaram o SOS Mulher, funcionando em diversas capitais brasileiras de 1981 a 1983. Esses serviços tinham como intenção atender gratuitamente mulheres vítimas de violência, oferecendo assistência jurídica e psicológica. Em 1980, grupos feministas criaram o *Dia Nacional de Luta contra a Violência contra a Mulher* (10 de outubro). Em 1982 foi criado o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher e em 1985 foi instalada a primeira delegacia de atendimento a mulher em São Paulo (DPDM), a qual se proliferou em várias regiões do Brasil.[20]

Problemática gerada a partir da luta feminista, a violência contra a mulher tornou-se objeto de pesquisa em várias áreas de conhecimento na década de 1980. Os primeiros trabalhos publicados assumiram caráter militante[21] e alguns uma postura vitimista sobre a mulher, como foi o caso da pesquisa de Maria Amélia de Azevedo[22] sobre violência conjugal. Ao procurar criticar a postura vitimista, os trabalhos de Maria Filomena Gregori[23] e Marilena Chauí,[24] buscaram demonstrar que a violência não era um atributo masculino, mas histórico e social, e que a "violência não era mais simplesmente contra a mulher, vítimas, mas a violência na qual as mulheres são co-autoras, cúmplices e mesmo agentes, submetendo outros à violência e incluindo, nesses outros, outras mulheres". [25] Gregori chamou a atenção para os trabalhos (Albano e Montero[26], Azevedo[27]) onde a mulher aparecia como ser passivo, enfatizando o perigo que a análise vitimista poderia acarretar na política feminista, se a mulher assumisse uma postura de vítima. Essa postura não permitiria, como conseqüência, uma reação, portanto, a mulher seria incapaz de agir.

Diferentes abordagens sobre a violência contra a mulher são importantes para observar que quando se fala do movimento feminista ou movimentos das mulheres não se pode pensar em um movimento homogêneo, mas sim na sua heterogeneidade. E, e por ser um movimento dinâmico, possui também várias vertentes e formas diferenciadas de discorrer sobre a problemática. Nesse sentido, a categoria de análise de gênero, percebida também com uma forma de análise entre as feministas, começou a ser utilizada no Brasil no final dos anos 1980, com o objetivo de propiciar um redirecionamento sobre as práticas femininas e sobre relações constituídas entre homens e mulheres.

Na década de 1990, a politização das práticas e condutas agressivas denunciadas pelo movimento feminista contribuíram para a ampliação da problemática sobre a violência, nomeando-as: "*violência contra mulher, violência de gênero, violência sexual, violência doméstica, violência conjugal, violência familiar, violência no trabalho, violência nos serviços públicos, violência verbal e simbólica, entre outras*".[28] Ao especificar as formas de violência, ampliam-se as possibilidades de se pensar a complexidade do tema, como também de *desocultá-la* dos lugares herméticos. Assunto de interesse de pesquisadoras e pesquisadores, a violência de gênero torna-se um objeto abordado principalmente na Antropologia, na Sociologia, no Serviço Social, na Psicologia e no Direito.

Na historiografia, novos problemas sobre novos objetos começaram a emergir a partir da chamada História Cultural. Questões desprezadas pelos positivistas, tais como a sexualidade, a prostituição, os fazeres da casa, os loucos, tornaram-se alvos de múltiplos olhares e múltiplas histórias, contribuindo para dar visibilidade a sujeitos marginalizados pelo campo da História.

No Brasil, esses olhares foram-se desdobrando nos anos 80, também por questões políticas (Ditadura Militar). Um dos primeiros trabalhos que procuraram falar de uma certa violência no cotidiano das mulheres foi elaborado por Boris Fausto, e versava acerca da criminalidade em São Paulo[29]. Segundo o autor, o crescimento urbano ocorrido na virada do

século XX forneceu um campo propício para o aumento da criminalidade. Por ter-se utilizado de processos de crimes de homicídio, furtos/roubos e os crimes sexuais, acabou dedicando um capítulo para análise dos casos de defloramento e de estupro. Embora Fausto não trate especificamente sobre a violência sexual, seu trabalho é um marco importante por trazer à tona à discussão de *como* o discurso jurídico partia de uma visão falocêntrica de sociedade que estigmatizava o comportamento feminino.

Outro trabalho foi o de Rachel Soihet,[30] que procurou recuperar a história de mulheres através dos processos criminais os quais as enquadravam como rés. Sua análise esteve centrada nas práticas sociais, enfatizando a questão da violência como algo constante na sociedade brasileira. Sua abordagem também é histórica e, portanto, faz parte de um número de publicações ocorridas na década de 1980 que privilegiou o papel da mulher na história. Da mesma forma que a categoria *relações de gênero*, outras possibilidades foram surgindo na confecção da História, permitindo outros questionamentos, entre os quais a *construção da masculinidade*.

Na historiografia atual, temos vários trabalhos que abordam direta ou indiretamente a violência deflagrada sobre o corpo feminino e masculino ao longo de vários períodos históricos. Contudo e de maneira geral, parece-me que a história da violência intrafamiliar e de outras formas de violência, como a sexual, necessitam ser interpretadas como objetos de pesquisa. Essa ampliação permitiria outras dimensões nas relações entre homens e mulheres e outros vislumbres sobre as formas de constituição de subjetividades.

---

[*] Doutoranda em História pela UFSC.

[2] CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Os delitos contra a honra da mulher.* 4ª ed. São Paulo: Freitas e Bastos, 1942, p.24

[3] ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas:* os populares e o cotidiano de amor no Rio de Janeiro da Bellé Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.35.

[4] Perspectivas antropológicas da mulher 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.10

[5] Ver: SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. Cadernos Pagu(3). Desacordos, desamores e diferença. Campinas, SP:Ed. Unicamp, 1994.

[6] Ver:PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.) *Honra e vergonha*: valor da sociedade mediterranêa. 2ª ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p,32.

[7] CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1910/1940), Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2000.,p.82
[8] HUNGRIA, Nelson. LACERDA, Romão Cortes de. *Comentários ao Código Penal*. Vol. VIII. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1948, p,104.
[9]NORONHA, Edgard Magalhães. *Crimes contra os costumes*. Comentários. Art.213 a 226 e 108. No.VIII do Código Penal. São Paulo. Livraria Acadêmica, 1943, p.36
[10] Idem. p.43.
[11] CAULFIELD, S. op. cit. p.167.
[12] Adelino Narciso, proc. no. 424, 1938.
[13] VERARDO, Maria Tereza. *Sexualidade violentada*: uma tentativa de destruição. São Paulo: Em Nome da Rosa, 2000.,p.23
[14] SCHILLING, Flávia. A discriminação de gênero e as diversas formas de violência contra a mulher. In: MORAES, Maria Ligia Quartin de. NAVES, Rubens (orgs). *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2002, p.58.
[15] SOARES, Veras. Movimento feminista: paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas.* Rio de Janeiro. N.2, 1994, p.13.
[16] Ver: PITANGUY, Jacqueline. Violência de gênero e saúde - Interseções. In: BERQUÓ, Elza. *Sexo e Vida*: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 2003,p.323.
[17] SOARES, V. op. cit. p.13
[1818] Ver: CAMPOS, Carmen Hein de. A contribuição da Criminologia feminista ao movimento de mulheres no Brasil. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Verso e reverso do controle penal*: (des) aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.
[19] GROSSI, Miriam Pillar. De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro. N.1, 1993.
[20] Atualmente o Brasil possui 300 Delegacias para a Mulher.
[21] Ver: GREGORI: Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro. N.1, 1993,p.143.
[22] AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas*: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
[23] GREGORI: Maria Filomena. *Violência contra mulher: a pratica do SOS Mulher(SP)*: cenas e queixas. São Paulo: dissertação de mestrado Ciências Políticas/USP, minei, 1988.
[24]CHAUI, Marilena. Perspectivas Antropológicas da Mulher 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
[25] Perspectivas Antropológicas da Mulher 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.08
[26] ALBANO, Celina e MONTERO, Paula. Anatomia da Violência. In Madel Therezinha (org.) *Lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982
[27] Azevedo, M. op. cit.
[28] SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Luordes. A crítica feminista e a administração dos conflitos interpessoais. Texto apresentado no seminário os Estudos de Gênero face aos Dilemas da Sociedade Brasileira.Itu, São Paulo, 2001, p.04
[29] FAUSTO. Boris. *Crime e cotidiano:* a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
[30] SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência:* mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

INSTRUMENTO DE PESQUISA DO ARQUIVO DO FÓRUM DA COMARCA DE MARINGÁ.

Evandir Codato – UEM

Por sistema de informação tem se entendido a organização de procedimentos para o recolhimento, o processamento, o armazenamento, o arquivamento e a busca da informação para satisfazer diferentes funções ou necessidades (Harrod's librarians'glossary). O termo informação procura servir o propósito de "a tornar compreensível no contexto de sistemas específicos" e com a propriedade de registrar os dados selecionados, obtidos ou produzidos. A participação num Sistema requisita a organização do serviço de tratamento da informação documental. O Laboratório de Tratamento da Informação – LATIN – realiza suas atividades a partir do uso de metodologias específicas da Área da Ciência da Informação. Os projetos apresentam como núcleo comum de discussão teórico-metodológica, os arquivos e a memória social e se colocam ao debate acadêmico com outras disciplinas do conhecimento para em conjunto elaborarem e organizarem as questões de interesse na circulação e disseminação da informação junto à comunidade de usuários. O projeto aqui divulgado *Tipologia documental dos processos do poder judiciário* elaborou análise diplomática e arquivística, descrição e catálogo dos processos crimes do Arquivo do Fórum da Comarca de Maringá, dos anos cinqüenta a setenta e tendo por objetivos oferecer condições do exercício de pesquisa aos estudantes de arquivística e a elaboração de instrumento de pesquisa. Segundo os autores de *Arquivística; teoria e prática de uma ciência da informação*, [1] o termo informação tem recebido definições variadas que ressaltam idéias, uma delas, de que é quase sinônimo de fato. É algo que se pode utilizar; é matéria prima para o conhecimento; pode ser trocada e recebida; exerce efeito sobre o receptor; é utilizada nos momentos de tomadas de decisão; pode ser registrada em diferentes suportes; etc. Variados são os seus usos: política da informação, transferência da informação, gestão da informação, tratamento da informação, pesquisa da informação, difusão da informação, redes de informação, teoria da informação, ciência da informação. Na acepção de que é sinônimo de dados do conhecimento registrado, do registro da atividade humana tem sido designada por informação documental. Sua definição mais usual é de que é "um conjunto de dados organizadamente registrados em papel ou outro meio e com capacidade de comunicação" (Harrod's librarians'glossary). É nesse sentido que constitui o objeto de interesse dos cientistas da informação, mesmo que atribuídos a campos científicos específicos. "Adquirir, armazenar e recuperar informação são, em stricto sensu, as três funções fundamentais dos sistemas e serviços relacionados com o tratamento da informação, designadamente as Bibliotecas,

Centros de Documentação ou Serviços de Informação e os Arquivos". O termo informação procura servir o propósito de "a tornar compreensível no contexto de sistemas específicos" e com a propriedade de registrar os dados selecionados, obtidos ou produzidos. Talvez seja mais importante dar um conceito ao termo informação e desse modo elaborar uma imagem da realidade para que seja possível analisar e classificar a informação que recebemos: "classificar, relacionar, generalizar, abstrair são operações que resultam da junção do código lingüístico com a conceituação. Essas operações também só são possíveis devido à capacidade que as pessoas têm de armazenar os conceitos e respectivos signos – e têm de o fazer para poderem comunicar – isto é, a capacidade de memorização" [2]. A criação de "memória" implica procedimentos de controle da informação, de criação de meios de acesso e de desenvolvimento de dispositivos que acionam a recuperação da informação armazenada. Associado a isso o desenvolvimento tecnológico realizou variadas operações hoje genericamente designadas por ciência da informação[3]. Alguns autores passaram a considerar que a transferência da informação é uma parte inseparável da investigação e do desenvolvimento, o que exige mais meios e maior sofisticação dos sistemas e dos dispositivos relacionados com o seu armazenamento e processamento. Disso decorrem as preocupações de fundamentação teórica e de definição adequada para ciência da informação. As discussões voltam-se muito mais para situar a informação como objeto de conhecimento. Mas, que tipo de objeto? Trata-se de apresentá-la como "um fenômeno inscrito na realidade humana e social, e desse modo, abarcando um leque vasto de facetas, como a político-administrativa, a cultural, a científica, etc., não se fixando em nenhuma delas em particular" [4]. É inegável que há uma base comum às chamadas ciências sociais e as ciências da informação, sobretudo porque o recolhimento, a organização e a difusão da informação fazem parte do processo evolutivo das ciências sociais e em particular da História, em que tais, impõe-se uma análise epistemológica com questões essenciais como:

> e existência ou não de objetividade no estudo científico da informação; a inclusão do fenômeno informação no domínio dos 'fenômenos imprecisos e conceitos vagos' (freqüentes no campo das ciências humanas); a contextualização sistêmica da informação e a natureza das relações (multidisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares?) que têm sido estabelecidas entre as principais disciplinas circunscritas ao chamado 'tratamento' da informação – a Biblioteconomia e a Arquivística -, as ciências sociais predominantes – a História, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política – e o Direito e a Ciência da Administração. [5]

Quando se fala de sistema de informação entende-se que sejam "procedimentos técnicos aplicados ao recolhimento, classificação, ordenação, transferência e difusão da informação geral e científica" bem como de "uma realidade mais ampla, que abarca o que fica montante, nas margens e por baixo de tais procedimentos, ou seja, a estrutura e os agentes que geram, manipulam e controlam a informação". Com esse sentido abrangente – estrutura

orgânica e a função uso ou serviço – Arquivo é entendido como um sistema bidimensional. Nele se projeta a entidade produtora/receptora de informação e nele se condensa o tratamento técnico da informação (os tais procedimentos). Esse conceito bidimensional entra em conflito com o "conceito operatório de 'fundo', insuficiente para traduzir a complexidade das relações internas e das relações externas e incapazes de explicitar a raiz humana e social da informação" [6]. A convocação interdisciplinar da História, Sociologia e Economia, do Direito e da Administração pode enveredar para uma unidade concreta, em que Arquivos, Bibliotecas e Museus se interligam para serem chamados de sistema patrimonial complexo. O termo consegue reunir numa mesma instituição, um conjunto arquivístico de documentos produzidos/recebidos ao longo da sua atividade, uma coleção de livros e periódicos e outra de "bens imóveis" (o próprio prédio) e utilitários (computadores, máquinas). As três partes interligam-se num sistema (bidimensional – orgânico e funcional) enquanto a instituição estiver ativa. A noção de sistema é integradora e reune os chamados Serviços de Arquivo, os Serviços de Documentação ou de Informação. Tem-se para os Museus os sistemas patrimoniais de ordem diversa – arqueológica, industrial, etnográfica, artística, etc – como testemunhos culturais. Os órgãos de comunicação, do jornal à televisão instauram-se como objetos polifacetados de estudo pluri, inter e transdisciplinar [7]. O que se constata na reflexão e produção científica é que a problemática dos arquivos tem sido discutida de forma integrada e a interface entre arquivologia e história se faz por meio do entendimento da memória social como princípio de articulação de idéias e que considera o fato, o objeto e a informação como vetores de apreensão de diferentes formas de percepção e conhecimento. Ulpiano Bezerra de Meneses diz: "enquanto processo subordinado à dinâmica social [a memória] desautoriza, seja a idéia de construção no passado, seja a função de almoxarifado desse passado. A elaboração da memória se dá no presente e para responder às solicitações do presente"[8]. Registra-se que na discussão da interface arquivologia/história a tarefa primordial continuará sendo a do tratamento da informação documental. Na disciplina de arquivística, arranjar e ordenar documentos públicos de valor histórico demonstra a capacidade de inserção dos órgãos de Estado e do retorno que ele deve dar para a sociedade, no formato de informação. O resultado disso é a otimização do custo/benefício que indica os bens culturais que devem ser preservados. As atribuições do poder público junto à sociedade e o papel da ciência da informação para a organização dos arquivos nos dias atuais situam as duas atividades no campo da segurança indicando aos agentes o grau de prioridade que pode ser dado na definição das políticas públicas. O poder da informação contido no documento público garante a ação do Estado e oferece a ele a oportunidade de atuar em conjunto com diferentes agentes sociais em outras esferas de poder. Enfim, o arranjo e a ordenação dos documentos das instituições públicas perderá espaço de atuação com a inacessibilidade à informação sobre os bens culturais. Uma das

formas de preservar a memória social é realizar a sua classificação e disponibilizar informações ao pesquisador por meio de instrumentos de pesquisa, como o guia, o inventário, o catálogo e o índice. Todo o produto de memória social deve estar minimamente acondicionado, de forma que, o acesso criado pelo arquivista deve ser igualmente oferecido ao pesquisador, no que diz respeito à localização eficaz, ágil e precisa. O principal usuário é o próprio órgão produtor, que organiza seu sistema de busca a partir do cruzamento das atividades fins com as atividades meio. Por isso torna-se de fundamental importância o conhecimento pelo arquivista, da história da instituição e a elaboração do guia. Os elementos informativos mais usados são: o número do documento, a data, o local de procedência, o nome do emissor ou do destinatário e o objeto ou tema específico do documento [9]. No entanto para os processos crimes outros elementos foram destacados. São oitenta e oito caixas (88) tipo arquivo, com um mil quinhentos e setenta e sete (1.577) processos. Disponibiliza-se para o pesquisador os tipos documentais de infração penal e os procedimentos administrativos do órgão produtor, tais como o interrogatório, a apresentação de provas, a audiência de ouvida de testemunhas, as alegações finais e a sentença proferida pelo juiz; se houve recurso para revisão da sentença e após, a decisão final. A aplicabilidade do catálogo foi testada no acompanhamento da execução de projetos de iniciação científica que analisaram as maiores incidências registradas pelo Judiciário da cidade e encontradas no acervo, que são o homicídio e o furto. As atividades foram executadas por docentes, estudantes, técnico-administrativos e comunidade externa, com o objetivo de colocar-se como mediador entre o acervo e o pesquisador; como facilitador para o acesso do pesquisador em geral aos processos crimes. Dentre variadas possibilidades, por exemplo, os pesquisadores podem analisar algumas práticas de controle social frequentemente encontradas na formação de uma sociedade do trabalho. Os acervos do poder judiciário fornecem elementos para o entendimento do direito, da cidadania e da história, naquilo que aproximam os estudos interdisciplinares da ciências humanas e sociais aplicadas. A descrição desse tipo de documento disponibiliza informações essenciais, o que resulta em otimização do tempo para a pesquisa. O tratamento posterior à descrição – a análise diplomática - informa sobre a espécie e o tipo de documento que tramita na área criminal esclarecendo os papéis do juiz e funcionários, dos advogados e das partes. O uso de metodologias descritivas, como a da diplomática ou tipologia documental, tem sido aplicada em grandes conjuntos documentais. Ela identifica o tipo documental segundo a atividade que o gerou e facilita o acesso à informação. Somente o arranjo tipológico, transparente quanto aos critérios empregados, permitiu a efetiva contextualização dos documentos, além de deixar claro os limites de seu uso. O pesquisador pode, deste modo, perceber o quadro completo do funcionamento da instituição. Ao invés de somente traçar detalhadamente todas as mudanças organizacionais ocorridas, o arquivista deve se

preocupar com as lentas modificações das atividades executadas. Enquanto as funções permanecem quase inalteradas, as espécies documentais sofrem mudanças devido às transformações tecnológicas e às novas demandas sociais. O encerramento deste projeto abrirá espaço para que seja iniciado procedimentos idênticos com os processos trabalhistas do TRT, 9ª Região de Curitiba. Constatou-se que existe no acervo número pequeno de Inquéritos realizados por Delegacia Policial de Mandaguari (até 1953) e de Maringá oferecendo quadro da situação da institucionalização do Judiciário da região. A atuação do órgão (e que consta no acervo) monstra o cotidiano da cidade e o histórico de como eram cometidos os crimes. Por ele se constata que a formação da cidade segue os mesmos padrões de outras. Por esse acervo é possível destacar e analisar a incidência dos crimes. A primeira conclusão de trabalho é de que, em Maringá são semelhantes as atitudes, os comportamentos, os usos de instrumentos de corte e tiro registrados nas cidades de Curitiba, Londrina, São Paulo. Constata-se que muitos crimes envolvem trabalhadores e pessoas simples. Alguns ocorreram na intimidade das famílias, outros do local de trabalho ou do espaço público. Para melhor visibilidade observe-se a descrição de uma peça processual a partir da confecção da sua ficha. Cada uma delas compôe o catálogo.

ARQUIVO GERAL DO FÓRUM DA COMARCA DE MARINGÁ

DESCRIÇÃO DO TIPO DOCUMENTAL

1. LOCALIZAÇÃO: CAIXA Nº ..... Nº DE ORDEM .....
2. IDENTIFICAÇÃO:
3. NATUREZA DA INFRAÇÃO:
4. AUTOR:
5. RÉU:
6. TIPO DA AÇÃO
   - Processo crime de ação penal pública incondicionada - denúncia
   - Processo crime de ação penal pública condicionada - denúncia
   - Processo crime de ação penal privada – queixa

7. INTERROGATÓRIO
   - Defesa prévia
   - Revelia

8. PROVAS
   - Testemunhais
   - Documentais
   - Periciais

9. AUDIÊNCIA DE OUVIDA DE TESTEMUNHAS

10. ALEGAÇÕES FINAIS

11. SENTENÇA

- Condenatória
- Absolutória
- Sem julgamento do mérito

12. RECURSO
    - Réu preso
    - Réu em liberdade

13. DECISÃO
    - Condenatória Trânsito em julgado Vara de Execuções Penais
    - Absolvitória Trânsito em julgado

OBS: .....
.....
.....
.....
Ficha Preenchida por .....Revisada por .....

---

[1] SILVA, Armando Malheiro da et. al. *Arquivística; teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.
[2] Silva, 1999, p.26.
[3] Silva, 1999, p.27
[4] Silva, 1999, p. 31.
[5] Silva, 1999, p.33
[6] Silva, 1999, p.40
[7] Silva, 1999, p.40-41
[8] MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de – A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v.34:9-24. 1992.
[9] Gonçalves, 1998

Para o remédio das almas - a visitação do Santo Ofício à Colônia no período pombalino.

Evandro Domingues (Doutorado em História – IFCH/Unicamp)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar os resultados da minha pesquisa de doutorado em História Cultural, a linha de pesquisa *Sociabilidade e Cultura na América Luso-Espanhola*. A temática da pesquisa remete à atuação da Inquisição portuguesa no período pombalino, tendo como objeto principal de estudo a visitação do Santo Ofício enviada à região norte da América portuguesa entre os anos de 1763 e 1772, período em que o visitador Giraldo José de Abranches permaneceu na região, considerada estratégica dentro da política colonial pombalina. Tenho como objetivo investigar a dimensão social e, principalmente, política da atuação do Santo Ofício na Colônia, neste momento específico. Minha expectativa é conseguir apreender, tendo a visitação como principal referência, as mudanças no funcionamento da Inquisição em um contexto caracterizado pela secularização das instituições religiosas do Antigo Regime português e por uma disposição da Coroa portuguesa em fazer-se presente através de sensíveis transformações na administração da região norte da Colônia.

O inquisidor Giraldo José de Abranches chegou a Belém do Pará em setembro de 1763, acompanhando o novo governador D. Fernando da Costa Ataíde Teive. A instalação da mesa inquisitorial, assim como a recepção do delegado do Santo Ofício, fora antecipada às autoridades da Colônia pelo o ex-governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Mendonça Furtado ocupava, então, o posto de secretário da Marinha e Negócios Ultramarinos, após governar o Estado do Grão-Pará e Maranhão por quase uma década, sendo o responsável pela aplicação das reformas que alteraram consideravelmente o cotidiano da sociedade do norte da Colônia. Mendonça Furtado remetera instruções manifestando a obrigação das autoridades de Belém, assim como das Câmaras das vilas submetidas à visitação, em sujeitar-se às determinações e providências requeridas pelo deputado da Inquisição de Évora, nomeado visitador dos "Estados do Pará, Maranhão, Rio Negro e mais terras adjacentes". O secretário seguia, a rigor, uma determinação do Conselho Geral do Santo Ofício, antecipada, todavia, por ordem régia.

A capital que recebeu o visitador, transformada em sede do governo do Grão-Pará e Maranhão com a chegada de Mendonça Furtado, em 1751, tinha cerca de 10 mil habitantes

à época da visitação, depois de um período de recuperação após sucessivas epidemias que diminuíram sensivelmente a população, principalmente dos índios, nas décadas de quarenta e cinqüenta. O bispado de Belém fora criado em 1720, quarenta anos depois do bispado em São Luís do Maranhão. Ambos estavam subordinados ao arcebispado de Lisboa. O antigo Colégio de Santo Alexandre, construído pelos jesuítas, abrigava um seminário criado em 1749 pelo padre Gabriel Malagrida, que exerceria papel relevante nos conflitos dos missionários com Mendonça Furtado, no norte da Colônia, e Carvalho e Melo, na Corte. Enfrentamentos que levariam ao fim do governo temporal das ordens regulares nos aldeamentos indígenas e, no limite, à expulsão dos jesuítas dos domínios de Portugal. Malagrida fora condenado pela Inquisição como herege e sentenciado no auto-de-fé de 1761, dois anos antes do início dessa visitação, sendo este o último auto-de-fé público de que se tem notícia da Inquisição de Lisboa. Malagrida, em meio aos enfrentamentos com Carvalho e Melo, fora acusado e preso como cúmplice, junto de outros jesuítas, na tentativa de assassinato do rei D. José em 1758.

O antigo Colégio de Santo Alexandre, em Belém, abrigava a residência dos bispos desde 1760, quando os últimos jesuítas foram enviados ao Reino. A mesa da visitação permaneceria instalada no Colégio desde fevereiro de 1764, adquirindo um forte caráter simbólico de sobreposição de um modelo de catolicismo marcadamente regalista, pretendido pela Coroa, sobre o antigo modelo dos missionários.

Os historiadores que estudaram a visitação do Grão-Pará, nomeadamente José Roberto do Amaral Lapa e Pedro Marcelo de Campos, apontam uma continuidade entre a política colonial pombalina, no papel desempenhado pelos bispos Miguel de Bulhões e João de São José e Queiroz, e as atribuições que foram então conferidas ao inquisidor Giraldo José de Abranches. José Roberto do Amaral Lapa levantara a hipótese de que a visitação do Grão-Pará tratar-se-ia de um empreendimento com a função de avaliar, ainda, a extensão e a sobrevivência do grande domínio espiritual e temporal exercido pelos jesuítas na região.[1] Ponderando sobre a "função normatizadora" da visitação setecentista no contexto das reformas pombalinas, Pedro Marcelo P. Campos enfatizou a necessidade de substituição do modelo de evangelização missionário - considerado extremamente "hermético" nas queixas dos colonos à Coroa "por seu caráter segregacionista, exclusivista e por não reconhecer língua e Estado portugueses" - por um modelo marcado pela intervenção do Estado na administração religiosa na Colônia.[2] Mais incisivo, Ronald Raminelli considerou que o Tribunal do Santo Ofício, paulatinamente destituído de sua

[1] LAPA, J. R. Amaral. *Livro da Visitação.* Págs. 23-32.
[2] CAMPOS, Pedro Marcelo P. *Inquisição, Magia e Sociedade: Belém, 1763-1769* (dissertação de mestrado). Niterói: UFF, 1995, págs. 111-112.

autonomia através da política acentuadamente regalista fomentada durante o período pombalino, atuou no contexto de secularização do governo das aldeias em favor de "propósitos ilustrados", denotando a clara submissão da Igreja aos interesses da Coroa portuguesa.[3]

O tempo de duração da visita e as sucessivas responsabilidades atribuídas ao inquisidor sobressaem num momento em que há uma relativa consolidação da rede de comissários e familiares do Santo Ofício nos domínios de Portugal, presente também na região, e que havia levado à interrupção das prolongadas visitações desde a segunda metade do seiscentos, tornando a visita "excepcional sobre todos os pontos de vista", segundo Francisco Bethencourt.[4] Simplificando demasiado a questão, Ronaldo Vainfas considerou que a visitação denota, tão somente, o ocaso do Santo Ofício português, uma vez que atendia à política regalista da administração pombalina, tendo abandonado as causas de judaísmo, por excelência o objeto de julgo dos inquisidores portugueses.[5] Seu caráter excepcional, em função do peso financeiro e do aperfeiçoamento da máquina inquisitorial, contrapõe a visitação de Giraldo José de Abranches, segundo Vainfas, às visitas pastorais e as devassas a cargo dos visitadores diocesanos, nomeados pelos bispos, que vêm cumprir o papel de vigilância da doutrina, tornando-se um mecanismo, um recurso freqüente da Igreja também na Colônia, difundido amplamente durante o setecentos com uma melhor organização da estrutura eclesiástica no decorrer do século.[6]

Esta "rede de comissários e familiares" do Santo Ofício, presente nos núcleos urbanos do território ultramarino, compunha o quadro de agentes encarregados de enviar ao tribunal de Lisboa os réus "suspeitos de heresia". As suspeitas provinham muitas vezes das acusações e rumores levantados durante as visitas pastorais, como ocorreu durante as primeiras visitas realizadas pelo bispo Miguel de Bulhões, no Grão-Pará, durante a década de 1750. Outras vezes, através de denúncias diretas aos próprios agentes da Inquisição: os familiares do Santo Ofício, a quem cabia executar a prisão dos acusados e confiscar os bens dos suspeitos nos crimes que implicassem confisco, e aos comissários, encarregados de instruir processos, proceder aos inquéritos e, se fosse o caso, ordenar a prisão dos réus

[3] RAMINELLI, Ronald. "Diretório". *In:* VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Págs. 186-187.
[4] BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da magia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1987, págs. 06-07; *História das Inquisições*, pág. 215.
[5] VAINFAS, Ronaldo. "Visitações do Santo Oficio". *In:* IDEM. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Págs. 586-589.
[6] VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, págs. 225-226.

e enviá-los a Portugal. Os réus cujas culpas fossem passíveis de julgamento do Tribunal de Lisboa, ou que, afinal, pudessem implicar "matéria que cabia à Inquisição".[7]

Um grande número de processos disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no fundo da Inquisição de Lisboa, mostra a atuação de comissários e familiares em regiões prosperas da Colônia, como Pernambuco, Bahia, a região das Minas Gerais, Rio de Janeiro, e também na região norte, no Maranhão e Grão-Pará. Autoras como Anita Novinsky e Laura de Mello e Souza demonstraram como a ação do Tribunal tendeu a acompanhar o desenvolvimento de regiões mais prosperas.[8] Certamente, isto não se deveu unicamente ao interesse de confisco dos bens dos réus, mas também ao fator de que o aumento de agentes da Inquisição nessas localidades estava explicitamente relacionado com o fator de distinção social que uma habilitação do Santo Ofício representava. Uma *carta de familiar*, os privilégios que ela assegurava, representavam um fator de nobilitação para os indivíduos habilitados, do mesmo modo que constituía um atestado de *limpeza de sangue* desses indivíduos e das famílias a que eles pertenciam. É um fator notável também na região do Grão-Pará e Maranhão: os processos de habilitação comprovam o caráter enobrecedor da autoridade outorgada em nome do Santo Ofício e os registros da ação desses agentes inquisitoriais na região, em período anterior à visitação, comprovam a sua presença no cotidiano dessa sociedade. Trata-se de uma região estratégica, que recebe grande atenção da administração pombalina durante o governo de Mendonça Furtado, em função das demarcações de fronteiras e da necessidade de retirar aos missionários a preeminência no Estado, e também nas décadas seguintes, por tornar-se porta de saída do ouro produzido na região do Mato Grosso. A produção extraída das minas segue pela via dos rios Madeira-Guaporé que ligam o interior do Mato Grosso à região norte, assim como grande parte do contrabando. O porto de Belém torna-se o último ponto de fiscalização dos navios que seguirão para Lisboa. Cabe registrar a importância e o volume da documentação existente no AHU sobre as chamadas "visitas do ouro" realizadas nos navios no momento da partida, em Belém, e, da chegada, em Lisboa, neste período.

Em meio a este contexto, a ação do Santo Ofício vem se fazer mais presente através da visitação enviada em 1763, somando, contudo, um fator que muda e muito o seu caráter normatizador em comparação às visitações inquisitoriais enviadas anteriormente à Colônia: o inquisidor Giraldo José de Abranches vem incumbido, por Mendonça Furtado, de assumir a diocese de Belém, como vigário-capitular, após o início da visita, em 1763. O bispo, frei

[7] SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial.* São Paulo: Ática, 1978, págs. 160-168 e 172-181; NOVINSKY, Anita. "A Igreja no Brasil Colonial. Agentes da Inquisição". *In Anais do Museu Paulista*. Tomo 33, 1984, págs. 26-34.

[8] NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia.* São Paulo: Perspectiva, 1972; Souza, Laura de Melo e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz.* São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

João de São José e Queiroz, entrara em tamanha discordância com a sociedade do Grão-Pará, seja pela condenação dos costumes, em especial os vícios do clero, seja por reportar a "miséria que ia pelos povoados", a partir das observações que fez em suas viagens pelos rios da região, em 1761 e 1762, nas primeiras visitas pastorais aos novos povoados e vilas. O excesso de zelo, e o excesso de gastos com as visitas, levaram a uma série de acusações e denúncias graves, remetidas ao Reino pelas autoridades locais, notadamente o governador Bernardo de Melo e Castro. Somaram-se suspeitas sobre taxas e benefícios cobrados de maneira indevida pelo Bispo e a paralisação das obras da Sé em 1761, contrariando ordens régias. A tornar a situação insustentável, pendia sobre o bispo a grave acusação de ter impedido a ação de um comissário do Santo Ofício e queimado um processo que seria enviado a Lisboa. O processo continha várias averiguações e testemunhos registrados por um comissário sobre acusações e suspeitas acerca de um mestre de campo que gozava da confiança do bispo. Se as razões para o seu retorno ao Reino não ficam de todo esclarecidas, parece seguro dizer que as acusações o fizeram cair em descrédito na Corte, determinando que fosse desterrado a um mosteiro de sua ordem, aonde viria a falecer em 1764.

Giraldo José de Abranches foi recebido como vigário capitular da diocese pelo Cabido de Belém, atendendo ao interesse, ou mesmo à necessidade, de se reorganizar a diocese depois que os conflitos e acusações envolvendo o bispo levaram à desestruturação das relações com as autoridades locais e as ordens regulares, submetidas às reformas conduzidas por Mendonça Furtado na década anterior. Na tentativa de tornar a visitação, possivelmente, um "instrumento político de vigilância e controle", as funções atribuídas ao inquisidor adequaram, na verdade, o que seria "uma prática anacrônica para o século XVIII" (a prolongada visitação inquisitorial), ao modelo de catolicismo regalista pretendido pela administração pombalina, reforçado através do forte caráter simbólico, disciplinador e temeroso que a visitação do Santo Ofício representava perante a sociedade colonial.

As responsabilidades sobre a diocese estenderam a permanência do visitador em Belém até 1773, ocasião em que o novo bispo, nomeado pelo rei em 1770, finalmente chegaria pra assumir as funções do bispado. Trata-se de uma permanência que extrapola e muito a duração das visitações inquisitoriais anteriores, enviadas à Colônia durante o período filipino: a primeira, do visitador Heitor Furtado de Mendonça, que percorreu a Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, entre 1591 e 1595, e, a segunda, do visitador Marcos Teixeira, que circunscreveu sua ação à Bahia, entre 1618 e 1621.

Além de conciliar a administração da diocese com as atribuições conferidas pelo Conselho Geral do Santo Ofício, outro fator confere um caráter específico à atuação de

Giraldo José de Abranches: o visitador manteve correspondência freqüente com Mendonça Furtado até a morte do secretário, em 1769. A correspondência entre ambos, localizada no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino e da coleção pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, traz importantes informações sobre o andamento da visitação, a situação da diocese e, sobremaneira, sobre as desconfianças e o julgamento negativo que o visitador, assim como seus antecessores, acalentava em relação à sociedade colonial.

As medidas do visitador para reestruturar a diocese foram além do cuidado e zelo com a situação de relaxamento moral e religioso que ele julgava existir entre a sociedade colonial, registrados na correspondência com Mendonça Furtado e nas pastorais que ele mandou publicar. Abranches procurou, pelo que dão a conhecer os processos, conciliar o funcionamento da visitação com a necessidade de restabelecer as relações com o clero regular do Grão-Pará. Em grande parte dos inquéritos, a começar pelas denúncias e confissões, o inquisidor convocou a presença dos clérigos como testemunhas ouvintes dos depoimentos e interrogatórios, em especial os padres mercedários e carmelitas que tanto haviam se indisposto com o bispo anterior. As *comissões* recebidas pelo inquisidor pelo Conselho Geral do Santo Ofício, as quais formalizavam sua autoridade e os preceitos que devia cumprir, confirmavam que ele poderia nomear comissários, além dos comissários e familiares do Santo Ofício presentes na região, para atender a necessidade em caso de impasse nos procedimentos da visitação ou tratar das testemunhas nas vilas mais distantes. Verifica-se isto nos processos em que foi nomeado o padre José Monteiro de Noronha, vigário-geral da capitania do Rio Negro, para atender às denúncias nas vilas da região – fator que aproximou a visitação, em grande medida, do caráter das visitas pastorais, organizadas pelo bispado e colocadas a cargo dos comissários.

Ao estreitar as relações com o clero através do exercício da administração da diocese, o inquisidor procurou exercer a ação doutrinária e “pedagógica” que lhe cabia como visitador contando com a vigilância e a correção das condutas exercidas pelo clero. Em diversos momentos, os preconceitos e conflitos sociais, estimulados pela perseguição inquisitorial, parecem multiplicar as delações e as testemunhas envolvidas nos inquéritos. Muitas vezes, os processos evidenciam a situação das relações entre os representes do poder secular e religioso, a tensão das autoridades administrativas com a população indígena, e, principalmente, os conflitos envolvendo o clero regular e a administração religiosa das paróquias e vilas. O papel dos confessores é extremamente relevante, neste contexto, por incitarem muitos dos fiéis a comparecer diante da mesa da visitação, negando a absolvição pelas faltas que consideravam como “matéria da Inquisição”. Os confessores têm uma importância central no cenário da visitação, uma vez que muitos dos processos

têm início na interdição que impõem aos fiéis. Parece que, de fato, a "ação doutrinária e pedagógica" da visita adquire, neste ponto, os contornos de uma relação com a política regalista do período pombalino, na medida em que a punição inquisitorial é mantida como uma ameaça latente, e reforçada no contexto social da Colônia de acordo com o modelo de catolicismo regalista pretendido pela Coroa para os seus vassalos.

Acredito, neste sentido, que o estudo dos processos não possa ser feito em separado do caráter político e social da visitação, deslocada das transformações ocorridas na região norte da Colônia na década anterior. Da mesma maneira, a visitação não pode ser compreendida desarticulada das reformas e mudanças de postura introduzidas na Inquisição portuguesa no período, associado, normalmente, a um período de declínio das atividades do próprio Tribunal. As reformas são internas e a mudança de postura começa, seguramente, com a atuação do irmão de Carvalho e Melo, Paulo de Carvalho e Mendonça, monsenhor da patriarcal de Lisboa, na direção do Conselho Geral do Santo Ofício entre 1761 e 1769, período em que o visitador é enviado ao Grão-Pará e durante o qual transcorre o tempo maior da visita. Estas mudanças antecipam transformações mais profundas que vêm a público com os decretos régios de proibição dos autos-de-fé públicos, de criação da Mesa Real Censória (1768) e elevação da Inquisição a Tribunal régio (1769), findando com a lei que determinava o término da distinção jurídica entre cristãos-novos e cristãos-velhos (1773) e a publicação do novo Regimento da Inquisição que reformava a prática do Tribunal (1774).

As *comissões* assinadas pelo rei e entregues ao visitador Giraldo José de Abranches, em 1763, dão conta das obrigações da sociedade e das autoridades coloniais diante da visitação, mas já não há as disposições em relação às causas de judaísmo. Os cristãos-novos não seriam incomodados pelo visitador, apesar das denúncias que recebeu em contrário, antecipando em muito a decisão régia, adotada na década seguinte, pondo fim à aplicação dos estatutos de *pureza de sangue*. Certamente, tal mudança de postura não se deu sem tensões e contradições, como, por exemplo, o fato de existirem réus penitenciados por práticas de judaísmo no auto-de-fé ocorrido na sala do Tribunal da Inquisição de Lisboa, ainda em 1765. Porém, parece que, apesar de alguns movimentos contraditórios, a prática do Tribunal passa a responder progressivamente à política regalista do ministério pombalino. Neste sentido, a visitação enviada ao Grão-Pará é um momento interessante para se compreender essa mudança e verificar quais as práticas permanecem consideradas como *heresia* diante desta postura regalista, tendo em vista as disposições do Santo Ofício no cenário de reformas promovido pela administração pombalina para o norte da Colônia.

Diálogos com Pascoal Orozco e Diego Rivera: o muralismo andino de Miguel Alandia

Everaldo de Oliveira Andrade

A Revolução boliviana de 1952 produziu importantes modificações políticas e econômicas no país andino, como também produziu mudanças no campo da cultura. Ao lado da nacionalização das grandes minas de estanho, da reforma agrária e da instauração do voto universal, ergueram-se anos depois murais e outras obras de arte no Museu Nacional da Revolução e em outros espaços culturais e políticos para celebrar os acontecimentos de 1952. Um dos artistas que se destacou neste momento foi Miguel Alandia, que além de manejar com maestria as tintas, havia se destacado como militante político de um partido trotskista (POR) e um dos principais fundadores da COB – central obrera boliviana – em 1952. Esta particularidade de sua trajetória pessoal, que aliava arte e atividade política – refletiu-se com intensidade em sua produção artística.

As obras de Alandia em particular, parecem revelar em seus traços gerais influências marcantes do movimento muralista mexicano. A influência do muralismo mexicano foi destacada em toda a América Latina. As obras de Pascoal Orozco e Diego Rivera, pelo conteúdo particularmente político de suas abordagens, podem permitir uma aproximação e diálogo com as formas e temáticas do artista boliviano. Miguel Alandia pintou importantes murais sobre a Revolução Boliviana de 1952. Tornou-se parte da chamada “geração de 1952”, grupo de artistas que influenciados pelo nacionalismo ou pelo socialismo reproduziram em muitas de suas obras propostas políticas debatidas nos anos da revolução de 1952. O objetivo da comunicação é realizar uma primeira

abordagem das possibilidades abertas com este diálogo na via de um re-exame e resgate da obra do pintor e militante político boliviano Miguel Alandia Pantoja.

O contato com o muralismo mexicano – pontos de aproximação

O muralismo mexicano deveu muito ao vento inspirador pós-revolução de 1910-1920. A figura de José Vasconcelos, ministro da educação de Álvaro Obregón, ao instituir o "programa do mural" e permitir a liberdade de estilo e de temáticas aos artistas, certamente colaborou para intensificar um movimento que já desabrochava anos antes. Os muralistas em princípio exigiam a erradicação da arte burguesa e viam na tradição indígena um modelo de ideal socialista e popular.

Diego Rivera busca contrastar o mundo moderno industrial com uma crítica à exploração do trabalho, além do contraste entre o México urbano e o rural visto como vital e pitoresco e não como atraso. Numa Segunda fase de seu trabalho pinta "O sangue dos mártires revolucionários fertilizando a terra". Após uma viagem a Moscou incorpora temas da iconografia revolucionária russa como a estrela, a foice e o martelo. Suas imagens combinavam crítica social, fé no progresso e enaltecimento do índio, que para Octavio Paz expressavam um marxismo simples e maniqueísta sem feição revolucionária. No seu indigenismo Rivera inspirou-se na "escrita boustrofédon" dos códices indígenas pré-colombianos para pintar "A História do México". Segundo Ades, buscou pintar os índios em termos realmente indígenas, entendendo e usando criativamente as estruturas e iconografia pré-colombiana.

José Clemente Orozco por seu lado desenvolveu uma crítica aos desvios da revolução e sua obra encontrou mais dificuldades para ser assimilada, em particular "La

trindade revolucionária" e a "Trinchera" de 1926. Negava-se a pintar propaganda e via confusão folclorista nas pinturas nacionalistas de seus colegas. Orozco divergia de Rivera em relação à atitude que um e outro tinham sobre o papel da arte nacionalista, o indianismo e a interpretação da história mexicana e da própria revolução.

Muito da primeira fase de suas obras pintadas na Escuela Nacional Preparatoria em 1924 foram seriamente danificados pelos estudantes conservadores como o "Cristo destruindo sua cruz" que depois seria repintado em 1943 como versão em óleo sobre tela. Em 1926 ele retoma seus trabalhos e são dessa época "O banquete dos ricos enquanto os trabalhadores se desentendem", "A trindade revolucionária", "A greve", "A trincheira" e "A velha ordem". A trindade revolucionária e A Trichera e seus traços centrais tiveram notável influência em Alandia. Os trabalhos de Orozco possuem uma clara crítica aos erros da revolução. Negou-se a pintar propaganda: "uma pintura não deveria ser um comentário, mas a coisa em si; não uma reflexão, mas uma compreensão; não uma interpretação, mas a coisa a ser interpretada". Posições que enfrentaram a oposição de Siqueiros, alinhado aos cânones estalinistas do realismo socialista e à conseqüente submissão e dirigismo do artista pela política.

Vanguardismos, política e liberdade artística.

Em particular o contato com a obra dos muralistas mexicanos Clemente Orozco e Diego Rivera que haviam se relacionado com Leon Trotski em sua estada no México, teve importância. A obra dos muralistas mexicanos provavelmente forneceu a Alandia o fio condutor que lhe faltava para buscar fazer da arte um compromisso aberto com suas idéias políticas. O muralismo mais do que a pintura é que se tornará emblema de sua

militância político-artística. Posteriormente, sua fase de muralista será marcada intensamente pela revolução boliviana de 1952.

Talvez uma das maiores identidades de Alandia com Orozco e Rivera se deva a negação da instrumentalização da arte pela política, ao compromisso com a liberdade, portanto, com a revolução. E neste sentido sente-se a influência no manifesto Breton-Rivera-Trotski de julho de 1938. O manifesto foi provavelmente um ponto forte de contato entre a trajetória de Rivera e Alandia. Ao mesmo tempo em que fazia a crítica da sociedade burguesa, investia contra todas as formas de dirigismo da produção artística e cultural e em particular o realismo socialista. A liberdade artística erige-se em expressão mais acabada do compromisso artístico com a revolução:

"Se, para o desenvolvimento das forças produtivas materiais, cabe à revolução erigir um regime socialista de plano centralizado, para a criação intelectual ela deve, desde o começo, assegurar um regime anarquista de liberdade individual. Nenhuma autoridade, nenhuma coação, nem o menor traço de comando". (…) Consideramos que a tarefa suprema da arte em nossa época é participar conscientemente e ativamente da preparação da revolução. No entanto, o artista só pode servir à luta emancipadora quando está compenetrado subjetivamente de seu conteúdo social e individual, quando faz passar por seus nervos o sentido e o drama desta luta e quando procura livremente dar uma encarnação artística a seu mundo interior"[i].

A revolução de 1952

A revolução boliviana de abril de 1952, uma insurreição de massas que derrotou o exército e a oligarquia mineradora, foi o marco central de um compromisso de uma nova

geração de artistas com a política. Até então nenhuma temática de conteúdo social ou político havia mobilizado de forma tão marcante a cultura boliviana. A História foi alçada diretamente como espaço de criação da arte. O pensar com a História retomou seu lugar como fonte de reflexão e como necessidade para a construção de uma identidade nacional coerente[ii]. As tensões sociais e econômicas sempre mais visíveis no mundo político tornaram-se mais expressivas no mundo da cultura.

O novo governo dirigido pelo MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionario), depois de derrotar a ala esquerda da revolução encabeçada pelos trotskistas, deu apoio e incentivo aos artistas dispostos a criarem temas que enfatizassem o nacionalismo e a busca de uma identidade a partir das comunidades indígenas milenares do território e das camadas populares. Convencionou-se chamar os artistas envolvidos ou próximos deste projeto de Geração de 1952, marcada pelas tentativas de controle pelo nacionalismo oficial do governo sobre o mundo cultural. Em comum esta geração de jovens artistas possuía, de um lado, o propósito explícito de fazer de sua arte um veículo para suas opiniões políticas e, de outro, abordar temas nacionais em suas obras.

A revolução de 1952 realçou tendências culturais que já se desenvolviam no seio de uma juventude de intelectuais e artistas nacionais igualmente sufocados pela estreiteza de horizontes oferecidos pela oligarquia boliviana. Porém, com expressão das próprias tensões políticas da revolução, emergiram dois grupos distintos. Um deles em torno das idéias do pintor e muralista trotskista Miguel Alandia Pantoja, do poeta Jaime Saenz, do futuro roteirista e cineasta Oscar Soria e de outros, que lançam a revista “Hombre” em 1954 e dedicam-se a realizar obras de apelo e mobilização revolucionária. Outro grupo preferiu dedicar-se a temas e formas abstratas de artes plásticas, ficando distanciados de um compromisso social militante.

Os trotskistas tomam parte junto a outros milhares de bolivianos nos combates de rua entre 9 e 11 de abril de 1952. Alandia empunha um fuzil com outros milhares de ativistas pelas ruas de La Paz. O exército é derrotado juntamente com o poder das oligarquias mineradoras por milícias populares. Como militante do partido trotskista POR (partido obrero revolucionario), participa da fundação da COB (central obrera boliviana), e torna-se responsável pela edição de seu primeiro jornal. Em 1954 é membro da comissão de organização do primeiro congresso da COB. Como artista sua atuação neste período será igualmente intensa.

Seu talento como pintor e sua autoridade como militante político, em que pese às profundas divergências políticas que separavam os trotskistas do POR dos nacionalistas do MNR, lhe garante espaço como artista para registrar a revolução vitoriosa. Paz Estenssoro, membro do MNR e o primeiro presidente pós-revolução, convida Alandia para pintar um grande mural no monumento em homenagem à Revolução de 1952. Neste mural Alandia pretende demonstrar como o proletariado boliviano fora guiado pelas Teses de Pulacayo, documento político de orientação revolucionária da Federação dos Mineiros, para a revolução de 1952. As teses de Pulacayo foram aprovadas em 1946 num congresso sindical de mineiros por inspiração direta das propostas trotskistas.

Sólon Romero, outro muralista e diretor nacional de artes plásticas na época, entra em choque com Alandia e este escreve artigos afirmando que Sólon pintava para a burguesia enquanto ele lutara nas ruas pela revolução. A disputa só é resolvida por um inusitado sorteio em que os dois muralistas dividem em partes iguais a pintura do célebre mural. A polêmica em torno deste e de outros murais pintados por Alandia em prédios públicos e sindicatos foi intensa, refletindo tensões mais profundas sobre controle social do registro histórico da revolução através da arte. Muitas destas obras, que imortalizavam a ação dos mineiros, dos camponeses índios, do povo boliviano nos embates

revolucionários de 1952, foram posteriormente destruídas pelos governos militares que sucederam 1964.

Miguel Alandia tornou-se um dos principais expoentes desta vertente de artistas bolivianos dispostos a comprometer abertamente sua criação artística com a ação política revolucionária. Dessa forma, buscou sempre disseminar suas obras pelos centros populares e organizações sindicais como uma forma aproximar a mensagem política e artística dos setores sociais populares que buscava influenciar. Colaborou intensamente com os jornais partidários e de organizações sindicais com uma grande variedade de desenhos e gravuras centradas no tema da ação da classe operária. Via a pintura como parte de um amplo trabalho de agitação política, de forma que sua atividade como agitador político de grande talento confundiu-se constantemente com a do artista engajado e criativo. Uma de suas obras mais marcantes do período que antecedeu à Assembléia Popular de 1971 foi o quadro que retrata o assassinato dos dirigentes mineiros Isaac Camacho e César Lora, onde cores fortes e grandes traços expressam a dor e a revolta pela perda de camaradas de luta política apaixonada. A mensagem anti-militarista dos murais pintados durante o período posterior a 1952 se tornaram insuportáveis aos militares no poder em 1964. Em 1952 o exército fora humilhado e ferido de morte e pretendia agora reconstruir a história. Era preciso rasgar da memória da revolução de 1952 os protagonistas vitoriosos quase imortalizados nos murais de Alandia. E estas obras foram assassinadas por golpes de picaretas com a mesma violência com que se eliminariam dirigentes políticos dos sindicatos e partidos opositores. A força da arte como interpretação histórica, particularmente a visão revolucionária e radical de Alandia, pagou o preço de sua autonomia, ousadia e independência. O golpe de Hugo Banzer em agosto de 1971 fraturou profundamente, e por um longo período, esta breve abertura histórica e a iluminação cultural que se expandia.

A atividade de Miguel Alandia não deixou de ser criticada por adversários políticos e mesmo por seus camaradas mais próximos, que destacaram certo voluntarismo e superficialidade estética de seus trabalhos. Porém, sua obra sobreviveu às polêmicas como registro poderoso da história do movimento operário e popular de 1952 e 1971. Como homem de ação e militante revolucionário, registrou igualmente com traços fortes e profundos o seu lugar na história boliviana. Uma intervenção da UNESCO em 1980 conseguiu salvar alguns murais da sanha destruidora de uma nova ditadura. Mais recentemente (2002) cinco de seus murais com quase 64 metros quadrados de pintura e sediados num órgão público de La Paz, começaram a ser restaurados. Miguel Alandia morreu em 1975 no exílio no Peru.

Um movimento cultural e artístico estava em desenvolvimento com a Assembléia Popular de 1971, galvanizado pelo tensionamento político e social do momento. Uma vitalidade criativa, política e cultural possuía expressão na própria constituição um poder operário paralelo através da Assembléia Popular. Por isso, esse momento iluminou por um breve tempo a cena histórica, interrompendo como um hiato, duas longas extensões do militarismo na Bolívia. As rupturas históricas e sociais autênticas fazem tremer todos os pilares da vida social e a produção cultural não permanece incólume a estes abalos sísmicos da história. Pelo contrário, como expressão das mais sensíveis da sensibilidade humana, a cultura artística registra sob sua linguagem e cores particulares o movimento real das grandes massas humanas. Miguel Alandia e Jorge Sanjinés registraram com suas intervenções artísticas o mundo político e a história presente. Ação e militância política e cultural confundiram-se numa relação nem sempre coerente e sem tensões, como não poderia deixar de ser na intenção do artista confortada com a realidade. Ambos não buscaram apenas refletir de forma artística e pela imagem a história, mas fazer da arte um instrumento ativo de ação revolucionária sobre a história. O impacto político e

cultural de suas obras revelaram a eficácia de suas ações e a permeabilidade densa da cultura pela política e pela história.

---

[i] "Manifesto Por uma arte revolucionária independente", México, 25 de julho de 1938. Publicado em FACIOLI, Valentim (org.). *Breton-Trotski, por uma arte revolucionária independente.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

[ii] Andrade, Everaldo de Oliveira. *O Partido Obrero Revolucionário na Revolução Boliviana de 1952*, São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

UM MEDO RONDA A CIDADE: A EMERGENCIA DO GINÁSIO SALESIANO E A LUTA ANTICOMUNISTA NA ITAJAÍ - SC DE 1956

Fabiana Nicolau*

Localizada no litoral catarinense, a cidade de Itajaí, na década de 1940, ganhou visibilidade no cenário estadual devido ao comércio e escoamento de madeira, sendo o Porto essencial no movimento comercial e industrial da mesma.

O seu desenvolvimento econômico crescia consideravelmente, ao mesmo tempo em que a cidade demarcava seu espaço no cenário político estadual e nacional, através de homens da cidade que ocupavam os mais distintos cargos administrativos no município, no Estado e na Capital federal, situação esta que permitia Itajaí destacar-se.

Entretanto, algo parecia incomodar a cidade...

1945. Genésio Miranda Lins, o então presidente do Banco Inco – Banco da Industria e Comércio de Itajaí, maior banco do Estado – envia uma carta ao Inspetor Salesiano Orlando Chaves, com os seguintes termos:

> Há dois meses foram lançadas à subscrição pública, em Itajaí, as ações de uma sociedade anônima, destinada à construção de um ginásio nesta cidade (...) É pensamento da comissão promotora desse movimento entregar a direção e exploração do educandário a uma ordem religiosa (...) A obra em referencia foi acolhida com o maior entusiasmo, por todas as classes sociais de Itajaí.[1]

A educação ginasial e secundária das 'almas jovens' da cidade portuária, era um desejo proclamado por grupos específicos da sociedade, estando estes e seus sobrenomes – Miranda Lins, Abdon Fóes, Bauer, Seara, Uriarte, Heusi, Schimitt, Konder[2], entre outros – estampados nos jornais que naquele período circulavam na cidade. Estes 'ilustres' homens ocupavam os mais diversos cargos administrativos, como também, figuravam entre os renomados empresários e comerciários da região e do Estado, e almejavam entregar à Congregação Salesiana a educação escolar dos seus filhos.

A cidade de Itajaí, até então, possuía três instituições destinadas a educação escolar. A "Deutsche Schule Itajahy", pertencente à Comunidade Evangélica Luterana e criada em 1904. A Congregação do Sagrado Coração de Jesus assumiu a paróquia de Itajaí e em 1941 criou o Colégio Paroquial São Luiz, que em 1945 se tornou o Instituto de Educação São José, destinado às meninas. E outra instituição que se fazia presente foi o Grupo Escolar Victor Meirelles, criado em 1927, para meninos e meninas.

Embora, houvesse escolas estas não pareciam interessar este grupo, que na figura do Genésio Miranda Lins personificavam o desejo por uma instituição escolar capaz de oferecer o Curso Ginasial de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série. Almejavam uma escola que oferecesse uma educação católica e privada.

A construção de um Ginásio despontava como uma atitude emergencial, ao passo que a Sociedade Anônima Itajaí, presidida por Genésio Miranda Lins, demonstrava-se disposta a construir o prédio para tal, como também, ceder um terreno para as futuras instalações do mesmo[3].

Porém, esta disposição em movimentar a cidade em prol da vinda da congregação Salesiana, estaria apenas relacionada à intenção de educar os filhos da sociedade itajaiense? Estaria relacionado ao fato do município já contar com uma instituição católica para mulheres e nenhuma para homens? Seria este um jogo de relações e práticas que visavam o fortalecimento do catolicismo na cidade? Que outros interesses poderiam constituir a emergência de um espaço escolar?

Sendo estes os principais motivos ou não, a carta de Genésio Miranda Lins recebe resposta negativa, e assim, a Sociedade Anônima Itajaí se vê obrigada a construir o Ginásio, recebendo este o nome de *Ginásio Itajaí*, em 1948 esta instituição abre suas portas para a primeira turma de alunos e este evento é aclamado pelo anuário da cidade, escrito por Marcos Konder[4], proeminente político do Estado: *Mas o maior e mais decisivo progresso tivemo-lo no ensino (...) estabelecimento apropriado para aperfeiçoar a educação de seus filhos*.

Neste espaço, estudavam os moços da cidade e da redondeza, contudo, o desejo de que este obra fosse administrada pelos padres Salesianos permanecia. Muitas conversas e cartas[5] foram escritas, visando negociar a vinda desta congregação, e mais uma vez vê-se envolvido a pessoa de Genésio Miranda.

Em janeiro de 1956, 11 anos depois, consagrasse a chegada dos Salesianos em Itajaí, tornando-se estes os mais novos responsáveis pelo então Ginásio Itajaí.

Após alguns acordos[6] a Sociedade Anônima Itajaí passa para as mãos dos padres a *única* instituição escolar privada e masculina da localidade. E esta recebe uma considerável, no entanto, única nota em um dos dois jornais laicos[7] da cidade:

> Segundo informações obtidas de fontes que merecem todo o crédito, o Ginásio Itajaí que vinha sendo dirigido por leigos, passará deste ano em diante a ser administrado por uma ordem religiosa (...) que goza de alto conceito como educadora da juventude, para cujo fim foi organizada.

Uma nova escola, para um público específico de jovens moços, filhos destes homens 'ilustres' citados anteriormente. O Ginásio não nasceu para 'todos'. Mergulhado em relações de poder e saber que avançavam os muros da instituição, este espaço constitui-se operando uma seleção daqueles que fariam parte da escola, seleção esta que se encontrou com o desejo de um grupo singular. Para este 'encontro' um currículo é produzido, visando desta forma fabricar sujeitos singulares, e, neste contexto, futuros comerciantes, políticos, profissionais liberais[8].

Norberto Dallabrida[9], em seu livro *A fabricação escolar das elites*, analisa a emergência do Ginásio Catarinense no período da Republica Velha, instituição que passou para as mãos dos padres jesuítas com a intenção de educar os filhos de uma elite republicana, nascente no cenário da capital estadual, Florianópolis. O historiador apresenta as práticas discursivas construídas para que este projeto alcançasse seu principal objetivo: a fabricação de futuros homens públicos, demonstrando que para isso acontecesse uma escola foi criada.

Em Itajaí, como o desenvolvimento econômico e crescimento industrial começa a haver a demanda de uma nova 'classe', que parece crescer a partir dos fins de 1930, inicio de 1940,

esta mesma qual almejava a construção de um Ginásio e que depois de anos o entrega aos padres salesianos. O Ginásio Salesiano pode ter sido o local desejado para a formação dos filhos desse grupo.

A instituição escolar muito antes de ser um espaço neutro, ela produz e reproduz demandas, sujeitos, desejos específicos. Como nos mostra André Petitat[10] a escola 'produz a sociedade' a partir de um currículo que é constituído de enunciados e práticas característicos de um determinado grupo, e estes implicam em formas de ser e estar no mundo bastante singulares, e que por diversos fatores tornam-se hegemônicos, ganhando caráter de universal.

O desejo de construir um Ginásio privado e católico para moços se concretizou, entretanto, os motivos/enunciados que constituíam este permaneciam em silêncio nos meios de comunicação escrita da cidade. Durante oito meses nenhum jornal publicou sequer uma nota acerca do Ginásio e seus novos educadores.

Por outro lado, as crônicas do Ginásio apenas deixam emergir enunciados que remetiam a uma certa situação precária na educação dos moços: *Conversamos com o Sr.prof. Nicolau Phillipi, que descreveu a situação moral do Ginásio e dos meninos da cidade*[11]

Em uma outra crônica da escola os motivos permanecem submergidos em pontos de reticências, em silêncios*: Teve o senhor diretor o primeiro contato com uma turma de alunos (...) só ouviu queixas contra o diretor e o desentendimento entre profºs e diretoria. Não era para menos...*[12]

A situação do então Ginásio Itajaí não parecia agradável, o que pode ter ajudado a vinda dos Salesiano depois de onze anos de tentativas infrutíferas. Mas, que situação seria esta? Silêncios...

Embora o silencio preponderasse existem representações[13] que permitem iniciar a elaboração de um quadro de praticas e discursos[14] que constituem a emergência do Ginásio Salesiano. Este quadro compõe-se de enunciados bastante singulares.

O Ginásio Salesiano abre suas portas para 242 alunos, sendo 180 ginasianos e 62 alunos do curso preparatório[15], que permitiria cursar o segundo ginasial (quinta até a oitava série). Estes seriam escolarizados a partir do Sistema Preventivo de Dom Bosco, tornando-se assim alunos salesianos, ou seja, constituído de subjetividades especificas, pois o currículo escolar normatiza saberes, corpos, mentes e corações, a partir de uma demanda especial e de um desejo que a principio podem ser relacionados a um grupo, qual tem a intenção de tornar seus discursos e práticas hegemônicas.

A Itajaí de 1956 está mergulhada em disputas políticas envolvendo partidos como UDN (União Democrática Nacional e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sendo os jornais *Jornal de Itajahy* e *Jornal do Povo*, respectivamente, os locais onde estas lutas de representação tornam-se explícitas, disputando partidários e procurando assim produzir enunciados sobre a cidade e seus habitantes. Embora, divirjam acerca da política partidária, ambos encontram-se na luta anticomunista[16] que parecia assolar a cidade[17]. Estes mesmo jornais anunciam os negócios, as festas, viagens, empresas, nascimentos das famílias daqueles homens envolvidos com a instituição do salesianos em Itajaí...

Estes jornais não citam, em nem um momento, o Ginásio como palco para esta luta, embora sinalizem enunciados que constituem práticas dos grupos envolvidos com a emergência do ginásio, entretanto outras fontes encontradas permitem estabelecer relações entre o desejo pelo estabelecimento dos salesianos, grupos sociais específicos, a educação escolar e a luta anticomunista.

Um artigo escrito por Edson D'Avila, ex-aluno e ex-professor da instituição, abre caminhos para pensar acerca dos enunciados que compõem representações acerca do momento de emergência da escola.

O artigo intitulado *Da escola de desemburra à Universidade – Breves notas sobre a história da educação em Itajai*[18]*,* afirma:

> O Ginásio Itajaí seria assumido pelos padres salesianos em 1956, reforçando sobremaneira a educação católica e privada na sua *luta ideológica contra o comunismo e a publicização da escola.*

Em suas *Memórias de um ex-aluno Salesiano*, D'Ávila enuncia:

> Por isso, empresários e Igreja procuravam contrapor uma militância anti-comunista, através do púlpito, da imprensa e da escola católica (...) Muitas e muitas orações se fazia pela queda do comunismo na Rússia[19].

Embora ele escreve em tempos diferentes e aborde momentos divergentes, a primeira fala remete a 1956, e a segunda a este mesmo ano como também aos anos de 1960/1962, é possível, a partir delas desenhar *um olhar* sobre a emergência desta instituição, percebendo assim, que sendo ele ou não um palco assumidamente anticomunista, é aprisionado por enunciados da época, neste contexto, o medo do comunismo.

Estas afirmações encontram-se com outros enunciados que permitem desenhar discursos e práticas constituintes da emergência do Ginásio Salesiano enquanto espaço onde, entre outras práticas, se produz a luta anticomunista.

Em 1961, o visitador Bartoline[20], enunciava acerca da possibilidade de criar o curso secundário noturno:

> Consta, com certeza, no entanto, que as principais figuras que encabeçam tal organização são elementos esquerdistas notórios (...) resolveu-se impedir a aprovação para o funcionamento desse ginásio noturno, em mãos de leigos. Nesse caso, os salesianos abririam o curso noturno gratuito, secção masculina, junto ao ginásio.

Percebe-se mais uma vez, segundo os relatos da época, o papel da Igreja Católica e suas práticas educativas, no caso representado pelos salesianos, como aquela que auxiliaria na luta anticomunista, através da educação escolar e da formação das almas jovens[21].

Nas reuniões do Grêmio, criado em 1961, os assuntos discutidos eram os mais diversos, entre eles um concurso de redações lançado em oito de junho de 1961, o tema era[22]:

> Independência ou comunismo. O primeiro ressaltando os feitos heróicos relacionados com a Independência do Brasil para acirrar o espírito patriótico e o 2º para armar o espírito democrático um pouco decadente em nossos dias e para despertar em nossos colegas a repulsa e a luta contra regimes anti-democráticos como é o repugnável comunismo.

Esta prática era também aceita por estes que nos bancos escolares sentavam, mesmo porque, o tornar-se aluno salesiano perpassa por uma *experiência de si* que impele na autodisciplina e no autogoverno, apreendendo as práticas instituídas pelo currículo escolar que produzem e reproduzem aquilo que circula na sociedade.

A emergência do Ginásio Salesiano foi aprisionada por diversos discursos, um deles é o da luta anticomunista, este discurso que os jornais silenciam, que poucas vozes e atas enunciam. Entre silêncios e anúncios é possível olhar a instituição escolar como uma máquina de visibilidade a múltiplos discursos, a múltiplas temporalidades. Este espaço, que se estende para além dos portões escolares, constituindo-se como uma máquina ótica, uma máquina de ver estudantes salesianos, pedagogias salesianas, valores salesianos, valores de grupos específicos, e em determinadas praticas valores anticomunistas.

O fantasma do comunismo parecia assombrar a cidade de Itajaí, e neste contexto emerge uma escola católica. Muitos discursos se encontram, entrelaçam-se desejos da Igreja, dos habitantes ilustres. As possibilidades para olhar este palco são múltiplas, pode-se aumentar o quadro, destrinchar outras práticas, outros enunciados. Fazer implodir novas perspectivas, aqui se mostrou um olhar, não definitivo, mas um olhar.

Instituí o Colégio como *acontecimento* por acreditar que o processo de escolarização produz corações, corpos e mentes, processo este que precisa ser olhado como um *disparate*, a partir de um caleidoscópio. E esta postura ao contrário de 'garimpar' porquês, busca compreender que práticas discursivas e não discursivas, que redes de poder constituem determinadas configurações culturais e históricas que resultam na produção de sujeitos, instituições, verdades[23] .

---

[*] Acadêmica do Curso de Especialização em História Social no Ensino Fundamental e Médio da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

[1] LINS, Ginésio Miranda. Carta de 27 de agosto de 1945. In: AZZI, Riolando. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina**. A atuação Pastoral e educativa dos salesianos 1942-1991. São Paulo: Editora Salesiana, 1999.

[2] Cabe lembrar que estas famílias fizeram e fazem parte dos grupos sociais importantes na cidade de Itajaí, seja ao longo do século XX ou XXI, algumas ganhando renome estadual e nacional, principalmente no cenário político. A historiadora Cristiane Manique Barreto em sua dissertação de mestrado analisa a formação da elite política de Itajaí. Ver: MANIQUE, Cristiane Manique. **Entre laços e nós: formação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930)** Porto Alegre: UFRGS, 1997 (Dissertação de Mestrado em História).

[3] LINS, Ginésio Miranda. Carta de 27 de agosto de 1945. In: AZZI, Riolando. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina**. A atuação Pastoral e educativa dos salesianos 1942-1991. São Paulo: Editora Salesiana, 1999.

[4] KONDER, Marcos. **Anuário de Itajaí, 1949**. Arquivo Histórico Genésio Miranda Lins.

[5] AZZI, Riolando. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina**. A atuação Pastoral e educativa dos salesianos 1942-1991. São Paulo: Editora Salesiana, 1999.

[6] Estes acordos envolvem a doação do espaço do então Ginásio, a compra de novos terrenos para as futuras instalações e a situação dos professores que ali trabalhavam, já que os novos educadores serão todos padres salesianos. In: Ata e Crônicas de janeiro de 1956. Arquivo do Colégio Salesiano Itajaí.

[7] Jornal do Povo, 29/01/1956. Arquivo Histórico de Itajaí – Genésio Miranda Lins. Itajaí, SC.

[8] A partir de uma primeira e simples análise da historia de vida dos ex-alunos foi possível identificar as profissões que desenvolveram.

[9] DALLABRIDA, Norbeto. **A fabricação escolar das leites – O ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001

[10] PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade: uma análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

[11] Crônicas do Colégio Salesiano, 1956 – 1961. Arquivo do Colégio Salesiano Itajaí.

[12] Crônica do dia 10/03/1956. Livro de Crônicas do Colégio Salesiano, 1956 – 1961. Arquivo do Colégio Salesiano Itajaí.

[13] "Representações são noções que se estabelecem discursivamente, instituindo significados de acordo com critérios de validade e legitimidade estabelecidos segundo relações de poder". COSTA, Marisa Vorraber. COSTA, Marisa. Currículo e Política Cultural. In: **O currículo nos limiares de contemporâneo**. SILVA, Tomaz Tadeu. (org.)

[14] Compreendo o *discurso*[14] não como um amontoado de palavras faladas ou escritas que representariam um significante previamente elaborado. Mas, percebo este como práticas sociais, culturais e históricas, que formam os objetos que interpelam, moldando nossas maneiras de pensar e construir o mundo. Os discursos instituem o verdadeiro e o falso, são produzidos em relações de poder/saber. Para estas discussões me aproprie principalmente de leituras em Foucault. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1998. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. Ed. 2004. DELEUZE, Giles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

[15] Crônica do dia 29/03/1956. Livro de Crônicas do Colégio Salesiano, 1956 – 1961. Arquivo do Colégio Salesiano Itajaí.

[16] Não é objetivo deste artigo discutir que enunciados constituem o anticomunismo e conseqüentemente o comunismo em Itajaí, entretanto, ressaltasse a importância deste ao longo da pesquisa.

[17] Sobre esta discussão: DEZAN, Cristiane. **Impresa, história e memória: significados e (re) significados do anti-comunismo em Itajaí**. Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de História do Centro de Educação de ciências Humanas e da Comunicação da Universidade do Vale do Itajaí, 2002.

[18] D´Avila, Edson. **Da escola de desemburra à Universidade – Breves notas sobre a história da educação em Itajaí**. In: Anuário de Itajaí, 1998

[1919] D'Ávila, Edson. **Memórias de um Ex-aluno Salesiano**, texto datilografado. Arquivo da Inspetoria Salesiana São Pio X, sem data. In: AZZI, Riolando. Op.cit.

[20] Atas das Visitas Inspetorias, p. 7. Arquivo do Colégio Salesiano Itajaí.

[21] A relação entre Igreja católica e o processo de escolarização é explorado por Julia Varela , Fernando Uria-Alvarez e André Petitat. Estes sociólogos discutem a emergência dos colégios no século XVI intimamente relacionados com os movimentos da reforma protestante e a instituição de uma burguesia nascente, demonstram as práticas e a maquinaria que foi construída para que por volta do século XIX a escola torna-se obrigação e direito do cidadão. Petitat aprofunda suas discussões na relação da escola e a produção de um grupo social específico. PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade: uma análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. VARELA, Julia e URIA-ALVAREZ, Fernado. A maquinaria escolar. In: **Revista Teoria e Educação**, 6. Porto Alegre, 1992

[22] Ata do Grêmio Estudantil Salesiano, 08 de junho de 1961. Arquivo do Colégio Salesiano Itajaí.

[23] Este trabalho inspira-se nas discussões de Michel Foucault acerca da genealogia e da arqueologia. Ver: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2004. 7ª edição. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, 2004

ME VEJO NO QUE VEJO: A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E IDENTIDADE – UMA REFLEXÃO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Fabiane Pianowski - FURG/RS

Me vejo no que vejo
Como entrar por meu olho
Em um olho mais límpido

Me olha o que eu olho
É minha criação
Isto que vejo

Perceber é conceber
Águas do pensamento
Sou a criatura
Do que vejo

(Octavio Paz)

Partindo do pressuposto de que "somos as criaturas do que vemos", a pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação (mestrado) em Educação Ambiental assumiu como elemento teórico central a questão da identidade, que resulta na ação de reconhecimento, valorização e conservação ou não do que se está ao redor, objetivando com isso responder à questão de que a degradação da cidade e da natureza tem como principal aliado a falta de identidade dos indivíduos em relação a estes ambientes, que são vistos como algo exterior e distante, sobre os quais não possuem nenhuma responsabilidade, outorgando-a na grande maioria das vezes aos órgãos e instituições públicas.

A cidade de Rio Grande (RS) é o foco da análise, pois é nela que se tenta desvendar sob que parâmetros foram estabelecidas as relações da questão central da pesquisa, a saber, a relação entre identidade e meio ambiente (natural e construído), na tentativa de descobrir em que medida a configuração espacial-arquitetônica desta cidade é um índice revelador do processo de construção da identidade do município e em que termos esta análise permite a reflexão a respeito do papel da identidade na educação ambiental.

Educação_Cidade: a emergência do novo

A fundamentação teórico-filosófica em educação ambiental que subsidiou a pesquisa e que foi desenvolvida com o objetivo de pensar a questão da identidade *versus* cidade sob a perspectiva ambientalista, teve como parâmetros a abordagem política, pedagógica, ética e social, a fim de abarcar a amplitude temática do tema em questão. Posteriormente, considerando a amplitude de ação da educação ambiental e da ecologia traçou-se uma justificativa pelo enfoque da cidade e da identidade como alvo de ambas, na busca de uma saída para a restauração e preservação da cidade subjetiva e para o restabelecimento dos vínculos do homem com a natureza.

Afinal, o homem moderno carrega o estigma de ter se afastado da natureza a ponto de não mais se reconhecer nela. Sua atitude é de alienação do mundo e de si mesmo, sentindo-se como que deslocado, em descompasso com o mundo que o rodeia; ou, ao contrário, sentindo que o mundo circundante é que está descompassado em relação ao seu ritmo. Há nesta relação um desconforto que gera a crise. Crise que leva ao caos. O caos amplia a ruptura, que aumenta a crise, que adensa o caos... Configura-se um moto-contínuo que levaria à autodestruição, não fossem os movimentos tangenciais à engrenagem que desviam o fluxo e promovem o ajuste responsável pela manutenção da vida.

O pensamento ecológico/ambientalista - que se propagou na década de 60, ganhando densidade e volume nos dias atuais – coloca-se como um desses movimentos tangenciais que interferem no giro na tentativa de reverter a ruptura homem/mundo: é o novo que emerge. E é sob a concepção do pensar ecológico/ambientalista como um novo ser/estar do homem no mundo que se embasa toda esta pesquisa.

Natureza_Cidade: processo de distanciamento

A abrangência dos termos cidade e natureza pode resultar em equívocos. Desse modo, faz-se necessário que suas definições estejam bem delimitadas, deste modo, é fundamental a conceituação dos termos cidade e natureza. Nesse sentido, assumiu-se

cidade sob três aspectos: 1. na relação de alteridade com o campo, com o que não é construído pelo homem, ou seja, com a natureza; 2. a partir da relação do homem com os outros homens através das atividades de troca e produção e, finalmente,a cidade como escrita, que fixa a história que carrega e simultaneamente desenvolve na sua própria configuração arquitetônica-espacial. O termo natureza, por sua vez, assumido no presente trabalho, se dá em contraponto ao termo cidade, sendo o definido por Chauí (2000) como "tudo o que existe no Universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas".

De posse destes conceitos foi possível, então, descrever a história da constituição da cidade e a forma como se deu o afastamento do homem em relação à natureza, no decorrer deste processo, delimitando-se a história da cidade em contraposição à idéia de natureza em cinco momentos, a saber: cidade e suas origens; cidade política; cidade comercial; cidade industrial e cidade pós-industrial/pós-moderna. Para se chegar, finalmente, a constatação de que, na cidade pós-industrial que se apresenta neste início de século, o modo como o homem vê a natureza e tenta se reconectar com ela, ainda se dá pela coisificação – a natureza como objeto de desejo e de consumo – e não pela identificação com a mesma. Sendo o resultado disso a contínua criação de parques, praças, ajardinamentos – "paraísos artificiais" - simulacros de uma nova raridade – para citar Lefevbre (1999). Isso sem falar nas flores de plástico, que não morrem.

Rio Grande_Cidade: (des)construção de uma identidade

Para organizar e facilitar o entendimento da história da arquitetura e da ocupação do espaço de Rio Grande, foi feita uma classificação arquitetônica baseada nos períodos socioeconômicos vivenciados pela cidade. Essa classificação, concebida a partir de Reis (1987) e Segawa (1999) que descrevem a história da arquitetura brasileira, foi amparada pelos períodos socioeconômicos descritos por Vieira & Rangel (1983) na caracterização geográfica do município de Rio Grande e por Salvatori *et al* (1989) na análise dos motivos do crescimento horizontal do município. O resultado dessa junção foi a

descrição da história arquitetônica da cidade em cinco fases: colonial – período da posse consolidada (1750-1850); neoclássica – período do comércio atacadista de importação e exportação (1850-1920); eclética – período de industrialização (1870-1920); moderna – período da modernização industrial (1920-1950) e contemporânea – período do Superporto e do Distrito Industrial (a partir de 1970).

Esse histórico arquitetônico/cultural da cidade de Rio Grande foi reconstituído objetivando o estabelecimento das diferentes fases em que o perfil identitário do município foi sendo construído, a fim de poder reconhecer a cidade que compartilha conosco este mesmo tempo e espaço como a delgada e invisível Sofrônia de Italo Calvino (1990). Sendo a Rio Grande contemporânea também constituída por duas meias cidades: a industrial e a operária, antagonicamente dependentes. Ao mesmo tempo em que a Rio Grande industrial se afirma nos seus monumentos, como, por exemplo, o pórtico da cidade que tem a forma de uma máquina de costura, para lembrar o papel marcante das indústrias têxteis; ou na megalomania das denominações: Superporto e Distrito Industrial. A Rio Grande operária desconsolida-se na condição socioeconômica inferiorizada, na falta de aquerenciamento da população, na fragmentação urbana, nas barreiras socioambientais e na massificação globalizante promovida pela mídia. São estes os fatores que, solitária ou conjugadamente, vêm bombardeando a identidade rio-grandina, propiciando um alienamento da população em relação à sua habitação. Não se sabe se por infortúnio ou por sorte – pois a realidade contrária é desconhecida - foi a segunda Rio Grande (a operária) que se materializou. E nas suas ruas, “para quem quiser passar”, estão casas que repetem incessantemente a carência de significação estética, lixo que se acumula na sombra de árvores ausentes, casarões mais velhos do que antigos e uma orla banhada pelo esquecimento.

Ambiente_Cidade: perspectiva sustentável

Ao se buscar entender a identidade, através da leitura do texto urbano rio-grandino, é visível não só a sua fragmentação, como também a falta de vínculos éticos com

o ambiente que compõe esta urbe, seja ele natural ou cultural. Resgatar esses vínculos sem negar a pluralidade identitária decorrente da fragmentação característica do contexto atual – "dando lugar aos processos de singularização, de criação da própria existência" (PEREIRA, 1997:43) - é o desafio para a construção de uma Rio Grande sustentável. Neste sentido, faz-se necessário restaurar a "Cidade subjetiva" defendida por Guattari (1992:170), por esta engajar "tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos". Portanto, a educação ambiental, enquanto instrumento para o restabelecimento do respeito e da responsabilidade do homem em relação a si e a sua habitação, não só deve priorizar a problemática urbana, por esta ser, segundo Guattari (1992:173), o "problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais", como também deve atuar muito mais *na* e *pela* subjetividade.

Nesse sentido, foram expostas algumas contribuições, embasadas na dimensão histórica enquanto determinante da postura ética das ações de educação ambiental, à proposta já desenvolvida na cidade de Rio Grande pelo Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA. Essa ONG desenvolve e aplica uma metodologia interdisciplinar em educação ambiental que integra as ciências do ambiente, as artes e a educação psicofísica, sendo que sua sistematização se dá na forma de ondas geradoras de conteúdos e atividades que, segundo Crivellaro *et al* (2001), partem de uma micro para uma macroconcepção – eu-outro-natureza-universo – de maneira em que é possível se trabalhar a questão da identidade de forma individual, coletiva e planetária.

Considerações finais

O presente trabalho demonstrou que uma das formas possíveis de se pensar a questão da identidade se faz através da leitura arquitetônica/espacial da cidade, sob a perspectiva histórica e ecológica, permitindo a verificação/constatação do afastamento do homem moderno do ambiente natural, uma vez que a construção da cidade se dá de forma dialógica com a construção da identidade. Para que isso se torne viável, a cidade deve ser

pensada além de sua forma. Desse modo, deve-se estudar a cidade "por dentro", ou seja, refletir sobre sua natureza, considerar seu conteúdo e seus processos; voltar-se para uma dimensão específica da cidade: a sua dimensão visual/espacial, que se configura como o espaço da realização física/concreta das relações sociais e da subjetividade humana.

A cidade é como um imenso alfabeto que permite, a cada momento, uma nova construção de palavras e frases. É viva, pulsante. Ao mesmo tempo, transformadora e transformante. E querer conhecer a identidade que constrói uma cidade é tentar descobrir a cidade subjetiva.

A degradação da cidade e da natureza é a forma como a identidade se faz em relação a esses ambientes. Como afirma Lynch (1997), “nossa imagem ambiental ainda é uma parte fundamental de nosso instrumental de vida, mas hoje, para a maioria das pessoas, talvez seja muito menos expressiva e particular”. Desejos, devires e sonhos criam um duplo virtual, que se faz tão subjetivo quanto real. As coisas são a idéias que temos delas, elas em si não existem. Do mesmo modo, a cidade real é criada por seu duplo virtual, sendo ela o reflexo da visão de mundo coletiva de seus habitantes, ou seja, a identidade desta ou daquela comunidade. Assim, não só o espaço urbano, como as estruturas que o compõem, a sua dimensão arquitetônica e histórica, refletem a relação do homem com o mundo natural ou construído.

Conhecer o processo histórico pelo qual passou a civilização ocidental possibilita a compreensão das atitudes que se tem perante o mundo no momento atual. Voltar ao passado a cada passo para o futuro faz com que as ações do presente sejam mais conscientes e responsáveis, pois, a dimensão histórica fornece o arcabouço de valores que regem as relações entre as sociedades e o meio ambiente, ou seja, “o passado fornece a própria base operacional de compreensão do presente” (GRÜN, 1996, p.103). Pois, como afirma Lepetit (2001, p. 153), “devemos deixar de considerar que o passado está concluído para, ao contrário, dar vida as suas potencialidades não realizadas”.

Desse modo, uma das preocupações constantes da educação ambiental deve ser a consciência da relevância do processo histórico na realidade atual, resgatando os

valores que se perderam ou ficaram esquecidos, pois somente a partir deste entendimento pode-se assumir uma nova postura na construção do futuro que o momento presente idealiza.

A educação ambiental é um instrumento fundamental no restabelecimento dos vínculos entre o homem e a natureza, dissociados por este processo, pois através dela é possível restaurar e preservar a cidade subjetiva, objetivando a construção da cidade sustentável.

Desse modo, tentar desvendar e solucionar pela educação ambiental a intrincada rede de relações que envolve identidade e cidade, considerando a dimensão histórica que a acompanha, é dar um pequeno passo a fim de buscar uma saída ao mundo que se coloca atualmente de forma tão caótica e desesperadora. Tal processo permite descobrir, nas tênues entrelinhas dessa relação, propostas ecológicas de mudança para que o homem possa se reconectar consigo mesmo e com o mundo. Descobrir o ser/estar do homem no mundo, pela via ecológica, possibilita-lhe o (re)conhecimento de sua habitação a fim de preservá-la. Pois, como afirma Castro (1992), "ser ecológico é dar lugar ao poeta e ao pensador de cada ser humano".

Referências

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, M A. de. Ecologia: a cultura como habitação. In: SOARES, Angélica (org.). *Ecologia e Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CRIVELLARO, C.V.L.; MARTINEZ NETO, R.; RACHE, R.P. *Ondas que te quero mar*: educação ambiental para comunidades costeiras: Mentalidade Marítima: relato de uma experiência. Porto Alegre: Gestal/NEMA, 2001.

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental*: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.

GUATTARI, F. *Caosmose*: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

LEFEVBRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEREIRA, W.C.C. Ecologia social: produção da alteridade urbana. In: ANAIS. *A cidade vivente*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1997. p. 41-7.

REIS, N. G. F. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SALVATORI, E.; HABIAGA, L.A.G.P.; THORMANN, M.C. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. *Revista Brasileira de Geografia – IBGE (Rio de Janeiro)*, v.51, p. 27-71, 1989.

SEGAWA, H. *Arquitetura no Brasil: 1900-1990.* São Paulo: EDUSP, 1999.

VIEIRA, E.F. & RANGEL, S.R.S. *Rio Grande: geografia física, humana e econômica.* Porto Alegre, Sagra, 1983.

BATALHÃO SUEZ – FORÇA DE PAZ DA ONU: MEMÓRIA E HISTÓRIA MILITAR.

Fabiano Luis Bueno Lopes •- PPG-UFPR

Nosso estudo refere-se aos chamados Boinas Azuis do Batalhão Suez, militares brasileiros participantes da I FENU (Primeira Força de Emergência das Nações Unidas) no Oriente Médio, força de paz criada para estabelecimento e manutenção da paz após a deflagração da Guerra de 1956 entre Israel e Egito, que permaneceu na região até 1967, com o início da Guerra dos Seis Dias. Este trabalho buscou entender os elementos simbólicos construídos pelos veteranos do Batalhão Suez, sobretudo aqueles que estarão presentes na produção bibliográfica por eles realizada nos anos posteriores à missão (1968 – 2000). Foram analisadas esta e outras ações dos veteranos pertencentes a "Associação Brasileira de Forças de Paz da ONU – os Boinas Azuis", com sede em Curitiba. Tratou-se, na maioria das vezes, de iniciativas particulares e de produções realizadas através do esforço dos próprios veteranos, geralmente com editoras pequenas e com grandes limitações. Pretendeu-se identificar aspectos relativos a formação de uma identidade comum aos indivíduos do grupo social, as maneiras como são lembradas as experiências, os objetivos presentes nos projetos da organização e de que modo esta bibliografia interfere na participação comunitária e na memória construída pela organização. Buscou-se assim, entender a noção de historicidade presente nestas iniciativas e nos processos de construção de uma memória, bem como identificar a possível construção de um discurso político ou ideológico comum aos veteranos, a partir desta memória comum da qual compartilham, participam e constroem através de uma produção textual e iconográfica.

As fontes documentais para este ensaio são algumas memórias escritas por ex-participantes da I Força de Emergência da ONU, formada em 1956. Pretendeu-se perceber,

• Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná.

dentre outros, quais os aspectos comuns aos relatos divulgados pelos próprios pracinhas como sendo constituintes de uma memória histórica. Semelhantemente ao que ocorreu com os ex-participantes da Força Expedicionária Brasileira enviada para a Itália em 1944 por ocasião da participação brasileira na II Guerra Mundial (1939 – 1945), nota-se que alguns ex-membros da I FENU elaboram e publicam suas histórias e memórias sobre a Missão Suez. Este seria inclusive um dos fatores de análise da elaboração da memória, pois constantemente parece haver uma tentativa de comparação entre a missão da FEB e a missão Suez, presente, por exemplo, em vários dos "lugares da memória" construídos pelos veteranos de Suez e presente na publicação de Stelson Ponce de Azevedo, que ao relatar um episódio vivido em sua estada em Suez, afirma que os boinas azuis "Por sua coragem e destemor, não desmereceram o heroísmo de nossos pracinhas da FEB"[1].

Apesar de terem em comum o fato de terem todos participado da missão no Oriente Médio, vê-se algumas diferenças nos relatos que merecerão uma análise da inserção social dos autores, pois vão de relatos de soldados aos de oficiais, o que ocasiona diferentes textos e interpretações das realidades mencionadas. Porém, fator comum a praticamente todos os livros analisados é fato de que geralmente os autores estão inseridos nas participações dos Boinas Azuis em associações de veteranos, sendo integrados à esta memória comum da qual participam tantos outros. Vemos isso como um elemento auxiliador para as construções bibliográficos, pois a troca de experiências e o assimilar desta memória comum tornam-se presente na maioria dos trabalhos, conforme veremos.

Ao contrário dos veteranos da FEB, são poucas as publicações sobre a participação brasileira na missão. Tal evidência pode estar relacionada a uma questão verificada em várias iniciativas dos veteranos de Suez: a falta de incentivo externo para as tentativas de afirmação

[1] AZEVEDO, Stelson S. Ponce. *Em nome da Paz:* memórias da missão Suez. Brasília: Gráficos Charbel, 1996.

enquanto comunidade que participou de um evento que outros não participaram e para as múltiplas formas de manifestação das memórias do grupo e dos indivíduos.

Ao analisarmos a maioria dos relatos percebemos que uma seqüência lógica geralmente se repete, pois quase todos procuram linearmente identificar a maneira como passaram a pertencer ao Exército Brasileiro, como foi o chamado e a integração na Força de Paz e os antecedentes do embarque para o Oriente Médio, como foi a viagem de ida, a chegada, a atuação. Inúmeros são os relatos de situações bem-humoradas ou de problemas pelos quais passaram durante a permanência no Egito, as viagens realizadas a outros países por ocasião das folgas ofertadas pela ONU, que aspectos regionais puderam ser identificados como choques culturais, como foi o retorno e a reintegração na sociedade brasileira.

Alguns aventuram-se em tentar explicar em poucas páginas, geralmente introdutórias, o complexo e controverso conflito árabe-israelense, para situar o leitor no contexto histórico ao qual passaram a pertencer. Em geral, não se percebem erros grotescos ao remeterem-se aos aspectos do passado da região, pois o que se entende é que são relatos geralmente consultados em manuais simplificados e inteligíveis. Sobre as intenções de tais publicações, entende-se que passam a fazer parte da construção da memória do grupo como um todo, tendo, assim como outros meios de divulgação, o objetivo facilitador da afirmação de um lugar na história e uma maneira de relembrar e registrar um passado comum ao grupo social. O que se o pode inferir sobre tais publicações é que são parte de uma memória coletiva, contendo elementos que nem sempre foram vivenciados pelo próprio escritor, mas por outros membros do grupo social ao qual agora ele pertence e compartilha experiências do passado.

Algumas interpretações podem ser sutilmente percebidas, pois apesar da natureza neutra da missão, as realidades vividas por alguns contingentes, leva os autores a tendenciosas observações. Dacílio Magalhães, por exemplo, ao observar as atitudes dos israelenses por ocasião da deflagração da Guerra dos Seis Dias, em 1967, e o término da Missão Suez, busca identificá-los como ingratos diante da situação, pois segundo ele, haveria

uma dívida de gratidão por parte de Israel pelo apoio brasileiro na formação do Estado de Israel em 1948. Tal "ingratidão" aparece em acusações de que tropas israelenses dificultaram a retirada das tropas brasileiras, ocorrendo a morte de um cabo brasileiro.

Realmente este episódio aparece em praticamente todos os relatos e em várias outras manifestações da memória dos Boinas Azuis, e vão desde menções no Museu Histórico[2] às homenagens em comemorações públicas. Trata-se do Cabo Carlos Adalberto Ilha de Macedo, gaúcho, pertencente ao 20 º contingente. Porém, há menção de que "muitos outros integrantes do Batalhão Suez ficaram feridos neste percurso", o que somente aparece em seu livro.[3]

Outras acusações aos israelenses que não somente são vistas neste e em outro relato são de que suas tropas teriam entrado nos acampamentos brasileiros e de que teriam sido levados para outras instalações sendo "obrigados a permanecerem semi-nus sob um frio intenso, com metralhadoras apontadas para suas cabeças". Além disso, Magalhães menciona que as bagagens teriam sido "saqueadas por tropas israelenses, bem como suas armas e uniformes." Somado a este relato vemos menção em um livro de Stans Zouain Filho, em que condena os atos de tropas israelenses com relação aos brasileiros do 20 º contingente na dita guerra como "desnecessário e desumano".[4] Tais afirmações parecem refletir na memória do grupo social analisado uma tendência pró-árabe na análise do conflito como um todo. Isso fica evidenciado de outras maneiras por outros meios de divulgação da memória. Pouco se fala, por exemplo, sobre os *fedayans*, militantes árabes e palestinos que causavam sérios problemas nas regiões fronteiriças entre Egito e Israel, buscando-se uma ênfase maior às amizades e

[2] A Associação possui um espaço denominado "Museu Histórico Batalhão Suez" sediado no interior do 20 º Batalhão de Infantaria Blindada, em Curitiba, em que reúnem peças e fotografias alusivas à varias missões de paz com participação brasileira. Entendido como um "lugar de memória", a noção de História ali contida deve ser associada às demais iniciativas de composição da memória do grupo.

[3] MAGALHÃES, Dacílio de Abreu. *Será que valeu a pena?* Edição do Autor. São Paulo: 2004.

[4] ZOUAIN FILHO, Stans. *Histórias de Suez:* aventuras de nossos soldados. Edição do Autor. Vitória, 2003.

contatos feitos por brasileiros com os chamados *habibes*, árabes que se tornavam amigos ou que prestavam serviço no campo brasileiro[5].

Tais relatos, porém, parecem fazer parte também de uma tendência geral percebida nas publicações analisadas: a tentativa de buscar para o grupo social ao qual pertencem o verdadeiro reconhecimento da missão à qual participaram, pois são inúmeras as queixas sobre atitudes da instituição Exército Brasileiro e ao governo do país em relação aos veteranos. Há nos livros menções diretas sobre a "árdua missão" enfrentada pelos capacetes azuis, o que entendemos como formas de combate a outras acusações e depreciações pelas quais se tornaram propícios a receber e até mesmo uma luta contra o esquecimento, fator comum entre veteranos militares.[6]

Para afirmação de tal posição, verificamos multiplicarem nos livros alguns problemas enfrentados pelos brasileiros, como o próprio perigo da deflagração da guerra, o ambiente bélico ao qual estavam sujeitos com a presença de minas terrestres e aviões de reconhecimento, espionagem israelense, terroristas árabes e represálias, cobras, escorpiões, falta d'água, enfermidades como a lepra, a tuberculose, o tracoma, ocorrências de roubos e furtos, instalações precárias (principalmente evidenciada no início da missão), o calor do dia e o frio de deserto, a miséria das populações locais, as diferenças e choques culturais, a distância do Brasil e os sentimentos de saudades dos familiares (este por sua vez mencionado em todos os relatos analisados e em inúmeras outras fontes). Enfim, vários outros itens que justificam a necessidade de revisão, segundo eles, do tratamento ao qual foram destinados e à falta de atendimento ao retornarem ao país e nos dias atuais.

Sobre as queixas de descaso, tem-se uma clara indignação de Fernando Corrêa de Barros, quando em seu livro intitulado "Fronteira das Ilusões", publica um discurso preparado por ele mesmo por ocasião de uma comemoração de trinta anos do retorno dos integrantes do

[5] Habibes significa amigo, companheiro, em árabe. A expressão tornou-se linguagem comum entre os pracinhas de Suez para designar os árabes com os quais tinham contato.

[6] WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.) *War and remembrance in the Twentieth Century.* Cambridge: Cambridge University, 1999. p. 29 –30.

13 º contingente do Batalhão Suez, mas que foi censurado pelo comando da unidade militar na qual o evento acontecia. O teor do texto é o de que lhes foi negado, ao longo dos anos, o reconhecimento público e material, tendo a nação brasileira "dado as costas aos seus filhos mais pródigos", enquanto a comunidade internacional os reconhecia através da concessão do Prêmio Nobel da Paz à UNEF, em 1988. Segundo seu relatos, foram os ex-boinas azuis desprezados e abandonados, sendo que grande parte deles teria ao retornar de enfrentar realidades como o "mais completo abandono e indigência" permanecendo após o retorno como "desempregados, doentes e desassistidos."[7] Detalhe interessante sobre a obra é que foi catalogada como Romance nos índices de catálogo sistemático de bibliotecas, sendo que trata-se claramente de uma obra memorialista e que nenhuma das personalidades citadas é fictícia. Todas as histórias contadas são presumidamente verdadeiras ou baseadas em fatos que realmente aconteceram.

Outra produção analisada é a de Roberto Brenol de Andrade, Intitulada "Batalhão Suez... fora de forma, marche! missão árdua ou tempo perdido?", publicada em Porto Alegre através da Associação Rio-Grandense de Artes Gráficas, no ano de 1985. Trata-se de um relato jornalístico, literário e memorialista, conforme justificativa do próprio autor, de um integrante de um dos batalhões gaúchos de brasileiros enviados ao Egito, servindo ele também, inusitadamente, como uma espécie de correspondente de guerra, enviando notícias para uma rádio no Brasil, com a permissão de seus superiores.

Outro estilo de bibliografia produzida é a forma de diário. As obras supracitadas possuem um caráter semelhante, tendo alguns deles a menção de que os livros foram feitos baseados nos relatos de diários produzidos durante a missão. Outros, porém, são especificados como diários de campanha. Um exemplo claro é o livro do capelão J. J Dourado, publicado antes mesmo do término da missão, em 1963. Esta é a única publicada nesta situação. O autor realiza uma descrição minuciosa das experiências por ele vividas, desde a viagem de partida

[7] BARROS, Fernando Corrêa de. *Na fronteira das ilusões.* 1 º ed. Porto Alegre: FCB Consult, 1998.

até a de retorno, constituindo um elemento importante da memória construída ao longo dos anos pelos demais integrantes, pois o fato de ter sido publicado em 1963, quatro anos antes do término da missão, fez com que parte das lembranças do grupo social pudesse ter como base algumas das experiências descritas.[8] Tal evidência pode ser percebida quando são analisados os depoimentos e discursos proferidos, em que os veteranos remetem-se diretamente a este e a outros livros como referências para fundamentar seus relatos.

De modo geral, podemos inserir as produções bibliográficas citadas, também entendidas como fontes para nossa pesquisa devido ao caráter que possuem, como parte da construção da memória que é realizada após o retorno dos sujeitos e sobretudo, situarmos como sendo produções que só encontram lugar após a efetiva organização dos veteranos em associações. Percebemos que tal possibilidade se dá apenas a partir de finais da década de 70 e início dos anos 80, pois com a exceção do trabalho de J. J. Dourado, os demais trabalhos são todos publicados após a abertura política pela qual o país passou. Tal evidência remete-nos a associar o fato das próprias associações somente passarem a existir após o fim do regime militar, evidência empírica, confirmada através de depoimentos orais. A associação com sede em Curitiba, por exemplo, segundo os fundadores, é a mais antiga do Brasil, sendo fundada em 1978.

Considerações Finais

Entende-se que as produções bibliográficas dos pracinhas de Suez podem ser consideradas como parte da memória construída pelo grupo social como um todo. São relatos importantes que mostram de que maneira parte das experiências rememoradas pelos veteranos são influenciadas por elementos presentes nos livros. Além disso, vê-se que o processo inverso também pode estar presente nesta produção, pois grande parte dos relatos publicados podem

[8] DOURADO J. J. *Oriente Médio:* Batalhão Suez. Petrópolis: Vozes, 1963

ter sido influenciados ou até mesmo baseados em experiências contadas por outros pracinhas ao autor.

O fenômeno esclarece, em certa medida, as transformações pelas quais as memórias de grupos sociais passam ao longo de suas construções, tornando-se “verdades” na medida em que se repetem em vários meios de divulgação ou tornam-se “discursos oficializados” pelo grupo com o passar do tempo.

Além do caráter memorialístico e informativo das produções, trata-se de uma maneira eficiente de publicação e valorização da memória da qual fazem parte, de exposição da importância de tal História e da divulgação de um caráter reivindicatório, também presente em outros veículos. Parte das justificativas de tais produções, que podem ser observadas nos prefácios e introduções, parece estar vinculada ao combate aos elementos depreciativos e fazem parte de uma luta contra o esquecimento e o desprezo pelo quais afirmam vivenciar.

REPRESENTAÇÕES ESPÍRITAS DO ALÉM: O CASO CHICO XAVIER

Fábio Luiz da Silva[i] - PPG-UNESP/Assis/FML

Pode parecer estranho estudar o Espiritismo, uma doutrina do século XIX, a partir de um tema medieval porém, ao tomarmos contato com a literatura espírita produzida no Brasil, percebemos inúmeras referências a elementos medievais. Neste caso especificamente tratamos da obra "Nosso Lar", de Francisco Cândido Xavier, onde André Luiz é o personagem principal e que narra e descreve suas próprias aventuras na vida após a morte. O objetivo do livro, segundo o prefácio, é demonstrar aos leitores que a condição da vida após a morte é conseqüência do comportamento aqui na terra, comparada a uma oficina sagrada e uma escola benemérita. É, portanto, um *exemplum*, uma narrativa para servir de alerta para que os vivos não menosprezem as oportunidades da vida.

Entre outras possibilidades de interpretação da obra, escolhemos utilizar a representação da Jerusalém Celeste devido às muitas semelhanças existentes entre esta e a cidade espiritual descrita por André Luiz. A isso soma-se uma referência textual à *Grande Jerusalém.* Assim, como veremos a seguir, a cidade "Nosso Lar" é uma mistura das modernas concepções de metrópole contemporânea e de antigas representações medievais. Pois, se o sagrado se manifesta sempre em um contexto histórico revelando particularidades de lugar e de tempo, ele também permite ver traços de antigas tradições religiosas.

A idéia da construção ou da vinda de uma nova Jerusalém já aparece no Antigo Testamento. Em Isaias (65, 17-18): "Com efeito, vou criar céus novos e uma terra nova; assim, o passado não será mais lembrado, ele não subirá mais ao coração. Pelo contrário, é um entusiasmo e uma exultação perpétuos que eu, eu vou criar: com efeito, a exultação que vou criar, será Jerusalém e o entusiasmo será seu povo."[ii] Em outra passagem, agora em Ezequiel (40, 2-4) que encontramos: "Em visões divinas, levou-me para a terra de Israel; postou-se sobre um monte, sobre o qual, ao sul, havia como que

edifícios de uma cidade. Ele me levou lá; e eis: um homem. Seu aspecto era como o aspecto do bronze. Tinha na mão como um cordão de linho e uma vara de medição. Estava de pé, à porta.". Jerusalém é o local para onde vão os eleitos depois das provações. Porém, é mais que isto, é também o modelo eterno e original da cidade terrena. Em Paulo lemos: "Mas a Jerusalém do alto é livre, ela é a nossa mãe" (Gálatas 4,26).

Desta forma, foi se construindo uma certa imagem do que seria a Jerusalém Celeste. E para esta representação, o Apocalipse de João, contribuiu muito. A idéia de uma porta no céu por onde passam os escolhidos: "Depois disso, eu vi: Uma porta estava aberta no céu, e a primeira voz, que eu ouvira falar-me, tal trombeta, disse: Sobe até aqui, e te mostrarei o que deve acontecer a seguir." Igualmente a existência de anciãos em volta do trono: "Ao redor do trono, vinte e quatro tronos, e sobre estes tronos sentavam-se vinte e quatro anciãos, vestidos de branco, com coroas de ouro sobre a cabeça." (4,4). Apesar destas passagens não citarem Jerusalém Celestes, operou-se uma fusão com a descrição do capítulo 21: "Ele arrebatou-me em espírito em uma grande e alta montanha, e mostrou-me a cidade santa, Jerusalém, que descia do céu, de junto de Deus. Ela brilhava com a própria glória de Deus. Seu esplendor era como o de uma pedra preciosa, como pedra de jaspe cristalino. Tinha espessas e altas muralhas. Tinha doze portas, e nas doze portas, doze anjos, (...)" (21, 10-12)

Vamos agora à obra de "Nosso Lar", escrita na metade do século XX e que já vendeu milhões de exemplares. André Luiz é o espírito que narra a sua chegada ao mundo dos espíritos, seu resgate de uma região de sombras para uma cidade espiritual cujo nome dá título ao livro.

Depois de passar cerca de oito anos em uma região de sofrimentos, ele é retirado de lá por um espírito chamado Clarêncio, que apoiava-se num cajado luminoso. A imagem do pastor que recolhe a ovelha perdida é muito sugestiva, bem como o lençol branco utilizado para carregá-lo ou ainda as túnicas brancas de linho usadas pelos auxiliares de Clarêncio. Mas o que nos interessa aqui é a cidade. "Clarêncio, que se apoiava num cajado de substância luminosa, deteve-se à frente de grande porta encravada em altos

muros, cobertos de trepadeiras floridas e graciosas."[iii]. Como toda cidade medieval, inclusive a Jerusalém Celeste, a cidade espiritual "Nosso Lar" é cercada por muralhas. Muralhas que servem como proteção contra o ataque das trevas. Separados do exterior caótico pelas muralhas, os habitantes de "Nosso Lar" podem usufruir da sacralidade do lugar. Sacralidade expressa, por exemplo, pelo palácio do governador, localizado no centro da cidade, no mesmo local onde a cidade começou. Possuir um centro é característica do espaço sagrado, pois indica a organização, o domínio sobre as forças natureza, o cosmo. Também o muro, ou a parede de pedras, estão entre as mais antigas formas arquitetônicas ligadas aos santuários. À esta velha muralha, no entanto, André Luiz acrescenta um toque moderno quando afirma que em certo momento o governador da cidade "mandou ligar as baterias elétricas das muralhas da cidade, para emissão de dardos magnéticos a serviço da defesa comum."[iv]. Ou seja, em vez de anjos com espadas flamejantes, canhões magnéticos, mas com as mesmas funções.

O simbolismo dos números parece acompanhar aqui também as descrições do além. "Nosso Lar" possui setenta e dois ministros divididos em seis ministérios, o que equivale a doze ministros para cada ministério. Doze também é um bastante número representativo: doze apóstolos, doze tribos de Israel, doze portas, doze anjos, doze torres vistas pelo Paulo e citadas em seu apocalipse. A cidade espiritual possui a forma de uma estrela de seis pontas, cada uma correspondendo a um ministério. O governador de "Nosso Lar" possui três mil funcionários ligados aos trabalhos administrativos. Como vemos, os números apresentados não são aleatórios e seguem o padrão mais tradicional.

A água sempre fez parte das representações religiosas e sua presença no jardim do éden e no paraíso celeste é bastante conhecida. Na obra que estamos estudando não poderia faltar tal elemento. O capítulo dez é dedicado ao bosque das águas, cuja descrição inicial de André Luiz transcrevemos literalmente para que o nosso leitor tenha idéia do que comentamos:

> "Deslumbrou-me o panorama de belezas sublimes. O bosque, em floração maravilhosa, embalsamava o vento fresco de inebriante perfume. Tudo em prodígio de cores e luzes cariciosas. Entre margens bordadas de grama viçosa, toda esmaltada de azulíneas flores, deslizava um rio de grandes proporções. A corrente rolava tranqüila, mas tão cristalina que parecia tonalizada em matiz celeste, em vista dos reflexos do firmamento. Estradas largas cortavam a verdura da paisagem. Plantadas a espaços regulares, árvores frondosas ofereciam sombra amiga, à maneira de pousos deliciosos, na claridade do Sol confortador. Bancos de caprichosos formatos convidavam ao descanso."[v]

No "Apocalipse de Paulo" aparecem quatro rios: de mel, de leite, de vinho e de óleo[vi]. O que representa uma fusão das imagens do Jardim do Éden às da cidade celestial. O mesmo ocorre no texto espírita, o rio azul atravessa um bosque cheio de flores também azuis. Em outras passagens não faltam as frutas, as flores e outros elementos paradisíacos.

> "Cores mais harmônicas, substâncias mais delicadas. Forrava-se o solo de vegetação. Grandes árvores, pomares fartos e jardins deliciosos. Desenhavam-se montes coroados de luz, em continuidade à planície onde a colônia repousava. Todos os departamentos apareciam cultivados com esmero. A pequena distância, alteavam-se graciosos edifícios. Alinhavam-se a espaços regulares, exibindo formas diversas. Nenhum sem flores à entrada, destacando-se algumas casinhas encantadoras, cercadas de muros de hera, onde rosas diferentes desabrochavam, aqui e ali, adornando o verde de cambiantes variados. Aves de plumagens policromas cruzavam os ares e, de quando em quando, pousavam agrupadas nas torres muito alvas, a se erguerem retilíneas, lembrando lírios gigantescos, rumo ao céu."[vii]

Em certos momentos, Nosso Lar parece-nos muito mais um mosteiro. Trabalho constante, o serviço de auxílio, as preces constantes, a música. Não poderia faltar música celestial em uma cidade do além. Há, por exemplo, o Grande Coro do Templo da Governadoria que, aliando-se aos meninos cantores, entoou, em certa ocasião, um hino chamado "Sempre Contigo, Senhor Jesus", eram duas mil vozes reunidas! Logo depois, inicia-se outro hino, "A Ti, Senhor, Nossas Vidas" e por fim, o coro cantou o hino que consideramos o mais significativo para nossos esforços de compreensão da vida no além segundo o espiritismo, chamava-se "A Grande Jerusalém". A aproximação da cidade celeste com o mosteiro não é arbitrária. O professor, Ricardo Costa[viii], por exemplo, faz isso ao estudar a abadia de Cluny. Ele afirma que este mosteiro em particular era visto como a

Jerusalém celeste encarnada. Local voltado para o outro mundo, onde os monges conversavam com os mortos, sonhavam, viam anjos e demônios. Mas, ao mesmo tempo, desenvolviam tarefas bem práticas, necessárias à vida do corpo. Não é de estranhar, assim, que o além espírita do século XX possua habitantes que utilizem transporte coletivo e ao mesmo tempo em que reunam-se para entoar hinos ao Senhor.

Resta-nos tentar compreender uma representação do além constituída no Brasil do século XX, mas que recorre a imagens medievais. Um caminho possível é o entendimento do caráter anti-racionalista de uma parcela significativa do espiritismo brasileiro. Em toda a obra estudada aqui, percebemos a valorização do emocional, do sentimento e uma desvalorização da razão. Apenas para ilustrar o que estamos afirmando retiramos um trecho do primeiro capítulo, onde o personagem principal ainda está na região de sofrimento do além.

> "os princípios puramente filosóficos, políticos e científicos figuravam-se-me agora extremamente secundários para a vida humana (...) verificava que alguma coisa permanece acima de toda cogitação meramente intelectual. Esse algo é a fé, manifestação divina ao homem."[ix]

Assim, a permanência de imagens medievais em descrições contemporâneas do além não é aberração alguma – mesmo porque aberrações são apenas fatos que desconhecemos a causa – mas, pelo contrário, é muito coerente com o contexto histórico em que tais representações foram elaboradas.

---

[i] Doutorando em História pela UNESP/Assis, professor da Faculdade Metropolitana Londrinense
[ii] Todas as citações bíblicas foram retiradas da *BIBLIA*: tradução ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1994, por isso acredito ser desnecessário indicar esta informação novamente
[iii] XAVIER, Francisco Cândido. *Nosso Lar*. Rio de Janeiro: FEB, 2002 p.26
[iv] Id. Ibid. p. 57
[v] Id. Ibid. p. 60
[vi] MCGRATH, Alister E. A *Brief History of heaven*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002 p.18
[vii] XAVIER, Francisco Cândido. *Nosso Lar*. Rio de Janeiro: FEB, 2002 p. 45-46
[viii] COSTA, Ricardo. *Cluny, Jerusalém celeste encarnada* (séculos X-XII). Disponível em www.ricardocosta.com. Acesso em: 19/03/05
[ix] XAVIER, Francisco Cândido. *Nosso Lar*. Rio de Janeiro: FEB, 2002 p. 18

INTELECTUAIS E POLÍTICA.*

FÁBIO MAZA

A pertinência do tema sobre o intelectual está presente nas reflexões atuais impulsionadas "pela crescente perda de senso crítico dos intelectuais".[i] Este fato conduz ao "fetiche do êxito" e ao "descompromisso com o valor das idéias e muitas vezes na transigência dos princípios éticos".[ii]

Neste sentido, devemos buscar o "sentido mais profundo da função intelectual: o exercício permanente da crítica". Para tanto partiremos das analises de duas autoras, Elide Rugai Bastos e Walquíria Leão Rego. Assim, acreditam ser "o vínculo entre atividade de pensar e o empenho moral do analista" condição necessária para a "elevação da condição humana". Para essas autoras "os intelectuais podem contribuir de algum modo no processo de transformação do mundo na direção emancipatória da humanidade".[iii]

Para as mesmas autoras será Sócrates que irá inaugurar o "dilema principal da atividade intelectual". Este se expressa na dualidade entre "distância crítica e envolvimento".[iv] Em outras palavras, "a persistência da tensão existente entre o lugar de observação das coisas e a justa medida a se manter entre o distanciamento dos fenômenos que o intelectual analisa e seu envolvimento com os mesmos".[v]

Este dilema está na base das reflexões sobre a relação do conhecimento e seus condicionamentos sociais. Parafraseando Sartre, segundo o qual "ponto de vista do proletariado é o horizonte científico de nossa época", Löwy utiliza-se de uma "metáfora topológica" para defender a superioridade do ponto de vista proletário. Segundo o autor ele apenas garante um "maior possibilidade de acesso à verdade".[vi]

O grau de complexidade desta questão está no fato que nem todos aqueles que pensaram o papel do intelectual acreditam neste condicionamento classista para se chegar à verdade. Para nos atermos a um autor apenas, lembremos Benda que acreditava na necessidade do intelectual estar acima dos condicionamentos de nação, raça e classe e se

* Fábio Maza. Doutor em História Social pela USP e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

orientar por valores universais como justiça e verdade. Na perspectiva de Benda uma proposta com a de Löwy, ou mesmo Sartre, se inscreveria no universo de decadência da cultura ocidental de seu tempo.

Por sua vez, Bobbio fala-nos da relação entre política e cultura servindo-se de uma antinomia. A primeira asserção resulta da posição do mesmo Benda: "se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo".[vii]

A missão de clérigo é vista como algo cujos princípios estão contidos em si mesmo, como se fosse possível uma "missão" estar acima das contradições da sociedade. No entanto, se o homem de cultura "põe-se acima do combate" para não trair e se desinteressa pelas paixões da cidade, "diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral". Esta é a posição de Gramsci que Bobbio utiliza para problematizar a questão.

Portanto, trata-se de uma relação permanentemente tensa da atividade intelectual que pode gerar duas atitudes lesivas a atuação do intelectual: a apologia e a indiferença.

Partindo do pressuposto de que a "crítica é a própria razão da atividade intelectual", uma "crítica social" engendrada pelo racionalismo moderno, Bastos e Rêgo afirmam que a apologia paralisa a crítica. Já a indiferença é vista como outra forma de cegueira, pois o "afastamento do intelectual do sofrimento dos homens, sua negação de comprometer-se com a busca da gênese deste, configura barreira quase intransponível para a compreensão do mundo".[viii]

As autoras consideram, estão, os intelectuais "como sujeitos morais". Partem das preocupações do pensador italiano Domenico Losurdo que acredita ser um dever do intelectual refletir sobre sua "real posição no mundo" e com isto questionar "as conseqüências objetivas do discurso por ele desenvolvido".[ix] É esta tomada de "consciência histórica" que ele caracteriza como um "imperativo moral" :

> (...) a consciência histórica é a condição preliminar para que o intelectual se coloque no exercício da atividade intelectual, como sujeito moral diante de conflitos e responsabilidades inevitáveis (LOSURDO,1999:196)

Trata-se, então, segundo este ponto de vista analítico, de uma "orientação normativa". Este teria sido inaugurada como tradição por Sócrates e estaria contemplada nas idéias de vários intelectuais como Fichte, Benda ou Sartre.Em outros termos, o que estaria em jogo nesta "orientação normativa" seria a "aspiração de autonomia do intelectual em relação aos poderes constituídos".[x]

Este seria o segundo compromisso do intelectual. Se o primeiro é o senso crítico, a crítica, esta atitude deve os levar a este segundo compromisso, ou seja, a autonomia em relação aos poderes constitutivos. Portando são os "imperativos éticos que norteiam a atividade intelectual".[xi]

Diante deste cenário o fantasma da dual extremidade de posturas, apologia ou indiferença, pode levar a "*perda do senso crítico*" e como isto o "esvaziamento da substância da atividade intelectual".[xii] Há portanto, a necessidade de um balanço histórico diante da atual posição do intelectual em nossa sociedade.

Ao nosso ver a necessidade de um balaço também justificasse por outra razão, ligada aos questionamentos na obra de Gramsci. Ao se perguntar se os intelectuais formavam um grupo autônomo e independente, ou se cada grupo social possuía seu próprios intelectuais especializados, o pensador italiano inicia sua resposta afirmando: "O problema é complexo por causa das várias formas que assumiu até agora o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais".[xiii]

Portanto, além das preocupações metodológicas de Gramsci, que acreditava não ser possível estudar os intelectuais circunscritos apenas a sua obra, mas que se deveria buscar compreende-los no "conjunto geral das relações sócias", devemos também considerar cada

ponderação sobre o papel, missão, etc dos intelectuais, nos devidos momentos de crise que geraram as reflexões sobre a ação dos homens de cultura.

É no cenário atual de crise sobre o papel do intelectual que devemos mais do que nunca nos preocupar com este sujeito histórico. A primeira questão importante é a de identificar a mudança do *lócus* definidor da natureza do intelectual, o que traz consigo novas instituições definidoras da função do intelectual.

O que é claramente observado é o "poder crescente de que são investidos os meios de comunicação para organizar a agenda do debate político".[xiv] É a mídia de define também os "sujeitos do debate das questões públicas e coletivas". Como tudo, os intelectuais então imersos nas regras do mercado.

A força da mídia transforma o intelectual em "vedete". Assim, seu papel público não deveria se confundir com a sua "vedetização midiática". Para Bastos e Rêgo muitos "intelectuais confundem a larga exposição ao público com o compromisso com a esfera pública".[xv] Como "solução" deste problema as autoras nos falam:

> Para a retomada do verdadeiro sentido da crítica é imperioso, no mundo contemporâneo, requalificá-la. A requalificação significa, necessariamente, a retomada de sua radicalidade (...) a crítica contundente da ordem social constituída e o julgamento crítico dos instrumentos de transformação que se mostraram passíveis de corrupção. (BASTOS E RÊGO,1999:17).

NOTAS

[i] BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Wlaquíria D. Leão. *Intelectuais e Política. A moralidade do compromisso*. São Paulo, Editora Olho d'água. 1999: 05.
[ii] Ibidem:idem.
[iii] Ibidem:idem.
[iv] Ibidem: 8.
[v] Ibidem: idem.
[vi] LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen – Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo. Ed. Busca vida Ltda,1988. p209.

[vii] BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p.21.
[viii] BASTOS E RÊGO, 1999: 8/9.
[ix] LOSURDO, Domenico. *Os intelectuais e o conflito: responsabilidade e consciência histórica*. In: BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Wlaquíria D. Leão. Intelectuais e Política. A moralidade do compromisso. São Paulo, Editora Olho d'água. 1999: 196.
[x] BASTOS E RÊGO, 1999: 9.
[xi] Ibidem: 10.
[xii] Ibidem: 12.
[xiii] GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais.O princípio educativo. Jornalismo.Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.p.15.
[xiv] BASTOS E RÊGO, 1999: 15.
[xv] Ibidem: 16.

PROMESSA AMERICANA: UTOPIA E CONFLITO NA AMÉRICA DE JOSÉ MARTÍ

Fabio Muruci dos Santos

Na trajetória da recepção crítica de José Martí, um dos eixos fundamentais da discussão sempre foi, inevitavelmente, sua posição diante dos Estados Unidos. Em uma primeira reconstituição dessa trajetória de leituras, John Kirk argumentou que a Revolução Cubana teria atuado como um divisor de águas. Uma primeira etapa estaria localizada entre 1895 e 1959, quando uma vasta produção de biografias e memórias produzidas em Cuba, especialmente nas comemorações do centenário, em 1953, tendeu a ressaltar o caráter 'apostólico' da trajetória de Martí. O traço dominante de sua *persona* era, então, identificado com a santidade. A indiferença pelas disputas políticas de interesse pessoal permitia comparações com a figura de Jesus Cristo, ainda mais acentuadas pelo fim trágico de sua *via crucis* em defesa da pátria ameaçada. Nesse contexto, nasceram duradouras imagens como a do 'místico del deber', do 'inadaptado sublime' e do 'luchador sin odio'. Os estudos sobre o autor feitos até os anos 1950 teriam um teor fortemente hagiográfico. Seus traços de personalidade desprendidos sugeriam mesmo um perfil quixotesco[1].

As interpretações apostólicas e santificadoras tendiam também a ressaltar os aspectos mais moderados do programa político de Martí, hiperbolizando sua 'neutralidade' política e ignorando sua luta antiimperialista e militância revolucionária. Destacavam igualmente uma dimensão exclusivamente literária de sua produção, caracterizando-o mais como 'apóstata' poético do que como líder político. Essa abordagem marcou as edições de sua obra a partir dos anos 1920, tendo como conseqüência a fragmentação de seus textos, apresentados na forma de curtos aforismos retirados do contexto, uma forma mais adequada de expressão para um 'homem de sabedoria' do que a crônica ou o panfleto, formas nas quais seus textos foram realmente concebidos[2]. Daí que seu pensamento passava a ter um perfil de reflexão geral sobre a vida entregue a um ideal e não uma reflexão historicamente contextualizada. Neste período teve origem uma certa tendência,

não de todo superada, para interpretar Martí como um autor 'utópico', pouco interessado em programas ou questões políticas específicas[3].

Essa corrente de análise teria evidente interesse em minimizar os conflitos de Martí com a política norte-americana. Por isso, grande parte das antologias de seus textos, publicadas com mais freqüência a partir dos anos 1920, pecava pela parcialidade na seleção de comentários positivos sobre a sociedade norte-americana (que de fato são abundantes em suas crônicas), excluindo as passagens mais críticas. O balanço final dessa abordagem é que a série de crônicas *Escenas Norte-americanas* era apresentada como um grande painel, animado e colorido, da emergência de um grande povo. Entre as evidentes deformações do pensamento de Martí, ainda nos anos 1950, estava sua freqüente caracterização como um defensor entusiasmado do projeto pan-americanista de James Blaine, baseado em seu profundo conhecimento das qualidades do povo norte-americano. No auge do regime de Fulgencio Batista, uma Cuba independente e com boas relações com os Estados Unidos era apresentada como resultado da obra martiana, tornando-o o herói nacional por excelência.

Ainda segundo Kirk, a Revolução Cubana de 1959 teria mudado completamente essa abordagem, exilando a visão 'apostólica' para a comunidade de intelectuais dissidentes do castrismo nos Estados Unidos. Ali, o culto sacralizador de Martí continuou, e continua, operando, transformando-o em um libertador do povo cubano, com total adesão aos princípios do liberalismo norte-americano, agora usado para atacar a dominação comunista. Na Cuba revolucionária, ao contrário, Martí passou a ser identificado com os valores antiimperialistas do regime de Fidel Castro, apresentado como inspirador da luta de libertação nacional e revolucionário que morreu por ideais que só agora estariam sendo realizados. A guinada na interpretação oficial de Martí teria tido como primeiro resultado uma intensa concentração na fase final de sua produção, entre 1889 e 1895, o período de engajamento mais intenso na luta revolucionária dos cubanos contra a dominação espanhola, onde se localizam seus comentários mais críticos sobre os Estados Unidos. No contexto da Guerra Fria, Martí se tornou decididamente anti-ianque. Conseqüentemente,

sua trajetória pessoal é retomada, dessa vez para descrevê-lo como um revolucionário convicto, inclusive com tentativas de encontrar conexões, provavelmente anacrônicas, de seu pensamento com o marxismo-leninismo. Sua figura é afastada daquela de líderes norte-americanos, com os quais era comparado anteriormente (Lincoln, Franklin Roosevelt), e inserida no rol dos lutadores pela causa 'terceiro-mundista', os quais, desde o século XIX, teriam lutado contra os interesses imperialistas (Petofi, Lênin, Ho Chi Minh). A luta martiana contra os espanhóis passou a ser interpretada como uma luta maior pela libertação de todos os 'povos oprimidos', tentando transportar seus comentários anticolonialistas para o mundo do pós-Segunda Guerra Mundial.

Propomos, diferentemente, que uma abordagem mais contextualizada das opiniões de Martí sobre os Estados Unidos nos cruciais anos entre 1889 e 1891 podem nos ajudar a evitar tais caracterizações limitadoras. De fato, nos últimos anos de sua estadia nos Estados Unidos, Martí deixava sinais cada vez mais freqüentes de que havia perdido a esperança de uma mobilização popular democrática pudesse conter a ascendente inclinação imperialista da opinião pública norte-americana. Havia depositado muitas expectativas nas campanhas reformistas de Henry George e do padre Edward MacGlynn, mas o movimento havia começado a dar sinais de desgaste, terminando com a ruptura entre ambos. Ao mesmo tempo, os movimentos trabalhistas norte-americanos que o haviam impressionado estavam sendo prejudicados pelas disputas entre líderes, que pretendiam abrir caminho para a presidência. No início dos anos 1890, os *Knights of Labor* já estavam em desintegração, causada pelas divergências em torno do uso de greves como meio de atuação Seu líder, Terence Powderly, defensor da linha cooperativa e legalista preferida por Martí, perdia prestígio a medida em que era pressionado por novos membros a tomar medidas de ação mais drásticas, incluindo manifestações de apoio aos autores do *Haymarket Riot* de Chicago, em 1886 (que havia causado horror em Martí devido ao uso de dinamite contra policiais pelos militantes)[4]. Martí discordava enfaticamente dessas manifestações: "Hay huelgas injustas. No basta ser infeliz para tener razón"[5]. A adoção de métodos violentos de militância entrava em choque com todas as suas expectativas de que um modo 'americano',

pacífico e legalista, de manifestação trabalhista pudesse garantir a preservação da república democrática: “esas violencias, son como salpicaduras de su fango ensangrentado que, con la rabia de los que mueren, echa sobre América triunfante, como una reina desdentada, la Europa iracunda”[6].

O desânimo político se somava ao desconforto como sua posição de exilado. Há vários anos vinha demonstrando fadiga com as condições de trabalho no comércio e a ausência de um engajamento existencial mais significativo: “vivo solo (...) en una casa pacífica, donde tal vez halle reposo para contarle a la larga las cosas que me han ido sucediendo. – Tristes son, y de la mayor tristeza; pero en mí no caben, mientras me quede átomo de vida, flojedad ni abatimiento. Llevo al costado izquierdo una roda de fuego, que me quema, pero con ella vivo y trabajo, en espera de que alguna labor heroica, o por lo menos difícil, me redima” [7]. O anseio por algo que lhe trouxesse um engajamento existencial mais relevante foi ainda mais acentuado pelos temores trazidos pela intensificação das manifestações em favor de uma intervenção norte-americana em Cuba, ou mesmo da compra da ilha. Martí então amplia seu engajamento na organização dos cubanos exilados para preparar um novo movimento de independência, aumentando os apelos em favor de uma mobilização generalizada dos países ibero-americanos contra a política pan-americanista iniciada pelo Secretário de Estado James Blaine. Martí participou ativamente da primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, em 1889, a qual alimentara nele sérios temores de que uma intervenção maciça dos Estados Unidos nos assuntos caribenhos era iminente. Seu temor era que a luta de independência dos cubanos resultasse apenas numa transferência do controle da ilha para uma nova potência colonialista. Esta possibilidade vinha levando seu estado de abatimento ao máximo, embora mantivesse a firme decisão de evitar que os sentimentos pessoais resultassem em prostração:

> (...) tengo el espíritu como mortal, por las serias noticias que ya salen a luz sobre el modo peligroso y altanero con que este país se propone tratar a los nuestros, - por los planes que veo que tienden, en lo privado y en lo público, para

> adelantar injustamente su poder en los pueblos españoles de América, - y por la declaración, ya casi oficial, de que intentan proponer a España la compra de Cuba. Cuando no se muere de ciertos dolores, o de éste, la vida debe ser cosa de mucha fuerza. Ni sé yo, si sucediera, cómo podría quedar con vida. No hablo así por el arrebato de la sorpresa, porque esto lo he visto venir: sino por el pesar de verlo probable, y con menos obstáculos de lo que parece. De otras penas me ha levantado. Pero de ésta, no sé como. – Lo que sí le he de asegurar, porque en el mundo he aprendido al menos la justicia, y la belleza de la moderación, - es que ni abiertamente, ni con disimulos hábiles, dejaré que esta pena mía afee mis comentarios sobre los sucesos de esta tierra, que en lo que hace a nuestros países no presentaré de mi boca, ni para atizar odios, sino tales como ellos mismos se vayan presentando, y aun omitiendo muchos, porque habría razón para justa alarma si se dijesen todos. [8]

Entre 1889 e 1891, trabalhou intensamente para arregimentar apoio entre a comunidade cubana nos Estados Unidos, realizando conferências e viagens para pregar o que chamava 'guerra necessária'. Martí havia demonstrado em várias oportunidades seu temor de que os projetos pan-americanistas propostos pelos Estados Unidos, especialmente um acordo de exclusividade comercial, seriam uma ameaça à autonomia econômica dos países latino-americanos: "Quien estudia la economía de las naciones (...) sabe que es mortal para un pueblo tener su tráfico ligado a un solo pueblo"[9]. Temia que este tipo de dependência ampliasse ainda mais o sistema de monocultura para exportação, modelo então dominante nas economias latino-americanas, e que entrava em choque com sua expectativa de desmonte do poder oligárquico na América Espanhola: "Debiera ser capítulo de nuestro Evangelio agrícola la diversidad y abundancia de los cultivos menores"[10].

Seus esforços para impedir a implantação de um sistema de dependência interamericana ainda mais opressivo do que o já existente tinha direta relação com as mudanças nas correntes de opinião pública dentro dos Estados Unidos. Como aponta David

Wrobel, os anos 1890 foram marcados, mais que qualquer outro período, por uma 'ansiedade de fronteira'[11]. Embora os historiadores norte-americanos tenham tendido a concentrar sua atenção na tese de Turner, vários outros indícios apontam que o mal-estar com a limitação, real ou não, da 'terra livre' no Oeste e com os conflitos sociais nas grandes cidades estava disseminando idéias sobre política externa que ameaçavam frontalmente a promessa de uma república antiimperial. Os escritos e discursos da época eram carregados de terminologia apocalíptica, anunciando a eminência da depressão ou da ruína final. Para os adeptos de uma necessária abertura do campo de atuação da economia norte-americana para o exterior, em busca da manutenção do espetacular crescimento das décadas anteriores, já estava na hora de superar as fábulas nostálgicas da 'república dos fazendeiros' e assumir a perspectiva hamiltoniana de que os Estados Unidos estavam destinados a se tornar um 'império continental' e, a seguir, mundial.

Os defensores da herança agrarianista jeffersoniana, ao contrário, defendiam que a solução deveria ser interna, com o combate à monopolização agrária, que começava a tomar conta do Oeste, e a abertura para novas oportunidades de aquisição da propriedade, que garantissem a manutenção do caráter independente dos norte-americanos. Ambas as correntes compartilhavam da oratória de 'fim dos tempos' e 'julgamento final', da qual Martí também se utilizou. Após acalentar esperanças de que uma 'solução interna' bloqueasse os defensores da expansão interna, Martí começou a manifestar sinais de desilusão total. Durante anos havia acompanhado meticulosamente as flutuações da vida política norte-americana, nutrindo esperanças de que sucessivos movimentos de restauração democrática superassem o predomínio das disputas partidárias. Suas simpatias haviam se concentrado durante algum tempo no Partido Republicano, fundado para levar a frente a causa abolicionista, a qual identificava como conclusão necessária do legado jeffersoniano. Seus fundadores "eran tan pobres y tan humildes como aquellos de la Galilea, y Evangelio que iban a sembrar con su palabra en el frío corazón de sus conciudadanos"[12]. Fracassada a promessa republicana de reforma, a ascensão do democrata Garfield trouxe novas expectativas de um renascimento do "espíritu de reforma, sano y súbito como viento de

tormenta, que en la história de los Estados Unidos ocurre periódicamente en cada época crítica, como primavera de libertad, producto de ella, y válvula de la República"[13]. Nenhuma dessas esperanças teria se concretizado. Ao contrário, os próprios princípios da República estavam sob perigo, diante de uma crescente corrente política que defendia reformas constitucionais para fortalecer o poder executivo.

Um dos sinais mais ameaçadores estava na emergente campanha em favor do estabelecimento de um Exército permanente: "miedos de guerra, reales o fingidos; proyectos de obras de defensa, ejércitos y armadas, planes de milicia que ya llevan en la entraña el huevo venenoso del ejército permanente, como si la riqueza hubiera de corromper las Repúblicas, y por el exceso y abuso de ella vinieran éstas a parar en los mismos vicios y tiranías contra los que, con fuerza de Universo moral, se levantaron"[14]. Na tradição do pensamento republicano, especialmente na linha jeffersoniana, o 'exército permanente', junto com os interesses financeiros, eram as maiores ameaças centralistas contra uma república democrática, trazendo, o primeiro, o espectro das 'guerras dinásticas' que dilaceravam a Europa, e o segundo o medo da formação de uma casta aristocrática, sem vínculos com a nação. Ambos atuariam em conjunto contra os princípios republicanos, fornecendo instrumentos valiosos para tiranos demagogos ou para o poder abstrato de complexos militares-financeiros[15].

Mas, mesmo nesse quadro, Martí mantinha sua propensão para a avaliação equilibrada dos acontecimentos, já demonstrando temor de que posturas perigosas para o movimento de libertação estivessem surgindo entre as próprias lideranças latino-americanas. Por isso, mesmo durante a campanha para alertar o público hispânico sobre o que estava acontecendo no Congresso pan-americano, não esquecia de combater as simplificações, para que não se confundisse a corrente imperialista, que chamava 'ultra-aguilista', com toda a sociedade norte-americana: "no se ha de afirmar por eso que no hay en ellos sobre estas cosas más opinión que la agresiva y temible, ni el caso concreto del congreso, en que entran agentes contradictorios, se ha de ver como encarnación y prueba de ella, sino como resultado de la acción conjunta de factores domésticos afines (...). Hay

que ver, pues, cómo nació el congreso, en qué manos ha caído, cuáles son sus relaciones ocasionales de actualidad con las condiciones del país, y qué puede venir a ser en virtud de ellas, y de los que influyen en el congreso y lo administran"[16].

Nesse sentido, a percepção de Martí sobre a política externa norte-americana nos anos decisivos que anteciparam o reinício da luta de independência em Cuba estava marcada pela decepção com os rumos da política interna nos Estados Unidos, na qual havia depositado esperanças durante anos. Mesmo que a identificação de uma inclinação ´natural` ou estrutural da sociedade norte-americana, Martí procurava destacar para seus leitores latino-americanos o crescente enfraquecimento das idéias republicanas dentro do país, que tinha sentido como um modelo a ser seguido por movimentos reformistas da América Latina. Seu intenso estado de abatimento desses anos, e talvez sua decisão final de partir para o combate em seu país, foram produtos de sua desilusão com a ´promessa americana`, a qual havia acalentado suas esperanças durante a década que ali permanecera. Acreditamos que é desse ponto de vista que podemos entender a complexidade de suas análises sobre a sociedade norte-americana, marcadas permanente pela oscilação entre suas promessas e declínios e não por aplausos ou recusas igualmente limitadas.

---

[1] KIRK, John. "From 'inadaptado sublime' to 'líder revolucionario': some further thoughts on the presentation of José Martí". In: *Latin American Research Rewiew*, vol 15, nº 3, 1980.
[2] ETTE, Ottmar. "En torno al carácter 'intocable' de José Martí". In: *Cuadernos Americanos*, nº 52, jul./ago. 1995.
[3] FORNE-BETANCOURT, Raúl. "La conquista: ¿una desdicha histórica? Una aproximación al problema desde José Martí". In: *Cuadernos Americanos*, nº 32, mar./ago. 1992, pp. 187.
[4] HAYS, Samuel P. *The response to industrialism, 1885-1914*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964, cap. 2.
[5] MARTÍ, José. *Obras Completas*. Havana: Editorial Nacional de Cuba, 1963-65, vol. 10, p. 396.
[6] MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 10, p. 447-8.
[7] Carta a Manuel Mercado, sem data, mas escrita provavelmente entre 1884 e 1886. MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 20, p. 80.
[8] Carta a Manuel Mercado não datada, mas provavelmente de 1888. In: MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 20, p. 124-5.
[9] MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 7, p. 343.
[10] MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 7, p. 189.
[11] WROBEL. David. *The end of American exceptionalism. Frontier anxiety from the Old West to the New Deal*. Lawrence: University Press of Kansas, 1993, partes 1 e 2.
[12] MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 10, p. 94.
[13] MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 11, p. 122-3.
[14] MARTÍ, José. *Obras Completas, op. cit.*, vol. 11, p. 163.
[15] POCOCK, J. A. *The Machiavellian moment. Florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975, cap. 15.
[16] MARTÍ, José. *Dos congresos. Las razones ocultas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985, p. 36.

"Povoar e Punir": o degredo no povoamento dos Campos de Guarapuava no século XIX

Fábio Pontarolo

"Antonio Joseph da Franca e Horta, do meu Conselho, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo. Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente o vosso officio, e o da Junta que segundo as minhas reaes ordens convocastes para dar principio ao grande estabelecimento de povoar os Campos de Guarapuava, (...) Igualmente vos ordeno que façais remetter para os Campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas que forem sentenciados a degredo, cumprindo alli todo o tempo do seu degredo[1]" [grifo meu].

Esses são trechos da Carta Régia de 1º de abril de 1809, onde o príncipe regente D. João VI "approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios barbaros que infestam aquelle territorio". Nesse período, a Capitania de São Paulo compreendia toda a área dos atuais Estados de São Paulo e o Paraná, além de parte do território catarinense, sendo todo o oeste paranaense e de Santa Catarina pertencentes aos Campos de Guarapuava. Entre as ordens recebidas pelo governador Franca e Horta para a conquista e povoamento da região estão a isenção de pagamentos dos tributos devidos à Fazenda Real pelo período de seis anos àquelas pessoas que viessem povoar os Campos de Guarapuava e o envio de todos os condenados a degredo da Capitania para o mesmo local.

O objeto da pesquisa em andamento é o estudo da constituição do degredo como parte do plano de povoamento dos Campos de Guarapuava a partir da Carta Régia acima citada, bem como das formas de assimilação dos degredados dentro da sociedade guarapuavana do século XIX.

A Justiça secular do Brasil colonial e monárquico, através do código de leis do Livro V das Ordenações do Reino e, posteriormente, do Código Criminal Brasileiro de 1830, puniu

pessoas culpadas por dezenas de crimes com o degredo para terras brasileiras menos habitadas, inclusive para regiões fronteiriças e estratégicas do ponto de vista da manutenção territorial do Brasil.

Para definir especificamente o objeto de estudo, vale dizer que o degredo, conforme conceituação utilizada por TOMA[2], consistia numa forma de expulsão penal prevista pela Justiça secular e eclesiástica da Coroa lusitana, onde o condenado era obrigado a sair do local onde cometera seu crime, sendo enviado para outro território pertencente ao reino, onde deveria permanecer por tempo determinado ou perpetuamente. No caso específico do degredo para Guarapuava, os degredados provinham unicamente da Justiça secular, sendo remetidos de localidades da própria Capitania de São Paulo e esporadicamente da Corte do Rio de Janeiro, não consistindo, assim, no degredo ultramarino praticado intensivamente pelos tribunais portugueses nos dois primeiros séculos de exploração e povoamento das terras brasileiras, mas no degredo interno realizado entre as regiões do próprio território brasileiro.

O degredo interno português teve sua origem na criação dos coutos e homizios nas regiões fronteiriças lusitanas ainda no século XIV. Esses lugares eram legalmente reservados aos criminosos indesejáveis que quisessem se retirar de suas vilas para cumprir suas penas onde pudessem gozar de imunidade e abrigo perante o desejo de vingança das pessoas à quem eles causaram algum mal. De acordo com PIERONI, dezenas de coutos foram mantidos nas regiões de fronteira do território português, os quais tinham outras funções além de oferecer refúgio aos criminosos do Reino, pois "(...) funcionaram também como um importante mecanismo de povoamento e defesa das fronteiras. (...) As engrenagens desse sistema funcionaram como uma espécie de troca de interesses entre a justiça real e o criminoso. Portanto, o intuito do povoamento de certos lugares estratégicos é que explica o porquê da fundação de numerosas vilas e cidades em lugares que abrigavam criminosos".[3]

Muitos desses locais do território interno de Portugal, além de receberem os criminosos que neles se refugiavam voluntariamente, funcionaram também como lugares de degredo

estabelecidos pela justiça secular e inquisitorial lusitana. Já no caso do Brasil, que, ao que os documentos encontrados indicam, recebeu degredados enviados de Portugal e de outras colônias portuguesas até 1820 [4], temos informações de que até 1822 o Governo colonial praticou - além do degredo ultramarino para outras possessões portuguesas na África -, o degredo interno no próprio território, enviando os condenados de uma província à outra, principalmente do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul e à Santa Catarina. Entretanto, sem denominar um ponto específico dessas Províncias onde os degredados deveriam permanecer[5]. A partir da Independência, em 1822, só encontramos dados relativos ao envio interno de degredados no Brasil para pontos territorialmente bem determinados, numa espécie de delineamento mais apurado dos locais de degredo interno[6].

Os degredados estiveram presentes nos Campos de Guarapuava desde as primeiras tentativas de conquista e povoamento da região ainda no final do século XVIII. Nos relatos das expedições comandadas por Afonso Botelho de Sampaio e Souza encontramos registros de um bando[7] publicado em São Paulo em 1770, onde o governador da Capitania, Morgado de Mateus, renomeava os Campos de Guarapuava nos Sertões do Tibagi, com o nome sedutor de "Minas dos Prazeres de Tibagi"[8], visando convencer pessoas de qualquer extrato social das vantagens da aventura no sertão desconhecido, isso após as deserções que se seguiram aos desastres das primeiras expedições.

Conforme AMOROSO, nas onze expedições que seguiram para os Sertões do Tibagi foram mobilizados cerca de quatro mil homens, atraídos por promessas como "terras, riquezas e também o perdão que a Coroa portuguesa oferecia aos criminosos que adotassem a região para cumprir seu degredo".[9] Todavia, são escassas as informações sobre os degredados que acompanharam as expedições de Afonso Botelho nesse período.

Malograda a primeira tentativa de conquista dos Campos de Guarapuava no século XVIII em função da política de povoamento pombalina, as próximas ações coloniais naquela porção do Brasil meridional só se deram com o desembarque da Corte portuguesa no Rio de

Janeiro em 1808, através da Carta Régia de 1º de abril de 1809. Com a instalação nos Campos de Guarapuava da Real Expedição de Conquista e Colonização e o levantamento da sede do Povoado de Atalaia, em 1811 o Tenente-Coronel da Expedição já recebia cinco degredados, todos homens, enviados das Vilas de Curitiba, Castro e do Príncipe (atual Lapa).[10]

Deserções, assaltos promovidos pelos indígenas da região e desentendimentos entre as autoridades seculares e eclesiásticas no comando da Expedição, entre outros motivos, levaram a mudanças na sede da povoação, a qual permaneceu sem receber novas remessas de degredados até 1822, quando o processo de envio dos condenados foi reiniciado. Nesse ano Guarapuava recebeu doze degredados, incluindo duas mulheres, enviados pela Junta de Justiça da cidade de São Paulo, condenados a penas que vão de dois até vinte anos de degredo, ou mesmo ao degredo perpétuo, conforme documento intitulado "carta de guia", remetida juntamente com os condenados, sendo destinada às autoridades locais civis e militares de Guarapuava.

Outras "cartas de guia" encontradas comprovam o envio coletivo de degredados para Guarapuava no decorrer da década de 1820 e início do decênio de 1830. Dado importante à pesquisa se constitui no relatório sobre o estado dos negócios públicos e sobre as providências que entendia serem necessárias adotar em Guarapuava realizado pelo presidente da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, em 1835, atribuindo o atraso em que se encontrava a lide exploradora dos Campos de Guarapuava à acanhada administração local e ao envio de degredados ordenado pelo Governo Imperial. O presidente provincial propunha mudanças na administração guarapuavana e no local de envio dos condenados, pois: "A Expedição de Guarapuava não tem saído do estado de atraso em que uma acanhada administração a reduziu, tendo sido ineficazes todas as providências que o Governo tem dado, porque não tem sido possível afastar o Comandante de sua marcha rotineira, e por isso tenho em vista mandar para ali outro oficial que prometa mais no desempenho de tão importantes obrigações, ainda que isto acarrete algum aumento de despesa, o que se torna tanto mais necessário quanto ora

se requer maior inteligência e atividade no Comandante, visto que o Governo Imperial resolveu que naquele lugar se estabeleça uma Colônia de degradados, o qual julgo conveniente fundar além do rio Iguaçu, tanto para dificultar a fuga que procurarem evadir-se, e povoar-se os campos do Corvo, Palmas e Laranjeiras que apesar de quase desconhecidos, passam por bons e extensos, como evitarem-se contestações com os vizinhos, que no volver dos anos podem suscitar as pretensões que tiveram sobre Vila Rica e Guaíra, outrora destruídas por nossos antepassados "[11][grifo meu].

Essas declarações do Governo Provincial colaboram imensamente com a pesquisa ao confirmarem a utilidade dos degredados como elementos povoadores de regiões pouco habitadas ou fronteiriças do Brasil pelo Governo Imperial durante o século XIX.

Embora as acusações de Tobias de Aguiar não tenham conseguido afastar o comandante da expedição de Guarapuava, a partir da data desse relatório percebemos uma drástica diminuição na densidade do envio de degredados, que passam a ser remetidos individualmente ou com o cônjuge apenas, não sendo mais constatados envios coletivos de condenados. O envio dos indesejáveis das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro para Guarapuava permaneceu, mesmo assim, até 1859, ano em que encontramos o último registro de entrada de degredados na região. Quanto à recomendação de Tobias de Aguiar sobre o envio dos degredados para além do rio Iguaçu, não foram encontrados documentos que comprovem a adesão imperial a esta proposição.

Os problemas da escassez populacional do território paranaense no período anterior ao aumento das taxas de imigração estratégica de colonos europeus, na segunda metade do século XIX, contribuem com as prerrogativas de estudo da utilização do degredo como parte do plano de povoamento dos Campos de Guarapuava. Dados demográficos levantados por ABREU[12], em pesquisa que coteja o mesmo período, demonstram que a região de Guarapuava só chegou à marca de mil habitantes no decênio de 1840, e que a porcentagem de degredados na população guarapuavana nunca ultrapassou 4%. Entretanto, o número de degredados

relacionados para cada período inclui apenas aquelas pessoas que ainda possuíam pena a cumprir, considerando como moradores fixados os degredados que já haviam cumprido suas sentenças e que, de acordo com os dados das listas de habitantes da povoação, continuaram vivendo em Guarapuava, formando famílias ou exercendo algum oficio por várias décadas depois de terminadas as penas e encerrado o processo de envio de degredados para a região. Além disso, os condenados a degredo perpétuo deixam de ser considerados como degredados a partir do recenseamento populacional de 1853, ano da emancipação política da Província do Paraná.

É nesse ponto que o estudo que estamos realizando sobre o degredo para Guarapuava apresenta outro ponto de relevância, pois ao seguirmos os passos dos degredados durante o período de cumprimento das penas e após a sua conclusão poderemos analisar a assimilação e utilidade social dessas pessoas na sociedade guarapuavana do século XIX.

Dentro da problematização pretendida, a documentação existente está nos permitindo traçar as trajetórias sociais de cerca de cinqüenta degredados, a partir de dados referentes à origem e local de onde vieram, à família e idade que possuíam na época do envio, ao crime praticado e à sentença recebida, ao crime que alguns voltaram a praticar, ao local onde se estabeleceram e ao ofício que exerciam, ao casamento que chegaram a consumar com indígenas ou colonos de origem européia do local e às pessoas – em certos casos outros degredados – que foram padrinhos desses casamentos, aos filhos que tiveram e aos agregados que chegaram a manter, ao tempo que viveram e ao sepultamento que tiveram – em alguns casos acompanhados por procissões – após a morte.

É nesse sentido que, a partir das particularidades elencadas nesse texto, elaboramos a expressão “povoar e punir” para exprimir essa gama de aspectos específicos ao degredo interno para Guarapuava no contexto do Brasil oitocentista – uma punição em certa medida diferenciada, com rupturas e permanências em relação às premissas do degredo ultramarino ou mesmo interno do Antigo Regime português, sofrendo adaptações no sentido da secularização

da pena, afastando o caráter religioso de expiação dos pecados - relacionado aos séculos anteriores -, e continuando com a utilização dos degredados através de sua incorporação nos processos de ocupação de áreas importantes ou mesmo estratégicas do ponto de vista econômico, e em certos casos ao mesmo tempo geográfico, para a coroa brasileira.

Notas

[1]Documento transcrito em SIMÕES, Joaquim Isidoro. **Collecção das Leis do Brazil de 1809.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 36-9.

[2] Sobre a conceituação do degredo, ver TOMA, Maristela**. Imagens do degredo**: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas). (Dissertação de mestrado). Campinas: Unicamp, 2002 e COATES, Thimoty. **Degredados e Órfãs**: colonização dirigida pela Coroa no império português. 1550-1755. Lisboa: CNCPD, 1998.

[3] PIERONI, Geraldo. **Os Excluídos do Reino**: A Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. Brasília/SP: Imprensa Oficial do Estado/UnB, 2000, p.25-26.

[4] Idem, p.278.

[5] Sobre os locais de degredo escolhidos pelo governo colonial e imperial brasileiro no século XIX, ver ARAÚJO, Carlos E. M. de. **O Duplo Cativeiro:** escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro (1790-1821). (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, e NORONHA, Patrícia Rúbia Guimarães de Souza. **O Império dos Indesejáveis:** Legislação brasileira sobre o degredo (1822-1889). (Dissertação de mestrado). Brasília: UnB, 2003.

[6] As três colônias de degredados criadas pelo governo do Brasil Colônia e Império entre 1809 e 1835, localizadas em partes do interior do território brasileiro, ficavam, a saber, na Colônia de Guarapuava, criada em 1809; em São João das Duas Barras, criada em 1834 entre os rios Araguaia e Tocantins no limite provincial do Pará com o Mato Grosso; e no local entre os rios Muricy e de todos os Santos no território provincial mineiro, com sua criação decretada em 1835.

[7] O governo colonial se utilizava de "bandos" de pessoas para espalhar oralmente pelos povoados notícias do interesse da população, nesse caso, para convocar homens para as expedições aos Sertões do Tibagi.

[8] SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. "Notícia da Conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi". In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, vol.76, 1962, p.119.

[9] AMOROSO, Marta Rosa."Guerra e Mercadorias: os Kaingang nas cenas da 'Conquista de Guarapuava'" In: AMOROSO et. all. (orgs) **Do Contato ao Confronto**. A Conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: Expomus, 2003, p.36.

[10] Documento do Arquivo do Estado de São Paulo, transcrito integralmente em FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava.** Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1943, p. 148.

[11] Documento existente no Livro de Atas da Comarca de Castro de 1835, transcrito em BORBA, Oney Barbosa**. Os Iapoenses**. Curitiba: Ed. Lítero-técnica, 2ªed., 1986, p.65.

[12] ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná – Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte. 1986 p.141.

Tradição e modernidade: o perdão na cultura jurídica luso-brasileira

Fabrícia Rúbia Guimarães de Souza Noronha

A historiografia recente sobre o Brasil império tem retomado algumas discussões significativas sobre a construção do governo imperial e suas implicações. A justiça e os procedimentos legais ganham, portanto, um novo espaço de estudos, através da interdisciplinaridade. Por isso, a presente pesquisa tem como objeto central de estudo a prática dos perdões e da punição enquanto tecnologia de poder no Brasil império a partir de uma perspectiva de história das idéias.

Através da difusão de ideais ditos iluministas no século XVIII várias áreas de conhecimento sofreram modificações, inclusive o pensamento jurídico. A adequação de novas idéias ao campo do Direito Penal ocorreu paulatinamente com uma série de debates e propostas de reforma por pensadores franceses, italianos e alemães. As formas de punição, usadas até então pelos Estados do Antigo Regime, foram questionadas em relação à sua eficácia. As penas corporais perderam espaço, e propostas mais "humanizadas" começaram a permear o discurso penal europeu. No Brasil independente, novos saberes jurídicos foram integrados ao discurso do *Código Criminal do Império do* Brasil, sendo identificado por alguns magistrados como o marco de um pensamento "moderno e liberal".[i]

Entender como as tradicionais práticas punitivas foram sendo substituídas pela moderna forma de punir se tornou a grande questão deste trabalho. Nota-se uma especificidade na forma como o mundo ibérico recebeu as propostas dos reformadores penais. Houve uma adaptação de idéias à tradição política católica e as práticas jurídicas mesclaram o novo e o antigo, mostrando a possibilidade de coexistência destas práticas em um mesmo período histórico.

As principais fontes para compreensão deste processo de mudança no campo das idéias e da prática jurídica no Brasil independente são: o Código Criminal de 1830, o Código do Processo Penal de 1832, a Constituição de 1824 e os debates feitos em 1823, 1826 à 1830 na

Câmara dos Deputados e no Senado. Através de uma análise sistematizada é possível compreender como os homens do inicio do século XIX no Brasil, a partir de uma formação intelectual lusitana que passou pela Universidade de Coimbra, receberam, discutiram e adaptaram as novas propostas humanistas para o poder judiciário e ao mesmo tempo como o referencial da tradição estava presente nas atitudes e práticas destes mesmo homens.

A Constituição do Império falava em organização de Códigos – Civil e Criminal – fundados '*nas sólidas bases da justiça e da equidade'*. A utilidade dos Códigos estava vinculada ao serviço à 'sociedade brasileira', garantindo aos cidadãos todos os seus direitos, inclusive a implantação de penas mais humanas, e uma justiça eficaz, seguindo as orientações européias dos países considerados 'civilizados'.

A questão da 'humanização das penas' e do 'tratamento humanizado' dado aos criminosos se explica não só pelo caráter humano conferido ao criminoso, mas pelo efeito de controle social da pena sobre toda a sociedade. Nesse sentido, os magistrados e legisladores passaram a buscar novos parâmetros para calcular as penas; essas deveriam estar de acordo com sua possível repetição na sociedade, e não mais com uma equivalência entre crime e pena. O elemento 'humanidade' passou a permear toda a elaboração filosófica do direito de punir. O criminoso – transgressor da natureza social – deveria ser punido com um castigo mais humano; não por causa propriamente de sua humanidade, mas por causa de todo um corpo social formado por seres humanos, os quais deveriam ser o ponto central dos efeitos deste poder de punir. Ou seja, ao elaborar um novo código penal os legisladores deveriam utilizar parâmetros precisos, a fim de calcular penas eficazes no combate ao mal social. A humanidade passou a ser a base de cálculo das penas, e a aplicação das mesmas deveria estar fundamentada e garantida pela "tecnopolítica da punição"[ii].

O acesso de toda a população às leis foi outra preocupação dos reformadores penais. A acessibilidade era vista como uma maneira de corrigir "ilegalidades", pois na medida em que todos os membros de uma sociedade conhecessem seus direitos e deveres legais perante o

contrato social, sentir-se-iam coibidos de cometer delitos. Além disto, com uma ampla divulgação das leis, a justiça passaria a ser mais acreditada, diminuindo assim o sentido de impunidade.

Muitos teóricos julgavam que a impunidade estava ligada não só à falta de esclarecimento do povo quanto às leis penais, mas também quanto à figura do monarca como possuidor do 'direito de misericórdia'. Os reformadores europeus posicionavam-se contra a 'graça' ou o perdão penal, tão utilizado pelo reis absolutistas. Na medida em que o rei podia perdoar qualquer criminoso, de qualquer tipo de crime, abrir-se-ia espaço para que novos delitos fossem cometidos, pois a esperança da não punição permaneceria sempre no meio social.

Legisladores e magistrados brasileiros, pelo menos durante o Império, não se importaram muito com a questão. Ao contrário, o Código Criminal trazia nos artigos 66 e 67 a referência ao perdão penal, exercido diretamente pelo Poder Moderador*: "Art. 66 O perdão, ou minoração das penas impostas aos réus, com que os agraciar o Poder Moderador...".*

O Poder Moderador permaneceu com a função de dar ou não a graça do perdão, utilizando as mesmas bases do poder régio no Antigo Regime, diferindo das propostas dos reformadores. Tratou-se, portanto, de uma adaptação das idéias reformistas à realidade do novo Estado americano, que continuava governado pela antiga dinastia dos Bragança.

Tendo como ponto de partida uma pesquisa anterior[iii] sobre alguns documentos de perdão, encontrados na *Coleção de Leis do Império do Brasil*, entendi a necessidade de ampliar os estudos sobre os perdões no Brasil império.

O perdão e a graça na Constituição do Império eram regulados pelo artigo 101 § 8 e 9, que dava ao Poder Moderador a incumbência de julgar os pedidos de comutação e perdão de sentenças. "*Art. 101 O imperador exerce o poder moderador. VIII. Perdoando e moderando as penas impostas aos Réus condenados por Sentença. IX. Concedendo Anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado*."

No Antigo Regime, a prática dos perdões estava diretamente vinculada à figura do rei. A idéia de Justiça Divina dava ao soberano a possibilidade de punir e de perdoar de acordo com a sua conveniência. Ao estabelecer uma ligação entre a prática dos perdões em Portugal com a prática no Brasil império, fez-se necessário introduzir os estudos de Antonio Manuel Hespanha[iv] sobre a prática dos perdões na 'monarquia corporativa' portuguesa.

Hespanha considera que o sistema penal português durante o Antigo Regime não alcançava eficácia, pois o poder real confrontava-se com uma 'pluralidade de poderes periféricos', não só em Portugal, mas principalmente nas colônias ultramarinas. Além disto, haviam dificuldades diversas que impediam o total cumprimento das atribuições jurídicas do rei, como por exemplo, a multiplicidade de jurisdições, a falta de infra-estrutura, as grandes distâncias entre metrópole e colônias, etc. Devido a essas características, o poder do soberano funcionava mais em termos simbólicos do que práticos. A legislação penal era marcada pelo rigor das punições, capaz de disseminar o temor entre os súditos. O 'fazer temer', neste sentido, era mais eficaz do que o 'fazer cumprir'. E é, exatamente, neste ponto que encontramos a prática dos perdões como forma de fixação de uma simbologia do soberano como pai e juiz da nação. O perdão real estava não só fundamentado nas práticas punitivas, mas também nos códigos legais do Reino: "... O segredo da específica eficácia do sistema penal do Antigo Regime estava justamente nesta 'inconseqüência' de *ameaçar sem cumprir*. De fazer *teme*r, ameaçando; de fazer *amar* não cumprindo. Ora para que este duplo feito se produza, é preciso que a ameaça se mantenha e que a sua não concretização resulte da apreciação concreta e particular de cada caso, da benevolência e compaixão suscitadas ao aplicar a norma geral a uma pessoa em particular."[v]

A graça do soberano estava profundamente ligada às tecnologias de punição, na medida em que dosava a atuação do poder real sobre os súditos como uma forma de manutenção da hierarquia e da ordem social. Esta relação garantia uma obediência dos súditos para com o rei, criando 'laços invisíveis'[vi] entre o povo e o poder real; laços que jamais seriam

quebrados. Para o criminoso, o castigo descrito na lei já era esperado, mas a possibilidade da graça real estava sempre presente, havendo a esperança de misericórdia:

> "Pelos expedientes da graça realizava-se o outro aspecto de inculcação ideológica da ordem real. Se, ao ameaçar punir (mas punindo, efetivamente, muito pouco), o rei se afirmava como justiceiro, dando realização a um tópico ideológico essencial no sistema medieval e moderno de legitimação do poder, ao perdoar, ele cumpria um outro traço de sua imagem – desta vez como pastor e pai -, essencial também a legitimação (...) Por esta dialética de terror e de clemência, o rei constituía-se, ao mesmo tempo, em senhor da justiça e mediador da Graça. Investia-se no temor, não investia menos no amor. Tal como Deus, ele desdobrava-se na figura de Pai justiceiro e do Filho doce e amável."[vii]

Mesmo com inovações no campo do discurso penal português no final do século XVIII – após algumas medidas educacionais e administrativas da reforma pombalina –, a tradição absolutista pode ser facilmente identificada nas práticas dos perdões. No Brasil império, o uso do perdão e o uso da graça pelo imperador, aparentemente, seguiram a mesma lógica de aplicação das tecnologias de poder do Antigo Regime português.

A definição do Poder Moderador pela Constituição Imperial pode indicar uma possível permanência no modo como as bases do poder seriam construídas:

> "Art. 98 – <u>O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador</u>, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante (...) Art. 99 – A Pessoa do <u>Imperador é inviolável, e Sagrada</u>: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma."

Mesmo com a adoção de três poderes, o Poder Moderador no Brasil reforçava alguns dos símbolos da tradição lusitana representados pela figura do Imperador. O modo como seria tratado, suas funções e atribuições políticas sintetizam o olhar ao soberano, pai de todos e juiz da nação. Ele estava acima da lei, pois sua pessoa tinha caráter sagrado. Assim como Deus, o

Imperador representava aquele que 'cuidava', 'julgava', 'administrava' a vida de todos os 'súditos'.

Nas palavras de dois juristas do império brasileiro, o significado do perdão ou da graça era: "...Um direito à parte, um atributo de soberania e que, não podendo ser exercido sem uma delegação especial da nação, foi por isso expressamente atribuído entre nós ao Imperador, não como chefe executivo, mas como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, encarregado do Poder Moderador."[viii]

A regulamentação para a prática dos perdões no Brasil império seguia as determinações legais dos Códigos já antes mencionados. Para os casos de pena de morte, o perdão só era concedido após seguir a burocracia jurídica estabelecida em lei. A Regulamentação desse tipo de processo foi feita em 1832, com a promulgação do Código de Processo Criminal do Império do Brasil[ix]. Para que o réu entrasse com recurso, deveria fazer primeiro uma apelação ao Tribunal de Relação. Este enviava o pedido à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, pelo relator do processo. Os juizes encaminhavam a apelação à Corte. O conteúdo de cada processo era rigorosamente analisado, devendo constar uma narração dos fatos e das circunstâncias do crime e da sentença, além do exame das provas constantes nos autos, uma declaração das formalidades que foram guardadas ou preteridas e, por fim, uma exposição da conduta e vida pregressa do réu e suas circunstâncias pessoais.

Para se pedir a graça para outra sentença que não fosse a pena de morte, o recurso deveria ser apresentado diretamente à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, ou ao Presidente de Província. O processo deveria conter a certidão de queixa, denúncia ou ordem, e, se houvesse instalado o processo. Exigia-se ainda uma certidão de corpo de delito, quando existente, uma certidão com depoimentos das testemunhas de acusação e defesa, uma certidão da sentença e, por fim, todos os demais documentos que parecessem convenientes ao peticionário e aos respectivos juizes. A deliberação final sobre cada pedido de perdão, comutação ou anistia era dada exclusivamente pelo Poder Moderador.

Os documentos de perdão analisados mostraram que o governo imperial manteve as tradições lusitanas da graça do soberano como uma forma de garantir e impor o seu poder. Mesmo com as reformas legais propostas na Constituição de 1824, e com as novas leis penais – a partir do Código Criminal de 1830–, mostra-se evidente que a incorporação dos ideais iluministas e "modernos" não foram assimilados em sua integra, nem em pouco tempo. As práticas de poder e as especificidades da formação política do Brasil deram uma feição peculiar a prática penal no Brasil império, nela havendo uma mescla das práticas absolutistas com o discurso liberal do século XIX.

Os documentos de perdão são considerados fonte primária para uma análise ampla do momento em que o Brasil independente organizava-se como um Estado-Nação. Estabelecendo como parâmetro as palavras de Hespanha[x] ao afirmar que os "textos legais são fatos sociais historiáveis", proponho investigar a prática dos perdões imperiais como traço de uma permanência da cultura política no pensamento jurídico luso-brasileiro do início do século XIX; a punição e o perdão como conceitos e práticas do governo imperial através do Poder Judiciário e Moderador; e o pensamento jurídico e sua relação com o debate sobre o Brasil e a construção de um Estado-Nação.

Notas

[i] MELLO, Lydio M. *"Um código brasileiro que deve ser sempre estudado: O código Criminal 1830"* In: **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**; Volume 26; no. 19/20; 1978 (p.11 a28).

[ii] Este é o termo que Foucault utiliza para denominar o conjunto de práticas jurídicas e penais dos governantes sobre uma determinada sociedade in : **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

[iii] NORONHA, Fabrícia R. **O Império dos Indesejáveis: legislação brasileira sobre o degredo:1822-1889**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2003.

[iv] Hespanha, M. *'A punição e a graça'* In: Mattoso, José. (org.) **História de Portugal – O Antigo Regime**. Editorial Estampa, Portugal, 1998.

[v] Hespanha, M. *Op. Cit*. p. 219.

[vi] Elias, Norbert. **Sociedade dos Indivíduos**. p. 21

[vii] Hespanha, M. *Op. Cit*. p. 221.

[viii] Braz Florentino:1864.

[ix] 'Decreto de 29 de novembro de 1832 – Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória da administração da Justiça Civil." In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832**. Parte 2ª Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1874. p. 186.

[x] Hespanha, António M. **Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva**. Lisboa: Fund. Calouste Gulberkian, 1993

O movimento de cineclubes na América Latina: civilizacionismo e engajamento político. Argentina e Brasil - (1940-1970)*

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa – UFSC

Durante os vinte anos que seguiram a segunda guerra mundial vemos, em alguns países da América Latina, a formação de grupos de jovens intelectuais interessados em debaterem e divulgarem a idéia do cinema como manifestação artística engajada num projeto social. O cinema como manifestação cultural foi exportado da Europa para a América Latina principalmente pela ação dos cineclubes nos meios universitários do continente.

No caso do Brasil, sabemos que o crítico Paulo Emílio Salles Gomes aderiu efetivamente ao cineclubismo após seu exílio voluntário, na França -1937, quando entra em contato com a experiência do *Front Populaire*. De volta ao Brasil, em 1940 Paulo Emílio fundou com amigos (Francisco Luís de Almeida Salles, Décio de Almeida Prado, Antonio Candido, Ruy Coelho e outros) o Clube de Cinema de São Paulo, que segundo Maria Rita Galvão foi "a primeira manifestação concreta do interesse intelectual por cinema que começa a surgir em São Paulo"[1]. O Clube de Cinema de São Paulo, que funcionava na faculdade de Filosofia da USP, promoveu mostras de cinema europeu e exibições de filmes, socialmente engajados, do cinema dos Estados Unidos além de promover a revista cultural, *Clima*. Este cineclube foi fechado logo em seguida, pela ditadura do Estado Novo e ressurge em 1946 no local da futura Cinemateca Brasileira. Neste mesmo ano Paulo Emílio parte para uma temporada de dez anos na França. Dessa vez como representante da recém fundada filmoteca do Museu de Arte de São Paulo, o crítico torna-se correspondente da revista *Anhembi* e do Jornal *O Estado de São Paulo além de* freqüentar o curso de cinema no Institut des

* Fátima Sebastiana Gomes Lisboa. Professora doutora atuando na Universidade Federal de Santa Catarina como professora visitante, com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Hautes Etudes Cinemathografiques (IDHEC). Os escritos de Paulo Emílio Salles Gomes, nas revistas *Clima*, *Anhembi* e no Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo* (anos 45-60), bem como sua atuação na divulgação do movimento cineclubista internacional no Brasil, marcaram a abertura de vários núcleos regionais. Destacamos os cineclubes de Salvador dirigido pelo intelectual comunista Walter da Silveira, o da Associação Brasileira de Imprensa (ABI/RJ), da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES-RJ), da Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) dentre outros cineclubes por todo o Brasil. Os mineiros Jacques do Prado Brandão e Ciro Siqueira, ambos ligados ao Centro de Estudos Cinematográficos (CIC), (criado a partir do trabalho realizado no clube de cinema de Minas gerais, em Belo Horizonte) também tiveram papéis importantes na divulgação do movimento de cine clubes e na formação de uma geração de cinéfilos que acreditavam no cinema como manifestação cultural.

Na Argentina o cineclubismo se desenvolveu de forma semelhante ao Brasil. Nos anos 30/40, está ligado a ação de intelectuais, com um projeto de pesquisa identitária “cosmopolita”, partindo principalmente de centros europeus como Paris, nas figuras de Vitória Ocampo e Jorge Luis Borges entre outros. Na década de 1950/60 uma nova geração acompanha a formação da Federação Argentina de cineclubes e sua incorporação à Federação Internacional de Cineclubes no ano de sua criação em 1947. O cineclube Núcleo, fundado em agosto de 1954 por Salvador Sammaritano, será responsável na década de 1960 pela revista mensal de crítica cinematográfica *Tiempo de Cine* com seu primeiro numero publicado em 1960 e encerando em 1968. Do cineclube de Santa Fé, e do Centro Sperimentale de Cinemathografia de Roma vemos despontar o crítico e cineasta Fernando Birrí, que se tornou um dos grandes agitadores de um nova idéia sobre a ação do cinema na sociedade. O movimento de cine clubes e a escola documentarista de Santa Fé (Universidade do Litoral) criada em 1956 formaram parte da vanguarda cinematográfica portenha nos anos 60. Na segunda metade dos anos 1960 a ação popular do *Tercer cine* seria uma utopia,

tentada pelo grupo de cinema independente denominado *Cine-Libertação*, liderado pelos cineastas Fernando Solanas e Octávio Getino. Porem o trabalho desta nova geração de cinéfilos cineclubistas junto à população marginalizada foi abortado com o advento da ditadura militar[2].

O Projeto civilizador do Cine Clube

O período que vai do final da 2ª Guerra até princípios dos anos 70 foi marcado pela retomada do crescimento econômico da Europa, aliado a um engajamento político externo de suas elites intelectuais e artísticas, na busca de soluções para problemas sociais e políticos urgentes nos países periféricos. Podemos observar no discurso intelectual francês e italiano uma intenção civilizadora na interpretação das questões políticas da América latina. Em 1952 o Ofício Católico Internacional do Cinema (OCIC) envia uma missão ao Brasil e a outros países da América do Sul, para ministrar cursos e seminários sobre a importância do cinema como instrumento de "elevação cultural", estimulando assim a formação de cineclubes em instituições ligadas à Igreja católica. No Brasil os principais nomes do "cineclubismo católico" foram Guido Logger, Edeimar Massote e Humberto Didonet. O movimento de cine clubes latino americano incorpora estas intenções "civilizacionistas" através da divulgação do que na Europa se chamou de cinema de "arte e invenção", "cinema de criação", além de um cinema, "socialmente e moralmente engajado". A programação dos cineclubes vai privilegiar filmes onde o tema da importância sociocultural do cinema estava aliado a um projeto "universal de criação do novo homem". Segundo termos da época, este "engajamento universal" proclamava a luta pela criação de um "*nouvel humanisme*" (novo humanismo), ou de um "*socialisme à visage humain*" (socialismo com rosto humano). Estas propostas tornam-se bandeiras de duas ideologias que movimentaram o ocidente periférico nos anos 60-70: o catolicismo renovado e a revolução socialista[3]. No campo cinematográfico, os festivais de cinema na Itália, (*Sestri Lavante, Santa Margarita Ligouri et Genova*) e na Tchecoslováquia (*Karlov Vary*), promovem o *Cinema Moderno* mundial premiando novas

cinematografias nacionais. Junto à projeção de filmes são realizados encontros onde cineastas, escritores, sociólogos e diletantes, discutem sobre a utilização de temas da atualidade nos filmes do novo cinema do terceiro mundo. Estas novas cinematografias nacionais, visualizadas conjuntamente, deixam transparecer um caráter homogêneo nas temáticas sociais abordadas e inflamam os debates sobre o papel revolucionário da arte no mundo. Sabe-se que o campo cinematográfico sofreu, neste período, mudanças radicais ao nível técnico, estético e temático. Na América Latina o cinema foi um meio para o engajamento real de jovens nas lutas revolucionárias nacionais. Identifico o movimento de cine clubes na América Latina como um dos principais vetores que contribuíram para a mudança da visão do cinema nos meios intelectuais dos países citados. Observa-se, nesta época, no seio da pequena burguesia, mudanças nas vocações profissionais de seus jovens. Os novos homens de cinema do continente eram "recrutados" nas universidades, em disciplinas diversas que iam do Direito à Arquitetura passando pela Física e as Engenharias. Acredito que a realização desse novo cinema cultural, preocupado com o resgate social, a partir de 1960 no Brasil e em Cuba, assim como a realização de um cinema didático revolucionário na Argentina no final desta década, tem suas raízes na idéia da arte cinematográfica como fenômeno social e objeto cultural, importada da Europa, principalmente da França e da Itália, no pós-guerra[4]. Consultando estatutos de criação de cineclubes, programações e propostas para mostras e debates sobre cinema pude traçar uma pequena retrospectiva do movimento no Brasil e na Argentina. Nele desenvolvo a idéia de que o cineclubismo ressurge em nosso país como na Argentina pretendendo ser uma nova alternativa para a exibição de filmes culturais. Sua expansão no final dos anos 40, início dos 50, liga-se basicamente à resistência do cinema europeu culto ao produto estadunidense e por outro lado à aversão da elite intelectual brasileira e portenha ao cinema de grande publico produzido nestes países.

Frente à dominação do mercado exibidor pela produção cinematográfica americana os cineclubes adotam o cinema Europeu e suas discussões estéticas. Esta

maneira de encarar a atividade do cineclube refletia a via pela qual a elite intelectual deveria se aproximar do cinema (manifestação que anteriormente tinha um caráter nitidamente popular). Sendo culturalista o cineclube facilitou a aproximação das elites ao movimento de renovação da linguagem cinematográfica que se dava na Europa e por conseqüência adota suas repercussões nas novas cinematografias nacionais. O cinema brasileiro e Argentino, que tinham ficado fora do debate cultural e da programação dos cineclubes dos anos 30/40 passa a estar presente, nos anos 50/60, nas discussões sobre uma pesquisa estética nacional aliada a uma pesquisa sociológica que lhes projetará para o exterior. Em realidade a aproximação desta elite intelectual com o cinema nacional só acontecerá como possibilidade concreta, no final da década de 50, numa época de efervescência política. Antes, porém formam-se os primeiros cineclubes universitários que colocam entre seus objetivos a produção cinematográfica local. Destes cineclubes universitários saíram quadros importantes para os cinemas independente, brasileiro e argentino, que ora se organizava. Á medida em que o movimento estudantil ia adquirindo importância, no Brasil e em seguida na Argentina, ao tentar assumir um papel deflagrador político e cultural junto aos meios populares, o cineclubismo e as revistas de cinema contribuíram para a valorização da "questão nacional" e para uma aproximação entre as classes sociais.

O próprio campo cinematográfico brasileiro e portenho em formação/transformação na época, viveu esta confluências de idéias nacionais/continentais e visualizou uma mudança cultural ampla em seus países.

No Brasil grande parte da iniciativa transformadora do movimento cineclubista é cortada abruptamente pelo golpe militar de 1964, vemos então um retorno à discussão estética no centro das atividades dos cineclubes. A repressão política que se abateu sobre o país após a promulgação do AI-5 não poupou este movimento e o Conselho Nacional de Cineclubes (CNC), todas as Federações regionais e Estaduais, assim como 90% dos cineclubes cessam suas atividades no ano seguinte 1969. Em 1976 a 10º jornada Nacional de cineclubes redefine o movimento, que com uma forte

dose de voluntarismo, ressurge voltado para um "projeto mais amplo de entrosamento coma vida e a cultura nacional" [5].

Notas

[1]GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e cinema; o caso Vera Cruz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981, p. 28.

[2]GETINO, Octávio. Argentina: quelques repères. In HENNEBELLE Guy et GUMUCIO DAGRON Alfonso (org. de), *Les Cinémas de l'Amérique latine*, L'Herminier, Paris. 1981, p. 21-67.

[3]VIGANO Aldo, *Terzo Mondo e comunitá Mondiale testi delle relazioni presentati e lettre ai congressi di Genova*. Roma: Editora Milano. 1967. Jean Paul Sartre et Simone de Bouvoir, após uma visita de um mês ao Brasil e a Cuba, em 1960, retornam à França e divulgam nas revistas, *France-Observateur* e *France-Soir*, uma visão idílica de um país em reconstrução onde; "intelectuais e povo abraçam unidos a causa da transformação social e da criação de um novo socialismo um "*socialisme à visage humain*". Ver : CUBA, in *Patisans*, jan./fev. Paris.1961.

[4]Sobre o cinema e sociedade ver : AGEL Henri, *Un Art de la célébration : le Cinéma de Flaherty à Rouch*, Paris : Éditions du Cerf,1987. SCHIFANO Laurence, *Le cinéma Italien 1945-1995 : crise, et création,* Paris: Nathan. 1995. (Coll. Cinéma 128).

[5]CINE-DEBATE- Especial para a 10° Jornada Nacional de Cineclubes. CNC: Rio de Janeiro. 1976.

UMA SEDIÇÃO ABORTADA EM 1820: CONTESTAÇÃO E POLÍTICA REPRESSIVA EM PERNAMBUCO ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA[1]

Flavio José Gomes Cabral –PPG-UFPE

O Recife, desde a expulsão dos holandeses, no distante século XVII, vinha se tornando um grande pólo econômico regional.[2] Pelo seu movimentado porto, escoavam-se não apenas os produtos locais como também as notícias, seja por intermédio dos jornais, seja por intermédio dos que ali desembarcavam. Do cais do porto as novidades tomavam as ruas, os pátios e adros, os lares, os quartéis e as casas de comércio. Foi assim em 22 de outubro de 1820, quando aportou o navio de procedência inglesa Cresterfiel, portador das primeiras notícias da eclosão da revolução liberal da cidade do Porto, irrompida no dia 24 de agosto de 1820. Tal notícia pegava o governador Luís do Rego Barreto de assalto, justamente no momento em que ele se preparava para se deslocar do Recife em direção ao interior da província no intuito de debelar um movimento de camponeses sebastianistas que imaginava conspirar contra a Coroa.[3] Temendo possíveis levantes de solidariedade aos liberais portugueses, o governador resolveu interromper a viagem, delegando a um oficial português o comando das tropas na empreitada interiorana.

Portugal, sob os ventos liberais, instituiu no reino a Junta Provisional do Governo, que de imediato comunicou à Corte do Rio de Janeiro as novas estruturas políticas, principalmente a decisão de se convocar as Cortes.[4] Procedeu-se ainda à nomeação de várias comissões encarregadas de reformar a administração, como também foi dado o primeiro passo para a preparação das primeiras eleições em Portugal. E assim, em 31 de outubro, por meio de um “manifesto”, foi apresentada ao povo lusitano a idéia de Corte como uma representação nacional. Depois desses esclarecimentos, pela primeira vez em Portugal abriu-se o debate em torno do constitucionalismo.[5] D. João VI só veio a tomar

conhecimento dessas atitudes em 17 de outubro, quando chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras mensagens oficiais dos governadores do Reino.[6]

Pelos comandantes do mencionado navio inglês atracado no porto recifense, o governador recebia as principais notícias lusitanas, bem como mensagens dos governadores do Reino de Portugal explicando as mudanças políticas pretendidas pelos liberais. Diante da gravidade da situação, achou prudente Luís do Rego escrever à Corte do Rio de Janeiro lamentando as ocorrências, e não deixou de opinar: "Desnecessário dizer [...] quanto cuidado requerem as coisas do Brasil".[7] Mesmo com o governo tentando acalmar a população, não foi possível abafar as recentes notícias, que com certa velocidade tomavam conta dos espaços públicos e privados. O governador percebia claramente o peso desses boatos entre o povo por entender que eles poderiam funcionar como canais de opinião e produzir tomadas de atitudes. Isso faz entender o porquê de o espaço colonial ter desenvolvido a opressão e ter criado condições para que se excedessem os limites que para a Coroa eram sua própria salvaguarda.[8]

Carlos Guilherme Mota,[9] investigando as várias teias sediciosas existentes no país em fins do século XVIII e princípios do século seguinte, notou o papel da opinião pública, que muitas vezes se posicionava a favor dos rebeldes. Isso porque, segundo o autor, "a opinião pública já se torna influenciável, fácil de ser orientada no sentido de incompatibilidade com os governos". Na prática, os acontecimentos de 1820 foram como um vendaval no Brasil, produzindo, com a efervescência liberal, reação de solidariedade ao movimento citado.[10]

Em Pernambuco, sob o calor das novidades de Portugal, Luís do Rego mostrou-se visivelmente preocupado quando, em 22 de outubro daquele ano, relatava ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal: "A notícia do Porto já se transmitiu aqui, e de necessidade deve propagar-se". Entretanto, tentava acalmar o rei, sublinhando: "Estou sempre atento aos progressos da opinião [pública], a qual é só quem me serve de barômetro".[11] Nessas palavras, percebe-se com clareza que a ação intimidadora do governo

ia depender do comportamento dos pernambucanos. Destarte, à medida que a onda de boatos ia crescendo, o governador empregava métodos coercivos, evitando dessa maneira sublevações. Para ele, essa boataria merecia consideração por entender ser "danosíssima à causa d'El-Rei Nosso Senhor".[12]

Nesse momento em que o *ancien régime* dava sinais de agonizar, muitos governadores das províncias brasileiras, a exemplo do de Sergipe del-Rei, temendo reações populares, procuraram fechar os portos de suas províncias aos navios vindos de Portugal, como também procuraram bloquear a circulação de literatura e papéis doutrinários da causa liberal.[13] Desse modo, um dos efeitos imediatos da revolução de 1820 no Brasil veio do Pará, que em 1º de janeiro de 1821 aderiu ao movimento liberal português, sendo seguido pela província da Bahia (10 de fevereiro). Entretanto, foi em Pernambuco, ainda sob o impacto das primeiras notícias portuguesas, que se organizou uma sedição, tramada na vila do Recife, para rebentar no dia da festa de Santo André, quando então o governo seria tomado das mãos de Luís do Rego Barreto e entregue aos rebeldes.

Segundo declarou João Botelho Noblis, um dos insurgentes, em uma das reuniões secretas de que participou, falou-se de constituição e da necessidade de se realizar em Pernambuco o mesmo que militares lusitanos fizeram em Portugal.

Faz-se necessária aqui uma observação. É de se estranhar o descaso da historiografia sobre esse assunto, que, tudo indica, se trata de uma das primeiras manifestações de adesão ao movimento constitucional iniciado em Portugal em 1820. Tanto que só pudemos tecer alguns esclarecimentos acerca da referida sedição graças a uma devassa aberta pelo governador da época para conhecer com mais nitidez as idéias e as pretensões dos amotinados.

Em quase todas as reuniões clandestinas, o problema do soldo esteve na ordem do dia, e isso seduzia a soldadesca, que passou a ver no movimento um canal de melhoria de vida, pois, com a revolução deflagrada em Portugal, o soldado lusitano foi valorizado.[14] O jovem alferes gaúcho Manuel Marques Lisboa foi um desses entusiastas. Certa vez,

confabulando com o português João Botelho Noblis, funcionário da Alfândega do Algodão, no aterro da Boa Vista, sobre os problemas políticos do momento, resolveu partir em companhia do amigo até a cidade de Olinda para convidar o tenente Felipe Néri de Barcelos a entrar no movimento que propunha implantar na província uma "constituição do mesmo modo que em Portugal".[15]

Nos dias em que se tecia a sedição, panfletos manuscritos foram espalhados pelas ruas recifenses insuflando o público leitor. Um deles, escrito em forma codificada, depois decifrado pelos agentes da repressão, acusou o absolutismo monárquico de carcomer as aspirações sociais.[16] Em Pernambuco dos princípios dos oitocentos, a idéia de revolução esteve associada à de libertação. Queria-se libertar do colonizador e do opressor,[17] neste caso encarnado na figura do governante. Entendia-se que o rei era bom, maus eram seus funcionários, que esmagavam o povo através do fisco ou por intermédio do famigerado recrutamento forçado. Era comum ouvir-se na época a expressão "Viva o rei, morra o mau governante!", além de expressões de refutação, que, porém, nunca procuraram promover uma desfiguração da ordem, pelo contrário, buscaram restaurá-la.

Segundo os planos dos insurgentes, no dia preparado para a eclosão do movimento, que deveria ocorrer em 25 ou 26 de novembro de 1820, após o alarme homens experimentados iriam até a casa do governador, situada no sítio do Mondego, na Boa Vista, e poriam em execução o assassinato dele e do secretário do governo. Nesse interregno, rebeldes tomariam o palácio, que funcionava em um antigo prédio do colégio dos jesuítas, ocorrendo o mesmo com os fortes do Brum e do Buraco, tidos como os mais importantes.[18] Esperava-se que num espaço de 24 horas a nova ordem política estivesse instalada, com a realização de prisões e mortes que se achassem necessárias. No momento em que soassem os alarmes, o povo seria despertado e então as principais vias de acesso ao Recife seriam bloqueadas. No Forte das Cinco Pontas, de forma premeditada, presos e soldados, alguns dos quais avisados, insurgiriam simulando uma rebelião. Tudo isso deveria ocorrer para desviar a atenção das autoridades. Os insurgentes tinham pressa em pôr seus

planos em ação, pois temiam que, mesmo com a vitória da nova ordem política que estava sendo tecida em Portugal, Luís do Rego fosse mantido no governo da província e que a mando de D. João VI "jurasse a testa da Constituição".[19]

O motim foi debelado em 26 de novembro de 1820 e, ainda em sua fase embrionária, pelo modo como foi articulado, parecia tratar-se de um ensaio sedicioso. Tipo de agitação que mereceu estudo de Jancsó.[20] Para ele, tais comportamentos de natureza subversiva queriam proclamar a "revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro nos interstícios do presente". Tais agitações ultrapassaram os limites dos habituais motins em razão dos excessos fiscais ou de soldados reclamando o pagamento em atraso do soldo. Esses intentos de rebeldia, além de negarem o absolutismo monárquico, proclamavam a erosão de um modo de vida encaixado numa conjuntura mais dilatada da crise do Antigo Regime.

A periodicidade de reuniões na casa de Marcos de Barcelos, situada em Fora de Portas, lugar ermo próximo do porto recifense, despertou a atenção da vizinhança. D. Evangelista Salgueiro foi uma delas. Segundo ela, foram as mesmas "pessoas esquisitas e de farda que com freqüência ali se reuniram".[21] D. Francisca Maria dos Prazeres, esposa de Marcos de Barcelos, chamada para depor, confessou que no dia 26 de novembro de 1820, após o meio-dia, dois homens estiveram em sua casa, um deles "ainda moço de cabelo ruivo". O outro, aparentando ter certa idade, devia tratar-se do coronel Antônio de Moraes de Sá e Castro, considerado o principal mentor do movimento. De acordo com ela, aqueles homens foram até sua casa participar a seu esposo "que tudo estava pronto" e que depois o marido "lhe dissera que aqueles dois homens o tinham ido convidar para uma revolução".[22]

A sedição foi delatada na noite de 26 de novembro de 1820 ao governador, que de imediato convocou seus principais assessores e oficiais de confiança. Em breve espaço de tempo, vários suspeitos foram presos. Num quadro de incerteza como aquele é óbvio que o sistema tivesse mecanismo de defesa. Apontar sedições ou pessoas portadoras de pensamentos subversivos consistia numa obrigação das pessoas "boas e honradas".[23] Uma

carta anônima endereçada a Luís do Rego falando sobre a sedição não poupou o Batalhão dos Algarves, composto de oficiais portugueses, que desde 1817 atravessaram o Atlântico para dar cobertura ao governador. Recrutado em Portugal, o soldado lusitano, ao chegar aqui, além de ter a obrigação de defender os interesses do rei, se via forçado a atender também os interesses das elites locais. [24]

Na ocasião em que a sedição foi delatada, soldados foram até a casa do suspeito José Fernandes Gama, cuja residência foi invadida e alguns dos seus bens foram confiscados. Na empreitada, foram encontradas entre os pertences do prisioneiro correspondências pessoais, entre elas cartas dirigidas a um certo Bernardino José Coelho, "todas cheias de insultos e impropérios dirigidos especialmente contra mim e o secretário deste governo", disse Luís do Rego Barreto.[25] O prisioneiro não negou ser o proprietário daquelas missivas, chegando a declarar perante seus inquiridores que o conteúdo delas só continha "verdades públicas".[26]

A devassa instaurada contra os sediciosos concluiu que o desejo "dos desgraçados conspiradores" era fazer uma mudança no governo "de Vossa Majestade", pois falavam "em constituição sem que cada um [deles] possa ligar idéia a esta palavra".[27] Por causa disso, os implicados foram incursos no crime de "alta traição e lesa-majestade de primeira cabeça". [28] Em 4 de janeiro de 1821, o ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal felicitava o governador em nome do monarca pela maneira enérgica como abafou a sedição e reiterava ao capitão-general que o rei tudo aprovava. Recomendava que se conservassem presos alguns sediciosos, entretanto pedia que se removessem o coronel Antônio de Morais Correa de Sá e Castro para a ilha de São Tomé, João Botelho Noblis para Angola, o comandante José de Sá Carneiro Pereira para Sergipe del-Rei e o comandante João Casemiro Pereira Rocha para a Índia. Cabendo aos governadores desses lugares a responsabilidade pela guarda dos prisioneiros, conservando-os em "prisão onde devem esperar a sentença que houver de seus crimes".[29]

NOTAS

[1] Este artigo faz parte de uma pesquisa para a tese de doutorado em História, que defenderemos em 2008, no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Prof. Dra. Suzana Cavani Rosas. Correio eletrônico: gomescabral@uol.com.br.

[2] Apesar do desenvolvimento do Recife, a capital era a cidade de Olinda, que à época encontrava-se decadente e abandonada pela maioria das autoridades provinciais, que habitavam e despachavam na vila do Recife. Sobre o progresso recifense, os escritos dos viajantes dão-nos excelente idéia do cotidiano da vila e das aspirações de seu povo. Leia: TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais.* Recife: Governo do Estado/Secretaria de Educação e Cultura, 1978 (Coleção Pernambucana); KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Brasileira, 1942; GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. In: VALENTE, Waldemar. *Maria Graham: uma inglesa em Pernambuco nos começos do século XIX.* Recife: Imprensa Oficial, 1957 (Coleção Concórdia).

[3] Referimo-nos ao movimento sebastianista sufocado em 26 de outubro de 1820 na serra do Rodeador, em Bonito, no agreste pernambucano, distante cerca de 134 km do Recife. Os camponeses ali arrebanhados criam, no sonho de retorno de D. Sebastião, um rei libertador que, segundo a crença, ia inaugurar com sua volta um tempo de fartura e felicidade. Cf. CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na serra do Rodeador. Pernambuco-1820*. São Paulo: Annablume, 2004; _____. Reino ou cidade do paraíso terrestre: rebeldia e contestação da ordem nos sertões pernambucanos de 1820. O caso do Rodeador. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa.* Franca: Unesp/Olho D'água/ Capes, 2003, pp. 309-320.

[4] Em Portugal dos princípios do século XIX, entendia-se por Cortes uma assembléia em que congregavam as três Ordens do Reino - o Clero, a Nobreza e o Povo -, convocados por motivo de urgência pública. As primeiras convocações de Cortes se deram em Lamego, em 1143, para estabelecerem as leis fundamentais da sucessão portuguesa. Nos primórdios do século XIX, a idéia de convocação de Cortes em Portugal era entendida como idéia subversiva, motivo de perseguições e prisões até 1808, quando então, estando o país sob o domínio francês, ocorre uma simulação de reunião de cortes para escolher um soberano. A idéia de convocação de Cortes esteve presente nos movimentos lusitanos de 1817 e em 1820. Neste último, o termo Cortes passou a ser visto pelos liberais vintistas como órgão de representação nacional, passando a ser chamado de "Congresso", e foi a primeira instituição parlamentar do liberalismo. VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela. Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (orgs). *História de Portugal: o liberalismo* (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 156.

[5] VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: TORGAL, Luís Reis. ROQUE, João Lourenço (org.). Op. cit. pp. 52-53, v. 5.

[6] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822).* Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003, p. 239.

[7] Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife, vol. LII, 1979, p. 168.

[8] JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórica.* 2 ed. São Paulo: Editora do Senac, 2000, p. 54.

[9] MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801).* 4 ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 42. Sobre a importância da opinião pública, leia: BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HABERMAS, Jürgen. Mu*dança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

[10] Especificadamente se tratando das comoções políticas em Pernambuco no período em tela, veja: BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do estado e da nação.* São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, pp.345-363; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco – 1820-1822.* Tese (doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. _____. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.) Op. cit. pp. 219-249; CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das elites em Pernambuco, 1817-1824. *Revista brasileira de história.* São Paulo: ANPUH, Humanitas Publicações, vol. 18, p. 331-365, 1998; COSTA, Pereira da. Op. cit.; FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996; LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da independência à Confederação do Equador.* 2 ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998; MACHADO, Teobaldo. *As insurreições liberais em Goiana, 1817-1824.* Recife: Fundarpe, 1990; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824.* São Paulo: Ed. 34, 2004; MOTA, Carlos Guilherme. O processo de independência no Nordeste. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 205-230; PORTO, Costa. *Os tempos de Gervásio Pires.* Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1978; SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do estado nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, István (org.). Op. cit. pp. 497-520.

[11] Carta de Luís do Rego Barreto ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de 22 de outubro de 1820. Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.*Recife, vol. LII, 1979, p. 169.
[12] Carta de Luís do Rego Barreto ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de 10 de dezembro de 1820. Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, vol. LII, 1979, p. 176.
[13] BARRETO, Luiz do Rego. *Memória justificativa sobre a conducta do marechal-de-campo Luís do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco, e presidente da junta constitucional do governo da mesma província.* Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822, p. 25.
[14] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Série Interior, Correspondência dos Presidentes da Província. IJJ9 – 245, p. 200. Na Revolução do Porto, diante da participação dos soldados, a nova ordem política reconheceu sua importância para a formação da nacionalidade lusitana, termo expresso no *Manifesto aos Portugueses*, de 24 de agosto de 1820. SOUZA, Iara Lis Franco. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831.* São Paulo: Unesp, 1999, pp. 82 e 84.
[15] ANRJ. IJJ9, f. 191.
[16] ANRJ. IJJ9, 245, f. 187 e 187v.
[17] FERRAZ, Socorro. Op. cit. p. 18.
[18] Em 21 de julho de 1821, outra tentativa de assassinar Luís do Rego Barreto foi articulada por João de Souto Maior, que intentou contra a vida do governador, mas o plano não deu certo. Errando a pontaria, Souto Maior lançou-se no rio Capibaribe, vindo a morrer. COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 153-157, v. 8.
[19] ANRJ, Série Interior, IJJ9 – 245, pp. 196, 197 e 198. Convém observar que depois que o monarca, no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1821, jurou a constituição, procurou Luís do Rego ajustar-se à nova ordem política, inclusive escrevendo artigos no jornal por ele fundado sob o título "Aurora Pernambucana", recebendo por isso críticas do jornalista Hipólito da Costa por ter mudado de opinião repentinamente. Cf. COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém literário.* S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Brasília, Correio Braziliense, 2003, p. 439.
[20] JANCSÓ, István. A sedução da liberdade. In: SOUZA, Laura de MELLO (org.). *História da vida privada na América Portuguesa.* 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 388-437, vol. 1.
[21] ANRJ. IJJ9, 245, p. 389.
[22] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 249v.
[23] MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias,* p. 102.
[24] CARVALHO, Marcus J. M. de. Os militares e a revolução de 1817 em Pernambuco. *Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa.* Curitiba: 1997 p. 201.
[25] ANRJ. IJJ9, p. 145.
[26] ANRJ. IJJ9, p. 145
[27] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 237.
[28] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 235v. O crime de lesa-majestade significava traição contra o rei ou seu real estado. Era um crime tão grave que se chegava a compará-lo à lepra, enfermidade que, ao se alastrar pelo corpo, não tem cura e faz danos "ainda aos descendentes de quem a tem e aos que com ele conversam, pelo que é apartado da comunicação da gente". Assim sendo, o acusado de tão grave crime era afastado da sociedade, podendo ter seus bens confiscados e incorporados ao patrimônio da Coroa, segundo rezava o livro 5º, título 6, § 16. Cf. LARA, Sílvia Hunold (org.). *Ordenações filipinas: livro V.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 69-79.
[29] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 190.

“Legalistas” e golpistas contra os trabalhadores:
A inflexão política do legalismo militar sob o governo Goulart (1961-1964).[1]

Felipe Abranches Demier

No período histórico que vai do suicídio de Getúlio Vargas em agosto 1954 à posse de João Goulart em setembro de 1961, o legalismo político, e em especial o da oficialidade militar “legalista”, possuiu um sentido político “progressista”. Em decisivos episódios políticos do período em questão nos quais o imperialismo e seus associados nacionais almejaram a derrubada do regime político inaugurado em 1945, a corrente militar “legalista”, isto é, aqueles que se afirmavam fiéis defensores da constituição de 1946, cerraram fileiras com “nacionalistas”, comunistas e progressistas em geral, civis e militares, com o fito de preservar a democracia populista dos ataques reacionários.

Assim foi em 1954, quando uma parcela considerável da oficialidade militar garantiu a posse de Café Filho contra o afã golpista do capital estrangeiro, representado nas Forças Armadas pela “Cruzada Democrática”. Em 11 de novembro de 1955, mais uma vez, militares “legalistas”, liderados por Lott, com um “golpe-preventivo” (segundo as palavras do próprio general), garantiam a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek quando Carlos Lacerda e Carlos Luz conspiravam contra a sucessão presidencial ordinária. Contudo, a “Campanha da Legalidade” foi sem dúvida o maior feito da oficialidade militar “legalista”. Congregados, setores das Forças Armadas, sindicalistas, estudantes, e até mesmo políticos conservadores se opuseram ao veto imposto pelos três ministros militares à posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. O III Exército, comandado por Machado Lopes, transformou-se no bastião da legalidade ao aderir à resistência legalista iniciada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

No entanto, durante o governo João Goulart a relação entre “legalistas” e “progressistas” começaria a se modificar. Insatisfeitos pela aproximação do Poder Executivo com as organizações sindicais “paralelas”, consideradas ilegais, alguns representantes do

"campo legalista" passaram a fazer sucessivas críticas ao governo federal e estabelecer relações mais cordiais com conhecidos conservadores golpistas. Vejamos isso então.

A proliferação nos anos 60 de entidades sindicais que escapavam à tutela do Ministério do Trabalho, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Sindical de Debates (FSD), fez com que setores "legalistas", tradicionalmente identificados com posturas "progressistas", considerassem que a ordem, a lei e a Constituição encontravam-se ameaçadas. No momento em que as organizações sindicais dos trabalhadores livravam-se, ainda que débil e incompletamente, das amarras da estrutura corporativista criada por Vargas, começava a se desnudar o conteúdo anti-operário de grande parte dos "legalistas". Segundo estes "legalistas", seria através do "Poder Sindical" que Jango, insatisfeito com as posturas políticas dos outros poderes (em especial, o Legislativo), tentaria levar a cabo as chamadas "reformas de base". Neste contexto, ser "legalista", no sentido de defender a Constituição vigente, significava, para os "legalistas", uma ruptura com o governo legalmente constituído. O governo Goulart, segundo os "defensores da lei", ignorava a Carta Constitucional de 1946, permitindo a manifestação do proletariado por sobre a legislação sindical corporativista que o engessava.

Em outras palavras: enquanto os sindicatos encontraram-se sob o controle da estrutura corporativista, criada pelo Estado-Novo (inspirada na *Carta Del Lavoro* de Mussolini) e mantida pela Constituição "liberal" de 1946, [2] a lei, a ordem e a tranquilidade estavam asseguradas; todavia, a partir do momento em que a classe trabalhadora começou a se organizar mais livremente por intermédio das organizações "paralelas", funcionando estas como instrumentos de mobilização política para a defesa dos interesses "nacional-reformistas" de Jango, a legalidade, para os "legalistas", encontrava-se ferida de morte. Como bem salientou Peixoto, durante o governo Jango, a defesa da legalidade constitucional foi "transferida para as mãos dos antigos "golpistas".[3] Estes antigos golpistas, que mais uma

vez visavam a derrubada de um governo democraticamente eleito, tinham agora a seu lado a companhia de antigos "legalistas".

A ofensiva do movimento sindical contra os limites impostos a sua atividade pelas amarras da legislação sindical vigente deu-se com enorme intensidade sob o governo de Jango. As organizações "paralelas" passaram a ser atores de primeiro plano na cena política nacional, protagonizando diversos episódios nos quais demonstraram tanto sua capacidade de reagir aos ataques do empresariado quanto suas perspectivas programáticas referentes ao país. Para Marcelo Badaró Mattos, estudioso do movimento sindical brasileiro, essa ofensiva do movimento sindical significava uma "tentativa criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 30 e 40". [4]

Neste contexto, as greves adquiriram uma importância fundamental enquanto papel conturbador da ordem social. Constantes no governo Jango, assumiam um caráter cada vez mais político e menos "economicista". [5] Fomentadas em sua maioria pelas organizações "paralelas", as greves serviram de instrumentos políticos de agitação por parte dos "nacional-reformistas" e comunistas em vários momentos críticos da institucionalidade brasileira, como na troca de ministérios [6] e na polêmica criada em função da data do plebiscito. [7]

Esta interferência rotineira na vida política do país por parte dos grevistas contribuiu para o aumento do temor, bastante difundido nos meios militares, de que Jango, tal como fizera Perón na Argentina, poderia estar construindo uma "República Sindicalista" [8] na qual os sindicatos comporiam o alicerce central do governo em detrimento das Forças Armadas.

Parecendo aterrorizados com o papel desempenhado pelas organizações sindicais "paralelas", suas greves e sua íntima ligação com o Poder Executivo, tradicionais "legalistas" começaram a passar para o campo dos críticos aos governos populistas, entretanto, carregando nos braços, como não poderia deixar de ser, a Carta Constitucional de 1946.

O epicentro deste conflito entre "legalistas" e sindicalistas deu-se em São Paulo nos anos em que o general "legalista" Peri Constant Bevilaqua ocupou o Comando do II Exército

(1962-1963), quando ocorreram violentos choques entre as tropas federais paulistas e as organizações sindicais. Defensor ardoroso da posse de Jango na crise sucessória de 1961, Peri Bevilaqua assumiu o II Exército**,** em setembro de 1962, mal visto pelos setores conservadores paulistas. Todavia, invocando a "ilegalidade" das organizações intersindicais que escapavam ao controle do Ministério do Trabalho, aproximou-se imediatamente da burguesia industrial paulista, do governador Ademar de Barros e dos setores anticomunistas do Estado. O general "legalista" fez declarações e baixou notas de instrução aos seus subordinados condenando o CGT, o PUA, o FSD e demais entidades sindicais, chamadas por ele de "ajuntamentos, ilegais e espúrios, serpentários de peçonhentos inimigos da Democracia, traidores da consciência democrática". [9] Com a repressão militar contínua do II Exército sobre as movimentações operárias, com destaque para as greves, Bevilaqua caiu nas graças das classes dominantes e dos setores golpistas das Forças Armadas. Considerando-o um "traidor", o movimento sindical exigiu de Goulart seu afastamento do Comando do II Exército, o que acabou por conseguir em dezembro de 1963, dando uma clara demonstração do peso político que possuía no cenário político nacional.

A inflexão política do general Bevilaqua nos revela muito sobre o desenvolvimento da prática "legalista" ao longo dos momentos críticos do regime democrático instaurado em 1946. Sua "virada" política é sintomática da "virada" do legalismo nos anos do governo Goulart. De combatente da legalidade em 1961, lado a lado com o movimento sindical, passou, em pouco tempo, a inimigo intransigente dos trabalhadores organizados, cerrando fileiras com notórios golpistas travestidos de "legalistas". O agrupamento destes últimos com figuras como Bevilaqua é demonstrativa de que o anseio de liberdade política e organizativa dos trabalhadores brasileiros foi capaz de provocar alterações significativas no jogo político nacional, fazendo com que os inimigos de ontem se tornassem os amigos de hoje.

Parte significativa dos "legalistas" não mais se chocava com os antivarguistas, liberais burgueses, setores conservadores e golpistas em geral, mas sim, com as organizações

sindicais “paralelas” e o governo “nacional-reformista” que lhes dava suporte. Este arco de alianças em que se viram envolvidos os “legalistas”, tal como as conseqüências concretas acarretadas por este nos destinos do regime populista brasileiro, forneceram ao legalismo um sentido político “reacionário” nos anos Goulart. Segundo Dreifuss, “uma grande parcela dos militares sentia que o governo deixara de se comportar adequadamente em termos constitucionais, justificando sua própria intervenção como sendo ‘dentro dos limites da lei’”. [10]

...Aos inimigos a lei. [11]

No caso da participação política dos “legalistas” durante o governo João Goulart, não se tratou mais somente de figuras claramente identificadas com o capital estrangeiro e propostas políticas conservadoras fazendo uso da bandeira da “defesa da legalidade” para alcançar fins políticos e econômicos previamente determinados, como havia feito Lacerda nas eleições de 1950 e 1955, ao invocar a falta de maioria absoluta dos candidatos vitoriosos, e os ministros militares (além de Lacerda, é claro) em 1961, quando afirmaram ser “ilegal” um “comunista” assumir a Presidência. Sob o governo Goulart, renomados “legalistas”, aterrorizados pelo avanço político e organizativo dos trabalhadores, passaram a chocar-se com um governo populista de cunho “nacional-reformista” que, de certa forma, permitia este avanço. Para “legalistas” como Bevilaqua, a tentativa dos ministros militares de evitar a posse de Jango em 1961 era, por exemplo, tão absurda e inconstitucional quanto a existência de entidades como o CGT e as greves provocadas por elas.

Sem parecer importar-se com quem ganharia ou perderia com esta defesa inconteste da ordem legal vigente, parcela significativa da oficialidade “legalista” confrontou-se com um importante sustentáculo do governo Goulart, o movimento sindical e suas organizações “paralelas”, atacando-o com os porretes da lei. Este embate teria como resultado a “deserção” do campo governista de um importante contingente de militares “legalistas”, que

em um primeiro momento, por questões legais, eram favoráveis a Jango. O tão falado "dispositivo militar" de Jango, esperança de muitos reformistas da esquerda, mostrara-se sem nenhuma consistência. Enfraquecido militar e politicamente, Goulart parecia contar somente com o "Poder Sindical", poder este que se mostraria mais fraco do que os próprios militares "legalistas" imaginavam.

Diferentemente de 1954, 1955 e 1961, a atuação dos "legalistas" (ou pelo menos de parte substancial destes) não mais corroborou a manutenção de um governo de "colaboração de classes", populista. Seus aliados durante o governo Jango não foram os mesmos de então, isto é, nacionalistas e até mesmo comunistas. [12] Liberais, militares antivarguistas e demais porta-vozes do imperialismo, grupos estes que finalmente em 1964 sairiam vitoriosos, constavam agora na lista dos "companheiros de viagem" dos "legalistas". A participação política dos militares "legalistas" nos anos 1962-1964 encerrou um caráter indubitavelmente reacionário: proporcionou o enfraquecimento de um governo democrático e nacionalista e sua substituição por outro de cunho econômico liberal, favorável ao capital estrangeiro e politicamente ditatorial.

Com efeito, por mais que as práticas políticas dos adeptos do legalismo aparentem, em um primeiro momento, ser frutos da consciência "livre" de sujeitos que decidem sobre suas ações independentemente das condições estruturais e conjunturais da sociedade, sabemos que as verdadeiras motivações destas práticas políticas (e de quaisquer outras) podem ser encontradas nas condições objetivas da sociedade, ou seja, no patamar em que se encontra, em determinado momento, a luta entre as classes e frações de classe pelo poder do Estado.

O processo de "inflexão" sofrido pelo "campo legalista", isto é, a sua passagem a uma posição reacionária durante o governo João Goulart, explica-se, objetivamente, pela correlação de força entre as classes sociais no Brasil a partir dos anos 60, principalmente no que tange ao fortalecimento da classe trabalhadora e sua transformação em ator político de

maior peso, aspecto que impulsionou um enorme temor subjetivo nas classes dominantes brasileiras. A autonomia organizativa da classe trabalhadora, expressa pela construção das entidades "paralelas", como o CGT, constituiu-se em fator substancial para a composição deste novo quadro político no país. Associa-se a isso, o fato de que a classe trabalhadora organizada passava a servir de importante instrumento político para os interesses "reformistas" do populismo de Goulart, populismo que, enquanto modelo econômico, político e social, lutava ingloriamente contra interesses de parcela significativa da burguesia brasileira. A estrutura política republicana brasileira não poderia suportar a classe trabalhadora livre dos grilhões da estrutura corporativista sindical criada por Vargas. A "defesa da Constituição" foi utilizada pelos "legalistas" – tão confiáveis aos olhos da esquerda reformista – contra um governo legalmente constituído, demonstrando assim que o controle da classe trabalhadora era condição necessária para o respeito às leis.

---

[1] Este trabalho é uma versão resumida do artigo "A 'legalidade' do Golpe: o controle dos trabalhadores como condição para o respeito às leis", publicado na revista *História e luta de classes* (n°1, abril de 2005).

[2] Em 1946, sob as ruínas da ditadura estadonovista, foi promulgada em setembro uma Constituição de feição "liberal". No entanto, a estrutura sindical corporativista, de matriz fascista, foi conservada intacta, demonstrando sua utilidade e eficiência para atender aos interesses da burguesia brasileira. Seja sob um regime ditatorial, seja sob um regime democrático, o Estado brasileiro mantinha seus tentáculos agarrados ao movimento operário por intermédio do controle das entidades das classes trabalhadoras, os sindicatos.

[3] PEIXOTO, Antônio Carlos. "O clube militar e o confronto no seio das Forças Armadas (1945-1964)" *in* ROUQUIÉ, Alain (coord). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 109.

[4] MATTOS, Marcelo Badaró. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p.60.

[5] WEFFORT, F. C. "Os sindicatos na política" (Brasil: 1954-1964) *in Ensaios de Opinião*, 1978, pp. 18-27, p. 26.

[6] Em julho de 1962, o movimento sindical combativo, tendo à frente o CGT, construiu uma significativa paralisação dos trabalhadores contra a posse do primeiro-ministro Auro de Moura Andrade, político conservador do Partido Social Democrático (PSD) e então presidente do Senado. (Ver MATTOS, M. Badaró. *Op. cit*., p. 59.) A mobilização organizada pelo CGT foi um dos componentes da crise política que fez com que Auro Andrade apresentasse, em menos de 48 horas, sua renúncia ao presidente Goulart.

[7] Em setembro do mesmo ano, uma greve geral foi convocada pelo CGT com fito de pressionar o Congresso para que o plebiscito que decidiria sobre a continuidade do regime parlamentar fosse realizado em outubro de 1962, como queria Goulart. Inicialmente, o plebiscito estava marcado para 1965, todavia, Jango almejava realizá-lo ainda em 1962, o que foi visto pelos conservadores como uma tentativa de golpe. O general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, telegrafou ao ministro da Guerra, general Nelson de Melo, avisando-o que não poderia conter o povo do Rio Grande do Sul caso o plebiscito não fosse realizado até outubro de 1962. Após uma séria ameaça à ordem institucional do país devido às pressões vindas da esquerda e da direita, o plebiscito realizou-se em 6 de janeiro de 1963, restabelecendo o regime presidencialista. Ver SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco* (1930-1964). 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp. 271-272.

[8] O primeiro governo de Perón (1943-1955) possuía como uma de suas principais bases político-sociais de sustentação o movimento sindical argentino. Ver WEFFORT, F. C. *Op. cit.,* pp. 18-19.

[9] Nota de Instrução nº7, baixada por Bevilaqua em 15 de setembro de 1963. Arquivo Peri Constant Bevilaqua, depositado no Museu Casa de Benjamin Constant (IPHAN), localizado no Rio de Janeiro. Por conta desta Nota de Instrução, que teve por fito atacar o levante dos sargentos em Brasília – ocasionado por acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirmava a inelegibilidade dos mesmos – que teve o apoio do CGT, Bevilaqua recebeu uma quantidade infindável de congratulações por intermédio de cartas, telegramas e visitas ao II Exército. Industriais, como José Ermírio de Moraes (FIESP), políticos, como Armando Falcão, e militares como Eurico Gaspar Dutra, Álvaro Fiúza de Castro, Antônio Carlos da Silva Murici, João Batista Figueiredo e Augusto Magessi, seu antigo adversário nas eleições para o Clube Militar, foram alguns dos que se solidarizaram com Bevilaqua.

[10] DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.p. 142.

[11] Uma das sugestões de Virgínia Fontes a minha monografia foi a de que seria interessante, em pesquisas futuras, estudar a "incongruência" entre a repressão exercida pelos militares "legalistas" sobre os organismos sindicais "ilegais" e a passividade com que estes "defensores da lei" trataram organismos empresariais ilegais como IPES e IBAD, o que reforçaria minha hipótese de que a inflexão política do legalismo deu-se em função do ascenso operário contra os limites da estrutura sindical fascista. Incorporando este aspecto no futuro, que neste artigo ainda não pôde ser tratado, este tópico mereceria um complemento inicial em seu título, que assim ficaria: "Aos amigos tudo, aos inimigos a lei.".

[12] Refiro-me ao PCB, partido que nos momentos críticos da legalidade de 1954 a 1961 cerrou fileiras com nacionalistas e "legalistas" com o objetivo de que a ordem constitucional fosse preservada.

O Caminho dos Pés e das Mãos: Taekwondo
Arte Marcial, Esporte e a Colônia Coreana em São Paulo

Felipe Eduardo Ferreira Marta[1] - PPG-PUC-SP

INTRODUÇÃO

O presente texto trata das peculiaridades do processo de desenvolvimento do Taekwondo no Estado de São Paulo, e é resultado de algumas das considerações finais apresentadas em nossa dissertação de mestrado defendida em novembro de 2004 junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Puc-SP.

Para a realização dessa pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas e orais conseguidas a partir de depoimentos de mestres de Taekwondo e de membros da colônia coreana da cidade de São Paulo.

Tal procedimento nos permitiu apreender alguns aspectos interessantes à cerca das dificuldades enfrentadas pelos primeiros mestres imigrantes em sua adaptação ao novo país; o embate gerado pelo encontro dos valores professados pela cultura coreana com a realidade brasileira; a influência dos mestres coreanos no estabelecimento da colônia coreana de São Paulo; e por fim a existência de um descompasso entre os desejos e anseios dos mestres brasileiros e as atitudes concretas dos mestres coreanos no que se referiu ao desenvolvimento do Taekwondo, algo que para além dos interesses financeiros apresentou uma forte influência cultural. Nesse sentido, antes de apresentarmos as peculiaridades do processo de desenvolvimento do Taekwondo no Estado de São Paulo faz necessária uma breve caracterização dessa arte marcial e, além disso, um breve esclarecimento a cerca de como a mesma foi introduzida em nosso país.

O TAEKWONDO E A SUA VINDA PARA O BRASIL

Oficialmente o Taekwondo chega ao Brasil em 1970 tendo como primeiro representante o mestre Sang Min Cho, posteriormente em 1971 chegam também os mestres Sang In Kim e Kun Mo Bang. Esses três mestres chegam ao Brasil enviados

por Choi Hong Hi, general coreano que em 1955 reúne as diferentes técnicas de artes marciais existentes até então na Coréia do Sul e cria o Taekwondo.

Um fato interessante em relação a esse processo emerge na medida em que analisamos os motivos que trouxeram o Taekwondo para Brasil. Nesse sentido, uma linha de raciocínio natural nos guiaria através de uma trilha que ligaria o Taekwondo, sobretudo em função de sua proximidade cronológica, ao processo de imigração coreana ocorrido no Brasil entre os anos de 1963 e 1970 sendo o período compreendido entre os anos 1963 e 1966, aquele em que essas imigrações se deram de forma oficial e em massa[2]. Entretanto, o caso do Taekwondo apresenta algumas peculiaridades e a primeira delas se refere ao fato desses mestres terem sido enviados por Choi Hong Hi, o criador Taekwondo.

Em outras palavras não foi por mero acaso que esses mestres vieram para o Brasil, o que não quer dizer por outro lado, essa motivação os aproxima dos demais imigrantes coreanos que desembarcaram em nosso país em busca de uma vida melhor em função da profunda crise econômica vivenciada na Coréia do Sul nesse mesmo período[3]. Em verdade a principal motivação para introdução dessa arte marcial em nosso país encontraria sua origem num encontro entre dois representantes de regimes políticos autoritários supostamente[4] ocorrido no Brasil em 1968. O encontro entre Emílio Garrastazu Médici, então presidente da republica e Choi Hong Hi que a época ocupava um cargo diplomático junto ao governo coreano do sul.

Nesse encontro teria sido discutido, entre outros assuntos, a importante participação dos soldados coreanos do sul na guerra do Vietnã, sobretudo no que se referia a utilização com êxito por parte dos mesmos de técnicas de Taekwondo durante o combate contra os soldados vietcongues, o que teria levado Médici a solicitar a vinda de alguns instrutores de Taekwondo para o treinamento de soldados e policiais no Brasil, conforme nos revelou Kun Mo Bang em seu depoimento:

> Então, nós viemos aqui no Brasil pra ensinar policial militar que nosso convite foi 68, né. Sessenta e oito eu... Aquele época não tinha Federação Mundial, tinha Federação Internacional, né? Federação Internacional presidente era General Choi

> Hong Hi, ele 68 ele foi nomeado do embaixador da Malásia aí ele tava trabalhando com embaixador Malásia, aí deu oportunidade que ele recebeu do presidente pra viajar mundo, parece que tinha algum negócio, não sei. Ele chegou Brasil... [...] então chegou aqui no Brasil é presidente Médici, então conversando, acho era sobre guerra da Vietnã, Guerra da Vietnã: "Ah coreano soldado que matou 28 vietcongue sem armas, o que é isso?" Choi Hong Hi que do exército, que nós mandamos, Choi Hong Hi mandou um tropa de instrutores do Taekwondo para o Vietnã, então explicando. "Ah então por que não manda aqui Brasil? Brasil nós estamos sofrendo terrorismo que terrorismo que usava arma metralhadora mata... Pegar um e pegava metralhadora e civil que não tem nada a ver tá morrendo, então se você mandar esses técnicos em Taekwondo poderia sem matar civil pegar o terrorista"[5].

Diferentemente de outras artes marciais, em especial as de origem japonesa, que foram difundidas no Brasil como uma atividade paralela à atividade de subsistência dos imigrantes, os primeiros mestres coreanos que vieram para o nosso país o fizeram não com a intenção conquistar melhores condições de vida, mas sim com o firme propósito de difundir o Taekwondo, primeiro no interior das instituições militares e posteriormente junto a toda população.

Mais do que uma mera relação casual, esse contato inicial dos mestres de Taekwondo com representantes do governo militar brasileiro nos primeiros anos da difusão dessa arte marcial em nosso país deixou suas marcas. Marcas que se evidenciaram não apenas no modo como essa prática viria a se estruturar, mas também na própria organização da colônia coreana de São Paulo, conforme veremos a seguir.

TAEKWONDO, MESTRES COREANOS e a COLÔNIA COREANA

Em que medida o contato com o governo militar brasileiro poderia ter auxiliado na difusão do Taekwondo? Qual relação entre os mestres, a ditadura e a estruturação da colônia coreana na cidade de São Paulo?

A relação entre os mestres de Taekwondo e a ditadura é muito simples de se explicar na medida em que foi no interior dos quartéis que os mesmos tiveram a oportunidade de encontrar sua primeira ocupação no Brasil. Assim, foi através do ensino das técnicas de Taekwondo junto ao DOPS[6] que primeiro Sang Min Cho, e posteriormente Sang In Kim e Kun Mo Bang iniciaram a difusão dessa arte marcial coreana em nosso país. Nesse sentido, o trecho que foi acima destacado, obtido a partir do depoimento de Kun Mo Bang indica que o Taekwondo foi utilizado pelo então

governo militar brasileiro no combate aos grupos políticos de esquerda que a época eram classificados como grupos terroristas.

Entretanto em outro momento de seu depoimento Bang, quando questionado a respeito do papel do Taekwondo no "combate ao terrorismo", afirma que na época em que eles chegaram ao Brasil o terrorismo já estava acabando e que, portanto, seu trabalho no DOPS não era mais necessário. Conforme o depoimento de Kun Mo Bang:

> Não, não sei, não. Quer dizer, historicamente tá falando, então em 68 foi explicado assim aí Choi Hong Hi voltou pra Coréia pra selecionar, mandar pra Brasil pra ajudar pedido do presidente Médici, então nós chegamos depois três anos, depois três anos 71 chegou aqui terrorismo já tinha acabado. Então por isso que eu saí que nós não ficamos no DOPS por isso, não precisava [...][7].

Muito interessante! Afinal esse era o início da década de 1970, período em que o governo militar após a instauração do "Ato Institucional número 5" em 1968 recrudesce a perseguição os grupos de esquerda no país.

Assim, o que teria levado Bang a elaborar dessa maneira sua memória a respeito desse período tão conturbado da vida política brasileira? Alienação, pelo fato de ser um imigrante coreano e na época ainda não estar totalmente familiarizado com a língua portuguesa? Ou plena consciência do que significou a ditadura no Brasil o que, nesse sentido, justificaria necessidade de desvinculação entre o Taekwondo e os acontecimentos que marcaram o período?

Mas, com relação a isso é interessante notarmos que a despeito da afirmação de que o Taekwondo não teve uma grande ligação com a Ditadura Militar Brasileira, na medida em que, de acordo com o depoimento concedido por Bang, quando os primeiros mestres chegaram "aqui terrorismo já tinha acabado", esses mesmos mestres ao encerrarem suas atividades no DOPS não passaram a se dedicar exclusivamente à instalação e administração de academias de Taekwondo em na cidade São Paulo dividindo o tempo dedicado as primeiras – e aí está o aspecto interessante -, com aulas de defesa pessoal junto ao "1º. Batalhão da Polícia Militar de São Paulo!" Nesse sentido, mais interessante ainda e o caso de Kun Mo Bang que ao perceber que para esse

trabalho não havia a necessidade de três mestres decide se transferir para a cidade de Marília. Mas como um mestre imigrante coreano recém chegado ao Brasil poderia encontrar emprego numa cidade como Marília na década de 1970, sendo que na época o mesmo mal era capaz e se expressar em português? Mais uma vez, e muito provavelmente não por acaso, junto ao quartel da polícia militar instalado nesse município.

Não obstante o fato de durante a execução desse estudo não termos encontrado outras fontes além do depoimento de Kun Mo Bang, que atestassem a ligação entre o governo militar brasileiro que pelo intermédio do General Choi Hong Hi culminou na vinda dessa prática para o nosso país. A importância da ligação dos mestres de Taekwondo com o poder estabelecido na cidade de São Paulo, notadamente com a polícia, pôde ser verificada no depoimento de Augusto Myung Ho Kwon, um membro da colônia coreana, sobretudo no seguinte trecho:

> Eles abriram primeiro não polícia militar, eles abriu porta do quartel, na época dos anos 70 e começo de 70, por alguma razão, conseguiram abrir porta e se tornou mestre e professor, ah, do treinamento aos solados oficiais. E, depois entrou na polícia militar, depois na polícia civil.[...] Isso se dava de tal forma que se tornou um agente importante que ligava a comunidade coreana para o poder político da época. Que na época era ditadura, quem mandava era capitão ou delegado. Então eles realmente foram importante nesse sentido, mas também com tempo com essa influência que ele tinha viviam pouco porque ele deixa de ser um esportista, deixa de ser, passa a ser talvez um empresário, um negociante. Então desvirtuou um pouco bastante e muitos é que tinham problema nesse sentido, mas que inicialmente foi uma... Aliás, eu to falando de uma injustiça porque são poucos os que desvirtuou, grande maioria permaneceu na sua essência, na sua essência do esporte Taekwondo que divulgou por aí fora por que tem mais de 150 mil praticantes no Brasil [...][8].

Nesse sentido, foi justamente em função dessa ligação que os mestres conquistaram um lugar de destaque entre os demais imigrantes na medida em que se aproveitaram desse contato para resolver pequenos problemas da comunidade coreana com poder estabelecido na cidade de São Paulo dando, por conseguinte uma importante contribuição no estabelecimento da colônia coreana em São Paulo.

MESTRES COREANOS, MESTRES BRASILEIROS e os RUMOS DO TAEKWONDO

Em nosso primeiro estudo sobre o Taekwondo[9], nos foi possível perceber a

influência dos fatores econômicos na maneira como essa prática vem se desenvolvendo em São Paulo. Essa influência deve-se ao fato do Taekwondo se configurar no meio pelo qual grande parte dos seus mestres e instrutores extraem sua sobrevivência. Todavia, ao estudarmos a relação do Taekwondo com a colônia coreana de São Paulo pudemos perceber a força dos aspectos culturais no processo de disseminação dessa prática.

Nesse aspecto lembramos que a dificuldade dos mestres de Taekwondo coreanos em se comunicar na língua portuguesa exerceu uma forte influência sobre o modo como o Taekwondo se desenvolveu em São Paulo. Essa dificuldade produziu seus efeitos principalmente no que se refere à transmissão dos valores orientais próprios à prática do Taekwondo.

Ainda a esse respeito, além da questão da língua destacamos também forte influência da tradição coreana, fundamentada no confucionismo, de respeito à hierarquia.

Sua influência se processou em várias frentes. Como por exemplo, na própria vinda do Taekwondo para o Brasil, onde o respeito a Choi Hong Hi foi o principal argumento apresentado por Kun Mo Bang para justificá-la; e na resistência dos primeiros mestres coreanos em conceder aos brasileiros o título de mestre de Taekwondo.

Outro aspecto interessante que se evidenciou durante a execução desse estudo diz respeito ao processo de esportivização do Taekwondo. Nesse sentido o que mais nos chamou a atenção foi o descompasso entre os anseios dos mestres brasileiros e modo como os mestres coreanos têm atuado no desenvolvimento do Taekwondo.

Sobre esse assunto a posição dos mestres brasileiros é no mínimo questionável. Pois ao mesmo tempo em que esses brasileiros criticam as ações ou omissões dos mestres coreanos, não são capazes de colocar em “xeque” sua legitimidade no controle e gestão dessa prática em nosso país. Os motivos desse posicionamento não nos foi possível detectar nos depoimentos, contudo, temos a impressão de que essa situação

se deve em grande parte pelo fato do Taekwondo ainda hoje estar sob a influência de seu país de origem a Coréia do Sul.

Esse é ponto um importante e que diferencia a organização do Taekwondo, e possivelmente de outras artes marciais esportivizadas, dos demais esportes. Sua organização mesmo não estando diretamente ligada às filosofias orientais é como que um eco de uma tradição baseada nas mesmas: o respeito à hierarquia. Tradição essa que atua no sentido de manter o controle do Taekwondo no mundo sob a influência da Coréia do Sul, na medida em que a principal Federação dessa prática, e cuja participação é garantida nos jogos olímpicos, encontra-se nesse mesmo país. Além disso, algo que reforça ainda mais essa tese é o fato de que desde a sua criação em 1973 até hoje a "World Taekwondo Federation" ter contado apenas com coreanos em sua presidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao optarmos pelo estudo do desenvolvimento do Taekwondo em São Paulo tínhamos como objetivo menos a busca de respostas conclusivas acerca desse processo e mais o anseio em dar importantes passos rumo à compreensão de um processo maior que resultou na importação e adaptação, não só dessa como também de outras culturas corporais de origem oriental, mais especificamente das artes marciais, para o Brasil.

Contudo esse estudo sobre o Taekwondo nos ofereceu muitas pistas no sentido compreendermos a forte relação dessa prática com as tradições de seu país de origem.

Além disso, nos permitiu aprofundar nossa análise acerca do processo de esportivização dessa arte marcial em São Paulo abordando os aspectos referentes à influência das tradições coreanas em seu desenvolvimento. Dessa maneira nos foi possível conhecer alguns detalhes importantes no que se refere ao estabelecimento da colônia coreana em São Paulo, um tema sobre o qual ainda são escassos os trabalhos em nosso país.

Para finalizar destacamos que o estudo do processo de introdução e

desenvolvimento do Taekwondo em São Paulo trouxe à tona uma série de aspectos que envolveram a adaptação dos coreanos à realidade brasileira e, nesse particular, foi possível perceber o quanto essa cultura corporal influiu na aceitação e reconhecimento desse grupo de imigrantes na cidade de São Paulo.

---

[1] Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP). E-mail: fefmarta@gmail.com

[2] CHOI, K. J. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[3] Era o período da reconstrução do país pós-ocupação japonesa (1910 – 1945), e pós-guerra civil (1950 – 1953), período em que a Coréia do Sul enfrentou uma grande recessão econômica envolta a sucessivos golpes de estado e ditaduras militares. (Cf. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA dos COREANOS: **"40 anos de Imigração Coreana no Brasil"** (publicação comemorativa). São Paulo, 2003; CORÉIA, **Informações sobre a Coréia**. Serviço Coreano de Informação ao Estrangeiro, 1996; CORÉIA, **Guia de la herencia cultural de Corea**. Servicio de Informacion de Corea, 2002; e CHOI, K. J. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. 1991).

[4] Para uma melhor compreensão desse episódio, bem como uma explicação detalhada à cerca da incerteza propositalmente apresentada no corpo do texto pelo emprego da expressão "supostamente" recomendamos a leitura dos capítulos I e II de MARTA, F.E.F. **O Caminho dos Pés e das Mãos: Taekwondo. Arte Marcial, Esporte e Colônia Coreana em São Paulo (1970 – 2000)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

[5] Depoimento concedido ao autor por Kun Mo Bang em 11 de outubro de 2003 na cidade Marília.

[6] Departamento de ordem política e social.

[7] Idem.

[8] Extraído da fala de Augusto Myung Ho Kwon, então presidente da Associação Brasileira dos Coreanos (ABC) em 07 de junho de 2003, durante mesa redonda comemorativa aos 40 anos de imigração coreana no Brasil promovida pelo Instituto de Psicologia da USP (IP-USP).

[9] MARTA, F. E. F. **A história do Taekwondo no Estado de São Paulo**. Bauru, 1999. (Relatório Final de Pesquisa, Bolsa de Iniciação Científica Pibic/CNPq/Unesp, apresentado à Comissão de Pesquisa da Faculdade de Ciências, UNESP, Campus de Bauru).

Ser(tão) Severino

Fernanda Rodrigues Galve

Todos nós devemos como indivíduos construir nosso tempo e habitá-lo. A nossa existência, nossa História se constitui de vivências e experiências. O poeta João Cabral de Melo Neto, soube muito bem *Habitar o tempo*.

A partir da leitura da obra mais conhecida de João Cabral de Melo Neto- *Morte e vida Severina – Auto de Natal Pernambucano* de 1954 - inferimos a noção de que este poema dramático percorre o curso do rio da vida severina e nos leva a refletir sobre questões sociais e históricas que procuram levantar um retrato das condições e dos problemas sociais do homem nordestino. Como o próprio poeta esclarece :

"Maria Clara Machado, que dirigia o Tablado, me pediu um auto de Natal, o que não possibilita nenhuma originalidade. Qual é a obsessão de todo nordestino? O problema do retirante(...)."[1]

João Cabral no processo de produção de sua poesia, preza o seu mundo, sua realidade e as suas raízes. Para Cabral : "O poema é o eco, muitas vezes imediato da experiência. O poema traduz a experiência, transcreve e transmite".[2] Com este eco, o poeta constrói uma poesia crítica onde a composição é planejada de fora para dentro, como uma casa. O universo das palavras na poesia possibilitam significados, coerência ao mundo. Os poemas de João Cabral voltam-se para o universo dos objetos, das paisagens, dos fatos sociais e culturais.

O tempo nos remete a processo, organização, controle, ritmo. Através deste tempo finíssimo, transparente é que percorre a História, a Cultura. O tempo é preenchido com a matéria viva, o homem, que deve habitá-lo. Assim:

"Ler a realidade pelo poema é sempre refazer a História. Por isso, metalinguagem e História em sua obra, interpenetram-se tão fecundamente. A historicidade de sua poesia está sempre apontando para dois espaços fundamentais, isto é, o de sua circunstância social e histórica".[3]

Para o poeta, o tempo pode ser sentido em sua amplitude, ao utiliza-se da substância viva e física que possui a vida. Tempo que passou, correu e se depositou. A história e as suas formas lidam com estas memórias, que enquanto temporalidade remetem a construção do discurso que utiliza o fato pela "lapidação do evento". [4]

A palavra poética tenta entender a natureza do tempo que articula arranjos próprios para a sua construção. A obra de João Cabral, não se desfaz, um só momento, de uma intensa historicidade. Assim, a História (pluralidade de formas) mergulha no universo da palavra poética.

A poesia em si já é multidimensional e para sua construção constitui-se de pensamento, imagem e ritmo próprios que se interligam como raízes de uma mesma árvore. Essa árvore possui o mesmo tronco, o mesmo saber, que com o passar da história constitui-se de valores, consciência e anseios em eterna transformação. Em seus ramos guarda as lembranças, crenças e esperanças que são mutáveis e se renovam a cada nova estação, como a poesia.

O uso da palavra transforma a História. A palavra literária tenta entender a natureza do tempo que articula arranjos próprios para constituir um tempo histórico. Em João Cabral, "o real se representa mais enquanto evento do que enquanto sistema".[5]

A junção entre História e Literatura, demonstra uma nova forma de leitura e uma inter-relação que produzem um aspecto construtor necessário para o estudo de uma obra literária. Pode-se argumentar como um novo olhar sobre a História, que possibilita "uma constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros".[6]

Da integração resulta, sobretudo um modo de ligação com uma realidade histórica, e simultaneamente uma forma de reconhecer as diferenças do pensamento na organização de linguagem dado pelo autor. A palavra poética possui relações densas com os tempos sociais, portanto reflete a História.

Para a compreensão da poesia é necessário conhecer qual a História produtiva que possui o poema, pois individualmente a poesia em si já é multidimensional e para sua construção constitui-se de pensamentos, imagens e ritmos próprios que se interligam.

João Cabral de Melo Neto é um homem pernambucano, sensível, informado e ao mesmo tempo universal. Ele consegue transcrever em sua poesia o exercício rigoroso do trabalho com a palavra que busca a crítica social através do seu olhar no mundo. Para o autor:

"*Morte e Vida Severina* é minha experiência de infância, que guardo na memória e que nunca sai da cabeça, sobretudo quando estava fora. O poema é o material de qualquer nordestino, é a reflexão sobre a realidade, sem outro compromisso que não seja com a verdade".[7]

A experiência é lapidada para a construção da poesia, do evento e do fato. Como ele próprio define: "Minha poesia é um esforço de presentificação, de coisificação da memória".[8] Ele apanha no passado o que é necessário e apresenta uma História critica da sociedade no agora.

O poeta apresenta em seu trabalho - *Morte e Vida Severina* - argumentos e evidências do que observou em sua vida, são numerosos os elementos integradores da temática nordestina nesta obra. A começar pela presença do rio, do sol, a seca, o homem, a fome, o canavial, os engenhos, a cidade e a religiosidade.

A idéia de que o rio simboliza a força criadora da natureza e do tempo, adicionada, ainda, à fertilidade e à irrigação da terra, em João Cabral cresce de tal maneira as várias

imagens que inundam o poema *Morte e Vida Severina* que estão ligados ao guia de viagem do retirante Severino, o rio Capibaribe.

O rio Capibaribe foi essencial para o desenvolvimento do Recife, além de ser grande fonte de inspiração para o poeta João Cabral de Melo Neto. Em sua obra transparece a vida deste grande rio unido com a sua e do próprio homem Severino. O poeta reencontra –se no Sertão, no Agreste, no seu Recife e procura denunciar e criticar o que enxerga mais claramente nas vivências sociais nordestinas.

Este rio intrigante, na obra serve de caminho e de cenário. Nesta região o homem que a habita possui o nada e a sua história assemelha-se com a do rio, que com água pouca, sua vida esta sempre por um fio. Como a grande maioria dos rios do Sertão nordestinos, o Capibaribe, na época da seca, seu leito confunde-se com a paisagem**.**

O poeta João Cabral está preocupado com a História de seu povo nordestino, que habita o seu tempo. Demonstra assim uma crítica as diferenças sociais, através do discurso do retirante, Severino que assiste a tudo e questiona a vida e ou a morte.

João Cabral é um poeta que só trabalha "em ferro forjado".[9]É o pedreiro do verso, aquele que domina a matéria. A busca da razão na poesia não se restringe a uma poesia da razão, mas envolve uma ética da solidariedade que é identificada com um movimento de mais profundo e por isso difusa religiosidade.[10]

O rio Capibaribe conduz ao tempo do reencontro, liga o campo a cidade, do rural ao urbano, da nascente ao mar. Rio identificado como o homem, como nordestino retirante que tem uma sina a cumprir. Rio que nasce pequeno, cresce pensando que é grande e morre gigante pois encontra o seu destino, o oceano.

O rio é o começo, é o caminho, a ponte para a esperança, é o que re-liga o homem a sua vida. Local de vida e de morte; inicio e de fim. É o nosso grande guia para esta trama de História poética, de critica social que é habitada por todos nos e representada pela imagem de Severino.

Deve-se entender a poesia como habitar do tempo, da sociedade e da arte. A poesia na sociedade funciona como troca recíproca tanto para poetizar a vida social ou socializar a palavra poética.

Mudança da sociedade em poema vivo e do poema em vida social e em imagem. A representação do social passa, necessariamente, pelo imaginário individual para o coletivo. O poema é vida produtiva, ativa, sensível e tem um papel fundamental como um documento que além de registrar temporalidades, nos falar ao coração através do uso da palavra.

Podemos entender assim, como o poeta é figura central, uma vez que com o seu trabalho engenhoso constrói e apresenta identidades sociais. O poema é um produto de uma ação criadora que problematiza o real. Otávio Paz diz:"que através da poesia revela -se um mundo e cria-se outro".[11]

Enfim, deve-se ler o poema de João Cabral junto com a realidade social, econômica, política e cultural desta região marcada pela miséria. Através desta união pode-se entender a realidade identificada com o cotidiano do povo nordestino e nos permite, dessa forma, uma leitura que religue a obra poética com a História.

---

[1] STEEN,Edla van . *Viver e escrever*, v.1, Porto Alegre, L&PM, 1981.

[2] OLIVEIRA, Erson Martins de. *João Cabral de Melo Neto a poética da objetividade.* Dissertação de Mestrado PUC-SP, 1992.

[3] BARBOSA, João Alexandre. Balanço de João Cabral de Melo Neto. In: *Ilusões da Modernidade: notas sobre a historicidade da lírica moderna*, São Paulo, Perspectiva,1986, p107-37.

[4] LE GOFF,Jacques (org.). *História novas abordagens.*Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

[5] SECCHIN, Antônio Carlos (1985). *João Cabral: A poesia do menos*. São Paulo, Duas Cidades; Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória , p117.

[6] CHARTIER, Roger. *A história cultural entre praticas e representações* - Memória e Sociedade, DIFEL, 1996.p.14.

[7] O Popular, 2° Caderno, Goiânia,22 dez. 1981.

[8] Caderno de Literatura Brasileira. Instituto Moreira Salles.número 1, março de 1996.

[9] BOSI , Alfredo . *O ser e o tempo da poesia*. Cia. das letras, São Paulo 2000.

[10] WALDECY, Tenório. *A bailadora Andaluza*, Ateliê , editorial Fapesp.

[11] PAZ, Octavio. *O arco e a lira.* Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1982.

O MANUSCRITO DE SANTIAGO LUIZ VILLARRUBIA, S.J. SOBRE AS MISSÕES POPULARES NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE, 1842-1846.

Ferdinand Azevedo

Durante os primeiros anos do Segundo Reinado brasileiro, a Província de São Pedro do Rio Grande vivia o intenso drama da Revolução Farroupilha (1835-1845). Antes deste conflito, a assistência espiritual ao povo já era deficiente nem tanto na razão entre o número do clero e a população, trinta e três sacerdotes para 150.500 habitantes, mas por causa do tamanho da Província, três vezes maior que Portugal continental.(1) Com uma área tão vasta, a Revolução dificultou ainda mais os trabalhos do clero.(2) Sensível à esta situação, o então Presidente da Província, Saturnino de Souza e Oliveira, pediu a Dom Manuel do Monte Rodrigues, Bispo do Rio de Janeiro e canônicamente responsável pela Província, para ajudar os fiéis, principalmente nas áreas rurais. Dom Manuel, ciente das dificuldades, iria enviar, em 1842, seis padres para a Província e mais um em janeiro de 1843.(3)

Já utilizei a "Relación" em dois outros trabalhos(4), mas neste, quero mostrar como o manuscrito revela os contrastes e as similaridades entre a cultura religiosa dos Jesuítas espanhóis e a cultura religiosa dos habitantes da Província de São Pedro, com uma maioria brasileira e uma minoria alemã. O manuscrito mostra um corte fascinante duma religiosidade pouca conhecida nos anos finais da Revolução Farroupilha. Santiago Luiz Villarrubia (1802-1866) considerou-se um "historiador doméstico" ou um mero "cronologista".

O PLANO DAS MISSÕES POPULARES

Antes de descrever as missões, Villarrubia apresenta o esquema genérico da missão popular e como ela funcionava, salientando os seus momentos principais. Este esquema, bastante testado e bem aceito na Argentina, foi utilizado no Brasil com uma diferença significante visto que, aqui, a cerimônia da "plantação da cruz", se tornou essencial. Em seguida, descreve todas a missões populares dadas nos anos 1842-1846, sempre abrindo espaço para registrar ocorrências importantes.

Os Jesuítas pregavam as missões apenas nos lugares para onde foram convidados, e sempre com as devidas autorizações eclesiásticas. Neles a ordem pública era garantida pelas autoridades locais e o partido que convidava os missionários cobria todos os gastos, que em geral, não eram grandes.

Quando não estavam dando missões, moravam na residência providenciada pelo Vigário Pe. Tomé, em Porto Alegre, e trabalhavam na cidade. Esta residência servia, também, como centro de operações.(5) Uma vez marcada a data da missão, os padres esperavam por sua condução que podia ser de barco, carruagem ou cavalo. Já no percurso de seus trabalhos, os convites para outras missões eram aceitas conforme a ordem de sua chegada e à disponibilidade dos Padres. Uma vez aceita, os Jesuítas não voltavam para Porto Alegre mas continuavam para a próxima missão. Em certos rincões ou fazendas, onde não havia igrejas ou capelas, os missionários utilizavam um altar portátil que sempre fazia parte de sua bagagem e improvisavam púlpitos.

Ao chegar ao povoado da missão eram recebidos por um cortejo de pessoas a cavalo, composto de autoridades locais e das pessoas mais ligadas à missão. Sempre havia um breve discurso de saudação, agradecendo aos padres missionários a sua vinda e presença. Depois disso os religiosos entravam na povoação ao toque de sinos, se os houvesse, e ao ruído de foguetes. Paravam-se diante da igreja ou capela, onde o pároco, vigário, cura ou faltando estes, um membro importante do lugar, recebia os missionários, conduzindo-os a seu alojamento.

A missão não começava de imediato, porque famílias que moraram distante só iriam viajar à missão, depois de ter certeza que os missionários já tinham chegado. Por causa disso, só se apresentavam no segundo ou terceiro dia após a vinda dos padres. Quase nunca havia acomodações suficientes para tanta gente. Em conseqüência disso muitas famílias aproveitavam as suas carroças toldadas como casas temporárias ou improvisavam outros agasalhos, enquanto durasse a missão.

Alguns moradores do povoado, sobretudo os de mais posses, forneciam grátis carne para as pessoas, que não podiam trazer consigo as provisões necessárias. Assim, todos podiam assistir à missão sem maiores preocupações materiais.

Logo à chegada dos missionários, afixava-se às portas da igreja ou capela o programa dos exercícios de toda a missão. Pela manhã do segundo dia ou do terceiro, abria-se formalmente a missão como tal. Ao toque dos sinos ou de três tiros de pistola, juntava-se o povo. Todos reunidos, iniciava-se a procissão em torno da igreja, praça e ruas mais próximas, cantando-se então as ladainhas de Nossa Senhora e as de Todos os Santos.

O Vigário, revestido de sobrepeliz e estola, levava, alçado um crucifixo e, a seu lado, os missionários com mantéu e barrete o acompanhavam. Tendo-se entrado na igreja ou até mesmo à porta desta, o missionário responsável das pregações durante a missão recebia, de joelhos, o crucifixo das mão do Vigário. Nessa ocasião o missionário fazia um sermãozinho a todos os presentes, recomendando-lhes aproveitar das graças ocasionadas pela missão. Entoava-se o hino “Veni, Criator Spiritus” e , logo depois, o sermão de abertura. No fim deste, o povo cantava alguma estrofe do cântico religioso, “Meu Jesus, aos vossos pés.”

O número de pessoas que participavam da missão variava desde 500 até podendo chegar a 4.000. A missão inteira durava de sete a oito dias e por isso ganhou o nome “Semana Santa”. Cada manhã, às nove ou dez horas, rezava-se a missa dita da missão,

que sempre era acompanhada de cantos sacros. Vinha, em seguida, a prática ou instrução doutrinal, terminando com o hino "Maria, valei-nos." Às vezes, ou seja quando os homens tinham de voltar a seu trabalho diário, esse exercício era transferido para a tarde. Depois da mesma nunca faltava o ato de piedade em honra do Coração Doloroso de Maria Santíssima, cada mistério do qual era cantada uma "Ave-Maria" com uma estrofe apropriada.

Todas as tardes, pelas três ou quatro horas, no átrio da igreja ou na sacristia, havia instrução para meninos e meninas, em separado, como preparação para a Primeira Comunhão ou Eucaristia. A ela assistiam também alguns adultos e escravos. No princípio e fim deste exercício cantava-se o salmo "Laudate, pueri Dominum", sendo que a cada verso os meninos e meninas respondiam, alternadamente, a estrofe: "Bendize, (minha) alma, os nomes de Jesus e Maria."

Depois da doutrina catequética o povo se juntava na igreja e passava a rezar o terço, sendo liderado por um dos missionários. O terço, rezado ou cantado, fazia parte de muitos atos de piedade e era considerado pelos Jesuítas com uma das orações principais da missão. No início da reza e também antes de cada mistério cantava-se o "Glória Patri" com a jaculatória, "Amado Jesus, José e Maria, eu vos dou o meu coração e a alma minha." Esta devoção, que durava meia hora, tinha seu encerramento com o cântico do "Salve, Regina". Com um crucifixo na mão, o missionário fazia uma prática (explicação doutrinal), seguida de um canto, terminado com um sermão. Este programa constituiu a espinha dorsal da missão; contudo, havia outras atividades de muita importância, como casamentos, batismos, bênçãos, confissões, primeira comunhão e, em cima de tudo, a implantação da cruz.

Por causa de sua importância, temos que descrever a implantação da cruz. Logo à chegada dos padres missionários era comissionada a construção de uma grande cruz de madeira duradoura, da altura de 20 a 25 palmos. Somente na paróquia de Santa Ana

do Rio dos Sinos, a cruz foi feita de pedra. (6) Uma vez feita, a cruz passava a ser enfeitada com flores artificias e naturais, fitas e até jóias: um serviço executado com prazer por um grupo de senhoras.

O sítio escolhido para o plantio da cruz era, em geral, um ponto mais elevado ou uma colina, e não distava muito da igreja. Reunido todo o povo, à tarde do último dia da missão, iniciava-se a cerimônia da plantação da cruz com uma prática explicando que esta devoção aos fieis recorda o caminho de Cristo ao Calvário com a cruz às costas. Havia a bênção solene da cruz e começou uma solene procissão na qual a cruz era levada ao lugar previamente escolhido.

Em frente, saíam os acólitos portando a cruz paroquial e lanternas acesas. Em seguida vêm os meninos e os homens em duas filas. E, atrás de todos, vinham as mulheres. No meio das duas filas avançava a grande cruz, levada horizontalmente aos ombros por doze ou mais pessoas devotas, as quais se iam alternando com outras, desejosas de imitarem o Cireneu.

Nalguns lugares acompanhava a cruz um coro de meninos, vestidos de branco, com velas nas mãos e dois deles iam espalhando flores por onde havia de passar a cruz, que um acólito não cessava de incensar. Depois vêem o Cura com sobrepeliz e capa pluvial, os missionários com mantéu e barrete, e os cantores.

Durante a procissão, o povo cantava o rosário e a cada “Glória Patri”, todo o povo se ajoelhava e não se erguia antes do ”Pai Nosso” do mistério seguinte. Ao chegar ao lugar para plantar a cruz, as duas filas de homens se formavam em círculo extenso, que depois contraíam e fechavam, deixando as mulheres no centro. Colocavam, então, a cruz no lugar designado. Exposta a cruz à vista e veneração pública, todo o povo em sua volta se ajoelhavam e a reverenciavam, guardando um profundo silêncio. Depois se cantava o “Salve, cruz preciosa”, enquanto o pároco fazia a incensação costumeira, seguida da antífona, do versículo e da oração própria “de cruce”.

Em seguida um dos missionários, utilizando um púlpito rusticamente improvisado, pregava com muito força para ser ouvido pelo povo, que às vezes era bastante numeroso. O povo sempre escutava com muita devoção este último sermão. Finda esta pregação, a procissão voltava à igreja com a mesma ordem cantando o estribilho "Bendize, alma minha, os nomes de Jesus e de Maria".(7) Assim era a implantação da cruz que foi tão popular e eficaz no Brasil.

AS COLÕNIAS ALEMÃES

No inicio de 1843, na missão do povoado de Torres, perto da fronteira da província de Santa Catarina, os Jesuítas encontraram o primeiro grupo de católicos alemães. Houve duas colônias alemães perto de Torres. Uma composta somente de protestantes, provavelmente luteranos, situada em Três Forquilhas, e, a outra somente de católicos em São Pedro de Alcântara. Os católicos alemães mesmo não tendo um Padre que pudesse-lhes dar assistência religiosa na sua língua, permaneceram fiéis à sua religião. Durante a missão em Torres, praticamente toda a população de São Pedro de Alcântara, cerca de trezentos, assistiram à missão. Chegavam cada dia em procissão com uma cruz para participar dos atos da missão. Seu desejo de confessar-se, inicialmente criou uma dificuldade para os Jesuítas espanhóis mas foi superada com a ajuda de um intérprete. Foi composto um interrogatório sobre os assuntos mais comuns e necessários com suas repostas afirmativas ou negativas e, desta maneira, os missionários conseguiram atender, ao menos, formalmente os desejos do povo de São Pedro de Alcântara.(8)

Dois anos mais tarde, iriam encontrar outros católicos alemães numa missão em São Leopoldo, colônia fundada em 1824 e uma das mais florescentes colônias de alemães da Província de São Pedro. Lá, entre uma população de oito mil alemães, e dois mil brasileiros, os luteranos eram a maioria.(9) E, diferente dos outros lugares, houve uma mistura entre os luteranos e católicos. Uma das autoridades de São Leopoldo foi o

Coronel Comandante da guarda nacional, Sr. João Daniel Hillebrand. O Coronel era luterano mas fez questão de assistir aos atos públicos da missão.

Com a presença dos Jesuítas, a população católica se animou e providenciou tudo. Prevendo a dificuldade com a língua alemã e diferente da experiência com os alemães de São Pedro de Alcântara, houve pessoas mais qualificadas em São Leopoldo para ajudar os Jesuítas espanhóis. Uma vez que a missão começou e, atraídos pelas atividades, muitos luteranos participaram, também, da missão, liderados pela figura, um pouco polêmica do seu pastor João José Ehlers. (10)

Devido à participação muito expressiva dos alemães católicos das Picadas, não muito distante de São Leopoldo, os Jesuítas tomaram conhecimento e ficaram muitos interessados neles. Logo, receberam convites para dar missões nas Picadas de Bom Jardim, São José do Hortêncio e São Miguel dos Dois Irmãos. E, diferente da população de São Leopoldo, nas Picadas, não houve, neste momento tanta mistura de luteranos e católicos.

Mesmo sem assistência religiosa, os alemães das Picadas foram bem organizados. Exemplo disso foi um grupo de cinco pessoas em cada colônia que cuidava do atos religiosos. Este grupo foi conhecido como “Pais da Igreja” e cuidava dos atos religiosos em suas reuniões ordinárias. Foi ele, por exemplo, que procurou os Jesuítas para darem a missão e cuidava de todos os detalhes. Conhecendo suas limitações, sugeriu aos missionários para providenciar Padres de fala alemã que pudessem dar assistência religiosa nas Picadas. Faltando essa ajuda os “Pais da Igreja” foi uma maneira admirável de conservar a fé entre os colonos.(11)

Os Jesuítas estavam muito bem impressionado com os colonos alemães e quase logo informaram ao Pe. Geral Roothaan desta situação e lhe pediram ajuda. O ideal seria que o Geral pudesse enviar alguns Jesuítas alemães para trabalhar na Província de São

Pedro. No intervalo, sabendo que quase todos os alemães nas Picadas podiam ler, os missionários providenciaram e distribuíram livros enviados de Viena.(12)

CONCLUSÃO

Nosso estudo da "Relación", apresenta os contrastes culturais entre os Jesuítas espanhóis e os habitantes na Província de São Pedro. Apesar de sua presença transitória na Província, visto que saíram para outros países hispânicas, a mesma sinalizou a volta da Companhia de Jesus ao Brasil. As missões populares revelaram a importância da religiosidade popular e que os Jesuítas tinham uma mensagem espiritual que o povo queria e valorizava. Os missionários, também, entenderam a importância cultural dos imigrantes alemães, fornecendo livros na sua língua de Viena e pedindo ao Superior Geral o envio de Jesuítas de fala alemã para os alemães de São Leopoldo e das Picadas, os quais, com o tempo, se integraram na cultura brasileira. Os Jesuítas não conseguiram que outros pudessem entender seu ideal de pobreza e sofreram desentendimentos tanto entre os seus benfeitores leigos como entre o clero. Expressaram suas apreensões diante da cultura urbana onde sentiram a herança de um anti-jesuitismo, vindo da época colonial. Tinham seus benfeitores em Porto Alegre, mas deram preferência ao povo do campo, elogiando sua fé. Sua passagem foi transitória mais outros Jesuítas chegaram para ficar.

N O T A S

(1) JAEGER. Luís Gonzaga. Os primeiros Jesuítas da Ordem Restaurada em demanda do Rio Grande (1842). **Pesquisas**. Hist. n. 22, p. 6, 17, 1982; HASTENTEUFEL, Zeno. **Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora Acadêmcia Ltda., 1987. p. 68-71.
(2) BALEM, João Maria. **Os Bispos de Porto Alegre**. s. ed. , 1969. p. 2.
(3) AZEVEDO, Ferdinand. Jesuítas Espanhóis no Sul do Brasil (1842-1867). **Pesquisas**, São Leopoldo, Hist. v. 24, 1984, p.1-231 e VILLARRUBIA, Santiago Luiz. Apres. e trad. Ferdinand Azevedo. Missões populares pregadas no Rio Grande do Sul de 182-1845. **Pesquisas**. São Leopoldo, Hist. v. 22, 1982, p. 21-51.
(4) VILLARRUBIA. **op. cit.**, fl 25-31.
(5) **Ibid.,** fl. 151.
(6) **Ibid**., fl 40-41.
(7) **Ibid**., fl. 63-64.
(8) **Ibid**., fl. 140.
(9) **Ibid**., fl. 169-172.
(10) **Ibid**., fl. 175.
(11) **Ibid**. fl. 176-177.
(12) **Ibid**., 177.181.

Conflitos entre indígenas e paulistas na ocupação dos extremos da Província de São Paulo (1822-1845)

Fernanda Sposito[i] - PPG-USP

Indígenas *X* paulistas – herança colonial e questão nacional

Os indígenas do território paulista, situados nas matas do extremo sudoeste da Província de São Paulo, surgiam esporádica e violentamente nas moradias dos habitantes de algumas vilas e freguesias na região da 4ª Comarca no decorrer da década de 1820. Assassinando alguns animais de criação, como bois e mulas, cujo comércio era o principal sustento da população dessa região, os "bugres" – como eram então chamados – causavam terror entre os moradores, que se queixavam às autoridades provinciais. Além dos prejuízos diretos que sofriam com a perda de seu gado, os moradores ainda temiam por suas vidas e de suas famílias. Estrategicamente, se os paulistas perdessem essa luta pela posse do território para os nativos, não só estariam diretamente arruinados, como o próprio Império brasileiro se veria recuado em suas fronteiras, perdendo o controle das terras e das gentes que nelas viviam.

Em 1823, os moradores de Itapetininga, uma dessas vilas da 4ª Comarca paulista, explicitavam às autoridades a necessidade que tinham de montarem tropas para render os nativos e de serem providos de munição de guerra nessas expedições:

> *Não podemos viver em sossego, todos os moradores vizinhos, e viajantes andam assustados, pelo perigo que corremos; é por isso que eu recorro a V. Exas. para que hajam de ordenar que haja uma guarda de vinte e cinco homens com um comandante, e todos destes moradores, sendo municiados de Pólvora e Chumbo.* [ii]

Ainda que num primeiro momento se possam interpretar essas incursões dos paulistas contra os silvícolas irredutíveis como uma reminiscência das antigas bandeiras realizadas pelos sertanistas no período colonial[iii], essa idéia não se sustenta através de uma interpretação mais apurada. Obviamente, o contexto em que essas expedições estavam

situadas difere sobremaneira da realidade da Capitania de São Paulo durante os séculos XVI e XVII, auge do bandeirismo. Desse modo, no século XIX, esse tipo de evento estava situado em locais bem específicos, mais precisamente na periferia do território ocupado pelos ocidentais e que, portanto, do ponto de vista destes, era uma área de controle duvidoso e contornos imprecisos. Para os indígenas, ao contrário, era o local onde ainda conseguiam manter-se afastados do contato direto com os colonizadores, podendo assegurar sua autonomia enquanto grupo étnico e seu domínio sob um território de posse ancestral. Os grupos que ocupavam essa região eram especialmente os da etnia Kaingang, do Tronco lingüístico Macro Jê, ainda que também fossem encontrados grupos Guarani e Kaiowá, do Tronco Tupi.[iv]

Colocada nesses termos, parece realmente pouco diferente a realidade colonial dos indígenas em comparação com a do Estado Nacional. No entanto, os conflitos vistos na década de 20 do século XIX tinham outras variáveis, dentro de um processo de superação da dinâmica da colonização. Durante o período colonial, a montagem de bandeiras para capturar indígenas para o trabalho compulsório, ou mesmo para extermínio dos indômitos, estava dentro da lógica da conquista. Ainda que, durante séculos, as disputas pelo melhor modo de render os nativos, se através da catequese, ou através da força armada, não tenham sido equacionadas de maneira definitiva em favor de nenhum dos lados, pensá-las no século XIX envolve outras questões.

Assim, o que se propõe com este artigo é situar os conflitos em duas dimensões. Num primeiro momento, trata-se de localizar onde espacialmente eles ocorreram. Ou seja, essas matas, vilas e freguesias correspondiam a que tipo de áreas econômicas e de ocupação no território paulista. Depois, como essa ocupação e os conflitos dela decorrentes podem ser enquadrados no processo de formação do Estado Nacional brasileiro.

Convém alertar que esse cenário de guerra, com ataques e revides de lado a lado, não é um dos temas mais estudados da história paulista no século XIX. A historiografia consagrada sobre o período em São Paulo enfatizou muito mais as questões políticas, que envolveram a formação do Estado monárquico na primeira metade do século XIX, e as

questões econômicas, com o desenvolvimento da cafeicultura da segunda metade do século, do que aos conflitos localizados nos sertões do território compreendido dentro da Província. Talvez seja inclusive pelo fato desses conflitos estarem localizados em áreas periféricas que a historiografia sobre eles seja tão escassa.

O "sertão inculto" – ou nas periferias do Sudoeste paulista

São Paulo, desde o século XVIII, deixara de ser local em que as atividades coloniais utilizavam predominantemente a mão-de-obra indígena. A partir do contato com a zona da mineração, os escravos africanos tornaram-se a principal alavanca produtiva das lavouras, inserindo a Capitania, portanto, mais diretamente nas rotas centrais da economia colonial. [v] Assim, no despontar do século XIX, os aldeamentos, principais concentrações indígenas a serviço da empresa colonial durante os séculos anteriores, estavam completamente obsoletos para o fim a que vinham se destinando, sendo a população aborígine neles pouco expressiva do ponto de vista numérico. Os aldeamentos que restavam na primeira metade do Oitocentos localizavam-se principalmente no entorno da capital paulista. Ali funcionavam como uma espécie de cinturão de pobreza, já que suas terras encontravam-se desgastadas e os indígenas e seus descendentes viviam à sua própria sorte. A população nesses locais caiu de quase 2.500 indivíduos em 1802, para 700 em 1838. Essa queda brusca se deveu tanto à perda de importância econômica dessas povoações, quanto aos projetos de desestabilizá-los, com a miscigenação entre indígenas e brancos, levados a cabo em 1802 pelo tenente José Arouche de Toledo Rendon. [vi]

Assim, nas áreas de ocupação antiga, englobando núcleos como a capital da Província, o porto de Santos, o Vale do Paraíba e o chamado "quadrilátero do açúcar" (Campinas, Itu, Piracicaba e Jundiaí), o que envolvia também seu entorno e as rotas de comunicação, os indígenas que ali viviam era uma população residual, frutos de séculos de apresamento, morte e miscigenação. [vii] O que mais caracterizava a paisagem paulista, segundo registro dos viajantes europeus que percorreram a Província no século XIX, eram indícios dos traços desses ameríndios nos homens e mulheres pobres da região. Fora isso, nos decadentes aldeamentos, apenas algumas dúzias de nativos, já incorporados à

sociedade ocidental, mas vegetando na pobreza. [viii] Obviamente que essa descrição está repleta de juízos de valor, na medida em que analisa a paisagem paulista sob o ponto de vista europeu, segundo o qual as pessoas e paisagens que encontravam aqui eram tidas como inferiores à sua cultura. [ix]

De qualquer modo, no século XIX, diferentemente do período colonial, o indígena deixou de gravitar no centro da sociedade e da economia paulista, como se verificava no típico cenário de meados do século XVII e primeira metade do século XVIII.

> *A primeira vez que fui à vila de São Paulo e vi o total desamparo em que estavam as Aldeias, pertencentes a V.M., estando os mais dos Índios em foro de escravos por casa dos moradores, pus logo em execução o restituí-los às suas aldeias, pelos meios mais suaves que pude excogitar; e como o tirar Índios de casa daqueles moradores é para eles o golpe mais sensível, por cuja causa me foi preciso buscar a oportunidade do tempo, deixando este negocio disposto de sorte que lhe fosse menos custosa a reposição dos sobreditos Índios nas Aldeias, e com nas casas de muitos moradores havia já descendência de pais, filhos e netos, uns sentirão a sua ausência pelo amor da criação, e outros pelo interesse na sua fazenda, mas pode mais com eles a obediência na satisfação do preceito, do que as razões porque todos entregarão os Índios e os repuserão nas suas Aldeias, que achando-se estas eu as visitei a primeira vez com 90 pessoas, entre ambos os sexos de maior e menor idade, hoje se acham nas sobreditas Aldeias 1224 pessoas.* [x]

Muitas diferenças se colocam, portanto, entre a situação dos nativos durante o período colonial e a partir do século XIX. Em primeiro lugar, ainda no começo do século XVIII, os nativos formavam a maior parte do contingente da mão-de-obra paulista, sendo sua presença evidente na então vila de São Paulo, um dos principais núcleos habitados naquele período. Os indígenas estavam tanto na casa de particulares, exercendo trabalho cativo, quanto nos aldeamentos, sob os auspícios de padres ou também de particulares.

Isso significa que os aborígines estavam no centro na vida paulista, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social.

Já no século XIX, o cenário é completamente diferente. A área em que os indígenas viviam e chocavam-se com os paulistas, colocando-se como grupos étnicos autônomos e rebeldes ao modelo de sociedade que lhes impunham, era de ocupação mais recente. Tal é o caso dos extremos da 4ª Comarca, formada pelos municípios de Itu e Sorocaba e diversas vilas. Itu era um dos principais núcleos povoados da Província e importante produtor de açúcar no decorrer do século XIX. No entanto, a 4ª Comarca, afora a região que ia de Itu a Sorocaba, tinha uma ocupação pelos paulistas rarefeita e espalhada no sentido sudoeste do território até os limites do Brasil com as ex-colônias espanholas, território que englobava também a 5ª Comarca da Província paulista. Esta Comarca, que tinha os municípios Curitiba e Paranaguá por base, foi desmembrada de São Paulo em 1853 e passou a constituir a Província do Paraná. Juntas, as duas Comarcas, a 4ª e 5ª, formavam assim um vasto território, suscetível aos ataques de silvícolas e de fronteiras imprecisas com os estrangeiros a Oeste. Esta região também fazia divisa com a 6ª Comarca, onde se situava o litoral paulista. Foi especialmente nas matas da vila sul litorânea de Iguape que os indígenas também atacaram e foram atacados pelos paulistas na década de 1830. [xi]

Para os propósitos deste artigo, será usada aqui a vila de Itapetininga, conforme citada no começo do texto, para exemplificar a ocupação dessa região. Esse local foi fundado no ano de 1770, sendo marco da ocupação pelos brancos. Durante as cinco décadas que transcorreram desde a fundação dessa vila até o início do Estado brasileiro a partir de 1822 conseguiu-se solidificar essa ocupação, podendo a vila estruturar-se em torno da produção agrícola de subsistência e de algodão para a região, bem como local de pouso e criação de animais. No entanto, como se pode verificar através do evento narrado acima, envolvendo a montagem de tropas para ataques aos “bugres”, essa ocupação não era tranqüila. Dentro desse processo, na emergência do Estado brasileiro, Itapetininga, com as vilas e freguesias do entorno simbolizavam áreas de contato recente, na periferia do

território paulista, cujo desafio de consolidá-la como domínio nacional estava colocado a partir de 1822.

Guerra e paz na sociedade nacional

Durante o início da formação do Estado Nacional brasileiro, o problema dos indígenas que habitavam esse território passou por várias fases. É certo que o processo de definição de políticas no nível mais amplo no Império como um todo tem também desdobramentos nos conflitos locais.

Assim, as províncias do Reino do Brasil começaram a partir de 1822 um processo de emancipação política e construção de um Estado Nacional. Após a ruptura com Portugal, começou-se a elaborar a Constituição do Brasil em 1823. Durante a elaboração da Carta Constitucional, o papel das populações indígenas foi discutido, alguns projetos foram levantados, mas de fato nada efetivo foi proposto. [xii] Como se sabe, a Assembléia Constituinte foi fechada e a Constituição que vigorou durante todo o Império foi imposta pelo imperador Pedro I. De qualquer forma, o texto constitucional também se esquivou da questão indígena.

Esse silêncio é a autorização indireta para a continuação da política indigenista colonial. O então príncipe regente, D. João, futuro rei de Portugal, em 1808 autorizou guerras justas contra os *índios bravos* de Minas Gerais e São Paulo, atendendo aos interesses de ocupação nessas regiões específicas da colônia. Com relação a São Paulo, a região destacada para combater os silvícolas foi justamente o local que se está vendo aqui, 4ª e 5ª Comarcas. [xiii]

As guerras justas contra os “bugres” paulistas permitiam matá-los ou aprisioná-los por até 15 anos como escravos, ainda que temporários. Essa prática foi mantida pelo Império brasileiro até o ano de 1831.

Interessante é saber que a iniciativa de acabar com as guerras justas partiu justamente da Província de São Paulo. Quando os senadores imperiais foram discutir esse pedido de revogação feito pela Província, depararam-se com as contradições dessa situação. Em suas discussões durante as sessões do Senado de 1831, demonstraram

receio de acabar com tal prática colonial, pois, ao fazê-lo, estariam dando destaque ao tema, que preferiam ocultar. Na visão daqueles homens, como o Brasil poderia se explicar perante as outras nações do mundo (especialmente, as "civilizadas" da Europa) que até aquela data, desde que se tornara uma nação independente, mantinha os aborígines como cativos, ou sendo mortos?[xiv]

Embora os políticos tenham se sentido constrangidos, deliberaram a proibição dessa Carta Régia, no entanto referindo-se só a São Paulo, e não a Minas Gerais, onde também se praticavam as guerras justas. Foi somente quando a Regência imperial revogou tal prática, no final de 1831, que se acabou ampliando a medida enfim para Minas. [xv]

Assim, durante as três primeiras décadas do século XIX, recorreu-se ao expediente das entradas para matança e aprisionamento de silvícolas como cativos em áreas de conflito no território paulista, como o caso de Itapetininga o demonstra. Posteriormente, a partir de 1831 esse procedimento seria menos evidente e uma postura mais cordial iria imperar da parte dos moradores dessa região.

Foi esse processo gradual, de busca de uma transformação do autóctone em nacional que apareceu no processo de elaboração do primeiro projeto imperial para os indígenas, o decreto n.º 426, de 24/07/1845, denominado de "Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios". [xvi] Com a volta dos missionários, a luta armada deixaria de fazer parte da estratégia de controle dos nativos. Agora, o discurso dos bons e doces modos para com os indígenas passara a imperar e os conflitos, que não deixaram de existir, seriam escamoteados.

É isso que explica por que em 1843, o Barão de Antonina, importante estancieiro, dono de grande número de tropas de bestas e muares na região de Itapeva, outra vila da 4ª Comarca, tenha afirmado sobre os aborígines:

> *Seu caráter dócil e pacifico os tem feito amados de todos os moradores vizinhos, que com os poucos presentes que suas circunstancias lhes permite dar têm cativado a afeição de tão boa gente, de sorte que hoje não é raro*

verem-se os Indígenas desta Tribo virem à Vila trocar por ferramentas e vestuário alguma cera e mel, que com bastante custo ajuntam no sertão. [xvii]

Esta prática descrita aqui de troca de produtos não foi uma prática isolada nas primeiras décadas do Império, mas é notável que ela se tornou mais presente a partir da década de 1830. Obviamente se deve elencar também os interesses dos nativos, que podiam extrair proveitos dos produtos dos nacionais para melhorarem seu modo de vida. Isso se refere, por exemplo, aos Kaingangs, que buscavam ferramentas, como enxadas e facas, oferecendo em troca produtos que cultivavam e extraíam, tais como mel, cera, mantas e couros. Mais do que "presentes" sem valor, como se refere Antonina, as ferramentas eram de suma importância para os nativos lidarem com a mata e no cultivo de suas roças.

Assim, estratégias de guerra e paz estiveram presentes lado a lado, tanto da parte dos silvícolas, como da parte dos nacionais. Se nos primeiros tempos do Estado Nacional via-se a montagem de tropas, municiadas de pólvora, chumbo e bala, como algo corriqueiro, a partir de algumas décadas, essa estratégia seria revista. [xviii] Primeiro, porque não vinham apresentando resultados satisfatórios, pois as hostilidades feitas aos nativos agravavam cada vez mais os conflitos. Segundo, porque não soava bem, aos ouvidos das demais nações européias, e mesmo para as mentes mais "ilustradas" do Império, a prática de agressões para com aqueles que deveriam conhecer as benesses da civilização, e não seu lado cruel.

No entanto, algumas décadas mais tarde, num período que foge aos limites deste artigo, as práticas agressivas voltarão de maneira ainda mais violenta. A partir da necessidade do Estado adentrar definitivamente o sertão paulista, abrindo ferrovias e procurando novas terras para a cafeicultura, a matança e a guerra aos Kaingangs imperarão nas fronteiras paulistas até as primeiras décadas da República. No entanto, isso já é matéria de outros estudos. [xix]

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS E REFERÊNCIAS

[i] Mestranda em História Social pelo Departamento de História da FFLCH/USP. Este artigo é fruto das pesquisas do projeto "Nem brasileiros, nem cidadãos – Indígenas na formação do Estado Nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)", sob orientação do Prof. Dr. Pedro Puntoni, financiado pela FAPESP.

[ii] Registro de Ofícios Diversos: Itapetininga, Lata C01054, anos 18822/1833 (c. 259, p. 1, d. 16, 0. 1054, 18/09/1823). Manuscrito do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).

[iii] John Manuel Monteiro – *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo – São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

[iv] Marta Rosa Amoroso – *Catequese e Evasão.* Etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895) – São Paulo, FFLCH/USP, 1998 (Tese, Doutorado em Antropologia) e Dora Shellard Côrrea – *Paisagens sobrepostas.* Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930) – São Paulo, FFLCH/USP, 1997 (Tese, Doutorado em História Econômica).

[v] Maria Luiza Marcílio – *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. 1700-1836 – São Paulo, Hucitec/Edusp, 2000 – pp. 171/88; Alcir Lenharo – "Rota menor – O movimento mercantil na economia de subsistência do Centro-Sul do Brasil (1808-1831)" – In: *Anais do Museu Paulista* – São Paulo, XXIII: 25/49, 1977/8 e Ilmar Rohloff Mattos – *O tempo Saquarema* – São Paulo, Hucitec/Minc, 1987 – pp. 45/80.

[vi] José Arouche de Toledo Rendon escreveu um documento em 1798, propondo ao governador da Capitania que extinguisse os aldeamentos – "Memória sobe as Aldeias de Indios da Capitania de São Paulo" – In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – Rio de Janeiro, 1842, Tomo 4. José Joaquim Machado de Oliveira, logo após o Império brasileiro ter criado a primeira lei para os indígenas, com o Regulamento das Missões em 1845, faz um relato da situação desses núcleos dos nativos no mesmo ano, através das "Notícia racionada sobre as Aldeias dos Indios" – In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – Rio de Janeiro, 1845, Tomo 7. John Manuel Monteiro analisa os dois autores em "As memórias das Aldeias de São Paulo" – In: *Dimensões*. Revista de História da UFES – 14 (2002): 17/35. Pasquale Petrone faz um trabalho minucioso de reconstrução do papel desses aldeamentos ao longo dos séculos – *Os aldeamentos paulistas* – São Paulo, Edusp, 1995.

[vii] "Se é que houve elementos indígenas nas fazendas de cana paulistas, seriam sempre em número pequeno, pois, na época do grande desenvolvimento da cultura da cana, a fronteira do ecúmeno indígena já se encontrava bastante recuada para o interior, não só pelas expedições dos bandeirantes, mas pela própria ação dos colonos estabelecidos no planalto." Maria Thereza Schorer Petrone – *A lavoura canavieira em São Paulo*. Expansão e declínio (1765-1851) – São Paulo, Difel, 1968 – p. 118.

[viii] Auguste de Saint-Hilaire – *Viagem à Província de São Paulo* – Belos Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Ed. da USP, 1976 e Johann Spix e Karl Friedrich von Martius – *Viagem pelo Brasil*. 1817-1820 – Vol. 1º - 4ª ed. São Paulo/Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1981.

[ix] A seguinte passagem de Saint-Hilaire ilustra esse ponto de vista: "A população da França, como a de toda a Europa ocidental, é perfeitamente homogênea: uma só raça e nenhum escravo. Infelizmente, não acontece o mesmo no Brasil. Não somente a escravidão é aceita, como existem nele três raças totalmente distintas, compondo o número de mestiços que elas produzem uma parte de sua população. Escravos negros, alguns naturais da terra, outros africanos; negros livres, africanos e nativos; alguns índios catequizados e um considerável número de selvagens, mulatos livres e escravos; homens livres, todos legalmente pertencentes à raça caucásica, mas entre os quais se encontra uma multidão de mestiços e de índios – aí estão os componentes da população da Província de São Paulo, estranha miscelânea da qual resultam complicações não só embaraçosas para a administração como perigosas para a moral pública." – Auguste de Saint-Hilaire – *Viagem à Província de São Paulo* – Op. cit. – p. 71

[x] "Carta do Governador Arthur de Sá e Menezes, sobre os Indios de S. Paulo e as congruas que era necessário consignar para os missionarios enviados para as suas aldeias.", 05/05/1700, *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 39, p. 269 – Documento citado por Ilana Blaj – *A trama das tensões*. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721) – São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2002 – p. 230

[xi] Para situar os conflitos em Iguape, ver os manuscritos do AESP, catalogados como Registro de Ofícios Diversos: Iguape, Lata C01039, anos 1832/1838.

[xii] "Sessões de 23 a 30 de Setembro" – In: *Annaes do Parlamento Brazileiro.* Assembléa Constituinte 1823 – Tomo 5º – Rio de Janeiro, Typographia de Hyppolito José Pinto, 1880 — pp. 221/267.

[xiii] "Cartas Régias de 13/05/1808, 24/08/1808 e 05/11/1808" – Manuela Carneiro da Cunha (org.) – *Legislação indigenista no século XIX*. Uma compilação (1808/1889) – São Paulo, Comissão Pró-Índio/Edusp, 1992 – pp. 57/65

[xiv] Sessões de 13 de Maio (pp. 106/14), 20 de Maio (pp. 191/94), 25 de Maio (pp. 204/10), 26 de Maio (p. 223), 7 de Junho (p. 304), 20 de Junho (pp. 404/8), 21 de Junho (pp. 409/13), 21 de Julho (p. 170) e finalmente em 27 de Outubro a Câmara dos Deputados comunica o envio para ser sancionado pela Regência Imperial o projeto elaborado pelo Senado, revogamdo a Carta Régia de 05/11/1808 – p. 327. In: *Annaes do Senado do Império do Brazil* – 7 de Abril a 21 de Junho de 1831, Sessão Extraordinária – Tomo 1º - Rio de Janeiro, 1914.

[xv] "Lei de 27/10/1831 – Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios" – In: Carneiro da Cunha (org.) – *Legislação indigenista no século XIX* – Op. cit. – p. 137.

[xvi] "Decreto n.º 426 de 24/07/1845 – Contem o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios" – In: Manuela Carneiro da Cunha (org.) – *Legislação indigenista no século XIX* – Op. cit. – pp. 191/99.

[xvii] Registro de Ofícios Diversos: Faxina, Lata C01013, anos 1839/1850 (C-218, P-3, D-3, O-1013, 02/09/1843) – manuscrito, AESP.

[xviii] O Conselho de Província de São Paulo é um espelho sobre essa mudança de atitudes no início e ao final do período analisado. Assim, em sessão de 10 de Novembro de 1824 deliberou-se para a instalação de uma

povoação na Estrada da Mata, na 5ª Comarca, guarnecida por um Destacamento Militar. Esta estrada era importante devido à circulação de pessoas e gado, inclusive de outras províncias. Assim, para a povoação dessa região dizia-se que: "se convidasse primeiro por todas as Vilas do Sul as famílias, que ali quisessem ir estabelecer, gozando dos privilégios conferidos pela Carta Régia de 13 Maio de 1808." Ou seja, o direito aos moradores matarem e escravizarem indígenas. – *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo* – Vol. 86 – São Paulo, Secretaria da Educação/Arquivo do Estado, 1961 – p. 19.
Já em sessão de 21 de Novembro de 1829, o mesmo Conselho recomenda prudência e modos afáveis para com os indígenas que surgiram numa fazenda em Itapeva, vila da 4ª Comarca. "O dito Coronel primeiro pede pólvora, e chumbo grosso para fazer correrias aos Índios, no que vai com a opinião dominante do seu País, cujos moradores assim o pedem; mas ele mesmo depois reconhece a utilidade de os aldear, por isso mesmo que já são Índios menos ferozes, que já nos conhecem, e que sairão de suas terras perseguidos de outros, ou outras hordas ferozes. É do dever do Governo fazer aldear, e catequizar esses Índios, que perseguidos pelos mais valentes e ferozes talvez procuram o nosso amparo, e não chegam à fala por não confiarem da nossa fé." – *Boletim* – Vol. 15 (Nova fase) – São Paulo, Arquivo do Estado/Secretaria da Educação, 1961 – pp. 19/21

[xix] João Francisco Tidei Lima – *A ocupação da terra e a destruição dos índios da região de Bauru* – São Paulo, FFLCH/USP, 1978 (Dissertação, Mestrado em História Social) e José Mauro Gagliardi – *O indígena e a República* – São Paulo, Hucitec/Edusp/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

CONQUISTA E FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS/ TERRITORIALIDADES NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS[1]

Prof.ª Fernanda Borges de Moraes[2] - PPG-USP/UFMG

Minas Gerais carrega em seu próprio nome aquelas que foram as razões primeiras do interesse e do maior controle da Coroa Portuguesa sobre seu território, que chegou a ser considerado "*a pedra mais preciosa da coroa de Sua Majestade*". Trata-se de um topônimo que se forjou já no processo inicial de colonização de seu território.

Já nas primeiras décadas do século XVIII, "*as minas*", nome que designava as áreas dos descobertos, tomava sentido de lugar pelo que se pode depreender de expressões de uso comum – "a*ssistente nas minas*", "*caminho para as minas*" – presentes em vários documentos coevos, sobretudo provisões e cartas de sesmarias, indicando não mais que pontos isolados num vasto sertão. O complemento "*gerais*" – que Waldemar de Almeida Barbosa[3] destaca a menção numa série de documentos datados dos primeiros anos do setecentos – teria o sentido não o de geral ou amplo, mas o de continuidade, considerando que as áreas mineradoras se localizavam ao longo da serra do Espinhaço[4], uma espinha dorsal que se estendia desde a região de São João del Rei até para além da região onde, mais tarde, seriam descobertos os diamantes. Na conjunção desses termos, de mesma e reduzida referência territorial, o topônimo "Minas Gerais" logo ganhou conotação oficial e desde então se manteve. Metonímia inadequada, diríamos, por expressar apenas uma pequena parte de um amplo território, mesmo não apresentando, ao final do período colonial, suas feições atuais completamente definidas.

Essa cisão entre as Minas urbanas e seu vasto sertão, no entanto, já se estava presente nos relatos[5], publicados em 1830, de Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu grande parte da América Portuguesa, entre 1816 e 1822. Esse naturalista francês dizia que várias províncias tinham o seu sertão, "*que é a sua parte mais deserta*", e que os de Minas equivaliam, aproximadamente, a metade do território da capitania, abarcando "*ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de*

Sabará e do Serro do Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco".

Cotejando essas descrições com as informações representadas na *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes (Anno de 1804)*, de autoria de Caetano Luís de Miranda[6], abrangendo todo território da capitania à época, observa-se que, mesmo considerando as distorções de escala desse mapa, bem como os anos que o separam das viagens de Saint-Hilaire, o *sertão* das Minas compreendia uma área expressivamente maior do que a que foi por ele suposto. Se, ao delinear os sertões de Minas, Saint-Hilaire confere maior importância à região mineradora – as Minas urbanas, dos gerais –, o que então teria garantido coesão a esse amplo território então conhecido como Capitania de Minas Gerais?

Diogo de Vasconcelos dizia que "*as Minas não tiveram infância*"[7], considerando que elas nasceram urbanas. Subtrair-lhe, no entanto, essa "infância" seria desconsiderar a presença das inúmeras fazendas e currais nos sertões do rio São Francisco, anterior, inclusive, ao *rush* desencadeado pelas notícias da descoberta de ouro, em fins do século XVII.

A partir de 1550, quando as primeiras cabeças de gado chegaram a Bahia vindas de Cabo Verde, a pecuária bovina se disseminou por toda a colônia, em especial, no nordeste e, mais tarde, no extremo sul. Ao longo das margens do rio São Francisco – que ficou conhecido como "rio dos currais", em razão de seus pastos, depósitos e barreiros de sal –, proliferaram inúmeras fazendas e currais. O *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo*, de datação aproximada de 1699-1702[8], já registrava a presença de incontáveis fazendas em território mineiro, nomeando inclusive várias delas, concentradas principalmente entre as desembocaduras dos rios Carinhanha e das Velhas. Nesse mapa, foram também representados o "Caminho novo do gado", o "Caminho de João Gonçalves do Prado" e o "Caminho de Garcia Roiz para as Minas", apontando, desde aquela época, a existência de grandes eixos de articulação regional o interior da colônia.

Ainda que resultando numa ocupação de baixa densidade e de caráter provisório inicialmente, pode-se atribuir a tal processo o rápido estabelecimento, com a descoberta do

ouro, de importantes conexões mercantis entre o Nordeste e a região dos descobertos, o que fortaleceu, garantiu a permanência e propiciou a expansão de atividades agropastoris na região, contribuindo para a conformação das fronteiras da capitania, ao Norte. Antonil, ao descrever o *Caminho da Bahia* (ou do São Francisco) chega a mencionar, inclusive, ser melhor do que os caminhos Velho e Novo, "*posto que mais comprido, he menos difficultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento, e mais acommodado para as cavalgaduras e paras as cargas*"[9], características que favoreceram a rápida penetração dos rebanhos, fazendo com que áreas ao Sul da capitania logo viessem a fazer concorrência aos sertões nordestinos no abastecimento das minas.

Assim, desde o início da colonização, já era evidente que a mineração era atividade que não se esgotava no cotidiano das lavras. Se o ouro e as pedras preciosas desencadearam o rápido povoamento das Minas Gerais, também estimularam o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da capitania, como também com outras capitanias e com a própria Metrópole, como demonstram os relatos de Antonil: "...*dizem, que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo, e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar. Cada anno vem nas frotas quantidade de Portuguezes, e de estrangeiros, para passarem ás minas".*[10]

Em menos de oitenta anos, o contingente populacional apresentado por Antonil deduplicou, chegando a 319.769 habitantes, em 1776[11], o que destacava a Capitania de Minas Gerais como a mais populosa da colônia. E, ao final do período colonial, estimava-se que a sua população chegava a mais de 500 mil almas[12], quiçá bem mais, mesmo com a atividade mineradora já em franco refluxo.

No mapa de 1804, depreende-se, a partir da análise dos elementos da hidrografia, da orografia e dos caminhos representados, o quanto se ampliou o conhecimento e desbravamento desses sertões. A presença de assentamentos humanos permanentes – ainda que, em sua maioria, restritos a fazendas, a pequenos arraiais e a algumas freguesias – revela com clareza os

principais vetores de expansão na capitania, sendo ainda indicativos da crescente diversidade de atividades econômicas que ali se desenvolveram e que não estavam, à época, tão intrinsecamente ligadas à mineração como se supunha.

Não há como negar a importância que tais vetores assumiram na conformação das fronteiras da capitania, considerando serem poucos os elementos da geografia tomadas como referências para a delimitação do território da capitania. Esse é caso dos rios Carinhanha e Verde Grande/ Verde Pequeno e da serra Geral, ao Norte, nas fronteiras com as capitanias de Pernambuco e da Bahia; Paraíba do Sul e Preto e da serra da Mantiqueira, ao Sudeste, nos limites com a Capitania do Rio de Janeiro; o rio Grande e as serras da Tabatinga, Cristais e Parida, ao Oeste, nas divisas com as capitanias de Pernambuco e Goiás. Nas regiões em que os elementos da geografia eram insuficientes para uma demarcação inequívoca foi, sobretudo, a presença de assentamentos humanos e a complexa rede de caminhos instalada que garantiu tais domínios, o que nos permite inferir, ainda que, com pouca precisão, os contornos das fronteiras da capitania.

Os assentamentos humanos ao longo dos rios Urucuia, Abaeté e seus respectivos afluentes; junto Paracatu e à Picada de Goiás foram fundamentais para garantir as fronteiras ao Oeste, com a Capitania de Goiás. Ao Nor-Nordeste, destacamos a ocupação junto aos rios Verde Pequeno e Pardo e, ao Sul, na Comarca do Rio das Mortes, ao longo da serra da Mantiqueira. A presença do gentio bravio constituiu uma barreira poderosa na expansão ao Leste, representados em vários mapas coevos, contribuindo para que as fronteiras com o Espírito Santo constituíssem um duradouro objeto de litígio, solucionado somente em meados do século XX.

Ao conferir pouca atenção às áreas de fronteira e as articulações macrorregionais em sua interação com outras escalas do território da colônia, as análises mais tradicionais na historiografia privilegiaram como recorte espacial a região onde se concentravam as atividades de mineração, conferindo pouca importância à ocupação dos sertões e, com isso, reduzindo a economia da capitania a essas atividades.

Tudo isso fez com que vários autores advogassem a tese de que, na primeira metade do século XVIII, nada se produzia nas Minas, que pudesse vir a comprometer os braços dedicados à atividade mineradora, com exceção de uma incipiente agricultura de subsistência, caracterizando tal momento como de opulência e negando toda uma diversidade produtiva que lhe foi concomitante e que ganhou contornos ainda mais expressivos nas décadas subseqüentes.

A implantação de uma organização administrativo-judiciária com diferentes funções e autonomias – a própria capitania, as comarcas e os termos – veio conferir forma e substância ao processo de ocupação do território mineiro, também contribuindo para o delineamento de suas fronteiras.

Inicialmente, as áreas mineradoras estavam subordinadas à jurisdição da Capitania do Rio Janeiro, cujo território abarcava enormes extensões do centro-sul da colônia, situação que perdurou até 1709, com o desmembramento e criação da Capitania de São Paulo e Minas. Figurando como um dos desdobramentos da Guerra dos Emboabas, esse novo recorte territorial marcou a tentativa de, ao mesmo tempo, instaurar a ordem, apaziguar os paulistas e reinóis e estabelecer um maior controle sobre a região das minas. Na seqüência, uma sucessão de insurreições – várias revoltas escravas ocorridas entre 1711 e 1719; os motins do Morro Vermelho (1715), de Pitangui (1717-1719); de Barra do Rio das Velhas (1718-1719); e o levante de 1720, também conhecido como Sedição de Vila Rica – acabaram por impor a necessidade de criação, em 1720, da Capitania de Minas Gerais, desmembrando seu território da de São Paulo e marcando mais ostensivamente a presença da Coroa, na figura do governador e de todo um complexo aparato administrativo, judiciário e militar necessário para impor ordem àqueles sertões.

O poder metropolitano estava ciente de que não só as áreas mineradoras, mas também os sertões constituíam espaços onde a ordem político-administrativa ainda era precária ou não havia sequer se instalado, figurando como lugar de revolta e motins; refúgio de quilombolas, de vagabundos, de bandidos e contrabandistas; domínio do gentio bravio; espaço à margem da lei e dos valores de uma vida civilizada; cenário da insubmissão e da resistência. Assim,

um outro tipo de recorte territorial – as comarcas[13], e, mais tarde, os julgados – evidenciava processos de descentralização espacial dessa ordem – no caso, do aparato judiciário – na medida em que a marcha do povoamento fixava populações sertão adentro.

As três primeiras comarcas em Minas – Rio das Velhas ou Sabará , Rio das Mortes e Vila Rica, cujos limites foram estabelecidos em 1714 – tinham suas sedes muito próximas entre si, já que os primeiros achados se concentravam nessa região. Porém, as duas outras comarcas criadas – Serro Frio (1720) e Paracatu (1815), tendo Vila do Príncipe e Paracatu como respectivas sedes – apontavam para um movimento de interiorização da justiça em áreas estratégicas, que demandavam um maior controle por constituírem populosos enclaves mineradores no sertão. Vale lembrar que Vila do Príncipe era um dos acessos para a Bahia – o caminho de João Gonçalves do Prado e suas variantes, entre as quais podemos considerar o Caminho para o Distrito Diamantino – e Paracatu para Goiás, caminhos que passavam por regiões onde era mais fácil contrabandear o ouro e os diamantes.

Outra forma "*para que as pessoas que assistem nas minas vivam* [vivessem] *reguladas, e na subordinação da justiça*" se deu por meio da ereção de vilas, instalação de suas câmaras[14] e demarcação de seus respectivos termos[15], abarcando arraiais, freguesias e fazendas em vastas porções territoriais, que passam a ser submetidos a aparatos regulatórios da vida cotidiana tanto urbana quanto rural.

Mas há que se considerar ainda que, à margem ou mesmo justapostos a esses recortes territoriais oficiais, coexistiam outros espaços nas diversificadas minas coloniais. De existência muitas vezes efêmera e com limites imprecisos, esses espaços, que denominamos "territorialidades", foram constituídos, fundamentalmente, a partir de relações econômico-sociais construídas à revelia das políticas oficiais, marcadas pela afirmação de identidade(s) de natureza local e, até, microrregional. Dentre elas, citamos os espaços ocupados pelos quilombos[16], a ocupação ocorrida ao longo de caminhos clandestinos como a que ocorria, por exemplo, junto serra da Mantiqueira, mesmo contra ordens expressas da Coroa, que só deixaram de vigorar a partir do governo de d. Rodrigo José de Menezes (1780-1783), quando permitiu a exploração desses sertões.

Acreditamos que a caracterização do fenômeno de urbanização na Capitania de Minas Gerais, ao contrário da tese de Diogo de Vasconcelos ou do recorte geográfico apontado por Sainr-Hilaire, não pode se pautar exclusivamente pela concentração de assentamentos humanos ou pela quantidade de cidades e vilas erigidas em seu território, pois apenas uma cidade e 15 vilas, por si só, não confeririam uma estrutura sólida à rede urbana de um território de grandes proporções e com maior concentração populacional da colônia, no período colonial.

O fenômeno da urbanização não está relacionado apenas ao crescimento demográfico e econômico de alguns pólos, mas implica em uma série de articulações expressas na organização dos espaços macro e microrregionais e nas relações de dependência, hierarquia, função e especialização de seus assentamentos humanos e que conformam um sistema integrado de maior amplitude que é a rede urbana.

Para entendimento desse fenômeno, impõe-se a necessidade de sua recontextualização ao mundo setecentista, sob a pena de cairmos em crasso anacronismo. Isso implica em identificar e caracterizar os seus elementos estruturadores, verificando tanto a validade da aplicação de parâmetros adotados na contemporaneidade – como número de habitantes, receitas, grau de especialização das atividades, etc. – quanto considerar os valores vigentes de uma sociedade estamental como era a setecentista, na qual paulatinamente a composição social, econômica e cultural da população, o prestígio e o poder econômico de suas elites e a aparência e qualidade dos elementos físicos de suas aglomerações urbanas passam a constituir importantes elementos de distinção e referência para as políticas de administração e controle do território.

A geografia do processo de povoamento revela-se na constituição de pólos regionais da rede urbana da capitania, integrada pelas vilas e a cidade de Mariana, mas também por núcleos urbanos que sequer foram alçados essa condição no período colonial, alguns dos quais figurando como verdadeiros enclaves urbanos num sertão ainda indômito. São os pontos, nós e entrelaces que, perpassando e imprimindo coesão à urdidura dos caminhos, vão articulando porções distantes do território, construindo a trama de sua rede urbana.

Notas

[1] Este trabalho integra as pesquisas desenvolvidas para a tese de doutorado "Na urdidura do tempo e do espaço: a trama colonial nas Minas Gerais", que conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais-FAPEMIG, através do projeto "Os caminhos esquecidos: desvendando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica".

[2] Arquiteta e Urbanista, professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas, mestre em Geografia e doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

[3] BARBOSA, Waldemar de Almeida.. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, 382p. Col. Reconquista do Brasil (2ª série), v.181. 1ª ed. 1971.

[4] Representada fragmentada nos mapas setecentistas, a serra do Espinhaço veio a receber esse nome pelo Barão Wilheim von Eschwege, representada em mapa de sua autoria, datado de 1821..

[5] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyages dans l'interieur du Brésil*, première partie: Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais. Paris: Grimbert et Dorez Librairies, 1830, tomo II).

[6] MIRANDA, Caetano Luís de. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes (Anno de 1804). In: COSTA, Antônio Gilberto et al. *Cartografia das Minas Gerais* - da Capitania à Província. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. (prancha em bolso).

[7] Frase de Diogo de Vasconcelos, citada em IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*: a época colonial. São Paulo: Difel, 1960, v. 2. p. 366.

[8] Essa datação é atribuída ao mapa original do padre Cocleo, do qual não se tem notícia. Porém, em se tratando de uma cópia, parece-nos que houve algum esforço de atualização ainda que parcial, considerando que Maragogipe nele figura como vila, o que veio a ocorrer somente em 1725. Por outro lado, Santo Antônio do Rio das Caravelas, erigida vila em 1701, sequer consta do mapa. Ver COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Lisboa; Kapa Editorial, 2004. p. 140-141.

[9] ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 85. (Terceira Parte - Cap. XIII – Roteiro do caminho da cidade da Bahia para as minas do Rio das Velhas).

[10] ANTONIL. *Op. cit.* p. 72. (Terceira Parte - Cap. V – Das pessoas que andão nas minas, e tirão o ouro dos ribeiros).

[11] Conforme consta do *Mapa dos habitantes atuais da Capitania de Minas Gerais e dos nascidos e falecidos no ano de 1776.* In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 182.

[12] Ainda que com um certo grau de imprecisão, Raimundo José da Cunha Matos (1826) registra a presença de 514.388 almas. In MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837).* Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EdUSP, v. 1, 1981. p. 216.

[13] Cada comarca tinha seu ouvidor, mas havia também os Ouvidores Gerais, a mais alta autoridade judiciária nas capitanias. Além da função judiciária de segunda instância, o ouvidor exercia também a de corregedor, auditor e fiscal da câmara, provedor de defuntos e ausentes, resíduos e capelas, juiz do tombo, juiz de sesmarias, provedor da fazenda Real e juiz da Coroa. Como o cargo de superintendente das minas passou a ser função anexa à Ouvidoria, os ouvidores eram também responsáveis por dirimir disputas nas lavras. Das sentenças do juiz ordinário, cabia apelação ao ouvidor da comarca, podendo ainda recorrer para a relação do Rio de Janeiro e desta para o desembargo do Paço, de Lisboa.

[14] As câmaras eram o lugar onde se reuniam os responsáveis pela administração municipal, ou seja, o Senado da Câmara, passando a designar igualmente o órgão em si. As câmaras tinham o direito de representação direta à Coroa e ao Desembargo do Paço, como expressão da vontade do Povo, gozando de imunidades e alta consideração, no nos termos do respectivo foral. Segundo as Ordenações do Reino, que organizava as câmaras no Brasil, desde o início da colonização, a esfera de atuação dos vereadores era bastante ampla, encarregados de todo o regimento das terras municipais, regulando a construção das casas, o arruamento, as pontes e os caminhos vicinais; do abastecimento; da ordem pública e da saúde dos moradores; da distribuição dos expostos ou enjeitados por amas, pagas pela câmara; da organização das festas religiosas mais importantes, etc. Para prover as câmaras dos recursos necessários às suas atribuições, elas tinham o poder de aplicar taxas sobre diversas atividades, bem como cobrar multas por transgressões aos editais e posturas. Ver SILVA, Maria Beatriz da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 26-28.

[15] Correspondendo ao município hoje, termo designa toda extensão de território sob a jurisdição de uma vila, incluindo as freguesias e os arraiais.

[16] Destacamos a presença marcante, ao longo de todos o período colonial, dos quilombos em Minas. Dos 160 identificados – entre os quais citamos Brumado (1716), Santa Bárbara (1721), Tejuco (1731), Baependi (1736), Catas Altas (1738), Ambrósio (1746), Demarcação Diamantina (1752), Ibituruna (1759), Pedra Menina (1786), Mariana (1772), Rio do Sono (1778), Rio Pomba (1786) e Itaverava (1795) –, a maioria foi, contudo, destruída. Ver GUIMARÃES, Carlos Magno. *Quilombos:* classes, política e cotidiano. Tese. Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, São Paulo, 1999.; ___. *Uma negação da ordem escravista*: quilombos em Minas Gerais no Século XVIII. Dissertação. 210p. Mestrado em Ciência Política – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, Belo Horizonte, 1983.

A IMPORTÂNCIA POLÍTICA E ECONÔMICA DAS FESTAS PROMOVIDAS PELO SENADO DA CÂMARA DE VILA RICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

FERNANDA FIORAVANTE - UFJF

As festas barrocas promoviam um espetáculo de luzes, cores e sons na cidade. As luminárias e fogos de artifício; os carros alegóricos e vestimentas ricamente adornadas; as músicas, as danças e os jogos encantavam o público. As casas enfeitadas e as ruas limpas esperavam a passagem da procissão ou da imagem do rei. As dificuldades cotidianas talvez fossem momentaneamente esquecidas para, então, vivenciar-se o universo criado pelas festas.

Contudo, esses eventos também possuíam o poder de introjetar valores, destacar as posições de mando e publicizar a imagem do rei. Nesse sentido, no presente artigo interessa-nos a função política assumida pelas festas barrocas enquanto legitimadoras do poder régio e local, possibilitando a melhor administração e atendimento dos interesses da metrópole bem como a afirmação dos poderes locais e a inserção de valores necessários à ordenação e domínio sobre a sociedade mineira.

A descoberta de ouro em fins do século XVII na região das Minas despertou a ganância de muitos, atraindo um grande número de aventureiros, tornando estes confins palco de violência, instabilidade e insegurança.[1] Todavia, o século seguinte foi marcado por um vigoroso processo de urbanização para o qual confluiria a implantação e atuação de dois importantes órgãos, quais sejam, as irmandades e as câmaras.

Nas Minas, as irmandades precederam aos poderes burocrático e militar, constituindo-se nas primeiras instituições das terras auríferas. Além disso, tiveram destacado papel na ordenação da sociedade na medida em que, ao prestar assistência aos vassalos, aliviavam as tensões provenientes do modo de vida precário de então, promovendo a coesão social, a disciplinarização e a hierarquização da sociedade por meio da incorporação de valores morais. Dessa forma, e para a coroa, as irmandades tiveram proeminente papel como auxiliar no processo de colonização ao tentar reproduzir, nas

possessões do além mar, os padrões da Metrópole.[2] Juntamente às irmandades, as câmaras tiveram grande relevância nos quadros da governabilidade do Império Português, uma vez que estas instituições, sustentáculos da sociedade colonial, garantiam a transplantação e adaptação das instituições metropolitanas no ultramar.[3]

A ordenação e a estruturação social e política do espaço mineiro contou ainda com um terceiro elemento: as suntuosas festas barrocas. Tais festas, constituindo-se em uma das atribuições das irmandades e das câmaras, deram impulso a um poderoso mecanismo de controle e definição do espaço social e político nas Gerais, especialmente tendo em conta que em um primeiro momento, de acordo com Laura de Mello e Souza, "as normas e as regras foram deixadas de lado".[4]

As festas, em função do papel tranqüilizante do rito processional, representavam um meio de melhor suportar as agruras cotidianas, fazendo com que as camadas subalternas encontrassem, nestes eventos, "uma válvula de escape".[5] No entanto, no presente artigo, interessa-nos o impacto que o espetáculo de fogos-de-artifício, carros alegóricos e as ornamentadas vestimentas promoveram na esfera do poder político: de um lado, as festividades cumpriam o papel de estabelecer o reconhecimento e a lealdade a El-Rei; de outro, ao definirem valores a serem seguidos, estratificavam a sociedade, estabelecendo espaços de prestígio e distinção, os quais levavam à consolidação dos instrumentos de mando dos poderes locais.

No contexto do Império Português, dada as precárias condições da manutenção do controle militar e burocrático nas possessões ultramarinas, [6] o domínio da coroa contaria em larga medida com uma série de símbolos e rituais, responsáveis pela transmissão de valores comuns ao Antigo Regime.[7] Assim, mediante a ocupação do espaço público, as festividades, sem fazer uso da coerção, constituíam-se em um sofisticado instrumento persuasivo.

De acordo com José Antonio Maravall, longe de ter vinculação restrita a um estilo artístico, o barroco deve ser entendido sob forma de um conceito de época, segundo o qual as articulações entre a política, a economia e a sociedade, com todas as suas implicações

ideológicas, dão origem a uma realidade única e irrepetível. Ademais, não obstante a importância da Igreja para a formação e desenvolvimento do barroco, as manifestações da cultura barroca, apresentavam-se fundamentalmente vinculadas aos interesses régios.[8]

Coincidindo com o período áureo das Minas, o reinado de D. João V foi marcado pela pompa e pela suntuosidade, tanto em decorrência da imitação e da disputa abertas em relação à França de Luiz XIV, [9] como pelas condições amplamente favoráveis propiciadas pelo ouro mineiro.[10] Assim, as festas, fossem elas civis ou religiosas, eram revestidas com admirável requinte. Ao apropriar-se em larga medida de signos religiosos como forma de afirmação e legitimação do poder, [11] o rei envolvia-se com uma "aura mística", posicionando-se entre o humano e o divino, crescendo em importância diante de seus vassalos.

Nesse sentido, o período joanino seria, então, identificado como ápice da solenização e da profusão de festividades. Fossem as festas relacionadas a comemorações relativas à família real ou religiosas, elas se constituíam em um eficiente mecanismo de publicização do poder régio português, seja em terras reinóis seja no ultramar.

A título de exemplo, há de se destacar as Entradas Solenes promovidas pela Casa Real no reino. Nessas solenidades, que algumas vezes contaram com a presença do rei, a imagem régia era apresentada como sendo sublime e magnificente. O sentimento de lealdade e de reconhecimento da autoridade do rei contava com o uso e repetição do aparato simbólico e alegórico, além de recorrer à recordação do evento por vários meios, como relações de festa ou poesias. Tais recursos, ao estabelecer ancestralidade e continuidade no proceder das festas, tornavam legítimos os valores difundidos e, como trataremos adiante, atendiam aos interesses das autoridades locais participantes do evento.[12]

Se no reino algumas solenidades contaram com a presença do Rei,[13] no ultramar a imagem régia seria representada por seu retrato, que, aliado a insígnias relacionadas à coroa, presentificaria seu poder frente aos súditos.[14] Assim, as festas, embuídas de sentido religioso e de júbilo do poder monárquico com seus símbolos, alegorias e demais instrumentos compunham o que Affonso Ávila denomina de "encantatório-perssuasivo". Tal

mecanismo, a serviço da "enunciação triunfalesca do poder",[15] estendia metaforicamente a presença régia no além mar,[16] contribuindo sobremaneira no processo de ordenação das Minas setessentistas. Nesse sentido, as Câmaras municipais, tendo como um de seus atributos a realização das festas, tinham papel fundamental na ampliação e afirmação do poder da coroa, confluindo para que fossem atendidos os interesses régios concernentes ao maior controle de seus domínios no reino e no ultramar.

Todavia, para que as câmaras atuassem segundo as determinações e interesses metropolitanos, era necessário que seus funcionários fossem reconhecidos enquanto autoridades locais.

De acordo com Norbert Elias, na sociedade de Antigo Regime, a forma como se era visto era imprescindível para a determinação de sua posição e distinção enquanto membro da elite. Para isso, a prática da etiqueta, ou seja, o conjunto de normas de conduta, tornava-se fundamental na promoção de prestígio e distinção em função do reconhecimento do indivíduo pelos demais. Dessa forma, cada indivíduo diferencia-se em relação aos demais, e todos se diferenciam conjuntamente em relação aos estranhos ao grupo.[17]

Tendo em vista o caso da colonização das Minas, dada, por um lado, a sua importância para a coroa em decorrência da descoberta de ouro e, por outro, o seu conturbado processo de povoamento - marcado pela instabilidade, pela violência e pelo abandono das regras, como foi dito anteriormente - , era fulcral o reconhecimento pela população de um centro de poder. Nesse sentido, as vestimentas, as moradias, as insígnias demarcavam o espaço social ocupado, conferindo *status* e prestígio ao indivíduo, os quais refletiam não só em seu reconhecimento e distinção, como também na amplitude de seu poder político.[18]

Desse modo, as festas destacaram-se como sendo um importante espaço de afirmação e legitimação do poder local. Lugar de expressão de fidalguia,[19] "nessas ocasiões, os camaristas exibiam-se em 'corpo de câmara', ou seja, devidamente hierarquizados, trajados e paramentados, ostentando as insígnias do conselho e o estandarte".[20] As festas, aliadas ao teatro, mostravam-se como um eficiente artifício de persuasão ao ressaltar o

brilho, a grandeza e o poder. Dessa forma, e conforme José Maravall, faz-se necessário destacar a caracterização da festa pública barroca como sendo uma “festa por contemplação”, a qual, organizada pelas autoridades, procurava ostentar o poder de forma que o povo permanecesse limitado à posição de espectador passivo.[21] Um exemplo disso era a atração por meio de fogos de artifício e outros recursos cênicos. Ao criar a ilusão de grandiosidade, produzia tal impacto sobre o público que, segundo Berenice Cavalcante, os incapacitava de ação.[22]

Desse modo, ocupando lugares de destaque na festa, seguindo um cerimonial que colocava a população a par dos modos de proceder do reino e da hierarquia de poder, ao apresentar um evento espetacular, os funcionários da câmara e as demais autoridades, tais como os militares e religiosos, eram reconhecidos enquanto autoridades a serviço do rei, possibilitando a eles a administração dos domínios da coroa segundo a vontade régia.

Numa sociedade de Antigo Regime, marcada por símbolos, rituais e valores voltados para a distinção e nobiliarquia, o respeito às regras do cerimonial e a ocupação das posições de destaque eram fundamentais para o reconhecimento de fidalguia e das autoridades, tanto religiosas quanto civis. Por outro lado, o desrespeito a essas regras resultava em queixas e desagrado.

Esse é o caso, por exemplo, de António Ramos dos Reis. Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e mestre de campo, ocupando, portanto, posição de destaque nas Minas setecentistas, António Ramos dos Reis argumentou que, sendo seu posto investido de honras e preeminências, agiu-se com impropriedade por se lhe negarem assento imediato ao vereador - que portava o estandarte - e diante do governador e da Câmara. Segundo António Ramos do Reis, seu lugar teria sido dado aos Tenentes Generais e Ajudantes de Tenente de Sala, que "gozaram de todas as honras, privilegios, liberdades, izenções, e franquezas".[23]

Por volta de 1748, em Mariana, o provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e os demais membros da mesma solicitaram ao rei para que o Juiz de Fora, e também presidente da Câmara, não impedisse que o provedor da Irmandade, ou qualquer

outro que viesse a substituí-lo, seguisse em procissão atrás do palio, posição esta que, de acordo com Beatriz Santos, conferia grande prestígio.[24]

Destaca-se por fim, o caso de Bernardo da Fonseca Lobo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão-mor em Vila do Príncipe. Bernardo foi provido por Francisco da Costa, capitão-mor de Sergipe del Rei, no distrito da cidade da Bahia, no assento sob o arco da igreja nas ocasiões de festa. Não obstante, em requerimento enviado ao rei, Bernardo revela preocupação em função da contenda surgida ente Francisco da Costa e o Ouvidor geral, também de Sergipe del Rei, Manoel Gomes Coelho, no que dizia respeito às regalias e preeminências do assento em tal ocasião. Assim, Bernardo da Fonseca Lobo solicita que, conforme a provisão dada por Francisco da Costa, o rei lhe fizesse mercê de declarar que ele poderia ter assento sob o arco da Igreja.[25]

Prescindindo de meios militares ou burocráticos, inviabilizando, portanto, a administração, especialmente no ultramar pelas vias coercitivas, faziam-se necessárias outras formas de dominação. Desse modo, as festas ganham relevo por sua capacidade persuasiva em meio o espetáculo apresentado à população.

Ao colocar em destaque a imagem do rei e as principais autoridades locais, somando a isso uma série de símbolos e ritos, as solenidades se tornavam espaço para a consolidação de valores e legitimação de poderes, confluindo para a melhor ordenação da sociedade - o que nos parece ter sido imprescindível no caso das Minas - e para a administração do Império.

---

[1] SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *As festas promovidas pelo Senado da Câmara em Vila Rica (1711-1744)*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Dissertação de mestrado), p. 30.

[2] Cf. BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder.* Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, passim.

[3] Cf. BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 286.

[4] MELLO E SOUZA, Laura de. Festas barrocas e a vida cotidiana em Minas Gerais. In: JANCSÓ, Istvan & KANTOR, Íris (Orgs.) *Festa*: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial: 2001.

[5] DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, passim. A autora atribui também outros significados à festa tais como espaço de afirmação de poder, circularidade cultural, disputas e rivalidades, dentre outros. Os vários significados das festas barrocas podem ser conferidos também no verbete "festa", por Ronald Raminelli em, VAINFAS, Ronaldo (Dir.) *Dicionário do Brasil colonial* (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 233-234.

[6] Cf. BOXER, C. R. *O Império Marítimo português*, op. cit., passim.

[7] FURTADO, Júnia Ferreira. Desfilar: a procissão barroca. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 17, nº 33, 1997. Pp. 251-279, p. 252.

[8] MARAVALL, José Antonio. *A cultura do barroco*. Análise de uma estrutura histórica. São Paulo: Edusp, 1997, p. 49.
[9] BOXER, Charles R. op. cit., p. 173.
[10] MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720) São Paulo: Hucitec, 2002, p. 323.
[11] MONTEIRO, R. B.Op. cit. p. 313-314. Para uma melhor compreensão acerca da relação entre as cerimônias públicas religiosas e as esferas de poder político confira PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII) e KANTOR, Íris, entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743-1748), ambos artigos se encontram em JANCSÓ, I. & KANTOR, I., op. cit. pp. 75-93 e pp. 169-180, respectivamente.
[12] CARDIM, Pedro. Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANCSÓ, I. & KANTOR, I., op cit. pp. 107-108. A publicização da imagem régia, valores difundidos, os procedimentos da festa e os méis de recordação do evento não se restringiam às entradas solenes, sendo recorrentes em todo o império português.
[13] Idem. Passim.
[14] Sobre a representação do rei no ultramar, cf. SANTOS, Beatriz Catão Cruz. O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII. Niterói: UFF, 2000 (Tese de Doutorado) e SANTIAGO, C. F. G. Op. cit. p. 38.
[15] ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*: uma linguagem a dos cortes, uma consciência a dos luces. São Paulo: Perspectiva, 1994. Ao tratar da "enunciação triunfalesca do poder, o autor refere-se tanto ao poder laico como o da Igreja. Embora não tenha integrado o foco de nossas preocupações, não devemos esquecer a relevância da Igreja no processo de colonização no sentido de difundir valores e de disciplinarizar a sociedade. Além disso, há de se destacar o uso que os religiosos fizeram da festa com o fim de adquirirem distinção e prestígio. Cf. também BOSCHI, C. C. Op. cit. Passim. e KANTOR, I. Op. cit.
[16] SANTIAGO, C. F. G. Op. cit. p. 34.
[17] ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Passim.
[18] SANTIAGO, C. F. G., op. cit., passim.
[19] ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997,passim.
[20] SANTIAGO, C. F. G.; op. cit., p. 12.
[21] MARAVALL, J. A., op. cit.
[22] CAVALCANTE, Berenice. A face barroca do século XVIII: etiqueta, estética e poder. In: CAVALCANTE, B; KAMITA, João Massao; JASMIN, Marcelo & PATUZZI, Silvia. *Modernas tradições*: percursos da cultura ocidental, séculos XV-XVII. Rio de Janeiro: Access, 2002, p. 304.
[23] AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 41, doc. 10. REQUERIMENTO de António Ramos dos Reis, capitão-mor das Ordenanças de Vila Rica, solicitando que D. João V mande declarar quais honras e o lugar que lhe corresponde em actos públicos e particulares, por o seu cargo não haver sido respeitado na festa realizada para celebrar o nascimento da Infanta. 27 de jul. de 1741.
[24] Idem, cx. 52, doc. 27.REQUERIMENTO do provedor e mais irmãos da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé de Mariana, solicitando a D. João V ordene ao presidente da Câmara não impeça que a dita Irmandade leve o seu provedor atras do palio aquando das procissões. 9 de jul. de A748.
[25] Idem, cx. 56, doc. 63. REQUERIMENTO DE Bernardo da Fonseca Lobo, capitão-mor da Vila do Príncipe, solicitando a D. João V a mercê de passar provisão declarando que nas festas e funções públicas podia ter assento abaixo do arco da Igreja. 30 de jan. de A750.

A ALMA DA RUA: O ESPAÇO URBANO CARIOCA NA CRÔNICA DE JOÃO DO RIO

Fernanda Magalhães, jornalista;
mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio;
professora do curso de Comunicação
Social da FAGOC - Ubá (MG).

"Eu amo a rua". É com essa declaração de amor que João do Rio começa a crônica "A rua", publicada na *Gazeta de Notícias* no dia 29 de outubro de 1905. E, de fato, João do Rio amou a rua e fez dela um dos principais personagens de seus textos. Foi ele que, no início do século XX, transformou o jornalismo brasileiro, buscando nas ruas a matéria viva de suas crônicas.

Séries de crônicas-reportagens como *As religiões do Rio*, apresentam, de forma pioneira no Brasil, características primárias do jornalismo moderno: caráter eminentemente informativo, observação direta dos fatos, captação de dados através de informantes. No início do século os jornais ainda estavam repletos de folhetins e artigos de fundo, gêneros mais focados na imaginação, na subjetividade e na opinião do que propriamente no relato de fatos. Numa época em que ser jornalista era mais uma questão de habilidade verbal, João do Rio sai da redação para buscar na rua a matéria de seus textos:

> João do Rio representa o tipo exemplar do repórter, coisa que até ele ter surgido na nossa imprensa, não existia. (...) Como jornalista, como escritor, Paulo Barreto nasceu, surgiu, viveu - da rua. Por isso toda sua obra parecia apressada, passageira, caleidoscópica, cinematográfica, isto é, jornalística.[1]

Andando pelas ruas, dando conta de tudo à sua volta, o observador na pele de escritor/jornalista, monta um panorama da vida da cidade.

Ele buscava apreender cada detalhe do espaço urbano. Foi assim com *As Religiões do Rio*, reportagens que trouxeram à tona as crenças que conviviam com o catolicismo oficial, com *A alma encantadora das ruas*, onde revelou as pequenas profissões e os mistérios que sobreviviam na cidade e com muitas outras séries de crônicas. Nas palavras de João do Rio:

> Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo

> incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flâneur e praticar o mais interessante dos esportes - a arte de flanar.[2]

O cronista, como o detetive, é leitor do texto da cidade e descobridor de seus signos, principalmente aqueles ocultados pelo desejo de só ostentar o que é conforme o espírito do tempo. Mas enquanto o detetive vasculha o labirinto da cidade em busca de um culpado, o cronista mete-se na multidão para descobrir temas e tipos.

> Ambos se debruçam sobre os mistérios da cidade a fim de dar-lhe/captar-lhe um sentido. O que os diferencia é o que cada um faz com o saber que acumula sobre a cidade. O cronista transforma esse saber numa reflexão sobre o ser e estar na cidade; (...).[3]

João do Rio é ao mesmo tempo o repórter que utiliza uma narrativa pretensamente objetiva e neutra e o cronista que abre espaço para o comentário subjetivo, para o tom de confidência e, sobretudo, para o papel de leitor e intérprete daquilo que, aparentemente, não é senão o acontecimento corriqueiro e cotidiano. Utilizando os critérios de observação direta dos fatos e contato com informantes, buscando referendar tanto os relatos quanto os comentários aos critérios de veracidade e atualidade, o cronista busca além de entreter e informar orientar seus leitores em relação ao cotidiano da cidade.

> Sabe que este espaço público representa a celebração da vitalidade urbana com sua diversidade e plenitude, símbolo fundamental da vida moderna. Escrevendo um gênero novo na imprensa brasileira, a crônica-reportagem, observará e encaminhará análises do meio do momento em que viveu, tendo consciência do efêmero citadino, (...).[4]

O período que alguns autores denominam *belle époque* carioca faz da virada do século XIX para o XX um período de grandes transformações na capital federal. A atmosfera da regeneração era o correspondente brasileiro de um surto amplo de entusiasmo capitalista. O Brasil finalmente entraria para o concerto das nações modernas.

Um dos símbolos deste momento é a luz elétrica que, recebida com desconfiança, foi logo transformada em ícone moderno diante das potencialidades

extraordinárias que comportavam os novos recursos por ela possibilitados e a profundidade com que poderiam alterar as feições e rotinas cotidianas.

No setor dos transportes, à expansão das ferrovias e à chegada dos bondes elétricos, vêm juntar-se o automóvel que, recebido no primeiro momento como um modismo barulhento e perigoso, logo passa a fazer parte do cotidiano da capital federal. Quanto aos meios de comunicação e de reprodução técnica, a fotografia, o cinematógrafo e o fonógrafo suscitavam muito interesse. O telégrafo, a máquina de escrever, o raio X, são algumas entre as muitas novidades da época.

As inovações invadiam o dia-a-dia das pessoas - especialmente daquelas que tinham uma situação social que permitia delas usufruir - em um ritmo acelerado, principalmente no contexto de um outro fenômeno, o aparecimento das grandes metrópoles modernas. O Rio de Janeiro do início do século XX, apesar de estar longe de ser ainda uma metrópole moderna, era uma cidade que crescia rapidamente enquanto buscava modernizar-se. O adensamento populacional transformava a experiência dos habitantes da grande cidade. Os indivíduos começavam a conviver com a realidade através da mediação da técnica, o que colaborava para a elaboração de uma nova concepção do mundo.

A relação com o espaço público se transforma. Os novos meios de transporte, a iluminação tornam as ruas mais acessíveis e acolhedoras. A vida social invade o espaço público que também se apresenta como palco de novos personagens sociais, da gestação de uma nova sensibilidade, de novos hábitos e costumes. As ruas, os cafés tornam-se símbolos do viver moderno, enquanto a casa passa a ser o refúgio privado dos indivíduos.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, João do Rio deixa claro que sua intenção como literato é registrar a contingência dos hábitos contemporâneos e dos costumes que vão se perdendo no turbilhão de novidades que caracterizam aquele momento.

> A aspiração dos artistas novos seria a de fixar através da própria personalidade o grande momento de transformação social de sua pátria na maravilha da vida contemporânea; a de refletir a vertiginosa ânsia de progresso; a de gravar o instante em que os velhos sonhos afundam, com todas as superstições, inclusive a da moral, na eclosão de uma vida frenética e admirável.[5]

A constante e rápida superposição do novo sobre o velho é uma das características fundamentais do moderno, que assume a ruptura como valor. "Olhai o mapa das cidades modernas. De século em século a transformação é quase radical. As ruas são perecíveis como os homens."[6] Nesse cenário, a crônica, leve e de fácil entendimento, pautada pelo cotidiano da cidade, torna-se uma agência mediadora entre o leitor e o espaço urbano em mutação.

Na obra de João do Rio há uma galeria de personagens, cenários e situações identificadas como novidades de seu tempo.

> Apareceu hoje na avenida o primeiro homem do anúncio-luminoso. Essa aparição deve ser saudada, não com o pasmo dos primeiros homens na lua mas com o respeito e a admiração que se deve ter pelo primeiro homem em qualquer profissão.[7]

Palavras como 'primeiro', 'aparição' e 'pasmo' apontam e reforçam o caráter de novidade do homem do anúncio-luminoso, segundo ele, uma evolução do homem-tabuleta. Outras profissões criadas a partir das novas necessidades que surgiam também foram tematizadas em suas crônicas.

> O desenvolvimento de um luxo e de um conforto observa-se pelo seu efeito social, ora o efeito do automóvel sobre nós foi simplesmente fulminante, criou de um momento para outro uma profissão, emprego para uma porção de gente: o motorista.[8]

Tanto o homem do anúncio-luminoso quanto o motorista são personagens típicos da vida na cidade grande. Ambos aparecem como decorrência das transformações do tempo, sejam elas as generalizações das relações capitalistas e conseqüentemente as novas formas de apelo ao consumo ou a inserção de um novo artefato técnico.

Mas, ao lado do endosso à modernização há uma espécie de memorialismo. Não se trata de nostalgia, mas de perceber a capital, o próprio tempo em que vive, já como quase relíquias. Daí o ansioso registro de hábitos, modas, teatros, meios de

transporte, como se tudo estivesse prestes a desaparecer, mesmo o que naquele momento figurasse como 'último tipo'.

Num momento em que o velho e o novo convivem, o cronista demonstra seu fascínio pelo progresso e um certo saudosismo diante do que realmente parecia fadado ao desaparecimento. Ao mesmo tempo que registrava novidades, lamentava o desaparecimento de tradições que iam sendo substituídas por novos costumes.

> Hoje nem mais as crianças pensam em balões senão dirigíveis. O doce mês de junho antigo com o seu rosário de folguedos simples, acabou, morreu. Há agora outro, um junho bonito, de sobretudo de peles, neurastênico, febril, com surmenagem de pândegas e snobismo.[9]

Nesta crônica sobre as festas juninas João do Rio lamenta o abandono das tradições populares em prol de hábitos e costumes *snobs* , tidos como mais adequados à nova realidade da sociedade carioca. As pessoas ocupadas com jantares e festas elegantes já não se interessavam pelos velhos costumes, lembrados com saudade apenas pelos mais velhos.

As festas e tradições populares apareciam na contramão do desejo das elites cariocas de enquadrar a população da cidade nos modelos de comportamento europeus, o que implicava, entre outras coisas, desafricanizar costumes e inibir manifestações populares. Mas, mesmo afastadas do centro da cidade, as festas populares resistiam nos bairros mais afastados.

As reformas urbanas do Rio de Janeiro foram intensificadas a partir de 1903 com a posse do prefeito Pereira Passos. Desde a Proclamação da República havia uma tentativa por parte dos governantes de expurgar os vestígios do passado colonial e incluir o Brasil entre as nações tidas como civilizadas e progressistas do Hemisfério Norte.

Mas a reforma limitou-se a modificar de maneira superficial a fisionomia da cidade e esse projeto de fazer do Rio de Janeiro uma capital moderna acaba por aprofundar ainda mais o caráter de segregação dentro da cidade. Em 1905, a inauguração da Avenida Central - eixo principal de todo um elenco de

melhoramentos urbanísticos - representou um processo de expropriação ou segregação de determinadas frações sociais de uma área privilegiada, central, do espaço urbano em proveito de outras frações sociais.

> O cenário moderno mal disfarçava o mesmo enredo e os antigos personagens. A cidade 'moderna' era ainda a cidade 'colonial', a despeito das novas formas, fossem essas formas arquitetônicas ou formas de governo.[10]

À cidade ideal, sonhada pelo grupo intelectual dirigente, se opõe a cidade real, na qual grande parte da população continua excluída do mercado de trabalho e do modelo europeu de civilidade adotado pelas elites da época. É essa cidade noturna que se pretendia ocultar, transportando-a das áreas consideradas nobres para os subúrbios e favelas.

O confronto entre essas duas cidades aparece na produção cultural da época e os literatos discutem com freqüência o processo de modernização e suas implicações. Um exemplo de divergência de posição entre os escritores se dá nas distintas representações que fazem quando se referem à Exposição Nacional, realizada em 1908. Francisco Foot Hardman afirma que enquanto Olavo Bilac louvava os ritos da nacionalidade nas páginas do *Jornal da Exposição*, Avelino Fóscolo criticava os gastos extravagantes e denunciava a miséria dos trabalhadores que construíram as luxuosas instalações da exposição. Já João do Rio:

> Sem perder de vista a força inegável do espetáculo, ali penetra, dele resgatando fragmentos da própria sensação do encanto, não se sabendo ao certo de que lado fala sua voz meio desencontrada, se de dentro das miragens ou fora delas.[11]

Uma das crônicas de João do Rio sobre a exposição é emblemática nesse sentido. Num primeiro momento ele descreve o pavilhão da exposição, onde a eletricidade é um dos grandes personagens:

> Há renques de lâmpadas amarelas, de lâmpadas verdes, de lâmpadas vermelhas, paredes forradas dessa tricromia gritante. (...) E no céu, escuro e sem estrelas, de minuto a minuto, para além do clarão que a Cidade Maravilha espelha nas nuvens, espoucam rumores de luz, (...) - É o Rio civilizado...

Em seguida, o cronista sai com um amigo para um passeio de automóvel que os leva a uma outra cidade:

> Estamos no fim e da noite e vamos à procura do automóvel, que nos leva na continuação da maravilha pela Avenida Beira Mar. (...) E de repente a maravilha cessa. - Eis a cidade de há vinte anos! E resiste ainda![12]

Transitando com desenvoltura entre os dois extremos, João do Rio revela as contradições de uma cidade onde convivem o moderno e o antigo, o esplendor e a miséria, o luxo e a pobreza. A cidade fragmenta-se e dissolve-se e sua unidade reaparece nas crônicas que dão voz aos aspectos descartados pela fúria modernizante.

As crônicas de João do Rio, combinando o registro das tradições com a velocidade do novo tempo, o registro da vida e dos hábitos europeizados da elite com a miséria em que permanecia boa parte da população carioca, tipificam a própria indefinição de uma época de passagem. Em seus textos podemos perceber o aspecto paradoxal e as contradições de um tempo de profundas transformações sociais, culturais, técnicas e urbanísticas.

---

[1] ALMEIDA, Afonso Lopes de. "João do Rio". IN: **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 11 de agosto de 1941.
[2] RIO, João do. "A rua". IN:___. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 50
[3] PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 332
[4] GOMES, Renato Cordeiro. **João do Rio: vielas do vício, ruas da graça**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 64-65
[5] RIO, João do. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: 13 de agosto de 1910. p. 2-3
[6] RIO, João do. "A rua". IN:___. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83

[7] RIO, João do [Joe]. "Cinematographo". IN: **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 1908. p. 1
[8] RIO, João do [Joe]. "Cinematographo". IN: **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1907. p. 1
[9] RIO, João do [Joe]. "Cinematographo". IN: **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: 21 de junho de 1908. p. 2
[10] NEVES, Margarida de Souza. "Brasil, acertai vossos ponteiros". IN: **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1991. p. 61
[11] HARDMAN, Francisco Foot. "Engenheiros, anarquistas, literatos: sinais da modernidade no Brasil". IN: CARVALHO, José Murilo (et al). **Sobre o pré-modernismo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. p. 27
[12] RIO, João do [Joe]. "Cinematographo". IN: **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1908. p. 1

RELAÇÕES ENTRE MÉTODO INTUITIVO E ESCOLA NOVA EM MINAS GERAIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS

Fernanda Mendes Resende[1]

Rita de Cássia de Souza[2]

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre a divulgação e apropriação do método de ensino-aprendizagem denominado Método Intuitivo e sua relação com o movimento escolanovista, no Estado de Minas Gerais, com ênfase na última década do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. O período estudado representou, no Brasil, uma época de grande efervescência política sendo a educação entendida como uma das principais vias de divulgação das propostas republicanas, o que significou, neste campo, investimentos, tanto políticos quanto financeiros, por parte do governo.

Ao longo do século XIX, observa-se a presença de importantes discussões educacionais e pedagógicas na busca de uma forma de ensino que racionalizasse o tempo escolar, disciplinasse corpos e espaços escolares, facilitasse e organizasse a aprendizagem dos alunos. Este período assistiu a mudanças significativas nestes aspectos: poucas escolas elementares isoladas na Província nos primeiros anos do Império, crianças apinhadas em salas de aulas ocupadas nas casas dos professores, parcos recursos pedagógicos. Ao final do século XIX compreendia-se a instrução organizada em Grupos Escolares, estando as crianças separadas por grau de adiantamento e nova metodização do ensino, mesmo que tal estrutura não estivesse ainda generalizada para toda a população escolar.

O Método Intuitivo, a partir do decênio de 1870, foi uma das formas encontradas para que esta racionalização se tornasse possível através da valorização do ensino pelo domínio das coisas: a educação dos sentidos pela observação direta dos objetos e das coisas da natureza, o que possibilitou uma nova relação com o conhecimento.

Para organizar a instrução em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX seria necessário, segundo os dirigentes mineiros, romper com uma estrutura ineficaz, baseada em um método de ensino considerado ultrapassado e dispendioso, o método individual, caracteristicamente doméstico. A instrução pública assim organizada era considerada ineficiente, uma vez que os alunos permaneciam na escola durante muitos anos sem, no entanto, aprender o que era considerado necessário: ler, escrever e contar. As discussões sobre questões metodológicas foram o fio condutor dos debates nesse momento. Seria preciso, segundo os dirigentes mineiros, que se investisse em um método de ensino eficaz e econômico e que, concomitantemente, proporcionasse um melhor aproveitamento do tempo.

A partir desse momento, várias tentativas de organização do ensino foram feitas: muito se investiu na divulgação dos métodos Mútuo e Simultâneo, na busca de uma maior racionalização do ensino. Com eles, organizou-se, em termos estruturais, a escola, a sala de aula, para, depois disso, ser possível começar a refletir sobre a questão da aprendizagem infantil.

A partir do final do século XIX, surgiram discussões em torno da difusão e divulgação do Método Intuitivo de ensino, um dos resultados dos investimentos políticos feitos na instrução. A idéia básica do método, tornar a criança o centro de sua própria aprendizagem, levando até ela os objetos da natureza para serem observadas, estava em consonância com as idéias difundidas pelo novo tipo de governo que regeria a nação a partir daquele momento, a República. A educação foi percebida como difusora dos ideais republicanos, na necessidade de formação de um novo cidadão, agente da nação, diferente do cidadão pacato do Império.

As concepções do Método Intuitivo foram difundidas através do manual *Lições de Coisas* que teve vários autores, sendo o mais utilizado o manual do americano Norman Allisson Calkins, traduzido para o português por Rui Barbosa[3]. A existência de um manual acabou configurando as lições de coisas como disciplina à parte nos programas escolares, e

não como método que permeasse todo o ensino, fato que para alguns pensadores da educação, empobreceu a concepção do método intuitivo.

A instrução apoiada na educação dos sentidos, na intuição e na observação das "coisas" ajudou a refletir e repensar o ensino, antes doloroso e desprazeroso. Com o advento de novos métodos e técnicas, a progressiva organização escolar, as discussões em torno de um método de ensino-aprendizagem começaram a se tornar relevantes entre os pensadores da educação no sentido de buscar o prazer e a descoberta na aprendizagem e aquisição de novos conhecimentos. Dessa maneira, a observação direta de fatos e coisas da natureza, através da educação do olhar, do tato e dos outros sentidos, permitiria essa relação prazerosa com o conhecimento.

Neste sentido, a educação e a instrução das crianças, futuro da nova nação, foi incumbência de todos os tipos de profissionais, e não necessariamente apenas aos ligados diretamente à Pedagogia, na direção imposta pela ciência e pela razão em detrimento às questões da fé. Junto às reformas políticas republicanas, surgiu a necessidade da revisão de um tipo de ensino ligado à idéia de religião, de memorização e decoração de trechos e autores, e a imposição do ensino leigo, ligado à idéia de razão e ciência, empirismo e observação.

Do ponto de vista da modernidade pedagógica, os significados das inovações estiveram relacionados à produção de novos sujeitos e novos conhecimentos, à dinâmica de uma sociedade que demandava novas relações com o conhecimento e que deixaram de ser meramente contemplativas, porém, relacionadas à formação de sujeitos ativos, co-responsáveis pela sua educação.

Neste sentido, na maior parte das vezes encontra-se na historiografia brasileira a referência aos avanços do movimento escolanovista, sem se considerarem os esforços anteriores nos anos iniciais da República. Praticamente não há menção aos avanços ou nas tentativas e esforços por melhorias na educação mineira no período que antecede a Escola Nova.

O que observamos, comparando as fontes documentais às quais tivemos acesso, é que a aplicação do ensino intuitivo tornava-se difícil pela falta de materiais que facilitassem tal ensino, além da falta de preparo dos(as) professores(as) para isso. Entretanto, é importante destacar que desde fins do século XIX já se discutia uma nova forma de relação com o conhecimento, e os princípios da Escola Nova. Este movimento foi considerado marco inaugural da educação no Brasil e reafirmava alguns dos princípios do método intuitivo sem, entretanto, quase nunca citá-lo. Veiga (2000)[4] mostra que os precursores escolanovistas apontavam para a *inauguração de uma nova era* com este movimento no Brasil que, porém, desqualificava todas as conquistas da educação nas quase quatro décadas republicanas anteriores.

Portanto, antes dos autores da Escola Nova anunciarem suas preocupações com um novo método ou uma nova relação com o conhecimento e a aprendizagem, já se faziam presentes esforços para isso na educação brasileira, através da divulgação do método intuitivo e suas concepções, da utilização das lições de coisas, mesmo como disciplina escolar, da criação dos museus pedagógicos e dos Grupos Escolares, para citar apenas alguns exemplos.

Duas reformas escolares em Minas Gerais estavam sintonizadas com o movimento escolanovista que vinha ocorrendo desde os fins do século XIX na Europa tendo também repercussões nos Estados Unidos. As reformas realizadas em 1925 no governo Mello Vianna tendo Sandoval de Azevedo como Secretário do Interior e 1927 com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Francisco Luís da Silva Campos distavam entre si muito mais pelos esforços e investimentos feitos na segunda, do que em suas concepções. Foi a segunda reforma, no entanto, que obteve maior repercussão, já que o governo mineiro não poupou esforços em implantar mudanças no ensino público primário, utilizando-se de vários expedientes para tal, como a criação de uma Escola de Aperfeiçoamento de Professores, reformulações na *Revista do Ensino*, contratação de educadores europeus para o ensino das professoras e realização de inúmeros cursos que pretendiam modernizar as práticas educativas no Estado.

A Escola Nova em Minas Gerais possuía características bem específicas e é preciso reforçar essa necessidade de não se tomar por homogêneas práticas e concepções educativas que, embora baseadas num mesmo movimento, tinham bastantes divergências entre si. O próprio movimento escolanovista não pode ser concebido como homogêneo em seus princípios. A necessidade de atentar para essas especificidades é comentada por Clarice Nunes:

> *O enfoque dos modelos dominantes de escolarização (Escola Tradicional x Escola Nova) é empobrecedor da realidade pedagógica. Seria oportuna, portanto, sua substituição nas pesquisas de história da educação pelo enfoque das múltiplas e diferenciadas práticas de apropriação desses modelos nas quais a ênfase da problematização recaia sobre os diversos usos que os agentes fazem da instituição escolar, sobre a apropriação de práticas não escolares no espaço escolar e os múltiplos usos não escolares dos saberes pedagógicos. (Nunes, 1996, p.221)*[5]

Entretanto, se há algo em comum entre a Escola Nova mineira, especialmente com a Reforma de 1927, e as outras reformas que aconteceram na década de vinte em alguns estados brasileiros era a tentativa de rompimento com um passado, cujas práticas educacionais eram retratadas como retrógradas, ineficazes e vexatórias. Em vários artigos da *Revista do Ensino* opunha-se Escola Tradicional *versus* Escola Nova como sendo radicalmente diferentes entre si. Vários desses artigos utilizavam a expressão “Escola Antiga ou Tradicional” para designar o que de pior havia na educação: professores mal preparados, práticas incoerentes e inadequadas à idade e compreensão dos alunos, uso de castigos físicos, atividades sem sentido e utilidade para os alunos, alunos desinteressados, imóveis, calados, sem oportunidade de se expressar e cujo aprendizado era tido como insuficiente. Por este motivo, identificar-se com práticas “antigas” constituía-se num risco de ser imediatamente associado a uma série de características bastante negativas das quais todos, em sã consciência, pretendiam se afastar.

Por outro lado, alguns grupos em Minas Gerais, por ser um Estado de cunho tradicional, de valores conservadores e de forte influência católica, temiam essas modernidades que poderiam colocar em risco valores importantes como a família, a hierarquia, o dever de obediência aos mais velhos. A liberdade preconizada pela Educação

Nova parecia ameaçadora aos olhares mais conservadores no Estado. Nem sempre as novidades eram destituídas de perigos, sendo necessário, por este motivo, destituí-las de características ameaçadoras à sociedade mineira.

A Psicologia, a influência pragmatista americana, a vinda de professoras, algumas moças solteiras, outras que deixavam filhos e marido para estudar na Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte, a temida laicização do ensino público, bem como a ingerência do Estado na formação feminina – cuja importância a Igreja Católica não ocultava - eram alguns dos fatores que assombravam alguns mineiros e mineiras que temiam a Educação Nova.

Eram os católicos os que mais discutiam a importância de se valorizar as tradições e a educação tradicional, recomendando que a adesão às práticas educativas modernas não renunciasse às tradições, que tinham também o seu valor. Uma das discussões mais caras aos católicos era a co-educação. Nesse sentido, rejeitar esta novidade e permanecer utilizando as classes separadas por sexo era, entre os católicos, um reconhecimento do bom-senso dos educadores antigos que percebiam a clara diferença entre a educação que deveria ser dada às meninas e aos meninos.

Por outro lado, em nenhuma fonte consultada foram encontradas oposições ao "novo" em si, pelo contrário, todos eram unânimes em afirmar a necessidade e a importância de uma renovação educacional. O que se pretendia, especialmente entre os católicos, era destituir o novo dos seus perigos para a manutenção da ordem e da moral. Uma vez garantidos os valores religiosos católicos na base da educação pública mineira, as novidades eram bem-vindas e propagadas até mesmo por seus antigos opositores.

Se a adesão ao novo era um princípio caro aos reformadores, tem-se como corolário a esquiva em se valorizar as práticas tradicionais. Embora a Escola Nova deva muito aos seus antepassados, não é esse o discurso que a sustentava.

Talvez por toda a crítica ao ensino tradicional, o método intuitivo aparece na Reforma de 1927, mas sem receber esta denominação. A Reforma implantava a disciplina "Noções de coisas" em todos os anos do curso primário e Francisco Campos lhe dedica 74 páginas

das 268 do Programa do ensino primário. Campos afirmava que as "Noções de Coisas" eram uma adaptação do método Decroly e ele assim justificava a sua introdução no ensino primário:

> *Pareceu-nos útil introduzir nos programmas dos grupos escolares, ainda que a título de ensaio, a applicação do methodo Decroly ao ensino primário. Até então tem constituído uma séria difficuldade, ainda não satisfactoriamente removida, a organização de um programma de "noções de coisas" e o ensino destas noções de maneira a não constituírem uma congerie de factos sem ligações recíprocas e, particularmente, sem relação com a personalidade e os interesses da creança. (Programa do Ensino Primário, 1927, p. 1135)*[6]

As Noções de Coisas eram, portanto, detalhadamente apresentadas e tinham por objetivo tornar a criança ativa no processo de aprendizagem. Tal aprendizagem deveria-se fazer a partir de três operações básicas: a observação, a associação de idéias e a expressão. A observação seria o momento de se apresentar à criança um fato ou objeto, despertando-lhe a curiosidade. O segundo momento, associação de idéias, seria o de generalização, em que a criança deveria associar todos os fatos ou objetos conhecidos ao que lhe foi anteriormente apresentado. No terceiro momento, a expressão, o desenho da criança acerca do que lhe foi apresentado auxiliaria a fixar a lição e ainda revelaria as dificuldades de aprendizagem sobre o objeto, as quais o professor deveria, então, sanar.

O programa de ensino definia como as lições básicas para o 1º ano: a escola, a alimentação, o vestuário, a rua e a casa. Estas lições deveriam estar centradas no "dia da criança", ou seja, na sua atividade cotidiana e se desdobrariam em outras dentro da mesma categoria. Para o segundo ano eram as seguintes as lições principais, centradas por sua vez, no tema "A luta contra as intempéries": criança, animais, plantas, seres inanimados e astros. No terceiro ano, o tema em torno do qual as lições se apresentavam era a "Defesa contra os inimigos e os perigos" que se dividiam nas lições: criança, animais, plantas, seres inanimados e o sol. No último ano do curso primário era o "trabalho solidário" que demarcaria as lições: criança, animais, vegetais, inanimados, sociedade e trabalho. Este esquema minucioso não parecia ainda ser suficiente. O Programa trazia, em detalhes, sugestões para o preparo de lições de coisas para todas essas lições básicas. As

recomendações eram as mais variadas, começando sempre pela apresentação de um objeto às crianças ou um desenho que desencadeava os trabalhos posteriores. As formas de expressão não se limitavam ao desenho, mas eram feitas também através de cartonagens, modelagens ou trabalhos manuais espontâneos sugeridos para o quarto ano.

As referências ao Método parecem desaparecer nessas primeiras décadas do século XX. Não que tivessem sido substituídas ou que perdessem a importância nas novas reformas. Pelo contrário, o que nos parece é que, diante da necessidade de métodos e propostas novas, o método intuitivo foi sendo apropriado pelo escolanovismo, que renegava as suas origens. É curioso que as Reformas da década de vinte, que pretendiam tornar o ensino ativo e colocar o aluno no centro do processo de ensino aprendizagem em todas as disciplinas do Programa escolar, repetisse o mesmo que havia ocorrido no final do século XIX. O encarceramento do Método Intuitivo numa disciplina escolar contrariava o princípio de uma educação pelos sentidos para todos os conhecimentos escolares. Esta adaptação do Método em uma disciplina mostrava uma apropriação distorcida do objetivo inicial do método.

Estas interpretações, portanto, fizeram com que o Método Intuitivo em Minas Gerais deixasse de ser compreendido como um método universal de ensino para se limitar a uma disciplina específica: Lições de Coisas ou Noções de Coisas. Posteriormente, a necessidade de romper todos os vínculos com as tradições e o passado educacional faria com que as reformas educacionais deliberadamente ocultassem suas raízes mais antigas, reafirmando os novos processos e práticas sobre um passado recoberto e negado. Demarcar os usos e apropriações no cotidiano escolar é um projeto para outra pesquisa.

---

[1] Psicóloga, Mestre em Educação pela UFMG. Pesquisadora do Grupo de Estudos "Cultura, Memória e Sociedade" e Professora da PUC Minas *campus* Poços de Caldas. E-mail: fernandaresende@pucpcaldas.br
[2] Psicóloga, Mestre em Educação pela UFMG e Doutoranda pela Faculdade de Educação da USP. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Belo Horizonte) e da UFMG. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/UFMG). E-mail: rcassiasou@ig.com.br
[3] CALKINS, Norman Allisson. Primeiras Lições de Coisas. Manual de ensino elementar para uso de paes e professores. Vertido da 40ª edição e adaptado às condições do nosso idioma e paizes que o falam pelo Conselheiro Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. In: *Obras Completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1950. Vol XIII. Tomo I.
[4] VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: FARIA FILHO; VEIGA; LOPES. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Pag. 399-422.

[5] NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHAMNN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso:* médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937). Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
[6] MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A – 15 out. 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Vol III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

Guerra aos padres: o jornal anticlerical *A Lanterna* em São Paulo na Primeira República

Fernando Antonio Peres
Mestre em Educação – FEUSP

Esta comunicação se propõe a apresentar algumas reflexões sobre o jornal anticlerical *A Lanterna*, que utilizei como fonte privilegiada de investigação em estudo monográfico[1] (no campo da história da educação) sobre a presença anarquista em São Paulo na Primeira República.

As fontes primárias disponíveis para pesquisas sobre os anarquistas no Brasil são relativamente escassas, pois a repressão policial na Primeira República não mediu esforços para destruir os arquivos pertencentes aos círculos libertários[2]. Da mesma forma, o aparecimento de outros interlocutores no movimento social e operário – comunistas, católicos, sindicalistas de orientação reformista e oficial – resultou na pequena produção de documentos e no confinamento, por algum tempo, das trajetórias dos sujeitos sociais libertários que atuaram nas duas primeiras décadas do século XX aos "sótãos e porões" da história. Cumpre lembrar que nos estudos sobre a presença dos anarquistas no Brasil, as fontes mais promissoras são as de natureza jornalística. Ferreira cita 343 títulos de jornais operários ou sindicais publicados no Brasil entre 1875 e 1920[3], amplamente utilizados nas pesquisas sobre o tema[4].

A Lanterna[5] apresentou três fases de publicação: de 1901 a 1904; de 1909 a 1916; e de 1933 a 1935. O periódico foi criado em 1901 – segundo Benjamim Mota, graças aos seus esforços pessoais e aos de um grupo de maçons – como órgão da Liga Anticlerical. Na primeira fase, *A Lanterna* apresentou uma tiragem entre 6 e 26 mil exemplares; foi publicada de março a junho de 1901 (com um número isolado em novembro de 1901 e outro em dezembro de 1902) e de junho de 1903 a fevereiro de 1904, ora como semanário, ora como quinzenário, e mesmo como folha diária, entre dezembro de 1903 e janeiro de 1904. Editada na capital paulista, era distribuída em várias cidades do interior, no Rio de Janeiro e em diversos estados da federação.

A segunda fase do jornal, sob a direção de Edgard Leuenroth, iniciou-se em 17 de outubro de 1909 e estendeu-se por sete anos, até 19 de novembro de 1916, com a publicação de 293 edições. Até outubro de 1914, sustentou uma vigorosa regularidade de publicação semanal. Entre novembro de 1914 e maio de 1915, saiu a cada quinzena; daí até novembro de 1916, apareceu praticamente um número por mês, exceto em junho, outubro, novembro e dezembro de 1915 e junho e agosto de 1916.

A terceira fase, também sob a direção de Edgard Leuenroth, iniciou-se em 13 de julho de 1933 e estendeu-se até novembro de 1935, com a publicação de 48 números. Esta última fase de publicação do periódico não será objeto desta comunicação, em função de seu enfoque nas duas décadas iniciais do século XX.

Preliminarmente, farei uma exposição das principais características do jornal anticlerical em suas duas primeiras fases de publicação[6]. Em seguida, apresentarei os principais temas presentes no jornal anticlerical e que podem servir para subsidiar novos estudos monográficos.

Na primeira fase, *A Lanterna* efetuava uma contundente afirmação das pautas anticlericais e defendia as idéias de progresso, civilização, valorização do trabalho produtivo e da liberdade. Tratava-se de um compromisso com as causas da modernidade e do progresso, tanto espiritual (do indivíduo), quanto material e moral (da sociedade). Preconizava-se a instrução laica e integral, baseada no racionalismo, na experimentação, na co-educação e nas ciências, assim como princípios morais **cívicos**, quase **evangélicos**, sustentados na fraternidade humana, no altruísmo, na tolerância, na solidariedade, no apoio e respeito mútuos. O jornal buscava a difusão de ideais de regeneração e elevação moral dos indivíduos e da sociedade como um todo, através da igualdade e da justiça, do trabalho e do bem-estar compartilhados, do desprezo das riquezas e da democratização do saber. Defendia-se o socialismo revolucionário e a valorização das “leis naturais”, com a rejeição das disputas político-eleitorais, do Estado enquanto instituição, da propriedade privada e de todo e qualquer tipo de autoridade. Propunha-se o livre debate na sociedade livre. Desta forma, atuando *A Lanterna* na **brecha** dos embates da época, as pautas anticlericais foram

suficientes para aproximar e aglutinar diferentes **atores sociais**, na medida em que tais idéias constavam nas tábuas de valores dos grupos presentes em São Paulo na Primeira República, como os maçons, os protestantes, os espíritas, os "esotéricos" ou espiritualistas, os estudantes, os republicanos (radicais ou descontentes) e os socialistas.

Na segunda fase de publicação, *A Lanterna* conservou a maior parte do ideário da primeira fase, ao mesmo tempo em que destacava a **questão social** e acrescentava elementos **anti-religiosos** em sua agenda anticlerical. Este posicionamento provocou o afastamento dos aliados da primeira fase que não abriam mão da visão religiosa: parte dos maçons, os espíritas e os protestantes. Se a aliança com a outra parte dos maçons foi preservada, o grupo editor reforçava a aproximação tanto com os agrupamentos libertários quanto com os trabalhadores e suas associações de classe. Neste movimento, os anarquistas e seus aliados atuavam, para além do jornal anticlerical, através de iniciativas e ações culturais, em grupos de afinidade e centros de convivialidade tipicamente modernos: centros de estudos sociais, teatros, círculos de leitura, escolas e universidades populares. Nestes "lugares de encontro" (ou melhor, **lugares de aproximação**), a relação entre os atores sociais articulava-se cada vez mais em torno das já citadas questões sociais. Simultaneamente, Estado e Igreja puseram-se a campo para disputar corações e mentes no conjunto da sociedade, em particular entre os trabalhadores.

Tanto na primeira quanto na segunda fase de publicação, *A Lanterna* travou uma verdadeira **guerra aos padres**, identificando seus principais adversários na Igreja católica de orientação ultramontana. Os jesuítas e outras ordens religiosas, assim como seus colégios e jornais, eram vistos como as principais ameaças ao progresso do país e recebiam duras críticas do jornal anticlerical. O caso Idalina, examinado em estudo recente[7], foi a campanha anticlerical de maior vulto empreendida pelo jornal.

A Lanterna conservou a agenda anticlerical como a "espinha dorsal" da publicação até o final da segunda fase. Mas, aos poucos, o periódico passou a enfatizar a defesa das causas sociais em detrimento do combate ao clero, assumindo a **propaganda emancipadora** como o núcleo de seu ideário. Nos artigos, afirmava-se o triunfo da ciência e

do método experimental para a aquisição do conhecimento libertador e para o progresso da saúde pública, através de medidas de profilaxia e de higiene. O socialismo, os ideais republicanos e o princípio da solidariedade humana eram exaltados, em oposição ao militarismo, ao patriotismo, à repressão e à opressão. Defendia-se um mundo emancipado, instruído e cientista; uma humanidade dotada de idéias avançadas, progressistas e modernas. E, para completar a obra de regeneração da sociedade, a **revolução social** como objetivo principal da existência humana.

Em termos educacionais, *A Lanterna*, em sua primeira fase de publicação, assumiu a defesa da educação gratuita e laica, da co-educação dos sexos e da instrução popular e científica, além de divulgar algumas escolas que defendiam a educação laica e métodos de ensino modernos. O jornal também buscou estimular o surgimento de escolas leigas em São Paulo, a partir de exemplos de iniciativas em outros estados brasileiros e em países estrangeiros.

Já na segunda fase, a criação de escolas nos moldes da proposta de **ensino racionalista** do educador espanhol Francisco Ferrer tornou-se um dos objetivos principais do grupo editor do jornal anticlerical. Convém lembrar que outros grupos libertários e os grêmios operários também se esforçaram para criar escolas no Brasil desde os primórdios da república. Alguns grupos com os quais *A Lanterna* dialogava – como os maçons, os espíritas e os protestantes – também se empenharam em fundar ou estimular o surgimento de iniciativas escolares desde a década de 1870[8]. O jornal anticlerical divulgou os planos de uma rede de iniciativas escolares, composta de uma casa editora para produção de material didático (livros, revistas, folhetos e opúsculos); um núcleo modelo na capital paulista para direção das iniciativas e formação de professores; um internato misto para crianças até nove anos; institutos dedicados ao ensino superior (através de conferências populares de divulgação científica); e uma considerável quantidade de unidades escolares, na capital e no interior de São Paulo, para educação e instrução de crianças e adultos, em cursos diurnos e noturnos. Objetivamente, em função da escassez de recursos, apenas uma parte deste plano concretizou-se, após anos de esforços. Mesmo assim, conseguiu-se criar três

unidades escolares (as Escolas Modernas N.º 1 e N.º 2, no Belenzinho e no Brás, e outra em São Caetano) e editar duas revistas (*O Início* e *Boletim da Escola Moderna*), além de prestar apoio e solidariedade às iniciativas em outras cidades ou àquelas instaladas na capital paulista e patrocinadas por outros grupos.

As iniciativas escolares do grupo libertário articulado em torno do jornal *A Lanterna* cumpriam objetivos educacionais e difundiam o ideário anarquista em São Paulo. Além da instrução racional e científica, baseada no método experimental, estas escolas promoviam a educação moral das crianças e dos adultos numa perspectiva solidária e libertária, empenhada na regeneração da humanidade através da revolução social. Desta forma, apesar de não termos documentação suficiente que nos informe sobre o que ocorria no interior das salas de aula, as festas das Escolas Modernas de São Paulo – amplamente divulgadas no jornal anticlerical – são reveladoras dos conteúdos provavelmente trabalhados no cotidiano daquelas instituições. Os hinos, as poesias e os temas das conferências versavam sobre a doutrina anarquista.

Ao longo da década de 1910, *A Lanterna*, jornal anticlerical e de combate, metamorfoseou-se numa folha em que o **combate** dava o tom, no momento em que a agenda anticlerical mostrou-se insuficiente para a continuidade da defesa do ideário libertário, cada vez mais afirmado pelo grupo editor. A experiência da capacidade repressiva do Estado brasileiro vivenciada no cotidiano pelos militantes anarquistas e o intenso debate de idéias processado no interior das associações criadas neste período certamente contribuíram para a mudança da linha editorial do jornal. Mas foi a eclosão da "Grande Guerra" no verão de 1914 que aprofundou os distanciamentos entre os antigos aliados e acelerou o esgotamento das pautas anticlericais.

Portanto, na medida em que as posições anticlericais deixaram de ser os principais elementos de aglutinação, alguns atores sociais passaram a identificar-se apenas com os posicionamentos anarquistas, caminhando para a constituição de grupos imbuídos de tais doutrinas. Tornava-se insuficiente permanecer apenas na **brecha** proporcionada pela luta anticlerical. Em 1917, o jornal anticlerical *A Lanterna* transformou-se no jornal *A Plebe*,

porta-voz das posições libertárias. E os anarquistas rumaram então para as **trincheiras** da luta pela emancipação econômica, social e moral de cada indivíduo e da humanidade em geral, combatendo o Estado, a propriedade privada e os males sociais.

Apresentada esta síntese da trajetória do jornal *A Lanterna*, pode-se fazer uma reflexão da importância deste periódico para a compreensão da história da Primeira República em São Paulo, destacando-se alguns temas ou questões.

Uma primeira questão que se coloca refere-se ao amplo espaço destinado pelo jornal anticlerical à **educação anarquista**, fato já percebido por Hardman[9]. A educação libertária foi uma das iniciativas educacionais não oficiais mais importantes, dentre as diversas que se desenvolveram em São Paulo nas décadas iniciais do século XX[10], pois se afirmava como uma proposta de educação diferenciada, alternativa, em conflito com as proposições oficiais e com as iniciativas da Igreja católica. As escolas anarquistas foram **espaços** de disputa dos corações e das mentes dos atores sociais que circulavam pelos bairros em que estavam instaladas ou se faziam presentes nas páginas dos jornais que as defendiam ou atacavam. Estudá-las significa apresentar um contraponto para se compreender o tema da **escolarização da sociedade**, questão encarada como de extrema importância tanto para as oligarquias brasileiras quanto pelos trabalhadores. Trata-se de trazer à luz a oposição entre projetos antagônicos no campo educacional escolar. O projeto libertário, representado pelas Escolas Modernas, contrapunha-se tanto ao projeto governamental, baseado na expansão da rede pública de escolas nos bairros operários, quanto às iniciativas da Igreja católica, que na época apresentaram um grande florescimento, com a criação de ginásios diocesanos, escolas confessionais e colégios secundários a cargo das congregações religiosas, voltados para a educação das elites[11]. Ao apresentar os embates dos anarquistas contra o Estado e contra os católicos, *A Lanterna* permite um importante contraponto entre as iniciativas escolares destes grupos, desvelando as concepções educacionais dos atores sociais em ação na *Belle Époque* paulista e uma melhor compreensão deste período da história de São Paulo.

Outra questão relaciona-se com a metamorfose sofrida pela folha anticlerical ao longo de sua segunda fase de publicação. As pautas anticlericais, o debate com diferentes grupos que constituíam a sociedade paulista na época e a centralidade da ciência constituíam a espinha dorsal do jornal anticlerical tanto na primeira quanto na segunda fase de publicação. Assim, apesar da presença crescente das temáticas sociais em suas páginas, não se pode considerar *A Lanterna* como um jornal anarquista. A folha anticlerical mantinha um diálogo com grupos e pessoas que estavam sob influência do ideário libertário, alimentando-o com a bandeira comum de combate ao clero. O jornal anticlerical propunha-se a discutir diversas questões com o conjunto da sociedade, particularmente com os setores mais radicais e "progressistas". Neste sentido, as **estratégias de aproximação**[12] foram importantes ao determinar pautas comuns entre grupos aparentemente muito díspares: socialistas, espíritas, maçons, republicanos radicais ou descontentes, anarquistas, estudantes, positivistas e protestantes. A uni-los, a crença nos valores da modernidade e nas causas do progresso e da civilização. O conhecimento científico apresentava-se a todos os grupos como principal fator de desenvolvimento da sociedade: a razão humana, liberada de todo obscurantismo e associada ao desenvolvimento da inteligência através da educação renovada (isto é, de base científica), proporcionaria a elevação social do indivíduo e, através do despertar das consciências, as tão esperadas transformações sociais. Partindo da adoção de uma agenda anticlerical, o grupo editor do jornal recebeu influências das idéias libertárias – através de leituras, de contatos pessoais ou mesmo da participação no enfrentamento da questão social –, incorporando-as até assumir a condição de órgão de difusão das posições dos grupos anarquistas em São Paulo. A fundação da Aliança Anarquista em São Paulo (outubro de 1916), fato amplamente divulgado nas páginas do jornal anticlerical, corrobora esta mudança de orientação.

A terceira questão refere-se às relações e às aproximações dos libertários entre si e com os demais grupos da sociedade, que ainda aparecem como **surpreendentes** aos investigadores do fenômeno anarquista. Pois *A Lanterna* permite acompanharmos a complexa trama de relações que, a partir de uma pauta anticlerical, colocou lado a lado

atores sociais aparentemente muito diferentes: maçons, liberais, protestantes, espíritas, "esotéricos", socialistas, operários, sindicalistas e anarquistas. Neste sentido, considero importante a utilização do conceito de **sociedade de idéias**[13] para, através de um **outro olhar**, alargar a compreensão tanto da presença anarquista quanto da complexa trama de relações sociais que marcaram São Paulo na Primeira República.

---

[1] PERES, Fernando Antonio. *Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FEUSP, 2004. Dissertação de Mestrado, sob orientação da Profª. Drª. Maria Lucia Spedo Hilsdorf.

[2] Nesta comunicação, como na maioria dos estudos sobre o tema, considerarei o termo "libertário" como sinônimo de "anarquista".

[3] FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

[4] A título de exemplo, podemos citar dois estudos recentes que se valem, respectivamente, dos jornais *O Amigo do Povo* e *A Voz do Trabalhador*: TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1993 (Dissertação de Mestrado). GIGLIO, Célia. *A Voz do Trabalhador: sementes para uma nova sociedade*. São Paulo: FEUSP, 1995. (Dissertação de Mestrado).

[5] *A Lanterna* pode ser encontrada no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP. No CEDEM há alguns exemplares dos anos de 1911 a 1916 e praticamente todos os números da terceira fase (1933-1935). No AEL encontra-se a coleção completa d'*A Lanterna*.

[6] Para uma análise detalhada do jornal *A Lanterna* em suas duas primeiras fases de publicação, ver Peres, *Op. cit.*, p. 53 ss.

[7] SOUZA, Wlaumir D. de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina*. São Paulo: Ed.ª da UNESP, 2000.

[8] Para as iniciativas protestantes, consultar HILSDORF BARBANTI, Maria Lucia. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. São Paulo: FEUSP, 1977(Dissertação de Mestrado). Para a atuação da maçonaria, ver BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes nas sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas, SP: Ed.ª da UNICAMP, 1999. Para uma introdução ao estudo da pedagogia e das escolas espíritas, consultar COLOMBO, Dora Alice. *Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*. São Paulo: FEUSP, 2001 (Tese de Doutoramento).

[9] HARDMAN, Francisco F. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

[10] Dentre outras, podemos citar as iniciativas educacionais escolares dos socialistas, as das colônias de imigrantes europeus, as das populações negras (ver HILSDORF, Maria Lucia S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003) e as da maçonaria (Ver BARATA, *Op. cit.*).

[11] Ver HILSDORF, *Op. cit.,* para as iniciativas oficiais; para a ação da Igreja, consultar OLIVEIRA, José Eduardo M. V. de. *O anticlericalismo na República Velha: a ação dos* anarquistas. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Dissertação de Mestrado).

[12] Acredito ter havido nas ações dos grupos anarquistas verdadeiras estratégias de aproximação, que transformaram o ideário libertário num mecanismo de aproximação entre diferentes atores sociais, atados através de alguns "fios", como o espírito científico, os grupos de afinidades e as iniciativas concretas: comícios, campanhas, obras literárias, associações, escolas e jornais. Criei o conceito de *estratégia de aproximação* para dialogar com o conceito de estratégia do desterro, utilizado por Hardman para explicar a atividade anarquista no Brasil. Para este autor, o *desterro* era entendido tanto como "segregação sócio-cultural e política da força de trabalho, seu confinamento geográfico nos bairros operários" quanto como "defesa da 'cultura operária' intransigente", numa espécie de vocação para "o isolamento social e o autodesterro na 'cultura operária'" (HARDMAN, *Op. cit.*, p. 43, 59 e 68).

[13] Conceito utilizado com maestria por Jean-Pierre Bastian para investigar a campanha de sociedades missionárias norte-americanas para introduzir e difundir o protestantismo no México entre 1872 e 1911. Ver BASTIAN, Jean-Pierre. *Los disidentes: sociedades protestantes y revolución em México, 1872-1911*. México: Fondo de Cultura Econômica / El Colégio de México, 1989. Para a utilização do conceito de sociedade de idéias no caso dos anarquistas de São Paulo, ver PERES, *Op. cit.*, p. 131 ss.

REFLEXOES SOBRE O ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE NA DÉCADA DE 1980

Fernando Augusto Starepravo - UFPR
Fernando Marinho Mezzadri – UFPR

Introdução

O presente artigo pretende fazer alguns apontamentos sobre a relação entre o poder público estadual e o esporte universitário paranaense, a partir de documentos da Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) no período de 1982 a 1984. Este período equivale a uma gestão de diretoria da referida entidade. Vale ressaltar que esta é parte de uma pesquisa maior, que pretende discutir algumas questões relativas ao desenvolvimento do esporte universitário do Paraná e sua dependência histórica do Estado, tomando por base o período de 1977 a 2004.

Para iniciar a discussão buscaremos contextualizar o esporte e sua relação com o poder público dentro período a ser discutido. Com origem na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XIX, o conceito de esporte moderno se difere das atividades físicas até então praticadas, chamadas de passatempos. As principais diferenças entre passatempos e o esporte moderno são a introdução de regras, institucionalização e universalização das práticas[1].

Estas mudanças facilitaram com que as práticas corporais, agora com características de esporte moderno, se difundissem para outros países como um novo padrão de divertimento.

O esporte moderno chegou ao Brasil no último quartel do século XIX e começou a se estruturar dentro dos clubes[2]. No início do século XX, os esportes iniciaram um processo de popularização e massificação. O que antes estava restrito a uma camada especifica da sociedade, que tinha acesso aos clubes, rapidamente foi incorporado por toda a sociedade

[1] ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: DIFEL, 1987.
[2] MEZZADRI, 2000.

em seus diversos extratos sociais. Esta expansão se consolidou nas décadas seguintes, tendo o esporte cada vez mais adeptos em suas diversas modalidades.

Os primeiros relatos sobre o esporte universitário no Brasil são do final do século XIX, no College Mackenzie em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha, e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1900, o *College* Mackenzie veio a disputar campeonatos de futebol e outros esportes. Clubes como Botafogo, Flamengo e Fluminense, na época, contribuíram para o inicio do esporte universitário, já que detinham em suas fileiras numerosos universitários.

Nota-se que o esporte universitário teve sua gênese dentro das Instituições, sem uma interferência do Estado, ou seja, era realizado de forma independente pela sociedade.

A história da participação do Estado na organização do esporte no Brasil teve sua gênese no início da década de 1940, quando foi aprovada a Lei nº 3.199/41[3], em um período de Ditadura do presidente Getúlio Vargas conhecida como Estado Novo. Este é um marco importante no desenvolvimento do esporte no Brasil, já que há uma transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 1920, para o modelo centralizador, interferindo diretamente na vida dos indivíduos.

A Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), órgão máximo do esporte universitário, fundada em 9 de agosto de 1939, só foi oficializada dois anos depois pelo Decreto nº 3.617, de 15 de setembro de 1941. Com a criação da Lei que regulamentou a organização e funcionamento do Esporte Universitário, as Federações Estaduais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro se consolidaram.

Nessa ocasião, o Esporte Universitário do Estado do Paraná era praticado somente entre os cursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma vez que outras Instituições de Ensino não existiam ainda no estado. Em outras palavras, a Federação de Desportos Universitários era constituída pelas Associações Atléticas Acadêmicas (AAA´s) dos diversos cursos. Essa fase pode ser caracterizada pelas famosas disputas entre os

[3] BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

cursos de Engenharia e Medicina cujas equipes, invariavelmente, eram finalistas nas diversas modalidades em disputa, consagrando o clássico conhecido por "ENGMED"[4].

Com o advento da nova legislação regulamentadora da prática esportiva nacional[5], em 1975, criou-se o Sistema Nacional de Esportes, onde o Esporte Universitário foi incluído no subsistema do Esporte Estudantil (o qual era ainda desdobrado pelo sistema de Esporte Escolar e o sistema de Esporte Universitário - Confederação Brasileira de Esportes Universitários - CBDU, Federações Estaduais e Associações Atléticas Acadêmicas - AAA's). A referida legislação considerou que as AAA's deveriam ser constituídas por Instituições de Ensino Superior e não mais por cursos, relevando talvez, a grande proliferação dessas Instituições. Foi criado ainda, por intermédio desta Lei, o Plano Nacional de Educação Física e Prática de Desporto. O referido dispositivo legal foi regulamentado pelo Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977.

O Plano Nacional de Educação Física e Prática de Desporto traz a necessidade da prática e incentivo do esporte estudantil, dividido em escolar e universitário. Segundo o artigo 7º, item 1, do Decreto 80.228/77[6], é determinada a prioridade do apoio dos órgãos púbicos ao desporto estudantil.

Neste momento o Estado tomava para si a responsabilidade de promover, técnica e financeiramente, as competições do desporto estudantil, conforme a Lei nº 6.521/75[7].

No Estado do Paraná, o Governo Estadual apoiava financeiramente o esporte amador na forma de subvenção social às Entidades Esportivas, como a Federação Paranaense de Desporto Universitário (FPDU). Existia na Casa Civil do Estado do Paraná um Setor de Auxilio e Subvenções, que fixava normas para requerimento da subvenção social, de acordo com o Decreto estadual nº 15.478.

---

[4] www.fpdu.org.br
[5] Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975.
[6] "Art. 7º - A ação do Poder Público exerce-se-á, prioritariamente:
I – Na área da Educação Física e Desporto Estudantil, mediante a criação e o revigoramento de instrumentos legais e a canalização de recursos dos governos federal, estadual e municipal, para estimular a prática daquelas atividades, bem como a expansão do potencial existente" - Decreto 80.228/77.
[7] "Art. 3º - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios conjugarão recursos, técnicos e financeiros, para promover e incentivar a pratica dos desportos em suas diversas modalidades" - Lei nº 6.521/75.

É neste contexto que surge o período que trataremos neste trabalho. O esporte universitário era regulamentado pela Lei nº 6.521/75, assinada no auge do período militar, e o subsídio financeiro vinha principalmente do Governo Estadual através da subvenção social e verbas isoladas que eram destinadas à FPDU.

Metodologia

Para a realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa documental. A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos[8], que, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo, e constituem leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem, descrevem relações e lugares[9].

Aqui foram utilizados documentos que pertencem ao arquivo da FPDU que datam dos anos de 1982, 1983 e 1984. São ofícios e documentos expedidos e recebidos pela Instituição. A condução do texto será realizada através de uma análise sociológica e histórica dos documentos, buscando compreender o fenômeno esportivo e sua interdependência com o contexto social e, especialmente com o Estado.

A FPDU no triênio 1982/84

No inicio de 1982 assume uma “nova” diretoria na FPDU para dirigir a entidade no triênio 1982/84. Nova entre aspas porque grande parte dos integrantes da diretoria que assumiu já fazia parte da direção da FPDU anteriormente. Segundo o oficio circular nº 02/82 da FPDU, a diretoria da entidade para o triênio 1982/84 seria presidida pelo Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, que na gestão anterior era tesoureiro da FPDU. Ainda na comissão executiva, aparece o nome de Luiz Ferreira França Filho como Secretário-Geral. Este na gestão anterior era o responsável pela modalidade de xadrez. O diretor de esportes para o

[8] LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 174.
[9] MAY, 2004, p. 205.

triênio seria Luiz Alberto Cordeiro, antes responsável pelo futsal. O mesmo acontece com membros do Conselho Fiscal, Tribunal de Justiça Desportiva Universitária e diretores de modalidades, que em gestões anteriores já faziam parte da diretoria da FPDU.

Ao assumir a FPDU, o grupo liderado por Luiz Orlando Borges Albuquerque já se deparou com o desafio de organizar os XXXIII Jogos Universitários Paranaenses (JUPs). Para dar conta da organização do evento, a FPDU buscou arrecadar recursos financeiros junto aos órgãos do Estado[10], seja na Administração Direta, bem como nas empresas estatais. Isto fica evidente em vários ofícios expedidos pela FPDU entre abril e maio de 1982, os quais apresentaremos na seqüência.

O oficio nº 16/82[11], solicitava gêneros alimentícios para prover a alimentação dos atletas oriundos do interior do Estado que participariam dos XXXIII JUPs. De forma semelhante, o oficio nº 17/82, também de 19 de abril de 1982, recorre a Administração Direta do Estado, requisitando: 55 troféus; confecção de cartazes; fornecimento de aparelhagem sonora por ocasião da abertura; cessão do Ginásio Prof. Almir Nelson de Almeida, para realização dos Jogos, bem como alojar as delegações oriundas do interior do Estado, face a realização dos XXXIII JUPs.

Houve também acesso a empresas estatais para angariar fundos a fim de cobrir despesas dos JUPs daquele ano. Segundo o ofício nº 30/82[12], havia uma solicitação de doação de Cr$ 290.000,00 afim de adquirir 756 medalhas para a premiação dos atletas participantes dos JUPs.

Não há como precisar qual foi a participação do Estado na organização e financiamento dos JUPs de 1982. Porém, sabe-se que houve apoio financeiro, já que o oficio nº 134/82 da FPDU[13] encaminhava prestação de contas da verba de Cr$ 960.000,00 recebida pela FPDU da Secretaria de Cultura e Esportes do Estado do Paraná, para auxílio nas despesas provenientes da realização dos XXXIII JUPs.

---

[10] Entendamos Estado aqui como a administração pública a nível federal, estadual e municipal. Porém, no decorrer do texto veremos que o grande financiador do esporte universitário no referido período foi o governo estadual.
[11] Destinado ao Sr. Eugênio Libreloto Stefanelo, Secretário do Estado da Agricultura, em 19 de abril de 1982.
[12] Destinado ao Sr. Jucundino Furtado, presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., de 05 de maio de 1982.
[13] Ao Dr. José Isfer, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1982.

Com relação ao JUBs (Jogos Universitários Brasileiros), mais uma vez a FPDU buscou o Estado para financiar a delegação paranaense. O oficio nº 86/82[14] solicitava ao Governo do Estado do Paraná o transporte da delegação paranaense para os XXXIII JUBs. Como justificativa, o desempenho do Estado como uma das três potências do esporte universitário brasileiro nos últimos cinco anos.

Também o ofício nº 92/82[15] solicitava a liberação de verbas, no valor de Cr$ 100.000,00, para as despesas com transporte, estadia, alimentação e vestuário da delegação paranaense que participaria dos JUBs.

Em julho a delegação paranaense participa dos XXXIII JUBs, alcançando a 3º colocação geral nos Jogos, entre 13 entidades participantes. O evento teve participação direta do Estado, quando se cita o apoio do SEED/MEC e do Governo de Pernambuco. Também há participação da iniciativa privada através da promoção da Promosport e patrocínio da rede de lojas Arapuá ao evento.

O apoio financeiro que a FPPU havia solicitado ao governo do Estado do Paraná foi atendido, visto que os ofícios nº 135/82 e 136/82[16] encaminhavam prestação de contas de verbas recebidas de Cr$ 100.000,00 da FUNDEPAR e Cr$ 800.000,00 da Casa Civil do Paraná, para auxílio nas despesas da delegação paranaense nos XXXIII JUBs.

Este mesmo procedimento, em recorrer ao Estado para financiar os JUPs e para participar dos JUBs, foi realizado nos anos de 1983 e 1984.

Também verbas estatais com outro caráter foram destinados à FPDU no período mencionado. O ofício nº 431/82 da Secretária de Estado da Cultura e do Esporte[17], assinalava que a FPDU dispunha de Cr$ 3.843.000,00, os quais seriam repassados à entidade em janeiro de 1983. Em maio de 1983, o ofício nº 71/83[18] da FPDU solicitava liberação de parte da verba de subvenção social destinada à FPDU, no valor de Cr$

[14] Ao Exmo. Sr. Governador Hosken de Novaes, em 25 de junho de 1982.
[15] Ao Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), em 06 de julho de 1982.
[16] Destinados ao Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, Superintendente da FUNDEPAR, e ao Dr. José Isfer, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, respectivamente, ambos em 15 de outubro de 1982.
[17] Assinado pelo Secretário de Estado, Sr. Luiz Roberto N. Soares, em 09 de julho de 1982, ao Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, presidente da FPDU.
[18] ao Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes.

100.000,00. Em agosto, o ofício nº 142/83, a liberação da 2ª cota da subvenção social, no valor de Cr$ 300.000,00. E finalmente em novembro, o ofício nº 167/83, a liberação da 3ª cota da subvenção social, no valor de Cr$ 276.990,00.

O Conselho Estadual de Esportes, vinculado a Secretaria da Cultura e do Esporte também deu sua contribuição à FPDU. O ofício circular nº 11/83[19], aos presidentes de federações, comunicava o repasse de Cr$ 276.990,00 à FPDU.

Igualmente o oficio nº 1364/83 do Departamento de Economia da FUNDEPAR trouxe boas noticias aos cofres da FPDU. Segundo o referido oficio[20] teria sido realizada baixa da responsabilidade de débito de Cr$ 100.000,00, referentes a auxilio na participação nos XXXIII JUBs.

Tal "carinho" pela FPDU por parte dos órgãos do governo pode ter uma explicação interessante. Algumas pessoas que haviam passado ou faziam parte da Diretoria da FPDU em outros momentos, possuíam cargos importantes no cenário desportivo paranaense. O Relatório de Atividades da Federação Desportiva Paranaense no ano de 1983[21] comprova esta situação. No relatório consta a relação da diretoria da entidade no triênio 1983/85, donde destacamos a presença de Ney Pacheco como membro efetivo do Conselho Fiscal e Douglas Reinaldim como membro efetivo do Tribunal de Justiça Desportiva. Ambos haviam passado pela diretoria da FPDU[22].

Também no âmbito nacional os membros da FPDU pareciam ter uma forte influência. Informativo da FPDU do ano de 1984 fala sobre a eleição da CBDU realizada nos dias 7, 8 e 9 daquele mês (provavelmente fevereiro), com a vitória da Chapa Integração, encabeçada pelo Sr. Gileno Fernandes Villar do Rio Grande do Norte, que teve como companheiros de chapa os paranaenses Dr. Lincoln Bettega Curial e o prof. Douglas Julio Toppel Reinaldim da função de Membro titular e suplente respectivamente do Tribunal Superior de Justiça

[19] Assinado por Leonel Amaral, Presidente do Conselho Estadual de Esporte, em 11 de novembro de 1983.
[20] Assinado por Jeanete Jazar Alberge, Chefe do Departamento de Economia da FUNDEPAR, em 15 de março de 1983.
[21] Assinado pelo seu presidente Martinho Nobre dos Santos, em 31 de dezembro de 1983.
[22] Na verdade o nome do Sr. Douglas Julio Toppel Reinaldim aparece como Diretor Técnico e do Sr. Ney Pacheco como Diretor de Atletismo na ata de posse da Diretoria da FPDU para o triênio 1982/84. Em 1983, Douglas Reinaldim renunciou seu cargo sem informar os motivos.

Desportiva Universitária (STJDU), e o Dr. Luis Orlando Borges Albuquerque como Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Universitária, o qual conta com os Drs. Marcus Vinícius Rocha Moreira e Roberto Caldas Alvim de Oliveira, também paranaenses.

Neste momento há a impressão de uma forte presença política do Paraná no âmbito nacional do esporte universitário. A FPDU, porém não termina o ano bem. Em carta à CBDU, o presidente da FPDU, solicitava intervenção da CBDU na Federação, já que na 1ª quinzena de dezembro deveriam ser realizadas eleições para a presidência, e que a mesma no momento encontrava-se sem filiadas em condições de voto, e já que havia mais de uma chapa concorrente, era necessária a intervenção.

Conclusôes

As relações entre o Estado e o esporte no Brasil começam a se delinear durante o Estado Novo, através do Decreto-Lei nº 3.199/41, que regulamentou pela primeira vez as práticas esportivas no país. Também neste período o Estado interferiu mais diretamente no esporte universitário. Esta tutela do Estado permaneceu pelo menos até a década de 1980, como pudemos conferir no texto.

Como citado no inicio, não há a pretensão de responder aqui as várias questões levantadas no decorrer do texto. Somente fazemos alguns apontamentos que futuramente podem nos levar a conclusões mais definitivas, como: a constante presença do Estado no financiamento do esporte universitário; a permanência por vários anos de pessoas nos cargos dirigentes da FPDU; e uma concepção por parte dos dirigentes da FPDU de que o esporte universitário é de responsabilidade do Estado.

Claro que todos estes apontamentos carecem de um maior aprofundamento e comprovação. Isto será realizado na complementação da pesquisa, que buscará as pessoas citadas como dirigentes da FPDU no período mencionado para a realização de entrevistas. Com o acesso aos indivíduos que viveram este momento do esporte universitário no Paraná acreditamos que poderemos fechar as questões pertinentes ao trabalho.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de abril de 1941.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.342, de 25 de março de 1943.

BRASIL. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975.

BRASIL. Decreto-Lei nº 80.228, de 25 de agosto de 1977.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: DIFEL, 1987.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. São Paulo: Edições 70, 1980.

FPDU – Estatuto da Instituição. Curitiba, 1977.

http://www.fpdu.org.br, consulta realizada em 08 de julho de 2003.

htttp://www.universiabrasil.net, consulta realizada em 10 de dezembro de 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia cientifica. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCHI JUNIOR, Wanderley. "Sacando" o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

MAY, Tim. Pesquisa Social: questões, métodos e processos / Tim May: trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEZZADRI, Fernando Marinho. A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Esporte-espetáculo futebol-empresa. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998.

IS 7,1-17 E A GUERRA SIRO-EFRAIMITA

Fernando Cândido da Silva – PPG-UNESP/Assis

Antes de iniciar o estudo, acredito ser importante dizer o que ele *não* é. Não se trata de uma (i) historiografia tradicional que se preocupa demasiadamente com a tipologia das fontes, com o autor da obra e, sobretudo, com o contexto histórico que a fonte faz referência[1]. Não é também um (ii) estudo exegético que segue de perto os problemas do texto, visando a sua compreensão em si mesmo[2]. Para estas duas posições, existem excelentes referências. Cito algumas:

(i) Donner, ao reconstruir o período da chamada guerra siro-efraimita, acredita ter nos ditos de Isaías uma fonte literária que o informa sobre o período – "deve-se levar em consideração especialmente a tradição profética em Isaías e Oséias, da qual se podem extrair mais percepções do que se esperaria à primeira vista"[3]. E António Tavares, mesmo reconhecendo que as fontes bíblicas são de índole diferente dos anais assírios, por exemplo, afirma que os livros dos profetas coincidem com outras fontes e "oferecem subsídio valioso para esclarecer determinadas situações históricas"[4].

(ii) Schwantes e Bouzon, renomados professores brasileiros, fazem a exegese da perícope de nosso trabalho[5]. O primeiro, trata a primeira parte do texto, lendo-o à luz do versículo 9, *"se não o crerdes, não vos mantereis firmes"*. Já o segundo, lê toda a perícope, enfatizando o tema do Emanuel do versículo 14, *"Eis que a jovem concebeu e dará a luz um filho e pôr-lhe-á o nome de Emanuel"*.

Como disse, não é um trabalho deste tipo que queremos agora fazer. Os estudos supracitados servem de base para uma outra pesquisa: qual a posição ocupada por Isaías na sociedade judaíta e como ela reflete em sua concepção dos eventos políticos internacionais do século VIII a.C., em especial a guerra siro-efraimita? Em outros termos, é preciso entender a construção social dos princípios que estão à base de suas mensagens proféticas. Sobre isso, é importante destacar desde já o pioneirismo da *Traditionsgeschichte* de Gerhard von Rad[6] que identifica a mensagem do profeta com um pequeno número de

idéias religiosas tradicionais de Jerusalém, a saber, as tradições da eleição davídica e de Sião (2Sm 7,4-17; Sl 89,1-4.19-37 e Sl 46; 48,1-8; 76,1-6). Esta tese será importante para a presente reflexão.

* * *

Isaías é um homem marcado por sua época. Vive no século VIII a.C., período da expansão assíria em todo o Oriente Próximo. Período também da guerra siro-efraimita, que faz com que Judá se torne "vassalo" de Teglat-Falassar III[7]. Facéia (735-732), rei de Israel, une-se ao rei Rason de Damasco, provavelmente no ano 734, visando criar uma resistência à Assíria. Para tanto, tentam envolver o rei Acaz nesta coalizão, que se nega a participar. É a partir daí que a guerra siro-efraimita se inicia: Facéia e Rason tentam destronar Acaz e colocar outro rei em seu lugar que concordasse com os seus objetivos, um tal Ben Tabeel. Acaz, temendo perder o trono, pede auxilio a Teglat-Falassar, colocando-se voluntariamente sob sua dominação. Isaías participa ativamente neste conflito, aconselhando o rei de Judá. Em 7,1-17 parece haver registros de duas de suas intervenções proféticas (7,1-9+10-17). O texto abaixo faz referência à segunda intervenção do profeta no governo de Acaz:

> "Iahweh tornou a falar a Acaz dizendo-lhe:
> Pede um sinal a Iahweh, o teu Deus,
> ou nas profundezas do Xeol, ou nas alturas.
> Acaz, porém, respondeu: Não pedirei nada, não tentarei a Iahweh.
> Então ele disse:
> Ouvi vós, da casa de Davi!
> Parece-vos pouco o fatigardes os homens,
> e quereis fatigar também a Deus?
> Pois sabei que o Senhor mesmo vos dará um sinal:
> Eis que a jovem concebeu um filho
> e pôr-lhe-á o nome de Emanuel" (7,10-14).

Percebe-se, neste texto, que Isaías tem um contato direto com o rei. Aliás, este oráculo abre ainda outras portas que auxiliam a investigação, a saber, a questão da eleição da casa de Davi. De fato, não se tem muita informação sobre Isaías. Nenhum texto diz que ele é de Jerusalém: o livro de Isaías não dá nenhuma indicação sobre o meio ao qual o profeta pertence. Deve-se situá-lo analisando seu vocabulário, suas principais preocupações, os destinatários de sua pregação, entre outros. A partir disso, fica difícil não imaginá-lo como homem da capital, pois apresenta uma cultura que dificilmente teria

conseguido fora dali. Sua preocupação com o futuro da dinastia davídica, ao profetizar o nascimento do Emanuel, revela que Isaías é um jerosolimitano.

É interessante mencionar que este Emanuel a que Isaías se refere é o futuro rei, filho de Acaz e seu sucessor[8]. Isaías profetiza esse nascimento no contexto da guerra siro-efraimita, que pretende destronar Acaz, uma vez que este se recusa a participar na coalizão antiassíria promovida pelos reis Rason de Arã-Damasco e Facéia de Israel. Neste raciocínio, o profeta entende que o nascimento de uma criança, o futuro rei, é uma promessa de Deus que garante a sustentação da aliança davídica. Não é por acaso, que o nome simbólico dado a ela seja *'immanû 'el*, "Deus-Conosco".

Deve-se dizer, primeiramente, que na mentalidade hebraica o nascimento de uma criança é sempre um acontecimento faustoso, nunca sinal de desgraça e, ainda, com este nome, Isaías pretende reafirmar a eleição da casa davídica: nesta criança, Judá podia ver a contínua presença de Deus entre o seu povo e uma renovação das promessas feitas a Davi. É evidente que se trata de um *Heilsorakel*, sendo o próprio nome da criança pertencente à classe dos nomes de confiança, exprimindo a certeza daquele que o profere na presença salvífica de Deus.

Um outro texto que parece demonstrar a posição pró-davídica do profeta pertence a este mesmo período da guerra siro-efraimita:

> "Tu lhe dirás: toma as tuas precauções, mas conserva a calma e não tenhas medo nem vacile o teu coração diante dessas duas achas de lenha fumegantes, isto é, por causa da cólera de Rason, de Aram, e do filho de Romelias, pois que Aram, Efraim e o filho de Romelias tramaram o mal contra ti, dizendo: 'Subamos contra Judá e provoquemos a cisão e a divisão em seu seio em nosso benefício e estabeleçamos como rei sobre ele o filho de Tabeel'" (7,4-6).

Como aponta Schwantes no estudo já citado, este texto diz algo mais do que a destruição física dos inimigos: o rei de Efraim não tem nome, é apenas filho de um Romelias; o rei que deveria ocupar o trono de Acaz também não tem nome, é filho de um Tabeel. E ainda mais, os mandatários de Efraim e Arã não possuem um título – são apenas "cabeça" de seu país (7,8-9a). Nesta linha de raciocínio, *rei* deveria existir apenas em Jerusalém e, portanto, a lógica de Isaías é a de negar tradições religiosas ao inimigo e

garantir a promessa divina realizada por meio de Natã (2Sm 7). Com estas observações, sintetiza-se algumas das práticas e representações de Isaías que indicam seu *habitus*[9]: a facilidade de se locomover nos corredores do Palácio Real e a importância que dá a preservação da dinastia de Davi.

Uma outra tradição que está sempre presente na visão de mundo do profeta é a eleição de Sião. É curioso que Isaías, apesar de condicionado por esta tradição jerosolimitana, não se prende a ela. Von Rad já apontava para tal problema, porém, tratando-o como uma espécie de consciência da missão divina do profeta: Isaías "aplica" as tradições à sua situação concreta. Ora, não estou tão convencido dessa 'aplicação consciente', uma vez que o *habitus* pelo qual o profeta se orienta integra as experiências passadas, funcionando a cada momento como princípios *inconscientes* de ação, percepção e reflexão. Isaías é um corpo socializado que possui o *sentido prático*, ou seja, ele age sem a necessidade de recorrer a reflexão consciente, devido às disposições adquiridas.

Roland de Vaux também colocou esta importante questão, ao dizer que Isaías confronta a tradição davídico-jerosolimitana com os eventos da história[10]. A guerra siro-efraimita faz com que o profeta modifique sua crença em pelo menos um aspecto, a saber: a fé em Iahweh é agora *condição* da proteção. Isaías rejeita absolutamente as conseqüências que alguns compatriotas seus tiravam da crença na presença de Iahweh em Jerusalém: a capital não era mais inviolável. Confira esta pregação diferenciada de Isaías no texto a baixo:

> "Assim diz o senhor Iahweh:
> Tal não se realizará, tal não há de suceder (...)
> Se não credes, não vos mantereis firmes" (7, 7.9b).

Isaías trabalha a tradição na história. Jerusalém pode ser protegida por Iahweh *desde que* 'se mantenham firme'. Mas quem deve fazer isso? Parece-me claro que a fé na ação de Deus nos eventos políticos internacionais deve partir do próprio rei Acaz, afinal, toda a perícope circula ao seu redor. O versículo 9b, que utiliza a aliteração *('im lo' ta'amînu/kî lo' te'amenu*) como estratégia literária para imprimir melhor a pregação, é um

oráculo destinado ao rei. O Emanuel é um sinal de Deus a Acaz de que tudo ocorrerá bem. Quanto ao versículo 17, a interpretação de Croatto pode estar equivocada. *"Iahweh trará sobre ti, sobre o teu povo e sobre a casa de teu pai dias tais como não existiram desde o dia em que Efraim se separou de Judá"*, não precisa necessariamente se referir a um castigo[11], antes pode ser mais um oráculo que garante ao rei – se confiar em Iahweh – prosperidade e glória como a que Israel conheceu sob os reinados de Davi e Salomão[12].

Além do mais, é preciso que se diga, o rei deveria ser o primeiro a confiar no Deus de Israel devido sua própria posição naquela antiga sociedade. Como argumenta Keith Whitelam, "a sociedade não pode funcionar e sequer continuar existindo sem o governo do rei. Os papéis do rei como protetor da sociedade enquanto guerreiro, como garantia da paz enquanto juiz, e como organizador correto do culto enquanto sacerdote, são os papéis fundamentais, abrangendo todos os aspectos do bem-estar da sociedade"[13].

Ainda que não passemos do nível das conjecturas, é possível hipotetizar que Isaías, em seus oráculos, se choca com as perspectivas dos conselheiros da corte, a saber, os sábios. Num momento como esse da guerra siro-efraimita, o rei certamente pede o suporte deles que, para tanto, devem seguir um "método" próprio como o determinado em Pr 24,30-34: *"Passei junto ao campo do preguiçoso, pela vinha de um homem sem juízo (...) Ao ver isso comecei a refletir, vi e tirei uma lição..."*. Como se vê, o método se constitui na observação empírica, ocasionando um acúmulo de experiências. Nesta perspectiva, a atitude de Acaz em pedir ajuda ao monarca assírio para não ser destronado por Facéia e Razon deve ter se originado da visão de mundo sapiencial veterotestamentária.

No caso de Isaías, particularmente, é possível verificar ataques explícitos do profeta ao mundo sapiencial em 5,21; 29,14. O texto de 5,8.11-12 que condena a riqueza e o luxo pode estar se contrapondo à Sabedoria que as considera um sinal da benção divina (Pr 10,15.22; 12,9; 13,8.11.23; 14,20.23; 18,11 *et passim*). Veja ainda: Is 3,1-3; 5,19; 14,24; 29,15; 30,1. Nestes últimos, o profeta usa o verbo *ya'ats*, "estabelecer um plano, aconselhar" e o substantivo *'etsah*, "plano, conselho, decisão", próprios do vocabulário sapiencial, para criticar a maneira de se exercer a sabedoria, particularmente no que se

refere à política externa de Judá. Isaías, como profeta, prefere confiar em Iahweh e suas decisões e não em acordos diplomáticos[14]. É essa sua perspectiva também durante o conflito siro-efraimita.

Com todos esses dados, parece certo que Isaías é um profeta da corte. Ele detém o *habitus* dessa profissão, como denota sua fidelidade à tradição davídico-jerosolimitana. Todavia, mesmo atuando na corte, discorda radicalmente de posturas tal como aquela hipotetizada neste estudo – a do mundo sapiencial[15]. Isaías prefere confiar em Iahweh e essa é a base de suas admoestações ao rei. Deus já havia, por meio de seu profeta Natã, garantindo prosperidade aos davididas. Não há o que temer! Aliás, é justamente esse medo de Acaz que deve deixar de existir: o nascimento do Emanuel é uma garantia de que virão dias gloriosos como os da monarquia unificada.

Essa leitura demonstra o lugar de onde Isaías profetiza e deixa transparecer suas visões de mundo próprias de um indivíduo que pertence aos grupos dominantes de Jerusalém. No entanto, o mais curioso é a combinação inédita que o profeta faz, criando por assim dizer, uma *posição impossível* que não se prende às tradições nele incorporadas. Por ocasião da guerra siro-efraimita, nota-se como a história modifica a mensagem teológica de Isaías.

---

[1] LOZANO, A. & E.M. FERNÁNDEZ. *Análisis y comentarios de textos históricos*. Edad Antigua y Media. Madri: Alhambra, 1984, v.1, p.128-129.
[2] SILVA, C.M.D. da. *Metodologia de Exegese Bíblica*. São Paulo: Paulinas, 2000, p.22-35.
[3] DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 2000, v.2, p.353.
[4] TAVARES, A.A. Os hebreus perante a ofensiva assíria desde 746 a 722 a.C. (Queda da Samaria). *Didaskalia*. Lisboa, v.12, n.1, 1982, p.89-90.
[5] SCHWANTES, M. Sem crer não se permanece. Estudos exegéticos em Isaías 7,1-2+3-9. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo, v.12, n.46, 2004, p.99-118; BOUZON, E. A mensagem teológica do Immanuel (Is 7,1-17). *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.32, n.128, 1972, p.826-841.
[6] RAD, G. von. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Aste, 1974, v.2, p.140-165 (original alemão: 1960). Uma tentativa de ler a atuação de Isaías, particularmente, em momentos de crise política, a partir da tese de von Rad em RINGGREN, H. *La Religion d'Israël*. Paris: Payot, 1966, p.283-289.
[7] Os Anais de Teglat-Falassar III fornecem um referencial relativamente preciso do período. Consultá-los em PRITCHARD, J. B. (Org.) *Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament*. 3.ed. Princeton: Princeton University Press, 1969, p.282-284.
[8] A questão é debatida, relacionando-se ao uso do termo hebraico *'alma*. Algumas hipóteses sobre este texto são: a) uma chamada messiânica; b) Emanuel como filho de Isaías; c) Emanuel como nomes de recém-nascidos da época em agradecimento pela intervenção salvífica de Iahweh; d) *'alma* é a esposa do rei Acaz e, portanto, Emanuel seria Ezequias. A última opção é a utilizada nesta pesquisa, tendo em vista, especialmente, que o paralelo ugarítico de *'alma*, *glmt*, no texto Krt 204, designa a jovem esposa do rei que acaba de chegar na corte. Consultar o texto traduzido em GORDON, C.H. *Ugaritic Literature*. A comprehensive translation of the poetic and prose texts. Roma: Pontificium Institutum Biblicum, 1949, p.72.
[9] A noção de *habitus* é tomada de Pierre Bourdieu que trata mais recentemente do tema em *Meditações Pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.157-198.

[10] VAUX, R de. Jérusalem et les Prophètes. *Revue Biblique*. Paris, n.4, 1966, p. 495-501.
[11] CROATTO, J.S. *Isaías 1-39*. O profeta da justiça e da fidelidade. Petrópolis/São Paulo/São Leopoldo: Vozes/Metodista/Sinodal, 1989, p.65.
[12] BÍBLIA DE JERUSALÉM (A). 10ª. impressão revista. São Paulo: Paulus, 2001, p.1370, nota "b".
[13] WHITELAM, K.W. Realeza israelita. A ideologia régia e seus opositores. In: CLEMENTS, R.E. (Org.) *O mundo do Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 1995, p.130.
[14] Confira VERMEYLEN, J. Le Proto-Isaïe et la sagesse d'Israël. In: GILBERT, M. (Org). *La Sagesse de l'Ancien Testament*. Gembloux/Leuven: Duculot/Leuven University Press, 1979, p.39-58.
[15] É importante dizer que Isaías modifica suas percepções não apenas em questões políticas. Mesmo sendo um profeta "aristocrata", não deixa de lado a temática dos pobres, como se depreende de sua obra. Confira BERGES, U. Die Armen im Buch Jesaja. Ein Beitrag zur Literaturgeschichte des AT. *Biblica*. Roma, v.80, n.2, 1999, p. 160-165.

Rondon e o Processo Civilizador do Sertão Centro-Oeste e Norte Brasileiro

Fernando da Silva Rodrigues[1]

Este estudo sobre militares e política se insere no contexto histórico-político da primeira República no Brasil que foram delineados pela construção do Estado territorial, pela delimitação das fronteiras e pela construção da nacionalidade brasileira. Será neste contexto que o General Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro por formação, mas militar por profissão, ajudará a desenvolver uma missão civilizadora no sertão Centro-Oeste e Norte do Brasil, promovendo a integração do interior ao litoral, seja através da construção de linhas telegráficas, símbolo do progresso e de modernidade, seja pelas demarcações das fronteiras como fechamento de um ciclo aonde no Brasil vinha-se de longa data tentando-se estabelecer um domínio sobre o território que antes pertencia a Espanha e que foi incorporado ao espaço colonial português e posteriormente passa a pertencer ao Estado brasileiro com sua independência política.

Rondon foi um típico homem de seu tempo, com formação política e filosófica positivista, modelada pela Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV) reduto militar do positivismo no Brasil[2i]. Seus pensamentos civilizadores baseavam-se nos ideais científicos (estudos geográficos, topográficos, cartográficos, etnográficos etc.) e nos ideais de progresso (construção das linhas e estações telegráficas) de forma que realizariam a integração do Estado brasileiro principalmente com a ligação do litoral ao sertão desconhecido.

O General Rondon desenvolverá sua missão militar e civilizadora de forma a abrir mão de sua vida privada para se dedicar exclusivamente a sua vida pública a serviço do Estado, cumprindo a missão de resgatar os sertões brasileiros. Bom para o Estado, melhor para o Exército que mantinha suas tradições castrenses com as atividades desenvolvidas pelo General Rondon.

Suas ações pelos sertões brasileiros foram muitas: passou pela construção das linhas e estações telegráficas, pela criação e direção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em

1910, pela expedição científica Roosevelt-Rondon em 1913 e 1914, pela chefia da comissão de inspeção de fronteiras entre 1927 e 1930, até a função de delegado do Brasil junto à comissão mista internacional Peru-Colômbia, com sede em Letícia, em 1935.

Segundo os clássicos escritos sobre a História do Brasil, baseados numa história política tradicional, factual ou, como diriam os fundadores da *École des Analles*, *evenementielle*[3], as ações do General Rondon tinham como ideal a integração e a civilização do sertão, principalmente dos grupos indígenas brasileiros esquecidos no seu "atraso cultural", na sua condição de "sociedade inferior"[4]. Rondon deveria rasgar as matas misteriosas e resgatar seus nativos da barbárie, trazendo-os para a civilização. Deveria unir o território, conhecer sua natureza, considerada hostil e desconhecida, ser a peça fundamental de uma articulação política ao qual estava a serviço. Seria um símbolo nacional republicano: militar, positivista, patriota e civilizado.

O ser engenheiro militar nessa época (ter uma formação positivista e estar a serviço do Estado) é fator preponderante na configuração do elemento que vai conduzir este processo civilizador contemporâneo. O lema "Ordem e Progresso" tem o poder simbólico de garantir a integração do território nacional através de um progresso científico desenvolvido pelo Exército, instituição pública a serviço do Estado. As linhas telegráficas e as demarcações de fronteiras empreendidas pelo General Rondon tornaram-se representações de poder promovendo a extensão das ações do Estado como centro político para suas regiões periféricas.

No início do século XX Rondon recebeu a missão de levar o telegrafo para região Centro-Oeste, prolongando a linha do sul do Estado do Mato Grosso ao Amazonas. Até 1900, se alguém do Rio de Janeiro quisesse falar com o sul do Mato Grosso, precisava navegar pelo Atlântico Sul, entrar na Bacia do Prata e subir o rio Paraguai até chegar ao destino. Em síntese, não havia estradas contínuas nem comunicação rápida com a região, tornando a Bacia do Prata área de interesse estratégico e tensão entre as nações do Cone Sul.

Foram feitas varias tentativas para levar o telégrafo até o Centro-Oeste, mas o Pantanal e a floresta dificultavam toda ação do Estado com esse intuito. Ou seja, até 1900, nossas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia continuavam desguarnecidas e isoladas do resto do Brasil.

No ano de 1906, o então presidente da República Afonso Pena, incumbira Rondon de construir a linha telegráfica que ligaria através do sertão o Estado do Mato Grosso à Amazônia.

Bolívia e Brasil disputavam terras do Acre e o Brasil propôs um acordo em troca das terras, daríamos uma saída para o mar, através da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por onde a exportação boliviana viria até o Rio Madeira, embarcaria em navios, percorreria o Amazonas e seguiria destino pelo Atlântico. No entanto, para conseguir tal feito, o Brasil precisava estabelecer comunicação rápida com a Amazônia, pois o Estado precisaria controlar o comércio internacional que atravessaria nosso território.

A missão de ligar o Mato Grosso à Amazônia foi desenvolvida em três etapas: em 1907, é estabelecida a base para o início das operações a partir do Rio Juruena rumo ao Rio Madeira; em 1908, chega à Serra do Norte, cumprindo mais uma etapa de sua missão; em 1910, chega ao destino, no porto de Santo Antônio do Rio Madeira.

No ano de 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pelo presidente Hermes da Fonseca que convidou Rondon para chefiá-lo. A liberdade dos índios continuava sendo vista pela ação tutelar do Estado, dali se processara sua inserção na sociedade civilizada. Os homens do Estado, principalmente os que pertenciam às instituições de formação positivista, avaliam esta inserção do índio pelo progresso dirigido, como no trecho abaixo se fez pronunciar Luís Horta Barbosa, que exercera o cargo de diretor do SPI:

> "O serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos, conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução das ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos, e dos meios de usar a arte e de coser, à mão e a máquina; a preparação dos seus alimentos pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro, etc...; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto ele

> tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo este trabalho, resulta que o índio e não um mísero ente sem classificação social, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar."
>
> (Amílcar 1946:55)

O contato com a civilização seria promovido através da organização de povoações indígenas pelos Postos de Atrações e Postos de Pacificação, subordinados ao SPI. Tornaram-se posições intermediárias entre a selvageria e a civilização. Locais próprios para iniciar o processo civilizatório dos grupos indígenas, que em seguida seriam inseridos na sociedade civilizada.

A expedição Científica Roosevelt-Rondon, de 1913 a 1914 pelo sertão da Amazônia, pode sintetizar bem os interesses internacionais, que pretendia estabelecer o ideal civilizatório como forma de articulação de poder e dominação através do eixo centro-periferia.

Logo, percebemos que o Brasil científico da primeira república via em militares como Rondon o símbolo de todos os seus ideais. O general seria a porta de entrada para o mundo civilizado. O Estado percebia, nos elogios internacionais recebidos, que o caminho para o reconhecimento da condição de civilizado também passava por Rondon e por seus trabalhos realizados demonstrando o momento de projetar o outro Brasil, aquele que era tratado como exótico: o sertão centro-oeste e norte brasileiro.

O período de 1927 a 1930 foi crucial para História Política do Brasil, com relação ao estabelecimento das fronteiras terrestres do centro-oeste e norte brasileiro. O telégrafo de Rondon tomou posse sobre o Centro-Oeste e a Amazônia, mas a Comissão de Inspeção de Fronteira completara o trabalho de consolidação de nossa soberania territorial, ratificando as nossas reais fronteiras.

Em 1927, o então presidente da república Washington Luiz solicita que sejam inspecionadas as fronteiras do país até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo, portanto, o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteira. A expedição tinha por tarefa atingir a linha de fronteiras do Brasil com

a Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, sendo amplamente registradas através de fotografias, cartas topográficas, documentos escritos e filmes.

Para análise deste momento utilizamos principalmente as fotografias produzidas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, em que tomamos por princípio a identificação das ações dos expedicionários de forma que pudéssemos entender a construção de uma parte do processo intervencionista do Estado no sertão centro-oeste e norte brasileiro. Neste caso, foi dada prioridade à análise da produção fotográfica militar que merece destaque no contexto nacional por ter sido desenvolvida dentro de uma instituição que representa o interesse do Estado, o Exército brasileiro. Nosso objetivo foi articular a produção cultural a uma política de Estado.

Para realizar este trabalho, tomamos como base as teorias de análise iconográficas, apoiado no ideal de um processo civilizador para o sertão brasileiro na primeira República, articulados pela abordagem de uma nova história política vista pelo uso dos sistemas de representações e dialogando com a semiótica.

A história da fotografia buscou levantar os processos evolutivos da técnica fotográfica, além de discutir sua inserção no que seria o circuito social deste tipo de imagem (produção, circulação e consumo).

Segundo Boris Kossoy, a invenção da fotografia irá permitir ao homem congelar um fragmento de uma realidade que se materializará sobre uma superfície tratada. A partir desse momento tornava-se a imagem fotográfica um documento.

A fotografia é o resultado do ato de fotografar exercido pelo homem, que num determinado espaço e tempo escolheu um tema para ser registrado. Conforme Boris Kossoy, o fotógrafo é classificado na forma de filtro cultural, que ao registrar um evento e transformá-lo em um documento fotográfico, colocou seu olhar a serviço de sua ideologia e interesses.

> "Toda fotografia é uma testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação. Por outro lado, ela representa sempre a criação de um testemunho". (KOSSOY 2003:50)

A fotografia original adquiriu a condição de fonte primária, através da qual podemos analisar um determinado fato histórico ocorrido. A sua reprodução torna essa mesma fotografia uma fonte secundária, que será um multiplicador de conteúdo ou um instrumento de disseminação da informação histórica.

Individual ou coletiva, a produção fotográfica pode ter vários agentes históricos que se desenvolvem em diversos ambientes que são retratados e que podem servir como transmissor de uma mensagem codificada.

Esta produção fotográfica, não deve ser tratada como um processo natural, mas sim de esforços concentrados para mostrar um momento específico.

No caso das ações do General Rondon pelo sertão, verifica-se uma certa intencionalidade com relação à documentação produzida, pois na condição de documento[5] as fotografias[6] servirão de registros do Estado no processo civilizador e na intervenção do sertão, condição essencial para se estabelecer a soberania sobre as fronteiras internacionais.

As fotografias analisadas integram cinco álbuns da Comissão de Inspeção de Fronteiras no período de 1927 a 1930, chefiadas pelo General Rondon. Os álbuns estão assim divididos: primeiro, Pará e Amazonas, no ano de 1927; segundo, refere-se a Campanha de 1928/1929 (Primeira Parte), da cidade de Óbidos, rio Amazonas ao Alto da Cachoeira Grande; terceiro, a Campanha de 1928/1929 (Segunda Parte), da Barra do rio Marapi sobre o rio Parú do Cuminá ao acampamento da Cabeceira Rica ao sopé do Pico Ricardo Franco e Campos Gerais ao Sul da Serra de Tumucumaque no Estado do Pará; quarto, a Campanha de 1927/1928 (Terceira Parte), que são panoramas fotográficos do topo do Pico Ricardo Franco para documentar a conformidade do Arco formado pela Serra Tumucumaque na cabeceira do rio Parú do Cuminá com a presença de índios Tiriós, Rangús e Uianás; e, por último, o quinto álbum da Campanha de 1929/1930 (Segunda Parte), da Barra do rio Acre sobre o rio Purus no Estado do Amazonas à mina de manganês de Urucum, na cidade de Corumbá no Mato Grosso.

No material documental iconográfico (fotografias e filmes) produzido pelas turmas de inspeção de fronteiras percebemos uma grande parcela deles privilegiando o tema espaço geográfico e que confirmaram uma intenção de se estudar o meio natural do sertão brasileiro o qual seria utilizado não só para reconhecer as nossas fronteiras terrestres como também para estudos geopolíticos visando futuras intervenções diretas do Estado, ou seja, uma real intenção de se conhecer o território para se conquistar a soberania.

O estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado fatalmente passa por todos os campos, desde do material até o pessoal. Percebemos nos álbuns analisados uma grande quantidade de imagens dos grupos indígenas brasileiros e de Estados fronteiriços, além de algumas imagens de negros que habitavam as regiões percorridas pela expedição. Estes estudos etnográficos tinham por objetivo estabelecer o grau de desenvolvimento material destes grupos considerados inferiores e facilitar o processo civilizatório e intervencionista.

Logo, com essa trajetória desenvolvida no âmbito da História nacional brasileira e desempenhando atividades articuladas ao governo central, Rondon pode ser identificado como um instrumento do Estado neste processo civilizador[8] do sertão.

No caso das ações do General Rondon pelo sertão, é possível que se verifiquem certas intencionalidades do Estado ao promover estas missões civilizadoras: defesa militar das nossas fronteiras na América do Sul; preservação da independência política, através de uma soberania sobre o território que passaria a ser reconhecido nacional e internacionalmente pelas eficientes demarcações de fronteiras terrestre que a Comissão de Inspeções de Fronteiras realizou no período de 1927 a 1930; reconhecimento de um território desconhecido; e o processo de integração sertão-litoral via processo civilizador dos diversos grupos indígenas diminuindo as tensões existentes entre o litoral civilizado e o sertão selvagem.

---

[1] Mestre em História pelo PPGHIS da Universidade Severino Sombra, pesquisador do Arquivo Histórico do Exército e do Laboratório de Estudo Sobre Os Militares na Política (LEMP) do IFCS/UFRJ, Professor da cadeira de História do Brasil V, África e Prática de Ensino de História da Universidade Iguaçu.

[2] CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrindo o Brasil).

[3] CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). ***Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia.*** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
[4] LARAIA, Roque de Barros. ***Cultura: um conceito antropológico***. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2002.
[5] FEBVRE apud LE GOFF, Jacques. ***Documento/movimento***. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda (V.1) Memória-história p.98, 1984.
[6] Como dizia Jacques Lê Goff, a fotografia pode ser considerada simultaneamente uma imagem/monumento e uma imagem/documento. No primeiro momento ela é considerada um índice, como uma marca de uma materialidade passada, na qual os objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado, ou seja, condições de vida, a moda, a evolução urbana ou rural etc. No segundo momento, a fotografia é um símbolo, aquilo que no passado à sociedade estabeleceu como a única imagem a ser lembrada posteriormente.
[7] KOSSOY, Boris. *Fotografia e História***.** São Paulo: Ática, 1989.
[8] ELIAS, Norbert. ***O Processo Civilizador**: **uma história dos costumes***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

Varões para o Futuro:

O Ginásio Diocesano e a reprodução das elites na Princesa da Serra (1931-1942)[1].

Fernando Leocino da Silva[2] - UDESC

Norberto Dallabrida[3] – UDESC

Na ensolarada manhã primaveril de 25 de novembro de 1936 todos os olhares da Serra catarinense voltavam-se para o majestoso e onipresente prédio do Ginásio dos franciscanos. Sob a atenção de altas autoridades municipais e de municípios vizinhas; a escola movimentava-se em festa pela consagração da primeira turma de bacharéis ginasianos, um momento sublime que durante décadas Lages aguardava ansiosamente, a semente antes enraizada começava a fornecer seus frutos para a sociedade. Um momento sem igual, neste dia, os padres franciscanos selavam sua obrigação ao entregar o produto final de um compromisso assumido anos antes quando da fundação do *Ginásio Diocesano*, em ministrar a educação secundária para os filhos dos grandes varões das terras de Correia Pinto. Esta é a idéia central entendida nas páginas do "Écos" – periódico anual da escola – onde ainda é destacado como uma data que:

> Significa para nós uma auréola aos nossos labores insanos e decididos, de anos a fio. Significa o triunfo da firmeza, perseverança e intrepidez. E é também, ainda, prova de confiança e apreço, da parte de tantos queridos lageanos, para com esse seu estabelecimento de ensino secundário. A êles, pois, toda a nossa gratidão[4]

Tudo deveria sair perfeitamente correto, era afinal de contas um momento de construção da imagem do *Diocesano* diante da "nobre e distinta seleção da elite lageana" presente no tão importante ato. Os formandos, assim como os outros ginasianos, em seus impecáveis uniformes de gala aguardavam seus progenitores e familiares no portão para visitarem as

dependências da escola e serem conduzidos para as solenidades de formatura e encerramento do ano letivo.

A breve manhã era aproveitada para apresentar resumidamente um pouco da educação de *distinção* dada aos alunos. Religiosa que era tal escola, iniciava a inolvidável data "com um ato de agradecimento para com o Supremo Senhor das inteligências" em alusão a solenidade religiosa assistida na suntuosa catedral Diocesana. Seguida da caminhada até o salão nobre do Ginásio, ali onde se corporificaram diante das pessoas todas as evidencias de uma educação de distinção. Começava a solenidade com o Hino Nacional, símbolo do patriotismo brasileiro que a escola encarregava-se de transmitir ao seu alunado. Seguido da distribuição de prêmios aos melhores alunos por série e disciplinas curriculares que durante o ano ganharam destaque – eram modelos a serem seguidos pelos outros ginasianos. Entremeados dos discursos carregados pelo patriotismo e religiosidade dos novos bacharéis, seus professores e seu paraninfo, eram cantados pelo coral da escola canções em diversas línguas demonstrando um pouco do conhecimento construído nas salas de aula dessa escola de distinção.

Elencando alguns elementos desde dia incomum do *Diocesano* - discursos proferidos por alunos; missa na catedral Diocesana com a presença do Bispo; entrega de prêmios; uniformes de gala; canto-coral; presença de autoridades - levantam-se claras denuncias de que esta não era uma escola qualquer. Ao contrário das escolas criadas com a "Nacionalização" do ensino do período da dita era Vargas, o *Ginásio Diocesano* mais que isso era um espaço preparado para os filhos da classe abastada de Lages. Era esta uma escola de educação confessional cristã católica, privada e voltada para um público masculino, como parte de um processo que se ateve a formar com caráter de distinção aqueles que em um futuro próximo tomariam as rédeas do poder nas terras da Serra Catarinense. Filhos dos grandes fazendeiros e profissionais liberais eram o público alvo desta, que procurava conferir a instrução secundária na constituição e configuração dos Futuros Varões - Varões do Senhor e Varões do Poder.

A Igreja Católica, no contexto dos anos 30 se reinventava, se rearticulava, e investia profundamente em estabelecimentos educacionais em Santa Catarina, aproveitando-se da nova ordem política que ascendia ao poder no Brasil. Sua preocupação, desde décadas antes no planalto catarinense, vinha constantemente na procura de criar meios e formas de permanência do poder religioso entre as elites[5]. Neste sentido seu principal investimento durante as décadas de 30 e 40 do século XX estava pautada na formação de "Varões do Senhor", no intuito de formar a futura classe dirigente dentro dos preceitos da religiosidade católica, criando assim, bases de legitimação de seus futuros projetos.

A elite fazendeira que há muito vinha se preocupando com o espaço social conferido pela escola até a década de 30 mandava seus filhos para estudar principalmente o Ginásio Catarinense (Florianópolis) e Ginásio Conceição (São Leopoldo). No entanto, a partir desta década, tendo a possibilidade de criar o seu próprio Ginásio, para que de forma mais próxima pudesse controlar os objetivos de seu ensino, consegue em uma interface com a Igreja Católica, o poder estadual e o poder municipal ganhar a equiparação do Ginásio Pedro II (Rio de Janeiro). Neste sentido, os fazendeiros-políticos preocupavam-se na formação do "Varão do poder" - fabricar um homem para o amanhã, assegurando uma formação que atendesse a expectativa da elite fazendeira para com seus descendentes. Era por assim dizer um projeto onde as práticas escolares visavam moldar o homem serrano, o futuro varão, um padrão de vida que legitimasse e naturalizasse a manutenção do *status quo* de seus progenitores, de mando político e administrativo das terras de Correia Pinto e suas imediações. Lages, neste contexto, procurava se firmar como centro econômico da Santa Catarina, o ciclo das madeireiras lhe conferia isso, necessitava neste cenário formar laços, compor um conjunto de dirigentes que tivessem clara a importância das terras lageanas na vida política e administrativa do Estado, frente à elite política do Vale do Itajaí.

O *Ginásio Diocesano* como espaço de distinção, assim se constituía a imagem da escola dos varões, afinal de contas por ser única no planalto e pela forma como dava

prosseguimento a construção do conhecimento escolar – o que pode ser entendido como "capital cultural"[6]– esta tinha o intuito que visava a legitimação e a naturalização do poder a partir de uma educação diferenciada das outras escolas lageanas[7]. Este conhecimento que tinha por objetivo tanto instruir como e educar era pautado por dois elementos tidos pelo corpo dirigente da escola como essenciais: a de ser *católico* e ser *patriota*. Como é destacado por um dos alunos em seu pronunciamento de orador da turma de 1936;

> Nós moços brasileiros, que trazemos em nossa alma o amor entranhado á nossa querida Pátria e á religião dos nossos antepassados, estejamos sempre alertas, sempre unidos, trabalhando sempre para o engrandecimento de nosso querido Brasil e para a glória de nossa Religião[8].

Eram, pois, estes elementos unidos na configuração da imagem e modelo ideal de que o *Diocesano* procurava produzir. A fé e a pátria eram presentificados cotidianamente nas atividades escolares, quase sempre unidas no intuito de naturalizar em seu corpo discente o enlace mútuo entre o catolicismo e o patriotismo, elementos evidenciados pelo projeto de seus dirigentes como essenciais para o futuro de Santa Catarina e do Brasil. Neste âmbito, se constrói a representação do inimigo, o outro, o exemplo a não ser seguido, assim, era muito presentificada a imagem do comunista soviético e as "barbaridades" que estes homens sem religião causavam ao mundo, como é confirmado por um aluno em sua na fala de despedida quando das solenidades de formatura de 1936,

> A mocidade hodierna vê-se a braços com graves responsabilidades. O mundo inteiro se debate em uma anarquia espantosa. Vede a guerra civil na Espanha que tem atraído a atenção do mundo inteiro. Ouvi os gritos de rancores que os inimigos de Deus erguem ao céu! Contemplai os esforços do comunismo soviético que tenta apoderar-se da Europa. (...) A única luz que ainda brilha nessa atmosfera pesada é a esperança que os povos depositam nos jovens ainda não contaminados pelas doutrinas errôneas e pelo vil materialismo.[9]

Com um imaginário construído do inimigo, os caminhos ficavam abertos para a emolduração do homem católico e patriótico.

Muitas interrogações surgem da maneira como é constituída essas idealizações entre a fé e o patriotismo, desta maneira nas linhas que seguem alguns elementos serão discutidos no propósito de perceber como é cuidado a corporificação no cotidiano escolar desta educação dita de distinção.

Durante o tempo de analise desta pesquisa[10] as disciplinas curriculares tem sempre a frente um professor - assim como todos os alunos também do sexo masculino – sendo seu titular ou auxiliar de sala um padre franciscano. Isto dá base para pensar que estes se mostravam preocupados em garantir uma educação que denotasse o freqüente ensino a partir do viés católico de pensar o mundo. Sendo os professores leigos e religiosos, além da preocupação com a religiosidade, o plano de aulas – português, francês, inglês, alemão[11], latim, história, geografia, ciências naturais, química, física, matemática, desenho, religião e canto orfeônico, de acordo com cada série – como descreve o inspetor de ensino do Ginásio quando da observação das aulas ministradas na escola,

> vasando-as em linguagem simples e entremeando-as, sempre que possível lhes offececia a opportunidade, de ensinamentos de educação moral e cívica, a fim de adaptar o ensino, o quanto possível, ás novas correntes de renovação pedagógica.[12]

Assim é demonstrada também a preocupação de aproximar os mais diferentes assuntos com os preceitos de moral patriótica, na idéia de um “ensino ativo” na formação escolar do ginasiano. Percebe-se que diariamente durante todas as horas de sala de aula os alunos eram constantemente habituados a verem os preceitos católicos e cívicos como partes naturais da construção do seu conhecimento escolar.

As datas patrióticas eram momentos sublimes na aproximação entre tais elementos, comemorações como “Dia de Tiradentes”, “Dia da Pátria”, “Dia da Bandeira”, “Dia da Republica”, as festividades que envolviam o Ginásio, assim como, as escolas de ensino primário da cidade, além das autoridades municipais, eram sempre iniciadas com a santa missa na catedral Diocesana – parte religiosa - para posteriormente começarem os garbosos desfiles

cívicos, pronunciamentos públicos e atividades esportivas, das quais eram antecipadamente muito aguardadas pelos alunos. Eram datas onde se celebrava o sagrado e o profano unidos pelo ideal de distinção.

Interessante é ainda perceber que no conjunto das atividades curriculares as disciplinas de religião e música durante boa parte dos anos em analise funcionavam em um mesmo horário para todas as séries ginasiais. Isso demonstra a busca de uma homogeneidade na educação dos alunos no que tange a formação religiosa, assim como, a vida e obras de grandes musicistas patrios, como exemplo Carlos Gomes, no que tange o patriotismo na vida dos alunos nas aulas de canto orfeônico.

Outros elementos podem ser evidenciados na vida escolar do *Diocesano*, no que lhe confere a naturalização e construção de um capital cultural ligado à religiosidade e a brasilidade. Eram elas as Associações de alunos: ligado ao catolicismo estava a fundação da Congregação Mariana de "Nossa Senhora do Bom Conselho e São Luiz Gonzaga", que conferiam aos seus congregados a organização das festividades religiosas na escola – de participação livre, no entanto com quase todos os alunos - , e ligada à civilidade e patriotismo estava a "Associação dos Escoteiros Católicos", agremiação esta responsável pelas atividades cívicas desportivas do Ginásio. Assim os mesmos alunos participavam de ambas as associações, ora celebrando a pátria, ora celebrando a fé, em uma conjuntura onde aprendia a "importância" de tais elementos da formação de seu hábito. Além disso, o espaço da escola era constantemente marcado pela fé, os quadros e imagens de santos, passagens bíblicas estavam presentes em todas as salas de aula, nos corredores, nas salas de visita, além da grande cruz estampada na nave central do prédio de três andares, o patriotismo também estava marcado pelas inúmeras bandeiras nacionais espalhadas pelos corredores e pelas imagens de "grandes homens" distribuídos pelos diversos espaços escolares. Eram estes elementos constantemente avistados, fazendo um convite os ginasianos - os futuros varões - a rememorar seu papel de católico-patrióta e futuro dirigente das terras da "Princesa da Serra".

Enfim por de traz da imagem de distinção – ao ser católico e patriota - conferida pelo *Ginásio Diocesano* estão elementos que não podem ser encarados de forma simplificada, por detrás deles estão marcados de forma clara projetos das classes mais abastadas - das elites - pela reprodução e perpetuação de suas famílias no poder. Desta forma, os elementos ditos "essenciais" da escolarização ajudam a refletir sobre as disposições, sensibilidades e habilidades sociais que o projeto escolar procurava produzir em seu corpo discente, fatores estes tão significativos para sua estratificação social quanto para a distribuição de diplomas para que os alunos pudessem entrar tanto na Universidade como nas carreiras públicas. Em levantamento prévio é possível destacar através da trajetória dos alunos egressos, que a partir das bases constituídas no Diocesano foi possível acessar a carreiras ligadas a medicina, odontologia, direito, agronomia, química industrial, a se efetivarem em carreiras do funcionalismo público, além é claro, de se lançarem à carreira pública no legislativo e executivo municipal das terras lageanas e municípios circunvizinhos, assim como, ao legislativo do cenário estadual. Desta maneira, julga-se importante perceber a utilização da escola em estratégias de inserção social em um espaço para a constituição de redes de influencia e núcleos de formação de poder estruturados por relações de amizade – simplificando a idéia de capital social dos pensamentos de Bourdieu - no que tange a perpetuação do poder político e administrativo das terras da serra catarinense.

O Ginásio não pode, neste cenário, ser pensado isoladamente do contexto que o rodea, seus dirigentes o apropriam de características que embasam uma preocupação ligada ao contexto nacional (contra o comunismo, em apoio à democracia), estadual e municipal (afirmação do poder político dos luso-brasileiros frente aos teuto-brasileiros) onde corporifica seu projeto de cunho patriótico e religioso criando bases autenticas para seus desdobramentos.

Por fim, não era esta educação de formação *distinta* aberta ao alcance de todos, ali não estavam nem os negros, nem os índios, nem as mulheres, era uma escola para os homens, mesmo assim não era para todos, era sim para os filhos dos grandes varões da elite das terras

lageanas. Ali estavam os Arruda, os Ribeiro, os Costa, os Waltrick, os Córdova, e sem sombra de dúvida os Ramos que aprendiam desde cedo a naturalizarem a trajetória que os aguardava, de ser de um dirigente – um varão do senhor, um varão do poder.

---

[1] Esta analise tem como pano de fundo as problematizações levantadas pelo trabalho de conclusão do curso "Faróis para o futuro: O Ginásio Diocesano – a luz esclarecedora da Princesa da Serra – 1931/1942; pesquisa esta ligada ao projeto "O ensino secundário em Santa Catarina entre as décadas de 1930 e 1960: redes e culturas escolares" financiado pelo Pibic/CNPq.

[2] Acadêmico da oitava fase do curso de Licenciatura e Bacharelado em História – UDESC, bolsista de iniciação científica Pibic/CNPq. Email: pesquisafer@yahoo.com.br

[3] Professor Doutor do Departamento de História – UDESC. Orientador do trabalho de conclusão de curso e da Pesquisa Pipic/CNPq. Email: norberto@udesc.br

[4] SOLENE Encerramento do ano letivo. **Ecos do Ginásio Diocesano**. Lages, dez.1936. p.10

[5] SERPA, E.C. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis;Ed. Da UFSC, 1997.

[6] BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.). Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

[7] Figuram além do Ginásio Diocesano (educação secundária), o Colégio Santa Rosa de Lima (ensino primário), Grupo Escolar Vidal Ramos (ensino primário), o Instituto de Educação (ensino profissionalizante normal) e no começo dos anos 40 surge o Colégio Agrícola Caetano Costa (ensino agrícola).

[8] RAMOS NETO, B. Discurso do orador da turma. **Ecos do Ginásio Diocesano**. Lages, dez.1936. p.15.

[9] GRANZOTTO, E. Oração de despedida. **Ecos do Ginásio Diocesano**. Lages, dez.1936.p.13

[10] Nesta pesquisa é evidenciado o cenário escolar instituído entre 1931, ano de efetivação do Ginásio Diocesano, até 1942, ano da criação de sua seção feminina, ano também da Reforma Educacional "Gustavo Capanema" que dá nova configuração ao currículo do ensino secundário.

[11] Somente até 1937, depois por decreto nacional ela sai do currículo do ensino secundário.

[12] RAMOS JUNIOR, H. Informações mensais. **Relatório Mensal do Collegio Diocesano**. Lages, dez.1935.

A Revista Americana e a construção de um projeto para a América do Sul

Fernando Luiz Vale Castro – PPG-PUC-Rio

É objetivo de nosso trabalho analisar a importância que assumiu entre os intelectuais brasileiros e latino-americanos a Revista Americana, periódico dirigido pelos diplomatas Araújo Jorge, principal responsável pela revista, e Delgado de Carvalho, e pelo jornalista Joaquim Viana, editada, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1909 e 1919.

São quatro os pontos que justificam o desenvolvimento dessa pesquisa, a saber: o período no qual a revista circulou; o local da edição; o fato de ser uma publicação que partiu de dois diplomatas diretamente ligados ao Barão do Rio Branco; e por ter se notabilizado pela apresentação de grande variedade de temas, contando com a participação de uma série de intelectuais e diplomatas de destaque no cenário latino-americano.

O período no qual a Revista Americana circulou foi extremamente fecundo no debate intelectual brasileiro e latino-americano, tendo marcado profundas transformações nos campos político e cultural, fato que faz a época ser uma das mais privilegiadas pela historiografia nas análises acerca da intelectualidade do continente.

Na América, desde os oitocentos, principalmente na segunda metade do século, as interpretações dos intelectuais, no sentido da construção de identidades nacionais, seguiam uma via de mão dupla, ora em direção ao cosmopolitismo, ao pensar a realidade americana como parte integrante do concerto cultural europeu, vinculando-a a esse projeto civilizador, ora redimensionando essa perspectiva cosmopolita aproximando-se de uma discussão de aspectos particulares da cultura americana.

Outro ponto que justifica a importância de se estudar os intelectuais em torno da Revista Americana encontra-se no fato dela ter sido editada na cidade do Rio de Janeiro e de ter partido de diplomatas que faziam parte, mesmo que burocraticamente, da cúpula do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), instituição de relevo no contexto político e cultural

brasileiros, com seus membros assumindo, desde a época imperial, papéis de destaque no cenário nacional.

O fato da revista ser editada na principal "arena cultural" do país, nos obriga a pensá-la a partir das relações que articulam os contextos urbanos e "seus" intelectuais. Compreender a cidade para além da perspectiva administrativa, econômica, financeira e política, nos leva a pensá-la como um local de múltiplos aspectos sociais e culturais constituindo-se, ao mesmo tempo, em produtor e produto das ações, tanto dos atores individuais quanto dos coletivos que nela circulam.

Ao se trabalhar com intelectuais torna-se fundamental, para a compreensão de seus projetos, a observação da interação desses projetos com o meio no qual eles são pensados e postos em prática. No caso da cidade do Rio de Janeiro vários são os trabalhos que buscaram analisar as características históricas da cidade[1], características estas que tiveram grande influência no tipo de intelectual e de produção cultural nela desenvolvida. O fato da cidade ter se constituído, ao longo do Império e das primeiras décadas republicanas, na capital cultural e simbólica e não apenas na capital política do país nos remete à noção de "capitalidade"[2]. Esta noção nos permite atrelar o desenvolvimento da cidade à forte presença estatal, fato que leva o intelectual carioca a ser marcado por um forte vínculo com o estado, na medida em que a maioria dos intelectuais era composta por funcionários públicos de todos os escalões.

Segundo Jeffrey Needel[3] essa elite cultural, articulada ao Estado, promoveu e "perpetuou" os seus interesses ao desenvolver paradigmas culturais aproximando-os da realidade brasileira. Essa perpetuação ocorreu por meio de instituições formais e informais que tinham em comum o fato de serem locais públicos e com funções específicas no interior do universo da elite e por conseguinte do Estado.

Os projetos culturais das duas primeiras décadas do século XX, na cidade do Rio de uma integração a partir de uma série de redes de sociabilidade formadas entre os vários grupos intelectuais, nos vários locais construídos na capital do país.

Na nossa opinião a compreensão das ideais e propostas de qualquer grupo intelectual, principalmente em "arenas culturais"[4], perpassa pela análise da dimensão simbólica e da

dimensão organizacional da produção intelectual em uma série de instituições culturais. Nesse sentido a Revista Americana pode ser considerada um lugar de sociabilidade intelectual privilegiado para se pensar uma série de questões inerentes à intelectualidade das duas primeiras décadas do século XX.

Nesse particular torna-se fundamental analisar os intelectuais que transitaram em torno da Revista Americana lançando luz sobre a atuação do Itamaraty e de seu corpo diplomático no debate intelectual da época, questões praticamente inexistentes na historiografia sobre intelectuais.

De acordo com Sérgio Danese[5], o Itamaraty exerceu papel fundamental na criação de uma cultura nacional, com traços próprios de identidade, e na função de incorporar, em seu referencial, aspectos da realidade geográfica e cultura do país. Uma rápida análise sobre o Itamaraty nos permite afirmar que ele se tornou um privilegiado local de sociabilidade nas primeiras décadas da República, apesar da presença de uma clara herança imperial entre os diplomatas que, no entanto, não representou um afastamento da ordem republicana. A diplomacia, mesmo "saudosa" da Monarquia, assumiu suas funções de agente do Estado republicano, tanto interna, quanto, e principalmente, externamente.

Convém salientar que a primeira década do século XX, mais precisamente no período de 1902 a 1912, o Itamaraty viveu o período conhecido como o da "diplomacia do Barão", um "marco na História das relações internacionais do país: verdadeiro ponto de inflexão", coincidindo com o apogeu da primeira República, após a presidência de Campos Salles na qual o país teve as suas finanças saneadas devido ao êxito do *funding loan* e da exportação do café e de outros produtos.[6]

A estratégia política do Barão foi marcada por uma dupla perspectiva: internamente o Itamaraty aproximou-se das oligarquias que dominavam o sistema político; externamente observou a nova ordem internacional que estava redistribuindo o poder com a ascensão dos Estados Unidos à condição de potência. Nas palavras de Rio Branco: *"A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo*

Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro"[7]

Há que se destacar, porém, que esta "americanização" assumiu um certo pragmatismo, uma vez que Rio Branco observou a impossibilidade de, ao menos naquele momento, de se formar no "continente" latino-americano um bloco capaz de opor-se aos Estados Unidos, devido a falta de coesão entre os países de origem hispânica e destes com o Brasil.

De acordo com Sérgio Danese, tão logo foram resolvidas as questões das fronteiras, coube à diplomacia brasileira se constituir, também, em instrumento do desenvolvimento dos demais projetos do Estado, a saber: o social e o cultural, passando, a diplomacia, a "trabalhar intensamente para colocar o Brasil no caminho da integração regional com uma contribuição expressiva na dimensão sócio-cultural da construção da nacionalidade que tem relação direta com o avanço do projeto de desenvolvimento em suas ramificações externas".[8]

Corrobora com essa perspectiva o início de um certo processo de profissionalização do corpo diplomático brasileiro posto em prática por Rio Branco. Na época do Barão o Itamaraty passou a se preocupar com a formação cultural e política de seus diplomatas que, até então, ingressavam na carreira apenas por meio de relações pessoais. Outrossim o gabinete do Barão incentivou a intermediação nos processos de definição da nacionalidade, que se fez em função de relações capitais no plano externo, capitais porque ofereciam elementos de contraste, de competição, de cooperação, de resistência, de influência que ajudaram a "forjar a nacionalidade".

Apesar de breve, o exposto justifica o interesse sobre a Revista Americana, uma vez que a julgamos de extrema relevância para a compreensão do cenário político - cultural da época, bem como a consideramos a primeira manifestação organizada por um órgão ligado ao Estado brasileiro que objetivava pensar a cultura e identidades nacionais, sendo que esta deveria ser inserida num projeto intercontinental, fato que demonstra um certo vanguardismo em relação a boa parte da intelectualidade daquele período.

No editorial do primeiro número afirma-se que Revista tinha como objetivo

> ***"Divulgar as diversas manifestações espirituais da América e seguir ao mesmo passo, paralelamente, o traçado superior da sua evolução política e econômica, tornando-se um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo.***
>
> ***Ella facilitará ao historiador e ao geographo, ao político e ao jornalista, ao artista e ao philosopho, elementos seguros determinantes de uma noção exacta e precisa dos múltiplos e paradoxos, aspectos da nossa vida espiritual."*** [9]

De acordo com Álvaro da Costa Franco[10], Diretor do Centro de História e Documentação do Itamaraty, a Revista Americana surgiu como um projeto inovador de cooperação intelectual internacional desempenhando, durante dez anos, papel de grande relevância, e único, em nosso cenário cultural, sendo núcleo de cooperação entre intelectuais americanos. Esta cooperação teria funcionado como alicerce da política de aproximação com os "vizinhos" do Brasil. Tal aproximação segue a lógica da política externa da época, defensora do princípio do Pan-americanismo, reforçada bastante na primeira década do século XX, período consagrado pela historiografia como sendo da "diplomacia do Barão", fase, conforme já salientado, de clara aproximação entre os Estados Unidos e o Brasil, como podemos constatar, por exemplo, na realização da III Conferência Internacional Americana, na qual ficou patente a política de *unwritten aliance* com os Estados Unidos.[11]

No já citado editorial do primeiro número da Revista, era constatado o hiato cultural existente entre as Américas, "continente conhecido aos fragmentos" que levava a "ignorância intelectual" entre os países do continente. Tal fato reforçava-se pelas distâncias que separam os países americanos e pela ausência, quase absoluta, de meios de comunicação rápidos e eficientes.

Havia a necessidade de se criar uma identidade própria para o Brasil e a América, na medida em que

> ***"... as idéias, para serem aceitáveis, necessitam trazer a marca européia e transpor os mares nos bojos dos transathlanticos, o descaso injustificável pelas cousas do nosso continente; a indiferença pela sua história;o desamor às suas tradições; o desprezo pelos incontáveis aspectos de sua natureza e ter - se -á um quadro quasi completo de várias causas por que as gentes americanas se desconhecem voluntariamente.[...]***

> ***Quando os povos americanos tiverem uma noção mais exacta do valor das suas fortes qualidades originarias e nativas, ainda não de todo esmaecidos ao influxo das culturas exoticas ; quando reconhecerem que o nosso continente, tão mal conhecido e ultrajado, constitui, por si só, uma matriz perenne de estudos, exames, indagações...”***[12]

É, portanto, de extrema relevância, inserir a Revista Americana no debate intelectual brasileiro e, por extensão, latino-americano, do período, reconhecendo a contemporaneidade das preocupações que a inspiraram e do espírito pioneiro que a orientou, antecipando-se na formulação de conceitos, como os de cooperação intelectual, que só posteriormente, ocuparam espaço de destaque na cena nacional e internacional.

---

[1] Maria Alice Rezende de Carvalho. “A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro”. In: *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994. José Murillo de Carvalho. “Aspectos históricos do pré-modernismo”. In: *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro, FCRB, 1988. Margarida de Souza Neves. “Brasil, acertai vossos ponteiros”. In: *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia, 1991. Angel Rama. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985. Afonso Carlos Marques dos Santos. “A cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização à cidade símbolo da nacionalidade”. *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina.* Brasília, FUNAG, 2000.

[2] Estamos pensando na noção de Giulio Carlo Argan, trabalhado por Margarida de Souza Neves em obra acima citada, na qual nos aproximamos da idéia de cidade como “arena cultural”, onde ocorrem, além de embates econômicos e políticos, lutas simbólicas pela manutenção do poder. Ver também, Ângela de Castro Gomes. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo.* Rio de janeiro, FGV, 1999.

[3] Jeffrey D. Needell. *Belle époque tropical*: *sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

[4] Peter Burke “A cidade pré-industrial como um centro de informação e comunicação”. In: *Estudos Históricos* vol 8 nº 16. Rio de Janeiro, FGV, 1995. No mesmo número da revista Richard Morse “As cidades periféricas como arenas culturais: Rússia, Áustria e América Latina.”

[5] Sérgio França Danese. *A diplomacia presidencial*. Op cit. Do mesmo autor “a diplomacia da República Velha: uma perspectiva. “*Revista brasileira de Política Internacional*. Ano XXVII, 1984. “A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil.” In : *Política externa* vol 8 nº 1. São Paulo, Paz e Terra / IEA-USP, 1999.

[6] Clodoaldo Bueno & Amado Cervo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992. Clodoaldo Bueno. *A República e a sua política exterior*. São Paulo / Brasília, UNESP/ FUNAG, 1995. Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1959. José Honório Rodrigues. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. José Honório Rodrigues & Ricardo Seitenfus. *Uma História diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995. Álvaro Lins. *Rio Branco.* São Paulo/Brasília, Alfa-ômega/FUNAG, 1996. Sérgio França Danese. Op cit

[7] Clodoaldo Bueno & Amado Cervo. *História da política exterior do Brasil*. Op cit p 126.

[8] Sérgio França Danese. Op cit

[9] Revista Americana volume 1 setembro de 1909. (editorial)

[10] Revista Americana: seleção de artigos fac-similar. (prefácio). Brasília, Senado Federal, 2001.

[11] Gerson Moura. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Contexto, 1991

[12] Revista Americana , volume 1, (Editorial)

PRIMEIRAS TENTATIVAS DE SONORIZAÇÃO NO CINEMA BRASILEIRO (OS CINEMATÓGRAFOS FALANTES – 1902 – 1908)

FERNANDO MORAIS DA COSTA – PPG-UFF

1. Primeira vinda

O termo cinematógrafo falante é encontrado em documentos da época se referindo genericamente a diversas patentes que procuram concretizar, a partir de 1902, a união das imagens e dos sons, mediante exibição sincronizada, por meio de cabos, de um projetor e de um gramofone. Em 1902, há o registro de uma rápida passagem de tais aparelhos pelo Brasil. Vicente de Paula Araújo encontrou em *O comércio de São Paulo*, de 14 de março daquele ano, a seguinte notícia: "De Paris, escreve-nos o Sr. Vitor de Maio anunciando o seu breve regresso a esta capital, onde exibirá o *Phono-cynematographo*, a última novidade de Edison, isto é, reprodução de cenas animadas combinadas a um grande *phonographo* automático".[1] E, de fato, cerca de um mês e meio depois, Vitor De Maio apresentava a novidade no Salão Paris em São Paulo, na Rua São Bento, 77, batizada de *Cinephone*, ou cinematógrafo falante, devidamente anunciada no *Comércio de São Paulo* de 3 de maio de 1902. Há notícia de outra exibição no dia 18 do mesmo mês, sem ficar claro se nesse ínterim houve outras sessões. Dentro do programa composto por seis curta-metragens, o programa de 18 de março cita como falante apenas um deles, a peça *Geneviève de Brabant*.

Poucos dias depois, surgia em São Paulo aparelho similar, trazido pelas mãos do ilusionista italiano Cesare Watry, e exibido no Teatro Sant'anna. O mesmo jornal, em 7 de junho de 1902, anuncia: "Pela primeira vez em São Paulo, o verdadeiro e aperfeiçoado *Cinophon-falante*, a maior surpresa do século"[2] Araújo comenta o relativo fracasso do aparelho, que teria realizado apenas duas projeções. O filmete com som era uma ária da *Carmen*, de Bizet.

Em 31 de julho, o mesmo Watry encontra-se no Rio de Janeiro, exibindo o mesmo aparelho com a mesma programação, e com a mesma recepção calorosa da imprensa, desta vez por conta da *Gazeta de Notícias*: "Pela primeira vez nesta capital a grande novidade do dia: o Cinematógrafo falante exibirá trechos de diferentes óperas, entre outras, a *Carmen* de Bizet."[3] Araújo estranha, também com relação aos espetáculos cariocas, que apesar do calor da novidade o cinema falante de Watry tenha dado apenas

três apresentações. Analisando-se em conjunto as três exibições no Rio de Janeiro e as duas paulistas, constata-se um real fracasso, tenha sido por desinteresse do público ou por funcionamento precário do aparelho, o que é mais provável. Nunca é demais lembrar que as tentativas de sincronização entre imagem e som, que perpassam todo o período de trinta anos posteriormente conhecido como mudo, constituem uma longa trajetória de ações mal-sucedidas, de aparentes sucessos, sempre efêmeros, até que, apenas no fim da década de 1920, o problema viesse a ser solucionado de uma vez por todas, como veremos no segundo capítulo.

2. Segunda vinda

Uma segunda passagem dos cinematógrafos falantes pelo país é registrada entre 1904 e 1905. Vicente de Paula Araújo encontrou notícias de exibições no Rio de Janeiro e em São Paulo. Porém, procurando por registros correspondentes em outras partes do Brasil, encontramos o francês Edouard Hervet, o mesmo que estaria nas cidades citadas, chegando antes no norte do país, com o Cinematógrafo Lumiére Aperfeiçoado, vulgo cinematógrafo falante.

O pesquisador Marcos Fábio Melo Matos descobriu, entre os jornais *A Pacotilha* e o *Diário do Maranhão*, o registro da temporada do francês em São Luís. Vindo de Belém do Pará, Hervet estreava seu cinematógrafo falante no Theatro São Luís, no dia 30 de abril de 1904, um sábado. As exibições constavam de uma conjugação do Cinematógrafo Lumière com um Zoofone, concorrente da marca Gramophone. *A Pacotilha* de 02 de maio, segunda-feira, critica o espetáculo, comentando que “a parte falada é um tanto quanto desarmônica” e que “poderia ser melhor, o que não significa que seja má”[4]

No fim de semana seguinte, dias 07 e 08 de maio, Hervet volta a realizar suas exibições. Na segunda-feira, *A Pacotilha* esclarece para os leitores que os defeitos durante as projeções se deviam a uma falha no motor, impossível de ser reparada em São Luís. Há ainda notícia de uma sessão em 13 de maio, uma sexta-feira. Em seguida, Hervet se dirige ao sul do país. Seria encontrado no Rio de Janeiro, seis meses depois, em novembro. É provável que, repetindo o trajeto de ambulantes anteriores, como Figner, tenha parado em outras cidades rumo ao sul, demonstrando o aparelho, conquanto ele funcionasse. Máximo Barro cita uma exibição de Hervet em Salvador, mas não precisa a data.[5]

Aqui se coloca uma questão que achamos pertinente demarcar. Em oposição a uma centralização no Rio de Janeiro e em São Paulo deste fenômeno das primeiras exibições com sincronização mecânica entre sons e imagens, é importante notar a rota de Hervet, bem como a de Figner, vindo do norte, aportando em Belém do Pará e percorrendo um caminho que mapeia o norte e o nordeste antes de chegar ao sudeste, à capital do país. Nos casos em que há um recorte nacional, existe sempre o perigo de circunscrever a história do cinema, assim como qualquer manifestação cultural, àquele que foi historicamente construído como o centro, seja cultural ou econômico, do país. No caso, é importante o esforço de abrir o mapa até encontrar o fenômeno que é o nosso objeto de estudo espalhado pelos outros estados, e ainda, neste caso específico, não só encontra-lo no norte, mas reconhecer esse norte como seu ponto de partida.

Vicente de Paula Araújo encontra Hervet e seu Cinematógrafo Lumière Aperfeiçoado no teatro Lírico, no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1904, como informado pela *Gazeta de Notícias*. A sessão, como as da primeira vinda, compunha-se de vários curta-metragens, dentre eles um falante. Sucesso entre os curtas mudos fez o *Cake Walk infernal*, de Meliès, que também havia sido exibido nas sessões maranhenses. O falante era uma versão filmada da canção *Bonsoir Madame la lune,* cantada pelo Sr. Mercadier. O cinematógrafo falante de Hervet ficaria no Teatro Lírico até 20 de dezembro. Além de *Bonsoir Madame la lune*, exibiria, dentre seus curtas, os falantes *Selon la saison* e *La femme est um jouet*, ambos cantados pelo mesmo Mercadier e *Conversação telefônica*, com o Sr. Galipaux.

No ano seguinte, em 25 de fevereiro, um sábado, o mesmo espetáculo estava no Teatro Apolo. O falante daquela sessão era, ainda, *Bonsoir Madame la lune*.[6] Em 1º de março, Hervet estréia em São Paulo, no Teatro Sant'anna, o mesmo aparelho e os mesmos filmes. No decorrer daquele mês, o *Comércio de São Paulo* tece comentários elogiosos às exibições. De qualquer forma, tendo havido êxito ou não, a temporada paulista não dura mais que o mês de março.

Com Hervet, como nas poucas sessões de 1902, de Vitor di Maio e Cesare Watry, detecta-se um padrão do que foram essas primeiras projeções com imagens e sons sincronizados. As atrações falantes daqueles programas se tratavam de um filme de um rolo, ou seja, o tempo de execução da canção, inserido em uma sessão composta de vários curta-metragens. O falante seria a atração principal do programa, muitas vezes encerrando a sessão.

Hervet estará de volta ao Rio de Janeiro no fim do mesmo ano. Antes, Máximo Barro encontra-o em Curitiba, com a notícia de uma sessão ocorrida a 06 de julho.[7] Em 09 de outubro, desta vez é o Teatro São Pedro que recepciona o cinematógrafo falante em terras cariocas. *Selon la saison*, já exibido no início do ano, ainda é a atração falante. Cabe lembrar que a falta de variedade dos programas se justifica pela necessidade da importação desses filmetes europeus. Enquanto não houvesse condições de empreender nova viagem à Europa e comprar outro lote de atrações o empresário em trânsito pelo Brasil não tinha opção, a não ser conseguir o máximo de lucro possível com o catálogo que tinha à mão.

No dia 4 de novembro daquele ano de 1905, o Teatro Lírico anunciava um concorrente de Hervet: o Cinematógrafo Falante Pathé, da Empresa Candburg. A *Gazeta de Notícias* do dia seguinte informa sobre a sessão, descrevendo um sucesso relativo de público, que teria saído satisfeito, embora houvesse preenchido apenas cerca de um terço da lotação da casa [8]. Segundo o jornal, aquele aparelho permaneceu no Lírico até 15 de novembro. Os filmes falantes da empresa atendiam pelos títulos: *Berceuse*, *La fiacre*, ambos cantados pela Mlle. Yvette Guilbert, *A mosca*, *Cansam as virgens*, estes cantados pelo Mr. Galipaux, além dos velhos conhecidos do público *Selon la saison* e *La femme est um jouet.*

Há registro do mesmo espetáculo da Empresa Candburg em São Paulo, no ano seguinte, a 09 de maio de 1906, no mesmo Teatro Sant'anna que recepcionara Hervet. A notícia é do *Comércio de São Paulo*, e está transcrita por Araújo. Fato importante é que o texto faz propaganda do sucesso anterior em outras cidades, citando não só o Rio de Janeiro, mas também Santos e Buenos Aires, no Teatro Polytheama.[9] Esta informação é relevante por delinear partes do caminho percorrido nos seis meses de intervalo entre as exibições cariocas e aquela chegada em terras paulistas. Máximo Barro traz ainda a notícia de uma exibição da empresa em Campinas.

Confirmando a hospitalidade do Teatro Sant'anna para com os cinematógrafos falantes, outra empresa, a Star Company, ocupa aquela sala, ao fim do mesmo ano de 1906, estreando a 3 de novembro. *O Comércio de São Paulo* do dia seguinte elogia a qualidade da exibição, nítida e sem trepidações, e noticia o sucesso de público. O Cinematógrafo Falante Aperfeiçoado da Star Company permaneceria no Sant'anna até 2 de dezembro, um mês, portanto. Barro encontra, sobre este aparelho, indícios de uma exibição em Curitiba, três dias depois da despedida de São Paulo.[10]

Este segundo ciclo dos cinematógrafos falantes, se podemos fecha-lo assim, que dura desde abril de 1904, com a chegada de Hervet ao Maranhão, até a última notícia de exibição sua, no fim de 1905, no Rio de Janeiro, mais os espetáculos dados aqui e ali pelas empresas Candburg e Star Company, que chegam ao fim de 1906, descreve um êxito expressivo, em contraposição às sessões esporádicas de 1902. Apenas no Rio de Janeiro, por exemplo, trata-se de um período que, claro, sem ter sido de exibições contínuas, diárias, compreende cerca de um ano e meio de projeções em que sons e imagens estiveram sincronizados mecanicamente. São exibições que perpassaram o território nacional, pelo menos, segundo os indícios levantados, de Manaus a Curitiba, de norte a sul.

Mas Hervet, fora de cena desde dezembro de 1905, ainda voltaria, com o mesmo negócio.

3. Volta de Hervet, e um surto de falantes

Em 16 de março de 1907, Hervet está de volta a São Luís do Maranhão, trazendo mais uma vez, um cinematógrafo. *A Pacotilha* anuncia a estréia do aparelho dois dias depois, na edição de 18 de março. Os exemplares do dia 22 do mesmo mês informam que uma das fitas era uma Paixão de Cristo falante, exibida por ocasião da Semana Santa (programa costumeiro, diga-se de passagem, por anos a fio, do qual encontra-se registro em várias cidades), tendo sido motivo de grande êxito. O jornal anuncia a despedida de Hervet na edição de 17 de abril de 1907, não se esquecendo de elogiar a derradeira sessão.[11]

Edouard Hervet estava de partida, como na primeira vinda, para o sul. E, exatamente como daquela vez, seria encontrado, seis meses mais tarde, na capital federal. Vale ressaltar, antes deste texto deixar o Maranhão, que o estado participa (ou, se poderia dizer, antecipa) do surto de falantes que chega ao país entre 1907 e 1908. Ainda em 1907, entre os dias 14 e 16 de agosto, surge em São Luís o Cinematógrafo Gaumount, que, assim como o aparelho de Hervet, seria encontrado mais adiante no sul. Foram, segundo os registros da *Pacotilha,* três sessões, e o jornal não lhes poupa críticas. Em determinado momento, comentando o sincronismo, ou a falta dele, a matéria diz que “a audição de uma *scena* da *Cavalleria Rusticana* foi boa, apesar das falhas notadas, a princípio, na combinação dos aparelhos”. Mais à frente, sem meias palavras, a

conclusão é de que foi "um verdadeiro desastre o Cinematógrafo Gaumont". Informação relevante sobre a partida da Companhia Norte-americana, este o nome da empresa que dentre outras atrações exibia o Cinematógrafo Gaumont, diz que naquele 19 de maio de 1907, a empresa e o cinematógrafo partiam para o Ceará. De fato, o aparelho da Gaumont será encontrado no Rio de Janeiro apenas no ano seguinte, o que pressupõe várias paradas no caminho para o sul, assim como se pode supor o mesmo a respeito de Hervet. Não estarem aqui detalhadas não significa que exibições por outros estados sejam improváveis. Significa tão somente que esta pesquisa não teve acesso a documentação tão detalhada referente a eles como teve com relação ao Maranhão.

Há ainda, em São Luís a notícia de um outro cinematógrafo falante, vindo de Belém, chamado apenas assim, sem identificação de firma ou de patente, que manteve sessões no início de 1908, entre os dias 08 e 12 de fevereiro. Em março do mesmo ano, chega da Europa o Cinematógrafo Falante da Empresa Fontenelle. O Cinematógrafo Fontenelle estreou em uma noite de sábado, 07 de março de 1908 e manteve sessões regulares até o dia 22 do mesmo mês. Um segundo período de exibições ocorreu de 5 a 10 de maio. Digno de nota foi o sucesso, como no ano anterior, da Paixão de Cristo falante, exibida, como de praxe, na Semana Santa. Matos sublinha que o Cinematógrafo Fontenelle foi o que permaneceu por mais tempo na cidade, dentre o conjunto de aparelhos de apresentações efêmeras, sempre de partida para outras capitais.[12]

Voltando a Edouard Hervet, já no Rio de Janeiro, sua reestréia na cidade está documentada por Araújo, que reproduz a matéria da *Gazeta de Notícias* de 28 de agosto de 1907. As apresentações ocorreram no mesmo Teatro Lírico da vinda anterior. A notícia explica a conhecida combinação de fonógrafo e projetor, e detalha o programa, composto de 17 curta-metragens, divididos em três blocos. É mantido o padrão dos anos anteriores: apenas um curta é falante, apresentado como atração principal da sessão. Desta vez, trata-se da canção *La juive, Rachel quand du seigneur*, cantada por Gauthier, artista da Ópera de Paris. Cabe ressaltar que no intervalo entre os blocos uma orquestra, regida por Luigi Donati, entretinha o público.[13] O mesmo espetáculo provia, portanto, acompanhamento sonoro mecânico, pelo fonógrafo em sincronia com o projetor, e música ao vivo, pela orquestra, ressaltando, ao que tudo indica, que esta não acompanhava os filmes, sendo executada apenas nos intervalos entre eles. Hervet manteria seu espetáculo no Lírico até 07 de novembro, tendo permanecido em cartaz, portanto, por mais de um mês. Os falantes faziam sucesso. Em 24 de novembro, outro empresário, iniciando seus negócios com o cinema, exibe sua primeira fita falante. É William Auler,

que, no seu Grande Cinematógrafo Rio Branco, anuncia árias de óperas famosas cantadas pelos mais célebres artistas europeus. Uma ária de *Tamagno* é a primeira fita a ser exibida. Estava entrando em cena aquele que seria, a partir do ano seguinte, o maior produtor e exibidor dos filmes cantantes no Rio de Janeiro, dos quais falaremos bastante, em breve. William é o nome adotado por Cristóvão Guilherme Auler, nascido em Petrópolis em 1865. Segundo Hernani Heffner, após voltar dos Estados Unidos, onde passa a juventude, Auler se aproxima do meio cinematográfico fornecendo cadeiras para as salas. Em 1907, como dissemos, funda o seu cinema. Mais tarde, reformado, o Rio Branco teria mais de 700 lugares, e abrigaria os grandes sucessos dos cantantes até 1911, quando fecharia as portas.[14]

Há ainda notícia de um cinematógrafo falante no Rio de Janeiro antes do fim de 1907. Em 7 de dezembro, o Teatro São Pedro anuncia o aparelho pertencente à Empresa Starcy, citado de forma enigmática como "o único do gênero na América do Sul". Em 1908, a cidade continua a receber os falantes. O Cinema Palace, de Labanca e Leal, na Rua do Ouvidor, 149-B, apresenta pela primeira vez, a 27 de janeiro, o Chronophone Gaumont. *A Gazeta de Notícias*, de 28 de abril de 1908, informa que o mesmo aparelho continuava em cartaz, naquela data, no mesmo cinema, e destaca " a extraordinária precisão do sincronismo, garantindo assim a perfeição e certeza do cinematógrafo falante".[15] Caso as exibições tenham sido contínuas, supor-se-ia três meses de sucesso do falante no cinema de Labanca e Leal.

No segundo semestre, outros aparatos similares surgem no Rio de Janeiro. O Teatro Lírico, que exibira, no ano anterior, o aparelho de Hervet, anunciava em setembro o Sincronoscópio Lírico, cinematógrafo acompanhado de um zonophone. Há o registro de que a fita falante desta ocasião era uma ária da ópera *Amica*, de Mascagni. Em 23 de outubro, o Cinema Pathé anunciava o seu falante, o Synchrophone Pathé, de cujo programa constavam "projeções animadas, falantes, perfeitas! Trechos de óperas, cançonetas, duetos, diálogos, etc. Combinação perfeita do som e da fita.[16] Há notícia de um Synchrophone Pathé em São Paulo, anunciado como o único aparelho falante da empresa francesa na América do Sul, exibido no Propriedor-Theatre a 20 de outubro.[17] É provável que se trate do mesmo aparelho, que teria assim seguido para São Paulo logo após a exibição carioca. O último falante no Rio de Janeiro, em 1908, citado pelos jornais é o Cinematógrafo Falante Gaumont, do qual já tivéramos notícia em São Luís. Estreou no Cinema Colosso, em 3 de novembro.

Assim, observa-se, entre 1907 e 1908, um surto de cinematógrafos falantes que tornou contumaz a reprodução mecânica do som por meio de fonógrafos nos cinemas, prática que se impunha desde 1904. Porém, aquele ano de 1908 seria marcante por compreender uma nova e inusitada forma de sincronismo, "uma outra dimensão na relação entre imagem e som", nas palavras de Lécio Augusto Ramos[18], conhecida como os filmes cantantes, mas isso é assunto para outra ocasião.

---

[1] ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p.76

[2] ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981., p.83.
[3] ARAÚJO, 1976, p.178.
[4] MATOS, Marcos Fábio Melo. *E o cinema invadiu a Atenas: a história do cinema ambulante em São Luís 1898 – 1909*. São Luís: FUNC, 2002. p. 100.

[5] BARRO, Máximo. *Na trilha dos ambulantes*. São Paulo: Maturidade, 2000. p. 119
[6] Gazeta de Notícias, 25 de fevereiro de 1905, apud ARAÚJO, 1976, p.169.
[7] BARRO, op.cit, p. 119
[8] ARAÚJO, 1976, p. 175
[9] ARAÚJO, 1981, p. 128.
[10] BARRO, op. cit. P. 119.
[11] apud MATOS, 2002, p. 102-104.
[12] MATOS, op. cit. p. 124.
[13] ARAÚJO, 1976, p.201-205.
[14] RAMOS, Fernão, MIRANDA, Luís Felipe. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: SENAC, 2000. p.35.
[15] apud ARAÚJO, 1976, p. 220-244.
[16] Gazeta de Notícias de 14 de novembro de 1908, apud ARAÚJO, 1976, p.272.
[17] ARAÚJO, 1981, p. 162.
[18] in: RAMOS, MIRANDA, 2000, p.241.

O MUNDO DO TRABALHO CABOCLO NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE A PARTIR DE E. P. THOMPSON

Fernando Sergio Dumas dos Santos - FIOCRUZ
fdumas@fiocruz.br

Na minha tese de Doutorado, observei e analisei o processo de construção de estratégias de saúde, pela população cabocla que habitou o Médio Rio Negro, ao longo do século XX. Privilegiando a análise das relações entre as ações humanas e o ambiente, percebi que alguns elementos vinculados aos saberes tradicionais dos povos indígenas que habitaram (e ainda habitam) a região permaneciam dominantes. É o caso dos costumes terapêuticos, onde prevalecem, ainda hoje, as práticas elaboradas localmente, apesar da presença dos instrumentos e dos *modi operandi* da medicina ocidental, que se acham disponíveis para a população. Por outro lado, as práticas de manutenção da vida e as práticas produtivas estão limitadas por forças de controle social e moral produzidas pela própria sociedade, as quais compreendem desde o uso dos recursos da floresta e as práticas que lhes são articuladas, até o impacto do processo histórico de construção do modo de vida caboclo sobre o ambiente que o envolve.[1]

. Procurei, então, analisar as práticas cotidianas da população, adotadas coletivamente, as quais incorporavam, muitas vezes, elementos que descendiam das tradições ancestrais autóctones. Busquei compreender de que forma as persistências se articularam aos novos dados, ao longo do processo histórico, neste mundo rural, que se organiza sob o manto da floresta tropical, o qual tinha sua dinâmica e sua estrutura essencialmente diferentes da vida que se levava nas cidades. A hipótese principal deste estudo foi a de que aconteceram modificações importantes relativamente aos costumes, hábitos e práticas cotidianas, ao longo do século XX. Estas transformações eram inerentes aos movimentos de assimilação e adaptação de novos valores e padrões culturais com os quais os caboclos travaram contato nas

diferentes conjunturas, e definiram o estabelecimento de estratégias de saúde próprias ao território.

Nesta pesquisa, o conceito de saúde emerge da análise das evidências históricas, definido pela articulação entre o mundo do trabalho e o uso dos recursos ambientais. Assim, ao formular os parâmetros do trabalho incorporei os padrões exigidos pelos métodos da história social, acreditando que esta designação congregue as tensões decorrentes dos processos de transformação social, abordando tanto "o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios", quanto os fenômenos que lhe são correspondentes, "como, por exemplo, consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais".[2]

Do ponto de vista conceitual, as noções de classe e de luta de classes, examinadas sob a ótica da dialética da interação entre economia e valores, permitiram identificar os nexos entre as maneiras de viver e as relações de produção, as formas pelas quais se deram a transformação das experiências materiais em costumes e a articulação entre o "modo de produzir" e o sistema de valores vigente. É importante refletir que "as classes sociais são formações históricas e não aparecem somente nos modos prescritos como teoricamente adequados".[3] Thompson adverte para os riscos de tomarmos a "classe" como uma categoria sociológica estática, afirmando que "o uso marxista apropriado e majoritário de classe é o de categoria histórica".[4]

A noção de sistema industrial (ou fabril), ao invés de sistema capitalista (ou capitalismo), aparece como estruturante do "modo de produzir" do caboclo do Rio Negro, pois considero que a idéia de uma "indústria extrativa" alavanca evidências concretas para a modelagem do cotidiano das pessoas. Neste sentido, vemos que uma unidade de produção extrativa (um seringal, por exemplo), corresponda, basicamente, somente à sua área real de produção, a qual era constituída pelas espécies vegetais produtivas que continha. No Médio Rio Negro, a população que vendia sua força de trabalho aos empreendedores extrativistas não procurava

fixar suas habitações em função da propriedade ou do patrão a que estivessem vinculados profissionalmente.

Também o conceito de hegemonia sustentou a estruturação teórica do conjunto de relações estabelecido na sociedade cabocla do Rio Negro, concebido, aqui, como um processo histórico pelo qual uma classe social impõe limites externos às ações individuais e políticas, influindo sobre as práticas cotidianas. Porém, lembrando Thompson, é preciso estar alerta para o fato de que, em primeiro lugar, "este processo não tem nada de determinado ou automático. (...) Em segundo lugar, a hegemonia, inclusive quando se impõe com fortuna, não impõe uma visão da vida totalizadora; mas bem impõe antolhos que impedem a visão em certas direções enquanto deixam livre em outras".[5]

Dois outros instrumentos teóricos utilizados foram as noções de comunidade e de tempo. Seguindo o mesmo caminho proposto pelo historiador inglês, que construiu estas categorias a partir das evidências históricas que encontrou para o século XVIII da Inglaterra, esta pesquisa também se defrontou com estas noções a partir das fontes trabalhadas.[6] Cabe reafirmar, aqui, o compromisso com a proposta metodológica de Thompson que busca construir o instrumental teórico necessário para investigar uma questão histórica a partir do trabalho com as fontes, considerando-as como portadoras das evidências históricas e do conjunto de relações referente à sociedade estudada. Assim, não apenas os conceitos de comunidade e de tempo foram construídos, sob inspiração dos textos de Thompson, a partir das análises dos documentos, como também outras categorias explicativas daquele processo histórico.

Neste contexto, a noção de "modo de produzir" foi cunhada para dar conta das especificidades da indústria extrativista amazônica, como um todo, e, em especial, no Rio Negro, propondo-se a funcionar como uma ferramenta de apoio à noção de "modo de produção capitalista" que a organiza. O termo cria uma distinção em relação à noção de modo de produção, pois foi sob a lógica do modo de produção capitalista que ele se constituiu, não existindo, portanto, um "modo de produção extrativista". Por outro lado, a noção de "modo de

produzir" procura abranger os meios de produção e as formas de organização do trabalho no extrativismo, integrando as práticas, as tradições e os costumes locais relativos às tarefas produtivas.

Assim, o modo de produzir da indústria extrativista, observada a partir dos caboclos rionegrinos, nos proporcionou a dissecação de um conjunto de relações sociais e de poder que permeiam práticas cotidianas, tais como o contínuo deslocamento para a realização das tarefas produtivas, a fragmentação do papel de patrão e a intensidade da relação de freguesia, a configuração do aviamento no território, entre outros. Neste modo de produzir, o maior lucro advinha da posse e exploração da maior quantidade possível de terras que contivessem a flora comercializável. Os aviadores tinham muita clareza da hegemonia que detinham naquela correlação de forças, pois tratava-se do espaço do caderno de créditos e débitos, o qual vinculava, ao grande comerciante local, o produtor, que, para fins desta análise, consideramos como sendo representado tanto pelo trabalhador extrativista propriamente dito, quanto por aquele patrão que dependia dos aviadores internos para produzir.

Podemos dizer que a sociedade construída no Rio Negro possuía um conjunto hierarquizado de relações sociais, tendo, no topo, um pequeno grupo de proprietários e exploradores da terra e trazendo na base a maioria cabocla. No intermédio destes níveis, flutuava um conjunto de pessoas, responsável por algumas funções burocráticas essenciais, tais como administração, segurança, coletoria de impostos, controle da produção e pequenos comerciantes. No Médio Rio Negro, todo este universo humano se movia, praticamente, em torno da indústria extrativista, que, aqui, caracterizou-se pela diversidade de produtos coletados, envoltos, contudo, na mesma estrutura social e cultural que vicejou por toda a Amazônia: o aviamento. No entanto, as especificidades do território estudado delinearam o desenvolvimento das relações de produção – também pautadas pelas figuras do patrão e do freguês e pelo próprio ambiente da unidade de produção extrativista, como em toda a macro região –, as quais tomaram feições peculiares consoantes ao processo histórico transcorrido.

O ambiente onde se desenvolveram as atividades de extração e coleta de produtos florestais, na área de nosso estudo, caracteriza-se pela diversidade da produção extrativa, não tendo dependido unicamente das seringueiras, nem mesmo no período de apogeu da borracha. Este dado impunha aos negociantes que se aventuravam por aquelas terras a necessidade de ter uma produção extrativa diversificada, na qual distinguiam-se em importância a piaçaba, a castanha do Pará e, dentre as árvores donde extraía-se látex, a balata e a sova.

As relações sociais e de poder construídas por estas pessoas, abriga lógicas específicas, relacionadas às práticas cotidianas e aos modos de apropriação da natureza e de organização da produção vigentes. E, neste sentido, a consciência sobre estes costumes e o uso deles vem gerando peculiaridades determinadas por um processo histórico que se delimita em um complexo de rios, igarapés, canais, igapós e terras firmes, um território normalmente nomeado pelo topônimo do rio principal.

A dimensão organizativa do espaço funda uma noção de territorialidade identificada com as práticas sociais de seus habitantes, tanto no que tange às relações de poder, quanto no que toca à apropriação cultural desta área geográfica. O conceito de território que utilizo define um espaço sobre o qual uma determinada sociedade exerce suas práticas costumeiras de usufruto da natureza, de circulação e de produção. Trata-se de um espaço concreto cuja ocupação dá origem às relações entre os grupos sociais e os atributos físicos, naturais e antrópicos, estabelecendo uma hierarquia social marcadamente norteada pelo mundo do trabalho.

A concepção de natureza aqui apresentada está pautada pela dimensão histórica da ocupação humana, capaz de organizar a vida social dentro da floresta. À idéia de que o homem está em permanente conflito com a natureza, e de que é necessário derrota-la para concretizar o progresso, de conotações positivistas, estarei opondo a proposta de um processo histórico desenvolvido a partir de movimentos antrópicos que visavam a manutenção da adaptabilidade ao ambiente natural amazônico, desenvolvida desde os tradicionais costumes nativos, acrescidos da assimilação de novos valores sociais, culturais e produtivos. As maneiras de

estruturar a produção, de concretizar cotidianamente todas as tarefas necessárias ao viver neste território, estabeleceu-se envolvendo diversos grupos sociais, ao longo do tempo. Assim, modelou-se o relacionamento com a floresta, de onde os caboclos retiram o produto que permite prover seu sustento e seus bens materiais, bem como se consolidaram as relações de poder no seio das comunidades e desenvolveram-se hierarquizações entre elas.

Do ponto de vista das fontes, esta pesquisa foi concebida a partir de uma abordagem de história oral, baseada em produção de histórias de vida. Todavia, a superação dos desafios impostos pela proposta de análise deu-se a partir do aporte de outros conjuntos documentais à investigação, uma solução já apontada por Prins.[7] Para além de uma convergência temática de acervos independentes, o conjunto documental, aqui trabalhado, apresenta-se coadunado pela perspectiva da narrativa pessoal, a qual engloba diversos tipos de relatos, aqui entendidos como "narrativas de memória".[8]

Incluem-se neste rol as histórias de vida, produzidas no território estudado durante uma expedição científica realizada em 1995, contando cerca de uma centena de entrevistas com moradores do Rio Negro.[9] Também são considerados os relatos tidos como "oficiais" (caso das narrativas produzidas por cronistas e religiosos em missões institucionais, geógrafos, naturalistas e autoridades oficiais), as "observações participantes" registradas pelas anotações de campo de etnógrafos, antropólogos e outros cientistas sociais, além das cartas escritas pelos moradores do território estudado, que podem ser pensadas neste mesmo sentido, pois não deixam de ser relatos e narrativas das necessidades e das situações vivenciadas pelos protagonistas desta história.10 Do mesmo modo, trabalhos constituídos sob a perspectiva das ciências sociais foram tomados como fontes primárias por estarem imbuídos de uma datação histórica, delimitada pelo momento da narração.11

Analisando o modo como foram produzidos estes documentos, é possível perceber que as narrativas da memória traduzem histórias transmitidas pelos membros dos grupos sociais estudados. O objetivo que gerou as narrativas arroladas na pesquisa, ou o foco emprestado a

elas neste estudo, contemplam a etapa do procedimento de crítica às fontes, que se completa quando se leva em conta a dimensão da memória. Esta, por sua vez, é observada "não apenas como um 'lugar' onde você recorda a história",[12] mas como uma significação da própria história, porque considero a memória como um dos pilares das identidades sociais e coletivas.

Para finalizar, é importante destacar que a opção de trabalhar com histórias pessoais, mostrou-se capaz de despertar indícios, vestígios, marcas de uma história aparentemente perdida. Própria a cada um, mas, ao mesmo tempo, coletiva, no sentido de que sua construção se dá tanto ao nível da experiência pessoal estrita, como pelas representações sociais dos traços que a compõem.[13] Os relatos de vida revelam as particularidades pessoais, locais, muitas vezes descontínuas, que distinguem o transcurso da história de um indivíduo para o outro, de uma comunidade para outra. Os eixos temporais aparecem de forma bastante delineada, permitindo a definição de tempos próprios àquelas comunidades, os quais, lastreados ao processo histórico geral, apontam para determinadas conjunturas, em processos, ao mesmo tempo, particulares e globais. Deste modo, foi possível estruturar uma periodização organizadora dos processos históricos que aponta para a demarcação de quatro diferentes conjunturas analíticas.[14]

---

1 Santos, Fernando S. Dumas dos. *Os caboclos das águas pretas: saúde, ambiente e trabalho no século XX*. Campinas: Unicamp, 2003 (Tese de Doutorado em História).
2 Hobsbawn, Eric. Da história social à história da sociedade. Em: Idem, p. 94. Para Thompson, a história é concebida "como resultado da luta de classes, como um perpétuo tecer e desfazer de equilíbrios, alianças e enfrentamentos coletivos" (Fontana, Josep. E.P. Thompson: história e luta de classes. Em: Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1989 (1ª ed. 1979 /ingês e espanhol), p. 9). Ele afirma que quando considera uma questão histórica, procura "examina-la em seus próprios termos e dentro de seu próprio conjunto de relações" (Thompson, E. P. Una entrevista com E.P.Thompson. Em: Idem, p. 298).
3 Thompson, E.P. A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes? Em: Idem, p. 32.
4 Idem, p. 35.
5 Idem, p. 60.
6 A noção de comunidade deriva de: Idem; Thompson, E.P. Introdução: costume e cultura. Em: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 13-24; e _____ . Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. Em: Idem, pp. 267-304. A noção de tempo refere-se a este mesmo texto.
7 Prins, Gwin. História Oral. Em: Burke, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
8 Quase todas as fontes (inclusive as bibliográficas) são provenientes de incursões ao local estudado, fato que somente foi possível em função do meu engajamento no desenvolvimento de dois diferentes projetos de pesquisa: o primeiro deles foi o "Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas", o qual a partir de primeiro de agosto de 1995, percorreu o Médio e o Baixo Rio Negro, além do Rio Branco, com uma equipe multidisciplinar. O outro foi o projeto "Plantas Medicinais: políticas científicas e tradições de uso", tendo sido, ambos, patrocinados pela Fundação Oswaldo Cruz. Ver: Santos, Fernando S. Dumas dos. Histórias de vida e histórias da cultura. Em : *História, Ciências,*

Saúde – Manguinhos, 5:1, 1998, pp. 85/98; Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana de A. Ferreira. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

9 Utilizamos como técnicas de gravação dos depoimentos o áudio (gravador portátil "convencional") e o vídeo (formato profissional Beta). Ver: Santos, Fernando S. Dumas dos. Histórias de vida e histórias da cultura. Op. Cit.

10 Trata-se de correspondências do arquivo da firma J.G. Araújo Ltda., empresa que dominou amplamente o comércio fluvial em toda a Amazônia ocidental desde 1860. O acervo da empresa está sob a guarda do Museu Amazônico, em Manaus. Esses documentos contêm desde informações comerciais até dados acerca da condição de saúde e de eventos de cunho pessoal, passando por listas de pedidos de mercadorias que seriam fornecidas pelo aviador principal.

11 Neste caso, os trabalhos de Arthur Cezar Ferreira Reis (principalmente o clássico *O seringal e o seringueiro*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. A primeira edição deste livro foi em 1953, levada a cabo pelo Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura) despontam como os principais exemplos deste gênero. E esta tipificação se consolida tanto pelo fato de que estas narrativas se dão no tempo verbal presente do indicativo, como por inúmeras passagens onde o autor se coloca como uma espécie de testemunha da história que ele está contando.

12 Portelli, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. Em: Ferreira, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p. 69.

13 Sobre as representações sociais da memória, ver: Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

14 A primeira equivale ao período de crescimento e auge da produção gomífera, entre as décadas de 1890 e de 1910; a segunda conjuntura tem seu marco temporal mais recuado na década de 1920, talvez um pouquinho antes, prolongando-se até meados dos anos quarenta; a seguir, o período compreendido entre a década de 1940 e a de 1960, foi caracterizado pelo rearranjo necessário a um contexto de crise consolidada; finalmente, no quarto momento, dos anos setenta aos noventa, observou-se a entrada massiva de uma cultura urbana, a qual afetou hábitos e costumes tradicionais, pela chegada de novos atores sociais e econômicos e por um rearranjo dos mercados consumidores, que apontaram para uma redefinição da pauta de produtos.

Reflexões sobre mulheres e cinema brasileiro: um olhar "sob" o feminino (Ana Carolina, 1977-1986)

Flávia Cópio Esteves* - PPG-UFF

Na pesquisa que proponho para minha dissertação de mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense, procuro focalizar uma trilogia ficcional, pertencente à obra da cineasta brasileira Ana Carolina e composta pelos filmes *Mar de rosas* (1977), *Das tripas coração* (1982) e *Sonho de valsa* (1986). A proposta parte da percepção da cineasta como sujeito e intérprete de seu tempo, compreendendo os filmes em questão como capazes de desvelar traços profundos da sociedade de sua época, exposta em seus questionamentos, seus lapsos e suas contradições[1]. O objetivo central deste texto é justamente traçar alguns caminhos possíveis a serem tomados nesta investigação.

Caminhos de uma cineasta brasileira

Embora não seja objetivo do trabalho desenvolver uma biografia da cineasta em questão, alguns elementos relacionados à sua trajetória e percepção em relação ao cinema tornam-se fundamentais para situar a trilogia que proponho como objeto. Ana Carolina Teixeira Soares inicia sua formação acadêmica na Faculdade de Medicina (Departamento de Fisioterapia) da Universidade de São Paulo, especializando-se em Paralisia Cerebral e ingressando posteriormente no curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O ingresso na atividade cinematográfica ocorre na década de 1960, com o curso da Escola Superior de Cinema São Luiz e com a participação como continuísta de Walter Hugo Khouri em *As amorosas*. Sua carreira de documentarista se inicia em 1967, em curta e média metragem, com a co-direção de *Lavrador* (1968), compartilhada com Paulo Rufino, seguida por *Indústria* (1968), *Guerra do Paraguai* (1970), *Pantanal* (1971), entre outros[2]. Seu primeiro longa, *Getúlio Vargas*, ainda documental, é realizado em 1974, a partir de material proveniente de acervos documentais.

A compreensão de seu cinema como capaz de construir uma visão da sociedade[3] , dotado de uma capacidade analítica e provocadora, possui raízes nas motivações que a própria cineasta resume, em entrevistas a jornais e revistas da época, ao falar de sua entrada na atividade cinematográfica em fins da década de 1960, entrada esta marcada pela percepção do cinema como *"o caminho capaz de oferecer soluções sociais e culturais coerentes com o momento"*[4]. Tratava-se de um momento de intensa efervescência política e cultural, experimentada no Brasil e no mundo, no primeiro apresentando tonalidades específicas diante do quadro da ditadura militar iniciada em 1964.

Rebeldias contra a ordem e revolução social em busca de uma nova ordem davam o tom às práticas dos movimentos sociais e penetravam na esfera das manifestações artísticas, assumindo diferentes formas. Ridenti emprega o conceito de *romantismo revolucionário* para compreender o conjunto das lutas políticas e culturais que tiveram lugar ao longo destes anos 1960 e início dos 1970. No contexto brasileiro analisado pelo autor, estas englobaram desde o combate da esquerda armada até as manifestações político-culturais presentes na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura. Configurava-se, então, uma utopia revolucionária romântica que valorizava a vontade de transformação, a ação dos seres humanos e sua capacidade para mudar a História[5]. Particularmente, o cinema brasileiro no qual Ana Carolina ingressa mostra-se marcado por esses ideais, através do vasto quadro de produções do Cinema Novo. Concebendo o cinema como veículo de reflexão sobre a realidade brasileira, produzia-se neste momento uma convergência entre a defesa do cinema de autor, dos filmes de baixo orçamento e a renovação da linguagem, em sintonia com experiências e debates trazidos por realizadores em diferentes regiões do mundo[6].

Em entrevista ao livro *Patrulhas Ideológicas*, Ana Carolina ressalta que sua opção pelo cinema consolida-se num momento em que *"(...) realmente começa a baixar a repressão mesmo"*[7]. Era o ano de 1969: *"Você tinha que assumir uma posição e eu comecei realmente a cair fora"* [8]. Aqui, ela já iniciara sua produção em documentários, acreditando que o documentário de feições políticas também podia atuar como uma forma de

engajamento frente ao terror da repressão. Ressalta-se, neste sentido, que as diversas modalidades de produção artística e cultural, dentre elas o cinema, constituíram, neste momento, instrumentos importantes de uma reflexão sobre o quadro político e cultural que se apresentava, configurando-se, inclusive, como um veículo fundamental de resistência ao governo militar[9]. Neste sentido, percebemos como Ana Carolina busca novas estratégias de reflexão e intervenção na realidade do país sob a forma de uma nova linguagem, sem, no entanto, perder de vista referências anteriores: *"Desde que comecei a fazer documentários, eu sempre me preocupei, especificamente, com os problemas da minha geração, ou seja, a geração que segurou o rojão de 1968 (...). Agora, no nível da ficção, essas preocupações continuam a existir"* [10]. Tais preocupações dialogam com as observações de Ismail Xavier, segundo o qual, ao longo dos anos seguintes, prevalece uma resolução própria dada por cada cineasta às relações entre projeto, linguagem, condições de produção e mercado. Citando *Mar de rosas* (1977) ao lado de filmes como *Cabaré Mineiro* (Carlos Alberto Prates Correia, 1980) e *Triste Trópico* (Arthur Omar, 1974), ele afirma que tais produções deram continuidade à *"(...) pesquisa da linguagem e a busca do estilo original ao discutir a formação brasileira e os problemas contemporâneos do país"* [11].

Em 1977, com *Mar de rosas*, Ana Carolina inaugura uma trilogia de caráter mais intimista, composta ainda por *Das tripas coração* (1982) e *Sonho de valsa* (1986), nos quais expõe sua tentativa de delinear sentimentos, paixões e relações de poder que estruturam o que ela concebe como "universo feminino". O olhar "sob" o feminino mencionado no título do trabalho busca recuperar justamente a percepção própria da cineasta, ancorando-se em um termo que ela mesma emprega ao definir seu cinema. Nas palavras de Ana Carolina, *"Em Getúlio eu percebi que não dominava o assunto. Na verdade, eu não domino nenhum assunto. Eu não fiz um filme sobre Getúlio, mas sob Getúlio. Não faço filmes sobre as mulheres. Faço filmes sob as mulheres para os homens"* [12].

Este termo é retomado por Jean-Claude Bernardet que, em artigo publicado no jornal *Última Hora* na época do lançamento de *Mar de rosas*, caracteriza esta produção como um entre outros filmes que iriam muito além de simplesmente expor um suposto conhecimento

do cineasta frente a um determinado tema, conhecimento este fruto de conclusões formuladas previamente. Ao contrário, nestes filmes, o cineasta *"(...) se joga no escuro para perguntar o que é essa realidade, para perguntar de que forma ele se relaciona com ela (...)"*[13]. Não se trata, desta forma, de filmes que buscam trazer conclusões rígidas em torno de determinados assuntos, mas sim de filmes que constituem em si mesmos instrumentos de indagação do próprio cineasta frente a uma temática específica. Desta forma, os filmes de Ana Carolina são "sob", como ela mesma os define, não apenas porque atuam como mecanismo de indagação da própria cineasta, mas também porque neles são incorporados elementos de sua própria vivência e observação perante um contexto histórico particular.

Mulheres em evidência: subjetividade ou crítica social?

O primeiro filme da trilogia em questão, *Mar de rosas*, de 1977, centra sua trama numa viagem familiar que toma rumos inesperados a partir da tentativa da personagem Felicidade de assassinar o marido Sérgio. Três são as mulheres da história: Felicidade, Betinha, filha desta, e Niobi, esposa de Dirceu, casal que as duas primeiras encontram em sua fuga após o ato desesperado de Felicidade, fuga na qual são seguidas por Barde, empregado de Sérgio. Ao longo da narrativa, desnudam-se relações de poder protagonizadas por estas três mulheres, que revelam posturas distintas diante delas. O que poderíamos chamar de "opressor" de Felicidade e Niobi toma forma através do casamento e dos maridos (e, no caso da primeira, também há um capanga do marido que a persegue em sua fuga): enquanto Felicidade questiona o silêncio ao qual foi relegada na relação a dois, mas mantém o desejo de uma vivência centrada no casamento, a segunda lança mão de inúmeras táticas, rusgas e discussões cotidianas para subverter a relação de poder[14]. Betinha, ainda menina, tem como principal interlocutora a mãe, que a persegue ao longo de todo o filme, e a oprime diante dos ciúmes que sente da relação entre a filha e o pai. A menina é a personagem que apresenta o olhar mais sagaz diante dos comportamentos que observa ao seu redor: é ela quem desvenda e traz à tona a hipocrisia do "mar de rosas" em que todos os personagens estão imersos. Percebe a incoerência entre as falas e as atitudes

da mãe, empreende os atos mais absurdos com vistas a romper a relação de poder que a envolve, sendo a única que, ao final da trama, consegue se desvencilhar dos seus perseguidores.

Das tripas coração (1982), por sua vez, é talvez o mais hermético dos três. A narrativa é construída a partir do sonho do personagem Guido, interventor que chega a um tradicional colégio católico feminino para fechá-lo e, enquanto espera pela reunião decisiva, adormece por alguns minutos e sonha com todas as mulheres, entre alunas, professoras e demais funcionárias, que percorrem os corredores da instituição. O filme se desenrola a partir destes poucos minutos de um sonho, no qual Guido se verá no cotidiano desta escola, ou melhor, no que ele *imagina* ser o cotidiano com todas aquelas mulheres: adolescentes rebeldes, descobrindo a sexualidade, professoras histéricas, vivendo dentro de um ambiente opressor, ele próprio componente das relações de poder que se desenvolvem ali.

O terceiro filme, *Sonho de valsa* (1986), encerra a trilogia e a trajetória feminina traçada ao longo dela: a menina Betinha em *Mar de rosas*, as várias adolescentes de *Das tripas coração* que, na verdade, são uma só, e a mulher madura, representada pela personagem Tereza neste filme. Ela é uma mulher por volta dos trinta anos, às voltas com diversos homens que marcaram sua vida: o pai, o irmão e uma série de amores fracassados. Tereza concentra sua vida na busca pelo amor eterno, por seu "sonho de valsa", por seu príncipe encantado, despejando nas mãos de outrem a chave para sua felicidade. Precisará atingir o fundo do poço para perceber que apenas uma pessoa basta para que sua vida seja completa: ela mesma, independente, livre do poder do amor que lhe foi projetado como o sentido de sua existência.

Em uma primeira análise, a questão do poder constitui um eixo que perpassa as três produções. Observam-se as manifestações de um poder difuso, expresso e vivenciado em diferentes modalidades de relações cotidianas, seja na família e no âmbito das relações pessoais, seja em uma instituição como um colégio. Não se trata de um poder verticalizado, mas de relações de poder tecidas em uma intrincada trama protagonizada pelos atores sociais[15]. A metáfora do poder nos permitiria pensar na concepção de uma realidade

opressora, inserida em um contexto de crítica a valores e comportamentos tradicionais e enraizados através da contracultura e, no caso do Brasil, de resistência a uma conjuntura político-social autoritária e repressora. É o que se entrevê, por exemplo, no primeiro filme, de 1977, através do silêncio questionado pela personagem Felicidade e nas atitudes exasperadas de Betinha, metáforas para uma tomada de consciência política em seu sentido mais amplo, ou ainda, no segundo filme, no ambiente opressor do colégio e na rebeldia das adolescentes.

O que une os três filmes é o fato de Ana Carolina dar forma a tais relações através das representações do feminino que coloca na tela. São as mulheres, Betinha, Felicidade, Niobi, Tereza e todas aquelas que percorrem o ambiente do colégio, que enfrentam as diversas formas de relações de poder que habitam o que a cineasta concebe como "universo feminino". De tal percepção decorre uma entrada adicional para pensar os filmes: a chamada "questão da mulher" em voga entre as décadas de 1960 e 1980, que toma forma não apenas através dos feminismos, mas também dos variados esforços de libertação pessoal que não necessariamente tomam para si o título de "feminista" [16]. Desta forma, nas experiências retratadas pela cineasta nestes três filmes, o *pessoal é político*, no sentido de que ao privado é atribuída uma dimensão política, evidenciando-se as nuances de modalidades de poder que também se expressam na vida cotidiana, nos diversos aspectos de relações sociais e pessoais e que, conforme afirmavam as feministas, freqüentemente significam a inferiorização das mulheres[17].

Neste sentido, perpassa os três filmes um questionamento de *representações* tradicionais que pesam sobre as mulheres, ou seja, na acepção de Chartier, *"representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem"* [18]. A idéia da construção de uma "identidade feminina", no sentido de papéis e comportamentos atribuídos às mulheres, passa por uma interiorização por parte destas de normas enunciadas pelos discursos masculinos, que configuram determinadas representações das diferenças entre os dois sexos, as quais, constantemente repetidas e

evidenciadas, se inscrevem nos pensamentos e corpos de homens e mulheres. Isto, no entanto, não exclui a possibilidade de desvios e manipulações destes modelos, transformando-os em instrumentos de resistência e afirmação de identidade[19]. Estão em foco, portanto, relações de gênero, em sua acepção mais ampla, ou seja, não apenas relações entre homens e mulheres, mas também aquelas que se estabelecem entre as próprias mulheres, envolvendo conflitos em termos de etnias, classes e gerações[20]. Segundo Joan Scott, *"o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder"* [21].

Através das personagens femininas, esboça-se na trilogia em questão um olhar investigativo sobre o poder e as faces múltiplas que este pode assumir. Um olhar que se vale das relações envolvendo homens e mulheres para desvendar a dimensão microscópica deste poder (ou melhor, poderes), enfrentada pelas personagens em foco e que se revela por meio de papéis, valores e comportamentos que pesam tradicionalmente sobre homens e mulheres. As inquietações de Felicidade em torno do silêncio ao qual foi relegada no relacionamento com o marido, a relação tensa desta com a filha, as táticas de Niobi, o imaginário masculino projetado por Guido sobre as mulheres do colégio, o destino tradicional que atormentava Tereza: tais elementos presentes nos filmes constituem exemplos iniciais da percepção e sensibilidade reveladas pela cineasta em relação a certos aspectos das múltiplas experiências femininas de opressão e submissão, o que nos permite falar de uma *consciência de gênero*[22]. A historicidade da trilogia de Ana Carolina se evidencia, portanto, sob dois aspectos: por um lado, através das personagens, cujas inquietações, sentimentos e vivências as tornam porta-vozes de determinadas dimensões de experiências femininas, e, por outro lado, na esfera das representações do feminino no cinema brasileiro no período em foco, o que constituiria uma segunda etapa desta pesquisa.

---

[*] Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

[1] Ao definirmos a cineasta como sujeito e intérprete de seu tempo, partimos das concepções expressas por Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira em relação à obra literária, ao afirmarem a necessidade de historicizá-la, inserindo-a no movimento da sociedade de seu tempo e compreendendo seu autor como sujeito e testemunho

de sua época. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História Contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

[2] ORICHIO, Luís Zanin. Verbete Ana Carolina In RAMOS, Fernão & MIRANDA, Luis Felipe (orgs.) *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000 (p. 93).

[3] De acordo com Peter Burke, as diversas modalidades de imagens, dentre elas o cinema, podem expressar uma "visão da sociedade", no sentido de que aquele que as produz atua como um intérprete de seu tempo, daquilo que seu olhar capta, construindo uma visão fruto de um olhar específico, de um recorte sobre o real e o social – sobre atitudes do cotidiano, relações sociais, questões políticas ou acontecimentos. Em suas palavras, as imagens *"não são nem uma reflexão da realidade social, nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos".* BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

[4] REDISCHI, Ricardo. "Cinema Mulher". *Última Hora*, 23 e 24/09/1978.

[5] O emprego do conceito de romantismo revolucionário por Ridenti tem como principal referência, como ele mesmo afirma, a obra do sociólogo Michael Löwy e do crítico literário Robert Sayre, os quais vêem o romantismo de modo abrangente, não apenas vinculado às artes, mas como uma visão social de mundo. RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

[6] XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 (pp. 14 e 15).

[7] PEREIRA, Carlos Alberto & HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Patrulhas Ideológicas Marca Reg. Arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980 (pp. 172).

[8] Idem.

[9] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. "Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar" In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil vol. 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002 (p. 341).

[10] REDISCHI, Ricardo. "Cinema Mulher". *Última Hora*. 23 e 24/09/1978.

[11] XAVIER, Ismail. Op. cit. (p. 36)

[12] "Ana Carolina. Uma artista brasileira". *Jornal do Brasil*, 08/12/1987, Caderno B, p. 8.

[13] BERNARDET, Jean-Claude. "Mar de Rosas": um filme duvidoso. *Última Hora*, 16/10/1978. Este texto também foi publicado numa coletânea de artigos do autor intitulada *Piranha no Mar de Rosas*. São Paulo: Nobel, 1982. (pp. 133-135).

[14] Seguimos aqui as noções expressas por Michel de Certeau, no que refere aos *usos* e *táticas* acionadas pelos sujeitos frente às representações e práticas que lhes são impostas, não simplesmente rejeitando-as, mas empregando-as a partir de regras, costumes e convicções que lhes são próprias. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 (p. 94).

[15] Trata-se de uma forma capilar de existência do poder, como analisado por Michel Foucault, o *"(...) ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos (...)"*, sendo exercido *"(...) no corpo social e não sobre o corpo social".* FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003. (p. 131).

[16] ERGAS, Yasmine. "O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980" In DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Afrontamento, 1996; TOSCANO, Moema & GOLDENBERG, Mirian. *A Revolução das Mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. Em se tratando de uma libertação pessoal, o caso de Leila Diniz é emblemático neste período.

[17] VARIKAS, Eleni. "'O Pessoal é Político': desventuras de uma promessa subversiva". *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 59-80 (p. 67).

[18] CHARTIER, Roger. "A História hoje: dúvidas, desafios, propostas". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994, pp. 97-113 (p. 108).

[19] CHARTIER, Roger. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)". *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 37-47 (p. 43).

[20] SOIHET, Rachel. "História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um debate". In AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997; SCOTT, Joan. "História das Mulheres" In BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1991 (p. 87).

[21] SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". Recife: SOS Corpo, 1991. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. (p. 14)

[22] PERROT, Michelle. "Sair" In DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Afrontamento, 1996.

Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Artifícios para a preservação do patrimônio *in situ*

Flávia Cristina Antunes de Souza[1] - PPG-UFPR

As coleções arqueológicas estão na gênese da criação dos museus, essas coleções eram utilizadas na maioria das vezes para demonstrar o desenvolvimento linear da humanidade e os progressos realizados pela espécie humana. Nesse período os museus estavam vinculados a idéia de gabinetes de curiosidades.

A partir da década de 1920, com o movimento modernista, inserem-se no cenário brasileiro discussões acerca das "reais" características da nação. A partir daí a diversidade cultural do país começa a fazer parte dos debates no campo patrimonial.

É nesse cenário[2] que as discussões em torno da função social dos museus começam a tomar espaço nos debates museológicos e conforme Horta, "a necessidade de derrubar as convenções para preencher o espaço entre o que os museus estavam fazendo e o que o mundo esperava deles passou a ser reclamada"[3].

É durante as décadas de 1950 e 1960, que estrutura-se a museologia como disciplina e incorpora-se o conceito de "museu dinâmico". Nesse contexto os museus passam a exercitar o papel de canal de comunicação através de uma maior inserção na comunidade[4]. Na década de 1970 Varine Bohan trás a seguinte reflexão, os museus do futuro, deveriam ser feitos da e pela coletividade, na perspectiva de que todo membro da comunidade ocupe o lugar que lhe é correspondente.

---

[1] Mestranda do curso de pós-graduação em História – linha Espaço e Sociabilidades pela UFPR e Educadora do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

[2] Em 1946 constitui-se uma entidade ligada a UNESCO, o ICOM que é o Conselho Internacional de Museus, com sede em Paris, para discutir os rumos da Museologia no Mundo.

[3] HORTA, Maria de Lurdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre preservação do patrimônio cultural. 1991

[4] A chamada Nova Museologia manifesta fortemente essas tendências.

Em 1972 o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ abre suas portas à sociedade, e uma de suas características foi a de estabelecer-se, como uma instituição museológica atenta aos debates do seu tempo, adequada às novas estruturas mentais e culturais que se formam com a incorporação de valores externos ao oficial. As atividades educativas promovidas por essa instituição privilegiavam desde o início a relação entre público e patrimônio. Nesse sentido, era "necessário pensar o outro e dar a ele a possibilidade de reconhecimento e identidade"[5].

Propomos que esse debate possibilite uma análise mais aprofundada de nosso objeto de preservação (os sambaquis), de forma a percebê-los para além de sua materialidade e de sua função enquanto documento do passado, compreendendo-os como um testemunho do presente, como também, a dinâmica do MASJ enquanto um lugar de memória.

Considerando o acima exposto, é importante frisar que: a trajetória das ações educativas do MASJ, no que concerne ao diálogo com a sociedade, nos revela uma instituição, preocupada acima de tudo com a inclusão dos mais diversos segmentos que compõe a sociedade. A partir dessa postura inclusivista, o MASJ, procura mapear os usos e sentidos do patrimônio em Joinville, para que, a partir dessa compreensão, promova atitudes preservacionistas, pautadas no entendimento da utilidade contemporânea desses espaços.

Um dos saltos mais significativos na busca da desconstrução de antigos (pré)conceitos, em relação as instituições museológicas, foi a passagem da atenção, antes fixa no objeto, para o contexto cultural, alargando o espaço do museu para múltiplas

[5] BOTTALLO, Marilúcia. **Os Museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão**. Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 5: 283-287, 1995.

linguagens de apoio, fomentanto dessa maneira, as mais diversas formas de divulgação e apropriação dos patrimônios.

Com o MASJ, não será diferente, pois, uma de suas principais características, é que além de um acervo estimado em aproximadamente, vinte mil peças, salvaguardado, nas suas dependências, essa instituição também é responsável pela fiscalização e conseqüente preservação de quarenta sítios arqueológicos de tipologia sambaqui localizados no município de Joinville, este acervo denominamos "*in situ*".

O que ocorre, é que pelo menos dez desses sítios arqueológicos encontram-se, em áreas altamente urbanizadas, onde diversos problemas de falta de infraestrutura se apresentam muitos deles em função dessas áreas estarem inseridas no ecossistema de manguezal, pouco valorizadas e em alguns casos ocupadas irregularmente. Em função desse cenário, o MASJ, sai de seus "muros" e passa a desenvolver ações de cunho preservacionista, pautadas na metodologia da Educação Patrimonial[6]. Nessas ações são contemplados o atendimento e formação de professores e escolares, que vivem próximos a esses sítios, bem como as populações locais.

Uma das premissas do Programa de Comunicação Museológica do MASJ é promover a relação entre acervos e sociedade[7], para tanto, existem dois projetos que envolvem o público do ensino formal: "Projeto de Atendimento ao Público de Educação Infantil" e "Projeto de Atendimento ao Ensino Formal 2, 3 e 4 ciclos".

Nessa comunicação faremos uma reflexão sobre as discussões propostas pelo "Projeto de Atendimento ao Ensino Formal: 2, 3 e 4 ciclos" cujos objetivos são discutir questões relativas a alimentação e moradia, tecnologia e pluralidade cultural com alunos de 3, 5 e 7 séries.

---

[6] Para aprofundar esse conceito consultar HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. Palestra proferida no encontro de avaliação do I e II Seminários sobre o Uso Educacional dos Museus e Monumentos. Petrópolis: Museu Imperial. 1993

[7] Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. **Plano Diretor**: Joinville, 1998.

É importante pensarmos que promover a preservação de Sambaquis não é tarefa fácil, uma vez que, os laços afetivos "tradicionais", que ligam as pessoas aos patrimônios, muitas vezes, laços temporais de proximidade, que através dos objetos expostos nos museus são rememorados, não são ativados "instantaneamente", pelos objetos arqueológicos. Dito de outra forma é preciso lançar mão de alternativas ou artifícios, que estabeleçam esse fio de ligação entre a sociedade atual e aquela de cinco mil anos atrás. Entretanto, não é necessário inventar relações, elas já existem, só resta aos museus enquanto lugares de memória[8] promover a externalização dos múltiplos usos e significados que a sociedade atribui aos sítios, que por sua vez, também são lugares de memória.

Nesse sentido, uma das formas de promover a aproximação entre as crianças e o patrimônio foi a escolha das temáticas anteriormente citadas. Os debates relativos a alimentação e moradia, provocam a reflexão sobre a ocupação do espaço, a dinâmica social e urbana da cidade, a partir da compreensão de que o espaço que ocupamos e transformamos hoje, é resultado de um processo que iniciou-se muito antes da chegada dos imigrantes europeus em Joinville. Em relação a temática que envolve o conceito de tecnologia, destacamos a relação que é feita, entre desenvolvimento tecnológico e qualidade de vida, por outro lado, tenta-se desmistificar a idéia de que sociedades pré-coloniais são desprovidas de qualquer tecnologia, bem como a idéia de que todos na sociedade atual tem acesso ao desenvolvimento e as benesses advindas do uso da mesma. Outro ponto de discussão é a questão da qualidade de vida, que permeia tanto os debates relativos a alimentação e moradia, quanto aqueles referentes a tecnologia. As reflexões se dão no sentido de perceber o que é ter qualidade de vida na nossa sociedade, como se caracteriza e porque muitos não têm.

[8] Na definição de Pierre Nora "a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial". NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares.** Proj. História. São Paulo. 1993.

Já os debates relacionados a pluralidade cultural se dão no sentido de perceber o outro. Através da provocação feita no espaço museológico e nos sítios, podemos identificar quem somos como também quem não somos. A possibilidade de reconhecimento do outro, do diferente é o que nos desperta o sentido de alteridade. Tendemos a afirmar que o diferente é sempre o outro, o sentimento de descoberta que se descortina a partir do contato com o espaço museal, permite refletir que nem tudo é o que *eu* sou e tampouco todos são como *eu* sou.

Nesse sentido, a experiência proporcionada pelos lugares de memória, está vinculada a uma importante busca do ser humano, o entendimento de si mesmo. O universo dos objetos e da imaterialidade que os torna o que são, podem e devem possibilitar a emergência de como lidar com a diferença e a diversidade no processo de construção de identidade.

Assim, o objetivo do MASJ com essas ações educativas, é abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural, respeitando e incluindo, suas práticas cotidianas nos sítios arqueológicos da cidade.

Entendemos os museus enquanto espaços de diálogo com as diferentes áreas do conhecimento, e comprometidas com a produção de reflexões que percebam essas instituições como espaços de estranhamento e alteridade, que permitam às populações locais, o alargamento da compreensão do lugar que ocupam na sociedade atual na construção de identidades e memórias, através dos patrimônios que preservam.

Para Gonçalves, "O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir"[9]. Essa "categoria de pensamento", de acordo com esse autor, faz a mediação sensível entre os seres humanos e o mundo místico,

[9] GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.27

entre o passado e o presente, entre o céu e a terra e tantas outras oposições. Não existe só para ser contemplado, existe de certa forma para a construção de cada um nós. Nesse sentido, a preservação do patrimônio, dos documentos e monumentos e a conseqüente difusão das memórias a eles atreladas faz parte de uma política de memória posta em curso pelas instituições museológicas[10].

A idéia ou a efetivação da apropriação de um bem patrimonial, relaciona-se intimamente com o trabalho de seletividade realizado pelos museus enquanto lugares de memória e pelo processo mnemônico de cada um que por ali passa. Em relação ao museu como espaço de exercício de poder, Mário Chagas instiga-nos dizendo: "Memória e poder exigem-se"[11], é na ação política de seleção expositiva, no cenário museal, que se faz coincidirem, memória, identidade e representação.

A noção fundamental é de que, sem transmissão, a memória não se constitui. Nesse sentido Chagas faz a seguinte alusão,

> "memória e preservação aproximam-se. Preservar é ver antes o perigo da destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal. Assim, a preservação participa de um jogo permanente com a destruição, um jogo que se assemelha, totalmente, ao da memória com o esquecimento"[12].

O patrimônio enquanto documento constituído de memória necessita, para o prolongamento de sua existência de um constante refazer-se de suas referências, reinterpretando e conferindo atualidade, articulando aspectos do passado, com leituras só tornadas possíveis a partir do olhar do presente. Essa possibilidade se viabiliza por meio dos debates promovidos no espaço do museu.

---

[10] Essa discussão pode ser aprofundada em CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
[11] CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. São Paulo: DP&A. 2003. p. 141
[12] Idem p. 165

É importante não esquecer, que a memória não está aprisionada nas coisas, nos monumentos, nos bens patrimoniáveis, mas está na relação que nós através de nossos sentidos e de nossa historicidade estabelecemos com estes, segundo Santos "voltar no tempo é um exercício que necessita de um constante ir e voltar, pois cada lembrança ancora-se a um momento do presente".[13]

Dessa forma, as causas que levam as pessoas a agirem de forma preservacionista para com um sambaqui, podem advir de inúmeros motivos, nem sempre relacionados aos oficiais. Para além da importância científica dos sítios existem valores, sentimentos e lembranças ligados, a infância, as brincadeiras, aos namoros, ao lazer e a práticas cotidianas, como por exemplo, o uso medicinal de algumas ervas que existem no espaço dos sítios.

A necessidade da memória em se ancorar no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto, faz dos museus e dos sítios arqueológicos seus lugares de representação por excelência. A necessidade da existência desses lugares, segundo Pierre Nora, deve-se justamente a escassez cada vez maior em nossa sociedade massificada, de meios de memória. Nesse aspecto, o problema da memória e consequentemente do tempo, encontram-se no cerne da problemática dos museus atualmente.

As lembranças e reminiscências despertadas nos lugares de memória referem-se, aos cheiros, as cores e aos sabores de nossa história vivida ou desejada. A experiência afetiva vivenciada através dos patrimônios, institucionalizados ou não, permite o reencontro com o universo sensível, de significação e resignificação das experiências em todos os tempos.

[13] SANTOS, Antonio César de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história.** Comunicação apresentada na Semana Comemorativa ao Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná. Curirtiba, 2005.

Os museus enquanto lugares de contestação de identidades apontam para a possibilidade de nos defrontarmos com a diferença, de negociar, de experimentar. Tanto os museus como os sítios, permitem a reflexão sobre o processo histórico, questionando suas mudanças e permanências, rupturas e descontinuidades. Não promovem a preservação ou o resgate de uma possível identidade cultural una, mas antes, pressupõe o direito a multiplicidade das memórias, pois, perceber as marcas de outros tempos a partir da significação que damos aos objetos do mundo ao nosso redor, desenvolve em nós a consciência de que somos construídos historicamente.

Dito de outra forma, o processo de percepção da historicidade da qual os homens se apropriam, dia-a-dia, também é fruto das mudanças promovidas pelas concepções inauguradas ainda na década de 1970 no âmbito da museologia, da antropologia e da história. Entretanto, esse processo de releitura da questão museológica e patrimonial exige a contribuição de diversos segmentos da sociedade, no sentido de implementarem cada vez mais, ações e artifícios que fortaleçam os laços entre a sociedade e seus bens culturais.

Retratos de militares de Insley Pacheco

Flávia de Almeida Fábio - PPG-UNICAMP/UNIP

O objetivo deste estudo é indicar, através da análise dos retratos fotográficos de homens fardados atribuídos a Joaquim Insley Pacheco (c.1815-1912), relações com as imagens produzidas por importantes nomes da fotografia mundial – Mathew Brady (1822-96) e André Adolphe-Eugene Desderì (1819-1889) – e com o modo de retratar adotado pelos pintores franceses no início do século XIX, difundido pelas academias durante todo o século.

Como referência à pintura, apresento um dos retratos de Napoleão Bonaparte (1769-1821), pintado por Jacques-Louis David (1748-1825). Pintor oficial da Revolução Francesa e, posteriormente, do regime de Napoleão, foi um dos responsáveis pela reabertura da Academia de Belas Artes francesa em 1816, associando diretamente a pintura neoclássica – da qual foi seu principal expoente – à produção acadêmica.

No retrato repleto de símbolos feito por David (fig. 1), Napoleão ocupa a área central do quadro, retratado de corpo inteiro, em pé em seu uniforme militar, trazendo ao peito algumas condecorações. Com o corpo ligeiramente voltado para a esquerda e o olhar direcionado ao pintor/observador, adota aqui a pose a ele consagrada: uma das mãos adentrando a casaca, neste caso, à direita. Em seu gabinete, Napoleão está localizado entre a mesa e cadeira, da qual ele parece ter acabado de se levantar. Sobre a mesa, uma pena, diversos papéis, entre os quais se destaca um com a palavra CODE – referência ao Código Napoleônico sobre ao qual ele teria se dedicado durante toda à noite, como sugerem as velas já consumidas e o relógio que marca 4h13. Sobre a cadeira, descansa o sabre que completaria a indumentária do oficial. Nesta pintura, David evidencia duas facetas de Napoleão: a do militar e do administrador. Sendo uma das figuras mais populares do século XIX, os retratos de Napoleão foram altamente reproduzidos em publicações por diversos países.

Fig. 1: O Imperador Napoleão em seu Gabinete, 1812, óleo sobre tela, 203,9 x 125,1 cm. Jacques-Louis David. National Gallery of Art – Washington.

Nos retratos fotográficos selecionados para este estudo são muitas as referências encontradas à pintura de David. A composição, o cenário e, acima de tudo, a pose adotada.

"A análise dos primeiros ensaios fotográficos mostrará facilmente que, de início, o novo invento" – a fotografia – "se pauta sobretudo por um repertório derivado da tradição pictórica – retratos, paisagens, naturezas-mortas." Fato compreensível se pensarmos na "derivação artística dos primeiros fotógrafos", como é o caso do próprio Daguerre.[1] Não se podem esquecer, porém, as razões técnicas que estão na base dessa atitude. Os longos tempos de exposição e a conseqüente necessidade de imobilidade do modelo faziam com que a fotografia tivesse que restringir o alcance de suas possibilidades de registro, conformando-se a composições já consolidadas no imaginário artístico da sociedade.[2]

Na tarefa de descrever e analisar a fotografia em seus primeiros anos é, também, o vocabulário da pintura que servirá a esta função. Maria Inez Turazzi utiliza como exemplo disto uma crítica escrita por Victor Meirelles, na qual ele descreve as fotografias expostas na Exposição Nacional de 1866, utilizando os termos: "fineza e perfeição dos objetos representados", "posições escolhidas com gosto e naturalidade", "cores agradáveis e o vigor

dos tons bem calculados", "nitidez e suavidade das meias tintas", "firmeza e transparência das sombras", "relevo perfeito e a beleza das formas".[3]

Este tratamento coincide com o repertório estético norteador das ambições artísticas de boa parte dos fotógrafos do século XIX, como podemos observar em alguns dos primeiros anúncios do próprio Insley Pacheco, no Jornal do Commercio, em 1855. Neles aprecem os termos: "galeria de retratos", "o artista que a dirige", "sua arte".

Insley Pacheco, como boa parte dos fotógrafos de seu tempo, possuía fortes relações com a pintura. Paralelo à atividade de fotógrafo, dedicava-se à pintura de paisagens, tendo como mestres importantes pintores que atuaram no Brasil.[4] O domínio das duas linguagens fez dele um dos grandes nomes da fotopintura.[5]

A carreira de Mathew Brady é um outro exemplo desta relação. Antes de conhecer a daguerreotipia, dedicava-se ao estudo da pintura de retratos. Teve diante de suas lentes, importantes pintores norte-americanos,[6] além de seus retratos fotográficos terem freqüentemente servido como referência para a elaboração de retratos pictóricos.[7]

A escolha de Brady para este estudo se dá, principalmente, pela influência direta exercida sobre Insley Pacheco. Nosso fotógrafo, por volta de 1850, partiu para os Estados Unidos em busca de aperfeiçoamento. Segundo consta em seus anúncios Brady teria sido um de seus mestres em Nova Iorque. Um dos pioneiros da daguerreotipia norte-americana, já no final da década de 1840, era reconhecido como um dos mais importantes retratistas de seu país. Possuía um estúdio na Broadway, onde exibia sua coleção de retratos de personalidades de seu tempo. Na década de 1860, Brady montou uma equipe de fotógrafos para registrar imagens da Guerra Civil Norte-americana. Neste período seu estúdio produziu uma grande quantidade de retratos de oficiais. Em geral, estes retratos foram feitos em fundos neutros, sem a presença de mobílias ou outros ornamentos. Porém, em uma boa parte destas imagens a pose adotada muito se aproxima do retrato de Napoleão feito por David, como podemos conferir no retrato de William M. Babbitt (fig. 2). Seu tronco se encontra ligeiramente voltado para a esquerda, o olhar direcionado para a câmera e a mão

direita adentrando a casaca. Esta pose se repete em vários outros retratos de oficiais tirados em seu estúdio e também por outros fotógrafos norte-americanos.

Fig. 2 (à esquerda): Major/Paymaster William M. Babbitt. Mathew Brady, Nova Iorque.
Fig. 3 (à direita): Regnault de St Jean D'Angely, Photo Disderi, Paris.

Para ilustrar a popularidade desta pose, também apresento uma fotografia produzida por Alphonse-Eugène Disderí. Inventor do formato *carte de visite*[8], baixando os custos do retrato fotográfico, permitindo a rápida popularização do retrato fotográfico após 1855. Seus manuais fotográficos, além das explicações técnicas para a produção do *carte de visite*, traziam indicações precisas para a construção da ambientação cenográfica e para a escolha da pose adequada com o objetivo registrar também os aspectos subjetivos do indivíduo[9]. Dentre os oficiais franceses por ele fotografados, a pose de Napoleão, também é recorrente. Como exemplo, temos o retrato do comandante Regnault de St Jean D´Angely (fig. 3). O cenário no qual a figura se encontra inserida é composto por alguns móveis elegantes: uma poltrona e uma mesinha de madeira torneada, dentre os quais encontra-se o comandante, ocupando a área central da imagem. A figura de corpo inteiro, fardada e aparada por suas medalhas e honrarias, tem a mão direita apoiada sobre o espaldar de uma poltrona, segurando o chapéu que completa o uniforme. Como no retrato de Napoleão, o corpo está ligeiramente voltado para a direita e o olhar direcionado para o observador.

Os aspectos observados nos retratos de Brady e Desderi são facilmente identificados na produção de Insley Pacheco. Em seus retratos, percebemos que a sua produção encontrava-se alinhada técnica e formalmente às tendências européias. Seu objetivo não era criar um novo padrão, uma nova forma de representar e sim oferecer às elites brasileiras

da segunda metade do século XIX a oportunidade de ter a sua imagem perpetuada com a mesma qualidade e o mesmo padrão que desfrutava o cidadão europeu ou nova-iorquino. Ele buscava a distinção através da equivalência aos estúdios de Paris e de Nova Iorque.

Analisando a trajetória profissional de Insley Pacheco, constatamos que ele parece ter traçado sua carreira profissional seguindo os passos de seu mestre norte-americano. Assim como Brady, teve diante fotografou um grande número de personalidades das artes, das ciências e da política. Enquanto o estúdio de Brady, a partir da década de 1860, foi responsável por um número considerável de retratos do presidente Abraham Lincoln (1809-1967), Insley Pacheco tornou-se o principal fotógrafo do imperador D. Pedro II.

Duas imagens do imperador em uma mesma sessão de poses no estúdio de Insley Pacheco, em 1865, durante a Guerra do Paraguai.
Fig. 4 (à esquerda): cópia de original fotográfico de Joaquim Insley Pacheco, do acervo do Museu Mariano Procópio, 24, 1 x 18 cm. Museu Imperial, Petrópolis, RJ.
Fig. 5 (à direita): Albúmem, *carte-cabinet*. 16,5 x 10,9 cm. Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

A primeira das três imagens de Insley Pacheco que apresento a seguir, é um retrato de D. Pedro II, tirado em 1865, ano em que, “em atitude inesperada”, “o imperador resolveu partir para a fronteira”[10] para se juntar às suas tropas na Guerra do Paraguai. Nela o imperador se apresenta com farda da Marinha, o corpo ligeiramente voltado à esquerda, tendo à mão esquerda seu chapéu e a direita adentrando a casaca, que se encontra desabotoada. A linguagem mais democrática e objetiva da fotografia aliada a este certo descuido com o traje dá ao retrato um aspecto menos formal, distante da imponência da

pintura de David. O cenário que compõe a foto não apresenta nenhuma singularidade, sendo recorrente em diversos retratos do período, se aproximando bem mais do retrato feito por Brady que do cenário requintado da pintura de David. A cadeira e o pedestal suportando um vaso, inseridos em um fundo neutro, tem a função apenas de preencher o espaço lateral, equilibrando a composição. Da mesma sessão de poses, temos um retrato do imperador sentado com as pernas cruzadas, quase de perfil, na qual a informalidade se acentua. A comparação dos dois retratos deixa claro que o que o rigor da pose convencional a qual me atenho neste estudo opera, de forma decisiva, na representação da autoridade desfrutada pelo retratado.

No retrato do Almirante José Secundino Lopes Gomensoro (fig. 6), da década de 1870, nota-se uma maior preocupação em exibir as condecorações e em reproduzir cenograficamente um ambiente mais naturalista: um jardim como pintura de fundo e uma folhagem natural em primeiro plano, à direita do retratado. A este *carte de visite*, comparo o de Camille Adalbert Marie de la Ronciere le Noury (fig.7), de autoria de Desderì. Nas duas imagens, temos as figura com mais de meio corpo, tendo à mão direita o chapéu que compõem as respectivas fardas, o braço esquerdo ligeiramente dobrado, com a mão na altura do bolso da calça, em posições quase idênticas. Gomensoro traz nesta mão um sabre e Ronciere, seu par de luvas. O conhecimento das orientações dadas por Disderi.

Fig.6 (à esquerda): Almirante José Secundino Lopes de Gomensoro, *carte de visite*. Insley Pacheco. Museu Imperial, Petrópolis, RJ.
Fig. 7 (à direita): Camille Adalbert Marie de la Ronciere le Noury, *carte de visite*, Paris, Disderi .

A terceira fotografia de Insley Pacheco, aqui apresentada, é o retrato de corpo inteiro de Rufino Enéas Gustavo de Galvão, o visconde de Maracajú (fig. 8). Tirada no final da década de 1880, quando último Ministro da Guerra do Império. A pose adotada é muito semelhante a das fotografias anteriores, exceto pelo chapéu que, neste caso, encontra-se sobre o pedestal que compõe o cenário e não na mão direita do retratado. Esta imagem se distingue das demais pelos elementos presentes no cenário. Além da tradicional cadeira e do pedestal, o fundo pintado traz uma mobília toda entalhada, que ocupa quase toda a lateral direita da fotografia. Um cenário que muito se aproxima do retrato de Napoleão, anteriormente comentado.

Fig. 8: Rufino Enéas Gustavo Galvão, visconde de Maracajú, 8,8 x 16,6 cm. Insley Pacheco, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

Com a organização cronológica dos retratos produzidos no estúdio de Insley Pacheco, reunidos durante esta pesquisa, percebe-se que durante as quatro décadas em que elas foram produzidas (1850-1880), a elaboração cenográfica torna-se cada vez mais sofisticada. A seqüência dos retratos aqui reunidos serve como amostra destas mudanças. O mobiliário em fundo neutro do retrato de D. Pedro II, ainda da década de 1860, cedeu lugar a uma pintura de fundo, que reproduz um jardim, de Gomensoro, da década de 1870, é substituído por uma pintura de fundo que simula uma paisagem externa. Em primeiro plano, ao lado do modelo, uma folhagem tropical completa o cenário. A fusão entre

elementos tridimensionais e a sua simulação através do uso eficaz da perspectiva nos panos de fundo, aprimora-se visivelmente durante estes anos.

Nos retratos dos anos de 1880, como é o caso do Visconde de Maracajú, o uso se torna ainda mais freqüente e o efeito ilusório mais convincente. Ao olhar mais desatento a trucagem aqui adotada poderia passar despercebida. A cadeira estrategicamente posicionada encobre exatamente a área da pintura onde a falsa tridimensionalidade viria à tona: no encontro entre o plano da parede – fundo – e o piso do estúdio, onde o desenho em perspectiva dos pés do móvel se torna impossível.

Tal ilusão é adotada por Insley Pacheco neste período, não apenas para reproduzir ambientes internos ou jardins de residências. Até mesmo um trecho de floresta tropical chegou a ser reproduzido em seu estúdio. Em um dos retratos mais conhecidos de D. Pedro II, o trabalho de paisagista se dá, não através das tintas e dos pincéis, mas do próprio referente da paisagem tropical: plantas, troncos e pedras, entre os quais, além do imperador, outros clientes optaram por ter sua imagem perpetuada.

---

[1] Jacques-Mandé Daguerre, inventor do daguerreótipo, era especializado em pinturas de cenários de óperas e de teatro popular. As primeiras imagens fixadas por Daguerre foram vistas e naturezas mortas. NEWHALL, B. **The History of Photography: from 1839 to the present.** New York: Museum of Modern Art/Little, Brown and Company, 2002.

[2] FABRIS, A. **A Fotografia e o Sistema das Artes Plásticas**, in: Fabris, A. **Fotografia Usos e Funções**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p.174.

[3] TURAZZI, M. I. **Marc Ferrez: fotografias de um artista ilustrado**. São Paulo: Cosac & Naif, 2000, p.12.

[4] Segundo vários autores, Insley Pacheco teria sido aluno de Arsênio Cintra da Silva, Francois-Renè Moreaux, Karl Linde e Grazoffre.

[5] "coloração manual de imagens fotográficas obtidas por um dos diversos processos empregados ao longo" do século XIX. TURAZZI, M. I. **Poses e Trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo: 1839-1889.** Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1995, p. 283-284.

[6] Dentre os artistas fotografados por Brady, temos Samuel F. Morse (1791-1872), Thomas Cole (1801-48), Arsher B. Durand (1796-1886), Henry Inman (1801-46), Francis Bicknell (1830-1900), Rembrandt Lockwood (1815-c. 1889), Robert W. Weir (1803-89). Retratos reproduzidos em: PANZER, M. **Mathew Brady**. New York: Phaidon, 2001.

[7] Idem ibidem, p. 10.

[8] "Formato patenteado por André Adolphe-Eugene Disderi (1819-1889), em 1854, com dimensões reduzidas (foto 6 x 9,5cm colada sobre cartão de 6,5 x 10,5 cm aproximadamente). Com o emprego de um único negativo, subdividido ao ser exposto em uma câmera com quatro objetivas, era possível obter-se quatro imagens distintas, processadas mais tarde de uma só vez. Barateando substancialmente o custo do retrato fotográfico, o *carte de visite* teve ampla difusão em todo o mundo até o final do séc. XIX." TURAZZI, op. cit p. 280-281.

[9] Disderi, E. ***Sur lê Portrait Photographique***. In: Frizot, M e Ducros, F. ***Du bon usage de la photographie***. Paris: Centre National de la Photographie, 1987, p. 37-47.

[10] Schwarcz, L. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 299.

HOMENS E HERÓIS NA CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO

Flavia de Oliveira Barreto

Toda uma geração de cientistas sociais, entre os quais me incluo, foi profundamente influenciada pelo marxismo, nas décadas de 70 e oitenta, o que contribuiu para formar um olhar específico acerca das relações que os homens estabelecem entre si, ao realizarem as atividades produtivas que lhes garante a sobrevivência material.

Orientado por este referencial teórico, o pesquisador pode proceder à descrição detalhada da ocorrência da expropriação da mais-valia e dos conflitos entre as classes sociais, percebidas como sintomas do enfraquecimento das forças produtivas capitalistas, pois os fatores econômicos são percebidos como determinantes de onde emerge o conflito advindo da exploração contida na relação de produção capitalista.

Alguns autores ampliam as possibilidades desta perspectiva, como Harry Braverman, que faz uma contribuição inovadora ao observar como se dão as relações no chão de fábrica, inaugurando uma espécie de "estilo antropológico" de análise das relações de produção, embora de espectro restrito ao local de trabalho. E, Edward P. Thompson com o histórico da formação da classe operária inglesa, podemos ver que a influência da história das mentalidades lança sobre os estudos da sociologia do trabalho, uma lufada de ar fresco que sugere novas possibilidades, ao que até então, estava consagrado como um campo exclusivo da produção marxista clássica.

Compartilhar a experiência que levou à busca de uma reordenação teórica é tornar claro o processo de embate que ocorre com os pesquisadores, a relação sempre "comprometedora" destes, quando se encontram entre o trabalho de campo e o delineamento da práxis teórica, ao partirem para o contato com ''outras'' realidades, habitadas pelas vivências de outros atores sociais.

Nesses momentos, os cientistas sociais crêem, muitas vezes, estar municiados por um arcabouço teórico que, aparentemente, parece lhes assegurar que o trabalho de

pesquisa está organizado, balizado previamente pelo referencial teórico escolhido e adequado à leitura daquela pequena parcela da realidade social, eleita, criteriosamente, no processo de construção do objeto.

Todas essas influências teóricas estavam presentes na elaboração do projeto de pesquisa que precede a tese "Oficina de Heróis". A pesquisa sobre o processo social dinâmico em que se forma a categoria profissional dos mergulhadores profissionais foi pensada como um estudo que se voltaria de modo exclusivo para o trabalho, palco privilegiado na constituição deste referencial. Porém, ocorreu uma reviravolta nos primeiros depoimentos tomados aos integrantes da categoria. E essas teorias foram colocadas em questão, no contato com os mergulhadores profissionais que, desde as primeiras narrativas, se ocupavam de longas aventuras, animadas por peripécias dignas de um Marco Pólo, o viajante do maravilhoso.

A proposta que orientava então o trabalho objetivava uma descrição do processo de organização de uma atividade produtiva que acontece na indústria petrolífera, aparentando ser muito distinta do modelo pós-fordista, ou flexível, por conta da militarização evidenciada nas realizações de "operações de mergulho".

A tentativa de compreensão da atividade subaquática que se revelou profundamente complexa, demandou um esforço intenso de estudos de manuais de procedimentos, discurso ao qual os cientistas sociais são avessos (incluindo esta pesquisadora) pela própria opção de carreira que contém, implicitamente, uma rejeição ao discurso técnico.

Quanto mais incompreensível parecia ser o mergulho de saturação envolto por máquinas sofisticadas, robôs, e alucinações só inteligíveis à luz da fisiologia dos gases, mais impossível parecia o entendimento deste processo de trabalho, sempre descrito difusamente e embalado por uma aventura dramática, da qual alguém emergia vitorioso e heróico. As narrativas, que alcançavam mais de três horas de duração, nos casos mais comuns, pareciam carecer de consistência e elementos palpáveis para o mapeamento configurativo de um modelo de organização da produção. A crise que sobreveio levou ao

questionamento da proposta de pesquisa, aos sombrios pensamentos de abandono, à sensação de derrota por incapacidade.

Não havia como aproveitar o material coletado, posto que este não era indicativo de nada do que estava sendo procurado e, muito menos, existia um modelo cognitivo, tão procurado, que iluminasse a organização da produção.

Somente, a exaustão e o abandono dos princípios teóricos previamente estabelecidos puderam contribuir para que o mistério fosse solucionado: a relação de produção estabelecida entre o trabalhador subaquático e os empregadores está impregnada de simbolismo próprio da cultura masculina, cristalizada no mito do herói. O papel mediador da cultura de gênero se impõe ao contexto de trabalho, estruturando as relações a partir de um poder simbólico aplicado a essa esfera da vida social que costumeiramente era lida apenas com os óculos das teorias fundadas no econômico e no político, quer seja em micro, ou macro espectro.

O percalço teórico relatado tem a profundidade própria do papel desempenhado pelas idéias no desenrolar do trabalho de um pesquisador. A estruturação do pensamento, óculos através de cujas lentes podemos “ler” a realidade de que nos ocupamos. Essa surpresa inicial marcou profundamente o processo de pesquisa, porque o esforço feito, anteriormente, precisou ser descartado, dando partida ao enfrentamento de um campo teórico com o qual jamais havia dialogado antes: a literatura de gênero.

Tanto a força da realidade social, quanto à rebeldia do cotidiano, tornaram inoperante a escolha teórica que orientou a elaboração do projeto. Esse confronto entre teoria e prática que pode assolar os pesquisadores criou um sabor de desafio ao desenrolar da pesquisa, na qual a luta entre a compreensão teórica e o referencial empírico se sucedeu uma avalanche de dúvidas e descobertas que implicaram na obrigatoriedade de retomar essa conturbada reflexão.

São os estudos culturais que assumem para o presente trabalho a perspectiva adotada, pela possibilidade ilimitada de conjugar a esfera da socialização de gênero, onde se produz a cultura masculina, à análise dos conflitos próprios do trabalho em uma

sociedade capitalista, evidenciados no cotidiano dos trabalhadores subaquáticos que se encontram profundamente impregnados por uma névoa de simbolismos e rituais que muito contribuem para o obscurecimento do conflito capital trabalho.

Assim, um dos saldos do esforço de pesquisa foi aprender uma lição de humildade, a lidar com os próprios limites e entender que as expectativas quanto a explicações totalizantes devem ser reduzidas, pois somente será possível apreender parcialmente um processo, sendo vedadas as pretensões a uma verdade total, mas que o acesso a ”uma parte é essencial à compreensão do todo” (Berreman,1990, p.173).

As visitas ao sindicato foram ocorrendo, os contatos feitos como visitante, sem intimidade, acontecendo diálogos com pessoas que procuravam manter distância ao receberem estranhos. Duplamente estranhada como pesquisadora não integrante da categoria e como indivíduo do sexo feminino, recebi a sugestão de entrevistar um ex-presidente, para esclarecer passagens da história da categoria. A realização dessa entrevista teve o poder de modificar completamente a relação pesquisadora/pesquisado. Ao revelar as preciosidades que foram coletadas, todos se deliciaram com a narrativa[1] e, repentinamente, aflorava uma disposição simpática de contribuir, onde cada um queria contar as próprias histórias. “Parece que o fato de possuirmos uma parte da memória deles nos tornou uma espécie de orelha, depositório de informações, ou coisa que o valha”; registra o caderno de campo em 19 de outubro de 1992.

A memória registrada exerceu um claro fascínio em todos eles. Trouxe à lembrança, situações difíceis, emocionantes e a presença da pesquisadora no sindicato passou a ser impregnada de uma afetividade emotiva, compartilhada pelos trabalhadores. Estabeleceu-se a fase das “meninas”[2], termo utilizado para designar tanto a minha presença, quanto a de uma jovem pesquisadora que me acompanhava nessas visitas, buscando desenvolver um trabalho para subsidiar a elaboração de uma projeto para o mestrado. A partir do evento da entrevista, a todos os que chegavam ao sindicato, os membros da diretoria apresentavam as “meninas” que estavam fazendo um trabalho para contar a história da categoria...

Um dos subprodutos da pesquisa foi a produção de um Registro de Acidentes de Trabalho, componente da história da categoria, complemento para a percepção das condições de vida e trabalho desses profissionais. Esse instrumento, construído em um trabalho que contou com a participação auxiliares de pesquisa, registra a possibilidade de contribuição da história oral, para o esclarecimento de fatos, de que os registros documentais e as reportagens de época não conseguem traduzir a dimensão humana presente, nem a real dramaticidade envolvida neles.

O propósito de registrar o percurso da atividade subaquática atende à necessidade de balizar o descompasso imenso entre o avanços tecnológicos e científicos alcançados a respeito do mergulho, a criação dos equipamentos, a elaboração das normas que orientam os procedimentos e a prática cotidiana que utiliza de tecnologia criada, em relação ao cotidiano de trabalho no período em que o mergulho profissional no Brasil vive o início da fase em que se forma a categoria. Quando o mergulho profissional, no Brasil, começa a abandonar a escafandria, na década de 60, também nesse momento o mercado de trabalho começa a apresentar requisição desse tipo de mão de obra, com constância. Quase tudo está por ser descoberto na prática, pelos novos profissionais.

Aventura e Trabalho no Brasil

A trajetória do mergulho profissional no Brasil tem uma particularidade, em comparação com o percurso feito pelos praticantes dessa atividade em outros países. Como que ignorando todo o conhecimento e a tecnologia já acumulada, os mergulhadores profissionais brasileiros fazem o caminho do amadorismo para a profissionalização.

Esse processo peculiar se deve, sobremaneira, à imposição do capital que, prioritariamente, é poupado. Embora os equipamentos para as operações de mergulho já alcançassem um nível elevado de sofisticação na Europa e nos E.U.A., no período em que as exigências do mercado de trabalho intensificam as atividades subaquáticas, dando origem a uma nova categoria de profissionais, os empresários brasileiros dedicados à

engenharia subaquática, constroem improvisadamente os próprios equipamentos, e os trabalhadores vão aprendendo a função "*on the job".*

A história do mergulho profissional no Brasil é um rico e doloroso processo de inovações tecnológicas e de luta pela normatização dos procedimentos e regulamentação da profissão.

O mergulho profissional surge em nosso país por volta de 1960. Anteriormente, alguns trabalhos eram realizados no campo da construção civil, com a necessidade de ampliação de portos, construção de cais, barragens, pontes, etc. Nesse período, o trabalho ainda é inconstante. Os homens que pretendiam viver de mergulho encontravam, quase exclusivamente, a EBOS[3] como contratante. O mergulhador não possuía carteira assinada, era um prestador de serviços, requisitado quando havia necessidade. Foi utilizado, em 1962, na Baía de Guanabara, no lançamento do primeiro oleoduto submarino da América Latina, na instalação dos cabos de eletricidade para o fornecimento de energia elétrica que abastecem a Ilha do Governador; o lançamento do emissário submarino, na Zona Sul do Rio de Janeiro; e em outros trabalhos. Quando não havia construções, reparações de cais, atracação de navios, sempre restava a pesca da lagosta, a exploração de barcos afundados, de onde podiam ser retirados cobre, bronze, sucata em geral...

Esse mercado informal, na década de 70 se amplia e estabiliza com a construção da Ponte Rio-Niterói. Até então, os mergulhos realizados não ultrapassavam a marca dos 50 metros, sendo considerados mergulhos rasos[4]. A construção da ponte Costa e Silva, a Rio-Niterói, vem dar início à atividade de mergulho profundo com a utilização de misturas gasosas heliox. A imposição da mistura gasosa se devia ao fato de que após os 50 metros de profundidade, o ar comprimido dá narcose[5]. As complicações vinham do desconforto com a longa descompressão[6], que sujeitava o mergulhador ao frio, proveniente da respiração do gás hélio que induz à perda do calor pela respiração. E, os mergulhadores, em seu amadorismo, desenvolviam suas próprias estratégias de resistência, para ampliarem a suportabilidade a esse processo torturante, aspectos heróicos de um cotidiano profissional somente alcançado pelas longas narrativas dos trabalhadores:

> Não adiantava botar roupa grossa: algumas horas depois o sujeito já estava morrendo de frio e tinha que ficar lá, sofrendo, tremendo de frio, até chegar na hora que trocasse para o ar comprimido novamente, já era bem mais raso. Ele realmente esquentava e não tinha mais esse problema. Era tanto frio que a gente guardava o mijo para mijar na volta, para esquentar a roupa! Então, para evitar isso, muitas vezes, até 80 metros a gente fazia mergulho no ar comprimido, sem ninguém saber - nem os engenheiros da ponte. Eles pensavam que a gente estava fazendo mergulho no hélio, mas estava fazendo mergulho no ar comprimido. Se bem que não havia muito risco, porque o mergulho dentro do tubulão não tem por onde se perder, não tem o que acontecer"[7].

O mergulho profissional evolui, desenvolvendo novos equipamentos e tecnologia, permitindo alcançar maiores profundidades. O desenvolvimento foi de tal modo acelerado, que o mergulhador mal tinha tempo de absorver as novas técnicas. Houve um grande crescimento deste mercado, que em muitas ocasiões incorporou pessoas inexperientes, ou mesmo não habilitadas para a função, o que implicou em aumento de acidentes.

A história do processo de formação da categoria dos trabalhadores subaquáticos não se encerra no início da prospecção de petróleo, ao contrário, tem nesse momento o principal ponto de partida. A prospecção de petróleo obriga a contratação contínua de empreiteiras que forneçam à Petrobras o trabalho subaquático, atividade fim, sem a qual torna-se impossível a extração de petróleo no mar, a manutenção e inspeção das estruturas submarinas das plataformas petrolíferas.

A formação da categoria, uma coletividade de mergulhadores profissionais, a partir das exigências do mercado de trabalho especialmente voltado para a indústria petrolífera, não ocorreu de modo linear. Formam-se grupos, gerados por estratégias de

contratação dos empresários que, segundo relatam os mergulhadores, pretendiam desarticular e enfraquecer a categoria recém formada, além de baratear os custos do trabalho. A contratação de pessoas despreparadas, de origem social e cultural mais vulnerável, contribuiu para a submissão aos interesses patronais, promovendo um inchaço na categoria.

Os depoimentos articulam a vida pessoal e a construção da profissão com os ideais, a abnegação, a renúncia, a combatividade, os valores retos e coletivos, todos os ingredientes de um herói em luta pelo reconhecimento social, político, trabalhista da grandeza do trabalho que exerce. O sofrimento é próprio do percurso dramático que acompanha o início da vida profissional e se aprofunda sem nunca se esgotar.

Deste modo, somente por meio do método de pesquisa da História Oral foi possível realizar o registro desta experiência coletiva, especialmente, devido à inexistência de documentos outros que registrem com riqueza a trajetória desta categoria profissional dos mergulhadores profissionais, homens pós-modernos e heróis pré-modernos no universo da informalidade/formalidade.

---

[1] A entrevista foi transcrita na íntegra e disponibilizada para apreciação do entrevistado e dos componentes da diretoria sindical.

[2] "meninas" categoria usada pelos "nativos" para se referir às pesquisadoras.
(...) Provavelmente, a reação inicial dos sujeitos ao etnográfo que os estuda será sempre uma tentativa de identifica´-lo como ator de um papel familiar.(Idem, pg.145)

[3] EBOS – Empresa Brasileira de operações submarinas, precursora do mergulho profissional no Brasil, dá origem à BH Engenharia que atuou na construção da Ponte Costa e Silva a Rio-Niterói.

[4] Mergulho raso – mergulho até 50 metros, com utilização de ar comprimido fornecido por equipamento autônomo ou dependente.

[5] Narcose – parece-se com embriaguez alcoólica. À medida que a profundidade aumenta, deteriora-se a destreza física, mental e sensorial, até a total desordem.

[6] Descompressão – conjunto de procedimentos para promover o processo de retirada do nitrogênio espalhado pelo corpo e absorvido em merguho com utilização de misturas gasosas e ar comprimido. Estes procedimentos são indispensáveis para o retorno do mergulhador à pressão atmosfera, pois é a única forma de garantir a integridade física.

[7] Entrevista com A.C.- Antônio Carlos Régis Jacques.Presidente do SINTASA em 1986.

A SUBIDA DO MONTE PURGATÓRIO:

Estudo da experiência de presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares[1]

Flávia Maria Franchini Ribeiro – PPG-UFJF

A pesquisa, que se encontra em fase de desenvolvimento, visa analisar a experiência dos presos políticos da ditadura militar na Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora (MG), no período entre 1969 e 1972. Serão abordados os processos internos de relacionamento entre os militantes, detidos nesta instituição, numa ação positiva de contestação ao sistema vigente.

Houve repressão imediatamente após o golpe militar de 1964. À medida que as Forças Armadas consolidavam a implantação da Doutrina de Segurança Nacional no País a situação se agravava. Em outubro de 1965, fora editado o AI-2 que, entre outras delegações, tornava os julgamentos de civis, responsabilidade da Justiça Militar.[2]

O desenvolvimento do sistema estaria marcado por outras atitudes repressivas por parte dos militares. Nos anos iniciais, houve o investimento nos centros de informação das três forças militares, ou seja, o CIE (Exército), o CISA (Aeronáutica) e o CENIMAR (Marinha) para combater o chamado *inimigo interno*.

No entanto, o processo ainda não era considerado satisfatório por setores militares de linha dura. Estes acreditavam que os resultados obtidos pelos inquéritos constituíam-se inexpressivos para os objetivos da Revolução, apesar da "*(...) deformação da Justiça brasileira, imposta por sucessivos atos institucionais e restante legislação repressiva* (...)". [3]

A evolução do aparelho repressivo culmina com o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, quando o País foi de fato entregue às forças do *establishment*, a linha-dura do regime. A partir de então, o número de processos chega a totalizar de 70 a 100 por ano.[4]

A sofisticação do sistema envolve a criação dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs) compostos por representantes das forças militares, da polícia e do governo. E a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) cuja equipe

especializada em operações estava subordinada aos CODIs e funcionava como o *"braço armado da Inquisição"*, segundo o general Fiúza de Castro.[5]

Em 1969, o aparato da Doutrina de Segurança Nacional tem o seu auge operacional com a criação em São Paulo da Operação Bandeirante (Oban). Sob o aspecto jurídico, a nova Lei de Segurança Nacional (decreto-lei n. 898/1969) exacerba as penas e o rigor punitivo. Com efeito, em 1971, cerca de 5 mil presos políticos brasileiros aguardavam julgamento ou cumpriam pena.[6]

Com a radicalização do processo repressivo, os inquéritos policiais de presos políticos dividem-se extra-oficialmente em duas fases. Na primeira, a fase preliminar, os presos eram submetidos à incomunicabilidade e às sevícias. Nesta fase, a comunicação da detenção à Justiça Militar por vezes não ocorria ou então acontecia com a data da prisão alterada.

O aparelho repressivo estruturava-se segundo uma trama que ignorava as leis constitucionais elaboradas pelos próprios militares. Nesse sentido, as prisões, via de regra, ocorriam sob forma de seqüestro. Estas eram geralmente acompanhadas de torturas precedendo ao interrogatório formal.

Assim, quando as informações, obtidas dos presos políticos, eram satisfatórias para os órgãos de informação, iniciava-se a fase de formalização dos inquéritos, quando então a Justiça Militar era comunicada da prisão. Após a sua elaboração, os inquéritos eram encaminhados às Auditorias Militares para que o procurador militar fizesse a denúncia. Então o acusado teria o direito a um advogado e seria submetido a novo interrogatório.[7]

Esta conduta no sistema repressivo acarreta em duas fases o processo de detenção que aparecem com freqüência nos relatos memorialísticos de presos políticos. Segundo Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, aquele pode ser dividido em dois momentos, em que o "*primeiro era o das instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial (...) /*e o/ *segundo tipo abrangia as instituições de reclusão onde os detentos aguardavam julgamento ou cumpriam pena".*[8]

Essa divisão está contida nos relatos memorialísticos de presos políticos caracterizando como o inferno, a primeira fase, e o purgatório, a segunda. Conforme José Nonato Mendes, sobre sua transferência de uma instituição para a outra, *"seria como sair do inferno e cair no purgatório"*.[9] Na primeira, associada às torturas, o preso permanecia detido no "*sub-sistema criminal*",[10] as instituições de interrogatório.

Na segunda fase, a detenção, em presídios ou penitenciárias, permitia aos presos políticos o reencontro em grupo e o apoio mútuo que, por diversas vezes, traduziram-se em ações de resistência ao aparelho repressivo. Nesse momento, os presos políticos estavam amparados pela abertura formal de um inquérito policial ou processo.[11] As lembranças da melhora qualitativa com a transferência "*só fazem demonstrar o pavor que eram os primeiros tempos de prisão para cada um daqueles brasileiros*". [12]

É possível citar um relato, memória de preso político, que sintetiza esse sentimento, e diz que: *"As necessidades humanas dependem das circunstâncias. (...) Ir para a Penitenciária Lemos de Brito* /na Bahia/*, naquele janeiro de 1971, era quase uma felicidade. Não, não era quase. Quando cheguei à Lemos de Brito, estava feliz."*[13]

As memórias são construídas a partir de situações que envolvem emoções e, são estas, elementos determinantes na formação do tipo de lembrança que irá compor o relato memorialístico.[14] Portanto, ao longo da leitura de memórias de presos políticos da ditadura militar, o observador pode se deixar enganar pela hipótese de que a experiência nas instituições de reclusão, especialmente a Penitenciária de Linhares, fosse boa. Talvez o fosse, se comparada aos maus-tratos vivenciados em instituições de interrogatório. "*Ali, pelo menos, não havia tortura*", pensou Carmela Pezzuti ao retornar à Penitenciária Regional de Juiz de Fora após um período de sevícias na Vila Militar do Rio de Janeiro.[15]

No entanto, a simples privação da liberdade, por acusações relacionadas às posturas políticas, já é em sua essência um ato arbitrário. "*Três anos de prisão é uma longa privação quando se pensa que esse foi o tempo suficiente para o Cristo cumprir a justiça*", escreveu Frei Betto à família quando cumpria a pena na Penitenciária Presidente Wenceslau (SP).[16]

Ao trabalharmos as memórias é fundamental o exercício de reconstituição dos processos de distinção das fases, a partir da experiência dos presos segundo uma análise desta construção na mente humana e, segundo o contexto histórico em que se inserem. No caso dos presos políticos, o aparente alívio dos que foram conduzidos às instituições de reclusão pode omitir, mas não descartar, a violência próxima e a adaptação a uma rotina opressora. O segundo momento apenas era melhor se comparado às carceragens e à rotina das instituições de interrogatório.

Segundo Erving Goffman, as prisões caracterizam-se por instituições totais que visam à fragmentação do "eu" interno do preso. Ou seja, a desarticulação do indivíduo que é tido como membro ameaçador do *status quo* e que, portanto, deve ser isolado.[17] No caso específico da ditadura militar a repressão àqueles considerados inimigos da segurança nacional tinha por objetivo, num primeiro momento, a obtenção de informações que proporcionassem a desarticulação dos grupos de esquerda.

Mas à medida que o sistema repressivo engendrava o processo legal de punição daqueles considerados subversivos, possibilitava o restabelecimento dos indivíduos enquanto agentes contestadores que, atuaram contra o regime a partir do interior do próprio sistema repressivo.

A cadeia, como um meio para afastar o preso da sociedade, possibilitando o isolamento do indivíduo e enquadrando-o dentro de regras normativas que visam disciplinã-lo, pode ser um instrumento eficaz do Estado para sufocar manifestações ideológicas. Porém, uma instituição total não existe empiricamente.[18] Desse modo, o sistema oferece '*brechas*' que permite ao indivíduo criar mecanismos para transgredir a rotina, segundo os quais "(...) *os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las.*"[19]

No caso dos presos políticos da ditadura militar, havia a esperança de que a chegada ao *purgatório* fosse o passo precedente ao *paraíso*, isto é, a liberdade.[20] Por vezes, presos viram-se de volta aos interrogatórios e sevícias cometidas contra eles, ou contra

presos comuns. No entanto, havia a consciência da ação política e a noção de coletivo entre os presos, oriunda de suas origens enquanto organizações com ações positivas. Esta formatação do militante político, que estes presos carregavam em sua história, possibilitou a organização em grupo para enfrentar a vida no cárcere ou para atuar com denúncias contra o regime.

A Penitenciária Regional José Edson Cavalieri, inaugurada em pleno regime militar, em 1966, está entre as instituições, detectadas nas memórias de presos políticos, que foram utilizadas pelo sistema repressivo com a finalidade de reclusão. O local, conhecido por Linhares devido à área em que está localizado no município mineiro de Juiz de Fora, estava na área de jurisdição da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar.

O "*presente de grego*", segundo expressão de setores da sociedade local ao se referir à instituição,[21] fora idealizado, no final da década de 1940[22], com o objetivo de restabelecer o preso comum visando às normas do direito penal moderno. Este adota a estratégia jurídica de punição e repressão disciplinadora como substituto ao espetáculo do suplício.[23]

A Penitenciária de Linhares, portanto, deveria funcionar como instituição para a readequação do indivíduo criminoso à sociedade segundo padrões de "*humanidade*", na concepção estabelecida por políticos locais do período que, se indignaram com a situação dos homens que antes cumpriam pena na precária Cadeia Pública local da Batista de Oliveira.[24]

Curiosamente, a Penitenciária foi utilizada a serviço de um regime de exceção abrigando os presos políticos qualificados ou processados na Auditoria da IV Região Militar. Durante o processo, as características originais da penitenciária foram transgredidas e esta passou a funcionar também como presídio. Linhares abrigou presos da fase pré-processual, quando instaurado os Inquéritos Policial Militar, processual e os condenados.[25] Eram indivíduos acusados de subversão e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No entanto, o ufanismo moralizador de setores militares acusaria, segundo esta mesma lei, setores da sociedade acusados de crimes de corrupção.[26]

Quando transferidos para Linhares, os presos ficavam distribuídos pelas alas da Penitenciária de acordo com a gravidade do ato que os enquadrara, ou seja, segundo o seu grau de periculosidade para o Estado. Um novo detento era recebido pelos presos em coro entoando músicas significativas para o grupo, como a *Internacional*. A façanha era realizada com o objetivo de levantar o moral do recém-chegado que poderia ainda passar alguns dias, trancafiado numa cela individual, isolado dos demais. O objetivo era evitar contatos preliminares com presos na intenção de que os membros de um mesmo inquérito caíssem em contradição.[27]

No entanto, em muitos aspectos a Penitenciária Regional de Linhares apresenta características que a difere de outros órgãos utilizados pelo regime militar. A obrigatoriedade de símbolos que distingam o preso, enquanto tal, como membro contraventor que recebe o castigo por seus atos,[28] nem sempre foi a norma em Linhares. No quotidiano, os presos aproveitavam para as discussões políticas sobre os rumos da revolução e da conjuntura social brasileira, quando se elaboravam os documentos políticos retirados pelas visitas de domingo.[29]

Detidos da Penitenciária de Linhares foram considerados criminosos de "*propaganda subversiva*". O IPM iniciado em 07 de abril de 1970 acusa presos políticos e familiares de instalarem no interior da instituição uma "*verdadeira célula comunista*" para a denúncia de torturas e doutrinação contra o regime.[30] Uma característica acentuada pelo fato de a penitenciária ter sido adaptada para abrigar exclusivamente presos políticos.

Da Penitenciária Regional localizada em Juiz de Fora saiu o *Documento de Linhares*. O manuscrito, de autoria de doze presos e redigido por Ângelo Pezzuti, denunciava as sevícias cometidas pelo regime e a situação das prisões no Brasil. No seu conteúdo, estavam descritos nove casos detalhados de torturas e prisões nos quartéis e prisões do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Foi o documento precursor denunciando as barbáries cometidas pelo regime.[31]

Entre os acontecimentos relatados, as aulas práticas de tortura para oficiais das Forças Armadas, na Vila Militar da Polícia do Exército da Guanabara. A denúncia partiu de

presos da COLINA – Comando de Libertação Nacional. Dizia: "*(...) A prova da institucionalização da tortura está ali, onde a tortura é ensinada, onde sargentos do exército, da marinha e da aeronáutica vão aprender os métodos (...)*". [32]

O documento, aparentemente ignorado pelas autoridades brasileiras, foi entregue por um militante, seqüestrador do embaixador alemão Ehrefried von Holleben, e levado para ser distribuído no exterior.[33] Foi divulgado nos Estados Unidos e Europa. Seria um fator desmistificador, contra a argumentação do governo militar de que não existiam presos políticos no país. A denúncia ilustrou o relatório produzido por solicitação do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, visando negar a existência de torturas e acusando a propaganda subversiva, mas que não chegou a ser publicado.[34]

A Penitenciária foi palco de duas greves de fome, em março e setembro de 1971, envolvendo presos políticos, contra os ditames da repressão.[35] Entre as reivindicações do movimento de março, o fim das visitas nos parlatórios e dos horários estabelecidos pela administração carcerária. Segundo o juiz auditor da 4ª C.J.M., Mauro Seixas Telles, as visitas através do alambrado eram necessárias "*devido à periculosidade de alguns elementos*".[36]

Em 1979, a partir da falência do quadro econômico-social que se instalara no Brasil o processo de Anistia é concretizado. Este fato foi reforçado pelas denúncias das condições em que eram mantidos os presos políticos nos cárceres brasileiros, junto a grupos de luta pelos direitos humanos e a organizações internacionais, além do envolvimento de setores ligados aos meios de comunicação e depoimentos de exilados. Muitas informações partiram do interior do sistema repressivo, como a Penitenciária Regional de Linhares, através de documentos, mobilizações ou por contatos dos presos com seus advogados e familiares.

---

[1] Pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (Mestrado) com área de concentração em "História, cultura e poder".
[2] ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 61.
[3] FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 112-113.
[4] Cf. CARVALHO, Annina Alcantara de. A Lei, ora, a lei... In: FREIRE, Alípio et alli. *Tiradentes*: um presídio da ditadura. SP: Scipione cultural, 1997, p. 404.
[5] D'ARAÚJO, Maria Celina. *Os Anos de Chumbo:* Memória Militar Sobre a Repressão. São Paulo: Relume Dumará, 1994, p. 17 e 18.
[6] Cf. CARVALHO, A. A. de, *Op. Cit.*, p. 404.

[7] ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Op. Cit.*, p. 77.
[8] GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas:* das Ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 250.
[9] MENDES, José Nonato. Nossa luta não foi em vão. É a história. IN: FREIRE, A., *Op. Cit.*, p. 79.
[10] Expressão adotada por Nilo Batista, defensor de presos políticos detidos na Penitenciária Regional de Linhares, em aula sobre Criminologia e Execução Penal, na Pós-Graduação em Ciências Criminais promovida pela Faculdade de Direito da UFJF, no dia 20/05/05.
[11] A segurança do preso não era total devido às novas transferências para locais ignorados, como no caso do frei Tito de Alencar Lima, retirado do Presídio Tiradentes para ser barbaramente seviciado na Oban. IN: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. SP: Companhia das Letras, 2002, p. 278. Ainda sobre o assunto, cabe registrar a simulação do suicídio de Milton Soares de Castro numa cela da Penitenciária Regional de Linhares, morto em 28 de abril de 1967 no Quartel General Regional do Exército em Juiz de Fora. IN: ARBEX, Daniela. Cova de militante desaparecido é encontrada em JF. *Tribuna de Minas*, 28/04/2002, Geral, p. 3.
[12] GOMES, Guilherme Simões. A longa viagem. IN: FREIRE, A., *Op. Cit.*, p.176.
[13] JOSÉ, Emiliano. *Galeria F*: lembranças do mar cinzento. SP: Casamar, 2000, p. 14.
[14] IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer*: Cérebro, Memória e Esquecimento. RJ: Vieira & Lent, 2004, p.21-42.
[15] PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. RJ: Mauad, 1996, p. 82.
[16] FREI BETTO. *Cartas da Prisão*. RJ: Civilização Brasileira, 1978, p. 132.
[17] GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* SP: Perspectiva, 1987, p. 8.
[18] SÁ,Geraldo Ribeiro de. *O Prisioneiro*: um processo de qualificação e requalificação. SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990. (Tese de Doutorado apresentada no Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais), p. 73.
[19] LEVI, Giovanni. Introdução. *A herança imaterial* Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. RJ: Civilização Brasileira, 2000, p. 45.
[20] PAIVA, M. *Op. Cit.*, p. 82.
[21] Sobre a insatisfação, ver, antes da construção: Carta do Conselho de Representação Econômico e Profissional de Juiz de Fora (COREP), assinada por José Ferreira de Morais (presidente da mesa) e Francisco A. T. Lemos (secretário), de 16/09/1957, endereçada ao presidente da CMJF, Orlando Fellet, com parecer favorável emitido em 07/11/57. Arquivo CMJF, Processo 310/48, 1º volume, caixa 97. Após a inauguração, ver: "Estado terá dificuldade para amenizar o presente de grego da penitenciária de JF", *Diário Mercantil*, 25/01/66, p. 05. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes/JF (SM-BMMM/JF).
[22] FERNANDES JUNIOR, João Felício, presidente da Câmara Municipal de Juiz d e Fora (CMJF). Circular 43 - Processo 310, 21/07/1948. Arquivo CMJF, Processo 310/48, 1º volume, caixa 97.
[23] Sobre o assunto ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.
[24] PADOVANI, Amílcar Campos. Requerimento 461, CMJF, 18/06/64. Arquivo CMJF, Processo 310/48, 1º volume, caixa 97.
[25] Livro da Relação de Processos de Acusados Incursos na Lei de Segurança Nacional (1964-1980) e Livro de Cópias de Mandados de Prisão e Alvarás de Soltura (1969 a 1972) localizados no arquivo morto da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar em Juiz de Fora (MG).
[26] SUNAB vai dar Justiça Militar a espoliadores do povo. *Diário Mercantil*, 15/02/66, s/n. página. SM-BMMM/JF.
[27] RIBEIRO, Luiz Flávio Rainho Thomaz, professor universitário aposentado, militante da APML – Ação Popular Marxista-Leninista durante o período e detido na Penitenciária Regional de Linhares em 1972. Depoimento coletado em 08/03/2004.
[28] GOFFMAN, E. *Estigma*:Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. RJ: Guanabara, 1988, p. 81 e 112.
[29] PAIVA, M. *O Sonho Exilado*. RJ: Mauad, 2004, p. 76.
[30] BNM n. 217. IN: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Op. Cit.*, p. 163.
[31] GRUPO Tortura Nunca Mais – RJ. *Ângelo Pezzuti*. Disponível na Internet <www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhe.asp?CodMortosDesaparecidos=201>. Acesso em 25/05/2005.
[32] Reprodução de trecho do Documento de Linhares. IN: PAIVA, Mauricio. *Op. Cit.*, p. 251.
[33] Cf. CHAGAS, Fábio. *VPR* A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971). Franca: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2000. (Dissertação de Mestrado), p. 117 – nota 08.
[34] FICO, Carlos. A ditadura mostra a sua cara: imagens e memórias do período 1964-1985, p. 22-23. Disponível na Internet <www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf.>. Acesso em 25/05/2005.
[35] VIANA, Amorim Gilney e CIPRIANO, Perly. *Fome de Liberdade*. Vitória: Fundação Ciciliano Abel de Almeida, 1992. Disponível na Internet <http://www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/vítimas/outrasgrevesdefome.htm>. Acesso em 30/10/2004.
[36] REIVINDICAÇÕES dos presos da Penitenciária. *Diário Mercantil*, 14 e 15/03/71, capa. SM-BMMM/JF.

REPRESENTAÇÕES DO MUNDO RURAL: TRADIÇÃO, MODERNIDADE E IDENTIDADE

Flávia Pereira Machado – PPG-UFG

terraliberdade@yahoo.com.br

Palavras-chave: *identidades*, *globalização, ruralidades, modernidade, tradição e representações*.

Percebendo as mudanças tanto em escala mundial, quanto na vida cotidiana com o processo de globalização, nos propomos a análise das transformações do mundo rural percebidas no confronto entre dois sistemas de mundo (tradicional x moderno). Neste sentido, tomamos como ponto de partida a obra de Mário Palmério "Vila dos Confins", a fim de compreendermos as representações construídas por assentados rurais no forjamento de identidades coletivas e pessoais. Entrecruzamos, para tanto, modernidade e tradição, rural e urbano na interpretação das experiências cotidianas à luz das contribuições da História Cultural, em seu diálogo promissor com a Antropologia, Sociologia e Estudos Lingüísticos e Literários.

Considerando as inter-relações entre o local e o global a partir das transformações advindas do processo de globalização, centramos nossa discussão na construção de um novo contexto cultural camponês. Avançando, neste sentido, no amplo debate acerca das relações entre modernidade e tradição, a fim de interpretarmos o contexto em que emergem novas identidades no campo e novas representações acerca do mesmo.

Para tanto, nos referendamos em uma perspectiva micro-analítica que possibilita o enriquecimento da "*análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis*"[i]. Já que esta implica em uma redução da escala de observação, analisando os comportamentos na formação das identidades coletivas, assim como, a percepção da multiplicidade de experiências e representações sociais e culturais. Sendo assim, partimos de um "espaço" micro: o cotidiano dos assentados rurais do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido – MG[ii] na tentativa de analisarmos a possibilidade de constituição de uma "identidade camponesa".

Considerando as múltiplas facetas em que se constrói o universo camponês, em que estratégias de sobrevivência material, cultural e simbólica são tecidas nas relações de trabalho, sociais e familiares visualizamos a interação deste espaço em movimento com um

espaço em construção, o "espaço global". Definindo uma "nova ordem mundial" nos deparamos com um processo de interações globais de produtos culturais e materiais, informações e capitais, culminando em uma ruptura das fronteiras geográficas e culturais entre as regiões mais longínquas, ou mesmo entre culturas ancestrais com as sociedades ocidentais de consumo. Sendo este processo denominado "*globalização*"[iii].

Segundo Giddens[iv] vivenciamos na contemporaneidade a emergência de uma sociedade "pós-tradicional", demarcando processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição, implicando em uma "*extraordinária – e acelerada – relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual*" (ibid, p.75). No turbilhão da vida moderna[v] as experiências se tornam paradoxais, já que a modernização se de um lado traz benefícios à espécie humana, por outro nos remete a incertezas relacionadas a própria existência humana: o "sentido do eu" que se torna fragmentário e descentrado. Culminando, neste sentido, no declínio de antigas identidades estabilizadoras do mundo social delineando uma "crise de identidade". Novas identidades emergem neste contexto, demarcando o surgimento/ fortalecimento de particularismos e a "invenção de tradições"[vi]. Ao mesmo tempo em que ocorre uma fragmentação das identidades nacionais, ocorre também a contrapartida percebida no surgimento de novas identificações nacionais e o fortalecimento dos nacionalismos.

A partir do pressuposto que as identidades são múltiplas, situacionais e posicionais a discussão em torno da constituição de uma identidade camponesa única se torna problemática em face da diversidade de situações, identificações e representações no mundo rural, e em suas inter-relações com o mundo urbano. O que nos remete à reflexão acerca da incorporação do mundo agrário no processo de modernização, assim como, das novas representações construídas no e sobre este, tecendo um novo universo cultural e simbólico camponês.

Interpretarmos o universo cultural e simbólico camponês nos remete a percepção do conflito entre dois sistemas de mundo: de um lado temos as estratégias de sobrevivência cultural e material tecidas no cotidiano de trabalho e de sociabilidade camponês, constituindo, assim, a "cultura tradicional camponesa"; por outro lado, o projeto modernizante com pretensões "civilizatórias" incorporando a técnica moderna ao trabalho e produção agrícola. Neste sentido, a análise do mundo agrário na contemporaneidade perpassa o entendimento das transformações e mediações travadas entre o "tradicional" e o "moderno" na constituição de um novo "mundo rural".

Em sua sensibilidade literária[vii] Mário Palmério em sua obra "Vila dos Confins"[viii], nos traz a confrontação entre duas visões de mundo ao configurar a vida e as características do caboclo e do roceiro em contraposição ao projeto modernizante e civilizatório representado pela incorporação de um novo modelo organizacional e produtivo (podemos citar como exemplo a abertura das grandes fazendas pelos paulistas, assim como, a figura do deputado Paulo Santos). Conforme podemos visualizar na citação abaixo:

> *Caboclo é fervoroso. Tanto que até se ofende se alguém lhe pede adjutório – que seja maneiro, à-toinha o serviço: o santo não perdoa, fica afrontado, castiga (...) Caboclo, então, faz de-nada? Exagero, implicância: trabalha, sim senhor. Faz filho – conta certa, de dois em dois anos: três crias de sete meses, mais o resguardo de lua entre uma e outra parição. E negocia, trama, biscateia. A velhacada, o caboclo começa a tecê-la de manhã, na hora do quenta-sol, capricha-a à fresca dum pau sombroso e a arremata à tardinha, passando o forte do calor. (p. 132)*

Evidenciando a religiosidade, as relações de trabalho e familiares do caboclo, Palmério se aproxima da análise da cultura tradicional caipira de Antonio Candido[ix]. Este aponta como principal aspecto o equilíbrio entre grupo e meio, caracterizando uma vida social fechada com base na economia de subsistência. Sendo assim, a vida caipira se referencia em níveis mínimos de subsistência e vida social, ou seja, trava relações apenas no âmbito dos grupos de vizinhança e sua sobrevivência depende do equilíbrio com as

forças da natureza, o que ocorre devido as suas heranças culturais (contatos interétnicos entre indígenas e portugueses).

Neste sentido, analisarmos a cultura camponesa nos remete à percepção de uma tradição expressa na significação da terra enquanto sustentáculo das relações sociais centradas essencialmente na família e nas relações de parentesco e vizinhança. Implicando, segundo Woortmann[x], na estruturação de um universo camponês pautado na relação de interligação entre três categorias: terra, trabalho e família. Ocorrendo uma distinção no que tange as estratégias de significação destes três elementos, assim como, processos diferenciados de identificação.

Interagindo com os "eventos" de ordem global na segunda metade do século XX em que, conforme afirmamos, ocorre uma reestruturação das relações capitalistas de produção e consumo, o campo brasileiro é integrado ao "turbilhão" da vida moderna a partir do processo de "modernização". Implicando na passagem de uma sociedade agrária tradicional para a incorporação desta ao sistema de produção capitalista, havendo uma identificação entre o processo de industrialização e o de urbanização. Segundo Kageyama[xi] a principal transformação na agricultura brasileira se relaciona a transição do complexo rural para a dinâmica do Complexo Agro-Industrial (CAI), em que ocorre a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria[xii]. Impulsionando a modificação das relações entre campo e cidade com a reorganização do espaço, havendo um novo impulso à urbanização. O que intensificou a dicotomia entre campo e cidade a partir da formação de agro-indústrias, uma (re) divisão regional do trabalho e uma maior importância do mercado interno[xiii]. Estas transformações são visíveis na narrativa de um dos assentados do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho:

> *Pesquisador: Houve muitas mudanças no campo depois desses anos?*
>
> *Entrevistado: Sim, e as mudanças que houve no campo, eu não sei se eu me considero, num sei se eu sou ou não atrasado, as mudanças que houve no campo, a tecnologia, o progresso em si para o homem do campo não foi bom. O progresso no campo só beneficiou os grandes empresários, só beneficiou quem se beneficiava do campo, mas que nunca foi*

> *camponês, mas pra quem é da mão grossa, que pegava no cabo da enxada, plantava o seu próprio arroz, que tirava da terra o seu próprio sustento toda modificação que teve foi só pra atrapalhar.* (Entrevista concedida em abril de 2005)

A chegada do "agronegócio" é sentida pelo homem do campo, reorganizando o seu espaço social e simbólico, reordenando as relações sociais travadas. A mudança na lógica operativa da vida camponesa se dá devido as alterações nas suas relações com a terra (novo sistema de arrendamento da terra e de usos da mesma), com o trabalho (assalariamento do camponês) e a família (a diminuição desta com o controle de natalidade, herança, entre outros). Passando de uma economia de subsistência em que se planta e cria para a sobrevivência, para uma economia de mercado em que se compra e vende os "mínimos vitais". Desta forma, se evidencia a integração do mundo agrário ao sistema capitalista, remetendo a novas configurações no campo cultural, simbólico, econômico, social e político.

Contrapondo a visão progressista que aponta para o desaparecimento do rural em face do estreitamento de relações com o urbano, percebemos a incorporação dos elementos urbanos no universo camponês como parte do processo de resignificações e redefinições decorrentes das dinâmicas culturais. Ocorrendo, assim, não uma subordinação, mas a definição de relações de interdependência e influência mútua entre o rural e o urbano (Queiroz, op. cit.), sem que isto implique em "perda" de identidade, mas na constituição de novas identificações rurais e urbanas.

Partindo destas considerações, percebemos na complexidade do cotidiano dos assentados rurais da Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido-MG, a constituição de diferentes identidades "pessoais" e/ou individuais, percebidas através das narrativas orais, que apresentam representações diferenciadas sobre as experiências vivenciadas pelo grupo e dos "eventos" que demarcam a trajetória de vida dos mesmos. Conforme podemos visualizar na fala de um dos assentados:

> *Quando nós chegamos aqui o povo falava que nós era um bando de bandido, era bandido, era matador, assassino, ladrão, era isso (...) Hoje, totalmente, eles vêem nós diferenciado, eles vêem como uns campo-floridense e vê como pessoas igual eles mesmo e vê qual a importância dessa fazenda aqui, com a chegada nossa, pra Campo Florido. (...) Antes não produzia nada, então, hoje, a região nos vê totalmente ao contrário que eles nos viram na época que nós chegamos, então hoje nós somos considerados, por eles, considerados iguais a eles mesmos. Sempre tem algum, aonde tem mais de cem pessoas, vai ter um que vai continuar toda a vida achando aquilo e não muda, não muda nunca, mas Graças a Deus, hoje nós somos vistos como outras pessoas, como cidadãos também iguais a eles mesmos.* (Entrevista concedida em julho de 2003).

Entendemos, neste sentido, as ações e práticas discursivas formuladas pelos assentados, tanto na luta pela terra, quanto na constituição do assentamento, enquanto articuladoras da (s) identidade (s). Estas são afirmadas pelo grupo em questão, em face às representações construídas pelo "outro", aqui entendido como a sociedade que exclui e marginaliza o "sem terra", estabelecendo assim, a marcação da diferença que se define como fundamental para a definição de identidade.

Desta forma, a análise da afirmação identitária dos assentados rurais em questão, é perpassada pela percepção do forjamento e/ou apropriação de uma tradição camponesa, a partir de suas práticas culturais, identificadas em diversos elementos presentes em seu cotidiano. Podemos visualizar estes mecanismos na articulação da Escola Família Agrícola (ao se basear no trabalho familiar e na interação entre a técnica agrícola "modernizante" e a tradição familiar camponesa), nas festas (um exemplo seria a comemoração do aniversário de ocupação da fazenda em 19 de maio, quando em 2003 articularam a Folia de Reis, se pautando em outra temporalidade, já que esta, tradicionalmente, ocorre entre dezembro e janeiro), na solidariedade no trabalho (com os mutirões).

Desta maneira, a articulação da identidade de assentado remete a apropriação da tradição, resignificando tanto esta, quanto os novos valores incorporados na relação com o "global". O que implica na percepção do adentramento da "modernização" (através das novas técnicas agrícolas e relações de trabalho) no "espaço da tradição", sem que ocorra a subordinação de uma pela outra.

A partir desta percepção, compreendemos a "retomada" da tradição (entendida como a produção familiar e os conhecimentos transmitidos oralmente pela família), assim como a preocupação em utilizar a memória (ao incorporarem em seu discurso, a necessidade de "lembrar" aos filhos a trajetória de luta dos pais), pelos assentados como a reordenação de materiais culturais visando a afirmação identitária. Ao mesmo tempo, a incorporação de novas relações de produção (técnicas agrícolas, mecanização da agricultura e relações de trabalho reorganizadas pela agroindústria) remete a "modernização". Entendidos, a priori, como opostos, modernidade e tradição se adentram no assentamento, impondo aos assentados a resignificação destas a partir de sua própria realidade, implicando em uma interlocução entre estas.

---

i REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da micro-análise. RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. (p. 23).

ii Segundo a narrativa de um dos líderes do assentamento, o grupo surgiu do "desespero" de trabalhadores rurais, explorados nas lavouras de algodão em Limeira D'Oeste – MG, reunidos em torno do Sindicato Rural deste município em 1989, aglutinando, inicialmente, cerca de 400 famílias, realizando, a partir de 1990, diversas ocupações de terra na região de Iturama-MG. Ocupações, despejos, repressão, violência marcam a trajetória do grupo até 1991, quando em definitivo ocupam a fazenda Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido-MG, sendo esta desapropriada em 1993. Assim, a passagem de sem terra a assentado é marcada pelos conflitos em torno da posse da terra, das estratégias de luta e sobrevivência, assim como, dos movimentos políticos "dirigentes" do grupo.

iii Segundo Manuel Castells (2002, p. II) a globalização pode ser definida pelo estabelecimento de padrões comuns através da difusão de matriz produtiva, baseada nas novas tecnologias, apagando distâncias, havendo, por outro lado, reações locais que "nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais". Giddens (2002, p.27) afirma que o conceito de globalização "é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais do distanciamento entre tempo e espaço. A globalização diz respeito a intersecção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais 'à distância' com contextualidades locais".

ivGIDDENS, Anthony. "A vida em uma sociedade pós-tradicional" in GIDDENS, A. BECK, U. LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. SP: Ed. UNESP, 1997. (pp.73-133).

v BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

vi HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. SP: Cia. das Letras, 1994.

vii Recorremos à literatura por compreendermos a relevância desta na representação do mundo social e das experiências vividas. Neste sentido, entrecruzamos história e literatura já que tanto o texto histórico, quanto o ficcional comportam estratégias de veracidade e ficcionalidade, construindo uma idéia de realidade a partir da utilização do recurso "efeito de real". Segundo Pesavento (1999) o "efeito de real" se refere à representação de um outro contexto através do imaginário, com diferentes níveis de aproximação com o real (comprometimento com as evidências da época).

viii Neste trabalho nos utilizamos da fonte literária com a obra de Mário Palmério, escrita em 1956 na região do Triângulo Mineiro, coincidindo com nosso locus de pesquisa. Outra fonte utilizada são as entrevistas realizadas no Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho em julho de 2003 e abril/ maio de 2005.

ixCANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio Bonito – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10ª ed. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2003.
xWOORTMANN, Klaas. "A ética no trabalho camponês" in Seminário: Os desafios culturais no mundo do trabalho. Goiânia: Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás, de 23 a 24 de abril de 2003.

xiKAGEYAMA, Ângela (coord.). "O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais" in DELGADO, Guilherme Costa. GASQUES, José Garcia. VILLA-VERDE, Carlos Monteiro (orgs.). Agricultura e políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 1986.

xii Partindo da oposição estabelecida por Robert Redfield entre sociedades camponesas, selvagens e industriais, Henri Mendras (1978) afirma que a inserção do camponês na sociedade industrial de "massa" o transforma em "agricultor" (o que não implica no desaparecimento das sociedades camponesas, visto que há a coexistência destas nas sociedades contemporâneas), cuja autonomia das coletividades locais é perdida ao submeter a produção agrícola ao mercado (mesmo que organizadas em empresas familiares). Consequentemente, ocorre o desaparecimento do auto-consumo, implicando na comercialização total da produção (ruptura entre consumo familiar e produção).

xiii Ver QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros" in Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios. RJ: Livros Técnicos e Científicos; SP: Ed. USP, 1978. (pp. 263-314).

A cidade e sua memória: as trajetórias dos "amadores da história" e suas leituras de Campinas (1927-1980)[1]

Flávio Carnielli – PPG-UNICAMP

Entre as décadas de 1930 e 1970, Campinas atravessou um período de profundas mudanças estruturais nos bairros centrais e muitos dos marcos arquitetônicos que definiam a região (e, por que não, a cidade) são colocados abaixo. Transformação esta que a bibliografia classifica como "passagem" ou "ruptura": da cidade de taipa para a cidade de concreto, da cidade rural e comercial para a cidade industrial etc.[2]

Ou seja, mais do que uma mudança física, a cidade atravessou um grande processo de transformações socioeconômicas, com a chegada de migrantes de outras regiões do país, tendo que ser reconfigurada espacial e, portanto, fisicamente.

Essas transformações geraram uma percepção de "mudança dos tempos": a cidade, alvo do afamado/maldito progresso, adquire, aos olhos e ao sabor de quem a contemplava e a vivia, cada vez mais ares de "metrópole", em oposição à cidade provinciana. Na literatura sobre a história urbana, esse tipo de mudança é sempre ressaltado e dá ensejo, a partir dessa ruptura, para alguns tipos de leitura do passado.

Surge então na cidade uma espécie de "febre de história" e preservação do passado. A partir deste momento, começa a se ter maior interesse em Campinas, em monumentalizar marcos remanescentes e preservar na memória, "a cidade que não mais existe".[3]

As revistas e jornais passam quase que obrigatoriamente a ter em seus quadros cronistas que falam sobre a história de Campinas; são encomendados álbuns de fotografias, elaboradas monografias históricas da cidade, o culto à memória dos campineiros "importantes", em especial Carlos Gomes, é intensificado e começam a surgir inúmeras outras comemorações. Tudo no sentido de preservar e celebrar, tanto o passado como o presente.

Há, desta forma, cada vez mais espaço para historiadores, cultuadores do passado, cronistas, enfim, quem estivesse interessado em vasculhar os desorganizados arquivos da cidade e também sua própria memória em busca de um passado que fosse ao mesmo tempo exemplar e

único, *próprio da cidade*, que a celebrasse praticamente como uma nação ou como mola propulsora da nação brasileira e que acima de tudo legasse à posteridade aquilo que Campinas tinha sido.

É nesse momento que Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes se consolidam como estudiosos da história da cidade. Seus trabalhos intensificam-se nesse período, gerando, na década de 1970, uma enxurrada de publicações nos mais diversos meios de comunicação (jornais, rádios e livros) e nos mais diversos formatos – textuais, orais, iconográficos e museológico – culminando em uma superexposição e em diversas leituras do passado urbano.[4]

Um dos objetivos da dissertação é discutir a produção desses "amadores da história", em especial aquelas que voltam suas atenções para essa cidade que "não mais existe", o que se torna muito perceptível nos trabalhos que remetem principalmente a um período vivido (ou muito próximo do vivido) por eles em Campinas, quando suas experiências enquanto "seres urbanos" aparecem com muita força.

Como jornalistas que foram durante muitos anos, compuseram leituras peculiares do urbano para tentar explicar o que estava acontecendo em Campinas, em especial descrevendo aquilo que a cidade "havia sido"; leituras essas carregadas de suas próprias trajetórias na cidade, onde o afeto, a pertença e a necessidade (comum nos estudos de história local) de provar o "grande amor" por Campinas são constantes.

Espalhadas por diversas colunas e alguns livros, as "reminiscências" compõem um estilo diversificado de narrativa histórica e, em livros ou em seções de longa duração nos jornais e nas rádios, como "Retratos da Velha Campinas", "Efemérides Campineiras", "Nas entrelinhas do tempo", "Documentário de duas épocas", "Campinas de ontem", "Campinas de ontem, mundo de amanhã", "Campinas de há 50 anos" e "Carnaval da Saudade", além de muitas outras, a Campinas antiga é rememorada de maneira singular por esses autores.

Como diz Pierre Nora, "a obrigação em lembrar faz de cada homem o historiador de si"; uma vez que a memória espontânea não mais existe, cabe à história enquanto operação intelectual construir marcos e eleger símbolos que tornem o passado mais próximo, palpável. Essa "obrigação de rememorar" e de produzir histórias é portanto uma necessidade social e também individual e, no caso dos textos produzidos pelos autores enfocados, estas duas unem-se de maneira única.[5]

Curioso nesse sentido é constatar que na produção enfocada o rigor metodológico da pesquisa histórica - herdados de uma tradição positivista dos autores dos Institutos Históricos e Geográficos, sem dúvida uma grande influência nos três autores estudados – misturava-se a um processo de rememoração pessoal, muitas vezes relegada pelos próprios autores ao plano do "não confiável", uma vez que se partia da crença de que a verdade da história estava nos documentos; crença essa muito útil nas produções que enfocavam algumas buscas por certas "origens" e episódios em que disputavam entre eles e outros historiadores locais o mérito de ser o "descobridor".

No entanto, nos escritos enfocados, como o uso memória pessoal de cada autor é constante, faz-se muito necessário pensar na vivência de cada um deles na cidade, já que, como diz Catroga, o historiador formula seus questionamentos a partir de sua própria experiência, "de suas retrospectivas e esperanças" e de suas próprias memórias sociais, coletivas e históricas, o que revela não somente as preocupações do presente, mas também o já vivido e os sentimentos acerca da cidade.[6] O passado da cidade mistura-se com a evocação do próprio autor, compondo uma relação "quente", viva, com o pretérito, em que figuravam tanto a saudade quanto à apologia ao progresso.

A passagem de Ítalo Calvino em *Cidades Invisíveis* ajuda a pensar em como esses autores construíram suas visões da cidade:

Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a a atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência da Maurília metrópole, se comparada com a velha Maurília provinciana, não restituem uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser pode ser apreciada através dos velhos cartões-postais, enquanto antes, em presença de Maurília provinciana, não se via absolutamente nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes, e que, de qualquer modo, a metrópole tem este atrativo

adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi.[7]

Apresenta-se então a relação dual: o que vem do passado é sempre bom, e muitas vezes pode se confundir com a "aurora", com o amanhecer da vida, com a juventude do próprio autor (esse tipo de construção é corrente no discurso e não um mero psicologismo) e com o presente e o futuro como tempos de progresso. Na relação do jornalista com o homem de história, reside esta tumultuada ambigüidade, que mistura a saudade com a crença no futuro próspero que constata o irrefreável desenvolvimento da cidade.

Como mostra Sandra Pesavento:

O saudosismo é um traço que acompanha as leituras da cidade em face da modernização urbana. As desigualdades e os paradoxos do processo em curso se traduzem em formas discursivas que não precisam ser necessariamente desta ou daquela tendência, mas que combinam diferentes sensibilidades.

Desta forma, José de Castro Mendes anuncia em sua primeira coluna da série "Retratos da Velha Campinas" que um dos objetivos da série é entender que:

Para frente é a ordem que leva a humanidade ao encontro de seus desejos (...) um dia após o outro em perpétua evolução, mas o passado, esse fica dentro de nós como o bálsamo da velhice.

Recordar é viver, e estas despretensiosas mas espontâneas crônicas traduzem (...) uma caminhada afetuosa pelos anos de minha juventude relembrando coisas de Campinas, minha bem amada terra natal".[8]

Percebe-se então, no discurso, que o "destino" da cidade era ser grande. A reconstrução do passado obedece a uma noção de previsão ao contrário, típica de uma "biografia de cidade"[9]. Campinas nasceu com o futuro pronto e, ainda que o cronista não caiba nesse tempo, ele não deve rechaçá-lo por completo, ou correria o risco de, num arroubo quase antipatriótico, negar a vocação primeira da cidade, que é desenvolver-se e atingir o máximo do progresso que uma

"metrópole" de seu tempo deve alcançar.

A Campinas do passado descrito é sempre colocada como uma cidade do século XIX (ainda que os escritos remetam às duas primeiras décadas do século XX), lúdica e pequena, marcando o contraste com a cidade do século XX, palpitante e grande.

A cidade ainda apresentava "o casario baixo e esparramado, com suas muitas janelas e compridos quintais cercados de taipa" [10], ou "aqueles traços provincianos e coloniais"[11] . O distante passado também tem seu "charme" carregado de romantismo, elemento importante na construção daquilo que a cidade era, como relembrado por Júlio Mariano na crônica "Campinas de há 50 anos", ao descrever Campinas no ano de 1927:

No todo, o que se descortinava à distância, da Campinas da época, era uma visão de cromo, deliciosamente romântica (...) e completando o romântico desse quadro-cromo, nas tardes campineiras o dourado-e-violeta do crepúsculo era ponteado com as muitas centenas, ou muitos milhares, de andorinhas em revoada![12]

Colocação semelhante é traduzida em imagem por José de Castro Mendes no álbum *Retratos da Velha Campinas*. Reproduzindo em aquarelas fotos da cidade "antiga", o autor a mostra sempre com ares provincianos, compondo um ambiente quase bucólico, como, por exemplo, na figura abaixo:

"Vista parcial da cidade de Campinas".[13]

De certa forma, é construída uma visão da cidade como "cartão-postal", ressaltando o que era admirado nessa cidade, o que deveria ser guardado na memória ou preservado e fixado à posteridade. Normalmente, isso não ocorre somente com construções, edifícios (como diz Ecléa Bosi, "as lembranças se apóiam nas pedras da cidade")[14], mas também com sentimentos, sensibilidades e costumes, expressos comumente como "o clima" de antigamente, que não mais se repete: o tempo dos "assustados", dos *footings*, do terno e gravata, dos cassinos, dos antigos carnavais, dos vendedores de rua, dos *kioskes*, que se misturam com a própria vida – ou biografia - do autor, que fixa nos marcos da vida urbana que considera importantes seus próprios marcos de vida.

Assim, eventos maiores ou menores são então misturados à vida do autor: do trabalho no posto de comando durante a revolução constitucionalista de 1932, Brito evoca a "gloriosa missão" da cidade, um verdadeiro "centro de civismo paulista"[15]; da passagem de "Zek" Mendes, em sua infância, pela escola Francisco Glicério, ficou o registro de Campinas como um "grande pólo educacional", repleto dos melhores professores do Brasil[16] .

Vivendo o dilema do homem moderno, como lembra Bermann, pelas colunas dos jornais e pelas ondas do rádio, vivendo um período de demolições e mudanças radicais no desenho urbano, a celebração x negação do progresso é também uma constante e de um dia para o outro se passava da crítica à derrubada dos marcos arquitetônicos à apologia às modificações realizadas.

Isso só é possível de se captar se atentarmos também para as crônicas do dia-a-dia, que dizem muito a respeito da produção de memórias por parte dos autores enfocados, uma vez que é parte constituinte do discurso histórico elaborado por eles. Quando o "homem de história" e o jornalista se confundem, as transformações urbanas e a cidade vivida também se misturam, compondo então uma visão diferenciada do passado e das mudanças urbanas.

É assim que Jolumá Brito, em crônica lida na rádio PRC-9 no final da década de 60, mostra essa dubiedade em relação ao desenvolvimento da "cidade-princesa", expressa na frase final, após longa argumentação de como era o "destino" da cidade transformar-se, mudar:

Desaparecem os limites da vila provinciana e uma nova e moderna cidade surgindo aos nossos olhos atônitos, acostumados ao pequeno casario que nos legaram os homens do século

XIX...[17]

Porém, em outra crônica, escrita alguns dias depois, o tom amargo revela uma crítica aberta às demolições na região central:

Pobre Campinas! Estão te mutilando, cortando, arrebentando, desfazendo aos pedaços em nome da civilização (...) rasgam a carne de suas ruas e sacrificam seu passado e tua beleza que custou centenas e centenas de milhões de cruzeiros (...).[18]

Assim, frases como "a picareta do progresso que tudo destrói", são constantes na abertura dos trabalhos sobre história, quando destinadas a relembrar algo já destruído ou que tivesse sobrevivido a esse processo. Dos três autores, o mais combativo nesse sentido foi Brito, mas tanto Mariano quanto Castro Mendes também expuseram em seus textos esse sentimento dúbio em relação às modificações.

Mas, ainda que essas transformações desconfigurassem a cidade que eles conheciam, as críticas contra elas normalmente eram apenas pontuais e não uma constante. Por mais que houvesse uma percepção negativa da mudança dos tempos, os três autores tinham um compromisso com a cidade presente. Como jornalistas e como pessoas públicas, chegaram a participar de algumas comissões para o incentivo do turismo em Campinas. A herança do "bairrismo campineiro" (perpetuada pelo cronista Leopoldo Amaral no final do século XIX), da qual diziam-se seguidores, também não permitia a condenação exagerada dos melhoramentos urbanos, ajudando a definir as visões elaboradas sobre a cidade.

É importante então compreender que a relação de Mariano, Brito e Mendes com Campinas ultrapassa as fronteiras da história. Como jornalistas, eles também foram, de suas formas, historiadores, cronistas e memorialistas urbanos e, como sujeitos urbanos, foi-lhes entregues o poder de definir e redefinir o passado da cidade.

Há de se pensar também que seus escritos ajudaram, de certa forma, a selecionar o que deveria ser preservado, com a busca e compilação de documentos (como os da Câmara Municipal de Campinas e do Centro de Ciências, Letras e Artes), a organização de acervos museológicos e até mesmo com a voz ativa destas figuras, com textos diversos sobre a

construção e "trajetórias" de bens arquitetônicos e a organização do patrimônio institucionalizado na cidade. Ajudaram também, a organizar comemorações, fixar datas, coleções e marcos que perduram até hoje na vida e nos estudos da cidade. Esta é uma parte a ser discutida com maior ênfase na dissertação.

Entretanto, eram pessoas que viviam pela cidade. Seus escritos são permeados de uma profunda ligação com ela, que sem dúvida influencia muito seus escritos. Uma produção acelerada de passados, com múltiplos significados, presos em uma rede muito mais complexa que uma simples construção "a serviço do poder".

---

[1]Pesquisa em andamento, financiada pelo CNPq e orientada pela Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino do IFCH – Unicamp.

[2] Carpinteiro, Antônio C. *Momento de Ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos 50.*Campinas, CMU/Unicamp, 1996.Nesse sentido ver também: Santos, Antônio da Costa. *Campinas: das origens ao futuro*. Campinas, Ed.Unicamp, 2002 e Semeghini, Ulisees. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed.Unicamp, 1991.

[3] Mendes, José de Castro. "Retratos da Velha Campinas", in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

[4] Jolumá Brito escreveu 27 volumes da *História da Cidade de Campinas,* além dos livros *Tonico de* Campinas, uma biografia de Carlos Gomes, *História da Cidade de Paulínia* e alguns outros feitos por encomenda, manteve durante muitos anos a coluna "Bazar" no Diário do Povo, onde comentava o dia-a-dia da cidade. Júlio Mariano publicou *Campinas de ontem e anteontem, Badulaques* e *História da Imprensa em Campinas* além do livro de poemas *Nebulosas* e dos folhetos *Do bondinho da Tração aos elétricos da Carril e As boas qualidades do Sr.Dom Diabo: autos de um inquérito litero-demonológico*, Mariano também publicou nos jornais inúmeros contos, a maior parte deles ambientados em Campinas. O primeiro trabalho de José de Castro Mendes foi o álbum *Velhas Fazendas Paulistas*, de sua coluna "Retratos da Velha Campinas", publicou, na Revista do Câmara Municipal de São Paulo, grande artigo homônimo, com pinturas e textos. Foi também idealizador, no final da década de 1960, do suplemento *História da Cidade de Campinas*, impresso pelo Correio Popular.

[5] Nora, Pierre. "General Introduction: Betwee Memory and History" in Nora, Pierre (org) *Realms of Memory: rethinking the French past (vol.1: Conflicts and Divisions)*. Columbia University Press, 1996.

[6]Catroga, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Ed.Quarteto, 2001, pp.45-48.

[7]Calvino, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003, pp.32-33.

[8]Mendes, José de Castro. "Reminiscências da Cidade" (série *Retratos da Velha Campinas)* op.cit, 1945 (s/d).

[9]Lofego, Sílvio Luís. *Memória de uma Metrópole: São Paulo na obra Ernâni da Silva Bruno*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001, p.15.

[10] Mariano, Júlio. "Violino, flauta, violão e cavaquinho: retalhos de memória da pequena e romântica Campinas do primeiro quartel do século". *Correio Popular,* Campinas: *07/06/1967*.

[11] Mendes, José de Castro. "Documentário de duas épocas – Campinas de ontem e de hoje: contrastes, personagens e empreendimentos que figuram na história da ex-província de São Carlos – costumes e hábitos da gente de outros tempos". *Correio Popular*, Campinas: 21/03/1954.

[12] Mariano, Júlio. "Campinas de há 50 anos: quando se fundou o *Correio Popular*" *Correio Popular*, Campinas: 04/09/1957.

[13] Mendes, José de Castro. *Retratos da Velha Campinas*. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal*,* 1952, p.134.

[14] Bosi, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças da cidade*. Estudos Avançados (on-line). 2003, vol.17, nº 47, pp.198-211 www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012&lng=en&nrm=iso> ISSN 0103-4014, p.200.

[15] Brito, Jolumá. "Bazar" in *Diário do Povo,* Campinas: 09/071957.

[16] Mendes, José de Castro. "A Escola" (série *Retratos da Velha Campinas)* in *Correio Popular*, Campinas: 1945 (s/d)

[17] Brito, Jolumá. *A Crônica do Speaker*. Rádio PRC-9, s/d. Manuscrito disponível no Centro de Memória da Unicamp.

[18] Brito, Jolumá. "Bazar", op.cit, 03/09/1957.

EDUCAÇÃO MINEIRA PELA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: profissionalização docente (1889-1899)

Flávio César Freitas Vieira* - CESUC

Na temática da profissionalização docente faz-se necessário fundamentar as discussões sobre as origens que alicerçaram este processo, que antes de estar sob o controle do Estado, esteve sob a condução da Igreja Católica. A presente pesquisa tem por objetivo identificar as principais características do professor estadual, com base nos textos da legislação educacional estadual, na primeira década do governo republicano.

A fundamentação teórica esteve apoiada em argumentos de diversos autores, entre os quais, Araújo, Julia, Nóvoa, Barros, Almeida etc. para a realização da pesquisa documental tendo por fonte a legislação educacional do Estado de Minas Gerais. A influência dos ideais de modernidade da cultura ocidental influenciaram pela ilustração brasileira a construção de um corpo legal idealizado visando formatar e universalizar o cidadão brasileiro, que passou de ex-súdito do Imperador para então tornar-se cidadão da República Federativa do Brasil.

Esta passagem, legitimada, entre outras pelo poder da lei que em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a Constituição brasileira, que dispõe sobre as novas disposições do novo regime, incluindo sobre os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, excluindo destes, os mendigos e analfabetos, de exercerem os direitos políticos. Diferentemente, destes últimos, entre os cidadãos brasileiros que receberam atenção por parte dos legisladores educacionais, encontra-se o professor, que foi na década estudada tendo seu perfil profissional consolidado entre a categoria de funcionário do Estado e profissional da educação.

Considerando que o professor brasileiro tem sua origem comum com o professor europeu, em instituições religiosas, e quando da proclamação da República e promulgação das Constituições nas esferas Federal e, posteriormente,

a do Estadual do Estado de Minas Gerais, este professor encontrava-se com espaço consolidado como funcionário do Estado.

A profissionalização[1] pode ser definida como produto da interseção entre a ação coletiva dos próprios sujeitos diante do conjunto das práticas de trabalho e os discursos e ações provenientes do exterior das mesmas,oriundas de instituições representativas que polarizam o norteamento deste processo.

O processo de profissionalização do professor, sob o controle do Estado republicano no Brasil, o fez sob a ordem de racionalização e de controle externo exercido pelo Estado sobre o professor, valorizando neste profissional da educação a ação técnica didática na prática de ensino e, não o seu potencial de ação política implícita à formação sobre o aluno. Conforme Contreras afirma:

> "*[...] disto, ao ficarem os professores submetidos às estruturas de racionalização de seu trabalho, viram-se cada vez mais dependentes do conhecimento especializado, fundamentalmente da aplicação técnica da psicologia, a partir do qual se legitimou a técnica de ensino".*[2]

Nóvoa[3] e Julia[4] realizaram estudos da profissionalização docente entre os séculos XVI e XX na Europa e ambos argumentam com a propriedade, de que nas origens da profissão do professor, antes de estar sob o controle do Estado, o mesmo esteve sob a condução da Igreja Católica. Na modernidade, ocorreu o desenvolvimento de forma tal que, a função exercida pelo mestre-escola foi ocupada pela presença do professor, em razão de se buscar um perfil profissional que abarcasse o exercício em tempo integral, formação apropriada, suporte legal para a execução da tarefa profissional, bem como a constituição de associações profissionais, que constituíram aspectos do perfil do professor nos tempos modernos.

Nóvoa aprofunda o estudo sobre a temática e retoma a discussão sobre a profissionalização docente em Portugal estabelecendo o modelo de análise da

história com quatro etapas: ocupação principal, licença do Estado, formação e associativismo; e tendo duas dimensões: conhecimentos técnicos e normas/valores. Alicerce este que fundamentou a presente pesquisa.

No Brasil, no século XIX, transitou de Colônia para Império, e cresceu a intervenção do Estado em todo o processo de constituição sócio-econômico-cultural. O professor voluntário do século XVIII caminha para ser funcionário do Estado, funcionário público, não excluindo o professor particular, que também passa a ser coberto pela legislação educacional do Estado, das Províncias e das municipalidades[5].

Com o Ato Adicional de 1834, que no inciso segundo do artigo 10 contribuiu para pulverizar e diversificar o processo de desenvolvimento educacional e escolar no Brasil, ao estabelecer o encargo de regular a instrução primária e secundária às Assembléias das Províncias, reservando ao governo central a administração do ensino superior e do município neutro.

A profissionalização do professor no país, no século XIX, passa por uma discussão que abarca desde a necessidade de existir um suporte legal, incluindo a criação de estabelecimentos apropriados para a formação de professores e de atualização teórica e prática para o exercício docente, bem como da manifestação de falta de interesse e de uma remuneração digna com base na condição sócio-econômica-cultural desse século.

Na primeira década da existência do Estado de Minas Gerais, a legislação educacional mineira estabeleceu o perfil de professor estadual, imputando como formação ideal, o professor normalista. Neste período foram identificadas duas leis e três decretos, a Lei n. 41, 3 de agosto de 1892, o Decreto n. 655, de 17 de outubro de 1893, e o Decreto n. 676, de 15 de janeiro de 1894; a Lei n. 221, de 14 de setembro de 1897 e o Decreto n. 1251, de 31 de janeiro de 1899.

A legislação educacional mineira neste período apresentou um vasto consolidado de leis e decretos que apontam na direção do princípio interventor da lei na formação da sociedade, não só como normalizadora e reguladora, mas como instrumento que possibilita moldar os agentes e as relações sociais sob a perspectiva política, filosófica, econômica e cultural.

Entre 1889 e 1891, houve o processo de elaboração das Constituições Federal e dos Estados, conforme já apresentado. Em seguida, o governo de Afonso Pena e a Assembléia Legislativa mineira elaboraram e aprovaram a Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892, que dispõe sobre a Reforma da Instrução Pública no Estado de Minas Gerais, dez meses após a promulgação da Constituição Estadual, de 15 de junho de 1891. Pode-se dizer que essa construção da legislação educacional foi uma ampla reforma para o ensino público na perspectiva republicana e resultou de uma discussão de médio prazo.

Diversas disposições foram estabelecidas na legislação mineira, provenientes dos Presidentes do Estado de Minas Gerais, Antônio Olyntho dos Santos Pires; José Cesário de Faria Alvim, passando por João Pinheiro da Silva e por Crispim Jacques Bias Fortes; Domingos José da Rocha; Frederico Augusto Álvares da Silva; Antônio Augusto de Lima; Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira e por Afonso Augusto Moreira Penna. Todavia, pode-se verificar que este último ousou mais na área educacional, em relação aos que o antecederam no governo mineiro[6].

A Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892, conhecida como Lei Afonso Penna, foi aprovada com o intuito de promover um rompimento com a realidade do ensino elitista do tempo do Império. Nesta Reforma, caracterizada por ser avançada para a época e, coerente com a proposta de ensino federal, democrática, federativa e liberal, foram criados Conselhos, o Superior e o Escolar municipal, com proposta descentralizadora em respeito à autonomia das esferas estadual e municipal e atribuindo, ainda, ao Estado a função de fiscalizador dos estabelecimentos públicos e privados com possibilidade de subvenção desses últimos.

Na segunda metade do século XIX, associada à chegada da Escola Normal à Província mineira, foram instaladas instituições pelo governo para proceder à administração, inspeção e controle do ensino, bem como para promover a formação de professores e profissionais autônomos, farmacêuticos e engenheiros de minas. Entretanto, afirma Tôrres:

> na verdade, muito havia por fazer. Mas, a terra era pobre, as comunicações difíceis, o isolamento a regra. Uma população rarefeita espalhada por cidadezinhas atrás dos morros, eis o que era a Província de Minas Gerais. As elites eram escassas e os poucos homens que tinham instrução em cada município procuravam por todos os meios, ensinar aos que sabiam menos minas.[7]

Diante dessa herança do ensino imperial, a Reforma Afonso Pena buscou, assim, estabelecer a superação do ensino precário e elitista, e para tanto propôs uma nova posição do Estado, a de fiscalizador e norteador sobre o ensino particular e público por meio do funcionamento do Conselho Superior, que possuía duas atribuições: de Conselho Administrativo e Conselho Disciplinar.

Além desses conselhos, foram estabelecidos os inspetores itinerantes; os Conselhos Escolares Municipais; os Conselhos Escolares Distritais; os Diretores escolares, normas para proceder eleições para ocupar os referidos cargos. Houve, ainda, o estabelecimento de estímulo ao professor em exercício para que buscasse uma melhor formação, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário às crianças na idade escolar entre 7 e 13 anos de idade, entre outras normas. A Reforma Afonso Pena com seus 341 artigos propõe a criação de uma complexa estrutura de ensino sob o controle do Estado, porém de difícil aplicação imediata.

Na questão do perfil do professor estadual republicano, houve o estabelecimento de critérios para a nomeação de professores efetivos, provisórios e substitutos no ensino estadual para as escolas urbanas, distritais e rurais, com disposições a valorizar com vantagens financeiras aos que possuíssem o diploma de normalista (em torno de 20 a 38,5% sobre os demais), tendo os professores urbanos vantagem sobre os professores que

atuavam nas escolas distritais e por último nas rurais, conforme pode ser observado no artigo 99 da referida lei:

> Art. 99. Os vencimentos dos professores de instrucção primária serão regulados pelas tabellas anexas, ns. 1, 2 e 3. (...) Escolas Primarias. Tabellas.
> Nº.1 – Professores normalistas das escolas:
> Urbanas.....1:800$000
> Districtaes.....1:400$000
> Ruraes.....1:200$000
> Nº.2 – Professores não normalistas em escolas
> Urbanas.....1:300$000
> Districtaes.....1:100$000
> Ruraes.....1:000$000
> Nº.3 – Professores actuaes não habilitados na forma desta lei, os mesmos vencimentos constantes das tabellas acima.[8]

Verifica-se, com os dados apresentados, que no Estado de Minas Gerais, a profissionalização do professor, desde a Lei n. 41 atribuiu aos normalistas o perfil desejado para o professor público estadual, bem como a garantia no suporte legal, de direito a vantagens financeiras para proliferação destes professores normalistas e estímulo aos que não possuíssem para obterem tal diploma. Após quatorze meses, essa lei foi regulamentada pelo Decreto n. 655, de 17 de outubro de 1893.

Até o ano de 1894, diversas outras Leis e Decretos foram aprovados com o propósito de promover a melhoria do ensino em Minas Gerais, mas sem garantir qualquer melhoria para com o cargo de professor estadual, a não ser as vantagens financeiras já referidas.

O Presidente de Minas Gerais Chrispim Jacques Bias Fortes (1894-1898) realizou outras modificações à Lei Afonso Penna, visando aumentar o controle do Estado e, pelo estabelecimento do Decreto n. 676, de 15 de janeiro de 1894[9], dividiu o Estado de Minas Gerais em dez Circunscrições escolares, em um retorno aos Círculos Literários do tempo do Império, com base nas Escolas Normais já estabelecidas.

Por outro instrumento legal, a Lei n. 221, de 14 de setembro de 1897[10], atribuiu-se competência ao Presidente do Estado para nomear os membros do Conselho Superior, retirando membros natos. O currículo foi padronizado para as escolas públicas, sem distinção da localização, urbana, distrital ou rural, por assumir a perspectiva universalista. No artigo 13 desta mesma Lei colocou-se o poder de nomeação dos professores estaduais

nas mãos do Secretário do Interior; no artigo 17, estabeleceu-se a proposta de estímulo à permanência do professor em exercício com aumento de ordenados de conformidade ao número de anos de exercício do professor. A carreira profissional no Estado de Minas Gerais surgia em seu primórdio:

> Art. 17. Os professores que tiverem mais de 10, 15 e 20 annos de exercício terão um augmento correspondente a 5, 10 e 15 por cento sobre seus actuaes vencimentos, inclusive a porcentagem da lei nº. 90, seja qual for o regulamento em virtude do qual tenham sido nomeados.[11]

A então Lei n. 221, de 14 de setembro de 1897, assinada pelo Presidente Chrispim Jacques Bias Fortes, foi regulamentada apenas em 31 de janeiro de 1899, pelo Decreto n. 1251, estando na Presidência do Estado Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902) e o Secretário do Estado Wenceslau Brás Pereira Gomes. Entretanto, este último promoveu a regulamentação de uma proposta centralizadora, que fortalecia o papel do Estado na área educacional com o estabelecimento de apenas sete circunscrições literárias.

Tem-se então que ao Governo Mineiro propõe a criação de uma complexa estrutura de ensino, sob o controle do Estado, desde a Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892, porém de difícil e imediata aplicação legislação educacional republicana mineira. Contribuindo para a profissionalização do professor estadual nesta lei, ao estabelecer normas para seu ingresso a categoria funcional estadual, entre efetivo, provisório e substituto, podendo atuar em escolas urbanas, distritais e rurais, recebendo remunerações diferenciadas dependendo da possuir o diploma de normalista e pela área de atuação.

Em outra lei, a Lei n. 221, de 14 de setembro de 1897, ocorreu a disposição de fortalecer o controle do Estado ao estabelecer normas centralizadoras para a nomeação, controle de permanência do professor na carreira pública. Estimulando aos que perseverarem no exercício da profissão docente, estabelecendo vantagens financeiras para os professores que mais tempo permanecerem na profissão de professor estadual.

Verifica-se então que o Governo do Estado de Minas Gerais contribuiu para consolidar, na primeira década da existência da república mineira, a profissionalização do professor estadual utilizando-o do eixo norteador de valorização financeira associado ao

constante discurso de reconhecimento social que este possuía na sociedade, e estabelecendo um crescente controle sobre este profissional da educação, estabelecendo um perfil ideal, com formação mínima com diploma da Escola Normal com atuação nas escolas urbanas.

---

[*] Mestre em Educação (UFU) e professor do Curso de Pedagogia do Centro de Ensino Superior de Catalão-CESUC – Catalão-Go.

[1] Profissionalização. Esta definição está fundamentada nos argumentos de POPKEWITZ (1997, p. 87), de CUNHA (1999, p.133), de IMBERNÓN (2002, p. 24).

[2] CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 38.

[3] NÓVOA, António. *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário*: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX). Lisboa Codex: Universidade Técnica de Lisboa/ISEF, 1986.

[4] JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação***.** SBHE, n.1, jan./jun. 2001, p.24.

[5] Cf. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*: História e Legislação. São Paulo: Educ, 2000, p.40.

[6] Presidentes e períodos à frente do governo do Estado de Minas Gerais: Presidentes Antônio Olinto dos Santos Pires (17/11/1889-24/11/1889); José Cesário de Faria Alvim (25/11/1889–10/02/1890) e (18/06/1891–10/02/1892), João Pinheiro da Silva (11/02/1890–23/07/1890) e (07/09/1906-25/10/1908), Crispim Jacques Bias Fortes (24/07/1890-05/08/1890) (14/08/1890-03/10/1890) (18/10/1890-27/12/1890) (07/01/1891-11/02/1891) (07/09/1894-07/09/1898); Domingos José da Rocha (20/07/1890-23/07/1890) (06/08/1890-13/08/1890) (04/10/1890-17/10/1890); Frederico Augusto Álvares da Silva (28/12/1890-06/01/1891) (12/02/1891-17/03/1891); Antônio Augusto de Lima (18/03/1891-16/06/1891); Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (16/06/1891-18/06/1891) (09/02/1891-14/07/1892); e por Afonso Augusto Moreira Penna (14/07/1892-07/09/1894). Cf. Curadoria do Palácio da Liberdade. *Governo do Estado de Minas Gerais.* Dicionário Biográfico do Estado de Minas Gerais - *Período Republicano.* Disponível em :<http://www.mg.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 26 jun. 2003.

[7] *TÔRRES, João Camilo de Oliveira.* História de Minas Gerais**.** *3ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980, p. 1071-1144.*

[8] *Lei nº 41, 3 de agosto de 1892. Da nova organização à instrucção pública do Estado de Minas. MINAS GERAIS.* Coleção das Leis, Resoluções e Regulamentos da Província de Minas Geraes do ano de 1888. *Ouro Preto: Typ. de J. F. Paula Castro, 1889, p. 58.*

[9] *Decreto n. 676, 15 de janeiro de 1894. Dá execução ao disposto no art. 1 da lei nº 77 de 19 de dezembro do anno próximo findo.. MINAS GERAIS.* Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1894*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1885, p. 107.*

[10] *Lei n. 221, 14 de setembro de 1897. Contém disposições relativas à instrucção pública primária e secundária. MINAS GERAIS.* Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes do ano de 1897*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1898, p. 14-19. Nesta Lei foi estabelecido novo horário de funcionamento das escolas públicas, o qual foi alterado para apenas um único turno, entre 10 e 14 horas pelo artigo 8 desta lei.*

[11] *Lei n. 221, 14 de setembro de 1897. Contém disposições relativas à instrucção pública primária e secundária. MINAS GERAIS.* Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes do ano de 1897*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1898, p. 16.*

As Dores do Parto: Guarda Nacional e coronelismo em Minas Gerais no século XIX

Flávio Henrique Dias Saldanha* - PPG-UNESP/Franca

Pretendo, por meio da presente comunicação, tecer algumas considerações a respeito da Guarda Nacional, milícia pouco estudada por estudos acadêmicos específicos no âmbito da produção historiográfica do período imperial e republicano. A corporação civil gozou de um período bastante longevo na vida institucional do país, indo de sua criação em 1831 até a sua extinção em 1918. Período este em que a corporação passou por uma série de mudanças e transformações próprias do processo histórico de formação e consolidação do Estado brasileiro.

A princípio pode-se distinguir quatro fases distintas para a Guarda Nacional. A primeira fase (1831-1850) tem início com a lei de criação de 18 de agosto de 1831 e caracteriza-se, essencialmente, pela eletividade de seus oficiais por meio de eleições que, por sua vez, lhe conferia um caráter representativo. A segunda fase (1850-1873) tem como principal característica a reforma da milícia corporificada na lei de 19 de setembro de 1850, que aboliu as eleições para a escolha do oficialato, além de conferir a guarda um caráter centralizador e político ao contrário da premissa descentralizadora e militar do estágio anterior. A terceira fase (1873-1889) é o período de desmobilização da milícia efetuada pela lei de 10 de setembro de 1873, que acentua a progressiva decadência da mesma até a proclamação da República em novembro de 1889. Por fim, as características apontadas no período anterior, culminam na quarta fase (1889-1918), com a extinção da Guarda Nacional em 1918.[1]

Este último estágio merece particular atenção, pois a partir da extinção da corporação civil, manifesta-se o fenômeno do coronelismo, "como fenômeno sociológico e político de expressão do poder local",[2] próprio da Primeira República, no qual o coronel, posto de mais alta patente na hierarquia munícipe, acaba por exceder os limites institucionais da vida legal da Guarda Nacional. Nesse aspecto, uma rápida incursão na historiografia especializada no estudo do coronelismo, passando pelos clássicos de Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Raymundo Faoro, só para citar alguns, são unânimes em afirmar que o coronelismo tem sua origem a partir da Guarda Nacional. Desse modo, caminham juntas as compreensões desta última e daquele. Todavia, não há uma relação muito clara entre ambos. Isto porque tais estudos ou concentram-se apenas no poder local em si, ou tendem a entrever a milícia civil como um conjunto de anacrônicos "coronéis".[3]

A esse respeito, convém salientar que a imagem do coronel não se expressava apenas no grande proprietário fundiário, detentor absoluto de gentes e coisas. Esta imagem clássica da literatura deve, no mínimo, ser relativizada, na medida em que o coronelismo não se caracterizou unicamente pelo seu caráter agrário. É inegável que muitos coronéis foram proprietários rurais, mas novos estudos confirmam a coexistência de vários tipos de coronéis, como industriais, médicos, comerciantes, advogados e até mesmo padres.[4]

Com essas considerações em mente, pretendo desenvolver algumas reflexões sobre a Guarda Nacional e o coronelismo em Minas Gerais no século XIX, no sentido de lançar alguma luz sobre este tema e, desse modo, partilhar algumas inquietações a respeito do mesmo.[5]

Neste aspecto, considero que o conceito de coronelismo e, principalmente, a gênese da imagem do coronel como prepotente mandatário da política e polícia locais que excede, por assim dizer, os limites formais da vida legal da milícia cívica, seria o resultado proveniente de uma memória coletiva que se foi transmitindo e (re)criando em torno da corporação ao longo de sua existência. Dessa forma, adoto a perspectiva de Maurice Halbwachs, segundo a qual, a memória coletiva reveste-se de um estatuto identitário para o grupo que a gera e mantém. Uma manifestação das lembranças de um segmento específico que as guarda como uma identidade própria. Para Halbwachs, a memória coletiva

> (...) é uma corrente de pensamento, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela [a memória coletiva] não ultrapassa os limites deste grupo.[6]

Segundo ainda o sociólogo francês, a história seria um quadro de mudanças, na medida em que as sociedades mudam sem parar. Tais mudanças são observadas pelo historiador pelo lado de fora, em um espaço de tempo relativamente longo. O contrário se passa com a memória coletiva que entrevê as transformações ocorridas por dentro, no espaço de tempo semelhante à duração média da vida humana.

Ela mesma apresenta um quadro ao grupo que reconhece a si mesmo, pois trata-se do seu passado, dentro de uma cadeia de imagens sucessivas.

A esse respeito, Halbwachs preceitua:

> A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter

> como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo.[7]

Dessa forma, mediante o referencial teórico de Halbwachs, pode-se deduzir que o coronel e sua complexa rede de clientelas seriam o grupo pelo qual a memória coletiva gerou e manteve, notadamente no interior da Guarda Nacional. As mudanças que a milícia sofreu ao longo dos anos, produziram nuanças concretas e imagéticas que transformaram as feições originais da corporação, outorgando-lhe um estatuto de quase negligência por parte dos historiadores e cientistas sociais, em virtude da sobreposição predominante na memória que desconsiderou as alterações que a corporação sofreu durante sua existência, preservando-se a imagem da Guarda Nacional do final do Império e início da Primeira República como sendo a mesma desde a sua criação.[8]

Em Minas Gerais, pode-se dizer que as reformas efetuadas na milícia não surtiram efeito imediato, pois, por ocasião da reforma de 1850, a província mineira foi a última do Império a abolir o sistema eleitoral de escolha dos oficiais.[9] Se a supracitada província tinha dificuldades em efetuar a reforma mencionada, a de 1873 resultou em dificuldade maior ainda, na medida em que a estrutura de comando da Guarda Nacional encontrava-se em algumas de suas localidades sob modelo anterior a 1850.[10] Sendo assim, focalizando-se o caso específico de Minas Gerais, pode-se cogitar uma pequena modificação na periodização das fases da Guarda Nacional, conforme foi apresentado no início desta comunicação.

Diante das considerações até agora feitas, pode-se falar de um tipo peculiar de coronelismo em Minas Gerais, a partir das particularidades da Guarda Nacional na província mineira? Ou mesmo apresentava traços semelhantes de outras regiões do país, a exemplo do nordeste brasileiro? Qual seria ainda o perfil dos coronéis mineiros?[11]

Estas e muitas outras perguntas obviamente não serão respondidas aqui, dadas as limitações de espaço e de tempo. Todavia ficam aqui o registro das mesmas como a marca da inquietação de um historiador perante seu objeto.

---

[*] Doutorando em História na UNESP/Franca.

[1] *Cf.* CAVALCANTI, Robinson. *As Origens do Coronelismo*: força armada e poder local no Estado patrimonial brasileiro. Recife: Editora da UFPE, 1984. p. 84.

[2] Idem. p. 84.

[3] Idem. p. 41.

[4] CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual. *In*: *DADOS*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n.º 2, 1997. p. 232. *Cf*. CAVALCANTI, Robinson. *Op. cit*., p. 109.

[5] As reflexões, que de agora em diante se seguem, fazem parte da minha tese de doutorado intitulada "A Voz de Cassandra: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, (1850-1918)". Portanto, as reflexões aqui desenvolvidas fazem parte dos passos iniciais desta pesquisa.

[6] HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, pp. 81-2.

[7] Idem, p. 88.

[8] *Cf*. URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978. p. 136.

[9] Idem. p. 140.

[10] FARIA, Maria Auxiliadora. A Guarda Nacional em Minas Gerais (1831-1873). *In*: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.º 49, jul. 1979. p. 167.

[11] Ao fazer estas indagações para o caso de Minas Gerais, sigo de perto os mesmos questionamentos de Gunter Axt para o Rio Grande do Sul, no sentido de apontar as particularidades do coronelismo nas diferentes regiões do país. *Cf*. AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul, (1890-1930). *In*: MALATIAN, Teresa, LEME, Marisa Saenz, MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As Múltiplas Dimensões da Política e da Narrativa*. Franca: UNESP, 2003. p. 277-93.

UMA SEDIÇÃO ABORTADA EM 1820: CONTESTAÇÃO E POLÍTICA REPRESSIVA EM PERNAMBUCO ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA[1]

Flavio José Gomes Cabral - PPG- UFPE

O Recife, desde a expulsão dos holandeses, no distante século XVII, vinha se tornando um grande pólo econômico regional.[2] Pelo seu movimentado porto, escoavam-se não apenas os produtos locais como também as notícias, seja por intermédio dos jornais, seja por intermédio dos que ali desembarcavam. Do cais do porto as novidades tomavam as ruas, os pátios e adros, os lares, os quartéis e as casas de comércio. Foi assim em 22 de outubro de 1820, quando aportou o navio de procedência inglesa Cresterfiel, portador das primeiras notícias da eclosão da revolução liberal da cidade do Porto, irrompida no dia 24 de agosto de 1820. Tal notícia pegava o governador Luís do Rego Barreto de assalto, justamente no momento em que ele se preparava para se deslocar do Recife em direção ao interior da província no intuito de debelar um movimento de camponeses sebastianistas que imaginava conspirar contra a Coroa.[3] Temendo possíveis levantes de solidariedade aos liberais portugueses, o governador resolveu interromper a viagem, delegando a um oficial português o comando das tropas na empreitada interiorana.

Portugal, sob os ventos liberais, instituiu no reino a Junta Provisional do Governo, que de imediato comunicou à Corte do Rio de Janeiro as novas estruturas políticas, principalmente a decisão de se convocar as Cortes.[4] Procedeu-se ainda à nomeação de várias comissões encarregadas de reformar a administração, como também foi dado o primeiro passo para a preparação das primeiras eleições em Portugal. E assim, em 31 de outubro, por meio de um “manifesto”, foi apresentada ao povo lusitano a idéia de Corte como uma representação nacional. Depois desses esclarecimentos, pela primeira vez em Portugal abriu-se o debate em torno do constitucionalismo.[5] D. João VI só veio a tomar

conhecimento dessas atitudes em 17 de outubro, quando chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras mensagens oficiais dos governadores do Reino.[6]

Pelos comandantes do mencionado navio inglês atracado no porto recifense, o governador recebia as principais notícias lusitanas, bem como mensagens dos governadores do Reino de Portugal explicando as mudanças políticas pretendidas pelos liberais. Diante da gravidade da situação, achou prudente Luís do Rego escrever à Corte do Rio de Janeiro lamentando as ocorrências, e não deixou de opinar: "Desnecessário dizer [...] quanto cuidado requerem as coisas do Brasil".[7] Mesmo com o governo tentando acalmar a população, não foi possível abafar as recentes notícias, que com certa velocidade tomavam conta dos espaços públicos e privados. O governador percebia claramente o peso desses boatos entre o povo por entender que eles poderiam funcionar como canais de opinião e produzir tomadas de atitudes. Isso faz entender o porquê de o espaço colonial ter desenvolvido a opressão e ter criado condições para que se excedessem os limites que para a Coroa eram sua própria salvaguarda.[8]

Carlos Guilherme Mota,[9] investigando as várias teias sediciosas existentes no país em fins do século XVIII e princípios do século seguinte, notou o papel da opinião pública, que muitas vezes se posicionava a favor dos rebeldes. Isso porque, segundo o autor, "a opinião pública já se torna influenciável, fácil de ser orientada no sentido de incompatibilidade com os governos". Na prática, os acontecimentos de 1820 foram como um vendaval no Brasil, produzindo, com a efervescência liberal, reação de solidariedade ao movimento citado.[10]

Em Pernambuco, sob o calor das novidades de Portugal, Luís do Rego mostrou-se visivelmente preocupado quando, em 22 de outubro daquele ano, relatava ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal: "A notícia do Porto já se transmitiu aqui, e de necessidade deve propagar-se". Entretanto, tentava acalmar o rei, sublinhando: "Estou sempre atento aos progressos da opinião [pública], a qual é só quem me serve de barômetro".[11] Nessas palavras, percebe-se com clareza que a ação intimidadora do governo

ia depender do comportamento dos pernambucanos. Destarte, à medida que a onda de boatos ia crescendo, o governador empregava métodos coercivos, evitando dessa maneira sublevações. Para ele, essa boataria merecia consideração por entender ser "danosíssima à causa d'El-Rei Nosso Senhor".[12]

Nesse momento em que o *ancien régime* dava sinais de agonizar, muitos governadores das províncias brasileiras, a exemplo do de Sergipe del-Rei, temendo reações populares, procuraram fechar os portos de suas províncias aos navios vindos de Portugal, como também procuraram bloquear a circulação de literatura e papéis doutrinários da causa liberal.[13] Desse modo, um dos efeitos imediatos da revolução de 1820 no Brasil veio do Pará, que em 1º de janeiro de 1821 aderiu ao movimento liberal português, sendo seguido pela província da Bahia (10 de fevereiro). Entretanto, foi em Pernambuco, ainda sob o impacto das primeiras notícias portuguesas, que se organizou uma sedição, tramada na vila do Recife, para rebentar no dia da festa de Santo André, quando então o governo seria tomado das mãos de Luís do Rego Barreto e entregue aos rebeldes.

Segundo declarou João Botelho Noblis, um dos insurgentes, em uma das reuniões secretas de que participou, falou-se de constituição e da necessidade de se realizar em Pernambuco o mesmo que militares lusitanos fizeram em Portugal.

Faz-se necessária aqui uma observação. É de se estranhar o descaso da historiografia sobre esse assunto, que, tudo indica, se trata de uma das primeiras manifestações de adesão ao movimento constitucional iniciado em Portugal em 1820. Tanto que só pudemos tecer alguns esclarecimentos acerca da referida sedição graças a uma devassa aberta pelo governador da época para conhecer com mais nitidez as idéias e as pretensões dos amotinados.

Em quase todas as reuniões clandestinas, o problema do soldo esteve na ordem do dia, e isso seduzia a soldadesca, que passou a ver no movimento um canal de melhoria de vida, pois, com a revolução deflagrada em Portugal, o soldado lusitano foi valorizado.[14] O jovem alferes gaúcho Manuel Marques Lisboa foi um desses entusiastas. Certa vez,

confabulando com o português João Botelho Noblis, funcionário da Alfândega do Algodão, no aterro da Boa Vista, sobre os problemas políticos do momento, resolveu partir em companhia do amigo até a cidade de Olinda para convidar o tenente Felipe Néri de Barcelos a entrar no movimento que propunha implantar na província uma "constituição do mesmo modo que em Portugal".[15]

Nos dias em que se tecia a sedição, panfletos manuscritos foram espalhados pelas ruas recifenses insuflando o público leitor. Um deles, escrito em forma codificada, depois decifrado pelos agentes da repressão, acusou o absolutismo monárquico de carcomer as aspirações sociais.[16] Em Pernambuco dos princípios dos oitocentos, a idéia de revolução esteve associada à de libertação. Queria-se libertar do colonizador e do opressor,[17] neste caso encarnado na figura do governante. Entendia-se que o rei era bom, maus eram seus funcionários, que esmagavam o povo através do fisco ou por intermédio do famigerado recrutamento forçado. Era comum ouvir-se na época a expressão "Viva o rei, morra o mau governante!", além de expressões de refutação, que, porém, nunca procuraram promover uma desfiguração da ordem, pelo contrário, buscaram restaurá-la.

Segundo os planos dos insurgentes, no dia preparado para a eclosão do movimento, que deveria ocorrer em 25 ou 26 de novembro de 1820, após o alarme homens experimentados iriam até a casa do governador, situada no sítio do Mondego, na Boa Vista, e poriam em execução o assassinato dele e do secretário do governo. Nesse interregno, rebeldes tomariam o palácio, que funcionava em um antigo prédio do colégio dos jesuítas, ocorrendo o mesmo com os fortes do Brum e do Buraco, tidos como os mais importantes.[18] Esperava-se que num espaço de 24 horas a nova ordem política estivesse instalada, com a realização de prisões e mortes que se achassem necessárias. No momento em que soassem os alarmes, o povo seria despertado e então as principais vias de acesso ao Recife seriam bloqueadas. No Forte das Cinco Pontas, de forma premeditada, presos e soldados, alguns dos quais avisados, insurgiriam simulando uma rebelião. Tudo isso deveria ocorrer para desviar a atenção das autoridades. Os insurgentes tinham pressa em pôr seus

planos em ação, pois temiam que, mesmo com a vitória da nova ordem política que estava sendo tecida em Portugal, Luís do Rego fosse mantido no governo da província e que a mando de D. João VI "jurasse a testa da Constituição".[19]

O motim foi debelado em 26 de novembro de 1820 e, ainda em sua fase embrionária, pelo modo como foi articulado, parecia tratar-se de um ensaio sedicioso. Tipo de agitação que mereceu estudo de Jancsó.[20] Para ele, tais comportamentos de natureza subversiva queriam proclamar a "revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro nos interstícios do presente". Tais agitações ultrapassaram os limites dos habituais motins em razão dos excessos fiscais ou de soldados reclamando o pagamento em atraso do soldo. Esses intentos de rebeldia, além de negarem o absolutismo monárquico, proclamavam a erosão de um modo de vida encaixado numa conjuntura mais dilatada da crise do Antigo Regime.

A periodicidade de reuniões na casa de Marcos de Barcelos, situada em Fora de Portas, lugar ermo próximo do porto recifense, despertou a atenção da vizinhança. D. Evangelista Salgueiro foi uma delas. Segundo ela, foram as mesmas "pessoas esquisitas e de farda que com freqüência ali se reuniram".[21] D. Francisca Maria dos Prazeres, esposa de Marcos de Barcelos, chamada para depor, confessou que no dia 26 de novembro de 1820, após o meio-dia, dois homens estiveram em sua casa, um deles "ainda moço de cabelo ruivo". O outro, aparentando ter certa idade, devia tratar-se do coronel Antônio de Moraes de Sá e Castro, considerado o principal mentor do movimento. De acordo com ela, aqueles homens foram até sua casa participar a seu esposo "que tudo estava pronto" e que depois o marido "lhe dissera que aqueles dois homens o tinham ido convidar para uma revolução".[22]

A sedição foi delatada na noite de 26 de novembro de 1820 ao governador, que de imediato convocou seus principais assessores e oficiais de confiança. Em breve espaço de tempo, vários suspeitos foram presos. Num quadro de incerteza como aquele é óbvio que o sistema tivesse mecanismo de defesa. Apontar sedições ou pessoas portadoras de pensamentos subversivos consistia numa obrigação das pessoas "boas e honradas".[23] Uma

carta anônima endereçada a Luís do Rego falando sobre a sedição não poupou o Batalhão dos Algarves, composto de oficiais portugueses, que desde 1817 atravessaram o Atlântico para dar cobertura ao governador. Recrutado em Portugal, o soldado lusitano, ao chegar aqui, além de ter a obrigação de defender os interesses do rei, se via forçado a atender também os interesses das elites locais. [24]

Na ocasião em que a sedição foi delatada, soldados foram até a casa do suspeito José Fernandes Gama, cuja residência foi invadida e alguns dos seus bens foram confiscados. Na empreitada, foram encontradas entre os pertences do prisioneiro correspondências pessoais, entre elas cartas dirigidas a um certo Bernardino José Coelho, "todas cheias de insultos e impropérios dirigidos especialmente contra mim e o secretário deste governo", disse Luís do Rego Barreto.[25] O prisioneiro não negou ser o proprietário daquelas missivas, chegando a declarar perante seus inquiridores que o conteúdo delas só continha "verdades públicas".[26]

A devassa instaurada contra os sediciosos concluiu que o desejo "dos desgraçados conspiradores" era fazer uma mudança no governo "de Vossa Majestade", pois falavam "em constituição sem que cada um [deles] possa ligar idéia a esta palavra".[27] Por causa disso, os implicados foram incursos no crime de "alta traição e lesa-majestade de primeira cabeça". [28] Em 4 de janeiro de 1821, o ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal felicitava o governador em nome do monarca pela maneira enérgica como abafou a sedição e reiterava ao capitão-general que o rei tudo aprovava. Recomendava que se conservassem presos alguns sediciosos, entretanto pedia que se removessem o coronel Antônio de Morais Correa de Sá e Castro para a ilha de São Tomé, João Botelho Noblis para Angola, o comandante José de Sá Carneiro Pereira para Sergipe del-Rei e o comandante João Casemiro Pereira Rocha para a Índia. Cabendo aos governadores desses lugares a responsabilidade pela guarda dos prisioneiros, conservando-os em "prisão onde devem esperar a sentença que houver de seus crimes".[29]

NOTAS

[1] Este artigo faz parte de uma pesquisa para a tese de doutorado em História, que defenderemos em 2008, no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Prof. Dra. Suzana Cavani Rosas. Correio eletrônico: gomescabral@uol.com.br.

[2] Apesar do desenvolvimento do Recife, a capital era a cidade de Olinda, que à época encontrava-se decadente e abandonada pela maioria das autoridades provinciais, que habitavam e despachavam na vila do Recife. Sobre o progresso recifense, os escritos dos viajantes dão-nos excelente idéia do cotidiano da vila e das aspirações de seu povo. Leia: TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais.* Recife: Governo do Estado/Secretaria de Educação e Cultura, 1978 (Coleção Pernambucana); KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Brasileira, 1942; GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. In: VALENTE, Waldemar. *Maria Graham: uma inglesa em Pernambuco nos começos do século XIX.* Recife: Imprensa Oficial, 1957 (Coleção Concórdia).

[3] Referimo-nos ao movimento sebastianista sufocado em 26 de outubro de 1820 na serra do Rodeador, em Bonito, no agreste pernambucano, distante cerca de 134 km do Recife. Os camponeses ali arrebanhados criam, no sonho de retorno de D. Sebastião, um rei libertador que, segundo a crença, ia inaugurar com sua volta um tempo de fartura e felicidade. Cf. CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na serra do Rodeador. Pernambuco-1820*. São Paulo: Annablume, 2004; _____. Reino ou cidade do paraíso terrestre: rebeldia e contestação da ordem nos sertões pernambucanos de 1820. O caso do Rodeador. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa.* Franca: Unesp/Olho D'água/ Capes, 2003, pp. 309-320.

[4] Em Portugal dos princípios do século XIX, entendia-se por Cortes uma assembléia em que congregavam as três Ordens do Reino - o Clero, a Nobreza e o Povo -, convocados por motivo de urgência pública. As primeiras convocações de Cortes se deram em Lamego, em 1143, para estabelecerem as leis fundamentais da sucessão portuguesa. Nos primórdios do século XIX, a idéia de convocação de Cortes em Portugal era entendida como idéia subversiva, motivo de perseguições e prisões até 1808, quando então, estando o país sob o domínio francês, ocorre uma simulação de reunião de cortes para escolher um soberano. A idéia de convocação de Cortes esteve presente nos movimentos lusitanos de 1817 e em 1820. Neste último, o termo Cortes passou a ser visto pelos liberais vintistas como órgão de representação nacional, passando a ser chamado de "Congresso", e foi a primeira instituição parlamentar do liberalismo. VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela. Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (orgs). *História de Portugal: o liberalismo* (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 156.

[5] VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: TORGAL, Luís Reis. ROQUE, João Lourenço (org.). Op. cit. pp. 52-53, v. 5.

[6] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822).* Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003, p. 239.

[7] Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife, vol. LII, 1979, p. 168.

[8] JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórica.* 2 ed. São Paulo: Editora do Senac, 2000, p. 54.

[9] MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801).* 4 ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 42. Sobre a importância da opinião pública, leia: BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HABERMAS, Jürgen. Mu*dança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

[10] Especificadamente se tratando das comoções políticas em Pernambuco no período em tela, veja: BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do estado e da nação.* São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, pp.345-363; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco – 1820-1822.* Tese (doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. _____. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.) Op. cit. pp. 219-249; CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das elites em Pernambuco, 1817-1824. *Revista brasileira de história.* São Paulo: ANPUH, Humanitas Publicações, vol. 18, p. 331-365, 1998; COSTA, Pereira da. Op. cit.; FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996; LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da independência à Confederação do Equador.* 2 ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998; MACHADO, Teobaldo. *As insurreições liberais em Goiana, 1817-1824.* Recife: Fundarpe, 1990; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824.* São Paulo: Ed. 34, 2004; MOTA, Carlos Guilherme. O processo de independência no Nordeste. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 205-230; PORTO, Costa. *Os tempos de Gervásio Pires.* Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1978; SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do estado nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, István (org.). Op. cit. pp. 497-520.

[11] Carta de Luís do Rego Barreto ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de 22 de outubro de 1820. Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.*Recife, vol. LII, 1979, p. 169.
[12] Carta de Luís do Rego Barreto ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de 10 de dezembro de 1820. Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, vol. LII, 1979, p. 176.
[13] BARRETO, Luiz do Rego. *Memória justificativa sobre a conducta do marechal-de-campo Luís do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco, e presidente da junta constitucional do governo da mesma província.* Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822, p. 25.
[14] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Série Interior, Correspondência dos Presidentes da Província. IJJ9 – 245, p. 200. Na Revolução do Porto, diante da participação dos soldados, a nova ordem política reconheceu sua importância para a formação da nacionalidade lusitana, termo expresso no *Manifesto aos Portugueses*, de 24 de agosto de 1820. SOUZA, Iara Lis Franco. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831.* São Paulo: Unesp, 1999, pp. 82 e 84.
[15] ANRJ. IJJ9, f. 191.
[16] ANRJ. IJJ9, 245, f. 187 e 187v.
[17] FERRAZ, Socorro. Op. cit. p. 18.
[18] Em 21 de julho de 1821, outra tentativa de assassinar Luís do Rego Barreto foi articulada por João de Souto Maior, que intentou contra a vida do governador, mas o plano não deu certo. Errando a pontaria, Souto Maior lançou-se no rio Capibaribe, vindo a morrer. COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 153-157, v. 8.
[19] ANRJ, Série Interior, IJJ9 – 245, pp. 196, 197 e 198. Convém observar que depois que o monarca, no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1821, jurou a constituição, procurou Luís do Rego ajustar-se à nova ordem política, inclusive escrevendo artigos no jornal por ele fundado sob o título "Aurora Pernambucana", recebendo por isso críticas do jornalista Hipólito da Costa por ter mudado de opinião repentinamente. Cf. COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém literário.* S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Brasília, Correio Braziliense, 2003, p. 439.
[20] JANCSÓ, István. A sedução da liberdade. In: SOUZA, Laura de MELLO (org.). *História da vida privada na América Portuguesa.* 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 388-437, vol. 1.
[21] ANRJ. IJJ9, 245, p. 389.
[22] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 249v.
[23] MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias,* p. 102.
[24] CARVALHO, Marcus J. M. de. Os militares e a revolução de 1817 em Pernambuco. *Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa.* Curitiba: 1997 p. 201.
[25] ANRJ. IJJ9, p. 145.
[26] ANRJ. IJJ9, p. 145
[27] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 237.
[28] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 235v. O crime de lesa-majestade significava traição contra o rei ou seu real estado. Era um crime tão grave que se chegava a compará-lo à lepra, enfermidade que, ao se alastrar pelo corpo, não tem cura e faz danos "ainda aos descendentes de quem a tem e aos que com ele conversam, pelo que é apartado da comunicação da gente". Assim sendo, o acusado de tão grave crime era afastado da sociedade, podendo ter seus bens confiscados e incorporados ao patrimônio da Coroa, segundo rezava o livro 5º, título 6, § 16. Cf. LARA, Sílvia Hunold (org.). *Ordenações filipinas: livro V.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 69-79.
[29] ANRJ. IJJ9, 245, fl. 190.

DIREITO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

Flávio Marcus da Silva - FAPAM – Faculdade de Pará de Minas – MG

O objetivo deste trabalho é analisar o abastecimento alimentar nas Minas do século XVIII a partir de uma perspectiva política. A análise das ordens que chegavam de Portugal, bem como da legislação de circunstância, promulgada de acordo com as necessidades coloniais, revela que a Coroa portuguesa e seus representantes na Capitania, diante da possibilidade da sociedade mineradora ser assolada por graves crises de subsistência, tentaram estabelecer um controle sistemático sobre o mercado de víveres, de forma a garantir uma provisão com alimentos a preços justos aos moradores dos centros urbanos.

Quando sofriam violências, os vassalos do Rei nas Minas recorriam às Câmaras que, muitas vezes, enviavam representações ao Monarca expondo a opressão dos povos — como, por exemplo, a representação dos oficiais da Câmara da Vila do Príncipe sobre a opressão que sofriam os roceiros do Serro Frio nas mãos dos contratadores dos dízimos, implorando ao Rei uma solução, "para que com a benignidade de pai dos seus vassalos, possam estes conseguir o remédio de que necessitam para evadirem tantos danos e extorsões que experimentam"[1]. Esse tipo de representação só faz sentido no quadro mais amplo do esforço da Coroa portuguesa em criar uma imagem ideal do Rei, na qual eram destacadas as características de um pai piedoso e benevolente, que tinha como obrigação garantir aos seus filhos a tranqüilidade, a dignidade e a justiça. Desse esforço, iniciado com as medidas tomadas pelo primeiro governador das Minas, Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho, entre 1709 e 1713, pareciam depender a continuidade da empresa mineradora e a própria manutenção do poder metropolitano sobre a sociedade mineira.

Nas Minas setecentistas, a população que ameaçava se revoltar em épocas de escassez de alimentos visava à manutenção de um acordo implícito estabelecido entre as

autoridades portuguesas e os colonos logo nos primeiros anos da presença do Estado na região. Tal acordo obrigava o governo da Capitania a garantir um fluxo regular e estável de alimentos para os centros urbanos, em troca de obediência e lealdade ao rei.

A possibilidade de haver motins em decorrência da falta de gêneros alimentícios aparece claramente em uma carta que o governador das Minas, o Conde de Assumar, enviou ao governador da Bahia em 1718. Nela, Assumar revelava suas apreensões acerca das ameaças do potentado Manuel Nunes Viana de fechar a Barra do Rio das Velhas, impedindo assim a entrada das boiadas que vinham do sertão para o abastecimento dos centros mineradores. Nas palavras do governador, "...este governo não tem meio nenhum com que reprimir um levantamento do povo, que daqui por diante será inevitável se Manuel Nunes puser aqui – como pode e como intenta – em sítio de gados"[2].

Como estudos recentes têm demonstrado, a produção para o abastecimento interno nas Minas setecentistas não era um simples anexo secundário da mineração. O mercado interno mineiro, durante todo o século XVIII, funcionou de acordo com as regras da oferta e da procura, e as autoridades sabiam que não seria através de taxas e posturas que os preços dos gêneros de primeira necessidade se estabilizariam. A política de abastecimento alimentar empreendida pelas autoridades administrativas nas Minas pautou-se, principalmente, pela necessidade de fazer aumentar a oferta de gêneros alimentícios no mercado interno e estimular a venda dos mantimentos pelos próprios roceiros que os produziam, o que foi conseguido através da concessão de cartas de sesmaria em profusão para agricultura e criação de gado, e de privilégios que eram concedidos aos produtores que não se utilizavam de intermediários para dar saída aos frutos de suas roças.

A Coroa portuguesa representava a sociedade mineira como uma ordem na qual cada elemento tinha o seu lugar. Aquele que fugia a esse modelo ideal podia constituir uma ameaça a todo o corpo social e, por isso, devia ser reprimido. Nas Minas setecentistas, muitos indivíduos que não respeitavam os limites estabelecidos para o bom funcionamento da

sociedade eram considerados “inimigos do sossego público” , e sobre eles recaía todo um arsenal de leis, ordens, decretos, bandos e editais, cujo objetivo principal era evitar o descontentamento da maioria. Para esses elementos desviantes não havia clemência. Eram inimigos da ordem e deviam ser punidos antes que uma parcela maior da população se sentisse suficientemente ultrajada para se levantar contra as autoridades.

Considerando o abastecimento dos centros urbanos mineiros no século XVIII uma questão política — já que as carestias alteravam os ânimos da população, ameaçando a harmonia do corpo social —, pode-se afirmar que os indivíduos que interferiam no fluxo de gêneros de primeira necessidade para a provisão dos mineiros eram também “inimigos do sossego público”. Durante a maior parte do século XVIII, comerciantes que atravessavam mantimentos para revendê-los por preços extorsivos, e negros fugidos que atacavam e roubavam os mercadores e roceiros pelos caminhos, disseminaram o germe da revolta por todo o tecido social, constrangendo a população e motivando inquietações e motins contrários à forma como o poder estava sendo exercido na Capitania. A ação desses indivíduos significou para a Coroa uma ameaça constante ao pacto de obrigações que regia as relações entre as autoridades e os colonos nas questões relativas ao abastecimento.

Entretanto, existem indícios que permitem afirmar que o objetivo das autoridades era neutralizar a ação desses indivíduos através de uma política que visava muito mais ao estímulo da produção e da comercialização dos gêneros de primeira necessidade, do que à repressão direta — reconhecidamente dispendiosa e muitas vezes ineficaz.

Para uma melhor compreensão da política do abastecimento alimentar empreendida pelas autoridades nas Minas, é importante levar em conta a especificidade das idéias que ajudaram a configurar as formas de articulação da hegemonia na Civilização Ibérica, particularmente em Portugal. O comportamento das autoridades portuguesas diante das revoltas populares reflete uma visão de poder que, embora não seja especificamente peninsular, encontrou nos reinos ibéricos um terreno singularmente fértil para que florescesse e

perpetuasse de forma mais marcante que em outras regiões européias. Refiro-me à teoria corporativa da sociedade e do poder, segundo a qual o rei ocupava a posição de cabeça de um corpo social e político, cuja integridade dependia de uma função reguladora baseada na justiça, na moral cristã e no amor que devia existir entre o soberano e seus vassalos. Nessa perspectiva, o motim aparece como uma doença que deve ser prevenida ou pelo menos erradicada antes que se espalhe e comprometa a integridade e a harmonia do corpo social. Com esse objetivo, os monarcas portugueses, entre outras atribuições, deviam se empenhar no sentido de garantir a subsistência dos seus vassalos.

É dentro dessa perspectiva que aqui é analisado o comportamento das autoridades metropolitanas e coloniais diante dos problemas de subsistência nas Minas setecentistas. Em consonância com a representação corporativa do Estado e da Sociedade em Portugal, as autoridades encarregadas do governo da capitania mineira, no geral, compartilhavam a idéia de que a Colônia fazia parte do corpo da Monarquia, cabendo ao Rei e aos seus representantes a garantia da justiça e do bem comum em troca do sossego dos povos. O que torna as Minas um caso particular dentro da própria especificidade do mundo ibérico é o fato de se tratar de uma situação colonial — fragilizada pela distância em relação à Metrópole —, e a própria composição daquela sociedade que se formava em meio ao caos dos primeiros anos do século XVIII, da qual boa parte dos seus elementos constitutivos via o Rei de Portugal como um pai muito distante e incapaz de garantir aos seus filhos o que lhes era de direito.

Nessa situação, a chegada do Estado nas Minas significou, para muitos, o momento em que os costumes foram estabelecidos. Foi só através da ação intervencionista de Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho que a Coroa fez saber àqueles povos que a sociedade que se formava em torno das minas não ficaria desamparada do paternalismo régio, e que um acordo estabelecendo obrigações mútuas regeria as relações entre os representantes do Rei e os colonos.

Ultimamente, na Europa, os historiadores têm se dedicado muito à análise dos motins de subsistência que assolaram a Inglaterra e a França no século XVIII, discutindo não só os episódios em si, mas também os conceitos que ajudaram a compreendê-los. Na Inglaterra do século XVIII, segundo Thompson, os motins contra a carestia de alimentos foram legitimados por noções de direitos tradicionais da comunidade sobre o que era legítimo e ilegítimo no comércio de gêneros de primeira necessidade. Os amotinados compartilhavam o que esse autor definiu como sendo "...uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos da comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres."[3] Em épocas de escassez, sobretudo, as camadas populares percebiam a ação dos atravessadores e dos produtores que estocavam grãos, bem como as tentativas de liberalização do comércio de cereais, como ofensas a um modelo paternalista de intervenção no mercado, do qual faziam parte todas as noções de direitos que constituíam a economia moral.

Mas até que ponto essa categoria analítica pode ser utilizada adequadamente para a compreensão de outras realidades históricas?

Para que o conceito de economia moral possa ser aplicado em contextos diferentes do caso inglês, duas condições são essenciais. A primeira delas é a existência, em tais contextos, de um consenso popular legitimador fundamentado em tradições antigas de intervenção das autoridades no mercado. Eram essas tradições que legitimavam a ação coletiva, que desautorizavam a inércia daqueles que deviam zelar pelo bem da comunidade e canalizavam as energias populares contra os inimigos do povo — os grandes proprietários, os comerciantes e as autoridades administrativas que não respeitavam as normas e obrigações sociais. A segunda condição reside na afirmação de Randall e Charlesworth de que Thompson formulou o conceito de economia moral em uma tensão dialética com o de economia de mercado, o que exige, nos diferentes contextos, a existência de um conflito entre duas visões da realidade econômica — o modelo paternalista e a nova economia política de mercado livre.[4]

Contudo, esse choque entre o “tradicional” e o “moderno” não explica a complexidade do comportamento das autoridades e das camadas populares nos diferentes contextos em que houve uma tensão em torno da questão do abastecimento. Em uma crítica ao ensaio de Thompson, John Bohstedt sugere que, na explicação dos motins da fome na Inglaterra, além das convicções morais dos amotinados sobre normas e obrigações econômicas, deve-se levar em conta também os diferentes contextos políticos e econômicos dentro dos quais eles agiam. Segundo esse autor, “...a motivação do ultraje moral não explica porque motins ocorriam em algumas comunidades e não em outras, nem porque o comportamento dos amotinados diferia de forma significativa.”[5] Embora nesse artigo o principal objetivo do autor tenha sido explicar as variações de comportamento que ocorreram dentro da própria Inglaterra, o seu esforço no sentido de buscar as diferenças e de tentar visualizá-las a partir de uma perspectiva mais ampla ajuda, também, a chamar a atenção para a complexidade de situações históricas diferentes do caso inglês.

Na análise aqui proposta, a economia moral foi entendida como um conjunto de normas e obrigações sociais – porém, não necessariamente ancoradas em tradições antigas –, mas também, e principalmente, como formas variadas e específicas de negociação entre as autoridades e as camadas populares a respeito das práticas de mercado. Dessa forma, o conceito pode ser aplicado em diferentes realidades e períodos históricos, mesmo na ausência da “tensão dialética” entre as duas visões da realidade econômica — como em Portugal, no século XVIII —, e de uma “visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais” — como nas Minas setecentistas, onde, ademais, não existiu qualquer tipo de conflito entre um modelo paternalista e uma economia política de mercado livre.

Ao chegar na capitania mineira em 1709, o governador Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho mostrou ao povo que a obediência à Coroa não seria conquistada através da tirania e da violência, mas pelo estabelecimento de um acordo que deveria ser mantido por ambas as partes. Através desse acordo, o costume intervencionista das autoridades no mercado mineiro

foi estabelecido. Quando ameaçava se amotinar em momentos de carestias, a população das Minas não resgatava a imagem de um passado ideal, nem tinha como objetivo restaurar uma harmonia perdida em decorrência do avanço irresistível de políticas inovadoras no campo da economia. O que os mineiros objetivavam era simplesmente garantir o cumprimento, por parte das autoridades, de um acordo que estabelecia obrigações mútuas, e em cujos termos o abastecimento das vilas e arraiais aparecia como uma condição essencial para que as Minas não fossem palco de revoltas. A hegemonia do Estado colonial sobre a sociedade mineradora não era exercida de forma inconteste, impositiva; ela era negociada, articulada nas relações entre as autoridades e os colonos.

Em última análise, nas distantes conquistas ultramarinas, governadores, ouvidores e autoridades locais eram os responsáveis pelo sossego dos indivíduos que, juntos, faziam funcionar a empresa colonial. Capitanias, comarcas, termos, vilas, distritos, freguesias e paróquias eram fragmentos de um todo, unidades político-religiosas que deviam se harmonizar na unidade do corpo da monarquia; e, para isso, o pólo político monárquico devia fazer chegar àquela população a justiça, garantir os direitos, privilégios e distribuir mercês. Era papel do rei e dos seus representantes satisfazer determinadas expectativas dos vassalos para que estes não se rebelassem contra a autoridade monárquica.

---

[1] REPRESENTAÇÃO dos oficiais da câmara da Vila do Príncipe sobre a opressão que sofriam os roceiros do Serro Frio nas mãos dos contratadores dos dízimos e seus administradores. Ano de 1737. Arquivo Público Mineiro – Microfilmes do Arquivo Histórico Ultramarino, cx. 33, doc. 44, filme 28.

[2] REVISTA do Arquivo Público Mineiro, ano V, 1900, p. 220.

[3] THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

[4] RANDALL, Adrian & CHARLESWORTH, Andrew. The Moral Economy: Riot, Markets and Social Conflict. In: RANDALL, Adrian & CHARLESWORTH, Andrew (ed.). *Moral Economy and Popular Protest*: Crowds, Conflict and Authority. London: Macmillan Press, 2000, p. 02.

[5] BOHSTEDT, Jonh. The Moral Economy and the Discipline of Historical Context. In: *Journal of Social History*, 1992, p. 274

A Produção Independente de Filmes Super-8 no Estado do Paraná (1973 – 1980)

Flavio Rogerio Rocha - PUCPR

Este trabalho pretende analisar a produção independente, de filmes na bitola cinematográfica super-8 durante a década de 1970, mais especificamente entre os anos de 1973 a 1980, no Estado do Paraná. Assunto este, que chama a atenção pela quantidade de festivais dedicados somente a esta bitola, e as frutíferas produções realizadas durante este período no Estado. Além disto, é interessante constatar que alguns dos realizadores paranaenses estavam entre os superoitistas mais premiados do país.

Desta forma, portando este objeto de pesquisa, levantamos a seguinte hipótese: de que o super-8 se constituiu em uma área de produção cultural com uma dinâmica até certo ponto própria. Pois, como constatamos, gerou uma série de festivais locais dedicados somente a bitola, com participações de realizadores de todo o país. Sob este mesmo prisma, podemos suscitar que, por seu baixo custo e por sua falta de inserção em um 'mercado cinematográfico', oferecia a seus realizadores maiores possibilidades em relação a investigação da linguagem do cinema, privilegiando a experimentação e a pesquisa. Além disso, bota em questão a propriedade dos meios de produção cinematográficos, por seu baixo preço em relação aos outros suportes de cinema.

Todavia, ele se definia também como um território de criação mais ou menos precário, mais ainda que o resto da produção independente em outras bitolas (16 mm, 35 mm), e sujeito a pressões de todos os tipos, como a efemeridade dos próprios festivais que ele gerou. Mesmo assim, dá margem ao surgimento de expressões individuais que podem fazer parte do discurso cinematográfico em geral. É quase uma regra que um realizador não queira ficar na bitola a vida inteira, pelas pressões que o cinema sofre, entre outras coisas. Contudo, é aí que o super-8 se apresenta como um espaço que permite o aprendizado, que permite o experimentalismo, e acaba desvendando a linguagem e a expressividade do cinema para o indivíduo.

Para desvendarmos este processo de um ponto de vista mais amplo, vislumbramos a política cultural do Estado com relação ao cinema, no âmbito mais geral – ou seja, iniciativas como o INC (Instituto Nacional de Cinema) , Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes S.A.), CONCINE (Conselho Nacional de Cinema), etc. – principalmente a partir do final dos anos de 1960, quando a ditadura militar começava a penetrar de forma mais contundente em todas as esferas de atividades sociais. Além disso, falaremos a respeito da relação destas políticas (órgãos estatais) com o cineclubismo e o curta-metragem, nacionalmente. Claro, levando em consideração que aquele circuito e estes filmes, eram os canais mais alternativos de divulgação e produção independente da época. Desta maneira, pretendemos averiguar os conflitos e as confluências entre os interesses envolvidos, relacionando, entre outras coisas, com as tentativas de implantação de um 'mercado paralelo' para filmes fora de circuitos comerciais (16 mm e super-8), e as iniciativas que elas geraram. Como por exemplo: a Dinafilme; a distribuidora do movimento cineclubista, ligada ao Conselho Nacional de Cineclubes.

Para nortear esta pesquisa, nos utilizamos de autores como José Mário Ortiz Ramos, Jean-Claude Bernadet, Paulo Emílio Salles Gomes, Anita Simis, entre outros, no que diz respeito a política de cultura estatal. Para situarmos as discussões mais próximas do cineclubismo e do curta-metragem, nos utilizamos de periódicos de época dedicados a cinema. Dos mais importantes podemos citar o 'Jornal Bimensal de Artes Cinematográficas da PUC – RJ: Cine Olho', feita por universitários (cineclubistas e realizadores independentes), e a própria revista do Estado, ligada primeiramente ao INC, e depois a Embrafilme: Filme Cultura. Estes dois periódicos, por isto, caracterizam-se como sendo dois pólos diferentes em relação ao tema, por suas diferentes orientações. E ainda pesquisamos documentos relacionados ao Conselho Nacional de Cineclubes (CNC), e sua trajetória durante a década, suas lutas internas, etc. Estes, conseguidos junto a atual Cinemateca de Curitiba, antiga Cinemateca do Museu Guido Viaro. Mais especificamente, em relação ao Super-8, nos utilizamos em grande parte das pesquisas e de um artigo chamado: "Super-8 Paranaense: Elementos para uma História", da Profª. Denise Bottman sobre o mesmo

assunto. O qual nos deu um grande embasamento para a pesquisa. Muito desse material foi conseguido junto ao próprio Departamento de História, da Universidade Federal do Paraná, local de entrega deste trabalho. Além disso, ainda procuramos recortes de jornais da época e outros tantos periódicos relacionados ao movimento superoitista local.

No entanto, algo que prejudicou em muito a pesquisa, foi a falta de acesso a mais documentos, mais especificamente a grande maioria dos filmes realizados no período. Segundo a Profª. Denise Bottman haveria no "... CEFET (...) o melhor arquivo sobre o super-8 paranaense, completo e sistematizado a partir de 1977."[1] Todavia, após mais de vinte anos do término da realização destes festivais, não foram encontrados mais nenhum registro deste material em tal Instituição. O que demonstra o descaso e falta de interesse com relação a História, por parte da sociedade com um todo. Tentamos procurar acesso aos arquivos pessoais dos realizadores da época, entretanto esta estratégia, não se demonstrou tão frutífera quanto o esperado. Salvo raras exceções. Esta situação acabou por desviar o intuito inicial da pesquisa, que seria trabalhar mais com a análise estética dos filmes, não indo tanto por um viés ligado a política cultural. O que acabou acontecendo. Todavia, este, digamos, descaminho não arrefeceu a vontade de reflexão de um apaixonado pelo cinema.

Monografia (Graduação) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba, 2002.

1. História; 2. Cinema; 3. Super-8.

[1] BOTTMAN, Denise. Super-8 Paranaense: Elementos para uma História. **História: Questões e Debates –** Revista da Associação Paranaense de História – APAH, Curitiba, ano 3, n. 4, p. 44 , jun. 1982.

MILITARES NEGROS NUMA SOCIEDADE ESCRAVISTA

Francis Albert Cotta

1. O mito de fundação das milícias negras na América Portuguesa

O mito de fundação das milícias negras na América Portuguesa se constrói a partir dos conflitos estabelecidos contra os holandeses no nordeste açucareiro do século XVII. Tal mito, reapropriado de maneiras distintas tanto por historiadores quanto por pintores, servirá nos séculos XIX e XX como uma das bases para a construção de uma "nacionalidade brasileira". Dos conflitos, a Batalha de Guararapes será vista como um momento fundador, onde as três "raças" se uniram para expulsar o inimigo, num pretenso sentimento de amor à Pátria.

As invasões holandesas no nordeste da América Portuguesa, motivadas em grande medida, pelo interesse da Companhia das Índias Ocidentais de controlar a então maior região produtora de açúcar do mundo, além do fato da Holanda estar em guerra contra a Espanha, se dividem em dois momentos.

Em 1624, holandeses comandados por Jacob Willekems e Johan van Dorf, tomaram Salvador, mas foram expulsos no ano seguinte pela conjugação de tropas pernambucanas e a esquadra luso-espanhola de Fradique de Toledo Osório (a União Ibérica ocorre de 1580 a 1640). Nesse primeiro contato, os holandeses teriam sido recepcionados por muitos escravos fugitivos, que lhes ofereciam serviço militar com arcos e flechas, antigas espadas espanholas, escudos redondos e armas de fogo – uma prática comum em várias localidades da África. Mas os holandeses não desejavam dar-lhes liberdade total, pois eles sentiam que o principal motivo dos negros seria saquear e roubar. Todavia, alguns escravos conseguiram a liberdade como recompensa por suas atividades bélicas. A oferta de serviço militar tornava-se um instrumento de barganha, pois os portugueses logo ofereciam a liberdade aos escravos que servissem a seu lado[1].

Em 1630, os holandeses iniciaram a segunda invasão de Pernambuco e a ocupação do nordeste, onde permaneceram até meados da década de 40. No processo de

expulsão dos holandeses a historiografia destacou o relevante papel dos *Terços de Homens Pretos e Mulatos,* comandados pelo negro Henrique Dias. Sua patente de capitão-mor fora expedida, em 16 de abril de 1639, pelo Conde da Torre, a qual dava-lhe o direito de receber mensalmente o soldo de 40 cruzados.

Na Europa, durante o processo de Restauração, Portugal reconheceu a conquista de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e acedeu na cessação das hostilidades contra os holandeses. Por sua vez, a Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas. Todavia, em abril de 1641, Maurício de Nassau conquistou Sergipe, e em novembro, o Maranhão. Concomitantemente, os holandeses tomaram a Angola, as Ilhas de São Tomé e Ano Bom, e Benguela, num flagrante desrespeito ao tratado. Em 1644, Nassau retornou à Holanda deixando o nordeste holandês em um caos, marcado, entre outros motivos, pela insolvência de dívidas de portugueses e holandeses em decorrência do fracasso da lavoura canavieira e pelo antagonismo religioso entre católicos e calvinistas.

Para Pernambuco foram enviados corpos militares compostos por índios e negros. Os índios eram comandados por Felipe Camarão e os negros por Henrique Dias. As técnicas e táticas de guerrilha adotadas pelos *terços* de índios e negros eram baseadas no conhecimento e utilização do terreno. Os guerrilheiros armavam emboscadas, e caíam de surpresa sobre os inimigos descuidados que se encontram atrás da frente dos combates. As milícias de guerrilheiros venceram as batalhas dos montes das Tabocas (1645) e Guararapes (1648 e 1649). Em 1654, após serem isolados em Recife, os holandeses capitularam. Mas o momento decisivo dos embates ocorreu no terreno diplomático. Somente em 1661, foi assinado o Tratado de Haia, no qual os holandeses desistiam de suas conquistas na América Portuguesa mediante uma indenização.

Se por um lado a guerra foi decidida efetivamente no plano diplomático, por outro abria-se o caminho para a construção do mito de Henrique Dias e dos terços de homens negros. A partir de então os diversos corpos militares cuja composição era de

negros passaram a ser chamados de *Henriques*. Durante todo o século XVIII e mesmo no XIX existiam corpos militares de *Henriques* em diversas capitanias da América Portuguesa.

Em localidades banhadas pelo mar ou naquelas que faziam fronteira com a América Espanhola, os *Henriques* atuavam no esforço de defesa do litoral e das fronteiras terrestres. Nesse contexto, a capitania de Minas Gerais era *sui generis*. Nela as milícias negras assumiriam características peculiares. Por ser uma *capitania de centro*, isso é, não ter litoral ou fazer fronteira com as possessões da Espanha, os seus corpos militares, e consequentemente as milícias negras ali formadas, se especializaram na manutenção da ordem. Entretanto, é bom ressaltar que essa especialização não impediu o envio de contigentes de homens negros para a defesa de outras capitanias.

2. As Minas do Ouro e dos Diamantes: Milícias Negras e a Manutenção da ordem

Nas Minas Gerais do século XVIII os homens negros estariam militarmente agrupados em quatro espécies de *milícias*: as companhias *auxiliares de infantaria*; as companhias de *ordenanças de pé*; os corpos de *pedestres* e os corpos de *homens-do-mato*. Essas milícias, institucionalizadas nas Minas a partir dos primeiros anos dos setecentos, eram vistas, quanto à sua funcionalidade, de maneiras distintas pelas autoridades portuguesas. No decorrer do século XVIII, em virtude de demandas bélicas específicas, elas sofrerem diversas reestruturações .

Um dos grandes marcos das *milícias negras* na América Portuguesa foi a reestruturação militar ocorrida em 1766. Ela seria resultado das reformas militares do Conde de Lippe em Portugal e da necessidade de se reforçar os efetivos militares em função dos conflitos com os espanhóis no sul das possessões portuguesas na América.

A reunião das companhias auxiliares de infantaria de *homens pardos e pretos libertos* recebia a designação de *terço*. A comandar o *terço,* estaria o mestre-de-campo, que poderia ser um homem branco ou pardo. Quando uma companhia de homens *pretos libertos*, por especificidade da missão a desempenhar ou pela distância em que se

encontrava, não pudesse ser reunida ao *terço*, receberia a denominação: *companhia franca*. A partir do século XIX a estrutura tática do conjunto de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos e pretos libertos passaria do *terço* para *regimento* e a designação mestre-de-campo seria substituída por coronel. As companhias *auxiliares de infantaria de pretos libertos* poderiam atuar tanto na destruição de quilombos e repressão aos índios, quanto na defesa das fronteiras marítimas e terrestres em auxílio às tropas regulares da capitania de Minas Gerais ou de outras capitanias.

Por outro lado, o comando de diversas companhias de *ordenanças de pé de homens pretos libertos* era exercido por um capitão-mor, homem branco, poderoso e de considerável cabedal econômico. Em cada companhia haveria um capitão e um alferes, responsáveis pela disciplina e organização do corpo militar. Se a milícia fosse composta por soldados e cabos negros, os seus oficiais (capitão e alferes) também seriam negros. As ordenanças atuariam localmente para preservar a tranqüilidade e o sossego. Semelhante às companhias *auxiliares de infantaria de homens pretos* suas principais missões estariam relacionadas aos confrontos com os quilombolas e índios bravos. Todavia, não recebiam soldos, armamentos ou equipamentos para o desempenho de suas atividades.

O terceiro tipo de *milícia negra* era o *corpo de pedestres*. Ele era formado por negros, pardos libertos e mesmo por escravos. Eram eles que entravam nos matos, descendo córregos por despenhadeiros impraticáveis. Pela vasta experiência prática que possuíam eram requisitados como guias nas expedições militares. Nas Minas Gerais, os pedestres estariam distribuídos pela Repartição Diamantina (local onde se extraía os diamantes), destacamentos, registros e guardas. Tinham seus soldos e *jornais* pagos pela Fazenda Real e eram comandados por capitães pardos.

Por fim, os homens negros libertos e escravos também se inseriam nos *corpos de homens-do-mato*. Eles não recebiam soldos, fardamentos, equipamentos, armamentos ou alimentação da Real Fazenda. Eram recompensados através das *tomadias* pagas pelos proprietários dos escravos fugidos.

Na primeira metade do século XVIII, os administradores portugueses, ao observarem a incipiente organização militar das Minas, julgavam não ser conveniente homens *pardos e bastardos forros* servirem em corpos militares separados dos homens brancos. Sucessivas ordens determinavam mesclar os corpos militares. Mas a despeito das determinações, os corpos de ordenanças continuaram separados.

Após o emprego das companhias de homens *pretos libertos* em campanhas militares e em atividades cotidianas, como a destruição de vários quilombos, o discurso oficial sobre as tropas de negros sofreu uma mudança significativa. Na década de 1770, o ministro Martinho de Melo e Castro destacava que os corpos de negros marcharam, abrindo caminhos e picadas que não havia por serras e sertões, navegando rios com muitas cachoeiras difíceis e perigosas, e depois de suportarem e padecerem com admirável constância os maiores trabalhos, fomes e fadigas, chegaram enfim aos quilombos e os destruíam[2].

Diversos governadores reproduziam o discurso de que "esta qualidade de gente é a mais útil, pela facilidade que tem de entrar nos matos"[3] A correspondência dos capitães-generais, no último quartel do século XVIII, destacou a técnica específica de combate dos corpos militares formados por negros, pardos e índios. Em suas ações, utilizavam as emboscadas; caíam de surpresa sobre os inimigos; exploravam a seu favor os acidentes topográficos; conheciam as matas, as montanhas e os rios; sabiam tirar da natureza seu alimento. Enfim, utilizavam as táticas de guerrilha, que tanto assustavam seus adversários. Além dos caminhos abertos nas matas, os integrantes destas milícias abririam, pouco a pouco, picadas em outros planos.

3. Mobilidade social através de cargos militares

Nas Minas Gerais, as antigas prescrições de que os oficiais deveriam ter sangue limpo, avós de linhagem pura e pele branca perderam vigor: mulatos e negros conquistaram os postos de oficiais com a indignada censura dos brancos. A crítica voltava-se, porém, para

o alvo certo: as patentes afidalgavam, levavam o mulato e o negro livre a desprezarem o trabalho para se elevarem, verticalmente, com galão nobilizador.

Ao tratar das estratégias de mobilidade social por intermédio das patentes militares adotadas por comerciantes, mulatos e negros nas Minas, o ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, em suas satíricas *Cartas Chilenas* denunciava: "Os tendeiros/ mal se vêem capitães, são já fidalgos;/ Seus néscios descendentes já não querem/ Conservar as tavernas, que lhes deram/ Os primeiros sapatos, e os primeiros/ Capotes com capuz de grosso pano"[4]. Na busca pelo galão que afidalgava, não poucos foram aqueles que compraram suas patentes. Ao se referir às ações do governador e capitão-general das Minas Luís da Cunha Meneses (1783-1788), Gonzaga afirmou: "o Chefe, Doroteu, só quer dinheiro,/ e dando aos militares regalias,/ podem os grandes postos que lhes vende, subir à proporção também de preço"[5]. A situação denunciada pelo ouvidor Gonzaga não seria um fenômeno da administração de Cunha Meneses, o seu governo fazia parte de um processo em gestação. A inserção dos pardos e negros libertos nas milícias era permeada por aspectos estratégicos. Dentre outras, a trajetória de Francisco Alexandrino, possibilita lançar luz sobre este aspecto.

Em julho de 1763, Francisco Alexandrino, homem pardo e residente em Vila Rica, fora submetido e aprovado nos exames de aritmética e evoluções militares, aplicados pelo ajudante das ordens do governador das Minas Jerônimo de Matos e pelo alferes dos Dragões João Carlos Xavier da Silva Ferrão. Em agosto do mesmo ano Francisco recebeu patente de capitão da companhia de ordenanças de pé dos homens pardos de Vila Rica. Com a reestruturação militar ocorrida em função da carta-régia de 1766, Francisco foi novamente indicado pela câmara de Vila Rica e confirmado no posto. O Capitão pardo realizara "contínuas expedições de entrar os matos contra os negros fugidos" e auxiliou nos mandatos da justiça, "nas distâncias e asperezas dos caminhos". Para os camaristas de Vila Rica, o desempenho dessas missões não "resolvem outra qualidade de homens". O capitão Francisco era visto como "homem de morigerados costumes, louvável conduta, capacidade

e outras circunstâncias que o fazem merecedor desta atenção". Uma vez confirmado no posto, se subordinaria ao capitão-mor de Vila Rica, oficiais superiores das ordenanças e governadores. Não venceria soldo, mas gozaria de "todas as honras, graças e isenções do posto". Novamente realizou o juramento dos Santos Evangelhos e assumiu o compromisso de residir em Vila Rica[6].

Ao assumir o comando das Minas, o Conde de Valadares (1768-1773), em função da carta-régia de 1766, procedeu nova organização dos corpos auxiliares de pardos e pretos libertos. Dentre as várias cartas-patentes que passou, estava a do capitão da companhia de ordenança de pé dos *homens pretos libertos* de Vila Rica Antônio dos Santos Corrêa. Antônio dos Santos não receberia soldo, mas gozaria de "todas as honras, privilégios, isenções e franquias". Realizaria o juramento dos Santos Evangelhos na presença do capitão-mor José Álvares Maciel, seria "conhecido por capitão, e como tal o trate com honra e estima oficiais e soldados de que lhe compete"[7].

Na década de 1770, nova reestruturação militar teve lugar nas Minas Gerais e os corpos de pardos e pretos libertos foram alvo de reorganização. O então capitão pardo Francisco Alexandrino foi promovido a mestre-de-campo do terço de Vila Rica e seu termo. Ele tinha sob suas ordens vinte e três companhias de pardos e sete de pretos libertos, o que representaria cerca de 1800 homens sob seu comando. O poder adquirido por esses homens era considerável. Os próprios governadores, ao emitirem suas cartas-circulares, enviavam-nas, aos capitães-mores, coronéis e mestres-de-campo.

As estratégias utilizadas pelos homens pardos e negros libertos variavam desde a inserção em redes de apadrinhamento e clientela até adoção dos valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa. As promoções ocorreriam em casos de incapacidade física, transferência para outro corpo militar, morte ou mudança de residência do patenteado. Outra possibilidade seria a criação de uma nova companhia.

Na década de 1780, os vassalos militares negros libertos reafirmaram sua importância para o sistema militar tornando-se mais visíveis aos olhos do rei através de figurinos militares[8] A iniciativa partira do então governador das Minas, Luís da Cunha Meneses. Em 1784 Cunha Meneses enviou carta-circular a todos os coronéis, mestres-de-campo e capitães-mores determinando a elaboração de estampas, nas quais "se demonstre o uniforme tanto de um oficial como de um soldado armado com todo o seu armamento"[9].

Nas Minas Gerais os *pedestres*, *auxiliares de infantaria*, *ordenanças de pé* e os *homens-do-mato* possuíam algumas características em comum. Os seus componentes eram africanos ou negros nascidos na América Portuguesa, sejam eles escravos ou libertos. Suas atividades estavam ligadas à repressão aos quilombolas, facinorosos, extraviadores de ouro e diamantes e índios bravos. Seus locais de atuação eram os matos, as picadas, os caminhos e os rios que cortavam o território mineiro.

Alguns militares negros se inseriam na sociedade escravista, conquistando relativa mobilidade social através das promoções e de outras vantagens inerentes às funções que exerciam. Por outro lado, não se pode desprezar o fato de que alguns negros ao se alistarem nos corpos militares estariam desenvolvendo estratégias de resistência, pois viam neles a possibilidade de adquirirem a liberdade. Por fim, não se pode negar a experiência militar já existente nos africanos escravizados e levados para a América.

---

[1] THORTNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800).* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 363.
[2] INSTRUÇÕES para dom Antônio de Noronha. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 125. Itens 34-37.
[3] CARTA de dom Antônio de Noronha para Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 25/7/1775. Arquivo Público Mineiro. SG.211, fls. 69-73.
[4] GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas.* Carta IX.
[5] Ibidem.
[6] REQUERIMENTO de Francisco Alexandrino. Vila Rica, 20/5/1767. Arquivo Histórico Ultramarino. Minas Gerais. Cx. 90. Doc. 46.
[7] CARTA-PATENTE passada pelo Conde de Valadares a Antônio dos Santos Corrêa no posto de capitão de uma companhia de ordenança de pé de homens pretos libertos de Vila Rica. Vila Rica, 11/9/1768. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 93. Doc. 26.
[8] Vários figurinos militares de homens negros se encontram no Arquivo Histórico Militar e Arquivo Histórico Ultramarino, ambos localizados em Lisboa. Além de aquarelas localizadas no Museu do Outro, em Sabará e no Museu dos Diamantes, em Diamantina, ambos em Minas Gerais.
[9] CARTA-CIRCULAR de Luís da Cunha Meneses a todos os coronéis, mestres-de-campo e capitães-mores das Minas. Vila rica, 28/2/1784. Arquivo Público Mineiro. SC. 241, fl. 6-7.

GUERRAS CISPLATINAS: MANUSCRITOS DA BN

Drª.Francisca Nogueira de Azevedo - UFRJ*

O projeto, Guerras Cisplatinas: manuscritos da BN (1808-1828) têm dois objetivos principais: produzir um guia de fontes que sirva como instrumento de pesquisa, - facilitando o máximo o trabalho do historiador - tornando possível à consulta e conhecimento do acervo sobre os conflitos cisplatinos da seção de Manuscritos da BN, e criar um conjunto de textos buscando atender às exigências prementes da revisão da historiografia sobre o assunto.

A seção de Manuscritos abriga um conjunto documental riquíssimo sobre a América espanhola, o qual se concentra especialmente nos países platinos, cujo número estimado de obras atinge aproximadamente a 3.000 volumes (deve-se destacar que muitos desses volumes abrigam vários documentos), composto por livros, crônicas, relatos de viagens, discursos, artigos, cartas, projetos de constituições e leis, decretos e outros documentos oficiais, tratados de limites, etc. Merecem destaque três grandes Coleções: a De Angelis, a Wallenstein e a Martins. A coleção Wallenstein é a mais vasta sobre o Rio da Prata e se compõe, principalmente, de correspondência, ofícios e memórias referentes à guerra Cisplatina.

As Guerras Cisplatinas, no âmbito historiográfico tem sido estudada sob o enfoque de uma historiografia nacional que se sustenta em dois princípios, recorrente ao longo de todo o século XIX. O primeiro deles argumenta em torno dos direitos do Império brasileiro sobre a região Cisplatina, o outro, ressalta a importância do Brasil enquanto defensor de uma ordem, por oposição às lutas oligárquicas e divisionistas, e símbolo de um projeto civilizatório em contraposição à cultura caudilhesca, representação da barbárie.

Para este texto selecionamos um documento que por suas características foi considerado umas das fontes mais interessantes arroladas até o momento. Trata-se de uma novela histórica cuja trama se baseia na história de um espanhol que depois de ter

assistido os exércitos franceses derrotarem as tropas espanholas e seguirem em direção Andaluzia, - onde o governo de resistência tinha se estabelecido - o protagonista embarca em Cádiz para Montevidéu chegando à cidade em 25 de maio de 1810, quando estoura a revolução em Buenos Aires.

É importante ressaltar o papel desempenhado pela novela histórica durante o século XIX. A novela histórica configurar-se definitivamente como gênero no século XIX, através da novelas do escocês Walter Scott (1771-1832). No entanto, as novelas históricas não se restringem apenas a uma questão de gênero, mas do que isso, serviram ao projeto ilustrado forjando as condições sociais de uma nova ordem política[1]

Na Espanha de 1809, invadida por tropas francesas, o debate entre o estrangeiro e o espanhol torna-se um dos temas principais das novelas da época. A novela se converte assim, em uma arma poderosa que luta contra o invasor e serve de escudo para os valores nacionais, fomentando, um sentimento de identidade nacional. Como na Espanha, na América a guerra de independência exigiu enfrentar o passado de uma maneira comprometida, já que o presente e o passado se confrontavam frente à crise política. O momento histórico e o novo espírito que resulta dele, obriga tanto aos espanhóis quanto aos americanos a definir sua identidade em termos de diferença cultural e de produzir um novo historicismo mais articulado às novas realidades, a fim de fundamentar as implicações do passado no presente.

O encontro da novela e história que parece inicialmente tão inquietante por sua ambigüidade, na América latina acontece sem traumas. A novela histórica latino-americana se sustenta em uma tradição que não concebe a contradição entre novela e história, mas ao contrario, combina essas duas vertentes. Esta tendência pode ser observada desde os começos das escrituras sobre a América, isto é, desde as Crônicas, que se constituem como relatos fundantes do novo continente. A América começa ser narrada e, portanto, vai se delineando como realidade frente a Europa a partir das crônicas, cartas, diários, e relatos dos primeiros conquistadores. O europeu que chega as terras americanas se encontra com

as imagens alucinantes do novo mundo que se sobrepõem aos velhos moldes dos cronistas medievais. Daí então que a ficção é um elemento inseparável dos relatos que narram a América.

No documento que vamos tratar, o narrador se coloca anônimo e tem como figura central um português que é identificado como o senhor Costa, que seria um secretário em Lisboa. A novela se desenrola num espaço amplo que engloba a Espanha, América espanhola, particularmente o Rio da Prata, e o Brasil. A temporalidade se estende de 1810 a 1823, ou seja, num período bastante conturbado, quando as lutas pela independência deflagram um processo de disputas de diferentes soberanias, aprofundadas pelos interesses internacionais no mundo ibérico.

A história se divide em três partes. A primeira parte corresponde à chegada do narrador a Montevidéu, e a partir daí ele descreve a crise gerada pela Revolução de maio em Buenos Aires e a resistência de Montevidéu. Inicialmente, a narrativa discorre sobre a situação que o autor encontra a cidade de Montevidéu, que depois da revolução de Buenos Aires passa a ser refúgio dos realistas. Comenta a nomeação do novo vice-rei Javier Élio, que diante da ameaça dos revoltosos buenairense pede ajuda ao Brasil, que envia tropas à região, comandadas por D. Diogo de Souza Coutinho. O autor/narrador assinala a desconfiança que Élio tem em relação às manobras militares do exército brasileiro e diante desse fato, busca um armistício com Buenos Aires “sendo as condições que estes se retirarão deichando a banda Oriental livre para nunca tentarem sobre ella”.

Num segundo momento, é introduzido um dos personagens centrais da novela o português, Sr. Costa, que teria viajado com o autor para Montevidéu. Através do diálogo entre os dois se estabelece um discurso de ordem moral e ética sobre a sociedade americana, razões da revolução, ideologia política e política européia, com destaque, como não podia deixar de ser, ao papel desempenhado pela França e Inglaterra.

Segundo a opinião do Sr. Costa “os americanos não indígenas são filhos dos hespahoes, herdando assim algumas de suas virtudes e vícios”. Destaca ainda, que os

ingleses, franceses e russos “tem os americanos hespanhoes pelos mais escravos dos homens, isto não he de estranhar, quando o m^{mo} juizo fazem do pôvo hespanhol de Europa que os tem nas próprias barbas”.

Dando continuidade a conversa o Sr. Costa fala do passado americano recorrendo a imagens gravadas por Las Casas do paraíso terreno no Novo Mundo. Em suas palavras, a miséria não era conhecida nesta parte da América e que a abundância havia produzido hábitos doces, paz interna e haveria igualdade entre os países. Menciona a grande quantidade de universidades, e colégios que colocavam a América em vantagem em relação à Europa, afirma que “a plebe americana não se compara a bestial da Europa”.

Para o Sr. Costa a causa imediata da revolução na América foi a invasão napoleônica a Espanha, “o que fez levantar-se diversos governos, ainda que ilegais”. Sobre a política européia o português declara: “Vm^{ces} me tem perguntado que juízo formo eu sobre a política da Europa, e particularmente sobre a inglesa, Bonaparte rompêo os eixos do carro de sua primeira política, e agora anda de rastros, ou para melhor dizer, já não tem nenhuma, porq^{e} os acontecimentos o dominaram. Os outros pontentados da Europa se dão p. felizes de chegar à meia noite.porém outra cousa passa entre os ingleses. Carthagineses no engano, Romanos na força, elles serião os mais estúpidos dos homens se segundo o estado das cousas a que são, não fossem. Cada desposição que se toma na Europa, por huma rotação conseqüente sobre ellas, se converte em meios imensos de poder e de riqueza p^{a} elles, e de opressão vergonha, ignomínia, e dependência p^{a} a Europa. O território inglês, o seu clima tem aos ingleses q elles nada serão, se a Europa não se converter alternativamente em lagos de sangue, em poder e liberdade temporária, em escravos, em sábios e estúpidos. Muitos tem dito que a Inglaterra favoreceu a liberdade da Europa, histo he verdade, porem também o he que em Inglaterra se forjão cadeias de escravidão...”. Refere-se a intrigas dos ingleses e diz que “entre os ingleses tudo he maquinismo e que tudo para eles se moveria pelo interesse comercial.”

Continuando sua apreciação sobre os ingleses o Sr.Costa faz observação de que para ele a nação inglesa esta dividida em 3 partidos. O primeiro, “partido comercial que estaria incumbido de roubar legal ou illegalmente as nações, deitando deste modo os allicerces a ruína dos Estados”; o segundo Radical, “este tomou a seu cargo consumar a obra sublevando os povos contra os governo, com escritos com dinheiro, com intrigas e com homens”. O terceiro, Constitucional, “este se incubio de rebelar os governos contra os povos”.

Ao falar das mulheres ressalta que as espanholas tinham mais educação, beleza que as européias. Termina esta primeira parte anunciando que D.Diogo e seus exércitos acamparam no rio São Francisco, depois se dirigiram para as Missões e depois para Rio Grande. Buenos Aires ao saber as manobras das tropas brasileiras sublevou a Banda Oriental e promete invadir Montevidéu. Diante da ameaça da invasão o autor parte, em 1812, para o Rio de Janeiro. Chegando a capital do reino do Brasil narra assim o que vê: “ vi hum povo desmamado por mulheres silvestres, sem poder, escravas, que se apresentão no meio da rua nuas em pelô”

A segunda parte tem como eixo narrativo um triângulo amoroso. O Sr. Costa, Ramona, filha de um inglês, e o narrador. O romance começa quando o Sr. Costa salva um velho inglês, que era pai da Ramona de um incidente. O autor conta que o velho inglês, Archs, tentava colocar uma ponte de madeira sobre um riacho quando caiu, “os escravos como escravos tinhão a alma de barro, ficando parados a observarem a luta que seu senhor tinha com a morte”. O velho Archs foi salvo pelo Sr. Costa. O Sr. Costa torna-se professor de francês de Ramona e por ela se apaixona. O autor procura explicar o romance entre os dois: “não pense Sr. Costa , que principiou Ramona talvez a quere-lo por que libertou seu pai,mas sim porque a cometeu uma ação arriscada, a mulher como fraca quer quem a defenda”

Entra na história um novo personagem, Sr.Dias, que escreve contando a rendição de Montevidéu, culpando a Corte do Rio de Janeiro pelo ocorrido: “a corte do Rio de Janeiro

tinha por vias inderectas contribuído p^{a} aquella desgraça, porq^{e}, não tinha perdido a esperança de apoderar-se de Montevidéu"

O autor/narrador confessa estar apaixonado por Ramona e passa a pensar como tirá-la do Sr. Costa: " homens hypocritas e que me julgarei inconseqüentemente, sabei eu não fiz então mais que emitar a todos os homens, eu não pençava senão na m^{a}. felicidade, eu fazia o mesmo que Sr. Costa fazia, e faria no meu lugar, elle corria em procura de seu bem, fugia da dor e procurava o prazer". O autor acaba confessando ao Sr. Costa seu amor por Ramona.

Novo personagem entra na trama, um negociante inglês amigo do Sr Archs, que teria chegado da Europa e descreve a derrota e o discredito de Napoleão. "Blasfesmarão dos Bourbons, vierão e os amarão, os amarão, e os atraçoarão, o m^{mo} acontecco a Bonaparte cujo o nome só pronunciam já p^{a} denegrir sua memória immortal. Finalmente hum tal povo sua opinião nem honra, nem deshonra ninguém. Talieu o mesmo que açacinou a Robespier, e que assestio à Batalha don Waterloo, quando a vio perdida, correo para Lile aonde estava Luiz desoito, e foi o primeiro que eu vi n'aquella Praça com um tope maior que uma folha de cove".

A segunda parte termina em 1820, com Sr. Dias partindo para o Peru pelo interior do Brasil.

Na terceira parte o autor desloca o local da narrativa, e para justificar tal opção, conta que em janeiro de 1820 havia caído doente e que o médico o teria aconselhado a mudar de "terra" , assim partiu para Europa. Em direção ao Velho Continente, chega à Bahia em 09 de junho de 1820. Ainda na Bahia soube da revolução portuguesa de 1821. Comenta ainda a chegada de dois deputados provenientes do Peru que iam para Espanha "justificar a deposição, perante o governo hispanhol, do vice-rei Possuella, e pedir a aprovação deste acto". Há um jantar oferecido aos deputados, em que participa o narrador, um inglês e um português conhecido por Sr. Silva. Um dos deputados faz longos comentários sobre o destino do Peru e da América meridional. A conversação versa sobre o papel da Inglaterra

e da França nos destinos da América. Segundo um dos deputados peruanos a França teria começado a tramar sobre a América em 1815, "O governo frances conveciou com Fernando nossa ruina, uma esquadra francesa foi a Lima levar os arranjos e comprar o vice-rey: Nos sobemos isto, e o depusemos (...) . o convenio entre Fernando e a França tinha por base lançar-nos na anarquia, e deste modo ser-nos vencidos pela revolução americana: A França se encarregava sofucar esta, ou auxiliar para isso."

Entra a fala do Sr Silva considerado pelo autor um português muito ilustrado. Sr. Silva trata dos problemas dos Brasil, a revolta do Porto e o Fico, considerando que não há condições para sustentar a independência. Considera o povo brasileiro "fraco, composto de escravos e tiranos". Questiona como 20 mil portugueses, que compunham os exércitos no Brasil, puderam ser sitiados por 2 500 rapazes "mulatinhos, rotos, pobres, mal armados e mal mandados".

A crise no Brasil se agrava e o narrador anota que em 1823 um Coselho resolve pela evacuação da Bahia, então ele parte para Londres. Em Londres encontra novamente o Sr. Costa. Reúnem-se amigos, refugiados espanhóis e agora as conversas têm como pauta o liberalismo e os movimentos anticlericais. Ao grupo junta-se um cônego que discursa contra os liberais "com estandartes diverços que cobrião milhares e milhares de criminosos os ajuntarão debaixo de hum só, este estandarte pois, he o liberal. As bases de seus princípios he o extermínio, a irreligião, a licença a tyrania, confusão, roubos, incêndios e profanações". O capitão peruano, que também tinha chegado a Londres, rebate os argumentos do cônego:. "Eu não falo agora das perfídias do clero pelo lado de religião, porém sim direi que m^{mo} modo tem vendido a pátria venderão da maneira mais indecente e escandalosa, anniquilando a piedade dos hespanhoes, aos que nem consentirão moreer em paz, nem seus cadáveres ter licença de apodrecerem sem fortes contribuições, e ainda mesmo depois de destruhida a organização annimal, o clero cravara as unhas nas sombras dos que morrião, e estas também erão esfoladas, nos seus pacentes".

A novela termina como toda grande novela do dezenove; relações passionais, ciúme e morte põem fim a história de amor do Sr. Costa e Ramona. Sr. Costa narra sua tragédia:

Conta que em uma noite morto de ciúmes vai à casa de Ramona e se esconde. Quando parece que todos estão dormindo ele ouve passos em direção ao quarto da amante, então ele os segue. Cego de raiva na escuridão do quarto acreditando que estava sendo traído apunhala alguém, era uma escrava. Ramona que tinha ouvido o barulho fugiu para um canto do quarto e assim conseguiu livrar-se da morte. Todos acordam assustados e vão até a cena do crime. Archt, pai de Ramona, mediante a tal quadro e vendo o desespero de ambos, percebe o que havia acontecido. Costa agride Archt e pega Ramona, contudo os escravos tentam impedir, trava-se um luta e Costa é golpeado na cabeça. Voltando para a cidade ferido, ele pede ajuda ao cirurgião Queirós, que vai à casa de Archt. O cirurgião tentando contornar a situação acaba confessando que Ramona está grávida. O pai no alto de seu desespero espanca Ramona. Em razão da surra ela aborta a criança, resistindo apenas nove dias, quando também morre. Ramora deixa um bilhete para seu amante com pedaços de seus cabelos e do filho.

Depois de dois meses Costa e o narrador embarcam para Lisboa, onde Costa permanecerá fiel à memória de sua "esposa".

Os limites deste texto não nos permitem aprofundar a análise das possibilidades desse discurso. Gostaria de concluir assinalando apenas que novelas têm um grande impacto na sociedade da época, isso se dá porque as novelas enfocam as vicissitudes de uma vida comum, inserindo sentimentos e emoções à narrativa histórica. A novela histórica ao partir de uma narrativa no âmbito do particular, local e cotidiano, logra recuperar e formular aspectos do passado nacional silenciados ou simplesmente esquecidos, tratados como irrelevantes na historiografia oficial.

---

[*] Colaboraram neste artigo como auxiliares de pesquisa, Roberta Texeira Gonçalves (PIBIC -UFRJ) e Jorge Fernando da Conceição de Moraes (PIBIC-UFRJ).

[1] Maria Jose Punte. *Novela e historia em Latinoamérica. Esbozos desde la teoría narrativa de Paul Ricoeur*. Quadrivium 9, CICSH, Universidade Autônoma Del Estado de México, 1998.pp.84-90.

Vozes do rádio

Francisco Alcides do Nascimento/ Universidade Federal do Piauí/ Associação Nacional de História Oral. José Maria Andrade e Luciana de Lima Pereira/Iniciação Científica

A presente comunicação objetiva, em primeiro lugar, discutir como homens e mulheres utilizaram "as ondas do rádio", entre 1940 e 1970, para informar, divertir e encantar a sociedade piauiense num período onde o rádio era o principal meio de comunicação de massa do Piauí, depois apresentar as diversas formas de como cada uma narra as suas histórias e, como o conjunto destas, conformam a história do rádio.

O ato de lembrar é individual, entretanto as lembranças estão relacionadas com o grupo social ao qual fazemos parte, ou julgamos pertencer. O fato de pertencermos ao grupo faz com que algumas atitudes coletivas sejam pensadas como individuais. "Ao permanecermos em contato com um grupo, somos capazes de nos identificarmos com ele e de confundir nosso passado com o seu." [1]

Homens e mulheres que fizeram o rádio no período já mencionado encantaram, seduziram e informaram os ouvintes através de uma programação ampla e variada, mas nos interessa saber como narram suas experiências individuais enquanto comunicadores de massa. "[A memória] guarda os momentos mediante a razão narrativa, presente nos sujeitos através da linguagem. Esta expressa, na razão narrativa instrumento de poder, ausência e sedução." [2]

"Eu sempre gostei de rádio, eu ouvia muito rádio, o meu hobbi maior era ouvir rádio". No momento em que José de Ribamar Aquino Pernambuco, mais conhecido nos meios de comunicação de Teresina como Mestrinho, narra sua história no rádio e do rádio entre nós, percebe-se como considera importante o momento da narrativa onde lembra de acontecimentos que julga relevantes para o sucesso na profissão de sonoplasta. "O narrador poderá manejar histórias, inventar, e desenventar, fazendo a trama da vida existir como drama ou comédia." [3]

Roger Chartier chama a atenção para a construção das representações do mundo social. Diz ele que, “mesmo aspirando à universidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de um grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” [4] Mestrinho vivendo um presente onde o sonoplasta perdeu o seu posto para um computador e para o locutor, procura valorizar a sua participação nos primeiros tempos do rádio e as imagens dela construída manifesta-se bem alterada.

Na década de 1990, a discussão em torno da relação entre a História e a memória avolumou-se, em decorrência da perda de hegemonia do paradigma estruturalista em nível mais geral e, no Brasil, em virtude das transformações sociopolíticas. Contudo, nunca é demais lembrar que essa discussão não é nova, ela foi tratada com muita propriedade por Henri Bergson e Maurice Halbwachs, por exemplo. Na segunda metade desse mesmo século Pierre Nora, desenvolveu uma pesquisa denominada de "lugares da memória". Este autor em muito contribuiu para a discussão no Brasil dessa relação, na medida em que vários textos seus foram traduzidos para o português. Entre nós, a partir das matrizes supramencionadas ou não, a discussão em torno da temática tem aparecido em publicações de livros e revistas especializadas, conferências etc.

Por conseguinte, consideram-se necessárias algumas palavras sobre a entrevista, [5] Palhares –Burke defende que o papel de um entrevistador é forçar a intimidade; fazê-lo falar sobre o que não falava por si mesmo. Para isso, entretanto, alguma preparação preliminar é absolutamente imprescindível para conhecer de modo detalhado a vida do entrevistado, e isso demanda estudo, pesquisa sobre quem é, o que fez/faz, que interesses possui, o contexto onde atuou/atua. É indispensável a preparação de um roteiro de entrevista, mesmo que essa seja uma entrevista de história de vida, onde o entrevistador interfere o mínimo possível. Mesmo por que é preciso pensar que nem sempre as relações entre entrevistado e entrevistador são amistosas. Neste caso talvez seja necessário considerar que ninguém gosta de exibir sua intimidade, muito menos a sua mente. [6]

O noticiário falado foi um dos ganchos do rádio no país e no Piauí. Todos aqueles que viveram, principalmente em Teresina, lembram do jornal transmitido pela Rádio Difusora de Teresina, "O Grande Jornal Q/3", jornal que prendia o teresinense em casa. José Lopes dos Santos que o dirigiu de 1951 a 1980, afirma que o Jornal se tornou famoso e imprescindível na vida do piauiense ao longo de trintas anos. Teve expressiva influência em todas as atividades do Estado.

"A Rádio Difusora tinha uma equipe que prezava muito pela parte de noticioso[...]. O Jornal Q/3 era um jornal que em Teresina todo mundo conhece. Esse pessoal das antigas sabe o que é o Jornal Q/3." [7]

A direção da emissora aproveitou uma prática cotidiana do teresinense do começo da noite que era ouvir o programa "A Hora do Brasil", colocado no ar em 1931 e reestruturado em 1939, depois da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha como objetivos: informar as principais atividades do governo, construir uma identidade cultural para a sociedade brasileira e desenvolver o espírito cívico do povo brasileiro. Na esteira da "Hora do Brasil" a Difusora colocou no ar O Grande Jornal Q/3 no horário de 18 às 19 horas. Era um jornal completo: Era como se fosse na televisão hoje, com gravações e tudo. Você ia para o aeroporto, fazia reportagens lá, trazia a parte que você queria, deixava tudo na fita "[...] era fita de rolo. Na hora do jornal, já estava ali com o script, cada locutor com script, mas operador acompanhado 'chegou em Teresina hoje o Alberto Silva, ele falou no aeroporto ' e ai eu soltava aquela gravação de um minuto, de dois minutos, dependendo do assunto. Você soltava aquela gravação como se fosse um jornal de hoje, jornal de televisão, sem imagem". [8]

Mas montar um programa noticioso como o Grande Jornal Q/3 não era simples. Em primeiro lugar porque os recursos técnicos ainda eram muito limitados. Um exemplo emblemático: o gravador utilizado ainda não era o portátil: "O gravador era o de fita de rolo, um aparelho de aproximadamente meio metro de comprimento por quarenta de altura. A cidade não dispunha de corrente elétrica constante. Chegava lá [no aeroporto] aproveitava na hora que tinha luz, você ligava aquele gravador de rolo para fazer as gravações. Quando

você chegava [na emissora] pegava a fita, geralmente tinha outro gravador grande e aí você fazia a edição do que você queria para o Jornal". [9]

O Grande Jornal Q/3 tinha repórteres atuando nos principais locais onde a noticia podia ser gerada. Álvaro Lebre, que ficou conhecido no rádio como Al Lebre, foi para a Rádio Difusora em 1956 e, depois de um teste, começou a trabalhar em um programa de auditório chamado "Variedades Rodrigues Filho", mas apresentou um programa sozinho e, durante algum tempo, foi repórter do Grande Jornal Q/3, quando o noticioso era apresentado por Trindade Júnior. "A reportagem que mais me tocou foi a de um grave acidente com ônibus da Empresa Marimbá, perto de Altos [João de Paiva]. Quando chegamos ao local, vimos os corpos espalhados pela estrada. Aquela cena demorou muito tempo para sumir de minha mente". [10]

Ana Rego rádio-atriz que pertenceu ao "cast" da Rádio Difusora de Teresina foi uma das primeiras mulheres a trabalhar em uma emissora de rádio no Piauí. Ela narra sua experiência em entrevista e afirma: "[...] fazer novelas era muito fácil: As novelas eram muito fáceis de fazer de serem feitas porque eram lidas [...]. E os companheiros eram muito bons, companheiros alegres, comunicativos, dava impressão de que estávamos até em casa, uma maravilha. Mas também tinha aquela disciplina porque o Rodrigues [Filho] não aceitava anarquia e brincadeiras. A gente gostava de brincar, brincava-se muito, mas ele não gostava. Às vezes se dizia uma palavra errada e começava-se a ralhar um com o outro [...] Nós tínhamos ainda o Al Lebre, a Miriam Lopes dos Santos, a Michele, que era contabilista, mas que sempre trabalhava conosco. Ana Maria Cunha, os meninos, eu não lembro bem, mas era uma plêiade de jovens maravilhosos que trabalhava com muito carinho e dava ênfase aquele trabalho e a gente sentia por eles". [11]

No caso específico da Rádio Difusora de Teresina, encontramos um senhor que foi sonoplasta da emissora por ocasião das rádios - novelas trata-se, trata-se de José Raimundo Teixeira e Silva, hoje com 70. "Eram discos de cera e cada faixinha tinha um som diferente. Tinha trem, tinha o cavalo correndo, tinha a sirene da polícia, tinha cavalo relinchando, tinha um tiro, tinha a tempestade. Agora a gente tinha que prestar muito a

atenção a isso porque na hora, muitas vezes o sujeito que leva um tiro não pode levar um cavalo correndo". [12] As novelas eram gravadas nos estúdios da emissora, com atores locais, como é o caso de Ana Maria Rego e do próprio sonoplasta que atuava também como rádio-ator. Havia certo glamour em atuar no rádio, apesar do preconceito, especialmente em relação às mulheres que já trabalhavam como rádio-atriz, locutoras, discotecárias etc.

A narrativa nos permite afirmar que ele "viveu por dentro" a fase da improvisação do rádio no Piauí. Depois demonstra uma certa competência para o improviso, mas tem o cuidado de informar que era necessário ter muita atenção para não cometer erros porque a população ouvia, no caso específico, as novelas, e reclamava.

Não tenho a ilusão de que o narrador, no momento de sua fala, seja capaz de seduzir, desviando as atenções para as cenas de fulgor de sua vida. A linguagem, a partir da razão narrativa, registra contornos presentes no falar dos sujeitos, demonstrando o acontecido nas dobras do tempo, como um evento que se caracteriza pelo pressuposto da verdade vivida. Percebe-se que os narradores, no caso específico de José Raimundo Teixeira, recupera a intensidade com que viveu a experiência de ser um sonoplasta que improvisava, mas sabia também que o trabalho atingia um sem número de ouvintes e que estes até cobravam as falhas cometidas, quando elas aconteciam e eram percebidas isentas de juízo de valor, não que isto signifique algo negativo, muito pelo contrário, mas é necessário reconhecer a sua existência.

Em 1962 implanto-se a terceira emissora em Teresina, meio de comunicação ligado à Arquidiocese de Teresina O nome escolhido pelo bispo, Dom Avelar Brandão Vilela, foi "Pioneira", o que provocou alguns descontentamentos: "A Rádio Pioneira em 1962, então tínhamos O MEB (Movimento de Educação de Base). O MEB tinha um programa na Rádio Pioneira em Teresina e em muitos lugares. As pessoas tinham um rádio cativo. Aquele rádio só sintonizava a Rádio Pioneira, então, isso fazia parte do Movimento de Educação de Base, um programa educativo, comandado pela Diocese de Teresina através do MEB. E era por isso que Dom Avelar justificava o nome Pioneira, por que a Rádio Pioneira não foi a primeira rádio de Teresina, a primeira Rádio foi a Difusora. Então, Dom Avelar explicava o

pioneirismo em nível de trabalho na Educação de Base". [13]

Sobre essa mesma questão, José Raimundo Teixeira se pronuncia assim: "A pioneira no Piauí é a Rádio Educadora de Parnaíba. Esta é que é a Pioneira no Piauí, depois veio a Difusora que é do fundador da Rádio Educadora de Parnaíba e fundador da Rádio Difusora de Teresina, juntamente com a sociedade daquele município e da nossa capital, chamava-se Alcenor Sérgio Madeira". [14]

Vejam que existe uma disputa em torno da idéia do ser pioneiro, do ser primeiro. O ser pioneiro da Radio Pioneira é justificado através de sua programação. A emissora nasceu de um projeto da Arquidiocese de Teresina e, a partir da intervenção dos dirigentes locais da Igreja, foi montada uma programação diferenciada daquelas de caráter eminentemente comercial, montou um programa de educação à distância.

Nesta linha de programas de variedades a Rádio Pioneira de Teresina colocou no ar um programa, que na opinião de Pedro Mendes Ribeiro, apareceu para tapar um buraco na distribuição da programação, no horário de 13 às 14 horas, "O Seu gosto na berlida", era um programa que atendia a pedidos de músicas consideradas bregas, mas que também anunciava festas por todo o Estado do Piauí e algumas regiões do Norte, também mandava recados de pessoas que estavam em Teresina, por diversas razões para os antiqueridos espalhados pelo sertão do Piauí, Maranhão, Pará e Ceará. Este programa tinha na locução um radialista de voz pouco agradável, chamado Roque Moreira no ar com a finalidade de atender à população mais carente que se deslocava do interior do Piauí, o Maranhão, do Pará, do Ceará para Teresina com objetivos variados e que precisava comunicar-se com os familiares. O rádio era ainda o principal meio de comunicação de massa: Seu Gosto na Berlinda foi comandado por Roque Moreira durante mais de trinta anos e no corpo do programa eram enviadas as mensagens para o interior. Somando a isso, as pessoas gostavam de ouvir os seus nomes serem falados através dos microfones da emissora. E o programa do Roque Moreira se notabilizou pro conta disso; por conta desses avisos enviados por um fulano para que beltrano fosse esperá-lo em dado lugar; outro fulano comunicava aos familiares do beltrano que este havia recebido alta do médico; mais

outro, solicitava que familiar fosse esperá-lo no lugar, levando o jumento etc. Seu Gosto na Berlinda foi campeão de audiência em determinado momento do rádio piauiense.

Seu Gosto na Berlinda foi comandado por Roque Moreira durante mais de trinta anos e saiu porque o seu apresentador faleceu. O programa foi campeão de audiência em determinado segmento social. Vilma Alcântara (2003), gerente da emissora católica, avalia o programa e seu apresentador: "Nós brigamos muito aqui na Rádio, eu e o Roque. Mas assim, era um programa com muita audiência, um programa muito bom que ajudava bastante as pessoas a se localizarem. Era um programa de prestação de serviços. É tanto que, depois que o Roque morreu a gente não conseguiu encontrar uma pessoa que fizesse não o mesmo programa, mas que desse a mesma tonalidade, no mínimo. A gente sabe que cada pessoa é uma pessoa, não tem substituição. Hoje ainda existem esses programas. Qualquer pessoa que quiser colocar aviso, a gente faz, tranqüilo. Principalmente, no domingo a noite, no programa dos violeiros. É o programa que a população utiliza mais pra isso, hoje. Mas quando eu cheguei aqui, existia esse programa "Seu Gosto na Berlinda" e é um programa que é marcou a Rádio Pioneira, entendeu, pela sua contribuição pra comunidade, pra sociedade em que existia". [15]

A Rádio Pioneira de Teresina, através do programa de Roque Moreira, confirma a capacidade do rádio em ligar os diferentes grupos sociais de uma comunidade. "Contudo, é preciso ressaltar também que a disseminação de programas de disc-jocquey semelhantes ao Roque Moreira, que se expandiram em meio ao contexto de expansão da televisão a partir da década de 60, constitui uma das principais alternativas encontradas pelos homens e mulheres do rádio para impedir que esse meio de comunicação não desaparecesse dos lares brasileiros". [16]

A comunicação tomou algumas falas de homens e mulheres do radio no Piauí. Os denominei de narradores do rádio, mas nem todos falaram. Sobre Roque Moreira, aqueles que puderam narrar disseram sempre que o programa que comandou teve grande audiência e relevância social, na medida em que podia levar recados para os grotões do Piauí do Nordeste.

[1]HALBWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990, p. 28.

[2] GROSSI, Yonne de S. & FERREIRA, Amauri C. Razão narrativa: significado e memória. *História Oral*, São Paulo, n.4, 2001. p. 30.

[3] Ibid., p.31

[4] CHARTIER, Roger. *A historia cultural*: entre práticas representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988, p. 16

[5] PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da historia*. Nove entrevistas. São Paulo: UNESP, 2000.

[6] ODÁLIA, 2000.

[7] PERNAMBUCO, José de Ribamar Aquino. *Entrevista concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 2001.

[8] Ibid.

[9] Ibid.

[10] AL LEBRE. Entrevista. *O Dia*. Teresina, jul. 2003.

[11] REGO, Ana Maria. *Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 2001.

[12] SILVA, José Raimundo Teixeira e. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento e Geraldo Almeida Borges.* Teresina, 1990.

[13] CASTRO, Dídimo de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 2003.

[14] SILVA, José Raimundo Teixeira e. Op. Cit.

[15] ALCANTÂRA, Vilma. *Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 20 de maio de 2002.

[16] ANDRADE, José Maria Vieira. *Pelas ondas da Rádio Pioneira de Teresina*: História, Sociedade e Cultura em Sintonia. Teresina, 2005. Monografia do final de curso da graduação. Universidade Federal do Piauí/Centro de Ciências Humanas e Letras/Departamento de Geografia e História.

Fontes Luminosas e outras luzes da cidade

Francisco Alcides do Nascimento (orientador)
Marylu Alves de Brito e
Laécio de Barros Dias
Universidade Federal do Piauí/
Iniciação Científica

Esta comunicação resulta dos primeiros resultados de pesquisa que está sendo realizada, tendo como objeto de estudo a cidade de Teresina, no período compreendido entre 1950 e 1970. A razão para a construção deste recorte temporal explica-se pelo fato da cidade ter se transformado em motivo de preocupação dos administradores, tanto em escala municipal quanto estadual. O governador do Estado, o Sr. Helvídio Nunes de Barros,[1] por exemplo, afirma que a cidade é pequena, pessimamente iluminada possui um deficiente e precário serviço de abastecimento de dágua, sem asfalto, sem esgoto sanitário, sem comunicação, Teresina era o retrato da pobreza e do atraso do Piauí. A imprensa escrita local denunciava a falta de produtos de primeira necessidade e citava como exemplos a carne e café. Pra entender esse momento de crise que a cidade atravessa é necessário fazer-se um pequeno recuo à década de 1940 quando Teresina, juntamente com as cidades de Parnaíba e Floriano passou a recebe um maior contingente de imigrantes. A primeira cidade "desempenha o papel de sede administrativa, desde a sua fundação, atraindo inúmeros serviços, além de sua função comercial". [2] Podemos lembrar aqui de Raquel Rolnik,[3] ao defender cidade como imã, atraindo as pessoas pelos serviços que poderia oferecer, no caso de Teresina, os serviços de educação e saúde já começando a ganhar destaque; como mercado, na medida em que a partir daquele momento começa a rivaizar com Parnaíba, pela posição de principal centro comercial do Estado.

As mudanças mencionadas se refletem em transformações no espaço urbano, com o aparecimento de novas áreas de crescimento entre os anos de 1940 e 1950. Na zona Norte, o crescimento se deu em direção aos bairros Mafuá, Vila Operária, Vila Militar, Feira de Amostra e Matadouro. Nas proximidades da

área central da cidade, o crescimento ocorria nos Bairros Cabral e Ilhotas, enquanto na Zona Sul, a expansão acontecia em direção aos bairros Piçarra, Vermelha, São Pedro e Tabuleta." [4] O crescimento da população e a expansão da cidade vão provocar o colapso dos sistemas de fez de abastecimento de água e energia elétrica. O telefone continuou sendo um artigo de luxo até muito recentemente

No entanto é justamente nesse período em que são intensificados os discursos desenvolvimentista e de modernização da sociedade brasileira. A construção de Brasília foi traduzida como inicio de uma era modernizante no Brasil. Juscelino Kubitschek, presidente de sonhos fausticos, cujo objetivo era fazer o Brasil crescer "cinqüenta anos em cinco". A idéia de progresso chega ao Piauí e Teresina deve se transformar em porta de entrada. Assim, em meados da década de 1950, por iniciativa do governo do Estado deu-se início a uma tentativa de modernização da máquina administrativa, criando a Comissão de Desenvolvimento do Estado, com o objetivo de pensar o desenvolvimento econômico do Piauí, a médio e longo prazos. No final da mesma década, foram criadas algumas empresas de economia mista, entre as quais merecem destaque: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), Telefones do Piauí (TELEPISA), Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA). É desta mesma época, a transformação do Banco Agrícola do Piauí em Banco do Estado do Piauí S/A.

Outra ação do sentido colocar o Piauí no caminho do desenvolvimento, na visão dos atores sociais que atuavam na seca política, foi a criação da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), em 1954; Em meados da seguinte, foi instituída a Associação Industrial do Piauí (AIP); em 1965 é instalada uma de empresa chamada de Fomento Industrial do Piauí (FOMINPI) que, algum tempo depois, passaria a se chamar de Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí (CODIPI). Como se pode constatar trabalha-se na implantação de

ferramentas que pudessem ajudar na construção de um novo Piauí, que pudessem modificar a infra-estrutura básica do Estado, na área da energia elétrica, do abastecimento de água, dos transportes, da alimentação e do embelezamento da cidade.

Até o final da década de 1950, a cidade se expandiu para o Norte e para o Sul, todavia com a construção do primeiro vão da ponte de cimento sobre o rio Poti, que ligou a principal avenida da cidade, a Frei Serafim, à BR-343, trecho que liga Teresina à Parnaíba. A expansão urbana atravessa o rio. Antes deste fato, aquela área era ocupada principalmente por chácaras utilizadas por seus proprietários nos finais de semana. "[...] na década de 1960, foi construída uma pista para corrida de cavalos, embrião do Jockei Club do Piauí, bem como foram abertos os primeiros loteamentos residenciais bairros [...]." [5] As corridas de cavalos se transformaram em atividades de lazer de determinado segmento social da cidade, esta é uma das razões para que a região passe a ser interpretada como área de moradia dos ricos, a ser "símbolo de status social e econômico, ficando toda a região conhecida por zona do Jóquei Clube."[6]

No início da década de 1970 foi instalada a Universidade Federal do Piauí, após o Jóquei Clube, em direção ao Nordeste da cidade, hoje bairro Ininga. É deste período também a promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal, estabelecendo uma área mínima de dimensão superior à de outros bairros da cidade, para lotes urbanos e a obrigatoriedade do recuo para as construções – aumentaram a atração da população com origem nas camadas média e alta da sociedade teresinense.

Pode – se perceber a presença do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, "como indutor da dinâmica urbana." No âmbito federal, vale destacar a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública. Tal política promoveu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais, produzindo a

expansão da malha urbana. Como informa Façanha, "[...] em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para conjunto habitacional do Parque Piauí, com o total de 2.294 unidades, na zona Sul, que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizada na zona Norte."[7]

É neste quadro que as favelas começam a ganhar destaque em Teresina. Essa questão urbana naquele contexto, apesar da política habitacional iniciada na década anterior, não mereceu a atenção do poder público, a não ser através da violência policial. A repressão policial ocorria na forma de expulsão da área ocupada. Segundo Antonia Jesuíta de Lima, "o fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia." [8]

A atuação do poder público municipal limitava-se a ações isoladas e fragmentárias, não obedecendo a uma orientação de política global. As intervenções se davam, prioritariamente, na estruturação da malha viária e em projetos pontuais no setor de assistência social e de serviços, com destaque para a construção de prédios escolares e postos de saúde.

"Na gestão do prefeito Joel Silva (1971-1974), foi dada prioridade à construção do anel viário da capital e à estruturação da malha rodoviária, projetos consubstanciados no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)". [9]

Como se pode avaliar, a administração municipal, apoiada no discurso técnico dos urbanistas planeja intervenções no tecido urbano da cidade. É do início da década de 1970, a promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal, plano que estabelece uma área mínima para o "Jóquei Clube" que é superior à de outros bairros da cidade. A construção nesses lotes deve sofrer recuo maior em relação ao eixo da rua ou avenida e nas laterais, fator que é tido como responsável pelo aumento de atração da população, com origem nas camadas média e alta da sociedade teresinense. O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), plano voltado para o planejamento urbano de Teresina, foi avaliado por especialistas,

como sendo inadequado à realidade local, o que o tornava praticamente inviável. Foi com ele que surgiu a primeira lei de zoneamento da cidade, lei que não foi aplicada. Também se desenvolveu alguns projetos de infra-estrutura urbana, com pequena representação do ponto de vista da melhoria do padrão de vida na cidade. "A não concretização do Plano, na sua maior parte, trouxe conseqüências drásticas para Teresina, no começo da década de 70, na medida em que a cidade cresceu sem nenhum instrumento regulador do espaço urbano". [10]

Alberto Tavares Silva governou o Piauí pela primeira vez, entre 1971 e 1975. Em entrevista concedida ao jornal O Globo, do Rio de Janeiro, Alberto Silva destaca que estava recebendo o apoio do governo federal para o seu plano de atuação no Estado. Vivia-se, ainda, a euforia do crescimento econômico, provocada pelo chamado "Milagre Brasileiro". Em nível local, o eixo da política do governo volta-se para dinamizar a economia piauiense. Fala-se na integração do território do Piauí ao restante do país e, com base nesse discurso, é construída a rodovia "Transpiaui" com a intenção de ligar Parnaíba, no litoral a Corrente, cidade localizada no extremo sul do Piauí, à época limite com a Bahia. Essa rodovia tinha outro objetivo, permitir a ligação do Piauí, pelo interior, à Brasília. A euforia da conquista da Copa do Mundo em 1970, no auge da ditadura militar, incentivou ao governador a construir um estádio de futebol de futebol com capacidade para 70 mil pessoas, à época, metade da população de Teresina.

É desde período, a construção de um hospital que tem suas atividades voltadas para o atendimento de pessoas acometidas por doenças infecto – contagiosas. Percebe-se mais uma vez, a atuação de outro saber, o do médico-sanitárista, orientando a intervenção do poder público no tecido urbano da cidade. A uma forma é atravessada, uma vez que os recursos são aplicados na construção de um hospital e não no combate aos vetores que provocavam as doenças.

A cidade recebe um terminal ferroviário que foi chamado de "Pólo Petroquímico de Teresina". A partir dessa intervenção, a cidade passa a receber

combustível diretamente do porto de Fortaleza, e posteriormente, através do porto de São Luís. Com o transporte ferroviário de combustíveis, um trecho das ferrovias implantadas no Piauí ganha uma sobrevida, uma vez que os trens que transportavam passageiros estavam começando a ser desativados.

É perceptível até este momento, que o Estado, repito, na condição de agente construtor e modelador do espaço urbano, tem uma atuação decisiva na construção do espaço, regula sua própria ação e dos outros agentes, consome grandes faixas de terra, como aquelas empregadas na construção do estádio de futebol e do terminal ferroviário. Visa como isso transformar cidade dar a ela o poste de uma metrópole. O formato de intervenção segue o modelo aplicando a outras cidades e na própria capital do Piauí, em outra oportunidade, o da modernização autoritária.

As duas praças centrais de Teresina, a Pedro II e a Rio Branco têm os seus traçados originais modificados sem que os moradores da cidade tivessem a oportunidade de discutir se queriam tais intervenções. O Palácio de Karnak, sede do governo, recebeu uma intervenção na sua arquitetura e jardim assinada por Bule Marx. A principal Avenida de Teresina, a Frei Serafim, sofreu uma intervenção que modificou do desenho da calçada central e as duas pistas de rolamento foram asfaltadas. As pistas eram calçadas com paralepípedos de cor escura, mas o asfalto parecia, ao olhar dos administradores, uma “coisa” moderna. Recebeu também iluminação diferente daquela já existente As ruas do centro da cidade também receberam cobertura asfáltica.

A cidade foi transformada em um canteiro de obras pois período de governo de Alberto Silva (1971-1975) é praticamente o mesmo do prefeito, Joel Silva Ribeiro (1971-1974), que é tido como o responsável pela construção do anel viário da capital e também pela estruturação da malha rodoviária da cidade, como já vimos. Todavia, o governador, naquela oportunidade, agiu como se fosse o prefeito

de Teresina e, por essa razão, se transformou em um campeão de votos na capital, com o fim da ditadura militar.

A cidade de moderniza. Marshal Berman defende que os ideais modernizantes construídos nos países subdesenvolvidos, para se concretizarem, tornam-se rudes, ásperos com aqueles que se contrapõem à efetivação deles. Este aspecto é facilmente perceptível no processo de modernização de Teresina, desde o inicio do século XX. A cidade ao ter o seu espaço urbano, com maior visibilidade, modernizado expulsa os mais pobres para áreas periféricas, sem criar meios para atender às suas demandas. Isso não significa necessariamente que os pobres não resistam, inclusive gozando do uso dos mesmos espaços. Assim como no conto de Baudelaire, "A família dos olhos", onde narra estarrecimento de uma família pobre com a beleza dos bulevares, fruto de um processo de modernização, que, algum tempo antes os tinha expulsado desse espaço, Teresina teve as suas várias "famílias dos olhos" no inicio do processo de modernização,

Sobre o modernismo Berman destaca um modernismo que emerge do atraso e do subdesenvolvimento: este modernismo surge pela primeira vez na Rússia, mais drasticamente em São Petersburgo, no século XIX, em nossa era, com o avanço da modernização – porém, geralmente, de uma forma truncada e desvirtuada como na Rússia antiga – expandiu-se por todo o terceiro mundo. O modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasmas e de sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e lutar contra miragens e fantasmas. Para ser verdadeiro para coma vida da qual emerge, é forçado a ser estridente, grosseiro e incipiente. Ele se dobra por si mesmo e se tortura por sua incapacidade, de, sozinho, fazer a história, ou lançar as tentativas extravagantes de tomar para si toda carga da história. Ele se chicoteia em frenesis de auto-aversão e se preserva apenas através de vastas reservas de auto-ironia, contudo a bizarra realidade de onde nasce esse modernismo e as pressões insuportáveis sob as quais se move e vive – pressões sociais e políticas, bem como espirituais – infundem-lhe uma

incandescência desesperada que o modernismo ocidental, tão mais à vontade nesse mundo, jamais conseguirá igualar.

As praças, o jardim do Palácio de Governo e as calçadas centrais da Avenida Frei Serafim, foram dotadas, pelo engenheiro Alberto Silva, de fontes luminosas. Jatos d' água movidos por motores elétricos e iluminados por luzes coloridas passaram a fazer parte da paisagem de Teresina.

O impacto dessa novidade na paisagem de Teresina e junto aos moradores da cidade ainda vai ser avaliado com o desenvolvimento das próximas etapas do projeto. Como nos lembra Ítalo Calvino "[...] jamais se deve confundir uma cidade como o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles" [11]. Pode-se dizer, entretanto, que no universo das crianças, as fontes luminosas ajudaram em suas fantasias. Entre os adultos que tiveram suas casas demolidas para dar lugar às novas avenidas construídas é necessário descobrir como eles representaram as fontes luminosas e também iluminação nova dos principais corredores da cidade.

---

[1] NUNES, Helvídio. *Tempos de Política*. Teresina. Alínea Produções, 1996, p.15.

[2] FAÇANHA, Antonio Cardoso. *Desmistificando a Geografia*: espaço, tempo e imagens. Teresina: UFPI, 2004. p.180.

[3] ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

[4] FAÇANHA, Antonio Cardoso. Op. Cit. p. 180.

[5] LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. In: Scientia et spes: revista do Instituto Camillo Filho, Teresina, v.1, n.2, p. 181-206, jun. 2002.

[6] Ibid., p. 196

[7] FAÇANHA, Antonio Cardoso. Op. Cit. p. 184.

[8] LIMA, Antonia Jesuíta de. *Favela Cohebe*: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996. p.47.

[9] Ibid., p. 47.

[10] Ibid., p.48.

[11] CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 59.

A Modernização dos Transportes, Fluxos Mercantis e Crescimento de Feira de Santana (Séculos XIX e XX)

Francisco Antônio Zorzo

I. Introdução

Propõe-se aqui discutir as mudanças ocorridas na cidade de Feira de Santana, relacionando-as com o processo de modernização da rede de transportes da Bahia. Para fornecer uma perspectiva compreensiva de tais transformações, baseada na observação dos fatos concretos, duas situações foram comparadas: uma relativa ao último quarto do século XIX, cujo marco histórico inicial corresponde a 1875, o ano da abertura ao tráfego do Ramal de Feira de Santana da Estrada de Ferro Central da Bahia, e uma outra, referente à integração rodoviária desta cidade com Salvador e com a rede rodoviária nacional, ocorrida nas últimas décadas do século XX, tendo como data marcante 1960, o ano da pavimentação da BR 324.

No plano teórico, procurou-se tratar da interrelação entre o dispositivo urbano e o dispositivo viário, bem como avaliar, por contraste em dois momentos distintos, as formas de conectividade e de vinculação da cidade com o espaço envolvente e com os fluxos do capital.[1] A partir da comparação entre dois momentos históricos pode-se perceber as mudanças de papel e de hierarquia da cidade em relação à rede urbana, bem como avaliar dois estágios da expansão do capitalismo no território baiano.

II. Feira de Santana e a estrada de ferro

A ligação ferroviária de Feira de Santana, foi articulada politicamente a partir de 1865. O governo autorizou a construção de estrada de ferro que, partindo de Cachoeira, se dirigisse para Feira de Santana (Ramal) e para a Chapada Diamantina (Linha Principal). Havia enorme disposição para o ferroviarismo naquele momento e o estado tentava firmar acordos com o capital comercial e industrial emergente. O desejo pioneiro de construir essa ferrovia, a segunda da Bahia, redundou em negócios frágeis do ponto de vista financeiro, de modo que o processo de implantação levou cerca de uma década para concluir o Ramal de cerca de 45 Km.

Em 1866, foi concedido ao empresário John Charles Morgan o privilégio de explorar o monopólio do tráfego da linha férrea. As obras do Ramal de Feira de Santana começaram de fato em julho de 1866,[2] mas apesar de terem sido deflagradas, o

empreendimento sofreu diversos problemas e elas foram interrompidas. Com o insucesso da montagem empresarial, essa concessão foi transferida, em 1867, para a companhia "Paraguassu Steamer Tramroad Co".[3] Em 1870 a companhia faliu. A liquidação financeira da mesma foi tortuosa, pois o governo não conseguia ajustar o contrato com os antigos acionistas. Somente em 1872, a Província celebrou a recisão e a transferência de domínio dos papéis com os acionistas empresa. O engenheiro inglês Hugh Wilson, o principal acionista da empresa falida, assumiu a reabilitação da companhia de estrada de ferro e a construção do ramal de Feira, cujos trabalhos foram retomados em 1874. Em 1875, a companhia passou a atuar sob o nome de "The Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company Limited", ou ainda Estrada de Ferro Central da Bahia (EFCB).

O Ramal de Feira foi concluído e colocado em tráfego em 1875, tendo sido inaugurado oficialmente em dezembro de 1876. A Linha Principal da EFCB, que se dirigia para a Chapada Diamantina, somente teve suas obras iniciadas, três anos depois, em 1879. Em 1900 a EFCB foi encampada pelo governo. Mais tarde a estrada foi incorporada à outras empresas constituindo a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

O objetivo do empreendimento ferroviário do Ramal era deslocar de pessoas e mercadorias entre Cachoeira e Feira de Santana. O transporte de passageiros e bens refletia-se no movimento financeiro, contabilizando a receita do frete e das passagens.

O movimento financeiro é importante para se ter uma idéia dos fluxos de capital em direção a Feira de Santana naquele período histórico. De acordo com dados obtidos em documentos depositados no Arquivo Público do Estado da Bahia, pode-se perceber que o empreendimento da Estrada de Ferro Central da Bahia, nos primeiros sete anos de funcionamento, não foi tão auspicioso quanto os empresários ferroviários esperavam.[4] Nos anos de 1875, 1876, 1877 e 1881 os resultados foram deficitários. Outra informação complementar são os dados do tráfego, para o período. Os dados para o mês de janeiro do ano de 1883, por exemplo, indicam que circularam pelo Ramal de Feira de Santana da EFCB, 262,8 toneladas de carga no sentido Feira de Santana-Cachoeira e 174,7 toneladas no sentido inverso.[5]

De todo modo, a construção inicial do ramal antecipadamente à linha principal apontou as potencialidades que Feira de Santana detinha como entreposto comercial no interior da Bahia. E, de fato, o Ramal, apesar dos altos custos, foi de grande utilidade para dinamizar o crescimento urbano e para avivar a economia de mercado que se sediou

em Feira de Santana. Trata-se de um impacto dinamizador que se poderia chamar de efeito de ponta-de-trilho.

O comércio local de Feira de Santana, aliado à circulação de produtos na ferrovia e na estrada geral que vinha de Jacobina e se dirigia à Cachoeira, elevou a colocação da cidade na hierarquia da rede urbana da zona central do Recôncavo.[6] O comércio de feirense ampliou sua expressão regional e com o passar do tempo foi capaz de suplantar o de Cachoeira.

Com base em outro documento, o Livro de Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões da Coletoria de Feira de Santana do exercício de 1897, depositado no Arquivo Público do Estado da Bahia, pode-se obter informações sobre o comércio de Feira de Santana no final do s. XIX.[7] No livro fiscal constam informações detalhadas sobre todos os comerciantes da praça de Feira de Santana, tais como a localizações dos estabelecimentos, o tipo de negócio, os capitais envolvidos nas empresas e os impostos que deviam ser pagos para a coletoria. Na sede municipal, contavam-se cem comerciantes, registrados como proprietários de armazéns de fumo, pequenos negociantes e lojistas. No centro da cidade, por logradouro, estavam registrados estabelecimentos na rua Conselheiro Franco (20 comerciantes) na Praça do Comércio (22 comerciantes) na avenida Senhor dos Passos (26 comerciantes), na rua General Osório (19 comerciantes), na Praça de Santana (5 comerciantes), no Campo do Fumo (8 comerciantes). O total arrecadado da sede do município era de 13,3 contos de réis, de um total municipal de 17,5 contos. Constatam-se através do documento duas coisas importantes, em primeiro lugar, que o centro comercial da cidade se restringia a algumas ruas de um pequeno quadrilátero, que envolvia a matriz e o Campo do Fumo e, em segundo, que a estação terminal da ferrovia se inseria nesse retângulo central.

III. A cidade e o circuito rodoviário

A construção da primeira estrada de rodagem baiana corresponde à ligação Salvador-Feira de Santana, que foi inaugurada em 1929. De lá para cá, Feira de Santana se tornou, passo a passo, ponto de confluência das principais rodovias do Estado da Bahia.

A expansão do sistema rodoviário na Bahia e no Brasil tomou um grande impulso após a década de 1940. O ano de 1945 é considerado pelos técnicos rodoviários e economistas como divisor de águas o financiamento do rodoviarismo. Foi introduzida

nessa data uma política que deu autonomia administrativa e financeira aos órgãos encarregados do sistema rodoviário.

Concomitantemente com o crescimento do rodoviarismo, as estradas de ferro baianas foram perdendo a demanda de sua utilização, mormente para o transporte de mercadorias. A partir dos anos 1970 a ligação ferroviária e a estação férrea de Feira de Santana foram desativadas. Ao nível do mercado interno do país, o capital exigia uma articulação interregional mais intensa, o que conseguiu com a abertura das rodovias.[8]

No período de 1945 a 1960, no campo de atuação do governo federal (DNER), o avanço se deu na construção das rodovias Norte-Sul, como a BR-4 (atual BR116) e no campo do governo estadual (DERBA), a interiorização alcançou a pavimentação das vias interiores, como a Salvador-Feira de Santana, a BR-28 (atual BR 324) Salvador-Feira, o que se concluiu em 1960. Sob a atuação do DERBA, foram construídas a BR-4, ligando Feira de Santana a Juazeiro, inaugurada em 1967, e os 437 km da BR 242, ligando o vale do Paraguaçu ao médio São Francisco (posteriormente prolongada até Brasíllia). Em 1975, foram concluídas as obras da BA 052, a Estrada do Feijão.

Nessa tendência de ligações rodoviárias no sentido Leste-Oeste e Norte-Sul, a Bahia é um zona de convergência e Feira de Santana um ponto de passagem obrigatória. Em termos logísticos, o Anel de Contorno de Feira de Santana veio interligar o movimento das diversas rodovias, BR 324, BR 101, BR 116, BR 324, BR 487, e outras estradas locais e regionais como as estradas BA 052, BA 084 e a BA 502. Feira de Santana ganhou muito com esse enlace rodoviário, tendo sua população aumentado consideravelmente, de modo a atingir o segundo lugar no *ranking* demográfico do Estado. O lugar serviu de estação para a passagem da mão-de-obra do Nordeste para o Sudeste e, ao mesmo tempo recrutou um certo contingente para os serviços de apoio para o escoamento de produtos e insumos entre as indústrias do Sudeste/Sul e do Nordeste. Para se ter uma idéia do salto populacional de Feira de Santana na segunda metade do século XX, basta observar que a população urbana saltou de 26.559, em 1950, para 431.730 habitantes em 2000.

Da década de 1970 em diante, novos fluxos estaduais se agregaram aos anteriores, pois se desenvolveram a industrialização petroquímica e a produção agrícola mecanizada no Oeste baiano. A industrialização baiana no período concentrou-se especialmente na RMS, região Metropolitana de Salvador. Feira de Santana conseguiu se acoplar à essa região, principalmente devido ao eixo da BR 324, cujas pistas foram duplicadas. Uma grande região econômica se consolidou, a chamada de Macrorregião

de Salvador. Aí ocorre a maior convergência dos fluxos econômicos estaduais, pois a Macrorregião que corresponde a uma pequena parte do território estadual, contém 27 % da população e 60% de todal da produção baiana.[9]

Observando-se os documentos do Plano Integrado de Desenvolvimento Local de Feira de Santana, PIDL/1969, e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana PDDU/2000, pode-se obter diagnósticos dos fluxos de capital e da produção feirense, bem como conhecer algumas estratégias de vinculação do município com a grande economia regional e nacional, que seus representantes e/ou agentes tecnocráticos vieram a formular nas décadas finais do século XX.

O PIDL/1969 foi um plano de desenvolvimento elaborado nos moldes do planejamento incentivado pela SUDENE. Dentre suas contribuições vale citar a indicação para a criação de um centro industrial local. O CIS – Centro Industrial de Subaé foi criado em 1970 e veio a ser implementado. Em 1990, no CIS, segundo estudo do Centro de Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, CEPES/UEFS/1993, as empresas mais numerosas eram, por modalidade fabril, 12 indústrias de transformação de minerais não metálicos, 8 metalúrgicas, 6 indústrias químicas, 6 de materiais de transporte e 6 de alimentos. O Plano diretor do CIS foi ação da prefeitura municipal que, em 1983, passou ao âmbito do governo do Estado.

As principais estratégias contidas no documento do PIDL/1969 para o crescimento de Feira de Santana compunham-se de uma política de crescimento econômico, visavam empreender um esforço para expansão industrial na cidade, dando ênfase a um papel local de centro dinamizador da região e encorajando as tecnologias de mão-de-obra intensiva sobre as de capital intensivo.

O segundo diagnóstico aqui resgatado, relativo ao PDDU/2000, indica um quadro bem diferente, bem mais complexo que o do plano anterior. Segundo o documento, no final da década de 1990 o município contava com 11.491 unidades econômicas industriais, comerciais e prestadoras de serviço. Desse total, havia 880 estabelecimentos industriais, dentre os quais 70 indústrias (as mais pesadas) se localizam no Centro Industrial de Subaé.

Naquela altura, segundo o PDDU/2000, o comércio atacadista feirense detinha um papel destacado, pois representava 4,8% do total arrecadado do ICMS estadual. Ainda segundo o documento, as atividades econômicas comerciais feirenses se distribuiam espacialmente da seguinte maneira: 93 % dos empreendimentos se situam à margem

ou internamente ao Anel de Contorno e 7% estavam fora dele (sendo que 58% dos empreendimentos se situavam à sua margem).

Conforme se vê, os efeitos físico-territoriais do empuxo econômico marcaram a configuração da cidade localizada na confluência de vias estruturais, nó de passagem dos fluxos de pessoas e mercadorias que circulavam entre as diversas regiões da Bahia e do Brasil. Feira de Santana poderia ser caracterizada como um portal da Macrorregião de Salvador, por onde escoam intensos fluxos de passagem. Conforme o estudo de Porto e Carvalho (1983),[10] a menor parte dos fluxos, apenas 7%, dos fluxos que passavam por Feira de Santana tinham como origem ou destino o próprio município.

IV. Algumas conclusões sobre a relação entre a cidade e a rede de transporte

A modernização dos transportes ferroviários trouxe vantagens para a cidade Feira de Santana, mas para o conjunto da rede urbana da Bahia teve um resultado muito menos significativo. A implantação das ferrovias teve um custo muito alto quando comparado com os objetivos pretendidos, além de ter se efetuado num plano tecnológico muito restritivo. Internamente à urbe, a dotação de estação ferroviária dava ao centro urbano de Feira de Santana um foco enquanto lugar político e centro econômico. A estação ferroviária e o centro comercial eram entreposto de origem/destino da grande maioria dos fluxos que circulavam pela via moderna de transporte.

A partir da década de 1940, muitas ferrovias baianas tornaram-se economicamente inviáveis e, posteriormente, foram suprimidas. Na década de 1970 a ligação ferroviária de Feira de Santana foi desativada. Paralelamente a isso, a circulação que se ampliava foi transferida para o transporte rodoviário.

Em ambos os casos, seja com o ferroviarismo ou com o rodoviarismo, Feira de Santana contou com a chegada de novos e significativos fluxos de capitais. Tais fluxos gerados por articulação mercantil externa somente em parte se reverteram no próprio espaço urbano. Deve ser frisada a parcialidade desse rebatimento de recursos sobre a cidade nos dois episódios aqui tratados.

No caso do enlace rodoviário, os fluxos são mais intensos e velozes, porém muito mais dispersantes local e regionalmente. E, por isso mesmo, agora, Feira de Santana tem um papel complementar à macrorregião comandada por Salvador. Constata-se que, comparativamente ao contexto do final do século XIX, a cidade enquanto agenciamento do capital tem agora os seus limites políticos e urbanísticos ainda mais restritos. Os fluxos de pessoas e mercadorias dinamizam a cidade, mas a positividade de seu efeito

e fixação dos benefícios dependem sempre do papel da cidade dentro da rede urbana e de estratégias de vinculação. Por sua vez, os novos fluxos podem dispor da infraestrutura montada, exigindo organização dos serviços de apoio, interferindo em alguns aspectos da configuração interna da cidade e provocando uma certa hipertrofia do perfil produtivo local. Mas como o processo gerador de fluxos não é gestado ou coordenado localmente, a cidade não muda estruturalmente e alguns dos potenciais de desenvolvimento urbano são desperdiçados e reencaminhados para outra parte da rede ou para a capital. Cabe dizer, à guisa de comparação com o marco de análise correspondente ao final do século XIX, quanto à produção municipal que agora o peso do comércio e da indústria ampliou-se bastante e que a produção agrícola e pecuária perderam espaço e a relevância econômica. Isso significa, pura e simplesmente que, em cem anos, a sociedade feirense mudou de modo radical e à forceps.

O agenciamento de fluxos é interessante para a cidade, mas se o capital se concentra excessivamente ou se é refletido para fora sem trazer benefícios sociais, o processo torna-se predatório e turbulento. Conforme indicam dados oficiais Feira de Santana é a segunda cidade mais populosa da Bahia, mas coloca-se em quarta posição em indicadores econômicos e sociais.[11]

Esse desequilíbrio parece indicar que, para além dos crescimento demográfico e econômicos, seria conveniente observar mais de perto os processos urbano-territoriais. No final do século XX, a ruptura do modelo nuclear é evidente, pois a cidade deixou de ser um centro contraposto a um espaço rural, onde havia interconexão núcleo a núcleo urbano sobre um meio *continuum*. Passou-se a uma situação territorial municipal mais complexa, mais fragmentada e segregada, com algumas zonas altamente urbanizadas dotadas de áreas privilegiadas somadas a outras de assentamentos precários, entretecidas por inusitadas reservas de solo industrial e habitacional. Como não há contenção urbana além dos fluxos concentrados, a cidade se espraia e se fragmenta com alto consumo de solo urbano, notadamente ao redor das vias de acesso de Feira de Santana, como no trecho da BR 324, que está ocupada por cerca de 20 km na direção de Salvador e do tramo Norte da BR 116 que está ocupado por cerca de 10 km.

Por estar baseada na localização estratégica de entroncamento viário, a centralidade regional de Feira de Santana se virtualiza e se dispersa numa diversidade de ofertas de serviço e a facilidades de acessibilidade, armazenagem e estacionamento provisório para a distribuição de produtos. Os fluxos tomam o lugar, tornando-o mais funcional, porém proporcionando uma referência político-social pouco nítida.

A modernização introduz dispositivos de poder que são atualizados através das novas tecnologias, mas que se desterritorializam em relação à cidade,materializados em grandes esforços e investimentos para a fluidez do capital. Porém, a municipalidade não tem conseguido capturar os benefícios do processo com a mesma intensidade que os fluxos se impõem sobre o lugar. Faltam investimentos na reprodução da força de trabalho, na qualidade de vida, em comunicação sócio-cultural e, até mesmo, no aproveitamento de potencialidades de negócios locais. Essas condições para a melhoria da qualidade de vida somente ser darão através da concepção e implementação de políticas territoriais mais eficazes.

---

[1] Os estudos sobre a expansão da rede urbana e da modernização dos transportes ferroviários ocorridas na Bahia vem sendo elaborados em pesquisas nos últimos dez anos. Em especial deve ser citada a pesquisa de doutorado que culminou na tese e no livro, "Ferrovia e Rede Urbana na Bahia". Ali consta, em detalhe, a teoria do dispositivo territorial usada pelo autor, conceituação que aqui somente será possível desenvolver brevemente por exigüidade de espaço. Zorzo, Francisco Antônio. Ferrovia e Rede Urbana na Bahia (1870-1930). Feira de Santana: UEFS. 2001.

[2] O Ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia foi a segunda linha ferroviária baiana a ser construída, vindo logo após a Bahia and S. Francisco Railway, cuja obra atingiu a localidade de Alagoinhas em 13 de fevereiro de 1863.

[3] Mas em 1868, a crise financeira da Companhia era tão grande, conforme relata Tarquínio (1934), que faltavam recursos até mesmo para desembarcar dos navios vindos do estrangeiro os materiais ferroviários que se encontravam ancorados no ao porto de Salvador. Tarquínio, Mário. Vias de Comunicação e Meios de Transporte no Estado da Bahia. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: 1934. P. 325-444.

[4] Ver Zorzo, Francisco Antônio. "O movimento de tráfego da Estrada de Ferro Central da Bahia ..." In: Revista Sitientibus. Feira de Santana. n. 26. Janeiro/Junho de 2002.

[5] Conforme dados documentais obtidos pelo autor relatórios da empresa depositados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB/Salvador). Ver também Zorzo, Francisco Antônio Zorzo. O Movimento de Tráfego da Empresa Estrada de Ferro Central da Bahia e seu Impacto Comercial. In: Revista Sitientibus. Feira de Santana: UEFS. N. 26. 2002.

[6] Ver o célebre texto de Milton Santos sobre a formação e expansão da primeira rede de cidades do Brasil. Trata-se da Comunicação ao IV Colóquio Internacional Luso Brasileiro, ocorrido em Salvador em 1959, intitulado "A Rede Urbana do Recôncavo".

[7] Conforme informações obtidas pelo autor em documentos fiscais depositados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB/Salvador).

[8] Porto, Edgard. Novos Espaços Estratégicos da Bahia. In. Governo do Estado da Bahia, . Bahia 2000. Salvador: SEI-Superintendencia de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. P. 347.

[9] Porto, Edgard e Carvalho, Edmilson. Macrorregião de Salvador. Salvador: SEI. 1986.

[10] Ver Porto, Edgard e Carvalho, Edmilson. Macrorregião de Salvador. Salvador. SEI. 1986. Vale indicar que Edgard Porto também participou de outros estudos sobre a economia e o território baiano, incluindo-se estudos sobre Feira de Santana. Edgar Porto participou da equipe de elaboração do PDDU/2000.

[11] Ver Índices de Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos, publicação da SEI de 2002. Ver também as conclusões a respeito da periferização e da imigração de trabalhadores para Feira de Santana em Spinola, Noélio Dantaslé. Política de Localização Industrial e Desenvolvimento Regional: A Experiência da Bahia. Salvador: UNIFACS. 2003. P. 199.

PODER AMERICANO E ELEIÇÕES: O DISCURSO DA OCULTAÇÃO E SUA PROPAGAÇÃO

Francisco Assis de Queiroz – UNESP/Assis

Discutimos aqui algo que ocorreu no ano anterior, dizendo respeito, portanto, àquilo que se chama de história do tempo presente, cujos desenvolvimentos mais recentes remontam, p. ex., aos trabalhos de Sirinelli, René Remond, entre outros, sobre as direitas a partir dos anos 1950, até a criação, na França, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), em 1978. A criação do IHTP marca a afirmação ou uma espécie de "retorno" da política à historiografia, a partir da Guerra Fria, dos processos de descolonização, etc., servindo-se de meios como jornais, rádio, televisão, etc.

Embora uma visão mais tradicional considerasse que a história, para ser objetiva, devesse tomar como ponto de partida algo ocorrido não depois de pelo menos os últimos cinqüenta anos, a epistemologia da história do tempo presente mostra que os problemas, dificuldades e preocupações que movem o historiador do tempo presente devem ser basicamente os mesmos de quem lida com um passado mais remoto. A história não é, necessariamente, mais objetiva porque trata de acontecimentos mais remotos. E nem, necessariamente, mais subjetiva por tratar de acontecimentos mais próximos. Trata-se de superar na história, como na física e na ciência em geral, a velha dicotomia sujeito-objeto, bem como distinções mais ou menos absolutas entre passado, presente e futuro. Assim, a análise de um tema como as eleições nos Estados Unidos em 2004 pede alguns desses esclarecimentos iniciais, até para colocá-lo em perspectiva histórica mais ampla.

Em torno da eleição presidencial norte-americana de novembro de 2004, que deu a vitória ao republicano George W. Bush para seu segundo mandato, foi construído quase um consenso de que foi definida não em função da situação econômica, social, da guerra ou do combate ao terrorismo, da manutenção ou expansão do poder, mas de "valores morais", sobretudo professados por religiosos fundamentalistas e conservadores do Meio-

Oeste e Sul do país. Em síntese, tratar-se-ia mesmo de uma ofensiva dos fundamentalistas religiosos de direita (*theocons*) e neoconservadores (*neocons*) contra os ideais do liberalismo democrático.

Depois do conturbado processo e controvertido resultado de apenas 537 votos de diferença em relação a seu oponente Al Gore na eleição de 2000 – resultado sob suspeição de irregularidades na apuração de votos no estado da Flórida -, Bush só teve a "vitória" assegurada por decisão da Suprema Corte (por 5 votos a 4). Assumiu em 2001 visto por setores da política, da imprensa e outros como carecendo de legitimidade, carisma e autoridade. Talvez fosse apenas uma questão de tempo. Mas foi o inesperado e dramático atentado de 11 de setembro de 2001 que logo o lançou ao centro do palco da política internacional, fazendo-o tomar de imediato decisões que provavelmente tomaria mais à frente.

A guerra no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003 alavancaram sua aprovação popular, que chegou a inéditos 90%. Vale lembrar que a ida do país às guerras teve o apoio quase unânime, incluindo, obviamente, os próprios democratas. Na percepção da maioria dos cidadãos ele se tornara a alternativa viável para o enfrentamento das forças do que ele, em famoso discurso em janeiro de 2002, denominou de "eixo do mal" (Iraque, Irã e Coréia do Norte).[1] Sua popularidade foi garantida, portanto, pelas razões da guerra, mantida em patamares suficientes para garantir-lhe a reeleição.

Logo em seguida a esta, jornais se apressaram a anunciar: "Defesa de valores morais determinou a reeleição".[2] E de repente muitos analistas, mídia e alguns intelectuais, não apenas dos EUA, passaram a ver sua reeleição como tendo sido garantida por "valores morais", sobretudo em função da coincidência de sua eleição nos Estados em que havia também votação sobre questões comportamentais, como as relativas a aborto, pesquisa sobre células-tronco e casamento gay. Mas até mesmo a guerra no Iraque foi incluída por alguns nessa categoria decisiva para a eleição

republicana, como destacou o diretor do Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública, centro de pesquisas nos EUA.[3] Uma moral, que neste particular [moral para o exterior?], parece ser compartilhada por considerável número de supostos democratas e progressistas, como indica pesquisa do Council on Foreign Relations, seção de Chicago, que "mostra que 83% dos americanos aprovam ataques aéreos contra campos de treinamento e outras instalações terroristas; 76% aprovam o uso de tropas terrestres com idêntica finalidade; e 68% o assassinato seletivo de líderes terroristas".[4]

Essa forma pela qual se passou a avaliar o resultado das eleições parece que já vinha sendo semeada, inclusive associando a guerra no Iraque a uma questão apenas moral, descolada, por exemplo, de interesses econômicos da parte dos Estados Unidos, como fica claro em fala do famoso jornalista norte-americano Bob Woodward quase um mês antes das eleições: "Ainda creio que o Iraque seja a questão mais importante da campanha. *Afinal, trata-se de uma questão moral. As pessoas se preocupam muito com temas morais, embora a situação econômica também influa nas decisões do eleitorado americano*".[5] Se depois se insistiu tanto em valores morais, quase nunca se refere à guerra no Iraque. Isso não significa que ela não tenha sido um motivo. Mas não moral; isso seria tomar o discurso – ou só o discurso - pela realidade. Se se ficar, então, nesse campo, a conclusão mais plausível é que ela foi imoral, já que, entre outras coisas, foi feita por motivos muito diferentes dos confessados. Como afirma Hobsbawm: "Nós dois sabemos que Bush nunca esteve preocupado com as armas do Iraque".[6] Continua Hobsbawm: "[A guerra no Iraque] Foi só a seqüência natural do 11 de Setembro, que deu a eles [EUA] a possibilidade de anunciar a supremacia mundial americana. Um jeito de demonstrar isso era derrotar algum inimigo. Pelas mesmas razões me arrisco a fazer a previsão de que o Irã será o próximo".

Mas a impressão da reeleição na base de "valores" e do conservadorismo religioso evangélico foi repassada e disseminada por todos os meios de comunicação, em geral

assimilada sem a devida análise e crítica. Isso não significa, sem mais, dar inteira razão, mas considerar o que há alguns anos o cientista político e ex-conselheiro de Segurança Nacional do presidente Jimmy Carter, Zbigniew Brzezinski, afirmava, ou seja, que "... a base do poder americano está, em grande parte, em seu domínio do mercado mundial das comunicações. Oitenta por cento das palavras e imagens que circulam no mundo provêm dos Estados Unidos"[7]. Palavras, imagens, pauta e concepções que, em grande medida, são mimetizadas e clonadas em grande parte pela grande imprensa e meios de comunicação de outros países, inclusive do Brasil. Não se pode deixar de lado ainda o poder econômico e o poder militar que fazem dos EUA a grande hiperpotência atual.

A visão disseminada parece, curiosamente ser a dos vencidos, os democratas, alguns dos quais passaram a discutir e cogitar algo como a criação de uma "esquerda religiosa", que procure dar mais atenção aos valores morais e espirituais.[8] Isso faz pensar que uma acrítica ou distorcida e unilateral história dos vencidos é tão problemática quanto uma dos vencedores. Mas aquela impressão inicial parece que foi mesmo a que ficou, não obstante alguns olhares para além de algum fator causal singular: "Nos primeiros relatos da história, os especialistas e críticos de Bush reduziram a vitória do presidente a uma retomada político-religiosa, o triunfo dos chamados eleitores de 'valores'. Mas, na verdade, a vitória de Bush é muito mais ampla – um produto de uma tendência mais importante da política americana nos últimos 25 anos. A participação dos eleitores evangélicos faz parte de um movimento na direção dos Republicanos, que se iniciou nos anos 80, mesmo antes de seu pai ser eleito. (...). ... os que votaram em uma forte defesa nacional e cortes nos impostos também fazem parte de sua coalizão, assim como os moderados inseguros com a capacidade de liderança do [então candidato] Democrata John Kerry e sua ideologia. (...). As pressões sobre Bush dos conservadores religiosos não são mais fortes do que as pressões que teriam caído sobre Kerry se tivesse sido eleito. Os eleitores que são membros dos sindicatos de trabalhadores [uma das bases do

Partido Democrata] são quase a mesma percentagem que os evangélicos, e têm uma voz ao menos igualmente forte na coalizão Democrata".[9]

Ainda quanto ao fator religioso Raasch mostra que "Pesquisas de boca-de-urna e outras, desenvolvidas pelo Centro Pew de Pesquisa para o Povo e a Imprensa, derrubam teorias de que Bush foi reeleito por essa onda repentina de conservadorismo religioso. (...). 'Em relação a quatro anos atrás, Bush fez ganhos relativamente maiores entre pessoas que não freqüentam a igreja do que entre os religiosos ativos', disse o diretor do centro Pew de pesquisa, Andrew Kohut. É verdade que Bush conseguiu uma percentagem maior de votos dos evangélicos protestantes (de 68%, em 2000, para 78%, neste anos). No entanto, como o número de votantes aumentou em todos os setores, a percentagem de eleitores evangélicos, no geral, foi exatamente a mesma de 2000, 23%. (...). Além de evangélicos, Bush também conquistou maiores porcentagens de eleitores católicos e judeus do que em 2000. (...). E tem mais. Neste ano [2004], 14% dos eleitores de Bush citaram sua fé religiosa como principal razão para votar nele, 29% citaram suas qualidades de líder e 27% sua posição clara nas questões".[10]

Muitas análises, incluindo as de vários colunistas de jornais norte-americanos, mostram um grande equívoco ao pretenderem basear-se em uma pesquisa de opinião pontual, ou melhor, tomar os dados, às vezes de uma única pesquisa, como se falassem por si, o que justifica as diversas e contraditórias versões sobre as eleições, o que indica também em grande medida a falta de perspectiva histórica nessas explicações. É neste sentido que se apresenta ainda outra versão, a da "ignorância dos americanos" [uma versão *yankee* de "os brasileiros não sabem votar"?], como defende Bob Herbert, colunista do *New York Times*: "A chamada questão dos valores, pelo menos como vem sendo divulgada popularmente, está sendo superestimada. (...). Creio que se pode alegar que a ignorância desempenhou um papel pelo menos igual ao dos valores para o resultado da eleição". A primeira frase parece-nos acertada, ao passo que a segunda

carece de fundamentos. Ele apoia sua "tese" nos dados de uma pesquisa da época feita pelo Programa de Atitudes Relativas à Política Internacional, da Universidade de Maryland, mostrando que cerca de 70% dos que apoiavam Bush acreditavam que os Estados Unidos tinham descoberto evidências de trabalho conjunto entre Saddam Hussein e a Al Qaeda, um terço acreditava que haviam sido descobertas armas de destruição em massa no Iraque e mais de um terço acreditava que uma maioria considerável da população mundial apoiou a invasão desse país.[11] Deve-se considerar, como já mencionamos, que essa mesma suposta ignorância chegou a ser partilhada pela grande maioria da mídia, iclusive pelo *New York Times* – que se retrataria mais de um ano depois da invasão do Iraque -, democratas, etc. O que merece ser ressaltado no artigo de Herbert é sua frase final que, aliás, em alguma medida, vale também para ele mesmo: "Os democratas não necessitam de um candidato que deseje moldar os seus valores a fim de se adaptarem *às análises provavelmente incorretas dos analistas da última eleição*. Para início de conversa, valores que se modificam de acordo com as circunstâncias não são de fato valores".[12]

Um outro fator a ser levado em conta é, conforme procura demonstrar Joel Kotkin[13], a dinâmica populacional interna nos Estados Unidos, ou seja, em razão de fatores econômicos, houve um deslocamento de eleitores de cidades democratas para redutos republicanos suburbanos ocasionando, por sua vez, mudança de orientação política naqueles eleitores. Entre outras razões, Kotkin observa que essas regiões têm se beneficiado - como mostrado por dados desde 2001 - dos maciços gastos militares sob a administração Bush, têm registrado níveis maiores de geração de emprego, enquanto no mesmo período cidades mais democratas têm perdido empregos, como Nova York, San Francisco, San Jose e Boston, entre outras. Com o estouro da bolha que pôs fim ao boom das empresas "pontocom" em 2000, a busca de redução de custos por parte das empresas com a intensificação da concorrência de países em desenvolvimento e os altos

custos de moradia e trabalho, há uma "fuga de cérebros" - de alta tecnologia ou da chamada "classe criativa", dos "trabalhadores do conhecimento" - daquelas cidades. "Em lugar de se reunirem nos Estados tradicionalmente democratas e nas cidades vistas como legais, muitos estão fugindo para condomínios residenciais no coração da região republicana. Isso talvez explique, em parte, por que os maiores avanços marcados por Bush em relação à sua votação de 2000 tiveram lugar entre pessoas de alto grau de instrução, e não entre caipiras ignorantes que a maioria dos liberais acha que foram os responsáveis pela derrota de seu candidato".[14]

Deve-se destacar ainda que às análises feitas com base na ênfase na questão dos "valores morais" seguiram-se as de igual ênfase numa "sociedade dividida" também saída das eleições. São frases como: "Bush sabe que precisará desse poder [que recebeu com a reeleição] para liderar o que é hoje um país profundamente dividido".[15] Para o chefe do Departamento de Ciência Política da New School University, de Nova York, "A divisão agora é muito intensa, cheia de animosidade. Se ela provém de diferenças reais quanto a certas questões ou [se centra na figura de Bush], está menos claro".[16]

Mas quando Bush "ganhou" em 2000 com diferença de apenas 537 votos a imprensa não alardeou tanto a suposta divisão do país. E por que teria saído dividido em 2004, com uma diferença de mais de 3,5 milhões de votos? É como se os EUA não fossem divididos e essa divisão não fosse, de longa data, econômica e social. É como se de repente se estabelecesse uma divisão radical, sendo ela fundamentalmente ideológica, em torno de "valores morais", idéias religiosas, comportamentais, culturais, etc. Em quase todas as análises se faz *tabula rasa* das fissuras concretas, do corte de impostos para os mais ricos, do gigantesco apoio dos grandes conglomerados, mormente aos candidatos republicanos, do peso do complexo militar-industrial em governos republicanos ou democratas, entre outros fatores. Que divisão radical existia ou passou a existir

repentinamente com a eleição, quando a quase totalidade dos democratas e mídia apoiou a invasão do Iraque? E quando a população do nordeste e Leste "cosmopolita" e "democrático" se juntou ao "conservador" Sul e Meio Oeste para dar quase 100% de aprovação ao governo republicano e sua aventura bélica?

Vale lembrar que ainda em 22 de julho de 2004 o Senado americano aprovou, *por unanimidade*, projeto de lei para o país que regulamentava o emprego de 416,2 bilhões de dólares na defesa militar! E assim, com gastos bélicos de centenas de bilhões de dólares anuais, uma população carcerária de mais de 2 milhões de pessoas (25% do total mundial!) 1,5 milhão de militares atuando em todos os continentes e mantendo ainda milhares de estrangeiros presos em países que ocupa (Iraque, Afeganistão), na base americana de Guantánamo (Cuba), entre outros, a "democracia americana" assenta-se, em grande medida, num verdadeiro Warfare State.

---

[1] Em 1º de junho de 2002 George W. Bush anunciou sua doutrina de ataque preventivo.
[2] Todd S. Purdum, *The New York Times*, 4 de novembro de 2004.
[3] Cf. Clóvis Rossi, *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004.
[4] Cit. em Clóvis Rossi, *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004.
[5] Bob Woodward, entrevista a Márcio Senne de Moraes, *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 2004, itálicos nossos.
[6] Eric Hobsbawm, entrevista a Cassiano Elek Machado, *Folha de S. Paulo*, 31 de julho de 2003.
[7] Zbigniew Brzezinski, "Washington est le seul super-grand", afirmações recolhidas por M. Foucher, Edição especial "La Nouvelle Planète", in *Libération*, 15 de dezembro de 1990, p. 16, cit. em Armand Mattelart, *Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias*, trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira, Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 168 .
[8] David D. Kirkpatrick, *The New York Times*, 17 de novembro de 2004.
[9] Chuck Raasch, *USA Today*, 10 de dezembro de 2004.
[10] Chuck Raasch, Id. ibid.
[11] Bob Herbert, *The New York Times*, 9 de Novembro de 2004.
[12] Bob Herbert, id. ibid., itálicos nossos. O autor do presente texto espera ter ficado de fora da apreciação de Herbert!.
[13] Joel Kotkin, do *Financial Times*, publicado na *Folha de S. Paulo*, 19 de dezembro de 2004.
[14] Joel Kotkin, idem, ibid.
[15] Luis Bitencourt, cientista político, dirige o programa sobre Brasil do Centro Woodrow Wilson para Acadêmicos Internacionais, em Washington, in: *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004. Essa visão é compartilhada ainda, entre outros, pelo respeitado jornalista Argemiro Ferreira em sua obra fundamental sobre a trajetória da família Bush nos negócios e na política: *O Império contra-ataca: as guerras de George W. Bush, antes e depois do 11 de Setembro*; São Paulo: Paz e Terra, 2004.
[16] Cit. em Maria Brant, *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004.

MARCELO CAETANO E O PENSAMENTO POLÍTICO PORTUGUÊS ENTRE A NOSTALGIA E A MODERNIDADE

Francisco Carlos Palomanes Martinho* - UERJ

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de Marcelo Caetano, último chefe do executivo da ditadura do Estado Novo português procurando dar ênfase à tensão entre o papel autônomo e independente do intelectual e as circunstâncias limitadoras da ação do dirigente político. Caetano foi, para usarmos a definição de Sirinelli, um intelectual em dois sentidos: um criador de idéias e um agente da política[1]. Nesta condição, a autonomia do intelectual era em diversos momentos, constrangida pelas imposições inerentes ao homem de Estado, principalmente quando esteva em jogo a herança colonial, último pilar de sustentação do Estado Novo entre o final dos anos sessenta e o início da década de 1970.

Nascido da crise do liberalismo da década de 1920, o Estado Novo manteve-se, em seus primeiros anos, amparado em quatro grandes âncoras ideológicas: o autoritarismo, o corporativismo, o nacionalismo e o colonialismo. Terminada a Segunda Guerra, o sistema colonial era a única âncora que restava para manter uma nau cada vez mais à deriva. O autoritarismo transformou-se no pós-45 em argumento e referência para o combate ao comunismo em plena guerra-fria. O corporativismo foi incorporado aos regimes democráticos europeus e mesmo aos Estados Unidos no pacto estabelecido ao término do conflito e, portanto, também não convinha mais a Portugal. O nacionalismo deixou de ser argumento de mobilização de regimes autoritários e corporativistas para se tornar bandeira pela autonomia nacional das antigas colônias na África e na Ásia. Sobrava, portanto, o colonialismo, herança da aventura no ultramar iniciada no século XV. É neste sentido que apesar da relativa independência, política e intelectual, frente ao regime e dos anúncios de reforma quando de sua ascensão ao

cargo de Presidente do Conselho de Ministros, Caetano optou, premido quem sabem pelas circunstâncias, quem sabe por suas próprias convicções manter, ainda que à custa de imenso sacrifício, o sistema colonial.

De que personagem estamos falando? Marcelo José das Neves Alves Caetano, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa em 1927, aos vinte e um anos de idade. Militante da Junta Escolar do Integralismo Lusitano, redator da revista *Ordem Nova*, fez parte da corrente que aderiu ao regime da ditadura militar instaurada em 1926 e posteriormente ao Estado Novo. Em 1929 se tornou colaborador de Oliveira Salazar, como auditor jurídico, junto ao Ministério Finanças. Em 1931 fez parte da primeira comissão Executiva da União Nacional (UN) partido único da ditadura e, no ano seguinte, teve papel destacado na elaboração do projeto da futura Constituição portuguesa. Também em 1931 doutorou-se pela Universidade de Lisboa, onde ingressou para o cargo de docente através de concurso público em 1933. Ao longo da década de 1930 dedicou-se a uma promissora carreira acadêmica, destacando-se como doutrinador do corporativismo, historiador do direito, da administração, das instituições e cientista político. Convidado por Salazar a candidatar-se à Assembléia Nacional nas eleições de dezembro de 1934, afirmou em recusa: *"A minha vocação única é a Universidade: pesa-me ter de trai-la por absoluta necessidade, mas espero que não farei nunca de vontade"*[2]. Embora priorizando a atividade docente, Caetano procurou, como doutrinador e teórico do corporativismo, manter uma constante colaboração com os projetos reformadores da legislação portuguesa durante o Estado Novo. É dele a autoria da reforma do direito administrativo português de pendor corporativo, centralizador e autoritário, aprovada através da publicação do Código Administrativo de 1936[3].

Em 1940, após toda uma década de apoio à distância ao regime do Estado Novo, foi nomeado Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa[4], seu primeiro cargo

no Poder Executivo. Nesta condição, procurou rever uma postura pró-Alemanha desta organização em favor da neutralidade portuguesa perante o conflito mundial. Durante este período, Caetano manteve com Salazar uma constante correspondência, onde procurou, várias vezes, expressar seu descontentamento frente à condução da política interna do regime. Em uma de suas cartas ao Presidente do Conselho, sugeriu que o mesmo patrocinasse uma "renovação do pessoal governante"[5]. Salazar procurava, em decorrência de seu reconhecido prestígio intelectual, mantê-lo próximo. Assim, em 1944 foi nomeado Ministro das Colônias. Nesta condição, preocupado com a política externa, Caetano acompanhou toda a crise portuguesa do pós-guerra. A mais grave, em 1945, foi quando Portugal teve recusada sua candidatura às Nações Unidas[6].

A partir de 1946, controlada a crise, passou a se afirmar como representante de uma ala reformadora e crítica do regime, embora procurando sempre aparecer publicamente como seu mais destacado defensor. Durante a I Conferência da União Nacional, coube a ele o encerramento dos trabalhos em um discurso onde falou publicamente sobre a existência de tendências conservadoras e reformistas dentro do Estado Novo. Na remodelação ministerial de 1947, passou a chefiar a comissão Executiva da UN. Mas as esperanças de reforma e abertura oferecidas por Salazar a Caetano logo se dissiparam no recrudescimento repressivo sobre a oposição e na impossibilidade de modernizar e dar nova estrutura ao partido único. Reagindo contra a invasão policial da Faculdade de Medicina de Lisboa e a expulsão de alguns professores dos quadros da Universidade, pediu demissão do cargo. Em sua carta ao Presidente do Conselho afirmava: *"Sou professor e professor de Direito. Como professor e julgador reivindico para a função aquele mínimo de garantias que permitam a independência do ensino e da apreciação dos examinandos"*[7]. Prevalecia, naquele episódio, o professor à frente do executivo, o criador acima do agente. Salazar, entretanto, insistia em mantê-lo próximo ao regime, convidando-o para a presidência,

em 1949, da Câmara Corporativa, um cargo "não político"[8].

Na conjuntura de rápidas transformações econômicas e sociais sofridas por Portugal ao longo dos anos cinqüenta, procurou ampliar sua influência sobre os jovens quadros do aparelho de Estado. Um "partido" informal, reformista e modernizador dentro do regime em que Caetano ia se tornando uma indiscutível liderança política. É contra este perfil que as correntes conservadoras e tradicionalistas se mobilizaram e verberaram durante o III Congresso da UN em Coimbra, em 1951. Em seu discurso, opôs-se à manobra restauradora da monarquia e levantou, publicamente, a necessidade de se debater a sucessão política do presidente do Conselho. Prudente, Salazar o convidou, em 1955, para o cargo de ministro da Presidência. A partir de então, Caetano passou a ser visto como seu potencial sucessor na chefia do Executivo. Entretanto, a progressiva aproximação com o Presidente da República, General Francisco Higino Craveiro Lopes e a hipótese de este vir a substituir Salazar por Caetano em uma eventual reeleição em 1958 acirraram as disputas internas ao Estado Novo. De um lado, reformistas – "marcelistas" – e, de outro, conservadores - "costistas" -, em referência ao maior representante desta corrente, o ministro da Defesa, Fernando dos Santos Costa. Salazar, pressentindo o perigo, afasta Craveiro Lopes da corrida presidencial, além de demitir do governo tanto Caetano como Santos Costa[9]. Prevalecia, assim, um intelectual cuja capacidade de intervenção e alteração nos rumos do regime era relativa e mesmo diminuta.

Entre os anos quarenta e sessenta, antes de ser nomeado Presidente do Conselho, Caetano foi responsável pela produção de importantes trabalhos historiográficos. Na impossibilidade de citá-los todos, valem referência os seguintes títulos que refletem bem sua curiosidade intelectual: Donde vem o nome 'inconfidência mineira'? (1947), As Cortes de 1385 (1951), A Administração Municipal de Lisboa, 1179-1383 (1951), As Campanhas de Moçambique em 1895 (1957), Apontamentos

para a História da Faculdade de Direito (1961), Subsídios para a história das Cortes Medievais Portuguesas (1963), Recepção e Execução do Concílio de Trento em Portugal (1965), O Conselho Ultramarino, esboço da sua história (1967)[10].

Sua ascensão ao cargo máximo da ditadura trouxe responsabilidades que, a despeito de seus objetivos, impunham limites à liberdade por ele defendida quanto ao universo acadêmico. Seu posicionamento frente ao problema colonial foi mais conservador do que se esperava. Até que ponto ele decorre do arranjo de forças políticas que o sustentavam no cargo ou de suas próprias convicções é uma questão em aberto. Talvez seja justo dizer que ele tenha sido ao mesmo tempo, um pouco necessidade e um pouco convicção.

A permanência da guerra colonial sob o governo de Marcelo Caetano evidencia o aborto de uma transição defendida tanto pelas correntes reformistas do Estado Novo quanto pela oposição. Impasses institucionais, porém, amarravam suas mãos. Em primeiro lugar, Caetano fora nomeado pelo Presidente da República, Américo Tomás, forte opositor de qualquer reforma, principalmente no âmbito das colônias. Ao mesmo tempo, no quadro das correntes civis que apoiavam o regime, o peso do conservadorismo era demasiadamente significativo.

Falemos, pois da guerra em África e das atitudes de Caetano. Apesar do desgaste interno e do isolamento internacional, do ponto de vista militar, a situação do conflito em África era, em linhas gerais, favorável a Portugal. Em Angola e Moçambique, de relativa estabilidade, com as guerrilhas de independência isoladas e sem grandes perspectivas de vitória. Na Guiné, entretanto, a situação era dramática, com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) demonstrando dinamismo e controlando parte do território[11]. O caso desta “província ultramarina” evidencia os limites do reformismo modernista de Caetano e seu apego à tradição. O general António de Spínola, governador do território, ciente da grave crise militar vivida

pelos soldados portugueses e do amplo respaldo da guerrilha nacionalista, pretendeu adotar uma estratégia de integração que visava, até, a incorporação de alguns elementos do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) na administração colonial. Como estratégia de fundo, uma transição negociada para a independência. Em abril de 1970 três majores foram enviados por Spínola para as terras ocupadas pelo PAIGC a fim de serem iniciadas as negociações: foram, entretanto, sumariamente mortos. Como resposta, em novembro daquele mesmo ano, o governador da Guiné, com apoio de Caetano, dirigiu um ataque a Conacri, capital da Guiné francesa, onde se abrigavam os dirigentes do PAIGC. Os objetivos da operação eram derrubar o governo do radical Ahmad Sékou Touré e destruir ao máximo as estruturas do PAIGC montadas naquele país. A operação "Mar Verde", como ficou conhecida foi um desastre total, tanto do ponto de vista militar como também político e diplomático. O Conselho de Segurança da ONU apresentou uma denúncia contra Portugal, o que pode ser visto como um aprofundamento do desgaste português nas relações internacionais. A tentativa de invasão à capital da Guiné francesa, ao mesmo tempo em que demonstrou a intransigência de Caetano diante da guerra, se torna ainda mais intrigante quando comparada a outras iniciativas de Spínola em um sentido mais negociador. No início de 1972, o presidente do Senegal, Leopold Senghor procurou Spínola a fim de estabelecer um diálogo com vistas ao encerramento do conflito na Guiné. Sua proposta consistia na celebração de um acordo baseado em uma administração conjunta entre portugueses e nacionalistas ao longo de um período de dez anos ao fim do qual seria estabelecido um referendo popular que determinaria o futuro das relações entre Guiné e Portugal. Spínola levou a proposta a Caetano e recebeu como resposta uma radical negativa. Estarrecido, ouviu ainda de Caetano a afirmativa de que para uma melhor defesa do ultramar, particularmente para a defesa de Angola e de Moçambique, era preferível uma derrota militar na Guiné ao invés de

uma saída negociada. Principalmente por conta da projeção internacional do principal líder do PAIGC, Amílcar Cabral[12]. Em um quadro de absoluta recusa a qualquer alternativa que não fosse a derrota dos movimentos nacionalistas, diversas resoluções da ONU e de seu Conselho de Segurança, como reconhecimento unilateral da independência da Guiné aprofundaram o isolamento português entre o início da década de 1970 e a Revolução dos Cravos em 1974[13].

Procuramos, nesta breve exposição, fazer uma breve análise do papel desempenhado por Marcelo Caetano primeiro como intelectual disposto a manter relativa margem de independência frente ao Estado Novo e, depois, como chefe do Executivo ocupando o cargo de Presidente do conselho de Ministros. Se, na primeira fase assistimos ao mesmo tempo a uma importante produção intelectual, a uma promissora carreira acadêmica e a uma relativa capacidade de questionar *cláusulas pétrias* do Estado Novo, na segunda prevaleceu o conservadorismo e o tradicionalismo expressos na manutenção da herança ultramarina. Se, como dissemos, as escolhas de Caetano decorreram de suas próprias convicções ou das circunstâncias políticas à época é questão em aberto. Mas o resultado de tal escolha foi a tentativa de manter o último grande símbolo do Estado Novo e, sobretudo, uma crise do Estado que resultou no golpe do 25 de abril de 1974.

---

* Professor Adjunto do Departamento de História da UERJ e pesquisador do CNPq.

1 Jean-François Sirinelli. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier. L'histoire des intellectuels. In: *Vingtième siècle.* Revue d'istoire, Paris. (9), 97-108, jan-mars, 1986.

2 Correspondência de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar, de 22 de novembro de 1934. In: José Freire Antunes. *Salazar e Caetano:* cartas secretas (1932-1968). Lisboa: Difusão Cultural, 1994, p. 96.

3 Fernando Rosas. CAETANO, Marcelo José das Neves. In: Fernando Rosas & José Maria Brandão de Brito (Organizadores). *Dicionário de história do Estado Novo.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p.110-112.

4 Sobre a Mocidade Portuguesa, ver: Simon Kuin. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos de instauração de uma organização paramilitar da juventude. In: *Análise Social.* ICS/UL, vol. XXVII, n° 122, 1999/3°, p. 555-588.

5 Correspondência de 1 de março de 1943 de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar. In: José Freire Antunes. Obra citada, p. 113.

6 Francisco Carlos Palomanes Martinho. Ditadura e ordem internacional: das guerras coloniais à transição democrática portuguesa. In: In: Francisco Carlos Teixeira da Silva & Darc Costa. *Mundo latino e mundialização.* Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2004, p. 45-60.

[7] Correspondência de 31 de julho de 1947 de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar. In: José Freire Antunes. Obra citada, p. 220.
[8] Correspondências de 19 de novembro de 1949 de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar e de 23 de novembro de 1949 de António Oliveira Salazar a Marcelo Caetano. In: Idem, p. 250-251.
[9] Correspondência de 14 de agosto de 1958 de António Oliveira Salazar a Marcelo Caetano. In: Idem, p. 390-391.
[10] Estes estudos de Marcelo Caetano foram encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa e o Real Gabinete Português de Leitura.
[11] Norrie MacQueen. As guerras coloniais. In: Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. *A transição falhada:* o marcelismo e o fim do Estado Novo. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 267-271.
[12] Idem, p. 283-284.
[13] Pedro Pezarat Correia. Descolonização. In: José Maria Brandão de Brito [Direcção]. *Do marcelismo ao fim do império.* Braga: Círculo de Leitores, 1999, p. 152.

OS INTELECTUAIS E O TERRORISMO

Cesar Dutra Inácio
Bárbara da Conceição de Mattos Lima
Elson Lima
Arthur Bernardes do Amaral
Maria Fernanda do Amaral Ferreira
Mariana Dias Coelho da Silva
ORIENTADOR: Francisco Carlos Teixeira da Silva

O **Grupo de Acompanhamento e Análise do Terrorismo Internacional (GAATI)** surgiu da necessidade de entender um fenômeno que nas últimas décadas entrou para a agenda das relações internacionais. Desde de julho de 2004, procurando dar atenção a uma nova categoria de terrorismo, temos feito um trabalho de recolhimento e organização de fontes, estudos e discussões acerca do tema no interior do **Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IFCS/UFRJ)**. Nosso objetivo é construir um quadro geral do que vem a ser o terrorismo no tempo presente, a partir de um esforço teórico que observe a singularidade da atual fase desse fenômeno.

A presente fase do terrorismo — o neoterrorismo — apresenta características básicas que a singulariza. Entre elas destacam-se: (1) o ataque em massa, apontando para a indiscriminação e potencialização do número de vítimas; (2) não estar presa a uma fronteira ou limite geográfico específico, isto é, não tem um alvo definido *a priori*; (3) a alta incidência do viés islâmico na esteira dos atentados, onde se percebe certa correlação entre fundamentalismo e terrorismo; (4) o militante do neoterrorismo quase que invariavelmente passa por um dos três campos de treinamento do Afeganistão (são os chamados *afegãos* que não necessariamente são de nacionalidade afegã); (5) a associação com o narcotráfico é o principal meio utilizado para levantar recursos financeiros; (6) e conta, em larga escala, com ferramentas da modernidade, onde o elemento midiático oferece grande poder de articulação.

Sobretudo após os atentados de 11 de Setembro (Nova Iorque, 2001) e 11 de Março (Madri, 2004), o neoterrorismo ganhou destaque no cenário internacional.

Devido à importância adquirida por tal fenômeno, a análise de quem seriam os Intelectuais do Terrorismo torna-se relevante. De acordo com a concepção de Noberto Bobbio[1], apesar de o termo "intelectuais" só ter surgido na modernidade, eles sempre existiram enquanto papéis sociais. Podemos fazer essa assertiva após reconhecermos que, em toda e qualquer sociedade, há aqueles detentores do poder ideológico que, devido a isso, são responsáveis pela produção e transmissão de idéias, símbolos, concepções de mundo e conhecimento socialmente relevantes por meio da comunicação, sobretudo a comunicação verbal.

Definiremos intelectuais como aqueles que se destacam por sua capacidade de reflexão, compreensão e explicação de uma temática sendo, por conseguinte, vistos por seus semelhantes como autoridade no trato e condução de um determinado assunto. Para fins analíticos, trabalharemos com duas categorias de intelectuais no que se refere ao tema *terrorismo*: Ideólogos e Críticos.

Os **Ideólogos**, aqueles que buscam justificar os atos terroristas a partir de uma visão literal dos textos do Islamismo, compreendem os mentores políticos e as lideranças espirituais dos grupos fundamentalistas. Nesse perfil enquadramos Osama bin Laden e Abu Qutada, ambos ligados à al-Qaeda. Ao passo que os Intelectuais **Críticos** seriam aqueles que refletem crítico-teoricamente esse fenômeno, refutando suas ações e base ideológica. Nesse modelo destacamos os filósofos Jürgen Habermas e Jacques Derrida e o cientista político Luigi Bonanate.

Para além da diferenciação conceitual, Ideólogos e Críticos diferem também sobre a disponibilidade das fontes e, conseqüentemente, a possibilidade de análise. No caso dos Intelectuais Ideólogos, a dificuldade de acesso às fontes — publicações dos mentores do neoterrorismo — nos obriga a tomar como base pronunciamentos periódicos veiculados pela imprensa internacional e materiais fragmentados. Enquanto os Intelectuais Críticos — Bonanate, Habermas e Derrida — são acadêmicos cujas reflexões sobre o tema encontram-se publicadas e, nestes casos, reunidas em livros.

Esta dificuldade, ao enfraquecer a análise dos Intelectuais Ideólogos, demonstra sob que restrições metodológicas este trabalho se constitui.

INTELECTUAIS IDEÓLOGOS:

Usama bin Muhammed bin Awad Bin Ladin[2], mais conhecido como Osama bin Laden, nasceu em 10 de Março de 1957 em Riyadh, Arábia Saudita[3]. Ele é um dos vinte filhos do maior construtor da Arábia Saudita, o magnata Muhammed bin Laden que fundou o império Bin Laden Group. A fortuna de sua família está estimada em aproximadamente 11 bilhões de dólares — sendo 300 milhões de disposição imediata.

A mudança radical ocorrida no mundo islâmico a partir de 1979 torna-se fator primordial para a radicalização adotada por esse personagem e seus asseclas. A partir de 1982, Bin Laden assim como muitos outros muçulmanos foram convencidos — não só pelas monarquias árabes do Golfo Pérsico, mas, sobretudo, pelos Estados Unidos — a lutarem contra os russos que invadiam o Afeganistão com o fito de montar um governo pró-soviético de cunho marxista em uma frente que vinha desde o Paquistão, organizada pela CIA. Os *combatentes da liberdade* que formaram a resistência contra os russos entre 1979-89, os chamados *mujahedins* (cerca de 25 mil muçulmanos).

A conversão de Osama em “iluminado islâmico” combatente aos infiéis é influência também direta do mestre corânico saudita, Abdullah Azzam. Nesse momento, seriam “infiéis”, o regime laico afegão e os russos invasores. Mais tarde a categoria “infiel” seria estendida para outros personagens do cenário mundial.

De 1986 em diante, Osama começou a alistar combatentes de quase todos os lugares onde se cultuava o islamismo, organizando-os em campos de treinamento. As pregações de Osama bin Laden e dos outros *wahabitas* soavam para os militantes como a demonstração de que o islamismo sunita estava ativo e cumpria seus deveres, diferente da Revolução Islâmica xiita vista como oposição a essas características. Mais tarde, tais pregações ganhariam a dimensão de repulsa aos EUA — estes acusados por profanarem a terra santa islâmica e agredirem à fé —, cristalizadas no texto de Osama intitulado *Expulsar os politeístas da Península Arábica*. Este último

teve como base os *Versículos da Espada* — retirados do Corão — utilizados pelo líder fundamentalista através de uma interpretação literal dos textos sagrados descontextualizando-os de seu contexto histórico[4]. Desde 1988, Bin Laden deu início à *al-Qaeda* (*A Base*, em árabe) que significaria um complexo banco de dados — formando uma rede internacional — que agregaria milhares de defensores da luta islâmica contra os infiéis. Já em 1989, Osama passa a conviver com o rei Fahd e outros políticos que constituíam o centro de poder da Arábia Saudita, uma vez que foi exaltado como um herói na ocasião de seu retorno a este país.

Em 1991, quando eclode a Guerra do Golfo, os Estados Unidos e o governo da Arábia Saudita passam a ser alvos em potencial da mira de Osama. A rivalidade frente aos EUA se deveu ao estabelecimento de tropas norte-americanas em plena Arábia Saudita — considerada terra santa para os muçulmanos — com o intuito de efetuar operações contra o Iraque. Já no que tange àquele país, o argumento principal para a fúria de Osama bin Laden e seus seguidores seria a traição realizada pela dinastia Saud ao permitirem tal atitude estadunidense.

Al-Qaeda, além de realizar especulação financeira, movimenta contas de aproximadamente 25 milhões de dólares por ano nos Emirados Árabes, Grã-Bretanha, Quênia, Arábia Saudita, Estados Unidos e Tanzânia. Com o 11 de setembro, acredita-se que Osama tenha faturado três bilhões de dólares[5].

Omar Mahmud Othman[6], mais conhecido como Abu Qutada, 44 anos, clérigo jordano-palestino é mais freqüentemente relacionado ao fato de ter sido o líder espiritual e financiador dos atentados de 11 de Março de 2004 (Madri, Espanha), entretanto, sua influência ao terrorismo aponta para antes dos atentados de 11 de Setembro de 2001 (Nova Iorque, EUA).

Em suas *fatwas*[7] (decretos religiosos), Abu Qutada incitava o assassinato de todos os que podiam ser considerados contrários a fé demonstrando nitidamente a incapacidade de se tolerar o *outro*[8]: “Você tem a missão frente aos infiéis de eliminar

seu domínio, matar seus filhos e destruir suas casas. A condenação de Deus sobre essa gente (os infiéis) é matá-los”[9].

Sua influência chega a al-Qaeda meses antes do 11 de Setembro quando escreve uma *fatwa* defendendo Osama bin Laden, os Talibãs, a Irmandade Muçulmana Síria e os críticos de Tafir Wal Hijra dos chamados takfíries — uma das correntes mais radicais do salafismo[10], este último, por sua vez, em sua concepção moderna pós-11-S, passou a ser considerado como o “reformismo” ou a “purificação” do Islã — que criticava a aliança entre Osama e os Talibãs, haja vista que estes últimos, os Talibãs, reivindicavam o reconhecimento da ONU, órgão considerado inimigo para os takfíries. Logo suas pregações o transformariam no líder espiritual dos integrantes da al-Qaeda na Europa.

Desde 1995, Abu Qutada tem estabelecido relações com os terroristas que participaram do atentado à Madri e também com o sírio naturalizado espanhol, Mustafá Setmarian, 47 anos, fundador da primeira célula da al-Qaeda. Setmarian se mudou para Londres visando dirigir a revista *al-Ansar*, boletim da GIA argelino.

Em 23 de outubro de 2002, Abu Qutada foi preso pelas autoridades do Reino Unido ficando encarcerado na prisão londrina de Belmarsh. Foi liberto em 11 de Março de 2005 — mesmo após a justiça jordaniana tê-lo condenado a 15 anos de prisão por financiar a al-Qaeda.

INTELECTUAIS CRÍTICOS:

Ao buscar uma clara definição para o terrorismo, Luigi Bonanate[11] entende o terrorismo como uma estratégia política que visa a mudança do *status quo*. Destaca o autor que o terrorismo é um expediente usado por grupos clandestinos que expressam o uso ilegal e ilegítimo da violência.

O terrorismo tem ganhado destaque em nossos dias por possuir uma outra configuração: o aspecto internacional. Duas situações caracterizam as táticas terroristas: as guerras de libertação nacional e as batalhas contra a ocupação. No caso do terrorismo internacional (que aqui denominamos neoterrorismo), aos

adversários políticos soma-se um terceiro alvo: o Estado. Os grupos terroristas não possuem um aparto estatal que os respalde, caracterizando a assimetria desta relação conflituosa. Só restariam aos terroristas recorrer a ações irregulares neste embate, uma vez que um confronto nos termos de uma guerra convencional seria uma disputa impossível de ser vencida.

Por outro lado, a compreensão do neoterrorismo recebe outras contribuições. Desse modo Jacques Derrida[12] alerta para a maneira confusa e abusiva que o conceito tem sido utilizado. O autor fornece as bases para análise do terrorismo a partir da Filosofia da Linguagem, através do *desconstrutivismo*. Nesse terreno o pensamento de Derrida torna-se uma resposta aos desafios das correntes teóricas cujas conexões históricas e textuais envolvem cada palavra. De modo simplificado, a *desconstrução* corresponde a esmiuçar as palavras e iluminar seus conceitos, gênese, pressupostos, axiomática – ou seja, os "continentes escondidos"[13], numa acepção do autor reiterada por Giovanna Borradori.

O termo já foi utilizado para nomear, em diferentes momentos históricos, diversos movimentos que em seguida foram reconhecidos como movimentos de independência, emancipacionistas e libertadores. Assim ficou suscetível com o uso orientado e ideologicamente instrumentalizado. Uma vez que já se relacionou o terrorismo a diversas formas conflito, Derrida apresenta o fenômeno como "o sintoma de uma desordem auto-imune"[14], que pode destruir o sistema legal da democracia participativa e a demarcação entre religião e secularismo. Neste sentido, cabe ressaltar que o terrorismo global aparece intimamente ligado à modernidade e ao Iluminismo, como ideais de secularização e racionalidade, no mundo globalizado. Diante da instabilidade e do terror, o autor ressalta a necessidade de se avaliar e reinventar a linguagem das relações internacionais contemporâneas com novas concepções jurídico-filosóficas. Portanto, Jacques Derrida acredita na necessidade – em especial o *desconstrutivismo* – de a reflexão filosófica continuar a ser praticada e desenvolvida a fim de que a legislação internacional venha a ser respeitada.

Já Jürgen Habermas[15] identifica o terrorismo como um fenômeno próprio do mundo moderno, "ele é o efeito do trauma da modernização que se espalhou pelo mundo em uma velocidade patológica"[16]. Sua ideologia mostra-se essencialmente avessa à modernidade e à secularização, reforçando a concepção derridadiana. Enquanto certos valores do Iluminismo representam o produto do uso que um sujeito pode fazer de sua razão, o fundamentalismo se coloca como extremo oposto na medida em que uma verdade revelada não faz diferenciação alguma entre religião, conhecimento secular e política.

A análise do autor se desdobra em inúmeros aspectos. Dentre os quais destacam-se: a relatividade presente no discernimento de terrorismo, crime comum e outras formas de violência, marcando a especificidade que o neoterrorismo carrega; a importância da mídia para esse tipo de evento (daí a escolha e a força simbólica dos alvos); o papel que a religião vem desempenhando no sentido de arregimentar as antigas orientações políticas.

O emprego da *Teoria da Ação Comunicativa* é o que há de singular no tratamento dado por Habermas ao tema. Em suma, essa teoria prega que uma racionalidade pautada no sujeito deva dar lugar a uma razão intersubjetiva. Se o terrorismo pode ser entendido como o ponto mais extremo do lapso nas condições que possibilitam uma comunicação produtiva, é precisamente no uso de um modelo comunicativo que priorize as condições de diálogo como maneira de contornar esse quadro. O que de uma forma prática representa a reestruturação da lei internacional clássica.

A ação comunicativa de Habermas, embora sofra crítica, fornece matéria ao entendimento de questões que envolvem o terrorismo, e uma prova disso é o rumo que o combate ao terrorismo ganharia caso as decisões tomadas representassem o uso interativo da razão. A "guerra contra o terrorismo", nesse sentido, move-se na contramão da proposta dialógica que a ação comunicativa encerra, uma vez que tal luta dá um conteúdo político que o terrorismo pós-11 de Setembro não possui, haja

vista que os desdobramentos das ações terroristas só assumem formas políticas retrospectivamente. Por exemplo, se tomarmos os movimentos nacionalistas de libertação, mesmo quando taxados de terroristas, com o passar do tempo seus atores podem se converter em novos líderes políticos. Já o neoterrorismo não possui tais metas politicamente concretas, daí Habermas descaracterizá-lo como fenômeno político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente trabalho ainda está em desenvolvimento. As definições ainda são relativamente fluidas, devido às limitações impostas pelas fontes. O intuito inicial de analisar tanto os Ideólogos quanto os Críticos permanece.

É notório que as biografias dos indivíduos influenciam sobre seus perfis intelectuais. Nos críticos suas produções teóricas eram de fácil acesso e, devido a limitações de espaço, optamos por não relacioná-las as suas biografias. Entretanto, ao tratarmos dos Ideólogos a situação se inverte. Suas fontes de produções intelectual são muito escassas ou inexistentes, daí a menção de suas biografias.

Feitas tais ressalvas, encerramos esta primeira etapa de nosso trabalho (materializada nesta contribuição) e inauguramos uma segunda fase na qual pretendemos detalhar melhor as correntes religiosas que fundamentam as interpretações dos Ideólogos.

Notas

1 Cf. **BOBBIO**, Noberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

2 Cf. **CIA**, *Usama bin Ladin: Islamic Extremist Financier*, 1996. I Document 1. Disponível em: http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB55/index1.html Acessado em 27/Julho/2004

3 Cf. *Osama bin Laden*. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Osama_bin_Laden Acesso em 24/Maio/2005.

4 Cf. **TEIXEIRA DA SILVA**, Francisco Teixeira. *Al-Qaeda (Prática Terrorista)*. IN: Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004. p. 27-29.

5 Cf. **TEIXEIRA DA SILVA**, Francisco Teixeira. *Al-Qaeda (Organização)*. *Op. Cit.* p. 25-27.

6 **EL PAÍS**. *El referente espiritual*. 12/Março/2005. p. 02.

7 *Fatwa*. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Fatwa Acesso em 27/Maio/2005.

8 **TEIXEIRA DA SILVA**, Francisco Carlos (org.). *O Século Sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

9 **EL PAÍS**. *El fanático salafí Qutada y el 11-M*. 13/Março/2005. p. 21.

10 *Salafi*. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Salafism Acesso em 27/Maio/2005.

11 Cf. **BONANATE**, Luigi. Terrorismo Político. In: **BOBBIO**, Noberto et alli (org). *Dicionário de Política*. 12ª edição. Brasília: UNB, 2004. pp. 1243-1245.

12 Cf. **BORRADORI**, Giovanna. *Filosofia em Tempo de Terror: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

13 **BORRADORI**, Giovanna. *Filosofia em Tempo de Terror: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (p. 23).

14 Idem. *Op. Cit.* p. 32.

15 Idem. *Op. Cit.*

16 **BORRADORI**, Giovanna. *Op. Cit*. p. 34.

O ENSINO DE ESTUDOS SOCIAIS, EMC E OSPB E A RESIGNIFICAÇÃO DA CULTURA CÍVICA NACIONAL NAS PRÁTICAS ESCOLARES EM ESCOLAS DE FORTALEZA DURANTE O REGIME MILITAR

Francisco Egberto de Melo – PPG-UFC

Orientação: Dra. Edilene Terezinha de Toledo – UFC

O civismo, o patriotismo, e o nacionalismo sempre se fizeram presentes na História do Brasil, desde o início do Império. Mas é na República que esta cultura cívica se insere na educação escolar. E é nos períodos em que o Estado assumiu as posturas mais autoritárias que se tornaram mais recorrentes. Nestes momentos, o Estado se insere na escola com vistas a transformá-la em instrumento de construção da cultura cívica nacionalista a serviço dos projetos de sociedade preestabelecidos pelos seus dirigentes. Conseqüentemente, são as disciplinas voltadas para a formação das consciências humanas as mais atingidas.

Vejam-se a seguir exemplos de dois momentos distintos na história brasileira.

Em 1939, período do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra, então ministro da guerra de Getúlio Vargas, assim escrevia:

> O Brasil reclama um sistema de Segurança Nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, uma entrosagem dos órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura. (...) no espírito do público, dos conceitos fundamentalmente de disciplina, hierarquia, solidariedade, cooperação, intrepidez, aperfeiçoamento físico de par com a subordinação moral e com o culto ao civismo: (...) a integração da mentalidade da escola ao verdadeiro espírito da Segurança Nacional.[1]

Em 1969, época do Regime Militar, através do decreto-lei, no. 869, de 12 de setembro,

> "Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército, e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º. Do Ato Institucional no. 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o & 1º, do artigo 2º. Do Ato Institucional no. 5, de dezembro de 1968, decretam:
>
> Art 1º. – É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País."[2]

São dois momentos distintos e uma mesma idéia: a formalização de um projeto escolar pautado numa cultura cívica e nacionalista, transformando a escola num espaço privilegiado para afirmação dos projetos de sociedade e Estado que se busca instituir.

Assim, tanto no período getulista, como durante a Ditadura Militar, normas, currículos, decretos e portarias escolares são criados com o objetivo de adaptar a escola de acordo com os objetivos erigidos pelo estado autoritário. Daí a preocupação do Regime Militar, através do Decreto n. 869/69, em tornar obrigatória a Educação Moral e Cívica, não só como disciplina, mas, também, enquanto práticas educativas, tendo em vista que todas as atividades escolares deveriam estar perpassadas por suas matrizes ideológicas.[3]

Dando continuidade ao processo de elaboração da legislação escolar autoritária, a Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação, estabelecia que caberia ao Conselho Federal de Educação fixar *para cada grau as matérias relativas ao núcleo* comum, mas não delegava tal tarefa ao mesmo Conselho no que diz respeito à Educação Moral e Cívica uma vez que de imediato já a estabelecia enquanto disciplina obrigatória, de acordo com o que estava disposto no Decreto 869/71.

Por conta da legislação do Regime Militar, o ensino de História ganhava notoriedade pela sua importância na construção da memória nacional dentro das escolas. Através da Resolução no. 8 de 1º de dezembro de 1971, anexa ao Parecer no. 853/71, o ensino de História foi suprimido para dar lugar aos Estudos Sociais, e Organização Social e Política do Brasil (OSPB)[4].

Após o golpe de 1964, através de uma série de leis, pareceres e atos institucionais, os governos militares que se seguiram reestruturaram a educação, com o objetivo de adaptar a escola à nova realidade política do país. Nenhuma disciplina mereceu mais atenção do que a história e matérias afins, o que culminou com a criação do ensino de Estudos Sociais, no ensino de 1º. Grau, em detrimento da História e da Geografia, além de criar o ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), no ensino de 2º. Grau – científico e profissionalizante – e tornar obrigatório o ensino de Educação Moral Cívica, nos dois níveis. Por outra, havia, ainda, um claro objetivo de disciplinarização da força de trabalho para o projeto desenvolvimentista, o que pode ser percebido na recorrência constante ao artigo 1º da Lei 5692/71 que estabelecia como objetivo do ensino de 1º e 2º Grau *a qualificação para o trabalho*.[5] Assim, a escola deveria se enquadrar no projeto do Estado Militar de sociedade fundamentado na ideologia do binômio Segurança e Desenvolvimento.

A legislação educacional da época tinha como um de seus eixos transformar as escolas e sua estrutura curricular num verdadeiro veículo de propaganda do sentimento nacionalista e do ideário desenvolvimentista, sustentáculos do Regime Militar. Para tanto, todas as práticas escolares e não só as ligadas aos Estudos Sociais, deveriam ser perpassadas do culto à nação e ao ideário desenvolvimentista, o que pode ser percebido em diversas passagens da legislação como no parecer no. 853/71 ao afirmar que *para o OSPB e para o Civismo devem convergir não apenas a Geografia e a História como todas as demais matérias, com vistas a uma efetiva tomada de consciência da cultura brasileira,*

nas suas manifestações mais dinâmicas, e do processo em marcha do desenvolvimento nacional.[6]

No Ceará, as reformas educacionais impostas pelo regime militar fundamentadas na ideologia da Segurança Nacional, tendo como pano de fundo o culto à Pátria e à Nação, foram estabelecidas pelo currículo de 1º. Grau da Secretaria de Educação do Estado em abril de 1973, onde se fixavam os métodos, objetivos e conteúdos que deveriam ser trabalhados de 1ª. a 8ª série, em atendimento à Lei 5692/71. Neste caso, as reformas foram bastante significativas, considerando que a lei representava o abortamento de uma outra proposta curricular publicada em 25 de março de 1964, com o título de *Livro da Professora*[7] - nome dado por seus idealizadores –, agora substituída por diversos mecanismos institucionais que visavam à adaptação da disciplina de história ao autoritarismo estatal.

As reformas curriculares nacionais e estaduais institucionalizavam um ensino de História e de Educação Moral e Cívica em consonância com o ensino de Estudos Sociais que se efetivava através das diversas práticas escolares, com intensa valorização dos símbolos nacionais, do culto Pátria e à Nação e aos heróis nacionais, de Tiradentes a Médici. As práticas deveriam extrapolar a sala de aula através das horas cívicas e do hasteamento da bandeira ou nos trabalhos e cartazes referentes às comemorações das datas cívicas como no 21 de abril (o dia de Tiradentes), no 1º de maio (denominado como dia do trabalho e não dia do trabalhador), 13 de maio (abolição da escravidão), 15 de novembro (proclamação da República), 19 de novembro (dia da bandeira). Extrapolavam, inclusive, os muros das escolas, Sete de Setembro (dia da independência, em que as esferas de governo liberavam vultosas verbas para os desfiles).

Por outro lado, por mais que o Estado busque impor a cultura escolar, a escola vivencia uma relativa autonomia o que impossibilita a reprodução das intenções presentes na legislação, uma vez que as ações escolares são mediadas por uma cultura escolar

própria capaz de dar uma resignificação aos conteúdos e objetivos, através de seus valores, práticas e metodologias cotidianas.

É este diálogo permanente que se identifica, em escolas de Fortaleza, em especial nos Colégios Justiniano de Serpa, Liceu do Ceará e Municipal Filgueiras Lima. O diálogo entre a Cultura Cívica Nacionalista imposta pelo Estado autoritário, através da legislação curricular, e sua concretização no dia a dia escolar, a partir de suas ações cotidianas, perpassadas por uma cultura própria da escola, resultante das relações estabelecidas entre os que a constituem.

É possível identificar esta relação ao fazer o intercruzamento entre a legislação educacional nacional e estadual, a documentação escolar, como diários de classes, relatórios, planos de aula, embora esta seja bastante escassa, tendo em vista a inexistência de uma cultura de preservação das mesmas, os livros didáticos adotados na época e as entrevistas com professores e alunos que vivenciaram cotidianamente o ensino de História (inserido nos Estudos Sociais) e Educação Moral e Cívica, durante o Regime Militar. Observe-se que, por mais que os objetivos e conteúdos fossem impostos, em última instância, era o professor o responsável por sua transposição.

---

[1] Adriano Luis Duarte, *Cidadania e Reflexão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

[2] Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Fundamental – CODEPES – *Do ensino de 1o. Grau, Legislação e Pareceres*. Compilação e elaboração Gilka Vincentini Fereira de Azevedo, Brasília, DF, 1979.

[3] Segundo o parecer de D. Cândido Padin, em resposta à consulta do Conselheiro Valnir Chagas, "Costuma-se denominar disciplina às atividades escolares destinadas à assimilação do conjunto de prosseguimentos sistematizados e progressivamente dosados conforme certos endereços. (...) As práticas educativas, por outro lado, abrangendo as atividades que devem atender às necessidades do adolescente de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa, colocam o acento principal na maturação da personalidade, com a formação dos hábitos correspondentes, embora necessitem também da assimilação de certos conhecimentos. (Parecer No. 131/62 IN: Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Rio de Janeiro: coleção AEC, v. 12, p. 234)

[4] Resolução no. 8, de 1o. de Dezembro de 1971, Art. 1o. alínea c e Art. 1o., parágrafo 1o., alínea b.

[5] AZEVEDO, Gilka Vicentini Ferreira de. (compilação). *Do ensino de 1º. Grau; legislação e pareceres*. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura; Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 23.

[6] idem, 1979, p. 50.

[7] Projeto Educacional do Governo de Estado do Ceará através de sua Assessoria Técnica da Secretaria de Educação e Cultura, reeditado em 1966. Um dos poucos exemplares existentes pode ser encontrado na Biblioteca do Colégio Municipal Filgueiras Lima. Esta proposta, elaborada pela "comissão dos Notáveis", como a chamara o então governador Virgílio Távora, pose ser considerada bastante avançada para época, tendo em vista a forte influência de Paulo Freire. As mudanças do Golpe Militar de 1964 e a adesão da política local acabaram impossibilitando sua aplicação.

A IGREJA E A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO (DÉCADA DE 80-90)-

Francisco Fagundes de Paiva Neto - UEPB, Campus III

chicofagundes@gmail.com

O catolicismo social expandiu-se em todo mundo com o fim da II Guerra Mundial, chegando ao Brasil nos moldes da Ação Católica francesa. Os esforços iniciais no sentido de concretizar núcleos populares, que associavam na sua prática cotidiana a fé com a mobilização por direitos sociais, tiveram início na década de 60, representando um meio para expansão da Teologia da Libertação.

No estado da Paraíba -anos 60- a questão agrária ganhou uma dimensão nacional devido a presença das Ligas Camponeses, mas a partir do golpe de 64 a participação política dos camponeses manteve-se num âmbito restrito ao sindicalismo rural. Após a essa fase, os movimentos camponeses emergiram no sentido de luta pela reforma agrária, através das CEBs e da CPT.

Neste trabalho, avaliamos o papel desempenhado pela CPT de Guarabira e, sobretudo pelo padre Luigi Pescarmona junto aos trabalhadores rurais dos municípios do brejo e do agreste paraibano.

O padre Luigi Pescarmona e da CPT na luta pela reforma agrária (década de 80-90)

O padre Luigi nasceu na cidade de Canale d'Alba -norte da Itália, que foi palco da atuação política do operariado por meio do sindicalismo, através da Central Geral Italiana dos Trabalhadores (CGIL). A tradição socialista do norte italiano representou uma forte oposição a Mussolini pelos *partigiani*, guerrilheiros antifascistas.

Na Itália os antifascistas contaram com alianças entre católicos e comunistas. A militância dos padres e a resistência armada geraram na formação de Luigi o desejo de se tornar padre, mas com uma preocupação com as questões sociais, pois desde a infância havia presenciado as lutas dos trabalhadores. Ingressou no seminário na década de 50.

A sua formação sacerdotal foi contemporânea ao fim da IIGM e do Concílio do Vaticano II (1962-65). O padre Luigi veio ao Brasil em 1966 realizar o seu trabalho, após ser convencido por um bispo de Teófilo Otoni (MG), participante do Vaticano II. No Brasil, percebeu a exclusão social durante a viagem para Teófilo Otoni, devido a presença dos latifúndios improdutivos. Em Minas Gerais, a expulsão dos camponeses e as migrações para a região Norte e para o Maranhão criaram vazios populacionais. Na área de garimpo, os ganhos dos trabalhadores eram parcos e a cidade de Teófilo Otoni enfrentava problemas sociais. Nessa fase a sua participação política ficou restrita as passeatas promovidas pelos estudantes contra o regime -anos 60-, motivando a reação dos jornais conservadores sobre a presença de "*padres de passeata"* nas manifestações.

As reuniões de Medellín (1968) e Puebla (1979) renovaram a mentalidade do clero brasileiro numa fase em que a ditadura militar perdia a legitimação (a crise do petróleo; a inflação e a reação do movimento sindical no ABC paulista; a rearticulação das entidades de classe e dos movimentos sociais).

A transferência do padre Luigi para Guarabira se deu na época em que D. José Pires, bispo de João Pessoa, e D. Marcelo, bispo de Guarabira, mantinham um espaço de resistência às mudanças do ITER no período de D. Cardoso. Conforme nos relatou padre Luigi os bispos: "Ficaram satisfeitos com a minha disposição e as nossas conversas versaram a respeito da questão dos direitos humanos e de pastoral rural, por meio da CPT (Comissão Pastoral da Terra)". Diante desse contexto,

> lembro que em 1979 eu já apresentava a Dom Marcelo um mapa da diocese num isopor, marcando várias comunidades com alfinetes de cabeças coloridas: amarelo, verde, vermelho, negro e azul. Eram cinco níveis, que marcavam visualmente a situação da paróquia da catedral de Guarabira, junto com Araçagi, Pilõeszinhos, Cuitegi, Alagoinha. Então, apresentei dentro de dois anos, 79 e 80, este mapa visual, que havia o nome do lugar, o alfinete e a legenda, que trazia um diagnóstico da situação. Suponhamos: comunidade onde só havia terço, novena, festa de padroeiro; comunidades que, além disso, se reuniam para discutir os problemas locais; comunidades onde havia discussão e enfrentamentos de problemas e exigências, com reuniões e mobilizações; e, por fim comunidades que eram abertamente envolvidas com a questão trabalhista, agrária ou a questão da mulher, e por isso eram pontuadas com uma cor mais forte, o vermelho. Então essas cores demonstravam que

uma dada comunidade estava ligada a um ou a outro aspecto [...] Mas, foi um tempo em que conseguimos, mesmo com poucos padres, dar um caráter de base na Diocese. Eu me lembro que não havia padres brasileiros, exceto dois: o padre Epitácio, de Serra da Raiz e o padre Joaquim, de Araruna. Os outros padres que haviam aqui eram *mercado comum europeu*, porque tinha quatros holandeses, um francês, um belga, dois italianos, um alemão, só para se ter uma idéia da situação. Então, padre Cristiano, padre Celestino, padre Leonardo nos ajudaram a dar uma visão bem popular à Igreja. E nós tínhamos na Paraíba a preocupação de que cada comunidade tivesse integrada num tripé: comunidade-sindicato-partido. A formação de um grupo de famílias, chamado comunidade, alia a parte de fé (a catequese, a Bíblia, conhecimento dos evangelhos) com a discussão dos seus problemas sociais. Por isso, é fundamental a idéia da comunidade assentada num tripé (Padre Luigi)[i].

Através do diagnóstico, medidas foram tomadas para auxiliar os camponeses, que tinham uma "cultura de resistência". O padre Luigi se manteve afastado do sacramentalismo para vivenciar uma prática comunitária:

A paróquia é uma instituição, um centro que distribui serviços: batistérios, casamentos, pregação, catequese. Por isso, é vista como um centro de distribuição de pastorais, de serviços. Mas que a comunidade é autônoma. A paróquia seria a uma rede de comunidades, autônomas, independentes, vivas, que se encontravam divulgando uma a uma essa união. **Se a vida no dia-a-dia seria uma rede de comunidades, o padre era aquele que não impunha uma solução, mas encontrava os trabalhadores, os coordenadores para realizar diálogos e encontrar soluções para problemas.** A comunidade nasce por própria conta e o padre vai acompanhá-la. Tanto que Medellín me inspirou a não querer mais a paróquia, e sim realizar um trabalho mais livre, mais próximo do povo e não ficar preso a instituições tão antigas como uma paróquia. Porque quando nós trabalhamos com a comunidade, percebemos que ela representa um avanço enorme sobre a paróquia [...] A formação de um grupo de famílias, chamado comunidade, alia a parte de fé (a catequese, a Bíblia, conhecimento dos evangelhos) com a discussão dos seus problemas sociais. Por isso, é fundamental a idéia da comunidade assentada num tripé. (Padre Luigi Pescarmona, grifos nossos).

O depoimento do padre Luigi nos permite perceber a importância da memória como uma herança, decorrente das socializações política e histórica dos indivíduos e das classes[ii]. A memória constitui um sentimento identitário, que suscita a subversão de uma prática religiosa restrita ao templo para uma prática que se relaciona com os problemas cotidianos da comunidade, opção que significa nos rincões do Brasil um afastamento em relação aos latifundiários e uma aproximação com os camponeses. Não é a toa que D. Hélder Câmara enfrentou tanta oposição por parte dos latifundiários e seus aliados. E os camponeses de

igual modo, quando narram ou transmitem as experiências vividas dos antepassados empreendem, mesmo que inconscientes, uma ação de se tornarem herdeiros dos acontecimentos marcantes da sua classe[iii]. Nesse sentido, nos fundamentamos na noção de classe como experiência social:

> Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como um 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas[iv] .

O diálogo dos clérigos simpáticos a teologia da libertação com os trabalhadores do campo e da cidade foi profícuo graças ao fato de se considerar como eixo dessa perspectiva a figura do Cristo, libertador dos homens do pecado e de todas as suas conseqüências, inclusive as injustiças. Por isso, ao se narrar a libertação dos hebreus do cativeiro no Egito e a sua marcha para a Terra Prometida, o Êxodo assume a imagem bíblica da mensagem da salvação. Assim o sagrado não é algo distinto da história da humanidade ou superposto a ela, mas intervenção de Deus. Um outro elemento importante da teologia da libertação é o método de análise marxista. Conforme nos foi narrado: "A minha prática na Paraíba foi virtuosa na minha trajetória, pois já havia lido todos os livros da Teologia da Libertação, podendo a partir de então praticar tudo aquilo que estudei" (Padre Luigi Pescarmona).

As experiências de luta pela cidadania

O contexto de exclusão social na mesorregião do Agreste e do Brejo paraibano fez brotar um diálogo entre o clero vinculado a teologia da libertação e os trabalhadores rurais, inclusive em Guarabira, uma cidade de porte médio. Podemos apresentar uma série de medidas que contribuíram para a luta pela terra:

a) Práticas de educação de jovens e adultos: a partir de 1977 esse trabalho foi desenvolvido pela Irmã Maria Rezende e por um grupo que tinha inspiração freireana. Ademais, havia a ainda a realização de cantos que formavam uma concepção de mundo diversa do mero entretenimento.

b) Fundação do Centro de Proteção aos Direitos Humanos e da Pastoral Rural e do Centro de Direitos Humanos em Guarabira: o trabalho foi desenvolvido de 1977 a 1981. A Pastoral Rural durou de 1981 a 1983, quando virou CPT, momento em que foi abandonado o nome local Pastoral Rural e adotado nome CPT. A mudança ocorreu devido a saída de D. Hélder Câmara e a posse de D. José Cardoso na Arquidiocese de Recife e Olinda (1985). Este fato trouxe um problema, pois a prática de D. Hélder era voltada para as classes populares e com a chegada de D. José tudo mudou de feição, deixando as CEBs órfãs.

c) A realização de plantios de mandioca e feijão para justificar perante o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) a posse da terra pelas famílias, há muito instaladas numa área na condição de meeiros, que com a morte do proprietário eram expulsas pelos herdeiros, sem a garantia de nenhum direito. A mandioca era sempre mantida e pouco consumida, devido ao seu poder simbólico que remetia a idéia de sedentarização, enquanto o feijão era consumido pelos agricultores sem-terra.

d) Formação de oposições sindicais: forma de livrar os sindicatos dos “pelegos”. A atuação sindical possibilitaria a concretização do tripé da cidadania: comunidade-sindicato-partido.

e)Manifestações para sensibilizar a opinião pública: acampamentos e romarias da terra. Destaque ao acampamento dos trabalhadores da fazenda Gomes (1996) diante do Palácio da Redenção, quando o padre Luigi acusou o governo da Paraíba por haver cometido um “terrorismo de estado”, por ter desalojado famílias na madrugada e por tê-las conduzido para uma unidade da CAGEPA (Companhia de Água do Estado da Paraíba), em João Pessoa.

f) Publicidade: programas de rádio, em que eram desenvolvidos debates públicos com os próprios latifundiários; manutenção de dois programas voltados para a uma perspectiva cristã comunitária, sendo um mais voltado para as questões sociais e outro para as questões da crença cristã no tempo presente.

g) Combate à migração: A Campanha da Fraternidade (1980) teve um tema relacionado a migração. A Diocese de Guarabira promoveu um encontro no Rio de Janeiro entre os

migrantes e os seus parentes do agreste paraibano como forma de demonstrar as dificuldades dos trabalhadores sem qualificação em uma metrópole. Além disso, pode-se destacar a construção de açudes de cisternas para fixar o homem a terra.

h)Formação de uma rede de informações para evitar violências contra os membros da CPT e contra os agricultores sem-terra. Os camponeses eram informados sobre a movimentação das tropas, fato que permitia a saída estratégica de áreas quando havia um deslocamento de policiais militares para uma desocupação. Evitava-se a violência das tropas, bem como a rápida reocupação quando a soldadesca partia.

i) Luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas dos canavieiros: medida tomada junto a sindicalista Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande (PB), de 1978 a 1982. A CPT de Guarabira acompanhou a trajetória da líder sindical até a sua morte no dia 12 de agosto de 1983 em Alagoa Grande.

j) A "greve dos padres": como protesto as atividades clericais da Diocese de Guarabira (1985) foram suspensas, em repúdio a prisão arbitrária de um membro da CPT na cidade de Araruna. Após a forja de uma carta precatória que incriminava o padre Luigi, um militante da CPT foi detido sem acusação formal, ficando preso 38 dias. Tratou-se de um conluio do juiz de Araruna, Janduí Fernandes, e de um latifundiário local, Edmundo Macedo, proprietário da fazenda Varelo de Baixo.

k) Lançamento de candidaturas ligadas aos interesses populares. Assim:

Na época em que surgiu o PT (Partido dos Trabalhadores) nós não conhecíamos ainda muita coisa sobre os seus representantes locais, mas as propostas do partido nos traziam um alento. O PT tinha propostas muito próximas às nossas. Então quando pensávamos numa representação partidária, pensávamos que a nossa representação no governo seria através do Partido dos Trabalhadores. Tanto que caímos também numa falha, que na época não apareceu, contudo, posteriormente, fizemos uma autocrítica. Caímos num basismo. Nós na primeira eleição que aconteceu, nós colocamos gente nossa mesmo, das áreas de conflito, como candidato a senador, a deputado.

Considerações finais

A atuação do padre Luigi refletiu junto aos trabalhadores a construção de um diálogo entre a Igreja e uma classe com diversos níveis de experiências sociais, resultando nas

estruturação de cerca de 40 assentamentos nas mesorregiões do Agreste e do Brejo paraibano. Os camponeses também vivenciaram situações de confronto com o poder instituído sem fazer uso da violência, mesmo quando agredidos pela Polícia Militar paraibana ou pelos pistoleiros/capangas a soldo do latifúndio. A perspectiva cristã impediu o revide dos camponeses. Some-se ao fato a orientação estratégica dos membros da CPT, de que era melhor ser vítima que agressor. A resistência nas áreas era semelhante as táticas de guerrilha, porém sem a utilização de armas. Assim, consideramos - em detrimento de movimentos sociais rurais da década de 80, pautados pela ação direta de saques ou invasões (arquétipo das manifestações dos séculos XVIII-XIX) em que a multidão não encontra correspondência com a ordem pública e atua nos quebra-quebras, fazendo a "negociação coletiva através da arruaça" [v]- , que a dimensão da participação política foi baseada por princípios democráticos, quer através de romarias da terra, do plantio de roças ou de acampamentos (1996) sem confronto com a PM, bem como da organização das CEBs, dos movimentos de categorias como a das domésticas (Movimento das Mulheres Trabalhadoras), dos sindicatos e do partido, o Partido dos Trabalhadores.

O padre respondeu dezenas de processos, inclusive um de expulsão, que foi movido pelos proprietários rurais representados pela ASPLAN, pela FAEPA (Federação da Agricultura do Estado da Paraíba) e outros órgãos patronais relacionados a UDR (União Democrática Ruralista) que visavam impedir a reforma agrária. O processo de expulsão, baseado na Lei de Segurança Nacional, findou em 1997, sendo suspenso pelo ministro Íris Rezende.

O padre Luigi[vi] presenciou durante a sua militância na CPT cenas de assassinatos, torturas, prisões ilegais, além de ter escapado ileso de várias emboscadas. Não fraquejou nas suas metas e refletiu com sabedoria: "É isso, interessa-me falar do que eu sei que não está nos livros da história oficial. Interessa-me falar dessa gente: Chiquinho, Tota, Zé Bento, Margarida, Zé Rufino que estavam anonimamente fazendo história..." (Padre Luigi Pescarmona).

NOTAS:

---

[i] **Entrevistas realizadas** (1º. e 2º. semestre de 2004): Padre Luigi Alberto Pescarmona, 67 anos, Coordenador da CPT (Guarabira).

[ii] POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, 5, 10, 1989

[iii] CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam.* Lisboa: Celta, 1993.

[iv] THOMPSON, E. P. *A formação social da classe operária inglesa*. Volume I: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[v] HOBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Ver: THOMPSON, E. P. La economia moral de la multitud em la Inglaterra del siglo XVIII. IN: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1989.

[vi] Sobre o padre Luigi Pescarmona:

CASO LUIGI PESCARMONA: FEDERAL PEDE PERMISSÃO PARA INICIAR PROCESSO DE EXPULSÃO. *O Norte*, 19/10/1997.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba.* João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NA PORTA DA SAÍDA. *A Semana*, João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, Ano 2, N.68, 1-8 de setembro de 2000, p. 23-25.

FARIAS, Vanderlan. Luigi Pescarmona: "Fui pré-julgado pela PF". *O Norte*, Política, Domingo, 9 de novembro de 1997, p. 7.

PARAÍBA: MINISTRO SUSPENDE AÇÃO CONTRA PADRE. *Folha de São Paulo*, 31/10/1997.

JOVENS E HISTÓRIA: DOIS MOVIMENTOS EM FORTALEZA

Francisco José Gomes Damasceno - UECE

No final da década de 70 surge em Fortaleza os primeiros elementos da cultura punk, a partir deles se estrutura o movimento punk e depois o movimento anarco-punk. No início da década seguinte, na mesma cidade, se manifestam os primeiros elementos da cultura hip hop. Pouco tempo depois se estrutura o movimento hip hop e suas entidades organizativas. Em ambos os casos (punks e hip hopers) o que acontece é semelhante. Dos encontros para curtir, dançar, e, sobretudo, ouvir a música se gera uma forte noção de coletividade e ao mesmo tempo uma articulação (local e mundial) com uma "comunidade" que extrapola a simples experiência imediata e se funda em uma noção de mundo construída por amplos setores juvenis das grandes cidades do mundo contemporâneo. Desta experiência juvenil de setores marginalizados da população, dessas cada vez maiores cidades, se fez a experiência do historiador, em uma trajetória de entrelaçamento com a experiência de outros setores sociais, revelando a "dor e a delícia" da pesquisa participante, de uma "história imediata", de um tempo presente ou de passado recente. É sobre essa experiência que se abordará neste momento.

In the end of the decade of 70 it appears in Fortaleza the first elements of the culture punk, starting from them the movement punk is structured and later the movement anarco-punk. In the beginning of the following decade, in the same city, they show the first elements of the culture hip hop. Little time later is structured the movement hip hop and your entities. In both cases (punks and hip hopers) the one that happens is similar. Of the encounters to tan, to dance, and, above all, to hear the music a strong collectivity notion is generated and at the same time an articulation (place and world) with a " community " that extrapolates the simple immediate experience and he/she is founded in a world notion built by wide juvenile sections of

the great cities of the contemporary world. Of this juvenile experience of marginalized sections of the population, of those every time larger cities, it was made the historian's experience, in an interlacement path with the experience of other social sections, revealing the pain and the delicacy " of the participant research, of a " immediate " history, of a present time or of recent past. It is about that experience that will be approached at this time.

Surgimento

No final dos anos setenta a cidade de Fortaleza fervilhava aos sons de inúmeras novidades oriundas da produção da chamada indústria cultural e das culturas de massa. Alguns vindos literalmente de “fora” e outros considerados “locais” e ainda não inseridos no contexto maior de comercialização internacional.

Era o caso, por exemplo, do rock que aportava com força a partir da musicalidade de Led Zeppelin, Black Sabath, Ramones, Sex Pistols, entre outros. Já o predomínio do local se matizava nas inúmeras gravações de forró, bem representados em grupos como Trio Nordestino, Três do Nordeste, Luís Gonzaga, Jackson do Pandeiro, e tantos outros.

Estudos sobre o rock em Fortaleza dão conta de uma trajetória iniciada ainda nos anos 50 e um predomínio hegemônico do forró, motivo pelo qual, se apontaria até meados dos anos 90 do século passado a dificuldade de “explosão” desta manifestação em Fortaleza, bem como o surgimento e consolidação de bandas e espaços destinados a essas manifestações.

Entretanto o rock praticado em Fortaleza era “regionalizado” com bandas (ou grupos de bailes) como Os Faraós, Os Belgas, Os Diferentes, ou mesmo um pouco depois O Peso, que seguiam linhas melódicas mais leves e pouco ligadas as perspectivas mais “transgressivas” do rock:

Na década de 50, o rock era tocado por grupos de baile - o mais conhecido era Iranildo e seu conjunto - que animavam as festas de clubes sociais como o Náutico,

Líbano e Maguary [...] Na década de 60, com a explosão do rock em todo o mundo, esses grupos tocavam os sucessos do momento, além de músicas brasileiras, mambo, bolero e rumba. O grande destaque era Os Faraós, banda de Luizinho que ainda hoje toca em festas.[...] Outro destaque era Os Belgas, cujo guitarrista Júlio Sena era o maior sucesso. Tanto um como o outro tinham em seus repertórios, basicamente sucessos dos Beatles e as versões de Renato e seus Blue Caps. Também vale lembrar d'Os Diferentes, que a exemplo dos demais tocava música dos outros, mas a diferença estava no fato de cantarem músicas próprias e fazerem arranjos diferentes para músicas dos outros. [...] Nos anos 70, destacou-se Luís Carlos Porto, vocalista da banda O Peso, que talvez seja a única banda cearense de rock a ter tido projeção nacional[...] No final da década surgiu a banda Posh, fazendo um rock mais para o pop. [1]

Assim, a manifestação nos anos da década de 70 se encontrava na encruzilhada dessas diferentes formas de apreciar e curtir o rock, parecendo ter havido uma apropriação dupla da manifestação: 1) a primeira do ponto de vista estético-político, com o surgimento de bandas "mais radicais", com mensagens politizadas e fazendo parte de um "movimento" que atentava contra os pressupostos anteriores do próprio rock e da cultura de massas – o Punk; 2) e, a segunda do ponto de vista destas manifestações na própria cidade de Fortaleza, e de setores de sua sociedade antes relegados ao "silêncio".

Trata-se de uma complexa articulação de manifestações, intenções, padrões estéticos, éticos e práticas de incorporação musical, que dão origem a uma forma inusitada de vivência da cidade e da própria música, que sai dos clubes de elite como o Náutico, Líbano e/ou Maguary e passa aos pequenos clubes de periferia tais como o Apache Clube, o Mênfis Clube do Antônio Bezerra, o Keops Clube, o Detroit, ou ainda o Grêmio recreativo do Conjunto José Walter, entre tantos outros.

[1] VIEIRA, Roberto César. **Pedras que não rolam criam limo**. Rock Cearense - Consumo e Mercado. Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza: UFC, 1994. pp. 57-58.

É claro que a essa transposição Geo-estética[2] correspondia uma apropriação de outros setores sociais presentes na cidade de Fortaleza, e, além disso, marcava de forma definitiva a emergência de novos atores sócio-históricos: os jovens pobres.

Situados nas periferias da então pequena cidade de Fortaleza (à esta época a cidade possuía cerca de 1 milhão e 300 mil habitantes) eles passam a se manifestar de forma muito mais presente e freqüente, e além disso, essa manifestação se dava em um campo particular, próprio, singular e inovador: o campo da arte e do lazer.

Assim, os inúmeros bailes que surgem na cidade são mais do que simples diversão e assumem a conotação de manifestação juvenil, que dentro de uma trajetória própria, em pouco tempo, guardando a sua característica histórica de transmutação, assumiria uma outra e mais radical forma de se manifestar, como veremos adiante.

Os inúmeros bailes geram práticas de sociabilidade, de compreensão estética, ética e musical que são instauradoras de "territórios existenciais" e possuem suas sutilezas e perspectivas próprias. Vejamos como Flor, à época ainda menina, passa a experimentar o que ocorria:

No movimento punk mesmo eu não sei quando é que a coisa virou movimento punk, porque isso vem de um outro movimento, existia em 1979, isso eu sei bem direitinho, porque eu tinha 12 anos ou era 13, eu conheci essa menina a Guacira, ela curtia rock e tinha uns festivais de rock, que acontecia no Apache, no Mênfis Clube do Antônio Bezerra, no Keops Clube, lá no Detroit, várias casas de subúrbio, shows de rock com música, é playback, aí era Led Zepellin, Black Sabbath, Pink Floyd, Kiss, é heavy metal e aí começou uma reunião aqui na Praça do Ferreira, eu gaseava aula, que eu estudava no Anchieta, e ficava no meio dessa galera porque eu gostava de

[2] Utilizo essa categoria aqui, como uma fusão do espaço geográfico e da manifestação estética que dá sentido a esses espaços, configurando assim, a partir da idéia que o espaço é o lugar praticado (utilizado por Certeau – Cf. bibliografia) uma outra dimensão, a dimensão geo-estética. Faço assim uma apropriação livre de conceitos como geopolítica, por exemplo, e dilato seu sentido. Cf.: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

banda e curtia Led Zepellin, Black Sabbath, Motorhead essas coisas e aí a gente começou a se reunir prá ir prá esses sons que rolavam e nesses sons tinha uns concursos de dança, aí tinha o Baby um cara do cabelão lá do Monte Castelo, que vinha dançar no concurso, que ganhava cerveja, num sei o quê... [3]

Como se pode perceber na lembrança de Flor, começavam a ser realizadas na cidade pequenas festas que ocorriam nos clubes de subúrbio. Nessas festas, uma das estratégias para envolver os grupos, eram competições de rock ao som dos conjuntos[4] por eles preferidos:

Sempre nos finais de semana uma leva de fãs gravitava pelos clubes suburbanos atrás de diversão. "Competições" eram travadas entre as diversas turmas. A turma do Baby do Bairro do Monte Castelo, do Conjunto José Walter , do Parque Araxá entre outras, disputava quem agitava mais parecido com seus ídolos (Robert Plant, Ramones), com direitos a guitarras artesanais, feitas de madeira ou papelão e até troféus para as turmas vencedoras [5]

Além disso, outro aspecto que se deve considerar é a apropriação da cidade de forma itinerante, não fixa, feita de forma “errante”, em deslocamentos pela diversidade de cada bairro, clube ou ainda das diversas “turmas” envolvidas:

...os outros assim que eram em bairro, mas acontecia assim de vez em quando né? Essa coisa do rock num era fixo não, o cara fazia um evento divulgava, ia ser uma semana num bairro, em outra semana ia ser em outro totalmente diferente ou distante, era assim uma coisa muito ligeira assim, acho que era isso que perpetua a adrenalina né? De repente o cara já tem a adrenalina lá em cima, aí esse negócio: faz um evento

---

[3] Entrevista realizada por este pesquisador, com a ex-integrante do movimento punk, à época chamada **Flor Punk**; na Praça dos Leões no centro da cidade de Fortaleza em 06.03.2003. pp. 2-3.

[4] Carmo nos informa que, neste período o uso do termo "bandas" não era empregado. Cf. CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia**: A Juventude em Questão. São Paulo: Editora do SENAC, 2001. 279p.

[5] XIMENES, Amaudson. **A Música Underground em Fortaleza**: Resistência ou Crise de Identidade? Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza: UECE, 1998. p. 34. É interessante frisar que Ximenes, é guitarrista da banda Obskure, e fundador da Associação Cearense do Rock - ACR. Roqueiro de "primeira hora", vivenciou este período e alguns dos acontecimentos que narra, tendo inclusive em dado momento desenvolvido alguns trabalhos com os punks em Fortaleza. Foi realizada entrevista com ele, no sentido de delinear a ação dos grupos punks, e de identificar as relações estabelecidas neste momento de surgimento do punk na cidade.

hoje aqui, tu vai; no outro final de semana num é mais aqui é lá... num sei nem aonde e você tá lá...[6]

A novidade dessa experiência juvenil que tomava o lazer em suas mãos, articulava os diversos bairros da cidade, se grupalizava a partir de afinidades, identificava grupos distantes e/ou rivais, estabelecia uma rede de relações, de espaços, constituía sua vivência a partir de desejos e prazeres dos quais não se dissociava, e, que em breve se tornaria a referência de suas próprias vidas de forma completa.[7]

Estavam constituindo seus espaços:

Existe espaço sempre que e tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. O espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circuntanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.[8]

A constituição desses "territórios existenciais"[9] marca de forma peculiar toda a manifestação juvenil no mundo contemporâneo. Alguns autores têm intitulado esta característica de elaboração de grupos a partir das afinidades e diferenças de "tribos"[10], numa dupla alusão a historicidade de processos semelhantes na antropologia ou ainda a constituição de redes no universo contemporâneo dito globalizado.

---

[6] Entrevista realizada por este pesquisador com **Magoo**, em 28.01.2003 em sua residência na cidade de Caucaia, região Metropolitana de Fortaleza. p. 01. Magoo foi um dos principais expoentes do punk durante os anos 80 e 90, distanciou-se do movimento organizado, mas continua com a Banda Estado Indigente, que formou ainda no final dos anos 80.

[7] A priorização total do estilo ocorre com a maioria dos entrevistados da pesquisa realizada com punks e hip hopers na cidade de Fortaleza.

[8] CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. p. 202

[9] Cf.: JANOTTI JÚNIOR, Jéder S. **Heavy Metal**: O Universo Tribal e o Espaço dos Sonhos. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Comunicação Social - programa de mestrado em Multimeios, da UNICAMP, 1994. Segundo ele através "*...do vestuário, dos shows e dos locais de encontro do grupo, os jovens procuram construir 'territórios existenciais' que possibilitem exercitar sua subjetividade situadas além dos espaços normatizados (tais como família, escola e trabalho).*"

[10] MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos** - O Declínio do Individualismo nas sociedades de Massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

Enquanto que para os punks essa articulação inicial se dá no final dos anos 70, para os hip hopers processo semelhante ocorre no início dos anos 80, com a chegada, primeiro da dança (break) e depois do canto (rap) e finalmente algum tempo depois do próprio grafite, considerados os três elementos fundamentais do hip hop.

Os bailes onde as diversas sonoridades eram experimentadas em partes específicas para cada estilo musical, eram prática comum na Fortaleza do final dos anos 70 e dos anos 80. Assim os amantes de cada tipo de música tinham uma parte específica da festa para se deleitarem, e a elas recorriam nos mais diversos cantos da cidade.

Nestes bailes, nos pequenos clubes dos muitos (e à época distantes) bairros da cidade, integrantes dos diversos grupos se encontravam e aprendiam a se identificar e respeitar:

Inter Dance, no Monte Castelo, era um point onde os punks, e no tempo... o break tava, 85, 86, 87 o break tava em ascensão né, era de certa forma uma novidade, aí lá o pessoal tinha a festa de rock, punk, e tinha o pessoal que dançava o break se congregava lá, aí eles migraram alguns aqui pro Conjunto Ceará...[11]

Assim, perceba-se que o universo juvenil e underground era marcado por um conjunto de práticas que independiam das musicalidades eleitas. Há nesse caso um entrelaçamento entre as perspectivas musicais, as visões de mundo, os interesses mais imediatos e uma aura estética transgressiva que aportava com estas manifestações musicais e que definiram aos poucos o próprio campo dessas manifestações (punk e hip hop).

Os Movimentos

Na medida em que essas musicalidades tomavam corpo na cidade, como resultado da experiência direta desses jovens com a música e a própria cidade, foram tomando feições próprias, se articulando de forma singular como resultado

[11] Entrevista realizada por este pesquisador com o rapper **Sátiro Silvestre**, no dia 10.08.2003 no bairro do Conjunto Ceará, em Fortaleza, p. 01. Atual integrante da coordenação do MH_2O, e um dos primeiros dançarinos de break da cidade. Foi um dos fundadores da Striking gangue de break nos anos 80.

dessa fusão entre os elementos dispostos e construídos. Em outras palavras: foram se tornando "movimentos".

Ao que tudo indica, como observa Melucci, nas sociedades contemporâneas, a identidade seria vivenciada como ação e não como situação, sendo construída no complexo de relações sociais estabelecidas no processo de vida e dentro dos meios e lugares sociais ocupados.

Assim, haveria uma alteração na noção de identidade que, baseada neste pressuposto de constituição permanente, auto-reflexiva, e, sobretudo, operada por cada pessoa, precisaria de novos termos:

A mesma palavra identidade não é mais apropriada para exprimir essa mudança e será necessário falar de identificação para exprimir o caráter processual, auto-refflexivo e construído da definição de nós mesmos.[12]

Desta forma, o autor quer dar conta da transitoriedade do contemporâneo, da multiplicidade de papéis que cada indivíduo assume cotidianamente. Entretanto, no caso dos jovens destes grupos (punk e hip hop), uma das suas muitas identidades, surgida no momento de identificação pela música, pela dança, por manifestações afins, e, de uma definição de papéis; o que ocorre, é que a grande maioria, acaba assumindo de forma definitiva, estas identificações (que em princípio são transitórias).

O fato desses jovens assumirem uma destas identificações de forma permanente, não significa que o caráter de auto-construção, de auto-reflexão, seja dispensado, mas parece que, o processo se dá de forma intensa, dentro do próprio estilo que assumem. Assim, pode-se falar em identidades da mesma forma, ou deslocar o conceito de identidade nesse sentido.

[12] Melucci Apud CARRANO, P. C. R. **Juventude as identidades são múltiplas**. Revista Movimento. São Paulo: DP&A, maio de 2000. N^{O} 1. O mesmo Melucci (1997) propõe em outro artigo que deveria se falar em redes conflituosas, ao invés de falar em movimentos, dado o caráter de produção de formas culturais. Apesar de interessante, no caso dos movimentos aqui estudados, não se aplica, posto que os significados construídos por estes jovens, passam pela noção de movimento.

Se como afirma Mafesolli, "*a sensibilidade coletiva, originária da forma estética acaba por constituir uma relação ética*"[13], então pode-se considerar que este conjunto de relações instituídas no campo ético/estético, pode se tornar, o centro do complexo processo de identificação/identidade, como de fato acontece com muito dos entrevistados.[14]

Dessa forma, constituem uma "linguagem" própria, que articula não só suas falas, mas também os tipos de música, o uso de determinadas roupas e adereços, os adereços, os símbolos, os locais de frequência, as manifestações do próprio corpo, os cortes de cabelo, as gírias, os aliados, e também, porque não dizer, os próprios adversários.[15]

Essa linguagem articulada dentro do cotidiano, é manifesta de forma ostentatória, com a sutileza de seu uso dirigido apenas aos iniciados, de tal forma, que mesmo numa multidão, pode-se passar por eles sem percebê-los, num jogo do visível/invisível, em alguns casos.

Em outros casos, o visual é assumido para chocar, impactar, como acontece com os punks, nesta fase. Entretanto, mais recentemente, esta característica é abandonada, em detrimento de uma postura em que este aspecto se torna opcional. Oliveira nos dá conta de um congresso ocorrido em João Pessoa, onde se discutiu e se deliberou o seguinte: "*...os que ali estavam concluíram que, o mais importante na sua estética não é a forma "X" ou "Y", mas os princípios que a guiam...*"[16]

Assim, pode-se inferir que essa linguagem constituída de símbolos e sinais, pontos geográficos e espaciais, sentimentos e formas diversas de sentir e participar, são incorporadas e desenvolvidas a partir de uma noção maior que acaba

---

[13] MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos** - O Declínio do Individualismo nas sociedades de Massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 27

[14] É interessante observar que, todos os entrevistados desta pesquisa, têm o estilo no centro de suas atividades, sejam elas profissionais, sociais, políticas, etc. Há a priorização total do estilo, que assume a dimensão de ordenador das relações. Neste caso, o termo identidade, se aplica perfeitamente.

[15] De um modo geral cada entrevistado tem sempre uma história de como ocorreu consigo, ou mesmo, com outros do grupo. Cf. neste sentido, dissertação de mestrado apresentada por mim ao programa de estudos pós-graduados em história da PUC-SP, intitulada O Movimento Hip Hop Organizado do Ceará.

[16] OLIVEIRA, Vantiê Clínio de Carvalho. **O movimento anarco-punk** (A identidade e a autonomia nas produções e nas vivências de uma tribo urbana juvenil). Dissertação de mestrado. Natal: UFRN/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2003. p. 47.

assumindo proporções cada vez mais significativas tanto em suas vidas, como em resultado disso, da própria vida social e política: o movimento.

É em torno do movimento que tanto punks quanto hip hopers se insurgem no espaço urbano contra a exploração, a mesmice, a guerra, o capitalismo, a anti-cidadania, a falta de condições de vida dignas e justas, e tantas outras questões que os afligem e incomodam e com o que imaginam estar produzindo um mundo melhor e reinventando sua cidadania.

No início dos anos 90 é criada uma entidade organizativa dos hip hopers (MH_2O) em torno da qual todas as atividades ligadas a essa manifestação se desenrolaram a partir de então. No final da mesma década muitas outras entidades surgem como "rachas" da primeira. Hoje uma outra além dela é forte e ativa na cidade – O Movimento Cultura de Rua ou MCR. Esta entidade se coloca como um movimento social organizado, ou pretende se produzir como tal.

Ainda no final dessa década a entidade se o próprio MH_2O se institui como movimento e cria um estatuto jurídico se tornando uma Organização Não Governamental – ONG. O trabalho das duas é muito semelhante: música, dança e arte são utilizadas no engajamento político, social e profissional dos jovens pertencentes ao movimento. Sutileza que diferencia as entidades das demais, já que o trabalho político vem à frente do musical.

Com os punks o processo é semelhante, mas a orientação anarquista imprime um outro viés: a criação de coletivos de convivência alternativa. O primeiro é criado ainda nos anos 80 (o Núcleo Coletivo de Consciência Libertária - NCCL), que durou até o final dessa mesma década. Depois disso muitos outros vieram, sendo que nos anos 90 o mais presente foi o "Coletivo Ruptura". Hoje a principal articulação se dá em torno da "Comuna Libertária", uma entidade sediada no bairro de Parangaba e que toca a luta de punks e anarquistas sob essa ótica.

As muitas formas de manifestação de seus desejos e necessidades têm apontado para uma construção alternativa nesses moldes. Além disso, uma

articulação local e global se fortalece com vínculos de solidariedade e trabalho com jovens e entidades de outros Estados como suas movimentações mais frequentes grafitam por aí...

A música iniciada nos “bailinhos” quebrou as paredes dos clubes de classe média, se espalhou como um rastro de pólvora e botou fogo em tudo aos seu redor. Ao lazer puro e simples, um outro com prazer e política. O canto falado e o grito primal nunca foram tão ouvidos e fortes.

Os bailes e sons da cidade nunca mais serão os mesmos!

Fronteiras e zonas de contato no movimento das Monções: subsídios teórico-metodológicos

Francismar Alex Lopes de Carvalho* - PPG-UEM

A descoberta de metal precioso nas barras do rio Caxipó-Mirim, em 1718, e pouco mais tarde em Cuiabá, levou a febre do ouro a não poucos paulistas, que passaram a migrar para este novo Eldorado utilizando-se de dificultoso caminho fluvial; passou esse movimento a ser chamado de Monções. De São Paulo a Cuiabá os viajantes deparavam-se com vários grupos étnicos nativos, os "senhores dos rios" para utilizar uma feliz expressão da época, os quais interagiam ativamente com os adventícios, seja oferecendo aliança política contra grupos hostis, seja praticando hostilidades abertamente em defesa de seus territórios. Logo principiou um período crítico da "era das Monções" paulistas, localizado entre 1727 e 1734, período no qual os índios ribeirinhos praticamente fecharam os rios à navegação portuguesa. Nesse ínterim, pode-se perceber com intensidade a dialética guerra e paz, permeada pelos contrapontos entre as trocas interculturais e a afirmação de identidades, envolvendo paulistas, cuiabanos e assussenhos; escravos de vários grupos étnicos africanos ou afro-descendentes; grupos étnicos nativos, sobretudo Kayapó, Guaykuru e Payaguá. Meu objetivo é desdobrar, ao menos minimamente, a complexa trama de inter-relações políticas, de guerra e de paz, entre as sobreditas populações. Para tanto, tomo como texto-base o relato de viagem de João Antônio Cabral Camelo, redigido em 1734, e que narra com detalhes o grande assalto que fizeram os Payaguá à sua monção de retorno a São Paulo em 1730.[1]

Seduzido pelo novo Eldorado, parte Cabral Camelo de Sorocaba em demanda das minas de Cuiabá em 1727. Uma vez nas minas, pretendia conseguir mais alguns negros para faiscar e assim acumular um bom jornal. Durante a viagem, enumera Cabral Camelo, com certo ânimo, cinco produtivas roças nos inícios da subida do rio Pardo, nas quais "*há muito feijão e bananais*"; mais a diante "*se vê uma formosa roça povoada*" (p. 133). Depois

de atravessar os territórios Guaykuru e Payaguá, o viajante chega às minas. Ali Camelo observa a instabilidade dos negócios: Cuiabá parece estar sempre entre o incremento e a decadência. Depois de três anos de parcos rendimentos, resolve voltar. Aproveita a monção do Ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, que em 1726 chegou a Cuiabá com o Capitão General Rodrigo César de Meneses a fim de instalar a burocracia tributária de El-Rei e que agora, em 1730, volta para São Paulo com quase 900 kg de ouro, produto do quinto Real.[2] A certa altura da decida do rio Paraguai, ouvem todos um grande urro: surpreende-os uma enorme leva de canoeiros Payaguá com um ataque massivo. "*Tão espêssa nuvem de flechas, que escureceu o sol*", ilustra Cabral Camelo (p. 144). Imediatamente vários negros escravos atiram-se à água e fogem, como se estivessem planejando fazê-lo há tempos. Camelo e um grupo conseguem resistir ao ataque, colocando-se em trincheira. Os Payaguá retiram-se, então, vitoriosos, contando enorme despôjo de 16 canoas, 11 arrobas de ouro, armas, roupas, não poucos negros e uma mulher branca lisboeta como cativos. Sabe-se pelo relato de D. Carlos de Los Rios Valmaseda que este despôjo foi trocado em Assunção no mesmo ano de 1730.[3] Quanto à sorte de Cabral Camelo, não tão ruim quanto à do Ouvidor Lanhas Peixoto, morto no assalto, também não é das melhores: com medo de novo ataque pelos rios, resolve ir com grupo de sobreviventes a Camapuã à maneira dos antigos sertanistas – por terra em marcha a pé. Lá chegam depois de dois meses andando e observando que todas as roças do rio Taquari haviam sido destruídas pelos Kayapó. Tomam canoas, descem o rio Pardo, navegam o rio Paraná: em todo o lugar o mesmo cenário – as roças tão "formosas" que viu Camelo em 1727 estavam todas destruídas pelos Kayapó e despovoadas. Os últimos corajosos que ali ficaram pedem carona ao viajante para que os levem até São Paulo.

O conceito de fronteira, aprimorado pelas contribuições da antropologia processual e política, me parece um caminho teórico-metodológico adequado para perceber e iluminar várias questões que aparecem no precedente relato apenas como pontas de um *iceberg*. Ajustar o foco em direção às relações da tripulação monçoeira com os grupos étnicos locais e às alianças destes grupos étnicos entre si e com os adventícios, permite perceber as

intersecções entre essas populações. Fronteira deixou de significar, com a sofisticação das abordagens antropológicas e históricas, apenas um limite que separa uma cultura da outra. Antropólogos e historiadores têm trabalhado atualmente postulando o conceito de fronteira como uma zona intersticial onde as culturas estão em contato. Acrescenta Ulf Hannerz que "*las fronteras son regions donde las culturas pueden llegar a desatarse visiblemente: en lugar de cultura/cultura, cultura + cultura*".[4] As pesquisas de Fredrik Barth e de seus colaboradores permitem pensar a fronteira entre os grupos étnicos como locais ou situações nas quais se realizam as trocais interculturais e atual os mecanismos de manutenção das identidades. Assim, as escolhas dos itens que vão compor os repertórios culturais dos grupos étnicos – longe de serem vistos como "assimilação" ou "aculturação" – devem ser entendidos como produtos de uma atuação e seleção políticas desses grupos.[5]

Narra D. Carlos de Los Rios Valmaseda o sucedido em setembro de 1730, quando apareceram os embaixadores dos Payaguá em Assunção avisando que queriam vender às autoridades locais alguns cativos portugueses. Como medida preventiva, afirmavam que primeiro queriam ver o pagamento e só depois trariam os cativos. O Pe. Comendador e outros locais juntaram alguma prata e ofereceram aos índios; estes recusaram afirmando que "*era preciso se les diesse mas, porq el Cacique no estava contento*". Em seguida, mostraram os assussenhos mais prata e os cativos foram trazidos: dois mancebos, doze negros e mulatos e aquela senhora lisboeta, de nome Dominga Roiz, cujo marido fora assassinado no assalto de 1730.[6] Chama a atenção a excepcional habilidade política com que conduziram os Payaguá a negociação: (1º) valendo-se de embaixadores para não se expor; (2º) exigindo primeiro a mostra do pagamento, para depois trazer os cativos; e (3º) incrementando seu poderia desconsiderando a primeira oferta. Ora, tais constatações lançam dúvidas sobre a tese, defendida por Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual os Payaguá eram facilmente ludibriados nas trocas com Assunção;[7] ou ainda sobre a fórmula de Afonso de Taunay: "*os índios são destituídos de inteligência*".[8]

Parece mais razoável supor que os Payaguá, na medida em que transitavam cada vez mais pela zona de contato com os assussenhos, aprendiam a seu modo as regras do

jogo político e do jogo econômico. Gradualmente foram os Payaguá descobrindo o valor de troca das mercadorias. Deve-se a um tal João Pereira, português feito cativo durante o assalto de 1730, a recomendação para que os Payaguá não atirassem fora o ouro, pois este poderia ser trocado em Assunção por coisas que muito lhes interessavam.[9] Com efeito, informam os cronistas de época que rendeu aos Payaguá o assalto de 1730 de 11 a 20 arrobas de ouro. É Valmaseda quem informa que os Payaguá fizeram a lição de casa e passaram, já em 1730, a ir constantemente a Assunção trocar o ouro em pó obtido. Ali compravam ferramentas, tecidos de lã, panos coloridos, mel, milho, porcos, entre outros itens em geral hiper-inflacionados. Se é certo que os Payaguá, ainda iniciantes em negócios financeiros, pagavam muito caro por itens ordinários, não deve este fato ser atribuído à falta de inteligência do indígena, pois como afirma o mesmo Valmaseda, a abundância de metal precioso em Assunção elevou os preços para todos, chegando muitos gêneros a terem seus preços inflacionados em 150%.[10]

As alianças interétnicas desempenham papel importante no movimento das Monções. A instabilidade da aliança entre os Payaguá e os Guaykuru, a qualquer momento podendo ser rompida ao se configurar um cenário político mais vantajoso, corrobora a perspectiva política dessa aliança. Narra Cabral Camelo que, em 1731, durante a monção de represália contra os Payaguá por conta do assalto do ano anterior, encontraram os cuiabanos com poderoso cacique Guaykuru, que veio lhes propor acordo político de paz e aliança militar contra os Payaguá. Na proposta feita pelo cacique continha a reivindicação dos Guaykuru de manter negócios com os cuiabanos e o comprometimento de colocar à disposição deles uns 50 mil cavalos. Não foi dos mais felizes o encaminhamento dado pelos cuiabanos à proposta do cacique: como o capitão da armada, o Sr. Antonio de Almeida Lara, se encontrava a alguma distância dali, resolveram prender o cacique e os seus a ferro e levá-lo à presença do capitão Lara. Ao chegar ao rancho onde estavam os outros cuiabanos fazendo negócio com uns Guaykuru, que vendiam vacas, carneiros e cavalos, receberam ordem do capitão para que soltassem o cacique. Como não fosse a traição castigada como deveria, tomaram o cacique e sua comitiva a alguns cavalos e dali fugiram

rapidamente, temendo serem feitos cativos.[11] Ao ser traiçoeiramente preso e não ver uma punição adequada por parte do capitão Almeida Lara, parece ter ficado claro para o cacique que o quadro político confiável e estável que almejava para as trocas não estava no horizonte, nem parecia tão vantajoso quanto manutenção da troca esporádica com os cuiabanos e da aliança com os Payaguá.

A definição de um grupo aliado e de um grupo a ser hostilizado não deve ser vista como uma ação sem disciplina ou espontânea, senão que deve ser compreendida como ação política. Depois desse episódio de 1731 deve ter ficado claro para os cuiabanos que cometeram um erro político fatal. Os Guaykuru, que desde a destruição de Santiago de Xerez e o esvaziamento do Itatim, promovidos pelos paulistas na década de 1640, reocuparam toda esta região e ali estabeleceram hegemonia por quase dois séculos – fato este inédito na História Universal[12] – passaram no século XVIII a controlar boa parte do amplo território da rota monçoeira, a ponto de Sérgio Buarque de Holanda falar, para o período posterior a 1730, em "insularidade de Cuiabá".[13] Depois da hecatombe promovida pelos Guaykuru no forte de Nova Coimbra em 1788, conseguiram os cuiabanos firmar tratado de paz com este grupo étnico em 1791. A partir daí, malgrado um ou outro desencontro,[14] a aliança manteve-se firme por boa parte do século XIX, tendo os Guaykuru assaltado ininterruptamente várias cidades do Paraguai durante a Guerra, favorecendo sobremaneira o governo Imperial. Atualmente, os descendentes que restaram dos Guaykuru, os Kadiwéu do Mato Grosso do Sul, ainda lutam para manter a única exigência por terem lutado na Guerra – suas terras.[15] A reaproximação dos Guaykuru com os cuiabanos desfez a aliança entre os Payaguá e estes índios cavaleiros, que tantos desconfortos impôs aos viajantes das monções, restando aos Payaguá aliarem-se definitivamente com os de Assunção, para onde migraram no final do século XVIII os integrantes da fração móvel Sarigué, unindo-se aos Agace que lá já se encontravam.[16] Contribuiu para tal recuo a ofensiva massiva que cuiabanos e paulistas moveram contra este grupo étnico. Quatro anos depois do sanguinário assalto de 1730, Antônio Pires de Campos chefia vitoriosa expedição composta de índios Bororo, recém aliados dos

cuiabanos e guerreiros mui destros, contra os Payaguá.[17] A partir de 1750 diminuiu a resistência deste grupo étnico, pacificando a zona fronteiriça das monções. Escreve Silvia Schmuziger Carvalho que "*como em quase todos os confrontos dos colonizadores com os indígenas na América, a 'pacificação' foi um eufemismo para extermínio*".[18] Após servirem de bucha de canhão para o exército de Lopes e de serem massacrados pelos "aliados", quase desapareceram da face da terra todos os Payaguá: por volta de 1940, encontrou o antropólogo Max Schmidt a uma mulher idosa que dizia ser um dos quatro últimos Payaguá sobreviventes.[19]

Menciona a narrativa de Cabral Camelo que, durante o assalto de 1730, os Payaguá escolhiam os negros escravos mais robustos para levarem como despôjo – comprovadamente vendidos em Assunção depois – e os mais matavam no local.[20] Acrescenta ainda Sérgio B. de Holanda que o escravo monçoeiro, sobretudo nas regiões onde era preciso varar as canoas por terra, como Camapuã, fazia perder mantimentos pelo caminho, o que o autor chama de "contratempos".[21] Na mesma linha de interpretação está a tese defendida por Afonso de Taunay segundo a qual a tripulação de escravos negros das monções estava submetida a "*uma das mais cruéis servidões de que reza a história*", afigurando-se para o autor algo espantoso como "*não se consignavam atos de reação contra a terrível servidão*".[22] Abordar a questão da presença do negro nos embates e contatos entre os grupos fronteiriços apenas sob o viés do mercado, ou da "indolência", ou da "passividade" é promover uma redução brutal da documentação existente para fins ideológicos hoje insustentáveis. Para voltar à narrativa do momento do assalto de 1730 feita por Cabral Camelo, destaca o viajante que assim que principiou o ataque dos Payaguá, a maioria dos negros saltaram em grupo na água e, aproveitando-se do fato de que os dois brancos que ficavam nas canoas não podiam nem remar, nem alcançar a terra, nem governar a canoa e nem ter as armas recarregadas para defenderem-se, embrenharam-se em fuga pelo mato. Por esta razão o Ouvidor Lanhas Peixoto ficou só na sua canoa com um moço, que trazia nela doente, e ambos rapidamente foram assassinados pelos Payaguá. Só ameaçando de morte a um grupo de negros conseguiram Cabral Camelo e outros brancos

não deixar que todos fugissem.[23] A carta do Autor Anônimo, escrita em 1746 e publicada por Taunay em *Relatos Monçoeiros*, transparece que o "contratempo" observado por Sérgio Buarque de Holanda tem muito mais a ver com a tentativa dos escravos de estabelecer algum controle sobre o ritmo de trabalho e a distribuição da comida do que com indolência ou passividade. Afirma a carta quando da passagem do rio Tietê ao Paraná: "*tive uma emborcação [e] molhou-se mantimento e a fazenda; quis falhar para enxugar mas a minha tropa não quis demorar nada; os negros tanto remam para diante como para trás, se ilha, dava, não os tenha para me remarem ou bem ou mal acima; (...) o trabalho dos varadouros me amofinava e os negros quando varavam as cargas metiam-se em matos e consumiam-nas*".[24] É preciso, portanto, incluir o escravo africano ou afro-descendente como agente histórico também decisivo nas zonas de contato interétnicos das fronteiras: sua ausência de muitos trabalhos sobre o tema tem aparecido com um silêncio demasiado eloqüente.

O relato de viagem de Cabral Camelo recoloca o problema da noção de "conquista" tal como delineada pela historiografia oficial. Para o período contemplado pelo relato (1727-1730) e alguns anos mais, vários pesquisadores estão de acordo em considerá-lo muito menos favorável aos paulistas e cuiabanos do que aos grupos étnicos nativos: tão difícil tinha se tornado a viagem de Araraitaguaba (próximo de São Paulo) a Cuiabá que Sérgio Buarque de Holanda enfatizou a idéia da "insularidade de Cuiabá". A noção oficial de "conquista" sempre tende a sublinhar a idéia da fronteira como uma linha necessária e inevitável, portadora da civilização e do progresso genuinamente "americanos", que avança passando por cima da passividade e do silêncio dos grupos étnicos locais e dos escravos, noção delineada por Frederick Jackson Turner e que teve muitos adeptos aqui no Brasil, a exemplo de Cassiano Ricardo. Antes correspondem tais noções oficiais a uma preocupação de estabelecer e inculcar uma identidade nacional que legitime determinadas elites no poder.[25] Já se tornaram insustentáveis hoje em dia as análises que subestimam as ações políticas de defesa dos territórios levadas a termo pelos grupos étnicos nativos e as alianças que os portugueses tiveram de fazer com certos grupos para acessarem com maior regularidade determinados territórios.

[*] Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da Profª. Drª. Evandir Codato; bolsista da Capes.

[1] CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juares, o Capitão (...), sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas.* Tomo III – Relatos Monçoeiros. 2ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961. pp. 131-50.

[2] Cf. TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo II, p. 77.

[3] VALMASEDA, D. Carlos de Los Rios. Notícia 4ª Prática vinda da cidade do Paraguai à Nova Colônia do Sacramento com aviso de venda, que fizeram os paiaguás dos cativos portuguêses naquela mesma cidade, e escrita por (...) [1730]. In: TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo III, pp. 155-58.

[4] HANNERZ, Ulf. Fronteras. In: Revista de Antropologia Experimental. N°. *1*. 2001. p. 6.

[5] Cf. BARTH, Fredrik. Introducción. In: ____. (Org.) *Los grupos étnicos y sus fronteras.* México: Fondo de Cultura Económica, 1976. pp. 9-49. Para uma contextualização da antropologia processual proposta por Barth no âmbito do campo intelectual das ciências sociais, vide: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Trad. Élcio Fernandes. 1ª Reimp. São Paulo: Edunesp, 1998.

[6] Cf. VALMASEDA, *Op. Cit.*, p. 155 (todas as citações).

[7] Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste.* São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 82.

[8] TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo II, p. 174.

[9] Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções.* 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 302.

[10] VALMASEDA, *Op. Cit.*, pp. 156-57.

[11] Cf. CAMELO, *Op. Cit.*, pp. 136-37.

[12] Cf. COSTA, Maria de Fátima. Entre Xarai, Guaikuru e Payaguá: ritos de vida no Pantanal. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 74.

[13] Cf. HOLANDA, *Monções... Op. Cit.*, p. 289.

[14] Hercules Florence e Luiz D'Alincourt presenciaram ainda certas hostilidades mútuas nos inícios do século XIX. Vide: FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*: 1825 a 1829. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977; Alincourt, Luiz D'. Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adoptar na fronteira do Paraguay, em consequencia da revolta dos índios guaicurus ou cavaleiros. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo *20*. 1857.

[15] Cf. CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: Encruzilhada de povos e 'Melting Pot' cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 1992. pp. 468-69.

[16] Cf. COSTA, *Op. Cit.*, p. 90.

[17] Cf. CARVALHO, Silvia M., *Op. Cit.*, p. 466.

[18] *Idem*, *Ibidem*.

[19] Cf. HOLANDA, *O Estremo oeste... Op. Cit.*, p. 87.

[20] Cf. CAMELO, *Op. Cit.*, p. 145.

[21] Cf. HOLANDA, *Monções... Op. Cit.*, p. 275.

[22] TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo II, pp. 157-58.

[23] Cf. CAMELO, *Op. Cit.*, p. 144.

[24] AUTOR ANÔNIMO. Notícia 8ª Prática exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo III, p. 190.

[25] Vide meu artigo: CARVALHO, Francismar. Representações da fronteira nas obras de Frederick Jackson Turner e Cassiano Ricardo. In: Revista Eletrônica Nethistória. Vol. Único. Disponível em: www.nethistoria.com. Acesso em: maio/2005.

KAHAL KADOSH ZUR ISRAEL: O JUDAÍSMO TOLERADO NO BRASIL-HOLANDÊS.

Frank dos Santos Ramos – PPG-UFF
fsr-uff@bol.com.br

Durante essa segunda Invasão Holandesa, entre os anos de 1630 e de 1654, seria edificada a primeira comunidade judaica legal das Américas, *Kahal Kadosh Zur Israel*, e logo depois uma sinagoga de mesmo nome, construída em Recife por importantes membros da cidade comercial Amsterdam: os sefaraditas — judeus da Península Ibérica. Eles viriam com os holandeses e promoveriam um verdadeiro renascimento das práticas de seus antepassados junto aos cristãos-novos residentes no nordeste açucareiro. A mentalidade calvinista far-se-ia presente na colônia brasílica na interpretação moral do lucro, tão veemente condenado pelo cristianismo como crime de usura. Tanto em Portugal quanto em suas colônias e possessões possuía um doutrinamento religioso calcado na moral católica enquanto, em solo holandês, havia uma certa liberdade para quaisquer manifestações religiosas, desde que não ferisse as outras.

A instalação da sinagoga *Zur Israel* implicaria na contratação de toda uma hierarquia sacerdotal para garantir o bom andamento dos ofícios religiosos. Para tal chegaria da comunidade Beth de Amsterdam, o *Haham* Isaac Aboab da Fonseca, um dos quatro rabinos da Congregação *Talmud Torah* de Amsterdam, acompanhado por outros judeus que exerceriam funções oficiosas específicas. Eles chegariam por volta de 1642. Por conta de crescentes necessidades pessoais de alguns de seus membros, principalmente em relação a locomoção dos idosos e das crianças, haveria a edificação de uma segunda comunidade com sinagoga, a *Kahal Kadosh Maghen Abraham*, na Ilha Antonio Vas, uma ilha ao lado de Recife, mas que possuía entraves naturais, dificultando uma eficiente comunicabilidade entre essas regiões. A existência dessas duas comunidades independentes causaria desavenças entre seus membros, pois esses da segunda não queriam permanecer subordinados aqueles da primeira. Uma decisão com força maior, de Lei, provocaria a

reunificação das duas comunidades. Um livro de regulamentos conseqüentemente seria redigido, em 1648, a fim de melhor administrá-las e por fim as freqüentes querelas.

A chegada dos judeus holandeses, a partir de meados da década de 1630, demonstra a diversidade de cargos que ocupavam, desde pessoas de origem humildes que assumiam postos de simples soldados, até aqueles de famílias mais abastadas os quais assumiriam altos cargos dentro do corpo de funcionários da Companhia das Índias holandesa, perpassando por uma vasta gama de funções profissionais. Segundo José Antônio, em seu *Tempo dos Flamengos*, não há precisão nas informações a respeito do número de judeus aqui chegados, mas há referências que todos as famílias judias são de origem sefaradita ou holandesa. É também bastante difícil identificar os judeus ashkenazim dissolvidos na população holandesa. Os ashkenazim teriam vindo da Polônia e Alemanha, em conseqüência da guerra dos Trinta Anos (1618-48) e muitas registrariam sua passagem pelo Brasil.

O fato de maior relevância, nesse momento, é o considerável número de famílias tradicionalmente judaicas as quais incentivariam os cristãos-novos, moradores da região Nordeste, a repensarem suas vidas a partir do livre exercício religioso dos sefaraditas, abrindo a oportunidade de retorno às práticas de um judaísmo exercido com mais liberdade. Por conta disso, haveria a possibilidade de um debate teológico mais aberto e a circulação dos textos sagrados da lei mosaica , conseqüentemente o aprofundamento dos estudos, das normas e práticas de uma das principais linhas dogmáticas judaicas mais tradicionais. Muitos desses cristãos-novos sentiriam, assim, que era chegado o momento propício para abandonar à fé cristã católica, forçosamente imposta aos seus antepassados, e tentar resgatar um passado que há muito se pensou perdido pelas imposições decretadas pela Coroa portuguesa em consonância com a Sé Católica, voltando, desta forma, às práticas cotidianas da lei judaica.

A presença judaica em Pernambuco, fazendo concorrência nos negócios com os reformados e católicos, provocaria um mal estar na sociedade local a partir do momento em que eles não temiam mais fazer suas práticas judaicas em público. Se for considerado o

aspecto legal, onde ninguém deveria ser ofendido ou admoestado na sua liberdade religiosa, como reza o artigo 15 do Regulamento de 1634 do edital dos Estados Gerais, muitos dos opositores da presença judaica se calçariam, nesse respaldo legal, a fim de se mostrarem ofendidos com tais manifestações públicas dos judeus, numa tentativa clara de obtenção de vantagens junto aos órgãos competentes, afastando a concorrência. "A Ordem e Regulamento de 1634, antes citado, que no seu artigo 15 dizia: 'Finalmente, deverá a companhia proceder de forma que nenhum dos moradores daquela terra seja ofendido na sua consciência, desde que se mantenha em sossego e não dê escândalo público com palavras e ações, e velar de modo que todos e cada um sejam conservados em paz', começa a causar irritação e oposição entre os holandeses e luso-brasileiros aos moradores judeus, que eram acusados de causar escândalo público, com a prática ostensiva de sua religião, em sinagogas que estavam a estabelecer no Recife."[1]

Sobre isso, tem-se notícia de que os ofícios ou cultos deveriam ser feitos a portas fechadas, a fim de não causar furor ou escândalos dos membros de outras crenças, sobretudo dos holandeses reformados. Portanto, dever-se-ia ter uma postura mais contida de suas paixões religiosas. A mágoa causada pelo tempo oficial de "clausura" religiosa imposta pelos decretos de 1496-7 e mesmo a pouca privacidade na colônia, contudo, não parecem ter colaborado para o cumprimento desta conduta menos pública. É importante notar, ainda, que muitos dos judeus instalados na colônia não eram pessoas de pouco poder ou de influência junto à administração flamenga, pois eram membros de poderosas famílias judaicas oriundas de Amsterdam. Há de se considerar que a maioria não queria um conflito direto com os outros membros da sociedade, mesmo por causas religiosas, porque isso poderia afetar gravemente o desempenho de seus lucrativos negócios. As assembléias sinagogais passariam então a serem feitas na casa de algumas tradicionais famílias, onde um bom grupo se reunia freqüentemente para prestar homenagem a Adonai. "Há vários depoimentos de portugueses a informar que, antes da instalação da sinagoga no Recife em 1636, a casa de Duarte Saraiva serviu de ponto de reunião e de culto dos judeus recém-chegados da Holanda e dos cristãos-novos de Pernambuco convertidos ao judaísmo. Não

poderia causar surpresa o fato dessas reuniões e culto serem realizados em uma casa particular, pois que em Amsterdam todas as primeiras sinagogas estavam situadas em casas habitadas por pessoas particulares."[2]

Repetia-se, no Brasil-holandês, e em situação bastante diversa, a experiência do convívios com as esnogas durante a época de dominação portuguesa. Contudo, as "esnogas" do tempo da dominação holandesa não eram secretas, visto a tolerância ao culto vigente. O fato é que os judaizantes da região puderam assumir livremente a fé e dar vazão à estruturação do judaísmo aos moldes tradicionais. A construção de uma verdadeira edificação sinagogal pelos judeus não tardou, mesmo com todo clima de desconfiança dos calvinistas e dos cristãos-velhos ali instalados já de longa data. Essa foi construída por volta de 1636, no Recife, constituindo-se na primeira sinagoga da Américas. Chamava-se *Kahal Kadosh Zur Israel*, isto é, a Santa Comunidade do Rochedo de Israel, e se localizava na rua do Bode ou dos Judeus durante a conquista holandesa.

Já neste tempo, um nome ecoava com grande força na comunidade judaica, Isaac Aboab da Fonseca, um rabino de carreira brilhante e que já havia servido em Amsterdam, numa das três sinagogas de maior importância da capital holandesa, a "Beth Israel", onde, com a unificação dessas, alcançara a qualidade de *Haham,* rabi. Certamente que a presença deste nome nas terras brasílicas atraiu crescentemente imigrantes para o Recife, causando inclusive problemas de alocação para um volume tão grande de pessoas.

Nem tudo, entretanto, soava tranqüilidade dentro da comunidade judaica, pois as práticas judaizantes de alguns cristãos-novos já residentes na colônia e reconvertidos ao judaísmo foram criticadas pelos judeus vindos com os holandeses. Alegavam que suas atitudes estavam longe dos reais preceitos sinagogais utilizados nos ofícios dos ditos verdadeiros judeus. Por outro lado, os cristãos-novos que abraçavam o judaísmo também criticavam a prática religiosa dos judeus vindos da Holanda, pois se encontravam desconfiados com tamanhas diferenças no proferir e nas interpretações da tradição judaica destacada pelos dois grupos.

É bom lembrar que a difusão das sinagogas pelos judeus no seio de comunidades

das mais diversas foi conseqüência direta das diásporas dos tempos antigos aos modernos, onde muitas foram as perseguições religiosas infringidas por reinos que os haviam recebido em refúgio. Nestes locais, então, tentou-se criar um ambiente propício para suas contemplações semanais, além da manutenção de tradições familiares. Os encontros eram promovidos no seio de algumas importantes famílias, que se responsabilizavam pelo ofício e, presididos por rabis, doutores na lei mosaica, não necessitando desta forma de sacerdotes, como os encontrados nos templos da cidade de Jerusalém, portanto, havia necessariamente, por circunstâncias locais, variações nos ofícios proferidos, fenômeno ocorrido em várias partes do mundo.

Apesar destes pequenos conflitos, alguns neoconversos, agora judeus, procuraram relembrar antigas tradições já esquecidas ou vítimas de um hibridismo forçado por um ambiente cristianizado pelas práticas inquisitoriais ou pelas importantes contribuições dos jesuítas, numa tentativa de revitalizar sua etnia. A questão da pureza de sangue para os judeus é tanto ou, talvez, mais importante do que para os membros da Igreja Católica, já que ocorreram várias diásporas judaicas ao longo da história e que são lembradas em suas tradições festas a fim de que se tenha em mente a manutenção de suas vidas como representantes de uma nação única e que possui severas reservas quanto à mistura sanguínea de seus descendentes com pessoas consideradas estrangeiras. É sempre bom lembrar que no Brasil este tipo de contato foi inevitável, devido não apenas à escassez de mulheres mas, principalmente, ao clima de perseguição instalado pela Igreja: procuravam os cristãos-novos, através de casamentos com cristãos velhos, diminuir a porção de sangue herético que lhes corria nas veias e, em conseqüência, abrandar as desconfianças sobre sua real aceitação ao catolicismo.

No que concerne à parte organizacional, desde a chegada dos primeiros judeus com os holandeses, observa-se uma preocupação com a manutenção de uma estrutura que comportasse sua condição de nação. Para tanto ocorria uma rígida obediência aos chamados “anciãos da nação judaica”, homens que zelavam pela conservação das tradições junto às famílias, além de promoverem um certo sistema de justiça

especificamente para o julgamento de delitos cometidos pelos próprios judeus contra seus próprios membros.

Este tipo de sistema administrativo interno facilitou a rápida difusão e otimização do uso do capital israelita no comércio local e no próprio trato com a terra, visto que, com essa unificação em forma de irmandade solidária, houve o fortalecimento da comunidade judaica junto à sociedade pernambucana. Esta é uma característica social encontrada nestes grupos étnicos, o que facilitou sua sobrevivência ao longo da história, possibilitando a superação dos vários obstáculos enfrentados pela nação hebréia, que, aliás, não foram poucos.

Mesmo num ambiente propício para a liberdade religiosa como foi o Recife dos tempos holandeses, muitos problemas foram detectados. A pressão por parte de alguns setores invejosos pelos lucros auferidos pela crescente influência judaica na sociedade e no aparelho burocrático flamengo, fez com que surgissem conflitos e ódios mais relevantes e consideráveis pelas autoridades responsáveis pela manutenção da segurança e da paz na colônia "a campanha anti-semita não ficava só nos protestos verbais ou escritos, por mais rudes que fossem de linguagem. Tomava, também, outros aspectos. Protestava-se contra a inclusão de elementos judeus na Câmara de Escabinos".[3]

Num dado momento, os protestos intensificavam-se cada vez mais, alcançando bastante veemência, além de possuir sua própria fundamentação, como afirma José Antonio, "é fato que os judeus iam, inegavelmente, apoderando-se dos principais negócios da colônia: o comércio a retalho, a venda de açúcar, os contratos para cobrança de impostos, a venda dos negros, a corretagem. No Brasil gozavam eles de direitos que em Amsterdam não lhes eram concedidos, como manter lojas ou ter solicitadores seus no foro".[4]

Houve, ainda, incidentes envolvendo judeus que, em alguns casos, viram-se vítimas de maus tratos físicos. Naturalmente que uma comunidade tão organizada e forte não permitiria sem protestos a continuidade de tais disparates e, para tanto, "a Comunidade Israelita de Amsterdam protestou contra isso declarando que os 'escabinos do tribunal de

Maurícia estavam introduzindo uma espécie de inquisição' em Pernambuco. Os judeus do Recife fizeram também o seu protesto contra a violenta campanha que lhes moviam os flamengos."[5]

Estes incidentes fizeram manchar a liberdade de culto proposta pelos flamengos, como forma de garantir a paz numa terra sem o artifício das conquistas sangrentas, tantas vezes vivenciadas na América portuguesa e, também, espanhola. De acordo com Oliveira Lima, "Se não fora, ao mesmo tempo, proibido aos israelitas a construção de outras sinagogas, fazer propaganda de judaísmo e emprestar o menor brilho às cerimônias de seus templos, poder-se-ia dizer que o Brasil havia atingido, desde aquele tempo, a liberdade religiosa, de que é hoje com tanta justeza orgulhoso."[6]

O próprio Oliveira Lima questiona a eficácia das intenções dos conquistadores holandeses em manter uma relativa paz religiosa a fim de dar continuidade ao lucrativo negócio do açúcar. "Se é que, entretanto, não se tratava então senão de uma tolerância consentida por um príncipe esclarecido e contrariado, a cada instante, pelos empregados subalternos e pelos mercenários contratados para o serviço militar de ultramar, enquanto que presentemente é antes devida a uma condição de equilíbrio a que se chegou conscientemente por um esforço refletido e imparcial. A espécie de trégua religiosa alcançada pelo espírito de equidade do governador-geral não teve aliás a força de diminuir as prevenções e conciliar os dois povos."[7]

Posteriormente com a expulsão dos holandeses, tem-se notícia de que os sefaraditas deixaram Pernambuco, temendo por suas vidas, pois havia de se considerar o controle do Tribunal do Santo Ofício sobre aquela região. No entanto, muitos não voltaram diretamente para a região de origem dos flamengos, fazendo uma verdadeira diáspora pelo continente americano, sobretudo nas Américas Central e do Norte — onde, segundo a tradição, participaram da fundação da cidade de Nova York —, como deixa transparecer José Antonio, "os israelitas que, em conseqüência da insurreição de 1645, abandonaram Pernambuco, dispersando-se por muitas das ilhas das Antilhas, pelas Guianas ou pela

América do Norte, nunca deixavam de referir nos documentos da época a sua qualidade de antigos habitantes do Brasil: era uma espécie de título que era citado com orgulho".[8]

Apesar das agruras enfrentadas, permaneceu vivo o orgulho de uma nação que sobreviveu a tantos e tão diversos ataques, resistindo, dentro das possibilidades espaciais e temporais, no seio das famílias de origem judaica. Festas, vestuário, idioma, amor pela vida em comunidade e tantas outras influências no intimo de outras culturas que se perpetuaram e contribuíram imensamente na formação da sociedade brasileira.

NOTAS:

[1] GONSALVES DE MELLO, José Antônio., *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. 2ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996., p. 226.

[2] *Idem*, p. 226.

[3] GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. 3ª ed. aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 257.

[4] *Idem*, p. 259.

[5] *Idem*, p. 258.

[6] LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 80.

[7] *Ibidem.*

[8] GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. 3ª ed. aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 254.

DE TIRTEU E SÓLON A MANO BROWN: CONTRAPONTOS ENTRE OS ELEMENTOS DISCURSIVOS DA POESIA ORAL

Frederico Augusto Garcia Fernandes[1] - UEL

Ao propormos uma comparação entre a poesia oral grega da Antigüidade e uma letra de Rap contemporânea, não estamos querendo chocar o leitor com a discrepância entre o clássico e o popular, entre um texto ou fragmento dele, cujos estudiosos são tidos como "eruditos" e, por outra via, cujos estudiosos são considerados "insidiosos" pela academia. O choque existe porque, na verdade, as fronteiras entre o universal/erudito e o regional/popular perdem seu sentido quando entendemos os textos em seus respectivos contextos de produção, de circulação e de armazenamento. O que se coloca, então, é que uma ordem capaz de classificar os estudos e seus objetos em clássicos ou populares, universais ou regionais resulta de uma representação e, portanto, de um discurso que se constituiu na academia do século XV para cá. O que espanta nisso tudo, parafraseando Foucault a respeito da taxionomia de Borges sobre alguns seres encantados em *As palavras e as coisas*, não é a escolha dos dispersos e díspares objetos que estão colocados lado a lado e sim, a ordem que os liga.

A escolha de ambos os textos tem a ver com algumas reflexões acerca da poesia oral que vimos desenvolvendo ao longo de 2004. Trata-se, por um lado, do projeto de pesquisa "Leitura, ritmo e poesia", que analisa a prática poética de rappers londrinenses e, por outro, do curso ministrado no Programa de Pós-Graduação em Letras da UEL chamado "Literatura e Oralidade", no qual partimos dos poetas gregos do século VII a.C. para a caracterização de uma cultura oral.

Nesse sentido, notamos que existem aspectos comuns entre estes dois objetos quando: i) apresentam uma voz constituída no e dirigida ao coletivo[2], ii) o poeta ou o enunciador representa ou institui comportamentos e normas, definindo a ética e/ou o código moral do grupo, iii) há uma movência, no sentido de que a voz é condutora de

uma cultura e é, dessa maneira, polifônica,[3] iv) no sentido de que há um evento que precede a atualização do texto.[4]

Assim, no poema "Areté" (Αρετή) de Tirteu (Esparta ? – século VII a.C.), percebemos de início a intenção de exortar os guerreiros espartanos para o combate com os messênios, nas guerras ocorridas na segunda metade do século VII a.C., que se desdobra ao longo de todo o poema. Não basta indicar que se trata de um poema feito para animar, estimular e encorajar o cidadão e o guerreiro/gardião da *polis* para o combate, mas é necessário notar como esse discurso se articula ao longo do texto e quais são os valores exaltados para a sua aceitação pelo receptor.

> Eu não lembraria nem celebraria um homem / pela sua excelência [αρετή] na corrida ou na luta, / nem que tivesse dos Ciclopes a estatura e a força / e vencesse na corrida do trácio Bóreas, / nem que tivesse figura mais graciosa que Titono, / ou fosse mais rico do que Midas e Ciníras, / ou mais poderoso que Pélops, filho de Tântalo, / ou tivesse a eloqüência dulcíssima de Adrasto / ou possuísse toda a glória – se lhe faltasse a coragem valorosa. Pois não há homem valente (αγαθόσ) no combate, / se não suportar a vista da carnificina sangrenta / e não atacar, colocando-se de perto. / É esta a excelência, este é entre os homens o maior galardão / e o mais belo que um jovem deve obter./ É um bem comum para a cidade e todo o povo / que um homem aguarde, de pés fincados na primeira fila, / encarniçado e de todo esquecido da fuga vergonhosa, / expondo sua vida (ψυχή) e ânimo (θυμός) sofredor, / e aproximando-se, inspire confiança com suas palavras ao que lhe fica ao lado. / Um homem assim distingue-se no combate. / Em breve derrota as falanges furiosas dos inimigos, / Com o seu ardor detém as vagas da batalha.[5]

Salta à vista, nos primeiros versos deste poema, a memória como mecanismo de exortação. Não é demais lembrar que, para os gregos, a imortalidade era atingida pela memória e que Lethes (o rio que a alma atravessa a caminho do reino dos mortos) significa além de morte, esquecimento. Dessa maneira, morrer é não ser lembrado. E não basta a riqueza, o poder, a força, a eloqüência ou a glória, a voz do poema sustenta que o não-esquecimento depende da coragem, colocando-se como a principal virtude que serve ao coletivo.

Ocorre assim uma qualificação da virtude por meio da areté. Conforme está sendo empregada no segundo verso, "arete" corresponde a "mérito". Mas seu sentido é sobrevalorizado ao longo do poema, *arete*, que também quer dizer "justiça", caracteriza-se como algo a mais do que a exortação da virtude: é o principal caminho

para o guerreiro tornar-se memorável, qualidade que distingue o homem e nega-o à sombra do comum. Assim, pela ação, destaca-se o feito humano do guerreiro que suporta a "carnificina sangrenta", combate na "primeira fila" e exorta os outros guerreiros a combater.

A "vida" confunde-se com a própria alma (*psique*). Não há aí uma compreensão moderna e ocidentalizada de uma alma cristã, muito pelo contrário, a alma é o sopro da vida, matéria que dá ânimo ao corpo. É como se o guerreiro lutasse, principalmente, com seus pensamentos contra o inimigo, "expondo sua vida (ψυχή) e ânimo (θυμός) sofredor". A psique torna-se, nesta perspectiva, o próprio canto motivador, rimado e ritmado (algo perdido na tradução), vontade que se emancipa do corpo e que, guiada pelo "thimós", caracteriza-se como a própria vontade de viver. Sendo o canto uma manifestação da psique, caracterizado pelo "thimós", a voz dos que cantam exprimem um grito de ira contra o inimigo que será combatido. O discurso do mérito encontra-se, então, assentado na representação do enfrentamento do inimigo e, portanto, desenha todo o caráter agonístico.

O poema "A*rete*" é um canto de guerra, trata-se de um caminho de mão única: da virtude do indivíduo para o reconhecimento do coletivo, "é um bem comum para a cidade e todo o povo". Logo, a voz que exorta a coragem aspira à legitimação do coletivo. Por ser coletivo, o anseio de mérito está representado tanto na descrição de um conhecimento compartilhado (como do mito Ciclopes, das pessoas e de seus feitos) como no arbítrio sobre os valores bons em detrimento da covardia e da fuga. A voz já não é a do poeta exortando as vagas, mas um conjunto de vozes que se faz presente ao longo da marcha e cria uma vontade singular e objetiva, à medida que reflete os anseios do povo.

Pensando nos fatos que levaram Esparta a invadir Messênia, a exortação de Tirteu contribuía, através do discurso coletivo, com uma mobilização e sensibilização do guerreiro que lutava no exterior. É um discurso em que as diferenças internas estão

ou resolvidas ou camufladas por ideologia comum que potencializa o desejo de dominar o outro, no caso, o estrangeiro. Assim, o canto era entoado ao longo dos dias de marcha dos espartanos ao encontro dos missênicos. O evento em que ele se atualiza dirigia-se diretamente ao combatente, sendo por eles entoado: "a poesia de Tirteu está cheia de ordens e exortações, que os soldados cantavam quando marchavam para a batalha" [6]. Logo, a elegia não era apenas um canto triste, era, também, um canto que potencializa a voz iracunda e belicosa.

A guerra era uma garantia de sobrevivência, na medida em que os tiranos ampliavam os territórios agricultáveis de sua cidade-estado e, como conseqüência, detinham mais poder econômico. Dessa forma, a elegia de Tirteu caracteriza-se como um discurso unificador, de tom agonístico, à medida que se integra, nas suas entrelinhas, às estratégias expansionistas e aos objetivos de domínio da polis, pensados pelo estado. Há um princípio de fortalecimento das relações entre os homens numa meta única em que a guerra não é entendida como uma banalização da vida, pelo contrário, abre-se como uma possibilidade para o reconhecimento coletivo, através das ações modelares a serem imitadas pelos demais.

A elegia do poeta ateniense Sólon (VII a VI a.C.), por outro lado, mostra uma outra forma de exortação, ao propor o fortalecimento interno, por meio da crítica aguda aos cidadãos e "chefes do povo", que colocam sua ambição à frente dos interesses coletivos. Como podemos ler no fragmento 3 de Diehl:

> E assim, a desgraça pública entra em casa a cada um. / E as portas do pátio não podem detê-la. / Mas salta a elevada fortaleza, e acha quanto quer, / ainda que se fuja para o recesso do tálamo. / Manda-me o meu coração (θυμός) que ensine aos Atenienses estas coisas: / como a Desordem (δυσνομία) causa muitas desgraças ao Estado, / e a Boa Ordem (εὐνομία) apresenta tudo bem arranjado e disposto, / e muitas vezes põe grilhetas aos injustos. / Aplaca as asperezas, faz cessar a saciedade, enfraquece a insolência, / faz murchar as flores nascidas da desgraça, / endireita a justiça tortuosa e abranda os actos / insolentes, termina com os dissídios, / cessa a cólera da terrível discórdia, e, sob o seu influxo, / todos os actos humanos são sensatos e prudentes.[7]

Diferentemente do poema "Arete" de Tirteu, a voz aqui é a do poeta que exorta o coletivo para questionar os feitos de seus líderes "Manda-me o meu coração (θυμός) que ensine aos Atenienses estas coisas". A vontade de viver caracteriza-se no apelo

do indivíduo aos cidadãos para que reflitam sobre suas ações e para que controlem seu impulso de ambição. É um discurso que se articula pela oposição eunomia *vs*. disnomia e reflete uma diferença no seio da própria cidade-estado.

Nesse sentido, o sujeito de enunciação se coloca como um observador das desgraças da *polis*, ao passo que seu alerta soa num tom quase profético. Se assim entendemos esse discurso, a voz que o anima é a da experiência do sujeito voltada para a ordem coletiva. Trata-se de uma voz que dialoga com o todo, instituindo o "como agir". Sua diferença reside no fato de que aqueles que agem por ambição não comungam com a *polis.* Ela antecipa, dessa forma, alguns séculos a relação entre poesia e justiça, de que tratará Platão (428-7 a.C. – 348-7 a.C.) em sua *República*. Ou seja, a justiça não se encontra nas pequenas ações ou relações cotidianas dos indivíduos que se espelham no paradigma "fazer injustiça" e "sofrer justiça", mas a justiça é a justa medida do efeito das ações do indivíduo sobre o coletivo.

A poesia oral grega elabora-se, então, por um discurso exortativo diretamente voltado para o coletivo. Essa relação entre o sujeito de enunciação e o coletivo é garantida, também, pela performance, pelo evento por meio do qual a poesia oral se atualiza ou é produzida. Uma das características diferenciadoras entre a poesia oral e a escrita é que, na primeira, a atualização é *in praesentia*, isto é, o texto se faz em seu contexto de enunciação, na interação do performer com seu auditório e, na segunda, há um distanciamento, no ato de criação, entre o público e o autor. Desse modo, a produção da poesia oral é permeada pela relação com o outro (espectador, ouvinte, às vezes, participante direto do evento) e institui uma voz cultural coletiva. Isto confere à poesia oral uma função social maior que na escrita,[8] pois sua enunciação imbrica-se com os anseios, símbolos e reações que o grupo social detém. É a voz poética de uma cultura que se desdobra numa identidade mais ou menos comum.

Os vestígios orais que se fazem presentes em Tirteu, Sólon e outros poetas da fase arcaica grega permitem observar um modo eficaz de produção de discurso quando seus fragmentos escritos são auscultados. Trata-se de um discurso atualizado

diferentemente da fala cotidiana, que caracteriza a performance como um espaço para sensibilização dos sujeitos nela envolvidos. Ou como observa Bauman, a performance deve ser compreendida "como uma categoria ampla, em que se distingue o discurso emocionado e acalorado de um discurso ordinário, o qual encontra-se marcado estilisticamente por um grau de repetições de palavras, frases e metáforas e, em certas subcategorias ou gêneros, pelo paralelismo sintático e dísticos metafóricos".[9]

O interessante é notar como a eficácia discursiva desta poética também pode ser percebida nas letras de rap veiculadas atualmente. Não propomos aqui fazer uma crítica do fenômeno como um produto da indústria cultural hodierna ou sobre os intercursos pós-modernos que legitimam uma ideologia do descentrado ou do "entre-lugar". A poesia oral, considerando sua peculiaridade de produção e circulação, é trans-histórica, dada a especificidade de seu suporte: a cultura oral. Logo, não é difícil encontrar tais características da poesia oral no rap.

Dessa maneira, chama-nos atenção a recorrência do caráter agonístico, o discurso exortativo e a consciência de grupo social nas letras do rap. Em "Na fé irmão" (do cd *Na como um dia após outro* dia, Racionais MC), define-se o que pode ser considerado um "irmão de fé" e também a fé necessária para sobreviver em meio às agruras do cotidiano.

> No nosso exército tem vários trutas / De prontidão pra enquadrar filhas da puta // Traidor que logo mostra sua cara / Desertor num caminho num agüenta vara / É mais difícil do que ele pensou / Tem que sê malandro pra ficá de pé e fazê ohh // Liga os dono do trapo que mato, ressuscito / Sou franco atirador / Meu homicídio é diferente / Eu sou do bem, mato o mal pela frente.
> [...]
> Voltei, tô filha da puta, daquele jeito / Eu não sou santo eu tenho meus defeito / Meu homicídio é diferente / Eu sou o bem, já citei, mato o mal pela frente / Pois o mal te oferece entregar o céu na mão/ Beijá, depois te escrachá na capa da revista Veja / Ou seja, anuncia o fim da Guerra Fria / Na política na Globo ou e quem você confia / Não sou o crime e nem o creme / Mas o time não hesita, aquilo treme / Pra mim, morrer é o caminho de uma vida / A vida é o jogo onde crescer é a única saída / Cheguei até aqui, não posso perder, vacilar / Vou prosseguir, aprendi, eu sei jogar / 30 anos se passaram, não é nenhum brinquedo / Eu tô na Terra, sei, eu prossigo sem medo / armadilha tem um monte à minha espera / Final feliz só em novela /Nos deram a pobreza, favela, bola, tráfico, tiro, morte, cadeia, um saco de cola / Droga toca rola a bola tá em jogo 5 a 0 / os cartola ganharam de novo / Caviar e champanhe pra quem não conhece / Liga e tv e assista o programa Flash / Socialite, piscina, dólares, mansão / Os capote dele é ouro de qualquer ladrão / Pra quem não tem mais nada a perder /Que importa uma Cherokee na mira de uma PT.

Como podemos notar nos versos acima, trata-se de um sujeito de enunciação que se autodefine como indivíduo que é “do bem” e mata “o mal pela frente”, ao passo que expressa um sentimento de pertencimento a um grupo “nosso exército tem vários trutas”. Instituem-se, desse modo, valores maniqueístas que refletem uma divisão social mais ou menos clara: o grupo ao qual pertence o sujeito de enunciação e uma sociedade midiática, rica e consumista que o isola e o exclui.

Essa primeira diferença contrapõe a vida pobre da favela ao luxo das mansões onde vivem os poderosos, mas uma outra diferença diz respeito às formas de comportamento dentro do próprio grupo, denotada pela intolerância aos traidores. Desse modo, o sujeito de enunciação na letra do rap exorta tanto os valores a serem seguidos para a manutenção da ordem interna, como reforça uma ideologia ao inimigo comum (os cartolas e socialites). É necessário notar que o sujeito de enunciação reúne dois discursos com uma força centrípeta e centrífuga ao mesmo tempo. Essa ambivalência de forças inspira uma geografia cultural complexa no espaço de produção do enunciado. Ela expressa uma objetividade discursiva atenuada, se contrapusermos aos textos de Tirteu ou Sólon, à medida que converge para uma notação do cotidiano no melhor estilo etnográfico.

Isso ocorre porque a periferia não comporta uma representação homogênea nem no próprio discurso do movimento hip hop, no qual o rap se apóia, nem nas relações entre os grupos subalternos que vivem na favela numa guerra declarada pelos pontos do narcotráfico. A guerra, dessa forma, não é apenas contra os grupos dominadores (“que importa uma Cherokee na mira de uma PT”), é também pelo domínio do espaço em que vivem (“Demarco meu espaço, sem aço, sem gangue”).

Como falar de uma eficácia discursiva se a objetividade não é tão acentuada como nos poetas gregos da Antigüidade? A escolha do suporte justifica uma comunhão de interesses num evento comum, isto é, os shows marcados pelas apresentações de danças, músicas e competições de estilo livre (como no repente) caracterizam uma forma de conduta poética oral eficaz. No entanto, a poética do rap

não dá conta de criar um discurso da diferença homogêneo, a não ser quando o espaço comum é o da favela.

O tom descritivo dos acontecimentos cotidianos das letras reflete uma identidade em aberto. Daí, as aporias como "ser bandido do bem", "não sou o crime nem o creme", "pra mim, morrer é o caminho da vida" passam a ser recorrentes. O arco do horizonte cultural da poética do rap ainda exalta o uso da droga, ao passo que alerta para seu lado destrutivo; combate o racismo, ao mesmo tempo em que apresenta preconceitos com os negros ou brancos "mauricinhos"; e profere um discurso consumptivo do contraconsumo. O "como-ser" e o "como-fazer" tão claros para os gregos, parecem ficar aqui esfacelados, mas não ficam, pois têm no horizonte uma clareza de quem é o inimigo comum, ao passo que as formas de agir se dá por vários vetores.

A poética do rap planifica a heterogeneidade e, por isso, tem um poder de alcance maior. Torna-se um artefato cultural produzido na comunidade e que, portanto, representa vários anseios dela. Ela se constitui enquanto textos num campo de lutas, em que o sujeito de enunciação anima a diferença, como no texto de Sólon, e justifica a violência como forma de ação, como em Tirteu. Logo, a poética veiculada numa cultura oral mantém elementos semelhantes de atualização em contextos diferenciados.

---

[1] Doutor em Letras, professor do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da UEL.
[2] HAVELOCK, E. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. Trad. Ordep J. Serra. São Paulo: Editora Unesp/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
[3] ZUMTHOR, P. Poesia, tradição e esquecimento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 set. 1988. Folhetim, p.2-11.
[4] EDWARDS, V.; SIENKEWICZ, T. J. *Oral cultures past and present*. Rappin' and Homer. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
[5] PEREIRA, M. H. da R. (org. e trad.). *Helade*. Antologia da Cultura Grega. 7. ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1998. p. 105.
[6] Pereira, M. H. da R. *Estudos de História da Cultura* Clássica. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 201.
[7] Pereira, 1998: 121.
[8] CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1981.
[9] BAUMAN, R. *Verbal art as performance*. Illinois: Waveland, 1984. p. 23. A tradução é de minha responsabilidade.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, GUERRA E ALIANÇAS ENTRE *ÍNDIOS* E *BRANCOS* NA ARGENTINA (1852-1861)

Gabriel Passetti – PPG-USP

Esta apresentação expõe resultados parciais da pesquisa de mestrado "Consolidação do Estado Nacional e etnocídio na fronteira sul argentina (1852-1885)" auxiliada por bolsa da Fapesp.

Em meados do século XIX, ao sul do território argentino, uma linha fronteiriça[1] partia de Bahia Blanca, na costa de Buenos Aires, passava em arco até Santa Fé e atravessava em linha paralela até o Chile, cruzando as Províncias de Córdoba, San Luis e Mendoza. Esta zona era caracterizada por um grande fluxo comercial, cultural e demográfico entre os lados genericamente denominados "brancos" e "índios".

Historicamente foram construídas duas versões acerca destas relações. A primeira, defendia que a ação militar, *civilizatória* e povoadora do Exército era central, em contraposição aos indígenas *selvagens* e hostis. A segunda versão procurava mostrar a dizimação das populações indígenas em decorrência do expansionismo *branco*. Ambas montaram sistemas nos quais havia dois grupos em oposição. Contrapondo-se a estas linhas historiográficas, se considera que não é possível tal simplificação. Os caciques compreenderam o jogo político, participaram das lutas que definiram seu presente e elaboraram planos concretos e argumentados para a defesa de suas autonomias. Lutaram com e por seus aliados, mas perderam ou foram traídos. Foram forças políticas e comerciais importantes, porém derrotadas.

Militares, colonos, pecuaristas e comerciantes – pelo lado *branco* – e caciques, *caciquillos*, *maloneros* e cativos – a partir dos *índios* – pertenciam a sociedades nas quais as relações entre estes opostos eram mais próximas do que historicamente se defendeu. Havia ódio e preconceito de ambos os lados, mas os interesses estratégicos, além dos cotidianos superavam tal rivalidade. Militares aprenderam a conviver com as invasões indígenas, colonos se adaptaram à tensa vivência nos campos, pecuaristas e comerciantes

descobriram como lucrar com as invasões, as necessidades dos militares e o comércio indígena. Os *índios* aprenderam a lidar com as incursões militares, a conviver com exilados políticos e desertores *brancos* e a escrever. Descobriram grandes oportunidades nos negócios envolvendo o comércio de gado roubado, além dos lucrativos tratados de paz e de como lidar com as oposições político-militares entre os grupos dirigentes *brancos*.

O início do século XIX foi marcado pelo processo de "araucanização" dos pampas, decorrência da pressão do Estado Chileno sobre os territórios até então praticamente intocados das etnias da Araucania. Com este avanço, uma importante parcela populacional de tais grupos, que constantemente atravessava a Cordilheira para comercializar, migrou para a Argentina, se miscigenando com as etnias ali existentes, introduzindo a centralização política do cacicado e o modo de vida guerreiro. A partir da adoção do uso do cavalo, as incursões em terras *brancas* foram facilitadas, o que gradativamente modificou as sociedades indígenas, que passaram a depender das invasões e do comércio deles decorrente em oposição à tradicional caça e coleta.

No período, no sul da Argentina, havia duas Confederações Indígenas que se destacavam: a "Confederação de Salinas Grandes" de *índios* provenientes da Araucania, liderados pelo cacique Calfucurá, e outra, que se opunha diplomática, mas não militarmente, à primeira, a "Confederação de Leuvucó", da etnia Ranquel – uma miscigenação entre os Mapuche e os Tehuelche –chefiada pelos caciques Calbán e Pichun. Próximo a Buenos Aires, vivia Catriel. Da etnia Pampa, seu grupo se aproximou politicamente dos portenhos.

Após o fim do governo de Juan Manuel de Rosas, em 1852, o cisma político entre a Província de Buenos Aires e a Confederação Argentina liderada por Justo José de Urquiza levou os principais caciques a procurarem ambos os governos em busca de tratados. Os portenhos não reconheceran os caciques como políticos iguais aos *brancos* e afirmaram que não continuariam com as relações como seguidas por Rosas. Para eles, o contato entre *índios* e *brancos* deveria se dar de forma desequilibrada, com os primeiros sendo *civilizados* pelos segundos. Já o governo confederado, ofereceu patentes militares, reconhecimento

territorial e bens materiais em troca da paz com a Confederação e de ataques à Província de Buenos Aires.

A partir da assinatura dos tratados de paz, os governos procuraram atribuir formas políticas ocidentais à organização política indígena e personificar o poder político para melhor compreendê-lo e controlá-lo. Ao responsabilizar diretamente o cacique pelas atitudes de todos os índios de sua etnia, o *branco* inseria a liderança indígena dentro de um sistema representativo que não encontrava base na tradição que o legitimava, tornando-o, também, *civilizado* e *vitrine* para os demais. Não foram raros os casos em que o discurso *branco* foi incorporado por estes líderes indígenas, em especial no tocante à educação, ao trabalho e à organização social.

Considerando os Mapuche como *chilenos* em virtude de seu nascimento, os legisladores elaboraram tratados que, além da segurança fronteiriça, também inseriam juridicamente aquelas terras na esfera *argentina*. Apesar de permanecerem sob o controle indígena, elas passavam a corresponder juridicamente à esfera nacional argentina, o que desestimulava o assédio chileno.

As negociações envolvendo a assinatura de diversos tratados durante o ano de 1854 explicitam a força dos caciques frente aos grupos em disputa pelo poder *branco* e a consciência que estes líderes indígenas tinham deste processo.

Nos primeiros momentos, Calfucurá, que concentrava grande força política e militar, procurou manter relações amistosas, mas não comprometidas, com ambos governos, enquanto aguardava uma definição do quadro político. Enviou a mesma proposta a ambos governos e procurou comparar as respostas para definir qual a mais vantajosa. Ao fim, escreveu a Buenos Aires para esclarecer que "queria ser amigo de Urquiza para lutar contra o governo, para que Urquiza governasse Buenos Aires" [2]. Assim, explicitou sua força política e militar e a potencializou para uma eventual proposta de paz portenha, consciente do temor de Buenos Aires relativo à sua aliança com Urquiza.

A correspondência entre o Ranquel Calbán e o Governador de Córdoba apresentava o *"¡Viva la Confederación!"*, característico da documentação oficial confederada daquele

período. O cacique mostrou conhecer as práticas políticas *brancas* e procurou cativar apoio, se inserindo no patamar do *restante* da Confederação. Apresentando-se como igual, reconheceu a autoridade *branca* para que esta também reconhecesse a sua.

A Urquiza e seu grupo, apesar de custosa e duvidosa, a aliança com as etnias do sul possibilitava a paz na fronteira e a desestabilização de Buenos Aires. Para conquistar tal força, cederam mantimentos, armas e cargos, mas obtiveram em troca preciosos tratados.

Se é possível afirmar que a diplomacia confederada foi extremamente eficaz ao conseguir atrair as forças dos Ranquel e de Calfucurá, os negociadores indígenas foram igual ou ainda mais eficientes ao manobrar com as rivalidades entre a Confederação e Buenos Aires e potencializar suas forças. Os interesses dos caciques ultrapassavam as vantagens materiais. Ao aliarem-se à Confederação, evitavam as incursões do exército a seu território, conseguiam a autorização para atacar vastas e ricas áreas – Província de Buenos Aires – passavam a ser reconhecidos como forças políticas, defendiam o acesso a suas terras e procuravam adquirir alguns *avanços da civilização*, como técnicas de trabalho. Ao contrário de uma manipulação de Urquiza, o que se observa é a conjugação dos interesses de ambos os lados contra um inimigo comum: enquanto aos *brancos* interessava a desestabilidade da produção de Buenos Aires, aos *índios* era fundamental a manutenção de uma área livre para os saques e proteção a seus *toldos*.

À medida em que a pressão indígena era excessivamente forte para ser combatida paralelamente à guerra contra Buenos Aires, o governo confederado cedeu às exigências indígenas sem, no entanto, deixar de se incomodar com os termos e o transcorrer da negociação. A documentação explicita a pressão exercida pelos indígenas para a obtenção dos acordos. Em 19 de junho de 1854, foi redigida uma carta ao Governador de Córdoba na qual o Ministério da Guerra e Marinha instruiu sobre a negociação dos tratados, afirmando que estava comprando a paz com os mesmos recursos que seriam gastos na repressão aos indígenas. Sentindo-se usurpado, o Ministério via nos tratados uma forma de gastar quantia semelhante de recursos sem ter que deslocar soldados, ainda conseguindo desestabilizar o inimigo *branco*.

Com as forças unidas para atacar Buenos Aires, os confederados não precisavam se preocupar com as invasões e assistiam à desestabilização econômica dos portenhos. Os *índios* tinham autorização para realizar lucrativos saques a Buenos Aires, além de mercados para a venda do gado roubado e o reconhecimento de sua força e autonomia. As informações passadas pelos militares da Confederação aos caciques eram vitais à manutenção dos tratados, assim como dados obtidos pelos indígenas repassados aos confederados também contribuíam para a paz nos *toldos* e na fronteira, comprometendo a segurança em Buenos Aires.

Apesar da paz e das boas relações, os caciques não estiveram desatentos aos planos expansionistas da Confederação. Em janeiro de 1855, o Governador de Córdoba apresentou planos de instalar um posto militar sobre o rio Quinto. Um mês e meio depois, chegou à cidade de Rio Cuarto o cacique Epumer, irmão de Calbán. Segundo o comandante local, o líder indígena foi claro ao comentar estes planos e declarar que seria praticamente impossível conter roubos à região do rio Quinto. O recado era explícito e parece ter sido compreendido: o avanço *branco* deveria parar.

Seguidas e cada vez maiores, as invasões atingiram o objetivo de desestabilizar internamente a província de Buenos Aires, que começou a ceder e negociar melhores condições aos caciques. A população da fronteira, inquieta diante da passividade do governo, passou a rebelar-se como podia – nas convocações para a Guarda Nacional – , mostrando confiar mais na defesa de sua própria propriedade do que na segurança comandada pelo governo.

O cacique Catriel vinculou sua aliança com os portenhos à divulgação de informações importantes sobre seus adversários ou inimigos. Ao explicitar os contatos entre Urquiza, Calfucurá e Cachul, trocou esta informação pela confiança do governo de Buenos Aires. Expediente utilizado durante todo o século, procurou potencializar sua força, citando os importantes caciques do sul argentino como alinhados ao inimigo de seu aliado. Com a denúncia, procurou criar uma representação política sua que se contrapunha à daquelas

etnias alinhadas com a Confederação, apresentando-se como a solução para uma situação que se delineava desconfortável aos portenhos.

Ao enfatizar a aliança entre os Ranquel, Calfucurá e Urquiza, o cacique também potencializou seu conhecimento sobre a situação política argentina no período. Citar nominalmente o presidente da Confederação Argentina e associar sua imagem à das etnias mais importantes e temidas dos pampas evidencia o claro entendimento que Catriel tinha da oposição entre os grupos *brancos* e a visão que estes tinham de determinadas etnias.

A negociação entre Buenos Aires e Catriel foi rápida e fácil, apesar dos termos impostos pelo cacique. O cacique recebeu um título militar, o de General e Cacique Superior das Tribos do Sul, motivo de inveja para as demais lideranças. Tantas honrarias, no entanto, não foram o resultado de uma mudança nas relações entre Buenos Aires e os indígenas, nem de um reconhecimento da força política que Catriel (não) tinha, mas uma forma de acalmar aquela etnia e criar uma barreira indígena às invasões. A opção foi por uma contenção militar com *índios*, em mais um tratado visto como urgente, porém vergonhoso. A forma portenha de lidar com os caciques e negociar a paz era sempre do ponto de vista do superior que se imaginava temporariamente tendo que ceder. Porém, os militares portenhos tentaram extrair o máximo possível da desfavorável situação e evitaram o fortalecimento excessivo de Catriel, "que mais tarde poderia ser outro Calfucurá"[3], segundo um dos comandantes.

Buenos Aires era constantemente informada da união militar entre o governo da Confederação e os principais caciques do sul, mas não conseguia atraí-los à sua esfera de influência, neutralizar sua força, nem tampouco entender a forma como os ataques eram coordenados e qual seu principal objetivo.

O plano para a derrubada do governo portenho e a inserção daquela província na Confederação Argentina dependeu da participação indígena para seu sucesso, pois a estratégia de Urquiza esteve baseada na exaustão das tropas portenhas.

Os caciques não foram apenas fornecedores de tropas auxiliares para o exército confederado: sua ação desestabilizadora durante todo o ano desguarneceu a fronteira e

abriu espaço para a vitória de Urquiza. Os líderes indígenas, membros ativos da Confederação há mais de cinco anos, optaram por aprofundar esta relação, contando com a retribuição política e militar após a vitória. Sabiam que o ocaso confederado levaria ao poder homens cuja visão sobre o indígena era negativa e optaram por auxiliar os que os consideravam aliados e ofereciam as melhores condições territoriais, políticas, militares e materiais, além da *civilização*, também oferecida pelos portenhos.

A vitória de Urquiza, em 1859, modificou as relações entre o governo e as etnias. A historiografia nos apresenta o período entre 1859 e 1861 como um momento de instabilidade após a submissão forçada de Buenos Aires. De fato, Urquiza foi obrigado a rever o enfoque dado aos tratados de paz com os caciques, pois um de seus principais trunfos, a troca da paz na Confederação pelas invasões a Buenos Aires, era inviável.

Há pouca documentação do período. Supondo-se que as relações entre caciques e *brancos* tenham sido mantidas como eram antes, pode-se imaginar que alguns líderes menos afeitos a invadir, como Catriel, tenham permanecido em paz. Entretanto, o que houve com os Ranquel é um mistério e as ações de Calfucurá parecem ter sido em direção da manutenção da onda de invasões como forma de pressão por vantagens econômicas.

Em setembro de 1861, as tropas de Mitre e Urquiza se enfrentaram novamente e o primeiro sagrou-se vencedor, unindo a Argentina sob a marca portenha. A queda de Urquiza gerou um duro impacto às etnias do sul, que foram forçadas a rever os tratados então assinados e passaram a enfrentar uma política mais agressiva por parte do novo governo.

Ao compreenderem a força política e militar representada pelos líderes indígenas, portenhos e confederados buscaram se aproximar deles ou anulá-los. Os dois lados, independentemente da estratégia adotada, reconheceram o poder militar concentrado nas mãos dos caciques do sul e o poder político que desfrutavam diante de milhares de indígenas. Com um contato mais intenso do que jamais ocorrera, descobriram os interesses políticos, econômicos e territoriais dos caciques. Estes, por sua vez, souberam usar a negociação e o conflito na busca por reconhecimento político, legitimidade territorial e poder

econômico, aprendendo a lidar com as lutas das elites e a encontrar estratégias para conservar suas terras, consideradas *desertas*, e suas populações, tidas como *bárbaras*.

A inserção das terras indígenas na esfera jurídica *argentina* e o controle e *civilização* dos *índios* eram consenso entre políticos e militares *brancos*. Porém, as estratégias utilizadas para a conquista territorial e populacional variaram entre os grupos *brancos*.

A década de 1850 foi marcada por violentas invasões contra a Província de Buenos Aires, o que contribuiu para o início da gestação, entre políticos e militares daquela região, de uma proposta genocida[4] para o que entendiam como *o problema indígena*. De outro lado, as políticas de aproximação personalista[5] de Urquiza conquistaram o apoio e a amizade indígena a partir do reconhecimento político. Estas situações particulares contribuíram para a construção de imaginários sociais[6] distintos entre as regiões argentinas. No final da década de 1870, a proposta de extermínio, gestada em Buenos Aires, prevaleceu, nas *Campanhas do Deserto*, ações militares que exterminaram dezenas de milhares de *índios* e submeteram os demais à tutela estatal, ao confinamento em reservas e ao trabalho de baixa qualificação no campo e nas cidades, liberando 15.000 léguas para a agropecuária exportadora.

---

[1] Por fronteira, entende-se como uma região em que "se constituem e cristalizam processos múltiplos e interconectados, razão pela qual esta não pode ser entendida apenas como um limite que marca distâncias, mas também como o espaço onde os diferentes se conhecem dando origem a um verdadeiro processo de mediação cultural", in TAMAGNINI, Marcela. "La frontera del Rio Cuarto: espacio de la distancia y la mediación social (1850-1880)" in *CD Etnohistoria*. Buenos Aires: NAYA, 2003., p. 5. A este termo, associa-se o de "zona de contato", elaborado por Mary Louise Pratt: "espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada", in PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierre.

[2] Archivo General de la Nación. Sala X. Legajos 19-6-5, 02/04/1857.

[3] Archivo General de la Nación. Sala X. Legajos 27-7-6, 26/03/1858.

[4] Esta pesquisa utiliza a terminologia como proposta por Pierre Clastres. Segundo o autor, "essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se se pode dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto". CLASTRES, Pierre. "Do etnocídio", in *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia* política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 83.

[5] Análises em torno da figura do caudilho e da importância das relações pessoais na política argentina podem ser encontradas em GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

[6] Bronislaw Baczko e Raoul Girardet são alguns dos autores a trabalhar com o conceito de imaginário social, e alguns de seus textos são referência: BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social" in *Encicliopedia Einaud*, Volume 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985; e GIRARDET, Raoul. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, s/ data.

A última carta de Louis Agassiz ao Imperador Pedro II
O testemunho de uma angústia

Gastão Galvão de Carvalho Souza / MAST- Rio de Janeiro

O GRANDE OBJETIVO DE AGASSIZ

Louis Jean Rodolphe Agassiz foi um dos mais importantes ictiólogos do século XIX. Possuiu uma trajetória rápida e brilhante e teve como mestres e amigos figuras emblemáticas do naturalismo. como Humboldt, Von Martius e Cuvier.

Apesar de formado em medicina a sua grande paixão sempre foi o naturalismo embora os clamores familiares não aprovassem tal predileção nada o demoveu de seguir esta carreira

Em 1836 inicia um estudo das geleiras viajando pelos montes do Jura e pelos Alpes. o que resulta na sua aclamada obra "*Estudo sobre as geleiras"* publicada em 1840 Este trabalho foi aclamado por todos os geólogos da época como de seminal importância para solucionar diversos problemas originados pela descoberta de grandes pedaços de rochas encontradas , muitas vezes em total isolamento, principalmente em diversas regiões dos Alpes.

A teoria de Agassiz os explicava como oriundos da dilatação de imensas geleiras do passado que neste processo os tinha empurrado de suas posições originais. Estava assim descoberta a teoria das grandes glaciações que tem sua validade até hoje considerada.

Em 1846 Agassiz embarca para Boston, onde pretendia dar um ciclo de conferências, recebendo após o brilhantismo das mesmas (Agassiz sempre foi considerado um grande e empolgante conferencista) um cargo na Universidade de Harvard. Agassiz aceita o convite talvez pretendendo a reconstrução de sua vida que se encontrava bastante tumultuada na Europa.

Tinha proposto a sua esposa mudança para Boston porém Cecília Braun alegara encontrar-se enferma e portanto inapta para uma imediata mudança da cidade de Carlsruhe na Alemanha onde se encontrava. Em 1848 Agassiz se torna viúvo e sua decisão em permanecer nos Estados Unidos se torna livre de empecilhos.

Em 1849 seu filho Alexander chega a Boston e Agassiz definitivamente resolve lá permanecer. Após diversos trabalhos e pesquisas sobre a geologia americana que não cabe aqui descrever, inaugura o Museu de Zoologia Comparada da Universidade de Harvard em 1860. Este se tornará a partir de então um dos maiores centros de estudo da história natural nos Estados Unidos.

Em 1859, Agassiz recebe de Charles Darwin um exemplar do seu livro a ser editado "A origem das espécies" Neste Darwin elabora a sua tese da mutabilidade das espécies e do mecanismo pelo qual tal fenômeno se opera, a seleção natural.

Agassiz era um fiel discípulo de Georges Cuvier que tinha sido um ardente adversário da tese da mutabilidade das espécies. Advogara o sábio francês um criacionismo catastrofista da natureza que, segundo ele, explicava perfeitamente a seqüência encontrada no registro fóssil.

Para Cuvier os dados obtidos pelos registros fósseis aliados as verificações dos naturalistas a respeito das estruturas dos seres viventes da época, apontavam de maneira inconteste a uma descontinuidade de caráter irredutível do fenômeno da vida. Não haveria portanto nenhuma relação entre os fósseis encontrados e os seres viventes do presente. Cada estrato geológico apresentava a sua própria fauna e flora característica.

Para Cuvier como também para Agassiz os seres vivos historicamente atestavam um ciclo de criações e extinções propugnadas pelo criador cujo principal objetivo era o da anunciação da criação de sua obra magna que se avizinhava: o homem.

Havia, portanto para os dois pensadores uma relação íntima entre os dados obtidos empiricamente e o progresso inexorável da vida rumo ao seu pináculo. Temos de novo a famosa "Escada do ser", de promulgação Aristotélica, agora em movimento.

Não foi de se estranhar, portanto a posição tomada por Agassiz em relação às teorias darwinianas da evolução.

Em primeiro lugar Darwin afirmava uma relação de continuidade entre as espécies do passado e as atuais, colocando, portanto as espécies como entidades temporalizadas.

Em segundo lugar, e talvez aí habite a principal discordância de Agassiz, o mecanismo proposto por Darwin, a seleção natural, colocava um caráter intrinsecamente aleatório ao

aparecimento das espécies no planeta, o que vinha frontalmente contra as suas teses de indiscutível progresso, que estavam bem de acordo com o pensamento da época.

Darwin já tinha previsto tal tipo de reação de Agassiz e quando mandou para o mesmo o exemplar do seu livro assim se manifestou:

> *"Eu me aventurei a mandar pra você uma cópia do meu Livro (embora apenas até agora um resumo) sobre a origem das espécies Como as conclusões as quais eu cheguei em diversos pontos diferem amplamente das suas , eu pensei (se você alguma vez ler o volume) que você possa pensar que eu o tenha enviado por alguma espécie de bravata,mas lhe asseguro que eu agi sob uma forma totalmente diferente de pensamento. Eu espero que você ao menos me dê o crédito, apesar de quão errônea você possa achar a conclusão, de ter seriamente me esforçado para encontrar a verdade Com sincero respeito..."*[1]

O naturalista inglês já vislumbrava ter em Agassiz um ferrenho adversário de suas teses a respeito do mundo natural. Embora Agassiz estivesse ao par com as evidências que Darwin alegava para sua tese, a lógica Darwiniana era para ele desconhecida e cheia de incoerências. A visão de mundo que Agassiz defendia era totalmente conflitante com a visão de Darwin. Agassiz sentiu a obrigação de dar uma resposta as teses de Darwin, pois toda a comunidade de naturalistas de sua nova pátria assim o exigia.

Era, entretanto um fato que já nesta época alguns naturalistas americanos como Asa Gray achavam que algumas respostas cuverianas aos enigmas propostos pelo chamado "mistério dos mistérios", a origem das espécies, estavam longe de serem satisfatórias.

Começaram a ver em Agassiz um naturalista defasado das grandes questões da época.
O naturalista que tinha sido adotado em 1846 de maneira gloriosa pela jovem nação via agora a ameaça de ter todo aquele prestígio contestado por muitos de seus antigos alunos. A resposta de Agassiz veio rápida e não foi surpreendente para todos que o conheciam. O estudo feito sobre sua marginalia na obra de Darwin possui algumas asserções bastante significativas:

> *"Isto é verdadeiramente monstruoso"*
> *"Qual é a grande diferença entre a suposição que Deus tenha feito as espécies variáveis ou que ele tenha feito leis pelas quais as espécies variem"*

> *"O que tudo isto prova exceto que existe uma unidade ideal mantendo todas as partes de um plano juntos?"*[2]

Agassiz ainda achava que os argumentos utilizados na época do aparecimento da obra " Os vestígios da criação' de Chambers, eram válidos. Não tinha ainda aquilatado que Darwin tinha sido bastante cuidadoso ao editar seu trabalho que se encontrava repleto de argumentos empíricos de grande validade.

O auxílio que esperava encontrar em seus pares não foi o que ele achou. O apoio que recebera de cientistas famosos como Asa Gray e Thomas Henry Huxley, agora lhe faltava. Definitivamente Darwin não era Chambers e tinha se precavido muito bem. Agassiz sabia agora que apenas buscando dados no mundo natural que confrontassem a teória rival, poderia almejar uma vitória sobre Darwin análoga a que obtivera sobre Chambers.

Seria verdadeiramente excepcional que a região que tinha fornecido as bases empíricas para a hipótese darwiniana fornecesse agora a contraprova. Além do mais ele recordava que uma das primeiras vitórias de sua gloriosa carreira se dera graças a análise dos peixes brasileiros. Seu estudo da fauna ictiológica da expedição de Von Martius fora de fundamental importância em sua nascente carreira científica. Sim , em terras brasileiras estaria a resposta ao desafio darwiniano. Agassiz lá encontraria os dados insofismáveis que colocassem fora de questão a loucura darwiniana.

Podemos dizer que existiram dois grandes momentos na vida de Agassiz no qual o Brasil representou um papel crucial. O primeiro foi em Munique quando escreveu a sua primeira grande obra que foi a revisão dos dados obtidos por Spix, que tinha falecido recentemente deixando os mesmos para serem completados. O segundo foi quando organizou a expedição Thayer no Brasil em 1865-1866 cujo grande objetivo era a coleta de dados que provassem a falácia da doutrina darwinista da evolução.

A CORRESPONDÊNCIA DE AGASSIZ: O TESTEMUNHO DE UMA ANGÚSTIA

Durante dez anos Agassiz manteve uma correspondência com D. Pedro II e a análise da mesma nos mostra a luta titânica que o naturalista manteve até o final de seus dias pra derrotar o que ele achava se tratar de uma absoluta loucura orquestrada por um naturalista que a seu ver

confundia sua ideologia com os fatos tão amplamente demonstrados pela natureza.

Por mais paradoxal que seja, é este o pensamento que seus adversários lhe querem imputar, postulando que a visão de Agassiz sobre os fenômenos naturais estava eivada de uma ideologia platônico-religiosa a qual ele absolutamente queria abandonar, ideologia essa que foi levando o sábio a um ostracismo quase completo por parte de seus pares no final de seus dias. A análise comparativa de suas primeiras missivas ao imperador com a última torna-se emblemática para tal visão.

A primeira carta de Agassiz ao Imperador esta datada de 23 de julho de 1863 e nela entre outras frases podemos destacar as seguintes:

> *"Vossa majestade possui um interesse tão claro a tudo que concerne as letras e as ciências que poderá me perdoar se eu o entretenho por um momento com um fenômeno extraordinário que observei sobre uma espécie de peixe que Mr. Fletcher me reportou do Brasil."*[3]

Agassiz inicia assim com o imperador uma correspondência cujo motivo principal se trata de obter do imperador seu apoio na expedição onde o naturalista tem por principal objetivo a coleta de dados que descartará para sempre a hipótese darwiniana. Em sua segunda carta datada de 2 de maio de 1864 assim se expressa o naturalista a respeito da obtenção de dados em terras brasileiras.

> *"Para mim nestas coleções não é nem a beleza exterior nem o valor dos objetos que me interessam, mas, sobretudo a importância que podem possuir para a solução das questões filosóficas que se discutem neste momento. Ou de todas estas questões, não nenhuma que ofereça um interesse mais poderoso e mais imediato que o da origem das espécies:"*[4]

Em sua terceira carta a Pedro II Agassiz assim se expressa sobre o verdadeiro combate que em sua opinião se dará em terras brasileiras:

> *"E, pois a grande questão da origem das espécies parece que deve se debater sobre o terreno do Brasil mais do que em qualquer outro lugar. Duas obras apareceram recentemente sobre este assunto donde os materiais foram retirados do Brasil e eu desejo, portanto explorar estas mesmas regiões já que a minha visão sobre este assunto é diametralmente oposta aquela dos autores aos quais eu faço alusão"*[5].

Estas obras referidas por Agassiz são as de Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace

que estiveram no Amazonas pesquisando a respeito do fenômeno da especiação. Os referidos naturalistas tiraram conclusões análogas a respeito do relacionamento da origem de novas espécies a partir do isolamento reprodutivo. Nichos diversos no ecossistema amazônico impediam o contato com membros da mesma espécie de organismos que a partir de certo tempo de isolamento tornariam possível o aparecimento de novas espécies a partir de uma só. Tal fenômeno tinha sido observado por Darwin indiretamente no arquipélago das Galápagos, já que só tinha aquilatado para o mesmo quando o ictiólogo John Gould tinha chamado sua atenção para o fato ao analisar os exemplares por ele enviados para a Inglaterra.

Agassiz duvidava de tal evento e queria provar em terras brasileiras que ecossistemas constantes, como as águas do rio amazonas, poderiam acomodar uma grande quantidade de espécies, provando com isto que não havia uma relação entre as variações ambientais e as taxas de especiação. Achava Agassiz que com estes dados colocaria a teoria da evolução nos moldes darwinianos totalmente fora de combate com um golpe definitivo.

Uma outra vertente da crítica que o naturalista queria produzir com dados obtidos no Brasil era o da generalização total da glaciação. Se ele pudesse provar que a última glaciação tivesse coberto todo o globo com gelo, teria evocado uma extinção generalizada das espécies então existentes fazendo com que apenas uma nova criação divina explicasse a não extinção total da vida no planeta.

A expedição Thayer se realizou e Louis Agassiz aqui esteve procurando intensamente as provas que levariam o darwinismo ao cadafalso. Os resultados da mesma foram pífios em relação aos dados coletados.

Embora tenha encontrado na bacia do rio amazonas uma grande variação de peixes, a mesma foi considerada bastante exagerada pelos ictiólogos da época. Mesmo hoje quando os métodos de analise são mais sofisticados que o mero morfológico da época encontra-se uma variação ictiológica menor do que a encontrada pelo naturalista na sua viagem.

Quanto a imensa geleira que Agassiz diz ter prova da sua incontestavel existência, tal fato foi motivo de imensa crítica pelos principais geólogos do século XIX. Charles Lyell, Alfred Russel Wallace e até o intrépido Guilherme Capanema criticaram os dados de Agassiz. O ictiólogo foi

atacado com os mesmos argumentos que queria usar contra a loucura evolucionista darwiniana, ou seja como sendo um cego pelo fixismo Cuveriano considerado como completamente ultrapassado pelos grandes naturalistas da época.

Torna-se, portanto emblemática a análise da sua última carta a Pedro II, a de número 52, na qual Agassiz se despede de maneira melancólica daquele que tudo fez para tornar real o seu sonho de pesquisador.

> "*Esperemos que depois da fase de sórdida corrupção pela qual nos passamos seja terminada suceda uma era de nobres aspirações.*"[6].

Mais adiante assim prossegue o sábio*:*

> "É que a vida das nações não é senão que um reflexo da vida dos indivíduos :como no reino animal a ordem das sucessões dos seres organizados na série dos tempos recorda o desenvolvimento gradual do embrião. É a lei geral. Qual é o objetivo?Sem dúvida o progresso. Se fosse de outra maneira, não haveria senão o desespero no final e para mim eu tenho fé no amanhã."[7]

Durante toda a sua vida Agassiz defendeu a teoria de que a embriogênese representava o modelo pelo qual o criador tinha deixado o homem vislumbrar o seu "modus operandi".

É paradoxal que onde muitos embriologistas viam uma prova concreta do fato evolutivo, Agassiz via a mais forte prova do criacionismo fixista.

O seu desespero enunciado na última carta mostra como idéias defendidas por um longo tempo podem se tornar uma parte tão profundamente arraigada de uma personalidade e de todos os seus valores que, uma simples possibilidade de contestação da mesma ameaça toda a sobrevivência psíquica do indivíduo que a possui. Nas próprias palavras de Agassiz não haveria nada mais que o desespero se a verdade de sua crença fosse abalada.

É uma boa ocasião para a meditação nestes nossos tempos tão fundamentalista, já que mesmo um pesquisador que se dizia tão comprometido com o método empírico na elaboração de suas teorias não podia suportar a negação das mesmas pelo referido processo.

Um mundo sem objetivo era para Agassiz impossível de ser suportado. A sua própria subsistência psíquica dependia intrinsecamente que o mundo possuísse uma finalidade implícita de maneira transcendente.

---

1 The Darwin correspondence Online Database Calendar number 2519 11/Nov. /1859

2 Anuário do Museu Imperial Volume 13 pg. 44

3 Agassiz a life in science Edward Lurie 1988 University of Chicago Press pg 254-55
4 Anuário do Museu Imperial Volume 13 pg. 49
5 Anuário do Museu Imperial Volume 13 pg. 62
6 Anuário do Museu Imperial Volume 13 pg. 239
7 Anuário do Museu Imperial Volume 13 pg. 240

O FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO E A BUSCA DO CONSENSO

Gelsom Rozentino de Almeida - UERJ

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. A estrutura funcional do FNT comporta os seguintes órgãos: I – Coordenação; II – Plenária de Representantes; III – Comissão de Sistematização; IV – Grupos Temáticos, constituídos para discutir os seguintes temas: a) Organização Sindical - GT1; b)Negociação Coletiva - GT2; c) Sistema de Composição de Conflitos - GT3; d) Legislação do Trabalho - GT4; f) Organização Administrativa e Judiciária do Trabalho; g) Normas Administrativas Sobre Condições de Trabalho; h) Qualificação e Certificação Profissional; e i) Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade. Em todos os grupos e comissões a composição é tripartide, sendo que a CUT divide a representação dos trabalhadores com outros setores do movimento sindical, sobretudo com Força Sindical. Partimos do entendimento de que essa iniciativa filia-se a linhagem das demais propostas de pactos, concertos e entendimentos nacionais, de conciliação de interesses classistas.

Dentre os objetivos do FNT destaca-se a proposta de promover a democratização das relações de trabalho através da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. A intenção do governo federal seria atualizar a legislação do trabalho, adequando-a as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda. Através desse fórum, legitimado pela participação de representantes de governo, empresários e trabalhadores, pretende-se, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.[1]

Muitas vezes, em nome de uma "*salvação nacional"*, em nome daquilo que *o "Brasil quer, o Brasil precisa"*, em nome do "*mercado"*, efetuam-se generalizações sobre "*custo*

Brasil", rigidez, flexibilização, desregulamentação, negociação coletiva e o papel do Estado. Muitas vezes equivocadas, pois transporiam diagnósticos estranhos a especificidade nacional. De forma indefectível, o tema é abordado como se a melhor inserção internacional dependesse basicamente de vontade política da nação, emanada de uma crença inquebrantável nos *valores superiores do mercado*. Tais valores atestariam o anacronismo da proteção do trabalho enquanto elemento de contenção do desenvolvimento econômico dos países. [2]

Após a 2ª Guerra Mundial adotou-se na Europa, principalmente, o *Estado de Compromisso* ou *Welfare State*, de matriz keynesiana, que representaria uma "pacto", por parte da mão-de-obra, da aceitação lógica do lucro e dos mercados como princípios orientadores da alocação dos recursos, das trocas internacionais, da mudança tecnológica, do desenvolvimento do produto e da localização industrial. Em troca de uma garantia de que seriam defendidos os padrões mínimos de vida, os direitos sindicais e os direitos democráticos liberais, seria evitado o desemprego em massa e a renda real subiria aproximadamente de acordo com a produtividade do trabalho, tudo isto através da intervenção do Estado, se necessário. Esse compromisso contribuiu para a compatibilização do capitalismo com a democracia, ao fazer com que as organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos políticos) retirassem da pauta de demandas a alteração do modo de produção através de uma revolução. O controle político do Estado *dentro* do modo de produção seria resolvido pela competição partidária. Superado esse tipo limitado de conflito haveria um consenso relativo às prioridades, demandas e valores básicos da economia política, como o crescimento econômico e a segurança social (assim como a militar).

Nesse *jogo*, cada classe teria de levar em consideração os interesses da outra. Os operários considerariam a lucratividade, porque somente um nível de lucro e de investimento razoável garantiria o emprego futuro e o aumento de renda. Os capitalistas valorizariam os salários e as despesas do *welfare state*, porque garantiriam uma demanda efetiva e uma classe operária saudável, bem treinada, sem problemas de moradias, educação, transporte e feliz...

A social-democracia, como premissa político-ideológica de algumas correntes sindicais, acaba implementando a idéia de um capitalismo mais "adocicado", pautado na manutenção dos mecanismos democráticos[3], na possibilidade de livre negociação entre patrões e empregados, e na proposta de "pacto", este firmado entre os setores produtivos da sociedade e o Estado, em prol do desenvolvimento econômico e social. De certo, no Brasil dos anos noventa em diante, os mecanismos de luta da classe trabalhadora caminham no sentido de sofrer adaptações a esse novo momento, onde as relações de produção estão em fase de profunda transformação. Mas, mesmo a social-democracia e o Estado de Compromisso estariam ultrapassados, ao menos da necessidade histórica do capitalismo no presente. Mais adequado aos interesses do Capital, o "Sindicalismo de Resultados", como é conhecida a corrente do movimento sindical que privilegiaria a luta econômica, e que tem na Força Sindical a principal central sindical e pólo aglutinador, embora tenha conseguido a manutenção de alguns postos de trabalho e até significativas reposições de perdas salariais em alguns setores, na busca de conduzir o movimento sindical a um novo momento das relações de produção, acaba por servir ao avanço das políticas neoliberais no Brasil.

A Força Sindical surgiu em 1991 e permanece como um o principal contraponto a CUT, participando ativa e favoravelmente das negociações das reformas ao longo dos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. E, embora adote uma postura oposicionista com relação ao Governo Lula, pragmaticamente participa dos diversos fóruns e negociações com o governo. E, em situações emblemáticas, apresenta reivindicações identificadas como de maior expressão dos interesses dos trabalhadores, como na questão do reajuste do valor do salário mínimo.

A última década e, sobretudo os primeiros anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, representaram para os movimentos sindicais no Brasil uma fase de profundas mudanças, tanto no discurso, como na estrutura e prática sindical. A CUT, como legítima organização de trabalhadores, tinha-se mostrado participante no processo de refreamento das políticas neoliberais implementadas desde o início da década de 90, mas estaria perdendo seu poder de aglutinação da classe trabalhadora em prol da defesa de seus direitos e conquistas e adotado uma postura *propositiva* e conciliadora com o capital, identificando interesses comuns.

Aqui cabe, ainda que rapidamente, recuperar o momento-chave da eleição presidencial de 1989. O programa econômico do PT na campanha de 1989 – na Frente Brasil Popular - era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia "democratizar" de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto "capitalista" seria visto como contrário aos interesses "dependentes e associados da burguesia no Brasil".

A proposta petista era contra-hegemônica pois considerava a necessidade de reformas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, tendo como objetivo estratégico o socialismo. E mais: a implementação desse modelo alteraria as bases de sustentação política e econômica das classes dominantes embora, contraditoriamente, muitos de seus aspectos lhe fossem benéficos. Para o PT, entretanto, não se tratava de buscar parcerias na burguesia nacional, nem confiar em seu interesse no crescimento do mercado interno ou em seu caráter democrático ou anti-imperialista. Diferentemente do PCB pré-64, entendia o projeto burguês como associado ao capitalismo internacional e, portanto, em regra contrário ao desenvolvimento autônomo de um capitalismo de massas, que ampliasse o mercado de trabalho, o consumo e participação política. O PT representava a defesa de um projeto nacional, democrático, popular e público, quiçá socialista, contra a estratégia privatista, liberal-autoritário e internacionalista do capital.

Ainda que contendo ambigüidades e contradições, esse projeto crescia frente à inexistência de uma resposta (ou um projeto) com alguma capacidade de incorporação social por parte das classes dominantes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores tornara-se uma ameaça, não porque se propusesse a desmantelar o capitalismo ou a propriedade privada, mas porque ao aglutinar forças diferentes, ao incorporar trabalhadores urbanos e rurais, oferecia uma alternativa política para o país.

Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traiçao*, pois as mudanças foram feitas as claras e gradualmente, visando a conquista eleitoral, e não apenas com a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT[4] e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações : 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder : graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

De acordo com a tese de Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital.*[5]

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e

populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.[6]

Uma categoria chave para a análise da formação e resultados do Fórum Nacional do Trabalho seria a de "pacto social". Na história do Brasil recente foram realizadas algumas tentativas, desde o Governo Sarney até o Fernando Henrique. A primeira dessas teria sido a que mais próximo chegou de seus objetivos, tendo como óbices fundamentais a atuação do PT e da CUT.

O período da presidência de José Sarney representaria, efetivamente, o momento final da transição – um "governo de transição", entre o regime ditatorial e o democrático. Mas não somente isto. Representaria ainda um governo onde a crise de hegemonia burguesa tornar-se-ia explícita, diferenciando-se de uma mera crise de governo ou "governabilidade", patente na incapacidade dos grupos dominantes tornarem-se também dirigentes, na ausência de um projeto unificador dos interesses dos diferentes setores burgueses e na carência de legitimidade para a formação de um "consenso". Conforme o indicado por Gramsci:

> Como se formam estas situações de contraste entre 'representados e representantes', que do terreno dos partidos (organizações de partido num sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística) refletem-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de 'crise de autoridade', mas na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto.[7]

Dessa forma, a superação da crise ao longo da década de noventa foi resultado de um rearranjo político interno e uma redefinição da inserção econômica internacional do Brasil, capitaneada pelo capital financeiro. A comparação com a tentativa formação de um pacto na segunda metade dos anos oitenta é ilustrativa da retomada da estratégia no Governo Lula (não esquecendo a tentativa frustrada no Governo Collor).

Via de regra, entende-se as tentativas de estabelecimento de um "pacto social" durante a "Nova República" como se fosse uma forma de controlar a mobilização dos trabalhadores, através dos sindicatos e partidos de esquerda. Esta interpretação é correta, porém tende a considerar o governo – ou o Estado, conforme variações – como um "bloco" coeso, unitário, impermeável. Todo Estado capitalista é permeável às lutas sociais e contradições, e, sobretudo, sujeito às disputas entre as diferentes frações de classe que detém o poder. A questão do "pacto social", por exemplo, possibilita identificar dois posicionamentos no governo Sarney:

1) Aqueles que defendiam a necessidade de um "pacto" como requisito para a retomada do desenvolvimento, significando, portanto, um projeto que priorizaria os investimentos nas áreas sociais, infra-estrutura, subsídios, redução da tensão no campo, através de uma ação mais direta do Estado, objetivando a expansão do mercado interno e o crescimento industrial;
2) Os que afirmavam que o mercado, "livre das amarras do Estado", em seu livre jogo de oferta e procura, suas "leis naturais", resolveria por si os problemas reais da sociedade brasileira através de uma abertura (maior) ao investimento estrangeiro, cabendo ao Estado equacionar a questão da dívida externa e promover as condições necessárias para a atração de capitais, com a desregulamentação da economia e redução dos gastos sociais, o "neoliberalismo", evidenciando os interesses do setor financeiro internacional e nacional. [8]

Assim, a criação do Fórum Nacional do Trabalho teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. O PT e a CUT que teriam se constituído na luta contra a ditadura,

articulando o binômio negociação e confronto, tendo sido o principal bloco de resistência ao processo de arrocho salarial e implantação do Consenso de Washington na década de 1980, de oposição à *flexibilização e desregulamentação* da legislação trabalhista e da defesa dos direitos constitucionais no início da década de 1990, teria formulado a proposta do FNT acreditando nas teses de um desenvolvimentismo nacional, tendo como interlocutores o Estado e organizações empresariais. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e PT ao longo dos anos 90 e se apresentavam como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores *modernos*, mas conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um consenso da sociedade, uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe. Uma utopia? Não, um *espetáculo*...

---

[1] Fórum Nacional do Trabalho – Objetivos. In: www.fnt.tem.gov.br

[2] Tais expressões aparecem de forma recorrente na imprensa, tanto em colunistas políticos como em editoriais dos grandes jornais e revistas. Também estão presentes em produção *especializada* de autores da vertente liberal.

[3] PREZEWORSKI, Adam, em seu livro "Capitalismo e social-democracia", destaca as diferença entre as ideologias social-democrata e socialista, demonstrando que a primeira apresenta o caminho democrático (através das eleições e do voto) como o principal e legítimo meio de chegar-se ao socialismo.

[4] Sobre o conceito gramsciano de transformismo e sua aplicação a algumas tendências do PT (Articulação e PRC), ver: COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.

[5] COELHO, Eurelino. op. cit.

[6] POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.
Para Armando Boito Jr., « A situação brasileira atual não reproduz fielmente a situação designada pelo conceito de classe detentora – não estamos falando do conjunto da classe operária e os sindicalistas da Articulação Sindical estão muito longe de monopolizar os principais cargos do Executivo Federal. Porém, mesmo nessa versão limitada, a detenção de altos cargos no executivo federal pelos sindicalistas produz efeitos políticos e ideológicos importantes. A formação do governo Lula é vista, por esses trabalhadores, como uma situação inteiramente nova. Com esse governo, esses sindicalistas imaginam ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e esperam do presidente sindicalista, não uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego ». BOITO JR., Armando. Entrevista concedida a Gazeta Mercantil, republicada na *Revista Espaço Acadêmico*, no. 44, jan. 2005, in: : http://www.espacoacademico.com.br

[7] Gramsci, Antonio*, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1991, p. 54-55.

[8] Para maiores detalhes da análise da "Nova República", especificamente sobre a re(l)ação do PT e da CUT às propostas de "pacto", ver: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: 1979-1989.*Tese de Doutorado em História, Niterói: ICHF/UFF, 2000.

Das mulheres loucas e sem alma: práticas de aborto e infanticídio

Georgiane Garabely Heil Plem – UFPR

20 de abril de 1960. O delegado de polícia, o escrivão e duas testemunhas, motivados por uma denúncia, entraram na residência de número 1 da rua Rio de Janeiro, na cidade de Ponta Grossa, passaram pelo interior da casa e se depararam com uma construção no quintal, onde havia dois quartos. No primeiro, sobre uma cama de solteiro, encontraram uma mulher deitada e viram que no soalho deste quarto havia grande quantidade de sangue e algumas manchas que haviam sido limpas com roupas que não se encontravam no interior do local. A mulher chamava-se Reny, era solteira e tinha 19 anos de idade. Disse ao delegado que tivera uma forte hemorragia durante a noite e então limpou o sangue com roupas velhas jogando-as no interior da privada que ficava a uns vinte metros do quartinho. O corpo de bombeiros foi chamado e com a utilização de ferros retiraram da patente diversas roupas, entre as quais foi encontrada uma criança do sexo masculino, já sem vida.

Reny foi levada para a Santa Casa de Misericórdia e no dia seguinte deu seu depoimento sobre o caso, dizendo que era doméstica, trabalhava no Rio Hotel e conheceu um rapaz chamado Braz. Tiveram relações sexuais e ela engravidou. Falou ao delegado que durante a noite sentiu muita dor de barriga, foi até a latrina, onde se sentou e perdeu os sentidos devido ao tamanho da dor. Voltou para seu quarto e lá percebeu que seu corpo tinha diminuído. Notou também que quando estava na privada deu à luz a uma criança, que não chegou a conhecer. Disse não saber ao certo o prazo da gestação pois não lhe cessaram as regras e que não jogou a criança dentro da privada. A criança devia ter caído sem que ela tivesse percebido.[1]

A história de Reny é muito parecida com a de várias outras mulheres da cidade de Ponta Grossa que em algum momento de suas vidas não quiseram ou não puderam ser mães e o Estado, por meio do poder judiciário, interfere e torna pública a vida privada dessas pessoas, processando-as pelas práticas de infanticídio ou de aborto.

Nossa intenção é recuperar parte das vivências femininas com seus corpos e com a maternidade por meio da bibliografia médica e jurídica e dos processos-crime que apresentam casos como o de Reny, onde um filho não desejado se transforma em um caso de polícia.

A figura materna foi construída como ideal de bondade e dedicação, e a maternidade como um tema sagrado, articulado com a representação da Virgem Maria[2], assim práticas que negam este "instinto natural feminino" causaram, e ainda causam, muito estranhamento e muitas vezes, também punições.

Podemos dizer que este terreno da "maternidade negada" é muito espinhoso e difícil de ser trabalhado, haja vista o silêncio que encobre estas práticas e mesmo a escassez de fontes. O interesse por este tipo de temática está articulado à história da contracepção e de como o cristianismo tratou o assunto.[3] Porém, desde o início dos tempos modernos o Estado procurou substituir a Igreja no policiamento da maternidade por meio da crescente criminalização do aborto e do infanticídio[4] . Assim, consideramos pertinente recorrer às fontes do poder judiciário (processos-crime) e a teses médicas referentes ao final do século XIX e século XX que abordam o tema proposto, com a finalidade de investigar a normatização das práticas femininas relacionadas à recusa da maternidade.

A gravidez fora do casamento era considerada indesejada e motivo de desonra feminina, pois o filho tornava público um ato sexual que estava fora das "normas sociais". É como se um filho "sem pai" fosse a prova concreta da promiscuidade feminina, sendo assim, o medo da gravidez era um fator importante no controle da sexualidade da

mulher.[5] Quem engravidava fora do casamento, depunha contra sua própria honra e rompia com a normatização social estabelecida pela maternidade exercida no casamento. Apresentava-se como um dos recursos para as mulheres que exerciam sua sexualidade fora do casamento, as práticas de aborto e do infanticídio. O primeiro, embora proibido pela legislação brasileira, era um método freqüentemente utilizado pelas mulheres, recorrendo aos chás, remédios e às parteiras, formando assim uma espécie de rede de cumplicidade feminina, visto que amigas se informavam, indicavam, e davam receitas para que as mulheres pudessem recorrer ao abortamento.

> "... a declarante (amiga da gestante) concordou em acompanhar dona Lígia até a casa de Cecília (parteira), que dona Lígia contou a declarante que estava grávida de dois meses e que ia tentar tirar a criança (...) que diante disto e por não querer abandonar a vizinha a declarante a acompanhou até a casa de Cecília ." [6]

Estas redes de ajuda feminina eram formadas por meio de conhecimentos adquiridos no interior de relações entre vizinhas, parentes ou amizades. Não se falava para todos a respeito do tema e sim para as mulheres mais próximas e confiáveis. O aborto apresentava-se como um "crime privado", recoberto pelo silêncio e pela cumplicidade feminina.[7] As pistas eram tênues e as provas praticamente inexistentes. Em Ponta Grossa, o número de abortamentos que chegaram ao judiciário no período em questão é baixo porém tal prática estava incorporada ao "mundo feminino" em seus múltiplos espaços.

Para Germaine Greer [8] muitas das gestações iniciadas nunca chegaram ao final, pois o aborto era e é tão natural e possivelmente mais prevalente que os nascimentos; portanto, para a autora o policiamento desta prática é uma luta pelo controle do incontrolável.

No que tange ao infanticídio era maior a dificuldade de ocultação, uma vez que o corpo da criança era a sentença de condenação da mãe. O estado puerperal[9] era geralmente alegado para defender a mulher, pois ela poderia, logo após o parto, se encontrar privada dos sentidos.Diferente do aborto, era uma prática feita sem cúmplices, sendo que a gestante dava à luz e matava a criança sozinha, sendo provavelmente uma solução para tentativas de abortos fracassados.

> "Em data de 26 de setembro de 1953, por volta das 15 horas, mais ou menos, a denunciada Paulina C., que se encontrava em adiantado estado de gestação em decorrência de seus amores ilícitos, dirigiu-se a latrina existente no fundo de sua residência e ali deu a luz a uma criança do sexo feminino, que nasceu com vida. Influenciada pelo estado puerperal de que ficou possuída e perturbada pelos efeitos morais que o fato lhe acarretaria, a denunciada lançou o recém-nascido dentro da sentina (privada), onde o mesmo veio a morrer (...).[10]

Nos processos de aborto e infanticídio, as denunciadas eram apresentadas como seres monstruosos em decorrência de suas práticas:

> " os presentes autos nos dão conta de um crime de infanticídio que teria sido cometido pela ré Sofia S. (...) O fato em si gravíssimo, está por revelar a ausência do sentimento maternal por parte da denunciada (...)
> Reparai M. M. Juiz, na frieza desta mulher que teve a ousadia e o desplante de matar seu próprio filho, da maneira cruel e desumana como ela própria nos relata. Cremos que quase se faz desnecessário , que insistamos em maiores argumentações. Quando uma mãe se porta desta maneira cruel e desumana com seu próprio filho, nada mais é necessário o promotor público dizer, para que se tenha como imprescindível a punição de tão perversa criatura"[11]

Este tipo de argumentação dos promotores e juizes sobre as mulheres, possibilita a análise das representações de como o universo judiciário/ masculino caracterizava as mães "matadoras de filhos"; portanto, os campos jurídico e o médico são profícuos na produção de representações sobre as mulheres e em especial sobre a maternidade, bem como da normatização de diversas práticas sociais femininas e, neste sentido, tanto juristas quanto médicos contribuem para construção e /ou reprodução do estereótipo

materno. O sentimento maternal foi elaborado como algo inerente às mulheres, tanto para o discurso médico, quanto para o jurídico. Como forma de consolidar a criminilização de práticas de aborto e infanticídio estes discursos aliaram-se, o que possibilitou certo controle médico-jurídico sobre o corpo feminino.[12]

Porém, mais do evidenciar os discursos sobre a maternidade, a transformação dos atos de aborto e infanticídio em autos criminais, revelou o caráter público destes acontecimentos e permitiu que tais vivências chegassem até nós. Esses processos são fragmentos de histórias de vidas, um tipo específico de história que permaneceu marginal durante muito tempo na academia, tanto pelo tema que se propunha a analisar quanto pelos sujeitos sociais com que trabalhava. Este tipo de documentação é, com certeza, um dos poucos caminhos de acesso às vidas e às sociabilidades dos populares no passado[13].

Assim, pretendemos analisar os discursos médico e jurídico a respeito das representações da mãe e da maternidade e as práticas vividas pelas mulheres, presentes nos processos. Almejamos também discutir a aplicabilidade destas normas jurídicas, uma vez que grande parte das mulheres não foi presa.

Porém, o cerne dos discursos médico-jurídico considerava a maternidade como uma atividade essencial na vida das mulheres, sendo assim ela ultrapassava os limites do campo biológico e possuía um intenso viés sociológico e antropológico[14]. Para Rachel Soihet [15] o que realmente estava em jogo nos processos e julgamentos era a defesa de um sistema de normas , entendido como universal e absoluto. Assim, as mulheres eram julgadas pela adequação de seus comportamentos às regras de condutas morais consideradas legítimas, como a fidelidade, dedicação ao lar, filhos e o controle de sua sexualidade.

Quanto às fontes médicas, recorremos a obras que tratam de medicina legal, e abordam de maneira específica as questões de abortamento e infanticídio. Também presentes nas teses estão reflexões médicas a respeito da gestação, do parto e do puerpério. Para além da compreensão técnica, esta literatura é permeada de opiniões pessoais e valores morais de profissionais da medicina a respeito das práticas femininas que nos propomos a investigar. Assim, pode-se verificar a construção de definições a respeito da mulher que praticava o aborto ou mesmo o infanticídio, e muitas vezes, a tentativa médica de compreender tais atos:

> " (...) é justa a indulgência com a infanticida nos casos em que a mulher agir para evitar a desonra , depois de seduzida e abandonada (...) é um delito que ocorre, na quase totalidade dos casos , depois do termino de uma gravidez ilícita (...) O que justifica, até certo ponto a reação da mulher diante do vagido do recém-nascido que a todos anuncia a sua irreparável desgraça(...) um estado de desespero e vergonha, do temor de um escândalo, e somente o motivo social como o de salvar a honra poderia constituir o móvel de crime."[16]

Esta recusa da maternidade despertava, e ainda desperta, estranhamento tanto para o Poder Judiciário – que mantém a punição para o aborto e infanticídio no Brasil –

como para os médicos que procuravam analisar e compreender esta recusa feminina ao "destino biológico" que a maternidade representava.

Várias foram as teses médicas que se dedicaram sobre este assunto. A medicina que somente no final do século XIX tinha olhado para a gestação e o parto procurou a partir de então adentrar cada vez mais nestes assuntos com o intuito não apenas de formar especialistas em partos, mas principalmente se tornar um campo de conhecimento especializado em mulheres e nas suas múltiplas relações com este momento específico de suas vidas e seus corpos que era a gestação e o parto.

Notas

1 Processo Reny Denke, ano de 1961.
2 BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.**RJ: Nova Fronteira, 1985. p 9
3 MCLAREN, A. **História da contracepção: da antiguidade à actualidade.** Lisboa: Terramar,1990.
4 MCLAREN, A. **Op Cit.** P159.
5 Sobre o medo de uma gravidez indesejada ver THEBÁUD, F. O medo do ventre. In: DUBBY, G.**Amor e sexualidade no Ocidente.** 2ed. Lisboa: Terramar, 1998. p311-124.
6 Processo de Cecília S, Floriana D e Juraci . Ano 1965.
7 Ver PEDRO, J. M. A publicidade da intimidade: punição e controle. In: _____ e GROSSI, M. (orgs) **Masculino Feminino Plural.** Florianópolis: ed Mulheres, 1998. p.273-292.
8 GEER, G. **Sexo e destino. A política da fertilidade humana.** 2ed.RJ: Rocco, 1987.
9 Expressão médica utilizada para designar as dores físicas do parto; também pode ser entendido como uma perturbação mental em decorrência de tais dores, o que levaria a gestante a cometer o infanticídio.
10Processo de Paulina G C, ano de 1956.
11 Processo de Sofia S, ano de 1956.
12 PEDRO, J. **Op Cit.** P 275.
13 Ver QUAQUARELLI, C. **Descaminhos do amor: normas jurídicas e práticas populares.Curitiba,1940-1950.** Dissertação de mestrado.UFPR, 2000.
14PRIORE, M .D. **História do cotidiano.** SP:2001.p 81-85.
15 SOIHET, R.**Condição feminina e formas de violência.** Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920.RJ: Forense,1989. p 4.
16- Alves, E. **Medicina Legal e deontologia.** V2. CTBA: Santa Cruz,1967. p 303-331.

Espaços urbanos e Formas de convívio na cidade de Uberlândia

Geovanna de Lourdes Alves Ramos* - PPG-UFU

"O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes".

Ítalo Calvino

A temática cidade tem sido alvo de muitas pesquisas e estudos entre os historiadores. No entanto, devemos considerar que dentre estes estudos muitas são as reflexões e olhares; especialmente os que se voltam para a cidade moderna: alguns espelham o progresso civilizatório, outras permeiam conflitos e disputas e ainda outras construídas e significada por seus sujeitos sociais.

A cidade de Uberlândia - localizada na região do Triângulo Mineiro - é apresentada por romancistas, poetas e memorialistas locais e regionais, com candura e singeleza. Por outro lado - temos muitas pesquisas, trabalhos de historiadores -, que demonstram as lutas sociais cotidianas na cidade e que os paradigmas da ordem e da harmonia não se garantem e nem determinam a efetivação do projeto político da elite entre as classes sociais; assim Uberlândia é sem dúvida uma cidade que precisa se entendida no plural.

Um dos objetivos centrais desta pesquisa, ainda em andamento, está em analisar como se deu o processo do reordenamento da Avenida João Naves de Ávila, anteriormente uma parte desta era denominada rua Buenos Aires. Até os anos de 1970 este perímetro urbano abrigava os trilhos de ferro das Estradas de Ferro da Companhia Mogiana, sendo que posteriormente a esta data ocorreu um reestruturação neste espaço impondo novos hábitos e

viveres dos moradores/trabalhadores que circulavam naquelas imediações.

Busco analisar os significados vividos pelos sujeitos, suas lembranças quanto ao ritmo de trabalho, estreitamento de relações pessoais e lazer, como também a *'tão famosa rua Uberaba'* considerada de baixo meretrício, mas que na lembrança dos moradores que residiram nos arredores ainda permanece viva.

Em meados da década de 1960, a elite tenta definir um perfil de cidade em consonância com as diretrizes básicas do poder que se instaurava no país, tais como a integração nacional e a harmonização das classes sociais. A defesa de uma cidade "harmoniosa" tinha (e tem) como parceiros de sustentação grupos de grandes comerciantes, intelectuais, meios de comunicação, grandes proprietários e especuladores de imóveis, industriais, empresários, enfim todos aqueles que contaram com a hábil conivência do poder administrativo local em não contrariar seus interesses. Nessa direção vemos,

> *"(...) As obras de canalização da av. Gétulio Vargas estão em prosseguimento. Segundo o prefeito Renato de Freitas, dentro de 15 dias, estarão prontos mais de 100 metros de avenida, e mais 100 metros dentro de 60 dias. No asfaltamento das avenidas : Vas. Costa, (trecho), Goiânia e na Góias, os trabalhos de preparação do leito estão em fase final e dentro de 20 dias, será iniciado o asfaltamento cujo término está previsto para meados de agôsto.*
>
> *Estivemos, também, nas obras dos grupos escolares que a prefeitura municipal está construindo com a colaboração de diversas entidades e pessoas uberlandenses. No Bairro Patrimônio proximidades da Xarqueada Omega, está sendo erguido um novo estabelecimento de ensino, grupo escolar com capacidade para 700 alunos, que receberá o nome de "Escola Ana Rosa Naves". Mais outros dois estão sendo construídos e com a mesma capacidade, localizados respectivamente próxima da cerâmica*

Uberlândia e o outro na av. Brasil. Também com capacidade para 700 alunos cada. Tôdas estas obras deverão ser inauguradas no aniversário da cidade"[1].

Tendo como pano de fundo a implantação de vários empreendimentos na cidade de Uberlândia; vemos várias alterações nos espaços urbanos, composta por uma multiplicidade de fatores sociais, políticos e econômicos os quais terão ressonância no agir e movimentar da cidade. Porém, as mudanças não ocorrem em uma via única, pois as pessoas também interferem no rumo e na profundidade com que as mudanças ocorrem.

Hábitos cotidianos de vários sujeitos são alterados, seus espaços de viver, de trabalhar e de sociabilidade pois, o cotidiano é uma prática social entendido como ocupação de determinados espaços, com os quais as pessoas identificam-se enquanto indivíduos e grupos sociais devido as redes de relações que são estabelecidas nesses lugares. São formas de demarcação de espaço e de identificação cultural que consubstanciam o sentimento de pertencer a cidade.

A elite política e econômica da cidade de Uberlândia desde os finais no século XIX, se empenhou para trazer um dos ramais ferroviários que segundo o discurso da época, traria a cidade dinamismo, desenvolvimento e progresso. Em 1896, a ferrovia chegou em Uberlândia com o empenho e estratégias de grupos dirigentes locais. A política de transportes adotada especificamente no governo de Juscelino Kubitscheck nos anos de 1955 a 1960 no país, significaria o *"boom"* da extinção de vários ramais ferroviários em várias localidades, principalmente os de passageiros.

No período de 1970 e 1980, a cidade cresce demográfica e geograficamente, e muitos espaços urbanos passam a serem loteados. Com os novos loteamentos, se constituem diversos novos bairros e que fizeram parte da nova ocupação da cidade, que rapidamente se transformaram em várias áreas de concentração urbana. Os problemas urbanos intensificam-se inseridos no conhecido e precário cenário das cidades brasileiras: falta de saneamento básico,

alto custo de vida, habitações subumanas, segregação espacial, falta de planejamento urbano democrático e miséria social.

Cidades que anteriormente eram cortadas por trilhos de ferro passam por transformações urbanas. Inserida neste contexto, a cidade de Uberlândia perpassa por várias modificações em seu espaço urbano e a retirada da Estação Mogiana no centro será alvo dos governantes. A Estação Ferroviária nas décadas posteriores a 1960 se torna um "entrave" frente ao discurso das elites locais,

> *"Brevemente a cidade ficará livre de um dos seus maiores e mais graves problemas, verdadeiro entrave ao seu progresso: os trilhos da Mogiana no centro da cidade. Uberlândia tem a sorte de ver o serviço de mudança caminhar aceleradamente. A nova estação vai ficar localizada bem distante do centro, nas imediações do Aeroporto Eduardo Gomes e diversas avenidas, atualmente interrompidas pelas passagens de nível terão prosseguimento. A Afonso Pena, nossa principal artéria, terá continuação, atentando, brevemente, um traçado monumental"*[2].

Apesar de não mais ocupar uma das partes centrais da cidade, a Estação Ferroviária ainda hoje carrega muitos significados na memória da população pois, muitos utilizavam esse meio de transporte em muitas esferas das atividades humanas, como ir trabalhar, viajar e mesmo para lazer nos arredores da cidade, mas que se alterou ao longo do tempo. Porém, com a retirada da mesma do centro, ocorreram muitas mudanças no cotidiano dos sujeitos, pois os mesmos tiveram que reelaborar seus modos de vida. Construída muito distante do centro da cidade, a nova Estação com *' arquitetura moderna '* não satisfaz às necessidades da população pois, distante do perímetro urbano a locomoção dos habitantes se torna um grande problema.

Antes da retirada dos trilhos, muitas pessoas residiam neste espaço, aonde está a avenida, em sua vida cotidiana, lazeres e conviviam com um ciclo de vizinhaça bastante diferenciado: *"a famosa rua Uberaba"*, local de muita boêmia e mulheres "da vida". Nos jornais

locais diariamente noticias e apelos para a retirada da Zona Boemia,

> *"(...) Contando com o apoio do poder Judiciário, o delegado vai dar prazo para as proxenêtas alí existentes desocupar as casas, possibilitando o sossêgo das famílias residentes no local e imediações"*[3].

Percebemos pela reportagem que o intuito estava em "limpar" os espaços urbanos que ao ver da mídia e governantes prejudicavam a população local mas, por trás deste discurso as autoridades buscavam disciplinar os espaços conforme seus interesses, assim como na maioria das cidades. O transporte sobre trilhos que um dia 'apressou' as viagens e aproximou regiões distantes, 'desafogou' o centro. Com a estação fora do centro da cidade, ia atraindo a construção de casas, formando-se assim um 'novo centro', orientado na abertura de ruas e avenidas.

No centro da cidade casas foram sendo derrubadas; ruas interrompidas tendo-se uma idéia de caos, como se toda uma parte da cidade tivesse simplesmente ficado de 'pernas para o ar' quando da retirada dos trilhos do centro da cidade, mas também vidas cotidianas que mudavam significativamente, seja porque adquiriam outro ritmo, seja porque seus habitantes eram marcados por novas sociabilidades. Segundo a fala de D. Maria Helena, 60 anos, foi moradora por mais de 10 anos no local,

> *"(...) ali era praça e ficava as charretes que esperava o pessoal que chegava de trem na Mogiana (...) é uma maldade sabe, eu acho, é um mundo diferente, ali agora é um mundo diferente, é outro mundo, outra cidade, outro país (...)"*[4].

O nosso objetivo não é recuperar nas falas de moradores/trabalhadores da cidade as saudades que os mesmos possam ter do passado que se foi, mas sim recuperar as experiências, as vivências desse espaço, o cotidiano e práticas diárias procurando analisá-las e questioná-las quanto ao objeto de pesquisa.

Havia a intenção do poder público e dos comerciantes de se estabelecer uma racionalidade para a cidade, expressa nos códigos de postura, na planta, na preocupação com o traçado e o respeito ao alinhamento. Para fazer prevalecer este projeto, há a intervenção do poder público, desapropriando, enquadrando os espaços, cuidando do embelezamento, valorizando áreas. Alvo histórico das diferentes reformas empreendidas na cidade, ao longo do tempo, vemos que as avenidas são focalizadas por seus moradores, por meio de narrativas orais, que remetem a um passado digno de ser lembrado.

Sendo assim, cabia a esses letrados pensar a cidade ideal antes mesmo de *'transformá-la'* em uma *'cidade desenvolvimentista'*. Era por meio da escrita que se buscava a consolidação da nova ordem. Para exemplificar o processo de reordenamento do espaço urbano em Uberlândia dando enfoque ao nosso objeto de pesquisa coletamos a seguinte reportagem,

> *" (...) a urgência da obra prende-se ao fato da irreversível mudança do Parque Rural de Exposições, na Lagoinha que na semana do aniversário da cidade estará em pleno funcionamento com a realização da Bienal Agropecuária (...). A avenida João Naves de Ávila terá grande importância para desafogar o tráfego da Floriano Peixoto, pois será através dela que terá acesso à cidade, de maneira direta e rápida todos os veículos que procedem de São Paulo, Uberaba e até mesmo procedentes de Araxá, Patrocínio, Romaria e Monte Carmelo que se destinam ao centro da cidade"*[5].

Com a saída dos antigos moradores e a chegada de novas categorias sociais certamente trouxe novos *'rostos'* para a avenida, deixando de lado a historicidade dessas pessoas. Provavelmente para estes sujeitos, as mudanças transformaram seus espaços de sociabilização, enfim seus costumes.

Se essas mudanças significaram a possibilidade de transitar mais rapidamente pela cidade de Uberlândia, também permitiram a redefinição dos usos e abusos das instituições

públicas e particulares que o envolveram. Pois, a construção e instalação desta avenida também deve ter ocasionado o desfacelamento de uma rede social complexa e tradicional, na qual os valores comunitários estavam presentes e atuantes na vida dos moradores/trabalhadores.

Se para a elite local significava melhoramento urbano e novos empreendimentos para a cidade, vemos no depoimento de D. Francisca, 84 anos, moradora por mais de 30 anos no local, que este espaço representava um significado especial repleto de *'muitas histórias e muitas memórias',*

> *"(...) carne, eles entregava a carne na porta de casa, eles batia na porta, chamava carniceiro, tinha carro de boi, os carro de boi vinha lá de cima, sabe da onde e meu pai comprava caixa de banana, requeijão, queijo fresco, aquele requeijão, saco de laranja, meu pai comprava e trazia pra casa, meu pai era muito farto (...)*
>
> *"o pão , eles entregava o pão de carroça, o rapaz tinha uma carroça, e tinha um sino , um sininho, ele tinha uma carroça e deixava o pão na janela e cedinho nois pegava o pão pois ninguém pegava, naquela época num tinha ladrão.[6]"*

Na fala de D. Francisca percebemos como eram os hábitos da população local. Hábitos de relacionamentos, convivências, compras de mercadorias. Dona Francisca dá enfâse à figura do pai, com compras para a família, a fartura no ato de comprar caixas e sacos de alimentos. O rapaz que entregava pão e leite em casa, o fato de ninguém roubar os alimentos, demonstrando a diferença que temos hoje na cidade com outros hábitos e costumes.

Notas:

* Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, membro integrante do PROEXT com o projeto "Os sujeitos sociais e seus lugares: construindo uma história (s) de Uberlândia".

[1]"Obras do prefeito em execução na cidade". **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, n° 10.658, Ano XXXII, 16/17/06/1968, p. 01.

[2] " Painel Político. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, n° 10.920, Ano XXXIII, 23/09/1969, p. 03.

[3] "José de Assis vai acabar com a Rua Uberaba". **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, n°10.466, Ano XXX, 13/07/1967.

[4]" Dona Maria Helena, 60 anos moradora por mais de 10 anos na antiga rua Buenos Aires, atual avenida João Naves de Ávila, entrevista realizada em sua residência.

[5]"Está em fase final a infra-estrutura da Avenida João Naves de Ávila". **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, n° 13. 061, Ano XLII, 22/01/1981, p. 01.

[6] Dona Francisca, 84 anos, moradora por mais de 30 anos na antiga rua Buenos Aires, atual avenida João Naves de Ávila, entrevista realizada em sua residência.

TRABALHADORES E SINDICATOS EM MONTES CLAROS-MG NA DÉCADA DE 1980

Gerlice Malveira da Silva* - UNIMONTES

Montes Claros, norte de Minas Gerais, por ser uma área de investimentos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) apresentou nas décadas de 1970 e 1980, um grande desenvolvimento industrial com significativas oportunidades de trabalho, atraindo uma parcela da população rural e de outros municípios da região. O resultado deste processo foi uma elevação do número de trabalhadores que apresentaram maior organização e representatividade. Neste contexto, verifica-se o apoio da Igreja Católica às camadas populares e aos trabalhadores urbanos e rurais através das CEB's e da criação de Pastorais. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a organização político-sindical dos trabalhadores do município de Montes Claros, na década de 1980, e de que forma a crise industrial afetou os trabalhadores motivando-os a paralisarem suas atividades e reivindicarem melhores condições de trabalho e de vida.

Palavras-chave: Trabalhadores, Sindicatos, Igreja, Montes Claros.

* Acadêmica do 7º período de História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG. Orientador: Prof. Laurindo Mékie Pereira.

A CONSTRUÇÂO DA ORDEM E O AJUSTAMENTO DAS CLASSES SUBALTERNAS NAS POSTURAS DE RAMOS DE AZEVEDO E LUIZ AUGUSTO PINTO

Gérsio Pelegatti – PPG-PUCCAMP

Ocupação e transição econômica

O Brasil, desde o período colonial, teve seus vastos espaços e o início de sua ocupação ligados aos interesses ditados pela política mercantilista da metrópole portuguesa. Dentro desse contexto de exploração, desenvolveu-se no Brasil uma ocupação pontual, em terras que possibilitassem extrair ou produzir alguma mercadoria de valor para abastecer o mercado europeu.

A produção canavieira em Campinas no final do século XVIII insere-se nessa lógica: o açúcar entrava novamente como produto de exportação na balança comercial da colônia. A introdução da cultura da cana-de-açúcar em solo paulista ajudou a recuperar as finanças da coroa portuguesa, que se encontrava em dificuldades em face do declínio da extração do ouro das Minas Gerais. A estruturação e ampliação da produção açucareira em Campinas também foram possibilitadas pelo deslocamento de mão-de-obra da região mineradora.[1]

No início do século XIX a vida em Campinas organizava-se de maneira modesta, com serviços pouco diversificados, porém essenciais. O comércio da vila apresentava duas vendas, quatro lojas e um mascate que ia até as pessoas quando estas não vinham ao comércio. Nessa época também crescia o número de engenhos e alterava-se rapidamente o quadro demográfico do lugar.[2]

No recenseamento realizado em 1822, a população de Campinas, então denominada Vila de São Carlos, era de 7.369 habitantes, sendo que 47 % desse total era de trabalhadores escravos.[3] A atividade açucareira possibilitou também a ampliação do sistema viário[4] da província paulista e, já no começo do século XIX, Campinas tornou-se o maior centro produtor de açúcar de São Paulo.[5]

Em meados do século XIX essa dinâmica econômica da cidade ampliou-se, face ao declínio da produção cafeeira na região paulista do Vale do Paraíba. A cultura do café encontrou condições mais favoráveis na região de Campinas, como solos e cafezais mais

novos e a presença de trabalhadores escravos que em 1854 representavam 57,7 % da população[6], o que possibilitou à cidade se destacar como uma nova frente produtora e exportadora.[7]

A partir desse período as terras paulistas foram demarcadas sob a forte hegemonia do café, atividade agrícola que possibilitou o surgimento de uma elite de cafeicultores que territorializava o poder, materializado pelo capital.

Campinas passou por profundas transformações, gerando uma riqueza jamais pressentida na cidade. Com o fim do tráfico dos negros africanos houve uma liberação de recursos financeiros que se agregaram a capitais excedentes obtidos com o café, o que garantiu a introdução de indústrias em Campinas[8], além de bancos, casas exportadoras, novas propriedades agrícolas e novos investimentos.

Na década de 1870 inaugurou-se em Campinas um prolongamento ferroviário (Cia. Paulista) que colocou a cidade em contato com Jundiaí e facilitava o transporte do café. Como conseqüência dessa inovação, brevemente Campinas passou a dispor de um importante nó ferroviário, que a tornou a mais importante cidade do interior paulista, estreitando os seus vínculos com São Paulo, o porto de Santos e a Europa. Por esses trilhos circulou, além da riqueza material, um imaginário de modernidade que fora vivido pouco mais de um século antes em algumas nações da Europa, em face da Revolução Francesa e da Revolução Industrial Inglesa, que “exalavam seus ventos pelo mundo”.[9]

Com o advento da ferrovia vieram o telégrafo, o correio e empresas de serviços públicos, como a iluminação a gás em 1875 e pelo sistema de bondes com tração animal em 1879. Também foram realizadas obras de infra-estrutura que possibilitaram a água chegar encanada a alguns chafarizes da cidade, além da instalação de hospitais.

As transformações que ocorreram em Campinas nesse período a colocaram na dianteira do desenvolvimento econômico em relação a outras cidades da província paulista e mesmo em relação à cidade de São Paulo. Todo esse processo de transformações foi interrompido apenas pelas epidemias de febre amarela, entre os anos de 1889 a 1897, que

custaram a Campinas "um preço econômico, político, social e cultural estabelecido pelas contradições e limitações que a própria cidade e os seus moradores ofereciam".[10]

No início da década de 80 do século XIX, a vida urbana em Campinas se intensifica, exigindo novas soluções para o traçado da cidade que, nesse período, deveria referendar as novas necessidades sociais burguesas e romper com seu passado colonial. Os edifícios públicos que iam sendo erigidos traziam inéditas soluções técnico-construtivas, que expressavam desejos de monumentalidade e uma nova composição arquitetônica.[11]

Ordem urbana: a educação

No contexto das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais pelas quais passava Campinas, vários homens de negócios descobriram a cidade como o *locus* ideal para expressarem os novos padrões sociais dados pela força de seu capital. A então cidade colonial, ao ser desejada moderna, possibilitou o estabelecimento de uma nova disciplina social.[12]

Essa nova forma de construir a cidade também nasce pelas mãos do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, o principal introdutor dessa nova arquitetura em Campinas, onde atuou profissionalmente entre os anos de 1879 a 1886, associando-se aos interesses dessa elite que começava a construir suas representações burguesas e republicanas. Em 1873 Ramos de Azevedo passou a integrar os quadros da maçonaria campineira, na Loja Simbólica Independência, fundada em 1867. Uma das primeiras realizações dessa Loja foi a construção, em 1874, da escola Culto à Ciência, cujo próprio nome é uma referência aos ideais positivistas daquele momento. Essa escola visava atender às necessidades dos filhos da elite que vislumbrava ocupar postos de decisão, "sabendo conduzir a cidade para os novos valores que defendia (...) mais receptiva à modernidade, (...) massa crítica que seria vanguardeira do pensamento e da prática política em dimensões nacionais, (...)".[13]

A partir dos anos de 1880, inicia-se em Campinas a introdução de normas de regulação do seu espaço urbano que também pautavam o cotidiano dos seus moradores com o intuito de prepará-los para a industrialização iminente. Se por um lado, a elite

campineira mostrava-se imbuída da razão como condutora da humanidade em busca do progresso, também acreditava que era necessário preparar as classes subalternas para a nova ordem social que se pretendia para a cidade, pelo viés da educação e sob uma ótica de um ensino que transformasse os indivíduos dessas classes em cidadãos bem comportados e úteis aos seus interesses. Em 1881 inaugura-se a Escola do Povo, "destinada a oferecer ensino primário gratuito para os meninos pobres"[14] de Campinas. Essa iniciativa foi do fazendeiro Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba, ficando Ramos de Azevedo responsável pela elaboração e direção técnica do projeto.[15] O prédio dessa escola foi edificado em terras desse fazendeiro e "**de tal forma localizado, que, da sacada de sua residência, podia lhe deitar os olhos sempre que lhe aprouvesse**"[16] (grifo nosso).

Ordem urbana: as posturas

Em janeiro de 1885, o arquiteto Ramos de Azevedo e o engenheiro Luiz Augusto Pinto redigiram o "Projeto de Código de Posturas, arruamento, nomenclatura, construções, etc." que trazia um conjunto de medidas que apontavam para os modelos europeus de salubridade e estética urbana, como as implementadas em Paris[17], e que deixava de maneira clara a organização territorial que se queria estabelecer em Campinas, conformando-a à visão da burguesia local.[18] Mesmo não tendo sido promulgado, esse projeto possibilitou que vários de seus artigos acabassem servindo como pontos de apoio para a elaboração do Código de Posturas da cidade (lei nº. 43, implementada em 1895), substituindo o Código de Postura de 1880. Raquel Rolnik afirma que "a análise do conjunto das leis que regulam a produção do espaço urbano mostra que afora regular a produção da cidade, estas agiam como marco delimitador de fronteiras de poder".[19]

O avanço da economia capitalista nestes moldes atraiu para a cidade um enorme contingente de trabalhadores imigrantes[20] que se somaram aos nacionais livres e forros empobrecidos do lugar e, alguns anos mais tarde, aos negros libertos pela abolição, que abandonam seus antigos senhores com suas fazendas, símbolos de castigo e humilhação. Toda essa gente iria se encontrar nas cidades, onde buscavam melhores chances de sobrevivência. Campinas, já uma grande cidade em fins do século XIX, se construía no

imaginário desses homens e mulheres como local de oportunidades: era a vida que eles perseguiam.[21]

Henry Lefebvre, comentando sobre a Paris de 1848 afirma que "a vida urbana pressupõe encontros, confronto das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político), nos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem na Cidade".[22] Nesse confronto das diferenças em Campinas, assim como em Paris, evidenciava-se a construção de uma prática em que os guardiões da lei e da ordem burguesa vão tentar refrear o novo que se constituía nesse encontro. A cidade vivida e sentida à maneira daqueles que possuíam a rua era a cidade dos desocupados, e os agentes públicos irão reprimi-los ao pedirem à polícia providências contra a vadiagem. Era necessário haver lei[23] para todos aqueles que habitavam as *espeluncas* e perambulavam pelas ruas da cidade.

Em relação ao espaço urbano campineiro, Ramos de Azevedo e Luís Augusto Pinto apontavam para um rompimento com o passado colonial, dimensionando a cidade para os *novos tempos,* condizentes com a modernidade. Esse pensamento remetia a uma hierarquização definida na divisão da cidade em três anéis concêntricos partindo de um núcleo e ampliando-se para fora, conformando áreas perimetradas em função das classes sociais. Nessa visão concêntrica, a burguesia estaria representada no anel central pela moradia dos altos funcionários, chefes políticos, comerciantes ricos e os grandes cafeicultores; o anel médio seria ocupado por profissionais liberais, pequenos fazendeiros e funcionários de segundo escalão. Finalmente, no anel externo ficaria o resto da sociedade urbana, isto é, os operários e os indesejados, mantidos longe por um cinturão sanitário[24], bem de acordo com a teoria dos miasmas[25] que referendava, na época, tais preocupações.

A partir de pressupostos desta natureza seria necessário produzir normas para edificação das moradias dos trabalhadores que habitavam as aglomerações, vistas então como cortiços. Na medida em que as condições dessas habitações operárias eram precárias e sem condições higiênicas, acreditava-se que ali imperava a imoralidade e as doenças. Dentro dessa concepção burguesa era necessário que os agentes públicos

interviessem nessas habitações e as transformassem em locais agradáveis. Nesse sentido, esses engenheiros acreditavam que as condições sanitárias dessas moradias, consideradas pardieiros e espeluncas, estavam intimamente ligadas ao alastramento das doenças, conforme pensavam os médicos da época.[26] Criaram assim um detalhado arcabouço de normas especificando as conformações internas dessas habitações, interferindo na vida privada desses cidadãos, edificando-os e ajustando-os à produção.[27]

Por essa proposta, em Campinas as casas operárias teriam que obrigatoriamente ser erigidas fora do anel central, segregando-as do centro burguês. Haveria uma intervenção no espaço privado dos trabalhadores, para que esses se distanciassem dos espaços públicos demarcados como áreas burguesas.[28]

Em Campinas, no final do século XIX, o Projeto de Código de Posturas de Ramos de Azevedo e Luiz Augusto Pinto propunha intervenções delimitadoras dos espaços das classes subalternas. Evidencia-se nesse projeto a edificação de normas que apontavam para a ordem e o ajustamento dessas classes, que deveriam submeter-se às novas formas de convivência que se estabeleciam, atrelando-se a novas funções econômicas que iam sendo construídas na cidade.

Ao desejarem uma cidade em sintonia com a modernidade, Ramos de Azevedo e Luiz Augusto Pinto, ao emprestarem seus talentos a esse projeto de transformação avalizam também a expropriação dos espaços públicos, legitimando a sua entrega nas mãos dos gestores do capital.

---

[1] Índios, caboclos e ex-escravos foram recrutados e obrigados a povoar a nova Freguesia. (...) Chegam famílias de poucos recursos e também se fala da *migração vinda de Baependi*, área de terras cansadas de Minas Gerais, de onde teriam se originado mais de 150 novos residentes. In: MELLO. Apud. BAENINGER. Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrações e expansões do pólo industrial paulista.* CMU/UNICAMP, 1996, p. 21, grifo da autora.

[2] MARTINS. Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas 1800 – 1850.* Campinas, CMU/NICAMP, 1996, pp. 29-30.

[3] BAENINGER. op. cit. p. 22.

[4] Ampliarem-se (...) as vias de acesso entre centros regionais e demais municípios. In: BAENINGER. Op. cit. p. 23.

[5] Porém, como diz Milton Santos "trata-se, (...), de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional" In: SANTOS. Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo, Ed. Hucitec, 3ª ed., 1996, p. 27.

[6] BAENINGER. Op. cit. p. 23.

[7] Semeghini afirma que "o capital necessário para o financiamento, plantio e formação dos cafezais teve, em Campinas, como origem, a atividade canavieira – muitos cafeicultores foram antigos plantadores de cana – o

comércio e mesmo o capital cafeeiro oriundo de outras regiões". In: SEMEGHINI. Apud. BAENINGER. Op. cit. p. 26.

[8] Em 1857, se instalou em Campinas, a fábrica de chapéus, movida a vapor, dos irmãos Bierrenbach; em 1858, a oficina de implementos agrícolas dos irmãos Faber; em 1867, a olaria do Sampainho – Antonio Carlos Sampaio Peixoto; em 1870, a fundição de Pedro Anderson; em 1874, a fábrica Lidgerwood; em 1875, a de Guilherme MacHardy. In: CARPINTEIRO. Antonio Carlos Cabral. *Momentos de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinqüenta*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996, p. 31.

[9] MORAES. Plínio Guimarães. A República, a elite empresarial e o partido político. p. 143. In: LAPA. José Roberto do Amaral. (org.) *História Política da República. Campinas*. Papirus, 1990.

[10] LAPA. José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos os antros: Campinas 1850-1900.* São Paulo. Edusp. 1995, p. 20.

[11] MONTEIRO. Ana Maria Reis de Góes. *Ramos de Azevedo presença e atuação profissional em Campinas: 1879 – 1886.* Dissertação de Mestrado em Urbanismo. PUCCAMP, 2000, p. 04.

[12] Esta nova disciplina podia ser encontrada no "discurso dos agentes da inteligência local (...) a normalidade das funções orgânicas, físicas e mentais será desejada e alcançada para cada um e para todos, desde que cumprido um ideário cuja legitimidade é conferida pela ciência e portanto pela razão." In: LAPA. Op. cit. p. 17-18.

[13] LAPA. Op. cit. p. 164.

[14] LAPA. Op. cit. p. 176.

[15] Essa seria a primeira obra pública de Ramos de Azevedo que, além da introdução de novidades referente a "estilos arquitetônicos inéditos em Campinas, observa-se também a preocupação com a higiene da edificação. Isto pode ser observado no pé direito alto, por volta de quatro metros e meio, na existência de aberturas para o exterior em todos os ambientes, bem como no seu alteamento em relação à rua, evitando o contato com o solo, coisa então considerada perniciosa à saúde". In: MONTEIRO. Op. cit. 48.

[16] MONTEIRO. Op. cit. p. 43.

[17] Ramos de Azevedo detinha, (...) um novo entendimento que combinava o saber médico e a engenharia. Além de conhecer as intervenções urbanas européias, como as realizadas na cidade de Paris, (...). In: MONTEIRO. Op. cit. p. 172.

[18] Procurava-se nesse momento, assumir definitivamente, "(...) ainda que em dimensões provinciais e guardadas as proporções, a silhueta das cidades européias do século XIX, nas quais, em termos das dimensões de espaço e proporções dos edifícios, alguns exemplares arquitetônicos – no público e no privado – dão bem mostrada força do capital e do poder burguês". In: BRESCIANI. Apud. LAPA. Op. cit. p. 36.

[19] Para complementar essa afirmação, Rolnik observa que "a lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final." In: ROLNIK. Raquel. *A cidade e a lei: legislação urbana e territórios na cidade de São Paulo.* São Paulo. Studio Nobel, Fapesp, 1997. p. 13.

[20] Entraram 10.631 imigrantes estrangeiros em Campinas, entre 1882 e 1900. In: BAENINGER. Op. cit. p. 32.

[21] Essa massa de homens, mulheres e crianças "já inchavam as cidades imperiais, e junto a eles aprenderiam a sobreviver na instabilidade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat. Movimentar-se-iam, todos eles, pelas ruas alvoroçadas em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões – e espaços." In: MARINS. Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. p. 131. In: NOVAIS. Fernando A. *História da vida privada no Brasil.* Vol. 3. São Paulo. Companhia das Letras. 1999.

[22] LEFEBVRE. Henry. *O direito à cidade.* São Paulo. Ed. Moraes. 1991, p. 15.

[23] (...) lei que a todos obrigam a tomar ocupação útil e honesta de que possam subsistir. In: Campinas, Camara Municipal, Arquivo, *Livro de Registro de Correspondencias: 1886 a 1892, pp. 37-37v.* Apud. LAPA. Op. cit. p. 126.

[24] Observa-se, ainda que não explícito, que "delimitando o último dos perímetros, além do qual não seria mais considerada cidade, poderia ser imaginada uma grande avenida periférica que, (...) funcionaria como uma *muralha* delimitadora, (...) para além do urbano localizavam-se as construções ditas insalubres, como o Matadouro, o Asilo de doentes, os cemitérios, etc." In: MONTEIRO. Op. cit. p. 174

[25] O pensamento médico da época era dominado pela teoria dos fluidos, elaborada "essencialmente na França desde o século XVIII, o ar e a água eram considerados veículos mórbidos, portadores de emanações fétidas e pútridas, conhecidas como miasmas, transmissores de doenças. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio dos organismos, obstruindo as vias de circulação do sangue ocasionando o surgimento das febres. Os pântanos e todos os lugares que acumulassem detritos, dejetos, insetos e matérias em decomposição eram consideradas fontes produtoras de miasmas". Nesse sentido, necessário ainda destacar que as "teses de medicina forneceram um paradigma para a orientação e forma de construir moradias, constituindo as primeiras regulamentações presentes nos Códigos de Posturas". In: ROLNIK. Op. cit. p. 40.

[26] Conforme atesta Ivone Salgado e Beatriz Bueno "o debate presente no seio desta categoria profissional – médicos – também estará presente entre arquitetos e engenheiros (...) pois cabia a eles pensar a intervenção na cidade". In: SALGADO. Ivone. e BUENO. Beatriz. *Pierre Patte e a cultura urbanística do iluminismo francês.* Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação. USP/FAU. Jul-Dez 2003, p. 26.

[27] Segundo aponta Raquel Rolnik, era "essencial para conseguir extirpar os dois males fundamentais da pobreza: a destruição física dos trabalhadores e sua impossibilidade de reprodução na cidade e sua degradação moral, tornando-se imprestáveis para o trabalho". In: ROLNIK. Op. cit. p. 41.

[28] Na proposta elaborada por Ramos de Azevedo e Luiz Augusto Pinto "(...) eliminava-se ou pelo menos coibia a presença de *pobres* na área mais valorizada (...) pretendia-se assim, garantir que o centro urbano fosse ocupado apenas por habitações consideradas salubres, e as que não o fossem assim avaliadas, como as operárias, deveriam se localizar em área distante, pois fora do primeiro centro, a Câmara Municipal poderia ou não tolerá-las (...)" In: MONTEIRO. Op. cit. p. 181, grifo da autora.

Caranguejos com cérebro: música, tradição e lazer na "cena mangue" de Recife*

Getúlio Ribeiro – graduado em História e mestrando em História da Cultura pela Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do prof. Dr. Newton Dângelo; Integrante do POPULIS – Núcleo de Pesquisas em Cultura Popular, Imagem e Som do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

> MANGUE: A CENA
>
> Emergência! Um choque, rápido, ou o Recife morre de enfarto. Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruir as suas veias. O modo mais rápido, também, de enfartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. O que fazer então para não afundar na depressão crônica que paralisa a cidade? Há como devolver o ânimo, deslobotomizar/recarregar as baterias da cidade?
>
> Simples, basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife.
>
> Em meados de 91 começou a ser gerado/articulado em vários pontos da cidade um organismo/núcleo de pesquisa e criação de idéias pop. O objetivo é engendrar um "circuito energético" capaz de conectar alegoricamente as boas vibrações do mangue com a rede mundial de circulação de conceitos pop. Imagem símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama. Ou um caranguejo remixando ANTHENA do Kraftwerk no computador.
>
> Os mangueboys e manguegirls são indivíduos interessados em Teoria do Caos, World Music, Legislação sobre meios de comunicação, Conflitos étnicos, Hip Hop, Acaso, Bezerra da Silva, Realidade Virtual, Sexo, Design, Violência e todos os avanços da Química aplicada no terreno da alteração/expansão da consciência.
>
> Mangueboys e manguegirls freqüentam locais como o Bar do Caranguejo e o Maré Bar.
>
> Mangueboys e manguegirls estão gravando a coletânea *Caranguejos com Cérebro*, que reúne as bandas Mundo Livre S. A., Loustal, Chico Science & Nação Zumbi e Lamento Negro.[1]

O documento acima transcrito constitui um trecho do texto intitulado "Caranguejos com cérebro", escrito por Fred 04 (líder da banda Mundo Livre S/A) e distribuído à imprensa recifense no início da década de 1990. As informações que a respeito da data precisa em que o texto foi escrito e divulgado na imprensa local divergem entre 1991 e 1992. Trata-se aqui de um trecho extraído da versão original do que ficaria posteriormente conhecido como o "Primeiro Manifesto do Movimento Manguebeat". Uma versão um pouco modificada foi publicada no encarte do primeiro disco de Chico Science e Nação Zumbi, *Da Lama ao Caos*, de 1994.

À luz das experiências despretensiosas de tocar onde desse, valendo a diversão, e do ardil sonoro de baixa tecnologia que marcaram os primóridos do Mundo Livre S/A, o texto

acima soa, do ponto de vista estético e de suas pretensões relativas à cidade e sua vida cultural, como um projeto mais amplo e ambicioso. Sua rede de informações se amplia e passa a incorporar a antena parabólica e o computador, tecnologia de ponta a serviço dos "caranguejos com cérebro". Conectada à "rede mundial de circulação de conceitos pop", Recife se abre para receber e transmitir cultura ao mundo, deixando-se fertilizar e fluir, procedimento caótico que parece atingir seu ápice ao fincar uma antena parabólica na lama do mangue; o elo impossível, a trama invisível dos opostos aparentes, precipita-se "alegoricamente" na imagem do caranguejo que opera o computador.

Por outro lado, embora a idéia do "organismo/núcleo de pesquisas e criação de idéias pop", "gerado/articulado em vários pontos da cidade", possa carregar um forte sentido de formalidade estratégica, do ponto de vista mais imediato da produção, as condições diretas sobre as quais teriam sido gestadas muitas das idéias presentes no texto (o "mangue", a "cena"), assim como ele próprio, apontam para o ambiente informal e des-ordenado do bar e da festa. É interessante notar que, na ocasião da publicação deste texto no CD *Da Lama ao Caos,* o trecho "Mangueboys e manguegirls freqüentam lugares como o Bar do Caranguejo e o Maré Bar" foi retirado da escrita original. Mas, neste momento inicial, "Caranguejos com cérebro" parece-nos indicar menos o "projeto" de um movimento organizado com objetivos bem definidos que o fruto espontâneo do que poderíamos chamar aqui, para retirar uma expressão do próprio vocabulário *mangue*, de "utopias" cotidianas. Cotidiano que vem novamente contrariar os esquemas formais e racionalizantes por meio dos quais estamos quase sempre fadados a enxergar a realidade, refugiados na solenidade universal dos "monumentos" históricos e sua propriedade cristalizadora de toda espontaneidade criadora, dinâmica e imprevisível do dia-a-dia. Se o "monumento" *Caranguejos com Cérebro* é real e permanece – o site *A Maré Encheu*, produzido por h. d. mabuse, possui versões em inglês e francês do texto –, os interesses mais imediatos desta pesquisa hão de debruçar-se ainda sobre a conversa de bar. Esta ênfase no cotidiano pretende defender que a "utopia mangue", a qual, antes mesmo do computador invadir as

casas e as ruas das grandes metrópoles, colocava-o nas mãos do caranguejo (a indústria pode impedir as pessoas de possuírem o computador, mas nunca de desejá-lo[2]), mais do que simplesmente pensada e planejada em termos formais, é experimentada, vivida e sentida. É o pequeno parêntese neste recente artigo de Fred 04 e Renato L. intitulado "Utopia Revisitada – uma viagem de volta aos primórdios do mangue", o qual pretendemos reabrir a fim de investigá-lo com maior cuidado:

> Antes de prosseguirmos, convém um parêntese. Não se trata aqui de forjar uma impressão de excessiva seriedade ou racionalidade objetiva, na construção do que estamos descrevendo. Não desejamos minimizar o lado lúdico que esteve sempre presente nessa aventura. O toque do acaso, somado a farras monumentais, foram imprescindíveis nesses anos todos. Diversão levada a sério era um slogan constante nas tiradas de Chico Science. Relaxados, conseguíamos deixar nossos egos de lado e apurar um senso coletivo que ridicularizava o complexo de "capital da inveja" - tradicional no meio artístico da cidade. Se tínhamos que escapar do caldeirão fervente da estagnação, que fôssemos todos juntos.[3]

Naqueles tempos, enquanto a "Revolução Digital" não desembarcava definitivamente no Brasil via Microsoft e WWW, a rede de informações cotidiana dos futuros *caranguejos com cérebro* gerava seus próprios intercâmbios horizontais e descontínuos, possibilitando novas trocas e apropriações mútuas, ao mesmo tempo em que ia conquistando novos espaços na cena pública local. Intensificava-se a amizade entre Zeroquatro e Chico Science, mediada pelo amigo em comum Mabuse, havendo indícios de que, por volta de 1991, os três tenham chegado a morar juntos num apartamento na rua Aurora, às margens do rio Capibaribe. As fontes apontam também para a existência de um outro apartamento, ainda no final da década de 1980, localizado no bairro das Graças, quase no centro de Recife, onde morava Goretti França (irmã de Chico), e que serviu durante um certo tempo como ponto de encontro, troca de informações e descontração diária para muitos dos futuros *mangueboys* e *manguegirls* que habitavam a cidade. De acordo com Xico Sá e Renato L.:

> Esse apartamento funcionava como uma espécie de quartel-general para vários dos futuros mangueboys que trabalhavam ou vagabundeavam pela cidade. Era ali que se dava um tempo antes de ir pra casa ou sair pra uma balada. Por meio de amigos comuns, Chico conheceu Fred Zero Quatro, do mundo livre s/a, e mais um monte de gente de procedência diversa e com gostos distintos. Formava-se um tipo de ambiente que se imagina aparecer em quase todos os movimentos musicais antes de sua explosão para a mídia. Uma incubadora cultural ou algo assim.

> Foi nessa casa que o mangue começou a ser construído, tanto em termos conceituais como na própria música: ouviam-se ao mesmo tempo Captain Beefheart e Public Enemy, Fellini e 808 State, Jorge Benjor e Specials. Artistas plásticos, cineastas frustrados, desempregados, joranlistas e funcionários públicos conviviam lado a lado. Boa parte do som da Nação Zumbi vem daí, desses discos misturados e escutados com atenção entre um baseado e uma cerveja.[4]

A "procedência diversa" e o "gosto distinto" dos freqüentadores da casa de Goretti, postos à prova neste ambiente desordenado e boêmio, "entre um baseado e uma cerveja", geravam um intercâmbio de informações musicais inusitadas entre estes indivíduos, misturadas a divertidíssimos debates conceituais sobre Física Quântica e Teoria do Caos. Abaixo Mabuse nos explica rapidamente o "Teorema da Colagem", do matemático Michael Barnsley, de quem constituía entre seus amigos o principal entusiasta:

> Na década de 70, o matemático Michael Barnsley, com seu Teorema da Colagem, mostrou ao mundo que, na natureza, uma série de regras simples, acrescidas de certa dose de acaso, formam o código necessário para a criação e o desenvolvimento de tudo o que nos cerca. Para exemplificar, Barnsley criou o Jogo do Caos. Pode-se jogar com papel, lápis e uma moeda. Para começar, escolhemos um ponto inicial qualquer no papel e então definimos duas regras de movimento, para quando der cara ou coroa. Por exemplo: para cara, desenhamos um traço de 3 centímetros à esquerda; para coroa, digamos um traço 10% mais próximo do centro. E seguimos desenhando.[5]

Assim parecia se "ordenar" a escuta musical destes indivíduos naquele apartamento, como uma espécie de *ilha* de caos perdida no oceano da substituição e renovação periódica de padrões e modelos musicais nacionais e importados, despejados nas rádios locais pela indústria fonográfica hegemônica. Os freqüentadores do apartamento de Goretti França pareciam não possuir regra ou princípio "racional" que conduzisse suas audições coletivas (talvez, apenas a Teoria do Caos). Ainda assim, a escuta não deixava de ser atenciosa. Junto às "novas tendências", redescobria-se, ao mesmo tempo, nomes como Jim Morrison, David Bowie, Jorge Ben e Jackson do Pandeiro. Com a entrada de Chico Science e Jorge Du Peixe, o grupo passaria a sofrer também uma influência mais forte de gêneros como o *rap* e a *soul music*. O contato com Science também contribuiu de forma decisiva para a incorporação ao universo "mangue" das sonoridades e simbolismos provenientes das festas e danças tradicionais pernambucanas (especialmente o *maracatu*, o *côco* e a *ciranda*) e seus "mestres". Salustiano, Selma do Coco e Lia de Itamaracá, entre outros, passariam a

constituir, ao lado dos convencionais ídolos "pop" do rádio e do disco, fontes de sabedoria e inspiração para estes músicos. Segundo José Teles:

> Os mangueboys foram movidos por uma curiosidade natural. Queriam aprender com rabequeiros, coquistas, cirandeiros, o que não lhes foi ensinado nas escolas, nem entrava nas programações pasteurizadas das FMs.[6]

Há informações de que, entre o final da década de 1980 e início dos anos 90, Chico Science praticou Maracatu como aprendiz de Mestre Salustiano, rabequeiro[7] e fundador do maracatu *Piaba de Ouro*, com sede em Olinda. É o que afirma o próprio Salustiano, em depoimento no qual aproveita para expressar sua simpatia em relação à "curiosidade" dos *mangueboys*, citado pela jornalista Cinara Barbosa, da revista *Showbizz*:

> "Chico foi meu aluno e sempre teve muito respeito pelo nosso trabalho. Ele entendeu a música e a poesia do maracatu. No mundo não pode sobrar nada nem pode nada ficar perdido. Tem de aproveitar tudo", ensina o Mestre, defendendo o sincretismo de sons.[8]

A curiosidade de Francisco França levou-o também, por intermédio de um colega de trabalho na Emprel (empresa de processamento de dados da prefeitura de Recife) chamado Gilmar (mais tarde, Gilmar Bola 8, integrante do Nação Zumbi), a conhecer o centro de educação comunitária Daruê Malungo, localizado no bairro Chão de Estrelas, que ficava próximo a Peixinhos, bairro pobre pertencente à periferia de Olinda (Chão de Estrelas já faz parte de Recife). Lá aconteciam os ensaios do Lamento Negro, bloco de percussão que tocava *afoxé* e *samba-reggae*, e do qual Gilmar fazia parte. Após um ano de entrosamento e visitas periódicas, o Lamento Negro passaria a constituir, com o apoio de Mestre Maureliano, um dos principais fundadores e regentes do grupo (que dispunha também de uma formação musical bastante variada – *rap*, *soul* e *afoxé*, entre outros estilos), um verdadeiro laboratório para as inusitadas "alquimias" rítmicas às quais Chico daria posteriormente a alcunha de *mangue*. O seguinte depoimento de Maureliano prestado a José Teles nos dá uma pequena indicação do tipo de experiência musical que aí se praticava:

> Eu sacava mais ou menos o que Chico queria, porque era da mesma idade, curti discoteca, James Brown, essas coisas todas. O som de 'A Cidade' fui eu que preparei. Ele dizia quero uma coisa assim, uma fusão de James Brown com maracatu. Aí passei pro tambor o som dos trompetes de soul, e misturei aquilo com o baque solto.[9]

Pois bem. Já nos alertara Walter Benjamin que, na era da "reprodutibilidade técnica", a obra de arte estaria fadada a perder seu caráter de originalidade e autenticidade e, não mais absorvendo-o, mas sendo levada de encontro ao espectador por meio da técnica, o objeto artístico tenderia a uma atualização constante propiciada pela criatividade imanente das "massas". Um dos resultados mais gerais deste processo constituiria, para Benjamin, o que chama de "abalo da tradição": "Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido."[10] No mesmo sentido, a música, em seu status de bem industrial de massa, não pode mais conservar qualquer caráter uno e imutável, e a precisão do registro sonoro tende a terminar onde começa a imprecisão e a descontinuidade das apropriações sociais às quais o registro é exposto por meio de sua reprodução. Segundo este ponto de vista, é perfeitamente compreensível que o conteúdo de um disco de James Brown, por exemplo, seja reprocessado por alguns de seus ouvintes a ponto de passar a constituir uma espécie de insumo, unidade de informação, ou matéria-prima a ser potencializada junto a outras, para a formação de novos conjuntos sonoros por meio da prática musical efetiva.

Por outro lado, é preciso observar também que esse tipo de apropriação ativa do sujeito não constitui característica apenas da reprodutibilidade técnico-industrial, mas também de outras formas de reprodução social de signos e artefatos culturais, e suas conexões com o plano da "tradição" são as mais complexas. Por meio do conceito de "tradição seletiva", Raymond Williams busca elucidar a questão afirmando que:

> Pode-se mostrar prontamente que a maioria das versões de "tradição" são radicalmente seletivas. De toda uma possível área de passado e presente, numa cultura particular, certos significados e práticas são escolhidos para ênfase e certos outros significados e práticas são postos de lado, ou negligenciados.[11]

Williams enfatiza a "tradição" como um aspecto da organização social e cultural contemporânea, uma visão do passado que deve se conectar ao presente para ratificá-lo. Não temos dúvida de que a forma por meio da qual Chico Science e Fred 04 se identificam com as tradições do *maracatu*, do *côco* e da *ciranda* pernambucanos está bem mais próxima dessa perspectiva que de outras compreensões de "tradição", também citadas por

Williams, que a concebem como “um segmento relativamente inerte, historicizado, de uma estrutura social: a tradição como sobrevivência do passado”[12], aparentemente livre dos limites e pressões de uma hegemonia real vivida. Neste outro trecho de “Utopia Revisitada”, Renato L. busca sintetizar da seguinte maneira esta relação, contrapondo-a às versões “arcaicas” e “imutáveis” da “tradição”:

> Injetar energia na lama, como preconizava o manifesto Caranguejos com cérebro (1992), envolvia a superação de uma série de procedimentos estabelecidos. Em primeiro lugar, as batidas tradicionais teriam que ser encaradas não como peças exóticas de museu, mas como fontes vivas indispensáveis numa alquimia geradora de uma identidade a um só tempo local e contemporânea. O coco, o maracatu, a ciranda e outros ritmos serviriam não só como "tempero" regional, mas como combustível para se conectar com as tendências mais ousadas do popspace. Ou seja, nada contra a contaminação...Ironicamente, o que antes soava como símbolo do arcaico e imutável, agora, desconstruído, revigorava um circuito global em constante mutação. A imagem-síntese dessa estratégia era a da antena parabólica enfiada na lama.[13]

Chico Science batizaria então a alquimia rítmica que produzira junto ao Lamento Negro de *mangue*. Entusiasmado em levar a boa-nova aos amigos, Chico teria corrido até o Cantinho das Graças, barzinho situado no tradicional bairro classe-média-alta das Graças (onde também ficava o apartamento de Goretti França) e que também servia como ponto de encontro da “turma” da rua Aurora. Este trecho do artigo intitulado “Arqueologia do Mangue”, de Renato L., nos dá uma pequena visão das expectativas e ansiedades que circundavam e transbordavam sobre aquela mesa de bar no início da década de 1990, mostrando-nos também que a representação de uma “cena” musical enquantofundamentação de uma proposta política e estética, para estes indivíduos, estava também diretamente vinculada a outros aspectos de sua vida social na cidade, como “ganhar dinheiro”, “conseguir mulheres” e divertir-se:

> Senhores leitores, o "Mangue", como tantas coisas boas na vida, surgiu numa mesa de bar, em 91, 92, por aí. Era um dia de semana, ou melhor, uma noite de semana, no Cantinho das Graças. Chico França chegou na mesa repleta de cervejas e falou algo assim: "mixei uma batida de hip-hop com o groove do maracatu e ficou bem legal. Vou chamar essa mistura de Mangue!".
>
> Dos vários vagabundos que estavam presentes no bar, boa parte já havia se envolvido com outro movimento, o por aqui tão incompreendido "punk-rock". Da memória dos ensinamento de Malcom Maclaren, o homem que "inventou" o punk, veio a idéia: "ótimo, vamos transformar essa batida em algo mais, numa "cena" (a palavra mágica!)"...Era a chance de movimentar a cidade, de ganhar dinheiro, de conseguir mulheres, enfim, de pôr em prática algumas das idéias normais de um ser humano ainda não lobotomizado.[14]

Daí até a confecção de “Caranguejos com cérebro” seria apenas um passo.

---

[*] O presente texto contém vários trechos selecionados e extraídos da monografia intitulada “Ligação Direta: música, comunicação e tecnologia na trajetória da banda Mundo Livre S/A”, que defendi em janeiro de 2005, com a orientação do prof. Dr. Newton Dângelo. Vários acréscimos e modificações foram inseridos, visando incorporar ao texto novas percepções adquiridas em minhas pesquisas e leituras mais recentes, e que correspondem ao mesmo tempo aos interesses mais gerais deste simpósio

[1] ZERO QUATRO, Fred. apud TELES, José. **Do frevo ao manguebeat.** São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 256.

[2] Essa idéia se aproxima bastante das breves reflexões de Newton Dângelo, em seu trabalho intitulado “Vozes da cidade: progresso, consumo e lazer ao som do rádio – Uberlândia – 1939-1970”, a respeito das referências ao telefone em sambas e canções populares da década de 30: “A apropriação do telefone pelas classes populares, embora não tenha se efetivado materialmente até os anos 60, pode ser recolhida nas várias músicas compostas e levadas ao ar pelo rádio ou reproduzidas em discos, tais como as que localizamos no acervo discográfico da Rádio Difusora.” (DÂNGELO, Newton. **Vozes da cidade: progresso, consumo e lazer ao som do rádio – Uberlândia – 1939/1970.** 319 f. Tese (Doutorado em História) – PUC, São Paulo, 2001. p. 136.).

[3] ZERO QUATRO, Fred e LINS, Renato. **Utopia Revisitada.** Disponível em: <http://www.notitia.com.br/manguetronic/newstorm.notitia.apresentcao.ServletDeNoticia?codigoDaNoticia+180&dataDoJornal+atual> . Acesso em: 28 dez. 2004.

[4] SÁ, Xico; L., Renato. O Brasil de Chico. **Trip**, São Paulo, n. 86, p. 48-59, fev. 2001.

[5] MABUSE, h. d. Um Lance de Dados. **Trip**, São Paulo, n. 86, p.52, fev. 2001.

[6] TELES, José. **Do frevo ao manguebeat.** São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 276.

[7] Tocador de rabeca, violino de fabricação artesanal, muito empregado durante todo o século XX por artistas de rua e bandas populares do Nordeste do país. Em outras regiões, como no norte de Minas Gerais, ela constitui também o instrumento-base dos ternos de Folia de Reis. A rabeca se difere do violino pelo seu acabamento mais rústico e pela utilização de caxeta ou guairana na sua produção. Existem rabecas de três, quatro e até de seis cordas. O rabequeiro pode cantar e tocar com quantas cordas quiser, assim como a própria afinação do instrumento também depende em grande parte da sensibilidade do tocador.

[8] BARBOSA, Cinara. Maracatu de raiz. **Showbizz**, ed. 141, p. 40-43, abr1997.

[9] TELES, José. op. cit., p. 266.

[10] BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas – Magia e técnica, arte e política.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 .vol. 1. p. 168.

[11] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 119.

[12] Idem, p. 118.

[13] ZERO QUATRO, Fred e LINS, Renato. **Utopia Revisitada.** Disponível em: <http://www.notitia.com.br/manguetronic/newstorm.notitia.apresentcao.ServletDeNoticia?codigoDaNoticia+180&dataDoJornal+atual> . Acesso em: 28 dez. 2004.

[14] L., Renato. **Arqueologia do mangue.** Disponível em: <http://www.notitia.com.br/manguetronic/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeNoticia?codigoDaNoticia=8&dataDoJornal=atual.> Acesso em: 29 dez. 2004.

O laicismo e o catolicismo em Pelotas: alguns reflexos no campo do ensino superior

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral[1] - UFPel

O presente texto abordará aspectos do laicismo e do catolicismo no campo educacional em Pelotas tendo como pano de fundo a disputa político-ideológica entre a Maçonaria e a Igreja Católica.

Cabe esclarecer que, neste estudo, laicismo é compreendido conforme a definição de ZANONE (1995, P. 670) que ao levar em conta as suas diferentes significações identifica-o com "cultura leiga" e "Estado leigo". Por cultura leiga entende-se aquela que se desenvolveu desde a Renascença, tendo como principal referência a idéia de separação entre o pensamento político e os problemas religiosos. Estado leigo, por sua vez, é aquele que se contrapõe ao Estado Confessional, ou seja, que se contrapõe ao Estado que assume como sua uma determinada religião e privilegia seus fiéis em relação aos crentes de outras religiões e aos não crentes. Portanto, segundo o autor,

> "é a esta noção de Estado leigo que fazem referência as correntes políticas que defendem a autonomia das instituições públicas e da sociedade civil de toda diretriz emanada do magistério escolástico e de toda interferência exercida por organizações confessionais; o regime de separação jurídica entre o Estado e a Igreja; a garantia da liberdade dos cidadãos perante ambos os poderes".

O termo *laicismo* prende-se ao conceito de *secularização*, que é o processo de perda progressiva dos valores cristãos, gerados pela expansão do capitalismo, que provocou inúmeras mudanças no campo social e cultural. Mudanças essas impulsionadas, no Brasil, ainda no século XIX, por movimentos ligados à idéia de modernidade, ou seja, de cunho liberal e republicano. Segundo MANUEL (1992, p. 26) eram emblemas desse mundo moderno que trazia a ciência, a tecnologia, a

[1] Professora da FaE/UFPel - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do CEIHE - Centro de Estudos e Investigações em História da Educação.

modernização dos meios de produção e de transportes: a liberdade de credo e de consciência, a rotatividade do poder executivo, a participação popular (ainda que limitada), o questionamento da sociedade patriarcal e a indicação da educação para todos (inclusive para as mulheres). O autor lembra que o catolicismo brasileiro rejeitou a modernidade que era identificada pela Igreja a laicismo, ateísmo, liberalismo, positivismo, feminismo, maçonaria e comunismo.

A postura da Maçonaria quanto à tolerância religiosa e filosófica e o seu caráter de sociedade secreta ligada a movimentos revolucionários, representava para a Igreja um risco à manutenção da ordem pública e do *status quo* do Catolicismo e da monarquia européia. Esta situação se torna mais crítica com a Unificação Italiana, que acarretou a extinção da autoridade temporal do papa que, em 1870, recolheu-se ao Vaticano, não tendo mais poder de governo sobre o território italiano. Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, vários são os documentos pontifícios que emitem duras críticas à Maçonaria, acusando-a de ter a intenção de destruir toda a ordem civil e religiosa estabelecida pelo cristianismo.[2]

Apresentando como lema os ideais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" propugnados pelas revoluções liberais democráticas, a Maçonaria encontrou no Brasil colonial e imperial um terreno fértil para a propagação das idéias iluministas e liberais do século XVIII. Desta forma, os maçons tiveram influência decisiva em muitos acontecimentos ligados ao processo de independência, da abolição da escravatura e da proclamação e implantação do sistema republicano brasileiro.

---

[2] A encíclica *Humanum Genus* emitida por Leão XIII, em 20 de abril de 1884, foi o documento pontifício que expôs mais claramente a "teoria conspiratória da Maçonaria". Nela são enumeradas várias acusações contra essa Instituição, tanto por parte de papas que precederam Leão XIII, quanto por governantes de diversos estados europeus como a Holanda, Áustria, Suíça, Espanha, Baviera, Savóia e partes da Itália. Segundo essa encíclica, a Maçonaria exaltava e preconizava a separação da Igreja em relação ao Estado, o que excluiria das leis e da administração pública o "salutar influxo da religião católica". Esse documento apostólico causou um grande impacto entre os católicos e os maçons. Tal fato provocou manifestações de ambas as partes, através de congressos, organização de associações, revistas e livros que se sucederam até o início do século XX.

Durante o período imperial, a atividade maçônica desenvolveu-se com o apoio e a participação da Igreja e do Estado em função do objetivo comum de consolidar o recém instituído regime monárquico brasileiro. No entanto, a pressão anti-maçônica desencadeada pelo Vaticano, no final do século XIX, deflagrou um clima de conflito político-ideológico entre a Igreja Católica e a Maçonaria.[3]

No Brasil, o regime republicano consolidou a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Até então, o Catolicismo era a religião oficial do país, o casamento religioso tinha validade civil e os clérigos recebiam salários do governo. O *padroado,* por sua vez, submetia a Igreja à tutela governamental, pois as decisões do Vaticano deviam receber o *beneplácito*, ou seja, a aprovação do governo, para terem validade em nosso país. Com a Constituição Republicana de 1891 foi posto fim ao *regalismo*[4] que sustentava essa inter-relação de interesses entre a Igreja e o Estado.

É importante assinalar que o processo de Proclamação da República resultou do triunfo das idéias liberais de políticos ligados fundamentalmente à ideologia positivista e à Maçonaria, que neste período era considerada pelo Vaticano como a grande inimiga da Igreja Católica. Portanto, a compreensão da disputa político ideológica travada entre a Maçonaria - que congregava interesses de positivistas, republicanos, liberais, espíritas e protestantes - e a Igreja Católica no Brasil, nas primeiras décadas do regime republicano, não pode ser desvinculada de um contexto internacional mais amplo.

É inegável que a Igreja e a Maçonaria exerceram influência decisiva em muitos acontecimentos políticos e sociais de nosso país. Essas duas Instituições entraram o século XX num clima de conflito político-ideológico desencadeado tanto por questões oriundas das determinações do Vaticano, que acentuaram o processo de *romanização*[5]

[3]Esse tema é abordado com maior profundidade em AMARAL (1999).
[4] Doutrina que defende a ingerência do chefe de Estado em questões religiosas.
[5]Processo de centralização do poder da Igreja Católica em Roma, no Vaticano.

da Igreja e de perseguição desta aos maçons – já mencionada - como por questões internas que diziam respeito à nossa política nacional, como o processo da implantação do sistema republicano laico.

A reorganização das escolas católicas no Brasil foi uma importante arma no processo de reestruturação do catolicismo nos anos posteriores à implantação da República. E no Rio Grande do Sul este processo desenvolveu-se de forma singular e muito significativa, graças à ideologia do governo castilhista, que estimulava a iniciativa particular na área educacional.[6]

Dessa forma, são criados no estado, a partir da década de 1890, vários estabelecimentos de ensino católicos, dentre os quais, em 1894, a então Escola São Luiz Gonzaga, que foi a primeira instituição católica de ensino primário e secundário da cidade de Pelotas, obra do pioneirismo dos padres jesuítas[7].

Os jesuítas chegaram à cidade em 1888. Nos primeiros anos, desenvolveram intensa atividade pastoral não só em Pelotas, mas, também, nos municípios vizinhos, encontrando condições adversas e pouca receptividade. Foi difícil a aceitação da atuação da Companhia de Jesus, não só nessa cidade, mas em toda zona da campanha gaúcha, devido à forte presença da Maçonaria e ao espírito anti-clerical reinante. Situação bem diferente da encontrada nas regiões de colonização alemã e italiana do estado, onde havia uma maior predisposição à aceitação das concepções *ultramontanas*.

Em Pelotas, nas primeiras décadas do regime republicano, em função de não estar consolidado de forma hegemônica o *ultramontanismo*, a Maçonaria teve ainda uma marcante participação política e social. Envolveu-se ativamente não só com problemas nacionais mas, também, com as aspirações e necessidades da comunidade, embora buscasse congregar, principalmente, os interesses da elite pelotense e do que se pode considerar uma emergente classe média.

Dessa forma, os maçons, criaram, em 24 de outubro de 1902, o *Gymnasio Pelotense*, uma alternativa de ensino laico de elevada qualidade, destinado a camadas

[6] Em AMARAL (1999) desenvolvo algumas idéias sobre os interesses do governo positivista gaúcho no campo educacional. Ver sobre o assunto, entre outros, TAMBARA (1995), CORSETTI (1998) e GIOLO (1997).
[7] A Companhia de Jesus dirigiu o Gonzaga até o ano de 1926, quando os Irmãos Lassalistas assumiram a sua direção, tarefa à qual se dedicaram até o ano de 2003, quando a Escola foi vendida para um grupo de empresários pelotenses.

mais abastadas da sociedade, e que se contrapunha ao Gonzaga, criado anos antes pelos jesuítas.[8] A criação e manutenção desse estabelecimento de ensino pela Maçonaria só pode ser compreendida dentro do contexto de disputa político-ideológica em que estavam envolvidas essa Instituição e a Igreja Católica, nos últimos anos de século XIX e primeiras décadas do século XX. Convém relembrar que a educação era um campo estratégico na preservação e ampliação das áreas de influência de suas ideologias.

Nas primeiras décadas de sua existência, a formação escolar oferecida pelo Pelotense, assim como pelos demais estabelecimentos de ensino secundário do país, se constituía em um instrumento de manutenção do status social elevado e de ascensão a este status. Isto devido ao seu caráter seletivo e preparatório, subordinado às exigências dos cursos superiores e às próprias exigências impostas pelo governo federal através do mecanismo da equiparação ao Ginásio D. Pedro II. Dirigia-se aos que pretendiam realizar estudos superiores tendo em vista profissões liberais e carreiras políticas e burocráticas, ou seja, posições sociais que gozavam de alto prestígio.

Com relação à estrutura dessa escola, uma grande modificação foi ocasionada pela implantação da Lei Orgânica de 1911, proposta pelo ministro Rivadávia Correa, que era ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense. Nessa legislação havia forte influência do ideal positivista de liberdade e de desoficialização do ensino. Através de um regime que concedia ampla autonomia aos estabelecimentos escolares, onde o ensino passava a ser livre, diversificado e flexível, a nova reformulação do ensino se impôs desestruturando ainda mais a escola brasileira. Esta Lei permitia, inclusive, que os estabelecimentos de ensino criassem cursos de ensino superior. Deixou de existir o sistema de equiparação ao Ginásio Nacional (D. Pedro II). Foram eliminados os privilégios escolares, representados no ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginasiais

[8] Atualmente ele é o Colégio Municipal Pelotense, maior escola municipal da América Latina, com mais de 3 alunos.

ou de preparatórios, que permitiam o ingresso no ensino superior aos estudantes do Ginásio Nacional ou instituições a ele equiparadas. Foi instituído o exame de admissão ao ensino superior, independente de certificados ou atestados de estudos secundários (NAGLE, 1974, p. 144 e 145). Isto significava que para ingressar nos cursos superiores bastava que o aluno fosse aprovado nos exames vestibulares, independente do seu grau de escolaridade.

A autonomia prevista por esta lei, serviu, também, para que a Congregação do Ginásio Pelotense fundasse três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia já no primeiro ano da vigência dessa lei e, no ano posterior, a Escola de Agrimensura e a Faculdade de Direito.[9] A Maçonaria pelotense cogitou, também, da fundação de uma Faculdade de Medicina, que fosse anexa ao Ginásio. Deve-se ressaltar, ainda, que a Maçonaria tinha interesse em que a partir do Ginásio Pelotense e dos cursos superiores a ele anexados, se constituísse uma Universidade.[10] Este fato demonstra o grau de adiantamento da cidade em assuntos relativos à educação, e a própria posição de vanguarda assumida pela Maçonaria pelotense, uma vez que a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, somente foi fundada pelo governo federal em 1920.

É possível deduzir que a criação destes três cursos de ensino superior, anexos ao Pelotense, serviu aos interesses maçônicos de atuação junto à formação profissional de um grupo que se consolidava na cidade nos primeiros anos deste século: os profissionais liberais. Nos cursos de Farmácia e Odontologia e de Agrimensura, privilegiava-se o método experimental, de caráter mais técnico, através de estudos

[9] Já o Ginásio Gonzaga, em função da autonomia prevista pela "Rivadávia Correa", aumentou a oferta de cursos primários e secundários e adotou um novo programa escolar. Este passava a contemplar, além do *"sólido preparo para os exames de admissão em qualquer academia do paiz"*, a necessária preparação prática para a carreira comercial, tendo em vista o amplo desenvolvimento desta atividade econômica na cidade de Pelotas (DIÁRIO POPULAR, 07.12.1911).

[10] A criação dos cursos de ensino superior anexos ao Ginásio Pelotense é um assunto tratado com maiores detalhes em AMARAL (1999).

práticos bastante vinculados à realidade e à própria necessidade da comunidade. Já a Faculdade de Direito, através do desenvolvimento e domínio da retórica e do conhecimento das leis, encarregava-se da indispensável preparação da elite dirigente. Desta forma, eram atendidos os interesses de representantes da elite tradicional da cidade e do emergente grupo social ligado à indústria e ao comércio, que compunham a Maçonaria local.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia, primeiro curso de nível superior do Ginásio, foi a "menina dos olhos" de seus fundadores. Manteve-se anexa ao Pelotense até os primeiros anos da década de 1920. Assim como a Faculdade de Direito (que no segundo ano de funcionamento desligou-se do Pelotense), é hoje uma importante unidade da Universidade Federal de Pelotas, criada em 1969. Já a Escola de Agrimensura teve duração efêmera, possuindo um número bastante reduzido de professores tendo formado poucos alunos.

Da mesma forma que o Pelotense, o Colégio Gonzaga tem importante papel na criação de cursos superiores que, anos mais tarde, deram origem à Universidade Católica de Pelotas. Em 1937 foi fundada, junto ao Gonzaga, a Faculdade de Ciências Econômicas, ministrando Cursos de Comércio de ensino secundário e superior. Em 1938, foram incorporados a essa Faculdade, os alunos da Escola Municipal de Comércio, instituição de ensino superior, que fora criada pela intendência municipal em 1920 e que funcionava junto ao Ginásio Pelotense. Tal fato se deu em função da lei proibitiva de acumulações que acabou por reduzir o corpo docente da Escola a dois únicos professores.

A Faculdade de Ciências Econômicas foi desvinculada do Gonzaga em 1955 e incorporada à Mitra Diocesana. Juntamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras e outros Cursos criados pelo bispo D. Antônio Záttera, deram origem à Universidade Católica de Pelotas, fundada em 1960.[11]

Considerações finais

Em meados do século XX, em Pelotas, o Gonzaga e o Pelotense foram escolas que, através do ensino secundário e superior, serviram para consolidar o catolicismo e o laicismo no campo educacional numa época em que na cidade ainda eram explícitas as rivalidades entre católicos e anti-clericais e, em nível nacional, assistia-se ao embate de dois grupos antagônicos que propunham reformas na educação nacional: os católicos e os liberais (laicistas).

Portanto, a criação de cursos de ensino superior nessas duas instituições educacionais buscou preservar e ampliar a influência de ideais católicos e laicistas junto à classe dominante.

Bibliografia

AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas.* Pelotas: Seiva Publicações, 1999. (Série História da Educação em Pelotas, nº 1).

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política.* 8º ed. Brasília, DF: Editora UNB, 1995.

CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo – A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). In: *História da Educação/ASPHE*. FaE/UFPel. Nº 4, set.1998. Pelotas. Ed. da UFPel.

DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil*, São Paulo, UNESP, 1996.

[11]A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) foi a primeira Universidade do interior do Rio Grande do Sul e a terceira a ser criada nesse estado. Na década de 1950, D. Antônio Záttera, demonstrando notável espírito empreendedor, criou os seguintes Cursos e Faculdades que deram origem à Universidade Católica de Pelotas (UCPel): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1953); Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé (1954); Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas (incorporada pela Mitra diocesana em 1955); Colégio Comercial Universitário (1955); Cursos de Pedagogia e Didática (1956); Colégio de Aplicação de Pelotas (1957); Curso de Jornalismo (1958); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé (1958); Cursos de Filosofia e Pedagogia de Bagé (1959); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Grande (1960); Faculdade de Direito e Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Rio Grande (1960). Com o tempo os cursos e faculdades de Bagé foram incorporados pela FUNBA (Fundação Universidade de Bagé, hoje URCAMP) e os de Rio Grande pela FURG (Fundação Universidade de Rio Grande). (ZANOTELLI, 2000)

GIOLO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MANUEL, Ivan, A Igreja e a educação feminina: 1859-1919, uma face do conservadorismo. UNESP, 1996.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação - Educação no Rio grande do Sul sob o Castilhismo.* Pelotas, RS: Ed. Universitária, UFPel, 1995

ZANOTELLI, Jandir João. *Universidade Católica de Pelotas – 40 anos.* Pelotas: EDUCAT, 2000.

GUERRA DO PARAGUAI EM PERSPECTIVA: TENSÕES HISTÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS

Giane Ap. Barroso.

As verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são; metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível [...]

Nietzsche

A complexidade de tensões intrapaíses e entrepaíses levou a uma avalanche de movimentos envolvendo forças políticas e bélicas da região platina que resultou na deflagração de um conflito entre, de um lado, a Tríplice Aliança formada pelo Império do Brasil, a República do Uruguai e a República da Argentina, e do outro, a República do Paraguai. Esse episódio é conhecido como "Guerra do Paraguai" ou "Guerra da Tríplice Aliança" (1864 – 1870), considerado o maior conflito no aspecto bélico e de perda humana da América Latina.

Desde a época colonial a região platina era palco de conflitos entre as metrópoles: Portugal e Espanha, pois *a área platina se constituiu como fronteira viva, aliás, única, entre a América Portuguesa e as Índias de Castela.*[1] Posteriormente, no processo de formação dos Estados Nacionais outros conflitos permearam a região pela disputa da sua hegemonia. Nesse período, destaca-se o fato em questão: a Guerra do Paraguai.

Múltiplas são as construções historiográficas sobre essa guerra e freqüentemente são distribuídas em três correntes interpretativas distintas: a *tradicional* ou *oficial*, a *revisionista* e a *recente*[2]. Todas elas tratam das tensas relações entre os países envolvidos, porém, uma atribui peso maior na participação de determinado país, outra busca contradizer e apresenta outro país como responsável... Enfim, a historiografia da Guerra da Tríplice Aliança é plural nas suas interpretações.

A primeira — historiografia "tradicional" — que surgiu ainda no século XIX foi escrita a partir da ótica dos vencedores, ou seja, do Império Brasileiro, mais especificamente, do Exército. Essa corrente tem como característica a narrativa factual, enfocando principalmente as ações militares, diante da necessidade deste grupo impôr-se como

"defensores" do território nacional. Como afirma, o militar Tasso Fragoso, em sua obra *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (1934)

> *[...] a ambição incoercível e o orgulho desmesurado de Francisco Solano López, ditador da República do Paraguai, obrigaram o povo brasileiro a cruzar armar com os seus dignos irmãos paraguaios, cruentando sem necessidade uma extensão considerável da América do Sul. Contra as hostes com que esse bárbaro invadiu o solo da Argentina e do Brasil, desrespeitando a soberania destes países, saqueando-os e depredando-os, vão levantar-se em massa brasileiros, argentinos e orientais em justo movimento de legítima defesa. O Brasil lutará contra os seus bravos vizinhos do Paraguai numa guerra que não desejou, que não provocou e que ainda hoje lamenta, mas que não pôde evitar por lhe ter sido imposta por um adversário que o veio acometer dentro do âmbito de suas próprias fronteiras.*[3]

Nessa citação, há três sentimentos que aparecem nas justificativas da corrente oficial. A*mbição* e o*rgulho* são atribuídos a imagem construída do ditador paraguaio Solano López; são reconhecidos como a principal força que veio desencadear o conflito com os países aliados. Tais sentimentos — a ambição e o orgulho — de López representam as intenções megalomaníacas do ditador *que já se tinha preparado cautelosa e secretamente para nos fazer a guerra.*[4] O terceiro sentimento é o de *defesa*, por parte dos brasileiros, argentinos e uruguaios. Necessariamente o sentimento de defesa surge quando há uma ameaça, e nesse caso, as ameaças são os sentimentos "percebidos" de um único homem, Solano López. Há, portanto, um único culpado, responsabilizado pelas

> *inúmeras vítimas dos quatro países — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai — que dormem o derradeiro sono, a maior parte em terra estrangeira, sacrificadas à ambição e à vaidade de um homem sem coração.*[5]

O povo paraguaio, na visão tradicionalista, é considerado vítima do atroz Solano López. O cônsul inglês Sir Richard F. Burton, em *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai* (1870), entendendo que a imparcialidade é possível, afirma que

> *vista imparcialmente, a Guerra do Paraguai não é outra coisa senão a condenação de uma raça [paraguaia] que procura livrar-se de uma tirania, por ela mesma escolhida, tornando-se chair à canon mediante um processo de aniquilamento.*[6]

Outra característica das obras tradicionais sobre a guerra é o grande acúmulo de detalhes, principalmente militares. Sobre isso, recorro-me às palavras de Carlos Ginzburg: *a disposição dos detalhes visa produzir em nós uma impressão de vida, como nas cenas de batalha*. O historiador italiano ainda descreve um encadeamento que produz efeito de verdade: *narração histórica – descrição – impressão de vida – verdade*. Entretanto, ele alerta que esta seqüência é uma *concepção clássica* de história, diferente da *concepção moderna* que adotou as aspas para produzir o mesmo efeito.[7] E para assegurar a "verdade" também no molde moderno, o general, em meio aos detalhes, carrega sua narrativa com as aspas, quer dizer, com transcrições de fontes que, segundo ele, são *documentos dignos de fé*.[8]

Com severas críticas à historiografia oficial, surgem os revisionistas com uma nova perspectiva de análise a partir da questão econômica inserindo o fato no contexto imperialista do século XIX, *num momento em que o capitalismo se afirma na Grã-Bretanha.*[9]

O historiador argentino León Pomer, no famoso livro *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* (1968), ressalta o *interesse britânico pelo livre comércio*[10], porém, acrescenta *uma informação adicional: a guerra foi financiada pela Inglaterra, mas não foi causada por ela e nem, provavelmente, incentivada ou desejada.*[11] Mesmo mostrando o cuidado de não apontar o Império Britânico como o causador da guerra, Pomer diz que

> *A Grã-Bretanha nem sempre abriu mercados a tiros de canhão; soube combinar habilmente carícias com agressões. […] A "inculta crueldade do 'laissez-faire'" foi colocada em prática com muita eficiência.*[12]

E nesse contexto,

> *um Paraguai fechado constituía uma afronta aos empresários e comerciantes, e um desafio aos princípios do liberalismo econômico, os únicos condizentes com o espírito civilizado e a cultura mais avançada da época.*[13]

O revisionista brasileiro, jornalista, Julio José Chiavenatto, é mais taxativo em sua polêmica obra *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai* (1979), no que diz respeito à participação britânica e formação da Tríplice Aliança *como testa-de-ferro do capital inglês.*[14] Esse autor reconhece que há questões de limites entre os países envolvidos, mas afirma que a *Guerra do Paraguai foi causada, em conteúdo, por motivos econômicos.*[15] Segundo ele, *nos livros brasileiros [...] é raro encontrar-se uma leve alusão às causas econômicas ou à participação do capital inglês*.[16]

Apesar de ser a mais enfocada, as causas econômicas não foi o único diferencial do revisionismo. Além disso, a imagem do Paraguai e, conseqüentemente, do ditador Solano López foram contraditas e invertidas.

Para Pomer, com o governo do *López filho [...], o país avança e se coloca à frente das nações desta parte do mundo.*[17] Chiavenatto acrescenta que

> *Paradoxalmente, todo este progresso é a sua sentença de morte.*
> *Mas, para morrer, o Paraguai vai dar ao mundo o mais heróico exemplo americano de resistência nacional.*[18]

Essa *resistência* atribuída ao Paraguai, no entendimento de Pomer, é resultado de *governos ciumentos de sua soberania e dignidade nacional.*[19] E, segundo Chiavenatto, com a guerra,

> *nasce o maior líder de povos da América: Francisco Solano López, herói da resistência popular ante o avanço do imperialismo colonizador.*[20]

Ao tratar da morte de Solano López, o jornalista continua a construir uma imagem heróica do ditador. Para isso, dedica o penúltimo capítulo de seu livro dando-lhe um nome

bastante sugestivo: *¡Muero com mi Patria! A Morte do Paraguai*. Com um estilo poético, o revisionista insinua um ato de coragem do presidente paraguaio:

> *No dia 1º de março de 1870, [...] alguns soldados brasileiros cercaram Francisco Solano López e o intimaram a render-se [...]. Negando-se, avançou a cavalo contra os soldados e exclamou: "¡Muero com mi Pátria!".* [21]
> *[…] O general [brasileiro] manda desarmá-lo e ele resiste fracamente: está quase sem sentidos, não enxerga mais, brande a espada frouxamente. […] O marechal ainda tenta resistir com suas últimas forças. É quando um tiro pelas costas o mata.* [22]

A corrente tradicional não interpreta a fala de Solano López da mesma forma, digna de ser lembrada como um símbolo de coragem, ao contrário. O general Fragoso concorda com o argumento *irretorquível*, segundo ele, do coronel brasileiro Silva Tavares:

> *[...] Intimado López para render-se ao comandante da força, respondeu já com dificuldade: 'Morro por minha pátria com a espada na mão', deixando-a cair para o lado do general brasileiro. Nessa ocasião, tendo-se-lhe puxado pelo punho para ser desarmado, recebeu sobre a região dorsal um ferimento de bala.*[23]

Nas reflexões finais de sua obra, Tasso Fragoso depois de argumentar sobre a participação do Brasil no conflito e de lamentar que Solano López não tivesse saído com vida, faz a seguinte análise:

> *Embora vendo que a volta da paz ao seio do povo paraguaio só dependia dêle, não hesitou em colocar a vaidade pessoal acima do interesse colectivo. Preferia que a 'sua Pátria moresse com êle' a sacrificar-se apenas por ela, isto é, 'morrer' pela Pátria.*[24]

Chiavenatto distancia-se dessa interpretação criticando-a, salientando a existência de

> *distorções e mentiras, ou dando importância superior a fatos isolados [...]*[25] *com detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa República que já se viu na América Latina. Uma República, a do Paraguai, que se não fosse destruída, assassinada*

> *junto com seu povo, modificaria por completo a própria história dos americanos que teriam, muito provavelmente, todos os elementos para se libertarem do jugo de tiranos mistificados de civilizadores [...].*[26]

Já na tradução da obra do capitão Sir Richard Burton, que foi reeditada em 1997, 127 anos depois da primeira edição, mais especificamente na sua apresentação, algumas palavras do coronel L. P. Macedo Carvalho responde ao revisionismo:

> *Embora tardia, a tradução de Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai vem preencher lacunas nos anais da memória nacional. Em se deflagrando o processo revisionista do revisionismo maniqueísta da História do Brasil, efetuado nos idos dos anos 60, chega em boa hora às mãos daqueles preocupados com a busca da verdade histórica. Merece ser lido com atenção por todos os interessados em conhecer esse capítulo épico da História do Brasil que se confunde, mais uma vez, com um dos principais da nossa História Militar.*[27]

No momento em que o general Macedo fez tal apresentação, uma terceira interpretação historiográfica vinha se configurando com acentuadas críticas à historiografia tradicional e a revisionista.

O historiador Ricardo Salles, autor de *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército* (1990), obra em que faz considerações sobre as construções tradicionalistas, afirma que *pecam por um excessivo oficialismo e factualismo.*[28] E mais cético ainda para com o revisionismo, diz que

> *a versão revisionista das origens da guerra tem seu ponto fraco talvez exatamente naquilo que caracterizou sua novidade: a inserção do conflito no contexto mais geral de expansão do capitalismo. A supervalorização da ação direta da Inglaterra e a subestimação das motivações particulares das nações envolvidas (à exceção do Paraguai) acabaram por obscurecer a eventual originalidade da abordagem.*[29]

É justamente com a perspectiva oposta à *subestimação das motivações particulares das nações envolvidas*[30] que a recente corrente propõe analisar o conflito.

Sobre as duas questões mais intrigantes do revisionismo — a participação britânica e o peculiar desenvolvimento do Paraguai —, Salles argumenta:

> *considerar o Paraguai como objetivo último da política britânica e dar a este país um peso que ele não tinha na região, seja em termos de mercado consumidor, seja em termos de fornecedor de matérias-primas, é algo diverso.*[31]

Acrescenta dizendo que *a total submissão do Paraguai e uma presença brasileira vitoriosa e militarmente forte no Prata, entretanto, não corresponderiam aos anseios britânicos.*[32]

Outra obra da historiografia recente sobre a Guerra do Paraguai é *Maldita Guerra* (2002), do historiador Francisco Doratioto também questiona as perspectivas utilizadas nas interpretações anteriores e compreende o conflito por seus fatores históricos regionais. Sua crítica em relação às essas construções é evidenciada nos seguintes dizeres:

> *tanto a historiografia conservadora como a revisionista simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar documentos e anestesiar o senso crítico.*[33]

E mais, ele acusa a corrente tradicional e a revisionista de substituírem *a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil [...].*[34]

Ao buscar distanciar-se disso, Doratioto apresenta seu trabalho como *uma análise mais objetiva da Guerra do Paraguai, para além de simplificações ou deturpações,*[35] apoiando-se em uma vasta documentação para *dar às vozes do passado [...] o espaço para serem ouvidas com respeito [...].*[36] As fontes são trabalhas por ele para "comprovar" todas as idéias desenvolvidas em seu estudo, fazendo inúmeras citações e convidando constantemente o leitor a conferir suas fontes.

Não parece, portanto, diferente da pretensão à verdade dos tradicionais e dos revisionistas, este último que, no caso do Chiavenatto, diferencia-se da extremada necessidade de dar veracidade utilizando as aspas. Ele tece sua narrativa buscando produzir um efeito de verdade muito mais com uma "*expressão persuasiva", vale dizer emocional, de modo a fazer com que a linguagem penetre as almas.*[37] O jornalista diz que

os fatos são narrados com imparcialidade,[38] propondo em sua obra que uma *carga de verdade* que *seja irrespondível, indesmentível e fartamente documentada..*[39] Igualmente, ao apresentar um ensaio introdutório em sua obra, constituída basicamente de cartas, Burton usa o temo imparcialidade, como já chamei atenção.

Contudo, independente do itinerário percorrido, a pretensão das interpretações tradicionais, revisionistas e recentes é de afirmar-se como "verdade".

Portanto, depois do rápido diagnóstico apresentado até aqui, concluo que a Guerra do Paraguai certamente foi resultado de um desencadeamento de tensões entendidas de diferentes maneiras por cada autor. Esse episódio é (re)criado a cada narração e junto dele, outras tensões emergem e, nesse caso, trata-se dos distanciamentos de interpretações que fazem com que esse assunto se torne tão intrigante e polêmico.

Para finalizar, busco as palavras de Salles ao reconhecer que *a crítica dessas versões é bem mais fácil que apresentar uma versão alternativa.*[40]

---

[1] Costa, Wilma P. *A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo: HUCITEC/ Ed. da UNICAMP, 1996. p. 75.
[2] A última corrente não tem uma denominação precisa e para designá-la nesse ensaio usarei o termo *recente.*
[3] Tasso Fragoso. *A história da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 volumes. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1956. p. 264, vol. I. (meus grifos)
[4] Idem, p. 218.
[5] Idem, vol. V, p. 197.
[6] Burton, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997. p. 23. (grifos do autor).
[7] Carlo Ginzburg, op. cit., p. 93.
[8] Fragoso, op. cit., vol. I, p. 7.
[9] Pomer, Leon. *A guerra do Paraguai, a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1980. p. 21.
[10] Idem, p. 51.
[11] Idem, p. 23.
[12] Idem, p. 17.
[13] Idem, p. 23.
[14] Júlio José Chiavenatto. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai.* 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, Prefácio. p. 12.
[15] Idem, p. 11.
[16] Idem, p. 9.
[17] Pomer, op. cit., p. 54.
[18] Chiavenatto, op. cit., p. 45.
[19] Pomer, op. cit., p. 74.
[20] Chiavenatto, op. cit., p. 58.
[21] Chiavenatto, op.cit., p. 161.
[22] Chiavenatto, op. cit., p. 161.
[23] Fragoso, op.cit., p. 161.
[24] Idem, p. 187.
[25] Idem, p. 9.
[26] Idem, p. 10.
[27] Richard F. Burton, op. cit., p. 11.
[28] Ricardo Salles, op. cit., p. 15.

[29] Idem, pp. 36-37.
[30] Idem, p. 37.
[31] Idem, p. 36.
[32] Idem.
[33] Doratioto, op. cit., p. 20.
[34] Idem.
[35] Idem, pp. 21-22.
[36] Idem, p. 20 – 21. (meus grifos)
[37] Bresciani, Maria Stella Martins, op.cit., p. 358. A autora cita o ensinamento de Germaine de Stäel quando, usando suas palavras, *falava da insuficiência dos argumentos racionais para a formação de convicções duradoras (...)*.
[38] Chiavenatto, op. cit., p. 14.
[39] Idem, p. 10.
[40] Idem, p. 37.

OS TEXTOS CONTROLANDO A LEITURA DAS IMAGENS: UM OLHAR SOBRE O DOCUMENTO NA ÓTICA DE ROGER CHARTIER

Giani Rabelo* - UNESC

No exercício de levantar informações para a pesquisa da tese de doutoramento sobre o trabalho educativo realizado pelas congregações religiosas femininas nas Vilas Operárias ligadas a exploração do carvão mineral, no sul do estado de santa Catarina, por volta dos anos de 1950 a 1970, tenho tido contato com vários documentos. No entanto, teve um deles que me causou surpresa e ao mesmo tempo encantamento em função de sua beleza e complexidade. Trata-se de um relatório de atividade do triênio 1955-1957, entregue ao Serviço Social da Indústria - SESI pela Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, realizadas na Vila Operária Próspera[1], onde moravam as famílias dos operários da Carbonífera Próspera. Mas não é um relatório como estamos acostumados a encontrar nos arquivos públicos e bibliotecas, ele se diferencia pelo suporte utilizado e pela combinação de textos, fotografias e desenhos.

Mede 63cm de comprimento por 58 cm de largura, tem uma capa em veludo bordô e nela impresso Serviço Social da Indústria - Confederação Nacional da Indústria, com letras douradas, já um pouco apagadas, acompanhadas de uma engrenagem, símbolo da instituição, toda pintada à mão. Tomo esse relatório de atividades, que foge totalmente aos padrões formais, como artefato cultural, um objeto cultural, um produto histórico. Assim, não parto do "horizonte documental" e sim do "horizonte histórico", ou seja, de problemas históricos, pois o trabalho documental e o trabalho de pesquisa são as faces da mesma moeda[1]. Um documento só se torna um documento histórico quando o pesquisador passa a fazer perguntas a ele, caso contrário é só mais um documento.

---

* Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, membro do Grupo de Pesquisa "História e Memória: o processo de educação em Santa Catarina"- GRUPEHME, professora da disciplina de História da Educação.

[1] Os textos desse documento foram todos transcritos pelo acadêmico do Curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Denner Lucas Casagrande, que realizou no ano de 2004, o projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado "Os Saberes e as práticas pedagógicas das Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária Próspera – Criciúma/SC (1950-1970), no qual participei como professora orientadora.

Nesse artigo que tem no Álbum/Relatório o *corpus* de estudo,como irei chamar, buscarei em Roger Chartier elementos teóricos em alguns de seus estudos sobre a história da leitura e da escrita a fim de compreender a construção e a forma como esse documento se apresenta.

Uma das questões que me chamou atenção no momento em que tive os primeiros contatos com o Álbum/Relatório foi a ausência da identificação do/a(s) autor/a(es/as). Lembrei-me então que poderia buscar junto a Irmã Claúdia, uma das freiras responsáveis pelos trabalhos da congregação na Vila Operária da Próspera, informações sobre produção desse documento. Na impossibilidade de contactá-la pessoalmente mandei-lhe uma carta no final de dezembro de 2004, acompanhada de um CD-Rom com todo o documento digitalizado e ela respondeu: "rever aquelas fotos, ainda que não consiga ler o conteúdo, foi-me um lindo e emocionante passeio na minha história, na história de minha comunidade religiosa, na história dos meninos e meninas da Próspera, construída com muito trabalho, luta, mas com muita alegria, entusiasmo, e vontade de fazer o bem"[2].

A partir das informações concedidas pela própria irmã, pude identificar os/as autores/as. Ele foi construído a oito mãos e levou em torno de quatro meses para ser concluído, tendo a Irmã Claudia como organizadora. Todos os textos, mais de treze foram escritos por ela. As fotografias foram feitas pelo "Foto Zappellini", um dos primeiros fotógrafos da cidade. Os desenhos foram realizados pela Irmã Fernada Martins Cardoso, as letras dos títulos, subtítulos e legendas foram desenhadas pela Irmã Maria Rodrigues Monteiro, ambas professoras de Artes e Matemática, respectivamente, do Colégio Michel, estabelecimento privado de ensino da congregação, criado na época, na cidade de Criciúma. Todo o cuidado, esmero e principalmente o tempo que essas pessoas levaram para construir esse Álbum/Relatório me fez pensar sobre o sentido que as freiras queriam que os leitores atribuíssem as informações contidas nele e a importância dada ao seu suporte.

Pode-se inferir que todo o cuidado, o capricho e o esmero dedicados na produção do documento em estudo fizeram parte de uma estratégia, no sentido de torná-lo um instrumento que pudesse oferecer aos leitores uma leitura única sobre as difíceis condições em que viviam as famílias na Vila Operária Próspera e o quanto era importante e imprescindível o trabalho das freiras no campo social, religioso, educacional e na área da saúde. Parece-me que o objetivo era aproximar aquela difícil realidade enfrentada pelas famílias mineiras e o trabalho das freiras daqueles que conheciam superficialmente, mais precisamente aos gerentes do SESI, com o intuito de legitimar as suas ações e serem reconhecidas pela instituição que as mantinha. Um relatório bem feito e com as ações bem apresentadas, mostrando a necessidade e importância desse trabalho, certamente causaria impacto nos mantenedores e garantiria a continuidade das atividades.

Para Chartier, mesmo havendo por parte do autor, e no caso do documento em estudo, dos/as autores/as, a construção de várias estratégias para garantir uma forma de compreensão na medida em que "o leitor é sempre visto pelo autor (ou pelo crítico) como necessariamente sujeito a um único significado, a uma interpretação correta e a uma leitura autorizada"[3], mesmo que comumente se conceba "a leitura como algo inscrito no texto, como um efeito automaticamente produzido pela própria estratégia da escrita específica da obra ou de seu gênero"[4], não há uma leitura única em relação ao texto, pois o texto não tem uma eficácia absoluta. Nessa perspectiva, existe uma relação de tensão permanente entre texto e leitor, causada pelo ato que apreende e decifra o texto. No seu entendimento a leitura compreende "[...] uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros. Ler é uma resposta, um trabalho, ou como diz Michel de Certeau, um ato de 'caçar em propriedade alheia' "[5].

No caso do documento em questão torna-se importante ressaltar que a sua construção foi algo bastante complexo do ponto de vista da autoria. Não houve apenas o trabalho da escrita realizado pela irmã Claúdia, houve o envolvimento de mais três

autores/as, ou seja, o fotógrafo e as outras irmãs que se responsabilizaram pelos desenhos e pela escrita dos títulos, subtítulos e legendas. No entanto, mesmo havendo a participação de vários autores, o Álbum/Relatório tem um fio condutor e este por sua vez foi garantido pelo trabalho da Ir. Claúdia, enquanto organizadora do documento. O Álbum/Relatório não percorreu o processo que passaram os livros na sua trajetória histórica como aponta Chartier, ao afirmar que os livros "são manufaturados por copistas e outros artesões, por técnicos e outros engenheiros, por máquinas impressoras e outros tipos de máquinas"[6], mas passou por quatro pessoas que, de alguma forma, deixaram registradas as suas marcas e objetivos. Nesse caso, os/as autores/as foram os/as próprios/as impressores/as.

Mas se de um lado o texto não tem uma eficácia absoluta, ou seja, o/a autor/a não consegue proporcionar um único sentido para aquilo que ele escreve, não consegue garantir uma compreensão legítima, o leitor também não tem uma autonomia absoluta, pois a liberdade do mesmo está encurralada num determinado tempo e espaço, a sua liberdade está circunscrita num campo de possibilidades. O texto, que é o objeto que comunica é interpelado pelo ato que o apreende,ou seja, a leitura. "Conduzido ou encurralado, o leitor encontra-se invariavelmente inscrito no texto, mas este, por sua vez, inscreve-se de múltiplas formas em seus diferentes leitores"[7].

Mas se ao lermos algo, não podemos negar essa relação de tensão entre o autor representado pelo texto e o leitor que é o responsável pelo ato de apreender o texto por meio da leitura, Chatier também nos lembra que "nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade"; qualquer compreensão de um texto, não importa que tipo depende das formas com as quais ele chega até seu leitor"[8]. Para ele, as obras adquirem significado por meio de um processo complexo que implica no exame da relação entre três pólos, ou seja, o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende [9].

Inspirada por Chartier, passo a imaginar um outro objeto para comunicar as atividades desenvolvidas pelas freiras, ou seja, um outro suporte, agora dentro dos padrões formais intitulado "Relatório de Atividades - Triênio 1955-1957", certamente esse novo

suporte influenciaria profundamente no *status* conferido ao documento ou na maneira de lê-lo, dessa forma, uma nova legibilidade seria conferida pelo formato e também se instalaria um novo horizonte de recepção do mesmo por parte de seus leitores.

Da forma como o relatório de atividades foi apresentado, posso inferir que houve também a intenção de perpetuação da história do trabalho ali efetuado pelas freiras, sabendo-se que um documento desse tipo dificilmente seria descartado, garantindo melhor a sua guarda, além de carregar consigo traços de um caráter ritualístico, celebrativo, ornamental e feminino, consagrando-se num artefato cultural que expressa. Ele é único, pois não existe outra cópia, portanto ele foi concebido dentro do princípio da raridade, na tentativa de assegurar de alguma forma o lugar de legitimidade de todas as ações ali realizadas pelas freiras nos três primeiros anos, dos 13 anos que a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência permaneceu na Vila Operária da Próspera.

Por todas essas características até aqui apresentadas, pode-se afirmar que além de um escrito esse documento é um monumento. Para Le Goff, todo documento tem em si um caráter de monumento, pois não existe memória coletiva bruta. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”[11].

Só os textos manuscritos não dariam conta de expressar todos os programas desenvolvidos nesses três anos, por isso, foi preciso ilustrar com fotografias legendadas e desenhos confeccionados por meio de um trabalho manual bastante apurado e artístico. Por ser um documento que se caracteriza pela escrita e pela imagem, nele é possível se perguntar como a leitura das imagens vai sendo controlada pelos textos, ou melhor, como estes vão por sua vez criando protocolos de leitura das imagens.

Sem entrar aqui na discussão que rompe com a idéia de que o objeto fotográfico é uma prova dos fatos ou uma reprodução do real e vê na fotografia um sistema de expressão e que, ao contrário, concebe que este suporte de imagem exprime suas mensagens na forma de construções visuais, que são sempre intencionais, interpretativas e subjetivas,

dirijo-me novamente a Chartier quando o mesmo aponta a existência de limitações nesse tipo de linguagem. Para ele, as imagens não têm o mesmo significado e o mesmo papel quando estão inscritas no próprio texto, "é um meio para melhor garantir o controle do sentido"[12]. No caso do Relatório/Álbum, as fotografias e os desenhos estão profundamente articulados com os textos, compondo um fio condutor para levar leitor a uma determina compreensão. A tutela do leitor pelo texto ocorre com o objetivo de evitar as múltiplas leituras das imagens, para que ele não invente outras interpretações a não ser as autorizadas pelos/as autores/as.O texto propõe um tutelamento da ousadia daquele que vê a imagem, servindo como uma forma de controle da interpretação.

O Álbum/Relatório tem sua página de abertura anunciando o lema do SESI "***AJUDAR A AJUDAR-SE***" que tem desenhado no centro um outro álbum em tamanho menor atravessado por uma corrente preza em duas colunas gregas cuidadosamente desenhadas. A "réplica" do Álbum/Relatório tem sua primeira página entre-aberta deixando a vista parte de uma foto cuidadosamente recortada da Vila Operária Próspera.

A primeira imagem mostra a Vila Operária como um "amontoado de casas", mesmo que dispostas linearmente, construídas sobre a "pirita" (rejeito de carvão), cobertas pela poeira do mineral, cercadas por estanquetas de madeira e cada qual com sua privada. Analisada isoladamente poderia levar o leitor a simples constatação de como as vilas eram organizadas, no entanto, ao ser associada ao lema do SESI "***AJUDAR A AJUDAR-SE***", impõe um direcionamento na recepção do leitor. Indica que as pessoas que ali vivem precisam ajudar-se, mas para que isso ocorra, elas precisam de ajuda e nesse caso, a ajuda está sendo oferecida pela Carbonífera Próspera, o SESI, o vigário da paróquia e pelas Irmãs da Divina Providência, como indica o texto de abertura:

Os agradecimentos expressam a forte parceria que existia entre a Igreja representada pelo Pe. Standislau Cizeski e pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência e os empresários representados pelos diretores da Carbonífera Próspera e pelo SESI. A partir dessa imagem faço a seguinte questão: será que as duas colunas presas uma a outra pela

corrente, não estariam representando uma forte aliança entre Igreja, empresários e Estado a fim de “proteger” os moradores da Vila Operária de uma condição de vida sub-humana proporcionada pela expansão capitalista da exploração e comercialização do carvão?

Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência/ 1955-57 – Vila Próspera-Criciúma
Fonte: Arquivos do SESI – Criciúma

O grandioso lema do SESI, “ajudar a ajudar-se” vem sendo realizado plenamente na Próspera, onde se conta com a valiosa cooperação do SNR. Vigário da Paróquia, Revmo. Pe. Standislau Cizeski, bem como dos eméritos diretores da Sociedade Carbonífera Próspera, Snrs. Sesostris R. Correa e Dr. Mário Balsini.

Ao ensejo da apresentação deste trabalho, as Pequenas Irmãs da Divina Providência agradecem a estes generosos colaboradores, formulando votos onipotente, a fim de que êstes símbolos “SESI e Sociedade Carbonífera Próspera” continuem, fortemente unidos, visando sempre a grandeza da nossa pátria, através do humilde, porém, magnífico trabalho do operário nas minas de carvão.

No contexto social e político do Brasil, o Plano de Metas de Jucelino Kubtcheck mantinha o setor siderúrgico num lugar estratégico e por isso o incentivo à produção de carvão mineral ainda persistia. Nesse cenário, o SESI, instituição criada em 1942 por Vargas para atender as demandas sociais dos operários da indústria, contratou freiras de várias congregações para realizarem um trabalho social junto às famílias mineiras.

Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência/ 1955-57 – Vila Próspera-Criciúma/SC
Fonte: Arquivos do SESI – Criciúma

Nas visitas domiciliares, as Irmãs têm oportunidade de se dedicar a muitos trabalhos, bem como, viver e sentir as necessidades do meio. Nestas visitas, fala-se da necessidade de cuidar da higiene das crianças e da casa, dos benefícios que traz a plantação de uma horta. Aconselha-se a esposa impaciente e descuidada que cuide bem do marido. Encaminha-se um casamento, um documento profissional e sobretudo, procura-se educar.

As imagens retratam o interior das casas das famílias mineiras. As paredes escuras mostram a precariedade das moradias, com seus poucos cômodos, com suas janelas e portas de tábuas e fechadas com simples “tramelas”. Uma das legendas denominada **“O c.o.n.f.ô.r.t.o d.e u.m.a b.o.a p.a.l.a.v.r.a”**, exibe uma freira ao lado de um casal jovem com dois filhos. Nas visitas, as freiras não só confortavam as pessoas, mas também medicavam as crianças quando havia necessidade e reuniam as mulheres da vizinhança para fazer algum tipo de orientação. Apesar de pouca mobília e da simplicidade das casas as mesas que serviam de apoio para medicar crianças e reunir as mulheres se apresentavam com toalhas brancas e bordadas. As aulas de bordado compunham o leque de atividades oferecidas para as mulheres, por isso o seu lugar na fotografia. Era de costume **“O c.o.r.t.ê.j.o d.e c.r.i.a.n.ç.a.s j.u.n.t.o à.s l.r.m.ã.s q.u.a.n.d.o v.i.s.i.t.a.m a.s c.a.s.as”.** Nessa fotografia, meninos e meninas caminhando em uma rua esburacada acompanhando as freiras com ar de alegria. As crianças maiores carregavam os irmãos menores no colo. Nessa página do Álbum/Relatório, as flores em cor rosa envolvem as imagens em preto e branco. Aqui as freiras aparecem num lugar de centralidade na vida e na educação dos membros da família dos operários, logo no primeiro ano de atuação, em 1955, afastando-os das doenças, da sujeira, das intrigas familiares provocadas pelas

esposas impacientes. A relação entre imagens, legendas e textos quer mostrar o quanto elas eram “bem-vindas” às casas dos operários. A imagem evidenciando o cortejo das freiras pelas crianças reforça essa idéia.

NOTAS

[1] MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 26 e 27.
[2] Carta enviada pela Irmã Claúdia no dia 30/12/2004.
[3] CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.213.
[4] Ibid., p.213
[5] Ibid., p.214
[6] Ibid., p. 220.
[7] Ibid., p.215.
[8] Ibid., p. 220.
[9] Ibid., p.200-221.
[11] LE GOFF, J. **Memória e história**. São Paulo: Unicamp, 1994. p. 545.
[12] CHARTIER, Roger. Introdução: a cultura do objeto impresso. In:_____.(Coord.). **As utilizações do objeto impresso**. Lisboa: Difel, 1998. p. 18.

HISTÓRIA IMEDIATA E MARXISMO

Gilberto Calil[1]

Este trabalho tem como objetivo principal argumentar em torno da importância da reflexão sobre a chamada "História Imediata", em particular para os historiadores que se situam no campo do marxismo. Em especial busca chamar atenção para as implicações políticas das narrativas correntemente produzidas pelos meios de comunicação de massa em seu tratamento dos processos sociais em curso no mundo contemporâneo, bem como para a necessidade de intervenção dos historiadores visando produzir análises e interpretações pautadas pelo objetivo de reinserir estes processos nos marcos mais gerais que lhes dão intelegibilidade, relacionando-os, particularmente, ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes.

O que é História Imediata?

A reflexão e debate teórico em torno da constituição do campo da História Imediata é bastante incipiente, sendo seu reconhecimento ainda controvertido no meio historiográfico. A chamada "História do Tempo Presente" já atinge estatuto de reconhecimento mais amplo, embora ainda careça de definição precisa, oscilando entre definições que a define seja como "*tratando do período posterior a 1945*", seja *"pela presença do historiador em seu tema"*, seja por pela indicação arbitrária de um marco cronológico, como "*ou últimos 50 ou 60 anos"*, em oposição à "história próxima" que abarcaria os *"últimos 30 anos".*[2] Tétard e Chauveau proclamam que o valor científico da História do Tempo Presente é *"doravante incontestável"*, mas são muito mais cautelosos no que se refere à História Imediata: "*A história imediata é a que mais suscita desconfiança, pois é a que parece engendrar o maior paradoxo fazendo rimar dois termos contraditórios: imediato e história. Pode-se falar de uma história do imediato? Esta história é legítima? O fator cronológico não é nem suficiente, nem satisfatório para embasar uma definição de história imediata. Percebe-se a dificuldade quando se quer especificar com precisão o espaço cronológico que cobre o imediato. E caso se faça uma escolha, ela logo parece arbitrária. A noção é obstinadamente fluida: algumas horas? Algumas semanas? Alguns anos? Parece que pode ser tudo isso ao mesmo tempo. (...) Se nos restringirmos a essa visão das coisas, a história imediata não existe.. (...) De fato, o procedimento da história imediata é mais parecido com as técnicas jornalísticas do que com as da ciência histórica".*[3] Parece-nos, ao contrário, que o "caráter arbitrário" do estabelecimento de marcos cronológicos atinge igualmente a "doravante incontestável" História do Tempo Presente e que o termo História Imediata retém, ao menos, um elemento importante que precisa a natureza dos processos

sociais que investiga: trata-se de processos em curso, cujo desfecho ainda não é conhecido, o que impõe ao historiador uma série de cuidados metodológicos. Torna necessário que se produza uma interpretação em aberto, que trabalhe com cenários possíveis, sempre correndo conscientemente o risco de ser rapidamente superada pelos eventos que se sucedam. Este "problema", por outro lado, coloca uma questão interessante, na medida em que minimiza o risco de produção de uma interpretação que pressuponha que o desfecho de um determinado processo já estava determinado desde seu início, minimizando a importância de todos os elementos que apontem em outro sentido. Trabalhar com eventos contemporâneos nos termos que o faz a grande imprensa – com juízos arbitrários e previsões de desdobramentos futuros carregadas de preconceitos ideológicos – seria certamente muito arriscado (além de inútil, já que esta é exatamente uma das funções dos grandes meios de comunicação de massa monopolizados). O que se propõe, no entanto, é bastante distinto, na medida em que tem como pressuposto básico a reinserção dos eventos a serem analisados no processo histórico mais amplo, o que distingue claramente a História Imediata do jornalismo, em termos teóricos e metodológicos.

Na realidade a produção de interpretações histórica acerca de eventos em curso, nos termos que defendemos (ou seja, reinserindo os em sua historicidade própria), não é exatamente uma novidade, estando presente mesmo em bons trabalhos jornalísticos. Pode-se citar algumas obras clássicas produzidas no "calor dos acontecimentos", cuja interpretação, pelo rigor analítico e metodológico permanece, no mínimo, merecedora de respeito e debate. Possivelmente a mais evidente obra nesta situação seja *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*,[4] na qual Marx analisa o golpe de Estado conduzido por Luis Bonaparte na França em dezembro de 1951 analisando a intervenção dos distintos grupos políticos a partir de sua relação com as diferentes classes sociais e frações de classe. Poucos anos depois, logo após o esmagamento militar à insurreição parisiense, veio a público a interpretação produzida por Prosper Olivier Lissagaray sobre a Comuna de Paris.[5] Vale menção ainda a interpretação heterodoxa sobre o fascismo produzida por Wilhelm Reich e publicada ainda em 1933[6], polemizando com as interpretações mecanicistas dos teóricos da Internacional Comunista e problematizando a adesão da pequena burguesia ao nazismo. Tais obras, assim como inúmeras outras que poderiam ser citadas, têm em comum o fato de não terem sido produzidas por historiadores profissionais, bem como não terem sido vistas como trabalhos de "História". Acreditamos, ao contrário, que, em sua problematização, em seus procedimentos metodológicos, configuram-se claramente como trabalhos históricos.

História Imediata em tempos de neoliberalismo e pensamento único

A retomada da História Imediata em anos recentes e sua difusão no meio historiográfico se dão em um contexto preciso, marcado pela afirmação do neoliberalismo, esboçado nas ditaduras militares dos anos 70, aprofundado no contexto dos governos Reagan e Thatcher nos anos e imposto de maneira generalizada na década de 1990 em todos os continentes,[7] e também a Ideologia do Pensamento único *"espécie de doutrina viscosa que, insensivelmente, envolve qualquer consideração rebelde, a inibe, a perturba, a paraliza, e acaba por afastá-la".*[8] Dentre suas principais características, destaca-se o determinismo econômico, a concepção do mercado como um ente acima da sociedade, a caracterização da globalização como um processo novo,[9] natural, irreversível e com rumo único, a exaltação da concorrência, da competitividade e do individualismo, a defesa do livre comércio sem limites, a identificação entre progresso e transnacionalização, e identificação entre "Estado mínimo" e "modernidade", a mitologia da estabilidade financeira, da "moeda forte" e das privatizações, a negação de todos os direitos sociais pelo individualismo, a ideologia do fim das ideologias, do fim da luta de classes e do fim da história e, portanto, a tese da impossibilidade de organização coletiva e de mudança dos rumos da história. Parece evidente que esta ideologia tem como elemento central indissociável seu caráter anti-histórico, simbolizado na tese de Fukuyama acerca do "fim da História", mas disseminada nos diversos elementos que a constituem. Desta forma, a reinserção de eventos sociais em curso no processo histórico mais amplo – que propomos que constitua a identidade da História Imediata – ataca frontalmente a ideologia do pensamento único, na medida em que evidencia a permanência da história, dos conflitos sociais, da crise do capitalismo, dos conflitos interimperialistas, da perspectiva revolucionária.

História Imediata e Jornalismo

A análise jornalística usual, determinada pela brutal monopolização dos meios de comunicação de massa, utiliza-se de diversos instrumentos através dos quais deshistoriciza os eventos. De acordo com Rodrigues, geralmente o o evento é apresentado como inevitável, é dissociado de seus antecedentes e de seu contexto, é "analisado" em escala local, sem referência à contextos mais amplos e é dissociado de sua relação com o desenvolvimento do capitalismo neoliberal.[10] Assim, como aponta Galeano, "*Cada fato está dissociado dos demais, divorciado de seu próprio passado e do passado dos demais*".[11] Assim, a conclusão óbvia a que é levado o leitor é que as guerras, conflitos, bombardeios ou greves ocorrem sem motivo, não se inserem em um processo histórico, não tem qualquer sentido que transcenda o próprio fato em si. A hiperinformação propiciada pelos avanços tecnológicos, com a atualização das notícias

minuto a minuto, impede o aprofundamento da reflexão e inviabiliza que a "informação" seja questionada, aprofundada, analisada e, portanto, que os processos sociais sejam compreendidos. Toda a veiculação de informações tem o "pressuposto oculto" de que os fatos tem uma intelegibilidade própria, que se explicam por si mesmos. Neste sentido, a superinformação associa-se diretamente a subinformação, produzindo-se um conhecimento fragmentado, não sistematizado e banalizado, pois os elementos necessários para sua compreensão crítica permanecem sempre ausentes. Nas palavras de Galeano, "*Nunca falta uma guerra para levar à boca dos telespectadores famintos de notícias. Mas os informadores jamais informam e os comentaristas jamais comentam qualquer coisa que ajude a entender o que está acontecendo. Para tanto, teriam que responder às perguntas mais elementares: quem ganha com esta tragédia?"*[12]

Neste contexto, a História Imediata constitui-se como potencial contraponto à história imposta pela mídia, na medida em que torna possível tornar compreensível o emaranhado de informações que é despejado pela mídia, conferindo racionalidade histórica ao imprevisível e desnaturalizando o naturalizado. Daí evidencia-se a clara implicação política da prática da História Imediata. Embora as decorrências políticas estejam presentes na interpretação histórica de qualquer processo, de qualquer período histórico, transparece de maneira mais evidente na História Imediata, o que é reforçado pelo fato enfrentar a imposição do pensamento único. Neste contexto, qualquer análise que reintroduza a historicidade dos processos sociais e, portanto, do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, é em si própria, um questionamento da ideologia dominante do pensamento único. Assim, a própria opção pela pesquisa em História Imediata corresponde a uma tomada de posição de reflexão e problematização do processo histórico em curso, desnaturalizando as opções políticas e sociais que se mantêm hegemônicas, pois como aponta Enrique Padrós: permite evidenciar *"que a miséria e a exclusão contemporânea não são fatos naturais, isolados ou mesmo conjunturais, são problemas sustentados por mecanismos de exploração que não surgiram ontem. Desta forma, a inserção da análise do presente no campo da História está amplamente vinculada aos projetos sociais e às propostas políticas dos próprios historiadores".*[13] Nesse sentido, Padrós avalia que *"A História recente é, por essência, uma História em movimento e exige maior intervenção dos historiadores, elucidando dúvidas, preenchendo lacunas e articulando fragmentos até então desconexos, sem temer a falta de distanciamento temporal sobre os eventos e sem aceitar o falso dilema da neutralidade. Neutralidade é uma coisa, isenção é outra. O historiador não precisa ser neutro (até porque isto já manifesta uma tomada de posição). Ele deve ser, rigorosamente, isento; assumir posições não desqualifica seu trabalho*

nem sua reflexão, muito menos falseia resultados. Enquanto ciência, a História visa a verdade. Enquanto ser político, o historiador tem o direito de posicionar-se; mais, deve publicitar os valores que norteiam sua linha de pensamento sem afastar-se do rigor científico necessário para atingir seu objetivo maior, que é o elucidamento da verdade que perpassa seu objeto de pesquisa e reflexão".[14]

História Imediata: Questões metodológicas

A História imediata, na definição que propomos, tem como pressuposto metodológico que a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente. Assim, o "paradoxo" de tentar fazer rimar "História" e "Imediato" não nos parece em nada paradoxal, mas, ao contrário, o reconhecimento do caráter dinâmico da História, a percepção de que o processo histórico continua se desenvolvendo e que seria pouco sensato – além de politicamente irresponsável – pretender deixar passar certo "decurso de tempo" para que os fatos "se transformem em história".

Ainda assim, é necessário reconhecer alguns problemas e desafios, como a pouca reflexão metodológica sobre fontes históricas sobejamente utilizadas pelos historiadores do imediato, como materiais provenientes da rede mundial dos computadores; a necessidade de maior reflexão sobre a dinâmica dos meios de comunicação,[15] necessidade de conformação de um amplo campo historiográfico de produção, reflexão e crítica acerca da História Imediata; o desafio de desenvolver mecanismos para selecionar os eventos relevantes em meio à gigantesca quantidade de informação que circula diariamente, em sua grande maioria marcada pela superficialidade e irrelevância.

As objeções dos críticos da História Imediata, no entanto, em geral concentram-se em dois aspectos: a) a "neutralidade" do historiador estaria comprometida pela contemporaneidade com objeto; e b) a "inconclusão" dos acontecimentos tornaria demasiado arriscada a análise. Entendemos que a objetividade é resultante dos procedimentos metodológicos adotados pelo historiador, através dos quais deve buscar a maior isenção possível, compreendendo que o distanciamento temporal não garante de forma automática uma análise objetiva. Como aponta Padrós, *Neutralidade é uma coisa, isenção é outra. O historiador não precisa ser neutro (até porque isto já manifesta uma tomada de posição). Ele deve ser, rigorosamente, isento; assumir posições não desqualifica seu trabalho nem sua reflexão, muito menos falseia resultados. Enquanto ser político, o historiador, deixando de lado todo e qualquer dogmatismo, tem todo o direito de posicionar-se; mais, deve publicitar os valores que norteiam sua linha de pensamento sem afastar-se do rigor científico necessário para atingir seu objetivo maior, que é o*

elucidamento da verdade que perpassa seu objeto de pesquisa e de reflexão.[16] Quanto à alegada "inconclusão" dos processos contemporâneos, é um desafio que pode tornar rapidamente superadas algumas análises. Mesmo assim, estimula que a reflexão histórica trabalhe com cenários possíveis, conjecturas, perspectivas, e não com a linearidade de um caminho único. Toda análise em "história imediata" é parcial, aproximativa e transitória, mas isto também ocorre em outros campos da social. Assim, é uma história ainda sem fim porque continua em processamento e é passível de transformação uma vez que os seus elementos são características tendenciais e não resultados finais inapeláveis. Nas palavras de Luis Dario Ribeiro, trata-se que "*Uma história ainda sem fim porque continua em processamento e é passível de transformação uma vez que os seus elementos são características tendenciais e não resultados finais inapeláveis. É uma história que corresponde a um período, o nosso, o que estamos vivendo, um período ainda inconcluso. Uma época cujas características são tendências passíveis de modificação por causa de suas contradições*".[17] Neste sentido, é possível assumir o desafio proposto por Le Goff: *"O que espero dos historiadores da difícil história imediata, inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata, são quatro atitudes: 1. ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente; 2. manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes; 3. não se contentar em descrever e contar, mas esforças-se para explicar; 4. tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam".*[18]

---

[1] Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Doutor em História Social.
[2] CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès & TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente.* Baurú: EDUSC, 1999, p. 16,30 e 27
[3] Idem, ibidem,.p. 20, 21 e 22
[4] MARX, Karl. *El diechicho brumario de Luis Bonaparte.* Buenos Aires: Libertador, 2004.
[5] LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1971.* 2ª edição. São Paulo: Ensaio, 1991.
[6] REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo.* São Paulo: Martin Fontes, 1987.
[7] Naturalmente não cabe aqui apresentar uma discussão minuciosa acerca do neoliberalismo. Basta mencionar que se constitui como fase do capitalismo marcada expansão sem precedentes do capital financeiro transnacionalizado. Enquanto projeto, o neoliberalismo visou a liberação da economia dos obstáculos sociais, o total controle da economia pelos mercados financeiros, a dinamização da economia através de uma concorrência sem limitações, a superação de qualquer limitação ao livre comércio e concentração da produção em escala mundial, e o estabelecimento de total liberdade de movimentação financeira internacional, o rebaixamento do custo e quebra dos movimentos de trabalhadores, a desregulamentação completa das relações de trabalho, a imposição da estabilidade monetária e do ajuste fiscal na periferia, a efetivação da apropriação privada dos setores estratégicos e serviços até

então estatais, o esvaziamento dos canais de decisão política do Estado e sua transferência para agências financeiras e a redução tendencial dos estados nacionais às funções de manutenção da ordem (polícia, judiciário e fisco). Suas conseqüências sociais mais evidentes são a destruição de todas as garantias sociais básicas (saúde, educação, assistência), a mercantilização dos serviços públicos básicos (água, energia, comunicações), a redefinição do "cidadão" pela sua capacidade de consumo, a produção de desemprego estrutural pela concentração da produção em mega-unidades e a exclusão radical de grande parte da população mundial da cidadania, de direitos e do consumo. Ver a respeito PETRAS, James. *Armadilha neoliberal e alternativas para América Latina.* São Paulo: Xamã, 1999; e CHESNAIS, François. (coord). *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos. São Paulo, Xamã, 1998.

[8] RAMONET, Ignácio. Introdução. In *Pensamiento crítico versus pensamiento único.* Madrid, Le Monde Diplomatique, 1998, p. 15.

[9] Vale sempre lembrar a famosa caracterização de Marx do processo de globalização no Manifesto Comunista: "*Impulsionada pela necessidade de dar cada vez maior saída a seus produtos, a burguesia recorre o mundo inteiro. Mediante a exploração do mercado mundial, impõe um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países".*

[10] Idem, ibid.

[11] GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 215.

[12] Idem, ibidem, p. 122.

[13] PADROS, Enrique Serra. Tempos de barbárie e desmemória. *CONTRAPONTOS*, op.cit., p. 36

[14].Idem, ibidem, p. 35

[15] Conforme aponta Le Goff, "*Os meios de comunicação constituem um novo tipo de fontes muito importante e muito particular, e dão lugar a manipulações inéditas contra as quais a crítica das fontes não está muito estabelecida*". LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU & TÉTARTD, op. cit., p. 99-100.

[16] PADRÓS, op. cit., p. 35.

[17] RIBEIRO, Luis Dario. Tempos atuais e história imediata. In: CONTRAPONTOS, op. cit., p.186.

[18] LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU & TÈTARTD, op. cit., p. 99-100

Memória, História e Identidade Nacional: O que é ser herdeiro político de Dona Joaquina do Pompéu?

Gilberto Cezar de Noronha[1] - PPG-UFU

Não são poucos aqueles que têm se debruçado sobre a questão da identidade nacional brasileira: literatos, cientistas sociais, políticos buscando o que seja tipicamente brasileiro ora pela tentativa de se conceber um tipo brasileiro, frente ao problema da raça num país multi-étnico e mestiço, na virada do século XIX; ora pelo tipo de organização político-social que comporta o problema da estratificação da sociedade em pleno alvorecer do século XXI.

Nessa busca incessante, trilham-se caminhos diversos e re-visitam-se lugares comuns. Ressentimentos pelo que não tivemos, por nossa incapacidade em triunfar, pela eterna incompletude de nossa identidade – a noção de carência[2]. Aqueles que pensaram o Brasil, de uma perspectiva interna ou externa, mas sempre sobre o mesmo recorte 'nacional', também 'detectaram' um mal de origem: a negatividade. Outro lugar comum é a idéia de que o interesse privado predomina sobre o público, herança do tipo de colonização a que fomos submetidos.[3] Colonização que persiste na constatação comum de que não temos pensamento próprio e importamos idéias vindas de fora, como constata Oliveira Vianna e tantos outros. Pensar o Brasil nos remete quase sempre a questões semelhantes com o que escreveu Zweig, ainda no começo do século XX: *"Tudo o que hoje denominamos brasileiro e como tal reconhecemos, não é possível explicar por meio de uma tradição própria"*. Talvez o conjunto não tenha um único sentido, embora muitos não tenham se furtado à tentativa de 'forjá-lo'. Para se dar um sentido ao Brasil, é necessário uma volta ao passado[4], inventar uma tradição, pois a identidade nacional é uma elaboração mental aberta "*ao constante refazer frente a demandas históricas*"[5]

Da Independência, em 1822, à virada do século XIX para o XX, suscitada pelos movimentos abolicionista e republicano, a busca *"se mantém durante as décadas de 1920 a 1940, nos textos de autores críticos das instituições republicanas de cunho liberal e* federativo"[6]. Mas por que persiste essa busca até o século XXI? Indagando sobre quem somos, o que queremos ser, projetando imagens de nós mesmos: buscamos o futuro[7].

Como observou Déloye, a identidade nacional não é uma essência imutável. Constitui "*espaço de conflito permanente entre os que pretendem, concorrentemente, determinar seu fundamento e seu conteúdo. Reflexo das lutas históricas (....) é resultado de um trabalho de construção social"*[8]. Nesse sentido, Bresciani está convencida de que é importante "*refletir sobre o modo de elaboração das imagens identitárias, o material utilizado por seus artesãos, a eficácia delas na definição de papéis sociais, nas acomodações e nas lutas políticas*"[9].

Bresciani discute a recorrência da temática da identidade brasileira, considerando-a como um lugar comum, inserida na dimensão mais ampla da cultura ocidental. A questão da identidade nacional traz consigo o pressuposto de um recorte 'nacional' que, de acordo com a autora, torna-se 'uma camisa de força' que nos faz reincidir em uma mesma obsessão de construção da identidade, obsessão essa comum a todos os estados ocidentais. A busca da identidade se dá recorrendo-se ao caráter mítico da nação.[10]

Nação que, para Marilena Chauí, constitui um 'semióforo-matriz' das sociedades modernas e contemporâneas. Semióforo símbolo do invisível, celebrando a unidade indivisa dos que compartilham uma crença ou um passado comum: *"posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social".*[11]

Ao enfatizar a prisão constituída pelo recorte nacional, que faz ressurgir a preocupação com a questão da identidade nacional nos dias atuais, Bresciani se volta para os projetos políticos inerentes às construções e releituras do Brasil, e do que já se escreveu anteriormente. É nesse sentido que a constante retomada do tema se constitui num lugar do comum.

Observando a cronologia estabelecida por Hobsbawm, para o surgimento e evolução da idéia de nação, Chauí identifica nessa 'evolução' de significados do termo/semióforo, três variações: princípio de nacionalidade, idéia nacional e questão nacional. Nessa 'evolução' estão colocados à nação, o caráter de construção ou invenção de uma tradição posta por necessidades históricas e por grupos específicos nas lutas de poder. Para Chauí, a compreensão do processo histórico de invenção da nação *"nos auxilia a compreender um fenômeno significativo, no Brasil, qual seja, a passagem da idéia de*

'caráter nacional' para a de 'identidade nacional'." Auto-suficiente, o conceito de caráter nacional não necessita de uma referência externa para sua definição, é algo pleno e completo (positiva ou negativamente), "*é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma natureza humana determinada*". A identidade nacional, por sua vez, se define pela diferença em relação ao outro, que se apresenta como *"uma totalidade incompleta e lacunar (...) feita de faltas e privações*"[12].

Sem distinguir identidade e caráter nacional, nem os períodos em que cada um opera naqueles que pensaram o Brasil, Bresciani trabalha com a definição de identidade nacional proposta por Déloye que comporta essas duas dimensões, chega à mesma conclusão de Chauí em relação ao movimento de retomada dos 'Intérpretes do Brasil', na atual discussão da identidade nacional: A busca não rompe com o recorte nacional, com os lugares comuns e constitui, ela mesma, um lugar comum (ou uma ideologia, como a define Chauí[13]). Por caminhos diferentes, as autoras caracterizam essa busca atual da identidade nacional: como força de ideologia (para Chauí), ou um lugar do comum (para Bresciani), na perspectiva do atraso e do subdesenvolvimento, pelo que falta (carência), pela privação das características que nos fariam completos[14]. Busca comparativa entre nós e os outros. Negação do outro, mas tomando-o como parâmetro[15].

No próprio termo utilizado por Chauí (ideologia), ou na reiterada afirmação da finalidade política de toda constituição de identidade, posta por Bresciani, expressam-se os desafios para se pensar a releitura do Brasil (das imagens construídas pelos chamados seus intérpretes) feita nos últimos tempos e da necessidade de identificar os projetos políticos colocados nesse movimento de volta às origens, via materiais que as instituíram, através da visão daqueles que interpretaram a chamada realidade brasileira. Acredito que meu tema específico de pesquisa suscita questões concernentes a essa temática. Procurarei refletir como se processa, na escala local, a inserção de determinado grupo social de Minas Gerais, que elabora suas imagens identitárias (identificação com o regional – ser mineiro e com o nacional – ser brasileiro) a partir de uma narrativa construída com elementos da história e da memória de D. Joaquina do Pompéu[16], e assim, definindo-se como detentores de um 'espírito político' tido como justificativa do exercício do poder, em nível local e regional, e os projeta nas lutas políticas nacionais.

Constroem imagens identitárias e aderem a outras já construídas. Um grupo social que se auto-define 'descendente de D. Joaquina', como um clã político tradicional, na acepção de Oliveira Vianna[17]. Nesse sentido, Joaquina do Pompéu, lembrada como uma grande fazendeira do século XVIII/XIX, pode ser entendida como um semióforo 'particular', no sentido exposto por Chauí, que se encarrega de unir determinado grupo social e, ao mesmo tempo, identificá-lo ao 'semióforo-matriz' da nação. A identidade nacional, nesse contexto, é entendida como "*o caráter daquilo que permanece idêntico a si mesmo ao longo do tempo*", em seu segundo sentido, como a distingue Déloye, "*uma definição essencialista*" em que o Estado é tido como o unificador e amalgamador das diferenças regionais.[18]. Nessa definição do que é nacional – do caráter nacional – ocorrem disputas entre as regiões sobre a primazia de determinadas partes do Brasil como a força formadora dessa identidade.

Na década de 1920, há uma disputa entre o nordeste, o sudeste e o sul[19] pela primazia do caráter nacional: Gilberto Freyre, Oswald de Andrade e a época dos manifestos. No sudeste, existe uma disputa entre São Paulo e Minas Gerais[20]. Os mineiros, a propósito, realizam uma leitura particular, de caráter mítico sobre sua inserção na nacionalidade, apresentando-se como a síntese do Brasil onde se forjaria o caráter do brasileiro.[21] Dentre as soluções dos mineiros para inserir a região no 'todo nacional', observa-se a construção mítica da mineiridade (o caráter do mineiro), como bem revelou Maria Arminda Arruda. Ao desvendar o processo de construção da identidade mineira, a autora percorre, numa perspectiva regional, os liames da construção da identidade do brasileiro – ou da brasilidade. Arruda mostra que a construção mítica (parte integrante de todo processo de construção de identidade) do regionalismo mineiro é uma resposta acabada para as questões da identidade nacional brasileira[22]. Observa a autora que esse regionalismo se encontra conectado à simbologia da nacionalidade e não consegue desconhecer a unidade. A identidade do mineiro – mineiridade – seria uma forma de inserção de certos grupos (especificamente a classe dominante, políticos, proprietários) na 'esfera' nacional. Como nos lembra Bresciani, o fundo mitológico inerente à construção da identidade nacional se manifesta na "*definição de uma origem, de um enredo histórico ou percurso coerente*".[23]

Dona Joaquina do Pompéu (1752-1824), até hoje lembrada pela população do centro-oeste de Minas Gerais, teve sua lembrança conservada de diversas formas: registros escritos, em

relatos orais, em monumentos públicos, dando nomes a ruas nas cidades da região, registros iconográficos (pintura, gravura, escultura). Ao longo dos anos que se passaram entre a vida dessa personagem histórica e das apropriações que se fizeram de sua figura, houve acréscimos, perdas, interpretações, significações que a tornam multifacetada, porque memória. Já não é o presente nem o passado, nem identificação ao presente nem ao passado: é lembrança do passado no presente.[24]

Dentre os vários registros da lembrança que fixaram e transmitiram determinados sentidos à memória de D. Joaquina do Pompéu, a literatura memorialista relaciona sua história ao surgimento de uma suposta tradição política da região. Para se discutir a construção da identidade do grupo que se identifica como descendente e herdeiro político de Dona Joaquina do Pompéu consideramos também, além dos documentos escritos produzidos pelo grupo, relatos orais, dos descendentes e da população da região do Alto São Francisco, e outras formas de registro da história e da memória dessa fazendeira. Procuramos atentar para as formas específicas das narrativas da memória, em seu diálogo com a história. Na estruturação das narrativas, tanto escritas quanto orais, procuramos atentar para os elementos constitutivos da memória: A importância dos lugares de memória, do caráter projetivo da memória e da fusão de tempos que ela propicia, na sua ação interessada.[25] Num levantamento sobre as diversas formas que essa fazendeira do século XVIII/XIX adquiriu nos atos de lembrança, três imagens se destacaram:

a) **Joaquina a Matriarca/Patriarca do oeste Mineiro**: imagem presente nos escritos e lembranças, principalmente daqueles que se identificam como seus descendentes ou herdeiros políticos. Grupo que exerce o poder político nos municípios do centro-oeste mineiro, na capital do Estado, Belo Horizonte; muitos conseguiram chegar a cargos federais, como deputados, senadores ou ministros de Estado. Os políticos locais estão ligados à atividade agropecuária, e de uma forma geral, aqueles que se projetaram 'nacionalmente' exerciam o direito ou a medicina. Nos materiais produzidos por esse grupo, Joaquina se apresenta como uma matriz política, curiosamente, uma mulher que só produz varões para a nação. Uma mulher fálica, ou uma mulher viril. Imagem que ao mesmo tempo denuncia que ela foi uma 'figura fora de seu tempo', que ocupava lugar e função diversa do que deveria ocupar uma mulher, e que para isso, de algum modo deixava de ser mulher. Isso pode muito mais reafirmar o

lugar das mulheres, do que propriamente contribuir para sua 'emancipação', posição inversa a que suscita outra imagem construída em torno de Joaquina do Pompéu.

b) Joaquina Feminista: vista como um exemplo de / e para a mulher na história do Brasil. Imagem presente tanto na lembrança dos que se consideram seus descendentes, produtores da maior parte do material escrito sobre ela, como em grande parte da população das cidades do Alto São Francisco, em que a pesquisa foi realizada[26]. Vista como 'exemplo de mulher adiantada para seu tempo'[27], que agia "no mesmo pé de igualdade ao homem"[28], merecedora de ter sua memória cultivada ao lado de outras "milhares de brasileiras que, inconformadas com sua condição se rebelaram contra a situação estabelecida: (...) contra os valores patriarcais vigentes, todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino"[29]

c) Joaquina Bandeirante: Desbravadora do sertão/colonizadora/senhora de escravos: Imagem formada por uma dupla dimensão: bandeirante, desbravadora do sertão do oeste mineiro, Joaquina do Pompéu, tem seu lado dizimadora de índios, característica confundida à de seu marido que era capitão de milícias "caçador de negros fugidos e de índios"[30], Capitão Inácio de Oliveira Campos. Bandeirante, ao mesmo tempo 'brava e forte'[31] e também uma 'dama antiga', portadora de fidalguia e disseminadora da civilização no oeste mineiro[32]. Maldade e heroísmo que não se contrapõem, mas parece completarem a imagem desenhada tanto na perspectiva dos colonizados como na dos colonizadores.

Nos limites deste texto, detenhamo-nos na primeira imagem estabelecida, nos materiais utilizados, seu papel na definição do grupo social e sua eficácia na lutas políticas, delegando para o grupo dos descendentes a herança de seu caráter político, projetando-lhes um lugar de destaque na organização da política nacional: Aqueles que se identificam como herdeiros, principalmente das qualidades morais: inteligência, dinamismo, religiosidade, patriotismo, generosidade[33], da projeção social e/ou do 'talento' político de Joaquina do Pompéu, procuram imortalizar sua figura através de registro escrito: estes são responsáveis pela maior parte dos escritos sobre ela. Vista como mulher de "prestígio, autoridade e ação", que enche de "ufania sua raça, tanto mais quanto todas aquelas virtudes que tanto lhe exaltam a personalidade, aliás herdados em grande parte de seus ancestrais, se

mostrem perpetuados em seus descendentes"[34]: fonte e matriz do "caráter inamolgável" de seus descendentes. Matriz, palavra que lembra origem, útero, "fundamental para a constituição do Brasil como nação livre. (Por) Oferecer todos os bens e a própria vida, em prol da Independência do Brasil, é uma prova do mais elevado e sublime patriotismo"[35]. Pela memória, Joaquina transcende o seu papel de matriz para reforçá-lo: deixa de ser simplesmente o útero que gera um clã . Adquire feição de heroína: "não conhecemos nenhum outro herói nacional, uma prova tão eloqüente de amor pela Pátria"[36].

Joaquina, heroína nacional? Ao indagar sobre o lugar que a Inconfidência Mineira ocupa na memória 'nacional', e o lugar que Tiradentes ocupa como o maior herói do país, Arruda observa que a evocação do nome de Tiradentes por políticos mineiros é como um rito de cunho político que abre "a porta da afirmação política dos mineiros no concerto nacional" . Evocar o nome de Joaquina do Pompéu e colocá-la como uma heroína nacional não seria uma tentativa de ritualização, e aí estamos falando de uma função mítica, para se projetar um grupo social restrito na política nacional? Se Joaquina é a matriz de um grupo político local, uma figura mítica, evocar seu nome é um rito. Nesse sentido é fundamental preservar "as tradições de respeito, prestígio moral, intelectual, social e político de que a família sempre desfrutou desde antigas eras"[37] – o seu caráter (nacional). Lembrar de Joaquina do Pompéu é uma forma de identificação da família – detentora do poder local, com o regional e o nacional. Acredita-se que "a família é o elo central, dela dependendo a formação da nacionalidade"[38].

Diante disso seria pertinente lembrar a observação de Seixas: a se confirmar que a presença e intervenção dos mitos políticos na história potencializam-se nos momentos de crise, "então podemos compreender o alcance da força da memória na construção dos mitos identitários que tem informado contemporaneamente as ações de reconhecimento social e político" [39].

---

[1] Mestrando em História Social, Universidade Federal de Uberlândia/MG.
[2] BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da Ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna interpreta o Brasil*. Tese de Titular apresentada ao Departamento de História/UNICAMP, 2002. p.73 (mimeo.)
[3] Indicado principalmente por HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janiero: José Olýmpio, 1969.
[4] *LUCA, Tânia Regina de. A* revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Unesp, 1999. p.46-47.
[5] *Cf.* BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.19
[6] BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.14.
[7] SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: A grande Transação*. São Paulo: Senac, 2000. p.38

[8] DÉLOYE, Ives. A nação entre identidade e alteridade. In: SEIXAS, Jacy ; BRESCIANI, Maria Stella e BREPOHL, Marion (Orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da UNB, 2002, p. 95-6
[9] BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.16.
[10] BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.22-23.
[11] CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p.13.
[12] CHAUÍ, Marilena. Op. Cit. p. 27.
[13] CHAUÍ, Marilena. Op. Cit. p. 28.
[14] CHAUÍ, Marilena. Op. Cit. Idem.
[15] Cf. SOUZA, Octávio. Fantasias de Brasil. As identificações na busca de identidade nacional. São Paulo; Escuta, 1994.
[16] D. Joaquina Bernarda da Silva de Abreu e Silva Castelo Branco Soto Maior de Oliveira Campos, que ficou conhecida pelo lugar em que construiu a sede de sua fazenda, no interior de Minas Gerais – Pompéu.
[17] VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia,1987.
[18] VIANNA, Oliveira . Idem. p.97.
[19] BRESCIANI. Op. Cit. p.21-22.
[20] John Wirth identifica o ano de 1923 como sendo de reavaliação das raízes mineiras por um grupo de 10 escritores mineiros. Dentre eles, Gustavo Capanema, Milton Campos e João Dornas Filho. (A propósito, os dois primeiros têm sua em sua biografia o registro de que são 'descendentes do clã de Dona Joaquina do Pompéu.) Cf. WIRTH, Johon. *O fiel da Balança – Minas Gerais na Federação Brasileira*. (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[21] Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro da vida política e cultural do Brasil.São Paulo: Brasiliense, 1999.
[22]ARRUDA, Idem. p.104.
[23] BRESCIANI, op. Cit. p. 18
[24] SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos Inelásticos da memória: Reflexões sobre a memória histórica. In: BRESCIANI, M. S., MAGALHÃES, M.B., SEIXAS, J.A (org.) *Razão e paixão na política*, Brasília. Ed. da UNB, 2002. p.63.
[25] SEIXAS, Jaci A. de. Percursos de Memória em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.
[26] Foram realizadas entrevistas orais gravadas com moradores do municípios de Abaeté, Paineiras, Pompéu, Morada Nova de Minas, Belo Horizonte, Martinho Campos. No período de agosto de 2004 a janeiro de 2005.
[27] Expressão de um dos entrevistados, habitante da cidade de Pompéu, que se identifica como descendente. Entrevista realizada em 06/01/2005. Também imagem relacionada a outra 'grande mulher' do imaginário mineiro: Dona Beja de Araxá: "Dona Beja sobrevive, apropriada pelos discursos atuais como a "mulher à frente de seu tempo", a feminista precoce que se dava o luxo de escolher sem esperar ser escolhida" (MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de. *Dona Beja:Desfazendo as Teias do Mito*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003. (Dissertação de Mestrado), p.20)
[28] RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 13.
[29] SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar ed., 2000, p.9.
[30] VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. v.5. p. 216.
[31] VASCONSCELOS, Agripa. *Sinhá Braba –Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.8.
[32] PENA, Gustavo. Dama antiga. Crônica de 1941, reproduzida in: RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 65-66.
[33] RIBEIRO, op cit. 1956, p.32,
[34] RIBEIRO, op cit. p.32,
[35] Guimarães, Jacinto. Em Discurso proferido em 1979, por ocasião do centenário de Pitangui.
[36] CAMPOS, Deusdedit P. Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003. p.13
[37] SILVA, Ignácio Ferreira Álvares da. Gerais de todos os tempos: Reminiscências dos tempos das Gerais e Folhas Caídas. Brasília: Verano, 1999.p.102.
[38] Silva, op. Cit. p.103.
[39] SEIXAS, Jaci A. de. Percursos de Memória em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

Ação Católica, ação política: as influências do grupo católico durante o Estado Novo

Gilcéia Freitas Magalhães - UFOP

No texto que se segue, procuramos delinear a situação da Igreja Católica no contexto sócio-político brasileiro do Estado Novo, abordando sua influência e relações com a sociedade e o Estado.

A fonte utilizada foi a revista *A Ordem*, fundada em 1921, cujos fundadores acreditavam que a doutrina cristã seria a única arma eficaz para combater o pluralismo político, de modo a restabelecer a unidade e a ordem no país. A revista fazia parte de um projeto de *salvação nacional*[1] e deveria ser um instrumento de difusão do ideário católico, combatendo as posições hostis à Igreja Católica e buscando leitores entre os intelectuais. Outra fonte utilizada foi a Revista *Vozes de Petrópolis*, fundada em 1907 pelos padres franciscanos, revista mensal religiosa, científica e literária assim como toda a imprensa cristã deveria ser:

> A imprensa cristã deve ser, sobretudo, construtiva, refazendo alma e corpo dos golpes terríveis da influência malévola da imprensa adversária, conduzindo os espíritos bem intencionados às luzes imperecíveis e, finalmente, defendendo com prudência o patrimônio cristão dos princípios católicos, contra os usurpadores da verdade por Deus revelada[2].

A escolha por estes periódicos deu-se por se tratar de duas valiosas fontes de análise, sendo as revistas dois dos principais veículos de difusão da ideologia católica, dada sua continuidade que permaneceu, ainda que com periodicidade irregular, até os dias atuais.

O termo "grupo católico" vem aqui designar tanto cardeais, arcebispos, bispos, padres, bem como os leigos seguidores da fé católica (incluindo, desta forma, os intelectuais), agrupados em organizações criadas pela Igreja Católica. Nosso objetivo primordial é contribuir tanto para a historiografia a respeito do assunto, somando aos outros trabalhos existentes, como para uma reflexão do papel político da Igreja antes, durante e

depois do Estado Novo, revelando a potencialidade das fontes na medida em que as revistas *A Ordem* e *Vozes de Petrópolis* expõem um panorama político-social da Igreja no período.

A proclamação da República em 1889, de inspiração positivista e maçônica, fez extinguir o padroado[3]. O decreto de 1890 vinha separar Estado e Igreja: "nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União ou dos Estados".[4]

Os esforços da Igreja, a partir de então, voltaram-se para a organização da estrutura eclesiástica interna a fim de melhorar sua imagem. Ao se separar do Estado, estabeleceu uma nova relação de dependência, agora com Roma. Desde 1889, a presença da Santa Sé já se fazia maior através da Nunciatura que, a partir de então, atuava de maneira intensa na área religiosa, de modo que e a indicação dos novos bispos, sem consulta prévia ao governo local, passava a ser feita pelo núncio apostólico. Com a proclamação, o Brasil passava a receber um contingente considerável de congregações religiosas femininas e masculinas européias, encorajados pela Santa Sé (mesmo sendo o Vaticano oficialmente contra a separação legal entre Estado e Igreja, considerada uma heresia da modernidade). A Igreja do país, desta forma, submetia-se às diretrizes eclesiásticas de Roma, dependendo desta financeiramente e se orientando ideologicamente pela mesma, identificando-se principalmente com questões referentes à luta contra o socialismo e o comunismo.[5]

Defendendo ardorosamente a ortodoxia católica, nas primeiras décadas do século XX são organizados, em vários Estados, congressos católicos. A imprensa católica passa, nesse processo, a ter um papel relevante. Em 1907 os padres franciscanos fundavam a Revista *Vozes de Petrópolis*. Na mesma época, os redentoristas fundavam o jornal e o almanaque *Aparecida* e em São Paulo era fundada a revista *Santa Cruz*. Ainda no fim do século XIX havia sido fundada *Leituras Católicas* pelos salesianos. De forma progressiva, foram surgindo vários periódicos, como *Ave Maria* e *Lutador*.[6]

O processo de inserção do Vaticano no Brasil ficou conhecido como 'romanização' ou 'ultramontanismo'. A influência ficou evidente, correspondendo mesmo a uma nova fase na qual o 'poder do papa transpunha montanhas'.

A partir de 1916, começa a surgir o modelo da 'neocristandade', que idealizado em anos anteriores, resultava dos acontecimentos precedentes de desenvolvimento institucional, mudanças sociais e adaptações que revitalizariam a presença da Igreja na sociedade. A Ação Católica foi o meio de efetivação do ideal de influenciar esta sociedade. Com a missão de "restituir para Jesus Cristo o mundo moderno", o grupo católico ao tempo que cristianizava a sociedade, conquistava maiores espaços dentro das principais instituições imbuindo-as com o espírito católico. A fase de consolidação desta "primeira reforma católica" alcança uma etapa definitiva na década de 20 com Dom Sebastião Leme, arcebispo de Recife e Olinda e autor da carta pastoral que, segundo Mainwaring, "marcou o início de um novo período na história da Igreja".[7]

Dom Sebastião Leme defendia a idéia de que, sendo o Brasil um país católico, a Igreja deveria tirar proveito desse fato, cristianizando as principais instituições sociais e desenvolvendo um quadro de intelectuais católicos. Sob a influência de D. Leme, Jackson de Figueiredo,[8] que havia fundado a revista *A Ordem* em 1921, fundava, em 1922, o Centro Dom Vital, nome significativo evocando o movimento do bispo reformador. Era o florescer do modelo da neocristandade, que teria seu apogeu de 1930 a 1945.[9]

> "Foi assim que o Centro Dom Vital nasceu, ao mesmo tempo no plano da doutrinação, não apenas de base intelectual mas religiosa, e ligado a uma intenção política de caráter prático, embora não propriamente partidário: o da defesa do princípio de autoridade, que lhe parecia o mais debilitado, pela deliqüescência do liberalismo burguês em trinta anos de República sem ideal político doutrinário. A fundação do Partido Comunista, nesse mesmo ano, era o sintoma de que as novas correntes políticas do século abordavam as nossas praias".[10]

O modelo da neocristandade ficou evidente principalmente nas relações entre Estado e Igreja. Desde que havia se separado do Estado legalmente em 1891 até 1910, a Igreja havia se concentrado reestruturar-se internamente. A partir então até 1945, podemos perceber um envolvimento profundo dos líderes católicos na política.

Impondo-se de maneira significativa como uma força político-social, a Igreja aproveitou a situação política para realizar ações estratégicas. Em 1932, a LEC (Liga Eleitoral Católica) é criada por Dom Leme com o objetivo de ser um grupo de pressão na medida que apoiaria a eleição dos políticos em concordância com os princípios da Igreja Católica. A Igreja desejava estabelecer um confronto indireto com o Estado com o intuito de que este lhe conferisse prestígio perante as demais instituições, enfatizando que a religião era fator de progresso e constituía o fundamento da civilização. Num dos seus discursos o Cardeal Leme chegou a declarar que o nome de Deus estava cristalizado na alma do povo brasileiro. Ou o Estado reconhecia o Deus do povo, ou o povo não reconheceria o Estado.

De 1918-1922, os líderes católicos apoiavam Epitácio Pessoa, 1922-1926 a Artur Bernardes. Mas foi com Getúlio Vargas a proximidade maior.[11] Grande parte dos bispos, padres e leigos militantes apoiavam-no, tanto devido às trocas de favores, quanto à afinidade política, afinal, a ênfase à ordem, ao patriotismo e ao anticomunismo cabia a ambos[12]. Em 1942, uma circular assinada por D. Leme, D. Becker e demais membros da hierarquia católica, sugeria a obediência ao chefe de governo. [13] Eles acreditavam que a legislação de Vargas cumpria a visão social da Igreja e se sobrepunha ao liberalismo e ao comunismo.

> E só teremos palavras de louvor para o nosso Governo sempre que resistir com energia a arrancadas subversivas (...) e sempre que puser em prática, sem tergiversão, medidas que assegurem ao Brasil viver à margem dos agitadores de esquerda ou de direita, uns e outros negadores de nossa cristandade, uns e outros fatores de ruína e de desordem social.[14]

A encíclica[15] de Pio XI, considerado o Papa da Ação Católica, no ano de 1922, *Ubi arcano dei*, veio guiar a orientação fundamental na implantação da Ação Católica no Brasil. Ressalta-se o fato de, com este Papa, os movimentos da Ação Católica tornarem-se estratégicos dentro da Igreja. O Papa viu ameaçada a fé pelas correntes ideológicas, sócio-culturais e políticas: o liberalismo, o capitalismo, o comunismo, os totalitarismos, o fascismo e o nazismo.

> Pio XI conclamou, então, os leigos do mundo inteiro para integrarem as fileiras da organização da Ação Católica, isto é, para exercerem, de modo

> oficial e organizado, o apostolado no mundo contemporâneo. O ideal proclamado pelo Papa era o de levar tudo à influência de Cristo-Rei, 'restaurar tudo em Cristo', a fim de que reinasse a 'paz de Cristo no Reino de Cristo'.[16]

Tendo São Francisco de Assis como padroeiro, a Ação Católica deveria ser sustentada por uma vida católica intensa e fervorosa. Seu objetivo era o de organizar a participação do laicato católico no apostolado da Igreja visando a coordenar as demais associações católicas e principalmente difundir os princípios católicos. No Brasil adotou-se o modelo italiano para a implantação da mesma: as dioceses eram valorizadas como núcleos básicos e relativamente autônomos, os associados eram agrupados segundo critérios de sexo e idade, de forma que homens com idade superior a 30 anos integravam os *Homens da Ação Católica*, da mesma forma as mulheres integravam a *Liga Feminina Católica*. Jovens de 14 a 30 anos integravam a *Juventude Feminina Católica e Juventude Católica Brasileira*. Esta última se dividia nos ramos da JEC (Juventude Estudantil Católica – secundaristas), JUC (Juventude Universitária Católica – universitários) e JOC (Juventude Operária Católica – operários). Em nível nacional o chefe máximo era o Cardeal Dom Sebastião Leme, a presidência nacional cabia a Alceu Amoroso Lima (que substituíra Jackson de Figueiredo desde sua morte e era também presidente do Centro Dom Vital, presidente perpétuo da Revista *A Ordem*, secretário-geral da LEC) e a direção geral era exercida por cinco membros: Aníbal Porto, Jônatas Serrano, Heitor da Silva Costa, Plácido de Melo, Everardo Backheuser[17].

A Ação Católica deveria ser o 'exército' de Cristo contra os inimigos que já estavam amplamente organizados: "a Ação Católica não é uma simples mobilização de leigos, como forças auxiliares do clero, - mas uma arrancada cristã contra os novos bárbaros, que ameaçam tornar o século XX mais desastroso para o homem, do que o foram os séculos XVIII ou XIX".[18]

Entre 1930 e 1964, a ameaça comunista era a grande preocupação da Igreja: "os inimigos de toda cultura humana, os bárbaros modernos, aí estão às portas da civilização

cristã, armados de foice e martelo, munidos de todos os instrumentos de destruição e de morte".[19]

Em 1931, Pio XI elabora a Encíclica Quadragesimo Anno, enfatizando os perigos das correntes ideológicas:

> Ma quanto siano gravi e terribili i pericoli che questo socialismo porta seco, sembra che l'ignorino o non vi diano gran peso coloro che non si curano punto di resistervi con zelo e coraggio secondo la gravità della cosa. È Nostro dovere pastorale quindi mettere costoro in guardia dal danno gravissimo e imminente, e si ricordino tutti che di cotesto socialismo educatore è padre bensì il liberalismo, ma l'erede è e sarà il bolscevismo.[20]

Em 1937, é editada, também por Pio XI, a *Divini Redemptoris*, condenando o comunismo[21]: "En face d'un pareil danger, l'Eglise Catholique ne pouvait se taire et, en fait, elle n'a pas gardé le silence".[22]. Especialmente durante este papado, os esforços da Igreja brasileira foram encorajados de modo a fortalecer a presença da mesma na sociedade.

Na mesma época, os bispos brasileiros também emitiam uma carta pastoral[23] advertindo contra o marxismo que visava a destruir a moral cristã. De forma progressiva, outros documentos episcopais sobre questões políticas e sociais acabavam abrangendo o assunto, porque eram os fundamentos básicos das instituições religiosas que estavam sendo questionados, valores diferentes estavam sendo propostos.

> "A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários".[24]

O grupo católico enxergou a Ação Católica como forma de fortalecer a Igreja. Através da mobilização de jovens e adultos a Igreja pode mostrar sua força e influência. Os artigos em ambas as revistas[25], ao mesmo tempo em que conclamavam os fiéis, procuravam mostrar os resultados da ofensiva católica no campo sócio-político. A própria LEC tinha o objetivo de mobilizar o eleitorado católico para que fossem apoiados os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja, se destacando entre as primeiras organizações políticas que tiveram sua escala de operação ampliada. Que outro objetivo

teria o livro *Indicações Políticas*[26], de Alceu Amoroso Lima publicado em 1936, listando em seis pontos o mínimo de reivindicações católicas, senão o de deixar evidente a influência política da Igreja Católica (na medida em que o 'programa católico' havia sido incorporado à Constituição de 1934) e oferecer as 'indicações políticas', já que o país estava em campanha. Enfatizamos o peso de um texto assinado por Alceu Amoroso Lima, que, segundo Martins tinha o valor de uma declaração oficial da Igreja,[27] bem como a participação de líderes intelectuais no processo de renascimento católico.

Tristão de Athayde, como também era conhecido, "afirmava que era dever do laicato agir no terreno político para manter o catolicismo no Brasil, por meio da ação sobre a nação e o Estado".[28]

Como colaboradores da imprensa cristã, os intelectuais integravam o "grupo católico", auxiliando a Igreja na conquista de maiores espaços dentro das principais instituições da sociedade. As revistas *A Ordem* e *Vozes de Petrópolis*, ao mesmo tempo em que infundiam ideais católicos, era um espaço de organização política dos intelectuais (na medida em que a Igreja reprovava a criação de partidos católicos), que resultaria numa maior intervenção dos mesmos na vida pública brasileira nos anos seguintes. Em pleno acordo com Beired, os intelectuais foram os principais 'protagonistas', seja como organizadores do Centro Dom Vital ou colaborando nas revistas ou em associações católica e 'alvos' da reação católica, na medida em que os empreendimentos da Igreja visavam a atrair os intelectuais não-católicos, pois além de serem formadores e multiplicadores de opinião, eram detentores de cargos junto ao aparelho de Estado. Não podemos, todavia, desconsiderar as estratégias dos intelectuais para adentrar no aparelho estatal, de modo que houve uma equivalência recíproca de interesses.

Acreditamos ter concretizado o objetivo de delinear resumidamente a situação da Igreja Católica no contexto sócio-político brasileiro do Estado Novo, exemplificando as estratégias do "grupo católico"; suas articulações para impor um ponto de vista num governo com o qual estabeleceram uma aliança estável.

[1] SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica In: SCHWARTZMAN, Simon (org). **Universidades e Instituições Cientificas no Rio de Janeiro**. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.
[2] Mansueto, Frei. Importância Social das 'Vozes'. In: Revista **Vozes de Petrópolis**, mar, 1941, pp. 229
[3]ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. A Igreja Católica e o Estado Brasileiro. In: AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antonio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo, Fundação UNESP, 2004.
[4] Decreto nº. 510 de 22 de junho e nº. 914-A de 23 de outubro de 1890, § 7.
[5] SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja e Sociedade: elementos para um marco teórico. In: **Síntese**. Nova Fase, São Paulo, abr-jun,1978, nº 13, vol. V.
[6] AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular, op. cit.
[7] MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo, Brasiliense, 2004, pp. 41. Sobre a carta pastoral, ver: LEME, Carta Pastoral a Olinda, 1916.
[8] Jackson de Figueiredo, figura de destaque da restauração católica desde 1918, ano da sua conversão, foi íntimo colaborador do Cardeal Leme até sua morte em 1928.
[9] MAINWARING, Scott. Ibdem.
[10] LIMA, Alceu Amoroso. Notas para a história do Centro Dom Vital. In: Revista **A Ordem**, dez, 1957, pp. 38.
[11] De acordo com Mainwaring, D. Sebastião Leme sendo amigo pessoal de Vargas, procurava influenciar nas decisões de causas públicas. Ibdem, pp.48.
[12] MAINWARING, Scott. Ibdem.
[13] *Circular coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis*. Rio de Janeiro, 1942.
[14] Os comentários de Berlim. Seção Registro. In: Revista **A Ordem**, jun, 1938, pp. 580.
[15] Trata-se de documento Papal, fonte de orientação doutrinária da Igreja, dirigida a bispos e cardeais.
[16] CARVALHEIRA, Marcelo Pinto. Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira. In: **REB**, vol. 43, fasc. 169, mar, 1983, pp. 11.
[17] Autores de artigos em ambas revistas utilizadas como fonte.
[18] LIMA, Alceu Amoroso. Discurso. In: Revista **A Ordem**, out, 1937, pp.373.
[19] A grave responsabilidade da hora presente. Idéias e Fatos. In: **Revista Vozes de Petrópolis**, jan, 1938, pp.59.
[20] PIO XI, **Quadragesimo Anno**. Roma, maio, 1931.
[21] A encíclica *Quod Apostolici Muneres* de Leão XIII em 1878 trazia condenações aos revolucionários. Em 1891 a *Rerum Novarum*, do mesmo Papa voltava ao assunto e marcava o posicionamento da Igreja em relação à questão social: *Os socialistas (...) instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devam ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios oi para o Estado*.
[22] PIO XI, **Divini Redemptoris**. Roma, março, 1937.
[23] O Comunismo ateu. Carta Pastoral editada pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, dentre outros, em setembro de 1937. In: Revista **A Ordem**, out, 1937, pp. 285. Publicada igualmente em Revista **Vozes de Petrópolis**, out, 1937, pp. 697 na seção Pequenas Notas com o título Pastoral dos nossos bispos.
[24] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, pp. 20.
[25] A imprensa, grande arma de difusão da Ação Católica, era para a Igreja a defensora de todo o perigo que ameaçava a desvalorizar o patrimônio da civilização.
[26] LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1936.
[27] MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1978, vol VII (1933-1960).
[28] BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo, Edições Loyola, 1999, pp.39.

Piscinas: focos perniciosos da decência moral feminina

Gilma Maria Rios

Este artigo faz parte de uma pesquisa desenvolvida em Araguari, Minas Gerais, sobre comportamento social das mulheres araguarinas no período de 1940 a 1960, onde privilegiei o lazer como espaço específico para dar visibilidade à presença histórica de mulheres comuns de uma cidade do interior mineiro, identificadas como "mulheres modernas" nas décadas de 40 e 50 do século XX. Apesar de a natação ser praticada desde a antiguidade, época em que lhe era dado grande valor e considerado como requinte social, foi introduzida oficialmente no Brasil em 1897; a natação feminina como competição ocorreu nos primeiros anos da década de 1930. È bem verdade que já houvera antes tímidas tentativas de aparições públicas de nadadoras anteriores a essa data.

No Rio de Janeiro, em 1922, aconteceram os Jogos Latino-Americanos em que o Brasil se tornou campeão e naquela ocasião, foi entregue a primeira taça de natação em prova dos 100m nado livre, a uma mulher brasileira, a nadadora Violeta Coelho. As provas de nado livre femininas haviam sido incluídas nos Jogos Olímpicos em 1912, ocorridos em Estocolmo - Suécia. Até então, as mulheres não eram oficialmente admitidas nos Jogos Olímpicos e passaram a participar de apenas alguns esportes, entre eles a natação. E no Brasil, como vimos, só após essa data, e enfrentando barreiras da "adequação à natureza" feminina, o sexo feminino passou a fazer parte desse esporte.

Apesar das resistências sociais à participação das mulheres na prática esportiva, a natação, ao contrário do futebol feminino, era indicada como esporte para o sexo feminino, tornando-se oportunidade para socialização das mulheres da elite e da classe intermediária daquela sociedade manifestamente oposta à participação das mulheres no espaço público.

Porém, como podemos ler nas revistas Ave Maria e Ventania, e na Gazeta do Triângulo, que circularam em Araguari no período estudado, romper com as barreiras postas às mulheres no desporto, por costumes e preconceitos locais, não ocorreria facilmente. Resistências e preconceitos tiveram de ser rompidos, tanto, quanto pelas mulheres que

“teimaram” em praticar o futebol feminino. A natação também gozava da “fama” de requerer a força muscular e ser habilidade “natural” dos homens.

Enquanto nos primeiros anos da década de 1930, a natação feminina brasileira estava se fazendo respeitar, em Araguari, na de 40, reforçava-se pela mídia local, que a sociedade, longe de tornar mulheres e homens melhores, estava deixando-os mais “selvagens”, “duros” e “abrutalhados”, pois, ser *“elegante hoje é ser atleta, mostrar que tem muque, saber dar ponta pé e escoicear com perfeição”* [1]. Isso estava colaborando para o “desprestígio” dos homens e mulheres e para que a “fina educação” desaparecesse, dando espaço a costumes abrutalhados e levando a amabilidade e a polidez a se desvanecerem dos códigos morais da sociedade.

Para alguns cronistas da época, as garotas só se preocupavam e cuidavam de divertimentos, vestidos e modas, sendo incapazes de se interessarem pela prendas domésticas, pela arte culinária ou pela literatura; a maioria delas era adversa a tudo isso, principalmente, “*agora que a mulher é aviadora e bate* recordes *de natação; elas só querem competir com os homens”.*[2]

Por fazer parte de uma ordem patriarcal tradicional, ideologicamente posicionada e determinante do lugar de homens e mulheres na sociedade, esses discursos impõem e internalizam padrões de como as coisas deviam ser, dificultando qualquer mudança nos comportamentos sociais dos dois sexos.

A partir do momento, contudo, em que mulheres idealizadas, inexistiam na experiência concreta, surgiu o comentário no espaço social de que aquelas garotas eram incapazes de manter uma conversa proveitosa com um jovem, porque numa “dúzia” de frases pronunciadas, diziam uma “centena” de gírias, e além do mais, moças “modernas” não eram escolhidas pelos moços para contraírem os “laços sagrados” do casamento. Eram exemplos de perversão moral, de conduta desordenada, exemplo negativo de esposas e mães, demonstravam relaxamento moral. Pareciam-se com *“uma ventoinha que gira a todos os ventos, da moda, do capricho e da fantasia. Como um fogo de artifício ela se faz anunciar com clarões, brilha um instante e desaparece sem deixar traços”.*[3]

As transformações que se operavam nas relações homens-mulheres, muitas vezes, entravam em atrito com os valores vigentes, principalmente, quando as mulheres não achavam os "conselhos úteis", como limpar a fuligem e gordura das portas, limpar os cabos de marfim das facas, como se todas os lares possuíssem facas para as refeições e de cabo de marfim, e como se "segredinhos" da culinária fossem prioridades de todas as mulheres araguarinas.

Em Araguari, as normas e regras de comportamentos sociais eram modificadas pela convivência habitual entre pessoas que iam à piscina mista. No entanto, normas implícitas e explícitas auferem a perpetuação e transmissão de tradições, na tentativa de marginalizar e encobrir recusas aos velhos estereótipos por parte das mulheres. O corpo e o sexo eram apresentados como indissociáveis e generizados, ou seja, pautava-se o comportamento – homem e mulher – segundo padrões sexualmente diferenciados. Diferenciados, porque as representações sobre ser homem e ser mulher circularam na sociedade, produzindo sentidos capazes de colaborar para a produção da evidência de suas materialidades biológicas, constituindo-se em matrizes e efeitos de práticas sociais masculinizantes e feminizantes.

Ao quebrar as regras prescritas, as mulheres araguarinas estavam desconstruíndo o pensamento polarizado sobre gênero, ou seja, estavam rompendo com a forma de pensar homem e mulher como eixos opostos, cujas relações se davam sob uma lógica de dominação-submissão. Era a forma de rejeição ao modelo de mulher proposto pela sociedade vigente. Essas "mudanças de costumes" mostram que as mulheres araguarinas afrontavam e questionavam as estruturas institucionais do "lar" e da "maternidade" como única forma de ser feliz e de realizar-se pessoalmente. Novas formas de relações entre homem e mulher estavam surgindo, por isso, esses novos comportamentos sociais seriam considerados por membros da Igreja e da sociedade detestáveis e dignos de execração pública.

Guacira Lopes Louro afirma que, desconstruir a polaridade rígida dos gêneros implicaria "*também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e*

dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositora". [4] Ao discursar sobre o pudor e a decência, Padre Ascânio priorizava o masculino sobre o feminino, apontando para o ordenamento, classificação e hierarquização das mulheres na sociedade. As mulheres eram "pasteurizadas", universalizadas, em nome do pudor e do recato.

De acordo com a entrevista dada por Euclésia Moura, nadadora araguarina nos anos 50, ao terminar o horário feminino de natação, ela e outras garotas não iam embora, esperavam o horário dos rapazes, embora não fosse uma garota rebelde, conforme nos revelou não era "danadinha" e nem impetuosa.[5]Em outras palavras, Euclésia e outras moças freqüentadoras da piscina em Araguari, se por um lado adotaram um comportamento liberal, por outro não conseguiram se desligar do modelo tradicional, aprendido com suas mães, o qual de algum modo, interferia e se fazia presente em seus cotidianos.

Treinar e competir entre as mulheres não causava problema, mas ao término dos treinos, elas deveriam ir embora e não ficar de "conversas" com os moços e nem passeando pela Praça de Esportes. Era inadmissível para as moças ficarem de "ti-ti-ti" em lugares públicos, porquanto isso, na época, seria considerado perversão, daí, a necessidade de resguardar os corpos que atraíam as atenções masculinas.

Como assinala Jaqueline P. de Romani, *"a identidade de gênero é moldada por relações sociais complexas e dinâmicas e expressa as contradições das relações de poder de classe, de sexo, de raça",* [6] ela é parte do discurso político de uma sociedade.

Apesar dos discursos desabonadores das condutas de garotas que saíam de casa para a prática esportiva, em Araguari, um grupo de moças treinava e competia em provas de natação. Nesse grupo, na década de 50, tivemos uma campeã brasileira. Euclésia Moura de Souza, na prova "Mendes Morais", no ano de 1952, realizada em Belo Horizonte, venceu a campeã brasileira de nado de peito, competição não oficial por ter sido homologada. Mas em junho de 1953, em Ribeirão Preto, Euclésia, com 15 anos, foi a campeã brasileira de nado de peito - 200 metros percorridos em 3 minutos, 14 segundos e 3 décimos, vencendo o

recorde, antes em poder de Maria Lenk, por 12 anos seguidos, a primeira mulher brasileira incluída na delegação brasileira para participar de uma Olimpíada – 1932 em Los Angeles.

Para comemorar o seu feito, os jornais se referiam a ela como "uma rainha sem coroa" e um "torpedinho humano". Chegou a ser convidada pelo Fluminense do Rio de Janeiro, para competir pelo clube, que em troca, lhe pagaria os estudos. Porém, Euclésia preferiu ficar em Araguari e dois anos depois, se casou e foi morar em Belo Horizonte, deixando as raias das piscinas. Anos depois, voltou como professora de natação à antiga Praça de Esportes de Araguari, onde havia iniciado seu treinamento na adolescência.

As profissões que exigem, segundo Massi, *"paciência, rotina, disciplina ou subserviência (prestação de serviço), por exemplo, são imputados à mulher(...) ao homem cabe decidir, planejar, criar, fazer, construir,"*[7] por fim, cabe a ação, o risco, a responsabilidade de comandar e decidir. Possuem a força e nasceram para as aventuras do mundo.

Desde a infância, na construção do feminino e do masculino, relações sociais complexas se fazem presentes não só no domínio das práticas, mas também no domínio psíquico, impregnado por representações inconscientes de assimetria sexual.E como diz Jacqueline Romani, *"os brinquedos infantis expressam claramente as esferas assignadas a cada sexo. Fogões, vassouras e panelinhas se opõem a carros, aviões, pipas, revólveres."* [8]

Os meninos crescem orientados para assumir comportamentos voltados para a competividade e distantes das necessidades que brotam de seus corações. Desse modo, desde pequenos, os homens aprendem que as *"atitudes combativas e agressivas incorporadas pelos homens são atributos biológicos"* [9] e não relações de gênero. As meninas crescem orientadas para as coisas domésticas. *"Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira".*[10] Essas representações se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos, fixando figuras e normalizando costumes de como proceder no espaço social.

Ao questionar a ousadia das mulheres, os redatores do jornal e da revista Ave Maria, evidenciavam a visibilidade das mudanças e reconheciam as novas formas de

comportamentos e relações entre os gêneros. A aparente harmonia se tornava frágil, sendo rompida por situações banais e práticas cotidianas de sujeitos sociais que desfiavam as regras e desestabilizavam antigas certezas.

De acordo com Guacira Louro, "*todas as formas de expressão social que tornam visíveis as sexualidades não legitimadas são alvo de críticas, mais ou menos intensas, ou são motivos de escândalo"* [11], por isso, a preocupação constante em produzir discursos que enquadrem as mulheres nos ordenamentos e hierarquias tradicionais.

À medida que as mulheres araguarinas desconstruíram os modelos a serem seguidos e preservados, elas desestabilizavam a identidade feminina de gênero, produzindo uma "desordem" na apropriação e incorporação do papel feminino exercido no espaço social e corroíam, assim, a naturalização simbólica da diferença entre os sexos.

Diante da "desorganização" provocada pelas mulheres trajadas de "maillots" na presença masculina e pela ocupação de espaço na piscina mista, a sociedade afetada expressava nos de artigos da Gazeta do Triângulo e das revistas Ave Maria e Ventania o seu desejo de que não fosse seguido o caminho daquelas cujo comportamento as comprometia, moralmente, e levaria a sociedade ao caos moral, se isso se perpetuasse.

Nesse contexto, o corpo da mulher, internamente normatizado no sentido apontado por Foucault,"corpos dóceis", precisava mostrar os sinais dessa ordem interna, "verdadeira" codificação do modelo feminino predominante nos artigos da mídia circulante em Araguari. Pretendia-se deste modo, esconder o corpo com o propósito de resguardar o pudor feminino. Era de toda conveniência, descorporificar a mulher, evitando tudo o que representasse sua mínima exposição física no espaço público.

Era controlar e valorizar o corpo segundo determinado sistema: que a mulher mostrasse inscritas em seu corpo as marcas que, ao mesmo tempo, as aproximassem da Virgem-Maria: pura, abnegada e santa, e as desviassem de Eva-sedutora, promíscua, leviana, corruptora, os dois extremos entre os quais, há séculos, oscila a imagem da mulher. Como evidenciam os estudos de Maria Teresa S. Cunha*, "puras, cândidas, recatadas, angélicas, cheias de pudores, de olhos baixos, rigorosamente vestidas, com seus corpos*

disciplinados, as mulheres não deveriam manifestar seus desejos físicos".[12]Por isso, os homens da lei e os que governam deveriam agir para evitar se tornasse verdade "deitam-se por terra as resistências finais do pudor e da própria dignidade."[13]

De forma indireta ou direta, as mulheres, participavam desse discurso, algumas como leitoras, outras como executoras, enquanto outras "pregavam" seu cumprimento na escola, em casa ou no trabalho. Algumas pessoas e famílias o seguiram e fizeram-no cumprido como verdadeiro tratado, ou guia-mestre para ser seguidos como conjunto de valores morais familiares, sob cujos ensinamentos as crianças, as jovens e os jovens deveriam ser socializados e disciplinados. Ali as mulheres seriam "ajudadas" a encontrar a verdadeira vocação no matrimônio, a felicidade individual, e sua respeitabilidade só seria alcançada mediante a separação entre as esferas masculina e feminina.

Aquelas que se atrevessem a expressar, de forma mais evidente, a sua sexualidade são alvo imediato de controle, de vigilância e correção, para voltarem a manifestar-se em gestos, posturas e movimentos educados e praticarem hábitos higiênicos, dignos e adequados. Deveriam reaprender comportamentos e atitudes, naquele momento, são considerados adequados para expressar os impulsos e os seus desejos. Passar, lavar, arrumar, limpar e cozinhar, nas palavras de Cynthia A. Sarti significavam,

> (...) junto com a maternidade, o substrato fundamental da construção da identidade feminina, definindo um jeito de ser mulher sempre enredado em intermináveis lides domésticas, num mundo social fortemente recortado pela diferenciação de gênero(...)[14]

Pela ordem moral, as mulheres eram recolocadas no centro, para onde converge a sustentação da família. Ao descobrirem o fascínio pela vida pública, as mulheres eram cercadas por todos os lados, com discursos que tentavam mostrar e exemplificar que no lar, a mulher seria absoluta, sedutora, criativa e deteria o poder – rainha do lar – sobre os seus

membros e com isso, completaria e conseguiria o verdadeiro sentimento de realização, o mesmo que elas sentiam ao circular pelo espaço público.

Recorrendo a Lauretis, pode-se afirmar que o "*arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como diferença do homem, como ambos universalizados: ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada)* [15]. A partir dessa perspectiva, não haveria qualquer diferença entre as mulheres araguarinas, todas eram personificadas, classificadas e representadas de acordo com o conceito universal do sexo biológico.

Conclui-se que toda sociedade constrói, juntamente com suas maneiras de produzir e distribuir a riqueza social, suas formas de pensar, seus modos de ser e de se exprimir e se relacionar entre homens e mulheres em determinados períodos. Percebe-se alguns traços das estratégias históricas que a sociedade capitalista institui para organizar os sexos e a reprodução humana, num contexto de dominação: o lar, como espaço institucional do casamento, e a maternidade. Ambos são formas históricas de definir o lugar e as funções prioritárias da mulher na sociedade hierarquizada da qual fazemos parte, assimilando por mecanismos ideológicos um aspecto "natural", funções que são na realidade sócio-políticas.

---

[1] - BRANDÃO, Ascânio. A polidez. **Ave Maria**, São Paulo, 10 jul. 1937.
[2] - _____. A mulher e a cultura physica**. Ave Maria**, São Paulo, 06 jul. 1940.
[3] - LUZ, Valis da. Op. Cit. P. 411.
[4] - LOURO, Guacira L. *Currículo*, género e *sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000. p.16.
[5] - Entrevista realizada em dezembro de 2003.
[6] - ROMANI, Jaqueline Pitanguy de . Mulher: natureza e sociedade. In: Madel T. Luz (org.) *O lugar da mulher – estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 70.
[7] - MASSI,Marina. *Vida de mulheres – cotidiano e imaginário*. R. J.: Imago, 1992. p. 56.
[8] - ROMANI, Jacqueline Pitanguy de. Mulher: natureza e sociedade. In: Madel T. Luz (org.) *O lugar da mulher – estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 67.
[9] - NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 43.
[10] - PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 09.
[11] - LOURO, Guacira L. *Currículo, gènero e sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000. p.83.
[12] -CUNHA, Maria Teresa Santos. *As armadilhas da sedução. Os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica,1999. p.100.
[13] - A sedução do nu. **Ave Maria**, São Paulo, n.24, p. 382, 21 jun. 1953.
[14] - SARTI, Cynthia Andersen. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa . *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 160.
[15] - LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa (org.). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 207.

Lutas entre católicos e protestantes por significados da fé religiosa na escritura e oralidade dos folhetos religiosos

Gilmário Moreira Brito∗[1]- UEFS
gilmariobrito@uol.com.br

"A fé é pelo ouvido, e o ouvido, pela palavra de Cristo"[1].
"Em verdade, em verdade / vos digo: (...) / minhas palavras são / um decreto que não erra / passarão o céu e a terra / mas elas não passarão"[2]

Ao trabalharmos folhetos da literatura popular como linguagem constitutiva de grupos orais de restrito acesso aos códigos da norma culta da população nordestina observamos que essa literatura apresenta na sua poesia de seis, sete ou dez estrofes, setesilábicas, decasilábicos, ritmo e rima[3] que, mesmo grafada e impressa, guarda fortes traços da oralidade[4]. Conservando nas escritas formas da fala, as recitações desses folhetos suscitam tanto a memorização quanto a participação do outro que escuta.

Acompanhamos nas linguagens dos folhetos lutas entre católicos e protestantes após o levantamento que realizamos no arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa[5]. Quando decidimos lançar um olhar cuidadoso à pasta organizada com folhetos "religiosos", chamou nossa atenção na documentação a emergência de livretos abordando temáticas sobre benditos, orações, Padre Cícero, vidas de santos, nascimento / vida / morte de Jesus Cristo, mistérios da missa, visões do paraíso, do juízo final, mais principalmente "julgamento de satanás dentro da lei do escrito" e "discussão de católico com protestante" merecendo destaque discussões, pelejas e disputas entre católicos e protestantes por significados da fé religiosa. À medida que líamos seus conteúdos percebemos relações não apenas entre grupos que se davam a ver a partir de linguagens diferenciadas – oral / escrita / visual -, mas também de outros que, buscando conferir maior relevância e veracidade a suas práticas religiosas, tomando como referência diferentes textos bíblicos, registraram contendas e disputas que chegaram até nós através de letras e certamente de imagens e recitações de folhetos de autorias, tempos e espaços variados.

No folheto "Discussão do católico com Protestante", sem capa, com vinte e seis páginas, utilizando linguagem poética, de sete sílabas e seis versos[6], encontramos marcas tipográficas de interrogação e diálogos semelhantes a textos escritos em espanhol, cujo nome do autor, Antonio Quintino Filho[7] só aparece na última estrofe e, segundo informações do catálogo da FCRB, datando de 1952, pode ser considerado atípico, isto é, fora do formato característico dos livretos de literatura popular em verso.

[1]Professor Adjunto da Área de História DCHF / Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia.

Esse texto poético revela um autor informado, que articula bem o vernáculo, a sintaxe, os conhecimentos da língua portuguesa e da Bíblia, ao utilizar termos como *"mangar", "esbandalhado", "dispautério", "escapulia" e "geitoso"* deixa transparecer sua origem nordestina.

Nesse texto vamos tentar situar o processo de construção das narrativas, os sujeitos envolvidos na trama, as discussões, as estratégias de provocação, de enfrentamento, desqualificação pessoal e, principalmente, para quem e de onde estão falando e indicando conselhos ao término da história, bem como situar os rumos que essa discussão tomou em outros estudos e fontes eclesiásticas, buscando perceber de que forma essa mídia contribuiu para a formação de religiosidades populares de orientação cristã no Nordeste Brasileiro.

Antonio Quintino Filho, autor do folheto *"Discussão **Do** Católico Com **O** Protestante"*, assume, desde o início, o papel do católico que discute com um determinado protestante. É nessa condição - de católico - que fala a seus leitores e ouvintes, demonstrando um bom conhecimento de português, bem como de textos do Novo e do Velho Testamento. Sendo o próprio narrador do folheto, encarregou-se de expor sua compreensão exegética, ao construir a figura de um debatedor que dialoga com ele em condições de igualdade. Mas é preciso registrar, antes de seguir, que o protestante não é identificado com uma religião específica, não importando que seja, anglicano, puritano, presbiteriano, batista, luterano, evangélico, etc. Ao serem tomados como um único grupo religioso, que possuía a mesma crença e comungava da mesma prática, o autor católico desconsidera diferenças fundamentais e revela sua atitude niveladora dessas religiões.

O texto poético situa o protestante como conhecedor de escrituras sagradas que se encontram em uma ação de proselitismo, através da qual se aproveitava também para vender Bíblia. É na condição de pregador que chega à casa de *"um senhor católico* [que] *estava, / entretido trabalhando (...) / (...) pediu licença / e na sala foi entrando".*[8] Nas imagens construídas pelo autor, o proselitismo do protestante realizado no local de trabalho é desaconselhado porque interferiu na atividade produtiva, na concentração do *"católico estava, entretido trabalhando",* disciplinado no labor e supostamente desprevenido para enfrentar discussão sobre textos religiosos.

É importante considerar que, para além das diferenças de composição do texto Bíblico para os diferentes contendores, a expansão, no berço do catolicismo, de doutrinas e religiões igualmente cristãs, ancoradas numa prática religiosa orientada pela leitura

minuciosa e repetitiva do texto escrito, ou melhor, da escritura sagrada, da qual excluiu "livros" e "evangelhos" que consideravam de autoria duvidosa e, portanto, sem inspiração divina, provocou enorme preocupação à Igreja Católica, que se sentia ameaçada.

No folheto, oferecendo para venda, ao católico, uma Bíblia, por um preço que considera acessível, nota-se que ambos sintomaticamente reconhecem o valor de escritos sagrados e simbólicos presentes no texto bíblico. Contudo, a imediata reação do católico sugere que suas concepções são diferentes. Respaldado em conhecimento antecipado e preconcebido, afirma que sua *"Bíblia protestante é decepada, está faltando um pedaço.* [9] Decepada é a expressão utilizada pelo católico para se referir à exclusão dos sete livros: *"Baruc", "dois de Macabeus", "Judite", "Tobias", "Eclesiásticos" e "Sabedoria"*. [10]

Porém, antes de enfrentarmos esse exercício de interpretação, é necessário esclarecer que a Igreja Católica já se preocupava com o processo de produção, circulação e pregação de textos e mensagens religiosos, na Bahia que seguiam orientação de protestantes desde o meado do XIX. Não foi por acaso que os padres Franciscanos, da Bahia, apressaram-se em traduzir para o vernáculo português dois tomos da Bíblia, acompanhando decisão da Comissão Pontifícia *de Rebíblia***,** conferindo as proposições sobre a sagrada escritura estabelecida pelo decreto *"Lamenta bili exitu"***.**[11]

Avaliado e aprovado por todo Episcopado Brasileiro das primeiras décadas do século XX,[12] esse texto bíblico recebeu recomendação de D. Jeronymo Tomé da Silva - Arcebispo Metropolitano de Salvador da Bahia e Primaz do Brasil -, que, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica,[13] recomendava muito essa tradução a todos os diocesanos, especialmente aos membros dos institutos católicos, colégios e casas de educação.[14]

Mais importante que as recomendações do arcebispo quanto ao destino da mensagem religiosa, elaborada pelos Franciscanos, são as notas organizadas pelo tradutor e revisor do texto para o vernáculo português, Mons. Dr. José Basílio Pereira, como podemos observar em sua própria escrita,

> *"Procurei... escrupulosamente... proporcionar aos católicos brasileiros uma edição da Bíblia na língua vernácula...* [para]*... opor as truncadas e falsas edições que o protestantismo propaga profusamente no país. Uma* [bíblia] *que oferecesse o texto verdadeiro e integral e esclarecesse, conforme preserva a Igreja... servindo para indicar o verdadeiro sentido... para o caso de uma discussão com os adversários,... e combater ao ensino e a propaganda protestante e a refutação da exegese racionalista e dos erros do modernismo a edição franciscana, até o presente é em língua portuguesa a de maior fôlego e alcance...".*[15] *(Sic.)*

Como se pode depreender da apresentação feita pelo padre Dr. Basílio Pereira, no texto do Novo Testamento, havia uma preocupação do Episcopado brasileiro, especialmente do arcebispado de Salvador e da Bahia, com a produção, circulação e pregação de mensagens *"truncadas e falsas edições"* dos textos religiosos, por agentes de Igrejas cristãs às quais denominava, genericamente, de protestantes. Essa exposição, já de inicio, é reveladora de ameaças pressentidas pela Igreja Católica que, avaliando as dificuldades de acesso a textos bíblicos, por parte de contingentes de seguidores, e temerosos da expansão da propaganda protestante, reagiu orientando a elaboração de uma Bíblia referenciada na vulgata latina bastante conhecida em Portugal.

Essa atitude da Igreja Católica em publicar uma Bíblia na Bahia não é despropositada. A dissertação *"A missão batista independente"* [16] indica que a primeira Igreja Batista brasileira fora instalada na Bahia em 1882. Além disso, sua autora sugere que a principal estratégia utilizada pelos batistas para propagar sua doutrina, enfrentar e *"combater a religião majoritária"* estava assentada na abordagem pessoal, nos cultos dominicais e principalmente na distribuição de folhetos a população de Salvador. A esse respeito são importantes as considerações de Raymond Cantel, para quem *"os protestantes, em particular os batistas, estão se esforçando para penetrar no Brasil"*. A propaganda por alto-falantes em praças públicas é algo corrente, como a oferta ou venda de brochuras ou livros religiosos.[17]

Mas é preciso ir além das primeiras evidências textuais. A Igreja Católica exercitava uma prática religiosa que primava pela ortodoxia. Seguindo determinações dos Concílios de Trento e Vaticano II,[18] realizava quase todas as cerimônias, ministrava sacramentos e princípios religiosos em Latim, uma língua conhecida apenas por uma minoria absoluta da sociedade brasileira. Isso significa que os principais interlocutores da Igreja no Brasil, nas primeiras décadas do século, eram sujeitos de profundo conhecimento das letras. Aliás, essas posturas da Igreja e de padres não passaram desapercebidas de autores como Antonio Quintino Filho, no folheto "Discussão do católico com o protestante" e de Severino Borges da Silva em "Discussão de um católico com um protestante" que atribuindo versos a provocações de protestantes registraram respectivos estranhamentos,

> *"Os senhores crêem em Deus, /Em dógmas, na tradição/Assistem missa em **latim**, Depois vão a **procissão** /E dizem que cristo está /Numa rodela de pão"(sic).* [19]
> *"**P -** Outro **defeito** que acho/ na doutrina de vocês/é padre **não dizer**/ missa em português/ diz em **latim pra ninguem/ saber o que êle fez".** [20] **(sic)***

Para além de notar preceitos religiosos baseados em *tradições,* na comunhão, nos rituais da *missa* e da *procissão* o primeiro, Quintino Filho, observa atuação de católicos que "*assistem missa em latim",* como espectadores atentos a percepções corporais. De outro modo, Borges visualiza a elocução do sacerdote como *defeito* já que, dizendo *a missa em latim,* uma língua estrangeira, atribui a essa cerimônia, tanto um sentido de celebração privada de uma hierarquia eclesiástica, quanto restringia sua compreensão a grupos letrados, que detém o conhecimento de latim. Mais do que isso, respaldado nas indagações do protestante, Borges percebe que o *"padre não diz / missa em português/ ... pra ninguém/ saber o que ele fez",* expondo a intenção da Igreja em limitar acesso ao conhecimento exegético para ampliar seu poder e controle sobre seus fiéis.

Para maioria esmagadora de fiéis católicos, da sociedade brasileira, que tinha acesso restrito a práticas de leitura, a celebração de sacramentos, mandamentos e principalmente de cerimônias públicas como procissões e missas, eram verdadeiros espetáculos cênicos percebidos mais por linguagens que articulavam relações simbólicas e performáticas do que pelo conhecimento do vernáculo da língua escrita e falada pela Igreja Católica.

Na outra face dessa moeda, importa notar que dificuldades quanto ao domínio de vernáculos, não se restringiam apenas a sujeitos de restrito acesso a norma culta, mas também a muitos religiosos que apresentavam restrições ao conhecimento da língua portuguesa, como podemos observar nas palavras do tradutor Pe. José Basílio Pereira que foi *"incumbido pelos... padres Franciscanos da Bahia, da versão e dos comentários... por não estarem ainda esses dignos religiosos bastante versados na língua portuguesa".*[21]

Atenta ao perfil do público leitor de seus escritos, mesmo percebendo dificuldades e limites para atingir expressivos segmentos letrados, a Igreja Católica, temerosa ante a expansão e divulgação do *"ensino e propaganda protestantes de... exegese racionalista",* que se espalhava através de uma Bíblia cristã, buscou combater esses ensino e propaganda com a mesma arma: a edição de texto sagrado. Pressentindo ameaças em sua base de doutrinação, os Franciscanos reagiram com a tradução de um texto do Novo Testamento que, embora adicionado por *"comentários de santos padres e estudos bíblicos de teólogos antigos e modernos",* desejavam, acima de tudo, proporcionar ao público leitor de seus seguidores, além do reforço à *"fidelidade"* dos textos sagrados, *"clareza"* para orientar suas leituras. Foi com esse propósito que aportaram ao referido texto notas explicativas quanto a *"versões"* existentes para facilitar a compreensão e

servir de instrumento que municiasse contingentes de católicos para *"o verdadeiro sentido... de uma discussão com os adversários".*[22]

Mas voltando a disputas em textos religiosos evidenciados no folheto *"Discussão do Católico com o protestante",*[23] acompanhamos, detalhadamente, pequenas imagens que possibilitaram visualizar que significados foram atribuídos a ação do protestante que *"puxou uma Bíblia / poz-se logo a desfolhar".* Essa atitude, "puxar uma bíblia", guarda larga relação de semelhança à expressão "puxar uma arma", amplamente utilizada em muitos lugares do interior nordestino, que é considerada pelo autor como enfrentamento, indo mais longe ao construir em seguida "pôs-se logo a desfolhar". Desfolhar pode significar tanto o termo mais próximo, arrancar as folhas, quanto "desembainhar" [24] isto é, tirar da bainha o facão, gesto que também assume conotação de luta. Nesse sentido, vai construindo, sutilmente, imagens que relacionam o livro da Bíblia que guarda escritos sagrados e o facão - ferramenta de trabalho cotidiano da zona rural nordestina -, como armas que, simbolicamente, ampliam sentidos que a discussão entre católico e protestante assume enquanto luta cultural religiosa.

Luta cultural religiosa que ganha sentido de *vingança* no folheto *"Discussão de Manoel Camilo dos Santos com um protestante",* de sua própria autoria. Camilo conduz a narrativa do folheto discutindo com o protestante *"o Sr. José Cavalcanti",* que se apresenta na condição de antigo contendor que retoma a iniciativa do enfrentamento, *"Seu Camilo é hoje o dia / de eu vingar o passado / prá lhe vencer em porfia".* Dando a ver-se como alguém que sofrera uma derrota pretérita em debate público *"quando eu nada sabia / você convenceu a mim / mas hoje não é assim"* e depois desse acontecido preparou a batalha da desforra armando-se de conhecimento e manuseio do arsenal de textos da *bíblia,* respaldado em fundamentos da *"classe de crente"* e tornando-se *"... na bíblia (...) competente / do começo até o fim"* [25] voltou desafiando o adversário para *"vingar o passado".* Essa atitude *"de eu vingar o passado"* revela proximidade a lutas desencadeadas entre famílias no interior nordestino por prerrogativas e defesa da honra que assume, principalmente, conotações política, moral e sexual. Porém, ciente de suas armas, o protestante quer enfrentar opositor *"prá lhe vencer em porfia"*, polemizando os argumentos de textos e princípios religiosos apresentados pelo autor católico, aspirando no início da narrativa vencer essa disputa e apresentar a primazia de significados de sua opção religiosa.

É importante notar que, apesar dessas discussões serem conduzidas tomando como referência textos bíblicos, sem dúvida elas avançam em direção às práticas e

atitudes religiosas, concepção e aceitação de dogmas, assumindo os contendores posições de provocação, defesa e ataque, buscando cada um, à sua maneira, desqualificar a religião do outro e valorizar a sua. Em outro folheto, apresentando em sua capa além de bela xilogravura, preço, nome do autor cujo título, *"Discussão de um católico com um protestante",* semelhante a outros livretos parece ter sido colocado a propósito de despertar maior interesse do público leitor, já que, inicia o texto poético com o título, *"Discussão de um **crente** 'com um católico'"*, situando, já de início, o crente como promotor desse embate. De autoria de Severino Borges Silva, [26] conhecido entre os poetas pela forma como assina seu acróstico **Borges**, apresentando seus versos ao,

> *"Bom leitor ti apresento/ /uma discussão pezada / de um crente com um católico/ que vi em Serra Talhada/ baseada nos capítulos /da Escritura Sagrada"*
> *"Estava o católico **ouvindo** / de um **Frade a Santa Missão** / quando o crente passou perto / e disse: os bêstas já estão / **ouvindo** o burro falar / na **falsa** religião".*[27] *(sic.)*

Em princípio, a postura de Severino Borges difere daquela tomada pelos demais poetas que versaram sobre essa temática. Não é o sujeito da disputa, mas o narrador de *"uma discussão pesada"* / *"que **[viu]** em Serra Talhada",* percebendo-a através do sentido da visão e muito provavelmente da audição e de gestos. Ao caracterizar, esse embate *"de um **crente** com um católico",* situa o primeiro como provocador e agente que desencadeia disputa por verdades, significados e práticas religiosas *"baseada nos capítulos / da Escritura Sagrada".*

Mais importante do que registrar a posição de Borges ante a mais uma disputa é perceber a recorrência que faz a ações religiosas desenvolvidas por missionários vinculados as instituições católicas que percorreram, em várias ocasiões, múltiplos espaços no interior do sertão nordestino. Denominadas de *Santas Missões,* empreendidas por missionários da Ordem dos Frades Menores, notadamente, os Capuchinhos franceses vindos de Pernambuco desde o século XVII percorreram a região do São Francisco e os italianos que saíram da prefeitura da Bahia a partir o século XVII, concentram suas atividades religiosas no sertão nos séculos XIX e XX, promovendo ações missionárias em inúmeras aldeias, povoados, distritos, vilas e pequenas cidades do interior nordestino, chegando nos versos desse autor, ao atual município de *"Serra Talhada"* situada no sertão pernambucano.

Ao evocar, através de sua poesia, as *Santas Missões,* Borges ilumina aspectos importantes do processo de construção de memórias, transmissão de mensagens religiosas, referências fundamentais à construção de cultura religiosa popular oralmente

transmitida no sertão nordestino que guarda forte relação com tradições católicas. A esse respeito são importantes os estudos realizados por Pietro Regni sobre atuação das "Santas Missões" no interior da Bahia que se revestiram como acontecimentos de grande relevância para a população[28]. Recorrendo ao Relatório Provincial de 1905, o autor Frei Venâncio de Ferrara nos informa que os dias de missão eram de festa e alegria, muitos se deslocavam de 5 a 20 léguas para ouvirem a palavra do Senhor, escutando em profundo silêncio como se fosse uma só pessoa.[29]

Pode-se depreender dessas considerações que significado emocional de *"ouvir a Santa Missão"*, mensagens evangélicas recitadas em praças públicas, pregações feitas por leigos e veiculadas em lugares distanciados através das articulações de várias linguagens presentes nos folhetos contribuíram de forma material, física, simbólica e doutrinal para desenvolver percepções e construir práticas religiosas que, se guardam referencias de tradições católicas apresentam outros sentidos e significados de modos de ser e viver de grupos do interior do Nordeste brasileiro.

Notas

[11]São Paulo, Epístola aos Romanos, 10: 23. *A Bíblia Sagrada:* São Paulo: Paulinas,1981 p. 1366. Cf. Cascudo, Luís da C. ***Literatura Oral no Brasil***. São Paulo: Itatiaia, 1949/ 1984, p. 23.

[2] Santos. Manoel C. *"Discussão de Manoel Camilo com um protestante"*. p. 10. Nessa citação o autor refere-se a São João, 6:13. Acervo da F. C. R. B. (Coleção Religiosos) fol. nº 637. Rio de Janeiro, s/d, s/l.

[3] Proença, Manoel C. ***Literatura popular em verso (literatura).*** Rio de Janeiro: F.C.R.B, 1985, p.33. Para esse autor a rima presta importante serviço à poesia informando certas pronúncias, terminadas em anhe.

[4] pesquisas realizadas por Abreu, Márcia. *"Entre a oralidade e a escrita: um estudo dos folhetos de cordel nordestinos"*. ELO – Estudos de literatura Oral, nº 3, 1997, Centro de Estudos de Algarve, 255 p. Campus de Gambador, Faro: Portugal; *"Literatura de Folhetos Nordestina: Uma alternativa para a alfabetização"*. In: Anais do I Congresso Luso - Brasileiro, Lisboa, 23 a 26/10/96 e ***Histórias de cordéis e folhetos.*** Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999 – (Histórias de Leitura).

[5] Encontramos folhetos esparsos que tratam dessa temática em vários arquivos e acervos. Contudo, optamos trabalhar nesse texto com o acervo da FCRB, porque além da organização e classificação, tivemos acesso aos mais antigos folhetos do Nordeste que tratam da temática religiosa.

[6] Segundo ***Literatura Popular em Versos. Catálogo*** (tomo I) Rio de Janeiro: MEC/ CRB. p. 314.

[7] Almeida, Átila e Sobrinho, J.A. ***Dicionário bio - bibliográfico de repentistas e poetas de bancada***. Ed. Universitária, João Pessoa. Nos informa que Antonio Quintino Filho é poeta popular e talvez tenha nascido em Currais Novos, Rio Grande do Norte. Além desse escreveu outro folheto *"santa Maria Goretti",* 10pp.

[8] Quintino Filho, Antonio. *"Discussão do Católico com o protestante"*, s/l, 1952, p. 1.

[9] Quintino Filho, Antonio. *"Discussão do Católico com o protestante"*, s/l, 1952.

[10] Quintino Filho, Antonio. Op. cit., p 2.

[11] ***Novo Testamento***. *Epístolas dos Apóstolos e Apocalipse.* (Tradução portuguesa segundo a vulgata Latina) com anotações extraídas dos SS. Padres e teólogos eminentes, antigos, modernos e referências às decisões da comissão Pontifícia de REBIBLIA e as preocupações sobre a sagrada escritura condenada pelo decreto ***"LAMMENTA BILI SANE EXITU". Traduzido Mons. Dr. Pe. José Basilio Pereira. Bahia: Editores - Os religiosos Franciscanos, Typografia de S. Francisco, 1912 (****Aprovação eclesiástica dos Superiores da Ordem****).***

[12] Cf. Novo Testamento, Esse texto foi aprovado seguindo recomendações e aprovações de vários bispos do Brasil.

[13] Dava "*aprovação à tradução portuguesa do Novo Testamento de que são editores os Reverendíssimos Religiosos desta capital... a par da pureza da linguagem, se encontram, em copiosas notas, claros e sábios comentários do texto sagrado."* p. 3.
[14] Jeronymo, Arcebispo da Bahia. Cidade do São Salvador da Bahia aos 22 de fevereiro de 1912. Cf. Novo Testamento, p. 9.
[15] D. Jeronymo, Arcebispo da Bahia. op. cit. p 2. Novo Testamento, p. 9.
[16] Silva, Elizete da. *"A missão batista independente - uma alternativa"* - Salvador: M.C.S. / UFBa, 1982. (fotocopiado) p. 80.
[17] *Cantel, Raymond.* ***Querelas entre protestantes e católicos na literatura popular do Nordeste brasileiro.*** (Trad. Koshiyama, Alice Mitika). São Paulo: USP/ ECA, 1985, pp. 68 a 74.
[18] Torres-Londõno, Fernando. (org.) ***Paróquia e comunidade no Brasil.*** São Paulo: Paulus, 1997, pp. 5 a 19. Segundo o autor, a centralização, a verticalidade e a territorialidade constituíram os traços mais claros do modelo de atuação da Igreja Católica, de modo particular da paróquia, definido em Trento que foi transferido ao Brasil há mais de quatro séculos, apesar de ajustes nos séculos XVIII, XIX e XX por ocasião do Vaticano II. Além disso, é importante assinalar que nas duas primeiras décadas do Séc. XX a Igreja Católica vivia em intenso recrudescimento, buscando reafirmar o modelo de catolicismo definido pelo Concílio Vaticano II.
[19] Quintino Filho, Antonio. "Discussão do Católico com o protestante", s/l, 1952, p. 7.
[20] Silva, Severino Borges. "Discussão de um católico com um protestante". Rio de Janeiro: FCRB, s/d, p. 11.
[21] ***Novo Testamento***, Cf. Prólogo da tradução do Mons. Dr. Pe. José Basilio Pereira. op. cit., p 9
[22] ***Novo Testamento***, Cf. Prólogo da tradução do Mons. Dr. Pe. José Basilio Pereira. op. cit., p 8
[23] Quintino Filho, Antonio. "Discussão do Católico com o protestante", s/l, 1952.
[24] Segundo Aurélio Buarque H. Ferreira, desfolhar significa tirar as folhas, despetalar, desembainhar (facão).
[25] Santos, Manoel Camilo dos. *"Discussão de Manoel Camilo dos Santos com um protestante".* op. cit. p. 1. Esse folheto é constituído por versos de dez pés e decassilábicos, também conhecido entre os poetas com "martelo agalopado". O poeta e impressor Manoel Camilo nasceu em 1905, em Guarabira na Paraíba, posteriormente mudou-se para Campina Grande, onde tornou-se proprietário da tipografia a Estrela da Poesia. Dos 17 livretos catalogados, três tratam de temáticas religiosas. Proença, Manoel C. ***Literatura Popular em Verso: antologia.*** Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP / Rio de Janeiro: FCRB, 1986, p. 578.
[26] Severino Borges da Silva nasceu em Aliança, Pernambuco em 1919, cantador e poeta popular, que utiliza o acróstico de **Borges.** Começou a escrever em 1936, publicou seu primeiro folheto pela "Folha de Itabaiana", na Paraíba. Recebeu da viúva do amigo Luiz Gomes Lumerque, - *'poeta, astrólogo, muito lido e instruído'* -, quando esse morreu 1959, seus livros e originais inéditos. Como resultado dessa doação, Severino publicou mais de 100 folhetos. Almeida, Átila A de F. e Sobrinho, José Alves. ***Dicionário bio - bibliográfico de repentistas e poetas de bancada***. João Pessoa: Ed. Universitária / Campina Grande: C. de Ciência e Tecnologia, 1978, pp. 285 a 287.
[27] Silva, Severino Borges da *"A discussão de um católico em um protestante*", s/d, s/l, p. 1.
[28] Brito, Gilmário Moreira. ***Pau de Colher na letra e na voz***. São Paulo: EDUC, 1999, p. 216.
[29] Ferrara, fr. Venâncio de. Relatório ao Provincial a 8 de julho de 1905. ACA. Cf. REGNI, Pietro Vittorino. ***Os Capuchinhos na Bahia***. v 3/1 Da Prefeitura à Custódia, (1892-1937). p. 247 *"Os dias de missão são dias de grande festa e alegria. Muitos vêm de longe, de 5, 10, 20 e mais léguas, pelo prazer que têm de ouvir a palavra do Senhor (...) às vezes mais de quinze mil pessoas escutam em profundo silêncio, como se fosse uma só pessoa... e ali permanecem em grupos os homens separados das mulheres, até o fim da missão. E no meio de tantas centenas de pessoas de toda qualidade e sexo, é coisa rara que aconteça alguma desordem".*

ASPECTOS DAS RELAÇÕES DISCURSIVAS ENTRE INTEGRALISTAS E INTELECTUAIS CATÓLICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO (1930-1937)

Giselda Brito Silva - UFRPE

Em Pernambuco, o Integralismo foi recebido por um grupo de intelectuais católicos da Faculdade de Direito do Recife, pertencentes às famílias tradicionais do Estado, como uma proposta política-doutrinária bastante atraente para o clima de desilusão pós-1930 que pairava entre esse grupo. Além do aspecto político, defensor de um projeto político com base no Estado Forte e Centralizador, a proposta integralista se ampliava para o campo cultural e dos valores morais, que eram a base da sociedade tradicional pernambucana. Para a sociedade, a família católica era a base social e a nação era vista como uma grande família formada por famílias menores que, guiadas e orientadas por uma doutrina cristã católica, promoveriam a segurança e soberania nacionais.

Em sua maioria estudantes, bacharéis e professores da Faculdade de Direito do Recife, apesar da representatividade de outros grupos, tais como médicos e funcionários públicos, os primeiros adeptos do Integralismo em Pernambuco tomaram para si a responsabilidade de difundir o movimento no Estado. Através de Caravanas organizadas em "Bandeiras"[1], eles iam do Recife às cidades do interior do Estado e, por onde passavam, conseguiam fundar Núcleos Integralistas com o apoio de intelectuais e famílias tradicionais da cidades, atraindo também as pessoas comuns da cidade que viviam em torno destas famílias ou que as respeitava.

Os discursos produzidos por estes primeiros adeptos apontavam o integralismo como o caminho para se por fim à desordem por eles identificada como resultado da frustração com a Aliança Liberal nos primeiros anos após 1930, mas, principalmente recuperava muito das tradições católicas importantes para muitos no Estado. Em 1932, o clima era de exaltação e euforia com o integralismo, que prometia fazer crescer e renascer os valores e tradições. Para muitos destes seguidores do integralismo em Pernambuco, o

rumo político e econômico que o país tomava após a "Revolução de 30" não era o esperado, nem o prometido pelos discursos aliancistas. Queixavam-se da desordem pública da nova política, indicando lugares de práticas revolucionárias superficiais e desorganizadas. Entre as criticas não faltavam os que defendiam novos caminhos políticos a serem tomados para uma possível solução corporativista para o problema social e político: "O Brasil era um campo de experimentação política. A nossa desarticulada engrenagem política-administrativa pouco soffrerá com as modificações superficiais. O que nos incumbe, no momento histórico que atravessamos é a organização das classes sociais, comunicando-lhes um espírito corporativo e cristão".[2] Um dos intelectuais que melhor reflete o clima político-ideológico do período é Nilo Pereira, que assim descreve o clima pós-30 entre estudantes e membros da Faculdade de Direito:

> Logo depois de 1930, na Faculdade a juventude acadêmica, um tanto atônica e irrequieta, um tanto sem rumos e sem as certezas que procurava, volta-se para o grande tema dessa geração - 'a angustia'. As idéias entravam em choque. Buscava-se uma orientação em meio às dúvidas.... A Revolução de 1930 havia sido um momento romântico do 'Tenentismo' transformado agora em sistema de governo. [3]

Segundo Nilo Pereira, a "revolução havia malogrado *apesar de ter sacudido o torpor brasileiro".* Além dessa memória, temos uma série de depoimentos que foram publicados no *Jornal Pequeno*, de grande circulação entre a intelectualidade pernambucana. Através deles, os intelectuais davam mostras de ter perdido o rumo político, encontrando-o na proposta integralista. Nilo Pereira foi um dos que, em 1932, se utilizava do jornal para expor sua decepção com 1930, para o qual Getúlio Vargas acabou se mostrando um "*governo sem horizontes, egocêntrico e inhumano, sem o controle da opinião".*[4] O Jornal publicou vinte e cinco depoimentos sobre a imagem política construída pela maioria dos intelectuais da cidade. Entre os lidos, não encontramos nenhum em favor da situação vigente, mesmo entre os que não se declaravam propícios à proposta integralista. Alguns apontavam esse ou aquele caminho a ser tomado para *'salvação nacional'*. As propostas partiam,

principalmente, destes intelectuais e estudantes que tomavam para si a responsabilidade de pensar os "Problemas brasileiros". Os temas se davam em torno da questão da desordem e a necessidade de uma política que implantasse uma nova ordem contra a agitação social.

Em meio a todo esse debate e clima político, temos os intelectuais católicos que passaram a apoiar o integralismo através da produção do "*Manifesto do Recife"* em apoio ao "*Manifesto de Outubro de 32*" lançado por Plínio Salgado. Segundo os elaboradores do Manifesto do Recife, a proposta de Plínio Salgado, representava os ideais nacionalistas e católicos e era menos perigosa do que a opção comunista e menos desorganização da Liberal-democracia.[5] Durante todo o ano de 1932, eles manifestavam-se em favor da AIB através de discursos e publicações nos principais jornais da época, especialmente através do *Jornal Pequeno*,[6] quando este promove "enquetes" sobre a questão política do momento. Através de depoimentos expressavam sua desilusão com a política liberal, o temor das forças comunistas e a crença na nova proposta política do Integralismo. Alguns afirmavam que a falência do Liberalismo estava evidente não apenas na crise política e econômica, mas também na crise existencial e espiritual. Segundo eles, dentro do Liberalismo havia se desenvolvido um espírito individualista causador de todos os males sociais: "A origem dos erros e de todos os males de nossa vida republicana não foi a forma presidencialista. Para além da forma e dos homens existiu uma causa mais longínqua e mais profunda. Foi o espírito que a formou...foi o espírito individualista, rousseauneano, liberal, provocador de todas as revoluções burguesas e que talvez nos irá levar inconsciente e delirante até a revolução marxista...[7]

Outros apontavam a crise liberal como conseqüência das brigas entre os partidos políticos e defendiam o fim dos partidos, sob uma orientação nacionalista:*"...nós precisamos é de um governo forte...o Brasil se verá libre das erupções subversivas...O nosso problema é retomar as nossas tradições...precisamos de uma orientação nacionalista..."* [8] Outros depoimentos, que evidenciavam a total descrença no Liberalismo e a crença na solução para o problema através da implantação de um governo forte: *"Morte ao Liberalismo - o*

facto político deixou de ser o unico a interessar o Estado. Ha o econômico. Ha o religioso. Todo o problema cultural..." [9]

Entre os que congregaram estes ideais estavam os primeiros interlocutores da proposta integralista em Pernambuco. Frustrados, atemorizados e influenciados pelo contexto externo, que lhes oferecia o exemplo de nações que se reerguiam da Grande Guerra com a opção nazi-fascista, estes indivíduos vêem na proposta integralista de um "*governo forte*" a solução para as principais ameaças do momento. Desta forma, através de alguns intelectuais da Faculdade de Direito do Recife, a AIB apresentou à sociedade pernambucana o "Manifesto de Outubro de 32", que respondia aos principais anseios da época. Atraindo, principalmente, os que se encontravam desiludidos com a crise liberal e ameaçados pela agitação social e o avanço comunista, a AIB converteu-se num agente político bem sucedido durante certo momento da história de Pernambuco.

A proposta integralista, além de fazer uma reavaliação crítica da crise e dos males da liberal-democracia, pregava o fim da luta de classes e, conseqüentemente, o fim da agitação social, que ameaçava a classe proprietária, através de uma fórmula filosófica que defendia a harmonia social, a partir de uma nova concepção do homem e do universo, que deveria ser levada a toda a sociedade, através de um grande movimento doutrinário (referindo-se ao Integralismo): *"Deus dirige os destinos dos Povos...homem vale pelo trabalho e pelo sacrifício em favor da Familia, da Pátria e da Sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas."* [10]

Esse discurso produziu sentido entre muitos padres e intelectuais católicos do Estado. Nesse, a vinculação do movimento com valores morais e religiosos se constituiu num fator importante para o sucesso da AIB. Não devemos esquecer que a sociedade pernambucana dos anos 30 foi marcada pelo medo do avanço das idéias comunistas, consideradas ateístas, na qual a propaganda integralista teve grande respaldo entre os

indivíduos católicos. Especialmente porque defendia valores de ordem espiritual em confronto com o mundo material:

> Há na terra uma aflição continua, uma dor, um desejo secreto, uma aspiração de felicidade. Essa felicidade perfeita, sabemos impossível conseguil-a na terra, desde que o próprio homem cometeu a primeira culpa. Mas a vida em comum precisa de expansão, os instintos necessitam de freios. A liberdade não pode ser sinônimo de liberalismo, palavra inventada para encobrir o excesso da própria liberdade.[11]

O liberalismo era associado ás coisas mundanas, guiado pelo excesso de liberdade que, segundo o pensamento integralista, desvirtuava moralmente a sociedade. Marilena Chauí, apesar de defender uma postura teórica diferente da ADF aqui adotada, serve para mostrar que foi nesse campo que os discursos de Plínio Salgado possuíam um forte caráter persuasivo, justamente por estarem atrelados aos discursos religiosos. A Autora afirma que, esse dado gerou o diferencial do pensamento de Plínio Salgado em relação a outros, a medida que a linguagem literária moralizante e cristã, que evidenciava um pensamento conservador do movimento, atrelava os discursos da AIB ao campo religioso:

> Cremos que no caso de Plínio Salgado o pensamento conservador se realiza pela passagem da análise sócio-política para a avaliação religiosa e moral da realidade social e política, pela passagem de algumas tentativas de análise sociológica e histórica para uma psicologia social filosofante inteiramente vazada numa religiosidade em luta contra o positivismo. Isto é, entre duas atitudes ideológicas conservadoras - a positivista e a católica, Plínio Salgado oscila sem cessar entre ambas.[12]

Em janeiro de 1936, o jornal *A Marcha,* sob a direção de Everardo A. Maciel, na cidade de Pesqueira, se dedicava a publicar notas do pensamento religioso e da família que compunham os discursos integralistas, pelas quais se pode reforçar a verificação do investimento da AIB nestes campos:

> Si é verdade que a creatura humana se move, pelo seu livre-arbitrio, porém Deus conduz a sociedade, os povos, nos seus livramentos

> geraes, que importa tenha a nossa Patria por castigo sobre os mãos, de passar atravez de desgraças imprevisiveis? Agora, como amanhã, temos cumprido o nosso dever, somos a dignidade da Nação. [...] por toda imensa carta geografia da Patria, anda hoje um balbucio de preces que elevam a Deus, para que Ele vos guarde e vos inspire.[13]

Essa "Nação protegida por Deus" seria, então, um pressuposto importante para o bem das famílias:

> A gente desse Brazil, que sofre com o mundo, sofre com a revolução integralista, vae afirmar os direitos da família. É está certa que, com a união sagrada dos indivíduos, formando as classes, organizando o Estado e integrando a raça, a Família, por sua vez, implora ao globe, aos páreos, a solução do problema com a vida, na formação do orbe fez movimentar-se, animar-se totalmente o Homem.[14]

Esse tipo de propaganda integralista alcançou grande sucesso nos meios católicos e entre as classes tradicionais da sociedade. Desta forma, o ideal católico presente no discurso integralista foi particularmente influente na intelectualidade católica, na qual a proposta integralista foi bem aceita. Pela revista *A Ordem*, alguns intelectuais católicos defendiam que, "é inútil tentarmos influir no governo do paiz, christianizando a nação e o Estado, sem possuirmos uma elite realmente adextrada que esteja em condições de por em movimento as grandes massas eleitoraes, em torno de nossas idéias constructoras."[15]

Tanto entre os integralistas, quanto nos meios católicos temos a imbricação dos discursos anticomunista e antiliberal revelando a interdiscursividade, que marcava o efeito de sentido dos discursos integralistas entre os católicos. Expressando a união das idéias defendidas por ambos, em 23 de maio de 1934, *A Tribuna Religiosa*, jornal que posteriormente mudou seu nome para *A Tribuna*, publicou o seguinte: "Ação Integralista Brasileira inscreveu como princípios fundamentais da sua doutrina de conceitos eternos de Deus, como governante supremo do destino dos povos, de Pátria, realidade natural e imperecível que as teorias internacionalistas do judeu Marx e de seus sucessores não conseguiram nem conseguirão destruir jamais."[16]

De fato, a proposta integralista despertou grandes esperanças nos que ingressaram em suas fileiras. Para muitos pernambucanos, o Integralismo surgiu como "A Flama Verde da esperança" num conturbado contexto: *"Da desordem, melhor contemplaremos a harmonisação suave do bem e choraremos com a patria que se abate e chora, nas lagrimas dos que sofrem. Ao longe, uma flama verde de esperança se estende no litoral hospitaleiro, à vista dos brasileiros naufragos condenados pelos desgovernos dos traidores. Basta de tormento e de luta... levantemos mais uma vez o braço forte, e descansaremos à sombra do manto verde as fadigas passadas."* [17]

Mesmo entre os que não eram integralistas havia a crença de que tratava-se de um movimento movido pela fé e esperança. Segundo Fernando Morais, os integralistas projetaram uma imagem de unidade e fé: *"...mesmo divergindo dos pontos cardeais da ideologia integralista, encontro na arranda de sua mocidade um emocionante ponto de contato com o programa dos 'Diários Associados': 'a unidade política e espiritual do Brasil'. Os integralistas ofereciam um espetáculo de fé e esperança."*. [18].

Outro ponto de referência do significado do Integralismo pode ser pensado dentro da propagação de sua trilogia: "Deus, Pátria e Família". Foi em torno dessas três palavras que se produziam quase todos os discursos integralistas pelos intelectuais católicos, bem como pelos responsáveis pela sua divulgação no Estado. Segundo os depoimentos, as grandes famílias tradicionais do Estado viam no Integralismo algo mais que nos outros partidos políticos.

NOTAS:

---

[1] Fazendo referencias às *Entradas e Bandeiras* do movimento expansionista do Período Colonial, os integralistas saiam do Recife em direção às cidades do interior do Estado através de *Caravanas Estudantis*, organizadas e com a participação dos principais lideres do Estado, ou líderes de outros Estados convidados, para propagar o movimento.

[2] - "Enquête Política: *Depoimento de Enock Garcia". B*acharelando em Direito da Faculdade de Direito do Recife, publicado no **Jornal Pequeno.** Recife, 10/11/1932.

[3] - PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife**: ensaio biográfico (1927-1977) V.1 Recife: UFPE, 1977.p.238-239.

[4] *Nilo Pereira*. **Jornal Pequeno**. Recife, 07.11.1932.

[5] - Segundo Hélgio Trindade (1974: 123), o "Manifesto de Outubro de 32" recebeu este nome porque foi publicado nesta data. O "Manifesto", deveria ter sido publicado em junho de 32, entretanto o desencadeamento

da Revolução Constitucionalista de São Paulo prorrogara a publicação para outubro de 32, quando então nasceu a AIB.

[6] Trata-se de um Jornal de referência do período, por onde circulavam as notícias, propagandas e veiculo de comunicação entre os integralistas. Depois de 1937, esse Jornal muda em relação aos integralistas, assando a noticiar todos os informes policiais sobre a repressão àqueles.

[7] - Depoimento de Álvaro Lins, estudante da Faculdade de Direito do Recife, membro da "Ação Universitária Catholica e, posteriormente, membro da AIB de Pernambuco. Jornal Pequeno, 05.11.1932.

[8] - Depoimento de Andrade Lima Filho, catedrático da Faculdade de Direito do Recife e membro da Ação Católica e, posteriormente, diretor do "Quinzenário da Ação Integralista Brasileira", bem como chefe nuclear do Integralismo em Pernambuco. Jornal Pequeno. Recife, 25.11.1932.

[9] - Depoimento de Otto Guerra, um "leaders da 'Ação Universitária Integralista no Recife". **Jornal Pequeno**. Recife, 26.11.1932.

[10] - SALGADO, Plínio. "Manifesto de Outubro de 32". **Folheto s.d. APEJE**. DOPS - Prontuário 4938. p. 2

[11] "*Patrícias*". **Ação**. (Quinzenário Integralista). Recife, 30 de setembro de 1934.

[12] CHAUI, Marilena. "*Notas sobre o pensamento de conservador nos anos 30: Plínio Salgado*". Cf. MORAES, Reginaldo et al. (Orgs.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 42.

[13] SALGADO, P. "*Perante Deus e Perante a Patria*". In: **A Marcha**. (Jornal integralista de divulgação da AIB na cidade de Pesqueira). Pesqueira, 22 de janeiro de 1936. p.3. Recife: APEJE.

[14] Ibid.

[15] "*Dever Cultural*". **A Ordem**. Recife, abril de 1932. nº. 26. Recife: APEJE; Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife.

[16] **A Tribuna Religiosa**. Recife, 23 de maio de 1934. APEJE.

[17] **- A Evolução**. Recife, Maio de 1935. Ano II. p.1.

[18] - MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.357

A Guerra Civil entre César e Pompeu e a reconfiguração do poder na *res publica* romana

GILSON CHARLES DOS SANTOS

É a Políbio, o célebre historiador megalopolitano que, nos tempos da Confederação Aquéia, fora capturado e levado como refém para Roma, onde travou amizade com Cipião Africano, conquistador de Cartago na Terceira Guerra Púnica e protetor de Terêncio, que devemos o relato mais antigo conhecido em nossos dias sobre a melhor forma de constituição dos Estados tendo especificamente por modelo aquele então adotado em Roma. A obra em que este relato está contido, a *História*, é fruto de um certo espanto e maravilhamento com um Estado cuja organização possibilitou, em cerca de cinqüenta anos[1] (de 221 a 168 a.C.), a extensão dos domínios próprios a quase todo o mundo então conhecido (*História*, VI, 2). É assim que os capítulos do Livro VI tratam da grandeza do Estado romano em correlação às causas que levam à decadência dos Estados, postulando idéias sobre sua existência.

Estas idéias partem de um pressuposto de que a existência dos Estados é tal qual a vida dos indivíduos, ou seja, que um Estado possui um ciclo de nascimento e morte análogo ao ciclo da vida humana. Políbio analisa o caso romano como um caso peculiar, em virtude de os costumes e leis romanos diferirem sensivelmente daqueles característicos de outras cidades e conhecidos pelo historiador. Em *História* VI, 47, Políbio esclarece que o fundamento de todas as sociedades é o par *costumes* e *leis*, que fazem com que o Estado tenha seus poderes desejáveis ou indesejáveis. Nestes termos, Roma é tal qual a Esparta que, graças a Licurgo, obteve os dois aspectos capazes de preservar a sociedade: a bravura diante do inimigo e a concórdia entre os cidadãos (*Hist.*, VI, 46). Para chegar a esta conclusão, Políbio revê as três espécies de constituições: *monarquia*, *aristocracia* e *democracia*, as quais, ao seu ver, nem são as únicas espécies de constituição nem as melhores (*Hist.*, VI, 3).

Partindo daquilo que Aristóteles escrevera em sua *Política*, Políbio postula que cada forma de constituição de Estado possui seu reverso, o que faz da monarquia, da aristocracia e da democracia sistemas cujos dúplices (a tirania, a oligarquia e a oclocracia, respectivamente)

também sejam constituições, totalizando não três, mas seis, não perfeitas por trazerem em si mesmas os seus agentes destruidores (grifo nosso): "cada constituição sofre de um **mal congênito** e **insperável de si mesma** – na monarquia esse mal é a tendência ao despotismo, na aristocracia é a tendência à oligarquia, e na democracia é a tendência à selvageria e ao império da violência" (*Hist.*, VI, 10).

Tanto no caso espartano quanto no caso romano, Políbio chama a atenção ao fato de que a constituição destes Estados reúne em si as características boas das três outras constituições (monarquia, aristocracia e democracia) num modelo coeso e igualitário. Eqüidade e conveniência tornam-se elementos representativos nestas constituições e fazem, no caso romano, com que os cidadãos não tenham claros os limites das três constituições no conjunto de seu sistema.

Assim os cônsules (*Hist.*, VI, 12), que fazem valer sua autoridade sobre todos os assuntos públicos e se fazem obedecer por todos os outros magistrados – à exceção dos tribunos – e pelo povo tanto na guerra como na paz, tanto para punir como para perdoar, para gastar e reter, parecem, sob único aspecto, exercer um poder monárquico. Assim também o senado (*Hist.*, VI, 13), que cuida do tesouro público e é o responsável pela jurisdição nas questões de crimes e punições, que se ocupa das ocorrências e pendências em relação às outras cidades ou em toda a Itália e ainda decide sobre a paz ou a guerra, parecerá deter o poder aristocrático. Por fim ao povo (*Hist.*, VI, 14), que tem por direito escolher distinções e castigos, os únicos a decidir quem morre e quem vive, quem fica e quem será exilado, que aprova ou rejeita as leis e delibera sobre a paz e a guerra, concerne um poder semelhante ao democrático.

Com relação uma à outra, as partes podem colaborar ou obstruir. Assim os cônsules (*Hist.*, VI, 15) dependem do senado (que libera ou nega a quantidade de dinheiro em caso de guerra, celebra ou enjeita generais vitoriosos e, terminado o ano consular, pode reeleger cônsules ou atribuir poder a substitutos) e do povo (de quem o cônsul deve granjear o favor

tanto pelo poder de o povo aceitar ou rejeitar conflitos e leis, quanto por dever prestar a ele contas ao fim do mandato). Assim também o senado (*Hist.*, VI, 16) obriga-se a dar atenção ao povo porque é dele que partem as sentenças dos julgamentos, bem como a ele cabe aprovar ou se opor a medidas senatoriais, inclusive no que tange às distinções e riquezas dos indivíduos. Por fim o povo (*Hist.*, VI, 17) deve respeitar e se submeter ao senado, procurando esforçar-se na defesa do interesse de todos, e evitar obstruir ou contrariar medidas senatoriais e planos dos cônsules.

Daí a excelência da constituição do Estado romano. Políbio explica, em VI, 18, que a delimitação da função das partes ou a prevenção contra as interferências que cada uma delas pode exercer sobre as outras, bem como o pronto socorro entre elas mesmas nos momentos em que a eficácia do sistema é posta à prova por ameaças externas explica, em seu limite, a causa de os romanos terem, em tão pouco tempo, obtido a vitória quase total sobre o mundo. O grande perigo para Políbio (*Hist.* VI 57) é ter a base popular seduzida pelo valor ao poder e pela necessidade insatisfeita de se ver atendida em todas as exigências. A decadência, mais do que um processo exógeno, torna-se ainda mais corrosiva e irreversível quando é fruto das disputas internas para os cargos públicos, quando as extravagâncias da supremacia fazem os cidadãos perderem o senso de concórdia e se lancem arrogantemente uns contra os outros.

Cerca de um século após a *História* de Políbio, no momento imediatamente posterior ao motim de Catilina e ao estabelecimento do *Primeiro Triunvirato*, os quais evidenciaram a fraqueza das raízes sobre as quais a República romana florescera, Cícero faz vir a público o seu *De re publica*, longo tratado político onde o conceito de *Res publica* tem sentido unicamente a partir da idéia da *concórdia*, a qual passa a ter significado fundamental na manutenção de um sistema cuja deterioração já estava evidente em especial para a classe que detinha o poder – a dos *optimates*. A República é, para Cícero, uma forma de Estado onde um elemento supremo e real (os cônsules) governa com os *optimates* (em geral, membros do senado), que obviamente ocupam uma posição eminente, e com o povo, também ele

responsável por certas decisões, numa unidade comparada à união entre o *corpo* e a *alma*. Portanto, existe uma relação de equivalência entre o *homem virtuoso* e a *melhor república*. Com isto, a existência da *República* depende de uma série de virtudes que justificam, em seu limite, a proposição aristotélica de que o homem é um ser naturalmente apto a viver em comunidade[2].

É a virtude exercida nos assuntos de interesse público e a sabedoria que permite a escolha do bem comum que justificam a presença de um elemento fundamental no *De re publica* por sua ação moderadora: o *princeps*, o primeiro cidadão, a quem cabe, por extensão, ser o governante. Muito embora o consenso entre os homens e o acordo voluntário entre as partes – o que Cícero chamou *concordia ordinum* - marcassem a República como um *genus permixtum*, ou seja, uma forma de organização mista de monarquia, oligarquia e democracia, de modo que houvesse uma harmonia quase musical entre a ordem elevada, a média e a menor a organizar um Estado fundamentado na eqüidade e na justiça, a organização política também podia confundir o consenso e a colaboração de todos com a hegemonia de *ordines*, não dispensando assim figuras que atuassem na mediação dos interesses divergentes de cada uma das partes[3].

O *De re publica* aponta, portanto, uma saída para um momento de crise, justificando com a história do Estado romano a necessidade de um pacto entre os cidadãos. Ele deve ser entendido como fruto de uma tentativa – malograda, adiantamos – de renovação conceitual da organização corporativa que sustentava a República e, portanto, um dos escritos que vão contra a formação de uma oligarquia que via no poder arbitrário dos triúnviros sua única fonte de sustento e orientação. Para Luciano Cânfora, foi o medo de uma ditadura de modelo silano que motivou a asserção tácita dos *optimates* quando da aliança entre César, Pompeu e Crasso, denominado pela historiografia tradicional como *Primeiro Triunvirato*. Se o "triunvirato" vinha ao encontro das pretensões dos três chefes militares – César, Pompeu e Crasso - significava, de um lado, o golpe de misericórdia sobre a *concordia ordinum* ciceroniana e, de outro, a impossibilidade temporária de que o jogo pelo poder mantivesse as mesmas regras embora

levasse, em pouco tempo, à concentração de decisões às mãos de um só. Temia-se que este alguém fosse Pompeu, quando os acontecimentos posteriores provaram que César se sobressairia[4]. Assim, já a historiografia romana, e o próprio Cícero, em suas correspondências, manifestam um parecer contrário ao "triunvirato". Formalizado no consulado de César, em 59, o *foedus amicitiae* previa uma série de medidas administrativas e prorrogações de mandatos, de que as atribuições do proconsulado das Hispânias a Pompeu, da Ásia a Crasso e das Gálias a César eram um claro sinal. O conflito civil veio quando os *optimates* viram-se às voltas com o fortalecimento de uma nova classe social, os *homines noui*, que se organizaram sob a égide de figuras como Catilina, Clódio e, sobretudo, como o mesmo Júlio César, para pleitearem não só o dinheiro lhes podia dar, mas aquilo que o nascimento lhes privara.

A historiografia romana tomará a Guerra Civil – desenlace da oposição de interesses dos *optimates* e dos *homines noui* – como um momento de evidencia da decadência moral e como o resultado de interesses puramente individuais, distantes daquilo que concerne ao bem comum. Assim, por exemplo, a causa das calamidades que levam concidadãos romanos a lutarem entre si é a prosperidade excessiva, por causa da qual seus líderes contendem sem virtude (*uirtus*). Uma guerra civil não só é resultado de uma era decadente como também equivale ao ponto inicial da perda da *libertas* comum a todos os cidadãos romanos, que passaram a obedecer a um só príncipe e esperar sua glória a partir dos feitos de um só homem. Tal organização do poder é correntemente explicada como conseqüência de um período farto de riquezas e luxo, propícios a arbitrariedades, sintomas de declínio.

Neste sentido, o lugar-comum da *decadência dos costumes* encontra uma recolocação entre os fundamentos da necessidade de um poder centralizador, já que determina uma hierarquia segundo a qual os piores homens – os mais devassos – devem se submeter aos melhores, porque moralmente superiores. Salústio, por exemplo, quando descreve a conjuração de Catilina e atribui ao conspirador aquelas características que justificam seus deméritos, se não mostra melhor parecer a respeito de Cícero do que de César, deixa claro pelo menos que a

decadência dos costumes contribui para a subversão dos cidadãos e exige um poder que impeça o caos provindo da dominação de um devasso. Portanto, a decadência dos costumes possui um significado político, não apenas ético, pois tanto facilita o surgimento daqueles que, por desvios próprios, atentam contra o poder estabelecido quanto fomenta outros tantos a lhes dar sustento e a apoiar suas atividades ilícitas. Possuir um caráter bom significa estar apto, não sem algum tipo de abdicação individual, aos negócios públicos; deixar-se levar pelos vícios, por sua vez, significa desestabilizar o Estado e por em risco a configuração de todo um sistema. Mais do que um sintoma de declínio, a decadência dos costumes justifica a existência do Principado e modifica o conceito de *princeps* tal como Cícero o definira. Seu conceito de *princeps* tinha como referente todo cidadão que concentra em si as virtudes para um governo da República centrado na justiça e no equilíbrio de forças, assumindo o papel de *rector et moderator rei publicae* e dotado de uma *auctoritas* que, embora não seja jurídica, foi livremente conferida a ele para que desempenhasse o papel de conselheiro (*auctor*) da República. O que fez a Guerra Civil – como um momento de evidencia da decadência moral - foi alargar o conceito de *princeps*.

A *auctoritas principis* será sempre uma autoridade pessoal, fundamentada na boa reputação (*dignitas*) e nos feitos (*res gestae*) daquele que a pleiteia. Ela é imprescindível para que o homem de Estado, o *princeps auctoritate*, possa exercer o papel de *rector et moderator rei publicae*, ou seja, inspirar nas suas iniciativas e preeminência as decisões do senado, cujo papel na República é dirigir sob a forma do *consilium*: tomar decisões e deliberar, sem no entanto ter o poder (*potestas*) de execução. Assim, a *auctoritas*, como poder de direção, mas não de execução é, também, um instrumento de ação política do senado, opondo-se à *potestas* dos cônsules e fazendo do *princeps* um *auctor publici consilii*, tal como Cícero o configura no *De oratore* (I, 211) subordinando-se como indivíduo ao Estado e assumindo não uma posição superior em relação aos outros cidadãos, mas detendo por direito a primazia de iniciativa num corpo político[5].

Como a Guerra Civil destruiu os alicerces da República, Cícero deixa de caracterizar o *princeps* como *rector et moderator rei publicae*, passando a vê-lo como um salvador da República agonizante, *auctor ad liberandam patriam* (*Phill.* II, 26): sua ação política agora se baseia na *auctoritas* revestida de *priuato consilio*, o que pode ser entendido como garantia de um poder total.

É em vista deste poder total que Sêneca, por exemplo, define e analisa a clemência, a qual passa a integrar-se entre as *virtudes cardinais* que identificam o *rei justo*, *pater patriae*, protetor de seus súditos. Neste contexto, as *virtudes cardinais* do príncipe servem, na realidade, para limitar seu poder e garantir alguns dos privilégios que a classe senatorial não perdeu com as Guerras Civis. O tratado filosófico em que Sêneca trata destas virtudes que cerceiam o poder total do príncipe, o *De Clementia*, constitui o contraponto ao *De re publica* de Cícero, pois estabelece princípios justificadores de um poder total, embora reconheça seus limites quando o soberano exerce a clemência, o que faz do *princeps* um *cosmocrata*, eleito não por acaso pelos deuses para exercer seu poder sobre o mundo[6].

No entanto, o poder total necessariamente está vinculado com a perda da *libertas* popular, e com a *adulatio*, implicação da decadência dos costumes. Na historiografia taciteana, como um exemplo contundente, a adulação aos poderosos significa, por um lado, desistir do papel que o cidadão tem de intervir nos assuntos públicos confiando-se a outrem (o que pressupõe a negação da *uirtus*) e, por outro lado, aceitar a passividade frente ao poder opressivo e tirânico. Isto faz da tirania o sintoma de um mal fundamental nos homens, já que ela se torna evidência de que a liberdade, a *libertas*, possui um significado menor, opondo ainda a aparência e a realidade dos subordinados em relação ao dominador[7].

A perda da *libertas*, a *adulatio* em relação àquele que exerce um poder total e a transferência da clemência como virtude do governante em relação a seus próprios concidadãos (e não mais em relação aos estrangeiros) são os três elementos que evidenciam a progressiva mudança ocorrida após a Guerra Civil entre Júlio César e as forças senatoriais. Ela

delimita entre os antigos uma moral antiga e uma nova moral, e lhes figura como decorrência de uma decadência institucional trazendo em seu cerne defeitos humanos prontos para se manifestarem quando os limites de sua tolerância (ou antes, seu alcance) viram-se estendidos. O próprio Tácito, por exemplo, reconhece que, após esta Discórdia, todas as lutas entre romanos tinham por objetivo saciar a sede de poder pessoal, para adquiri-lo ou mantê-lo (*Hist.* II, XXXVIII, 4). Além disso, identifica Augusto como um consolidador das reformas de César, coroando-as com um título que pela primeira vez era institucionalmente concedido a um só: *non Cinnae, non Sullae longa dominatio; et Pompei Crassique potentia cito in Caesarem, Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere, qui cuncta discordiis ciuilibus fessa nomine principis sub imperium accepit* (*Ann*., I, 1). Com isto, no período em que se circunscreve a Guerra Civil, escancara-se a mudança no comportamento romano, à qual eles mesmos denominaram *decadente*, e se fundamenta a mudança de concepção romana de poder.

---

[1] GRIMAL, Pierre. "Les éléments philosophiques dans l'idée de monarchie à Rome à la fin de la république". In FLASHAR, Hellmut & GIGON, Olof (org.) *Aspects de la philosophie hellénistique - neuf exposés suivis de discussions*. Genèvre: Fondation Hardt, 1985, tome XXXII, p. 255 *et seq*.

[2] LEPORE, Ettore. *Il princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda republica*. Napoli: Istituto italiano per gli studi storici, 1954, pp. 234 *et seq*.

[3] LEPORE, 1954, pp. 159 *et seq*.

[4] CÂNFORA, Luciano. *Júlio César: o ditador democrático*; trad. Antônio Silveira Mendonça. SP: Estação Liberdade, 2002, pp. 92 *et seq*.

[5] MAGDELAIN, André. *Auctoritas Principis*. Paris: “Les Belles Lettres”, 1947, p. 22 *et seq*.

[6] GRIMAL, Pierre. "Le *De Clementia* et la royauté solaire de Néron". In *Revue des études latines*, n.º 49, 1971, pp. 205-217; *cf.* SENECA, *De Clementia* I, 1, 2.

[7] KIVUILA-KIAKU, José M. “Tacite et le “discours ideologique” sur le principat. Histoire et philosophie dans l’élaboration de la pensée politique de Tacite”. In *Clássica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, 2003, p. 145.

GUERRA E DISCIPLINA NO BAIXO IMPÉRIO: A FORMAÇÃO DO SOLDADO ROMANO SEGUNDO O TESTEMUNHO DE VEGÉCIO.

Gilvan Ventura da Silva - UFES

O Baixo Império é um período da História de Roma marcado por um conjunto de transformações de ampla envergadura que redefinem todo o perfil da assim denominada Civilização Clássica, quer em termos sociais, religiosos, econômicos, culturais e políticos. No que diz respeito às inovações de natureza política, é preciso isolar, de um modo bastante específico, as alterações que se produzem no exército imperial, que passa por uma reformulação significativa no contexto da Anarquia Militar (235-284). Nesse sentido, Galieno cumpre um papel importante ao afastar do comando dos exércitos imperiais a elite senatorial e os membros da ordem eqüestre, favorecendo assim a ascensão dos militares de carreira aos postos mais graduados do exército.[1] Com isso, os militares, de coadjuvantes que eram, se tornarão protagonistas da política imperial, razão pela qual diversos imperadores desde então serão oriundos das fileiras do exército. Galieno, no entanto, confrontado com os germanos no *limes* e com as investidas da Pérsia Sassânida no Oriente, o que lhe custa inclusive a vida do pai, Valeriano, não tem condições de prosseguir com as reformas militares necessárias naquele momento, cabendo a Diocleciano e Constantino empreender a reestruturação do exército a fim de fazer frente ao conjunto de problemas internos e externos próprios da sociedade romana no alvorecer do século IV.

Diocleciano, de fato, toma uma providência significativa com relação ao exército, aumentando o número das legiões de trinta e nove para sessenta, o que levou à ampliação do efetivo de homens recrutáveis de 350 para cerca de 500 mil.[2] Para tanto, estende a conscrição às populações rurais, impondo aos proprietários fundiários a obrigação de fornecer recrutas, havendo a possibilidade de substituir-se o envio do camponês pelo pagamento de certa quantia em ouro (o *aurum tironicum*).

Além disso, Diocleciano realiza uma separação inédita entre as carreiras civil e militar, de maneira que a maioria dos governadores ficou privada das prerrogativas de comando que possuíam. As tropas permaneciam, como outrora, estacionadas ao longo do *limes*, onde passaram a ser auxiliadas por unidades de cavalaria e de infantaria (*alae*, *cohortes* e *vexillationes*), caracterizando assim uma continuação da antiga tática de segurança impeditiva fundada no sistema de fronteiras firmemente protegidas. O comando das tropas e a manutenção das fortificações nas fronteiras de cada província cabiam ordinariamente ao *dux*, ao passo que os governadores deveriam tão somente auxiliar no abastecimento e deslocamento das tropas. Além disso, Diocleciano organizou, em torno dos imperadores, um destacamento especial, o *comitatus*, que poderia ser empregado para diversos fins, conforme as necessidades da estratégia imperial.[3]

Entre 312 e 315, com Constantino, opera-se a principal reforma do exército no Baixo Império: a organização de um grande contingente móvel de campanha, estacionado em posição central e pronto para intervir em um ponto ou outro do território. Para tanto, uma parte das legiões e das *vexillationes* foram retiradas das fronteiras para compor um destacamento de campanha denominado *comitatus*. As tropas que permaneceram estacionadas no *limes* (ditas *limitanei* ou *ripenses*) eram em geral auxiliares e foram consideradas de categoria secundária diante dos *comitatenses*. Constantino reorganiza ainda a hierarquia do exército aos moldes da burocracia civil.[4] Os chefes militares passam então a depender diretamente dos *duces* provinciais, os quais eram subordinados aos *comites* militares da diocese. No ápice da hierarquia, os generalíssimos não eram mais os prefeitos do pretório ou os vicários, mas duas novas personagens: o *magister equitum* e o *magister peditum*. A existência de ambos os cargos é atestada pela primeira vez após a morte de Constantino, mas tudo leva a crer que sua criação remonta ao governo deste imperador.

Com o passar do tempo, no entanto, as tropas de fronteira (*limitanei* e *ripenses*) se tornam cada vez mais obsoletas, ao passo que se esperava que os

comitatenses decidissem todos os confrontos, o que resultou num decréscimo da força combatente total do Império Romano, muito embora o efetivo militar tivesse sido aumentado. O aspecto mais desfavorável da reforma de Constantino foi ter solapado a infantaria romana em prol das unidades de cavalaria. Uma outra particularidade significativa acerca do exército no Baixo Império é a presença cada vez mais freqüente de bárbaros nas suas fileiras, configurando assim aquilo que se define, amiúde, como "barbarização", fenômeno que se afirma definitivamente sob o governo de Teodósio, quando as "tropas confederadas" combatiam segundo a sua própria estratégia e comando, prescindindo assim do treinamento e da disciplina característicos do exército romano. Considerada por alguns autores um indicativo da queda de complexidade social do Império Romano, a barbarização conduz a uma divisão no corpo do exército: de um lado, há um contingente cada vez menor de soldados que receberam treinamento militar romano e que desempenhavam com eficiência seu papel na infantaria.[5] De outro, há um conjunto de cavaleiros bárbaros que não seguiam os padrões da tática e da disciplina romanas, obedecendo a seus próprios generais. O resultado é um descompasso na composição do exército que prejudica o seu desempenho como um todo, sem levar em consideração o fato de que a heterogeneidade étnica enfraquecia sobremaneira a identidade da própria corporação.

É nesse contexto que Flávio Vegécio Renato elabora seu compêndio sobre a arte da guerra intitulado *De re militari*, texto escrito entre 383 e 450.[6] A obra faz parte de um gênero literário próprio da Antigüidade romana, que teve em Enéias Tático, Frontino e Arriano notáveis expoentes. Acerca da biografia do autor, infelizmente não dispomos de muitas informações, sendo provável que tenha sido um assessor financeiro na corte de Teodósio. O compêndio visa a descrever os princípios de conscrição, treinamento, estratégia e táticas militares da legião romana, sendo dividido em cinco livros. O autor escreve por determinação de um imperador, provavelmente Valentiniano II, com a finalidade de reiterar os costumes do passado no tocante ao recrutamento e adestramento dos soldados e, desse modo, colocar à disposição do

soberano as respostas aos grandes problemas militares de sua época (*De re mil.* I). Sabemos que Vegécio era cristão, uma vez que na abertura da obra já afirma que "uma empresa, seja ela qual for, deixa de ter significado caso não se refira a Deus e não goze do beneplácito do imperador" (*De re mil.* I). No entanto, em sua concepção a vitória militar decorre não apenas da fé numa divindade excelsa e onipotente, mas da instrução e da disciplina. A grande preocupação de Vegécio é reabilitar o exército romano, especialmente a infantaria, de maneira a fazer frente com eficiência à ameaça bárbara, que havia se tornado onipresente.

Com a finalidade de restaurar a excelência da infantaria romana, Vegécio dedica especial atenção à formação e à disciplina do recruta romano. Logo de início (I,3), recomenda que o recrutamento seja feito preferencialmente entre as *gentes rusticae,* isto é, a população rural, uma vez que esta era "capaz de suportar a ardência do sol sem buscar o alívio da sombra, era ignorante dos banhos, desafeita à preguiça, de alma chã, contente com o pouco que come, de corpo coriáceo mercê das fadigas, que na labuta do campo aprendeu a manejar o ferro, a escavar fossos e a transportar fardos pesados". Além da procedência, outro critério empregado por Vegécio para o recrutamento é o ofício do futuro soldado. Segundo o autor, não são aptos para o serviço "os pescadores, os passarinheiros, os pasteleiros, os tecelões e todos aqueles que praticam ofícios geralmente reservados às mulheres. Já os ferreiros, os carpinteiros, os açougueiros, os caçadores de cervos e javalis são úteis ao exército, pois a prosperidade do Estado se funda na escolha de soldados não só rijos de corpo, mas também firmes de ânimo" (I,7).

Vegécio acredita que o treinamento dos recrutas deva coincidir com o início da puberdade na medida em que os mais jovens aprendem com mais facilidade, ao mesmo tempo em que apresentam uma agilidade física maior, necessária ao salto e à corrida (I,4). No recrutamento, é decisiva a aparência física do candidato, que deve ter "olhos vivazes, peito ereto, tórax largo, ombros possantes, braços musculosos, dedos compridos, ventre chato, pernas esbeltas e pés magros, porém de nervos rijos".

Satisfeitas essas qualidades, dispensa-se a exigência de que o recruta apresente uma estatura elevada, “pois é melhor que os soldados sejam fortes do que altos” (I,6). A aparência física, no entanto, não é suficiente para determinar se o indivíduo tem ou não condições de se tornar um bom soldado, pois alguns, muito embora “pareçam bem-dotados, se revelam inaptos” (I,8). Desse modo, na inscrição dos recrutas deve ser realizado um exame preliminar com a finalidade de averiguar se o candidato apresenta um conjunto de habilidades indispensáveis ao ofício, tais como agilidade, vigor físico, tendência para a disciplina militar e consciência íntima da própria condição.

Satisfeitos esses requisitos, os recrutas devem ser adestrados com exercícios variados e contínuos. O primeiro conjunto de exercícios descritos por Vegécio diz respeito ao deslocamento dos soldados, pois disso depende que o exército prossiga seu caminho sem deter-se. De início, o recruta deve ser treinado no passo militar a fim de preservar a ordem nas fileiras. Em segundo lugar, temos a cadência militar, devendo a companhia perfazer cinco mil passos em cinco horas. Já a corrida é obrigatória para os mais jovens, pois dependerão dela para se lançarem contra o inimigo com maior ímpeto e para ocupar rapidamente um território. Também é necessário que os recrutas treinem o salto segundo a técnica de ultrapassar fossos e demais obstáculos (I,9). O deslocamento no rio ou no mar é igualmente importante para os soldados, razão pela qual devem aprender a nadar para fugir ou perseguir (I,10). Em seguida, eram introduzidos exercícios com vistas a tornar os conscritos hábeis no combate como, por exemplo, o ato de golpear um poste, simulacro do adversário; o treino para golpear de ponta e não de gume; o domínio da esgrima (considerada o principal recurso à disposição do soldado); o arremesso da lança; o manejo do arco e flecha; o arremesso de pedras com as mãos e com a funda e o manejo dos dardos chumbados (I,11-17). Os soldados deveriam também aprender a cavalgar e a marchar carregando pesos de até 20 kg. Vegécio recomenda ainda que se preste uma atenção especial à disposição dos soldados no campo de batalha uma

vez que os aglomerados irregulares não favorecem o combate, deixando o exército à mercê dos inimigos. Desse modo, os soldados devem ser adestrados a formar uma linha simples, uma linha dupla, um quadrado, um triângulo e um círculo, conforme as necessidades táticas do momento (I,26).

As recomendações de Vegécio ao imperador acerca do treinamento dos soldados nos revela uma preocupação contínua com a *eunomia*, a boa ordem do Estado romano do IV século. De fato, segundo o autor, nenhuma organização política é "mais sólida, mais afortunada e mais louvável que um Estado (*Res Publica*) onde abundam homens bem treinados" (I,13). Ainda na opinião de Vegécio, o ócio fez com que os romanos abandonassem as antigas instruções concernentes ao adestramento militar, razão pela qual era necessário retomar o treinamento dos mais jovens, "pois é mais útil e louvável instruir nas armas soldados próprios que recorrer a mercenários estrangeiros" (I,28). Com o seu compêndio militar, Vegécio acentua então a necessidade que o Estado romano do Baixo Império invista naquilo que poderíamos definir como *disciplina*, ou seja, um conjunto de atividades que, exercidas sobre o corpo, produzem um aumento das potencialidades do indivíduo em detrimento da sua capacidade de resistência ao comando, como podemos constatar em instituições escolares e, de modo, muito particular, na organização militar. Ainda que a constituição das "disciplinas" como fórmulas gerais de dominação remontem ao séculos XVII e XVIII, os processos disciplinares são muito mais antigos.[7] No caso da Antigüidade, o exército é, sem dúvida, um espaço privilegiado para que possamos captar a maneira pela qual o poder ordena, esquadrinha e forja o corpo humano, tornando-o uma célula adequada ao pleno funcionamento do Estado. Na realidade, todo o adestramento imputado ao soldado visa a produzir a estabilidade política pois, segundo Vegécio (I,13), "nem a graça das roupas, nem o brilho do ouro e da prata, nem o esplendor das pedras preciosas podem manter em respeito nossos inimigos, que só se submetem pelo medo das armas". Aqui, Vegécio reconhece que todo o aparato simbólico do poder imperial do seu tempo não é suficiente para garantir a

perpetuação da *Res Publica*, o que só será alcançado mediante uma demonstração cabal de força. Para tanto, a disciplina no treinamento do exército, o controle metódico e preciso do corpo de cada um dos recrutas e o seu posicionamento adequado dentro da formação militar se tornam condições imprescindíveis para a sobrevivência do próprio Império Romano.

---

[1] CHRISTOL, M. L'État romain et la crise de l'Empire. *L'information historique*, Paris, v. 44, n. 4, p. 156-63, 1982.
[2] FERRIL, A. *A queda do Império Romano.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, p. 36.
[3] CHASTAGNOL, A. *L'évolution politique, sociale et économique du monde romain*. Paris: Sedes, 1982, p. 257-8.
[4] JONES, A. H. M. *Le declin du monde antique*. Paris: Sirey, 1979, p. 204.
[5] MENDES, N. M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 205-6.
[6] Na realização deste trabalho, utilizamos as seguintes traduções da obra de Vegécio: *Les institutions militaires*. In: NISARD, M. (Org.) *Ammien Marcellin, Jornandes, Frontin, Végéce, Modestus*. Paris: Firmin Didot Frères, 1869. e *A arte militar*. São Paulo: Paumape, s/d.
[7] FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 118.

NATAL E A II GUERRA MUNDIAL: CRÔNICAS SOBRE A CIDADE

Giovana Paiva de Oliveira – UFRN/UFPE / Virgínia Pontual - UFPE

Este trabalho trata das transformações da Cidade do Natal durante a II Guerra Mundial e de como estas foram expressas nas crônicas publicadas. Em 1940, a cidade tinha aproximadamente 90 km^2 e 50 mil habitantes e é provável que tenha sofrido mais impactos com a II Guerra Mundial do que outras cidades brasileiras, dado ter abrigado a principal instalação da Força Aérea Norte-Americana e diversas unidades das Forças Armadas Brasileiras.

Entre os anos de 1943 e 1945, a Cidade do Natal conviveu cotidianamente com centenas de aviões no seu espaço aéreo, dia e noite, pousando e decolando de Parnamirim *Field*; jornal em Inglês, o *Foreign Ferry News;* Estação de Rádio Local com programas produzidos nos Estados Unidos; auto-falantes nas praças transmitindo a BBC de Londres; Base Marítima no rio Potengi para abrigar os grandes hidroaviões que bombardearam Tóquio; milhares de soldados norte-americanos que frequentavam bares e cabarés e a primeira Fábrica de Coca-Cola construída na América Latina.

Pretende-se aqui interpretar o que foi registrado por um intelectual, sujeito que relatou seu presente em pequenas narrativas, não esgotando a discussão, mas apenas tentando revelar um pouco da cidade do Natal durante a II Guerra Mundial, através do olhar de Danilo, cognome de Aderbal de França[1] e tendo em vista que suas crônicas podem ajudar a pensar a História da Cidade.

Para o objetivo deste trabalho, as Crônicas foram consideradas como uma produção social, contextualizadas no período e no lugar em que foram produzidas, não para reconstruir-se o passado como ele foi, mas, para entender as questões do presente.

> "(...). A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos do espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos

> comportamentos citadinos com os rítmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas. A complexidade é imensa. A cidade é feita de cruzamentos. (...)"[2].

Procurou-se, então, observar estes cruzamentos, privilegiados ou não pelos registros da Historiografia sobre a cidade do Natal, as repercussões e transformações urbanas sofridas, tendo-se em vista que, com a II Guerra Mundial, ela viveu um momento glorioso e sem precedentes. Um momento que, estranhamente, ainda tem sido pouco explorado por essa mesma Historiografia, pelos Livros Didátidos e pela Imprensa atual[3].

A Cidade na II Guerra Mundial

O que seria este enunciado sobre Natal? O que representou a II Guerra Mundial para essa cidade? Uma vez que estava fincada em uma região estratégica, o extremo do Continente Sul-Americano que mais se aproximava fisicamente do Continente Africano, onde, no início dos anos 40, as tropas do Eixo avançavam suas conquistas.[4]

Em se tratando do espaço da Cidade, sua importância pode ser vista no seu interior onde se realizaram ou não as expectativas criadas na e para a Cidade, na sua vida cotidiana, no emaranhado de acontecimentos que destroçaram seu lento crescimento. Não podemos deixar de ressaltar que este "progresso" sempre foi desejado pelos intelectuais e governantes ao longo do século XX, o que se consubstanciava nos seus discursos, nos Planos Urbanísticos, nas intervenções realizadas no espaço[5].

Em 1941, o Governo Brasileiro criou o "Teatro de Operações do Nordeste" em que a Marinha iniciou a construção das Bases Navais e o Exército organizou seus Regimentos de Infantaria. Após a realização do acordo de utilização do Território Nacional, iniciou-se a construção da Base Naval de Natal e, assim, foi iniciada a progressiva instalação dos equipamentos das Forças Armadas Brasileiras e Norte-Americanas. Foram construídos três Quartéis na área urbana: o Grupamento de Artilharia de Campanha, o 16º Regimento de Infantaria e o Batalhão de Engenharia de Combate, para abrigar as tropas do Batalhão de

Caçadores, 3º Regimento de Artilharia Anti-Aérea, 2º Batalhão de Carros de Combate Leve, Companhia de Transmissão, GEMAC, Batalhão de Engenho e a 7ª Companhia de Engenharia, além da Base Aéra Brasileira em Parnamirim, ao lado da base americana.

As instalações militares norte-americanas foram a Base Marítima ou "Rampa" e a Base Terrestre "Parnamirim *Field*" ou "Campo de Parnamirim". A Base Marítima ficava às margens do rio Potengi e servia de abrigo para os hidroaviões anfíbios (transportes de carga) e os "clippers" (passageiros), além de coordenar as ações de caça aos submarinos no litoral. No outro lado da cidade, distante 20 Km do centro, já existia o Campo de Parnamirim desde 1928, que foi construído pela Air France e Lufthansa (L.A.T.I.) para pouso de seus aviões comerciais, o qual foi escolhido pelas Forças Aéreas Brasileira e Americana. Em setembro de 1942, foi dado início à construção de "Parnamirim *Field*", o *Headquarter* da Força Aérea dos Estados Unidos no Atlântico Sul, que funcionou de agosto de 1943 a julho de 1945[6]. O Departamento de Estado Norte-Americano, por razões de segurança, nunca divulgou informações sobre a Base, nem mesmo o número oficial de militares que nela se instalaram. Para alguns, em "Parnamirim *Field*" viveram permanentemente um contingente de 10 mil soldados norte-americanos[7], o que correspondia a 20% da população de Natal.

A população da Cidade, neste período, pode ter crescido em 50% e mais que duplicado o seu comércio. Não existia residência em número suficiente para a demanda que se instalava, assim como infra-estrutura que atendesse e abastecesse às novas necessidades da cidade. Os transportes, os cinemas, os bares e as ruas estavam sempre tomados pelas pessoas.

> "(...). Entraram em plena confraternização com as moças da terra e fizeram camaradagem com os filhos das famílias da melhor sociedade, freqüentando as suas residências e dançando nas festas dos clubes. Nadavam em nossas piscinas e bebiam cerveja nos 'cafés', como eram chamados os bares naquela época. (...).[8]"

A população da cidade, que sempre fora predominantemente formada por funcionários públicos, teve sua vocação reforçada com a presença dos militares das Forças Armadas

Brasileiras (o que permaneceu até os dias atuais). O turbilhão refletia-se em milhares de pessoas que se deslocavam para a Capital, vindos de todos os lugares, motivados pela seca no sertão do Estado (flagelados e mendigos) ou estimulados pela oferta de empregos[9]. Outros, comerciantes, vieram em busca da possibilidade de enriquecimento rápido.

Tanto as Forças Armadas Norte-Americana como a Brasileira construíram Vilas Militares. Nos bairros de Tirol e Petrópolis, eixo da "pista" que ligava Natal a Parnamirim, instalaram-se os oficiais e militares de alta patente, que compartilhavam com a elite local seus espaços de convivência e de lazer, que, por sua vez, disponibilizava suas residências, o Aero Clube, o Teatro e os Cinemas da cidade para eventos comuns. Para os soldados de baixa patente foram improvisadas barracas como moradias e estes frequentavam os bairros das Rocas e Ribeira, onde foi construído o *USO* e instaladas casas de diversão, cafés, cassinos e cabarés[10].

> "A presença dos galegos (designação usada pelo homem do povo para identificar qualquer estrangeiro) motivou a aprendizagem da língua inglesa, ao ponto de que, já ao término da guerra, muitos natalenses falavam e escreviam corretamente esse idioma"[11].

As Crônicas sobre o vivido – O registro da experiência de Danilo

Apesar da grandiosidade do acontecimento, poderíamos arriscar a afirmação de que esse momento não ficou devidamente marcado na História da Cidade, mesmo considerando a intensidade do vivido, que ainda repercute na sua cultura e pode ser difusamente visualizado no presente, através de gestos, palavras, nomes de lugares e em outros aspectos da cultura local[12].

As Crônicas escritas por Danilo entre os anos de 1940 e 1943 nos conduziram a várias observações sobre o momento. Selecionamos para este trabalho as que foram escritas quando as Forças Armadas chegavam e começavam a se instalar em Natal, especialmente

as que diziam respeito ao espaço da Cidade, dos bairros e observavam as transformações percebidas. Até meados de 1941, demonstravam seu fascínio e admiração pela prosperidade observada, com as novas ruas traçadas sobre terrenos vazios e a evidente multiplicação de casas e vilas. Em "O bairro do Alecrim Prospera" (15/09/1940), este bairro da cidade parecia estar consquistando sua autonomia, ascedendo à infra-estrutura urbana de maneira uniforme, água, energia elétrica, hospital, mercado público, feira, cinema e comércio diversificado. Ou em "Petrópolis" (26/01/1941), destacam-se os investimentos na antiga Avenida Atlântica (hoje Avenida Getúlio Vargas), o calçamento, as luminárias e o *belvedere* com vista para o mar, marcando o início da ligação da Cidade com a praia de maneira mais efetiva. Ou, ainda, na Crônica "Mais um Hotel na Cidade" (14/06/1941), quando observava o crescimento da demanda por hospedagem "de qualidade" e as adaptações procedidas em edifícios, para que funcionassem como locais de hospedagem.

Verificamos ainda em várias Crônicas, uma opinião que insinuava revelar suas dúvidas quanto à maneira como este "progresso" vai-se implantando na cidade. Em "Árvore e Sol" (10/01/1942), reflete sobre o desaparecimento das áreas sombreadas na Cidade:

> "Hoje... Os tempos mudaram realmente. A cidade acompanha desnuda, o ritmo do progresso e a árvore perdeu o valor urbanístico que se conserva em toda parte. Não é por questão de primitivismo carrancudo e inútil que defendemos a sombra das árvores. (...). É um conservantismo necessário ao próprio valor humano e as modernas condições da vida e do trabalho! Quanto mais cresce a cidade, mais sofre o pedestre nas suas travessias habituais por força da luta cotidiana de viver (...). A cidade tornou-se ingrata, flagelante"

Era um novo universo que se estava construindo no espaço e que oferecia indícios importantes para pensar a vida naquele momento. A narrativa de Danilo também revelou dúvidas, quando antes não demonstrava vacilar na sua crença no crescimento. Os tempos mudaram também em outras cidades, mas por que Natal necessitava se desnudar tanto para se adaptar ao ritmo do progresso? Expressou os argumentos para não ser confundido com qualquer crítico do progresso, não era um "primitivista carrancudo". Nesse mesmo

período, demonstrou estar percebendo a perda do controle sobre a cidade e em "Estão Estragando o Bairro de Petrópolis" (11/02/1942), constatou a impoderabilidade do que as mudanças poderiam representar na lógica de ocupação do seu espaço.

> "Chamaram-me a atenção para o caso: o bairro de Petrópolis estava sendo cenário de graves coisas. Onde por tantos anos, fora um tradicional recanto isolado, um sombrio quarteirão de mato regular, e, depois uma área pitoresca devastada e loteada, estavam construindo casas incríveis no gênero e nos tamanhos. Não porque fossem assim. Porém, porque estavam transformando uma zona destinada a outras espécies de construções residenciais em um trecho impróprio para aquelas habitações. Fui ver. (...). A promessa que era o local, tornou inopinadamente uma realidade constristadora. (...). São casas "baratas" com a finalidade da ambição em detrimento da estética da cidade."

Era a elite a defender a manutenção da setorização dos lugares de moradia - Petrópolis, Tirol e Cidade Alta para os ricos, e o Alecrim e as Rocas para os pobres. O discurso revelou um sujeito que apresentava a versão dominante do uso do espaço da cidade, oferecendo as condições para que o processo de mudança dentro de outra lógica pudesse ser barrado. O bairro do Tirol foi um dos que mais properou naquele momento, depois do Alecrim, e segundo Danilo em "O Inimigo do Tirol..." (20/03/1943):

> "No deserto entre dunas e planícies surgiram avenidas largas e as casas mais modernas da cidade. A distância e as dificuldades dela decorrentes são compensadas pelo clima e pela tranqüilidade. O que tem dificultado é a crise do combustível que não possibilita a utilização dos automóveis. Os moradores são obrigados a utilizarem-se dos bondes, que são os transportes de todos. O bonde é o inimigo número um do próspero e elegante bairro do Tirol".

A situação parecia se agravar com o colapso dos sistemas de transporte e abastecimento de água e esgoto da cidade[13], e o bonde, apesar de ineficiente, passou a ser o principal meio de transporte da cidade e para todas as classes sociais. O Tirol era a área de

expansão da cidade na direção de "Parnamirim *Field*", distante do centro e próximo do fluxo e da movimentação dos caminhões, dos soldados e dos quartéis.

Em contrapartida, o comércio local cresceu, tanto em quantidade de dinheiro e produtos circulantes, quanto na diversidade das mercadorias oferecidas e Natal tornou-se uma cidade inflacionada pela convivência com os norte-americanos.

> "A cidade, os transportes, os bares são lotados. O comércio ampliou-se. Abriram-se novas casas de negócio, especialmente lojas de jóias e relógios, que os militares e civis compravam em profusão. Caríssimas se tornavam as residências. Todos queriam alugar seus imóveis aos filhos do Tio Sam, que pagavam sempre em dólar"[14].

O enriquecimento de alguns e a diversificação dos costumes foram marcas deixadas por esse período. Surgiram novos tipos de lojas, como as Confeitarias que, para Danilo (25/03/1943), era uma "especialidade comercial que tem o luxo como característica" e se tornaram "necessárias para uma cidade que ascende para o complexo da civilização". A população sempre atualizada pelas informações da ZYB-5 que, com a ajuda dos norte-americanos, fazia de sua programação um instrumento de aculturação da cidade[15].

Em "Cidade de ontem e de hoje" (15/03/1942), Danilo falou da cidade do seu passado e das lembranças, que viveu a introdução da técnica e da tecnologia nos serviços urbanos.

> "Tantos anos se passaram e as memórias da minha meninice de vez quando me mostram os ocasos do tempo e o esplendor das alvoradas. Vejo os velhos ambientes por trás de novos panoramas. Admiro a evolução de tudo, observo a mudança dos costumes, (...). A cidade inundada e quieta, expôs-se a uma eclosão de luz e a um turbilhão de movimento."

As mudanças expressaram-se em repercussões inesperadas e a Crônica de Danilo fala de um passado que a Cidade deixou para trás, no ocaso do tempo que se passou. Mesmo diante da realidade evidente e admirando-a, parecia querer enxergar o que se encontrava por trás da aparência. O movimento, a luz e as asas poderiam demonstrar a possibilidade de que o autor ainda apostava que o vôo empreendido fora um sucesso.

O presente trabalho pretendeu tornar-se um exercício para demonstrar que documentos do passado podem subsidiar o presente a construir diferentes interpretações, embora no caso do autor em questão isto não se tenha configurado até agora, pois sua Crônica continua quase desconhecida no presente e muito pouco considerada como Fonte de Pesquisa.

---

[1]Considerado como pioneiro da Crônica Social no Jornalismo do RN. Ligado à atividade jornalística por opção, ocupou Cargos de Diretor e Editor-Chefe do Jornal "A República". Escreveu sobre o cotidiano da cidade durante quarenta e dois anos, em uma coluna diária. Estudou Medicina no Rio de Janeiro, mas não concluiu sua formação, voltando para Natal para se dedicar ao Jornalismo, fundou a Revista "'Cigarra', primeira Revista dedicada à vida em sociedade (1928-30), e o jornal 'O Diário' (1939)". Este último foi adquirido pelos Diários Associados, passando a se chamar "Diário de Natal", cujo título mantém até os dias de hoje. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi correspondente da Agência Nacional. Nasceu em Natal, em 05/01/1895 e faleceu em 25/05/1974. (Cardoso, Rejane (Coord.). *400 Nomes de Natal.* Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000).

[2] Lepetit, Bernard. *Por Uma Nova História Urbana.* São Paulo: EDUSP, 2001. p.141.

[3] Existem poucas publicações sobre este período, entre as principais referências, podemos citar: MELO, João Wilson Mendes. *A Cidade e o Trampolim.* Natal: Sebo Vermelho, 2003. 167p.; MELO, Protásio Pinheiro de *Parnamirim e Natal na Segunda Guerra Mundial.* Natal: PRAEU/RN Econômico, 1982. 33p.; SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim para a Vitória.* Natal: Editora Universitária, abril/1993. 225p.

[4] Clementino, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

[5] Dantas, George Alexandre Ferreira. *Natal, "Caes da Europa". O Plano Geral de Sistematização no contexto de modernização da cidade (1929 – 1930).* Natal: DARQ – UFRN, 1998. (Monografia – Trabalho Final de Graduação); Ferreira, Ângela Lúcia de A. De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil. Tese de Doutorado. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1996; Lima, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas.* Natal: Cooperativa Cultural/Sebo Vermelho, 2000. 80p.; Oliveira, Giovana Paiva de. *De Cidade a cidade: o processo de modernização de Natal – 1889/1913.* Natal/RN: EDUFRN, 2000

[6] A Base de Parnamiririm incluia: duas pistas de pouso com capacidade de operação irrestrita de aeronaves; doze áreas de estacionamento; dez hangares e 700 edificações. Base de trânsito e apoio para homens, armas e equipamentos, que operava em constante ampliação, com um trânsito diário estimado em 400 a 600 aeronaves.

[7] Cascudo, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal.* Natal: RN Econômico, 1999. 496p. e Pinto, Lauro. *Natal que eu vi.* Nata: Sebo Vermelho, 2003.

[8] Melo, *Idem,* 1993. p.37.

[9] Era de conhecimento público que os americanos estavam contratando mão-de-obra para os serviços mais pesados, como a construção da Base Terrestre "Parnamirim *Field*" e da pista "Parnamirim *Road*".

[10] Melo, *Idem*, 1993.

[11] AGUIAR, José Nazareno Moreira de. *Cidade em Black-out.* Crônicas referentes à Segunda Guerra Mundial 1939/45. Natal: Editora Universitária, 1991. 63p. p.32.

[12] SILVA, Josimey Costa da. *A palavra sobreposta: imagens contemporâneas da Segunda Guerra Mundial.* Dissertação de Mestrado, PPGCS/UFRN. Natal: [s.n.], 1998. (Área de Concentração: Cultura e Sociedade).

[13] O sistema de abastecimento de água e esgoto foi construído pelo Escritório Saturnino de Brito e havia sido concluídi em 1939, com previsão de atender a cidade por 10 anos

[14] MELO, Protásio Pinheiro de *Parnamirim e Natal na Segunda Guerra Mundial.* Natal: PRAEU/RN Econômico, 1982. 33p. p. 15.

[15] TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

A NARRATIVA DO Dr. MANOEL DANTAS:

O discurso modernizador justificando a ação sobre o espaço da cidade do Natal/RN

Giovana Paiva de Oliveira – UFRN/UFPE

Este trabalho pretende apresentar uma interpretação para um momento específico da história de uma cidade do Natal/RN a partir do discurso do jornalista Manoel Dantas, editor do Jornal A República, cuja leitura tem repercutido no meio acadêmico, tendo em vista que manifesta a influência do saber urbanístico; e, ainda, disponibilizar uma visão diferente da história da cidade e da feição de sua sociedade, de seu cotidiano, da conjuntura política e da cultura em determinado momento histórico. O cenário da narrativa transcorreu em uma noite no salão nobre do Palácio do Governo, na capital do estado do Rio Grande do Norte, em um instante que pode exemplificar a busca por uma modernização[1] que caracterizou a cidade do Natal ao longo do século XX, cujos indícios podem ser encontrados em documentos oficiais e na imprensa local, em justificativas e ações do poder público.

O discurso de Manoel Dantas[2], intitulado "Natal daqui a 50 anos", tem sido referenciado como um dos primeiros escritos prospectivos e o primeiro manifesto futurista natalense que, de fato, seduziu a população "para as conquistas do espírito humano e para a realização do projeto de modernidade"[3]. Trataremos, especificamente, das referências que valorizam a modernidade, que ressaltam a importância da vinculação da cidade com o mundo capitalista, tangenciando o detalhamento da proposta de organização do espaço, infra-estrutura comercial e industrial, serviços, desenvolvimento e expansão dos limites urbanos do município de Natal.

Desde meados do século XIX, emergiram políticos e intelectuais com formações acadêmicas, que inspiraram e influenciaram a cidade do Natal. A grande maioria proveniente de famílias do interior do estado, enriquecidas pela criação de gado ou pela produção de cana-de-açúcar, que

pouco a pouco foram ocupando os lugares de onde podiam estabelecer sua rede de controle. A partir da Proclamação da República no Brasil, em 1889, estas intenções ficaram muito mais evidentes e estes novos sujeitos, que haviam regressado de seus estudos, passaram a ocupar cargos políticos e administrativos municipais e estaduais, podendo aplicar ou mesmo inovar na condução dos destinos da cidade.

Partimos do pressuposto, portanto, de que o desenvolvimento da cidade do Natal no início do século XX foi conduzido por uma elite que importou o conhecimento e as experiências de cidades capitalistas desenvolvidas, apresentando quase tudo como "novo" e a solução mais adequada para tornar a cidade moderna. Essa atitude parecia significar que elegia a cada "novo" que surgia um caminho mais curto para buscar sua identificação com esta modernidade e o concreto para a cidade foi sempre apostar que a modernidade estava contida no almejado[4]. Por isso, compreendemos que o discurso em análise é portador de um conteúdo modernizador, perpassando-se por um ideal de futuro que o próprio autor acreditava ser o modelo que possibilitaria a adequação à uma nova realidade.

> "Felizes os que têm no coração um sorriso semelhante para poderem chegar ao fim da jornada, como uma claridade resplandecente, a fim de desembaraçados dos laços terrestres, contemplarem face a face a felicidade eterna."[5]

Aproveitando-se de sua formação religiosa, o autor sacava no futuro a redenção para todas as angústias do presente e a solução para todas as dificuldades. A posição social do sujeito que falava, revela sua visão sobre a importância de novas práticas modernizadoras que, no mínimo, propiciariam o surgimento de condições políticas adequadas à sua aceitação e a sua incorporação por parte da sociedade, tornando-as apropriadas para estabelecer a transformação da sociedade de acordo com os interesses de sua elite.

Logo no início, o autor deixou claro o sentido que construiu para o momento em que vivia. Ressaltando sua autoridade e o lugar em que se encontrava e, protegido pela assistência de

mais 240 espectadores pagantes, anunciou o futuro que vislumbrava, tendo em vista a conjuntura em que se encontrava. A conjuntura política se modificava e surgiam os primeiros movimentos de oposição ao poder exercido pela oligarquia dos Albuquerque Maranhão, quando a República completava 20 anos e o grupo republicano hegemônico no Rio Grande do Norte não era mais unanimidade e nem congregava mais todos os interesses[6].

O Dr. Manoel Dantas fazia parte do quadro político e intelectual deste grupo, tendo sido vice-governador do estado e governador interino. A sua conferência naquela noite, além de ser uma ação política, também pode ser considerada como uma defesa às críticas que se fazia ao programa de investimento e ao endividamento que vinham procedendo. Apesar de não fazer referências explícitas a estes fatos, atacou aos críticos com uma linguagem prolixa que misturava seu vasto conhecimento - por exemplo, de diversos idiomas (inglês, francês e latim) -, conclamando aos seus "gentis ouvintes" a se fazerem cúmplices no desprezo que estes mereciam, ameaçando-os disfarçadamente com bom humor[7].

> Charges contínuas têm mais de uma vez chegado a mostarda ao nariz deste pacato representante das letras potiguares que, se fosse dado à esgrima e não temesse o art. 307 do Código Penal, já teria inspecionado as banhas do conselheiro... a ponta de espada"[8].

O momento político até pode ser visualizado neste ritual, quase se constituindo numa verdade naquele salão. Como quem tem o poder de escolher as regras, o autor expressou o desejo de marcar fisicamente o opositor, talvez na expectativa de dobrá-lo à sua vontade. Desejo de apagar o outro, como se o espelho incomodasse demasiadamente, embora estivesse tolhido pelo aparato jurídico vigente. A encenação "nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados"[9]. Lançou o seu conflito na narrativa propondo aos espectadores construir a modernidade através da transformação dos destinos da cidade. O espaço e o tempo a ser ultrapassado se daria numa viagem de 50 anos

adiante no tempo, a partir daquele instante em 1909, com destino a um "Perigo Iminente". Este, embora dramatizado e metaforizado, coincidia com um cenário conhecido do cotidiano da elite: o bairro Cidade Nova (atual bairros de Tirol e Petrópolis), onde haviam construído suas grandes residências, sítios e chácara arborizadas.

> "E lembrei-me que, justamente na véspera ao chegar em casa, encontrara umas roseiras, que cultivava com muito carinho e esmero, inteiramente murchas e destroçadas pelas areias quentes que a ventania forte espalhara durante o dia. E, zás! Escrevi logo no alto da tira, em letras garrafais: PERIGO EMINENTE[10]".

Todos os presentes deviam ter suas casas invadidas pela areia. A cidade do Natal foi construída sobre dunas móveis, com morros que se deslocavam conforme a ação do vento e por essa razão ficou isolada do restante do Estado desde a sua fundação, durante quase trezentos anos, uma vez que não dispunha de conhecimentos técnicos para construir estradas sobre dunas. Restando à cidade apenas uma "picada" sobre o terreno úmido à margem do rio Potengi como a única ligação da capital com o interior, além do uso de embarcações que por ele circulavam[11]. A imagem aterradora de uma cidade coberta pela areia, podendo ser sepultada pelos morros situados em frente ao bairro da Cidade Nova, a exemplo do que ocorrera com Herculanum, Pompéia e São Pedro de Martinica, era o álibi para justificar sua ocupação com uma estrutura moderna.

A retenção parcial dos morros de areia no entorno da cidade vinha sendo tentada pela Intendência Municipal e por isso a região, onde foi projetado o bairro da Cidade Nova, era uma área abandonada pelo poder público e ocupada apenas por pequenas residências disposta desordenadamente. Quando da execução do plano da Cidade Nova em 1901, estas foram substituídas por "largas avenidas e ruas, cujo aspecto já é bastante agradável"[12], que, associando a outras medidas reguladoras, propunha a expansão da cidade como alternativa à tendência de concentração do centro urbano e de suas precárias condições de salubridade.

Anteriormente, em 07 de janeiro de 1902, o próprio Dantas já analisava o bairro da Cidade Nova em um editorial do jornal A República (um ano depois da criação da Cidade Nova):

> "Vê-se dessa resolução que o Governo Municipal compreendeu as vantagens e [o] futuro grandioso da Cidade Nova, como o bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que, neste século será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades mais importantes do mundo. (...). (...) o governo está empenhado (...) na construção de uma cidade que seja o futuro padrão da glória norte riograndense (...)".

Esta era a linha condutora da ação do poder público na cidade. Encantado pela crença no progresso, predominava o olhar de quem queria destruir mais rapidamente esse "passado em ruínas", não importando a tradição e a cidade que havia sido construída até aquele momento, sua cultura e seus lugares. Daí a expectativa que o autor demonstrou que o bairro se tornaria

> "um dos pontos mais atraentes da cidade, com seus cassinos e hotéis monumentais coroados de altos terraços, onde os aeroplanos vêm aterrar; as estações da estrada de ferro aérea que corre pela crista dos morros (...); as escadarias de mármore e de granito descendo para o mar e para a planície (...); as casas de campo dependuradas das encostas como ninhos; um misto de progresso e de poesia; a harmonia das coisas; o consórcio do passado e do futuro; (...)"[13].

Segundo Arendt[14], "as distorções destrutivas da tradição foram, todas elas, provocadas por homens que haviam tido a experiência de algo novo, que tentaram quase instantaneamente superar e resolver em algo velho". O modelo de cidade moderna que se queria construir, que exaltava o passado apenas para "assinalar o momento em que a época moderna estava prestes a transformar". Para Dantas, Natal já era "antiga e será eterna como o mundo, porque nasceu envolta pela lenda". Referiu-se à origem da cidade, que fora guiado por uma criança

que influiu na decisão de Jerônimo de Albuquerque de escolher aquele lugar, e a quem pôs o nome de Natal para lembrar o nascimento de Jesus. Referiu-se, também, à resistência dos índios que se guiavam por clarões e sons que vinham da floresta, "vozes estranhas que estrondeavam como trovões" e que desencadearam paixões indomáveis, envoltas pelo ódio, vingança e cobiça. Apesar disso, a cidade prosperou e chegou ao século XX como um oásis, como a Rainha das dunas que se fez vida. Vê-se na sua descrição a referência ao fato de que "gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã"[15]. Lá estava a cidade ideal, antes mesmo de existir.

Após a consolidação de sua origem, Dantas apostou na chegada à Modernidade, cujo processo parecia prever, ressaltando que a cidade estava preparada para enfrentá-la e, principalmente, ávida por experimentá-la. O primeiro passo seria o redirecionamento do futuro através da redução das distâncias com o "Mundo Civilizado", dotando-a de acessos, interligando-a com um sistema de transportes eficiente, por "tubos pneumáticos, aeroplanos, tramways e ascensores elétricos", por

> "trem da estrada de ferro transcontimental que, partindo de Londres, passa o canal da Mancha, percorre a Europa e o Norte da Ásia, atravessa o estreito de Behring, corta a América do Norte, galga o cimo dos Andes, desce pelos campos gerais de Mato Grosso e Goiás, segue o Vale do São Francisco, paira sobre a Cachoeira de Paulo Afonso – uma fantasmagoria através das luzes de miríades de lâmpadas elétricas – e vem terminar em Natal"[16].

A construção de um grande porto que resolveria definitivamente a questão do funcionamento ineficiente do existente. Acreditava-se que, superado este obstáculo, o comércio natalense importaria diretamente da Europa. A ligação com o mar, neste sentido, sempre se sobressaiu como a alternativa para a solução econômica da cidade e para a redenção do comércio local. O

mar era citado como a solução para que a cidade se transformasse numa cidade mundial. O imaginário local parecia acreditar que o isolamento era, de fato, o empecilho para o progresso da cidade e por isso, para tornar a sua proposta de cidade mais sedutora, Dantas propôs uma solução muito ousada e audaciosa para o porto.

> "(...) no vasto porto que se construirá anos antes adiante dos arrecifes, por meio de dois molhes gigantescos, partindo, um, da ponta do Morcego, outro da ponta de Genipabu, como dois braços enormes querendo apertar num amplexo hercúleo as ondas revoltas do mar alto (...)"[17].

A atividade do porto, a estação ferroviária transcontinental e a vinda de turistas transformariam a cidade em um centro industrial e comercial tocado pela "máquina do progresso". Cada bairro teria uma função, abrigaria uma camada específica da população, com a atividade potencialmente mais evidente a lhe caracterizar. Os novos bairros, onde o formigar de uma população cosmopolita, marinheiros e operários, restaurantes, cafés-concerto, "uma espécie de pandemônio onde se ostentassem os esplendores e as misérias da população"[18]. Os bairros comerciais apresentando o xadrez de ruas, alto comércio, estabelecimentos bancários, edifícios com vinte andares, onde "a cidade parece reclinada sob um dossel luminoso que às vezes se agita como ondas procelosas"[19]. Os bairros residenciais da aristocracia, a cidade artística, "onde a riqueza impressiona pelo luxo e o bom gosto das construções"[20] e os bairros operários, especialmente o bairro do Alecrim.

Como resposta antecipada aos críticos, previa que os bairros consolidados, Cidade Alta e Ribeira, seriam o palco das resistências entre o passado, o presente e o futuro, em que "o aborígene" se oporia "à invasão do progresso" e se tornaria "o dique de suas tradições", porém a cidade superaria se transformando a cada instante. O discurso revelou, enfim, as estratégias para a continuidade de uma legitimidade que começava a ser questionada. O recurso da

linguagem como persuasão da razão, uma idéia que, mesmo sendo uma fantasia de uma pessoa, traz contido a sedução da possibilidade de se tornar real.

O texto de Manoel Dantas, além de revelar as idéias do autor, também pode ser compreendido como uma manifestação da mentalidade que predominava entre a elite republicana de Natal.

> "Quando lá chegarmos, seremos velhos e a velhice, dizem uns, é a eterna matadora de ilusões. Para as senhoras, então, a velhice é um verdadeiro purgatório. Não penso assim. A mocidade tem o encanto da beleza, mas a velhice tem a majestade da sabedoria"[21].

A cidade bonita, promissora e redentora, lugar em que todos os negócios poderiam ser bem sucedidos. Uma proposta para um futuro melhor e um apelo para se apostasse no tempo, para que o otimismo deixasse de ser apenas uma ilusão.

---

[1] Para tratar de modernidade e modernização de cidades recorremos aos escritos de Walter Benjamin que considerou o conceito de "modernidade" como expressão da consciência do "novo" e das mudanças estéticas entre sucessivas gerações; e cuja expressão artística e intelectual, enquanto um projeto histórico, pode ser chamado "modernização", que, por sua vez, é contraditório, inacabado e mal resolvido. Benjamin, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas.* Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[2] Foi jornalista, político, advogado, juiz, educador e precursor dos estudos etnográficos e do folclore no estado do Rio Grande do Norte. Ocupou os cargos públicos como Inspetor de Instrução Pública, vice-governador (1904-1906), governador interino, Magistrado e professor. Foi editor do Jornal A República e fundou o Diário de Natal. Esta conferência foi proferida para 240 pessoas que pagaram para assistir suas previsões e fantasias em relação ao futuro da cidade do Natal.

[3] Lima, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas.* Natal: Cooperativa Cultural, Sebo Vermelho, 2000. p.51)

[4] Oliveira, Giovana Paiva de. *De Cidade a cidade: o processo de modernização de Natal – 1889/1913.* Natal/RN: EDUFRN, 2000.

[5] Dantas, Manoel. *Natal daqui a 50 anos.* Natal: Fundação José Augusto, 1996. p.43.

[6] O domínio da oligarquia dos Albuquerque Maranhãose encerra em 1913, no final do segundo período administrativo do governador Alberto Maranhão.

[7] Esta sua característica é muito realçada por autores que analisaram o seu texto, especialmente em Lima, 2000, *Op. Cit.* e Fernandes, Anchieta. *Fantasias e previsões de Brás Contente* - Prefácio de Dantas, 1996.

[8] Dantas, *Idem*, p.14.

[9] Foucault, *idem,* p.25.

[10] Dantas, *Idem*, 19.

[11] Cascudo, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal.* Natal: RN Econômico, 1999.

[12] Jornal *A República,* 14/01/1905, p.1.

[13] Dantas, *Idem,* p.21.

[14] Arendt, Hannah. *Entre o passado e o Futuro.* Coleção Debates, N. 64. São Paulo: Perspectiva, 2001. p.53-56.

[15] Foucault, *Idem,* p.18.

[16] Dantas, *Idem,* p.27.

[17] *Ibidem,* p.30.

[18] *Ibidem,* p.32.

[19] *Ibidem,* p.34.

[20] *Ibidem,* p.34.

[21] *Ibidem,* p.42.

OS SOLDADINHOS DA PÁTRIA: FORMAÇÃO E IDEOLOGIA DA JUVENTUDE INTEGRALISTA DO NORDESTE CATARINENSE - 1934-1937

Giovanny Noceti Viana - UFSC
grandeirmao2@yahoo.com.br

Minha pesquisa diz respeito à estruturação e ideologia da Juventude Integralista, organizada pela Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) em todo o Brasil. Meu estudo é focalizado no nordeste catarinense, área que apresentou uma das maiores concentrações de camisas-verdes do país, onde pude colher uma quantidade de recortes de jornais oficiais do movimento suficientes para traçar uma visão geral sobre a juventude pliniana naquele lugar – e porque não, em todo o Brasil, já que o integralismo, estatutariamente, exigia uma uniformização nacional de práticas e representações, que chegava à minúcia de padronizar o formato e o conteúdo dos jornais locais a fim de reproduzirem os mesmos conceitos em qualquer parte do território.

Os primeiros núcleos integralistas surgiram em Santa Catarina no ano de 1934, e desde o começo já se esboçava um cuidado especial com as crianças e jovens, como vemos nas notas convocatórias dos jornais Anauê de Joinville e Alvorada de Blumenau para a formação da Juventude Integralista, ou “plinianos” como também se costumava dizer. Ao mesmo tempo que convocavam, algumas peças de propaganda nos periódicos esboçavam uma imagem idealizada das crianças. Vemos, portanto, a sugestão de uma criança ao mesmo tempo pura de coração, mas também uma viril guerreira e um ser capaz de se sacrificar heroicamente pela pátria, contra seus inimigos – o comunismo e o liberalismo, ou qualquer outro que se opusesse ao movimento de Plínio Salgado. Essas imagens pareciam também sugerir um recado para um outro público: os adultos, na medida dos exemplos de heroísmo e de militância ideal, pura e apaixonada por parte da juventude.

O chamado “homem-integral”, um dos pilares da ideologia do sigma, seria o tipo ideal que habitaria um pretenso Estado integralista, e era o resultado da soma do homem aperfeiçoado moral, intelectual e fisicamente. O objetivo da A.I.B. era, não só nas instituições de juventude, mas também em toda sua obra educacional, formar o novo homem para o novo Estado. Para isso, os plinianos eram educados a partir dos preceitos de um escolanovismo filtrado por pensadores católicos e adaptados para a realidade do movimento. Como meio de ensino, os camisas-verdes adequaram o método escoteiro de Baden-Powell para os seus proveitos, promovendo uma instrução paralela às escolas, com excursões para o interior, acampamentos, exercícios físicos e, como não poderia faltar, doutrinação mais direta. Digo direta porque nessas outras atividades havia a preocupação em doutrinar de uma forma mais “amigável”, no estilo “aprender brincando” – típico da Escola Nova -, diferente de maçantes palestras e discursos.

O programa educacional visava, então, formar os novos militantes nos três aspectos do homem-integral: moral, intelectual e físico. A educação moral se dava a partir da vivência de situações práticas e conselhos dos superiores hierárquicos, e dizia respeito aos deveres para com Deus, para consigo e para com o próximo, como solidariedade, disciplina e educação sexual – esta com um sentido de “mal necessário”. A educação intelectual era dada em paralelo à formação escolar oficial, e poucas referências eu pude obter. Dentre elas foi a fundação da biblioteca, na nova sede da Juventude Integralista de Joinville, algumas publicações dos jovens nos jornais, palestras, e conhecimentos advindos da prática escoteira pliniana. A parte física era desenvolvida nas excursões, acampamentos, exercícios ao ar livre e nos salões espalhados pela área de colonização alemã. Por fim, o cultivo da disciplina amarraria todas essas três partes, culminando na formação final do jovem integralista para a vida e a militância, sujeitando seu corpo dócil – como afirmava Foucault - a uma ordem maior, que era a A.I.B.

A FEEVALE na Imprensa: Um olhar histórico

Gisele Becker* - PPG-PUCRS/FEEVALE
Rodrigo Perla Martins** - FEEVALE

Ao longo de seus 35 anos de existência, o Centro Universitário FEEVALE formou um acervo de registros referentes à Instituição na imprensa local. Através de projeto de trabalho com a memória da instituição a partir de 2003, o interesse pelo material, até então de difícil acesso ao público, se dá tanto no sentido do resgate da Memória e da História Instituição quanto no entendimento deste acervo como patrimônio da instituição. Após uma identificação, separação, limpeza e organização do material, partiu-se para a análise das fontes.

Para tanto, buscou-se embasamento no referencial teórico que discute a relação entre a História e a Imprensa, pautando a utilização da fonte jornalística no trabalho historiográfico. Considera-se, aqui, que o jornal não retrata fielmente a realidade em que está inserido, mas a representa através de diferentes olhares. Apesar de o jornal ter a proposta de publicar o fato real, ele não se constitui na verdade inquestionável, ainda que ofereça contribuições importantes à historiografia recente[1], pois pertence a um grupo com determinada visão de mundo ou objetivos implícitos. De acordo com Maria Helena Capelato,

> "A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção deste documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão produzidas em outras épocas."[2]

Neste sentido, salienta-se a importância do questionamento do conteúdo publicado, bem como o posicionamento tanto do escritor dos artigos dos periódicos quanto do próprio leitor, que recebe as mensagens. Atualmente, no campo de estudos da Comunicação Social, não mais se entende o público leitor como receptor passivo do

---

* Mestre em História do Brasil pela PUCRS e docente do Centro Universitário FEEVALE. Doutoranda em Comunicação Social pela PUCRS.
** Mestre em Ciência Política pela UFRGS e docente do Centro Universitário FEEVALE

conteúdo jornalístico, mas como ingrediente ativo no processo comunicacional.[3] De acordo com Juan José Saer,

> "... um escritor não pode se definir por um elemento exterior à práxis da escrita. O escritor é um homem que possui um discurso único, pessoal, e que não pode pretender, ao que me parece, assumir nenhum papel representativo. Um escritor só representa a si mesmo. (...) Os dados extra-artísticos, nacionalidade, extração social, 'espírito do tempo', influências culturais, etc., são completamente secundários. Os verdadeiros criadores só representam sua época se eles a contradizem.."[4]

Para a análise inicial do material, buscamos abordar a fase de implantação da Feevale, de forma a perceber a representação construída na imprensa, especialmente no Jornal NH, sobre a chegada do Ensino Superior na cidade. O NH é uma publicação do Grupo Editorial Sinos, que dispõe, entre seus princípios, o ideal da independência jornalística.[5] Fundado em 19 de março de 1960, circulou pela primeira vez em Novo Hamburgo como segundo veículo do Grupo Editorial Sinos, empresa jornalística fundada pelos irmãos nascidos em São Leopoldo Paulo Sérgio Gusmão e Mário Alberto Gusmão. Desde seu início pretendeu ajudar[6] a construir o desenvolvimento da região, que crescia principalmente impulsionada pela produção de calçados.

Em 1969, o jornal anunciava com entusiasmo a tão esperada chegada das "faculdades" para o ano de 1970, parecendo responder aos anseios da comunidade pelo desenvolvimento que o fato traria para a região e sinalizando para a necessidade da implantação do ensino superior no momento em que fora formada uma comissão encarregada do projeto, que contaria com o apoio da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul:

> "... todos os estudos realizados pela comissão que estará encabeçada, para a realização de uma Universidade, futuramente, em Novo Hamburgo, pelo professor Dioni Bado, do Instituto York, visam trazer todas as faculdades para acidade industrial, visto até o presente momento 2500 alunos se encontrarem nos bancos escolares do segundo ciclo, ansiosos para ingressar no superior."[7]

Já neste momento, o jornal assinala um dos pontos que seriam, mais tarde, característicos do Centro universitário FEEVALE: o princípio da integração com a

comunidade no qual está inserido. No mesmo artigo, ressalta-se a importância do comprometimento também da comunidade no projeto: "... de nada adiantará a preocupação da comissão do sr. Prefeito se o povo, elemento indispensável para o sucesso, não acolher a idéia."[8] A instituição foi então instalada imediatamente no antigo Colégio São Jacó, consolidando o Campus I.

Em 1970, a cidade de Novo Hamburgo recebeu a visita do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, que, entre outras visitas, conheceria as instalações da ainda recém-inaugurada FEEVALE. O jornal noticiou que não apenas a cidade de novo Hamburgo causara uma boa impressão, mas especialmente o direcionamento que o Ensino Superior tomava na região: "... em sua alocução, ressaltou sua satisfação em ver a orientação da diretriz geral de moral e civismo que nossas faculdades estão apresentando. Teve ocasião de ver o ensino tecnológico que está sendo dado, sem, no entanto, descurar o humanismo do aluno."[9] Os resultados positivos esperados são reforçados pelo jornal poucos dias depois, de acordo com a matéria intitulada *Ensino Superior já é uma realidade em Novo Hamburgo*:

> "... a instituição de um curso de nível superior em Novo Hamburgo foi, desde há muito, uma velha aspiração da população hamburguesa. Em 1969 este acalentado sonho transformou-se em realidade através da FEEVALE, mantida pela ASPEUR. Isso foi possível graças ao esforço e dedicação de um grupo de hamburguenses, que batalhou incansavelmente e que encontrou eco em seu trabalho junto à comunidade. Hoje, ao término do primeiro ano letivo, já se pode constatar o absoluto sucesso alcançado, visto ter preenchido uma lacuna que se fazia sentir na educação região, e que era da existência do ensino empresarial, voltado para as necessidades da região."[10]

Através da mesma reportagem, o direcionamento do projeto inicial, a organização da instituição e as atividades promovidas se constituem, pelo olhar do jornal NH, em um modelo a ser seguido por outros estabelecimentos de educação no país: "Apesar de ser este o seu primeiro ano de atividades, a Federação de Faculdades de Novo Hamburgo tem recebido pedidos de várias cidades brasileiras para enviar seus estatutos, regimento e estrutura interna, para a criação de novas federações nestas comunas. É uma

nova figura do ensino superior brasileiro, que tem em Novo Hamburgo o seu mais legítimo representante."[11]

A instalação do curso de Educação Física é vista com entusiasmo pelo NH, a partir do momento em que simbolizava o caráter inovador da instituição, que acompanharia o Centro Universitário em seus 35 anos de existência. Na reportagem intitulada "*Em agosto você poderá iniciar um curso diferente"*, o jornal anuncia a implantação do curso representando-a como mais uma batalha a ser vencida pela FEEVALE/ASPEUR, no intuito de suprir uma demanda da comunidade e de um potencial estudantil: "ASPEUR e FEEVALE em ritmo de Brasil Grande."[12] Se em 1972 a inovação é comemorada pelo jornal, pouco tempo antes a FEEVALE já é vista como "universidade do futuro": na reportagem "*O Ensino Superior definiu o futuro de Novo Hamburgo"*, o NH faz uma retomada do histórico deste grande esforço conjunto para acompanhar um desenvolvimento da região que se fazia presente e aos anseios da comunidade:

> "Não faz dois anos, a bem da verdade, que os primeiros estalos se fizeram sentir em homens que sabem o que querem e o que é necessário a uma cidade que cresce. Surgia, então, a idéia do ensino superior em Novo Hamburgo, até esta data privilégio daqueles com posses suficientes para se deslocarem São Leopoldo ou Porto Alegre. (...) todos os professores, de gabarito incontestável, provocaram nos acadêmicos pioneiros uma confiança indescritível, que iria repercutir, mais tarde, entre os interessados em freqüentar uma escola de nível superior. Atualmente, para a felicidade de toda uma coletividade, representada por mais de um milhão de habitantes (17 municípios), a FEEVALE conta com 500 acadêmicos, aproximadamente, por si só motivo de orgulho e simpatia."[13]

Em abril de 1971 o senador Tarso Dutra proferiu uma palestra no salão da ASPEUR, falando sobre Educação e Desenvolvimento, salientando o papel exercido pelo Vale do Sinos no crescimento da qualidade da educação brasileira. O NH dá grande destaque à cobertura do evento. A FEEVALE é vista, naquele momento, como um empreendimento que dá conta da grandeza de Novo Hamburgo no cenário nacional.[14] Já no início de 1972 o jornal ressalta que a Instituição é procurada não apenas pelos estudantes do Vale do Sinos, como de outras regiões do Estado, em função de seu caráter inovador: "sempre mais a FEEVALE avança certo em direção ao seu futuro de glórias e muitas alegrias."[15]

Com o crescimento do Centro Universitário, haveria necessidade de continuar fazendo investimentos, no sentido de suprir as necessidades da região: "... a criatura humana é sempre assim. Ou sonha e realiza e continua a sonhar, ou não sai nunca do terreno liso e chão das limitações do cotidiano."[16] Mas a euforia representada através do jornal NH em torno da criação e consolidação da FEEVALE não pode ser entendida isoladamente. A implantação da instituição também representa o investimento na área da Educação e a reforma universitária pretendida pelo próprio Regime Militar, em voga no período. A própria prefeitura municipal de Novo Hamburgo salienta suas vitórias neste sentido, colocando a cidade em um patamar de desenvolvimento com os olhos voltados para o futuro. Também do sucesso da FEEVALE parecia depender este futuro, conforme podemos ver em anúncio publicitário publicado em 1971:

Figura 1: Anúncio publicitário – Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo / RS

Fonte: **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 23 de junho de 1971.

O anúncio é representativo do momento histórico, onde percebemos uma convergência de interesses regionais e nacionais no quesito educação. No caso local há a determinação pela qualificação da mão-de-obra em função do crescimento do setor coureiro-calçadista. No caso nacional temos a internacionalização da economia brasileira,

projeto econômico do regime militar, onde o Brasil era considerado e tratado como o "país do futuro" ou "um país que vai para frente"[17]. Assim, um município-escola (com estabelecimentos que abrangiam do ensino primário até o superior), como cita o anúncio, estaria de acordo com o grande projeto nacional de então.

Percebe-se um crescimento nos índices educacionais no Brasil e no Mundo a partir do final da Segunda Guerra Mundial, mas especialmente a partir do final dos anos 60 até meados dos anos 70. De acordo com Boris Fausto, neste período "o nível educacional que mais cresceu foi a pós-graduação (31%), seguida do ensino universitário (12%)."[18] Houve um significativo investimento em escolas de educação básica, universidades públicas e aberturas de cursos superiores em entidades não-públicas. Esse contexto de investimento em educação e a formação de profissionais qualificados estaria coadunado com o projeto desenvolvimentista levado a frente pelo regime militar: na construção do "Brasil Grande Potência" a educação teria papel fundamental. É importante ainda salientar que, em um dos momentos considerados mais repressivos da história do país, sob a liderança de presidentes militares[19], o início dos anos 70 constitui o chamado *Milagre Brasileiro*[20], onde aconteceu um crescimento significativo do PIB e de desenvolvimento urbano e social do país.[21]

A consolidação da FEEVALE se deu nesse momento macro-histórico e, certamente, acompanhou as estatísticas de crescimento[22] no campo educacional apresentadas anteriormente. Para Fausto ainda "o crescimento do ensino superior privado pode ser apreendido quando se considera que em 1960 44% dos alunos de ensino superior estavam matriculados em instituições privadas. Esse número aumentou para 50% em 1970 e chegou a 65% em 1980."[23] A pretensa neutralidade da fonte aqui em foco dificilmente poderia ser alcançada em função do momento histórico vivido pela cidade e pelo país. A maneira como são representados os investimentos e a criação de uma entidade mantenedora de cursos superiores na cidade revelam uma possível opção política de convergência ao projeto nacional do veículo de comunicação: a representação que a cidade

tem de si como “a bem educada...” se alinha aos propósitos de apoio ao contexto nacional do período.

NOTAS

[1] Para Márcia Espig, “os jornais constituem-se em verdadeiros "arquivos do cotidiano". Segundo Zicman, ‘Com raríssimas exceções, para os historiadores o jornal é antes de tudo uma fonte onde se 'recupera' o fato histórico - uma ponte ou trampolim em direção à realidade - não havendo entretanto interesse por sua crítica interna.’” (ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, p.269-289, dezembro de 1998.)

[2] CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto / Edusp, 1998.

[3] Há maior atenção para os usos que os indivíduos fazem dos meios de comunicação.

[4] **Folha de São Paulo,** São Paulo, 8 de outubro de 2000, Caderno *Mais!,* p.12.

[5] é princípio do Grupo: “esta empresa jornalística é independente, tendo compromisso único com os leitores, na busca e divulgação dos fatos.”

[6] Conforme depoimento de Gusmão, na edição de 19/03/1960 “...estava dito do propósito de nossa empresa, de dar o apoio na divulgação do setor calçadista. Nós dizíamos que, que pela importância da indústria calçadista, ela teria que ser mais divulgada”. SCHEMES, Cláudia et all. **Memória do setor coureiro calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio do Sinos**. NH ; Feevale, 2005. pág. 124.

[7] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 09 de maio de 1969. No mesmo ano é fundada a ASPEUR.

[8] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 09 de maio de 1969. é corrente, em 1970, no NH, a veiculação da idéia de que a instalação da FEEVALE é uma grande vitória para a região: “a criação da Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo serviu para fortalecer o conceito que gozamos de a ‘Cidade Educação.’” (**Jornal NH**, 25 de novembro de 1970).

[9] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 23 de setembro de 1970.

[10] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 25 de novembro de 1970. Na mesma reportagem o jornal apresenta índices numéricos como argumento para evidenciar a consolidação da Instituição: “dos 288 alunos que iniciaram os estudos em março, apenas 53 desistiram (...), total este abaixo da média normal em escolas universitárias.” O jornal também evidencia que os vestibulares são procurados por moradores de todo o Estado.

[11] **Idem**.

[12] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 19 de janeiro de 1972.

[13] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 22 de abril de 1971, p.13. O jornal parabeniza o município pelo aniversário de sua emancipação política, associando a FEEVALE ao seu desenvolvimento: “ o progresso deverá ser uma constante nesta terra.” No mesmo mês o jornal já dizia que “Novo Hamburgo tem a Educação em 1° lugar.” (**Jornal NH**, Novo Hamburgo, 02 de abril de 1971, p.18)

[14] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 07 de abril de 1971, p.13.

[15] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 08 de fevereiro de 1972, p.07.

[16] **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 17 de março de 972, p.19.

[17] GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. SP : Cia das Letras, 2002.

[18] FAUSTO, Boris**. História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997, p.544.

[19]SKIDMORE, Thomas**. Brasil: de Castello a Tancredo**. RJ : Paz e Terra, 1988.

[20] O período do *Milagre* estendeu-se de 1969 a 1973, combinando um crescimento econômico com baixas taxas de inflação. Para Fausto, "o PIB cresceu na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%." Há ainda o aumento dos investimentos de capital estrangeiro no país na época, bem como a ampliação do credito ao consumidor, a expansão do comércio exterior e o crescimento da indústria automobilística. (FAUSTO, Boris. **Op. Cit**., p.485).

[21] COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. RJ : Record, 1999.

[22] Além do crescimento dos números da educação no Brasil de uma forma geral e a região de maneira particular, cabe salientar ainda que é possível estabelecer uma relação profunda entre o desevolvimentismo industrial do Vale do Sinos com o surgimento, consolidação e expansão da Feevale.

[23] Idem.

Assistência Médica no Brasil: especificidade e experiências.

Gisele Sanglard
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
sanglard@coc.fiocruz.br

O início dos anos 1920 é marcado, em termos de História da Medicina, por mudanças nas diretrizes da Saúde Pública com a Reforma da Saúde Pública (1919) levada a cabo por Carlos Chagas (1919-1926); pela criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP, 1919) e das dez Inspetorias sanitárias. É nesse período que o Estado passou a assumir a direção da questão da Assistência hospitalar, até então centralizada pelas ações da Irmandade da Misericórdia.

A especificidade desse momento está diretamente relacionada ao processo de mudanças pelo qual passava o atendimento à população carente, ou, dito uma outra forma, ao advento do Estado-providência, baseado sobretudo nas forças industriais e nos socorros médicos. Até o início do século XX a assistência médica no Rio de Janeiro estava ainda muito dependente das ações da Santa Casa da Misericórdia, e foi somente a partir dos anos 1920 que o Estado, através do DNSP, começou a organizar os hospitais e os socorros médicos aos pobres. Para melhor entender essas mudanças ocorridas na assistência médica e sua transferência da alçada religiosa para a esfera pública, convém caracterizar o modelo de socorro à pobreza desenvolvido no Brasil.

No mundo cristão, as instituições religiosas — igrejas, conventos e mosteiros — foram as responsáveis pela organização da assistência que visava, notadamente, o atendimento aos velhos, aos peregrinos, às parturientes, às crianças abandonadas e aos doentes. Assim, nas sociedades ocidentais o hospital representava a tradicional caridade cristã aos pobres.

Ao pensar sobre assistência médica no Brasil, a imagem que sobrevém quase que instantaneamente é a do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Tal associação explica-se

porque as ações pias de irmandades e ordens terceiras são inerentes à tradição portuguesa de assistência, desde o período medieval, e o império português reproduziu, em suas colônias, a assistência tanto médica quanto social (a órfãos, prisioneiros, doentes, loucos etc.), as quais se baseavam, sobretudo, nos trabalhos da Santa Casa da Misericórdia. Apesar de sua importância e hegemonia nas questões relativas à assistência em Portugal e no ultramar, não se pode esquecer que outras irmandades e também ordens terceiras mantinham, tanto na metrópole quanto na colônia, hospitais para a realização de suas obras de caridade, porém com acesso restrito aos irmãos e seus dependentes. Por seu duplo papel de hospital público e privado, no Brasil as Misericórdias se transformaram, ao longo da história, em sinônimo de socorro médico.

O século XIX traz modificações substanciais ao cotidiano e ao funcionamento do Hospital da Misericórdia. Até então o hospital mantinha um corpo restrito de funcionários e seu atendimento pouco o diferenciava dos hospitais tradicionais, depositários das misérias humanas: em suas enfermarias conviviam loucos, incuráveis, portadores de doenças contagiosas e expostos. A pouca distância ficava o Recolhimento das Órfãs, que ganhou espaço próprio ainda em 1743. Dentre as alterações percebidas há o questionamento do espaço do hospital, que passa a ser considerado insalubre; os melhoramentos empreendidos no hospital; e a criação da Faculdade de Medicina (1808), que se instalou em suas dependências.

As epidemias de febre amarela e cólera que assolaram a capital do Império a partir da década de 1850 também contribuíram para as mudanças na relação entre o Hospital da Santa Casa e as doenças. A necessidade de se criarem hospitais de isolamento para atender aos doentes considerados contagiosos obrigou o governo a assumir a construção e a administração desses espaços.

A convivência entre a Faculdade de Medicina e as sucessivas Mesas Diretoras da Irmandade da Misericórdia acaba por evidenciar um conflito maior entre duas práticas distintas: de um lado a caridade e de outro o ensino médico — este último representando a tentativa de medicalização do hospital. Tais práticas foram obrigadas a conviver no mesmo

espaço em face da ausência de outro hospital na capital do Império que pudesse abrigar as aulas práticas da Faculdade de Medicina.

A chegada das irmãs da Sociedade de São Vicente de Paulo, dedicada ao trabalho com os pobres, em 1852 reforçou, mesmo que simbolicamente, o papel do hospital como lugar de caridade, ao mesmo tempo que acirrou os conflitos com os médicos. Às freiras cabiam funções administrativas (supervisão de compras e co-administração) e de enfermagem (alimentação e cuidado com os doentes), e a elas era permitido o livre trânsito pelas enfermarias feminina e masculina. Também eram encarregadas da supervisão dos enfermeiros laicos e da animação da vida religiosa propriamente dita, tais como de missas, orações etc..

Se por um lado à presença das irmãs vicentinas pode ser reputado o aguçamento da feição caritativa do hospital, por outro a criação do Hospício Pedro II e a conseqüente separação entre loucos e doentes, a restrição à aceitação de portadores de moléstias contagiosas e dos considerados incuráveis podem ser computadas entre as vitórias dos médicos no processo de medicalização então em curso naquele estabelecimento. De todo modo, esse foi um processo longo, e o controle do hospital pelos médicos só se daria efetivamente, no Rio de Janeiro, na década de 1920, como se verá posteriormente.

Esse quadro pode ser estendido a outros países onde a administração dos hospitais não estava a cargo do corpo médico, o conflito entre este e os gestores leigos ou religiosos, a controlar e impor regras de funcionamento, se mostrava inevitável. Os confrontos podiam se dar entre médicos e freiras, no que se referia aos cuidados aos enfermos, ou mesmo entre médicos e administradores a respeito da função e do papel do hospital. O mesmo pode ser dito acerca da infra-estrutura do hospital, pautada no serviço das religiosas e de enfermeiros desqualificados. Contudo, essas dificuldades de relacionamento não impediam que a ordem médica – necessidades terapêuticas, função sanitária e médico-científica – se instalasse progressivamente no hospital. A disputa que contrapõe, de um lado, o hospital como lócus da ação da caridade e, de outro, o hospital como espaço da prática médica não foi característica apenas da Misericórdia do Rio de Janeiro. O Hôtel-Dieu de Paris, palco de

diversas transformações da medicina, só conseguiu afastar a presença da Igreja do seu cotidiano em 1908, quando as freiras agostinianas foram afastadas do hospital e do cuidado aos doentes. E em outras Misericórdias brasileiras, como as de Salvador, Porto Alegre e São Paulo, também houve tensão e atritos entre os médicos e a Igreja, esta representada tanto pela presença das freiras quanto pelas normas da irmandade.

A partir de 1870 as mudanças por que passavam a medicina e seu ensino no Velho Mundo repercutiram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro transformando-a, assim como a relação dos médicos com o hospital. Também surgiram outros espaços de cura como as casas de saúde e a Policlínica Geral, esta última criada em 1881, que recebiam parte da população não atendida pelos hospitais existentes e médicos formados pela Faculdade. Foi o período em que se consolidaram questões da prevenção e da cura, o tempo do higienismo, e as novas idéias trariam conseqüências também para o Brasil.

Apesar do desenvolvimento da prática médica, a Santa Casa da Misericórdia continuava a ser o único espaço aberto a todos, ainda que cada vez mais se tentassem restringir as 'doenças' admitidas em seu hospital. Vale lembrar que o prestígio da instituição refletia em seu corpo médico, o que contribuía para a permanência dos médicos em suas enfermarias. A ausência de outro espaço público de atuação e o prestígio agregado eram componentes do cenário que reunia assistência, prática médica e ensino nas dependências da Santa Casa.

As últimas décadas do século XIX foram decisivas para que o hospital se tornasse o lugar da terapêutica, ou seja, para que ele fosse efetivamente medicalizado, e as descobertas de Pasteur tiveram um papel importante nesse processo. A criação do Instituto Pasteur em 1888 mudou a relação da caridade com a medicina e também serviu de parâmetro para o surgimento de diversas instituições por todo o mundo ocidental. O Brasil e o Rio de Janeiro, em particular, não passaram alheios a tal movimento.

No caso específico do Rio de Janeiro, o processo de ruptura com o padrão da assistência médica herdado da colonização portuguesa começa a ser delineado com a Reforma da Saúde Pública de 1920, conduzida por Carlos Chagas, mas pode-se afirmar, no

entanto, que até o início do século XX, a assistência médica no Rio de Janeiro estava ainda muito dependente das ações da Santa Casa da Misericórdia e é somente a partir dos anos de 1920 que o Estado, através da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), começou a organizar a questão dos hospitais e dos socorros médicos aos pobres. Os primeiros sinais dessa dissensão entre a prática da assistência médica pautada nas ações caritativas e uma política de saúde pública, se dá, contudo, a partir do final do século XIX com a criação, em 1881, da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; e, em 1899, com a criação da Policlínica de Botafogo; para se corporificar na criação do Hospital São Francisco de Assis, em 1922, no âmbito da Reforma de Saúde Pública e se tornando o primeiro hospital geral mantido pelo governo no Distrito Federal.

Com forte influência da experiência austríaca, a Policlínica do Rio de Janeiro foi criada em dezembro de 1881 por iniciativa dos médicos João Pizarro Gabizzo, Antônio Loureiro de Sampaio e Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, tendo como beneméritos o imperador Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina; além de um grande número de doadores, responsáveis por sua fundação e manutenção. Essa instituição garantia o atendimento gratuito à população carente, mas tal qual a Sta. Casa da Misericórdia cobrava daqueles que podiam pagar. Entre seus objetivos sobressaía a preocupação com o ensino médico.

Ainda no final do século XIX, em 1899, é criada a Policlínica de Botafogo, pelo médico Luiz Barbosa, tendo iniciado seus atendimentos em junho de 1900. Sua marca mais forte era a atuação paroquial, restrita aos moradores de Botafogo e adjacências. Instituição privada, ela era mantida por seus protetores, todos domiciliados em Botafogo. Seus principais benfeitores eram o conselheiro Catta-Preta; Eugenio Jose de Almeida; Eduardo P. Guinle; Candido Gaffrée; senador Antonio Azeredo e John Gregory.

Assim, na organização político-religiosa do Brasil colonial e imperial, a caridade e a assistência estiveram baseadas nas ações de instituições leigas de devoção — afinal, uma das características das irmandades e ordens terceiras era a sua reunião em torno da devoção a um determinado santo —, não existindo muito espaço para as ações individuais, tal como ocorreu no mundo anglo-saxão. Chama-se a atenção para a mística que cercava

os donativos e legados feitos às irmandades, notadamente à Misericórdia, a ponto de essas práticas se tornarem uma das marcas da vida religiosa do Brasil na virada do século XIX para o século XX.

Quanto à prática médica, o século XIX distinguiu-se pelo processo de medicalização do hospital, que aos poucos foi se transformando em espaço de terapêutica em detrimento da caridade. No Brasil tal processo esteve intimamente ligado à criação das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a todas as transformações do ensino médico e ao seu impacto no cotidiano hospitalar das Misericórdias dessas duas cidades. Na França, como foi salientado, a questão da assistência modificou-se gradualmente após a segunda metade do século XIX, por um lado com o surgimento do mutualismo e, por outro, devido a inovações técnicas da medicina, encontrando seu ápice nas descobertas de Pasteur e na criação do instituto que leva seu nome.

Esse cenário de mudanças atingiria a área da assistência, no Brasil. As ações das irmandades e ordens terceiras modificaram-se no decorrer do século XIX, e a segunda metade do Oitocentos viu surgir caixas de socorro e previdência, como a Caixa Econômica, criada por decreto governamental em 1861, e o Monte Pio dos Servidores, ambos de caráter previdenciário. Também foram formadas instituições cuja principal função era afirmar o papel da medicina na melhoria das condições de vida da população, a exemplo da Policlínica Geral do Rio de Janeiro e dos pequenos Institutos Pasteur nas capitais brasileiras. E certamente a criação de órgãos públicos como os Institutos Bacteriológico e Butantan, em São Paulo, e o Instituto Soroterápico Federal, no Rio de Janeiro, podem ser considerados ao mesmo tempo *indício* de uma nova mentalidade médico-assintencial a se constituir no país, na qual a medicina passa a ser vista como instrumento de melhoria das condições de vida, e *resultado* de um processo, em que a terapêutica suplanta a caridade na gestão hospitalar.

Quando, na década de 1920, o industrial carioca Guilherme Guinle surge como filantropo da saúde pública no Brasil, o discurso médico que interpreta a medicina como um dos instrumentos de regeneração do pobre encontrava-se no auge. Esse discurso pode ser

percebido na construção do Hospital Gaffrée e Guinle (1924-1927) e do Hospital do Câncer (1927-1934) por Guilherme Guinle, onde a política de combate à sífilis e ao câncer, implementadas a partir da Reforma da Saúde Pública de 1920 e das diretrizes da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas criada nessa época, eram parte integrante desses hospitais. Eles são, antes de tudo, o investimento do industrial em um determinado projeto de Saúde Pública e de valorização do homem brasileiro – a garantia do futuro da nação.

As mensagens presidenciais vêm chamando atenção para a precária situação hospitalar da capital republicana, sobretudo para a insuficiência de hospitais gerais e no relatório de 1922 do DNSP, Carlos Chagas fala na criação de hospitais regionais. No âmbito das discussões na Câmara dos Deputados acerca da Reforma da Saúde Pública, Carlos Chagas ressalta a deficiência da rede de assistência médico-hospitalar no país tanto no que tange às exigências modernas da higiene para os hospitais de isolamento; como para o atendimento das *nosologias habituais*, onde a falta de leitos é crítica recorrente.

Como foi salientado anteriormente, a criação do Hospital São Francisco de Assis, em 1922, sob alçado do DNSP marca o início da presença do governo federal na gestão da Assistência Médica. A construção dos dois hospitais por Guilherme Guinle poucos anos depois, cuja gestão estaria a cargo do governo federal e seus projetos têm vinculação direta com as diretrizes da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas – sem contar que o inspetor-chefe, Eduardo Rabello e seus discípulos estavam presentes tanto na Inspetoria quanto no Hospital Gaffrée e Guinle, reforçando os laços entre a política de Saúde Pública e sua construção. Esses dois empreendimentos sinalizam também uma ruptura com a tradição luso-brasileira de assistência hospitalar, conforme descrito ao longo do trabalho, na medida em que abrem novos espaços de cura desvinculados da alçada religiosa e diretamente vinculados às políticas públicas que estavam sendo implementadas.

O Hospital Gaffrée e Guinle permite-nos perceber bem esta transição: sua construção começa em 1924, ano em que é indicado seu primeiro diretor a quem caberia também dirigir os trabalhos dos 12 ambulatórios anti-venéreos que estavam sendo também

erguidos em diversos pontos da cidade e cujo funcionamento foi bem anterior à inauguração do hospital, em novembro de 1927. Para Eduardo Rabello, o Hospital Gaffrée e Guinle e seus ambulatórios anti-venéreos, deixará o Distrito Federal em uma posição ímpar no combate à sífilis e às doenças venéreas de um modo geral. O hospital previa um atendimento especial às itas 'contagiantes' que tinham atendimento especial e separado do restante do hospital, marcando a política posta em prática de atendimento e não de controle das prostitutas. Assim, a construção desse complexo de assistência médica foi muito mais do que uma ação filantrópica, mas um apoio irrestrito à uma determinada política de saúde pública que estava sendo posta em prática naquele momento por Carlos Chagas, diretor do DNSP e do Instituto de Manguinhos.

O maior indicativo de mudança na política pública voltada à assistência hospitalar será dado com a criação, em 1926, da Assistência Hospitalar, órgão autônomo ao DNSP e que tinha por incumbência a gestão dos hospitais S. Francisco de Assis e Pedro II, bem como a fiscalização dos demais estabelecimentos hospitalares da capital. Sua direção foi entregue a João Marinho, professor da Faculdade de Medicina. O órgão contava com um Conselho Hospitalar, formado por Ataulfo de Paiva, Carlos Chagas, Guilherme Guinle, Clementino Fraga, Abreu Fialho e Miguel de Carvalho. Cabia-lhes o assessoramento ao diretor da Assistência no que tangia ao projeto mais ambicioso do órgão: a construção de um hospital para a Faculdade de Medicina, com capacidade para atender 1200 pessoas e que certamente minoraria a carência de leitos no Distrito Federal.

Contudo, foi somente na gestão de Pedro Ernesto na prefeitura do Distrito Federal (1931-1936) que se percebe com mais força a presença do governo na direção das questões relativas à Assistência hospitalar, cujos primeiros investimentos remontam a década de 1920. Enfim, os anos 20 marcam a passagem da Assistência Hospitalar no Brasil da alçada da Igreja Católica para a do Estado, tal como ocorreu nos países de tradição Católica.

TRAÇOS DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE LUZIA: UMA LÍDER DO MST-TO[1]

Gislaine da Nóbrega Chaves[2] - UFT

No dia 17 de abril de 2004, entrevistamos Luzia[3], no Projeto de Assentamento Alecrim, que nos revelou aspectos dramáticos, circunstanciais e íntimos de sua vida. Relembrou momentos de sua infância, adolescência, e vida adulta marcados pela experiência da fome, do trabalho, do desemprego, de sua inserção no Movimento Sem Terra - MST, e da solidão das lideranças, denominadas, por ela, de "Guerreiros Solitários". Afirma não ter tido oportunidade de ser professora, de freqüentar uma faculdade, mas acredita que ainda terá chance de fazer isso. Um dos seus sonhos consiste em recuperar o tempo perdido.

Uma vida traz consigo as marcas identitárias e sócio-históricas de seu tempo, constituindo-se enquanto terreno pantanoso, onde nada é fixo, inflexível e imutável. O tempo vivido por Luzia não é mais aquele em que as mulheres viviam à sombra de seus maridos; não é aquele vivido por Elizabeth Teixeira ou Margarida Maria Alves[4]. O tempo de Luzia aproxima-se do tempo vivido por Diolinda, cujas mulheres no campo enfrentam, juntamente com seus companheiros, os sabores e dissabores da luta pela terra e sua permanência nela. Para isso contribuiu o movimento feminista em lutas que romperam os limites da ação das mulheres rumo à conquista de sua cidadania, no campo e na cidade[5].

A história de vida de Luzia revela aprendizagens voltadas para o saber escutar, saber sentir e agir[6]; saberes de uma cultura apoiada em princípios éticos e morais de "solidariedade" e honestidade. Revela também as amarras de uma formação religiosa conservadora que supervalorizou a virgindade e a unidade familiar em torno do modelo idealizado de família nuclear burguesa trazida da Europa para o Brasil.

Todavia, a narrativa de nossa colaboradora demonstra que embora tenha seguido os padrões sociais tradicionais, "...casando conforme manda o figurino...", acaba por romper com o modelo nuclear burguês quando se separa do marido e cria os filhos e filhas,

inserindo-se no modelo familiar matrifocal[7]. Ela manteve, portanto, o núcleo familiar mesmo com a saída do homem, por meio de uma educação dialógica[8], e com projetos coletivos partilhados com sua prole.

Conforme ela mesma afirma, quando passou a fazer parte do MST-TO suas condições econômicas foram modificadas, conseguindo se manter juntamente com sua família, tendo, portanto, uma qualidade de vida significativamente melhor. Por possuir determinadas características condizentes com o perfil de líder proposto pelo MST, passou então a ocupar certas funções na coordenação estadual. Todavia, quando assumiu o cargo de presidente da associação afastou-se do MST-TO para conduzir os trabalhos comunitários. Vale destacar que já houve uma crise de liderança na gestão anterior e, quando Luzia assumiu a presidência, sua intenção era de revitalizar a gestão da associação. Entretanto, no período em que realizamos a pesquisa, em momento algum nossa colaboradora organizou ou fez funcionar uma assembléia no assentamento.

Em conversa informal, uma das lideranças informou-nos da crise quase generalizada que assola as áreas de assentamento sob a orientação do MST-TO. Esse fato não é algo particular às associações orientadas pelo MST-TO, pois, no Estado da Paraíba, Ieno Neto observou em algumas áreas essa realidade recorrente, acrescentando que, muitas vezes, o trabalhador rural quando assume a gestão, por conhecer apenas uma forma vertical de poder, inspirada no modelo patrão/empregado, acaba por reproduzi-la nas áreas de assentamento[9]. Ressaltamos, no entanto, que a tendência encontrada na gestão de Luzia apresenta-se mais frouxa, aproximando-se do modelo populista de governar.

Reforçamos que as lideranças do MST-TO estão sendo formadas e em processo de transição – de ruptura/continuidade com certos elementos da cultura burguesa. Por isso, vulnerável aos apelos e seduções do poder local. Conforme Freire, o processo de libertação do sujeito é também um processo de auto-libertação e esta ocorre pela via da cultura[10]. O que demonstra também que determinadas questões, relacionadas à concepção de uma sociedade democrática, não foram atingidas em sua plenitude pelo movimento, e somente o movimento da história poderá nos fornecer elementos para uma análise aprofundada.

Além disso, talvez o projeto das lideranças que já tiveram seu processo de formação consolidado, não seja realmente o de Luzia, que se encontra dividida entre melhorar as condições sócio-econômicas da família, com o possível ingresso de um dos filhos na profissão de jogador de futebol, e "servir a causa do povo do assentamento".

Não se deve negar da história o episódico e o circunstancial. A história familiar de Luzia, cuja infância e adolescência foram marcadas pela doença do pai e pelo trabalho, demonstra isso. O engajamento desde cedo no trabalho apresenta-se também como continuidade histórica, cabendo-nos questionar: quantas crianças e adolescentes de condição social menos abastada não têm que trabalhar para auxiliar no sustento de suas famílias? Quantas não foram interditadas de freqüentar a escola? E o que dizer do trabalho infantil, cuja extinção constitui um desafio para os poderes públicos do país, bem como para as organizações não governamentais e para os Movimentos Sociais?

A infância e adolescência de Luzia, marcadas pela fatalidade e pelo trabalho, sem oportunidades para o estudo, para o lúdico ou lazer nos revela, que, se considerarmos o fator geracional, há uma possibilidade de descontinuidade na história dos filhos e filhas dos trabalhadores rurais atualmente. Isto é, a mentalidade dos pais e mães, no campo, já não é a mesma – há um reconhecimento das famílias, quanto ao papel da escola na formação de seus filhos e filhas. Além disso, existe uma luta dos movimentos sociais no campo, pelo acesso e qualidade nas escolas rurais, bem como pela Reforma Agrária, que abriga em si espaço para uma melhoria na qualidade de vida desses sujeitos.

No Projeto de Assentamento Alecrim – TO, a qualidade de vida das crianças e adolescentes tende a mudar, pois se seus pais e mães, outrora ocuparam seu tempo e suas vidas com o subemprego nas cidades, ou como peões nas fazendas do norte goiano, atualmente tornaram-se pequenos proprietários, e, por meio do processo de Reforma Agrária, com possibilidade de alimentar melhor sua prole.

O modelo familiar idealizado, o nuclear burguês, permeia o discurso de nossa colaboradora, e ela ressente-se de não ter podido sustentar esse modelo. A sua família vivida – a matrifocal – foi formada por ela e seus quatro filhos, sem a presença masculina.

Talvez ela desejasse os poderes presentes no domínio do espaço privado, advindos do cuidado com os filhos, e da assunção do papel de chefe de família. Percebe-se a sutileza dessa subjetividade quando a nossa colaboradora menciona não ter se unido, novamente, a outro homem "para que seus filhos não fossem maltratados".

A família constituída por Luzia parece romper com a hierarquia presente no modelo nuclear burguês quer entre homem/mulher, quer entre filhos. Ela afirma sentir solidão pelo fato de parte dos filhos terem casado, mas está feliz por poder trabalhar para o povo, estendendo os "cuidados de mãe" ao trabalho com a comunidade.

Revela também que no ambiente familiar sempre gostou de escutar e conversar com as pessoas mais velhas, para ter conhecimento das histórias e vivências dos indivíduos. Ela reflete sobre sua história de vida e considera que isso a ajudou a "abrir caminho" no MST para conhecer, aprender a ler e ter mais conhecimento sobre a cultura.

As aprendizagens adquiridas por meio dos papéis de filha, esposa e mãe, inspirada na pedagogia do cuidado com os irmãos, filhos e marido é estendida à comunidade. Sua família a ensinou a ser "solidária", honesta e a confiar nas pessoas. As aprendizagens relacionadas à solidariedade, segundo nossa colaboradora, foram ensinadas pelo pai que em estado de doença, acreditamos, deve ter permanecido mais tempo no espaço doméstico que a mãe de Luzia, e com a incumbência de cuidar dos filhos. Nesse caso, a fatalidade pode ter provocado uma *situação de excepcionalidade*, contribuindo para uma inversão de papéis[11].

A narrativa de Luzia sugere que a família pode se tornar um importante *lócus* de discussão e aprendizagens que contribua para a mudança na história de vida dos sujeitos nas áreas de assentamento. A família liderada por ela constitui o avesso à formação familiar tradicional e nuclear, modelo composto por pai, mãe e filhos. Com o advento da modernidade, a família adquiriu nova configuração e papel; vivenciamos um novo momento sócio-histórico – o das famílias complexas composta por pai e filhos, mãe e filhos, avós e netos, tios e sobrinhos, casais homoafetivos...etc.

Noutro momento, afirma ser “Mãe, Irmã e Filha” no interior do assentamento. Ela se sente “Mãe” de todos, não sabendo classificar se isso é paternalismo. As pessoas a procuram nas mais diversas situações - questões relacionadas à associação, saúde, religiosidade ...- e são por ela atendidas. Assim, difunde-se o mito da grande mãe, constituindo-se em um viés paternalista que não condiz com a ideologia disseminada pelo MST-TO.

Os vários papéis sociais da liderança feminina e as aprendizagens obtidas na educação informal (familiar) convergem para a formação da identidade sem-terra, demarcando também territorialidades[12] numa geografia do afeto pelo lugar[13], pela terra e pelo MST. Sendo assim, Luzia afirma ter adquirido mais conhecimentos por meio das místicas do movimento do qual ela muito se orgulha de ter participado, desejando a ele retornar quando deixar a presidência da associação.

Afirma também o desejo de socializar o que aprendeu, disseminando os saberes aprendidos para outras áreas de acampamento e assentamento do MST. Ela reafirma sua paixão pelo Movimento em várias passagens da entrevista, reforçando a questão da territorialidade quando diz que não pretende deixar o assentamento, pois foi onde encontrou vida digna para si e seus filhos. Para ela, o assentamento e o movimento constituem o seu “lugar de ficar”.

Luzia afirma ser uma pessoa feliz. Boa parte dos filhos já estão casados, e dentre eles, um sonha em ser jogador de futebol. Nisso, ela confessa que irá ajudá-lo para ver se a vida da família melhora. Esse dado revela o desejo de elevar o nível econômico da família. Nesse momento de sua vida, considera-se bonita, afirmando que o pai era negro, que ela é negra e se orgulha disso; acha a sua cor muito bonita e nunca teve dificuldades em assumi-la, destacando o aspecto étnico de sua identidade para além da face sem-terra.

A família, em sua diversidade histórica e cultural, apresenta-se como campo de possibilidades para a reflexão e o diálogo – alguns dos espaços propícios à mudança de mentalidade quando se inicia o exercício de escuta, que é bem mais do que simplesmente saber ouvir, mas problematizar a realidade na qual os indivíduos estão inseridos[14]. Na

família que Luzia constituiu, percebemos a distância entre o modelo nuclear burguês de família e a realidade enfrentada por ela e os filhos diante das adversidades econômicas e sociais da época.

Para Luzia, sua história de vida pode ser demarcada entre o antes e depois de seu ingresso no MST-TO. Ela se orgulha de ter participado do movimento e deseja retornar a ele, em função das oportunidades que este agente social e pedagógico assume quando falta o Estado que, agindo com descaso diante de demandas sociais, acaba por constituir-se enquanto agente de violência contra as populações do campo e da cidade.

Luzia traz em sua educação informal as marcas da tradição e da inovação – mesclando religiosidade popular, valores como virgindade, honestidade, "solidariedade", confiança no outro, unidade familiar com as aprendizagens disseminadas pelo MST-TO como, por exemplo, a auto-avaliação, a aceitação do outro e a busca do acerto. Confessa ser meio estourada e agressiva, que compreende essas características como parte da natureza humana, mas procura controlá-las, demonstrando, assim, a busca de equilíbrio emocional – aspecto da subjetividade dos sujeitos trabalhados nos processos de formação desencadeados pelos movimentos populares.

Uma novidade histórica nessa área de assentamento é justamente o fato de que, ao contrário do que poderíamos imaginar, na zona rural, espaço de influência de uma cultura patriarcal arraigada, está havendo uma tendência à mudança nos valores tradicionais, e a mulher tem ocupado os espaços da esfera de domínio público, atuando como presidente de associação, conselheira fiscal, coordenadora de núcleos de família, de setores, da coordenação estadual, nacional etc. Sendo assim, o MST miniminiza desigualdades no assentamento, ao educar incluindo mulheres em funções antes ocupadas, exclusivamente, por homens.

Ademais, alguns contrapostos foram identificados, a partir da história de vida de Luzia: o primeiro apontou para uma ruptura entre o modelo de família nuclear burguesa e a realidade vivida por muitas famílias de baixa renda no Brasil, que, historicamente, não conseguiram se enquadrar nesse modelo. O segundo apontou para a organização familiar

das lideranças – variável em sua composição, mas ensejando relações de gênero que tendem à horizontalização. O terceiro contraponto relaciona-se à distância existente ente a história de vida de Luzia e o cotidiano vivido pelas famílias assentadas no PA Alecrim, em sua maioria, formadas pelo padrão pai, mãe, filhos e/ou filhas, mas tendendo a inverter o modelo patriarcal de família.

Historicamente, não se pode falar em um tipo de família, mas na categoria família como um termo no plural, considerando-se a diversidade espacial e temporal em que elas se constituíram. Essa multiplicidade cultural de ser e de viver família pode ser observada por meio das variadas formas de organização familiar que existiram, existem, surgem e ressurgem em função de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais nas sociedades. Além disso, as formas de ser e viver são plurais, podendo homens e mulheres viverem também sozinhos, sem, necessariamente, constituírem família.

Ariès, recorrendo a uma iconografia de época, situa o surgimento do sentimento de família na Europa, por volta do século XVI, quando a família começa a se desenvolver centrada na figura do pai e mais frouxa no que concerne à interferência da comunidade em assuntos domésticos, especialmente entre as famílias mais abastadas[15]. Por volta do século XVIII, essa noção de vida particular alastrou-se, tendo sido a família contemporânea influenciada por esse sentimento de família inspirado no modelo europeu[16].

A categoria família pode ser conceituada como "...un grupo social que cohabita en un mismo espacio y tiene por objetivos comunes la cooperación económica y la reproducción..." (SIMONIAN, 2003, p. 397)[17]. Esse conceito aproxima-se da realidade vivida no campo em que o grupo familiar funciona como um sustentáculo de seus membros, da comunidade e do próprio movimento do qual fazem parte como grande família sem-terra. No seu sentido subjetivo, transcende os laços de sangue. Isto é, pode ser compreendida como um coletivo/comunidade no enfrentamento das lutas cotidianas[18].

Enfim, por meio da história de Luzia pudemos enxergar rupturas e permanências, continuidades e descontinuidades nos jeitos de ser e viver família no meio rural. Outrossim, ressaltamos a relevância da categoria gênero e família para os estudos no campo da

história, no que tange aos aspectos conceituais e metodológicos, pois traz à tona aspectos relacionais e identitários do gênero enquanto construção social. Ademais, no que tange aos novos objetos de estudo, amplia o "olhar" do historiador, ao propiciar a relação de temas voltados para a *"micro-história"* com o contexto social, econômico, político e cultural dos indivíduos[19].

---

[1] Síntese de alguns resultados de relatório de pesquisa orientado na Universidade Federal do Tocantins-UFT, durante o período 2003-2004, com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC. Orientado: Diêgo Araújo Silva.

[2] Professora da Universidade Federal do Tocantins-UFT, Curso de História, *Campus* de Araguaína-TO.

[3] O nome de nossa colaboradora e do Projeto de Assentamento, presentes neste texto, são fictícios.

[4] As duas primeiras se destacaram na luta pela terra, atuando, respectivamente, na década de 60 e 80, na Paraíba, junto ao sindicato dos trabalhadores rurais, após a morte de seus maridos. A primeira, viúva de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas e protagonista do documentário "Cabra marcado para morrer". A segunda foi assassinada à mando de latifundiários na cidade de Alagoa Grande, interior da Paraíba. Já a terceira, na década de 90, atua com seu companheiro José Rainha em prol da Reforma Agrária.

[5] NOVAES, R.R. (2002). **Três mulheres de luta: notas sobre o campesinato e Reforma Agrária no Brasil**. In: CHEVITARESE, A . L. (org). O Campesinato na História. Rio de Janeiro: FAPERJ, pp. 233-241.

[6] SALES, I. C. (1998). **Educação Popular**: uma perspectiva, uma forma de atuar. Pernambuco. (Mimeo)

[7] Para Szymansky (2003) "...aquele que se organiza em torno da mulher quando não há um companheiro, mas assume uma forma patriarcal quando há...".

[8] FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[9] IENO NETO, Genaro; BAMAT, Thomas (Coord.) (1998). **Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB.

[10] FREIRE, P. (1987). Op. cit.

[11] MIELE, Neide; GUIMARÃES, Flávia Maia (1998). **As Mulheres nos Assentamentos Rurais:** o antes e o depois. In: Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba. Org. Thomas Bamat e Genaro Ieno Neto. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPb.

[12] CARLOS, A. F. A. (1996). **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec.

[13] SILVA, E. (2004). **O Espaço Vivido e as Territorialidades**: por uma geografia do afeto. Universidade Federal do Tocantins, UFT. Araguaína. (Mimeo)

[14] FREIRE, P. (1987).Op. cit.

[15] ARIÈS, P. (1978). **História Social da Criança e da Família.** Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

[16] Poster (1979 apud SZYMANSKI, 2003).

[17] SIMONIAN, L.T.L. (2003). **Reflexiones sobre la familia en la frontera amazónica:** Idealizaciones, Contradicciones y tendencias actuales. *In:* FAMILIA, GÉNERO Y ANTROPOLOGÍA. DESAFÍOS Y TRANSFORMACIONES, Bogotá: Patricia Tovar Rojas Editora.

[18] CALDART, R. S. (2000) **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Rio de Janeiro: Vozes.

[19] SCOTT, J. (1990). **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. EDUCAÇÃO E REALIDADE, Porto Alegre, 16 (2):5-22, jul./dez.

URBANISMO NO SÉCULO XIX: O PLANO DO ENGENHEIRO DOTT PARA A CIDADE JUIZ DE FORA (MG), 1860.

Giuliano Orsi Marques de Carvalho – PPG-PUCCAMP

A formação da cidade

A povoação que deu origem à Juiz de Fora, inicialmente denominada Paraibuna, não surge diretamente em decorrência da mineração do ouro, mas como passagem de estradas que levavam à região aurífera: Caminho Novo (início do século XVIII), Estrada do Paraibuna (década de 1830) e, por fim, Estrada União e Indústria (meados do século XIX). Todas as três construções atravessavam a Zona da Mata Mineira e desta forma, permitiram a circulação e o estabelecimento de pessoas na região.

O surgimento do arraial ocorre diretamente à abertura da Estrada do Paraibuna, por Henrique Halfeld[1], em substituição ao antigo Caminho Novo. A Halfeld é dada à honra de ser o principal fundador da localidade porque, se não traçou suas ruas, projetou e construiu a estrada que se consolidou como a principal via da cidade. [2]

A partir de então, o arraial progrediu rapidamente. Foi elevado à vila em 1850, com o nome de Santo Antônio do Paraibuna e à Cidade do Paraibuna, em 1856. De ano para ano, o lugar rapidamente urbanizava-se: novas ruas eram abertas, novos serviços eram reivindicados, a população (inclusive a de estrangeiros) e as rendas municipais também aumentavam consideravelmente.

Mariano Procópio e a Estrada União e Indústria

Em 1852, Mariano Procópio Ferreira Lage, depois de empreender uma viagem de estudos pela Europa e Estados Unidos, deliberou construir uma estrada bem mais moderna do que a do Paraibuna, com o propósito de encurtar a viagem entre a Corte e a Província de Minas Gerais. Para isso, pleiteou e obteve do Governo Imperial a sua concessão. [3]

Ao iniciar as obras da União e Indústria, Procópio estabelece na vila do Paraibuna a Colônia Dom Pedro II, em 1858. Dois anos depois, a colônia já contava com mais de mil pessoas, principalmente alemães, portugueses e austríacos tiroleses. [4] Tal empreendimento

foi responsável pelo surto de progresso que a nova estrada lhe deu, transformando simples arraial numa vila para a qual se voltavam as atenções do governo.

Em 1861, a estrada era inaugurada: Procópio aproveitou para a União e Indústria grande parte da Estrada do Paraibuna (assim como Halfeld tirou proveito de vários trechos do Caminho Novo). Com ampliações e uso de novas técnicas, transformou-a de fato, numa das melhores estradas do país. Com relação ao núcleo urbano, diferente da construção de Halfeld, a nova estrada não mais cruzava o centro da cidade, apenas o tangenciava.

Depois de enfrentar vários desentendimentos com a Câmara Municipal em virtude deste desvio viário, Procópio passa a colaborar com a administração municipal, tendo sido a ele por vezes solicitados, além de outros favores, engenheiros de sua empresa para orientar obras que o município reclamava e cuja realização dependia de planos previamente traçados.

O empresário também foi o fundador da "Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna", em 1855. No entanto, tal sociedade teve pouca duração e não há registro algum de seus feitos e propostas.

O Plano Dott

É no bojo dessas transformações urbanas, principalmente viárias, que a Câmara Municipal da recém-elevada cidade do Paraibuna contrata o engenheiro Gustavo Dott, para que confeccione uma planta cadastral da cidade. Somam-se a isto, as fortes epidemias da década anterior que elevaram a teoria miasmática a um patamar de forte reverência.

Desta forma, novas formas de convivência começam a ser introduzidas pelos agentes públicos, respaldadas pela cultura urbanística que começava a ser introduzida como ciência também nas regiões mais longínquas do país, através de não somente obras públicas, mas também por leis e códigos de posturas, objetivando a construção de uma nova ordem urbana.

Para isto, sem dúvida, a repercussão entorno da paradigmática reforma de Paris (1854-70)[5], principalmente pelo caráter simbólico e retórico que assume a capital francesa ao apresentar-se através da monumentalização do espaço urbano, foi responsável pela

difusão das idéias derivadas da cultura iluminista que começavam a desembarcar aqui no país, mas que já estavam consolidadas há décadas na Europa desde fins do século XVIII – tanto aquela que destacava a dimensão estética, apresentada na obra Marc-Antoine Laugier; quanto a que prioriza questões médicas e de saneamento, sistematizadas por Pierre Patte[6].

Em Juiz de Fora (nome atual da cidade desde 1865), o debate sobre as intervenções urbanas, travado entre poder público (Câmara Municipal) e sociedade local, confirmam que a cidade brasileira do período do Império – Juiz de Fora se constituiu e floresceu nesse período – apresentava-se não mais como aquela do período colonial "morfologicamente similar à formação medieval espontânea" [7], e sim como derivada de idéias que contemplavam o Urbanismo já como disciplina.

Os fatos que antecederam ao Plano

Em 1855 sofreu o Município, como muitos outros, as conseqüências da epidemia de cólera morbus. A esse fato se ligaram providências sanitárias que abrangiam toda a localidade. Neste período, a vila se estruturava em 56 quarteirões e sua população era de 27.722 habitantes. [8] Apenas após esta epidemia, forte inclusive na Corte, é que a Câmara começou a esboçar planos para a construção de um Cemitério. No entanto, as reivindicações dos habitantes da vila com o propósito de cessar os sepultamentos na Igreja Matriz vinham de longa data. Há registros a partir de 1853.

Logo após a epidemia de 1855, tiveram início os sepultamentos na área destinada para o Cemitério, entretanto sua construção arrastou-se até 1864, pois "passado o perigo da epidemia, continuaria o vigário permitindo sepultamentos em frente à Matriz". [9]

Mesmo com poucos recursos, durante a década de 1850, a Câmara cogitou a construção de Matadouro e Mercado, além de pontes, pontilhões, obras de calçamento, ajardinamento e iluminação. Em 1856, atendendo ao "melhoramento e aformoseamento" da localidade, podemos pontuar o artigo em que verificamos a preocupação com a aparência física da cidade: 'Fica facultado aos proprietários da rua principal desta cidade (...) o direito de edificar jardins nas frentes de suas propriedades, não devendo esta sobressair o

comprimento de trinta palmos contados perpendicularmente da face ou linha geral do arruamento das casas para dentro da dita rua e cercado com gradil de ferro que não tenha menos de cinco palmos de altura, nem mais de nove (...) cuja superfície não exceda de dois palmos sobre o nível da rua'. [10]

Até o ano de 1855 não existe a menor referência a qualquer serviço de água potável. "A população se utilizava de minas que havia em vários pontos (...). Nenhum prédio se construía na localidade sem que se verificasse a existência de algum veio d'água nas proximidades".[11] O primeiro chafariz público foi instalado em 1855 no largo da Câmara.

As Propostas[12]

A planta do engenheiro Gustavo Dott, de 1860, foi a primeira planta cadastral da cidade e também a primeira que continha propostas de melhoramentos urbanos. Foi aprovada pelo Governo Provincial em portaria de 18 de julho do mesmo ano. Sobre ela, as Comissões de Obras Públicas, Contabilidade e Infração da Constituição, Leis e Posturas da Câmara, emitiram o seguinte parecer: "As comissões entendem que o dito engenheiro não cumpriu todas as obrigações contraídas por via do contrato celebrado com a Câmara Municipal desta cidade. Com efeito, por esse contrato, obrigou-se ele a desenhar a cidade de tal qual ela se acha edificada e, de combinação com a comissão da Câmara, traçar o plano da mesma tal qual deve ser para o futuro edificada; entretanto (...) o engenheiro afastou-se em alguns pontos daquilo que por ela havia sido deliberado".[13]

Desta forma, nota-se que a Câmara Municipal encomendou um Plano com propostas já previamente estabelecidas por ela. Em sua conferência com o engenheiro, por exemplo, a instituição exigiu que todas as ruas perpendiculares à Rua Direita fossem abertas até a serra adjacente à cidade. Solicitação não atendida por Dott.

Por esta razão, em virtude de certa desobediência do engenheiro, a Câmara segurou a última parcela referente ao pagamento do contrato até que o engenheiro finalizasse o que fora previamente combinado.

Nota-se que o Plano Dott é principalmente um plano viário. Pelo traçado é evidente a preocupação do engenheiro em setorizar alguns equipamentos públicos, além de delimitar o

centro da cidade através de um triângulo formado por três vias periféricas: Rua Direita (já neste plano, a antiga Estrada do Paraibuna – ou Rua Principal – ganha esta nova denominação), Rua Dom Pedro II (parte da Estrada União e Indústria) e Avenida Independência (que seria derivada da canalização do córrego de mesmo nome).

Dentro das propostas de organização racional da cidade, foram locados perifericamente Cemitério, Matadouro e Hospital – fora dos limites deste triângulo central. Este tipo de organização urbana baseava-se em critérios de descentralização e orientação higiênica, fundamentados na teoria miasmática com o objetivo de prevenir das epidemias. A presença de tais edifícios com funções consideradas insalubres e ruidosas no interior das cidades era proibitiva e temerosa. Por esta razão, o local escolhido para o Hospital ficava em área das mais altas; o Matadouro às margens do rio e distante das casas; e o Cemitério também fora do perímetro central e próximo a uma lagoa. Desta forma, acreditava-se estar contribuindo para a melhor qualidade e salubridade do ar.

Ao analisarmos o traçado de algumas novas vias propostas por Dott (principalmente o projeto da Avenida Independência – e canalização a fim de conter as constantes enchentes do córrego), podemos considerá-lo como um filiado à estética do pinturesco. A partir do desenho de algumas das vias propostas por ele, fica clara a preocupação em evitar que a vista gerasse uniformidade e monotonia: as várias mudanças de sentido em algumas avenidas podem ser analisadas como uma medida para a variedade visual e participação mais intensa dos sentidos.

Mesmo tendo priorizado questões organizacionais, funcionais e de salubridade em suas propostas, nota-se que Gustavo Dott serviu-se também de alguns de critérios de forte carga simbólica, mas de maneira bem mais contida do que as propostas técnicas. Podemos exemplificar com os projetos de transformação da pacata rua de Santo Antônio em importante e representativa ligação entre o antigo e o novo Cemitério; e o projeto da Praça da Constituição, na interseção entre duas grandes avenidas e próxima ao rio Paraibuna, que também elucida a dimensão estética imbuída nas entrelinhas das propostas.[14]

Melhoramentos executados

Mesmo depois da formulação do Plano de Dott, a cidade manteve-se apática ante os melhoramentos urbanos durante toda a década de 1860. Isto ocorreu em parte devido à aplicação mais incisiva da lei de 1828, obrigando o orçamento municipal a ser aprovado pelo Governo Provincial. Mesmo o Código de Posturas era minutado em Ouro Preto. [15]

No mesmo ano de 1860, uma comissão foi constituída na Câmara com a finalidade de propor medidas para remediar a situação do Córrego Independência, devido às constantes reclamações de providências com relação ao seu transbordamento. No entanto, a canalização do córrego, talvez a proposta mais marcante no Plano, não foi executada.

O Cemitério foi estabelecido fora dos limites centrais da cidade, mas em local diferente do proposto pelo engenheiro. Já o Matadouro foi construído às margens do rio Paraibuna e em área contígua à esboçada no Plano.

No mesmo período, a Câmara começou a cuidar da arborização da cidade, declarando em portaria, que "depois de consultar diversas pessoas interessadas, resolveu introduzir o sistema de arborização adotado nas principais cidades da Europa" [16] Cogitou também a abertura da Rua Espírito Santo (proposta no Plano Dott). Providência que não deixou de provocar celeuma, porque nem todos os proprietários de terrenos ali localizados se dispuseram a doá-los desde logo para a realização da obra.

Em 1868, alguns moradores do Largo da Câmara, dizendo ser possuidores de uma nascente de água potável que se encontrava perto da vala da mesma praça, pediram e obtiveram licença para explorarem tal recurso. No mesmo ano, a Câmara permitiu que alguns moradores das proximidades encanassem a água dali para as suas residências.

As obras da Estrada de Ferro D. Pedro II causaram manifestações de insatisfação. Os argumentos se referiam à insalubridade decorrente dos trabalhos de aterros que, segundo os moradores das proximidades, poderiam causar inundações. Em 1879, a Câmara, por intermédio do ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dirigiu-se ao Governo pedindo providências com relação aos trabalhos necessários para o "esgotamento de águas estagnadas, que entretêm o pântano existente entre cidade e a linha férrea".[17]

Em 1870 foram executadas algumas propostas contidas no Plano Dott, como a abertura e calçamento da Rua Santa Rita; uma ponte sobre o córrego Independência; conclusão e prolongamento da rua Espírito Santo; calçamento da rua Direita; além de muitas outras obras pontuais em prol do saneamento e das condições higiênicas da cidade.

Considerações Finais

O desenho urbano concebido através de planos de melhoramentos para Juiz de Fora, iniciados a partir de meados do século XIX – primeiramente por Gustavo Dott em 1860 – se constituiu como elemento-chave para a organização e estruturação da cidade. Através destas propostas é que os aspectos urbanos mais marcantes começaram a adquirir seus primeiros contornos.

Nota-se também que a aplicação de projetos urbanos não eram tão simples. Os debates travados entre Câmara Municipal e sociedade local apresentados neste trabalho, tiveram o objetivo de elucidar tal questão: de que a cidade se construiu a partir da consolidação de vários interesses, sejam eles eclesiásticos (como o infindável debate sobre os sepultamentos nas igrejas), da população (principalmente nas questões de desapropriação de terras), ou mesmo do poder público, ao contratar um especialista a fim de firmar as suas propostas em um plano de melhoramentos urbanos.

Desta forma, mesmo depois de o Urbanismo consolidar-se como disciplina e configurar-se como importante instrumento para a solução dos problemas da cidade, fundamentando-se em princípios para intervenções e realizações, verificamos que em Juiz de Fora – assim como em qualquer outra cidade – a dinâmica da aplicação destes projetos ultrapassou as questões puramente técnicas: ela foi resultado de forças diversas.

---

[1] Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld (ou Henrique Guilherme Fernando Halfeld), engenheiro alemão que se estabelece na região em 1836 devido ao contrato com o Governo de Minas para a abertura de um caminho entre Vila Rica e Paraibuna declarou, em cartas a seus parentes na Alemanha, ter fundado aqui no Brasil, uma cidade. Sua nomeação está registrada na fala do presidente Antônio da Costa Pinto, de 1837: "Cabe-me aqui, Senhores, a satisfação de comunicar-vos, que em data de 15 de maio do ano próximo passado nomeei engenheiro da Província a Fernando Halfeld (...), não êxito em assegurar-vos que fizemos a aquisição de um engenheiro hábil e honrado". In: *Subject Guide to Statistics in the Presidential Reports of the Brazilian Provinces, 1830-1889*. webgrafia: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/440/000038.html

[2] Desde sua inauguração até os dias de hoje, a parte da Estrada do Paraibuna que corta a cidade no sentido norte-sul é sua principal via. Atualmente é denominada avenida Barão do Rio Branco.

[3] Segundo o Relatório do presidente Luiz Antônio Barboza, de 1853, "(...) foi cedida parte desta estrada (do Paraibuna) ao Cidadão Mariano Procópio Ferreira Lage, empresário da Companhia União e Indústria. (...)

Segundo notícias recebidas de Londres, consta haver o Cidadão concluído todos os arranjos relativos à companhia mencionada, tendo já engajado em França os artífices, operários e engenheiros e partido com estes para os Estados Unidos, a fim de observarem o modo porque se executam trabalhos semelhantes aos de sua empresa". In: *Subject Guide to Statistics in the Presidential Reports of the Brazilian Provinces, 1830-1889*. webgrafia: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u253/000015.html

[4] O presidente da Província em 1858, Carlos C. de Campos, defende o emprego de mão-de-obra estrangeira ao relatar "(...) a falta sensível de braços, conduz a empregar estas medidas (criação de Colônias), de cuja difícil realização sou o primeiro convencido. Vedes porém que na deficiência de uma boa polícia (...) nenhum recurso resta mais do que a introdução de colônias estrangeiras". In: *Subject Guide to Statistics in the Presidential Reports of the Brazilian Provinces, 1830-1889*. webgrafia: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/463/000033.html

[5] Antes do período citado, referente às reformas de Hausmann, a partir de 1840, começaram a ser introduzidas de forma extensiva, redes de serviços urbanos, tanto de abastecimento de água, como de canalização de esgoto pelo engenheiro higienista Chadwich, alcançando grande influência no resto da Europa. In: SALGADO, Ivone. *Pierre Patte e a cultura urbanística francesa – Cadernos de Pesquisa do LAP – N.38.* S. Paulo: FAUUSP, 2003.

[6] Segundo Ivone Salgado, "(...) a obra literária de Patte é uma das contribuições singulares para a constituição do Urbanismo como disciplina. Em sua proposta de intervenção planejada na cidade se destacam: a dimensão estética como fundamento para as novas remodelações propostas e a dimensão técnica como princípio de intervenção, racionalidade técnica e dimensão estética (...)" In: SALGADO. Op. cit. p.6.

[7] SICA, Paolo. *Storia dell' urbanística - Vol. II.* Roma: Ed. Laterza, 1984. p.781

[8] OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora.* [s.l.: s.n.], 1966.. p. 40. A população citada por Oliveira difere da registrada no Relatório do presidente Francisco Diogo de Vasconcelos, que contabilizava 11.244 habitantes no ano de 1855. In: *Subject Guide to Statistics in the Presidential Reports of the Brazilian Provinces, 1830-1889*. webgrafia: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/460/000038.html

[9] Em 1865, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, proprietária de grande área de terrenos localizados no morro de Santo Antônio, nos fundos da Igreja Matriz, pediu à Câmara licença para construir ali um cemitério para os irmãos das Irmandades, devido à proibição dos sepultamentos dentro das igrejas. A petição foi "indeferida por ser a imprópria a localidade indicada". O parecer da Câmara relata "encarar a questão unicamente sob o ponto de vista higiênico" e considera que o "lugar proposto pelos peticionários não oferece condições geodésicas e topográficas que garantam a saúde pública da influência perniciosa do cemitério". In: OLIVEIRA. Op. cit. pp. 32.

[10] A obra de Oliveira, além de reproduzir atas da Câmara Municipal desde sua formação até a década de 1940, narra ricamente o panorama urbano da cidade no período em questão. In: OLIVEIRA, Paulino. Op. cit. p. 35.

[11] OLIVEIRA, Paulino. Op. cit. p. 36.

[12] Parte de análise das propostas verificou-se a partir da prancha que contém o projeto original de 1860. O material encontra-se no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

[13] OLIVEIRA, Paulino. Op. cit. P. 65.

[14] Desde o concurso para a praça real em homenagem a Luiz XV, no século XVIII, em Paris, soluções de praças abertas para rios eram bastante populares. In: SALGADO. Op. cit. p. 17.

[15] OLIVEIRA, Paulino. Op. cit. P. 66.

[16] OLIVEIRA, Paulino. Op. cit. P. 76.

[17] OLIVEIRA, Paulino. Op. cit. P. 89.

A Imagética Feminina na Obra de Luís da Câmara Cascudo (1938-1977)

Giuseppe R. P. L. de Oliveira

As construções discursivas em torno da sensibilidade feminina contemporânea, afirmam que as mulheres estão cada vez mais independentes; trabalham, estudam, escolhem seus amores, enfim estão em franca competição com os homens. Porém, acreditamos que isso não é uma realidade para todas as mulheres brasileiras do nosso tempo, quantas não estão excluídas deste ideal de cidadania? Se nos voltarmos ao Brasil do final século XIX e inicio do século XX, percebe-se que essas ações foram idênticas. Estavam elas presas ao jogo de relações de poder cuja fragilidade do gênero feminino na ordem patriarcal, limitou a condição das mulheres ao papel singular da maternidade e do selo doméstico.

A exemplo desse papel-arquétipo histórico da figura da mulher, as obras do folclorista Luís da Câmara Cascudo dão ênfase à identidade matriarcal. Nesse sentido, ao analisarmos alguns artigos do Jornal *A República* de Natal RN (Acta Diurna anos 1938, 1941 e 1949) assim como as obras literárias: *Pequeno Manual do Doente Aprendiz* (1969); *Tradição, Ciência do Povo* (1971), *Locuções Tradicionais do Brasil* (1977), percebe-se a valorização desta identidade de cunho aristocrático de prática matriarcalista, considerado pelo mesmo como a mais próxima representação das mulheres nordestinas.

Ao longo de nossas investigações detectamos que o modelo de exterioridade "natural" do gênero feminino no Nordeste, por sua vez, não se trata de uma condição dada a priori; como se fosse algo anterior a cultura que lhe dá significado. Surgem então, em contraponto ao velho modelo patriarcal, as novas subjetividades femininas que, devido ao processo de urbanização, e as constantes inovações comportamentais da modernidade tais como: a inclusão da mulher no mercado trabalho, a reorganização

nuclear da família burguesa, as tendências da moda, as idéias do movimento feminista, cuja recorrência resultou na criação de uma suposta nova imagética feminina [1].

Desse modo, acreditamos que o corpo é a superfície de escrita dos acontecimentos históricos, sendo o lugar de dissociação do "Eu", não tendo ainda, portanto, um caráter de unidade substancial [2].

Com efeito, observamos que o estereotipo produziu um olhar e uma fala produtiva agenciando formas de expressão capazes de materializar subjetividades femininas comuns ao que Câmara Cascudo acentuou em suas obras: a cultura-popular-nordestina [3].

Observamos que em alguns aspectos da obra de Câmara Cascudo, há de fato uma valorização deste tipo feminino ideal, no interesse de re-instituir a antiga imagem da ordem patriarcal, e ainda na tentativa de salvar sua região do então processo de feminilização em andamento. Fenômeno detectado a partir da Republicanização da elite brasileira e dos projetos de modernização em voga.

Percebemos estas imagens que dão visibilidade ao sujeito feminino foram geradas a partir de uma economia heterossexualizante [4], e essa imagética do feminino, presente em sua obra, aparece como crítica às sensibilidades modernas de "feminino", e pode, ser compreendida a partir do conceito de "cultura-popular-nordestina", formulado por Câmara Cascudo. Também tivemos a intenção de investigar se estas imagens contribuíram para a manutenção do poder "masculino" [5] exercido por esta elite local; e se podem ser consideradas como estratégias de perpetuar privilégios e lugares sociais, ameaçados no limiar da República.

O sujeito feminino, gestado na produção discursiva de Câmara Cascudo, será elaborado a partir das imagens cristalizadas de mulheres em relação ao casamento e à maternidade, estando sempre inseridas no interior da família sob o julgo do patriarca ou de um outro homem de seu clã:

A Ressuscitada de Cunháu se defendia tenazmente. Enumerava, detalhes da casa de sua família, particularidades domésticas, anedotas privadas, desnorteando o auditório. Indicou um sinal roxo, bem visível que sua mãe teria no alto da perna direita. Anacleto José de Matos tinha uma cicatriz em meia – lua, em cima do mamilo esquerdo. Era vestígio de uma dentada que ela lhe dera em certa ocasião. (...)

(...) O Comendador, furioso pela curiosidade publica e fremente de indignação pelo atrevimento do dr. Rigueira Costa, sonhar examinar a respeitável, coxa de dona Joana Albuquerque Maranhão, dizia que *'só depois de passar por cima do seu cadáver'* [6].

Os detalhes íntimos do corpo da mãe da "Ressuscitada" podem exemplificar o simulacro que representavam as mulheres no Nordeste aristocrático. Podemos observar de maneira mais clara, a partir da indignação sentida pelo comendador. Por intermédio do que flagramos, ao nos debruçarmos sobre o artigo escrito por Câmara Cascudo, vemos ser reproduzida uma economia heterossexualizante que depende essencialmente, de uma economia da *diferença* nunca manifesta, mas sempre pressuposta. Com efeito, as relações entre essas famílias patriarcais são baseadas em um desejo homossocial, de uma sexualidade *recalcada*, relações entre homens que, em última instância, concernem a laços entre os mesmos, mas que ocorrem por intermédio da troca e da distribuição heterossexual das mulheres. Dessa forma percebe-se que, o poder está contido no fator masculino desta sociedade, de homens que controlam mulheres e filhos, assim como as oligarquias locais.

Segundo Miridan Knox Falci, pode-se encontrar facilmente amontoados de retratos de família do interior do Nordeste, estão elas sempre ali; horas em pé horas sentadas, sempre ao lado de seus maridos e filhos. Essas mulheres das elites aristocráticas, tão estimadas por Luís da Câmara Cascudo, eram mulheres abastadas, que não tinham muitas atividades fora do lar. Restringiam-se apenas a desempenhar os papeis de esposa e mãe, ordenando fazer, ou fazendo as prendas domésticas, tão importantes para a economia do lar.

Outras não tão afortunadas, viúvas ou de elites empobrecidas, desenvolviam algumas atividades – como fazer doces, dar aula de piano e solfejo, bordados, etc, para poderem auxiliar o sustento e educação de suas numerosas proles. Estas atividades desenvolvidas para comercialização não eram bem vistas por esta sociedade. Isso porque, tornavam-se quase sempre alvos da maledicência, por parte de homens e mulheres, que acusavam a incapacidade do homem da casa, assim como sua decadência econômica. Era até bem comum nesse tempo à afirmação de que *"mulher não precisava de dinheiro"*, tendo em vista que os *maridos* tudo lhes *"proporcionavam"* [7].

No que concerne à questão da maternidade na obra de Cascudo, depreende-se, a partir de um fragmento do *Pequeno Manual do Doente Aprendiz* [8], que à função materna caberia a conservação e o prolongamento da unidade familiar, aproximando solidariamente criaturas estranhas ao vínculo do sangue.

O instinto maternal apresenta-se nos discursos cascudianos como uma prática envolvente, que as mulheres sentiriam e expressariam desde a infância, nas brincadeiras de bonecas. Não se constitui segundo o seu argumento, em um atributo congênito ao sexo, mas sim, em um imperativo, que o folclorista acreditava se daria no plano psicológico. Divagando sobre a temática aqui discutida, Câmara Cascudo se sente incomodado com as constantes evoluções nas políticas de natalidade, vendo que muitas mulheres, interessadas nas delicias da vida dos salões faustosos da cidade, suas efemeridades, seus gostos sofisticados; não mais subjetivavam essa condição "natural" de feminilidade: Mas, *a sucessora vai ser mãe. A primeira esposa, senhora de salão, e de recepção, de alta elegância, não tivera a suprema autoridade feminina, para a vida e para o marido*. Desde esse momento, Marina é uma triunfadora. Alice, a antecessora, não fora, e não podia ter sido, uma mulher feliz. *A felicidade integral só viera na plenitude da maternidade, com todos os calores afetivos e transformadores* [9].

Cascudo, sugere que o que estava acontecendo, seria devido a constante inserção das mulheres no espaço publico da cidade, assim como em atividades tidas como masculinas. (CASCUDO, 1969, p.38).

Portanto, vemos que o folclore aparece nos discursos cascudianos como elemento de integração do povo nesse todo que seria a cultura popular. O que facilitou a absorção da identidade regional feminina pelas mulheres das camadas que buscavam integrar a nova sociedade. Sendo, portanto, esses discursos uma forma de disciplinarização, de educação e de formação de uma ordem compulsória binária dos gêneros a partir da elaboração de uma essência regional "feminina", capaz de eliminar o trauma trazido pela sociedade moderna. Salvando as formas de ser masculinas e femininas tradicionais do perigo da confusão dos gêneros no limiar da República. Atribuindo-lhes uma pretensa continuidade, como estava fazendo com as práticas e costumes populares [10].

É essa característica que, na obra de Câmara Cascudo, conduz em boa parte, a interpretação de textos, gestos, falas, e costumes, organizando um corpo simbólico que autoriza o conhecimento do Mundo. Mundo, que se desdobra em si mesmo: terra repetindo o céu, os rostos se refletindo nas estrelas, as ervas envolvendo em suas folhas os segredos de uma sexualidade "feminina" anterior à "cultura - popular - nordestina" [11].

---

[1] ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Nordestino: Uma Invenção do Falo - Uma História do Gênero Masculino (Nordeste – 1920/1940). Ed. Catavento, Maceió, 2003.

[2] FOUCAULT, MICHEL. *"Nietzsche, a Genealogia, a História"* In.**Ditos & Escritos Vol. II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento.** Manuel Barros da Motta (Org.). Tradução, Elisa Monteiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000. p. 266

[3] BUTLER, Judith P. ***Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da Identidade -*** tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.20.

[4] O respectivo conceito é utilizado por Judith Butler, e diz respeito à repetição binária dos Gêneros masculino e feminino na sociedade pós-moderna. Ob. Cit.

[5] BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160p.

[6] CASCUDO, L. da C. *"Acta Diurna – A Ressuscitada de Cunháu (III)".*In. **A República**. Natal, 7 de fevereiro de 1941. p.8 col: 4-5.Os grifos são de Luís da Câmara Cascudo.

[7] FALCI, Miridan Knox. *"Mulheres do Sertão Nordestino"*. In. **História das Mulheres no Brasil**./ Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. De textos). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

[8] CASCUDO, L. da C. **Pequeno manual do doente aprendiz** – Ed. Universitária – UFRN, 1969

[9] CASCUDO, L. da C. *"Acta Diurna – Carolina Nabuco: - 'A Sucessora'. Romance. Liv. José Olimpio editora. Rio de Janeiro. 1941"*. In**. A República**. 13 de março de 1941. p.12. col: 4-5. Fonte cedida pelo IHGRN. (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte). Os grifos são meus G. R.

[10] ALBUQUERQUE JR., D. M. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Prefácio de Margareth Rago. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. Ver também, **Nordestino: Uma Invenção do Falo - Uma História do Gênero Masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Ed. Catavento, Maceió, 2003. p.p. 77-78

[11] CASCUDO, L. da C. ***Tradição, Ciência do Povo.*** – Pesquisas na Cultura Popular do Brasil -. Editora Perspectiva, São Paulo. 1971.

"A virtude da intolerância por amor de Deus"

Gizele Zanotto[1] - PPG-UFSC

Neste trabalho analisaremos alguns elementos do discurso católico tradicional de apologia da intolerância difundido pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)[2], entre 1960 e 1975, entendendo intolerância como *"uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação a indivíduos e grupos específicos, à sua maneira de ser, a seu estilo de vida e às suas crenças e convicções"*[3]. Através da coluna *Verdades Esquecidas*[4] do mensário *Catolicismo,* a entidade publicou textos selecionados de Santos e religiosos católicos (discurso "legítimo" da Igreja) que, muito mais do que propagar a fé e a caridade, estimulavam os fiéis a defenderem suas crenças e modo de vida através do concurso de todas as "armas", mesmo fazendo uso da violência física e psicológica. A TFP, que foi criada em julho de 1960, utilizava o mensário de cultura e atualidades *Catolicismo* como porta-voz do catolicismo tradicional desde sua fundação pelo então Bispo de Campos/RJ, Dom Antônio de Castro Mayer, em 1951. Desde o primeiro número da publicação o grupo reunido sob a liderança doutrinária e espiritual de Plínio Corrêa de Oliveira - destacado líder do laicato católico paulista - foi chamado para dirigir e colaborar com *Catolicismo,* mas foi no ano de 1983, em razão do rompimento de relações entre Dom Mayer e os líderes tefepistas, que o órgão foi transformado em porta-voz oficial da TFP do Brasil, embora tenha sido dirigido pelos seus membros fundadores e colaboradores deste o início da publicação. O mensário foi um dos órgãos de imprensa que serviu de porta-voz da corrente conservadora do catolicismo brasileiro quando este perdeu espaço e influência nos círculos centrais da estrutura hierárquica. Afastados dos órgãos de poder da Igreja no Brasil, religiosos e leigos mantiveram-se unidos em prol da defesa de uma autocompreensão ultramontana de catolicismo. Neste sentido, o objetivo principal do mensário era alertar e estimular a elite católica na luta contra os fatores de deterioração religiosa, moral e cultural do "neopaganismo", bem como promover a reação contra o progressismo e esquerdismo católico.

Catolicismo sempre fora dirigido à elite religiosa do país, visando informar e orientar suas ações em consonância com os valores e a moral católica. A definição deste público alvo deriva da compreensão de que é a partir das elites que a religião católica deve novamente ser inserida em todos os âmbitos da vida pública. Em cada campo de atuação, o católico deveria influir decisivamente em prol da religião, num amplo esforço para que a orientação das instituições fosse ajustada à doutrina cristã. Decorre desta perspectiva a compreensão de que a missão essencial do apostolado leigo não seria a conversão dos infiéis, mas a salvação dos próprios católicos, que só se realizaria com o conhecimento pleno e a prática cotidiana dos ensinamentos de Jesus Cristo[5], em outros termos, sua proposta visa a transformação dos "católicos de nome" em "católicos de fato", em seguidores incondicionais dos ensinamentos da Igreja. Tal proposta como que justifica a criação da coluna *Verdades Esquecidas,* um espaço dedicado à apresentação de textos de Santos e religiosos, ou de eventos de suas vidas dedicadas à fé, pois, conhecer e praticar a doutrina da Igreja também incluiria o conhecimento e a imitação dos Santos, *"pessoas que a Igreja canonizou com autoridade infalível, e que não seriam Santos se tivessem, de qualquer forma – enquanto pessoas já no ápice da vida espiritual – violado a caridade"*[6].

A publicação de tais excertos, segundo os tefepistas, vem contribuir para que os católicos moldem seus modos de ser e agir a um modelo de excelência cristã. Plínio salienta que um verdadeiro católico que conheça o pensamento de um Santo, aprovado pela Igreja, e perceba um desacordo seu com este pensamento deve imediatamente modificar seu modo de pensar, pois *"de católicos de elite não se pode esperar outra coisa (...) devemos confiar nos Santos e imitá-los",* e complementa: *"confiar neles é segui-los ainda quando não os compreendemos bem; tomá-los por modelo,é vê-los como eles são e imitá-los, e não imaginá-los como eles não são, e admirá-los pelo que não foram"*[7]. Tal consideração refere-se à percepção da opinião pública de que os Santos homens da fé foram caridosos, misericordiosos e tolerantes, uma visão que nem sempre condiz com a verdadeira vida destes homens: muitos foram mártires, defenderam a Esposa de Cristo com sua pena mas

também com suas armas; lutaram pela paz sem serem pacifistas; foram monges e guerreiros da fé. É neste sentido que Plínio considera a seção *Verdades Esquecidas* como um *"verdadeiro teste de catolicidade*", ou seja, ou vivemos como "católicos de fato", ou pactuamos com as forças do mal e contribuímos com a destruição dos ensinamentos de Cristo, visto que S*impatizar com o mal pode ser mais nocivo que combater frontalmente a Igreja* (Cardeal Alfredo Ottaviani).

Em termos da análise do discurso, a utilização de um arsenal textual derivado de homens que, pela sua excepcionalidade, foram reconhecidos pela Igreja Católica, agrega a este discurso um poder de autoridade e legitimidade que os leigos católicos fundadores da TFP não conseguiriam falando apenas em seu nome. A publicação de excertos intitulados, por exemplo, *Mostrar-se católico não poupando os hereges* (Bento XV)*, Combater pelas armas os inimigos da Cruz* (São Bernardo)*, Não poupar forças na hora de castigar* (Sóror Genoveva da Sagrada Face)*, Há pais que se alegram com a morte dos filhos* (São Bernardo)*, Matar ou morrer em guerra santa* (São Bernardo)*,* etc, causaria furor entre os leitores da revista se seu autor não estivesse respaldado pela solidez da instituição religiosa e pela autoridade de sua pessoa. Em um contexto de ditadura militar, tais enunciados agregam ainda mais força persuasiva, visto que os textos são compreendidos em relação ao presente que vivenciam seus leitores, ou seja, os hereges, neste período, são vislumbrados nos comunistas, socialistas, subversivos, guerrilheiros, religiosos esquerdistas, protestantes, espíritas, muçulmanos, enfim, nos opositores da tradição conservadora católica e do regime ditatorial em vigor, regime este respaldado pelos tefepistas como providencial para barrar a intensa agitação social que assolava o país e que, segundo sua compreensão, ameaçava culminar com a implantação de um regime comunista no Brasil. Este discurso de apologia da intolerância favorecia tanto os católicos conservadores – preocupados com a defesa da tradição da "Igreja de sempre" – quanto os próprios militares. Tal apologia como que legitimava a repressão sistemática aos setores progressistas da Igreja em virtude desta ação estar sendo respaldada, por uma parcela dos próprios católicos, pela identificação apriorística destes religiosos e leigos com a subversão, com a desordem, e fortalecendo,

desta maneira, sua desqualificação moral e profissional. Agregada a esta estratégia de perseguição aos progressistas, o governo militar também se esforçou por estimular indivíduos e grupos conservadores da Igreja, apoiando publicamente suas posições e apresentando-os como verdadeiros representantes da doutrina cristã, não corrompida pelas ideologias revolucionárias modernas. Como muito bem salientou José Paulo Krischke, neste contexto de "caça as bruxas" é que grupos como a TFP foram beneficiados com autorização para organizar-se de forma paramilitar e envolver-se em propaganda política ostensiva, em nome de uma tradição cristã que a hierarquia repetidas vezes tem desautorizado. O autor ainda salienta que governos repressivos estão alertas tanto para a importância das instituições e ideologias religiosas quanto para o papel que estas cumprem na legitimação dos regimes políticos latino-americanos e que, portanto, se esforçam por angariar apoio neste meio[8].

A defesa de medidas repressivas também se conjugava com o pensamento difundido pelos tefepistas de que ao homem contemporâneo, acostumado à omissão e à indiferença, faltaria uma combatividade intrépida e intemperante, que fizesse cair por terra o falso pacifismo que prejudicialmente reinaria na opinião pública, valorizando a tolerância ao que não deveria ser tolerado, pois, na sua compreensão, não se transige com o erro. Conforme salientou Plínio Corrêa de Oliveira, *"temos todos os motivos para recear que o homem contemporâneo, além de tolerar o intolerável, muitas vezes tolere com preguiça e apatia o que deveria ser tolerado com vigilância, firmeza e solércia"*[9], visto que tolerar um mal é consentir que ele exista e que produza maus resultados. Assim, o que se esperaria de católicos de elite, os leitores de *Catolicismo*, é que agissem conforme o modelo de Santo Odilon de Cluny que *"não receia pôr a força a serviço do direito, a serviço de Deus, e de recorrer às armas para chamar a razão os senhores recalcitrantes que desprezam a trégua* (de Deus)", pois *"ele sabe que a paz, a paz justa e querida por Deus, é coisa que se conquista, que é preciso lutar para impô-la"*[10]. A luta contra os inimigos da fé, uma prática autojustificada em nome de Deus, adquire o *status* de uma guerra de deuses encarnados

em homens e mulheres que se odeiam e não se suportam[11], derivando daí uma prática de estímulo a atitudes intolerantes frente ao "outro" que se quer destruir.

Por tratar-se de uma questão complexa, não passível de definições rígidas e, portanto, geradora de grandes confusões é que o líder da TFP dedicou-se, em uma série de artigos publicados ainda nos anos 50, por dissipar as dúvidas em relação aos termos tolerância e intolerância. Sua preocupação era com a definição apriorística, que acreditava ser errônea, do conceito de tolerância com uma atitude valorosa e da intolerância com a intransigência. Para Plínio *"a tolerância pode ser uma virtude. Mas é virtude característica de situações anômalas, periclitantes, difíceis"*[12], situações em que, visando evitar um mal maior se consente num bem menor e desiste-se do bem maior. Sua defesa é de que a tolerância pode até ser benéfica em alguns casos, mas que existem situações em que um católico deve sempre ser intolerante: ante a prática do mal o fiel não deve jamais se abster de reprová-lo, nem por ação e tampouco por omissão: *"Um católico que, diante do pecado ou do erro, toma uma atitude de simpatia, peca contra a virtude da intolerância. (...) Isto não é respeitar o adversário, mas os seus erros e pecados. Isto é aprovar o mal. E até lá um católico não pode chegar jamais"*[13]. Concluindo, o autor ressaltava: *"Atestamos diante dos homens nosso amor ao bem e nosso ódio ao mal, para dar glória a Deus. E ainda que o mundo inteiro nos reprovasse, deveríamos continuar a fazê-lo. O fato de os outros não nos acompanharem não diminui os direitos que Deus tem à nossa inteira obediência"*[14].

Nos textos *Pode ser caridoso proferir sentenças de morte* (São Tomás de Aquino), *Jesus não veio trazer a paz, mas a espada* (Pe. Fillion), *A paz, fruto lídimo da guerra aos maus* (Dom Romain Clair), etc, a morte aos inimigos da fé aparece legitimada como uma decorrência natural da defesa do ocidente cristão das doutrinas políticas e religiosas em confronto com o catolicismo. Considerando tal crença como única verdadeira, difunde-se simultaneamente uma invalidação de tudo o que não for derivado desta matriz. Relacionando tais doutrinas "errôneas" à ação do demônio, difunde-se também a necessidade de sua eliminação sumária como forma mais perfeita da defesa da fé, da moral

e, especialmente, da salvação, pois, *Não é em qualquer religião que se obtém a vida eterna* (Gregório XVI) e, portanto, *"quem quer salvar-se deve, antes de tudo, professar a Fé Católica. Pois se alguém a não professar, integral e inviolavelmente, é certo que se perderá pro toda a eternidade"*[15]*;* visando a salvação e a glória de Deus se justifica a ação intransigente com relação ao "outro".

Nos excertos publicados em *Catolicismo*, estimulavam-se ações de ódio *perfeito*, resistência, ira *zeloza*, ridicularização, reprimendas, *justiça*, combate pelas armas, prudência, etc, de modo que a simples convivência pacífica com um "infiel" já seria interpretada como uma ocasião de pecado e de conivência com o erro. Identificando com o mal todas as doutrinas políticas ou religiosas opostas ao catolicismo tradicional vislumbrava-se a sociedade contemporânea como o reino do erro, da impiedade e, portanto, o reino de Satanás – um reino que deveria ser aniquilado em consonância com a reedificação do reino de Deus, cujo modelo ideal seria vislumbrado no medievo ocidental. Portanto, justificando a combatividade e a intolerância em nome de Deus, os tefepistas agregavam à violência física e psicológica um sentido transcendente, legítimo e mesmo necessário. Ressaltando sistematicamente a necessidade de uma compreensão dualista da realidade, baseada na classificação entre os 'filhos da Luz' e os 'filhos das trevas', os tefepistas incorporam ao seu discurso uma tônica intransigente que, como conseqüência, resulta na consolidação de um modo de pensar e agir que carrega em si, implícita ou explicitamente, a necessidade da eliminação física do oponente – é o resultado prático do trabalho do imaginário na estruturação da ação cotidiana. Entendemos que o imaginário coletivo trabalha de várias maneiras, sendo uma delas a operação por uma série de oposições, que estruturam as forças afetivas que vão agir sobre a vida coletiva, unindo a estas uma dimensão intelectual[16]. Estas oposições são situadas após o estabelecimento das identidades do eu e do outro, sendo que a partir desta definição surgem oposições que legitimam / invalidam, acusam / justificam, incluem / excluem, etc. Eliana Dutra, em seu estudo sobre o imaginário político dos anos 30, sublinha que o ego se esforça para introjetar o bom e projetar o mau,

buscando mantê-lo afastado de si[17]. A projeção do mal beneficia a identificação do bem, ou seja, se o mal, para os tefepistas, é encarnado no herege, no comunista, nas religiões concorrentes da católica, no progressismo, na imoralidade, no modernismo, etc, os membros da TFP, contrários a estas doutrinas, só podem ser vistos como representantes dos valores positivos citados por Dutra.

Para concluir nossa exposição acerca do pensamento intolerante difundido pela TFP, acrescentamos que a grande questão que este estudo de caso nos suscita é justamente a visualização contemporânea dos elementos que engendra; a constatação empírica de que existe uma ampla "comunidade de sentido" que mais do que simplesmente aceitar tais postulados preconceituosos, os defende ainda em nossos dias. Em outros termos, todas estas considerações se tornam mais consistentes quando as relacionamos com o espectro mais amplo do pensamento conservador de direita que, no país, é muito presente. Considerando que *"o pensamento, a mentalidade e a sensibilidade de direita articulam uma compreensão global de sociedade e um modo de sociabilidade"*[18], percebemos que sua difusão, mais do que engendrar modos de pensar, vão traduzir-se em atitudes intolerantes nas relações sociais, nos modos e estilos de vida e de luta cultural, portanto, numa vivência social que será estruturada por elementos de violência física e psicológica consideradas como legítimas e mesmo naturais. Portanto, falamos não somente dos anos 60 e 70, mas do nosso cotidiano e de nossa postura diante dos modos e espectros em que a intolerância se manifesta em nossa sociedade, como bem destacou Antonio Ozaí da Silva: *"À intolerância religiosa soma-se a intolerância política, cultural, étnica e sexual. A inquisição está presente no cotidiano dos indivíduos: no âmbito do espaço domestico, nos locais do trabalho, nos espaços públicos e privados. Ela assume formas sutis de violência simbólica e manifestações extremadas de ódio, envolvendo todas as esferas das relações humanas. A intolerância é, portanto, uma das formas de opressão de indivíduos em geral fragilizados por sua condição econômica, cultural, étnica, sexual e até mesmo por fatores etários. Muitas vezes nos surpreendemos ao descobrir a nossa própria intolerância"*. Visando uma mudança nesta situação, o mesmo autor defende que *"A construção de uma sociedade fundada em*

valores que fortaleçam a tolerância mútua exige o estudo das formas de intolerância e das suas manifestações concretas, aliado à denúncia e combate a todos os tipos de intolerância (...) e fundamenta-se numa concepção que não restringe o problema da tolerância / intolerância ao âmbito do indivíduo; esta é também uma questão social, econômica, política e de classe"[19].

---

[1] Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente cursando o doutorado, sob a orientação do Prof. Dr. Artur César Isaia, pela mesma instituição. Pesquisa financiada pela CAPES. Contato: zanotto@cfh.ufsc.br.

[2] A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é uma associação civil que atua em todo o território nacional e que também está presente, através de representações e entidades coirmãs, em mais de 20 países. Sua fundação remonta a 1960, quando um grupo de católicos leigos bastante identificados com a doutrina tradicional da Igreja Católica - que estava paulatinamente perdendo espaço no campo católico para as chamadas correntes progressistas e engajadas - reuniu-se de forma associativa, obtendo estatuto jurídico às suas ações em defesa dos valores tradicionais preconizados pela Igreja – reflexo da adesão de seus membros ao integrismo católico. Segundo seus estatutos, os principais objetivos da TFP são combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar os valores positivos da ordem natural, em particular da trilogia tradição-família-propriedade.

[3] ROUANET, Sérgio Paulo. O Eros da diferença. *Folha de S. Paulo*, *Caderno Mais*, 09.02.2003.Apud: SILVA, Antonio Ozaí da. Reflexões sobre a intolerância. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 37, Ano IV, junho/2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/> Acesso em 24/maio/2005.

[4] A seção Virtudes Esquecidas, posteriormente intitulada Verdades Esquecidas, surgiu ainda nas primeiras edições do mensário *Catolicismo*, com o objetivo expresso de realçar virtudes e verdades esquecidas, desprezadas e mesmo combatidas na época, ou seja, temas relacionados com o cotidiano do laicato católico foram tomados como norte para a publicação dos excertos da obra e/ou da vida de Santos da Igreja Católica.

[5] OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Um apostolado especializado: difusão das "virtudes esquecidas". *Catolicismo*, nº 16, abril/1952. In: CATOLICISMO. **Verdades Esquecidas. Coletânea de Textos do Mensário Catolicismo.** São Paulo: ARTPRESS, 1992. p. XXIV.

[6] Idem, p. XXV.

[7] OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Um apostolado especializado: difusão das "virtudes esquecidas". *Catolicismo*, nº 16, abril/1952. In: CATOLICISMO, 1992. p. XV.

[8] KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1979. p. 89.

[9] OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. O laicismo dos estados roubou à sociedade moderna o "sentir da Igreja". *Catolicismo*, nº 79, julho/1957. In: Ser tolerante? Sim, não? Por quê? **Catolicismo**, nº 646, p. 24-35, outubro/2004. p. 35.

[10] CLAIR, Dom Romain. A paz, fruto lídimo da guerra aos maus. *Catolicismo*, nº 151, julho/1963. In: CATOLICISMO, 1992. p. 105.

[11] SILVA, Antonio Ozaí da. Reflexões sobre a intolerância. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 37, Ano IV, junho/2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/> Acesso em 24/maio/2005.

[12] OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. O que é a tolerância. *Catolicismo*, nº 75, março/1957. In: Ser tolerante? Sim, não? Por quê? **Catolicismo**, nº 646, p. 24-35, outubro/2004. p. 27.

[13] Idem, p. 28.

[14] Ibidem, p. 29.

[15] ATANÁSIO, Santo. Perder-se-á certamente quem não professar a Fé Católica. *Catolicismo*, nº 185, maio/1966. In: CATOLICISMO, 1992. p. 119.

[16] BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia EINAUDI**. Vol. I (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 312.

[17] DUTRA, Eliana de Freitas. **O Ardil Totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 22.

[18] PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença.** São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 1999. p. 17.

[19] SILVA, Antonio Ozaí da, junho/2004.

IDÉIAS JURÍDICAS, RELIGIÃO E PUNIÇÃO: RIGOR E TOLERÂNCIA

Gizlene Neder - UFF

Esta comunicação situa-se no campo de estudos de história das idéias políticas e da cultura jurídica.

As idéias jurídicas e a cultura jurídico-política que as suportam serão enfocadas, tendo como pano de fundo as questões relacionadas a criminalização, o controle social, a punição e a impunidade, buscando sublinhar a interpenetração das concepções sobre pecado/penitência e crime/punição presentes no pensamento jurídico, a partir das relações entre Direito e Religião. A história das idéias jurídicas no campo penal face ao processo de laicização, e suas influências no pensamento social e jurídico-político são analisadas a partir dos debates parlamentares no Brasil no contexto da elaboração, discussão e aprovação do Código Criminal (1830), com destaque para os diferentes encaminhamentos em torno da pena de morte e galés.

Estamos tomando o processo de passagem à modernidade na Europa e seus desdobramentos para o mundo luso-brasileiro (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX), buscando sublinhar as concepções sobre crime/punição presentes no pensamento jurídico, a partir das relações entre Direito e Religião; e seus desbordes para as concepções de controle e disciplina.

Para tanto, buscamos compreender, de forma geral: 1. Em que medida o arbítrio, a seletividade penal e as fantasias absolutistas de um controle penal-policial absoluto[1] que povoam não só os operadores das instituições de controle social formais (Polícia e Justiça)[2], mas toda a formação ideológica brasileira, tem na tradição do direito romano-

[1] Vide de Gizlene Neder. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão,* Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, Coleção Pensamento Criminológico, 2000.

[2] Estamos trabalhando com a conceituação de Roberto Bergalli - História Ideológica do Controle Social, PPU, Barcelona, 1989, que estabelece uma análise das instituições de controle social formal (Polícia Justiça) e

germânico-canônico (*civil law*), hegemônica no absolutismo português, uma matriz a ser mapeada? 2. Quais as formas assumidas pelas reformas iluministas do Direito (sobretudo do Direito Penal), veiculadas na Europa que penetram e são apropriadas pelo pensamento jurídico em Portugal e no Brasil?

De forma mais específica, perquirimos: Em que medida as práticas ideológicas e culturais religiosas, que conformam o escopo doutrinário teológico e filosófico da cristandade ocidental, apresentaram-se historicamente no mundo luso-brasileiro? 2. Em que medida estas opções políticas, ideológicas e doutrinárias (teológicas) influenciaram a cultura jurídica e o penalismo iluminista luso-brasileiro?

Trabalhamos combinadamente com a história das idéias e da cultura política (e jurídica), onde analisamos autores, correntes de pensamento e conteúdos temáticos. Verificamos o processo de produção, circulação e apropriação cultural, tendo em vista os contextos históricos, teóricos e ideológicos dos discursos jurídicos. Para os objetivos desta apresentação no Simpósio Nacional da ANPUH, delimitamos a dimensão empírica de nossa pesquisa à observação dos discursos parlamentares, por ocasião da discussão e aprovação do Código Criminal de 1830. Naquele contexto, os debates dos parlamentares brasileiros nos permitem vislumbrar todo o rico processo de apropriação cultural e de circulação de idéias (entre as duas margens do Atlântico)[3], onde vicejava a afirmação do paradigma legalista, constitucionalista, portador da modernidade, da civilização, da justiça e da ordem social. A construção da idéia de nação, numa formação histórica recém-emancipada politicamente exigia dos contemporâneos que legislassem códigos modernos.

---

controle social informal (Família, Religião, Assistência Social, Escola). Embora a inspiração do autor seja foucaultiana, sua reflexão não incorpora o paralelismo na análise das relações de Poder (micro-poderes).

[3] Ver de Gizlene Neder&Gisálio Cerqueira Filho. "O Atlântico como Pátria: idéias e livros entre Portugal e Brasil" In *Convergência Lusíada*, 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2002, pp.146-161. Ver também, dos mesmos autores: "Os filhos da lei", In *Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS)*, volume 16, no. 45, fevereiro de 2001, pp. 113-125.

A cultura jurídica é tomada como um dos aspectos constitutivos da formação ideológica. Mais que permanência cultural, sua presença faz-se, ainda ativa nas formações inconscientes e seu raio de ação é muito maior e desconhecido do que imaginamos à primeira vista. Essas permanências culturais têm perambulado pelo acontecer social, através da repetição na qual o retorno do que foi reprimido anuncia a sua presença (obviamente que não numa forma cultural "pura", mas mediada pelas várias apropriações que historicamente o condicionam).

Do ponto de vista da história das idéias jurídicas e políticas e suas implicações metodológicas, adotamos vários procedimentos e métodos conhecidos e, há muito tempo, empregados no campo da História. A análise e a interpretação de conteúdos, temas, autores e correntes de pensamento oferece um caminho seguro para alcançar os resultados esperados. Estamos atentos, portanto, para o fato de que a herança positivista e evolucionista pode vir a impor um deslizamento para uma visão prismática ou hiperbólica, ora do peso do sujeito individual, ora o peso do condicionamento social nos estudos da história das idéias. Neste encaminhamento, Carl Schorske, num conjunto de ensaios sobre as relações entre a História e a cultura política oferece algumas sugestões metodológicas que permitem desanuviar algumas destas tensões mais candentes[4], apontando um caminho metodológico que articula história do poder e das idéias políticas com a história da cultura política.

Na sessão de 13 de setembro de 1830, o deputado Pinto Chichorro encaminhou um requerimento que tratava da inclusão da pena de morte e de galés no projeto de código criminal[5]. O debate que se seguiu é interessante, porque possibilita identificar

---

[4] Carl Schorske – Pensando com a História, indagações na passagem para o modernismo, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

[5] *Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro: 1878, Editor: Typographia de H. J. Pinto, Sessão de 13 de setembro de 1830, Coligidos por: Antônio Pereira Pinto, Tomo: Segundo, p. 505.

duas posições políticas e ideológicas: uma, claramente a favor da manutenção de penas ainda referidas ao Antigo Regime (galés e pena de morte); a outra posição, declarava-se contrária à pena de morte e inscrevia seu posicionamento em argumentos que combinavam, a um só tempo, o iluminismo penal (vigente e vigoroso, nas duas margens do Atlântico), com uma atualização histórica da idéia de direito natural ainda emaranhada nos fundamentos tomistas. Podemos mesmo dizer que, nesta atualização histórica, a modernidade da concepção tomista é estruturante do conjunto dos argumentos a serem encaminhados pelos juristas que compunham a comissão que discutia no Parlamento Brasileiro a criação de um código criminal moderno no Brasil.

Neste sentido, para os limites deste trabalho, discutiremos os argumentos da segunda posição, por expressarem a tentativa de introdução de uma outra visão sobre a punição, mais moderna, e ilustrada.

Um dos argumentos empregados atribuía a insistência na manutenção das penas de morte e galés às idéias errados dos advogados acerca das penas em geral que tinham os advogados. Toda a lei civil deveria ser derivada da lei natural, que ele sublinhou como sendo a grande *lei* que impeliria os homens a fugirem das más ações e a seguirem o caminho do bem e que vinha conduzido os homens à civilização, apesar dos esforços que o despotismo, segundo ele, vinha fazendo. A promoção das instituições públicas, que permitiria ao homem conhecer seus direitos e deveres com a nação, possibilitaria o respeito entre os semelhantes. Este raciocínio conduziu a defender a criação de casas de correção, que propiciariam a instrução primária e moral pública. A pena de morte foi denunciada como injusta e desigual, sendo aplicada conforme a pessoa e não conforme o crime. E ilustrou o seu argumento:

> "Um vagabundo, um fugitivo perseguidor "(...), privado de todas as commodidades, um verdadeiro infeliz, a morte lhe não é tão penosa como do homem acostumado a todas as delicias da vida: e este último terá mais amor á vida; ao primeiro a morte é um allivio, á esse é *angustia*, é inferno. Eis- aqui, meus senhores, crimes identicos com penas desiguais."

Para legitimar os argumentos, recorria-se à citações de juristas estrangeiros; Levingston, referido ao código criminal da Luisiânia (um estado escravista dos EUA) estava sendo tomado pelos legisladores brasileiros como fonte de consulta para a elaboração do código brasileiro. Foi encomendado um exemplar do código criminal da Luisiânia e, em seguida, votou-se para que se preparasse, o mais rápido possível uma tradução do mesmo. Seguiu a defesa da abolição da pena de morte, buscando legitimidade no exterior. Afirmava-se, por fim, que a pena de morte era imoral, pois, por sua publicidade, fazia perder em parte o horror de ver derramar o sangue humano.

Vários argumentos do pragmatismo político inspirado em Bentham eram vocalizados: que a pena de morte trazia consigo a impunidade, porque ninguém quereria concorrer para a morte de seu semelhante. Quando o crime praticado previa como punição a pena de morte, as testemunhas não relutavam em depor a verdade e os juizes evitavam uma sentença fatal.

O mais interessante, contudo, é que, em seguida, o pragmatismo político cedeu aos argumentos de ordem religiosa:

> Póde por ventura tirar-se o que não póde dar-se! O direito de tirar póde ser considerado como justo, quando póde haver indemnisação.. ora, sendo a vida uma cousa que póde facilmente tirar-se mas não indemnizar-se, isto é, restituir-se a quem perdeu: está claro que não é concedido ao homem este direito, e só sim pertence á divindade, que só esta pode dar e portanto tirar. Logo, este direito, que os homens indiscretamente exercem, é uma verdadeira usurpação do direito divino.

Já o pronunciamento do autor do projeto de código criminal, Bernardo Pereira de Vasconcelos, problematizou a questão que nos parece a mais delicada para os constituintes das leis penais: a condição jurídica dos escravos[6].

> Parece-me pois que todos os senhores que fallarão sobre esta maneira devem ilustrar á commissão, sobre as penas que devem substituir a de morte e a de *galés*. Devem tambem declarar-se se este código compreende os escravos.

---

[6] *Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro: 1878, Editor: Typographia de H. J. Pinto, Sessão de 14 de setembro de 1830, Coligidos por: Antônio Pereira Pinto, Tomo: Segundo, p. 507.

Com quase toda certeza, a introdução da problemática escravista neste debate parlamentar funcionava como uma verdadeira ducha de água fria nos ânimos liberais do penalismo iluminista, mesmo que, no Brasil, as posições liberais estivessem edulcoradas pela catolicidade da intelectualidade do campo do direito. Vasconcellos reforçou seus argumentos afirmando que não haviam sido ainda tratadas as sugestões sobre que penas iriam substituir, na codificação, as de morte e galés. Na mesma sessão de 14 de setembro, o deputado Martin Francisco contestou os argumentos em prol da manutenção da pena de morte, relacionados à possibilidade de aumento da criminalidade entre os escravos; o cometimento do crime pelo escravo, sem a pena de morte, seria uma das vias para que se livrasse do jugo do senhor.

> "Disse-se que os escravos, e outros homens acostumados a serviços penosos commetterão crimes, porque melhorarião de condição indo para uma prisão sem trabalho". Sr. presidente, é sabido, que todo homem habituado ao trabalho morre quando delle é privado. Sr. presidente, a pena de morte, não é para os escravos; é sabido que elles acreditão que morrendo voltão ao seu paiz, e por este lado a pena de morte é um incentivo ao crime.

O deputado Antônio Pereira Rebouças também assumiu a defesa da abolição da pena de morte e galés. Seus pronunciamentos, fortemente inscritos na luta constitucionalista, do paradigma legalista iluminista, fazia freqüentes referências ao poder de Deus: considerou um " (...) *absurdo o poder que se arrogão os homens de a impôr contra o poder de Deus (...)".*

Com relação às galés, incitou a reflexão sobre sua ineficácia, sobretudo pela possibilidade de constituir-se em estímulo para criminosos, vindo a tornar-se "colégios e academias de depravação".

> Traterei tambem da pena de galés. Ella não é tão horrorosa como a pena de morte, nem viola igualmente os princípios naturais e sociais mais sagrados; comtudo deve ser abolida porque não melhora, antes deprava o criminoso; e quem é contra as boas vistas da legislação penal. É preso o homem e lançado na enxouvia, ahi é o seu primeiro *collegio* de depravação. É condenado, e passa ás galés; ahi a sua academia. Donde resulta, que não só se desmoralisão de todo, como que depravando-se aprendem a commeter sem horror e com sucesso, todos os crimes pelo conhecimento adquirido de prevenir e frustrar todas as cautelas e esforços que se lhes opponhão e empreguem. E se a justiça um dia alcança de *voto* o criminoso dessa ordem, é depois que elle tem posto em pratica as maiores atrocidades. A pena de galés é pois

> perniciosa em vez de conducente a melhorar o criminoso e reprimir pelo exemplo. Passe, porém, muito embora a pena de galés e nunca a de morte. (...)

J. Bentham é citado: " *(...) melhor fôra conservar a existencia ao criminoso arrependido e apto a melhorar de vida e tornar-se ainda prestável a si e á sociedade (...)"*; acompanhado de Edward Levingston, Charles Lucas, Liancourt, Esquirol, Tailandier, Wright etc.

O processo de circulação de idéias do iluminismo penal envolveu, sem dúvida, os juristas brasileiros que estiveram à frente da tarefa de codificar a primeira legislação penal pós-emancipação política. A modernização e atualização dos intelectuais do campo jurídico (em termos de leituras, autores e referências) atestam este processo. Contudo as permanências culturais revelam-se componentes constitutivos da estrutura social que dialeticamente são apropriados culturalmente (mesmo que, em algumas representações simbólicas, repetidamente) e imprimem as especificidades. No caso da formação histórica brasileira na conjuntura do primeiro código criminal, observamos a permanência de concepções atreladas ao pensamento e visão de mundo religiosa, tomista. Portanto, os efeitos de continuidade e ruptura não podem ser apreendidos aprioristicamente, e a análise social, política e ideológica deve apontar as possibilidades históricas a serem cunhadas pela dinâmica social.

Nesse sentido, a cultura jurídica é tomada como um dos aspectos constitutivos da formação ideológica. Mais que permanência cultural, sua presença faz-se ativa nas formações inconscientes e seu raio de ação é muito maior e desconhecido do que imaginamos à primeira vista. Essas permanências culturais têm perambulado pelo acontecer social, através da repetição na qual o retorno do que foi reprimido anuncia a sua presença (obviamente que não numa forma cultural "pura", mas mediada pelas várias apropriações que historicamente o condicionam).

"VOLUNTÁRIOS DE PAU E CORDA": OS POPULARES E A RESISTÊNCIA NA GUERRA DO PARAGUAI. (1864-1870)

GLADYS SABINA RIBEIRO

A guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança foi um fato que alterou toda a configuração política e geográfica dos países participantes do conflito. Contudo, as modificações causadas em dimensões mais reduzidas também nos são pertinentes. Concomitantemente ao acontecimento da campanha militar no Paraguai, diferentes batalhas – no Brasil – são travadas em busca de outros interesses, decorrentes da Guerra do Paraguai. As batalhas a que nos referimos são entre a política imperial de recrutamento e os diferentes grupos sociais, sobretudo as camadas populares, estes buscando interesses particulares e que, muitas vezes, configuram-se como fatores de resistência.

Com a finalidade de engrossar o contingente que seguiria para o campo de batalha, o império toma uma medida para o recrutamento de não-oficiais; a criação dos corpos de *Voluntários da Pátria*, em 7 de janeiro de 1865, que pretendia aflorar o patriotismo da população e oferecia uma série de atrativos[1]. Inicialmente o decreto mobilizou um grande contingente de reais voluntários, mas posteriormente com a guerra tornando-se impopular por sua longa duração, os verdadeiros voluntários tornaram-se escassos e por sua vez, o decreto que faria menção aos corpos de Voluntários da Pátria sofreria modificações – não em sua jurisprudência – em sua aplicação prática. Em certos momentos os voluntários seriam chamados de "voluntários de pau e corda" [2], tamanha truculência exercida pelos agentes de recrutamento. Todavia o decreto não menciona possibilidade de substituição e outras isenções – pois estas não seriam necessárias num corpo de voluntários, mas no final de 1865, os que eram parte do "voluntariado forçado" receberam permissão formal para pagar 600$000 para não terem de servir[3].

Nota-se que o decreto, no início, tinha como intenção atingir todos os grupos sociais para que se alistassem voluntariamente, mas posteriormente – quando passa a

interferir no âmbito privado das pessoas – a lei se voltaria somente às camadas mais pobres da população. Assim, demonstrando a face operante da lei como mediação das relações de classe como um conjunto de regras e sanções adequadas às quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder da classe dominante[4].

Na correspondência do quartel do Comando Superior da Guarda Nacional de Guarapuava, enviada ao presidente de província, em 28 de novembro 1867, podemos identificar o esforço dado ao recrutamento e cotas designadas aos postos de alistamento:

(...) para fazer chegar ao conhecimento de V. Ex ª que o número dos designados que tocou a este Commando Superior [92], não tem sido abatido quatorze que remetti logo depois dos 22 voluntários da pátria que daqui forão, o que deveria constar na Secretaria do Governo da Província.

Passo a dar as providencias que estiverem ao meu alcance **a capturar os designados que voluntariamente não quiserem seguir, para remettelos a V.Exª.**[5] (grifo meu)

Temos a possibilidade de vislumbrar que mesmo quartéis de guarda nacional eram responsáveis pela captura do voluntariado compulsório, além da cota de guardas nacionais que era cobrada incessantemente pelo governo imperial e conseqüentemente pela administração provincial. Porém a tarefa de recrutar pessoas que fossem à frente de batalha era complicada pelas mais diversas estratégias de resistência ao recrutamento, como a associação ao Partido Liberal, para ser protegido pelos chefes políticos locais, procurar refúgios em bosques ou florestas ou, ainda, se casar – esta última se mostrou muito eficiente para os que não queriam ser enviados para o Paraguai[6]. Da lista de 62 recrutados, pela Guarda Nacional de Guarapuava, em novembro de 1867, constavam 56 solteiros, 2 viúvos e 4 casados, nos dados destes casados constando sempre à observação de que não moravam com as respectivas esposas[7].

Em 21 de janeiro de 1865, o Império, por meio do decreto 3383 mobiliza a Guarda Nacional, estipula cotas para as províncias de enviados para a guerra, num total de 14.796 guardas nacionais[8]. Desta cota cabe ao Paraná enviar 416 homens, o cumprimento da meta não parecia ser difícil se considerando que a província do Paraná teria 13.217 guardas nacionais dos quais 2.974 pertenceriam à classe de reserva[9]. Entretanto nem Império, nem província, esperavam por uma resistência tão grande por parte de populares e Guarda Nacional[10] no momento de alistamento. Os guardas nacionais não poderiam pagar para se livrar da guerra, mas lhes era permitida a substituição por outro indivíduo, às substituições proporcionavam o engajamento na Guarda Nacional de despossuídos de cidadania em busca desta e de escravos sempre procurando a alforria.

As camadas populares eram compostas essencialmente por brancos pobres e negros, sendo que estes últimos poderiam ser classificados ainda como escravos, libertos ou negros livres. Quando se inicia a Guerra do Paraguai estes excluídos socialmente têm seu cotidiano alterado e suam privacidade fortemente violada, principalmente, pelo recrutamento compulsório que mudou toda a movimentação social do Império como comenta o General Queiros Duarte:

> (...) as autoridades recrutadoras, delegado de polícia e seus prepostos iam caçar o caboclo no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim, brancos, mulatos e os negros que, depois de reunidos e contados eram despachados em magotes, sem uma simples inspeção de saúde, sem se indagar da sua condição de chefe de família, para as capitais provinciais ou mesmo pra a corte... [11]

Fica claro no trecho acima que os despossuídos eram indubitavelmente os alvos dos agentes de recrutamento – inspetores de quarteirão, chefes de polícia, guarda nacionais, etc. – que estavam nas ruas procurando alcançar a quantidade de alistados destinados a cada província. Assim, todo o homem capturado pela malha do

recrutamento como suspeito de deserção, vadio, arruaceiro, gatuno, capoeira, ou órfão poderia ser enviado pra a marinha ou exército.

Neste sentido, as forças armadas passaram a ter uma função "civilizadora" onde as milícias de alistamento procuravam controlar o movimento desta população despossuída, bem como modificar suas disposições criminosas, segregando e punindo violentamente estes indivíduos para "moralizá-los" e tira-los das ruas onde perturbavam a ordem social. Visando eliminar resistentes do sistema social. Desta forma o recrutamento serviria de forma correcional e punitiva, de uma maneira que estes indivíduos ficassem susceptíveis de utilização e controle[12].

Libertos e negros livres, neste momento vivem a situação de serem alvos das patrulhas de recrutamento, por seu estereotipo os denunciarem como despossuídos, no entanto estes poderiam se fazer passar por escravos, como um trunfo contra o recrutamento. O fato de se passar por cativos seria um modo de resistência ao alistamento, de forma que alguns negros que conheciam o mundo dos brancos e sabiam da difícil relação do Estado com os proprietários de escravos, portanto, os recrutadores deveriam ter mais cuidado com os cativos. O alistamento para a Guerra do Paraguai causou uma inversão de interesses, onde negros livres e libertos diriam-se cativos para continuar com sua liberdade fora das forças militares.

As táticas escravas, para ludibriar o recrutamento têm uma conotação peculiar, pois estes teriam o intuito de ir à guerra, com o objetivo maior de adquirirem a liberdade. Como já uma das maneiras do escravo ir à frente de batalha era como substituto, mas isto dependeria da vontade de seu senhor, entretanto, a partir do momento que os escravos aprenderam que a substituição na guerra era uma via de libertação[13], passaram a imprimir uma pressão sobre os seus proprietários por meio de rebeliões, assassinatos, resistência ao trabalho e delitos, com a finalidade de serem "utilizados" como substitutos ou vendidos ao império para a servirem as Forças Armadas. Desta maneira, interferindo em providências que dizem respeito a seu próprio destino. [14] Os cativos – principalmente os urbanos – poderiam se aproveitar da

sede de recrutas do Império, e como que sem preensão cair nas malhas do alistamento por pequenos delitos, promovendo desordens e arruaças, zanzando pelas ruas após o "Toque de Recolher", proferindo impropérios e envolvendo-se em brigas, se o agora "recruta" chegasse ao chefe de policia ele poderia optar em ir à guerra ou revelar sua identidade de cativo, retornando ao cativeiro. [15] Notemos aqui a interessante inversão de papéis onde o escravo gostaria de ir à guerra, se fazendo passar por liberto ou negro livre.

Os interesses aqui em questão podem ser representados como uma espécie de triângulo social, onde em um de seus vértices estaria localizado o interesse escravo e nos outros dois estariam respectivamente os objetivos do Estado Imperial e dos proprietários escravistas. Desta maneira, os escravos traçariam suas estratégias sociais "colaborando" com os interesses de um dos dois vértices do triângulo social, desde que isso lhes fosse oportuno no sentido de alcançar seus próprios objetivos. Como fica exemplificado nas experiências de cativos que fugiam com o intuito de ir à frente de batalha no Paraguai, que supostamente estariam colaborando com a necessidade "do vértice" imperial, voltando-se contra os seus senhores – que tentavam neste momento assegurar o seu direito de propriedade – objetivando assim adquirir a alforria por meio da Guerra. Tendo em vista que as autoridades posicionavam-se contra a possibilidade de um "voluntário da Pátria" voltar a sua condição servil[16].

O que levantamos de mais importante, seria compreender os diferentes significados da onda de alistamento; que vão desde castigo e meio de moralização para os homens livres até alternativa seguida por escravos para encobrir suas fugas e garantir a liberdade. Sem deixar de salientar a imensa agitação social resultante do alistamento para a Guerra e a inversão momentânea de papéis – sobretudo – entre escravos e negros livres.

[1] BRASIL, **Colleção das leis do Império de 1865**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Decreto 3371. p. 36-9.

[2] SILVA, E. **Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo:** Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. p.42.

[3] KRAAY, H. **Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai**. Estudos Afro-Asiáticos, n 33. Rio de Janeiro, 1998. p. 119.

[4] THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 350.

[5] DEAP. Comando Superior da Guarda Nacional de Guarapuava. Pasta officios, 1867, v.16. Ap. 266 p. 118-9.

[6] DORATIOTO, F. M. **Maldita Guerra: Novas Histórias da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.265.

[7] DEAP. Comando da Guarda de Guarapuava. Pasta officios, 1867, v.16. Ap. 266, p. 120.

[8] BRASIL, **Colleção das leis do Império de 1865.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Decreto 3383. p. 45-6.

[9] PARANÁ, **Relatório do Presidente da Província**, Pádua Fleury, de 21/03/1865. Curitiba: Typographia Perseverança, 1865. p. 09.

[10] A Guarda Nacional era normalmente, organizada e subordinada a autoridades locais, por sua vez subordinados a grandes senhores e proprietários; só eram membros da guarda nacional aqueles que tivessem uma renda superior a 200$000. A centralização da Guarda Nacional no momento que era incorporada ao exército desagradou aos proprietários locais, o que causou uma dificuldade no recrutamento destes guardas nacionais, para a guerra contra o Paraguai.

[11] DUARTE Q. *Apud* SALLES R. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exercito. RJ: Paz e Terra, 1990. p.102-3.

[12]FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir***:* história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 142.

[13] Ver o exemplo do escravo Lucio, que foi apresentado como substituto do guarda nacional Francisco Neves de Macedo Rosas, no dia 06 de novembro de 1865. DEAP. Pasta Requerimentos, 1865, v.08. Ap. 227, p. 106.

[14] CHALHOUB, S. **Visões da liberdade:** uma historia das últimas décadas de escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 58.

[15] NASCIMENTO, A. P. **Do cativeiro ao mar: escravos na Marinha de Guerra.** Estudos Afro-Asiáticos, n 38. Rio de Janeiro, 2000. p. 98.

[16] SALLES R. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exercito. RJ: Paz e Terra, 1990. p. 65.

CEAS - A RESISTÊNCIA DE SETORES DA IGREJA CATÓLICA DURANTE A DITADURA MILTAR NA BAHIA

GRIMALDO CARNEIRO ZACHARIADHES[1] - UFBA

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é estudar como se deu à resistência da chamada Esquerda Católica durante o Regime Militar na Bahia. O enfoque é mais precisamente sobre o CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, uma instituição ligada aos Jesuítas que foi fundada em 1967 para dar "uma resposta, mesmo que pequena, ao regime ditatorial que se instalou a partir da década de 60 aqui no Brasil".[2]

A partir de março de 1969, o CEAS começou a publicar uma revista - os Cadernos do CEAS - para ser um instrumento de reflexão, de interpretação das mudanças por qual passava o Brasil, e principalmente o Nordeste, naquele momento histórico. Além, é claro, de ser um ponto de reação ao regime ditatorial que governava o Brasil desde 1964, vinculando os protestos que não tinham outro lugar para ecoar por causa da censura aos meios de comunicação.

O CEAS: A ESCOLHA DE UM OUTRO CAMINHO

Como a Igreja em geral, a Companhia de Jesus em toda a América Latina passou por transformações em sua atitude em relação à realidade latino-americana. A partir da década de 60, começou a incentivar a criação de *centros sociais* pelo continente. Alguns Jesuítas que trabalhavam principalmente em movimentos da Ação Católica decidiram reunir-se periodicamente para uma reflexão comum e foi desse grupo, com apoio de outros religiosos e de representantes da esquerda, que nasceu o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) com a função de elaborar e adaptar a Doutrina Social Cristã de forma que respondesse a realidade brasileira, em especial a do Nordeste.

O CEAS além de ser uma instituição de reflexão, é uma instituição pastoral, de transformação. O *Centro Social* é o principal representante da Teologia da Libertação na Bahia. A Teologia da Libertação é um movimento que surgiu na Igreja Católica latino-americana, a partir dos anos 60, e que fez uma nova interpretação dos evangelhos a partir dos problemas sociais do continente. Foi a primeira Teologia histórica a nascer no terceiro mundo e por isso sempre esteve muito 'antenada' com os problemas da população latino-americana de miséria e exploração. Como escreveu Leonardo Boff: "Proclamaram a Igreja dos pobres e com os pobres".[3]

A partir da década de 70, o Centro Social procurou uma maior aproximação com as classes populares, apoiando certos instrumentos de mobilização como sindicatos, associações de trabalhadores e de bairros, além de iniciativas de resistência dos trabalhadores rurais. Mas, esse contato com as bases tem que sempre levar em conta que os pobres são os responsáveis por sua libertação e não precisam de um partido ou intelectuais que decidam por eles. Como podemos perceber claramente na afirmação de Paulo Cezar Lisboa, no encontro das obras sociais da Companhia de Jesus em Salvador: "Não se tem uma proposta ou modelo definido de atuar na sociedade, mas seja qual for o projeto de atuação, tem que sempre levar em conta a participação crítica e autônoma do povo".[4]

O CADERNO DO CEAS: A PALAVRA DOS QUE NÃO TEM PALAVRA

O CEAS se confunde com os seus cadernos que surgiram pela necessidade de se ter uma análise lúcida da realidade, em época de difícil acesso às informações por causa da censura. Os cadernos do CEAS refletem a própria instituição e seus objetivos, são fruto das transformações ocorridas em setores da Igreja e sua clara opção pelos pobres. Nasceram da Ação Católica e por terem surgido no período do regime militar foram orientados contra o regime autoritário utilizando como armas, as forças das idéias. É importante frisar que o CEAS nunca aprovou a luta armada como saída à ditadura militar.

No caderno do CEAS, sempre ocorreu a participação dos leigos que contribuíram com as Ciências Sociais. *Os Cadernos* sempre se mantiveram abertos aos intelectuais marxistas ou a

outras correntes sócias-políticas, como bem observou o professor Crisóstomo: "Creio que a revista foi, durante todo esse tempo, (...) uma grande experiência de sincretismo baiano, um corredor, um canal de comunicação e diálogo entre setores de inspirações diversas que tem importância na formação de uma cultura política no Brasil".[5] E foi esse 'sincretismo' que deu ao CEAS e seus *Cadernos*, uma maior aceitação nas esquerdas.

Durante o regime militar, os Cadernos levaram dados, denúncias e uma outra maneira de entender a realidade nacional (diferente da imagem imposta pelos militares) e isso ocorria quando a grande imprensa estava censurada. Logo em seu primeiro número, o Caderno do CEAS transcrevia um documento da CNBB criticando o AI-5 e afirmando que: "Nosso ardente desejo, traduzido em apelo a todos os homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelo destino da Nação, é que se leve a termo, quanto possível, a redemocratização do regime".[6]

O CADERNO DO CEAS ROMPENDO OS ANOS DE CHUMBO

Os *Cadernos* serviram para romper a censura imposta pelos militares e representou uma chama viva contra o endurecimento político; serviu de denúncia contra as prisões, torturas e violência, brigando diretamente contra a ditadura. Agora, é necessário que se saliente uma coisa, os Cadernos do CEAS têm uma tiragem pequena, pois, a sua linguagem não é popular e trata os assuntos de uma forma acadêmica, então, fica mais restrito aos intelectuais, estudantes, professores e alguns grupos de profissionais liberais; talvez, seja também uma das explicações para que o CEAS nunca tenha sofrido uma invasão pelo Regime.[7] Porém, esse grupo que pode não ser tão extenso, é formador de opinião e tem uma grande influência e representação junto à sociedade civil. E isso certamente desagradava os militares.

E o maior conflito que o grupo do CEAS teve com o regime por causa dos seus *Cadernos*, foi a edição de número 27, de outubro de 1973, que foi aprendida nos correios pela polícia federal. Os *Cadernos* sempre foram todo pensado na sede do CEAS em Salvador, porém, eles eram e ainda são editados em São Paulo, pela Loyola, chegando na capital baiana pelos correios. Mas,

a edição de número 27, intitulada *Uma Igreja a caminho do povo* foi retida pela Polícia Federal ainda nos correios não chegando ao seu destino final. O que tinha nessa edição que fez a repressão tomar tal atitude extremada?

Ela reproduzia na íntegra os manifestos *Eu ouvi os clamores do meu povo*, documento dos bispos do Nordeste e *Marginalização de um povo*, documento dos bispos do Centro-Oeste; além de um pronunciamento de D.Paulo Evaristo Arns feito em 5 de maio de 1973. Foi um exemplo claro de afronta aos militares feito pelo CEAS. No seu livro *A Censura Política na Imprensa brasileira 1968-78*, Paolo Marconi cita algumas proibições feitas pela Polícia Federal à imprensa no ano de 1973, em uma delas estava sentenciada: "fica terminantemente proibida qualquer divulgação por imprensa falada, escrita ou televisada (sic) do manifesto dos Bispos nordestinos ou de referência ao mesmo, intitulado 'Eu ouvi os Clamores do Meu povo' ".[8]

O documento estava proibido de ser citado por qualquer tipo de imprensa, mas, mesmo assim o CEAS vai publicá-lo por inteiro, junto com o *Marginalização de um povo* também proibido. Mas o que expressava esses documentos que perturbavam tanto os militares? Eles eram um protesto feroz contra a ditadura, o *Eu ouvi os clamores do meu povo*, "o documento mais radical que uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964" [9]esbravejava:

> "A inviolabilidade do lar, o habbeas Corpus, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. **O terrorismo oficial** (grifo meu) instituiu o controle através da espionagem interna e da policia secreta recorrendo com freqüência à tortura e ao assassinato".[10]

Não havia mais o que esconder, estava bem claro para alguns bispos do Nordeste que assinaram os documentos junto com o Vice-provincial dos Jesuítas e o abade do mosteiro de São Bento, ambos da Bahia, que o Brasil estava sendo governado por 'Terroristas Oficiais' que utilizavam os meios mais desumanos, como tortura e assassinatos, para continuarem controlando a situação. Essa foi apenas mais uma das inúmeras vezes que a Cruz e a Espada se enfrentariam.

No ano de 1973, o movimento estudantil já estava sufocado, os movimentos sociais abafados, a imprensa e as artes amordaçadas pela censura, os partidos políticos que existiam (ARENA e MDB) controlados e as últimas resistências armadas sendo desarticuladas e seus integrantes mortos ou presos.[11] E foi nesse contexto que a oposição do clero católico se tornou cada vez mais importante. No Brasil, e particularmente na Bahia, nenhum movimento político-social de esquerda ou de reivindicações democráticas de grande repercussão ocorreu sem a participação e/ou proteção de setores da Igreja Católica.

O CEAS E O MARXISMO

O CEAS foi influenciado pelo marxismo, reinterpretando-o de acordo com a sua visão cristã. Já em seu caderno de número sete, de julho de 1970, intitulado *Marx, Cristianismo, Luta de classes;* era transcrito o texto do jesuíta italiano Oswald Von Nell que afirmava que Marx ensinou aos cristãos que "as estruturas sociais concretas não devem ser aceitas assim como se apresentam, como se fossem estruturas naturais; estas não são (...) categorias 'eternas' elas, muito mais do que um 'dado', são um problema".[12]

Segundo o sociólogo brasileiro Michael Löwy, os teólogos da Libertação utilizaram o marxismo para responder aos problemas do seu tempo, reformulando-o de acordo com sua concepção religiosa e também de sua experiência social, adaptando-o a sua realidade latino-americana, pois, o marxismo além de ser uma ciência social, se baseia em uma opção de conhecimento da

realidade, mas, para transformá-la. E carrega em si uma utopia futura de libertação dos trabalhadores, ou seja, dos pobres, dos excluídos.[13]

Um dos textos publicado no caderno do CEAS que mais causou impacto político na Bahia estava no Caderno 37, *Que faria São Tomás de Aquino diante de Karl Marx?* De Dom Hélder Câmara. Era a descrição da palestra que o Arcebispo fez na Universidade de Chicago pela comemoração do sétimo centenário da morte de São Tomás de Aquino. Esse texto é bem representativo do pensamento do CEAS em seu diálogo com o marxismo. Ele começava o texto afirmando que: "A primeira vista, não é fácil entender e aceitar, que nos Estados Unidos, em pleno século XX, a Universidade de Chicago, gaste tempo para comemorar o 7º centenário da morte de S. Tomás de Aquino".[14]

Ele propunha que a Igreja norte-americana procurasse interpretar um pensador contemporâneo, Karl Marx. E aos que poderiam se negar a fazê-lo, pois, ele era "materialista, ateísta militante, agitador, subversivo, anticristão" ele avisava:

> "Quando um homem, filósofo ou não, empolga milhões de criaturas humanas, sobretudo de jovens; quando um homem inspira a vida e a morte de grande parte da humanidade, e faz poderosos da terra tremer de ódio e de medo, este homem merece que o estudemos, como certamente o estudaria quem enfrentou Aristóteles e dele soube destacar tudo o que havia de certo".[15]

O autor destacou que apesar do pensamento e prática marxista assustarem os cristãos, eles (o pensamento e prática marxista) deveriam ser entendidos e não abandonados. Então, o Arcebispo de Olinda e Recife propôs que se começasse logo o diálogo entre os Cristãos e os marxistas na Igreja norte-americana, pois, mesmo com certas divergências de visões da realidade, de concepções da existência, porém, no final eles tinham um mesmo fim que era a libertação (ou emancipação) do povo, existia um ideal de mudança, de luta contra os poderosos.

[1] Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
[2] Marivalda Dantas dos REIS, *Estudo de Caso: CEAS - Centro de Estudos e Ação Social*, p.11.
[3] Leonardo BOFF.*A Teologia da Libertação - balanços e perspectivas*, São Paulo: Editora Ática: 1996. P.9.
[4] Caderno do CEAS nº143. pp61-62.
[5] Caderno do CEAS.nº150, março/abril, 1994. P.18.
[6] Caderno do CEAS, nº1, março, 1969.P.5.
[7] Mas, isso não quer dizer que os integrantes do CEAS não tivessem tido problemas com os militares. Além de processos, o Padre italiano Cláudio Perani só não foi mandado de volta para a Itália por causa da ação enérgica do bispo Dom Avelar Brandão Vilela que foi buscá-lo no aeroporto dois de julho.
[8] Paolo MARCONI, *A Censura Política na Imprensa brasileira 1968-78*, São Paulo: Global editora, 1980. P.254.
[9] Márcio Moreira ALVES, A *Igreja e a política,* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978. p. 299.
[10] Caderno do CEAS, nº27, outubro, 1973, p.50.
[11] Para saber mais sobre o movimento estudantil na Bahia no período ver as dissertações de mestrado da FFCH-UFBA: Silvio C. S. BENEVIDES, *Proibido proibir – Uma geração na contramão do poder;* Antonio Mauricio Freitas BRITO, *Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969);* José Alves DIAS, *A subversão da Ordem: Manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia*; Antonio Eduardo Alves de OLIVEIRA, *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Sobre a Luta Armada ver Sandra Regina B. da SILVA, *"Ousar lutar, ousar vencer": histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*.Sobre o PC do B, ver Andréa Cristiana SANTOS, *Ação entre Amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. E sobre a importância da Igreja na rearticulação dos movimentos sociais na década de 70 ver, Maria Victória ESPIÑEIRA, *O partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros*.
[12] Caderno do CEAS, nº7, julho, 1970, p.9.
[13] Michel LÖWY. *A guerra dos deuses*. Religião e política na América Latina. Petrópolis, Rj: Editora Vozes.
[14] Cadernos do Ceas nº37.p.52.
[15] Cadernos do Ceas nº37.P.53.

AS MÁXIMAS DO MARQUÊS:
MORAL E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE MARIANO JOSÉ DA FONSECA*

Guilherme Pereira das Neves
Departamento de História
Universidade Federal Fluminense

> As *Memórias póstumas de Brás Cubas* serão um romance? Em todo o caso são mais alguma coisa. O romance aqui é simples acidente. O que é fundamental e orgânico é a descrição dos costumes, a filosofia social que está implícita. [§] Esta filosofia define-se facilmente evocando os dois nomes de La Rochefoucauld e Sancho Pança. Com efeito vemos de um lado o ceticismo, perguntando se atrás de um ato que desperta o entusiasmo e desafia a crítica e a malevolência, não há motivos recônditos que o reduzem a proporções de um fato qualquer banal. De outro, há a satisfação, há o contentamento, que acha que tudo vai muito bem, no melhor dos mundos imagináveis.[1]

A certa altura do segundo volume da História da inteligência brasileira, algumas páginas em letra menor reproduzem a crítica que o autor havia feito em 1959 a uma edição das Máximas, pensamentos e reflexões do marquês de Maricá. Para Wilson Martins, trata-se de um "perfeito manual da mediocridade satisfeita consigo mesmo", capaz de diluir "todos os lugares-comuns de um espírito limitado, todos os postulados da sabedoria doméstica, todas as tolices da filosofia cotidiana, num volume de 2370 banalidades condensadas." Ainda que forneça diversos exemplos devastadores desse "indigesto viático da pobreza mental", o olhar do crítico alcança mais longe, quando observa que o "extraordinário sucesso editorial" do livro constitui um documento excepcional sobre sua época, que "os especialistas até hoje desprezaram". Mais adiante, com a ironia de quem asssume o tom impostado do moralista, acrescenta:

> pode-se afirmar que nenhum outro livro nos ajuda a melhor compreender o Brasil e, em particular, o Brasil do século XIX; nenhum outro será mais esclarecedor sobre a nossa política, a nossa economia, a nossa literatura, em uma palavra: sobre o que poderíamos chamar a nossa civilização. Esse livro é um altímetro, não só em si mesmo, mas pela acolhida que encontrou: ler seriamente o Marquês de Maricá é um gesto que define um homem, é uma atitude que compromete um povo. O Marquês tem a trivialidade insondável e contagiosa: lê-lo, é arriscar-se a uma crise duradoura, muitas vezes incurável, de estupor; admirá-lo, é uma ofensa à inteligência.[2]

Apesar dessas admoestações, assentei Mariano em minha alça de mira por conta de um projeto de pesquisa, em que, tendo por base trabalhos anteriores, quero investigar as chamadas *linguagens políticas* presentes no mundo luso-brasileiro de fins do século XVIII e inícios do XIX.[3] Tal intuito não pode fugir de um reexame dos movimentos rebeldes que antecederam a Independência de 1822, na medida que são os autos das respectivas devassas que reúnem – sob pressão, é verdade – as manifestações mais explícitas do que formava, então, o universo mental da América portuguesa em termos políticos.[4] Não obstante, cabe buscar um antídoto para os vapores perversos que tendem a desprender-se desse tipo de documentação.[5]

É esta a justificativa para o exame de Maricá e suas máximas. Nascido em 1773, Mariano, porém, ao contrário de um grande número de implicados nesses movimentos rebeldes, viveu a maior parte de sua vida após o episódio que o levara, aos 21 anos, não só à prisão, como à potencial condição de herói da nação-em-seu-berço, que jamais alcançou. Em compensação, ao morrer, em 1848, aos 75 anos, ele se tornara o paradigma daqueles *homens de casaca*, cuja dignidade e prestígio no Segundo Reinado decorriam da mesma ojeriza à desordem e a uma esfera verdadeiramente pública de poder que tinha motivado o conde de Resende a prendê-lo em 1794.[6]

Essa trajetória envolve com certeza uma série de possibilidades biográficas, que podem ser mais ou menos favoráveis ao caráter e à consistência intelectual de Maricá. Contudo, apesar do título, este trabalho não pretende desvendá-las. Sua pretensão situa-se em outro plano, próximo daquele a que Wilson Martins aludiu, quando observou o pouco interesse dos estudiosos pelo enorme sucesso editorial das máximas. Trata-se de verificar até que ponto o implicado na devassa de 1794; o auxiliar do vice-rei após 1802; o deputado e censor do período joanino; o ministro e senador do primeiro reinado e das regências; e, *last but not least*, o ancião, reverenciado por todos, no final da vida, converge ou diverge, em qualquer desses momentos, da tradição intelectual luso-brasileira – caso seja possível precisar em que isso consiste. Mais do que a biografia de um indivíduo, este trabalho pretende ser a abordagem biográfica de uma sensibilidade, de uma forma, ou *fôrma*, mental, da qual Mariano José Pereira da Fonseca constituiria um dos paradigmas.

Apontando nessa direção, Pedro Meira Monteiro, num livro recente, apesar de algumas restrições que se pode fazer à abordagem adotada, chamou a atenção para algo até agora pouco salientado.[7] Como Mariano, também José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, 23 anos mais velho e com uma trajetória muito semelhante, revelou uma aguda preocupação moral, ou moralizante, que, entre outras, se traduziu nos cinco volumes de 1824/25 intitulados *Constituição moral e deveres do cidadão, com exposição da moral pública conforme o espírito da Constituição do Império*.[8]

Essa inclinação do visconde não implica em encontrar um novo Cairu moralista, distinto do mais conhecido Cairu economista. Ao contrário, trata-se de perceber como essas duas facetas integravam o seu universo mental; e, poder-se-ia acrescentar, o de sua época. E desse exame, o que se evidencia, no fundo, não é apenas a revelação de Deus na *mão invisível* a que recorre o economista Cairu.[9] É sobretudo o lugar central que a religião cristã continuava a ocupar no pensamento de Silva Lisboa e de seu meio. Como assinala com propriedade Anoar Aiex, o responsável pela reedição da *Constituição moral*, para "o fervoroso católico Silva Lisboa, o Cristianismo é o ponto de partida e o ponto de chegada de toda a moralidade do mundo ocidental."[10]

Sem dúvida, essa atitude não discrepa de uma certa tradição portuguesa, com raízes em autores do século XVII como Francisco Manuel de Melo e Manuel Bernardes.[11] Resultado semelhante, quanto à importância dessas reflexões morais, uma nascente história do livro e da leitura no Brasil tem obtido em seus estudos das listas da censura e dos catálogos de bibliotecas, como mostra o trabalho que acaba de sair de Leila Algranti.[12] Mesmo dentre o conjunto de 356 livros enviados de Lisboa para a Bahia pelo ilustrado Francisco Agostinho Gomes, ao redor de 1800, podem ser encontrados, além de obras de La Rochefoucauld, La Bruyère e Fénelon, pelo menos o *Casamento perfeito* do teólogo Diogo Paiva de Andrade (1630) e os *Apólogos dialogais* de Francisco Manuel de Melo (1721, póstuma), embora também aí se incluíssem as *Reflexões sobre a vaidade dos homens* de Matias Aires (1752), talvez a única nota dissonante em toda essa vasta literatura.[13] Ainda para Silvestre Pinheiro Ferreira, provavelmente o mais sofisticado pensador no mundo luso-brasileiro da primeira metade do século XIX, as questões morais continuavam a ter um peso enorme, como mostrou Maria Beatriz Nizza da Silva.[14]

Na realidade, impelidos por suas crenças religiosas, Cairu e Maricá identificam-se com o idioma moral denominado por M. Oakeshott de "moralidade do bem comum".[15] Aliás, como convém ao fato de o primeiro ser o autor de uma obra intitulada *Estudos do* bem comum *e economia política*. Na lógica desse esquema mental, os homens já constituem unidades independentes, capazes de realizar atividades de acordo com seus interesses próprios; mas estão encarregados de encetar uma única empresa comum, na qual sua individualidade deve ser suprimida sempre que se choca com os interesses daquela sociedade de que todos fazem parte. Este é o "bem social" ou o "bem de todos", e fica difícil deixar de identificá-lo com a busca da cidade de Deus na Terra.

Por outro lado, essa *moralidade do bem comum* se opõe a uma "moralidade da individualidade", que pressupõe indivíduos que se envolvem num empreendimento de tomar e ceder, de dar e receber, de comprar e vender, de acordo com regras que procuraram, em algum momento, definir, da melhor maneira que lhes foi possível, sob a forma de um *contrato*. É este o idioma característico dos Tempos Modernos, pelo menos desde Hobbes, que se desenvolve em consonância com as teorias do direito natural de Grotius e Pufendorf, para encontrar sua concepção mais acabada na idéia de uma sociedade *comercial*, anunciada nas páginas de *The Spectator* e construída conceitualmente com a contribuição da *história conjectural* escocesa, dos ensaios de Hume e das obras de Adam Smith.[16] Paralelamente, no campo propriamente moral, essa lógica encontrou o seu paradigma em Francisco VI, duque de La Rochefoucauld.[17]

Compreende-se então a dificuldade que Cairu tinha para lidar com este célebre moralista. La Rochefoucauld representava o risco de substituir o mandamento cristão por um jogo cego de paixões, que tinham seu fundamento no terreno completamente secular do *amor-próprio*. Para Silva Lisboa, a obra francesa, enaltecida por Voltaire, só continha "Moral Mundana; pois faz o

quadro dos homens como são no estado corrupto, e não como deviam e podiam ser, se adotassem a Moral Cristã."[18] Isso porque esses

> Escritores modernos, que não têm por estrela polar a Revelação do Evangelho, [...] entronizaram o *amor próprio*, ou o *egoísmo*, como o ídolo da vida e o único real estímulo dos atos humanos, pelo qual cada indivíduo procura o seu bem e melhoramento, com preferência e ainda à custa do de seus semelhantes.[19]

Sem dúvida, em La Rochefoucauld, os sentimentos adquirem autonomia em relação à vontade e ao raciocínio. Assim, a "duração de nossas paixões não está mais sob nosso controle do que a duração de nossa vida" (máxima 5). Com isso, o conhecimento adquire um caráter ambíguo, que leva a verdade a "não fazer tanto bem ao mundo quanto suas aparências fazem mal" (máxima 64), ao passo que a amizade torna-se, no final das contas, "um comércio no qual o amor-próprio sempre se propõe uma vantagem" (máxima 83). De fato, é essa tensão entre o vício e a virtude, constantemente reiterada e resultado de um certo desencantamento com o homem, por força de um "pessimismo jansenista, de origem agostiniana", segundo Monteiro, que distingue La Rochefoucauld.[20]

Dessa oposição decorre a pretensão do visconde de estabelecer e divulgar as regras morais capazes de preservar a sociedade brasileira da desolação provocada na Europa pela Revolução Francesa, que, para ele, representava a vitória do *sistema egoístico* defendido por tais autores. Por isso, conforme Monteiro, a *Constituição moral* constitui "um discurso fundador, que procura afugentar o fantasma revolucionário, [...] conformando uma idéia do Império que, de certa forma, seria vencedora em nossa história, porque se perfaz na conservação da Ordem, contra todo arroubo revolucionário".[21]

Com esse intuito, Cairu funda sua mensagem civilizadora na idéia de uma benevolência, cuja origem residiria numa simpatia humana, que vai buscar, porém, surpreendentemente, em Adam Smith.[22] Contudo, como mostra Nicholas Phillipson, a idéia de simpatia nada tem a ver com a de benevolência nem com a de caridade cristã. Simpatia, para Smith, constitui um sentimento moral que corresponde à modalidade de relacionamento humano que se estabelece numa sociedade *comercial* – em oposição a uma sociedade tradicional – e exige a elaboração de "um homem interior" que atue como juiz do comportamento adotado.[23] Ou seja, a simpatia não consiste de algo natural, concedido ao gênero humano por Deus, mas é o produto de um certo desenvolvimento histórico e equivale, ao mesmo tempo, a uma sensibilidade que deve ser prezada e cultivada para existir e florescer, como tinham anunciado Addison e Steele em *The Spectator*, no início do século XVIII. Ou seja, Smith estava preocupado em evidenciar, ainda de acordo com Phillipson, que "a busca da propriedade se tinha tornado uma alternativa para a busca da virtude; e que a sociedade voluntária e os cafés tinham surgido como uma alternativa à *polis*".[24]

Compreender, por conseguinte, quer a *Constituição moral* do visconde de Cairu, quer as *Máximas, pensamentos e reflexões* do marquês de Maricá, significa pensá-las, não importa seu valor moral, filosófico, literário ou histórico, contra esse pano-de-fundo luso-brasileiro de um

casuísmo moral onipresente, de base religiosa, cujas raízes recuam até os contemporâneos de La Rochefoucauld, mas constantemente assediado desde então pela presença desse idioma da moralidade individual que este último e outros tinham colocado em circulação.

Sob esse ângulo, às máximas de Maricá, aplica-se com propriedade a máxima 142 de La Rochefoucauld: "É do caráter dos grandes espíritos dar a ouvir muitas coisas em poucas palavras, *enquanto espíritos pequenos, ao contrário, têm o dom de falar muito e nada dizer*."[25] Como salienta Wilson Martins, dominado "por maciça mediocridade intelectual," Maricá "atirou-se, por paradoxo, a um gênero que exige acuidade e vigor de espírito", acabando por criar "a filosofia do lugar-comum". Afinal, para o marquês, "[n]ão é menos funesto aos homens um superlativo engenho, do que às mulheres uma extraordinária beleza: a mediocridade em tudo é uma garantia e penhor de segurança e tranqüilidade."[26] Como resultado, para ele, o mundo é a tal ponto um livro transparente, revelado por Deus, que se fica indagando a razão de qualquer esforço intelectual. Aliás, ele mesmo diz: "Muita luz deslumbra a vista, muita ciência confunde o entendimento" (máxima 384) e "[b]em poucos seriam os livros se contivessem apenas verdades" (máxima 743).

Pouco se conhece, porém, sobre a formação intelectual de Maricá e, por limitações editoriais, não será possível traçar aqui o percurso da vida de Mariano através de suas atividades públicas, como seus pareceres para a censura, nem uma análise, ainda que bastante sumária, dos livros que possuía em 1794.[27] Contudo, quanto ao envolvimento de Mariano na chamada conjura carioca, vale destacar um curioso testemunho do naturalista Freire Alemão, recolhido a partir de informações de um genro do marquês em 1850, que se encontra na Biblioteca Nacional.[28] De acordo com o documento, quando Mariano retornou ao Rio após seus estudos em Portugal, transcorriam "os espantosos sucessos da Revolução Francesa" e já tinham "ocorrido os fatos da chamada Inconfidência de Minas Gerais", o que fazia com que o governo andasse "suspeitoso". Amigo de ler, Mariano "costumava ajuntar-se de noite com mais quatro amigos [...] e aí liam os jornais franceses da época, e como neles se agitavam as questões mais altas de política, de Religião e de Moral". Contudo, uma "das pessoas admitidas a essas reuniões, nada tinha de literária". Em algum momento, pede

> este sujeito um pouco de dinheiro emprestado ao Mariano, que vendo que seria dinheiro dado e não emprestado, se recusou; falou a outros dos sócios, e obtendo a mesma resposta, entendeu que se devia vingar; e com efeito foi denunciá-los ao vice-rei conde de Resende, dizendo-lhe (provavelmente) que liam jornais franceses [...], que aplaudiam as suas doutrinas [...] e falavam contra El-Rei, contra os governos monárquicos, etc. etc.

Libertado somente mais de dois anos depois, Mariano, ao retirar-se "para sua casa, nunca mais quis freqüentar reuniões nem associar-se em ajuntamento algum."

Caberia então atender àquela questão inicial e considerar até que ponto suas idéias discrepavam, naquele momento, da tradição intelectual dominante no mundo luso-brasileiro? Ao sair da prisão e decidir nunca mais "freqüentar reuniões nem associar-se em ajuntamento algum",

como registrou Freire Alemão, exatamente o quê Mariano estava deixando para trás? Por mais que possuísse livros de autores proibidos, como o *abbé* Raynal, J.-J. Rousseau e Louis Sébastien Mercier, e deles fizesse uma leitura menos inocente do que procurou convencer o desembargador Cruz e Silva, dificilmente tratar-se-ia de um pensamento revolucionário, oposto à monarquia e à ordem vigente. A essa altura, a censura tornara-se em grande medida uma farsa, suficientemente trágica às vezes para levar alguém à enxovia, mas, com maior freqüência, algo perfunctório, que mesmo indivíduos indubitavelmente conservadores, como Azeredo Coutinho, ignoravam.[29] Na realidade, não é possível equacionar nesse período livro proibido com pensamento subversivo. É mais provável, assim, que a motivação de Mariano fosse aquele anseio de informação intelectual e de participação na vida pública, sob a forma de associações voluntárias, que marcou o século XVIII e que está na raiz do que se denominam as *Luzes*. Até mesmo em Portugal e seus domínios. Afinal, faz sentido um radical, em 1794, sair corrigido e domesticado da prisão em 1797? Ou mostra-se mais plausível um moderado, preso por excesso de zelo da autoridade, decidir afastar-se da esfera pública e tratar de *cultivar o seu jardim*, ainda que, na primeira oportunidade, alguns anos depois, revele-se disposto a envolver-se novamente com a administração régia, como faria em 1802, quando passou a servir ao vice-rei, D. Fernando José de Portugal? Por outro lado, não deixa de surpreender o fato de que a experiência da prisão injusta e prepotente não tenha tido o efeito de provocar algum tipo de crítica à ordem vigente nos anos seguintes. Pelo contrário, no caso de Mariano, todo o esforço parece ter sido no sentido de conformar-se melhor aos modelos disponíveis, seja em seus escritos, nas funções que exerceu ou nas idéias que externou.[30]

Esse anseio, que Maricá partilhava com a maioria de seus contemporâneos, aponta para a presença de algo mais do que a sua deficiência intelectual. Na realidade, é como se estivessem todos contidos num mesmo universo mental, atuando este como uma daquelas *prisões de longa duração* a que se referia Braudel para definir o alcance de uma mentalidade. Recorrendo a outro aparato conceitual, pode-se argumentar também que as semelhanças apontadas não decorrem de alguma impalpável *mentalidade*, mas sim de um vocabulário muito semelhante, articulado por meio de uma sintaxe cujas regras há muito estavam fixadas. Ou seja, decorrem daquilo que J. G. A. Pocock denomina, entre outras coisas, de *uma linguagem política*.[31]

Para concluir, isso permite enunciar três questões fundamentais, estreitamente ligadas à elaboração deste trabalho. A primeira, de caráter mais metodológico, diz justamente respeito à validade desse "traiçoeiro campo" das linguagens políticas, originária de historiadores ligados a Cambridge, mas em nada incompatível com outras abordagens semelhantes, como a lexicometria francesa e a história dos conceitos alemã.[32] Na realidade, essas diversas estratégias de investigação, complementares sob muitos aspectos, buscam todas desenvolver uma maneira para lidar com este mais elusivo dos objetos históricos, o pensamento de um agente ou de um grupo em dado momento. Como captá-lo sem ser através de metáforas como as mencionadas *prisões*

de Braudel ou o *outillage mental* de Febvre? Como situá-lo no tempo sem criar uma cadeia de idéias que aponte etnocentricamente para o presente? Como lidar com a utilização de um autor por outro sem escorregar no terreno estéril das influências e oposições? Mais problemático ainda: como correlacionar o pensamento de alguém com o de seus contemporâneos, de modo a identificar redes de sentidos e intenções, sem cair na armadilha de atribuir-lhes uma identidade *a priori*, freqüentemente escondida pelo nome de ideologia?

No entanto, o recurso às linguagens políticas implicam em três advertências. A concepção das linguagens políticas assenta necessariamente numa teoria não-instrumental da linguagem humana, quer dizer, pressupõe, tal como H.-G. Gadamer, por exemplo, que "o mundo seja linguagem".[33] Segundo, é preciso não esquecer que as linguagens são históricas e que é característica dos Tempos Modernos a concorrência de várias linguagens num mesmo ambiente. Por fim, não é possível fazer história das linguagens políticas sozinho. Sob esse aspecto, este trabalho, mais que um resultado, é um convite para que um maior número de historiadores se disponham a aprender a falar a linguagem das linguagens políticas.

E como se aprende a falar a linguagem das linguagens políticas? Aqui reside a dificuldade da segunda questão, de cunho mais teórico. Como a criança adquire a fala, aprende-se em contato com aqueles que dominam alguma linguagem política. Isso quer dizer que o processo envolve o historiador e sua fonte, ou fontes, num processo histórico específico, o que, por mais que possa ser racionalizado, implica num esforço sem fim de aprofundamento e em resultados que não podem ser definidos como propriamente *científicos*, resultantes da aplicação de um método cartesiano, mas, sim, como uma (re)atualização da consciência que se tinha do problema ao partir.[34] Em suma, trata-se de um procedimento *hermenêutico*.[35] Ler o marquês de Maricá de verdade não é só *um gesto que define um homem* ou *uma atitude que compromete um povo*, mas é sobretudo uma abertura para deixar de falar como ele.

Por fim, a terceira questão. Para ir mais fundo na compreensão dessa linguagem das Luzes luso-brasileiras, a que Maricá como Cairu pertenciam, torna-se indispensável um exame mais cuidadoso e mais variado dos discursos que a compuseram, a fim de dar conta dos ecos e das reverberações que trouxe consigo. Nesse sentido, por exemplo, a benevolência de fundo cristão advogada por Cairu e Maricá situa-os nos antípodas do pensamento moderno. Como observam I. Hont & M. Ignatieff em um artigo extraordinário, de muitos anos atrás, uma das perguntas centrais para Adam Smith consistia em saber como "era exatamente possível na sociedade moderna [afinal,] contar-se com a refeição de cada dia graças ao amor-próprio do 'açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro' e não graças à 'humanidade' [ou *benevolência*] deles?" Por isso, "[i]mputar a benevolência como um motivo ou uma causa dos resultados distributivos da sociedade moderna era deixar de tomar o homem como ele realmente era [...]."[36]

Na realidade, baseados na nova linguagem da economia política, esses argumentos de Smith e outros, como dizem ainda os mesmos dois autores,

> foram desenvolvidos no ambiente de um intenso debate no século XVIII sobre a desigualdade e o luxo nas modernas sociedades comerciais e, como argumentos, foram concebidos enquanto uma defesa da modernidade contra aqueles que condenavam a sociedade comercial tanto do ponto-de-vista do ideal [...] clássico de uma república virtuosa, que delegava o trabalho produtivo aos escravos, quanto do ideal cristão da sociedade como uma comunidade positiva de bens.[37]

Num certo sentido, apesar de recorrer pragmaticamente às Luzes, o mundo luso-brasileiro de fins do século XVIII e inícios do XIX, ao mesmo tempo, não só *delegava o trabalho produtivo aos escravos*, como partilhava aquele *ideal cristão da sociedade como uma comunidade de bens*. Dada então essa tensão das Luzes luso-brasileiras com a modernidade, vem à mente um dilema que Franco Venturi enunciou de maneira exemplar:

> Em toda a Europa do século XVIII, um dos problemas mais difíceis é compreender exatamente até que ponto essa racionalização [das Luzes] é técnica, quer dizer, puramente instrumental, no interior de estruturas mentais que a dominam e enquadram – e até que ponto, ao contrário, essa nova mentalidade é capaz de erodir e de dissolver os próprios quadros que a mantêm acorrentada e a entravam.[38]

Se este trabalho não está equivocado, é então no diálogo com as fontes de fins do século XVIII e inícios do XIX, em busca das linguagens que falavam, para construir o seu mundo, portugueses da Europa e portugueses da América – como o marquês de Maricá e o visconde de Cairu – que a resposta poderá ser buscada. E talvez esta resposta acabe por revelar também que o maior, senão o único desafio à linguagem moralizante, de que aqui se tratou, somente surja, como bem percebeu Capistrano, algumas décadas depois da morte de Maricá, com a ironia corrosiva que Machado de Assis introduziu nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*.[39] Mas isto é outro tempo e outra história.

NOTAS

* Trabalho realizado com o apoio de uma bolsa de produtividade de pesquisa, nível II, concedida pelo CNPq. Agradeço também o estímulo propiciado por um grupo de excelentes orientandos de Graduação e de Pós, com quem venho discutindo as questões envolvidas neste artigo há vários anos. Agradeço por fim a Cristiane Maria Marcelo, Tarcísio de Souza Gaspar, Aline Brito de Oliveira e Gilmar Alvim pela transcrição de documentos.

1 J. Capistrano de Abreu. Crítica na *Gazeta de Notícias* de 30 jan 1881. In: *Ensaios e estudos: crítica e história, 4ª série*. Ed. de J. H. Rodrigues. Rio de Janeiro / Brasília, Civilização Brasileira / INL, 1976. p. 197. Fui levado a esta observação por João Cezar de Castro Rocha. *O exílio do homem cordial: ensaios e revisões*. Rio de Janeiro, Museu da República, 2004.

2 *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978. v. 2, p. 278-82. Grifo meu.

3 O projeto em andamento intitula-se "As Linguagens do império: cultura e política no mundo luso-brasileiro (1777-1824)".

4 Para isso, ver Guilherme Pereira das Neves. De 1789 a 1798: percursos da francesia na Bahia. *Revista da SBPH*. Curitiba, 18:93-101, 2000 e A Conspiração dos Suassunas em Pernambuco, 1801: um convite à pesquisa. *Revista da SBPH*. Curitiba, 14:63-70, 1998. Para o período da Independência, ver o recente Evaldo Cabral de Mello. *A Outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004 e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência*. Rio de Janeiro, Revan / FAPERJ, 2003.

5 Seria o caso, por exemplo, de Luís Gonzaga das Virgens na Bahia de 1798. Cf. As letras de Luiz Gonzaga das Virgens. Comunicação apresentada à XXIII Reunião Anual da SBPH, Curitiba, julho 2003, disponível em http://www.historia.uff.br/artigos/neves_letras.pdf.

6 Para a biografia de Mariano, ver o depoimento escrito pelo próprio Mariano, transcrito em S. A. Sisson. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília, Senado Federal, 1999, v. 2, p. 214-6, além da transcrição de alguns documentos e a indicação de muitos outros nos anexos às *Máximas, pensamentos e reflexões do marquês de Maricá*. Edição dirigida e anotada por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Casa de Rui Barbosa, 1958, p. 439-503. Ainda são úteis os comentários de Innocencio Francisco da Silva em *Diccionario Bibliographico*

Portuguez. Lisboa, Imprensa Nacional, 1862. v. 6, p. 147-8. A expressão grifada é do padre Feijó e encontra-se em Roderick J. Barman. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford, Stanford Univ. Press, 1988. p. 237.

7 Trata-se de *Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de la Rochefoucauld*. São Paulo, Boitempo / FAPESP, 2004. A obra adota um ponto-de-vista que talvez possa ser caracterizado, para fins de simplicidade, como *pós-modernista*, combinando elementos cuja presença parece ditada mais por razões estéticas do que lógicas.

8 Os primeiros três volumes, com estudo introdutório e notas de Anoar Aiex, foram recentemente reeditados em João Pessoa, pela Editora Universitária, 1998. Por comodidade, consultei esta versão atualizada quando necessário.

9 Cf. José da Silva Lisboa. *Estudos do bem comum e economia política*. Rio de Janeiro, IPEA / INPES, 1975. p. 62 e Monteiro, *Um moralista ...*, nota 93, p. 181-2.

10 Estudo Introdutório. In: *Constituição ...* [1998], p. xxi.

11 Para tanto, ver a clássica *História da literatura portuguesa* de António José Saraiva e Óscar Lopes, 5ª ed., Porto / Lisboa, Porto / Fluminense, s/d, em especial, p. 443ss e Hernani Cidade. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra, Coimbra Editora, 1939-43. 2v, v. 1, p. 314ss. Ver ainda João Palma Ferreira (org.). *Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981 e Anna Maria Moog Rodrigues (org.). *Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro, PUC-RJ / CFC / Documentário, 1979.

12 Ver *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo, HUCITEC / FAPESP, 2004. E também Luiz Carlos Villalta. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance. Comunicação apresentada ao 2º Colóquio do PPRLB, Rio de Janeiro, 2004, disponível em http://www.realgabinete.com.br/coloquio/autor.asp?indice=78; e ainda Lúcia Maria Bastos P. Neves. Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, 23:61-78, 1993.

13 Ver Lúcia Maria Bastos P. Neves e Guilherme Pereira das Neves. A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da Ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil. Comunicação apresentada ao 2º Colóquio do PPRLB, Rio de Janeiro, 2004, disponível em http://www.realgabinete.com.br/coloquio/autor.asp?indice=42.

14 Ver *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa, Sá da Costa, 1975.

15 Para isso, ver as páginas iniciais do ensaio "The Moral Life in the Writings of Thomas Hobbes" [1962] em Michael Oakeschott. *Rationalism in Politics and Other Essays*. New and Expanded Edition. Indianapolis, Liberty Fund, 1991. p. 295-350, em particular, p. 296-7 e 298.

16 Ver Karen O'Brien. *Narratives of Enlightenment: Cosmopolitan History from Voltaire to Gibbon*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1997, em particular p. 132-6; Istvan Hont & Michael Ignatieff. 'Needs and Justice in the *Wealth of Nations*: An Introductory Essay' e Nicholas Phillipson. 'Adam Smith as Civic Moralist' ambos in: Istvan Hont & Michael Ignatieff (eds.). *Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1985. p. 1-44 e p. 179-202, respectivamente. Para Hume, vejam-se os *Ensaios políticos*. Ed. de Knud Haakonssen. Trad. de P. Pimenta. São Paulo, Martins Fontes, 2003 e, para Smith, em especial, a *Teoria dos sentimentos morais*. Trad. de Lya Luft. Revisão de Eunice Ostrensky. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

17 Para este autor, cf., além das *Oeuvres complètes*. Édition établie par L. Martin-Chauffier, revue et augmentée par Jean Marchand. Paris, Gallimard, 1964 (Bibliothèque de la Pléiade), o segundo capítulo, "Leituras cruzadas", de Monteiro, *Um moralista ...*, p. 73-187, e a ampla bibliografia que fornece.

18 Primeiro capítulo do "Apêndice" à *Constituição ...*, apud Monteiro, *Um moralista ...*, p. 248-9.

19 *Constituição ...* [1998], p. 65.

20 Monteiro, *Um moralista ...*, p. 248. Para as máximas de La Rochefoucauld, cf. *Oeuvres complètes....* Por pura irresponsabilidade, todas as traduções são minhas.

21 Monteiro, *Um moralista ...*, p. 34. Em mais de uma passagem (p. 122-3, 192, 222, p. ex.), Monteiro menciona seja a repulsa de Cairu a Volney (1757-1820), seja a identificação a que procede de seus adversários intelectuais como "arquitetos de ruínas" ou expressões equivalentes, em oposição à valorização das ruínas por Gibbon. No entanto, não parece ter-lhe ocorrido que o longo capítulo 22, intitulado "Origine et filiation des idées religieuses", o ante-penúltimo de *Les ruines ou méditation sur les révolutions des empires* (1791), conduz o argumento de Volney à questão central do papel que a intolerância e o fanatismo gerados pelas religiões exercem na derrocada dos impérios; podendo-se acrescentar que uma tradução das páginas iniciais deste texto circulou entre os implicados na inconfidência de 1798, quando Cairu residia na Bahia. Cf. Volney. *Oeuvres (tome premier)*. Textes réunis et revus par Anne et Henry Deneys. Paris, Fayard, 1989. p. 313-60 e Neves, As letras de Luiz Gonzaga ....

22 Cf. *Constituição ...*, p. 74 e também p. 184, além de Monteiro, *Um moralista ...*, p. 33.

23 Cf. Phillipson, Adam Smith .... e ainda a nota do Revisor, Eunice Ostrensky, in Smith, *Teoria ...*, p. 8.

24 Phillipson, Adam Smith..., p. 199.

25 *Oeuvres complètes ...*, p. 422. Grifo meu.

26 Martins, *História da inteligência ...*, v. 2, p. 279 e *Máximas ...* [1958], nº 15, p. 16.

27 O texto mais completo pode ser encontrado em http://www.historia.uff.br/artigos/neves_maximas.pdf. Os livros de Maricá estão arrolados em 'Seqüestro feito em 1794 nos bens que foram achados do bacharel Mariano José Pereira da Fonseca extraído do respectivo processo'. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 63(101):14-18, 1900.

28 Notas sobre o Marquês de Maricá. *Biblioteca Nacional-Divisão de Manuscritos*, I - 28, 9, 58. Traz a indicação de "Petrópolis, 23 de junho de 1850" e, como fonte, aponta o senador Manoel de Assis Mascarenhas. Para o episódio de 1794, a principal referência continua sendo Afonso Carlos Marques dos Santos. *No rascunho da nação*. Rio de Janeiro: Secr. Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, mas ver também David Higgs. Espaço urbano e

pecado no Rio de Janeiro nos finais do século XVIII. *Revista da SBPH*. Curitiba, 14:19-31, 1998, p. 21 e Guilherme Pereira das Neves. Rebeldia, intriga e temor no Rio de Janeiro de 1794. Comunicação apresentada à XXIV Reunião Anual da SBPH – Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, 2004, disponível em http://www.historia. uff.br/artigos/ neves_rebeldia.pdf. Por outro lado, não deixa de ser triste a história das edições dos autos da devassa do Rio de Janeiro de 1794. Por comodidade, utilizou-se a mais recente, *Autos da Devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro – 1794*. [Reedição] Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002, na qual, porém, continua a faltar, como observa David Higgs (ver Espaço urbano e pecado ...), o "Auto de Perguntas" nº 12, dirigido ao professor de grego João Marques Pinto, que, por alguma razão, foi parar no Códice 807 do Arquivo Nacional.

29 Em dois momentos, pelo menos, Azeredo Coutinho ignorou a censura. Primeiro, ao traduzir trechos de uma obra do barão Bielfeld sem indicar o nome do autor. Segundo, quando aproveitou o tumulto das invasões francesas para publicar em Portugal a sua "Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos na costa da África". Cf. Sérgio Buarque de Holanda. Apresentação. In: Rubens Borba de Moraes (org.). *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo, Ed. Nacional, 1966. p. 45; 'Catalogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente'. In: Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra, 1963. p. 118-206. (Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, v. 26). p. 128; e Guilherme Pereira das Neves. 'Guardar mais silêncio do que falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a escravidão'. In: José Luís Cardoso (org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 13-62.

30 Cf. "A República e o Marquês de Maricá". *Íris. Periódico de Religião, Belas-Artes, Sciencias, Lettras, História, Poesia, Romance, Notícias e Variedades*. Redigido por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. Rio de Janeiro, 1848, v. 1, t. 2, p. 598ss (*Biblioteca Nacional-Divisão de Obras Raras*, P14, 04, 34-5). O mesmo periódico ainda traz, p. 494-5, um necrológio interessantíssimo do marquês. Foi o faro de pesquisadora de Lúcia Maria Bastos P. Neves que me indicou este periódico.

31 Cf. "O Conceito de linguagem e o *métier d'historien*" In: *Linguagens do ideário político*. Trad. de Fábio Fernandez. São Paulo, EDUSP, 2003. p. 63-82.

32 Ver Melvin Richter. Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the Geschichtliche Grundbegriffe. *History and Theory*. Middletown, 29(1):38-70, 1990 e "Introducción" in Javier Fernández Sebastián & Juan Francisco Fuentes (dir.). *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madrid, Alianza, 2002. p. 23-60. A expressão entre aspas é de Phillipson, Adam Smith ..., nota 89, p. 200.

33 Ver *O problema da consciência histórica*. Trad. de Paulo C. D. Estrada. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 71; a resposta de Gadamer a Koselleck em Reinhart Koselleck & Hans-Georg Gadamer. *Historia y hermenéutica*. Barcelona, Paidós, 1997.

34 Segundo Gadamer, "em que consiste a reflexão histórica se não em uma contínua auto-correção da [sua] atual consciência?" Cf. "The University of Leipzig, 1409-1959: A Former Rector Commemorates the 550th Anniversary of its Founding". In: Dieter Misgeld & Graeme Nicholson (eds.). *Hans-Georg Gadamer on Education, Poetry, and History: Applied Hermeneutics*. Trans. by L. Schmidt & Monica Reuss. Albany, State Univ. of New York Press, 1992. p. 24.

35 Cf. Robert J. Dostal (ed.). *The Cambridge Companion to Gadamer*. Cambridge, University Press, 2002 e Hans-Georg Gadamer. *Elogio da teoria*. Trad. de João T. Proença e Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 2001.

36 Hont & Ignatieff, Needs and Justice ..., p. 8.

37 Hont & Ignatieff, Needs and Justice ..., p. 2.

38 Cf. "Les lumières dans l'Europe du 18e siècle". In: *Europe des lumières: recherches sur le 18e siècle*. Paris, Mouton, 1971. p. 3-34. p. 14.

39 Nessa direção aponta, sem dúvida, José Guilherme Merquior. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977. p. 150-87, quando vê em Machado o introdutor de uma orientação problematizadora nas letras brasileiras, porque associado a uma sociedade que não pode mais oferecer "uma orientação global da existência unanimemente aceita e partilhada", que pudesse ser dada por uma literatura de divertimento ou de edificação moral (p. 153-4). Já o comentário de Capistrano, citado em epígrafe, no início deste trabalho, revela tamanha perspicácia, naquele momento, que reduz o presente texto, mais de cem anos depois, a uma longa nota de pé-de-página sua.

Notas sobre a produção de tabaco nas Capitanias de Pernambuco e Itamaracá (séc. XVIII)

Gustavo Acioli Lopes – PPG-USP

Nas notas que seguem, não tenho a pretensão de apresentar um quadro geral da fumicultura pernambucana no século XVIII mas, tão somente apontar alguns indícios para ampliar o conhecimento da produção de tabaco nas capitanias de Pernambuco e Itamaracá no momento em que se implantam os órgãos de controle do comércio deste gênero. Para tanto, indico com maior precisão onde se produzia o tabaco na região, esboço um perfil do volume da produção, comparada à produção baiana. e, outrossim, acrescentamos comentários sobre a condição social dos fumicultores daquelas duas capitanias.

O novo regimento do tabaco, com a criação das superintendências (1698-1702), veio por sob a alçada do Estado português as condições da comercialização deste gênero, embora não deixasse de visar, também, a uma certa influência sobre a produção, mediante os preços pagos na colônia aos produtores e comerciantes, controlados oficialmente. Na capitania de Pernambuco, ao contrário do que se observou na Bahia, a produção estava geograficamente disseminada, ocorrendo a fumicultura no litoral de norte a sul e em áreas do interior.

De Portugal, o desembargador Belchior da Cunha Brochado, cujo parecer foi uma das principais peças para a composição do regimento de 1698, assinalava que, por seus dez anos de experiência no Brasil, podia afirmar quais as principais regiões onde havia produção de tabaco. Depois de listar as da Bahia e outras fora do Recôncavo, diz que, não obstante conhecer menos Pernambuco, atestava como regiões produtoras o *Rio de S. Fran.^{co}, Rio de S. Miguel, [rio] S.^{to} An.^{to} grande Alagoas, Porto do Calvo, Serinhaem, Barra Grande, Rio Fermozo, e Guayana* [Goyana], de onde era o tabaco levado *em sumacas*, sendo descarregados na casa do peso do Recife, de lá sendo levado por particulares que o beneficiavam[1].

Das ditas localidades, umas aparecem com frequência nas missivas oficiais apontadas como fumicultoras. É o caso de Alagoas, onde, segundo o superintendente,

naquella p.te se cultivava a maior quantidade do melhor tabaco, q nesta Cap.a se fabrica[2]. E, ao que parece, a maior produção se dava em Porto Calvo, pelo que se deduz de alguns outros testemunhos, que davam conta que o tabaco lá produzido era desencaminhado para a Paraíba e Bahia[3], dando-se. o mesmo com a produção de Goiana e Itamaracá, apontadas entre as principais produtoras[4]. Note-se que, não obstante Itamaracá ser uma capitania a parte, pertencente ao marquês de Cascais, estava sobre a alçada da superintendência de Pernambuco, como confirmou a junta a Roberto Car Ribeiro[5].

A produção de tabaco na capitania de Pernambuco não era tão pouca que mal chegasse para o consumo da terra, isto é, da população local, embora modesta, comparada à da Bahia. Para o início do séc. XVIII, os frutos da fumicultura no "Nordeste oriental", como chamou à região Guillermo Palácios[6] estão longe de serem escassos e, ao contrário de ter que recorrer ao fornecimento baiano, era para lá que ia parte do que se produzia. E por qual motivo não se escoava na sua totalidade pelo Recife de Pernambuco? Há pelo menos duas razões para isso, de que dão testemunha as próprias autoridades coloniais.

A primeira diz respeito a um tributo cobrado pelas autoridades locais sobre o tabaco, o chamado subsídio do tabaco, que também gravava ao açúcar. Seu valor nominal era o mesmo que na Bahia mas, sua incidência relativa era mais alta em Pernambuco. O efeito deste tributo sobre o comércio de tabaco na capitania foi observado pelo superintendente do tabaco, à procura de saber a razão que levava os produtores das Alagoas a não trazerem seu tabaco para o Recife, sabedor de que

> naquella p.te se cultivava a maior quantidade do melhor tabaco, q nesta Cap.a se fabrica, vendo que a este Recife se não condusia quantidade alguma sendo-lhe facil a conduçam por mar, e inquirindo a rasam desta falta achei que como cada arroba de tabaco pague neste Recife 160 rs. para o contrato da imposiçam do subcidio, e na Bahia pague a mesma quantia cada rolo os levam os Lavradores antes aquella Cid.e, ainda que fique em dobrada distancia porq vem a lucrar a diminuiçam do tributo

e, completava ele, para *tambem o poderem-no mais facilm.te descaminhar* [...][7].

Poucos anos depois, a causa e o efeito persistiam. A câmara de Olinda, que àquela altura administrava as arrematações do subsídio, recebeu uma carta do rei em 1709 questionando as razões do valor cobrado de subsídio sobre a arroba de tabaco. Baseado

nas informações do juiz de fora Valasuella Ortiz, que tinha tirado uma devassa na capitania, dizia o rei que

> tinha mostrado a experiencia p.que o contrato do subsidio do tabaco tinha dado a baxa em que se acha no tempo prezente, por que não havendo na sua rematação conluyo, [...], hera sem duvida que procedia a baxa do preço dos poucos tabacos que os lavradores mandavão a essa capitania fogindo della por se livrarem do gr^{de}. direyto que aly pagão de outo vinteis de subsidio por cada arroba, e [...] levam a B^{a}. aonde somente pagamse quantro vinteis por Rollo, a cujo dano se devia dar algum Remedio. E pareceume ordenar vos (como por esta o faço) me digais a razão que houve p^{a}. se imporem outo vinteis em cada arroba de tabaco de subsidio pagandose na B^{a}. som.^{te} quantro vinteis por rollo, entendendose ser esta diferença cauza p^{a}. hir a mayor pa^{rte} deste genero p^{a}. a B^{a}. o que poderia não ser assim se o d.^{o} subsidio se puzera naquele tributo racional.[8]

Ignoro qual a resposta dada pela dita câmara mas, há uma pequena discordância de informações. Algumas das autoridades afirmam que na Bahia o subsídio era de 160 réis (ou 8 vinténs) por rolo de tabaco, enquanto o juiz Ortiz diz ser de 80 réis (ou 4 vinténs). Não obstante esta diferença, na Bahia se saía ganhando, já que, pagando-se 160 réis por rolo, e pesando esse cerca de 8 arrobas, o valor do subsídio ficava em cerca de 20 réis ou 1 vintém por arroba. Em Pernambuco, portanto, o valor do mesmo tributo era, de fato, 700% maior!

A outra razão, ainda de acordo com as autoridades, para não se remeterem os tabacos da capitania por seu porto principal, passou a ser o preço arbitrado pela coroa pago aos produtores e comerciantes. Após consultar pessoas capazes e entendidas no assunto, o rei ordenou que o maior preço a ser pago no Estado do Brasil pelo tabaco *mais fino*, isto é, o de melhor qualidade, seria de 1200 réis a arroba[9]. Para escapar a esta imposição, os lavradores evitavam a praça do Recife.

A primeira reação que as autoridades temeram era de que, com o preço tabelado e congelado, os lavradores se desinteressassem pela fumicultura. Assim se expressou o governador de Pernambuco, em 1701, informando ao rei que

> o preço de doze tostõens o não aprovam os homens de negoçio desta praça, [..] e discorrem se seçará a Lavoura deste género em Pernambuco pelo pouco lucro que resulta aos seus lavradores e noticia tenho eu ja houve tal na jurisdição de Goyanna q arrancou algum tabaco que tinha plantado e que os mais não tratarão de semelhante cultura [...].[10]

Menos de um ano depois, como se se cumprisse as ameaças dos produtores, dizia aquele mesmo governador, que em Goiana *aonde era maiz comum a sua Lavoura [..] o não*

ha nem para o uso dos escravos; e o principal estimulo é a taxa de doze tostões[11]. Antes da ordem régia, a arroba do melhor tabaco vendia-se a 2000 réis[12], o que indica que lavradores e comerciantes sofreram uma perda de 40%.

As escápulas do tabaco da capitania eram a Bahia e a Paraíba. É provável que o produzido ao sul da capitania de Pernambuco, sobretudo o de Alagoas, tinha saída pela Bahia. Ao norte, a proximidade entre algumas áreas deveria facilitar o descaminho da produção para a vizinha Paraíba, sobretudo do tabaco de Goiana e Itamaracá. Podemos inferir estes circuitos do que dizia, em 1704, o superintendente do tabaco sobre os descaminhos do gênero na região. Para ele, a solução para evitar o drible na arrecadação régia seria possível

> [...] só evitando-se a sahida deste genero pella Parahiba por donde tive noticia se embarcava quantida^{de} sem arrecadação e condusindo-se para este porto o tabaco das Lagoas cujo descaminho ficava assim cessando, impedindo-se-lhe a entrada pella Bahia[...][13].

Por efeito do controle do preço do tabaco, os lavradores

> [...] foram dexando de o traser a este porto, descaminhando-o da Cap.^{a} Itamaracá e Porto Calvo, donde o mais se produs p.^{a} a Parahiba, donde por não haver arrecadaçam alguma, segundo a exacta informaçam q tenho tomado, se dá sahida á maior p.^{te} [...][14].

Da Paraíba, destinava-se ao trato negreiro na Costa da Mina. Do porto paraibano saíam duas sumacas, periodicamente, carregadas com tabaco, a fazerem o resgate de escravos na Mina, para o que necessitavam de cerca de 400@ cada uma embarcação[15]. As autoridades locais receberam ordens guardar as mesmas regras na remessa do tabaco para a metrópole, não obstante, como informava o capitão-mor, *de que desta Capitania se carrega muyto pouco tabaco p^{a} esse Reyno* [...][16].

Na Costa da Mina os negreiros ofertavam o produto mais demandado na região: os rolos de tabaco. As autoridades coloniais, no entanto, afirmavam que não eram apenas com os fornecedores africanos que tratavam estes tratistas. Assim como ocorria com as embarcações soteropolitanas que faziam o resgate na Mina[17], as de Pernambuco e Paraíba mantinham trocas com os holandeses, instalados no Forte de S. Jorge. A demanda negreira, da mesma forma que na Bahia, exerceu grande influência sobre a produção da capitania de

Pernambuco. Assim se pronunciava o superintendente do tabaco, sobre a relação tráfico e fumicultura, ao dizer

> que de proposito se fabrica o tab.º inferior não só para a Costa da Mina, não só p.ª os Negros, senão para os Flamengos que lá os vão buscar, [...] em q pella noticia q tenho vam os Mercadores mais a negocear com os Flamengos q correm aquella Costa q com os Negros della[18].

Não obstante o rosário de queixas das autoridades reinóis e coloniais sobre os descaminhos de tabaco, também do porto do Recife se embarcava tabaco, seja para o reino, seja para a Costa da Mina. A partir de uma devassa[19] e do estabelecimento da superintendência na capitania, as quantias embarcadas passam a ser registradas. Ainda não me é possível apresentar um quadro completo do volume das exportações deste gênero a partir do Recife (se é que será possível fazê-lo um dia), como já se dispõe para a Bahia[20]. Podemos, porém, ter uma idéia aproximada da importância das exportações no início do séc. XVIII e, por tabela, estimarmos a produção local.

Segundo os informes de dois embarques no Recife de tabaco para Portugal, em 1698, quando se procedeu a uma primeira arrecadação dentro das normas do Regimento, o ouvidor Ignácio de Morais Sarmento registrou todo o tabaco que seguiu na frota, depois de tê-lo feito recolher num único armazém. Havia, então, no Recife *doze mil, duzentas, e des e sette arrobas, e des e sette livras, das quaes se embarcarão em quatorze Navios des mil quatro centas, e sinco arrobas e trinta livras*. Fazendo as contas, ficaram 1812 arrobas, que *deixarão ficar seos donos pera o consumo da terra, e negocio d'Angolla e o que se costuma ir fazer com elle a costa da Mina* [...][21]. O que equivale a cerca de 1300 rolos, se tivermos em conta que a coroa limitou, no ano seguinte, ao máximo de 8@ o peso de cada rolo destinado a Portugal. Para que possamos ter uma idéia melhor da magnitude relativa desta carga, é útil saber que a Bahia remeteu em 1700, na frota, 20848 rolos de tabaco com 161547@[22], ou seja, cerca de 16 vezes mais que Pernambuco na data acima citada.

Em 1704, talvez pelos efeitos negativos da implementação do Regimento e do tabelamento de preço, a remessa de tabaco na frota de Pernambuco foi ainda mais baixa, resumindo-se a parcos 333 rolos que, todavia, ainda superaram em 85 rolos o embarque da

frota anterior. Estando já em vigência o limite das 8@ por rolo, isto significa que foram embarcadas 1984@ e 2664@ em 1703 e 1704, respectivamente[23].

É possível afirmar, porém, que para os anos iniciais do Dezoito, a produção da capitania de Pernambuco não esmoreceu. Basta-nos ver que as remessas para a Costa da Mina permanecem. Sobre o quanto se enviava para aquelas paragens do Atlântico sul, os dados ainda são escassos mas, servem de aproximação à questão. Já vimos que em 1698 quedavam-se 1812@ no Recife para servirem ao trato negreiro. Como o rolo comercializado na África pesava cerca de 3@, isto nos dá 604 rolos de tabaco. Já em 1704, o superintende do tabaco afirma que [...] *porq ainda com ser tampouco o Tabaco que o anno passado veyo a este Recife, se embarcaram para a Costa da Mina Nove mil, e quatrocentas arrobas*[24]. Esta mesma autoridade dizia que *sem que V.Mg.*[de] *tenha direytos alguns se embarcam todos os anos p.*[a] *a Costa da Mina mais de dez mil arrobas de Tabaco regularm.*[te][25].

Novamente, para efeito de comparação, à mesma época, a Bahia enviava 2522 rolos ou 7918@ e 18 lb, entre 1698 e 1699, chegando 4131 rolos ou 12077@ e 2 lb. nos 12 meses seguintes[26]. Estaria o Recife, neste ramo da exportação de tabaco, no mesmo pé que a Bahia. No entanto, o superintendente do tabaco na Bahia, José da Costa Correa, em resposta a carta do colega de Pernambuco, que a regente do reino o mandara avaliar, achava, todavia, o número de arrobas estimado para a Mina *não he factivel que sejão tantas*, [uma vez que da Bahia navegam] *24 embarcações do nº e mayorez que as de Pernb.º, não carregam mais que 13270 arrobas por anno*, enquanto de Pernambuco apenas 3 embarcações faziam aquele tráfico[27]. Se fossem patachos, poderiam levar, cada um, até 1000@, e se sumacas, até 850@, o que daria um máximo de 3000@ por ano, ficando, ainda assim, acima do que se exportava do Recife para o reino.

Resta-nos um único ponto, para cumprir nosso itinerário: em que condições se dava a fumicultura na região em pauta? Minha resposta à questão não pode ir mais além do que já foi argumentado por Guillermo Palacios, que procurou mostrar o predomínio de uma produção camponesa no Nordeste oriental, desde inícios do séc. XVIII. Diz o autor que *se la producción de tabaco en la primera mitad del siglo XVIII no estaba basada en la agricultura*

campesina, la agricultura campesina de esa época estaba, ella si, muy probablemente basada en el tabaco.[28]

Graças ao estudo de Palacios, minha promessa de satisfazer àquela questão já está paga. Gostaria apenas de acrescentar um ponto a mais, que vem corroborar as conclusões daquele autor. Quando o secretário de Estado Mendo Foyos Pereira comunicou ao governador da capitania de Pernambuco a ordem régia para que comprasse 5000 cruzados de tabaco escolhido e que o pagamento se fizesse em letras, isto é, fiado, respondeu o governador:

> os Lavradores deste genero morão vinte e sincoenta Legoas em distancia do Recife, e que são os mais pobres do Brazil, e por consequencia quazy infinitos aquelles com quem se ha de fazer o desembolço, o qual deve ser antecipado, e destribuhido por comesarios que vão a Goyana e Alagoas no tempo da Colheita; e assim he necessario remeter se me este dinheiro antes, para eu poder fazer semelhante emprego [...][29].

Este pequeno trecho contém em resumo parte do que vimos discorrendo até aqui. Ficamos sabendo que os fumicultores moram entre 120 e 300km do Recife, o que corresponde, mais ou menos, ao limites da área de plantio do tabaco na capitania, desde Goiana até o rio S. Francisco, como já vimos. Que os produtores de tabaco são quase infinitos denota a presença na fumicultura dos milhares de pobres livres, camponeses, da capitania. Percebemos, também, a presença de uma figura que, segundo Palacios, foi fundamental neste setor, o comissário volante, que adiantava fundos aos lavradores, comprando suas safras futuras e carreando a produção para o tráfico de escravos[30]. Seu papel de atravessador entre o fumicultor e o mercado era apontado por Amaral Lapa como um dos fatores da pobreza destes lavradores[31].

---

[1] Belchior da Cunha Brochado s.e o registo e arrecadação do tabaco no Brasil. Belchior da Cunha Brochado s.e o registo e arrecadação do tabaco no Brasil. Lisboa, 14 de Dezembro de 1697. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83.

[2] DO SUPR.DE [do Tabaco] de Pernambuco sobre não vir tabaco do Lugar digo Villa das Lagoas ao Recife de Pernambuco. Recife de Pernambuco, 16 de Março de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.

[3] [CARTA do] Super.te do Tabaco de Pern.o. Recife, 20 de março de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.

[4] [CARTA de] D. Fern.do Mis Mascarenhas q fará executar a ordem q tem sobre os preços do tabaco. Recife de Pernambuco 22 de Maio de 1701. [CARTA do] Do Governador Dom Fernando Mis Mascarenhas de Lancastro. Pernambuco, 15 de Setembro de 1702. EXTRACTO das cartas do Superint.e do Tab.o de Pernambuco de Fever.o de M.ço e Abril de 1704. Nº 12 - [CARTA do] Super.te do Tabaco de Pern.o. Recife de Pernambuco, 20 de março de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.

[5] EXTRACTO das cartas do Superint.e do Tab.o de Pernambuco de Fever.o de M.ço e Abril de 1704. Lisboa, 18 de fevereiro de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[6] Idem. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em Brasil em la época de la Revolución industrial* México, D. F.: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998, p. 37-8, 65-8, 107.
[7] DO SUPR.DE [do Tabaco] de Pernambuco sobre não vir tabaco do Lugar digo Villa das Lagoas ao Recife de Pernambuco. Recife de Pernambuco, 16 de Março de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[8] PARA os oficiais da Cãmara da cidade de Olinda. Sobre a baxa em que acha o subsidio do tabaco. Lisboa, 18/05/1709. Laboratório de Pesquisa e Ensino em História (LAPEH/UFPE). Consulta do Conselho Ultramarino. A.H.U. Cód. 257, fl. 228/228v.
[9] DE DOM João de Alencastre s.e o preço do tabaco no Brasil. Bahia, 31 de Julho de 1701. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[10] D. Fern.do Mis Mascarenhas q fará executar a ordem q tem sobre os preços do tabaco. Recife de Pernambuco 22 de Maio de 1701.
[11] DO GOVERNADOR Dom Fernando Mis. Mascarenhas de Lancastro. Recife, 09 de março de 1702. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[12] Idem, ibidem.
[13] CARTA do Superint.e do Tab.o sobre hum Barril que veyo desencaminhado na Nau Almirante que se entregou no Estanco Real e descaminhos que se fazem nos Conv.tos da da. Capp.ania. Recife, Abril de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[14] [CARTA do] Super.te do Tabaco de Pern.o. Recife de Pernambuco, 20 de Março de 1704. . IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[15] DO CAP.M mor s.e tabaco p.a a Mina. Paraíba, 20 julho de 1698. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83.
[16] DO CAP.M mor s.e o peso dos rolos de tabaco. Parayba, 6 de junho de 1698. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83. Algumas das próprias autoridades estavam envolvidas no desvio de tabaco de Pernambuco, a crer nas conclusões de uma devassa tirada, que apontou o desembargador da Paraíba e dois escrivães como desencaminhadores de tabaco. CARTA do Ouv.or Antonio Vangerve Cabral sobre dellig.as que fes tocantes ao tabaco e duvidas que se lhe offereceo a remetter huas devassas que tirou ao Superint.e delle. Arrecife, 7 de Abril de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[17] VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 20, 32-4.
[18] DO SUPR.DE [do Tabaco] de Pernambuco sobre não vir tabaco do Lugar digo Villa das Lagoas ao Recife de Pernambuco. Recife de Pernambuco, 16 de Março de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[19] DO DEZ.OR Cristovão Tavarez [de Moraes]. Bahia, 25 de Agosto de 1701. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT), Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83.
[20] NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 114 e ss.
[21] DE IGNACIO de Moraes Sarm.to s.e arrecadação do tabaco. Arrecife, 22 de Julho de 1698. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83.
[22] REZUMO de 20848 Rollos de Tabaco com 161547@ e 2 l. que vão carregados na frota do anno prezente, p.a a çidade de Lisboa nos Navios abaixo declarados [...]. Bahia, 23 de Agosto de 1700. Bahia, 23 de Agosto de 1700. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83.
[23] Ainda em termos de comparação, a quantidade de arrobas de tabaco enviadas na frota da Bahia, entre 1675 e 1750, variou de 100000@ a 170000@. O fato de não termos, no entanto, mais números referentes a Pernambuco para o período, impede uma comparação rigorosa.
[24] [Carta do] Super.te do Tabaco de Pern.o. Recife de Pernambuco, 20 de Março de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[25] [Carta do] Super.te do Tabaco de Pern.co. Recife, 20 de março de 1704. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96, caixa 82.
[26] DO GOV.OR [João de Lancastro] sobre q.l tabaco q. vai p.a costa da Mina. Bahia, 16 de junho de 1699. [CERTIDÃO do escrivão do registro do tabaco da Bahia Manoel Fiuza da Rocha]. Bahia, 24 de julho de 1700. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83.
[27] DO SUPP.TE [do tabaco da Bahia] Informação sobre hua carta do Supp.te [do tabaco] de Pernambuco sobre varios particulares. Bahia 20 de Janeiro de 1706.
[28] Idem, ibidem, p. 35-6.
[29] Do G[overnador] Fr.do Martins Mascarenhas s.e a compra que se lhe encommendou de cinco mil cruzados de tabaco selecto p.a a frota de 1700. Pernambuco, 10 de Junho de 1699. IANTT, Junta do Tabaco, Maço 96-A, caixa 83.
[30] Palacios, *op. cit.*, p. 37-8, 65-8, 107.
[31] LAPA, José Roberto do Amaral. "Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 6-7, jun. e dez. 1968, p. 83, p. 85.

Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão:

A greve de 1952 em Criciúma-SC.[1]

Gustavo Perez Lemos[2] - PPG-UFSC

A periodização mais freqüente da história do sindicato (e do movimento em geral) dos mineiros é a seguinte: da sua fundação, em 1944 até 1957, temos o "peleguismo", onde predominava o assistencialismo, a pouca representatividade do sindicato e a colaboração com os patrões. De 1957 a 1964, temos os "combativos", as greves são radicais, o aumento de salários é efetivo e os donos de mina são constantemente desafiados na sua autoridade. Mas, como nenhum "combativo" surge tal "um raio num céu azul", também nenhum "pelego" some sem mais nem menos. Essa periodização não pode ser encarada ao pé da letra, pois em ambos os períodos há tanto práticas que podem ser consideradas como "combativas", quanto outras que se enquadram na descrição de "pelegas".

A chamada "época combativa" consolidou sua presença na memória da cidade, principalmente quando, nos anos 80, uma corrente política ligada ao Partido dos Trabalhadores buscava identificar-se com sua "radicalidade", contrastando com os sindicalistas do período militar.

Nos trabalhos acadêmicos que retratam essa fase, destaca-se *A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma*, da socióloga Terezinha Gascho Volpato[3]. A autora, referenciada numa leitura da sociologia marxista, defende a tese de que os conflitos do "chão de fábrica" são os verdadeiros responsáveis pela ação coletiva dos trabalhadores, ação que passa necessariamente pelos sindicatos. A equação parece ser: os mineiros são

[1] Este artigo é um resumo do trabalho de conclusão de curso intitulado *Mineiros e Sindicalistas em Criciúma: A greve de 1952,* defendido em dezembro de 2004.
[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Bolsista CAPES
[3] VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

especialmente combativos porque as relações de trabalho são especialmente duras. Assim, tende-se a "naturalizar" que posturas de enfrentamento apareçam nos movimentos operários mineiros.

Outro texto que enfatiza a "combatividade" é a tese de Maria Luiza Fernandes, *Partidos e sindicato: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma*[4]. A preocupação da autora é determinar, através de um corte cronológico, quais as relações entre partidos e sindicato dentro da periodização acima descrita. Sob essa perspectiva, pouco espaço cabe às mobilizações operárias, vistas como um ambiente de cooptação partidária, de "combativos" e "pelegos"

Ao final da década de 1980, com as decepções do "novo sindicalismo", que não rompeu com o modelo de organização do trabalho essencialmente varguista[5], surgem outras concepções que procuram desqualificar as experiências dos trabalhadores mineiros. Situa-se aí a dissertação de mestrado de José Paulo Teixeira, *Os donos da cidade*[6]. Teixeira coloca as conquistas dos operários das minas de carvão de Criciúma como possíveis, sobretudo, porque havia o interesse dos empresários em pressionar o governo, a fim de aumentar o preço do carvão. As greves e mobilizações, de certa forma, perdem sua legitimidade.

Nesse debate situamos o presente trabalho. A "era pelega", em geral, foi um período "mais mencionado que pesquisado"[7]. Encontramos alguma pesquisa realizada em fontes nos dois primeiros trabalhos, como citações de atas do sindicato e entrevistas. Mas não são feitas relações entre umas e outras, nem é a preocupação uma descrição mais detalhada, que poderia apontar incoerências na argumentação. Já em *Os donos da*

---

[4] FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e sindicato : um estudo de caso : o sindicato dos trabalhadores na industria de extração de carvão de Criciúma**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. (Dissertação de Mestrado).

[5] Para uma avaliação crítica do novo sindicalismo e sua historiografia ver: MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

[6]TEIXEIRA, Jose Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

[7]FORTES, Alexandre [et. al.] **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. pág57

cidade, interpretações sobre eventos mais recentes, são generalizadas para as décadas de 1940, 50, 60. Praticamente nenhuma fonte é mencionada para afirmar que existia "uma ligação umbilical (...) entre mineiros e mineradores em defesa de seus interesses comuns"[8].

No ano de 1952, estamos na época dos "pelegos"; e uma greve geral foi levada a cabo. Os mineradores conseguiram um aumento nos preços; e os grevistas foram espancados no centro da cidade. Por isso pretendo levantar alguns aspectos da greve de 1952 que estavam esquecidos; o principal deles: a relação dos trabalhadores e seu sindicato.

Apenas um texto sobre a greve de outubro de 1952 foi encontrado na pesquisa. Trata-se do artigo de Alcides Goularti Filho e Ângela Maria Antunes do Livramento "*Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960*".[9] Goularti e Livramento fazem uma cronologia das greves mineiras e traçam breves comentários sobre cada movimento levantado, relacionando jornais, entrevistas e atas de sindicatos. Os principais pontos de preocupação dos autores são o número de dias parados, a abrangência da greve e o apoio ou não do sindicato.

Pretendo estudar esta mobilização levando em conta os múltiplos fatores que estão relacionados à sua efetivação. Os capitães da indústria esperavam uma pressão dos operários para aumentar os preços do carvão; o jornal da cidade reclamava um aumento para os mineiros; os preços dos alimentos subiam assustadoramente; e o sindicato era visto com certa desconfiança. Estes aspectos não foram levantados por nenhum dos trabalhos anteriores. São algumas das fontes da experiência comum dos trabalhadores.

---

[8] TEIXEIRA, op. cit, pág. 37.

[9] GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In. SOUZA, Rogério Luiz de e KLANOVICZ, Jó (orgs.). **História: Trabalho cultura e poder**. Florianópolis: ANPUH/SC; PROEXTENSÂO/UFSC, 2004. pág 287.

Analisando as atas do sindicato

Durante o primeiro semestre do ano de 1952, o sindicato cumpre a rotina: o presidente Galdino Amaral, o secretário Leôncio Bitencourt e o tesoureiro Cesário Dionísio reúnem-se no sobrado da Rua Coronel Pedro Benedet[10]. A maior parte da pauta das reuniões é composta por inúmeros pedidos de auxilio financeiro dos associados. São basicamente três tipos de solicitações: ajuda para documentação, despesas médicas e empréstimos. No primeiro caso estão pedidos de fotos 3X4 para a família, registro de filhos e auxílio para casamento civil. A ampla maioria destes pedidos é concedida. A situação muda nos outros dois casos. São negados inúmeros pedidos de radiografias de tórax e auxílio de internações hospitalares para membros da família. Os pedidos de empréstimo são todos negados.

Cabe lembrar que no ano de 1952, existiu um considerável aumento de preços na cidade. Comparando uma série de preços entre 1951 e 1952, podemos concluir que em um ano, houve um encarecimento comparável ao período 1945-51. Um exemplo é o preço da carne que em 1945 era de Cr$ 7,00, saltava para 9,60 em 1951 e para Cr$ 12,00 no ano seguinte[11].

Essa aparente tranqüilidade da diretoria é quebrada no mês de agosto. Em Assembléia Geral Extraordinária no dia 17 de agosto estavam presentes à reunião 197 associados. Galdino era acusado de "violação dos estatutos e malversão [sic] do Patrimônio Social" incluindo-se aí "a compra de um automóvel velho, sem consentimento

[10] SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Reunião da diretoria dia 21/01/1952**, livro de atas nº 1, ata nº 198, pág 42.

[11] Para os anos de 1945 e 1952, **Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna,** Folha do Povo, 5 de agosto de 1952. Para o ano de 1951 ver: MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991.pág. 184. Além da carne encontram-se os valores do café, feijão, farinha de mandioca, todos com variação semelhante.

dos associados, atraso no pagamento do imposto territorial, má aplicação do imposto sindical e falta da necessária atenção às reclamações dos associados". [12]

Os trabalhadores presentes não questionavam o imposto sindical. Antes, exigiam uma administração burocrática séria: os gastos de maior vulto deveriam ser discutidos com os associados. A queixa da falta de atenção pode ser interpretada tanto pela má vontade em engajar-se a favor dos operários nos dissídios coletivos, quanto pelo alto número de pedidos de auxílio financeiro negados, ponto extremamente sensível num quadro de preços altos e dívidas pessoais.

A erosão atingia não só a legitimidade da diretoria do sindicato, mas também a autoridade da DRT. Enquanto a diretoria contestada tentava encaminhar a questão "a quem competia seu julgamento", para eles a Delegacia Regional do Trabalho, vários presentes "não estavam dispostos a consentir que o mesmo continuasse a frente do sindicato por mais dias" e que "de nenhuma maneira, se sujeitariam a votação em tais condições; que só votariam se o caso fosse resolvido na presente assembléia".[13]

No fim das contas, o presidente "licenciou-se" do cargo, ficando o vice em seu lugar. Braz Cardoso, um dos oradores da oposição, é nomeado fiscal para acompanhar os atos da diretoria até as próximas eleições. À DRT decide-se encaminhar um mero ofício. Assim, foi decretada "intervenção" dos trabalhadores no sindicato, após quatro horas de "rumoroso conclave".

A greve e suas memórias

Cada vez que os mineiros pleiteavam aumentos de salários, os donos de mina tentavam pressionar o governo a aumentar o carvão na mesma porcentagem. Além de

[12] SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 17/08/1952**. Livro de atas nº1, ata nº214, pág 56.
[13] Idem, pág. 57.

preservar sua margem de lucros, a estratégia era empurrar a responsabilidade salarial para uma outra esfera, impessoal e distante.

Na assembléia de dois de outubro de 1952, o sindicato, mesmo combalido, tentou convencer os presentes (cerca de 1.000) da impossibilidade de outra proposta, que não um aumento de 20% nos salários, pois o governo não havia concedido um acréscimo maior no preço do carvão. Questionado o advogado do sindicato dos trabalhadores, quando receberiam o dito aumento, este responde que "não podia se comprometer porque tal caso dependia do Exmo. Sr. Presidente da República"[14]. Infeliz declaração, que exaltou os ânimos dos oradores. O mineiro Manoel Borges Xavier, toma a palavra e retruca:

> disse que os operários nada tinham que ver com o aumento pleiteado pelas empresas e que estavam dispostos à luta; que unidos tinham força; que estavam dispostos a entrarem em greve desde aquele momento; que os empregadores tinham que reconhecer a força dos operários; que os operários não tinham mêdo de exército.[15]

Aí está o núcleo da divergência entre os grevistas e o sindicato. Enquanto os dirigentes vinculavam estreitamente a majoração de salários à pauta dos patrões, outros mineiros declaravam sua autonomia frente à "grave crise" da indústria. Assumiam um discurso de classe não só contra os empresários mas contra o Estado. A seu favor estava a união e disposição de luta. Para esses operários, o "reconhecimento", ou a cidadania, tinha que ser conquistada a partir de uma demonstração de sua força. A proposta dos mineiros ficou estabelecida, de acordo com faixas de salários diários, em: [Cr$] 17,80 a 30,00 – 60%, de 31 a 50,00 – 40%, de 51,00 a 70,00 – 30%, de 71,00 a 90,00 – 20% e de 91 em diante – 10%.

---

[14] SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 02/10/1952**. Livro de atas nº1, ata nº218, pág 60.
[15] Idem, pág. 61.

A greve estoura no dia 10 de outubro. A primeira companhia a parar é justamente a CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), mas era "voz corrente que a greve se estenderá por outras carboníferas"[16]. Alcides Goularti Filho cita que a "greve foi geral em Criciúma e Urussanga, onde pararam as minas da Próspera, Boa Vista, Criciúma, Cocal, Metropolitana, São Marcos, Caeté, Catarinense, Montenegro, Rio Maina, Brasil e União."[17]

O centro de gravidade da movimentação era a CBCA. De lá partia o primeiro piquete aguardado pelos operários. O Sr. Adílio Melo da Silveira, participante da parede, esclarece:

> Qualquer coisa nós esperávamos o movimento vir da CBCA. Às vezes nas outras minas, o pessoal estava agitado. Mas esperavam a turma da CBCA porque lá eles eram decididos. Eles faziam piquete, formavam um grupo e iam. Já avisavam antes. Chegavam lá nas outras minas como era a União que era onde eu trabalhava, nós já tínhamos uma equipe esperando eles. Nós incentivávamos o pessoal a parar e a turma era companheira, aceitavam.[18]

A articulação por locais de trabalho foi importantíssima para a generalidade do movimento. Essas equipes, que estavam esperando o piquete da CBCA, tinham legitimidade no meio da "turma". As relações de solidariedade e companheirismo desenvolvidas nas minas, punham-se em movimento pelo aumento de salários. Aos poucos, o medo de represálias diminuía visto que existiam companheiros "decididos" a prosseguir.

A greve se estendeu por mais 11 dias, aparentemente sem maiores incidentes. No dia 16, em outra assembléia, compareceram mais de 2.000 trabalhadores. A situação ainda não estava definida e nenhuma resposta se havia obtido dos patrões ou governos.

---

[16] Os mineiros entraram em greve. **Folha do Povo**. 13 de outubro de 1952.
[17] GOULARTI Filho, op. cit., pág. 288.
[18] Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida ao autor em 06 de setembro de 2004.

Somente no dia seguinte, após a publicação do decreto nº 31.613[19], os patrões negavam a proposta dos operários: "...as carboníferas não poderiam atender ao quanto solicitavam em razão de estarem sobrecarregadas de encargos"[20].

Seria de se esperar que as negociações continuassem, que os operários exercessem maior pressão, e que cedessem os lados do dissídio. Mas o que se seguiu foi a repressão policial e a imposição da decisão dos mineradores na questão. Os soldados da polícia de choque chegaram de Florianópolis no dia 21, quando um grupo de mineiros fazia vigília em frente à casa do presidente do sindicato dos empresários, Heriberto Hülse. A polícia agiu com violência: tanto mineiros quanto pessoas que passavam pelo centro da cidade, entre elas comerciantes e autoridades e mesmo o prefeito Paulo Preis, sofreram violências físicas[21]. Os comerciantes publicavam listas de abaixo-assinados contra as violências e dias depois, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada na Assembléia Legislativa, em Florianópolis[22].

Sem a sanha de violências da polícia militar, provavelmente não teríamos essa quantidade de fontes disponíveis. Isto é, pelo fato de que comerciantes e autoridades foram vítimas das agressões policiais, algo que seria dado como corriqueiro - a repressão a grevistas, tomou outro rumo, de contestação da ação da polícia de choque.

Considerações finais

Mas afinal, o sindicato apoiou ou não a greve? Goularti Filho, constatando que as atas da entidade nada dizem a respeito do movimento em si, diz que a "greve ocorreu à

[19] Decreto que aumentou o preço do carvão comprado pela CSN.
[20] Greve dos mineiros. **Folha do Povo** 20 de outubro de 1952.
[21] Entrevista de Alda Bortolotto Preis. Concedida a Silvia Reiner em 30 de novembro de 2000 e Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida ao autor em 06 de setembro de 2004.
[22] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CRICIÚMA. **Folha do Povo**. 27 de outubro de 1952 e As violências de Criciúma. **O Estado**. 2 de novembro de 1952.

revelia do sindicato de Criciúma"[23], e que a postura foi de indiferença pois a única medida tomada pelo presidente do mesmo "foi enviar um telegrama ao presidente Vargas para pedir aumento no preço do carvão." Entretanto, ao analisarmos as atas e periódicos mais atentamente, percebemos que esta entidade atuou nas assembléias, encaminhou telegramas às autoridades, esteve na mesa de negociações defendendo posições políticas. O movimento não aconteceu simplesmente à revelia da entidade, mas também foi influenciado por sua força.

Em princípio, as ações de pelo menos uma parcela dos operários foram marcadas por uma tentativa de restringir o poder do sindicato nas negociações. Mas logo depois, como demonstra a grande participação na assembléia de 02 de outubro, uma greve massiva estava a caminho. O sindicato não detinha mais o controle da situação, apesar de procurar manter sua influência. No pleito sindical, ocorrido em 30 de novembro, a chapa da situção amargou sua derrota.

Havia um limite no que os mineiros deveriam fazer, determinado por outros interesses. A greve não foi incentivada, mas apenas tolerada pelos mineradores, até o aumento dos preços do carvão. A partir desse ponto, os grevistas estavam numa espécie de ilegalidade. Permaneceram mais alguns dias de pé e desafiaram a política patronal. Foi preciso uma força policial para colocar as coisas no seu lugar anterior. Se for possível admitir que as empresas utilizavam-se das greves para pressionar o governo federal, isto não pode ser generalizado, sob pena de focalizarmos apenas as relações entre Estado e Capitalistas, perdendo toda uma disputa local. Tanto o sindicato, quanto os mineradores tentaram evitar as paralisações. Talvez estivessem atentos ao paradoxo: evitando greves, evitariam um acúmulo de experiências organizativas, de novas lideranças, de legendas operárias.

[23] GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960, op. cit., pág 288.

A Leitura de Chartier do Pensamento Foucaultiano

Halferd Carlos Ribeiro Júnior[1] - PPG-UNESP/Franca

A obra de Michel Foucault tem sido estudada por diversos estudiosos em diferentes áreas do saber, pois suas publicações contemplam preocupações presentes em diversas formas de conhecimento das ciências humanas. Assim, restringimo-nos a pesquisar as contribuições do pensamento foucaultiano para o saber histórico, sobretudo enfatizando as características da leitura de um historiador francês que tem contribuindo para a discussão historiográfica em torno da História Cultural, Roger Chartier.

Para concretizar tal intento, elaboramos uma questão importante: Quais as características da leitura que Roger Chartier fez dos escritos de Foucault? Conseqüentemente, o objetivo da pesquisa é analisar a leitura que R. Chartier fez do trabalho intelectual de Foucault para a sua História Cultural.

De acordo com o escopo analítico delimitado pelo interesse da pesquisa e pelo objetivo, temos como fontes teóricas os livros de Foucault, principalmente, mais importantes para a sua articulação epistemológica: *As Palavras e as Coisas (1966), A Arqueologia do Saber (1968), A Ordem do Discurso (1970)*, e por fim, os ensaios de Foucault do início da década de 70, que fundamentaram o redimensionamento de suas preocupações de sua arqueologia, integrando-a numa nova fase de seu pensamento, a genealogia, tais como: *Nietzsche, a Genealogia e a História (1971)*; e de Chartier: *História Cultural* (1988) e *A Beira da Falésia* (2002). Metodologicamente, prosseguimos a leitura desses livros comparando suas assertivas com os discursos de seus comentaristas viabilizando, assim, a construção de um discurso histórico preocupado em alcançar o objetivo proposto.

[1] Mestrando do curso de História da Universidade Estadual Paulista – UNESP – campus de Franca, área de concentração História e Cultura.

Feito as considerações iniciais do recorte da pesquisa, passamos para a analise dos dados obtidos. Em 1980, em um colóquio sobre os problemas da história intelectual realizado na *Cornell University*, Roger Chartier apresentou pela primeira vez o texto, História Intelectual e História das Mentalidades. Neste ensaio, discorre a presença da história intelectual no decorrer do século XX, perpassando as diversas formas de se fazer história realizadas pelos *Annales* e pormenorizando as dificuldades encontradas pela história das mentalidades.

É neste interregno que Roger Chartier, estudando os pressupostos da história intelectual, da primeira geração dos *Annales*, estabelecidas Febvre, propõe, de maneira esquemática, a primeira noção, de acordo com o nosso recorte analítico, de representação que o estudioso da história deve partir para a análise do discurso.

A história cultural que Roger Chartier propõe, em 1980, preocupa-se em compreender o que é mais específico num momento histórico, *"na sua irredutível especifidade"*, a fim de compreender a sua linearidade e as suas diferenças com outros períodos, assim, todos de uma comunidade possuem uma mesma interpretação de sua realidade, a qual estabelecem suas relações sociais.

Roger Chartier, logo após ter analisado a história intelectual da primeira geração dos *Annales*, passa a discutir a história das mentalidades formulada a partir da década de 60. Segundo Chartier, o estudo das mentalidades é ancorado no pressuposto, *"a mentalidade sempre colectiva que rege as representações e juízos dos sujeitos sociais, sem que estes os saibam"*. Este conceito que possibilitou vários trabalhos historiográficos possui dois problemas em que afetam a história cultural de Roger Chartier. O primeiro, como articular o tempo da mentalidade, longa duração, com os movimentos de rápidas mudanças? E segundo, qual a relação entre os grupos sociais e os níveis culturais?

A tentativa para solucionar estes problemas possibilitou, para os historiadores das mentalidades, o uso de diversas formas de vestígios históricos e a necessidade de novas

abordagens metodológicas, além do descobrimento de novos temas para o discurso histórico, bem como a crença, os rituais, a morte.

O objeto da história intelectual ou cultural proposto por Roger Chartier, em 1980, é viabilizado a partir do debate que ele estabeleceu com a história das idéias de Fevre e da discussão, após 1960, a respeito deste mesmo tema a qual permitiu diferentes maneiras de se pensar e escrever a história, como a história social das idéias que utiliza recursos intelectuais da Sociologia, todavia, Chartier critica como reducionista.

O questionamento, que Chartier elaborou para visualizar os fundamentos das histórias das idéias, tem em mira a reafirmação da sua acepção sobre a noção de representação. Para ele a história intelectual ou cultural deve preocupar-se com os fundamentos de uma determinada representação e, concomitantemente, a relação entre o emissor e o receptor de informações, na medida que a qualidade da recepção e a apropriação feita pelo interlocutor é mais relevante para a compreensão do pacto entre os homens na formação da representação de uma realidade qualquer, logo, os nexos de sentido e as inter-relações possíveis de ser estabelecidas sobre a recepção, recebe o primado interpretativo para a proposta de Roger Chartier.

O texto apresentado na *Cornell University*, em 1980, na sua terceira parte denominada "Questionar as Delimitações", critica a história das idéias clássica, por conseqüência, o trabalho histórico realizado antes da primeira geração dos *Annales*, que tem os temas de estudo: as audácias do passado, as inteligências sem rédeas, e as propostas da história das mentalidades.

Chartier valoriza a história intelectual realizada no molde definido por Fevre e delimita o espaço de possibilidade epistemológica da sua história intelectual ou cultural. O historiador cultural, segundo ele, deve partir da noção de representação, procurando estabelecer o que é característico do sistema de pensamento pertinente a sua pesquisa, opinião que Chartier estabeleceu a partir do saber histórico da primeira geração dos *Annales*, reconhecendo que é

necessário estar atento à divulgação das idéias e a sua recepção pelo meio social, para poder reforçar o caráter de uma representação cultural.

Chartier reivindica para a história intelectual ou cultural os conteúdos já mencionados por Fevre, os limites do pensável, a história das representações coletivas, as categorias intelectuais disponíveis e partilhadas em diversos momentos do percurso vivido pela humanidade, e por meio da crítica as várias formas de dicotomia, como culturas erudita e popular, propõe um estudo das relações de diferentes segmentos sociais e as suas representações.

Todavia, Chartier precisa responder, satisfatoriamente, as duas problemáticas herdadas como articular o tempo da permanência da representação cultural com as suas rupturas? E como relacionar os grupos socais com os aspectos culturais?

A reposta de Roger Chartier é esboçada com o pensamento foucaultiano, de maneira tal que rompe com a racionalidade destas duas questões reafirmando seus pressupostos teóricos da representação permitindo o estabelecimento de um novo espaço para a compreensão dos objetos de memória.

Portanto, após Foucault, as duas problemáticas presentes na história das mentalidades e a social são colocadas em suspenso, pois não há uma resposta pré-determinada, *a priori* ou metafísica, a articulação deverá ser feita como cada série de discursos estabeleceu entre si, no fundo, surge um novo objeto, um objeto que é pretensamente natural. Este programa interpretativo, ancorado em postulados foucaultianos, propõe ao historiador tentar compreender os seus objetos de acordo com o sistema de pensamento a qual eles foram produzidos, criando, então, um novo espaço para o debate historiográfico, em que a historia cultural pretende alojar-se, dando início a um novo tipo de discurso histórico.

Em 1986, Chartier elaborou o ensaio, O Passado Composto, com o subtítulo, Relações entre Filosofia e História, para o colóquio "*histoire et Philosophie"* realizado no centro de estudos *Georges Pompidou*. Este discurso expõe de maneira mais detalhada a sua leitura da

obra foucaultiana; texto, em que fica claro a apreciação dos escritos *A Ordem do Discurso*, *A Arqueologia do Saber*, e o ciclo de debates sobre Foucault publicados com a organização de Michelle Perrot. Portanto, expressa um Chartier conhecedor das principais temáticas para a escrita da história do pensamento foucaultiano.

O Passado Composto é a tentativa de assunção dos pressupostos filosóficos fundamentais para a historiografia, não as filosofias da história, bem características do século XIX, mas a reflexão que permite o entendimento das possibilidades, dos limites, das necessidades, da criticidade, da epistemologia para a sedimentação do conhecimento produzido acerca do homem e o seu tempo, por isso, a renúncia a Hegel e a todas interpretações previamente estabelecidas sobre o passado.

O pensamento filosófico importante para a construção da narrativa histórica é aquele está imbuído pelo trabalho do historiador. Chartier enumera vários casos, como exemplo a impossibilidade de utilizar as definições, e implicações, das séries econômicas, demográficas ou sociais, porém a acepção forjada por Foucault é perfeitamente usável, *"A noção de série não é necessariamente expulsa de uma tal história – por exemplo, o sentido em que Foucault falava de "séries de discursos" tendo cada uma os seus princípios de regularidade e os seus sistemas de pensamentos"*.

Charitier para delimitar o objeto da história realizada por meio de aspectos filosóficos, revisita o pensamento foucaultiano, não existe uma realidade em si e nem um objeto de estudo pretensamente natural. Segundo Chartier, para Foucault não existe o real, todavia, ele é pactuado pelos homens e que pode ser percebido através dos discursos, conseqüentemente, os objetos históricos são construídos culturalmente.

Deste modo, Chartier compreende que Foucault, juntamente com Nobert Elias, revolucionou o campo da disciplina histórica, modelando um novo espaço de inteligibilidade, pois ambos possibilitaram uma nova forma de perceber os conceitos e os objetos da história.

O artigo Textos, Impressos, Leituras foi apresentado no colóquio "Conceitos, Métodos e

Objectos em História da Cultura", realizado na Universidade do Porto em 1986. Por um lado, Escrito importante, porque reflete a tensão entre uma teoria epistemológica para a historiografia e a sua realização em um estudo empírico; por outro lado, aparece uma pequena crítica ao pensamento foucaultiano, a qual Chartier não nega, contudo faz uma pequena ressalva em um conceito explicitado na aula inaugural de Foucault apresentada no *College de France*.

Roger Chartier procura entender a relação de três aspectos fundamentais, com consumo cultural da Época Moderna, o texto produzido por um autor; o texto impresso, forjado pelos editores com o intuito de atingir o maior público possível; e a leitura realizada de diversas formas e por diferentes leitores, como a leitura em grupo e oral, e uma leitura silenciosa realizada por um intelectual. Ele questiona o princípio de uma leitura soberana do autor do texto, e também, a total liberdade da interpretação do leitor.

Assim, Textos, Impressos, Leituras é o aprofundamento da questão apresentada em 1980 acerca da emissão de informações e a recepção, a apropriação pelo leitor que tem a principal atenção voltada para a verificação de determinada representação cultural de uma época.

Chartier organizou estes pressupostos de pesquisa com base na análise do prólogo do livro *Celestina* publicado em Saragoça no ano de 1507, cujo autor é Fernando de Rojas, o livro Dom Quixote, de Miguel de Cervantes e o conjunto de textos publicados na França intitulados *Bibliothèque bleue*, ou romances de literatura de cordel.

O estudo desta série de discursos possibilitou, Roger Chartier, repensar o conceito de apropriação que freqüentemente foi utilizado em seus trabalhos.

A introdução para o livro *História Cultural*, Para uma Sociologia das Práticas Simbólicas, redigida por Chartier reflete a preocupação em estabelecer claramente os eixos analíticos de sua proposta para a escrita da história. Em outra perspectiva, ele esclarece, inicialmente, a situação da produção historiografia, principalmente à francesa, das décadas de 60, 70, e o início dos anos 80, mapeando o debate intelectual em que seus discursos estão inseridos.

O conjunto de ensaios reunidos nesta série de discursos, segundo Chartier, responde a insatisfação em relação à história francesa dos anos 60 e 70, representada pelas histórias das mentalidades e serial. É o texto que melhor qualifica o seu projeto para o estudo dos aspectos históricos pautado num víeis cultura.

Chartier articula, sua inovação teórica e metodológica, pensando por meio das reflexões historiográficas, diálogo com a escola dos *Annales*; filosófica, caracterizado pelo artigo O Passado Composto, a maior aproximação intelectual do historiador com Foucault; e sociológica, a aceitação de conceitos de Nobert Elias e Pierre Bourdieu.Com esta tríplice elaboração de ferramentas para o estudo do homem, Chartier referenda três conceitos primordiais para caracterizar sua história, representação, prática, e apropriação.

O conceito de apropriação é colocado no centro de análise da abordagem da história cultural, "*objetivando uma história social das interpretações",* todavia, estipulado de maneira diferente da de Foucault.

Os conceitos de representação e prática estão intimamente ligados, porque determinada representação cultural possibilita a produção de uma prática específica conforme uma maneira de percebe o mundo, ou seja uma representação.

A noção de representação, é proclamado num diferente suporte, do que foi apresentado por Chartier em 1980. A história cultural que Roger Chartier propõe, tem como princípio que a pesquisa da realidade em si é impossível de ser realizado, porque o historiador só tem acesso ao passado por meio dos vestígios históricos remanescentes, produzidos pelos contemporâneos da época estudada, conseqüentemente, o pesquisador não apreende a realidade do passado em si, mas, tão somente, as representações culturais que os homens elaboraram e pactuaram sobre si mesmos.

Chartier explica o sentido dado ao vocábulo representação, relacionando o signo visível, a coisa em si e o conjunto de caracteres lingüísticos necessários para a expressão mental da coisa, e o significado referente ao signo visível, por conseqüência, a representação contém dois

aspectos distintos, nas palavras de Chartier, representação e representado, entre signo e significado, que pode ter sentidos diferentes de acordo com o tempo e o espaço.

Como já mencionado, as práticas sociais adquirem sentido com a percepção da representação a qual elas se articulam. O historiador culturalista, de acordo com Chartier, supera as limitações das mentalidades, e da história social, que em última instancia, postulam a compreensão do passado valorizando, demasiadamente, um único aspecto do social.

Deste modo, o refinamento intelectual de Roger Chartier, denotado pela introdução Por uma Sociologia Histórica das Práticas Culturais, reformulou o objetivo de sua história cultural, entendido, em 1980, como a relação dos objetos, pretensamente naturais, com os sistemas de pensamento de uma época, proposta foucaultiana, explicitada por Veyne; Chartier não nega esta premissa teórica, mas, procura ampliar o escopo analítico desta maneira de se fazer história, tentando explicar como foi produzida e articulada a constituição de um espaço de sentido e da sua relação com as práticas, conseqüentemente, suporte de pesquisa próximo à genealogia de Foucault.

Para finalizar, conclui-se que a leitura de Chartier, dos escritos de Foucault, em 1980, valoriza a desnaturalização dos objetos, em 1986, considera a crítica e a genealogia de Foucault como quesitos primordiais para a escrita da história e explica que Foucault e Nobert Elias revolucionaram o campo da história, pois eles redimensionaram os seus objetos e os seus conceitos. Também em 1986, critica a noção de apropriação de Foucault, apresentada no livro A Ordem do Discurso (1971), aula inaugural de Foucault no Collège de France, e a rearticula, elaborando um conceito para o estudo da leitura na Época Moderna.

A HISTÓRIA NA PERSPECTIVA GENEALÓGICA DE MICHEL FOUCAULT

Haroldo de Resende – UFU

Busca-se desenvolver questões teórico-práticas de construtos histórico-filosóficos de Michel Foucault, especialmente de suas formulações relativas ao projeto de uma história genealógica, a partir do qual o filósofo irá delinear não só uma concepção de história, mas também e, sobretudo, uma maneira de efetivar a história, libertando-a da noção de totalidade e continuidade evolutiva forjada como natural, segundo a qual a verdade se objetiva e o trabalho do conhecimento desvela uma essência preexistente.

Com vistas à fundamentação conceitual, toma-se como base o texto intitulado *Nietzsche, a genealogia e a história*[1], de Michel Foucault, escrito em 1971, a partir do qual são extraídas as principais noções que envolvem a proposição da história genealógica, cujo objetivo precípuo é insuflar saberes contra a pretensão de um bloco monolítico de saber que, em sua dominação acaba por produzir efeitos de poder na elaboração e legitimação dos conhecimentos históricos.

Na fase genealógica, segunda do conjunto da obra de Foucault[2], há uma ampliação de seu campo de interesse, na medida em que busca mostrar a correlação entre discursos e práticas sociais, enfocando explicitamente a temática do poder. Mostra de que modo o saber, suas ordens e configurações, se articulam a exercícios de poder.

Foucault introduz o termo *genealogia*[3], na obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, onde, segundo Machado, seu sentido aparece da forma mais clara. Eis algumas passagens em que o termo aparece na obra referida: *Objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade*[4]. Um pouco mais adiante, ainda no capítulo introdutório, Foucault menciona novamente o termo: *A história dessa microfísica do*

poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da 'alma' moderna[5].

É possível perceber, portanto, que pelo contexto teórico-prático em que a expressão aparece, traz em sua conotação a importância que o poder assume nas pesquisas de Foucault, correlato à questão da constituição dos saberes.

Genealogia é uma expressão que Foucault utiliza a partir de Nietzsche[6] para designar um modo de abordagem da constituição histórica dos objetos, sem remetê-los a um começo solene, um início fundamental.

A abordagem genealógica, restaurando o histórico, permite realizar efetivamente uma pesquisa histórica, na qual as noções ligadas ao conceito de origem assumem significados opostos às fundações originais que buscam marcos fundamentais para a comprovação da exatidão essencial das coisas e a perpetuação imóvel de uma identidade fixa no tempo e no espaço.

A genealogia faz a história dos percursos acidentais, do disparate, provocando a suspensão da intemporalidade do sujeito, submetendo-o às práticas sociais e examinando o momento do surgimento e as condições específicas de possibilidades dos acontecimentos.

Na genealogia abandona-se a certeza das evoluções lineares, que vê as coisas como se elas guardassem em seu começo uma verdade única e pura. Pela genealogia, é possível contemplar os acasos e intempéries das construções históricas.

> *Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde elas*

> *desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (...)"*[7]

Para Foucault, assim como propusera Nietzsche, a cor da genealogia é o cinza, justamente porque foge às claras evidências, às transparências, buscando apreender os apagamentos, aquilo que foi obscurecido por conhecimentos que se impuseram como únicos e definitivos.

Na genealogia busca-se ouvir a história e com isso se aprende que por trás das coisas não há nada que se possa traduzir em uma essência secreta e atemporal. O que existe são as coisas sem atributos essenciais, sem invenções construídas em torno de elementos estranhos a elas. Na gênese histórica não se encontra a identidade inédita e preservada da origem, mas o seu disparate, os seus desvios acidentais, a sua desavença.

O começo histórico pertence às baixas extrações por ocupar-se dos deslizes, dos desníveis, da incerteza, do descomunal e por afastar-se dos pedestais meta-históricos construídos por significações ideais. Portanto, a genealogia insurge contra a pesquisa da "origem". *O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem*[8].

Ao mesmo tempo, a pesquisa genealógica permite o reencontro do múltiplo nos acontecimentos que são tomados por um único aspecto como se sua formação tivesse se dado de maneira ímpar, sem dispersões. Na genealogia mantém-se a dispersão peculiar aos acontecimentos, a reconstituição dos acidentes, das fissuras, dos enganos, das falhas, das errâncias que fizeram nascer o que há de significativo em nossa existência.

Na genealogia não se faz um recuo no tempo para o restabelecimento de uma continuidade evolutiva que se prolonga até chegar ao presente, considerando-o como circunstância natural e inevitável do passado. Busca-se saber que na gênese do que somos e do que conhecemos não reside a verdade e o ser essencial e sim a exterioridade acidental.

A genealogia permite restabelecer os jogos de dominação, nos quais se pode observar o estado de forças em que os acontecimentos são produzidos, uma vez que as forças, ao produzi-los, combatem entre si, marcam posições frente às adversidades e, quando se enfraquecem buscam se recompor a partir de sua própria fraqueza.

A tarefa da genealogia deve ser exatamente a de fazer essa história, mostrando os deslocamentos, as quebras, as fraquezas, as substituições, os recomeços, dando visibilidade a outras possibilidades de interpretação que foram subsumidas pela prevalência de visões dominantes e totalizantes.

Foucault mostra as relações existentes entre a pesquisa genealógica e a história tradicional, que ele chama *história dos historiadores*[9]. A genealogia é nomeada como *Wirkliche Historie*[10] ou, história "efetiva" cuja ferramenta é o sentido histórico que

> *não se apóia sobre nenhum absoluto. Ele deve ter apenas a acuidade de um olhar que distingue, reparte, dispersa, deixa operar as separações e as margens – uma espécie de olhar que dissocia e é capaz ele mesmo de se dissociar e apagar a unidade deste ser humano que supostamente o dirige soberanamente para seu passado*[11].

O sentido histórico se norteia em direção contrária à perspectiva supra-histórica da história dos historiadores, cujo olhar é totalizante, reconciliador dos deslocamentos passados, redutor do tempo a um só momento.

O olhar da história tradicional é um olhar que se pretende objetivo e acredita na eternidade perene da verdade e numa consciência sempre igual a si mesma, é um olhar que permite o reconhecimento em toda parte como se tudo refletisse o homem, é um olhar que mira um contínuo evoluir, sem obstáculos ou quebras.

Já o sentido histórico, praticando a *Wirkliche Historie* promove a reintrodução do devir em tudo o que se acreditava ser imortal no homem. *A história 'efetiva' se distingue*

daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles[12].

Utilizar genealogicamente a história, de maneira que o sentido histórico se livre da supra-história, significa *fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo, metafísico e antropológico da memória. Trata-se de fazer da história uma contramemória e de desdobrar consequentemente toda uma outra forma do tempo*[13].

O genealogista ao invés de venerar os grandes vultos, as obras, as criações, perpetuando a sua presença, erguendo uma *história monumental*[14], parodia essa história e carnavaliza o tempo colocando o reaparecimento incessante das máscaras em cena novamente, justamente para que o homem se irrealize em diversas identidades retornadas[15]. *A genealogia é a história como um carnaval organizado*[16].

A genealogia traz a pluralidade, a diversidade que se desdobra em várias outras identidades que disputam entre si e, o que a história faz não é descobrir uma identidade submergida, de prontidão para o aparecimento e sim mostrar uma complexidade de aspectos plurais, díspares.

> *A história genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos, ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam*[17].

Não se busca o reconhecimento de continuidades onde se encontra o começo de nosso presente, num processo contínuo de preservação; ao contrário, a genealogia propicia

a quebra de nossas identidades, mostrando as múltiplas possibilidades, a heterogeneidade, arrancando a *máscara de nosso eu*[18], permitindo-nos outras identidades.

Foucault, desse modo, formula o projeto de uma história genealógica, estabelecendo novas noções para a abordagem do tempo e do espaço históricos, dando novas visões para as reminiscências, as continuidades e o conhecimento. A realidade se desfaz em paródias, as identidades se fragmentam e a verdade é destroçada. O acontecimento perde sua linearidade contínua, pois a genealogia se apodera de suas regras, de suas forças, da inversão dessas forças que se voltam contra quem as utiliza, enfraquecendo o vigor das dominações no movimento do jogo da história nos acasos da luta[19].

A genealogia é, assim, direcionada para o estudo das formas de saber atravessadas por relações de poder. Portanto, pode-se entender a abordagem genealógica de Foucault como a investigação histórica das manifestações, tecnologias e estratégias de poder em suas relações com o saber. Em suma, o que a genealogia faz é disponibilizar chaves de interpretação histórica das formas e condições políticas em que são produzidos e difundidos os conhecimentos.

---

[1] Este texto foi publicado inicialmente em *Hommage à Jean Hyppolite*, em 1971, em seguida, lançado no Brasil, no ano de 1979, numa coletânea traduzida e organizada por Roberto Machado e, posteriormente publicado em 1994, na França, no Volume II da coleção de quatro volumes, intitulada *Ditos e Escritos*, dirigida por Daniel Defert e François Ewald, reunindo conferências, entrevistas e outros textos de Foucault até então esparsos, conforme as referências que se seguem: FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história." In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 15-37. / Cf. FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire". *Dits et écrits*, II. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Paris: Gallimard, 1994. p. 136-156.

[2] Várias são as possibilidades de sistematizar ou periodizar o conjunto da obra de Michel Foucault, o que é uma tarefa bastante complexa, tendo em vista que se trata de um pensamento que refuta classificações ou padronizações. No entanto, boa parte de seus leitores costuma adotar o critério de que suas pesquisas são desenvolvidas a partir de três eixos de investigação, que acabam por constituir fases se sua obra: a primeira denominada *arqueologia*, tem como pilares os livros *História da loucura*, *Nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*; a segunda, *genealogia* - a partir da qual este texto se propõe a discutir aspectos ligados à concepção de história - tem como marcos referenciais os livros *Vigiar e punir: nascimento da prisão* e *História da sexualidade I: a vontade de saber*; e, por fim, a fase *ética*, cujos livros representativos são *História da sexualidade II:o uso dos prazeres* e *História da sexualidade III:o cuidado de si*.

[3] Cf. MACHADO, Roberto. *Ciência e saber. A trajetória da arqueologia de Foucault*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 187. Machado ressalta que a expressão aparece também na obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* e em textos de alguns cursos do *Collège de France*.

[4] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 1991, p. 26. / FOUCAULT, Michel. Surveiller et punir: naissance de la prision, 1975, p. 30.

[5] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 1991, p. 31. / FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prision*, 1975, p. 38.

[6] Cf. FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história." In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 16. / Cf. FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire". *Dits et écrits*, II. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Paris: Gallimard, 1994. p. 137.

[7] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 15. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 136.

[8] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 19. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 140.

[9] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 26. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 146.

[10] Termo alemão, cunhado por Nietzsche, que designa, literalmente, história efetiva.

[11] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 27. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 147.

[12] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 27. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 147.

[13] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 33. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 153.

[14] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 33. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 153.

[15] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 33. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 153.

[16] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 33. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 153.

[17] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 34-35. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 154.

[18] FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 35. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 154.

[19] Cf. FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história.", 1992. p. 28. / Cf. FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 148.

INTEGRAÇÃO DO CONE SUL: estratégias para as guerras comerciais contemporâneas

Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho – UPF
haroldo@upf.br

A importância crescente que a dimensão internacional tem adquirido para os países do Cone Sul está relacionada, inicialmente, a dois fatores que se mostraram visíveis em meados da década de 1980. De um lado temos a crise internacional do capitalismo, fruto do choque do petróleo ocorrido ainda na década anterior, que forçou um reordenamento da política norte-americana para a América Latina no sentido de buscar neste ambiente externo alternativa para o crescente déficit das contas externas, o que originou para a região a chamada crise da dívida. A partir desse momento o padrão de desenvolvimento e de inserção internacional da América Latina como um todo e do Cone Sul em particular, irá sofrer um profundo revés na política de financiamento do processo de modernização inaugurado ainda na década de 1930. A crise do modelo desenvolvimentista, do Estado como ator central de tal projeto, leva ao desgaste político dos governos militares que haviam ascendido ao poder entre as décadas de 1960 e 1970, e dá-se início ao período da distensão política e a longa transição para a redemocratização da região. Por outro lado, ainda durante a década de 1980, assiste-se ao revigoramento da contenção Leste-Oeste levada a cabo pelo governo Reagan, que acabou exaurindo a já capenga economia do bloco socialista culminando com o colapso da União Soviética e conseqüentemente com o fim da Guerra Fria no final dessa década.

Esses dois fatores foram determinantes para o início do processo de aproximação entre Argentina e Brasil que iria resultar na constituição do Mercosul.

A busca pela integração no contexto regional da América Latina acabou sendo condicionada por dois aspectos relativamente contraditórios: de um lado, as expectativas otimistas que vislumbram a concretização de um amplo mercado comum, que, por si só, eliminaria ou minoraria as resistências e assimetrias entre as nações, além de estabelecer uma identidade regional abrangente e capaz de fazer frente às demandas da política mundial; de

outro, evidenciam-se algumas imposições concretas resultantes das próprias assimetrias e que atuam como elementos refratários ao avanço linear do processo, seja em razão das estratégias de desenvolvimento de cada Estado, que se alteram como decorrência das oscilações da conjuntura mundial, seja, mesmo, pela lentidão nos ajustes necessários ao pleno desembaraçar dos mecanismos jurídicos de cada Estado-membro.

A dinamização das integrações latino-americanas também tem sido refém das realidades políticas de Estados há pouco redemocratizados. A instabilidade é perniciosa em se tratando de parceiros, como, por exemplo, os do Cone Sul, que até há bem pouco não se percebiam assim. Percebe-se, nessa perspectiva, que mesmo a emergência e a importância dada ao Mercosul ainda carece de reciprocidade por parte das nações envolvidas.

No Brasil, durante o período militar, o surto de exportações para os países desenvolvidos levou ao entendimento de que o modelo substitutivo de importações ainda era o mais adequado, uma vez que era ainda necessário garantir a integração do próprio território nacional antes de galgar passos no sentido da integração regional latino-americana. Segundo Almeida, "como se sabe, os regimes ditatoriais costumam manifestar uma preferência por regimes econômicos igualmente fechados, com fortes tendências à auto-suficiência e à autarquia. Daí a inclinação das elites militares por diretrizes claramente substitutivas nas políticas econômicas (de industrialização e de comércio exterior) dos países latino-americanos, o que não deixa de afetar negativamente o processo integracionista no continente".[i]

De fato, durante esse período, ampliaram-se as políticas protecionistas (tarifas altas e restrições não tarifárias) e, não raras vezes, ocorreram desentendimentos políticos entre os países da região, alguns dos quais sob o comando de regimes liberais oligárquicos, outros, ditaduras de fato.

Na esteira dessa tendência ao desenvolvimento interno dado prioritariamente esconde-se a ação externa levada a efeito pelos Estados centrais do capitalismo ocidental, quando desencadearam a "exportação" das idéias norte-americanas de segurança nacional, derivadas

das vicissitudes da Guerra Fria. As iniciativas norte-americanas para a América Latina pautavam-se pela histeria da luta contra o comunismo internacional, de modo que era preciso impedir que tais idéias ganhassem terreno em ambientes históricos marcados por regimes populistas, como os do Brasil e da Argentina, especialmente. Transitava-se, nesse momento, para uma concepção de segurança nacional contra os inimigos internos do chamado "mundo livre".[ii]

Fruto dessa orientação veio à tona duas situações desfavoráveis à integração continental prevista nos anos anteriores. De um lado, vemos a abertura dos mercados centrais a produtos latino-americanos, o que obriga a uma correspondência em importações e leva, por conseqüência, à diminuição do interesse em ampliar o mercado regional. De outro lado, alimentaram-se rivalidades por disputas pela hegemonia na América do Sul, reflexo típico do pensamento geopolítico em voga durante o período.

As principais diferenças entre Brasil e Argentina estiveram marcadas pela questão dos recursos hídricos da bacia do Prata, que, conforme Rapoport e Madrid, "manteve ocupadas as chancelarias da Argentina e do Brasil. Estas controvérsias revelavam as distintas concepções de Buenos Aires e Brasília, que abarcavam aspectos vinculados ao desenvolvimento econômico, às políticas energéticas e às questões geopolíticas".[iii]

Os autores definem que a preocupação central da Argentina dizia respeito aos projetos energéticos entre Brasil e Paraguai no rio Paraná, que poderiam alterar as relações daquela com os últimos e pôr em xeque o jogo de forças na região platina, tornando-o mais favorável ao Brasil. Como resultado dessa situação deu-se a assinatura dos tratados entre Brasil e Paraguai, o Tratado de Itaipu, em 1973; no mesmo ano, Argentina e Paraguai assinaram o Tratado de Yaceretá, criando-se, assim, duas represas. A solução definitiva deu-se com o Acordo Tripartite de 1979, entre Argentina, Brasil e Paraguai, com a construção da represa de Corpus.

Entretanto, nesse momento, a situação da Argentina já se havia alterado profundamente. A crise política e institucional derivada do enfraquecimento externo,

especialmente nas relações com os Estados Unidos, levara ao desgaste do governo peronista e ao aprofundamento da crise econômica, visível pela escalada inflacionária.[iv] Em 23 de março de 1976, ocorreu a derrubada de María Estela de Perón da Presidência, substituída pelas Forças Armadas, que tomaram para si a tarefa de enfrentar o problema da hegemonia brasileira na região, já agora consolidada através dos corredores de exportação oeste-leste, que ligaram o *hinterland* da bacia do Prata ao oceano Atlântico no litoral brasileiro.[v]

Foi nesse quadro que se colocaram novamente em pauta as discussões nacionalistas, sobretudo pelo papel desempenhado no Brasil pelos governos militares, que, além de objetivarem assumir uma posição privilegiada no continente sul-americano, fizeram-no embasados na doutrina de segurança nacional forjada na Escola Superior de Guerra, com amplo apoio do governo norte-americano, tudo isso temperado com um caldo nacionalista de direita.

Assim, como conseqüência do retorno aos preceitos nacionalistas, as idéias e projetos de integrações latino-americanas entraram também em refluxo, de tal modo que somente foram recuperadas quando da retomada dos regimes democráticos no continente.

O Tratado de Assunção, constitutivo do Mercosul, tornou-se possível porque estava em consonância com o Tratado da Aladi, que permite a consecução de acordos sub-regionais entre os países-membros. Foi assim que Argentina e Brasil retomaram a cooperação econômica em 1990, quando da celebração do Acordo de Complementação Econômica nº 14, tido como principal documento para a futura integração. É verdade também que isso só se tornou possível após o encontro dos presidentes de Brasil e Argentina ocorrido em Foz do Iguaçu, em 1985.[vi]

A partir desse momento, o processo de integração do Cone Sul adquiriu nova feição e foi acelerado ao longo da década de 1990. A nova ordem mundial apontava mais claramente no sentido da formação de blocos regionais, especialmente com o advento da Comunidade Econômica Européia, que (re)equilibrou as forças no cenário das relações internacionais de lá para cá. A questão dos nacionalismos saiu da ordem do dia das preocupações dos governos

sul-americanos, mas ainda permanece como questão para as sociedades que pretendem integrar-se, especialmente no campo comercial onde as oscilações conjunturais expõem de forma direta as assimetrias regionais e, por conta disso, as dificuldades em termos de competitividade.

Entretanto, a dimensão estratégica da integração no Cone Sul requer, para ser compreendida, uma interpretação histórica que dê conta de estabelecer vínculos entre a origem da proposta associativa e sua maturação ao longo dos anos.

A organização do mercado mundial foi um dos pontos fundamentais que o mundo Ocidental teve que resolver a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Dentre os principais problemas enfrentados estava a recuperação da Europa, portanto, não é de estranhar que as preocupações da principal potência econômica do pós-guerra estivessem direcionadas àquele continente, restando à América Latina um papel secundário nesse processo global de reordenamento. É diante desse quadro que será criada a Comissão Econômica para a América Latina – Cepal, em 1948, no âmbito da ONU, ou seja, a busca de alternativas regionais para a superação do atraso industrial e social foi posta em movimento em momento relativamente desfavorável à região.

O modelo teórico preconizado pela Cepal estruturava-se em dois aspectos fundamentais, o primeiro era o papel do Estado enquanto planejador, fomentador de políticas industrializantes, uma vez que as relações centro-periferia eram tidas como as responsáveis pelo crescente emprobrecimento regional ao transferir, de forma desigual, renda para o centro. Outro aspecto dizia respeito à operacionalização das políticas industriais. Para tanto, optou-se pelo modelo substitutivo e com mecanismos protecionistas do mercado e da produção industrial local.

O corpo de idéias desenvolvido pela Cepal passaria a ter uma importância fundamental nas discussões sobre os projetos econômicos para a América Latina. Centrados no que ficou conhecido como *desenvolvimentismo*, os cepalinos, especialmente a partir dos estudos do

economista argentino Raúl Prebisch, estabeleceram uma ruptura com os critérios uniformizantes para a análise econômica mundial levada a efeito pela teoria neoclássica. Segundo afirmavam, o sistema capitalista mundial estaria dividido em economias centrais e periféricas.

De acordo com Haffner, a Cepal organizou-se no final da década de 1940 precisamente em razão dos efeitos da crise do pós-guerra, aliado ao fato de que na ciência econômica predominavam os pressupostos liberais. Segundo a autora, "as relações econômicas entre o que ela (CEPAL) denomina de centro e periferia e a industrialização da América Latina constituem o pensamento básico da instituição. Outro assunto que se associa a este pensamento é a integração latino-americana. Estas idéias identificam a CEPAL dentro e fora da região".[vii]

Svartman, discutindo o mesmo tema no pensamento de Celso Furtado, outro expoente do pensamento da Cepal, analisa a questão nos seguintes termos: "sistema centro-periferia assinala a situação assimétrica existente entre os países industriais avançados, exportadores de bens de consumo e serviços, e aqueles atrasados, em que apenas o setor exportador de suas economias se moderniza em função das demandas e investimentos dos países centrais".[viii]

Essa noção do capitalismo, além de demarcar uma posição ímpar no complexo jogo político criado com a Guerra Fria, pois rompia também com as teorias sobre o imperialismo no campo do pensamento socialista, proporcionava uma abordagem que entrelaçava a análise econômica com a compreensão do desenvolvimento histórico. Assim, não foi difícil chegar à idéia de que as assimetrias do sistema mundial levavam as regiões periféricas ao atrelamento ou à dependência, pois seu desenvolvimento dava-se *para fora.*

Esse modelo de desenvolvimento encontrou seu limite definitivo com o fim da ordem bipolar, e a partir daí, os projetos de integração regional adquirem uma feição mais adaptada ao novo contexto global em construção.

Na América Latina, essa nova fase de abertura do mercado mundial foi responsável pela transição da produção destinada ao mercado interno para a inserção competitiva no mercado global. Foi fundamental para essa mudança a capacidade tecnológica desenvolvida e acumulada durante a fase substitutiva anterior. Ocorreu, então, que as empresas que atendiam, prioritariamente, à produção doméstica iniciaram um movimento em direção ao mercado externo, o que aconteceu em razão das novas exigências do comércio internacional, que não aceitava mais os mecanismos protecionistas.

As novas orientações da política e da economia mundiais acabaram reduzindo as possibilidades da gestão interna dos Estados nacionais no sentido de que os mecanismos de crescimento atuais são determinados pelo que ocorre no mundo. A partir da década de 1990, essa situação ficou mais evidente e acabou influenciando as políticas dos Estados latino-americanos de uma forma que até então não se havia percebido claramente. Os modelos de política econômica não foram adotados de modo uniforme, mas visavam ao mesmo objetivo: a inserção competitiva no mercado mundial. A abertura das economias induziu a mudanças de percepções sobre a capacidade de crescimento e transformou também a natureza das idéias políticas no continente. O tradicional nacionalismo cedeu lugar a um novo liberalismo e os Estados tenderam a buscar adaptar-se a essa nova situação.

As implicações da nova conjuntura favoreceram a aproximação e a busca de ampliação das relações entre Estados, que podem representar ganhos de produtividade em face de uma disputa internacional mais acirrada. A busca da integração econômica acaba também influenciando outros aspectos das relações entre Estados e populações, que se pautam, por um novo pragmatismo de resultados, indispensável por garantir a estabilidade geral das sociedades envolvidas.

Podemos concluir dizendo que as estratégias econômicas e comerciais levadas a efeito pelos Estados latino-americanos desde o final da Segunda Guerra estiveram marcadas pela busca da integração. Se num primeiro momento se tratou de um regionalismo fechado, voltado

aos mercados internos, atualmente, com a ascensão das idéias neoliberais, uma nova proposta de integração emerge, agora baseada na liberalização econômica e no modelo de regionalismo aberto. Nesse sentido, vale referir a importância do projeto Mercosul para a perspectiva brasileira pela observação de Vizentini, quando afirma "o Mercosul constitui o primeiro objetivo da política externa do Brasil; a busca de novos acordos hemisféricos, o segundo; e os vínculos extracontinentais, o terceiro. Este foi o espaço de manobra que restou à diplomacia brasileira, que deve resistir às pressões norte-americanas, aprofundando a cooperação no âmbito do Mercosul e ampliando seus vínculos externos".[ix]

---

[i] ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993, p. 65.

[ii] A importância dada pelos Estados Unidos à presença soviética no cenário internacional iria se estender até o final dos anos 80, e a expressão "mundo livre" acabou se consolidando nos embates políticos e ideológicos do período, mas perdeu consistência diante da nova ordem global resultante do fim do espectro do comunismo. É o que ressalta Hélio Jaguaribe, quando afirma que "o sistema internacional, depois da implosão da União Soviética e descomunização de seus satélites europeus, se caracteriza pelo óbvio fato de que os Estados Unidos se mantiveram como única superpotência. A idéia inicial, sustentada pelo Presidente Bush, de que o resultado do fim do comunismo internacional seria a instauração de uma nova era, marcada pela paz e pela harmonia universais, não tinha, evidentemente, nenhuma consistência. Exprimia, na verdade, o mito americano de que o comunismo era a causa de todos os problemas internacionais e que, com sua supressão, o 'mundo livre' realizaria harmoniosa e pacificamente suas potencialidades positivas. Era também uma forma de os Estados Unidos, como superpotência, manifestarem, tranqüilizadoramente, sua intenção de só intervir consensualmente - e não, unilateralmente - no cenário internacional." JAGUARIBE, Hélio. América Latina no atual sistema internacional. In: *Seminário sobre a América do Sul*. Brasília: Iepes, 2002. É bem verdade, que após os acontecimentos trágicos de 11 de setembro de 2001, novamente a política externa norte-americana envereda pelas ações unilaterais. Em substituição ao comunismo apresentam o terrorismo internacional como justificativa para os chamados "ataques preventivos".

[iii] RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz; RAPAPORT, Mario (Org.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 282.

[iv] A inflação argentina, em 1972, estava na faixa de 79,6%; já, em 1974, havia sido reduzida para pouco mais de 30%. A partir daí, o crescimento foi vertiginoso, chegando ao incrível índice de 920% entre maio de 1975 e abril de 1976. O resultado de tal situação deu-se através de profunda crise política e institucional, que, no final, resultou no golpe militar de 1976. Sobre esta questão ver em SKIDMORE, op. cit., especialmente Cap. III "Brasil e Argentina: perspectivas comparadas", p. 201-283.

[v] Sobre esta questão ver BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina* – o continente das relações Argentina-Brasil (1930/1992*)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Editora Ensaio, 1993, especialmente Cap. XVII, p. 219-233.

[vi] Conforme ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993. p. 170. Pela "Declaração de Iguaçu", os presidentes da Argentina e do Brasil expressaram sua "firme vontade de acelerar o processo de integração bilateral" e criaram, para tal fim, uma Comissão Mista de Alto Nível, presidida pelos ministros das Relações Exteriores dos dois países. Na mesma ocasião, firmou-se uma "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear", que afirma os propósitos pacíficos da cooperação bilateral nessa área.

[vii] HAFFNER, Jacqueline. *Cepal:* uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano. Porto Alegre: Edipucrs, 1996, p. 56.

[viii] SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Celso Furtado, a economia e a história. *Revista de Filosofia e Ciências Humanas,* Passo Fundo: UPF Editora, ano 16, n. 2, 2000, p. 81.

[ix] VIZENTINI, Paulo G. F.. Mercosul: dimensões estratégicas, geopolíticas e geoeconômicas. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida (Org.). *O Mercosul no limiar do século XXI*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 27-41.

IMAGENS SOBREPOSTAS: FLORESTAS NA MINAS GERAIS COLONIAL

Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola
Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE

> "*Do rio Doce pode se dizer que todo ele se pode chamar uma nova Índia Oriental em pedrarias e metais*". (Padre Simão de Vasconcelos (1597-1771). *Notícias curiosas e necessárias das coisas do Brasil*. Lisboa, 1668.)

Em Minas Gerais, no século XVIII, a *civilização* transplantada da Metrópole se instalou nas áreas auríferas da cordilheira do Espinhaço. Para evitar o extravio do ouro e diamante, as autoridades isolaram as terras de floresta que ficavam entre as Minas Gerais e o litoral. Esta porção do território colonial foi denominada de sertões do Leste e/ou sertão do rio Doce.[1] Com a crise da mineração caducaram as restrições que haviam sido impostas pela Metrópole. No último quartel do setecentos, o Rio Doce tornou-se uma categoria central para a história das Minas Gerais colonial, ao delimitar um espaço a ser conquistado e cultivado. Nosso objetivo é identificar as representações em torno dessa categoria, as permanências e modificações ocorridas, partindo dos governos mineiros de Dom Antônio de Noronha (1775-1780) e Dom Rodrigo de Menezes (1780-1783).

O motivo que levou D. Antônio de Noronha a fixar os limites entre as comarcas, pela parte do Leste, foi para evitar que, "naqueles lugares incultos, desconhecidos e habitados por índios selvagens", viessem a ocorrer conflitos quando as riquezas fossem descobertas.[2] O governador D. Rodrigo de Menezes acreditava que a abundância de ouro a ser descoberta poderia levantar a Capitania do abatimento em que se encontrava. Ele investiu grande soma de recursos, tempo e saúde no Sertão do Rio Doce, em busca do ouro do Cuieté. [3]

Depois de seis meses de investigação e nenhum *descoberto*, D. Rodrigo mandou encerrar os trabalhos de exploração. Para ele havia se desfeito a fama de que o Cuieté seria um "novo Eldorado". Mas o presídio militar e a "colônia" foram mantidos, como meio de defesa contra os índios botocudos e também porque ainda "*apareceriam grandes haveres*". Persistiria a crença de que a floresta escondia riquezas minerais, mas apareceriam outros interesses: o da fertilidade dos solos ("*terras essas criadoras de toda a qualidade de viveres, de frutas, de algodão e de outros gêneros comerciais*") e da abundância dos recursos florestais.

Com D. Rodrigo surge um novo olhar mercantil sobre as florestas a Leste: a) madeiras, orquídeas, toda sorte de flores exóticas, produtos para tinturaria e farmácia, particularmente a ipecacuanha[4]; b) couros de animais silvestres (onças, lontras, veados etc.) e as espécies vivas, principalmente pássaros e micos; c) café, algodão e outras culturas que os solos férteis das terras desmatadas poderiam proporcionar; d) minerais e pedras preciosas existentes ou que se acreditavam existir, como ouro e esmeraldas; e) e minérios "menos preciosos" como o ferro, cobre, manganês e outros "que careciam ainda descobrir a existência". [5]

O capitão-mor do Espírito Santo, Inácio João Monjardim (1782 a 1798), dirigindo-se ao governador da Bahia, em 1790, referiu-se às riquezas contidas no Sertão do Rio Doce: "*todas as qualidades de madeiras para construção de quaisquer navios e naus*". Enumera uma grande quantidade de madeiras de lei que poderiam ser exploradas, tais como: peroba, jacarandás, pau-brasil, vinhático, entre outras. Menciona as madeiras para tinturaria, bem como "*a poaia, as teáceas, os bálsamos, algum cacau"*. Também refere-se a existência do "*ouro que tem sido visível a alguns nas margens dos rios*".[6]

Em 1797, a Metrópole proíbe a concessão de sesmaria e a extração não autorizada de madeira na costa do Espírito Santo e no vale do rio Doce, para preservar suas matas e arvoredos.[7] Em 1798, Dom Fernando José Portugal informa a D. Rodrigo de Souza Coutinho (Ministro da Marinha e do Ultramar, 1796-1801) sobre o potencial para estabelecimentos de cortes de madeiras ao longo do rio Doce.

No início do século XIX, consolida-se o discurso em torno da agricultura como fonte da riqueza. O Governador do Espírito Santo Antônio Pires da Silva Pontes (1800-1804) escreveu uma memória na qual critica a idéia de que em todas as Minas Gerais existiria ouro, de que em todos os lugares habitados pelos gentios ferozes e não explorado pelos mineiros dever-se-ia achar o ouro. Na sua opinião esta idéia era "*uma alucinação que tem causado a ruína de muitos mineiros*" que deixam a serra mestra (Espinhaço). A "*experiência sempre tem provado que são infelizes estas expedições*": elas sempre retornavam lamentando-se da fome e marcadas pelas armas do gentio. Para fazer frente à decadência do ouro, que era inevitável, os mineiros deveriam procurar outras riquezas da natureza (salsaparilha, ipecacuanha,

cochinilha etc.), bem como deveriam dedicar-se à agricultura e à criação do gado, ou seja, as atividades que seriam as bases perpétuas do comércio. [8]

José Vieira Couto, em suas considerações escritas em 1801, traçou um quadro dramático da decadência mineira. A culpa de tamanha decadência era dos próprios mineiros, que ignoraram ou desprezaram a agricultura. Ele condena o pequeno proveito que se tirava das terras das florestas do Rio Doce, ignorando a cultura de muitos gêneros que trariam vantagens ao comércio nacional, como o café, que não passava de plantação de curiosidade. Numa nítida influência fisiocrática, expunha que a agricultura era a mãe de todas as artes, fundamento da subsistência e das riquezas das nações: "suponho hoje já o povo instruído pelos belos tratados, que desta matéria correm em suas mãos, suponho já certo o consumo dos seus gêneros pela estrada e canal do rio Doce". Para realizar este ideal de riqueza ele sugere pequenos prêmios e isenções de impostos. [9]

Para Basílio de Sá Vedra, em uma carta de 1805, endereçada ao primo protetor deputado do Conselho Ultramarino, o "estado de pobreza e de miséria" foi provocado pelo esgotamento do ouro, que os mineiros haviam julgado que não acabaria. Na opinião de Sá Vedra, se a floresta fosse derrubada os solos poderiam ser aproveitados para a produção de algodão, cana-de-açúcar, café, cacau, tabaco, anil, couros, queijos e muitos outros gêneros para o comércio. Para favorecer os empreendimentos era necessário facilitar o transporte por boas estradas e a navegação dos rios, particularmente a do rio Doce; expulsar o gentio e promover as povoações, com "*pequena despesa, alguma proteção, privilégios, e isenção temporária de direitos*". Mesmo compartilhando a tese dos fisiocratas de que a agricultura é a fonte da verdadeira riqueza, Sá Vedra não abandona a velha crença de que existiriam nas florestas do Rio Doce ricas minas de ouro e pedras preciosas, *"... particularmente nas margens do rio Doce, que é constantemente reputado por muito rico de ouro, e muito fértil em todos os gêneros"*. [10]

O governador do Espírito Santo, Manoel Viera de Albuquerque Tovar (1804-1808), também defendia o potencial agrícola das terras do Rio Doce. As cachoeiras que dificultavam a navegação não seriam estorvo, antes constituiriam vantagem, pois os estabelecimentos

para baldeação das embarcações seriam os pontos de apoio para atrair os fazendeiros às férteis terras de floresta. Em pouco tempo, estes locais se transformariam em vilas, pela presença dos fazendeiros e comerciantes e pelo aumento da população. O governador Tovar retorna à crença das riquezas minerais, porém ele faz uma inversão interessante, ao colocar a abertura de caminhos pelo governo, o aumento da população pela agricultura e a exploração extrativista da floresta como fatores que facilitariam a descoberta das riquezas minerais escondidas. [11]

A idéia de que ocorria um novo *descoberto* e a riqueza mineral se revelaria continuava a dominar o imaginário sobre o Sertão do Rio Doce, aparecendo em vários tipos de documentos, como no Aviso, de abril de 1815, mandando abrir uma nova estrada de Vila Rica ao termo de Vitória, no Espírito Santo. Esperava-se, com a estrada passando pelos sertões intermédios, "*povoarem-se os terrenos incultos, aumentar-se a agricultura e o comércio, aproveitando-se ao mesmo tempo as riquezas que nele consta haverem de ouro e pedras preciosas em quase todos os córregos, o comércio de ipecacuanha, que há em abundância*".[12] Com a Independência não ocorre mudança, como indica uma portaria, de agosto de 1823, do Governo Imperial, determinando que o governo de Minas Gerais promovesse novos *descobertos* nos sertões.[13]

A década de 1820 marca o início das investidas no vale do rio Mucuri, em busca de pedras preciosas. A Câmara de Minas Novas solicitou auxílio do governo, por diversas vezes, para proteger as frentes de povoamento, solicitando a instalação de quartel mais para interior das matas. Os pedidos também eram de proteção militar para acompanhar as comitivas que entravam pelo sertão em busca das riquezas minerais.[14] Observa-se nas solicitações sempre a mesma alegação do *obstáculo do botocudo* que impediria o aproveitamento das riquezas da agricultura, ouro e pedras preciosas: "*...tanto pela agricultura em descoberta de novas terras, como pela mineração ainda ao todo não patente respeito a ouro, e preciosas pedra cujo trabalho, e sua assiduidade não permitem as ocultas nações de antropófagos que semeiam seus passos pelas matas incultas...*`"[15]

Passado o período colonial, permanece a crença na existência de ouro e pedras preciosas, com alguns relatos nitidamente fantasiosos, como o do Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro: "terreno é fertilíssimo, é rico em mineração [...] da parte do norte sai um ribeirão tão rico que o ouro sai em granitos em qualquer parte, que se prova".[16] Essa é a razão da luta do cônego Francisco Pereira de Santa Apolônia, em 1825, contra a concessão de privilégios dados a uma companhia anglo-brasileira de navegação do rio Doce. Ele foi contra os direitos de exclusividade para a exploração das supostas minas de ouro e lavras de diamantes na bacia do rio Doce: "*E quem ousará negar, que no espaço de 20 ou 30 anos possam os ingleses extrair todos os nossos tesouros encerrados naquele abençoado terreno?*".[17]

Em 1829, Francisco Teixeira Guedes requereu à câmara da vila de Minas Novas ajuda para entrar pela segunda vez nos sertões do Mucuri.[18] Na sua opinião, " *os produtos que o solo brasileiro apresenta, os cabedais que em seu terreno guarda, e não gozam os humanos por falta de conhecimento, forças e coadjuvações"*. Com o objetivo de convencer a câmara, ele cria um cenário no qual as riquezas teriam se mostrado com tanta facilidade, que pedras crisólidas e esmeraldas de clara e verde cor foram colhidas sem dificuldades no Rio *Todos os Santos*. Teixeira Guedes, prevendo que alguém poderia questioná-lo por não ter ficado e explorado tanta riqueza, adiantou-se e deu a sua explicação: poderia ter ficado ali explorando se ambicionasse só a riqueza, mas o objetivo era ir à "Serra das Ametistas". O aspecto fantasioso chega ao máximo com Teixeira Guedes, mas seu relato também traz os elementos de sua época: as terras eram as mais férteis para a agricultura e as matas possuíam todo tipo de riquezas florestais: muita poaia, sasafrás, quina, bicuíba.

Em 1837, Luiz Moretzsohn apresenta o sertão como um lugar de abundância, mas deserto; um lugar de riquezas incalculáveis, terrenos imensos e férteis, em tudo próprio para a agricultura, mas de nenhum proveito. Ele se oferece para mudar essa situação, se o governo lhe concedesse as quarenta sesmarias e os privilégios que requeria, mais a permissão para introduzir estrangeiros industriosos.[19]

No século XIX, a idéia de tesouros escondidos permanecia viva, como podemos ler na correspondência ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB, escrita pelo governador do Espírito Santo, Manoel José Pires da Silva Pontes (1832-35), na qual ele mistura matas misteriosas, índios, ouro e pedras preciosas ao relatar as riquezas que se escondiam nas florestas do Rio Doce.[20]

À medida que termina o século XIX, a ocupação das florestas do rio Doce havia avançado pouco, porém o discurso sobre suas riquezas não perdera a intensidade: riquezas dos solos férteis, capazes de produzir toda sorte de lavoura; das matas onde se encontra grande variedade de plantas medicinais como a poaia, copaiba, jacarantiá, quina, carqueja e as mais excelentes madeiras para construção e marcenaria e árvores para tinturaria.[21]

Em 1904, para fundamentar o pedido de direito de exploração mineral da região do médio rio Doce, Nelson de Senna afirma que foram encontrados indícios seguros de ouro, ferro, cobre, manganês, salitre, cristais, malacacheta, turmalina, granada, ametista, água-marinha, opala, crisolita, diamante, prata, chumbo etc. O mito das riquezas conserva a mesma retórica colonialista: *"Sem temor de passarmos por exagerados, podemos afirmar que no vale do rio Doce dormem extraordinárias riquezas, só esperando a energia e os capitais da indústria extrativa, para que apareçam e deslumbrem a quantas empresas nela empatem a sua atividade e interesse"*. Além do ouro e das pedras preciosas, a empresa que seria formada por Nelson de Senna propõe explorar as mais "úteis drogas e vegetais ali existente no médio e baixo rio Doce, e que alcançam nos mercados do Rio e da Europa elevados preços".

Ele propõe "*a organização de uma grande empresa ou sindicato para explorar as grandes riquezas naturais do rio Doce", pois estas darão "lucros imediatos, porque o solo e o subsolo ali podem, no lendário rio, oferecer ao homem as maiores opulências e tesouros"*. [22] Ele vê na floresta produtos para a "tinturaria, farmácia, terapêutica, enfim, na química industrial, essas raízes, cascas, óleos, resinas, gomas, essências, remédios têm universal emprego". Os animais também são fonte de lucro: onça, lontra, gatos do mato, antas, veados,

preguiças, entre outros bichos que abundam extraordinariamente e estão desperdiçados, porque os habitantes os caçam e vendem a baixo preço.[23]

Nelson de Senna cita Diogo de Vasconcelos (*História Antiga das Minas Gerais*, 1904), destacando que o rio Doce era rico em tesouros metálicos e possuía "o mais fecundo e generoso solo do mundo". Entretanto, suprime a idéia central de Diogo de Vasconcelos: "O rio Doce era em verdade magnífico e populoso***,*** **mas intratável, assim por efeito das febres terríveis, que assaltavam a todo e qualquer ádvena**".

Em 1946, o semanário *Voz do Rio Doce* dizia a seus leitores que não escapavam aos estudiosos da economia brasileira "as amplas perspectivas do progresso e riqueza da zona do rio Doce". A matéria enumera as fontes de progresso: o minério de ferro; os solos férteis; a "incalculável opulência florestal, fonte de próspera indústria de serrarias e de exportação de madeiras"; os subsolos seriam ricos em reservas minerais de mica, cristais e pedras coradas; as extensas "pastagens naturais" e as condições climáticas favoreceriam os rebanhos. [24]

Passados quase 400 anos, desde que, em 1550, o castelhano Filipe Guillén colheu dos índios, em Porto Seguro, a notícia de que no interior havia uma serra que "resplandece muito" junto a um grande rio, ainda não havia desaparecido o mito da riqueza do Sertão do Rio Doce. A busca da serra das ametistas por Teixeira Guedes foi apenas uma reedição anedótica da serra das esmeraldas buscada por Tourinho, Adorno e Fernão Dias. O mito colonial da riqueza encoberta pelas florestas do rio Doce é um dos mais persistentes da História do Brasil. Pelo visto, pode-se recorrer a Sergio Buarque de Holanda quando afirma que nada há, certamente, em nossa história, que se possa comparar aos motivos edênicos presentes na expansão colonial de outros povos europeus. Motivos lendários nascidos nas conquistas castelhanas: eldorados, amazonas, lagoas mágicas e fontes da juventude se reduziam ou se desfaziam na América lusitana.[25] As representações construídas em torno do Rio Doce são uma confirmação do pragmatismo português.

Em última instância, construiu-se um discurso sobre as vantagens do fim da floresta e da eliminação das nações indígenas, pois somente desta forma seriam reveladas as riquezas escondidas. Não deixam de existir símbolos inconscientes no desejo pelo misterioso ouro e

pedras preciosas que se faziam visíveis aos que os procuravam, mas que desapareciam quando se ia explorar. A mesma floresta que continha as riquezas também as encobria com suas sombras, perigos medonhos e forças malignas.

---

[1]A categoria sertão está em oposição às paisagens civilizadas: identifica espaços *vazios*, *longínquos* e *desconhecidos,* porém possíveis de conquista e cultivo. *"Chamam-se sertões nesta capitania (Minas Gerais) as terras que ficam pelo seu interior desviadas das povoações de Minas, e onde não existe mineração".* Cf. José Vieira Couto. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. *RAPM,* Belo Horizonte*,* v. 10*, p.* 60-166, 1904, p. 111.

[2] Bando de D. Antônio de Noronha fixando limites das comarcas pela parte do Rio Doce. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 7, p. 411-3, 1902.

[3] Cf. Exposição do Governador D. Rodrigo de Menezes sobre o estado de decadência da capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo, escrito em 1780. *RAPM*, Ouro Preto, v. 2, p. 311-325, 1897, p. 314-5.

[4] Ipecacuanha (*Cephaelis Ipecacuanha Brot.) P*ossui diversos nomes populares, tais como Ipeca e Poaia. Tem múltiplas terapêuticas: emética, expectorante e amebicida. Foi muito empregado para esvaziar o estômago em caso de intoxicação. Cf. http://www.rionet.com.br/~cantoverde/i.html, em 28 de maio de 2005.

[5] Cf. Bernardo Xavier Pinto. *Memória Histórica da Província de Minas Gerais*. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 13, p. 523-639, 1908, p. 547.

[6] Como não poderia faltar, em um padrão tão constante de relato, o mesmo capitão-mor menciona que teriam sido vistas, nas perseguições aos "gentios pelos capitães de entradas, pedras preciosas, nos mesmos sertões, como são águas-marinhas e outras vermelhas como rubis, topázios brancos e mais de que eles não têm conhecimento. Cf. José Teixeira de Oliveira. *História do estado do Espírito Santo*. Ed. cit., 223-6.

[7] O mesmo conteúdo da Carta Régia para o Espírito Santo também foi enviado para a Paraíba. Cf. Carta Régia de 13 de março de 1797. In.: *RIHGB*, Rio de Janeiro; A Carta Régia de 17 de janeiro de 1814 revogou as proibições a que se referem a Carta Régia anterior. Cf. Coleção de Leis do Brasil....

[8] Cf. Memória sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram igualmente no Brasil, por Antônio Pires da Silva Pontes Leme. *RAPM*, Ouro Preto, v. 1, p. 417-26, 1896, p. 422 e 426.

[9] Cf. José Vieira Couto. Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Gerais, como são as de mineiro e agricultores, e a maneira de os animar – 1801. *RAPM,* Belo Horizonte*,* v. 10, p. 60-166, 1904, p. 77, 83 e 85.

[10] Cf. Basílio de Sá Vedra. Informações da Capitania de Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, v. 2, p. 673-83, 1897, p. 673-74, 676 e 677.

[11] Informação de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação do rio Doce. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. I, 1839, p. 173-178; p. 175

[12] Cf. Aviso de 10 de abril de 1815, mandando abrir uma nova estrada da primeira cachoeira do Rio Santa Maria, termo desta cidade, à Vila Rica, pelos sertões intermédios. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 244-6, p.246

[13]Cf. Portaria de 21/08/1823 – Sobre empreendimentos nos sertões de Minas Gerais e Goiás. In. Manuela Carneiro da Cunha. (org.) *Legislação indigenista no século XIX*. Ed. cit.

[14] Cf. Diversos ofícios. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 12, 1907, p. 416; 472; 474 e 522-4.

[15] Cf. Ofício da Câmara de Minas Novas. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 3, p. 278-81, 1898.

[16] Quando capitão, Ignácio Pereira foi encarregado de abrir a picada que deu origem à estrada de Vitória para Vila Rica. Cf. Cópia do Ofício do Cel. Ignácio Pereira Duarte Carneiro, de 7 de janeiro de 1831, com um parecer sobre proposta de Antônio Guimarães, de reforma da estrada de Ouro Preto para Vitória. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 466-8; p. 467.

[17] Cf. Sobre o Padre Francisco Pereira de Santa Apolônia. Artigo do Jornal "Universal" de Ouro Preto, de 21 de julho de 1831. Arquivo Nacional, AP-5, Cx. 1, Pacote 2; Parecer do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 9, 1904, p. 660-5.

[18] Cf. Requerimento dirigido à Câmara de Minas Novas por Francisco Teixeira Guedes. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 3, 1898, p. 281-8.

[19] Luiz Moretzsohn, de nacionalidade alemã, solicitou concessão para estabelecimento de colônia de emigrantes no Mucuri. Cf. Ofício de 1º julho de 1837, de Luiz Moretzsohn, solicita concessão para estabelecimento de colônia no Mucuri. *RAPM*, Ouro Preto, v. 1, p. 647-50, 1896.

[20] Extrato de uma viagem feita à Província do Espírito Santo por Manoel José Pires da Silva Pontes, sócio correspondente do Instituto. *RIHGB*, Rio de Janeiro, s/d.

[21] Corografia do município do Peçanha - notas históricas de 1899. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 6, 1901, p. 113-6.

[22] Nelson de Sena. *Bacia do Rio Doce*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906, p. 24 e 25.

[23] Cf. Ibidem., p. 26.

[24] Cf. Perspectivas do vale do rio Doce. Governador Valadares, *Voz do Rio Doce*, de 13 de outubro de 1946, Ano 2, nº 52, p. 9.

[25] Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Ed. cit. p. 130 e 131.

Democracia e cassação do PCB nas páginas da imprensa paulista e carioca (1945-1948)

HEBER RICARDO DA SILVA – UNESP/ASSIS

Este trabalho, ainda em fase preliminar de desenvolvimento, é resultado de reflexões sobre as relações entre a política democrática e a imprensa no Brasil no início do período regido pela Constituição de 1946 que tenho trabalhado em minha pesquisa de mestrado.

Embora os jornais sejam utilizados freqüentemente como fonte de pesquisas históricas, nosso objetivo é toma-lo não apenas como fonte, mas, também, como objeto de análise. Objetivamos, assim, historiar e analisar o papel da grande imprensa do eixo Rio – São Paulo no campo político no momento da transição do regime estadonovista para a nova ordem democrática, destacando as suas apreciações e posicionamentos diante da cassação do PCB, ocorrida em maio de 1947, e dos mandatos de seus eleitos, em janeiro de 1948, atos que feriram a perspectiva democrática defendida pela imprensa escrita contra o Estado Novo e que regeria a elaboração da Constituição de 1946.

Os fatos políticos diretamente relacionados à cassação do PCB e dos mandatos dos políticos comunistas, ocorridas entre meados de 1947 e início de 1948, são tratados pela ampla bibliografia ocupada com a história político-institucional do PCB, bem como a atuação dos comunistas. Porém, os posicionamentos sobre a democratização e os atos oficiais contra o PCB lançados pela imprensa da época merecem pesquisas e avaliações mais precisas, dado o parcial conhecimento produzido pela historiografia sobre as formas como a imprensa brasileira divulgou e apreciou àqueles processos no início do período político regido pela Constituição de 1946.

No entanto, dois trabalhos estão diretamente ligados à nossa temática de pesquisa, por tratarem das relações entre comunistas e imprensa, embora abordem

períodos distintos e se ocupem mais detidamente com o anticomunismo. O primeiro é o livro de Mariani [i], o qual trata sobre dois objetos bastante definidos, a imprensa e o PCB, calcado numa análise do discurso. A autora identifica as formações ideológicas e discursivas que constituíram ideologicamente a memória política do país, além da produção discursiva nas páginas dos principais periódicos brasileiros, bem como a narrativa e a memória sobre os comunistas. Porém, não cuida analiticamente do período focalizado por nossa pesquisa, esquecendo importantes temas como os processos eleitorais, a cassação da legenda e dos mandatos comunistas e do contexto político internacional. O segundo trabalho é o de Motta [ii], o qual se preocupa com as questões da formação do imaginário anticomunista e sua evolução histórica no país, consonante ao rumo tomado pelos sucessos históricos nacionais e internacionais do comunismo, além de abordar os assuntos referentes às disputas eleitorais, ao comunismo internacional e, sobretudo, às representações criadas pelos principais agentes sociais nos períodos 1917 a 1964. Entretanto, o recorte histórico utilizado por Motta engloba mais detidamente os períodos de 1935-37 e 1961-64, os quais representaram marcos de ruptura institucionais, e deram origem a implantação de regimes autoritários de larga duração e conseqüências históricas profundas. Porém, os anos subseqüentes ao fim do Estado Novo foram abordados de forma superficial, sem a preocupação de analisar a atuação e a dinâmica da grande imprensa em relação à defesa da democratização e manifestações contrárias ao PCB, fatos que constituem o objeto de nossa proposta de pesquisa.

A história da imprensa brasileira tem sido dividida em três grandes períodos. Na fase pré-capitalista, ou seja, nos seus primeiros anos, os jornais apenas prestavam pequenos serviços informativos. A segunda fase inicia-se quando a imprensa passa a incorporar, além das notícias, a opinião política, momento em que surgem as primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas, as quais se beneficiavam, inicialmente, da liberalização e implantação das primeiras tipografias no Brasil. A terceira

fase é caracterizada por modificações decisivas para a imprensa, como o avanço das técnicas, aumento do número de publicações e tiragem. A partir dos anos de 1950, o jornal, além de assumir cada vez mais um caráter de empresa, dependente cada vez mais da publicidade e de verbas oficiais, vê-se obrigado a competir mais intensamente pela divulgação de notícias. Essas transformações foram empreendidas, em parte, pela influência de alguns jornalistas brasileiros que, após terem vivido nos EUA na primeira metade dos anos 1940, retornavam ao Brasil entusiasmados com a organização e técnicas jornalísticas norte-americanas. Sem dúvida, a imprensa brasileira a partir da década de 1950 foi abandonando aos poucos uma de suas tradições, ou seja, o jornalismo de combate, de crítica, de opinião, portanto distanciando-se do modelo francês de jornalismo até então seguido pelos jornais [iii].

Os jornais - veículos que apresentavam uma grande independência até a primeira metade do século XX por dependerem estritamente de anúncios avulsos - passaram por grandes transformações após a década de 1950. À medida que o país se modernizava, começaram a surgir as agências de publicidade, aparecendo anúncios de prestígio, de bancos, de indústrias automobilísticas, e outras, propiciando uma mudança na relação do jornal, da sua opinião e seu perfil de renda, pois o jornal passou a sofrer muito mais a influência das agências e dos anúncios de prestígio. A partir de então, os jornalistas passariam a trabalhar em uma empresa assentada em fundamentos da natureza empresarial, e numa indústria, que opera num universo condicionado por grandes interesses, mas isso não significou uma total alienação dos jornais, pois eles ainda apresentam uma certa faixa independente [iv].

Esta pesquisa se ocupa em historiar e analisar as apreciações e práticas dos jornais em relação às primeiras iniciativas voltadas à consolidação da democracia e às arbitrariedades contra o PCB justamente na fase intermediária experimentada pela imprensa, ou seja, quando os jornais davam os primeiros passos em direção ao modelo

imprensa-empresa. Os jornais escolhidos para análise são de tendência liberal e se autodenominam como independentes, imparciais e comprometidos com o ideal democrático.

O jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) foi fundado em 1875 com o nome de *A Província de São Paulo*, circulando com esta denominação até 1889, próximo à queda da monarquia. Nasceu do ideal de um grupo de republicanos e sob o comando da família Mesquita, mas se apresentando como órgão independente, sem nenhum compromisso partidário. Em 1º de Janeiro de 1890, adotou o seu atual nome, passando por uma contínua modernização tecnológica e estrutural ao longo de décadas. Um dos momentos mais críticos da sua história foi à intervenção sofrida durante cinco anos pela ditadura varguista, atitude oficial em represália à oposição do jornal ao Estado Novo. Os proprietários do OESP somente retomariam o controle do jornal em 6 de Dezembro de 1945. Sempre defendendo uma ideologia liberal, o jornal, geralmente, mostrou-se contrário aos governos constituídos e posicionou-se como parte da imprensa paulista que objetivava despertar as consciências e moldá-las conforme seus interesses, sobremaneira buscando indicar uma direção ao comportamento político do seu público leitor [v]. No que se refere à democracia concebida pelos representantes do jornal, esta se afirmava no princípio da soberania popular, manifestava pela vontade geral do povo, ou seja, a vontade da maioria dos cidadãos ativos expressada mediante eleições. Bastante ligado à União Democrática Nacional (UDN), não deixou de expressar seu apoio a políticos e propostas udenistas, o que a caracterizava como “folha oficiosa” do partido.

O ano de 1921 foi marcado em São Paulo pelo lançamento da *Folha da Noite*, órgão de caráter mais popular e oportunista, entendendo por este termo o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem. Como desdobramento do sucesso inicial da *Folha da Noite*, os responsáveis pelo periódico lançaram o matutino *Folha da Manhã* (FM) em 1925, porém calcado numa linha editorial mais politizada e

sóbria em relação à *Folha da Noite*. No período de formação de ambos jornais, o Brasil passava por algumas conturbações sérias devido às mudanças no âmbito político, cultural, social e econômico[vi]. A partir de 1945, a FM apresentaria transformações aceleradas em todos os níveis, pois consegue construir uma base empresarial mais sólida e começa a se consolidar como uma empresa de comunicação inserida na dinâmica da indústria cultural. Tal qual ao OESP, defendeu a UDN no pleito presidencial de dezembro de 1945.

Fundado em 5 de janeiro de 1929, o *Diário de S. Paulo* (DSP) integraria o já então considerável condomínio empresarial *Diários Associados* de propriedade de Assis Chateaubriand. Dirigido, inicialmente, por Rubens Amaral, o DSP seria organizado com equipamentos gráficos importados da Alemanha, os quais permitiram ao jornal, em 1931, dobrar a sua edição de 32 para 64 páginas. Em 1936, rotativas importadas são acrescidas ao seu parque gráfico, elemento que o permitira tiragens de 34 mil exemplares com 96 páginas em uma hora de rodagem. Quando do seu lançamento, o DSP anuncia que estava interligado com todo o interior paulista e o sul de Minas Gerais por meio de linhas telefônicas, dispondo de 19 sucursais e os serviços das agências internacionais *Havas*, *UPI* e *Brasiliense*. Em pouco tempo, o jornal passaria a ser o mais lido nas cidades interioranas de São Paulo, posicionado como terceiro mais lido do estado. No editorial da primeira edição do DSP, Chateaubriand apresentaria, sob a influência do espírito do jornalismo objetivo que se consolidava no ocidente, o seu novo jornal como livre das conveniências particulares, das ambições individuais e das paixões inferiores. Contudo, esses males não foram evitados pelo próprio Chateaubriand tanto no DSP como nos seus demais jornais e órgãos de imprensa, naquele período e posteriormente, dado que ele sempre os utilizou para os seus imediatos propósitos econômicos e, sobretudo, políticos, geralmente por meio de campanhas diversas em prol ou contra assuntos nacionais, como são exemplos lapidares a favorável à Aliança Liberal (1930), a contra o retardamento da

constitucionalização do país (1932), a pela participação do Brasil na Segunda Guerra (1940), pela democratização brasileira e a contrária ao líder comunista Luís Carlos Prestes (1945) [vii].

Por sua vez, o *Correio da Manhã* (CM) sempre se proclamou como um jornal de opinião, apresentando idéias liberais, sendo intransigentemente defensor do regime democrático contra as oligarquias e a qualquer forma de opressão política e econômica sobre a população. Foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt com a intenção de atuar intensamente na vida política do país. Assim, o CM sempre se posicionou como defensor das instituições do estado, apresentando uma linha editorial historicamente favorável à defesa da liberdade política, pois sempre se colocou na luta contra os regimes autoritários da história política brasileira, como no período marcado pela ascensão do Estado Novo. Passou por um processo de modernização a partir dos anos 1940. Segundo seu fundador, o CM nasceu para combater as oligarquias que dominavam o país e não era um órgão neutro, mas sim de opinião. Ademais, o jornal rompeu o cerco da ditadura varguista ao publicar uma entrevista com José Américo, o qual tinha sido candidato à abortada eleição presidencial de 1937 e criticava, na entrevista, o regime estadonovista e defendia a candidatura de Eduardo Gomes [viii].

O *Jornal do Brasil* (JB) nasceu com a primeira Constituição republicana, sendo inaugurado em abril de 1891. Inspirado pelo ideário liberal e com inclinação conservadora, não aceitou, inicialmente, nenhum vínculo partidário, identificando-se como um jornal livre e independente, além de defensor das causas populares. Posicionando-se muitas vezes de forma contraditória, o JB foi favorável ao golpe do Estado Novo em 1937, pois achava que seria uma alternativa viável para a crise política vivida pelo país. Durante a ditadura Vargas, adota uma política de cordialidade e moderação com o governo e com sua política. Porém, nas eleições presidenciais de 1945, apoiou a candidatura udenista de Eduardo Gomes, demonstrando sua adesão ao movimento pela democratização nacional

crescente no imediato fim da Segunda Guerra e mudou sua posição política, passando a ser opositor de Vargas e das suas tentativas de continuidade no poder [ix].

O jornal carioca *O Globo* (OG) foi fundado em julho de 1925, apresentando-se como defensor das questões populares, independente e imparcial. Ao longo dos anos, especialmente após o segundo conflito mundial, o periódico conheceu uma intensa modernização, sendo o pioneiro a trabalhar com o processo de rádio-foto e off-set, alcançando, posteriormente, alta tecnologia em impressão e constituindo-se como uma das principais empresas jornalísticas do Brasil. A exemplo de outros órgãos da imprensa, OG foi perseguido pelo discricionário Estado Novo. Durante a ditadura varguista, passou a dar maior atenção a seção de esportes, divulgando com cuidado o noticiário internacional. Com o final da Segunda Guerra, uniu-se às correntes políticas que buscavam integrar o país ao processo democrático e, desta forma, considerava como inevitável à derrubada de Vargas, assumindo posições favoráveis à anistia, às eleições livres e à substituição da autoritária Constituição de 1937 [x].

Em suma, esta pesquisa se justifica pelo fato de buscar historiar e analisar a ação, os interesses e as justificativas dos principais jornais cariocas e paulistas na defesa da democracia parlamentar representativa diante dos sérios arranhões que este regime sofrera com a cassação do PCB e dos mandatos dos comunistas legalmente eleitos. Enfim, trata-se de precisar e caracterizar a ação da imprensa no papel de defensora das liberdades democráticas durante um capítulo de transição política da história republicana e dentro de um quadro jornalístico marcado pelas primeiras convivências entre o jornalismo opinativo/interpretativo e o noticioso, ou seja, quando a notícia passava a ganhar os seus primeiros contornos de mercadoria.

---

[i]A autora Bethânia Mariani se atenta para as questões ligadas as relações discursivas, a memória, narrativas, bem como o discurso jornalístico e suas abordagens sobre o PCB.
[ii] Sobre a formação do imaginário anticomunista e perseguições ideológicas ao PCB ver a obra de Rodrigo Patto Sá: Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) (São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002).
[iii] As informações sobre a transição vivida pela imprensa a partir da década de 1950 estão na obra de Alzira Alves de Abreu (org).*A imprensa em transição* (Rio de Janeiro: FGV, 1996).
[iv] Para mais informações sobre as transformações dos jornais em empresas de comunicação ver Um jornal assassinado:a última batalha do Correio da Manhã (Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

[v]Para mais informações sobre o jornal O estado de S. Paulo ver CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
[vi]Sobre o jornal Folha da Manhã ver Gisela Taschner, *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992).
[vii] Sobre a atuação de Assis Chateaubriand na imprensa brasileira ver Jacques Wainberg, *Império das palavras* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003).
[viii] As informações sobre o jornal Correio da Manhã estão na obra de Jéferson de Andrade Ribeiro, Um jornal assassinado:a última batalha do Correio da Manhã (Rio de Janeiro: José Olympio, 1991).
[ix]Sobre a atuação política do Jornal do Brasil ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Pós-1930).
[x] As informações sobre o Globo foram extraídas do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Pós-1930, e em artigo do Jornal O Globo de 19 de Abril de 1945.

Varnhagen e a história do Brasil

Helena Mollo[1]
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

José Honório Rodrigues em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1966[2] propõe para Varnhagen o título de "mestre da História geral do Brasil", tendo o historiador sorocabano, de acordo com o conferencista, "sobrepujado todos os seus contemporâneos"[3]. José Honório não deixa de notar, contudo, que a obra de Varnhagen encerra uma visão conservadora, mas ressalta, apesar do conservadorismo, *História dos holandeses* e *História da Independência* como trabalhos representantes de um avanço historiográfico[4] .

O tema específico da independência sai da primeira edição de *História geral do Brasil*, em que figurava como seus dois últimos capítulos. Retirados na segunda edição, transformam-se na matéria-prima de uma obra específica. A independência, entretanto, não pode ser vista fora do plano de *História geral* mesmo após o seu corte, e percebe-se sua presença, quando Varnhagen promove uma espécie de linearidade entre a conquista portuguesa e os acontecimentos que culminam em 1822; e aí se expressa um primeiro critério para a história, segundo Varnhagen: ela é vista como a sucessão natural dos acontecimentos. Assim, a história da colonização portuguesa e a construção do Estado brasileiro se entrelaçam, não se oferecendo como oposições na obra do historiador sorocabano.

A crítica à obra de Varnhagen começa cerca de noventa anos antes da conferência de José Honório Rodrigues; Capistrano de Abreu, na ocasião da morte de Varnhagen e do Necrológio que publica em 1878, faz notar os principais elementos presentes e passos seguidos pelo visconde de Porto Seguro. O historiador cearense não nega os méritos da *História geral*, mas nota, no próprio século XIX, certas características na obra do Visconde que lhe retiram um pouco da glória de ser o autor de uma primeira obra sobre o passado brasileiro que significaria a síntese de sua trajetória. As críticas tecidas por Capistrano de Abreu já se

referem às concepções teóricas, e se debruçam principalmente sobre dois aspectos: as escolhas cronológicas feitas em detrimento a escolhas temáticas e a ausência de interpretações pautadas nas teorias sociológicas correntes à época. Quanto à periodização, o historiador cearense nota a aproximação dessa escolha àquela feita por Robert Southey, décadas antes, no que concerne ao tratamento dos séculos XVI, XVII e XVIII. Tal crítica acabou por emprestar à *História geral* a pecha de imitação da obra do escritor inglês, que já apresentava, de acordo com Capistrano, o problema do uso da cronologia como única forma de expressão da história. E quanto às teorias sociológicas, o autor de *Capítulos de história colonial* coloca a Varnhagen a pergunta sobre a interpretação que é ausente de sua obra, e aponta a falta dos estudiosos que guiaram o seu próprio pensamento, entre eles Comte, Darwin e Spencer.

De acordo com José Honório Rodrigues, é nas escolhas feitas na *História geral* que reside uma grande parte das críticas ao seu autor, visto que no processo de independência, para citar um exemplo, o historiador salienta o papel de D. Pedro, em detrimento do de José Bonifácio. Ainda entre as escolhas na trajetória política do Brasil, além das lacunas, há julgamentos (como a escolha de D. Pedro como fundador da Nação), segundo José Honório Rodrigues, em relação às lutas que significariam inconformismos e defenderiam a oposição ferrenha a Portugal – como a Revolução de 1817, reprimida por D. João. Mas a historiografia não se refere somente às escolhas feitas no processo político da colônia que tornaram Varnhagen o personagem que é. Quando o autor ressalta o valor da indústria humana transformando a natureza abundante em terra cultivada, principalmente, no Brasil, através da cultura de cana, questiona o imenso uso da mão-de-obra africana. E sentencia o autor: “parece que, logo a princípio, no Brasil, onde a natureza é tão fecunda que permite conseguir talvez resultados iguais aos de outros países com metade do trabalho, ninguém se lembrou de que bastava que os colonos ou os índios trabalhassem nas lavouras desde as quatro ou cinco até às seis e meia da tarde”.[5] Não parecia necessário, segundo Varnhagen, o uso de tantos

escravos vindos da África, se o índio aqui já estava, e deveria ajudar no processo de construção do país.

Uma das preocupações principais do autor parece ser a defesa da impossibilidade de Brasil e Portugal se separarem completamente. Sendo o afastamento político-adminstrativo inevitável, permanecem formas de autoridade de Portugal sobre o Brasil presentes na *História geral*, quando se olham as marcas culturais do colonizador salientadas pelo autor. Esta relação jamais rompida é comentada por José Carlos Reis: "sobre a guerra da independência, Varnhagen não a vê como uma verdadeira guerra. Para ele, o Brasil não se esquecerá jamais do seu tutor na infância, e Portugal não se esquecerá jamais dos socorros que o Brasil lhe prestou."[6]

Nilo Odália propõe como um dos pontos relevantes para o entendimento da história brasileira no oitocentos a transferência da família real portuguesa para o Brasil. Tal fato, para o autor de *As formas do mesmo*[7], significou um momento paradoxal, visto que, vindo para o Brasil, que ainda simbolizava as terras novas, trazia um poder político que "encarnava o passado em vias de destruição e banimento"[8]. Mas esse passado não era visto por Varnhagen como ruína, e sobre ele, ou melhor, sobre a construção de um passado se estende a *História geral.*

Varnhagen, apesar de escolhas que valem as críticas feitas desde Capistrano de Abreu, Manoel Bonfim, José Honório Rodrigues, Nilo Odália, Arno Wehling e José Carlos Reis, possui o epíteto de "Heródoto brasileiro". Esta qualificação é reclamada por Southey para sua obra. Segundo o autor do Prefácio à tradução de sua obra, Brasil Bandecchi, lembrando as palavras do autor de *História do Brasil* endereçadas a um amigo sobre a importância de sua obra para os brasileiros: "quando eles se tiverem tornado uma nação poderosa, muito da sua história que de outra forma teria desaparecido ficando para eles o que para a Europa a obra de Heródoto"[9].

Entre as críticas e as escolhas comentadas pela historiografia, aqui brevemente inventariadas, a qualificação de herodoteana para a *História geral do Brasil* parece ser quase

uma constante[10], e nesta identificação baseiam-se algumas considerações do presente trabalho.

Costuma-se atribuir um sentido para Heródoto em relação à história, lembrando-lhe apenas a autoria de uma narrativa ausente de mitos e próxima dos testemunhos, que seriam, assim, garantia da verdade. Pode-se dizer que estas marcas configuram-se em algumas características da obra do historiador de Halicarnasso, mas, para além delas, está a proposta da escrita e conformação de uma cultura em relação a outras que lhe servem de opositoras. A função do historiador, como propõe Heródoto, é salvar as ações humanas do esquecimento, e talvez aí encontremos a explicação para o epíteto do autor de *História geral*. As ações humanas a serem salvas do esquecimento são as que tiveram lugar no processo civilizador empreendido, segundo a *História geral,* e o passado deve ser visto como a própria natureza a ser domada que os colonizadores encontraram no Brasil. O tempo, para Varnhagen, assume um aspecto moldável: mais importante que narrar fatos verdadeiros é narrar os fatos que constroem a nação de acordo com os critérios estabelecidos pelo autor.

Varnhagen constrói para o Brasil, através da formação de seu passado, uma genealogia, mais do que uma carta de dependência político-administrativa. O sentido herodoteano, assim, não se configura somente pelo ineditismo que se encontra em *História geral*. Outras obras se oferecem a esse título, entre elas, *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, escrita no século XVII, e a outra obra, também *História do Brasil*, da lavra de Robert Southey, escrita no oitocentos. Distingue-se em Varnhagen extenso espaço de tempo a ser explicado, e a escolha se dá pela genealogia. Os cronistas aparecem a todo momento na construção da *História geral*, mas, principalmente, quando da descrição dos indígenas, e aí Varnhagen expõe sua teoria de dispersão pelo território americano de um tronco lingüístico através dos escritos de Gândavo, Gabriel Soares, Hans Staden e André Thévet.[11] A genealogia é construída através da exclusão de determinados elementos, elegendo outros, que estão além das terras e dos habitantes aqui encontrados à época da chegada dos portugueses.

A crítica de Capistrano de Abreu feita em 1878, quanto à ausência de teorias que conduzissem a elaboração do passado brasileiro e acolhida pela historiografia posterior, faz com que se indague sobre o método usado para a construção de *História geral*. Entre as ausências notadas por Capistrano de Abreu quanto às leituras vindas da sociologia, seus críticos também se referem ao silêncio em relação às idéias de Von Martius, quando Varnhagen se refere ao povo brasileiro, preferindo o autor o elogio ao branco europeu e civilizador em detrimento dos elementos negro e índio[12]. E aí começam as escolhas que mais são criticadas em Varnhagen.

O autor primeiro se refere aos índios e depois aos negros na *História geral*, atribuindo àqueles o papel de entrave para a formação da Nação, como expressa não só na *História geral*, mas já acentuara no *Memorial orgânico*, de 1849, como propõe Pedro Puntoni em "Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo"[13]. O autor à seção II da sétima edição (e sétima da primeira edição) se refere aos índios da seguinte forma: "Por toda a extensão que deixamos descrita não havia povoações fixas e que descobrissem em seus habitantes visos de habitação permanente"[14]. E logo expõe o entrave: "Conhecido é o axioma de estatística que, em qualquer país, a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nômade, para se entregarem à cultura ou aproveitamento da terra com habitações fixas" [15]. Em primeiro lugar, a distância em relação ao que seria uma das principais marcas da civilização: a organização primeva do povo que realizasse demarcações fixas de um território, o palco por excelência da construção histórica. Assim afirma Varnhagen: "Nem poderiam possuir instintos de amor de pátria que, como nômades, a não tinham, e que limitavam a tão curtos horizontes a idéia da sociabilidade, que geralmente a não estendiam além dos da sua tribo ou *maloca*, a qual não dominava mais território que o dos contornos do distrito"[16]. O autor faz uma ressalva, contudo, quando identifica certos traços de nacionalidade através da língua que os índios possuíam em comum: "Salvando, pois, como exceção, o fato de algumas tribos de nacionalidade diferente e que, no grande terreno que nos ocupa, formavam, permita-se a

expressão, como pequenos oásis ilhados e sobre si em que haviam estabelecido caravanas refugiadas ou transmigradas, eram dialetos da mesma língua, como dissemos, os que se falavam"[17]. Após a descrição da língua, usos, armas e indústria dos tupis, vêm as idéias religiosas e organização social, onde Varnhagen afirma, quanto aos *vindiços do Norte*: "tais eram os vindiços alienígenas que à matroca percorriam, há mais de três séculos, todo o atual território do Brasil, e que em parte percorrem ainda alguns distritos dele, cobertos de matos-virgens, onde por ora não pôde penetrar a luz da civilização e do evangelho. Não constituíam uma nação, nem mesmo pequenas nações, na acepção em que mais geralmente, em direito universal, se toma hoje esta palavra"[18]

Para Ronaldo Vainfas[19], as idéias de *von* Martius expressas em *Como se deve escrever a história do Brasil* não encontram reverberação em Varnhagen, embora admiradas pelo IHGB, pois o naturalista, segundo o historiador, propunha, mesmo que de forma tímida a idéia do sincretismo para se entender o Brasil[20]. As idéias de *von* Martius certamente foram bem recebidas pelo IHGB, principalmente porque ofereciam à corrente indigenista do Instituto uma chave de pensamento para a construção do povo e do passado brasileiros. Contudo, a visão sem dúvida inovadora do naturalista alemão encontra-se marcada pelos pressupostos iluministas do determinismo e procura de regularidade, como lembra Arno Wehling[21] em relação à idéia de história que é expressa na monografia apresentada ao Concurso promovido pelo IHGB, logo após sua fundação. Se vemos um afastamento entre Von Martius e Varnhagen em relação à formação do povo brasileiro, a idéia de história presente nesses autores em parte se aproximam. A influência sofrida por Varnhagen não pode ser colocada, entretanto, como intensa, visto que o próprio autor de *História geral* disse a esse respeito que não poderia esta influência ser considerada tão profunda, como queriam os seus leitores contemporâneos. Decerto, as idéias sobre a formação do povo brasileiro fruto do encontro de três raças não agradavam Varnhagen. Mas está presente a fórmula raciológica do naturalista na descrição da introdução do elemento negro no povo brasileiro: "como a colonização africana, distinta

principalmente pela sua cor, veio para o diante ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população" [22]

A história que firma no passado as possibilidades do futuro encontra-se permeando a de *História geral,* além da condenação das idéias de Rousseu, sobre o "estado de natureza". O passado para Varnhagen é paradigmático, e deve ser a matéria-prima, no caso do Brasil, da transformação, principalmente contra as forças resistentes à civilização e ao progresso. À página 19 de *História geral* , quando descreve o Brasil em suas linhas gerais, concentra-se, em um parágrafo, nos peculiares contrários encontrados na natureza do Brasil: se de um lado pode-se ter a medicinal copaíba, ou animais inofensivos como a anta, há o "insidioso réptil que, num instante, decidirá do fio da vida que havíeis recebido do Criador; e achando-vos à beira de um rio, não estais livre de que vos esteja tocaiando algum traidor *jacaré* ou medonho *sucuriú*" [23] Mas acrescenta logo no parágrafo seguinte: "mas ânimo! Que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve em que nalgumas das terras, hoje cultivadas ou povoadas de cidades na Europa o feroz urso se fazia tremer..."[24]

A escrita do passado é a oportunidade de mostrar aos nacionais a realização do projeto civilizatório empreendido pelo europeu. Segundo o autor: "para tudo o país ser de contrastes no estado selvagem, achava-se ele, com toda a riqueza do seu solo e a magnificência de suas cenas naturais e a bondade dos seus portos, tão prestantes ao comércio, possuído pelas gentes que passamos a conhecer"[25]

Segundo Manoel L. Salgado, a definição de nação em Varnhagen será a genealógica, e os elementos fundadores se afastam dos povos aqui encontrados. Segundo o autor de *Nação e civilização nos trópicos*, "na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o 'o outro' desta Nação a partir do critério político das diferenças"[26] As diferenças construídas não só externamente, em relação às repúblicas latino-americanas podem ser trazidas para a

construção dos outros dentro do território nacional, em construção. Nada mais herodoteano do que a construção da identidade através da observação e construção das diferenças.

---

[1] Professora de Historiografia do Colegiado de História, campus Araguaína.
[2] Esta conferência, intitulada "Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil", foi proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1966, e publicada na *RIHGB* em 1967. Posteriormente, integrou o livro *História e historiografia.* Petrópolis: Vozes, 1970.
[3] Idem, p. 123, p. 124
[4] Idem, ibidem
[5] VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*, p. 223
[6] REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil.*De Varnhagen a FHC*.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001
[7] ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo.* Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997
[8] Idem, p. 26
[9] Prefácio de Brasil Bandecchi à *História do Brasil,* de Robert Southey. Trad. De Luis Joaquim de Oliveira e Castro. Anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi, Leonardo Arroyo. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, vol. 67, 1981, p. 12
[10] Com exceção de Nilo Odália, como lembra J. C. Reis. Op cit. P. 31 *et passim.*
[11] Varnhagen propõe em HG que os caribes, habitantes do sul da Flórida, tenham antes transmigrado desta região para o sul: "desde o Amazonas até São Vicente, todas as informações, recolhidas em diferentes pontos, os fazem transmigrando e invadindo de norte a sul. Os da Bahia asseveravam haverem aí chegado, vindos do sertão e além do rio de São Francisco. Os de Cabo Frio pretendiam proceder dos *caribs* da parte setentrional do Brasil. Os de São Vicente tratavam por antepassados aos do Rio de Janeiro e imediações; o que prova como daí provinham. – Por quase toda a costa do Brasil, enfim, se encontravam tradições de que os *Tupis*, habitantes de qualquer distrito, se haviam deste apoderado, vindo eles conquistadores das bandas do norte. IN: VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*, Tomo Primeiro, sétima edição. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1959 p. 29.
[12] Esta idéia é proposta por Ronaldo Vainfas em *Tempo,* n. 8, 1999, Rio de Janeiro: Sete Letras, p. 3 et passim.
[13] PUNTONI, Pedro. "Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo" in: JANCSÓ, István. (org) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 633-677.
[14] VARNHAGEN, F. A. *op cit*, p. 23
[15] *Idem*, p. 24
[16] *Idem, ibidem*.
[17] *Idem, ibidem*.
[18] *Idem*, p. 52
[19] Cf nota 10.
[20] "Portanto, devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga" IN: MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. IN: revista do IHGB, Rio de Janeiro, n. 24, 1845, p. 384. E ainda: "São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim, a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças d´essas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular." Idem, p. 382
[21] WEHLING, Arno*. A concepção histórica de Von Martius*. IN: *Revista do IHGB.* (155(385): 721-731, out/dez. 1994
[22] VARNHAGEN, F. A. *op cit*, p. 223
[23] VARNHAGEN, F. A. *Op. Cit.* p. 19
[24] *Idem, ibidem*
[25] *Idem, ibidem*
[26] SALGADO, M. L. "Nação e civilização nos trópicos*.* O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 7

Aula de História: um jogo de linguagens

Helenice Aparecida Bastos Rocha

Este texto representa um recorte de trabalho mais amplo, acerca das relações de ensino na aula de história, em que tematizo o problema apontado por professores, da compreensão do conhecimento histórico escolar por alunos da escola pública. Especificamente, examino as práticas orais e de escrita que ocorrem durante a aula, como lugares especiais de interação na e pela linguagem, exercício e investimento na compreensão entre professores e alunos. Aqui, analiso algumas transformações operadas no texto do livro didático[i] pela professora ao transformá-lo em resumo para ser copiado pelos seus alunos.

O tema em estudo é Roma Antiga. A professora tem 56 anos, graduada em História e pós-graduada em literatura, atuando em uma escola pública do Rio de Janeiro. A turma cursa a 6ª série do ensino fundamental. Esse resumo fez parte de uma seqüência de ensino em que a professora iniciou o ano letivo com uma rápida revisão dos conteúdos aprendidos no ano anterior, passou um desenho animado sobre o tema e passou a lançar o resumo no quadro sem comentários nas aulas seguintes, até o dia em que passou exercício de completamento de lacunas e localização de informações, já no final do mês de março, iniciando a intercalação entre essas atividades.

A rotina estabelecida pela professora nas cinco aulas iniciais (entre aulas duplas e simples) foi a de entrar em sala, cumprimentar os alunos, fazer a chamada, escrever anotações no diário de classe e dirigir-se ao quadro negro para escrever o resumo, em silêncio quase total antes, durante e depois da escrita. É o texto do resumo relativo à primeira aula deste conjunto de aulas que trago para análise, devido aos limites deste trabalho. Apresento inicialmente o texto que foi a base para a produção do resumo da professora, depois o texto tal como foi escrito no quadro e por último o texto copiado pelo aluno:

ROMA

Das origens à república

Na Antigüidade, a península Itálica era dividida em várias regiões, habitadas por diferentes povos. Numa dessas regiões foi fundada Roma, que depois expandiu seu território, conquistando toda a península e outras áreas do mundo antigo.

Vejamos algumas características geográficas da península Itálica, os principais povos que a ocuparam e o surgimento de Roma.

Elementos geográficos

A península Itálica fica no sul da Europa, estendendo-se pela parte central do mar Mediterrâneo. Seu território lembra o formato de uma bota.

Na Antigüidade, a península Itálica dividia-se em quatro regiões principais:

- **Itália do norte** — estendia-se dos Alpes até o rio Rubicão, compreendendo regiões como Ligúria, Salassos, Gália, Vêneto e Istria.
- **Itália central** — compreendia regiões como Etrúria, Úmbria, Piceno, Sabínia, Lácio, Samínia e Campânia.
- **Itália do sul** — compreendia regiões como Apúlia, Lucânia, Calábria e Brúcio.
- **Itália Insular** — formada por diversas ilhas, entre elas Sicília, Sardenha, Córsega e Elba.

Povoadores

A península Itálica era habitada desde tempos pré-históricos. Posteriormente, em diferentes épocas, diversos povos instalaram-se na região. Entre eles destacam-se italiotas, etruscos e gregos.

Os **italiotas** chegaram à península Itálica por volta de 2000 a.C. e ocuparam a Itália central. Subdividiam-se em diversas tribos, como as dos latinos, dos volcos, dos équos, dos úmbrios, dos sabinos, dos samnitas etc.

Os **etruscos** chegaram à Itália por volta do século VIII a.C. Ocuparam inicialmente a região central da Itália. Depois, expandiram seus domínios até regiões do norte.

Já os **gregos** chegaram à Itália durante o movimento de colonização, em época próxima à chegada dos etruscos. Ocuparam a parte sul da península e fundaram diversas cidades (Nápoles, Siracusa, Tarento etc.), que ficaram conhecidas em seu conjunto como **Magna Grécia**.

Roma: origens

Por volta de 2000 a.C., os latinos — uma das tribos italiotas — chegaram à Itália central e instalaram-se na região do Lácio, nas proximidades do rio Tibre. Fundaram ali várias aldeias, entre elas Roma.

Posteriormente, os etruscos invadiram e conquistaram a região do Lácio. Sob o domínio etrusco, Roma consolidou-se como cidade. A partir de então, expandiu seus domínios pela península Itálica e, depois, pelas terras em torno do mar Mediterrâneo, chegando até o Oriente Médio.

A LENDA DA LOBA

Uma antiga lenda conta que Roma foi fundada por dois irmãos gêmeos, chamados **Rômulo** e **Remo**. Eles eram netos do rei Numitor, de Alba Longa, que foi destronado.

Ainda recém-nascidos, Rômulo e Remo foram colocados dentro de um cesto e abandonados no rio Tibre. Levado pela correnteza, o cesto com os dois irmãos parou junto ao monte Palatino. Ali, Rômulo e Remo foram encontrados por uma **loba**, que os amamentou. Depois, diz a lenda, um pastor de nome Faustolo acolheu as crianças e cuidou de sua educação.

Quando adultos, Rômulo e Remo reconquistaram o trono de Alba Longa para seu avô. Por isso, receberam permissão para fundar Roma na região onde a loba os havia encontrado. Mas surgiu uma disputa entre os dois irmãos para decidir quem reinaria em Roma. Rômulo matou Remo e passou a reinar na cidade, fundada em 753 a.C.

Relevo esculpido em 124 a.C., que conta a origem lendária de Roma. A lenda pode ser acompanhada pela figura numa seqüência colocada no sentido anti-horário (da esquerda para a direita, de baixo para cima).

Roma

A cidade de Roma fica situada na península Itálica, ao sul da Europa. Seu território lembra o formato de uma bota.

A península Itálica era habitada desde tempos pré-históricos, mas posteriormente, em diferentes épocas, diversos povos instalaram-se na região. Entre eles destacam-se italiotas, gregos e etruscos.

Por volta de 2000 a .C., várias aldeias foram fundadas nesta região e entre elas, Roma. Mais tarde, os etruscos invadiram e conquistaram Roma. A partir de então, Roma consolidou-se como cidade expandindo seus domínios por várias

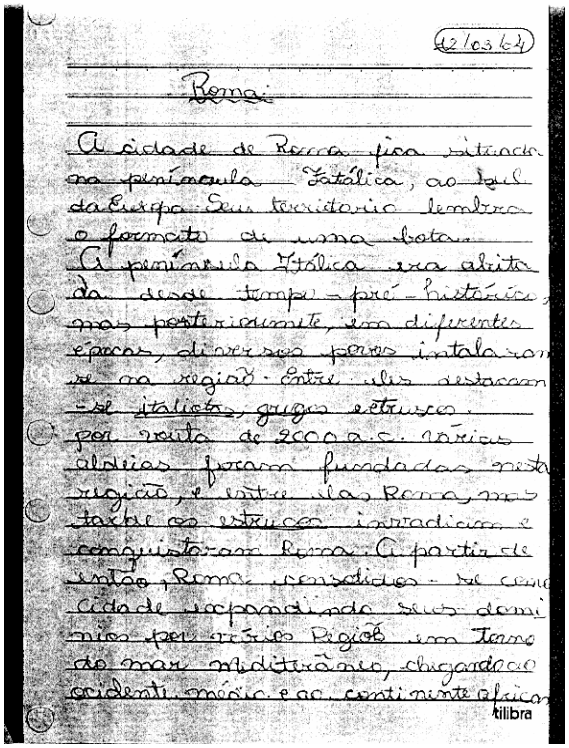

22/03/04

Roma:

A cidade de Roma fica situada na península Itálica, ao sul da Europa. Seu territorio lembra o formato de uma bota.
A península Itálica era abitada desde tempos pré-histórico, mas posteriormente, em diferentes épocas, diversos povos instalaram-se na região. Entre eles destacam-se italiotas, gregos e etruscos.
Por volta de 2000 a.C. várias aldeias foram fundadas nesta região, e entre elas Roma, mas tarde os etruscos invadiram e conquistaram Roma. A partir de então, Roma consolidou-se como cidade expandindo seus domínios por várias Regiões em Torno do mar Mediterrâneo, chegando ao ocidente médio e ao continente africano.

tilibra

Há diferenças expressivas entre o texto do livro didático e o texto do resumo. Entre outras, destaco a que envolve a forma do texto e sua programação visual ou design. A interação entre texto verbal, texto visual, títulos e subtítulos e textos complementares é específica (atualmente) do livro didático, cujo teor não está sendo avaliado aqui quanto à qualidade e que é suporte para o texto da professora e o resultado da cópia pelo aluno. Assim, será examinado que ocorre com o texto e com o contexto material desse texto, do livro didático à transformação pelo professor até chegar ao caderno do aluno. Conforme aponta Batista[ii], um texto muda a partir do momento em que muda o mundo social em que se introduz. Ao entrar na cultura escolar e em seus modos de funcionamento, um texto é "reconstruído e perde e ganha traços que podem ser reveladores dos processos sociais que nessa esfera se realizam".

Vejamos agora o que ocorre no pólo da produção desse resumo, também tratado aqui como apropriação de conhecimento histórico escolar. O objetivo principal é o de observar o trabalho da professora sobre o texto do livro didático e suas escolhas, que inclui diferentes operações com a linguagem. O que orienta a professora em seu trabalho? Desde já aponto a economia prática de tempo na sala de aula (que define o menor tempo possível de transcrição) e a relevância do conteúdo. Fica implícita como referência a imagem do leitor que é o aluno, como veremos na análise.

Na tabela de emparelhamento, reproduzo os títulos e subtítulos do texto original especialmente pela intenção explícita de hierarquização e organização das informações presentes ali e do contraponto existente no texto modificado pela professora.

Texto do livro didático	*Texto resumido e adaptado pela professora*
Trecho 1 **Roma** [iii] **Das origens à república** Na Antiguidade, a península Itálica era dividida em várias regiões, habitadas por diferentes povos. Numa dessas regiões foi fundada Roma, que depois expandiu seu território, conquistando	**Parte 1** (dia 12/03)

toda a península e outras áreas do mundo antigo. Vejamos algumas características geográficas da península Itálica, os principais povos que a ocuparam e o surgimento de Roma. **Elementos geográficos** A península Itálica fica no sul da Europa, estendendo-se pela parte central do mar Mediterrâneo. Seu território lembra o formato de uma bota. **Povoadores** A península Itálica era habitada desde tempos pré-históricos. Posteriormente, em diferentes épocas, diversos povos instalaram-se na região, entre eles destacam-se italiotas, etruscos e gregos. Os italiotas chegaram à península Itálica por volta de 2000 a .C. e ocuparam a Itálica central. Subdividiam-se em diversas tribos, como as dos latinos, dos volcos, dos équos, dos úmbrios, dos sabinos, dos samnitas etc. Os etruscos chegaram à Itália por volta do século VIII a .C. Ocuparam inicialmente a região central da Itália. Depois, expandiram seus domínios até regiões do norte. Já os gregos chegaram à Itália durante o movimento de colonização, em época próxima à chegada dos etruscos. Ocuparam a parte sul da península e fundaram várias cidades (Nápoles, Siracusa, Tarento,etc.), que ficaram conhecidas em seu conjunto como Magna Grécia. **Roma: origens** Por volta de 2000 a .C., os latinos – uma das tribos italiotas - chegaram à Itália central e instalaram-se na região do Lácio, nas proximidades do rio Tibre.Fundaram ali várias aldeias, entre elas Roma. Posteriormente, os etruscos invadiram e conquistaram a região do Lácio. Sob o domínio etrusco, Roma consolidou-se como cidade. A partir de então, expandiu seus domínios pela península Itálica e, depois pelas terras em torno do mar Mediterrâneo, chegando até o Oriente Médio.	***Roma*** *A cidade de Roma fica situada na península Itálica, ao sul da Europa. Seu território lembra o formato de uma bota.* *A península Itálica era habitada desde tempos pré-históricos, mas posteriormente, em diferentes épocas, diversos povos instalaram-se na região. Entre eles destacam-se italiotas, gregos e etruscos.* *Por volta de 2000 a .C., várias aldeias foram fundadas nesta região e entre elas, Roma. Mais tarde, os etruscos invadiram e conquistaram Roma. A partir de então, Roma consolidou-se como cidade expandindo seus domínios por várias regiões em torno do mar Mediterrâneo, chegando ao Oriente e ao continente africano.*

Obs: a cor igual corresponde aos trechos aproveitados pela professora, na produção do resumo. A cor rosa equivale a palavras ou trechos acrescentados.

Breve análise do trabalho sobre o texto

Vejamos inicialmente alguns aspectos da transformação operada pela professora sobre o texto do livro, ao adaptá-lo para a transcrição em sala. Não realizarei uma análise exaustiva e sim buscando considerar dois aspectos. Primeiramente, estarei analisando interferências no sentido de melhorar a compreensão do aluno em sua leitura. Em segundo lugar, darei destaque para

aspectos que acentuem ou modifiquem as noções históricos desenvolvidos no texto original ou a outras interferências que tenham a ver com a temporalidade característica do discurso histórico.

Inicialmente, observemos que a expressão que marcaria inicialmente a época – *Na Antiguidade* (1ª linha) – foi retirada, descaracterizando o texto como específico do discurso histórico. Diversos outros marcadores de progressão temporal foram suprimidos, possivelmente em busca de redução da extensão do texto, o que produz o efeito de suspensão do tempo.

Outra mudança expressiva é colocação da cidade de Roma no primeiro plano desde o início do texto. A operação de personificação, criticada diversas vezes e que cria problemas de diversas ordens, vai criar uma ambigüidade, pois quando no texto original a referência ao "seu território" remetia à península Itálica, no resumo passa a referir-se a Roma. A operação realizada pela professora, entretanto, não é fortuita. Ela está constituindo Roma como referente do texto e conseqüentemente como sujeito histórico (abstrato), conforme poderemos observar adiante.

Quem fundou Roma? O uso de voz passiva em textos didáticos de História foi analisado por Orlandi[iv] como um dos recursos para a indeterminação ou apagamento do sujeito histórico concreto. Efetivamente, é o que ocorre aqui. Como o referente do texto é Roma, os criadores humanos da cidade se tornam secundários. Como a característica de focalizar Roma como sujeito histórico acima dos sujeitos humanos já estava presente no texto do livro didático em alguns trechos, com a adaptação ela se torna quase absoluta.

Se examinarmos a estrutura dos períodos antes e depois da transformação realizada pela professora, é possível perceber que muitos desses períodos passam de períodos compostos para períodos simples e há substituição vocabular por outro supostamente mais simples:

LD: A península Itálica fica no sul da Europa, estendendo-se pela parte central do mar Mediterrâneo.
RE: *A cidade de Roma fica situada na península Itálica, ao sul da Europa.*

Esta estrutura que evidencia preferencialmente uma dupla simples de informações interna ao período ou oração vai permitir a exploração de relações entre as partes da dupla (fazendo uma correspondência biunívoca entre elas) nos exercícios, culminando na prova do primeiro bimestre (na maioria das questões).

A estrutura conferida ao texto resumido pressupõe um leitor limitado em sua capacidade de leitura e, por conseguinte, de compreensão. Efetivamente, o texto resumido se aproxima do formato dos textos de cartilha, com uma estrutura de frase reduzida, com a repetição do sujeito Roma (não há substituição ou anáfora). Talvez aqui se explique o fato da professora não entrar como mediadora entre o texto e o aluno leitor. Parece que ela supõe que, após as "simplificações" produzidas, o texto seja auto-explicativo. Mais que isto, está pronto para uso nos exercícios subseqüentes e na prova.

A ausência de livros didáticos na escola, fato recorrente, parece decretar a impossibilidade desses alunos terem acesso ao material impresso na disciplina de História (pelo menos nesse momento inicial). Mais que isso, estabelece poderosos limites para seu acesso ao conhecimento histórico escolar e a suas formas de hierarquização e organização do conhecimento enquanto texto escrito. Como vemos, o único título do texto modificado é Roma, enquanto o texto original comporta diferentes títulos e subtítulos, que se propõem a organizar a leitura. Parágrafos também são suprimidos e os textos paralelos dos boxes idem, bem como as imagens que abrem os capítulos e interagem com o texto verbal.

Além disso, na transcrição, o aluno também refaz a programação visual do texto em seu caderno e produz modificações que não reconhece. Ocorrem trocas e supressões de letras que comprometem a compreensão. Quando a península Itálica

se torna *Fatálica,* etruscos se transformam em *estrucos* e palavras não tão usuais como *posteriormente* e *consolidou-se* são escritas com omissões e trocas de letras, aumenta o risco de o aluno, em uma leitura individual e sem orientação ou comentários, não compreender o escrito em sua integralidade.

Um texto resumido, segundo a tradição escolar, é expandido na explicação oral do professor[v]. No caso, as informações que a professora julgasse fundamentais e que não estivessem contidas no resumo, poderiam ser apresentadas em uma exposição da mesma. Assim, se não há essa exposição, isto pode estar assentado na compreensão de absoluta clareza do texto (a partir de suas modificações), na irrelevância dos conteúdos excluídos bem como na economia docente.

Foram excluídos do texto original (desta aula e das seguintes): diferentes detalhamentos (sobre os povos que ocuparam a península, sobre os poderes da república, sobre o império). Não foram oferecidos: a tensão entre partes excluídas (entre os poderes da república, entre grupos sociais); os sujeitos de carne e osso da história; diferentes marcadores de intensidade, de localização e de temporalidade. Parece que a professora compreende que a melhor (ou única) maneira de ensinar/fazer aprender História está no caminho apresentado sinteticamente acima. Nesse caminho, ela economiza conhecimento, pois está sempre amparada em um texto didático já elaborado (no qual ela interfere ao resumir, mas sem assumir a autoria) e discurso. A economia discursiva se dá em duas frentes. A primeira está em que não precisa elaborar seu próprio discurso, lendo o texto em sala ou nem mesmo lendo-o, usando-o para preparar os exercícios e provas. A segunda está em trabalhar com a seleção de informações que permaneçam na superfície discursiva, sem exigir ou apresentar, relações mais complexas do conhecimento histórico.

A professora entende que estes alunos não conseguem compreender um nível maior de elaboração do conhecimento. Aqui parece interferir o acento apreciativo apontado por Bakhtin[vi], que pode envolver desde o preconceito, quando a professora conclui previamente que ali não é o lugar para os mais velhos, por estarem defasados,

até uma concepção limitadora da relação com o conhecimento e com a leitura por parte dos alunos.

Para a maioria dos alunos, o texto resumido não era referência para responder à pergunta sobre o tema de estudo, de acordo com questionário da pesquisa. Talvez tivesse sido lido no aspecto mais restrito da inteligibilidade, permitindo a transcrição, o que não garantia sua interpretação e nem sua compreensão[vii]. Por outro lado, mesmo após os exercícios realizados entre o mês de março e de abril, os resultados que os alunos obtiveram na prova que avalia a aprendizagem do conteúdo "Roma", a maior parte dos alunos teve um resultado ruim no bimestre. O que essa leitura individual de um texto simplificado, em busca de informações pontuais, pode ter propiciado em termos de compreensão a esses alunos? Somente dois alunos ao final do bimestre, que conseguiram notas mais altas, afirmaram ter aprendido História, mas não sabiam bem o quê.

A análise do material de leitura que é o resumo, no contexto da pesquisa em andamento, permitiu concluir preliminarmente que a falta de recursos como o livro didático aciona estratégias como a formulação de resumos como o analisado aqui, o que confere à aula e à interação entre professor e aluno determinado leque de possibilidades. Além disso, cabe apontar que as diferentes práticas de leitura na aula de História necessitam interagir permanentemente com práticas orais, que são a base para a interação entre professor e aluno.

---

[i] O texto citado é do livro de COTRIM, G. *Saber e Fazer História: História Geral e do Brasil.* 5ª série. São Paulo: Saraiva, 1999, pp.112-113

[ii] BATISTA, A A G. *O ensino de Português e sua investigação: quatro estudos exploratórios.* Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG,1996, Tese de Doutorado em Educação, p. 287.

[iii] O primeiro capítulo sobre Roma, apresenta a localização, a origem e os aspectos políticos e sociais de Roma Antiga, da monarquia ao fim do Império Romano. Roma II apresenta o legado cultural de Roma Antiga, subdividido em Direito, Artes, Pão e Circo e Religião.

[iv] Orlandi, E.P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996, p.66.

[v] Batista, no mesmo texto citado, desenvolve o tema do uso de textos resumo por professores de Português, concluindo que, quando é apresentado em um livro didático, esse tipo de texto suponha a apresentação prévia do conteúdo pelo professor .

[vi] BAKHTIN, Mikail.(assinado por VOLOSHINOV.V) *Marxismo e filosofia da Linguagem*. São Paulo:Hucitec, 1992.

[vii] Distinção de acordo com a proposta de Orlandi , para quem a inteligibilidade tem a ver com a decodificação, a interpretação com a atribuição de sentido levando-se em conta o contexto lingüístico e a compreensão com a atribuição de sentido considerando o processo de significação no contexto de situação. Do mesmo modo, também penso na capacidade de responder à pergunta de acordo com a premissa bakhtiniana de responsividade.

UMA HISTÓRIA PARA IPEÚNA

Helia Maria de Fátima Gimenez Machado - FDB

O interesse pela Historia de Ipeúna surgiu durante a realização do projeto "Integrando universidade e escola através de uma pesquisa em colaboração", que resultou na realização de três Atlas Municipais escolares, voltados ao ensino do município.

Para construir a Historia de Ipeúna, nos valemos de três fontes: O uso de documentos oficiais, as fotografias e a historia oral. E foi essa metodologia que provocou uma grande mudança nos rumos da pesquisa. Buscamos encontrar, remexendo no passado, fragmentos do tempo já vivido, embora sem pretensão de encontrar uma "realidade pura, absoluta", pois, o interesse era fornecer um novo olhar à trama social ali vivida.

Ipeúna foi um pequeno povoado que um dia se estruturou como distrito de Rio Claro, só em 1964 conseguiu sua emancipação política, constituindo-se em município com Câmara Municipal e Prefeitura, pertencente à comarca de Rio Claro. Com apenas 3.500 habitantes, não havia "merecido" uma historia escrita. Esta se encontrava muito bem guardada na memória dos velhos moradores.

Construir a historia através de narrativas de suas testemunhas permite que se percebam novos significados para os acontecimentos passados, o que torna o processo mais rico e desafiador.

Os documentos escritos e oficiais foram alicerçando e balizando a história aos pedaços que os velhos moradores foram tecendo sobre vidas ali vividas. Nas conversas nas praças ou nas historias contadas em casa, a memória oral tornou-se um instrumento poderoso para preservar a crônica do cotidiano da pequena localidade.

A memória dos velhos moradores apresentava-se como agente mediador entre o presente que perguntava e o passado respondendo com seu testemunho. Falando, contando, trazendo vida a tudo que era narrado. A memória oral, aquela que é contada pelo individuo, é única e reflete pontos de vistas contraditórios, contribuindo para o enriquecimento do trabalho.

Em Ipeúna, não encontramos o "lugar da memória", entendendo como espaço criado com a finalidade de manter a memória escolhida pela classe dirigente. Tivemos que coletar fatos na memória das pessoas conferindo a esses parceiros um papel social definido e importante. Era um momento especial em que a informação deixava a oralidade e "ganhava" perenidade uma vez que em nossa sociedade a escrita se sobrepõe a oralidade.

Antes de nos atermos nos documentos oficiais e nas fotos nos voltamos para a maneira como se deu a ocupação da região onde se localiza Ipeúna.

A historiografia refere-se aos "sertões do morro azul", em cujas terras hoje se situa o município de Ipeúna, que foi considerado durante um longo tempo, o limite conhecido para os moradores da Capitania de São Paulo.

Desta vasta região, que compreendia os "sertões do morro azul", destacamos uma parte de terras, então ocupada pela Fazenda Serra D' Água, que possui esse sugestivo nome em função de uma serra movida pela força da água, decorrente de uma queda natural no curso do rio cabeça.

O proprietário dessa fazenda aparece no documento mais antigo que encontramos, relacionado à Ipeúna. O documento encontrado foi uma certidão de casamento entre escravos de propriedade Capitão Mor Estevam Cardoso de Negreiros "moradores do passa cinco", antigo nome de Ipeúna. O casamento ocorreu em 1833, apontado que havia um reconhecimento oficial de um povoado.

Entretanto, pela própria natureza da pesquisa, os documentos e informações não chegaram em ordem cronológica e, tampouco, responderam de imediato ás duvidas. Às vezes, ao contrário, criam novas dúvidas cujo esclarecimento nos conduz a novas buscas e novas pesquisas.

Escritura de compra venda de terras encontradas no Arquivo do fórum da Comarca de Rio Claro revelara-se fonte importantíssima para entendermos a estrutura fundiária na região e ainda as distribuições de terras para a formação do povoado. O processo judicial revelador foi o "Processo de Divisão e Demarcação do Sitio Invernada" iniciado em 1896.

Ipeúna, como um número grande de cidades, teve o aumento significativo de seu povoado após doações de terras ao Patrimônio Religioso, os poderes civis e religiosos ainda estavam muito interligados. Encontramos no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo um pedido da população do povoado, datado de 1884, para realização de missa por cinco anos na Capela de Santa Cruz do Bairro do passa Cinco.

Com a republica cessou a jurisdição e os direitos da Igreja, porém em 1896, ocorreram ali doações de terras ao patrimônio religioso. Vicente Jose Barbosa doou seis alqueires de terras à Nossa Senhora da Conceição e Francisco Barbosa de Morais doou três alqueires à Santa Cruz da Boa Vista. As doações formais ocorreram no mesmo dia motivadas por um processo em curso. As terras doadas ao Patrimônio Religioso serviam para garantir provisão, o que em linguagem atual significaria garantia de recursos para a manutenção e a melhoria da capela ou igreja já existente. O restante das terras doadas, era dividido em lotes menores e distribuídos a fieis, que poderiam construir suas casas e ali viverem. A propriedade da terra continuava a ser da Igreja que entretanto, concedia às pessoas o direito de construírem suas casas. Eram os chamados terrenos Aforados, nos quais a construção pertencia a quem detinha a posse desde que pagasse à Igreja uma taxa anual de aforamento. Os fiéis que recebiam esses lotes aforados eram segundo [i] (Marx: 1991:36) "não possuidores de chão".

Ao mesmo tempo em que o povoado aumentava ao lado da capela, entrelaçando-se poderes civis e religiosos, o poder público estadual criou um distrito policial, através de um decreto do Secretário da Justiça datado de 26/08/ 1892, cuja transcrição (parcial) segue.

"[...] O secretário dos negócios da Justiça sob proposta do Dr. Chefe da Policia resolve crear um Disctrito Policial no logar denominado Santa cruz do Passa Cinco, pertencente ao termo de rio Claro"[...]

Novamente a atuação do Poder Público se fez sentir no desenvolvimento do povoado, quando em 30/04/01994 o Congresso Legislativo do estado de São Paulo criou "Cria com o nome de Santa Cruz da Boa Vista um Disctrito de Paz". A proposta para a criação havia partido do congresso Legislativo do Estado de São Paulo, que corresponde hoje a Assembléia Legislativa. Após sua aprovação, o Poder Executivo, aceitando a solicitação despachou favoravelmente.

Qual teria sido o significado da criação de um Distrito de Paz para aquele povoada ainda incipiente? Para Ipeúna nenhum. Houve um tramite legal foram produzidos documentos e nada mudou na vida dos moradores.

Os documentos aos poucos foram sendo recuperados e analisados, porem uma questão ainda não havia sido respondida. Quem foram os primeiros moradores do povoado? De onde vieram? As respostas para essas questões vieram com a metodologia da Historia Oral.

Na memória do Sr. Pedro[ii] estava a resposta e a vida passou a pulsar dentro da pesquisa.

"Meu avô chegou a Rio Claro junto com a ferrovia, vieram de Portugal. Ele tinha 20 anos, sabia ler e escrever. A família foi trabalhar no 'avançamento' dos trilhos da ferrovia, era a companhia Paulista. Passaram a trabalhar na abertura e prolongamento da estrada de ferro.....O trabalho era duro e o ganho pouco, então eles se desligaram da Companhia e se tornaram empreiteiros, fornecendo lenha para as máquinas. Na busca de um local para

extrair lenha encontraram uma aldeia coisa muito primitiva, com caboclos meio ariscos, custou para eles terem amizade. Imagine eles eram estrangeiros, aqueles caboclos quase índios . Aquela meia dúzia de casebres que deveriam estar ali para aproveitar a água da cabeceira. Em volta só sambambaieiro e nada mais. Com o tempo se achegaram aos caboclos que não eram de muito trabalhar....tinham roça de milho e mandioca, não tinham roupas. Faziam um tecido tirado das arvores, eles mesmos. Não tinham armas de fogo nem ferramentas, caçavam com arapuca ou assobiando imitando fêmea se o passarinho fosse macho e se fosse fêmea assobiavam como macho. O passarinho vinha e matavam com vara. Tinham uma pontaria que deus me livre, matavam com vara.... a gente do meu avô foram ficando ali para tirar madeira e lenha da mata em volta.quando ia escurecendo as mulheres colocavam velas num cruzeiro que eles mesmos fizeram. Os homens que ainda estavam na mata olhavam a luz da vela... e iam vindo, acertavam voltar". Eles contavam que nesse lugar ficavam os tropeiros e mascates.

Tivemos o privilégio de construir a historia com pessoas que ouviram falar ou viveram fatos relacionados a historia local. Após a transcrição das entrevistas as transformamos em narrativas, trabalho que nos permitiu um momento maior de reflexão e aprofundamento sobre os fatos narrados e o processo de rememoração. A valorização da memória e da narrativa faculta ao velho a sensação de estar recuperando um lugar que lhe foi confiscado na sociedade. O trabalho de recuperação da memória envolvendo velhos restaura, na dimensão política, o valor daquele que viveu e pode contar o que viu, o que sentiu, o que percebeu das relações que se desenvolveram ao seu redor.

Neste processo de construção da historia de Ipeúna, cada documento encontrado, cada foto recuperada, acabava acentuando o cenário que se delineava. No entanto a vida só foi trazida pela narrativas., que “costuravam” informações de um modo coerente. Cada novo documento que descobríamos era compartilhado com nossos sujeitos informantes, que o

tocavam, diziam coisas a respeito dele, fazendo com que a compreensão do fato ali legitimado ganhasse outra dimensão, ganhasse vida.

Sentíamos que estávamos realmente construindo uma historia para Ipeúna, que tinha estado muito bem guardada na memória de seu velho. Percebíamos que nossos colaboradores se reuniam sem nossa presença, para conversar sobre o passado. Haviam tomado realmente a serio a função de "rememorar" de "lembrar". A seriedade e a responsabilidade que marcaram a forma segundo a qual aqueles idosos se percebiam dentro do processo de investigação, onde, suas memórias haviam se tornado o centro da pesquisa nos remeteram a Bosi[iii] "Se as lembranças as vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa" A tarefa que lhes propusemos, conferiu aos nossos colaboradores uma importância social pouco comum nos dias atuais.

Observamos também que na construção do passado, memória e historia vinculam-se a um processo cognitivo, no qual a identidade do sujeito que colabora aflora e deve ser reconhecida e analisada como integrante da trama narrada.

A cidade de Ipeúna, chamada por seus moradores de vila, capela, distrito, cumpriu e registrou seus estágios de desenvolvimento na memória e nas representações de seus velhos moradores para muito alem do espaço urbano. Tratavam seu lugar com uma familiaridade impar. O chão ao redor de Ipeúna tinha o significado de "morada", local em que se desenvolveram as relações afetivas, os lugares citados são inseparáveis das relações lá desenvolvidas.

Na rememoração do velho, ele pode aportar sobre um fato ou uma emoção vivida há tanto tempo que ao re-visitar o episódio parece estar falando de algo distante, encoberto por tantas camadas que a vida vai sobrepondo. Ele narra um fato retirado, escolhido, que não pertence à sua vida corrente, fala de algo grandioso, re-contado como um fato

individual, próprio, usa o tom épico. Aquele episódio, agora narrado, tem cores fortes da emoção que, esta sim, permaneceu presente desde o fato ocorrido.

Os velhos moradores, ao contar da sua vida no espaço da cidade de Ipeúna, mostravam o cuidado em falar do fato que julgavam relevante para ser preservado. A preocupação com a morte e com ela o silêncio, os levavam a falar muito, sobre as diversas faces da vida lá passada. Os narradores queriam a cumplicidade da pesquisadora em seus depoimentos, queriam a garantia de que a memória seria preservada. Percebíamos, nos silêncios, nas pausas para rememorar, a linha tênue entre o vivido e o contado.

Os fragmentos contados pelos narradores são muito ricos, pois nos aproximam de um conhecimento nunca acabado, permitindo sua reconstrução, aproximando-nos da arte, estabelecendo uma ponte entre a ciência e a arte.

A construção da história de Ipeúna deu-se na possibilidade da confluência das três fontes: os documentos escritos, a memória de velhos moradores e as fotografias antigas. A partir do cruzamento dessas três fontes os caminhos fora sendo apontados.

Nossa pesquisa não buscou o resgate do passado de Ipeúna, pois, este, em nada poderia ser alterado. O que nos propusemos a fazer, foi desvelar o conhecimento sobre o passado, que, este sim, aceita diferentes versões e aprofundamentos. A fotografia cumpriu, em nossa pesquisa, a função de uma fonte auxiliar que colaborou para a composição da historia registrada através da paisagem urbana. Ao mesmo tempo em que revelava lugares transformados, atuava como verdadeiro agente desencadeador de emoções.

Definimos como método para estabelecer diálogo direto com o documento a apresentação do mesmo aos velhos moradores para que falassem sobre ele. Assim observamos que buscavam um sentido para as mudanças ali ocorridas, mostrando-nos que tinham percebido as raízes do conhecimento da historia local, que estavam sempre atrelados a fatos de sua vida pessoal.

Reafirmamos que na construção de uma História para Ipeúna demos voz e dispusemos a ter ouvidos a várias fontes: Os documentos escritos foram relacionados com as fotografias e as narrativas de velhos moradores, o que, em conjunto nos permitiram compor "Uma Historia para Ipeúna". Historia essa que aguarda novas abordagens propostas por novos olhares interpretativos.

---

[i] MARX, M. Cidade no Brasil : Terras de quem? São Paulo, Edusp, Nobel 1991

[ii] Sr. Pedro Gomes Ferreira, nascido em 1928 trouxe de sua memória fatos que escutou de seu pai que escutou de seu avô.

[iii] BOSI,E. Memória e Sociedade: lembrança de velhos, São Paulo Companhia das Letras 1995:39

OS IMPACTOS DA MODERNIDADE NA CIDADE DE POMBAL ENTRE OS ANOS 1930 -1945

Helmara Giccelli Formiga Wanderley Junqueira

A emergência de um "mundo moderno", faz surgir uma multiplicidade de discussões acerca da "condição moderna", muitas vezes de forma pouco compreensiva, em virtude da complexidade e da pluralidade de sentidos atribuídos ao termo "modernidade".

Para Kumar, "modernidade é uma designação abrangente de todas as mudanças - intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno." (1997:p. 79)

É importante compreendermos que não há uma só definição para o vocábulo "modernidade", mas sim, várias idéias de moderno.

Os vários significados atribuídos à modernidade sempre estiveram ligados à analogia novo-velho, entretanto, nem sempre com recepção entusiasmante, pois durante a Idade Média, dava-se grande valor aos padrões tradicionais. Logo, tudo o que representava rompimento com esses valores era considerado desprezível, impuro, errado. O moderno, ou melhor, o novo, na concepção medieval, levaria à destruição, ao fim, à decadência da raça humana, e não à prosperidade.

Somente na segunda metade do século XVIII é que de fato pode-se afirmar o surgimento de uma idéia de modernidade, assinalada por um era de superações tecnológicas intermináveis, um período de progresso, que era identificado como "modernidade".[i]

Segundo Kumar, modernidade significava o total desprendimento com o passado, um rompimento completo com o "antigo", o início de uma nova era alicerçada em princípio inteiramente novos.

Analisando Kumar percebemos que a modernidade é concebida

> " como um conceito aberto. Implica a idéia de continuação ininterrupta de novas coisas. Isso está implícito em sua rejeição ao passado como fonte de inspiração e exemplo. A modernidade não é apenas produto da revolução – em especial da Americana e da Francesa, mas é em si basicamente revolucionária, uma revolução permanente de idéias e instituições." (1997:p.92)

O que proporcionou uma dinâmica modernização na sociedade, foi sem dúvida a revolução nos meios de produção iniciada na Inglaterra, que se alastrou pelo mundo inteiro infligindo um modelo cultural ligado ao consumismo permanente.

A partir do final do século XIX e início do século XX, muitas cidades brasileiras começaram a passar por transformações urbanísticas, que objetivavam dar-lhes aspectos modernos e embelezadores.

A cidade do Rio de Janeiro, passou a figurar como símbolo da modernidade no Brasil, como o padrão de modernidade para as demais, torna-se a cidade-modelo.

Nicolau Sevcenko diz que no Brasil,

> "o Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima." (2001: p.522)

No início do século XX, Pombal, passou por importantes transformações que lhe conferiu aspectos ditos àquela época "modernos", tais como: iluminação de ruas e casas, abertura de novas ruas e avenidas, construção de estradas, praças, escolas, hospitais e a instituição de novas leis de conduta, isto é, leis disciplinares, que visavam expulsar os tipos dissonantes para fora do espaço citadino centralizado. Além disso, foram inseridos pensamentos e valores europeus à mentalidade local.

O ano de 1930, marca uma nova fase na política nacional. Nesse ano, arrebenta o movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas. Com a culminância do movimento em todo o território brasileiro as mudanças fazem-se sentir.

Em Pombal, com a mudança política e a instituição de um governo provisório, assume o cargo de prefeito o Dr. Janduhy Vieira Carneiro, tendo sua administração durado até 1935.

Na década de 30, a cidade ainda apresentava pouco grau de desenvolvimento, fato que não interferiu no processo modernizante implementado com o advento da luz elétrica na década de 20.

O município foi o pioneiro entre as cidades do interior do Estado a implantar o sistema de energia elétrica, que foi introduzido em 1927. Com esse fato a mentalidade da população transforma-se intensamente, visto que, para a época era motivo de orgulho morar na única cidade do interior a possuir sistema de energia elétrica.

Depois da implantação da energia elétrica segue-se um período de grande modernização na cidade, em que as pessoas mais abastadas buscam um novo padrão para suas casas.

A ânsia de ser moderno, levou os representantes do poder público local a investirem maciçamente na implantação de um mobiliário urbano inteiramente novo, fundamentado nos moldes europeus, o que era considerado essencial para atingir o que àquela época era denominado "modernidade".

Os anos que vão de 1930 a 1945, são marcados por uma série de mudanças políticas em todo o país.

Como já mencionado anteriormente, foi nesse período que a cidade ganhou praças, escolas, hospitais, novas ruas e avenidas, surgiram estabelecimentos comerciais como: bares, cafés, magazines, bodegas, indústrias como a de óleo de oiticica, enfim, a cidade será o lugar das tramas cotidianas.

É dessa época o aumento da área do Cemitério Público, que merece atenção no seguinte aspecto: os discursos dos higienistas, defendiam a idéia de que o cemitério deveria ser além das fronteiras da cidade, o que evitaria a proliferação dos miasmas.

Margareth Rago sobre a localização dos cemitérios diz que,

> "desde o começo do século XIX, uma carta régia proíbe o enterro dos mortos nas igrejas e ordena a construção de um cemitério afastado da cidade (...) seguindo as prescrições médicas de combate aos miasmas morbíficos emanados dos cadáveres." (1997;p:173)

Em Pombal, o Cemitério de Nossa Senhora do Carmo, alicerçado no ano de 1860, foi construído a uma razoável distância do centro urbano, tendo exigido mais tarde, em 1932, a construção de uma rodagem ligando-o à Igreja Matriz da cidade, se enquadrando então, nos padrões em voga na época.

Em 1932, em virtude da seca, são promovidas obras de emergência visando a acobertar os flagelados. Nesse período é construído o grupo escolar João da Mata. Com a implantação da escola, o nível educacional melhora muito. Porém, quem desejava continuar os estudos, devia dirigir-se às capitais: João Pessoa, Recife ou Rio de Janeiro.

Estudar fora era um privilégio de "ricos". Quem deixava a cidade para dar continuidade aos estudos tinha entre outros objetivos, o interesse de mostrar que era "moderno", já que estudar e viajar eram características típicas da modernização.

Segundo a Sra. Ivanil Salgado de Assis, a maioria dos estudantes

> "que saíam de Pombal para estudar fora eram homens, que iam para Recife ou Rio de Janeiro, fazer universidade, os cursos preferidos era Direito, no Recife, e Medicina, no Rio de Janeiro. Mas algumas mulheres também iam estudar fora. Eu, Ivanil Salgado, e Nena Queiroga, fomos as primeiras. Em 1937, nos fomos estudar em João Pessoa, depois foram outras. Era um privilégio! Não era todo mundo que ia não. Só ia estudar fora quem tinha condições, os ricos, sabe? E, quando voltava, trazia a moda, o luxo, o povo via e achava aquilo moderno." (ASSIS; 2004a)

Nesse mesmo ano, 1932, marcou-se a chegada da estrada de ferro que ligava Pombal a algumas capitais. Esse fato proporcionou o aumento do fluxo de estabelecimentos comerciais na cidade. Era costume dizer que "aonde chegava o trem, chegava o progresso".

O advento das linhas férreas e do trem estavam também ligadas às obras contra a seca. Sua chegada a Pombal foi recebida com entusiasmo e festa, além de um misto de admiração e espanto. Fato que pode ser percebido através do exposto abaixo:

A Sra Benta dos Santos, sobre a chega do trem diz que quando o trem

> "vinha chegando estava aquela multidão de pessoas esperando. Homens, mulheres, crianças, tudo. Mais tinha muita gente que não sabia o que era. Eu mesma nunca tinha visto um trem. Foi a primeira vez. Aí, lá vinha ele, de longe não dava pra ver direito. Mas quando foi chegando perto, viche! foi uma correria só. O trem vinha todo enfeitado, com um laço bem grande. Aí de repente deu aquele apito, píiiiii, foi gente pra todo lado, era menino caindo, sandália torada, pense um medo. Mas depois, o trem parou, o povo começou a olhar, e teve gente que gostou tanto que até beijou o trem. Nesse dia foi festa à vontade. A banda de música daqui foi pra lá tocar. Os ricos tudo chique. E o pobre lá também." (SANTOS, 2004)

De acordo com Francisca Trigueiro Tôrres, quando o trem chegou

> "foi àquela festa, o povo ficou muito admirado, mas teve muita gente que não achou muito bom não. Quando o trem passava essas pessoas gritavam: lá vem a besta fera! Vamos embora que lá está a besta fera, e era aquela correria, o povo com medo, não é?"(TÔRRES; 2004)

Para acentuar esse ideário modernizador foi implantada na cidade a indústria de óleo Brasil-Oiticica, gerando novos empregos, mas instituindo uma série de valores morais, com o objetivo de aproveitar o máximo do esforço do operário.

Quando da inauguração da indústria de Brasil Oiticica, a Sra. Benta Carneiro dos Santos, lembra-se de que o povo

> "gostou demais! Essa indústria tirou a pobreza da miséria. Os pobres foram todos trabalhar. Todos conseguiram empregos lá, melhorou muito a vida da gente. Agora pra trabalhar lá, as indústrias exigiam que o homem fosse muito direito, exigia que ele não bebesse, mas na folga, eles bebiam. Ela exigia isso porque trabalhar com homens trabalhosos, bêbado não dava certo, né? Então ela [a indústria] exigia, só trabalhava com homens direito. Lá tinha uma escola para as crianças desde que fundou. Todo mundo de Pombal gostou da abertura da indústria." (SANTOS; 2004)

A multiplicação dos estabelecimentos comerciais e a instauração de indústrias na cidade fazem surgir novas atividades econômicas, que contribuíram para o desenvolvimento local, favorecendo o surgimento de novos valores no seio da sociedade.

De acordo com os discursos proferidos pelos senhores do saber, todos os esforços deveriam ser poupados para o trabalho, de forma que, para conseguir um emprego, era preciso ser dono de uma conduta exemplar. Isso com o objetivo de melhorar a produção.

Com o desenvolvimento da indústria, será promovido um intercâmbio comercial com outras cidades. A cidade se tornará alvo dos olhares alheios, o que intensificará o desenvolvimento urbano, já que, o pombalense, sentia prazer em mostrar que o progresso havia chegado aqui.

A implantação de um "novo" aparato arquitetônico, marca uma fase de intenso progresso na cidade, que era denominado de modernidade.

Em virtude das viagens, fossem de estudantes, comerciantes ou familiares, a moda das ruas e salões cariocas, chegava até o interior do estado, que acompanhava o refinamento à risca.

A Sra. Francisca Maria de Queiroga (Nena) diz que, viajar

> "era bom, nós aprendíamos coisas novas víamos coisas fabulosas. Mas era muito difícil viajar naquela época, tinha que haver condição econômica. Viajar pra Recife, João Pessoa, Rio de Janeiro era bom, mas viajar para a Europa era muito melhor. Eu gostava de ir a Portugal, era bom, porque o povo lá tratava a gente muito bem." (QUEIROGA; 2004)

Segundo Sandra Jatahy, o padrão da "cidade moderna se insinua, com o fetichismo da vida, onde as pessoas se tornam elas próprias mercadorias, saem para olhar e serem olhadas, a calçada é uma vitrine e ir ao centro um espetáculo".

O discurso da Senhora Ivanil Salgado de Assis proporciona uma boa visão sobre a moda e o comportamento nos anos de 1930:

> "Fumar era um luxo, antigamente fumar era como um hobby. Só fumavam os homens que tinham mais condições. Os jovens viajavam e, quando voltavam, vinham com um comportamento diferente, fumando, andando todo alinhado, mas o povo não falava mal, não. O povo achava bonito. Não se incomodava, porque era uma coisa rara, era considerado uma coisa moderna. A maioria das pessoas que fumavam eram os ricos." (ASSIS; 2004a)

A senhora Benta dos Santos também faz um breve relato sobre a moda:

> "Os homens, iam assistir o jogo de futebol todo empalitozado e as mulheres de sombrinhas, vestidos chiques. No dia do jogo era uma festa. (...) o povo naquele tempo era rígido, o vestido, olhe, era tudo comprido, de manga, uma honestidade tão grande! As mulheres ricas ainda usavam chapéu, jóias, tudo da moda, até batom. Quem não tinha batom sabe o que é que passava? Arrochava papel encarnado. Até eu colocava quando eu era moça, tanto nos lábios, quanto no rosto. Todo mundo queria ser chique né!?! Pra não passar vergonha." (SANTOS; 2004)

Embora seguir a moda lapidada nas grandes capitais fosse um privilégio de ricos, as camadas menos afortunadas encontravam formas de se enquadrar dentro dos padrões em voga na época.

Durante a administração de Francisco de Sá Cavalcante, visando a embelezar a cidade e dar ares "modernos", foram iniciadas as construções das Praças Getúlio Vargas e Rio Branco, esta última abrigando um coreto que, o que era considerado um grande avanço para a época. Além disso, é construída a Coluna da Hora, cujo modelo, foi copiado pelo prefeito, em uma de suas viagens ao Ceará. Na praça que é ainda a mais extensa do nordeste, seu monumento, a torre do relógio, "*suplantava a existente na Praça do Ferreira",* em Fortaleza. A praça Rio Branco, ainda iria abrigar uma estátua em "tamanho natural" de Argemiro de Figueiredo, na época, interventor Federal da Paraíba, o que constituía também um detalhe arquitetônico inovador.

Nos anos de 1940 a 1945, a cidade passou por um lento processo modernizante, caracterizado por um número de obras arquitetônicas reduzido.

No contexto nacional, vivíamos a política estadonovista instituída pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, que administrava a nação ao seu bel-prazer.

Na esfera dos Estados foi instituído o sistema de Interventoria, no qual os poderes políticos eram manipulados de acordo com as conveniências partidárias.

Em face disso, no ano de 1940, é designado para o cargo de Interventor Federal da Paraíba, Dr. Ruy Vieira Carneiro, natural de Pombal.

A expectativa em torno do novo interventor, não tardou a ser frustrada. Visto que, o mesmo, mostrou-se pouco interessado nos assuntos do nosso Município, nomeando para o cargo de prefeito, homens radicados em outras cidades.

Mesmo diante das oscilações políticas, o desejo de abraçar a modernidade permanecia intenso entre os pombalenses.

Segundo Sandra Jatahy, o progressismo, "assume, às vezes, uma conotação política [onde] o desejo de transformar é intenso e o resultado é mínimo pelo efeito da má gestão política." (2002:p. 331).

Se na década de 30, Pombal contava com a ferrovia e a industria de óleo e sabão, Brasil Oiticica, na década de 40, a cidade valeu-se também de um bom número de caminhões, além de indústrias algodoeiras: as Inglesas SAMBRA e Anderson Clayton & Cia, que além de gerarem novos empregos, contribuíram para o desenvolvimento do comércio local de forma expressiva.

No ano de 1940, marcou-se a construção do primeiro templo evangélico, a Igreja Presbiteriana. A instalação da igreja, representava um grande avanço de mentalidade, deixando claro a boa aceitação, ou tolerância, de outras seitas ou religiões no ceio de uma sociedade de fortes raízes católicas.

De acordo com a Sra. Benta dos Santos, quando abriu a Igreja protestante,

> "quando inauguraram a Igreja o povo gostou. A sociedade era toda Católica, mas não houve nem briga, nem confusão, não. Cada um escolhia a lei que queria, né!?! O povo daqui toda vida foi um povo inteligente, não brigava por essas coisas não, mulher! Olhe, aqui mesmo não tinha cigano não, mas de vez em quanto aparecia um. E você está pensando que o povo achava ruim, achava não. O povo achava era bom. O povo gostava deles, mulher! Eles passavam nas casas lendo a mão do povo, mentindo [risos] ganhando dinheiro..., o povo nem ligava. Basta!" (SANTOS; 2004)

Na década de 40 muitas foram as novidades trazidas pela "modernidade". Nesse período, registra-se a chegada das primeiras geladeiras a gás e, antes disso, o advento do gelo, que foi muito festejado entre os populares que nunca haviam imaginado algo daquela espécie. Era portanto, o "novo" causando impactos na vida dos pombalenses.

Conforme a Sra Benta Carneiro dos Santos, a primeira vez que trouxeram

> "gelo aqui pra Pombal, eu não lembro a data direito não, foi nos anos 40. Vinha de caminhão, nuns caixões grande, e as pedras eram bem grande, coberta com pó de madeira. Não vinha de trem não, vinha de caminhão. Aí não tinha aquilo aqui, todo mundo ficou admirado. Os homens que traziam davam um pedaço a cada um de nós, aí era aquela farra. Agente pegava o gelo, botava na boca, jogava pra cima, jogava pra o outro, passava no corpo, pra gelar, botava na boca novamente, era divertido [risos]." (SANTOS; 2004)

Se por um lado o progresso valorizava a instituição do "belo", do "civilizado", por outro, incentivava a destruição do "velho", tudo o que não combinava com o novo modelo urbanístico deveria ser expulso dos centros das cidades.

Segundo Sandra Jatahy, o conjunto das

> "intervenções urbanísticas não se resumiu ao traçado da cidade, mas pretendeu penetrar fundo nas socialidades e valores do povo. Assim, a uma deliberada atitude de expulsão dos pobres do centro da cidade motivada (...) pela destruição de antigas ruas, seguiram-se proibições de hábitos e costumes populares, numa verdadeira arremetida disciplinatória (...) Buscava-se eliminar da vista a pobreza, que, por convicção da elite, era suja e perigosa. Se o centro era o cartão de visita, as camadas populares, desalojadas, deveriam ir para os subúrbios." (2002:p. 176).

O desenvolvimento da cidade, promoveu a abertura de novas ruas e avenidas, expulsando os pobres para áreas cada vez mais distantes dos centros das urbes.

É importante abordar que embora tenha havido intensas transformações tecnológicas, arquitetônicas e culturais, não existia em Pombal, em fins da década de 40, um perfil efetivamente moderno. As mudanças implementadas, eram somente indícios de um processo modernizante, caracterizado por pequenos avanços tecnológicos e arquitetônicos.

---

[i]. Segundo LE GOFF " a modernidade é (...) a ideologia do inacabado, da dúvida e da crítica.(...) é também impulso para a criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência para o academismo". (1996: p. 190) Já por modernização, devemos compreender os processos sócio-econômicos decorrentes da modernidade desejada. Caracterizada pela implantação do "novo" e pela conservação dos antigos valores.

A dimensão trágica da luta pela anistia*

Prof. Dra Heloisa Greco

"Um dos mais cruéis exercícios da opressão é
a espoliação das lembranças".
Eclea Bosi

A proposta desta comunicação é resgatar a importância da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, empreendida pelos Comitês Brasileiros de Anistia / CBAs, juntamente com o Movimento Feminino pela Anistia / MFPA, os presos políticos e os exilados, na segunda metade da década de 1970, e seu saldo político, cujos efeitos se estendem ao longo dos últimos 20 anos. A discussão se dará a partir das seguintes questões, de resto muito simples:

Qual o real significado deste movimento e qual o seu alcance? Qual a sua singularidade? Qual a sua atualidade?

A luta pela anistia, apesar de ser considerada pela maioria dos autores ponto nevrálgico do processo político então em andamento, é abordada pela copiosa e importante literatura existente sobre o período apenas tangencialmente e quase exclusivamente na perspectiva do *instituído*, enfoque de recorte nitidamente conservador: o que prevalece é o jogo parlamentar, como se não tivesse havido sujeitos – logo, ação - fora do espaço institucional, o que contrasta de maneira gritante com a evocação daqueles que participaram do *acontecimento*.

Hoje, mais de quarenta anos depois da instalação de uma das mais longevas ditaduras militares do Cone Sul do continente, nos deparamos perplexos com certa historiografia que, mais do que conservadora, chega a ser reacionária, aquela que sugere que a direita e a esquerda tenham sido igualmente responsáveis pelo golpe. Há nesta concepção questão de fundo que parece muito grave : ignora-se ou criminaliza-se o

movimento e as lutas da sociedade - a capitulação diante da *história oficialmente correta*[i] é escancarada.

Ao contrário do que tem sido a tendência da produção acadêmica, no entanto, vou tratar aqui da história do ***instituinte,*** não do ***instituído***. Assim, o que defendo é que, na luta pela anistia, a iniciativa política está com a sociedade civil organizada, não com o Estado ou com a *institucionalidade* – os sujeitos ou os atores principais são os militantes das entidade de anistia – os CBAs e o MFPA -, os exilados e os presos políticos. O *locus* desta iniciativa, o lugar da ação e do discurso ou, melhor ainda, o lugar da história, é a esfera ***instituinte*** no marco da recuperação da cidade enquanto espaço político – é esta a perspectiva que proponho a partir da qual a história deve ser contada, em contraposição ao espaço ***instituído*** ou á esfera do ***institucional.***

O MFPA surge em 1975; os CBAs começam a se articular em 1977, entram em cena em 1978 e se tornam, então, a grande referência de luta direta contra a ditadura militar. Eles se apresentam como o único movimento legal, de frente, organizado nacionalmente, cujo objetivo declarado é o enfrentamento direto da ditadura no seu arcabouço ideológico, a Doutrina de Segurança Nacional, que tem como núcleo duro o binômio violência e terror: a representação mais genuína ou, melhor dizendo, a instituição central do Estado de Segurança Nacional, instituído pelos militares a partir do golpe de 1964, é a tortura.

Hoje, mais de 25 anos depois da *anistia parcial* , continuam valendo os princípios programáticos do movimento pela anistia. Esclarecimento das mortes e *desaparecimentos políticos*, responsabilização do Estado e punição dos torturadores e assassinos de presos políticos, desmantelamento do aparelho repressivo, abertura irrestrita dos arquivos da repressão, denúncia da violência policial, luta contra todas as formas de repressão, interlocução prioritária com o movimento popular, recuperação da cidade enquanto espaço de exercício da cidadania: é este conteúdo político do legado

do movimento pela anistia o responsável pela sua dimensão matricial. Em outras palavras: exigência de verdade / direito a memória. É também na disputa desigual pela hegemonia a partir desse formidável legado que devem ser buscadas as raízes do esvaziamento da luta pela anistia.

A hipótese que quero discutir aqui é que esta leva às máximas consequências a tensão compreendida na dialética *memória / esquecimento*, o que lhe imprime caráter matricial : pela primeira vez, no Brasil, um movimento social assume aberta e explicitamente como bandeira de luta e conteúdo programático a construção de uma *contramemória* e um *contradiscurso* referenciados no resgate da memória do terror a partir da perspectiva daqueles que não apenas sofreram, mas, sobretudo, combateram a sua opressão. Tal procedimento engloba também o resgate da memória da luta contra o terror e dos projetos e possibilidades de futuro nela contidos e vencidos. Neste caso, dar combate à *memória do vencedor* é condição imprescindível para que o discurso, a prática e a memória da luta sejam elevados à condição de história.

São dois os núcleos que determinam a *novidade essencial* do movimento e, ao mesmo tempo, determinam a sua vocação instituinte e representam suas dimensões fundacionais. Eles constituem a essência do movimento, simultaneamente a centralidade e a transversalidade da sua dinâmica, a saber:

- o estabelecimento de princípios de gramática própria - ou de linguagem própria - de direitos humanos a partir da consolidação de um *contradiscurso* referenciado na luta contra o *terror* instituído pela ditadura militar e nos esforços mobilizados para a popularização da bandeira da Anistia Ampla Geral e Irrestrita; e
- a inauguração de movimento de memorização que compreende a construção de uma *contramemória* em oposição ao exercício de *espoliação das lembranças* que está na base da memória institucional.

A luta dos CBAs não se dá em nome de projeto corporativista, localizado ou molecular, não se trata de reivindicações específicas encaminhadas por determinada categoria profissional ou determinado segmento social – o que se busca, ao contrário, é a organização de um movimento disposto e apto a atingir a ditadura no seu próprio âmago. Esta é encarada por eles não como um interlocutor a ser cobrado, mas como o inimigo a ser combatido. A interlocução estabelecida pelo movimento pela anistia é com a sociedade organizada, com as esquerdas, com as oposições – seu aliado preferencial é o movimento popular, com o qual vai procurar o tempo todo firmar organicidade mais consistente. A sua *estratégia de popularização* introduz a questão do combate à violência policial enquanto violência política, buscando combinar dialeticamente suas bandeiras históricas com a *defesa do movimento operário e popular* e a luta contra todas as formas de repressão.

O movimento de memorização forjado na luta pela anistia, ao emergir dos subterrâneos superando a condição de não-dito ,[ii]ao passar da resistência à ofensiva política, é elevado à condição de direito e de exigência, para muito além da simples reivindicação – exigência de verdade / direito à memória. Neste embate, a dimensão do político é magnificada e o caráter instituinte do movimento torna-se irreversível: o registro da disputa pelo direito à memória entendida como direito a ser conquistado na luta – o direito ao passado enquanto dimensão básica de cidadania , como propõe Maria Célia Paoli[iii] - mostra-se irredutível a toda e qualquer tentativa de enquadramento, domesticação ou institucionalização.

A própria palavra *anistia* contém dialeticamente as duas polaridades em questão - *memória e esquecimento* -, que nela estão emblematicamente sobrepostas: *anamnesis* (reminiscência) e *amnésia* (olvido, perda total ou parcial da memória) aí se cruzam em permanente tensão. Se, de um, lado, a etimologia - do grego *amnêstia,* de *amnêtos* "olvidado"[iv] - remete ao segundo termo do binômio (esquecimento, olvido), esta

acepção pode ser ou confirmada, ou desmentida e superada pelo seu conteúdo político historicizado, trazendo à tona o primeiro termo da bipolaridade, a ação de trazer à memória ou à lembrança.

Colocam-se como contendoras duas concepções opostas e excludentes:

- **o projeto do movimento pela anistia,** que eu passo a chamar de ***anistia/anamnese - memória instituinte*:** anistia como *resgate da memória* e direito à verdade – **Anistia Ampla Geral e Irrestrita,** que compreende reparação histórica, luta contra o esquecimento e recuperação das lembranças*;* e
- **projeto da ditadura** , ou , ***anistia/amnésia - memória instituída*, anistia parcial**, sinônimo de *esquecimento* e *pacificação:* conciliação nacional, compromisso, concessão, consenso – leia-se certeza da impunidade.

A Lei 6683 de 28 de agosto de 1979 – a lei de anistia parcial – é a representação positivada da *anistia / amnésia*. – da estratégia do esquecimento. Ela reflete exemplarmente a lógica interna de sua matriz – a Doutrina de Segurança Nacional – sobretudo através de três dos seus dispositivos: a pretensa e mal chamada reciprocidade atribuída à inclusão dos chamados *crimes conexos*; a exclusão dos guerrilheiros; e a declaração de ausência. A reciprocidade constitui balão de ensaio que acabou se tornando senso comum: a anistia – parcial e condicional para os opositores do regime – foi total para os torturadores e agentes da repressão antes mesmo de qualquer julgamento, apesar da evidente aberração histórica e jurídica aí contida; a cultura da impunidade e a consolidação da tortura enquanto instituição são seus subprodutos mais importantes. **A** exclusão dos guerrilheiros reitera a cristalização do conceito-chave de *inimigos internos e a necessidade de sua eliminação.* A *declaração de ausência* é tentativa de resolver assepticamente por decreto a questão dos *desaparecidos políticos*, categoria fabricada pelos militares para designar aqueles que foram assassinados, geralmente sob tortura, cujas mortes não foram assumidas pelo Estado. Suas famílias,

no lugar do direito ancestral de enterrá-los, teriam direito à presunção de suas mortes através do recurso ao atestado de ausência.

Ao rejeitar categoricamente a anistia parcial e insistir na continuidade da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita – *"Agora é na rua: a luta continua!"*- os CBAs confirmam a sua *vocação instituinte*, o seu caráter político e consolidam este movimento de memorização que estou chamando de *anistia / anamnese.*

A produção do esquecimento e a consequente manipulação da memória coletiva foram levadas às máximas consequências nos vinte e um longos anos de ditadura militar e têm sido devidamente sedimentadas nestes igualmente longos vinte anos de (ainda) *transição controlada.* No pós-64, torna-se cada vez mais agressiva a prática de se atribuir ao Estado e seus controladores o monopólio da condução e da produção da história. Sua efetivação é a *estratégia do esquecimento*, dispositivo de dominação adotado pela ditadura como *método de governo* na mesma lógica que a tortura o fora: como parte integrante do projeto político de desmonte radical da esfera pública e sujeição da sociedade, logo, instrumento de interdição do exercício da política enquanto tal.

O controle da memória tratado como *questão de Estado* - do qual a lei 6683/79 é completa representação positivada - continua a seguir seu curso no Brasil de 2005. Não há como negar que a *anistia / amnésia* tem sistematicamente sobrepujado a *anistia / anamnese* , o que é garantido pela "diluição da memória coletiva dos eventos da repressão"[v] praticada também pelos governos legalmente constituídos desde então e reforçada pela longevidade e pelo caráter 100 % conservador da transição política, mais uma transição sem ruptura. Este processo imprime marcas renitentes, que têm se mostrado mesmo indeléveis, cicatrizes da estabilização da história articulada sob o signo da *anistia / amnésia*.

A abertura dos arquivos da repressão parece ainda remota, o que configura exemplo expressivo da eficácia da *estratégia do esquecimento*. O direito à informação sofreu recentemente mais um duro golpe. A Lei dos Arquivos, de número 8 159/ 91, regulada pelo decreto 2 134/97, já é bastante rigorosa ao fixar em sessenta anos (30 anos prorrogáveis por mais 30) a restrição a "documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado". Pois bem, no apagar das luzes do governo Fernando Henrique Cardoso, foi baixado o decreto 4 553, de 27 de dezembro de 2002 , que torna permanente o sigilo dos documentos classificados como *ultra-secretos*: cinquenta anos com renovação por tempo indeterminado, ou seja, *ad aeternum.* Tal decreto foi elaborado no Gabinete de Segurança Institucional, pelo general Alberto Cardoso. O mais grave é que o governo Luís Inácio Lula da Silva resolve manter a medida, apesar da flagrante inconstitucionalidade (decretos não têm força de lei, eles regulamentam leis) e do caráter obscurantista dele. Mesmo agora, com toda a comoção provocada pelo episódio das fotos dos porões da ditadura, fez-se apenas *revisão* do decreto do sigilo eterno através da Medida Provisória 228 – aprovada em 15 de março de 2005 - quando o que interessa é a sua revogação e, mais ainda, a abertura dos arquivos sem mais delongas, o que depende exclusivamente da vontade política do presidente da República. Tal medida provisória mantém a essência e a inconstitucionalidade do decreto 4553/2002: ela institui comissão interministerial (que inclui as Forças Armadas) que regula a acessibilidade dos documentos, podendo negá-la "enquanto for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".[vi] Em outras palavras: está mantida a figura esdrúxula e absurda do sigilo eterno Trata-se do coroamento de duas décadas de pressões militares voltadas para a preservação da *estratégia do esquecimento* – é a *anistia / amnésia* seguindo o seu caminho.

Assim, os contornos do que eu chamo de dimensão trágica da luta pela anistia vão ficando mais nítidos no processo de consolidação da hegemonia política da *anistia/*

amnésia, e acabam por revelar que ao longo dessa história mais um tesouro está se perdendo - e aqui recorro a Hannah Arendt - "não mercê das circunstâncias históricas e da adversidade da realidade, mas por nenhuma tradição ter previsto seu aparecimento ou sua realidade, por nenhum testamento o ter legado ao futuro" ... - ele está se perdendo pela ação do olvido, por "*um lapso de memória que acometeu não apenas os herdeiros como, de certa forma, as testemunhas"...*[vii] Seus componentes são muito semelhantes àqueles do *tesouro perdido* pelo poeta René Char ao fazer a passagem de volta da memorável experiência de republicanismo radical da Resistência Francesa para a "*opacidade triste* de uma vida particular voltada apenas para si mesma", como foi descrito pela autora no belo prefácio de *Entre o passado e o futuro*.[viii] O que está em risco nos dois casos é o próprio espírito de contestação – ou do dissenso - que tem a mesma marca do *espírito revolucionário* mencionado por Arendt em outro trecho. Trata-se da virtude republicana que leva à criação do espaço público onde a política pode ser praticada, ou onde "a liberdade possa aparecer"...

---

[*] Esta comunicação foi elaborado a partir do cap. 10 da tese de doutorado da autora: *Dimensões fundacionais da luta pela anistia.*

[i] Tomei emprestada a expressão de E.P. Thompson.

[ii] POLLACK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos históricos,* Rio de Janeiro, 1989/3, p. 9.

[iii] PAOLI, Maria Célia. "Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, M.P. da (org.). *O direito à memória*. Sãso Paulo: Depto do Patrimônio Histórico, 1992, p. 25-28. V. tb., na mesma obra: CHAUÍ, Marilena. "Política cultural, cultura política e patrimônio histórico". In: CUNHA, M. Clementina Pereira, op. cit., p. 39-40.

[iv] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio Novo dicionário***,** p.92.

[v] CARDOSO, Irene. "Memória de 68: terror e interdição do passado". *Tempo Social,* Revista de Sociologia da USP, vol. 2, n. 2, 2º semestre 1990, p.105.

[vi] *Folha de São Paulo*, 20 de abril de 2003, "Lula mantém sigilo 'eterno' de documentos". P. A10.

[vii] ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro***,** p.31.

[viii] ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.*, p. 28-32.

A encarnação do destino mítico da nação alemã

Henri Arraes Gervaiseau

*Como a história é possível a priori? Resposta: quando aquele que faz as predições realiza e organiza ele mesmo os acontecimentos que anunciou com antecedência.*I. Kant.[i]

Em 1933, o peso político e eleitoral dos partidos de esquerda na Alemanha ainda era grande. Se, nas eleições de 5 de março de 1933, os nazistas conquistaram a vitória com 17 milhões de votos, os partidos marxistas obtiveram nada menos que 12 milhões de votos. A eleição confirmou a ausência de um consenso político em torno do programa do NSDAP no seio da população. Em 1934, à ausência de consenso somava-se uma cisão muito grave no interior do movimento nazista. Rœhm, antigo organizador das milícias da SA, pressionava Hitler a executar um programa social em benefício das massas. Para isso, ele se aliara a antigos adversários do Führer. A reação de Hitler foi fulminante: ordenou a execução de Rœhm e de seus aliados, assim como a de 77 chefes da SA. Sua ordem foi executada no dia 30 de junho de 1934, na chamada "noite dos longos punhais". Após esse expurgo, tornava-se necessário provar à Alemanha e ao mundo que o Führer tinha novamente sob seu poder o conjunto das organizações nazistas e dispunha do apoio da população e do exército. Em outros termos, que ele conseguira estabelecer, em torno de si, a unidade necessária para conferir à Alemanha a posição de grande potência.

Em função desse objetivo, foi decidido atribuir um caráter excepcional ao Congresso do Partido Nazista de 1934, em Nuremberg. Era necessário que a reunião prevista se transformasse em um acontecimento de importância histórica. De comum acordo com Goebbels, Hitler decidiu que o Congresso seria objeto de uma encenação espetacular, que contaria com centenas de milhares de figurantes e da qual ele seria a "estrela". O culto que se tratava então de erigir ao Führer devia ter uma dimensão verdadeiramente mítica para poder provocar a identificação das massas à sua figura e,

assim, estimular sua participação ativa no advento da nova era que o filme de propaganda a ser produzido tinha por objetivo anunciar.

A aspiração mística do projeto se encontra exposta no próprio título dado ao filme: *O Triunfo da vontade*. O título do filme retoma o do Congresso e tem relação direta com uma das principais idéias do teórico nazista, A. Rosemberg: "*A arte germânica é ação, isto é, vontade posta em forma".* Como bem observou J. Magny, a idéia da retomada do título é salientar que uma vontade de *mise en forme* idêntica preside à organização do Congresso e à elaboração do projeto cinematográfico".[ii] Para provocar a adesão popular, tratava-se de *projetar* o futuro do movimento nacional-socialista no espírito do espectador a fim de que ele parecesse ser "*o rio inesgotável das possibilidades infinitas de uma criação sempre nova*"[iii] que levaria à realização efetiva do mito do Reich de mil anos. Era necessário, ainda, que as pessoas acreditassem que o Reich de mil anos não poderia ser construído sem sua participação efetiva.[iv] O projeto cinematográfico subjacente a realização do filme retomava a idéia, própria aos nazistas, da potência criadora do mito.[v] Tratava-se, para os dirigentes do Reich, de despertar essa potência, de colocá-la em ação por meio da adesão ativa, mística, total do povo alemão.

Lembremos que para Rosemberg, a sujeição do povo à crença não depende apenas de uma técnica de eficácia. É também medida de verdade, pois a relação mística das massas com o mito deve decorrer de uma experiência vivida. Daí a necessidade, como salientam Labarthe e Nancy, de uma exteriorização da ordem mítica por meio de um conjunto de símbolos que são igualmente materializações do sonho: suástica, uniformes, saudações, paradas, rituais, calendários etc. Ainda segundo Rosemberg, é próprio da natureza do mito à personificação em uma figura, em um tipo que se destaca de um cenário. Para ele, essa figura é sempre limitada e essa limitação é dada pela raça que provém da terra e do sangue. Ela é ariana, porque os arianos são portadores do mito solar próprio do povo do Norte — daí, entre outros, os símbolos da suástica e da

águia, rei dos pássaros, personificação do Sol (que só ele, diz-se, fixaria sem queimar os olhos). A operação que o filme realiza, nesse contexto, é a de designar Hitler como sendo a mais acabada encarnação do poderio do tipo ariano, através do qual o povo alemão apossa-se da idéia de si, identificando-se como povo eleito.

O mito solar nazista, salientam Labarthe e Nancy, é o da força do Sol. Essa força, que faz jorrar as formas, engendra a potência original do tipo ariano, fundador da civilização. Para os nazistas, os grandes arianos da antigüidade são os gregos. Para eles, o povo grego é, antes de tudo, aquele que produziu o mito como desejo da forma. Ë por isso que a produção da obra de arte (a realização do filme projetado) e a construção do Estado nacional-socialista (o Reich de mil anos, objetivo final do Congresso) podiam ser igualmente consideradas como resultado de uma realização (de um triunfo) do mito (da vontade).

Através da organização do Congresso e da realização do filme operava-se uma projeção espacial da vontade política do Fuhrer. A organização do espaço tornava possível a confrontação da horizontalidade das massas humanas subjugadas pela verticalidade dos edifícios, prova material do poderio excepcional da vontade do chefe supremo da nação. Efetivamente, como salienta Delage — que retoma as observações de Deleuze sobre a composição geométrica do quadro — o espaço organizado em Nuremberg foi estruturado como uma composição em paralelas e em diagonais, "na constituição de um receptáculo tal que as massas e as linhas da imagem que vêm ocupá-lo encontrarão um equilíbrio e seu movimento uma invariável...O quadro preexiste ao que vem nele se inscrever e já determina a posição carismática do Führer, sempre visto em *contre-plongée*, só ele podendo ser o centro de irradiação ante a multidão estritamente alinhada e submissa..."[vi]

A exaltação, por Goebbels das potencialidades redentoras do regime, é apresentada, no filme, como resultante de uma adesão exaltada do povo a esse mesmo

regime. A metáfora usada por ele, no filme, joga com a idéia da força e a luminosidade da crença, do *entusiasmo* — e sobre a verdade da emoção que ela carregava — a fim de legitimar a própria idéia da *propagação*.

Em seu discurso final aos congressistas, na ultima seqüência do filme, após ter observado que a longa duração do Reich era virtualmente possibilitada pela sucessão de gerações, Hitler enfatiza que a existência *atual* desse Reich depende da força do partido, força que, em si, é função de uma intensidade de adesão dos militantes, de um *triunfo* de sua *vontade ativa* de adesão.

E esta adesão é antes de tudo uma adesão à figura do Fuhrer, como demonstra de forma cabal a seqüência oito, que celebra o encontro de Hitler com o corpo de elite do movimento nazista.. Primeiramente, Hitler associa a resolução do destino trágico do povo alemão à dinâmica do movimento nacional-socialista. Em seguida, assimila esse movimento ao aparelho dirigente do Partido — portanto, a si próprio — para poder posar como *livre criador absoluto do III Reich*, e, por conseguinte exaltar a participação dos manifestantes na edificação do novo regime. Pouco depois, Hitler atribui uma origem divina à missão do movimento do qual acaba de profetizar a vitória: *"Seria um crime abandonar aquilo pelo qual combatemos e que conquistamos ao custo de tantos esforços, lágrimas, sacrifícios e privações. Não podemos abandonar algo que se tornou o objetivo e a razão de nossa vida. Temos uma missão muito elevada. Essa missão não nos foi atribuída por um mestre humano, mas pelo senhor que criou nossa nação*". Observemos a ambigüidade que macula a utilização do pronome *nós,* que designa, em primeira instância, o movimento nacional-socialista. Foi a esse movimento que o "*senhor*" atribuiu a elevada missão de dirigir o processo de unificação da nação alemã.

Riefenstahl sugere, pela *mise en scène* do discurso e pelo jogo sutil da alternância de imagens, que a atribuição dessa missão ao movimento autoriza uma assimilação da figura do orador àquela do senhor, do qual ele constituiria uma espécie de emanação. No

início da primeira frase desse segmento ("Seria um crime..."), vemos Hitler de perfil, solitário sobre o palanque, em plano americano, destacado da obscuridade que o cerca por um canhão de luz do qual percebemos os contornos na tela, por trás de seu corpo. No meio da frase, breve inserção de um plano geral que mostra, em *plongée*, o Zeppelinfield, com o palanque à frente. Depois, antes do fim da frase, retorno sobre o plano anterior do Führer. O fim da frase provoca uma intensa ovação, durante a qual Riefenstahl insere um plano geral da assembléia: um canhão de luz perfura a obscuridade e ilumina intensamente a parte esquerda da tela, revelando uma fila de espectadores que fazem com entusiasmo a saudação nazista. Retorno, durante a ovação sobre Hitler, no mesmo quadro, depois, no mesmo movimento, a partir desse ponto, breve panorâmica da parte inferior do palanque à esquerda, que nos mostra uma fileira de bandeiras nazistas com as suásticas fixadas sobre seus mastros. Quando, após a ovação, Hitler começa a segunda frase ("Não podemos abandonar..."), nós o vemos de perfil, em close. Depois, logo em seguida a essas últimas palavras, uma lenta panorâmica parte de um grupo de bandeiras vistas em plano próximo e nos mostra, em pleno quadro sobre a tela, à sua chegada, a imensa águia intensamente iluminada que encima o palanque, exatamente no momento em que o orador fala da "*missão muito elevada do movimento*". Imediatamente depois, antes que a última frase seja pronunciada, um plano geral nos revela a imensa perspectiva do Zeppelinfield mergulhado na sombra. A águia imperial se destaca na obscuridade, em segundo plano do quadro. Vemos agora suas garras, pousadas sobre uma imensa cruz gamada. Depois, quando Hitler nega a origem humana da missão ("Essa missão não nos foi atribuída..."), Riefenstahl insere um plano de conjunto de composição muito elaborada. Colocando, ao que parece, a câmera a nível do solo, a cineasta dispôs, sobre os dois lados do quadro, uma fila de porta-bandeiras a fim de que as diagonais escuras formadas por suas silhuetas convergissem em direção ao centro do quadro, onde se encontravam o palanque e o orador. Graças ao dispositivo de iluminação utilizado, um triângulo luminoso

irradia desse centro, de baixo para o alto, para dar a impressão de que é de Hitler que emana a luz. Imediatamente depois, com a referência ao senhor ("...mas pelo senhor...") retorno em *plein cadre* sobre a águia e desse ponto, acompanhando uma nova ovação da multidão, panorâmica sobre duas imensas bandeiras nazistas.

Cabe ressaltar a retomada, noutra chave, na ultima seqüência, da idéia da delegação da missão ao Furher, através da montagem das duas intervenções finais. Ao concluir a sua fala, Hitler conclama os congressistas e estabelece uma série de equivalências entre o regime nazista, a nação e o povo alemão: "*Portanto, nesta noite, façamos com clareza o voto de não pensar senão na Alemanha, na nação, no regime, no povo alemão, e pensar neles a todo momento e em todos os dias. Para nosso povo alemão*. *Sieg heil! Sieg heil! Sieg heil!*". Em seguida, Hess, um dos principais dirigentes nazistas, dispara a última série de equivalências, concluindo o evento com um frase telegráfica que resume a idéia principal do filme, do Congresso e do regime: "*O Partido é Hitler, mas Hitler é a Alemanha e a Alemanha é Hitler."*

A idéia de fazer com que as massas sentissem a força do mito que encarna a idéia do tipo eleito da raça superior, originado no solo e no sangue, bem como a operação de designação do Führer como a mais acabada encarnação da potência do tipo ariano encontravam aqui sua realização.

Parece útil lembrar, antes de concluir, a inversão subjacente a uma afirmação feita por Hitler em um momento anterior deste seu último discurso: o povo não exprime sua *vontade soberana* através da eleição de *representantes* nos postos do poder, ele se submete à vontade daqueles que se consideram não somente os melhores, mas os *únicos* verdadeiros intérpretes de suas aspirações. Para os nazistas, efetivamente, não se tratava de modo algum — como para os fundadores do romantismo alemão, dos quais reivindicaram inconsideradamente a herança— de abolir "a separação entre os que pensam sem sentir e os que sentem sem pensar"[vii]- mas sim de produzir a impressão que

aqueles que pensam, sentem e pensam *para* aqueles que sentem sem pensar, e que os eleitos — e em especial o Eleito — pensam *por* eles. O eleito é o detentor da idéia da comunidade. A massa que sente a idéia sem pensá-la tem a função essencial de irradiá-la em nome do eleito. Como Kosseleck salientou em outro contexto, *"o fato de os atores estarem ligados a um estágio final torna-se pretexto para um processo histórico que se furta ao exame dos que participam dele."*[viii]

Podemos compreender, agora, a razão da grande importância atribuída por Riefenstahl à construção, durante a montagem do filme, de uma arquitetura, de uma linha, e portanto, porque *era absolutamente necessário* que ela encontrasse a maneira de *unificar o todo*, conduzindo o espectador o mais progressivamente possível, *de acontecimento em acontecimento*, *de impressão em impressão*[ix]. Era necessário, como observou C. Zimmer, que o sentido que fora colocado a priori tomasse forma e se encontrasse encarnado, de forma visível e concreta, no próprio corpo da obra.[x] A estrutura do filme devia ser orgânica, para permitir que a idéia do desenrolar da história contemporânea da Alemanha fosse entendida como um processo único, progressivo e coerente e que, em última instância, exprimisse uma vontade de conformação do povo alemão ao seu destino. A *organicidade do todo* seria a expressão acabada da força que, tendo feito brotar as formas, tinha engendrado a potência original do tipo ariano. Como apontado anteriormente, o filme realizado devia ser uma *antecipação figurada* do triunfo da vontade de concretização formal da idéia do Reich de mil anos e, portanto, da finalização vitoriosa, pelos nazistas, da vontade de construção de um Estado nacional-socialista alemão.

O filme também mostrava o triunfo da vontade nazista de orquestrar todos os movimentos dos indivíduos dentro do espaço delimitado pelo poder, a fim de demonstrar a adesão da massa a seu líder e de simbolizar a potência de reunião das forças da nação

convocadas por esse mesmo líder. A vontade de conformação do real à imagem projetada, *a priori,* do acontecimento, tinha se estendido à própria estruturação do espaço.

BIBLIOGRAFIA

DELAGE, C. *La vision nazie de l'histoire à travers le cinéma documentaire du Troisième Reich*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1989,

INFIELD, G.B. *Leni Riefenstahl et le Troisième Reich. Cinéma et idéologie 1930-1946*. Paris: Seuil.1978

KOSSELECK, R**.** *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Editions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1990

LACOUE-LABARTHE,P. e NANCY, J.L.: *Le mythe nazi*. Paris: De l'Aube, 1991

MAGNY, Joel. *Triomphe de la "mise en scène" dans l'Allemagne nazie*. Cahiers du Cinéma**,** n°. especial *100 journées.*

RANCIÈRE, Jacques. L'Historicité du cinéma. in: BAECQUE, A e DELAGE, C.: De L'Histoire du cinéma. Paris: Éditions Complexe, 1998, pp. 45-60,

ZIMMER, Christian. *Cinéma et politique*. Paris : Seghers, 1974.

---

[i] Apud KOSSELECK, p. 50.
[ii] MAGNY, p. 48.
[iii]Trecho de uma declaração de Hitler a Rauschning, apud DELAGE, p. 130.
[iv] DELAGE, p. 122.
[v] Segundo LACOUE-LABARTHE e NANCY.
[vi] DELAGE, *op. cit.,* p. 218.
[vii] Sobre essa vontade dos fundadores do romantismo alemão, ver RANCIÈRE, in: BAECQUE e DELAGE, p. 55.
[viii] KOSSELECK, *op. cit.*, p. 33.
[ix] Na obra que publicou sobre a realização do filme, Riefenstahl escreve: "*Para obter uma arquitetura, uma linha, era absolutamente necessário que eu encontrasse, por instinto, a maneira de unificar o todo. Tinha de fazer com que o espectador fosse levado de acontecimento em acontecimento e de impressão em impressão, o mais progressivamente possível*". Apud. INFIELD, p.133. Para que o espectador pudesse ser levado de acontecimento em acontecimento, Riefenstahl dividiu seu filme em onze seqüências dotadas de uma relativa unidade temática. Para que ele pudesse acompanhar o próprio curso dos acontecimentos, e assim ir de impressão em impressão, cada uma das seqüências foi dividida em um número variável de segmentos, caracterizados por uma relativa unidade de ação.
[x] Ver ZIMMER.

Laboratórios de ensino e produção acadêmica: reflexões a partir da prática no LEMH.

Hudson Siqueira Amaro[1] - UEM

Pretendemos, com este trabalho, uma discussão sobre o papel que os laboratórios de ensino podem desempenhar na produção acadêmica a partir da reflexão fundamentada nos resultados das atividades desenvolvidas nos mesmos, as quais visam um aprimoramento na formação de profissionais do ensino de História, exemplificando com a experiência vivenciada no Laboratório de Ensino e Multimeios em História – LEMH do Departamento de História da UEM. Discorremos sobre a concepção de laboratório e a importância dos de ensino na formação de profissionais do ensino de história, para na seqüência apontar a contribuição do LEMH nesse processo. Para isso, iniciamos nossa reflexão avaliando o que é que garante a um espaço de trabalho ser considerado laboratório, procurando elencar características e critérios que definem esse status.

A idéia de laboratório como sendo um local repleto de frascos com substâncias borbulhantes e aspecto misterioso, onde um cientista amalucado, com jeito de desligado dos problemas do dia-a-dia com que se preocupam os demais mortais, de óculos grossos, vestindo um jaleco branco andando para lá e para cá pensativamente, ou com a cara enfiada nas experiências que realiza, absorto em elocubrações mirabolantes envolvendo fórmulas químicas ou matemáticas que as pessoas "normais" não entenderiam, em busca de soluções para problemas que assolam a humanidade não é a única definição de laboratório.

Lembrando que laboratório deriva de labor e laborar, podemos dizer que é um espaço onde se desenvolve trabalho de estudos, análises, testes de hipóteses, enfim, um lugar em que idéias são colocadas em prática, confrontadas com a realidade ou com amostras da realidade, de forma a compreender-se melhor algum problema, com o objetivo de trazer alguma contribuição para sua solução. Esses problemas, que a humanidade tenha se colocado, podem referir-se a algo que esteja

acontecendo (fenômenos sociais, de saúde, biológicos, climáticos, etc.), de algo que já tenha ocorrido (fatos históricos, arqueológicos, antropológicos, paleológicos, geológicos) ou de algo que possa a vir acontecer (engenharias genéticas, ciências puras, engenharia espacial, nuclear).

O fato é que ali trabalham profissionais preocupados com um determinado corpo de questões, que necessita de respostas, e, para encontra-las esses profissionais lançam mão de diversos instrumentos com o objetivo de dissecar o problema, analisa-lo em suas partes procurando entender como as mesmas interagem entre si, testando combinações entre partes do problema com outras idéias para ver quais dos diferentes resultados obtidos são mais satisfatórios frente às respostas procuradas.

O cientista, com jeito amalucado, concentrado em alguma experiência, cercado por vidrinhos contendo substâncias borbulhantes, soltando fumacinha ou passando por tubinhos retorcidos, pode ser usado como paralelo para se descrever o que se faz em um laboratório. Os vidrinhos e seus conteúdos são os materiais que tem a sua disposição para a análise do corpo problemático, os quais ele usa pautado em seu arbítrio, para misturar em dosagens diferenciadas e com materiais exógenos ao corpo analisado, em séries que possam lhe garantir certezas e, assim, verificar como os resultados dessas diferentes dosagens e misturas se relacionam ou explicam o problema que se quer compreender.

É isso que se faz em laboratórios: trabalha-se com idéias, manipulando-as, colocando umas em contatos com outras, entendendo-se os resultados dessas interações, e definindo-se o que se pode dizer daquele problema inicial após essas experiências/atividades todas. O que pode vir a trazer soluções, respostas satisfatórias, ou não.

Porém, esse trabalhar com idéias não é exclusividade dos laboratórios que se dedicam a compreender os meandros das ciências exatas, biológicas, ou das

engenharias. Trabalhar com idéias é prerrogativa de quem se dedica a compreender fenômenos/problemas que a vida lhe coloca pela frente, que a realidade necessita compreender, equacionar, entender o mecanismo de funcionamento, a forma como se dá o processo, portanto, das Ciências Humanas também.

Esses problemas/fenômenos que são estudados não necessitam ser visíveis, tangíveis, imediatos, mas são problemas que precisam ser compreendidos. Nem precisa ser de natureza físico-química, podem ser humanos (social, históricos ou antropológico). O importante é que quem estuda esteja dedicado a compreender o fenômeno em seus vários aspectos, entendendo como esses aspectos se interelacionam, como os resultados podem ser diferentes se os materiais, as idéias, os documentos, as fontes, forem diferentes, se os métodos de abordagem, a perspectiva de onde se visualiza o problema forem diferentes.

Isso se faz quando se estuda as ciências humanas. O laboratório do estudioso não está cheio de vidrinhos com substâncias perigosamente borbulhantes, mas está cheio de livros, dicionário, documentos escrito ou não, os quais podem ser perigosos dependendo do seu teor e a que fato/fenômeno se refiram, ou de quem esteja envolvido e citado nos documentos. Documentos esses que contêm idéias/informações, as quais, apontadas ou sonegadas na análise e nas considerações podem corroborar uma hipótese do estudioso ou nega-la. O trabalho em laboratório do estudioso nas Ciências Humanas é esse: debruçar-se sobre um fato procurando elencar todos os aspectos envolvidos, tentando compreender as relações entre eles e manipulando as idéias, teorias e materiais, a fim de verificar o que esses resultados esclarecem, trazendo luz ao problema, ou acrescentando outros problemas que o cientista não tenha aventado sequer.

Em um laboratório de ensino em ciências humanas faz-se isso tudo a respeito de questões que envolvem o processo ensino-aprendizagem. Em cursos de formação de profissionais as atividades em laboratórios contribuem para essa formação de

forma a coloca-los em situações monitoradas e controladas de determinados aspectos do referido processo, ou seja, uma amostra da realidade.Os projetos desenvolvidos nesses laboratórios oferecem conhecimentos extracurriculares, introduzindo os alunos nos procedimentos e trato de questões problemáticas, ao uso de métodos, manuseio de tecnologia, isto é, nos procedimentos da pesquisa. Isso tem e finalidade de ensinar aos alunos na prática, de forma visível, controlada, o que ele viu na teoria, testar hipóteses, confrontar teorias, pensando o processo ensino-aprendizagem.

Nos laboratórios de ensino dos cursos de licenciatura as atividades estão voltadas para oferecer aos alunos possibilidade de estudar problemas relacionados com o ato de educar, principalmente o processo ensino-aprendizagem, propiciando aos acadêmicos situações em que os mesmos tenham que refletir sobre problemáticas relacionadas ao ensino da referida área de conhecimento. Na verdade o que se faz é pesquisar o processo de ensinar e aprender, o que implica em formar profissionais mais qualificados, entendendo que passar por essas experiências durante a graduação proporciona aos profissionais melhor qualificação do que a daqueles que só cumpriram as atividades curriculares obrigatórias.

Vamos usar o caso do LEMH, um laboratório voltado para estudos relacionados ao processo ensino-aprendizagem em História, para analisarmos a questão dos laboratórios na formação de profissionais de uma forma geral nas ciências humanas e na história mais especificamente, na formação dos profissionais de ensino. Laboratórios voltados para a pesquisa ou para o ensino. O primeiro tipo até pode prescindir do segundo, mas o inverso não é verdade. Pode-se pesquisar em história sem a preocupação com o ato de ensinar o que se está pesquisando, mas não se pode estudar questões relacionadas ao ensino, sem considerar os resultados de pesquisas que possam contribuir para a compreensão do processo ensino-aprendizagem, não somente da área das Ciências Humanas, mas também

informática e tecnologia educacional, e, no uso que se pode fazer das mesmas no processo de ensino-aprendizagem de História. Pensar questões relacionadas ao ensino não pode ser confundido com dicotomizar pesquisa x ensino ou teoria x prática.

O Laboratório de Ensino e Multimeios em História - LEMH oferece aos alunos da graduação e pós-graduação treinamento para o exercício do ofício de professor de História em atividades como: preparação de material didático; exercício da docência em escolas da comunidade. Também está aberto para auxiliar professores da Educação Básica que necessitem de material ou discussão sobre o fazer pedagógico dos professores de História.

A intenção é que os professores do departamento de história, das diferentes disciplinas, desenvolvam projetos junto ao LEMH, procurando-o como espaço onde possam dialogar sobre o trabalho de ensinar história e a partir desses diálogos possam surgir projetos de atividades para auxiliar os alunos de educação básica a compreenderem melhor a disciplina de história, seus conteúdos e sua função na formação de cidadãos e, por conseguinte da sociedade. Que dessas experiências surjam artigos, trabalhos de pós-graduação, participação em eventos científicos, etc., ou seja, um incremento na produção acadêmica dos professores que se envolvam no trabalho do laboratório de ensino.

Os professores que fazem parte do LEMH desenvolvem pesquisas voltadas para o ensino de História: seja estudando como produzir material didático ou paradidático, temáticas específicas nos livros didáticos, políticas educacionais ou interfaces com outras áreas do conhecimento histórico, que resultam em artigos para revistas, dissertações, teses, livros ou capítulos de livros. Os professores que participam do laboratório de ensino também participam do curso de especialização em História das Religiões: fundamentos para o ensino e a pesquisa.

O professor Hudson Siqueira Amaro trabalha com políticas educacionais e ações de formação continuada para professores de História. Sua dissertação de mestrado trata do processo de capacitação docente que o estado do Paraná manteve entre 1991 e 1995 com vistas à implantação do currículo básico. A professora Isabel Cristina Rodrigues em sua dissertação de mestrado analisou como a temática indígena é tratada nos livros didáticos de História para a educação fundamental e atualmente estuda a educação indígena no estado do Paraná, o que tem resultado na publicação de vários artigos. Estes professores têm desenvolvido em conjunto estudos sobre a rede municipal de ensino na cidade de Maringá, o que resultou em capítulo de livro e artigos. O professor Reginaldo Dias está desenvolvendo pesquisa sobre a Revolução Russa a fim de publicar o resultado como livro paradidático. A professora Solange Ramos de Andrade David desenvolve pesquisas sobre História das Religiões e Religiosidade, orientando trabalhos de iniciação científica que buscam a interface dessa temática com o ensino, além de coordenar o curso de especialização em "História das Religiões e Religiosidade: fundamentos para a pesquisa e o ensino".

As pesquisas de iniciação científica desempenham papel fundamental na produção acadêmica, inclusive nos laboratórios de ensino. No caso o LEMH, atualmente estamos desenvolvendo pesquisas que visam aferir como tem sido o uso das imagens contidas nos livros didáticos de História para o ensino fundamental, como afloram nas salas de aula as afinidades dos professores pelas diferentes concepções historiográficas, como se pode utilizar os acervos do patrimônio histórico da cidade de Maringá no ensino de História, e também sobre uso do cinema para estudar história antiga.

Além da iniciação científica, os trabalhos de pós-graduação latu-sensu também demonstram quanto os laboratórios de ensino influem na formação profissional e também na produção acadêmica como a desenvolvida por Elisangela Volpato em que

trabalha com história oral para compor um quadro de Sarandi nos anos 50, a partir da visão dos membros de uma família que lá chegou no início do povoamento da cidade, o trabalho de Moisés W. Franciscon utiliza fontes jornalísticas para compreender a visão da revista Veja a respeito da dissolução do bloco socialista no Leste europeu entre 1989 e 1991. Edileuza Reis analisa a questão da escravidão nos livros didáticos para educação infantil.

A produção acadêmica realizada no âmbito do LEMH abrange ainda o aproveitamento da experiência dos professores do mesmo para a organização de material de uso didático tanto para Educação à distância como para educação de jovens e adultos.

Em suma queremos apontar a grande contribuição que os laboratórios de ensino oferecem para a formação profissional dos alunos para o suporte a atividades de pesquisa dos docentes e como resultado tem-se uma produção acadêmica que espelha o quanto a instituição de ensino superior valoriza as atividades de ensino, servindo de vitrine para a mesma, contribuindo para os índices estatísticos referentes à produtividade dessas instituições. São, pois, espaços imprescindíveis numa universidade ou faculdade que vise formar profissionais do ensino.

---

[1] Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do Laboratório de Ensino e Multimeios em História – LEMH.

Os Conflitos na Civilidade: Terrorismo Global e Relações Internacionais

Hugo Arend
Mestre em História pela PUCRS

O mundo mudou após o 11 de Setembro. Quanto a isto não parece restar dúvidas. Que aquelas mudanças dizem respeito aos mais variados aspectos da vida em sociedade também não parece novidade.

Desde os ataques aos Estados Unidos, o terrorismo voltou à cena acadêmica com força total. São publicados novos títulos sobre terrorismo, Oriente Médio, mundo árabe, islamismo, choque de civilizações, diariamente. Para o estudioso do terrorismo – assunto que envolve desde teorias psicanalíticas, passando pela teoria da comunicação até a teoria das relações internacionais – esta enxurrada de textos tem o problema de fazer dissipar algumas questões, banalizar outras e simplesmente deixar de lado uma outra vasta quantidade.

Para os estudos das relações internacionais, o 11 de Setembro também teve impacto significativo. Afinal, relações internacionais e terrorismo têm, desde meados do século 20, uma relação bastante íntima. Isto se deve ao fato do terrorismo ter passado de estratégia local para estratégia internacional. Vivemos uma nova etapa da escalada ao extremo. Enfrentamos o terrorismo como estratégia e problema global. Internacional e global não podem ser confundidos.

No entanto, os impactos e problemas que o terrorismo impôs após o 11 de Setembro ainda não foram profundamente teorizados. Não encontramos uma discussão profunda e crítica a respeito dos limites da teoria das relações internacionais para a interpretação do terrorismo.

Devido ao curto espaço aqui reservado, não empreendo uma revisão bibliográfica dos problemas que abordo. Uso este espaço para provocar, para instigar, para desestabilizar os leitores. Vejo demasiadas certezas nas teorias das relações internacionais. Quando as certezas estão por perto é porque a complexidade já foi esquecida.

Meu objetivo é justamente problematizar a questão do terrorismo global, do terrorismo extremo, do terrorismo de vitimação em massa – usarei indiscriminadamente estas três denominações –, à luz da teoria das relações internacionais com o intuito de abrir caminhos alternativos para a interpretação do terrorismo.

Defendo a tese de que a interpretação das potencialidades do novo terrorismo, do terrorismo extremo, passa por uma interpretação das potencialidades urbanas para a vitimação, sendo que estas potencialidades de vitimação em massa nas metrópoles não dizem respeito apenas a problemas locais, mas sim a problemas globais de segurança e violência. Estas relações entre as cidades e o global se solidificam a partir da velocidade das comunicações. Uma cidade não possui mais muralhas. Não há o dentro e o fora das cidades. Não há tampouco o dentro e o fora dos estados. Há apenas a cidade-mundo. Os problemas de cada uma são os problemas do globo. Da mesma forma, as civilizações de cada uma são as civilizações do globo. Há uma transformação evidente e inegável nas fronteiras e nos limites.

Desta forma, não podemos falar em *choque de civilizações*, como sugeriu a inebriante tese de Huntington. Os choques de civilizações existem e se tornarão cada vez mais freqüentes a cada dia. Alguns contatos serão pacíficos e frutíferos, mas serão ao mesmo tempo potencialmente destrutivos e instáveis. A intolerância triunfa mais seguidamente sobre a tolerância.

Os choques de civilizações acontecerão não *entre* estados-núcleos de civilizações diferentes como propõe aquele sociólogo norte-americano. Eles ocorrerão *na* civilidade. Ou seja, dentro das noções de segurança e confiança mútua que formam a base do convívio em sociedade. Assim sendo, uma teoria que interprete as potencialidades do terrorismo, bem como sua escalada ao extremo evidenciada no século 20, terá de abrir-se para outras teorias e outras disciplinas que fogem aos esquemas interpretativos e às categorias desenvolvidas por todas as escolas das relações internacionais.

Quais seriam, então, os problemas e as limitações das teorias das relações internacionais? Não há espaço para esmiuçar cada uma das escolas que abordam as relações internacionais. Parto, portanto, do que vejo como limites interpretativos das duas principais matrizes das relações internacionais, a saber, o realismo e o idealismo.

Os limites interpretativos dizem respeito à noção de que os problemas das relações internacionais dizem respeito quase que exclusivamente aos problemas dos estados. A teoria realista fundamenta seu ponto de análise na ação dos *guias* da política internacional: o soldado e o diplomata. Estes seriam os representantes das duas principais esferas através das quais a política internacional seria levada a efeito e, por conseqüência, através das quais seria interpretada: a diplomacia e a guerra.

No entanto, para os que pensam de acordo com o realismo – e seus números estão crescendo, uma vez que eles enxergam a política internacional como uma Machtpolitik, tendo nas recentes ações da administração George Bush seu modelo principal – a política internacional acontece na amoralidade. A moral é extirpada das relações internacionais. Cada estado agiria de acordo com seus próprios interesses. O estado mais forte sobrevive e comanda todos os demais. Os estados são, portanto, os atores principais nas relações internacionais. Desta forma, a soberania é um conceito fundamental para os realistas. A idéia de fronteira permeia todas as problematizações – de forma mais implícita do que explícita, diga-se de passagem.

São considerados como *pais fundadores* desta escola, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Um novo problema nasce com esta paternidade esdrúxula da escola realista. Como colocarmos Hobbes e Maquiavel como pensadores equivalentes em seus tratos das relações entre estados? Somente com superficialidade interpretativa dos escritos de Maquiavel e de Hobbes creio ser possível equipara-los quanto às suas interpretações do mundo das relações entre estados. Mas deixo esta discussão para outro momento.

A escola realista é fundamentalmente uma escola anglo-saxônica, apesar de ter influenciado pensadores pelo mundo afora. Dentre seus principais pensadores estão Hans Morghentau, Henry Kissinger, E. H. Carr, Raymond Aron e Paul Kennedy.

A escola idealista das relações internacionais seria quase a antípoda da escola realista. Os idealistas acreditam que os estados continuam sendo atores importantes nas relações internacionais, mas que, no entanto, eles não operam sozinhos no cenário internacional. Há também o exercício de empresas multinacionais, ONGs, organizações internacionais, blocos econômicos, etc. Os teóricos idealistas fundamentam suas idéias na noção de comunidade internacional. Na noção segundo a qual existe uma ordem internacional. O mundo internacional não é um mundo de pura anarquia, onde apenas os mais fortes dominam, desrespeitando acordos tratados e costumes. Para os idealistas, existem mecanismos mais profundos no sistema internacional que garantem o andamento de coisas. A ordem não é apenas estabelecida pelo canhão, mas também pelo sentimento de interdependência.

Esta noção provém mais recentemente da idéia kantiana de que os estados democráticos tendem a se unir em torno da manutenção de ideais como liberdade, justiça e paz. Nesta busca, os estados estão cientes de seus direitos e deveres na esfera internacional. Segundo a teoria idealista, em certas ocasiões, os mais fortes perdem para os mais fracos. Há vontades que não podem ser realizadas, mesmo pelo estado mais poderoso bélica e economicamente.

Os *pais fundadores* desta escola são Hugo Grotius e Immanuel Kant. Também não entrarei nos pormenores das diferenças de pensamento entre eles, embora acredite que elas sejam menores que as diferenças existentes entre os dois *pais fundadores* anteriores. Dentre os teóricos idealistas contemporâneos estão Joseph Nye e Robert Keohane e, de certa forma, Hedley Bull e Adam Watson – embora estes se classifiquem como neo-realistas.

Os problemas que surgem com esta divisão entre realistas e idealistas são imensos. Em primeiro lugar, se poderia afirmar que existem quatro grandes paradigmas das relações

internacionais: o realismo, o idealismo, a teoria da dependência e a teoria da interdependência. Pode ser. No entanto, acredito que tanto a teoria da dependência quanto a teoria da interdependência são mais subdivisões de duas matrizes mais amplas que seriam, em cada caso, o realismo e o idealismo. De qualquer forma, não é o momento para esta discussão.

Minha leitura dos paradigmas das relações internacionais é a de que *não existem paradigmas.* Partir de paradigmas só resulta em limitações e frustrações. Na maior parte das vezes, as limitações interpretativas surgirão das limitações intrínsecas a cada paradigma no que diz respeito às categorias que cada um possui para interpretar os fenômenos sócio-históricos. Pensar em termos de paradigmas é enganoso porque tendemos a pensar os autores como estando em perfeita sintonia com a matriz da escola com a qual os classificamos. O que se perde neste caminho é justamente a percepção de que cada autor, em seus escritos, se contradiz, muitas vezes fugindo dos pressupostos que ele mesmo havia estabelecido. Acredito que as contradições internas de cada autor e as contradições entre os autores considerados como membros de um mesmo paradigma nos sejam úteis na medida em que, a partir de seu reconhecimento, possamos interpretá-los individualmente. Esta leitura individual nos proporciona identificar suas potencialidades e suas limitações. A partir delas, é possível formar quadros conceituais apropriados para a interpretação de fenômenos que são sócio-historicamente complexos e que, por isso mesmo, não podem ser interpretados a partir dos quadros conceituais próprios de um único paradigma. O problema da interpretação do terrorismo global é fruto da incorporação de um objeto de pesquisa complexo em quadros interpretativos gerais que não comportam sua complexidade.

Estas limitações estiveram – e ainda estão – presentes na interpretação do terrorismo como problema desde antes do 11 de Setembro. A maior parte dos autores das relações internacionais considerava que o terrorismo seria o grande problema para o século 21 uma vez que os terroristas tenderiam a adquirir armas de destruição em massa. Esta aquisição colocaria em

xeque a ordem internacional. Esta noção está inclusa também na maioria dos relatórios de organizações internacionais e de governos que se preocuparam com o terrorismo.

O que o 11 de Setembro nos mostrou definitivamente – e que não foi ainda problematizado como o deveria – é o fato do terrorismo hoje não precisar mais adquirir equipamentos bélicos para vitimar em massa. Os terroristas podem apenas utilizar-se das estruturas urbanas, do movo de vida das metrópoles, para matar aos milhares e até aos milhões e também causar prejuízos de bilhões de dólares. Nos atentados de 11 de Setembro não foram utilizados equipamentos militares. Na realidade, o equipamento mais militarizado usado naqueles atentados foi a *internet*, que possibilitou uma rápida comunicação entre os terroristas.

No 11 de Setembro, meios de transporte foram jogados contra construções. Nada mais cotidiano do que isto. Acontece que o modelo de urbanização da vida ocidental tende a aglomerar, a concentrar pessoas. Tratava-se de aviões com capacidade para mais de 250 passageiros e prédios nos quais circulavam mais de 20 mil pessoas num mesmo momento. Esta potencial vitimação só era conhecida, até então, através do uso de equipamentos militares. O que o 11 de Setembro provou é que para o terrorista basta fazer bom uso da arquitetura para matar milhares. Aqueles atentados mataram mais de 3.500 pessoas, de mais de 180 nacionalidades. Tratou-se indiscutivelmente de um acontecimento de efeitos e perplexidades globais.

Outra novidade trazida à tona pelo 11 de Setembro foi o uso da imagem – como nunca antes – para causar o pânico geral. Ao ser visto por mais de 1 bilhão de pessoas, ao vivo, o 11 de Setembro tornou-se a primeira catástrofe testemunhada pela humanidade. Seus impactos sociais, políticos e econômicos transcendem os Estados Unidos. Não foram ataques contra os Estados Unidos: foram ataques ao sistema. Os envolvidos – vítimas, terroristas e espectadores – não fazem parte de nenhuma civilização específica, de nenhum estado específico; não respondem a *um* governo, a *uma* organização ou a *uma* religião. As fronteiras estão mais tê-

nues do que nunca. O mundo não é uma soma de estados com soberanias bem definidas. Trata-se de um mundo no qual noções de fronteira, soberania, proteção, confiança, estão em jogo.

Como interpretar tal mundo empregando as categorias próprias da matriz realista das relações internacionais? Quem são os *guias* da política internacional hoje? Qual seria o estado mais poderoso? Os Estados Unidos? Será que podemos considerar os Estados Unidos como estado poderoso se partirmos de uma noção de poder que não esteja apenas calcada na noção de econômico-militar, mas também na noção de poder como carisma, como modelo civilizacional?

Como interpretar os Estados Unidos como *um* estado civilizacional homogêneo quando seu próprio governo teve de esclarecer a população de que a resposta aos ataques não se tratava de uma guerra contra o islã, mas de uma guerra contra o terrorismo? Mesmo assim, agressões a muçulmanos, árabes, sikhs e a pessoas que se parecessem com membros destas etnias foram (e ainda são) uma realidade da vida nas metrópoles, não apenas nos Estados Unidos, mas no mundo todo. Como falarmos de estados-núcleos de civilizações quando temos conflitos dentro de cada *uma* (sic) das sociedades? Cada sociedade é, por essência, múltipla: ela é uma multiplicidade que não resulta da soma, mas do hibridismo constante, incontável.

Como aplicarmos a matriz idealista num mundo no qual os Estados Unidos e seus aliados passam por cima de instituições internacionais, da opinião pública internacional. lembremo-nos que, nos dias anteriores à invasão do Iraque, 20 milhões de pessoas mobilizaram-se em protesto contra a invasão? Podemos falar numa sociedade internacional calcada em valores humanitários de paz, justiça e ordem num mundo que nos parece tão caótico?

A verdade é que, se radicalizadas, nenhuma das matrizes das relações internacionais consegue dar conta dos problemas. Daí minha sugestão da promiscuidade metodológica. Acredito em leituras que fujam às tradicionais leituras das relações internacionais. Precisamos

entrar em contato imediato com a teoria da comunicação, fazer novas leituras da ciência política e da filosofia, por exemplo.

A teoria das relações internacionais não pode continuar ignorando o fato de vivermos num mundo no qual a velocidade da política foi indiscutível e irremediavelmente afetada pela velocidade das comunicações. Os efeitos desta mudança são política e filosoficamente gigantescos. Como pensarmos as noções de soberania e de estado num mundo no qual o tempo foi reduzido ao momento explosivo das telecomunicações? Os tempos de formulação, consulta e resposta, próprios da política liberal, já não mais existem, ou foram, pelo menos, alterados significativamente. Precisamos de contatos imediatos com os textos de Jean Baudrillard, Paul Virilio, Michael Hardt, Antonio Negri, Slavoj Zizek, David Harvey e Fredric Jameson. As implicações destes contatos imediatos para a teoria das relações internacionais é que neles estão contidas as pistas para interpretarmos as noções de sociedade, velocidade, confiança, poder e soberania, fronteiras e limites, que são a chave para a compreensão de nossa disciplina.

Se pensarmos os estados ainda como atores e guias das relações internacionais, devemos percebê-los dentro dos limites atuais da política. Hoje, os limites entre política interna e política externa são cada vez mais tênues. As relações que um governo estabelece com suas populações são as mesmas que ele estabelece com o mundo. A visibilidade total e instantânea proporcionada pelas novas técnicas de informação não permitem mais a intimidade.

As dúvidas são a nossa força, já nos ensinou o antropólogo Clifford Geertz. Entramos num período de muitas incertezas. Interpretar o terrorismo, em particular, e a teoria das relações internacionais, em geral, necessita, hoje, mais do que nunca, de uma maior abertura metodológica e conceitual. Estas breves palavras só podem instigar. Deixar no ar provocações, desestabilizações. Se eu tiver conseguido lançar mais dúvidas do que respostas, meu objetivo terá sido atingido.

ENSINO DE HISTÓRIA E RECURSOS AUDIOVISUAIS

Iandra Pavanati[1]

São apresentados os resultados desenvolvidos no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. O foco da pesquisa intitulada: *Professores de História: o processo de construção desses profissionais e a didática que incorpora o uso de recursos audiovisuais* incidiu nos professores que fazem uso de imagens visuais e sonoras em sua prática docente, isto é, localizaram-se depoentes que de algum modo conseguem superar as dificuldades cotidianas e ainda buscam alternativas na atuação profissional. Selecionados cinco *sujeitos-a-serem-pesquisados*[2], os quais se dispuseram prontamente a colaborar com o trabalho, buscou-se entender, por meio do convite à reflexão de suas vivências, o significado que atribuem ao uso de linguagens audiovisuais e como estas se tornaram significativas a tais *sujeitos-da-educação*, refletindo-se em suas práticas[3].

Para esse fim, contribuiu a categoria de *experiência* e, segundo os autores Edward Palmer Thompson[4], Jorge Larrosa Bondía[5] e Joan Scott[6], visualizou-se a atribuição de significados às práticas dos professores pelas suas *experiências* construídas desde a infância, pois, tal como estes três autores trabalham o conceito *experiência*, é possível elaborar uma concepção da qual os sujeitos são historicamente construídos. Portanto, cada sujeito percebe e narra as suas vivências de modo particular, uma vez que as *experiências* são aquilo que acontece a cada sujeito, que o toca e que é assimilado por ele em conseqüência de uma atitude reflexiva e disponível à transformação. Com isso, não é negada a dimensão da totalidade histórica na delimitação das ações e das vivências individuais, apenas, o conceito de experiência revelou, a esta pesquisadora, que as ações e vivências individuais não são o puro reflexo de uma ordem econômico-política.

Procedendo como o descrito no parágrafo anterior, foi possível reconhecer a infância e as vivências em família e na escola dos depoentes como momentos importantes à compreensão das suas práticas docentes, pois estes inscrevem significados a justificarem

muitas escolhas didáticas dos professores – as quais são anteriores à sua formação superior e influenciam também na escolha da profissão. No segundo capítulo, foram analisados estes momentos das vidas dos depoentes e percebeu-se que a rua era o espaço das brincadeiras, estando sempre presente outras crianças. Os depoentes, mesmo aqueles que vivenciaram a sua infância em centros urbanos, descrevem-na como ausente de preocupações com segurança, não havia violência e os pais não precisavam estar por perto enquanto estivessem brincando.

Alguns depoentes descreveram ter descoberto, ainda na infância, o prazer da leitura – que também era percebida como uma brincadeira, um lazer. Uma depoente apontou o desejo desde muito pequena em aprender a ler, por conviver com os irmãos mais velhos e que passavam horas defronte aos livros, que não tinham nem os atrativos das imagens tal como aparecem na literatura infantil. Isso estimulava a sua imaginação das maravilhas que deveriam estar escritas ali.

No entanto, os contextos de descoberta do gosto pela leitura são bem particulares. Dois depoentes não receberam da família o estímulo à leitura, mas esta passou a ser uma forma de superar, num caso, as interdições dos pais evangélicos às brincadeiras na rua e noutro caso a leitura ajudou a superar as frustrações com a escola muito disciplinadora.

Percebe-se, nesta pesquisa, em conformidade ao anunciado por Maria Isabel da Cunha[7], que apesar das famílias valorizarem os estudos, elas não influenciaram diretamente na escolha profissional dos depoentes. Segundo a autora “o encaminhamento profissional parece principalmente um aspecto muito relacionado à trajetória de vida” (p. 82). Nos depoimentos de dois professores, as vivências com os avós indicaram, em parte, suas escolhas pela profissão de professor, pois os depoentes descrevem casos e o modo como estes lhes eram contados, a estimularem as suas imaginações. No entanto, foi na escola e a partir da quinta série do Ensino Fundamental, em contato com as professoras de História, que estes casos dos avós adquiriram sentidos enquanto reveladores do gosto por esta área do conhecimento.

Há casos em que a descoberta do gosto pela profissão de professor também foi se delineando na escola, ainda nos seus primeiros anos. Uma depoente lembrou da acolhida e do carinho recebidos da primeira professora, e outra, do incentivo e estímulo às suas capacidades provenientes da professora da quarta série.

A partir das análises das lembranças da infância dos depoentes foi possível visualizar um conceito que emergiu da empiria e que se relaciona com a escolha daquilo que é lembrado: as **marcas de memória**. Estas propiciam aos depoentes selecionarem o que lembrar. Considerando os estudos de Ecléa Bosi[8], em que a autora parte do que os depoentes escolhem para ser perpetuado em suas vidas, **a categoria de marcas de memória**, que emergiu na presente dissertação, seria o ponto de onde partem os fios das lembranças, o ponto de partida dos *trabalhos de memória*.

Interpretando as descrições dos depoentes percebeu-se que as suas infâncias, enquanto vivências que ocorriam na rua e em companhia de outras crianças, eram lembradas positivamente. Por outro lado, quando as recordações dessa fase reportavam-se às relações dos depoentes com os adultos, a positividade daquelas infâncias passava a ser algo relativo e surgiam outros sentimentos, para além do prazer descrito anteriormente.

Duas depoentes, as quais começaram a trabalhar como professoras na década de 1970, apontaram como significativo um momento em suas vidas: a Reforma Educacional de 1971. Esta se constitui em **marca de memória**, pois influenciou na seqüência do depoimento, na escolha e seleção das lembranças a serem refletidas e ditas à pesquisadora.

Uma depoente, lembrando dos tempos de aluna secundarista, descreveu, em específico, os transtornos da Lei 5692/71. Como exemplo ela citou a extinção do curso Clássico que freqüentava e a implantação dos cursos técnicos em substituição – não tinham estrutura para funcionarem. Isso gerou na lembrança da depoente, referente ao período em questão, uma sensação de vazio educacional.

A autora Selva Fonseca[9] também visualizou nos depoimentos de professores a descrição negativa desse período. Ela cita uma depoente que até verbalizou sobre a

intenção de não desistir da profissão por não saber fazer outra coisa. No caso da presente dissertação, vale indicar que outra depoente até fez uma nova graduação, em Biblioteconomia, por sentir a profissão de professor de História ameaçada pela disciplina de Estudos Sociais, criada naquela época.

Para melhor analisar a didática que incorpora recursos audiovisuais foi necessário, no transcorrer da pesquisa, realizar um estudo bibliográfico de obras que teorizam sobre estes recursos.

Percebe-se, segundo Ulpiano Meneses[10], que na historiografia falta uma efetiva produção de conhecimento sobre as fontes visuais e, de acordo com o autor, apenas se avançou em múltiplos enfoques no conhecimento acerca das fotografias. Considerando a fotografia enquanto documento histórico, analisou-se, nesta dissertação, as obras de Miriam Moreira Leite (2001), Ernesta Zamboni (1998), Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997), Eduardo França Paiva (2002), Marilena Chauí (2004) e Susan Sontag (2004)[11].

Os autores citados discutem meios de superar o caráter de verdade atribuído à fotografia e propõem pensá-la enquanto construções dos sujeitos e de uma época. Também foram considerados autores como Tattiana Tessye F. da Silva[12]. Ela propôs o uso didático do cinema superando o seu caráter de ilustração para os conteúdos históricos, considerando os elementos dos quais é composto: a música, o cenário, a colocação de câmeras, o movimento, a análise do perfil dos personagens, etc. Já os autores Maria Izilda S. de Matos e Alexandre Felipe Fiúza[13] pensam a música enquanto possibilidade de evidenciar diferentes leituras da realidade e de interpretação do contexto dos seus produtores e ouvintes.

A partir da discussão desses autores – cada qual contendo as especificidades necessárias ao tipo de documento que estuda – tornou-se importante também uma discussão dos reflexos dessas novas fontes, provocados na sociedade atual.

Solange Jobim e Souza[14] aponta como conseqüência da “hiperestimulação”, a que os sujeitos modernos estariam vivendo, uma “estetização da vida cotidiana”. Esta tornaria complicada a articulação de tantos estímulos, dificultando a produção de experiências por

esses sujeitos. No entanto, a saída pensada pela autora está, não na busca por um retorno ao passado livre de tantos estímulos visuais e sonoros – que para ela seria impossível – mas sim na construção de uma formação educativa dos sujeitos por meio da articulação entre as linguagens escritas e audiovisuais.

Analisando o depoimento de um professor, foi possível perceber a aplicação didática da articulação de recursos pedagógicos diferenciados na aula em que pediu para os alunos ouvirem uma música composta por Tcheikowski para a celebração da vitória russa contra Napoleão Bonaparte. O depoente utilizou a música para estimular nos alunos a construção de imagens mentais sobre este acontecimento histórico – ainda não estudado em sala. Somente nas aulas seguintes que foi incorporado leitura de textos historiográficos.

Dos depoimentos de duas professoras, emergiram as preocupações com o uso dos audiovisuais em relação às possibilidades tecnológicas existentes nas escolas – que são muito restritas. As depoentes revelaram um problema para além do preparo dos professores em trabalharem com recursos variados, mostraram-se conscientes das necessidades de se considerar no ensino os diversos recursos didáticos, no entanto, nem sempre a escola dispõe dos meios necessários para a realização dos seus projetos de trabalho. Desse modo, ou os professores desistem da atividade, ou arcam sozinhos com todos os custos dos materiais necessários.

A depoente que possui também a graduação em Biblioteconomia apontou a importância das suas vivências em contato com a produção e catalogação de filmes para a sua prática pedagógica. A hipótese dessa pesquisa – de que as experiências vividas pelos professores influenciam no modo como os mesmos desenvolverão as suas aulas – confirmou-se na análise do depoimento desta professora. Ela consegue usar o cinema enquanto documento em sala de aula muito em decorrência de já ter trabalhado como bibliotecária por sete anos na Embrafilme, empresa que co-produzia filmes brasileiros.

O depoente que descreveu a sua didática com a música, também possui vivências significativas no campo musical, pois desde a infância aprendeu a tocar instrumentos – sabe tocar oito atualmente.

Nas vivências de outro professor também se percebeu a produção dos significados da sua didática com a coluna do Macaco Simão do jornal Folha de São Paulo, pois ele trabalha com esta coluna visando construir nos seus alunos o comportamento crítico frente aos acontecimentos históricos. Para o depoente, esta postura crítica é significativa, pois foi sendo desenvolvida a partir das suas experiências traumáticas de aluno em uma escola repressora. Em decorrência disso, empenha-se em possibilitar aos alunos a capacidade de se posicionarem criticamente contra o autoritarismo existente na sociedade. Exemplar da importância dessa didática deu-se na descrição feita pelo depoente ao visualizar a participação dos seus alunos no movimento contra o aumento das passagens de ônibus em Florianópolis – meados de 2004, quando os alunos saíram à rua e passaram a acompanhar nos jornais locais a cobertura das manifestações, com senso crítico, muito em função do seu trabalho em sala de aula com os jornais.

Após a análise dos depoimentos de cinco professores de História que utilizam recursos audiovisuais em suas didáticas, pensa-se que, a estes sujeitos, tais recursos assumem um papel pedagógico importante e oportuno porque não se constituem no centro da ação didática, isto é, o seu uso emerge na interlocução entre diversas linguagens, como as narrativas escritas, faladas, imagéticas, musicais e tantas outras por eles adotadas. Além disso, os recursos audiovisuais estão condicionados a uma determinação de conteúdos e métodos que envolvem a organização docente da aula.

Esta dissertação, portanto, indicou que o uso de recursos audiovisuais funciona à medida que, aos depoentes, nada é espontâneo e tudo é construído na intencionalidade do fazer profissional. O estudo das lembranças desses profissionais revelou que as limitações encontradas no cotidiano escolar serão superadas quando um universo maior de *sujeitos-da-educação* se responsabilizarem a pensar a prática docente pela atitude do estranhamento do cotidiano escolar. Talvez esse seja um ponto de partida à construção da tão propalada educação pública de qualidade.

---

[1] Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora do Ensino Médio da rede pública estadual de SC.

[2] Os cinco depoentes desta pesquisa são professores de História, atuando na Educação Básica há mais de cinco anos, com idades entre 26 e 52 anos, sendo três do sexo feminino e 2 do sexo masculino, os quais utilizam recursos audiovisuais nas suas didáticas.

[3] A metodologia desenvolvida na obtenção das falas dos professores foi a descrita por Meksenas: "Depoimento consiste em um 'método de organização' da coleta de dados a respeito de determinado tema e a partir da realização de entrevistas não-diretivas (...). Diferente da história de vida, em que o trabalho de memória é levado à exaustão na reconstrução da narrativa de vida do sujeito investigado, o depoimento propõe um corte de tempo e de espaço nessa narrativa. Isto é, de posse do tema de sua investigação, o pesquisador localiza 'sujeitos significativos' que narrem suas experiências apenas em relação ao tema proposto" MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica:** conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002, p. 129.

[4] THOMPSON, E. P. (Tradução de Waltensir Dutra) **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

[5] BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, n. 19, 2002, p.20-8.

[6] SCOTT, Joan. Experiência. (Tradução de Ana Cecília Acioli Lima) In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina (orgs.). **Falas de gênero**: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

[7] CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática.** Campinas, SP: Papirus, 1989.

[8] BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

[9] FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil**: história oral de vida. Campinas, SP: Papirus, 1997.

[10] MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 23, nº 45, 2003, p. 11-36.

[11] LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 18, nº 36, 1998, p. 89-101. CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. PAIVA, Eduardo França. **História & imagens.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002. CHAUI, Marilena. **A forma da violência.** Folha de São Paulo, São Paulo, 20 jun. 2004, Caderno Mais, p. 12-13. SONTAG, Susan. (Tradução de Rubens Figueiredo) **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[12] SILVA, Tattiana Tessye F. da. Um olhar sobre o filme (para uso e abuso dos professores de história). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 7, 2000, Ijuí. **Anais.** Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2000, p. 295-304.

[13] MATOS, Maria Izilda S. de. História e música: reflexões, pesquisa e ensino. **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas: Área de Conhecimento: História**. São Paulo: IBEP, ano 1, nº 3, julho de 2001, p. 58-62. FIÚZA, Alexandre Felipe. "Deixa cantar de novo o trovador": considerações acerca do trabalho com a canção na sala de aula. **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas: Área de Conhecimento: História**. São Paulo: IBEP, ano 1, nº 3, julho de 2001, p.63-67.

[14] JOBIM e SOUZA, Solange. Os paradoxos da imagem e a experiência com o conhecimento e a cultura. In: JOBIM e SOUZA, Solange (Org.). **Mosaicos:** imagens do conhecimento. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000, p. 15-22.

Nas lutas pela defesa de direitos, as alianças possíveis: os Kinikinau no movimento indígena[1].

Iara Quelho de Castro[2] - PPG-UNICAMP

Sobrevivendo às intempéries da história, desterritorializados e ignorados nas narrativas históricas e antropológicas[3], os Kinikinau vêem se empenhando, nas últimas décadas, para conferir visibilidade à sua presença no território brasileiro. Frente às imposições políticas contemporâneas de uma "etnização"[4] - que exige que as sociedades indígenas apresentem suas credenciais étnicas para serem reconhecidas[5] e, quem sabe, ouvidas - , o empenho na ressignificação de uma identidade étnica e a reafirmação de vínculos com um passado distante passaram a fazer parte dos projetos, discursos e estratégias daquele grupo para a sua continuidade[6].

Impelidos não somente pelas exigências da sociedade envolvente, mas especialmente por sua capacidade de atuação, os Kinikinau têm formulado iniciativas e respostas aos desafios que o processo histórico lhes impõem. Nesse caminho eles se inserem no movimento indígena e se auto-representam como um "povo resistente"[7], - como apreciam ser referidos -, que tem lutado para conquistar seus direitos, ingressando em instituições do Estado nacional, tais como conselhos regionais de saúde e programas de educação indígena. Investem, também, na recuperação de sua língua[8] e na promoção do reavivamento da atividade de ceramista das suas mulheres[9]. Decorrido meio século da decretação de seu desaparecimento[10], os Kinikinau se rearticulam no interior da sociedade brasileira, reaparecendo na cena pública, arrogando para si a posição de agentes de sua própria história.

A participação dos Kinikinau no I Encontro Nacional de Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, em 2003, em Olinda, marca simbolicamente a sua presença no movimento indígena nacional. No mesmo ano participam, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, de um outro encontro, do qual resultou a *Carta Kinikinawa*, documento no qual o grupo de posiciona frente ao Estado brasileiro, exigindo o seu reconhecimento étnico e o direito a um território próprio. No ano seguinte, com a parceria da Secretaria de

Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, promovem o I Encontro dos Kinikinau, na cidade de Bonito, aproximadamente 70 km da sua aldeia (São João), situada na Reserva Indígena Kadiweu, em Porto Murtinho. Nesse encontro, tratou-se principalmente da necessidade de preservação da sua cultura através da valorização da língua e da criação de uma escola própria, com um programa adequado às necessidades do grupo. Revelou-se, também, a preocupação com a questão do direito à terra, uma vez que vivem em território que pertence aos Kadiweu.

A contemporânea história vivida pelos Kinikinau demonstra que o percurso junto aos Mbayá-Guaycuru e aos Terena, e a convivência estreita com essas etnias, historicamente comprovada, não implica confundir as suas trajetórias. Apesar de compartilharem experiências e, certamente, trocarem influências mútuas, tecendo afinidades culturais, ou mesmo adotando traços culturais do "outro" étnico, cada um deles construiu estratégias próprias de sobrevivência. As teorias de etnicidade permitem considerar, que a redução de diferenças culturais não colocam em causa a pertinência a um dado grupo e que as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação.[11] A presença viva e diferenciada dos Kinikinau demonstra que o movimento da História não conduziu ao anunciado desaparecimento: o grupo encontra-se fazendo parte da sociedade brasileira, seus membros se identificam com a sua etnia "tronco" e estão assim sendo identificados, o que permite entender a existência do grupo como uma construção coletiva, articulada na afirmação de diferenças que são apropriadas pelos seus membros para a significação de fronteiras simbólicas que definem os grupos[12]. As fontes disponíveis permitem erguer a hipótese de que a História teceu afinidades culturais entre os diferentes grupos, com os quais convivem os Kinikináu, reduzindo as suas diferenças sem colocar em causa a pertinência do limite que os separam. No interior da Reserva Indígena Kadiweu, onde convivem três grupos distintos (Terena, Kadweu e Kinikinau), as *fronteiras* são estabelecidas a partir do critério de pertencimento, sendo quase tangíveis. Se a sociedade envolvente ainda pode insistir em percebê-los como todos iguais, isso não ocorre entre eles próprios.

Evidências produzidas pelos Kinikinau apontam para um processo de ressignifição cultural e de reafirmação identitária. Três dessas evidências chamam atenção, uma delas refere-se à própria autodenominação do grupo e de sua tradução. Sanches Labrador, no século XVIII, registrou como autodenominação étnica, o nome *Quainaconas* e, como nome atribuído pelos Mbayá, grupo com o qual mantinha relações pacíficas com os Guaná, de *Equiniquini-Caynocce.* Azara (1784) refere-se aos *Equiniquinau*, cerca de dois mil indivíduos. Hoje, significativamente, no contexto da constituição de um movimento de reafirmação, os Kinikinau atualizam sua identidade chamando a si próprios de *Koinokunoem,* que traduzem como índio guerreiro[13].

Um segundo indício de reafirmação identitária encontra-se expressa no esforço para recompor o dialeto Kinikinau, na preocupação de seus professores com uma escola que preserve os valores do grupo. A terceira evidência produzida está na retomada da produção ceramista e de uma "dança típica". Esse empreendimento encontra-se claramente vinculado à demanda contemporânea por um artesanato indígena, à existência de um mercado turístico desejoso de "manifestações culturais indígenas". Desejos capitalizados pelos Kinikinau que ressignificam esses elementos de sua cultura, como símbolos de sua alteridade, se reapropriam de seu trabalho e do tema da "autenticidade cultural", adaptando-se aos novos tempos[14]. Avalia-se hoje que a reelaboração deve ser entendida como uma expressão das mudanças ocorridas no grupo, revelando o dinamismo da cultura e sua dimensão recriadora[15]. Por um lado, é preciso considerar que o patrimônio cultural de um povo é marcado pelos contatos, por antigas tradições, não sendo necessário ser considerado "legítimo, que os elementos culturais sejam exclusivo desse grupo, frequentemente esses itens são compartilhados com outras populações indígenas, ou regionais[16]. Por outro, ao se observar a semelhança atual entre os trabalhos cerâmicos dos Kinikinau e os dos Kadweu não se pode perder de vista o histórico e estreito contato entre os primeiros e os Mbayá-Guaicuru, do qual aqueles últimos constituem o único grupo sobrevivente. Essa condição histórica contribuiu, provavelmente, para o acordo entre os

Kinikinau e Kadiweu na década de 1940, que resultou no abrigo dos primeiros nas terras desses últimos[17].

Os Kinikinau são classificados como um subgrupo Guaná, de tradição agrícola e, como pertencentes ao grupo linguístico Aruak, ao qual se vincula uma multiplicidade de sociedades indígenas que se espalha por uma vasta extensão, tem uma antiguidade na região Amazônica datada aos anos 900 [18], sendo os Terena e Kinikinau, atualmente na região centro-oeste do Brasil, considerados como os Aruak do Sul.[19] Os Aruak, como um todo, são representados como dóceis, "propensos à civilização", pacíficos e os mais "aptos à civilização", entre eles os Kinikinau aparecem como um grupo pequeno, aberto ao contato, sendo um dos primeiros a serem aldeados com sucesso, na região correspondente a atual cidade de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, por padres Capuchinhos.

As fontes existentes permitem perceber que os Kinikinau teceram com facilidade relações com os "outros", daí serem um dos primeiros a serem localizados próximos aos fortes militares, servindo ao projeto de defesa do território nacional, participam da Guerra contra o Paraguai, concorrem para o abastecimento de gêneros alimentícios e de mão-de-obra para a população regional , sendo objeto de uma política indigenista fortemente vinculada à ação missionária de "civilizar" os índios, isto é de cristianizá-los e adestrá-los para os ofícios necessários ao desenvolvimento e defesa da região, fazendo parte de guarnições militares, como a Guarda Nacional. Não obstante, a trajetória de intensos contatos não conduziu à extinção, contrariando a tese do desaparecimento, e a crença de que a docilidade dos considerados *índios mansos* e receptivos ao trabalho missionário" [20], representavam atributos que conduziriam à extinção. Isso desloca o olhar dos pesquisadores contemporâneos para a percepção da existência de arranjos, de estratégias culturalmente informadas que orientaram a preservação do grupo.

Os documentos do século XIX permitem cotejar a movimentação dos Kinikinaus, da sua transferência para o lado oriental do rio Paraguai, em solo mato-grossense, o seu aldeamento e catequese, até o momento de sua dispersão com a Guerra contra o Paraguai, o que permite vislumbrar alguns dos movimentos de *territorialização*[21], dos Kinikinau, após

sua entrada no território brasileiro: na Missão Nossa Senhora da Misericórdia, nas proximidades de Albuquerque, junto com os Guaná, entre 1819 e 1843; no aldeamento de Bom Conselho, até 1863, em Mato Grande, com aproximadamente 800 Kinikinau; nas proximidades de Miranda, desde o final do século XVIII e até aproximadamente 1920, quando se intensifica a sua dispersão, pelas fazendas e aldeias de outras etnias.

As fontes constituídas no século XX, - os relatórios da Comissão Rondon (1900-1906) e os relatórios do Serviço de Proteção aos Índios – SPI - (1910-1967), permitem visualizar um movimento de dispersão *Kinikinau,* visível a partir da Guerra contra o Paraguai, período do desaparecimento de aldeamentos, perda de territórios e da dispersão pela região sul mato-grossense. Através de Rondon sabe-se que, entre as estações de Aquidauana e Miranda, havia uma antiga aldeia que foi invadida por fazendeiros que se apossaram das terras na altura do córrego *Eponadigo.* O Relatório da Inspetoria de Mato Grosso, do SPI, de 01 de janeiro de 1920 confirma a localização de uma antiga aldeia nas proximidades da fazenda *Ponadigo* e registra a perda de terras antes ocupadas pelos Kinikinau, também indica a orientação para uma política de realdeamento dos Kinikinau em aldeias de outras etnias.

As fontes escritas permitem considerar que os primeiros 20 anos do século XX foram cruciais para a sobrevivência dos Kinikinau: até 1908 tinham uma aldeia junto ao rio Agachi, em 1925 não havia lá mais do que 15 indivíduos de mudança para Lalima. Confrontando esta última informação com os dados do Relatório da Inspetoria do SPI de Mato Grosso, de 1920, que apontam para a existência de 400 Kinikinau em Agachi, temos um período de aproximadamente cinco anos de abandono progressivo dessa aldeia e de contínua dispersão. Com o desagregamento da aldeia de Agachi, entre 1908-1925, ocorreu um segundo momento de dispersão, na qual os Kinikinau tomaram várias direções. Um grupo seguiu as orientações do SPI, indo para as aldeias de Lalima e Cachoeirinha, ambas em Miranda (Relatório da Inspetoria do SPI de Mato Grosso, de 01 de janeiro de 1920). Um segundo, e talvez menor grupo, deve ter se deslocado para a região de Bonito, conforme sugere o Relatório da Inspetoria do SPI de Mato Grosso, de 1925. Este último documento

indica, também, a expulsão da região de Miranda, registrando que as terras antes ocupadas pelos Kinikinau haviam sido compradas pelo senhor Antônio Leopoldo Pereira Mendes que determinou que os índios ali ficassem até terminarem suas colheitas e fizessem as suas mudanças para outro qualquer ponto. Finalmente um provável terceiro grupo, constituído por aqueles que optaram por se estabelecer como trabalhadores braçais nas fazendas da região que abrange Aquidauana, Miranda, Nioaque, Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho e outras áreas fronteiriças com o Paraguai.

Esse percurso de perdas resultou na atual situação de ausência de um território próprio, e no conseqüente constrangimento das práticas culturais do grupo expresso em conflitos interétnicos latentes, como aqueles revelados pelo chefe do Posto Indígena de São João em documento dirigido ao administrador regional da Funai[22]. Neste documento constata-se que os Kinikinau são constantemente "lembrados" de que estão em terras que pertencem aos Kadiweu. A perda do território significa, sobretudo, a expropriação de um lugar de memórias, de um imaginário de pertencimento, além do significado que tem como local privilegiado, da reprodução de valores culturais. Ouvindo-se o kinikinau Valério Fernandes, 78 anos de idade, dizer que não se lembra de nada do seu grupo, só das fazendas em que trabalhou a vida inteira, se pode ter uma vaga idéia daquilo que foi negado a ele: o direito à história.

Finalmente, pode considerar-se que os Kinikinau estão plenamente articulados a um movimento indígena de ressignificação cultural e de defesa de seus direitos, especialmente através das estratégias de revitalização de sua língua, da atividade de ceramistas, da ocupação de espaço em instituições governamentais e da sociedade civil, em alianças nas quais a identidade cultural tem sido o seu passaporte na obtenção de serviços e bens, e no movimento de reivindicação territorial atuando com uma desenvoltura jamais vista anteriormente. Buscam ser visualizados como agentes de sua história, procuram iluminar o seu passado, e comprovar que conseguiram sobreviver apesar do desaparecimento da antiga estrutura social e da desarticulação; lutam contra a imagem de "remanescentes" e passam a invocar uma identidade Kinikinau, ressignificando a cultura de seus ancestrais,

dentro das condições históricas existentes para a reafirmação identitária. Os kinikinau oferecem à sociedade envolvente os indícios das formas através das quais a sua sociedade se transforma e relabora sua identidade. As evidências kinikinau encontram-se vinculadas ao seu acervo simbólico, ao seu modo de vida e de valores construídos, reconstruídos, modificados, porém compartilhados pelo grupo ao longo de sua trajetória.

A exigência de uma história escrita impõe-se hoje aos Kinikinau, como participantes de uma sociedade mais ampla, nestes tempos nos quais os referentes culturais transformaram-se em marcos que autorizam e legitimam movimentos empenhados na conquista de direitos coletivos que, como se deve saber, cabe a eles.

NOTAS

[1] O presente texto faz parte do projeto de pesquisa "Caminhos percorridos pelos Kinikinau: territorialização, dispersão e reencontro" , que se encontra um andamento.

[2] Doutoranda em Ciências Sociais, - linha de pesquisa Sociedades Indígenas: história, etnologia e política -, da Unicamp.

[3]Até o final dos anos de 1970, acreditava-se no desaparecimento dos índios e, assim, prevalecendo uma espécie de "pessimismo sentimental", ninguém atentava teoricamente para o movimento de ressignificação étnica que impelia alguns grupos rumo a reinvenção do seu passado. Ver: Sahlins, M. Pessimismo Sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção. *Mana*: Estudos em Antropologia Social, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, p. 41-73.

[4] Sahlins, M. Id., ibid.

[5] Não se pode perder de vista que o Estado nacional exige relatórios, perícias e laudos de comprovação de identidade étnica, a fim de conferir direitos aos povos indígenas, previstos na Constituição Federal, especialmente no que tange à questão das terras. Exigência que têm sido combatida pelos índios, como pode ser visto na *Carta dos Povos Indígenas Resistentes*, de 2003.

[6] A intensificação das relações com a sociedade envolvente tem provocado uma tomada de consciência crescente no que tange à história que os exclui ou inclui, da qual fazem parte, e à categorização étnica que os particulariza.

[7] Esta auto-representação encontra-se afirmada na *Carta dos Povos Indígenas Resistentes*, apresentada em maio de 2003, por ocasião do I Encontro Nacional de Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, em Olinda. Antropólogos e indigenistas utilizam o termo "povos emergentes", o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) prefere a designação de "povos ressurgidos".

[8] Esta intenção foi claramente afirmada, no I Encontro dos Kinikinau, realizado na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul, em maio de 2004. Estima-se que, de cerca de 200 indivíduos, menos de 20 ainda falam o Kinikinau.

[9] A cerâmica kinikinau surge no mercado dos "artesanatos indígenas", no final do século XX, na região de Bonito e Porto Murtinho, em Mato Grosso do Su, sendo muito semelhante à conhecida cerâmica kadiweu.

[10] No interior das teses do desaparecimento das populações indígenas, Darcy Ribeiro, em *Os Índios e a Civilização* (1957), considerou que os Kinikinau estavam integrados à sociedade nacional, relacionando-os como uma das etnias extintas no Brasil. Cardoso de Oliveira reafirma, em *Do Índio ao Bugre* (1976), ao constatar que *dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século, podemos apontar os kinikinau (Guaná) e os Ofaié-Xavante* (p. 26).

[11] Poutgnat, P. & Streiff-Fenart, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

[12] Barth (1967) conferiu precedência analítica à categoria de "fronteiras étnicas" em relação a noção de traços culturais, permitindo considerar que um determinado grupo pode apropriar-se de traços culturais de um outro, como a língua ou a religião, e ainda assim ser percebido e perceber-se como distinto.

[13] Os Kinikinau afirmam essa autodenominação e tradução, em sua *Carta Kinikinawa*, apresentada em 2003, no encontro indígena realizado na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

[14] Ver a questão da adaptação dos povos locais ao sistema mundial em Sahlins, op. cit.

[15] Estudos arqueológicos na região onde se localizou, na primeira metade do século XIX, a Missão Nossa Senhora do Bom Conselho, constituída, em sua maioria, por Kinikinau, indicam a presença de cerâmica indígena caracterizada por motivos geométrico-figurativos, grafados em impressão de corda, com o uso das cores vermelha, preta e branca. Esta descrição corresponde, *grosso modo*, à cerâmica apresentada atualmente pelos Kinikinau

[16] Oliveira, J. P. *A viagem da volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Brasileiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
[17] De acordo com a memória kinikinau, a entrada do grupo no território Kadiweu ocorreu nesse período, conforme relata Leôncio Anastácio, um dos mais antigos Kinikinau da Aldeia de São João, hoje morando na aldeia Terena de Brejão, no município de Nioaque, Mato Grosso do Sul.
[18] Heckenberger, M. & Franchetto (orgs.*). Os Povos do Alto Xingu*: História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
[19] Santos Granero. *Comparative Arawakan histories*: rethinking language family and culture area in Amazonia. University of Illinois Press, 2002.
[20] Essa caracterização corresponde ao que Santos Granero, op. cit., considera como elementos de um *ethos* Aruak, como um conjunto de convenções e percepções comum presente em todas (mas não exclusivamente) as sociedades Aruak.
[21] Territorialização é aqui entendida nos termos definidos por Pacheco de Oliveira, op. cit., como um ato político que pode ser deflagrado tanto do interior quanto do exterior de uma dada sociedade indígena e que representa a circunscrição do grupo a limites geográficos bem definidos, constituindo um processo de reorganização social.
[22] Memorando n. 043/PIN São João, datado de 24 de maio de 2003, dirigido ao Administrador Regional da FUNAI, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Manifestações da Cultura Popular em Januária (MG): levantamento preliminar

Iara Toscano Correia[i] - CEIVA

> *(...)À Januária eu ia, mas Diadorim, ver o vapor chegar com o apito, a gente esperando toda no porto. Ali, o tempo, a rapaziada suava, cuidando nos alambiques, como perfeito se faz. Assim essas cachaças – a vinte-e-seis cheirosa – tomando gosto e cor queimada nas grandes dornas de umburana (João Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas[ii])*

Este artigo tem por objetivo divulgar os resultados parciais do levantamento sobre as manifestações da cultura popular na cidade de Januária. Apesar da pesquisa se encontrar em uma fase preliminar de levantamento de dados, esperamos poder contribuir com a discussão sobre cultura popular, um tema premente na historiografia contemporânea.

Guimarães Rosa é escritor que descreve, como ninguém, o sertão de Minas Gerais. As suas palavras citadas acima falam da cidade portuária de Januária (MG), localizada às margens do Rio São Francisco, esta cidade que carrega as marcas de múltiplos tempos, que vira escoar do alto das barrancas do grande rio.

A cidade de Januária tem sua colonização marcada pelas incursões de bandeirantes pelo rio São Francisco, em meados do século XVI e início do século XVII. Possui uma extensão municipal muito ampla, devido mesmo a sua forma de ocupação, chegando a ser considerada, em um determinado momento de sua história, um dos maiores municípios do Brasil e de Minas. Nos últimos anos, Januária viu nascer diversos outros municípios que dela se emanciparam. É uma região que já não mais possui um porto. O assoreamento do Velho Chico não permite a navegação de grandes embarcações. Classificada como pertencente ao Polígono das Secas, não porque careça de água, mas por uma construção ideológica útil para os políticos que ganham com a indústria da seca[iii], possui um dos Índices de Desenvolvimento Humano mais baixos do Brasil, contudo, de uma riqueza histórica, cultural e natural admirável.

Recuando no tempo, há pelo menos, 10.000 anos, essa mesma região fora habitada por outros povos. Os vestígios arqueológicos encontrados nos dão conta da presença de diversos povos que passaram pelo imenso vale que forma o *Opará*[iv], o rio mar. Os sítios arqueológicos atestam a presença dessas primeiras sociedades. Foram encontrados e catalogados diversos

abrigos, ossadas, utensílios, ferramentas, armas, urnas funerárias, silos de alimentos, pedras polidas, pinturas rupestres (zoomórficas, geométricas e antropomórficas); vestígios e trilhas que nos ligam aos nossos antepassados. O vale do Peruaçu é um lócus privilegiado em registros dessa natureza, considerado um dos mais importantes sítios arqueológicos e espeleológicos do mundo, hoje transformado em Parque Nacional do Peruaçu.

Essa presença ancestral ainda persiste na figura dos indígenas. Os seus traços culturais, as suas origens, herança dos que sobreviveram ao extermínio, estão presentes e incomodam. Esta é uma história ainda por se fazer, a história dos *povos antigos.* A etnia Xacriabá, povo sobrevivente de inúmeros massacres nesses 500 anos de colonização são os únicos capazes, através de suas lendas, músicas, tradições orais, de nos permitir conhecer esse território de história milenar. A situação atual do povo Xacriabá simboliza o encontro com o homem branco. Após um intenso processo de miscigenação, chegaram a ser considerados inexistentes pela Fundação Rural Minas — órgão do governo responsável pelo levantamento de terras consideradas devolutas —, devido *a descaracterização "biológico-cultural" da população local.*[v] Hoje, com as suas terras demarcadas, a partir de nova visão de etnicidade, este povo volta-se ao exercício de busca de suas raízes e à recuperação de antigas práticas culturais. A escola indígena é o lugar institucional de conquista desse resgate. Infelizmente, ao que pudemos notar, nas diversas áreas do conhecimento, pouquíssimos estudos foram realizados nessa região, e o Sertão Mineiro é ainda um lugar desconhecido pelas ciências sociais.

De acordo com Mata-Machado, a cidade de Januária, e toda a região em seu entorno, foi colonizada em dois movimentos que determinaram a sua ocupação: a partir de Pernambuco e da Bahia, através da pecuária que se expandia ao longo das margens do rio São Francisco; e, a partir de São Paulo, onde saíam bandeirantes em busca de riquezas minerais.[vi]

A pecuária que já era desenvolvida nas regiões costeiras do Brasil, desde o início da sua colonização, foi interiorizando-se, alcançando o "sertão"[vii], onde se encontrava a abundância de água, pastagens naturais e terrenos salinos. O gado foi de extrema importância no período colonial, além dos engenhos que o utilizavam como força motriz, serviam para o transporte em pequenas distâncias e como alimento, além disso, o seu couro possuía inúmeras utilidades:

> *De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.*[viii]

A pecuária era de tipo extensivo, e o gado criado solto:

> *Nessa região, como no resto da província, o gado passa todo o ano nos campos; não é recolhido aos currais, e colonos existem que, só possuindo dois escravos tem, no entanto, vários milhares de cabeças de gado. (...) O que, torna, aliás, fácil, o trabalho dos vaqueiros, é que o gado vacum adota um lugar fixo para repousar, e escolhe sempre a borda dos pântanos e lugares úmidos. Durante a estação da seca, o gado refugia-se dentro das matas; mas pelo mês de setembro ateia-se fogo às pastagens, uma relva tenra brota dentro em pouco tempo, e então, as vacas saindo de seus esconderijos vão pastar a nova era.*[ix]

Os estudos sobre a interiorização do Brasil colonial registra três bandeirantes responsáveis pela fundação dos primeiros povoados que dariam origem a Januária e região, foram eles Matias Cardoso, Januário Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira. Matias Cardoso é apontado na documentação como o responsável pelos primeiros povoados, abrindo novos portos de brigada para suprimentos e eliminação de tribos indígenas.

Já a Januário Cardoso é atribuída a fundação dos arraiais de São Romão e Porto do Salgado, hoje Januária. Antônio Gonçalves Figueira foi responsável pelos povoados de Manga, Barra do Rio das Velhas (hoje Guaicuí) e Formigas (atual Montes Claros). A partir dessa divisão, os familiares paulistas desses bandeirantes vieram para povoar e ocupar as vastas extensões de terra, baseada na propriedade privada latifundiária, patriarcal e com estreitas relações de parentescos.[x] Essa rala população branca que se encontrava dispersa, principalmente no vale do grande rio, estava cercada por uma imensa população indígena.

A entrada dos bandeirantes paulistas e a expansão dos currais foram marcadas por guerras de extermínio contra as populações nativas. A dizimação, a escravização e a conversão indígena, característica de todo o período colonial, evidencia a lógica do dominante. O massacre foi evidente.

Toda a região, a qual a cidade de Januária está inserida, na sua longa história, conta com inúmeros focos de sobrevivência de culturas seculares. A comunidade de Água Doce, por exemplo, no município Bonito de Minas, surpreende naquilo que conserva de tradicional. Saul Martins,

folclorista e filho da terra, inúmeras vezes, descreveu Água Doce em seus estudos sobre folclore, as suas tradições, benzeções, feitiços, *causos* e lendas. Os remanescentes que lá se encontram venceram a passagem de vários séculos. Vivendo, praticamente, isoladas, essa comunidade, assim como inúmeras outras encontradas na região do morro da Tabua, está agrupada no entorno de veredas, tal como o sertão descrito por Guimarães Rosa.

As dificuldades de acesso e deslocamento a esses lugares, mesmo nos dias atuais, permite a existência de práticas tradicionais. Mantendo-se quase que exclusivamente da subsistência, a sua relação com a natureza é a do extrativismo, da agricultura de subsistência e do gado. Uma comunidade que guarda segredos de escravos, indígenas, portugueses, ciganos, mascates, tropeiros, cangaceiros e quantos outros que passaram pelas estradas que ligam Minas, Goiás e Bahia.

Os lundus que dona Sebastiana[xi] batuca sobre um tamborete, nos remetem as cantigas das senzalas e terreiros coloniais. Nos quintais as árvores frutíferas dividem o espaço com as estacas utilizadas na produção de sestarias, onde se fabricam esteiras de folhas de buriti ou babaçu. As árvores do pomar devem ser sempre em número de dois, um macho e uma fêmea, o que explica dois pés de cada fruta que tem no quintal. A casa de farinha, com todos os seus apetrechos, é de uso coletivo. Essa comunidade, que guarda tradições seculares, nos permite visualizar as raízes fundantes da cultura sertaneja.

Nesse cenário, é marcante a simbiose do povo brasileiro, influência de costumes e tradições indígena, africana e européia. Essa simbiose se expressa nos hábitos alimentares (a mandioca, o feijão, a farinha de puba, o doce de buriti, a carne de sol, nos alambiques seculares, nos pequizeiros e frutos do cerrado encontrados *nos gerais*) e nas crenças e festas populares (as folias, as danças, os reisados e vaquejadas). São estas referências que nos permite ler o encontro desses diferentes povos.

São inúmeras as manifestações populares que ainda hoje são ritualizadas no cotidiano da cidade. Em toda a região do Norte de Minas pudemos identificar diversos tipos de expressões populares: a Dança de São Gonçalo, a Folia de Reis, a Dança das Pastorinhas, as Cavalhadas, a Fogueira (festa Junina) com suas quadrilhas, as caretas e tantas outras, O que passa

desapercebido para uns, é para outros é a sua própria vida. A folia de reis é uma das festas que sobrevivem com mais força à dessacralização da sociedade contemporânea. Os reisados são vários: o Reis dos Temerosos (ou rei dos cacetes), o Reis de Bois e o Reis de Caixa. É emocionante uma apresentação de folia de Reis de Bois: vários tambores desfilam pelas ruas da cidade com diversas crianças à sua volta (denominados vaqueiros) que, com seus bastões provocam os personagens alegóricos que compõem o grupo. Devidamente estilizados em coloridas indumentárias, as crianças cantam quando entra na roda Catita, um dos personagens da festa: "*eu vi o sol, eu vi a lua, eu vi a Catita no meio da rua ...*". São vários os personagens desse folguedo, o Tamanduá, a Mulinha de Ouro, a Catita e o Boi, uma das brincadeiras da folia que promove uma correria entre a meninada é quando um dos personagens abraça as crianças que estão em volta da roda, e rolam com eles ao chão. Esses personagens povoam o imaginário infantil e adulto, que sempre se lembram das "correrias" do Boi.

Um outro tipo de reisado presente na cidade de Januária é o Reis dos Temerosos (ou Reis dos Cacetes). Um tipo de marujada de água doce, que remonta a reconquista da Península Ibérica, no final da Idade Média, e a expulsão dos mouros. Segundo relatos do capitão do grupo, dentre os que lutaram na expulsão dos árabes na Europa, haviam vários grupos, os que lutavam com espadas e os que lutavam com bastões, chamados vara-paus, estes representavam as mais camadas socais mais baixas dos guerreiros. Desse modo, essa manifestação popular é uma representação da luta dos guerreiros que lutavam com os bastões.[xii]

Essa manifestação está bem catalogada, o terno é bem estruturado e tem uma continuidade há, pelo menos, 50 anos. João Damasceno, capitão do grupo, nos relata que esta manifestação foi trazida da Bahia por um pescador chamado Demerval, passada à diante para Norberto Gonçalves, ou Berto Preto, um grande representante da cultura popular local. De acordo com Damasceno, o próprio Berto Preto seria o responsável pela criação dos grupos de Reis de Caixas, de Reis de Bois e do próprio Reis dos Temerosos, além de fazer a marcação da Dança de São Gonçalo.

O grupo Reis dos Temerosos é composto do capitão e dos dançadores, que fazem coreografias com os bastões. Sua indumentária é o próprio uniforme de marinheiro. Antes da saída do cortejo faz-se a oração inicial, canta-se a porta das casas, pedindo a permissão para a entrada

na casa; nas ruas eles se colocam enfileirados e entoam as marchas de rua. Na parte profana da festa, faz-se o samba de roda, depois faz-se a retirada pedindo proteção para que a festa acontece no ano seguinte.

Os reisados são festejos que comemoram a visita dos três Reis Magos ao Menino Jesus. O ritual inicia-se ao final do mês de dezembro, quando começa a arrecadação dos produtos para o leilão, e termina no início do mês de janeiro, quando se comemora o dia dos Santos Reis em 06 de Janeiro, isso oficialmente, porque geralmente, essas festas entram pelo janeiro adentro.

O mais comovente nesse tipo de expressão é o fato de que em Januária a perpetuação dessa manifestação está nas mãos de crianças, que animadamente todos os anos se entregam a folia e ao festar. O mesmo ocorre nas "caretas", uma brincadeira que ocorre no Sábado de aleluia: adolescentes e adultos vestidos com máscaras correm atrás das crianças, com uma cinta, ou uma corda para dar-lhes a surra merecida por todas as travessuras cometidas no ano, "*perna pra que te quero*".

Apesar de grande parte das representações da cultura popular se encontrar dispersa e caindo em desuso, existe uma preocupação institucional em organizar essas expressões. Nesse sentido, durante o mês de agosto, em um evento denominado "Festas de Agosto de Montes Claros", reúnem-se inúmeros grupos de "folclore" na cidade de Montes Claros, em um festival que dura uma semana, em que participam grupos de toda a região. Durante o mês de agosto de 2004, ocorreu a presença de diversas danças como: a dança do quebra-pote, a dança de São Gonçalo, caixeiros gorotubanos, a dança da roxa e a dança do facão, além de vários grupos de folia de reis, pastorinhas, catopês, congos, caboclinhos e marujadas. Esse evento é uma tradição da cidade. De acordo com relatos obtidos informalmente, apuramos que esta festa ocorre há mais de 100 anos. Estas festas tradicionalmente ocorriam nesse período para homenagear Nossa Senhora do Rosário e o Divino Espírito Santo, com a presença de marujadas, caboclinhos e catopés. Até que foi "apropriada" pelos poderes públicos e, hoje, ela é patrocinada pela Secretaria Municipal de Cultura. A institucionalização da festa estabeleceu novas normas e espaços de circulação dos seus personagens.

Esse evento expressa o processo de visibilidade que as diversas manifestações populares tem adquirido nestes últimos anos, fenômeno global, em que a região norte mineira é privilegiada. Em Januária, especificamente, percebemos um maior interesse em políticas de incentivo ao turismo. Essas políticas têm tratado a cultura popular como um "produto" capaz de garantir o exótico, aquilo que já não encontramos nos grandes centros urbanos. No nosso entendimento, esse tipo de intervenção artificializa o ritual, é o que consideramos *folclorização* da cultura popular.

Em Montes Claros é o poder público quem organiza a semana do folclore, e em outros casos, geralmente, são as escolas as responsáveis por trazer os grupos e organizar as apresentações. Em Januária o SESC/Laces é que tem garantido o patrocínio de vários ternos de folias. Essa relação expressa o movimento de folclorização, ou congelamento, da cultura popular, quando os poderes públicos ou privados assumem a manutenção dessas festas, ganhando assim, ares de espetáculo. Esse é um dos fatores que muito nos intriga, no que se refere às representações da cultura popular no Norte de Minas. Será possível que o espaço institucional seja o último lugar de sobrevivência de determinadas práticas culturais?

Essa relação entre o poder e a cultura, pode ser pensada pelo viés da resistência. Segundo as análises de Certeau:

> *A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas "populares" desviam para fins próprios, sem a ilusão que mude proximamente. Enquanto é explorada por um poder dominante, ou simplesmente negada por um discurso ideológico, aqui a ordem é 'representada' por uma arte. Na instituição a servir se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral ... A cultura "popular" seria isto, e não um corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto, tratado e "citado" por um sistema que reproduz, com os seus objetos, a situação que impõe aos vivos.*[xiii]

A cultura popular tal como nos esclarece Certeau, longe de ser uma forma de alienação, está carregada de intenções, é uma *tática de resistência*, em que não contando com um lugar que lhe é próprio, utiliza-se das *armas do outro* para continuar existindo. Sendo assim, permitir o patrocínio dessa festa popular pelos poderes públicos não implica a sua total submissão. Longe disso:

> *Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura uma "pluralidade" e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos.*[xiv]

Dessa forma, temos como hipótese que o que chamamos de *folclorização* da cultura popular é uma expressão da própria modernidade, que não permite coexistir a cultura popular. Somente circulando em espaços criados artificialmente para mantê-la sob a vigilância do poder instituído, em um universo que impõe a padronização de valores e comportamentos. Os tambores, as roupas coloridas, o sagrado e o profano caminhando juntos, são aspectos que não foram totalmente aniquilados nesse processo de negação do outro. Este é o sintoma de que ainda existe/persiste uma forma de reconhecimento desse 'outro', uma forma de identidade regional.

Esse estudo se coloca mais no âmbito da etnografia do que das problemas historiográficas, propriamente dita, no entanto, essa é uma maneira de perceber quais as práticas de cultura popular estão presentes na região recortada, já que a carência de estudos críticos nessa área não nos permite um diálogo com a produção existente. Esses são os resultados parciais desse estudo que acreditamos imprescindível para a visualização das práticas e formas de manifestações da cultura popular que ainda resistem no Norte de Minas Gerais.

---

[i] Mestre em História Cultural pelo IH/UFU. Professora do Curso de História do Centro de Educação Integrada Do Vale do São Francisco (CEIVA, Januária - MG)

[ii] ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 19. ed. RJ: Nova Fronteira, 2001.

[iii] ANDRADE, Manuel C.de. A **Problemática das Secas**. Recife: EDUFPE. 2001.

[iv] Esta é uma designação indígena para o que hoje chamamos Rio São Francisco, que quer dizer o rio mar.

v ESCOBAR, Suzana Alves. **Educação Indígena Xakriabá**: saberes e lutas na vida e na voz do seu povo. In: Dissertação de Mestrado, UFU, Uberlândia, 2004. Departamento de Educação. p. 33.

[vi] MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais** - 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 37.

[vii] Incluir as definições de Sertão

[viii] ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800).** 6. Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, INP, 1976 p. 127.

[ix] SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1975, p. 313.

[x] MATA-MACHADO. Op, cit.p. 37.

[xi] Trabalho de campo realizado em Água Doce, nos dias 07, 08 e 09 de setembro de 2005,D. Sebastiana é uma das mais antigas moradoras de Água Doce, no entanto, não nos concedeu entrevista, tampouco, pudemos colher os seus dados pessoais.

[xii] DAMASCENO, João. **Depoimento**. Januária, 16/04/2005.

[xiii] CERTEAU,Michel de**. A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução Epharaim Ferreira Alves. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 89.

[xiv] CERTEAU, Op. Cit. P. 93.

Relações de poder no espaço prisional: caricaturas do abismo

Icléia Thiesen – UNIRIO

1 Introdução

A reforma das prisões, segundo o princípio da visibilidade, é um *projeto* esboçado na segunda metade do setecentos, quando começa a ser objeto de discussões mais amplas sobre o funcionamento de instituições como o hospital, a fábrica, a escola, mas que será efetivamente realizada na primeira metade do século XIX. (1) Há documentos que confirmam esse fato, tanto na Inglaterra, quanto na França, mas também no Brasil. Embora tenha sido suscitada uma casa de correção, no Rio de Janeiro, em 1769, somente muito mais tarde foi lembrada,

> "depois que alguns homens caridosos da Europa e dos Estados Unidos se deram ao trabalho de estudar a vida do preso, os castigos e penas que lhe deviam ser impostos, a educação, as regras e costumes a que devia ficar sujeito, considerando o condenado não um ente inútil para o mundo, porém como um desgraçado que pelo trabalho, pela disciplina, e pela religião podia transformar-se e prestar serviços à mesma sociedade que o repelira". (2)

Trata-se, na realidade, de um mecanismo de poder que se atualiza na arquitetura como modo de organização política, articulando simultaneamente os problemas do urbanismo, da população e da saúde, sendo o espaço e o tempo categorias apropriadas pelo Estado para alcançar objetivos econômicos e políticos. Como pode ser observado, o autor da assertiva acima é um leitor do Panóptico de Bentham. Analisando-se, ainda, sua descrição da Casa de Correção da Corte, vemos que Azevedo (1832-1903) compara a organização espacial da Casa com o modelo benthamiano, afirmando que,

> "tendo se pretendido adotar a construção panóptica de modo que o diretor pudesse ver tudo, saber tudo e cuidar de tudo, como diz Bentham, não realizou-se este estilo, pois só podem ser inspecionados os corredores centrais em que estiver o guarda..." (Azevedo, p.451)

Para a realização de tais objetivos a medicina tem lugar de destaque, cuidando das condições necessárias à higiene social e à prevenção e combate às epidemias; as forças

policiais, a quem cabe combater a desordem e a vagabundagem e garantir a segurança da população; as instituições judiciais voltadas para o controle e a ordem pública. As transformações direcionadas ao funcionamento do aparelho judiciário estão refletidas na Constituição de 1824, no Código Criminal de 1830 e no Código de Processo Criminal de 1832.

A idéia original do panóptico teria surgido quando o irmão de Jeremy Bentham visitou a Escola Militar de Paris que, segundo Foucault, foi das primeiras instituições a colocar em prática a vigilância individual dos alunos, dispostos em celas envidraçadas, de modo a serem permanentemente vistos "durante a noite sem ter nenhum contato com seus colegas, nem mesmo com seus empregados". (3) Ao enviar, seu texto fundador a Garran, deputado da Assembléia Nacional francesa, Bentham, um jurista liberal e utilitarista, evidencia previamente toda a convicção do sucesso de sua idéia, em carta enviada, em 1791: "deixe-me construir uma prisão a partir deste modelo [panóptico] e me farei carcereiro". Em seu memorial Bentham (4) resume as linhas mestras da reforma completa das prisões, com vistas a

> "assegurar-se da boa conduta atual e da correção dos prisioneiros, manter a saúde, a ordem, a limpeza, a indústria nessas habitações até o presente infectadas de corrupção moral e física, fortalecer a segurança pública diminuindo a despesa, ao invés de aumentá-la, e tudo isso por uma simples idéia de arquitetura: tal é o objeto desta obra".

Bentham, como se vê, é um homem de seu tempo e encontrou as condições sociais propícias para a formulação e a aceitação do seu projeto. Em pouco tempo seu texto é divulgado e lido pelas elites políticas interessadas em reformar as cidades, as sociedades, suas instituições e os homens, com menos punição e mais vigilância. Por toda parte se condenavam, no plano dos discursos, os horrores das prisões, a insalubridade, os castigos corporais, os ferros, os calabouços, os suplícios e os trabalhos forçados.

A idéia era corrigir o prisioneiro pelo trabalho e, uma vez transformado, devolvê-lo à sociedade, apto ao trabalho, após aprender as *regras de bem-viver*. Foucault assinala que

o objetivo do trabalho penal não é exatamente o aprendizado de um ofício, mas sim "o aprendizado da própria virtude do trabalho" (5) que, para tornar-se realidade, pressupunha a produção de novos hábitos constituídos no espaço-tempo prisional, impossível sem a formação e a manutenção de uma respectiva memória-hábito, cotidianamente reproduzida segundo a disciplina e a vigilância.

Portanto, é no final do século XVIII - inclusive no Brasil - que a idéia de prisão como sistema corretivo começa a esboçar-se. Até então havia cadeias, aljubes e enxovias, que obedeciam ao modelo das masmorras, lugares lúgrubes, úmidos e escuros, sem ventilação, depósitos de presos "acusados por crimes comuns, políticos ou religiosos", cujo exemplar brasileiro mais conhecido é a Cadeia do Aljube, a mais importante da corte, depois do Arsenal de Marinha. (6) Conforme descrição detalhada do Aljube, Azevedo (7) afirma que tratava-se de edificação de dois pavimentos, construída na

> "encosta de uma montanha era essa casa húmida, baixa, escura, e sem espaço conveniente para dar abrigo a muitos indivíduos; mas para aí foram remetidos todos os presos, homens e mulheres; no mesmo cárcere recolheu-se o indivíduo que praticara uma falta e o que cometera um crime, o homem livre e o escravo, o branco e o africano, o moço e o velho...".

Uma outra arquitetura, portanto, é vital para a implementação do novo projeto. O panóptico benthamiano, em termos de concepção, inverte o princípio da masmorra, introduzindo a luz que promove a visibilidade, a disciplina do trabalho silencioso, o controle e o isolamento, a educação e a moral religiosa.

2 Casa de Correção: do projeto à implantação

A Casa de Correção da Corte, atual complexo da Frei Caneca, começa a ser planejada na década de 30 do século XIX, a partir de esforços empreendidos pela Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, fundada em 1831, sob a égide de políticos expressivos no cenário nacional, sob a presidência de Odorico Mendes, sendo secretário Evaristo da Veiga. Os princípios por ela idealizados pautavam-se em mudanças no tratamento da delinqüência, visando dar cabo ao ócio, ao vício e à

miséria, mas também garantir a ordem imperial, num momento de conturbação social e política. Representavam a Sociedade "os liberais moderados que chegaram ao poder nos anos de 1830 e pretendiam colaborar com o governo da Regência no combate aos restauradores e na preservação da ordem pública interna do país". (8) A crise política oriunda da abdicação de D. Pedro I, com as conseqüentes sublevações e revoltas, acelerou a reforma das instituições, dando as condições necessárias à criação da Casa de Correção, já pensada anteriormente, mas *esquecida*, como vimos.

Uma comissão integrada pelo médico Dr. José Martins da Cruz Jobim, diplomado pela Universidade de Paris, Manuel José de Oliveira, do Regimento de Artilharia da Corte e Estevão Alves de Magalhães apresentou relatório, em 1831, com o plano de construção de uma casa de correção, onde hoje se encontra a Faculdade de Direito, na Praça da República, o que não se efetivou. Posteriormente, o governo da Regência adquire uma chácara em Catumbi, "com suficiente água e grande pedreira" (9), em 1833, dando-se início à sua construção, sob a inspeção de uma comissão. Azevedo informa que "os planos e reflexões publicados em 1826 pela comissão da Sociedade Inglêsa para Melhoramento das Prisões Correcionais" serviram de guia para as obras, sendo que "sessenta condenados foram trabalhar no edifício". (p.443) Através de um plano de subscrições a referida Sociedade desenvolve o projeto e reúne recursos adicionais de loterias concedidas pelo Tesouro público, para dar cabo à tarefa de viabilizar essa nova proposta de aprisionamento.

O projeto de Regulamento foi feito pelo Dr. Francisco de Carvalho Moreira, depois Barão de Penedo, o qual foi expedido pelo Decreto de 6 de julho de 1850, que coincide com a inauguração formal da Casa de Correção, embora sua construção ainda se arrastasse por muitos anos. Nesse período de construção e de institucionalização, de 1835 a 1850, Tomé Joaquim Tôrres foi o seu diretor.

Direcionada à correção dos presos, superando o modelo de encarceramento até então existente, conforme já visto, representado pelas *masmorras*, a instituição incorpora, em 1837, escravos oriundos do calabouço do Castelo, sendo também posteriormente criado o Asilo de Menores, em 1858, transformado em Instituto de Artesão regulamentado em 1860. Tratava-se de crianças abandonadas levadas pela polícia ou de indigentes encaminhados por seus tutores. Além disso, em 1859 começa a funcionar no novo raio construído a Detenção, "separada da Correção e a cargo do Chefe de Polícia que para ali remete os presos das detenções das freguesias e do xadrez da Polícia". (10) Ademais, conforme Azevedo, "loucos furiosos" e "loucos pacíficos" são internados na Correção, por não serem aceitos no Hospício Pedro II, que alegava não poder responsabilizar-se pela segurança dos seus próprios internos.

O Regulamento da Casa previa tratamento diferenciado para os diversos tipos de condenados, os da divisão correcional (menores, mendigos e vadios) e os da divisão criminal (subdividida em três classes: na 1ª ficavam os condenados ao trabalho que chegavam à Casa; os que tiveram comutação das multas pecuniárias em trabalho e os que voltavam das 2ª e 3ª classes. Na 2ª os que, após um ano, tivessem bom comportamento, sendo vedada por três anos aos que reincidissem. Na 3ª os que tiveram bom comportamento durante dois anos, sendo vedada por quatro anos aos que reincidissem). Para o cumprimento desse regime de recompensas e punições, segundo as lições de Bentham,

> "... há sempre quem o vigie, há como um olhar que penetra através das paredes e das grades, dos tetos, e das abóbadas, e que vê e examina tudo; e por saber que existe essa vigilância contínua, essa sentinela de todos os dias, de todas as horas e instantes permanece o condenado obediente à disciplina da casa. (Azevedo, p.450)

O novo sistema de punição e inspeção produz informações sobre o prisioneiro, desde a entrada na instituição, em diversos processos identificatórios: registro em livros de matrícula, indumentária própria a cada classe, um número ao invés de um nome,

relatórios publicados e, especialmente, fotografias, que imprimem uma identidade do preso, portador de estigmas, informações sociais transmitidas no próprio corpo e agregadas aos arquivos do sistema prisional. A produção de um saber sobre o condenado é uma prática prevista pelo sistema (art.6º do Regulamento), que aprimora a técnica do exame, permitindo um acréscimo de poder às instituições do Estado. O poder produz um saber que reforça o controle sobre o preso.

3 Imagens, caricaturas, estigmas: identificando o prisioneiro

Entre as estratégias de saber e poder desenvolvidas na Casa foi instituída a fotografia, documento identificatório que produz imagens desses homens martirizados, pagadores de penitências, que carregam as marcas da difamação e sobre os quais são produzidas *identidades deterioradas*, para usar uma expressão de Goffman (11). O médico-diretor Almeida Vale "fundou uma oficina de fotografia, onde são retratados os sentenciados, os vagabundos e outros presos dos quais necessita a Polícia possuir os retratos". (12, p.449). As representações da prisão são construídas em diversos documentos, mas também através da fotografia, mecanismo utilizado pela instituição para produzir um saber sobre o prisioneiro. São imagens fabricadas e com as quais os prisioneiros são identificados, segundo representações que (a) consolidam o objeto representado; (b) substituem o real na sua intencionalidade narrativa e imagética. O preso, ao fugir, pode ser recapturado pela polícia que requisita sua foto; (c) espelham traços que são atributos de uma identidade deteriorada, aludindo ao desvio da norma, à evidência do mal, ao perigo, à desgraça e ao descrédito, em contraposição a uma identidade social virtual, cujas exigências de aceitação foram por eles descumpridas, na medida em que romperam o pacto social; (d) indicam a submissão física ao poder; (e) reforçam elementos negativos que os tornam indesejáveis e passíveis de rejeição e exclusão social; (f) imprimem significados de um documento-verdade, atingindo, pelo imaginário, a memória social transmitida em imagens. Ao contrário das fotografias de

estúdio das elites cultivadas - individuais ou em grupo - tão comuns no século XIX, gramourizadas no enquadramento organizado em espaços ornamentados, esses personagens, homens infames portam também imagens do vício e da criminalidade suscitando medo, repúdio e condenação social.

O mesmo diretor-médico inaugura, em 1868, uma escola, prevista no Regulamento, regida pelo capelão da Casa, visando ensinar a ler e a escrever, e as quatro operações aritméticas (art.167). Pouco sabemos, até o momento, sobre o seu funcionamento. Há notícias sobre a criação, em 1870, de uma biblioteca para os presos, com 300 volumes (Azevedo, p.446), indicador de que as atividades escolares avançaram. A análise desses títulos, caso estejam documentados, poderia iluminar questões sobre a proposta de transmissão de idéias aos internados.

Metáforas da ignomínia, a prisão se assemelha ao túmulo, morte em vida, contrariando os princípios estabelecidos nos discursos oficiais que abominavam os castigos e suplícios, mas que, cotidianamente, são incorporados às práticas institucionais como parte do processo de correção: a prisão solitária e a prisão obscura, a punição exemplar, a tortura. Ao invés de corrigir instituindo o trabalho como valor, proposta inicial, essa prisão produz a reincidência, o suicídio, a evasão, a doença e a morte, conforme as estatísticas constantes dos relatórios dos diretores da Casa. Da mesma forma que a sociedade exclui e discrimina, a prisão – instituição de seqüestro - reproduz a ordem escravocrata e a diferenciação entre classes, que define o lugar de cada um e o regime de penas e recompensas, privilégios e punições.

O termo *caricatura*, que permeia este trabalho, seria uma espécie de expressionismo, com deformação de traços e características, no intuito de acentuá-los para produzir sentido e sugerir significados. Se há uma imagem possível que represente a vida desses prisioneiros esta é, certamente, a do abismo existencial, mas também das desigualdades sociais com óbvias ressonâncias no funcionamento da sociedade. A

(im)possível prisão está longe de dar conta da criminalidade. Ao instituir hábitos cotidianos sob a lógica do cárcere, imprime marcas próprias da instituição, colocando para o ex-prisioneiro o desafio de esquecê-los do lado de fora de seus muros, caso contrário será fatalmente um reincidente.

4 Notas e citações

(1) Ver Foucault, M. O olho do poder. In: ___. *Microfísica do poder*. 11ª. ed. Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
(2) Consta que em 8 de julho de 1769 uma carta régia "mandara estabelecer uma casa de correção no Rio de Janeiro, mas ficou essa idéia em esquecimento...". Ver Azevedo, Moreira de. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3ª. Ed. V.2, Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1969. (Coleção Vieira Fazenda). P. 441.
(3) O princípio do panóptico, "o olho que tudo vê", tal como foi formulado pelos irmãos Bentham, foi aplicado especialmente nas prisões e pressupõe vigilância sistemática sobre os prisioneiros, em suas virtualidades, no qual a luz desempenha função primordial, sendo disposta no sentido de deixar ver os que estão atrás das grades e nos demais espaços da instituição prisional. Foucault, M. op. cit., p.210
(4) Bentham, J. Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.7, n.14, março/agosto de 1987.
(5) Foucault, M. Sobre a prisão. In: ___. *Microfísica do poder*. 11ª. ed. Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 133
(6) Situada na rua de mesmo nome, no trecho da rua da Prainha (hoje Praça Mauá) próximo à ladeira da Conceição, que hoje corresponderia à rua do Acre. Ali existiu, no final do século XVIII, o Aljube, termo que vem do árabe *al-jubb* (cisterna, masmorra, cárcere), uma prisão apenas para eclesiásticos, até a vinda da família real, quando passou a receber presos comuns. Foi demolida em 1906. Ver Cardoso, E.D. et al. *Saúde, Gamboa e Santo Cristo*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, 1987.
(7) Azevedo, Moreira de. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3ª. Ed. V.2, Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1969. (Coleção Vieira Fazenda).
(8) Sant'Anna, M.A. *De um lado punir, de outro reformar: projetos e impasses em torno da implantação da Casa de Correção e do Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002.
(9) Azevedo, Moreira de. op. cit., p..442.
(10) Azevedo, Moreira de. op. cit., p..455.
(11) Gofman, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
(12) Azevedo, Moreira de. op. cit., p..449.

Nacional-socialismo em almanaques de língua alemã no Brasil(1933-1939) [1]

Imgart Grützmann [2] – PUCRS

Os almanaques em língua alemã constituíram-se, a partir da segunda metade do século XIX, em uma das principais produções culturais impressas destinadas aos imigrantes e seus descendentes no Brasil. No âmbito da imprensa escrita, a designação almanaque(Kalender) refere-se a um meio de comunicação de massa, editado anualmente, que se utiliza da linguagem verbal e não-verbal, destinado à informação, ao entretenimento e à formação. Este tipo de impresso apresenta como características estruturais básicas o calendário, a prática e as opções de leitura em sentido restrito. A página do calendário constitui o cerne e a parte constante do almanaque desde o seu surgimento no século XV, na Alemanha, na qual são apresentados um conjunto de informações sobre a cronologia e o ano em curso, incluindo o calendário anual dividido em meses. A prática, como sugere seu nome, reúne informações e dicas úteis para a administração do quotidiano dos leitores, entre eles tabelas de juros, tarifas postais e telegráficas, orientações jurídicas, conselhos medicinais, dicas de culinária e orientações para as atividades agrícolas. As opções de leitura em sentido restrito, em geral destinadas ao entretenimento e à formação, cujas temáticas variam conforme a linha editorial e a época de circulação do almanaque, compreendem entre outras anedotas, aforismos, poemas, contos, chistes, matérias de cunho histórico, cultural e religioso e relatos de viagem. A difusão de textos de natureza diversa e a mistura de assuntos variados acompanham o almanaque desde o seu surgimento, características essas que lhe conferem um caráter compósito e “enciclopédico”.

Este tipo de periódico também foi, na década de 1930, um veículo de difusão dos pressupostos e das imagens do nacional-socialismo entre os leitores de fala alemã no Brasil. A presente comunicação, de caráter descritivo, visa apresentar os almanaques em língua alemã publicados, nesta década, em Santa Catarina e em São Paulo que possuem como uma de suas diretrizes a divulgação deste ideário. A breve análise desses periódicos centra-se nas suas condições de produção e nos tipos de textos utilizados para a difusão do

nacional-socialismo. O estudo aprofundado desses almanaques e das representações contidas nas matérias permeadas pelo ideário nazista são objeto de uma pesquisa maior que está em andamento.

Em Santa Catarina, o ideário nacional-socialista foi difundido pelo **Blumenauer Volkskalender,** publicado em Blumenau, para os anos de 1933 a 1938. Sua organização e impressão estava a cargo de Nietsche & Hömke, proprietários da Empreza Gráfica, estabelecida na mesma cidade, na rua Piauí, nr.17 que, na década de 1930, compreendia uma litografia, uma impressora off-set e de livros, uma oficina de trabalhos em cartonagem e uma fábrica de carimbos de borracha. Seu mercado consumidor englobava Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Ceará.[3] A Empreza ainda possuía uma repartição destinada à comercialização de artigos de escritório, instrumentos musicais e artigos para presentes.

O litógrafo Fritz Nietsche, um dos sócios da Empreza Graphica, que nasceu, em 1889, em Böhmen(Boêmia), na República Tcheca, tornou-se membro do Partido Nazista em agosto de 1930. De 1932 a 1934, Nietsche foi dirigente do grupo local do Partido em Blumenau, atuando também até 1934 como seu dirigente estadual.[4] Além do almanaque, a Empreza Graphica ainda editava, em comissão, o **Mitteilungs-Blatt der NSDAP-Ortsgruppe Blumenau,** periódico mensal organizado pelo grupo local do Partido Nazista em Blumenau que circulou de 1933 a 1934.[5] O **Blumenauer Volkskalender** era distribuído, em Blumenau, pela Livraria Starke & Cia, mais tarde Siewert & Cia., estabelecida na rua 15 de Novembro, nr.43, que também comercializava outros periódicos nazistas, entre eles **Völkischer Beobachter, Illustrierter Beobachter** e **Landpost.** O almanaque possuía como representante comercial Hermann Gönnemann, também membro do Partido, que viajava por diversos Estados com o objetivo de angariar anúncios publicitários e divulgar o periódico. [6]

O vínculo do **Blumenauer Volkskalender** ao nacional-socialismo verifica-se na denominação que adota para seus leitores: **Volksgenossen**(compatriotas), termo esse revitalizado por esse ideário. [8] Este almanaque difundia e defendia nos seus editoriais as idéias de comunidade étnica(Volksgemeinschaft) como o "fundamento de uma verdadeira paz política, econômica e social"[9], de pureza racial, de renascimento da Alemanha com a

ascensão de Adolf Hitler ao poder, de exemplaridade do nacional-socialismo e da nação alemã. Ainda nessa linha, o almanaque lutava contra o comunismo, considerado o "inimigo mundial".[10] No editorial de 1938, o anticomunismo também foi um dos pontos ressaltados pelos editores em relação à decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, pois, na sua opinião, Vargas dera um "infinito, imenso e decisivo passo "[11] para a paz no País e para a destruição dos bolchevistas.

Na estrutura do almanaque, o principal ponto de discussão dos conceitos do nacional-socialismo ocorria na rubrica destinada ao noticiário, introduzida no volume destinado ao ano de 1934 e publicada até 1938, que teve vários títulos, entre eles **Rückschau und Ausschau.** Tratava-se de um panorama das notícias nacionais e internacionais elaborado pelos editores do periódico, no qual a Alemanha possuía um lugar de destaque. Nessa seção ocorria a apologia ao "renascimento" da Alemanha e aos feitos de Adolf Hitler, o apoio às medidas de neutralização do Tratado de Versalhes, a veiculação de representações anti-semitas e anticomunistas e o apelo à formação da comunidade étnica(Volksgemeinschaft), conceito central do nacional-socialismo.

Um segundo conjunto de textos, em sua maioria de autores alemães, abordava outros aspectos do nacional-socialismo, entre eles o conceito de trabalho, a importância do colono na regeneração do povo, a busca das origens e o mártir do movimento – Leo Schlageter. O **Blumenauer Volkskalender** ainda destacou-se pela publicação direta de artigos, crônicas e contos extraídos de periódicos nacional-socialistas: **Völkischer Beobachter, Illustrierter Beobachter** e **Landpost. Nationalsozialistisches Zentralorgan der deutschen Bauern.** A ligação do almanaque com a Alemanha e o nacional-socialismo também se verificava na página do calendário onde, ao lado das datas comemorativas brasileiras, havia a enumeração de datas referentes à história alemã e o calendário nazista de festividades, entre elas 30 de janeiro, dia da ascensão de Adolf Hitler ao poder, 20 de abril aniversário de Hitler e primeiro de maio, dia do trabalho alemão.

Outra modalidade de difusão do nacional-socialismo ocorria por meio da publicidade de livrarias que comercializavam ou editavam publicações nazistas, como a Starke & Cia. e

da Editora **Deutsche Morgen**, de São Paulo, que publicava o jornal **Deutsche Morgen,** órgão oficial do Partido no Brasil, o almanaque **Volk und Heimat** e **DJN – Radio**, a revista de rádio mensal com a programação da emissora alemã de ondas curtas. Outra forma de difusão consistia na publicação de anúncios dos locais de propriedade de membros do Partido(Parteigenossen) ou por eles freqüentados, entre os quais estavam o **Hotel zum Hirschen,** de Emil Russig, localizado na rua Victoria, nr. 46, na cidade de São Paulo; Tinturaria, Lavanderia e Casa de Gêneros Alimentícios de Carl Meinecke, situada em Blumenau, na rua 15 de Novembro, nr. 4.

A publicidade presente no **Blumenauer Volkskalender** também permitiu verificar o raio de abrangência do almanaque que se estendia para além de Blumenau e seus arredores. Ele circulava no Paraná, em Curitiba, Rio Negro, Castro, Ponta Grossa; em Santa Catarina, em Indaial, Timbó, Dalbergia, Rio do Sul, Trombudo, Gaspar, Brusque, Itajaí, Camboriú, Florianópolis, São Francisco do Sul, Joinville, Jaraguá do Sul, Hansa-Humbold(hoje Corupá), São Bento, Oxford, Pomerode; no Rio Grande do Sul, em Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo, Hamburgo Velho, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Ijuí e Santo Ângelo. Além dessas localidades, o almanaque ainda possuía anunciantes de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia e da Alemanha, especialmente em Ludwigshafen, München, Esslingen e Aschaffenburg.

Em Santa Catarina, a difusão do nacional-socialismo ainda ocorreu por meio **Landwirtschaftliche Kalender für Land und Gartenbesitzer in Brasilien** que, em sua segunda fase, foi publicado para os anos de 1930-1934 e 1938, em Brusque. A organização e impressão deste almanaque agrícola esteve a cargo de Erich Straetz, proprietário da Tipografia Mercúrio que, além do almanaque, imprimia livros de temática agrícola, o jornal **Rundschau. Organ zur Förderung gemeinnütziger Interessen,** que circulou de 1922 a 1937, e diversos artigos tipográficos. Straetz ainda era proprietário da Livraria Straetz na qual comercializava livros destinados à agricultura, ao entretenimento, periódicos de diversas tendências, do Brasil e do exterior, e sementes de hortaliças.

A difusão dos pressupostos do nacional-socialismo no **Landwirtschaftlicher Kalender** ocorreu no volume destinado ao ano de 1938 mediante a introdução da rubrica **Aus der alten Stammesheimat.** Nela, "o colono brasileiro-alemão deverá ser informado sobre o que foi criado na nova Alemanha pelo trabalho de reconstrução do **Führer** e sobre o que a unidade de um povo, destinado por outros à decadência, é capaz de realizar."[12] O editor partia do pressuposto de que os "pioneiros da cultura", isolados no interior e nas matas, em luta pela conquista do seu novo lar, deveriam "reconhecer, nessa rubrica, que podiam se orgulhar do fato de serem compatriotas(Volksgenossen) e descendentes de um povo que, por si mesmo, conquistou o lugar que lhe era devido na família dos povos."[13]

Como este almanaque era uma publicação destinada preferencialmente aos agricultores, a ênfase da propaganda nacional-socialista recaía em elementos que pudessem cativar esse segmento de leitores. A maioria dos poemas e das matérias centravam-se na glorificação e valorização da figura do colono e da vida rural. Pregava-se, com base na ideologia do solo e do sangue, a idéia de que o camponês constituía a fonte de vida e de regeneração do povo alemão e era responsável pela manutenção da sua pureza racial e dos seus costumes, na medida em que estava em contato íntimo com as forças telúricas e vivia alheio às influências estrangeiras. [14] Além desses textos, o almanaque ainda publicava relatos com os quais os leitores, pelas atividades que desempenhavam, pudessem de alguma maneira se identificar, entre eles a situação dos agricultores sob o regime nazista, sobre a festa da colheita em Bückerberg, Alemanha e sobre o Congresso dos Alemães Nacional-Socialistas no Exterior, organizado pela **Auslandsorganization der NSDAP,** realizado em Stuttgart. Outra modalidade de difusão consistia em aforismos, em sua maioria da autoria de Adolf Hitler, que tematizavam a importância do sangue e a idéia de que as fronteiras de um povo não coincidem com os limites políticos. A publicação de slogans e de frases curtas era uma das estratégias da propaganda nazista. [15]

A análise da publicidade do **Landwirtschaftlicher Kalender** evidenciou que este almanaque circulava para além de Brusque. Seus principais anunciantes procediam de

Curitiba e Ponta Grossa, no Paraná, e das seguintes localidades de Santa Catarina: Blumenau, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra e Pomerode.

Na cidade de São Paulo, a difusão do nacional-socialismo ocorreu por meio do **Volk und Heimat. Kalender für das Deutschtum in Brasilien.** Este almanaque foi editado para os anos de 1935 a 1939 a cargo do jornal **Deutscher Morgen** que, a partir de 1934, tornou-se órgão oficial da seção que coordenava as atividades do Partido Nazista em todo o Brasil(**NSDAP- Landesgruppe Brasilien)** dirigida por H. von Cossel. O **Volk und Heimat** foi criado, conforme evidencia seu editorial de lançamento, com o objetivo central de "colaborar na grande missão que o Führer da nova Alemanha colocou para si: reunir os alemães em todo o mundo numa única comunidade espiritual e de sangue" [16] e de dar voz ao novo espírito que se tornou realidade na Alemanha nos dois últimos anos cujo cerne se expressava na fórmula "o bem-estar coletivo está acima do bem-estar individual". [17]

Para a concretização dessa missão os editores do **Volk und Heimat** disponibilizaram aos leitores um conjunto significativo de textos de diversas formas que difundiam os principais conceitos do nacional-socialismo: povo(Volk), pureza racial, terra natal(Heimat), comunidade étnica(Volksgemeinschaft), solo e sangue(Blut und Boden), trabalho, a supremacia do coletivo sobre o individual, bem como representações anti-semitas e anticomunistas.

Uma das modalidades de propaganda nacional-socialista consistia na publicação de discursos de Adolf Hitler, especialmente aqueles proferidos nos Congressos do Partido em Nürnberg, e de outros integrantes do movimento como Alfred Rosenberg. Uma segunda estratégia de divulgação direta do ideário nacional-socialista consistia na publicação de aforismos de Adolf Hitler e de Ernst Wilhelm Bohle, dirigente distrital da **Auslandsorganisation der NSDAP,** com sede em Berlim.

Outra estratégia de propagação do ideário nazista consistia na veiculação de diversos tipos de textos(poemas, artigos e crônicas)da escritora alemã Maria Kahle que na década de 1910 trabalhou em São Paulo. Suas canções e seus poemas, centrados na manutenção da germanidade e dos laços de pertença com a Alemanha, circularam pela maioria dos

almanaques em língua alemã editados no Brasil nessa época e nas décadas de 1920 e 1930. Entre a intelectualidade de orientação étnico-nacionalista no Brasil, Maria Kahle gozava de grande prestígio. Em 1934, ela também foi enviada ao Brasil pelo **Verein für das Deutschtum im Ausland,** associação alemã voltada para o fomento da germanidade no exterior, para apresentar a nova Alemanha aos imigrantes e seus descendentes, iniciativa essa que se concretizou numa viagem de vários meses pelas principais localidades de imigração alemã no País. Em virtude dessa trajetória de Maria Kahle, a publicação de suas produções no **Volk und Heimat** estava assentada num lastro comum entre autora e público leitor, passível de facilitar o processo de recepção das idéias nacional-socialistas.

Dentro dessa proposta de difusão da propaganda nacional-socialista, o almanaque também publicava as trajetórias de vida dos principais dirigentes nazistas, entre eles Adolf Hitler, Rudolf Hess e Ernst Wilhelm Bohle, notícias sobre os Congressos do Partido, em Nürnberg, e sobre as atividades do Partido no Brasil. Neste almanaque, as fotografias de diversos tipos desempenharam um papel central na difusão do nacional-socialismo. Foram publicadas fotos: dos dirigentes do alto escalão do Partido Nazista com suas insígnias; de festividades realizadas pelo Partido, entre elas os congressos anuais realizados em Nürnberg e a festa da colheita em Bückerberg; de seções do Partido, entre elas a Juventude Hitlerista e seu dirigente Baldur von Schirack; de paisagens alemãs que, nessa época, eram consideradas um elemento da identidade étnico-nacional.

Com o intuito de concretizar a comunidade étnica e construir um sentimento de pertença ao povo alemão, o **Volk und Heimat** divulgou um conjunto de matérias que tematizavam a vida dos alemães no exterior e sua luta pela manutenção da germanidade. Essa idéia de rede e de vínculo a uma unidade maior também se concretizava na publicidade. No **Volk und Heimat**, da mesma forma que no **Blumenauer Volkskalender,** os leitores encontravam assinalados alguns locais de encontro dos membros do Partido no Brasil, entre eles Bar Hamburg, de Pelotas; Bar Hindenburg, em Porto União; Hotel Independência, em São Leopoldo; Hotel Krüger, em Rio Grande; Café Flori, em São Bento do Sul.

Embora o **Volk und Heimat** fosse editado em São Paulo, sua circulação foi bem mais ampla. O exame da publicidade, que ocupou considerável número de suas páginas, evidenciou que o periódico circulava no Rio Grande do Sul nas localidades de Rio Grande, Pelotas, São Leopoldo, Hamburgo Velho, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Getúlio Vargas, Erechim, Marcelino Ramos, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Panambi, Carasinho, Passo Fundo; no Estado de Catarina, em Cruzeiro do Sul, Porto União, São Bento do Sul, Jaraguá, Blumenau, Indaial, Rio do Sul, Brusque, Florianópolis, Itajaí, Joinville; no Paraná, em Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro e Paranaguá; em São Paulo, na Capital, Santos, Campinas e Rio Claro. O almanaque ainda possuía anunciantes da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

A breve análise dos almanaques demonstrou que seus editores investiram, por meio de diversas linguagens, na difusão do nacional-socialismo, procurando também colocar seus leitores em contato direto com os principais teóricos desse movimento. Por meio do exame dos anúncios publicitários, ficou evidente que havia um grupo grande e variado de anunciantes, entre eles industriais, comerciantes e profissionais liberais, que apoiavam a edição de almanaques voltados para a propaganda nazista. O número de matérias publicadas e o alcance desses almanaques, como se verificou pela publicidade, foram mais significativas do que a historiografia vinha registrando.

Notas

---

[1] Esta comunicação apresenta resultados parciais da pesquisa **Leituras de almanaque na América Latina: imprensa em língua alemã e práticas culturais no Brasil, na Argentina e no Chile(1895-1941)**, na categoria pós-doutorado no País-CNPq, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa J. Reichel, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

[2] Doutora em Letras - PUCRS.

[3] EMPREZA GRAPHICA NIETSCHE & HÖMKE. *Blumenauer Volkskalender,* 1933, p.336.

[4] MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro.* (Doutorado em Filosofia). Technische Universität zu Berlin, 2002. P.172.

[5] ARNDT, Karl J.R.; OLSON, May E. *The German Language Press of Americas. 1732-1968.* Pullach/München*:* Velag Documentation, 1973.P.111; MORAES. Op. Cit. P.129.

[6] BESUCH. *Fürs Dritte Reich,* Porto Alegre, 01.04.1937, p.7.

[8] SCHMITZ-BERNING, Cornelia. *Vokabular des Nationalsozialismus***.** Berlin; New York: de Gruyter, 2000. P.660-664.

[9] NIETSCHE & HÖMKE. An unsere Leser! Neujahrsgruss 1936***,*** *Blumenauer Volkskalender,* Blumenau, 1936, p.1.

[10] NIETSCHE & HÖMKE. An unsere Leser! Neujahrsgruss 1937, *Blumenauer Volkskalender*, Blumenau, 1937, p.5.

[11] NIETSCHE & HÖMKE. An unsere Leser! Neujahrsgruss 1938, *Blumenauer Volkskalender***,** Blumenau, 1938, p.5

[12] DER VERLAG. Dem achten Jahrgang mit auf dem Weg. *Landwirtschaftlicher Kalender,* Brusque, 1938, P.7-8.
[13] Idem. Ibid. p.8
[14] Cf. GLASER, Hermann. *Das Dritte Reich. Anspruch und Wirklichkeit.* Freiburg im Bresgau: Herder, 1963; LENHARO, Alcir. *Nazismo. "O triunfo da vontade".* São Paulo: Ática, 2003.
[15] D'ALESSIO, Marcia Mansor; CAPELATO, Maria Helena. *Nazismo: política, cultura e holocausto.* São Paulo: Atual, 2004. P.45.
[16] DAS JAHRBUCH 'VOLK UND HEIMAT' AN SEINE LESER! *Volk und Heimat,* São Paulo, 1935, p.3.
[17] Idem. Ibid.

Arqueologia das indústrias calçadistas de Novo Hamburgo em seu período fabril (1890-1920)

Inês Caroline Reichert- Feevale

No espaço deste texto, procurarei apresentar a proposta de pesquisa, e seus resultados iniciais, que está sendo desenvolvida por mim no contexto do Grupo de Pesquisa Cultura e Memória da Comunidade, do Centro Universitário Feevale. O projeto, intitulado de "Sapateiros e sapatos: arqueologia das indústrias calçadistas de Novo Hamburgo em seu período fabril (1890-1920)", propõe uma abordagem arqueológica do processo de urbanização que focalize as mudanças ocorridas na vida social urbana com o advento da indústria calçadista na cidade, no período de sua instalação, baseado no processo artesanal de produção. A partir do foco em unidades fabris estabelecidas no final do século XIX e início do século XX, procurarei analisar e interpretar práticas cotidianas ligadas ao trabalho, inseridas nos contextos históricos brasileiros, entrelaçando-as ao processo de construção de uma modernidade nacional no período. Busca-se estabelecer uma relação entre os contextos arqueológicos evidenciados, os materiais recuperados e os discursos e práticas marcadas por uma influência do processo de industrialização europeu.

O recorte temporal colocado pela pesquisa propõe a análise da fábrica calçadista quando da instalação das primeiras unidades na cidade de Novo Hamburgo, em finais do século XIX e início do século XX. A interpretação pretendida se coloca sobre as relações de trabalho que se estabelecem neste momento, a partir de especializações de funções e outras formas de trabalho, através das quais foram inscritos novos modos de ser trabalhador, com valores e representações sociais sobre este trabalho antes desconhecidos. A partir deste objeto

de pesquisa, também se colocam como focos de análise: a forma de estruturação espacial das fábricas de calçado no período de seu processo fabril de produção; a ocupação dos espaços da cidade que estas fábricas realizam e que impactos tiveram sobre eles; os grupos sociais que se ligaram aos espaços da fábrica, e aos espaços adjacentes a elas, e os grupos sociais que foram deslocados desses espaços; e as relações recíprocas estabelecidas entre o homem (sapateiro) e o artefato (sapato) que é feito por ele.

A cidade de Novo Hamburgo tornou-se conhecida nacionalmente por sua produção industrial do calçado, uma vocação que se estabelece já desde o século XIX e que, portanto, está intrinsecamente relacionada à formação identitária da cidade. Atualmente, insere-se, juntamente com outras cidades da região, em um pólo coureiro-calçadista. No entanto, em que pese a relevância histórica do setor para a economia da cidade, iniciativas voltadas para a preservação da memória social sobre a questão são ainda muito tímidas e somente receberam uma maior atenção com a criação do Museu Nacional do Calçado, através dos projetos de pesquisa desenvolvidos a partir deste espaço. Em termos de patrimônio arqueológico como parte da memória da cidade, no sentido da construção de sentidos e significados pela população, não há ainda nenhum trabalho realizado. Esta realidade me instingou a agir na direção de aproximar mais as pessoas do patrimônio arqueológico, de maneira a oportunizar a apropriação destes bens patrimoniais, sua resignificação e a construção de memórias. Sublinho que a relevância social deste projeto reside, principalmente, na questão da preservação do patrimônio histórico e cultural, direito à memória que possuem todos os cidadãos, e cujo patrimônio arqueológico integra de maneira substancial, diversificando os registros da memória social e possibilitando, em nome das gerações atuais e futuras, a reconstituição do passado histórico e regional (Kern, 2002, p. 26). Nesse sentido, o projeto de pesquisa desenvolvido prevê a realização de atividades de Educação Patrimonial durante todo o processo de pesquisa, de forma a cumprir com o compromisso de uma Arqueologia Pública cada vez mais

engajada com a construção da cidadania, como nos exorta Juliani (2002, p. 64).

> Desta maneira, na gestão sócio-ambiental das cidades, o patrimônio arqueológico deve ser considerado como representativo do que a sociedade valoriza e sobrevive como representação do passado. Mais do que simples registros dos passado, os recursos históricos e arqueológicos são considerados como a expressão de experiências e valores coletivos, dos quais os cidadãos podem inferir um senso de identidade e significado e encontrar segurança naquilo que podem realizar. É, portanto, considerado vital que, para o resgate dos sentimentos de pertencimento, promova-se a conservação, desenvolvimento e apreciação do patrimônio.

Considerando a rede de processos e fenômenos sociais que se estabelecem entre uma cidade e seu entorno, identifico este trabalho com a chamada Arqueologia Urbana, uma Arqueologia que se insere em uma perspectiva mais ampla, denominada de Arqueologia Histórica. Segundo Prous, "Por definição, a arqueologia histórica se volta para o estudo de vestígios que evidenciam influência européia, para a qual se dispõe de documentos escritos" (1992, p. 543). A definição do que vem a ser um sítio histórico tem sido empreendida por inúmeros arqueólogos históricos estrangeiros e brasileiros, e não pretendo apresentar estas discussões no espaço deste texto. Considerando que o objeto de pesquisa encontra-se inserido em um contexto histórico relacionado ao processo de industrialização no Brasil, aproximo-me da definição adotada por Tochetto, que postula a conceituação de uma Arqueologia vinculada à investigação sobre o mundo moderno (*ibidem*, p. 6).

Segundo Thiesen (2003, p. 169), o estudo das fábricas e suas instalações complementares, realizado sob o cunho da Arqueologia Industrial, um ramo da Arqueologia Histórica, surgiu na Inglaterra, na década de 1950 e, desde então, inúmeros trabalhos têm sido realizados nos EUA e Europa. No Brasil, o processo de industrialização, desde o sistema fabril, tem sido pesquisado a partir de diversas perspectivas, e regionalmente, os principais estudos foram realizados por Pesavento (1985) e Reichel (1978). Contudo, a análise dos contextos específicos onde se realiza o processo de industrialização, a fábrica em si, está apenas

iniciando, registrando-se o pioneiro trabalho da arqueóloga Beatriz Thiesen, a respeito do contexto arqueológico das indústrias em Porto Alegre. A Arqueologia Industrial possui como objeto de estudo o artefato e a relação de intencionalidade entre o homem e o artefato produzido, no caso, o sapateiro e o sapato, possibilitando a compreensão de aspectos não-materiais da cultura, a partir da sua materialidade.

As fábricas são entendidas, no contexto deste projeto de pesquisa, como artefatos, ao lado do maquinário e dos objetos produzidos em seu interior; neste sentido, as formas arquitetônicas e a própria organização e articulação do espaço são vistos como um discurso através do qual se pode ter acesso às representações dos grupos que viveram e construíram esses espaços. Assim, o estudo que parte da fábrica calçadista e enfoca as transformações na vida social da cidade poderá trazer novas perspectivas para a compreensão da sociedade capitalista urbana. Acrescente-se a estes aspectos, a preservação do patrimônio arqueológico, um dos suportes da memória da comunidade, como um dos avanços e resultados esperados com o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que a Arqueologia como suporte à memória das cidades é assunto ainda pouco explorado em nosso País.

Uma pesquisa como a que se propõe tem características que devem ser consideradas: na impossibilidade de realizar escavações (em áreas urbanas esta metodologia é bastante limitada), é necessário buscar outras formas de chegar ao objeto. Neste sentido, Thiesen (2003, p. 177), aponta para as propostas apresentadas pela arqueologia da paisagem que têm se mostrado “como um caminho de grande potencial para a compreensão de sociedades do passado, (...) e ela pode - e deve – ser considerada como uma fonte importantíssima para compreender a vida (...) do passado”. Assim, o sistema fabril calçadista, quando de seu momento inicial (1890-1920) na cidade, será tomado como um elemento da paisagem urbana. No entanto, Tochetto (2004, p.13) destaca, pela experiência desenvolvida através de dez anos

de projetos voltados para a Arqueologia Histórica em Porto Alegre, que apesar do intenso e contínuo uso do solo urbano através de aterros, terraplanagens, construções, demolições, entre outras formas de alterações do solo e do subsolo, uma parcela considerável do patrimônio arqueológico encontra-se preservada, contendo vestígios de ocupações pretéritas.

Partindo do pressuposto que a fábrica constitui-se num *locus* privilegiado para a compreensão da sociedade capitalista urbana, o estudo visa analisar as relações entre a implantação das indústrias e a paisagem urbana, em seus níveis físico, social e simbólico, tomando a cidade como um sítio arqueológico, como um todo, cujas diversas partes estão inter-relacionadas. Tochetto (2004, p.14) ressalta a importância de pesquisas que se voltem para a inter-relação das diferentes ocupações do espaço urbano e sua leitura interpretativa, uma abordagem necessária para uma Arqueologia que se contextualiza espacialmente na cidade. Segundo esta autora

> as relações entre diferentes elementos arqueológicos dos sítios (intra-sítio), entre os sítios (inter-sítios) e entre o ambiente que as abrange, devem ser realizadas segundo o contexto histórico em que se inserem. É nesta rede de relações que foram interpretadas as práticas cotidianas, como operavam e seus significados, partindo dos contextos arqueológicos dos sítios específicos. Interpretar significados, assim, passa necessariamente por relação, analogia, contextualização (*ibidem*, p 17)

A contextualização em Arqueologia requer, portanto, a inclusão de categorias de análise que considerem variações temporais, espaciais e tipológicas, para o estabelecimento de relações e analogias que permitam a construção de quadros de referência para a cultura material dos sítios arqueológicos estudados.

As fontes históricas relacionadas ao processo de industrialização da cidade, e que estão sendo identificadas e analisadas, constituem-se a partir de vários acervos: da imprensa

da época; de documentos de registro das empresas junto a órgãos públicos; de documentos administrativos de cada empresa, em arquivos particulares; de fotografias constantes de acervos públicos e particulares; de relatos de viajantes que registraram o período; da memória social sobre as pioneiras indústrias de calçado, a partir da História Oral com os descendentes das famílias fundadoras destas primeiras fábricas. Além das fontes históricas arroladas, registra-se a importância da historiografia sobre imigração alemã na região, contando com obras clássicas, para o estudo das primeiras fábricas de calçado e suas relações com o processo de urbanização da cidade. Sobre a cultura material, registre-se que serão pesquisados materiais e peças existentes sobre a temática nos acervos já constituídos, no sentido de estabelecer-se uma tipologia para a cultura material que será encontrada nos sítios arqueológicos estudados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE LIMA, Tânia (et al). A Tralha Doméstica em Meados do Século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Publicações Avulsas*, n º 1. São Paulo: Dédalo, 1989. p. 205-230.

2. CARLE, Cláudio; OLIVEIRA, Alberto. O Solar da Travessa Paraíso: exemplo de Arqueologia Histórica no município de Porto Alegre. *Anais da VIII Reunião Científica de Arqueologia Brasileira,* v. 2.. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995. p. 361-379.

3. JULIANI, Lúcia J. C. Oliveira. *Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado.

4. _____. Os recursos arqueológicos como suportes à memória das cidades. In POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Vitor. *Cidade e memória na globalização*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

5. KERN, Arno Alvarez. Patrimônio arqueológico, sítios históricos e o direito à memória. *Revista do CEPA*, v.26, n. 35/36. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, jan/dez. 2002.

6. PESAVENTO, Sandra J. *História da Indústria Rio-Grandense.* Guaíba: Riocell, 1985.

7. PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1992.

8. REICHEL, Heloisa. *A Indústria têxtil do Rio Grande do Sul. 1910-1930.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

9. REICHERT, Inês Caroline. Memórias da fábrica de calçado: investigação e preservação da história em uma prática pedagógica no ensino médio. In Escott, Clarice Monteiro (et al). *Cadernos PROGRAD*, n.6. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

10. SYMANSKY, Luiz Cláudio. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre do Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

11.THIESEN, Beatriz Valladão. *As paisagens da Cidade: arqueologia da área central de Porto Alegre do século XIX.* Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação de Mestrado.

12._____. Para uma arqueologia das indústrias em Porto Alegre. *Revista Histórica*, n. 7. Porto Alegre: PUCRS, 2003. p. 167-184.

13. TOCHETTO, Fernanda B.; REIS, José Alberione dos. Da cidadania e do pertencimento: lugares de atuação da Arqueologia em Educação Patrimonial. *Comunicação apresentada na X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira,* Recife, 1999.

14. TOCHETTO, Fernanda Bordin. O descarte de lixo doméstico na Porto Alegre oitocentista: um construção possível sobre práticas e representações. *Revista Histórica*, n. 7. Porto Alegre: PUCRS, 2003. p. 185-213

15.____. (coord). *Programa de Arqueologia Urbana do Município do Porto Alegre, 1997*. PMPOA/SMC, 26 p (atualizado em junho de 1999).

16. ____. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. Porto Alegre: PUCRS/FFCH, 2004. Tese de Doutorado.

ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO E O OTIMISMO PEDAGÓGICO

Irene Domenes Zapparoli - **UEL/ PUC/SP/ehps**
zapparoli@onda.com.br

INTRODUÇÃO

Jorge Nagle com o livro *Educação e Sociedade na Primeira República* consagrou-se não só como um marco de passagem de geração de pesquisadores da educação, como também é considerado ponto de virada de padrões de pesquisa educacional. Nesse sentido deve-se dizer que Marta Maria Chagas de Carvalho, com o livro *Molde Nacional e Fôrma Cívica*, também é considerada um marco da historiografia da educação no Brasil. É importante ressaltar que esses dois autores têm um olhar diferente para a forma como se construiu o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, resultando, portanto, em uma conclusão diferente sobre a educação brasileira.

Esta pesquisa procura compreender, em relação ao entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, como Jorge Nagle construiu essas categorias? Qual foi a lógica interpretativa? Qual é o conjunto de idéias? O que transforma uma categoria em outra? Que tese Jorge Nagle sustenta? Para sustentar essa tese, que análise faz da escola escolanovismo?

Já a autora Marta Maria Chagas de Carvalho ao olhar o mesmo período, tira conclusões diferentes do otimismo pedagógico. Sendo assim, perguntas como “quais as conclusões e por que dessas conclusões” podem antecipar um olhar particularmente voltado para a Associação Brasileira de Educação – ABE na idéia de civismo.

É de se verificar que as duas análises são aprofundadas, entretanto, enquanto a autora Marta Maria enfatiza a cultura escolar, práticas culturais; o olhar de Jorge Nagle é mais macroscópico de forma que se podem identificar como as ideais divergem. Marta vê mais a política e não a despolitização porque, para ela, a técnica se torna uma disputa.

Jorge Nagle em *Educação e Sociedade na Primeira República*

A sociedade brasileira, vista com as lentes de Jorge Nagle, foi dividida em setores político, econômico e social, transformando-se numa análise compartimentada, que dificulta a visualização dos setores que compõem a sociedade brasileira, mas permite identificar a trajetória de forma a entender melhor, por exemplo, quase todas as mobilizações políticas tentando ser mais brasileira e ao mesmo tempo inserida no mundo. São as passagens dos anarquistas para os socialistas, define-se o rompimento da nação com o imperialismo e com o estrangeirismo. Sendo assim, quase todos os setores passaram a discutir a questão da modernização brasileira. O que seria o moderno? Que não necessariamente seria igual, por exemplo, aos seguidores da estética italiana. A trajetória do modernismo situa-se num movimento histórico-social. Ocorrendo o desmonte da máquina eleitoral, por que chamavam os eleitores para dentro dessa militância e as plataformas abrigavam a plataforma da educação, estando convencidos de que a educação tinha uma resposta para tudo?

Nesse período de modernização, a República criou a fôrma da educação brasileira, a escola primária. Para a escola secundária fica o acesso à educação superior, preservando uma seletividade. Desse modo, ao ensino superior cabe a formação da elite.

Modernizar o Estado para muitos setores significa refazer o Estado, ou seja, sair de um Estado liberal para um Estado interventor. Até a iniciativa privada entra na liga nacionalista, objeto de sujeitos coletivos e classe operária, de forma que, quando convenciam os sujeitos coletivos, facilmente esses aderiam à bandeira da educação. O que se busca é um Brasil moderno, industrial nos moldes do modelo americano ou moderno feito pelas grandes propriedades rurais. Nos termos de uma autoridade fortíssima.

Em relação à religião, o setor da igreja católica vai se pronunciar contra a modernização, surgindo o pensamento reacionário, para que o liberalismo não abrisse as portas ao socialismo. Na sociedade brasileira havia sensibilidade e disposição para que, em nome da modernização, fosse possível propor mudanças baseadas em princípios ditatoriais.

A estrutura social cada vez mais tem elementos numa quantidade de preconceitos de forma que o racial é apenas uma amostra. O racismo vai reclamar para um conjunto de leis. A escola resolveria todos os problemas, mas de alguma forma a escola não é para todos, assim, na exclusão social, existe o espaço para o negro. Na exclusão estrutural, nos negócios, contrata-se sujeitos mais produtivos de maneira que conseguir um emprego é mais fácil do que permanecer no emprego. Será empregado quem sabe trabalhar, quem for alfabetizado. Nas fábricas e outros empregos gerados acentuam-se a desigualdade. A máquina de *criar* a pobreza legitima e deslegitima as questões estruturais.

Os dirigentes republicanos são entusiastas pela educação. A tecnificação da educação é um entusiasmo para a política, e nesse entusiasmo se especifica a defesa da escola primária e da escola profissional para adultos e

jovens. Pensando o Brasil como um país pobre, que se está industrializando, é necessário que a escola primária seja ofertada para todas as classes sociais.

A escola profissional apagaria a marca da escravidão e seria da esfera estadual propondo ações que tentam convencer as autoridades da escola profissional para os pobres. O entusiasmo pela educação, como um processo de aprendizado, resultaria num amplo processo de formação e diminuiria a distância entre o povo e a elite.

A bandeira da escola pública, laica, universal e para todos, com o movimento do entusiasmo pela educação, apresenta-se ao redor da escola primária, mas o que se está discutindo é a escola secundária. O ensino secundário e o ensino superior ficaram a cargo do Estado, mas não existiam e cabia ao Estado a implementação.

As idéias da Escola Nova e a tentativa de realização dos seus princípios, nas instituições escolares, foram outra característica que definem as transformações que se processam a história das idéias educacionais e o âmbito da história das instituições escolares. As principais etapas da Escola Nova, no desenvolvimento histórico geral do escolanovismo no Brasil, consistiram a primeira fase de 1889 a 1900 em que foram criadas a primeiras escolas novas, ou seja, escolas particulares. A segunda fase, de 1900 a 1907, “é a formulação do novo ideário educacional por meio de diversas correntes, teórico-práticas” (NAGLE, 2001, p.309), com a presença do movimento ativista, principalmente na corrente de Dewey. A terceira fase compreende o período de 1907 a 1918, quando ocorrem a criação e a publicação dos primeiros métodos ativos e a maturidade das realizações. A última fase vai de 1918 em diante, sendo marcada pela difusão, consolidação e

oficialização das idéias e dos princípios, dos métodos e das técnicas do escolanovismo.

A reforma da escola não é apenas uma reforma de métodos pedagógicos, mas uma reorganização de todo aparelho escolar em vista de uma nova finalidade pedagógica social. A moderna concepção social traduz em escola única, escola do trabalho e escola da comunidade. A educação deve ser para todos obrigatória, única e gratuita. A sociedade se apóia na organização do trabalho e na escola do trabalho, a atividade é aproveitada como um instrumento de educação. Na escola da comunidade se desenvolve o trabalho em cooperação.

Marta Maria C. Carvalho em *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação* (1924-1931)

Para Marta, a Associação Brasileira de Educação – ABE – foi um dos instrumentos mais importantes de difusão do pensamento pedagógico de debates para estudo e solução de problemas educacionais, em especial as Conferências Nacionais onde se tinha a oportunidade de reunir educadores de todos os Estados e de diferentes centros culturais do país. Marta diz que, a partir do trabalho de Jorge Nagle, é impossível referir-se ao movimento educacional sem utilizar a nomenclatura para expressar os movimentos distintos: entusiasmo pela educação, otimismo pedagógico e profissionais em educação.

Marta, quando se refere a Jorge Nagle posiciona-se da seguinte forma em relação ao entusiasmo pela educação e ao otimismo pedagógico (CARVALHO, 1998, p.33): O “entusiasmo pela educação” caracterizar-se-ia pela importância atribuída a educação como o maior dos problemas nacionais, problema de cuja solução adviria todos os outros. O “otimismo pedagógico” manteria, do “entusiasmo”, a crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de

educação, enfatizando a importância da “nova” pedagogia na formação do homem novo. A expressão “profissional da educação” designa a emergência do “técnico”, no movimento designado como “otimismo pedagógico”, indicando a crescente dissociação que se produz no movimento entre problemas sociais, políticos e econômicos e problemas pedagógicos.

Para compreender o aparecimento do entusiasmo pela educação e sua transformação em otimismo pedagógico é necessário verificar a repolitização que se opera na década de 1920. Marta escreve que, para Nagle, nos anos de 1920, incorporados na historiografia, a respeito do movimento educacional, o otimismo pedagógico opera a tecnificação do campo educacional pela despolitização deste. Entretanto para a autora, as perspectivas de interpretação da relação educação e política não se esgotam apenas na ampliação do número de eleitores. Cita o exemplo da ABE como uma organização que possibilita abrir e alargar o espaço da ação política – do técnico como parte integrante da burocracia estatal. Ainda, segundo Marta, Jorge Nagle considerou que a ABE se formou a partir de um desdobramento do movimento educacional, ou seja, do entusiasmo pela educação, cuja característica principal seria a de solucionar, a partir da educação, todos os problemas do país, postulado desde a década de 1910, e que ainda estava presente nos anos de 1920, preservando a autonomização da esfera educacional. A partir dessa autonomização as entidades entre elas e a ABE facilitam o aparecimento do técnico em educação, um especialista para o qual as questões educacionais eram questões apolíticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o entusiasmo pela educação como o otimismo pedagógico é problemático. Não houve segmento que não considerasse a educação como uma forma de tirar o Brasil do atraso, do analfabetismo dos problemas que havia no Brasil da Primeira República. Propunha como uma forma de desenvolvimento, entretanto a industrialização se engendrava independente da escola. Pode-se perceber o quanto um grande entusiasmo pela educação é olhado como uma forma de resolver problemas de massa, como o emprego, a política, a reforma agrária. A escola é vista pelos republicanos como a porta de entrada para a solução dos problemas e fica pior quando se transforma em otimismo. Para a escola falta um bom método, um bom professor e, as ruas possibilitam mais calor político do que os pedagogos estão olhando. A educação se transforma em matéria de pedagogos.

Nagle defende a tese de que o movimento reformista vai definir a mais profunda mudança na educação brasileira, a substituição de um modelo político por um modelo pedagógico. Esta foi uma das principais teses de seu trabalho, considerando que a reorientação se processa no sistema escolar estadual, no sentido de transformar o processo educacional em instituições escolares puras como a predominância do técnico sobre o político. Com o movimento reformista a mudança da escola tradicional para a escola nova.

Para Marta, Jorge Nagle passou rápido demais pelas conferências, mas esta associação consegue ser ouvida pelo governo. O técnico emerge para que dizer aqui é “o nosso lugar” para fazer políticas e argumenta a autoridade da fala. A fôrma cívica define o que é a ordem, o que é a pátria e o que é higienizar as pessoas. Com relação às doenças transformariam questões sociais e políticas em questões de higiene de forma a extirpar os elementos considerados perturbadores da ação social.

Classe trabalhadora no Brasil sob a luz da teoria de Bárbara Weinstein

Irene Domenes Zapparoli - UEL/ PUC/SP/ehps
zapparoli@onda.com.br
Ferdinando Vinicius Domenes Zapparoli. UEL
Ferdinando@uel.br

Introdução

O livro (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil de Bárbara Weinstein é um estudo sobre as relações de trabalho no Brasil, no período de 1920 a 1964, refletindo sobre os elementos que propiciaram a modernização da indústria brasileira, se valendo para explicação da eficiência do trabalho na fábrica e das propostas de controle social dos trabalhadores. Ao apresentar a tentativa dos industriais de reformar a classe operária, em tempos de grandes transformações na economia brasileira e mundial, à autora usa as técnicas de produção, as questões culturais, a política e os conflitos sociais para apresentar o fenômeno da industrialização no país.

Nesse sentido o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) são duas instituições que modelam a vida do trabalhador no Brasil. O livro reproduz a história de criação e atuação dessas instituições, em São Paulo, no período de 1920 a 1964. O presidente Getúlio Vargas e os ministros da Educação e do Trabalho promulgaram o decreto-lei nº 4048, criando o SENAI, em 22 de janeiro de 1942, e Eurico Gaspar Dutra cria o SESI, em 1964. O SENAI foi criado para qualificar trabalhadores com o ensino técnico contribuindo com a implantação de um sistema de organização racional da produção nas fábricas, treinados com mão de obra ordeiras, enquanto que o SESI surge da necessidade de promover o lazer possuindo como lema promover a paz social.

Barbara apresenta como pontos principais às questões relações de trabalho no Brasil contemporâneo refletindo sobre a modernização da indústria, da eficiência do trabalho na fábrica e mostra as propostas de controle social dos trabalhadores por parte dos industriais.

Para apresentar a tentativa de reformar a classe operária analisa um período de transformações da economia brasileira e mundial, e dos conflitos sociais.

No livro a autora usa o conceito de classe social como relação construída por indivíduos, que lutam por certos interesses e que se opõe a outros, que vão se reconstituindo enquanto classe à medida que vai reconstruindo a sua própria história, no que abrange várias faces da racionalização do trabalho na fábrica.

O método de análise de discurso usado por Bárbara Weinstein permite um mapeamento das intenções dos industriais de reformar a classe trabalhadora e dos operários de construir estratégias para atender essas imposições. Usando a historiografia brasileira, mostra como acontecem as relações de trabalho para o período em análise.

Estrutura das Instituições

Para fazer o estudo a autora elege as elites como objeto de pesquisa procurando compreender as intenções dos industriais de reformar a classe trabalhadora e dos operários de aceitarem ou não os empreendimentos inovadores. Para essa trajetória dialoga com a historiografia nacional estudando as relações de trabalho no Brasil no período de 1920 a 1964. Seu estudo apresenta a vida do SENAI e do SESI identificando as mudanças mais amplas na economia e na política vistas através da trajetória dessas instituições. Para a autora Roberto Simonsen, engenheiro que se tornou industrial, e Roberto Mange, engenheiro que se tornou educador, implantaram a forma de racionalização da produção como solução para uma série de problemas econômicos e sociais.

A mais famosa ou talvez a mais mal afamada dessas estratégias é o taylorismo. O engenheiro industrial norte-americano Frederick Winslow Taylor, em seus Princípios de Administração Científica (1911), elaborou um sistema com o fim de aumentar a produtividade sem grandes investimentos em novos equipamentos. Os elementos-chave do sistema Taylor eram a simplificação das tarefas e a individualização da força de trabalho. A

divisão e a segmentação das tarefas faziam com que fossem aprendidas rapidamente e que um pequeno número de gerentes pudesse monopolizar o conhecimento necessário para o futuro funcionamento da empresa. Isso levava, por sua vez, a uma organização mais hierárquica da fábrica e a uma redução do número de operários qualificados, que tendem a ser mais caros e mais exigentes que os não-qualificados. Os trabalhadores que continuassem na fábrica reorganizada manteriam um alto nível de produtividade e seriam pagos de acordo com a produtividade individual que ultrapassasse um determinado patamar. Isso não apenas serviria de incentivo para aumentar a produtividade, mas iria desencorajar os movimentos coletivos por maiores salários e reduzir a capacidade de mobilização dos sindicatos. E para garantir que não houvesse desperdício de movimento ou de energia, Taylor e seus colegas de 'administração científica', os 'especialistas em eficiência' Frank e Lílian Gilberth, desenvolveram estudos de tempo e movimento para determinar os modos mais eficientes de realizar tarefas individuais (Weinstein, 2000, p.23).

Esse sistema, chamado por Henry Ford de produção em massa, passa a ser usado para disciplinar a nova força de trabalho dentro de parâmetros com valores sociais e morais, necessários ao bom desempenho como forma de promover o desenvolvimento industrial brasileiro. O sistema de produção industrial como o centro irradiador da reorganização social e da transformação econômica, tem implicações nos serviços sociais, educação, recreação e padrão de vida, significando que os industriais abarcariam o próprio serviço do Estado. Entretanto a filosofia fordista tem pouco impacto sem o apoio do Estado.

A psicologia industrial foi outra fonte de idéia usada para desenvolver o movimento da racionalização também conhecida como psicotécnica. Esse método foi usado por psicólogos, pedagogos e outros profissionais como formas cientificas de seleção e orientação para o trabalho. O objetivo da racionalização era produzir as melhores mercadorias, no menor tempo e com o menor esforço. Assim o sistema de produção conta com três elementos:

taylorismo, fordismo e psicologia aplicada, que combinados e modificados, formavam a base intelectual do movimento internacional pela organização do trabalho.

Os industriais participam na criação de uma nova legislação trabalhista e de novas políticas sociais durante a década de 1920. O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), fundado em 1931, surge a partir das atividades dos industriais na esfera política e nas parcerias entre os setores público e privado como solução para os problemas que dificultaram o desenvolvimento industrial da década de 1920. Para os membros do IDORT os métodos científicos eram um meio de reorganizar não apenas a indústria, mas toda sociedade brasileira.

No campo da capacitação profissional a educação profissional tinha suas raízes em instituições fundadas por diversas ordens religiosas. Tais escolas davam treinamento a órfãos e filhos de famílias pobres com o objetivo de torná-los carpinteiros, sapateiros e pedreiros. O treinamento para trabalho manual comum na época. Em 1909, o governador de São Paulo propõe a criação dos institutos industriais como uma forma de eliminar pelo trabalho, pela escola e por um regime disciplinar a criminalidade.

Sob o ponto de vista da autora o taylorismo/fordismo muitas vezes não foi aceito pelos operários e, em outras vezes, esse modo de produção significou modernização industrial e conjuntamente melhora das condições de vida dos trabalhadores. Nos estados Unidos e na Europa houve rejeição por parte dos trabalhadores nas mudanças de trabalho impostas pelos industriais no sistema de produção para se atingir a modernização industrial. Os operários brasileiros, por sua vez, tiveram formas múltiplas de comportamento, fazendo com que o processo de modernização acontecesse de maneira linear.

A partir do olhar da autora sobre os industriais ligados ao SENAI e ao SESI são mostradas as alterações econômicas e políticas acontecidas no Brasil. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), criada em 12 de agosto de 1938 como entidade máxima de representação do setor industrial brasileiro, coordena o sistema formado pelas Federações de

Indústria dos Estados e do Distrito Federal, às quais estão filiados sindicatos patronais, e administra o SENAI, o SESI e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Esse sistema de organização das instituições permitiu nos anos de 1950 e 1960, segundo a autora, que os industriais mantivessem um estreito controle sobre o cotidiano do trabalho dentro das fábricas.

A criação da instituição surge com a necessidade de modernização do parque industrial brasileiro, um longo processo que se estendeu dos anos 30 até o final dos anos 70. Nesse período a CNI concentrou-se na formulação de políticas que favoreceram a criação de uma estrutura industrial integrada e diversificada. O Sistema Confederação Nacional da Indústria tem como missão exercer a representação da indústria brasileira de forma integrada com as federações estaduais e articulada com as associações de âmbito nacional, promovendo e apoiando o desenvolvimento do país de forma sustentada e equilibrada nas suas dimensões econômico-social e espacial. Para alcançar sua meta, a CNI procura exercer a liderança do setor industrial como agente de transformação econômica e social do país, reconhecido pela sociedade, e com atuação direcionada para a harmonia das relações do trabalho, fortalecimento do mercado interno, apoio à competitividade e maior inserção internacional da indústria.

Assim o Sistema CNI, ao incorporar as funções de formação profissional e serviços de apoio à formação do capital humano por meio do SENAI, SESI e IEL, organismos públicos gerenciados pelo setor privado, dispõe de uma complexa estrutura de apoio ao desenvolvimento industrial do país.

O SENAI é considerado um pólo nacional de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial, é um complexo de educação profissional que têm sido olhado por outros países da América latina. Parte integrante do CNI, o SENAI desenvolve programas em áreas, atendendo a diversos setores econômicos por meio da formação de seus recursos humanos e da prestação de serviços como assistência ao processo produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica. O SENAI, no

período analisado, produz, divulga e adapta conhecimento e tecnologia para toda a indústria brasileira, seja por meio da educação profissional ou da prestação de serviços capazes de torná-la mais moderna e competitiva. O SENAI oferece cursos nas modalidades de aprendizagem industrial, qualificação profissional, formação de técnicos, aperfeiçoamento profissional, especialização profissional e cursos profissionalizantes. São diversos programas, que atendem a uma variada gama de necessidades.

A atuação do SESI junto ao trabalhador da indústria e de sua família está voltado para áreas em que sempre foi insuficiente a oferta de serviços: educação básica, alimentação, saúde e lazer. O trabalhador, selecionado para enfrentar o desafio de aumentar a competitividade da indústria nacional, precisa de boa formação escolar, boa alimentação, saúde e treinamento. Ao assumir responsabilidades com o desenvolvimento social, o SESI estimula a prática da participação, a construção do conhecimento coletivo e o exercício da cidadania. A preocupação com as desigualdades sociais do país leva o SESI a garantir o acesso dos segmentos mais carentes da população a bens e serviços e a trabalhar em conjunto com diversas instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais (OIT e Serviço Social Internacional), para promover a interação do trinômio educação, tecnologia e trabalho).

Com o golpe de 1964 Barbara identifica que o SESI militarizou a paz social no país associando o conceito de paz social ao de doutrina de segurança nacional. O lema “Pela Paz Social no Brasil”, é especialmente revelador das aspirações dos industriais e servia como veículo para colaboração no processo que culminou com a tomada do poder pelos militares em 1964.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL), outro órgão do CNI, fundado em 29 de janeiro de 1969, tem como objetivo ser o pólo de divulgação de idéias e de aproximação entre o setor produtivo e as instituições de ensino e pesquisa.. O IEL tem a função de interação ensino superior e a indústria como opção eficaz para atender às necessidades industriais de novas

tecnologias e conhecimento. Essas funções são realizadas de forma integrada através do SENAI, do SESI e da FIESP.

Algumas considerações

O SENAI, o SESI e a FIESP foram criados com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do País, promover a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e a adequação, geração e difusão de tecnologia. A revolução de 1964, ou seja, a instauração da nova ditadura militar fortaleceu as instituições dedicadas ao fomento da paz social e da produtividade.

A revista do SESI, Educador Social, publicou uma série de artigos sobre democracia, cooperativismo, autoridade além de outras medidas como a Campanha do Operário Padrão. Essa campanha tem um forte traço da cultura de massa do regime militar que pregava o esforço individual e a cooperação com o patrão como forma de ascensão social para os operários.

Na relação empresários e operários, os empresários se antecipavam como forma de benefícios os direitos que os operários tinham, como alterações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pós-1964 estabelecendo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de forma que o operário podia fazer opção em substituição a lei de estabilidade no emprego, férias e final de semana remunerados.

Na busca da paz social o SENAI e o SESI foram concebidos como uma forma de reconstruir a emergente classe operária industrial usando as ferramentas da administração científica, da psicologia aplicada, das relações humanas e do capitalismo do bem-estar enquanto organizações criadas pelo estado, financiadas pela indústria e controladas por associações de industriais. Para os industriais e tecnocratas progressistas os princípios

científicos e racionais podiam ser aplicados à sociedade industrial para criar um modo de vida mais produtivo, eficiente e harmonioso dentro e fora dos locais de trabalho.

Com o que a autora dispõe eu vejo que na formação profissional nenhum dos órgãos atingiu integralmente todos os objetivos fixados por seus idealizadores, mas dão um quadro coerente dos padrões pretendidos pelos industriais.

REFLEXÕES SOBRE PROPOSTAS CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL E A PRÁTICA DO PROFESSOR

Irene Quaresma Azevedo Viana - UFMS
ireneviana_4@hotmail.com

Pretendemos, neste texto, abordar como as Propostas Curriculares para o Ensino de História são implementadas no Ensino Fundamental e como de fato acontece a implementação dessas propostas na prática do professor. Essa reflexão é elaborada a partir de uma pesquisa que realizamos nas Escolas Públicas Municipais de Dourados – MS, sobretudo na década de 1990. É importante destacar que, ao analisar a prática do professor, faremos um breve relato de como tem sido introduzida e aplicada no ensino de História as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas escolas públicas de Dourados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais foram introduzidas em 1992, como referência para o Ensino de História e oficialmente recomendada pela Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED)[i] para a Rede Municipal de Ensino do município de Dourados - MS. Contudo, não houve uma efetiva política de implantação pois a Secretaria não promoveu capacitações específicas aos professores, ficando estes com a responsabilidade de estudarem e aplicarem as Diretrizes em suas práticas pedagógicas**.** A mesma constatação é válida para os Parâmetros Curriculares Nacionais implantados em 1998.

A falta de sistematização e amplas discussões entre os professores revelam a ausência de orientação por parte da Secretaria, como se bastasse a existência dos documentos para que efetivamente se implantasse na Rede as novas concepções**.** Oficialmente, era como se tudo estivesse em vigor na prática. Há que se considerar que não faremos discussões favoráveis ou não em relação às Diretrizes, mas analisaremos o processo de sua implantação.

Quanto às correntes historiográficas de interpretação da história: positivista, nova história e concepção marxista também influenciaram o ensino na Rede Municipal de Ensino

de Dourados. Ressaltamos que nenhuma foi aplicada em "estado" puro, embora tenha ocorrido predominância de uma delas quanto às posturas metodológicas, ou seja, as práticas vinculadas às concepções positivistas.

Em relação às tendências da história, não há uma linha constante e progressiva de desenvolvimento na história da humanidade, pois temos, ao mesmo tempo, sociedade com formas de vida primitiva e sociedades com um grau de desenvolvimento que permitem explorações interplanetárias. Vavi Borges[ii] diz: *As alterações no processo histórico são decorrentes da ação dos próprios homens, os agentes da história.* (PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 1992, p.110)

As propostas curriculares são pensadas em âmbito geral e nacional, contendo uma base comum e uma base diversificada, que contempla as especificidades de cada realidade. São direcionadas, isto é, vem do Ministério da Educação (MEC) para os Estados, e estes encaminham aos municípios que, por sua vez, encaminham às escolas através das Secretarias de Educação. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB),[iii] em seu art. 9º, inciso IV, assinala ser incumbência da União:

> Estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.(LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996)

Nas escolas onde são elaborados os Projetos Políticos Pedagógicos, são levados em conta, na sua elaboração, as Diretrizes Curriculares/92, a LDB/96, os PCNs/98, porém, no planejamento do professor e na prática, o que acontece é uma listagem de conteúdos a partir do livro didático adotado. Sendo assim, as Diretrizes, a LDB, os PCNs ficam como "ënfeites burocráticos ou oficiais" e os livros didáticos roubam a cena e se consolidam como "suporte" teórico e prático.

Considerando que os livros didáticos são a principal referência para muitos professores e que os mesmos incorporam temáticas e propostas das diferentes concepções historiográficas, é possível afirmar que todas elas estão presentes no ensino em Dourados.

Contudo a falta de uma política de formação continuada por parte da SEMED, nos anos de 1990, a não promoção de debates sobre concepções de História e propostas curriculares junto aos professores não significou para estes um exercício de autonomia frente aos programas curriculares, mas os tornaram reféns do que os livros didáticos inovavam.

Outra constatação é a de que, apesar de algumas temáticas da historiografia marxista, assim como da nova história terem sido incorporadas, receberam tratamento metodológico tradicional. Exemplo do que nos referimos é a prática de aplicação de questionários que implica particularmente em memorização pelo aluno para reprodução numa prova, não privilegiando a compreensão, a análise. Tal encaminhamento, quando predominante e exclusivo, identifica-se com as posturas positivistas que privilegia a cronologia, personagens destacados, acontecimentos sem estabelecer os vínculos com a realidade social ampla, enfim, predominando a descrição com pouca análise.

A quem seria atribuída a responsabilidade desse tipo de encaminhamento que analisamos em relação às Propostas Curriculares e sua prática? Na nossa concepção, pensamos que há responsabilidade de vários setores dentre os quais destacamos; primeiramente o Sistema de Ensino Público que, através do MEC e das Secretarias de Educação ao encaminharem essas propostas às escolas, não se preocupam em debatê-las, esclarecê-las, aprimorá-las. Não há um acompanhamento, um assessoramento, ficando de forma livre e optativa a sua implantação na prática, embora, para efeitos legais, as Propostas Curriculares estejam presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos. Em segundo lugar, as Universidades, centro de excelência do conhecimento acadêmico, na década em estudo, estavam, em razão de suas políticas, distanciadas da base (educação básica) dedicando mais tempo de suas atividades curriculares ao viés teórico que às atividades de sala de aula. Enfim, não podemos deixar de mencionar a postura do professor, pois é ela que vai determinar como essas propostas serão tratadas na prática, e como de fato irá acontecer o ensino.

Cabe registrar que partiu mais do interesse dos professores a iniciativa de implantação de parte das Diretrizes Curriculares do que propriamente da SEMED e que

esse interesse está vinculado à postura e ao compromisso do professor com a Educação e é também nesse sentido relevante observar que a introdução e a utilização das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação tem sido praticada no ensino de História em algumas escolas públicas de Dourados. Naquelas que são equipadas com Salas de Tecnologias. Essas escolas, chamadas "selecionadas", receberam a Sala de Tecnologia do ProInfo[iv], um programa educacional criado pelo Ministério da Educação por meio da portaria 522 em 9 de abril de 1997, para promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. Suas estratégias de implementação constam do documento Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação, de julho de 1997.

O Programa é desenvolvido pela Secretaria de Educação à Distância (SEED)[v], por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e algumas Municipais de Educação.

O Programa funciona de forma descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade federal e a operacionalização é conduzida pelos Estados e Municípios.

Em cada unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual ProInfo, cujo trabalho principal é a introdução das TICs nas escolas públicas de ensino médio e fundamental, além de articular os esforços e as ações desenvolvidas no setor sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs).

Os Núcleos de Tecnologia Educacional são locais dotados de infra-estrutura de informática e comunicação, que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software. Os profissionais que trabalham nos NTE são especialmente capacitados pelo ProInfo para auxiliar as escolas em todas as fases do processo de incorporação das novas tecnologias.

Há Núcleos localizados em todas as unidades da Federação, e cada um deles atende escolas situadas em uma determinada região.

O número de escolas a serem atendidas - bem como o número de NTE em cada Estado - é estabelecido de maneira proporcional ao número de alunos e escolas de cada rede de ensino público estadual e municipal.

O objetivo principal do NTE é capacitar professores das redes estaduais e municipais de ensino, para o uso das Novas Tecnologias, como recurso pedagógico, visando a aprendizagem significativa.

As atividades desenvolvidas pelo NTE de Dourados são cursos de capacitações e projetos educativos com a utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, assessoria técnico pedagógica, acompanhamento das implantações e instalações das Salas de Tecnologias, selecionadas pelo ProInfo. São capacitados professores, diretores, coordenadores e equipe técnica das escolas para desenvolverem projetos pedagógicos junto aos alunos.

Os professores lotados no NTE, após receberem capacitação específica do ProInfo para atuarem como formadores, são chamados de professores multiplicadores que atuam diretamente na formação dos demais professores das escolas dotadas de Salas de Tecnologias. O NTE de Dourados adotou a metodologia de trabalho por área de conhecimento, ou seja, os professores multiplicadores atuam na formação dos professores habilitados na sua área de formação, sendo assim, relataremos, aqui, como vêm sendo realizadas as formações aos professores e a prática em sala de aula na disciplina de História, pois atuamos diretamente nessa área.

Como trabalhar utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação na disciplina de História?

Primeiramente, a metodologia é trabalhar com projetos de aprendizagem utilizando os recursos tecnológicos, através da interdisciplinariedade, sendo que o professor irá acrescentar os recursos tecnológicos disponíveis na escola, como: TV, vídeo, rádio, retroprojetor, câmera fotográfica, filmadora e também os computadores disponíveis nas Salas de Tecnologias. Com esses últimos, o professor estará utilizando aplicativos, softwares, scanner, gravador de CD, internet, transparências, aliando esses recursos ao seu

conteúdo curricular, aos temas transversais, ou a um determinado assunto que juntos, professor e alunos queiram pesquisar.

Como o professor se prepara para a utilização desses recursos tecnológicos?

Primeiramente, nós professores multiplicadores desenvolvemos e organizamos os cursos de capacitação para a utilização das tecnologias, por áreas do conhecimento. O curso de capacitação tem a duração de 100 horas/aula, onde o professor realiza 60 h/a no NTE, com noções básicas de informática e manuseio dos recursos disponíveis nas salas de tecnologias e, principalmente, orientações sobre a elaboração e desenvolvimento dos projetos na escola.

Para chegarmos à elaboração propriamente dita dos projetos, detemo-nos nas fundamentações teóricas consultando estudiosos da informática aplicada à educação, que atuam em universidades brasileiras e também ligados aos programas de pós-graduação à distância, vinculados ao MEC.

Através dessas fundamentações teóricas, os professores têm condições de estarem se subsidiando para a elaboração e desenvolvimento dos projetos na escola. Este trabalho acontece enquanto os professores estão em curso no NTE; eles socializam com os alunos a idéia e juntos definem o tema que será trabalhado.

A etapa seguinte do projeto é o desenvolvimento que conta com carga horária mínima de 40 h/a com os alunos. Nesta etapa do desenvolvimento do projeto, o professor das Salas de Tecnologias auxilia o professor da disciplina e os alunos, cabendo aos professores multiplicadores fazerem o acompanhamento. Eles geralmente utilizam o Paint, o Word, a Internet e outras fontes de pesquisas, como jornais, revistas, entrevistas, visitas e por último sistematizam tudo em slides no PowerPoint para a apresentação final do projeto. Nesta etapa são feitos os relatos de experiências no NTE para todos os professores cursistas alunos e comunidade em geral.

Destacamos como positiva a capacitação oferecida aos professores, pois ela é por etapa e contínua, desde a elaboração até a apresentação final do projeto. O professor cursista fica na obrigação de desenvolver o projeto, pois a parte prática é que vai lhe dar

subsídios para desenvolver outros projetos no decorrer do ano letivo e incorporar como uma prática constante em sua metodologia pedagógica.

Exemplo de projeto de história utilizando as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação:

Como professor de História, podemos, por exemplo, trabalhar com uma temática indígena, em que iremos abordar, a história, a cultura, a etnia de um determinado grupo indígena. Ao mesmo tempo, outros professores podem desenvolver em suas disciplinas específicas a mesma temática, por exemplo: em geografia, o meio em que vive essa população; em Língua Portuguesa, a produção escrita da pesquisa, relatórios, redação; em Educação Artística, enfatizar a arte, músicas, artesanatos, danças, etc. Enfim, desenvolver um projeto de História e ao mesmo tempo interdisciplinar, acrescentando os recursos tecnológicos.

Porque trabalhar dessa forma?

Hoje estamos inseridos num mundo em que a informática está em toda parte. Então, por que não associá-la à educação, uma vez que temos em algumas escolas esses recursos disponíveis? Para que isso aconteça, cabe ao Estado providenciar os meios necessários, treinar equipes de trabalho e ao professor aplicar-se em sua tarefa de educar sugerindo rumos, percorrendo caminhos e para que se possa inovar.

Vale lembrar que a realidade a que estamos nos referindo, o município de Dourados/MS, possui deficiências e lacunas, pois num montante de 34 escolas da Rede Municipal, apenas sete estão informatizadas e do total de 23 escolas da Rede Estadual apenas cinco, o que requer sem dúvida maior investimento e atenção por parte do poder público. Denota também que, apesar do discurso político eleitoral que se refere à Educação como prioridade, é vazio de conteúdo e enganoso em sua prática.

Considerando os dados levantados, podemos afirmar que mais escolas deveriam receber os recursos tecnológicos, pois a prática dos professores que utilizam as tecnologias tem alterado de forma significativa sua interação com os alunos, propiciando uma melhor aprendizagem.

Para Léa Fagundes:

> O computador não é um simples recurso pedagógico, mas um equipamento que pode se travestir em muitos outros e ajudar a construir mundos simbólicos. O professor só vai descobrir isso quando se deixar conduzir pela curiosidade, pelo prazer de inventar e de explorar as novidades, como fazem as crianças. (FAGUNDES, 2004).[vi]

Ao finalizar as reflexões sobre propostas curriculares para o ensino de História e a prática do professor, queremos afirmar que, mais que em outros tempos, uma Educação cidadã requer para sua efetivação prática mais conhecimento e disponibilidade das chamadas tecnologias da Educação, como meio e ferramenta para melhor transmitir, construir e reconstruir conhecimentos.

---

[i] SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Dourados –MS.
[ii] VAVI BORGES, p.110 – Pressupostos Teóricos do Ensino de História – Secretaria de Estado de Educação – Diretrizes Curriculares – Campo Grande-MS, 1992.
[iii] LEI DE DIRETRIZES E BASES PARA A EDUCAÇÃO – LDB, http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf
[iv] PROINFO – http://proinfo.mec.gov.br
[v] SEED- http://portal.mec.gov.br/seed
[vi] FAGUNDES, LÉA - http://novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/172_mai04/html/fala_mestre

Representações de germanidade, escola "alemã-brasileira" e nacional-socialismo[1]

Isabel Cristina Arendt[2]

No presente texto, pretendemos mostrar sucintamente como o *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul, Vereinsblatt des Deutschen Evangelischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul – ALZ* [Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul, Órgão da Associação de Professores Alemães Evangélicos no Rio Grande do Sul], foi utilizado como espaço para divulgar representações sobre germanidade, escola alemã-brasileira e nacional-socialismo, para uma comunidade ledora composta majoritariamente por professores das escolas privadas alemãs e comunitárias de confissão evangélico-luterana. Trata-se de um periódico que se enquadra na imprensa em língua alemã no Brasil, de circulação mensal, tendo sido editado entre 1902 e 1938. Nossa análise vale-se de referencial teórico apoiado na história cultural.

A germanidade (*Deutschtum/Volkstum*) é uma das categorias centrais do germanismo, corrente de pensamento que se difundiu no Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX e durante as primeiras quatro décadas do século XX.[3] A germanidade, conforme Seyferth, constitui-se de elementos como a língua alemã e a herança de sangue.[4] Além destes, Grützmann aponta ainda para outros elementos definidores da germanidade, as virtudes e a *Heimat*, reunidos sob a denominação *Deutschtum* e/ou *Volkstum*[5]. No jornal ALZ, por meio de diversas modalidades de texto defendia-se a idéia de que a preservação da germanidade entre a população de imigrantes alemães e descendentes seria possibilitada via escola "alemã-brasileira". A função essencial da escola é apresentada como sendo a de manter a população de imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul vinculada à germanidade bem como à cidadania brasileira. Para alcançar seus objetivos, os articulistas argumentavam em favor de unidade: que todo descendente de alemães no Brasil deve trabalhar pela germanidade/*Deutschtum*, pela pátria/*Vaterland*, pela igreja e pela escola. Os jovens descendentes de alemães deveriam ser formados no sentido alemão, mantendo e desenvolvendo suas boas características e/ou qualidades.[6] Das escolas

dependia a manutenção ou a derrocada da germanidade, e os leitores eram convocados a colaborarem nesta tarefa.[7]

Para analisarmos a imagem de escola construída por este Jornal, valemo-nos especialmente de artigos e de relatórios das Assembléias da Associação de Professores Evangélicos. Nas duas primeiras décadas do século XX – 1906 a 1913 – a escola "alemã-brasileira" é representada em sua função alfabetizadora, ensinando a "ler, escrever e calcular". Daí decorre que a preocupação predominante entre os articulistas do ALZ é a elaboração de material didático para suprir estas escolas. Já nos anos de 1914 a 1917, a escola é considerada espaço em que se forma a nova geração no caráter alemão, ensinando-lhe o amor ao Brasil, o que ultrapassaria o conhecimento puramente técnico.[8]

Na década de 1920, após o período de interrupção da circulação do ALZ (entre 1917 e 1919), coincidindo com o período em que houve fechamento de escolas consideradas "estrangeiras" e em que foi proibida a publicação de impressos em língua estrangeira, alguns articulistas abordam a necessidade de enfatizar, via escola, um ensino também voltado às questões nacionais brasileiras, ensinando a língua portuguesa, história e geografia do Brasil. É o que faz o P. Gans. Apesar de enfatizar este papel para a escola, Gans propõe ações a serem desencadeadas via Associação de Professores, através dos pais, associados e professores, dos métodos de ensino e do material didático[9], para que de forma alguma esta escola abandonasse a idéia da educação baseada na religião e no *Volkstum*, agregando *Vaterlandsliebe* [amor à pátria] como um terceiro elemento: "No entanto, a educação que almejamos fundamenta-se na religião, no *Volkstum* e no amor à pátria, e tem por objetivo dar atenção de forma consciente a essas três características nas crianças".[10] Além de uma educação baseada em religião, *Volkstum* e amor à pátria, pretendia-se uma educação para a vida.[11]

Durante os anos de 1930, a argumentação em favor da escola "alemã" ou "alemã-brasileira" será uma constante nas páginas do ALZ, na medida em que os editores reforçam o discurso em torno de sua função como perpetuadora da germanidade, agora, porém, apoiando-se em idéias também em voga na Alemanha do Terceiro *Reich.* Essa escola tem,

na década de 1930, seu sentido e existência, segundo Holder[12], marcados pelo *Volkstum*, por uma língua comum, no caso a língua alemã considerada língua materna, e pela *völkische Eigenart* [peculiaridade étnica]. Estas características deviam ser manifestadas mediante "[...] costumes, canções e danças, festas e cotidiano, trajes e aparelhos, arquitetura e economia, resumindo, todas as coisas que forneçam um estilo próprio de um povo como manifestações externas do *Volkstum*"[13]. Acentua-se, portanto, a função dessa escola, como fomentadora da germanidade e como formadora de cidadãos brasileiros que, porém, deviam ser "alemães na sua essência".

A partir de 1933, os responsáveis pelo jornal ALZ destinam espaço considerável à publicação de artigos relacionados ao nacional-socialismo. Alguns estudos têm abordado a relação do nacional-socialismo e escolas "alemãs-brasileiras": Harms-Baltzer (1970)[14], Paiva (1984)[15], Gaudig e Veit (1997)[16]. No que se refere especificamente à análise do ALZ, verificamos que o primeiro artigo em que fica evidente a inclusão de idéias relacionadas ao nacional-socialismo, é o de Hermann Dohms – fundador do *Proseminar* e posteriormente presidente do Sínodo Riograndense –, publicado em 1933, tratando sobre a nova situação política na Alemanha. O texto fôra escrito a pedido do presidente da Associação de Professores, com o objetivo de esclarecer aos seus leitores detalhes sobre a nova situação política alemã. Dohms aborda o significado da política totalitária, e segue esclarecendo a exigência totalitária do pensamento étnico.[17] Em uma terceira parte do texto, ocupa-se com o significado do estado totalitário e do "novo pensamento étnico" para o alemão-brasileiro e sua escola.[18] Segundo ele, o principal é o pensamento étnico, ao qual o Estado estava subordinado. Desta forma, a função do Estado seria a de oferecer as condições para o povo viver e para que a cultura – "[...] o conjunto da obra de um povo ou de um grupo étnico, uma unidade ancestral aglutinada pelo sangue, terra e destino" – pudesse se desenvolver. Entendia que na concepção do pensamento étnico estava a garantia de que fronteiras políticas não mais impediriam a unidade do *Volkstum* alemão. Isso é assinalado por Dohms como a grande alteração na relação dos "alemães-brasileiros" e suas instituições, como escola e igreja, com a "nova Alemanha". Acabara, assim, segundo ele, o problema maior

dos “alemães-brasileiros”: “Aqui não somos reconhecidos como brasileiros, enquanto não tivermos nos inserido, pelos alemães do Reino também não somos reconhecidos como alemães”. Ficaria, portanto, mais claro, ainda na opinião de Dohms, o que ele mesmo pregava há dez anos: “quanto mais brasileiro nos aspectos políticos, tanto mais étnico nos aspectos alemães, e vice-versa”, ao que todos alemães no exterior estavam esperando, lembra ele. [19]

Em outro texto sobre o “nacional-socialismo e nós”, o então presidente da Associação dos Professores, Kramer, também aborda com entusiasmo a “revolução alemã”, cuja importância apenas seria comparável à Reforma de Lutero: “Este movimento, brotando das profundezas de nosso *Volkstum* diz respeito a todo o povo alemão – também a ti! Também ao nosso *Lehrerverein* [Associação de Professores], e devemos, por isso, tomar uma posição.”[20] Kramer salienta, portanto, o significado da “revolução alemã” para o seu leitor e para a Associação. Segundo ele, estes não poderiam ficar indiferentes a essa mudança e esperava encontrar seguidores. É um texto otimista em relação à nova conjuntura política alemã: o nacional-socialismo e Hitler no poder. Partilha, portanto, da mesma opinião de Dohms. Considera que não havia ninguém melhor do que o professor no exterior para ser “um honesto defensor do novo ideário”[21]. Neste sentido, incentiva os professores a serem fiéis seguidores de Hitler. Apenas não concorda com a cobrança no sentido de os professores se filiarem ao NSDAP.[22] Entende que os professores já preenchiam as condições, pois suas ações e atitudes eram sempre no sentido de fomentar o nacionalismo étnico alemão. Faziam-no ensinando aos alunos a honestidade, a lealdade e o asseio. Sugere, por fim, aos seus leitores que abram seu coração ao novo espírito alemão. Na prática, essa lealdade a Hitler poderia reverter em maior auxílio à causa dos professores “alemães-brasileiros”. Deduzimos isso, baseando-nos no relatório anual que Kramer apresenta para 1934, em que agradece à *Heimat* ou *Mutterland* Alemanha pelo auxílio às escolas e ao “barateamento do material escolar”. Ele cita entidades como o consulado e a Sociedade para a Germanidade no Exterior - VDA [*Verein für das Deutschtum im Ausland*], - durante a vigência do nacional-socialismo passou a ser designada de Federação para a

Germanidade no Exterior [*Volksbund für das Deutschtum im Ausland*] – a qual apoiava as escolas alemãs no exterior. Kramer, que fôra presidente da diretoria da Associação entre 1929 e 1934, estava convencido da importância da "nova Alemanha" e de seu *Führer* na condução de melhores condições também para os alemães que viviam fora de seu país de origem.

No mesmo ano de 1934, porém, há no ALZ posicionamentos contrários à atuação direta de membros do NSDAP em posição de comando na Associação de Professores. É o caso do relatório referente à Assembléia de Professores de 1934. Conforme podemos perceber no relatório, o processo eleitoral para a substituição dos cargos da diretoria foi polêmico. Houve um movimento contrário à possibilidade do pastor Knäpper, que era membro partidário do NSDAP, assumir cargo na diretoria da Associação[23]. Nos relatórios referentes a essa assembléia, acompanham-se os diferentes posicionamentos e parte da discussão a respeito. Prof. Dick fala sobre o posicionamento do magistério frente ao nacional-socialismo, colocando-se contra essa influência, pois estaria gerando uma separação entre *Reichsdeutscher* [alemães do Reino] *e Deutschbrasilianer* [alemães-brasileiros]. Os pastores Dohms e Pommer afirmam que Dick falava de algo que não existia e que desconhecia a real função da NSDAP no exterior. Segundo eles, esse partido não se envolvia diretamente em política no país. O também pastor Schütze exalta-se em favor da luta pelo pensamento étnico, base da ideologia nacional-socialista.[24] Na eleição da diretoria da Associação de Professores, um grupo salienta a necessidade de que seja um "alemão-brasileiro" o novo presidente, sugerindo o nome de Schreiber. Para a função de diretor de ensino [*Schulungsleiter*] é sugerido o prof. Gustav Seckelmann, que era, conforme levantamento de Moraes[25], o dirigente de ponto de apoio do NSDAP, em Cachoeira (RS), em 1937, bem como na Serra. Como este professor era membro do NSDAP[26], parece que em meio à divisão da Assembléia, buscou-se acomodar a questão. A função que esse ocuparia era mais estratégica – para um representante do NSDAP no Brasil – do que a de presidente, pois o diretor de ensino visitava as escolas no Rio Grande do Sul e exercia a função de instrutor. Após uma acalorada discussão (ao menos é o que transparece nos

relatórios), vence a indicação de Schreiber, que era considerado um “alemão-brasileiro”. Outra informação reforça a preocupação de parte dos membros da Associação com a influência do NSDAP: o esforço do sr. Neubert[27] em salientar que o Grupo de Jovens [*Jungendschaft*] não era o mesmo que a Juventude Hitlerista [*Hitlerjugend*][28]. Por outro lado, a indicação de Seckelmann pode representar também que havia colaboração mútua entre os representantes da Associação de Professores e os filiados ao NSDAP no Brasil. A assembléia de professores de 1934 reflete que eram necessárias negociações e que havia luta ideológica e por espaços de poder.

Naquele ano de 1934, porém, os editores do ALZ continuam publicando notícias sobre aspectos da educação alemã e sobre entidades alemãs vinculadas ao NSDAP. É o caso das notícias sobre os encontros anuais de duas entidades alemãs, cujo objetivo era apoiar os professores alemães no exterior: *Vereinsverband Deutscher Auslandlehrer* e *Gau Ausland des National-Sozialistischen Lehrerbundes – NSLB* [Federação de Professores Nacional-Socialistas].[29] Esses eventos serviam como espaço para reunir professores alemães atuantes no exterior, munindo-os com informações sobre a Alemanha no Terceiro Reich, e estas entidades haviam sido criadas para que os professores alemães no exterior recebessem mais apoio e para defender seus interesses.[30]

Também a visita da representante do VDA, Maria Kahle[31], é relatada e considerada bem-vinda em relatório da Assembléia de Professores de 1935, por ser uma forma de obterem informações sobre a “nova Alemanha”.[32] O ALZ serviu, ainda, como espaço para divulgar notícias a respeito da distribuição e projeção de filmes [*Kulturfilmdienst*] outro recurso utilizado para veicular as idéias do nacional-socialismo, informando os "alemães-brasileiros" sobre a vida na “nova Alemanha”.[33] A entidade responsável pela organização e distribuição dos filmes era o LDL, fundado em 1925, com sede em São Paulo, o qual mantinha vínculo com o NSLB.[34] O ALZ veicula, ainda, artigos em que são tratadas a questão escolar e o nacional-socialismo na Alemanha, enfatizando a tarefa do professor: “o *despertar da essência alemã na nossa juventude*”[35]

Destacamos, também, os números do ALZ de 1937, compostos por diversos artigos, cuja origem está em periódicos alemães também daquele ano. Os editores do ALZ acompanham as discussões teóricas travadas no Terceiro Reich e as reproduzem aqui. Também são apresentadas questões como o que significa ser "alemão", o conceito de raça, a partir de idéias retiradas do livro de MENGHIN, Oswald. *Geist und Blut* [Espírito e Sangue]. [36] Além disso, é reproduzida palestra sobre etnia e comunidade étnica, destinada a professores, com a alegação de que estes precisariam conhecer esses conceitos para poder ensiná-los[37]. Alega-se que, apesar de as escolas no exterior precisarem cumprir exigências com relação à política educacional do país em que se encontram,[38] a juventude alemã seria a partir de então educada "para o respeito ao próprio *Volkstum* e aos antepassados que o presente nos concedeu, não para o desprezo do outro mas para o amor à pátria, não para o ódio contra países estrangeiros!"[39]. Entre 1933 e 1937, as páginas do ALZ refletem, portanto, "esperança" com relação ao que a Nova Alemanha poderia proporcionar aos alemães e descendentes no exterior e euforia com relação ao nacional-socialismo. Em final de 1937, altera-se a linha editorial do ALZ, que passa a publicar textos em que articulistas muito mais negociam a identidade de suas escolas perante as medidas nacionalizadoras brasileiras, o que desenvolvemos na tese.

---

[1] O presente texto é parte da tese de Doutorado em História, defendida em abril de 2005 no Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, São Leopoldo/RS, sob o título: "Representações de germanidade, escola e professor no *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul* [Jornal Geral para o Professor no RS]".

[2] Doutora em História pela UNISINOS, São Leopoldo/RS. E-mail: isaarendt@uol.com.br; isabela@unisinos.br.

[3] Diversos autores ocuparam-se, recentemente, com germanismo e germanidade no Brasil, dentre eles, Martin N. DREHER, Giralda SEYFERTH, René GERTZ, César PAIVA, Marionilde BREPOHL DE MAGALHÃES, Magda GANS, Dagmar E. E. MEYER, Imgart GRÜTZMANN e Maria Amélia S. DICKIE.

[4] Cf. SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica:** a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fund. Catarinense de Cultura, 1982. p.94-95.

[5] Cf. GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul:** a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PUCRS, 1999. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do RGS, 1999, p.67.

[6] Joinville. In: **ALZ**, v.15, n.9, set. 1916, p.1-2.

[7] D. Schulspende. In: **ALZ**, v.15, n.1, jan. 1916, p.4.

[8] In: **ALZ**, v.15, n.3, mar. 1916, p.5-6.

[9] GANS. Was kann der deutsche Evangl. Lehrerverein tun, um den berechtigten Forderungen zu genügen, die das brasilianische Vaterland im Sinne einer nationalen Erziehung an unseren Schulen stellen kann? In: **ALZ**, n.5, maio 1920, p.4.

[10] GANS. Was kann der deutsche Evangl. Lehrerverein tun… In: **ALZ**, n.5, maio 1920, p.3.

[11]. GANS. *Was kann der deutsche Evangl. Lehrerverein tun ...* In: **ALZ**, n.5, maio 1920, p.3.

[12] *Dr. H---r. [suspeitamos que seja Holder]. Zukunftsfragen des deutsch-brasilianischen Schulwesen*. In: **ALZ**, v.31, n.2, fev. 1934, p.6.

[13] Dr. H---r. [Holder]. Zukunftsfragen des deutsch-brasilianischen Schulwesen. In: **ALZ**, v.31, n.2, fev. 1934, p.6.

[14] HARMS-BALTZER, Kate. **Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938.** Berlin: Colloquium Verlag, 1970. (Biblioteca Ibero-Americana, Band 14.)

[15] PAIVA, César. **Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik.** 1984. Dissertation (Doktors der Philosophie) – Universität Hamburg, [1984].
[16] GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. **Der Wiederschein des Nazismus: das Bild des Nationalsozialismus in der Deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945.** Berlin: Haunheim,1997. p.433-441.
[17] DOHMS, H. *Neuer Zusammenklang*. In: **ALZ**, v.30, n.10, p.2-4, out. 1933, p.2.
[18] DOHMS, idem, p.2.
[19] DOHMS, ibidem, p.3-4. O nacional-socialismo ter sido considerado um "movimento de renovação" necessário para o reerguimento do povo alemão após a derrota na I Guerra e o Tratado de Versalhes, explica-se segundo Gertz, porque aqueles, juntamente com a República de Weimar, eram "sentidos por alguns teutos no Brasil como humilhação do povo alemão", tendo havido algumas manifestações contrárias à República de Weimar." GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto,1987, p. 95.
[20] KRAMER. Der Nationalsozialismus und wir. In: **ALZ**, v.31, n.2, fev. 1934, p.1.
[21] KRAMER. Der Nationalsozialismus und wir. In: **ALZ**, v.31, n.2, fev. 1934, p.1.
[22] PAIVA (1984), GAUDIG e VEIT (1997) lembram que aos professores era dada liberdade com relação à sua vinculação à Federação de Professores Nacional-Socialistas - NSLB [*National-Sozialistischer Lehrerbund*], entidade que buscava congregar os professores alemães filiados ao NSDAP. Salientam, ainda, que não se pode esclarecer até que ponto o NSDAP exerceu pressão sobre as associações de professores, no entanto, lembram que a Liga Nacional de Professores Alemães-Brasileiros [*Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer* - LDL] mantinha vínculo e trabalhava com a NSLB. Os autores encontraram, inclusive, uma relação de entidades brasileiras vinculadas à LDL, entre as quais constam o *Deutscher Evangelischer Lehrerverein von Rio Grande do Sul* e o *Deutsches Evangelisches Lehrerseminar de São Leopoldo*.
[23] Cf. DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p.130-135.
[24] Sobre o nacional-socialismo e suas bases ideológicas calcadas na *völkische Ideologie* [ideologia étnica] cf. MOSSE, Georg. **Ein Volk, ein Reich, ein Führer; die völkischen Ursprünge des Nationalsozialismus.** Königstein/Ts.: Athenäum, 1979, p.14-15.
[25] Cf. MORAES, Luís Eduardo de Souza. **Konflikt und Anerkennung; die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro**. Berlin, 2002. Inaugural-Dissertation (Doktor der Philosophie) – Zentrum für Antisemitismusforschung, Fachbereich Geschichte, Technische Universität zu Berlin, [2002]. p.111-2.
[26] Também há referência de Seckelmann, inclusive uma imagem, em que aparece discursando em 1935, em Porto Alegre. Cf. SP. Gedenkstunde anläßlich der Wiederkehr des 2. Jahrestages der Machtergreifung durch Adolf Hitler. In: **Neue Deutsche Zeitung**, Porto Alegre, 31.01.1935, p. 8.
[27] Neubert era professor na *Hilfsvereinschule*/*Hindenburgschule*, Porto Alegre, e, conforme informações obtidas por Moraes, homem de confiança do *Jugendführer für Brasilien*, mantendo o contato e enviando informações sobre a atividade do *Deutschbrasilianische Jugendring* (DBJ) à *Reichsjugendführung* na Alemanha. Cf. MORAES, 2002, p.126.
[28] Sobre a atividade da *Hitlerjugend e* o *Deutschbrasilianischer Jugendring* cf. MORAES, 2002, p.121-127.
[29] SOECHTING. Die Potsdamer Tagung des Gaues Ausland des NSLB vom 9. bis 12. August 1934. In: **ALZ**, v.32, n.8, jun. 1935, p.12.
[30] SOECHTING. Die Potsdamer ... In: **ALZ**, Porto Alegre, v.32, n.2-3, fev.-mar. 1935, p.4.
[31] A poetisa e escritora Maria Kahle foi uma das principais "embaixatrizes" do nacional-socialismo no Brasil. Segundo Gertz (1987), fôra enviada pelo *Volksbund für das Deutschtum im Ausland*, o qual promoveu sua viagem ao Brasil, Argentina e Paraguai, a fim de explicar aos alemães nestes países a "Nova Alemanha".
[32] Berichte; Verhandlungs-Bericht über die Vollversammlung des DELV von Rio Grande do Sul am 25. und 26. September 1935 in São Leopoldo. In: **ALZ**, v.32, n.11, p.4-7, nov. 1935, p.3ss.
[33] PAIVA, 1984, p.146
[34] Cf. PAIVA (1984), GAUDIG e VEIT (1997) e MORAES (2002).
[35] ETTMAYR, Anton. *Die Aufgabe der Schule nach jüngsten Führerworte.* In: **ALZ**, v.31, n.9, set. 1934, p.2-3.; O artigo de Dr. F. Nicklas. *Wandlungen im Geschichtsunterricht*. In: **ALZ**, v.33, n.2, fev. 1936, p.4-5 enfatiza a importância do ensino de história no Estado nacional-socialista.
[36] *Volkstum*, *Volkskenntnis*, *Volksbildung*, *Volksreinheit*. In: **ALZ**, maio 1937, n.8-9, p.1-8.
[37] In: **ALZ**, outubro/novembro 1937, n.10-11, p.1-5.
[38] Prof. Dr. Csaki. *Das Deutschtum in Siebenbürgen*. In: **ALZ**, Porto Alegre, v.32, n.2-3, fev.-mar. 1935, p.7.
[39] Cf. *Der Reichserziehungsminister über die Grundlagen der neuen Schule; Ostern 1935 wird die neue Deutsche Schule erstehen*. In: **ALZ**, Porto Alegre, v.32, n.2-3, fev.-mar. 1935, p.3-4.

COLINA – Oposição Armada em Belo Horizonte (1967-1969)

Isabel Cristina Leite - UFOP

Apresentaremos os primeiros resultados da nossa pesquisa cujo intuito é discutir o significado político da luta armada para o grupo COLINA – Comandos de Libertação Nacional, num estudo de caso na cidade de Belo Horizonte. Para tanto, lançamos mão de documentos produzidos pela organização, tanto os disponíveis no Acervo do DOPS/MG presentes Arquivo Público Mineiro, quanto de acervos pessoais dos ex-militantes do grupo. A metodologia da História Oral também nos auxilia no desenvolvimento da pesquisa para um confronto com as demais fontes. Vale ressaltar, nesse sentido, a singularidade conferida à pesquisa pelos depoimentos. Nosso embasamento teórico no que concerne a luta armada vem dos principais pesquisadores do tema como Daniel Aarão Reis Filho, Jacob Gorender, Marcelo Ridenti e Denise Rolemberg.

A década de 60 foi marcada desde seu início pela contestação e radicalização dos pontos de vista da esquerda no Brasil. A insatisfação com o Partido Comunista fez-se crescente desde a publicação de sua conhecida "resolução de 1958", considerada fundamental para a explicação do aparecimento da "Nova esquerda". Esta esquerda foi chamada de nova por não aceitar mais o monopólio do *Partidão* na oposição política, por considerar suas propostas reformistas. Não acreditavam na eficácia da aliança com a burguesia, tampouco num "caminho pacífico para a revolução brasileira". O que caracteriza a nova esquerda em todo o mundo, segundo Hannah Arendt, é a valorização da ação[1].

Nesta linha de pensamento - valorização da ação - surge o grupo COLINA em 1967, sendo uma dissidência da POLOP (Política Operária). Em Belo Horizonte a POLOP ministrava um curso de marxismo-leninismo para seus militantes e de acordo com o envolvimento,

compromisso do militante, ele era chamado para fazer parte de um "movimento mais organizado", como nos relatou Maria José Nahas[2].

Quando questionamos o por quê desta radicalização, as armas em detrimento do trabalho de massas, Apolo Heringer, ex-militante do COLINA, acredita que não são situações contraditórias. Contraditório seria a luta sem o trabalho com as massas, pois elas são o motor da revolução.[3]

É de destaque dentro do grupo a participação dos estudantes de medicina em função do CEM - Centro de Estudos da Medicina, local de debates de toda a sorte, desde o poder negro dos Estados Unidos à questões da categoria, como o crescimento da indústria farmacêutica. Para Apolo Heringer, o CEM representou uma abertura legal para a discussão dos problemas brasileiros uma vez que o Diretório Acadêmico estava cerceado e as organizações passaram a ser clandestinas[4]. Dada a sua influência, foi chamada de 4ª célula pela repressão[5].

Para o COLINA, a POLOP fazia uma análise errônea da realidade. Tentavam europeizar o proletariado e tinham a esperança da insurreição urbana. Acreditavam que a instauração do socialismo dependia da difusão das idéias marxistas entre a classe operária. Para isto existiam os comitês de empresa ou comissões de fábrica. O COLINA foi de frente aos comitês, pois defendiam que o foco guerrilheiro é que iria desencadear o processo revolucionário. Passaram a defender "a luta armada, como forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura [e que] terá que ser centralizada no campo sob a forma de guerra de guerrilhas" [6].

O COLINA participou da tentativa de se estabelecer um "comando nacional" ainda em 67, com organizações do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com maiores afinidades, chegaram a agir conjuntamente com a Dissidência da Guanabara (DI-GB) tanto no Rio de Janeiro quanto em Belo Horizonte.

O grupo era organizado em "células" ou "comandos", sendo eles: urbano (que abrangia os trabalhos operário e estudantil), inteligência, sabotagem, expropriação, levantamento de área e armado. Os principais dirigentes estavam no comando armado.

No setor de trabalho urbano destacamos o trabalho junto ao operariado uma vez que o COLINA esteve presente na organização da greve de 1968 em Contagem e na divulgação do Piquete, jornalzinho informativo cujo conteúdo incitava os operários à tomada de atitude frente aos patrões, denunciavam as más condições de trabalho, davam as notícias e criticavam as greves organizadas "fora de hora", que significaria o fracasso do movimento grevista[7]. Podemos explicitar pelo menos dois motivos para o fracasso junto ao operariado: a concepção de luta militarista do grupo e o desconhecimento da realidade operária por parte dos integrantes. Maria José Nahas nos relatou a sua dificuldade pessoal dada a sua origem pequeno-burguesa (filha de médico do interior), não se sentindo à vontade neste tipo de trabalho nos bairros operários.

Dentre as ações do grupo estiveram assaltos a bancos e bombas nas casas de funcionários do governo, como o caso do atentado na casa do interventor do sindicato dos Metalúrgicos, Bancários e Fiação e Tecelagem, Humberto Pollo Porto[8]. De acordo com o manifesto deixado pelo grupo após o atentado, este seria uma resposta às intervenções feitas nos sindicatos cuja finalidade era desmobilizar os trabalhadores e às demissões em massa após as greves. No final do manifesto, o grupo assume sua opção pelas armas e violência revolucionária:

> Contra essa violência que a ditadura e os patrões empregam para oprimir e explorar o povo os Comandos de Libertação Nacional empregarão a violência revolucionária. Essa nossa ação de hoje deve servir de aviso aos patrões, aos ministros e delegados do trabalho, às policia e aos interventores (...) Esse é o começo da justiça popular[9]

Contudo, as ações urbanas seriam apenas suporte para a formação da guerrilha rural através do foco guerrilheiro. A teoria do foco foi desenvolvida por Regis Debray, em seu livro "A revolução na revolução", desenvolve tal teoria. É a inspiração vinda do modelo cubano.

> A procura de um modelo internacional – o cubano ou o chinês, não importa – é uma operação posterior, para legitimar a opção já tomada (pela luta armada).Isto não quer dizer que os modelos internacionais devam ser subestimados. Ao contrário, são cruciais, o papel legitimador que desempenham é crucial na manutenção dos laços de coesão internos às organizações comunistas.[10]

Para Debray, o foco implicava o envio de quadros para uma região de difícil acesso para as forças policiais e políticas responsáveis por reprimir as ações da esquerda revolucionária. Esta região era o campo, o "elo fraco da cadeia", onde o nível de politização era menor. A escolha do local não era aleatória, os militantes passavam meses pesquisando e conhecendo bem a região. Em primeiro lugar eles deveriam procurar conhecer todas as possibilidades, os caminhos e os esconderijos para a fuga caso esta fosse necessária. O próximo passo seria o trabalho com as massas, o começo da conscientização destes camponeses, com os quais tentariam conquistar a confiança e o apoio para o grupo, transformando esta população no braço armado da revolução.

> Para seguir a metáfora chinesa, o foco, em vez de fechar-se como um punho para lançar um golpe e arrancar um dedo ao inimigo, abre e estende os seus cinco dedos e é o inimigo quem tem a força do punho frente a cada um dos seus dedos[11].

Característica forte desta organização (e de tantas outras armadas) é o autoritarismo presente nas normas militares que deviam ser seguidas sob a lógica de que "guerra é guerra". Para Apolo Heringer, o discurso do COLINA era democrático, mas a democracia interna era "na medida do possível"[12] Auto-intitulados de vanguarda, detentores do saber, da consciência que é necessária às massas que fariam revolução. Partido de vanguarda seria o condutor das massas. Uma vez esta no poder, seria instaurada a ditadura do proletariado.

O COLINA tem seu fim em janeiro de 1969, primeiramente com a prisão de Angelo Pezzuti, que desencadeou as outras prisões do comando armado. Foram as primeiras prisões de um grupo armado no país. Foram também um dos primeiros presos-cobaia em aulas de tortura ainda no corrente ano, conforme consta no Projeto Brasil: Nunca Mais. Os demais que ainda persistiram na luta armada se uniram à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) para, então, formar a Vanguarda Popular Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares). Dos quarenta militantes trocados pelo embaixador alemão seqüestrado em 1970, cinco pertenceram ao COLINA e foram banidos para a Argélia em janeiro de 1971. São eles: Maria José Nahas, Jorge Nahas, Maurício Paiva, Ângelo Pezzuti e Murilo Silva; uma integrante, Carmela Pezzuti, estava na lista dos 15 trocados pelo embaixador suíço. Os ex-militantes com que conversamos, assim como a maioria dos exilados que fizeram parte do COLINA, voltaram ao Brasil com a anistia em 1979.

Os depoimentos por nós colhidos nos indicam a idéia de elo entre o passado recente e o presente. O nome de guerra virou o nome dos filhos. A militância continuou no exílio pelos países por que passaram - nunca ligados a partidos, e na volta com a anistia militaram ou em causas sociais ainda desvinculados destes (como a luta por creches de Carmela Pezzuti) ou fizeram parte na fundação do PT (Partido dos Trabalhadores) em escalas variáveis de participação.

Apresentamos o grupo COLINA como um dos precursores da condição de oposição consciente e armada ao regime militar, na tentativa de fazer um elo entre teoria e prática revolucionária. Analisamos as dificuldades encontradas frente aos movimentos operário e estudantil, tendo em vista a concepção militarista de luta e as dificuldades pessoais de inserção, dada a origem social. Vimos como o modelo cubano serviu de inspiração para esta organização e como os estudantes da medicina, não fugindo à teoria das gerações, tiveram papel ativo na prática revolucionária em Belo Horizonte dentro do grupo em questão.

[1] ARENDT apud ARAÚJO, Maria Paula. **A utopia Fragmentada.** Rio de janeiro: FGV, 2000. p.41.

[2] Entrevista concedida à autora em 11 de janeiro de 2003.

[3] Entrevista concedida à autora em 1 de abril de 2005.

[4] Entrevista concedida à autora em 1 de abril de 2005.

[5] Relatório referente ao COLINA. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 1: Pasta 15. Imagem 2381.

[6] Documento "Carta aberta aos revolucionários". Acervo DOPS/MG- APM.Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 2: Imagem:12.

[7] *O piquete*. Ano 3, n° 92, n° 93, n°94 de 1968. Acervo DOPS/MG – APM. Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 17. Imagens: 0188, 0190, 0192.

[8] No relatório constam quatro assaltos a banco sendo eles:

23/08/68 -Jeep da Secretaria da Fazenda: Frustrado.

28/08/68 – Banco da Comércio e Industria.

04/10/68 – Banco do Brasil Cidade Industrial.

14/01/69 – Banco Lavoura e Mercantil – Sabará.

Relatório sobre o grupo COLINA. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 1: Pasta 15. Imagem 2381. Em relação aos atentados à bomba na casa do Delegado do trabalho Onésimo Viana e ao intervento dos Sindicatos de Fiação e Tecelagem, Bancários e Metalúrgicos, Humberto Porto no dia 18/10/68. Cf. "Terroristas explodem casa de interventor". Jornal Ultima Hora. 19/10/68.

[9] Manifesto do grupo COLINA, 19 outubro de 1968. Acervo Elza Corrêa da Silva Porto.

[10] REIS FILHO, Daniel Aarão. Exposição em Seminário. IN. **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.48

[11] DEBRAY, Regis. **Revolução na revolução.** Centro Editorial Latino-Americano, s.d. p.39

[12] Entrevista concedida à autora em 01 de abril de 2005.

HISTÓRIA RECENTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PARANÁ

Isabel Cristina RODRIGUES* - UEM

Este trabalho é resultado de minhas reflexões sobre os dados obtidos no levantamento diagnóstico realizado por mim, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação – SEED-Pr, FUNAI - Administrações Regionais de Londrina, Guarapuava e Curitiba no período de setembro a novembro de 2004. A propostas de realização desse levantamento diagnóstico surgiu a partir de discussões iniciadas em abril de 2004, quando a SEED-Pr convocou uma reunião para discutir e elaborar um curso de nível superior específico para os povos indígenas do Paraná. Para essa reunião foram convidados membros das universidades estaduais que haviam participado das comissões nomeadas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior[1] – SETI- incumbida de realizar o Vestibular para os Povos Indígenas do Estado do Paraná[2].

A primeira constatação, para surpresa geral foi de que SEED/Paraná, que possuía uma área de coordenação escolar indígena, não possuía dados concretos e atualizados com relação a escolarização dos povos indígenas que aqui habitam, bem como da realidade vivenciada por estudantes das comunidades indígenas e das demandas e necessidades pensadas pelos diversos grupos que residem no estado.

Assim, em setembro de 2004, um grupo de profissionais vinculados as Universidades Públicas do estado, à Secretaria Estadual de Educação e à Funai, partiram para um trabalho de campo, realizando visitas a todas as 17 terras indígenas do Estado e aos grupos que se encontram em territórios não demarcados e legalizados oficialmente[3], em busca do levantamento necessário a fim de conhecer qual a realidade de escolarização formal desses povos e quais as demandas que se fazem necessárias.

A partir dos dados levantados e material consultado nos arquivos da administração regional da FUNAI de Londrina e no do escritório da Terra Indígena Faxinal, localizada no

município de Candido de Abreu, constatei que existe um processo de escolarização formal desde os anos 30 do século XX, num momento em que a escola era administrada e conduzida por professores, quase sempre leigos, que na maioria dos casos, eram as esposas dos administradores que trabalhavam para o Serviço de Proteção ao Índio[4] – SPI - dentro das chamadas, reservas indígenas.

Os espaços destinados para o funcionamento das escolas eram precários. No caso, por exemplo da T.I. de Faxinal, havia um prédio construído especificamente para abrigar os estudantes, que não eram somente os índios, mas crianças pertencentes a outros grupos étnicos, poloneses, por exemplo, residentes nas propriedades rurais vizinhas à terra indígena. Ali existia a Escola General Rabelo já no ano de 1942.

O estudo pioneiro sobre a educação escolar indígena no sul do Brasil, Educação e Sociedades Tribais, de Silvio Coelho dos Santos, publicado em 1975, o autor aborda a situação da educação escolar indígena se remetendo a pesquisas que realizou desde a década de 1960 no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A escola que referi acima e a que existia na área indígena vizinha, no município de Manoel Ribas, na T.I. Ivaí, aparecem referenciadas no seu texto, como um dos locais onde a educação formal estava presente. Assim como as escolas dessas duas terras indígenas havia outras que funcionavam ofertando o ensino primário, no sistema multisseriado. De acordo com a documentação encontrada as dificuldades estavam sempre em torno do material didático que era inexistente. Havia apenas a sala de aula, o quadro de giz, a mesa da professora, poucas carteiras e a voz da professora. Há poucas notícias de algum tipo de trabalho de orientação pedagógica que fosse prestado pelo SPI ou por qualquer outro órgão. A situação começou a se modificar a partir da década de 1950, quando as missões religiosas estrangeiras passaram a realizar um trabalho educativo e pedagógico dentro dos territórios indígenas[5].

Mais recentemente, vários pesquisadores das áreas de antropologia, história e educação têm se preocupado em pesquisar e analisar a situação da educação escolar indígena no Brasil e no Paraná, e a atuação desses grupos religiosos no Brasil, principalmente, a do Summer Institute of Linguistics- SIL, que a partir da intenção de evangelização para a conversão dos índios ao cristianismo, fez da escola o foco de disseminação de seus preceitos, ensinando a ler, escrever, contar e negligenciar seus conhecimentos e saberes específicos, bem como negar sua língua, costumes e tradições.

Mas o fato é que não se pode negar a atuação do SIL, considerando inclusive que no caso específico do sul do Brasil, os povos indígenas passaram a partir de sua presença, a ter um contato mais íntimo com a escola e com os saberes da chamada sociedade envolvente. Saberes e ensinamentos que obviamente tiveram e tem graves conseqüências para a vida dessas populações. Mas estudar e refletir sobre essa atuação que permanece até hoje é de fato importante e necessário para a história da escolarização dos índios no Paraná, pois, o SIL, assim como outras missões religiosas, ainda mantém atividades e escolas em algumas áreas do Paraná, produzindo inclusive material didático bilíngüe tanto em kaingang-português, quanto guarani- português.

Somado as iniciativas dos grupos religiosos, aparecem no final da década de 1970, as organizações não-governamentais – ongs - que tiveram e têm uma atividade mais sistemática, primeiro no norte e depois nordeste e centro-oeste do Brasil. No Paraná, essas ongs passam a ofertar projetos já na década de 1990. O caso mais efetivo e o da APEART, criada na década de 1980 e que atuava junto à educação do campo. Nos anos de 1990, passou a executar projetos de alfabetização e de aceleração do ensino médio de jovens e adultos indígenas[6].

Em 1967 o SPI foi extinto e em foi criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI - que se responsabilizou pelas atividades educacionais sistemáticas, inclusive contratando professores e monitores indígenas para realizar o trabalho pedagógico dentro das terras

indígenas e realizando parcerias com os grupos religiosos e as organizações não-governamentais. É o caso, por exemplo, da criação dos cursos para formação de monitores bilíngües, através do Instituto Clara Camarão, que ofertava cursos na Terra Indígena Guarita, no município de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. O Instituto Clara Camarão foi o responsável pela formação e certificação de várias turmas de monitores Kaingang e também de professores não-índios, bilíngües, contratados pela FUNAI para atuar nas escolas indígenas, desde 1972.

Da alçada governamental, a partir de 1992 a educação escolar indígena sai do âmbito da FUNAI e vai para o MEC, o qual desencadeia estudos e discussões em busca da elaboração diretrizes políticas e educacionais específicas para as populações indígenas. Resultado bastante conhecido é o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas – RCNEI - que ficou pronto em 1998.

Assim, além dos dados estatísticos que revelam quais as necessidades e demandas para a educação escolar indígena no Paraná e as políticas educacionais necessárias, pude perceber que existe uma história da educação escolar indígena aqui, que precisa ser explicitada e registrada. Percebi que existem sujeitos componentes dessa história que protagonizaram-na. Esses sujeitos são aqueles índios e não-índios que vivem e que realizam atividades nas escolas e nas comunidades indígenas existentes no Paraná e que ainda não tiveram a chance de serem ouvidos e nem de registrar as experiências que vem realizando durante seu tempo de formação e de experiência junto às escolas que funcionam nas terras indígenas.

Pensar a história recente da educação escolar indígena no Paraná significa debruçar-me sobre forma de pensar a vida, o mundo e o trabalho que esses sujeitos possuem e que não tem sido objeto de reflexão até o presente.

Defendo a idéia de que ao entrar em contato com a história do local onde vivem, os homens entram em contato com sua própria história. Ao preservarem a sua história,

preservam a história de seu grupo social, desenvolvendo um processo de identidade social e cultural.

Num mundo em que a memória, a tradição, pressupostos básicos para a configuração de uma identidade social, se tornam cada vez mais descartáveis, a revitalização das histórias dos habitantes desses lugares e que nesses lugares atuam, oferecem um referencial identitário para as pessoas que ali vivem, além de se tornar parte do patrimônio cultural dos grupos aos quais pertencem.

Ouvir e registrar as experiências, as histórias, as angústias, as felicidades desses sujeitos (a partir de suas narrativas) é uma necessidade para compor a tessitura que pode evidenciar sinais da história da educação escolar indígena no Paraná e nessa história as formas como têm sido re-significadas ao longo dos tempos de contato as práticas pedagógicas que, historicamente, têm estado presente nessas comunidades.

Então esse texto tem muito mais o objetivo de propor a continuidade da pesquisa do que finalizar um diagnóstico. Ele é mais o anúncio de um projeto de pesquisa que pretende discutir como os professores (índios e não-índios) percebem e atuam no processo educativo nas escolas das Terras Indígenas no Paraná.

A partir dos relatos de professores e lideranças, podemos evidenciar não somente as continuidades como também as rupturas ocorridas durante o processo pós-contato com a sociedade envolvente.

As rupturas orquestradas pelo tempo vivido são muito mais significativas quando nos damos conta de que o passado não é um tempo morto esquecido nas páginas viradas do livro da existência, mas tempo vivo, pulsante, atual. Walter Benjamin assinala que o que passou não constitui matéria estagnada e sim algo pronto a irromper, com toda a força, no

curso da vida presente. Portanto, o passado não possui apenas a dimensão do já acontecido. Ao contrário, pode anunciar-se com possibilidades de vir a ser.

A rememoração é o processo no qual o passado penetra na estrutura do presente não como símbolo vago, nostálgico, mas enquanto tempo reconstituído. A continuação estabelecida entre passado, presente e futuro se apresenta como condição imposta pela linearidade do pensamento que se esforça em atribuir às lembranças (tempo morto) um caráter contínuo.

Ao recuperar a memória coletiva dos professores que atuam ou atuaram nas escolas indígenas, tenho como objetivo recuperar memórias sociais marginalizadas por uma memória coletiva nacional, centrada na lógica de um sistema de saberes pré-concebidos, "positivos", objetivos, impostos a partir de cima sem levar em conta a diversidade cultural dos grupos sociais que formam a sociedade brasileira.

Num momento onde até nos discursos oficiais se faz presente o tema da diversidade cultural, do multiculturalismo, do bilingüismo, da interculturalidade, não podemos nos furtar a essa empreitada de trazer à tona e registrar esses saberes contínua e cotidianamente re-significados e re-apropriados, portanto social e historicamente construídos por essas populações etnicamente diferentes.

Hoje, depois de longa história de desqualificação, já admitimos (nós, sociedade envolvente) tratar-se de outros saberes, de outros fazeres e de outros conhecimentos que no embate com os de origem ocidental-cristão, impostos a esses grupos indígenas desde o século XVI. Isso traduz a história das lutas e resistências das inúmeras etnias que enfrentaram, a altos custos, o peso da imposição de uma tradição conservadora, preconceituosa e excludente em nome de um projeto de nação brasileira que ocultou e

silenciou aqueles que não conseguiu eliminar da história. Esses povos estão presentes e atuantes na sociedade brasileira, revitalizando sua história, suas práticas e culturas próprias.

Atualmente presenciamos um processo de desestruturação social que segundo Suzanne Citron (1992) levaria a uma crise antropológica causada pela ruptura da memória social, das tradições, dos saberes, das práticas que, há séculos ou milênios marcaram as formas de comportamento do grupo.

Um projeto centrado no sujeito é prioritário no contexto de desestruturação social e cultural que é o da nossa época. Dar prioridade ao sujeito é dar-lhe os meios para construir a sua pessoa, para compreender o mundo em que vive, para se descobrir passo a passo na imagem que os outros lhe dão e no seu próprio olhar, para aprender a comunicar, criar, lutar, construir. Ao priorizar um projeto voltado à história e memória dos professores das escolas indígenas, pretendo fazê-lo a partir de seus próprios relatos, em seu próprio espaço, no convívio quotidiano: na terra indígena, na família, na escola, na igreja, nas roças, nas matas, nos rios, nas cidades. Enfim, nos lugares onde esses atores sociais circulam e ocupam atualmente.

A importância das entrevistas com antigos moradores de um determinado lugar a fim de dar voz aos excluídos, vem sendo enfatizada pelos historiadores no Brasil desde os anos 70 do século XX e em inúmeros trabalhos[7], e a antropologia já vem fazendo isso há muito mais tempo. Ouvir e registrar as experiências vivenciadas por esses atores sociais significa possibilitar a revitalização das histórias e das formas como têm sido re-significadas ao longo dos tempos de contato as suas práticas.

No ato de falar e ouvir, de narrar experiências de vida, de lidar com o tempo como algo mais dinâmico e lúdico, no qual o ontem se perdeu e o hoje se perde na expectativa do amanhã, os homens têm a possibilidade de se humanizarem deixando de ser objetos de uma dada história para se converterem em sujeitos que contam e fazem suas próprias histórias.

NOTAS:

---

[*] Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações-Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM.

[1] Trata-se da Comissão Universidade para os Índios - CUIA, formada por profissionais das universidades estaduais, com o propósito de atuar na preparação, divulgação e realização do Vestibular Interinstitucional dos Povos Indígenas do Paraná, para atender a Lei Estadual 13134/2001, que destinou a cada ano, três vagas em cada uma das universidades estaduais para membros de comunidades indígenas. A CUIA só se tornou permanente a partir de 29/10/2004.

[2] Até o presente já foram realizados quatro processos seletivos específicos, sendo que a cada ano uma das estaduais assume a organização do evento. As universidades que já sediaram o vestibular foram: UNICENTRO/Guarapuava em 2002; UEL/Londrina em 2003; UNIOESTE/Cascavel em 2004; e UEM/Maringá em 2005.

[3] O estado do Paraná possui dezessete terras indígenas demarcadas e reconhecidas, habitadas por populações Kaingang, Guarani, remanescentes de Xetá, algumas famílias de Xokleng e de fulnio. Possui também alguns grupos Guarani que ocupam territórios não demarcados e não legalizados. É o caso dos Guarani: há um grupo em Piraquara que está hoje ocupando uma área de manancial da SANEPAR; um outro grupo que está ocupando uma área pertencente a um grupo educacional evangélico em São José dos Pinhais; um grupo na periferia de Guairá; um grupo ocupando uma área do município de Diamante do Oeste.

[4] O Serviço de Proteção aos Índios foi criado pelo Governo Federal, em 1910, para se responsabilizar pela tutela dos povos indígenas que existiam no Brasil. Há inúmeros trabalhos que discutem a atuação do SPI, entre eles ver: Antonio Carlos de SOUZA LIMA. Um grande cerco da paz – poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

[5] Entre os pesquisadores que discutem a atuação do SIL, ver entre outros: TOMMASINO, K. "A educação indígena no Paraná: suas limitações e possibilidades." *Cadernos CEDES,* n° 32. Campinas. Papirus/CEDES, 1993; "Diretrizes para a política de educação escolar indígena no Paraná: algumas considerações preliminares." In D'ANGELIS, W. e VEIGA, J. *Leitura e escrita em escolas indígenas.* Encontro de educação indígena no 10° COLE/1995; Apontamentos Sobre A Educação Escolar Indígena No Paraná - Encontro Temático – Educação Indígena, apresentrado durante a 3ª Conferência de Educação Municipal de Londrina; Março de 2004.

[6] Existe nos próprios arquivos da APEART, um bom material sobre os projetos realizados pelo Paraná, reunindo desde documentos oficiais enviados e recebidos para e de órgãos financiadores, até trabalhos realizados com os participantes beneficiados pelos projetos.

[7] Sobre isso ver, entre outros: TOMPSON, P. A voz do passado. Rio de Janeiro:Paz & Terra, 1992; SMC/ DPH. O Direito à Memória, 1992; BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos, São Paulo: Cortez, 1992; PAOLI,M.C., Memória e Ação Cultural, REVISTA do DPH, São Paulo, 1992. FERREIRA, M.M.& AMADO, J. (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2001. BOM MEIHY, J.C.S. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2000.

Família e relações de compadrio em Belém, século XIX

Isabel Teresa Creão Augusto - PPG-UNICAMP[1]

Os estudos sobre família no Pará têm sido, até o momento, escassos e com pouco diálogo entre si. Encontram-se dispersos em periodizações e objetivos distintos, dificultando a compreensão do conhecimento acumulado, fornecendo imagens fragmentadas sobre as composições e os modos de viver das famílias paraenses. Essa dificuldade se agrava a medida em que tentamos retroceder cada vez mais o tempo histórico.

Ao nos voltarmos às primeiras décadas do século XIX, o entendimento sobre o papel das famílias na sociedade encontra-se ainda mais limitado, tendo sido até agora alcançado quase exclusivamente por vestígios em documentações e estudos que não as tinham como objeto principal, mas que as permearam em busca de práticas econômicas e políticas na região amazônica.[2]

Cogitamos sobre a participação da família como agente de projetos realizados pela Coroa Portuguesa, mas desconhecemos quase por completo sua formação e dinâmica como peça fundamental para a vida social local. Todo um universo de informações acerca da forma como estas famílias se constituíam, da origem de seus membros, suas condições materiais, suas vivências cotidianas de trocas e auxílios, até o estabelecimento de laços entre indivíduos, laços esses capazes de promover o desenvolvimento sócio-cultural de suas localidades. Estas e muitas outras questões ainda necessitam de estudos e debates para que se dê início a sua compreensão.

Visando este sucesso, o presente trabalho propõe apresentar os assentos de batismo como opção de pesquisa para o estudo da família paraense. Ainda que possuam um corpus restrito e fragmentado, em suas informações encontramos a diversidade das tipologias familiares, uma vez que os assentos de batismo eram obrigatórios para a população majoritariamente católica e excediam a função religiosa, servindo muitas vezes como o único registro e comprovante legal junto ao Estado ou a Justiça.

As informações apresentadas a seguir foram extraídas do Livro de Batismos da Freguesia da Sé de Belém, que abrange os anos de 1810 a 1822, com assentos tanto da população livre como escrava. A opção em trabalhar apenas com os dados do ano de 1817 está ligada ao caráter preliminar deste estudo e ao desejo de discutir a potencialidade das fontes e suas informações, bem como as possibilidades de expansão que trazem às temáticas dos estudos já realizados.

Insights sobre as famílias de Belém no começo do século XIX

Os assentos de batismo, ainda que seguissem orientações e modelos determinados pela Igreja, demonstram ter sofrido diversas variações em suas informações ao longo de toda a colônia brasileira. Enquanto alguns livros de registro estudados em outras regiões do Brasil demonstram ter estendido a quantidade de informações acerca das condições do batismo, do batizado e de sua filiação[3], os assentos do Livro da Sé de Belém se mostram na maioria das vezes sucintos.[4]

O caráter restrito de algumas informações não impede, entretanto, que um precioso material seja adquirido. A fim de elucidar a questão, escolhemos como possibilidade de estudo uma análise breve da composição e das condições de vida das famílias: partimos da distribuição dos assentos segundo a cor dos batizados ou a de seus genitores[5], da divisão dos registros entre os nascidos de relacionamentos legitimados pelo matrimônio ou não, além da contribuição provinda pela importação de mão-de-obra escrava.

O detalhamento e a transformação dos casos encontrados em números sem dúvida colaboram para que tenhamos uma melhor perspectiva da participação das diversas etnias na composição das famílias da cidade, como também na diversificação das relações e alianças entre indivíduos. Porém, não só a quantificação dos assentos, mas também acompanhamento de algumas personagens e de histórias pessoais, com o olhar atento sobre os relatos rápidos e as particularidades dos casos, podem nos permitir alcançar redes ainda mais extensas e dinâmicas das relações pessoais locais.[6]

Para o ano de 1817, o livro de assentos da Sé denuncia a existência de 272 registros que totalizam 294 batismos. Distribuídos segundo a cor e o estado de legitimidade ou não do batizado, encontramos o seguinte quadro:

Distribuição dos batismos registrados seguindo a cor e a condição de legitimidade ou não dos indivíduos batizados (freguesia da Sé, 1817 – Belém)[7]

	Legítimos		Ilegítimos		Adultos	
"Brancos"[8]	70	23,8%	48	16,3%	_	_
Escravos	13	4,4%	57	19,4%	48	16,3%
Gente de cor livre	04	1,4%	35	11,9%	_	_
Índios	03	1%	05	1,7%	_	_
Total	90	30,6%	145	49,3%	48	16,3%

Obs: Os 3,8% restantes, por carência ou omissão das informações nos respectivos assentos, não puderam ser inseridos nas categorias da tabela acima.

Primeiramente, destacamos a representatividade apresentada pela porcentagem de filhos legítimos de casais brancos: 70 de um universo de 294 batismos. Levando em conta o número alcançado pelos batismos de ilegítimos, o potencial da população branca aumenta sem, contudo, configurar-se o principal grupo de nascimentos.

Ao considerarmos que Belém era uma das localidades que mais concentrava população branca dentro da capitania do Grão-Pará (sediando as principais instituições de governo e Justiça na região) e que a ocupação inicial local foi realizada por oficiais e gente do serviço militar e suas famílias, é possível colocar uma primeira questão, qual seja, o perfil da população, que apresentava diversificação de cor e origem. Como ponto estratégico para a defesa do território contra uma possível invasão inimiga pelo do Rio Amazonas, Belém teve desde sua fundação a presença militar, o que acarretava em homens de origem branca e suas respectivas famílias. No entanto, a cidade não estava mais restrita a esta função política, nem sua população encontrava-se limitada à cor e origem daqueles que tinham como função a preservação do controle português na região.

Ao mesmo tempo, encontramos uma quantidade significativa (dentro deste universo de nascimentos) de mulheres solteiras ou que provavelmente viviam relacionamentos não legalizados pela doutrina católica, tendo filhos de forma independente e constituindo famílias que passavam a exceder os padrões daquelas inicialmente trazidas para a ocupação.

Sobressai a baixa participação de índios no crescimento populacional da capital. Durante o século XVIII, foi grande a preocupação do governo português com a população indígena na região, sendo constante as tentativas de incorporá-la à população branca, transformando-os também em agentes de ocupação e manutenção do território luso. A instituição do Diretório dos Índios em 1750 é, provavelmente, o símbolo deste esforço, com a formação de vilas e freguesias indígenas no interior do território, com a presença marcante da Igreja e do Estado.[9]

Com a investida da Coroa sobre a gigantesca população indígena, é interessante constatar o aparente desinteresse dos índios pela migração e residência na capital. Ainda que o termo da cidade de Belém abarcasse freguesias originadas de aldeamentos indígenas como Beja, Conde e Barcarena, nem mesmo a proximidade e as dependências político-econômicas destas localidades parecem ter incentivado o fluxo de indígenas para a cidade, que registraram índices baixíssimos de participação nos assentos de batismo de 1817.

Já os números obtidos referentes à população negra escrava ou livre trazem novo fôlego e reafirmam alguns aspectos que têm sido matéria de estudos recentes sobre o Estado do Pará e a região amazônica. Eles dão conta de uma maior participação dos grupos de cor no crescimento demográfico, no trabalho (como mão-de-obra escrava), no cotidiano e na diversidade cultural da região amazônica.[10]

É interessante observar a proximidade dos números de nascidos entre a população branca e negra: entre legítimos e ilegítimos, brancos totalizaram 118 batizados, enquanto negros (livres e escravos) chegaram a 108. Se considerarmos não apenas os nascidos mas também os escravos adultos batizados naquele ano (o que nos sugere o recém ingresso destes na capitania), a soma das pessoas de cor sobe para 157.[11]

A grande concentração, entre as crianças de cor batizadas, na condição de filhos ilegítimos, nos são extremamente sugestivas e indicam possibilidades de estudos sobre as tipologias e condições de vida das famílias negras escravas e livres. Se analisarmos somente os números encontrados para a população de cor, os filhos ilegítimos representam 71,25% da população nascida cativa e 89,7% da população de cor livre nascida naquele ano na cidade de Belém. A alta concentração de nascidos como filhos de mães solteiras aponta as dificuldades enfrentadas na manutenção da própria subsistência e da família, bem como a diferenças entre o ideal da Igreja de união de casais com o respectivo nascimento da prole e a prática de uniões livres já analisadas em estudos sobre diversas regiões da colônia no Brasil.[12]

Ao analisarmos os 48 negros adultos recém incorporados aos cativos da cidade, eles simbolizam 40,6% do total de escravos acrescidos à população no ano de 1817, sendo comuns as nações Mandinga e Angola, entre outras sugeridas pela documentação. Não só a reprodução natural da população, mas o constante acréscimo de pessoas através do mercado escravo, por exemplo, se mostram alternativas importantes e que não podem ser desprezadas ao se levar em consideração as origens e as características possíveis das famílias residentes na Belém colonial.

Os números alcançados aqui não podem ser pensados de forma isolada ou tomados como referência final sobre a questão. Mas estão em consonância com propostas e resultados de outros estudos, afirmando-se assim como um caminho importante a ser considerado, não somente para a história da família, mas para uma compreensão particularizada sobre cada grupo apresentado. Para nós, abre a possibilidade de pensar que as famílias de Belém em 1817, formavam uma população de muitas origens, de muitas cores. Cabe a nós dar prosseguimento a esta averiguação.

Compadrio e as redes de auxílio-mútuo: firmando laços

A historiografia, através de muitos estudos sobre a temática da família, tem demonstrado que nascer, casar e morrer eram os marcos da vida individual e coletiva na

colônia portuguesa. Por serem eventos religiosos e com participação coletiva, seus rituais, celebrações e registros tornam-se fontes imprescindíveis para os estudos que almejam compreender o cotidiano, as redes de relação e de amizade, dentre outros objetos que faziam parte da vida social ou cultural da colônia.

Em vista disso, os assentos de batismo da Freguesia da Sé de Belém podem elucidar questões a respeito da prática do compadrio, dos significados e implicações na escolha dos padrinhos; como esta escolha se relacionava com o cotidiano das famílias ou objetivava melhorias e esperança de novas possibilidades para as crianças e suas famílias. O batismo, como evento religioso, proporcionava a benção e o começo da vida para aqueles que adentravam na fé católica. Mas também era um evento que firmava laços de amizade e dependência entre indivíduos que poderiam ser determinantes para o desenvolvimento de suas futuras redes de relações pessoais.

Em meio a massa dos batismos, destacam-se registros e histórias de pessoas que compunham dois grupos que viviam em condições distintas: a elite local, formada por homens com cargos militares, negociantes que residiam na cidade, comerciantes locais e alguns agricultores de posses, sem esquecer de suas esposas ou viúvas, sempre precedidas pelo título de “donas”. O outro grupo trata-se das mulheres de cor: pretas, mulatas, cafuzas, mamelucas, cativas ou não e sempre solitárias, registrando os filhos de “pai incógnito”.

Para ambos os grupos, a escolha dos padrinhos se mostrava um momento simbólico importante na constituição de laços de amizade. Da mesma forma que sinalizam estudos anteriores a respeito desta matéria, pareciam visar as condições materiais das redes de convívio nas quais os batizados e suas famílias estariam daquele momento em diante inseridos.

Se para a elite local os padrinhos refletiam a manutenção das relações e o trato entre semelhantes, para as mulheres escravas ou forras este era o momento de conseguir vínculos com indivíduos de melhores condições, que poderiam colaborar com um futuro melhor para si e seus filhos.[13] Este foi o sucesso de Maria do Carmo, “filha da mulata

Felizarda, pai incógnito, escrava de Joaquim José, que por seu escrito declarou fosse esta inocente [livre] desde este dia por convenção que fez com o Padrinho Tenente Secretário Gabriel José de Sousa por haver recebido o seu valor".[14]

Na maioria dos assentos, o que observamos até o momento é a preferência por pessoas comuns, indivíduos de igual condição e provavelmente participantes do convívio diário. Pessoas freqüentemente chamadas para serem padrinhos ou indivíduos que revezavam sendo uns padrinhos dos filhos dos outros. Escravos, negros forros e pessoas de vida simples, sem sobrenomes conhecidos e sem cargos públicos dividiam a celebração do batismo e reafirmavam laços e trocas presentes no cotidiano muito mais do que projetavam a utilidade ou os ganhos futuros que a escolha dos padrinhos poderiam trazer.

As relações cotidianas refletidas nos batismos de toda a gente

O objetivo maior deste trabalho é reforçar a necessidade de aprofundar os estudos sobre família no Pará e afirmar o potencial de utilização dos assentos de batismo como documentação para estas pesquisas. Neles encontramos condições para a discussão de temas como a participação de diversos grupos da sociedade, na composição das famílias (mesmo que não sejam abordados sob uma perspectiva demográfica) e as condições e dificuldades da vida no interior das famílias, refletidas, por exemplo, nos nascimentos de ilegítimos.

Mais do que indicadores de crescimento populacional, os assentos de batismo podem ser utilizados como fontes para uma história sócio-cultural da colônia, ao servirem de canal para a expressão ou afirmação de laços, trocas e do convívio que eram parte do cotidiano das pessoas envolvidas, ou que passariam a constituir, a partir daquela celebração, um novo vínculo e uma nova possibilidade na vida dos envolvidos.

Se as certidões de batismo são uma opção importante para a História da Família no Pará, necessitando de maior atenção e estudo, aprofundar as investigações que tenham como objeto principal as famílias e os grupos de convívio paraenses é possibilitar novas perspectivas para a história regional.

[1] Mestranda do Departamento de História da UNICAMP, sob a orientação da Profª. Drª. Leila Mezan Algranti.
[2] Artur Cezar Ferreira Reis. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*; 2ª edição. 2 vols. Belém: SECULT, 1993. Roberto Santos. *História econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980. Flávio dos Santos Gomes (org). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. Universitária, UFPA, 1999. Carlos Augusto Bastos. *Vadiagem, costumes e trabalho: homens livres pobres e os recrutamentos nas companhias de trabalhadores (1838 – 1859).* Monografia de Graduação.
[3] Enquanto no Mato Grosso pôde ser encontrada nos assentos a idade das crianças batizadas, enquanto em São Paulo eram fornecidas as mesmas informações de pais e padrinhos (estado civil, a que freguesias pertenciam, onde moravam, entre outras). Em nenhum momento pudemos identificar a idade das crianças registradas e muito raramente os assentos de Belém informam algo além dos nomes dos padrinhos e seus cargos públicos. O dados sobre estas localidades foram conseguidos, respectivamente, em: Maria Adenir Peraro. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001; Eliana Goldschidt. Matrimônio e escravidão em São Paulo colonial: dificuldades e solidariedades. In: Maria Beatriz Nizza da Silva. (Org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2000. Pp. 59-72.
[4] Não podemos deixar de frisar que este livro trata-se de uma cópia do original, realizada na primeira década do século XX, devido ao estado de decomposição do original. Muitas lacunas de informação e espaços deixados em branco demonstram falhas e dificuldades enfrentadas pelo padre responsável pela cópia ao lidar com os originais.
[5] É interessante observar que os assentos de crianças não expressam a cor das mesmas, apenas a cor dos pais. Em se tratando de filhos legítimos a determinação tende a ser mais fácil, pois tanto a cor da mãe como a do pai costumava ser especificada, quando não se tratava de um casal de brancos. Contudo, para filhos de "pai incógnito" torna-se impossível a mesma operação, uma vez que não temos como alcançar a origem ou a cor destes.
[6] Para não mencionar o cruzamento dos nomes localizados nas listas de batismos com os de indivíduos presentes em outros documentos como inventários *post-mortem*, testamentos, autos de justificação e outras fontes vastamente trabalhadas nos estudos que discutem a família no Brasil, o que tornaria ainda maior o poder de análise das fontes de batismo.
[7] Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém. Livro de assentos de batismo da freguesia da Sé (1810-1822).
[8] A denominação "Branco" não está presente nos assentos. Contudo, em meio a uma multidão de indivíduos de descrições e origem simples encontramos também homens de posição militar ou religiosa, mulheres intituladas como "Donas", devido a condição abonada de suas famílias ou de seus maridos, além de agricultores, comerciantes, escrivãos, ou seja, uma grande diversidade de pessoas que possuíam efetivamente origem branca, ou que pelos cargos e posição social adquiriram a condição de brancas. Da mesma forma, admitimos que a ausência de uma descriminação em relação a cor ou a condição de escravo, livre ou liberto implica automaticamente em indivíduos nascidos livres e considerados brancos.
[9] Sobre o Diretório dos Índios ver: Rita Heloisa de Almeida. O *diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.
[10] O estudo da presença e participação negra na Amazônia não é recente. Contudo, por muito tempo acreditou-se (e uma memória historiográfica ainda persiste) na afirmação de que esta atuação teria sido praticamente nula. A partir da obra de Vicente Salles *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. (Rio de Janeiro: FGV; Belém: UFPA, 1971), a temática negra ganhou força na região, e cada vez mais estudos locais reafirmam não só a presença e as questões mais comuns, como trabalho e violência no mundo da escravidão, mas também a importância deste grupo nas redes de sociabilidade e na construção da vida social na região, sendo estas duas últimas também de interesse nosso. Para conferir as produções mais recentes, ver: Luciana Marinho Batista. Demografia, família e resistência escrava no Grão-Pará (1850 – 1855). In José Maia Bezerra Neto & Décio Guzmán (Org.) *Terra Matura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka-tatu, 2002; José Maia Bezerra Neto. *Escravidão negra na Amazônia (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001; Andréa da Silva Pastana. *Organização de famílias escravas estáveis e visões de liberdade*. Monografia de graduação, Belém, UFPA, 1998..
[11] É necessário contrapor que muitos indivíduos adultos de cor branca poderiam se estabelecer na cidade sem que tenhamos acesso a este número, uma vez que estas pessoas teriam sido batizadas em suas localidades de origem. Contudo, muito mais do que determinar com precisão o número e a porcentagem de crescimento do ano de 1817, nosso objetivo aqui é evidenciar a diversidade da população local e a participação de várias camadas sociais na vida local, superando diferenças de cor, origem, condição social e material.
[12] Sobre a constituição das famílias e a preocupação e interesse da Igreja no controle das mesmas, é importante citar: Luciano Figueiredo. *Barrocas Famílias – vida famílias em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. LONDOÑO, Fernando. *Público e escandaloso: Igreja e concubinato no Antigo bispado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1992.
[13] Diversos estudos sobre a escravidão apontam as estratégias de famílias negras durante o período colonial. Aqui, volto a destacar a monografia de Andréa Pastana como trabalho que estuda as famílias negras de Belém na década de 1870 até a abolição e que também identificou a escolha de padrinhos como um dos mecanismo para as famílias superarem dificuldades e carências do cotidiano.
[14] Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém. Livro de assentos de batismo da freguesia da Sé (1810-1822), Data: 30.07.1817.

"Imprensa e política: Adalgisa Nery e a crise de agosto de 1961"

ISABELA CANDELORO CAMPOI[1] - PPG-UFF

Câmara e Assembléia mantêm-se na expectativa. Essa foi a matéria de capa do Jornal Última Hora publicado no dia 28 de agosto de 1961 referindo-se à *vigília democrática madrugada adentro* ocorrida tanto em Brasília como na capital da Guanabara. Em uma das três fotografias que ilustram a página, a deputada estadual e também colunista Adalgisa Nery encara o fotógrafo, tendo a mão de unhas rubras ancorada no rosto de feições sérias. Sob um clima tenso, subscreve-se na foto: *Os deputados Roland Corbisier, Paulo Alberto e Adalgisa Nery e ao fundo Sr. Lopo Coelho, aguardam o desenrolar dos acontecimentos na Assembléia Legislativa.*

No dia 22, às vésperas da renúncia de Jânio Quadros, Adalgisa Nery denuncia em sua coluna jornalística, sob o título "Os maquinistas de agosto", uma reunião da alta patente do exército chefiada por Cordeiro de Farias, prevendo:

> Repete-se em agosto de 1961 a mesma manobra havida em agosto de 1954, em que CL [Carlos Lacerda] foi arma usada contra Getúlio Vargas pelos interesses antinacionais. A máquina do regime de exceção está sendo movimentada pelos mesmos maquinistas de agosto de 1954. A força total vem de fora do Brasil contra o Brasil.

No rol de seus alvos mais constantes, encontra-se o governador do estado da Guanabara (1960-1965), Carlos Lacerda, também jornalista e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa. Ilustrativo, é que Lacerda era tratado simplesmente como CL, nos artigos escritos por Adalgisa Nery. Na coluna diária *Retrato sem retoque* a jornalista, com uma linguagem incisiva própria e muitas vezes metafórica atacava ministros de Estado, diretores de empresas estatais, militares e representantes políticos. Entretanto, converteu seus leitores em eleitores, afinal, sua atuação no jornalismo rendeu-lhe dois mandatos no estado da Guanabara. Primeiramente como deputada constituinte pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, sendo inclusive líder partidária. Em 1962, torna-se deputada estadual pelo Partido

Trabalhista Brasileiro - PTB, de João Goulart. Por conta da implantação do bipartidarismo pela ditadura militar, foi reeleita pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB nas eleições de 1966, tendo os direitos políticos cassados em 1969.

Vale lembrar que já na década de 1950 a imprensa era meio de informação consagrado entre os articuladores políticos. Foram-se estabelecendo parâmetros de relacionamento entre os meios políticos e a imprensa, proporcionando o desencadeamento de uma cultura política em que o Estado entendia os meios de informação como veículo importante na formação da opinião pública. Exemplar nesse sentido é o panorama da vinculação de alguns homens públicos com jornais que circulavam na capital federal na década de 1950. Como já explicitado, O *Tribuna da Imprensa* foi fundado por Carlos Lacerda em 1949. O *Jornal do Comércio*, era de Santiago Dantas. Em 1950, Chagas Freitas assumiu a direção de *A Notícia*, jornal comprado em sociedade com Ademar de Barros com fins claramente eleitorais. O *Última Hora*, cujo dono era Samuel Wainer, nasceu em 1951 com o intuito de dar sustentação ao segundo governo Vargas.

A admiração e o respeito de Adalgisa Nery pela figura de Getúlio Vargas eram refletidos em seus discursos parlamentares e também permeavam seus textos jornalísticos.[2] No dia anterior à renúncia de Jânio, por exemplo, o país lembrava os sete anos da morte de Getúlio Vargas e Adalgisa Nery publicou em sua coluna um texto-homenagem intitulado "Getúlio Vargas: homem raro", exaltando o nacionalismo e cultuando a figura política de Vargas servindo-se de trechos da carta-testamento deixada pelo suicida.

É certo que foi durante o casamento com Lourival Fontes (1940-1953) que a escritora vincula-se às instâncias governamentais e adquire identidade com o nacionalismo-getulista. Seu marido foi diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP do Estado Novo e chefe do gabinete civil da presidência no segundo governo Vargas. Adalgisa adquiriu posição de destaque por conta de sua inevitável relação com o governo, freqüentando as entranhas do poder, promovendo festas e reuniões sociais figurando como a Senhora Lourival Fontes. O nacionalismo, tão forte e característico nos textos da

jornalista, tinha suas bases fincadas nessa sua experiência *no* e *com* o governo Vargas. Da mesma forma, foi nesse contexto que nasce o seu anti-lacerdismo.

A renúncia de Jânio Quadros foi alavanca para uma crise política, em que os ministros militares manifestaram-se contrários à posse do vice-presidente João Goulart, a quem o cargo pertencia por direito segundo a Constituição Federal de 1946. Em visita oficial à República Popular da China, Goulart era acusado pelos ministros Odílio Denys do Exército, Silvio Heck da Marinha e Grum Moss da Aeronáutica, de apresentar posições *claramente subversivas e esquerdistas*.[3]

O impasse político provocou discussões sobre a ilegalidade do manifesto dos ministros das Forças Armadas e o primeiro representante dos militares a levantar tal argumento foi o marechal Henrique Teixeira Lott, que denunciou a decisão arbitrária dos ministros, conclamando a população na defesa constitucional.

No estado da Guanabara a conjuntura política de agosto e setembro de 1961 teve reflexos particulares. O Rio de Janeiro já não era a capital federal, entretanto, uma elite política permanecia envolvida intensamente com os episódios da vida nacional. O Estado da Guanabara, embora tenha existido por um breve período (1960-1975), serviu de palco para importantes acontecimentos, cujos reflexos marcaram, decisivamente, a história político-administrativa do Brasil. Até meados de 1970, pode-se falar de uma certa ambigüidade ao nos referirmos à situação da Guanabara: por um lado, uma cidade-estado e, por outro, continuava a abrigar uma parte dos órgãos de governo da capital transferida, já que com a regulamentação de abril de 1960, houve a transferência dos serviços federais para a Guanabara.[4]

Como governador, Carlos Lacerda tratou de calar as vozes que se voltavam contrários à intervenção das Forças Armadas em agosto de 1961, mobilizando o aparato policial do Estado para reprimir os movimentos pela legalidade manifestados em diversos pontos da cidade, principalmente em frente ao busto de Vargas na Cinelândia. Diversos setores declararam greve: trabalhadores dos transportes, bancários, estudantes,

empregados do comércio, da indústria e do setor financeiro formaram o movimento grevista nas ruas do Rio de Janeiro, transformadas em palco de protestos e comícios pró-Goulart.

Como dono de jornal, Lacerda procurou divulgar a falsa informação de calmaria, tranqüilidade e paz social. Essas imagens não condiziam com a realidade das ruas do Rio de Janeiro durante *os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*.[5] No que diz respeito à imprensa:

> Diversas sedes jornalísticas foram invadidas por censores, vários foram impedidos de circular (notadamente aqueles que se posicionavam claramente em favor da posse de Goulart, como *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*). Em contrapartida, a *Tribuna da Imprensa* se beneficiou do cerco aos demais jornais, veiculando as notícias que convinham ao governador, enfatizando a "tranqüilidade reinante" naqueles dias em todo o país com o intuito de acalmar e mesmo desmobilizar o leitor para o movimento legalista.[6]

O texto de 30 de agosto, intitulado "Sopa e ajantarado" é a denúncia sutil da censura sofrida pela jornalista. Em tal artigo, Adalgisa Nery fala da *arte de bem comer* e faz comentários quase absurdos, como, por exemplo, referindo-se à *carne de baleia, alimento farto em calorias e de fácil aquisição* e a receita de uma sopa, no mínimo esquisita, indicada de *acordo com o nosso clima tropical*. No dia seguinte, escreve sob o título: *Importantíssimo problema: a Moda*, onde discute grifes e tendências. No fim do artigo, o texto: *N.R - Este jornal ainda estava sob censura policial, atingindo naturalmente a colunista de Retrato sem retoque, ilegalmente imposta pelo Sr. Carlos Lacerda, foi abolida, é preciso dar essa explicação ao leitor*.

O artigo censurado pelo governo denuncia as atitudes golpistas do governador da Guanabara, resgatando sua postura em circunstâncias anteriores em que confabulou a derrubada de presidentes eleitos democraticamente. Tanto o texto censurado como o que foi publicado em 30 de agosto foram lidos na íntegra no plenário da Assembléia legislativa pelo deputado Hércules Correia, que indagado sobre o conteúdo da sua leitura, esclarece:

> Sr. Presidente, Srs. Deputados, terminei de fazer a leitura do artigo assinado pela ilustre colega Adalgisa Nery ao jornal Última Hora, que não pôde publicá-lo porque a censura o impediu, impondo-lhe a condição de só

> deixá-lo rodar e ser vendido se retirasse o referido artigo.

Seu discurso segue em tom de denúncia nacionalista: *Onde está a democracia? Em que reside essa democracia? É uma democracia que funciona somente quando não estão em jogo os interesses dos Estados Unidos*. No longo discurso, além da referência à censura aos meios de comunicação da Guanabara, sendo inclusive denunciada via transmissão radiofônica pelo governador gaúcho Leonel Brizola, o deputado refere-se às práticas de violência contra os sindicatos. Num aparte a deputada Adalgisa Nery manifesta-se:

> (...) Declaram que o país está tranqüilo, que há calma em todos os lugares. Dizem que o povo está feliz, tranqüilo e satisfeito. Por que então pedir calma? Calma de quem? Do lado deles, naturalmente, pois como dizem, o povo está em paz e tranqüilo. Isso é uma confusão. Nem eles mesmos se entendem.

Nos dias que se seguiram até à solução parlamentarista, a jornalista não poupou esforços para denunciar as arbitrariedades de Carlos Lacerda. Como no primeiro dia de setembro em que comenta a atitude de enfrentamento de muitos deputados da Guanabara diante das mais *vulgares e violentas ameaças do 'Rei sem leis'* e lamenta:

> E se a opinião pública não tomou conhecimento da boa atuação da grande maioria dos deputados cariocas, a razão está na força opressora da censura sobre todos os meios de comunicação quais sejam a imprensa, o rádio e a televisão que foram e são exclusivamente usados a serviço da prepotência, da mentira e do fascismo do governador CL.

Assim, com a divulgação por parte dos militares golpistas de uma *saída honrosa* para a crise político-militar, Adalgisa Nery ataca no artigo de 2 de setembro: *Seguramente esses bravíssimos soldados estão com os olhos cobertos de catarata. Ora, a única saída honrosa para um militar, seja de que patente for, e é será sempre o largo e suntuoso portão da legalidade.* E segue:

> Arrombar a Constituição para forjar uma saída falsa não é solução para soldado raso e muitíssimo menos para um general, um almirante ou um brigadeiro. Quando CL, transformado em revolver estrangeiro, matou Getúlio Vargas, apesar do crime produzindo o impacto nacional, os militares deram posse imediatamente, sem discussões, ao Sr. Café Filho, homem ligadíssimo aos planos antinacionais de CL e dirigido politicamente por CL.

Nos dias que se seguiram, Adalgisa Nery saiu em defesa da resistência encabeçada pelo governador Leonel Brizola no sul do país na defesa constitucional, referindo-se à tentativa de se instaurar uma *ditadura branca* no país, fala da deturpação do conceito de legalidade. Trata os chefes militares envolvidos com extrema agressividade, e entre os adjetivos, chama-os de *indisciplinados, deflagradores de badernas comandados pelo anarquista CL, vermes fardados, traidores do povo que merecem o repúdio e a repugnância do povo*.

Quanto aos reflexos dos acontecimentos na economia, a jornalista questiona em 7 de setembro: *quem vai se responsabilizar pela queda do café em 20 pontos nas últimas 24 horas? O homem da rua? O operário? (...) Quem vai pagar os prejuízos materiais e morais despejados no Brasil nesses dois dias de baderna lacerdista?* E radicaliza sugerindo providências: *que esses fracassados donos do Brasil sejam mandados para casa. E em vez de pijamas devem usar biquínis* (...) No que se refere à ementa parlamentarista afirma ter sido instituída *como esparadrapo sobre a nossa carta magna, pra satisfazer a autoridade mal exercida de alguns chefes militares*. E questiona seus leitores: *acham que o parlamentarismo solucionará os problemas nacionais?*

Através da sua coluna diária, Adalgisa empenha-se no ataque aos militares envolvidos, acusando o *fatídico general Cordeiro de Farias e Carlos Lacerda como os principais mestres da baderna nacional.* Assim, por diversas vezes nos artigos que se seguiram, Adalgisa pede a punição dos que foram contra a legalidade, como no dia 11 de setembro no artigo "Nada de contemplação com os traidores", em que, referindo-se aos militares golpistas, exige:

> (...) no fino propósito de resguardar a alma límpida das Forças Armadas expurgue os vermes fardados que há quase dez anos apodrecem a autoridade das mesmas pretendendo consecutivamente levar de roldão os seus planos macabros não só a dignidade do Exército, da Marinha e da Aeronáutica como a dignidade e a soberania da pátria brasileira.

No dia seguinte, inicia o artigo "Os homens do golpe" com sua linguagem metafórica característica: *Não se extermina um tumor tratando-o com talco. É necessário, lancetá-lo,*

extirpá-lo, limpar o campo afetado pela purgação fétida infecciosa, e segue descrevendo a trajetória de Cordeiro de Farias, mostrando indignação diante da sua permanência na ativa. Do mesmo modo, no dia 13 de setembro, ataca: *Quem defende a lei é agitador, quem defende a democracia é comunista, quem defende as regras sociais é imoral. Ou a justiça muda de face e afivela em seu rosto plácido a máscara da hipocrisia e do cinismo ou deverá tirar a máscara dos baderneiros remunerados pela nação*.

O impasse causado pela renúncia do presidente Jânio Quadros acirrou a disputa das forças que se esboçavam no contexto político nacional. Marco importante para o período que se seguiu, foi a fundação do IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e do IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática, em novembro de 1961, instituições que merecem ser entendidas como uma nova estratégia de mobilização das forças golpistas. Atuando em diversas frentes e de maneiras variadas, valendo de financiamentos razoavelmente abundantes, e multiplicando-se por todo o país, o *complexo IPES/IBAD*, é entendido por René Dreifuss como importante difusor ideológico, estimulando a inquietação política, o que caracterizaria o golpe vitorioso de 1964, como civil-militar.[7]

Para tanto, esses organismos em consonância com a construção de uma rede de apoio dentro das Forças Armadas, auxiliaram na formação de uma opinião pública que paulatinamente fosse estimulada a dar apoio ao golpe que se esboçava.

Deste modo, a renúncia do presidente Jânio pode ser entendida como um marco importante na medida em que tal circunstância auxiliou na demarcação dos campos de atuação das forças golpistas. E o desempenho dessas forças teve como resultado o sucesso do golpe definitivo em abril de 1964, quando essa mesma opinião pública, que resistiu a tentativa golpista em agosto de 1961, estaria apta o suficiente para apoiar a intervenção dos militares, mostrando que o *tumor fétido* referenciado metaforicamente pela jornalista Adalgisa Nery quando tratou da permanência dos golpistas em suas atividades militares, não havia sido mesmo curado.

---

[1] Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense – UFF, sob orientação da professora Dra. Rachel Soihet.

[2] Em 1961 Adalgisa Nery discursou por duas vezes tratando da memória do ex-presidente Getúlio Vargas, e sempre que possível, em seus ataques ao governador Carlos Lacerda, acusava-o como personagem responsável pelo trágico desfecho político de Vargas. As mesmas honrarias se deram em agosto 1962. No final de seu discurso de comemoração à criação da Eletrobrás, em 1963, lê um trecho da carta-testamento de Vargas, afirmando que a empresa estatal, que então completava um ano, havia sido semeada pelo *grande presidente Getúlio Vargas*. Apesar de manifestar-se muito pouco em plenário, em 1965, já sob o regime militar, mas ainda no PTB, seu discurso homenagem de agosto exalta o nacionalismo de Vargas, enumerando suas atitudes governamentais para o desenvolvimento do país.
[3] Manifesto dos ministros militares. In: LABAKI, Amir. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 149.
[4] MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.
[5] FERREIRA, Jorge. " A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961". *Tempo*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1997, em que o autor constrói o cotidiano político da renúncia presidencial, valendo-se de depoimentos publicados e informações jornalísticas. Ilustra a dicotomia das atitudes tomadas pelos governadores do Rio Grande do Sul e da Guanabara, Leonel Brizola e Carlos Lacerda, respectivamente, no que diz respeito à defesa da legalidade.
[6] CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Visões e Vozes: o governo Goulart nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora (1961-1964)* Dissertação de Mestrado em História Social das Idéias. UFF: PPGH 1996.
[7] DREIFUSS, R. A. 1964: *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

Representações do MST no jornal *Correio do Estado*

Isabela de Fátima Schwengber – PPG-UFMS/campus Dourados

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST foi criado no Brasil em 1984 para lutar pela democratização do acesso à terra. Possui um caráter popular e político ao criar situações para o envolvimento do Estado na questão agrária, como caminhadas, ocupações de órgãos públicos e de propriedades rurais, entre outras ações. Sua luta é representada na imprensa de diversas formas: ora o MST é descrito como um grupo anarquista; ora como união de guerrilheiros que tentam tomar o poder para fazer a revolução socialista; alguns o chamam de organização criminosa de mentalidade fascista; outros o premiam em reconhecimento à sua contribuição ao desenvolvimento do Brasil.

Os diferentes pensamentos sobre o MST podem ser explicados através da teoria das Representações Sociais, de Moscovici[i]. Para o autor, as representações são uma forma de entender o mundo, assim como a ciência também é. Mas elas nascem do senso comum, são construídas durante as vivências e as práticas da sociedade, adquirindo "formas" variadas, como idéias (crenças, ideologia, preconceito, entre outros), objetos, símbolos, etc. Moscovici (2003) explica que tudo o que é novo leva ao medo, e para que esse medo se desfaça, o pensamento do ser humano tenta incorporar o novo ao já conhecido, ao familiar, e para isso faz uso das representações. Lefebvre[ii] complementa que na formulação das representações, a elas são agregados elementos reais valorados positivamente ou negativamente pela sociedade, e nesse processo alguns aspectos são reforçados e outros esquecidos. Por isso, um mesmo acontecimento é representado de forma diferente por grupos diferentes. Estudar as representações significa entender os valores de diversos grupos, suas convenções e suas idéias, em determinado período.

A proposta desse trabalho é identificar as diversas representações do MST no jornal *Correio do Estado*, de 1995 a 2000, através das matérias jornalísticas consideradas mais importantes pelo periódico, ou seja, todas que receberam chamada de capa:

Quadro 1 – títulos de capa sobre MST no *Correio do Estado* – 1995 a 2000

Nº	data	título
01	07/06/1995	Sem-terra fazem passeata pelas ruas da Capital
02	21/06/1995	Sem-terra **saquearam** caminhão
03	23/06/1995	Estado não vai alimentar os sem-terra
04	24 e 25/06/1995	Seis sem-terra serão julgados por **saques**
05	28/06/1995	Itaquiraí **teme ataque** de sem-terra
06	22/08/1995	Sem-terra voltam a promover **saques** no interior do Estado
07	07/11/1995	**PM** mobilizada para **despeja**r sem-terra
08	06/12/1995	Prédio do Incra é **invadido** pela 2ª vez
09	12/02/1996	Sem-terra **ameaçam** com novo **saque**
10	14/02/1996	Sem-terra **saqueiam** caminhão com arroz
11	17 e 18/02/1996	**PM** começa a chegar a Sul Bonito
12	10/04/1996	Sem-terra já estão prontos para encontro
13	19/04/1996	PM **mata** 19 sem-terra em confronto no Pará
14	20 e 21/04/1996	MS não está livre de **conflito** de terra
15	22/05/1996	Fazendeiros do MS estão se **armando**
16	12/06/1996	Sem-terra e policiais **brigam** em Corumbá
17	17/06/1996	Grupo de sem-terra **invade** fazenda**, agride e faz reféns**
18	14/03/1997	Sem-terra **resistem a despejo** em Itaquiraí
19	17/03/1997	Sem-terra **ameaçam resistir a despejo**
20	19/03/1997	Sem-terra decidem retirada quinta-feira
21	21/03/1997	**Não sai acordo** para retirada dos sem-terra
22	17/04/1997	Pecuaristas **protestam contra invasões**
23	13/06/1997	Governo lança pacote para acelerar a reforma agrária
24	25/07/1997	Incra está retendo alimentos de sem-terra
25	30/07/1997	Duas fazendas são **invadidas**
26	05/08/1997	Protesto reúne 4 mil contra **invasões**
27	27/05/1999	Fazendeiros denunciam na Assembléia **abuso do MST**
28	19/11/1999	Sem-terra **invadem** prefeitura
29	21/11/1999	Exército de 60 mil espera terra em MS
30	27/12/1999	Che Guevara, lição para sem-terrinha
31	10/03/2000	MS é o segundo Estado em **invasões**
32	22/04/2000	FHC chama sem-terra de **baderneiros**
33	04/05/2000	Sem-terra prometem **radicalizar**
34	05/05/2000	FHC pode chamar o **Exército para deter MST**
35	06/05/2000	Sem-terra **pressionam** Governo
36	03/09/2000	**Execução** de líderes custou R$ 2 mil
37	05/09/2000	Empresa de segurança Coes armou **execução**
38	17/10/2000	Reforma beneficia MST, diz sindicato
39	09/11/2000	Sem-terra **ditam a lei** no campo
40	20/11/2000	Sem-terra **destroem** propriedade
41	04/12/2000	Federal apura denúncia de que o **MST cobra "pedágio"**

O *Correio do Estado* em Mato Grosso do Sul

O *Correio do Estado* é o jornal de maior circulação em Mato Grosso do Sul – entre 18 mil a 20 mil exemplares diários -, integrante do grupo Correio do Estado, que inclui a Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão e a Rádio Cultura AM, todos na capital. O grupo é de propriedade familiar, dirigido por Antonio João Hugo Rodrigues, desde o falecimento de seu pai, José Barbosa Rodrigues, em 2003.

Antônio João é, atualmente, presidente do diretório regional do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Já seu pai esteve envolvido apenas com as letras, dedicando-se a pesquisar a história de Campo Grande e do Estado, atividade que lhe rendeu três livros. Integrou a Academia Sul-mato-grossense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, o Conselho Estadual de Cultura e o Instituto Histórico Nacional.

O *Correio do Estado* foi fundado em 1954, porém, por um grupo ligado à União Democrática Nacional - UDN, com o objetivo de disseminar as idéias do partido. Em 1960 passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, que era o editor desde 1957. Naquele ano, o jornal deixou de ser partidário, mas sua linha editorial sempre priorizou a política e os acontecimentos da capital.

O *Correio do Estado* possui uma estrutura e funcionamento de um grande jornal. Possui 183 funcionários distribuídos em sete municípios de Mato Grosso do Sul e em Brasília (DF). O setor privado é o maior anunciante, detendo de 80 a 85% da publicidade. A pequena participação financeira do governo faz com que o jornal anuncie que sua redação trabalha com independência editorial e "faz questão de veicular as idéias de todas as correntes de opinião que existem na sociedade[iii]". Será que ao se tratar de MST, todas as correntes de opinião foram ouvidas?

Representações do MST no *Correio do Estado*

Entre 1995 a 2000, foram feitas 203 referências ao MST no *Correio do Estado*, seja em matérias, artigos ou editoriais. Todas elas se limitaram a comentar os atos do movimento, dos poderes constituídos e dos fazendeiros, mas não chegou a promover alguma discussão sobre o processo através do qual surgiram os sem-terra no Brasil.

Dos 41 títulos de capa, 32 abordaram fatos relacionados a conflitos, expressos pelas palavras grifadas no **Quadro 1**. Nenhuma matéria divulgou ações do MST que ressaltasse aspectos positivos, como a produção agrícola implantada nos assentamentos, os resultados das cooperativas formadas pelo movimento, o modelo de educação implantado nos acampamentos e assentamentos ou o que representa para o país, social e

economicamente, a produção de alimentos em pequenas propriedades, assuntos abordados em pesquisas acadêmicas. A seguir, vamos fazer uma breve contextualização das notícias com as ações dos atores envolvidos, em ordem cronológica.

1995 – O presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC tomou posse com o projeto de assentar 240 mil famílias nos quatro anos de seu mandato, porém as medidas tomadas pelo seu governo, visando à estabilização da moeda, não priorizaram a reforma agrária, naquele ano. O MST liderou, então, uma série de atividades com vistas a pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra a desapropriar fazendas improdutivas que já estavam sendo negociadas (títulos 1, 2, 6 e 8). Em Mato Grosso do Sul, apenas 114 famílias foram assentadas, quando existiam duas mil lutando pela terra. O *Correio do Estado* não registrou nenhum pronunciamento do governo federal sobre o MST. Já do governador Wilson Barbosa Martins, publicou afirmações de que a luta era justa, mas a questão não era responsabilidade da esfera estadual.

A presença de sem-terra, principalmente em Itaquiraí, na região sul no Estado, não era vista de forma positiva, pelo *Correio do Estado*. A reportagem 5 afirmou que aqueles trabalhadores rurais eram uma ameaça à população urbana, que temia por ataques e saques. Porém, a população não chegou a ser entrevistada. Esse mesmo fato foi tratado de forma diferente pelo *O Progresso* - segundo maior jornal de Mato Grosso do Sul -, que foi à cidade, entrevistou pessoas e registrou os seguintes depoimentos: “Eles merecem a terra”; “A cidade melhorou muito desde que fizeram o assentamento. Acho que esse povo deveria ser assentado aqui porque a cidade vai ganhar com isso[iv]”.

Percebemos que o enfoque das matérias estava de acordo com o pensamento da direção do jornal. Essa criticava o movimento de forma direta, ao afirmar que o MST reunia “radicais à esquerda (...) que preferem transformar a luta política numa **batalha campal**, e do sangue e suor alheios extraírem fôlego para continuarem **gritando palavras de ordem**[v]”,

1996 – Em abril, a população do Brasil e do mundo ficou sensibilizada com o massacre de dezenove trabalhadores rurais sem-terra, no Pará, em confronto com a Polícia Militar - PM. A imagem de FHC ficou comprometida internacionalmente e o presidente sentiu-se

pressionado a agilizar a reforma agrária para solucionar os conflitos no campo. A partir disso, propriedades rurais que há anos enfrentavam o processo burocrático de desapropriação receberam assentamentos. Foram assentadas mais famílias do que a meta do governo federal: em MS, foram 1.483, quando se previam 1.200. O MST aproveitou o momento e intensificou suas ações, o que levou o *Correio do Estado* a anunciar, na matéria 14, que no Estado também poderia ocorrer conflito entre o MST e a PM, pois aqui os sem-terra também usavam, como principal manifestação, o "bloqueio de rodovias, saques e invasão de fazendas". Todas as matérias seguintes só registraram fatos relacionados à violência.

Um aspecto muito criticado nas notícias foi a presença de crianças na luta pela terra, reforçado no editorial que dizia que "impor às crianças todo o tipo de sofrimentos, com riscos, inclusive de atropelamentos nas rodovias, chuva, frio e fome, para justificar a causa, não pode ser considerado um movimento organizado e racional[vi]". Era uma forma de deslegitimar e tornar sem significado a forma de luta do MST, que é das famílias.

1997 – Em abril, o MST ganhou popularidade entre a maioria da população brasileira e a imprensa nacional, após a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que iniciou em várias cidades, em fevereiro, e terminou com ato público dos sem-terra em Brasília, no dia 17 de abril. De acordo com Gohn (2000), no período da manifestação, a imprensa deixou de tratar os sem-terra como um "bando de radicais", mas esses ganharam o status de cidadania de trabalhadores em luta pela reforma agrária, num exercício de democracia[vii]. Pela primeira vez, a direção do *Correio do Estado* também mostrou simpatia, ao dizer que a marcha do MST "acabou assumindo uma característica nova, com a participação e engajamento de parcela da população, longe de partidos políticos, com exceção apenas do PT, que acabou se infiltrando (...) e merece atenção especial do governo federal[viii]". Isso porque em menos de uma semana dizia que "o movimento está menos interessado em reforma agrária e mais ávido para instituir a **anarquia** no campo[ix]". Porém, não houve alteração no enfoque de suas matérias, que se limitaram a cobrir os impasses nas disputas das áreas ocupadas.

A rápida popularidade do MST, aliada ao número de acampamentos e de assentamentos, fez surgir, em MS, o Movimento Nacional dos Produtores – MNP, entidade formada por fazendeiros com o objetivo de pressionar o governo contra a reforma agrária e deslegitimar a luta do MST (títulos 22 e 26). O grupo iniciou a discussão sobre a ilegalidade da luta do MST e sobre o direito de propriedade. Para o MNP, "o direito de propriedade (...) é anterior a própria lei. Esta se baseia naquele. Sem o direito de propriedade garantido não há lei que sobreviva, não existe sociedade que se organize, nem justiça que se imponha[x]". O jornal concordou com essa posição e opinou: "Por mais legítima que seja, uma causa não pode jamais ser defendida por **meios ilegais** (...) Os sem-terra estão acima da lei e, podem, por isso mesmo, escolher a hora, dia e local para acampar, e como bem entender[xi]". Assim como o *Correio do Estado*, a imprensa nacional também voltou a combater as ações do movimento: "As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo [...] Nunca as conquistas e os bons resultados dos assentamentos agrícolas já consolidados foram divulgados como manchetes[xii]".

1998 – O MST, que terminou 1997 com sua imagem desgastada pelas críticas do MNP, em 1998 começou a ser criticado também pelo governo federal. Em vista da pressão que sofria com as tensões no campo e do interesse em se reeleger, FHC procurou reordenar sua atuação na agricultura começou a censurar o MST, em sua campanha. Com isso, o movimento recuou e outros dois importantes mediadores da luta pela terra em MS, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul - Fetagri e a Central Única dos Trabalhadores – CUT-MS, ocuparam espaço na imprensa, devido ao número de ocupações de propriedades rurais que lideraram. Esse procedimento era, até então, uma ação comum do MST, mas não dos outros dois, que argumentaram que o MST foi atendido depois dos protestos e, por isso, eles resolveram fazer o mesmo.

No *Correio do Estado*, apenas 14 textos fizeram referências ao MST (em 1995, foram 42; em 1996, 45; em 1997, 51), sendo a maioria artigos dos leitores ou discursos de campanha de FHC, contrários ao movimento. O editorial chamou o MST de incompetente,

que "já perdeu o apoio e o prestígio (enquanto movimento social) junto à população do País, pela **evolução do radicalismo**[xiii]". Nenhuma notícia recebeu título de capa.

1999 e 2000 – O país reelegeu FHC e Mato Grosso do Sul teve, pela primeira vez, um governador que não pertencia às oligarquias que até então gerenciaram o Estado: o sindicalista Zeca do PT. Em todo o Brasil, o governo federal tentou impedir a ocupação de propriedades, através da medida que determinou que as áreas ocupadas por sem-terra não seriam vistoriadas pelo Incra no prazo de um ano, retraindo ainda mais a luta do MST. Em MS, a oposição do MNP se intensificou e ganhou mais um alvo: o governo do Estado, por não cumprir várias liminares de reintegração de posse emitidas pela justiça. Visto como aliado de Zeca do PT, o movimento passou a ser descrito como grupo de guerrilheiros que tentavam tomar o poder (títulos 29, 30, 33, 39). Novamente o editorial concordou, dizendo que a matéria 29 "revela uma faceta desconhecida pela maioria da população sobre o funcionamento da organização dos acampamentos do MST, que usa **práticas pseudo-guerrilheiras** (...), quando levam a massa a saquear, invadir, depredar, num processo de extrema violência[xiv]".

Em 2000**,** a população sul-mato-grossense se comoveu com o assassinato de dois líderes do MST, praticado por um membro do movimento a mando de um fazendeiro. O jornal cobrou agilidade dos governos federal e estadual e atribuiu parte da responsabilidade ao segundo pela não efetivação das sentenças de reintegração de posse, que abriu "vácuo para ações criminosas", permitindo que o banditismo começasse a se fortalecer. O MST, que já era visto como violento, agora também era responsável pela violência praticada pelos outros, de acordo com o editorial: "não é de se estranhar que pessoas vinculadas ao movimento dos sem-terra sejam cooptadas para participar de um complô de assassinato de suas próprias lideranças, e que – mais preocupante ainda – comecem a surgir grupos paramilitares prestando serviços de proteção e segurança de propriedades rurais[xv]".

Conclusão

Ao propor novas formas de acesso à terra e outros modelos de produção agrícola, o

MST acena para uma ruptura do que até então é o convencional no Brasil, que é a grande propriedade. Percebemos, na leitura do *Correio do Estado*, que o movimento é reconhecido como o outro, o estranho, e desta forma, motivo de medo.

Intensificando suas ações, o MST tornou-se visível, e nesse processo de se tornar conhecido, a ele foram associados os diversos valores da sociedade da qual fazia parte, que tinha seus valores de posse atingidos. Assim, as representações estiveram carregadas do medo que causava: de perder o direito de propriedade e, com ele, o poder. Por isso, as ações do movimento foram representadas como anarquismo, socialismo, revolução, fascismo ou guerrilha (as palavras grifadas dos trechos extraídos dos editoriais demonstram isso) que, mesmo diferentes entre si, tinham em comum a ameaça que causavam.

Portanto, a proposta de uma ruptura do convencional, do certo, do normal, do familiar, do mesmo – e mais ainda a possibilidade de ser concretizada pelo governo do PT – foi a causadora do medo, que fez com que aquela sociedade reforçasse os aspectos negativos do MST e não enxergasse os positivos, acabando por desviar a discussão da reforma agrária para simplesmente se falar dos sem-terra que invadem propriedades alheias e não respeitam as leis vigentes no país.

---

[i] MOSCOVIVI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social.* Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.
[ii] LEFEBVRE, Henri. El Concepto de Representación. In: *La presencia e la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones.* México: Fondo de Cultura Económica, 1978. p. 17-102.
[iii] VITÓRIO, Ico. Jornal adotou perfil crítico. *Correio do Estado*, Campo Grande, 07 fev. 2004, Edição especial, p. 22.
[iv] MORADORES reconhecem o direito dos acampados. *O Progresso*, 20 mar. 1995, Primeiro Caderno, p. 05.
[v] PREJUÍZOS são generalizados. *Correio do Estado*, Campo Grande, 23 ago. 1995, Caderno A, p.02. Grifo nosso. O editorial é o espaço de um jornal destinado a representar o pensamento da direção.
[vi]CONFLITO urbano. *Correio do Estado*, Campo Grande, 29 jul. 1996, Caderno A, p.02.
[vii] GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*: *impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 147.
[viii] SEM violência. *Correio do Estado*, Campo Grande, 18 abr. 1997, Caderno A, p.02.
[ix] JUSTIÇA urgente. *Correio do Estado*, Campo Grande, 14 abr. 1997, Caderno A, p. 02. Grifo nosso.
[x] RURALISTAS exigem o cumprimento da lei. *Correio do Estado*, Campo Grande, 29 ago. 1997, Caderno A, p.11.
[xi] NA HORA certa. *Correio do Estado*, Campo Grande, 05 ago. 1997, Caderno A, p. 02. Grifo nosso.
[xii] GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 147.
[xiii] A FARÇA do MST. *Correio do Estado*, Campo Grande, 09 abr. 1998, Caderno A, p.02. Grifo nosso. A palavra "farsa" foi redigida com "ç" pelo jornal.
[xiv] FACETA desconhecida. *Correio do Estado*, Campo Grande, 21 nov. 1999, Caderno A, p.02. Grifo nosso.
[xv] VIOLÊNCIA previsível. *Correio do Estado*, Campo Grande, 05. set. 2000, Caderno A, p.02.

Políticas econômicas de Integração na região Centro-Sul

ISABELLA MARTINS DIAS FERREIRA

As pesquisas históricas relativas a Minas Gerais produziram obras que se dedicaram ao estudo da capitania, quando a atividade mineradora concentrava todas as atenções. Outros trabalhos historiográficos mais recentes incidem sobre o abastecimento das regiões mineradoras no século XVIII, procurando analisar os vínculos estabelecidos entre regiões produtoras e o capital mercantil. Entretanto, um estudo sobre a província, permanece incompleto.

A realidade econômica da província mereceu a atenção de Francisco Iglésias, que em sua obra, procurou enfatizar o papel do governo no desenvolvimento dos setores mais significativos, como lavoura, pecuária e indústria. Para Iglésias, o pouco interesse que este período da história mineira desperta nos historiadores, deve-se ao fato de que enquanto capitania, Minas distingue-se de todas as outras, como província, subordina-se às mesmas leis que regem as outras províncias, não tendo nada em seu desenvolvimento que possa ser assinalado com grandes pompas ou misérias.[1]

Embora a vida econômica de Minas no século XIX apresente um desenvolvimento bem mais tranqüilo, se comparado ao que se observou no XVIII quando tudo girava em torno do trabalho minerador, foi justamente naquela época que se estabeleceram as características que configuram a região.

Após a decadência da mineração o recurso encontrado pela população mineira foi abrir pastos, plantar milho, mandioca, cana; fabricar queijos, farinhas e cachaça. E mesmo na época da mineração, houve espaço para essa atividade de abastecimento. Contudo, o governo português pensava em outras riquezas, criando embaraços a tais atividades.

Na segunda metade do século XVIII, essa situação começou a reverter-se, a agricultura se impôs, e a pecuária obteve um êxito imediato através da exportação do gado vaccum, suíno, cavalar, toucinho e queijos. A região Sul da Capitania de Minas transformou-

[1] IGLESIAS, Francisco Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889) Ministério da Educação e Cultura. RJ. 1958

se numa zona produtora de gêneros de primeira necessidade, exportando não só para regiões vizinhas, como para outras capitanias.

O governo procurou adotar medidas que auxiliassem o desenvolvimento dessas duas atividades econômicas, que converteram-se no sustentáculo da economia mineira. Observa-se que a linha de ação do governo, não estava mais caracterizada por um intervencionismo excessivo. Desta vez, a presença do Estado só foi sentida através de medidas reguladoras básicas ou então, pelos incentivos e recomendações.[2]

A respeito do cenário político do século XIX, convém esclarecermos que o ato adicional de 1834 havia substituído os Conselhos Gerais, por Assembléias Legislativas Provinciais. Na teoria, esses governos, passariam a dispor de certa autonomia, entretanto, o presidente da província era uma livre escolha do governo central, não sendo necessário ser natural da província que governava, ou estar de alguma forma a ela relacionado. Na prática isso significava dizer, que o presidente da província tinha sua lealdade e fidelidade orientadas para o governo imperial. Neste caso, não havia espaços para regionalismo, acima da província havia o império, representado em cada uma delas por seus respectivos presidentes [3]

Ainda que fosse instrumento de propósitos centralizadores, o cargo exigia responsabilidades referentes a manutenção da ordem, a melhoramentos locais, as finanças e também as iniciativas de interesse público, e dentre estas, destacaram-se as realizações empreendidas em benefício da agricultura e da pecuária, essas duas atividades, que como já foi dito constituíam-se na principal fonte de riqueza da Província. Interessa-nos analisar, através dos relatórios dos presidentes de província, e a correspondência entre estes e a corte, não só o desenvolvimento progressivo de certos setores da economia mineira, como também a integração da região Centro-Sul, proporcionada pelo comércio de abastecimento.

[2] IGLESIAS. Política Econômica Op.cit:.199
[3] Idem, p 38-39

A pecuária que disputa com a mineração a posição de desbravadora do sertão assumiu uma importância, que se alongou por séculos na vida econômica e social da região. O gado mineiro contribuiu para o abastecimento de São Paulo e principalmente do Rio de janeiro, possibilitou o desenvolvimento de uma indústria: a de laticínios e foi também utilizado como transporte, transformando-se num precioso elemento de comunicação.[4].

Nas primeiras décadas do século XIX, as exportações de gado vacum, suino, cavalar toucinho e queijos eram mais rendosas que a dos produtos agrícolas, demonstrando um crescimento que variava entre 38% a 163%.[5]A importância desta atividade transparece na afirmação do presidente José da Costa Machado:

> *(...) a exportação de gado da província para ser consumido na corte é objecto de transcendência, não só como gênero de primeira necessidade para a capital do Império, como também por ser um dos productos, que bem aproveitado há de trazer a riqueza ao Sul e Centro de Minas.* [6]

Contudo, os relatórios evidenciavam que a atividade não estava prosperando quanto o desejado. Contribuíram para isso as pestes que assolavam as fazendas e a falta de cuidados dos criadores.

No relatório de 1843, o presidente Francisco Soares de Andréia sugeria que se estimulasse a melhoria das raças, através do cruzamento com animais vindos de fora, propagar novas raças como a do camelo e do dromedário, animais próprios para conduções mais pesadas e observava que fosse dada mais atenção as raças cavalar e lanígero, devido a preocupação com a fábrica de laticínios.[7] De um modo geral essas medidas foram sugeridas em quase todos os relatórios que tratavam do assunto, além disso, foi citada a questão da isenção dos tributos e o estabelecimento de uma fazenda normal, que o presidente Quintiliano José da Silva julgava ser da mais imprescindível necessidade:

> *Em huma província como esta em que a creacao dos gados forma um dos principaes ramos da fortuna particular e pública, onde he tanta a inclinação dos habitantes por este meio de vida, (...) parece ser da mais*

[4] IGLESIAS, Política Econômica, op. cit:84
[5] FRAGOSO, João Homens de Grossa Ventura:acumulação e hierarquia na praça mercantil dório de Janeiro.(1790-1830).Rio de Janeiro.Arquivo Nacional.1992:.171
[6] José da Costa Machado de Souza – Relatório de 1868:28. Biblioteca Nacional
[7] Francisco José de Souza Soares de Andréia - Relatório de1843: 59. Biblioteca Nacional

> *urgente necessidade o estabelecimento de huma Fazenda normal de creação onde se propaguem as melhores raças dos diversos gados, afim de que os creadores mineiros com este recurso possao tirar de seus campos os productos valiosos, que elle lhes devem dar.*[8]

Se a pecuária esteve longe de atingir seu nível mais alto de desenvolvimento, não deixou de ser em momento algum uma ótima fonte de renda para os cofres provinciais.

Mas a base sólida de riqueza pública foi mesmo a agricultura que proporcionou a Minas, recursos para seu próprio abastecimento e ainda para exportação. A respeito desta atividade, os relatórios mencionavam que o seu desenvolvimento tinha como obstáculos os problemas originários da rotina e os processos antiquados e vagarosos. No relatório de 1939, Bernardo jacinto da Veiga afirmava que as câmaras municipais não conseguiam levar a efeito certas medidas em benefício da agricultura, pois:

> *(...)os vereadores, ou são esses mesmos lavradores emperrados na rotina, que acharão em uso, ou negociantes, que desconhecendo os verdadeiros interesses do Paiz, e conseguintemente os próprios, cuidosos exclusivamente dos seu commércio, não tomam a peito os melhoramentos da agricultura.* [9]

Buscou-se reverter a situação com a organização de uma escola normal, onde se pudesse adquirir conhecimentos teóricos e práticos sobre a agricultura:

> *(...).estabelecimento de uma Fazenda normal, onde, a par do ensino de theoria, se dessem licções praticas da industria agrícola, e se empregassem os meios conducentes a faze-la prosperar em seus diversos ramos. (...)Os órfãos pobres, e quaesquer outras pessoas, que por certo espaço de tempo se dessem aos trabalhos da agricultura na fazenda Normal sahiriao optimos feitores, que para dirigirem proveitosamente a cultura das fazendas da província serão pro toda parte procurados*[10]

O mesmo espírito de ilustração pode ser encontrado em outra iniciativa do governo, que procurou distribuir a todos os municípios memórias que tratam de diversos objetos de interesse dos agricultores[11], que segundo o relatório do presidente José de Miranda Ribeiro:

---

[8] Quintiliano José da Silva - relatório de 1846: 86. Biblioteca Nacional
[9] Bernardo jacinto da Veiga - Relatório de1939: 40. Biblioteca Nacional
[10] Antonio Costa Pinto - Relatório de1837:25. Biblioteca Nacional
[11] José Cesário de Miranda Ribeiro -.Relatório de1838:25. Biblioteca Nacional

> *(...) todos elles estão possuídos dos melhores desejos, mas, levados, somente pela rotina, são poucos os que sabem tirar partido dos recursos, que são despresados pela inexperiência do maior número. Assim deve o governo estar habilitado para conduzil-os pela mão à fim de mostrar seus verdadeiros interesses.* [12]

Outras medidas foram também citadas pelas autoridades como aperfeiçoamento dos instrumentos agrários, isenção de tributos a determinados artigos e aumento e variação da produção, buscando em outras culturas como a do anil, do chá, da cochonilha, novos ramos de exportação.

As ações realizadas em favor da atividade agrícola tiveram o auxilio do poder imperial, que através da Secretaria de Negócios do Império, e mais tarde do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas[13], fornecia sementes e plantas, a pedido do governo provincial, e às vezes por iniciativa própria:

> *Manda o regente interino, em nome do imperador o senhor d.Pedro II pela Secretaria de Negócios do Império remetter à câmara Municipal da Villa de baependy hua porção de sementes de tabaco cubano da primeira qualidade e hua cópia das instruções necessárias para a sua plantação e cultura. E hã por bem, que a dita câmara distribuindo-as pelos melhores agricultores de seu município procure que tão preciosa planta vingue e prospere em beneficio geral da agricultura e commércio*[14]

Além do tabaco, a província produzia para exportação o café, o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca e o chá, que foi objeto de constante atenção, do governo local e também do governo central.

O governo imperial ao autorizar o estabelecimento de um jardim de plantas na província de Minas, que deveria fornecer auxílio a agricultura e ao comércio, determinou que: *viesse uma pessoa escolhida para se instruir no jardim da Lagoa (...), pois que em curto prazo pode adquirir necessários conhecimentos para a cultura das plantas e*

---

[12] Quintiliano José da Silva - Relatório1846:61. Biblioteca Nacional

[13] A Secretaria de Negócios do Império tinha um extenso campo de atuação – além de prover a agricultura, cuidava das minas, indústria, estabelecimentos de ensino ,etc.. Em 1860 foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, expressando um principio de especificação administrativa. IGLÉSIAS, op. Cit:p 65

[14] Secretaria de Negócios do Império. Correspondência para a Comarca de Baependy. 23 de janeiro de 1938.Série Negócios de Províncias e Estados(1830-1845). Arquivo Nacional

especialmente para o fabrico do chá, que muintas vantagens deve dar ao commércio deste Império.[15]

A cultura do chá espalhou-se por vários pontos da Província, merecendo cuidados especiais e incentivos do governo provincial:

> *Desejando animar por todos os meios este ramo da industria, não só tenho dado ordem a que se distribuam sementes por todas as municipalidades ,e fasendeiros que a exigirem, mas também fiz imprimir ultimamente uma memória do diretor do jardim, contendo instrucções sobre a cultura e fabrico deste precioso vegetal*[16]

Esperava-se que o chá viesse a ser um dos principais ramos da exportação, que elevasse a província de Minas a um grau de prosperidade incalculável. Tamanho entusiasmo justificava-se por tratar-se de um produto, pouco volumoso, mas de grande valor; seus rendimentos superavam as despesas relativas a sua produção e a transporte, ao contrário do café e do açúcar, produtos que sofriam a concorrência de gêneros semelhantes fabricados no Rio de janeiro ou em outras províncias.

Nos relatórios, assinalava-se que as condições das estradas e as dificuldades do transporte resultavam numa desvantagem dos fazendeiros mineiros em relação a outros vendedores, que também concorriam à praça do Rio de janeiro.

> *Vóis não desconheceis, senhores, que o maior mal que afflige a esta província , é a falta de boas vias de communicação para o mercado do Rio de Janeiro: os nossos gêneros, pela despeza do frete, não podem competir em concurrencia com os de outras províncias: a agricultura desanima, e as rendas publicas não se podem augmentar sem que se facilitem os transportes*[17]

No inicio do século XIX foram abertas duas estradas, que interligavam a região de Minas ao mercado da corte do Rio de Janeiro. A construção dessas vias de comunicação, quase simultâneas, foi acompanhada de uma política de incentivo ao comércio, agricultura e povoação nessa região, inserindo-se nos projetos de infra-estrutura realizados pelo príncipe

[15] Correspondência dirigida ao presidente da Província de Minas Gerais em 14 de julho de 1825. Série Negócios de Províncias e Estados (1808-1830) Arquivo nacional
[16] Bernardo jacinto da Veiga - Relatório de1840: 59.Biblioteca Nacional
[17] Quintiliano José da Silva..Relatório de 1847:40. Biblioteca Nacional

regente, que de acordo com Alcir Lenharo[18], tiveram uma significação especial na medida que interrompidos no final do Primeiro Reinado, devido a uma crise econômica que assolou o país, permitiram a instalação das bases de integração do Estado.

Embora, pouca coisa tenha mudado no eixo das comunicações do Centro-Sul antes da expansão cafeeira, o governo imperial procurou estimular a abertura de novas vias de comunicação e em se tratando da conservação dos antigos caminhos públicos foram feitos os reparos mais urgentes, como no caso da estrada da polícia, terminados os reparos, o governo incubiu a câmara municipal de Barbacena de escolher três proprietários, que se responsabilizariam por qualquer danificação ocorrida nos seus respectivos distritos mediante "*uma gratificação annual, a proporção da natureza do terreno, em que se achar a porção da Estrada, e das pontes que nella houver, e a qual lhes será paga pelo cofre dos Registros e Passagens (...)*"[19]

Num outro ofício, desta vez dirigido ao presidente da província de Minas, o governo imperial recomendava: *A província de Minas Geraes tem necessidade de obras públicas, e sobretudo de estradas.*[20]

No relatório de 1837, há uma menção a um plano geral de estradas, que envolvia quatro estradas principais, que ligariam a Província a capital do império.[21] O presidente Francisco Soares de Andréia, em 1843, afirmava que a população e riqueza "crescem na razão directa da perfeição, e da facilidade de comunicações", por isso não haveria bem maior que se pode fazer a uma província ou pais do que abrir boas estradas:

> Esta Província, bem como algumas outras, tem sentido estas verdades, e dão principio a huma estrada principio á huma bem concebida e dirigida, que uma vez acabada, dará fácil, e seguro transito até a província do Rio de janeiro: e com os esforços que devemos esperar da Administração daquella Província em facilitar suas comunicações para esta, donde recebe considerável abastecimento, veremos em pouco tempo realisar-se o uso das maquinas de conducção como sejao os nossos carros

[18] LENHARO, Alcir. Tropas da Moderação. Biblioteca carioca. 1993:69
[19] Correspondência entre o Governo imperial para Câmara Municipal da Vila de Barbacena – 25 de abril de 1832. Série: Negócios de Províncias e Estados (1830-1840) Arquivo Nacional
[20] Correspondência entre o Governo imperial e o presidente de província Sebastião Barreto Pinto. Série: Negócios de Províncias e Estados (1830-1840) Arquivo Nacional
[21] Antonio Costa Pinto – Relatório de 1837: Biblioteca Nacional

> ordinários, e outros muito melhorados com grande economia em despesa, e muita facilidade em meios (...)[22]

O governo procurou também estabelecer barreiras, que além de permitir que se avaliasse as exportações através de bases mais sólidas, poderia proporcionar os meios de se conservar as estradas e produzir recursos para novos empreendimentos.[23]E facilitar a comunicação entre comarcas e regiões circunvizinhas, ainda que muitas vezes atribuísse essas iniciativas aos setores particulares, como lembrou Quintiliano José da Silva: *"As terras entre nós ou são possuídas por títulos de sesmarias, ou de posse: em qualquer destes dois casos foi sempre corrente, que a concessão era feita com a obrigação de darem os respectivos proprietários commoda passagem ao público*"[24] Por cômoda passagem, entende-se a obrigação de abrir estradas, construir pontes e fazer reparos necessários à conservação e limpeza dos caminhos públicos.

O que se observa é que o governo identificou os maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico da província. Contudo, nem sempre essas verificações transformaram-se em ações concretas, seja, devido a descontinuidade das práticas adotadas, seja pelas limitações de uma legislação centralizadora ou ainda pelo fato de que o cargo era utilizado como instrumento de uma política partidária.

Mas apesar de todas as limitações, sempre se fez alguma coisa, e os maiores impulsos foram dados ao desenvolvimento agropastoril, buscando articular Minas ao seu principal mercado consumidor: o Rio de Janeiro

Foi esse comércio de abastecimento que promoveu um dinamismo da região, abriram-se estradas, incentivou-se o povoamento, formaram-se fortunas; Minas integrava-se ao ritmo econômico das outras províncias.

A função de integração desse comércio de abastecimento, que ocorria desde princípios do XIX, perdurou no tempo alimentando a expansão da economia cafeeira.

---

[22] Francisco José de Souza Soares de Andréia - Relatório de1843: 29. Biblioteca Nacional
[23] Idem, p 36.
[24] Quintiliano José da Silva - relatório de 1846: 63. Biblioteca Nacional

A Estrella do Sul:

Religião e Política no Rio Grande do Sul (1862-1869)

Iuri Gomes Ramos[1] – PPG-UPF

Analisar a participação do periódico religioso *A Estrella do Sul*[2], como agente fomentador de reação a política imperial, com relação à questão religiosa na Província Rio Grande do Sul. Quais foram os artifícios utilizados pelo semanário para alcançar os seus objetivos, tendo em vista que o período de publicação antecedeu a Questão Religiosa que foi um expoente no que diz respeito aos atritos nas relações entre Estado e Igreja no Brasil Imperial. Esta pesquisa que se encontra em sua fase inicial se propõe a trabalhar com os primeiros anos da *A Estrella do Sul*, 1862 e 1863, fruto da pesquisa de dissertação de mestrado.

Tema clero é um assunto razoavelmente trabalhado pela historiografia brasileira no que tange as suas relações sociais, espirituais e até mesmo morais. Porém, no campo político vinculado a imprensa a historiografia não privilegia devidamente a atuação dos sacerdotes como agentes políticos ligados a formação de opinião no aspecto ideológico. Outra problemática detectada quando se trabalha com o tema clero é que geralmente este ganha um recorte temporal e geográfico muito amplo, muitas obras abordam o assunto no âmbito da América Latina, como é o caso, por exemplo, de BETHELL[3], PRADO[4]. Geralmente o tema clero ganha no máximo alguns capítulos, porém nessas obras a abordagem ganha um caráter muito mais voltado a educação e a questão espiritual e moral.

Para esse trabalho procurou-se seguir um viés mais regional fazendo sim, interlocuções com o nacional, não perdendo o foco do regional e também da delimitação temporal, para isso foi consultado a obra de DREHER[5] que trata da religiosidade no Rio Grande do Sul, fazendo as devidas diferenciações entre as diversas regiões da então província, facilitando assim entender os choques de regiões imigrantes de não católicos.

Interessa-se saber, como era as relações de poder e de influência política no que tange a atuação da Igreja Católica no meio secular através de um veiculo público, impresso –

A Estrella do Sul. Este semanário exercia um lugar de destaque no que diz respeito à reação da igreja Católica, contra os ditos "inimigos da fé", no Rio Grande do Sul. Seguindo esse contexto, era objetivo deste periódico defender seu espaço no meio secular político, e também defender seu "rebanho" de fieis, das novas religiões que aqui se instalaram, decorrente da parcial liberdade religiosa que o Império permitiu no Brasil. Este último aspecto muito sentido no Rio Grande do Sul, decorrente da instalação de imigrantes não Católicos nessa Província.

A Estrella do Sul foi a primeira tentativa na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de produção de uma impressa pública feita pela Igreja Católica, sendo essas publicações realizadas no episcopado do segundo bispo da província, Dom Sebastião Laranjeira[6].

No período da publicação do semanário em questão, tentar-se-á detectar o litígio entre a Igreja e os seguimentos liberais da política e da sociedade desse período. No que tange a política, são vastas as publicações de pronunciamentos políticos defendendo os espaços da Igreja na sociedade, leia-se também a abertura gradual por parte do Império na religiosidade e principalmente na questão de culto, dando uma tímida brecha para outras religiões no Brasil. Fazendo crescer assim, o medo por parte da Igreja de seguimentos que prejudicassem a perpetuação de sua tradição enquanto Igreja oficial do Estado. Outro ponto de suma importância a esse estudo, é a relação existente entre o editor e a obra, no caso o Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, o mesmo era declaradamente contrário ao Padroado Real, explicaria assim, muitas de suas atitudes e tendências editoriais. Fica muito claro que:

> D. Sebastião conhecia por própria experiência a importância e o sentido da luta e da reação. Em várias oportunidades entrou em conflito e em oposição aberta e declarada ao Governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e à autoridade do Império, devido a determinações e atos oficiais que, por incidirem em matéria de jurisdição eclesiástica, julgou indevidos e inaceitáveis e se negou a lhes dar execução. [7]

Durante nove anos de forma sistemática e pública o bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira se preocupou em não deixar com que os espaços conquistados pela Igreja fossem perdidos, devido as tendências políticas que com mais força se solidificavam na cultura Rio-grandense.

O liberalismo e as medidas tomadas pelo Império, primeiro no Padroado, depois em medidas que feriam a oficialidade da Igreja Católica no Brasil. Parece aqui haver um "paradoxo", porque ao mesmo tempo em que o Estado toma medidas que acenam avanços com relação a modernização de certas questões sociais no campo religioso, conserva o Padroado e a ligação do Estado e a Igreja. É nesse contexto que se apresenta *A Estrella do Sul*, em um momento conturbado nas relações entre essas duas instituições. O Estado tentando manter seu controle sobre a Igreja e dando aos poucos abertura a outras religiões, e a Igreja Católica representada por alguns bispos tentando lutar contra o Padroado e lutando também, para que a Igreja não perdesse seu espaço na sociedade.

Esse dito "paradoxo" fica bem representado em um dos artifícios utilizados pelo semanário que foram os pronunciamentos na Câmara Legislativa, nestes eram publicados em fraguimentos, durante semanas. Geralmente falas a favor da Igreja:

> O Sr. Barcellos: - Sr.presidente, pouco direi na questão, porque alem de não estar habilitado para entrar no essencial della que foi trazido à casa, accresce que o acho inconveniente, Limitar-me-hei, pois, Sr. presidente a argumentar, com a letra e espírito de nossa Constituição; e o faço, posto que tivesse tenção de votar silencioso: só porque o nobre deputado achou-me em contradição á vista do meu procedimento...
>
> O Sr. Martins: - Contradição não: pelo menos grande egoísmo.
>
> O Sr. Barcellos: - Ainda peior: mas eu mostrarei que não é egoísmo nem contradição.Diz a nossa constituição, Sr. Presidente, no artigo 179§ 5º seguinte: (lê) Ninguem pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a moral publica. – Tendo disposto no art. 3º - A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião

> do Império. Todas as outras Religiões serão permittidas com o seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. [sic] [8]

Concluído deste modo:

> Vemos, pois, Sr. Presidente, que a nossa constituição, respeitando em grande parte os princípios tão brilhantemente sustentado pelo nobre deputado acerca da liberdade religiosa, estabelecendo a do Estado, permittiu todas as outras; determinou positivamente que ninguém podesse ser perseguido por motivos de religião, uma vez que respeitasse a do Estado e não offendese a moral publica.
>
> Mas, Sr. presidente senão está na protecção que o Estado deve dar á Religião Catholica Apostólica Romana, a distincção principal que a contituição faz entre ella e as outras religiões; em que consistirá essa diferença? Como é que nós poderemos chamar a Religião Catholica Apostólica Romana Religião do Estado, uma vez que todas são permittidas, e a nação as subvenciona da mesma maneira que o do Estado. [sic] [9]

Toda a discussão criada no plenário era feita devido a iniciativa da Província de subvencionar o pagamento de pastores protestantes para a região de imigração de não católicos. Essa discussão se estendeu por vários fascículos do semanário. Ficou muito latente a tentativa da igreja de não perder espaço em três sentidos: o primeiro, no campo político, pois se essa subvenção fosse aprovada a sua influência como Igreja oficial do Estado ficaria maculada, e na visão do debatedor seria o primeiro passo para deixar de ser a religião oficial. Segundo, o econômico, com a necessidade de não ser igual a ajuda dada para a Igreja Católica e as outras Igrejas. E terceiro, manter a margem da sociedade os não

Católicos pois devido ao Padroado toda a burocracia era realizada pelos padres. Nesse sentido, a tradição da Igreja Católica como não principal mas a única oficialmente reconhecida estaria assegurada.

A luta por parte da Igreja Católica contra a política liberal do Estado, segundo o pronunciamento na Câmara, era referente a perda de espaço na sociedade e nesse caso não demonstrava uma contrariedade com relação as medidas do Padroado, ou seja, permanecer o Estado e a Igreja juntos.

Porém e válido ressaltar o que era o Padroado, e sua função na sociedade, fica claro que o controle do Estado nas questões que diz respeito estritamente a Igreja era muito efetivo e esse era o ponto essencial. A Igreja não queria perder as benesses de ser a religião do Estado, porém no caso de Dom Sebastião o que realmente o incomodava eram as imposições do Estado para que essa situação continuasse, ou seja, o Padroado.

É justamente nesse ponto, que a reação de *A Estrella do Sul* vai continuar, segundo disse um cronista da época "não haver um dia do seu episcopado que não fosse assinalado por ataques da imprensa atéia". Imprensa de cunho liberal que na visão da Igreja era o ponto de vista de grande parte dos político da época. Fica clara a reação imposta pela Igreja utilizando, e muito, um misto de fé e de reação ideológica:

> Mas, então todos os tempos, e mais que nunca nesta presente época homens perversos dominados do espírito do vicio, tomaram por empenho perverterem os filhos de Deus, e pregando-lhes uma doutrina infernal, têm procurado com satânica tenacidade afasta-los dos caminhos da salvação; de todos os meios se tem servido já de romances imorais e ímpios, já de livros ache de escritos com o fim de ridicularizarem as mais santas prática da religião, recheados de calúnias e acusações infundadas contra o sacerdócio cristão, com intuito de o aviltarem, reservando assim sua ação benigna, e o ensino salutar das máximas do Evangelho, únicas que nos podem tornar felizes ainda mesmo nesse mundo.

> A livrarias regorgitam de tão pestíferas concepções, que, tendo feito o seu tempo nos cultos países da europa, e são logo ali tratadas com desprezo que merecem, atravessam os mares para virem derramar o seu veneno entre as nossas populações ainda virgens na fé, e, força é dizer na amargura que o nosso coração, hão causado um mal incalculável aos incautos que os tem lido sem terem um sólido conhecimento da religião (...) [10]

Outra realidade que preocupava o clero e a edição do semanário, era a entrada da ideologia liberal no seio da sociedade Rio-grandese. Na citação anterior há uma exortação à população a não se contaminar com essas ideologias vindas da Europa tendo em vista que nesse continente as pessoas já não davam mais importância a essas ideologias por serem pessoas cultas. Essa questão demonstra as artimanhas utilizadas pela Igreja para a conquista ideológica, pois o liberalismo não estava sendo refugado pela sociedade européia nesse período.

Outra tentativa de conduzir a sociedade nos caminhos que a Igreja pretendia, era fazer com que o público percebesse que a liberdade que propunha a Igreja não era a mesma liberdade que era proposta pelo liberalismo. Na concepção Católica descrita por Luis Antonio Gonçalves do Santos, vigário de Cachoeira:

> Não se persuadam esses filósofos que as idéias que apresentam, as tramas, que urdem, e a perseguição que movem hoje a Igreja de Jesus Cristo lhes devem as honras da originalidade: não; tudo quanto dizem e fazem não é mais que a reprodução do que nos séculos passados fizeram e disseram os hereges, os ímpios e os libertinos (...)

> Onde está, pois a incompatibilidade e a contradição da religião católica com a liberdade? Existe somente na imaginação escaldada desses insensatos, que entendendo liberdade o poder de se rebelar contra a autoridade queriam talvez que o catolicismo exortasse os povos a rebelião contra os soberanos para fazer novas constituições, e que estimulassem os que já possuem uma constituição liberal a fazer repúblicas. [11]

É evidente que a Igreja pelo menos visivelmente não era contra o poder constituído pelo Império nem pretendia subverter a ordem vigente no sentido da forma de governo. Pelo contrário, era a representação da continuidade, porém não seria bom que essa continuidade se voltasse para novas tendências liberais e nem mesmo seria interessante que o Império se tornasse República, mas deixando bem claro quem atuava em que campo, o Estado no Direito Civil e a Igreja no Direito Canônico.

Considerações Finais

Fica a pergunta, por que tanto cuidado por parte do clero Rio-grandense com relação aos princípios liberais? Se formos olhar geograficamente, o Rio Grande do Sul é um ponto estratégico nessa questão ideológica, pois estava cercado pelas Repúblicas do Uruguai e da Argentina. A política Rio-grandese sempre foi conhecida dor ser adepta do liberalismo, mesmo que fosse um liberalismo adaptado as suas realidades. Também por já ter sido uma república, (Revolução Farroupilha) no período imperial, sempre permeou o receio do Rio Grande do Sul subverter a ordem definitivamente e romper com o Império. Explica-se assim, o porquê da figura de Dom Sebastião Laranjeira como bispo do Rio Grande do Sul, mesmo sendo contrário ao Padroado era um homem engajado na defesa da religião Católica e todos

os emblemas que a seguiam, inclusive ser governado por um Rei, que era entronado por Deus.

---

[1] Licenciado em História (UNIFRA), em 2003 e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

[2] Arquivo da Cúria Metropolina de Porto Alegre. 1862-1863.

[3] Bethell, Leslie. **História da América Latina**. EDUSP: São Paulo. v 3. 2001.

[4] Prado, Maria Lígia Coelho. **América Latina no Século XIX: Trama, Telas e Texto.** EDUSC: São Paulo. 1999.

[5] Dreher, Martin N. (org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja.** Edições EST: Porto Alegre.1998.

[6] Rubert, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul.** EDIPUC: Porto Alegre. v 2. 1998.

[7] Scherer, Cardeal Vicente. **Dom Sebastião Dias Laranjeira e a Questão Religiosa de 1873/74.** IN: Separata da UNITAS – Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre. ano LXVII, fasc.9-10, set./out. 1978.

[8] A Estrella do Sul n.9. p 67. 30 nov.1862.

[9] Idem

[10] Idem, 2 de Fevereiro de 1863. n 20. ano 1.

[11] Idem, 1º de Março de 1863. n 21. ano 1.

Maracatus em moda: de coisas de negros xangozeiros para símbolo da identidade pernambucana

Ivaldo Marciano de França Lima[1] – PPG-UFPE/UFPE

O carnaval vai começar na cidade do Recife. Em todos os bairros da capital pernambucana as pessoas se dirigem para os principais centros da brincadeira. Os que gostam das agremiações ajustam os últimos detalhes de suas fantasias, e aqueles acostumados aos carnavais dos clubes sociais se preparam para brilhar, e curtir um frevo ao som de bandas ou mesmo de gigantescos aparelhos de som. Há também os que não perdem a oportunidade para ir às ruas e se esbaldar ao som dos trios elétricos, durante o Galo da Madrugada, ou com as orquestras de frevo nas ladeiras de Olinda. Recife é a capital do frevo. Os outros ritmos pouco espaço possuem para existirem: os maracatus de orquestra, os caboclinhos, os ursos, os bois e os maracatus-nação são vistos com uma certa tolerância e olhar complacente, pois o dono da festa é o frevo.

Ao amigo leitor, não se espante com o que afirmamos acima, pois se trata de uma visão pessoal do carnaval recifense dos anos 1970 e 1980, já que atualmente há grandes diferenças entre o espaço ocupado pelos maracatus e o frevo de uma maneira geral. Não queremos aqui fugir da idéia de que por trás do frevo, do maracatu, dos caboclinhos há seres humanos e são estes os que fazem os carnavais das cidades, sobretudo as agremiações que ano a ano desfilam nas ruas e passarelas. O que pretendemos nestas linhas é discutir com brevidade, algumas questões postas em torno da ascensão dos maracatus à condição atual no carnaval recifense e as mudanças que se operaram no sentido de transformá-los em algo aceito pela sociedade, sobretudo quando se trata da definição da intitulada identidade pernambucana, ou simplesmente a tão propalada pernambucanidade.

O que estamos afirmando, portanto, é o fato de os maracatus estarem vivendo um momento de ampla aceitação e valorização, algo que contrasta com as décadas

anteriores em que o maior espaço da festa era reservado ao frevo. Os maracatus, tanto os do tipo nação, como os de orquestra vivem uma época em que há Cd´s de suas músicas sendo vendidos nas lojas e os seus trajes (sobretudo as golas e os demais acessórios do caboclo de lança) estão expostas à venda nas lojas de fantasias carnavalescas, nos mercados de artesanato e nas ruas de uma maneira geral. Estamos com estas palavras afirmando que os maracatus, antigos primos pobres do carnaval pernambucano, agora ocupam o centro da festa, tendo inclusive o direito de fazer a sua abertura, uma vez que por quatro anos consecutivos os batuqueiros de onze maracatus-nação ocupam, em lugar secundário é verdade, a condição de partícipes da solenidade oficial que marca o início dos festejos de Momo. Assim sendo, estamos fazendo uma constatação: os maracatus estão na moda, legitimados e com muita força enquanto forma de expressão cultural.

Além da abertura oficial do carnaval da cidade, outros aspectos podem ser listados como evidências dessa força a que tanto demos ênfase. Atualmente existem mais de trinta grupos de maracatus-nação filiados a Federação Carnavalesca e pelos menos em torno de vinte que disputaram o concurso de agremiações deste gênero nos oito últimos anos, ao contrário dos anos 1980 em que não desfilavam mais do que sete grupos.[2] Katarina Real, na obra *O Folclore no Carnaval do Recife*, afirmou que existiam, durante o período de sua pesquisa entre os anos 1961 a 1966, apenas cinco grupos, dos quais dois deixaram de existir.[3] Atualmente, afora estes grupos, denominados por alguns estudiosos e folcloristas como tradicionais, há ainda um sem número considerado como estilizados, que reproduzem algumas das partes dos outros maracatus, a exemplo de seus toques, instrumentos e algumas vestes da corte. Diversos Cd´s de maracatus foram gravados, entre os quais seis das agremiações tidas como tradicionais. [4]

Não concordamos com o conceito que subdivide os maracatus-nação em dois tipos: tradicionais e estilizados. Esta diferenciação não consegue explicar questões como a longevidade, formas de organização interna e propósitos, além do tão

propalado vínculo com as religiões afro. Preferimos subdividi-los em maracatus-nação, que possuem fortes relações com as religiões, práticas e costumes afro-descendentes, além da inserção em uma comunidade, e grupos de maracatu, formados por jovens, de comunidades diversas, normalmente oriundos das classes médias, aproximando-se em sua caracterização, dos grupos para-folclóricos. No que diz respeito à idéia de tradição, deixamos claro para o leitor que não trabalhamos a visão de que as manifestações populares, suas práticas e costumes são meras reproduções de um passado que se repete, independente do contexto e de seus sentidos para os que os fazem.[5]

O sucesso, entretanto, não se restringe apenas aos maracatus-nação ou de baque virado. Os grupos de orquestra, também conhecidos como maracatu-rural também ganharam as ruas da capital e invadiram as mentes e os corações de consideráveis setores das classes médias. A maior expressão do sucesso alcançado por estas agremiações pode ser atestada na emblemática figura de Mestre Salustiano e o seu maracatu Piaba de Ouro. Após ter gravado vários Cd´s, participado de muitos shows no Sul, Sudeste e no exterior, Salustiano é um dos mais bem sucedidos casos de maracatuzeiros. Seu sucesso é reconhecido não só entre os seus pares, mas também nas várias esferas da sociedade pernambucana e é apontado como uma autoridade, uma referência que conhece e domina os segredos do maracatu de orquestra, Cavalo-marinho, forró e outros ritmos. Salustiano também foi por muitos anos o presidente da Associação de Maracatus de Baque Solto, entidade que congrega a maior parte dos maracatus existentes dessa modalidade. [6] Algo importante que podemos dizer acerca do sucesso dos maracatus de orquestra está relacionado com o fato curioso de duas cidades, localizadas na Mata Norte do estado de Pernambuco, que disputam o título de capital do maracatu: Nazaré da Mata, que afirma ser a “cidade do maracatu” e Aliança, que tem em sua propaganda oficial a alcunha de “capital do maracatu”.

Observe o leitor que até o momento afirmamos o sucesso atual das duas modalidades de maracatus no cenário pernambucano, e discorremos sobre alguns dos elementos dessa ascensão, restando-nos agora problematizar sobre a questão, colocando uma informação de que nem sempre os maracatus foram bem vistos e aceitos na sociedade. Faz-se necessário, portanto, destacar que nem sempre os maracatus foram vistos como algo agradável, belo ou "motivo de orgulho da pernambucanidade". Houve um tempo em que os maracatus e os seus batuques eram assim tratados:

> (...) Maracatú incommodativo. Moradores da rua Duque de Caxias, freguesia de Santo Antônio, queixam-se de que não poderam dormir durante toda a noite de antehontem para hontem, em virtude de se estar ensaiando com um barulho infernal, no 3º andar de um prédio do lado dos números pares daquella rua um maracatú.
> Effectivamente o lugar escolhido para os ensaios do tal divertimento, é o mais prejudicial possível; portanto, será bom que a policia obrigue a mudarem-se os incommodativos ensaiadores.[7]

Além desta impressão de que os maracatus eram vistos como "incomodativos", também há o fato de que nas crônicas ou nas matérias do Jornal do Recife dos anos oitenta do século XIX aos dez do século XX, pouco ou quase nada se falava sobre os mesmos. Para um melhor entendimento desta questão, lembramos que neste período estão ocorrendo fortes debates sobre a identidade que deveria prevalecer no Brasil.[8] Tudo o que lembrasse negro ou a África, eram ora rejeitado, ora ocultado. Principalmente quando o assunto era carnaval ou festa.[9] Para uma melhor demonstração desta rejeição, bem como do sistemático combate e repressão que os maracatus vivenciaram nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX, indicamos como elucidativa esta representação construída por Ascenso Ferreira:

> "(...) Mesmo eu fora criado num ambiente de horror aos maracatus. (...) As velhas lá de casa, austeras escravocratas que atribuíam à libertação dos escravos todas as causas de sua decadência financeira, fechavam as portas mal se iam aproximando as nações de Porto Rico e de Cambinda Velha, cujos préstitos pomposos de veludos, lantejoulas e espelhos reluzentes ao sol, apenas eu contemplava de longe (...) Esse ódio das velhas por tudo que cheirava a negro não era, porém, um exemplo isolado no ambiente do começo do século presente".[10]

Observemos rapidamente uma outra questão importante para entendermos o porquê de nossa omissão dos adjetivos "nação" ou "orquestra" após a palavra

maracatu durante estes parágrafos em que discorremos em torno da rejeição dos mesmos no período citado (fins do século XIX e as quatro primeiras décadas do XX).

Em linhas muito breves, afirmamos que pouco se sabe a respeito de como eram os maracatus do fim do século XIX e das três primeiras décadas do século XX. Praticamente inexistem descrições pormenorizadas dos maracatus neste período, excetuando os olhares de dois folcloristas contemporâneos, Pereira da Costa e Rodrigues de Carvalho.[11] No tocante ao primeiro, não sabemos se o seu olhar dava conta de um modelo ou se existiam outras formas ou tipos de maracatus desfilando pelo Recife da época.

Entretanto, em se tratando da categorização amplamente aceita nos dias atuais entre os pesquisadores, qual seja, a divisão dos maracatus em dois tipos, temos plenas convicções de que a mesma foi feita por Guerra Peixe, durante suas pesquisas pelo Recife entre os anos de 1949 a 1952.[12] Até então os maracatus foram estudados por diversos outros pesquisadores, mas o que estamos afirmando é que até Guerra Peixe, não haviam fronteiras definidas e as diferenças entre os maracatus eram tênues o suficiente para que os pesquisadores anteriores, a exemplo de Alceu Maynard, Waldemar Valente, Ovídio Cunha e Renato Almeida não tenham conseguido um consenso sobre os tipos existentes, ora afirmando existirem três modalidades, ora apenas duas. [13]

Ao analisarmos os maracatus com os olhos atuais, podemos afirmar que uma vez tendo sido observada e definida a existência de dois tipos, o de baque virado (ou nação) obteve a sua aceitação antes dos “rurais”, uma vez que foi alçada à condição de parte da tradição africana, componente da teoria do Brasil mestiço, formado pelas três raças. O de orquestra foi considerado como uma deturpação, descaracterização do modelo tradicional (no caso, os de baque virado) e não-autêntico, tendo sido perseguido até os anos 70, quando foi proibido de desfilar na passarela oficial da cidade durante o carnaval.[14] Uma vez estabelecidas às idéias de que os maracatus de ambas modalidades nem sempre foram aceitos ou bem vistos, passemos então ao

nosso objetivo central, que é o de discutir a mudança da condição de perseguição para a do pertencimento à cultura popular pernambucana e um dos principais ícones da pernambucanidade. Suspeitamos que esta passagem possa ser mais bem entendida se levarmos em conta as atuações do Maracatu Nação Pernambuco e do Movimento Mangue nos anos 1980 e 1990. No tocante ao primeiro, trata-se de um grupo considerado como "estilizado", formado por muitas pessoas da classe média e que desde os anos oitenta vem atuando sob as idéias de defesa e preservação da cultura popular, bem como de divulgar o maracatu no Brasil e no mundo. Este grupo obteve um sucesso notório, sobretudo nos anos 1990, quando conseguiu gravar pela primeira vez um Cd apenas com músicas de maracatu.

Com relação ao Movimento Mangue, é praticamente visível a influência da banda Chico Science e Nação Zumbi entre os jovens das classes média e até mesmo das elites locais. Este grupo possibilitou a ida de um sem número de jovens que, atraídos pelo som das afayas, passaram a integrar diversos grupos de maracatus existentes na cidade. Atualmente há a discussão em torno do embranquecimento dos batuques dos maracatus mais antigos do Recife, a exemplo do Estrela Brilhante e do Porto Rico, que praticamente não possuem em suas fileiras músicos oriundos de suas comunidades. Esta discussão, entretanto, deve ser mais bem aprofundada, e preferimos não fazê-lo neste artigo devido a exigüidade do espaço. Entretanto, resta-nos informar que se nos anos 1960 existiam apenas cinco maracatus, conforme declarou Katarina Real, hoje existem maracatus em outros estados brasileiros e outros países, como a Alemanha, EUA, Rússia, França, Inglaterra. O Movimento Mangue foi decisivo para esta explosão, sobretudo, pelo fato de que a quase totalidade dos grupos que surgiram no exterior e em outros estados do país são posteriores ao lançamento dos Cd´s "Da lama ao Caos" e Afrociberdelia "ambos da Banda Chico Science e Nação Zumbi. Como exceção para a relação entre a difusão dos maracatus em outros estados e o Movimento Mangue, há o fato de que no Ceará já existiam grupos organizados e ativos, desfilando nos carnavais. [15]

Outra questão que merece um aprofundamento diz respeito a Indústria do Turismo: temos aqui boa razão para explicar o interesse de setores das elites locais em apoiar a "cultura local", uma vez que esta é transformada em objeto de consumo para um importante mercado, no qual a World Music rende bons lucros. A preocupação em adaptar o carnaval e a cultura como um todo ao turismo já se encontrava presentes nos objetivos da Federação Carnavalesca Pernambucana – FCP. Fundada em 1935, sua diretoria era composta por empresários, industriais e membros da elite pernambucana. Não haviam carnavalescos entre os diretores sob o argumento de que a FCP deveria estar acima das disputas e brigas, e que o maior objetivo desta entidade era a organização do carnaval e a sua preservação. A FCP surge com o claro propósito de intervir no formato dos grupos, adequando-os as regras do concurso carnavalesco e homogeneizando-os no sentido de diminuir as diferenças típicas nas agremiações carnavalescas.[16] Assim, estamos afirmando que tanto os maracatus de orquestra, como os de baque virado percorreram um longo caminho, em que estiveram presentes muitos aspectos que intervieram e mediaram essa aceitação.

Sendo outrora considerados como práticas exclusivas dos negros, principalmente dos xangozeiros e catimbozeiros, os maracatus são atualmente um importante símbolo da identidade pernambucana, e este aspecto, qual seja, a inclusão no que se convencionou chamar de pernambucanidade, pode ser entendido como uma desafricanização e embraquecimento de tais práticas. Tornando-as, portanto, palatáveis ao mercado e aos gostos de jovens e adultos de diferentes classes sociais. Os maracatus são hoje, vistos como autêntica cultura pernambucana e poucos são os que conseguem admitir a idéia de que até bem pouco tempo, sobretudo nos anos 1980, eram rejeitados e marginalizados em uma sociedade ávida a consumir, inclusive práticas que outrora pertenciam aos "favelados".

---

[1] Professor substituto de História Moderna e mestrando em história pela UFPE.

[2] Para conferir uma periodização da história dos maracatus-nação, ver: LIMA, Ivaldo Marciano de França. Periodizando a história dos maracatus. Folclore, Recife, Fundação Joaquim Nabuco n. 297, 2003.
[3]REAL, Katarina. *O folclore no Carnaval do Recife.* Recife, Fundação Joaquim Nabuco - Ed. Massangana, 1990, 2ª ed. p. 61 e passim.
[4] Temos notícia de seis maracatus-nação que gravaram seus Cd´s: Estrela Brilhante do Recife, Porto Rico do Pina, Cambinda Estrela, Encanto da Alegria, Leão Coroado e Estrela Brilhante de Igarassu. Quanto aos de orquestra, há o do Cruzeiro do Forte, Mestre Barachinha, Mestre João Paulo e outros. Também há os que foram gravados por Mestre Salustiano, com a presença de músicos da classe média, como o Siba da banda Mestre Ambrosio. Entretanto, Salustiano gravou Cd´s de outros ritmos, a exemplo de cavalo marinho, coco e forró.
[5] Sobre o conceito de tradição, ver: BRANDÂO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo, Brasiliense, 1994. 13ª edição; ARANTES, Antônio Augusto. *O que é Cultura Popular*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 13ª edição, 1988; CANCLINI, Nestor García. Culturas Híbridas. São Paulo, Edusp, 1998, 2ª edição; VIANNA, Hermano. *O mistério do samba.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar / UFRJ, 2002, 4ª edição; HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
[6] Para que não ocorram dúvidas, existem atualmente, grosso modo, dois tipos de maracatus: um que é conhecido como nação ou baque virado, e o outro que chamado por vários termos, dos quais destacamos baque solto, rural, orquestra ou lança.
[7] Jornal do Recife, 10/02/1887, p. 01.
[8] Sobre as discussões em torno de identidade no Brasil, há esta ótima indicação que nos mostra um pouco de como esta questão foi tratada no período Imperial: SILVA, *Eduardo.Dom Oba II D'África, o príncipe do povo – vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.* São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
[9] Jornal do Recife, 24/02/1903. Este jornal pode nos ajudar a entender um pouco sobre como viviam ou eram vistos os maracatus no contexto. A coluna gazetilha noticia "os belos desfiles dos clubs" que trouxeram suas saudações, e que desfilaram com "bastante animação", bem como mostra o destaque desses na sociedade da época. Porém, no que diz respeito aos maracatus, não há uma linha sequer. Os maracatus estão restritos neste jornal às listas de licença concedidas pela policia para os desfiles carnavalescos. Este jornal é o reflexo de um Brasil que desejava caminhar a passos largos para uma "europeização" ou branqueamento. Tal ausência de notícias sobre os maracatus também pode ser conferida no Jornal do Recife de 25/06/1906. Há nas páginas desse jornal diversas notícias sobre as visitas que alguns clubes fizeram na sua sede assim como reportagens sobre os itinerários dos desfiles que vão acontecer nos dias de carnaval e comentários a respeito dos que já aconteceram. O jornal nos dá uma impressão de que o carnaval da época era feito sem a presença dos maracatus. Impressão semelhante pode ser encontrada no Jornal do Recife dos dias 06 ao 17/02/1909. A ausência dos maracatus é inversamente proporcional a dos denominados "clubs". Também no *Jornal do Recife* de 1914, mais precisamente no dia 21/02 a ausência dos maracatus é perceptível.
[10] FERREIRA, Ascenso. O maracatu. In: MAIOR, Mário Souto e VALENTE, Waldemar. (org.) *Antologia Pernambucana de folclore*. Recife. Ed. Massangana, 1988, p. 34. Sobre os maracatus e a sua rejeição na sociedade, veja-se também: LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Maracatus-nação: ressignificando velhas histórias*. Recife, monografia de Bacharelado em História na UFPE, 2003. Sobre a discussão em torno do branqueamento e da identidade nacional, veja-se SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
[11] A primeira descrição pode ser encontrada em: COSTA, Pereira da. Folclore pernambucano: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco, in: Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro, tomo LXX, Rio de Janeiro, 1908, p. 207; e a segunda em: CARVALHO, Rodrigues. Cancioneiro do Norte. Parahyba do Norte, Typ. da Livraria São Paulo, 1928, 2ª ed. aumentada, p.23.
[12] PEIXE, Guerra. *Maracatus do Recife*. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife/ Irmãos Vitale, 1980, 2ªedição.
[13] Sobre este assunto, veja-se GUILLEN, Isabel. *Mediações culturais: os maracatus-nação nas obras dos modernistas em Pernambuco*; LIMA, Ivaldo Marciano de França. Tradição e autenticidade entre os maracatus-nação do Recife: desconstruindo uma idéia e um olhar homogeneizador. Ambos trabalhos foram apresentados no *XI Encontro Estadual de História – Anpuh-PB*, Campina Grande, 12 a 16 de julho de 2004. Sobre os estudos anteriores a Guerra Peixe, veja-se: CUNHA, Ovídio. Ursos e maracatus. *Contraponto*, ano II, nº 07, março de 1948, páginas não numeradas; ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore Nacional. Danças, recreação, música*. Vol II, São Paulo, Melhoramentos, 1967, 2ª ed; ALMEIDA, Renato. *História da Música Brasileira*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Comp. Editores, 1942, 2ª edição aumentada.
[14] Sobre a discussão em torno da proibição do desfile dos maracatus de orquestra nas ruas do Recife e na passarela oficial, veja-se: MALHEIROS, Artur. Maracatu autêntico. *Diário da Noite*, Recife, 12/02/1976, 1º caderno, p. 04; MALHEIROS, Artur. Maracatu autêntico. *Diário da Noite*, Recife, 13/02/1976, 1º caderno, p. 04; *Diário da Noite*, Recife, 16/02/1976, p. 03; *Diário da Noite*, Recife, 17/02/1976, 2º caderno, p. 01; Nota oficial da Prefeitura da Cidade do Recife – Empresa Metropolitana de Turismo EMETUR apud *Jornal do Commercio*, Recife, 20/02/1976, 2º caderno, p. 11: *Jornal do Commercio*, Recife, 22/02/1976, 2º caderno, p. 05.

[15] Sobre os maracatus cearenses, veja-se: SILVA, Ana Cláudia. *Vamos maracatucá!!! – um estudo sobre os maracatus cearenses.* Recife, dissertação de mestrado em antropologia, UFPE, 2004.
[16] Para conferir as preocupações da FCP com o turismo, Veja-se, *Jornal do Recife*, 05/02/1935, p. 04 *Jornal do Recife*, 08/02/1935, p. 04; *Jornal do Recife*, 09/02/1935, p. 04.

A POLÍCIA IMPERIAL: NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO E A AÇÃO DA FORÇA POLICIAL (1831 –1850)

Prof. Dr. Ivan de Andrade Vellasco

O texto apresenta algumas reflexões surgidas de uma pesquisa sobre a montagem e atuação da força de polícia na província de Minas Gerais, no período que vai da sua criação, em 1831, até sua consolidação como a principal força armada subordinada ao sistema de justiça[1]. Este período se estende de 1831, ano da sua criação, a 1850, quando, já passadas as principais transformações que deram forma ao sistema de polícia, o corpo de polícia encontrava-se estruturado em todo a província[2].

Nesse projeto buscou-se avançar na compreensão da sua dinâmica e atuação num período decisivo da sua sedimentação como organização, em meio aos experimentos institucionais que marcaram a época. Para tanto, o foco de análise concentrou-se tanto no levantamento das políticas provinciais, das questões e temas que se desenvolvem em torno à criação da polícia e sua implantação paulatina no vasto território da província, quanto em aspectos da atuação policial, suas rotinas, composição social e recrutamento. A pesquisa se insere numa linha de investigação sobre o processo da gênese e formação das instituições, da montagem da máquina burocrática que pretendeu o monopólio legitimo da violência pelo Estado.

De certo modo, as questões mais centrais que serão aqui levantadas têm origem numa constatação já fartamente comentada, mas, ao meu ver, ainda pouco considerada em suas implicações quando são abordados temas e conceitos mais nobres, como o Estado, a dominação, o controle social e o disciplinamento, para ficarmos entre os mais comuns. Trata-se da discrepância existente entre, de um lado, as funções atribuídas – nem tanto pelos contemporâneos mas, freqüentemente, pelos historiadores – à polícia, em alguns momentos à guarda nacional, ou às “tropas de linha’, enfim, ao que quer que compusesse o aparato militar capaz de assegurar a vontade ordenadora do Estado Imperial e, de outro, a realidade, que salta aos olhos, de precariedade, indigência e toda sorte de deficiências

institucionais que caracterizaram esse aparato tal como teve existência desde de sua criação até pelo menos a década de cinqüenta. Levados em conta os dados disponíveis a respeito dos recursos das forças de polícia, a falta de armamentos e uniformes, as péssimas condições das cadeias, o despreparo dos praças e soldados de linha, a imagem resultante da força policial na primeira metade do XIX é muito mais a de uma força precária de contenção de conflitos interpessoais e manutenção de uma ordem possível do que a de uma gendarmaria a serviço da dominação.

Consideradas as condições materiais e os efetivos das forças regulares encarregadas da manutenção da ordem pública durante a primeira metade do século XIX, podemos afirmar que na maior do território nacional, à exceção da Corte e de algumas capitais de província, existiu uma sociedade sem policia. Ou, pelo menos, uma sociedade na qual a existência da polícia foi muito pouco relevante. Uma sociedade, portanto, sem um aparato estatal efetivo de vigilância e controle. Em vista disso, conceitos como "classes perigosas", e "controle social" soam, naquele período, como uma importação um tanto ou quanto mal referenciada em nossa realidade de questões e análises retiradas de outros contextos. Quando temos à nossa frente as descrições sobre o que formava as forças de repressão nas primeiras décadas do Império, torna-se mais difícil utilizar-se do conceito de controle social como o fizeram historiadores de outras realidades. Sobretudo tendo-se em conta que, nesta perspectiva, a coerência e a funcionalidade das instituições e seus desenvolvimentos são presumidas *a priori,* quando exatamente aí reside um tema chave a ser investigado[3]. Decididamente seria um equívoco, à luz dos dados existentes, dar como líquido e certo sequer a existência efetiva de uma instituição policial, quanto mais presumir sua coerência funcional.

Apenas para exemplificar: na província do Espírito Santo a Companhia de Guarda de Polícia Provincial tinha, em 1838, um efetivo de 48 homens[4]. Em Minas Gerais o efetivo a essa época girava em torno de quatrocentos praças. A polícia de Londres, criada em 1829 após intensos debates legislativos, possuía então um contingente de três mil *constables* para patrulhar as ruas da cidade. Certamente é preciso levar isso em conta ao pensarmos

na ênfase que as vezes é dada às supostas atividades de vigilância, controle social e "civilização" dos costumes que teriam sido desempenhadas pela polícia no Brasil Imperial.

Alguns trabalhos, desenvolvidos sobretudo na Europa, têm ampliado consideravelmente as perspectivas de análise dos sistemas policiais nas sociedades modernas, suas variações estruturais e as diferentes funções para as quais foram constituídos, tanto quanto o papel que desempenharam nas transformações dos padrões de sociabilidade. Em que pese o fato de todas os corpos de polícia modernos e profissionalizados terem sido criados como um instrumento de repressão, seja às condutas consideradas indesejáveis ou legalmente criminalizadas, seja aos movimentos coletivos urbanos que emergem em grande escala no início do século XIX, eles receberam distintas atribuições judiciárias, alcançaram diferentes níveis de profissionalização, graus de autonomia e poder extremamente variados e, por fim, tiveram impactos diversos em diferentes contextos sociais. França e Inglaterra, para citar os dois modelos prototípicos de polícia que rivalizaram em influência sobre os demais países – inclusive o Brasil - durante o Oitocentos, estabeleceram sistemas de polícia que resultaram inteiramente distintos e responderam a contextos políticos e institucionais diferenciados. E, ainda que copiados em suas formas, sofreram importantes modificações adaptativas em outras nações[5]. Por outro lado, a relação das polícias com as diferentes instâncias da burocracia estatal, do sistema jurídico às forças militares, e o grau de concordância tácita das populações urbanas com a sua presença e autoridade implicaram pressões de toda sorte na definição de suas atribuições e seus limites. É, portanto, forçoso reconhecer que ainda que com os mesmos objetivos – assegurar o domínio, o controle dos comportamentos e o monopólio da violência no espaço social – mas frente a diferentes contextos e recursos institucionais, os Estados modernos desenharam aparatos que por suas significativas diferenças, acabaram por determinar alterações em suas funções e, consequentemente, repercutiram sobre a própria extensão e alcance da dominação[6].

Outro aspecto a ser ressaltado é que a concepção funcionalista presente na perspectiva do controle social, ao deixar de lado as necessárias articulações e incoerências

entre ordem e legitimidade, tende a subestimar o fato central de que determinados crimes, sobretudo ofensas graves, estupros e homicídios, afetam desproporcionalmente os grupos mais pobres e destituídos de recursos alternativos de autoproteção. Uma leitura de nossas fontes judiciais e policiais, seja no Império ou nas primeiras décadas da República, permite constatar que isso era fato tanto quanto continua sendo na sociedade atual. Reconhecer que a as elites tinham interesses óbvios na manutenção da ordem e na contenção das condutas desafiadoras, aí incluídas as práticas criminosas, não nos impede de admitir que, em alguma medida, os demais grupos sociais, principalmente os "pobres sem patrão" - levando-se em conta seu grau de vitimização preferencial nos registros criminais - teriam também interesses reais na defesa da vida e no direito à segurança de suas poucas posses. A questão é como eles buscavam a realização desses propósitos e a quem recorriam. Deve-se também levar em conta o fato de que a presença da população escrava urbana, em número crescente e diariamente visível nas ruas, criava um certo consenso defensivo entre brancos, ou apenas livres, que - pobres ou ricos - poderiam ter que defender suas prerrogativas, posses, honra ou a própria vida. Lembremos que eram os pobres livres os que mais contato tinham diariamente com os escravos, nas ruas, tabernas e casas de jogo e prostituição. Prova isso a farta documentação criminal sobre as escaramuças entre ambos.

Muitos dos trabalhos que têm investigado a dinâmica e atuação do sistema de justiça - tenham seu foco nas instituições policiais ou nos tribunais - revelam que homens e mulheres pobres, mestiços e escravos, aí aparecem não apenas como réus, mas como demandantes da ação e intervenção da polícia e da justiça[7]. Isso implica em reconhecer um aspecto da ação das instituições coativas - polícias e tribunais - que se articula com a garantia de direitos, ou seja, "a imposição coercitiva das regras de regulação de comportamentos que garantem o sono tranqüilo do proprietário de Adam Smith e reduzem o risco da morte violenta que atemoriza Thomas Hobbes" [8].

Assim como a criação da Guarda Nacional, a autorização para a criação das corpos de policia nas províncias surgiu da necessidade urgente de dotar o Estado de um aparato militar que pudesse servir como garantia da manutenção da ordem. A politização e

desmoralização das instituições policias e militares herdadas pela Regência tornaram imperativo o estabelecimento de organizações militares e policiais em novas bases. Ocorre que enquanto a Guarda Nacional foi concebida, aos moldes franceses, como uma instituição de âmbito nacional e, em última análise, subordinada ao ministro da justiça, os corpos de policia ficaram a cargo das províncias, descentralizados, portanto, e tiveram diferentes soluções e ritmos em funções das possibilidades de cada governo provincial. E nem poderia ser diferente: que capacidade política e operacional teria a Regência, naquele momento, para organizar uma força de policia centralizada nacionalmente? Não ocorreu qualquer debate a respeito da criação do corpo de polícia, suas atribuições, sua forma e modelo e sua área de ação[9]. A precariedade legislativa que rege o estabelecimento dos primeiros corpos de policia, incluído o da Corte, pode ser observada no 1º regulamento que regerá a instituição. A inexistência de um debate prende-se a motivos óbvios: não era necessário discutir a respeito de algo que era urgente e consensual: o Estado necessitava dos instrumentos para garantir a ordem social e fazer prevalecer suas determinações. Garantir a ordem significava tanto resistir e debelar qualquer séria ameaça coletiva quanto, entre um motim e outro, fazer valer preceitos legais no cotidiano das ruas.

No relatório do ministério da justiça de 1831, Diogo Antonio Feijó já apontava, passados os tumultuosos momentos dos primeiros momentos da Regência, a necessidade urgente de "organização da polícia em todo o Império"

No relatório ministerial de 1832, o Ministro Carneiro Leão se queixa que o corpo da guarda municipal permanente, criada pela carta de lei de 10 de outubro de 1831 – menos de dois meses após a criação da Guarda Nacional, encontrava-se ainda incompleto, e apontava como causa o baixo soldo estipulado para os praças. Se queixava também de que a guarda vinha sendo empregada na defesa da cidade em função da "falta de tropas de linha e do desleixo das guardas nacionais", o que comprometia os serviços e os fins para os quais foram criadas. E na parte dedicada a organização da polícia queixava-se:

> "A polícia, objeto de tanta importância em tempos de perturbações, pode-se dizer que não existe hoje no império. A Intendência Geral de Polícia desta Corte, que em muitas

> ocasiões foi objeto de declamações tais, que ao ouvir-se os declamadores, dever-se-ia supô-la montada a semelhança da polícia de França, de fato nunca a ela se aproximou. No tempo de minha vida pública sempre a conheci limitada a administração de obras públicas, e a apreensão de ladrões, e malfeitores, de objetos roubados, ou furtados, e de escravos fugitivos. Estas mesmas atribuições eram mal exercidas por deficiências de meios (...)"[10].

Se é verdade que a polícia existente à época tendia a pautar sua atuação pela duplicidade de uma lógica-em-uso oscilante entre a "polícia de moleque", quando da sua intervenção junto aos escravos, pobres, negros e mestiços, enfim, os grupos cuja vigilância constituiria sua função institucional perspícua, e uma "polícia de gente", quando no trato com os proprietários e grupos hierarquicamente superiores, tais lógicas diferenciadas prendiam-se mais a fatores ambientais do que à instrumentalização do controle social pelos dominantes[11]. A realidade de uma sociedade cindida em dois universos sociais com distintas inserções no mundo da cidadania – como ainda hoje – condicionava a percepção das instituições e seus agentes em relação a sociedade e seus espaços de ação. Tal problema não foi inteiramente ausente das preocupações dos contemporâneos e possível encontrar tentativas, na época, como as de Feijó, de introduzir na pauta dos debates sobre a segurança a necessidade de fortalecer a ordem legal e impor limitações à atuação da polícia no trato com a sociedade, coibindo sua violência[12].

Muito pouco se produziu sobre o processo de montagem das agências repressivas capazes de realizar os objetivos tencionados pelos homens de Estado, e o modo pelo qual operaram e se tornaram eficazes – se é que o foram - no desempenho de suas funções. Embora venha se ampliando o número de trabalhos sobre a montagem e atuação do aparelho judiciário, o mesmo ocorrendo em relação à Guarda Nacional e ao Exército, ainda assim é reduzida a nossa produção nessa área, sobretudo se comparada à presença do tema em outras historiografias, ou mesmo se tivermos em mente o enorme crescimento das pesquisas em áreas temáticas mais visitadas. O que segundo Bretas poderia se denominar como uma "história social do Estado brasileiro" ainda está por ser construída[13]. Ainda assim, as análises mais detidas, muitas vezes localizadas, estudos de caso lastreados com novas

fontes e dados, quantitativos e qualitativos, têm propiciado recolocar o debate sobre o Estado brasileiro e sua construção em novas bases.

O que ficou dito mais acima talvez seja uma pista para entendermos a baixa incidência de estudos a respeito das instituições de justiça e de polícia em nossa historiografia. Além disso, deve-se considerar que o estudo das organizações repressivas de controle social, em geral, e da polícia em particular, nunca gozaram de muito *status* nos meios acadêmicos e, não faz muito tempo, ainda eram vistos como objetos de pesquisa suspeitos.

De qualquer modo, questões como essas justificam e recomendam investigações mais detidas a respeito do processo da progressiva monopolização da violência pelo Estado, processo cujo aspecto central consistiu na montagem das instituições coativas que foram capazes, em maior ou menor grau, de mobilizar obediências e lealdades.

---

[1] Agradeço a bolsista de iniciação científica Virgínia M. Guimarães Carvalho, responsável pela montagem do banco de dados sobre polícia a partir dos Relatórios Provinciais.

2 Lei n. º 466 de 26 de abril de 1850. Livro das Leis Mineiras.

3 Como já foi apontado por Marcos Bretas, a respeito dessa abordagem, "em vez de responder que a polícia produziu uma certa quantidade de dados quantificáveis, os historiadores, usando o conceito de controle social, salientaram que a polícia ocupou um certo lugar na estrutura social, e agiu de acordo com as expectativas, impondo os valores sociais dominantes, quer pela persuasão quer pela força". Bretas, Marcos Luiz. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro 1907-1930. Rio de Janeiro, Rocco, 1997, pág. 14.

4 Para uma análise da formação da polícia na província do Espírito Santo ver Campos, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003 (tese de doutorado)

5 As tentativas de estabelecimento de um corpo de policiais profissionais foram por várias vezes rejeitadas pelo parlamento inglês exatamente pelo temor de submeter o país a uma polícia nos moldes da polícia francesa. Foi preciso esperar até 1829 para que isso viesse a ocorrer. Sobre a formação das polícias na Europa ver Jean-Claude Monet. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo, Edusp, 2001.

6 Cf. Jean-Claude Monet. *Polícias e sociedades na Europa*..., Op. cit.

7 Ver, a título de exemplos, Bretas, Marcos Luiz. Ordem na cidade...,Op. cit. e Vellasco, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais – século 19. Bauru, Edusc/ANPOCS, 2004.

8 Beato Filho, Cláudio & Paixão, Antonio Luis. "Crimes, vítimas e policias. Tempo Social, São Paulo, vol. 9, n.°1, 1997, p.23.

9 E isso vale para todo o período imperial. Observe-se que só há uma ata do Conselho de Estado tratando do assunto polícia, e é a respeito da polícia marítima. Ver *Atas do Conselho de Estado*: obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973-78.

10 Relatório Ministerial 1833.

11 Como afirma Bretas, "seu exercício de dominação cotidiana da sociedade girava em torno da distribuição do arbítrio pelos desprotegidos, provavelmente muito mais em nome de agendas próprias dos policiais do que de diretrizes efetivas". BRETAS, Marcos Luiz. "A polícia carioca no Império". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 12, n. º 22, 1998, pág. 231.

12 Relatório do Ministério da Justiça 1831.

13 Marcos Luiz Bretas. "A polícia carioca no Império". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 12, n.º 22, 1998, p. 220.

HISTÓRIA DA HANSENÍASE EM SÃO PAULO NO SÉCULO XX E A PROFILAXIA DO ISOLAMENTO. ESTUDOS SOBRE O DISCURSO CIENTÍFICO LEGITIMADOR

IVAN DUCATTI - USP

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um resumo de minha tese de doutorado que desenvolvo junto ao Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (SP).

No Brasil, algumas décadas atrás, de forma muito contundente, portar lepra significava carregar, dentro e fora de si, um estigma. Dentro da pessoa, a falta de sensibilidade dos nervos que degradam-se; fora, as cicatrizes na pele oriundas dos cortes acidentais a que os nervos já não respondem mais, permitindo fissuras – mutilação aos poucos. A hanseníase, em estágio avançado, retira as habilidades manuais. Isso sem considerar a auto-estima. Até a década de 1960, os hansenianos eram isolados em instituições próprias para os portadores dessa doença. Assim era a profilaxia para o mal de Hansen adotada pela saúde pública. Atualmente, sem o isolamento, a profilaxia é medicamentosa. O atual governo federal tem assumido campanhas de saúde cujo compromisso é ter, como meta, a erradicação de tal epidemia até 2005. Porém, tal meta encontra-se um pouco longe de ser alcançada, ou melhor, incapaz. O jornal Folha de S. Paulo divulgou, recentemente, baseando-se em informações do Ministério da Saúde, que "a um ano para cumprir a nova meta de erradicação da doença, 73% dos postos de saúde do país não têm capacitação para diagnosticar e tratar a doença", e que, em 2003, o Brasil apresentou quase 80 mil casos[1].

Segundo Maria Eugenia Noviski Gallo, chefe do Laboratório do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz (RJ)[2], "a hanseníase até hoje se constitui em um problema de saúde pública no Brasil. Em 2002 estava registrado um total de 77.724 casos, tendo sido diagnosticados 47.016

casos novos. O coeficiente de prevalência é de 4,6 por dez mil habitantes, o que representa a maior prevalência mundial". Para explicar tais números, devem ser observados as deficiências da rede de saúde pública, de pessoal qualificado para diagnosticar e o desconhecimento da população em relação a essa doença[3]. Isso coloca o Brasil num patamar que contradiz a idéia de espetáculo de crescimento, uma vez que, junto à Índia, Myanmar, Indonésia, Madagascar e Nepal, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil passa a compor a lista dos seis únicos países em que os casos de hanseníase estão concentrados.

Nos países industrializados, a epidemia da hanseníase deixe de existir já no século XIX. Ilustremos tal afirmação com a seguinte citação de Béniac[4]:

> "No fim da Idade Média, contudo, a lepra está já em refluxo na Europa. Depois de ter atingido até um rei, Balduíno III, rei de Jerusalém (morto em 1183), extingue-se no espaço de um século, nos meios sociais mais favorecidos. As leprosarias esvaziam-se, as mais pequenas, nos campos, desaparecem freqüentemente no decurso do século XV, as das cidades agrupam os últimos "leprosos" até a segunda metade do século XVI, Para os europeus, a lepra torna-se sobretudo uma doença tropical. Subsistem apenas alguns focos autóctones duradouros, particularmente na Escandinávia. A história dessa longa endemia – que durou doze ou quinze séculos – levantou, pelo menos, duas grandes questões que, na ausência de estatísticas, têm apenas respostas hipotéticas" (Béniac, 1997: 128).

No final da República Velha, as forças produtivas capitalistas, nascentes, começam a dar os primeiros passos para superar a economia centrada nas mãos da oligarquia latifundiária para uma economia industrializada. Mas esses passos que colocaram o Brasil em uma nova esfera da divisão social do trabalho, que exige a especialização e o crescimento das técnicas e de novas tecnologias, que abrem fronteiras para o conhecimento, não têm sido suficientes para dar suportes explanatórios para a superação de problemas básicos de saúde pública, de educação para todos e com qualidade, de eliminação da fome e do êxodo rural, etc. Como estes conhecidos exemplos, que nos saltam aos olhos como terríveis epidemias sociais ainda

distantes de soluções concretas, que são marcantes e geralmente levam a períodos de consternações e, de certa forma, de revolta, não basta apenas apontá-los como senões negativos em nossa sociedade. É necessário ir além: é necessário fazer a denúncia no plano intelectual e acadêmico, mas, ao mesmo tempo, partindo do campo do conhecimento, propor soluções para a superação desses contrastes sociais, não simplesmente nomeando-os como meras disfunções de um sistema; ao contrário, devemos empregar esforços no sentido de demonstrar que esses reflexos sociais negativos de âmbito nacional são inerentes à atual forma de organização de nossa sociedade. As contradições sociais necessitam de respostas, e aí cabe o trabalho do cientista, cujo conhecimento é aprendido e compartilhado socialmente nas universidades. No caso da ciência da História cabe a ela responder a seguinte questão: como explicar que, em pleno século XXI, encontra-se o Brasil ainda diante de problema de saúde pública tão sério, e de simples solução como provam as estatística da Organização Mundial da Saúde, como o caso da epidemia da hanseníase? A resposta dar-se-á analisando o desenvolvimento do serviço de saúde pública à luz do desenvolvimento econômico, o qual legitima seu discurso, por este ser elemento capaz de propiciar técnicas a favor do bem-estar social. Vários estudos foram realizados e há muitos a serem feitos. Em pesquisa que este autor tem iniciado em seu doutorado, pretende-se inserir a problemática da profilaxia da hanseníase que se dava por isolamento compulsório dos doentes a partir da década de 1920. Cremos, no entanto, serem necessários elucidar alguns elementos sócio-históricos como referencial de nossas observações.

Interessa-nos partir da industrialização. A industrialização é um processo pelo qual a produção se apóia por intermédio das fábricas, em que o desenvolvimento das linhas de montagem e de seu respectivo gerenciamento ocorrem. Essa divisão social do trabalho, cujo ápice tecnológico tem se desenvolvido, de modo particular com o fordismo e o toyotismo nessas últimas três décadas, requer uma crescente concentração de tecnologia para o alcance da eficiência do sistema, com o mínimo de perdas na produção. De forma geral, no modo de

produção capitalista, para a realização do processo produtivo de industrialização, dois tipos de capitais fundamentais tornam-se necessários, o capital constante (máquinas, equipamentos, matéria-prima, instalações, etc.) e o capital variável (a força de trabalho humano). A divisão social do trabalho nesse modo de produção requer, continuamente, uma série de evoluções técnicas, em virtude de sua dinâmica produtiva, bem como a concentração da massa trabalhadora nas cidades. As técnicas que, na produção, visam reduzir custos e aumentar a produtividade, exigem cada vez mais trabalhadores qualificados e aptos para o manuseio crescente dos novos dispositivos produtivos. Com o advento de capitais nacionais, oriundos significativamente da economia cafeeira, e internacional (principalmente o inglês), pelo expansionismo do imperialismo do final do século XIX, o Brasil dá os primeiros passos na inserção no quadro da produção capitalista, e a necessidade da mudança estrutural de nossa sociedade e das forças produtivas tornava-se inevitável.

No plano da saúde pública, num primeiro momento, a qualificação da força de trabalho operária nascente e o início da urbanização do país são elementos sobre os quais as políticas governamentais, desde o início do século XX, colocarão controle higiênico, pressuposto positivista de ideal científico. A classe trabalhadora deve estar qualificada para o trabalho útil dentro das fábricas e, ao mesmo tempo, minimamente apta fisicamente para tal fim. Em termos de saúde pública, i.é, o controle social através dos serviços de saúde, para garantir esse mínimo de sobrevivência da classe trabalhadora, o saneamento básico e a profilaxia de endemias, por exemplo, foram preocupação de vários sanitaristas, bioquímicos, médicos, etc., pois esses problemas de saúde, suscitados desde a Revolução Industrial, afetavam o proletariado e as classes dominantes (estes também não ficavam imunes às epidemias). Além disso, as más condições de vida e de saúde reduziam significativamente a produtividade do trabalho. Num nível desesperador de sobrevivência, a classe operária pode encontrar-se em terreno fértil para movimentos de revolta, o que coloca em perigo a ordem constituída. Nos estudos de Maria Cecília Donnangelo[5], em que essa autora articula a medicina às estruturas

econômicas da sociedade capitalista, destacamos uma passagem que consideramos significativa para nossas argumentações:

> "Essa aplicação da medicina ao corpo, enquanto agente socialmente determinado da produção econômica, fundamenta, entre outras, uma perspectiva de análise que apreende a participação da prática médica no processo de acumulação através de sua imediata articulação com a estrutura econômica, em particular com o momento da produção. Sinteticamente, tal perspectiva acentua o papel da medicina no processo de produção da mais-valia relativa através basicamente do aumento da produtividade do trabalho, dado que a melhoria das condições de saúde do trabalhador possibilita a obtenção de um máximo de produtos em menor tempo de trabalho e, correspondentemente, a produção de mercadorias por custo mais reduzido"

O desenvolvimento das pesquisas em saúde pública deu-se, no Brasil, como medida concreta de saneamento, com a criação de Manguinhos por Oswaldo Cruz. "Não resta dúvida de que, por muitos anos, Manguinhos foi identificado como o lugar, por excelência, do trabalho científico; e embora poucos conhecessem exatamente a natureza desse trabalho, ele constituía um dos trunfos da ideologia do progresso e da civilização, ao lado dos monumentos e avenidas da capital cosmopolita que emergia dos escombros da cidade colonial, reformada pelo prefeito Pereira Passos[6]"

A questão higiênica, como a real situação até hoje apresentada e traduzida em números mostra, não foi possível para erradicar todas as epidemias lastreadas pelo país, como a hanseníase, central em nossa pesquisa. Mesmo algumas décadas depois da remodelação do Rio de Janeiro, principalmente, durante a Era Vargas e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, na sua fase conhecida como desenvolvimentista, quando percebia-se que houvera um salto de qualidade econômica que elevara o Brasil de um país agrário para um país industrializado, o Brasil, no campo da saúde pública apresentava atrasos, que refletiam na ineficiência do controle e da erradicação da hanseníase. No entanto, no caso do controle da hanseníase, a profilaxia baseava-se no isolamento do doente, respaldada, embora com

controvérsias, em um discurso cientificista e higienista. Foi com a criação do Ministério da Educação e Saúde, durante a Era Vargas, que se adotou um modelo de controle da doença em nível nacional, o "modelo tripé". Havia três itens fundamentais: o leprosário (para os infectados), o dispensário (para os comunicantes, contaminados sem lesões) e o preventório (para os filhos dos infectados). Com isso, acreditava-se eliminar a doença em pouco tempo[7].

O ISOLAMENTO EM LEPROSÁRIOS NO BRASIL

No Brasil, o isolamento dos doentes seguiu orientação de uma elite técnica, sobressaindo os médicos, entre jornalista, juristas, arquitetos, etc. Monteiro nos informa que havia duas correntes dessa elite, que ela os denomina como humanitários e isolacionistas. Os humanitários "se caracterizavam pela proximidade com o doente e com a problemática da doença, por recomendarem medidas brandas de isolamento e por indicarem o isolamento **domiciliar**[8]" (o grifo é meu – ID). Algumas figuras, destacam-se Emílio Ribas, José de Macedo Soares, Eduardo Rabello, Carlos Chagas, Otávio Félix Pedroso, Oscar Silva Araújo, José Vieira Filho e José Maria Gomes.

O isolacionistas, como o próprio nome diz, eram partidários da idéia de que todos os doentes deveriam ser internados. Alguns nomes, dentre os isolacionistas, podemos citar: Oswaldo Cruz, Arthur Neiva, Heráclito de Souza Araújo e Belisário Penna.

A proposta dos isolacionistas, na década de 1920, ganha corpo e sua implantação ocorre dentro de um espírito militar, "adotando termos como *armas*, *luta*, *brigadas*, *armada*, *defesa*, *campanha*, *soldados*, *fortaleza*, etc.[9]". Como podemos ver, o problema de saúde pública era tratado dentro da mentalidade de defesa militar, cujo subtexto dessas campanhas poderiam ser lidos como "inimigos à vista", não levando em consideração as noções de Medicinal Social da Europa, que, aliás, foram deixadas de lado.

Monteiro chama a atenção para alguns fatores relevantes. Ela aponta para o predomínio do biológico em detrimento do social na profilaxia da lepra, para a questão autoritária contida

nessa postura e para o discurso eugênico contido no mesmo processo de prevenção. Chega, inclusive, a mostrar a influência de Haeckel, Spencer e Darwin:

> "O ideais eugênicos prendem-se ao final do século XIX e começo do XX, tendo proliferado em especial na Alemanha e na Itália. Os estudos de Haeckel, Spencer e Darwin sobre a evolução das espécies influenciaram os discursos médicos. A partir da teoria evolucionista, foram reforçadas diferentes teorias, dentre elas a da degeneração. Com os estudos da eugenia e da etnografia tem-se o "social biologizado"[10]

A partir deste ponto, em que a influência do discurso científico corrobora com a ação política, colocando-a em prática por intermédio de agentes do Estado, é mister ir além desse fenômeno; considerá-lo dentro dos diversos matizes ideológicas que o compõem; analisá-lo em relação à estrutura da sociedade que adotou tais paradigmas considerados científicos. Pretendemos ir além das citações ora dos humanistas ora dos isolacionistas, em termos comparativos. Interessa-nos a informação de que as influências de filósofos, como Haeckel ou Spencer, residem no discurso médico sanitarista, porém, em si, essas influências não resolvem a problemática da imposição do discurso científico e o do movimento político que advém deste. Apontar a preponderância do fator biológico sobre o social apenas confirma um dos postulados positivistas, que é a visão de que a ciência social se estabelece nos moldes semelhantes dos construtos das ciências naturais, mas não esclarece o porquê da incorporação da *intelligentzia* brasileira dessa visão de mundo.

Pretendemos realçar as posturas que não apoiavam a segregação dos doentes em leprosários, bem como as intenções que caminhavam em sentido oposto ao do isolamento, expostas e discutidas nos congressos internacionais de hanseníase. O realce de posturas contrárias ao isolamento de doentes servirá para percebermos como o discurso adotado pelos isolacionistas ganhara corpo em suas argumentações. Localizado o predomínio do discurso positivista nas campanhas brigadistas de profilaxia à hanseníase, que passa a ser nosso objeto de pesquisa, cabe ao nosso trabalho investigar as determinações que levaram a *intelelligentzia*

brasileira a adotar tais discursos, buscando mostrar quais eram realmente as suas filiações ideológicas, e o real interesse em adotar essa postura cientificista de cunho positivista, uma vez que, em nível internacional, esse caminho não correspondia às novas discussões na área da saúde pública e, em especial, à hanseníase. Como construção dessas análises, faz-se importante mostrar o interesse que o discurso ideológico, enquanto imposição de uma visão de mundo tida como universal, dá respaldos às políticas de interesses econômicos que não podem ser apreendidos à primeira vista. Vale ressaltar o que Marx[11] diz:

> "As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias"

---

[1] FOLHA DE S. PAULO – *País é incapaz de erradicar hanseníase*. 22.10.04, pág. C4.
[2]Conforme 'Glossário de Doenças', da Assessoria de Imprensa da Fiocruz, extraído do site www.fiocruz..br , em 09/2004.
[3] Idem.
[4]Conforme BÉNIAC, Françoise – O medo da lepra. *In*: LE GOFF, Jacques (apres.) – As doenças têm história. Lisboa, Terramar, 1997.
[5]Conforme DONNANGELO, Maria Cecília et PEREIRA, Luiz – Saúde e sociedade. São Paulo, Duas Cidades, 1979, 2.ª ed.
[6]Sua maior obra foi a remodelação do Rio de Janeiro, quando prefeito de 1903-06, incluindo a construção das avenidas Central, Beira-Mar. Implantou melhoria de redes urbanas, a canalização de rios, a construção de jardins e túneis. "Para permitir a realização das modificações do Rio de Janeiro, foi aprovada lei especial, em 29 de dezembro de 1902, adiando as eleições do Conselho Municipal e conferindo ao Prefeito plenos poderes. Assumiu, então, a Prefeitura, Pereira Passos, tomando várias medidas que atingiram os hábitos e costumes da população pobre e da cidade média baixa, dando origem a protestos contra as demolições dos pardieiros do centro da cidade, pois, com isso, elevaram-se os aluguéis e seus habitantes foram obrigados a transferir residência para locais distantes do seu trabalho e vivência" (Singer et al, 1978; 108).
[7] Conforme Laurinda Maciel (www.fiocruz.br).
[8]Conforme MONTEIRO, Yara Nogueira – Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo. Vol. I e II. Tese de doutorado em História Social da USP/SP. São Paulo, 1991.
[9] Idem.
[10] Ibidem.
[11] Conforme MARX, Karl – A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo, Hucitec, 1986, 5.ª ed.

FLAVIO JOSEFO E A GUERRA JUDAICA: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Ivan Esperança ROCHA – UNESP/Assis

O conflito entre judeus e romanos, ocorrido na Palestina, entre 66 e 73 d.C., é narrado por uma testemunha ocular dos fatos, Flávio Josefo (37-100 d.C.) (FJ), um líder militar judeu que se metamorfoseia à medida que o jogo de forças pende favoravelmente aos romanos. Ele consegue benesses junto ao imperador romano Vespasiano e ao seu filho Tito e passa à oposição de seus compatriotas, produzindo sua obra *A Guerra Judaica*, privilegiando o ponto de vista romano. Esta postura lhe valeu severas críticas contemporâneas e posteriores que o apontaram como traidor e que chegaram, inclusive, a negar o valor histórico de sua obra, pela falta de isenção analítica.

Não se pode negar, no entanto, que o conjunto de sua obra[1] e, particularmente *A Guerra Judaica,* constitui, juntamente com os textos neotestamentários, uma das raras fontes sobre a multifacetada sociedade judaica do primeiro século, fornecendo detalhes preciosos sobre a vida quotidiana da Palestina de então, assim como sobre as relações entre Roma e uma de suas principais províncias, aquela sírio-palestina.

O interesse por Flávio Josefo, principalmente por *A Guerra Judaica*, sua primeira e mais famosa obra, foi garantido, sobretudo, pela Igreja por tratar-se praticamente do único documento contemporâneo ao início do cristianismo[2], sendo citado, por exemplo, por Orígenes (184-254), Eusébio de Cesárea (265-340) e Jerônimo (342-420) e durante a Idade Média, chegou a ser o autor antigo mais lido além da Bíblia.

A importância da obra de JF ainda se faz sentir, como se pode depreender do *International English Josephus Project* que tem por objetivo realizar uma tradução moderna dos textos, baseada na edição crítica de Niese e levando em consideração novas contribuições históricas, arqueológicas e filológicas sobre a obra flaveana.

O valor histórico de *A Guerra Judaica*

Os críticos têm apontado no texto de *A Guerra Judaica* muitos dados a serem revistos, principalmente quando se trata de informações obtidas de fontes indiretas e no que se refere a dados estatísticos sobre a população da Palestina, e sobre o número de indivíduos envolvidos ou atingidos pelo conflito.

Um exemplo é o episódio do Monte Massada, o último reduto judaico na guerra contra os romanos, onde os sicários liderados por Eleazar ben Jair praticam um suicídio coletivo envolvendo, segundo FJ, 960 judeus: tem sido muito debatido pelos pesquisadores a partir das evidências arqueológicas. Dentre outras evidências, a disposição em que foram encontrados alguns esqueletos em Massada parece contradizer o suicídio coletivo relatado por FJ: Yadin encontra ali 27 esqueletos dos quais 25 numa gruta.

Um desses esqueletos estava numa posição característica de quem foi enterrado de maneira tradicional[3]. Dentre os materiais encontrados em Massada incluem-se linho, pelo de cabra, lã e algodão, o que coloca mais uma dúvida sobre a narração de FJ que diz que todos os pertences dos judeus de Massada foram queimados[4].

Assim, a narração de FJ deveria ser entendida como uma combinação de fatos, ficção e conjecturas[5]. No caso de Massada, o que deve ter ocorrido foi o suicídio de certo número de sicários e este fato teria sido ampliado por FJ; alguns teriam lutado contra os romanos e outros tentado fugir, o que explicaria os 25 esqueletos encontrados numa caverna.

O conflito na ótica de Flávio Josefo

A desigualdade de forças entre os exércitos romano e israelita pode ser considerada uma das razões que arrefece rapidamente o fervor patriótico de FJ. Ele não só evidencia a debilidade militar israelitas, mas envida todos os esforços para demover seus compatriotas de continuar na luta. Não é bem sucedido em seu intento e passa a um confronto aberto com as lideranças mais radicais e isto o leva a interpretar o evento menos como um conflito

entre judeus e romanos e mais como um confronto entre certos grupos judaicos – zelotas e sicários, e os romanos e os que os apoiavam internamente, o que leva FJ a denominá-lo quase que como uma guerra civil. Com isto, os generais romanos, passam a ser apresentados mais como salvadores que como opressores dos judeus[6] e os revoltosos se transformam em simples bandidos, ou "terroristas".

Qualquer seja a avaliação que se faça da obra de FJ, não se pode deixar de considerá-la como uma importante fonte historiográfica sobre a Palestina do primeiro século, principalmente quando se defronta com a perda de outras fontes sobre a questão e que só são conhecidas por terem sido citadas em outros documentos posteriores.

O background do conflito

A Palestina passa ao domínio romano por volta de 62 a.C., com a anexação da Síria por Pompeu[7]. Seguindo a prática de utilizar lideranças locais para governar os territórios dominados, os romanos nomeiam Herodes, um idumeu, rei da Judéia, que ficaria no trono entre 37 a.C. e 4 d.C.[8]. O período de seu governo é fortemente criticado internamente; até o próprio FJ diz que a Palestina, antes próspera, foi transformada por Herodes num país de miseráveis e de injustiças (GJ 2,86). A imposição de uma pesada e dupla carga tributária foi certamente um dos estopins do conflito, aliada a questões de cunho simbólico e religiosos, como a imposição do culto do imperador (2,169).

O movimento teve uma adesão maciça das camadas inferiores da zona rural, as mais afetadas pela situação imposta pelos romanos e seus aliados, como era comum acontecer em outros conflitos de Roma e suas províncias[9].

Deve-se dizer que em fins da era de Augusto (aprox. 14) a verdadeira camada dominante era constituída, aproximadamente, por 160 pessoas. Um exército permanente de 350.000 a 400.000 homens garantia o *status quo*, tornando ineficaz qualquer revolta contra o domínio romano (GJ 2,245ss) e das lideranças locais suas aliadas[10].

A obra de FJ constitui, indiretamente, a descrição desse quadro sócio-político e dos sentimentos e movimentos que opuseram romanos e judeus, sobretudo, entre os anos 66 e 70. Apesar de conhecer muita bem esta realidade, a posição social de FJ, membro de uma família sacerdotal proprietária de terras, atingida em cheio pela ação dos rebeldes, o levará a escamotear as verdadeiras causas da revolta judaica[11].

Não obstante, a interpretação dos motivos que causaram a guerra judaica contra os romanos tem causado polêmicas entre os estudiosos. A interpretação teológica, sempre partindo das informações de FJ, como a de Helgo Lindner[12] , considera a guerra judaica como um castigo de Deus pelos pecados dos judeus. FJ chega a considerar a guerra dos judeus uma luta não apenas contra os romanos mas também contra Deus (GJ 5,378-390); ele lembra aos judeus que seus antepassados foram protegidos de seus inimigos inúmeras vezes sem ter que pegar em armas. A invasão dos romanos deve-se, no entanto, segundo FJ, aos pecados do povo judeu (GJ 5,394-395).

Outros estudiosos, como Heinz Kreissig[13], sugerem abandonar a interpretação religiosa centrando a atenção particularmente nas questões sociais e econômicas que desencadearam o conflito. O estado de penúria envolvendo os revoltosos não se coaduna com a apresentação quase paradisíaca que FJ faz de inúmeras áreas da Palestina, considerando-as muito produtivas. Estrabão (XVI, 2.36) delineia um quadro bem menos favorável que este sobre a topografia palestina Segundo ele, quase todo o território era seco e coberto de pedras. Os proprietários das melhores terras eram os descendentes da casa real. A improdutividade da terra da maioria alevava a endividar-se. Nesse momento, multiplicam-se as práticas de empréstimos a juros. Os pequenos agricultores eram os mais atingidos pela improdutividade e pelas cobranças de taxas seja por parte do Templo de Jerusalém seja por parte dos romanos[14].

São estas as circunstâncias que envolvem o surgimento dos movimentos sociais na Palestina e em outras regiões do Império. Assim, a guerra judaica deve ser considerada apenas uma das tantas eclosões sociais que irromperam entre os anos 6 e 70 no Império. No entanto, FJ não conecta o que está acontecendo na Palestina com a realidade do resto do Império.

Até à morte de Herodes, as revoltas que não tinham sido coordenadas, assumiram uma nova forma, agora chefiada por líderes bem definidos. Se tais líderes encontram uma fácil adesão das massas é devido à situação precária em que viviam[15].

O que os revoltosos querem é a eliminação da velha estrutura de Estado encabeçada pelo Sinédrio composto pelos sumos sacerdotes e grandes proprietários, juntamente com o nepotismo e enriquecimento à custa do povo, agora fortalecida pela aliança com os romanos.

FJ insiste em defender que a ordem social é dada por Deus, por sua ação, e que ele não se sente nem um pouco traidor do povo judeu ao bandear para os romanos que se tornaram a garantia da ordem na Palestina.

Assim, o quadro que FJ tece dos inimigos é o quadro que a classe dominante tece no século I da nossa era. FJ insiste em dar uma outra conotação aos fatos.

Conclusão

Não obstante a falta de imparcialidade e um posicionamento filo-românico detectados na obra de FJ, suas informações obtidas por meio de seu testemunho pessoal ou do apoio de fontes diretas ou indiretas permitem enriquecer o conhecimento sobre a vida quotidiana na Palestina, mesmo que elas não tenham sido priorizadas no relato.

As condições a que são submetidas as amplas camadas de empobrecidos na Palestina sob o domínio romano devem ser entendidas como as principais razões que provocaram e alimentaram o conflito.

Se as diversas e acaloradas tentativas de FJ para demover os revoltosos de seu intento não lograram nenhum efeito é devido à gravidade dos motivos arrolados. Podemos dizer, portanto, que FJ demonstra que pode ter apenas um controle literário sobre os conflitos, obtendo direta ou indiretamente muitas informações sobre ele, mas seus artifícios retóricos, a serviço do poder romano e da elite local, não conseguiram evitar o conflito que desmantelaria a estrutura da sociedade judaica da Palestina do primeiro século, ampliando as dimensões da diáspora.

[1] Escreve também *Antiguidades Judaicas*, *Autobiografia* e *Contra Apion.*

[2] BUTTRICK, G. A. *The Interpreters Dictionary of the Bible*, Nashville: Abingdon Press, 1962, v. 2, p.987. SCHÜRER, Emil. *The history of the Jewish people in the age of Jesus Christ* (175 b.C.-A.D. 100). Edinburgh: T & T Clark, 1979, v. 1, p.58).

[3] VIDAL-NAQUET, P. Flavius Josèphe et Masada. *Revue Historique*, ano 1, v. 260, 1978, p.12.

[4] SHANKS, Hershel. Masada. *Biblical Archaeology Review*, jan-fev 1997, p.62-63.

[5] COHEN, Shaye J.D. Masada: literary tradition, archeaological remains and the credibility of Josephus. *Journal of Jewish Studies* 33 (1982) p. 386-389).

[6] JOSEPHUS. *The Jewish War*. Trad. e com. H.St.J. Thackeray. Cambridge: Harvard University Press, 1968, v. 1, p. VII.

[7] SIMON, Marcel, BENOIT, André. *Judaísmo e cristianismo antigo*. De Antíoco Epifânio a Constantino. Trad. Sonia Maria S. Lacerda. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1987, p. 53.

[8] LEIPOLDT, J., GRUNDMANN, W. *El mundo del Nuevo Testamento*. Trad. do al. Luiz Gil. Madri: Ediciones Cristian-dad, 1973, p.174.

[9] ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.149.

[10] Idem, p.161-168.

[11] Kreissig, Heiz. A marxist view of Josephus account of the Jewish war. In: Feldman, L.H. Hata, G. (ed.). *Josephus, the Bible and History*. Detroit: Wayne State University Press, 1989, p. 274.

[12] LINDNER, Helgo. *Die Geschichtsauffassung des Flavius Josephus im Bellum Judaicum*. Leiden: s.n., 1972.

[13] Idem, p. 265-277.

[14] Idem, p. 267-268.

[15] Idem, p. 270-271.

Ocidente/oriente: por um outro discurso.

As razões fundamentalistas

Ivan Gomes Barroso

Ismar da Silva Costa - orientador

Devido às vertiginosas torrentes de informações que recebemos em nossas casas diariamente pela imprensa escrita e televisiva posteriormente aos atentados terroristas às cidades de Washington e Nova York no dia 11 de setembro de 2001, símbolos da pujança econômica e catedral do poder bélico americano, deflagrou a denominada: *Guerra Contra o Terror*. O mundo todo se uniria para esmagar a "barbárie" que se opõe ao conceito de paz, liberdade e democracia definido pelo Ocidente.

Como em todo evento que exista o homem pode ser historizado genealógicamente podendo observar seus anseios, inquietações, descontinuidades e suas mudanças assim como a definição de barbárie que o tempo garantiu sua mudança. Este conceito na Antigüidade era identificado com a noção do estrangeiro, ou seja, aquilo que existia fora das fronteiras da cidade e do império. Não resta dúvida que este conceito remete barbárie as ações terroristas são essencialmente modernas.

"Esse foi constituído na viragem do século XVIII para o século XIX, no Ocidente, quando passou a pesquisar as sociedades arcaicas em oposição à moderna". (1)

Com efeito, a barbárie, assim como a primitividade, seria tudo aquilo que não se atingiu os limiares de racionalidade e o controle da efetividade que estariam presentes na modernidade. Para, além disso, a oposição conceitual entre barbárie e civilização era o que legitimava o projeto colonialista, segundo o qual as nações européias procuravam dominar as nações e continentes periféricos.

Segundo Roberto Romano o terror tem sofrido mutações com o decorrer dos anos o que poderia comprovar estas mudanças que norteiam o terror seria o romance de

Josep Conrad *O agente secreto.* Conrad põem na boca do primeiro-secretário da embaixada russa em Londres a opinião de que se o terrorismo quiser ser eficaz precisa ser um ataque às crenças mais valorizadas da sociedade, o diplomata russo manda seu agente provocador explodir o Observatório Real de Greenwich. Atacar o prédio dedicado à ciência da astronomia constituía um ato de ferocidade destrutiva tão absurdo que seria incompreensível e inexplicável.

Tal qual descrito no romance da época de Conrad, o terrorismo propôs um ataque à ciência da moda que na época que era a física. Hoje sendo a genética, economia e o poderio bélico, ou seja, a Al-Qaeda destruiu foi um edifício dedicado ao comércio, não ao estudo das estrelas. A estratégia é a mesma: refazer o mundo com atos espetaculares de terror.

Sendo assim, questões como a mortalidade infantil, analfabetismo, tráfico de drogas, o ressurgimento de doenças que acreditava ter-se erradicadas terminantemente da sociedade, empobrecimento exacerbado dos países emergentes, foram deixados em segundo plano para que entrasse em cena a guerra contra o terror.

Para que esta ação unilateral fosse possível seria necessário construir, ou melhor, inventar uma identidade díspar de Homem com a que estamos familiarizados em nosso cotidiano, para isso fosse possível seria de fundamental importância à utilização do conceito definido por Auerbach de "técnica do holofote". Que seria o pressuposto utilizado para construção da retórica propagandista para agir como se o mundo fosse um palco, onde os jornalistas iluminam algumas partes do cenário e deixando algumas na sombra. Sendo o personagem ou o enredo que recebe a luz exclusiva pode ser verdadeira, mas não é toda a verdade.

Ora, diz Auerbach, "*da verdade faz parte toda a verdade"*. Procurar o todo leva tempo e tempo hoje é o que menos temos, o que impossibilitaria a tarefa de contrabalançar a mídia que age como instrumento de propaganda. A miríade da notícia

não seria mais a imparcialidade, mas remeter as mentes e corações para a luta contra o inimigo. Na verdade isso é o que ocorre no conflito entre os EUA e o mundo que não reconhece a sua hegemonia imperial. Hoje Bush não precisa usar lápis para falsear as notícias, nem tem necessidade de holofotes que iluminem apenas parcelas do verdadeiro: a CNN e a mídia fazem isso para ele. Por exemplo: antes de a coalizão americana invadir o Afeganistão logo após os atentados, eram irrisórios os comentários em favor dos direitos humanos sobre as condições vividas pelas mulheres Afegãs e as perseguições que eram sujeitas. Posteriormente ficamos enfadados de vê-las desdentadas aplaudindo as tropas da coalizão.

Através destes discursos são construídas as definições do "outro" e as justificativas para atacar o antagonismo alheio como sendo uma identidade heterodoxa, ignorando as diversidades culturais, políticas, econômicas, religiosas e até mesmo sua existência do outro lado do Oceano, não obstante, as pessoas definem sua identidade pelo que não são.

A relutância de não aceitar a enxergar a existência do outro, assim não conseguimos visualizarmos as marcas da opressão, devemos não apenas olhar para o que os opressores projetam do oprimido (por exemplo, a violência israelense projeta no povo palestino), mas também devemos levar em consideração uma recusa em reconhecer a própria existência do outro (no caso, a relutância de Israel em reconhecer a existência dos palestinos). Essa combinação de alucinação positiva e negativa é que torna a relação com o objeto, como diríamos no termo psicanalítico, não apenas tóxico, mas psicótica. O oprimido existe, dessa forma, para conter a destrutividade indesejada do opressor, que ao mesmo tempo insiste em que o oprimido seja algo como Edward Said define por uma "identidade fecal", tão odiosa que não se pode ser reconhecida, a não ser que, esteja fora de seu campo de visão e finalmente eliminado.

Em outras palavras, o terrorista que utiliza um avião como míssil está simbolicamente devolvendo da violência que o Ocidente utilizou para devastar suas cidades, o horror dos atentados devolve a violência das armas, tanques e bombardeiros. Por isso o objetivo da resistência não seria vencer a sociedade judaica cristã e ocidental, mas devolver ao Ocidente o amargo gosto da pólvora e escombros que ele próprio disseminou por onde ele tem marchado.

Isso tem ocasionado no início do século XXI o padrão do conflito global que é configurado pelo crescimento populacional, pela diminuição das fontes de energia e pela mudança climática irreversível. Juntamente com as inimizades étnicas e religiosas e o colapso ou a corrosão do Estado em muitas partes do mundo, se estas forças estão mudando a própria natureza, dirá do homem.

Falar hoje em fundamentalismo pode parecer obsoleto ao secularismo intrínseco do sistema, mas tem suas origens no século XIX com pensadores como Fichte e Nietzsche que glorificaram a vontade sobre a razão. A palavra “fundamentalismo” nos dias atuais tem uma conotação mais genérica e passou a estar presente na mídia mundial quase sempre com uma definição assustadora. E não é p’ra menos. Os militantes fundamentalistas são responsáveis pela avassaladora onda de violência em grande parte do mundo. Não obstante somos influenciados pelos “holofotes” da mídia a identifica-lo apenas aos religiosos do Oriente-Médio.

No fim do século XX, com a derrota dos impulsos seculares, modernistas e socialistas em uma escala global, uma onda de fundamentalismo em destaque o religioso varreu o mundo. O fundamentalismo é um movimento sócio-religioso e político muito diversificado e que trespassa as fronteiras do islã. Ironicamente, é nos EUA atual que encontramos o maior contingente de fundamentalistas constituído por cristãos. A definição de fundamentalismo definida por Voltaire Schilling:

"Para o fundamentalista, o fiel deve seguir à risca as páginas dos textos sagrados de sua religião. As escrituras (sejam elas a bíblia, o Talmude, O Corão, ou o Hadith dos Hindus) foram traçadas por Deus, logo devem ser interpretadas conforme a sua vontade". (2)

Conseqüentemente, fundamentalismo seria interpretar as palavras sagradas com um sentido literal em seus fundamentos sem nenhuma alteração ou contextualização, em outras palavras o mundo deve se adaptar a escritura não a escritura ao mundo, o historiador paquistanês Tariq Ali em seu livro *Confronto de Fundamentalismo*, faz uma análise bastante sutil e nítida das representações do fundamentalismo.

(...) Para os islamitas, nenhum dos governantes muçulmanos atuais é "verdadeiramente" muçulmano. Nenhum. Daí a luta para mudar os regimes existentes e substitui-los por emirados santos. Alguns judeus ortodoxos vêem a simples existência de Israel como uma desgraça. (...) Os hindus ortodoxos estão extremamente insatisfeitos com seu primeiro-ministro por ser frouxo demais para com os 130 milhões de muçulmanos na Índia e não permitir ao Hindutva registrar um triunfo total da cultura hindu contra os estrangeiros, (...). (3)

A ortodoxia americana teve o seu surgimento no século XX na medida que o sistema americano passava por um abrupto processo de aceleração da modernidade, democracia, secularismo e liberalismo e da adoção das concepções darwiniana da natureza, trouxeram um descaso dos costumes transcendentais e mitológicos que constroem a identidade americana. A respostas contra estas heresias foram as criações do World's Christian Fundamentals Association, WASP, em 1919. Os líderes de igrejas presbiterianas, adventista e batista responsabilizaram pela apostasia dos americanos o pecado da modernidade. Acreditando no iminente retorno de cristo.

Para que Cristo ficasse satisfeito com o "seu povo" estava mais do que na hora de voltar aos antigos costumes e ensinamentos, tendo a Bíblia como o único instrumento

para nortear a sociedade. O efeito deste conceito rapidamente sentido na economia com a aprovação da conhecida Lei Seca de 1920, que proibiu a bebida alcoólica nos EUA.

Desde início da década de 1980, os fundamentalistas têm-se aproximado de Ariel Sharon atualmente 1º ministro de Israel, para apóia-lo a uma política ainda mais extrema no Estado de Israel. Não por terem alguma simpatia especial pelos judeus. Ao contrário. Para eles, somente com o retorno de todos os judeus para Israel é que poderá ocorrer o advento de Cristo.

Atualmente os fundamentalistas americanos concentram-se na luta contra o direito de aborto (cometeram exacerbados atentados e assassinatos a clínicas de aborto), militam contra a Emenda de Emancipação da mulher, contra o direito dos homossexuais e a favor da reza obrigatória nas escolas públicas.

O fundamentalismo islâmico ao contrário do que a maioria acredita não é desfavorável a democracia, mas semelhantemente ao fundamentalismo cristão é um forte opositor a modernização especificamente a identificada pela ocidentalização. Por exemplo, a visão de céu na mentalidade muçulmana e cristã é constituída por fieis que são iguais em bênçãos e beleza. No momento das preces que são feitas cinco vezes ao dia todos os fieis se voltam para uma mesma direção, todos alinhados em fileiras indistintamente a sua posição financeira e racial.

Todavia a modernidade é fruto do secularismo e é definida por corrupta para todas as religiões sobre tudo a uma que se identifica como sendo a grandeza universal da mensagem de Deus conforme ele é apresentada no Alcorão.

Em uma época global pode parecer que a defesa de nossa identidade é a única diferença que resta. Mas de quem é a identidade que está sendo defendida, e no interesse de quem?

Bibliografia

(1) JOEL Birman, Sobre o mal-estar, na modernidade e na brasilidade. In: Luís Carlos Fridman, Política e Cultura: Século XXI. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

(2) SCHILLING, Voltaire. Ocidente X Islã,. 2ª ed. Porto Alegre L&PM, 2003. pg. 126

(3) ALI Tariq; Confronto de fundamentalismos; trad. Alves Calado. – Rio de Janeiro: Record, 2002. pg.357

A recepção do computador IBM-1130 no Brasil dos anos 1970: o processador de ponto flutuante do NCE/UFRJ

IVAN DA COSTA MARQUES [*] [†] [-] PPG-UFRJ
FÁTIMA FERRÃO DOS SANTOS [*]- PPG-UFRJ

Nos anos 1970 o Núcleo de Computação Eletrônica/ UFRJ desenvolveu um processador de ponto flutuante (PPF) que dobrava o rendimento do computador IBM 1130. O BNDE financiou a passagem do projeto para a empresa Microlab. Cinco PPFs foram colocados em uso. Nossa história mostra que fatores radicalmente heterogêneos atuaram inseparavelmente na construção do PPF, sugerindo que a constituição de um artefato não pode ser bem creditada a fatores tão homogêneos que possam ser agrupados em um só campo, seja este campo o econômico, o técnico, o político ou o cultural. Em nossa história, adotando a visão ator-rede", a heterogeneidade dos f/atores é resolvida no artefato PPF que media diversas equivalências. Chamamos de tradução/ translação estas equivalências conjeturais (não impostas por ninguém) entre elementos tão heterogêneos que vão desde algoritmos e técnicas de montagem até a geopolítica do regime militar, passando por conclusão de mestrados e associação/ dissociação universidade-empresa.

***

Entender a técnica para entender a história e vice-versa: números de ponto (vírgula) flutuante: Assim como no ensino da aritmética às crianças, na eletrônica digital multiplicar, por exemplo, 314 por 1208 e obter 379312 é simples e rápido mas multiplicar 3,14 por 12,08 e obter 37,9312 é relativamente complicado e lento. Mas nem as medidas dos objetos ditos mundanos nem as constantes da Física sujeitam-se à simplicidade dos números inteiros. Conseqüentemente, não são números inteiros e sim números fracionários que aparecem na maior parte dos cálculos na engenharia e nos laboratórios. A engenharia dos computadores separa o número fracionário em duas partes denominadas mantissa (*m*) e o expoente (*e*). A mantissa indica os algarismos que compõem o número e o expoente indica a posição da vírgula. Esta representação diferenciada exige mais trabalho da agência calculadora[1] que executa as operações aritméticas, pois além de calcular a mantissa do resultado, é preciso calcular também o expoente do resultado, como fica exemplificado na multiplicação abaixo:

Número	Mantissa (*m*)	Expoente (*e*)
3,14	314	1
12,08	1208	2
37,9312	379312	2

[*] Programa de Pós-Graduação em Informática DCC-IM/NCE
Universidade Federal do Rio de Janeiro
[†] Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Entre profissionais de informática os números fracionários são chamados de "números de ponto flutuante" em oposição aos inteiros que são chamados de "números de ponto fixo".[2] As exigências práticas de confiabilidade alta e custo baixo são atingidas antes para as operações com números inteiros (de ponto fixo) do que para números fracionários (de ponto flutuante). Para nossos propósitos é suficiente observar que a capacidade de processar frações pode ser incorporada ao computador de duas formas: 1) aumentando o hardware, isto é, adicionando circuitos eletrônicos, fazendo um dispositivo físico que faz as operações adicionais com os expoentes, o que acarreta a construção de uma máquina com mais componentes; ou, alternativamente, 2) aumentando somente o software, isto é, fazendo um programa armazenado na memória que executa as operações adicionais, o que não aumenta a máquina (hardware) mas torna o sistema do computador como um todo mais lento.

Por volta de 1974 havia no Brasil cerca de 100 computadores IBM 1130, a maioria deles instalada em universidade ou empresas de consultoria, e o computador IBM 1130 fazia as operações de ponto flutuante por software. Nesta época uma equipe de pesquisa do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da UFRJ desenvolveu um processador de ponto flutuante (PPF) para o computador IBM 1130: um dispositivo eletrônico (hardware + software) abrigado em uma caixa de 50x45x24cm que funcionava acoplado e integrado ao computador, executando as operações aritméticas de números fracionários de dez a cinqüenta vezes mais rápido do que a máquina tal como entregue pela IBM. Isto mais do que dobrava a capacidade média de processamento do sistema resultante em relação ao sistema original.[3] Pretendemos contar uma história do PPF em que sua concepção, projeto, passagem da universidade para a empresa, fabricação e uso são processos onde o "social" e o "técnico" atuam de forma inseparável e estão indissociavelmente fundidos em algo híbrido. Já no primeiro consenso, na primeira volta da espiral de concepção/ adoção[4] do PPF, estabeleceu-se uma primeira equivalência entre entidades heterogêneas, entre um campo de pesquisa e um objetivo político: construir o PPF era dominar a tecnologia da informática no Brasil e isto era a independência tecnológica, que se estendia à independência econômica e política do país. Era preciso que o Brasil desse os primeiros passos para a independência, mesmo que parcial, na informática, e a construção do PPF era justamente um destes passos, acreditavam, admitiam e/ ou propagavam tanto a equipe de pesquisadores do NCE/UFRJ como os demais envolvidos. No campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia (ECT – *Science and Technology Studies*) esta equivalência posta em cena entre objetivos heterogêneos, equivalência não imposta por ninguém, e que é, conseqüentemente, conjetural, é chamada de tradução/ translação.[5] Como se deu esta tradução/ translação? Isto é, como a equivalência {desenvolvimento do PPF} = {independência

do Brasil} fortificou-se a ponto de entrar na cena nacional da época mobilizando aliados para gerar efeitos de verdade, provocando acontecimentos, adquirindo densidade e constituindo uma versão da realidade? Como toda tradução/ translação, ela ocorreu pela justaposição, sempre precária, de elementos heterogêneos reunidos mediando atores e comunidades diversas, em meio a diversas outras traduções. Uma tradução/ translação raramente entra em cena sem contestações e dificilmente poderia se sustentar isoladamente.

Traduções/ translações: Vejamos algumas traduções/ translações que, tomadas em seu conjunto, conformaram o PPF do NCE/UFRJ:

1. {desenvolvimento do PPF = melhor serviço prestado aos professores e alunos usuários do NCE} A equipe de pesquisa e desenvolvimento do NCE avaliou que uma vez pronto e instalado o PPF tornaria o sistema IBM 1130 muito mais rápido e que os usuários seriam bem melhor atendidos pois o tempo de espera entre a entrega de seus programas e o recebimento da resposta diminuiria drasticamente.[6] Note que como toda tradução/ translação, esta também tem um grau de arbitrariedade. No universo mais ou menos aberto de possibilidades havia muitas formas de melhorar o atendimento aos usuários do NCE.[7] No entanto, embora o NCE buscasse também a aquisição de um computador de maior porte, a tradução/ translação **{IBM 1130 + PPF = IBM 1130 mais rápido = melhor serviço prestado aos professores e alunos usuários do NCE}** fortificou-se a ponto de corporificar-se em um projeto de pesquisa.

2. {Desenvolvimento do PPF = economia de divisas para o Brasil} Cada um dos sistemas IBM 1130 custava algumas centenas de milhares de dólares.[8] Muitos deles estavam sendo utilizados 24 horas por dia e portanto as instituições onde eles estavam instalados consideravam sua substituição. Além disto, uma grande porcentagem destes sistemas, talvez 50%, estavam instalados em universidades e centros de pesquisa apoiados por programas do BNDE[9], ou seja, a decisão sobre o que fazer com estes sistemas estava em última instância fortemente concentrada em uma entidade ou ator social. Havia na época uma grande carência de dólares. O custo do PPF produzido em uma operação de produção industrial seria uma pequena fração do preço de um sistema IBM 1130. Como a adição do PPF na prática fazia com que o sistema IBM 1130 que o recebesse concluísse em 12 horas o trabalho de 24 horas, evidenciava-se a oportunidade de adiar por períodos relativamente longos a importação de novos sistemas para substituir os velhos IBM 1130. Eis aí algo que permitiu que, justamente em uma época de escassez aguda de dólares, o desenvolvimento do PPF colocasse em cena a economia de divisas para o Brasil. O PPF fortificou-se e sua existência ganhou densidade tornando equivalentes o objetivo do BNDE de economizar os

escassos dólares da época e o objetivo do NCE de melhorar seus serviços. O PPF fortificou-se aliando duas instituições cujos objetivos heterogêneos tornou equivalentes.

3. {Desenvolvimento do PPF} = {autonomia tecnológica do Brasil} Em 1974 os circuitos eletrônicos de processamento de números fracionários estavam na vanguarda dos produtos da indústria de computadores. Não havia, nos EUA, na Europa, ou no Japão, uma tentativa de padronização e muito menos um consenso sobre sequer que algoritmo utilizar para as operações de ponto flutuante nos computadores. Cada fabricante escolhia isolada e independentemente seu algoritmo.[10] Os processadores eletrônicos de números de ponto flutuante podiam ser adquiridos como um dispositivo adicional, oferecido somente para os computadores de maior porte, e a capacidade de fazê-los estava restrita a poucos fabricantes que a guardavam a sete chaves. Portanto, a construção do PPF era na época um projeto de alto risco tecnológico, um desafio de grande monta, uma vez que teria que ser feito, como foi, sem o apoio da IBM. Assim o desenvolvimento bem sucedido do PPF e os métodos adotados em sua pesquisa evidenciariam uma capacidade tecnológica básica, limitada mas significativa, sobre a qual poderia ser erguido com segurança um edifício para a engenharia eletrônica digital brasileira. A reprodução desta capacidade em maior escala dotaria o país de uma autonomia no setor, no sentido de ter aqui a capacidade de projetar praticamente qualquer artefato eletrônico digital. Esta autonomia estava em foco nos meios militares devido a então recente aquisição de fragatas inglesas, uma primeira geração de armamentos cujo bom funcionamento dependia de computadores embarcados cuja manutenção independente, por sua vez, representava um grande desafio para os técnicos da Marinha Brasileira. Novamente o PPF fortificou-se, agora através de uma aliança tácita. Não houve envolvimento direto entre a Marinha e o NCE, como veremos que aconteceu no caso do BNDE, mas novamente o PPF mediou uma aliança tácita ao tornar equivalentes dois objetivos institucionais heterogêneos. Além desta, que outras traduções/ translações justapuseram-se para ao final dar ao PPF a densidade de um objeto?

4. {Desenvolvimento do PPF = infra-estrutura de laboratório industrial para a Microlab = criação de empresas nacionais de tecnologia de ponta} O NCE não tinha os meios para disseminar o uso do PPF no país, uma expectativa decorrente das traduções/ translações que vinculavam o PPF à economia de divisas e à autonomia tecnológica. Além de não ter aqueles meios, o NCE, como órgão universitário, não via maneira de adquiri-los diretamente. A equipe de pesquisa do NCE procurou a Microlab, uma pequena empresa do Rio de Janeiro fabricante de equipamentos eletrônicos simples voltados para a área de controle de processos. Como quase todas as empresas brasileiras em setores de tecnologia de ponta, a Microlab tinha dificuldades de

reunir capital: "A Microlab, naquele época, era uma empresa pequena, com todas as dificuldades e problemas normais. Tinha muito know-how em eletrônica linear, mas pouco conhecimento na área de eletrônica digital. Tinha ótimos profissionais em eletrônica e mecânica, mas poucos recursos financeiros."[11] Apresentava-se assim a possibilidade de uma aliança profícua, novamente reunindo diversos objetivos heterogêneos em um único. Juntos o NCE e a Microlab reuniam elementos que, adicionados aos recursos financeiros, poderiam dotar o PPF de um corpo sólido, traduzindo-o/ transladando-o para a chamada realidade dos fatos. O PPF tornou-se também equivalente aos objetivos empresariais da Microlab, uma pequena empresa nacional. E naquela época o BNDE, além de estar conjunturalmente interessado na economia de divisas, tinha também como um de seus principais objetivos o desenvolvimento da empresa nacional, especialmente no setor de bens de capital. Uma tradução/ translação amplia, prolonga, apóia e é apoiada por outras. O PPF fortifica-se na rede como um nó que media, vincula e alia três instituições heterogêneas em meio a um complexo entrelaçado de objetivos também heterogêneos.

5. {Desenvolvimento do PPF = pesquisa original de valor acadêmico} Durante a década de 1970, a equipe de pesquisadores/ professores do NCE, acompanhada por equipes de outras universidades,[12] colocou em cena uma outra equivalência: a idéia da pesquisa universitária de vanguarda, com valor acadêmico, tradicionalmente associada às fronteiras dos conhecimentos ditos universais, foi traduzida/ transladada para as fronteiras do conhecimento local. Para os profissionais destas equipes, a legitimação da atividade de pesquisa passa a ser também um assunto de alçada local, ou seja, se os engenheiros brasileiros não sabem como um processador de ponto flutuante é construído, então é tão legítimo para a universidade brasileira pesquisar este produto de uma tecnologia estrangeira desconhecida quanto pesquisar um fenômeno natural (pesquisa de conhecimentos ditos universais). Os métodos e as qualidades dos esforços de pesquisa de um coletivo local para descobrir como funciona um fenômeno que se apresenta já construído por uma tecnologia estrangeira[13] que não revela seus segredos para os locais, não difere do esforço a ser despendido para descobrir os segredos de um fenômeno que se apresenta como natural. Assim a legitimidade de apoiar "pesquisa original" foi traduzida/ transladada para a legitimidade de apoiar "pesquisa tecnológica local do que é localmente desconhecido". Esta tradução/ translação deu respeitabilidade acadêmica ao tipo de desenvolvimento tecnológico feito pelas equipes do NCE/UFRJ e de outras universidades brasileiras na época.[14]

6. A tradução/ translação {Desenvolvimento do PPF = pesquisa original de valor acadêmico} não ficou restrita aos muros dos departamentos de filosofia e epistemologia mas transbordou para o "mundo-da-vida",[15] pois ela legitimou o financiamento do de-

senvolvimento do protótipo do PPF com recursos "a fundo perdido" pelo BNDE. Foi assinado um contrato estipulando que o NCE/UFRJ transferiria para a Microlab o know-how necessário para reproduzir o PPF. Neste mesmo contrato o BNDE adquiriu da Microlab as cinco primeiras unidades produzidas, vendidas ao preço de custo do desenvolvimento do projeto. Desta forma o BNDE financiou tanto o NCE/UFRJ quanto a Microlab, ao comprar da Microlab cinco unidades do PPF por ela fabricadas, que o BNDE destinou a outras universidades que usavam sistemas IBM 1130 de propriedade do BNDE. "O projeto PPF foi uma boa injeção de dinheiro na Microlab, [que] investiu em equipamentos e ferramentas para a área digital, treinou pessoal, e disponibilizou os recursos necessários... Além do apoio do pessoal de mecânica e desenho, a equipe contava com 3 montadores e 2 estagiários fixos."[16] "O PPF foi pioneiro. Foi a primeira vez que o pessoal fez um projeto usando circuito integrado no Brasil. Depois do PPF a coisa decolou ... [Em 1974, a] Microlab era uma das poucas empresas [brasileiras], senão a única, que possuía capacitação para manusear artefatos digitais."[17] Juntou-se portanto às demais traduções/ translações mais uma, também acariciada pelo BNDE: **{Desenvolvimento do PPF = integração universidade-empresa}**.

As traduções/ translações, assim como os (sujeitos-)objetos que elas conformam, são sempre provisionais e, além disto, raramente se dão sem contestações e oposições que colocam em xeque sua capacidade de resistir e condicionam sua extensão. Em permanente transformação, as traduções/ translações modificam as redes e os (sujeitos-)objetos a ponto de não distinguirem-se neste tecido sem costura. Como todos os objetos, o PPF também foi algo provisional, em transformação, e desfez-se quando esgarçou-se sua rede, quando a capacidade de criar novos e ou manter antigos vínculos foi fortemente contestada e foram-se rompendo os vínculos que sustentavam as traduções/ translações que conferiam à rede densidade suficiente para fazer acontecer um objeto "real", algo que passou do "pólo latente ao pólo manifesto".[18]

Para redes extensas, de grande escala, atores poderosos de porte nacional como o BNDE, o projeto PPF (construção do protótipo pelo NCE e a reprodução industrial de 5 unidades pela Microlab) enfeixava uma seqüência de traduções/ translações que levavam o PPF à condição de mediador em redes de escala nacional e até internacional:

{Desenvolvimento do PPF = integração universidade-empresa} ← →
{Desenvolvimento do PPF = criação de empresas nacionais de tecnologia de ponta} ← →
{Desenvolvimento do PPF = economia de divisas para o Brasil} ← →
{Desenvolvimento do PPF} = {independência do Brasil} ← →

7. A tradução/ translação {PPF = integração universidade-empresa} fez-se visível tanto no NCE quanto na Microlab, mas a escala a ser abrangida para que ela se ampliasse alcançando {Desenvolvimento do PPF = independência do Brasil} dependia de outra

tradução **{Desenvolvimento do PPF = construção de um molde industrial}** e esta não se sustentou diante das contestações dos elementos heterogêneos envolvidos na reprodução industrial do PPF. O protótipo desenvolvido pelo NCE era fiado (*wire-wraped*) sobre placas Cambion®, uma tecnologia flexível típica da construção de artefatos experimentais em laboratórios. A industrialização deveria substituir a fiação sobre Cambion® por placas de circuito impresso, uma tecnologia que exige maior investimento inicial mas torna-se mais barata quando a produção cresce. Era esta a expectativa de um projeto PPF que pretendia "turbinar" senão todos, pelo menos algumas dezenas dos computadores IBM 1130 instalados no Brasil.[19] Isto, no entanto, não aconteceu. O protótipo do NCE utilizava componentes de alta qualidade, com especificações mais rígidas do que os componentes normalmente utilizados na indústria, o que exigiu o re-projeto parcial do PPF, especialmente o de uma de suas placas. No entanto, mesmo após a resolução deste problema, a Microlab optou por fabricar as 5 unidades reproduzindo o protótipo do NCE, mantendo a fiação e as placas Cambion® . Em outras palavras, entre a construção de um molde industrial e o PPF do NCE/UFRJ havia ainda mais trabalho a ser feito do que haviam imaginado o NCE, a Microlab e o BNDE.[20]

8. Mais uma tradução/ translação antes implícita, de grande influência sobre as possibilidades das escalas a serem atingidas, foi também contestada: **{Desenvolvimento do PPF = um IBM 1130 mais desejado}**. Esta contestação consubstanciou-se na falta de pedidos para outras unidades do PPF além das cinco previamente adquiridas pelo BNDE. Nesta etapa de nosso trabalho não temos elementos que nos permitam ir além da observação de cunho mais geral de que há muitas possíveis razões para esta ausência de novos pedidos, que variam, por exemplo, desde uma ação de marketing/ vendas ineficaz por parte da Microlab até uma representação equivocada dos processos decisórios e dos desejos dos agentes em meio a uma penúria cambial: "todos acham bom economizar dólares contanto que seus desejos de modernização convencional não sejam afetados". Sem uma escala mínima a tradução/ translação {Desenvolvimento do PPF = economia de divisas para o Brasil} e {Desenvolvimento do PPF = criação de empresas nacionais de tecnologia de ponta} não se sustentou e a tradução/ translação {Desenvolvimento do PPF = independência do Brasil} deixou de poder ser feita em fato para esvaecer-se em uma ficção no final dos anos 1970.

No entanto, em seu conjunto, na década de 1970, os artefatos desenvolvidos por equipes locais lograram mediar entre o uso indiscriminado da tecnologia da informática pronta, trazida de fora, e a independência do Brasil. Em 1980, o general Figueiredo criou a SEI, que justapôs algumas das traduções similares às descritas acima a outras redes, enclausurando-as em outros coletivos e re-configurando a Política Nacional de Informática em um desenho autoritário.[21]

Notas:

[1] Estamos tomando emprestado de Michel Callon a expressão "agência calculadora" para realçar que a observação se aplica ao cálculo seja ele realizado por uma pessoa ou por um computador. Callon, Michel. 1998. The Laws of the Markets. Londres: Blackwell.
[2] Deveríamos dizer no Brasil "números de vírgula flutuante" uma vez que, quando escrevemos os números, usamos a vírgula e não o ponto, como fazem os americanos e ingleses, para separar a parte inteira da parte fracionária. Note também que quando todo um universo numérico tem sua parte fracionária escrita com um número fixo de algarismos, este universo não contem propriamente números fracionários pois pode trivialmente ser convertido para um universo de números inteiros. Por exemplo, se expressássemos todos os preços em centavos teríamos somente números inteiros nos supermercados.
[3] César, Christian et alii. "Processador de Ponto Flutuante para o sistema IBM-1130" in Anais do Congresso Nacional da SUCESSU. 1973.
[4] Callon, Michel. 1995. "Technological Conception and Adoption Network: Lessons for the CTA Practitioner" in Rip, Arie et alii (eds) Managing Technology in Society – The approach of Constructive Technology Assessment". Londres: Pinter Publishers.
[5] No campo interdisciplinar que os países de língua inglesa denominam Science Studies, aos quais aqui nos referimos como "Estudos de Ciência e Tecnologia", "[e]m lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as cadeias de [tradução/] translação referem-se ao trabalho graças ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses". Latour, Bruno. 2001. A Esperança de Pandora. Bauru, SP: EDUSC.
[6] O sistema IBM 1130 funcionava na modalidade chamada "batch". Os usuários entregavam seus programas em cartões perfurados a um operador através de um balcão e aguardavam as respostas impressas em formulário contínuo e colocadas em escaninhos organizados alfabeticamente.
[7] Observe-se que provavelmente a tradução/ translação mais usual em um CPD (centro de processamento de dados) seria outra: o encaminhamento a financiadores de um pedido para a aquisição de um sistema de maior porte, isto é, {melhor serviço prestado aos professores e alunos usuários do NCE = aquisição de um novo computador para substituir o IBM 1130}.
[8] O preço da configuração básica constituída por uma unidade central de processamento de 8Kbytes (64000 bits aproximadamente), uma unidade de disco removível de 1Mbytes, uma impressora de tambor capaz de imprimir 110 linhas por minuto e uma leitora de cartões perfurados atingia US$ 110.000,00.
[9] Atual BNDES.
[10] Por mais estranho que isto possa parecer, computadores de fabricantes diferentes davam resultados diferentes para operações com os mesmos números fracionários. A adesão e a eventual preponderância de um padrão foi exemplarmente estudada por Donald Mackenzie, que registra "um problema de juros compostos que produz quatro respostas diferentes quando os cálculos são feitos em calculadoras de quatro tipos diferentes: $331,667.00, $293,539.16, $334,858.18 e $331,559.38" MacKenzie, Donald. 1996. Knowing Machine – Essays on Technical Change. The MIT Press. P. 168.
[11] Entrevista com o Engenheiro Antonio Menezes, 54, responsável pelo projeto PPF na empresa Microlab (realizada em 22/06/2004).
[12] Além do NCE/UFRJ, havia equipes universitárias de desenvolvimento de tecnologia de computadores em diferentes departamentos, especialmente naqueles ligados à engenharia e à física, além da informática, e especialmente na USP, PUC/RJ, UFMG e UFRGS.
[13] Tal como a multiplicação controlada de dois números fracionários em átimos de segundo.
[14] Observe-se que hoje, passados 30 anos, os pedidos de patentes e os compromissos de "non disclosure" nas universidades do primeiro mundo, especialmente americanas, atestam que esta tradução/ translação está se tornando de certa forma a opção preponderante na política do conhecimento nos países desenvolvidos. Com a relativização do conhecimento universal, os resultados antes ditos "universais" das atividades de pesquisa universitária, que almejavam desenvolver conhecimentos "originais", passam a ter sua circulação regulada e balizada pelos limites das redes locais.
[15] Tomamos este termo emprestado à fenomenologia de Edmund Husserl.
[16] Entrevista com o Engenheiro Antonio Menezes, 54, responsável pelo projeto PPF na empresa Microlab (realizada em 22/06/2004).
[17] Entrevista com o Comandante Antonio Didier, proprietário da empresa Microlab (realizada em 03/04/2004).
[18] Se adotarmos o referencial de Lévy, Pierre. 1996. O que é o virtual? São Paulo: Editora 34.
[19] Esta pretensão era plausível não só para a equipe do NCE e para a Microlab, mas também para um órgão como o BNDE em meio a uma ditadura que se surpreendeu sem dólares para levar adiante seus planos desenvolvimentistas.
[20] Entrevistas com Professor Eber Schmitz e Engenheiro Menezes.
[21] Marques, I. 2003. Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo in História Ciências Saúde – Manguinhos. Vol. 10, No. 2, Maio-Agosto. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. P. 657-681.

UM TERÇO CANTADO PARA LUÍS CARLOS PRESTES

Ivany Câmara Neiva [1] - UCB/PPG-UNB

1. CANG: um projeto de colonização oficial no Centro-Oeste brasileiro

Em 1941 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, com sede na cidade de Ceres. Até 1955, quando foi emancipada, essa área entrecortada de córregos foi ocupada por quase quatro mil lotes, distribuídos gratuitamente a trabalhadores rurais brasileiros.

Essa experiência faz parte da história da formação do interior brasileiro. Desde o século XVI, quando começam a ocupação portuguesa e a importação de mão-de-obra africana, a colonização no Brasil esteve estreitamente vinculada à imigração estrangeira. Nas primeiras décadas do século XX, em decorrência principalmente da depressão econômica e do desemprego urbano, o trabalhador nacional passa a ser objeto de políticas governamentais. Na década de 40, no governo do presidente Getúlio Vargas, a orientação restritiva à imigração estrangeira e de apoio ao trabalhador nacional se intensifica e se instrumentaliza. O contexto internacional da Segunda Guerra fazia com que se revigorasse o discurso oficial quanto à segurança nacional e à afirmação da nacionalidade, com repercussões nas diretrizes para a gestão do trabalho e das migrações: valorização do trabalhador brasileiro, ocupação de espaços vazios, descongestionamento de tensões sociais, incentivo à produção agrícola e à pequena produção,

Em fevereiro de 1941 foram instituídas as normas para criação e funcionamento de "colônias agrícolas nacionais". O que as tornava diferentes de outros projetos tentados até então no país eram suas características de distribuição gratuita de lotes a trabalhadores rurais brasileiros pobres, e a gestão do governo federal quanto à sua criação e administração.

No período de 1941 a 1948 foram implementados oito desses projetos, sendo dois deles no Centro-Oeste: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), e a de Dourados, no estado de Mato Grosso.

Embora se encontrem críticas rigorosas e crônicas românticas sobre a CANG, à época predominam as interpretações oficiais que privilegiam a avaliação do desempenho econômico e da expansão de fronteiras, e a apontam como exemplo bem sucedido de colonização.

Mas há "outros lados", silenciados, antagônicos e complementares a essa expansão: são as contradições do processo de colonização, as dificuldades com que os colonos e antigos moradores da região se defrontaram, os conflitos surgidos entre as diversas categorias sociais e grupos de interesse, as reivindicações, as expressões de mobilização popular. As invenções do cotidiano, experiências locais e estórias de quem construiu aquele espaço e não apareceu na história oficial constituem essas outras histórias da CANG. [2]

2. A história da CANG, pelos colonos

Os homens e mulheres que migraram para a CANG realmente encontraram a terra anunciada pelo Governo, mas também uma série de carências que iam desde a insuficiência de bens, serviços e assistência que legalmente cabia à Administração fornecer-lhes gratuitamente, até os mecanismos clássicos de subordinação do campesinato, dos quais a tutela governamental não os livrava. São comuns as lembranças das dificuldades: "Casa? Quem quisesse descortinava uma moitinha, abria picada, fazia o barraco, casquinho de folha..."[3] "O hospital era lá na sede. Lá eles atendiam, mas a Colônia era muito grande e os médicos não iam nos córregos nem tinha posto no interior. E não tinha remédio suficiente, desses essenciais que a Administração devia ter para distribuir. "Faltava pra tudo, inda mais tinha a maleita que dava por lá..." [4] Funcionários e médicos também se ressentiam: "Se agora é difícil, imagine naquele tempo... Quantas vezes eu ficava ilhado aí nessa mata dois, três dias, porque o carro quebrava... Isso, quando tinha carro..."[5]

Se a gratuidade da terra foi um estímulo à migração, por outro lado foi, de início, um fator de desmobilização para a luta pelas demais condições de vida e de trabalho dos colonos. Somava-se a isso a peculiaridade do exercício de poder nas Colônias. A CANG era um verdadeiro território federal encravado em Goiás, sem canais de acesso do colono ao "governo". Tratava-se de uma extensão da administração federal, sem mediação de uma instância que representasse os interesses locais: "No começo reclamava só com o vizinho mesmo, não procurava ninguém da Colônia não. Nem tinha jeito."[6] As primeiras e esparsas reivindicações à Administração se referiam a essas necessidades básicas.

Mas a defesa dos interesses locais se organiza, ao longo do tempo. Inicialmente são as trocas de dias e a cooperação nos mutirões para desbravamento, preparo da terra de trabalho, abertura de picadas, destocamento, piqueteamento, plantio, colheita: "As vizinhanças se agrupavam em mutirões e uns ajudavam os outros, depois esse grupo aqui vai ajudar o outro..."[7] "De 46 em diante começou a ter aquela união de vizinho com vizinho não só pra trabalhar, mas para buscar seus direitos. Vinham juntos, para mostrar que não era vontade à toa, mas que era necessidade dos colonos daquele lugar. Aconteceu bastante."[8]

Com a ocupação progressiva da Colônia, os mutirões e trocas de dias de trabalho ganham também o caráter de resistência frente ao processo de diferenciação interna que já ocorria: colonos que haviam conseguido alguma acumulação passavam a ampliá-la pela contratação de outros colonos, proprietários como eles, mas descapitalizados e endividados em decorrência das dificuldades de comercialização do que produziam. Estes, então, vendiam (não mais trocavam) dias de trabalho, aceitando tarefas e empreitas: "Se repetia a velha história: o colono endividado encontrava uma solução para a sobrevivência, mas ficava vulnerável à dependência do intermediário e agora também ao colono de mais recurso. Os mais politizados viam o que estava acontecendo e queriam resistir."[9]

3. A atuação do Partido Comunista

As manifestações mais estruturadas partem de colonos ligados ao Partido Comunista de Goiás que, ainda não como tarefa partidária, mas na qualidade de camponeses mais politizados, levam à frente as reivindicações e iniciativas: "Eu era arrendatário no campo e ao mesmo tempo era pedreiro, em Catalão. Quando em 49 nós fomos para Ceres morávamos na roça, apesar de já ter morado na cidade. Eu já era do Partido, mas a gente foi pra lá não com uma tarefa; foi por conta própria, procurando uma melhora."[10] "A gente tocava lavoura e dividia os cereais, era meeiro. Depois ficamos sabendo dessa terra que o Governo tava dando. Ficava livre do arrendo..." [11] "Tinha mesmo essa coisa de camponês, de querer um pedaço de terra. Eu já era do Partido, e aí decidimos ir para Colônia, em 48. Ilusão de camponês..."[12]

Os movimentos, então, tinham caráter essencialmente reivindicativo, local, pretendendo providências restritas ao que legalmente era de responsabilidade da Administração. Por envolverem questões de terra, alguns tomaram vulto e tiveram maior continuidade no tempo. Foi o caso da defesa de direitos de ocupantes anteriores à implantação da Colônia e de litígios quanto à demarcação de lotes.

Os desafios se manifestavam em todas as áreas, e se mostravam especialmente perversos na esfera das relações de comercialização da produção. A comercialização era tão essencial para o colono quanto a propriedade da terra, e era reconhecida como uma grave questão a enfrentar.

O enfrentamento se deu de várias formas, sendo que foi também sob o comando dos colonos-militantes do PC que houve organização e mobilização mais estruturadas. Essas iniciativas incluíam, por exemplo: abertura e conservação de caminhos que facilitassem o escoamento da produção; estocagem de produtos por algum tempo, aguardando melhores preços; fiscalização da pesagem do produto e do pagamento; busca de comercialização sem intermediários. As ações coletivas representavam uma alternativa de sobrevivência na Colônia: "Como o colono era proprietário e como o vínculo comercial dele era com o intermediário, todo o descontentamento era contra o intermediário ou então contra o Governo de um modo geral, abstrato, não claramente associado à Administração local. E nisso, os colonos estavam unidos."[13] "Os colonos desmataram, destocaram, plantaram loucamente e depois saíram mais pobres, endividados. E começaram a se conscientizar que tinha que haver outra forma, porque só ter terra, trabalhar e produzir não resolvia. Começaram a despontar para uma solução política."[14]

A partir de 1950, quando o segundo administrador da CANG inicia medidas de organização legal e territorial da Colônia, afloram litígios que desencadeiam movimentos relativos à demarcação e titulação dos lotes: "Tiramos uma resolução de não aceitar providências da Administração que colocassem colono contra colono. Nosso lado nós fizemos, que foi de plantar. Os nomes de tudo aqui fomos nós que demos – Córrego da Anta, Itapeva, Água Limpa, Oriente, Cipó. Todo mundo aqui conhece a Colônia como Barranca[15], barranca do rio,

que é assim que é para nós. Nós tomamos posse, abrimos picada, plantamos, clareamos a mata para os córregos aparecer. Agora a Colônia, a Administração, tem que piquetear e titular a terra, mas tem que ajustar de acordo com o que o Governo dizia e com o que o colono fez esses anos todos."[16]

Nessa época o PC de Goiás decide estruturar suas bases na Colônia, a partir da observação do caráter estratégico da região, e seguindo orientações do *Manifesto de Agosto*, que definia um trabalho mais intenso no campo, centrado na luta pela reforma agrária: "Parece ironia – o Governo cria Ceres para firmar a Marcha para o Oeste, exatamente para os trabalhadores sem terra não irem para as cidades lutar por direitos, e aí vêm depois os comunistas e Ceres vira centro de campanha popular na região. Marcha para o Oeste também, mas de outro jeito..."[17].

O marco para a estruturação do Partido na região foi a passagem de Gregório Bezerra pela CANG, em 1950, cumprindo tarefa do Comitê Central: "Entrei lá como Seu Estevão, conversando com as pessoas, falando de revolução no campo e em reforma agrária sem parecer que estava falando, para não atrapalhar o trabalho que já existia na Barranca.[18]"

O Partido Comunista é então estruturado na Colônia, desde as bases: os núcleos dos córregos são organizados como Conselhos de Córrego. Cria-se o Comitê Distrital, com ação voltada à área específica da Colônia, e o Comitê de Zona, com sede na CANG e abrangendo uma extensa região – Itapaci, Rialma, Goianésia, Uruaçu: "A Colônia ficou como uma espécie de QG do Partido naquela região toda, onde havia muito conflito de terra. Era ponto de apoio para as ações nas fazendas cafeeiras, nas áreas de arrendo e grilagem, e centro para preparação de quadros e organização de encontros preparatórios para os congressos nacionais."[19]

Ao longo dos córregos e picadas, são intensificadas as ações de interesse local, e, por determinação do Comitê Central, passam também a ser divulgadas as campanhas de abrangência nacional, tanto ligadas à questão da terra, como outras de cunho internacional que o Partido vinha organizando "a favor da libertação de militantes presos, pela paz mundial, contra a bomba atômica". Assim, além de continuarem levando para discussão os problemas locais e imediatos, os colonos-militantes do Partido na CANG tentam incorporar aquelas palavras-de-ordem da direção nacional, distantes da realidade dos colonos, às suas práticas

habituais: “No Córrego Itapeva foi rezado um terço em favor do Pacto da Paz”; “Na Sexta-Feira da Paixão foi rezado um terço por Stalin, que morreu em Moscou no mês passado”.[20] Antigos colonos, militantes, lembram-se dessas celebrações: “Um dia chegamos a rezar um terço cantado no Córrego Oriente, pedindo proteção para o camarada Prestes, que era o Cavaleiro da Esperança e estava em dificuldades...”[21]

É lembrado, também, o jornal local criado em 1953 – o Ranca-Toco, rodado precariamente na mata, em um mimeógrafo tosco “que ficava escondido em uma tuia de milho”[22], “dedicado à defesa dos interesses dos lavradores da Barranca”[23].

Anos mais tarde, os colonos-militantes reconhecem o aprendizado político desenvolvido na CANG: “foi um tempo difícil, mas valeu principalmente como escola de vida e de militância”[24], Priorizando a realidade imediata, identificavam nas iniciativas de ação local as que mobilizavam maior número de moradores, e por mais tempo.

Dentre essas, são sempre lembradas as Associações de Córrego, que reuniam colonos para encaminhar providências quanto a produção, comercialização e atendimento de saúde e educação, além de tratar das questões relativas à regularização fundiária dos colonos e dos antigos moradores.

A mobilização em torno das questões locais era feita não só no âmbito das Associações, mas no dia-a-dia de trabalho e de festa, nos córregos e nas roças. Nos bailes, “chegava uma certa hora, o sanfoneiro parava e dizia - o compadre Tibúrcio quer dar uma palavrinha pra vocês... Aí se falava sobre os problemas ali do córrego, do preço do arroz, do hospital, e no rolo entrava a conversa pela paz, pelos direitos dos trabalhadores, essas coisas. E colhia assinatura, ou combinava como ia resistir ao intermediário. E fazíamos uns esquetes, um teatro, tinha o grileiro, o lavrador defendendo a terra... O povo gostava demais. Organizávamos uns debates, e as mulheres conversavam mais sobre saúde e escola, que eram problemas que envolviam de perto os filhos. Tinha também os grupos de jovens, os clubes de futebol... Tudo era motivo para reunir e discutir, sem aquela doutrinação política clara, nem precisando falar em Partido. Até porque o colono queria a terra mas queria uma vida melhor, já sabia.”[25]

Quando as reivindicações se referiam a assuntos de competência da Administração, a forma mais comum de encaminhamento eram os abaixo-assinados, os manifestos e a organização de comissões de colonos, inspirados na militância comunista: "A gente conseguia muita assinatura, porque eram necessidades de todos. Resolver mesmo com a Administração, quase nada. Mas pelo menos estimulava uma consciência mais coletiva entre os colonos, e findava tendo resultado positivo. Conseguimos bastante coisa com essa união nossa, e resolvemos uns tantos problemas sociais."[26]

Após a emancipação da CANG em 1955, muitos dos antigos colonos conseguiram fixar residência na região, tanto na área rural como em Ceres e nas cidades próximas. Mas, apesar das tentativas, sabemos que a maioria não teve condições de permanecer ali como pequeno produtor e vendeu seus direitos de posse. Seguiram caminho, alguns se assalariando no campo ou na cidade, outros voltando a ser posseiros ou arrendatários.

A Colônia se esvazia também de seus principais militantes. Com o aguçamento da luta no centro-norte de Goiás, e com a intensificação da ação rural do Partido, muitos deixam seus lotes para cumprir tarefas fora da Colônia: Geraldo Tibúrcio vai para São Paulo assumir a presidência da ULTAB[27]. Bailão, também da diretoria, vai desenvolver o Partido na região de Itauçu. Geraldo Marques e muitos outros se deslocam para Formoso[28], onde desempenham papel decisivo na luta dos posseiros – "a organização de lá, tiramos muito da experiência do trabalho político como colono, na Barranca"[29].

Em seus depoimentos, anos depois, são lembrados os mutirões, os bailes, o Ranca-Toco, os abaixo-assinados, o aprendizado de militância: "até terço cantado a gente rezou..."[30]

Notas:

[1] Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília e doutoranda em História Cultural na Universidade de Brasília.
[2] Este artigo tem origem na dissertação de mestrado da autora: *Outro lado da Colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Brasília, UnB, 1985. O trabalho privilegiou a história oral, buscando depoimentos de antigos colonos, posseiros e pequenos proprietários da região, bem como políticos e membros do Partido Comunista Brasileiro e de Goiás, jornalistas, escritores, pesquisadores, empresários, profissionais liberais, religiosos, funcionários do governo federal, estadual e da CANG. Além da bibliografia produzida sobre o assunto, foram consultados documentos oficiais, jornais, mapas, relatórios, boletins, crônicas, cartas, fotografias e filmes, nas cidades de Ceres, Rialma, Goiânia, Anápolis e outras da região, bem como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. O texto original da dissertação é retomado, revisto e complementado agora, por trazer abordagens oportunas para a discussão das versões não-oficiais da história, e, especialmente para o Simpósio da Anpuh, por conter referências a acontecimentos contemporâneos à Segunda Guerra Mundial.
[3] João Barbosa, antigo colono. Ceres, 1982.
[4] Benedita, antiga colona. Ceres, 1982.
[5] Jair Araújo, médico da CANG. Ceres, 1982.
[6] Elísio, antigo colono. Rialma, 1982.
[7] Jair Araújo, médico da CANG. Ceres, 198
[8] Domingos Bueno, antigo funcionário. Ceres, 1982.
[9] Alberto Longo, funcionário do Cartório. Ceres, 1982.
[10] Geraldo Tibúrcio, antigo colono e membro do Partido Comunista de Goiás. Entrevista em Anápolis, 1981.
[11] Olites Tibúrcio, antiga colona e membro do Partido Comunista de Goiás. Anápolis, 1981.
[12] Sebastião Bailão, antigo colono e membro do Partido Comunista de Goiás. São Luís dos Montes Belos, 1981.
[13] Geraldo Tibúrcio, cit.
[14] "Rui", codinome do sindicalista Geraldo Campos, então enviado à região, como mascate, pelo Partido Comunista Brasileiro. Brasília, 1984.
[15] A área da Colônia era chamada de "Barranca" em alusão à sua localização, às margens do Rio das Almas.
[16] Sebastião Bailão, cit.
[17] Raimundo, farmacêutico em Rialma, 1982.
[18] Gregório Bezerra, membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Entrevista em Recife, 1981, depois de sua volta do exílio.
[19] Raimundo, cit
[20] Notícias no jornal O Estado de Goyaz, respectivamente em 23/03/1952 e 27/04/1954.
[21] Olites Tibúrcio, cit.
[22] "Rui", cit. Ele e Geraldo Tibúrcio eram os "editores" do Ranca-Toco. Brasília, 1984.
[23] Notícia no jornal O Estado de Goyaz, porta-voz do Partido Comunista em Goiás. 09/05/1953.
[24] Geraldo Tibúrcio, cit.
[25] Olites Tibúrcio, cit. Olites organizou vários Congressos Femininos na CANG.
[26] Sebastião Bailão, cit.
[27] União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, criada em 1954 pelo Partido Comunista Brasileiro.
[28] Revolta de Formoso e Trombas, região do atual Tocantins. A Associação de Lavradores de Formoso e Trombas foi criada em 1954.
[29] Geraldo Marques, antigo colono e membro do Partido Comunista de Goiás. Goiânia, 1981.
[30] Geraldo Marques, cit.

A ocupação da estação Mogiana de Campinas e o papel dos anarco-punks

Ivone Gallo - PUCCAMP

Uma preocupação cada vez mais presente entre os historiadores tem sido a aplicação das teorias e métodos da nossa disciplina na análise e interpretação dos temas do tempo presente. Convencionalmente, aceitamos que apenas os chamados processos históricos concluídos se prestariam a uma investigação de caráter históriográfico, sem contudo sermos capazes de estabelecermos, para a maior parte dos casos, as balizas seja do começo ou do fim dos tais processos. Enquanto isto, assistimos passivos que outras disciplinas apareçam revestidas com toda autoridade, para analisar os processos históricos e o fazem totalmente desprovidas das ferramentas necessárias a isto (conhecimento técnico e teórico necessários). Eu me refiro sobretudo, aos trabalhos de jornalistas, economistas, sociólogos, antropólogos, que, apesar de bem intencionados, por falta de conhecimento específico na nossa matéria incorrem em erros decorrentes desta limitação. Um dos mais freqüentes seria a interpretação de um período ou de acontecimentos pela análise de um único documento que, desprovido das relações necessárias acaba servindo isoladamente como prova de verdade, testemunho, comprovação da hipótese levantada.

Diante de uma tal situação, nas cabe uma séria reflexão sobre o papel da História não apenas diante de outras disciplinas, mas diante do tempo presente, isto é, como instrumento de intelecção deste tempo. Evidentemente, os obstáculos interpostos às nossas tentativas de uma interferência no tempo presente são muitos, a começar pela idéia de que um olhar retrospectivo de leitura dos tempos possa ser validado apenas pela sua capacidade em agir de um fim para um começo. Mas aí sobrevêm a pergunta: o que é o passado? Seria aquilo que está há dez, vinte ou cinco

anos longe da perspectiva do observador? Quando agimos no presente não fazemos a história?. Além disto, a perspectiva de leitura do tempo presente pelas referências próprias deste tempo parece interessante se, na maioria das vezes, o nosso olhar dirigido ao passado é impotente para alcançar os seus significados mais distintivos, pois torna-se impossível para nós o desprendimento total com relação às nossas referências contemporâneas. Nos parece inegável também, a existência de muitos entraves para uma pesquisa envolvendo o tempo presente, no que tange, por exemplo, à matéria prima do nosso trabalho: as fontes. Antes de mais nada, o acesso aos documentos depende, em muitos casos, da expiração de um prazo legalmente estabelecido para que as informações contidas neles possam tornar-se de domínio público. Isto, sem dúvida, poderia comprometer irremediavelmente qualquer tentativa de se cercar um tema que dependa deste tipo de fontes[1]. No caso investigado aqui, as chances de insucesso por este motivo são diminutas, acrescenta-se a isto o fato deste trabalho remeter-se a um movimento social avesso às tentativas de ter sua própria memória preservada pelos órgãos oficiais. Isto não quer dizer que o grupo punk[2] investigado nesta pesquisa não tenham preocupação com sua memória, mas ilustra como vários dos grupos autônomos atuantes na nossa sociedade preferem guardar, produzir e divulgar, eles próprios as informações de que necessitam e a história que produzem. Para nós, só este impulso seria objeto para uma longa reflexão sobre o modo como temos desenvolvido o nosso trabalho enquanto profissionais da escrita da história. Entretanto, o assunto que me traz a este simpósio não é, ao menos não diretamente, uma questão com a historiografia, mas problemas de uma ordem diversa, fruto de indagações pessoais, advindas de uma vivência, e que me despertaram o interesse pelo lugar ocupado pela história e pelo historiador nos dias de hoje.

A cidade de Campinas (SP), foi palco, durante os anos 90, portanto, enquanto quadros do Partido dos Trabalhadores assumiram a administração da cidade, de acontecimentos que se repetem, com cada vez mais freqüência em várias partes do

mundo: uma ocupação por um grupo de marginalizados, de um terreno em desuso na área central da cidade.

O local onde se instalaram, conhecido como Estação Guanabara, data de 1893 e faz parte do antigo complexo ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, estabelecida em 1872 por meio de uma lei provincial. Depois de conhecer um período de prosperidade a empresa entrou em crise até passar para o controle do governo do estado de São Paulo. Quanto à Estação Guanabara, teria encerrado suas atividades em 1974 e suas instalações desocupadas permaneceram sujeitas à deterioração. Por volta dos anos 1980, o governo do estado projetava a construção no lugar, de um centro cultural, porém acabou conferindo esta tarefa à Universidade de Campinas que, em 1990, teria assinado com o governo um contrato de concessão do prédio por um período de 30 anos. Até a chegada dos primeiros ocupantes no início daquela década, a Universidade nada tinha feito para preservar o conjunto da Estação Guanabara que já se encontrava em estado lastimável[3]. O desinteresse dos responsáveis pela tutela do edifício talvez tenha servido de estímulo, a uma população carente, marginalizada que vislumbrou no abandono do lugar uma chance de obtenção de, ao menos, um teto para abrigar suas famílias. Ali instalaram-se e passaram a viver da coleta de lixo, de pequenos serviços ou mesmo, na ausência disto, da mendicância. A estes moradores, juntou-se um grupo de punks que ocupou os galpões da Estação Mogiana no dia 1 de maio de 2001[4].

Na chegada dos punks o edifício estava inabitável e tiveram muito trabalho até conseguir criar ali as mínimas condições de moradia: refazer parcialmente a cobertura do telhado, puxar a água para dentro das instalações, etc. Mesmo com todos estes esforços obtiveram apenas o mínimo necessário, e até nem isto, pois não havia ali condições sanitárias. Mais difícil do que habitar em instalações tão precárias foi a convivência complicada com os primeiros moradores do lugar, pouco inclinados a uma conversa com um grupo de punks, talvez, por sua peculiaridade fossem vistos com maus olhos. Na verdade, a parte ocupada por eles, junto aos trilhos, era o local aonde

à noite os drogados juntavam-se e muitos desentendimentos aconteciam. Os punks, por seu turno, tomaram iniciativa em coibir estas práticas ali e a tentar, por meio de um trabalho cultural, a recuperação da auto-estima dos moradores do lugar. A melhor das intenções entretanto, foi por um longo tempo recebida com desconfianças da vizinhança e, nem todos pareciam concordar ou pretender aderir às atividades propostas pelos punks.

Depois de instalados, os punks conferiram um nome ao lugar, em substituição ao nome oficial de Mogiana a partir de então conhecido por Espaço Contra-Cultual Pomba Negra. Segundo diziam, o nome oficial parecia inadequado por ter sido conferido pela empresa inglesa que construiu o edifício. Por outro lado, o nome Pomba Negra é a expressão da cultura dos novos habitantes para quem, Pomba representa o ser que habita todas as partes da Estação, uma pomba que é negra porque é esta a cor da tristeza e do luto[5]. Com relação ao objetivo de constituir-se como Espaço Contra-Cultural, muitas providências foram tomadas neste sentido. Inicialmente montaram, através de doações, uma biblioteca com aproximadamente 600 títulos, cedidos aos moradores como empréstimo e também, utilizados nas atividades educativas com as cerca de 50 crianças das famílias do todo da ocupação. Havia também, uma farmácia de remédios produzidos a partir de ervas, como pomadas e chás, empregados na cura das doenças dos punks e demais moradores. Ali não havia médicos então, isto tornou-se o recurso daquelas populações desassistidas pelo poder público. Um dos principais alvos dos punks eram as crianças para as quais construíram até um parquinho com brinquedos de segunda-mão reciclados, como balanço, trepa-trepa, gira-gira. Para as crianças faziam ainda, oficinas de brinquedos e maquetes representando a Estação, construídos a partir do lixo reciclável, como papel, garrafas pet, etc., atividade muito apreciada por elas[6]. Uma vez por semana, apanhavam as crianças em suas casas pela manhã e com elas realizavam um trabalho de alfabetização em português, além de introduzirem o Esperanto[7]. Os

adultos também podiam beneficiar-se com as aulas de capoeira, inglês, batuques e sessões de vídeo aos domingos.

Sobre a ação dos punks na ocupação, há vários pontos a ressaltar-se. Antes de mais nada, é preciso lembrar que todo este trabalho não objetivava um ganho material para o grupo. Isto porque entre eles o fim último é o da crítica ao sistema capitalista dentro do qual a cultura é concebida apenas como mais um produto no mercado, disponível para o consumo. Ao invés disto, a cultura transformou-se, na Estação Guanabara, em uma forma de conscientização das populações marginalizadas acerca do seu papel na nossa sociedade e do seu poder de criação e de transcendência com relação ao sistema capitalista. A cultura, neste sentido, é assumida como um fazer cotidiano daquela comunidade e, por isto mesmo, longe de apresentar-se como um espetáculo de consumo, está imbricada ao dia a dia daquelas populações e responde, ao mesmo tempo em que reflete, as exigências daquele meio em que nasce[8]. A cultura define-se como cultura dos pobres e como um fazer em permanente construção, que não depende de um indivíduo ou de um grupo pensante, mas é o produto comum da coletividade. Este conceito pode não ter se espraiado para o conjunto dos moradores, entretanto parecia vital para os punks uma idéia de cultura em desconstrução com relação à cultura vigente. Assim, a contestação do capitalismo inicia-se na própria forma de habitação, em grupo, em coletivos, sem separação por sexo, e em oposição à família tradicionalmente constituída e que representa o alicerce do sistema capitalista. Na comunidade punk os trabalhos domésticos são repartidos entre todos os membros, com o uso coletivo da cozinha, dos materiais de trabalho e com a repartição comum das rendas individuais conseguidas com pequenos trabalhos, venda de artesanato, confecção de faixas, distribuição de poesias pelas ruas, etc.

Um outro ponto de destaque na atuação dos punks na Mogiana e muito ligado a esta noção de cultura, é o fato do trabalho realizado ali não pretender tampouco uma ação de cunho assistencialista, ao contrário, a idéia mestra voltava-se para a reunião de forças empenhadas na construção de um modo alternativo de vida, independente e

autônomo com relação ao capitalismo ou mesmo a instituições; estabelecer formas de economia popular conscientes, com uma produção voltada para a sobrevivência e não agressiva ao meio ambiente. Junto com isto, há a preocupação constante com a saúde do corpo e portanto, com a qualidade da alimentação.

Muitas críticas poderiam ser tecidas sobre o sucesso em levarmos avante um modo alternativo de vida, radical, de recusa total do meio circundante em uma sociedade que submete as exigências da sobrevivência às trocas com base em dinheiro. Esta é uma contradição com a qual a comunidade punk vê-se obrigada a conviver, como ainda outras inumeráveis contradições das quais não há espaço para tratar aqui com a atenção merecida, mas, apesar dos dilemas que elas provocam parecem não abalar estes grupos mais ativos, pois continuam convictos das suas idéias de difundir uma contra propaganda do sistema, desde o traje que portam até o modo como vivem. Neste sentido, as contradições perdem a relevância diante da força da imagem, isto é, daquela presença permanente e instigadora no espaço público a nos lembrar do lado obscuro da vida, da sujeira atirada para debaixo do tapete sobre a qual não se quer falar.

A história do Espaço Pomba Negra teria fim em começos de 2004, depois de um longo período de negociações com a Unicamp e que terminaram com ameaças explícitas aos moradores sobre desocuparem a Estação por bem ou por mal. Para evitar um confronto direto com a polícia, até porque desprovidos como se viam dos meios de defesa, nada podiam fazer, resolveram deixar suas casas sob promessa, jamais cumprida, de auxílio para fixarem-se em outras moradias. Muitos, sem terem para onde ir, inclusive os punks, ocuparam um prédio vazio pertencente à AMBEV de onde foram obrigados a sair em poucas semanas.

A história desta ocupação é um alerta para o historiador sobre o seu papel enquanto profissional e enquanto agente social. A mim parece triste que no caso da Mogiana os envolvidos tivesse optado por uma visão arcaica da utilização dos bens patrimoniais em prejuízo do conceito moderno, mais amplo, de Patrimônio Cultural,

aceito pela UNESCO, que privilegia, para além dos imóveis, os seres humanos e o patrimônio imaterial, como valores a serem preservados pelas sociedades. A idéia que partiu da Universidade Estadual de Campinas da construção de um moderno Centro Cultural naquele lugar, representou um verdadeiro rolo compressor para a cultura dos pobres. Dessa forma, os que estavam excluídos da história passam também a excluídos da memória uma vez que será aplicada na revitalização do edifício a estética burguesa. Senhora exclusiva do tempo e da memória esta classe impõe às demais a sua dominação. Se não se trata disto, então do que se trata afinal? Ali já existia um centro cultural, o edifício já havia sido revitalizado com a ocupação, entretanto, não parecia cabível a concessão de direitos aos catadores de papel, pedintes, punks, subempregados que inscreviam naquelas ruínas a continuação de uma história de massacre dos pobres. Estes foram postos para fora, sem nenhum pudor, à imitação da remodelação urbana de Paris do século XIX, atirados à periferia da cidade onde não incomodem, nem possam ser vistos. Enquanto isto, processam-se os acordos, alianças e falam-se nos milhões angariados com parcerias e destinados à reforma do edifício, pensada e resolvida entre poucos, sem que a população fosse ouvida. Depois de tudo isto, as paredes do prédio hoje cobertas por desenhos e inscrições retratando a miséria e a injustiça, como memória dos oprimidos, serão recobertas, as janelas e portas refeitas, o piso limpo e restaurado, o lixo retirado. Assim, higienizado e embelezado o espaço e apartadas as classes perigosas, a burguesia poderá se instalar para continuar repetindo a sua história como pesadelo diante de uma sociedade maltratada e emudecida.

---

[1] Para uma discussão sobre as questões que envolvem o tratamento de uma história do tempo presente ver: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Ecrire l'histoire du temps présent. Actes de la journée de l'IHTP, 14 mai 1992*, Paris: CNRS Editions, 1993.

[2] A comunidade punk não se apresenta como uma totalidade coesa. O grupo que analiso define-se como anarco-punk. Os anarco-punks, por sua vez, dividem-se em muitas vertentes do anarquismo, uns adeptos de uma ação mais radical como a proposta de Bakounin, outros radicalizam na importância do indivíduo acima da comunidade.

[3] Atualmente o prédio é tombado pelo Condepacc- Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas.

[4] Estima-se que no final de 2003 a população instalada no local atingisse em torno de 30 famílias além de mais ou menos 30 punks.

[5] Cf. *Projeto Pomba Negra* de autoria do grupo e de seus colaboradores, Campinas, s.d.
[6] Muitos dos projetos levados adiante na estação Guanabara contaram com a colaboração de outros grupos, de estudantes, inclusive, ligados à extensão da Unicamp, preocupados em estabelecer uma dinâmica entre a Universidade e a comunidade de Campinas proposta esta que entrava em choque com a administração da Unicamp durante a gestão de Brito Cruz. Um daqueles grupos, o Trilhares Histórias, atuou muito próximo da comunidade da Estação Guanabara, realizando um trabalho formativo, educacional junto às crianças do lugar através da contação de histórias.
[7] O Esperanto foi uma criação do judeu polonês Zamenhof (1859-1918) na tentativa de romper com as barreiras linguísticas em todo o mundo. A nova língua teria sido apresentada ao público em 1887 e construída a partir de uma fusão de várias línguas, como o hebraico, latim, grego e ainda outras línguas modernas. No Brasil, a difusão do Esperanto deu-se principalmente, nas organizações operárias que a incluíam nos seus programas educacionais, talvez motivados pelo caráter universalizante a que se pretendia como lingua.
[8] Um dos lemas do grupo, inscrito inclusive, em faixas portadas nas suas manifestações públicas e também escrito nos muros externos da Estação é "Cultura não é comércio".

O ENXUGO GERAL DA CIDADE: SABERES PROFISSIONAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.

IVONE SALGADO -PUCCAMP

A presença dos saberes profissionais técnicos da engenharia civil e da medicina nas principais cidades do Brasil Império pode ser observada na discussão de algumas propostas de intervenção voltadas para a drenagem de áreas pantanosas no contexto de um processo de adequação da estrutura urbana aos novos pressupostos das teorias médicas. Especificamente, o estudo das obras empreendidas na cidade de São Paulo no começo do século XIX, sobretudo no que se refere à canalização de córregos e ao aterro de áreas alagadiças permite descortinar as relações entre diferentes campos de saberes dos profissionais atuantes nas novas práticas urbanas - engenheiros, médicos e responsáveis pela administração da cidade. A Várzea do Carmo, no início do século, era uma das partes da cidade que mais preocupava as autoridades devido a sua proximidade e condição alagadiça e será objeto de debates e intervenções destes profissionais. Esta várzea inundável do rio Tamanduateí era cortada por um caminho que ligava a cidade ao Brás, a partir do convento e igreja do Carmo, situados na área em acrópole, onde efetivamente ficava a cidade. O mesmo caminho, que se iniciava através de uma ladeira, a Ladeira do Carmo, também era utilizado como saída para São Miguel e Mogi das Cruzes, em direção ao Rio de Janeiro.

Através de um documento do Brigadeiro Joaquim José de Moraes Leme e demais proprietários de prédios da Rua do Carmo, documento este datado de 1824 e dirigido ao presidente da província, Lucas Antonio Monteiro de Barros, temos notícias sobre o uso das margens do rio Tamanduateí desde o final do século XVIII. Segundo o documento, desde aquela época servindo *"a margem contígua ao dito rio de recreio, nela no tempo de seca faziam os moradores os seus passeios... Nela, para recreio deste povo, mandou o Ex-General, o Exmo. Francisco da Cunha e Meneses construir passeios com canapés fabricados de levas de grama; a cujo divertimento tanto de dia como de noite concorria o*

povo".[1] Todavia, a preocupação com as condições higiênicas da cidade alteraria as relações da população com a várzea da cidade.

Desde o final do século XVIII, assistiremos aos administradores da cidade empreenderem melhoramentos no local. Durante a administração do mesmo Francisco da Cunha Menezes se fez, no ano de 1781, o aterrado do Carmo com sua ponte de pedra através da várzea. No início do século XIX, quando governava a Capitania de São Paulo o Capitão-General Antonio José da França e Horta (1802-1811), e sob a administração do inspetor de obras públicas Antonio de Castro do Canto e Melo, foi construída uma nova ponte sobre o rio Tamanduateí, a ponte da Ladeira do Carmo[2] permitindo a comunicação entre o núcleo urbano principal da cidade e a área da várzea ao longo do rio sinuoso. Neste mesmo período, precisamente em 1805, também teria sido feito o aterrado do Brás.

Os aterros ali construídos viabilizavam o caminho para o Brás, todavia, a condição sinuosa do rio e a extensa área de várzea inundável exigiam obras de engenharia maiores, pois o intuito era dessecar a várzea. Procurando responder a este objetivo, um projeto foi apresentado em 23 de março de 1821 à consideração do Capitão-General João Carlos Augusto Oeynhausen, então governador da Capitania de São Paulo, pelo Engenheiro Francisco Pedro Arbues e Moreira.[3] Trata-se do primeiro projeto de que temos conhecimento para a retificação do rio Tamanduateí, que não seria executado na época por falta de recursos financeiros. O engenheiro propunha uma memória e orçamento para um projeto de "desaguamento" da Várzea do Carmo através da abertura de um canal de 40 palmos de largura.

As obras empreendidas na várzea do Carmo neste período, assim como os projetos em discussão, são imbuídos das mesmas concepções médicas e de engenharia civil presentes nos primeiros trabalhos impressos no Brasil por profissionais do corpo real de engenheiros do Rio de Janeiro, justificando as ações propostas por questão de saúde pública; estes recomendavam o "enxugo geral" das cidades através da drenagem do solo.

Quando a corte portuguesa mudou-se para o Rio de Janeiro em 1808 e alterou a estrutura administrativa relativa à saúde pública[4] cabia ao *physico-mór* do Reino, entre

outras funções relativas ao campo da medicina, a profilaxia das moléstias epidêmicas e o saneamento da cidade. Neste mesmo ano, o príncipe regente ordenaria ao *physico-mór* Manoel Vieira da Silva investigar e escrever sobre as causas das doenças que acometiam os habitantes do Rio de Janeiro e quais opiniões já haviam sido emitidas pelos médicos sobre o assunto, assim como de que maneira se poderia remediá-las, pois na época as moléstias eram funestas a muitos habitantes da cidade. O *physico-mór* responderá através de um relatório publicado em 1808 pela Imprensa Régia no Rio de Janeiro, intitulado: "*Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*".[5] Este seria o primeiro trabalho médico impresso no Brasil de que se tem notícia. Nele, o profissional aponta como uma das grandes causas da insalubridade do Rio de Janeiro a estagnação das águas, pois a cidade estava cercada por todos os lados de lugares pantanosos. Complementava, ainda, suas reflexões afirmando: *"nós sabemos que ali estão em digestão e dissolução substâncias animaes e vegetaes, as quaes na presença dos grandes calores, entrando em putrefação, dão origem a pestíferos gazes, que devem levar a todos os viventes os preliminares da morte.*[6]

Todas as recomendações do *physico-mór* Vieira da Silva são as mesmas encontradas nos tratados de medicina franceses, como o de Hugues Maret, de1773[7], e o de Vicq d' Azir[8], de 1778; assim como nos tratados portugueses, como o de Vicente Coelho de Seabra da Silva Telles[9], de 1800, ou como no primeiro tratado deste gênero impresso no Brasil, o de José Corrêa Picanço[10], de 1812. Este último havia sido escrito ainda no final do século XVIII quando o profissional estudou na *Académie de Medicine de Paris* e na *Université de Montpelier*. As mesmas recomendações também são encontradas nos tratados franceses de arquitetura, como o de Pierre Patte[11], de 1769.

Pode-se observar a presença da teoria miasmática na justificativa da propagação das doenças, daí as propostas para combatê-las resultar na idéia de eliminação de tudo o que produzisse gazes mal cheirosos, entre estas propostas o dessecamento do solo, da chamada *terra podre.* Fundamentado na teoria miasmática estes tratados preconizavam uma intervenção radical na cidade atribuindo lugares específicos para a instalação de

edifícios que pudessem exalar odores que contaminariam os ares. Vieira da Silva propõe *que se aterrassem todos os lugares pantanosos através da canalização das águas para valas,*[12] tantas quantas necessárias, sendo que este sistema deveria estar articulado com as marés. Esta canalização dizia respeito a uma drenagem superficial e não à utilização de canos subterrâneos. Argumenta ainda que o estado deveria determinar os lugares onde deveriam ser edificadas as casas, com respectivas alturas das suas portas de entrada, para que os particulares, junto com o Estado, pudessem participar do aterro das novas ruas, demarcando a direção e a largura das mesmas.

No campo da engenharia, observaremos como as concepções médicas do período orientavam as práticas destes profissionais. Uma obra de caráter urbanístico referente à cidade do Rio de Janeiro, foi concebida em 1815 por José Joaquim de Santa Anna, capitão do Real Corpo de Engenheiros e Architetos do Rio de Janeiro[13]. Nela o engenheiro se propõe a fazer o *enxugo geral da cidade* para que se evitassem prejuízos causados aos moradores com as inundações motivadas pelas grandes e freqüentes chuvas. No seu plano, Santa Anna defende a boa distribuição dos declives das calçadas, evitando a utilização das valas, pois estas seriam de pouco efeito na medida em que eram prejudiciais à saúde pública, por serem depósitos das mesmas águas, que com o efeito do sol acarretava *huma evaporação tão nociva á saúde publica, por engrossar a athmosfera com particulas humidas e de corrupção; além de que, nas occasiões das grandes chuvas ellas não dão o despejo, que he necessário.*[14] Dentre as vantagens que o *enxugo* proporcionaria à cidade, Santa Anna destaca: *purificar-se o ar por meio das partículas salinas, que se evaporão no fluxo e refluxo das marés.* Ainda sugere a construção de um canal que deveria cruzar a cidade desde a *Ponte de pão*, nas costas da cidade nova, até a praia fronteira à ilha das Cobras, com uma largura aproximada de 40 palmos. Santa Anna considera ainda que para a cidade ser mais saudável e fresca não se deveria consentir que se abrissem ruas com larguras menores a 60 palmos, de tal forma que pudessem entrar na cidade grandes colunas de ar.[15]

A concepção do Capitão Real do Corpo de Engenheiros e Architetos do Rio de Janeiro, José Joaquim de Santa Anna, apresentada em seu trabalho de 1811/1815 está

presente no projeto de 1821 do Major de Engenheiros Francisco Pedro Arbues e Moreira, para o "desaguamento" da Várzea do Carmo em São Paulo, através da construção de um canal de 40 palmos de largura. Apesar de sugerida como solução técnica, a construção do canal não teria sido realizada de imediato devido principalmente ao elevado custo que esta solução implicava. Como não se conseguia efetuar a obra do canal, várias valas foram cavadas em suas margens para facilitar o escoamento das águas.[16] Contudo, *com* as chuvas, os resultados dessa técnica não tardavam a se mostrar insuficientes. Segundo Denise Bernuzzi de Sant'Anna, *até então, a maior parte das obras realizadas para evitar inundações não envolvia muitos custos nem exigia projetos de engenharia exteriores aos conhecimentos técnicos dispersos entre os trabalhadores pobres. A produção de valas era, muitas vezes, realizada pelos próprios moradores das imediações do rio, famílias que sofriam diretamente o problema das inundações.*[17]

O Brigadeiro Joaquim José de Moraes Leme no citado documento de 1824 confirma a prática de abertura de valas e afirma que as comodidades da várzea desapareceriam quando, para se esgotar a margem superior do rio, se abriram valas e as suas águas largadas sem direção vieram formar os *estagnos*.[18] A concepção das valas como método para dessecar o terreno permitia a drenagem da área no período das secas, todavia, para a época das enchentes estas alterações do percurso natural do rio acarretavam a formação de *estagnos* (poças d´água) condenados pelos responsáveis da saúde pública. As condições naturais do terreno nesta parte da cidade contribuíam ainda mais para o agravo dos problemas quando estas poças d´água eram inteiramente entulhadas pelas terras que desabavam do Morro do Carmo.[19]

As polêmicas sobre a drenagem da várzea eram constantes e as diversas soluções técnicas eram objeto de debates. Em 1823 o governador da Província enviou à Câmara um ofício no qual expunha uma severa crítica às tentativas anteriores de intervir no rio para modificar seu traçado, tentativas estas que, segundo o governador, propunham *inverter o natural desempenho do rio Tamanduatehy do mais baixo declive do terreno ... para suspender para o terreno mais alto.*[20] Os argumentos do governador da Província pautavam-

se em questões higiênicas, segundo ele as intervenções ali realizadas provocavam a difusão de "*hálitos pestiferos cujos effluvios communicados ao habitante pela athmosfera motivam as freqüentes epidemias".*[21]

Na representação do Brigadeiro Joaquim José de Moraes Leme e demais proprietários de prédios da Rua do Carmo, datada de 1824, se solicita ao presidente da província mandar que a Câmara *faça sem demora demolir a tapagem que impede a corrente do Rio Tamanduateí.*[22] Afirmvam que a construção de um canal seria a obra mais adequada, mas enquanto *não se providenciam a fatura do dito canal,* solicitavam eles a referida demolição da obstrução[23]

No mesmo ano de 1824, a ata do Conselho Geral da Província de 27 de outubro revela que a canalização do rio Tamanduateí estava em pauta como uma medida que interessava a todos e resolveu que se expedisse ordem à dita câmara para mandar encanar o mesmo rio pelo seu leito natural.[24]

A existência de solicitações para controlar as cheias na várzea do Carmo, segundo Richard Morse[25] eram constantes, dentre estas, uma dirigida à Assembéia em 1835 solicita aflita por: *alguma planta ou esclarecimento sobre a possibilidade ou vantagem de se encanar ou mudar o rio Tamanduathey pelo Braz ou outro lugar, igualmente se existem alguns instrumentos de Mathemática ou Phisica de que se possa lançar mão para qualquer obra phisica ou topográfica.*[26]

O debate estava instaurado e as práticas de saneamento, tão necessárias, foram paulatinamente sendo executadas.[27] Segundo Delmar Mattos, um estudo de planejamento do rio Tamanduateí foi realizado pelo engenheiro Carlos Abrahão Bresser, em 1841, sendo as obras de retificação iniciadas posteriormente. [28] Durante os dois períodos que governou a capitania e São Paulo, de outubro de 1848 a agosto de 1851 e de outubro de 1862 a fevereiro de 1864, Vicente Pires da Mota mandou fazer vários melhoramentos na Várzea do Carmo, entre eles a retificação do leito do rio Tamanduateí na parte em que fazia as sete voltas situada entre o Beco do Colégio e a Ladeira porto Geral.[29]

Os engenheiros de origem alemã, contratados para fazer as obras urbanas relacionadas à salubridade e ao abastecimento de água, foram bastante atuantes, especialmente entre as décadas de 1850 e 1870, quando o centro "se transformou num imenso canteiro de obras".[30] Carlos Abraão Bresser foi um dos engenheiros contratados nessa época para levar adiante alguns trabalhos relacionados à salubridade urbana. Segundo Sirani, Bresser atuava na Inspetoria de Obras Públicas e sua vida:[31]

> *foi praticamente inteira voltada aos trabalhos de melhoria da capital e de seus arredores. Encarregou-se e executou obras de grande monta como a estrada de Cubatão e o alinhamento e a canalização do rio Tamanduateí, suprimindo uma imensa parte de sua várzea original que, aterrada, deu origem a bairros e ruas como a 25 de março.*[32]

---

[1] Brigadeiro Joaquim José de Moraes Leme e demais proprietários, *in:* Antonio Egydio Martins. **São Paulo antigo 1554-1910**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2003, p. 94.
[2] Antonio Egydio Martins, *op. cit.* p. 93.
[3] Antonio Egydio Martins, *op. cit.* p. 93.
[4] Neste momento, D. João VI expediu alvarás restabelecendo no Brasil os cargos de Cirurgião-mór dos Exércitos e de Physico-mór do Reino, que eram as principais autoridades sanitárias da organização administrativa de Portugal antes de ser criada a Junta de Proto-Medicato por Dona Maria I. Em seguida, nomeou para o cargo de Cirurgião-mór dos Exércitos José Correa Picanço e para o de Physico-mór do Reino, Domínios e Conquistas Ultramarinas Manoel Vieira da Silva, sendo que estes dois cargos reunidos englobavam a principal estrutura médica do Reino.
[5] Manoel Vieira da Silva: **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro**. Imprensa Régia, Rio de Janeiro, 1808.
[6] Manoel Vieira da Silva, *op. cit.* p. 35.
[7] Hugues Maret. **Mémoires sur l'usage ou l'on est interdit d'enterrer les morts dans les églises et dans l'enceinte des Villes**. Dijon, 1873.
[8] Vicq d'Azir, *op.cit.*
[9] Vicente Coelho de Seabra Silva Telles. **Memória sobre os prejuisos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos, e methodo de os prevenir.** Lisboa, Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.
[10] José Corrêa Picanço. **Ensaio sobre o perigo das sepulturas nas cidades e nos seus contornos**. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1812.
[11] Pierre Patte. **Mémoires sur les objets les plus importants de l'Architecture**. Genève, Minkoff Reprint, 1973.
[12] Manoel Vieira da Silva, *op. cit.* p. 35.
[13] José Joaquim de Santa Anna. Esta publicação, editada pela Imprensa Régia, seria uma segunda versão de similar publicada em 1811 e que se intitulava: **Memória sobre o enxugo geral desta cidade do Rio de Janeiro.**
[14] José Joaquim de Santa Anna, *op. cit,* p. 37.
[15] José Joaquim de Santa Anna, *op. cit,* p. 39.
[16] Denise Bernuzzi de Sant'Anna. **São Paulo das Águas**. Tese de Livre-Docência, Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais, PUCSP, São Paulo, 2004, p. 27.
[17] Denise Bernuzzi de Sant'Anna, *op. cit.*p. 27.
[18] Antonio Egydio Martins, *op. cit.* p.95.
[19] Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme, *op. cit.*, p. 93.
[20] Denise Bernuzzi de Sant'Anna, *op. cit.*p. 28.
[21] Denise Bernuzzi de Sant'Anna, *op. cit.*p. 28.
[22] Para os peticionários, *com um simples canal que obliquamente se dirija da parte da Ponte do Rio Tietê ao lugar dos Lázaros, e deste lugar em linha reta a esta Cidade, e se faz a dita obra tão necessária, sem dependência de Engenheiros e Hidráulicos; pois assáz de sobejo que haja homem que assiduamente aplique os trabalhos para abreviatura do dito canal. In:* Antonio Egydio Martins, *op. cit.* p.95.
[23] Brigadeiro Joaquim José de Moraes Leme, *op. cit.,* p. 32.

[24] Delmar Mattos. **O espaço das águas: as várzeas de inundação na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, São Paulo, 2001, p. 106.
[25] Richard Morse. **Formação Histórica de São Paulo.** Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970, p. 50.
[26] Delmar Mattos, *op. cit.,* p. 106.
[27] A imensa planície que se formava ao longo do rio Tamanduateí receberia uma nova ponte em pedra e em arco pleno construída pelo engenheiro militar Daniel Pedro Muller. *In:* Denise Bernuzzi de Sant'Anna, *op. cit.*p. 19.
[28] Delmar Mattos, *op. cit.,* p. 104.
[29] No mapa da cidade de São Paulo elaborado por Affonso de A. Freitas, denominado *São Paulo entre 1800 e* 1874, é possível observar o trecho do rio Tamanduateí retificado em 1848, quando se teria eliminado as *sete curvas do rio. In:* Delmar Mattos, *op. cit.,* p. 104.
[30] Silvia Cristina Lambert Siriani. **Uma São Paulo Alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889)**. Imprensa Oficial, São Paulo, 2003.
[31] Denise Bernuzzi de Sant'Anna, *op. cit.*p. 126.
[32] Silvia Cristina Lambert Siriani, *op. cit.*p. 113.

PODER IMPOSTO: NEGOCIAÇÕES QUE FOGEM AS REGRAS - O QUE PODEMOS LOCALIZAR NAS FONTES

Ivone Szczepaniak[1]- PPG-UFSM

O presente artigo visa dar uma pequena amostra do estudo que estamos desenvolvendo sobre a Casa de Correção de Porto Alegre. Objetivamos apresentar no decorrer desta breve exposição, um dos fundos existentes no acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul[2], os Relatórios de Secretarias do Estado de Negócios do Interior e Exterior[3]. Nestes relatórios, temos a possibilidade de identificar e analisar um pouco do cotidiano de trabalho e disciplina imposta aos apenados da Casa de Correção em fins do século XIX e início do XX.

A Casa de Correção de Porto Alegre, também conhecida por Cadeia Civil, construída as margens do Guaíba, foi criada para substituir a "Cadeia Velha", a qual se situava no Beco ou Travessa da Cadeia, hoje denominada Avenida Salgado Filho.

Em 1831 a Cadeia Velha recebeu a visita de uma Comissão encarregada de sua avaliação, a qual elaborou um relatório denunciando a insalubridade do local e os constantes maus tratos aplicados aos presos sentenciados e correcionais. Devido a este relatório é designado que se faça um reajuste no sistema correcional, assim como uma transferência da Cadeia a um local mais apropriado.[4]

Essa denúncia e pedido de transferência da cadeia, tem sustentação nas discussões ocorridas na passagem do século XIX para o XX, quando a América Latina

---

[1] Licenciada em História pela Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Mestranda em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria

[2] AHRS – Localiza-se no prédio do Memorial Histórico do RS / Praça da Alfândega, s/n. POA/RS - 90010-150. Telefone: (051) 3227-0883.

[3] *Secretaria do Interior e Exterior* - Neste fundo documental constam relatórios que trazem a descrição das atividades anuais da Casa de Correção, os quais eram enviados ao Secretário de Estado dos Negócios de Interior e Exterior, este por sua vez, os remetia ao Presidente do Estado como prestação de contas. (N. do E.)

[4] CONFORTO, Marília. Breves Considerações sobre a criminalidade escrava segundo o Livro de Sentenciados da Casa de Correção de Porto Alegre (1874-1900). *Anais do I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XVI, n.º 1 e 2., 1990: 69 à 78.

inicia seu processo de redimensionamento dos espaços urbanos, conforme já ocorrido no século anterior na Europa. Baseados no cientificismo e no Darwinismo social, o controle biológico foi adotado em todo o continente latino-americano para legitimar uma política de higienização das cidades, assim como de classificação dos indivíduos não adequados a nova urbe que se propunha. Essas teorias embasavam um projeto político que visava afastar dos grandes centros o que consideravam focos epidêmicos: cortiços, hospitais, cemitérios e cadeias.

Nesse bojo, no ano de 1835, a Assembléia Provincial através do Decreto N.º 2, autoriza a construção da Casa de Correção. No entanto o início do projeto é atrasado em função da Revolução Farroupilha (1835-1845). Ainda assim em 1841 a Cadeia Velha é desativada e seus presos transferidos para o Quartel do 8º Batalhão[5].

O projeto de construção é retomado no ano de 1845, sendo em maio do mesmo ano, designada a área da Praia do Arsenal a beira do Guaíba para o início das obras. O local selecionado observava os seguintes critérios[6]:

a) arejamento e fácil limpeza, o que possibilitava uma boa higiene;
b) solo rochoso, o que propiciaria uma boa base para os alicerces;
c) fácil acesso a água;
d) Isolamento, o que por sua vez evitaria a transmissão de possíveis epidemias:

O isolamento, também tinha o propósito de manter a Casa de Correção longe dos olhos da população, pois como coloca Foucault, na Europa já desde fins do século XVIII e início do XIX, as constantes punições públicas deixavam de ser uma festa a seus espectadores *ficando a suspeita de que tal rito que dava um "fecho" ao crime mantinha com ele afinidades espúrias; igualando-o ou mesmo ultrapassando-o em selvageria.*[7].

[5] CONFORTO. Op. Cit.: 69 à 78.
[6] AHRS – Fundo Obras Públicas – Maço 2 – Ano 1945 – Doc. 172.
[7] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1994: 12.

Em fevereiro de 1855 são para Casa de Correção de Porto Alegre transferidos do 8º Batalhão 195 presos[8], ainda que no total a obra não estivesse concluída, continuando inacabada durante todo o Império.

O modelo arquitetônico utilizado na construção da Casa de Correção seguia a orientação do sistema de Jeremias Bentham (1748-1832), filósofo utilitarista inglês do século XVIII, que propõem o princípio da inspeção.[9] O projeto por ele apresentado, trouxe mudanças para as prisões da época.

Bentham volta-se contra as práticas abusivas e cruéis do sistema punitivo até então vigente. Em sua obra intitulada "Panóptico", propõe um estilo arquitetônico e prisional útil ao tratamento do delinqüente. Este modelo será bastante difundido nas prisões durante o século XIX, inclusive nas casas de correção brasileiras.

O Panóptico idealizado por Bentham, se baseia em uma forma de vigilância capaz de perceber e controlar o comportamento humano. No modelo por ele proposto, o formato da prisão deveria ser de estilo arredondado, com uma torre no meio e as células dispostas em circulo o que propiciaria uma intensa visualização dos indivíduos encarcerados[10].

O modelo de Bentham se preocupa com questões como: a higiene, a qual estimularia um exercício moral com a decência e contra a preguiça e ociosidade; a alimentação, que deveria ser farta, no entanto a mais comum e menos cara; o vestuário, sendo que este deveria conter uma marca de humilhação o que também ajudaria em caso de fuga, mas acima de tudo Bentham se preocupou com o trabalho.[11]

O trabalho é visto, antes de ser um bem correcional, como um instrumento lucrativo, uma vez que além da disciplina exigida para sua realização o preso aprenderia a ganhar seu sustento de maneira honesta. Para este fim foram criadas as oficinas de

[8] CONFORTO. Op. Cit.: 69 à 78.
[9] BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico.* (Org.) Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
[10] FOUCAULT. Op.cit. : 165-166.
[11] SILVA, Mozart Linhares da. ***Do Império da Lei às grades da Cidade***. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

trabalho. Sendo também incorporado a este sistema de Bentham, a necessidade de instrução ao preso, o que auxiliaria como uma forma de elevação moral e social[12].

Em 1895 Borges de Medeiros então Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, em seu relatório anual sobre a Casa de Correção reforça a necessidade de melhorá-la para que se torne "*uma verdadeira penitenciária*"[13], propõem então uma reforma nos regulamentos da Casa, o qual por sua vez é adotado em 1896[14]. As metas do novo sistema adotado buscavam um maior controle e disciplina dos indivíduos encarcerados.

Os objetivos do regulamento de 1896 já mostravam seus efeitos no relatório de 1898, "*pelo lado moral, a practica estabelecida de harmonisar sempre a severidade da disciplina com a consideração que o infortúnio dos indivíduos que alli residem impõem, muito tem concorrido para sua regeneração, o que foi previsto pelo novo regulamento*".[15]

Ainda no ano de 1896 é também criada a oficina de identificação antroponométrica a qual objetivava além da identificação dos presos, a coleta de dados para um estudo posterior o qual é apresentado no ano de 1897[16] pelo Dr. Sebatião Leão[17], médico responsável pela Casa de Correção na época.

A partir do ano de 1896, os avanços se aplicaram também a criação e melhoramento das oficinas. Já em 1898 achavam-se funcionando as oficinas de sapateiro, carpinteiro, obras de carnaúba, identificação antroponométrica, e se esperava

---

[12] BENTHAM, Jeremy. Panóptico: manual sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente prisões. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.7 n. 14, pp. 199-229, mar/ago. 1987. Apud. SILVA. Op. cit.

[13] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de Agosto de 1895. Porto Alegre, Oficina a Vapor da Livraria Americana, 1895: 112.

[14] AHRS – Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1896. Porto Alegre, Oficinas gráficas d'A Federação, 1926: 317/344. L-627

[15] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Junho de 1898. Porto Alegre, Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1898: 35.

[16] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Julho de 1895. Porto Alegre, Oficina a Vapor da Livraria Americana, 1897.

[17] Sebastião Afonso de Leão (1866-1903) – Adepto ao estudo da antropologia criminal, leitor das idéias de Lombroso (que remetia o crime à questão da hereditariedade) e Lacassagne (que observava o meio em que se criam os criminosos), Leão aproximava-se do último em teorias. (N. do E..)

para breve a de tipografia[18], a qual em 1914 já é responsável pela impressão do relatório anual.

A constante preocupação dos administradores ou dirigentes da Casa de Correção, com o bom funcionamento de suas oficinas, também pode ser observado: "*o administrador não tem poupado esforços na ampliação das oficinas, desdobrando-lhes a capacidade de produção e habilitamdo-as a satisfazerem as exigências dos mercados consumidores*"[19].

O lucro do trabalho dos condenados era dividido em cinco partes, as quais eram distribuídas da seguinte forma: duas eram destinadas ao Estado; duas ao apenado, as quais ficavam recolhidas em nome do mesmo no cofre de Órfãos do Estado; e uma seria utilizada para custear o processo do encarcerado[20]. Tal divisão por sua vez, propiciava economia aos cofres do Estado com o sistema carcerário.

A produção das oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre, além de proporcionar economia aos cofres do Estado, também por ele podia ser usada em momentos de dificuldade, como durante uma greve de padeiros em 1919[21], quando é a padaria da Casa de Correção que supriu as necessidades de pão da população.

Em 1929 já funcionavam ativamente na Casa de Correção as oficinas de serralharia, marcenaria, carpintaria, padaria, alfaiataria, sapataria, telas de arame e mosaicos.

---

[18] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Junho de 1898. Porto Alegre, Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1898: 35.

[19] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 6 de Setembro de 1924. Tomo I e II. Porto Alegre, Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1924: 322.

[20] AHRS – Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1896. Porto Alegre, Oficinas gráficas d'A Federação, 1926: 317/344. L-627

[21] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Agosto de 1919. Tomo I. Porto Alegre, Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1919: 387.

Para que houvesse um bom desempenho das oficinas da Casa de Correção, muitas eram as regras e normas que a regiam, assim como rígidos também eram os castigos destinados aos presos que infringissem as leis previamente estabelecidas, o que ocorria com certa freqüência.

A busca pela ordem e disciplina era constante entre os administradores da Casa de Correção. Ainda que sem a pretensão de estender nosso estudo para além do Brasil, é digno de nota comentar que Frederico Ortiz, administrador da Casa de Correção de Porto Alegre em 1919, em visita a penitenciária de Buenos Aires no ano de 1918[22], observa que devido a forte disciplina imposta na prisão argentina, nenhum preso era lá castigado há longo tempo. Mesmo que tendo elogiado e ficado impressionado com o sistema argentino, este não consegue ser aplicado a Casa de Correção de Porto Alegre, pois ainda em 1924[23], se verifica nesta o número de 67 presos castigados por cometerem infrações.

Bentham em seu sistema, não retira a utilização dos castigos de todo, colocando que estes devem ser aplicados como uma forma de controle e correção, sendo moderados e variados, e sempre administrados sob a observação de alguma autoridade ou magistrado. Apesar de serem proibidos os castigos físicos no regulamento de Borges de Medeiros do ano de 1896, na década de 60 do século XX esta Casa será desativada devido as denúncias de maus tratos ainda nela praticados.

O objetivo deste estudo, foi trazer a superfície um pouco do cotidiano do encarcerado da Casa de Correção de Porto Alegre, em fins do século XIX e início do XX, a partir de um dos pontos propostos pelo sistema carcerário de Jeremy Bentham, a prisão com trabalho.

---

[22] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Agosto de 1919. Tomo I. Porto Alegre, Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1919: 384-386.

[23] AHRS – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 6 de Setembro de 1924. Tomo I e II. Porto Alegre, Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1924: 351.

Buscamos assim, demonstrar o porquê e como se deu a implantação das oficinas de trabalho na Casa de Correção de Porto Alegre e a preocupação das autoridades em amplia-las. Acreditamos que o mundo carcerário pode ser analisado enquanto um lócus privilegiado de troca de experiências sociais entre indivíduos, para isto, o aprofundamento do estudo dos acontecimentos “entre-muros” das prisões torna-se imprescindível.

Uma vez que, ao ingressar no sistema carcerário, o sentenciado deve se adaptar rapidamente as regras da prisão. Seu aprendizado, nesse universo, é estimulado pela necessidade de se manter vivo e, se possível, ser aceito no grupo. Portanto, longe de ser ressocializado para a vida livre, é, na verdade, socializado para viver na prisão.

.

Missão Religiosa e Violência: Alto Alegre, 1901

Izabel Missagia de Mattos[1]- UCG

O episódio sangrento do massacre de quatro missionários capuchinhos e sete missionárias, todos italianos, durante a missa dominical do dia 13 de março de 1901 na missão de Alto Alegre, constituiu o emblema de uma revolta indígena de amplas dimensões, cujas repercussões ainda hoje se fazem sentir nas relações de hostilidade existentes entre os Guajajara e a população regional.

Alto Alegre havia sido fundada em 1896, com o objetivo expresso de "civilizar" as "cidadelas da barbárie" existentes nas matas do centro do Maranhão. Esta comunicação visa situar o "massacre" no âmbito da história do indigenismo, em um momento extremamente crítico, buscando ainda reinterpretá-lo de acordo com as leituras contemporâneas dos nativos, cuja memória registrou o evento como um "barulho", de ampla difusão e impacto na história das relações interétnicas em uma ampla região.

O frade capuchinho Bartolameo da Monza visitou Alto Alegre após aqueles trágicos acontecimentos. A propriedade onde fora erigida a casa, que recebeu o nome de São José da Providência, para a *redução* dos indígenas, havia sido adquirida pelos capuchinhos da Província de Milão através de compra. Estimava-se a existência de 10 mil indígenas habitantes em torno de Alto Alegre, além de outros tantos situados nas proximidades.

Em suas *Notas Históricas,* Frei Bartolameo relata que, antes de constituir-se enquanto Vila, em 1855, Barra do Corda abrigava "selvagens" no estado de

> vida brutal, entregue à dissolução, à crápula, à mais terrível lascívia; fatal prerrogativa da humanidade corrompida que desce abaixo do nível dos brutos privados de razão. Eles viviam num estado de *antinatura* e, antes que se elevassem, decaíam cada vez mais no embrutecimento, marca do pecado que não pode ser cancelado

> senão pela mão de Deus pelo ministério dos sacerdotes de sua santa religião.[2]

O capuchinho pôde, ainda, observar, a relação existente entre os chamados diretores de índios locais e os povos por eles "protegidos". Segundo suas notas, os diretores não eram, "gente de coração", mas "homens sem temor a Deus e sem consciência". Relatou, por exemplo, o caso do João da Cunha Alcanfor que residia próximo a uma das aldeias dos Canelas e os obrigava aos serviços pesados na lavoura[3].

As missionárias capuchinhas, convidadas pelo Ministro Geral da Ordem para integrarem-se ao trabalho com as "libérrimas índias", chegaram a São José em 28 de junho de 1899, sendo calorosamente acolhidas inclusive pelos 40 meninos "selvagens do Instituto", que as saudaram em seus uniformes e ordenados em duas fileiras, executando, com instrumentos musicais, peças aprendidas com Frei Francesco da Desio[4]. A superiora, Madre Rubatto, expressava, a respeito dos indígenas, a mesma opinião que seus confrades: "Levam uma vida animalesca e nenhum conhecimento têm de Deus" – escreveria em suas Cartas -. "Vivem da caça e se alimentam até mesmo com carne de cobra, que lá são muitas".[5]

A vida na Missão de São José de Alto Alegre assemelhava-se à das feitorias italianas dos séculos XIX e XX, onde também os padres trabalhavam diariamente. As famílias indígenas ou "cristãs" que foram lá se estabelecendo, obedeciam a rigorosas regras de conduta, expressas em regulamentos internos[6].

Se, para os indígenas, a exploração dos regatões poderia parecer nefastas, não o seria também a certamente ininteligível presença dos missionários e missionários, que vinham de tão longe para impor-lhes seus costumes?

A Revolta dos Guajajara de Alto Alegre, Maranhão

> O chamado "selvagem" foi sempre um brinquedo para o homem civilizado... fonte de emoções fortes na teoria. O selvagem foi sempre chamado para dar foros de autenticidade a essa ou àquela hipótese a priori, tornando-se, conforme o caso, cruel ou nobre, lascivo ou casto, canibalesco ou humanitário – em suma, o que melhor conviesse ao observador ou à teoria[7].

De acordo com os dados populacionais registrados na Diretoria Geral dos Índios da Maranhão, eram habitantes daquela Província, em 1887 cerca de 25 000 índios, metade dos quais, Guajajara. Este montante, no entanto, reduzir-se-ia enormemente no final do século XIX, devido às circunstâncias diversas, como a migração em massa de nordestinos fugidos da secas na região, que ocasionou surtos epidêmicos e conflitos de terra. Os Guajajara da região de Grajaú e Barra do Corda, além disso, sofreram decréscimo populacional em virtude do massacre de Alto Alegre, no qual tombaram os missionários responsáveis pela catequese indígena, além de uma centena de moradores não-indígenas da missão e de uma quantidade ainda maior de indígenas, perseguidos após o episódio, pelo qual os atuais Guajajara ainda são responsabilizados por parte da população regional.

O episódio do massacre de Alto Alegre recebeu interpretações diversas, as quais refletem a contradição no jogo de interesses ainda existente no local[8]. Para os Guajajara, se os índios não houvessem se rebelado e assassinado os missionários, provavelmente não seriam senhores da área atualmente demarcada sobre o local da antiga missão. Nos demais locais onde se estabeleceram missões capuchinhas que adotaram métodos semelhantes, esta seria, de fato, a tendência do destino das terras, ao menos no que diz respeito à experiência examinada da mestiçagem promovida nas missões capuchinhas implementadas em Minas Gerais[9]. Desta forma, para os Guajajara, o evento é rememorado como sinal de sua resistência e valentia.

Naturalmente, o contrário ocorre com a população regional. Passados pouco mais de cem anos do massacre, os Guajajara ainda são discriminados como hereges por terem assassinado os missionários, que figuram como mártires na fachada da catedral de Barra do Corda, um verdadeiro monumento antiindígena erigido na praça da cidade, cujo caráter de centralidade contribuiu para alimentar as relações de animosidade entre índios e "cristãos".

Se detivermos nossa atenção nos relatos indígenas recolhidos em trabalho de campo entre os mais velhos habitantes das aldeias pesquisadas, perceberemos que o interesse em dizimar os missionários não parecia pertencer exclusivamente aos Guajajara. Pelo contrário, o intento do *Cauiré Imana* - uma das principais lideranças indígena responsáveis pela detalhada organização do movimento - só pôde se realizado na medida em que influentes líderes políticos do Estado chegaram a fornecer-lhes os armamentos necessários para que os índios - revoltados com os castigos sofridos na missão e preocupados com o destino de suas crianças, tomadas pelos missionários para serem educadas longe dos pais - praticassem o "serviço sujo" do s assassinatos, que, no fundo, interessava ao governo, na medida em que serviam para liberar o território e a mão de obra indígena. O advento então recente da República, é bom que se esclareça, preconizava o vigor de nova legislação indigenista baseada no Estado laico, livre dos desmandos da Igreja Católica.

No entanto, apesar das evidências no sentido da co-participação de poderosos interesses econômicos e políticos como motrizes do massacre, ainda hoje os Guajajara arcam com a herança maldita de serem considerados os únicos culpados desta história trágica. Esta herança, por sua vez, serve para justificar, os estigmas e maus-tratos vividos pelos indígenas nas relações interétnicas. Os assassinos de indígenas, quando chegam a ser formalmente acusados, já chegaram, inclusive, a serem absolvidos com facilidade pela justiça local.

Pensamento contra-revolucionário, romanização e padroado.

A charge acima, de Pereira Netto, simboliza o fim do Padroado no Brasil, através do gesto desempenhado pela República (representada pela mulher com a espada) que se incumbe de separar o Estado (na figura do nativo sorridente e liberto) da Igreja (representada pelo bispo)[10].

O período de transição para a República, aqui enfocado, pode ser analisado à luz das oscilantes relações entre o Estado e a Igreja, que mobilizou diversos setores da sociedade brasileira, culminando com o fim do Padroado, por meio de decreto de autoria de Rui Barbosa, de sete de janeiro de 1890, que oficializou a separação entre o Estado brasileiro e a Igreja[11]

O ideal da construção de nações e de identidades nacionais culturalmente "civilizadas" norteou a política de administração dos índios no Brasil ao longo de todo o período imperial e nas primeiras décadas do período republicano. A constituição de uma nacionalidade homogênea consistia, então, em uma das principais exigências para o ingresso na modernidade. Neste sentido, o ideal da dissolução das diferenças confunde-se com o próprio modelo de "ordem" concebido como sustentáculo para o almejado "progresso" nacional.

As imagens sobre os indígenas então em disputa sob os projetos políticos para a nação se desenhavam naquele período marcado por episódios de intensas turbulências sociais. Estas imagens, por sua vez, encontram-se enraizadas em tradições distintas.

Uma análise do pensamento e a ação fundamentalmente reacionários e baseados no pragmatismo político do controle e da manutenção da ordem social, que caracterizaram o trabalho dos missionários capuchinhos - especificamente incumbidos da catequese indígena no país sob o Regulamento das Missões decretado por Pedro II (Decreto 426 de 1845) – revela características do ideário da Restauração, dominante na Europa sobretudo nas primeiras décadas do século XIX[12].

Com efeito, durante a Restauração, que teve lugar na Europa após os anos de convulsão revolucionária, os livros de Joseph de Maistre, serviram de inspiração para as forças sociais interessadas na defesa dos valores tradicionalistas e no restabelecimento da ordem, ao longo de um período que se estendeu por todo o século XIX, atingindo ainda o início do XX. Desta maneira, seriam extraídos de seus textos os argumentos que serviam para criticar e exorcisar a ameaça que a revolução representava para instituições como a Igreja Católica e a Monarquia, que viam no liberalismo e nas especulações filosóficas e científicas a sombra da decadência moral[13].

O pensamento maistreano relativo ao “selvagem” coincide, de fato, com boa parte das idéias presentes nos escritos dos missionários responsáveis pela catequese indígena, no período analisado. Segundo a antropologia maistreana, as diferenças entre os humanos eram consideradas tamanhas que a proposta de tratá-los como essencialmente iguais soava, no mínimo, ridícula. Destoando inteiramente da concepção rosseauniana do “selvagem”, o pensamento maistreano jamais conceberia um “antropófago” como uma boa criatura. Considerando, por definição, os humanos enquanto seres decaídos devido ao “pecado original”, os selvagens constituíam a porção mais degenerada da humanidade: “se a sociedade é tão antiga como o

homem," - dizia o autor – "logo o selvagem só é e só pode ser um homem degradado e punido" (de Maistre *apud* Motta, 2001: 138). A "punição" do indígena, desta forma naturalizada enquanto desígnio divino para seres degradados, de fato encontra-se presente no pensamento dos missionários capuchinhos do período como um dos principais elementos presentes em suas interpretações das violências envolvidas em suas relações com os nativos.

A influência dos ensinamentos do autor saboiano na prática missionária dos capuchinhos pode ser observada no combate ao potencial de "revolução" representado pelos indígenas que, freqüentemente, de fato, se rebelavam contra o sistema autoritário e punitivo assumido pelos seus administradores missionários. No entanto, o leque da influência do pensamento contra-revolucionário pode ser estendido, sem risco de exagero, de modo a compreender as concepções sobre o indígena e o próprio projeto político que caracterizaram o indigenismo nos Oitocentos à nível da política imperial , através do Regulamento das Missões.

Por outro lado, observa-se, no mesmo período, a reação da Igreja ao sistema do Padroado, que, ao atrelá-la ao Estado, tornava-a susceptível ao seu controle político-administrativo. Este movimento, denominado Romanização, visava recolocar a Igreja latino-americana mais diretamente ligada ao Papa, processando-se efetivamente a partir do pontificado de Pio IX (1846-1878).

Ao confrontar as imagens dos missionários sobre os indígenas com os exaltados discurso nacionalista e republicano, percebe-se o delineamento de uma nova concepção do nativo: ao invés da "degradação" da "espécie", emergem os "excelentes homens, naturais donos espoliados deste belo País", cujo "sangue nobre", correndo em suas veias, lhe despertava "a alma clamando por Justiça" [14]. Denúncias contra a catequese missionária foram encaminhadas à imprensa por opositores do trabalho dos

capuchinhos, considerados como *expatriados estrangeiros* que teciam uma verdadeira "campanha" contra o regime da República".

---

[1] Doutora em Ciências Sociais (Área: Sociedades Indígenas: etnologia, política e história) pela Unicamp e professora do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás.
[2] MONZA, Bartolameo da, OFM Cap. *Massacro di Alto Alegre. Note storiche*, Milão: 1908, p.9.
[3] *op cit*, p. 11.
[4] GESU, Maria Francesca di (Anna Maria Rubatto). *Lettere*. Genova, 1995, n. 83
[5] op. Cit., n. 117.
[6] STUCCHI, Edoardo, "Alto Alegre: 13 marzo 1901". Tese de bacharelado. Milão, 1985.
[7] MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983: 498
[8] Versões sobre o acontecimento podem ser conferidos no livro de Olimpio CRUZ (*Cauiré Imana: o cacique rebelde*. Brasília: Thesaurus,1982). O autor foi sertanista e dirigiu o Serviço de Proteção aos Índios no Maranhão. Há ainda que se considerar o excelente apanhado documental realizado pela missionária italiana Graziella MERLATTI (*Amore e martírio nella foresta*, Milão: Ancora, 2000), além da memória do frade capuchinho Adriano da ZANICA (*Tra gli Indi della foresta tropicale: avventure e viaggi di un missionário*. Milano: Pontifício Istituto Missioni Estere.,1946) e l ivros de história regional, como o de Galeno E. BRANDES (*Barra do Corda na História do Maranhã*o. São Luís: SIOGE, 1994) também relatam o acontecimento. A antropóloga Elizabeth COELHO (*Territórios em Confronto; a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo: Hucitec, 2002) faz uma análise do problema da terra envolvendo os Guajajara que aborda o Massare. Cláudio ZANNONI realizou levantamentos extensivos das notícias publicadas no noticiário regional sobre o episódio. (ZANNONI, Cláudio, 1998. O "massacre de Alto Alegre" na imprensa maranhense. In *Geografia, História e Sociologia*. Coleção Prata da Casa, n. 3. São Luís: Ed. Imprensa Universitária, pp. 101-119).As cartas e relatórios dos missionários se encontram em dois arquivos capuchinhos: O Arquivo da Cúria Geral Capuchinha de Madre Rubatto, com sede em Gêneva e o Arquivo Provincial dos Capuchinhos Lombardos, em Milão.
[9] Ver Missagia de Mattos, Izabel, *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Edusc/Anpocs, 2004.
[10] Fonte: *Nossa História* Ano 1/N. 12, outubro de 2004, p. 66.
[11] WERNET, Augustin, 1991. "A Igreja e a República: a separação entre a Igreja e o Estado". São Paulo. Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, pp. 29-34.
[12] Missagia de Mattos, Izabel, op. cit.
[13] MOTTA, Rodrigo Patto Sá, 2001. "Paradoxos do Pensamento Contra-Revolucionário: Joseph de Maistre". *Locus: revista de história* 7 (2), pp. 131-150.

[14]Daltro, Leolinda. "Memória apresentada pela professora catedrática de instrução primária, Leolinda de Figueiredo Daltro, sócia fundadora da 'Associação de Proteção e Auxílio aos Selvícolas do Brasil', congressista aderente ao 1º.Congresso de Geografia dos Estados Unidos do Brasil, como resultado de suas observações nos sertões de Goiás e Mato Grosso sobre a Catequese dos Índios" *apud* Daltro DALTRO, Leolinda, 1920. *Da Catechese dos indios no Brasil: notícias e documentos para a Historia.* Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca.

O XINGU SOB O OLHAR DE JESCO VON PUTTKAMER

Izabel Missagia de Mattos - UCG[1]

Rosângela Barbosa Silva - Centro Cultural Jesco Puttkamer/UCG[2]

A comunicação a seguir foi composta para a exposição museológica aberta no Centro Cultural Jesco Puttkamer no dia 19 de abril de 2005, por ocasião do terceiro aniversário de sua inauguração e em homenagem aos povos indígenas. Além das imagens fotográficas dos povos do Xingu, todas de autoria de Jesco Puttkamer - que fazem parte do acervo doado em 1994 ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA-UCG) -, a exposição contou ainda com objetos da cultura material dos povos alto-xinguanos provenientes da Artíndia/FUNAI e com textos e mapas explicativos da história e dos aspectos da cultura dos referidos povos. Para a montagem da exposição e elaboração dos textos foi necessária uma pesquisa detalhada sobre a formação do Parque do Xingu e sua composição étnica, capazes de dar sentido às belas imagens do fotógrafo/indigenista teuto-brasileiro.

Para a abertura da exposição foi convidado o Prof. Carlos Fausto, do Museu Nacional, que tem atualmente se dedicado à pesquisa sobre temáticas históricas e etnológicas sobre o Alto Xingu e que contribuiu com sugestões tanto sobre a organização da mostra quanto sobre a possibilidade de utilização das imagens, que datam da década de 1970, em projetos de cunho educativo de autoria da população indígena enfocada.

Devido a grande demanda por visitação, a exposição, cuja duração estava prevista para o período de um mês, segue aberta até o fim de julho, prevendo receber, ao final, um público de cerca de 5.000 visitantes, entre crianças e adultos.

---

[1] Doutora em Ciências Sociais (Área: Sociedades Indígenas: etnologia, política e história) pela Unicamp e professora do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural.

[2] Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural pela UCG e especialista em Museologia pela USP. Coordenadora do Centro Cultural Jesco Puttkamer.

Algumas palavras iniciais sobre o Centro Cultural e sobre Jesco Puttkamer se fazem necessárias, antes de contextualizar as imagens fotográficas, que deverão ser projetadas durante a comunicação.

O Centro Cultural Jesco Puttkamer (CCJP), vinculado à a estrutura organizacional, administrativa, técnica e educacional do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia – IGPA, constitui um espaço de investigação, conservação, educação, comunicação e lazer, objetivando oferecer à comunidade local uma oportunidade de realizar leituras sobre o passado que promova a integração do universo patrimonial com aquele que hoje é partilhado como herança cultural e que será legado ao futuro.

O CCJP possui um acervo de cerca de 750 objetos de cultura material de povos indígenas diversificados se coloca a serviço das pesquisas do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e da divulgação das culturas indígenas. O acervo etnológico é composto por peças oriundas de pesquisas científicas e atividades desenvolvidas pelo IGPA/UCG, bem como por doações.

Jesco doou seu acervo de imagens à Universidade Católica de Goiás, onde trabalhou até 1994, ano de seu falecimento. O acervo de Jesco no IGPA/UCG é constituído de aproximadamente de 130.000 imagens, fitas sonoras, filmes e diários de campo acerca de 60 povos indígenas brasileiros.

Jesco von Puttkamer e os povos do Xingu

A fase indigenista da carreira e da vida de Jesco – ou *Bubula*, com o chamavam os xinguanos - teve início com as viagens que realizou pelo interior do país e os encontros com os índios, no início da década de 1960. Juntamente com os irmãos Villas Boas, Francisco Meireles e outros, participou das frentes de atração aos índios Txukahamãe, Txicão, Suruí, Cinta-Larga, Marúbu, Kámpa, Kaxináwa, Waimiri-Atroarí, Yanomami, Hixkaryana, Urueu-wau-wau e outros. Dedicou-se, por quase 40 anos, à arte de fotografar, filmar, gravar e registrar em seus diários o cotidiano de grupos indígenas.

Originada a partir da "Marcha para Oeste", promovida pelo Estado Novo, a Fundação Brasil Central (FBC) se instalou na região atual Parque Indígena do Xingu em 1946, como o trabalho indigenista dos irmãos Villas Boas, que compartilhavam com Jesco Puttkamer a mesma concepção de "pureza" cultural atribuída aos povos xinguanos. Convidado pelos Villas Boas para acompanhar as expedições enquanto documentarista, ao longo de toda a década de 1960, Jesco buscou eternizar, com sua câmera fotográfica, esta "pureza" atribuída aos xinguanos, ameaçada pelo avanço das frentes de expansão.

O contexto do encontro do Jesco com os Índios - que, segundo ele, marcou definitivamente sua vida para melhor – foi o da implantação de projetos de desenvolvimento e da abertura de estradas, como a rodovia Cuiabá-Santarém, que impactaram profundamente aqueles povos então vulneráveis às epidemias e ondas de violência, capazes de dizimá-los.

Apesar da proteção do indigenismo praticado pela Fundação Brasil Central na região do Parque do Xingu, em 1954 ocorreu um surto de sarampo que, de uma só vez, levou 114 pessoas à morte. O decréscimo populacional logo se fez notar na população altoxinguana, que atingiu seu ponto mínimo em 1965, quando declinou para o montante de 542 pessoas.

Naquela época, as populações que, de alguma forma, representassem obstáculos à abertura de estradas e à colonização, passaram a ser buscadas pelas equipes de atração também em áreas vizinhas ao Parque, sendo para lá transferidas.

A exposição ***"Retratos do Brasil: Povos do Xingu",*** nos permite apreciar, através das imagens retratadas por Jesco, os povos do Xingu em sua plena exuberância e originalidade, enquanto uma das faces mais vivas e autênticas, apesar de contraditória, da brasilidade da qual hoje participamos.

As imagens projetadas na comunicação serão lidas à luz das informações histórico/etnológicas pesquisadas pela equipe do CCJP para a montagem da exposição.

História e Imagem: A Produção Plástica de Valda Costa

Jacqueline Wildi Lins[1]- PPG-UFSC/UDESC

> "E, no entanto, o sistema não é fechado. Subsiste uma abertura: por ela, todo o jogo das semelhanças se arriscaria a escapar de si mesmo ou a permanecer na noite, se uma nova figura da similitude não viesse completar o círculo – torna-lo ao mesmo tempo perfeito e manifesto."[2]

> "Cette question de <raison>, cette question methodologique est essentielle, aujourd'hui que l'histoire em general utilise de plus en plus les images de l'art comme documents, voire comme monuments ou objets d'études spécifiques. Cette question de <raison> est essentielle, parce que c'est à travers elle que nous pouvons comprendre au fond *ce que l'histoire de l'art attend de son objet d'étude."*[3]

O tema deste texto apresenta um desdobramento de reflexões iniciadas nos cursos de pós-graduação que realizei, em cujos trabalhos finais (monografia e dissertação, respectivamente) discuti algumas questões sobre a problemática da arte moderna e contemporânea. No centro das abordagens que privilegiei e, de certo modo, continuo privilegiando, esteve sempre presente a idéia de que, como quaisquer construções intelectuais, a obra de arte necessariamente reflete as condições tangíveis e intangíveis dentro das quais é elaborada. Essa posição implica considerar, conforme indica Burke, que a exploração das relações entre a realidade social e os modelos pelos quais a sociedade se manifesta, modelos que incluem as artes, possibilita ter acesso às profundidades de uma cultura que as tradicionais análises sociais ou históricas geralmente não alcançam. Esse autor ainda postula que "as imagens, assim como os textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular".[4]

A esta afirmação, contraponho o pensamento de Benjamin, através da leitura de Antelo. “Graças a elas, [as imagens], compreendemos que a história se faz por imagens, mas que essas imagens estão, de fato, carregadas de história. Isto é, de nonsense, de equívocos. Constatamos, assim, que a imagem nunca é um dado natural. Ela é uma construção discursiva que obedece a duas condições de possibilidade: a repetição e o corte”.[5] Nesse sentido, podemos ainda buscar, no pensamento de Carl Einstein, desta vez, conforme Didi Huberman, “que as imagens não nos apaixonariam como o fazem se elas só fossem eficazes na frente estreita de sua especificidade histórica e estilística.”[6]

Marcada por estas reflexões acima descritas e, acreditando que as obras de arte parecem conter a chave para a compreensão das marcas que artistas captam e deixam sobre a sua época, centrei o foco da discussão de minha tese de doutorado, ora em andamento, em uma artista plástica florianopolitana, Valda Costa, uma negra, moradora do Morro do Mocotó, falecida em 1993, aos 42 anos de idade, que de “modelo vivo” do artista Martinho de Haro alcançou, entre os anos 1970 e1980, a condição de pintora com grande aceitação no mercado local de artes plásticas.

Certa dos possíveis cruzamentos de disciplinas para se pensar o amplo campo da história, cabe colocar que, mergulhar na produção de Valda Costa permitirá tecer configurações sobre as inquietações da artista, traduzidas em telas, que refletem a sua leitura de mundo, leitura essa que, certamente, atravessa o seu tempo e o seu espaço.

Conforme vem sendo discutido na historiografia recente, a aproximação da História com outras disciplinas possibilita outros e novos diálogos com o saber e o fazer histórico e, portanto, novos olhares sobre a própria História. Com base nessas reflexões, pode-se desde logo enunciar a linha de trabalho pretendida: trata-se de uma pesquisa que envolve a sistematização de elementos que possibilitem fazer uma leitura da produção artística de Valda Costa levando em consideração também, mas não somente, o meio em que essa

produção brotou. Para isso, são diversos os procedimentos metodológicos a serem utilizados (pesquisa documental, bibliográfica, entrevista, etc).

Para utilizar a imagem não apenas como coadjuvante, com mera função ilustrativa, referência histórica ou curiosidade em minha pesquisa, mas sim como a base e sedimento das reflexões, lançarei mão dos procedimentos analíticos de Aby Warburg, autor que se interessou pelos pormenores históricos e procurou descobrir como as obras de arte se inscrevem nos seus contextos de origem. É considerado um dos fundadores da história social da arte, delimitando um campo de pesquisa o qual denominou 'psicologia histórica da expressão humana', cuja metodologia vinculava umbilicalmente o estudo das formas e das funções.

A reflexão crítica de Aby Warburg repercutiu amplamente na história da Filosofia e da Arte desde o início do século XX. Justapondo as imagens do renascimento florentino às dos Índios Pueblo do Novo México, esse autor explorou novas e diferentes possibilidades da documentação iconográfica, remetendo as reflexões sobre a imagem a um outro patamar, substancialmente mais fértil. Em Warburg, a análise iconológica[7] apresenta-se como uma investigação sobre as fontes de imagens. Para este autor, as imagens não são entidades a-históricas e sim realidades históricas, inseridas num processo de transmissão de cultura. No entanto, Warburg propõe,

"através do trabalho das imagens, um modelo cultural da história que tem mais a ver com o inconsciente histórico e com a sobrevivência de certas formas expressivas. Trata-se de um modelo que toma distância com relação ao esquema narrativo pautado por começo e recomeço, progresso e declínio, nascimento e decadência, a partir do qual sempre se retirou um mecanismo linear para explicar as influências e os modos de transmissão cultural. O próprio Warburg, em sua 'Introdução ao Atlas Mnemosyne", postulou que a história de uma disciplina é um evolucionismo descritivo insuficiente se, ao mesmo tempo

que se capta o contingente, não se ousa também, descer à profundidade da tessitura (Verflochtenheit), que liga o espírito humano à matéria estratificada acronologicamente. “[8]

Nessa perspectiva, poder-se-ia ainda afirmar, com certa segurança, que o renascimento do pensamento de Warburg, a partir dos anos 1980, está, em certa medida, calcado no atual interesse pelas fronteiras porosas de tempo, de espaço e de disciplinas do saber. Segundo Antônio Guerreiro,

“[f[ala-se hoje de um ‘renascimento’ de Aby Warburg para designar o interesse crescente pela sua obra e para reconhecer que ela terá finalmente chegado ao momento da sua legibilidade. Este ‘renascimento’ não é motivado por um interesse arqueológico, mas pela descoberta de que todo o trabalho de Warburg – as suas elaborações teóricas, as suas investigações historiográficas, a constituição de uma biblioteca que o ocupou a vida inteira - são um contributo importante para pensar a história da arte, Isto é, tanto a disciplina assim chamada-nos seus métodos, nos seus pressupostos-como a própria historicidade das obras de arte. E, de maneira mais alargada, para pensar o vasto campo das ‘ciências da cultura’.”[9]

De fato, alargando as fronteiras disciplinares, Warburg recombinou os fenômenos culturais, abrigando abordagens de dimensão tanto micro como macro, com perspectivas tanto locais como transcontinentais, mediante a utilização de fontes quer completamente reconhecidas, quer tão somente secundárias, referindo-se a dimensões temporais de curta ou de longa duração. É a complexidade de tal repertório que permite considerar as imagens não só como evidencias de uma dada realidade cultural; mas como também inquietações sobre questões que, irresolutas, atravessam o tempo e o espaço.

Aby Warburg, nasceu em Hamburgo em 1866, estudou filosofia, história e religião em universidades da Alemanha, da França e da Itália. Em 1896, realizou sua famosa

viagem à América do Norte onde permaneceu durante seis meses entre as comunidades de índios Pueblo e Navajo, o que lhe permitiu ampliar o seu universo de estudos para além das culturas do Mediterrâneo, interessado como estava em investigar a transmissão da iconografia antiga entre diferentes culturas e as relações entre pensamento mágico, arte, ciência e religião.

Em 1909, comprou uma casa em Hamburgo com intenção de ali alojar sua vasta biblioteca e criar um instituto de investigações, tarefa para qual, em 1913, contratou um jovem historiador da arte Fritz Saxl. O começo da primeira guerra mundial e uma prolongada internação psiquiátrica, entre 1918 e 1923, atrasou a abertura do instituto que, finalmente, foi inaugurado em 1926. Com a morte de Warburg, em 1929, e a ascensão do nazismo ao poder em 1933, o futuro do instituto se tornou sombrio, motivo pelo qual, Fritz Saxl e Gertrud Bing (assistente de Warburg), com a ajuda do governo britânico, resolvem transferir o acervo de 60 mil exemplares para Londres, acervo este incorporado, a partir de 1944, à Universidade de Londres.

Várias correntes de estudos sobre interpretação da imagem reivindicaram, ao longo do século XX, o nome de Aby Warburg. Entre os mais conhecidos autores das primeiras gerações e ainda não citados neste texto podemos destacar, por exemplo, Edgar Wind, Erwin Panofsky, Ernst Cassirer, Baxandall e Ernst Gombrich. Todos os nomes citados estão vinculados, de uma forma ou de outra, ao Instituto Warburg e ao método dito iconológico, mas cada um deles fazendo suas próprias leituras e apropriações sobre o espólio de Warburg.

Atualmente, podemos assinalar Carlo Ginzburg e Georges Didi-Huberman como os pesquisadores que mantém um diálogo mais intenso com o pensamento de Warburg.

O primeiro é um historiador italiano cuja pesquisa está centrada, principalmente, no paradigma indiciário e em suas aplicações. Conforme Burucúa (2003), "[é] provável que a lembrança do método warburguiano atuasse como um antecedente essencial desse paradigma, ao mesmo tempo individualizante e universalizador, pois Ginzburg não só exibia, de tal sorte, a continuidade de uma certa linha da gnoseologia histórica, mas aspirava refundar uma historiografia da cultura atenta aos grandes quadros da sociologia e da antropologia, ao mesmo tempo que aos microfenômenos e aos detalhes que compõem a trama de qualquer processo histórico demarcado, revelando melhor, ainda que paradoxalmente, os fios que unem o individual e o pequeno aos movimentos maiores do devir humano." [10]

O segundo é um filósofo e historiador da arte que postula não haver história da arte "que possa prescindir, para o seu próprio relato e para sua construção, de modelos estéticos. Toda história cultural é um peculiar modo de ficção".[11] Para Didi Huberman, a grandeza da obra de Warburg consistiria mesmo na sua capacidade de desorientar a história, pois as "imagens produzem um regime de significação que apela aos processos da memória psíquica e, elaborando-se como sintoma, elas sobrevivem e deslocam-se no tempo e no espaço, exigindo que se alarguem, conseqüentemente, os modelos da temporalidade histórica e que se acompanhe a sua sobrevivência para além do espaço cultural originário".[12]

Crítico acirrado das leituras processuais que colocam as imagens como ponto numa trajetória histórica, o filósofo francês busca em Warburg a sua "concepção rememorativa da história, em que as imagens, em sua dimensão de memória ou de tempo histórico condensado, criam, no movimento de sobrevivência e de diferimento que lhes é característico, determinadas circulações e intrincações de tempos e falhas, que vão desenhando um percurso, um regime de verdade, uma densidade constelacional própria". [13]

É neste terreno, ainda não sedimentado, entre fontes reveladoras ou veladas, entre indícios e vestígios ou imaginação, num meio específico e linear ou disperso e anacrônico, que tentarei fazer combinações e recombinações na procura de elementos "sobreviventes" das inquietações irresolutas de Valda Costa que atravessaram o tempo e o espaço através de sua obra.

Notas

[1] Professora de História da Arte na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
[2] FOUCAULT,Michel; "A prosa do Mundo". In: *As palavras e as coisas.* São Paulo:Martins Fontes,1999,p.35.
[3] DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant L'image.Question posée aux fin d'une histoire de l'art*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990,p.12.
[4] BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004, p.17
[5] ANTELO, Raúl. *Potências da imagem*. Chapecó: Argos,2004.p.9.
[6] Huberman, Didi. "O anacronismo fabrica a história: sobre a inatualidade de Carl Einstein". In: ZIELINSKY, Mônica (org). *Fronteiras: arte, crítica e outros ensaios*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
[7] Termo utilizado para designar o terceiro e mais importante, segundo os pesquisadores do grupo "warburguiano", nível do método iconográfico. A iconologia, ou interpretação iconológica, volta-se para o significado intrínseco da imagem, ou seja, para os princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, um período, uma classe, uma crença religiosa ou filosófica.
[8] ANTELO, op cit., p.10.
[9] www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/aguerreiro-p**warburg**/
[10] BURUCÚA, José Emílio. *História, arte, cultura. De Aby Warburg a Carlo Ginzburg.*Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2003,p.10.
[11] ANTELO, op cit., p.10.
[12] ANTELO, op cit., p.9.
[13] ANTELO, op cit., p.10.

UMA IMAGEM PARA A REPÚBLICA: INTERVENÇÕES PÚBLICAS NA CIDADE DE VITÓRIA, 1892-1896

Jadir Peçanha Rostoldo* -PPG-USP/NOVO MILÊNIO

INTRODUÇÃO

A construção do espaço urbano resulta de diversas transformações sociais, que são frutos de múltiplas variáveis. Uma dessas variáveis é a atuação do poder do Estado que, com a Proclamação da República em 1889, sofreu consideráveis mudanças. Com a República, o poder político se dividiu entre as elites regionais, ao contrário do centralismo do Império, os novos Estados da federação ganharam maior autonomia política e administrativa: passaram a escolher seus representantes, constituírem forças policiais, arrecadar impostos e decidir gastos de acordo com suas necessidades. Nesse contexto, a República também promoveu mudanças no Estado do Espírito Santo, dando início a um processo de remodelação das cidades, com maior intensidade na capital, que ganhou aspecto de centro urbano, perdendo parte de suas características coloniais.

O objetivo deste trabalho é identificar as intervenções no espaço urbano da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, pelo primeiro governo estadual republicano. Vamos analisar as ações do poder público, entre 1892-1896, por meio do discurso de posse do Presidente do Estado (1892), José de Mello Carvalho Moniz Freire, das mensagens do Presidente ao Congresso Legislativo Estadual (1893 a 1895), e do relatório final de governo (1896). Uma breve caracterização da cidade e do seu perfil será realizada a partir de uma revisão bibliográfica. As intervenções urbanas, no período, serão catalogadas e descritas. Nos propomos a analisar a relação entre as ações do governo sobre o espaço urbano e o novo regime político, procurando entender as reais intenções das ações. Esse trabalho esta inserido dentro de um projeto de doutorado (FFLCH/USP) que tem como objetivo maior analisar a cidade de Vitória na Primeira República, levantando suas particularidades, tendo como fio condutor as ações do poder estatal sobre o espaço urbano e seu relacionamento com a sociedade.

CARACTERÍSTICAS DA CIDADE NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Nessa seção, vamos traçar um perfil de Vitória a partir de três obras de referência sobre a cidade: *Biografia de uma Ilha*, de Luiz Serafim Derenzi (1965); *Vitória – trajetórias de uma cidade*, organizada por João Gualberto M. Vasconcellos (1993)**;** *e O novo arrabalde*, de Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996)**.**

Vitória se tornou cidade pela Lei de 17 de março de 1823[1], apresentando naturalmente os aspectos típicos de uma cidade colonial portuguesa: arruamentos estreitos e desencontrados, arquitetura própria e sobrados desproporcionais. Seu primeiro governador municipal republicano foi Cleto Nunes, que em 1893 era presidente do Conselho Municipal. Esse Conselho foi o responsável por elaborar a primeira legislação municipal, o Código de Posturas, que normatizava, entre outras coisas, a obrigatoriedade de plantas com determinadas exigências para o licenciamento de obras, a organização do serviço de limpeza pública e da coleta domiciliar de lixo, o saneamento de valas e banhados, a fiscalização de construções civis, a proteção das matas da cidade e promovia a abertura de novos bairros. Foram as primeiras ações de intervenção do poder público republicano no espaço urbano da capital.

No início do governo estadual de José de Melo Carvalho Muniz Freire (1892-1896) a cidade de Vitória, era desordenada e com quase nenhuma infra-estrutura. Apoiado na alta do preço do café, Muniz Freire elaborou um programa audacioso, que objetivava atender aos anseios da população, principalmente a partir do saneamento da cidade e da construção de vias de comunicação. O governo também se preocupou com a expansão da cidade, contratando o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, para estudos e construção de um Novo Arrabalde nas praias do norte da ilha. Para Derenzi (1965), essa preocupação estava ligada à urbanização da cidade e suas necessidades futuras. Os resultados do projeto público estadual não foram alcançados totalmente, mas provocaram significativas mudanças na capital, demarcando um importante período da história da urbanização de Vitória.

O livro organizado por Vasconcellos[2] reúne o resultado de uma pesquisa sobre a identidade cultural de Vitória, e representa o primeiro estudo amplo sobre a cidade desde que, em 1965, Luiz Serafim Derenzi lançou *Biografia de uma ilha*. O objetivo foi estudar uma cidade de estrutura colonial e verificar seu processo de modernização, no passar dos anos.

Numa perspectiva histórica**,** a concepção e idéia de cidade, para Vitória, surgiram com o advento da República no governo de Muniz Freire. O primeiro presidente republicano do Espírito Santo preparou um plano de governo, que pretendia fazer de Vitória um centro econômico capaz de fomentar e dirigir o desenvolvimento do Estado. No entanto, no olhar de Vasconcelos[3]**,** essa idéia só se tornou realidade no Governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), quando a cidade foi equipada com serviços públicos até então inexistentes, principalmente com o início da construção das obras do porto. O porto, que conferiu a cidade a função de articuladora do comércio da produção agrícola, elevou Vitória a condição efetiva de capital e centro irradiador de poder. A modernização da cidade se concretizou na década de 1920, na gestão do presidente Florentino Ávidos (1924-1928), que traçou as diretrizes para projetar e construir a cidade enquanto esteve a frente do Serviço de Melhoramentos de Vitória, no governo anterior.

Campos Júnior[4] realizou um estudo sobre a urbanização de Vitória, delimitando sua análise às razões e conseqüências do Novo Arrabalde, um projeto para expansão urbana de Vitória do governo Muniz Freire que demarcou o espaço urbano atual de muitos bairros da cidade. Teve como objetivo investigar o porque do papel exercido pelo governo do Estado intervindo na capital por meio da promoção de loteamentos. O governo Muniz Freire foi o primeiro a intervir de forma relevante na Capital, em busca de mudanças em sua estrutura urbana. Seu plano de governo visava atrair e centralizar capitais privados em Vitória, dirigidos ao comércio, e seu projeto do Novo Arrabalde pode ser considerado a primeira intervenção planejada na cidade. Vitória deveria se tornar o centro comercial do Estado e vetor de seu desenvolvimento.

INTERVENÇÕES URBANAS: A AÇÃO DO PODER ESTATAL

E sua mensagem ao Congresso, de 1894[5], o Presidente afirmava que Vitória estava destinada a ser uma grande cidade, porém suas condições topográficas não permitiam aparelha-la para seu destino sem vultosos gastos. Apesar das qualidades de sua baia, os homens construíram uma cidade irregular e sem nenhum atrativo. Segundo ele estava tudo por se fazer, não só para melhorar as condições atuais, mas para preparar os caminhos do desenvolvimento. A cidade não possuía regularmente organizado nenhum dos serviços necessários a vida de uma cidade populosa, e o seu porto, apesar da importância atual, necessitava de muitas melhorias para atender sua demanda comercial futura. Moniz Freire solicitou apoio ao Congresso, por meio de habilitação de recursos para início de algumas obras, acreditando que o Estado é importante como válvula propulsora dos projetos, que no futuro poderão ser assumidas pela iniciativa privada.

No seu relatório final[6], de 1896, Moniz Freire relata todas as ações implementadas em busca de adaptar Vitória a sua nova realidade. O primeiro empenho do governo, seu "programma capital", foi regularizar os projetos de vias férreas no Estado, estabelecendo um plano bem orientado que assegurasse a execução das obras. Pela resolução n. 33 e decreto n. 22, de 14.03.1893, Moniz Freire instituiu o projeto da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, obra que teria como comandante direto o Estado.Ela se dividia em dois troncos: Vitória a Matilde e Matilde a Cachoeiro. Esse projeto concentrou todas as energias e preocupações do governo, que depositava nele "todo o futuro do Espírito-Santo." Essa obra se enquadrava dentro do objetivo de transformar Vitória em um grande centro populoso e comercial, o que seria essencial para o desenvolvimento do Estado. Destacamos a seguir outras intervenções estatais no espaço urbano da cidade, visando atingir seus objetivos:

a) Quartel da Polícia e Cadeia Pública:

Motivo: "A força alojava-se toda em um barracão térreo, alugado pelo Estado, em uma rua estreita do centro da cidade, e o estado-maior do corpo funccionava em uma outra extremidade da mesma rua, também em prédio alugado. Não havia ordem, nem disciplina, nem segurança, nem fiscalização; dormitório, refeitório, arrecadações, prisões, tudo estava

accumulado quasi que n'um só salão aberto, onde soldados, companhia, inferiores e officiaes se misturavam e se confundiam."

Cadeia Pública: não estava prevista na obra original, porém, aproveitando o estouro do orçamento com a elevação das despesas da obra original, o Presidente solicitou uma modificação do projeto, aproveitando parte do edifício para a cadeia.

Motivo: inúmeras solicitações da sociedade – imprensa, Assembléia da província, tribuna forense e relatórios dos Presidentes do Estádio. "Os aposentos da velha cadeia eram um verdadeiro attentado contra a lei, contra a hygiene, contra a vida dos pacientes e contra o próprio decoro social; eram accumulações de seres vivos privados pela lei da liberdade, e privados, pelo desamor do poder publico, da luz e do ar, em espaços acanhados, humidos e escuros, na promiscuidade vergonhosa de todas as funcções vegetativas."

Resultado: atendimento de duas necessidades imperiosas e inadiáveis.

Situação atual: corpo de polícia instalado em um ótimo prédio próprio, e a cadeia pública reúne as condições de higiene, capacidade e segurança necessárias.

b) Theatro:

Motivo: um beneficio social inexistente, que afeta diretamente a educação estética e as condições de existência das classes operosas.

Responsável: o projeto ficou sob a responsabilidade do diretor de obras e empreendimentos, Dr. Filinto Santoro, que deveria pensar em uma construção elegante, mas barata e rápida.

Características: edifício mais belo de Vitória e um dos teatros mais bonitos e mais completos do país. Construção externa de madeira, conciliando a simplicidade com a estética; as condições de solidez e durabilidade são excelentes; e sua capacidade está acima da necessidade atual. Primeiro edifício do ES iluminado por luz elétrica.

Nome: Melpomene

c) Hospital de Caridade

Projeto: executado pelo engenheiro Dr. Filinto Santoro. Segundo Moniz Freire essa obra poderia ser reconhecida no país como uma das primeiras a subordinar a arte estética a arte

técnica, devido as condições arquitetônicas, pelo aspecto geral, pelo conjunto de todos os detalhes de higiene, relativos a distribuição de luz, renovação do ar, dimensões de aposentos, asseio e policia.

Situação da obra: os alicerces já estão prontos. O corpo central já esta levantado, compreendendo duas enfermarias e cozinhas, dois pavilhões para residência de empregados já estão quase concluídos.

d) Iluminação Pública

Situação anterior: no início do governo a iluminação a gás da capital era inferior a de azeite de mamona de vinte anos atrás.

Contrato para restauração do serviço: celebrado em 11.02.1893, com a empresa Domingos da Costa Madeira, e declarado extinto em 03.01.1895, por falta de cumprimento pela empresa.

Novo contrato: celebrado em 20.06.1895, com o Barão de Sampaio Vianna, engenheiro Paula Pessoa e G. S. Coakes.

Situação atual: o contrato venceu, mas por ter provas de que a empresa cumpriria o mesmo, o prazo para inauguração do serviço foi prorrogado até meados de 1897, com o fim das obras definido para dezembro do mesmo ano. O governo acredita que essa obra resolverá todos os problemas de iluminação pública da capital, oferecendo um serviço digno a população.

e) Abastecimento de Água e Serviços de Esgoto

Primeiro contrato: formalizado em 1890 com a Companhia Brazileira Torrens, que englobava os serviços de suprimento de água potável, esgoto, construções prediais, aterro do Campinho (atual parque Moscoso) e uma linha de ferro carril.

Novo contrato: formalizado em 07.07.1894 após longo estudo de viabilidade. Ao mesmo tempo em que garantia os interesses públicos, assegurava ótimas vantagens a Cia, como a possibilidade de lucro líquido de 8 a 10% no primeiro ano. A Cia demonstrava confiança e estava motivada.

Quebra do contrato: apesar das várias ações e tentativas para ajudar a Cia a cumprir o contrato, ela não conseguiu concluí-lo.

Nova prorrogação: sabedor de que a empresa pretendia passar todos os seus contratos para uma outra, com mais condições, o governo autorizou uma nova prorrogação do contrato até o final de 1896, mas totalmente descrente de que seria possível solucionar o impasse.

Situação atual: a capital ainda não conta com um serviço digno e permanente de abastecimento de água e esgotos, devendo o problema ser atenuado por ações do governo municipal até que as obras sejam concluídas.

f) Hospital de Isolamento

Motivo: o isolamento se fazia em um prédio situado a três quilômetros de Vitória, em um sítio chamado de Santo Antônio, que não satisfazia as necessidades mais elementares: pequeno espaço e falta de equipamentos.

Novo hospital: capacidade para 80 a 100 leitos, obedece a todos os preceitos da boa higiene e detém dependências necessárias ao serviço completo desse gênero.

g) Projeto do Novo Bairro

Objetivo: identificar espaços na própria ilha passíveis de ocupação pela população. Foram escolhidas as planícies ao nordeste da ilha (atualmente a Praia do Canto), por se localizarem “em sitio amenissimo, rasgadas sobre o estuário da Bahia, e gosando do mais bello panorama que ha em todos os nossos arredores.”

Serviços a serem desenvolvidos para transformar a grande área, cinco ou seis vezes maior do que a cidade atual, em um bairro saudável e convidativo: conclusão e ampliação da estrada, construção de uma linha de ferro-carril, nivelamento das planícies, aterro do braço de mangue que fica entre elas e os morros, construção de um cais, drenagem do subsolo para esgotamento do lençol de água e uma larga plantação de eucalipto ao longo e nas margens da estrada, assim como nos aterros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as mensagens enviadas pelo Presidente ao Congresso, esta claramente descrita sua defesa da nova ordem política. Na mensagem de 1894, ele faz uma defesa contundente da República, citando o Estado como um exemplo dos novos tempos políticos do país: "Todos os patriotas apontão-nos como um exemplo a ser imitado; os espíritos republicanos mais eminentes sentem orgulho em citar-nos como a prova pratica do que valem as novas instituições professadas com intelligencia e com lealdade; chegamos a ser no meio das tempestades da Pátria uma flâmula de esperança e um argumento vivo contra os incrédulos. Não é sobre nós mas sobre o Estado que se reflectem essas homenagens honrorissimas; saibamos não desmerecel-as em tempo algum, governantes e governados, tornando-nos cada vez mais devotados ao estado e á Republica."

A partir da exposição acima, e de tantas outras espalhadas pelos documentos analisados, fica claro que o governo se movimentava na direção de fortalecer os preceitos republicanos. Destacamos aqui que um dos focos de suas ações era aparelhar a cidade de Vitória para os novos tempos, fazendo dela uma imagem da República. Nesse sentido as intervenções urbanas foram fundamentais, e o governo usou dessa atividade largamente. Em um segundo momento vamos analisar o papel que a sociedade desempenhou nesse processo, que nível de influência exerceu sobre o poder estatal, objetivando construir um entendimento mais amplo sobre cidade e seu espaço urbano.

---

* Historiador, Mestre em Economia, Doutorando em História Social pela FFLCH/USP. Professor IES Novo Milênio.

[1] DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

[2] VASCONCELLOS, João Gualberto M. (org.). **Vitória – trajetórias de uma cidade**. Vitória: IHGES, 1993a.

[3] VASCONCELLOS, João Gualberto M. A construção dos imaginários de Vitória. In: VASCONCELLOS, João Gualberto M. (org.). **Vitória – trajetórias de uma cidade**. Vitória: IHGES, 1993b. p. 19-40.

[4] CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.

[5] MONIZ FREIRE, José de M. C. Mensagem ao Congresso. Victoria: Typografia do Estado do Espírito-Santo, 1894.

[6] MONIZ FREIRE, José de M. C. Relatório. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.

A literatura de cordel no ensino de História: reflexões teóricas e orientações metodológicas

Jairo Carvalho do Nascimento[1] - UESC

1. Introdução

Ensinar é uma arte. Hoje, o professor precisa dominar muito bem seu ofício, desenvolver determinadas habilidades. A sociedade atual oferece uma diversidade de ferramentas ou recursos didáticos audiovisuais aos educadores, uma variedade de linguagens como o cinema, a TV, a fotografia, a música, por exemplo. Ademais, oferece outros tipos de linguagens como o jornal (impresso), revistas e todo tipo de literatura, em prosa e verso. Dentre os tipos de linguagem literária, destacamos a literatura de cordel, objeto de análise do presente artigo, que, ao nosso ver, é muito pouco utilizada na sala de aula, mesmo no Nordeste, apesar de possuir uma riqueza imensa, tanto poética quanto documental.

Em vista disso, o professor de História precisa ser polivalente, do ponto de vista metodológico, isto é, possuir um conhecimento básico quanto ao uso adequado de cada recurso didático que se encontra a nossa disposição. No entanto, a realidade não é, ainda, das melhores.

O ensino de História apresenta um grau elevado de tradicionalismo. A *lousa*, o *giz* e o *livro didático* – a "santa trindade" da prática tradicional – compõem a realidade do ensino no país. Nesse quadro, o livro didático ganha um papel especial em virtude de ser o maior referencial de trabalho dos professores. O que se questiona não é o seu uso em si, mas a maneira como o professor trabalha seus conteúdos em sala de aula[2]. Deve ser encarado, o livro, como um ponto de apoio, um ponto de partida para iniciar discussões e promover debates, por exemplo, não como um fim em si mesmo, como normalmente é usado: um texto de caráter sagrado e imprescindível, portador de uma verdade absoluta acerca da realidade histórica. Em outras palavras, eles ("a santa trindade") constituem-se nos únicos instrumentos de trabalho de milhares de professores[3].

Soma-se a essa postura didática a *aula puramente expositiva*, aquela em que prevalece a narração de informações por parte do professor e a distância abissal existente entre ele e os alunos, separados por aquilo que chamo de "fronteira do saber": o docente como dono da verdade, detentor do conhecimento, cria naturalmente uma fronteira entre ele e seus alunos, aos quais cabe ouvir, e interferir o quanto menos em suas aulas.

No entanto, "nem tudo está perdido". Nas últimas duas décadas, as discussões e propostas inovadoras de trabalho promovidas por profissionais da área, em torno da prática do ensino de História, avançaram satisfatoriamente: a luta heróica dos historiadores e professores contra a disciplina e o curso de Estudos Sociais ao longo da década de 1980, promovida pela ANPUH; as diversas experiências de atividades didáticas executadas por profissionais comprometidos com a mudança qualitativa de seu ofício; as contribuições legadas pelas propostas e orientações da série de eventos *Perspectivas do Ensino de História*[4]; diversas publicações, entre livros e artigos de periódicos, que visavam repensar e orientar a prática docente. Todo esse esforço mostra que estamos no caminho certo. "Repensar" o ensino é a palavra de ordem do momento.

Nesse sentido, como trabalhar com documentos em sala de aula, particularmente a literatura de cordel ? Quais os caminhos metodológicos necessários para se trabalhar com cordéis ?. Vejamos, a seguir, algumas considerações que podem contribuir para ampliar o debate em torno dessas questões.

2. A literatura de cordel em sala de aula

A literatura de cordel, narrativa poética construída em versos, surgiu na Europa. Foi trazida para o Brasil pelos portugueses, no século XVII. Em terras brasileiras, desenvolveu-se na região Nordeste, onde surgiram as primeiras tipografias no final do século XIX. Os pioneiros nesse tipo de expressão poética foram Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas e João Martins de Athayde, principais nomes da primeira metade do século XX[5]. Seus objetos de inspiração poética são variados, versam desde temas do imaginário

medieval (histórias de reis, príncipes e princesas, de dragões, de animais encantados etc.) até assuntos reais da história do Brasil e do mundo.

O cordel encanta, informa e, acima de tudo, ensina. História de Lampião e do cangaço, da Guerra de Canudos, do Presidente Getúlio Vargas, por exemplo, fazem parte do seu acervo temático. Os conteúdos desses folhetos instruem o povo a partir da visão dos cordelistas. Os folhetos são documentos importantes para o professor usar nas aulas de História; devem ser explorados tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, com a perspectiva de discutir aspectos da sociedade brasileira tal qual um filme, uma fotografia, uma matéria de jornal etc.

A historiografia, ao longo século XX, ampliou seus horizontes teórico-metodológicos. Em parte, pela própria reflexão dos historiadores diante do seu ofício e, por outro lado, o diálogo com as ciências humanas, que Fernand Braudel defendia como sendo extremamente necessário o contato com "*(...) cada um dos grandes sectores das ciências do homem*"[6], contribuiu para a construção de "um novo olhar" em que novos objetos e novas abordagens emergiram no campo da investigação histórica. Nesse contexto, inevitavelmente, a noção de documento adquiriu novo "status", em oposição à noção positivista que considerava as fontes oficiais como as únicas dignas de validade. Isso, mesmo antes de se consolidar o "movimento" da *Nova História*, liderado por Jacques Le Goff na década de 1970, na França, visto que, um dos fundadores da Escola dos Annales, o historiador francês Marc Bloch, já apresentava pioneiramente sua definição ampla: "*Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito*"[7].

Essa renovação historiográfica, que começa no campo da pesquisa atinge, em seguida, o ensino de História. E uma contribuição, ao mesmo tempo uma exigência, é valorizar qualquer tipo de linguagem em sala de aula; não se prender ao livro didático e à aula puramente expositiva. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam essa necessidade para a Educação Básica de modo geral, com o objetivo de que os alunos sejam capazes de conhecer e interpretar diversos tipos de linguagens, como podemos

perceber no nível do Ensino Médio: "*Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção*" [8].

Trabalhar com documentos em sala de aula significa promover um ensino cuja finalidade é democratizar o processo de ensino-aprendizagem, no sentido de que o conhecimento histórico não é algo pronto e acabado, mas uma construção edificada coletivamente em sala de aula: "*Isso pode ajudar o aluno a desenvolver o espírito crítico, reduzir a intervenção do professor, e diminuir a distância entre a história que se ensina e a história que se escreve*"[9].

Nesse sentido, a literatura de cordel pode ser usada por professores quanto qualquer outro documento. Uma observação pertinente: o tratamento metodológico estará condicionado às especificidades de cada documento, ou seja, o tratamento que se dá a um filme não é o mesmo para uma música. Dito isso, quais os procedimentos metodológicos para se trabalhar adequadamente com a literatura de cordel nas aulas de História ? Consideramos quatro importantes passos no processo de ensino-aprendizagem:

O primeiro passo é a crítica documental. O professor deve elaborar, sistematicamente, uma quantidade significativa de questionamentos ao cordel em foco, para que ele nos dê as respostas necessárias aos nossos objetivos, visto que todo documento é uma "roupagem", uma "montagem", como afirma Jacques Le Goff, sendo imprescindível ir muito além de sua aparência e descortinar seus discursos implícitos e explícitos[10]. O documento deve nos dar subsídios, informações e dados acerca do autor, do seu referencial ideológico e do contexto social ao qual está inserido. E trabalhar com documentos requer uma atenção especial por parte do docente, seja estagiário ou professor experiente com anos de docência. Seja qual for o documento, é preciso lê-lo e relê-lo quantas vezes forem necessárias, para que o professor sinta segurança em discuti-lo com seus alunos.

Após essa fase, o segundo passo consiste no planejamento da aula, um dos elementos importantes no processo de ensino-aprendizagem. O planejamento é, na verdade, um dos alicerces de uma boa aula. Por isso, é imprescindível redigir um plano de

aula numa linguagem clara e objetiva e entregá-lo aos alunos, evidenciando os objetivos a serem alcançados, os conceitos a serem trabalhados, os meios metodológicos para atingir tais objetivos, a forma de avaliação e a apresentação do (s) documento (s), com um breve resumo contendo informações básicas sobre a fonte, bem como os questionamentos elaborados pelo professor para discutir o documento. Nunca é demais ressaltar que o folheto deve estar, intrinsecamente, vinculado ao conteúdo programático da unidade escolar[11].

O terceiro passo é a comparação e o confronto de documentos (contemplado no plano de aula). Este é um procedimento teórico-metodológico interessante: abordar o mesmo tema a partir de duas visões antagônicas, em que cada cordelista apresenta a própria visão dos fatos e acontecimentos. Escolhemos a figura de Lampião e o cangaço para exemplificar nosso argumento, a partir de dois cordéis[12]. No primeiro, *Virgulino Lampião, grande mito do Nordeste*, Leandro T. Pereira exalta romântica e demasiadamente a figura de Lampião, mostrando uma boa imagem do cangaço. Na sua opinião, ele foi um dos "três grandes brasileiros", ao lado de Zumbi dos Palmares e Antônio Conselheiro. No seu folheto, Lampião aparece como um homem justo, defensor dos pobres e um inimigo cruel dos ricos, um homem coerente com os códigos de honra e moral do sertão (matava por vingança, em virtude do assassinato de seu pai). No segundo, *Zé Baiano, vida e morte*, Manoel de D'Almeida Filho, por sua vez, narra a história do cangaceiro de Lampião que praticava atos de extrema crueldade, particularmente contra as mulheres, nos povoados por onde passou. Zé Baiano ferrava mulheres (no rosto, nas coxas, nas nádegas e um pouco acima da vagina, de acordo com o "crime praticado") com um ferrão-de-boi (tinha suas iniciais, JB) por causa de um cabelo curto, de uma roupa considerada devassa ou de uma infidelidade feminina, num mundo marcado pelo poder do homem. Essas atitudes desumanas, selvagens e insanas eram aprovadas por Lampião, que pretendia impor "a ferro e a fogo", literalmente, uma conduta moral e normas de comportamento para as mulheres no sertão[13]. A idéia, enfim, nesse ponto, é apresentar visões díspares de um mesmo fato para incentivar a discussão e o debate.

O quarto passo é articular o documento com o livro didático e tentar, se possível, com a realidade do aluno. O professor deve comparar a visão dos cordelistas com o conhecimento histórico do livro didático para ver se há semelhanças e diferenças entre as interpretações. A comparação com o universo social do aluno pode ser facultativa. Mas, se a aula for ministrada em uma cidade nordestina por onde Lampião passou, vale a pena solicitar aos alunos, previamente à atividade, que pesquisem como a memória local constrói a imagem de Lampião. Para isso, pode pedir que os alunos conversem com os habitantes que tiveram contato com o grupo de cangaceiros (hoje, talvez, um pouco raro) ou com pessoas que ouviram histórias de seus pais e avós. Estaríamos, assim, mostrando aos alunos que a história não se conta apenas no livro didático ou pelas páginas do cordel, mas está viva na memória de homens e mulheres.

Diante desses passos metodológicos, vejamos, agora, uma das sugestões (modelo básico, que pode ser adaptado de acordo com os objetivos da aula) de como utilizar a literatura de cordel nas aulas de História, particularmente com alunos do quarto ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a partir dos dois cordéis citados anteriormente: *Virgulino Lampião, grande mito do Nordeste* e *Zé Baiano, vida e morte*.

Plano de Aula - Trabalhando com documentos (Literatura de Cordel)[14]

1. Conteúdo: O fenômeno social do cangaço na Primeira República

2. Objetivos: Desenvolver nos alunos a capacidade de analisar e interpretar documentos; identificar semelhanças e diferenças nos discursos sobre Lampião e o cangaço, presentes nos folhetos de cordel.

3. Conceitos: Banditismo Social – Ideologia

4. Metodologia: Formação de grupos; leitura dos folhetos de cordel; debate em torno das questões propostas (item 6 – Análise textual)

5. Avaliação: Análise das respostas escritas e participação no debate

6. Apresentação dos documentos - Documento 1 – *Virgulino Lampião, grande mito do Nordeste*. Escrito por Leandro T. Pereira, em 1998. Nasceu na Bahia, no município de

Candeal, em 29 de fevereiro 1952. Com esse cordel, o autor conquistou o terceiro lugar no *Concurso Nacional da Literatura de Cordel Sobre Lampião*, promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana, em 1998. Atualmente, vende seus próprios folhetos em frente ao Mercado Modelo, em Salvador; Documento 2 – *Zé Baiano, vida e morte*. Escrito por Manoel D'Almeida Filho, em 1988. Nasceu na Paraíba, em 13 de outubro de 1941. É considerado um dos maiores cordelistas de todos os tempos, com dezenas de folhetos publicados. Sua maior obra versa sobre o cangaço, *Os cabras de Lampião*.

7. Análise textual[15]

1. Identificação do documento (crítica externa/perguntas básicas aos documentos): tipo de documento ?; título do documento ?; autores dos documentos ?; data de publicação dos documentos ?; temática central do texto (assunto principal) ?

2. Análise do documento (crítica interna): Qual o "tom" da "fala" do Leandro Pereira ? E do Manoel Filho ?; Qual a imagem que o *Documento 1* faz de Lampião e dos cangaceiros ? E o *Documento 2* ? Há alguma semelhança, quanto ao discurso, entre os documentos ? Compare os documentos com o conteúdo do livro didático: diferenças/semelhanças ?

3. Uma breve conclusão

O conhecimento histórico não é um dado único, definitivo; ao contrário, é uma interpretação, uma construção, edificada por indivíduos e grupos sociais de acordo com seus interesses pessoais e coletivos. No cotidiano da sala de aula, o trabalho com documentos pode transformar o conhecimento histórico, a partir das discussões entre professores e alunos, em *saber histórico escolar* e a *problematização*, conforme salienta muito bem Maria Auxiliadora Schmidt, é a chave de tal transição[16].

Ao usar a literatura de cordel enquanto documento, o professor estará, de forma direta, evidenciando aos alunos que as visões e as representações contidas nos folhetos de cordel são condicionadas pela ideologia dos autores; ao mesmo tempo, oportuniza aos alunos o desenvolvimento da reflexão, da atividade crítica; por fim, o professor contribuirá, nesse contexto didático-pedagógico, para o que Rafael Ruiz chama de "edificar o próprio

ponto de vista", ou seja, o aluno, construindo conceitos, levantando problemas, estabelecendo relações entre realidades (tempo/espaço) históricas diferentes[17].

---

[1] Prof. de *Estágio Supervisionado de História* da UESC (Ilhéus - Bahia). Mestre em História Social pela UFBA.. E-mail: jairo@uesc.br ou jairocanudos@ig.com.br.

[2] Para mais detalhes sobre esse assunto ver BORGES, Vavy Pacheco [et al.]. *Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: EDUC, 2000 (especialmente a Primeira Parte, p. 31-44).

[3] Para uma discussão sobre livros didáticos na área de História ver os seguintes livros: BALDISSERA, José Alberto. O livro didático de história: uma visão crítica. Porto Alegre: Evangraf, 1994; e DIEHL, Astor Antonio (org.). *Livro didático e o currículo de História em transição*. 2 ed. Passo Fundo, RS: UPF Editora, 2002.

[4] Foram realizados, até hoje, cinco encontros de amplitude nacional, reunindo professores da Educação Básica, do Ensino Superior, bem como diversos profissionais da área de Educação: o primeiro e o segundo foram realizados em São Paulo, na USP, em 1988 e em 1996, respectivamente; o terceiro em Curitiba, na UFPR, em 1999; o quarto em Ouro Preto, na UFOP, em 2001; e o quinto no Rio de Janeiro, na UERJ, em 2004.

[5] Sobre estudos acerca da literatura de cordel no Brasil ver as seguintes obras: CAVIGNAC, Julie. *La littèrature de colportage au Nord-Est du Brèsil: de l'histoire écrite au récit oral*. Paris: CNRS Éditions, 1997; CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001; SANTOS, Muzart Fonseca dos. *La littèrature de cordel au Brèsil: mèmoire des voix, grenier d''histoires*. Paris: L'Harmattan, 1997. Em virtude da delimitação do presente artigo, não esboçamos uma reflexão teórica acerca da literatura de cordel, como o seu aspecto ideológico, por exemplo. Deixaremos tal empreendimento para outra oportunidade.

[6] BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Tradução de Rui Nazaré. 5 ed. Lisboa: Presença, 1986. p. 120.

[7] BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3 ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976. p. 61.

[8] *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, SEMT, 1999. v. 4. p. 55.

[9] SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 54-66. p. 62.

[10] LE GOFF, Jacques. Memória-História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95-106. v 1. (Documento/Monumento)

[11] GRILLO, Maria Ângela de F. A literatura de cordel na sala de aula. In: ABREU, Martha & SOIHET, Raquel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 116-126.

[12] PEREIRA, Leandro T. *Virgulino Lampião, grande mito do Nordeste*. Lauro de Freitas, BA: Edição do Autor, 1998; FILHO, Manoel D'Almeida. *Zé Baiano, vida e morte*. São Paulo: Luzeiro, 1988. A historiografia sobre Lampião e o cangaço é vastíssima. Apontamos, nesse amplo campo de pesquisa, os seguintes trabalhos: CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Tradução de Sarita L. Barsyed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; JASMIN-GRUNSPAN, Elise. Lampião, bandit d'honneur: images de part et d'autre. *Cahiers du Bresil Contemporain*, Paris, n. 23, p. 165-190, set. 1994; MELLO, Frederico Pernambucano de. *Os guerreiros do Sol*. Recife: Massagana, 1982. QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Notas sociológicas sobre o cangaço. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 27, n. 5, p. 495-516, maio 1975; SINGELMANN, Peter. Political structure and social banditry in Northeast Brazil. J*ournal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, v. 7, part. I, p. 59-83, may. 1975.

[13] Sobre essa questão, as relações de gênero e a construção do poder do homem na sociedade, dentre outros trabalhos teóricos ver BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

[14] Em anexo ao plano de aula, deve seguir os documentos digitados, transcritos literalmente dos originais. Nessa atividade, o cordel de Leandro T. Pereira pode ser usado na íntegra, em virtude de ser um texto pequeno: 8 páginas, com 32 estrofes. Já o cordel de Manoel D'Almeida Filho, por ser extenso, 31 páginas com 148 estrofes, deve ser usado apenas partes significativas do documento, particularmente àquelas que se chocam com a visão do outro texto.

[15] Nessa parte, apresento, apenas para exemplificar, algumas questões que podem ser elaboradas a partir dos dois cordéis. As perguntas específicas a cada documento ficarão a critério do professor, de acordo com os objetivos de sua aula.

[16] SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História: construindo a relação conteúdo método no ensino de História no Ensino Médio. In: KUENZER, Acacia Zeneida (org.). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 203-230.

[17] RUIZ, Rafael. Literatura: novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 75-91.

RELAÇÃO DA VIAGEM AO PAÍS DOS TAPUIAS: UMA LEITURA *

James Emanuel de Albuquerque - UFRJ

Nas últimas décadas, com o incremento das pesquisas históricas em nível de pós-graduação, assistimos a um esforço dos profissionais da área no sentido de refletir acerca do modo como a historiografia hoje considerada tradicional tratou a participação de negros e indígenas em nossa história. Procurando trabalhar dentro de uma perspectiva, na medida do possível, despida dos preconceitos culturais que regiam a geração de intelectuais e políticos que, em meados do século XIX, se dedicou à inauguração de uma tradição historiográfica nacional. Neste contexto, nosso trabalho pretende se incluir no conjunto de estudos que procuram elaborar novas imagens sobre as relações de contato envolvendo grupos indígenas e colonizadores europeus no período colonial, mais especificamente os envolvidos na aventura dos holandeses no Brasil do século XVII. Procurarei, nesta comunicação, apresentar alguns aspectos abordados em nossa monografia de bacharelado em história (2002), "Relação da Viagem ao País dos Tapuias: uma leitura" – um comentário de texto histórico sobre a crônica de Roulox Baro, publicada em 1651. Esta apresentação contará ainda com as questões incluídas na pesquisa que ora desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, "Roulox Baro e o "país dos tapuias". Representações acerca dos tapuias e brasilianos no Brasil do século XVII", sob a orientação da professora doutora Jacqueline Hermann.

Durante a graduação, nosso primeiro contato com estudos nessa área se deu na disciplina eletiva, sobre índios na fronteira do Brasil Colonial, ministrada pelo professor doutor Flávio dos Santos Gomes no primeiro semestre de 1998, onde estudamos, entre outros, trabalhos como o de Nádia Farage(1991), *As muralhas dos sertões*; a coletânea organizada por Carneiro da Cunha (1992), *História dos Índios no Brasil*; e *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo* de John Manuel Monteiro (1994)[1] . No primeiro semestre de 1999, ainda com o professor Flávio, tivemos o primeiro contato com a

crônica de Baro, ao participarmos de um "laboratório" de Brasil I, onde se buscava uma reflexão sobre as idéias de construção histórica, significados políticos, ideologias, marcos temporais, idealização de heróis e personagens históricos, "identidades nacionais / regionais", entre outras, a partir da análise da produção historiográfica mais recente sobre o período da ocupação holandesa no Nordeste do Brasil (1630 – 1654). Entre as impressões resultantes das análises então desenvolvidas, pareceu-nos digna de nota a evolução apresentada na historiografia, principalmente na obra de Evaldo Cabral de Mello, no que se refere à reflexão sobre a magnitude da participação da "sociedade colonial" do Nordeste no processo da "Restauração Pernambucana", reconstituindo, segundo este último, a "*maneira pela qual esta mobilizou os recursos escassos de sua ordem monocultora, latifundiária e escravocrata na luta contra os invasores*" [2]. Assim como nos pareceu se destacar um espaço para novos recortes e novas perguntas, na investigação da participação de outras camadas que, salvo por sutilezas conceituais, se incluiriam na "sociedade colonial" do Nordeste no período, como, por exemplo, a dos "tapuias" do sertão, personagens centrais do documento de Baro.

Em seguida, escolhemos um método de leitura crítica de documentos que servisse de fio condutor para pesquisarmos o relacionamento entre os tapuias e os europeus, a partir das referências contidas na narrativa de Baro, cujo resultado seria a referida monografia de bacharelado. Por exigência do método escolhido[3], aprofundamos nossas leituras sobre o Brasil holandês, tanto na historiografia quanto nas crônicas contemporâneas mais conhecidas. Dentre as informações levantadas sobre a produção da crônica de Baro, se destacava a trajetória vivida por seu autor, em função das circunstâncias especiais das regras de convivência e dos modelos sociais que permearam a sua formação cultural, tornando-o um conhecedor privilegiado da cultura dos povos envolvidos em seu relato. Baro, aos sete anos de idade, teria sido embarcado em um porto dos Países Baixos com destino à América portuguesa, em 1617. O navio em que viajou foi capturado pelos luso-brasileiros, a tripulação trucidada pelos indígenas, o capitão transferido para a então capital da colônia, Salvador, e a guarda do pequeno grumete entregue a um aldeamento perto da costa sul do

atual estado do Rio de Janeiro. Após anos de contato com o as diversas etnias que formavam os aldeamentos da época, Baro partiu para se apresentar aos holandeses em Recife, oferecendo seus serviços de intérprete e explorador do sertão [4].

Deve-se a publicação do registro da viagem de Roulox Baro – entre sua residência nas cercanias do Castelo de Kuelen[5] (atual Forte dos Reis Magos) e o sertão da capitania do Rio Grande (80 léguas da costa)[6] – à iniciativa do cronista francês Pierre Moreau de traduzi-la do original em flamengo, e oferecê-la para edição, em 1651, junto com a sua *História das últimas lutas...*[7] ; onde assim a ela se refere : "*A relação da viagem feita por Roulox Baro ao país do Janduí, do que tratou com ele, as conversas que junto tiveram, o que ele viu a respeito das maneiras e cerimônias desse povo se lerá adiante, segundo a tradução que fiz do flamengo, à qual me reporto, e que ajuntei separadamente no fim do presente discurso, como uma curiosidade para o leitor,...."* (p.66). A folha de rosto de nosso documento indica se tratar de uma "RELAÇÃO DA VIAGEM" (texto documento); originado de um "*INTERPRETE E EMBAIXADOR Ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil"* (poder ou autoridade pública); e datado – "*Começada no dia três de abril de 1647 e terminada no dia quatorze de julho do mesmo ano."*.

Segundo nos informa Pierre Moreau, a missão de Baro seria conseqüência da desestabilização da aliança das forças holandesas com alguns grupos indígenas, causada principalmente em função do episódio envolvendo o assassinato do intérprete junto aos tapuias, Jacob Rabbi, e a não concordância na entrega do acusado por este fato, o capitão Joris Garstman, comandante militar da capitania do Rio Grande, para ser por eles justiçado. Esta situação teria levado o Conselho do Recife à enviar, para ter com Janduí ("Rei dos Tapuias"), Roulox Baro :

> *"que lhes servia comumente de intérprete, o qual, tendo convivido desde sua juventude com os tapuias, sabia perfeitamente sua língua e era muito querido deles. Este devia agradecer-lhe em seu nome a amizade que lhes dispensava e, em testemunho da sua, presenteá-los de sua parte com machados, machadinhas,*

facas, espelhos, pentes e objetos semelhantes, ao mesmo tempo que deveria demonstrar-lhe os embustes e infidelidades dos portugueses, convidando-o a não nos abandonar." (p.66)

Centramos a fase de "interpretação" na análise de algumas idéias centrais que inferimos na leitura do documento: a real extensão territorial da dominação holandesa, que dava margem à existência de um país "independente" administrado pelos tapuias; a "insubordinação" apresentada pelos tapuias em relação aos europeus; e o "asilo" que os tapuias davam aos "brasilianos" que fugiam para o sertão [8].

A idéia de um território autônomo, o "País dos Tapuias", que, a partir do título, permeia todo o relato, pode ser reforçada tanto pela leitura das crônicas contemporâneas, quanto por afirmações como a de Capistrano de Abreu em seu *Capítulos de História Clonial* [9] de que "*A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa.*", ou o artigo de 1915 de Alfredo de Carvalho [10], como resposta à tese que lhe fora atribuída pelo 1° Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro − "Os holandeses como exploradores do sertão brasileiro". Nele, apesar de reconhecer que o assunto escolhido poderia "*facilmente prestar-se a copiosas divagações retóricas"*, Carvalho, com base nos "*mapas magníficos que ilustram a obra famosa de Barleus"* [11], demonstra, "*cabalmente, que os holandeses jamais exploraram o sertão brasileiro, motivo pelo qual nos desobrigamos da incumbência que nos cometeram os ilustres organizadores"* .

Na análise sobre o "tom" de insubordinação dos tapuias em relação aos europeus que transparece no documento, procuramos percorrer os principais episódios registrados em nossa bibliografia relativos tanto à atuação conjunta de tapuias com o exército da Companhia das Índias Ocidentais, quanto aos problemas enfrentados pelos colonos das cercanias do forte Kuelen em função dos assaltos regulares dos tapuias, recebendo do governo de Recife ordens de manter a todo custo a aliança com os mesmos. Em diversas ocasiões, inclusive em fontes portuguesas, ficou registrado o temor que os próprios holandeses nutriam pelos tapuias, seus, na expressão de Ernst van den Boogaart, "aliados

infernais" [12]. Temor que também atormentava a população luso-brasileira sob domínio holandês. Em carta de 19/7/1645, na qual respondia ao Conselho sobre os motivos alegados pelos portugueses do Brasil Holandês para as atividades dos rebeldes que o governo na Bahia estaria apoiando, numa atitude que poderia ser interpretada como quebra da trégua celebrada entre o rei de Portugal e o Governo holandês[13] , o Governador Antônio Teles da Silva assim mencionava a citada ameaça tapuia que pesava sobre a população, segundo transcreve o cronista Joan Nieuhof, em sua *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*:

> *"Os portugueses sob seu governo comunicaram-me as razões que os impeliram a esta rebelião, solicitando o meu auxílio na qualidade de súdito do Rei meu Senhor. Disseram-me que receavam ser sacrificados à fúria de 4000 Tapuias especialmente enviados do Rio Grande para esse fim."* (Nieuhof; p.177)

Quanto ao relacionamento dos tapuias com os grupos de "brasilianos" que, fugidos do litoral, pediam autorização dos tapuias para se estabelecerem em terras do sertão, procuramos informações sobre a política dos holandeses em relação aos aldeados, e os motivos que os levariam a preferir a fuga, já que teóricamente era proibida a sua escravização ou a exploração de seus serviços desde antes de consumada a conquista na legislação da Companhia.

Como pesquisa de mestrado, optei por aprofundar as análises sobre as representações acerca dos grupos indígenas na crônica de Baro, procurando acrescentar questões relativas ao encontro da antropologia com a história, levantando aspectos de reconstrução cultural abordados pelos estudos recentes que romperam com noções do passado de povos indígenas americanos como um conglomerado de sociedades estáticas e isoladas, completamente despreparadas para lidar com as mudanças profundas desenvolvidas durante o período colonial . Pretendo, ainda, enriquecer a análise sobre a biografia de Baro; as características do relacionamento entre os índios nos aldeamentos como o que o acolheu; como ele lidou com a vantagem de "ser um índio" em sua trajetória entre os europeus; bem como a importância de seu

relato para uma renovação da imagem do "sertão" nos séculos XVI e XVII na América portuguesa, comumente associada ao "vazio", e que aparece na crônica de Baro como complexo, dinâmico e ciente do que acontecia no litoral.

Rio de Janeiro, 2005.

---

[*] Trabalho apresentado por James Emanuel de Albuquerque, aluno de mestrado do PPGHIS/IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para o XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH; Simpósio Temático Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares.

[1] FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões.* Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991
CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.
MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

[2] MELLO, Evaldo Cabral de *Olinda Restaurada.* Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1998p. 14

[3] LARA PEINADO. Frederico., RABANAL ALONSO, Manuel Abilio. "El Comentario de textos históricos". *In*: __. *Comentario de textos historicos*. 4 ed. Lérida: Dilagro, 1987.

[4] TEENSMA, B.N. "O Diário de Rodolfo Baro (1647) Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte". *Revista Ethnos.* Ano II, n. 3 Jul/Dez 1998

[5] Como podemos encontrar, por exemplo, em CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1984 – uma expedição, comandada pelos chefes militares Jan Corlisz Lichthardt e Baltazar Bijma, acompanhados de Mathijs van Keulen e Servaes Carpenter, assumiu, em 1633, o controle do forte dos Santos Reis, na capitania do Rio Grande, mudando o nome para *Castelo de Kuelen*, e entregando o comando para o capitão Joris Garstman

[6] José Honório Ribeiro, em nota à crônica de Neuhof, situa o destino da expedição como a região dos ribeiros do Assu, Mossoró e Apodi, hoje parte do estado do Rio Grande do Norte. NIEUHOF, Joan *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil.* Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues (p.354-Nota 450).

[7] MOREAU, Pierre., BARO Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias.* Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1979. Tradução e notas por Leda Boechat Rodrigues. Nota introdutória por José Honório Rodrigues.

[8] A maioria dos documentos relativos ao Brasil Holandês, ao se referirem aos "brasilianos", parecem indicar estarem se referindo aos tupis que habitavam os aldeamentos da costa. Os tapuias, termo tupi para designar os que não falavam tupi, recebendo a conotação de "outro", inimigo, habitavam o sertão. Categorias criadas no contexto colonial, englobavam cada uma várias etnias.

[9] ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu & Livraria Briguet, 1954

[10] CARVALHO, Alfredo Ferreira de. "Explorações Holandesas do Sertão Brasileiro" **.** *In.* _____ *Aventuras e Aventureiros no Brasil.* Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia., 1920. pp.125-128.

[11] BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil.* Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980. Fac-símile da edição do Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. Tradução e Notas de Cláudio Brandão

[12] BOOGAART, E. van den "Infernal Allies – The Dutch West India Company and the Tarariu – 1631 – 1654" *In***.** GALINDO, M. , ALMEIDA, L. S. (Eds.) *Índios do Nordeste Temas e Problemas.* Maceió, EDUFAL, 2000.

[13] Sobre esta trégua, registra Nieuhof (p.108): *"Em junho de 1641, o Conde Maurício e o Grande Conselho foram informados da conclusão de uma trégua de dez anos entre os Estados da Holanda e o Rei de Portugal, bem como de todas as cláusulas a ela pertinentes. Os termos desse tratado foram divulgados em todas as nossas Capitanias, por meio de proclamações, cessando, assim, as hostilidades de ambas as partes. Passaram, então, os holandeses a viver em boas relações com os moradores da Bahia, oferecendo-lhes amplas demonstrações de amizade, suficientes para convencer os portugueses de que jamais teriam motivo para temer, de nossa parte, qualquer infração da trégua pactuada.".*

Cidades de Papel: Diamantina e Juiz de Fora nos jornais. 1880-1914

James William Goodwin Junior[1] - FAFIDIA/UEMG/PPG-USP

1 - O modelo urbano da *cidade do progresso*

Cidade, objeto múltiplo, transformado pelas mãos humanas ao longo dos séculos. Artefato labiríntico, feito de edificações e de espaços vazios, da vida dos seus habitantes e dos sonhos que eles têm. Sempre uma construção humana, nela se representa a sociedade que a construiu e que (nel)a viveu.

Neste artigo pretendo discutir como cidades são re(a)presentadas através da imprensa, na virada do século XIX para o XX, momento em que o discurso urbanístico assumiu importância capital nos processos políticos e sociais do Brasil. Para isto, escolhi comparar duas cidades mineiras que, pelas semelhanças e diferenças, ajudam a vislumbrar as características e os problemas relativos à urbanização brasileira no período.

A escolha dos jornais como fonte privilegiada deve-se não apenas à quantidade de informações neles encontradas sobre a transformação das cidades brasileiras, mas principalmente pelo papel que a imprensa pretendeu desempenhar. “Missionária da civilização”, ela mesma elemento constituinte da *modernidade*, a imprensa chamou a si a tarefa de avaliar, corrigir e conduzir a transformação das cidades em um ambiente considerado *civilizado*. Embora voltada para um público leitor muito reduzido, a imprensa adquiriu em certos ambientes urbanos do período um prestígio e um impacto tais que lhe permitiram ir além do limite estreito da alfabetização.

Na Europa Ocidental, o século XIX foi marcado pela intensificação das reformas urbanísticas iniciadas desde o século anterior. Foram várias experiências de remodelação e reorganização de espaços urbanos, como em Viena e Londres. Mas foi a grandiosa e bem orquestrada transformação de Paris, sob o prefeito-engenheiro Eugène Haussmann, que sintetizou as aspirações e sonhos da nova cidade burguesa, tornando-se a referência ideal para as aspirações urbanas por todo o mundo capitalista.

Um aspecto importante da remodelação haussamanniana é o conceito de "cidade orgânica", planejada para funcionar como uma totalidade, concebida como uma entidade intrinsecamente articulada, em que cada espaço deveria representar um papel junto ao todo.[2] O (re)arranjo desse espaço urbano foi guiado por algumas idéias centrais: o embelezamento, o sanitarismo e a civilidade, nova postura dos habitantes à altura do novo espaço criado. O que implicava tanto na abertura de espaços públicos quanto na repressão aos comportamentos desviantes.

Este foi o modelo transferido pelas elites brasileiras da segunda metade do século XIX e início do XX. A realidade brasileira, porém, não comportava sua implementação plena. A ausência de uma revolução industrial, de uma modificação na estrutura da propriedade fundiária, a perenidade da exclusão social, tudo isso impediu que a cidade fosse, no Brasil, o centro irradiador da vivência burguesa capitalista.[3]

Mas não impediu sua transformação num símbolo da inserção brasileira no mundo capitalista. Fazendo-se necessária uma representação do progresso, as cidades prestavam-se ao papel de *vitrines*, pois ali se concentravam os *sinais visíveis da civilização*: a remodelação do espaço, os melhoramentos sanitários, os equipamentos e aparelhos tecnológicos, a cultura da civilidade. A remodelação que o prefeito-engenheiro Pereira Passos fez no centro velho do Rio de Janeiro tornou-se referência para o país, como também suscitou polêmicas desde sua época.[4] Em Minas Gerais, outro engenheiro da Escola Politécnica do Rio de Janeiro antecipou Pereira Passos: Aarão Reis pôde, sobre a terra esvaziada do Arraial de Belo Horizonte, traçar a *Cidade de Minas* como realização plena dos princípios urbanísticos europeus oitocentistas, ao menos nos projetos apresentados.[5]

Mas a nova capital não foi a única tentativa de implementar os princípios urbanísticos da Europa Ocidental em Minas Gerais. Duas cidades, cada uma pólo de uma diferente região, exemplificam aqui algumas características desse processo de adaptação das aspirações às possibilidades concretas de cada localidade, mescladas à exclusão social, ao mandonismo político, à concentração econômica.

Diamantina e Juiz de Fora, cidades que viviam momentos diferentes. Em ambas, porém, uma imprensa preocupada com a construção da cidade como moderna, bela e ordeira, saudável e progressista. Nessas *cidades de papel* apontarei como os principais jornais locais avaliavam o espaço urbano a partir da relação entre o passado e o futuro, entre o atraso e o progresso. [6]

3 - Juiz de Fora

A elevação da vila de Santo Antônio do Paraibuna ocorreu em 1850; Juiz de Fora não formou-se dentro da cultura barroca que marcou a região central de Minas Gerais. Vínculos existiam, pois a ocupação e a transferência de cabedais se deu a partir das famílias daquela região que migraram para a nova fronteira em expansão no sudeste da província, desde o final do século XVIII.[7] Mas a base de sua economia, a cafeicultura, promoveu uma relação muito mais forte com o seu porto de exportação, a Corte, principal centro urbano do país. Como todas as elites no Império, também as de Juiz de Fora miraram-se no exemplo carioca, reflexo brasileiro das idéias urbanas européias. Desde sua organização como municipalidade, os esforços foram no sentido de construir a identidade de Juiz de Fora como cidade moderna e civilizada. Uma identidade que, transformada, prolongou-se república adentro.[8]

Nesta representação de Juiz de Fora há uma relação construída entre o passado e o desejado futuro da cidade. No início do século XX, visto pelo jornal *Pharol* como a passagem do "*século das luzes*" para o "*século das surpresas*" (04/01/1901), o *Jornal do Commercio* abriu a primeira página de sua edição especial comemorando o desenvolvimento de Juiz de Fora:

> O Seculo XX // Commemorando a aurora do seculo XX o "Jornal do Commercio" presta, com o numero de hoje, um tributo devido aos que têm sido os obreiros do progresso desta nobre e generosa terra. // Em rapida synthese, o "Jornal" de hoje consagra o resultado proveitoso que a actividade humana colheu, na metade do seculo, neste valle fecundo do Parahybuna. // A todos os aspectos, esse resultado foi notavelmente feliz: na ordem moral, elle está affirmado nesse vasto movimento associativo que gira, quasi todo, em torno das mais altruisticas idéas; na ordem intellectual, na prosperidade da instrucção publica, na elevação do ensino, e, principalmente, na pujança da imprensa e das letras; na ordem material, pelo incomparavel movimento das industrias, pelo progresso dellas, fazendo de Juiz de Fóra um vasto emporio industrial, um campo illimitado á acção civilizadora do commercio; e na ordem politica, pela sua vigorosa iniciativa em tudo quanto haja interessado á victoria dos principios democraticos. // O seculo XX encontra esta zona de Minas transformada em centro de luminosa civilização; e, entretanto, ha apenas meio seculo que o trabalho humano abre nestas terras o sulco

> indelevel de sua acção. // Tem sido forte a geração que aqui vai imperando, e que, por isso, merecerá a consideração dos posteros. // Que os homens do seculo XX sejam herdeiros desse poder de iniciativa, dessa emulação vigorosa, dessa energia de vontade e dessas qualidades progressistas, eis os votos que fazemos ao assignalar o alvorecer do novo seculo. (*Jornal do Commercio*, 01/01/1901)[9]

O passado da cidade é curto e recente, apenas meio século. Sua herança, porém, é enorme: trabalho e progresso avassaladores. O futuro, a continuação da transformação da cidade e da região, através do trabalho humano, na construção de uma sociedade letrada e industrial, "*centro de luminosa civilização*" a clarear o futuro.

Mas quando a iluminação falta... A eletricidade parecia ter o dom de reformular o espaço da cidade, sendo os postes vistos como mais do que meros suportes para os fios e lâmpadas:

> Luz // Moradores do Largo do Riachuelo pedem-nos levemos ao sr. dr. agente executivo uma solicitação, que nos parece de toda a justiça seja attendida por aquelle digno chefe do municipio. // Allegam os mesmos que o largo está ás escuras ou mui fracamente illuminado somente pelas lampadas espaçadas da rua Direita, naquelle ponto, e assim pedem que sejam collocados, para illuminar o largo propriamente, tres postes, ao menos. // Achamos justo o pedido porque á noite, especialmente na presente estação chuvosa, o largo sem illuminação se torna um logar desolado, augmentando ainda mais a sua tristeza o coaxar incessante de sapos, em numero incalculavel, que encontram no terreno alagadiço daquella parte da nossa cidade excellente morada para darem seus *concertos vocaes*, o que, longe de deleitar os moradores do Riachuelo, póde leval-os ao desespero. // Contando com a boa vontade por parte do sr. dr. agente executivo em favor das familias do Largo do Riachuelo, aqui deixamos a reclamação. (*Pharol*, 28/11/1900)

Sem luz, a noite transforma a cidade num lugar desolado. A chuva completa o cenário, e o "*centro de luminosa civilização*" torna-se um espaço soturno e tenebroso, brejo ritmado por incalculáveis sapos coaxantes... Os melhoramentos urbanos, aqui representados pela energia elétrica, são a tênue barreira que mantém o passado rural, terrivelmente próximo, distante da *urbe* – impedindo o desespero de seus moradores.

A imagem do pântano, da lama, está presente ainda anos depois, num artigo que afirma os melhoramentos realizados na cidade, inclusive no mencionado Largo:

> O remedio radical para a lama de algumas ruas é o calçamento, obra para que tem voltado suas vistas o presidente da Camara, mas que não póde ser atacada senão parcialmente, e aos poucos, como se tem feito; e, para considerar quanto a esse respeito se tem melhorado, basta lembrar os grandes atoleiros da rua da Gratidão, do largo do Riachuelo e rua 15 de Novembro, hoje inteiramente extinctos, graças ao calçamento dessas duas importantes ruas. (*Diario Mercantil*, 11/02/1912)

Os textos aqui apresentados são apenas exemplos de uma tendência mais geral da imprensa local, tanto dos jornais de oposição quanto dos ligados ao governo da cidade. Propõe-se o distanciamento do passado da cidade: este é visto apenas como a base sobre

a qual se constrói o futuro. A natureza deve ser domesticada, a cidade deve ser melhorada, para que a luz da civilização possa alumiar o futuro de Juiz de Fora.

4 – Diamantina

No antigo Arraial do Tejuco, a situação era diferente: apesar do núcleo urbano ser mais antigo, seu desenvolvimento era menor que em Juiz de Fora. O período em questão foi de crise e redirecionamento sócio-econômico, conseqüência da queda do preço do diamante e do algodão.[10] As expectativas polarizaram-se em torno da ligação ferroviária ao centro-sul de Minas Gerais. Havia um consenso geral de que a cidade merecia e precisava de vários melhoramentos urbanos e do desenvolvimento econômico e social. A iluminação elétrica, por exemplo, só foi implantada em 1910.[11] Mas não havia um acordo quando se tratava de considerar aquilo que já existia, ou o passado local.

Para Juiz de Fora a virada do século foi um momento de avaliação e resgate histórico; em Diamantina a proximidade da locomotiva teve efeito semelhante. Num texto anunciando a esperada inauguração da ferrovia, detalha-se a região: dados geográficos, latitude e longitude, altitude e variações climáticas e pluviométricas. O espaço urbano é descrito e avaliado:

> A cidade possue mais ou menos 2000 casas com cerca de 12000 habitantes; possue 10 praças, 36 ruas e diversas travessas além dos arrabaldes. Todos os edificios, com poucas excepções, são de estylo colonial, sendo em geral as construcções pesadas e sem gosto, mesmo os templos, á excepção do do Coração de Jesus que é de alvenaria e de estylo gothico. // Nunca houve um gosto decisivo para o embellezamento da cidade, e, si há uma lei regulamentando as construcções nunca foi ella posta em execução, de sorte que as nossas construcções de hoje são iguaes ás de 150 annos atráz.
> A nossa rêde de exgottos é a mesma do tempo do Tejuco, feita de alvenaria de pedra secca, descarregando muitas galerias nas ruas, sem que tenham soffrido o menor melhoramento. A nossa distribuição d'água é pessima, antihygienica e rudimentar, resultando de um canal de levada d'água para exploração de jazidas auriferas do Tejuco e posteriormente destribuida a agua entre os habitantes por meio de canalizações de madeira, onde, com as chuvas, se infiltra toda a sorte de detrictos nocivos, donde o desenvolvimento de febres typhoides com caracter epidemico. // Há tambem diversas nascentes de escellente agua potavel dentro do perimetro da cidade, que são utilizadas pela população. (*A Estrella Polar*, 03/05/1914)

O autor parecia claramente empenhado em demonstrar o atraso da região, talvez para melhor realçar o potencial futuro a ser aberto pela ferrovia. Suas críticas balizavam-se em fundamentos do urbanismo *moderno* do período: embelezamento, sanitarismo, regulamentação. O passado é visto como um obstáculo ao desenvolvimento do futuro, tensão que se resolveria, para esse autor, da mesma forma que em Juiz de Fora: para a

frente. Uma visão, entretanto, que não era consensual. Na coluna "*Folhetim da 'Diamantina"*", no jornal de mesmo nome, Salles Mourão apresentou outra interpretação. Em suas "*Memorias Indeleveis*" descreveu assim a cidade, logo no primeiro capítulo:

> A Cidade // Diamantina, a cidade lendaria e graciosa que um sentimentalismo poético eleva sustentando o sceptro e a corôa rutilante de princeza do Norte, conquistados justamente pelo seu passado nobre e tradicional, pela riqueza do seu subsolo, e pela opulencia e magestada de perspectiva da sua natureza, assenta-se, indolentemente, em torno de uma collina, que recebeu o nome de St.º Antonio, a qual vai suavemente se extendendo até ás margens do rio grande, na base da sérra de S. Francisco. // As casas branquejam, n'um agrupamento aconchegado, aqui e alli, encantando a vista surprehendentemente. // Cidade antiga, ella desenha aos olhos do forasteiro uma paysagem amena e original. Levanta aos ares, com garbo e mysticismo, as torres das Egrejas, em cujas cryptas dominando o ambiente vasto das serras, a cruz symbollica da Redempção se ostenta, solemne e triumphante, no seu magnetismo miraculoso de resignação e caridade! [...] (*Diamantina*, 29/11/1913)

Antiga, lendária e graciosa, mas de infra-estrutura arcaica e rudimentar; um espaço físico que dificilmente adequava-se aos novos princípios urbanísticos, quer pela sua topografia acidentada, quer pela permanência do traçado colonial antigo. A relação do futuro com o passado era muito mais dramática para a imprensa em Diamantina do que em Juiz de Fora. Esta tensão fica patente num texto publicado alguns anos antes, também a propósito da chegada da ferrovia, prenunciando o inexorável progresso, inclusive a remodelação do espaço urbano. O autor é irônico, nostálgico e temeroso das conseqüências sobre os hábitos e costumes regionais.

> VÃO-SE AS TRADIÇÕES... // Dentro em pouco o grito estridente da locomotiva annunciará uma nova existencia à Diamantina. // Novos costumes, novas vestimentas, nova gente. // Todo o dia, ao arfar das caldeiras, o trem despejará uma onda de povo extranha nas estreitas ruas da velha e tradicional cidade, e do interior, procurando o caminho da costa, olhos admirados, corações satisfeitos e medrosos, os velhos e as crianças virão ver, pela primeira vez, o progresso invadindo o sertão solitário.
> Transformar-se-á o aspecto da cidade, mudará o seu vocabulario: e cada dia, com pedreiros e carpinteiros importados, ira perdendo o que lhe resta ainda do pittoresco, o ar dos bons tempos primitivos. // Os proprios filhos da terra, ao voltarem a patria, depois da entrada triumphal e ruidosa da locomotiva, custarão a reconhecel-a.
> O *Barracão*, velho mercado da cidade, será modificado. // Não veremos mais os tropeiros deitados ao meio das cangalhas, junto ao fogo em que ferve o feijão na panella de ferro suspensa à tripeça. // Não veremos mais, ás estacas, com os hombros em grandes chagas, sacudindo as moscas com as caudas, os cansados animaes, que transportam através de leguas, atravessando os rios e as areias ardentes, os alimentos necessarios aos habitantes. // Ahi, em breve, se erguerá um bello edificio, elegante e limpo, em que de tudo se encontre.
> Por toda a cidade, e mais ainda nas proximidades da estação da ferro via, como por encanto, se verá surgir uma nova população. // Casas se edificarão por toda parte. // O proprio commercio, modificando antigos habitos, aos ruidos constantes das manobras e ao sabor das noticias trazidas através de leguas e leguas, de todos os logares, perderá o seu feitio local. // Nada ficará sem soffrer a influencia estranha desse progresso que chega.
> Poder um homem, de cima de um cocuruto de serra, a mil e quinhentos metros acima do littoral, num dia, ir comer camarões e ostras á praia do oceano, é a alegria maior que se póde prometter aos sertanejos. // Pois terão isso.
> Em compensação, entretanto, aos poucos, irão perdendo o pittoresco quadro de um carro de bois, vagarosamente rinchando, pelas ruas da cidade; e talvez os filhos dos que por ahi andam não possam ver um desfilar lento de tropa, ao monotono ruido dos sincerros das *madrinhas*. // Terão, se quizerem ver isso, de ir além por serras e valles, a mais longinquos logares.

> O progresso tem isso. Pelo bem que nos traz nos priva de muita coisa bôa. // É verdade que o beneficio é sempre maior do que aquillo que perdemos. Mas... que querem? Nós nunca nos esquecemos do que vendo uma vez, gostamos. // Por isso é que, difficilmente, os olhos gostam de novidades.
> Tenham paciencia, porem, por esta vez. // Terão estradas de ferro, e, querendo, pode um velho garimpeiro barbado mudar de alimentação, passando do feijão com torresmos e angú aos camarões, ostras e badejos, com uma [sic] só dia de viagem!
> Não creio que goste. Si não achar bom, verá o mar, grande e tranquillo, a sacudir ruidosamente, onda sobre onda, a babugem branca das espumas alvas para a praia. // E isso, estou certo, lhe compensará a viagem.
> A verdade, porém, é que a Diamantina actual será absorvida pela Diamantina futura. // Ahi vai a nova cidade em trem de ferro!
> Tu, porém, cidade antiga, tu viverás veneranda na memoria dos moços e na saudade dos velhos. // Falarão de ti através dos tempos, e ficarás gloriosamente lembrada nos escriptos daquelle que te tornou immortal – Joaquim Felicio dos Santos. // E crescerás, perdendo em costumes locaes, na tradição que te fez respeitada pelas tuas legendas. // No dia em que a nova cidade chegar, tu pódes desapparecer tranquilla, porque morres com glória. // Aldo Delfino. (*A Idéa Nova*, 01/08/1909)

O trem de ferro ainda não despejava seus vapores sobre Diamantina, mas esta já vislumbrava suas manobras. Aqui estão presentes as idéias mais generalizadas sobre a modernidade *fin-de-siècle*: o desenvolvimento tecnológico, o avanço do comércio, a abertura ao cosmopolitismo – tudo significando a ruptura com o passado, o qual será inevitavelmente tragado pela cidade futura. Aldo Delfino sugeria completa afinação com a ideologia do progresso. Mas embora reconheça a irreversibilidade da História, entendida como a expansão da civilização moderna, este autor não deixa de ressentir-se de seus efeitos. Para ele, o progresso traz muitas coisas boas, mas toma outras tantas também; especialmente, parece-me, ele sofre a perda daquelas coisas que dão identidade à sua região.

O aspecto da cidade muda, obra de mãos estrangeiras/estranhas; muda também seu vocabulário, e mesmo – clara compreensão dos mecanismos da expansão capitalista – os hábitos de consumo. O progresso a tudo abarca, e nem mesmo a gastronomia local sobreviveria, como ironicamente sugeriu nosso articulista. As madrinhas dos tropeiros, os barulhentos carros de boi, ruídos que a locomotiva relegará aos cantos distantes e atrasados; eis aí sua intuição de que o progresso não é linear, mas convive com o passado, empurrando-o para os lugares às margens da História, numa imagem quase euclidiana.[12]

O autor confessa seu saudosismo, ao mesmo tempo em que se volta para o que virá. Seus olhos são os de um homem do passado, que tristemente enxergava o futuro inevitável. Aldo Delfino ecoava a angústia daqueles que enxergavam o anjo da História a acumular detritos sob seus pés.[13] Para ele, ao passado sobraria um só lugar: a “memória dos moços”

e a "saudade dos velhos". Mesmo que de forma um pouco mais carinhosa, também Aldo Delfino via o passado condenado à tirania do futuro.

Parece-me haver parâmetros e expectativas em relação à cidade, comuns aos *homens de imprensa* das duas cidades. Mas há também diferenças, exemplificadas na relação entre o passado e o futuro. Para a imprensa juizforana, o passado deve ser deixado para trás em direção ao iluminado futuro da indústria e do progresso. Em Diamantina, a tensão é maior: a permanência do traçado colonial urbano dificulta os melhoramentos diamantinenses – mas representa também uma tradição que identifica a cidade.

O futuro e o passado travam uma guerra, para determinar a face urbana e o feitio do mundo – marca da chamada modernidade de então. Hoje, nós historiadores somos desafiados pelas tensões, por exemplo, entre a preservação do patrimônio histórico-cultural e o desenvolvimento urbano. Estudar aquele outro fim de século pode ajudar-nos a pensar em alternativas para a construção de outra relação entre passado e futuro, representada num espaço urbano diferente e numa vivência cidadã mais ampla.

---

[1] Mestre em História, UFMG; Doutorando em História, USP. Professor de História na FAFIDIA /UEMG.
[2] Diferentemente dos princípios iluministas do século XVIII; ver sobre isso PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização. IN: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do Século XIX*. São Paulo, EDUSP, 2001, p. 65-101.
[3] Para a transferência do modelo urbanístico francês para outras cidades, ver SALGUEIRO, Heliana Angotti, op. cit., onde há exemplos europeus e destaque para Belo Horizonte.
[4] Por exemplo, MEADE, Teresa A. *"Civilizing" Rio*. University Park, Pennsylvania State University, 1997.
[5] Sobre a construção de Belo Horizonte, ver, entre outros, DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Belo Horizonte: horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996.
[6] Os jornais diamantinenses encontram-se em dois arquivos: o Acervo Soter Couto, da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha /UEMG; e a Biblioteca Antônio Torres, IPHAN-Diamantina. Os jornais juizforanos estão no Setor de Memória, Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Juiz de Fora, MG.
[7] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira. 1710-1870. Bauru, EDUSC, 2005.
[8] GOODWIN Jr., James William. Pedra, papel e perfume francês: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada. 1850-1914. Mesa-Redonda: Propriedade e Poder na Zona da Mata Mineira. I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira. CES-JF. Juiz de Fora, 27-29 de junho de 2005. [CD-ROM]
[9] Posteriormente, os artigos publicados nos primeiros números de 1901, a propósito da efeméride, foram compilados pela redação do jornal num livreto intitulado *Juiz de Fora no Seculo XIX*. Setor de Memória, BMMM, Juiz de Fora, MG.
[10] MARTINS, Marcos Lobato. Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1970. Orientador: Antônio Penalves Rocha. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, FFLCH / USP, 2004.
[11] Ver, entre outros, SOUZA, José Moreira de. *Cidade: Momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo, Marco Zero, 1993.
[12] Ver CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. São Paulo, Martins Fontes, 1999. Para um estudo sobre os sons urbanos como sinais da tensão entre passado e futuro, ver DUARTE, Regina Horta, 1997. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João Del Rei. Notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. *Varia Historia*. Belo Horizonte, Departamento de História / FAFICH / UFMG, nº 17, p. 71-79.
[13] Cf. a imagem do Anjo da História. *Walter Benjamin — Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 222-232.

"CULTURA POLÍTICA" DO PARTIDO DOS TRABALHADORES [i]

JANAÍNA C.S. VARGAS HILÁRIO

O termo "cultura política"[1] refere-se a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população. O conceito pode ser entendido como um universo de percepções, sentimentos, atitudes, crenças, compromissos que definem o comportamento de um grupo, de uma instituição ou de um regime político, que segundo Serge Bertestein: "(...) *se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais, símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas*"[2].

A perspectiva, portanto, do uso do conceito de *cultura política* é resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum. Mais que isso, é uma categoria analítica que permite estudar os comportamentos de um grupo político; assim como perceber se este mesmo grupo – ou instituição – pretende elaborar e estabelecer uma nova *cultura política* para a sociedade a qual se insere.

Minha pesquisa de mestrado toma o conceito de *cultura política* para estudar o Partido dos Trabalhadores na cidade de Londrina, com a intenção de pensar os elementos culturais presentes no Partido (documentos, símbolos, bandeiras, vocabulário, rituais, ideologia, valores e crenças), mas também indagar sobre a pretensão do PT em formar uma possível *cultura política* específica no país.

A escolha por este objeto não foi aleatória, deveu-se ao fato desta instituição se colocar como precursora de uma "cultura diferenciada", por ser um partido único e diferente dos restantes: "*possivelmente, caso único no mundo, o PT reuniu marxistas e cristãos desde o início, apresentando uma composição bastante heterogênea que pretendia reunir todos os grupos de esquerda descontentes (...) aspirava ser radicalmente diferentes dos partidos políticos*"[3]. Além de que o seu processo de formação estaria ligado a uma nova idéia de

esquerda[4] para o Brasil, rompendo com os partidos de vanguarda. O PT pretendia nascer como o primeiro partido de massas, possuindo uma participação de todos os membros e não somente de uma elite intelectual "*o nível de participação dos membros do PT é incomum na vida política brasileira*"[5]. Margaret Keck deixa claro no próprio nome de sua obra, que o Partido dos Trabalhadores pertence a uma "lógica da diferença". Além disso, a formação do PT está relacionada a um fenômeno sócio-político batizado como "novo sindicalismo", construído em distinção e em oposição ao velho sindicalismo populista dos anos 1945-1964. Uma outra importante constatação é de que o Partido surge através da junção e participação de alguns movimentos sociais, que trazem em seu título também a palavra novo: os "novos movimentos sociais" da década de 1980. O PT, portanto, é formado no momento em que a conjuntura política apresenta ao Brasil: a nova esquerda, o novo sindicalismo, os novos movimentos sociais, não é á toa que a instituição também foi rotulada de nova.

No entanto, as práticas atuais vêm colocando em xeque esse discurso do "novo", ou seja, do PT como um Partido "novo" ou "diferente dos restantes". E algumas questões podem ser elencadas para pensarmos as transformações que o PT vem sofrendo, como também refletir o rompimento da agremiação com seus valores culturais originais.

Uma primeira análise está relacionada com o aspecto dinâmico da cultura, esta muda para solucionar problemas sociais e políticos do presente. O processo de burocratização do partido está intimamente associado às mudanças culturais: "(...) *os partidos são levados a sacrificar o seu programa para se manterem no poder ou simplesmente na existência*"[6]. O partido não pode, segundo Bourdieu, ser consagrado a virtudes exclusivas, para não se ver excluído do jogo político e da participação do poder, à medida que a política se profissionaliza, e que os partidos se burocratizam, a luta pelo poder político torna-se mais intensa, a agremiação passa ter a necessidade de se adequar aos novos momentos, alterando seu programa, conseqüentemente, sua "cultura partidária". Serge Berstein reforça essa idéia ao constatar que só os grupos minoritários se condenam eternamente à oposição, já um partido político importante, em condições de exercer o poder,

é sempre levado a articular compromissos mesmo com adversários, procurando apoio em diversos meios sociais[7].

Indagar sobre as modificações culturais de uma instituição implica perceber os motivos que levaram a essas mudanças. Assim, não se pode tomar o conceito de *cultura política* sem considerar a relação com o contexto institucional e histórico em que é formada essa cultura.

A apropriação do discurso do "novo" executada pelo PT nos induz a questionar os discursos preconizados pelos movimentos sociais e pelos sindicatos da década de 1980. O *novo sindicalismo* (representados, especialmente, pela *Oposição Metalúrgica de São Paulo* e pelo *Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo)* foi caracterizado como autêntico, autônomo e independente do Estado. A contraposição é feita em relação aos sindicatos do período 1945-1964, caracterizados como *pelegos* e atrelados ao Estado. No entanto, tanto Marcelo Badaró Matttos[8], quanto Marco Aurélio Santana[9] apontam elementos que questionam rupturas dos sindicatos pré 64 com os sindicatos dos anos 80, mostrando possíveis continuidades, contrariando a idéia do novo. Badaró ao explicar as atuações dos trabalhadores em comissões de fábrica, por exemplo, permite pensar que de fato não existiu uma atuação firme e independente do sindicato, mas sim comissões de fábricas, localizadas no trabalho, ou seja, organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Mas não há como deixar de salientar a importante representatividade das lutas dos trabalhadores no início dos anos 1960. Santana nos afirma que há estudos recentes, indicando que a prática comunista e, como decorrência, pelo menos a da parcela hegemônica do sindicalismo do pré-64, não pode ser caracterizada por um afastamento das bases nas empresas: "*Ao contrário, os militantes de base do partido e dos sindicatos intensificaram a constituição de um sem-número de organismos dentro dos locais de trabalho, que serviram de elo de ligação entre o sindicato e a base, reforçando a pressão desta sobre aquele*"[10]. As pesquisas, ressalta o autor, apontam ainda que apesar das dificuldades, os comunistas tentaram se implantar também nas empresas.

Com base nos dados citados e outros levantados pelos autores, pode-se notar que o "novo sindicalismo" não foi tão novo assim, embora seu contexto tenha sido particular e proporcionado uma ação maior dos trabalhadores se comparada ao período pré-64. Pensar o discurso no novo como algo criado para legitimar as práticas sindicais dos anos 80 implica pensar também o papel do PT nesse processo, pois este usou o mesmo discurso para se estabelecer como o mais novo partido de esquerda do país.

Se compararmos os movimentos sociais e as relações políticas da década de 1980 com os movimentos sociais e as relações políticas estabelecidas entre a sociedade e o Estado a partir da década de 1990, podemos encontrar explicações sobre as mudanças culturais do PT. O legado dos anos 80 refere-se ao um espaço público onde se difundiu uma "consciência do direito a ter direitos", as práticas sociais buscaram uma cidadania através da luta, conquista e reivindicações de direitos, configurando uma nova cidadania. Mas claro que essa configuração política, por não ser estática e sofrer as mudanças históricas, será alterada, contribuindo para o surgimento de novas exigências. Os movimentos sociais dos anos 80 foi regido pela confrontação com o Estado; os dos anos 90 pela negociação[11].

Os novos mecanismos de representação (Conselhos, novos movimentos sociais, ONGs) reestruturaram as relações entre sociedade civil e estado, assim como ampliou os espaços públicos de participação, proporcionando novas formas de regulação da vida social, contribuindo para o surgimento de novas diretrizes políticas que reinventam e reordenam os partidos políticos, traduzindo a diversidade da sociedade. É claro que essas novas relações entre sociedade e Estado, a nova visão que se passa a ter do que é política interfere nos valores de um partido político, neste sentido, a "cultura política" do PT é influenciada diretamente, pois para sobreviver, um partido precisa se adequar às novas conjunturas (ao menos que ele queria permanecer inteiramente na oposição): *"(...) ceder ao peso da realidade, aceitando algum espaço para respirar e talvez algumas pitadas de poder (...) ao preço de conformar-se a uma posição subordinada: ou tentar sustentar autonomamente uma identidade, ao preço de continuarem fracos, ineficazes e permeados* de contradições

(...) *Talvez a experiência brasileira com o Partido dos Trabalhadores seja o exemplo mais substancial desta combinação*"[12].

Todas as questões aqui apresentadas serão importadas para o contexto institucional e histórico da formação e consolidação do PT na cidade de Londrina, fazendo uso deste espaço como uma região epistemológica e não geográfica. A intenção é resgatar uma memória política de homens que se reuniram sob o discurso do "novo". Porém, quem são os homens que reproduziram a experiência de São Bernardo do Campo ao formar um partido em Londrina? São intelectuais, a elite, os trabalhadores? O *novo sindicalismo* esteve presente? E os movimentos sociais, como foram articulados pelo Partido? A Igreja Católica e a *teologia da libertação* também se agregaram ao PT londrinense? Quais foram os elementos culturais (vocabulário, ritos, símbolos, crenças, valores)? Se o Partido pretendeu construir uma *cultura política* diferenciada, ele rompeu com o discurso da política até então existente em Londrina? E como o PT neste município tem se adequado às novas configurações políticas da década de 1990 e com o seu processo de burocratização?

---

[i] HILARIO, Janaina C. S. Vargas. Mestranda em História Política. Universidade Estadual de Maringá.

[1] Para uma discussão sobre o conceito cultura política ver: ALMOND & VERBA. **The civic culture**. Princeton: Princeton University Press, 1963; RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, RJ, n.45, 1º sem. 1998, pp.71-92; KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 23, 1999.

[2] BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p.89.

[3] LACERDA, Alan Daniel F. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados,** Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 1, 2002, p. 48.

[4] O conceito "esquerda" aqui utilizado está baseado na teoria de Norberto Bobbio na sua obra **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. SP: Ed.UNESP, 1995.

[5] KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991, p. 143.

[6] BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 3ºed. Rio e Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 196.

[7] BERSTEIN, Op. Cit.

[8] MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

[9] SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: o "novo sindicalismo" e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

[10] Idem, p. 147.

[11] PAOLI, Maria C. & TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia & DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, pp.103-147.

[12] EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos,** CEBRAP, vol.2, n.4, 1984, p. 17.

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA:

A IDÉIA DE EDUCAÇÃO MUSICAL DA ELITE IMPERIAL NO BRASIL[1]

JANAINA GIROTTO DA SILVA[2] - PPG-UFRJ

VERDADE

A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez(...)
Carlos Drummond de Andrade

Procurando compreender as relações da criação do Conservatório de Música (os músicos que dirigiam esta instituição) com a elite política imperial brasileira, é que propomos em principio, uma analise da idéia de educação musical que foi organizada na corte do Rio de Janeiro.

Considerando que o Conservatório de Música foi organizado seguindo padrões elitistas e enquanto uma realização de um grupo social condutor da política nacional, elegemos para esse momento, analisar a concepção de educação musical que perpassa as camadas abastadas dirigentes no século XIX.

Para tanto, temos como fonte privilegiada os relatórios dos ministros do império, a começar em 1833, ano em que o então ministro Antônio Pinto Chichorro da Gama, diz: "(...) convem crear neste Estabelecimento huma Aula de Musica, onde o talento dos Brasileiros, tão propensos ás Bellas-Artes, possa n'este ramo desenvolver-se, e aperfeiçoar-se." [3]

O ministro Chichorro, refere-se por "Estabelecimento" à Academia Imperial de Bellas-Artes. Neste documento é possível verificar que a primeira idéia foi criar uma escola de música dentro da AIBA – Academia Imperial de Belas Artes, e não uma instituição independente, mostrando que não se separava música das belas-artes, sendo

tratada em boa parte da documentação, tanto oficial como informal, como um conjunto, respeitadas as devidas especificidades de cada área.

Educação musical, no sentido em que estamos trabalhando, quer dizer musicalizar, e não apenas ensinar através da música, mas para além da utilização da música por parte da política, vemos emergir projetos para a institucionalização do ensino musical.

Em primeiro lugar, nos chama a atenção nessas breves considerações, a data em que vemos surgir no âmbito do Estado, a proposta de criação de um estabelecimento para a aula de música. Muito cedo surgiu a proposta de criar uma escola profissionalizante de música. Em segundo lugar a disposição da elite imperial de criar tal estabelecimento observando as condições sociais do país. Por último, entender como esse projeto estava inserido na construção do imaginário monárquico, identificado com o modo pelo qual a elite pensava a construção da nação e identidade nacional.

O Período Regencial é um velho conhecido dos historiadores por suas crises institucionais e sociais, época seguida à abdicação do imperador, em que muitas questões de ordem aparentemente mais urgentes compunham a preocupação do governo. Porém, como destaca Marco Morel, [4] para além da imagem de anarquia e desordem, este período "pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos da história do Brasil".

Concordamos com Morel, por verificarmos o surgimento das mais variadas propostas e preocupações tanto por parte do governo quanto por parte da sociedade em geral, são questões que nos aparecem hoje, como a educação musical.

Um dos elementos importantes que compunha a preocupação da elite, foi sem dúvida, a questão da instrução e educação, e dentro desse vasto campo, encontra-se a educação artística e musical.

O trabalho de Alessandra Frota Martinez[5] sobre instrução e educação pública primaria, nos mostrou como os dirigentes imperiais preocupam-se com a formação básica da população, em especial a da corte. A autora revela que o sentido de instruir era antes de tudo, dar educação ao individuo, desenvolver seus princípios morais e religiosos, para com isso incentivar o progresso e o bem estar do individuo, fortalecendo seu caráter e tornando-os responsáveis por si mesmos.[6]

O que essas idéias revelam, e o que é ressaltado pela autora, que se tratava para o Estado de uma questão de defesa pessoal, é a manutenção da ordem pública. E o ensino da música pode ser considerado dessa forma, como um dos elementos que buscavam alternativas para a solução para a manutenção de uma ordem social que se tornava mais complexa e múltipla, agindo como um elemento unificador da cultura civilizadora.

Essas discussões mostram uma outra reorientação na organização social da música e do musico que até a segunda metade do século XIX, quando há a consolidação institucional da escola de música, tem suas atividades musicais e seu ensino voltado essencialmente para funções religiosas, isso quer dizer que se fazia música para o oficio religiosos e mais, a formação técnico-musical estava ao encargo dos jesuítas, mestres de solfa em seminários, mestres de capela nas matrizes e catedrais, e professores particulares. [7]

Em Minas Gerais durante o século XVIII, por exemplo, os aprendizes participavam de agrupamentos musicais, acompanhando seus respectivos mestres já nos ofícios e funções musicais, lembrando em boa medida as corporações de ofícios da Europa, mas ressaltando que não se tratava dessa típica organização européia.

A noção de Conservatório de Música, como a conhecemos hoje e que foi implementada no Brasil em meados do século XIX, nasceu na Europa, especificamente na França, servindo de modelo direto para a implementação em nosso país.

O Conservatório de Música foi criado por decreto imperial em 27 de novembro de 1841, e passou a funcionar efetivamente apenas em 1848. Apesar da distância entre criação e funcionamento, o Brasil teve um dos primeiros conservatórios da América, e não muito distante também da data de criação de muitas escolas musicais no resto do mundo.

A França teve dois modelos fundamentais, o primeiro é a *École Royale de Chant* criada em 1783, e a *École pour la Musique de la Garde Nationale* em 1792, que mais tarde se tornaria o *Institut National de Musique*, que segundo Antônio Ângelo Vasconcelos, foi a "primeira instituição moderna organizada em bases nacionais, livre de dinheiro oriundo de fundos de caridade, com uma estrutura inteiramente secular." [8] Outras escolas de música na Europa, também surgiram em períodos não muitos distantes dessas datas, na Alemanha em 1771, na Inglaterra também existiram dois modelos distintos, uma criada em 1762 e a outra em 1774, porém com o padrão de ensino que foi adotado no Brasil demoraria a chegar à Inglaterra, devido à cisão entre duas propostas. [9]

Outros foram criados ou reorganizados no século XIX, como o conservatório de Bruxelas em 1832, Florença em 1861, Turim em 1867, Berlin em 1882, Leipzig em 1843 (fundada por Felix Mendelssonh) o de Munique, reorganizado em 1867 e o de Lisboa criado em 1835 por D. Maria. Os conservatórios da Itália e Portugal tiveram um contato direto como o do Brasil, sendo matrizes importantes, o primeiro por fazer predominar sua música-estética e o segundo por legar importante herança cultural, sobretudo no âmbito religioso.

Com isso, o entrelaçamento de duas culturas que aqui se somaram formou um ambiente musical singular e o processo de alargamento do mundo profano foi misturando-se até chegar às práticas religiosas. Antônio Augusto em um estudo sobre *Música e Identidade Nacional*, busca conhecer o papel da música no processo de formação da noção de nação no Brasil. Neste trabalho, mostra que o Estado aparece como um

regulamentador das atividades musicais, mas também ressalta entrada do profano, como árias das óperas, nas cerimônias da Capella Imperial. [10]

A chegada de novas idéias sobre música e ensino no Brasil foi facilitada pelo intenso fluxo de viajantes estrangeiros no país. Fato é que, no inicio do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se e começou a vivenciar novas formas de sociabilidades, influenciadas também pela presença de inúmeros estrangeiros, os quais apenas no setor da música, marcam presença como professores, afinadores, estabelecimentos comerciais, instituições e, sobretudo os teatros. [11]

O próprio desenvolvimento urbano propicia que as atividades musicais intensifiquem-se e a grande circulação de informações possibilitada com a incrementação da imprensa fornece o novo rumo que a sociedade brasileira, sobretudo a elite política desejava dar a sua cidade. As atividades ligadas ao setor da música crescem, tornando-se elaboradas, fazendo com que as tipografias preocupem-se com a edição de obras musicais para consumo de profissionais e amadores. Em tempos de "papéis incendiários" que tomavam conta do espaço público para difundir opiniões políticas liberais, também a cultura musical encontrava seu espaço de difusão.

A critica musical intensifica-se, mas esse espaço que na Europa é ocupado pelo músico, aqui na cidade do Rio de Janeiro foram feitas por escritores como Martins Pena e Machado de Assis nos jornais da cidade, que segundo Luiz Antônio Giron[12], caracteriza-se por seu diletantismo, superficialidade e frivolidade. Apesar disto, no final do século encontramos alguns músicos começando a encontrar espaço para comentar os concertos que estavam acontecendo na cidade, como é o caso da *Revista Musical e de Bellas-Artes* publicado por Leopoldo Miquéz e Arthur Napoleão. É importante ressaltar que Miquéz com a proclamação da república torna-se o novo diretor do antigo Conservatório de Música, renomeado na mudança de regime para Instituto Nacional de Música.

A corte passa a ser o centro irradiador e atrativo de uma cultura, inspirada também no modelo francês de sociabilidade, onde se constroem a arte da etiqueta e da civilidade. O segmento social abastado adotou então, novas normas de comportamento, modificando assim, a conduta cotidiana. Passou-se a vivenciar, tanto nas esferas privada como na pública, hábitos que passaram a sustentar novos modelos de pensar e agir, criando uma nova lógica para as relações sociais.[13]

A criação de um conservatório de música tornava possível atender aos novos tempos de renovação musical que surgiram no Brasil, espelhando reformulações que a elite intelectual brasileira estava vivendo perante as novas propostas de civilização promovidas assim por seus agentes.

Houve, portanto uma racionalização e uma burocratização do Estado pelo poder público, implementando ações que visam criar um "mecenato oficial" para auxiliar na elaboração de símbolos nacionais e afirmação de uma identidade pátria.

Com iniciativas como a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Arquivo Público do Império em 1838, a fundação do Museu Nacional em 1818 e da Academia Imperial de Bellas-Artes em 1826, podemos perceber o movimento que estatizou também instituições de caráter eminentemente cultural, artísticas e científicas. [14]

Porém, somente a partir do reinado de D. Pedro II ocorre a sistematização da intervenção do Estado, que mantinha em seus quadros artistas e escritores, além de membros do IHGB ligados diretamente à administração pública. E esse tipo de participação não se configurava apenas como instrumento de aparência, mas pela efetiva presença dos ministros do império nas reuniões do Conservatório de Música. [15]

Um caso bem conhecido foi o de Manoel Araújo Porto Alegre, o mais conhecido diretor da Academia Imperial de Bellas-Artes, importante figura no meio artístico na corte, foi também o representante diplomático do Brasil na Prússia. Antes de seu embarque

para o exterior recebeu de Francisco Manoel da Silva[16], uma carta de agradecimento por sua ajuda à arte nacional e especificamente ao desenvolvimento da arte da música. [17]

É importante perceber também, que a ação individual constitui relevante papel para o funcionamento da lógica paternalista que permeia as relações políticas no Brasil. E mesmo considerando a dimensão individual é interessante articulá-la a estratégia do segmento a que pertence. Por isso o entendimento da criação do conservatório de música mostra-nos o desejo de dois segmentos sociais, um que procurava formas de disciplinamento, e outra que procurava sustento material através de um processo de profissionalização musical.

---

[1] O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq Brasil.

[2] Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[3] Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa em 1834, pelo ministro Antônio Pinto Chichorro da Gama. Disponível em http//brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html.

[4] MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 9.

[5] MARTINEZ, Alessandra Frota. Educar e instruir: a educação popular no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Historia Social da UFF. p. 53.

[6] MARTINEZ, A. Op. Cit. p. 73

[7] BINDER, F. CASTAGNA, P. T*eoria musical no Brasil: 1734-1854.* Revista Eletrônica de Musicologia. Vol. 1.2/dezembro de 1996. p. 12.

[8] VASCONCELOS, Antônio A. *O Conservatório de Música; professores, organização e políticas.* Lisboa: Instituto de Inovação educacional. 2002. p.42.

[9] ARNOLD, Denis. Education in Music. In Stanley Sadie org. The New Grove Dictionary of Music e Musicians, 6, Londres, Macmillan Publishers Limited, p. 19.

[10] AUGUSTO, Antônio. Música, Nação e Identidade no Brasil do Segundo Reinado (mimeo). Este texto foi gentilmente disponibilizado pelo autor, que também tem sido um importante interlocutor no trabalho sobre o Conservatório de Musica do Império.

[11] TABORDA, Márcia. *Introdução do violão no Rio de Janeiro – Constituição da técnica e repertório de concerto.* Revista Brasiliana. Academia brasileira de música. RJ, n° 15; set. 2003. p 12.

[12] Martins Pena publicava no Jornal de Commércio e Marchado de Assis no Diário do Rio de Janeiro. A respeito dessa literatura existe um estudo a respeito da formação da critica musical e cultural do século XIX ver: GIRON, Luiz Antônio. *Minoridade Critica: A ópera e o Teatro nos folhetins da Corte: 1826-1861.* São Paulo; ed. Ediouro, 2003.

[13] ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte.* Lisboa, Presença editorial, 1995.

[14] Sobre o processo de criação dessas instituições, questão da construção da nacionalidade e o Estado brasileiro ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional.* Estudos históricos, n° 1, p. 5-27, 1988. E a relação entre nação e nacionalismo ver: HOBSBAWMN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* RJ: Paz e Terra, 1900.

[15] Conforme as atas de reuniões dos professores do Conservatório de Música, depositadas no Museu D. João VI. Inclusive, houve o cancelamento de uma reunião porque o ministro do Império não pode comparecer à reunião.

[16] Francisco Manoel da Silva foi uma das figuras mais importantes no meio musical na corte do Rio de Janeiro, responsável pela criação do Conservatório de Música e autor do Hino Nacional Brasileiro.

[17] Esta carta encontra-se na Biblioteca Nacional-Setor de Manuscritos, catalogada sem referência de data, mas sabemos que Manoel Araújo Porto Alegre foi para a Prússia em 1859, possível data de elaboração deste documento.

UMA NARRATIVA DA NATUREZA: O MUNDO DAS LUZES E SUAS SENSIBILIDADES

Janaina Zito Losada[1]

> O longínquo é a distância no espaço e no tempo, é a referência a homens de outros tempos e lugares evocados pela força do pensamento e da imaginação.[2]

Convido a refletirmos o pensamento ilustrado através dos sentidos e sentimentos dos homens em relação à natureza. Utilitária, imersa na ordem da economia e das idéias setecentistas, a imagem da natureza, científica e moderna, deixa pouco espaço para a percepção de outros universos adjacentes a esta experiência. É a experiência do sentido, que através dos suspiros e debaixo da distância desejada pela objetividade das luzes, se deixa notar.

A paixão, desejo ou aversão, prazer ou dor, movimento irregular do espírito animal, como no vocábulo da Enciclopédia Francesa de Diderot e D´Alambert, tocou as experiências e as idéias dos homens de letras da sociedade imperial portuguesa, e marcou as viagens de observação e de posse dos territórios coloniais. Viagens filosóficas, já tão dissecadas pela historiografia brasileira ou portuguesa, viagens que produziram intensa e diversificada documentação, viagens oficiais, realizadas por funcionários da coroa, doutores formados em Coimbra, com o objetivo de observar, delimitar, descrever tudo o possível, para melhor administrar e enriquecer. Era o enriquecimento da coroa que estava em jogo, e também o enriquecimento das ciências.

Missões oficiais, as viagens filosóficas, afastam-se de toda a idéia de viagem contemporânea. De início duravam anos sendo repletas de transtornos! Problemas com as hospedagens, ou com as sociedades que recebem estes viajantes, problemas com o transporte nas travessias de rios e cachoeiras, problemas com o grupo que o acompanha, problemas de saúde, são experiências comuns em vários documentos que relatam tais

viagens. Para está análise escolhemos duas viagens, realizadas em diferentes continentes, em diferentes tempos, por um mesmo homem. Mato Grosso, 1780. Moçambique, 1798. Francisco José de Lacerda e Almeida, astrônomo, doutor em Coimbra, governador dos Rios do Sena em Moçambique. Nascido na cidade de São Paulo, sua biografia esteve marcada pela viagem ao Mato Grosso, sendo a expedição pela África, apenas mencionada por Maria Beatriz Nizza da Silva no Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil[3].

Mais penosa, mais trabalhosa, a expedição pela África vai ficar inconclusa, o viajante morre, a comitiva se desfaz, não se cumprem os desejos iniciais. Prazer e dor acompanham o viajante, desejo, frustração e desespero!

Se acompanharmos o verbete paixão da Enciclopédia, nos deparamos com as doces cores da paisagem, a percepção de suas belezas, a satisfação dos desejos[4].Busca incessante do século XVIII, marcas na pintura e na poesia, certamente um universo que afeta também os homens de ciência e denotam as marcas de um tempo. O astrônomo, em sua paixão pelo conhecimento, dialoga com o pensamento clássico, citando: Cícero, Demóstenes, Plínio, Horácio e Hipócrates. Tradição do pensamento setecentista a citação da filosofia antiga vinha trazer erudição e monumentalidade aos áridos relatos acadêmicos. Vinha mostrar seus desejos. Desejos na descrição da natureza.

As águas boas e cristalinas do lago Tucunaré, Mato Grosso, em 12 de outubro de 1781, trazem para Lacerda de Almeida a calma em meio a uma viagem que acabava de sobreviver a um ataque indígena. A abundância da caça, que excedia a necessidade dos homens, também trazia certa tranqüilidade, assim das 260 tartarugas “viradas” pouco menos de 100 foram recolhidas às canoas. Tranqüilidade que precedia as 70 léguas, e dezessete cachoeiras que o viajante levaria setenta dias atravessando no Mato Grosso. Desejos satisfeitos o viajante passou 8 anos reconhecendo e estudando os terrenos e

medindo e demarcando as posições de um mapa. Lugares, longitudes, solos, vilas, cachoeiras, no discurso do astrônomo, as regras de um tempo.

Marcadas pelo estado e suas instituições, estas regras do discurso, na produção de relatos, cartas e memórias foram seguidas pelo viajante nas duas viagens que analisamos. Na África escreve até sua doença o impedir, até a morte se aproximar. Na tradição dos diários de viagens, lemos as notas feitas para a garantia da memória, observações que ajudavam a constituir o método das ciências, e informar ao estado sobre suas próprias terras. A localização dos gentios Munducurus, animosos nas linhas do seu diário, a descrição de altíssimas barreiras de ocre de cores diferentes, as fortalezas e os povoados que encontrava pelo caminho[5].

Os homens de ciência deveriam notar a longitude e latitude do lugar, o céu, o seu clima, as suas dimensões, a sua situação a respeito dos pontos cardeais do mundo, a sua figura, passando à observação e descrição de coisas mais particulares, os montes, a natureza dos terrenos, os homens e por fim a estrutura do terreno. Quanto à natureza do terreno, sugerem as Instruções aos Correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa:

> ...devem expôr, quaes são os animaes terrestres, volateis, e insectos de todas as especies, que nelle se produzem e habitão; quaes os vegetaveis, que nelle nascem; quaes são os mineraes, que das suas entranhas se costumam, ou podem extrahir em maior abundancia; quaes finalmente são os usos, a que os habitantes do paiz applicão todos estes productos, e os que se podem ter na Sociedade.[6]

Vemos, assim, no diário do astrônomo a resposta às ordens recebidas, as pimentas, as carnes, os peixes, que apareciam em abundância. Produtos e usos. Animais, vegetais e minerais. Idéias recorrentes que atravessam a Enciclopédia, as Instruções da Academia e o viajante. Também percebemos a busca de um olhar onde a astronomia se estabelece na medição e nas marcas da leituras, onde os solos, os animais, os cursos dos rios ganham destaque. Um saber generalista de uma sociedade

que via no quadro sua máxima metáfora, projeto longínquo da exaustiva colocação em ordem, afirmava Michel Foucault[7]. Sistemas contemporâneos a si próprios, detalhamentos, localização, descrição e remessas, rastros de algumas experiências, que nos permitem uma possível narrativa da história das idéias de natureza. Na Enciclopédia podemos ler:

> A primeira coisa que nossas sensações nos ensinam e que mesmo delas não está separada, é nossa existência (...) nossas primeiras idéias refletidas devem recair sobre nós (...). O segundo conhecimento que devemos às nossas sensações é a existência dos objetos exteriores, entre os quais nosso próprio corpo deve estar incluído, visto que nos é, por assim dizer, exterior, mesmo antes de termos discernido a natureza do princípio que pensa em nós. (...)[8]

Sensações dos objetos exteriores, Lacerda e Almeida descrevia os indígenas que encontrava, afirmando que aqueles que habitavam "nas cabeceiras destes rios usam de armas de fogo, de vestidos de pano, adquirido tudo do comércio dos mesmos holandeses"[9]. Descrevia com naturalidade o consumo de carne de tartaruga e a fartura da caça, que sustentando a tropa fazia andar a viagem. Os dias são marcados em léguas e acontecimentos, no diário, podemos escolher o registro de um dia de 1786:

> Maio 2 – Tendo andado 2 léguas, pusemo-nos a pé para passarmos o chamado Barreiro, que é um famoso alagado, por cujo meio passa um ribeirão, e, mergulhados em água e lama até a cintura, gastamos duas horas em passá-lo, sendo tão pouco largo que não chega a ter (um quarto) de légua. Seguimos viagem para diante mais 2 léguas, que vem a ser até o encontro do rio Guaporé, onde fizemos alto, e falhamos o dia 3 para enxugarmos a roupa, que dentro das caixas se tinha molhado naquela passagem, e para curarmos os pés estropeados nos espinhos e paus, que estavam mergulhados na lama.[10]

Acontecimentos e léguas que deixam ver as dificuldades vividas em contingência do meio natural, a dificuldade coroada pelo êxito, a natureza sendo transposta pela persistência, o homem vencendo a natureza. A natureza espaço das inúmeras e caudalosas chuvas, das perigosas e violentas correntezas, dos animais que permitiam o

alimento e às vezes o susto, é ainda abrigo de um outro temido e inimigo, na percepção ilustrada do viajante – o indígena.

As tribos indígenas eram mapeadas nos rios, remansos e praias. Saber da "docilidade" ou da resistência de homens que tinham seu território atravessado, era a compreensão do viajante deste território que, segundo Mary Luise Pratt, constituía uma zona de contato[11], onde as narrativas de experiências, que atravessam os indivíduos, são também, o relato de uma aventura. Uma aventura onde o eu e o outro são muito bem delimitados, não deixando dúvidas do afastamento que o homem de letras colocava entre ele e este outro mundo – da natureza, dos indígenas. Em 1780, ele descreve:

> Setembro 23 – Tendo navegado 1 (e meia) légua fomos atacados pelo gentio, que, do mato e sem serem vistos, despediram imensas flexas sobre a minha canoa, com tal felicidade nossa, que nenhuma feriram, escapando muitos pelas voltas que davam ao corpo, quando as viam em directura a si: eu escapei de ser atravessado por uma pelo pescoço. Acabado o conflito em que esteve a minha canoa em grande perigo, porque os remeiros se deitaram logo nágua para se ampararem com a outra borda da canoa, e a na ser socorrida da canoa do Capitão e da do Padre Capelão, que não foram atacadas fortemente, alguma desgraça sucederia; nos demoramos em uma praia fronteira a este lugar, de onde se mandou sem fruto dar caça ao gentio; e depois desta diligência continuamos a marcha e andamos neste dia 3 (e meia) léguas.[12]

Sem frutos para Lacerda e Almeida! Um acidente? Um acontecimento a ser relatado, uma leitura acadêmica; científica e descritiva, e definitivamente posicionada, que naturaliza a "caça ao gentio", justificando-a como forma de sua própria sobrevivência, atestando os perigos dos sertões e matas, trazendo uma constante percepção de perigo e hostilidade, invertendo seu papel primeiro de colonizador que delimita o território, pontuando a existência dos outros somente a partir de seu próprio contato pontual. Um acidente no percurso? Constituiriam, os encontros com as tribos indígenas, mais um obstáculo da natureza? Como as serras, as friagens, os descuidos dos homens?

A crítica ao companheiro da viagem de demarcação e de estudos em Coimbra, o também doutor Antonio Pires da Silva Pontes marcam os limites do diário. Não pouco comum no decorrer dos diários de Lacerda e Almeida, a menção aos indivíduos que acompanharam as expedições não limitam-se à Pontes, sobre ele, podemos ler no viajante:

> Como meu companheiro e colega, o dr. Pontes, ia distraido com as suas filosofias, gastando muita parte do dia em copiar macacos, ratos, etc., deixava por este motivo passar em claro muitos rumos, dando ao rio curso diferente do que na realidade tinha, resolvi-me desde este dia a configurá-lo diariamente.[13]

A configuração dos rios, obrigação da viagem, desmerecia o registro dos animais encontrados. Havia prioridades, mapear caminhos e localizar as riquezas eram sem dúvida seu objetivo. A riqueza das ágatas, colocavam a paisagem analisada junto a poucas no mundo, afirmava Lacerda e Almeida, a identificação da rica paisagem feita por Pontes, redime-o por anteriores descuidos.

Enquanto isso a natureza o fazia experimentar as águas soberbas, os amanheceres tempestuosos, os inúmeros morcegos, animais de saborosos gostos, e os pantanais que faziam perder-se, ora terra da promissão, ora covil de miseráveis. Águas claras de um rio fúnebre, é o Taquari Mirim, onde a obra da natureza é nas letras do viajante digna de ser vista, no rio Paraná admira-se em atravessar uma ladeira de águas, onde o ar é temperado e a alegria renasce[14].

Alegria, esperança, medo, sofrimento, a natureza é fonte inesgotável de sensações, além de objeto a ser descrito, e no caso de Lacerda e Almeida medido, localizando. As latitudes e longitudes sejam talvez a grande riqueza do seu diário, riqueza para a história que busca a monumentalidade do que desapareceu, ou a inevitabilidade daquilo que muda, medidas que a partir de Paris desenham uma outra grade na representação do planeta.

Para Sérgio Buarque de Holanda, que em 1944 prefacia os *Diários de Viagem*, publicados pela imprensa nacional, Lacerda e Almeida, foi ao lado de Alexandre Rodrigues Ferreira, o "iniciador, no Brasil, das grandes expedições de caráter científico"[15]. Para Holanda, o astrônomo se restringia a observação direta dos fatos testemunhada em uma narração concisa.

Retomemos o viajante:

> Maio 6 – Não obstante a falta de duas ou três bestas, que se meteram pelo mato, marchamos pelas 9 horas e, tendo andado 10 léguas, chegamos pelas 7 horas da noite à casa de um velho, onde fomos agasalhados com carinho e caridade. Foi tanto o carrapato que apanhamos no caminho, que por três dias nos vimos desesperados, não obstante nós estamos sempre banhando com aguardente e fumo. Deixaram-me sarnas, de que só me vi livre no fim de dez dias.[16]

Desesperado e acolhido são as sensações que o relato deixa ver. Dor ou prazer, desejo ou aversão são, neste mundo de luzes e sombras, o movimento irregular do espírito animal, a própria paixão ou desespero do homem. Sensibilidades que se pretenderam inexistentes e assim por muito tempo foram lidas. Sensibilidades que nos permitem compreender uma experiência através de uma narrativa, ver a natureza através do relato de um homem, mesmo quando ela aparece nas terríveis imagens das sarnas. Natureza culturalizada[17], domesticada e dramática[18], objeto de relatos e relatórios; narrativas que permitem reconstruir os caminhos dos discursos e das idéias, os caminhos de viagens e da própria história.

Das lamas, das águas, das riquezas, das moléstias, o homem estava no meio, era dele dependente, ora vítima, ora conquistador, o homem de letras e ciência, vivia nos cruzamentos destes muitos espaços, dos gabinetes e academias, às matas e desertos, da oficialidade portuguesa, à corte do rei de Cazembe, passando pela demarcação das fronteiras coloniais do Império Português na América, Lacerda e Almeida, vai acompanhar o desenvolvimento da escrita da história no Brasil, dos antigos documentos publicados

pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, ou pelo estado nacionalista brasileiro dos anos 40, ele e sua geração figuram nas muitas páginas das histórias que contamos, hoje percebendo seus discursos, e seus silenciamentos, seus sentidos e sentimentos, colocando-os junto aos desejos curiosos de seu tempo, nas margens de muitos conflitos e obrigações, nas fronteiras de muitas idéias, nas experiências de homens que como ensinou Lenoble, estavam já afastados da Natureza, vivendo nas cidades hábitos artificiais, onde ela, além de objeto da razão era a inspiração dos sentimentos[19].

Este descompasso entre a inspiração e a experiência encontrou no distanciamento promovido pelos discursos científicos sua guarida, distanciamento interpretado nos limites dos jogos discursivos que formam as suas identidades, sistemas de sujeição[20] de discursos efetivados no interior de um estado colonialista e absoluto que o reafirma. Máquina do universo, disposição de todas as qualidades, terra onde eu nasci, no dicionário de Rafael Bluteau[21], a natureza, vai, na forma de um antigo enigma, exigir decifração. E no medo de ser devorado, o homem ilumina, racionaliza, descreve, registra, inventa, cobre de luzes as sombras, toma posse, narra seu mundo, e a partir de sua narração permite-nos contar uma história.

---

[1] Doutoranda em História, UFPR, e docente nas Faculdades Integradas Curitiba.
[2] MATOS, Olgária. *Céu de Capricórnio e a tristeza do Brasil.* In.: NOVAES, Adauto. A outra margem do ocidente. São Paulo: MINC/Funarte/Companhia das Letras. 1999. P. 440
[3] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.) *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994. p. 47
[4] *ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers . Tome douzième, PARL-POL / par une société de gens de lettres ; mis en ordre et publié par M. ***,* consultado em www.gallica.bnf.fr.
[5] ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. *Diários de Viagem*. Ministério da Educação e Saúde INSTITUTO POPULAR DO LIVRO. Biblioteca Popular Brasileira, XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1944.
[6] *BREVES Instrucções Aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as Remessas dos produtos e notícias pertencentes à História da Natureza,para formar um museu nacional.* LISBOA, NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA, ANNO M.DCC.LXXXI.Com licença da Real Mesa Censoria.s/p
[7] FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso.* 9.ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 103
[8] *ENCICLOPÉDIA ou dicionário raciocinado das ciências das artes do ofício.* Por uma sociedade de letrados. São Paulo: ed. UNESP, 1989. p. 23.
[9] Opus cit ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. p. 06
[10] ibid. p. 35
[11] PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/São Paulo: Edusc, 1999. p. 137

[12] opus cit. ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. P. 21
[13] ibid. p.41
[14] ibid. p. 80
[15] ibid. p. XVI
[16] ibid. p. 36
[17] SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. Editora da Unesp. São Paulo, 2003. P. 179
[18] DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 156
[19] LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70: 1990. p. 300
[20] FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 9.ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 69
[21] *Vocabulário portuguez e latino... autorizado com exemplos dos melhores escritores e offerecido a el rey de Portugal D. João V, pelo padre D. Raphael Bluteau. Coimbra, anno de 1713*. Versão digital do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/UFPR.

Cartas da Modernidade: Brasileiros na Europa Oitocentista

Janete Flor de Maio Fonseca
Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG
Professora do Dep. História da FEMM.

Este trabalho é parte da pesquisa desenvolvida no Doutorado em História Social da Cultura, pela Universidade Federal de Minas Gerais, sob o título "Cartas da Modernidade. Brasileiros em viagem na Europa durante o Segundo Reinado", no qual objetivamos refletir sobre as trocas epistolares realizadas durante as viagens, como um espaço de formação, treinamento e sociabilidade das elites urbanas imperiais.

Os Brasileiros percorreram a Europa mapeando a modernidade, identificando seus principais personagens, descrevendo suas cidades, compartilhando seus códigos culturais, num encontro cheio de surpresas, confirmações e também decepções. Através de seus relatos podemos perceber a construção de um discurso de modernidade compartilhado e engendrado pelas elites brasileiras em seu projeto de construção da Nação, e, ao mesmo tempo observar como era re-elaborada a imagem do Brasil a partir daqueles, então, distantes. É importante ressaltar que o destino desses brasileiros eram as cidades, e será a partir do que elas eram e do que simbolizavam que conseguiremos compreender esta a aventura em busca da modernidade, realizada por uns e apenas desejada por outros.As elites imperiais procuraram nas cidades do Velho Continente aprender mais sobre como seriam as suas próprias cidades. Londres e Paris tornaram-se cada vez mais a personificação da modernidade oitocentista, portanto, palco perfeito e predileto para a grande aventura das elites brasileiras. Sendo que a cidade francesa:

> "Apesar de todas as suas desgraças, de todas as ruínas acumuladas, menos pelo inimigo, que pelas desvairadas mãos de seus próprios filhos, a cidade de Paris merece sempre a mesma admiração, ocupa sem contestação o lugar de honra entre as grandes aglomerações humanas. Podem outras cidades, como Londres, Pequim, Yedo, excedê-la em número de habitantes, porém Paris fica sendo capital do Mundo intelectual, artístico e civilizado". (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1876,147)[1].

Assim como a capital francesa superava a desordem dos movimentos de participação popular herdeiros da Revolução de 1789, também os brasileiros procuravam novos tempos, nos quais prevalecesse a ordem. A ordem da casa, a ordem da rua e a ordem do governo eram os objetivos principais das elites imperiais, definidoras de um modelo de Nação que mantivesse o status quo de seus membros e se moldasse pelo paradigma das cidades européias. Assim, o espetáculo da novidade buscado pelos viajantes brasileiros apresentava-se como um desejo de construir um novo mundo sobre as ruínas do antigo, todavia – como na Paris de Haussmann - num exercício maior de imbricamento entre passado e presente, do que de ruptura.(BENJAMIN, 1989)[2].

Segundo Canclini (2003) não se tratava definitivamente de uma postura brasileira, pois a América Latina, como um todo, passou por ondas de modernização durante o final do século XIX e início do século XX, impulsionados entre outras coisas pela ampliação da alfabetização e pela forte presença dos intelectuais europeizados. Todavia, se ocorreu um modernismo exuberante, com destaque para as transformações nas estruturas urbanísticas, o mesmo não ocorreu com o processo de modernização, considerado por ele como deficiente. Assim, *"os desajustes entre modernismo e modernização são úteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia, e às vezes para não ter que se preocupar em justificá-la, para ser simplesmente classes dominantes".* (CANCLINI, 2003, p. 69)[3]. Estes brasileiros imbuídos de um forte sentimento aristocrático conheciam seu lugar, e procuravam a todo o momento reafirmar sua distinção frente ao povo miúdo. A modernidade, o progresso e civilização se tornariam instrumentos de um discurso ideológico cuja finalidade era a construção do Império e da própria classe dirigente. (MATTOS, 1994)[4].

Já nas cidades européias ganhava força a multidão que seduziu e amedrontou aos viajantes brasileiros. Uma horda fervilhante de homens e mulheres transformando a paisagem urbana, e, sempre associada a caos, ondas e turbilhão. Analogia a natureza descontrolada que necessitavam ordenar. O próprio Imperador D. Pedro II testemunhou com encantamento e receio a presença das pessoas nas ruas, falando de Lisboa:

> "Esqueci-me de dizer que ontem as 10 e pouco mais ou menos, fui ao Passeio Público que é grande e estava cheio de gente. Ouvi música assentado junto ao coreto – regia o Cardim, que esteve no Paraguai – e muitas meninas dançavam perto de mim, querendo todos beijar-me a mão e pedindo beijos que dei nas mais pequenas. Ao sair houve atropelo, mas eu fui metendo o ombro e só o Nicolau é que se viu meio zonzo."(BENDIAGA, 1999)[5].

O domínio do homem sobre a natureza, inclusive a humana como citado acima, se apresentava como o único caminho possível para se viver na cidade. A cidade industrial que a tudo e a todos disciplinava e potencializava para o consumo. Quebraram-se solidariedades e o morador urbano passou a incorporar uma nova sensibilidade em relação à sua cidade, lugar de passagem, circulação e tendo cada vez mais restrita a possibilidade de compartilhar experiências.

> "As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornaram-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado". (SENNETT, 2003,264)[6].

Para Walter Benjamin as cidades do século XIX vivenciaram a transformação de tudo em mercadoria, a própria arte passou a possuir um valor de troca quando o ferro, elemento de sustentação, metamorfoseia-se em elemento artístico com a função de decorar e ao mesmo tempo exaltar a própria sociedade industrial.(BENJAMIN, 1998) O espetáculo da modernidade encheu os olhos dos brasileiros que a tudo observaram extasiados.

> "Os Champs-Elysèes são decorados com belos chafarizes e repuxos, com pavilhões regulares de arquitetura polyehroma (sic.), ocupados por cafés e restaurants, com duas grandes rotundas, de igual arquitetura ocupada uma por panorama, outra por um círculo olímpico. A grande alameda central e as laterais servem ao famoso passeio de Lorgchamps, que tem lugar as quartas, quintas e sextas-feiras da Semana Santa. No Centro esquerdo (lado sul) dos Champs-Elysèes acha-se o Palais de L'Indústrie, reservado às exposições permanentes. Forma um retângulo de 231 metros de comprimento sobre 108 de largura. A fachada se compõe, assim, como o palácio todo, de um pavimento térreo e um primeiro e único andar, com cinqüenta janelas cada um. Ao centro existe um pavilhão saliente, onde se

> acha a entrada principal formada de um pórtico de 15 metros de largura sobre 67 de altura. O interior do edifício apresenta uma vasta sala de 192 metros de comprimento, 48 de largura e 30 de altura".(ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1876,148).

A estrutura monumental representava uma nova era, novo tempo, novas cidades, novos homens, novos costumes citadinos. Se as largas avenidas como as construídas por Haussmann segregaram as populações mais pobres, difícil era o momento de reencontrá-las nas cidades visitadas.

> "Certo é que Berlim é uma grande e bonita cidade; mas em Bruxelas não pude saber onde se metem seus moradores das quinhentas e tantas ruas e quarenta praças, porque a excepção de um arremedo de bulevares de Paris, onde era o nosso hotel, Saint-Petersbourg Hotel, e onde às horas de passeio via-se gente limpa, não se encontra senão a baixa classe alemã, insuportável pela exalação de seus cachimbos." (NOGUEIRA DA GAMA, 1893,66)[7].

Percebam que a cidade de Bruxelas apesar de possuir ruas e praças que lembram Paris, perde para a Capital Francesa pela inexistência do burburinho da multidão nas ruas, o que faz sobrar tempo e espaço para que nosso viajante perceba a existência dos trabalhadores alemães. As classes perigosas apresentam-se ao visitante que procura, justamente na organização racional das cidades modernas, controlar e se ver livre das mesmas em sua Nação de origem.

Outra preocupação das elites brasileiras diz respeito aos aspectos sanitários. Inúmeros são os relatos que definem a modernidade e a civilidade das cidades européias pela limpeza de suas ruas ou pelo tratamento dado à água e ao esgoto. Sem dúvida essa foi uma das primeiras preocupações de engenheiros e autoridades européias. Suas cidades passariam por intervenções técnicas no sentido fazer *"assegurar a livre circulação do ar, da água e da luz a fim de combater os miasmas da cidade grande".(*PICON, 2001,68)[8] Assim, cidades são descritas pelos brasileiros como exemplos da ordem associada à organização sanitária. Vejamos Bruxelas através dos olhos de Nísia Floresta:

> **"**A limpeza das ruas e do exterior das casas logo me deu uma imagem positiva, principalmente logo que percorremos uma parte da cidade alta: as ruas são regulares, ornadas por ricas lojas, lindas casas e belos hotéis. As praças públicas e os passeios cheios de gente, algumas pessoas exibindo

> muito luxo e elegância, compõem a fisionomia de uma verdadeira capital européia". (FLORESTA, 1998,43)[9].

Já Lisboa para Nogueira da Gama:

> "A cidade é bem limpa policiada; mas sua iluminação a gás é inferior à do Rio de Janeiro, e a alguns outros respeitos está Lisboa muito abaixo d'aquela capital; por exemplo: ainda não tem água senão a dos antigos chafarizes, alguns bem curiosos com obras de arte; todo o transporte de cargas pelas ruas é feito, a pau e corda, pelos galegos, e por carros de boi, de eixo móveis, tão, toscos e pesados como dos pontos mais atrasados das nossas províncias". (NOGUEIRA DAGAMA, 1893,22).

Percebemos que o Brasil chegava a servir como modelo de comparação para demonstrar o atraso da capital da antiga metrópole. Passado que os brasileiros só evocariam para reivindicar uma hereditariedade européia. Suas narrativas apresentavam não apenas o anseio de "ver bem", e com isso aprender muito, mas simultaneamente procurar por seu lugar de origem. Dialogavam com as cidades do seu tempo, sendo elas também as cidades dos seus sonhos. De forma natural projetavam as imagens do Brasil sob as das cidades européias. Fascinados pela técnica utilizada nas reformas urbanas da Europa inspiraram-se nas mesmas para construir uma nação na qual se estabelecesse a ordem disciplinadora das hierarquias sociais. Ao interagirem com aspectos técnicos parecem ter percebido as cidades menos como um espaço para o exercício da urbanidade, da industrialização e do trabalho e sim como palco do controle social.

O Deputado alagoano Tavares Bastos esteve em tratamento de saúde durante vários anos na Europa, porém, fez de suas temporadas de recuperação um momento de aprendizado para sua atividade política. Enquanto a mulher e os filhos dividiam o tempo entre as lições de línguas e piano, o publicista alagoano visitava estabelecimentos públicos e particulares como hospitais e escolas.

> "Continuando o exame ou visita aos estabelecimentos públicos e particulares de instrução, que comecei em Viena, aqui estou vendo praticamente como se ensina <u>bem e depressa</u> na Europa, graças aos mais aperfeiçoados métodos e à aptidão dos mestres e mestras. Principiei a visita de Paris pelos asylos de crianças de 3 a 6 anos, e espero chegar até os lyceos do Estado, se o inverno não me impelir para a Itália".(sic, grifo do autor).[10]

Ao visitar estes lugares, Tavares Bastos procurava aprender com o "Mundo Civilizado".Seu roteiro em território europeu transitava entre as estações de tratamento hidroterápico como Carlsbad, ou outras nas quais pudesse reunir boas acomodações, estabelecimentos de ensino e lazer para sua família, além de se constituir num ótimo laboratório para observação da organização da saúde, da educação e da cultura européias. Seguindo seus passos, nos encontramos em Frankfurt, Florença, Nápoles, Paris, Roma, Saint-Gervais, Viena, Nice, Lion, Montpellier, Londres, Gênova, etc. Suas cartas demonstram uma constante mobilidade destas elites pelas cidades européias.

> "21 de Fevereiro de 1868".
> Veneza
> Sr Jacinto,
> Escrevi-lhe hontem, assim como a meu pai, ao partir de Florença. Venho acrescentar estas linhas para dizer-lhes que aqui chegamos e nos preparamos para assistir ao Carnaval em Milão. D´ahi conto seguir para Marselha, de modo que nos primeiros dias de março estaremos em Pariz". (BASTOS 1868).

Esta não era uma característica apenas do Deputado Tavares Bastos. Os brasileiros em viagem à Europa pareciam implodir com suas fronteiras, unificando território europeu através da agilidade em percorrê-lo. Esta se tornou uma das marcas mais presentes nas cartas de viagem que produziram. Demonstravam uma forte segurança no translado de um local para o outro, assim como o livre e fácil trânsito entre paises de língua e costumes diversos.

> . "Em dezembro ir a Paris fazer imprimir o vocabulário, o trabalho, cursos matemáticos. (...)Christmas em Liverpool. (...) Mayo principiar as compras de presentes e livros, preparativos. Agencias. (...) Junho. Visitar os portos da Alemanha – Munich, Hamburgo, encontrar-me com Schwartz sobre o reestabelecimento no Brasil.
> Trieste, Morpurgo, Marseille, Julho em route". (Sem autoria, BN, 1873). [11]

A cidade era o grande atrativo, nela, os brasileiros se misturavam à multidão anônima exercitando sua capacidade de reconhecer aquilo que já sabiam existir. Sua educação letrada e fortemente influenciada pela cultura européia dotava-lhes de um conhecimento prévio sobre o lugar a ser visitado contribuindo para a preparação destes viajantes. É interessante como raramente se referem à presença de um guia ou

acompanhante, placas ou outras inscrições, tornando a narrativa bastante pessoal. Percebemos uma necessidade de transmitir conhecimento seguro sobre o local visitado. Se possuírem dúvidas sobre a localização de monumentos o mesmo não se aplicará à sua história, amplamente dominada pelos narradores. Este seria então um momento de verificação de seu aprendizado, espaço para completar e consolidar sua formação.(SANTOS, 2002)[12].Mas acreditamos que também se tratava de um diálogo estabelecido entre estes viajantes e os lugares visitados, alguns estranhos, outros bastante conhecidos.

A chegada à cidade exigia destes viajantes alguma paciência, para descobri-la lentamente. Foi assim na chegada de Nísia Floresta (1998) a Bruxelas. A entrada da cidade se dava por um embarcadouro, pouco limpo e abrigando o comércio popular. A narradora afirma que se tivessem continuado por esta região, provavelmente não veriam o que Bruxelas teria a apresentar, e aliviada a descreve "*Esta cidade, galantemente ataviada em torno de graciosos bulevares e belos edifícios, é edificada, em parte, sobre uma colina elevada, e, em parte, em uma rica campina, atravessada por vários braços do Sena, rio pequeno em comparação aos nosso."* (FLORESTA,1998,43). E assim a reconhece como uma verdadeira cidade européia.

> A limpeza das ruas e do exterior das casas logo me deu uma imagem positiva, principalmente logo que percorremos uma parte da cidade alta: as ruas são regulares, ornadas de ricas lojas, lindas casas e belos hotéis. As praças públicas e os passeios cheios de gente, algumas pessoas exibindo muito luxo e elegância, compõem a fisionomia de uma verdadeira capital européia."(FLORESTA, 1998,43).

A escritora ao visitar o Jardim Botânico e o Zoológico da cidade, reencontra na fauna e na flora as saudades do Brasil.

> "Persegui a imagem de vocês, que me procedia, ó caros objetos dos meus sonhos! O canto dos pássaros de nossa pátria, aqui reduzidos à condição de prisioneiros, para servirem, mediante um franco por pessoa, de distração e prazer a uma população estrangeira, tocava melancolicamente meus ouvidos e despertou meu espírito a lembrança das mais agradáveis paisagens que percorri outrora sob nosso belo céu! A deliciosa Floresta de antigamente, berço de meu nascimento, testemunha de minha inocente felicidade fraterna e de minhas primeiras lágrimas filiais!Beberibe, Jacuí, Petrópolis, Tijuca e os arquedutos de nossa Carioca apresentaram-se de uma vez e tão vivamente ao meu espírito, que parei , em êxtase , sob um

> conjunto de árvores espessas, subjugada por estranho poder, esquisita ilusão!Vocês estavam lá, em torno de mim: juntos observávamos nossos verdes papagaios, empoleirados em galhos, e uma infinidade de outros seres alados de nosso país. Esses animais alegraram-se ao ver-nos, como para festejar nosso encontro em terras estrangeiras". (FLORESTA, 1998,51).

Os jardins botânicos, assim como os jardins e parques eram muitos procurados pelos brasileiros na Europa. Lugares em que milhares de espécimes brasileiros eram colecionados. Mas também espaços para uma pausa e o descanso em cidades tão agitadas. Assim demonstrou Couto de Magalhães na Londres dos anos 1880. *"Voltei a casa e fui à leste de Regent's Park, onde admirei ou gozei uma quieta contemplação os centos e milhares de plantas que ali estão agora em plena florescência"* (COUTO DE MAGALHÃES, 1998,68)[13]. Ou ainda:

> "Ontem e hoje esplêndidos dias, quentes e brilhantes dias, como se estivéssemos num clima intertropical, termômetro 73 graus. Passei hoje o dia deitado no parque. Uma troça de meninas pobres veio ajuntar-se ao pé de mim e do João; tomei leite e lá me demorei da doze às seis. A vista quieta das árvores, o sol fulgurando sobre elas, era para mim um espetáculo quase novo, aqui em Londres". (COUTO DE MAGALHAES, 1998,75).

Essa imersão dos brasileiros no cotidiano das cidades européias, as quais tanto ansiavam conhecer, foi um dos principais elementos na construção de uma representação sobre as cidades oitocentistas. Quanto mais freqüentavam os espaços de culturais, as ruas, os parques, mais se sentiam capacitados para além de admirar, criticar.De apaixonados foram estabelecendo um olhar cada vez mais crítico.Assim, distanciados do Brasil, e como estrangeiros vivenciando o cotidiano das cidades, possuíam a distância imaginária suficiente para construir uma representação do novo e do velho mundo. Esta representação pode ser vista como *"a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido".* (PESAVENTO, 1995, 280)[14]. Realizaram um movimento contínuo de comparação, abriram espaços para criar imagens sobre o Brasil distante e sobre o mundo europeu, no qual jamais seriam inseridos totalmente. Ao inventariarem os bens culturais

existentes nas cidades, materiais e imateriais, elaboram uma representação da urbe em suas dimensões reais e simbólicas, imagem esta compartilhada através das correspondências. Assim, de meros consumidores das cidades européias os Brasileiros tornam-se seus leitores especiais, tradutores de seus sentidos, símbolos e práticas culturais. Como historiadores selecionam indícios e vestígios fragmentados da realidade os quais serão re-elaborados na escrita das cartas e na leitura dos destinatários no Brasil.

---

[1] ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1876. Fundação Biblioteca Nacional

[2] BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. 3ª Edição. SP: Ed. Brasiliense, 1985. Obras escolhidas, vol. 1.

[3] CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas.Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. Ed. SP: EDUSP, 2003.

[4] MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial. 4ª Ed. RJ: ACCESS, 1994.

[5] BEDIAGA, Begonha (org.) Diário do Imperador D. Pedro II – 1840-1891. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.Livro 2.

[6] SENNETT, Richard. Carne e Pedra. O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. 3ª ed. SP: Record, 2003.

[7] GAMA, Nogueira da. Minhas Memórias.RJ: Livraria Moderna, 1893.

[8] PICON, Antoine. " Racionalidade Técnica e Utopia: Gênese da Haussmanização**":** in: SALGUEIRO, Heliana Angotti.(org) Cidades Capitais do Século XIX. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

[9] FLORESTA, Nísia. Itinerário de uma Viagem à Alemanha. Santa Cruz: EDUNISC; Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

[10] BASTOS Tavares. Cartas ao Pai. Coleção de Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional.

[11] Sem autoria, setor de Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional.

[12] SANTOS, Claudete Daflon dos Santos. A Viagem e a Escrita. Tese de Doutorado em Letras. RJ: PUC, 2002.

[13] COUTOR DE MAGALHÃES, José Vieira. Diário Íntimo. SP: Cia das Letras, 1998. (Retratos do Brasil).

[14]PENSAVENTO, Sandra Jatahy. "Muito Além do Espaço. Por uma História Cultural do Urbano" In:- **Estudos Históricos.** RJ, vol. 8. N. 16, p 279 a 290.

ESPELHO DA CIDADE: FOTOGRAFIA E ESPAÇO URBANO

Janete Ruiz MACEDO - UESC

Na contemporaneidade globalizada o desafio à questão da identidade cultural põe-se para o historiador de forma concreta, quando desenvolve estudos regionais e locais. O estudo do local no contexto da sociedade contemporânea torna-se mais pertinente do que nunca; é um problema sobre as diferentes facetas da modernidade, indispensável para entender a diversidade que as caracteriza. O local, nesta perspectiva, se entenderia como esse espaço menor, de proporções mais reduzidas que o regional, socialmente reconhecido como distinto de outros, com limites e fronteiras claras. Firma-se então a História Local como espaço intelectual adequado ao estudo dos elementos constitutivos da cultura, do social, das relações intergrupais, dos fatos que marcaram as experiências coletivas do local estudado e as diferentes formas de organização do poder, produção, circulação e aquisição de bens materiais e culturais, enfim, os elementos que compõem a teia do desenvolvimento histórico de uma sociedade, mesmo restrita a um local específico.

Dada a abordagem específica de um local estabelecido e sua inserção em um ambiente concreto, a História Local não pode prescindir do apoio em duas questões fundamentais: **o espaço onde se insere** e a **população que a habita.** Espaço e população encontram-se em locais específicos para a execução de diferentes jogos representativos das crenças, do poder, das hierarquias sociais, do lazer, dos sentimentos. O local entendido, como lugar de resguardo dele próprio; de relações intensas e próximas, preocupando-se em buscar as convergências, o homogênico, o compartilhado. A título de ilustração, veja-se o exemplo de que locais sagrados reúnem determinadas representações que funcionam como instrumentos de equilíbrio de tensões e liberação de

expressões consoladoras e encorajadoras. Por que determinados templos ocupam determinados espaços? Que existe de especial em certos locais de modo a serem concebidos como sagrados? Indagações semelhantes podem ser feitas em relação às praças. Por que uma praça? Qual o significado de "praça" ? Qual as suas funções sociais, econômicas e política? Poderá ser um **microcosmos**, uma amostra de uma dada sociedade? Quem a construiu? Quem lhe deu o nome? Por que está localizada naquele lugar? Quem a freqüenta ou freqüentou? Questões que serão desenvolvidas ao longo do estudo sobre a Praça Olynto Leone, a partir das imagens, fotografias preservadas por seus moradores.

Itabuna: um esboço histórico

Itabuna, uma quase centenária cidade, situada próximo ao litoral do Estado do Bahia no Nordeste brasileiro, conta com 95 anos de vida, vividos com intensidade e de rica trajetória histórica. História de gente simples, sertanejos, sergipanos e sírio-libaneses; história da mata, do suor, do sangue, mas também de amor, abnegação e entusiasmo.

As terras que integram hoje, o município de Itabuna faziam parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, fundada por portugueses no século XVI. Esta donataria não conseguiu se despregar do litoral durante todo o período colonial. No decorrer dos séculos XVII e XVIII as belas florestas e o murmurar das águas foram visitados por poucos homens brancos: jesuítas procurando salvar as almas indígenas, bandeirantes à procura de braços escravos, visionários à cata de ouro. Entretanto não ficaram, as poucas marcas de suas pegadas desapareceram tragadas pelo tempo e pela mata.

No raiar do século XIX, numa nova tentativa, o frei capuchinho Ludovico de Livorno se estabelecia nas terras que hoje é o bairro de Ferradas e começa um intenso

trabalho de catequese dos índios pataxós. Sua laboriosidade foi profícua; contudo, com o seu afastamento, após trinta anos de atividades e a morte trágica do seu sucessor o frei Luis Grava, o núcleo populacional que se formara, começa a minguar e certamente desapareceria se das terras sergipanas não já tivesse aportado por estas bandas Felix Severino do Amor Divino que, à procura de terras, guiado pelo caboclo Manuel Constantino, sobe o rio Cachoeira margeando o caminho que ligava Ilhéus ao Planalto da Conquista . Caminharam cerca de 30 Km. e fixaram-se no lugar apontado pelo caboclo. Estava lançada a semente que ganharia raízes. Outros braços sergipanos vêm juntar-se na empreitada. São parentes e amigos de Felix Severino do Amor Divino que chegam ao local, em 1867, contagiados pelo seu entusiasmo. Integrava este grupo aquele que seria o arquiteto e construtor do núcleo que surgia, José Firmino Alves, com apenas 14 anos. Acompanhou seu pai na abertura de suas roças nas terras de "Burundanga"[i]. Com a morte do seu genitor e demonstrando invejável tino comercial inaugura no arraial próximo as terras de Felix do Amor Divino uma casa de negócio, na rua da Areia, que juntamente com outras iriam formar o núcleo comercial do povoamento.

E o arraial progredia; três agrupamentos podiam ser assinalados: Burundanga, Caldeirão sem Tampa e Tabocas. Sua situação geográfica, que séculos atrás tinha sido um obstáculo, agora lhe favorecia, porta de entrada ao sertão para quem pretendia se adentrar nas terras da Bahia, porta de saída para o litoral aos que seguiam para Salvador e outras cidades brasileiras. Vai e vem de mercadorias, gentes, compras, vendas, negócios; é no berço da atividade comercial que Tabocas, futura Itabuna, se embala. No final do século XIX Tabocas era um próspero povoado que almejava a sua autonomia, negada no primeiro momento, mas alcançada em 1906. Tabocas se desliga do município de Ilhéus e ganha o nome de vila de Itabuna que, segundo os peticionários desta

solicitação, contava com 10 mil habitantes e arrecadação superior a 10 mil reis. O cacau começa a dar os seus "frutos de ouro".

Sua autonomia não estava completa, Firmino Alves não descansava, ladeado de tantos outros que sonhavam em transformar a vila de Itabuna em cidade. Tudo favorecia a jovem vila, a região estava se transformando no eldorado dos nordestinos fugidos da seca, a cultura do cacau prometia bons frutos. Em 28 de julho de 1910 Itabuna é elevada à categoria de cidade, sede do município do mesmo nome, criado há quatro anos atrás. Cabia ao seu 1º Intendente, juntamente com seus desbravadores e filhos da terra dotar Itabuna com os aparatos econômicos, políticos, religiosos e culturais que sua nova posição exigia. Rapidamente, durante as cinco primeiras décadas do século passado, órgãos públicos estaduais e federais ali se instalam - Banco do Brasil, Tiro de Guerra, IBGE, etc. O Curato de São José é estabelecido, colégios são fundados - Cabral, Divina Providência; jornais nascem e morrem - *O Labor, O Itabunense, O Dia* e *O Gladiador;* as filarmônicas tocam e guerreiam, - *Minerva* e *A Lira* - dividindo a cidade.

Lutas pequenas e grandes marcam sua história, aquelas que envolvem violência e sangue - Adamistas[ii] e Pessoistas[iii] e aquelas que trouxeram progresso e paz - pela água, por luz elétrica, pelo calçamento das ruas, pelo hospital e pelo embelezamento dos seus recantos de lazer.

A praça Olynto Leone como objeto de análise histórica

Os espaços públicos estão no centro das atuais preocupações; debates intensos procuram determinar o âmbito do público e do privado. Ruas, praças e casas tornaram-se documentos históricos, suportes físicos repletos de significações e historicidade. Espaços onde perpassam o público e o privado. A praça pode ser observada em todos os tipos de cidade, faz parte do seu desenho estrutural. Da pólis grega as megalópolis

contemporâneas, a praça tem sobrevivido às mudanças urbanas, mesmo alterando o seu significado na sua forma e função. Representava na cidade medieval o marco zero, centro de origem das primeiras aglomerações e espaço cívico, na cultura romana, ainda conserva o mesmo mito, principalmente nas cidades de médio e pequeno porte.

Itabuna, uma das principais cidades da intitulada "zona cacaueira", emancipada do município de Ilhéus há 95 anos já guarda marcas de inúmeras reformas urbanas que significaram momentos de rupturas e transformações, que vão desde a alteração da denominação até a desfiguração do seu patrimônio arquitetônico, transmudado em nome do discurso progressista. Nesse trabalho acompanharemos essas mudanças através do estudo das imagens fotográficas da praça e das fontes hemerográficas

Igualmente ao que acontecia nas cidades medievais a Praça Olynto Leone é o espaço onde surgiu às primeiras aglomerações do arraial de Tabocas. Buscando comercializar e atender aqueles que se aventuravam a atravessar arroios, lagoas e florestas para seguirem rumo ao sertão do Planalto da Conquista em busca do gado e outras mercadorias, instalou-se à margem do Rio Cachoeira, próximo à ilha do Jegue, um conjunto de casebres que se estendiam desalinhadamente em solo arenoso, levando os seus habitantes e transeuntes a denominá-la de Rua da Areia. Neste espaço aberto se aglomeram as tropas e suas mercadorias[iv].

Na Rua da Areia, mais tarde Praça da Matriz, a similitude da ágora, do fórum e da praça da catedral medieval e dos espaços urbanos que nasceram delas, nada era planejado. Estes corações, ou seja, estes microcosmos cresciam naturalmente com o resto do corpo urbano e adaptavam-se às funções, necessidades e gostos mutáveis do corpo.

À medida que a monocultura do cacau se consolidava os preços do produto mantinham-se em alta e a tonelagem exportada já se fazia sentir na balança de comércio da Bahia, o arraial de Tabocas crescia e a Praça da Matriz ou Largo da Matriz era o exemplo pujante deste fato, belos edifícios passam a integrar a paisagem. Em 1906 fundou-se a primeira sociedade Literária Recreativa de Itabuna, a "25 de julho", cuja sede provisória estava situada à Praça da Matriz.

E neste mesmo local dois anos antes havia instalado, a Filarmônica Lira Popular, um palanque "*à porta da matriz, onde se tocava aos domingos, na Batalha das Flores. O palanque em apreço era muito bem feito... chamavam-no palanque da Lira*[v]*"*. Este palanque seria queimado pelos adeptos da Filarmônica Minerva em 1908. No início deste ano, logo após a instalação da vila de Itabuna, por ato do Conselho Municipal, passa a denominar-se Praça XV de Novembro[vi], em homenagem a novel República. Emanam, também, deste Conselho as primeiras preocupações quanto ao traçado urbano e a estética da cidade, uma espécie de código de postura:

Art*. 1 Fica proibido por conveniência pública a reconstrução das casas à Rua de Areia compreendido o trecho que vai do quartel à Praça da Matriz.*

Art. 2 Fica proibido estender nas ruas e praças desta vila, roupas, couros e outros objetos´[vii]

Recursos são alocados e destinados a embelezamentos e reformas são planejadas, dois contos de réis para o acabamento do frontispício do edifício da Matriz e ampla reforma interna e externa no prédio da Intendência. Entretanto, a morfologia da praça não se alterou muito apesar da elevação da vila de Itabuna à categoria de cidade[viii]. A Igreja Matriz, construída em terreno doado por Firmino Alves, monopolizava as

atividades na praça: ... "*na matriz desta cidade tem sido festejado com alguma pompa e solenidade este mês de flores e de bençãos consagrado à Virgem"*[ix]. Noticiava, também, o jornal A Época: "*o cruzeiro que tinha sido retirado de Taboquinhas (local do primeiro cemitério de Itabuna) acabava de ser plantado na Praça 15 de Novembro, ou como o povo insistia de chamar, no Largo da Matriz"* [x].

Em 29 de novembro de 1912, novamente a Praça muda de designação[xi] para perpetuar na memória dos itabunenses a figura do seu primeiro Intendente, falecido sem completar o mandato. Olynto Leone, em pleno exercício do seu mandato, adoece e é obrigado a licenciar-se para buscar tratamento em Paris para a tuberculose que o atormentava. Após algum tempo de tratamento, retorna a Itabuna sentindo-se curado, porém pouco tempo depois à doença recrudesce, vindo a falecer no dia 28 de fevereiro de 1912.

Na década de vinte a praça Olynto Leone realmente era o coração da cidade. Local onde se desenvolviam as principais funções da urbis, tais como: eventos políticos, atividades de esporte e de lazer, comemorações religiosas e transações comerciais e financeiras.

Palco de acontecimentos políticos, a Intendência Municipal estava situada na sua extremidade leste: "*no próximo domingo às 16 horas na praça da Matriz*[xii] *haverá um meeting político em prol da candidatura do Cel. Laudelino Lorens, o Intendente municipal, no qual falarão diversos oradores"* [xiii].

Local de jornadas futebolísticas memoráveis, aglomerando os torcedores do Esporte Clube Ipiranga[xiv] e o Clube Esportivo Rio Branco[xv].,*"em vista de ter empatado o jogo em 2 x 2, última peleja verificada entre os valorosos clubes Rio Branco e Ypiranga,*

ficou combinado ter lugar no domingo último, a prova de desempate entre os quadros indecisos" [xvi]. Ambiente onde a população itabunense expressava a sua religiosidade. Em homenagem a Nossa Senhora, *"... uma bonita procissão composta das charolas do Deus menino, Nossa Senhora da Conceição,(...) ao recolhimento houve a celebração (...) Findos estes atos religiosos, foi queimada em frente à matriz, uma bem organizada roda de fogo de artifício que muito agradou a todos os presentes"* [xvii]. No momento da Semana Eucarística, uma concorridíssima missa campal é celebrada pelo Pe. Anísio Vivas Mendes num altar armado na praça. E sobre diversas formas *"realizou-se a Festa do Catecismo, pela manhã houve missa e comunhão para as crianças, depois foi oferecido um almoço ao ar livre no jardim da Praça Olynto Leone"* [xviii].

Lugar de civismo, como fica atestado nesta festa relatada pelo *Jornal A Época*, promovida pelo Sr. Inspetor Escolar, professor Enéas Alves da Silva, com o concurso das escolas públicas e particulares no dia 25 de setembro, Dia da Árvore, ocasião em que foram plantadas cinco árvores no jardim da praça Olynto Leone[xix].

Centro financeiro e mercantil, *"Está entre nós o Sr. Heitor Lamounier digno inspetor do Banco do Brasil para instalação de uma agência nesta cidade. A agência vai funcionar à praça da Matriz, no prédio do Cel. Firmino Alves onde funcionava a Coletoria Estadual* [xx], na praça e em seus arredores pulsava a febril atividade mercantil que alavancava a cidade, juntamente com a cultura do cacau.

Enfim, a praça era o local privilegiado de lazer e diversão. Touradas[xxi] e espetáculos circenses tiveram oportunidade de exibirem-se por diversas ocasiões. O circo *Altair* apresentou em 1922 os números "do menino cobra" e a "escada da morte". No ano seguinte a grande Companhia Internacional de Variedades atraía multidões desejosas em

assistir algumas de suas atrações como: A Flecha Humana, a Prova Terrível, O Vôo da Morte, entre tantas outras.

Apesar de representar um espaço tão significativo na vida da comunidade, a Praça Olynto Leone permanecia como um grande largo, não recebendo até então nenhum tratamento urbanístico. Esta lacuna só seria sanada por iniciativa do oitavo Intendente itabunense, Dr. Laudelino Lorens[xxii]. Em março de 1925 o J*ornal de Itabuna* abria uma grande manchete *"Até que enfim Itabuna vai ter um logradouro público",* e comentava o andamento da obra: *" trabalhos de canteiros, remoção de terras, nivelamento de alas, plantio de árvores, etc. já vão bem adiantados".* No mesmo artigo, o jornalista assinalava a possibilidade de Laudelino Lorens não inaugurar a sua vultosa obra e o vaticínio terminou se concretizando.O Intendente que o substitui, mostrou pouca vontade para continuar a obra de um adversário político, deixou a praça cercada por arame farpado por mais de um ano, irritando a população que clamava retornar o gozo daquele espaço público. Mais uma vez o *Jornal de Itabuna* se faz porta-voz da comunidade e reivindica a retirada do cercado, arrazoando. *"Itabuna vai comemorar em 19 do corrente o dia de São José, padroeiro da cidade, de cuja festa é o Sr. Cel. Henrique Alves dos Reis, o juiz. É na praça, como dissemos que fica situada a Igreja de São José; é ali que se fazem os festejos religiosos e populares ao glorioso Santo; pois bem, a população pede ao Sr. Intendente para inaugurar oficialmente ou não o jardim, abri-lo nesse dia ao colocar os bancos e retirar a cerca de arame farpado, que muito desfeia o local"* [xxiii].

No Brasil, tempos novos vão surgindo, forças sociais e políticas reivindicavam uma participação mais efetiva nos rumos da nação. O modelo oligárquico republicano com seus coronéis, voto a "bico de pena" e a política dos governadores demonstrava-se exaurido. A Revolução de 1930 marca o início do discurso nacional progressista. E

Itabuna não teve tempo de se "tornar antiga" e muito menos a praça Olynto Leone. Poucos anos após a sua inauguração o *Jornal Oficial* do município noticiava "*a transformação completa da Praça Olynto Leone, onde até as árvores foram mudadas, se apresentado hoje com um dos mais modernos jardins com parque de diversões infantis, que é sem dúvida, pondo-se à parte modéstia e bairrismo, um dos melhores de todo o interior do Estado"* [xxiv]. E o discurso da modernidade, do processo civilizatório atinge também os arredores da praça, todos os prédios são reformados e as linhas arquitetônicas da Matriz de São José são consideradas "*em desacordo com o culto de progresso que a passos largos toma a urbis"* ·.

A praça revestida do moderno continua representando para a cidade, o ponto de convergência de sua vitalidade. Animadas quermesses, os atos políticos religiosos como a missa de Ação de Graças por ter o presidente Getúlio Vargas escapado ileso da Intentona Comunista, atividades jurídicas, parlamentares e comerciais trazem o povo à praça. Um fato, no início dos anos quarenta, alterou significativamente o microcosmo da praça: o desabamento da Igreja Matriz[xxv] e a resolução de não reconstruí-la no seu espaço primitivo.Gradativamente, podemos observar que a praça refletirá as representações simbólicas que o cidadão itabunense cria e recria no seu viver social. A espacialidade da cidade se expande, novos espaços de convivência social são abertos e as funções dos antigos redimensionados. Entretanto a praça Olynto Leone durante as décadas de 50 e 60 continua sendo o local da política, apesar dos grandes comícios terem passado a se concentrar em um outro espaço, mantinha-se como centro das decisões locais, a prefeitura municipal continuava sediada na praça. Contudo, serão os flertes, os namoros, o passear, o encontrar-se, o conversar, que lhe dará vida. Animada pelos sons das matinês dançantes ou pelos memoráveis bailes de carnavais do Itabuna

Clube, sofre mais uma reforma, aquela que irá prepará-la para comemorar o cinqüentenário da cidade.

Na década de 70, novamente transmudada, deixando de ser o centro político, sofrendo com as transformações impostas aos costumes com o advento da televisão, a praça fica deserta. Deprimida a ponto de ser perigoso atravessá-la, após o anoitecer.

Hoje, no mundo globalizado, a praça Olynto Leone, este microcosmo, reflete a busca da identidade cultural que tanto atinge as sociedades regionais. Após um grande período de abandono, revitalizada, volta a ser um espaço de lazer e cultura, onde se exibem artistas locais e a reorganizada Filarmônica Euterpe, enquanto artistas expõem, a céu aberto, as suas obras, crianças reúnem-se com seus professores para lerem na praça[xxvi].

[ii] Grupo político chefiado pelo Cel. Domingos Adami de Sá.
[iii] Grupo político chefiado pelo Cel. Mário Pessoa da Costa e Silva.
[iv] Vide figura 01 em anexo
[v] GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Jequitibá de Tabocas*. Salvador: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p. 78.
[vi] Ata do Primeiro Conselho Municipal, 20 de Janeiro de 1908.
[vii] Ata do Conselho Municipal da Vila de Itabuna, 16 de Janeiro de 1908, fol. 5.
[viii] Lei nº 807, datada de 28 de junho de 1910, referendada pelo governador da Bahia Araújo Pinho. Em 21 de agosto deste mesmo ano realiza-se a cerimônia de investidura da vila nesta nova qualidade.
[ix] Jornal A Época, 16 de maio de 1912.
[x] Jornal A Época, 15 de novembro de 1911.
[xi] Por deliberação desse digno Conselho fora mandado o nome da Praça XV de Novembro para Olynto Leone. Ato do conselho Municipal de Itabuna, 29 de novembro de 1911.
[xii] Apesar de oficialmente a quase dez anos a praça se intitular Olynto Leone, encontramos nos jornais, o que significa que era senso comum, a denominação Praça da Matriz ou Largo da Matriz
[xiii] Jornal de Itabuna, 20 de novembro de 1921.
[xiv] Fundado em 21 de abril de 1921. Vide figura 02, em anexo.
[xv] [xv] Fundado em 6 de janeiro de 1920. Vide figura 02, em anexo.
[xvi] Jornal de Itabuna, 03 de novembro de 1921.
[xvii] Jornal A Época, 11 de setembro de 1920.
[xviii] Jornal A Época, 10 de dezembro de 1927.
[xix] Jornal A Época, 01 de outubro de 1927.
[xx] Jornal de Itabuna, 04 de setembro de 1924.
[xxi] Cf. Jornal de Itabuna, 13 de dezembro de 1923.
[xxii] Vide figura 03, em anexo.
[xxiii] Jornal de Itabuna, 10 março de 1927.
[xxiv] Jornal Oficial do Município de Itabuna, 16 de janeiro de 1932. Vide figura 04, em anexo.
[xxv] A Igreja Matriz é reformada em 1937 e em 1941 todo o teto desaba, ficando apenas as paredes laterais e a frente.
[xxvi] Vide figura 05, em anexo.

História: uma "Ciência Nova" do século XVIII

Jânio Gustavo Barbosa – PPG-UFRN
Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN

Há muito tempo, diversos pesquisadores têm se dedicado a determinar a singularidade da História, discutindo acerca da própria História, tentando reafirmá-la enquanto Ciência e, nessa metalinguagem, perceber novas diretrizes que possam apoiar esta disciplina em um terreno mais concreto. Desta forma, os estudos acerca da teoria e da Filosofia da História são cada vez mais constantes fazendo da História, seu objeto de estudo.

A pesquisa que aqui se insere justamente nesta problemática que se mostra essencialmente importante para a História.

Esta discussão ganha um maior destaque a partir da segunda metade do século XIX, e na primeira metade do século XX, quando as Ciências humanas, especialmente a História e a Filosofia, discutiam sobre os métodos de pesquisa que as definiam, procurando delimitar novas formas metodológicas de investigação que as dessem um maior caráter científico. A esta altura, o "inimigo" a se enfrentar era o positivismo de Comte, que insistia em tratar as Ciências Humanas com procedimentos das Ciências Exatas e se baseavam no método Cartesiano de investigação para a pesquisa nestas áreas.

Diante deste cenário, filósofos como Wihelm Dilthey, e historiadores como Marc Bloch, tentaram justificar novas formas de pesquisa no campo das Ciências Humanas através de escritos de alguns pensadores que "idealizaram" a História e a Filosofia, com métodos próprios e em seus respectivos escritos pleitearam um caráter de Ciência a estas disciplinas. Um destes pensadores, classificado por muitos historiadores e filósofos como precursor, foi o filósofo do século XVIII chamado Giambattista Vico.

Vico, atuou em volto nos séculos XVII e XVIII. Estes, foram de contínuas transformações na sociedade européia, que afetaram todos os seus setores sociais. Politicamente, o Velho Mundo, gradativamente, teve a formação e o estabelecimento do Estado Moderno, com

estruturas políticas e econômicas muito mais rígidas do que foram nos séculos anteriores. Economicamente, a Europa viveu com os lucros da Revolução Comercial de outrora e alguns países, especialmente a Inglaterra, começaram a se organizar em torno do que mais tarde, com o surgimento da máquina a vapor, dentre outras coisas, seria conhecido como Revolução Industrial. Intelectualmente e culturalmente tal continente foi agitado pelas conseqüências do Renascimento, tais como o Humanismo e o Racionalismo, bem como o Iluminismo, que mudaram em grande medida os conceitos da época principalmente sobre o papel do homem em sociedade e no seu reconhecimento como agente social, não mais sobre os ditames da Igreja Católica que por muitos séculos moldou a maioria dos discursos dos homens e conseqüentemente o seu agir em sociedade. Por esse motivo, foi comum durante esse período o grande debate filosófico acerca do homem, da sociedade, de Deus e da Igreja Católica.

Além disso, damos especial destaque às transformações cientificas, não omitindo a contribuição da Itália nesse processo. A Itália mostra-se contagiada pelo espírito renascentista que lá se originara, efetivamente, a partir de meados do século XIV. São nos séculos XVII e XVIII, que se podem perceber as grandes contribuições deste país no mundo intelectual e científico. As universidades italianas, em grande medida por causa do Renascimento, sistematicamente, nos séculos referidos, foram palcos de debates científicos. Em relação a este fato, não se pode negar a importância de Nápoles nesse processo. Essa cidade estava nesse período incendiada pelos impactos da filosofia moderna e pelos seus desdobramentos. Foi em Nápoles que o debate acerca das proposições do matemático, físico e prosador francês, Blaise Pascal, se tornaram intensos, no que se refere a sua teoria sobre o vácuo e ao seu pensamento misticista. Foi nesta cidade italiana, que se viu a atuação de Giordano Bruno. Filósofo italiano que foi efetivamente um contestador da autoridade dogmaticista da Igreja de seu tempo. No seu dizer, a autoridade não está fora de nós, mas dentro de nós. Monista[1], muito mais do que os outros naturalistas, identificou Deus com a substância do universo, negou a existência de uma

[1] Doutrina filosófica segundo a qual o conjunto das coisas pode ser reduzido à unidade, quer do ponto de vista da sua substância (e o monismo poderá ser um materialismo ou um espiritualismo), quer do ponto de vista das leis (lógicas ou físicas) pelas quais o Universo se ordena (e o monismo será lógico ou físico).

esfera exterior a este nosso mundo; “este, uma vez identificado com a divindade, devia ser infinito, e em decorrência se podia imaginar outros e outros mundos, com os respectivos sóis”.

Além destes pensadores, podemos destacar em Nápoles, a atuação de Bernardino Telésio **-** (1508-1588), um dos filósofos italianos, dos mais destacados em seu tempo sendo um dos principais representantes do platonismo da Renascença; de Pierre Gassendi, filósofo que se preocupou com observações científicas e astronômicas, divergindo de Descartes, sendo um primeiro cartesiano dissidente; de Descartes, considerado o inaugurador da nova fase da filosofia moderna, dada a ação mais significativa do seu livro *Discurso do método,* de 1637, no qual discutia acerca da aplicabilidade e da metodologia das disciplinas de sua época.

É neste contexto intelectual, que surge na História Giambattista Vico (1668 – 1744), que escreveu “Ciência Nova”, livro que propõe uma nova interpretação da História diante das posições desenvolvidas, principalmente, por Descartes.

Giambattista Vico foi um filósofo, historiador, poeta que em seu tempo foi esquecido, negligenciado, omitido e poucas foram as demonstrações de reconhecimento diante de suas produções literárias acerca do desenvolvimento do homem e das Ciências Humanas.

Vico foi um homem inscrito na Modernidade, influenciado pelas idéias vindas do Renascimento, pelos valores do Barroco e diversas vezes em sua obra, percebe-se o traço humanista nos seus escritos. Mesmo com a sua descoberta tardia – no final do século XIX e início do século XX - Vico vai ser considerado antecessor de várias questões que norteiam o estudo da História atual. Já no século XVIII, século este inundado pelas idéias geométricas e matemáticas de Descartes, Vico reivindicou a elaboração de um método próprio para o estudo e investigação das Ciências Humanas e na direção deste processo colocou a História com destaque, afirmando que no estudo dos povos antigos o cientista tem que entendê-los segundo a lógica deles e não a do pesquisador e refaz, segundo seus métodos, a História dos povos, reelaborando conceitos e dando ênfase ao caráter singular da História.

Vico propôs novas formas de atuação e se contrapôs a Descartes construindo os fundamentos e estabelecendo bases de uma “Ciência Nova”. Separou, no plano teórico, a História e a natureza, isto é, afirmava que o homem só podia conhecer aquilo que fabricava e que, portanto estava apto a conhecer a História, ao contrário da Natureza, plano no qual o homem não tinha autonomia para conhecê-la já que não a construiu.

Propôs uma interpretação da História além do esquema teológico, teleológico e matemático imperantes naquele momento. Vico, apesar de ser do século XVII e produzir no século XVIII, teve sua obra retomada apenas nos séculos XIX e XX por meio de estudos que objetivavam, sobretudo a afirmação da História enquanto Ciência, ou seja, no contexto do cientificismo, coisa que já era afirmada pelo autor napolitano.

Assim, o estudo desse pensador torna-se de grande importância não só por sua oposição ao método cartesiano, que aquela altura era praticamente de aceitação unânime, mas por entender que Vico aborda questões que fariam parte, como hoje fazem, da metodologia da História como um todo. Além disso, Vico é retomado pelos historiadores do século XX como referencial na “disputa” das Ciências Humanas por métodos singulares de investigação o que torna o seu estudo mais importante ainda no entendimento da própria formação de uma filosofia da História.

Ao tomar contato com sua obra ou com analistas que tratam dela, o historiador atual se surpreende com tamanha “atualidade” das idéias deste pensador do século XVIII, sendo por isso, talvez, que se tenha construído aquilo que o historiador Peter Burke vai chamar o mito de Vico, isto é, o “desejo supremo” de transformar Vico em um “gênio”.

Este trabalho, que se encontra nos seus primeiros passos, e se torna peculiar porque tenta perceber Vico como um historiador preocupado em entender as transformações ocorridas como os povos, preocupado também em discutir os métodos de sua época, e conscientemente ou não, inaugurar uma nova forma de se ver a História, de lhe dar com os documentos e, portanto, de conceber o passado.

Além disso, o entendimento das teorias de Vico se torna condição essencial no entendimento da própria História. Os seus projetos, a sua forma de perceber o tempo e as relações humanas nele inscritas, deixaram um legado que até hoje os historiadores usam constantemente em suas respectivas pesquisas.

Entender Vico é entender o seu mundo, o que o rodeava, o que lia, o que estudava e o que tomava como certo ou errado. Vico foi incentivado, pela sua oposição ao sistema cartesiano, a reavaliar as análises dos Antigos – especialmente as dos homens do período clássico – e comparar com os da Modernidade, percebendo semelhanças e diferenças entre as duas eras (fases). Para tanto, Vico toma contato com diversas obras para realizar seus estudos acerca do homem e tem clara influência de quatro grandes autores: Platão, Tácito, Bacon e Grócio (Grotius), cada um desses autores foi "tomado por Vico" segundo um aspecto para o molde de sua obra e constituição da sua Ciência Nova.

Dada a sua importância, diversos foram os autores que analisaram Vico e por sua obra ficaram encantados. Jules Michelet (1798 – 1874), ficou entusiasmado com a obra de Vico tratando por considerá-lo um profeta e claramente o pôs como seu grande mestre influenciador, sendo um dos primeiros a estudar a obra de Vico e difundi-la na Europa, principalmente pela França. Karl Marx leu Vico e em 1860, segundo o historiador Peter Burke, recomendou o livro Ciência Nova a um dos seus correspondentes, como um livro que continha "muitos vislumbres de gênio". Além destes, Wihelm Dilthey retoma a obra de Vico como justificativa para a singularidade do pensamento humano, por ocasião do grande debate, aqui já referido, entre os positivistas e os autores que reivindicavam o estudo das Ciências humanas segundo métodos próprios. Assim também, R.G. Collingwood, historiador inglês, admitiu que fora influenciado por Vico. Benedetto Croce, na mesma forma que Collingwood, estuda as obras de Vico, focalizando a maneira singular que o autor napolitano trata as Ciências Humanas e as diferencia das Ciências naturais e tem nele um dos seus grandes influenciadores.

Nesse mesmo prisma, autores contemporâneos têm se dedicado a estudar as obras de Vico, procurando nelas meios comparativos com a teoria hoje aplicada as fontes históricas e ao tratamento da História com o seu objeto de estudo, ou seja, as relações humanas no tempo.

Isaiah Belin (1909 – 1997) em seu estudo sobre Vico, atribuiu a ele o mérito de ter defendido o valor da "vida culta e da cultura" (Guido, H. 2004.), rebelando-se contra a crescente "padronização do comportamento humano". Já Peter Burke, historiador inglês, em sua obra – Vico – traça as principais características do autor e estuda alguns temas como direito, História e poesia na obra Ciência nova do autor supra citado.

Humberto Guido faz um estudo acerca da filosofia e a educação segundo as concepções de Vico em três de suas obras: a sua autobiografia, a obra *"a antiga sabedoria dos Italianos"* e a Ciência Nova.

Outros autores brasileiros se dedicaram a analisar a obra de Vico, como o caso de Antônio Candido e Alfredo Bosi que estudam Vico investigando a sua lógica poética, ressaltando a sua contribuição para o entendimento da poesia primitiva. Já Miguel Reale discutiu a importância de Vico no estudo da teoria do direito natural e Valério Rodhen estudou Vico, identificando a proximidade entre o pensamento do autor napolitano e Kant, bem como, Raul Fiker realiza um trabalho muito parecido com o que o historiador Peter Burke fez em sua obra, apontando alguns aspectos da obra de Giambattista Vico e evidenciando as suas interpretações a cerca da sociedade.

A análise da obra de Giambattista Vico provoca uma série de questões em que se pode traçar não só o lugar das Ciências Humanas no século XVIII, como também, demonstrar a argumentação do referido autor no sentido de conceder à História um papel central nesse processo e que, portanto, podem ser respondidas a partir da análise da "Ciência Nova", ao lado de uma bibliografia específica.

Desta forma Vico contribuiu, delegando uma nova metodologia para o escopo da filosofia da História e das Ciências humanas no século XVIII, demonstrando a peculiaridade do

saber histórico. Propôs uma reformulação nos meios de pesquisa e na sua obra – Ciência Nova – sistematizou o que para ele seria um viés de interpretação e investigação do homem e da mente humana respectivamente.

Pelas assertivas acima, a pesquisa aqui tratada, está apenas em seu começo. Este estudo apresentado, trata-se de um breve ensaio, evidenciando as intenções desta pesquisa e as perspectivas deste trabalho que se configura de importância impar para o estudo da historiografia moderna.

Vico, nos trouxe a capacidade de perceber um discurso, no caso o Cartesiano, de outra maneira, de uma forma que lhe desse a condição de separar a categoria de Ciência em outras, alocando a História um papel especial, único e singular. Vico, torna o velho discurso novo o toma de uma nova forma e a partir disso reage a um estímulo lançando uma contra argumentação que acaba por lhe fundamentar. Vico, confirma a conclusão de Michel Foucault no qual: “não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar. Conjuntos ritualizados de discursos que se narram conforme circunstâncias bem determinadas [...] O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Catecismos tupi e dispensas: a construção missionária da idéia de casamento para os gentios

Jaqueline Ferreira da Mota PPG-UFPA

Orientadora: Maria Cândida D. M. Barros - UFPA

Ronaldo Vainfas[1] (1997) afirma em seu "Trópico dos Pecados Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil", que em seu plano evangelizador, os jesuítas utilizaram a família como porta de entrada para aplicar os ensinamentos cristãos aos gentios do Novo Mundo.O Catecismo de Antônio de Araújo[2] (1618), o primeiro a ser impresso pelos jesuítas, possui uma sessão em que se lê os impedimentos que devem ser considerados para a realização do casamento entre os indígenas.Mas um documento da Biblioteca de Évora[3], s.d., contém uma série de dispensas ligadas às regras de Araújo.O objetivo do trabalho é mostrar, por meio de fontes escritas, como se deu a construção missionária da idéia de casamento para os gentios, confrontando a rigidez do Catecismo de Araújo com a flexibilidade do texto de dispensas de Évora, buscando comprovar a hipótese de que os jesuítas tiveram de abrir mão de alguns pontos de sua doutrina para que conseguissem aplicar ao menos uma porcentagem dela.

1. O casamento no catecismo tupi de Antônio de Araújo (1618)

O Catecismo de Antônio de Araújo (1618) foi uma das obras utilizadas pelos jesuítas para difusão das idéias cristãs entre os tupinambá. Foi escrito em tupi com algumas passagens em português, e reeditado em 1686, com poucas alterações ao texto original. Possui uma sessão "Como se há de administrar o Sacramento do Matrimônio", na qual se lê os impedimentos do casamento cristão que devem ser aplicados às uniões indígenas. A lista traz regras definidas pelo Concílio de Trento, com as condições necessárias para que o matrimônio seja verdadeiro. Além destes impedimentos, o catecismo de Araújo traz uma tabela de parentesco "Taboada dos nomes de parentesco que há na Lingoa Brasílica " em que aparece uma classificação dos cônjuges indígenas,

separando, por exemplo, as esposas de um tupinambá em legítimas e não legítimas . As estratégias jesuíticas para aplicar as decisões de Trento também estão na tradução dos Ritos do Cerimonial Romano de casamento, para o tupi.

a)Impedimentos matrimoniais

A lista de impedimentos matrimoniais aborda a concepção cristã de incesto referente a casamentos entre parentes, a idade mínima para casar, a proibição do sacramento do matrimônio para os não- cristãos, etc. A seguir, alguns dos impedimentos que se chocaram com a cultura tupinambá[4]:

- Nenhum dos casados poderá tornar a casar enquanto seu conjugue for vivo.

Entre os tupi, era comum a poligamia, não havendo necessidade da morte do primeiro cônjuge para uma nova união.

- Não podem casar primos ou primas, com irmão, filho de irmãos, ou irmãs, até o quarto grau.

Os casamentos preferenciais na cultura tupinambá ocorriam entre tio materno e sobrinha e primos cruzados, não havendo proibição de parentesco até o quarto grau, apenas nos parentescos em linha reta e entre irmãos.

- Nenhum dos esposados pode casar com o irmão ou irmã carnal do esposo ou esposa que morreu, nem com o parente do morto até o quarto grau.

Um tupinambá tinha permissão de casar com sua cunhada viúva e vice-versa.

b)Classificação de termos de parentesco tupi

Para aplicar de forma eficaz os sacramentos da confissão e do matrimônio, os jesuítas precisavam compreender os termos de parentesco tupi, visto que a cultura Tupinambá casava tio materno e sobrinha, primos cruzados, o irmão do morto com a cunhada e admitia que um índio possuísse várias mulheres ao mesmo tempo . Mas a atitude de tentar conhecer os termos de parentesco tupi estava acompanhada de uma classificação deste léxico. As muitas mulheres de um tupinambá, por exemplo, com

nomes de *temericó, agoaçã, nhemõia, cunhaíba* ,foram classificadas em boa e em má parte, em legítimas e não –legítimas, definidas pelos jesuítas de acordo com o léxico ocidental das relações conjugais. Essa classificação trazia para os tupi o conceito de casamento legítimo , de amancebamento e de adultério, inexistentes em sua cultura.

Alguns termos de parentesco presentes em Araújo:

Agoâçâ- damo ou dama em má parte.

Cunhãíba-namorada não em má parte, usa dele só o varão.

Nhemõya.Comboça- usa dele a mulher somente a respeito da manceba de seu marido.

Temirêcô-Mulher casada, usa dele só o varão.

c)O Cerimonial Romano de casamento traduzido para o tupi

Com a idéia de que casamento era diferente de amancebamento, era necessário ter o elemento diferenciador do sacramento. E o sinal característico do casamento estava representado no rito, que consistia nas palavras de recebimento, no consentimento recíproco expresso na cerimônia pública e na bênção do padre. O Catecismo de Araújo traz a tradução do Cerimonial Romano para o tupi, que deveria ser aplicado pelos padres aos índios que encontrasse.

Trecho da tradução para o tupi:

Palavras de recebimento

Varão. Eu Gonçalo recebo a vós Clara por minha molher , como manda a Sancta Madre Igreja de Roma.

Tupi: *Clara y xe Gonçalo orogoár* ***xeremirecó*** *etéramó Sancta Madre Igreja de Roma tecômonhangába rupi.*

O Catecismo de Antonio de Araújo (1618), portanto, é a literatura jesuítica que traz as decisões do Concílio de Trento sobre o casamento e que devem ser aplicadas aos

gentios, com os impedimentos, com a classificação dos nomes de parentesco e a celebração do Cerimonial Romano de casamento.

2. As dispensas

Um documento anônimo da Biblioteca de Évora (s.d.), traz uma série de dispensas que mostram uma flexibilidade dos jesuítas em relação às regras expostas em Araújo.O autor expõe que a validade do casamento entre os gentios reside apenas na monogamia, na cerimônia do rito, na união interior dos cônjuges e no consentimento recíproco, dispensando outras determinações presentes em Araújo.

O documento está dividido em duas partes: uma que contém as dispensas, e outra que explica quais os aspectos essenciais ao matrimônio, divisão explícita em seu título: "Que cousa seja necessaria ou não necessaria para que os matrimonios dos gentios sejão validos". Dentre outros tópicos, o documento aborda a possibilidade de casar mais de uma vez, não sendo fundamental ter idade fértil, podendo também casar buscando esterilidade, além de flexibilizar o casamento entre parentes. As condições essenciais estão na monogamia, na cerimônia em si, e no consentimento recíproco dos cônjuges.

Trechos das coisas não necessárias:

- Não deixa de ser matrimônio por serem mui estreitos parentes, contanto que não sejam parentes em linha reta,ou no primeiro grau da transversal, como irmãos e assim valerá o matrimonio entre tios e sobrinhos,e parece que valerá também entre meio irmãos.
- Não deixa de ser matrimônio por serem os casados cognados e em afinidade mui estreitos, como madrasta que se casou com o enteado, nem se o irmão do defunto se casou com sua cunhada ou se se casou alguém com a irmã de sua molher defunta.

Estas dispensas abordam aspectos fundamentais da cultura tupinambá. Em nome da monogamia, estão sendo permitidos casamentos entre parentes e permitindo que traços

da organização social sejam preservados, como o direito que o irmão do morto possui sobre a cunhada viúva.

Trechos das coisas necessárias para a validade do casamento:

- É necessário que quando se casam tenham vontade de receber um ao outro doutra maneira e diversa daquela com que se ajuntam a viver publicamente amancebados;segundo todos porque esta união com animo matrimonial é de essência do matrimônio, não falo de união e ajuntamento carnal, mas de união interior.
- É necessário que declarem o consentimento interior com algum sinal exterior porque a forma deste e qualquer outro contrato deve ser exterior e explicada exteriormente.
- É necessário que se não casem juntamente com muitas molheres, porque dessa maneira nenhuma fica sendo mulher verdadeira.

No documento se lê que para o autor, não há matrimônio entre os gentios, porque não é a estabilidade que confirma o casamento(há relatos de índios que vivem de 30 a 40 anos com uma mulher), mas a cerimônia romana em si.Há uma passagem em que o costume tupinambá do irmão da esposa ter domínio sobre ela sobrepujando o papel do marido,diferente do que ocorre em Araújo, continua válido("...o irmão da casada quando quiser tem poder de afastar sua irmã do primeiro marido e dá- la a outrem, nem disso se queixa o primeiro").Há uma orientação para os clérigos de que ao encontrarem gentios vivendo juntos, devem casá-los na forma devida, com o cerimonial exigido para que vivam o matrimônio verdadeiro.

3.Conclusão

A confrontação dos dois documentos, o Catecismo de Araújo e o escrito anônimo de Évora, permite que se levante a hipótese de que existiram muitos caminhos para a construção do casamento cristão entre os gentios. O que permanece de Araújo no documento de Évora é a idéia de monogamia (o índio deve viver com uma mulher

apenas,tendo a alternativa de casar novamente, se a primeira mulher lhe desagradar, mas não pode ter duas ou mais ao mesmo tempo),a cerimônia do casamento, na qual serão ditas as palavras de recebimento, que são o sinal do matrimônio verdadeiro,a união interior, que segundo os padres não existe nas relações de amancebamento e o consentimento recíproco dos nubentes. Dispensam-se várias proibições definidas em Araújo, que no documento de Évora não fazem parte do essencial do matrimônio cristão.

O plano jesuítico teve, portanto, de se adequar à realidade da colônia que exigia flexibilização de pontos de sua doutrina para que atingisse outros, essenciais à idéia cristã de casamento.

---

[1] VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1997.

[2] ARAÚJO, Antônio de. Catecismo na Língua Brasílica. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ,1618[1952].

[3] ANÔNIMO. Que cousa seja necessaria ou não necessaria para que os matrimonios dos gentios sejão validos. Biblioteca de Évora, s.d.

[4] FERNANDES, Florestan. Organização Social dos Tupinambá. São Paulo: Difusão Européia do Livro,1963.

O trabalho infantil hoje e em diferentes épocas: Uma nova Abordagem para o Ensino de História nas Séries Iniciais

Jaqueline Lesinhovski Talamini[1]

Os professores das séries iniciais encontram muitas vezes grande dificuldade para lecionar a disciplina de História. Este fato se deve a uma formação tradicional em seu processo de escolarização e também pelo motivo de que nas séries iniciais não exige-se do professor formação específica na área.

Sabe-se da importância de se desenvolver desde cedo nos alunos a compreensão de que o ensino de História é vivo e dinâmico e que as pessoas constroem a História em seu dia-a-dia. Partindo deste princípio compreende-se que o ensino de História não pode ocorrer utilizando-se apenas do livro didático e da aula expositiva do professor.

Infelizmente muitos professores das séries iniciais, pelos motivos elencados acima, continuam ainda lecionando História da forma como foram ensinados, de maneira tradicional, em uma concepção voltada apenas para as memórias dos heróis da humanidade. É comum nesta etapa que alguns professores coloquem a disciplina de História em segundo plano, haja visto que tende-se a enfatizar mais as disciplinas específicas da alfabetização. Assim: "Verifica-se a posição secundária que o ensino de História continua a ocupar na divisão do tempo e espaço no cotidiano escolar. Toda a atenção está voltada para o processo de aquisição da leitura e da escrita".[2]

Nesta forma de ensino, perdem professores e alunos. O aluno por agir como sujeito passivo em relação ao conhecimento, tem uma visão muito estreita deste, além de não apresentar interesse pelo assunto que é tratado. O professor por não saber agir de outra forma, perde a oportunidade de desenvolver aulas mais criativas e a compreender o processo pelo qual os alunos constroem sua aprendizagem.

No município de Araucária, no Paraná, abriram-se novas oportunidades para se discutir o assunto por meio de um curso na área de História, ministrado pela professora

Maria Auxiliadora Schmidt, no qual além dos professores de história que lecionavam para 5ª a 8ª séries, participavam também os docentes de 1ª série.

Neste curso os professores aprendiam por meio de uma pesquisa participante, ou pesquisa em colaboração. Os professores conheciam novas metodologias, aplicavam a aula em suas turmas e trocavam conhecimentos relatando o sucesso ou não de suas experiências. Ficou evidente a possibilidade de união entre ensino e pesquisa.

> A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constroem sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa.[3]

Uma das respostas para a deficiência na formação de professores e isto não se restringe apenas a área de História, é a possibilidade de que a pesquisa do professor seja realizada em seu próprio ambiente de trabalho, ou seja, a sala de aula. Neste sentido o professor deverá estar em contato com conhecimentos científicos e ao mesmo tempo dar "vida" a estes, através da aplicação de metodologias diferenciadas na prática pedagógica diária, sendo, portanto experiências comprovadas.

> No campo da educação, pesquisar do ponto de vista dessa ênfase supõe buscar estratégias de mudança e transformação para melhorar a realidade concreta que se opera. O professor procura melhorar o conhecimento já existente, convertendo-o em hipóteses-ação, e procura estabelecer uma relação entre teoria, a ação e o contexto particular. Nessa ênfase de pesquisa, os problemas a serem pesquisados só surgem na prática e o envolvimento do prático é uma necessidade indispensável.[4]

A experiência relatada a seguir tem como cenário uma turma de primeira série da Escola Municipal Professor Ambrósio Iantas no município de Araucária no Paraná. Buscou-se desenvolver o tema sobre o trabalho infantil adotando uma metodologia diferenciada em sala de aula, utilizando-se de documentos históricos e compreendendo o aluno como sujeito de sua própria história, ou seja, um sujeito histórico.

A temática sobre o trabalho infantil foi iniciada solicitando aos alunos que representassem por meio de desenhos e textos as atividades ou afazeres que realizavam em suas casas. Cada aluno explicou para turma o que tinha desenhado e em seguida as produções foram colocadas em um mural na sala. Para dar continuidade ao tema os alunos foram incumbidos de realizar uma pesquisa com uma pessoa com mais de cinqüenta anos.

Por meio de um questionário, os mesmos deveriam verificar como era o trabalho que o entrevistado realizava quando era criança, estabelecendo assim a relação entre presente e passado. Os alunos preencheram o questionário e também representaram com desenhos o que mais tinha lhes chamado à atenção na conversa. Mais uma vez cada aluno falou sobre sua tarefa para a classe.

A discussão sobre as entrevistas foi muito valiosa, pois a riqueza dos detalhes fez com que a turma toda se interessasse pela aula; os alunos puderam compreender que a História era feita por pessoas da vida real.

Com base nas duas realidades (experiência própria e entrevista), as crianças puderam tecer comparações e por meio delas compreender melhor a proposta do tema. Partir primeiro da realidade da criança antes de iniciar o conteúdo foi fundamental, pois os alunos se sentiram importantes e parte da História que estava sendo contada.

> Assim, os conceitos históricos são compreendidos pela sua relação com os conceitos da realidade humana e social que o sujeito experencia. Quando o aluno procura explicações para uma situação do passado à luz da sua própria experiência, mesmo sem apreciar as diferenças entre as suas crenças e valores e as de outra sociedade, revela já um esforço de compreensão histórica.[5]

As memórias que as pessoas trazem sobre outras épocas também podem ser consideradas fontes de informações e pistas sobre o passado. Por meio de depoimentos orais os alunos podem analisar aspectos de uma época que já passou. Por isso em uma terceira etapa, a turma ouviu em sala de aula o depoimento de uma senhora da comunidade a qual relatou com detalhes como era sua vida na infância. Esta possibilidade pareceu surtir um efeito ainda maior sobre a turma que inclusive participou fazendo diversas perguntas para a entrevistada.

O depoimento oral trouxe uma outra realidade para a aula, pois a entrevistada mostrou uma parte mais formal do trabalho infantil ao relatar que tinha trabalhado em outros locais como empregada doméstica e babá e não só em sua própria família como relataram as pessoas da entrevista.

O trabalho realizado na referida escola buscou resgatar o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, mostrando que este não aprende agindo apenas como sujeito

passivo em relação ao que é repassado pelo professor. A experiência desenvolvida não serviu apenas para reforçar o conteúdo que estava sendo trabalhado em sala de aula, mas principalmente para dar um novo significado para as aulas, compreendendo o quanto o ensino de História é vivo e dinâmico e principalmente que os alunos fazem incontestavelmente parte dela. Assim:

> Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: "eu não dou para aprender História" -, nem mesmo como uma mercadoria que se compra bem ou mal.[6]

A experiência do curso de História foi de grande importância para os professores das séries iniciais, pois possibilitou que estes tivessem a oportunidade de ver o ensino de História além da forma distante e fragmentada como haviam aprendido. Possibilitou também a consciência de que não deve haver separação entre ensino e pesquisa, ressaltando, portanto a necessidade e a importância do vínculo com a Universidade.

Quando esta forma de trabalho ensino/pesquisa ocorre, nota-se nitidamente a maior valorização que se dá ao trabalho desenvolvido pelos professores das séries iniciais. Muda-se a imagem do ensino marcado pela mera reprodução do senso comum, do trabalho visto com menor prestígio ou marcado muitas vezes por palavras pejorativas como ensino de tias ou de professorinhas.

A experiência relatada anteriormente pode ser vista como uma nova possibilidade na formação continuada do professor de educação básica, mostrando uma importante mudança de paradigma na ação docente, sobretudo dos profissionais que atuam nas séries iniciais.

Por meio desta experiência observa-se que o ensino de História não deve ser ignorado nos primeiros anos de escolaridade, nem tampouco ser reduzida a memorização de fatos e conceitos. O trabalho nas séries iniciais é fundamental para que o aluno construa a noção de pesquisa e do tratamento da informação disponível, pois isso ajudará na compreensão de que a História é sempre uma ciência em construção e não uma verdade absoluta sobre o passado.

---

[1] Professora da rede municipal do município de Araucária.

[2] OLIVEIRA, Regina Ferreira. O ensino de história nas séries iniciais: cruzando as fronteiras entre a História e a Pedagogia. **História & Ensino**, Londrina, v.9, p. 171-183, out. 2003.

[3] SCHMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002. p.57.

[4] PEREIRA, Elizabete Monteiro de Aguiar. Professor como pesquisador: O enfoque da pesquisa-ação na prática docente. In: GERALDI, C; FIORENTINI, D; e PEREIRA, E. (orgs). **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.163.

[5] BARCA, Isabel ; GAGO, Marília . Aprender a pensar em História : um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga : Instituto de Educação e Psicologia. ISSN 0871-9187. Vol. 14, n.º 1 (2001), p. 241.

[6] SCHMIDT, loc. Cit.

O PCB PELA PAZ – a participação dos comunistas brasileiros nas campanhas pacifistas do "Movimento pala Paz" (1948-1956)

Jayme Fernandes Ribeiro*

Na segunda semana do mês de setembro, do ano de 2001, circulou pela internet uma petição em favor da paz mundial. O apelo era encaminhado às pessoas do mundo inteiro, conclamando, cada uma, a conseguir quinhentas assinaturas. Quando as tivessem, deveriam enviar para o endereço eletrônico *unicwash@unicwash.org*. O texto encontrava-se em inglês e fazia o seguinte apelo,

> "PETIÇÃO PELA PAZ
> O texto a seguir é pedido pela paz. Por favor, copie e cole enviando para todas as pessoas que você conheça e quando tiver com 500 assinaturas envie para UN (*unicwash@unicwash.org*.). Se você não quiser assinar, por favor, tenha consideração pelas outras pessoas e passe adiante."[1]

Abaixo vinham 289 assinaturas, sobretudo da França, Espanha, Suíça, Suécia, Estados Unidos, Escócia, Nova Zelândia, Dinamarca, Equador, China, Líbano, África do Sul, Argentina, Alemanha, Inglaterra, Chile, México, Venezuela e Brasil. O objetivo era coletar o maior número de assinaturas possível para serem encaminhadas à Organização das Nações Unidas (ONU), acreditando contribuir, dessa maneira, para estabelecer a paz no mundo. É importante destacar que a campanha foi articulada devido ao fato ocorrido na data de 11 de setembro de 2001, onde um atentado terrorista destruiu as "Torres Gêmeas" do World Trade Center nos Estados Unidos, acarretando milhares de mortos e feridos e uma resposta militar ao grupo terrorista.

Mas será que o fato constitui uma novidade? Será que um apelo em forma de abaixo-assinado em favor da paz apresenta algo de novo no mundo contemporâneo? A resposta para a pergunta é, com absoluta certeza, não.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

A Guerra Fria, surgida, em fins da década de 1940 com o lançamento da doutrina Truman, abriu uma nova página na história. A disputa político-ideológica e militar entre as duas grandes potências daquele período (Estados Unidos e União Soviética) alterou, de maneira significativa, as bases das relações internacionais. O mundo inteiro foi marcado pela sombra de uma nova guerra mundial, que, em determinados momentos, pareceu realmente poder acontecer. As armas nucleares intensificariam ainda mais o temor de um conflito internacional, principalmente, por não ser possível calcular suas proporções.

No início da década de 1950, militantes comunistas, de várias partes do mundo, lançaram-se numa campanha com o mesmo objetivo: salvaguardar a paz mundial. Uma tarefa extremamente difícil, porém de grande valor humanitário. O "Apelo de Estocolmo", como ficou conhecido, era o nome dado à "Campanha pela Proibição da Armas Atômicas"[2], que, por sua vez, fazia parte do chamado "Movimento pela Paz".

A partir de 1947, a União Soviética, sob a liderança de Stálin, lançava para os partidos comunistas uma nova "linha geral"[3]. A nova perspectiva consistia em formar uma ampla frente antiamericana, visando impor aos Estados Unidos um arranjo mundial que fosse satisfatório aos interesses soviéticos e que permitisse, em maior amplitude, obter o controle da corrida armamentista, assim como barrar o desenvolvimento armamentístico norte-americano, proporcionando, ao mesmo tempo, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas. Assim, o movimento organizado que obteve maior destaque dentro da nova "linha geral" foi o chamado "Movimento pela Paz". O movimento começou em agosto de 1948, quando celebrou-se, na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos "Combatentes da Paz". Somente a partir de março de 1950, a "Campanha pela Proibição das Armas Atômicas" foi incorporada ao "Movimento pela Paz". O objetivo do "Apelo de Estocolmo", assim como das outras campanhas, era coletar milhões de assinaturas, em diversos países, para serem enviadas à

ONU, manifestando, dessa forma, a vontade de milhões de pessoas em favor da paz mundial.

O "Movimento pela Paz" incluía outras campanhas, não apenas se restringindo à "Campanha pela Interdição das Armas Atômicas". Apelos e protestos contra a OTAN, contra a Guerra da Coréia, pelo desarmamento geral, contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, contra a guerra atômica, por um pacto de paz entre as cinco grandes potências – a saber: Estados Unidos, União Soviética, China, Inglaterra e França – estavam vinculados ao movimento maior da "Luta pela Paz".[4] A "Campanha pela Interdição das Armas Atômicas", em menor amplitude, limitava-se a dirigir seus esforços para a proibição da utilização das armas atômicas por qualquer país e a eliminação dos arsenais atômicos existentes até aquele momento. Vale a pena lembrar que uma campanha não anulava a outra, pois, para garantir uma paz sólida e duradoura, o primeiro passo era proibir a utilização das armas atômicas em quaisquer guerras.

No Brasil, os militantes comunistas, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), deveriam colher quatro milhões de assinaturas em favor do "Apelo de Estocolmo". A "Campanha" começou em março de 1950, quando foi lançado o "Apelo" e terminou em 30 de setembro do mesmo ano – data de entrega das cotas de todos os países participantes. Cada país tinha uma cota de assinaturas que deveria coletar e, posteriormente, enviar ao II Congresso Mundial da Paz, que seria realizado na cidade de Shefield, na Inglaterra. Entretanto, o governo inglês não autorizou a realização do congresso em seu país. Os responsáveis pela campanha rapidamente transferiram o encontro para Varsóvia, na Polônia, realizando-se no período de 16 a 23 de novembro. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias, como comícios, palestras, enterros simbólicos concernentes à uma possível catástrofe nuclear, jornal-mural, distribuição de panfletos redigidos de maneira didática, utilização de sua imprensa etc.

Uma das formas utilizadas pelos comunistas para angariar um maior número de assinaturas era a produção de panfletos que revelavam os efeitos destruidores das bombas atômicas jogadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (muitos deles também reproduzidos na imprensa). Em sua maioria, comparavam seus terríveis efeitos sobre cidades brasileiras, fábricas, praças etc., caso houvesse uma guerra atômica e fossem lançadas bombas sobre esses lugares. Em um dos panfletos, podia ser lido uma suposição do que aconteceria se uma bomba atômica, similar a de Hiroshima, explodisse na praça Barão de Drumond, no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Imediatamente, 8.000 trabalhadores têxteis teriam sido derretidos, devido à elevada temperatura. Isso ocorreria, ao mesmo tempo em que fábricas, bondes, hospitais, laboratórios, e instalações elétricas se transformavam "num inferno de estrondos e de morte, misturados aos gritos dos moradores, das ruas e dos morros, a correr e a caírem fulminados e carbonizados." [5] Finalizava expondo que todos os moradores da região compreendida entre o Maracanã, a Praça Saens Peña e o antigo Jardim Zoológico teriam sido mortos. A população dos bairros do Engenho Novo, Mangueira, São Cristóvão, Tijuca e Grajaú, um pouco mais afastada, morreria mais tarde graças aos efeitos da radiação.

Na verdade, o que faziam os comunistas, em suas comparações com cidades brasileiras, era mostrar o que havia acontecido nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Com isso, eles chegavam à conclusão de que, numa nova guerra mundial, as principais vítimas seriam as "populações pacíficas" das grandes cidades.

Assim, no decorrer da campanha, os jornais comunistas relatavam o crescente apoio de diversos estados brasileiros, destacando São Paulo como "vanguarda" da campanha, pois era o estado que mais arrecadava assinaturas para o "Apelo de Estoclomo". Trabalhadores de diversos setores da economia brasileira davam sua colaboração ao movimento. Em sua jornada, os comunistas conseguiram a adesão de brasileiros destacados na sociedade. O "Apelo de Estocolmo" já havia sido assinado pelo Ministro do

Supremo Tribunal Federal, Dr. Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, pelo general Leitão de Carvalho, pelo representante da UNE, Roberto Gusmão e pelo presidente da Associação Brasileira de Escritores, Camargo Guarnieri; parlamentares de vários partidos políticos, incluindo a UDN, professores universitários, padres, e personalidades importantes no cenário político-cultural brasileiro, como Evandro Lins e Silva, Oscar Niemeyer, Aníbal Machado, Aparício Torelly, Adalgisa Nery,Jorge Amado, Caio Prado Júnior, Édison Carneiro, Edmar Morel, Pedro Mota Lima, Arnaldo Estrela, Di Cavalcante, José Pancetti, Candido Portinari e Clovis Graciano, Cesar Lattes, Mara Rúbia, Gregório Barrios, Mário Lago entre diversos outros nomes.

No entanto, para a população, de uma maneira geral, não houve maior repercussão que as assinaturas dos integrantes da seleção brasileira de futebol de 1950. Os comunistas conseguiram uma entrevista com os "craques" e divulgaram-na em página inteira. O técnico da equipe brasileira, Flávio Costa, ao ser abordado pela reportagem do jornal comunista *Imprensa Popular*, justificou a posição dos esportistas relatando: "Assinarei o APÊLO DE ESTOCOLMO com muito prazer. (...) Acho que a guerra e o esporte são duas coisas antagônicas. A guerra só serve para dividir os povos. O esporte, ao contrário, serve para uni-los."[6] Continuando a reportagem, o jornal dizia: "seguindo o exemplo de Flávio, todos os titulares da Equipe Nacional, e mais o pessoal técnico que a acompanhava, assinaram entusiasticamente o Apelo de Estocolmo. Nenhum só deles se recusou ou sequer vacilou em dar sua assinatura em favor da Paz."[7] O jornal garantia que os membros da seleção de futebol italiana também tinham feito o mesmo. Danilo, dizia o repórter, resumia numa frase o sentimento de todos: "sob o signo da Paz marchamos para a vitória". No centro da página, o periódico mostrava uma reprodução do original, com o nome dos jogadores e membros da comissão técnica que assinaram o Apelo.

O que importa ressaltar, aqui, é que desde o início da campanha os comunistas procuravam engrossar suas fileiras com personalidades de destaque na sociedade

brasileira. A intenção era atrair um número maior de "partidários da paz" que colaborassem com o movimento, não apenas da campanha do Apelo de Estocolmo, mas, também, posteriormente, com as campanhas do Apelo de Berlim e do Apelo de Viena. Acreditavam que, com figuras proeminentes na literatura, na religião, nas artes, nos esportes, na política etc., conseguiriam cobrir a quota nacional (4 milhões de assinaturas) e até mesmo ultrapassá-la. Os comunistas, por outro lado, aproveitavam as declarações de algumas personalidades brasileiras, não filiadas ao PCB, para se defenderem das acusações de que suas campanhas eram uma "manobra" dos comunistas e da União Soviética.

A maior parte dos jornais da grande imprensa (não comunista) denunciava as campanhas e todo o "Movimento pela Paz" como sendo parte integrante dos planos soviéticos para aumentar suas áreas de influência e espalhar o comunismo por todo o mundo. Vale lembrar que a imagem do comunismo em países ocidentais, e no caso específico do Brasil, era muito negativa.

Os comunistas brasileiros, principalmente a partir da Guerra da Coréia, manifestavam seus temores e crenças a respeito do que acreditavam representar, verdadeiramente, um iminente perigo nuclear. No imaginário comunista, o conflito na Coréia era o primeiro passo para um confronto direto entre os Estados Unidos e a União Soviética, acarretando, por conseqüência, um desastre mundial. Para evitar tal catástrofe, restava uma única alternativa: colher assinaturas para salvaguardar a paz mundial.

Assim, os comunistas continuaram em seu enorme esforço de coletar assinaturas, criando diversos mecanismos que possibilitassem o rápido cumprimento da quota destinada ao Brasil (emulações entre os estados, entre os periódicos, repartições etc., concursos para premiar os partidários da paz, palestras, shows e festas para angariar assinaturas e muitas outras atividades), e embora a campanha do Apelo de Estocolmo não tenha sido o verdadeiro sucesso como era apresentado na imprensa comunista – e os dirigentes sabiam disso – não se pode esquecer, por outro lado, que independente das

cifras obtidas pela campanha (conquistaram cerca de dois milhões e quinhentas mil assinaturas ao invés de quatro milhões), os comunistas, na clandestinidade e sob forte repressão política e policial, conseguiram mobilizar diversos setores da sociedade na luta pela paz. Políticos, religiosos, esportistas, intelectuais, trabalhadores de diferentes áreas da economia brasileira, entre diversos outros, foram abordados em seu quotidiano e convencidos a cederem suas assinaturas em prol da campanha. Além disso, realizaram um importante trabalho de divulgação sobre a bomba atômica e seus efeitos. A opinião pública, em sua maior parte, não tinha conhecimentos dos assuntos relativos às armas nucleares, não sabia, exatamente, o que era uma bomba atômica. Foi sobretudo através da imprensa comunista, dos "comícios-relampago", dos congressos, dos panfletos distribuídos de casa em casa, entre outros meios de divulgação que a população, de uma maneira geral, ficou conhecendo a ação de uma bomba atômica e suas conseqüências.

Notas

1 Extraído de: unicwash@unicwash.org.

2 Havia outras campanhas de luta pela paz desenvolvidas pelo PCB com o mesmo objetivo de coletar assinaturas para serem enviadas aos diversos organismos públicos, nacionais e internacionais. Após a "Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas", os comunistas engajaram-se nas campanhas do "Apelo de Berlim", também chamado de "Apelo Por um Pacto de Paz" – a saber: entre as cinco grandes potências da época: Estados Unidos, União Soviética, China, França e Inglaterra – e do "Apelo de Viena", comumente chamado de "Apelo Contra a Guerra Atômica".

3 CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform.* Paris, Ruedo Ibérico, 1970.

4 Assim também era chamado o "Movimento pela Paz".

5 *O Sol*. São Paulo, 22 de agosto de 1950, p. 02.

6 *Voz Operária*, 24 de junho de 1950, p. 12 (2º Caderno).

7 Idem.

"OS INIMIGOS DA PAZ" - A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DOS PARTIDÁRIOS DA PAZ NO BRASIL (1950-1956).

Jayme Fernandes Ribeiro*

A imprensa não comunista retratava as campanhas pela paz da União Soviética como uma enorme falsidade. Segundo relatos da imprensa, a URSS era a verdadeira responsável pelas diversas tentativas infrutíferas de acordos internacionais de redução de armamentos, de controle da energia atômica e propostas de paz. De acordo com a manchete publicada em *O Jornal*, a União Soviética era contrária à redução de armamentos. O periódico afirmava que a URSS havia indicado perante a comissão de armamentos convencionais das Nações Unidas que não tomaria parte em nenhum programa de redução de armamentos, a menos que a decisão final, relativamente a tais disposições, dependesse do Conselho de Segurança da ONU, onde as grandes potências poderiam exercer o direito de veto.

Bastante interessante é um artigo de *O Jornal*, publicado em 4 de março de 1948. O artigo intitulado "A diplomacia soviética" encontrava-se assim assinado: "*De um observador social*". Nele, o autor procurava desmascarar o pacifismo soviético, apresentando a política externa da URSS como uma verdadeira política de guerra. Para o autor do artigo, os "vermelhos" gabavam-se por possuir uma nova diplomacia, que buscava a conciliação dos povos em prol da paz mundial. Todavia, expressava ainda que a nova diplomacia, que eles diziam eficaz e direta, sem a hipocrisia da velha escola inglesa da era vitoriana,

> "não foi entretanto fundada por eles, porque Hitler dela se utilizava para preparar a guerra mundial. Foi com essa diplomacia, fomentadora da quinta coluna, incentivadora nos países onde ela se instala, de revoluções e crises internas, que preparou a ocupação da Áustria com o assassinato do Doufuss, depois a ocupação da Polônia, enfim todas as investidas de guerra relâmpago."[1]

Procurando comparar as atitudes do Estado soviético com as da Alemanha nazista de Hitler, o artigo, assim como, de uma maneira geral, os jornais da grande imprensa, tentavam comprometer, negativamente, a imagem da nova linha política da União Soviética – a linha de luta pela paz. Insistiam em mostrar que – assim como Hitler, com seus pactos e acordos de não intervenção elaborados com alguns países antes da Segunda Grande Guerra foi apenas um fôlego para a posterior investida – a

URSS utilizava-se de sua nova política e diplomacia ao mesmo tempo em que se preparava para tomar semelhante atitude.

O governo brasileiro, inserido na política da Guerra Fria e apoiando as decisões da diplomacia norte-americana, põe-se a condenar as campanhas organizadas pelo PCB e a persegui-las. O combate ao comunismo, após a ilegalidade do Partido, em 1947, estava na ordem do dia. O "Movimento pela Paz" e as "Campanhas de Luta Pela Paz", dirigidos, veiculados e propagandeados pelo PCB foram duramente perseguidos e reprimidos. Importa ressaltar que o "Movimento pela Paz" e as campanhas que veiculavam, como a "Campanha Pela Proibição das Armas atômicas" não foram postos na ilegalidade. Como os comunistas eram os responsáveis pela sua divulgação e propaganda, assim como pela coleta de assinaturas, foram considerados, desse modo, "subversivos" e "perturbadores da ordem", pelos dirigentes do governo brasileiro. Nesse caso, fazia-se necessário combatê-los. O jornal *A Hora*, num artigo publicado pelo próprio Departamento de Ordem Política e Social, revelava:

> "O Departamento de Ordem Política e Social expediu o seguinte comunicado: 'A lei n.o 1.207, de 25 de outubro de 1950, em seu artigo 1.o, exclui o direito de reunião, quando esta vise a prática de ato proibido. [...] Ora, a Constituição e seu autorizado intérprete, como é o Superior Tribunal Eleitoral, declara ilegal, inconstitucional, o funcionamento do Partido Comunista e, implicitamente, o de todas as organizações que lhe são filiadas'." [2]

Assim, de acordo com a interpretação que faziam da lei, os órgãos de repressão passaram a combater os comunistas e suas campanhas em favor da paz – aqui, nomeadamente, a "Campanha Pela Interdição das Armas Atômicas". Já que o PCB era um partido ilegal, quando fosse comprovada a participação de seus membros em qualquer atividade política e social, lá estaria a lei, através de seus órgãos policiais, para fazer valer a Constituição e punir seus perturbadores.

Os órgãos encarregados do policiamento e da repressão às atividades dos militantes comunistas brasileiros conheciam bem os assuntos relativos ao "Movimento pela Paz" e à "Campanha pela Proibição das Armas Atômicas". O PCB, já em estado de ilegalidade, continuava a ser perseguido também nas campanhas que articulava e propagandeava. Segundo os departamentos de repressão do governo brasileiro, os comunistas apresentavam uma extrema "maleabilidade tática", e a política externa

---

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

soviética não se cansava em mostrar, mais uma vez, "ao mundo democrático" os "malabarismos do Kominform".[3]

De acordo com o documento *Radiopress*, de divulgação interna, datado de 20 de abril de 1949, o Kominform havia planejado e lançado, no momento posterior ao fim da Segunda Grande Guerra e o início da Guerra Fria, duas campanhas, que deveriam ser executadas pelos partidos comunistas do mundo inteiro. Segundo o documento, a primeira campanha baseava-se no seguinte ponto:

> "1) As declarações dos chefes comunistas do mundo inteiro, no sentido de estarem dispostos a apoiar militarmente a União Soviética, mesmo numa guerra contra seu próprio país."[4]

O objetivo da primeira campanha, então, seria a de – se fosse realmente necessário – total apoio às decisões soviéticas e a de mobilizar os comunistas de determinadas nações a lutarem a favor da URSS contra seus próprios países.

Os organismos destinados à perseguição aos comunistas e suas atividades realizaram uma intensa pesquisa, onde demonstravam que o objetivo da referida campanha não era, de fato, irrealizável. No que revela o documento, a primeira declaração de fidelidade à União Soviética foi feita no Brasil, pelo então senador República, Luiz Carlos Prestes, em março de 1946, o qual havia relatado que, em caso de uma deflagração de guerra entre o Brasil e a União Soviética, os comunistas brasileiros apoiariam a URSS.

Isso, é claro, foi divulgado por toda a grande imprensa, contribuindo, em larga medida, para a intensificação da perseguição aos comunistas no Brasil.

O jornal soviético *Pravda*, em março de 1949, lançava uma série de artigos apresentando a América Latina como um forte ponto de apoio aos interesses soviéticos. No dia 10 daquele mês, publicou que o comitê central do Partido Comunista da Argentina havia revelado: "se for declarada a guerra contra a União Soviética, nós, a fim de defender a soberania nacional, agiremos com a máxima energia contra os agressores anglo-norte americanos e satélites".[5] No dia 13, o Partido Comunista do Uruguai declarou: "nós comunistas, sempre e em todas as ocasiões ficaremos do lado da União Soviética, contra os imperialistas".[6] Por fim, entre outros países latino-americanos, o documento retratava e enfatizava as revelações destinadas ao Brasil. Segundo o *Pravda*, em 17 de março de 1949, o PCB declarou que apoiaria "a atitude dos líderes comunistas, franceses e italianos, em caso de guerra contra a União Soviética e convida[ria] o povo e

os trabalhadores brasileiros a lutarem contra todas as tentativas imperialistas de envolver o país, na guerra imperialista".[7] Dessa forma, o governo brasileiro procurava mostrar os reais interesses dos países comunistas e, principalmente, da União Soviética. Para o governo brasileiro, o que estava em jogo não era a defesa da paz, mas, pelo contrário, a defesa dos interesses da URSS e uma verdadeira "guerra de nervos" que se impunha pelo "país dos sovietes".

A outra campanha, a cujo *Pravda* se referia dizia respeito à "Campanha da Paz" ou, como era também chamado, "Movimento pela Paz". De acordo com os organismos repressores, "uma campanha de paz, realiza-se em todos os países democráticos, fazendo apelo aos nobres ideais de paz, aos mais legítimos sentimentos femininos e acusando-os como fautores da guerra".[8] Para o autor do documento, que assina A. D. C., a concomitância, em todo o mundo, "destes pseudo-movimentos pacifistas" era suficiente para demonstrar sua origem comum. É claro, organizada pela União Soviética. Segundo o documento, quem lesse as notícias dos soviéticos e de seus satélites poderia constatar as palavras de ordem emanadas de Moscou. O *Pravda* comunicava, em 5 de fevereiro de 1949, que já havia sido criado um comitê de iniciativa para a convocação, em Bucareste, de um "congresso para a defesa da paz e da cultura". O documento mostrava, detalhadamente, como haviam sido organizadas as manifestações pela paz em diversos países do mundo e a participação comunista durante todo o seu processo. Isso demonstra que a perseguição aos comunistas brasileiros era extremamente importante e convertia-se em resultados satisfatórios para o governo brasileiro. Depois de um trabalho minucioso, verificando os jornais e panfletos comunistas apreendidos e analisando os periódicos soviéticos, o autor do documento encaminha seu relatório à Seção de Segurança Nacional, expondo um breve resumo da criação do "Movimento pela Paz". De acordo com o seu relato:

> "Em 1948 foram na Polônia lançadas as bases deste movimento/com o 'congresso internacional dos intelectuais', em Wroclaw depois realizou-se em Budapeste um 'congresso da Federação Internacional das Mulheres',. Seguiu-se um 'congresso Internacional Cultural e Científico para a Paz Mundial' em Nova York e finalmente, em Paris, abre-se o atual 'Congresso Mundial dos Partidários da Paz'. Estes movimentos de caráter internacional foram acompanhados por congressos regionais em todos os países do mundo e contaram com o máximo apoio da imprensa comunista e comunizante."[9]

Pode-se perceber que o governo brasileiro, através dos seus órgãos de repressão política, estava informado sobre as campanhas pacifistas da União Soviética.

Os movimentos e campanhas que os comunistas envolviam-se e participavam no Brasil eram grandemente vigiados, perseguidos e reprimidos. Aqui, nomeadamente a "Campanha pela Proibição das Armas Atômicas", inserida no amplo "Movimento pela Paz", foi, de igual forma, duramente reprimida. As iniciativas da diplomacia soviética, em solo brasileiro, eram sempre vistas com olhares desconfiados e, para os representantes do Estado brasileiro, apresentavam-se como "uma verdadeira guerra de nervos às democracias ocidentais". Assim, por intermédio das declarações dos líderes comunistas de todo o mundo, a URSS procurava mostrar, nada menos, que o poderio de sua "quinta coluna", tentando, ao mesmo tempo, acalentar a consciência democrática, mostrando que não havia perigo, "devido às suas intenções pacíficas". Em conclusão de sua exposição sobre as atividades "pacíficas" da União Soviética no mundo, o autor do documento enfatizou ainda que

> "o movimento 'pró-paz', visa na verdade, o desarmamento das consciências livres e a criação de um ambiente de confusão interna nos países democráticos. [...]
> É claro que o movimento 'pró-paz', é no fundo uma posição de guerra tão agressiva como o movimento 'pró-soviético' dos chefes comunistas. Os que aderiram a este movimento ou são tolos e irresponsáveis, ou, como os líderes comunistas, estão dispostos a trair conscientemente suas pátrias.
> O movimento 'pró-paz' é um novo aspecto, mais subtil e por isto mais perigoso, da Quinta coluna bolchevista."[10]

Dessa maneira, é possível notar que, para os dirigentes do governo brasileiro, a União Soviética lutava, sobretudo, para amortecer a consciência mundial em relação ao perigo do desenvolvimento do comunismo nos países capitalistas ocidentais, impedindo, assim, a união "defensiva dos povos livres". Visava também a impedir a consolidação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para os representantes do governo brasileiro, as campanhas pacifistas da URSS não passavam de "parte da propaganda comunista". Amplamente divulgadas pelos jornais da grande imprensa, as campanhas "pró-paz" eram apenas meios mais sutis de mascarar os verdadeiros interesses da URSS, que eram, exatamente, estabelecer um novo conflito mundial, levar o caos aos "países livres e democráticos", impedir a reconstrução da Europa e implantar, através da revolução, sua ditadura comunista no maior número possível de países em todo o mundo.

De acordo com Mariani, durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos

valores estabelecidos – a saber, valores baseados na ética dos direitos humanos. "No cinema, TV, imprensa, obras ficcionais e tratados sociológicos, a propaganda anticomunista, ou melhor, anti-soviética, nunca deixou de se fazer ver e ouvir, veiculando
um imaginário imposto pelo modelo político e econômico capitalista".[11] Importa ressaltar que proibições e censuras dos inúmeros quadros de poder legalmente constituídos sempre impuseram o silenciamento ao PCB, procurando manter predominantes os fios discursivos que trançavam o predomínio de um certo sentido para os comunistas brasileiros: "o comunista é um inimigo".

Ao longo de dezenas de anos, os comunistas foram vistos como inimigos. Verdadeiros "inimigos da Pátria", "inimigos do Brasil". Entretanto, tratava-se de um tipo de inimigo muito específico e especial, pois o tipo de negatividade mobilizada aponta para uma questão de crueldade, misturada com ateísmo e amoralismo. Segundo Mariani,

> "eles são *assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários*. Em suma, são *bárbaros*. Como conseqüência, são *inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira*. Por sua vez, o comunismo, *um abismo de escravização, uma barbárie,* é apresentado como *crime, praga sinistra, atitude de permanente*
> *violência, processo violento e subversivo da ordem social,* mas também como *ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina."*[12]

Em resumo, as campanhas em favor da paz mundial, segundo o governo brasileiro, não passavam de uma "farsa pacifista". Constantemente, os responsáveis pela vigilância e repressão aos militantes do PCB faziam questão de lembrar a atuação do partido em diversas outras campanhas. "Se alguém precisa ter ante os olhos um modelo de atuação do Partido Comunista, basta lembrar-se do movimento do 'Petróleo é nosso'",[13] relatava o agente repressor. Comparando a campanha do "Petróleo é nosso" com as campanhas em favor da paz, o autor do documento – A. D. C. – destacava que o modelo de atuação e os objetivos eram sempre os mesmos: atacar a política externa norte-americana e perturbar a ordem nacional vigente, atrasando, com isso, o desenvolvimento da "liberdade" e da "democracia" em nosso país.

Notas

[1] *O Jornal*. Rio de Janeiro, 03 de março de 1948, p. 04.

[2] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Dossiê – DPS – Polícia Política, Dossiê nº 30060.

[3] Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional – Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij[1] 1367, nº 45, ano de 1949.

[4] Idem.

[5] Idem.

[6] Idem.

[7] Idem.

[8] Idem.

[9] Idem.

[10] Idem.

[11] MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).* Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo. UNICAMP, 1998, p. 18.

[12] Idem. Grifo da autora.

[13] Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional – Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij[1] 1367, nº 02, ano de 1949.

Novos espaços da sociabilidade feminina colonial na Capitania de Pernambuco (1710-1750)

Jeannie da Silva Menezes[1] - PPG-UFPE/FUNESA/UNIVERSO

jeanniemenezes@yahoo.com.br

Versões generalizantes sobre a atuação feminina no ambiente colonial cristalizaram a reclusão e o ócio das mulheres brancas e a liberalidade das mulheres de cor como as únicas imagens possíveis para o universo feminino colonial. Em estudos recentes, no entanto, têm sido reveladas diferentes formas de atuação das mulheres que sugerem outras imagens e desvendam novas expressões da sociabilidade feminina na colônia.

A sociabilidade colonial, na perspectiva das abordagens recentes sobre as mulheres, foi o resultado de estratégias para o convívio na colônia. A partir da eleição de práticas que cimentavam as interações entre os colonos, a sociabilidade na colônia limitou os espaços de atuação dos grupos sociais baseando-se em critérios de sangue, de etnia e de diferenciação sexual. Tais interações foram registradas em graus diferentes de acordo com os centros da colonização e em relação à diversificação maior ou menor dos grupos. Caracterizando os cenários nos quais a sociabilidade colonial foi encenada, Reis Filho destaca primeiramente que:

> *"Excetuando-se o vasto mundo rural, podemos dizer que no urbano colonial brasileiro a disponibilidade de espaços abertos para as manifestações coletivas era muito pequena. Ademais, muitos destes espaços estavam associados diretamente à Igreja e seu consistente aparato de vigilância."* [2]*(REIS FILHO 1968: 130-1)*

Na perspectiva de Reis Filho, era no meio destinado às cidades e vilas que os poucos momentos de sociabilidade eram vivenciados na colônia, enfatizando as festividades que ocorriam ocasionalmente. No entanto, podemos dizer que em situações bem menos ocasionais foram produzidas práticas costumeiras e interações sociais adaptadas aos mecanismos reguladores da sociedade colonizadora. Elas nos permitem ampliar os limites das práticas de sociabilidade para além das festividades e das celebrações variando em sua complexidade na medida em que destacamos as diferenças entre cada capitania no quadro da administração colonial. Tais práticas aqui serão desenvolvidas como estratégias de convivência empreendidas por mulheres brancas no século XVIII na capitania de Pernambuco.

Vejamos agora o que chamaremos aqui de novas práticas de sociabilidade femininas. A atuação feminina fora do ambiente doméstico através de costumes consagrados no convívio social resume estas novas práticas. O olhar voltado para elas é fruto de pesquisas recentes que expuseram novos papéis para as mulheres no trabalho, na vida familiar e no recurso às administrações coloniais. Neste trabalho, em primeiro, situaremos, em linhas gerais, as produções historiográficas que generalizaram a perspectiva das mulheres na colônia, para em seguida lançar as análises recentes sobre as especificidades presentes na capitania de Pernambuco.

Entre os estudos sobre as mulheres na colônia a produção de Boxer[3], intitulada *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, é pioneira tendo sido publicada no ano de 1977. Em uma conferência proferida em New Haven no ano de 2002 a profª Maria Beatriz Nizza da Silva[4] analisa a produção historiográfica sobre as mulheres na colônia, e aponta as diferenças entre a contribuição de Boxer e as abordagens atuais.

Duas razões mais gerais diferenciam as duas abordagens, primeiramente, os historiadores contemporâneos se voltam para análises mais localizadas da colonização e Boxer se ocupou do Império colonial. Em segundo lugar, hoje são priorizados nos estudos grupos de mulheres brancas pobres, enquanto naquele estudo foram destacadas as mulheres da elite.

Maria Beatriz ressalta a importância de Boxer e sua ousadia em relação à historiografia portuguesa, por um lado, e o pouco impacto produzido pela obra no Brasil, por outra vertente, cuja historiografia vivenciava um momento de acolhimento das abordagens da história social naquele contexto.

Estabelecendo uma associação entre a análise de Maria Beatriz Nizza sobre a produção de Boxer e a análise de Joan Scott[5] sobre o estado de coisas atual na pesquisa sobre as mulheres, a colônia tem sido um espaço revisto através de abordagens mais locais e menos elitistas, mas sobretudo, um território privilegiado para novas contribuições nas temáticas do gênero e da sociabilidade.

Isto decorre de uma mudança de orientação nos estudos coloniais de modo geral. Se por um lado, estiveram primeiramente voltados para temas relacionados com a política e a economia, há um certo tempo, os estudos voltados para a história social têm atraído o interesse dos pesquisadores sobre a colônia. E deles têm resultado uma série de abordagens que puseram em cena grupos até então não vistos como protagonistas da história. Entre estes grupos destacamos as mulheres como centro das investigações sobre a família.

Em síntese, a historiografia produzida na primeira metade do século XX sobre a colônia, esteve baseada no olhar de viajantes e nas análises freirianas sobre a família patriarcal brasileira. Esta historiografia tem sido revista em trabalhos recentes que a partir do manuseio de novas fontes ampliam a perspectiva das mulheres para outros papéis além daqueles já consagrados.

Além destes estudos mais recentes sobre as mulheres no Brasil resultarem das novas linhas de abordagem sugeridas pela história social[6], com os temas da história da família e a demografia histórica, muitos deles também se ancoram na abordagem da história cultural, com as mentalidades e as múltiplas identidades das mulheres. Entre as novas contribuições estão as temáticas do trabalho, da família e da sexualidade.

Especificamente para o estudo das mulheres na Capitania de Pernambuco, Gilberto Freyre[7], em *Casa Grande & Senzala*, forneceu para a historiografia colonial de Pernambuco um perfil das práticas que se tornaram comuns à sociedade patriarcal e que foram perpetuadas no período imperial. Para Freyre a dupla perspectiva do recolhimento e da passividade das brancas ou a atividade e o papel de "objetos sexuais" dos senhores para as mulheres de cor resultavam dos comandos patriarcais que orientavam a sociedade.

Revisões naqueles enfoques freirianos têm trazido à tona outras possibilidades de estudo sobre as mulheres naquela capitania. Por um lado, sínteses mais detalhadas sobre as administrações coloniais na capitania[8] têm contribuído para um entendimento das relações que norteavam os quadros sociais. Por outro lado, teses e dissertações[9] produzidas recentemente têm inovado na medida em que recolocam as mulheres em novos espaços como é caso das matronas administradoras de patrimônios familiares ou por outro lado, mulheres brancas que estabeleceram diversas estratégias de sobrevivência na sociedade para aquisição ou manutenção do patrimônio familiar. Entre estas estratégias estabelecemos neste trabalho os acessos ao direito e às instituições coloniais.

No núcleo familiar, as temáticas do direito freqüentemente transparecem. Temas como as posses das mulheres e o modo de transmissão de seus bens, a nobreza feminina e a honra correspondem às noções que a unidade familiar perpetuava e que as leis civis resguardavam ao estabelecerem as condições gerais que caracterizavam cada um deles. Embora não desenvolvidas com profundidade nos estudos sobre a capitania de Pernambuco, aquelas temáticas aparecem com freqüência em obras que tratam dos eventos que se seguiram no segundo e terceiro século da colonização. Evaldo Cabral de Mello explicita algumas delas em *O nome e o sangue* ao se referir às relações familiares e mencionar ora mulheres que protagonizaram intrigas entre os membros da elite branca, ora brancas pobres que foram personagens de estratégias matrimoniais.[10]

A partir destes estudos, a idéia de uma certa homogeneidade entre os grupos sociais pode ser repensada na medida em que a simples distinção entre brancos e não brancos ganha uma maior complexidade e outras distinções a ela são somadas. Exemplo disto é o fato de que mesmo dentro do grupo das mulheres brancas, as distinções emergiam. Como cita Maria Beatriz Nizza naquela mesma conferência:

> "*a grande clivagem social que se observa na população feminina branca do Brasil colonial era sem dúvida aquela que distinguia as mulheres de condição nobre, com direito a usarem o título de donas, e as plebéias. A legislação civil constantemente acentuava esta diferença de condição...as próprias práticas sociais a cimentavam, através das formas de tratamento, dos sobrenomes, das atividades exercidas, da forma de trajar ou de morrer.*"

A dinâmica social na colônia, em virtude da feição adquirida pela sociedade fundada na família patriarcal, restringiu os espaços de sociabilidade. Em meio à dispersão e à paisagem rural da colônia várias expressões da sociabilidade resultaram das interações entre as elites brancas e o grande grupo marginalizado de negros, de índios, de mestiços e de brancos pobres. Sobretudo, para este último grupo novos elementos dessa sociabilidade têm sido revelados.

Vale ressaltar que embora predominasse o padrão patriarcal, muitas situações que fugiam a ele também foram estabelecidas dentro dos limites da colonização. Para a capitania de Pernambuco, embora pouco estudadas estas relações e estratégias de diferenciação nos padrões familiares também se apresentaram no cotidiano dos colonos brancos e pobres em grande quantidade. Isto porque, se nos detivermos no século XVIII, o ingresso nos quadros coloniais eram bastante restritos aos não ingressos nas elites coloniais daí a necessidade de estratégias por parte dos grupos de brancos marginalizados.

Era nas festividades e cerimônias eventuais que algumas das práticas de sociabilidade por parte da elite branca confirmavam as provas do privilégio social. No entanto, em um número bem mais expressivo, as práticas de sociabilidade na colônia tiveram a sua força de expressão nos hábitos que se repetiam e que ocupavam espaços bem menos festivos e mais voltados para as necessidades de sobrevivência dos grupos.

O trabalho, o comércio, o direito, a justiça e até mesmo a administração foram outros cenários da sociabilidade. Nestes espaços diversas situações de ingresso nas relações sociais foram adaptadas pelos colonos através de ações criativas e efetivas por parte de grupos marginalizados. Através delas determinados acessos às instituições foram gerados a partir dos quais novas interpretações sobre o convívio entre os grupos na colônia podem ser empreendidas.

Estes grupos sociais, aqui rotulados de marginalizados justamente pelas limitações às quais eram submetidos pelos critérios de discriminação, eram formados por brancos pobres e não brancos. De forma mais generalizada, somente os brancos teriam alcançado destaque e promoções sociais na medida em que transformavam as suas ações em práticas costumeiras toleradas pelas autoridades.

Por sua posição de destaque no cenário colonial, para a Capitania de Pernambuco foi produzida uma vasta documentação que apresenta muitas das temáticas sugeridas pela historiografia atual sobre as mulheres. Para os séculos XVI e XVII encontramos referências à atuação das matronas na figura das primeiras povoadoras citadas nos relatos de cronistas. Já o século XVIII, caracterizado como um momento de consolidação dos comandos da sociedade colonizadora, apresenta uma vasta documentação administrativa que tem sido somente agora investigada nos estudos sobre família, justiça, religiosidade e administração.

Como substrato daqueles estudos, sobretudo, em termos de direitos civis, algumas chances podem ter sido abertas para as mulheres na medida em que a sociedade colonizadora tornava-se mais dinâmica no século XVIII. Conflitos civis ocorriam em várias partes da colônia e

a inquietação de determinados grupos sociais, sobretudo comerciantes, eram manifestações claras da necessidade de mudanças nas relações coloniais. Todas estas mudanças ficaram marcadas em acontecimentos que tiveram a capitania como cenário desde o período holandês, e tiveram seus desdobramentos nos conflitos de jurisdição que a ele se sucederam e posteriormente resultaram na guerra dos mascates[11].

No ínterim entre o domínio holandês e a guerra dos mascates foram abertas novas possibilidades para o exercício da sociabilidade na colônia, nas discussões entre comerciantes e senhores das terras os componentes civis da sociedade afirmavam o seu discurso cuja repercussão se processaria nas décadas seguintes.

Resta-nos saber o significado desse momento para as mulheres na capitania de Pernambuco. A documentação registra a preocupação com os dotes, com a transmissão das posses e com o casamento. Ao mesmo tempo, as leis eclesiásticas e civis declaravam a preocupação com a honra feminina duramente defendida e materialmente visível com a construção dos recolhimentos para disciplinar as futuras “noivas”, para proteção de viúvas ou desamparadas, e para castigar aquelas que saíssem dos limites impostos pelas leis coloniais[12].

Em resumo, as questões civis que envolviam o patrimônio familiar no qual as mulheres detinham uma posição destacada foram temas constantes na correspondência por elas dirigidas às autoridades coloniais. As formulações constantes nas leis civis para a atuação das mulheres, as noções que as mulheres detinham sobre o direito e a justiça, as relações entre a manutenção da honra e o acesso ao direito, bem como os limites para o exercício dos direitos e as obrigações civis das mulheres constituem-se nos questionamentos que surgem a partir dos registros da documentação.

Na Capitania de Pernambuco a documentação registra uma vertente aberta pela sociedade colonial para a atuação de mulheres que ao recorrerem à administração através de estratégias costumeiras contradiziam tratados doutrinários que declaravam as suas incapacidades. Em nossa perspectiva, os possíveis acessos gerados a partir destas estratégias

nos permitirão acessar outros comandos da sociabilidade colonial ainda não revelados sob a ótica da administração e do direito aplicado à colônia.

Basicamente, a ampliação dos papéis das mulheres na cena da história colonial como protagonistas e a grande incidência de temáticas diversas relacionadas com o trabalho, as relações familiares, a religiosidade, as transgressões e as questões civis já nos parecem deixar claro que a sociabilidade feminina na colônia elegeu espaços bem mais amplos do que o doméstico e o conventual. Cumpre-nos situar estes espaços devidamente nas capitanias respeitando as diferenças locais e desvendar outros espaços ainda recônditos.

NOTAS

---

[1] Doutoranda do programa de Pós-graduação em História da UFPE, Mestre em História pela UFPE, professora da Fundação Universidade Estadual de Alagoas – FUNESA-ESPI, professora da Universidade Salgado de Oliveira em Recife –UNIVERSO.

[2] REIS FILHO REIS FILHO, NESTOR GOULART. **Contribuição ao Estudo da Evolução urbana do Brasil: 1500 - 1720**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968. 235 p.

[3] BOXER, Charles R. **A mulher na expansão ultramarina ibérical.** Lisboa, Livros Horizonte, 1977

[4] NIZZA DA SILVA***,*** Maria Beatriz***.*** Following Boxer's Path: Studies on Women in Colonial Brazil***. Conferência apresentada no congresso Imperial (Re) Visions: Brazil and the Portuguese eaborne Empire***. New Haven, 1-3 de novembro, 2002.

[5] SCOTT, Joan. História das Mulheres. **In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo, Unesp, 1992. P. 63 a 94.

[6] SOHIET, Raquel. História das mulheres**.** In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História.** Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997.

[7] FREYRE, Gilberto. **Casa – grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** RJ: Record. 1995.

[8] Ver a tese de doutoramento **Palavra de rei – autonomia e subordinação na capitania hereditária de Pernambuco** da profa. Virgínia Maria Assis Almoedo, defendida no ano de 2001, Recife**,** UFPE.

[9] Entre estes trabalhos citamos a tese de doutoramento da profa. Sueli Creusa Cordeiro de Almeida **intitulada O Sexo Devoto – normatização e resistência (séc. XVI a XVIII)** defendida na UFPE e a dissertação do prof. Alberon Lemos intitulada **A matrona e o padre: discursos, práticas e vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco** defendida no ano de 2003 nesta mesma instituição.

[10] MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue – uma fraude genealógica no Pernambuco colonial.** SP, Cia das Letras, 1995

[11] Para o período holandês, destacamos as produções de Evaldo Cabral de Mello, **Olinda conquistada** e **Olinda Restaurada**; para a temática das administrações o estudo sobre os conflitos de jurisdição empreendido pela professora, Vera Lúcia Costa Acioli com o trabalho **Jurisdição e conflitos – aspectos da administração colonial.** Recife: EDUFPE/EDUFAL, 1997.

[12] ALMEIDA, Sueli Creusa Cordeiro de. Op. Cit.

CÁRCERE E PUNIÇÃO: MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA ORGANIZAÇAO DA CADEIA PÚBLICA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA[1]

Jefferson de Almeida Pinto

Na segunda metade do século XIX, governo e imprensa da cidade de Juiz de Fora, na província de Minas Gerais, em muito falavam das novas formas de sociabilidades que se passava a vivenciar. Um dos principais questionamentos de suas autoridades administrativas estava nas constantes perturbações da ordem pública. Naqueles tempos a cidade buscava uma ruptura com aspectos urbanos não inseridos nos padrões de organização social moderna, tais como ruas largas e retas, limpeza das praças, rócios e casas, manutenção da salubridade para controle das doenças e epidemias, entre outros. Enfim, buscava-se, na linguagem da época, policiar o espaço público com vistas à segurança de todos os seus moradores. Por sua vez, esses cuidados atrelados a outras melhorias urbanas, bem como a um crescimento econômico considerável de seu setor agrícola, sobretudo, após 1870 elevaram o número de pessoas que conviviam cotidianamente em seu espaço público. Muito embora este panorama nos passe a impressão de que essa situação possa ser amenizada a partir de uma ampliação do mercado de trabalho na região, uma pesquisa mais apurada no discurso da imprensa local vem revelar um aumento constante na necessidade de se controlar a população livre e pobre da cidade. Essas fontes revelam por seu turno uma instabilidade muito grande em torno da necessidade de por fim às práticas abusivas de sobrevivência como eram os casos da mendicância e da vadiagem. Sobretudo em relação à última, havia um aproveitamento de uma situação ainda não concluída de dessacralização da pobreza para então se aproveitar da ação caritativa tão crescente pelas ruas da cidade. O problema principal aqui, além da concentração de grande número de pobres nas ruas, contribuindo para o aumento dos problemas de saúde, era também um possível descontrole em relação ao mercado de trabalho. Os relatos da imprensa dão conta de que, à época da década da abolição, muitos homens negros conviviam em festas com elementos ditos “nocivos” à ordem pública. Uma

liberalização do cativeiro, como então já se anunciava paulatinamente, sobretudo, após a Lei do Ventre Livre de 1871, contribuiu para que um discurso em relação à necessidade de se colocar "ordem na desordem" se fizesse cada vez mais urgente. Neste momento, percebe-se que em um período de grande expansão econômica do município emerge uma ideologia em torno da necessidade de se aumentar os efetivos policiais na cidade e se construir uma cadeia pública em substituição ao "pardieiro" que havia na cidade, como então diziam. A nova cadeia deveria ser edificada dentro dos padrões modernos da lei penal oitocentista. Tais medidas visavam, desse modo, "assustar" a população da cidade e coagir os vadios ao trabalho. Mas ela conseguirá alcançar estes objetivos? Vejamos então.

* * *

Segundo as efemérides juizforanas, em 1870 a Província de Minas Gerais já acenava para a construção de uma cadeia pública na cidade. A partir daí, foram muitas idas e vindas, discussões, desilusões e cobranças em relação ao novo prédio da cadeia, que somente em 1884 viria a ser definitivamente inaugurado. Não muito tempo depois as desilusões com a construção já começavam a aparecer. De problemas ligados à higiene a questões relativas à manutenção do prédio e dos reclusos, alimentavam as discussões em torno da instituição.

Ainda na segunda metade do século XIX, as cadeias públicas abrigavam todo tipo de gente. Mendigos, vadios, prostitutas, loucos, menores, doentes escravos ladinos, sob custódia ou recolhidos correcionalmente, grandes criminosos, enfim, todos faziam visitas periódicas às "células" destes organismos de controle social. No caso da cadeia de Juiz de Fora, os delegados que então tomavam conta do prédio, com os poucos praças que pudesse lhe auxiliar no serviço, se viam com graves problemas em relação à administração da instituição. O problema principal que verificamos girava em torno da alimentação e do trabalho dos presos pobres. A quem caberia sua alimentação: ao Estado ou à família? Deveriam trabalhar na cadeia ou somente na penitenciária? Se trabalhasse, para quais atividades deveria ser canalizada sua força de trabalho?

Ao falar da evolução do sistema carcerário George Rusche e Otto Kirchheimer nos conduzem a alguns argumentos que nos permitem caminhar para um entendimento melhor desta situação. Segundo estes autores, as grades, até o século XVIII, eram locais, antes de tudo, destinados à prisão de quem esperava julgamento, não tendo até então uma função penitenciária como entendemos atualmente. Segundo suas observações, as penalidades no período a que chamamos de Antigo Regime, atendiam interesses muito mais sócio-econômicos, sendo destinado os condenados a trabalhos forçados em galés, ou então, através de penas de deportação como havia se dado no caso da Inglaterra cujas terras na América e na Austrália tiveram uma função inicial de colônias penais. Neste sentido, enquanto recluso e aguardando julgamento e seu destino, não lhe era reservado nenhuma provisão para a manutenção na cadeia, tornando-se a guarda de alguns um negócio muito lucrativo em relação àqueles que tinham condição de prover seu sustento.

Muito embora a cadeia de Juiz de Fora e a própria cidade buscassem expressar aspectos modernos ao apagar das luzes no século XIX, percebe-se que, questões relativas ao destino dos presos após o recolhimento ainda ocupavam seus administradores e nos remetem à problemas muito próximos aos vivenciados pelas cadeias do período colonial.[2] Essa situação tenderá a se agravar ainda mais, como veremos, com o advento republicano. Vejamos. Ainda no Império, os presos recolhidos, sobretudo escravos, muitos deles não reclamados por seus senhores, eram encaminhados ao serviço nas “galés”. Muitas vezes, como é registrado pelo ofício expedido pela Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 1887, era necessária a vinda de outros condenados às “galés” da Província de Minas para se empregarem nas obras comandadas pelo erário público de Juiz de Fora.[3] Este procedimento, além de contribuir para o bom andamento dos serviços públicos na cidade acabava por contribuir também para a manutenção do preso na cadeia.[4]

Assim, em relação ao sustento dos presos pobres, segundo as correspondências expedidas em Ouro Preto pelo governo provincial, deveriam os administradores locais ser os mais cautelosos possíveis em relação às diárias referentes à alimentação dos presos tipos como pobres e sem condição alguma de se sustentarem na prisão.

Tais diárias, por sua vez, não resolveriam os problemas alimentares dos presos, sendo assim recorrentes as reclamações em relação à irregularidade no fornecimento da comida além de sua má qualidade, conforme dissemos em nota anterior. O que fazer então? Essa resposta passa necessariamente por um problema que a cadeia deveria senão resolver, assustar: a mendicância. Segundo Rusche e Kirchheimer era permitida, além de doações de Irmandades às cadeias, que os presos pobres esmolassem.[5] Assim sendo, seria possível entender a presença de indivíduos recolhidos à cadeia pública de Juiz de Fora, mas que devido à fragilidade do sistema de reclusão e, com a permissão muitas vezes do delegado viesse, como dizia a imprensa, importunar as pessoas que passavam pelas ruas, pedindo alguma contribuição para suas diárias na cadeia. Essa mendicância dos presos era muitas vezes interessante para o carcereiro. Como o sistema carcerário era privado, o não pagamento por parte dos presos pobres acarretava alguns desencontros com as ordens dos delegados de polícia. Assim, ao solicitar a liberação de algum preso qualquer acusado, por exemplo, de vadiagem e recolhido por algum tempo para correção , o carcereiro recusava-se a cumpri-la, posto que, somente o faria após o pagamento da carceragem. Neste sentido, o recolhimento de vadios, um seriíssimo problema na cidade naquela época, acabava por não cumprir seus objetivos. Como os vadios iriam pagar suas diárias? Quem não tem trabalho, não tem salário. A solução era a permissão para que esmolassem e assim tivessem como saldar sua dívida na cadeia, o que de certa forma não acabava com a tradição da vadiagem e da mendicância.

Conforme destacamos anteriormente o problema do sistema carcerário tendeu-se a se agravar com o advento da República. O fim das “galés” não foi acompanhado de uma reforma imediata no sistema carcerário e a cada dia cresciam as desordens urbanas que, da maneira que era possível, ia sendo arrastada e “remediada” pelas autoridades policiais. Uma dessas providências paliativas pode ser notada quando em março de 1890 o presidente do Conselho da Intendência Municipal ordenou ao procurador que entregasse ao delegado de polícia em exercício seis boas enxadas para que com elas os vadios recolhidos à cadeia se entretessem, capinando as ruas da cidade cujo mato crescia, segundo ele,

vertiginosamente. Esta, segundo afirmavam, era uma medida que se estendida a todos os vadios, se teria uma cidade limpa de se fazer inveja as mais asseadas da Holanda, poupando-se desse modo a intendência os gastos com a limpeza pública e se evitaria que vagabundos fossem remetidos ao Mato Grosso ou a ilha de Fernando numa clara alusão ainda à idéia das colônias penais.[6] Colônias estas que, o governo do Estado de Minas Gerais chegou a cogitar como solução para o problema carcerário. Segundo os relatórios da Chefia de Polícia do Estado os tratados de bem viver e as multas e reclusões por 15 a 90 dias aplicadas aos vadios em nada contribuíam para a melhoria de seus costumes sendo um passo importante para a resolução deste problema a construção da Colônia Correcional da Fazenda Bom Destino em Sabará. Juntamente com esta, mais outras quatro deveriam ser providenciadas mas, pode-se perceber que elas não tiveram o êxito esperado, sendo este projeto abandonado por volta de 1901.[7] Segundo o Jornal do Comércio o Estado de São Paulo havia conseguido alguns sucessos nesta área. Através da lei n º 1406 de 26 de dezembro de 1913 o governo daquele Estado revolvia aproveitar a mão-de-obra dos sentenciados para a construção de estradas de rodagem. Essa medida, segundo consta, já vinha sendo tentada em vários países, mas os resultados não vinham sendo os melhores, uma vez que somente os presos de comportamento exemplar e cuja pena estava por se extinguir é que poderiam estar incluídos neste sistema. Esta prática deveria ser, na verdade, um prêmio ao preso e caso este conseguisse evadir-se não causaria maiores problemas. São Paulo inovava assim com este tipo de atitude, pois o Código Penal de 1890 não fazia nenhuma menção ao trabalho externo de presos, referindo-se apenas a trabalhos executados dentro das prisões. Neste sentido, entendia-se que esta atitude era experimental, uma vez que o Brasil passava por um problema seriíssimo em relação à escolha de seu regime penitenciário, entravado, nos parece, pela possibilidade de se reviver com esta atitude o antigo tempo dos “galés”.[8]

Estes dados nos chamam a atenção para um problema constante para o liberalismo brasileiro: o que fazer com os pobres? Especificamente o que fazer com os presos pobres. Nos Estados Unidos há alguns anos vem ganhando força uma política de tolerância zero em

relação à violência nos grandes centros urbanos. No Brasil, o avanço dos problemas sociais é tido como um dos grandes dilemas dos governos estaduais. Acompanhando a idéia norte-americana, a imprensa e a opinião pública em muito se baseia nos resultados da tolerância zero e medidas penais mais rígidas, como o trabalho nas penitenciárias e redução da maioridade de 18 para 16 anos como uma forma de se resolver imediatamente estas questões. Enfim, a estigmatização das classes perigosas do início do século ainda prevalece nos dias de hoje. Tal como no advento da República, a ocupação social não sobressai em relação ao controle social rígido por parte dos órgãos policiais.

---

[1] Esta comunicação trás de considerações levantadas no segundo capítulo de minha dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Prof ª Dr ª Gizlene Neder. Ver: PINTO, Jefferson de Almeida. ***Velhos atores em um novo cenário***: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c. 1876 – c. 1922). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2004.

[2] Nos referimos aqui aos problemas passados na cadeia de Vila Rica onde evidencia-se a punição pelo trabalho em obras públicas e os problemas estruturais passados pela administração que acabavam por levar muitos presos à fuga. REVISTA do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1921, p. 284.

[3] SMBMMM. O Pharol, 27 de abril de 1887.

[4] Pelo que constatamos estes "galés" recebiam algum tipo de pagamento. Em uma correspondência datada de... pudemos constatar que os presos além de reclamarem da comida que lhe era servida pelo Sr. Vitorino Braga não iriam trabalhar aquele dia pois não haviam recebido as diárias correspondentes a serviços realizados anteriormente.

[5] RUSCHE, George & KIRCHHEIMER, Otto. Punição e estrutura social.2 ed. ICC/Revan, 2004, p. 88.

[6] SMBMMM. O Pharol, 18 de março de 1890.

[7] APM. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos negócios do interior pelo Dr. Olintho Augusto Ribeiro em 1903.

[8] SMBMMM. Jornal do Commercio, 27 de maio de 1915..

A CARIDADE E A ORDEM: AÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DA CRISTANDADE NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA NA PASSAGEM À MODERNIDADE OITOCENTISTA

Jefferson de Almeida Pinto[1]

Introdução:

No início da década de 1890, as autoridades policiais de Juiz de Fora se desdobravam para manter a ordem no espaço público da cidade. Na visão das elites dirigentes daquela época, essa era uma providência urgente, uma vez que o município possuía, até a década da abolição, a maior população escrava da antiga província de Minas Gerais. Além disso, contava ainda com a presença de muitos imigrantes como italianos, alemães e portugueses, que então passavam a compor seu mercado de trabalho. Nesta época, inúmeros problemas sociais se materializavam no espaço público, engrossando as fileiras de pedintes que, segundo a imprensa, já infestavam as ruas da cidade há muitos anos. Alguns dados estatísticos em relação aos óbitos podem nos dar uma idéia da dimensão destes problemas sociais. O Anuário Estatístico de Minas Gerais, publicado no ano de 1913, constata que dos 914 óbitos registrados no Distrito da Cidade 499, foram considerados indigentes, ou seja, aproximadamente 54% do total.[2]

As principais causas então apontadas pela imprensa para esse crescimento da miséria nas ruas estariam, além do abandono de libertos idosos e doentes por seus antigos senhores, no excesso de caridade indiscriminada praticada pela população de Juiz de Fora. Doar esmolas tinha (e de certa forma ainda exerce uma influência sobre os cristãos) uma importância muito grande para uma sociedade que, então, via nesta prática uma forma de aliviar o peso de seus pecados tendo, portanto, uma conotação sagrada. Este tipo de prática, dizia-se naquela época, acabava por levar para as ruas todo tipo de gente que esmolando conseguia se manter sem maiores esforços. De acordo com Jacques Donzelot, no século XIX, os antigos pobres envergonhados, aqueles que tinham algum meio de prover seu sustento, mas que, ora e outra, passavam por dificuldades, começaram a se dedicar a prática da esmola em meio aos que realmente dela precisavam.[3] Tal situação confrontava-se, na passagem do século XIX ao XX, com o aspecto moderno e higiênico que a cidade

buscava e, principalmente, era um perigo para o controle do mercado de trabalho, em consolidação naquele período. Quais caminhos deveriam ser seguidos a partir de então para controlar essa gente?

Neste texto, procuraremos observar um destes caminhos através da ação das instituições de caridade ligadas à Igreja Católica que, neste momento, passaram a auxiliar a regulamentação dos sistemas de assistência social e a contribuir também para deixar à mostra toda a pobreza que então se chamava de viciosa. Tal ação vinculava-se ao ideal de filantropia, que ganha força nos oitocentos e que acabaria por influenciar na escolha dos pobres aos quais caberia a benemerência, isto é, caberia o auxílio merecido para sua sobrevivência.[4] Veremos, assim, que aos cristãos coube uma importante parcela deste processo, num momento histórico em que Igreja e Estado Republicano se separavam.

Novas concepções de auxílio e socorro aos pobres

A ação da Igreja Católica através da caridade, no Brasil, remonta ao período do Império Ultramarino Português. De acordo com Caio Prado Júnior, a Igreja atuava neste período como integrante do quadro burocrático e administrativo lusitano e a ela caberia *"...a assistência social ao pauperismo e indigência, à velhice e à infância desamparadas; aos enfermos etc.*"[5] Atuava, principalmente, através das misericórdias que pela manutenção de um hospital, em muito contribuíam para o socorro aos pobres. A importante função social destas instituições foi também destacada por Renato Pinto Venâncio em estudo sobre a roda dos enjeitados (Casa da Roda), ligada ao hospital da Misericórdia, que então cuidava de amparar crianças abandonadas pelas ruas das cidades de Salvador ou do Rio de Janeiro.[6]

Em Juiz de Fora, já na década de 1850, quando ainda poucas instituições como a Câmara Municipal, o Fórum, ou a Cadeia ainda assentavam suas bases, a ação da Misericórdia já se fazia presente. Com a instalação da Irmandade Nosso Senhor dos Passos pelo fazendeiro José Antônio da Silva Pinto criou-se também o Hospital da Misericórdia cujo objetivo, além do socorro aos irmãos, voltava-se para o atendimento aos mais necessitados

da região. Contudo, segundo Riolando Azzi, a ação da caridade cristã em Juiz de Fora, através de associações religiosas se fizeram sentir durante o período imperial de forma muito mais limitada que em áreas de antiga colonização, como nas cidades do nordeste ou do Rio de Janeiro. A principal razão apontada para esse fenômeno foi a pouca representatividade das irmandades religiosas na cidade, marca de sua secularização característica. Durante o período imperial registra-se apenas a existência de quatro irmandades a Irmandade do Senhor dos Passos, a Irmandade do Glorioso Santo Antônio, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.[7]

Por sua vez, os relatos coletados nos jornais nos levam a pensar num questionamento das práticas adotadas no socorro aos pobres neste período. Muito embora a cidade de Juiz de Fora venha sendo tratada pela historiografia como uma cidade onde a modernidade oitocentista prevalece, é importante destacar que os mecanismos assistenciais, no caso da Misericórdia e também do tratamento da pobreza de forma sacralizada, ainda se faziam presentes.[8]

Contudo, as novas necessidades em relação ao controle do espaço público urbano, tal como apontamos anteriormente, passariam a exigir medidas mais urgentes em relação à assistência social: a segregação entre os pobres válidos e inválidos exigiria para estes uma solução que não fosse meramente passageira. Desse modo, se para esta instituição somente eram encaminhados os que realmente não tinham recurso para se tratar, a grande questão era responder de onde tirariam seu sustento após serem curados. Onde iriam morar? Como iriam ter acesso aos medicamentos? Estes problemas levavam a uma discussão sobre a necessidade de se consolidar um mecanismo de beneficência na cidade, em os pobres “remediados”, isto é, aqueles que tinham alguma condição melhor de vida, pudessem, através de donativos regulares, contribuir para assistir aos irmãos em momentos de dificuldade financeira. Em 1877, um artigo do Jornal “O Pharol”, relatava justamente isto. Dizia-se que a existência de uma Casa de Misericórdia não excluía a necessidade de se construir um estabelecimento beneficente, uma vez que, tal instituição pouco serviço vinha prestando à população. Assim sendo, a idéia da beneficência era diferente da idéia de

caridade ligada às tradicionais Misericórdias. Nestas, somente se tratava o doente pobre que, uma vez curado, embora pela natureza de sua moléstia ficasse impossibilitado de ganhar a vida, não tinha outro remédio senão recorrer à caridade pública para obter os meios de sua subsistência. Segundo o artigo, nas associações de beneficência, o doente poderia, à sua vontade, tratar-se em sua casa, recebendo uma quantia diária que lhe permitiria fazer frente às despesas acarretadas pela moléstia e o médico da associação faria-lhe as visitas precisas. Se a moléstia o impossibilitasse de trabalhar, a associação o tomaria a seu cargo e lhe forneceria meios de subsistência.[9] Estas associações beneficentes se refletiram em organizações voltadas para o auxílio, sobretudo, de imigrantes e a profissões ligadas, por exemplo, às artes e aos ofícios tendo, portanto, um caráter excludente em relação a uma grande parcela da população, que não se enquadrava em seus estatutos.[10] Esta grande parcela é a que, então, vive da misericórdia. É a que depende da caridade daqueles que possuem melhores condições de vida para conseguir o seu sustento. O grande dilema da modernidade, em relação à pobreza, era a forma como ela poderia tirar o seu sustento sem a concorrência dos válidos. Nota-se que a idéia de permissão para se viver de esmolas, ligada desse modo, a uma concepção de pobreza sacralizada ainda era muito forte neste período. O verdadeiro necessitado, o pobre inválido, por exemplo, poderia se arrastar pelas ruas contando com a caridade alheia, já o válido, muita falta fazia à lavoura, à indústria ou ao comércio.

Regulamentar as ações de caridade, segundo a Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais, era importantíssimo para uma mudança nos hábitos sociais, sobretudo, em relação ao trabalho, ou melhor, à recusa ao trabalho e o combate à vadiagem. A idéia das autoridades era oferecer algum benefício para que o necessitado pudesse sobreviver, tendo como recursos esmolas doadas de forma indiscriminada. Aqueles que não aceitassem este socorro e preferissem viver nas ruas seriam considerados vadios e, assim, severamente combatidos pela autoridade policial. Contudo, os modelos europeus identificados pela chefia de polícia em seus relatórios chamavam a atenção para a responsabilidade dos Estados em relação à organização destes sistemas de caridade, contando-se, para isso, com a criação

de instituições, onde vadios adultos a elas recolhidos pudessem ser separados de crianças para que, dessa forma, estas tomassem gosto pelo trabalho.[11]

No conjunto destas discussões é que acabamos por perceber uma ação da cristandade, sobretudo da Igreja Católica, em projetos que na verdade refletiam aos anseios das autoridades republicanas, bem como da sociedade no controle social da pobreza. Tratava-se também, de um momento em que as ações da Igreja passavam por um processo de reforma, como meio de reação aos novos ares da modernidade oitocentista.

A ação dos leigos e do clero regular frente à pobreza nas minas oitocentistas

Conforme argumenta Riolando Azzi, na passagem do século XVIII ao XIX, o ocidente passava por um processo de desmitização da cristandade.[12] Em meio ao progresso e avanço científico provocado pela difusão dos ideais liberais burgueses, principalmente da Revolução Francesa, houve, segundo este autor, uma substituição do pessimismo típico do escolasticismo para o otimismo que expressava as mudanças da nova época. Neste quadro, o desenrolar do processo de modernização, verificado no Brasil a partir do século XIX, fez com que uma parte da elite brasileira, na qual havia representantes da maçonaria e do positivismo, sobretudo, ligados aos ideais republicanos, entrassem em confronto com o aspecto clericalista do Estado Imperial brasileiro, buscando, uma nova forma de condução da política nacional, como argumentavam Rui Barbosa e Silvio Romero.[13] Assim, em um processo que envolve a separação entre Igreja e Estado e que inauguraria também o período republicano, o clero mineiro passou a reformar sua estrutura e ação em diferentes pontos da Arquidiocese de Mariana, dentre os quais Juiz de Fora.[14] É justamente neste contexto que começamos a sentir a presença da ação cristã através de Congregações e associações leigas oriundas da Europa que passam a influenciar na regulamentação da indiscriminada caridade que tanto se questionava.

Este processo começou, sobretudo, após a década de 1890 com o avanço da Romanização, revelando até então uma ação eclesiástica deficitária na cidade. Desse modo, a vinda de Congregações européias para Minas Gerais, essencialmente para a

cidade de Juiz de Fora, começou a cogitar formas de se aproximar da grande massa da população, sobretudo, dos mais pobres, buscando inseri-los nos padrões de cristandade entendidos como ideais para aqueles tempos. Por outro lado, esta linha de ação em que a mudança no ideal de caridade estava presente, se fez sentir, de certa forma, na organização do espaço público, até então marcado por uma grande controvérsia em relação ao destino dos pobres.

Estes aspectos nos chamaram muito a atenção. Pensando com alteridade a ação da cristandade no Brasil, percebe-se que sua ação ultrapassa as simples obrigações de arrebanhar fiéis. Escolas, orfanatos, asilos, albergues, hospitais, entidades que distribuem alimentos, enfim, muitas destas instituições eram (e de certa forma ainda são) administradas por homens e mulheres, que buscavam de alguma maneira amenizar a miséria e suas funestas conseqüências para a organização da sociedade. Deste modo, a idéia de ordem pensada na passagem à modernidade – trabalho, educação, segurança pública, higiene – com vistas à formação de um ideal de progresso, vislumbrado pelo pensamento político e social brasileiro daquela época, vinculou-se oportunamente ao projeto cristão de assistência social. As instituições que então se formaram a partir de 1890 na cidade passaram a ter uma função social que, em Juiz de Fora, não havia similar, até então.

Atualmente tem-se percebido as dificuldades que as instituições governamentais vêm tendo para definir quais são os pobres que deverão ser aceitos em programas sociais do Estado. Na passagem do século XIX ao XX, as dificuldades em se definir os verdadeiros pobres, a que Walter Fraga Filho chamou de "pobres da paróquia"[15], também eram imensas. Neste sentido, a sociedade cristã tendo reafirmado seus valores, sobretudo a partir da Romanização, nos permite meditar sobre os projetos sociais adotados pelo Estado republicano e que, futuramente, nos ocuparemos a fim de que as conexões apontadas neste pequeno estudo possam ser mais bem refletidas e analisadas.

---

[1] Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense

[2] ANUÁRIO Estatístico de Minas Gerais: Chorographia do Estado, História, Estatística, Variedades, Letras, Bibliografia. Belo Horizonte, 1913, p.497-8.

[3] DONZELOT, Jacques. ***A polícia das famílias.*** 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 60.

[4] Cf. GEREMEK, Bronislaw. ***A piedade e a forca***: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, s/d., Cap. III.
[5] PRADO JÚNIOR, Caio. ***A formação do Brasil Contemporâneo***. Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 337.
[6] Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. ***Famílias abandonadas***: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999, 190 pp.
[7] AZZI, Riolando. ***Sob o báculo episcopal:*** a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850 – 1950). Juiz de Fora: Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora, p. 35-6.
[8] Sobre o ideal de modernidade de Juiz de Fora ver: GOODWIN JÚNIOR. James Willian. ***A "Princeza de Minas"***: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas (1850 – 1888). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
[9] SMBMMM. O Pharol, 6 de maio de 1877.
[10] Sobre as associações beneficentes em Juiz de Fora ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In.: ***Locus***: revista de História. Juiz de Fora: EdUFJF. Vol. 10, n º 1, p. 99-113, 2004.
[11] APM. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário de Negócios do Interior Dr. Henrique Augusto d'Oliveira Diniz pelo Chefe de Polícia Alfredo Pinto Vieira de Mello em 1894/1895, p. 19.

[12] AZZI, Riolando. ***A cristandade Colonial:*** mito e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1987
[13] Idem, p.138.
[14] Cf. PEREIRA, Mabel Salgado. ***Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora***: projeto e limites (1890/1924). Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2002.
[15] Cf. FRAGA FILHO, Walter. ***Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX***. São Paulo: Hucitec/ Salvador: EdUFBA, 1996.

O fiel intérprete do povo: Jânio Quadros por Viriato de Castro

Jefferson José Queler* - PPG-UNICAMP

"Lloyd Warner, na primeira parte de seu livro, The Living and the Dead, conta-nos a criação de um personagem (...) Biggy Muldoon, um político da Yankee City, que se transformou numa figura nacional em virtude de sua oposição pitoresca à aristocracia de Hill Street, teve uma imagem pública demagógica construída pela imprensa e pelo rádio. Ele era apresentado como um cruzado do povo, atacando a riqueza usurpadora. Mais tarde, quando o público se cansou dessa imagem, Biggy foi condescendentemente transformado pelos mass media num vilão, um político corrupto que explorava em seu próprio benefício a miséria pública. Warner assinala que o verdadeiro Biggy diferia consideravelmente de qualquer das duas imagens, mas que era forçado a modificar o seu estilo de ação a fim de amoldar-se a uma das imagens e combater a outra." [i]

Nesse texto, pretendo levantar alguns problemas sobre a construção da imagem pública de Jânio Quadros através do livro *O Fenômeno Jânio Quadros*, de Viriato de Castro. Minha intenção é formular perguntas, a partir dessa obra, para serem trabalhadas como hipóteses na análise da correspondência popular enviada a Jânio no final dos anos 50 e início dos 60; fonte importante de minha pesquisa de doutorado. A escolha do livro em questão justifica-se por apresentar, a meu ver, aspectos desconsiderados pela historiografia acerca da fabricação da imagem de Jânio para a campanha presidencial de 1959[ii].

Ao refletir sobre a elevação de Jânio Quadros à presidência da República, em 1961, comecei a me perguntar sobre os motivos do sucesso do mesmo. A leitura do livro de Marina Mendonça sobre a trajetória política de Carlos Lacerda ajudou-me a pensar sobre o assunto[iii]. Nele a autora indica como Lacerda procurou, ao longo de sua carreira, sedimentar a auto-imagem de "salvador da pátria", isto é, do político extraordinário que se sacrifica para livrar a nação de seus supostos males. Para ela, isso possuía um sentido bem claro à época: colocar-se no imaginário popular no lugar do mito Vargas, então visto como "pai dos pobres". Tal esforço teria sido baldado com o suicídio de Vargas, pois muitos setores da população viram Lacerda como o culpado pelo episódio. Trata-se claramente de uma hipótese; o imaginário popular é deduzido através dos discursos do personagem em questão.

Entretanto, a suposição da autora não deve ser abandonada. É possível afirmar que o imaginário popular demandava, na década de 50, um homem providencial? E se tanto, é possível dizer que Jânio Quadros tenha se beneficiado de tal aspecto da política nacional?

Uma forma de fornecer subsídios para tentar resolver essa problemática pode ser oferecida através da correspondência enviada a Getúlio Vargas pela população; pois assim talvez seja possível entrar em contato com as idéias e valores desta última. Há estudos que utilizam esse material, especialmente o referente à década de 1930. Com as cartas, Jorge Ferreira contesta a assertiva de que o mito Vargas foi criado apenas pela propaganda política do Estado naquele período[iv]. Ele chama a atenção para o atendimento de demandas materiais e simbólicas dos trabalhadores, como por exemplo a legislação trabalhista. A argumentação presente nas cartas, ao lidar com a ideologia oficial,

* Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas.

é tratada por ele como cálculo racional para a obtenção de benesses pessoais (empregos, favores...). Assim, ao anúncio de Vargas sobre o "fim dos intermediários entre o governo e o povo" – destinado a justificar o fechamento do Congresso e a extinção dos partidos – , respondiam os trabalhadores e populares com cartas ao presidente; acreditariam finalmente na abertura do Estado a suas reivindicações e demandas, cientes das práticas elitistas e excludentes da Primeira República. Dessa forma, seria a possibilidade do ato de escrever cartas e pedidos ao presidente, e não o conteúdo e as idéias expressas nos mesmos, o fator responsável pela construção da imagem de Vargas como promotor da justiça social.

Maria H. Capelato comenta as conclusões de J. Ferreira sob uma ótica um pouco mais complexa. A autora não exclui a hipótese de que a correspondência presidencial revele a instrumentalização da ideologia oficial com o intuito de se obter vantagens materiais. Porém, ela sugere que as súplicas e o tom de humildade, bem como a expressão de desespero e revolta, presentes nas cartas podem evidenciar *"uma cultura autoritária de longa duração sedimentada numa sociedade cuja história é marcada por formas diversificadas de exclusão política e social."*[v] Em outras palavras, M. H. Capelato admite a seriedade dos argumentos expressos nas cartas.

A meu ver, a perspectiva da dita autora é, de certo modo, levada adiante na tese de doutorado de José Roberto Franco Reis[vi]. Este analisa em seu trabalho uma amostra da correspondência popular enviada a Vargas, durante o Estado Novo, maior do que a utilizada por J. Ferreira. Assim como Capelato, J. Reis não considera as cartas dirigidas ao governo como meros instrumentos para a obtenção de vantagens materiais; admite que o conteúdo delas pode exprimir valores e crenças dos remetentes; e sugere que os temas do favor, da proteção, do poder como algo tutelar e personalizado, do clientelismo e do paternalismo podem fazer parte também de hábitos políticos profundamente enraizados, compreendidos sob o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu.

A partir das cartas, J. Reis afirma ser possível identificar a produção do mito Vargas como uma "obra coletiva", ou ao menos de "mão dupla"[vii]. A deferência presente nas mesmas não é vista como evidência de que os missivistas não possuíam consciência de seus direitos; mas como sinal de que os mesmos pensavam a ajuda de um "padrinho" como uma contribuição para a efetivação de suas demandas junto ao Estado. Dessa forma, o autor acaba concluindo que existia uma espécie de cidadania no Brasil durante o Estado Novo, ainda que os canais de participação política consagrados pelo modelo liberal (partidos, eleições) estivessem fechados[viii].

Os estudos acima indicam a possibilidade do reconhecimento de uma tendência de longa duração na História brasileira no sentido de conceber as lideranças políticas em termos autoritários, hierárquicos e personalizados. Também reconhecem que essa característica não impede que trabalhadores e populares sejam sujeitos no processo de construção de seus líderes. Dessa forma, quando M. Mendonça conjectura que Carlos Lacerda apelava ao imaginário popular ao afirmar-se "salvador da pátria", parece tocar na possibilidade de um fenômeno de longa duração estender-se na

política brasileira até a década de 50. Seguindo essa linha, não seria de se esperar então que a imagem de Jânio Quadros fosse construída nos moldes do homem providencial?

Uma tentativa de tornar essa questão mais complexa pode ser oferecida com o livro *O Fenômeno Jânio Quadros*, de Viriato de Castro[ix]. Durante a década de 50, este último exerceu atividades jornalísticas e tentou ingressar na carreira política sem muito sucesso, exercendo alguns cargos na administração paulista sob o comando de Carvalho Pinto. O livro em questão foi publicado originalmente em 1956, apresentando uma narrativa da trajetória de Jânio Quadros. A obra teve três edições e recebeu atualizações em todas elas, fornecendo uma tiragem de 10.000 exemplares para a última, a crermos em informações oferecidas pelo próprio autor. O que me interessa particularmente é a última edição, de 1959, declaradamente produzida com o fito de apresentar Jânio ao público para as eleições presidenciais de 1960.

Ali Viriato propõe-se a narrar *"de forma dramática, a biografia política de Jânio Quadros, traçando a sua vertiginosa e extraordinária carreira."* O texto inicia-se com uma leitura da História brasileira até o surgimento do político em questão. Tratar-se-ia de uma série de golpes e quarteladas; da sucessão de governos com dificuldades em gerir a máquina pública, produzindo constantemente *déficits* nas contas do Estado; de um festival de corrupção na política brasileira, simbolizado pela atuação de Adhemar de Barros. Tal quadro favoreceria a descrença da população com os políticos tradicionais, predispondo-a a clamar por uma renovação da política nacional. Nesses termos, Viriato abre espaço para apresentar a figura de Jânio sob o embasamento de um projeto político-administrativo: a gestão impessoal e monetarista da máquina pública.

O autor estabelece um corte na história do país com a chegada de Jânio na política, apresentado como singular e idealista: *"Eis que, de súbito, aparece no cenário político uma figura estranha, diferente, quixotesca."*[x]. A ação individual de Jânio é enfatizada por Viriato, que coloca as eleições presidenciais de 1960 como o espaço para o embate entre o mesmo e a "máquina partidária": *"Ninguém poderá detê-lo, pois jamais foi possível opor um dique a um ciclone ou tentar desviar um furacão.(...) Apenas a máquina partidária, com enormes e terríveis fôrças organizadas contra êle, poderá derrotá-lo*."[xi] A ambigüidade inicial sobre a possibilidade da vitória de Jânio, ameaçada por uma conspiração, não resiste ao argumento central da obra: apresentar a ascensão política fulminante e irresistível dele rumo à presidência. Leio as freqüentes menções às ameaças da suposta conspiração como recursos retóricos para denunciar ou precaver-se dos ataques da oposição ao janismo.

Aliás, afora os infortúnios por vezes causados por seus opositores, Jânio é apresentado numa trajetória linear pautada pela defesa dos "humildes". Tal opção teria se configurado a partir da leitura da vida do presidente norte-americano Abraham Lincoln: *"A par disso, as injustiças do mundo e a opressão dos humildes, sempre causaram profunda revolta em Jânio que, assim, estava pronto para a grande marcha, para a grande ascensão política que haveria de encetar..."*[xii]

Para Viriato, conforme se nota em várias passagens do texto, Jânio é o homem certo para executar essa tarefa porque é uma pessoa sem atributos extraordinários; é como tantas outras pessoas anônimas: *"Um fenômeno que talvez não se repita novamente nesses cem anos, êsse de um homem isolado, pobre, anônimo, modesto professor, honesto advogado, sem fortuna, sem máquina política, sem amigos influentes, sem ter exercido, até 1947, qualquer cargo de prestígio, iniciar tão vertiginosa e revolucionária carreira."*[xiii]

Sobre o ingresso de Jânio na política, Viriato faz o seguinte comentário: *"Estávamos numa época em que se fazia uma política de cínicos. Os políticos, bem vestidos, bem falantes, bem postos e arrumados na vida, copiavam Getúlio e Adhemar, entre goles de uísque, boas piadas, riso sempre a escancarar a boca. Deitavam a falação ao povo com tal insinceridade de propósitos, de idéias, de doutrina, de compostura, que não percebiam o 'sinal terrível dos tempos'! Aquêle homem vinha barbudo, mal vestido, tratando todos os assuntos com igual seriedade, com compostura, com tons violentos, patéticos, emocionantes, dramáticos. Identificava-se assim com todos os trabalhadores, na sua miséria e no seu sofrimento. Andava pelas vilas, pelos bairros operários. Enquanto isso os falsos trabalhistas discutiam os altos problemas do operário, das classes proletárias, entre goles de uísque, nas boates, altas horas da noite..."*[xiv]. Nessa passagem, aparecem lado a lado a personalidade e a aparência de Jânio. Haveria no texto alguma relação entre o desleixo e os vitupérios do mesmo contra a ordem estabelecida, a favor dos "trabalhadores" com quem se identificaria? A hipótese parece se confirmar com o contraste anunciado no início do trecho, em que políticos apresentados como aprumados na aparência e na fala lograriam o povo.

Em outro trecho, Viriato descreve novamente Jânio: *"Jânio Quadros é um homem alto, magro, cabelos finos e compridos, bigodes caídos pela boca, como os do filósofo Nietzsche. Seus olhos, muito grandes, têm um estranho brilho. Apresenta certo defeito numa das vistas, causado por um incidente ocorrido quando ainda era estudante (num carnaval, alguém espatifara um lança-perfume, cujo estilhaço o alcançou no olho). Sua voz é firme, convincente, pausada. Seus gestos expressivos. Alimenta-se mal. É extremamente nervoso. Não tolera fazer compras, ver vitrinas, ser servido à mesa, a não ser por sua esposa. É simples até a extravagância. Faz a barba em casa, quando não esquece ou não é mais possível deixar de fazê-la. Os cabelos são cortados, igualmente, quando já estão subindo pelas orelhas. Veste-se sem qualquer aprumo, de preferência ternos azuis. Não usa barbatana nos colarinhos e, assim, estes estão sempre enrolados. Quando chega cansado, deita como está e torna a sair, quase sempre, amarrotado e às pressas. Dorme sempre tarde, nunca antes da uma hora da madrugada. Jamais desata o nó de uma gravata, usando-a até meses seguidos. Quando quer roupas, e isso é raro, compra-as feitas e faz sortimento para todo o ano. Jânio gosta do campo, da caça, sendo bom atirador. Detesta o mar."*[xv] Como se nota, a associação entre personalidade e aparência, sugerida na passagem anterior, aparece implicitamente aqui. Viriato envereda para a psicologização de Jânio.

O autor oferece uma explicação para o desleixo de Jânio: *"A tremenda sobrecarga de responsabilidade e o atendimento daqueles que o procuravam, tornou-lhe quase impossível ter algum tempo até para o cuidado de coisas simples, como barbear-se, trocar de roupa, fazer uma refeição normal, etc. Essa a razão pela qual Jânio aparecia nas ruas, nos bairros, nas reuniões com operários, com estudantes, com grevistas, com políticos e até mesmo no plenário da Câmara Municipal de S. Paulo numa figura quase espectral: cabelos compridos, despenteados, barba até de 15 dias por fazer, roupa amarrotada, suja, gravata com um laço feito há meses, enfim, um homem desleixado, com noites mal dormidas, 'lutando até o limite extremo das suas fôrças pela causa comum.'*

Assim Jânio andava pelos bairros mais afastados, esquecidos dos poderes públicos, em contato diário com as classes mais humildes, daqueles tripudiados, pisados, com sêde de justiça, que tinham revoltas, tinham mágoas, das quais Jânio se tornou o mais fiel intérprete."[xvi] Novamente, Viriato reproduz a idéia expressa nas duas passagens anteriores, acrescentando a idéia de sacrifício para explicar Jânio. Tais características habilitariam este último a ser "o mais fiel intérprete" das "classes mais humildes"

O autor também comenta o sentido da campanha de Jânio para a prefeitura de São Paulo: "Era o despertar de fôrças surdas e inconscientes. Uma onda social em crise que se cristalizava, vivia, respirava, expandia. *Naquele movimento cívico singular, expontâneo, formava-se uma nova mentalidade social e política contra um estado de coisas já superado, mas teimosamente mantido por velhos e surrados políticos profissionais.*

Jânio representava o protesto do povo.(...)

É preciso que se compreenda que Jânio era um homem pobre, humilde, simples, saído do nada, vestindo-se desleixadamente, cabelos revoltos, ***trazendo no rosto todos os sofrimentos e desenganos de todos os Jânios****, nas mesmas condições, que existiam nos bairros populosos da Capital paulista, de todos os cidadãos espoliados, traídos, enganados centenas de vêzes por políticos bem parecidos, bem vestidos, bem postos, cuja linguagem além de transparecer falta de sinceridade, era muitas vêzes mesmo cínica, engraçada, anedótica ou apenas simplesmente acadêmica. O povo estava cansado daqueles discursos vazios. Jânio é um homem que convence, é um orador que põe em cada palavra todo o peso da sua responsabilidade intrínseca. (...). Aí está o segrêdo, a razão pela qual quase hipnotiza, diríamos assim, as massas que o ouvem, nos comícios."*[xvii] Aqui fica patente a intenção do autor em despersonalizar Jânio, apresentando-o como manifestação espontâneo do "povo" protestando contra os políticos que o enganam. Ele é apontado como um político autêntico.

Portanto, retomando as questões levantadas anteriormente, é possível sugerir que o texto leva a pensar numa tendência de longa duração da política brasileira; pois estabelece uma relação direta entre governo e povo, bem expressa na idéia de Jânio como "fiel intérprete" deste último. Entretanto, o autor não constrói a imagem de Jânio como homem providencial, na medida em que em nenhum momento transparece a idéia de uma relação hierárquica de poder. Viriato procura despersonalizar Jânio na maioria do tempo, mostrando-o como uma pessoa anônima. Em alguns lampejos, quando

aparecem indícios de personalização, o autor apresenta Jânio como um homem honesto, honrado, inteligente, trabalhador, sensível, humano; nada de extraordinário é visto nele, e é por isso que ele poderia ser um representante autêntico do povo. Personalizá-lo de forma positiva, ainda que sutilmente, apenas o habilita a exercer cargos de liderança política.

Nessa chave de leitura, não há a idéia do herói, ou seja, do líder que conhece e domina a "ciência" das forças históricas. Talvez fosse melhor conceber a imagem de Jânio construída por Viriato sob o prisma do bufão. Segundo Georges Balandier, esse personagem *"mostra que as distinções e classificações impostas pela sociedade e pela cultura podem ser desfeitas (brouillés); ele parece desconstruir afim de reconstruir de outra forma; ele cria na desordem; ele apresenta uma imagem maluca e heróica da aventura individual conduzida fora das convenções sociais. (...) Seus excessos rompem as censuras mais constrangedoras, às vezes até o extremo da obscenidade e da violência selvagem"*[xviii] Assim, o livro de Viriato não fornece a imagem de Jânio como líder dotado de atributos excepcionais, mas a de um homem comum capaz de expressar as injustiças sofridas pelo povo através de uma conduta fora da tradição política; com o objetivo de transformá-la.

Evidentemente, não quero tecer afirmações conclusivas sobre a construção da imagem pública de Jânio Quadros a partir de uma única fonte. Mesmo porque uma de minhas hipóteses de pesquisa é que tal processo foi pluridimensional, ou seja, acredito ser possível que várias correntes se digladiaram com propostas distintas para fabricar a imagem de Jânio; o que o estágio prematuro da pesquisa permite apenas supor. Entretanto, o aspecto visto acima da apresentação de Jânio junto ao público pareceu-me distinto daquilo que vinha pesquisando até então. Resta fazer um percurso semelhante ao dos autores que leram a correspondência enviada a Vargas, pois as cartas remetidas a Jânio podem ser consultadas. Assim, talvez possa averiguar a hipótese de que, ao longo da década de 50, seria possível conceber uma corrente na política brasileira capaz de conceber as lideranças em termos não hierarquizados e despersonalizados.

---

[i] Andrew GREELEY. *"Myths, Symbols and Rituals in the Modern World"*, *The Critic*, vol. XX, nº 3 (dezembro de 1961, Janeiro de 1962), p. 19. *apud:* Mircea ELIADE. *Mito e Realidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002, p. 160.

[ii] Autores como Vera Chaia e Ricardo Arnt utilizaram o livro de Viriato apenas para recolher fatos pitorescos sobre a vida de Jânio. O que proponho é uma mudança no estatuto da obra analisada, considerando-a como envolvida na luta política dos anos 50. Ver: Vera CHAIA. *A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991; Ricardo ARNT. *Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

[iii] Marina MENDONÇA. *O Demolidor de Presidentes*. São Paulo: Codex, 2002, *passim*.

[iv] Jorge FERREIRA. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997, p. 16-54.

[v] Maria Helena CAPELATO. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998, p. 184.

[vi] José Roberto Franco REIS. *"Não existem mais intermediários entre o governo e o povo": correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002 (tese de doutorado).

[vii] *Ibid.*, p. 73-92.
[viii] O autor chega a conclusões semelhantes às opiniões de José Murilo de Carvalho sobre a existência de práticas específicas de cidadania durante a chamada República Velha. Para J. Carvalho, mesmo que a participação política naquele período fosse muito reduzida - se considerada a partir de canais oficiais (eleições) - , havia espaço para a definição do que era politicamente aceitável. Exemplo disso é encontrado na Revolta da Vacina, quando amplos setores da população carioca chocaram-se com a política do Estado em relação à saúde. Ver: José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
[ix] Viriato de CASTRO. *O Fenômeno Jânio Quadros*. São Paulo: Editado por José Viriato de Castro, 1959. Nos excertos escolhidos, mantenho a grafia e a pontuação do texto original.
[x] *Ibid.*, p. 30.
[xi] *Ibid.*, p. 8.
[xii] *Ibid.*, p. 47.
[xiii] *Ibid.*, p.09.
[xiv] *Ibid.*, p. 32.
[xv] *Ibid.*, p. 46.
[xvi] *Ibid.*, p. 50-51.
[xvii] *Ibid.*, p. 70-71. (grifos meus)
[xviii] Georges Balandier. *Le Pouvoir sur Scènes*. Paris: Éditions Balland, 1992, p. 53. Tradução minha.

HISTÓRIA E LITERATURA: AS REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS EM SELVA TRÁGICA, DE HERNANI DONATO

Jérri Roberto Marin - UFMS

Na atualidade, os diálogos entre os diferentes campos do saber estão cada vez mais freqüentes. As aproximações entre História e Literatura estão na ordem do dia dos historiados. Essa constatação decorre do grande número de publicações, grupos de pesquisas, dissertações, teses e eventos científicos que procuram dar conta dessas abordagens. História e Literatura "participam da construção do mundo, na medida em que 'criam' aquilo que cantam". Como "formas de 'dizer' a realidade" são representações ao recriar o real por meio "de um mundo paralelo de sinais, constituídos de palavras e imagens."[i] As duas narrativas podem intercambiar e cruzar as formas de perceber o mundo e re-apresentar o real, apesar de terem métodos e exigências próprios e metas distintas.[ii]

A narrativa ficcional pode almejar a veracidade dos fatos acontecidos e recorrer às fontes e arquivos, traços do passado que chegam até o presente, para compor suas narrativas. A narrativa histórica é o resultado de uma seleção e organização deliberada de estratégias narrativas, a partir de uma multiplicidade desordenada de fatos. O real é construído pelo autor, por meio da reconfiguração do tempo, ao mediatizar o passado para o público do presente. Os historiadores reconhecem a intervenção subjetiva e ficcional de suas hipóteses e juízos na composição da narrativa do texto histórico, embora desejem aproximar-se o mais possível daquilo que se passou. A interpretação controlável do historiador apóia-se em problemas, conceitos e fontes. Donato, por exemplo, busca, como os historiadores, provar seus argumentos por meio de provas de consistência e de estratégias na construção do texto que reforcem sua autoridade. Por fim, todas as narrativas são intertextuais, não apreendem a realidade, e as narrativas factuais e ficcionais são interpretações; portanto, possuem o mesmo valor ao representar a realidade. Ou seja, fato e ficção são construídos e nenhum discurso pode sustentar a verdade.

Os textos literários poderiam contrariar as “verdades” investigadas pelos historiadores e, mesmo assim, possuir valor como forma de conhecimento. Sabe-se que a literatura não precisa ser justificada, cabendo ao leitor procurar a verdade que traz em suas meias-verdades, pois a literatura, mesmo quando vista como forma de conhecimento, chega a este por meio de um, declarado ou não, fingimento, que é mediação útil à aproximação da verdade como algo mais geral e abstrato.[iii] Uma obra literária é fonte de si mesma ao revelar o presente da sua escrita, embora a temporalidade retratada no texto não corresponda ao da escritura. A literatura fala sempre de seu tempo, aspecto que permite refletir sobre a data em que foi escrita. Por outro lado, o real pode ser encontrado no imaginário de uma determinada época, pois inexiste uma dicotomia entre ambos.

A literatura apresenta-se como um grande acervo para o estudo das religiões e religiosidades. Os historiadores que já se aventuram pelos textos literários reconhecem a importância da Literatura para resgatar as sensibilidades do momento da escritura da obra e a forma como o autor e os homens representavam a si próprios e à realidade.[iv] Como testemunho de uma época, nos dá indícios dos sentimentos, sensibilidades, gestos, comportamentos, códigos de conduta partilhados, maneiras de falar, práticas religiosas, saberes, rituais, vivências, entre outras manifestações do sagrado. Nesse artigo, por exemplo, irei analisar a morte e as atitudes diante desta nos ervais de Selva Trágica, de Hernani Donato.

Para Donato, a erva-mate teria gerado fortunas sobre “ossadas de milhares de homens sacrificados metòdicamente”.[v] A familiaridade com a morte gerou atitudes como a ausência de medo, rancor, tristeza, dor e desespero. A resignação dos indivíduos diante da vida nos ervais e as incertezas quanto ao futuro reforçavam a crença da morte como destino de todos os homens e a confiança na continuidade da vida além da morte. A perda de um ente querido ou de uma pessoa conhecida não era vivenciada como uma separação inadmissível e nem era inominável.

A morte representava uma ruptura ao libertar o homem do mundo irracional, violento e cruel. Todos eram mortais e podiam morrer a qualquer momento e todos sentiam a morte

próxima. Por ser freqüente e sua presença sempre iminente não era apavorante nem obsessiva. Era familiar, um destino de todos os homens apesar de não ser desejável morrer nos ervais. Ali, morrer era uma recompensa e não era vista como lúgubre. Os sobreviventes aceitavam a morte do outro e não temiam a própria morte. Donato, por exemplo, retratou a má sorte de um mineiro jovem e inexperiente que ao carregar um *raído* de cento e cinqüenta quilos falseara o pé e partira a coluna vertebral. Após agonizar durante horas seu cunhado implorou a Curê, administrador do rancho Bonança, que, por caridade, o matasse. Era costume atirar caso a morte tardasse a chegar ou para abreviar o sofrimento do moribundo. Para os familiares, matá-lo resolveria um problema insolúvel e permitiria o descanso eterno. Para Curê, a situação era vivenciada como um aborrecimento diante da escassez de mão-de-obra. Familiares e amigos bebiam e rezavam enquanto aguardavam o "tiro de graça": por ser um homem bom, seu anjo da guarda, que era seu protetor, deveria conduzi-lo para o colo da Virgem, mãe de todos os homens, para glória de Jesus Cristo, pai de todos os homens. Após ouvirem o tiro disseram "amém", beijaram a unha do polegar direito, fizeram rodar a garrafa de água ardente e de cabeça descoberta foram buscar o corpo para enterrá-lo.[vi]

Nos ervais, a morte foi desprovida dos sentimentalismos, do transbordamento de afetividades, dos excessos emotivos, do luto excessivo e da dor insuportável. O velório, quando ocorria, não tinha carpideiras, nem lamentações e o luto terminavam com o enterro e não traduzia-se por uma indumentária, hábitos e demonstrações públicas de dor. As atitudes diante da morte restringiam-se ao silêncio, a uma oração, a comentários sobre a bravura e honradez do falecido, ao atendimento de um pedido do moribundo e ao ato de venerar o morto com o gestualidade de retirar o chapéu. Subentende-se, nesse caso, como um atributo de respeito diante da morte. Enfim, havia alguns rituais funerários que preparavam e garantiam a entrada do morto na outra vida. Não havia cerimônias públicas organizadas, exceto quando o falecido pertencia a uma família estruturada, e nem absolvição sacramental.

Os ervateiros tinham a percepção da mortalidade e acreditavam na imortalidade, ou seja, a dissolução física não implicava no fim da existência. No destino póstumo e individual ocorria o Juízo Final, onde os homens eram julgados pelo cômputo das boas ou más ações e prolongava-se até a eternidade infinita. Após a morte os homens poderiam despertar no inferno ou paraíso celestial, nesse caso desde que, na vida presente, tivessem recebido os sacramentos, respeitado as leis divinas ou obtido o perdão pelas faltas cometidas. Outros estariam condenados a vagar pelas trevas, abandonados ao não ser. O purgatório, como um espaço imaginário do além transitório, de expiação e castigo, até alcançar a paz eterna, não existia como destino póstumo. A maioria das personagens acreditava que a decisão já estava tomada, que seriam condenados ao inferno. Assim, não haveria a luta cósmica entre o bem e o mal para disputar a posse do moribundo nos momentos finais.[vii]

Os ritos funerais eram breves pois não deveriam interferir no ritmo de trabalho, de produção da erva-mate ou de descanso dos trabalhadores. As formalidades e as cerimônias que marcam a partida são rápidas, discretas, sem emoção e todas as manifestações de luto foram abolidas. A aparência de tristeza, restringiu-se ao círculo familiar ou as pessoas muito próximas pois os demais não tinham forças ou paciência para uma ação dramática diante da morte. Esvaziada de sentido, não tinha sentido velar o falecido, cultuar sua memória com comemorações fúnebres e venerar seu túmulo.

Apenas no enterro de uma adolescente houve o velório, onde apareceram os pais e amigos. A emoção, o choro, a dor apaixonada, a tristeza, a intolerância da separação e as lembranças são substituídas pelo compromisso em agradar a assistência. As bebidas, a comida, a música e a dança davam a cadência ao evento festivo. O corpo, cercado de velas, tornava-se secundário e pouco comovente, exceto para os familiares que devem administrar a perda. Durante o baile a escassez de mulheres tornava a mãe da falecida a mais desejada pelos homens para dançar.[viii] O velório, como uma reunião festiva e religiosa, baniu a tristeza e o luto.

Em toda a trama não há descrição da forma como ocorriam os enterros e se havia ou não um campo santo onde os corpos eram sepultados. Parecia predominar uma indiferença em relação aos corpos, pois predominava o anonimato das sepulturas. A localização exata da sepultura tinha pouca importância, apesar de haver, algumas vezes, a preocupação em indicar a localização com uma cruz. A cruz conservava temporariamente a identidade do túmulo. As sepulturas, com o esgotamento dos recursos naturais (*ilex paraguayensis*) e com a mudança da localização do rancho, eram abandonadas sem que sua perpetuidade dos túmulos estivesse assegurada, assim como os contatos com os familiares.[ix] O relativo interesse com os túmulos e o desapego aos restos mortais revelam a aceitação do desaparecimento de um ente querido. A imortalidade do ente querido estava garantida apenas na memória dos que cultivavam sua lembrança. Após o enterro não havia peregrinações aos cemitérios, devoção aos mortos e veneração aos túmulos. Enfim, os mortos, por estarem desprovidos de um lugar de memória, estavam relegados ao anonimato e a maioria ao esquecimento. Essa falta de sensibilidade religiosa diluía-se pelo fato de que nos ervais cada um tinha de zelar por si.

Os corpos dos fugitivos, quando capturados e mortos, eram expostos em locais estratégicos para decomporem-se, servindo de lição, uma espécie de lei pedagógica para os demais trabalhadores e por isso ficavam à mercê dos animais, das aves e intempéries. O veto à sepultura e a não preservação do corpo morto eram valorizados como condição para a imortalidade e para que seu espírito desfrutasse do paraíso. Assim, estavam fadados a vagar eternamente sem repouso. Esse tormento podia ser amenizado pela intervenção divina, pois cabia aos anjos, sobretudo aqueles de Guarda, pegar esses corpos e essas almas em suas mãos e levá-las à Nossa Senhora ou a Jesus Cristo. Nossa Senhora, tida como mãe zelosa, as acolheria no colo e as consolaria. Quando levadas a Jesus, repousariam nas suas mãos, ou nos seus braços, já que a Nossa Senhora era a mãe de todos os homens e Jesus Cristo o pai.[x] Outros espíritos, ao contrário, continuavam a vagar sem serem resgatadas, como a dos homens que morreram de sede, apesar disso, essa presentificação dos mortos na comunidade dos

vivos não despertava sentimentos de medo e de pânico.[xi] Era costume corrente ao beber derramar um pouco do líquido no chão, para amenizar seu sofrimento. Essa punição, de perambular sem repouso, não existe no catolicismo, mas nas religiões do encantamento, onde o morto torna-se mágico e pode permanecer no mundo de formas variadas. Em Selva Trágica, vagavam eternamente os espíritos dos homens pecadores, dos que não tiveram sido enterrados e daqueles que morreram de sede. Assim, no aspecto religioso, como resultado dos intercâmbios interculturais e interétnicos, entrecruzavam-se as tradições católicas e indígenas, aspecto que favoreceu os hibridismos culturais e as reinvenções das tradições religiosas. Quando enfermos restava apenas esperar a morte, que nunca tardava e era súbita. Nenhuma personagem jazia no leito, uma vez que a morte os surpreendia nos momentos mais inesperados, e poucos eram advertidos por sinais de que o fim se aproximava. Nos ervais de Selva Trágica, não havia o porquê dos moribundos prepararem-se para os instantes finais nem para os cerimoniais tradicionais: não possuíam bens para legar e dos familiares a maioria das personagens não tinha notícias. Por outro lado, ninguém se vangloriava por estar vivo. Todos estavam familiarizados com a morte e a aceitavam, pois era vivenciada como um alívio ao encerrar um ciclo de sofrimentos e dores. Por viverem nos limites, estar vivo ou morto era demarcado por linhas muito tênues. Os fugitivos preferiam morrer a serem capturados. Todos admitiam e aceitavam a morte de forma serena, altiva e a aguardavam. No momento de prestar contas acreditavam que seriam condenados ao horrível inferno e imploravam para que Deus os perdoasse pelos descaminhos e desencontros gerados pela erva-mate. Curãturã, por exemplo, morreu nos braços de sua amada Zola. Sua morte foi vivenciada pelo seu aprendiz Aguará como um alívio, pois estaria livre para seguir seu destino. O luto resumiu-se a tristeza de Zola, que, como Aguará, aceitam sem dificuldades a morte do outro tanto quanto a sua própria morte. Noutro caso, Bopi, um ancião, fora surpreendido pela morte e agonizava. Assistido por Pablito passou a descrever as “belezas do outro mundo”, que “nada tinha de feio”. Nos últimos suspiros foi assistido por Zola para quem “ninguém melhor do que uma mulher pra ajudar um homem a

morrer". Era a morte mais desejada pelos homens.[xii] Zola o acariciava e preocupou-se em fechar os olhos após o último suspiro. Os demais ao aproximarem do falecido passaram a falar de tudo que sabiam a respeito, tecendo elogios, espécie de orações fúnebres em sua homenagem. Como os administradores demoravam em decidir sobre o enterro todos se irritaram, pois estavam cansados e doloridos e "não podiam empregar o seu tempo de descanso cuidando de um morto! Continuavam vivos e havia um resto de mina para cortar, o que exigia estivessem descansados pela manhã. Para Bopi terminara tudo."[xiii] Essa liturgia pública, sem exéquias, deveria ser breve, discreta pois o tempo regulamentar do falecido tinha acabado e os vivos precisavam administrar seu tempo.

O paraíso celestial era almejado pois significava repouso eterno, o "lugar do nunca mais", onde tudo era bom e belo.[xiv] Inexistia a crença do final dos tempos, mas a do retorno de São Tomás, que, como mensageiro divino, poderia abolir as condições vigentes no plano físico e reinstalar nos ervais uma nova era plena de justiça, paz, felicidade, princípios e valores. Ou seja, anunciavam um retorno às origens, quando o santo vivia na região. Assim, desejavam atingir *ywy mara eÿ*, a Terra sem Mal, quando o santo lhes anunciaria a vinda dos tempos das coisas não-mortais, ou seja, da *completeza* acabada, cujo estado de perfeição ocorre através dos homens que transcendem a sua condição.[xv]

Enfim, a morte e os ritos funerários, como demonstramos, não eram uma cerimônia pública, não seguiam nenhum protocolo e nem tinha caráter dramático ou gestos de emoção excessivos. Essas atitudes diante da morte não implicavam num desamor frente ao ente querido mas às condições de vida nos ervais impostas pela Mate Laranjeira. Para o Autor, a fluidez da Igreja Católica, do Estado e da Justiça permitiu que Mate Laranjeira impusesse suas leis e relações de trabalho descristianizando a sociedade e desumanizando os trabalhadores. Nesse olhar que privilegiava o trágico, as práticas religiosas receberam tons depreciativos a fim de assegurar o distanciamento cultural dos ervais mato-grossenses.

Nas obras literárias, valor estético e forma de conhecimento reúnem-se, tornando os limiares entre história e literatura móveis e fluidos. A história também integra elementos ficcionais e documentais, tornando-se, num enredo costurado pelo narrador. Os textos literários, por sua vez, cercam-se de estratégias documentais de veracidade.[xvi] Enfim, com a pós-modernidade, o limiar entre a realidade e ficção foi esgarçado e nega-se a possibilidade de se conhecer o real. O que une a história e a literatura é o reconhecimento de que inexiste um ponto de vista único e definitivo, pleno de certezas, assim como é impossível tecer uma narrativa totalizante. Sua apropriação jamais esgotará o vivido histórico, exigindo constantes reescrituras.

---

[i] PESAVENTO, S. J. (Org.). *Leituras cruzadas*: diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. p. 7.
[ii] Ibid., p. 7.
[iii] CHIAPPINI, Ligia. Relações entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades. In: *Simpósio Nacional da ANPUH*, 20, 1999, Florianópolis. Anais... São Paulo: Humanitas/ FFCH/USP: ANPUH, 1999. p. 805-17. p. 813-814.
[iv] Ibid., p. 7.
[v] DONATO, Hernani. *Selva Trágica*: a gesta ervateira no sulestematogrossense. São Paulo: Autores Reunidos, 1959. p. 9.
[vi] Ibid., p. 28.
[vii] A imagem que os trabalhadores tinham de Jesus Cristo e de Deus possuía atributos positivos: bons, porque possibilitava o perdão dos pecados e omissões, ainda, oferecia a salvação das almas e o compadecimento dos sofrimentos humanos. Por outro lado, estava a configuração do Diabo, “o rabudo-de-chifre”, sempre à espreita, pois ele poderia reivindicar a posse das almas, e, desse modo, ocupava-se em dificultar as decisões e a sorte sobre os homens. Para protegerem-se, os mineiros invocavam a proteção de Deus, de Nossa Senhora, de Jesus Cristo, dos santos e dos anjos. Ibid., p. 72, 79, 123, 158.
[viii] Ibid., p. 105.
[ix] A unidade de produção era a *mina*, área constituída por ervais e um povoado, onde residiam administradores, funcionários, milícia da empresa e os trabalhadores, especializados ou não.
[x] DONATO, Hernani. Op. cit., p. 28.
[xi] Ibid., p. 215.
[xii] Ibid., p. 125.
[xiii] Ibid., p. 127.
[xiv] Ibid., p. 129.
[xv] ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 12.
[xvi] PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura. In: *Simpósio Nacional da ANPUH*, 20, 1999, Florianópolis. Anais... São Paulo: Humanitas/ FFCH/USP: ANPUH, 1999. p. 819-31.

PARA ALÉM DO CAMPO E DA CIDADE:

MEMÓRIAS E VIVERES DE TRABALHADORES DO OESTE DO PARANÁ (1970-2004)[1]

Jiani Fernando Langaro[2]

O presente trabalho faz parte de pesquisa em desenvolvimento, cuja problemática principal é o estudo de trajetórias e modos de vida de trabalhadores de diferentes categorias profissionais, que migraram para o Oeste do Paraná a partir da década de 1970 e atualmente vivem no município de Santa Helena[3]. Tal problemática é decorrente de minha própria inserção nessa sociedade, a partir da percepção da importância da migração na constituição do lugar, uma vez que praticamente todos os habitantes viveram tal experiência ou são filhos e netos de pessoas vindos de outros lugares.

A escolha por esse recorte temporal deu-se, dentre outros fatores, pela memória local privilegiar o período da chamada "Colonização do Oeste do Paraná", ocorrida principalmente a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, e no caso específico de Santa Helena a partir de 1920 com iniciativas limitadas. É comum essa mesma memória eleger os migrantes sulinos, descendentes de alemães e italianos como os sujeitos quase exclusivos desse processo. Tratam-no também como um período em que se constituiu uma sociedade de pequenos proprietários rurais, que desenvolviam uma agricultura familiar voltada à subsistência, silenciando sobre a diversidade social e as possíveis tensões então existentes.

Muitos trabalhos da historiografia regional[4] incorporam certas noções dessa memória hegemônica local. Alguns autores[5] também acabam por tratar o período do pós-1970 como um mero desdobramento dessa sociedade que teria sido formada a partir da "colonização", mas transformada pela "mecanização da agricultura". Esse processo teria integrado as zonas rurais do Oeste do Paraná ao mercado internacional, excluindo muitos agricultores, que viram-se obrigados a deixar o campo, indo viver na cidade, o chamado "êxodo rural".

A constatação do intenso movimento de imigração/emigração da região e a diversidade social percebida localmente levou-me a questionar a idéia de que os

trabalhadores das décadas posteriores a 70 teriam uma origem comum na "colonização". Sendo assim, tomei suas trajetórias como parte das questões a serem tratadas na pesquisa, juntamente com o estudo dos modos de vida que foram constituindo no Oeste do Paraná.

Nesse sentido, os diferentes processos sociais ocorridos na região passaram a ser tratados por mim não como marcos adotados de antemão, mas como algo vivenciado pelas pessoas, de maneiras diversas e constituintes de suas *memórias*. Procurei, assim, compreender também como as lembranças desses trabalhadores iam se inserindo na disputa entre as *muitas memórias* do local em estudo.

No trabalho de pesquisa com fontes orais, percebi que outros elementos compunham essa disputa pela memória local. Entre eles estavam as memórias dos viveres de tais trabalhadores, em sua relação com o campo e a cidade. Percebi, então, que esses sujeitos não constituíam viveres urbanos e rurais que fossem opostos e claramente distintos, mesmo quando as pessoas viviam na sede municipal, tratada por muitos como "cidade" por ser considerada "perímetro urbano".

Para tanto, foi preciso desligar-me um pouco da atenção às transformações econômicas regionais e de campo e cidade como espaço físico. Procurei, então, realizar um diálogo com as pessoas, a fim de compreender como *rural* e *urbano* são tratados por elas em seus *referenciais culturais*.

Nesse caminho, foi importante a discussão de *cidade*, promovida por autores como Calvo, em seu trabalho sobre memórias de viveres urbanos em Uberlândia (MG). Conforme aponta: "...a cidade que emerge neste texto está imbricada nos referentes culturais de sujeitos sociais, nas percepções e sentimentos de pertencimento social destes sujeitos..."[6]. A cidade, nesse caso, é buscada não a partir de análises de políticas de urbanização, mas como uma relação estabelecida pelas pessoas com o lugar, na constituição de seus viveres urbanos.

Sendo assim, percebi que a dicotomia rural-urbano, apontada pela historiografia regional como resultado do "êxodo rural" e "urbanização" decorrentes da "mecanização da agricultura", não era significada da mesma maneira por parte dos trabalhadores abordados

na pesquisa. Campo e cidade confundiam-se enquanto referências para a constituição de seus viveres, não existindo uma fronteira[7] muito clara e externa a esses trabalhadores. Mesmo essa fronteira, constatei, era um processo histórico e em constituição, produzido por sujeitos e não da mesma forma por todos.

É justamente desse processo ainda inconcluso, em que trabalhadores do Oeste do Paraná, residentes no Município de Santa Helena a partir da década de 70, associam elementos rurais e urbanos na constituição de seus viveres ao mesmo tempo em que vão constituindo fronteiras não muito nítidas entre campo e cidade, que tratarei ao longo desse texto. Essa relação surge nas falas dos trabalhadores geralmente a partir de suas narrativas de trabalho, o que o evidencia não apenas como uma atividade, mas elemento a partir do qual as pessoas também constituem suas vidas.

No trabalho de campo com as fontes orais, foi muito importante o depoimento de Glades[8], 43 anos, doméstica (diarista). Ela migrou para Santa Helena na década de 70, junto de seus pais quando ainda era criança, deixando o Estado de Santa Catarina. A partir de sua trajetória familiar, é possível notar que sua família chegou a alternar atividades rurais e urbanas, trabalhando na construção civil e posteriormente em um sítio. Após ter deixado o sítio, já na década de 80, a família fixou residência definitivamente na sede municipal de Santa Helena. Essa busca pelo trabalho rural, porém, continuou:

> **A senhora comentou que chegou a trabalhar como bóia-fria, também?**
> Trabalhei [risos]
> **Ah, é?**
> Nós ia, logo que a, que casei nós fomos trabalhar na bóia-fria, eu e meu marido. Uns tempos, acho que uns quatro, cinco ano que nós trabalhava de bóia-fria. Ganhava mais que de doméstica.
> **Ah, ganhava mais?**
> Sim, depois parou, né, agora parou essas folia de... domes, de... de trabalhar na roça, né. É só servicinho, meu marido também tá... não trabalha, não tá trabalhando. E assim, filharada da gente também tem pouco estudo. Trabalham de doméstica também.[9]

Glades menciona ao longo de seu depoimento que a atividade de bóia-fria não existe mais no município. Conforme aponta, isso se deve às inovações tecnológicas aplicadas à agricultura, que na década de 90 culminaram com o desenvolvimento de novos herbicidas e inseticidas, dispensando o trabalho manual nas lavouras de soja e milho, cultivados

predominantemente no município. Isso demonstra que esse "fechamento" no mercado de trabalho rural, para não-proprietários, não ocorreu de imediato, a partir da década de 70. A entrevistada, por sua vez, narra de maneira negativa a inserção no trabalho urbano, no seu caso como doméstica e de seu marido, que fazia atividades descontínuas, geralmente "bicos".

As queixas dela, no entanto, podem estar relacionadas não apenas com o ganhar menos como doméstica, em comparação com o trabalho de diarista rural, mas com as próprias dificuldades que vivia no momento da entrevista. Acompanhando essa necessidade de encontrar novas formas de trabalho, na década de 90, o casal passou a enfrentar dificuldades para pagar o aluguel. Esse, provavelmente teve seu preço elevado em função da especulação imobiliária, favorecida pelo maior crescimento da sede municipal de Santa Helena, com o início do pagamento de *royalties* pela Usina Hidroelétrica de Itaipu[10].

Sendo assim, relata que certa vez seu marido ficou desempregado e tiveram que deixar a residência em que viviam. Conseguiram uma casa no Conjunto Santa Rita de Cássia, cedidas gratuitamente pela prefeitura municipal. Porém, trata-se de um lugar estigmatizado localmente e talvez por isso afirme que encontrou dificuldades para se acostumar a viver ali.

Sua inserção no trabalho urbano, portanto, foi vivenciada a partir do desemprego constante do marido e da exploração de seu trabalho (remuneração menor que a recebida como diarista rural e ausência de carteira de trabalho assinada, de acordo com ela), além dos problemas de moradia. Nesse sentido, compreende o presente como derrota.

Mesmo assim, Glades afirma que prefere a Santa Helena atual, de onde não pretende mais sair. Isso apesar de ter sido excluída desse processo de "crescimento local", restringindo, portanto, suas reclamações às transformações vividas no trabalho. Tais afirmações, todavia, acabam por demonstrar como ela vive, apesar de tudo, a possibilidade de melhorar de vida com o "desenvolvimento" do município. Esse projeto tornava-se mais claro ainda para ela a partir da expectativa de conseguir uma casa no conjunto habitacional que estava sendo construído naquele momento pela prefeitura municipal.

Outro trabalhador entrevistado, Juarez[11], 27 anos, eletricista, chegou no município em 1990, aos 13 anos de idade, também vindo com sua família. Haviam deixado, naquela oportunidade, o Leste do Paraguai, para onde rumaram 13 anos antes. Sua vida de trabalhador já havia começado ainda na infância, quando ajudava os pais nos afazeres rurais, no país vizinho.

Em Santa Helena atuou em diversos ofícios, também alternando atividades rurais e urbanas. É importante destacar, porém, a forma positiva como Juarez percebe sua profissionalização como eletricista, deixando de lado o trabalho que realizava numa chácara vizinha ao bairro em que morava. Sua inserção nessa atividade urbana é narrada por ele como uma vitória, resultado de seu empenho pessoal. Diferentemente de Glades, para Juarez a atividade urbana foi uma opção, dentre outras ao seu alcance. A profissão desempenhada pelo entrevistado também possui um certo *status* local que a coloca acima de outras atividades, como aquelas relacionadas à construção civil, em que Juarez também já havia trabalhado. Trata-se, portanto, da conquista de um lugar de reconhecimento social.

É preciso frisar, ainda, que no momento em que prestou seu depoimento oral, Juarez atuava como autônomo em Santa Helena e mantinha ao mesmo tempo um contrato fixo com uma indústria local, prestando assistência técnica aos aparelhos aquecedores de aviários por ela produzidos, recebendo por isso salário mensal. Possuía, ainda, casa própria quitada e um automóvel, usado em seu serviço, os quais também eram identificados por ele como parte de sua vitória. Desse presente de satisfação, relata seu passado de adolescente pobre, quando vivia uma relação entre campo e cidade a partir do trabalho de diarista rural:

> (...) Eu me lembro que a gente, saía de manhã cedo, saía cindo da manhã, por exemplo, seis da manhã, e... no tempo do frio, né, é... teve um lugar que uma colheita, um, uma, um terreno dum camarada, que passou uma colheitadeira e colhia os milhos, só que daí... o vento derrubou bastante milho, nas laterais da roça, ou, talvez a colheitadeira não pegou todos os milhos e daí a gente ia, a função nossa era catar os milhos, as espigas de milho que ficavam... (...) E a gente ia no tempo do frio fazer esse serviço, a gente chegava na roça, assim, os milhos estavam tudo branco, os milhos estavam tudo branco de geada, sabe, a gente tinha que... chegava lá mal, já, daí, muitas vezes a gente não agüentava trabalhar, daí o cara tinha que fazer um fogo lá, improvisado, a gente se esquentava um pouco as mãos, e... sete e meia, oito horas começava a trabalhar. Não usava luva, as mãos tu não sentia os dedos, né, porque tinha que catar aqueles milhos tudo congelado, fazer os montes dele... e... daí pegava, *era um serviço terrível, era um serviço terrível.* Muitas vezes com chuva, sabe, a minha mãe estava grávida, ela... ia junto com nós colher algodão, por exemplo, assim, é... grávida dum...cinco,

> seis meses, já, o algodão você tem que amarrar uma bolsa na cintura, é uma bolsa grande (...) e ela grávida, fazendo esse serviço, assim, e... quando a gente vinha embora, à noite, muitas vezes chovia, daí ela, é tomava, chuva, se molhava toda, é... no inverno, daí o pessoal pegava, pra esquentar comprava bebida, pinga, mesmo, assim... [riso] em litro, daí pessoal em cima do caminhão tomava para se esquentar, inclusive ela, também, sabe, não era, ela nunca, bebia, mas... a necessidade, frio, tudo aquilo lá, acabava... a gente, até eu de menor ainda, acabava tomando, né, aquilo lá, assim, pra tentar... se aquecer. *E... não sei como que a gente não ficava doente, assim, [voz mais baixa] passando por uma, situação, dessa daí.*[12]

Nesse momento, o entrevistado apresenta uma outra memória de Santa Helena, em que a vida de trabalhadores pobres aparece como central. Apresenta, ainda, o trabalho de diarista rural de uma maneira bastante negativa, qualificando-o como "terrível", que forçava os trabalhadores a adotar certas práticas por ele consideradas "insalubres", principalmente para mulheres grávidas, como sua mãe, bem como aqueles que chama de "menores". Aqui é perceptível que tais referências fazem parte de sua trajetória de vida posterior. A concepção de maternidade e infância que apresenta provavelmente é a que atualmente possui, ou ao menos considera como ideal, e que em outros momentos de seu depoimento parece projetar sobre sua família, isto é, sua esposa e filhos.

É importante notar aqui que tanto ele quanto Glades projetam as tensões vividas para o tipo de trabalho exercido e não sobre pessoas e relações de exploração. Tais percepções, no entanto, compõem suas memórias e fazem parte de sua atuação social.

Em sua profissionalização enquanto eletricista, por outro lado, é possível notar que Juarez começa a estabelecer uma fronteira mais precisa entre rural e urbano, projetando sua vida a partir da atividade urbana que desempenha. Ao mesmo tempo, compreende o crescimento da sede municipal como algo positivo, pois teria trazido uma grande valorização para as propriedades do bairro onde vive. Isso teria ocorrido principalmente com a construção da sede da extensão da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) ali perto. Manifestava também expectativas quanto ao projeto da prefeitura municipal em edificar um estádio nas imediações, o que segundo ele, traria uma valorização ainda maior para o lugar.

Se por um lado, o trabalho como diarista rural praticamente desapareceu no município, diminuindo o movimento de trabalhadores residentes na sede municipal para as lavouras rurais, o contrário continua ocorrendo. É o caso de Priscila[13], 40 anos, agricultora, que

migrou do Estado de Santa Catarina, também junto de seus pais quando ainda era criança. Atualmente é proprietária de uma pequena área rural onde trabalha com seu marido e filhos. Parecem adaptar-se bem à agricultura capitalista voltada ao mercado externo, desenvolvida regionalmente, procurando diversificar as atividades, uma das últimas tendências do setor. Possuem, assim, além do plantio de soja e milho, produção leiteira, enquanto planejavam implantar um aviário. Além dessas atividades, a entrevistada também atua como vendedora de artigos de confecções, rumando semanalmente para a sede municipal e outras localidades próximas de seu sítio, a fim de realizar tal atividade, conforme aponta:

> Venda de roupa, que daí foi até que, que a mulher da loja aqui, comecei com uma mulher aqui de [distrito municipal de] Sub-Sede [São Francisco], da loja, vendendo, daí que ela falou que... me dava porcentagem, pra mim revender, o que eu não revendia eu levasse de volta, daí eu comecei. Daí eu... depois que eu comecei, às vezes eu tento parar, tem épocas que é ruim, daí eu desanimo, daí depois dá uma melhorada, anima de novo e sempre dá um lucro extra, pra... ajudar nas despesas. (...) E... eu faço isso também porque eu gosto de fazer, assim, me sinto bem fazendo esse tipo de coisa, vendendo... porque além de vender, você consegue.. você aprende muito com as pessoas que você lida, você... convive com outras pessoas, é muito, é gostoso, assim, *o mais não é tanto pelo dinheiro que ganha, como a valorização que você tem, assim, amizade que você... consegue ter com outras pessoas que você não ia conseguir ter.* Sempre tem pessoas novas que você vai, que vão entrando e você vai conhecendo e... é muito bom, daí eu gosto de fazer esse tipo de coisa mais por isso mesmo.[14]

Priscila parece levar uma vida confortável em seu sítio. A atividade de vendedora não parece mesmo ser realizada a partir de uma necessidade material. Percebo, assim, que ela busca certos elementos que não encontra de maneira satisfatória em seu trabalho de agricultora, como a possibilidade de sair, trabalhar fora da propriedade rural, conhecer pessoas diferentes e fazer novas amizades. Ao mesmo tempo, ela parece buscar um reconhecimento social que não encontra na atividade agrícola, tratando-se de uma necessidade produzida para além do material. Na busca por satisfazê-la, a entrevistada estabelece uma relação entre rural e urbano, associando tais elementos na composição de seu modo de vida.

É importante perceber, assim, que a dissociação entre rural e urbano, no local em estudo, é um processo em constituição, não determinado ou delimitado pelos aspectos econômicos ou físicos, mas constituído pelas pessoas em seus referenciais culturais. A partir de certas oportunidades ofertadas na sede municipal de Santa Helena, ampliadas com

o crescimento decorrente da aplicação dos *royalties* de Itaipu, e do aproveitamento de tais espaços por muitos trabalhadores, parece começar a se esboçar, para alguns sujeitos, uma noção de *cidade* enquanto lugar de onde se projetam maneiras de viver e trabalhar.

Todavia, a *região* parece prevalecer como uma referência de lugar, mesmo para os vários trabalhadores que migraram diretamente para Santa Helena e permanecem nesse município até o presente momento. É esse possivelmente o local de onde boa parte das pessoas do Oeste do Paraná projetam suas vidas, fator também evidenciado pela intensa movimentação de trabalhadores locais por entre os municípios que o compõem. A *região*, dessa forma, ainda é a referência que se constitui *para além do campo e da cidade.*

---

[1] O presente trabalho faz parte de pesquisa de Mestrado em História Social, em desenvolvimento junto a UFU – Universidade Federal de Uberlândia, (3. semestre), financiada pelo CNPq.

[2] Endereço Eletrônico: jflangaro@yahoo.com.br

[3] Município localizado na fronteira com a República do Paraguai. A economia local é basicamente agrícola, baseada no plantio de soja e milho em minifúndios. A população total era de 19.252 em 1990, de acordo com IPARDES. *Caderno estatístico: Município de Santa Helena.* Curitiba, 1998.

[4] Entre outros ver: COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena no oeste paranaense até 1960.* Santa Helena-PR: Prefeitura Municipal de Santa Helena, 1988; GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização do oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970.* Niterói-RJ: UFF, 1997. (Tese de Doutorado); e SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon.* Cascavel-PR: ASSOESTE, 1985. Essa imagem da "colonização" é presente em muitos outros trabalhos monográficos locais. Outras obras questionam tal versão da história local, entre eles: CESCONETO, Eugênia Aparecida. *Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense. (Toledo, 1980/1999)*. Niterói-RJ: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado); e GONZALEZ, Emilio. *As camadas da Memória: Perfil reflexivo da produção historiográfica e memorialista sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon (1950 – 1998).* Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo PIBIC/CNPq – Unioeste, orientada pelo Prof. Robson Laverdi, do Departamento do Curso de História da Unioeste; e LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do Extremo Oeste Paranaense (1970-2000).* Niterói-RJ: UFF, 2003. (Tese de Doutorado).

[5] Dentre eles destaca-se: SCHREINER, Davi Felix. *Cotidiano, Trabalho e Poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná.* 2. ed. Toledo: Ed. Toledo, 1997; e SCHLOSSER, Marli T. S. "Modernização agrícola: um estudo de discursos jornalísticos na região oeste do Paraná (1966-1980)". In: LOPES, Marcos A. (org.) *Espaços da memória: fronteira.* Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. CESCONETO, op. cit., em seu trabalho sobre catadores de lixo em Toledo (PR) destaca a presença de migrantes vindos de diferentes locais, a partir do crescimento urbano dessa cidade.

[6] CALVO, Célia Rocha. "Muitas memórias, outras histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 157.

[7] Sobre a noção de *fronteira* como algo produzido pelas pessoas ver: KHOURY, Yara. "Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história". In: FENELON et. all. op. cit. pp. 126-127.

[8] GLADES. 43 anos. Doméstica (diarista). Entrevista realizada em 13/07/2004, terça-feira à tarde, na residência da entrevistada, Conjunto Santa Rita de Cássia.

[9] Idem. pp. 4-5.

[10] Em 1982, aproximadamente 1/3 (um terço) da área do Município de Santa Helena foi alagada para a construção do reservatório da Itaipu Binacional enquanto que a prefeitura municipal passou a receber as somas em *royalties* a partir de 1990, de acordo com: WELTER, Clarice. *Santa Helena Turística: a construção de um discurso.* Marechal Cândido Rondon-PR: Unioeste, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso).

[11] Jarez. 27 anos. Eletricista. Entrevista realizada em 11/07/2004, domingo à tarde, na residência do entrevistado, Conjunto Padre Martinho.

[12] Idem. p. 28. Grifos meus.

[13] Priscila. 40 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 25/07/2004, domingo à tarde, em sua residência na Linha Guarani, Distrito de Sub-Sede São Francisco, Município de Santa Helena.

[14] Idem. p. 5. Grifos meus.

Acta Alexandrinorum: propaganda anti-romana em Alexandria (secs. I e II d.C.)

Joana Campos Clímaco

O objetivo do presente *paper* é discutir e propor algumas considerações sobre textos alexandrinos produzidos no cenário imperial romano. O que dispomos de tal literatura se restringe a alguns fragmentos de papiro, dos quais alguns apresentam mais de uma versão. O primeiro fragmento se situa no reinado de Tibério enquanto o último no de Cômodo, temos, entretanto, um período de quase 200 anos. A maioria dos textos foi encontrada dentre as grandes descobertas de papiros em Oxirrinco, em 1895 e 1903, enquanto outros foram encontrados posteriormente em Alexandria e outros, ainda, em diversos locais do Egito. Mesmo os textos que não são provenientes de Alexandria se referem de alguma forma a cidade, discutindo eventos ocorridos na mesma ou questões envolvendo alexandrinos diante do poder imperial. Assim, notando-se alguma semelhança de idéias entre os textos e uma possível identificação entre alguns dos fragmentos em meio à dispersão, os editores dos fragmentos sugeriram a existência de um gênero que foi também nomeado por eles de *Acta Alexandrinorum*[1].

A variedade de locais em que a documentação foi encontrada indica uma considerável circulação e difusão dos textos no Egito. Além disso, de alguns textos sobreviveram mais de uma versão, com leves alterações, sugerindo cópias e reedições dos originais, indicando também que os documentos teriam tido alguma repercussão nesse meio.

Na estruturação do gênero pelos seus editores buscou-se uma definição dos seus propósitos e idéias mais enfatizadas que acabaram por defini-lo de uma maneira bem geral como um gênero de propaganda anti-romana que teria circulado pelo Egito. Na busca por idéias e motivações comuns, acabou-se por atribuir uma unicidade aos textos que nem

[1] MUSURILLO, H.. *Acts of the Pagan Martyrs.* New York: Oxford University Press, 1954.

sempre é visível. Os *Acta* mostram que o modo de se comportar diante do Império depende muito do contexto mais específico e dos interesses em jogo, que variam muito de um documento para outro.

Os textos visariam à denúncia dos abusos do poderio imperial e de alguns problemas que eles estariam causando aos alexandrinos e à vida cívica na cidade. Com o domínio romano, Alexandria deixa de ser a capital real da dinastia ptolomaica para tornar-se capital da província romana do Egito. A princípio o poder romano foi bem aceito na província através da aproximação romana das elites de origem grega e mais privilegiadas da cidade, além de uma série de estratégias para manter o Egito próspero e pacífico, isso se refere principalmente ao séc. I d.C.. No entanto, aos poucos, os alexandrinos começam a ressentir várias mudanças trazidas à cidade pelos novos líderes, principalmente a sua perda da autonomia política, já que a autoridade maior estava agora representada pela lei romana. Além disso, intensificam-se também os conflitos por *status* entre os diversos "grupos sociais" da cidade, principalmente entre alexandrinos e judeus, já que estes começam a conquistar privilégios antes restritos àqueles. Nesse sentido, os *Acta* também lançam luz sobre muitos aspectos referentes à vida cívica de Alexandria e sua configuração cosmopolita, uma cidade que colocou em intenso contato gregos, judeus, romanos e egípcios, ou seja, uma diversidade de grupos sociais que caracterizou e definiu toda a historia de Alexandria.

Assim, os *Acta* se inserem nesse contexto de posição "indecisa" dos alexandrinos (representados principalmente pelos membros do ginásio) diante do poderio romano. Indecisa por se caracterizar de forma ambígua, ora demonstrando apoio ao Império, ora ressentimento e resistência ao mesmo.

Na maioria dos textos, o trato com os imperadores é de desafio e por vezes de desrespeito e ofensa. No entanto, em alguns o tom desafiante é muito sutil e está até ausente, pressupondo que a crítica ao Império não deveria ser sempre declarada ou até, que em alguns momentos não era o Principado o objeto central de critica. Ou seja, as vezes era suficiente ilustrar problemas e episódios ocorridos em Alexandria, sem a necessidade da

denúncia mais aberta. Assim, evidencia-se um desejo de realçar a importância da cidade, de sua história e sua herança cultural, através da exaltação de seus herdeiros mais "legítimos", que seriam os membros da elite helenizada, que se definiam como alexandrinos. Nota-se então, também um ressentimento em relação à nova situação da cidade, que já não dispõe do mesmo poder e prestígio do período ptolomaico.

Em outros documentos ainda, o sentimento anti-judaico é mais nítido que a propaganda anti-romana, ou seja, a crítica mais uma vez se expressa pela insatisfação por mudanças sociais e políticas ocorridas na cidade sob os novos dirigentes. Alguns historiadores consideram que o ataque aos judeus seria uma forma mais segura de expressar a raiva aos romanos, já que criticar o Principado abertamente era muito arriscado[2].

Essa mudança de tom pode também se explicar cronologicamente. Ou seja, os textos que se referem a um período mais tardio têm um teor mais anti-romano, já os que se referem ao séc. I expressam um forte anti-judaísmo. A mudança na ênfase das idéias se explicaria pela comunidade judaica ter diminuído consideravelmente em Alexandria após a revolta de 115-117 sob Trajano (numericamente e em influência). Assim, os ânimos agora poderiam se voltar mais claramente contra os romanos[3].

Outra possibilidade para o tom mais nítido de propaganda anti-imperial nos documentos que se referem ao final do séc.II se explica por uma maior tolerância dos romanos em relação às manifestações contrarias ao poderio imperial nesse período. No séc. I a repressão dos romanos era mais rígida e a censura contra quem ameaçasse a estabilidade de opiniões mais pesada, nos séc. II e III as atitudes repressivas diminuem e são mais toleradas[4].

---

[2] BELL, H.I. "Antisemitism in Alexandria" in: *Journal of Roman Studies* 31, 1941. P. 5.

[3] BOWMAN, A.K. & WOOLF, G "Cultura escrita e poder no mundo antigo" in: BOWMAN, A. K. & WOOLF, G. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Editora Ática, 1998, p.12.

[4] MACMULLEN, R. *Enemies of the Roman order*. London / New York: Routledge, 1992, p. 156.

A análise dos fragmentos sobreviventes também indica que o contexto de escrita dos textos se situa entre o final do séc. II e início do III, sendo alguns consideravelmente distantes dos eventos que narram e outros mais próximos. A distância cronológica entre escrita dos *Acta* e contexto narrado pode indicar uma produção realmente posterior, quando os autores dos textos se aproveitariam do momento mais propício para fazer circular idéias de resistência ao Império. Pode indicar também, apenas uma divulgação mais tardia, pois o que temos são provavelmente cópias de originais que provavelmente não sobreviveram.

Além da ocasião mais favorável para se posicionar, a situação econômica do Egito já não era tão favorável, e, além disso, Alexandria já não teria o mesmo destaque cultural do período helenístico e que ainda se manteve no primeiro século do Principado. Os autores dos textos se aproveitariam então, do momento ideal, para relembrar e popularizar certos episódios que teriam ocorrido até dois séculos antes e que não haviam sido mencionados por todo o contexto imperial anterior. Enfatizam então a importância da autonomia da cidade através da exaltação da cultura alexandrina em contraposição a outras, uma cultura que já apresenta muitos elementos próprios, e que não pode ser reduzida apenas a sua herança grega.

A heterogeneidade dos *Acta* é visível em inúmeros aspectos, fazendo com que dificilmente possamos falar em uma autoria única. A disparidade entre os textos não se refere apenas ao conteúdo, mas ao estilo de escrita, formato, contexto mais específico, personagens envolvidos e idéias mais enfatizadas. Em relação ao conteúdo, podemos dizer que todos envolvem alexandrinos ou mencionam questões referentes à cidade, geralmente na presença de algum imperador ou outro oficial romano. Em apenas alguns o nome do imperador é citado, na maioria realça-se apenas o nome dos alexandrinos envolvidos e o imperador é identificado como “César”, “benfeitor”, e naqueles mais marcadamente anti-romanos até como “ditador”. Alguns textos relatam julgamentos dos alexandrinos, ou disputas entre eles e membros da comunidade judaica, descritas na forma de embaixadas também na presença do imperador. Alguns mencionam ainda a condenação dos “heróis” da

cidade e a morte a que tiveram que se submeter, o que fez com que alguns autores caracterizassem os *Acta* como textos de martírio.

No que se refere ao estilo as diferenças também são visíveis. Em alguns fragmentos, os elementos de retórica são mais perceptíveis através da construção de diálogos e argumentações mais elaboradas, com o ideal visível de convencer o leitor. Enquanto em outros, se enfatiza o aspecto literário, acrescentando à narrativa dos episódios um "colorido" obviamente ficcional. Às vezes, num mesmo documento observam-se alguns trechos com tom mais poético. Em outros se distinguem elementos dramáticos, levando a crer que os documentos visavam também a leitura para grupos[5].

Considerando a forma dos textos também encontramos estruturas diversas. Quase todos os diálogos estão escritos em discurso direto e alguns apresentam ainda uma breve nota introdutória a respeito do episódio, outros ainda estão estruturados em forma de narrativa. Alguns são mais formais e aparentemente baseiam-se em atas judiciais e documentos oficiais. Outros, apesar de construídos nesse formato parecem ter sido alterados para atender ao ideal de propaganda. Alguns dos textos podem ter sido copiados ou retirados parcialmente de relatórios oficiais, provenientes dos arquivos públicos de Roma, algo possível principalmente aos elementos das províncias que conseguiam papel influente diante do imperador, apesar de sabermos muito pouco sobre como isso era feito[6]. Os relatórios eram provavelmente copiados para serem guardados como documentos ou adaptados, alterados e enriquecidos pelos partidos envolvidos para servirem aos seus propósitos propagandísticos no momento necessário, já que foram divulgados posteriormente aos episódios narrados. Fergus Millar sugere que muitos éditos imperiais eram copiados para servirem a leituras privadas e, muitas vezes, entravam em circulação como textos literários. Principalmente aqueles que serviam a algum interesse mais visível, ou que poderiam exercer alguma influência mais direta sobre determinados grupos[7]. Assim,

[5] MUSURILLO, H., op. cit., pp.247-251.

[6] Idem, p.252.

[7] MILLAR, F. *The emperor in the roman world: 31 BC – AD 337.* London: Duckworth, 1977, pp. 255 E 256.

deve-se destacar a coloração mais literária de alguns dos textos para reforçar certas idéias, o que não pode servir para negar sua historicidade.

Falar em propaganda anti-romana não significa falar em resistência violenta, assim, aparentemente os *Acta* visavam propagar idéias e se expandir em círculos reduzidos. O objetivo da literatura era provavelmente a leitura privada, que podia servir para expressar a raiva através da palavra e não da ação[8]. Musurillo argumenta que os *Acta* se destinavam aos homens influentes e orgulhosos de sua descendência grega e que visavam alimentar preconceitos já correntes em Alexandria e fazer com que os alexandrinos sentissem orgulho de um passado já irrecuperável[9]. Alan Bowman e Greg Woolf realçam a importância da escrita em "comunidades textuais" da Antiguidade para reforçar a união de certos grupos e promover ou reforçar a identidade coletiva dos mesmos, e através disso, conquistar legitimidade em alguma situação de "dominação" [10].

Só tinham acesso mais direto ao imperador pessoas de algum destaque e prestígio nas províncias, e geralmente as elites educadas nos moldes gregos tinham muito mais facilidade de se aproximarem do príncipe[11]. Observamos então, que o imperador era a autoridade jurídica maior de todos os universos culturais que conviviam em Alexandria e, os provinciais estavam cientes dessa situação e, no geral, a aceitavam. No entanto, a perda de autonomia da cidade foi sentida, principalmente por essas elites, que apesar de se beneficiar em variados aspectos, também têm suas formas de se manifestar e resistir, mesmo que sem grandes intenções de subverter a ordenação mais ampla do poderio romano. A difusão de idéias era um meio comum de revelar insatisfações e também contentamento, e em Alexandria, uma cidade que fez da cultura escrita sua "força", esse tipo de manifestação é perceptível e, provavelmente uma das motivações para a produção e difusão dos *Acta*. Observa-se, entretanto, uma forma de "resistência textual" ao poderio romano. Nesse sentido, mesmo que o conteúdo dos textos tenha algum enriquecimento

[8] LEWIS, N.. *Life in Egypt under Roman rule*. Oxford, 1983, p. 201.

[9] MUSURILLO, H. Op. cit., p. 275.

[10] BOWMAN, A. & WOOLF, G. Op. cit., p. 19.

[11] MILLAR, F. Op. cit., p. 9.

literário em seus detalhes, apenas o seu ideal de expandir certo tipo de idéia nesse contexto já é algo muito expressivo e, por si só, de grande valor historiográfico.

Com o reinado ptolomaico e o emprego do grego como língua administrativa, há um grande aumento de instituições burocráticas que funcionam por meio da escrita. Além da tradição literária que se fortaleceu através da Biblioteca e do Museu de Alexandria. Com a difusão da cultura grega inicia-se também uma era de divulgação de sua educação nos setores letrados, o que torna esse meio helenizado do Egito um núcleo social que depende grandemente da cultura escrita e que muito se manifesta através dela.

No período romano, a cultura escrita atinge seu ápice como forma de regulamentar e ordenar a sociedade, apesar do acesso aos textos ainda ser privilégio de alguns [12]. Assim, o fato de fazer esse tipo de idéia circular por escrito demonstra um pouco a intenção desses grupos de expandir seus ideais de forma mais ampla, mesmo sem pretender a subversão. No caso aqui, através da denúncia dos mecanismos do poder imperial e da afirmação da importância de Alexandria e de seus grupos de destaque. Como a romanização tinha várias formas de se impor, as formas de reagir a ela também se expressaram de formas diversas e esse grupo alexandrino parece querer se manifestar através dos textos e talvez fazer dele uma espécie de "cânone" de sua cultura e de seus ideais. Os textos deveriam circulava por escrito também pela audiência pretendida ser a de homens letrados e das classes superiores[13]. Ou seja, pretendia-se criticar membros específicos do poder romano e não o regime como um todo, até porque essas opositores apesar de muito criticarem a política imperial, muito provavelmente não pretendiam mudar o regime, pois isso ameaçaria sua situação de prestígio, assim, manifestariam a insatisfação de maneira mais simbólica[14].

Sugerimos aqui que mesmo que essa literatura não pretendesse uma difusão em grande escala e nem através disso estimular algum tipo de ação, é muito significativo esse tipo de reação ao poderio imperial, que ainda é muito caracterizado como um poder que

[12] BOWMAN, A.K "O exército romano imperial: cartas e cultura escrita na fronteira norte" in: A. K. & WOOLF, G. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Editora Ática, 1998, p.136.

[13] MACMULLEN, R. Op. cit., p. 36.

[14] GOODMAN, M. *The Roman World. 44BC – AD180.* London and New York: Routledge, 1997, p. 162.

quase não gerou oposição. Além disso, obviamente o modo de manifestar a reação era muito considerado pelas elites provinciais, já que, em muitos aspectos, elas lucravam com o sistema e se tinham críticas a ele, essas eram geralmente parciais e, por isso, expressas de forma muito cautelosa. Dessa forma não podemos falar de uma crítica generalizada ao Império, pois os *Acta* em muitos momentos demonstram a posição "indecisa" em relação ao poderio romano, mesmo que manifeste grandes insatisfações em relação ao mesmo.

NARRAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE QUEM FALA E À QUEM SE FALA.[1]

JOANA ELISA RÖWER[2] - PPG-UFSM

JORGE LUIZ DA CUNHA[3] - UFSM

> Forças poderosas e estratégias insuspeitas redesenham, a cada dia que passa, nosso rosto incerto no espelho do mundo. Face à vertigem das mutações em curso sobretudo dessa matéria prima tão impalpável quanto incontornável a que chamamos de subjetividade, e a exemplo do que ocorreu desde a queda do muro de Berlim, não paramos de perguntar o que se passou, o que terá acontecido que de repente tudo mudou, que já não nos reconhecemos no que ainda ontem constituía o mais trivial cotidiano? Aumenta nosso estranhamento com as maneiras emergentes de sentir, de pensar, de fantasiar, de amar, de sonhar, e cada vez mais vemo-nos às voltas com imensos aparelhos de codificação e captura, que sugam o estofo do que constituía, até há pouco, nossa mais íntima espessura. (PELBART, 2000:11)

A citação de Pelbart retirada do livro "Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea" serve para realçar o processo de estranhamento que sentimos hoje dos valores, das condutas, dos ideais, dos pilares que sustentavam a modernidade. Crise da modernidade ou pós-modernidade, a atualidade na sua "consciência da transitoriedade dos acontecimentos históricos e na expectativa de outra configuração do futuro" (HABERMAS, 1987:103), busca compreender o que passou, o que está passando e o que virá. Se Giroux (1996) afirma que os debates sobre a pós-modernidade têm resultado mais em confusão e discórdia do que em consenso, talvez seja por que, conforme Arendt (2004), todos os processos históricos e seus significados só aparecem quando terminam, só são revelados através de um olhar retrospectivo.

Se a modernidade é caracterizada pelas certezas epistêmicas, pelas metanarrativas, por limites fixos para o conhecimento acadêmico, pelo uso da razão instrumental, da crítica, do conhecimento como possibilidade de transformação, pela crença na ciência, na liberdade e na autonomia, pelo domínio da natureza, por uma distinção entre baixa e alta cultura, pela percepção da história como processo unidirecional e como progresso; a pós-modernidade

[1] Trabalho desenvolvido no Núcleo de Estudo sobre Educação e Memória – CLIO/PPGE/CE/UFSM.
[2] Autora: Mestranda em Educação – PPGE/CE/UFSM.

está se constituindo em referência a descrença a certos elementos da modernidade e a ressignificação de outros. Descrença nas metanarrativas, no conhecimento baseado em princípios únicos, na totalidade e na visão linear da história, negação das cosmovisões, valorização da cultura de massa, popular e da arte folclórica, busca do espaço narrativo, plural, fluído (GIROUX, 1996), consciência da incerteza, do complexo e do caos, visão de conjunto, realização da autocrítica, busca do diálogo, da convivência, da solidariedade, da fraternidade.

Quebra das verdades absolutas e percepção da vida como possibilidades na construção de novas subjetividades. Subjetivação que é modelização e controle de comportamentos, sensibilidades, modos de perceber e significar (GUATTARI, 1999), é ordenação de condutas e de suas possibilidades e probabilidades, ou seja, é exercício de poder, mas que não existe "sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual" (FOUCAULT, 1995:248). Há, porém, o risco de queda à uma inversão aparente possibilitada pela globalização e pela pulverização de identidades flexíveis (ROLNIK, 1997) que ilusionam o encontro de um eu pessoal. A emergência de sujeitos, definidos pela "vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator" (TOURAINE, 1997:220), frente a turbulência, torna-se possível pelo pensar-se, voltando-se o olhar sobre si, sobre a realidade e sobre a verdade (MORIN, 2002b).

Verdade que é paradoxal. Sentida como relativa, na medida, que surge de uma construção complexa e dialógica entre as possibilidades da percepção, da memória, da lógica, da reflexão crítica e o real e, biodegradável, por que só existe dentro de determinadas condições e limites de existência (MORIN,1986). Verdade transitória que define a pós-modernidade, pela incredulidade, isto é, por uma incapacidade de acreditar.

Quiça esta relativização/contextualização das verdades contribua na intensificação da experiência de uma subjetividade privatizada, característica da constituição do sujeito moderno, manifestada pela individualização ao priorizar a liberdade, mas que resulta no "esfacelamento das habilidades de sociabilidades" (BAUMAN, 2004) e na "corrosão e lenta

[3] Orientador: Prfº. Dr. Phil do Departamento de Fundamentos da Educação – UFSM.

desintegração da cidadania" (BAUMAN, 2001). Embora conviva, ou mesmo, seja decorrente desta exacerbação da autonomia, da liberdade individual, uma necessidade de comunidade, de cooperação e diálogo, os homens e as mulheres contemporâneos são marcados por um estilo de vida consumista que reifica as relações humanas. "Em outras palavras, laços e parcerias tendem a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem consumidas, e não produzidas; estão sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos outros objetos de consumo" (BAUMAN, 2001:187).

Se os vínculos estabelecidos são governados pelo mercado, avaliados pela dicotomia satisfação ou não satisfação dos desejos individuais, os sentidos e as relações de trabalho também se trasmudam em direção a um domínio que não os contempla com um "significado mais do que episódico" (BAUMAN, 2003:47). Ainda que, no capitalismo, o tempo de trabalho se misture ao tempo da vida, ou seja, há uma interpenetração entre vida e trabalho (PELBART, 2000), o que pode vir à favorecer a coexistência de vidas sem sentido pelo trabalho e de vidas que buscam um sentido por esta mesma via.

A necessidade da fluidez não se desvincula da efemeridade e da instantaneidade que caracteriza o que é ser moderno:

> Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo "adiamento da satisfação", como sugeriu Max Weber, mas por causa da *impossibilidade* de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto-congratulação tranqüila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes. Ser moderno significa estar sempre à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão (...), também significa ter uma identidade que só pode existir como projeto não realizado. (BAUMAN, 2001:37)

Nesta perspectiva, em que novas e múltiplas percepções, práxis e sensibilizações resultantes da globalização e da produção da subjetividade capitalista invadiram as esferas mais íntimas da vida humana, finalizando com a cisão entre vida comum e vida particular é que questiona-se sobre a construção do desejo de sujeitos docentes. Desejos que

construídos através do vivido e das memórias realizam-se, ou não, em contextos descompassados, na medida, que o aprendido e o significado transfiguraram-se. Desejos que na efemeridade, na rapidez e sob a oferta constante de múltiplas possibilidades de gozo, de uma variabilidade de imagens a que se quer e se procura sentido, transformam-se em igual velocidade, não permitindo a satisfação ou, ainda, o não reconhecimento de um desejo, enfim, concretizado.

O capitalismo promove além de uma sujeição econômica, uma sujeição subjetiva por meio da cultura de massa. Essa produção da subjetividade que ocorre tanto a nível social quanto individual provoca uma produção da subjetividade inconsciente que impede o desenvolvimento de processos de singularização. Embora este seja possível através do reconhecimento de gostos e modos de viver resistentes a esta cultura de massa, a tentativa de singularização é uma encruzilhada, na medida que, desejos, que a princípio expressariam o que há de mais singular, também podem estar sujeitados a produção capitalista. (GUATTARI, 1999).

A ordem capitalista penetra no que é considerado o mais íntimo e particular, se projetando na realidade do mundo e na realidade psíquica; no modo de perceber a si mesmo, o outro e o mundo, nas relações humanas e nas representações inconscientes; manipula a memória e delimita a imaginação e o desejo, classificando e enquadrando comportamentos que até não havia previsto e empobrecendo os processos de singularização. A dificuldade de singularizar-se também decorre do fato, de que, as subjetividades produzidas que derivam da produção social e material, ocorrem de forma coletiva, mas são assumidas e vividas particularmente (GUATTARI, 1999).

Contudo, a atualidade marcada por uma subjetividade produzida que delimita e possibilita modos de ser, pensar, sentir e perceber está se constituindo pela incerteza, em que “projetos de vida individuais não encontram nenhum terreno estável em que acomodem uma âncora” (BAUMAN,1998:32). Estes novos sentimentos de incredulidade e incertezas, que se referem à “futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios pelos quais julgar os acertos e os erros da maneira de viver” (BAUMAN, 1998:32) e

cujas superações não são percebidas em um futuro, (re)significam a função da memória, haja vista, que os modos aprendidos configuram-se como insuficientes ou inadequados para lidar com os afazeres do presente.

> Lembrar é muito mais uma atividade do presente do que apenas deslocar para o presente fatos já vividos. Rememorar não é o mesmo que viver novamente o passado, pois depende da releitura do sujeito que a produz, numa sociedade que se diferencia daquela à qual se refere a lembrança. (LUCENA, 1999:81)

É sob esta perspectiva e por meio da narrativa, caracterizada pela re-elaboração das vivências e memórias, permeadas pelas significações sociais e por novas experiências individuais, que expressa o entrecruzamento entre o passado e o presente (MAGALHÃES, 2001), que busca-se compreender os desejos dos sujeitos docentes. Esta característica da narração, não é somente limite, mas também possibilidade ao permitir entender a consciência de si como trespassada por uma multiplicidade de elementos não fixos, proporcionando a compreensão da subjetividade do outro e, assim, produzindo conhecimento.

A narrativa como expressão da memória que imprime identidade e alteridade, constituída por falas e silêncios que significam é construção dinâmica e singular, ocorrendo por processos de interpretações ou transformações das lembranças, das memórias, reveladas pela linguagem e reguladas pelas emoções, pelos estados de ânimo, pelos contextos diversos no qual se evocam as memórias e pela relação com um outro diferenciado e diferenciador. E é na peculiaridade deste diálogo que se possibilita também a (re)elaboração de uma identidade que a sociedade “pós-moderna” permite ser fluída.

A memória que é interpretação do vivido, que pela atribuição de sentido torna-se lembrança, sofre nova interpretação ao ser narrada. Interpretação que justifica/explica o tempo presente, a ação e o desejo que é potencialidade para um futuro imaginado. A narrativa, dessa forma, passa a ser percebida como sendo uma interpretação da interpretação. Embora seja a possibilidade é pretenciosa a intenção de definição do presente pelas lembranças, pelo narrado, pois a fluência dos nossos movimentos se dá no

entrelaçamento não só do que conhecemos, mas também, do irreconhecível e do caos, que escapou a delimitação da linguagem. Mas, a compreensão do outro requer uma auto-compreensão. Assim, pela realização de entrevistas abertas discute-se o vínculo estabelecido entre narrador e pesquisador, pois, a narração se constrói na relação com um outro diferenciado e diferenciador, referindo-se ainda ao componente imaginativo que pode vir impresso na fala.

> Nesse vai-e-vem entre presente e passado, o relato de vida é sempre uma interpretação atual dos fatos passados. Nessa interpretação, memória e imaginação estão mescladas. (...) Uma e outra constituem a fusão da lembrança e da imagem. O depoente, ao desencadear o fluxo da memória, não consegue evitar as fantasias contidas na imaginação, lapsos, artifícios contidos em interpretações. (LUCENA, 1999:81)

Reflete-se, também, sobre o conjunto das memórias, que distinta em cada indivíduo, torna os seres humanos singulares, determinando a personalidade e as possibilidades de ser e fazer. “O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, mas também nos permitem projetar rumo ao futuro: isto é, nos dizem quem poderemos ser”(IZQUIERDO, 2002:9). Em meio a fragmentação, a fluidez, a efemeridade, a instantaniedade da sociedade contemporânea, esta pesquisa que encontra-se em fase de estruturação das entrevistas, questiona-se sobre as possibilidades, os limites e as conflitualidades dessa projeção do futuro e realização do desejo.

BIBLIOGRAFIA:

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 352p.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2003

CASTELLS, Manuel. FLECHA, Ramon. FREIRE, Paulo, GIROUX, Henry. **Novas perspectivas em Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo.** Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, Juergen. **A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas.** 1987

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores. In: **HISTÓRIA Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 4, jun. 2001. – São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. v. 4; p.45-70.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX.** 30ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **O método 1: a natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

PELBART, Peter Pál. **Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea.** São Paulo: Iluminuras, 2000.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de Identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS. Daniel S. (org.). **Cultura e subjetividade: Saberes nômades.** Campinas: Papirus, 1997.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade.** 4ª edição. Petópolis: Vozes, 1997. 431p

Simone de Beauvoir: leituras no Brasil (1960-1980)

Joana Vieira Borges[1] - PPG-UFSC

Na França, Simone de Beauvoir recebeu críticas cruéis tanto da direita conservadora quanto da esquerda comunista, ao desvendar a condição passiva e submissa da mulher na sociedade. Simone de Beauvoir compreendeu que a figura feminina e as posturas que lhes são atribuídas são nada mais que construções do social. Negando a idéia de determinismo biológico, Beauvoir abriu caminho para pensar a transformação da condição da mulher, uma vez que a opressão feminina também é algo construído e deve ser rompido. Sua obra mais conhecida, O Segundo Sexo, passou a ser uma das obras pioneiras dos estudos de gênero, sendo referência para o feminismo dos anos 70 no Brasil e no mundo. Desta forma, nos perguntamos: como foi a repercussão das obras de Simone de Beauvoir no Brasil?

É inserido nesta perspectiva que este trabalho pretende apreender a maneira como foram lidas e apropriadas as obras de Simone de Beauvoir no Brasil, entre os anos de 1960 e 1990, e de que forma estas leituras contribuíram para o movimento feminista brasileiro. Para tanto, busca focalizar essa repercussão através de periódicos e obras de divulgação.

Simone de Beauvoir: trajetória

Simone de Beauvoir nasceu em Paris a 9 de janeiro de 1908, e com 17 anos ingressou no curso de Filosofia da Sourbonne, onde veio a conhecer Jean-Paul Sartre, em 1929. Simone de Beauvoir e Sartre estabeleceram desde o início de sua relação uma condição de “casamento aberto”, que suscitou, e ainda suscita, intenso debate e críticas. Polêmicas sobre a relação de Simone e Sartre à parte, e que demandariam um outro trabalho que foge neste momento aos objetivos deste, o certo é que sua celebridade vem acima de tudo desta relação com o grande intelectual existencialista, sendo muitas vezes reduzida injustamente, a meu ver, como sua fiel discípula[2].

O existencialismo foi fundamental na análise de Simone de Beauvoir sobre a condição feminina. Passadas as duas grandes guerras mundiais a Europa encontrava-se em crise, e,

desta forma, o existencialismo surgiu dando sentido ao que estava acontecendo, partindo do pressuposto de que a existência precede a essência. Ou seja, Sartre e os outros intelectuais existencialistas negavam o determinismo do essencialismo humano[3].

Neste sentido, Sartre teorizou o que Simone de Beauvoir viria a perceber na prática em O Segundo Sexo. Nas palavras de Luís Antônio Cantatori Romano, autor de A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960[4], sobre a filosofia de Sartre:

> *"(...) para esse filósofo, o princípio de que a existência precede a essência ganha significado bem determinado: é a consciência (ser para-si) quem funda a significação das coisas, dos atos, dos valores... enfim, do mundo (ser em-si). A essência depende da consciência, fonte originária de toda significação".*[5]

Uma vez que a essência humana não é determinada, mas sim mutável no processo social, a condição feminina não se basearia em uma "essência natural da mulher". Daí se justifica a célebre frase: "*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher".*[6]

Outra questão interessante na trajetória de Simone de Beauvoir é sua tardia identificação como feminista, em 1972. Nesta época, Beauvoir já era reconhecida como escritora de peças de teatro, ensaios e crônicas, além de intelectual da esquerda francesa, co-fundadora com Sartre de *Les Temps Modernes*. Muito tempo tinha passado desde as suas primeiras publicações, durante os anos de 1940, quando a autora percebeu-se enquanto feminista. Deixamos então nas palavras da própria Simone de Beauvoir, dadas em entrevista a Alice Schuwarzer, a explicação desta tardia identificação:

> *"No final de O Segundo Sexo, eu disse que não era feminista porque pensava que a solução dos problemas femininos devia ser encontrada numa evolução socialista da sociedade. Para mim, ser feminista era bater-se por reivindicações especificamente femininas, independentes da luta de classes. Hoje, conservo a mesma definição: chamo feministas as mulheres ou mesmo os homens que lutam por modificar a condição da mulher, evidentemente em ligação com a luta de classes, porém fora dela, sem subordinar inteiramente essa mudança à da sociedade. Diria, assim, que hoje sou feminista dessa maneira. Porque percebi que é preciso, antes da chegada do socialismo com o qual sonhamos, que se lute pela condição concreta da mulher. E, por outro lado, também verifiquei que, mesmo nos países socialistas, essa igualdade não foi conseguida. É preciso, portanto, que as mulheres tomem seu destino nas mãos. É por isso que estou agora participando do Movimento de Libertação da Mulher".*

"Tornei-me de fato feminista". [7]

Estudos e leituras: Brasil 1960-1990

Em 15 de agosto de 1960 chegava ao Brasil um dos casais mais visados da época: Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre. Após visitarem China e Cuba, o casal escolheu o Brasil dentro do circuito de viagens que fizeram naquele momento, indo posteriormente ao Japão, União Soviética e Egito. O período no Brasil foi o mais longo: de 15 de agosto a 1º de novembro de 1960, passando por Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Sobre esta viagem, especificamente, encontramos dois livros: Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara[8] e A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960. Ambos tratam da visita do casal ao país, embora focalizem, mais particularmente, a figura de Sartre. No primeiro, trata-se da tradução da conferência que Sartre pronunciou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, e o segundo se propõe a reconstituir as várias perspectivas sobre esta viagem a partir de pesquisas em periódicos brasileiros, procurando tratar das polêmicas em torno do pensamento de Sartre e dos contatos que o casal fez aqui. É importante frisar que, na introdução de Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara, escrita por Luiz Roberto Salinas Fortes, há apenas rápidas menções a Simone de Beauvoir.

> *"Além desta fala 'sobre a dialética', como a ela se refere Simone de Beauvoir no relato nem sempre bem-humorado que insere a respeito em seu livro A Força das Coisas, Sartre também manteve um debate, no antigo Teatro Municipal da cidade e a convite dos estudantes, sobre diversas questões políticas então na ordem do dia".*[9]

Neste momento, Simone de Beauvoir já era reconhecida no circuito intelectual, pois havia publicado, entre ensaios e peças teatrais, as seguintes obras na França: A convidada (1943), O sangue dos outros (1945), Todos os homens são mortais (1946), Moral da ambigüidade (1947), O Segundo Sexo (1949), Deve-se queimar Sade? (1952), Os mandarins (1954), A longa marcha (1957), e Memórias de uma moça bem-comportada (1958).

Para investigar como estas e outras obras[10], posteriormente publicadas, repercutiram no Brasil no período de 1960 a 1986, é de crucial importância estarmos percebendo o contexto político no qual se encontrava o país. Enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam não apenas um momento de crise política, mas também cultural, como prova a revolução sexual, "o cenário do Brasil era completamente outro", como afirma Céli Regina Jardim Pinto:

> *"(...) o de uma década que desde o começo foi política por excelência, com dois campos ideológicos claros se enfrentando violentamente".*[11]

O Brasil vivia o período de ditadura militar e, excluídas de sua livre expressão, e conseqüentemente sem o poder de manifestar-se, a população sofreu as pressões exercidas pelo regime de perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos e censura, iniciado em 1964. Em dezembro de 1968, o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) foi decretado, limitando ainda mais as atuações não apenas políticas como também culturais da sociedade.

Em outros países, em que a cidadania era respeitada, as manifestações puderam acontecer nas ruas, como foi o caso da França, da Alemanha, da Itália, dos Estados Unidos e da Inglaterra. Essas manifestações correspondiam à luta pelo direito ao uso dos contraceptivos, ao direito ao aborto, entre outras questões[12]. Em contrapartida, no Brasil, mulheres e homens que participavam não só dos movimentos feministas, como de outros movimentos sociais, foram impedidos pelo regime militar de se manifestarem publicamente, sob risco de serem identificados como prováveis comunistas.

Contudo, as forças militares, apoiadas na censura, nem sempre conseguiram impedir o que acontecia debaixo de seus olhos. Algumas editoras conseguiram trazer para o Brasil obras de referência feminista que estavam sendo publicadas na Europa e nos Estados Unidos. Entre estas, O Segundo Sexo, traduzida e publicada no Brasil em 1962, a qual, portanto, já circulava antes da instalação da ditadura militar. Suely Gomes Costa, professora

da Universidade Federal Fluminense, afirma que tomou conhecimento da obra O Segundo Sexo, em português, em 1962, por conselho de um professor.

> *"(...) tinha um professor extremamente inovador na época muito jovem, psiquiatra, Álvaro Aciole. E um dia o Álvaro vem com um livro da Simone de Beauvoir e diz 'leiam esse livro, aqui há de ser uma escola feminina. Vocês precisam conhecer alguma coisa sobre a condição feminina, O Segundo Sexo'. Então eu tenho a primeira edição do Segundo Sexo".*[13]

Em uma reportagem da revista VEJA de 15 de junho de 1977, que trata dos livros proibidos em território nacional pela censura, percebe-se o tratamento dado às obras estrangeiras que estavam entrando no país neste momento.

> *"'Vai ser preciso criar uma comissão de sábios nos correios', comentava desolado e irônico o historiador e professor mineiro Francisco Iglesias, a propósito das sombrias figuras que serão obrigadas a ler, por força da Portaria n.º 427, publicações estrangeiras importadas".*[14]

A reportagem continua a explicar o método mais fácil utilizado pelos censores: ficar atento aos títulos. Títulos com as palavras "marxismo", "luta" e "sexo", por exemplo, estariam automaticamente vetados. Isso responde, de certa forma, à dificuldade em encontrarmos a divulgação e a data de publicação das obras de Simone de Beauvoir durante o período ditatorial, mas isso não quer dizer que não tenham sido lidas antes deste período. Questionada em uma conferência, em comemoração aos cinqüenta anos de O Segundo Sexo, de quando seria a primeira publicação da obra no Brasil, Heleieth Saffiot respondeu:

> *"De quando é a primeira edição? Eu não sei, não sei, eu tenho uma que não é a primeira, eu não sei quando saiu a primeira. Agora vamos admitir que só haja saído 10 anos depois, ainda assim lavramos um tento enorme, porque a União Soviética impediu que ele fosse traduzido. Olha, em Cuba, eu nunca vi esse livro, nunca vi; (...)".*[15]

É bem provável que outras obras de Simone de Beauvoir, talvez de títulos bem "menos sugestivos", tenham conseguido entrar no país durante o regime militar. Quem pode, inicialmente, sinalizar a leitura destas obras são as pessoas ligadas ao movimento feminista que reapareceu no Brasil em 1975, com a circulação dos primeiros jornais

feministas e com a organização de encontros. Algumas destas pessoas passaram pelo exílio em países como Chile, Estados Unidos e alguns da Europa, e com a anistia, em 1979, retornaram trazendo novas experiências, leituras e discussões, arregimentando o movimento feminista brasileiro. Outras não chegaram a ser exiladas, mas mantiveram contatos com exiladas(os) por correspondência, como é o caso das organizadoras do jornal Nós Mulheres e Brasil Mulher, que tiveram contatos com o Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris[16].

Desta forma, muitas autoras brasileiras consideradas feministas tiveram contato com obras feministas estrangeiras, e, entre estas O Segundo Sexo, sendo isto constatado através das referências bibliográficas citadas em seus livros, e da utilização de conceitos nem sempre devidamente referenciados. Rose Marie Muraro foi uma destas autoras. Em seu livro Libertação Sexual da Mulher, percebe-se a apropriação da obra O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, quanto ao tratamento dado à questão biológica que envolve a condição da mulher, embora a autora brasileira não faça referência direta à autora francesa.

> *"Uma vez assim entendida a posição da mulher dentro das estruturas sociais, resta-nos estudar o seu papel dentro da nova cultura. O leitor e a leitora já poderão ter percebido que os valores da nova consciência são, antes de tudo, valores que tradicionalmente seriam chamados de femininos (elementos não intelectivos da realidade, misticismo, comunicação, etc.). Assim, a sua simples existência já nos dá resposta ao grave problema de inserção dos valores femininos no mundo tecnológico".*[17]

Danda Prado, auto-exilada em Paris em 1972, em seu livro Ser esposa: a mais antiga profissão, discorre sobre a questão dos papéis destinados à mulher na sociedade, mostrando que também fez a leitura de O Segundo Sexo, ao abordar a submissão a que a mulher foi condicionada.

> *"Foi só a partir da obra de Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo, que as mulheres começaram a ser encaradas como indivíduos e/ou produtos de um desígnio social que as condiciona, deformando-as: 'A mulher não nasce mulher, ela se torna mulher', diz ela".*[18]

Partindo desta análise, poderia ainda citar Branca Moreira Alves e Marta Suplicy. Em seu livro Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil[19], ao fazer uma análise

das propostas do feminismo atual, Branca Moreira Alves resume rapidamente as questões levantadas por Simone de Beauvoir em O Segundo Sexo, dizendo que esta "extrapola as limitações de uma explicação unicamente econômica". Já em A Condição da Mulher: amor-paixão-sexualidade[20], Marta Suplicy utiliza a questão da mulher enquanto *o outro*, levantada por Simone de Beauvoir, para discorrer sobre a condição de submissão da mulher ao homem.

> *"Na primeira fase está a mulher que é extensão do outro, que ainda não tem existência própria".*[21]

Entre outras pessoas que tiveram como leitura obras de Simone de Beauvoir neste período, poderia citar ainda Carmen da Silva[22], Jaqueline Pitanguy[23], Maria Risolete Fernandes[1], Lourdes Bandeira[2] e Sandra Azerêdo[3]. As obras mais citadas são Memórias de uma moça bem comportada e O Segundo Sexo, embora se tenha conhecimento de outras obras publicadas neste período no Brasil, como é o caso de Na força da Idade[24], Todos os homens são mortais[25], Os mandarins[26], Uma morte muito suave[27], A cerimônia do Adeus[28], A longa marcha[29], Balanço Final[30], Sob o Signo da História[31] e O sangue dos outros[32].

Muitas das pessoas que escreveram sobre Simone de Beauvoir e suas obras afirmaram a importância incontestável desta autora para o feminismo. Nas palavras de Mariza Corrêa e Maria Lygia Quartim de Moraes:

> *"Cada uma de nós, à sua maneira, se relacionava com Simone e com seus escritos de uma maneira peculiar, mas para todas nós ela tinha sido uma marca, uma influência, ainda que indireta".*[33]
>
> *"Simone de Beauvoir foi uma das intelectuais que mais contribuíram para o movimento feminista dos anos 70 e, nesta medida, para as profundas transformações na condição da mulher, que marcaram nosso século".*[34]

---

[1] Em entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, em 28 de novembro de 2003, Maria Risolete Fernandes afirma ter lido os livros O Segundo Sexo e A convidada, entre outros, no início da década de 80.
[2] Entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, em 28 de novembro de 2003, afirma ter lido Memórias de uma moça bem comportada.
[3] Em entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, em 28 de novembro de 2003, Sandra Azerêdo afirma ter lido, na década de 60, Memória de uma moça bem comportada e O Segundo Sexo.

Heleieth Saffiot chama atenção para a emergência de uma pesquisa que procure perceber como foi a repercussão das obras de Simone de Beauvoir no Brasil, visto a importância da autora francesa para a formação do movimento feminista brasileiro.

> *"Agora, o que me parece importante é a repercussão desse livro fora da sociedade francesa, em outros países como o Brasil. Você vê a minha geração (...), todas passamos por esse livro, então ele foi um marco, sem dúvida nenhum, abriu muitas cabeças de quem o leu, ele foi muito importante. É um marco histórico, continua sendo e esse reconhecimento, as reverências foram feitas ainda que se fizessem críticas – sempre se faziam reverências porque ela continua sendo uma referência e também há que se atentar para sua precocidade. Naquele momento, o livro foi fundamental e continuou sendo por muito tempo".* [35]

Desta forma, este trabalho traz os resultados de uma primeira pesquisa[36] a respeito da repercussão das obras de Simone de Beauvoir no Brasil, comprovada através de estudos e leituras realizadas entre as décadas de 1960 e 1990. Observamos que os estudos referentes a Simone de Beauvoir, e mesmo suas obras, eram momentaneamente levados à discussão, seja nas edições comemorativas a respeito de O Segundo Sexo, ou citados em obras de autoras(es) identificadas(os) com o feminismo.

---

[1] Mestranda em História Cultural – Programa de Pós-Graduação em História – UFSC. Bolsista Capes.
[2] CADERNOS PAGU. Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX. Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, 1999. Pg. 38.
[3] MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Coleção Bahianas, n.5. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM:FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 2000. Pg. 42.
[4] ROMANO, L. A. C. A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
[5] Idem, pg. 44.
[6] BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: A Experiência Vivida. Trad. Sérgio Milliet. Vol 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Pg.09.
[7] SCHWARZER, A. Simone de Beauvoir hoje. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. Pg. 30-31.
[8] SARTRE, J.-P. Sartre no Brasil: a conferência em Araraquara. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1986.
[9] Idem, pg. 12.
[10] Como é o caso de A força da Idade I (1960), A força da Idade II (1963), Uma morte muito suave (1964), As belas imagens (1966), A mulher desiludida seguida de Monólogo e A idade da discrição (todas de 1968), A velhice (1970), Balanço Final (1972), Quando o espiritual domina (1980) e A cerimônia do Adeus (1981). As datas são referentes ao ano em que as obras foram publicadas na França, sendo extraídas da biografia de Simone de Beauvoir. Ver, a este respeito, FRANCIS, Claude; GONTIER, Fernand. Simone de Beauvoir. Tradução de Oswaldo Barreto. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
[11] PINTO, C. R. J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. pg. 42.
[12] PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.
[13] Entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro em 17 de fevereiro de 2004, em Florianópolis/SC.
[14] VEJA, n.458. São Paulo: Editora Abril, p. 120, 15 de junho de 1977. Pg. 120.

[15] MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Coleção Bahianas, n.5. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM:FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 2000. Pg. 37.
[16] PINTO, C. R. J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Pg. 52-56.
[17] MURARO, R. M. Libertação Sexual da Mulher. 2 ª ed; Rio de Janeiro: Vozes, 1971. Pg. 138.
[18] PRADO, D. Ser esposa: a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979. Pg. 16.
[19] ALVES, B. M. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. Pg. 185-186.
[20] SUPLICY, M. A Condição da Mulher: amor – paixão – sexualidade. Artigos. 2 ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
[21] Idem, pg. 27.
[22] CIVITA, L. T. (Org.). O Melhor de Carmen da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
[23] ALVES, B. M.; PITANGUY, J. O que é feminismo. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.
[24] BEAUVOIR, S. Na força da idade II. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
[25] BEAUVOIR, S. Todos os homens são mortais. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
[26] BEAUVOIR, S. Os mandarins. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
[27] BEAUVOIR, S. Uma morte muito suave. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
[28] BEAUVOIR, S. A cerimônia do adeus: seguido de entrevistas com Jean-Paul Sartre, agosto-setembro 1974. Tradução de Rita Braga. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
[29] BEAUVOIR, S. A longa marcha. Tradução de Alcântara Silveira. Série: Biblioteca temas modernos. São Paulo: IBRASA, 1963.
[30] BEAUVOIR, S. Balanço Final. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
[31] BEAUVOIR, S. Sob o Signo da História. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
[32]BEAUVOIR, S. O sangue dos outros. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
[33] CADERNOS PAGU. Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX. Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, 1999. Pg. 07-10.
[34] Idem, pg. 93.
[35] MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Coleção Bahianas, n.5. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM:FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 2000. Pg. 35.
[36] Essa pesquisa refere-se ao projeto de mestrado que está sendo desenvolvido pela mestranda Joana Vieira Borges, com orientação de Joana Maria Pedro. Projeto aprovado pela Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2005.

Madame Beauvoir: estudos e leituras no Brasil (1960-1990)

Joana Vieira Borges[1,2]
Joana Maria Pedro
UFSC

Uma reportagem da revista VEJA de 25 de junho de 1975, intitulada As feministas e as mulheres (título bastante sugestivo ao separar as feministas das mulheres), trata das expectativas quanto ao Ano Internacional da Mulher que viria a ser realizado no México na semana seguinte. Apesar desta reportagem mostrar a forte atuação dos movimentos feministas em diversos lugares neste momento, como é o caso da Inglaterra, Itália e França, acaba por desvalorizar o evento julgando-o, de certa forma, desnecessário. A revista, baseada em alguns relatos, afirma que até mesmo as mulheres estavam indiferentes ao evento voltado para elas.

> *"'Ano Internacional da Mulher? O que é isso? Será um super dia das mães?', indagava uma ativista americana ouvida em Nova York por Hugo Estenssoro, de VEJA. 'Qual será o próximo ano? O ano internacional do queijo camembert?', pergunta um panfleto das Petroleuses, um dos grupos feministas mais ativos da França".*[3]

É bem provável que houvesse, por parte de algumas mulheres, uma certa resistência a este evento pelo fato de estar se dedicando um momento definido para problematizar questões tão importantes à condição das mulheres na sociedade. Entretanto, o evento patrocinado pela ONU foi válido no sentido de estar trazendo à tona questões que estavam sendo calorosamente debatidas e evidenciadas no mundo todo; questões relativas às mulheres e seus direitos. A prova disto é a quantidade de reportagens veiculadas nas revistas VEJA do período de 1975 a 1979 que discutiam de alguma forma o feminismo.

Contudo, uma das coisas interessantes que se pode notar ao ler a reportagem citada anteriormente é o tratamento que se dá a uma das mais ilustres feministas do século XX: "Madame Beauvoir".

> *"No ano passado, em número especial de 400 páginas dedicadas às mulheres, Les Temps Modernes, revista dirigida por madame Beauvoir, dizia: 'As teorias marxistas sacrificaram as mulheres no altar da revolução'".*[4]

Ao tratar Simone de Beauvoir por "Madame" a revista a diferencia de todas as

outras feministas citadas não só nesta reportagem como em outras neste mesmo período. A exemplo disto, a mesma reportagem reporta-se à "belicosa Juliet Mitchell" e à "lendária Betty Friedan". Aliás, Betty Friedan foi sempre tratada de maneira bastante burlesca por alguns veículos da imprensa na década de 70, como no caso o jornal Pasquim que "reunia diversos humoristas/intelectuais da esquerda: Millôr Fernandes, Ziraldo, Jaguar e Paulo Francis"[5]. Em sua visita ao Brasil em 1971, para a publicação de seu famoso livro A Mística Feminina [6], a "feia, velha, mal amada e lésbica"[7], como era acusada na imprensa, causou intensas polêmicas nos meios de comunicação. Neste momento Millôr Fernandes tinha uma coluna na revista Veja, e em várias delas ridicularizou Betty Friedan e o Women´s Lib, movimento do qual era fundadora. Mas por que esta diferença no tratamento entre estas duas feministas tão expressivas para a formação do movimento feminista da década de 70?

Ao ler o artigo de Syvie Chaperon, Auê sobre *O Segundo S*exo[8], publicado em uma edição comemorativa aos cinqüenta anos da obra que fez de Simone de Beauvoir uma feminista reconhecida mundialmente, é possível perceber que "Madame Beauvoir" foi tratada também como "Madame" em seu país de origem.

> *"Os cronistas jogam com os diferentes sentidos da palavra 'sexo': Armand Hoog intitula seu artigo 'Madame de Beauvoir e seu sexo'; Yves Florenne em _ê Monde acentua a alusão: 'o tema atual de que constantemente se ocupa _ês Temps Modernes é o que há de mais ardente: o sexo de Mme de Beauvoir'".*[9]

Na França, Simone de Beauvoir recebeu críticas cruéis tanto da direita conservadora quanto da esquerda comunista. Sua obra, O Segundo Sexo[10], traduzida para mais de 30 idiomas e publicada em diversos países, foi considerada por muitos um atentado à família, ao amor, e à classe operária[11]. Ainda sobre a repercussão da obra de Simone de Beauvoir na França, Heleieth Saffiot comenta:

> *"Em uma França humilhada, recém-saída da ocupação alemã e apresentando as seqüelas de uma terrível guerra, não era certamente fácil empreender a tarefa de pesquisar a mulher e sobre ela escrever".*[12]

Apesar das críticas partirem dos meios intelectuais e políticos, a ironia era o recurso utilizado para atacar Simone de Beauvoir, e não as teses do livro. Entretanto, o mais interessante a notar talvez seja o fato de que tanto os opositores quanto os defensores receavam atribuir-lhe ao nome a palavra "feminista" e, conseqüentemente, todo "o peso" que esta poderia lhe implicar. Entretanto, para Sylvie Chaperon essa atitude bastava para

condená-la.

> *"Na maioria dos casos, ignoram essa referência embaraçosa, para insistir nas competências de Beauvoir. Chama-na de 'a filósofa', demonstrando que ela domina os saberes mais atualizados e completos sobre a questão (...). Apresentam-na assim como uma especialista. Maurice Nadeau, indo mais longe, dissocia Beauvoir do feminismo, pois 'ela abre horizontes mais amplos que as habituais reivindicações feministas palavrosas e ineficazes".*[13]

Qual seria a razão para tanta precaução, tanto na França como no Brasil, ao falar de Madame Beauvoir? Quem foi Madame Beauvoir?

"Madame Beauvoir" nasceu em Paris a 9 de janeiro de 1908, e com 17 anos ingressou no curso de Filosofia da Sourbonne, onde veio a conhecer Jean-Paul Sartre em 1929. Simone de Beauvoir e Sartre estabeleceram desde o início de sua relação uma condição de "casamento aberto" que suscitou, e ainda suscita, intenso debate e críticas. Polêmicas sobre a relação de Simone e Sartre à parte, e que demandariam um outro trabalho que foge neste momento aos objetivos deste, o certo é que sua celebridade vem acima de tudo desta relação com o grande intelectual existencialista, sendo muitas vezes reduzida, injustamente ao meu ver, como sua fiel discípula[14]. O existencialismo foi fundamental na análise de Simone de Beauvoir sobre a condição feminina. Passadas as duas grandes guerras mundiais a Europa encontrava-se em crise, e desta forma o existencialismo surgiu dando sentido ao que estava acontecendo, partindo do pressuposto de que a existência precede a essência. Ou seja, Sartre e os outros intelectuais existencialistas negavam o determinismo do essencialismo humano[15]. Neste sentido ele teorizou o que Simone de Beauvoir viria a perceber na prática em O Segundo Sexo. Uma vez que a essência humana não é determinada, mas sim mutável no processo social, a condição feminina não se basearia em uma "essência natural da mulher". Daí se justifica a célebre frase: "*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher".*[16]

Outra questão interessante na trajetória de "Madame Beauvoir" é sua tardia identificação como feminista em 1972. Nesta época Beauvoir já era reconhecida como escritora de peças de teatro, ensaios e crônicas, além de intelectual da esquerda francesa co-fundadora de *Les Temps Modernes*, revista fundada por Sartre. Muito tempo tinha se passado desde as suas primeiras publicações, durante os anos de 1940, quando a autora percebeu-se enquanto feminista. Deixo então nas palavras da própria Simone de Beauvoir, dadas em entrevista a Alice Schuwarzer, a explicação desta tardia identificação:

> *"No final de O Segundo Sexo, eu disse que não era feminista porque pensava que a solução dos problemas femininos devia ser encontrada numa evolução socialista da sociedade. Para mim, ser feminista era bater-se por reivindicações especificamente femininas, independentes da luta de classes. Hoje, conservo a mesma definição: chamo feministas as mulheres ou mesmo os homens que lutam por modificar a condição da mulher, evidentemente em ligação com a luta de classes, porém fora dela, sem subordinar inteiramente essa mudança à da sociedade. Diria, assim, que hoje sou feminista dessa maneira. Porque percebi que é preciso, antes da chegada do socialismo com o qual sonhamos, que se lute pela condição concreta da mulher. E, por outro lado, também verifiquei que, mesmo nos países socialistas, essa igualdade não foi conseguida. É preciso, portanto, que as mulheres tomem seu destino nas mãos. É por isso que estou agora participando do Movimento de Libertação da Mulher".*[17]
>
> *"Tornei-me de fato feminista".*[18]

Partindo deste breve e superficial panorama da trajetória intelectual de Simone de Beauvoir é possível responder a questão quanto à diferença no tratamento dado a "Madame Beauvoir" perante outras feministas. Por sua imagem estar intrinsecamente ligada à figura respeitada de Sartre entre os meios intelectuais franceses, ela acabou por também receber o mesmo tratamento dado a seu companheiro. Sendo interessante frisar que seus críticos eram os críticos de Sartre, bem como seus defensores eram os mesmos. Desta forma, a imagem dos dois, devido à intensa relação que tinham, era quase que indissociável; falar de um remeteria ao outro.

A outra razão para a devoção de tanto respeito mesmo por parte de seus críticos foi sua tardia identificação declarada com o feminismo. Enquanto não havia se declarado feminista, tanto seus críticos quanto seus defensores tiveram muita cautela em relação a esta identificação. Acusá-la de "feminista mal amada e lésbica", soaria como puro ataque desrespeitoso e falso, uma vez que ela não tinha jamais se pronunciada como sendo feminista. Contudo, os ataques a ela e sua obra não foram tão sutis quanto o tratamento de "Madame", o que se comprova através nas palavras da autora:

> *"Talvez tivéssemos cometido um engano publicando antes da saída do livro, o capítulo sobre a sexualidade em Les Temps Modernes. Ele desencadeou a tempestade. Foi de uma grosseria... Mauriac, por exemplo, escreveu a um amigo que, na época, trabalhava conosco em Les Temps Modernes: 'Ah, acabo de aprender muito sobre a vagina da sua patroa...'".*[19]

O contexto político e intelectual em que vivia, sua relação amorosa com Sartre e suas memórias permeiam muitas de suas obras. No artigo Três facetas de uma escritora, Walnice Nogueira Galvão discute o quanto havia de nexo entre literatura e autobiografia nas obras de Simone de Beauvoir, e do quanto é difícil dissociá-las. Ficção ou realidade? Os dois.

> *"O percurso de Simone de Beauvoir, de tão fora do comum, arrebatou os leitores até a vertigem. O que escrevia era testemunho ou fantasia? Ao alternar o documentário e o romanesco sobre um mesmo recorte de tempo e um mesmo conjunto de eventos, dividia-se, como de hábito, entre dois livros. Um deles se oferecia como ficção e o outro como memórias: entretanto, a qual deles o leitor devia mais fé? Às vezes não era fácil comutar do pacto ficcional para o pacto autobiográfico, e vice-versa".*[20]

Esta relação percebida por Walnice Galvão, entre outras autoras e autores[21], aponta-nos a uma outra direção: Como foram lidas suas obras no Brasil entre os anos de 1964 e 1986? Em qual sentido terá sido direcionado o olhar das leitoras e leitores brasileiros de Simone de Beauvoir? Como foi feita a apropriação destas leituras pelas pessoas que escreveram sobre Simone de Beauvoir ou sobre o feminismo? Para que fins serviram estas leituras e em quais circunstâncias estavam sendo feitas? Sendo importante ressaltar que tomamos como ponto de partida para esta pesquisa o ano de 1960, por marcar a visita de Simone de Beauvoir e Jean Paul-Sartre ao país, e 1990, quatro anos após sua morte, embora saibamos que a leitura e os estudos sobre sua vida e obras não param por aí.

Em 15 de agosto de 1960 chegava ao Brasil um dos casais mais visados da época: Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre. Após visitarem China e Cuba, o casal escolheu o Brasil dentro do circuito de viagens que fizeram neste momento, indo posteriormente ao Japão, União Soviética e Egito. O período no Brasil correspondeu à viagem mais longa: de 15 de agosto a 1º de novembro de 1960, passando por Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Sobre esta viagem, especificamente, encontramos dois livros: Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara e A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960[22]. Ambos tratam da visita do casal ao país, embora focalizem mais particularmente a figura de Sartre. No primeiro, trata-se da tradução da conferência que Sartre pronunciou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, e o segundo se propõe a reconstituir as várias perspectivas sobre esta viagem a partir de pesquisas em periódicos brasileiros, procurando tratar das polêmicas em torno do

pensamento de Sartre e os contatos que o casal fez aqui. Sendo importante frisar que na introdução de Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara, escrita por Luiz Roberto Salinas Fortes, há apenas rápidas menções a Simone de Beauvoir.

> *"Além desta fala 'sobre a dialética', como a ela se refere Simone de Beauvoir no relato nem sempre bem-humorado que insere a respeito em seu livro A Força das Coisas, Sartre também manteve um debate, no antigo Teatro Municipal da cidade e a convite dos estudantes, sobre diversas questões políticas então na ordem do dia".*[23]

Entretanto, consideramos relevante estarmos percebendo a visita do casal ao país partindo de Simone como foco das atenções. Afinal, neste momento, Beauvoir já era reconhecida no circuito intelectual, pois havia publicado entre ensaios e peças teatrais as seguintes obras na França: A convidada (1943), O sangue dos outros (1945), Todos os homens são mortais (1946), Moral da ambigüidade (1947), O Segundo Sexo (1949), Deve-se queimar Sade? (1952), Os mandarins (1954), A longa marcha (1957), e Memórias de uma moça bem-comportada (1958).

Para investigar como estas e outras obras posteriormente publicadas repercutiram no Brasil no período de 1960 a 1986, como é o caso de A força da Idade I (1960), A força da Idade II (1963), Uma morte muito suave (1964), As belas imagens (1966), A mulher desiludida seguida de Monólogo e A idade da discrição (todas de 1968), A velhice (1970), Balanço Final (1972), Quando o espiritual domina (1980) e A cerimônia do Adeus (1981), é de crucial importância estarmos percebendo o contexto político no qual se encontrava o país[24].

Enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam não apenas um momento de crise política, mas também cultural, como prova a revolução sexual, "o cenário do Brasil era completamente outro", como afirma Céli Regina Jardim Pinto:

> *"(...) o de uma década que desde o começo foi política por excelência, com dois campos ideológicos claros se enfrentando violentamente".*[25]

O Brasil vivia o período de ditadura militar e, excluídas de sua livre expressão, e conseqüentemente sem o poder de manifestar-se, a população sofreu as pressões exercidas pelo regime de perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos, e censura iniciado em 1964. Em dezembro de 1968, o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) foi decretado limitando ainda mais as atuações não apenas políticas como também culturais da sociedade.

Em outros países, em que a cidadania era respeitada, as manifestações puderam acontecer nas ruas, como foi o caso da França, na Alemanha, Itália, Estados Unidos e Inglaterra. Essas manifestações correspondiam à luta pelo direito ao uso dos contraceptivos, ao direito ao aborto, entre outras questões[26]. Em contrapartida, no Brasil, mulheres e homens que participavam não só dos movimentos feministas, como de outros movimentos sociais, foram impedidos pelo regime militar de se manifestarem publicamente sob risco de serem identificados como "comunistas".

Contudo, as forças militares, apoiadas na censura, nem sempre conseguiram impedir o que acontecia debaixo de seus olhos. Algumas editoras conseguiram trazer para o Brasil obras de referência feminista que estavam sendo publicadas na Europa e Estados Unidos. Entre estas O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, traduzida e publicada no Brasil em 1962, a qual, portanto, já circulava antes da instalação da ditadura militar. Suely Gomes Costa, professora da Universidade Federal Fluminense, em entrevista concedida a Profª Joana Maria Pedro, afirma que tomou conhecimento da obra O Segundo Sexo em português em 1962 por conselho de um professor.

> *"(...) tinha um professor extremamente inovador na época muito jovem, psiquiatra, Álvaro Aciole. E um dia o Álvaro vem com um livro da Simone de Beauvoir e diz 'leiam esse livro, aqui a de ser uma escola feminina. Vocês precisam conhecer alguma coisa sobre a condição feminina, O Segundo Sexo'. Então eu tenho a primeira edição do Segundo Sexo".*[27]

Em uma reportagem da revista VEJA de 15 de junho de 1977, que trata dos livros proibidos em território nacional pela censura, percebe-se o tratamento dado às obras estrangeiras que estavam entrando no país neste momento.

> *"'Vai ser preciso criar uma comissão de sábios nos correios', comentava desolado e irônico o historiador e professor mineiro Francisco Iglesias, a propósito das sombrias figuras que serão obrigadas a ler, por força da Portaria n.º 427, publicações estrangeiras importadas".*[28]

A reportagem continua por explicar o método mais fácil utilizado pelos censores: ficar atento aos títulos. Títulos com as palavras "marxismo", "luta" e "sexo", por exemplo, estariam automaticamente vetados. Isso responde, de certa forma, a dificuldade em encontrarmos a divulgação e a data de publicação das obras de Simone de Beauvoir durante o período ditatorial, mas isso não quer dizer que não tenham sido lidas antes deste período. Questionada em uma conferência em comemoração aos cinqüenta anos

de O Segundo Sexo de quando seria a primeira publicação da obra no Brasil, Heleieth Saffiot respondeu:

> *"De quando é a primeira edição? Eu não sei, não sei, eu tenho uma que não é a primeira, eu não sei quando saiu a primeira. Agora vamos admitir que só haja saído 10 anos depois, ainda assim lavramos um tento enorme, porque a União Soviética impediu que ele fosse traduzido. Olha, em Cuba, eu nunca vi esse livro, nunca vi; (...)".*[29]

É bem provável que outras obras de Simone de Beauvoir, talvez de títulos bem "menos sugestivos", tenham conseguido entrar no país durante o regime militar. Quem pode, inicialmente, sinalizar a leitura destas obras são as pessoas ligadas ao movimento feminista que reapareceu no Brasil em 1975, com a circulação dos primeiros jornais feministas e com a organização de encontros. Algumas destas pessoas passaram pelo exílio em países como Chile, Estados Unidos e em alguns países da Europa, e com a anistia em 1979, retornaram trazendo novas experiências, leituras e discussões, arregimentando o movimento feminista brasileiro. Outras não chegaram a ser exiladas, mas mantiveram contatos com exiladas(os) por correspondência, como é o caso das organizadoras do jornal Nós Mulheres e Brasil Mulher, que tiveram contatos com o Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris[30].

Desta forma, muitas autoras brasileiras consideradas feministas tiveram contato com obras feministas estrangeiras, e entre estas O Segundo Sexo, sendo isto constatado através das referências bibliográficas citadas em seus livros e da utilização de conceitos nem sempre devidamente referenciados. Rose Marie Muraro foi uma destas autoras. Em seu livro Libertação Sexual da Mulher, percebe-se a apropriação da obra O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir quanto ao tratamento dado a questão biológica que envolve a condição da mulher, embora a autora brasileira não faça referência direta à autora francesa.

> *"Uma vez assim entendida a posição da mulher dentro das estruturas sociais, resta-nos estudar o seu papel dentro da nova cultura. O leitor e a leitora já poderão ter percebido que os valôres da nova consciência são, antes de tudo, valôres que tradicionalmente seriam chamados de femininos (elementos não intelectivos da realidade, misticismo, comunicação, etc.). Assim, a sua simples existência já nos dá resposta ao grave problema de inserção dos valôres femininos no mundo tecnológico".*[31]

Danda Prado, auto-exilada em Paris em 1972, em seu livro Ser esposa: a mais antiga profissão, discorre sobre a questão dos papéis destinados à mulher na sociedade,

mostrando que também fez a leitura de O Segundo Sexo ao abordar a submissão a que a mulher foi condicionada.

> *"Foi só partir da obra de Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo, que as mulheres começaram a ser encaradas como indivíduos e/ou produtos de um desígnio social que as condiciona, deformando-as:*
> *'A mulher não nasce mulher, ela se torna mulher', diz ela."*[32]

Partindo desta análise, poderia ainda citar Branca Moreira Alves e Marta Suplicy. Em seu livro Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil[33], ao fazer uma análise das propostas do feminismo atual, Branca Moreira Alves resume rapidamente as questões levantadas por Simone de Beauvoir no O Segundo Sexo, dizendo que esta "extrapola as limitações de uma explicação unicamente econômica". Já em A Condição da Mulher: amor-paixão-sexualidade[34], Marta Suplicy utiliza a questão da mulher enquanto *o outro*, levantada por Simone de Beauvoir, para discorrer sobre a condição de submissão da mulher ao homem.

> *"Na primeira fase está a mulher que é extensão do outro, que ainda não tem existência própria".*[35]

Entre outras pessoas que tiveram como leitura obras de Simone de Beauvoir neste período, poderia citar ainda, Carmem da Silva[36], Jaqueline Pitanguy[37], Maria Risolete Fernandes[38], Lourdes Bandeira[39], e Sandra Azerêdo[40]. As obras mais citadas são Memórias de uma moça bem comportada e O Segundo Sexo, embora se tenha conhecimento de outras obras publicadas neste período no Brasil, como é o caso de Na força da Idade[41], Todos os homens são mortais[42], Os mandarins[43], Uma morte muito suave[44], A cerimônia do Adeus[45], A longa marcha[46], Balanço Final [47], Sob o Signo da História [48] e O sangue dos outros[49].

Muitas das pessoas que escreveram sobre Simone de Beauvoir e suas obras relacionaram-na ao movimento feminista. A importância de "Madame Beauvoir" para o feminismo é incontestável. Nas palavras de Mariza Corrêa e Maria Lygia Quartim de Moraes:

> *"Cada uma de nós, a sua maneira, se relacionava com Simone e com seus escritos de uma maneira peculiar, mas para todas nós ela tinha sido uma marca, uma influência, ainda que indireta"*[50]

> *"Simone de Beauvoir foi uma das intelectuais que mais contribuíram para o movimento feminista dos anos 70 e, nesta*

> *medida, para as profundas transformações na condição da mulher, que marcaram nosso século".*[51]

Heleieth Saffiot chama atenção para a emergência de uma pesquisa que procure perceber como foi a repercussão das obras de Simone de Beauvoir no Brasil, visto a importância da autora francesa para a formação do movimento feminista brasileiro.

> *"Agora, o que me parece importante é a repercussão desse livro fora da sociedade francesa, em outros países como o Brasil. Você vê a minha geração (...), todas passamos por esse livro, então ele foi um marco, sem dúvida nenhum, abriu muitas cabeças de quem o leu, ele foi muito importante. É um marco histórico, continua sendo e esse reconhecimento, as reverências foram feitas ainda que se fizessem críticas – sempre se faziam reverências porque ela continua sendo uma referência e também há que se atentar para sua precocidade. Naquele momento, o livro foi fundamental e continuou sendo por muito tempo".*[52]

Desta forma, este trabalho traz os resultados de uma primeira pesquisa a respeito da repercussão das obras de Simone de Beauvoir no Brasil, comprovada através de estudos e leituras realizadas no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990. Observamos que os estudos referentes à Simone de Beauvoir, e mesmo suas obras, eram momentaneamente retomados à discussão, seja nas edições comemorativas a respeito de O Segundo Sexo ou citados em obras de autoras(es) identificadas(os) com o feminismo.

---

[1] Mestranda em História Cultural - Universidade Federal de Santa Catarina.
[2]
[3] As feministas e as mulheres. VEJA, São Paulo: Editora Abril. N. 355, p. 65, 25 de junho de 1975.
[4] Idem, p. 64.
[5] FERREIRA, Verônica Clemente. Entre Emancipadas e Quimeras – Imagens do Feminismo no Brasil. In: CADERNOS AEL/ Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. n. 3/4 (1995/1996). Campinas, SP: AEL, p. 181, 1995/1996. Semestral.
[6] FRIEDAN, Betty. A Mística Feminina. Petrópolis: Vozes, 1971.

[7] FREITAS, Ronald de.Guerra às panelas: o trabalho caseiro, símbolo da opressão que ainda não chegou ao Brasil.VEJA, São Paulo: Editora Abril, p. 03, 21 de abril de 1971.
[8] CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O Segundo Sexo*. In: Cadernos Pagu, Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, p. 37-53, 1999.
[9] Idem, p. 45.
[10] BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Vol.1. 4ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
[11] MORAES, Maria Lygia Quartim de. Simone de Beauvoir e o amor americano (Um tributo a Simone de Beauvoir). In: Cadernos Pagu, Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, p. 93-101, 1999.
[12] SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. In: Cadernos Pagu, Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, p. 157, 1999.
[13] CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O Segundo Sexo*. Op. Cit., p, 49.
[14] CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O Segundo Sexo*. Op. Cit., p, 38.
[15] PASSOS, Elizete. O Existencialismo e a condição Feminina. In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Coleção Bahianas, n.5. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM:FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 42.
[16] BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Vol 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 09.
[17] SCHWARZER, Alice. Simone de Beauvoir hoje. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 30-31.
[18] Idem, p.40.
[19] Idem, p. 70.
[20] GALVÃO, Walnice Nogueira. Três facetas de uma escritora. In: Cadernos Pagu, Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, p. 66, 1999.
[21] Ver, a este respeito, CARDERNOS PAGU, Campinas, SP. Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, n. 12, 1999, e MOTTA, Alda B. da; SANDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Coleção Bahianas, n.5. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM: FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 2000.
[22] ROMANO, Luiz Antonio Contatori. A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960.Campinas: Mercado das Letras, 2002.
[23] SARTRE, Jean-Paul. Sartre no Brasil: a conferência em Araraquara. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1986, p. 12.
[24] As datas são referentes ao ano em que as obras foram publicadas na França, sendo extraídas da biografia de Simone de Beauvoir. Ver, a este respeito, FRANCIS, Claude; GONTIER, Fernand. Simone de Beauvoir. Tradução de Oswaldo Barreto. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
[25] PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 42.
[26] Ver, a este respeito, PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003, p. 265-309.
[27] Entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro em 17 de fevereiro de 2004, em Florianópolis/SC.
[28] VEJA, n.458. São Paulo: Editora Abril, p. 120, 15 de junho de 1977.
[29] SAFFIOTI, Heleieth. O Segundo Sexo à luz das Teorias Feministas Contemporâneas. In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Coleção Bahianas, n.5. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM:FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 37.
[30] PINTO, Céli Regina Jardim. Op. Cit., p. 52-66.
[31] MURARO, Rose Marie.Libertação Sexual da Mulher. 2 ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971, p. 138.
[32] PRADO, Danda. Ser esposa: a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 16.
[33] ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 185-186.
[34] SUPLICY, Marta. A Condição da Mulher: amor – paixão – sexualidade. Artigos. 2 ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[35] Idem, p. 27.
[36] CIVITA, Laura Tves (Org.).O Melho de Carmen da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
[37] ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.
[38] Em entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, em 28 de novembro de 2003, Maria Risolete Fernandes afirma ter lido o livro O Segundo Sexo, A convidada, entre outros, no início da década de 80.
[39] Entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, em 28 de novembro de 2003, afirma ter lido Memórias de uma moça bem comportada.
[40] Em entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, em 28 de novembro de 2003, Sandra Azerêdo afirma ter lido na década de 60 Memória de uma moça bem comportada e O Segundo Sexo.
[41] BEAUVOIR, Simone. Na força da idade II. Tradução de Sério Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
[42] BEAUVOIR, Simone de. Todos os homens são mortais. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
[43] BEAUVOIR, Simone de. Os mandarins. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
[44] BEAUVOIR, Simone de. Uma morte muito suave. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
[45] BEAUVOIR, Simone de. A cerimônia do adeus: seguido de entrevistas com Jean-Paul Sartre, agosto-setembro 1974. Tradução de Rita Braga. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
[46] BEAUVOIR, Simone de. A longa marcha. Tradução de Alcântara Silveira. Série: Biblioteca temas modernos. São Paulo: IBRASA, 1963.
[47] BEAUVOIR, Simone de. Balanço Final. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
[48] BEAUVOIR, Simone de. Sob o Signo da História. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
[49] BEAUVOIR, Simone de. O sangue dos outros. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
[50] CORRÊA, Mariza. In: Cadernos Pagu, Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, p. 07-10, 1999.
[51] MORAES, Maria Lygia Quartim de. Simone de Beauvoir e o amor americano (Um tributo a Simone de Beauvoir). Op. Cit., p. 93.
[52] HELEIETH, Saffiot. O Segundo Sexo à luz das Teorias Feministas Contemporâneas. In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Coleção Bahianas, n.5. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM:FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 35.

Duas Visões Brancaleônicas da Idade Média Italiana[1]

João André Brito Garboggini – PUCCAMP

O Filme sobre a História da Itália

A primeira projeção pública de um filme narrativo na Itália ocorreu em Roma em 1905 com a exibição de *La Presa di Roma*, dirigido por Filoteo Alberini[2], um dos primeiros responsáveis por realizar projeções cinematográficas em Roma e talvez na Itália. Esta exibição foi promovida pelo diretor italiano, para comemorar os trinta e cinco anos da tomada de Roma, em 1870, último capítulo da unificação italiana, no período conhecido como *Risorgimento*. *La Presa di Roma* retratava o fato histórico e iniciava um gênero constante do cinema italiano: o filme dito histórico, que aspirava recuperar imagens de uma época.

Nesta toada, o cineasta italiano, Alessandro Blasetti[3], afirmou em 1939 que *um filme histórico pode ressuscitar momentos perfeitamente análogos aos que vivemos, ou se referem evidentemente ao presente em que nós abolimos os séculos passados; e destas analogias e destas referências podem brotar informações e idéias ou conhecimentos capazes de exercer e de reforçar a consciência popular de hoje.*[4]

Em 1941, Carlo Benari, crítico e colaborador da revista *Bianco e Nero*[5], refere-se a reconstituição histórica colocando que *o filme histórico deve ser entendido como um empreendimento crítico, ele deve se propor a esclarecer ao público sobre estes períodos da história a propósito de julgamentos errôneos que as pesquisas recentes não conseguem modificar. Não quero sustentar que o cinema deva ser o conservatório da história nacional, nem que deva se consagrar à historiografia. Mas quando ele se atribui a responsabilidade de representar um período da história nacional...é um direito que ele ambiciona...deve um maior respeito às últimas aquisições da pesquisa histórica.*[6]

Na Itália, o filme sobre temas históricos acabou criando uma certa tradição, que vem desde o seu nascimento, difundindo na platéia, via de regra, a grandeza da nação. Isto

permite levantar a possibilidade de engrandecer uma consciência nacional por meio do cinema, o que pode conduzir a um ufanismo revelador de intenções doutrinárias e propagandísticas de algum regime político. Este é o caso de filmes italianos sobre temas históricos rodados no período fascista[7]. Eles procuravam associar a imagem de Mussolini a grandes heróis da história italiana[8] e do povo italiano a seus antepassados heróicos e geniais. Pela reconstituição minuciosa de detalhes cenográficos e de figurinos, esses filmes sobre eventos históricos, satisfaziam a vocação profunda do povo italiano de se realizar[9]. Tais filmes sobre o caráter histórico, realizados sob o fascismo enfatizavam uma grande preocupação, assim como a crítica da época, com um caligrafismo[10] dos elementos da encenação, mostrando preocupações formalistas de fidelidade a um determinado período histórico.

Segundo Jean A Gili *18 filmes passados nos séculos XVII e XVIII, 28 no século XIX, 22 na Belle epoque - , devem ser compreendidos como um desejo de se refugiar em uma idade do ouro e como uma memória onde "a minúcia dos detalhes, a conformidade nos trajes, nos cenários, nos hábitos de um outro tempo podem não ser mais que uma garantia suplementar de mudança de costumes, um signo graças ao qual o espectador reconhece que há verdadeiramente mudado o século".* [11]

A Idade Média, um período não muito edificante do que se considera a história nacional italiana deveria ser posta de lado. Assim, os filmes italianos sobre o Renascimento procuravam relacionar a Idade Média com uma "Idade das Trevas" que antecedeu a instalação do regime fascista. Dessa forma, a Idade Média seria identificada com a Primeira Guerra e a Grande Depressão do final de 1920, transformando o ideal almejado de uma Itália Fascista em um novo Renascimento Italiano. Criava-se um certo paralelismo entre épocas de grandeza e decadência da história italiana e isto era popularizado através do cinema.

Germana Gandino ao analisar a Idade Média nos filmes do período fascista diz que *através da representação cinematográfica dos heróis e dos gênios italianos, presume-se sempre mais o prestígio italiano no mundo e sempre é trazida à memória dos*

estrangeiros, a grandeza do espírito italiano nos séculos passados presentes e futuros. É justamente dentro do gênero "grande biografia histórica" que encontramos dois filmes muito representativos: Condottieri, de Luigi Trenker (1937) e Ettore Fieramosca de Alessandro Blasetti (1938).[12] Tais filmes italianos sobre biografias de heróis da história italiana, principalmente dos *condottieri*[13] renascentistas, procuravam estabelecer uma retórica da volta a um passado tradicional[14], que mostrasse apenas o lado mais nobre da história italiana, aproximando-o do momento histórico instituído pelo regime fascista e, de certa forma justificando suas investidas militares e conquistas colonialistas ao norte da África[15], que levariam a Itália a uma nova guerra mundial.

Exemplos como esses exaltam heróis italianos do período renascentista como um esforço maior para o qual se identificasse um antecedente histórico, ao termo do qual se reconhecesse imediata e precisamente a figura de Mussolini.[16] Filmes nos quais era ressaltada a imagem beligerante de seus protagonistas como bravos heróis, capazes de restaurar o prestígio da nação italiana.

De Mussolini a Brancaleone

O filme *L'Armata Brancaleone* realizado em 1966, sob a direção de Mario Monicelli, pode ser visto como uma epopéia cômica[17] cinematográfica do povo italiano. Sob a liderança de Brancaleone, um exército precário, uma espécie de microcosmo do povo italiano defronta-se com diversos desafios episódicos antes de atingir sua conquista final. Nessa travessia do Exército de Brancaleone revela-se pouco a pouco uma cortina de retalhos cultural do que seria a sociedade medieval na Península Itálica.

Brancaleone da Nórcia encarna, no avesso, a figura do cavaleiro heróico, que aparece nos diversos filmes italianos de caráter histórico. Esses filmes sempre procuraram construir personagens que fossem referência à grandeza histórica da Itália, não somente nos filmes citados anteriormente, mas também em *Scipione l'Africano* (1937) de Carmine Gallone, uma super produção que resgata o tema da romanidade e das batalhas contra Cartago.

A historiadora Cristiane Nova divide o filme sobre o histórico em duas grandes categorias: os documentários e os não-documentários. *L'Armata Brancaleone* evidentemente está inserido na categoria dos não-documentários. Trata-se de uma trama ficcional, possível de ser analisada de acordo com as subcategorias que a historiadora propõe para o filme não-documental. Nessas subcategorias encontra-se a Biografia Histórica, que para a autora *trata-se dos filmes que se debruçam sobre a vida de um indivíduo e as suas relações com os processos históricos. Na maior parte dos casos, esses filmes se limitam à abordagem da vida dos chamados "grandes homens", ou seja, aqueles indivíduos destacados pela historiografia escrita e, principalmente a tradicional.*[18]

É perceptível em *L'Armata Brancaleone*, uma intenção de desmontar esse tradicionalismo heróico que caracterizou o cinema fascista de caráter histórico. O filme de Monicelli junta uma variedade de imagens sobre o período medieval e procura demonstrar em alguns de seus episódios uma preocupação formal, sobretudo na composição dos figurinos das personagens da nobreza, que remete à inflação ornamental da cinematografia fascista. Contudo, *L'Armata Brancaleone* esgarça esse formalismo, contrapondo aos elementos decorativos presentes no filme, um desfile de personagens esfarrapadas.

A formação de um exército de marginais maltrapilhos de diferentes origens cria um microcosmo do universo caótico que caracterizava a região da Península Itálica no período medieval. Essa diversidade cultural, mostrada no filme, cria um dialeto[19] vulgar fictício, dialogando com os diversos idiomas que giram em torno daquele exército, além de procurar o avesso do ideal fascista de unificar o país, impondo uma única língua italiana, em detrimento dos inúmeros dialetos característicos da cultura do povo italiano.

O Exército Brancaleônico não possui nada do preceito fascista de um povo em ordem, militarizado, mas possui a forma de um exército de massa, que está sempre em busca de sua identidade. Somando-se a isso a utilização de cenários adaptados, com o aproveitamento de ruínas, bem como a construção de um figurino que extrapola o realismo, suplanta a necessidade de uma identidade medieval única e, com isso promove uma desmontagem do ideais ufanistas presentes nas imagens do caligrafismo do cinema do

regime fascista. *L'Armata Brancaleone* estaria reconstruindo os elementos morfológicos e sintáticos que modulam a verossimilhança das imagens cinematográficas medievais referentes à história da formação da cultura italiana e, ato contínuo, dialoga diretamente com o cinema do regime fascista.

O nome Brancaleone refere-se a uma personagem da história italiana do século XVI e, talvez tenha sido escolhido por Monicelli com o objetivo de instaurar uma relação entre os *condottieri* históricos e heroicizados de seu país e o cavaleiro decadente de seu filme. Essa personagem da história italiana, conhecida como Brancaleone, ou seja, Giovanni De Carlonibus, dito Brancaleone, foi um dos treze cavaleiros italianos que em 1503 combateram contra cavaleiros franceses para defender a honra do seu "povo" numa batalha ocorrida na *Puglia*, conhecida como *la Disfida de Barletta*[20]. Sabe-se que, ao participar do duelo contra os franceses, no qual deveriam combater treze cavaleiros de cada lado, Brancaleone foi um dos representantes da região do *Lazio* e teve como seu comandante um certo Ettore Fieramosca.

Assim como o Brancaleone fílmico é originário da Nórcia, o Brancaleone histórico combateu na *Disfida di Barletta*, como representante de Roma ou de Genazzano, todas elas localizadas no *Lazio*. Essa referência à região de origem das duas personagens, junta-se à sua relação com *Ettore Fieramosca*, outra personagem da história italiana, que foi transposta para o filme por Alessandro Blasetti em 1938. Este filme de Blasetti estaria incluído no conjunto de filmes sobre a história da Itália realizados no período do fascismo, ou seja, seria um representante daquele cinema de ufanismo idealizado.

Dessa maneira pode-se pensar uma relação paródica do Brancaleone de Monicelli para com o Ettore Fieramosca de Blasetti, a partir do Brancaleone e do Ettore Fieramosca históricos e, assim, associar enfim a figura de Brancaleone à de Mussolini. Uma associação, induzida através da sátira, entre as desastradas manobras militares do Exército de Brancaleone e o próprio exército da Itália na Segunda Guerra Mundial, liderado por um Benito Mussolini, que sonhava com a possibilidade de ser um comandante vitorioso em uma grande guerra.

Brancaleone e seu exército, portanto, estariam achincalhando a imagem de culto à personalidade cultivada pela propaganda do regime fascista, concordando com uma certa visão difundida de que o exército italiano na II Guerra Mundial era mal armado e mal treinado, além de ter uma grande carência de organização e de ciência militar[21].

Do Literário ao Fílmico

Além de ser associado à imagem de Benito Mussolini, em um dado nível de significação, Brancaleone, é apresentado numa ambientação histórica fictícia, procurando forjar características históricas relativas a cavaleiros que se tornaram personagens legendárias na história do século XVI, como acontece nas narrativas literárias medievais da Canção de Gesta[22] e do Ciclo de Romances Corteses da Távola Redonda[23] do Rei Artur, nas quais suas personagens centrais teriam características histórico-lendárias que as faria pairar sobre o histórico, com a intenção de se inventar um mito fundador capaz de realizar algum feito heróico de tal grandeza que se situa no limite entre o real e o lendário.

A literatura cavalheiresca, da qual o filme de Monicelli se apropria para erguer sua narrativa fílmica provem dos séculos XII e XIII. Inicialmente com as Canções de Gesta, transmitidas oralmente por artistas nômades, os jograis, que cantavam seus versos em aldeias, feiras, castelos, peregrinações ou quaisquer lugares onde houvessem aglomerações[24]. Seus primeiros manuscritos datam dos séculos XII e XIII e representam uma transição paulatina da oralidade para a escrita, tem como obra significativa a *Chanson de Roland*.

A narrativa marcial e coletiva da Canção de Gesta norteia a ética cavalheiresca e está ancorada em um poema ou conjunto de poemas com conteúdos relativos a personagens e ou fatos históricos possivelmente marcados pela lenda e pela oralidade, elaborando diversas versões para uma mesma estrutura narrativa. A temática dessa primeira literatura medieval em língua vernácula constituiu-se, principalmente, em torno do mito fundador do Imperador Franco, Carlos Magno, personagem histórica, mas que adquire contornos lendários e passa a representar um ideal cavalheiresco. Os ciclos das gestas

iniciam-se como conseqüência de ciclos anteriores e resultam em outros ciclos, que obedecem uma seqüência linear e tratam a História como uma série de eventos articulados numa sucessão de ciclos.

No filme de Monicelli, as imagens parecem rudes e embrutecidas, como que procurando referir-se a uma Idade Média voltada para os elementos pertencentes à terra, que ao procurar reproduzir ambientes rústicos, aproxima-se da Canção de Gesta, quando procura recriar através da ficção, sintetizar no grupo que acompanha Brancaleone, uma imagem fundadora, um microcosmo daquela cultura "italiana".

As aventuras episódicas do filme de Monicelli remetem às diversas manifestações da literatura cavalheiresca medieval, mas de maneira clara associa-se ao D. Quixote, por se tratar de uma sátira ao romance de cavalaria medieval que, colocando o gênero como literatura ultrapassada, instaura, através da linguagem cinematográfica, uma paródia aos gêneros literários medievais. A proximidade entre o herói de Cervantes e o herói de Monicelli está nessa estrutura episódica, que coloca o herói frente a um problema que não tem capacidade de resolver e acaba se dando mal.

Dessa forma em *L'Armata Brancaleone*, há uma inversão dos valores criados pela literatura cavalheiresca medieval. Brancaleone e seus guerreiros estapafúrdios lutam para conquistar seus objetivos, mas sua luta é vã, visto sua falta de recursos para ambicionar a instituição militar a que se propõem.

Há aqui, num entrelaçamento do cômico com elementos de uma representação histórica criada a partir de cânones literários. Associando o histórico à comédia, *L'Armata Brancaleone* recupera duas vertentes do cinema italiano, que são pedras de toque para a construção do ambiente fílmico, onde não há o abandono do cômico em função do histórico, mas sim uma espécie de fusão.

---

[1] Excerto da dissertação de mestrado *Uma Viagem Brancaleônica pela Idade Média*, apresentada no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas em Fevereiro de 2004.
[2] BERNARDINI, Aldo, *Cinema Muto Italiano – Vol. II*. Ed. Laterza: Bari, 1981, p. 26.
[3] A definição do pai do nosso cinema (Alessandro Blasetti) é a mínima que lhe pode ser atribuída: foi o próprio Blasetti, de fato, em 1932 (tendo apenas 32 anos de idade, ...) a instituir aquela que vem batizada a *"Scuola Nazionale de Cinematografia"*, onde em seguida ele mesmo terá a oportunidade de lecionar as disciplinas de base (direção, encenação, recitação).(...) Entre um filme de propaganda e outro, em 1933, em pleno regime

fascista, lhe vem concedida a oportunidade de rodar o seu *"1860"*, com livre utilização dos dialetos nacionais. Dois anos depois, em *Cinecittà*, sob sua indicação/orientação, foram projetados os maiores e mais famosos estúdios, como o nº5 e o nº15. Contemporaneamente à realização do documentário *"Caccia alla volpe nella campagna romana"*, onde pela primeira vez na Itália se utiliza a película Technicolor, dá início a uma trilogia histórico-aventurosa: *"Ettore Fieramosca"* (1938), *"La corona di ferro"* (1940) *"La cena delle beffe"* (1941) - *in* Alessandro Blasetti – *In* www.activitaly.it/immaginicinema/blasetti.htm, capturado em 08/07/02.

[4] BLASETTI, Alessandro, *Cinematografo storico e documentario*. *Apud* GANDINO, Germana, *Le Moyen âge dans le cinema fasciste, un territoire évité*. *In Les Chiers dela Cinemateque (Le Moyen Age au Cinema)***,** n. 42-43, p. 134.

[5] Bianco & Nero é uma publicação da *Scuola Nazionale di Cinema*, antigo *Centro Sperimentale di Cinematografia*. *In* www.snc.it, capturado em 18/10/02.

[6] GANDINO, Germana, *Op. Cit*., p. 134.

[7] "a única tentativa de associar fascismo e romanidade é representada por *"Scipione, l'africano"*(1937) de Carmine Gallone, no qual a imagem do General romano é associada à de Mussolini. Com este filme redundante e verborrágico – Scipião faz continuamente discursos a suas legiões – se abre e se fecha a analogia romanidade/fascismo no cinema. *in* GANDINO, Germana, *Op. Cit*.., p. 134.

[8] PALOELLA, Roberto, *Conquista dello spazio nella storia del film. Apud* GANDINO, Germana, *Op. Cit*., p. 134.

[9] *In* GANDINO, Germana, *Op. cit.*, p. 133.

[10] A caligrafia é a arte de bem formar os caracteres, de traçar uma escritura dotada formalmente de propriedades estéticas. Foi a crítica italiana do início dos anos 1940 quem forjou o termo "caligrafismo para designar uma corrente estética diferente do neo-realismo. (...) Os filmes dessa corrente são caracterizados por uma pesquisa estética muito formalizada e pela recusa dos temas do cotidiano em prol de temas históricos situados no século XIX, ou então da *Belle Époque* – daí uma superabundância dos elementos decorativos; bordados, rendas, chapéus altos e espelhos. AUMONT, Jacques e MARIE, Michel, *Dicionário Teórico e Crítico de Cinema*. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 40.

[11] Pierre Sorlin – *Clio à l'écran, ou l'historien modern dans le noir*. *Apud* GANDINO, Germana, *Op. cit.*, p. 134.

[12] GANDINO, Germana, *Op. Cit.*, p. 136.

[13] MALLET, Michel, *O Condottiero*. *In* GARIN, Eugenio (direção de), *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. pp. 40-41.

[14] HOBSBAWN, Erich, *A Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 121.

[15] HOBSBAWN, Erich, *Op. cit.* p. 147.

[16] BRUNETTA, Gian Piero, *Storia del Cinema Italiano, 1895-1945*. Roma: 1979. p. 398. *Apud* GANDINO, Germana, *Op. cit*. p. 136.

[17] HUTCHEON, Linda, *Uma Teoria da Paródia*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.p. 63.

[18] NOVA, Cristiane, *O cinema e o conhecimento da História*. *In* Olho na História, N. 3. *In* www.ufba.br/~revistao, capturado em 27/04/01. p.3.

[19] Desde o "dialeto" falado pelos personagens (uma mistura de italiano arcaico com o vernacular) até os combates travados, tudo no filme é perpassado pelo sentimento do grotesco. SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel, *O Império do Grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 92.

[20] Durante as guerras entre franceses e espanhóis, Barletta foi teatro de vários eventos belicosos, entre os quais a célebre *Disfida di Barletta* (13 febbr. 1503) entre treze cavaleiros italianos e treze cavaleiros franceses, terminada com a vitória dos primeiros, conduzidos por Ettore Fieramosca. BERTARELLI, L.V., *Guida D'Italia della Consociazione Turistica Italiana: Puglia*. Milano: Unione Tipgrafica, 1940. p. 148.

[21] PECCIANTI, Maria Cristina, *Storie della Storia d'Italia*. Firenze: Manzuoli Editore, 1988. p. 112.

[22] Desta época existem três grandes poemas épicos nacionais, sempre referentes às etnias germânicas: a Canção de Rolando dos francos, *El Cantar de Mio Cid* dos visigodos, a Canção dos Nibelungos dos borgúndios. VASSALO, Lígia (tradução), *A Canção de Rolando*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.p. 5.

[23] TROYES, Chrétien, *Romances da Távola Redonda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 26.

[24] VASSALO, Lígia (Tradução), *Op. cit*. p. 4.

A Cidade e a História: Vila Bela da Santíssima Trindade Antemural da América Portuguesa

João Bosco da Silva – PPG-UFMT

A cidade vem exercendo um certo fascínio sobre os pesquisadores. Como afirma Maria Stella M. Brescianni, *as cidades são antes de tudo uma experiência visual* [...] *é uma produção social* [...][1], na qual os *traçados de ruas,* [...] *os vazios das praças cercados por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço*[2] é que dão vida aos territórios, é ali que se desenrolam as tramas e fatos humanos.

O objetivo deste texto é destacar a interrelação entre história e cidade, tendo como parâmetro a Vila-Capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, visando demonstrar como a mesma foi pensada e edificada em um momento de turbulência política entre e coroa portuguesa e a coroa espanhola.

A busca da cidade ideal tem sido meta de todos aqueles que procuram desenvolver projetos que visem à melhoria da qualidade de vida de moradores, tornando-se a principal causa da existência do espaço urbano, visto que esse espaço não se faz por si mesmo. É da relação entre os seres humanos que nele vivem, trabalham, amam, tem lazeres e prazeres, que sobrevive. Portanto *a cidade é o espaço onde a experiência da vida coletiva é mais intensa, onde a cidadania* [...] *regula e se faz presente nas regulações do poder.*[3]

Para Mumford, o nascimento da cidade está interligado ao aparecimento da escrita, em que as aldeias primitivas aos poucos foram dando lugar a centros urbanos com leis específicas que regulamentavam o viver do ser humano, passando com isso a ser um símbolo de possibilidade de organização política e social. *Utopia foi uma parte integrante da constituição*

original da cidade, precisamente porque tomou forma no início, como uma projeção ideal, como uma representação do cosmo, um meio de trazer o céu a terra.[4]

Ele argumenta que inicialmente a cidade existe como uma utopia, não como algo impossível de se realizar e sim como um modelo ideal. Daí a comparação da cidade com o cosmo, no qual tudo ocorre com perfeição e harmonia. Esse modelo de perfeição é retomado com a Renascença, em que a chamada Revolução Urbana eclodiu e transformou os ambientes europeus.

O ser humano nestes novos ambientes urbanos deveria unir seu conhecimento intelectual ao progresso tanto econômico, quanto político, social e cultural com intuito de afastar deles toda e qualquer forma ignorante de pensar e agir. O movimento da Renascença vangloriava não só a beleza do saber, mas também a beleza estética materializada nas formas arquitetônicas das edificações urbanas.

Com o Iluminismo, no século XVIII Portugal e todo seu império colonial foram atingidos pela maneira de planejar e edificar ambientes urbanos saudáveis. Espalha-se, então pela América Portuguesa, especialmente a partir da segunda metade daquele século, projetos urbanísticos planejados sob régua e compasso. E é nesse contexto que Vila Bela da Santíssima Trindade, surgida para ser a Capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, deve ser entendida e estudada. A nova Vila-Capital edificada no extremo Oeste das terras portuguesas na América do Sul, responde, por um lado a questões da política de demarcação de território e, por outro aos parâmetros urbanísticos que Portugal levava então.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi planejada e edificada por D. Antônio Rolim de Moura que a governou entre 1748-1765, com todo aparato para ser a Vila-Capital. Sua edificação era a representação maior da posse da coroa portuguesa no extremo oeste do Mato Grosso. Entretanto, Rolim de Moura, talvez atentando particularmente às questões de fronteira, a edificou muito próximo ao rio Guaporé. Isso fez com que a Vila-Capital sofresse com os infortúnios das cheias guaporeanas, tornando-se uma cidade insalubre.

Logo que a Vila-Capital começou a ser edificada, a vida de seus moradores passa a ser regulamentada por um minucioso código de posturas, contidos nas suas Posturas Municipais, colocadas em prática a partir de 1753[5].

D. Antonio Rolim de Moura Tavares, o primeiro governador e capitão general da capitania de Mato Grosso elegeu o lugar em que seria edificada a Vila-Capital por ter um clima menos doentio que dos arraiais [refere-se aos antigos arraiais mineradores, localizados na serra de São Vicente, local onde se deu início a colonização da região denominada Mato Grosso].

Afonso Veiga (2001) afirma que além de e*star quase na margem do Guaporé,* e por isso [...] *ser defensível, ter campos com pastos para os animais dos moradores, capões abundantes de lenha e mesmo de madeira, ter na sua proximidade, grandes matas onde se podiam fazer estabelecimentos de lavoura*[6]*,* tornava este local perfeito para ser Vila-Capital.

E Rolim de Moura encontrou no local onde seria a futura sede do governo da capitania de Mato Grosso e Cuiabá *tudo o que uma vila precisava: boa água,campos, florestas e via de comunicação esplêndida. A tendia em tudo aos requisitos reais e ficava à beira do Guaporé.*[7]

Em 19 de março de 1752 a Vila-Capital começa ser erigida e passa a ter o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade. De acordo com Provisão Régia de 5 de agosto de 1746, vários incentivos foram dados às pessoas que optassem por fixar moradia ali, entre os quais pode-se citar: *Pagamento de meio quinto ou meia capitação, não pagamento dos direitos de entrada e o não pagamento dos dízimos por tempo de doze anos, não execução por divida contraídas fora da vila e de seu distrito dentro de três anos.*[8] A coroa portuguesa de tudo fez para que as pessoas fossem se estabelecer na Vila-Capital e com assim garantir a posse efetiva da região para os lusitanos. Visto que de acordo com o tratado de limite de 1492, estas terras pertenciam oficialmente à coroa da Espanha, por isso e*ra importante para os portugueses a criação de uma vila no Extremo Oeste que auxiliasse o povoamento.* [...] *No início, a vila se resumia a um tronco de piúva, servindo de pelourinho. Fincado no meio do descampado, sinaliza o centro da futura praça.* [...] [9].

Como parte da política urbanística setecentista a edificação de Vila Bela da Santíssima Trindade na fronteira com as terras de Castela constituía uma vitória e representação de poder do Estado luso no extremo oeste da América portuguesa, pois segundo Maria Fernanda Bicalho (1998) a*s cidade e vilas colônias tornaram cenários privilegiados da dinâmica do poder do Estado metropolitano nos territórios, principais centros urbanos, palco físico e simbólico das estruturas do poder político e econômico da Metrópole, espaço de sua plena visibilidade e ao mesmo tempo lugar no qual nada deveria escapar à sua ação e controle.*[10]

Em 1772, chega a Mato Grosso e Cuiabá o 4º capitão general e governador da capitania, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, militar de carreira, pessoa de confiança da coroa portuguesa, especialmente do marquês de Pombal. Ele, como outros capitães generais que o antecederam[11], traz consigo 'Instruções' de como proceder para bem governar a capitania.

Por ter sido edificada muito próxima ao Guaporé, a Vila-Capital possuía alcunha de pestilenta e doentia. Entre seus projetos, pretendeu o 4º capitão general e governador da capitania do Mato Grosso e Cuiabá, redimensionar o perímetro urbano da vila, fazendo com que as novas construções fossem levantadas o mais longe possível do rio Guaporé, pensando assim numa maneira prática de salubridade.

O projeto político de planificação de ambientes urbanos português teve seu período de auge no decorrer Era Pombalina, mas é perceptível tal projeto bem antes do período do seu ministério, já no governo de D. João V, se vê projetos urbanÍsticos como a Vila de Mocha (1716) na zona do Piauí.[12] Portanto, *as reformas praticadas por Pombal não impuseram rupturas ou mudanças significativas no processo de planificação português, mas ao contrário, representaram um desenvolvimento lógico dos objetivos colonizadores.*[13]

A planificação das vilas e cidades, no império colonial português, durante o governo de D. José I, e seu ministro Marquês de Pombal, objetivava ter maior controle sobre as pessoas que habitavam em espaço urbano e, transformando-os em verdadeiros lugares de colonização

lusitana, buscava com isso, garantir, frente à Coroa Espanhola posse e o uso do espaço, transpondo para o mundo colonial toda arte de edificar e construir ambientes urbanos.

Diferente da ação colonizadora espanhola, que procurou desde o principio edificar ambientes urbanos planificados, até o século XVII, Portugal mantinha a tradição de ruas em ladeiras tortuosas e íngremes, formando labirintos intricados e irregulares, e edificando casarios em pequenos espaços. Só no século XVIII implantaram novos padrões urbanos nas regiões do centro na fronteira do extremo oeste, busca com essa atitude organizar e controlar os espaços planificados. Pois, as futuras povoações teriam de se submeter a um planejamento urbano.[14]

Pode-se considerar este mesmo século, especialmente durante o ministério pombalino, como o século da consolidação da tradição portuguesa de cidades de caráter geométricos, regulares e planejadas. Por todos os lados vê-se da América portuguesa, encontra-se noticia de funcionários do estado português criando novas vilas.[15]

Vila Bela nasce sob a essa ótica da filosofia do planejamento e edificações urbanas do século XVIII, cujo uso racional do espaço deveria representar uma postura política. A praça, as ruas retas entrecortadas, o uso racional do perímetro urbano, as edificações públicas em espaços estratégicos eram o exemplo típico dessa arte de bem construir, como também os habitantes dessas vilas e cidades deveriam seguir normas e regras para edificar suas residências, pensando no decoro que melhor estivesse adequado aos espaços urbano. Modelos de espaço urbano ideal, as vilas e cidades planificadas representavam a vitória da ordem e do controle sobre as ocupações casuais que a elas antecederam.

Primeiro aglomerado urbano planificado no extremo oeste de Mato Grosso, não a única e nem a primeira, Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso guardava em si especificidades indeléveis, pois servia de sede política de uma das mais ricas capitanias da América portuguesa. Além disso também era antemural de toda a colônia, já que fazia fronteira com terras da coroa espanhola.

Vila Bela, os arraiais e povoados da Repartição de Mato Grosso em 1772, ano da chegada de Luis de Albuquerque, era habitada por cerca de 4.200 pessoas, sendo em sua

maioria homens entre 16 e 50 anos – quase 2.377, e 18,5% de mulheres. O contingente feminino, era, portanto bem menor; o total de mulheres entre 15 e 50 anos não chegava a 528[16]. Vale salientar também que a Vila-Capital era um lugar visivelmente mestiço, pois 2/3 de seus habitantes eram negros, índios e mulatos. Estes eram quem ocupavam as mais diversas funções na vila, trabalhando como pedreiros, barbeiros, ambulantes, domésticos, entre outras atividades. Por sua vez, a população branca que representava 1/3 do total dos habitantes, se dedicava ao comércio e à mineração ou exercia funções ligadas a órgãos governamentais.

Em termos de estrutura urbana Luiz de Albuquerque encontrou na Vila-Capital, além igreja da Matriz, mais duas capelas, a de Santo Antonio e a de Nossa Senhora Mãe dos Homens ou do Carmo, e quatro capelas sucursais localizadas nos arraiais mineradores próxima a Serra de São Vicente. Eram as capelas de *São Francisco Xavier da Chapada, distante 10 léguas; a de Nossa Senhora do Pilar, a igual distancia; a de Santana, 12 léguas distante, e a de São Vicente, a 19 léguas. Nesta ocasião as igrejas das antigas localidades de Lamego e Leonil já se achavam abandonadas, por falta de sacerdotes.* [17]

Aliás a ausência de religiosos era sentida também na própria Capital, pois como bem nos demonstra Leverger, mesmo a Matriz daquela Vila: *Desde de sua fundação achava-se servida por párocos encomendados. O seu rendimento excedia a cinco mil cruzados pouco mais ou menos.*[18]

Isto, entretanto não significou a ausência do poder religioso sobre a população vilabelense, como em outras localidades coloniais lusitanas, ali também, o tempo era regulamentado de acordo com as regras da Igreja visto que era essa instituição que direcionava a hora de abrir e chegar às tavernas e casas comerciais, por exemplo as tavernas não poderiam abrir depois da Ave Maria, ou seja, todas deveriam fechar às dezoito horas.

A praça central da vila abrigava os diversos edifícios públicos, tais como a Matriz, Casa da Câmara, Cadeia, Casa de Fundição e Real Fazenda.

Na Vila-Capital, quando da chegada do 4º capitão general os preços dos produtos eram super faturados, levando-o a proibir, em 1773, que*os vendilhões abusassem da sua posição para vender seus genros por exorbitantes preços.*[19]

Com referência à segurança, era um tanto quanto precária, já que [...] *a sua defesa consiste na sua situação, nos rios que lhe serve de barreira, nos bosques e pantanais que o circundam, e finalmente num sertão de 50 léguas, incultos e quase desconhecido que o separa da Província de Chiquitos*[20]*.* Portanto, a Vila-Capital que o 4º capitão encontrou era pouco guarnecida, valendo-se mais da própria natureza do que de um aparato militar e, para completar a situação, a pouca tropa que havia sido deixada por Luis Pinto de Souza Coutinho, antecessor de Luis de Albuquerque - de acordo com o artigo 13º das 'Instruções', era insolente, indisciplinada e não respeitava as regras impostas.

Em carta que dirigiu em 1773 ao secretário do Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, Luis de Albuquerque queixava-se a*s Ordenanças* [...] *desta vila consiste em alguns centos d'homens, de que apenas uma sexta ou sétima parte serão brancos; sendo todos os mais, mulatos, índios e negros forros* [...][21]*.*

Percebe-se pois, que ao lado da seguridade, o governador faz uma observação sobre a composição étnica da população vilabelense, salientando que a mesma era composta na sua maioria por não brancos. No mesmo documento e complementando suas descrições sobre a população masculina que poderia ser chamada no caso de defesa, conta-nos ainda que a maior parte dos homens com idade de pegar em armas para defender a região de fato não eram moradores estabelecidos naquela localidade, tendo mais uma relação efêmera, *porquanto sendo muito poucos os homens que se acham com estabelecimento fixo nestas colônias; mal se pode contar com eles sem a evidente contingência de só encontrarem quanto foram preciso para qualquer expedição; porque a maior parte dos referidos ou são negociantes que continuamente giram para o Para, Bahia, Rio de Janeiro, e por conseqüência não residem no País ou são homens sumamente endividados e perseguidos, que por evitar os seus credores, raras vezes se resolvem a sujeição de viver na sociedade das povoações* [...] [22]

Por outro lado, como o local escolhido para a sua edificação ficava à margem do rio Guaporé, a vila que constantemente sofria de inundações provenientes das sazonais enchentes do rio, fato aliás, seguidamente registrado na documentação, como se pode ver, por exemplo, nos papéis do Senado da Câmara de Vila Bela referentes ao ano de 1774 que, quando, entre outras coisas, traz notícias não apenas da cheia daquele ano, mas também rememora a ocorrida anteriormente *ainda não se pode principiar o muro dos quartéis, porque está tudo alagado, foi muito grande a cheia na semana da páscoa, só faltou menos de palmo para chegar a grande* [enchente] *de 71.*[23]

Estas enchentes faziam com que os vilabelenses vivessem em constantes problemas epidemiológicos; este era um dos grandes problemas não só para a população, mas também para a administração. O naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira que ali esteve no início de outubro de 1789, fez uma observação que nos ajuda a perceber esta questão. Segundo ele, a *cidade* [Vila Bela] *se achava atacada das horrorosas epidemias de catarrais, sarampo,garrotilhos, pontas e desinteiras* .[...] *pelos matos, morreram antas, porcos, veados, bestas,muares e cavalos e até mesmo aves.*[24]

Tentando minimizar os efeitos deste fenômeno natural, logo depois de tomar posse, Luis de Albuquerque passou a recomendar que as novas construções fossem levantadas ao máximo de distância das margens do rio Guaporé.

Vemos, então que a vila que Luis de Albuquerque encontrou era um espaço urbano com riscos constantes de enchentes, com uma segurança precária, que necessitava importar basicamente todos os produtos que sua população consumia e que era composta em sua maioria por negro, índios e mulatos. Entretanto, o maior problema a ser enfrentado pelo 4º governador e capitão-general durante o seu longo governo era, sem dúvida, a questão das enchentes guaporeanas, que deixavam o ambiente vilabelense pútrido e doentio, um dos fatores que mais pesavam para que as pessoas não fixassem moradia por muito tempo na vila fronteiriça.

[1] Maria tella M Brescianni. *História e Historiografia das cidades, um percurso.* In. Marcos Cezar de Freitas (org.) Historiografia Brasileira em Perspectiva. Editora Contexto. 2003. p. 237.
[2] Idem Op. Cit. p. 237.
[3] Francisco Salvador Veríssimo. *Vida Urbana: A evolução do cotidiano da cidade brasileira.* Rio de Janeiro. Ediouro, 2001. p.16.
[4] Lewis Munford. *A cidade na Historia: suas origens, transformações e perspectivas.* (Tradução Neil R. da Silva) 4ª ed. São Paulo – SP. Martins Fontes, 1998. p. 43
[5]Documento não disponível para consulta no APMT. Foi publicado por Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus no livro. *A Terra da Conquista: História de Mato Grosso Colonial*. Editora Adriana. Cuiabá. 2003. p. 195 a 212.
[6] Augusto Leverger – Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso.* IHGMT. Cuiabá –MT. 2001. p. 42.
[7]Otávio Canavarros. *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1722 – 1752)* Editora da UFMT. Cuiabá MT. 2003 p. 323.
[8] Augusto Leverger(Barão de Melgaço) *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso.*IGHMT.Cuiabá – MT. 2001. p. 42.
[9] Otávio Canavarros.*Idem. Op. Cit.* p. 324.
[10] Maria Fernanda B. Bicalho.*o urbanismo Colonial e os símbolos do Poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII.* In:Estudos ibero-americanos, PUCRS,v. XXIV n 1, junho 1998.p 43
[11] 1º Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá: D. Antonio Rolim de Moura Tavares (17/01/17751 a 25/09/1749); 2ª Governador: João Pedro da Câmara (01/01/1765 a 03/01/1769) ; 3º Governador: D. Luis Pinto de Souza Coutinho (03/01/1769 a 13/12/1772)
[12] Roberta M. Delson. *Novas Vilas para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social n Século XVIII* Edições ALVA CIORD.1997. p. 4.
[13] Maria de Fátima Mendes Lima de Moraes.*Vila Maria do Paraguai: Um Espaço Planejado para Consolidar a Fronteira Oeste (1778 – 1801).* Dissertação de Mestrado. UFMT. 2003. p.50
[14] Maria de Fátima M. L. de Moraes. Idem. Op. Cit. p.48.
[15] Magnus Roberto de Mello Pereira.*Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino.*In: Revista Agora. V 1 nº 1 março de 1995. Santa Cruz do Sul. Editora da UNISC. 1995. p.71
[16]Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro com que envia inventário da quantidade e qualidade da artilharia e munições de guerra existentes na capitania. AHU. NDHIR-UFMT. Cx. 15. Doc. 90.
*A Capitania d Mato Grosso ,criada em 1752, foi dividida em duas repartições: a do Cuiabá,cujo principal aglomerado urbano se concentrava na Vila Real do Bom Jesus; e a do Mato Grosso, tendo Vila Bela como principal aglomerado urbano.
[17]Augusto Leverger – Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso.* IHGMT. Cuiabá – MT. 2001. p. 68.
[18] Idem. Op. Cit p. 68.
[19] Henrique B. Rohan. *Anais de Mato Grosso.* IHGMT. Cuiabá- MT. 2001. p. 68.
[20] Instruções aos Capitães Generais. p. 56.
[21] Ofício do Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e castro sobre a dificuldade de saber quantos são os homens brancos capazes de pegar em armas. AHU. NDHIR- UFMT. Cx. 15. Doc. 90.
[22] Ofício do Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e castro sobre a dificuldade de saber quantos são os homens brancos capazes de pegar em armas. AHU. NDHIR-UFMT. Cx. 15. Doc. 90.
[23] Carta do Provedor da Fazenda Real, Miguel Pereira Pinto a Luis de Albuquerque acerca da remessa de produtos do Armazém, Contas do Fardamento e Resposta para o Pagamento. APMT. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1774. Doc. 34.
[24] Maria de Fátima Costa. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: Imagens do interior.* História, Ciências e Saúde – Manguinhos. Vol. VIII (Suplemento). 2001. p. 102.

A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: As relações entre CPT e MST (Déc. 80-90)

João Carlos Corso

Este projeto tem como objetivos: analisar a influência da religiosidade no processo de formação do MST; compreender o papel desempenhado pela religiosidade na luta pela terra; investigar as relações existentes entre a mística do MST e a teologia da Libertação; entender as relações existentes entre CPT e MST no Estado do Paraná.

O tema proposto para a pesquisa torna-se relevante devido ao grande destaque que o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) tem conseguido nas últimas décadas (80/90) no Brasil e no mundo, pois é um dos poucos Movimentos Sociais a ter expressão no contexto da economia globalizada. Porém, não se pode entender o MST Isoladamente, pois o mesmo surgiu ligado as organizações camponesas e também a partir da prática da Igreja Progressista (Ala da Igreja Católica e de outras Igrejas Cristãs com postura progressista), mais especificamente a partir do trabalho pastoral da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O que pretendo é possibilitar uma compreensão das ações do MST não pelos resultados políticos e/ou econômicos, mas na sua relação com a religiosidade. Como também, entender como este se relaciona com a Igreja enquanto instituição. A cultura popular valoriza o simbolismo religioso e seria complicado admitir, a primeira vista, que as pessoas se engajam no MST visando à conquista de um pedaço de terra somente por meio de convencimento político ou ideológico. Não se trata de verificar se há um certo messianismo no MST, mas de contribuir para a melhor compreensão da história deste movimento social e sua relação com a religiosidade. No meio rural é significativo o papel da religião. Neste sentido pretendo compreender como a prática religiosa esta presente no MST e que papel desempenha na sua práxis.

A Igreja enquanto instituição, desde sua aliança com o Imperador Constantino, no século IV, adquiriu poder não só religioso mais também político e econômico, além de grande

crescimento no número de adeptos. Seu poder cresceu tanto na Idade Média que se tornou a principal religião da Europa. A Igreja começou a se relacionar com a problemática agrária durante a Medievalidade, passando a ser uma das principais concentradoras das terras da Europa. Sem contar que o Sistema Feudal, implantado na Europa Cristã se sustentava através da ideologia da Cristandade, a qual mantinha os servos passivos frente ao poder da exploração dos senhores.

Esta forma de conduzir as coisas, muitas vezes se colocando no lugar do Estado, foi trazida para América Católica. Durante a colonização do Brasil, a Igreja desempenhou um papel importante, suas práticas ajudavam a efetivar a exploração, sobre os indígenas, negros e pobres, como também a manter o poder dos portugueses. Segundo Medina[1]: "A Igreja, através da sua história, e, especialmente, nos últimos séculos, não só tem suas raízes no meio rural, se não que também tenha se fundamentado doutrinariamente numa visão considerada atrasada, reproduzindo valores e comportamentos do mundo e da cultura feudal" (1991: 29).

A construção da Colônia brasileira se deu por meio da Cruz e da Espada, os quais foram os meios utilizados pelos portugueses para implantar na Colônia seu modelo de exploração. A Cristandade, do período colonial, foi erguida por meio do autoritarismo.

Já no Século XIX, a Igreja, tendo percebido que a população começou a formar costumes próprios, devoções, rezas, peregrinações, passou-se a centralizar o poder na hierarquia, através do processo de romanização.

Pode-se até concluir que nos quatro primeiros séculos da história do Brasil, ou ainda até a metade do Século XX, a postura da Igreja esteve voltada para a defesa dos que tinham o poder, os grandes proprietários de terra. Tendo sido ela grande proprietária de terras. Poucas foram as vozes, dentro da Igreja, que se colocaram contra a forma como vinha sendo conduzida a questão agrária no período colonial. Mesmo assim é importante citar as Missões Indígenas, a qual é considerada como uma espécie de república comunista cristã dos guaranis. Apesar dos Jesuítas terem defendido os indígenas da escravidão, os mesmos se beneficiavam

com o trabalho indígena.

No caso de outros e movimentos sociais históricos como Canudos e também o Contestado, que também foram marcos de resistência ao modelo agrário imposto pelo Estado e baseado na grande propriedade, não houve vozes da hierarquia, mas a dos beatos, líderes populares, que tinham raízes no Catolicismo popular. A Igreja enquanto instituição não se manifestou em favor dos caboclos e sertanejos, mas as lideranças leigas sim. Somente na segunda metade do Século XX, a Igreja parece rever suas posições. Foi a partir desse período que se:

> *Constata o surgimento de grupos, movimentos e associações de leigos cristãos que com incentivo dos bispos, passam a conscientizar as populações carentes, usando o método ver, julgar, agir. Identificando-se com a esquerda politizada que renasceu após a Revolução Cubana. Frente às ações do Partido Comunista e de grupos marxistas, a Igreja investe em um trabalho social mais amplo (sindicatos, ligas camponesas, grupos de conscientização), e enfrenta a oposição de grupos tradicionais e conservadores da Igreja Católica que tem por preocupação manter a ordem e a propriedade privada (CORSO[2], 1998: 32).*

A partir desse momento surge uma ala da Igreja Católica que passou a se preocupar com as questões sociais. Essa passou a ser conhecida como Igreja Progressista oposta a chamada Igreja Conservadora. A chamada Ação Católica passou a se preocupar com as diversas áreas da realidade, criando a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC. A juventude agrária católica (JAC) trabalhava com jovens do meio rural, passando a desenvolver ações voltadas para as questões da terra e dos direitos trabalhistas.

A partir da década de 60 a Igreja progressista passou a ter como uma bandeira de luta: a reforma agrária. Porém, havia uma tensão interna na Igreja, pois a ideologia anticomunista era forte na ala conservadora e por esse motivo a Igreja enquanto instituição acabou apoiando o Golpe Militar de 1964.

Após o golpe militar, a Igreja e o Estado acabaram entrando em conflito, e como muitos membros da Igreja foram vítimas de tortura, da repressão militar, devido ao trabalho social que desenvolviam, a Igreja passou a ser uma das principais forças políticas contrárias ao regime

ditatorial. Deste modo também passando a cobrar do Estado a realização de uma reforma agrária.

É preciso ressaltar também as transformações ocorridas no interior da Igreja a partir do Concilio Vaticano II, como também das Conferências dos Bispos Latino Americanos de Medellín e Puebla. O Concílio Vaticano II promoveu algumas transformações nas ações da Igreja. Houve uma grande abertura para os desafios que o mundo lhe apresentou naquele momento e avançou em direção a uma posição mais progressista, passando a reconhecer a diversidade cultural, inclusive permitindo o surgimento da Teologia da Libertação.

> *Esse reconhecimento do pluralismo manifestou-se de maneira clara, com ênfase na adaptação da liturgia no Concílio Vaticano II. A substituição do latim pelo vernáculo, no rito romano, as diferentes expressões de adoração que se constituíram em elementos estruturais das diferentes culturas têm sido, de maneira geral, aceitos como novas formas de expressão (IOKO[3]I, 1996: 23).*

A Igreja promoveu grandes reformas, mas não alterou sua estrutura, ela fez adaptações para procurar manter seu rebanho, pois estava perdendo espaço para outros credos. A partir da década de sessenta (60) a Igreja do Brasil estava amparada a dar passos significativos no seu engajamento junto às questões sociais, isso graças aos documentos aprovados no Concílio Vaticano II.

> *Neste sentido, a Igreja do Brasil estava subsidiada em suas ações contra a ditadura e a favor dos pobres, como os trabalhadores do campo. Por isso esboçou alguma reação, mas nunca radicalizou contra o sistema. As determinações do Concílio Vaticano II davam instrumentos aos membros da Igreja para avançarem no entendimento das questões sociais e da participação nelas, bastava implementá-las (CORSO[4], 1999: 56).*

No Brasil a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) passou a ter suas ações descentralizadas, formaram-se regionais das pastorais, grupos de leigos, tais como: Comissão Justiça e Paz, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário. Destaca-se ainda o surgimento das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base).

O documento final da Conferência de Puebla reafirmou a conferência de Medellín e procurou aprofundá-lo. Inclusive surgiram criticas contra o sistema capitalista e a exploração sobre o continente latino-americano.

> *Em Puebla, redefiniu-se o caminho da Igreja na América Latina, recusando à preferência pelo poder, optando-se, de forma consciente e deliberada, pelos pobres e jovens, como ocorreu em Medellín. Mas foi uma opção pelos pobres reais, e materiais, e não uma opção pela concepção volátil. Em Puebla, houve ligação entre os pobres e a evangelização, concluiu-se que os pobres são os que têm a tarefa de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo. (...) Na relação com os pobres, um dos pontos refere-se à recomendação de que se realize uma evangelização concreta, política. Daí a aproximação, entre os evangelizadores e as organizações políticas da América Latina. O outro é que a opção preferencial pelos pobres os aproxima dos movimentos populares, de índios, negros, mulheres, sem-terra, etc (IOKOI[5], 1996: 61).*

Pode-se notar nestes documentos um forte amparo nas idéias vindas da Teologia da Libertação, decorrente inclusive da assessoria prestada pelos teólogos que a defendiam. Esses documentos das Conferências Episcopais latino-americanas foram importantes, pois davam condições para que, no Brasil, a Igreja se aproximasse das questões sociais, bem como dos próprios movimentos sociais.

A Teologia da Libertação formulada por teólogos como Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, vem a ser a reflexão teológica "a partir dos pobres e em favor de sua libertação de toda miséria e exploração". Libânio[6] apresenta esta teologia da seguinte forma:

> *Ela é uma teologia sob a perspectiva particular do pobre e de sua libertação, em que o pobre ocupa o lugar central, de modo que o problema do pobre se transforma num problema de Deus (teologia). Tem como ótica primeira a fé positiva e como ótica segunda a experiência do oprimido. Constitui nova e necessária etapa na história da teologia. Articula a libertação ético-política e a libertação soteriológica. Assume posição de complementaridade crítica em relação às outras teologias desde o encontro com o pobre, como sujeito histórico (1993: 31).*

Esta teologia surge enraizada no Cristianismo, mas interpretada por um viés marxista. O que, a princípio, parece contraditório, mas que foi algo original criado na América Latina e que passou a servir de amparo teórico para muitas ações da Igreja. Uma dessas ações foi chamada de Pastoral Social, a CPT é um exemplo dessas ações.

> *Com o envolvimento de lideranças da Igreja, leigos, padres e religiosos (as) no trabalho social, a partir de 1960, surgiu a necessidade de formar pastorais relacionadas com os vários aspectos da problemática social brasileira. Em 1973 foi criado o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) devido às necessidades pastorais junto aos indígenas, como a demarcação de suas terras e os entraves com as ocupações de suas terras por fazendeiros e garimpeiros. Assim a problemática agrária passa a ser outra importante preocupação da Igreja, principalmente a partir do momento em que a Igreja rompeu com*

> *o Estado e passou a pressionar o governo para que cumprisse o Estatuto da Terra. Devido a isso em 1975 foi formada a CPT (Comissão Pastoral da Terra), responsável pelo trabalho junto aos trabalhadores sem terra, posseiros, bóias-frias, pequenos agricultores (CORSO[7], 1999: 60).*

A CPT surgiu para fortalecer as ações dos agentes pastorais que desenvolviam seu trabalho no meio rural. Alguns dos principais objetivos da CPT são: "colaborar com os Cristãos no engajamento político-social a fim de que colaborem na transformação da sociedade; procurar dar apoio às lutas dos trabalhadores rurais; desenvolver uma conscientização evangélica comprometida com a justiça social; procurar valorizar a cultura dos oprimidos" (CORSO[8], 1999: 62).

Segundo Marcelo de Barros Souza, o trabalho da CPT chegou a promover algumas reflexões sobre a questão agrária, que o mesmo chega a afirmar como "teologia da terra". Ou seja, uma reflexão teológica direcionada para a terra, o que inclusive vai além da teologia da libertação.

Para entender melhor a proposta deste projeto é preciso ainda contextualizar o MST na história da questão agrária brasileira. Os conflitos no campo não surgem no século XX com o MST, mas desde a chegada dos Portugueses aqui por estas terras. Com o início da Colonização as terras passaram a ser propriedade do Estado português e os elementos que constituíram a estrutura da colonização foram o latifúndio, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Porém, foi neste cenário que iniciaram as reações, às vezes organizadas, às vezes espontâneas, mas que evidenciam que os indígenas, negros, mestiços e pobres não foram tão passivos diante da exploração. As principais reações ocorreram visando à possibilidade de acesso a terra e na maioria das vezes visando apenas a própria sobrevivência.

> *Por ser a terra um bem importante, muitas tem sido as lutas por sua posse ou propriedade ao longo da história brasileira e muitos são os envolvidos nas disputas; dentre eles podemos destacar os donos, proprietários legítimos, os posseiros, os invasores, os grileiros (os que possuem documentos falsos de propriedade). Portanto, de um lado, estão os donos de grandes porções de terras e, de outro, os chamados sem-terra, que por necessidade, má-fé ou ignorância questionam o direito de propriedade, reivindicando, ainda que sem consciência clara disso, o direito de morar e ter como sobreviver da terra (GANCHO[9], 1991: 13).*

Porém pode-se constatar que a luta pela terra perpassa toda a história do Brasil, isso se deu por conta do antagonismo gerado na formação do sistema colonial: de um lado um pequeno grupo de proprietários e de outro a grande maioria da população que ficou à margem de todo o processo. Dois eventos importantes dessa história foram as revoltas de Canudos e do Contestado.

Já a partir de 1950, as lutas camponesas passaram a ter apoio do Partido Comunista, que ajudou a formar os sindicatos rurais, inclusive conseguindo sua legalidade. A Igreja também passou a apoiar essas lutas por meio da Ação Católica e da JAC (Juventude Agrária Católica), mesmo que visando apenas não dar espaço aos marxistas, para que estes não influenciassem os camponeses com suas idéias.

> *Esse movimento de camponeses só se organizou como forma de luta legal a partir de 1950, quando surgiram as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que organizaram os trabalhadores do campo e pressionaram o governo a promulgar leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, visando solucionar os problemas mais urgentes da vida rural (ANDRADE[10], 1987: 9-10).*

As Ligas Camponesas foram no início apenas uma espécie de sociedade beneficente, porém, passando depois a ser uma das principais formas de organização dos camponeses. Elas organizavam greves, ocupações de propriedade e pressionavam para efetivação de um reforma agrária, na “lei ou na marra”, como dizia o seu lema. Este movimento teve força e expressão até o Golpe Militar de 1964, após o qual ficou complicado manter as organizações camponesas devido ao poder repressor do Estado. Durante a abertura democrática a partir de 1980, o governo militar possibilitou uma certa abertura política e isso deu início a reestruturação das organizações de trabalhadores rurais.

> *A abertura política iniciou-se nos governos Geisel e Figueiredo, quando as organizações dos trabalhadores passaram a se reestruturar e contaram com apoio de amplos setores da sociedade. O sindicalismo se fortaleceu e inclusive novas centrais sindicais surgiram. A partir desse novo contexto foi possível o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (PIRES[11], 1996: 31).*

A partir de 1980 começou um trabalho de incentivo à criação de sindicatos de trabalhadores rurais e em 1984 foi criado o MST. Para a formação deste movimento se aliaram outros movimentos regionais de bóias-fria, posseiros, sem terra, barrageiros. Vale destacar que o MST foi criado em um encontro que ocorreu em Cascavel, no Paraná, em janeiro de 1984.

Aqui entramos na problemática deste projeto[12]. Como se dá à relação entre o MST e a CPT? Se no passado a Igreja não se envolveu com a luta pela terra, como ela passou a agir por meio da CPT, com que interesses? Qual a influência da religiosidade na formação do MST? A CPT e o MST têm histórias de proximidades, talvez até se possa afirmar que o MST não existiria sem a ação da CPT.

---

[1] MEDINA, Alfredo Ferro. Dimensão política e religiosa das romarias da terra: o velho e o novo das romarias da terra. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
[2] CORSO, João Carlos. Romaria da Terra. Mapeamento e elementos de integração latino-americana (1981-1995). Monografia de Especialização, Guarapuava, Unicentro, 1998.
[3] IOKOI, Zilda Grícoli. Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.
[4] CORSO, João Carlos. A mística da Terra: um estudo sobre a Romaria da Terra (Rio Bonito do Iguaçu – PR- 1997). Dissertação de Mestrado, Guarapuava, Unicentro-Unesp, 1999.
[5] Ibidem IOKOI.
[6] LIBÂNEO, João Batista; ANTONIAZZI, Alberto. Vinte anos de teologia da libertação na América Latina e no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1994.
[7] Ibidem CORSO, 1999.
[8] Ibidem.
[9] GANCHO, Cândida Vilares e outros. A posse da terra. São Paulo: 1991.
[10] ANDRADE, Manoel Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
[11] PIRES, Ariel José. Assentamento de sem-terra em Guarapuava: história e cotidiano. Dissertação de mestrado. Assis: UNESP, 1996.
[12] Este texto pretende apenas introduzir uma discussão a cerca do tema proposto.

Corumbá, MS - o desejo de integração à civilização em fins do século XIX.

João Carlos de Souza – UFMS/CPDO
joca.jcs@uol.com.br

O final da Guerra do Paraguai (1864-1870) marcou a efetiva liberação da navegação internacional pelo rio Paraguai, contexto que trouxe impulso e dinâmica a Corumbá, na fronteira com a Bolívia. A vila, há quase um século, permanecera sem maiores mudanças. Fora fundada em 1778, à margem direita do rio Paraguai, para servir de ponto de apoio ao forte Coimbra, e assegurar territórios a Portugal, então disputados com a Espanha. Seu porto fluvial passou a ser o ponto terminal daquela navegação, o que contribuiu para que em 1878 fosse elevada à condição de cidade[1].

Nesse período recebeu fluxo de muitos imigrantes, paraguaios, bolivianos, italianos, portugueses e posteriormente sírio-libaneses, que tiveram participação direta na constituição de sua vida urbana. Vieram também migrantes nacionais de vários lugares. Assim, Corumbá, que na época de sua ocupação pelos paraguaios em 1864, possuía aproximadamente mil e quinhentos habitantes, teve a sua população triplicada até o início dos anos 1880.

A liberação da navegação possibilitou a aquisição e instalação de máquinas a vapor, no eixo Cuiabá-Corumbá, antes impossível através do caminho terrestre por Goiás, que requeria três meses de viagem em lombo de muares. Corumbá passou a conviver com as máquinas a vapor em empresas, (marcenarias, lavanderia, cervejaria), nos transportes de navios.

Contudo, as atividades econômicas repousavam basicamente sobre o setor comercial, especialmente no comércio de importação e exportação, que constituía seu maior esteio, seguido do comércio interno à província/estado, formando uma verdadeira rede de interligação fluvial a partir de Corumbá, que tomava toda a bacia do rio Paraguai, a região Oeste de Mato Grosso, especialmente com as cidades de Cuiabá e Cáceres, mais ao Norte, como também na região Sul, com Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana e Coxim. Em função desse papel de

empório comercial, o setor de serviços da cidade foi também se formando, além do comércio a retalho havia despachantes, escritórios de advocacia, gráficas, hotéis, teatro etc.

Nos primeiros anos da década de 1870, acolheu várias casas comerciais, pois o governo Imperial decretara favorecimentos de isenção de impostos. O significado das casas comerciais importadoras e exportadoras para a economia, não só de Corumbá, mas de Mato Grosso, foi discutido por Gilberto Luiz Alves, que sintetiza suas atividades nos seguintes termos: "[...] monopolizava a navegação e o comércio de importação de mercadorias; através do crédito, financiava a exploração de novas atividades econômicas em Mato Grosso ou a expansão das existentes, aproximando-se, em seu funcionamento, do próprio banco...[2]

Essas empresas se estabeleceram preferencialmente na rua do Porto (cidade baixa) ou no centro da cidade alta. Em consonância com a arquitetura da época construíram edifícios, com um a três pisos, com características dos estilos neoclássico e do ecletismo da passagem do século XIX ao XX. Nas fachadas são perceptíveis e destacam-se, à primeira vista, os coroamentos que contornam as coberturas. Estes são formados pela platibanda, elemento que distingue essas construções, dos edifícios portugueses coloniais com seus beirais. Possuem grande variação, com balaustres, ornamentos e saliências. Dos edifícios no conjunto do porto, destacam-se o prédio Wanderley, Bais & Cia., construído em 1876 e a Casa Vasquez & Filhos, de 1909, cuja fachada apresenta o estilo eclético.[3]

O desenvolvimento do comércio, das atividades portuárias em poucos anos fez surgir projetos de remodelação da cidade baixa (o porto, o cais) e de sua comunicação com a parte alta da cidade. Entre as alternativas comentava-se, já em fins do século XIX, a possibilidade de construção de um elevador para ligá-las. O *Almanack Corumbaense* para 1899 discutia essa idéia, mas julgava que seria "coisa para melhores dias". O engenheiro militar Avila Franca, em 1902, também incluiu os elevadores em seu projeto de ampliação do porto. Além disso, propunha um túnel na saliência onde se localizava o fortin Santo Antonio.[4]

As propostas do Tenente Coronel Avila Franca previam uma remodelação e urbanização completas da cidade baixa, sugerindo uma intervenção naquele espaço, planejada para médio prazo, e pensando no progresso contínuo da mesma. O autor demonstra grande preocupação com as questões relativas à função da parte baixa da cidade, ou seja, o comércio. O embelezamento não escapou à sensibilidade do militar, propondo bosques que eliminariam as casinhas dos acampamentos. A paisagem da cidade se modificaria, pois, com a remoção de barranca, a construção do aterro, do túnel, do elevador, das redes de água e esgoto e das vias de circulação, ter-se-ia uma cidade nos moldes das modernas.

Os projetos discutidos representavam os anseios da burguesia comercial existente na cidade, mas por várias razões, quer de ordem financeira, quer de ordem social, pressão de outras demandas por serviços, acabaram por não se concretizar. Fazem parte, contudo, de uma elaboração simbólica dos que a projetaram e como afirma Ítalo Calvino: "As cidades, como os sonhos, são construídos por desejos e medos" [5].

Outros espaços requerem um olhar. Havia a intenção de se estabelecer uma racionalidade para a cidade, expressa nos códigos de postura, na planta, na preocupação com o traçado e o respeito ao alinhamento. Para fazer prevalecer este projeto, há a intervenção do poder público, desapropriando, definindo os espaços, cuidando do embelezamento, valorizando áreas etc. Contudo, não podemos desconhecer que uma outra cidade também se fazia presente, nascida dos acampamentos militares, de imigrantes paraguaios e dos ex-escravos negros e seus descendentes. Corumbá era o porto, mas também o Sarobá, bairro identificado com a prostituição e contravenção, o Acampamento de Cima, em nada "semelhantes à imagem dos comerciantes" e, por isso mesmo, ocultados, negados, como enclaves não civilizados, mas presentes. Ao analisar essa situação das cidades, Lewis Munford a considera como a contradição do século do progresso[6].

A preocupação com um outro aspecto da cidade, não tão aparente, vinculado às concepções higienistas, também foram objeto de debate. Os momentos de epidemias geravam

crises e tornavam-se ocasiões favoráveis a propostas e projetos para solucionar os problemas enfrentados pela cidade. Assim, ao comentar a situação sanitária de Corumbá em 1912, ano em que ocorreram epidemias de tifo e febres gastro intestinais, o médico municipal Nicolau Fragelli vinculou a superação das deficiências higiênicas às obras da cidade subterrânea: "Ao nosso espírito conforta-nos já imenso, também, a segurança que temos de, em breve, ver a nossa querida Corumbá possuidora d'um serviço civilizado de abastecimento d'água, e duma rede de esgotos. Será o passo que definitivamente consagrá-la-á como cidade adiantada".[7]

As referências ao relatório do Dr. Nicolau são importantes, pois nelas estão implícitas questões relacionadas à infra-estrutura urbana, à gestão da cidade. Embora, àquela altura, início do século XX, o paradigma dos infeccionistas estivesse superado, oferecia o arcabouço ideológico básico às reformas urbanas.[8] Identificava-se com os ideais do médico higienista e, embora ansioso com progresso de Corumbá, manifestava-se crítico frente ao conceito de progresso fundado só na expansão de sua área física, desvinculado da higiene. "Uma cidade ganha foros de adiantada, somente quando o seu desenvolvimento se faz consultando antes de tudo as exigências da higiene".

A leitura de Corumbá estava sendo realizada a partir dos discursos do médico higienista e do engenheiro militar que apontaram o ideal de cidade, propuseram valores e cobraram novos comportamentos. As intervenções no espaço urbano estavam relacionadas à disciplinarização de seu uso, daí as propostas de implantação de obras de saneamento, cemitério, mercado, hospital, matadouro, arborização etc.

Até aqui, destaquei aspectos relacionados à constituição do espaço urbano e suas relações com os discursos sobre civilização e progresso, passo a discutir outras dimensões desse debate, as incorporações tecnológicas e seus significados. Em janeiro de 1877, começou a circular *O Iniciador,* o primeiro jornal editado em Corumbá, vinculado a comerciantes portugueses.

A importância que os contemporâneos em Corumbá atribuíam à imprensa pode ser apreendida pela recorrente representação de sua relação com o moderno, a liberdade e a civilização. Vários periódicos que circularam de 1877 a 1912, existem mais de 20 identificados, em suas cartas de apresentação e artigos, enalteceram a imprensa como a inteligência, a razão, o sol que ilumina os povos e seus caminhos. Enfim, concebiam-na como um poder social capaz de conduzir a humanidade para um novo tempo e para a felicidade.

A realização desse programa requeria transformações da sociedade, que os periódicos defendiam que ocorreriam a partir do campo das idéias, uma arena superior, fruto de luta pacífica (sem conflito), na qual, a razão iluminada, o trabalho intelectual exercido pela imprensa eram indispensáveis. Dentre outras funções, a imprensa se apresentava como defensora e guardiã da liberdade, complemento indispensável da civilização, e salvaguarda dos direitos da coletividade. Essas qualidades auto-atribuídas é que qualificavam a imprensa, conforme vários articulistas, como uma das mais significativas conquistas da sociedade moderna, pois a interpretavam como um dos "elos da cadeia do progresso" (*Correio do Estado,* 22 maio 1909).

Fundada em nome da razão iluminista, onde busca sua fonte genuína, a sua origem histórica que legitima o seu fazer na sociedade, seu lugar na corrente do progresso, a imprensa procurava também persuadir os leitores sobre sua função, que consideravam inquestionável, vista como missão, investida de caráter sagrado. É nesses termos que se apresenta como veiculadora da verdade. Como se fosse possível um discurso neutro, aos moldes do positivismo, isento da visão de mundo, da ideologia e dos interesses de classe.

Na prática, a maioria dos periódicos estudados esteve, direta ou indiretamente, associado a um partido ou grupo político que lhe dessem sustentação. A visão de mundo veiculada pelos jornais expressava a identificação com as elites sociais, particularmente de comerciantes e militares em Corumbá. A forma despolitizada de se apresentar como representante da sociedade no seu todo, para tal utilizando-se do recurso lingüístico do lexema povo, produção de um efeito universal, compunha parte de seu discurso, ideológico, lacunar:

"na medida em que este se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição"[9] O mesmo não resiste a uma análise mais detida e contextualizada.

Identifiquei, na imprensa corumbaense, freqüentes disputas políticas locais, como a de um grupo jacobino em 1897; trocas de acusações de vereadores e Intendente, vinculados a diferentes partidos; disputas entre oligarquias adversárias; controvérsias entre profissionais liberais, polêmicas entre grupos populares e debates sobre as experiências de crise no meio urbano, por ocasião de epidemias. São algumas situações reveladoras. Os jornais constituem sem dúvida um importante instrumento de apreensão de diferentes dimensões da vida social.

Até a instalação do telégrafo em 1904, os periódicos enfrentariam igualmente o mesmo problema de demora na circulação de pessoas e mercadorias pela rota do Prata. As notícias sobre acontecimentos nacionais e internacionais eram veiculadas em Corumbá após muitos dias do ocorrido. O Telégrafo oferecerá novas possibilidades. A tão esperada inauguração da linha telegráfica, a primeiro de janeiro de 1904, foi assim anunciada pelo jornal *O Brazil*: "A laboriosa cidade de Corumbá acordou hoje, pela primeira vez, sacudida violentamente pelo calafrio de uma emoção estranha, e ainda estremunhada, sentiu-se estreitar pelo poderoso vínculo da eletricidade, na extrema aproximação de um frenético abraço ao mundo civilizado..."

Essa imagem "um frenético abraço ao mundo civilizado" é forte o suficiente para se avaliar o significado que os setores político e comercial dessa sociedade atribuíam ao evento. Cabe alguma análise de seus elementos. Esse fato que consolidava pela primeira vez a comunicação de Corumbá, de forma imediata, com outros centros do país e do exterior, eliminando outros mediadores, foi vivenciado, segundo o editorial, como se a cidade fosse sacudida violentamente pelo calafrio de uma emoção estranha. Tal estranhamento diante das maravilhas da ciência moderna, das potencialidades do homem e sua ciência interferirem no mundo, é componente freqüentemente mencionado nas experiências da modernidade[10]. No caso, era ressaltada a importância da eletricidade, que possibilitaria a comunicação imediata

através do telégrafo elétrico instalado em Corumbá, quase 70 anos após seu desenvolvimento pleno, na década de 1830[11].

A instalação do telégrafo marca esse sentimento de pertencimento à civilização. É desse ponto de vista que o *Correio do Estado* pensava Corumbá, inseri-la na civilização, para compartilhar do progresso dos centros urbanos mais adiantados do Brasil e, quiçá, de outros países. Note-se que essa perspectiva caracterizava a forma de pensar de grande parte dos intelectuais brasileiros das últimas décadas do século XIX. O país deveria repetir a experiência do Ocidente, porém com uma variante, apressando o processo. Enfim, o projeto era "colocar o país ao nível do século, superar seu atraso cultural e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade"[12].

A construção da ferrovia Noroeste constitui um momento significativo para apreensão de discursos sobre o progresso e a natureza. No anúncio da inauguração oficial das obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Porto Esperança,[13] em 03 de maio de 1908, o tom do editorial "Acontecimento Notável", do jornal *Autonomista* (2 maio 1908) foi o de exaltar o feito, a primeira estrada de ferro de Mato Grosso: "Inicia-se, por tanto, amanhã [...] o mais seguro caminho da prosperidade e engrandecimento deste feracíssimo território da comunhão brasileira". Informava que, com a conclusão da obra, apenas 72 horas de viagem uniriam Mato Grosso aos principais centros da República.

Vencer a vastidão implicava em transpor os obstáculos ao progresso impostos pela natureza. Muitos periódicos afirmavam que o progresso era fatal e seguia sua marcha, apesar dos embaraços que se lhe opunham. O progresso e a civilização, de certa forma, eram concebidos como se fossem mercadorias que se adquiriam no e do exterior, desconsiderando o movimento de produção cultural local. Tal concepção revela uma vontade de desvinculação das relações sociais e dos conflitos gerados na sociedade.

É possível entender então porque o progresso, no pensamento e nas representações dos contemporâneos corumbaenses, estava sempre por chegar ou incompleto, algo para o

futuro, certo, mas não presente. Exemplos dessa concepção podem ser identificados em algumas situações, tais como: a abertura da navegação internacional pelo rio Paraguai em 1856, aclamada como um dos primeiros ares da modernidade que sopraram sobre Mato Grosso; o início das atividades da imprensa corumbaense, em 1877, visto como mais um elo da corrente para o estabelecimento da civilização; a inauguração do telégrafo, saudada, conforme já mencionamos, como o que faltava para atingir aquele grau e status e o projeto da ferrovia *Noroeste do Brasil,* que ganharia de todos os anteriores em expectativas e representações.

---

[1] O texto fundamenta-se em aspectos abordados em diferentes capítulos de minha tese de doutoramento: SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita*: a modernidade de Corumbá (1872 – 1918). 2001. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH/USP, São Paulo.

[2] ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929. (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia,* n. 61, 1984. p. 31.

[3] PÓVOAS, L. *Influências do rio da Prata em Mato Grosso*. Cuiabá: Resenha Tributária, 1982. p 38-41.

[4] Cartas Municipais IV e VI. *O Brazil,* Corumbá, 2 e 23 nov. 1902. n. 6 e 9, p. 1. Após a Guerra do Paraguai foram construídos cinco fortins nas imediações urbanas de Corumbá, para sua defesa.

[5] CALVINO, Italo. *As cidade invisíveis*. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[6] MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 505.

[7] Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Capitão de Fragata, Francisco Mariani Wanderley M.D., Intendente Geral do Município, pelo Dr. Nicolau Fragelli, médico municipal, 4 nov.1912, Cx. Doc. div. ACMC.

[8] CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 170. Menciona que a literatura sobre o tema é vasta.

[9] CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1989. p. 21.

[10] BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

[11] Para uma abordagem do desenvolvimento do Telégrafo em geral e particularmente da política de sua utilização no Brasil, pelo Império e pela Primeira República, ver MACIEL, Laura. *A nação por um fio:* caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon". São Paulo: EDUC, 1998. p. 43-93.

[12] OLIVEIRA, L. Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 81.

[13] Localizada à margem esquerda do rio Paraguai, a 70 km de Corumbá.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS ILHAS EM BELÉM: A RELAÇÃO CULTURA E NATUREZA[1]

João Marcelo Barbosa Dergan - UFPA

"*Os arredores de Belém são excelentes opções de lazer, além de boa fonte de conhecimento sobre a região. No roteiro turístico podem estar as Ilhas do Combu, Cotijuba, Acará, entre outras".* (Revista Pará Onde, 2000: 71)[2]. "*A ilha de Cotijuba fica localizada a cerca de uma hora do Centro de Belém. Empresas especializadas fazem passeio a Ilha*" (Revista Amazônia, 1999: 58)[3].

Os leitores das revistas atuais citadas acima podem ter idéia da valorização do espaço das Ilhas e interiores do Estado do Pará, ocorridos principalmente a partir da década de 90, como forma de lazer e turismo. Mas, as representações sociais sobre essas áreas guardam particularidades sobre a forma de seus usos e intervenções.

Consideramos neste trabalho a intervenção pelo Governador Magalhães Barata, em sua administração de 1930-1934, na Ilha de Cotijuba, com a construção da casa de correção do menor e presídio, ressaltando as representações sobre os espaços das Ilhas de Belém, relacionando-as com as representações de civilidade e natureza presentes desde a urbanização da cidade em época anterior, como a Belle Epoque. Estas representações têm relação com a visão de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, dada sua viagem em 1904-05.

O trabalho é uma espécie de estudo exploratório que faz parte da pesquisa em andamento sobre o processo histórico de formação e ocupação das Ilhas de Belém e as resignificações sobre natureza que seus moradores compreendem, com a entrada de símbolos da modernidade, como energia, turismo, principalmente a partir da década de 90 do século XX, particularmente Combu e Cotijuba, para o Curso de Mestrado em História Social da Amazônia da UFPA.

Faremos considerações, portanto, que não devem ser consideradas fechadas em si, mas como possibilidades e especulações. Porém, não devemos deixar de consideramos o rigor teórico e metodológico, bem como a coerência da construção da narrativa, pois '*rigor, não significa rigidez, e mesmo trabalhos inacabados, não podem ser mera ficção ou fantasia surrealista* ' (BOURDIEU, 2002)[4]. Resta-nos então, abrir mão das nossas certezas positivistas e tentar mergulhar na percepção sensível sobre o imaginário construído das Ilhas de Belém.

1- A COLÔNIA EM COTIJUBA E AS REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA:

"*A ilha de Cotijuba, futura colônia correcional de deliquentes, recebeu ontem a visita do major Magalhães Barata, interventor federal do Estado, autoridades civis e militares da união, Estado e Município e os representantes da imprensa diária, que foram ali assistir a inauguração do início da construção de obras e o baptismo da embarcação 'soldado Epiphanio' para o serviço da colônia*" (Jornal O Imparcial, 07/01/1933). "(...) *Foi recolhido preso hoje o menor Aurino Alves de Lima, paraense, que perambulava sem ocupação. Aurino vai para a Escola Reformatória de Cotijuba, afim de não ingressar tão novo na escola do crime*" (Jornal O Imparcial, 09/06/1936). "*Para a Colôna Agrícola de Cotijuba devem seguir os seguintes menores, que andavam pelas nossas ruas sem destino certo: Manoel Demetro, Waldemar Lemos, Raymundo da Silva*" (Jornal O Imparcial, 15/07/1936)[5].

Essas eram as notícias que circulavam em Belém, na década de 30, sobre Cotijuba, vista como espaço de correção e prisão de menores. Os jornais dão a idéia de que estes menores poderiam ser profissionalizados, para servir a sociedade, uma vez que a urbes civilizada não é local de desocupados. A imprensa da época divulgava, então o bom funcionamento da casa de correção, prestando bons serviços a sociedade civilizada, retirando do espaço urbano os civitas que não estivem preparados e não tivessem o comportamento adequado a esta civilização.

A Colônia Reformatória de Cotijuba, segundo informações locais e documentais[6], foi criada e construída no período de intervenção do Major Magalhães Barata, que se extendeu de 1930 a 1934, quando interventor indicado por Getúlio Vargas. Foi fundada em 24 de

outubro de 1933, destinada aos "*pequenos abandonados, pequenos delinqüentes, degenerados por índole ou infelicidade que vão parar às vezes nos postos policiais*" (COIMBRA, 1945: 471)[7]. Relatos orais informam, porém que o início da colônia correcional funcionou bem, mas "*depois os governantes da época transformaram a colônia em verdadeiro depósito de presos*"[8].

Entre as ruínas do prédio na qual funcionou a colônia correcional e as ruínas da memória, há muito que se dizer, pois isto nos mostra que naquele período não foram consideradas as pessoas que já habitavam a ilha. Era como se a mesma não tivesse história, era apenas a ilha da colônia correcional de menores.

"*Mas Graças a Deus, depois foi afastado tudo e acabou. Aí Cotijuba começou a evoluir, melhorar né. Deixou de ser a 'ilha do diabo' e agora tem coisa boa né, ta virando a 'ilha do paraíso'*"[9]. Consideramos as falas desses sujeitos importantes por possuir os cenários gravados na memória, pois "*através da memória os relatos orais criam uma espécie de cartografia mental, na qual o espaço e o tempo fornecem os marcadores significativos e as qualidades ideais são situadas simbolicamente*" (SAMUEL, 1997: 43)[10].

Ressaltamos a importância de estudar a história social da Amazônia não somente através dos ciclos, mas o contrário, tentando compreender a complexa troca de experiências e vivências mesmo após estes ciclos ou entre ciclos. A população local vivia do plantio da mandioca, para fabricação do beiju e farinha, para subsistência, e também roça e horta, mas "*não tinha capital pra movimenta como o japonês tinha*". No período de funcionamento da Colônia Reformatória, Cotijuba recebeu famílias de japoneses que, com o apoio do interventor estadual, incentivariam a cultura agrícola, pelo menos uma vez por semana, aos menores, para 'corrigí-los' pelo trabalho.

"*Os japoneses produziam muita quantidade de verduras, tinha dois ou três barcos que iam vender em outros locais, até Belém, Abaeté, era muita verdura porque eles tinham empregados, uns 15*". "*Nós fazemo esses plantios hoje também, temo legumes, verduras (...) fruta nós sempre tivemos*"[11].

Percebemos que há uma espécie de reordenação social dos grupos sociais pré-existentes, de migrantes que ficaram e desenvolveram formas de adaptação ao meio, nas quais o intercâmbio cultural esteve presente. Os espaços das Ilhas serviam de refúgio, de local para abrigar os excluídos e marginalizados, local natural para gente incivilizada, considerada de má índole e má formação.

Em trabalho de pesquisa realizado para a exposição "Belém dos Imigrantes-História e Memória" por FIGUEIREDO (2004), quando trata dos alemães no Pará nos informa que "*no final da década de 1930, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a sombra de Hitler e a marca do Nazismo cobriram o Ocidente. Os alemães do Pará passariam por constrangimentos de toda ordem. Das casas apedrejadas em Belém até o confinamento com japoneses em Tomé-Açu e no Acará*" (FIGUEIREDO, 2004)[12].

A construção dessa Instituição no espaço da Ilha de Cotijuba não faz parte somente de um problema penitenciário isolado, que mesmo tendo especificidades importantes a serem estudadas[13], consideramos aqui como parte dos valores da modernidade, que relaciona natureza e civilização, natureza e cultura, de forma contraditória, mas também recíproca.

Assim, em mensagem de governo de 1907, temos "*o systema actual traz dois grandes inconvenientes: a) o transporte de presos por grandes distâncias, apresentando ao público o espetáculo sempre desagradável da condução dos detidos.(...) Assim penso que, reservando-se a área principal da cidade à acção da repartição central da polícia, e sem que esta perca a jurisdição sobre toda a cidade, deve-se nas zonas afastadas crear subprefeituras, com estações e guardas para recolher os presos das ditas cricumscripções. (...)Estou construindo bons postos policiaes em Igarapé-Assú e Pinheiro*". (Mensagem de Governo, 1907)[14].

As principais avenidas criadas na cidade de Belém no final do XIX e início do XX, aos moldes de sua congênere banhada pelo Sena, deveriam passear e desfilar ares de elegância, beleza e civilidade, considerado inconveniente presos e indulgentes circularem na moderna Paris n'America. Os espaços da cultura não podiam ser embriagados,

envenenados e cenas degradantes deviam ser escondidas e levadas para lugares distantes, onde não há cultura, só natureza a ser explorada e habitada.

"*O cenário central da cidade foi transformado em espaço elegante e chique, por onde deveria desfilar a burguesia exibindo seu poder, luxo e riqueza. O resultado dessa modelação da cidade é a elitização do espaço urbano com a erradicação dos setores populares para as áreas mais distantes do centro*". (SARGES, 2002: 186).

Neste processo de modernização da cidade de Belém no final do século XIX e início do XX[15], criou-se mecanismos de controle de hábitos da população e desodorização da cidade, para sanear a mesma, com medidas profiláticas e também estéticas. A construção de penitenciárias visando o afastamento dos incivilizados e criminosos do local urbano da cultura, era uma questão não apenas moral ou social, mas considerada de saúde pública. A ciência diz, classifica, e regulamenta as regras do natural e cultural, sendo que o natural não dominado pelo cultural pode virar proliferação de epidemias, maus hábitos e inconvenientes a urbes civilizada.

"*Na falta de cadeia pública pelo interior da província, resultão graves inconvenientes, como a impossibilidade de uma bôa classificação no estado geral sanitário. (...) Concluindo, offereço a vossa apreciação, afim de tomeis na consideração que merecer, suggerida por este digno magistrado sobre a creação de uma penitenciária e um necrotério. (...) Tomo a liberdade de lembrar a necessidade de crear uma penitenciária pelo interior, em zona distante (...) A existência de um necrotério é de primeira necessidade*." (Relatório de Governo, 1889)[16].

A modernização, que radicaliza a separação entre natureza e cultura, ou natureza e civilização, que se relacionam contraditoriamente e reciprocamente, não obedece a uma lógica linear e com um único viés, pois ao mesmo tempo em que se tenta excluir os marginalizados para os espaços da natureza, como a Ilha de Cotijuba ou os interiores do estado, a elite aproxima-se da natureza, tentando domesticá-la, para seu prazer organizado, como as construções de casas de veraneio em Icoaraci desde o final do XIX e em Mosqueiro, que passou a figurar como município de Belém em 1904, mas ainda assim

sendo considerados espaços inferiores para moradia efetiva "*as subprefeituras de Mosqueiro e Pinheiro, pela sua situação de verdadeiros subúrbios da capital*" (mensagem de governo, 1907).

Keith THOMAS (1988)[17], em brilhante estudo sobre os ingleses no período de 1500 a 1800, trata das mudanças de atitudes destes diante da natureza e sua domesticação e tipos de valorização advindas com o comportamento moderno. Natureza e cultura, dessa forma, se opõe e se complementam, pois a domesticação da natureza é uma possibilidade modernizadora, mas natureza bruta, sem o alcance da ciência, não possui história, gente, ou valor, como nos lembra Euclides da Cunha sobre a Amazônia, é a última página do gênese, ainda vai ser escrita.

2- A VISÃO DE EUCLIDES DA CUNHA SOBRE A AMAZÔNIA:

Euclides da Cunha esteve em terras amazônicas, oficialmente pelo governo brasileiro, que em 9 de agosto de 1904, o nomeou chefe da Comissão do Alto Purus para fixar as fronteiras com o Peru.

A expedição durou um ano – de dezembro de 1904 a dezembro de 1905. Consultou antes da viagem relatos de viajantes, relatórios administrativos, mapas das expedições anteriores. Leu Humboldt, Spix e Martius, Luiz Agassiz, Bates, Chandless (leu o relatório da expedição realizada pelo inglês William Chandless em 1861).

Com uma narrativa impessoal, mas apresentando significativos sentidos de dubiedade e ambivalência sobre a natureza, escreveu sobre a Amazônia e sua experiência de Viagem, que foi publicada em 1909, após sua morte, com o título À Margem da História, juntamente com artigos que escreveu para jornais e outros trabalhos.

Sobre os rios, suas águas e as terras amazônicas, Euclides da Cunha narra que "*tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta*"(CUNHA, 2000:123)[18]. "*As Ilhas formam para se destruírem, ou deslocarem-se incessantemente. As ilhas trabalhadas pelas mesmas correntes que as geraram...*" (Ibdem: p.122). "*A inconstância tulmutuária do rio*" (Ibdem: p.123). "*De fato, o que sobremaneira impressiona é o espetáculo da terra*

profundamente trabalhada pelo indefinido e incomensurável esforço dos formadores do rio". (...) "dos efeitos da dinâmica poderosa das águas" (Ibdem: p.135).

Percebe-se, portanto que na tentativa da escrita impessoal, entrelaça imaginação e razão sobre a Amazônia. Quanto ao Homem e a natureza, novamente aparece a ambigüidade do Homem produto de seu meio, mas também uma espécie de 'homúnculo', que apagado diante da grandeza da natureza, faz dela sua prisão e com isso sua característica admirável e maior vitória, pois viver minusculamente diante da grandiosa ação da natureza é um grande feito.

"*Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem*" (Ibdem: p. 125). "*Compreende-se sem dúvida a vida vegetativa sem riscos e folgada*"(Ibdem: p. 125). "*Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tulmutuária e estéril*" (Ibdem: p.126). "*Porque os Homens que ali mourejam- o caucheiro peruano com suas tanganas rijas, (...) o nosso seringueiro, com os varejões que lhes impulsionam as ubás, ou o regatão de todas as pátrias que por ali mercadeja nas ronceiras alvarengas arrastadas à sirga- nunca intervém para melhorar a sua única e magnífica estrada, passam e repassam nas paragens perigosas, esbarram mil vezes a canoa num tronco caído há dez anos junto à beira de um canal*" (Ibdem: p.141). "*E os homens são admiráveis- vimo-los de perto; conversamo-los*" (Ibdem: p.155). "*A beleza moral das almas varonis que derrotam o deserto*" (Ibdem: p.155). "*Aqueles caboclos rijos não são efeitos do meio; surgem a despeito do meio; triunfam num final de luta, em que sucumbiram, em maior número, os que se não aparelhavam dos mesmos requisitos de robustez, energia e abstinência*" (Ibdem: p.156). "*Realmente, o caucheiro não é apenas um tipo inédito na história. É, sobretudo, antinômico e paradoxal (...). É um caso de mimetismo psíquico de homem e bárbaro para vencer a barbárie. É Caballero e selvagem*" (Ibdem: p.167). "*É o homúnculo da civilização*" (Ibdem: p.168).

De acordo com a própria percepção euclidiana, o pequeno Homem quase invisível diante da grandeza amazônica, sugere a ação destruidora do tempo da história, da fuga do tempo da história, ou melhor, da terra sem história. Considerado por alguns autores como

um romântico e também realista[19], com uma escrita que representa o seu tempo, a visão euclidiana enaltece a possibilidade da civilização dominar a natureza, fazer dela seu aliado e não sua ameaça. É assim que percebe a Amazônia, natureza que pode ser adequada a grandeza civilizatória, ao Homem. Terra que deve ser escrita e assim ter história.

3- CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Com visão realista-romântica, Euclides da Cunha denunciou, em tom de protesto, a exploração dos seringueiros, ou caucheiros, nas relações de trabalho em meio amazônico, no início do século XX, meio este cheio de florestas e rios que encobriam o Homem, que ainda viria a existir e ter importância diante do polvo de matas e águas que não o deixavam ser civilizados. As intervenções nas ilhas, neste caso Cotijuba, considera esta como espaço vazio, na qual o Homem, os 'marginalizados', iriam ocupar estes locais. Desta forma, em ambas as situações, contextos, visões e concepções, a Amazônia não têm história e as Ilhas não têm memória.

Há a necessidade de compreender a Amazônia como construção social, percebendo a mesma, *"(...) onde Euclides da Cunha afirmava não existir a história, as vivências de homens e mulheres que, desde quatro século atrás ou mais, estavam longe de ter vivido uma 'agitação tulmutuária e estéril' em suas plagas*" (NETO, GUZMAN, 2002)[20], de desnaturalizando a idéia de cultura como erudito, urbano e civilizado, aos moldes da sociedade industrial, capitalista ou européia, reconhecendo, no entanto, a importância das leituras realizadas sobre a Amazônia em seus vários contextos, incluindo a obra euclidiana.

---

[1] UFPA- e-mail: mdergan@ufpa.br
[2] PERIÓDICOS. *Revista Pará Onde,* Edição 3, Ano 1, Junho, 2000.
[3] PERIÓDICOS. *Revista Amazônia- Roteiro Turístico*, Editora nº13, Janeiro/ Março, 1999
[4] BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
[5] PERIÓDICOS. Jornal *O Imparcial*, de 07/01/1933, de 09/06/1936, de15/07/1936. Biblioteca Pública Arthur Viana- CENTUR, Belém-Pa.
[6] Fontes orais e Relatório de Pesquisa realizada na área "Transformações Recentes na Base produtiva da Ilha de Cotijuba"-UNAMA, 2002.
[7] COIMBRA, Cunha. *Magalhães Barata e o Pará*, 1ª Edição, Volume1, RJ, 1945.
[8] Entrevista com Teodorico Rodrigues, realizada em 1991, Relatório de Pesquisa citado.
[9] Entrevista realizada em 03/01/2005.
[10] SAMUEL, Rafael. *Teatros da Memória* in: Projeto História nº 14, PUC/SP, 1997.
[11] Entrevista realizada em Cotijuba, 04/01/2005, com ex -representante policial da Ilha.
[12] FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *Belém dos Imigrantes- História e Memória*, 2004.
[13] Como por exemplo ANTUNES, M. Penas e Sistemas Repressivos. 1925.
[14] MENSAGENS de Governo 1907. Arquivo Público do Pará.
[15]Consultar SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 2002.

[16] RELATÓRIO DE GOVERNO, 1889. Arquivo Público do Pará.
[17] THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
[18] CUNHA, Euclides da (1886-1909). *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos*. Hilton Rocha (Coord.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
[19] Verificar: VENTURA, Roberto. Retrato Interrompido da vida de Euclides da Cunha, Mauro Carvalho e José de Santana (orgs), 2003; e também GALVÃO, Walnice (org). Euclides da Cunha-História. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1984.
[20] NETO, José Maia e GUZMÁM, Décio de Alencar (orgs). *Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

CONFLITO E GOVERNO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII: A INVASÃO ESPANHOLA NA CAPITANIA DE SANTA CATARINA EM 1777

João Rafael Moraes de Oliveira[1] - UNESP/Assis

1) A formação dos limites territoriais na América Meridional e a colonização

A ocupação territorial da parte Sul da América foi marcada por um intenso conflito entre Portugal e Espanha. Tais disputas, que duraram cerca de três séculos, deram ensejo a negociações e celebração de Tratados entre esses dois reinos Ibéricos para fixação dos limites territoriais americanos. Assim, a conformação das fronteiras sul-americanas pode ser entendida a partir dos esforços colonizadores despendidos por esses países.

Segundo Antonio Carlos Robert Moraes, *a colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaço*[2]. É um processo que se caracteriza pela expansão territorial e *implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão*[3]. Assim, podemos pensar que em cada *região colonial* no Brasil, agregou-se uma diferente valorização ao espaço, a qual dependeu, sobretudo, dos recursos naturais existentes.

Caio Prado Júnior, destaca, ao estudar o processo de formação dos limites meridionais no Brasil[4], a interação de fatores geográficos e históricos, e sobre a historiografia do assunto questiona: *Não haverá fatos mais gerais, mais profundos que condicionam a todos aqueles acontecimentos particulares, sucessos ou reveses diplomáticos ou militares?*[5].

Entendemos, então, que os motivos que levaram Portugal a ocupar e criar um Governo regional na parte meridional do Brasil, em meados do século XVIII, com sede na Ilha de Santa Catarina, não estão ligados somente a questões geopolíticas e militares, mas também a interesses econômicos, com vistas ao enriquecimento da Coroa e de comerciantes luso-brasileiros.

Da mesma forma, para tentar compreender as razões que moveram o processo de efetiva colonização desta região, deve-se levar em consideração o contexto no qual elas

estão inseridas. Segundo Fernando A. Novais[6], o final do século XVIII e início do XIX marcam um período importante na relação entre Portugal e suas colônias, principalmente o Brasil. Este é um período em que as tensões estruturais superam as condições de equilíbrio do sistema causando uma crise estrutural do "Antigo Sistema Colonial". Ou seja, *ao funcionar plenamente, o sistema de colonização da época mercantilista promove a acumulação originária que, aliada a outras formas de acumulação, desencadeiam a passagem para o capitalismo industrial*[7].

Esta conjuntura de crise *se mostrava mais agravante no Reino lusitano pelo fato particular de sua completa dependência econômica à produção colonial, fonte geradora do comércio monopolista e de fortalecimento do poder real*[8]. Por isso, o plano político luso-brasileiro de enfrentamento da *Crise* visava superar as deficiências do sistema econômico vigente, através da exploração "racionalizada" dos recursos naturais da colônia, além de preservar a unidade do império português[9].

Acreditamos que o estudo do conflito entre Portugal e Espanha, marcado pela invasão da Capitania de Santa Catarina, em 1777, e a política de apropriação dos recursos naturais desta região, pode auxiliar no entendimento dos desdobramentos políticos e a mobilização de grupos para manter unido o império luso na América no final do século XVIII.

2) Santa Catarina: região estratégica e apropriação de recursos naturais.

Situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a Região do Prata, e por ser o último porto apropriado para reparo e abastecimento de água e alimentos de navios, esta Ilha consistia em parada obrigatória dos navegadores que se destinavam à Região Platina. Tornou-se, assim, cobiçada por espanhóis e portugueses, que passaram a revezar-se no seu uso até o século XVIII.

Por volta do final do seiscentos, havia um forte interesse luso-espanhol em resolver o impasse da colonização e da definição dos limites da região meridional americana. Do lado português, manter os territórios conquistados que *constituíam agora um campo de*

exploração econômica definida e necessária aos mercados coloniais e metropolitanos[10]. Do lado espanhol, obter o controle da Região do Prata.

No início do século XVIII, portanto, a situação começou a definir-se. Portugal lança mão de um projeto de povoamento definitivo e de exploração de Santa Catarina, para dar sustentação à conquista da parte meridional da colônia. A primeira providência tomada pela Coroa portuguesa, nesse sentido, aparece num expediente remetido pelo Rei D. João V, ao governador do Rio de Janeiro, Antônio Brito Meneses, em 1717, onde se demonstra o intuito de melhor conhecer as possibilidades de exploração e qualidades ao redor da Ilha de Santa Catarina[11]. A partir daí, o Conselho Ultramarino de Lisboa realça as qualidades e a necessidade de dar início ao projeto colonizador da Ilha de Santa Catarina.

O segundo passo foi, então, a criação da Capitania de Santa Catarina em 1738, com a Ilha e a terra firme adjacente, desincorporada da jurisdição da Capitania de São Paulo, passando à subordinação do Rio de Janeiro. Foi seu primeiro governador, o Brigadeiro José da Silva Paes (1739-1749), enviado ao Brasil com vistas à defesa do Sul. Coube a ele a tarefa de construir uma estrutura militar, edificando Fortalezas e Fortes, e estabelecer um povoamento definitivo na região.

Desde logo, a Capitania teve como vila-capital a povoação de Nossa Senhora do Desterro, na Ilha. Existiam, também, como vilas, São Francisco e Laguna, às quais se acresceram, a partir de 1748, outras, e em 1820 foi incorporado o planalto, centralizado na vila de Lages, até então pertencente à Capitania de São Paulo.

Como as pequenas povoações litorâneas não apresentavam uma densidade populacional capaz de ocasionar o aproveitamento e defesa da terra, Silva Paes solicita, procurando demonstrar à Coroa a conveniência, a vinda de novos casais imigrantes. Assim, mandou o Rei D. João V publicar editais nas ilhas dos Açores, em 1747, com o fim de serem transferidas pessoas, deste arquipélago densamente povoado, para Santa Catarina e o sul.

Com esta imigração açoriano-madeirense e a fortificação do litoral, o projeto português de colonização da parte meridional do Brasil pode ser viabilizado[12].

Dessa forma, podemos dividir em dois períodos o processo de formação histórica da Capitania de Santa Catarina: o primeiro, por volta de 1738 (data da criação da Capitania) até 1777 (data da invasão espanhola), período este marcado pelo reconhecimento, povoamento, defesa e início da exploração dos recursos da região; o segundo, de 1777 até 1822 (quando Santa Catarina passa, como Província, a incorporar o Império brasileiro), período de intensificação da exploração dos recursos naturais, sobretudo, nas armações de baleia e expansão do comércio com outras regiões.

Todavia, fica claro, na historiografia, que Santa Catarina não se situava entre as áreas coloniais onde se concentravam as principais atividades exportadoras, como o açúcar e a mineração. Mas, como vimos, revelava-se uma área de interesse da Coroa portuguesa, não apenas como um ponto estratégico para manutenção do seu vasto território, mas tendo em vista, também, a exploração de outros recursos na região. Portugal arrecadava na Capitania, através da concessão de monopólio, os direitos referentes à pesca da baleia, à passagem de animais, ao corte de madeira, ou ainda, à cobrança de dízimos reais[13]. É de se considerar, ainda, a função de abastecedora de gêneros alimentícios da praça do Rio de Janeiro, sobretudo de farinha de mandioca.

Foi, portanto, com o desencadeamento deste processo de colonização da região meridional da América, por parte da Coroa portuguesa, e a anulação do Tratado de Madri, que a relação entre Portugal e Espanha tornou-se crítica. Esta precisava garantir o livre acesso ao Rio da Prata, agora ameaçado pela expansão luso-brasileira. E como o conflito não fora resolvido diplomaticamente, os castelhanos recorreram à força das armas, enviando a maior armada naval já vista, até então, na América com fins militares.

3) A invasão da Ilha de Santa Catarina, reações e mobilidade política.

A situação entre lusos e espanhóis se agravou ainda mais quando, comandados por D. Pedro de Cevallos, os castelhanos tomaram, em 1763, a Colônia do Sacramento e regiões do Rio Grande de São Pedro. Diante desse avanço espanhol, o governo metropolitano português preparou-se, buscando reforçar o sistema defensivo da Ilha de

Santa Catarina. As instruções a respeito do que deveria ser feito para conter a investida dos castelhanos partiam do ministro do Rei D. José I, Marquês de Pombal, ao Vice-Rei do Brasil, Marquês do Lavradio[14]. Todas estas cartas de Pombal, inclusive as dirigidas ao Brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça, então governador militar encarregado de defender a Ilha, reiteravam o interesse da Coroa pela região.

Porém, em fevereiro de 1777, a força naval espanhola chegou à enseada de Canasvieiras, na Baía norte da Ilha de Santa Catarina, e dali invadiu todo o território ilhéu "sem resistência alguma" dos militares luso-brasileiros, incumbidos da sua defesa, provocando a retirada das autoridades e parte das tropas para o lado do continente.

Não nos interessa aqui esmiuçar os aspectos militares do "conflito"[15], salvo ressaltar o descompasso entre as ordens metropolitanas e a administração colonial, principalmente, em relação à área meridional. Interessa-nos os seus desdobramentos políticos, uma vez que, reavendo a região junto aos espanhóis, os políticos luso-brasileiros deixam entrever os interesses que a Coroa nutria pela Capitania de Santa Catarina; além de podermos entender as práticas políticas e administrativas definidas após a devolução da Ilha, marco de uma nova fase histórica da Capitania.

As negociações tiveram início após a morte de D. José I e a ascensão de D, Maria I. Em 1º. de Outubro de 1777 a Rainha portuguesa assinou com D. Carlos III, Rei da Espanha, o Tratado de Santo Ildefonso. Embora com prejuízo no sul da América, Portugal recebeu de volta, pelas cláusulas deste contrato, a Ilha de Santa Catarina em 30 de Julho de 1778.

Uma série de documentos atesta esta mobilidade política da administração colonial portuguesa no intuito de não perderem espaço no sul da colônia. São documentos expedidos no período da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso até a posse definitiva de um novo governador português da Ilha. O primeiro conjunto[16] refere-se a correspondências do Vice-Rei, D. Luís de Almeida, marquês do Lavradio, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as cartas do ajudante Manuel da Costa Silveira. Este se encontrava em Santa Catarina, no território que não fora invadido, para informar sobre a guerra contra os castelhanos. O segundo[17], são cartas do Vice-Rei ao

Coronel Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, nomeado para o cargo de Governador da Ilha em 23 de abril de 1778, atinentes à conduta que este deveria tomar nas negociações de devolução da Ilha.

Em carta de 8 de Novembro de 1777 a Martinho de Melo e Castro, o Marquês Vice-Rei revela a situação de incapacidade de defesa da Ilha e pede providências, pois:

> *[...] no caso de continuar a guerra que eu não tenho meios, com que possa [assistir] a Esquadra, e as Tropas. Os vendimentos desta Capital destinados a este fim, são muito poucos (...) A toda a Marinha deve-se infinito, estão precisados de ter vestuário (...) Eu espero que V. Eª. queira dar as precisas providências, a fim de se poderem executar as Ordens que a Rainha Minha Senhora for servida determinar. (...) Eu me acho igualmente falto de balas de todos os Calibres; falta-me também Artilharia grossa para as Fortalezas, e mais postos que defendem esta Capital*[18].

Desta forma, transparece que os recursos destinados ao auxilio e reestruturação da Capitania mal davam para cumprir as instruções básicas, quais sejam, a defesa e a fortificação da Vila Capital. Cabe-nos, então, fazer algumas perguntas: qual ou quais os responsáveis por tal situação? O comando metropolitano que não enviava recursos suficientes, ou o próprio Marquês do Lavradio que falhou na sua administração, subestimando a ocupação castelhana? Nota-se, portanto, que após a derrota portuguesa no sul, Lavradio, ao lançar uma série de instruções ao Coronel Francisco da Veiga, busca tanto apontar culpados para a humilhante derrota, quanto estabelecer um "novo projeto" colonizador de Santa Catarina. O teor das cartas do Marquês ao Governador nomeado para a chefia da Capitania, neste momento de transição, revela, ainda, os interesses da Coroa pela região e os meios pelos quais, o centro administrador da colônia, na figura de Lavradio, poderia "recolonizá-la".

Numa carta de 23 de abril de 1778, D. Luis demonstra a sua vontade de "reconstruir" os alicerces da colonização daquela região, ressaltando a importância desta para o aumento dos rendimentos da Coroa, escrevendo que:

> *[...] eu considero aquela Capitania como uma nova conquista em que nos vamos estabelecer de novo, e em que é preciso fazer o seu estabelecimento desde os primeiros alicerces, os quais construídos com a precisa e prudente solidez não só fará a felicidade dos primeiros que ficarem ali estabelecidos, mas a fará também para o futuro a todas as mais famílias que ali se multiplicarem e o Estado terá mais uma Colônia que aumente suas riquezas e no Real Patrimônio de Sua Majestade se aumentarão consideravelmente os meios com que possam reforçar a segurança e a defesa do Estado*[19].

Acreditamos ser de suma importância para ressaltar o que estamos mostrando, uma carta de 3 de junho de 1778, na qual compreendemos, claramente, a determinação de Lavradio em transformar a Capitania de Santa Catarina em um dos "melhores Patrimônios" da Coroa. Nesse intuito, acreditava ele ser necessário que o Governador promovesse:

> *(...) quanto lhe for possível os casamentos de todos os mancebos que estiverem em idade competente (...) mas ao mesmo tempo não consentir que eles deixem de ter uma porção de terras que possam cultivar e, quando não as hajam do Rei (...) obrigar aos particulares que das que têm sem cultura, e que não têm forças nem meios para nelas fazerem as precisas plantações, que as arrendem ou as aforem a estas famílias as porções de que cada uma precisar; (...) Todos eles serão obrigados a ter uma certa criação de gado e seria excelente estabelecer-lhes o costume de criarem para a sua lavoura bestas cavalares (...).A plantação de coxonilha que é muito natural desse País a dou também a V. Sa. por muito recomendada, porque este gênero pode ser um objeto muito considerável (...)*[20].

É, pois, com o intuito de "recolonizar" a Capitania de Santa Catarina que Lavradio instrui o encarregado Francisco da Veiga. Estaria ele buscando diminuir sua "culpa", visto que recebera ordens expressas da metrópole para preparar a Ilha anos antes da invasão espanhola? Ou estaria seguindo um "novo" projeto político, que via na exploração dos recursos naturais da colônia, uma saída para a Crise porque passava todo o Reino lusitano?

Desta forma, entendemos que o simples papel de área estratégica, com sentido estritamente militar, como tem figurado na historiografia que cuidou do assunto, não cobre totalmente o que representou Santa Catarina no contexto estudado. O processo de ocupação da parte meridional do Brasil na época colonial se apresenta como um projeto que visava além do povoamento do território, com a instalação de bases político-militares, o estabelecimento de uma grande produção manufatureira, sobretudo nas armações de pesca de baleia, associada à intermediação comercial portuguesa a serviço da acumulação primitiva de capitais na Europa[21].

---

[1] Mestrando na Universidade Estadual Paulista UNESP/Assis (Bolsista FAPESP).
[2] MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2002, p. 85.
[3] Idem, p. 78.
[4] PRADO JR. Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
[5] Idem, p. 139.
[6] NOVAIS, Fernando A. "O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos". Revista Brasileira de História 4 (7): p. 105-118. São Paulo: Marco Zero, 1984.
[7] NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 143-4.
[8] LYRA, Maria de L.Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p.34.
[9] NOVAIS, Fernando A. "O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos". *op. cit*.
[10] REIS, Arthur C.F. "Os Tratados de Limites" In: S.B. de Holanda (org.). *História Geral da civilização brasileira*. Tomo I "A época colonial, 1º. Volume. 2ª. Ed. São paulo: DIFEL, 1963, p. 365.
[11] SILVA, Célia Maria e. Ganchos *(SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992, p. 31.
[12] Chegaram cerca de 5.000 açorianos entre os anos de 1748 e 1756.
[13] Sobre o assunto ver Walter F. Piazza, "O fiscalismo Português no Brasil: exemplos catarinenses". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de Santa Catarina, Florianópolis, 3ª. Fase, no. 8, 1989, pp. 24-41.
[14] Extratos destas instruções encontram-se em: Oswaldo R. Cabral, "As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia". Conselho Federal de Cultura e IHGB, 1972, p. 116 e 117.
[15] Ver, por exemplo, sobre o assunto: FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espnahóis conquistam a Ilha de Santa Catarina: 1777.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
[16] Documentos oficiais do Arquivo Histórico de Lisboa referentes à Santa Catarina.
[17] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 317 – Out/Dez 1977, DOCUMENTOS (p. 143-169): "A Devolução pelos Espanhóis da Ilha de Santa Catarina em 1778 — Cartas do Vice-Rei, Marquês Do Lavradio, dirigidas ao Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara — Governador".
[18] Documentos oficiais do Arquivo Histórico Ultramarino - Santa Catarina, cx. 5, doc. 7
[19] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *op. cit*. p. 150.
[20] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *op. cit.* p. 152-3.
[21] SILVA, Célia Maria e. *op. cit*.

O LIBERALISMO DO FINAL DO SÉCULO XVIII E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

João Tristan Vargas

Tanto na historiografia nacional como na internacional, o texto legal francês de 1791 conhecido como lei Chapelier, seria o introdutor, no âmbito das relações entre patrões e trabalhadores, do conceito de "liberdade de trabalho", que seria contraditório com a idéia de regulamentação do trabalho e que representaria o nexo fundamental do liberalismo (entendido como *laissez-faire*) naquelas relações. Contudo, tal entendimento nos parece problemático.

Na visão aqui criticada, a lei Chapelier, ao declarar o intento de defesa da liberdade de trabalho, estaria em alinhamento perfeito com o princípio liberal de que o trabalho, por ser mercadoria, tem de ser "livre", como livres devem ser todas as mercadorias. Aqui, liberdade de trabalho seria idêntica a liberdade de comércio: associações de classe e coligações em geral cerceariam a livre circulação de mercadorias. Contudo, cabe uma comparação com o entendimento da idéia de liberdade de trabalho durante a Primeira República, no Brasil. Nesse período, considerado *liberal* pela historiografia pertinente, era admitida no plano institucional a greve pacífica, sem constrangimento de outros cidadãos para que a ela adiram; só o que, pela lei, poderia ser punido, era esse constrangimento.

Na lei proposta na Assembléia Constituinte francesa por Le Chapelier, aprovada em junho de 1791, *liberdade de* trabalho significava *liberdade de* comércio ? Em outros termos, naquele momento o trabalhador foi visto essencialmente como comerciante? Naquele texto, a idéia de que o trabalho é basicamente mercadoria é, de fato, um dos fundamentos do projeto e, de fato, aparece relacionada à idéia de *liberdade de trabalho*.

Na justificação do projeto, previamente é afirmada a relação direta de cada indivíduo, não importa sua condição, com a coisa pública – a cidadania sendo definida por

essa relação, a qual é, por sua vez, a um tempo, dependente da afirmação da igualdade geral e sua implicação. Chapelier diz, na justificativa de seu projeto[1]:

"Deve-se, sem dúvida, permitir a todos os cidadãos que se reúnam; mas não se deve permitir aos cidadãos de *certas profissões* que se reúnam para seus pretendidos interesses comuns. Não há mais corporação no Estado; não há senão o *interesse particular* de *cada indivíduo* e o *interesse geral*. Não é permitido a ninguém inspirar aos cidadãos um *interesse intermediário*, *separá-los da coisa pública* por um espírito de corporações."

Não são admitidos como legítimos os grupos formados por pessoas com interesses *específicos* comuns, com o objetivo de defender esses interesses. "Certas profissões" quer dizer "profissões específicas": não é permitido aos *ouvriers* carpinteiros, por exemplo, reunirem-se para defender seus interesses específicos, porque não devem mais existir interesses de grupo, e sim apenas o interesse particular e o interesse geral, que se relacionam diretamente, sem intermediação de espécie alguma.

O cidadão, como indivíduo, deve relacionar-se diretamente com a *res publica*. Permitir acordos entre indivíduos com interesses determinados (distintos dos dos outros cidadãos) seria permitir a conseqüente formação de corpos separados dentro da nação, seria separar o cidadão da coisa pública fazendo surgir entre ambos um "interesse intermediário". Chapelier conclui: "É preciso, portanto, remontar ao princípio de que é às convenções *livres*, de *indivíduo a indivíduo*, que cabe fixar a jornada para cada operário; (...)" (Grifos nossos.)

Só é livre o acordo entre um indivíduo e outro. Acordos entre grupos, ou grupos e indivíduos isolados, não podem ser livres: nesse caso, intervém a pressão do grupo, que se destaca do conjunto da nação ao se arrogar uma norma distinta – um privilégio – que destrói a igualdade jurídica. O princípio da liberdade está aqui intimamente ligado ao da igualdade.

O objetivo do projeto é "prevenir tanto as coalizões que formariam os operários para fazer aumentar o *preço* da jornada de trabalho, como aquelas que formariam os empreendedores para fazê-lo diminuir" (grifos nossos). Neste trecho, o operário é considerado como alguém que *vende* seu tempo de trabalho; o "empreendedor", por conseqüência, como aquele que o compra. Ambos estão – como indivíduos – ligados pelo mercado de trocas. Sua igualdade é determinada, neste específico relacionamento, por sua condição de agentes naquele mercado. É esta determinada condição que, nesse texto, iguala trabalhadores e patrões, permitindo definirem-se regras iguais para uns e outros. E é *somente em atenção a essa condição* que tais regras são definidas. Isso não significa porém que, na concepção que embasa o documento, a condição de patrões e trabalhadores seja considerada a mesma. Apesar de fundamentar seu projeto numa noção abstrata de igualdade, Chapelier reconhece que a condição de trabalhador envolve o risco de queda na miséria e na dependência do patrão:

"Sem examinar qual deve ser razoavelmente o salário da jornada de trabalho e admitindo apenas que deveria ser um pouco mais considerável do que é no momento [murmúrios], e o que digo neste ponto é extremamente verdadeiro, pois em uma nação livre os salários devem ser suficientemente consideráveis para que aquele que os recebe esteja fora desta dependência absoluta que produz a privação dos artigos de primeira necessidade e que é quase aquela da escravidão. (...)"

Se, como agente no mercado, o operário é igual ao patrão, sua condição não se esgota nessa igualdade: ela implica o perigo de se cair em condição semelhante à de escravo. Chapelier reconhece a necessidade de impedir um rebaixamento do salário que leve o operário à condição de "dependência absoluta". A idéia do trabalhador como vendedor de seu trabalho não exclui, na formulação de Chapelier, a de um proletariado obrigado pela necessidade de sobrevivência a se submeter a um patrão.

A extinção das corporações (ou "associações", "sindicatos" etc., posteriormente) não se faz em nome de uma distinta "liberdade de trabalho" ou "liberdade de trabalho e indústria" e sim, de liberdade *em geral* (abstrata), fundada na igualdade (igualmente abstrata), esta, um princípio fundador. É por isso que Chapelier pode pretender proibir que "os cidadãos da mesma ordem ou profissão, os empreendedores, os donos de oficina aberta, os operários e companheiros de um ofício qualquer" nomeiem presidente, secretários, síndicos, efetuem registros, tomem decisões ou deliberações e constituam "regulamentos a respeito de seus alegados interesses comuns". Nesse caso estariam fundando sua ação e organização em interesses específicos, distintos dos dos outros cidadãos; estariam ferindo o princípio da igualdade e, com isso, o princípio da liberdade. As justificativas das associações operárias para obter autorização de funcionamento – socorrer os doentes e sem trabalho – seriam enganosas porque as caixas beneficentes que para isso eram criadas tenderiam a fazer renascer as corporações. Isso ocorreria por exigirem "a reunião freqüente de indivíduos de uma mesma profissão, a nomeação de síndicos e outros funcionários, a formação de regulamentos" e por esta via fazerem ressurgir "os privilégios, as maestrias etc." As funções daquelas caixas caberiam ao Estado (Chapelier atribui, aqui, como bem notou Rosanvallon[2], um papel assistencial ao Estado). A garantia da liberdade para o trabalho e a indústria é uma *decorrência*, no texto, da proteção à condição de cidadão, esta, baseada em sua condição de "igual" e, conseqüentemente, "livre".

A idéia de liberdade de trabalho nem mesmo pode contrapor-se, em princípio (isto é, sem estar relacionada a outras referências), à legislação do trabalho. Chapelier considera operários e patrões iguais *enquanto agentes que se relacionam no mercado de trocas* e *para essa relação* propõe a proibição das coalizões, que, no texto em questão, atingem a liberdade de trabalho. Este é o foco principal da lei, mas não é o único. Nada na lei Chapelier autoriza afirmarmos que, na concepção que a fundamenta, a noção de

liberdade de trabalho seja contraditória com a idéia de regulamentação do trabalho por meio de leis. Pelo contrário, um de seus títulos (o III) trata "das obrigações entre os operários e aqueles que os empregam". O artigo 9º trata dos casos em que os contratos de aprendizagem podem ser rescindidos. Um dos casos ali mencionados é aquele em que "o aprendiz é obrigado a dar, para substituir retribuição pecuniária [pela aprendizagem recebida], um tempo de trabalho cujo valor julgar-se exceder o preço ordinário das aprendizagens". Caso o aprendiz seja obrigado a ficar mais tempo que o devido, o mestre deve pagar-lhe uma indenização, sendo cada jornada excedente paga ao menos pelo triplo do valor ordinário (art. 10).

São regulamentações mínimas. Boa parte do texto da lei é ocupada por dispositivos relativos ao *livret* para anotações patronais, que tem a "utilidade" também de provar a condição de trabalhador (ou, em outros termos, de obrigar ao trabalho ou, ainda, de restringir os deslocamentos dos pobres): "Todo operário que viaje sem estar munido de uma caderneta desse modo visada [pelo *maire* ou seu substituto, sendo nela indicado o lugar para onde o trabalhador pretende ir] será reputado vagabundo, e poderá ser punido como tal."

Contudo, forçoso é admitir que a lei Chapelier *não* pode ser considerada como um documento que funda o princípio da não-intervenção governamental no mercado de trabalho: associações de classe não podem regulamentar as relações de trabalho, mas nada impede que *o governo* o faça. Nenhum princípio contra essa regulamentação é declarado no preâmbulo ou no corpo da lei. Mais: ao reconhecer a possibilidade de o operário cair em condição semelhante à de escravo por dependência absoluta do patrão e ao excluir a possibilidade de os trabalhadores defenderem-se coletivamente, decorre daí caber *ao Estado* a proteção do trabalhador contra os abusos do patrão: é este o caso mencionado na lei (artigos 9 e 10) – se o mestre obrigar o aprendiz a ficar além do tempo correntemente admitido para pagar o período de aprendizagem, será obrigado a indenizá-

lo. A fixação desta regra em lei, por mínima ou pífia que seja, é evidência (que não seria indispensável para a conclusão que vem a seguir, mas a reforça) de que aquele papel (*a proteção do trabalhador contra os abusos do patrão*) faz parte da concepção que fundamenta a lei Chapelier.

Seria míope de nossa parte (como já pareceu a Jaurès[3]) acreditarmos que o texto representava apenas a expressão direta de interesses patronais. Parece-nos bastante possível que, por um lado, nas condições de terrível embate entre facções políticas na época, o grupo então dominante acreditasse prioritário, para manter-se como tal, prevenir o aparecimento de focos de contestação em associações operárias e, que, por outro, houvesse uma real intenção, da parte de muitos dos que apoiaram a medida, de realizar a utopia da relação direta cidadão/coisa pública, central num projeto de nação que pretendia abolir as corporações e seu "espírito".

Contudo, frente à ultra-regulamentação do trabalho e da atividade econômica em geral no Antigo Regime, a lei Chapelier não implicaria, na prática, uma *desregulamentação*? Sem dúvida. Porém, com isso, no período que ela inaugura, a legitimidade da regulamentação não desaparece, mas se coloca em outro registro, em outro contexto, com outras significações: é a regulamentação *dentro do liberalismo*. Se esta formulação parece paradoxal, devemos afirmar que não é senão uma decorrência do caráter que identificamos na lei Chapelier, que, também para este pesquisador, aparece como fundadora de um novo período.

Para entendermos a diminuta dimensão da regulamentação do trabalho presente na lei Chapelier, um dado que deve ser levado em conta (embora não seja o único) é o quadro histórico da indústria na época, na França: o trabalho é, em muito larga medida, artesanal, feito em pequenas oficinas ou em domicílios rurais; seu parcelamento entre diversos indivíduos, quando ocorre, é bem reduzido; mecanização na indústria, a custo enxergá-la-íamos em caráter excepcional e localizado. A variedade de situações de

trabalho não-agrícola é considerável. O *ouvrier* daquele tempo não é, de modo algum, o operário da indústria moderna. Compreende-se que, nessas condições, a idéia de criar-se regras legais gerais para o trabalho não se colocasse enfaticamente. Seria um canhestro anacronismo esperarmos encontrar num texto francês do final do século XVIII uma proposição de leis de trabalho que sequer lembre as reivindicações de operários dos séculos XIX e XX: as relações de trabalho eram muito outras.

Tudo considerado, não se pode deixar de concluir que, para Chapelier, se o operário era igualado ao patrão enquanto agente no mercado de trocas, isto é, enquanto vendedor (de força de trabalho) e, por isso, nesse aspecto de suas relações com o patrão, devia respeitar regras válidas igualmente para este, tal qualidade (de agente no mercado) não esgotava a condição de operário, uma vez que se reconhecia nesta última o risco de queda na dependência absoluta do comprador da força de trabalho.

Aceitos os passos assinalados até aqui, impõe-se a conclusão: a lei Chapelier *não* inaugura no plano institucional um regime de *laissez-faire* nas relações de trabalho nem representa um momento em que tal concepção houvesse logrado hegemonia. Admitir isso implica aceitar que *a proibição de associações operárias não é contraditória, em princípio, com uma ordem institucional da qual não se excluam medidas governamentais de proteção ao trabalhador, em outros termos, uma ordem que não exclui a idéia de regulamentação das relações de trabalho*.

Isso não quer dizer que a ojeriza a leis de trabalho não houvesse aparecido explicitamente em falas diversas no período aqui abordado, nem que patrões, indiferentes a qualquer debate a respeito do assunto ou mesmo a quaisquer medidas governamentais porventura aprovadas, não se tivessem aproveitado de um regime *de fato* de *laissez-faire* em suas relações com a mão-de-obra. O termos escolhido o nível institucional para objeto de discussão aqui não significa que acreditemos bastar o estudo de leis, decretos etc. para se entender as relações efetivamente existentes num determinado momento

histórico; é óbvio porém que o decidido naquele nível representa um importante indício dessas relações e não pode ser desconsiderado.

Vale acrescentar que obras como a de Adam Smith[4], por mais visibilidade e aceitação que tenham tido, não representam senão projetos – que, no caso do economista escocês, podem ser considerados em boa medida utópicos[5]. Contudo, talvez devido justamente àquela visibilidade, tais textos acabaram por compor um *contexto* no qual dão o tom, assujeitando interpretações históricas até os dias atuais.

---

[1] Os trechos da justificativa de Chapelier e do texto legal aprovado, citados a seguir, foram tirados de: IMBERT, Jean; SAUTEL, Gérard; BOULET-SAUTEL, Marguerite. *Histoire des institutions et des faits sociaux* (X^{e}-XXe siècle). Paris: Presses Universitaires de France, 1956, p. 279-281.

[2] ROSANVALLON, Pierre. *La crise de l'État-providence*. Paris: Seuil, 1981, p. 44-46.

[3] JAURÈS, Jean. *Histoire socialiste de la Révolution Française*. La Constituante. [190?] A obra aparece em vários volumes, de 1901 a 1904.

[4] SMITH, Adam. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril, 1983. 2 v.

[5]Referindo-se a outro contexto, o do mercado de cereais no século XVIII, Thompson qualifica o modelo de Smith (de "uma economia natural e auto-reguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos"), como "supersticioso". O termo parece ter sido utilizado devido à comparação que Thompson faz do modelo *laissez-faire* com o modelo paternalista, qualificado daquela mesma forma por Adam Smith. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 160-164.

A POLÍCIA E O MOVIMENTO OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

João Tristan Vargas

Neste texto, contraponho-me à idéia de que, na Primeira República, a ação reivindicatória operária era tratada fundamentalmente como questão de polícia, havendo em relação a ela uma *política* governamental basicamente repressiva. Examinando-se múltiplos casos colhidos na documentação disponível, notam-se alguns traços *constantes* na ação governamental neste campo: a recusa do anarquismo como interlocutor legítimo, o favorecimento a formas de associação operária que não se chocassem com a concepção de *ordem pública* da época, como o cooperativismo etc. e a repressão quando se considerava estar em jogo essa ordem. Concluímos que a dificuldade em se afirmar uma tal *política* está no próprio caráter *privado* do acesso aos meios de repressão fornecidos pelo Estado.

Examinando-se os relatos de ação da polícia nas greves daquele período, constatam-se freqüentes indícios de que os policiais envolvidos em atos de repressão à movimentação operária mantinham, com os patrões aos quais favoreciam, laços muito próximos e de que esses laços não se explicam pela referência a uma política de Estado e sim por compensações de diversas ordens, entre as quais a distribuição de propinas. Assim, quando o jornal *A Nação* fala, a respeito das greves de sapateiros e sapateiros de 1902-1903, no Rio, que a polícia está "a serviço dos patrões"[1], devemos compreender que essa atitude não significa uma constatação do que seria de esperar de uma ordem institucional (como, por exemplo, um periódico de esquerda comentaria a ação da polícia nos tempos da ditadura militar). Com essa expressão, designa-se um fato que *se contrapõe ao que se esperaria dessa ordem*. Portanto, o historiador precisa *detalhar* as motivações dos envolvidos no ato: se a ordem legal não o exige expressamente, há que haver alguma compensação para quem age e com essa ação favorece aos patrões.

Em dezembro de 1903, o jornal *A Nação* envia advogado para tentar soltar 5 grevistas. Obtido do chefe de polícia a soltura de 3 deles, o jornalista fica sabendo, destes, que "o

escrivão da delegacia e o agente pediram 100 mil réis a cada preso, garantindo-lhes a soltura". O articulista comenta: "É possível também que estes subalternos sejam *agentes diretos* dos gananciosos e implacáveis patrões que, esses, não cansam em armar tropeços e ardis [grifos meus]."[2] Se é possível soltar os grevistas por meio de propina, é provável que os subalternos estivessem agindo por conta própria, empregando os meios de força a sua disposição e enquadrando pelos recursos legais, da forma mais aproximada que conseguem, seus atos e obtendo, posteriormente, o aval do chefe de polícia. Nessas condições, ser agente – *direto*, como diz o jornal, isto é, sem intermediários ou intermediação – dos patrões implica em algo mais que a obediência a uma suposta *política do Estado*. Se a soltura de um operário podia render algum, por que não também a sua prisão?

A Nação, noticiando que o *chefe de polícia*, Cardoso de Castro, havia baixado uma circular aos seus delegados auxiliares ordenando abertura de inquérito sobre reclamações a respeito de abusos policiais, denuncia ação do inspetor da 4ª delegacia, que havia prendido um sapateiro sob acusação de vadiagem e registrado no auto de flagrante: "*estava 'perambulando' na esquina das ruas da Alfândega e Uruguaiana, às 8 horas da manhã*." O jornal comenta: "Não é preciso insistir nisso para que se veja a insolência do esbirro a serviço e *a soldo* dos industriais sapateiros perseguidores dos operários [grifos meus]"[3]. É preciso registrar, aqui:

1) o ato do chefe de polícia ordenando punições aos subordinados que agissem com arbitrariedade mostra, qualquer que seja a efetiva disposição de fazê-lo, o reconhecimento de uma distância entre as determinações dos superiores hierárquicos e a prática dos subalternos;

2) a possibilidade de os patrões estarem *comprando* os serviços dos policiais é algo que nem chega a espantar o jornalista, que a indica – como fato – sem maiores comentários ("esbirro a serviço e *a soldo* dos industriais").

Como esses, há múltiplos outros exemplos, daí até o final da década de 1920, em diversos dos quais aparece até explicitados os valores pagos aos policiais.

Sem dúvida, há casos em que a ação da polícia não se explica apenas por pagamento de propina. Muitas vezes, é assegurada por relações privilegiadas, como parentesco, amizade do patrão com policiais ou pelo próprio fato de o empresário fazer parte da polícia. No caso da greve geral de 1907, iniciada em maio, em S. Paulo, outro motivo fez-se valer.

Nesse movimento, durante cerca de duas semanas, a polícia não interveio senão para garantir o direito de fura-greves a trabalhar (ou seja, para assegurar a *liberdade de trabalho*). Durante esse período, registraram-se muitas vitórias em muitas categorias de trabalhadores. Porém, no dia 14 de maio, a Federação Operária de S. Paulo é invadida e seus líderes presos. A data coincide com a solicitação da Vidraria Santa Marina, no dia anterior, de garantia da liberdade de trabalho para seus operários, que haviam entrado em greve no dia 11, e com a entrada dos tecelões na greve, no dia 13.

É importante notar que a Santa Marina pertencia a Antônio Prado, fazendeiro, banqueiro e industrial com interesses em diversos ramos e também prefeito de S. Paulo. A partir desse momento, as reuniões públicas, de outras categorias, são reprimidas. O exame das datas de intervenção repressiva da polícia é evidência bastante eloqüente de que o poder de solicitação de Prado sobre os serviços policiais foi decisivo no caso. Não podemos deixar de computar, no cálculo dos elementos que contam para explicar esse poder, sua posição como chefe do Executivo municipal e membro influente do PRP. (Mesmo assim, vitórias vão sendo alcançadas em diversas categorias: construções, fábricas de chapéus, serrarias etc.)

Esse mesmo poder já havia sido utilizado por Prado na greve ferroviária de 1906, que entre outras, levantava a reivindicação da jornada de 8 horas.

O governador Jorge Tibiriçá pediu a Hermes da Fonseca a intervenção de forças federais e o governo da União colocou de prontidão dois batalhões do exército. Cruzadores dirigiram-se a Santos. Durante toda a greve, houve um movimento contínuo de prisões, conduzidos os detidos para S. Paulo nos poucos trens que se deslocavam. Os advogados dos grevistas foram impedidos de se comunicar com eles, durante a greve.

A polícia tentava *forçar ao trabalho*: no dia 25, um grupo de trabalhadores de Jundiaí denunciou que contingentes de cavalaria que patrulhavam as ruas da cidade "pegaram operários a laço", e os conduziram à força para as oficinas da Paulista. Em vista disso, os operários decidiram ficar recolhidos em suas casas.

Em suma: foram mobilizadas forças estaduais e federais. O desrespeito aos direitos civis foi total. A repressão foi violenta. *A Terra Livre* sintetiza o comportamento da polícia, dizendo que se colocou *a serviço de uma empresa particular*, ignorando a lei. Todas as instâncias da autoridade agiam concertadamente. A meta era, não apenas preservar a ordem pública, reprimindo possíveis violências dos grevistas, mas *forçar o fim da greve*.

Devemos registrar que a greve ferroviária recebeu o *apoio dos comerciantes* em diversos pontos do estado, inclusive da Associação Comercial de S. Paulo, que acabou rachando por causa disso. O presidente da Associação, Silva Teles, acabou renunciando por ter-se colocado favorável à repressão. Nicola Puglisi Carbone e Egydio Pinotti Gamba, grandes importadores, consideraram procedentes as reclamações dos operários.

Para a decisão de repressão sistemática, pesou o fato de se tratar de um *setor estratégico*? De fato, a ferrovia era um canal de escoamento da produção para exportação. Mas a atividade de importação também dependia da mesma forma da ferrovia. Como explicar então a *ausência de unanimidade no âmbito dos comerciantes*, com os maiores importadores colocando-se contra o recurso à repressão?

A figura de Antônio Prado é central para a compreensão de todo o episódio. Era o presidente da Companhia, como seu maior acionista, além de fazendeiro, banqueiro e industrial com interesses em diversos ramos e prefeito de S. Paulo

Assim, empresários estabelecidos com fábricas de sapatos ou de chapéus no Rio de Janeiro necessitam alegar outras razões que não a greve em si para obter a intervenção da polícia, ou recorrer a meios mais diretos para fazer a polícia agir em seu favor, como o *pagamento* de esbirros, ao passo que Prado, membro influente daquilo que podemos chamar

com toda propriedade de a *oligarquia paulista*, teve *acesso direto* aos meios de que necessitava.

A intervenção da polícia nas greves em fábricas de tecidos em S. Paulo em maio e junho de 1917, antes da deflagração da greve geral em julho, também seguiu o padrão que vimos observando. Como notou Lopreato, o delegado Bandeira de Melo, transferido em maio de Campinas para a delegacia do Brás, assumiu a partir daí "o papel de tutor dos interesses do industrial Crespi". Até então, diz a autora, "(...) o operariado vinha conquistando melhorias nas condições de trabalho, através de negociações diretas com os patrões e de movimentos de reivindicação de caráter pacífico. A polícia, por sua vez, vinha restringindo suas atividades ao guarnecimento das fábricas, quando solicitada pelos proprietários." Outra figura mencionada por Lopreato é o subdelegado do Ipiranga, conhecido por sua solicitude em defender os interesses patronais. Ilustrativo desta é o episódio em que os trabalhadores da fábrica Labor, localizada naquele bairro, tendo decidido fazer um comício na frente do estabelecimento, enviaram um *ofício ao delegado geral* pedindo *sua presença* no dia da manifestação. Esperava-se com isso prevenir confusões com a polícia do bairro – impedir, de acordo com o documento enviado, que "pessoas mal intencionadas possam perturbar a reunião, alegando depois ter sido o barulho promovido por nós operários". O delegado geral interino mandou para lá o delegado da Liberdade e o evento transcorreu sem incidentes.

Lopreato diz que o fato "(...) acabou por revelar um descompasso entre as atitudes das autoridades policiais superiores e os seus subordinados. Estes, eram constantemente acusados pelos trabalhadores de praticarem arbitrariedades contra pacatos cidadãos, enquanto aqueles eram, com freqüência, chamados a prevenir ou a reparar os deslizes dos seus subalternos."[4]

Contudo, no momento em que a greve é geral, a polícia age de forma centralizada. Isso não pode surpreender, obviamente: o confronto assume feições de embate militar; a centralização da ação é decorrência lógica. As iniciativas de conciliação, nas quais autoridades

governamentais tiveram parte, originam-se de necessidade análoga. São duas formas complementares para manter a ordem pública.

Contudo, depois da greve, nota-se uma alteração na orientação do governo de S. Paulo no plano policial. Duas diretrizes passaram a ser enfatizadas (não se pode dizer que tenham sido *adotadas* a partir daí, porque não representavam algo novo): *prevenção de movimentos gerais* e *perseguição aos anarquistas*. Assim, a greve geral de 1917 no início foi vista até com simpatia pelo governo (como o governador Altino Arantes registra em seu diário pessoal), mas depois a *própria generalização dos movimentos grevistas* parece ter passado a ser temida como ameaça à ordem pública, restringindo-se a tolerância apenas aos movimentos isolados. Pelo exame do diário pessoal de Altino, constata-se sua sensação de que se vive uma situação de perigo. Os governantes – se tomarmos o governador de S. Paulo como exemplo – viam no anarquismo de fato um perigo constante e aterrorizante, desde a greve de 1917. Em 1919, Altino acreditou que seria vítima de atentado mortal a ser perpetrado por anarquistas e se preparou para isso, fazendo recomendações a amigos, acertando pagamentos e comungando.

Em conclusão, não havia uma política fundamentalmente repressiva em relação ao movimento operário na Primeira República. O que havia era um acesso diferenciado dos patrões aos meios de repressão, conforme seu poder de influência sobre os policiais: relações privilegiadas com autoridades públicas, coincidência da figura do patrão com a da autoridade e, pura e simplesmente, pagamento de propina. Assim, as grandes fábricas têxteis podiam esperar contar com maior solicitude dos policiais que as pequenas fábricas de sapatos, chapéus ou os canteiros de obras, já que o poder de solicitação do patrão estava relacionado também a sua capitalização (da qual provinha a capacidade de pagamento de propina e eventualmente, por diversas mediações, suas relações privilegiadas com autoridades). Isso não significa que não houvesse variações no modo como cada governo, estadual ou federal, tratava certas movimentações operárias nem que o imperativo de resguardo da ordem pública não fosse uma preocupação colocada em nível institucional. Contudo, a presença das relações

diretas patrões-policiais é tão marcante que não pode ser vista como secundária e sim como o elemento predominante na ação policial sobre o movimento operário.

---

[1] *A Nação*. 11.12.1903.
[2] Id.
[3] Id.
[4] LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917)*. Tese (Doutorado em História). 1996. Campinas: IFCH/Unicamp.

A SEDUÇÃO DA IMAGEM (IMPLANTAÇÃO DA TELEVISÃO NO NORTE GOIANO SOB A ÓTICA DOS JORNAIS)

Jocyléia Santana dos Santos[1]
Doutoranda em História UFPE/CAPES/UFT

A SEDUÇÃO

> ....numa cidadezinha ao norte, acima do paralelo 13, onde não há estradas nem energia elétrica, um cidadão decidiu instalar uma televisão movida a bateria em sua sala de estar. E passou a cobrar ingressos dos televizinhos[2].

Para nós, leitores do século XXI, a matéria pode ser interpretada de várias maneiras. O jornal estaria nos contando uma história comum de um telespectador que utilizava métodos pouco convencionais para adquirir seu sustento. Dessa maneira o relato poderia passar impassível ao leitor comum. Se não fosse a singularidade do telespectador descrito não por seu nome e especificidades mas, por suas motivações...

Por um lado, o jornal O Popular denota uma postura política conservadora uma vez que enfatiza a região norte como desfavorecida ou seja, um lugar " onde não há estradas nem energia elétrica" e como a televisão contrastava com este mundo tão distante da modernidade.

Pode-se argumentar que outro jornal, como por exemplo, o Cinco de Março tinha uma postura política diversa sobre a região ao enfatizar que na cidade de Tocantinópolis havia retransmissão de quatro canais de televisão[3].

Discutir como uma retransmissora de televisão se insere no processo separatista do norte do Estado de Goiás é fio condutor deste trabalho. Os indícios foram encontrados nas fontes pesquisadas, especialmente nos jornais Folha de Goiaz, Diário da Manhã, O Popular, Jornal do Tocantins, Opção, Cinco de Março que apontam como a TV fortaleceu os ideais de independência do norte goiano.

Ingressar na história da implantação da televisão na região norte goiana, hoje Tocantins, é colher as impressões divulgadas pela imprensa sobre as mudanças, sobretudo culturais, provocadas pela chegada da "novidade", nesta região. Mas também perceber que as transformações, conforme mostram os jornais da época, se evidenciam não só no

aspecto cultural, mas teimam em incentivar as ambições separatistas dos moradores e seus líderes.

ANTENAS NO CERRADO

A emancipação era uma das bandeiras dos nortenses, encabeçada por estudantes universitários[4], autoridades e políticos, levantada desde os séculos XVIII e XIX, mas arrefecida no período de 1970, em virtude do recrudescimento do governo militar. Compreender este processo e relacioná-lo à implantação da televisão na região é desnudar as motivações, as influências e os efeitos deste instrumento de comunicação, analisando-os sob a ótica da história cultural utilizando reportagens, histórias descritas através imprensa e contrapondo tais relatos com as lembranças de outros personagens, através da oralidade de suas falas.

O investimento para implantação da primeira emissora de televisão no norte goiano coube ao empresário da comunicação Jaime Câmara, que já mantinha outras emissoras na região centro-sul de Goiás. O grupo de empresas *dos Câmara* era composto de jornal impresso, rádios e emissoras de TV.

A cidade escolhida para empreitada financeira foi Araguaína, distante 1.200 km da capital do Estado, Goiânia. Na visão empreendedora do Grupo, além de Araguaína, o sinal da emissora chegaria a outros dez municípios do entorno.

Por isso, o investimento não se resumia a comprar antenas retransmissoras, construir prédios e contratar técnicos. Cabia também ao empresário, conseguir concessões, convencer autoridades municipais e incentivar a participação da comunidade no negócio, principalmente através de anúncios publicitários.

Para alcançar tal objetivo novos discursos são recriados na década de 70 do século vinte. O progresso advindo das novas perspectivas que a televisão trará ao cotidiano das cidades e das pessoas. Novas práticas culturais são criadas. A “vida real” é transformada em virtude do acontecimento. Táticas que darão ao discurso na mídia uma outra memória.

Tal como aparece na reportagem que descreve como foi a inauguração da estação retransmissora, transformado em momento social,

> A Retransmissora da TV Anhanguera. Canal 2, na cidade de Araguaína foi montada com equipamento moderno - última geração - instalado em prédio próprio e possuindo torre auto-sustentável e antenas de auto-ganho. Todo esse complexo joga imagens e som de alto padrão em uma grande periferia, atingindo as cidades vizinhas a Araguaína, entre elas Colinas de Goiás, Filadélfia, Carolina, Vanderlândia, Porto Franco, Axixá, Tocantinópolis, Araguanã e Guaraí. Houve grande vendagem de aparelhos no município, desde os primeiros testes da TV Anhanguera, a cores e a preto e branco, e os sinais foram recebidos com entusiasmo. Logo após a inauguração, **foi oferecido um banquete de 100 talheres aos visitantes, reunindo representantes das principais famílias do município** além das autoridades civis, militares e eclesiásticas de Araguaína[5].

A reportagem evidencia a importância conquistada pelo evento – a inauguração – para os chamados homens influentes do município representou a oportunidade de veiculação de propaganda política. Expresso no discurso do prefeito João Ribeiro:

> Se a prefeitura fosse instalar, como eram os planos iniciais, uma antena parabólica de transmissão apenas em circuito fechado os custos seriam bem maiores e sua serventia bastante restrita.[...] Por outro lado, por um largo espaço de tempo a Prefeitura não pagará publicidade na TV, visto que, no convênio a Organização Jaime Câmara se compromete a repor o numerário dispendido através de prestação de serviços permutando avisos, anúncios, comunicados e tudo quanto o Poder Público necessita nos meios de comunicação[6].

Entretanto, nem tudo foi consensual neste processo. Houveram correntes contrárias à forma como os investimentos foram realizados, questionamentos quanto a seus malefícios e reivindicações, ainda que pouco ouvidas, manifestas, sobretudo, através dos jornais. Haveria oposição e questionamento à televisão no norte de Goiás? Sim, por vários motivos, como mostram reportagens publicadas pelo Jornal Cinco de Março:

> [....] os habitantes ficam insatisfeitos com a irregularidade das transmissões, às vezes suspensas por até uma semana, sem nenhuma satisfação ou explicação, de maneira que aqueles que gostam de acompanhar os noticiários, filmes e novelas ficam realmente contrariados. Além da suspensão por dias, às vezes "programas são cortados abruptamente, sem nenhum motivo aparente, a não ser o de defeitos técnicos corrigíveis[7].

Estes problemas técnicos seriam reincidentes, pois, segundo as reclamações, impediam a audiência de novelas e outras programações atrativas a população. As reclamações, porém, não se limitavam à ausência de sinal retransmissor do canal, mas também ao conteúdo das programações, considerado enlatado e de pouca atratividade,

> O nosso objetivo é de crítica construtiva, pois de uma coisa estou certo: pior do que está não existe em nenhuma parte do Brasil. A programação de filmes é muito repetitiva e na sua maioria filmes de péssima qualidade[8].

O telespectador nortense cobrava mais investimentos das emissoras na programação e na qualidade da aparelhagem técnica utilizada para a retransmissão. As exigências eram publicadas por jornais não ligados ao grupo Jaime Câmara, na seção de Cartas do Leitor e em colunas opinativas.

O processo de implantação da televisão no norte de Goiás ocorreu, preponderantemente, entre os anos de 1970 e 1980. Os governos pós-64 estimularam a promoção de um desenvolvimento econômico rápido, aliado a concentração de capital, a internacionalização do mercado interno e a convergência geográfica para a região centro-norte do país.

A televisão foi a máquina difusora da ideologia de segurança nacional, símbolo do desenvolvimento e da modernização do governo militar. Durante este período iniciou-se a execução das obras de ampliação e atualização do sistema de telecomunicações, o que permitiu o surgimento das redes de televisão, que passaram a ter uma influência de abrangência nacional na promoção e venda de bens de consumo em larga escala[9].

A noção de integração nacional teve como pano de fundo a supracitada ideologia de segurança nacional, que criou uma ponte entre os militares e os empresários embora as perspectivas fossem diferenciadas. Ambos os setores viam vantagens em integrar o território nacional, todavia, enquanto os militares propunham a unificação política das consciências, os empresários ressaltavam o lado da integração nacional em relação às indústrias[10].

Neste contexto econômico está inserido um novo mercado consumidor, a região norte do país. Impulsionado pela abertura da Rodovia Belém-Brasília e conseqüentemente o surgimento de povoados, futuros municípios, onde serão instaladas as torres de retransmissão do canal goiano de televisão.

A sedução da imagem era idealizada pelas lideranças políticas locais que visitavam Goiânia para solucionar problemas administrativos. Fascinados, retornavam às cidades de

origem e incutiam em seus eleitores o desejo de visualizar as informações propagadas na televisão. O prefeito de Paraíso do Norte, por exemplo, desde agosto do ano de 1976 solicitava ao Departamento de Telecomunicações (DENTEL) a homologação da transmissão de sinais de televisão[11].

Tais conquistas nem sempre eram acessíveis à população e tornavam-se objetos de disputa política e cultural por parte de autoridades administrativas. Essas disputas emergem nos noticiários jornalísticos e em outras fontes impressas, em depoimentos dos funcionários, diretores de TV e integrantes da comunidade em geral[12].

PARA QUEM A TELEVISÃO NO SERTÃO?

Com a televisão, o discurso autonomista consolidava-se, somando-se à tentativa de construção de uma identidade nortense. O canal 2 de Araguaína seria o marco na região porque ofereceria novas possibilidades de empregos diretos, desenvolvimento para o comércio e veicularia propagandas que favoreceriam o crescimento da cidade.

Por outro lado, na perspectiva mercadológica, a formação de redes ampliava o faturamento das pequenas emissoras gerando capital para o investimento noutras partes do Estado. No caso específico, a TV Anhanguera buscou outras possibilidades de investimento e seguiu em direção ao norte. Quando os negócios do grupo Jaime Câmara começaram a crescer, o patriarca vislumbrou a possibilidade de dominar uma das maiores regiões do país em extensão[13].

A estratégia da ocupação amazônica foi uma ambição que passou a fascinar *o Câmara*, que vislumbraram ser possível a conquista do interior através de investimentos no norte do Estado de Goiás, na maior cidade da região, Araguaína. Neste município, a OJC *estendeu um braço* através da TV Araguaína que retransmitia a programação da Anhanguera.

A médio prazo pensava-se desenvolver projetos que cobririam outras partes da Amazônia e Mato Grosso. A justificativa era que a emissora precisava ocupar o Estado para

não perder mercado para as estações de Belém no Pará[14]. A expansão do grupo Jaime Câmara desafiava as condições adversas a implantação da TV no norte, tais como a ausência de sistema de eletrificação permanente na maioria dos municípios e pavimentação da principal rodovia de ligação do Brasil com a região norte, ou seja, a Belém-Brasília mais conhecida como BR 153.

As tentativas iniciais para instalar uma retransmissora de TV encontraram respaldo nas autoridades locais e regionais. Como exemplo, tem-se o requerimento do deputado Wilton Cerqueira, endereçado ao jornalista Jaime Câmara e aos prefeitos de municípios que tinham sido beneficiados com a imagem e o som da Anhanguera, que diz o seguinte ao referir-se a inauguração do Canal 2, repetidora de Porto Nacional:

> É realmente um acontecimento da maior importância sócio-cultural (...), uma vez que a televisão na atualidade é o veículo de informação, divulgação e entretenimento de maior expressão. A televisão vai influir de maneira positiva para a maior integração dessa vasta e rica região do norte do Estado[15].

Os jornais registraram várias manifestações alusivas aos empreendimentos da Organização Jaime Câmara no norte goiano. Em Araguaína, primeira cidade alvo da expansão empresarial, a Câmara Municipal enviou voto de louvor ao grupo.

> A Câmara Municipal de Araguaína por iniciativa da mesa diretora, aprovou, por unanimidade, voto de louvor para a Organização Jaime Câmara por não ter poupado esforços em trazer até nós a imagem direta de TV através do Canal 2. [...] Reconhecidos, os membros do Poder Legislativo sentem-se desconcertados por não poderem dispor de maiores meios para expressar a sua gratidão para com o seu preclaro concidadão (*referindo-se ao empresário Jaime Câmara*)[16].

O sinal da repetidora da referida cidade ultrapassava os limites do Estado, chegando até Carolina, no Maranhão. Assim, os moradores daquela localidade puderam assistir a Copa de 1978 e também se manifestaram gratos pelo episódio, enviando telegrama de congratulações à Organização Jaime Câmara.

O norte goiano mantinha suas características de atraso e aparente abandono por parte das autoridades estaduais e nacionais. Tanto que em novembro de 1978, com o advento da visita do presidente, General João Batista Figueiredo, o prefeito, Joaquim de Lima Quinta, aproveita para cobrar obras de infra-estrutura para o município.

> Senhor General, [...] aquilo que mais nos aflige é a falta de energia elétrica. Eu peço a Vossa Excelência que dê atenção especial à Usina de Tucuruí para que através dela se possa iluminar todo o nosso grande norte e através dessa iluminação nós atendemos todo nosso Norte no que tange à industrialização [...] Eu tenho certeza de que isto faz parte de seu governo porque já conhecemos seus propósitos de implantar aqui cursos superiores, faculdades para que os nossos filhos possam receber aqui mesmo a indispensável educação com a qual eles se sentirão preparados para os desafios deste Brasil que cresce e desponta como uma das maiores nações do mundo[17].

Neste contexto, televisão é sinônimo de modernidade e progresso tanto que neste mesmo discurso, o administrador municipal aproveitou para destacar o papel do Grupo Jaime Câmara no que ele chama de "uma das coisas que mais nos ajudaram ultimamente," referindo-se a instalação da televisão. A edição do Jornal O Popular de 11 de novembro de 1978 destacava a reação da população ao discurso do líder municipal,

> A população de Araguaína foi pródiga em aplausos quando o prefeito Joaquim Quinta, discursando na presença do general Figueiredo, destacou o pioneirismo do Grupo J. Câmara. A referência ao espírito empreendedor do grupo, diversas vezes, gerou aplausos e ovação, pois a população sente que a TV Anhanguera instalou na região decisivos elementos integradores da comunidade[18].

Por trás do discurso de integração, de expansão do progresso, de trazer desenvolvimento para uma região ainda obscurecida pelas dificuldades de acesso, de estradas e atraso social, as motivações econômico-financeiras fundamentavam o investimento do grupo empresarial goiano rumo ao norte do Estado e do País.

Era a tentativa de produzir um consenso em relação ao projeto emancipacionista através dos meios de comunicação implantados pela Organização Jaime Câmara, que tinha na Televisão Anhanguera e no Jornal O Popular seus amplos divulgadores. A televisão não somente informaria o que estava acontecendo, mas também influenciaria na maneira pela qual as imagens e as mensagens por ela transmitidas deviam ser entendidas. O discurso era de que só a criação do novo Estado resolveria os problemas do norte goiano.

NOTAS

---

[1] Historiadora. Professora da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: jocyleia@uft.edu.br
[2] Organização Jaime – Um feudo da comunicação no coração do Brasil. O Popular. Goiânia, p.9, 27 jul.1980.
[3] Tocantinópolis vai ter imagem de quatro canais de televisão. Cinco de Março. Goiânia, p.8, 2 a 8 de fev. 1976.
[4] SANTOS, Jocyléia Santana dos. O sonho de uma geração (Casa do Estudante do Norte Goiano - CENOG e Movimento separatista 1959-1968). Recife: Tese (Mestrado) UFPE, 1996.

[5] Canal 2 de Araguaína já chega a 9 cidades. O Popular. Goiânia, 14 dez.1976. [**grifo nosso]**
[6] Projeto de Lei nº 015/89. Araguaína. Poder Legislativo. Câmara Municipal de Araguaína. Justificativa. P. 1.
[7] Paraíso reclama a transmissão de TV. Cinco de Março. Goiânia, 22 a 28 dez.1979.
[8] Seção Cartas. Cinco de Março. Goiânia, 24 a 23 dez.1979
[9] MENDONÇA, Sônia et all. História do Brasil recente. (1964-1980). São Paulo: Ática, 1991.p. 67.
[10] ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 118.
[11] Prefeito de Paraíso veio tratar da TV. O Popular. Goiânia, p. 5, 11 ago. 1976.

[12] Estão descritas nos jornais pesquisados, nas Atas das Câmaras Municipais .

[13] No caso da Televisão Anhanguera aconteceu um fenômeno típico das filiadas à Rede Globo: 70 % da publicidade era nacional. Neste período, poucos eram os anunciantes locais com condições de desembolsar as verbas exigidas para veiculação da tevê. Paradoxalmente, porém, a Anhanguera não tem como política de vendas buscar o patrocinador. O tempo está tomado e muitas vezes quem se habilita à inserção precisa aguardar uma fila de espera de 3 meses. O Popular. Goiânia, p.9, 27 jul. 1980.
[14] Organização Jaime Câmara: Um feudo da comunicação no coração do Brasil. O Popular. Goiânia, p. 9, 27 jul.1980
[15] Canal Dois no Norte recebe congratulações. O Popular. Goiânia, p.6, 07 jun.1978
[16] Câmara louva TV Anhanguera. O Popular. Goiânia, 29 jun. 1978.
[17] Carolina viu a Copa pela TV Anhanguera. O Popular. Goiânia, 29 jun.1978
[18] Quinta destaca pioneirismo do Grupo Jaime Câmara. O Popular. Goiânia, p.4,10 nov.1978

Dinâmica e integração regional: a evolução e o desenvolvimento da região de São José do Rio Preto

Joelson Gonçalves de Carvalho[1]

A Região Administrativa (RA) de São José do Rio Preto se localiza no noroeste do Estado de São Paulo, sendo composta por 96 municípios**,** divididos em cinco Regiões de Governo: Região de Governo de Catanduva, com 16 municípios; a Região de Governo de Fernandópolis, com 12 municípios; a Região de Governo de Jales, contando com 22 municípios; a Região de Governo de Votuporanga, com 15 municípios e, por fim, a Região de Governo de São José do Rio Preto, com 31 municípios. Nesta RA vivem aproximadamente 1 milhão e 300 mil pessoas. Dos 96 municípios, somente 23 possuem população acima de 10 mil habitantes. Desses, São José do Rio Preto, Catanduva, Mirassol e Votuporanga são os mais densamente povoados. Cabendo destaque ainda a Fernandópolis e Jales.

Breve Recuperação Histórica: da formação do "oeste pioneiro" à crise do café

Muito da formação e da evolução do processo de desenvolvimento da Região Administrativa de São José do Rio Preto já foi exposto em estudos anteriores, em especial no trabalho *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, sob coordenação do Professor Wilson Cano, e no estudo de Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos sobre as RA's de Rio Preto e Araçatuba[2]. Sendo assim, e para os propósitos deste simpósio, nos cabe fazer uma breve caracterização histórica, a fim de reter os traços principais da formação econômica desta região e das características de sua inserção mercantil na dinâmica da economia paulista.

A incorporação das terras mais a oeste do estado[3] de São Paulo à dinâmica econômica paulista está intimamente ligada à expansão da cultura do café. Dentre os fatores mais importantes para a expansão cafeeira e da incorporação dessa região à

dinâmica econômica paulista, podemos destacar a grande disponibilidade de terras pouco exploradas e o tipo de solo, com inclinações suaves e alta fertilidade.

Com o declínio da atividade cafeeira no Vale do Paraíba, em meados do século XIX, os produtores de café começaram a buscar novas terras mais a oeste do estado. O café começou a ser plantado na região a partir de 1884, efetivando deste modo, um povoamento mais consolidado.

O município de São José do Rio Preto tem sua origem em 1852, ano de fundação da Vila de São José do Rio Preto que, por sua localização geográfica, desde cedo começou a desempenhar o importante papel de entreposto comercial. Desde sua fundação constituiu-se em ponto de passagem estratégica para as comunicações através do sertão, servindo de pousada para tropeiros e facilitando o acesso aos mercados de Ribeirão Preto e Araraquara[4].

O caráter desbravador da colonização dessa área acarretou toda uma intensificação da agricultura que, por sua vez, trouxe rápidas implicações para a região. Aumentou o contingente populacional, tanto no campo como na cidade e acarretou o aumento dos núcleos urbanos. Em 1894, Rio Preto foi elevado à categoria de Município e, no mesmo ano, funda-se a Vila de Catanduva.

De forma mais geral, à medida que ocorria a incorporação dessas vastas (e novas) extensões de terras, processava-se o nascimento e a emergência de núcleos urbanos com capacidade para realização de atividades comerciais, estabelecendo, portanto, uma hierarquia das cidades paulistas. Cabe destaque Jaú (1858), Ribeirão Preto (1870), Barretos (1874), São José do Rio Preto (1879) e Bauru (1880), entre outras.

Com a imigração, principalmente a partir de 1880, essas cidades foram se consolidando enquanto centros comerciais e de consumo, dado o entrelaçamento de atividades agrícolas, comerciais, bancárias, de transporte (ferroviários) e outros serviços. Os primeiros migrantes vieram de Minas Gerais, estado em decadência por conta da crise do ciclo do ouro, trazendo consigo, principalmente, a atividade pecuária.

Posteriormente à ocupação feita por mineiros e baianos que se ocuparam das derrubadas de matas e abertura de áreas para exploração, a região conheceu outro forte processo migratório: os imigrantes estrangeiros, notadamente os italianos, espanhóis, árabes, japoneses, sírios, armênios e libaneses que, possuindo menos recursos financeiros, se adaptaram às profissões que a região demandava[5].

A região de Rio Preto consolida-se enquanto região mais dinâmica do então "Oeste Pioneiro" e seu município-sede enquanto "Capital da Alta Araraquarense". Em grande parte, isso se deve à incorporação de novas terras à produção, além de sua cidade-sede ir se constituindo enquanto "ponta de linha" da Estrada de Ferro Araraquara.

Fundada em 1896, a Estrada de Ferro Araraquara (EFA), chega em Rio Preto com sua linha-tronco em 1912, mas por problemas financeiros, fica estacionada aí até 1933.[6] Quanto às cidades que surgiram acompanhando a estrada de ferro pode-se dizer que, a partir destas, consolidou-se uma divisão inter-regional do trabalho, uma rede urbana mais densa e com relações sócio-econômicas mais consolidadas. Originou-se uma hierarquia entre essas cidades, capitaneadas no interior por Campinas e Ribeirão Preto e que, mais a oeste, teria em São José do Rio Preto um epicentro regional de segunda grandeza.

A chegada da ferrovia em Catanduva em 1910 e em Rio Preto em 1912 é de extrema importância para o desenvolvimento da região. Após a chegada da ferrovia, muitos povoados aumentaram consideravelmente sua importância e puderam elevar-se à condição de município. Para citar alguns exemplos: Catanduva (1917), Ibirá (1921), Tanabi (1924), Monte Aprazível (1924), Mirassol (1924), Uchoa (1925), Potirendaba (1925), Nova Granada (1925), José Bonifácio (1926) e Cedral (1929).

Para compreender a formação, o desenvolvimento e a urbanização, não somente da Região Administrativa de São José do Rio Preto, como de todo o estado, é necessário ater-se, antes, à historicidade das relações sócio-econômicas estabelecidas entres os primeiros núcleos urbanos e entre esses e o campo. Apesar de parecer óbvio, essa afirmação não é de todo trivial. A contribuição de Cano[7] esclarece que, ao contrário das demais regiões

brasileiras, no estado de São Paulo, nem mesmo a crise do café (principal *commodity*) implicou em atrasos no desenvolvimento capitalista mais amplo.

A forma como o sistema, denominado por Cano como "complexo cafeeiro", organizou-se política e economicamente[8] propiciou tanto a garantia de alta lucratividade quanto a sua própria superação, dirigindo-se para um modelo mais capitalista no campo, no qual o Departamento de Bens de Produção (D1), mesmo que ainda não desse a tônica do desenvolvimento, ganhou expressiva importância.

Grosso modo, esse complexo cafeeiro apresentava, além da sua atividade principal – o café –, uma gama de outras atividades a ela relacionada. Cabe, como exemplo, a agricultura tradicional, produtora de alimentos e matérias-primas, a incipiente atividade industrial, em especial a do beneficiamento, a implantação e o desenvolvimento do sistema ferroviário, as atividades de comércio, com destaque as atividades ligadas às importações e exportações e todo um conjunto de infra-estruturas como ferrovias, portos, armazéns, transportes urbanos, comunicações. Cabe destaque ainda as atividades ligadas à participação governamental na economia local, principalmente via gasto público.

As necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e expansão das atividades agrícolas, a necessidade crescente de novos meios de transporte, com o deslocamento da produção do café para o oeste, bem como as necessidades de novas máquinas, equipamentos, insumos, entre outros, fizeram com que se extrapolassem, para além das fazendas de café, as atividades complementares como bancos, estradas de ferro, fábricas têxteis, etc. Essas atividades foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes financeiros do próprio complexo cafeeiro.

A exportação do café gerava, para além das divisas utilizadas na importação de alimentos, recursos para a aquisição de todos os bens necessários para as atividades urbanas e rurais, fossem eles bens-salários ou bens de produção.

A transição entre a economia baseada no complexo exportador cafeeiro e a industrialização, segundo Cano[9], se deu nos anos 20 e teve "*extraordinário desenvolvimento capitalista não apenas expandindo o café, mas também alterando sua estrutura produtiva:*

crescem e se diversificam a agricultura, a indústria de transformação, os bancos nacionais e várias atividades terciárias". É bom lembrar que esta década de 1920 é uma década de grandes transformações. De acordo com De Lozenzo e Costa[10], "*de fato, nesse período, o país viveu uma espécie de 'aceleração da história', com a emergência de novos atores políticos (classe operária, camadas médias urbanas, militares) e novas idéias que se expressavam não apenas no plano da política... ".*

Na região oeste de São Paulo, principalmente no município de São José do Rio Preto, entre os anos de 1910 e 1930, acelerou-se e complexificou-se o desenvolvimento urbano, com o surgimento de novos núcleos urbanos e o fortalecimento dos já existentes e dinamizou sua agricultura com o plantio de café, a chegada da ferrovia e, após a crise de 29, o plantio de algodão.

Com a crise de 29, desestruturam-se as bases de sustentação do modelo primário-exportador nacional, com impactos diferenciados sobre todas as regiões brasileiras, sendo que, em São Paulo, o impacto dessa crise será sentido de forma diferente do ponto de vista intra-regional. Consolida-se o centro dinâmico da economia nacional – a cidade de São Paulo – e fortalecem-se os elos econômicos desse centro polarizador com seu interior e com os demais estados brasileiros.

Posteriormente, o algodão veio compensar a queda dos preços do café, dando um novo impulso à região, aproveitando a infra-estrutura ferroviária e fortalecendo a cidade de Rio Preto enquanto entreposto comercial com a instalação das primeiras atividades industriais, a saber: SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), Anderson Clayton, SWIFT e das Indústrias Matarazzo. Todas com o objetivo de beneficiar o algodão, destinado aos mercados interno e externo[11].

Dois períodos, um processo: a articulação comercial (1930/55) e a integração produtiva (pós-1956)

A Grande Crise de 1929 terá impactos de extrema relevância para o conjunto da economia nacional pós-30. Do ponto de vista interno, quebra-se a "espinha dorsal" do modelo primário-exportador, limitando bastante o poder econômico e político da então elite dominante. Do ponto de vista internacional, as restrições causadas pela crise, em especial as limitações de créditos e as dificuldades de importação, conferem à industrialização nacional prioridade para a política econômica, na busca de maior autonomia econômica.

São Paulo concentrava a quase totalidade das inversões industriais e, paralelamente, estava em curso a expansão e diversificação de uma agricultura mercantilizada e moderna. Em termos regionais, segundo Vasconcelos[12], "*observa-se extraordinário avanço da frente de ocupação e incorporação de novas terras à agricultura paulista, sendo que o chamado Oeste Pioneiro passa a participar com um peso fortemente crescente no conjunto da produção agrícola e pecuária do Estado".*

A Região Oeste do Estado de São Paulo consolida-se, nas décadas seguintes à crise, como importante produtora das principais culturas exportáveis do Brasil, como café e algodão, ao mesmo tempo em que ganha expressiva importância na produção de alimentos como arroz, feijão e milho, destinados, em sua maioria, aos núcleos urbanos mais centrais do estado. Em suma, pode-se dizer que a integração da região oeste realizou-se durante o processo de industrialização que se desenrolava de forma bastante específica, sendo considerada, em meados da década de 30, como a principal área produtora agrícola de todo o estado.

A articulação comercial que se estabelece, entre a região de Rio Preto e as demais regiões do estado, se deu a partir de uma produção agrícola diversificada que conciliou pequenas, médias e grandes propriedades em seu espaço. Compôs-se uma classe média rural que irá sustentar o poder econômico urbano.

Resumidamente, essa região, verdadeira "frente pioneira" – uma das mais afastadas do centro metropolitano estadual –, desenvolveu uma indústria tradicional, voltada para os setores menos sofisticados, como alimentar e têxtil. No período seguinte, caracterizado pela consolidação da articulação comercial e o início de uma integração produtiva mais

consistente, essa indústria, até então tradicional, terá uma ampliação para os ramos mobiliários, vestuários e de minerais não-metálicos.

Na segunda metade dos anos 50, rompem-se os constrangimentos à industrialização nacional em bases mais capitalistas, típicos da fase anterior, dados pela fragilidade das bases técnicas e financeiras do capital[13]. O período que se inaugura – o da industrialização pesada – a partir de 1956, trará mudanças extremamente relevantes para a dinâmica econômica e para o processo de urbanização paulista.

No que se refere ao movimento mais geral da dinâmica capitalista nacional, percebe-se o duplo movimento da indústria paulista, que, em um primeiro momento, concentra-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (1930-70); e desconcentra-se a partir não só da Grande São Paulo como de todo o estado no sentido das demais regiões paulistas e brasileiras (1970-85).

A título de breves considerações finais podemos dizer que até 1970 a população economicamente ativa ainda estava empregada em atividades do setor primário (aproximadamente 55%) e, no que se refere ao município central da região – São José de Rio Preto[14] –, a partir dos anos 50 apresenta ritmo intenso de crescimento populacional, sendo que a população urbana aumenta quase três vezes entre 1950 e 1970, alcançando cerca de 110 mil habitantes e constituindo-se, como já foi dito, no maior e mais dinâmico centro urbano da porção oeste do Estado de São Paulo. Em 1970 as ocupações urbanas predominavam amplamente no município, que continua sendo, como foi ao longo de várias décadas, o pólo de comércio e serviços de uma ampla área geográfica que ultrapassa os limites do Estado de São Paulo, atingindo municípios de estados vizinhos como são os casos daqueles localizados no Sudeste de Minas Gerais, no sul de Goiás e no nordeste do Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, as políticas públicas estaduais contribuíram com a integração da região de Rio Preto à dinâmica mais geral da economia paulista, consolidando sua inserção enquanto ofertante de produtos agropecuários e agroindústrias e consumidora de diversos gêneros industriais fornecidos tanto pela capital quanto por outras regiões. **A cidade-pólo**

desta região se consolida enquanto entreposto mercantil e de serviços. Esta é, de fato, a característica que distingue a cidade de Rio Preto das demais cidades que também são centros regionais no oeste paulista, ou seja, a permanência, por um longo período histórico, da cidade como pólo de comércio e serviços modernos, que recicla de forma intensa essas funções, intensificando, recorrentemente, sua urbanização.

---

[1] Economista pelo Instituto de Economia da UFU e Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pelo IE/Unicamp. Professor do Centro Universitário de Rio Preto. joelsonjoe@yahoo.com.br

[2] A esse respeito ver: CANO, W. (Coord.) (1988). **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980).** São Paulo: Fundação Seade, 3v. e VASCONCELOS, L.A.T. (1992) **Desenvolvimento Econômico e Urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e Araçatuba**. Campinas. Dissertação de Mestrado.

[3] Até 1960, a Região Administrativa de São José do Rio Preto, junto com as RA's de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília formavam a então conhecida Região do "Oeste Pioneiro".

[4] A esse respeito ver BRUNO. E. S. (1967). **História do Brasil geral e regional**. Ed. Cultrix. São Paulo, SP.

[5] A esse respeito, ver: **Diário da Região: Suplemento Especial,** de 19 de março de 1995.

[6] A EFA "acabou sendo desapropriada pelo governo do estado em 1919 e somente nos anos 30 foi que estendeu sua linha novamente, mas seguindo um outro traçado: fazendo a ligação entre Rio Preto e Porto Taboado (atual Porto Presidente Vargas) – reproduzindo a velha rota do gado – , ligação esta que se completou somente em 1952". GONÇALVES, M. F. (1998). **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista.** Unicamp, Campinas, SP. (Tese de doutoramento).

[7] CANO, W. (1998)**. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp. (30 anos de Economia – Unicamp, 1).

[8] Digo economicamente pois, conforme os apontamentos de Cano *op.cit.*, o complexo cafeeiro conseguiu superar os seus principais entraves materiais à sua expansão, a saber, mão-de-obra e transporte, quanto à faceta política, as ligações dos "Barões do Café" com o estado são conhecidas e cito, apenas como exemplo, as políticas de valorização do café no primeiro quarto do século XX.

[9] CANO, W. (2002). **Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil**, Editora da Unicamp, Campinas. P 162.

[10] DE LORENZO, H. C. e COSTA, W. P. (1997). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. Editora UNESP, São Paulo. P. 8.

[11] VASCONCELOS, *op.cit.*
[12] VASCONCELOS, *op.cit.* p.109.

[13] A esse respeito ver CARDOSO DE MELLO, J. M. (1975). **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998. (30 anos de Economia – Unicamp, 4), Campinas

[14] Para mais detalhes ver VASCONCELOS, *op.cit.*

VIOLÊNCIA E MEMÓRIA: O TRÁFICO DE DROGAS E O ASSOCIATIVISMO NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.

MARIO SERGIO BRUM

No mês de março de 2005 surgiu na imprensa notícias sobre a prisão de William de Oliveira, presidente da UPMMR (União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha), a principal associação de moradores da Rocinha, por estar envolvido com o tráfico de drogas.

Após um ano conturbado na favela, desde a tentativa de invasão da Rocinha na Sexta-feira Santa de 2004, por uma quadrilha rival dos “donos” da época, William se destacou na imprensa por ao mesmo tempo criticar arbitrariedades da polícia na favela e cobrar uma ação mais efetiva do Estado, tornando-se um importante interlocutor entre os vários atores sociais envolvidos com a questão da “segurança” na Rocinha, que alcançou grande repercussão pela notoriedade da favela, mas também por sua localização na Zona Sul do Rio e no principal corredor de acesso à Barra da Tijuca.

O caso de William de Oliveira remete às questões que procuraremos, obviamente sem a pretensão de as dar por encerradas, abordar neste trabalho. A principal delas é o quanto as associações de moradores de favelas estão “envolvidas” com o tráfico e quais as conseqüências deste envolvimento para o próprio movimento comunitário. O fato destes acontecimentos ainda estarem “frescos”, não impede de que o cientista social (seja ele sociólogo, cientista político, antropólogo, historiador, etc.) utilize as questões suscitadas por eles, visto que ocorrem em meio a um processo mais amplo, tanto em sua duração quanto em suas implicações para a sociedade como um todo, e para as favelas em particular.

Em inúmeras ocasiões, a favela para sobreviver teve de funcionar em uníssono: contra um senhorio que quisesse aumentar demasiadamente o aluguel; contra uma tentativa de remoção; para dotar a favela de água e luz, através de comissões ou ‘gatos’;

para trazer obras do Estado para a comunidade. Frente ao Estado que sempre destinou parcos recursos para estas áreas, a união e mobilização dos moradores eram o principal (ou mesmo o único) recurso que as favelas dispunham. Os esforços coletivos para que a favela continuasse a existir e/ou desfrutasse de uma infra-estrutura mínima os levou a se organizar em associações de moradores, canal com o qual se relacionavam com o Estado. Grande parte da mobilização dos favelados foi impulsionada, conforme vimos (nos primórdios), na resistência contra ações de despejo e pela desapropriação dos terrenos onde as favelas se localizavam

Assim, as associações de moradores foram fundamentais na luta para conquistar na sociedade (e nos órgãos de Estado) o reconhecimento do direito da favela a existir a partir do reconhecimento desta como a opção possível e legítima de moradia próxima ao mercado de trabalho. Tanto que um dos primeiros, senão o maior desafio das associações de moradores foi a batalha para inverter o valor da palavra favelado, ou seja, passá-lo de um termo pejorativo, como a sociedade o considerava, em algo positivo, digno, com direito a existir na cidade. Foram elas o instrumento de conscientização dos favelados, que assim, dialeticamente, se constituíam como uma categoria enquanto se mobilizavam. As associações de moradores deram organicidade aos favelados conscientizando-os na luta pelos seus direitos (inclusive a terem direitos), organizando os para resistir à uma tentativa de expulsão, realizando mutirões nas favelas para implantação de melhorias, ou reivindicando-as junto às agências do Estado.

Em suma, foi através das associações de moradores que os favelados conseguiram construir e inserir alguns de seus projetos, bem como alguns de seus representantes ou “aliados”, na sociedade política, como as agências do Estado ou os órgãos do poder legislativo. As associações de moradores das favelas, à diferença das associações do asfalto, desempenharam um papel preponderante na construção e consolidação de suas comunidades, assumindo ainda a responsabilidade pela

organização interna da favela. Em suma, por vários aspectos, elas se constituíram enquanto o poder de fato nas favelas.

A opção de trabalhar com a memória e a história oral na pesquisa que está sendo desenvolvida por este[i] se deve a busca de superar a dificuldade própria de um tema tão 'delicado' em vários aspectos como é a questão do tráfico. Para Pollak[ii] a história oral nos fornece a possibilidade de obter um relato histórico que contemple todos os atores sociais. Assim, é através dos depoimentos de algumas lideranças faveladas que buscamos compreender como as transformações ocorridas nas favelas foram vivenciadas pelo movimento comunitário e quais foram os entendimentos e ações que estas lideranças tiveram frente à estas transformações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990.[iii]

Ao fim da década de 1980, muitos dos problemas que existiam até o começo da década já haviam sido minimamente resolvidos pela atuação do Estado em muitas favelas. Problemas como a permanência no local (ainda que a propriedade do terreno não), algumas obras de infra-estrutura e oferta de serviços. Pode se falar que houve então, um certo deslocamento das reivindicações coletivas de ações que atenderiam a favela como um todo de maneira impessoal por ações que, ainda que sejam benéficas à favela como um todo (programas como o Favela Bairro, Garis Comunitários, ou mesmo um posto médico) o mais importante para a favela, na conjuntura de 'crise permanente' e desemprego que falamos anteriormente, são os empregos que elas geram, que em última instância, são um benefício pessoal. O emprego passa a ser a principal moeda de troca entre o líder comunitário e a comunidade. Sendo ele um benefício restrito, cria a possibilidade dos diretores da associação de moradores basearem suas trajetórias políticas em relações pessoais com os contratados e suas famílias, tornando o clientelismo uma prática comum nas associações.

Estas ações se caracterizaram também por terem sido baseadas em novas formas de relação entre as associações de moradores com o Estado. Por exemplo, com as

associações assumindo o papel de executoras de ações e programas do Estado. Hoje diversos programas da prefeitura e do governo do Estado têm a associação como gestor, recebendo recursos do Estado para que estas ações. Na bibliografia referente ao tema *favela*, são comuns os depoimentos de lideranças que possuem a visão da associação ser algo como uma 'mini-prefeitura'.[iv]

Devemos ter em conta que os recursos do Estado são limitados, e as ações não chegam a todas as favelas de uma só vez, alguns critérios têm de ser levado em conta pelos governos para definir quais serão as favelas beneficiadas, entre eles o político. As associações de moradores passaram a privilegiar a construção das relações com políticos e com a autoridade executiva do momento. Sendo então do interesse das lideranças em cujas comunidades conseguiram a realização de obras (e os recursos financeiros, e os empregos) que permaneça à frente do executivo aquele com o qual a relação já está construída. Vale dizer que este tipo de concepção não era nova no movimento comunitário, a novidade reside no fato que a partir de uma maior inversão de recursos por parte do Estado e das novas formas de relação instituídas (inclusive com a ida de muitas lideranças para os quadros do Estado), criou-se um campo fértil para que ela vigorasse, baseando-se ainda na desmobilização dos moradores ocorrida em muitas comunidades.

Pelas novas formas de relação do Estado com as favelas (e suas organizações) que se aprofundaram nas décadas anos 1980 e 1990, a participação ativa dos moradores na vida organizativa da associação (em assembléias, por exemplo) se tornou dispensável para o seu funcionamento. Até porque pelas relações clientelistas desta com políticos e autoridades do Estado, se tornou mais importante o tamanho da clientela a ser atendida pela associação, pelo que representará em votos posteriormente, do que o número de pessoas que esta organiza. As associações se burocratizaram: recebem verbas, atendem moradores, remuneram seus diretores e funcionários… um dos efeitos imediatos disso é o 'personalismo' e 'caciquismo' que existem em várias associações, com o presidente desta

encarnando em si tudo que se refere à associação, e também centralizando em si todas as decisões. As conquistas passam a se dever mais pelos relacionamentos que determinada liderança possui, ou também como fruto da ação de um político, do que pela luta e mobilização da comunidade. Assim, uma melhoria na comunidade é concebida como tendo sido conseguida graças à 'fulano' ou ao político 'tal', de modo que ocorre a desmobilização da comunidade, que passa a depender destes 'salvadores' ao invés de funcionar como um coletivo. A comunidade então, não percebe suas organizações como um espaço democrático.

Nossa hipótese é de que o tráfico de drogas nada mais fez do que aproveitar diversas práticas já existentes nas favelas: como o personalismo, a relação de clientelismo com a comunidade, o papel de organização interna da favela; conjugando-as logicamente, com modos de operar próprios de uma atividade criminosa, no caso a manutenção do *status quo* (da favela) pela violência (que no fundo, também não chega a ser tanto uma novidade). Da mesma forma que o jogo do bicho anteriormente, o tráfico se apropriou de redes já existentes de relações de trocas de benefícios e favores por 'apoio' a consolidação de um grupo no poder.

As quadrilhas de traficantes do varejo se consolidam a partir da conquista de um mercado onde possa vender a droga, no caso das favelas cariocas, a geografia se torna um fator favorável às quadrilhas tanto pela proximidade com bairros de maior poder aquisitivo quanto à própria morfologia espacial auxilia para a "invisibilidade" quando necessária (para esconder armas e drogas ou no caso de fuga). Os riscos da atividade própria do tráfico, que implica em disputas com quadrilhas rivais pelo território bem como a repressão da polícia às suas atividades implica no controle da favela por parte das quadrilhas como forma de transformá-las num território homogêneo, que não torne possível a presença de possíveis inimigos[v] ou que isso ocorra sem o conhecimento do

tráfico. O tráfico necessita na sua atividade exercer o domínio total do território em que atua.

Uma das maneiras que o tráfico encontrou para fazer isto é baseado em suas relações diádicas[vi] onde os membros das quadrilhas aproveitam suas relações pessoais para possíveis apoios quando necessário. Deve se considerar que não há puramente um cálculo racional nesta relação, sendo muitas vezes relações constituídas pelos traficantes desde a infância, e que buscam legitimidade do seu poder através de auxílios à população. Vale dizer que muitas vezes a comunidade também acolhe os traficantes pelos benefícios que estes trazem. O primeiro deles é que em muitas comunidades os traficantes trouxeram "ordem" ao local, principalmente no que se refere à repressão a roubos, assaltos ou estupros nas favelas, práticas coibidas pelas quadrilhas. O segundo deles são os recursos que o tráfico acaba disponibilizando na favela, além da contratação de mão-de-obra que garante a renda de muitas famílias (mesmo que os pais condenem a opção dos filhos) ou a contratação de serviços, como a venda de quentinhas para a quadrilha. Sendo assim, é muito difícil estabelecer o que é conivência da população da favela com o tráfico. Além dos laços familiares, de amizade e até comerciais, o tráfico impõe respeito e inspira medo, tornando-se necessário haver uma boa convivência dos demais moradores com os traficantes.

A associação de moradores também por ter passado a dispor de recursos diversos (como cestas básicas, facilitações no caso da ser necessário recorrer a algum órgão público e principalmente, empregos) sofistica as relações diádicas com a população da favela, podendo atingir uma clientela maior e de modo mais organizado. Assim, além do controle do território pelo uso da violência, o tráfico viu nas associações de moradores um meio de manter uma relação institucional com os demais atores sociais. Até por que, quando na expansão da década de 1980, o tráfico se torna um poder de fato nas favelas (e atrai a atenção da sociedade), paradoxalmente se torna necessário estar menos

visível. E o uso deste poder significa inclusive ter inserção mesmo na esfera institucional, como um meio de influência, que sirva a sua própria reprodução enquanto poder local, ou como proteção a sua atividade criminosa. Uma forma desta inserção é o apoio do tráfico (inclusive financeiro) a candidatos através da associação, na face mais visível, mas também com a proibição de campanhas de outros candidatos através do recurso à intimidação.

Assim a associação de moradores se revelou o instrumento de mediação do tráfico, estabelecido como poder central na favela, com os demais poderes e mesmo com a população. É através das associações de moradores que o tráfico e os demais agentes apresentam reivindicações, mandam "recados", buscam estabelecer um mínimo de convivência. Não podemos esquecer que há graduações no grau de controle que as quadrilhas exercem sobre as associações de moradores. Em outras palavras, quanta autonomia elas preservam? Ao mesmo tempo em que há associações que preservam uma certa distância dos traficantes limitando-se a uma "convivência forçada" entre estes e as lideranças, há outras associações que os diretores foram apoiados ou até impostos pelo tráfico. De qualquer forma, o espaço de autonomia das associações é bastante reduzido[vii].

Finalizando, queremos deixar claro que o objetivo deste trabalho não foi realizar a investigação sobre a culpabilidade ou não do presidente da UPMMR, William de Oliveira. Mas tentamos analisar o contexto histórico no qual se dá o caso, que é o papel de mediação que as associações de moradores passaram a desempenhar. Devemos considerar que esta foi uma atribuição surgida não só a partir do tráfico, mas das próprias autoridades do Estado, que recorrem a estas quando querem dialogar com o poder central da favela sem legitimá-lo, no entanto (e também sem se comprometerem).

A despeito de qual tenha sido o papel de William, as declarações das autoridades e mesmo a maneira de como o noticiário foi dado na imprensa reforçam a lógica

maniqueísta, imputando às favelas a maior responsabilidade pelo tráfico de drogas. William não é a única liderança comunitária que, por coincidência ou não, possui relações com amplos setores da sociedade, questionando inclusive a forma de atuação das autoridades nas favelas. Algo cada vez mais difícil no movimento comunitário atual.

O tráfico, de diversas maneiras, parece desvendar, não só às favelas, mas à própria sociedade quais são os limites e os desafios da nossa democracia e da construção da cidadania no Brasil. Como qual a possibilidade de nossas instituições (re?)conquistarem a legitimidade perante todas as parcelas da sociedade. É possível construir a cidadania, que acima de tudo quer dizer a inclusão, a percepção de igualdade em direitos, numa conjuntura onde as desigualdades econômicas apontam em direção contrária? Que joga parte da população em áreas dominadas pela violência enquanto outra parte se refugia como pode em condomínios fechados ou atrás de muros, grades e carros blindados.

---

[i] Das Associações de Moradores às ONGs. Trajetórias de lideranças comunitárias de favelas do Rio de Janeiro. PPGH / UFF, iniciada em 2004. Vale ressaltar que os depoimentos a serem utilizados na pesquisa ainda estão sendo recolhidos e analisados, o que não possibilitou a utilização destes no presente trabalho.

[ii] Michael Pollack. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

[iii] Vale dizer que nosso objetivo principal não é explicar e/ou descrever o tráfico, até por se tratar de um tema obscuro. Nosso objetivo é somente analisar como o tráfico se constitui no discurso de várias lideranças como um elemento de ruptura entre épocas distintas do movimento comunitário. Ao analisarmos as implicações do tráfico com o movimento comunitário não nos preocupamos excessivamente com o que realmente se constitui como um *fato* e o que seriam *representações*. Concordamos com Alessandro Portelli [*O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado(coords). *Usos e Abusos da História Oral*- 5 ed.- Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2002], segundo o qual: "*Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que* são *fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações…*"

[iv] Marcelo Baumann Burgos (org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. PUC-Rio / Loyola, Rio de Janeiro, 2002; Mario Grynszpan & Dulce Pandolfi. Poder público e favelas: uma relação delicada In: Lúcia Lippi Oliveira (org.) Cidade: História e Desafios. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002; Anazir Maria de Oliveira et alli. Favelas e organizações comunitárias. Ed. Vozes, Petrópolis, 1993; entre outros.

[v] As implicações culturais disto também são fortes. Através de diversos rituais e símbolos, o tráfico tenta reforçar a identificação da comunidade com o dono do morro, com a quadrilha ou com o comando do qual a quadrilha dominante faz parte, principalmente entre os mais jovens, que cantam os funks "proibidões" ou fazem referências constantes às siglas (CV, TC) destes comandos.

[vi] Marcos Alvito "As cores de Acari – Uma favela carioca". Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001.

[vii] Como demonstrou levantamento feito pela Comissão contra a Violência e a Impunidade da Alerj, que em 2002 apurou que mais de 100 líderes comunitários foram mortos ou tiveram que deixar a favela por causa do tráfico. (*Favela partida*, O Globo – 08/07/2002).

A JUSTIÇA RÉGIA NA CURITIBA SETECENTISTA*

Jonas Wilson Pegoraro** - PPG-UFPR

Neste texto, pretende-se observar, a partir da instalação da câmara municipal de Curitiba, dois pontos. O primeiro é uma concepção de justiça para o Estado português. O segundo, as dificuldades que a justiça régia encontrou nos territórios coloniais permeados por poderes localistas.

Por duas vias, ao longo do século XVI, traços jurídico-administrativos foram transmitidos à colônia americana. Primeiramente, e por um breve período de tempo, através dos donatários que, por meio das cartas de doação, levaram pela primeira vez às possessões americanas a justiça e uma insipiente administração. E em um segundo momento, quando o Estado português buscou assumir o controle sobre sua colônia americana, uma estrutura administrativa muito próxima à utilizada em Portugal vai ser transmitida à América lusa. Segundo Graça Salgado: "*Toda a administração portuguesa instalada no ultramar visava a manter a lucratividade da exploração dessas áreas, fornecendo receitas que permitissem o fortalecimento do próprio Estado. No caso brasileiro em particular, adotou-se a política de, num primeiro momento, conceder privilégios aos particulares que desejassem investir na Colônia (doação de capitanias hereditárias), para, aos poucos, ir retomando tais concessões, quando a exploração se tornasse lucrativa. Os funcionários régios e órgãos coloniais, além de serem responsáveis pela execução da política ditada pela Coroa, estavam diretamente subordinados à administração metropolitana. Desta forma, o Estado luso estendia seus braços pelo ultramar*".[1]

A organização da sociedade na América portuguesa se deu concomitantemente e no interior do processo histórico que encaminhou a formação, na Europa, de Estados centralizados sob a autoridade régia. Tal centralização significou que os monarcas

assumiram a tarefa de "*recolher impostos, manter a força militar e promover a lei*"[2]. Neste contexto, é necessário ressaltar que os domínios do Estado português se estruturam sob a égide do ordenamento jurídico do Reino.

Ciosos da importância da função régia de administrar a justiça, as autoridades civis, que acompanharam o processo de expansão portuguesa, sistematicamente ergueram pelourinhos[3] nos centros administrativos da colônia. Símbolo da justiça e da autoridade real, o pelourinho esteve presente nas terras paranaenses desde o século XVII.

O planalto paranaense foi ocupado, primeiramente, por uma população composta basicamente de faiscadores e mineradores de ouro, formando um contingente populacional disperso pelo território. A população curitibana tem, portanto, seu início marcado pela lógica aventureira da colonização. Contudo, com o passar do tempo, ocorreu uma ocupação mais extensiva do local e, com isso, o Estado português, preocupado com a defesa do território frente aos espanhóis, utilizou-se, dentre outras formas, da concessão de sesmarias para incentivar a fixação e exploração da terra. Dessa forma, inicia-se me 1639 nos campos de Curitiba, os povoados com vistas à exploração agro-pastoril.

Contudo, em certo momento, os habitantes reuniram-se para pedir sua regularização frente à Portugal. Embora o pelourinho já estivesse levantado desde 1668, somente em 1693 é que a povoação de Curitiba foi elevada à categoria de Vila. Os moradores requeriam a criação das justiças, "*paz quietasão e bem comum deste povo, e por ser já oje mui crecido por passarem de noventa homes*"[4]. Aos 29 de março de 1693, na capela de Nossa Senhora da Lux e Bom Jesus dos Pinhais, reuniram-se os "homens bons"[5] para escolherem seus eleitores e estes indicarem os membros da câmara municipal, os juízes, o procurador da câmara e o escrivão, organizando assim,

politicamente a vila de Curitiba. Deste modo, no final do século XVII, o modelo português de administração é instituído na vila de Curitiba.

Com as câmaras municipais instalava-se o aparelho do Estado português no território colonial. Com isso, o Estado português veio a estabelecer mecanismos que permitiam às leis de Portugal controlar o ordenamento social na colônia. Neste prisma, é possível ressaltar que a criação de determinada vila compreendia uma certa complexidade, pois, "*(...) criar/fundar um município era muito mais que um mero arranjo de uma pequena povoação. Como ato capital de colonização, ele se revestia de uma complexa fundamentação jurídica, e mesmo teológica, estando acompanhado de diversos procedimentos simbólicos*"[6]. Deste modo, depois de instaladas, as instâncias oficiais do Estado português na colônia ocuparam-se em reproduzir o modelo português de sociedade.

Com isso, o Estado português, através do aparelho administrativo régio especializado, inseriu-se nos espaços de sociabilidades antes permeados por poderes localistas. Esta ação teve por finalidade ministrar a justiça e, assim, exercer um controle mais efetivo sobre a população luso-brasileira.

Uma concepção de justiça para o Estado português.

Ao percorrer a historiografia que tem como temática a justiça colonial na América portuguesa, é possível perceber alguns pontos. Um deles seria que, a partir de um dado momento, o aparelho administrativo metropolitano foi transportado para a colônia americana[7]. Logicamente que existiram peculiaridades para o aparelho administrativo formado nos trópicos, mas ressalta-se aqui o esforço do Estado português na busca por um centralismo administrativo na colônia. Nesta linha, surge a afinidade entre a

administração régia e sua justiça, pois, é através da estrutura administrativa que será possível ministrar e fiscalizar a justiça nas terras coloniais.

Antonio Manuel Hespanha, um dos maiores referenciais para a história das instituições e do direito português, já observou a necessidade de uma revisão historiográfica a respeito da história das instituições do Império português.[8] Assim como, também observa para a falta de um estudo que faça jus à importância dos mecanismos administrativos. "*A pré-compreensão contemporânea do Estado atribui à administração um papel de mera execução de decisões tomadas alhures. A lógica interna do seu funcionamento é desconhecida, sendo-o também o seu papel como instância autônoma de distribuição do poder*" [9].

A "distribuição de poder", comentada por Hespanha, através das instâncias administrativas vem da idéia de que o poder do Estado perpassa toda a estrutura administrativa. Ao considerar que *"o Estado era um amálgama de funções em torno do rei: não havia divisão de poderes ou funções, ao estilo de Montesquieu"*[10], pode-se, observar que o aparelho estatal e suas ações seriam um "prolongamento das vontades régias".

Conforme Hespanha, a aplicação da justiça seria o centro das ações régias: *"a justiça não era apenas uma das atividades do poder. Ela era – enquanto se manteve pura e sua imagem tradicional – a primeira, se não a única, atividade do poder"*[11]. Deste modo, a aplicação das leis portuguesas[12], conseqüentemente da justiça régia, realizou-se através da estrutura administrativa formada na colônia.

Arno Wehling e Maria José Wehling também observam, assim como Hespanha, que o controle e distribuição da justiça foram, "desde pelo menos o século XIII, o mais importante atributo da realeza". Segundo os autores: *"A consolidação do poder absoluto das monarquias da Europa ocidental teve o controle da justiça pelo soberano como aspecto fundamental. A criação do funcionalismo mais ou menos especializado nas*

diferentes funções judiciais e a existência de uma legislação que, gradativamente, aumentava as atribuições reais em detrimento dos costumes e de outros direitos locais foram fatores que contribuíram para definir uma esfera de atuação da monarquia".[13]

Graça Salgado, do mesmo modo, atribui a aplicação da justiça *"uma das preocupações essenciais da Coroa".* Segundo a autora, a justiça seria, na época colonial brasileira, *"sinônimo de lei, legislação, direito"*, ou mesmo *"se referir à organização do aparelho judicial"*[14]. Salgado, com isso, observou que a partir da ordem jurídica se define a formação de quadros administrativos de qualquer Estado[15].

Enfim, quem exerceu o monopólio sobre a justiça colonial foi o Estado português. E ela é, sobretudo, o exercício do poder político régio e a aplicação deste poder no interior do aparelho administrativo construído pelo Estado. Segue-se a isto, a emergência de instâncias que, gradativamente, assumiram funções de "policiar" e "normatizar" a ordem pública[16].

Entretanto, e aqui abordando nosso segundo ponto de observação, este "aparelho judiciário" encontrou, dentro de determinados espaços, conflitos com poderes localistas. Esse poder local era exercido por determinadas famílias que possuíam prestígios em suas redes de relações no interior da sociedade. Porém, nas longínquas terras do sul da colônia americana, os poderes (régio e local) no interior das estruturas jurídico-administrativas do Estado português ligavam-se.

Fazendo um paralelo com os acontecimentos na metrópole, no momento da inserção do aparelho do Estado no território português, os estudos de Hespanha podem aqui, novamente, serem úteis para ressaltar a ligação entre os poderes. Segundo ele: *"Neste mundo da justiça não letrada, que coincidia quase absolutamente com as justiças tradicionais das comunidades locais, a figura central era a do juiz ordinário, figura institucional híbrida, pois gozava de um estatuto que o punha em contacto, ao mesmo tempo, quer com o mundo da justiça oficial, quer com o da justiça comunitária tradicional.*

Formalmente, era um oficial real. As Ordenações obrigavam-no a aplicar o direito real e a seguir a ordem de juízo estabelecida no direito erudito. A forma devia ser, em princípio, a forma escrita. Mas, por outro lado, os juízes tinham muito de magistrados 'tradicionais'. Em primeiro lugar, eles eram cooptados pela (e nas) elites locais. Depois, exerciam os seus cargos sem abandonar as suas atividades normais e sem serem pagos".[17]

Marco Antonio Silveira observou que: "Esta concepção de Estado solidificada a partir da metade do século XVII – e sustentada na premissa de que a sociedade era um prolongamento de sua estrutura, desprovida de interesses legítimos contrários ao poder real – advinha de um tipo de amálgama entre a burocratização absolutista e o patrimonialismo"[18]. Mesmo com a inserção do poder régio nestes espaços antes reservados a poderes locais, Arno Wehling notou que ainda assim os poderes locais não se extinguem. Segundo o autor: *" para entender a estrutura de poder vigente na Colônia é preciso levar em conta a permanente tensão política entre os agentes centralizadores do Estado e a reação das forças locais, tanto na Metrópole como no Brasil ".*[19]

Contudo, independente deste conflito, a estrutura jurídico-administrativa passa a ser o ponto de ação das estratégias reais para o equilíbrio e controle social. Entende-se assim que, com o "aparelho de justiça" do Estado português, promover-se-ia a ordem social almejada pelos súditos.

Assim, observamos que a justiça régia consolidava-se, na colônia, através da estrutura administrativa estatal. Essa estrutura resgatou o papel de aplicação da justiça régia no território colonial e afirmou a figura do Estado português como detentor do monopólio sobre a justiça. As ações do aparelho jurídico-administrativo tiveram por objetivo fortificar o próprio poder régio na colônia.

---

[*] Texto apresentado ao XXIII Simpósio Nacional de História: "História: Guerra e Paz". Londrina. Julho/2005.

[**] Mestrando em História – PGHIS/UFPR

[1] SALGADO, G. (org.). **Fiscais e meirinhos:** a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. p.46.

[2] SCHUWATZ, S. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.** São Paulo : Editora Perspectiva, 1979. pg X.

[3] "O *pelourinho*, por exemplo, serviu de emblema do poder e da justiça real nas vilas e cidades de todo o império português, servindo de ponto de referência tanto para a punição de criminosos quanto para a divulgação de medidas governativas". *In:* VAINFAS, R.(dir.) Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro : Editora Objetiva, 2000. pg 338.

[4] BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURYTIBA. Fundação da Villa de Curytiba. Vol.1, 1668 á 1721. Curitiba : Typ. E lith. A vapor Impressora Paranaense , 1906. p.4.

[5] "Homem Bom" foi uma expressão utilizada na América Portuguesa, que refletia uma atitude mental típica do Antigo Regime, incapaz de considerar os indivíduos nascidos iguais e portadores dos mesmos direitos. Eram o sangue, a linhagem, a ocupação e os privilégios que estabeleciam as diferenças. Assim "Homem Bom" era aquele que reunia condições para pertencer a um estrato social, distinto bastante para manifestar a sua opinião e exercer determinados cargos. Em nosso caso, no Brasil Colônia, associava-se em particular àqueles que podiam participar da "governança" municipal, elegendo e sendo eleitos para os cargos públicos que, então, estavam reunidas nas câmaras, principais instâncias da representação locais da monarquia. *In:* VAINFAS, R.(dir.) Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro : Editora Objetiva, 2000.p. 284.

[6] SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Monumenta**. MARCONDES, Moyses. Documentos para a História do Paraná. Rio de Janeyro, Typographia do Annuario do Brasil, 1923. Curitiba : Aos Quatrro Ventos, 2000. p.6.

[7] "(...) estudar a administração colonial no Brasil implica considerar, necessariamente, as características do Estado português na época, pois a administração na Colônia não passava de uma imagem refletida da metropolitana". *In:* SALGADO, G. (org.). **Op. Cit.** 1985. p.19.

[8] "algumas concepções correntes sobre a história política e institucional do Império português carecem de uma profunda revisão, já que a visão dominante é a da centralidade da Coroa, com as suas instituições, o seu direito e seus oficiais". *In:* HESPANHA, A. M. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.p. 167.

[9] HESPANHA, A. M. Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime. Disponível em: <http://www.hespanha.net/antniomanuelhespanha/id5.html> Acesso em: 20 abr. 2005. p. 35.

[10] WEHLING, A. e WEHLING, M. J. **Direito e Justiça no Brasil Colonial:** o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. pg. 29.

[11] HESPANHA, A. M. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. *In:* _____ **Justiça e litigiosidade:** história e prospectiva. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 385.

[12] Diversificado conjunto de princípios, normas e funções que tem por fim ordenar a estrutura e o funcionamento do Estado e sua sociedade, as Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, eram uma compilação de leis, que regeria, as possessões portuguesas e suas extensões coloniais. "(...) reuniam em um só corpo legal as chamadas *leis extravagantes*, promulgadas, em abundância, no transcurso do século XVI para dar suporte jurídico ao contexto iniciado com a descoberta de novos mercados coloniais." *In:* SALGADO, G. (org.). **Op. Cit.** 1985. p.15.

[13] WEHLING, A. e WEHLING, M. J. **Op. Cit**. 2004. pg. 29.

[14] SALGADO, G.(org.). **Op. Cit.** 1985. pg. 73.

[15] SALGADO, G. (org.). **Op. Cit.** 1985. p.15 e 16.

[16] Ver: CHIERA, P. A "polícia" como síntese de ordem e de bem estar no mocerno Estado centralizado. In: HESPANHA, A. M. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime.** Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p.307-320. e VIVES, J. V. A estrutura administrativa estadual nos séc XVI e XVII. In: HESPANHA, A. M. Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 201-230.

[17]HESPANHA, **Op. Cit**. 1993. p. 428.

[18] SILVEIRA, Marco Antonio. **O Universo do Indistinto:** Estado e Sociedade nas Minas Setecentista (1735-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 46.

[19] WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994. pg. 29.

"DUAS NO PÉ E UMA NA BUNDA": DA PARTICIPAÇÃO TERENA NA GUERRA ENTRE O PARAGUAI E A TRÍPLICE ALIANÇA À LUTA PELA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DA TERRA INDÍGENA BURITI

Jorge Eremites de Oliveira[1]

Levi Marques Pereira[1]

A guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), chamada no Brasil de *Guerra do Paraguai*, e no Paraguai de *Guerra Grande*, *Guerra del 70* e *Guerra de la Triple Alianza*, é apontada na historiografia brasileira como o mais sangrento conflito bélico ocorrido nas Américas. Esse evento também é tido como um divisor de águas na história platina, não apenas na trajetória dos estados-nações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também no processo histórico e sociocultural de muitos povos indígenas (Guató, Kadiwéu, Kaiowá, Ñandeva, Payaguá, Terena e outros).

Apesar da importância do evento, existem poucos estudos apurados a respeito da participação indígena nessa luta armada, sobretudo no que se refere aos contatos e mudanças socioculturais que a partir dele se processaram nos grupos étnicos direta ou indiretamente envolvidos na guerra. Sabe-se, todavia, que muitos indígenas atuaram diretamente no conflito. Do lado paraguaio, por exemplo, os Payaguá e outros grupos foram somados às tropas de Solano Lopes; do lado brasileiro, por sua vez, os Guató, Kadiwéu, Terena e outros grupos apoiaram o exército imperial na luta contra as tropas invasoras no sul da antiga província de Mato Grosso. No pós-guerra, porém, territórios indígenas foram "objetos de cobiça e exploração" por parte das novas frentes ocupação das sociedades nacionais, conforme Bartomeu Melià[2] avaliou para a história dos Kaiowá, Mbyá e Ñandeva.

Neste sentido, com o objetivo de contribuir para um maior conhecimento acerca do assunto, neste trabalho analisamos, de maneira resumida, a participação terena na guerra, suas conseqüências nos processos de desterritorialização e reterritorialização do grupo e suas significações no âmbito do movimento etno-social pela ampliação dos limites da Terra

Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul, Brasil[3]. Os estudos ora apresentados fazem parte de uma perícia produzida para a Justiça Federal no Estado (Autos n° 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande); foram concluídos, também, por meio de observação participante, incluindo o registro e análise de histórias de vida e memórias genealógicas, acrescidas do estudo de fontes textuais e da literatura etnológica, além de pesquisa arqueológica e etnoarqueológica[4]. Trata-se de um trabalho interdisciplinar que proporcionou, no campo teórico e empírico, a aplicação concatenada de procedimentos metodológicos próprios da antropologia, arqueologia e história.

Sobre os Terena, eles constituem um grupo étnico descendente dos antigos Guaná-Txané das regiões do Chaco e Pantanal, cuja língua está filiada à família lingüística aruák, assim como também é o caso dos Laiana e Kinikinau. Até fins do século XIX, os Guaná-Txané estavam organizados e se distinguiam em vários grupos éticos, segundo resumiu Gilberto Azanha: "*Terena (ou Etelenoé)*, *Echoaladi*, *Quiniquinau (Equiniquinau)* e *Laiana*. Os índios mais velhos reconhecem ainda hoje os termos *Etelenoé*, *Laiana* e *Quiniquinau*, e distinguem, quando inquiridos, os descendentes dos 'laiana' ou 'quiniquinau'. Mas para o público externo, todos atualmente se reconhecem como 'Terena'"[5]. A emergência de uma identidade terena abrangente a vários grupos étnicos da tradição cultural dos antigos Guaná-Txané, como os Laiana e Kinikinau, já estava em processo na época das pesquisas de Fernando Altenfelder Silva[6] e Roberto Cardoso de Oliveira[7].

No período colonial, séculos XVI, XVII e XVIII, grupos Guaná-Txané estavam estabelecidos nas regiões chaquenha e pantaneira, denominada em terena de *Êxiva*, as quais devem incluir partes dos atuais territórios do Brasil, Paraguai e talvez da Bolívia[8]. No Brasil, a região *Êxiva* abrangia, sobretudo, áreas que a partir da segunda década do século XVIII foram denominadas pelos monçoeiros de Pantanal, em especial a porção meridional que vai da altura do município de Corumbá até o rio Apa, em Porto Murtinho, atual Mato Grosso do Sul[9].

Desde o século XVIII, quando Portugal expandiu seus domínios em direção ao Pantanal, com vistas à exploração de ouro e posse de importantes vias fluviais, os Guaná-Txané mantiveram suas aldeias nas proximidades de povoados e fortificações militares luso-brasileiros. Essas aldeias não estavam isoladas entre si, mas ligadas por redes de relações sociais dentro de um amplo território. A presença de aldeias aruák em pontos estratégicos para a Colônia, e depois para o Império, também fazia parte de uma geopolítica maior, cujos propósitos eram o de usar índios como muralhas do sertão e guardiões das fronteiras, como é amplamente conhecido na historiografia e na literatura antropológica mais recente.

Na segunda metade do século XIX, quando foram produzidos muitos relatos de viajantes e documentos oficiais da Diretória Geral de Índios, havia uma aldeia kinikinau na localidade de Mato Grande, atual distrito de Albuquerque, em Corumbá, e outras aldeias kinikinau, laiana e terena nas imediações do Presídio de Miranda.

Em todos esses lugares grupos lingüisticamente aruák comercializavam, desde tempos coloniais, alimentos diversos, tecidos, redes e outros produtos nos estabelecimentos oficiais da Colônia, e depois do Império, por vezes para o estabelecimento de relações de aliança com os luso-brasileiros. Em Mato Grande, por exemplo, ainda na segunda metade do século XIX, foi fundada a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, na qual padres capuchinhos realizaram trabalho de catequese entre os Kinikinau e entre famílias de outros grupos étnicos ali aldeados, a exemplo do Guató. Em 1864, com a iminência da invasão paraguaia ao sul de Mato Grosso, o frei Mariano de Bagnaia e algumas famílias indígenas deixaram a missão e se refugiaram na banda mais oriental do Pantanal, às margens do rio Miranda. Eles atravessaram o rio Paraguai, talvez nas imediações de Porto Esperança, localidade por onde Claude Lévi-Strauss passou na década de 1930 rumo ao território kadiwéu[10], e buscaram refúgio em Miranda, região ocupada pelos Guaná-Txané desde tempos imemoriais[11].

Dessa forma, os antigos Kinikinau, Laiana e Terena, atualmente se auto-identificando como Terena para a exterioridade, atuaram como atores históricos importantes na expansão e consolidação de um grande território à Coroa de Portugal e, posteriormente, ao Império do

Brasil. Na opinião de Kalervo Oberg[12], os antigos Guaná-Txané chegaram mesmo a manter uma espécie de simbiose com o exército brasileiro. Isso teria ocorrido pelo fato deles também possuírem uma organização militar e clânica favorável a contatos dessa natureza.

A partir de fins de 1864, com a guerra iniciada por conta da invasão paraguaia ao sul de Mato Grosso, os Guaná-Txané passaram por uma abrupta situação de mudança.

Na época, havia 10 aldeias em Miranda, as quais perfaziam cerca de 4.000 pessoas, segundo registrou Alfredo d'Escranoglle Taunay, principal cronista da guerra e um dos primeiros etnógrafos, por assim dizer, a descrever esses grupos lingüisticamente aruák [13]. A presença de tropas paraguaias na região forçou uma diáspora ou dispersão territorial de muitas famílias indígenas ali estabelecidas. Uma das rotas de fuga foi em direção a Serra de Maracaju, fato este também descrito por Taunay. Em suas palavras: "Dentro em breve nos morros se concentravam todos os dispersos da zona de Miranda. Em fins de 1865, ali se achavam em lugar seguro, onde o inimigo não se aventurava a aparecer"[14]. Segundo o próprio autor, essa região serrana funcionou como um "seguro refúgio à perseguição paraguaia"[15].

No entanto, ao contrário do que muitos antropólogos e historiadores propuseram, desde antes da guerra alguns *troncos* já estavam assentados e haviam feito *fundações* na Serra de Maracaju, inclusive na região de Buriti[16]. A bem da verdade, de acordo com a memória genealógica do grupo, a ocupação terena inicial em Buriti não decorreu da guerra, mas foi intensificada a partir desse conflito. Por volta da década de 1850, no mínimo, alguns *troncos* estavam estabelecidos na região. Na época, grupos Guarani e Ofayé-Xavante também estavam estabelecidos nas proximidades, o que configura a região serrana de Maracaju como uma área multi-étnica. Foi ali que eles receberam parentes e aliados vindos de Miranda e outras localidades, os quais naquelas serranias encontraram um lugar seguro para viver de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Algumas explicações merecem ser apresentadas em tempo. Para os Terena de Buriti, *tronco familiar* tem sentido de grupo de parentes articulado em torno da figura de um líder, geralmente o mais velho, chamado de *tronco*, isto é, o articulador de um número

variável de famílias nucleares. A idéia de *aldeia* por eles recorridos tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território, geralmente se referindo à noção de lugar ocupado por um ou mais *troncos familiares*. Por vezes, indivíduos de um mesmo *tronco* se referem à área de seus antigos assentamentos como sendo uma aldeia. Na realidade, todos os *troncos* sempre estiveram inseridos em uma rede de alianças que de fato constitui, aí sim, uma aldeia em seu sentido mais sociológico. Isto porque uma aldeia pressupõe autonomia em termos matrimonial, religiosa e política, por exemplo, algo que é praticamente impossível de ocorrer dentro de um único *tronco*, haja vista o fato dele não existir de maneira isolada em relação aos demais *troncos* vizinhos. Do ponto de vista da arqueologia, a área ocupada por um ou mais *troncos familiares*, chamada de *aldeia*, pode ser interpretada como uma *unidade de ocupação*, ou seja, o espaço ocupado por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, aliança e reciprocidade. Cada antiga unidade familiar pode corresponder a um ou vários sítios arqueológicos, cuja implantação na paisagem está ligada a uma lógica particular de sistema de assentamentos e parentesco, incluindo a ocorrência de cemitérios e locais de valor simbólico, a exemplo de morros e córregos, cada qual com seu respectivo *dono*. Quando uma família decide fundar um novo *tronco*, os Terena de Buriti denominam esta situação de *fundação.* Daí a explicação para outro termo comum entre eles, o de *troncos fundadores.*

Apesar de muitas famílias terem deixado Miranda quando a região esteve dominada pelos paraguaios, entre 1864 e 1866, os antigos Guaná-Txané chegaram a impor resistência armada contra as tropas invasoras e em defesa de seus territórios. As armas utilizadas na resistência foram as que os militares brasileiros deixaram em Miranda por ocasião da rápida fuga que fizeram diante da invasão das tropas inimigas. Quase que ao mesmo tempo, os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados. Os registros mais importantes e detalhados sobre sua participação nesse conflito bélico platino seguem sendo aqueles produzidos por Taunay.

Com o término da guerra, muitas famílias permaneceram na Serra de Maracaju, constituindo uma grande rede de relações sociais entre si e com as famílias que lá estavam

estabelecidas antes delas. Posteriormente, em especial com o advento da República (1889), várias famílias passaram a enfrentar uma situação conhecida na historiografia e na literatura etnológica como *cativeiro* e, posteriormente, uma outra mencionada como *camaradagem*. Em ambos os casos, tratam-se de formas de exploração do trabalho indígena em fazendas de gado, via de regra relacionada à dependência econômica que lembra uma espécie de regime de servidão ou semi-escravidão.

Ainda nos primeiros momentos da República, o governo central transferiu terras indígenas não tituladas para o Estado de Mato Grosso, incluindo extensões do território terena na Serra de Maracaju. Este, por sua vez, apoderando-se de vastas áreas e desconsiderando a legislação em vigor, em especial a Lei de Terras de 1850 (Lei 601), declarou-as como terras devolutas e depois as repassou a terceiros[17]. Foram esses terceiros que promoveram um processo de esbulho contra as comunidades nativas, contando inclusive com a participação de agentes do próprio Estado.

Dessa situação teve origem grande parte da estrutura fundiária do atual Estado de Mato Grosso do Sul, motivos de muitos conflitos fundiários entre índios e fazendeiros.

Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) implementou uma política oficial de aldeamento, reunindo em um mesmo espaço famílias terena oriundas de vários pontos da Serra de Maracaju, juntamente com aquelas que há muito estavam assentadas em Buriti. Este processo oficial de territorialização, chamado por muitos antropólogos e historiadores de *confinamento*, foi feito sem levar em conta os territórios tradicionais terena, realizado com vistas a dar espaço a novas frentes econômicas de ocupação neobrasileira. Com essa política ficou assegurada aos índios uma área de cerca de 2.000 hectares, havendo, porém, uma drástica redução do tamanho das terras tradicionalmente ocupadas pelos Terena. Isso ocorreu devido a um processo de espólio de suas terras promovido com o apoio e participação de um funcionário do SPI, o chefe do Posto Indígena Buriti, e da própria *captura* de Aquidauana, força policial conhecida pela perseguição a grupos de bandidos, como o bando dos baianinhos. Em muitos casos, durante o processo de esbulho famílias indígenas tiveram até 24 horas para deixarem suas

casas, não tendo tempo sequer para fazer a colheita das roças, o que levou à perda de sementes de variedades tradicionais de plantas domesticadas. Além disso, nessas duas décadas do século XX diversas epidemias, como a de febre amarela, provocaram uma diminuição da população terena na Serra de Maracaju.

Este é um assunto que de tão polêmico que é já foi parar nos tribunais, pois envolve uma antiga reivindicação terena pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, de 2.090 para 17.200 hectares, cuja sentença proferida na Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, em 2004, foi desfavorável à comunidade indígena.

No segundo semestre de 2003, quando da realização dos estudos periciais, uma importante liderança de 85 anos de idade, Armando Gabriel, ao analisar a situação sócio-histórica vivida pelo grupo, argumentou que os Terena receberam do governo imperial apenas três botinas por lutarem ao lado do exército brasileiro na guerra contra o Paraguai: “duas no pé e uma na bunda”.

Essa é uma avaliação que remete, em um primeiro momento, à idéia de reciprocidade negativa: os Terena participaram da resistência neobrasileira contra a ocupação paraguaia no sul do antigo Mato Grosso e no pós-guerra, contudo, receberam em contra-partida, por parte do Estado Nacional, o espólio de suas terras. Por este motivo eles passaram a enfrentar um processo de desterritorialização e fragmentação de seu território tradicional diante das frentes de expansão econômica da sociedade nacional. Este fato foi seguido por um processo de reterritorialização em uma pequena parcela de suas terras, até chegarem, enfim, aos dias de hoje, com o processo de retomada e disputa judicial pela posse de uma área maior das terras que ocupavam da época da guerra até a década de 1940.

Em suma, a guerra entre o Paraguai e Tríplice Aliança foi um evento de grande significação na história terena, assim com na história de muitos povos indígenas em Mato Grosso do Sul e outras regiões platinas. Por isso, esse conflito segue sendo apontado, e com propriedade, como um divisor de águas na trajetória de muitas comunidades nativas. Além disso, a participação indígena nesse conflito bélico faz parte de uma memória coletiva

e essa memória, por ser dinâmica, vem sendo constantemente (re) significada pelos grupos diante de novas situações sócio-históricas. Dentre essas novas situações está um movimento etno-social pela *retomada* de parte de antigos territórios indígenas, fato noticiado pela imprensa regional como sendo a *invasão* de propriedades rurais produtivas, de posse legítima e pacifica. Neste contexto, se em um passado não muito distante os Terena eram vistos, por parte de muitos fazendeiros em Buriti, como bons trabalhadores rurais, hoje eles se apresentam como *guerreiros* pintados na luta pela terra. Esta luta é entendida como uma reivindicação legítima e de fundamental importância para a reprodução física e cultural do grupo.

---

[1] Laboratório de Arqueologia, Etnoistória e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, Caixa Postal 322, Dourados-MS (Brasil), CEP 79825-070. E-mails: eremites@cpdo.ufms.br e lpereira@nin.ufms.br. Fones: (67) 411-3645, 9952-5751 e 9972-4830.

[2] Ver, p. ex., MELIÀ, B. 2004. El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos. *Tellus*, Campo Grande, 4(6):151-162.

[3] Sobre a idéia de movimento etno-social, ver PEREIRA, L. M. 2003. O movimento etno-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Tellus*, Campo Grande, 3(4):137-145.

[4] EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2003. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil.* Dourados. (não publicado) (Autos n° 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande)

[5] AZANHA, G. 2004. *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul.* Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. (não publicado)

[6] ALTENFELDER SILVA, F. 1949. Mudança cultural dos Terêna. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v.3; _____. 1976. Religião terena. In SCHADEN, E. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp.268-276.

[7] (1) CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1968. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes.* Rio de Janeiro, Zahar; (2) _____. 1976. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena.* 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves; (3) _____. 2002. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna.* Brasília, EdUnB.

[8] Ver BITTENCOURT, C. M. & LADEIRA, M. E. 2000. *A história do povo terena.* Brasília, MEC.

[9] Sobre o que é, qual a extensão e quais as diferenças gerais entre as regiões do Chaco e do Pantanal, ver (1) EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. *Op cit.*; (2) EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2003. Origens do povoamento indígena do Pantanal: aportes para uma nova revisão arqueológica. *Pós-História*, Assis, 11:159-184; (3) _____. 2004. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal.* Campo Grande, Oeste.

[10] LÉVI-STRAUSS, C. 1998. *Tristes trópicos*. Trad. de R. F. d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras.

[11] Cf. SCHUCH, M. E. J. 1988. Missões capuchinhas entre os Guaná sul-mato-grossenses. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 30:89-131.

[12] OBERG, K. 1948. Terena social organization and law. *American Anthropologist*, Menasha, 50(2):283-291.

[13] TAUNAY, A. d'E. 1940. *Entre nossos índios Chanés, Terenas, Kinikinaus, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs.* São Paulo, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, pp.19-20.

[14] TAUNAY, A. d'E. *Op cit.*, p.37.

[15] TAUNAY, A. d'E. *Op cit.*, pp.33.

[16] Esta tese contraria muitos trabalhos, tanto os considerados como *clássicos* da etnologia terena, citados anteriormente, como outros estudos produzidos posteriormente. Dentre os trabalhos mais recentes, merece destaque a interessante monografia de VARGAS, V. L. F. 2003. *A construção do território terena (1870:1966): uma sociedade entre a imposição e a opção.* Dissertação de Mestrado. Dourados, UFMS.

[17] Sobre esse assunto, ver AZANHA, G. 2001. *A Lei de Terras de 1850 e as terras dos índios...* Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. (não publicado)

A FOTOGRAFIA ENQUANTO TEMA NA REVISTA O CRUZEIRO ENTRE 1955 – 1961: FRAGMENTOS DE UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO DO OLHAR DO HOMEM CONTEMPORÂNEO.

O FOTOJORNALISMO EM O CRUZEIRO

Jorge Luiz Romanello[*]

Com o início da segunda guerra mundial e com as mudanças no próprio caráter comunicativo do periódico introduz-se

> "... o novo estilo de reportagem. Inaugurando a grande reportagem de caráter investigativo, a revista possui ao alvorecer da década 1940 agências em todo o país e correspondentes nas principais capitais do exterior. A II Guerra Mundial é o grande tema dos anos 1940[1]"

O ano de 1943 marcará o início do uso da fotorreportagem com a implantação de uma fórmula desenvolvida pelas revistas européias e americanas. As preocupações em atrair público e em melhorar a comunicabilidade dos veículos foram precoces para o contexto, permanecendo como uma constante. Mas, sem dúvida, a introdução da fotorreportagem - obra de Jean Manzon, francês que veio para o Brasil em 1940, fugindo do nazismo - provoca uma mudança sem precedentes na história da imprensa brasileira. Assentava-se na revista um novo modelo que promoveria em pouco tempo sua reestruturação geral: O surgimento da fotorreportagem foi resultado de dois fatores: do desenvolvimento da fotografia enquanto linguagem e da colocação em prática de um conceito bem definido de edição.[2]"

Ocupando as páginas de *O Cruzeiro* - espaço de primeira linha já constituído na imprensa brasileira - esse modelo de comunicação visual, que facilitava significativamente a leitura do periódico e aprofundava ainda mais sua consagração nacional, fazia o jornalismo avançar para além da tradicional inserção das fotos, em profusão,

> ... consubstanciado pela ruptura com as fórmulas editoriais consagradas que, tradicionalmente, utilizavam o discurso verbal

> como fonte principal de informação na divulgação de notícias. ... ela passou a ocupar um espaço bem maior no corpo das matérias veiculadas ... na verdade o que ocorreu foi uma redefinição do papel da imagem fotográfica ... com efeito fortemente revigorador ...[3]

Este novo perfil colocava *O Cruzeiro* entre as mais modernas revistas do mundo:

> Esse novo método de abordagem jornalística, em que a fotografia tem um papel essencial nasceu com as revistas ilustradas alemãs e francesas entre o final dos anos 20 e começo dos anos 30 e consolidou-se com o lançamento da revista Life, em novembro de 1936. Aos poucos o modelo Life ganhou o mundo. A Francesa Match ... foi a primeira a seguir-lhe os passos, a partir de 1938.[4]

A introdução da fotorreportagem, desencadeia sucessivos aumentos de tiragens, transformando a revista em um símbolo da cultura de massas no Brasil da década de 1950:

> A essa altura [1954], a revista é lida por milhares de leitores. Milhares de leitores que vêem na publicação reportagens não apenas do domínio do excepcional, mas que procura registrar – no momento mesmo do acontecimento – instantes fundamentais para a construção de uma determinada história da nação. A revista constrói-se como testemunha de uma época, reproduzindo, com o apoio sempre da fotografia, momentos que são apresentados como unívocos. Constrói-se dessa forma como produtores de uma história futura. E seus dirigentes e jornalistas sabem desse papel.[5]

A fotografia como tema em o Cruzeiro

O imenso poder comunicativo da fotografia, no esquema editorial da revista, elevou-a rapidamente à condição de estrela, do mesmo modo que os fotógrafos passaram a ter um lugar privilegiado dentro de seu esquema editorial.

Esta condição privilegiada das fotografias e de seus produtores, existia muito em função da formação do olhar do leitor. Este, foi se constituindo ao longo de décadas – mesmo antes da implantação do fotojornalismo. O domínio e o aprimoramento técnico, fez com que ao longo do tempo, cada foto impressa, portasse uma ação pedagógica.

Durante a década de 1950, além dessa relação direta de valorização das fotografias havia outra, paralela, mas igualmente importante. Era a presença da fotografia como tema da revista. Aparecendo de forma bastante esporádica e subliminar, muitas vezes sob o manto da homenagem aos fotógrafos mortos, ou nas retrospectivas anuais – que em geral mostravam uma coleção de flagrantes excepcionais do ano anterior – ou através da cobertura de concursos fotográficos nacionais ou internacionais, onde a fotografia alçava a condição de arte, essas reportagens desempenhavam um importante papel na implantação dessa pedagogia visual da revista.

Informando o público sobre os valores e discussões internas do campo da fotografia, valorizando de forma mais direta o repórter fotográfico, reportagens como *No mundo da fotografia*[6], de João Martins, constitui-se em um esforço para ensinar ao leitor a perceber as particularidades de uma foto acadêmica; *A visão do semeador*[7], do austríaco Leopold Fisher, retrata um homem semeando um campo, fotografado em segundo plano atrás de eixos de trigo, que formam o primeiro plano e indicam tratar-se de um plantio de trigo e, no terceiro plano, um campo arado com pequena mata ao fundo, na página ao lado, mais parecendo uma pintura modernista – completando as páginas de abertura da reportagem; *Dança fantástica*[8] do então tcheco-eslovaco Adolf Rossi, retrata um grupo de bailarinas, fotografadas enquanto giravam saias rodadas. O efeito da exposição longa, transforma tudo – saias e pessoas em movimento - em borrões, causando também um efeito de pintura, mas tipicamente da pintura moderna, onde se realça a impressão de movimento. A mensagem como um todo demonstra a preferência do autor pelo estilo moderno, a dimensão visual indica isto através da distribuição do espaço. *A visão do semeador*, uma foto retangular na vertical, ocupa uma parte menor do campo visual formado pela página dupla de abertura da reportagem – em geral a mais importante, por

trazer o título e o projeto de condução da leitura da mesma. Há ainda o endosso das legendas, cujo conteúdo é bem claro, definindo a foto como:

> SUPERACADEMISMO. As visões do semeador ... um trabalho de montagem bem característico de um estilo fotográfico que, hoje em dia é relegado por muita gente à categoria de sub-arte. ... representa , realmente um superado produto da câmera escura.[9]

Já Dança fantástica é descrita da seguinte forma:

> SUPERMODERNISMO, Dança fantástica ... é um inconfundível da arte fotográfica modernista, revolucionária, que atualmente tem adeptos intransigentes.[10]

Também se deve destacar a prática da seleção de flagrantes, como o momento em que um desastre aéreo parece iminente, ou um assassinado a golpes de espada em público, ou ainda o incêndio de em um prédio ou uma corrida de touros. Estes contextos, propiciam momentos privilegiados para falar-se indiretamente da fotografia, assim como da importância de fotógrafos e repórteres

Reportagens como Cocucci[11], realizada por Jorge Audi, que produziu uma cobertura da presença do mafioso Cocucci no Rio de Janeiro, um fugitivo da Interpol, com a marca do sensacional, e representam outro aspecto do tema. Nos cantos direito e esquerdo superiores de duas das páginas centrais da reportagem[12] aparecem: no alto da página direita uma foto que mostra vários homens vestidos à paisana e outro de shorts, segurando uma metralhadora; no alto da página esquerda, a foto é a do repórter Jorge Audi, atrás de sua câmera, assemelhando-se mais a uma arma de guerra devido à enorme proporção da lente do tipo *supertele*, enquanto o homem posando atrás dela, lembra um soldado descansando do combate.

A idéia desenvolvida em títulos e subtítulos tais como: “O repórter Jorge Audi e o inspetor Nilo descobriram e prenderam o ‘gangster’ COCUCCI ou, durante vários dias todos os movimentos do ‘gangster’ argentino foram seguidos e fixados pelo repórter

de O Cruzeiro, até mesmo quando ele ia tomar banho de mar. “, criam, juntamente com as fotos, uma imagem heróica da profissão de fotógrafo. Nela, o repórter é um dos responsáveis pela prisão de um perigoso criminoso,[13] agindo ainda como um tipo de detetive, cuja arma é o equipamento fotográfico. Nesse caso, o que sobressai é a objetiva da câmera, que funciona como uma extensão do olho do repórter permitindo-lhe seguir a distância o criminoso para, assim, poder denunciá-lo ao público, por meio das páginas da revista.

Os subtextos desta reportagem são muito significativos. O repórter é o homem que zela pelo bem público – e, até certo ponto, pelo bem da nação, na medida em que o criminoso é “internacional” – fazendo, através de seu ofício, o papel da polícia investigando um crime. A revista é o veículo que serve a este bem público, a esta denúncia. Finalmente, a revelação não seria “inquestionável”, não fosse o repórter um fotógrafo, que a fez por meio da “objetiva” de sua máquina.

O que levou o criminoso internacional à prisão foi, portanto, este conjunto de fatores: coragem, sentimento de dever, civismo, responsabilidade profissional, condições técnicas, enfim, elementos encarnados na figura do repórter da revista *O Cruzeiro,* Jorge Audi, o autor da reportagem. Desta forma, simultaneamente, valoriza-se a profissão do repórter, a revista e a fotografia jornalística.

A seção *Um fato em foco*[14], dedicada à cobertura de um a grande variedade de assuntos destaca em algumas edições, flagrantes, como os de um cavaleiro[15] voando do cavalo durante uma apresentação de hipismo, esta divide a página com imagens de aviões, que parecem em rota de colisão[16] durante uma apresentação em um show aéreo. Ainda na mesma seção, a revista publica ao lado - ocupando toda a página no sentido horizontal – a foto de um outro flagrante intitulada *Yasubi fotografou a morte em ação*[17], que publicadas logo abaixo da foto, marcam a importância dos momentos representados.

As três imagens integram um conjunto escolhido por um grupo de fotógrafos norte americanos, entre as fotos consideradas como as melhores publicadas no ano de 1960, aquelas "... que tivessem colhido todo o impacto de um acontecimento...."[18]

Nas duas primeiras, o centro dos acontecimentos está na imprevisibilidade, já na terceira, relativa a uma ação deliberada, embora inusitada, um assassinato, a foto mostra um homem com feições orientais, imobilizado enquanto atinge outro com uma lâmina longa. Os óculos do homem atingido caindo indicam que já fora atingido pelo menos uma vez. A decoração do palco aumenta a plasticidade da cena pois, ao fundo, vê-se um cenário com frases escritas na vertical em japonês - ou outra língua oriental. A cena é marcada por gestos que, junto ao cenário do fundo, mais parecem a encenação de uma peça de teatro, enquanto nesse conjunto, o matador, mais parece um samurai executando um inimigo.

O flagrante do fotógrafo internacional "... E A Velha afirmação de que uma foto vale mil palavras ...", definem a melhor foto do ano.[19] Publicada no Brasil esta imagem tem uma grande força comunicativa, sugerindo que, afinal, somente um profissional de primeira grandeza poderia estar pronto para flagrar algo tão inusitado quanto um assassinato em público. Nesse caso, a imagem de profissionalismo do fotógrafo Yasubi concentra-se em sua atenção para com a profissão. Nem o próprio assassinato, um ato brutal e inesperado, tirou-lhe os olhos do visor da câmera.

Operando também nesse sentido destacam-se as fotos produzidas com equipamentos especiais, como as fotografias panorâmicas. Em *O Rio faz 388 anos*[20] fotos panorâmicas da cidade do Rio de Janeiro, recortes de Ipanema e Leblon, Copacabana, Jardim Botânico, Gávea, Botafogo e Flamengo – não por acaso alguns dos maiores

cartões postais da cidade – dividem espaço com uma foto menor do fotógrafo sobreposta, do lado direito, à foto do fotógrafo Carlos Botelho.

Munido de um enorme equipamento para fotos técnicas aéreas, a imagem associa o fotógrafo à criação de um novo ângulo, de um novo olhar sobre a cidade, para os que já a conhecem, de um resumo para os que ainda não a visitaram. A legenda reforça o trabalho afirmando que *O Cruzeiro colabora no 338.º aniversário do Rio de Janeiro*. Este "novo olhar" apresenta-se como o presente da revista para a cidade e para seus leitores, através de uma nova forma de arte, onde o artista é o fotógrafo. Destaca-se nesta cobertura, a presença do autor da foto e duplamente as dimensões do equipamento utilizado, que além de incomum - porque gigantesco – se comparado aos equipamentos normalmente utilizados naquela época e pelas dimensões dos negativos gerados em tal equipamento, que permitem fotos panorâmicas com altíssima qualidade, tornando a cena um pouco exótica por um lado, mas exaltando o esforço vanguardista sempre revigorado da equipe da revista, na busca de um novo ângulo, da releitura fotográfica de uma cena típica de um cartão postal.

Assim, durante todo o período, reportagens e resumos como os mencionados podem ser encontrados nas páginas de *O Cruzeiro*. Embora façam referência a numerosos temas, há sentidos intrínsecos nessas mensagens, como a valorização da fotografia e do fotógrafo enquanto pilares da revista, sempre pautados em uma educação direta ou indireta da percepção visual do leitor, na medida em que este é lentamente treinado a perceber, de forma direta, que existem diferenças entre a fotografia acadêmica e a moderna, que há diferenças de fotos em movimento para poses estáticas. Assim pretende-se que ele aprenda, principalmente pelo destaque dado pelas explicações das legendas, títulos e comentários, o valor jornalístico dos flagrantes, que expressam ao mesmo tempo o sentido de ação – mostrado pelo movimento – e o de

realidade e atualidade. Algumas destas imagens criam ainda uma relação pedagógica com o leitor quando mostram o valor técnico de uma tele-objetiva que permite um trabalho investigativo, a possibilidade de ver sem ser visto, enquanto as fotos aéreas permitem aprender sobre a mudança de percepção, que pode-se criar com a mudança de perspectiva.

---

[*] Doutorando pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus de Assis.

[1] BARBOSA, Marialva. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. In: Ciberlegenda, número 7, 2000 http://www.uff.br/mestcii/marial6.htm, capturado em 03/04/2003. p.14.

[2]COSTA,,Helouise. Aprenda a ver as coisas: fotojornalismo e modernidade na revista O Cruzeiro.Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação e Artes. USP. 1992.P.63

[3]PEREGRINO, Nadja. "O Cruzeiro" : A Revolução da Fotorrreportagem. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991. p. 19

[4]CARVALHO. Luiz Maklouf. Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: SENAC, 2001. *P*. 63.

[5] BARBOSA, Marialva. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. *Op. Cit.,* p15.

[6] *O Cruzeiro* de 10/11/1956 – Textos de João Martins e fotos de diversos autores. p.42-49.

[7] Idem. p.42.

[8] Idem. p.42-43.

[9] Idem, Ibdem

[10] Idem

[11] *O Cruzeiro*, 08/05/1961. Sem autor de texto, fotos de Jorge Audi, P. 06-15.

[12] A reportagem formada por mais de 20 fotos, que mostram o mafioso freqüentando a praia, e o momento de sua prisão, com cerca de duas páginas de texto distribuídas ao longo de 9 páginas de reportagem.

[13] A ordem do primeiro título traz primeiro o nome de Audi, como o responsável pela prisão; segundo esta disposição, parece que é ele o executor da prisão de Cocucci, auxiliado pelo delegado Nilo.

[14] *O Cruzeiro* de 21/01/1961. Seção *Um fato em foco*. Sem autor de textos e fotos de diversos autores.

[15] Idem. p.105.

[16] Idem Ibidem.

[17] Idem. p.107.

[18] Idem Ibidem.

[19] Idem Ibidem.

[20] *O Cruzeiro de* 22/01/1955. O Rio faz 388 anos, Textos de José Amádio e fotos de Carlos Botelho. P. 44-54.

O objetivo e o subjetivo em Marx, Freud e na história: a totalidade histórica como pressuposição e objetivo metodológico.

Jorge Nóvoa

Em *A fenomenologia do Espírito*, Hegel afirma que ***o todo é o verdadeiro***.[i] Aceita esta premissa, parte-se aqui do pressuposto de que o processo histórico é uma totalidade em movimento permanente e que o real-histórico é composto de múltiplas instâncias que se inter-relacionam, se determinam, se condicionam mutuamente e se negam. À questão fundamental de toda a história da filosofia, - quem determina mais, quem nasceu primeiro, o ser ou a consciência, entende-se aqui ser esta uma formulação sofista. A consciência é uma outra forma de existência do ser, mas é também o ser: é o ser superior. É possível hipotetizar que não existe limites rígidos entre o ser e a consciência. Uma vez realizada a evolução natural que permite um mamífero antropomorfo tornar-se o ser humano (*hominização*), o processo dessa transformação é o mesmo do engendramento da consciência. O ser consciente impulsiona a auto-criação ilimitada através do processo sócio-cultural que o distingue de todos os outros animais: o trabalho social consciente. Ao colocar a premissa da totalidade hegeliana, sobre seus próprios pés, critica-se também o objetivismo feuerbachiano, pois, a constituição espiritual não é precedida pela material, ou vice-versa, porque ambas nascem juntas.

A construção do método e da teoria científicos deve, pois, admitir que não é suficiente pressupor isto, mas buscar fundir os *approches* específicos a cada instância do real numa síntese superadora de tal sorte que os fenômenos históricos sejam observados nos seus diversos aspectos como síntese de múltiplas determinações. É preciso, pois, fusionar as abordagens e as teorias gerais, pressupondo que na concretude histórica, o subjetivo e o objetivo são indissociáveis.

Sem dúvida, mesmo admitindo como o faz Fougeyrollas ao dizer, sem nenhuma aspiração ao ecletismo, *que todo pensamento encerra uma dose de dialetização*,[ii] é possível destacar quatro gigantes do pensamento dialético moderno, posteriores a Hegel, e que, no dizer de Peter Gay, podem ser considerados como *formadores de consciência histórica* crítica: Darwin, Marx, Freud e Einstein.[iii] Dentre eles, Marx e Freud pensaram a história social e nela, os indivíduos, cada qual a seu modo, acentuando mais ou menos os aspectos objetivos ou subjetivos do processo histórico. Sem ser contemporâneos, suas idéias confluíram em muitos aspectos. Quando em 1856 nascia

Sigmund Freud, Marx já estava em plena maturidade de sua produção científica. Quando Marx morria em 1883, Freud apenas iniciava sua prática de médico no Hospital Geral de Viena. Mas ambos lutaram, para dotar os homens de mais consciência, vez que residia na *consciente/z/ação* a "cura" individual e a transformação das condições de existência social.

Os autodenominados marxistas poucas vezes tiveram êxito na luta contra a tendência de exagerar um fator, com a exclusão de seu oposto dialético e os psicanalistas quase nunca tiveram consciência nem mesmo de que tal perigo existe.[iv] Mas na obra de Marx e de Engels, vêm-se muitas afirmações que são uma **antevisão das idéias do próprio Freud**. Não foi este último quem afirmou em *Totem e Tabu* e sim Engels na *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* que os ciúmes do macho a um só tempo laço e limite da família, opõem-na à horda que tem seu desenvolvimento contido pelos ciúmes dos machos. O sentimento **ciúme transforma-se assim em fator determinante do desenvolvimento histórico** e isto não apenas em um sentido, como se constata em uma referência posterior a uma etapa mais avançada.[v] Engels assinala ainda que um outro **fator subjetivo adquire numa determinada situação histórica, a primazia sobre as demais condições:** neste caso específico, **a tolerância mútua dos adultos** que passa a ser a chave para decifrar o processo civilizatório das mais antigas sociedades humanas**.**

Evolucionistas e esquemáticas acostumadas a pensar Marx como o arauto do *homo oeconomicus* e da economia como determinante em todas as instâncias, em qualquer tempo e espaço, se espantariam com estas afirmações. Nelas, pensou-se o processo histórico como uma totalidade com dominante. É preciso, no ato de investigação e de exposição da mesma, detectar e demonstrar o fator dominante numa **determinada estrutura/conjuntura**, totalidade histórica, mas também o próprio processo de mudança e substituição do fator dominante e dos elementos mediadores, assim como as formas de conexão que permitiriam observar, as formações sociais como um todo orgânico e dinâmico, onde os homens seriam sempre os elementos ativos mais ou menos conscientes.

O projeto científico de Marx era *promethéico*, devendo culminar com um vasto estudo das diversas formas de consciência social e de sua articulação com as formas materiais de reprodução da vida. No posfácio à segunda edição alemã de *O capital,* faz referência à resenha em uma revista russa de 1872, intitulada *O mensageiro europeu*, a qual considera perfeitamente justa. Nela se diz que se o elemento consciente desempenha um papel secundário na história da civilização, a crítica histórica não pode ter

o mesmo ponto de partida. “Não é a idéia, mas apenas o fenômeno exterior que pode lhe servir de ponto de partida”.vi

Para Marx, assim como para Engels, se até o século XIX as formas de consciência desempenharam um papel secundário no processo histórico (por isso dizia ele tratar-se da pré-história da humanidade), a existência humana só fazia sentido se fosse para dotá-la de consciência histórica crítica. A verdadeira história da humanização do homem, a rigor, começaria assim, com a generalização dessa consciência crítica, com a abolição da divisão do trabalho, alienante, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para alcançar essa etapa, era preciso explicar urgentemente os mecanismos objetivos do funcionamento das formações sociais. Mas ele não pôde pesquisar processo de conexão do ser com as formas de consciência social, nem a gênese da *individuação* e subjetivação, ou a construção da família moderna e de suas articulações com as demais estruturas sociais e dos seus conflitos internos, psicológicos ou não. Da mesma forma o *homo genérico* (antropológico e filosófico), ocupou um lugar muito secundário na obra desses pensadores. Mas rejeitaram também uma concepção objetivista da história não somente nas *Teses sobre Feuerbach*, como ainda nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, na *Ideologia Alemã*, no *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, e na *Guerra Civil na França*. Provavelmente, será na correspondência estabelecida no período posterior à derrota da Comuna de Paris de 1871, quando já dominava o positivismo evolucionista, não somente nas instituições acadêmicas, mas em setores importantes do movimento operário — em face da influência deformante da social-democracia austríaca e alemã, por exemplo —, que podemos encontrar as melhores indicações sobre como eles entendiam as relações entre **o ser objetivo e a consciência.** Este é o caso, por exemplo, da carta a Bloch de 1890, onde sustenta que se a economia é o alicerce, os diferentes fatores da superestrutura também exercem influência sobre o curso da história e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. É conjunto inumerável de forças que se intercruzam produzindo o acontecimento —, que, pode ser encarado como produto de uma força única, que como um todo, atua inconsciente e involuntariamentevii. Essa força única é o processo histórico.

Em outra carta pouco citada, dirigida a Mehring, Engels diz que na ideologia, o pseudopensador produz uma **falsa consciência**. Esta conclusão permitiu o absurdo de que, ao negarem que as diversas esferas ideológicas tenham um desenvolvimento histórico independente, negariam também que possuíam qualquer **eficácia** histórica.[viii] Se haviam constatado que as relações sociais e de reprodução da vida material são anteriores, do ponto de vista histórico e lógico, à fundação da família moderna e,

portanto, à socialização e civilização das **pulsões vitais,** será exatamente esta anterioridade que faz Freud procurar na historicidade das relações **indivíduo/sociedade** a origem do tabu do incesto, embora essa historicidade fosse para este mais antropológica do que cronológica.

Marx buscou na historicidade quando se propôs a explicar a origem da acumulação de capital. Manteve-se no terreno concreto da história objetiva e cronológica, dos homens estruturados em classes sociais com interesses materiais e ideologias. Não teve como se dedicar ao estudo do **inconsciente do homem-indivíduo**, do seu **desejo** e de sua **sexualidade.** Mas ele, como Engels, estava consciente da importância da subjetividade dos indivíduos. Eles se opuseram à divisão metafísica corpo/mente. Defenderam ser a sexualidade *a mais elevada função do corpo.*[ix] Ambos se opuseram ao subjetivismo hegeliano - que enxergava o homem como o suporte para a realização terrena do Espírito Absoluto, assim como ao objetivismo positivista feuerbachiano, que concebia a subjetividade do homem como puramente contemplativa. Para eles não é **a história que se serve dos homens para realizar seus próprios fins, mas que ela é a atividade destes buscando realizar os seus**. No *O capital* Marx diz ser o trabalho primeiramente um ato que se passa entre o homem e a natureza. Modificando a natureza exterior modifica a sua própria natureza. Seu trabalho preexiste na sua imaginação e realiza no mesmo golpe seu próprio objetivo, do qual ele tem consciência que determina como lei seu modo de ação, e a qual ele deve subordinar sua vontade.[x] Mas não tem consciência total de todas as conseqüências.

Já Freud, superestima o papel histórico das relações micro-sociais e de suas articulações na formação do complexo de Édipo e no destina das pulsões. Isto explicaria suas formulações sobre a história e sobre uma suposta natureza humana imutável obedecendo aos princípios gerais do psiquismo do indivíduo. Sua atitude de desdém em relação ao movimento socialista — não obstante possa encontrar explicação na perspectiva de um 'darwinismo' social, positivista, evolucionista e mecanicista, encetado em especial pela social-democracia alemã e austríaca — é bastante reveladora quanto às possibilidades de "salvação" da humanidade. Existem muitas indicações de que seu ceticismo diante do "homem lobo do homem", reforçado pela visão apocalíptica da Primeira Grande Guerra, da crise de 1929, e pela escalada nazista ao poder, alimentaria a convicção de que **a violência deste período seria, mais uma vez, a expressão da violência universal do homem do homem de todas as épocas**. Freud, não acreditava que a violência tivesse uma causalidade determinada por tempo e espaço, mas que fosse uma **violência essencial** do homem que não desapareceria nunca. Isto ajuda a explicar, não somente, a sua recusa de participar do

projeto estético do surrealismo, do científico de Reich, mas também a estrita reprimenda que verbaliza a Ferenczi em relação às suas simpatias em pela revolução soviética húngara de 1918/19, receoso de ver o empreendimento psicanalítico sendo colocado em causa por uma confusão política cujo verdadeiro sentido lhe escapava.[xi] Assim, nele, **saber científico** se mistura aos preconceitos, aos sentimentos receosos, às sobrevivências de sua formação política liberal-conservadora e às pressões ideológicas da sociedade burguesa de sua época. Limitado por esse horizonte, não foi capaz de enxergar no fenômeno do nazismo e do stalinismo, mais que os seus aspectos psicopatológicos. Entretanto, a cientificidade exige que os conflitos psíquicos sejam conectados com as contradições dos processos históricos objetivos. Às categorias das tópicas psíquicas (individuais) é preciso fazer articular as determinações ou os condicionamentos externos, aqueles das relações sociais. Freud[xii] (e outros como Wilhelm Reich, Eric Fromm, Herbert Marcuse), contudo, refletiu sobre a história. Chamou a atenção para a procedência de se "psicanalisar" a história. também, em obras como *Eros e* civilização. O mundo contemporâneo torna essa trilha fértil se conecta-la à dos historiadores. Mas qual a finalidade de realizar uma síntese superadora entre o método histórico e o psicanalítico? Seria apenas para satisfazer a curiosidade da **criança-humanidade**, esse *perverso polimorfo* insaciável? Não se queira dizer que não é científico se fazer previsões. Tal questionamento tornar palpável o alcance da questão de um menino a seu pai (pai: para que serve a história?) à qual faz alusão Marc Bloch no livro que escreveu, não por acaso, durante a Segunda Guerra Mundial[xiii]. Judeu-francês, toda a sua vida consciente pesquisou sobre a sociedade feudal. Mas escreveu dois pequenos livros sobre a **história do presente**: *Souvenirs de la guerre* (sobre a Primeira Guerra Mundial) e *La étrange défaite*, em plena Segunda Guerra Mundial, durante a ocupação francesa pelos alemães. Oficial na Guerra de 1914-18, assim como na Segunda Guerra e passado à resistência francesa antinazista, não é propriamente o que se poderia chamar de inteligência diletante e contemplativa. Mas tinha preferências temáticas como Georges Duby que dizia preferir o medievo porque nele podia usar o instrumento da imaginação sem a consciência culpada de a tudo comprovar com documentação escrita. Mas isto equivaleria a dizer ser a história-conhecimento literatura bem informada, com faz o especialista em sexualidade na história antiga Paul Veyne[xiv]? Além da falibilidade da história, uma suposta falta de capacidade de apreender a verdade marca-a. Essa crítica às sobrevivências do positivismo é também dirigida às pretensões de uma leitura histórica objetiva. Tais críticas ainda são mais peremptórias na pena de alguns pensadores que defendem não poder haver ciência de um objeto que não existe mais. Os pós-modenos tomaram o

paradigma do estruturalismo lingüístico oriundo das formulações de Sausurre para si e promoveram mais que confusões no pensamento do final do século XX. Fizeram retornar o idealismo subjetivista que parecia vencido. A nova heurística, ao deslocar ainda mais o homem de sua historicidade, afastou também as ciências humanas de um olhar científico das relações entre o objetivo e o subjetivo no processo histórico individual e social.[xv]

A verdade é que mesmo os mais céticos e os mais diletantes dos pesquisadores da história deram provas que é impossível se viver sem a história. A motivação primeira do ato de fundação da história-conhecimento mais celebrado do ocidente e da cultura clássica greco-romana foi aquele através do qual Heródoto *oficializou* a ruptura entre a racionalização e a forma poética de se ver o "passado" que havia prevalecido em Hesíodo e Homero. Foi, em si mesmo, demonstrativo de uma necessidade inelutável, inerente ao ser humano no seu processo civilizatório. Registrar a história para que não se perca da memória (poderíamos aludir, *no* ***inconsciente da história***), não somente o que aconteceu, mas como e porque aconteceu de tal forma e não de outra qualquer. Heródoto quis registrar os acontecimentos para que seu povo **não perdesse a sua identidade, mas também para que não voltasse a repetir os mesmo erros do passado**. Atribuiu, assim, uma função social prática para a história enquanto *cons*/ciência e uma responsabilidade ao historiador. Na medida de uma relatividade possível, como escapar ao impulso vital de **prospecção do *vir a ser* da formação social** (e individual), na qual o historiador, foi gerado, estabeleceu relações, encontrou uma identidade e, numa determinada medida, adquiriu responsabilidades mais ou menos conscientes? É necessário, portanto, encontrar uma atitude equilibrada entre os limites de previsibilidade que a contribuição do historiador pode ensejar e uma atitude de desdém introduzida no *métier* do historiador pelo medo inconsciente do futuro, que as idéias dominantes promovem[xvi]. Previsibilidade quer dizer capacidade de intervir de modo racional e consciente no processo histórico. E isto pode ser entendido numa gradação i/mediata que vai do indivíduo, aos grupos, às classes sociais e ao Estado-nação, cada vez mais globalizado e que coloca no limite a necessidade de uma consciência planetária.

Na mesma medida, é possível conceber uma intervenção que se situe no plano do indivíduo (como, por exemplo, da psicologia e da psicanálise visando tornar o indivíduo mais consciente e mais apto a autogerir-se) como análoga à difusão de consciência histórica que viabiliza a intervenção política coletiva conseqüente, tornando o que se convencionou chamar-se de sociedade mais capaz, mais eficaz na sua autogestão permanente. A questão que precisa ser tratada em profundidade é saber se esta

analogia pode permitir a integração dialética da abordagem científica da psicanalítica à historiográfica. A experiência realizada pela psicanálise ao longo do século XX prova que é possível intervir de modo eficaz no plano da história individual e sanar problemas através da conscientização do indivíduo, acerca dos elementos recalcados que se acham inconscientes, mas ativos no seu aparelho psíquico. A superação das neuroses e dos conflitos se faz pelo processo de autoconhecimento histórico-biográfico, pelo qual os indivíduos se tornam conscientes das raízes causais e das mediações que promovem os fenômenos neuróticos. Para isso, o analista é obrigado a utilizar, por associações livres, o método da regressão-progressão semelhante o utilizado pelo historiador. A conscientização é uma autoliberação mediada em algum grau pelo analista que, intervindo, torna o indivíduo **sujeito-histórico** do seu próprio engendramento, consciente do seu processo histórico inconsciente. A **autoliberação** é assim uma **auto-desalienação** que pode ser estendida dos indivíduos às sociedades.

Os processos individuais e os coletivos têm similitudes. Mas **é preciso ter ciência das especificidades e dos limites de toda analogia**. Uma coisa é intervir nos processos individuais, que já têm um grau de complexidade bastante elevado. Outra coisa é intervir para resolver problemas que dependem, por menor que seja, da população de mais reduzida ilha da Polinésia. Mas a comparação nos permite formular, o verdadeiro sentido de se produzir conhecimento histórico: dotar as sociedades ou os seus diversos setores sociais do máximo de **consciência real possível** de suas contradições e conflitos, assim como também da origem e historicidade dos mesmos, como condição *sine qua non* de qualquer elaboração superadora deles.

Marx afirma, no “Prefácio à Contribuição à crítica da economia política”, que os processos sócio-econômicos e as condições materiais das sociedades podem ser observados com o grau de objetividade aproximado ao das ciências físicas e naturais, diferentemente das formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência dessas transformações e as levam para essa ou aquela direção. A opacidade relativa dos fenômenos de consciência torna-se ainda mais difícil de ser examinada. Hoje, cem anos depois que a crítica da economia política descobriu - para além de toda e qualquer “comprovação” positivista, documental nos livros de contabilidade das indústrias, a existência real da mais-valia, não somente o empresário, mas também o trabalhador, acredita que o fator trabalho direto, produtivo, não é o responsável pela multiplicação da riqueza material. Faz mais; faz enxergar o desenvolvimento tecnológico (e a ciência ela mesma) como demiurgos, **in/determinados,** autônomos relativamente às **relações sociais,** a ponto de se prospectar um futuro das sociedades capitalistas, não sem classes sociais, mas sem a classe trabalhadora.

Deste modo, a complexidade do processo histórico exige do historiador que esteja mais que atento às relações desiguais e contraditórias, mas articuladas organicamente, entre as instâncias e elementos objetivos e subjetivos (com todas as diversas topologias freudianas do aparelho psíquico humano que define as individualidades) do processo histórico e as formas que elas adquirem na concretude do *devir* real. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco estudar as épocas sociais exclusivamente pelo que elas pensam de si mesmas. Para apreender as sociedades, é preciso articular as formas de consciência à contradição entre o desenvolvimento social das forças produtivas e as relações sociais privadas dos meios de produção. Para explicar os indivíduos, é preciso articular as relações entre o inconsciente e o ego (eu), com o superego do aparelho psíquico individual (que já exprime as determinações sociais e históricas), com o superego das sociedades, o seja, as idéias dominantes de uma determinada época e as condições materiais das mesmas.

Neste aspecto, se Freud não detinha consciência plena desta dialética, ele não estava muito longe de alcança-la. Pelo menos é o que se pode deduzir da resposta enviada a Worrall que constitui uma sintomática autocrítica. Dois anos antes de morrer diz que, seus conhecimentos não mostram uma compreensão adequada dos escritos de Marx e Engels. "Fiquei sabendo mais tarde, com satisfação, que nem um nem outro negaram a influencia dos fatores do ego e do superego. Isso desfaz o principal conflito que eu pensava existir entre o marxismo e a psicanálise".[xvii]

Somente a categoria da totalidade contraditória permite articular organicamente o aparente caos do "pequeno" universo natural humano. Para isso, a descoberta do inconsciente tem o mesmo valor e imprescindibilidade que a descoberta da mais-valia. Não é por acaso que ainda se oferece tanto resistência, ainda hoje, para assimilar esse patrimônio científico que não pôde oferecer nem um décimo das suas potencialidades.

Na verdade, a humanidade sempre caminhou aos borbotões! À impressão de *progresso permanente* que a longa duração histórica nos proporciona, é necessário imprimir a idéia de *crise permanente*. Porém, as duas noções devem manter a idéia de que o processo não elimina a historicidade das estruturas. Assim, a violência cotidiana a que estamos submetidos tem, ao mesmo tempo, algo em comum com a violência de todas as épocas, mas também algo de exclusivo da modernidade. Essa realidade produziu uma tensão permanente e prolongada ao longo do século, que encontrou soluções "provisórias" em duas grandes guerras mundiais. Essas duas crises profundas, aos olhos de alguns historiadores, se manifestaram como expressões da *barbárie moderna* e que, por analogia aos fenômenos psicológicos, poderiam ser designados de "surtos" psicóticos. As condições que engendraram tais surtos não

desapareceram. Ao contrário, em alguns campos eles, se intensificaram e os surtos se tornaram convulsões permanentes. Qual o grau de consciência que se tem deste fato? O geógrafo anarquista francês Elisée Reclus que viveu no século passado, afirmou que "o homem é a natureza tomando consciência de si mesma".[xviii] É verdade, porque até agora o ser humano é a natureza mais avançada que se conhece. Mas se pudesse quantificar o grau de consciência que o conjunto da humanidade tem do desenvolvimento das suas relações com a natureza e consigo mesma, há quem defenda a idéia de que o percentual de 1% ainda é muito otimista. Isto seria suficiente para se defender a tese de que, **até o presente momento, o desenvolvimento da civilização planetária se verifica, sobretudo de modo inconsciente**. Nunca tivemos tão próximo tecnicamente de generalizar uma consciência crítica.

---

[i] Hegel, G.W.F. *La phenomenologie de l'Esprit.* Paris, Aubier Montaigne, tomo I, p. 18 s/d.
[ii] Fougeyrollas, Pierre. *Contradiction et totalité: surgissement et déploiments de la dialectique.* Paris, Minuit, 1964, p.95
[iii] Gay, Peter. *Sigmund Freud:obras psicológicas*. Rio de Janeiro, Imago, 1989. p.11
[iv] Osborn, Reuben. *Psicanálise e marxismo.* Rio de Janeiro, Zahar, 1966, p.13
[v] Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. in: Marx e Engels/Obras escolhidas. Rio de Janeiro, Vitória, 1963. p.30 e 31
[vi] Marx, Karl. *Le Capital.* Paris, Sociales, 1977. p. 19 e 20
[vii] *Carta de Engels a Bloch de 21/22 de setembro de 1890*. in: Marx/Engels; obras escolhidas v. 3. Rio de Janeiro, Vitória, 1963. p.284 e 285
[viii] *Carta de Engels a Mehring de 14 de julho de 1893*. in: Mehring, Franz. O materialismo histórico. Lisboa, Antídoto, 1977, p.104 a 106
[ix] Marx, K. *Critique de la philosophie de l'état de Hegel*. Paris, Costes, 1948.p.89
[x] Marx, K. *Le Capital*, op. cit. p.136 e 137
[xi] Fougeyrollas, Pierre. *Marx , Freud et la révolution totale*. Paris, Anthropos,1972. p. 182 e 183
[xii] Cf. *O mal estar na civilização*, *O futuro de uma ilusão*, *Psicologia de grupo e análise do ego*, *A moral sexual 'civilizada' e a doença nervosa moderna*, *Atos obsessivos e práticas religiosas, Reflexões para o tempo de guerra e de morte*, *Moisés e o monoteísmo*.
[xiii] Hourcade, E. e Godoy, G. *Marc Bloch. Una história viva*. Buenos Aires, Centro editor de América Latina. p. 7 a 25
[xiv] Veyne, Paul. *Comment on écrit l'histoire*.Paris, Seuil, 1979.
[xv] Dosse, François. *A história em migalhas*. São Paulo, Ensaio, 1992. e *História do estruturalismo* V.1 e 2. São Paulo, Ensaio, 1993..
[xvi] Fougeyrollas, P. *L'obscurantisme contemporain*. Paris, Papyrus, 1983 e *L'attraction du futur: essai sur la signification du présent*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1991.
[xvii] Konder, Leandro. *Como Freud via Marx?* in:O marxismo na batalha das idéias. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. p.113
[xviii] Serge, Victor. *Memórias de um revolucionário*. São Paulo, Cia das Letras1987. p.49

HERANÇAS ESCRAVISTAS E AMBIGÜIDADE POLÍTICA NAS AMÉRICAS

Prof. Dr. José Alberto Bandeira Ramos

INTRODUÇÃO

O presente texto constitui uma versão resumida do relatório de pesquisa de Pós-doutoramento realizada no PROLAM/USP, aprovado pela CPG deste Programa de Pós-graduação e que se encontra disponível para publicação em sua íntegra.

A pesquisa contemplou um período global de mais de três séculos, abrangendo três subperíodos: o primeiro abarca dois séculos e meio (1500-1750) e corresponde ao de formação das sociedades escravistas americanas; o segundo e o terceiro subperíodos percorrem conjunturas de crise prolongada, correspondendo, respectivamente, às chamadas crise do escravismo colonial (1750-1850) e à crise final do escravismo nas Américas (de 1850 até ás três primeiras décadas do século XX).

Trata-se de um estudo de história comparada, em que se tomou o Brasil como referencial e em que se identificaram quatro grandes trajetórias históricas diferenciadas, marcadas, todas elas, pela presença de relações escravistas como divisor de águas.

HERANÇAS ESCRAVISTAS: MANIFESTAÇÕES TÍPICAS

As heranças escravistas são conceituadas como sintomas e processos que vêem até à atualidade. Daí a sua denominação. O que varia, e muito, são suas formas de ocorrência; tal variação tem a ver com as diferenças de percurso histórico, ou seja, com as diferentes trajetórias identificadas. Tais percursos correspondem, no conjunto das Américas, a quatro grandes categorias de trajetória histórica.

A seguir são tratadas algumas dessas principais manifestações típicas de heranças escravistas.

A primeira delas pode ser enunciada como uma forte tendência ao **consumo ostentatório**, em detrimento do que se qualifica como uma **tendência ao inversionismo.**

Trata-se de uma característica bastante acentuada do comportamento das classes dominantes nas sociedades de escravismo colonial, especialmente dos senhores de engenho. **Mas se trata, sobretudo,** do caráter perdulário **da própria economia escravista.**

Isto é exatamente o oposto do que caracteriza as sociedades capitalistas, principalmente aquelas mais clássicas, e desde a sua formação. Como se sabe, o sistema capitalista pressupõe o investimento e o reinvestimento do sobre-trabalho, isto é, da **mais-valia**.

Esta é uma tendência prevalecente, com muito mais nitidez, nos países de origem ibérica da América Latina, do que naqueles oriundos do antigo domínio colonial inglês. Sua presença, por sua vez, se dá em graus variados, nos diversos países da América Latina. Tal tendência, impõe-se assinalar, constitui-se num freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

A segunda manifestação de **herança escravista** vai na mesma direção da anterior: **predominância das relações de caráter pessoal** sobre aquelas que decorrem de **relações contratuais.** Esta é, em verdade, uma característica marcante das sociedades escravistas nas Américas, do chamado escravismo moderno. Em tais sociedades, via de regra, não há contratos—nem escritos, nem orais, e sim, todo um ordenamento social baseado na **tradição, na autoridade pessoal** dos proprietários e/ou dos mandatários do aparelho de Estado, este que tem caráter marcadamente absolutista.

É, exatamente, a situação contrária que caracteriza as sociedades capitalistas, estas que necessitam de **relações contratuais,** para a garantia **do caráter de impessoalidade,** nas relações de trabalho, por exemplo; ao capitalismo -- ou se se quer, aos capitalistas enquanto empregadores de força de trabalho não -- não interessa relações de trabalho de natureza pessoal com seus empregados. Ao contrário, existe toda uma linha de ação que se apóia em instrumento contratual, através de procedimentos administrativos, de natureza funcional-burocrática. Isto é válido, e necessário, não só para ordenar as relações entre capital e trabalho, como para todo o conjunto da estrutura social capitalista.

Esta característica das sociedades escravistas, que se revela na predominância, ou maior importância, das relações de natureza pessoal, exerce também um forte freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção em si. É, por essa razão, uma **herança escravista** que, marcadamente, continua presente nas **sociedades pós-escravistas,** variando tão somente nas suas manifestações especificas, conforme cada uma das quatro grandes trajetórias históricas identificadas**.**

A terceira manifestação de **herança escravista,** de certo modo já implícita na anterior, e que assume importância especial nas sociedades pós-escravistas, pelas implicações políticas que dela decorrem, é o que aqui se chama de **ranço autoritário nas relações de poder;** ranço que se manifesta especificamente sob a forma de uma resistência a qualquer espécie de negociação. Lembre-se que a autoridade pessoal do senhor escravista, ao ser exercida, tende a fechar qualquer espaço para negociação com os que lhe são subordinados, embora tenha havido, sim, ao longo de todo o período **das sociedades escravistas,** outras espécies de entendimento **– mas sem passarem nunca por qualquer espécie de negociação.**

Bem ao contrário, nas sociedades capitalistas, ou nas que caminham para elas, o processo de negociação na compra e venda de força de trabalho, por exemplo, constitui elemento fundamental; e seu instrumento formal são os **contratos de trabalho;** o que pressupõe, evidentemente, algum procedimento de negociação entre as partes. Nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, aquelas situadas longe da assim chamada "periferia", já se chegou até à prática de contratos coletivos de trabalho, envolvendo categorias de trabalhadores e diversas categorias de empregadores. Pode-se assim afirmar que as sociedades capitalistas, em suas formas maduras (claro que situadas nos centros metropolitanos de poder), são marcadas pela prática rotineira de procedimentos de negociação entre empregados e empregadores.

Inversamente, **a resistência aos procedimentos de negociação** é própria dos herdeiros das sociedades que transitaram do escravismo para o capitalismo. Este **ranço autoritário,** presente na ideologia dos herdeiros dos senhores de escravos, hoje donos do

capital, constitui elemento fundamental da **essência autoritária,** vigente até ao presente, nas relações de poder, isto é, na **esfera das relações políticas,** incluindo principalmente as que envolvem as **estruturas estatais.**

Pode-se afirmar, então, que o **poder político,** em todas as sociedades pós-escravistas das Américas, com exceção do caso especial dos Estados Unidos da América em sua origem, é **essencialmente autoritário** – em sua **estrutura**, em suas **práticas**, e em seus **valores**. As formas democráticas de convivência social e política, herança da liberal democracia resultante das revoluções burguesas, são, pois, de caráter muito recente no mundo originário das sociedades pós-escravistas; e de precária sustentabilidade. **Isto deve ficar posto, no processo comparativo de análise, como um aspecto essencial.**

AS CONJUNTURAS DE CRISE E SEUS DESFECHOS

Faça-se referência, inicialmente, ao primeiro sub-período de crise, que é o **da crise do escravismo colonial.** Ele possui características especiais, conforme se assinala a seguir. Em primeiro lugar, pela sua importância, aponte-se para o seu **caráter extracontinental,** na determinação mais profunda da crise do escravismo colonial. Embora esta ocorra no território das Américas, possui, enquanto fenômeno histórico, uma essência e uma dimensão que extrapolam o continente americano. Ela é parte de um processo maior, de **mundialização das relações de poder,** cujo marco inicial foi dado pelas Grandes Navegações, nos primórdios da Era Moderna, em que se promove a incorporação de outros territórios às correntes de comércio, no marco da formação do mercado mundial.

O momento de agudização da crise do escravismo colonial se dá quando este fenômeno, de constituição de um mercado mundial, não só está em plena vigência, mas assume, por isso mesmo, um papel determinante nos processos sociais, sobretudo nas relações entre as potências imperiais, e entre estas e suas colônias. Tal compreensão mostra-se decisiva, em qualquer análise que se tenha de fazer sobre a História das Américas. Todos os fenômenos, os fatos sociais e políticos, ocorridos neste Continente têm que ser encarados nas suas inter-relações com o que se passa **fora das Américas,** isto é, a nível **atlântico**. Tal procedimento de análise histórica comparativa implica em **situar a**

própria crise do escravismo colonial no marco de um processo mais amplo, a nível mundial, ou extracontinental, se se quiser**.**

É preciso esclarecer, com mais precisão, o conceito do que se está denominando de **conjunturas de crise,** especialmente dos seus **processos de desfecho.** As conjunturas de crise são marcadas, no longo prazo, por um processo mais acentuado **de turbulência política.** Os momentos de desfecho de tais conjunturas referem-se, especificamente, ao que já se denominou aqui de **agudização da crise.**

Aspecto relevante, em toda a História da América escravista e pós-escravista, constitui-se no fato fundamental de que, de uma maneira generalizada (salvo exceções), tais desfechos tomam sempre um **rumo conservador.** Tal permite afirmar-se ter havido uma predominância de soluções conservadoras na História das Américas em geral. Tal predominância mostra-se, no caso da primeira grande conjuntura de crise do escravismo, a crise do escravismo colonial, como a sua espécie de **marca registrada.** O que ocorre de específico, neste particular, são as variações de forma e de conteúdo deste fenômeno geral, conforme se trate das diferenciadas trajetórias históricas estudadas.

Focalizem-se agora as conjunturas de crise e seus respectivos desfechos, ocorridas no segundo sub-período contemplado, o da **crise final do escravismo.** O fato fundamental de tal sub-período consistiu na **persistência do escravismo,** mesmo após a derrocada do colonialismo absolutista. É importante entender, neste sentido, que a própria crise do escravismo colonial esteve estreitamente associada a esta derrocada do colonialismo absolutista. Mas é aqui que se impõe entender também que estes dois processos, o da crise do escravismo colonial e o da derrocada do colonialismo absolutista, embora correlacionados, **não são, todavia, necessariamente simultâneos, ao nível do Continente americano.** É por isto mesmo que, neste segundo sub-período, pós-1850, banido o colonialismo absolutista—em face das revoluções burguesas, na Europa e mesmo no Continente Americano—persistiram, em algumas áreas importantes das Américas, como no Império centralista brasileiro, na Cuba colonial, e no Sul da república federalista norte-

americana, relações escravistas de produção, e agora com **forte inserção no mercado internacional.**

No caso brasileiro, tal ocorreu, fundamentalmente, no Centro-Sul, com a lavoura do café; no caso norte-americano, nos seus Estados escravistas do Sul, com as lavouras do algodão e do fumo; e no caso da Cuba colonial, com a produção de açúcar em grandes engenhos escravistas, embora tecnologicamente renovados. Maiores detalhes de tais trajetórias são tratados no trabalho completo.

NATUREZA DA AMBIGÜIDADE POLÍTICA

As análises desenvolvidas ao longo das duas conjunturas de crise tratadas neste estudo permitem entender-se o fato fundamental de que, num longo período histórico nas Américas, as relações escravistas assumiram sempre um papel de centralidade, sobretudo nas conjunturas agudas de crise, atuando como uma espécie de divisor de águas. Tal é o cerne do que aqui se está chamando de ambigüidade política, como fenômeno fundamental na História das Américas.

Tal divisor de águas manifesta-se de modo especialmente dramático quando se analisam os movimentos sociais libertários, mesmo aqueles mais avançados, política e ideologicamente. É que, em sua prática concreta, todos eles esbarravam nas relações escravistas, isto é, na questão escrava, na presença de contingentes escravos na força de trabalho, e também, de modo especial, na medida em que tais contingentes se mostravam como uma força social e política, protagonista, com suas lutas específicas anticativeiro, de um processo que muitas vezes ameaçou, sobretudo na crise final do escravismo, o conjunto da sacrossanta propriedade privada dos meios de produção.

O escravismo, jamais superado historicamente de forma radical, em todas as Américas—a não ser localizadamente e de forma descontínua—o escravismo como sistema remanescente, por suas heranças, nas sociedades pós-escravistas, e até ao presente, representou a grande barreira econômica, política e ideológica para o ingresso das Américas, particularíssimamente a América Latina, na via da chamada democracia burguesa radical que, no caso, requeria o rompimento com o neocolonialismo capitalista hegemônico.

Tal é, então, a razão última do atraso político da América Latina em seu conjunto, e especialíssimamente, da trajetória política percorrida pelo Estado-nação brasileiro. Daí a ambigüidade política como fenômeno fundamental da própria História americana.

O PROCESSO DE HEGEMONIZAÇÃO NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES PARA CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

José Alves Dias* - PPG-UFRJ

A expressão "egemonía", originária do latim para significar a direção suprema dos "egemónes", ou seja, chefes militares dos exércitos na antigüidade e na modernidade, implicou, inicialmente, segundo Belligni,[1] uma relação interestatal entre potências que oscilava entre a influência e o domínio.

No campo marxista, afirma ele, o conceito se aplica às relações sociais, políticas e institucionais públicas e privadas. Para Lênin, Bukharin e Stalin o termo se aproxima da idéia de domínio, enquanto, para Gramsci ele está associado à idéia de direção, em virtude da qual a classe dominante consegue ser aceita como guia legítimo.

É interessante notar, ainda, que o conceito gramsciano continuou sendo enriquecido a ponto de ser compreendido por Poulantzas[2] como algo existente no interior de uma determinada classe social "afim de regular as contradições existentes entre as diversas classes e frações de classe que o compõe". Nesse caso, completa Belligni, "A hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre as demais que compõem o bloco do poder dominante faz com que cada um renuncie aos seus interesses imediatos (...) em benefício do comum interesse político (...).[3]

Martin Carnoy[4] chama a atenção para uma outra perspectiva do conceito de hegemonia em Gramsci: a capacidade que determinada fração dirigente tem de deter o poder e articular os interesses dos grupos aliados. Citando Giroux[5] ele enfatiza que ela não impõe sua própria ideologia ao grupo aliado, mas antes, "representa um processo

---

* Doutorando pelo PPGHIS da UFRJ e bolsista FAPESB.

politicamente transformativo e pedagógico, pelo qual a classe (fração) dominante articula um princípio hegemônico que combina elementos comuns, extraídos das visões de mundo e dos interesses dos grupos aliados".

Em suma, é possível extrair da imensa contribuição de Antônio Gramsci ao marxismo e ao pensamento político, pelo menos três aspectos diferenciados do conceito de hegemonia: a referência clássica à direção pretendida de uma determinada classe na sociedade civil; a organização no interior de uma determinada classe visando o controle do poder e a articulação de um determinado segmento no interior de uma classe para subordinação dos demais. Interessante perceber, como se verá adiante, que tais aspectos não são excludentes ou conflitantes.

Esse processo de hegemonização no seio das classes dominantes nos ajuda a compreender determinadas conjunturas históricas. A ditadura militar brasileira é, possivelmente, uma delas. Naturalmente que, do ponto de vista epistemológico, o uso de um conceito *"a priori"* pode conduzir a resultados com alcance reduzido ou insatisfatório, como também, apontar as potencialidades várias de sua utilização.

Conscientes que o saber histórico não é linear ou inflexível, como de resto a própria História, podemos lançar mão do instrumental teórico já existente para interpretar os conflitos continuamente observados na sociedade, num tempo histórico definido.

Aliás, a bibliografia sobre a ditadura militar no Brasil, inicialmente memorialística, tem alcançado, nos últimos quarentas anos, uma diversidade interpretativa notável.[6] O acesso a fontes inéditas ou novas perspectivas sobre aquelas já conhecidas tem possibilitado isso.

No caso em estudo, a utilização de um modelo explicativo marxista não pretende ser uma novidade.[7] Nem mesmo, a interpretação do pensamento gramsciano pode ser pensada como tal.[8] Todavia, há uma similaridade indiscutível entre a análise do pensador italiano e a sociedade brasileira, se analisada numa perspetiva superestrutural, tomando como base a luta pelo poder político, numa sociedade de classes.

Partindo desse ponto de vista, a observação de alguns setores sociais brasileiros nos conduz a conclusões interessantes:

Uma parcela considerável da sociedade brasileira desse período constituía a vanguarda anticomunista:[9] as mulheres católicas conservadoras com suas marchas da família com Deus e pela liberdade, os empresários com o financiamento de campanhas e de grupos armados, os líderes religiosos com o discurso contra o comunismo ateu, os intelectuais orgânicos, etc. Essas e muitas outras parcelas sociais, agregadas em organizações como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) ou o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), compunham ou deram suporte às frações da classe dominante que derrubaram João Goulart e implantaram a ditadura militar no Brasil.[10]

Nem sempre os interesses desses diversos segmentos sociais eram os mesmos, mas, em se tratando da campanha contra o comunismo, os interesses convergiam. A família e a fé católica se pretendiam detentoras de uma moral ilibada e a figura da mãe catalisava todo esse ideário. Do mesmo modo, que o capitalismo representava a segurança dos empresários estrangeiros e nacionais. Para esses, o comunismo era uma ameaça. Foge à intenção desse ensaio analisar se essa ameaça era real ou aparente, contudo, é possível perceber nesse universo de representações sobre o comunismo que sua destruição unificava as classes dominantes brasileiras nessa conjuntura.

Para Antônio Gramsci, esse processo deveria ser pensado a partir da superestrutura onde o embate ideológico é essencial.[11] Por isso, os jornais, o cinema e os livros didáticos serviram de instrumento de propaganda. Entretanto, a análise da organização interna dessa classe dirigente também pode ser feita com base no pensamento gramsciano. A pretensão de se manter no poder a qualquer custo, em vista do iminente perigo que representava o crescimento do movimento trabalhista atrelado a Goulart, unificou a classe dirigente em torno de um objetivo comum e fez com que renunciassem a seus interesses imediatos.

De outro lado, os militares, além da interação contínua com os civis, gestaram e executaram o golpe de 1964, mantendo-se posteriormente no poder. As ações iniciais para o golpe, não podem ser pensadas à revelia das divergências interna existentes, principalmente, entre as principais correntes das Forças Armadas.[12] Contudo, a formação do "Comando Supremo da Revolução" demonstra não somente a organização hegemônica

visando o controle do poder, como também, a articulação de um determinado segmento para subordinação dos demais. Os embates que continuaram até sua cristalização nos episódios de 1968, quando uma outra facção impôs sua hegemonia, apontam para uma continuidade de um processo absolutamente idêntico.

Na esfera política, vários grupos locais contribuíram para a articulação, a organização e o controle do poder militar. Isso se deu de forma diversa, mas, tornou-se comum manter, preferencialmente, aqueles que haviam sido eleitos para o cargo. Caso os ocupantes do cargo representassem alguma ameaça, eram cassados e para o seu lugar nomeava-se o substituto legal. Nesse caso, pretendeu-se manter a aparência de transição democrática e estabilidade institucional.[13] Todavia, se não possuíam os atributos necessários para implementar os objetivos golpistas eram sumariamente depostos.

Em todo o caso, houve sempre um setor dominante que estabeleceu uma relação de dependência com os militares. No campo político, a recorrência mais comum nesse período, foi a articulação de um determinado segmento no interior da classe dominante para subordinação dos demais. Isso foi possível porque a ruptura do processo democrático alterou a correlação de forças, desestabilizou alguns e permitiu a ascensão de outros. Essas mudanças forçaram uma tomada de posição que representou uma nova configuração no plano político, embora mantendo características bastante convencionais.

Nos casos apontados, percebe-se com clareza a clássica pretensão dirigente de uma classe na sociedade civil, a tentativa de organização no interior dessa mesma classe visando o controle do poder e, em muitos casos, a articulação de uma determinada fração de classe para subordinação das demais. Torna-se evidente que, apesar da diferença de mais de um século que separam o movimento proletário em Turim, no qual militou Gramsci, e a ditadura militar brasileira, se analisadas sob o foco marxista, as classes dominantes locais mantiveram o mesmo comportamento.

Evidentemente que o período em questão pode e deve ser analisado por outro viés, aliás, como vem sendo feito, ultimamente, por vários(as) estudiosos(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as). É possível, ainda, que esse objeto de estudo seja absolutamente empírico,

sem que seu valor histórico e historiográfico tenha que ser negado. Contudo, revisitar os clássicos e buscar um enfoque da ditadura militar sob esses referenciais, também, pode representar uma relevante contribuição para a compreensão do tema.

---

[1] In: BOBBIO, Norberto *et. all*. *Dicionário de Política*. 5.ª ed., Brasília: UnB / São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. pp. 579 e 580

[2] POULANTZAS, Nicos. *Potere politico e classi sociali.* Editori Riuniti, 1971.

[3] Op. cit. pg. 581.

[4] CARNOY, Martin. *Estado e teoria política.* 8.ª ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 95.

[5]GIROUX, Henry A. *Hegemony, Resistance, and Educacional Reform.* In: *Curriculum, and Instruction: alternatives in education.* Berkeley: McCutchan Publishing, 1981.

[6] O processo que culminou com a ditadura militar brasileira tem sido explicado a partir de diferentes enfoques. Em cada um deles percebe-se uma ou mais formas de ação dos militares visando a sua ascensão ou manutenção no poder. Para um conhecimento aprofundado do assunto ver: FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

[7] Na bibliografia sobre a ditadura militar brasileira é extensa a lista de obras de cunho econômico, político e cultural com viés marxista. Consultar Fico: 2004, Op cit.

[8] A extensa bibliografia sobre Gramsci já é suficiente para demonstrar o seu valor.

[9] Evidentemente, como se pode perceber a partir das várias leituras apontadas, esse processo foi, também, determinado por uma série de outros movimentos e estratégias que envolveram não somente os militares de alta patente e os segmentos políticos locais: a participação de empresários, intelectuais, entidades femininas, católicas, políticas, mecanismos de censura e repressão e um apoio político de origem diversa, também, explicam as razões da ditadura militar no Brasil.

[10]Essa atividade atingiu um nível tal de elaboração a ponto de permitir a interlocução com grupos afins de outros países americanos como mostra Margareth Power em seu estudo denominado *The transnational Impact of the 1964 Coup in Brazil: Conservative Woman in Chile, 1964 to 1973.* Mimeo. s/d.

[11] Para estudar o tema, esse foi o tratamento dado por: DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe. 5ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

[12] Sobre as crises militares na ditadura ver: MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1961 – 1969).* São Paulo: Edufscar , 1995.

[13] A busca de legitimidade, neste caso, está bastante associada a ação dos envolvidos no golpe de 1964 e no processo de consolidação da ditadura militar no Brasil. A censura, aplicada de forma diversa, representou a outra face desse mesmo objetivo: impedir a livre circulação das idéias e das notícias implicava, necessariamente, influenciar a opinião da sociedade brasileira sobre a ditadura militar. O uso da força policial e militar, também, tem um caráter legitimador na medida em que impõe à sociedade um aparato repressivo legalmente instituído na fase democrática, embora, em muitos casos, desvirtuando suas funções, agindo ilegalmente ou modificando a própria legislação para tornar essas ações legalizadas.

Desordeiros na Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú (Província de Santa Catarina): 1872 e 1878

José Bento Rosa da Silva[1] - UNIVALE

Em 29 de janeiro do ano de 1872, o promotor público, Herculano, denunciava ao juiz municipal os seguintes escravos: Nicolau, propriedade de Jesuíno Luiz Pereira; Luiz, escravo de Francisco José Bernardes e Eusébio, escravo de Claudino de Souza Medeiros, por crime de homicídio. No entanto, não pedia a punição máxima, a pena de morte[2], talvez por ser a vítima um outro escravo. A pena requerida foi a galés perpétuas, ou seja, o grau máximo do Artigo 193 do referido Código.

O crime, segundo algumas testemunhas, ocorreu num domingo gordo. Os motivos? Supostas dívidas existentes entre o réu e a vítima. O primeiro escravo de Jesuíno Luiz Pereira, um crioulo de dezoito para dezenove anos de idade, solteiro, filho da escrava Afra[3] e de profissão lavrador; a vítima, Torquato, escravo de Jacinto de Borba Coelho, que, segundo o exame de corpo delito, levara duas facadas abaixo da maminha esquerda, vindo a falecer.

Vale a pena acompanhar a denúncia do promotor Herculano, até porque, segundo Michel Foucault, as práticas judiciárias constituíram-se como formas de verdades na sociedade ocidental[4]. Pois bem, o teor da denúncia foi a seguinte:

> [...] no dia onze do corrente, sobre a Barra, sobre a Barra em Camboriú, Nicolau, escravo de Jesuíno Luiz Pereira, achava-se em casa de João Francisco Garcia, que fica em uma pequena elevação, umas quinze braças de distância da estrada que passa defronte e vai de Camboriú para o Salto. Deste lugar Nicolau avistou Torquato, escravo de Jacintho de Borba Coelho, que ia passando na estrada; Nicolau correu e foi encontrá-lo em uma figueira na encruzilhada do caminho que segue para a casa dJoão Francisco Garcia. Pede-lhe duas patacas e meia que ele lhe devia. Torquato disse-lhe que não tinha dinheiro naquela ocasião. Nicolau insistiu e quis por força o dinheiro. Torquato diz que não havia de furtar para pagar, passou aos empurrões. Nicolau atira uma facada da Torquato, este rebatendo desvia o golpe. A faca foi dada por Euzébio a Nicolau, na ocasião da briga. Aí Nicolau vendo que Torquato ia lançar mão de uma faca que trazia na cinta , correu e já achava-se à alguma distância do lugar, quando olhando viu Torquato seguro pelo dois cúmplices, Luiz e Euzébio. Então volta Nicolau e enterra a faca no peito do infeliz; após o salto caiu morrendo.Torquato vendo Nicolau voltar com a faca na mão, disse várias vezes para os dois que o agarraram: 'vocês me soltam que aquele diabo me mata!'Mas foi debalde(...)
> O promotor vem dar a presente denúncia oferecendo para testemunhar: João Francisco Gonçalves, José Ignácio Linhares, José

> Peiche, Maria Graça, Francisco Manoel Leite, Anacleto Antônio de Souza Medeiros, João Antônio de Souza Medeiros e José, escravo de João Borges Correia Feijó[5].

Os escravos, independente do conhecimento ou não de seus senhores, estavam armados de facas. É importante lembrar que cabia às Câmaras Municipais declarar quais as armas eram proibidas por partes dos cidadãos; já aos escravos, usar qualquer instrumento contundente, sem permissão do seu senhor, constituía um crime. Leila Mezan Algranti registrou um gráfico indicando as prisões de escravos por porte de armas na cidade do Rio de janeiro, no período compreendido entre 1810 - 1821[6].

No rol das testemunhas, encontramos a senhora Maria Grassa, 50 anos de idade, lavradora, imigrante natural da Itália. Conforme ela, num domingo gordo, havia mandado seu filho José Peiche comprar um pouco de sabão, este, ao voltar, contara-lhe que havia encontrado Nicolau brigando com Torquato, perto da casa de João Francisco Garcia.

Em seguida foi ouvido José Peiche, 12 anos de idade. Em virtude de sua menor idade, foi considerado testemunha informante. Inquirido sobre o conteúdo da denúncia, disse ter visto o fato acontecer, portanto, testemunha ocular do fato relatado. Segundo Peiche:

> [...]no domingo gordo, indo ele, a mandado de sua mãe comprar um pouco de sabão e linha, viu os acusados presentes perto da casa de João Francisco Garcia e de uma figueira, sendo Nicolau e Torquato em conversa, e depois viu que Nicolau cobrava dinheiro de Torquato, e que este respondia que não lhe podia pagar naquela ocasião, porque não tinha, e por esse motivo entraram em disputa ambos, resultando dela Torquato dar duas bofetadas em Nicolau, que logo correu para traz de Euzébio e tirou-lhe a faca que tinha na cintura, atirando com ela uma facada em Torquato que não pegou, porém sendo o mesmo Torquato agarrado por Euzébio e Luiz para apartar o barulho, Nicolau nessa ocasião deu-lhe uma facada na região do peito, mais ou menos, da qual logo morreu Torquato [...][7].

O depoente disse ainda que Torquato também estava armado na ocasião, confirmando que a vítima havia gritado para os que o segurava e que o largassem, senão Nicolau o mataria, como de fato matou-o. Segundo Peiche, em seguida chegaram José, escravo de João Borges; Sabino, Ignácio e Manoel, escravos de Claudino de Souza Medeiros; Torquato[8] e Cipriano, escravos de João Garcia. Estes, segundo Peiche, estavam brincando entrudo na casa de João Francisco Garcia; no entanto, em seu depoimento Garcia afirmou que não sabia de nada, e que 'nenhum dos seus pretos contara isso'. Mas Manoel, escravo de Claudino de Souza Medeiros, de onze anos de idade, mais ou menos, afirmou em seu depoimento que na ocasião da briga, estava brincando na entrada de João Garcia; o depoimento de outras testemunhas informantes corroboram Manoel, a saber: Sabino, escravo de Claudino de Souza Medeiros, doze anos de idade e Cipriano, escravo de João Garcia, 10 anos de idade .

João Francisco Garcia disse desconhecer o ajuntamento de escravos brincando entrudo no domingo gordo, nas proximidades de sua casa, pois se achava em casa de seu genro, e, ao chegar a casa, convidou a sua família para visitar seu sogro. E que, ao chegar a casa, não viu os réus, nem outros pretos em sua casa, e ficou sabendo do acontecido quando João Gonçalves avisou-o, já no caminho da casa de seu sogro.

Na verdade, ao afirmar diante do promotor público que desconhecia o ajuntamento de escravos próximo de sua casa, João Francisco Garcia estava, de certa forma, defendendo-se de qualquer possível acusação de responsabilidade. Afinal, havia um dos seus escravos envolvido na dita brincadeira de entrudo. Este ajuntamento poderia também ser caracterizado como um crime, uma vez que o Artigo 285 (Ajuntamentos ilícitos) do Código Criminal do Império rezava que: *"julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se três ou mais pessoas com a intenção de se ajudarem mutuamente para cometerem algum delito, ou para privarem ilegalmente a alguém do gozo ou exercício de algum direito ou dever"*[9].

Osvaldo Rodrigues Cabral registrou no Código de Posturas de Desterro (antiga denominação da cidade de Florianópolis), no ano de 1857, a seguinte proibição referente ao entrudo: *"não se consentirá que os cativos andem ocupados neste divertimento de qualquer maneira que ele seja, sob pena de 24 horas de cadeia"*[10]. É bom lembrar que Jorge Benci já havia advertido aos senhores que os pretos eram mais hábeis para todo gênero de maldades e logo deveriam evitar o vício do ócio[11].

O inquérito policial realizado em 17 de fevereiro do ano de 1872 é revelador, até porque, conforme Foucault *"o inquérito tal como foi praticado pelos filósofos de século XV ao século XVIII, e também por cientistas, fossem eles geógrafos, botânicos, zoólogos, economistas – é uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades"*[12]. Pois bem, no referido inquérito, realizado na localidade denominada Garcia, distrito da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú, na casa do subdelegado de polícia, o alferes Claudino de Souza Medeiros; João Francisco Gonçalves de setenta anos de idade, morador da localidade próxima (Monte Alegre), disse que vinha da casa de seu sogro, Serafim José Cabral, residente no sertão de Camboriú. Ao chegar na encruzilhada próxima à casa de João Francisco Garcia, deparou com o corpo de um escravo. Disse que, na ocasião, chegou também João Francisco Garcia, que chamou o inspetor de quarteirão. Este ordenou que dessem parte ao subdelegado de polícia, que, comparecendo, mandou remover o cadáver para o engenho de fabricar farinha de José Vieira da Costa. Era, segundo ele, por volta da Ave Maria, das seis horas da tarde. Disse mais, que ouviu dizer que o causador da morte do escravo havia sido um outro escravo de nome Nicolau, propriedade de Jesuíno Luiz Pereira. Já José Ignácio Linhares, chefe de quarteirão, ao ser inquirido, disse que ficara sabendo do crime através de sogro João Francisco Garcia, pela tarde do dia onze daquele mês de fevereiro. Na qualidade de chefe de quarteirão,

comunicou o fato ao subdelegado Jesuíno Luiz Pereira, que comparecendo no local, e disse ao proprietário da vítima que ele, subdelegado, também havia perdido um escravo, - referindo-se a Nicolau que havia fugido após o crime. Segundo Linhares, se a justiça lhe ajudasse, Nicolau havia de ser enforcado no mesmo local onde cometera o crime. Disse ainda Jesuíno que nada podia fazer. Foi então que ele, testemunha, mandou chamar outro subdelegado, a saber, Claudino de Souza Medeiros, que tomou as providências acima mencionadas.

O escravo Nicolau foi capturado por José Lino, a pedido do proprietário do mesmo. Foi transferido da cadeia de Camboriú, para a casa de detenção de Itajaí, no dia seguinte ao crime. De fato, Jesuíno havia perdido seu escravo. Seria um conforto para o senhor do escravo morto? Seja lá como for, ambos perderam, e Jesuíno tratou logo de formalizar a abdicação da propriedade do escravo assassino[13].

No mesmo inquérito policial foram ouvidos vários escravos que presenciaram o crime. Dentre eles, José, escravo de João Borges Correia Feijó. O seu depoimento aponta para a dimensão da desordem causada pelos escravos naquele domingo gordo:

> [...] Respondeu a testemunha que no domingo gordo próximo passado, seria meia tarde para mais, ou para menos, quando ele respondente vinha cá de baixo e chegando na encruzilhada que vai para o senhor João Francisco Garcia, tomou o caminho da casa do mesmo para ir conversar com uns rapazes que ali estavam, entre eles o crioulo Nicolau; dali à poucos momentos, Nicolau reconheceu vindo de cima para baixo, o escravo Torquato do senhor Jacinto de Borba Coelho, e correndo saiu-lhe ao encontro, e logo depois ele, respondente, com o crioulo Luiz e Euzébio do senhor Claudino Medeiros e outros crioulinhos do mesmo Medeiros e um crioulinho Torquato do João Garcia, seguiram para o mesmo lugar aonde estava Nicolau e Torquato, que era a encruzilhada do caminho. Querendo Nicolau por força receber de Torquato duas patacas e meia que este lhe devia, nesta ocasião Torquato deu um empurrão em Nicolau, o qual passando pelo pé de Euzébio que estão como guazil[14], cochilando o dito, Nicolau neste momento do empurrão passou a mão na faca que Euzébio tinha na cintura e virando-se para Torquato lhe disse: 'agora é que tu pagas o meu dinheiro!'. E deu uma facada em Torquato, o qual não podendo livrar-se da faca, caiu com o corpo para a banda da mesma faca. Logo depois, ele testemunha, disse para Nicolau: 'Então está bonito isto!' E pegando um pedaço de pau disse: 'Não sei aonde estou que não te dou uma porretada no braço em que tens a faca'. Ao que respondeu o dito Nicolau, com os olhos muito vibrados: 'O que é que tinhas com isto, e que viesse'. E temendo, ele respondente não ver outra desgraça, tratou de montar no seu cavalo e retirou-se[15].

Do depoimento de José, depreende a existência de ajuntamento ilegal de escravos naquele domingo gordo, inclusive com escravo armado com faca. Não é difícil imaginar o campo de batalha em que se tornou a encruzilhada da casa de João Garcia: dois escravos

digladiando, sendo assistido pelos demais sob algazarras de crianças e até um, que segundo o depoimento de José, fazia o papel de juiz...

Euzébio, o que seria o juiz na pugna, confessou estar armado, mas que em momento algum segurou a vítima para que o réu o esfaqueasse. Para ele, foi num descuido que Nicolau que arrancara a faca de sua cintura e matara Torquato e, inclusive, que outros já haviam dado à mesma versão. E disse mais. Os que disseram ter ele agarrado a vítima para que fosse esfaqueada, eram adversários de seu senhor, que queriam prejudicar o mesmo[16]. Referia-se a inimizade entre o tenente Antônio Francisco de Souza Medeiros e seu senhor Claudino de Souza Medeiros.Vejamos o depoimento de Euzébio:

> [...] Disse mais, que o fato da faca tirada da cinta dele interrogado, por Nicolau, foi independente da vontade dele, interrogado, como declarou no auto de perguntas neste juízo; que o fato que lhe atribui de ter agarrado a Torquato para ser este faqueado por Nicolau é inverossímil, em vista mesmo dos depoimentos em geral de todas as testemunhas, e principalmente do informante de vista José Peiche, que declarou não ter ele interrogado e Luiz, segurado a Torquato, senão para apartar a briga em que estavam. E para mais esclarecimento da verdade, oferece a justificação feita neste mesmo juízo por onde se mostra que havendo inimizade entre seu senhor e o tenente Antônio Francisco de Souza Medeiros, este procurara induzir as testemunhas para implicarem, ele interrogado neste processo, para assim o dito tenente vingar de seu senhor, o que se depreende do depoimento da quarta testemunha Anacleto Medeiros [...][17]

A desordem envolvendo escravos de senhores rivais, era também, como se viu acima, oportunidade de vingança entre um e outro senhor. Através dos atos dos escravos, os senhores mediam as suas forças indiretamente nos tribunais de justiça. No caso específico, a trama foi desmascarada na confrontação das testemunhas Anacleto de Souza Medeiros e José, escravo de João Borges Corrêa Feijó. Diante disso, Euzébio e Luiz foram absolvidos por falta de provas de serem cúmplices e Nicolau condenado a galés perpétuas. Mas o experiente[18] advogado Luiz Fortunato Mendes recorreu da sentença, com base no Artigo 462 do regimento N. 120, de 31 de janeiro de 1842, e, qual seja, na ocasião do crime o réu era menor de 21 anos de idade. Para isso, o advogado requereu do arciprestado[19] da Província de Santa Catarina a certidão de batismo do escravo Nicolau, que atestou ter o mesmo 18 para 19 anos de idade.

Segundo júri público, Nicolau foi condenado, incluso no grau médio do Artigo 193 do Código Criminal, a cumprir doze anos de prisão com trabalho e nas custas do processo.

Passados seis anos deste fato, na mesma freguesia de Nossa Senhora do bom Sucesso de Camboriú, um outro acontecimento agitou a localidade, este envolvendo o preto liberto Lino Silvério, e as penitentes: Francisca Maria do Espírito Santo, Maria Joaquina

Rosa e a preta Tereza, escrava de Vicente Coelho da Rocha. O intrigante que este processo estendeu-se de 1878 até o ano de 1887.

O promotor público, Joaquim José da Silveira, denunciou ao juiz Municipal, o réu Lino Silvério, em 22 de março de 1878, pelo crime previsto no Artigo 201 do Código Criminal[20]. O fato segundo o inquérito deu-se da forma seguinte:

> No dia 14 de janeiro, depois de se ter celebrado a novena de Santo Amaro, na Igreja Matriz de Camboriú, ao sair o povo da igreja, depois das dez horas da noite, o acusado armado com uma faca e um cacete, principiou a espancar indistintamente quem saía da igreja, do que resultou ferir gravemente a Francisca Maria do Espírito Santo, Maria Joaquina Rosa e a preta, Tereza[...]"[21] .

Testemunharam à pancadaria: Francisco Antônio Souza, Pedro Álvares Cabral, Antônio Caetano da Silva, João Antônio de Sena, Bernardino Rodrigues Almeida e João Pereira da Costa. Embora, o crime tenha ocorrido em janeiro, a autuação só ocorreu em março do mesmo ano.

O auto de corpo delito foi realizado pelos peritos *ad hoc* (nenhum deles profissionais): Padre João Rodrigues de Almeida (vigário interino), Joaquim José Rebelo (alferes e comerciantes); tendo como testemunhas Bernardino Rodrigues de Almeida e augusto Carlos Feijó e Silva. Pois bem, procedendo o referido exame constataram que:

> Francisca, filha de Justino José Cabral, deitada com a cabeça ligada , e toda a roupa de seu corpo banhada em sangue, assim como quatro lenços de mão ensopados no mesmo, que indicavam ter servido para a estagnação. Verificaram ter ela um ferimento gravíssimo na fronte direita, por cima da sobrancelha, bem contíguo à artéria, com polegada e meia de comprimento e meia polegada de profundidade, feito com instrumento cortante; o órgão do olho bem obstruído e se não houver muita cautela, pode resultar destruição do mesmo órgão e ficar por conseqüência disforme, perdendo a vista(...) . A preta Tereza, com um ferimento e ofensa física no lado esquerdo do rosto, bem em cima da maçã e ao que parece, ser feito com instrumento contundente, que com quanto não seja mortal, o olho está gravemente ofendido(...) Maria Joaquina, com dois ferimentos graves: um em cima da sobrancelha do olho esquerdo,outro no meio do braço direito, bem em cima da cova, ocasionados ambos por instrumento contundente. O ferimento do olho tem uma polegada de comprimento e perto de meia de profundidade, a face e o nariz deste lado também estão bem contundidos; o braço muitíssimo inchado a ponto de não poder fazer uso dele, todavia estas mutilações não podem dar um resultado a perda do membro ou do órgão, mas inabilita-lo por bastante espaço de tempo [...]"[22] .

Quem era afinal este endiabrado que aproveitada o final da novena para atacar senhoras penitentes indefesas? Seria um desequilibrado? Uma vítima da degenerescência

da raça humana[23], pois tratava-se de um escravo liberto? Este seria um tema para a investigação dos cientistas da época, entre eles, Gobbineau, Lombroso, dentre outros. Mas limitemo-nos às peças do processo. No auto de qualificação constava que: Lino Silvério, na verdade chamava-se Lino Antônio Rodrigues, filho de Silvéria Rosa de Jesus, de vinte e nove anos de idade, casado, lavrador, brasileiro, nascido em Porto belo, não sabia ler nem escrever, morador da localidade Limeira Ribeirão Tavares, há três anos.

As três pessoas ofendidas, a saber: Francisca Maria do Espírito Santo, vinte e um anos de idade, solteira, filha legítima de Justino José Cabral, serviços domésticos; Maria Joaquina Rosa, sessenta anos de idade, casada com Francisco Ignácio Pereira, doméstica e Tereza, vinte e nove anos de idade, solteira, escrava de Vicente Coelho da Rocha, foram unânimes em dizer que:

> [...] em saindo da igreja Matriz por volta de dez horas e meia da noite, de assistirem a novena a que se estava procedendo, e no meio de um concurso de perto de mil pessoas que vinham descendo pelo morro da Igreja Matriz, bem defronte ao Cruzeiro e das casas dos cidadãos Joaquim José Rebelo e Augusto Carlos Feijó, surgiu de repente o negro Lino Silvério, e que foi por todos os circunstantes visivelmente conhecido, de faca em punho, jogando capoeira[24] e gritando em alta voz: 'hoje ei de fazer aqui o diabo, ei de matar mais de cinco!'E principiou a manejar a faca para todos lados em uma das mãos, tendo em outra um pedaço de pau de dois palmos de comprimento, em uns dava com o dito pau, e em outros talhaços com a faca, formando-se tamanho barulho que mais de cinqüenta pessoas ficaram contundidas, entre muitas crianças de oito a doze anos, homens, mulheres, etc. E daqui resultáramos ferimentos que apresentam as três ofendidas.
> Evadindo-se o dito negro pelo caminho que se dirige ao sertão, sem que pudesse ser capturado, não obstante persegui-lo o povo à distância de mais de quinhentas braças: 'Estás preso, Lino! Prendam o Lino! Entrega-se Lino!' deixando em poder do mesmo povo o dito pau, - digo -, o dito pedaço de pau, com que fez tantos estragos [...][25].

O padre João Rodrigues de Almeida deu sua versão dos fatos ocorridos na fatídica noite de quatorze de janeiro do referido ano, após a novena, não poupando detalhes e incriminando ainda mais o réu Lino Silvério:

> Eram nove para dez horas da noite, estando ele, testemunha na igreja matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú, após findo os atos religiosos, isto é, a novena que tinha lugar na mesma igreja, ouviu grande sussurro junto da mesma e saiu, a chamado de algumas pessoas que diziam que acudia o povo, que o réu presente matava tudo; então ele, testemunha, saiu e viu que estava o povo todo em desordem, então procurou indagar o que era, e soube pelo testemunho de Joaquim Silva Santos, que o réu presente tinha ferido diversas pessoas, que era preciso ir ao alcance do réu, ver se

> o prendia, mas três pessoas para captura do mesmo réu [...] Depois viu Maria Joaquina Rosa, - digo -, viu primeiramente uma moça, Francisca Maria do Espírito Santo, que estava em casa de um irmão dele, respondente, testemunha neste processo; a qual tinha um ferimento, este na região frontal próxima da sobrancelha, ao lado esquerdo, que era bastante grave [...] **Disse que não sabe o motivo, mas que o réu é acostumado assim a proceder sempre que o entende fazer[26].**

Além do depoimento do vigário, vários outros incriminaram Lino Silvério: Francisco Antônio Egreja, um marítimo, natural da Galiza e morador da freguesia disse que, ao passar para a novena de Santo Amaro com sua família, próximo da casa de negócios de Joaquim José Rebello, ali estava o preto Lino a contar vantagens, hora dentro da dita casa, hora na rua, rodeado de outros pretos e rapazes. Ouviu-se dizer: *"que era homem para trinta pessoas"*. Ainda disse que Lino fazia outras asneiras, como havia dito que haveria de quebrar o lampião da casa do mesmo Rebello. Egreja seguiu seu caminho em direção à novena. No final da mesma, ao sair da igreja, presenciou a pancadaria provocada por Lino.

Joaquim José Rebello disse que desconhecia se o fato tivesse acontecido em seu comércio, pois estava na novena... Uma forma de não responsabilizar-se pelo ajuntamento, que segundo Egreja havia nas imediações.

Lino, ao ser interrogado, disse que o fato havia acontecido devido a uma briga com um mulatinho, que havia sido protegido pela população, sendo ele surrado sem que ninguém o auxiliasse. E Lino ainda acrescenta que na ocasião achava-se embriagado e que só estava sendo processado por não ter quem o defendesse. Tal depoimento coincide com a versão de Joaquim da Silva, marítimo, natural do Paraná, morador em Camboriú, quando falou que havia uma briga entre escravos libertos e um aglomero de pessoas na localidade:

> [...] respondeu que em uma novena havida na matriz em Camboriú, cujo ano, mês e dia não se recorda, estando ele, testemunha na mesma novena, logo que se acabou, havia grande quantidade de povo, ele retirou-se com sua família,conduzindo seu filho no braço. Ao chegar perto do cruzeiro da mesma igreja, ouviu grande sussurro e a queda de um corpo no chão, mas ele nada disso prestou atenção e caminhou para sua casa, e ali chegando, depois que tirou a sobrecasaca, ouviu um preto vim dizer que Hermenegildo, escravo dele, testemunha, havia brigado com Lino; até então ignorava, que foi com Lino, e então , do modo em que estava, sem sobrecasaca, saiu precipitadamente, afim de tomar conhecimento do fato, e à pequena distância de sua casa, próxima a de Bernardino, viu uma onda de povo que recuava, ao que aproximava para vendo ele, testemunha, perguntava: 'o que é isto?'Mas ninguém lhe respondeu. Então ele vendo que o sussurro do povo e agitação cada vez aumentava mais, procurou encaminhar-se para entrar no mesmo povo. Logo a pequena distância viu Maria Joaquina Rosa com um grande ferimento na cabeça(...)Pelo que soube,diz o povo em geral, foi uma briga a capoeira ali, entre o réu presente e o liberto Hermenegildo, resultando depois o réu presente; resultando depois

> o réu se recompor e sair a procura de Hermenegildo, o qual já tinha desaparecido[27].

O processo estendeu-se por nove anos pelos seguintes motivos: o réu evadiu-se da cadeia, dificultando a captura, conforme um ofício expedido pela subdelegacia de polícia da Colônia Itajaí (atual cidade de Brusque) e Príncipe Dom Pedro (atual cidade de Gaspar), em 24 de dezembro de 1881[28]. O oficial de justiça havia pedido demissão do cargo, não expedindo as respectivas intimações às testemunhas[29] por irregularidades jurídicas contidas no processo. Segundo o juiz de direito, Bento Fernandes de Barros, que mandou refazer todo o processo[30], o escrivão, Francisco Ezequiel Tavares, acumulava cargos, além de acúmulo de processos, conforme um ofício endereçado ao juiz municipal que o interpelou a respeito da morosidade dos processos:

> Ilmo. Sr. Dr. Juiz Municipal
>
> Cumprindo, na parte que me diz respeito, relativamente o que me foi ordenado pelo Exmo. Dr. Juiz de Direito da Comarca, no despacho proferido às folhas 47 e 47v, com o devido respeito, informo à Vossa Senhoria que,se o presente processo não teve andamento preciso, foi devido aos muitos afazeres que corria e correm pelo meu cartório, especialmente processos crimes[31] que é o que mais abundam neste termo, como Vossa senhoria tem dito ocasião de ver, sendo o número de tais processos(presentemente) superior a vinte, e portanto, constantemente estou atarefado.
> A falta de comparecimento das testemunhas para depor nos dias marcados tem concorrido também para não se ter finalizado o sumário.
> Ilmo. Sr., quando este termo era Comarca, eu desempenhava os ofícios de oficial de registro geral, tabelião, escrivão cível, crime e mais anexos de júri de delegado de polícia,e até juiz de paz(Documento N.01)[32], e também escrivão de órfãos no impedimento do serventuário vitalício(Documento N. 02), sobrecarregado assim em tanto serviço, foi o motivo que houve demora no andamento do processo em questão.
> O réu não se achava então preso. Peço vênia à Vossa Senhoria para dizer que à respeito do processo de Lino Silvério e de outros que se acham parados, já tive ocasião de informar em portaria que baixou o Exmo. Sr. Dr. Lobo Cedro, então juiz de direito, quando à Assembléia Provincial e a requerimento do deputado, o padre João Rodrigues de Almeida, pedi informações, e o dito juiz as prestou (Documento N. 03)
> É o quanto tenho a informar a Vossa Senhoria[33].

O réu foi submetido ao tribunal do júri, condenado a um ano de prisão com trabalho, multa correspondente a metade do tempo e nas custas do processo. Foi designada a cadeia da capital para o cumprimento da pena. O réu foi incurso no Artigo 205 do Código criminal.

Aquele final de novena de santo Amaro ficou gravado na memória de todos aqueles que presenciaram a batalha campal travada nas imediações da igreja matriz, por dois escravos libertos, que, ao que nos parece, eram exímios capoeiras; motivo o suficiente para serem punidos com perturbadores da ordem pública, mas que anos mais tarde, com o advento da República foi contemplado no Código Penal de 1890[34] com um capítulo especifico: O Capítulo XIII - Dos Vadios e Capoeiras.

---

[1] Militante do Núcleo Afro de Itajaí, historiador (graduação,especialização, mestrado e doutorado), professor a Universidade do Vale do Itajaí e Coordenador do Centro de Documentação Histórica e Memória de Itajaí

[2] O artigo 192 do Código Criminal do Império do Brazil rezava que: "matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no Artigo 16, números (circunstâncias agravantes) 2, 7, 10, 11, 12, 13, 14 e 17.
Penas:
Máximo – morte;
Médio – Galés perpétuas;
Mínimo – 20 anos de prisão com trabalho".
In. Código Criminal do Império do Brazil. RJ: Livraria Popular de A. A. Da Cruz Coutinho – Livreiro/ Editor, 1885, 2ª. Ed.

[3] Afra escrava do finado Thomas Francisco Garcia, havia tido outros filhos, tais como: Tomé, Josefa, Joaquim, Mateus e Fortunato; segundo a tabela de proprietários e famílias escravas elaborada por Isaque De Borba Corrêa. Sobre esta questão. Ver. CORRÊA, Isaque De Borba. A Escravatura em Camboriú. Camboriú: Ed. Do Autor, 1988, p. 73.

[4] FOUCAULT, Michel. A Verdade E As Formas Jurídicas. RJ: Nau Ed., 1999, 2ª. Ed.

[5] Fórum Da Comarca De Itajaí.Arquivo Da Primeira Vara Criminal. Auto N. 202. Ano: 1872.Caixa N. 03 –A. Folhas.02 e 02v.

[6] Sobre esta pequisa. Ver. ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. Petrópolis: Vozes, 1988,p.199.

[7] Fórum Da Comarca De Itajaí. Arquivo da Primeira Vara Criminal. Auto N. 202. Ano. 1872. Caixa N. 03 –A. Folhas, 37 a 39.

[8] No processo constam dois escravos com o nome Torquato: a vítima, de propriedade de Jacinto de Borba Coelho, e este, segundo, de João Francisco Garcia.

[9] Código Do Processo Criminal do Império do Brazil. Op. Cit.

[10] CABRAL, Osvaldo Rodrigues.Nossa Senhora Do desterro – Memória II. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972,p.94.

[11] Pe. Jorge Benci.Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos. Apud. MACHADO, Maria Helena P. T. Crime E Escravidão. SP: Brasiliense,1987,p.57.

[12] FOUCAUT, Michel. A Verdade E As Formas Jurídicas. RJ: Nau – Editora1999,p.12.

[13] No dia 11 de março de 1872, Jesuíno Luiz Pereira fez um termo ao Juiz Municipal, desistindo da propriedade de Nicolau: *"(...) Pela presente fazer a efetiva desistência, entregando o escravo a justiça, que no presente caso, poderá considera-lo liberto, portanto vem o proprietário requerer a Vossa senhoria se digne admitir a desistência que faz,mandando juntar o presente processo(...)".* In. Fórum Da Comarca De Itajaí.Arquivo Da Primeira Vara Criminal. Auto N. 202. Ano. 1872. Caixa 3-A . Folhas16.

[14] Juiz,segundo o Dicionário Aurélio.

[15] Fórum da Comarca De Itajaí.Arquivo Da Primeira Vara Criminal. Auto N. 202. Ano. 1872. Caixa N. 3 – A . Folhas 13 13v.

[16] Em depoimento, José Vitorino Marques confirmou perante ao juiz, o suborno para incriminar o escravo Euzébio, de Luiz Claudino de Souza Medeiros:
" José Vitorino Marques, 60 anos de idade, mais ou menos, casado, morador em Camboriú, deste termo, lavrador, natural desta província, e aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei, e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. E sendo inquirido sobre os itens da petição de folhas duas?

Respondeu ao primeiro que o menino José Peiche disse a ele, testemunha, estando presente Manoel Felício da Silva e o justificante, que o tenente Antônio Francisco de Souza Medeiros, disse a ele Peiche, que se não viesse em juízo declarar que o finado Torquato, escravo de Jacinto de Borba coelho foi agarrado pra ser morto pelo escravo Nicolau, de Jesuíno Luiz Pereira, meteria ele,- Antônio Francisco de Souza Medeiros- , o mesmo Peiche na cadeia. Disse mais, que depois que veio a juízo, Maria Grassa, mãe do dito Peiche jurar no processo dos mesmos escravos, ele, testemunha, lhe perguntou como ela tinha vindo jurar sobre o dito de um menino, ao que lhe respondeu que se ela não viesse jurar assim, o dito Antônio Medeiros e os filhos deste, João e Anacleto ficariam mentirosos".
In. Idem. Folhas. 61 a 61.
[17] Idem. Ibidem. Folhas. 54 a 55.
[18] Luiz Fortunato Mendes foi vereador no período de 1869/1872 e posteriormente de 1883/1886, quando foi presidente da Câmara. Há vários processos em que ele atuou como advogado, inclusive no caso do escravo Paulo, que assassinou sua senhora, em Camboriú, no ano de 1885.
Sobre o crime do escravo Paulo. Ver.SILVA, José Bento Rosa da."A Praga da escravidão" O escravo Paulo, vítima e réu(Comarca de Itajahy, 1885) In. SOUZA, Rogério Luiz de, KLNOVICZ, Jô (Organizadores) História: Trabalho, Cultura e Poder.Florianópolis: Anpuh-Sc, 2004, p. 340 – 341.
[19] Bispo
[20] Artigo 201 "Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se causa dor ao ofendido". In. Código Do Processo Criminal Do Império Do Brazil. Op. Cit.
[21] Fórum Da Comarca de Itajaí.Arquivo Da Primeira Vara Criminal. Auto N. 487. Ano. 1887. Caixa N. 10 Folhas. 02.
[22] Idem. Folhas 08 a 10.
[23] A ciência do século XIX buscava explicar alguns comportamentos humanos a partir sua origem étnica.
Sobre esta questão. Ver. SCHWARZ, Lilia Moritz. O Espetáculo Das Raças. SP: cia. das Letras, 1995.
SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato Silva. Raça E Diversidade. SP: Edusp., 1996.
[24] Sobre o significado da capoeira no cotidiano urbano dos escravos. Ver. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Capoeira Escrava. SP: Ed. Unicamp., 2001.
[25] Fórum Da Comarca Der Itajaí.Arquivo Da Primeira Vara Criminal. Auto N.487. Ano. 1887. Caixa N. 10. Folhas 06 à 07v.
[26] O grifo é nosso.
Fórum Da Comarca de Itajaí. Arquivo Da Primeira Vara Criminal.Auto N. 487. Ano. 1887. Caixa N. 10 Folhas 92v -93.
[27] Idem. Folhas 96 e 96v.
[28] "Remeto a Vossa Senhoria o réu Lino Antônio Rodrigues que se acha pronunciado por crime inafiançável por este juiz. Contra o mesmo réu tem sido expedidos vários mandatos que não tem sido cumpridos, não por falta de esforços empregados para isso, mas sim por meios ardilosos empregados pelo mesmo réu, que sempre armado e preparado para toda e qualquer eventualidade opunha-se a prisão e era o terror de seus vizinhos, aos quais não só ameaçava como ainda provocava sérios conflitos, tornando desta sorte um elemento de desordens o que constantemente se reproduziam.
Congratulo-me com Vossa Senhoria por essa prisão que sem dúvida prova que esta subdelegacia não se descuida de cumprir com seus deveres, coadjuvando a justiça pública na repressão dos crimes(...)
Manoel Aranha Dantas
Subdelegado de Polícia".
In. Idem. Ibidem. Folhas. 108.
[29] "Certifico, eu, oficial de justiça abaixo assinado, que não cumpri o mandado, porque já tinha pedido minha demissão e me achar doente, assim como alego na minha petição.
O referido é verdade, do que dou fé.
Itajaí, 20 de fevereiro de 1880
Oficial de justiça
Ludovino Jo'se D 'Ávila"
In. Idem. Ibidem. Folhas. 26v.
[30] "Este processo que se iniciou em março de 1878 pela denúncia do promotor público, às folhas 02 que esteve sem andamento algum até 16 de janeiro de 1880, e que só veio a concluir em janeiro do corrente ano, não tem a instrução necessária, apesar de tão extraordinária delonga..

Consistindo os atos denunciados em vários ferimentos, mais ou menos graves, praticados em três mulheres, procedeu-se ao exame deles de modo não satisfatório, como se conhece pelo auto de corpo de delito(folhas 07 a 10), em que não observou o que prescreve o formulário do Processo Criminal aprovado pelo Aviso de 23 de março de 1885, no Capítulo 2º. N. 04, conforme o disposto nos Artigos 134 à 148 do Código Do Processo Criminal e 258 à 260 do regulamento N. 120 de 31 de janeiro de 1842, e as diferentes disposições da lei penal,

porque os peritos não responderam como deviam faze-lo a cada um dos quesitos que lhe foram dirigidos para poder determinar as circunstâncias essenciais dos fatos e classifica-los devidamente, segundo seu carácter legal.

Sendo defeituoso, como foi o exame feito pelos peritos, que não eram profissionais, cumpria que se tratasse de completar os esclarecimentos necessários com um novo exame ao que poderia se proceder e com as informações que pudessem dar as testemunhas.

Havendo a quinta testemunha declarado que uma das mulheres feridas pelo réu, Maria Joaquina Rosa, falecera pouco tempo depois, e, segundo parecia-lhe em conseqüência das pancadas que recebera do réu, não perguntou-se à mesma testemunha a data daquele ferimento, e quais os motivos em que fundava-se para considerá-la como efeito das referidas pancadas.

Gerando a mencionada declaração suspeita do seu mais grave um dos delitos imputados ao réu, deveria-se fazer averiguação pelos meios leais, como seriam as de inquirir-se a esse respeito às testemunhas nomeadas na denúncia, e , sendo preciso, mais duas que faltaram para preencher-se o máximo legal de oito.

Assim, pois, sendo necessário como é obter-se neste processo mais amplo conhecimento da verdade dos fatos denunciados e das circunstâncias que podem influir no julgamento, e tendo em vista o disposto no Artigo 25 parágrafo 3º. Da Lei de 31 de dezembro de 1841, e no Artigo 199, parágrafo 2º. Do Regulamento N. 120 de 31 de janeiro de 1842, mando que baixe este processo ao juízo o que farão proceder, com a máxima brevidade possível, as seguintes diligências:

1º. Serão inquiridas minuciosamente as testemunhas acerca dos ferimentos mencionados no auto do corpo de delito, perguntando-se lhes sobre todas as circunstâncias que possam esclarecer a natureza mais ou menos grave daqueles ferimentos, as conseqüências que fizeram, e, portanto, o caráter dos delitos imputados ao réu;

2º. Para conseguir maiores esclarecimentos se inquirirá mais duas testemunhas, com as quais completar-se-á o máximo legal, devendo serem elas designadas pelo promotor 'ad hoc', que se nomeará, na falta de adjunto para assistir aos atos indicados, visto que, havendo começado este processo por denúncia do ministério público, compete ao mesmo aquela designação, segundo a doutrina resultante do Artigo 15 da Lei N. 2.033 de 20 de setembro de 1871(Acórdão da Relação de São Paulo de 25 de abril de 1874, publicado no direito, Vol 4, página 257);

3º. Serão também inquiridas as testemunhas referidas, que houver, assim como as informantes que puderem ministrar esclarecimentos e;

4º. Será ouvido novamente o promotor público da comarca, depois que se efetuar as diligências ordenadas.

Cumpre que o juiz a qual ou vindo previamente os escrivãos que funcionaram no sumário de culpa, informe circunstancialmente acerca dos fatos se não houver tido o mesmo andamento algum durante quase dois anos e se prolongar-se formação em outros dois, afim de que este juiz apreciando as informações que forem dadas, proceda como for de direito

Cumpre também que o juiz à quo(sic) informe se a prisão preventiva do réu denunciado efetuou-se em virtude de ordem, ou requisição sua, visto como do despacho à folha 36, em que diz que o réu achava-se presa e fora remetido pelo subdelegado de polícia da Colônia Itajaí, e mandou-se dar-lhe a nota da culpa, não se conhece como e por quem foi decretada a dita prisão preventiva a qual se fez com violação do disposto no Artigo 13, parágrafo 4º. Da Lei N. 2033 de 20 de setembro de 1871, e no Artigo 29, parágrafo 3º. Do Regulamento N. 4824 de 22 de novembro do mesmo ano, que vedam a prisão do réu não pronunciado, se houver decorrido um ano depois da perpetração do crime.

A prisão do réu só formou-se legal depois da pronúncia contra ele, proferida pelo juiz àquo(sic)

Satisfeito a que fica ordenado e para que procederá o juiz à quo(sic) com toda a urg6encia de novo os autos a este juiz, passo a decisão do recurso oficial, que foi interposto do despacho de pronúncia das folhas 44v a 45.

Joinville, 16 de fevereiro de 1882.

F. de Barros".

In. Idem. Ibidem. Folhas 48 – 51.

[31] Consultando a relação de processos crimes e cíveis manuscritos da 1ª. Vara Criminal Do Fórum De Itajaí(1878- 1882) foram registrados oitenta e nove processos, a saber: 1878= 21;
1879= 26;
1880= 12;
1881=16 ;
1882= 14

[32] Os referidos Documentos estão anexos no processo, nas folhas102-102v; 103-m103v e 104- 107.

[33] Fórum Da Comarca de Itajaí. Arquivo Da Primeira Vara Criminal.Auto N.487. Ano. 1887. Caixa N. 10 Folhas.101 e 101v.

[34] Sobre esta questão. Ver. PIERANGELI, José Henrique. Códigos Penais Do Brasil –Evolução Histórica. SP: Ed. Revista dos Tribunais, 2001. 2ª. Ed.

Democracia, Educação e Planejamento

José Carlos Rothen e José Carlos S. Araújo – UNITRI

O objeto deste é demarcar as posições de Jayme Abreu, um escolanovista que assume, a partir dos anos 1940, a questão educacional brasileira como uma preocupação teórico-pedagógica. Especificamente, privilegiam-se aqui vários artigos seus publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* nos anos 1960.

Estruturalmente, esse texto se organiza em torno das relações construídas entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), procurando situar a trajetória que insira Jayme Abreu nessas instituições, procurando caracterizar as instâncias em que atua como teórico e como gestor. Suas concepções em torno da educação na conjuntura dos anos 1960 permitem situa-lo em torno dos seguintes eixos: democracia, método científico e planejamento, sobre os quais se configura esta comunicação.

1 O INEP e a RBEP[1]

O INEP foi concebido em 1936 na gestão do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema. A sua instalação ocorreu em 1938 graças à habilidade política de Lourenço Filho que vinculou as atividades do Instituto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão que tinha prestígio no Estado Novo. Esta vinculação, por um lado, permitiu o desenvolvimento de pesquisas educacionais, por outro, a estrutura inicial do INEP visava atender às necessidades do DASP. Em relação às atividades referentes à educação, o INEP em sua história se caracterizou por desenvolver atividades relacionadas à pesquisa, à documentação, e à divulgação pedagógica e de executar políticas para a educação.

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (*RBEP)* desde seu primeiro número é uma publicação oficial do INEP, mantendo autonomia em relação ao Ministério da Educação. Durante o período que Lourenço Filho tem forte influência no INEP (1938-1945), a linha editorial da Revista mantém-se coerente com a proposta editorial apresentada no seu primeiro número: adota o ponto de vista nacional, assume a postura escolanovista e trata de

temas práticos. Na gestão de Murilo Braga (1946-1952) como diretor do INEP, os artigos relacionados aos temas práticos têm o volume de publicação diminuído, porém, os de psicologia aplicada têm o volume de publicação aumentado.

Anísio Teixeira, ao assumir a direção do INEP em 1952, retoma o objetivo de tornar o Instituto um órgão de pesquisas educacionais. Em 28/12/1955, cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. O CBPE é um centro de pesquisa dentro de um Instituto de pesquisa, fato que se deve interpretar como a tentativa de Anísio Teixeira de romper com o passado do INEP.

No período de 1952 a 1961, são publicados na *RBEP* artigos referentes à discussão a elaboração da LDB/1961. Ester Buffa (1984), ao analisar "os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes Bases e a participação da RBEP", afirma que a Revista tomou o partido dos defensores da escola pública.

No período 1962 a 1971, a influência de Anísio Teixeira continua marcante no Instituto, e conseqüentemente na *RBEP,* mesmo após o Golpe Militar de 1964, quando deixa de exercer o cargo de diretor do Instituto.

A análise estatística dos autores presentes na *RBEP* revela que os que mais publicaram na Revista têm ligação com o INEP Nesse período, a composição do Conselho de Redação da Revista praticamente se mantém inalterada, o que permite a constância da sua linha editorial. A leitura dos editoriais e a visão geral do que é publicado, e de quando é publicado permite afirmar que os editores da Revista adotam o seguintes aspectos na definição da linha editorial: a articulação entre a teoria e a experimentação, os princípios escolanovistas e o modelo organizacional da Universidade de Brasília.

2 Uma rápida biografia.[2]

Jayme Abreu nasceu em Salvador em 16 de fevereiro de 1909 e morreu no Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1973. Em 1930, formou-se em medicina e no ano seguinte foi nomeado Inspetor Federal do Ensino Secundário. Contrariando a tradição dos inspetores de manterem-se na função burocrática, desenvolve estudos sobre a área de educação, sendo o primeiro inspetor a ter conhecimento sobre o assunto.

Na década de 1940 conhece Anísio Teixeira com quem desenvolveu uma relação de amizade e de cooperação intelectual que durou por toda a vida. Em 1947, Anísio Teixeira ao assumir a Secretaria de Educação da Bahia no Governo de Otávio Mangabeira o convida a trabalhar no seu gabinete e em 1949 a assumir a superintendência do Ensino Médio. Em 1952 Anísio Teixeira ao assumir o INEP transfere Jayme Abreu para o Rio de Janeiro.

No INEP, Jayme Abreu assume papel estratégico na reestruturação do Instituto. Anísio Teixeira no seu discurso de posse da direção do INEP apontou que o Instituto teria se desviado da sua função original, a saber, de realizar pesquisa relativas à educação. Coerente com a sua crítica, Anísio Teixeira, nos primeiros anos da sua gestão no INEP conduz a elaboração do projeto de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) com a clara intenção de reconduzir o Instituto à sua função original. A elaboração do projeto contou com a efetiva participação de Jayme Abreu. Em 1957, Jayme Abreu assume a coordenação Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE e mantém-se no cargo até a sua morte Em 1959 torna-se o Diretor Executivo da Comissão de Redação da *RBEP* e até a sua morte, em 1973, participa do Conselho de Redação da Revista.

Jader de Medeiros Brito relata que Jayme Abreu utilizou-se da pesquisa como um fator de auxílio para superar a dor da morte da sua esposa. Brito assim caracteriza Jayme Abreu: "[...] o homem de idéias, o pesquisador, o estudioso de nossos problemas educacionais tenha prevalecido sobre o homem de ação".

O estudo realizado na pesquisa que fundamentam este trabalho permite afirmar que o fato de Jayme Abreu não ter assumido cargos administrativos e políticos não nos impede de classificá-lo como um homem de ação. A coordenação da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE, a dedicação à divulgação dos resultados de suas pesquisas e de outros autores, e a sua efetiva participação na redação da RBEP são as formas utilizadas pelo médico apaixonado pela pesquisa em influenciar a elaboração das políticas educacionais de seu tempo.

3 A dinâmica do pensamento de Jayme Abreu

O objeto de pesquisa de Jayme Abreu no CBPE refletia as suas antigas preocupações

como Inspetor Federal: a educação secundária. O problema principal que ele enfrenta em suas pesquisas vai além do seu objeto, a saber, a formulação de políticas públicas para a educação que atendessem as necessidades do país. A dinâmica do pensamento educacional de Abreu ancora-se nas categorias de democracia, método científico e planejamento.

3.1 Democracia

Ao criticar a instabilidade dos regimes políticos da América Latina, ele assim definiu:

> "Se a democracia é, sociologicamente falando, um fenômeno de participação social efetiva, não circunscrito apenas ao voto eleitoral, senão manifestado pelo cidadão através de todo o corpo social por seus múltiplos grupos ativos, logo se infere das condições socioculturais do continente que, nele, a democracia pode ser apenas formal e não militante" (**RBEP,** n. 86, p. 12).

Entendia que em uma democracia representativa o Estado deveria assumir o papel essencial de estabelecer os objetivos nacionais e realizar ações para que estes fossem atingidos. A legitimidade do Estado para exercer tais prerrogativas encontrar-se-ia no fato dele ser "o procurador autorizado das necessidades do povo" e por dispor "de meios e instrumentos para atende-las" (**RBEP** n. 81, p. 9). Assim, em relação à educação, seria de competência do Estado formular os objetivos gerais da educação e promove-la mediante a instalação de escolas públicas.

Tendo em vista as reivindicações das escolas particulares, Abreu afirmou que essas deveriam ser controladas pelo Estado e apenas excepcionalmente receber recursos públicos. As escolas particulares, em especial as católicas, seriam o exemplo de instituições não democráticas, pois elas ainda manteriam a mesma estrutura colonial formando apenas a classe dominante e excluindo o restante da população. (**RBEP** n. 82, p. 6-14).

Ao questionamento de que a escola promovida pelo Estado poderia ser um dos fundamentos do Estado autoritário, respondeu com uma descrição do papel que a organização da escola brasileira estaria tendo na democratização do país, em suas palavras: "O que entre nós existe não é nenhuma escola estatal totalitária, mas sim a escola pública de ampla franquia democrática, sem imposições proselitistas nem discriminações seletivistas" (**RBEP** n. 81, p. 20).

Ao analisar, em 1960, a reforma da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo defendeu a tese que a descentralização das decisões seria condição para a democratização da escola. Citou o caso norte-americano, no qual parte significativa das decisões seria tomada pela comunidade local. Não encontramos nos textos de Abreu como se daria a articulação entre a definição dos objetivos da educação e a descentralização das decisões.

A democratização da educação não significaria apenas a oferta de ensino a todos, mas sim a oferta de ensino de qualidade. Em diversos momentos fez veemente critica oa aumento da quantidade de escolas em detrimento da qualidade. Chamava de pseudo-educação aquela que oferecesse menos que o mínimo necessário; relembrando Anísio Teixeira, afirmou que a dose mínima de educação necessária não sendo atingida, ocorreria fenômeno igual ao da tomada de medicamento em dose insuficiente: nada adianta, é dinheiro jogado fora" (**RBEP** n. 82, p. 105). Mesmo considerando impopular, defendeu a tese de que é melhor dar muita educação a poucos do que pouca educação a muitos.

3.2 Método Científico

Jayme Abreu, o médico apaixonado na juventude pelas experiências de laboratório, defendia que o método científico deveria nortear a educação, tanto como método de ensino, como na elaboração das políticas para educação. Em relação às práticas de ensino, defendia a implantação do método experimental de Dewey, em contraposição ao ensino verbalista que desconsideraria a realidade da maioria da população. O "experimentalismo" levaria à revisão dos objetivos da escola, os quais estariam vinculados aos interesses de uma classe média e à manutenção do *status quo*. Essa nova prática seria uma das condições para a democracia, pois permitiria que os temas sociais não discutidos tivessem "um livre exame pelo método da inteligência por processos objetivos, racionais de avaliação e julgamento" (**RBEP** n. 82, p. 152).

No mesmo sentido de que o aluno deveria ter a sua aprendizagem baseada na experiência, a escola deveria também fazer experiências de novas práticas visando a formação de uma nova educação. Na sua avaliação das classes secundárias experimentais, ele reafirmou a necessidade da adequação das práticas pedagógicas às diversas realidades

do país. (**RBEP** n. 78, p. 11)

Na elaboração de políticas públicas para a educação – que é o tema que Jayme Abreu aborda prioritariamente nos textos publicados na REBEP – a importância da utilização dos métodos científicos está relacionada com a categoria Planejamento.

3.3 Planejamento

Jayme Abreu assim definiu planejamento

> "Intrinsecamente, a noção de planejamento não é outra senão a da aplicação de métodos científicos ao trato de fenômenos naturais e sociais, com o propósito de aumentar a capacidade de previsão humana e de ensejar intervenção no processo de desenvolvimento social, acelerando-o ou modificando-o" (**RBEP** n. 92 , p. 115).

Em outras palavras, o planejamento é a aplicação dos métodos científicos para que se possa promover o desenvolvimento. Ele assim define o desenvolvimento.

> "Entendemos desenvolvimento como a resultante do funcionamento da correlação estrutural, interdependente nos vários planos que a formam, sejam eles o político, o econômico, o cultural, como componentes integrantes que são do processo social global. Vem ele a se constituir assim numa crescente racionalização do processo histórico-social de uma comunidade" (**RBEP** n. 91, p. 6).

Essa definição pontual de desenvolvimento não é acidental no pensamento do autor, mas, representava o norte das suas pesquisas. Ao assumir a visão de desenvolvimento como a "resultante da correlação estrutural", Jayme Abreu estruturou a sua argumentação defendendo a idéia de que o planejamento educacional deveria estar relacionado com outros planos: político, econômico e cultural. Assim, Abreu vinculou o planejamento educacional ao econômico, mas não como uma vinculação de subordinação de um ao outro.

Na pesquisa que fundamenta essa comunicação, identificamos que a idéia de que o planejamento deve ser global encontra ressonância com a sua interpretação das teorias do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) expressas por Álvaro Vieira Pinto, principalmente do conceito de "totalidade dialética". Aqui, faremos uma breve reconstrução da interpretação que Abreu dá a esse conceito, não com o objetivo de identificar se a sua interpretação está correta ou não, mas sim para contextualizar o seu pensamento.

O conceito de totalidade dialética superaria a visão de que os problemas sociais seriam independentes entre si, e que cada um poderia ser solucionado isoladamente, e a visão de que haveria uma relação causal de circularidade entre os problemas sociais – ele

exemplifica com a circularidade pobreza/doença: a pobreza é a causa da doença e esta, por sua vez, a da pobreza. A primeira visão teria a limitação de que ao elaborar propostas para a educação desconsideram-se os outros fatores, a segunda, seria limitada por implicar em um círculo vicioso que não poderia ser alterado. O conceito de totalidade dialética permitiria, por um lado, a compreensão de que "é inútil tentar isolar e solucionar isoladamente os problemas nacionais na medida em que nenhum deles é produto de causas parciais"; por outro, a compreensão de que os múltiplos aspecto sociais "pertencem a um dinamismo objetivo que os vai modificando a todos simultaneamente, ao longo do processo transformador da realidade" (**RBEP** n. 91, p. 8).

Outra influência marcante no pensamento de Jayme Abreu foi a teoria do capital humano nos termos da "Escola de Chicago": o investimento em educação tem retorno econômico; que uma nação além de contar com capitais materiais deveria contar com o capital humano. Segundo a interpretação de Jayme Abreu, o capital humano pertenceria tanto ao indivíduo como à sociedade. No âmbito individual, ele relatou estudos que indicavam que o aumento de escolaridade dos indivíduos teria reflexos diretos nos rendimentos desses. No âmbito social, as exigências do desenvolvimento apontariam a necessidade da ampliação da mão-de-obra qualificada. Contudo, a formação da mão-de-obra não poderia ser ilimitada, pois a capacidade de absorção pela sociedade dessa mão-de-obra seria limitada.

Jayme Abreu não reduzia a função social da educação ao aspecto econômico, ele apontava que os objetivos da educação seriam amplos, "como os de realização individual, de civismo, de igualdade de oportunidades, de cidadania, de estabilidade social e, afinal dos vários outros fins sócio-culturais de que a educação é instrumento" (**RBEP**, n. 90 p. 196).

Em sua avaliação, o planejamento social da educação deveria conciliar dois métodos: o cultural e o da mão-de-obra. O método cultural estaria vinculado às necessidades de educação relacionadas com a formação do cidadão; por sua vez, o método da mão-de-obra com a formação de trabalhadores qualificados para o desenvolvimento do país.

De forma resumida, no planejamento dever-se-iam considerar os seguintes aspectos a) identificar as necessidades da educação b) avaliar os recursos mobilizáveis c) "programar

as linhas diferenciadas dessa expansão quantitativa", isto é, definir quais tipos de escolas deveriam ser expandidas; d) "resolver o problema sempre difícil, de preservar a qualidade na quantidade" (**RBEP** n. 88, p. 23-35).

Considerações Finais

Visando uma finalização, pode-se entrever em tais posicionamentos um democrata liberal, sintonizado com as questões educacionais brasileiras, inspirado nas históricas posições do escolanovismo brasileiro – no caso aqui, inspirado nas posições de John Dewey -, na perspectiva de afirmar a ciência – e, em particular, o método científico – como norteadora dos direcionamentos teórico-pedagógico e político-educacional, bem como do planejamento educacional necessário em situar os rumos da educação brasileira.

Assim sendo, a educação é aqui vista numa perspectiva pluridimensional, ou seja: a política, a economia, a sociologia – enfim, o aporte científico se apresenta como norteador do campo educativo, somando-se à teoria educacional escolanovista, que além de assumir tal aporte científico (inclusive o constituído pela biologia e pela psicologia), apresenta em seu bojo concepções filosófico-antropológicas constituídas pelo pragmatismo.

Jayme Abreu é, no âmbito de tal contexto histórico e teórico-pedagógico, um intelectual e um gestor, que soube situar-se na instância governamental, de âmbito federal, vinculada à educação, aberto à compreensão do movimento histórico-educacional de então. Em termos de projeto, seu vínculo à postura liberal é evidente, por exemplo, ao defender a prioridade ao investimento público, mas contando com a iniciativa privada na solução dos problemas educacionais. Sua defesa de que a democracia possa ser apenas formal, revela os limites de sua concepção a respeito da mesma, o que sustenta sua posição de que a educação escolar a poucos é qualitativamente melhor do que a ampliação de escolas a muitos.

---

[1] Essa seção têm como fonte o texto: ROTHEN, José Carlos. Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação. Piracicaba, Unimep 2004. Tese de doutorado

[2] Nesta seção tomamos referência os seguintes textos: PINHO, Péricles Madureira de. Bibliografia de Jayme Abreu. RBEP n. 132, p. 16-20. BRITTO, Jader de Medeiros. Jayme Abreu. In Dicionário de educadores no Brasil.

O CAMPO DA HISTÓRIA – A PARTILHA DO SABER HISTÓRICO NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

José D'Assunção Barros

A História, nos dias de hoje, divide-se em inúmeras modalidades. Ouve-se falar em História Cultural, em História das Mentalidades, em História do Imaginário, em Micro-História, em História Serial, em História Quantitativa ... o que define estes e outros campos? Em obra recente, tivemos por objetivo central precisamente o esclarecimento destas várias modalidades do saber histórico, discutindo suas singularidades, suas interpenetrações umas com as outras, suas relações interdisciplinares, suas fontes e objetos privilegiados[1].

Uma das teses centrais daquele trabalho é a de que existem três grandes grupos de critérios que presidem a divisão da História em modalidades mais específicas, e a de que muito da confusão sobre o que é uma sub-especialidade ou o que é outra, ou sobre como enquadrar uma dada obra neste complexo caleidoscópio de sub-especialidades que coincide com o campo disciplinar da História, está no fato de que algumas coletâneas de balanceamentos historiográficos misturam inadvertidamente critérios de classificação sem alertar devidamente o leitor, que acaba perdendo a oportunidade de desenvolver uma maior clareza sobre a rede de modalidades que organiza o pensamento historiográfico na atualidade[2].

A chave para compreender estes vários campos da História, conforme a argumentação que desenvolvemos na referida obra, está em distinguir muito claramente as divisões que se referem a *dimensões* (enfoques), as divisões que se referem a *abordagens* (ou modos de fazer a História), e as divisões intermináveis que se referem aos *domínios* (áreas de concentração em torno de certas temáticas e objetos possíveis).

Para registrarmos algumas exemplificações, podemos dizer que o primeiro grupo de critérios que gera divisões internas na disciplina histórica e que se refere ao que chamamos de *dimensões* corresponde àquilo que o historiador traz para primeiro plano no seu exame de uma determinada sociedade: a Política, a Cultura, a Economia, a Demografia, e assim por diante. Desta maneira, teríamos na História Econômica, na História Política, na História Cultural ou na História das Mentalidades campos do saber histórico relativos às dimensões ou aos enfoques do historiador. Um historiador cultural, por exemplo, estuda os fatos da cultura; um historiador político estuda o poder nas suas múltiplas formas; um historiador demográfico orienta o seu trabalho em torno da noção que lhe é central de "população".

Um segundo grupo de critérios para estabelecer divisões no saber histórico é o que chamamos de *abordagens*, referindo-se aos métodos e modos de fazer a História, aos tipos de fontes e também às formas de tratamento de fontes com os quais lida o historiador. São divisões da História relativas a *abordagens* a História Oral, a História Serial, a Micro-História e tantas outras. A História Oral, por exemplo, lida com fontes orais e depende de técnicas como a das entrevistas; a História Serial trabalha com fontes seriadas – documentação que apresente um determinado tipo de homogeneidade e que possa ser analisada sistematicamente pelo historiador. A Micro-História refere-se a abordagens que reduzem a escala de observação do historiador, procurando captar em uma sociedade aquilo que habitualmente escapa aos historiadores que trabalham com um ponto de vista mais panorâmico, mais generalista ou mais distanciado. Também a História Regional poderia ser classificada como modalidade historiográfica ligada a uma abordagem, no sentido de que elege um campo de observação específico para a construção da sua reflexão ao construir ou encontrar historiograficamente uma "região". Examinando um espaço de atuação onde os homens desenvolvem suas relações sociais, políticas e culturais, a História Regional viabiliza através de sua abordagem um tipo de saber historiográfico que permite examinar uma ou mais destas dimensões nesta região que pode ser analisada tanto no que concerne aos seus desenvolvimentos internos, como no que se refere à sua inserção em universos mais amplos.

Para além das modalidades que se relacionam a *dimensões* e *abordagens*, podemos pensar divisões da História que chamaremos de *domínios*, e que se referem a campos temáticos privilegiados pelos historiadores. Poderemos neste momento refletir sobre os vários domínios da História que têm surgido e desaparecido no horizonte de saber desta complexa disciplina que é a História. Estamos falando de domínios quando nos referimos a uma História da Mulher, a uma História do Direito, a uma História de Sexualidade, a uma História Rural, ou a uma História da Vida Privada. Tentaremos esclarecer a seguir este grupo de critérios.

Os *domínios* da História são na verdade de número indefinido. Alguns domínios podem se referir aos 'agentes históricos' que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, o trabalhador, as massas anônimas), outros aos 'ambientes sociais' (rural, urbano, vida privada), outros aos 'âmbitos de estudo' (arte, direito, religiosidade, sexualidade), e a outras tantas possibilidades. Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim, e qualquer um poderá começar a pensar por conta própria as inúmeras possibilidades.

Tal como dissemos, os critérios de classificação que estabelecem domínios da História referem-se primordialmente às temáticas (ou campos temáticos) escolhidas

pelos historiadores. São já áreas de estudo mais específicas, dentro das quais se inscreverá o objeto de investigação e a problemática constituídos pelo historiador.

A maioria dos *domínios* históricos presta-se a historiadores que trabalham com diferentes *dimensões* históricas, e certamente abre-se às várias *abordagens*. Mas existem domínios que têm mais afinidade com uma determinada dimensão, dada a natureza dos temas por eles abarcados. Assim, a História da Arte ou a História da Literatura podem ser eventualmente consideradas sub-especialidades da História Cultural (embora se deva chamar atenção para uma História Social da Arte, ou uma História Social da Literatura, que não deixam de ser possibilidades dentro da História Social).

De modo análogo, um domínio como o da História das Imagens (entendida como história das imagens visuais obtidas a partir de fontes iconográficas, fotográficas, etc) é quase que um desdobramento da História do Imaginário. Mas, bem entendido, uma série de imagens visuais tomadas como fontes históricas sempre poderá dar a perceber qualquer das dimensões que discutimos atrás, como a História Econômica, a História Política, a Geo-História ou a História da Cultura Material. Pense-se em uma iluminura de *Livro de Oras*, [Horas] da qual o historiador lança mão para perceber aspectos da economia rural no ocidente medieval, as suas representações políticas, as relações do homem medieval com o seu meio natural ou traços de sua cultura material; ou pense-se em uma pintura impressionista utilizada para captar aspectos da História Social na *Belle Époque*; ou ainda nas cerâmicas gregas utilizadas para levantar aspectos da História Política da Atenas da Antigüidade Clássica. Mas de uma maneira ou de outra, em todos estes casos sempre estará ocorrendo um diálogo evidente da História do Imaginário com uma destas outras dimensões.

Também a História das Representações, por motivos análogos, sempre terá intimidade com o campo definido como História do Imaginário, embora também se abra a uma História das Mentalidades e certamente à História Cultural. Já a História do Cotidiano, ou a História da Vida Privada, abrem-se a inúmeros campos de enfoques para além da História das Mentalidades, como a História da Cultura Material, a História Social a História Econômica ou a História Política (neste último caso, focando a questão dos micropoderes). Raciocínio análogo pode ser encaminhado para outros domínios igualmente abertos, como a História das Religiões ou a História da Sexualidade.

Conforme vemos, os domínios tendem a ser englobados por uma dimensão (são poucos os casos) ou então partilhados preferencialmente por duas ou mais dimensões. Mas é possível ainda que algum campo que hoje esteja sendo tratado como ‘domínio’, mas que possua uma abrangência em potencial, possa vir a

transformar-se futuramente em uma 'dimensão'. A História da Sexualidade tem sido pouco estudada em relação à importância da sexualidade para a vida humana na concretude diária, e é talvez isto o que lhe dá um *status* de domínio. Mas seguramente esta poderia ser vista como uma dimensão tão fundamental como a Economia, a Política ou as Mentalidades. O que ocorre é que estas não apenas são dimensões significativas que definem a vida humana, elas constituem na verdade 'macro-campos', ou tornaram-se 'macro-campos' devido à atenção que lhes prestaram os historiadores e outros pensadores.

Vale lembrar ainda que, quando falamos em uma dimensão historiográfica, teremos sempre em conta aquilo que, de modo irredutível, é intrínseco da vida humana, inseparável e não-casual em nenhuma instância. Ao nascer, um ser humano já se encontra automaticamente inscrito em uma determinada relação com a sociedade. Poderá modificar suas relações sociais com o passar do tempo, menos ou mais rapidamente. Mas para o seu próprio existir em uma coletividade sempre deverá desenvolver relações sociais. Do mesmo modo, ao se relacionar com outros homens, esse ser humano irá afetar e ser afetado por poderes de todos os tipos. A Política será sempre inseparável do seu existir. Também sempre estará produzindo Cultura em suas relações com os homens e com a natureza – ele não pode apagar isso de sua existência, ao iniciar um simples movimento ou a produzir um simples gesto estará automaticamente produzindo cultura.

Contudo, em que pese que boa parte dos seres humanos possua alguma forma de Religião – a verdade é que, no limite, pode-se imaginar perfeitamente um homem, ou até uma humanidade, sem religião. A religião é uma contingência da vida humana, embora uma contingência perene, duradoura, e que pode mesmo se eternizar – mas não é propriamente intrínseca à natureza humana, e é esta uma das razões pelas quais podemos classificar a História da Religião como um domínio, e não como uma dimensão. De mesmo modo, em que pese que metade dos seres humanos seja do sexo feminino, e que uma boa parte da humanidade seja constituída de jovens, não será adequado classificar a História das Mulheres ou a História dos Jovens senão como domínios, e um raciocínio similar poderia ser formulado para a História Rural ou para a História Urbana, apenas para mencionar alguns dos domínios mais abrangentes, já que para os domínios mais específicos o seu nível de restrição e contingência torna-se ainda mais evidente.

As dimensões, deve-se ter percebido, são sempre macro-campos capazes de se desdobrar em ambientes internos, de produzir interfaces mais diversificadas, e de darem margem a um número significativo de obras historiográficas. Além disto, para nos apropriarmos de uma imagem de Fernando Braudel utilizada com um sentido

totalmente distinto, as dimensões correspondem ao leito do rio, mais perene e abrangente, que só muda muito lentamente; e já os domínios correspondem às espumas que se fazem e refazem na duração mais curta da superfície, por vezes atendendo a tendências da moda, a determinados contextos, ou a movimentos de ocasião (É verdade, contudo, que há domínios extremamente duradouros, conforme veremos oportunamente).

Uma exceção certamente é a História da Sexualidade, que atrás classificamos como domínio, embora, com bastante razão, possa-se argumentar que ao nascer e ao desenvolver sua vida orgânica e psíquica todo ser humano já se inscreve em uma determinada dimensão de sexualidade. Seria por isso preciso relativizar o problema de que a História da Sexualidade deva ser vista atualmente um domínio histórico, e não como uma dimensão histórica de acordo com o critério que operacionalizamos neste ensaio. Na verdade, há algo ainda que deve ser dito. É claro que um novo giro do caleidoscópio historiográfico pode mudar um dia isto, e a Sexualidade poderá então passar a ser apreendida como 'dimensão' historiográfica, inspirando tantas obras como a História Demográfica ou a História Econômica. Mas por ora ela está apenas nos seus primórdios, mesmo que o seu potencial em extensão e capacidade de desdobramentos seja inegável – e para confirmar isto basta lembrar que a primeira *História da Sexualidade*, definida como uma dimensão mais ampla, foi escrita por Michel Foucault há alguns anos atrás[3] , sem que haja muitas experiências no gênero.

O giro do caleidoscópio historiográfico, enfim, ocorre em consonância com as motivações de uma época, com as necessidades de uma determinada sociedade, com as suas nem sempre perceptíveis imposições políticas, com a sua capacidade de colocar certos problemas (o que geralmente ocorre quando esta sociedade tem a capacidade de resolvê-los, conforme já se disse alhures).

No século XIX, os historiadores praticamente só prestavam atenção à 'dimensão política', e assim mesmo em um pequenino traço da dimensão política. Excepcionalmente no quadro de filosofias da história do século XIX, Marx e Engels começaram a atentar para a dimensão econômica, mas também para a dimensão social. Os *Annales*, no século XX, reforçaram este olhar pioneiro, no que logo foram acompanhados por todos os historiadores que quiseram acompanhar o movimento da modernidade, isto é, o giro do caleidoscópio historiográfico. Depois os olhares dos historiadores foram se voltando sucessivamente para a Demografia, para a Cultura Material, para a Geo-História, para as Mentalidades, para a Cultura. Nada impede, podemos prever, que novas dimensões apareçam nos horizontes historiográficos das próximas gerações (ou que um domínio migre para o campo mais abrangente das dimensões) e a Sexualidade pode ser uma forte candidata.

Voltando ao campo de critérios que estamos categorizando como domínios, podemos dizer que também há aqueles domínios que se conservam como setores mais limitados, ou sob estrita vigilância da racionalidade científica, em função de interditos não declarados. No moderno mundo laico e tendente a uma ciência materialista, a Espiritualidade só pode ser um domínio. É difícil que venha a ser reconhecida como dimensão historiográfica da vida humana enquanto persistir a atual tendência paradigmática de organizar os saberes científicos. Fora dos ambientes científicos e acadêmicos, contudo, grande parte dos seres humanos acredita ou movimenta-se nisto que eles definem como espiritualidade, inclusive os cientistas. Mas para a Ciência oficial de hoje em dia, este território é por demais ambíguo, avesso a comprovações ou experiências diretas. O resultado é que se tem um domínio como a 'História Religiosa' – que pode se desdobrar em histórias dos sistemas religiosos, das Igrejas, das formas espiritualizadas de sentir ou das crenças – mas não uma 'dimensão historiográfica' Religiosa ou da Espiritualidade, com o mesmo *status* científico e gerando tantos desdobramentos como a Economia ou a Política. De fato, sequer se fala em uma História Espiritual, o que seria o caso se tivéssemos aqui uma dimensão historiográfica já constituída. Em suma, com a História da Igreja poderemos ter a história de uma instituição, com a História da Religião ou das crenças religiosas poderemos ter a história de uma representação, com a História das práticas religiosas (ou da religiosidade *stricto sensu*) poderemos ter a história de uma prática ... mas a História Religiosa definida dimensionalmente, do mesmo modo como se define História Política ou História Cultural não existe nos atuais parâmetros disciplinares da historiografia.

Até aqui falamos dos domínios históricos que se referem a *âmbitos* (Arte, Sexualidade, Religiosidade, Representações). Conforme definimos antes, h outras categorias definidoras de domínios históricos que se referem a *agentes históricos* específicos (História da Mulher, História dos Excluídos), ou a certos *ambientes sociais* (História Rural, História Urbana). Naturalmente que, em um caso ou outro, teremos domínios que se prestam a todos os enfoques (dimensões) possíveis – da História da Cultura Material à História das Mentalidades. Os 'excluídos' podem ser historiados com a atenção voltada para as Mentalidades, como fez Geremek, com a atenção voltada para a Economia, como fez Kula, ou com a atenção voltada para a Cultura, como fez Thompson, ou com a atenção voltada para o Social, como fez Michel Mollat. A História Urbana ou a História Rural podem ser avaliadas a partir de enfoques direcionados para cada uma das dimensões que já foram mencionadas neste livro, da Cultura Material às Mentalidades – afinal, estes domínios são rigorosamente ambientes menores dentro do mundo humano que não deixam de ser unidades

totalizantes (são mundos humanos específicos, que podem ser examinados na totalidade de seus aspectos).

Vale lembrar também que existem os domínios que são aparentemente sub-campos de um domínio maior. A História das Doenças poderia ser inscrita em uma História do Corpo. A História da Prostituição poderia ser inserida na História dos Excluídos (embora em alguns aspectos também possa ser incluída na História da Sexualidade). A História da Criança, da maneira como têm funcionado até hoje as nossas instituições familiares, poderá ser inscrita sem maiores dificuldades em uma História da Família. Tudo isto, por outro lado, ficará bem se englobado por uma História da Vida Privada.

Para além disto, são inúmeros os domínios que se enquadram opcionalmente como sub-campos em mais de um domínio mais abrangente, ou que se localizam nos interstícios situados entre dois ou mais outros domínios. A História da Medicina, enquadrar-se-á na História das Ciências, na História dos Sistemas de Pensamento ou dos sistemas repressivos (como propôs Michel Foucault) ... estará em afinidade com os já mencionados domínios da História das Doenças ou da História do Corpo? Incluirá como subconjunto a História da Clínica? Temos nestes e em outros casos um entrelaçado de domínios históricos, abrindo espaços por dentro do labirinto do saber historiográfico.

Poderemos também desviar um pouco do campo da historiografia profissional, para vislumbrar este universo ambíguo e limítrofe que espreita o saber histórico, mas que também chama a si de História (e quem poderia convencê-los, aos seus cultuadores, de que não temos aí também uma História, tão legítima como as outras?). Existem assim aqueles domínios que são tão pontuais que praticamente se confundem com um objeto único, não faltando entre eles aqueles que beiram o absurdo e que aparentemente poderiam ser inscritos em um campo novo que poderia ser ironicamente denominado de História das Futilidades. Pense-se na História dos Perfumes, na História das Nádegas, na História do Estupro, ou em uma História do Onanismo, curiosidades que mereceram edições recentes, e que por vezes passam longe da historiografia profissional feita com maior seriedade.

Os domínios da História, enfim, multiplicam-se. Para o bem e para o mal, a criatividade dos historiadores sempre poderá organizar mais e mais campos, prontos a acolherem novos objetos ou a receberem no seu seio objetos antigos, deslocados com um novo propósito. O grupo dos ‘domínios’ é a parte mais móvel, mais flutuante, mais diversificada e intercambiante do caleidoscópio historiográfico (com o perdão da insistência nesta metáfora). Assim, enquanto as ‘dimensões’ costumam sofrer alterações em uma duração mais longa (que às vezes pode ser medida em décadas);

as 'abordagens' costumam surgir, alterar-se ou serem desativadas com uma rapidez maior, cumprindo uma espécie de média duração; já os domínios, por fim, por vezes surgem e desaparecem com a rapidez da curta duração, às vezes perseguindo ditames da moda e caindo para segundo plano tão logo se saturam – embora também haja domínios tão antigos como a própria História, como por exemplo a História da Religião ou a História Militar, e que já existem num quadro de estabilidade.

Para concluir com um retorno às nossas assertivas iniciais, o importante é registrar que a boa História não necessita de compartimentos inter-excludentes, e sim de conexões. História Cultural, História Política, História Oral, História Urbana, Micro-História, História Serial – aqui temos apenas campos de força prontos a entrar em conexão em função de um determinado objeto de pesquisa e de reflexão historiográfica. Para cada objeto de estudo, trata-se sempre de cada historiador encontrar a sua conexão específica. constituída por algumas ou quantas das modalidades históricas forem adequadas ao seu trabalho.

---

[1] José D'Assunção Barros, *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

[2] A outra tese é a de que as modalidades da história não são compartimentos onde se situariam os historiadores, ou mesmo seus trabalhos específicos, e sim campos de força que se interconectam em função de uma pesquisa ou reflexão historiográfica que está sendo produzida por determinado historiador em um momento específico.

[3] FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977-1985, 4 vol.

O ATERRO DA ESPLANADA CAPIXABA: A "*MODERNIDADE*" PRIVADA.

José Francisco Bernardino Freitas

Desde sempre e, notadamente a partir do advento da República, os governantes da capital do Estado do Espírito Santo, indicam a escassez de áreas disponíveis para ocupação urbana na região mais central da cidade [1]. Segundo Campos Jr.: "*Os morros e o mar marcam os limites e no seu interior possibilitam uma estreita faixa de ocupação. ... As partes baixas eram de difícil ocupação, pois recebiam influência direta das marés, ficando constantemente alagadas"* [2].

É a partir do Plano de Valorização Econômica do governo de Jones dos Santos Neves que é explicitada a intenção de expansão territorial por meio de aterros na capital [3]. É este o conteúdo de seu discurso à Assembléia Legislativa do Estado a respeito da modernização da capital em 31 de janeiro de 1951: "*Todos sentimos a necessidade imperiosa de suprir Vitória das práticas remodeladoras indispensáveis ao seu progresso. Principalmente no que diz respeito à conquista de novas áreas de crescimento, pela recuperação dos vastos mangais de sua orla litoral"* [4].

Neste documento trataremos do aterro da Enseada da Capixaba que atualmente compreende os terrenos entre as avenidas Jerônimo Monteiro e Beira-mar no trecho que se estende das imediações do entroncamento desta última com a avenida Governador Bley, que dá continuidade à avenida Princesa Isabel, até os arredores do forte São João. São examinadas as alterações procedidas na proposta para ocupação da área desse aterro sugerindo que estas alterações representam não a "*modernidade*" desejada pelos idealizadores, mas àquela possível em contexto de interferência da iniciativa privada.

Interessa mencionar que os primeiros aterros de que se têm notícias na região datam de 1916 e foram realizados no governo de Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920). O relatório de Monteiro aponta a execução de serviços de higiene sanitária incluindo aterros, drenagem superficiais, regularização de valas e limpeza para o desaparecimento de mosquitos, na área até 1919 [5]. Entre 1924 e 1928 no governo de Florentino Avidos a região vai novamente ser objeto de intervenções por aterros. Os documentos consultados a despeito de não permitirem uma definição precisa, indicam que as obras de aterro deste governo se estendem da rua Sete de Setembro até um pouco além da atual escadaria de ligação da avenida Jerônimo Monteiro à ladeira Pernambuco, hoje rua Wilson de

Freitas. Neste trecho conquistado ao mar, é construído, no mesmo governo, o Mercado da Capixaba [6]. Como parte das realizações envolvendo as áreas aterradas, o plano de Melhoramentos de Vitória, de Avidos, projeta em 1924 uma avenida, com largura de 15 metros, ao longo da baía de Vitória, desde as imediações da praça Oito de Setembro, até ao forte São João. Esta via encontra-se delimitada em planta de Vitória de 1928, elaborada pelo Governo do Estado, (Victoria Central – Planta Demonstrativa) que indica ter sido "*organizada segundo os trabalhos mais recentes*". Contudo, fotografias da época permitem visualizar a não continuidade desta via até o forte, pela existência de área irregular de praia em continuidade à região onde se construiu o Mercado, até os arredores morro do forte [7]. A via proposta por Avidos, vai resultar, mais tarde, quando prolongada até a avenida Vitória, na atual avenida Princesa Isabel.

Independente dessas áreas conquistadas ao mar se constituírem em expansão do território, os argumentos para estes aterros estavam associados primordialmente a questões de higiene (sanitárias) e de acessibilidade. Em documento anterior, defendemos a hipótese de que é possível dizer que esses aterros, em particular os implementados com o Plano de Melhoramentos de Avidos, promovem expansão territorial, porém dissimulada por *necessidade* de acessibilidade [8].

A mensagem de Santos Neves referente à administração do ano de 1951 aponta que foi escolhida a região denominada Enseada da Capixaba para a realização de um aterro com a finalidade de corrigir o sistema de águas da bacia de evolução do porto, e conquistar para a cidade uma área edificável na continuidade da zona comercial de Vitória [9]. O documento datado de 1952 indica também que o aterro possibilitaria melhorar as condições de tráfego para a Praia Comprida, região do Novo Arrabalde e, para a vazão dos "*grandes troncos rodoviários*" do norte [10]. Associam-se a estes objetivos a "*modernização*" da capital em decorrência da industrialização prevista pelo Plano.

Segundo o discurso de Santos Neves à Assembléia Legislativa em 30 de janeiro de 1955: "*Com o desmonte dos morros circunvizinhos e as areias recolhidas pela drenagem do canal atterou-se extensa área para a expansão urbanística da cidade. ... Frente à Capixaba, deixando livre e espaço para a improvável continuação do cais comercial, conquistou-se ao mar uma área aproximada de 96.000 ms2, em pleno coração da cidade"* [11].

O anseio de modernização da capital é explícito pelo traçado e pela proposta de ocupação da Esplanada. O traçado definido para a região do aterro é regular e composto por quadras de dimensões maiores, das até então existentes na cidade, e com formas diferenciadas e mais regulares do que as da ocupação original. Estas quadras são dimensionadas conciliando parcialmente os alinhamentos pré-existentes, o que resulta em continuidade entre o novo e o traçado já existente [12].

Com os documentos disponíveis pode-se verificar o conjunto de quadras do polígono que nas imediações do forte tem proporções mais alargadas se fechando à medida que se dirige mais à oeste até fazer um angulo de entroncamento (vértice) com as atuais avenidas Beira-mar e Governador Bley, sendo esta última àquela que dá continuidade à avenida Princesa Isabel. Neste polígono, na parte mais alargada as quadras assumem dimensões irregulares até para acompanhar as curvas de nível por onde se implantaram as avenidas. Estas quadras vão aos poucos se tornando mais regulares e mais ou menos ortogonais às avenidas Jerônimo Monteiro e Beira-mar.

O trecho inicial acomoda três quadras, seguidas de duas e por último uma, na medida que o polígono vai se estreitando em direção ao vértice. No trecho mais largo, as três quadras são configuradas pela existência de uma via entre a Beira-mar e Princesa Isabel denominada rua Aristeu de Aguiar. Esta rua se desenvolve desde a avenida Beira-mar e continua até a atual rua Alberto Oliveira Santos. A partir das imediações do Mercado da Capixaba, esta rua é interrompida e o parcelamento continua com duas quadras de formato mais retangulares, ortogonais as avenidas Beira-mar e Princesa Isabel e duas outras quadras de forma e proporções diferenciadas, sendo estas últimas interrompidas por uma praça também ortogonal à Beira-mar, e em formato de canteiro alargado central a duas vias. Este canteiro/praça, se constitui conforme planta da Prefeitura Municipal de Vitória de 1962 na atual praça Pio XII [13].

Na planta de 1954 é possível visualizar o parcelamento definido para a Esplanada da mesma forma que o arruamento já definido em fotos incluídas em seu relatório de 1955 que indicam a área da praça Getúlio Vargas secionada pela rua Aristeu de Aguiar [14]. Atualmente esta praça se estende por duas quadras da avenida Beira-mar até a Princesa Isabel, interrompendo a rua Aristeu de Aguiar, e na secção da praça lindeira à Princesa Isabel em um de seus cantos situa-se uma edificação de mais de 15 pavimentos.

Quanto à praça Pio XII originalmente em formato de canteiro central de divisão de duas vias, este canteiro foi estendido até a quadra vizinha de forma que a praça atualmente incorpora uma das vias. Na face do canteiro da proposta original, no alinhamento da avenida Princesa Isabel, contudo, localiza-se atualmente um posto de abastecimento de automóveis. Estes dois exemplos demonstram alterações ao projeto, em que vias foram incorporadas a áreas destinadas a praças e que atualmente acomodam terrenos com construções de propriedades privadas.

Quanto à ocupação dos terrenos da Esplanada da Capixaba, o desenho em perspectiva incluído no documento de 1955, sugere verticalização crescente a partir do contorno da baía em direção aos morros. Assim, aparentemente, prevalece o gabarito mais baixo em todas as quadras que margeiam a baía, o mesmo acontecendo com o gabarito mais elevado nas quadras lindeiras às avenidas Princesa Isabel e Jerônimo Monteiro. O desenho sugere também que as edificações facetariam todas as vias da quadra se implantadas em formato de "O" ou ainda se abririam para uma de suas faces quando implantadas em formato de "U" formando respectivamente átrios internos ou contíguos às vias. Indica ainda edificações em formatos de "L" e de "I", sendo que no caso deste último, se implantadas em paralelo resultando no formato "I I". Pode-se dizer que são grandes as semelhanças tipológicas entre o desenho de ocupação para o aterro da Capixaba e a proposta de Agache para a região oriunda do desmonte do Morro do Castelo no Rio de Janeiro de 1928-30 e da Cidade Contemporânea de Le Corbusier de 1922.

Todos esses elementos podem ser considerados como os atributos da *modernidade* desejada por Santos Neves. Nas palavras do governante em documento de 1955: *"o loteamento do terreno, planejado com todos os requisitos da moderna técnica urbanistica, já se acha concluido, propiciando ensejo ao Govêrno de colocar concorrência à venda do domínio útil de seus primeiros lotes"* [15].

O Código Municipal de Vitória de 1954 (Lei nº 351/1954) estabelece normas específicas para a região que denomina Enseada Capixaba e a considera como o único bairro Comercial Especial da cidade (BCE), corroborando a intenção de complementação com esse aterro, da zona comercial de apoio as atividades do Porto de Vitória e a modernização pretendida para a capital [16].

Para os bairros; comercial principal, secundário e, especial, respectivamente, BC1, BC2 e BCE, a Lei 351/54 dispõe no Art. 41 que as construções "*devem ser destinadas a estabelecimentos comerciais,*

escritórios, consultórios, bancos, confeitarias e similares." A mesma Lei, no parágrafo primeiro desse artigo, legitima concessões para "*construções destinadas a garagens comerciais, postos de abastecimento de automóveis, indústrias leves e similares*" a julgamento da Prefeitura. Proíbe contudo, no segundo parágrafo do mesmo artigo 41, "*construção destinada a hospitais, casas de saúde, indústria pesada, depósitos de inflamáveis e similares*". No que se refere à ocupação das construções no terreno e respectiva taxa de ocupação o Art. 200 remete para o BCE às "*plantas especiais aprovadas para esse bairro*". Quanto aos limites de número de pavimentos previstos o Art. 210, estipula para o BCE no mínimo 08 pavimentos e no máximo 12 pavimentos. Na "*planta especial*" a qual não tivemos acesso, para este estudo, nossas anotações para o resumo incluído no Guia de Fontes do já citado livro, indicam que se encontram marcadas quais quadras teriam 8 e quais teriam 12 pavimentos, e a intenção da proposta é que assim o fosse, e não como estipula a Lei que deixa margem a possibilidade de um número inferior de pavimentos ao estabelecer para o BCE limites "*no mínimo*" e "*no máximo*". Similarmente a mesma Lei admite a possibilidade de instalação de postos de abastecimento de combustível que certamente não se conformam a estes gabaritos. É certo que estas contradições implicaram em alterações da Lei 351/54. Estas contudo, não apenas trataram de corrigir estes tipos de impropriedades mas resultaram em alterações de caráter pontual que vieram modificar a essência da proposta de Santos Neves conforme indicado mais adiante.

Campos Jr., argumenta que até os anos de 1940, a "*venda de lotes urbanos não constituía uma fonte de renda*", e que o "*comércio de terras urbanas na Capital não atraiu setores do capital até por volta da década de 50* [1950]". Suas investigações realizadas na Prefeitura Municipal de Vitória, demonstram que "... *a quase totalidade dos parcelamentos de terrenos urbanos situados em Vitória entre o final do século passado* [XX] *e a década de 50* [1950] *foi efetuada pelo governo. Os particulares participaram deste processo de forma representativa somente a partir dos anos de 50* [1950]". No mesmo estudo, identifica na região da Praia Comprida que *"... terrenos do Novo Arrabalde passaram das mãos do governo do Estado para particulares, possivelmente a preços módicos. Ficaram retidos por alguns anos esperando valorização, foram parcelados em lotes, e vendidos, tendo seus últimos proprietários se apropriado da renda gerada"* [17].

À época da venda "*do domínio útil*" dos lotes da Capixaba por parte do Governo, este processo já parecia estar dominando as ocupações na ilha e Santos Neves parecia antever o futuro da Esplanada. No mesmo documento de 1955 lamenta que ao encerramento do prazo do Edital nenhum licitante havia se apresentado para a aquisição dos terrenos, a despeito de "*inúmeros candidatos*" potenciais. Santos Neves alega que mesmo diante da "*sedutora vantagem da operação"* se comprova a "*timidez do capixaba e as relutâncias de sua vontade quando se trata de emprestar os recursos de sua cooperação ao desenvolvimento das obras públicas*." Continua seu desencanto ao concluir que: "*O govêrno continua a ser, por uma estranha aberração dos sentimentos de nossa gente, fértil e inesgotável manancial de bons negócios. ... Nada se lhe dá, além dos impostos pagos de má vontade, mas dele se deseja obter tudo, como fonte imperecível de proveitos"* [18].

Segundo o mesmo documento, o edital previa para as áreas um gabarito associado ao preço de venda das áreas de Cr$ 4.500,00 por metro quadrado para o gabarito de 08 pavimentos e Cr$ 6.000,00 por metro quadrado de área para o de 12 pavimentos e, estes preços foram considerados exagerados mesmo que em comparação aos preços de terrenos semelhantes existentes na ilha, estas "*cotações pareciam moderadas, no consenso geral*" [19].

Atualmente a Esplanada da Capixaba acomoda edificações de usos diversificados sendo desde exclusivamente residenciais, comerciais, ou institucionais a edificações que adotam uma combinação destes usos [20]. Os documentos consultados como já indicado, propõem para a região usos comerciais associados às atividades portuárias. O gabarito das edificações atualmente existentes na Esplanada pode chegar a mais de 20 pavimentos. Estes, como previsto nos documentos consultados, seriam de 08 e de 12 pavimentos. As edificações apresentariam gabaritos ascendentes a partir da baía de Vitória em direção aos morros. Atualmente não se identifica uma lógica clara quanto às alturas das edificações na região. Percebem-se contudo edificações de gabarito mais elevado ao longo da avenida Beira-mar, em contradição à perspectiva do projeto para a área incluída no documento de 1955. A implantação das atuais edificações ocorre segundo um parcelamento realizado nas quadras da região e não aos moldes daquele indicado no desenho já comentado que sugere que as edificações se dariam por ocupação da quadra como um todo (formatos "O", "U", "L" ou "I").

Todos esses elementos nos permitem argumentar ainda que preliminarmente que a "*urbanística moderna*" como concebida por Santos Neves parece ter se adaptado e se sujeitado a um processo que em início dos anos de 1950 parecia estar ganhando forças no mercado de terras quanto ao parcelamento de áreas urbanas. Mesmo que até então, quase sempre, coubesse ao governo a prerrogativa do parcelamento das terras urbanas, e desta forma a definição da morfologia da cidade, algumas alterações de caráter pontual acima demonstram negociações para atender interesses individuais, muito possivelmente da iniciativa privada. Quanto aos usos e tipologias construtivas propostas, conclusões semelhantes parecem ser procedentes.

Diversas modificações que se sucederam a Lei 351/54, aconteceram quase que imediatamente a sua promulgação e trataram desses casos pontuais de mudanças de altura e de uso das edificações ao alterarem, por exemplo, o gabarito para 16 pavimentos ou admitirem na área a possibilidade de construção de templos que por sua vez não se conformariam ao gabarito de 8 ou de 12 pavimentos previstos [21]. Alterações também incluíram o uso residencial na região e elevaram o gabarito permitindo construções de mais de 20 pavimentos.

Assim, mesmo que à época, fosse o governo o encarregado do parcelamento das áreas urbanizáveis em Vitória, e tenha definido aspectos da morfologia, de tipologia construtiva e de usos para a região, é possível admitir que intervenções pontuais e localizadas, ao resultarem em benefícios individualizados, sugerem interferência da iniciativa privada – com a conivência ou não do governo, não é possível aqui definir – em todos esses aspectos. Foram alterados, traçado, implantações de edificações nas quadras, gabaritos e admitidos usos distintos dos originalmente previstos. Em assim sendo, ainda que reconhecendo que este argumento pode ser mais bem comprovado de posse das informações que este estudo não teve a oportunidade de incluir, pode-se dizer que a modernidade da Esplanada se constitui na modernidade como concebida por interesses individuais, certamente da iniciativa privada, seja proprietária dos terrenos e/ou responsável pelas construções na cidade.

---

[1] DERENZI, Luiz Serafim. ***Biografia de uma ilha.*** Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995, p. 183.

[2] CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. ***O Novo Arrabalde.*** Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p. 125-26.

[3] Maiores detalhes ver FREITAS, José Francisco B., Intervenções urbanísticas em Vitória, 1900-1950: modernização e expansão territorial. ***In Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa***, CD-Rom. João Pessoa, 2003, 12p. Ver ainda, FREITAS, José Francisco B., Os relatórios e mensagens de governo e as

intervenções urbanísticas em Vitória – 1930-1955. ***In Anais do IV Encontro da ANPHU-ES: História, representações e narrativa***, http://anphues.cjb.net . Vitória: 2002, 14p.

[4] NEVES, Reinaldo e ACHIAMÉ, Fernando, ***Jones dos Santos Neves - Com vistas ao futuro – discursos: 1943-1954***. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002. p. 212. Ver também: ESPÍRITO SANTO. Governador (1951-1955: Santos Neves). **O Espírito Santo Trabalha e Confia 1951-1955.** Vitória: [s.n.], 1955, [s.p.].

[5] ESPÍRITO SANTO. Governador (1916-1920: Monteiro). ***Relatório Apresentado pelo Dr. Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado, de sua Gestão no Quadriênio de 23 de Maio de 1916 a 23 de Maio de 1920, ao passar o Governo do Espírito Santo ao seu Sucessor Exmo. Snr. coronel Nestor Gomes.*** Vitória: [s.n.], 1920. Vale a ressalva de que este assunto é tratado no relatório deste governante no item Serviço Sanitário.

[6] Maiores detalhes em: ESPÍRITO SANTO. Governador (1924-1928: Avidos). ***Mensagem Final Apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de Junho de 1928, Contendo Dados Completos de todos os Serviços Prestados no Quadriênio de 1924-1928.*** Vitória: [s.n.], 1928. Ver também ELTON, Elmo. ***Logradouros antigos de Vitória.*** Vitória: IJSN, 1986.

[7] Na planta de 1928 toda esta região era denominada *praia da Capichaba*.

[8] FREITAS, José Francisco B., 2003, Op. Cit.

[9] ESPÍRITO SANTO. Governador (1951-1955: Santos Neves). ***Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa Estadual por Ocasião da Abertura da Sessão Legislativa de 1952 pelo Doutor Jones dos Santos Neves, Governador do Estado.*** Vitória: [s.n.], 1952. Ver também, ESPÍRITO SANTO. Governador (1951-1955: Santos Neves). ***Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa Estadual por Ocasião da Abertura da Sessão Legislativa de 1953 pelo Doutor Jones dos Santos Neves, Governador do Estado.*** Vitória: [s.n.], 1953. Os documentos acima indicam que o aterro da Esplanada da Capixaba, somado aos aterros realizados na região de Bento Ferreira, segundo o relatório de 1953 de Santos Neves, passa a incorporar à Ilha de Vitória, em menos de dois anos, quase o dobro da área conquistada em todos os outros períodos de sua história.

[10] ESPÍRITO SANTO. Governador (1951-1955: Santos Neves). 1952. Op. Cit.

[11] ESPÍRITO SANTO. Governador (1951-1955: Santos Neves). 1955, Op. Cit. [s.p.].

[12] Este estudo teve inicialmente a intenção de proceder análise do projeto para a Enseada da Capixaba baseado nos documentos originais produzidos à época. Em pesquisa anterior, estes documentos foram localizados e um resumo do projeto foi incluído no Guia de Fontes de Vitória do livro Urbanismo no Brasil: 1895-1965 (Ver: LEME, Mª Cristina da S. (Coord.). ***Urbanismo no Brasil – 1895-1965.*** São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999). Na oportunidade da elaboração deste nosso documento contudo, o Centro de Documentação, Arquivo e Informações Técnicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade da Prefeitura Municipal de Vitória onde os documentos originais são mantidos, encontrava-se fechado com seu acervo acondicionado à espera de espaço para abrigar o setor. Assim, para a análise do projeto da Esplanada da Capixaba, utilizou-se além do resumo do Guia de Fontes, um desenho do documento da administração de Santos Neves de 1955, no qual pode-se visualizar a forma de ocupação prevista para a área, em conjunto com plantas e fotografias da época que incluem fotos de levantamentos aerofotogramétricos que também indicam o traçado das vias previsto no projeto.

[13] Vale lembrar que para os argumentos aqui desenvolvidos não foi possível consulta ao projeto original. Contudo, uma planta da Ilha de Vitória e arredores de 1954, realizada no mandato de Santos Neves contém a representação de todas as suas realizações na região. Vale lembrar que para os argumentos aqui desenvolvidos não foi possível consulta ao projeto original. Contudo, uma planta da Ilha de Vitória e arredores de 1954, realizada no mandato de Santos Neves contém a representação de todas as suas realizações na região.

[14] Em outra fotografia dos anos de 1960 e em foto da aerofotogrametria de 1970 é possível visualizar esta praça já concluída na quadra que se estende desde a Beira-mar a esta via e a outra quadra com testada para a Princesa Isabel sem infra-estrutura física e sem edificações porém com vegetação possivelmente arbustiva.

[15] ESPÍRITO SANTO. Governador (1951-1955: Santos Neves). 1955, Op. Cit. [s.p.].

[16] Outros detalhes ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. ***Código Municipal de Vitória: Lei nº 351 de 24 de abril de 1954***. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1955. Ver também, MENDONÇA, Eneida Maria Souza. ***Transferência de interesse no percurso da verticalização das construções em Vitória***. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

[17] CAMPOS JR., Op. Cit., 1996, respectivamente p. 135, 195, 194 e 195.

[18] ESPÍRITO SANTO. Governador (1951-1955: Santos Neves). 1955, Op. Cit. [s.p.].

[19] As investigações que resultaram neste estudo não incluíram exame do processo aquisição dos terrenos no período que sucedeu ao mandato de Santos Neves. Caso esse exame tivesse sido realizado e a proposta original tivesse sido consultada como previsto originalmente, nosso objetivo de comprovação das alterações a respeito das proposições originais e ocupação final contaria com subsídios valiosos. Contudo os documentos consultados foram suficientes para demonstrar algumas destas alterações conforme se segue.

[20] MENDONÇA, Eneida Maria Souza. ***Evolução do processo de verticalização das construções em Vitória (ES)***. Relatório final de pesquisa. Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

[21] PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. ***Lei nº 362 de 21 de julho de 1954*** e, PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. ***Lei nº 1152 de 17 de março de 1964***. Ver ainda: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. ***Lei nº 1188 de 27 de julho de 1964*** e, PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. ***Lei nº 1622 de 21 de julho de 1966***.

Guerrilha informatizada: o uso da mídia pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional

José Gaspar Bisco Junior[1] - PPG-UFJF

Nós zapatistas nos vemos como um sintoma de algo maior e mais geral que está acontecendo em todos os continentes, onde muitos dizem, ou gostariam de dizer "YA BASTA!".
Subcomandante Marcos[2].

O ano de 1994 foi marcante para a vida política e para a História do México. O surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional para os olhos do mundo gerou uma situação de desconforto para o governo Mexicano que procurava mostrar um país próspero e democrático. O colapso para a economia Mexicana causado naquele ano foi apenas o início de todo um processo envolvendo a população Mexicana.

Desde a revolução de 1910, os povos indígenas são ignorados pelos governantes mexicanos. A necessidade de terras e meios para que a população rural pudesse se sustentar foram negados ao longo de todos estes anos, e a marginalização desta classe da sociedade mexicana mostra-se evidente nos dias de hoje. Surge, portanto, dentro de um contexto extremamente desfavorável para os indígenas, o Exército Zapatista de Libertação Nacional. Apoiado sobre a argumentação de que os povos indígenas deveriam ser respeitados, conseguiu aos poucos transformar o movimento local em um plano mexicano de melhoria da qualidade de vida da população dentro de um contexto democrático.

Por um lado, é surpreendente, como assinala Enrique Florescano, que: "*A falta de um projeto nacional que inclua as necessidades do mundo indígena venha desde a época dos liberais e dos conservadores. (...) Somente uma sociedade enferma se dá conta de seus severos problemas quando há pessoas mortas envolvidas*."[3]

A partir do surgimento do grupo, diversos trabalhos foram feitos abordando a sua criação, a guerrilha em si ou o seu personagem principal: o enigmático Subcomandante Marcos.

A presença do grupo nas florestas e montanhas de Chiapas, o aparecimento arrasador através das armas, mas principalmente, o uso dos passa-montanhas encobrindo os rostos de seus integrantes surtiram efeitos diversificados não só na mídia mexicana, mas em todos os cantos do planeta. As figuras enigmáticas com os rostos cobertos nos apresentam um povo sem face para as leis de comércio vigentes, sem face para o abandono implantado durante todo o século XX, mas acima de tudo, um grupo guerrilheiro que tenta demonstrar uma união que é fundamental para as decisões. Vale ressaltar que Marcos, não passa de um subcomandante, e assim como todos, mantém seu rosto coberto. Isso significa que ele não é um comandante berrando ordens, mas um subcomandante, um canal para a vontade dos conselhos. As primeiras palavras que pronunciou em sua nova persona foram: "Através de mim fala a vontade do Exército Zapatista de Libertação Nacional." Depois de subjugar a si mesmo, Marcos disse àqueles que o procuravam que ele não era um líder, e que sua máscara preta era um espelho, refletindo cada uma de suas lutas; que um zapatista é qualquer pessoa, em qualquer lugar que lute contra a injustiça: "Nós somos você". A frase mais famosa foi dita a um repórter e apresentada no livro de Naomi Klein: "Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, um chicano em San Ysidro, um anarquista na Espanha, um palestino em Israel, um maia nas ruas de San Cristobal, um judeu na Alemanha, um cigano na Polônia, um mohawk em Quebec, um pacifista na Bósnia, uma mulher solteira no metrô às dez da noite, um camponês sem terra, um membro de gangue nas favelas, um trabalhador desempregado, um estudante infeliz e, é claro, um zapatista nas montanhas."[4]

Desde seu surgimento, o movimento preserva uma característica: a divulgação mundial. A presença marcante de texto informativos na internet fez do movimento não apenas um fato local, mas uma situação que é estudada por diversos sociólogos e historiadores do resto do mundo. Em breves palavras, o discurso zapatista parece buscar um interlocutor múltiplo e dirigir-se, alternativa ou simultaneamente, a uma grande quantidade de públicos, potencialmente atores. O fato mesmo de se denominarem de zapatistas e de revolucionários é, por si, uma mensagem a todos os camponeses e a todos mexicanos, visto que, no subconsciente coletivo e na educação sentimental dos mexicanos, todos se sentem "zapatistas"

e são “revolucionários”. O discurso não se descuida do interlocutor mais longínquo – o índio – nem das forças progressistas do mundo, nem dos jornalistas e dos meios de comunicação do México e dos outros países, nem dos intelectuais, por mais sofisticados que estes sejam. Àqueles, fala-se em seu próprio idioma e nele escuta-se, e a estes, enviam-se mensagens com citações em inglês e até em francês, e com correções na pronuncia do castelhano e convites ao bem falar e escrever do que eles mesmos dão provas.

Os zapatistas mostram que dominam dialetos, línguas e expressões. O discurso de comunicação múltipla, ou o enfocado ou “focalizado” em público especial, aumentam sua capacidade persuasiva com o manejo multidimensional da razão, do entendimento e do juízo e com a expressão das formas de pensar em estilos que não são pomposos nem contudentes.

Mas do que é feito o Zapatismo? A partir de qual momento o grupo deixa de utilizar a luta armada e passa a se diluir no campo extremamente complexo e frutífero das novas tecnologias de comunicação em massa? Como diria o Michel Löwy: “é movimento portador de magia, mitos e utopia; de poesia, romantismo e esperanças loucas”.[5]

Como o próprio Löwy salientou, o zapatismo seria como um tapete tecido com fios de diferentes cores, antigos e novos. O primeiro fio, a primeira tradição é o guevarismo, o marxismo na sua forma revolucionária latino-americana. O primeiro núcleo do EZLN era *guevarista*. É claro, a evolução do movimento o conduziu para muito longe desta origem, mas a insurreição de janeiro de 1994, bem como o próprio espírito do Exército Zapatista guarda alguma coisa desta herança: a importância da luta armada, a ligação orgânica entre os combatentes e o campesinato, o fuzil como expressão material da desconfiança dos explorados frente a seus opressores, a disposição a arriscar sua vida pela emancipação de seus irmãos. Estamos longe da aventura boliviana de 1967, mas perto da ética revolucionária tal como o Che a encarnava.

O segundo fio, o mais direto sem dúvida, é evidentemente a herança de *Emiliano Zapata*. É simultaneamente a sublevação dos camponeses e índios, o Exército do Sul como exército de massas, a luta intransigente contra os poderosos que não pretende se apoderar do poder, o programa agrário de redistribuição das terras, a organização comunitária da vida camponesa

(aquilo de Adolfo Gilly chamou “a comuna de Morelos”[6]). Mas é também Zapata o internacionalista, que saldou, numa célebre carta de fevereiro de 1918, a Revolução Russa, insistindo sobre “a visível analogia, o paralelismo evidente, a absoluta paridade” entre aquela e a revolução agrária no México: “uma e outra são dirigidas contra o que Tolstoi chamava ‘o grande crime’, contra a infame usurpação da terra, que, sendo propriedade de todos, como o fogo e o ar, foi monopolizada por alguns poderosos, sustentados pela força dos exércitos e pelas iniqüidades das leis”.

A teologia da libertação é um fio do qual os zapatistas não falam muito. Entretanto, sem o trabalho de conscientização das comunidades indígenas, e a auto-organização visando lutar por seus direitos, promovido por Monsenhor Ruiz e seus meios catequistas, depois dos anos 70, é difícil imaginar que o movimento zapatista teria tido tal impacto em Chiapas. Claro, este trabalho não tinha vocação revolucionária e recusava toda ação violenta. A dinâmica do EZLN seria bem diferente. Mas isso não impede que, na base, nas comunidades indígenas, muitos zapatistas -- e não os menores – tenham sido formados pela teologia da libertação, por uma fé religiosa que escolheu o engajamento pela auto-emancipação dos pobres.

Depois de 1968 — que no México terminou com o sacrifício de Tlatelolco —, os líderes estudantis que sobreviveram ao massacre seguiram muitos caminhos: uns ingressaram no sistema, ou o sistema os cooptou; outros organizaram movimentos sociais urbanos e bairros populares; outros contribuíram para formar partidos políticos, como o PRD (Partido da Revolução Democrática), o maior partido de esquerda da história do México; outros ajudaram a formar movimentos camponeses ou foram participar das guerrilhas de Sonora, Chihuahua, Guerrero. Na ideologia dos antigos estudantes, havia um elemento comum: lutar por uma democracia em que o povo trabalhador e explorado tomasse as decisões por si mesmo, e pelo fim do sistema repressivo, autoritário e excludente vigente no México.

Em Chiapas, em meados dos anos 70, os antigos sobreviventes de 1968 começaram a chegar. Integraram-se nas organizações populares, "ajudando-as a organizarem-se e a adquirirem uma maior consciência para levar adiante suas lutas". É a partir desta interação entre membros sobreviventes de 68 e as organizações indígenas que surge o EZLN.

Quando do surgimento, em 1994, o grupo apresentava-se com armas, o que os levou a mudar esta tática? Certo que os plebiscitos, que salientaram a opinião da população mexicana de forma contrária a luta armada, foram de extrema importância. Mas, quando o EZLN começa a interagir diretamente com os meios televisivos e a internet, seu campo de atuação acentua-se de forma a modificar totalmente o cenário da guerrilha. O grupo se organiza e de forma muito eficiente consegue transmitir aos diversos lugares o dia a dia, a postura, as declarações, dificuldades e vitórias e, além disso, começam a enfatizar a importância da divulgação da cultura indígena Maia. É através de vários interlocutores, sejam eles comandantes, subcomandante ou qualquer membro do grupo, que podemos adentrar nesta atmosfera de luta sim, porem recheada de magia e esperança dos povos indígenas de Chiapas.

Ao analisarmos as diversas formas de interação do Exército através dos meios de comunicação podemos dar uma grande ênfase ao uso da internet. Revolucionária por si só, responsável por uma maior liberdade de expressão das pessoas contra as grandes corporações, a internet abriu um leque de possibilidades até então inacessível quando se pensa no espaço da televisão. É através do site oficial e diversos outros que juntos, montam uma rede de comunicação, que uma pessoa de qualquer lugar do planeta consegue não só ficar sabendo das novidades, mas também interagir com o grupo. A internet desta forma, não serve apenas como tablóide de noticiários diários, ela apresenta sim, possibilidades de discussão, um campo de crescimento e diálogo capaz de captação de apoio político, financeiro e moral.

A Rádio Insurgente transmite diretamente da Selva Lacandona e presenteia o ouvinte com músicas dos próprios indígenas de Chiapas. Dentro de seu site é possível ter acesso às letras e comprar os discos. Isso soa estranho se pararmos para pensar que estamos falando de um grupo guerrilheiro. Entretanto falamos de um grupo que usa das armas de divulgação dentro de um meio capitalista como forma de extravasar sua voz.

Essa voz, que antes se mostrara abafada, toma ressonância através das paginas da grande rede, dos versos das músicas, nos livros publicados em todos os lugares do planeta e inclusive nos contos infantis. Através de personagens destinados às crianças, Marcos

consegue levar não só as necessidades e dificuldades dos povos indígenas, mas também, apresentar a cultura dos antepassados Maias e seus contos sobre a criação, elementos e relações dos homens. Essa interação com as crianças mostrou-se presente inclusive na caravana que o EZLN fez em protesto até Cidade do México. Conhecida pela mídia como ZAPATUR, a caravana teve início em San Cristobal de las Casas e foi liderada e conduzida pelo conselho de 24 comandantes zapatistas, em uniforme completo e máscaras (embora sem armas), inclusive o próprio subcomandante Marcos. Durante esta caravana, várias cidades foram percorridas e em cada uma, o grupo conduzia a palavra através de declarações. As crianças não eram esquecidas, e através de Dom Durito de Lacandona (pilhas inclusas) tomavam conhecimento dos fatos ocorridos com os povos indígenas. Dom Durito não passa de um personagem imaginário, um besouro de brinquedo, que através da voz de Marcos ganha vida e povoa o pensamento das crianças, e mais do que isso, penetra e conduz um fio de esperança na juventude que irá conduzir uma mudança lenta, porem permanente.

Esta postura inovadora mostra-se como uma alternativa de combate às grandes corporações em pró da reforma agrária e melhoria para o povo do campo. Entretanto é cedo para falarmos sobre possibilidades. O que se pode salientar é o quão importante a postura do grupo representa, não apenas para o movimento em Chiapas, mas para toda a população, no que concerne a uma visão as avessas, uma visão que necessariamente não é representada pelas grandes empresas da mídia, e mais do que isso, não se estagne na captação de dados jornalísticos, mas produz uma visão, uma história, um pensamento e um sentimento.

---

[1] Mestrando em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
[2] *Atenção,* ano 2, n. 8, São Paulo, Página Aberta, 1966, p.41
[3] FLORESCANO, Enrique. *Etnia, Estado e Nação.* Editora Aguilar.1996
[4] KLEIN, Naomi. *Cercas e Janelas, Na linha de frente do debate sobre globalização.* Rio de Janeio: Record, 2003.
[5] LOWY, Michel. *Michel Löwy procura explicar o zapatismo.* Disponível em: http://www.inf.furb.br/~massao/zapatistas.htm. Acesso em 16 de outubro de 2002 – retirado do jornal "Em tempo" – emtempo@ax.apc.org.

[6] GILLY, Adolfo. *The Mexican Revolution.* Chicago: NLB, 1983.

Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial[1]

José Gonçalves Gondra

Entre a Independência e a administração central de mais longa duração de nossa história – o reinado de D. Pedro II, entre 1822 e 1889 – , foi sendo consolidado um projeto de Estado Nacional: o Estado Imperial[2]. Processo este que exigiu intervenções em diferentes esferas, sendo que no presente estudo a ênfase incidiu na reflexão dos aspectos vinculados à esfera da educação. No que se refere à formação em nível superior, local, esta buscava selar a vontade de atender aos interesses do Estado e, simultaneamente, fomentar o culto à razão. Isto posto, tornou-se necessário pensar e examinar o processo de construção e o modo como este projeto de ilustração tropical foi regido. No entanto, neste trabalho me fixei no exame de uma fração da ilustração brasileira oitocentista, formada no Rio de Janeiro. Deste modo, promovi um exame da constituição do campo médico, e, no interior do mesmo, procurei analisar as representações produzidas acerca dos projetos de formação dos próprios médicos e da população de um modo geral. Assim sendo, duas indagações preliminares foram delineadas e percorridas: Como a medicina se institucionalizou no século XIX? Que estratégias os médicos articularam para obter e manter legitimidade política e social?

Esta dupla interrogação levou-me a estudar a institucionalidade da ordem médica, na Corte, ao longo do século XIX. Com isto, procurei analisar o projeto de educação escolar formulado pela intelectualidade médica formada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesta direção, privilegiei uma reflexão acerca dos lugares de formação dos médicos: o de formação escolar inicial, que habilitava ao exercício da profissão, bem como o de formação continuada, proporcionado por intermédio das atividades promovidas pela sociedade científica da ordem médica, a Academia Imperial de Medicina.

A caracterização destas duas instituições foi apoiada em um conjunto de estudos sobre a história das mesmas, da representação destas nas teses e na legislação correlata, bem como da leitura de memórias da faculdade, com a intenção de entrecruzar fontes, de modo a poder perceber aproximações, alianças, tensões e privilégios contidos em umas e outras. Além de estabelecer uma ancoragem institucional relativa aos discursos analisados, procurei olhar para a coleção constituída como um material construído a partir de lógicas que seria necessário tematizar. Nesta direção, problematizei também a própria concepção de autoria que atravessa o *corpus* documental examinado, tomando como base a auto-representação que os médicos fazem de si, do tema que abordam e da própria escrita da tese.

Em seguida, analisei as representações que os médicos produziram da cidade e de seu povo. Com relação ao espaço da Corte Imperial, procurei identificar os modos diferenciados de representá-lo, presentes tanto nos discursos de viajantes e de médicos, como no texto das teses. Na diversidade das narrativas, sobressalta a incidência da representação de uma cidade partida.

A mais bela, caso fosse vista do alto ou de longe, condição em que os elementos topográficos, botânicos, climáticos e celestes, conjugados, definiam um quadro de rara beleza. No entanto, estes mesmos narradores, ao ingressarem no espaço físico da cidade, recobriam a mesma com novos adjetivos: feia, suja, fétida, insegura, doente, negra, imoral e iletrada. É, pois, vivendo e estudando em um espaço no qual natureza e cultura digladiam, que os médicos tropicais são formados, de modo a forjar fórmulas para aproximar a cidade que recusavam de um mundo natural idealizado. Para aproximar a cidade vista do "alto e à distância" da cidade percebida em seu cotidiano, a racionalidade médica procurou elaborar um projeto de formação a ser desenvolvido na rede escolar, o qual supunha a necessidade de escolarizar em sintonia com uma espécie de "prontuário" oferecido pela ciência médica.

Finalmente, detive-me na análise das representações que este tipo específico de discurso constituía acerca da educação escolar. Esforço final que tornou possível perceber que a perspectiva civilizatória com que a educação foi considerada constitui-se em uma tônica do discurso médico[3].

Educar e civilizar são aí representados como atos solidários. Dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios e grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado. No entanto, esta finalidade só seria atingida caso a educação escolar funcionasse como um verdadeiro decalque do projeto construído em nome da racionalidade médico-higiênica. Assim, planejado, medido, controlado, integrado e hierarquizado, este modo de intervenção funcionaria como um efetivo programa civilizador, erigindo nos trópicos uma réplica complexa do que era, então, considerado como padrão civilizatório a ser disseminado, imposto e adotado no mundo ocidental[4].

No interior da ordem médica foi gestado um modelo bem determinado de organização escolar. Isto é o que pôde ser percebido nesta pesquisa, baseada na leitura da legislação médica no século XIX, em memórias históricas das instituições e de alguns personagens do campo médico, de incursões tópicas em relatórios de Ministros dos Negócios do Império, de professores e de viajantes estrangeiros, jornais, boletins e fontes literárias, bem como do levantamento exaustivo das teses defendidas junto à FMRJ no período referido, seguido de uma dupla seleção, sendo a primeira recortada pelo critério de uma medicina preocupada com aspectos sociais, e a segunda, de uma medicina preocupada com aspectos da educação escolar.

Questões da Pesquisa em História da Educação

O projeto de educação escolar formulado pela racionalidade médico-higiênica, entretanto, não havia sido constituído em objeto de estudo sistemático, pelo menos do modo como foi analisado nesta pesquisa[5]. Do ponto de vista da medicina, isto pode ser explicado por uma crescente especialização dos ramos mais técnicos do campo médico, em detrimento de uma medicina do social. Tal movimento articula-se, também, a uma crescente especialização do

discurso pedagógico, que passa a criar instituições próprias de legitimação no interior do aparelho do Estado e fora dele, para as quais a atenção se volta de modo prioritário[6]. Do lado da medicina, uma espécie de abandono; do lado da educação, uma espécie de não reconhecimento da tradição dos preceitos médico-higiênicos na modelagem do padrão escolar moderno, em favor de ações associadas a outras preocupações e campos disciplinares distintos aos quais atribui maior legitimidade. Este duplo movimento logrou produzir uma geografia do esquecimento em estudos de história da educação, da qual o discurso médico faz parte.

Além deste, a emergência de uma historiografia da educação panorâmica, economicista, etapista, sociologizante e centrada, sobretudo, nas políticas oficiais, ou, em outro registro, ancorada em uma história das idéias pouco preocupada com a institucionalização das mesmas, fez com que as iniciativas produzidas em campos disciplinares laterais[7] não merecessem atenção de parte expressiva dos estudos em história da educação[8]. Ao eleger as representações médicas acerca da educação como objeto desta investigação, tornou-se perceptível que não é recomendável, pelo menos em se tratando do século XIX, trabalhar com fronteiras disciplinares muito rígidas, nem com esquemas interpretativos muito esquemáticos, nem tampouco com um único *corpus* documental e, com isto, afirmar uma educação inexistente, ora porque um Estado omisso, ora porque uma economia dependente, ora porque a legislação é tomada como uma falácia em que o que conta é mais o verniz da igualdade do que propriamente intervenções objetivando uma maior equalização dos problemas educativos.

Ao trabalhar o discurso médico como objeto e fonte para pensar as representações que o mesmo procurou instituir acerca da educação escolar, as fronteiras disciplinares se embaralham em nome de uma ciência que se auto-representava como ciência-mãe. Os esquemas interpretativos previamente definidos tornam-se insuficientes, porque o jogo que se joga no interior da corporação médica não é precisamente o jogo exclusivo – ou, em última instância, o jogo econômico. O projeto civilizatório ocidental é aquele que vai desempenhar papel decisivo na definição das regras do jogo e, nele, o discurso da ciência adquire papel capital, assumindo e produzindo formas, as mais diversas, para obter legitimidade, rompendo as fronteiras das organizações médicas, abrigando-se na imprensa, na literatura, na arquitetura, na urbanização e, inclusive, na esfera da religião.

Neste jogo, a educação é multifacetada. Cada uma das faces liga-se, contudo, ao referido projeto civilizatório, pois para os higienistas era necessário formar o homem, dominando a natureza na qual encontrava-se inscrito e domando a própria natureza do homem. Para educar esta dupla natureza, nada podia escapar ao controle da ciência, de modo que as suas predições pudessem ser efetivamente comprovadas. Neste sentido, o retorno a Hipócrates constituiu-se em uma estratégia eficiente e feliz, porque permitia recuperar e colocar sob o domínio da medicina não apenas o corpo dos indivíduos, mas também as águas, os ares e os lugares. A razão é, ao mesmo tempo, expansionista e fragmentadora. Expande-se para colocar tudo sobre os domínios

da razão, fragmentando tudo aquilo que sob o seu domínio é colocado, de modo a melhor conhecer e decifrar os enigmas da natureza.

Higiene e Educação Escolar

No que se refere à educação escolar, a ciência-mãe, com feição e procedimentos imperialistas, fragmenta-a na análise dos arredores, dos interiores, do vestuário, da alimentação, dos movimentos, das excreções, dos órgãos do sentido, do desenvolvimento corporal, da formação da própria inteligência e da formação moral. A grande promessa ou utopia era a de que, considerados todos estes aspectos, em suas múltiplas, complexas e inesperadas combinatórias, acompanhando-se os diagnósticos e as prescrições apresentadas pela ordem médica, se estaria fazendo com que o País efetivamente trilhasse o caminho que o elevaria ao seu tempo, conformando uma verdadeira civilização abaixo do Equador. Uma civilização que pouco ou nada diferisse daquela que habitava o velho mundo, embora, para isto, algumas diferenças devessem ser consideradas: os temperamentos, as alimentos, o clima e a topografia, dentre outras. Diferenças cujo respeito encontrava-se justificado pela necessidade de se produzir um homem novo, um homem com interioridade, um homem com religiosidade, um homem higienizado.

Enfim, vale advertir que a complexidade do jogo não se encontra definida apenas nestes termos, pois a racionalidade médico-higiênica não deve ser compreendida nem como lugar de consenso, nem como restrita à formulação de um programa escolar.

As disputas perceptíveis naquilo que se refere ao modelo escolar, distribuição do tempo, rotinas, práticas, mecanismos de controle, métodos de ensino, material e mobiliário escolar, para enumerar alguns, constituem-se em signos de uma razão inquieta, de uma racionalidade que conflita e de posições em disputa, isto é, de um campo em processo de organização e autonomização. Tensões que ora ganham expressão de um debate de caráter mais técnico, ora exprimem-se no bojo de um ambiente que favorece a discussão acerca do regime político mais adequado ao encaminhamento e resolução das referidas questões, de modo a constituir um sistema de educação nacional. Politizado com ênfase em um ou outro termo, o que se observa é a existência de um campo disciplinar em funcionamento – a higiene –, no qual as posições exprimem o estágio e grau de intensidade do debate travado em torno das questões educacionais no interior do referido campo. Neste sentido, torna-se impróprio referir-se a uma doutrina higiênica que teria representado a educação escolar de modo integralmente uniforme. Assim sendo, a convergência na crença da educação como *medida* e como *remédio*, com vista a se instaurar uma ordem civilizada nos trópicos, por si só não deve ser tomada como indicador de homogeneidade da referida doutrina.

Na construção do modelo escolar diferenciado dos claustros e quartéis, a higiene comparece com seus princípios e fundamentos, a partir dos quais formula um conjunto detalhado de prescrições para a escola, que entendia ser necessária. Necessidade que, de sua parte,

encontrava-se determinada pelo horizonte de um ambiente, cidade e população representadas sob um amplo rol de adjetivos negativos. Nessa chave, a escola é alçada à condição de elemento necessário e, por vezes, suficiente para alterar os adjetivos imputados à Corte do Rio de Janeiro e a seu povo.

No minucioso projeto médico-higiênico, a localização e edificação dos prédios escolares configuram-se nas preocupações iniciais, por intermédio das quais se objetivava afastar os escolares do mundo urbano, preservando-os não só das doenças, como da perniciosa ação moral que a cidade poderia exercer sobre os indivíduos em formação. A nova arquitetura, por sua vez, encontrava-se moldada para distribuir competências, hierarquias, disciplina e moral, objetivos perseguidos pelo acionamento de procedimentos cada vez mais específicos. Nesta direção, cobrindo, protegendo, modelando, limpando, nutrindo, hidratando, exercitando, robustecendo, regulando a eliminação dos resíduos corporais e apurando os sentidos, a escola, assim constituída materializa a crença no poder indeterminado da razão, a partir do que, o que pudesse ser considerado como algo da natureza humana é transformado em objeto de um planejamento e intervenção racional. No entanto, os limites da razão não se encontram circunscritos a estes aspectos. A racionalidade médico-higiênica também procura submeter as faculdades do homem à sua lógica, constituindo com isto, uma efetiva pedagogia das faculdades[9], em que o desenvolvimento do corpo, da inteligência e da moral deveria ser pautado nas prescrições consolidadas nas instituições e pelos representantes da razão médica.

Se a doutrina higiênica não deve ser entendida como um corpo homogêneo e contínuo, as representações médicas acerca da educação escolar não devem, do mesmo modo, ser consideradas apenas como um programa. A arquitetura, os manuais de ensino, os estabelecimentos escolares criados e dirigidos por médicos, a presença dos mesmos na direção de órgãos públicos, bem como a disseminação das referidas representações nos cursos normais[10] e livros escolares[11] permitem afirmar que o programa escolar codificado no ambiente médico irradiou-se para além das instituições e da comunidade médica, em seu sentido mais estreito[12], sendo apropriado e tendo sido transformado em práticas pedagógicas, extravasando, inclusive, os limites espaço-temporais da Corte oitocentista e os limites conceituais da própria higiene.

Com relação aos limites espaço-temporais os trabalhos de Carlos Sá (1925)[13], Moncorvo Filho (1926)[14], Miguel Couto (1927)[15] e Afrânio Peixoto (1938), o I Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia[16], a I Conferência Nacional de Educação[17] e os estudos mais recentes desenvolvidos por Carvalho (1997 e 1998a)[18], Rocha (2003)[19] e Stephanou (1999)[20], dentre outros, atestam o transbordamento da doutrina higiênica para outros espaços e regiões, já no século XX.

Com relação à expansão conceitual da higiene, os trabalhos de Domingues (1942)[21], Kehl (1927[22] e 1939)[23] e o estudo de Marques (1994)[24] indicam que a vontade de produzir um homem novo desdobrou-se nos estudos da genética humana, base, então, para a eugenia[25], ciência que

colocava em seu horizonte a conquista de um "tipo humano mais perfeito do que o existente", definindo como seu objetivo "o aumento do número dos tipos humanos normais e a diminuição e o desaparecimento final dos subnormais, dos geneticamente inferiores" (Domingues, 1942, p. 33). O entendimento de que a eugenia seria um desdobramento possível da higiene é partilhada por Peixoto (1938), ao afirmar que a eugenia constitui-se em um capítulo novo que "ela começa a escrever", por intermédio do qual se proveria a espécie humana nos "recursos de escolha dos reprodutores, na sanidade da gestação, na puericultura, na educação física, intelectual e moral, com que o homem adquirirá o esplendor de todas as suas possibilidades biológicas" (p. 281).

As ramificações assinaladas indicam não só a complexidade, continuidade e deslocamentos do objeto aqui estudado, mas também os limites do recorte desta pesquisa, permitindo assinalar, no acento sugerido pelo foco do presente estudo, sinais que, menos do que esgotar as reflexões acerca da educação escolar nos anos oitocentos, estão a sugerir a existência de riquezas ainda pouco exploradas nos trabalhos de história da educação.

Considerações finais

Neste trabalho, examinei representações médicas acerca da educação escolar na Corte Imperial. Para tanto, analisei os lugares de institucionalização da ordem médica sediados no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, a Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, privilegiando a leitura das teses defendidas nesta última, bem como a análise dos mecanismos institucionais de autorização e legitimação das referidas produções discursivas.

Nas teses médicas, no interior de uma dispersão temática, pode-se perceber que o tema da educação é abordado, a partir de ângulos e ênfases diferenciados. Com base neste levantamento, constituí uma coleção em que a temática educacional encontra-se tratada com grande nível de centralidade, configurando a referida coleção como núcleo central da pesquisa, muito embora o tema da educação compareça em outras teses de forma mais lateral ou subsidiária.

Na análise das representações acerca da educação escolar, a área da higiene emerge como uma ramificação da racionalidade médica, responsável, então, pela dimensão social da mesma. Portanto, foi com base nas contribuições da higiene que o tema educacional foi descrito e tematizado no interior da ordem médica, tendo sido formulado como um efetivo programa a ser implementado.

No projeto de educação escolar, formulado segundo os condicionamentos institucionais, científicos e culturais, a perspectiva civilizatória constitui-se em seu marco organizador, desdobrável no controle dos espaços, do tempo, da nutrição, das vestimentas, da sujeira, dos órgãos dos sentidos, dos corpos, da inteligência e das vontades. Neste sentido, educar e civilizar formam um par com base no qual a racionalidade médica sonhava produzir um homem novo, diante das adversidades com que se referiam ao mundo tropical e ao seu povo. Ambos descritos

sob o signo do atraso pelos homens da ciência impregnados da crença no poder redentor de uma educação higiênica e higienizadora, a qual, definida nestes termos, foi apresentada como condição necessária e, por vezes, suficiente, para fazer com que o Brasil finalmente ingressasse no restrito concerto das nações ditas civilizadas.

---

[1] Esse trabalho é fruto de minha tese de doutorado, recentemente publicada. Cf. .GONDRA, José G. *Artes de civilizar – medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

[2] Cf. HOLANDA, Sergio Buarque. *O Brasil monárquico - Do Império à República.* Tomo II - Vol. 5. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977 e MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema - A formação do Estado Imperial.* Rio de Janeiro: Access, 1994; dentre outros.

[3] Para o caso Português cf. .PEREIRA, Ana Leonor & PITTA, João Rui. Liturgia higienista no século XIX – Pistas para um estudo. Portugal: *Revista de História das Idéias*. v. 15, 1993, p. 437-559.

4 Cf. também o estudo de SPENCER, Herbert. *Da educação intellectual, moral e physica***.** Lisboa: Editora Litteraria Fluminense, 1886.

[5] Cf., p. ex., a esse respeito os trabalhos de COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar.* 3ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989; MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma - Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1978; COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro* (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar - A utopia da cidade disciplinar*. (Brasil – 1890/1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 e os de HERSCHMANN, Micael M. *Os poetas do progresso - O discurso médico e a construção do Brasil moderno* (1870-1937). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1993. (mimeo), HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, Carlos A. M. *A invenção do Brasil moderno - medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994 e HERSCHMANN, M. M., KROPF, Simone & NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso - Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro* (1870 - 1937). Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

[6] Valeria lembrar, por exemplo, os procedimentos de formação, seleção, fiscalização e organização da profissão docente e, do mesmo modo, o movimento associativo de caráter acadêmico ou corporativo e a imprensa pedagógica.

[7] Medicina, engenharia, direito, belas-artes e as diversas religiões, por exemplo.

8 Cf. LOPES, Eliane M. Teixeira. *Perspectivas históricas da educação.* São Paulo: Editora Ática. 1989. A partir dos anos 1990 torna-se perceptível um esforço de alteração deste quadro. A esse respeito cf, p.ex. os anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (2000, 2002 e 2004).

[9] A respeito do deslocamento de uma pedagogia das faculdades para uma pedagogia científica, ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX, especialmente em São Paulo, cf. *A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura.* São Paulo, 2000. (mimeo)

[10] Conferir o Regulamento anexo ao Decreto 7684 de 06 de março de 1880, referente à criação da primeira escola normal primária da Corte.

[11] A produção editorial, de caráter didático, dos médicos Abilio Cesar Borges e Joaquim José Menezes Vieira podem ser consideradas como exemplares deste tipo de participação dos médicos na área da educação.

[12] A respeito do ensino de Higiene no ambiente das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, conferir PEIXOTO, Afrânio. *Higiene.* 6ª edição. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938, especialmente o volume II, p. 275-294.

[13] SÁ, Carlos. *A educação hygienica na escola primaria.* Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde Pública, 1925.

[14] MONCORVO FILHO, Arthur. *História da proteção à infância no Brasil* (1500-1922). 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paulo Pongetti, 1926.

[15] COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional – a educação do povo.* Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1933.

[16] Ocorrido no Rio de Janeiro entre 25 de agosto e 7 de setembro de 1922, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência.

[17] Ocorrido em Curitiba, em dezembro de 1927. Cf. COSTA, Maria José F., SHENA, Denilson & SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (orgs.) *I Conferência nacional de educação (Curitiba, 1927).* Brasília: MEC/INEP, 1997.

[18] CARVALHO, Marta M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar. *História social da infância no Brasil.* São Paulo: Cortez/USF, 1997 e *Molde nacional e fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação* (1924-1931). Bragança Paulista - São Paulo:EDUSF, 1998.

[19] .ROCHA, Heloisa H. P. *A higienização dos costumes – educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo* (1918-1925). Campinas: Mercado das Letras, 2003.

[20] STEPHANOU, Maria. Governar ensinando a governar-se: Discurso médico e educação. In: *Pesquisa em História da Educação: Perspectivas de análise, objetos e fontes*. FARIA FILHO, Luciano M. (org.). Belo Horizonte: HG Edições, 1999.
[21] DOMINGUES, Octavio. Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios (Em cinco lições). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
[22] Trata-se da Tese nº 75 apresentada na I Conferência Nacional de Educação, intitulada *O Problema da Educação Sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada*. Nesta mesma Conferência, outras teses tangenciam a questão da eugenia, como a de Meira de Angelis Nicolau (*Pela Perfeição da Raça Brasileira*), e outras tratam diretamente da higiene.
[23] .KEHL, Renato. *Pais, médicos e mestres – Problemas de educação e hereditariedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
[24] .MARQUES, Vera R. Beltrão. *A medicalização da raça: Médicos, educadores e discurso eugênico.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
[25] De acordo com Domingues, o termo foi cunhado por "Sir Francis Galton", em 1883, tendo sido reforçado em 1900, após a "redescoberta" das leis de Mendel aplicadas à raça humana (1942, p. 19).

"De tão longe para sustentar a honra nacional": brasileiros nas guerras meridionais

José Iran Ribeiro[1] - PPG-UFRJ

Em Montevidéu, no ano de 1828, Francisco Moniz Barreto, segundo tenente do sétimo corpo de artilharia de posição do Brasil, tentou se casar com Dona Maria Justa del Campo, natural daquela cidade. A união só não se concretizou porque, antes disso, os superiores do militar descobriram que ele já era casado na Bahia, de onde havia sido mobilizado para lutar na Guerra da Cisplatina[2]. Ainda que o casamento não tenha ocorrido pelo que sabemos, é interessante pensarmos sobre a realidade que possibilitou a tentativa de matrimônio entre dois indivíduos oriundos de pontos extremos e distantes do Brasil.

Como sabemos, o processo de manutenção da unidade nacional depois da independência não foi dos mais tranqüilos. Pensando a partir do ponto de vista das questões político-militares, naquele contexto ocorreu um grande número de conflitos por todo o país, sendo necessário à movimentação de forças por toda a primeira metade do século XIX para sufocá-los. Assim, de São Paulo, da Bahia, do Rio Grande do Sul, entre outros lugares, partiram unidades militares para ocupar e manter a Cisplatina; da Bahia, do Ceará, de São Paulo, e por aí afora, marcharam para acudir os defensores da Corte em Pernambuco; para o Rio Grande do Sul dirigiram-se pernambucanos, maranhenses, capixabas, e sabe lá Deus quais outros, para dar fim a república sul-rio-grandense. Enfim, foram tão comuns e tantas as idas e vindas de tropas de um canto para o outro do território nacional, que é desnecessário continuar com listando-as.

Estes exércitos eram numerosos e significativos. Tomando como exemplo a Guerra da Cisplatina, podemos ter uma idéia aproximada do número de indivíduos deslocados de várias províncias para lutar num dos extremos do Império. Assim, no início de 1827, das unidades de cavalaria que compunham o Exército brasileiro naquele contexto, três eram originárias do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, perfazendo uma cifra de seiscentos e noventa e sete num total

de dois mil e cinqüenta e nove homens. Da infantaria não temos números precisos, mas dos cinco batalhões, quatro eram originários do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, e outro de alemães (Fragoso, 1939. p. 242). A partir disto, se evidencia a grande participação de militares de diversas regiões do país na formação dos exércitos para combater os então revoltosos orientais, numa organização de extrema diversidade interna e que, portanto, não pode ser compreendida como una e coerente[3].

No entanto, apesar destes deslocamentos terem ocorrido em vários sentidos e da grande importância numérica e política destes exércitos, nada ou quase nada se sabe sobre eles no que se refere a outros aspectos além das questões relativas as batalhas, planos de combate, etc (Ribeiro, 2005)[4]. Para sanar esta lacuna da historiografia, estamos realizando uma pesquisa, em nível de doutorado, objetivando analisar as trajetórias dos indivíduos mobilizados para lutar nas guerras meridionais do Brasil na primeira metade do século XIX. O trabalho está no início e norteamos nossa pesquisa a partir da orientação da micro-história italiana, pois acreditamos que esta proposta metodológica podem nos ser de grande valia na empreitada.

Segundo Revel (2000), as abordagens da micro-histórica surgem como alternativa a forma tradicional dos estudos das coletividades sociais em escalas maiores. Contudo, sem que, ao optar pelo mapeamento de nomes, tenha-se deixado de lado a preocupação com o todo social, pois os micro-historiadores tentam, justamente, evidenciar os aspectos das coletividades que não podem ser observados em análises macro. Busca-se compreender as regularidades do social a partir de algumas trajetórias particulares dos integrantes de grupos específicos (no caso, indivíduos oriundos de outras províncias deslocados para a região meridional do país) dentro de uma coletiva maior (as tropas do Império brasileiro), para entendê-las e inclusive poder melhor compreender as trajetórias dos demais partícipes daquela realidade. Neste sentido, a redução da escala, entendida como procedimento analítico e não objeto de estudo (Levi, 1992), permitirá conhecermos as ações destes indivíduos que não poderiam ser evidenciadas de outra maneira.

O exercício é reconstruir o vivido “inacessível às outras abordagens historiográficas” tentando “identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula” na sua máxima complexidade (Revel, 2000. p. 17). Esta complexidade é resultante da própria ação social dos indivíduos no mundo em que vivem, pois, como afirma Levi (2000. p. 45), “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais”. Sendo que “os conflitos e as contradições vêm acompanhados da contínua formação de novos níveis de equilíbrio, instavelmente sujeitos as novas rupturas”. É a partir destas condições que as vidas transcorrem e os historiadores, normalmente, têm dificuldade em acompanhar este processo pelo fato de saberem dos seus resultados finais e pouco da construção cotidiana dos resultados finais.

Desta forma, reduzindo a escala de abordagem, vamos tentar evidenciar como, por exemplo, eles se adaptavam às novas realidades culturais, ambientais em que se viam inseridos; se havia algum tipo de identificação ou relacionamento entre estes indivíduos que os aproximasse ou os diferenciasse das populações dos locais por onde andavam e, se ocorriam, de que forma se relacionavam. Estas são questões que estão norteando nosso trabalho até então.

A respeito da documentação, até o momento conseguimos concluir o trabalho de pesquisa no fundo Cisplatina, do Arquivo Nacional, e é baseado no seu conteúdo que vamos fazer as considerações provisórias que seguem. Inicialmente, é evidente que ocorreram contatos dos que vinham de fora com os moradores dos povoados que estavam nos caminhos ou que serviram de sede para o quartel das tropas, resultando, em algumas situações, no acerto de relações para além de amizades passageiras. O caso que mencionamos no início do texto é emblemático dessas relações. Afinal, antes de o casamento ter sido acertado, certamente houve algum convívio entre a família da noiva e o pretendente para que então fosse acertada a união “até que a morte os separasse”.

É claro, no entanto, que nem todos os contatos entre integrantes das tropas de ocupação e a população da Cisplatina eram no sentido do estabelecimento de laços duradouros. E é flagrante a preocupação dos oficiais comandantes com os possíveis excessos de seus subordinados pelas sucessivas orientações de cuidado no trato com os civis, afinal os cisplatinos deveriam ser considerados como brasileiros e não como estrangeiros sob ocupação. Neste sentido, ainda a caminho, o chefe supremo das tropas, o General Lecor, determinou que os soldados deviam ser pagos antes de entrarem na Cisplatina, para evitar que praticassem roubos justificáveis pela falta de soldo[5]. Também escreveu que convinha "aplicar os meios mais condizentes à pacificação deste território, e preferir, quanto couber no possível os meios suaves, e de persuasão aos da força"[6]; ou que tivessem " o maior cuidado em que os habitantes sejam acariciados, e que as tropas sejam o exemplo [dos comandantes] (...), para deixar bem posta a nossa opinião"[7]. Ainda assim, não deve ter sido fácil controlar e supervisionar as ações de tantos homens. E, ao menos alguns, não seguiram aquelas ordens e foram presos por crimes cometidos contra a população local. Numa destas ocasiões, quase vinte soldados roubaram o povo de San Domingo Soreano e ficaram presos até que o valor de seus soldos cobrisse o que haviam roubado. Em outra, cinco militares acabaram detidos e acusados de "cometer os maiores excessos em roubos e violências e, sendo de muita utilidade afastar estes homens da província", foram enviados para a Corte, pois, inclusive, dois deles eram conhecidos assassinos[8].

Contudo, não era só como agentes armados, para o bem ou para o mal, que os militares se relacionavam com as populações locais. Até mesmo porque nem todos os brasileiros enviados para a Cisplatina eram militares e do sexo masculino. Aliás, o que é pouco referido, as tropas foram acompanhadas por uma quantidade muito grande de familiares de oficiais e praças, ainda que alguns tenham preferido deixar suas esposas em casa, como vimos. Neste sentido, pelo próprio processo de adaptação que ocorreu na medida em que os anos iam passando, em Montevidéu, as famílias dos militares buscaram suprir suas necessidades não

atendidas pelo governo brasileiro junto aos comerciantes locais. Isto é evidenciado pelo fato de que, na ocasião do reembarque das tropas brasileiras depois de terminada a guerra, alguns comerciantes foram até o porto para tentar receber os valores que lhes eram devidos pelos brasileiros. A cena deve ter sido cômica, não fosse pelo fato do comando do Exército também estar entre os devedores por não ter pagado o aluguel de algumas casas que serviram como quartel para as tropas durante anos[9].

Talvez também possamos entender como outro tipo de relação comercial a ação de alguns praças do sétimo batalhão de caçadores e marinheiros que tentaram roubar barras de ferro dos moles do porto[10]. Comercial porque, se tentaram roubar, tinham para quem vender e não seria para o Exército ou a Armada do Brasil. Esta situação pode ser melhor entendida se pensarmos que durante o tempo que aqueles sujeitos passaram na cidade serviu para que o grupo, ressalte-se, conhecesse interessados ou estabelecesse redes de amizade que os permitiria lucrar com o resultado do furto.

Estes relatos atestam o estabelecimento de inúmeras formas de relacionamentos entre os brasileiros que compunham as tropas de ocupação e a população cisplatina. Relacionamentos amorosos, violentos, comerciais, criminosos e, provavelmente, em outras inúmeras maneiras e sentidos. Desta maneira, se foi inevitável uns se relacionarem com os outros, também foi natural que o convívio entre soldados de origens diversas possibilitasse a eles outras experiências muito ricas e complexas. Aliás, o próprio comando das operações fez questão de misturar as “tropas do país com as da Divisão dos Voluntários Reais”[11]. Provavelmente esta decisão foi de caráter militar, visando a ambientação mais rápida daqueles que não conheciam as condições de combate na região. No entanto, isto aumentou ainda mais a complexidade da situação, ao permitir o surgimento ou fortalecimento de certo espírito de corpo do Exército, mas também pode ter possibilitado a ocorrência de conflitos resultantes da convivência cotidiana das diferenças entre os integrantes da tropa.

Vejamos algumas situações. Em 1817, o soldado José Antônio, paulista, foi acusado de desertar e levar consigo vários indivíduos de outras unidades, tendo sido apanhado quando tentava repetir a ação[12]. Agia de forma muito semelhante a mulher de um outro trânsfuga, que foi presa por tentar fazer com que vários outros soldados desertassem[13]. O convívio e a proximidade entre os militares oportunizaram também que um alferes iniciasse um caso amoroso com a mulher de um soldado, até que desertou levando-a consigo[14]. A convivência constante também possibilitou a ocorrência de furtos, brigas e assassinatos entre militares[15].

Estas evidências revelam situações diversas. Primeiro, o estabelecimento de uniões entre os componentes da tropa visando a construção de alternativas a situação que enfrentavam, no caso, optando por desertar, num movimento que contou com a participação ativa das mulheres que os acompanhavam. Ou seja, gestavam seus destinos coletivamente, formando grupos e estabelecendo alianças mais ou menos temporárias para obter sucesso nas empreitadas, sendo que estes grupos podiam ser formados por indivíduos que não necessariamente faziam parte das mesmas unidades. Indicando, portanto, que havia um convívio aproximado entre eles que ultrapassava o âmbito das respectivas unidades. Segundo, esta convivência oportunizou igualmente a ocorrência de trocas nas uniões que existiam entre os integrantes das forças e as mulheres que os acompanhavam na condição de suas esposas, legítimas ou não. Terceiro, também pode ter potencializado as tensões entre os componentes do Exército, ao reunir nas unidades indivíduos de tão diferentes costumes, valores, horizontes,... . O que nos instiga é tentarmos compreender porque, numa mesma conjuntura, dentro de um mesmo grupo, enquanto uns se aliam, outros entram em choques que podiam resultar em assassinatos.

Num futuro próximo tentaremos encontrar outros elementos de compuseram as trajetórias destes e de outros indivíduos que fizeram parte daquela realidade histórica. Acreditamos realmente que será possível encontrarmos outros fragmentos de suas vidas nos acervos documentais existentes em cidades como Montevidéu e Maldonado, onde houve uma

maior concentração de unidades militares brasileiras. Se isto for possível, poderemos aproximar ainda mais nossa lente objetiva, para sabermos em outros detalhes, por exemplo, porque alguns preferiam desertar em grupo ao invés de individualmente e o que os levava a fazerem um esforço para somar mais integrantes nos grupos, inclusive correndo o risco de serem apanhados, como aconteceu. Será interessante se descobrimos para onde foi o alferes desertor acompanhado da esposa que abandonara o marido. Quem sabe também seja possível compreender melhor como se deu a aproximação entre o tenente Francisco e a Dona Maria Justa até quase casarem e o que se sucedeu diante da impossibilidade do noivo por um motivo, digamos, perturbador. O que certo é que ainda temos um longo percurso em busca destas respostas.

Bibliografia:

CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: UNB, 1983.

DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. 3 v.

FRAGOSSO, Augusto T. *A batalha do Passo do Rosário.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

LEVI, Giovani. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

____ *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, Sabina. *Soldats*. Un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII siècle. Venice, Italy: Marsilio Editori S.p.A./ Paris: Éditions Mentha, 1991.

REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovani. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava*. Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

---

[1] Doutorando em História Social/PPGHIS-UFRJ; bolsista CAPES; iranr@ibest.com.br

[2] Arquivo Nacional (AN), Fundo Cisplatina (FC), Caixa (Cx) 974, Pacote (Pc) 02. Ofício (Of) datado (dt) de Montevidéu, em 18/5/1828, do Vigário Geral, Manoel José Barreiros, para o Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Pedro de Araújo de Lima.

[3] Loriga (1991) realizou um estudo analisando justamente a composição dos exércitos no Piemonte, tentando compreender o que significou a reunião de inúmeras diversidades dentre de uma mesma organização.

[4] Pensando a respeito da Guerra da Cisplatina, trabalhos especializados, como o de Carneiro (1983), Fragosso (1951) e Duarte (1985), quase nada nos dizem sobre o cotidiano dos indivíduos que compunham os exércitos.

[5] AN, FC, Cx 975 Pc 04. Of. dt no Quartel de Santa Catarina, em 27/7/1816, do General Lecor para o Conde da Barca.

[6] AN, FC, Cx 976, Pc 03. Of. dt de Montevidéu, em 08/01/1819, do General Lecor para Joaquim X. Curado.

[7] AN, FC, Cx 976, Pc 03. Of. dt de Montevidéu, em 20/11/1818, do Barão de Laguna para João Carlos de Saldanha.

[8] AN, FC, Cx 976, Pc 02. Of. dt de Montevidéu, em 12/02/1819, do Barão de Laguna para Thomaz A. de V. Portugal; consultar também Cx 976, Pc 03, Of. dt de Montevidéu, em 20/11/1818, do Barão de Laguna para Joaquim X. Curado.

[9] AN, FC, Cx 979, Pc 04. Of. dt de Montevidéu, em 15/04/1829, do Brigadeiro Francisco José de Souza Soares D'andrea para Joaquim Oliveira Álvares.

[10] AN, FC, Cx 979, Pc 04. Of. dt de Montevidéu, em 05/04/1829, do Brigadeiro Francisco José de Souza Soares D'andrea para Joaquim de Oliveira Álvares.

[11] AN, FC, Cx 975, Pc 13. Of. dt de Montevidéu, em 16/04/1817, do General Lecor para o Conde da Barca.

[12] AN, FC, Cx 975, Pc 14. Of. dt de Montevidéu, em 21/05/1817, do General Lecor para o Conde da Barca.

[13] AN, FC, Cx 976, Pc 09. Of. dt de Montevidéu, em 10/9/1819, do Barão de Laguna para Thomaz Antônio de Villanova Portugal.

[14] AN, FC, Cx 976, Pc 04. Of. dt de Montevidéu, em 25/5/1819, do Barão de Laguna para Thomaz A. V. Portugal.

[15] Como o caso do cadete que foi acusado e condenado por roubar dinheiro de um camarada; Também o assassinato cometido pelo soldado Januário Francisco de Brito, ao esfaquear o também soldado João Pedro dos Santos. Ambos AN, FC, Cx 975, respectivamente Pc 16. Of. dt de Montevidéu, em 08/7/1817, do General Lecor para o Conde da Barca; Pc 19. Of. dt de Montevidéu, em 15/10/1817, do General Lecor para João Paulo Bezerra.

O Brasil e o Ano Geofísico Internacional

José Leandro Rocha Cardoso - jose@mast.br

O avanço tecnológico das potências mundiais fortaleceu a vinculação entre a ciência e os militares, principalmente pela utilização bélica da energia nuclear. Os átomos passaram a direcionar todos os assuntos ligados à ciência e à pesquisa científica. O domínio sobre a física nuclear passou a ser sinônimo de poder e a energia nuclear sua moeda de troca. Os átomos ditavam as regras do jogo político internacional, invadindo o imaginário social da época, cuja imagem mais expressiva é sem duvida a do cogumelo atômico da bomba de hidrogênio.

Nesse novo cenário, Estados Unidos e União Soviética protagonizaram uma intensa disputa pela hegemonia mundial, com reflexos em todas as relações diplomáticas internacionais. No mundo polarizado, qualquer postura política e diplomática seria lida como uma atitude ideológica e, portanto, uma tomada de posição. O Brasil, geográfica e politicamente sob a influência norte-americana, buscava definir sua participação. No período de paz, segunda metade da década de 1940, os assuntos ligados à ciência e tecnologia passaram a integrar a agenda militar de forma mais evidente. O fim da Segunda Guerra Mundial, na qual a aliança dos cientistas com as instituições militares tinha levado a um considerável avanço científico e à produção das mais poderosas armas já fabricadas até aquele momento, destacou a importância do setor para as aspirações nacionais.

A fim de barrar qualquer penetração ideológica que pusesse em risco a hegemonia dos EUA nas Américas, os interesses nacionais foram submetidos aos ditames da Guerra Fria, o que limitava a atividade diplomática e as relações comerciais do país, de um modo geral. Como aliado dos EUA, o Brasil, vivendo sob a atmosfera da Guerra Fria durante os anos 1950, sustentava uma frágil democracia e projetos antagônicos de desenvolvimento para o país.

A configuração da Guerra Fria, como polarização política internacional, consolidou a aliança Brasil/EUA de forma unilateral, com a ascensão dos EUA à potência hegemônica do ocidente, refletindo-se em outros setores da sociedade. Facilitou a abertura para as multinacionais, principalmente as norte-americanas e o consumo de produtos culturais e tecnológicos.

O ambiente democrático de que gozava o país, após o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, instituiu as eleições livres que reconduziram Vargas ao poder em 1950. O suicídio de Getúlio Vargas concluiu um longo período de uma linha política definida por apelos populistas e de forte conotação nacionalista. Entretanto, muitos dos pressupostos do Estado Novo mantiveram-se, como vimos, durante décadas. Os modelos que se seguiram, baseados em correntes do pensamento econômico brasileiro, buscavam a chave para o crescimento e a superação do subdesenvolvimento do país, expressando a necessidade de colocar o Brasil no seleto clube dos países desenvolvidos.

A vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek com o *slogan* "Cinqüenta anos em cinco" – criado a partir de um discurso por seu amigo pessoal e dono da revista *Manchete*, Adolpho Bloch[1] – foi também a do modelo desenvolvimentista, responsável por gerar na sociedade brasileira a expectativa de modernização do país. A indústria automobilística nacional, a arquitetura modernista e os projetos de criação da nova capital federal fomentaram novas perspectivas, despertando na sociedade a missão histórica de construir o Brasil do futuro.

Somado a isso, a influência cultural dos Estados, que durante os primeiros anos da Guerra Fria divulgava o *american way of life* e a ameaça dos comunistas seduziu setores influentes da sociedade brasileira, como os militares que vislumbravam a possibilidade de modernizar seu aparato bélico e aumentar sua importância no cenário mundial como aliados privilegiados dos EUA nas Américas.

O processo de modernização da sociedade brasileira foi diretamente influenciado pela polarização internacional. Em uma sociedade ainda

predominantemente rural, ideais futuristas e de grandeza nacional permearam o pensamento desenvolvimentista da época. Nesse ambiente de intensas disputas políticas e de forte polarização ideológica, definiram-se novas relações entre o estado e a sociedade, traçando novos rumos para o projeto nacional e promovendo uma aceleração no processo de desenvolvimento. No campo econômico, ampliou-se o parque industrial de base e promoveu-se a abertura do país para as empresas multinacionais. No campo científico, a criação do CNPq fomentou o processo de institucionalização da ciência, sendo um elemento chave no projeto de produção de energia nuclear.

Em meio às disputas internas entre nacionalistas e aqueles que defendiam os interesses do capital estrangeiro para alavancar nossa economia, a ciência assumia importante papel na estratégia de desenvolvimento dos setores mais influentes da sociedade. O contexto internacional da época favorecia a vinculação do conhecimento cientifico ao poderio militar, como expresso nas páginas da imprensa brasileira. O discurso sobre a ciência que aparecia nos jornais da época em geral eram permeados de posicionamentos políticos e ideológicos e contribuíam, dessa forma, para definir o *status* social da ciência e dos cientistas.

As pesquisas desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial tornaram a ciência um instrumento de poder e a conseqüente polarização entre EUA e URSS tornaram-na o combustível da guerra ideológica. Na década de 1950, a Guerra Fria resultou, sobretudo, em uma disputa tecnológica entre o mundo capitalista e mundo socialista. Uma disputa que se refletia nos diversos veículos de informação da época, envolvendo desde cientistas e intelectuais a militares e arcebispos, capazes de assumir postura diante do conflito e influenciar a opinião pública.

As notícias divulgadas pelas agências internacionais e publicadas no Brasil, sobre os mísseis teleguiados, foguetes intercontinentais, a implantação de bases de testes para o projeto norte-americano de foguetes teleguiados e a exploração das jazidas nacionais de minerais radioativos. e diversos outros engenhos

tecnológicos. A repercussão dessas informações no cotidiano da sociedade brasileira estimulavam os já acalorados debates sobre a Guerra Fria e a definição da postura ideológica assumida nos diversos setores sociais compunham essa estratégia de propaganda, tanto soviética como norte-americana. Alem disso, os principais conflitos internacionais, ocorridos durante a década de 1950, estavam ligados, direta ou indiretamente, à dinâmica da Guerra Fria. Na imprensa, notícias sobre a guerra da Coréia, a invasão da Hungria e a revolução cubana estiveram entre as manchetes mais importantes, suscitando polêmicas nos meios sociais – políticos, militares, intelectuais e artistas.

A Guerra Fria, bem como suas implicações na cultura, na religião, na ciência e nas relações internacionais, tinha lugar reservado nas páginas de jornais brasileiros. O posicionamento desses meios de comunicação nos debates ideológicos definia-se de acordo com sua política editorial e o grau de parcialidade impressos à reportagem. Na maioria das vezes, estabeleciam uma dicotomia entre Comunismo e "mundo livre", manifestando suas opiniões nos editoriais, nas entrelinhas dos textos das reportagens, nas legendas de fotos e na forma dos discursos.

As duas potências, em meio aos testes dos mais sofisticados artefatos bélicos, investiam em declarações cuja dinâmica envolvia acusações diplomáticas e ameaças de intervenção militar, interferindo nos territórios em disputa. Esse tipo de informação era recorrente na imprensa e, muitas vezes servia de recurso na propaganda ideológica de ambos os lados.

Para efeito deste trabalho, destaca-se na Guerra Fria a propagação de uma forma de encarar a ciência e a atividade científica vinculada à supremacia militar e a modos de vida distintos. A forte presença militar no direcionamento das políticas de ciência e tecnologia, naquele período, tinha como fundamento a estratégia de dotar o Brasil dos meios técnicos para o desenvolvimento da ciência. A interferência militar na criação de centros e institutos de pesquisa refletia a importância que a ciência assumiu nas novas relações políticas, nacionais e internacionais, particularmente no

que diz respeito ao domínio da física e da energia nuclear. A capacidade de pesquisa em física e os estudos sobre os átomos para a produção de energia atômica se traduziam, em termos militares, no elemento primordial da manutenção da soberania e da defesa nacional.

Na criação dos principais institutos de pesquisa do país, durante os anos 1950[2], as relações pessoais e a presença dos militares tiveram fundamental importância, principalmente no apoio da sociedade e do governo. A criação do CNPq, em todo seu processo de tramitação no legislativo e de negociação entre os setores sociais envolvidos, teve como um dos principais articuladores o próprio Contra-Almirante Álvaro Alberto. Sua participação como membro da Comissão de Energia Atômica da ONU deu-lhe respaldo na estratégia de aprovação do projeto de criação do CNPq. No memorial apresentado ao Presidente Eurico Dutra, Álvaro Alberto destaca que "(...) o Brasil era o único que não dispunha de órgãos necessários para se colocar em idêntico nível de progresso cultural, econômico, à altura dos países civilizados".[3]

Nos trâmites do projeto de criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), evidenciou-se a predominância de interesses políticos e militares sobre os critérios científicos[4]. Essa tendência ficou evidente na composição dos nomes para a comissão de notáveis[5] e perdurou tanto na formação do Conselho Científico deste órgão, como nos critérios de fomento à pesquisa do CNPq.

A migração de cientistas durante e após a Segunda Guerra Mundial e a necessidade de congregar esforços estimulou a criação de redes científicas internacionais no âmbito das Nações Unidas, com a UNESCO e demais organismos de integração científica, e nas relações diplomáticas, como no caso da associação entre o CBPF e a universidade de San André, via Itamaraty, possibilitando as pesquisas de raios cósmicos no monte Chacaltaya. [6]

A cooperação científica internacional assumiu grandes dimensões nos anos 1950. Instituições como a Agência Internacional de Energia Atômica e as diversas iniciativas englobando instituições de vários países marcaram a dinâmica da

atividade científica durante os primeiros anos da Guerra Fria. Às nações dependentes tecnologicamente, como o Brasil, coube um papel periférico nesse cenário mundial: a produção de matéria prima e a coleta de dados para pesquisa.

Um outro elemento aglutinador das instituições científicas foi o projeto de utilização pacífica da energia nuclear da Comissão de Energia Atômica da ONU. O projeto de cooperação internacional chamado "Átomos para a paz", estimulou a realização de pesquisas em todo o mundo com intuito de revelar as vantagens e a possibilidade de utilização da energia nuclear em diversos setores como nas pesquisas biológicas[7], na medicina e nos combustíveis.

O projeto "Átomos para a paz" levou às diversas partes do planeta uma exposição homônima. No Brasil, a exposição foi realizada no Rio de Janeiro. Seguindo essa mesma lógica, as agências internacionais de fomento à ciência e à tecnologia, agendaram um grande evento para realizar um amplo conhecimento do planeta e seus recursos, envolvendo cientistas de vários países, incluindo o Brasil.

Nesse espírito de cooperação um grande evento, com pretensões de mapear todo o globo terrestre, foi proposto e agendado para ocorrer entre 1957 e 1958. Naquele período, as notícias sobre os conflitos diplomáticos entre os Estados Unidos e a União Soviética, envolvendo suas áreas de influência, dividiam espaço com a forte propaganda ideológica nos meios de comunicação.

O Ano Geofísico Internacional, patrocinado pela UNESCO e com a participação de outros setores do complexo da ONU, entre eles o Comitê Científico sobre Pesquisa Oceânica (SCOR), ocorreu entre 1º de julho de 1957 e 31 de dezembro de 1958. O evento promoveu um sistema mundial de observação da atmosfera superior, além de coordenar o estudo de zonas remotas, como por exemplo, a Antártica. Foi um programa científico de grande envergadura, com a participação de vários países, dentre eles: Brasil, Argentina, Austrália, África do Sul, Bélgica, Chile, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, URSS, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Dentre as atividades do Ano Geofísico Internacional, estavam previstas a coleta dados e a troca informações entre instituições científicas de vários países do mundo, integrados à ONU. O objetivo era tornar acessíveis as informações sobre os potenciais recursos terrestres e favorecer o desenvolvimento científico em todo o planeta, a fim de padronizar as pesquisas e a calibração de instrumentos de análise. O conhecimento sobre a atmosfera e os estudos topográficos, marítimos e espaciais integrava a agenda do evento, envolvendo os campos da física, da geologia, da astronomia, dentre outros.

No programa científico do Ano Geofísico Internacional aparecem, principalmente, estudos de meteorologia, geomagnetismo, sismologia, oceanografia, radiação cósmica, ionosfera, glaciologia, paleoclimatologia (estudo do clima do passado) e de pesquisas biológicas e geológicas.

Os desdobramentos do Ano Geofísico Internacional foram observados em outros campos da ciência. Em 1959, alguns dos países participantes elaboraram e assinaram, em Washington, o Tratado da Antártica, firmando o primeiro estatuto jurídico para a região. Depois do Ano Geofísico Internacional, muitas nações estabeleceram estação na região com finalidades científicas. O Programa Biológico Internacional, cujas atividades ocorreram durante um decênio (1964/1974), estudava a produtividade biológica e o bem-estar humano. A oceanografia progrediu através de novas expedições. Surgiram conselhos internacionais e institutos oceanográficos na Europa e Estados Unidos. Em 1961, a UNESCO cria seu escritório de oceanografia; e mais tarde surge a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (IOC), com sede na própria UNESCO, em Paris.

O Ano Geofísico Internacional coincidiu com o período de máxima atividade solar, quando milhares de cientistas de 67 países trabalharam juntos, realizando uma grande variedade de experimentos e observações, dividindo seus dados e resultados. Durante esse período, muitas características da Terra e do espaço

foram detectadas, incluindo os cinturões de radiação de Van Allen, possíveis pela participação de novos instrumentos: os Satélites artificiais.

Em 1955, o então líder da União Soviética, Nikita Kruchev, e o presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, anunciaram ao mundo, quase que simultaneamente, a colocação de satélites artificiais na órbita terrestre como contribuição às atividades do Ano Geofísico Internacional. A notícia repercutiu em diversos lugares do mundo, provocando o interesse de autoridades políticas e dos meios acadêmicos.

Os lançamentos dos primeiros satélites artificiais não integraram apenas as atividades do Ano Geofísico Internacional. Em meio à polarização internacional, os Sputniks 1 e 2 soviéticos, lançados no final de 1957, e o Explorer norte-americano, em janeiro de 1958, tiveram efeito ideológico imediato. Sua exposição na imprensa elevou o tom das disputas políticas, levando a Guerra Fria a um novo estágio: a corrida espacial.

No Brasil, os principais jornais deram destaque ao assunto enfatizando informações sobre as chamadas "luas artificiais" norte-americanas. A questão foi, então, encarada como mais uma das jogadas de propaganda da Guerra Fria. Nos setores conservadores e organizados da sociedade brasileira, as declarações de Kruchev não passavam de propaganda comunista.

Apesar de ambos os países terem tido acesso aos conhecimentos e aos cientistas envolvidos na construção dos foguetes alemãs V2, não se cogitava que a União Soviética tivesse condições de alcançar, em pouco tempo, um desenvolvimento tecnológico a ponto de superar os Estados Unidos. No entanto, em 4 de outubro de 1957, o mundo acompanhou a trajetória do primeiro Satélite artificial. O Sputnik, de fabricação soviética, cruzava os céus do mundo inteiro. Por ter uma órbita baixa, era visível a olho nu e emitia sinais sonoros captáveis por rádio.

Sua repercussão em diversas partes do mundo provocou uma nova configuração no contexto da Guerra Fria, motivando mudanças na orientação política em setores sociais e nas relações internacionais. No Brasil, teve impacto nas relações

entre grupos políticos, na igreja católica, nos meios intelectuais, no campo artístico, científico e econômico e no cotidiano da sociedade.

Bibliografia:

- Andrade, A.M.R. Físicos, mésons e política: A dinâmica da ciência na sociedade. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ MAST, 1998.
- _____. Physiciens et militaires brésiliens après la Seconde Guerre Mondiale. Science, technologie et défense: stratégies autour de l'atome et de l'espace (1945-1998). *Cahiers du Centre D'études D'Histoire de la défense,* cahier n. 12, p.11-16, jan. 2000.
- Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 3ª ed., 1986.
- Barros, Diana L. P. e Fiorin, José L.(org.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP.
- Bourdieu, P. *Sobre televisão: seguido de a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- Forman, P. e Sánches-Ron, J. M.(org.). *National military establishments and the advancement of science and technology: studies in 20th century history.* Dordrecht/Boston/Londres: Kluwer Academic Publishers, 1996.
- Gomes, Isaltina M. A. M. *Dos Laboratórios aos jornais*: um estudo sobre jornalismo Científico. Recife: UFPE, 1995 [dissertação de mestrado apresentada no IBICT].
- Hobsbawn, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- Mauad, A. M. “O século faz cinqüenta anos: fotografia e cultura política em 1950”. *Revista Brasileira de História*. ANPUH, v. 14, n. 27, p.129-149, 1994.
- Moura, Gerson. *Sucessos e ilusões*: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- Regnault, Jean-Marc. La France à la recherche de sites nucléaires. Science, technologie et défense: stratégies autour de l'atome et de l'espace (1945-1998). *Cahiers du Centre D'études D'Histoire de la défense,* cahier n. 12, p.29-54, jan. 2000.
- Sebesta, L. Universalisme de la science et contraintes politiques: l'essor de la politique de coopération spatiale américaine. Science, technologie et défense: stratégies autour de l'atome et de l'espace (1945-1998). *Cahiers du Centre D'études D'Histoire de la défense,* cahier n. 12, p.55-70, jan. 2000.

- Tota, Antônio P. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- Zamboni, Lilian M. S. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas, SP: Editora Autores Associados/Fapesp, 2001.

[1] Edição comemorativa dos 45 anos da revista *Manchete*

[2] Antes da Segunda Guerra Mundial, havia no Brasil poucas instituições de pesquisa, na área das ciências exatas e biológicas, concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com a participação de cientistas estrangeiros, ocorreram na USP as primeiras tentativas de se aliar ensino e pesquisa, e Manguinhos ganhou maior projeção com as expedições científicas e a emergência de uma medicina tropical.

[3] Citação tirada do texto parcerias estratégicas.

[4] Sobre esse assunto ver Andrade, AMR. *Ideais políticos: a criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq*. In: *Parcerias Estratégicas*, n.11, pp.221-242, jun. 2001.

[5] Dos 22 membros da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de lei da criação do CNPq, que substituiu o de 1948, cinco eram militares. Sobre este assunto ver Andrade, 1999 e 2001.

[6] Ver Andrade, 1999.

[7] Mapeamento dos mosquitos transmissores da malária com emulsão nuclear

Uma disciplina Marcial de Inspiração Budista: história do Kung Fu Shaolin no Brasil

José Otávio Aguiar

O mosteiro budista de Shaolin, fundado nos últimos anos do século V d.c nas montanhas Song, na província de Henan, atual município de Denfeng, no Norte da China, ficou famoso internacionalmente pelas disciplinas espirituais e físicas que caracterizavam as práticas marciais e medicinais de seus monges. Modernamente, o cinema Norte Americano contribuiu para a difusão de alguns mitos sobre artes legatárias do templo como o Kung Fu e o Tai-chi-chuan.

Este trabalho procede a uma arqueologia das práticas disciplinares e da teoria sobre a guerra e a medicina na antiga China, à guisa de uma contribuição inicial para os estudos das influências culturais exercidas pela arte marcial chinesa sobre a sociedade brasileira. Buscando a genealogia histórica de tais práticas, reconstituiremos sua trajetória relativamente recente em nosso meio, para que possamos diferenciá-las daquelas veiculadas pela comunidade japonesa, mais antiga e enraizada no estado de São Paulo. As artes marciais chinesas são relativamente pouco conhecidas no meio acadêmico. Menos ainda foi escrito sobre a trajetória de seu ensino e o perfil de seus praticantes no Brasil. Através de uma série de entrevistas orais recuperamos alguns traços do cotidiano dos imigrantes chineses na capital paulista, buscando cruzar informações que agora, reunidas e interpretadas, são apresentadas ao debate.

Cumprindo simultaneamente as funções de instância física a partir da qual exercemos poder sobre mundo natural, e meio de interação com o universo do social, o corpo foi e é objeto das mais diversas estratégias disciplinares. Adapta-lo ao tipo de função que deve exercer é um sonho que sempre povoou o imaginário daqueles que exerceram a guerra e organizaram os esportes, bem como dos que desejaram,

modernamente, regular e moldar comportamentos, visando ao aumento da produção. Desejamos, aqui, encarar as artes da guerra na condição de mais um desses saberes disciplinadores do corpo. Nossa pergunta inicial seria: por que razão o Kung Fu Shaolin atrai a atenção dos homens do século XXI? O que, hoje, se busca em uma disciplina budista tão antiga?

Inicialmente, comecemos por uma descrição histórica e etimológica:

O acoplamento das disciplinas marciais no cotidiano dos monges chineses é geralmente atribuída à época da chegada dos renomados missionários do budismo hindu e nepalês, vindos, em sua maioria, da região do Himalaia. Dentre estes missionários destacou-se um nobre hindu conhecido como Bodhidarma, o vigésimo oitavo dos patriarcas do budismo antigo, que, segundo tradições celebradas por textos e memórias orais espalhadas pela China, parece ter chegado ao antigo território da dinastia Wei do Norte, onde hoje se situa Henan, por volta do ano 525 d. C. Inicialmente, sendo monges, os internos de Shaolin não se submetiam às leis imperiais e, por algum motivo, parecem ter recebido grande influência, não apenas das teorias e práticas religiosas de Bodhidharma, mas também dos exercícios físicos e marciais introduzidos por ele e originários de uma antiga arte hindu, também praticada por Sidharta e conhecida como Vajramushti [1]. Do amálgama entre as antigas técnicas de guerra chinesas e as disciplinas do monge hindu, iniciou-se o fio de meada, que, nos milênio seguinte, direcionaria os aprimoramentos realizados por uma série de monges nas técnicas do Kung Fu Shaolin.

O termo Kung Fu, modernamente utilizado se refere a um tempo, momento de habilidade. Já a expressão Wu Shu, mais antiga e enraizada, era utilizada para se referir à arte da guerra.

O auge do desenvolvimento das disciplinas marciais de Shaolin parece remontar ao período compreendido entre 1368 e 1644, quando a China foi governada pelos

[1] Do sânscrito “punho direto” ou “punho perfeito”

imperadores da dinastia Ming. Quando o último imperador Ming se suicidou e os exércitos Quing (Manchu) invadiram a cidade proibida, milhares de oficiais chineses, fiéis ao antigo regime e impiedosamente perseguidos se refugiaram em Shaolin.

Em 1736 o templo foi invadido e os monges lutaram por dias seguidos contra um exército que lhes superava enormemente em número. Após o envenenamento das águas e uma série de traições internas o templo foi invadido e incendiado. A dispersão dos monges não evitou, entretanto, a transmissão das técnicas, pelo contrário, a favoreceu. Refugiados em outros templos ou entregues à vida secular, os remanescentes criaram estilos novos em regiões diferentes, adaptando o conhecimento adquirido às necessidades da experiência cotidiana de um período de extrema violência na história chinesa.

Ousados, alguns monges voltaram e reconstruíram o templo, que sofreria ainda diversos ataques nos séculos seguintes, dentre eles, o último, nos anos de 1960, durante a revolução cultural de MaoTse Tung.

Devido às convulsões sociais do século XX, a China nos anos que se seguiram entre 1949 e a década dos anos de 1970 conviveu com a emigração de diversos mestres e monges, herdeiros dessas tradições milenares e perseguidos pelas tentativas de homogeneização cultural movidas pelo governo autoritário. Durante várias décadas o templo Shaolin foi esquecido, e chegou a contar com menos de uma dezena de monges. Atualmente vive-se um renascimento cultural em Henan e os monges além de utilizarem turisticamente as dependências do templo saem pelo mundo em turnês de apresentações, ministrando tambéme cursos de filosofia Chan.

No Brasil o Kung Fu Shaolim chegou na década de 1960, trazido pelo Grão Mestre Chang Kwok Way, que migrando da China Comunista, onde se perseguiam os mestres marciais, se estabeleceu em São Paulo. Hoje o Shaolin conta com milhares de adeptos em todo Brasil.

Garapé: a guerra entre os índios Puri e Coroado nos sertões do Rio Pomba

José Otávio Aguiar

Durante os últimos decênios do século XVIII e a primeira metade do século XIX, o vale do rio Pomba, localizado na atual zona da Mata Central de Minas Gerais foi o palco de sangrentas disputas por terras entre colonos luso-brasileiros, incentivados pelo Estado a ocupar a região, e populações indígenas nômades e guerreiras que _ ao que tudo indica_ para lá haviam se refugiado em levas sucessivas, durante os três primeiros séculos de colonização. Estas últimas viam então cada vez mais limitado o seu espaço vital. Por esta época já se havia estabelecido uma relação de guerra ritualizada entre as etnias Puri e Coroado que analisaremos com mais detalhe em nosso trabalho. Para tanto recorremos aos relatos de viajantes que conheceram a região durante a diretoria Geral de Guido Thomaz Marlière (1813-1829), destacando as intervenções realizadas por este militar francês contratado pela coroa para transformar e tentar controlar, por meio de estratégias variadas, o sentido da guerra em curso. Seremos sensíveis, igualmente, à memória oral da região, bem como às mais recentes descobertas arqueológicas no sentido de recuperar alguns traços daquele cenário belicoso e transcultural, delimitado a partir de relações tensivas que tinham espaço numa zona de contatos interétnicos.

A atual zona da Mata mineira fazia parte do que então se reunia sob a expressão Sertões do Leste. A partir da Segunda metade do século XVIII a imagem desses “Sertões” conheceu um processo de reelaboração, acelerado após a criação da Academia de Ciências de Lisboa e o incremento dos estudos que visavam avaliar as potencialidades de exploração econômica da região. Até então mantido como uma barreira verde “infestada” de índios tidos como antropófagos, o inacessível leste era útil à defesa da Capitania de Minas contra a realidade do contrabando e a eventualidade de uma invasão externa. Com o declínio da mineração seguido pelo incremento da procura por terras cultiváveis esta barreira verde perdeu sua função.

Desde então, levas sucessivas de colonos luso-brasileiros se dirigiram para a região, que, em poucas décadas, se transformaria na mais promissora das fronteiras agrícolas do café. Foi à custa de muitas vidas humanas e de um processo de degradação ambiental e segregação indígena que a atual Zona da Mata Mineira se destacaria neste cenário pela riqueza de sua economia alicerçada não apenas no trabalho escravo negro, mas, também, no recrutamento compulsório de mão de obra indígena.

O caráter essencialmente guerreiro das sociedades indígenas das florestas da América do Sul foi afirmado por Pierre Clastres, que via também na ausência do Estado ou de órgãos burocráticos e autoridades com poderes permanentes (Fé, Lei e Rei) uma vontade política de recusar tais instituições.[1] Sua contribuição para os estudos da guerra e da estratégia entre os índios vai além da simples constatação de que a recusa à autoridade poderia significar um desejo de não se submeter a ela e não simplesmente um estado evolutivo pré-estatal. Em sua concepção, a sociedade indígena, ao mesmo tempo em que recusava a hierarquia rígida e a desigualdade social, – trabalhando somente o suficiente para garantir seu bem estar, sobrevivência e lazer – instituía a guerra como condição de sua existência, já que a força centrífuga que os constantes conflitos geravam não permitia uma unificação estatal. Assim, para Clastres, "A sociedade primitiva é sociedade contra o Estado na medida em que é sociedade para-a-guerra"[2]

Carlos Fausto, em seus estudos sobre a guerra entre os índios brasileiros, corrobora as afirmações de Clastres, restringindo-as, entretanto, àquelas sociedades que se relacionariam com o exterior por meio de contatos fundamentalmente predatórios. Onde a predação imperasse, haveria sociedades dispersas, atomizadas. Este tipo de perspectiva separa, – embora não de forma absoluta, mas antes, intercambiável – de um lado, aquelas que seriam sociedades predominantemente baseadas na troca e, de outro, aquelas que investiriam majoritariamente na predação. [3] Na visão deste antropólogo, essa predação, essa simultânea destruição e incorporação, visaria reproduzir mais do que tudo pessoas e não objetos, como acontecia nos conflitos armados da sociedade européia. Através de uma espécie de *consumo produtivo,* os índios construiriam social e culturalmente pessoas no interior de seu grupo por meio da destruição de elementos humanos provenientes de outros. Morto o opositor, um outro tipo de relação estabelecer-se-ia com ele. O assassinato seria a operação pela qual um convívio de inimizade real se

converteria em uma relação simbólica de controle, caracterizada por uma *predação familiarizante,* que, contudo, não poderia restringir-se ao indivíduo, mas antes ser também compartilhada socialmente pelos demais membros da comunidade por meio de certos rituais de guerra. [4]

Generalizações a respeito de conceitos como "guerra indígena" e "sociedades sem Estado" podem conduzir a equívocos; principalmente se estivermos inclinados a interpretar estes instrumentos de compreensão como tentativas de reunião de culturas com diferenças significativas – características de seus processos específicos de formação social e histórica – em um mesmo modelo estático e fechado. A prática da pesquisa empírica aponta para múltiplas e significativas diferenças nas formas pelas quais as culturas indígenas da América do Sul encaravam a guerra. Além disso, embora possamos levantar hipóteses, não há como precisar em que medida as formações culturais a respeito das quais nos informam os relatos dos viajantes – marcados eles também por sua carga de subjetividade – poderiam remeter-nos a concepções características das sociedades indígenas em questão ou a formas híbridas, surgidas a partir da interação, que sabemos ter sido constante, entre a sociedade luso-brasileira de entorno, as diferentes nações indígenas, etc. A constatação da diferença e da variação não deve, entretanto, nos fazer esquecer de que as formas culturais, embora submetidas ao devir histórico, podem se manifestar com certas semelhanças. Isso parecerá mais plausível, na medida em que constatarmos que aqueles grupos indígenas cujas manifestações culturais procuramos compreender tiveram, em um passado mais ou menos remoto, ligações e parentescos lingüísticos e culturais. [5]

As mais antigas notícias que se têm dos Puri, Coroado e Coropó remontam aos séculos XV e XVII quando os portugueses, ao se estabelecerem no Planalto de Piratininga e estenderem suas bandeiras pelo interior, exploraram e escravizaram as tribos dos Guaianá, Goitacá, Tupiniquin, Tupinambá, Carijó e Guarani.[6]

Para alguns, os últimos descendentes dos Goitacá, habitantes do litoral norte do que hoje é o Estado do Rio de Janeiro, seriam os Puri, refugiados nos Vales dos rios Paraíba, Paraibuna e Pomba. Para Wladimir José Luft, arqueólogo que desenvolve pesquisas a mais de uma década na região da Serra da Piedade, próximo ao atual município de Visconde do Rio Branco, as sociedades Puri e Coroado com as quais Marlière entrou em contato na Zona da mata Central teriam se desenvolvido no vales fluviais pertencentes ao complexo da Bacia do Rio Pomba. [7] Este autor destaca os constantes relatos sobre as diferenças físicas entre os Puri e os Coroado e levanta dúvidas a respeito de sua possível origem comum. Tributa ainda a denominação *Coropó* (ou *Cropó*), presente na documentação luso-brasileira sobre os índios do rio Pomba, a uma corruptela regional da denominação *Coroados.*[8]

O Francês Guido Thomaz Marlière deixou-nos também uma pequena história das tentativas de redução e catequização dos índios da Mata antes do grande projeto de construção do Aldeamento da Pomba, movido por Luiz Diogo Lobo da Silva. Eschwege e Freireyss, divulgando versão também defendida por Marlière, que afirmava tê-la ouvido dos Coroado, são unânimes em afirmar que os Puri, por sua vez haviam, em um passado que talvez remontasse a séculos, se apartado dos Coroado e dos Coropó. Desde então, tinham-se tornado terríveis inimigos (aremgrantshira), empenhados em uma ininterrupta batalha (garapé). Marlière, em uma carta a Auguste de Saint-Hilaire datada de 1824, opinou pela origem mineira daqueles índios.[9]

Os Coroado eram assim chamados pelos portugueses devido ao hábito tribal de raspar os cabelos ao redor da cabeça, fazendo com que estes se assemelhassem a uma coroinha de padre. Maximiliano de Wied Neuwied observou que a língua dos Puri era diferente da que ouvira na maioria das outras nações indígenas, mas guardava claras e grandes afinidades com a dos Coroado e Coropó.[10]

Seria temerário optar, sem crítica, por qualquer dessas versões. Tanto os Puri como os Coroado guardavam entre si, como já o tem demonstrado a arqueologia, diferenças físicas muito marcantes. Considerar, entretanto, as versões de homens que com eles conviveram torna-se indispensável, já que os vestígios arqueológicos encontrados até o presente não permitem opinar com segurança. Estes relatos oitocentistas são a única fonte que nos resta.

Estudos mais recentes identificaram a língua desses índios no grupo Macro-Jê, que comportava em si os dialetos Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó, Puri, Cariri, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató, e, com menor grau de certeza, Bororo e Fulniô. As tribos cujo tronco lingüístico originara-se no Jê teriam se separado há aproximadamente 3 mil anos. As do Macro-Jê, ao qual pertenciam os já extintos dialetos dos Puri e seus derivados Coroado e Coropó, teriam enfrentado esta separação por volta de pelo menos 5 ou 6 mil anos.[11] O tronco lingüístico Macro-Jê predominava no leste brasileiro, desde o Rio de Janeiro até a Bahia, reunindo em si nações de características culturais tão distintas como os Maxacali, os Botocudo e os Kamakã. Especula-se que essa poderia ter sido, num passado remoto, a região geográfica de origem e disperção do Macro-Jê. Atribui-se, ainda, a origem de alguns cognatos a uma possível relação entre o Macro-Jê e o Tupi. Infelizmente para os estudiosos, a língua dos Puri já se encontra, hoje, extinta. [12]

Segundo Eschwege, o significado do vocábulo *Puri,* na língua dos Coroado, poderia ser traduzido como “homens ousados.” Isso dever-se-ia ao fato de estes índios invadirem, de surpresa, as aldeias dos inimigos durante a ausência dos homens, ateando fogo a tudo e saqueando o que vissem pela frente. Não havia diferença na forma como Puri e Coroado se autodenominavam: “Interessante é que os puris também chamam os coroados de “puris”.[13] Talvez, inicialmente, e antes de sua utilização generalizada, o termo não se referisse às diferentes denominações tribais, mas,

simplesmente, a um qualificativo que a elas se agregava, reunindo culturas sem dúvida bastante diversas, que contavam entretanto, com com uma longa história de convivência

Neste pequeno ensaio analiso um episódio de conflito ocorrido em 1815,, no Presídio de São João Baptista, então dirigido por Marlière, quando índios puri locais atacaram um índio coroado chamado Silvestre, matando-o juntamente com seus dois filhos enquanto trabalhavam nas plantações de sua aldeia. Desta vez, sob a permissão de Marlière, partiu do presídio um pequeno exército de coroados que bateu violentamente aos Puri. Ingir, o chefe dos Puri, morreu nesta ocasião. Marlière chocou-se ao ver os coroados retornarem do combate arrastando o corpo do chefe inimigo acompanhado de vários pares de orelhas cortadas. Horrorizado com tal espetáculo, resolveu, a partir de então, não mais enviar bandeiras contra os índios considerados "bravos", como até então se fazia. Buscou estratégias de conciliação mais diplomáticas, para além da utilização das seculares rivalidades indígenas para eliminar as aldeias não alinhadas à política dos diretores: "Intentando eu por fim a essa Guerra desastrosa, e repugnante – mandei Oferecer a paz aos puris pelo modo usitado entre os índios."[14] Entre os Puri e os Coroado, o gesto de paz consistia em dependurar malocas de espiga de milho ao longo de suas picadas mata adentro, como uma espécie de oferenda. Quando o inimigo comia o milho, não só a paz estava selada como os antigos desafetos eram recebidos amigavelmente.[15] As relações entre eles geralmente se baseavam em confiança quase absoluta ou em total inimizade e prevenção. Se havia entre os Puri e os Coroado alguma tradição de rituais periódicos de guerra, isso não nos informam as fontes. Parece-nos, entretanto, que as batalhas com outros índios revestiam-se de um caráter especial, diferente daquele que animava os combates com os luso-brasileiros. A predação interna entre os grupos tradicionalmente rivais e portadores de línguas semelhantes aparece como uma constante em toda documentação. Fora isso – como veremos nos episódios relacionados a Guido Pokrane e os bandos de índios que por ele eram comandados para

atacar e predar aldeias puri – havia uma antiga inimizade para com os Botocudo. A guerras travadas com os colonos visavam garantir sua terra das invasões externas. Já as que se moviam contra as Etnias de língua semelhante tinham um valor simbólico bastante distinto. Elas não visavam a apropriação de bens materiais e mercantilizáveis, mas a produção de um guerreiro valoroso no interior do próprio sócius por meio de uma predação exterior. [16] Os penachos na cabeça distinguiam os guerreiros mais experientes cuja idade e vivência de batalhas inspirava respeito aos demais. Essa distinção, entretanto, não se traduzia em obediência incondicional. A condição social de destaque do grande guerreiro coroado se construía a partir da predação de guerreiros Puri: "Os mais jovens subordinam-se aos mais velhos e mais valentes, os quais usam bonitos penachos na cabeça para a distinção." [17] Tais chefes não eram obedecidos em todas as ocasiões. Sua autoridade estava em reunir todos para o combate:, soando uma corneta feita com os ossos do inimigo ou com um chifre de boi: "[...]esse som furioso propaga-se de uma aldeia a outra, armando-se todos em poucas horas e dirigindo-se para a região de onde veio a chamada à guerra [...]." [18]

Como nas observações de Carlos Fausto, temos aqui uma situação empírica em que a apropriação do outro se fazia por meio da predação. Uma vez morto, o guerreiro inimigo era incorporado socialmente não apenas a seu homicida, mas também ao corpo social a que este pertencia. Todos no grupo, mesmo os que não haviam participado diretamente do combate, participavam do alvejamento aos membros decepados dos inimigos.

---

[1] CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de janeiro: Francisco Alves, 1982.
[2] Ibid., p.203.
[3] FAUSTO, C. op. cit.,. 276.
[4] Ibid.,. p. 276.
[5] Para mais informações sobre a filiação lingüística dos troncos Jê, Macro-Jê e Tupi veja: URBAN, Greg. História da cultura brasileira segundo as línguas nativas**.** In:. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87-102. Ver também: RODRIGUES, Aírton Dall'Igma. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas***.** São Paulo: Loyola , 1986.

[6] Um representante dos defensores mais antigos da origem paulista dos índios Puri e Coroado é: REIS, Paulo Pereira dos. Os Puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz. *Revista de História,* São Paulo, v., n., p.117-158. 1961.

[7] "No que refere-se à origem, tudo nos leva a acreditar na hipótese de uma 'origem' na região do rio Pomba em Minas Gerais [...]": LUFT, Wlademir José. *Da história à pré-história:* as ocupações das sociedades Puri e Coroado na Bacia do Alto rio Pomba (o caso da Serra da Piedade). 2000, p. 78. O elevado estado de erosão das áreas que serviram como ponto de partida para a análise do Programa Arqueológico Puri-Coroado, dirigido por Luft, tem dificultado as pesquisas na região. Sedimentos vindos de regiões mais altas, transportados pela encurrada, dispersam-se nos fundos dos vales. Sítios arqueológicos localizados em regiões mais baixas são soterrados por sedimentos vindos das serras. Para essa degradação concorrem décadas de desmatamento constante e agricultura desregrada.

[8] LUFT,W. J. op. cit.., p.79.

[9] Carta de Guido Thomaz Marlière a Auguste de Saint-Hilaire, de 6 de dezembro de 1824. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 520.

[10] WIED NEWIED, M. P. von. op. cit., p. 113.

[11] Para saber um pouco mais sobre as línguas nativas do Brasil veja: URBAN, Greg. História da cultura brasileira segundo as línguas nativas**.** In:. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87-102. Ver também: RODRIGUES, Airton Dall'lgma. *Línguas Brasileiras:* para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola , 1986.

[12] Sobre o tema da filiação linguística do tronco Macro-Jê, confira: URBAN, Greg. A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativas. In:. CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das letras, 1998. p. 87-91.

[13] ESCHWEGE, W L. von. op. cit., p. 90.

[14] Relatório enviado em 1827 ao Conselho da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 526-527.

[15]Cf.: Relatório enviado em 1827 ao Conselho da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, op. cit., p.526-527.

[16] FAUSTO, Carlos. Da inimizade: forma e simbolismo na guerra indígena. In:.NOVAIS, Adauto. *A outra margem do ocidente .* São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.251-282. Informação: p. 269.

[17] ESCHWEGE, W. L. von., op. cit., p. 102.

[18] op. cit., p. 102.

"FRENTE AMPLIO": CONTEXTO POLÍTICO URUGUAIO EM 1971

José Pedro Cabrera Cabral[1] - UNOESC/PPG-UNISINOS

1. ANTECEDENTES DO PERÍODO

Durante a primeira metade do século XX, pelo menos até 1955, a inserção do capitalismo uruguaio no mercado mundial havia sido menos desfavorável do que para outras regiões da América Latina. Possibilitou certo desenvolvimento econômico e, com "impulsos e freios", políticas de proteção e fomento da produção na indústria e na agricultura.

No âmbito social, a classe dirigente no poder promoveu políticas de "conciliação", através de um Estado que, junto com sua função específica de reprodução da "ordem" capitalista, era capaz de cumprir uma tarefa de distribuição e redistribuição social dos recursos. Esse esquema era sustentado, fundamentalmente, no excedente gerado pela exportação agropecuária. Parte desse excedente era transferido ao Estado e à proteção da indústria.

No âmbito político, quando na maioria dos países da região (de forte predomínio oligárquico) alternavam-se regimes militares, no Uruguai, uma sociedade mais integrada, sobrevivia um núcleo dirigente herdeiro das tradições da burguesia liberal e democrática, laica e civilista de princípios do século. Um Estado de acordo com as políticas sociais de "compromisso", pautadas por um tênue espírito nacionalista, de certa confiança quanto à viabilidade do país.

Até a década de 1950, os setores hegemônicos das classes dominantes haviam impulsionado uma política de desenvolvimento econômico e, particularmente, do setor industrial, dentro dos marcos de uma economia dependente, na órbita econômica, militar e ideológica dos Estados Unidos da América. Na metade da década, os limites desse desenvolvimento foram alcançados.

A burguesia industrial uruguaia, e mais em geral o grupo político dirigente, de acordo com sua tradição e a mentalidade predominante entre seus líderes, não se dispôs, nessa época, a assumir políticas de caráter antiimperialista, nem nacionalista. Diferente do que havia acontecido em outros países da América Latina, predominava na classe dirigente uruguaia uma certa identificação com os objetivos históricos das grandes potências atlânticas, como os EUA e a Inglaterra.

Até 1958, o país havia sido conduzido por uma elite no poder, integrada basicamente pela burguesia industrial, com aliados importantes em outras frações burguesas, que conseguem, através do controle do Estado, um importante "consenso", estabilidade social e integração nacional. As contradições desse grupo dirigente com as altas classes rurais foram de caráter secundário e se foram resolvendo enquanto ambas se opunham a qualquer alteração profunda da ordem social existente.

Durante o período que sucedeu aos acontecimentos dos anos de 1960, a burguesia dominante contou com o apoio da alta burocracia civil e dos altos comandos militares e, durante um longo período, com a maioria dos profissionais liberais e da intelectualidade, do médio e pequeno comércio e de grande parte dos funcionários públicos, docentes, municipais. Paralelamente, as frações burguesas dominantes procuraram captar o respaldo eleitoral, "regulamentar" as relações de trabalho e dissolver a resistência dos trabalhadores, em especial da classe operária industrial, mediante um sistema de "compromissos".

No período do protecionismo industrial, a ação das organizações sindicais e os interesses políticos e ideológicos da burguesia, a concepção "intervencionista" e "direcionista" dos representantes políticos do bloco no poder deram lugar ao desenvolvimento de uma extensa legislação social e de proteção aos trabalhadores e a um novo crescimento da área estatal da economia. Os setores industriais, partidários do rol protetor do Estado, que poderiam englobar-se no discutido conceito de "burguesia nacional", não foram capazes de desenvolver um projeto alternativo à subordinação econômica que foram impondo, cada vez com mais rigor, os organismos internacionais e o capital transnacional.

Em um contexto de opções conservadoras, um reajuste econômico e administrativo exigia uma mudança política que, na realidade uruguaia, se fazia difícil pela relação entre estrutura sindical, partidos e parlamento. Na metade da década de 1960, o governo colegiado chegou ao limite de seu desgaste. Surge, a partir dessa situação, uma reforma constitucional centrada na restituição do poder executivo a um presidente atuando em conselho de ministros. A discussão dessa reforma teve início nos primórdios do século, mas nunca tinha atingido tais níveis de estagnação do sistema político. Os líderes principais haviam desaparecido, as frações estavam divididas e em disputa. "Um mês antes das eleições de 1966 a confusão reinante impedia fazer diagnósticos fundados sobre os resultados [...] as listas de votação permaneciam incompletas e o eleitorado indeciso, incrementando a faixa de oscilação de voto entre os dois partidos tradicionais"[2].

Dessa forma se chega ao final da década de 1960, a qual foi fortemente marcada por uma crise sem precedentes de governabilidade no Partido Colorado, evidenciada na desagregação interna, na ausência de organismos partidários de condução, na instabilidade dos apoios parlamentares e no caráter mutante do elenco ministerial: nos primeiros 14 meses do novo governo, desfilaram 24 ministros. Apenas assumida a Presidência, Jorge Pacheco Areco ordenou a clausura de jornais e semanários de esquerda e a dissolução de várias organizações políticas.

Tomando por base que o sistema havia chegado a uma situação de colapso que o fazia incapaz de tomar as medidas necessárias para dominar as resistências sociais, o Presidente da República foi se armando de instrumentos apropriados para a aplicação de medidas enérgicas. O restabelecimento da ordem e a luta contra a inflação foram duas diretivas fundamentais na estruturação do discurso pachequista. O respaldo das diversas frações burguesas e a burocracia política administrativa concederam, para o Chefe de Estado, a personalização concentrada do poder e até um certo grau de "autonomia" para a ação política, o que lhe permitiu as medidas "populistas" adotadas em 1971, antes das eleições: diminuição da inflação, manutenção do dólar – chamado "dólar eleitoral" –, aumento dos salários por cima das demandas sindicais – "salário eleitoral" – e o aumento

das aposentadorias (em 1971, o montante da aposentadoria média foi 61% superior a média de 1968)[3].

Na realidade, essa "autonomia" era um adiantamento do que haveria de se repetir na ditadura militar, combinando autonomia política com submissão aos interesses econômicos dominantes. Ao chamar os empresários para ocupar cargos ministeriais, estava servindo a ambos objetivos: por um lado, entregava-lhes a condução da política econômica; por outro lado, prescindia do pessoal político tradicional que até então havia garantindo a dependência do Estado com respeito à sociedade civil. Na análise de Varela (1988), "Seu governo concretizou assim – mesmo que de forma mais limitada que as forças armadas – um primeiro passo do estado para liberar-se da sociedade"[4].

No geral, poder-se-ia dizer que esta autonomia relativa do político, que é inerente ao estado de democracia liberal, foi de importância para dar viabilidade ao projeto moderador. Dessa maneira, compreende-se a singularidade do período de governo de Pacheco (1967-1972) que, aplicando uma estratégia com base na economia e cancelando por decretos conquistas sociais de caráter popular, operou de maneira a obter um forte apoio eleitoral nas eleições de novembro de 1971. Por outro lado, a situação objetiva da resistência e da desobediência da população, e como contrapartida à ausência de uma perspectiva política clara por parte da oposição, permitiram aos grupos hegemônicos, através do aparelho de estado, apresentar todas as ações obreiras e estudantis como ameaçadoras de um caos que colocava em perigo as conquistas do Uruguai tradicional.

Nos setores populares, a tomada de consciência do processo de concentração do poder político e econômico em um setor restrito da sociedade e os interesses que uniam este grupo com a condição de subordinação aos Estados Unidos, favoreceu a visualização da oligarquia como inimigo de um projeto de país com caráter nacional e popular. No discurso político, a caracterização do regime como oligárquico: conseqüência da análise de classe e da subordinação internacional do país expressa, nitidamente, na idéia dos dois partidos tradicionais – o Partido Blanco e o Partido Colorado – que até o surgimento do "Frente Amplio" (FA) possuíam a hegemonia do discurso político uruguaio.

2. A FUNDAÇÃO DO “FRENTE AMPLIO’

O surgimento do “Frente Amplio - FA” faz-se sobre a base dessa polarização: de um lado, a oligarquia; do outro, o povo. Como recorda Hugo Cores (1999): “Nada do que protagonizou a esquerda uruguaia posteriormente pode ser entendido, se não se assume que a circunstância fundacional do ‘Frente Amplio’ esteve presidida por esta visão polarizada da realidade do país”[5]. Dessa maneira, tomou impulso a iniciativa de criação de uma nova alternativa política que, baseando-se num programa comum, abrisse um espaço de ação unitária capaz de disputar a hegemonia eleitoral ao bipartidismo tradicional. Entre finais de 1970 e início de 1971, surge o “Frente Amplio”, formado por alguns setores dos partidos tradicionais, pela esquerda e por alguns setores independentes.

A constituição da Convenção Nacional de Trabalhadores – CNT, como central sindical única (1964-66), seu estreito vínculo com o “Congreso del Pueblo[6]”, que se realizou em 1965, e os manifestos comuns que surgiram dos mesmos foram inscritos como plataforma de lançamento do “Frente Amplio”. O programa do FA centra-se em alguns postulados vertebrais, como o fortalecimento do Estado e o planejamento, a reforma agrária, a nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior, o controle do capital estrangeiro, a defesa do trabalho nacional e a independência internacional. Esses elementos eram comuns às plataformas da esquerda em geral, às reivindicações do “Congreso del Pueblo” e da CNT.

A fundação do FA abriu um novo capítulo na construção de um partido eleitoral, com a missão de sair da situação marginal que a esquerda tinha até então e, assim, ingressar numa linha de competência política mais efetiva, com uma coalizão de composição variada, numa tentativa de acumulação de votos e de ser uma representação hegemônica dos setores progressistas do país. A coalizão eleitoral constituiu notórias diferenças com as estruturas partidárias tradicionais, particularmente pela estrutura de organização de base – coordenações regionais e comitês de base nos bairros – que funcionaram (e funcionam

hoje) como nucleamentos de militância e de integração. Os comitês de base foram uma das principais características que diferenciou a organização de massas do FA a qualquer outra existente no país, fundamentalmente aos "clubes" dos partidos tradicionais (estruturas clientelísticas de nucleação para a captação de votos).

Nas eleições de 1971, o FA atingiu 18% dos votos em nível nacional e 30% em Montevidéu. Esse resultado marcou significativamente o bipartidismo tradicional e teve uma repercussão muito forte na capital – onde ficou em paridade com o Partido Nacional e a dez pontos percentuais do Partido Colorado – por se tratar da maior região eleitoral do país e o centro de mobilização política[7]. Com sua estréia, a nova coalizão desafiante duplicou os votos das fórmulas do partido Comunista, do Partido Socialista e do Partido Democrata Cristão, que obtiveram, em conjunto, nas eleições precedentes, quase 9% em 1962 e quase 10% em 1966. O aumento inclui parte dos votos que obteve a lista 99 dentro do Partido Colorado (6,6% em 1962 e 4% em 1966), assim como também votos oriundos de setores do Partido Nacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "Frente Amplio" foi a condensação orgânica dos eventos políticos e sociais do período pachequista, da resistência obreira e popular a seus abusos, às mobilizações estudantis, às denúncias parlamentares e jornalísticas. De certa forma, em sua opção política e eleitoral, plasmou uma identificação efetiva com toda a desconformidade do cenário político uruguaio e a esperança de mudanças de setores populares cada vez mais amplos e mobilizados que se opunham à política reacionária das classes dominantes representadas no pachequismo. Desde a perspectiva do movimento obreiro e da esquerda em geral, significou a concepção de uma aliança ampla que atraiu a participação de novos

setores populares provenientes das classes dominadas. Abriu uma instância de participação em torno de um programa progressista para amplos setores populares, provocando desprendimentos importantes dos partidos tradicionais, e emergiu como resposta popular ao processo de decomposição do sistema político tradicional e, fundamentalmente, ao bipartidismo.

Os partidos tradicionais sistematicamente perderão votos nas posteriores eleições – individualmente e em conjunto. Em 1971, quando surgiu o FA, o Partido Colorado e o Partido Nacional, em conjunto, obtiveram mais de 80% dos votos, enquanto que até 1966 acostumavam obter perto de 90%. Nas eleições de 1984, que iniciaram a reabertura democrática, a perda chegou a 76% e nas eleições de 1999 a perda foi de 55%. Dessa forma, o FA se constituiu em uma força hegemônica de oposição ao bipartidismo e conseguiu um crescimento eleitoral de 21% em 1984 e 40% em 1999[8]. Esses resultados atribuem-se, em grande medida, ao conteúdo de suas bases programáticas, nas quais o FA definiu-se como uma força nacional e popular, antioligárquica e antiimperialista, dedicada ao desenvolvimento de um processo de democratização "real" da sociedade uruguaia.

A Declaração Constitutiva do FA fez um chamamento às forças políticas e aos cidadãos que compartilhavam as concepções nacional progressista e democrática avançada, contidas na Plataforma de Princípios, para que se incorporassem ao frente unitário, onde cada membro manteria sua identidade, mas deveria acatar o Programa elaborado em comum. Como resultado, temos que os números definitivos reconheceram 304.275 votos, em todo o país, em favor do FA, o que representou 18,28% dos votos válidos. Cinco senadores, 18 deputados e 51 vereadores nas distintas Juntas Departamentais (estaduais) colocaram de manifesto a amplitude do movimento unitário, consolidado em menos de dez meses de atividade, desde sua fundação até as eleições de 1971[9]. Dessa forma, iniciou-se o primeiro período do FA que culminaria – sua fase de atuação pública – com o golpe cívico-militar de 1973.

4. NOTAS

---

[1] Professor da Unoesc Xanxerê-SC. Doutorando em História pela Unisinos-RS. cabrera@unoescxxe.edu.br
[2] VARELA, Gonzalo. **De La República Liberal al Estado Militar: Uruguay 1968-1973.** Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo. 1988. p, 49.
[3] CORES, Hugo. **El 68 Uruguayo.** Montevideo: Ed. de la Banda Oriental. 1997. p, 121.
[4] VARELA, Gonzalo. Op. Cit. 1988. p, 122.
[5] CORES, Hugo. **Uruguay Hacia la Dictadura 1968-1973.** Montevideo: Ed. de la Banda Oriental. 1999. p, 9.
[6] O "Congreso del Pueblo" foi um evento que aconteceu na cidade de Montevidéu, em 1965. Teve a participação de todos os setores da sociedade organizada, representados por delegações da capital e do interior do país. Dele surgiram manifestações que postularam as reivindicações que se materializaram, posteriormente, na fundação da Confederação Nacional de Trabalhadores – CNT e, a partir desta, na Declaração Programática e na Declaração de Princípios do FA.
[7] LANZARO, Jorge La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda: claves de desarrollo del Frente Amplio. In: **La Izquierda Uruguaya: entre la oposición y el gobierno.** Montevideo: Fin de Siglo. 2004. p, 37.
[8] LANZANO, Jorge. Op. Cit. pp, 31-45.
[9] BAYLEY, Miguel Aguirre. **El Frente Amplio: história y documentos.** Montevideo: Ed. de la Banda Oriental. 1985, p. 32.

ELITISMO E VONTADE POPULAR NA DEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

JOSÉ RENATO LATTANZI[1] – PPGH/UFF

O período final do Estado Novo foi marcado pela afirmação de um modelo liberal que se colocava como o responsável pela democratização do país. Reunidos na oposição, os liberais pretendiam encerrar o período autoritário e assumir o controle do governo, sem promover, no entanto, uma efetiva participação popular no processo. O elitismo do projeto liberal ficava evidenciado na reação às manifestações queremistas em favor da continuidade do governo Vargas, invariavelmente consideradas ameaças à ordem institucional. Dessa forma, a oposição deixava de considerar a vontade da população, caracterizando aqueles que apoiavam o presidente como ignorantes e manipulados. A conseqüência desse distanciamento do povo não se manifestou apenas na derrota do candidato oposicionista, mas, também, no reconhecimento do pensamento liberal como uma manifestação dos interesses das elites.

O queremismo, como movimento organizado, foi criado em maio, no Rio de Janeiro, sob a liderança do getulista Valdir Rodrigues. Antes disso, entre os meses de março e maio, surgiu, em São Paulo, o Movimento da Panela Vazia, o primeiro a exigir a permanência de Vargas na presidência. Porém, a reação popular em favor do presidente já se iniciara algum tempo antes, no exato momento em que a campanha oposicionista ganhou as ruas.

Em 03 de março, *O Jornal* destacou em oito colunas a manchete "*Agentes provocadores perturbaram o comício dos estudantes paulistas – Assaltaram casas comerciais – Tentaram depredar jornais*". No corpo da matéria vinha a informação de que uma "*verdadeira malta de embriagados*" havia sido repelida, um dia antes, na Praça da Sé, pelos universitários paulistas durante comício a favor da democracia e contra o Estado Novo. Segundo a reportagem, "*grupos que carregavam cacetes e pedaços de pau embrulhados em jornais tentavam avançar em meio da multidão, gritando: 'Abaixo os estudantes!', 'Abaixo o PRP', 'Nós queremos Getúlio',*

'Viva os trabalhadores' [...] *O comício estava interrompido. Os estudantes resolveram entoar o hino nacional para recordar que ali estavam para defender os ideais democráticos do povo brasileiro*".[2]

Três dias depois, editorial de *O Jornal* alertava as forças democráticas para que tivessem cuidado com os provocadores que ameaçavam a realização das eleições. Era preciso evitar o clima de desordem, já que "*as oposições têm a seu favor a grande maioria dos homens livres, sabem que não lhes fugirá a vitória na boca da urna e assim só lhes interessa a ordem e a legalidade*".[3] Surgia aí, junto com as primeiras manifestações favoráveis à permanência de Vargas no poder, a definição liberal do queremismo como uma ameaça à ordem institucional.

Ainda em março, foram publicadas outras notícias que revelavam inquietação em relação à participação popular no processo de democratização. No dia 25, referindo-se a distúrbios ocorridos na capital mineira durante um comício das oposições, o *Correio da Manhã* trouxe a notícia intitulada "*Os verdadeiros operários protestam*", na qual informava que "*grupos de operários mineiros, conduzidos por líderes prestigiosos no seio da classe, têm ido às redações dos jornais locais a fim de declarar à imprensa que as atuais manifestações que estão sendo realizadas em Belo Horizonte não são feitas por verdadeiros operários, e visam perturbar a ordem pública*".[4] Essa distinção era fundamental para o projeto liberal. A população precisava ser convencida de que os trabalhadores, de livre e espontânea vontade, não se aliariam a um ditador.

Portanto, na conclusão da imprensa liberal, as manifestações eram parte do projeto continuísta de Vargas, buscando, acima de tudo, criar um ambiente desfavorável à realização de eleições. Dentro dessa lógica, havia uma clara distinção entre os que apoiavam o brigadeiro e os queremistas. Ao contrário dos primeiros, estes eram definidos como arruaceiros manipulados por uma estrutura empenhada em manter um regime antidemocrático.

Contrariando o "dirigismo" presente nessas interpretações, alguns indícios sugerem que o queremismo surgiu de maneira espontânea, a partir da manifestação de grupos isolados entre

si. Segundo declaração de Eusébio da Rocha, um dos fundadores do PTB, em São Paulo "*o movimento queremista emergiu de uma forma popular.* [...] *A mobilização maior foi feita através dessas estruturas populares, das estruturas do sindicato emergente*".[5]

Da mesma forma, Hugo Borghi, um dos principais responsáveis pela ampliação do movimento, fez declarações que garantiriam à formação do queremismo um mínimo de autonomia em relação a setores do governo. Em suas palavras, "*quando comecei a defender o governo nos programas de rádio, fui procurado por um rapaz chamado Valdir Rodrigues, que tinha fundado no Rio de Janeiro o movimento queremista. Eles estavam ainda nas barcas de Niterói, distribuindo cartazes, fazendo comícios, 'meetings' a favor de Getúlio. [...] Inicialmente, o movimento queremista foi criado por um grupo de gaúchos, uma turma que veio do Rio Grande do Sul, não sei se estimulada ou espontaneamente*".[6]

Outro fundador do PTB, José Talarico, declarou, a respeito de Hugo Borghi, que "*ele apenas se aproveitou desse movimento nacional queremista. Como eram rapazes, alguns sem condições financeiras, ele ajudava na realização de comícios, na impressão de folhetos e nas despesas de transportes. Ele não foi, vamos dizer, uma pessoa de influência política*".[7] Assim sendo, pode-se incluir entre as hipóteses para o surgimento das manifestações em favor de Vargas a de que as mesmas fossem, a princípio, uma reação popular aos ataques que a oposição fazia ao presidente nos comícios do candidato udenista.

Indo nessa mesma direção, Jorge Ferreira diz que o queremismo "*expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o 'primeiro governo' de Vargas*".[8] Para aqueles que haviam sido favorecidos, a partir de 1930, pela concessão da cidadania social, os ataques ao presidente representavam, ao mesmo tempo, a ameaça de reversão desse projeto e a ascensão de forças políticas que despertavam a desconfiança do povo.

Nos meses seguintes, o movimento em favor da permanência de Vargas no poder, que teve início nas camadas populares, seria apropriado por setores da sociedade interessados em participar do jogo político. A atuação de empresários como Borghi e do Ministério do Trabalho no apoio às manifestações queremistas daria aos jornais de oposição argumentos para afirmar que o movimento havia resultado da manipulação das massas por um presidente interessado unicamente em manter-se no poder.

A oficialização do movimento queremista, em maio de 1945, por elementos de pouca expressão política, e com o apoio - discreto, mas eficiente - do ministro Marcondes Filho e de seu chefe de gabinete, José Segadas Viana, aponta na direção de uma apropriação da manifestação popular por grupos interessados em se manter no poder.[9] Mesmo antes da intensificação do movimento, começaram a surgir, em várias capitais, cartazes com mensagens de apoio à permanência de Vargas. Segundo Elza Cabral, "*mais tarde se descobriria em Minas Gerais que eram as gráficas a serviço das Delegacias Regionais do Trabalho, órgãos do Ministério do Trabalho, que imprimiam estes cartazes e volantes que cobriam todo o país*".[10]

Foi também em maio que os jornais de oposição apontaram para o crescimento das manifestações, apresentando um panorama da situação nos estados. Dessa forma, foram publicadas manchetes como: "'*Queremos Getúlio' em Natal*"[11], "*O 'queremos Getúlio' na Bahia*"[12], "*Proibida a realização de um comício popular em Sobral, cada vez mais organizado o bloco dos 'queremistas*'"[13], "*Os desordeiros do 'queremos' no Maranhão interrompem um comício pró-brigadeiro Eduardo Gomes*"[14]. Abaixo desta última, era noticiado que "*está comprovado, com o testemunho de diversas pessoas, que foi o delegado do Ministério do Trabalho aqui [em São Luiz] quem determinou o início do conflito*".[15]

Nessa mesma época, em 15 de maio, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Trabalhista Brasileiro, iniciativa de representantes de setores trabalhistas de menor expressão e de outros nomes até então desconhecidos. Nas palavras de Elza Cabral, "*o fato de tanto o PTB quanto o movimento queremista serem conduzidos por nomes inexpressivos ou desconhecidos*

não deve ser interpretado como sinal de fraqueza política".[16] Complementando essa interpretação, Jorge Ferreira diz que, *"de acordo com estratégia traçada pelo Ministério do Trabalho, ambos surgiam no cenário político como iniciativas espontâneas e de caráter eminentemente popular*".[17] Havia, portanto, a clara intenção de demonstrar que os trabalhadores agiam de maneira autônoma em defesa de seus interesses.

Embora o PTB declarasse, oficialmente, apoio à candidatura Dutra, o partido estava em sintonia com o projeto queremista. O que ficou demonstrado na aliança firmada entre ambos, em agosto. Contudo, mesmo tendo a mesma fonte de inspiração – Vargas e a legislação trabalhista - e um objetivo comum – a continuidade do presidente no poder -, o partido e o queremismo apresentavam identidades distintas.[18] Segundo Lucília de Almeida Neves, os pontos de contato foram suficientes para que os trabalhadores adotassem as expressões *trabalhismo* e *queremismo* como sinônimo de *getulismo*. O movimento queremista, em suas palavras, "*contribuiu, de maneira decisiva, para que a união trabalhismo-getulismo se consolidasse ainda mais*".[19]

Outro elemento de instabilidade política foi adicionado pela participação dos comunistas. No comício realizado no Estádio do Pacaembu, em 15 de julho, o líder pecebista Luís Carlos Prestes havia fortalecido a perspectiva de continuidade de Vargas ao defender a proposta de união nacional para se chegar "*à verdadeira democracia*", colocando como fator fundamental a revogação da Carta de 1937 e a elaboração de uma nova constituição.[20] Um mês depois, em 15 de agosto, Prestes enviou telegrama ao presidente comunicando que o PCB iria se empenhar pela instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte antes da realização de eleições presidenciais.[21] Em reação, publicou o *Correio da Manhã*: "*Ditadores não convocam nem jamais convocarão Constituintes; por força de sua definição, uma tal Assembléia só pode resultar da queda dos ditadores*".[22]

A participação do governo no movimento queremista não escapava ao crivo da oposição. Em 07 de agosto, o *Correio da Manhã* comentava os ataques desferidos contra

comícios pró-candidatura Eduardo Gomes, dizendo que "*tanto em Madureira quanto em Vila Isabel apareceram desordeiros de visível procedência governamental* [...] *não será possível uma eleição livre dentro de um ambiente como este já criado pelo queremismo, a cuja frente, como orientador supremo, permanece o grande e reincidente eleitor de si mesmo, que é o sr. Getúlio Vargas*".[23]

Porém, a convicção de que Vargas se beneficiava com o movimento não encontrava correspondência em suas atitudes. Em 20 de agosto, ao término do primeiro comício queremista, realizado no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, os participantes foram ao Palácio Guanabara para ouvir o presidente. Vargas, porém, os desapontou ao afirmar que não tinha um projeto continuísta, pretendendo apenas descansar.[24]

Duas situações, no entanto, vieram confirmar o alto nível de organização do movimento. No final de agosto, o Comitê do Distrito Federal passou a publicar, em páginas compradas de jornais, telegramas, vindos de toda a parte do país, exigindo que o presidente se lançasse como candidato. Ainda em agosto, no dia 30, realizou-se, no mesmo local do primeiro, o segundo comício queremista, desta vez com a cobertura de uma cadeia de rádios que levaria os discursos às populações do Distrito Federal, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Manaus, Natal e Fortaleza. Segundo Jorge Ferreira, "*as páginas compradas nos grandes veículos de imprensa, a cadeia de rádios e as modernas técnicas de propaganda política dificilmente poderiam esconder a presença do Ministério do Trabalho, do DIP e de empresários que, muito discretamente, apoiavam e financiavam os líderes queremistas*".[25]

Tanto esforço, porém, não convenceu Vargas a se definir antes do prazo final para a inscrição das candidaturas, em 3 de setembro. Tal situação levou o movimento a se posicionar a favor da tese comunista de uma nova Constituição, lançando o lema "*Constituinte com Getúlio*". Dessa forma, o queremismo reconhecia "*a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte*".[26]

Muito embora Vargas não se posicionasse claramente, o avanço do "*Queremos Getúlio*" incomodava, e muito, a oposição. Dizia o *Correio da Manhã*, em 7 de setembro, que "*existe hoje, entre nós, ao lado de um prélio que se vai desenvolvendo pela eleição do presidente da República, com dois candidatos conhecidos, um movimento de caráter confusionista e subversivo, em favor do homem que há quinze anos governa o país e parece, por consentir e animar tal desordem, não ter nenhum amor à pátria. Comunismo e 'queremismo' conjugam-se, pois, contra a nação*".[27]

O movimento, que se iniciara como reação popular aos ataques a Vargas, evoluíra para questionar o modelo de democracia que impedia o povo de indicar livremente quem concorreria no processo eleitoral. Além da obtenção dos direitos da cidadania política, era necessário assegurar os direitos sociais já obtidos, e a melhor maneira seria colocando-os numa nova Constituição elaborada durante o governo Vargas. De acordo com Jorge Ferreira, "*para os trabalhadores, portanto, o lema 'Constituinte com Getúlio' expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político*".[28]

Os jornais de oposição, no entanto, insistiam em apresentar os queremistas como agitadores. Assim, dizia o *Correio da Manhã*: "*Estão dispostos a prosseguir na sua campanha, apenas com uma ligeira variante no seu lema: 'Queremos Getúlio com Constituinte'* [...] *Ligados ao Ministério do Trabalho, têm uma excelente cobertura para preparar à sombra da proteção oficial as mais graves desordens que se possam imaginar*".[29] E o editorial concluía, com ironia: "*O ditador, impassível, esperará, confiante nos resultados da campanha 'democrática' que ele já entregou aos partidos nacionais*".[30]

Dessa forma, a análise dos jornais apontava para uma atuação cada vez mais incisiva do Ministério do Trabalho em favor de um presumido projeto continuísta. E isso seria feito a partir da instabilidade criada pelas manifestações populares. Portanto, desconsiderava-se a possibilidade de o povo escolher livremente os candidatos que concorreriam às eleições ou de interferir no ordenamento do processo. Ficava nítido que, no entender dos liberais, a

democratização deveria ser feita sob o comando das elites, limitando-se o restante da população a votar no candidato mais bem identificado com o projeto democrático.

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, integrante do Laboratório de História Social e Economia (LAHSOE/UFF).
[2] *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03.03.1945, p. 3.
[3] Idem, 06.03.1945, p. 4.
[4] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25.03.1945, p. 3.
[5] Depoimento de Eusébio da Rocha, in Lima, Valentina da Rocha (org.), *Getúlio, uma história oral*, Rio de Janeiro, Record, 1986. p. 155.
[6] Depoimento de Hugo Borghi, in Lima, Valentina da Rocha (org.), Op. cit., p. 156.
[7] Depoimento de José Talarico, in Lima, Valentina da Rocha (org.), Op. cit., p. 156.
[8] Ferreira, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.), *O Brasil Republicano*, Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.15.
[9] Abreu, Alzira Alves de, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, p. 5941.
[10] Cabral, Elza Borghi de Almeida, *O queremismo na redemocratização de 1945*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, mimeo, 1982, p. 90.
[11] *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 16.05.1945, p.10.
[12] Idem, 18.05.1945, p. 10.
[13] *O Jornal*, Rio de Janeiro, 01.06.1945, 2ª seção, 1ª página.
[14] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.05.1945, p. 10.
[15] Idem.
[16] Cabral, Elza Borghi de Almeida, Op. cit., p. 92.
[17] Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p. 25.
[18] Idem.
[19] Delgado, Lucília de Almeida Neves, *PTB: do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p.47.
[20] Abreu, Alzira Alves de, Op. cit., p. 5941.
[21] Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p. 24.
[22] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18.08.1945, p. 10.
[23] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07.08.1945, p. 4.
[24] Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p. 24.
[25] Idem, p. 27.
[26] Idem.
[27] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07.09.1945, p. 4.
[28] Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, pp. 34/5.
[29] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 04.09.1945, p. 4.
[30] Idem.

CONSTRUINDO OUTRAS MEMÓRIAS: PATRIMÔNIO IMATERIAL E DIVERSIDADE CULTURAL

José RICARDO ORIÁ Fernandes [i]

A edição do Decreto 3.551, de 2000, possibilitou importantes avanços na área de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, ao romper com uma visão excludente que privilegiava os bens culturais materiais, de matriz luso-brasileira, geralmente representativos dos segmentos dominantes da sociedade.

Em primeiro lugar, cria um instrumento específico para a salvaguarda dos bens intangíveis- o **Registro** e delega ao Conselho Consultivo do IPHAN a análise dos processos para a devida inscrição nos respectivos "livros de registro". Em segundo lugar, possibilita a instâncias da sociedade civil o direito de pleitear junto aos órgãos competentes para que um determinado bem possa vir a ser considerado "Patrimônio Cultural Brasileiro".

Por fim, o mais importante em nosso entendimento: o Decreto, ao criar o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", encontra-se em consonância com o princípio da Diversidade Cultural[ii], que reconhece o direito de todos à livre criação, fruição e reconhecimento de seus bens culturais como condição indispensável à afirmação de sua identidade e cidadania.

Como historiador, nossa análise, neste simpósio temático, dará ênfase ao processo histórico que culminou com a edição do respectivo Decreto. Um pouco do estado da arte da política de preservação do patrimônio imaterial brasileiro.

A idéia de patrimônio histórico no Brasil: a invenção do passado nacional

A preocupação com a preservação do acervo de bens culturais em nosso País se inicia com os intelectuais ligados à Semana de Arte Moderna, de 22. A busca de nossa brasilidade remetia ao passado e à necessidade de se preservar os bens integrantes do "patrimônio histórico e artístico nacional". A construção do Brasil Moderno não se faria sem a valorização de seu passado. O mesmo grupo que delineia a chamada "arquitetura modernista", tendo à frente o genial Lúcio Costa, também propõe uma política de preservação do patrimônio histórico nacional.

Mário de Andrade, um dos expoentes do movimento modernista, elaborou, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, um anteprojeto de proteção ao patrimônio artístico nacional. Esse documento já trazia em seu bojo uma preocupação com a preservação do que hoje chamamos de "patrimônio imaterial ou intangível". No entanto, o projeto sofre injunções políticas no Ministério e somente parte dele é aproveitado quando da edição do Decreto-Lei nº 25, de 1937, já no período ditatorial do "Estado Novo".

O Decreto-Lei nº 25/37, ao criar o instituto jurídico do tombamento, privilegiou a tutela dos bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis. Em que pese sua importância histórica ao impedir a destruição de monumentos, sítios arqueológicos, igrejas coloniais, fortes militares, entre outros, não podemos deixar de criticar a atuação do SPHAN que deu ênfase excessiva à chamada "pedra e cal" em detrimento de outros bens, sobretudo os de natureza imaterial. Mesmo no contexto do patrimônio edificado, outras manifestações estéticas foram excluídas na construção da memória nacional, pois, para os "modernistas da repartição", o barroco colonial representava o ícone de nossa identidade cultural.

Na proposta de Mário de Andrade, incluía-se como obra de arte patrimonial a merecer a tutela preservacionista do Estado **a arte ameríndia e a arte**

popular. No contexto da arte indígena, Mário destacava o folclore ameríndio, composto de vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina e culinária. Já no âmbito da arte popular, dever-se-ia, segundo ele, preservar as manifestações folclóricas tais como ***"a música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc"*** [iii]

A idéia inicial de Mário de Andrade foi, de certa forma, retomada com a criação do **Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)** [iv]**,** em meados dos anos 70, tendo à frente Aloísio Magalhães, que desenvolveu vários projetos onde se buscava a valorização desse patrimônio. Pautado na idéia de referência e produção cultural, os projetos levados a cabo pelo CNRC cobriam quatro principais áreas de atuação: 1) Artesanato; 2) Levantamentos Sócio-Culturais; 3) História da Tecnologia e da Ciência no Brasil; 4) Levantamentos de Documentação sobre o Brasil.

Neste contexto, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural- o CNRC (1975) e, posteriormente, a da Fundação Nacional Pró-Memória (1979), vão se constituir em importantes instâncias que iniciam uma série de ações tendentes à preservação dos bens imateriais.

Para Aloísio Magalhães, a política de preservação patrimonial não deveria se restringir a apenas identificar, tombar, restaurar e preservar monumentos. Com a ampliação da noção de "bem cultural", havia a necessidade de se pensar outras formas e mecanismos de preservação. Para ele, o tombamento ***"funciona razoavelmente bem quando os objetos de apropriação são monumentos e obras de arte enquanto peças exemplares de civilização e tradição. Mas o que se deveria fazer quando o bem cultural a ser preservado não é um prédio nem uma ruína e nem um objeto de arte, mas atividades culturais tais como práticas artesanais, rituais, celebrações religiosas, etc?"*** [v]

Com a edição do Decreto nº 3.551, de 2000, retoma-se a discussão proposta inicialmente por Mário de Andrade e, posteriormente, por Aloísio Magalhães e busca-se, agora, criar mecanismos institucionais e legais que venham efetivamente proteger os bens imateriais como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Patrimônio Cultural Brasileiro: para além da "pedra e cal"

Tal discussão levou a que, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1987-1988, fosse incorporado ao texto constitucional uma visão mais abrangente do que se entende por "Patrimônio Cultural". Assim, a Carta de 1988 representou, pelo menos em nível formal, um avanço no que tange à legislação de preservação da memória nacional, ao dispor em seu art. 216, que o Patrimônio Cultural Brasileiro é constituído de ***"bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."***

A Constituição de 1988 incorpora, assim, ao conceito de Patrimônio Cultural os bens materiais e imateriais e sinaliza em direção ao reconhecimento de que somos uma nação pluriétnica de marcante diversidade cultural, cabendo ao Poder Público promover a proteção dos bens culturais de todos os segmentos da sociedade brasileira. Neste sentido, o texto constitucional possibilitou ao legislador a criação de mecanismos que venham proteger, também, o patrimônio imaterial.

Em 1997, por ocasião dos sessenta anos de criação do IPHAN, realizou-se na cidade de Fortaleza, um seminário internacional que discutiu estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial brasileiro. Deste evento, resultaram duas importantes medidas, a saber: a edição da "Carta de Fortaleza" e a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito do Ministério da Cultura (MinC), que teria a incumbência de estudar e propor mecanismos legais para a salvaguarda dos bens imateriais de nossa rica diversidade cultural. O trabalho deste grupo desaguou na edição do Decreto nº 3.551, de 2000 [vi].

Através desse ato normativo, o IPHAN terá a incumbência de analisar as propostas para registro que serão posteriormente submetidas à apreciação final do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Se aprovado por esse órgão colegiado, o bem imaterial será inscrito no livro de registro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil" .

A exemplo do Decreto-Lei nº 25/37, que criou "Livros do Tombo", o registro de bem cultural de natureza imaterial, será feito em um dos seguintes livros:

1) Livro de Registro dos Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades);
2) Livro de Registro das Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social);
3) Livro de Registro das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas);
4) Livro de Registro dos Lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). Pelo Decreto, poderão ser criados outros livros de registro.

De lá para cá, o tema da preservação do patrimônio imaterial ganhou fôlego e repercussão, seja na mídia, seja na esfera do Poder Público, e, hoje, se constitui em item obrigatório da agenda política do País. Prova disso é o fato de que, no início deste ano, chegou ao Congresso Nacional a Mensagem Presidencial nº 55, de 2005, que propõe a ratificação por parte do Brasil da "Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial", celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003. A Convenção entrará em vigor como norma jurídica do Direito Internacional depois que trinta países signatários da ONU depositarem, junto à UNESCO, seus instrumentos de ratificação. No Brasil, isso se fará através da aprovação no Congresso Nacional de um Decreto Legislativo, que ratifique a respectiva Convenção.

A Convenção Internacional legitima o Decreto nº 3.551, de 2000, ao definir o patrimônio imaterial como o conjunto de ***"práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas- junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a bnatureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana."***[vii]

No momento em que a temática da diversidade cultural, aliada à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável, constituem importantes itens da política externa brasileira no contexto da globalização, torna-se imperioso que o Brasil, face à riqueza de seu patrimônio, seja um dos primeiros países a ratificar esta Convenção. Espera-se, portanto, que a "Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial" venha se constituir em importante instrumento normativo na esfera

internacional, a exemplo da "Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.

---

[i] Ex-professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFC, com a dissertação "O Direito à Memória: a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural brasileiro". Atualmente, é Consultor Legislativo da área de educação e cultura da Câmara dos Deputados e doutorando em História da Educação na Universidade de São Paulo (USP), onde desenvolve o projeto de pesquisa "Memória Nacional e Ensino de História: a política de preservação do patrimônio cultural e a formulação da educação patrimonial (1937-2000)".

[ii] Conforme "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural". UNESCO, 2001.

[iii] Sobre o anteprojeto de Mário de Andrade para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), consultar SILVA, Fernando Fernandes da. **Mário e o Patrimônio: um anteprojeto ainda atual.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 30, 2002.

[iv] Sobre o trabalho desenvolvido pelo CNRC, consultar o livro da socióloga e pesquisadora FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro ; UFRJ: IPHAN, 1997, p. 162. Cecília trabalhou nesse órgão e conviveu pessoalmente com Aloísio Magalhães, responsável pela renovação da prática preservacionista no país.

[v] GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 1996, p. 78.

[vi] O trabalho deste grupo está registrado na publicação **O Registro do Patrimônio Imaterial** (dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial). Brasília: Minc/IPHAN/FUNARTE, julho de 2000.

[vii] Mensagem Presidencial nº 55, de 2005, que propõe a ratificação da "Convenção para a Salvaguarda do patrimônio Cultural Imaterial".

Aspectos do cotidiano da população pobre e descendente de escravos do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX

José Roberto Pinto de Góes – UERJ

O objetivo da pesquisa é estudar aspectos do cotidiano da população pobre, livre ou liberta, do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, especialmente a sua parte descendente de escravos. Pode vir a dar uma boa contribuição para a história do Brasil, pois se ocupa de um fenômeno que singularizou a nossa história: a recorrência com que os escravos logravam ver-se admitidos no mundo dos homens livres e proprietários.

Este aspecto singular de nosso passado histórico tem chamado a atenção desde muito tempo. Ainda no século XIX, Joaquim Nabuco tratou do problema, extraindo dele conclusões de grande acuidade, posteriormente esquecidas.Dizia Nabuco que a escravidão, no Brasil, ao contrário da experiência norte-americana, não chegara a *azedar* a alma do escravo contra o senhor, nem criara entre ambos um *ódio recíproco*.[i] Mas não porque o cativeiro no Brasil fosse singularmente dócil, como muitos acreditavam, ou fingiam acreditar, àquela época. Na opinião de Nabuco, a diferença repousava em fatores de ordem demográfica e em processos sociais complexos: intenso tráfico transatlântico (para usar uma de suas boas imagens, a África estendeu-se das margens do Congo e do Zambezi às do São Francisco e do Paraíba do Sul)[ii], grande miscigenação e mobilidade social. Na opinião dele, a escravidão brasileira *estendeu os seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingênuos ou libertos, escravos mesmos, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres*.[iii] Como na química, a sociedade brasileira era *um composto, do qual a escravidão representa a afinidade causal*. [iv]

O peculiar padrão de integração da população africana e descendente de

escravos, na sociedade escravista brasileira, devia ser muito evidente no tempo de Nabuco. Isso fica claro na obra Machado de Assis, especialmente na criação do personagem Prudêncio, uma criança escrava na qual o filho do senhor, ainda pequeno, experimentava todos os sentimentos sádicos, montando-a, colocando-lhe freios na boca e esbofeteando-a. Crescido, Prudêncio ganhou uma carta de alforria. Certa vez, seu antigo sinhozinho, Brás Cubas, o encontrou no Valongo, a bater num seu escravo, sob o silêncio e a complacência de um pequeno ajuntamento de homens livres. *Cala a boca, besta!*, gritava o liberto; *Meu Senhor*, gemia o escravo. Após pedir que Prudêncio parasse a surra, Brás Cubas concluiu consigo mesmo: *comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as subtilezas do maroto!* [v] Eram as sutilezas da escravidão que Nabuco e Machado conheceram. Este último, aliás, era um exemplo em carne e osso da combinação de intenso tráfico, miscigenação racial e mobilidade social. Nosso maior escritor era filho de um mulato e de uma lavadeira portuguesa.

A percepção que ambos tinham acerca da singularidade da escravidão brasileira caiu em certo esquecimento, século XX afora, e não é possível, neste pouco espaço, descrever o processo. Assinalo apenas que para isso muito contribuiu a geração que, na década de 1950, transformou a Universidade de São Paulo numa referência acadêmica importante, inclusive no que diz respeito aos estudos sobre a escravidão.

Os avanços trazidos pela demografia histórica ao conhecimento da sociedade colonial brasileira (e a do século XIX), mais recentemente, ajudaram a mudar este quadro. Graças à disciplina, sabe–se hoje que, já em 1779, nas freguesias urbanas e rurais do Rio de Janeiro, onde a *plantation* açucareira tinha grande peso na economia regional, os "homens de cor" representavam 31% de todos os livres. Em Campos dos Goitacazes, a população parda e negra, livre, era mais de 1/3 do total.[vi] Na província que detinha a maior quantidade de escravos durante a década de 1830 - Minas Gerais

-, os mestiços representavam 2/3 dos homens livres.[vii] Este perfil acentuou-se ao longo do século XIX, de tal maneira que o Censo de 1872 indica que metade da população livre de todo o Brasil era constituída por negros e pardos.

Negros e mulatos, pessoas livres e proprietárias. Em Minas Gerais, na localidade de Serro Frio, em 1738, quase ¼ dos proprietários eram forros; possuíam 10% dos escravos. Em 1771, o mesmo ocorria em Congonhas de Sabará.[viii] Em algumas localidades baianas de finais do século XVIII, os negros e mulatos livres representavam entre 20% e a metade dos proprietários. Em 1835, em áreas dominadas pela cultura do fumo, os "não brancos" podiam corresponder a 1/3 dos donos de escravos, proporção que se elevava a quase metade em algumas regiões dedicadas à plantação de cana.[ix]

Recentemente, tive a oportunidade de estudar uma série de 5 mil cartas de alforria, obtidas por escravos do Rio de Janeiro, na década de 1840. O estudo rendeu muitas tabelas, nas quais a desenvoltura com que a população africana e descendente adentrava ao mundo dos livres pôde ser mensurada de alguma forma, e a impressão de que a alforria de escravos possuía algo de banal, naquela época.[x]

A grande contribuição dos estudos de caráter demográfico ao tema da mobilidade social experimentada pelos escravos abriu à historiografia uma oportunidade, a de buscar conhecer melhor o cotidiano da população livre africana e afrodescendente.

A fonte primária da qual parte a pesquisa são Termos de Bem Viver, produzidos pela Intendência Geral da Polícia da Corte, entre os anos de 1808 e 1826, hoje guardados no Arquivo Nacional.[xi] Neles estão presentes fragmentos de histórias de pessoas comuns, pobres ou remediadas, e de muitos descendentes de escravos. A prática foi estabelecida após a chegada da família real e destinava-se a solucionar

pequenos conflitos do cotidiano, como rixas entre vizinhos, e ordenar o cotidiano da cidade, buscando coibir atitudes e comportamentos julgados abusivos. Não é uma fonte inédita, mas ainda requer uma análise sistemática.

Os Termos raramente excedem uma página e contêm a decisão do Intendente, ou de seu substituto legal, sobre a queixa apresentada por um dos litigantes. Aquele que era objeto da reclamação era obrigado a assinar o termo e cumpri-lo, sob pena de degredo, prisão, indenização etc. São 924 peças e encontram-se hoje juntadas em dois volumes.

Os Termos de Bem Viver, aparentemente, são documentos lacônicos. Mas quase não há fonte lacônica, como se sabe. A metodologia sugerida e aplicada por Carlo Guinzburg, na análise de processos inquisitoriais, é a indicada à leitura desta documentação. É preciso estar atento a detalhes, à primeira vista irrelevantes (verdadeiros "atos falhos" presentes no documento), que possam iluminar aspectos importantes da realidade social. [xii] A metodologia adotada na análise do conjunto das fontes também é sugerida por Ginzburg. Refiro-me àquela na qual o nome do indivíduo serve como fio condutor na investigação em grupos ou séries documentais distintos.[xiii] Ela permite reconstituir parte da vida do indivíduo, ao mesmo tempo em que revela contextos sociais diversos nos quais ele deixou alguma marca. Assim, os nomes constantes nos Termos foram procurados, primeiramente, em inventários *post-mortem*.

Antes de apresentar os resultados encontrados nos inventários, nos demorarmos ainda um pouco nos Termos de Bem Viver.

Para efeito de análise, os termos foram agrupados em três intervalos: de 1808 a 1810; de 1819 a 1822; e de 1823 a 1826. (desapareceram os Termos de 1810 a 1819). No entanto, não se verificaram diferenças expressivas nos intervalos, prevalecendo o seguinte padrão: a população descendente de escravos que se faz representar nos termos – ao menos a visível, por ser assinalada a cor ou a condição de liberto – nunca passa de 1/5 dos casos e geralmente está concentrada no lugar dos

"suplicados", isto é, dos que são denunciados à Intendência de Polícia pelos "suplicantes". Quando aparecem quando suplicantes, geralmente são casos como o da preta Maria de Freitas, que reclamava por seus direitos, porque Julião Afonso, preto forro, queria "por forçar a sua amizade". Mas um caso é especialmente interessante. Rosalina Maria, parda forra, casada com um escravo, obriga o dono dele a "facilitar a mesma casa para se juntar com o escravo seu marido". Caso contrário, deveria vendê-lo à ela, Rosalina.

Um outro aspecto que pode ser examinado diz respeito à natureza da ameaça de penas destinadas para pretos e pardos e forros, quando comparadas às destinadas às pessoas livres. Na verdade, a diferença de situação jurídica não influía no grau de severidade da pena. Por exemplo, Antonia Maria do Livramento, solteira, acusada de fazer desordens na sua vizinhança, foi ameaçada de degredo da Corte. José Domingues, preto forro, acusado do mesmo, foi ameaçado também de degredo da Corte. Casos como esse se repetem.

Entre solicitados e solicitantes descendentes de escravos, apenas restam no Arquivo Nacional dois inventários *post-mortem,* que estão sendo agora analisados. O primeiro pertence a Joaquina Roza, cujo inventário foi aberto em 1832. Joaquina era liberta, natural do Rio de Janeiro, filha Ana Maria, preta Mina, e faleceu solteira. No testamento que escreveu em 1824, alforriou uma escrava e conservou outra, cujo destino é incerto. Deixou seus bens para um sobrinho e uma irmã. Pouca coisa. Diferente do que se passou com o outro caso, constante dos termos, cujo inventário foi identificado, o de Antônio José. Ele era um preto forro e, quando morreu (o inventário foi aberto em 1830), possuía os seguintes escravos: Joaquim Moçambique, cerca de 20 anos, Jose Benguela, que parecia ter 19 anos, Antonio Moçambique, 20 anos, Manoel Moçambique, sem idade assinalada, e João, que parecia ter mais de 30 anos. Todos africanos, todos (exceto Manoel, que a fonte não informa) na idade em que o escravo era mais caro. Todos ocupados no serviço de canoas, das quais Antônio José possuía duas. Por testamento, deixou a todos alforriados.

[i]NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis, Vozes, 1988. p. 38
[ii]Idem. p. 106
[iii]Idem. p. 126.
[iv]Idem. p. 127.
[v]O livro de Machado referido é Memórias Póstumas de Brás Cubas.
[vi] FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 128.
[vii] PAIVA, Clotilde. *População nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, USP, 1996, *passim* (tese de doutoramento inédita).
[viii] LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, FIPE & Pioneira, 1982, p. 45. Em certas partes do Vale do Paraíba paulista, onde o açúcar foi paulatinamente cedendo lugar ao café, em 1797-1798 os negros e pardos livres constituíam de 0.2% a 9.8% dos proprietários; trinta anos depois eram de 2.1% a 14.3%. Durante o mesmo período, na região de Santos e São Sebastião, ligada ao açúcar e ao grande comércio, os homens de cor correspondiam de 10% a 1/4 dos proprietários, cifras que, em áreas mineradoras paulistas, passaram de 28%, em 1798, para 41% vinte e cinco anos depois (COSTA, Iraci. *Arraia-miúda*. São Paulo, MGSP Editores, 1992, pp. 53-55).
[ix] BARICKMAN, Bert. "As cores do escravismo: escravistas pretos, pardos e cabras no Recôncavo baiano, 1835". In: *População e família*, 2, 1999, pp. 7-59.
[x] "Do que Nabuco já sabia: mobilidade e miscigenação racial no Brasil escravista", escrito em conjunto com Manolo Florentino, e apresentado no Congresso Internacional Brasil-Portugal, Ano 2000. Salvador, 2000.
[xi] Outras fontes analisadas são: inventários post-mortem, processos criminais, registros paroquiais etc.
[xii] Guinzburg, Carlo. "Morelli, Freud and Sherlock Holmes: clues and scientific method". In: History Workshop Journal,n.9, 1980. Sidney Chalhoub aplicou-a na análise de processos criminais e ações de liberdade. Cf. Chaloub, S. Visões da Liberdade. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
[xiii] Guinzburg, Carlo. A Micro História e Outros Ensaios. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991. O assunto é tratado diretamente no capítulo "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico".

Representações nas alegorias do centenário da imigração: ambivalências da tolerância.

José Roberto Severino* - FURB-UNIVALI

Neste artigo, pretendo apresentar uma breve discussão acerca de como as pessoas representaram a imigração nos eventos do centenário da imigração italaiana para Santa Catarina a partir do registro fotográfico do evento. Neles acabei percebendo certas constâncias, reincidências, imagens mitificadas que se repetiam nas narrativas com as quais tive contato. Se por um lado descrevi o que foi grandioso, oficial, como as inaugurações de avenidas e praças, monumentos ao centenário, configurados mais no campo das estratégias, como pensadas em Certeau (1994), aqui vou ver o significado daquilo que se comemorava. O que nos revelam os registros fotográficos daqueles eventos? O que nos mostram as fotos do desfile nas comemorações do centenário sobre as representações da imigração? A narrativa que conduz o desfile mitifica o passado. Lembrança e esquecimento compõem o quadro das comemorações. Dizem-nos muito aquelas fotos tiradas com esmero a pedido do pároco da matriz de Rio dos Cedros. Dizem-nos do cuidado de lembrar dos moradores mais velhos. Mas, também nos dizem do esquecimento a ponto da Itália estar reduzida a uma península em forma de bota.

A mitificação da memória nas alegorias é a entrada para a usinagem de cada compartimento deste texto, escolhidas entre tantas outras a partir do critério de recorrência na bibliografia como marcantes na vida dos imigrantes italianos que são a alegoria da escola, da capela, do casamento e a da cachaça e do vinho. Estarei trabalhando as alegorias em perspectiva histórica, exercício feito com inspiração em Walter Benjamin (1991) para discutir os conteúdos de tais representações e, com isso,

tentar entender os embates em torno do pertencimento, da identidade e da diferença e de como ocorrem as operações de atualização na memória do drama da imigração.

Antes de iniciar com a análise de uma das fotos, convém tecer algumas considerações mais gerais do conjunto fotográfico em questão. Organizado pelo sacerdote da cidade de Rio dos Cedros na época das comemorações do centenário da imigração italiana para Santa Catarina, Pe. Victor Vicenzi, os álbuns cobrem todas as alegorias que desfilaram e estão depositados nos arquivos da prefeitura municipal. Foram publicadas algumas das fotos na primeira edição do livro organizado pelo mesmo sacerdote em 1985 (Vicenzi, 1985). Naquela edição, está ainda publicado o hino do centenário, bem como os nomes das pessoas que foram consultadas na elaboração do evento e do livro (uma espécie de compilação das pesquisas realizadas pelo pároco).

As fotos foram organizadas de forma a registrar simultaneamente as comemorações e a imigração. Como não existem tomadas panorâmicas, o evento é apresentado quadro a quadro. Da maneira como estão organizadas, as imagens permitem ver um desfile cívico muito semelhante ao de sete de setembro. Além disso, gostaria de pontuar algumas recorrências presentes nas imagens que escapam ao tom legitimamente *italiano* do livro e do evento, utilizando-me das fotografias como documentos e, portanto, como objetos da investigação aqui desenvolvida.[1] Cabe aqui uma observação no que se refere aos enfeites. Quase todas as alegorias foram enfeitadas por palmeiras. Minha terra tem palmeiras e esta é minha terra, diziam aquelas alegorias. Uma alusão à pindorama[2], uma maneira de se dizer pertencente ao Brasil,

---

* Professor de História da Furb/Univali. Doutor em História Social pela USP.

[1] Estou pensando na direção de uma história através da fotografia conforme propõe KOSSOY (1989).

[2] Terra das palmeiras, em tupi-guarani. Oswald de Andrade fala de pindorama no sentido da paródia, que não se aplica aqui. Sobre esta perspectiva ver http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/artecult/literat/antropof/. Acesso em 21 jul. 2004.

mesmo em um evento que teve tantas nuanças italianas. Elas nos informam dos hibridismos das manifestações e práticas presentes nas comunidades de descendentes. É nessa direção que é feita a análise das fotos, tentando estabelecer um diálogo entre as representações ali presentes e as noções de pertencimento que perpassam as discussões acerca da escola e de seu papel nas colônias, a igreja (capela) e o forte papel dela na vida das pessoas, bem como as festas religiosas e as tentativas de disciplinamento em todos os sentidos.

Foi, entretanto, no bloco dos índios que se configurou de maneira mais clara o caráter adscritivo presente na parada. Afinal de contas, se as comemorações eram as da imigração, então deveriam ser ritualizados todos os passos desse processo. Porém, o que estariam então os indígenas fazendo ali senão a reforçar sua condição de expropriados? A foto das comemorações apresenta os índios como bugres, mas também como o outro, aquele que não fazia mais parte do lugar. Nos moldes daquilo que pode ser definido como o *dilema americano,* conforme sugere Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 48-51). Segundo o autor, o dilema americano foi o elemento que dinamizou os processos de articulação étnica e o *status* de cada configuração social nos diversos locais onde ocorreu.

Foto 1 - O bloco dos índios é uma colaboração do posto de Ibirama. A seqüência de 42 fotos foi batida do mesmo ângulo, e pode ser coincidência, mas todos os olhares são remetidos em outra direção no momento da passagem do bloco. Acervo da prefeitura de Rio dos Cedros, 1975.

O mito civilizatório é recorrente nas narrativas sobre o desbravamento da selva. A promoção de uma política de incentivo à imigração do século XIX é lembrada como episódio desprovido de outras pretensões que não as da ocupação de vazios demográficos. Convém lembrar que de um lado os fazendeiros faziam pressão na direção de manutenção de relações de trabalho por eles desenhadas na prática escravista, por outro, idéias que tinham apoio em correntes cientificistas que acreditavam nas possibilidades de branqueamento do Brasil, que se viabilizaria através da vinda exclusiva de imigrantes europeus do norte. Com representações semelhantes, grupos elitizados e letrados pareciam querer refundar a noção de herança genética nos discursos e nas ações culturais dos círculos de cultura italiana, no sentido de desencadear os

mecanismos ativadores de laços com as regiões de *origem*, por meio da criação de situações, da organização de eventos, muitos deles com a *roupagem típica,* ou das *identidades perdidas*. As atuais ações em torno da *identidade italiana* em Brusque, Nova Trento e Rodeio (SC) se articulam e se diferenciam em relação às identidades regionais, nacionais ou internacionais (Santa Catarina, Brasil, Itália). Neste sentido, a produção cultural em torno da italianidade pode ser um bom caminho para entender a complexidade cultural em questão. Mesmo considerando que as teorias racistas do século XIX foram, em grande medida, superadas pela tese da mestiçagem encampada e defendida por toda uma geração de intelectuais, a preocupação com as identidades como um problema intelectual contemporâneo, as discussões assimilacionistas[3] de outrora dão lugar aqui a interpretações que comportam a diferença e reivindicam sua especificidade nas tramas do tecido social brasileiro. Nas representações sobre os descendentes de imigrantes italianos transformaram o estigma de "terra da barbárie" em "terra do trabalho", e o colono, pobre, desautorizado a se manifestar na sua diferença, foi elevado nos discursos a herdeiro da civilização, aos moldes dos projetos de branqueamento propostos por intelectuais do império[4].

Convém lembrar que as alegorias do centenário recorrem a diversas tradições culturais, muitas delas com arranjos absolutamente inusitados. Maria Bernardete Flores (1997) ao analisar as festas de outubro, percebe os caminhos e as estratégias das políticas culturais nos anos 80 e 90 em Santa Catarina. Houve uma série de investimentos no setor turístico do estado, com a configuração de mercado, e Blumenau passou a ser uma das cidades onde há investimentos nessa direção. Para a autora, é

[3] Para um panorama do debate acerca da assimilação de estrangeiros na cultura brasileira, conferir OLIVEN (1992); ORTIZ (1985). Em ambos os autores há, de fato, um núcleo duro da cultura brasileira, possibilitando a assimilação dos estrangeiros e minorias. Sobre os projetos de nacionalização pela educação e pela cultura conferir RAFFAINI (2001); para um panorama das lutas pela etnicidade na sociedade brasileira, conferir LESSER (2001).

possível pensar o incremento de um mercado de bens culturais cada vez mais complexo e disputado, sendo as festas palco de estratégias de autodefinição (a festa alemã, "tradicional" e ligada à imigração), além de estratégias de consumo como o turismo cultural, hotelaria, constituindo-se num processo de criação e reprodução de capital simbólico (BOURDIEU, 1992) eleitos como traços diacríticos, definidores do "modo de ser" alemão etc.

A questão do embate da representações afirma uma diferenciação étnica (descendentes de italianos) engendrada por uma identidade regional (gaúcho) e acionada em favor do projeto de criação do estado do Iguaçu. Depoimentos, textos, material publicitário permitem identificar a construção de uma identidade como projeto político. Todas as alegorias do desfile do centenário da imigração remetem à colônia em seus primeiros tempos. O colono imigrante na trajetória narrada pelos eventos é um vencedor. Como no título do livro de Grosselli, era vencer ou morrer (GROSSELLI, 1986). Certo é que o sistema de "colonização" teve sucesso no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, conforme Caio Prado Júnior.(PRADO JR., 1983). E, isso pode ter alguma relação com o próprio modelo adotado nos estados meridionais.

Uma análise crítica do movimento emigratório e das fontes e métodos utilizados para analisar e quantificar o fenômeno na Itália, no século XIX, pode ser encontrada em Emílio Franzina (FRANZINA, 1976). O autor analisa as condições sociais na Itália do ottocento e os fatores geradores da emigração. Franzina localiza o debate historiográfico e a questão da emigração como singularidade da historiografia contemporânea italiana. A partir disso, o autor passa a analisar as estatísticas e problematiza os aspectos expulsores de volumoso contingente populacional, tais como: a concentração da terra; as altas taxas pagas pela propriedade da terra; competição desigual por parte dos grandes

[4] Argumento que pode ser encontrado também em ALENCASTRO (1997. p. 291-336).

produtores na comercialização dos produtos da agropecuária como fator de concentração da riqueza; excedente de mão-de-obra devido a crescimento demográfico, comum a toda a Europa e não absorvido em indústrias italianas, por exemplo; e, por último, as revoltas e organização social como forma de resistência ao modelo ruralista tradicional. É esse contingente populacional que vai ocupar as colônias na América e no Brasil. Essa ocupação do território passa a ser entendida como fundacional de uma nova cidade, região ou de um *modo de vida*, uma *ética* própria do imigrante e de seus descendentes. Assim, essas pessoas teriam uma identidade e uma cultura próprias, fruto dessa especificidade. Nas comemorações emerge uma interpretação triunfalista da imigração italiana, como afirma José de Souza Martins(1992, p. 25).

Numa dimensão mais abrangente do tema, para além dos laços familiares, a contribuição de Stuart Hall (1990, p.50-84) parece importante. O autor reflete sobre a construção das culturas nacionais, afirmando que a nação é uma comunidade política *imaginada* (Benedict Anderson) entendida enquanto discurso, ou seja, um modo de construir sentidos que organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos.

Em 1975, ano das comemorações do centenário da imigração para Brusque, Rodeio, Rio dos Cedros e Nova Trento, os articulistas utilizaram a experiência de cidades situadas em uma região que até meados do século XIX possuía densa floresta de mata atlântica e presença significativa de populações indígenas para afirmar o valor positivo da imigração. Naquele século, foram implementados projetos governamentais (do Império ou provinciais) ou privados com o objetivo de promover o adensamento populacional na região[5]. Chegaram imigrantes de inúmeras regiões européias. Em 1975 comemorou-se o centenário da chegada na região de alguns desses grupos imigrantes do Trentino, de

[5] Convém lembrar que esse não é um fenômeno isolado do panorama nacional e internacional em meados do século XIX. Conferir ROSOLI (1978).

onde veio uma delegação para as comemorações[6]. Esse reencontro foi brindado com vinho, nem sempre presente na dieta dos colonos.

A essa altura, reponho a questão de que os gabaritos de interpretação promovem leituras pautadas em perspectivas dicotômicas, tais como assimilados ou enquistados, integrados ou isolados, nacional ou estrangeiro, empreendedores leais ao país ou agentes do interesse alienígena. Nem assimilados nem enquistados, eis o argumento que move a procura das marcas do hibridismo em populações que vivenciaram o drama de recompor sua identidade na condição de imigrados. Nesse sentido, o exercício está em buscar o colorido de nossas diferenças, sem fechar o foco sobre o típico, e de como as associações atuam nas resignificações que positivam a italianidade na região.

[6] Sobre isso conferir DOLZAN (2003).

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA COMO ORGANIZADORA POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS

JOSÉ SANTANA DA SILVA• - UEG

A partir da década de 1970, as lutas dos trabalhadores rurais brasileiros por direitos sociais e políticos, por terra e justiça assumiram importância crescente na agenda política do Estado e da sociedade civil nacionais. Nesse processo, em decorrência do bloqueio imposto à livre organização política das classes subalternas, pelo regime ditatorial vigente no país, a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica – CPT – desempenhou importante papel como força articuladora dos trabalhadores no campo.

O presente estudo corresponde a um esforço para compreender o significado político-histórico dessa atuação, especificamente da CPT Regional Goiás,[1] como organizadora e educadora política, e, em certo sentido, como dirigente política dos trabalhadores rurais. Dado esse papel desempenhado por seus agentes, a Pastoral da Terra tomada aqui como *intelectual orgânica* dos trabalhadores rurais em Goiás, na acepção de Gramsci. Segundo o autor dos *Cadernos do cárcere*, "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político".[2] Assim, os intelectuais orgânicos são o conjunto dos indivíduos que atuam no âmbito das superestruturas, cujas funções consistem em promover a unidade social e política da classe fundamental à qual se vinculam, torná-la consciente do seu papel histórico e construir e manter o consenso das demais classes e grupos sociais em

• Professor do curso de História da Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás em Anápolis-GO. Mestre em História das Sociedades Agrárias pela Universidade Federal de Goiás.

[1] Oficialmente, a CPT Regional Goiás é denominada Comissão Pastoral da Terra Regional Centro-Sul de Goiás. Esta designação vem da época de sua fundação (1976), quando o estado ainda não havia sido dividido para dar origem ao estado do Tocantins (1988) e foi mantida por motivo prático, isto é, para evitar a necessidade de alteração dos seus registros junto aos órgãos oficiais e financiadores.

[2] GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. pp. 3-4.

torno do seu domínio – hegemonia. Em síntese, os intelectuais orgânicos são a soldadura do *bloco histórico*.[3]

Embora a classe dominante tenha a primazia na criação de intelectuais orgânicos, esta possibilidade não se limita a ela, estende-se ao proletariado. Os intelectuais das classes subalternas cumprem o papel revolucionário de construir a contra-hegemonia, levando à formação de um novo "bloco histórico". Já os intelectuais tradicionais são entendidos como "categorias intelectuais preexistentes",[4] isto é, *categorias residuais representantes de uma ordem social precedente que não fora de todo superada pelo desenvolvimento da nova formação econômico-social*, que têm como função básica manter a coesão do "bloco agrário" com os camponeses em posição subalterna ante os grandes proprietários rurais, contribuindo, desta forma, para a unidade do "bloco histórico" industrial-agrário. Gramsci identificou no clero católico "a mais típica" das categorias de intelectuais tradicionais. Porém, partindo da sua própria formulação metodológica, de que o surgimento e o papel dos intelectuais somente podem ser compreendidos se historicamente referenciados, podemos caracterizar os agentes da CPT Regional Goiás como *intelectuais orgânicos* dos trabalhadores no campo.

Mudanças nas relações da Igreja com a questão sociopolítica no campo e origem da CPT

Na década de 1960 uma parte relevante do clero católico no Brasil passou de um autoritarismo paternalista frente às demandas dos "pobres do campo" a uma posição de defesa intransigente das suas reivindicações por terra, direitos sociais e liberdade de organização. Diferentemente do que fizera até o início dos anos 1960, a parcela do clero comprometida com a causa das camadas populares rurais assume uma posição anticapitalista, chegando a defender a propriedade social da terra e a total autonomia das

[3] Gramsci concebe o *bloco histórico* como a unidade orgânica entre base e superestruturas, realizada pelos intelectuais orgânicos, tendo como base a aliança de classes, porém não se limitando a ela.
[4] GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* p. 5.

organizações dos trabalhadores frente ao Estado e ao patronato. Essa mudança de postura criou as condições internas que possibilitaram o surgimento da CPT.

A Comissão Pastoral da Terra surgiu no momento em que a base econômica do regime ditatorial se encontrava em franco processo de desmoronamento, atingida pela crise do capitalismo internacional, mais conhecida como a "crise do petróleo" de 1973. Era a crise do "milagre econômico", que minou as bases do regime e levou seus dirigentes a iniciar a "distensão" política, em 1974, na tentativa de obter legitimidade, já que o sustentáculo econômico havia se deteriorado.

Enquanto as reformas político-jurídicas eram feitas pelos próprios ditadores, no campo, particularmente na Amazônia, a expulsão violenta dos posseiros pelo capital agrário de origem urbana e multinacional e pela ação de grileiros, assumia proporções nunca vistas. No Nordeste, a violência contra camponeses não proprietários e trabalhadores rurais assalariados seguia fazendo vítimas. Acuados pela violência e pela miséria crescentes, e ainda politicamente desorganizados, restou aos posseiros amazônicos e aos trabalhadores nordestinos buscarem apoio junto à Igreja Católica na região. A resposta dos bispos aos seus "clamores" veio, inicialmente, na forma de cartas pastorais individuais como a de Dom Pedro Casaldáliga *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (nordeste do Mato Grosso), em outubro de 1971.[5]

Diante do quadro sociopolítico e eclesial desenhado, os bispos e prelados da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, mais alguns padres e convidados, decidiram criar a Comissão Pastoral da Terra Nacional num encontro em Goiânia, estado de Goiás, de 19 a 22 de junho de 1975. A nova entidade, "na qualidade de organismo de caráter oficioso" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – deveria "realizar com agilidade o

[5] Outras declarações conjuntas se seguiram na primeira metade da década de 1970, mantendo a tendência de crítica às injustiças sociais e às estruturas e relações que as geravam.

objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins".[6]

Embora tenha surgido da iniciativa de bispos e agentes de pastoral das regiões Amazônica e Centro-Oeste, a CPT apresenta algumas características distintas das pastorais anteriores: primeiro, a sua fundação não foi motivada pelo anticomunismo; segundo, a CPT não só reivindica como goza de maior autonomia relativa frente à hierarquia da Igreja na definição das suas linhas de ação; terceiro, a CPT propugna por um maior respeito ao "protagonismo político dos trabalhadores", apesar de neste ponto e no seu autoproclamado antivanguardismo se verificar duas de suas maiores ambigüidades. Pouco mais de um ano após sua fundação, a Pastoral da Terra já se fazia presente em mais da metade dos estados do país, com a formação de quatorze equipes regionais, dentre elas a Regional Centro-Sul de Goiás.

A CPT Regional Goiás foi fundada em novembro de 1976, limitando-se ao centro-sul do estado, atual território goiano. A CPT Regional Centro-Sul de Goiás nasceu com os mesmos objetivos da Pastoral da Terra Nacional: um "serviço" pastoral aos trabalhadores rurais, comprometendo-se a "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos camponeses".[7]

CPT Goiás: "intelectual orgânica" dos trabalhadores rurais?

Em sua obra *Josimo, a terra, a vida*, Aldighieri se refere a padre Josimo Morais Tavares[8] como *intelectual orgânico*, "formador de consciência, catalisador de grupos, articulador de organizações populares".[9] Também Adelson Cruz, ao analisar a atuação da CPT Regional Araguaia-Tocantins, junto aos camponeses-posseiros na sua organização e luta pela terra no extremo Noroeste do que é hoje o estado do Tocantins, se referenciou no

[6] Boletim da Comissão Pastoral da Terra. Nº 1, ano I, Goiânia, dez. 1975. p. 8.
[7] Boletim da CPT, nov./dez. 1976: 12
[8] Agente da CPT no Bico do Papagaio (extremo norte do então estado de Goiás) assassinado em Imperatriz, Maranhão, em 10 de maio de 1986 por pistoleiro a mando de fazendeiros da região.
[9] ALDIGHIERI, Mário. *Josimo, a terra, a vida.* São Paulo: Loyola, 1993. p. 32.

conceito gramsciano de *intelectuais orgânicos*. "A CPT Araguaia/Tocantins, nos anos 70 e na metade dos anos 80", afirma o autor, "no tocante á luta pela terra, tornou-se 'um espaço' de apoio aos trabalhadores rurais da região, para em seguida, controlar e dirigir as lutas dos rurais. Nesse percurso, sua ação não se fez de forma supletiva, pois implementou diversas formas organizativas e interveio no movimento sindical e se constituiu em *partido político*, na acepção de Gramsci" (grifo meu).[10]

Apesar da clareza na definição do conceito, os autores não se ocuparam dos problemas que encerram o seu uso na compreensão de uma realidade histórica distinta daquela em que foi sistematizado pelo pensador italiano. Gramsci caracterizou o clero católico como "a mais típica" categoria de intelectuais tradicionais, como já explicitado. Quanto à possibilidade de o campesinato gerar os próprios intelectuais orgânicos, Gramsci sentenciou: "cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, *não elabora seus próprios intelectuais 'orgânicos' e não 'assimila' nenhuma camada de intelectuais 'tradicionais'*, embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa" (grifo meu).[11]

Apesar de apontar essa impossibilidade, o próprio Gramsci forneceu o instrumental metodológico capaz de evitar que o enquadramento dos agentes da CPT nessa categoria conceitual redundasse em anacronismo. Segundo ele, os intelectuais orgânicos que cada grupo ou classe social fundamental que desempenha "uma função essencial no mundo da produção econômica" cria para si são, geralmente, "'especializações' de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz".[12] Isto vale tanto para a burguesia, classe fundamental da formação econômico-social capitalista, quanto para a aristocracia rural, que ocupava posição equivalente na antiga estrutura destruída pelo desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção modernas.

---

[10] CRUZ, José Adelson. *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins.* 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. p. 14.
[11] GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* pp. 4-5.
[12] CRUZ, José Adelson. *Op. cit.* p. 4.

Porém, Gramsci observou que a formação dessa categoria no mundo feudal e no mundo clássico que o precedeu, "*é uma questão que deve ser examinada à parte*: esta formação e elaboração segue caminhos e modos que *é preciso estudar concretamente"* (grifos meus).[13] Isto equivale a dizer que cada caso deve ser analisado levando-se em conta as peculiaridades do contexto histórico em que se desenvolve. Parece estar nesta observação a chave da questão fundamental aqui proposta: admitido que os agentes da CPT se constituíram em intelectuais orgânicos dos trabalhadores rurais no Brasil, como isto ocorreu?

A resposta para esta questão, como já indicada, está precisamente nas especificidades do desenvolvimento histórico de cada sociedade. Os traços do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e das transformações sofridas pela Igreja, relacionadas com as mudanças econômico-sociais, políticas e ideológicas, que provocaram o afastamento do clero em relação à elite rural e ao Estado, que passou a tratar seus membros com hostilidade, por vezes, com violência durante o regime militar, são fundamentais para se compreender a transformação de parte do clero católico em intelectuais orgânicos dos trabalhadores rurais.

Vale reafirmar que toda religião ou igreja está situada num contexto social e historicamente determinado, não "opera no vácuo". O que significa dizer que "a ação de qualquer religião está limitada e orientada por seu contexto social", independentemente "das intenções e desejos" dos seus agentes.[14] Compreensão igual tem Mainwaring. Segundo este autor, uma Igreja é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral.[15] Sobre as mudanças ocorridas na Igreja, em particular no Brasil, arremata: "Assim, não é a intenção de proteger interesses institucionais, nem o processo político, por si só, que explicam a mudança da Igreja. É a função de uma nova identidade institucional e de novas condições econômicas, políticas e sociais que explica. Isolar as condições políticas e sociais ou a nova

[13] GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* pp. 5
[14] MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*: quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina. Tradução de Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 73.
[15] MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985).* Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 25.

doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o *caráter dialético* desse processo" (grifo meu).[16]

Por outro lado, se o próprio Gramsci admitiu que "outros grupos sociais" buscam na massa camponesa "muitos dos seus intelectuais", e que grande parcela dos intelectuais tradicionais dela se origina, por que dentre eles não vingariam alguns intelectuais organicamente vinculados ao campesinato? No que se refere à origem social, vale registrar que a grande maioria dos agentes e ex-agentes da Pastoral da Terra Regional Goiás procede de famílias camponesas, tendo vivido na zona rural até, pelo menos, a adolescência. Alguns saíram das lides agrícolas para estudar em Seminários com vistas a se tornarem padres, sendo que a maioria não seguiu a carreira eclesiástica. Como se vê, o emprego das categorias conceituais de Gramsci na compreensão de uma dada realidade não pode prescindir da sua contribuição metodológica.

Feitas estas considerações, vejamos uma breve descrição da atuação da CPT Regional Goiás junto aos trabalhadores do campo.

A CPT Regional e as lutas dos trabalhadores rurais em Goiás

Tendo como pressuposto orientador da ação a máxima de que "É a realidade que diz quais as coisas que devem ser feitas", a trajetória da atuação dos agentes da CPT Regional Goiás se desdobrou no apoio aos trabalhadores rurais no desenvolvimento das seguintes lutas: *luta por direitos* (sociais, trabalhistas, políticos) e por um sindicalismo autônomo frente ao Estado e aos patrões; *luta pela terra* (pela conquista da terra ou pela reforma agrária); e *luta na terra*, isto é, pela permanência dos agricultores familiares na terra. Cada uma dessas *lutas* assumiu maior ou menor relevância de acordo com as mudanças conjunturais. Assim, até o fim da transição do regime ditatorial para a democracia, a luta por direitos e pela autonomia da organização sindical ocupou o primeiro plano na atuação da Pastoral da Terra.

[16] MAINWARING, Scott.Idem. p. 134.

Embora a preocupação com a reforma agrária estivesse presente desde o primeiro momento da história da CPT Goiás, as ações concretas de luta pela terra só começaram a ocorrer a partir de 1980 com a mobilização contra o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer) ou Projeto JICA (Agência Japonesa para a Cooperação Internacional). Entretanto, as ações diretas, na forma de ocupações de grandes propriedades improdutivas por parte de trabalhadores rurais sem-terra, só se converteram em prioridade a partir de meados daquela década, quando da ocupação da fazenda Mosquito, município de Goiás. Antes disso a entidade inaugurou a Campanha pela Reforma Agrária no estado, em novembro de 1983. Este movimento coincidiu com as primeiras resistências organizadas dos posseiros contra as expulsões provocadas por "grileiros".

Por seu turno, apesar de as ações pela permanência das famílias de trabalhadores assentados (e de pequenos proprietários) na terra terem se iniciado em meados dos anos 1980, com a promoção da "agricultura alternativa", somente no princípio da década seguinte esta frente de luta foi incorporada às prioridades da CPT Goiás. Este fato coincidiu com o período de refluxo das ocupações de terras no estado. A partir de então, as lutas *pela terra* e *na terra* dividiram as atenções dos agentes da Pastoral.

Embora as condições sociais de existência das massas rurais, no fundamental, permanecessem as mesmas, as mudanças sociopolíticas ocorridas no período (fim do regime militar, restabelecimento do pluripartidarismo etc.) e algumas conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais (direitos sociais e políticos e o assentamento de algumas famílias de sem-terra) colocaram novos desafios para o trabalho político-pastoral. Foram as respostas dadas a esses desafios, assumidos como prioridades pela CPT, e as ações empreendidas com a finalidade de contribuir para a libertação social das classes subalternas do campo que determinaram os marcos da sua trajetória.

A CIDADE QUE ESTÁ DITA: Caruaru nas representações de Limeira Tejo, José Condé e Nelson Barbalho

José Veridiano dos Santos[1] - PPG-UFPE

Caruaru é uma cidade localizada no agreste pernambucano, distando cerca de 130 km do Recife. Não há consenso quanto à procedência da palavra "caruaru", podendo ela ser um vocábulo de origem indígena ou africana ou, ainda, uma planta venenosa, um poço, uma lenda, entre outras interpretações.[2] O interessante é saber que a palavra está recoberta, bem além do significado, de signos que remetem, hora à tradição, sertão,sertanejo, hora a feira de caruaru e a festividades juninas.

Muitas representações construídas em diferentes momentos de sua história produziram imagens identidades e inventaram diferentes cidades: "princesa do sertão", "país de Caruaru" "capital do agreste", "terra dos Condés", "terra de Vitalino", "maior Centro de Arte figurativa da América", "maior São João do mundo", "capital do Forró", entre muitas outras que ainda hoje circulam no imaginário social, recortando uma identidade particular dentro da identidade nacional.

Essas representações em maior ou menor grau instituíram-se e reproduziram-se de acordo com os interesses de sujeitos e grupos que disputam o poder, a memória e a história, pautando condutas, induzindo ações e construindo sentidos para a existência daqueles que vivem na cidade.

Esse texto é uma proposta para estudar os sentidos e significados que recobrem essa cidade, tomando como pré-texto a memorialística de três escritores caruaruenses: Limeira Tejo, José Condé e Nelson Barbalho. Percorrendo as trilhas e estratégias de suas narrativas, no período que vai de 1912 a 1930, o trabalho quer entender as condições de existir dentro das quais tais representações são produzidas, que identidades e imagens elas constroem, como produzem sujeitos sociais e, bem como, de que maneira essas representações têm servido às formas dominantes de pensamento como instrumento de situação histórica da cidade de Caruaru.

É no interior das práticas discursivas que os objetos se constituem e ganham significado[3]. Desse modo, é entre o dito e o não dito que uma cidade se faz existir, enquanto outras se fazem esquecer. A opção por esses autores caruaruenses decorre do fato de identificarmos neles as primeiras abordagens a terem a cidade de Caruaru como espaço privilegiado, o que permite encontrar em seus escritos um significativo conjunto de signos que traduzem as condições de existir de uma época, além de uma visão do passado que se consolidou para o presente instituindo-se como a verdadeira história da cidade.

Nesse sentido, três narrativas conduzirão essa investigação: a memorialista, tendo como expressão o texto "Enéias: memórias de uma geração ressentida"[4], do escritor Limeira Tejo; o romance histórico-ficcionista de José Condé "terra de Caruaru"[5] e, finalmente, a história não acadêmica de Nelson Barbalho nos livros "País de Caruaru"[6], "Caruaru do coronel. João Guilherme"[7], "Caruaru do Major José Martins"[8], "Caruaru de Henrique Pinto"[9] .

A parceria com a literatura nesse momento busca superar um antigo estigma que, desde Aristóteles, colocava em campos opostos a narrativa literária (o que poderia ter acontecido, o sonho) e aquela de viés histórico (o acontecido, a realidade) e que a tradição historiográfica moderna cuidou de acentuar. A fonte literária é, ainda, aquele "algo mais" de que o historiador se vale para revelar as sensibilidades de uma época. Acreditamos, como Withe[10], que "a história tem muito a ganhar ao restabelecer uma ligação cada vez mais íntima com suas bases literárias".

Adotamos a iniciativa de examinar individualmente cada narrativa para entender como suas representações inventam a cidade. Posteriormente faremos alguns cruzamentos aproximando e contrapondo tais representações para enxergar que imagens, identidades elas criaram e instituíram na memória e no imaginário citadino.

A cidade da memória

Quem viaja na leitura de "As Cidades Invisíveis", de Ítalo Calvino[11], percorrendo as suas cidades da memória, através dos relatos de *Marco Pólo* a *Kublai Kam,* certifica-se de que a

memória presente em *Diomira* lhe dá uma característica singular, embora ela possua tantas semelhanças com outras cidades; que *Isidora* pode ser uma armadilha que atrai os desejos e aprisiona na memória aqueles que por ela se apaixonam; que *Zaíra* é uma cidade que existe nas relações de seu espaço com o acontecido e que sua descrição não contém o seu passado, mas esse está contido na sua materialidade; enfim, *Zora* nos ensina a dimensão seletiva e flexível da memória. Cidade, memória e história mantêm relações íntimas e a linguagem atravessa essas dimensões capturando fragmentos e expressando representações que guiam os homens no desenrolar de suas existências.

Para além da experiência material que os olhos recortam, numa cidade se revelam tantas outras que os desejos, a memória e a história significam, cartografam e enunciam no limite das determinações históricas em que vivem sujeitos e grupos sociais que a habitam. Sabemos que a memória, a ficção e a história não esgotam o acontecido, pelo contrário estão sujeitas à mudanças e sofre as pressões do tempo presente em que são produzidas, trazendo para o historiador o desafio de escrever fugindo à tentação capturar verdade absoluta e imutável e construir uma narrativa que não perca a intenção de verdade, de verossimilhança.

Voltar-se, nas trilhas das memórias de Limeira Tejo, especialmente para aquelas que se reportam a cidade, é uma tentativa de nos aproximar de suas representações discursivas para entender como a cidade e seus sujeitos ganham existência. Que marcas identitárias ele constrói para gerar noções de pertencimento entre sujeitos, coisas e lugares e de que maneira são essas marcas identitárias continuam a ligar as pessoas a essa cidade. Do presente procuramos fazer uma releitura que historiciza a cidade de Caruaru a partir da seleção de imagens que sua esscrita nos oferece.

É em 1955, em meio as turbulências políticas que vivia o país após o suicídio de Getúlio Vargas que foi escrito *Enéias: memórias de uma geração ressentida,* publicado em 1956. Naquele momento Tejo se revelava profundamente desencantado com a situação do país e com sua própria obra e não via mais sentido para escrever se não as memórias de sua geração. O que se desenha na sua escrita é uma tentativa desesperada de encontrar sua

identidade, de dizer ao mundo de onde veio, e que maneira viveu a vida. Seu esforço tem a intenção de preservar os cenários, os sujeitos, as paisagens que ele imaginava estarem desaparecendo. Totalmente desterritorializado, vivendo distante de suas raízes ele busca um reencontro com o seu passado e se depara com um mundo que já não existe. Por isso sua escrita na verdade o angustia ainda mais.

Aurélio Limeira Tejo, nasceu em Caruaru em 1912. De tradição aristocrática, como a maioria de filhos de proprietários e comerciantes da cidade, estudou no Ginásio Pernambucano e se formou em engenharia no Rio de Janeiro, mas foi como escritor e jornalista que fez sua vida. Como Jornalista e correspondente viajou o país e o mundo entrevistando celebridades e buscando notícias diversas, tendo sido colaborador de vários jornais como "o Jornal", "Correio do Povo" e outros.

Sua obra escrita entre os anos 30 e 50 compreende, além do texto que estamos examinando, desde uma análise sobre o nordeste – "Brejos e Carrascais do Nordeste (1937)" – até uma análise sobre o povo brasileiro, do que é exemplo a obra "Retrato Sincero do Brasil (1951)"[12]. Tejo escreveu ainda o romance "Lua Nova Trovejada" e "Por Traz da Cortina do Dólar"[13], sendo que este último nasce a partir de sua experiência como membro do Departamento de Estudos Econômicos das Nações Unidas em Nova Yorque. Sua escrita tem uma perspectiva jornalística e forte influência sociológica.

É emblemático o nome que ele atribui a suas memórias: *Enéias*, conhecida figura da mitologia greco-romana, que na iminência da destruição de sua cidade, *Tróia*, bate em retirada, indo parar no sul da península itálica (magna Grécia) onde seus descendentes fundarão Roma. Tejo recorre a essa metáfora porque nela encontra semelhanças com a sua própria história, tal qual *Enéias*, ele também teve quer "abandonar" Caruaru em circunstâncias adversas e se refugiar muito longe, no Rio Grande do Sul, onde refez sua vida. *Enéias* morreu sem conhecer à glória a que Roma viveu. Tejo, sem o heroísmo daquele herói lendário, estaria fadado ao mesmo desígnio.

Quanto as *"memórias de uma geração ressentida"*, temos motivos para crer que sua trajetória de vida pessoal e intelectual foi marcada de forma indelével pela morte prematura

de seu pai, as adversidades políticas de sua família depois das *Salvações*[14] em Caruaru, seguida da falência da fábrica de seu Avô Cel. Aureliano Limeira. Além da solidão e saudade que viveu desde cedo como interno no Ginásio Pernambucano e logo depois a formação universitária no Rio de Janeiro. Percursos que lhe tiraram, desde cedo, a companhia da família, parentes e amigos e acabaram por leva-lo á Porto Alegre. Tudo isso está muito claro em sua escrita:

"escrevi muitas partes dêste livro com a garganta trancada pela saudade – dos que se foram para sempre e daqueles de quem me distanciei nesse nosso mundo de hoje, de tão fáceis separações. Dedico estas páginas á minha querida irmã Otília – e as minhas primas e meus primos, irmãos também dentro da grande família de Papai Leléo e Mãe Sinhá: uma instituição dos tempos que os brasileiros ainda tinham avós."[15]

De fato a sua geração ligada aos setores tradicionais da sociedade, formada para ocupar cargos políticos e o exercício do poder, se deparava com um ambiente em que, sob o pano de fundo da modernização do país e das mudanças políticas, econômicas e culturais que se firmavam por ocasião do Regime republicano recém-proclamado, as tradições foram questionadas, superadas ou operaram dentro de outras lógicas.[16] A crise da sociedade rural e patriarcal se acentuou com a modernização da sociedade brasileira. Os choque entre tradição e modernidade abalaram definitivamente suas crenças, suas utopias e é por isso que sua escrita é uma tentativa de preservar,como num retrato, a pureza, as paisagens e os sujeitos e de seu tempo.

O tom pessimista e dramático que se desvela de suas representações narrativas pode ser sentido logo na primeira parte do livro *"Entre o fim e o princípio",* onde uma epígrafe de Maternich *"entre o fim da velha Europa e o início da nova, haverá o caos",* da o tom de sua escrita e é fio condutor de toda leitura. Para limeira Tejo, neto de coronéis do interior de Pernambuco e Paraíba e, portanto, um legítimo representante dos grupos tradicionais que a pouco dominavam o interior do país, sua geração assistia aos últimos momentos desse ciclo.

Sua impressão era de que, de repente, fora arrancado de um mundo particular e local e jogado num ambiente em que as questão da "civilização" estavam em jogo. E ele parece se sentir extremamente desconfortável com tal situação e se volta para salvar seu passado de

sua geração. As palavras que ele utiliza para expressar esse momento não deixam dúvidas: “fim”, “caos”, “incêndio”, “destruição”, “esgotamento”, “heroísmo perdido”. Na conclusão de seus livros sempre assinava e antes da data e do ano escrevia a palavra tristeza: “*tristeza outubro de 1955”.*

Sabe-se que para escrever suas memórias Tejo voltou a Caruaru. De Porto Alegre, depois de um quarto de século, a distância e o tempo se punham como obstáculo, lhe reservando uma tarefa de muito esforço na incômoda fronteira das lembranças e do esquecimento. Estando entre amigos, parentes, conhecidos, ruas, cenários, paisagens ele se voltava para o passado, provoca suas lembranças e esperava, além de tudo honrar uma dívida com sigo mesmo: voltar ao túmulo de seu pai.

Assim é que a cidade de Caruaru embora não seja foco central de sua narrativa, surge em sua escrita como o espaço para onde tudo tem início, tudo começa. Nela o autor encontra sua origem, suas raízes e tenta se encontrar. Muito além de uma descrição simples, suas lembranças brotam, a luz da sociologia e do estilo regionalista, interpretadas, definidas, cabendo ao leitor se impressionar, se emocionar com a história contada. Nas trilhas de sua narrativa encontramos descrições parciais da cidade sempre intercaladas pelas descrições de sua dor e frustração pessoal.

Na segunda parte de seu texto “volta para o teu lugar”, não é por acaso que sua escrita tem como ponto de partida um dos cemitérios da cidade. O cemitério São Roque é onde está enterrado o seu pai Otaviano Pereira Tejo, morto em 1916 aos 35 anos acometido de malária quando o menino Tejo tinha apenas 10 anos de idade. Além de seu pai muitos daqueles contemporâneos de seu tempo de infância e adolescência, parentes, amigos, conhecidos, agora “moravam” ali. É desse “lugar da morte” que ele irá, percorrendo entre túmulos e epitáfios, provocar suas lembranças, contar histórias nas quais cenários, imagens e sujeitos daquela Caruaru aparecerão misturados hora à alegria, hora, e sobretudo, a morte, a dor, e a saudade.

"nos meus tempos de meninos, esse era o Cemitério Novo, a encosta do morro, bem longe da cidade, quase à beira de um grotão onde, para mim, tudo findada: a terra conhecida e a coragem para as aventuras. Era como um passeio ao campo quando tínhamos de acompanhar até lá um enterro de anjo". [17]

As primeiras histórias imagens e personagens que se desenham de sua escrita terá o cemitério como referência, são um conjunto de lembranças que nos conduzem por diversos práticas, paisagens, situações, lugares e sujeitos diversos que se somam para montar sua cidade de sua infância.

As suas travessuras de menino, as histórias do coveiro, João Brígido e da morte de seus parentes aparecem dentro de um universo simbólico que envolve mitos, lendas e religiosidade: "saci, papa-figo, fantasma, demônio, alma, excomungado, espírito, maldição, diabo, botija, castigo, gemidos da pedra do cachorro, etc. atravessam as vidas de seus sujeitos descritos sempre sob um juízo de valor e preconceito, como no caso do coveiro, personagem, sem nome "um estranho velho", "pés de bombo – descalços, inchados, incardidos", de cor "esverdinhada dos malarientos crônicos", ou ainda do caixeiro e comerciante: sujeito, "excêntrico" "bizarro miçangueiro", contra o qual sua escrita se volta.

Quando ele narra a mortalidade das crianças de seu tempo, exagerando no realismo ao descrever a mentalidade que cercava o ritual fúnebre daqueles "anjos", ou ainda quando narra os enterros de criminosos e nomeia parentes e sua respectivas causas de morte, notamos o seu esforço para descrever as condições de existência dos sujeitos que habitavam a cidade. Eles mais uma vez estão rodeados por histórias místicas e por doenças como *"bexiga, beriberi, malária, tifo, bubônica"* , que lhes arrastaram para o mundo da morte. A forma como descreve seus personagens, primando por detalhar características pessoais e físicas, bem como fazer um julgamento político e moral de suas vidas denunciam o realismo que ele tenta dar a sua escrita mais muito mais o lugar social do autor, Um escritor, jornalista de família aristocrática que tenta reconstruir sob seu olhar sua época de infância e adolescência.

Mas o esforço em busca das lembranças do passado fatalmente será comprometido uma vez que ele se sentirá um desertor, um fugitivo que voltou aquela cidade em que os

lugares e os sujeitos já não são os mesmos. Suas representações discursivas deixam claras as dificuldade de associação entre os tempos de seu passado e presente. Sua volta era naquele momento, depois de algumas décadas, uma tentativa de reencontrar-se no seu lugar, ser reconhecido e aceito. Mas sua frustração continua, Tejo sente-se um estranho diante de seus conterrâneos:

Tive a impressão de estar rodeado por invisíveis acusadores que apontavam para mim, como para um trânsfuga, ouvi que me perguntavam com desdém, mesmo com rancor: Que vieste fazer aqui depois de tantos anos?[18]

A cidade que aparece nas representações de suas lembranças é recoberta de encontros e desencontros. As lembranças brotam sempre marcadas de mágoas, saudades, preconceitos. A frase em latim que dá nome ao seu primeiro capítulo "Revertere ad locum tuum" (volta para o teu lugar), talvez nos explique porque é do cemitério que suas memórias fluem para ele, dramaticamente reviver os momentos de uma dor que tanto o pertubara. Assim completamente desterritorializado ele conclui:

Que é que eu estava fazendo ali, de volta a Tróia?(...)[19]

Notas

[1] José Veridiano dos Santos é mestrando em História pela UFPE e bolsista do CNPq.
[2] A esse respeito ver FERREIRA, Josué Euzébio. Ocupação Humana do Agreste Pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. João Pessoa: Idéia, 2001.
[3] Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
[4] TEJO, Aurélio Limeira. Enéias: memórias de uma geração ressentida. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.
[5] CONDÉ, José. **Terra de Caruaru**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1977.
[6] Ibiden. País de Caruaru. Recife: Ed. CEPE, 1974.
[7] Ibiden. Caruaru do Cel. João Guilherme . Recife: Ed. CEPE, 1981.
[8] Ibiden. Caruaru do Cel. José Martins. Recife: Ed. CEPE, 1981.
[9] Ibiden. Caruaru de Henrique Pinto. Recife: Ed. CEPE, 1981.
[10] WHITE, Hyden. *Metahistória*. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 1995;
[11] CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis,* São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
[12] Ibidem. Retrato Sincero do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1978.
[13] Ibidem. Por traz da Cortina do Dólar. Rio de Janeiro: Editorial Andes, col. Asa Branca, 1945.
[14] O termo "Salvações" refere-se às intervenções do Governo Federal em vários Estados do Brasil a partir de 1911. Em Pernambuco significou a queda de Rosa e Silva e a ascensão de Dantas Barreto. Já em Caruaru, a queda do Cel. Neco Porto e a ascensão do Cel. João Guilherme de Pontes.
[15] Idem. Pág. 3.
[16] Para uma maior compreensão ver SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In História da Vida Privada no Brasil 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[17] Idem. Pág. 21.
[18] Idem pág. 27.
[19] Idem. Pág.33.

MEMÓRIA DE BELÉM EM HISTÓRIA DE VELHOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS. CONTADORES E REPERTÓRIOS ORAIS

Profa. Dra. Josebel Akel Fares - UEPA

Ouvem-se, freqüentemente, frases que apontam para a desmemória das cidades brasileiras. O patrimônio cultural deteriora-se por falta de uma educação que valorize as manifestações poéticas do homem. Caem prédios, casas de espetáculos deterioram-se ou desativam-se, repertórios culturais de diferentes manifestações artísticas somem, os grandes mestres são esquecidos. Os registros da memória cultural de cidades amazônicas são poucos, e os que existem são frutos de esforços e de desejos individuais de pesquisadores e de ínfimos grupos de trabalhos de universidades e instituições de pesquisa da região.

Movidas por esta situação de desmemória das cidades, em 2004, o grupo de pesquisa "Culturas e Memórias Amazônicas" elaborou o projeto "Memória de Belém em Histórias de Velhos" [1]e iniciou uma pesquisa com idosos do Asilo Pão de Santo Antônio, com o objetivo de recuperar memórias de cidade de Belém, nos anos 40 a 60 do século XX, e, de alguma forma, contribuir para o reconhecimento da história da cidade do ponto de vista artístico-social. Nesse projeto, entrevistou-se 10 idosos[2], nascidos entre 1913 a 1942, no período de novembro a dezembro.

A "gostosa Belém de outrora", para parafrasear o escritor De Campos Ribeiro, é revista, como se vê, por cidadãos comuns - trabalhadores, donas de casa – pessoas advindas de classes sociais mais abastadas e das classes populares. Eles contam das ruas, dos bairros, das moradias, dos equipamentos urbanos, dos transportes, da saúde, das escolas, das profissões, das comunicações, dos divertimentos, do lazer e da arte, da moda, dos momentos e das figuras políticas.

O projeto desdobrou-se em 2005. Os resultados apontaram para a necessária continuidade da pesquisa, daí para melhor configurar o município, pensou-se em aprofundar as categorias propostas e prosseguir a pesquisa, a partir da voz de pessoas que tiverem

inserção na vida artística de Belém, no período supracitado, daí elaborou-se um projeto de continuidade "Memória de Belém em testemunho de Artistas". A partir da convivência com os idosos do Asilo Pão de Santo Antônio notou-se a carência de atividades artístico-culturais e de lazer no espaço e o desejo dos moradores de convívio com atividades artísticas. Entendendo assim, o grupo implantou o Projeto de Extensão "Arte no Pão", que, ao mesmo tempo, "devolve" a contribuição dos idosos, sujeitos diretos ou não, da pesquisa, intercambia experiências entre gerações – velhos, universitários da UEPA, artistas – e, consequentemente, proporciona uma experiência educativa viva, eficaz, pois entendendo o idoso como bibliotecas vivas, o contato com ele proporcionará um saber sem amarras pedagógicas, e plenos de referências de tempo, espaço, sabedoria ...

Alguns procedimentos metodológicos

Os pressupostos metodológicos assentam-se na história oral e são consideradas algumas questões, relacionadas aos instrumentos, à coleta e à análise.

- Pesquisa em arquivos de bibliotecas, filmotecas, hemerotecas, e outros, sobre os temas e a biografia das testemunhas, antes da definição do roteiro das questões específicas.
- As entrevistas são do tipo semidirigidas, que correspondem ao meio termo entre o monólogo ou o interrogatório direto. Ou seja, não fica presa a um roteiro pré-estabelecido, como no caso da entrevista dirigida, nem totalmente livre como no caso da não-dirigida. Parte-se de uma conversa preliminar, em que se esclarecem os interesses de ambos os lados e dar-se ao depoente ciência do teor da entrevista.
- Atendo-se a alguns cuidados, para não se perder a espontaneidade, questão básica para as entrevistas-testemunhos, cabe escolher certo número de perguntas comuns a todos os depoentes, para que posteriormente se tenha elementos para proceder análises comparativas. Contudo, à medida que a entrevista avança e que a

relação de confiança entre entrevistado-entrevistador se estabelece, algumas questões se tornam mais relevantes que outras, e, então, o roteiro inicial, salvaguardando questões essenciais ao projeto, modifica-se, uma vez que as respostas fornecem novas pistas para outras perguntas.

- O tempo de cada sessão de entrevistas não deve ultrapassar duas horas, principalmente considerando-se a idade dos depoentes. Porém, isto não implica que a entrevista se esgote em uma única sessão, visto que, um tempo depois, a testemunha pode lembrar de algo que considere importante e queira completar o depoimento ou o entrevistador precise de explicações de aspectos que não ficaram muito claros na fala da testemunha. Este segundo encontro ainda pode servir para recuperar dados perdidos por questões técnicas ou não compreensíveis devido a ruídos na comunicação.
- A transcrição é uma das tarefas mais árduas numa pesquisa. Estima-se que se consuma, mais ou menos, seis vezes mais tempo do que o gasto na gravação. Nesta tradução do código oral para o escrito, perde-se a percepção da entonação da ênfase, da dúvida, do riso, entre outros elementos próprios da prosódia, no entanto é imprescindível se ter sempre em mão essa transcrição, no momento de análise, e mesmo que se volte à gravação, ela nunca trará de volta a performance, pois este momento é único. Daí, para minimizar o problema, deve-se transcrever o quanto antes as entrevistas e, sempre que possível, esta tarefa deve ser executada pelo entrevistador.
- Em um segundo momento, a entrevista transcrita deve ser submetida a testemunha, que poderá acrescentar, suprimir, corrigir, completar, tornando-a mais rica. A partir daí, liberar o uso de voz e imagem. Caso isto não aconteça, o depoente será identificado por pseudônimo.

- Quanto aos procedimentos de análise do material testemunhal, inicialmente considera-se as categorias: bairro, rua e moradia; serviços urbanos; circulação e transporte; saúde; escolaridade e profissão; comunicação, divertimento, lazer e arte; moda; namoros, amores, casamentos, sonhos; política: fatos, momentos e figuras políticas, referente às perguntas consideradas essenciais nas entrevistas. Posteriormente, se analisará questões surgidas isoladamente, mas consideradas importantes para o contexto cultural da cidade, nos meados do século XX. Nesta etapa são analisados os tecidos dos discursos, cotejados os depoimentos orais entre si e, sempre que houver, com outras fontes orais, escritas ou audiovisuais.
- Por fim, guardados os cuidados com os termos de cessão de voz e imagem, entende-se que os relatórios da pesquisa, o material visual, as transcrições e as fitas gravadas, devidamente identificadas com os dados dos depoentes (nome, data e local do nascimento, forma de expressão artística desenvolvida), dos entrevistadores e dos bolsistas, devem fazer parte do acervo da seção audiovisual da Biblioteca Central da Universidade do Estado do Pará.

Este trabalho, ratificando o que já foi dito, considerará critérios éticos de uso da imagem e da voz, como a autorização prévia para fotografar, filmar e veicular o material, entre outros. Os depoentes da pesquisa guardam o direito desta liberação.

Contadores e repertórios orais

A categoria comunicação foi apresentada aos intérpretes da pesquisa por meio de perguntas referentes à leitura e escrita, ao ouvir e narrar, ao rádio e televisão: 1. Leitura: o gosto, tipos de leituras literárias e as leituras preferidas. Revistas e jornais da época e as preferências. O gosto pela escrita e a escritura de cartas. Repertório de histórias e os narradores. 2. Programas de rádio, audição, envio de mensagens radiofônicas, tipo de programa, as preferências. As radionovelas, os atores, os peças. Os comerciais veiculados. As mudanças

ocorridas com a chegada da televisão. Televisão e televizinho. Tipos de programas e os preferidos. Devido ao tema do Simpósio "Literatura oral e popular: identidades, discursos e metodologias", apresento, rapidamente, apenas alguns dados da análise sobre o ouvir e o narrar.

Antes do advento da chamada literatura infantil, a criança era considerada como adulto-pequeno, não se separava os dois mundos, a ascensão da burguesia e as discussões em torno de infância modificam essa atitude: os "pequenos" passam a ocupar um mundo diferente do dos "grandes". Então, o universo infantil não mais se imiscui no universo adulto, a escuta das conversas de adultos é interditada, os olhares reprovam a ação: "quando estava na vizinha conversando com a minha mãe ou minha avó, as crianças não podiam se aproximar, só costumavam olhar, as crianças sabiam e se afastavam. Eu não escutava conversa" (O).

Todavia, se a audição das conversas entre adultos era proibida para as crianças, no momento em que o apelo é o encanto das viagens sobrenaturais, fantásticas, maravilhosas, proferido por contadores, esses universos convivem harmonicamente. No medievalismo, por exemplo, as rodas de histórias, geralmente, conduzidas por vozes de adultos, eram reconhecidas como os serões e aconteciam em volta das fogueiras. Ali se narravam peripécias de cavaleiros e trazia-se o labor cotidiano, como forma de evasão do duro mundo do trabalho. Não havia histórias específicas para crianças, por isso lhes era permitido participar desse evento contaminado de magia e de aspereza.

A despeito da afirmação de W. Benjamim (1993, p.197-221)[3] sobre a morte do narrador oral, o Brasil ainda é um país de prevalência vocal, e, mesmo nas grandes metrópoles, onde se presume a inexistência de narrativas tradicionais, elas continuam a fluir com o mesmo caráter admoestador e o mágico ainda traz o apelo popular. Observe-se, por exemplo, a narrativa da Loura do Banheiro, muito contada nas escolas de São Paulo. A fábula conta da existência de uma personagem loura que aparecia morta, inclusive com algodão no nariz, nos banheiros das escolas paulistas e era contada como forma de assustar crianças e adolescentes, presumindo-se o uso do banheiro para outros fins.

Na Amazônia, conta-se nos cantos, nas portas, nas calçadas, nos bancos, e, quanto mais se adentra a mata ou se abeira o rio, mais o repertório enriquece e se avoluma. Os contadores dos casos, e não dos "causos", como se costuma falar para imitar a pronúncia cabocla, são pessoas mais experientes, em geral, mais velhas, mas mesmos os jovens, que, muitas vezes, negam esse tipo de conhecimento por pleitearem experiências "modernas", trazidas pelos meios de comunicação de massa, não se afastam desta rede de signos que representa a tradição.

Entre os intérpretes da pesquisa, quando perguntados sobre a audição de histórias, apesar de pouca memória dos repertórios narrativos, nenhum negou o gosto de ouvi-las. E confessam que em toda comunidade alguém assume a função de repassador do anel da tradição. Assim, os narradores podem ser os pais os avós, uma tia, um vizinho, a professora, e todas essas figuras são partes do grupo do afeto do ouvinte.

Joana lembra do pai e do tempo de contar: "Ah, o papai [contava]. Às vezes, as pessoas ficavam conversando, se juntava na boca da noite pra conversar e contavam histórias" (J). Yolina afirma que sempre teve alguém para contar na família "ou a vovó, ou uma tia, às vezes, a professora mesmo que contava histórias"(Y). Florinda revela a presença dos empregados da casa dos pais, como os narradores das experiências vividas:

> Por incrível que pareça, nossos próprios empregados, que sentavam e contavam, até o modo deles, como era na terra deles, é o sítio deles, tudo eles contavam, era muito bonito e ia deixando a gente com gosto pra saber das coisas, pela cultura deles e por saber (F).

Osvaldino comenta que a narradora de sua infância era a avó, conta da ambiência noturna do espaço público e do privado. Recorda a Belém da luz de lamparinas, candeeiros, lampião:

> Tinha lá nas ruas, naquele tempo a população era pequena, eles dormiam cedo, não tinha luz, era lamparina, ou candeeiro, ou então lampião. O lampião tinha que trocar o carbureto. Nós tínhamos em casa. Era uma luz boa, não tinha luz elétrica no interior e aqui em Belém tinha, mas era deficiente, só ia melhorar de dez horas da noite, é. E ela [a avó] contava muita história. Fazia roda pra contar história (O).

Na ausência dos avós, Terezinha revela que eram sempre os mais velhos que embalavam as histórias marajoaras de sua infância. No entanto, quem as contava, além da mãe e da tia, era a irmã mais velha:

> como eu não conheci meus avós, eu só conheci o meu avô materno, os outros eu não conheci, então, as tias contavam também muita história, a mamãezinha, a mãe contava história pros filhos e, às vezes, repetiam a mesma história, sabe? Eu lembro que, às vezes, a minha irmã mais velha, ela era como uma mãe pra mim, ainda é, ainda é viva [...] Então, essa minha irmã mais velha, ela queria me mandar, queria me governar, sabe? Às vezes ela era assim. Mas, ela contava histórias pra mim e ela lia, eu não sabia ler, eu ainda era pequena (T).

Os repertórios variados indicam a presença de contos de fadas, como a Branca de Neve, marcantes para Yolina e Florinda: "são histórias do tempo antigo, de reis, de rainhas, de princesas"(F). Todavia, as mais recorrentes referem-se a aparições de entidades sobrenaturais, como visagens assombrações, surgidas das águas, das matas.

Das assombrações, lembra Terezinha do bicho da língua de fogo, que a irmã contava para amedrontá-la e que depois não conseguia mais dormir sozinha:

> E ela me contava história assim que eu lembro, que tinha um bicho, que tinha língua de fogo, olho de não sei o quê. E quando chegava a noite, eu me lembrava da história que ela me contava e não dormia, aí eu inventava que tava com dor no ouvido, tava com dor assim, que era pra virem e estar perto de mim (T)

Maria José, Joana e Osvaldino também relatam sobre repertórios que têm a supremacia de conhecidas personagens do lendário amazônico: matintaperera, botos, cobras encantadas.

Assim, Joana assegura que

> contavam histórias das pessoas que viram lobisomem, história das pessoas que viram matintaperera, contavam histórias dos espíritos encantados que se tornam pessoas pra aparecer pra outras pessoas, contavam história do boto, contavam muita história que eu não lembro agora (J).

Maria José narra sobre o repasse da tradição da matinta em Baião, suas experiências familiares e justifica que mesmo que no enterro de sua mãe tenha chovido, ela não era uma entidade encantada.

> Eu ouvia historia de matintaperera, é que se vai virar mocinha, quando estão mocinhas novas vão lá pra Baião, diz que lá é que é a escola de aprender a ser matinta pereira, assim eu ouço falar, é que as moças aprendem a assoviar que nem a matintaperera, de noite elas aparecem trepada nos muros, nessas casas que só tem meia parede, elas trepam.
> É o que contam, né, mas assim que eu não acredito, mas isso de dizer que quando a mãe da gente morre e chega a hora do enterro chove, eu acho que é saudade de Deus para os filhos. Ainda mais, quando deixa pequeno, como a mamãe deixou, esse de peito com 6 meses, eu com 4 anos e minha irmã com 2 - essa que mora pra Pedreira - , teve 4 filhos, ainda ganhou mais um recém-nascido... e nunca fez nada pra matar os filhos, pra tirar do ventre

Osvaldino ouviu da avó muitas histórias e narrou algumas em que participou, muitas delas caracterizadas pela metamorfose homem X bicho e acontecidas na água, como a

cobra de chifre, que aparece duas vezes para o narrador, e a que conta que os botos são pessoas que morreram afogadas.

> Agora tem uma coisa que eu vi com meus olhos, isso eu vi. A aparição de botos. Dizia minha avó que aquilo eram pessoas, que morriam afogadas, e virava boto. Porque tinha boto macho e boto fêmea. Então, aparecia nas pontes, trapiches, no interior, [que] tinha muito pra poder atracar as canoas e abastecer. Meu avô tinha naquela época um comércio, um comércio menor que era pra abastecer as pequenas embarcações que iam pro rio acima .
> Então, eles a noite, tempo de luar bonito, parece dia, eles iam lavar as pontes, lavando, escovando a ponte [...], jogando água, água caindo pelas frestas da ponte. Então, eu me acordei com aquele barulho, eu dormia no quarto com minha mãe, os outros irmãos menores dormiam nos outros quartos, porque a casa era grande. Só o meu avô tinha onze filhos, então era grande a casa, cheia de quartos e janelas, casa colonial.
> Então, eu ouvi aquele barulho, aí eu bati na minha mãe e disse assim:
> - "Mãe tão lavando a ponte".
> Aí ela disse assim, ela dizia pra mim:
> - "Não vai olhar não, é visagem."
> Mas eu era abelhudo, fui olhar pela fechadura e ela falou:
> - "Vai deitar!"
> E, eu vi eles lavando, tudo bem vestido. Naquele tempo, o luxo era chapéu de palhinha com cinta preta ao lado e um laçinho. É a moda e o sapato era preto e branco, sapato de luxo.
> Porque dizem os antigos, que as pessoas que morriam afogadas em desastres marítimos viravam boto, viravam gente encantado e eu acreditei nisso e vi.

Muitas histórias ainda foram contadas, o repertório é longo, porém o espaço é curto. Continuamos a conversa, apresentaremos algumas (in) conclusões, no Simpósio, oralmente.

---

[1] Equipe:Josebel A.Fares; Venize Rodrigues (profas); Elaine Riker, Marcela Nogueira e Mery Oliveira (discentes)

[2] Oswaldino Ferreira de Oliveira (1913 ?/**O**); Florinda Bastos da Cunha (1916/ **F**); Raimunda da Silva Nazaré (1919/ **R**); Mário Nazareth de Souza (1923/ **M**); Raimunda Yolina Souza Erreira (1926/2005/ **Y**); Maria José Amaral (1927/ **MJ**); Terezinha de Jesus Monfredo Silva (1930/ **T**); José Sales (1934/ **JS**); Joana Graça da Conceição do Espírito Santo (1937?/ **J**);João Souza Sarmanho (1942/ **S**).

[3] Benjamin, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Em **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 (Obras Escolhidas, vol.I).

MOVIMENTO SOCIAL NEGRO APÓS O ESTADO NOVO: GRUPOS, CONFERÊNCIAS E JORNAIS

JOSELINA DA SILVA

Grandes eventos (nacionais e internacionais) marcaram a segunda metade dos anos quarenta e foram influenciadores diretos da constituição do movimento social dos negros brasileiros. O primeiro deles, o final da II Guerra Mundial deixou como saldo a constatação de que o racismo e suas práticas não haviam sido desterrados com as teorias de Franz Boas. O cenário nacional - com uma urbanização e industrialização crescentes - era fortalecido pelo ideário da democracia racial.

Numa tentativa de capturar o clima organizativo das lideranças negras no período, apresentaremos alguns acontecimentos emblemáticos. Estaremos analisando três grandes conferências nacionais organizadas no eixo Rio – São Paulo[1]. Abordaremos, mais adiante, algumas organizações negras das cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, constituídas naquele período. Os jornais publicados pelos movimentos negros são janelas através das quais procuramos penetrar na mobilização dos (as) ativistas negras (os). Assim sendo, nosso objetivo é apresentar – embora não de forma exaustiva -algumas das dinâmicas permeantes do movimento social dos negros, bem como diferentes facetas de sua composição que reunidos, dão pistas da grandeza daquele momento de expressão organizativa.

Os primeiros encontros nacionais do movimento negro brasileiro.

Um dos grandes marcos daquela efervescência e o primeiro grande encontro nacional do movimento negro brasileiro, foi a Convenção Nacional do Negro, dividida em duas partes.

A primeira em São Paulo em 1945 (10 a 12 de novembro) e no ano seguinte foi realizada a segunda, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes[2], em São Paulo, participantes oriundos do RJ, ES, MG, SP e RS. O conclave tinha dois objetivos principais: O primeiro, que a discriminação racial e o preconceito passassem a ser crimes previstos em lei. O segundo, que se criasse um sistema nacional de bolsas de estudos para estudantes negros nas universidades e no ensino secundário[3]. A Convenção produziu um documento intitulado: *"Manifesto à Nação Brasileira"* que notabilizou-se porque pela primeira vez, no país, se reivindicava que o preconceito de cor e a discriminação racial[4] fossem considerados crimes.

O segundo acontecimento, realizado sob a batuta do TEN (Teatro Experimental do Negro), foi a Conferência Nacional do Negro Brasileiro (entre 9 e 14 de maio de 1949, no Rio de Janeiro[5]. Entre os vários discursos emblemáticos da conferência, o de Paul Vanorden Shaw - representante da ONU - emprestava à conferência uma significação que ultrapassava as linhas divisórias do estado nação brasileiro. Outro grande momento – o terceiro deles - foi o I Congresso do Negro Brasileiro ocorrido de 29 agosto a 4 de setembro de 1950, no Rio de Janeiro. Sua realização foi coincidente com as comemorações do término do tráfico negreiro para o Brasil[6]. A imprensa da época deu grande divulgação ao evento. O congresso permitiu uma expressiva sinergia entre os ativistas e os pesquisadores acadêmicos[7]

Aqueles três encontros de escopo nacional contribuíram com diferentes avanços na pauta de reivindicações dos negros organizados no país. Se a Convenção Nacional do Negro trazia o tema da discriminação racial e o racismo a serem consignados como crimes previstos em lei. O I Congresso do Negro Brasileiro procurava interferir não apenas no

quadro legal, mas também, nas análises teóricas, ainda com evidente ênfase culturalista. Foram, portanto, acontecimentos estruturantes daquele movimento, tornando-o mais popular e manifesto para a opinião pública nacional.

Organizações Negras

Um grande crescimento do teatro brasileiro, mais voltado para a cultura nacional, se dá entre 1945 e 1955[8]. Surgem as personagens populares. Persistia, no entanto, a imagem de subserviência dos negros brasileiros. A ausência do protagonismo negro poderia ser uma das razões para que fossem criados três grupos com projeção nacional e internacional: O Teatro Experimental do Negro (TEN), o Teatro Folclórico Brasileiro, o Teatro Popular Brasileiro (TPB). Nem todos empregavam a arte da representação textual como atividade principal, embora o nome teatro os colocasse no centro de uma das vertentes de manifestação da democracia, mais comuns à época.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) / RJ

A trajetória do Teatro Experimental do Negro confunde –se com a de seu fundador, Abdias do Nascimento. Quando de uma viagem pela América Latina em 1941, Abdias assistiu à uma encenação onde a personagem principal era representada por um ator branco pintado de negro. Tal prática era comum também em solo brasileiro. Três anos depois, o líder criou o TEN[9]. O grupo defrontou-se com três dificuldades iniciais. Primeiramente, o sub representativo número de atores negros. Neste particular, pessoas negras de classes populares foram recrutadas para compor o grupo. O entrave seguinte era a quase inexistência de textos onde a personagem negra fosse positivamente valorizada. A peça o Imperador Jones', de Eugene O'Neill foi encenada como trabalho inaugural. O sucesso da

primeira temporada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro contribuiu para a superação inicial do terceiro entrave, que era a formação de platéias.

Teatro Folclórico Brasileiro (ou Teatro dos Novos) / RJ

O Grupo dos Novos (ou o Teatro Folclórico Brasileiro) foi fundado por Haroldo Costa, em 1949. O grupo era formado por estudantes, operários, empregadas domésticas, soldados da aeronáutica e diversos outros profissionais. Apresentou-se nos palcos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao longo da turnê internacional teve seu nome mudado para Balé Folclórico Brasileiro e por último Brasiliana. Viajou durante cinco anos, a partir de 1955, por vinte e cinco paises. Possuíam apenas uma carta do presidente Getúlio Vargas endereçada aos embaixadores brasileiros. Havia grandes restrições por parte dos diplomatas, diante de um grupo de maioria negra representando o Brasil.

Teatro Popular Brasileiro (TPB) / RJ

Terceiro na sucessão de grupos teatrais negros, o TPB foi criado em 1950 pelo poeta, folclorista, teatrólogo e pintor Solano Trindade juntamente com sua esposa, a coreógrafa Margarida Trindade e o etnólogo e Edson Carneiro. Composto por domésticas, operários, estudantes e comerciários o TPB viajou por diversas partes do país e da Europa. O teatro, a poesia e os vários ritmos afro brasileiros (batuques, lundus, caboclinhos, maracatus, capoeiras, congadas, caxambus, côco..) eram os elementos aglutinadores, em torno do qual as questões organizativas ideológicas eram realizadas, a partir da máxima do poeta Solano Trindade: *"Não faremos lutas de raças, porém, ensinaremos aos nossos irmãos negros que não há raça superior nem inferior."* [10]

Estes três grupos cariocas (Teatro Experimental do Negro, Teatro dos Novos e Teatro Popular Brasileiro) inserem-se, a partir de seus nomes naquele movimento onde o teatro se transforma em palco reivindicativo e denunciativo de uma sociedade em mudança. Os grupos negros vão, então, apropriar-me daquela arte inserindo, uma representação de identidade afro- brasileira.

A Associação do Negro Brasileiro (ANB) / SP

A ANB surgiu em 1945 fundada por José Correia Leite[11], Francisco Góes e Raul Joviano do Amaral. O Jornal Alvorada era seu braço midiático. Um dos grandes marcos da ANB foi o documento intitulado *"Manifesto em defesa da Democracia".* Lançado oito meses antes do final do Estado Novo, o manifesto faz uma relação direta entre o restabelecimento da ordem democrática e a mudança das condições de desigualdade a que estava submetida parcela significativa da população negra. Sua análise também recorre à saga Palmarina como referencial para um novo momento de luta anti-racista, que se estabeleceria com o retorno ao estado de direito. Assim, as políticas dirigidas aos afro-brasileiros, ao lado de ações universalistas constituíam o bojo das ações a serem desenvolvidas.

Associação Cultural do Negro (ACN) / SP

Associação Cultural do Negro (ACN)[12] foi fundada em 1954[13]. Suas principais atividades foram palestras, debates, aulas noturnas e a constituição de um grupo de jovens. A ACN surge com a intençaão de congregar as lideranças negras paulistas para tomar parte nos festejos pelo quarto centenário da capital. Embora inicialmente criada apenas como um grupo voltado à área da cultura, a ACN, acabou por inserir-se em diversas atividades e momentos político sociais de São Paulo. A ACN organizava palestras com acadêmicos e

escritores sobre líderes negros. Estas atividades se revestiam de importância, se considerarmos a ausência, à época, de uma bibliografia mais robustecida que pudesse subsidiar os ativistas, sobre esta temática.

Associação José do Patrocínio / BH

Nascido em Barbacena (MG), foi o soldado Antonio Carlos responsável pela criação do Centro Cívico Palmares em São Paulo que resultou na constituição da Frente Negra Brasileira na década de trinta. O mesmo soldado Antonio Carlos migrou para Belo Horizonte e criou a Associação José do Patrocínio[14] que chegou a ter cerca de mil e quinhentos sócios e é considerada a primeira organização da cidade, no período pós Estado Novo[15]. O grupo desenvolvia cursos de corte e costura e bordado que conviviam com aulas de português, matemática e de cultura negra, além dos concursos de beleza.

União dos Homens de Cor / Curitiba e Porto Alegre

Fundada em Porto Alegre em janeiro de 1943 pelo Dr. João Cabral Alves a União dos Homens de Cor (UHC) contava, cinco anos depois, com representação em onze estados do país, de norte a sul. A UHC constituía-se numa estrutura organizativa que se sustentava numa rede articulada por chefes municipais. Em 1948 a UHC do Paraná registrava vinte e seis zonas municipais. No interior dos estados, a rede se mantinha a partir de inspetorias regionais. A convenção anual era realizada a cada treze de maio na sede nacional em Porto Alegre, com a presença de representantes estaduais eleitos. Homens e mulheres negros com visibilidade social e política eram membros da UHC e tinham na rede um sustentáculo. O Jornal União era seu informativo e órgão de difusão.

Os jornais do movimento social negro

Os jornais da imprensa negra[16] são importantes referenciais quando se pretende analisar o pensamento da *inteligência* negra da época, são também valiosos instrumentos para o entendimento das matrizes argumentativas do período ora estudado. No Rio Janeiro, por exemplo, solidificava-se uma imprensa onde os jornais O Quilombo, O Redenção e A Voz da Negritude eram os principais representantes. O Quilombo[17], com seu subtítulo: "*Vida problemas e aspirações do negro",* dirigido por Abdias do Nascimento era preocupado em analisar as conseqüências do racismo sobre a população negra. "*Trabalharemos Unidos para um Brasil melhor, e*ste é o subtítulo do jornal Redenção dirigido por João da Conceição. O terceiro periódico, A Voz da Negritude, era o Jornal da União dos Homens de Cor (UHC)/ DF[18]. As sessões de cartas dos diferentes jornais demonstram um intenso fluxo de informações entre as regiões, como se vê no Jornal Alvorada de São Paulo, entre 1945 e 1948. Os jornais representavam pólos aglutinadores e estimularam a existência de uma comunidade política e familiar[19].

Algumas Conclusões:

Procuramos demonstrar neste texto – de forma sucinta - que a partir de eventos nacionais, das organizações negras em diferentes estados e dos jornais publicados pelos afro-brasileiros a ocorrência de uma pulsante veia organizativa do movimento social negro, durante o período de redemocratização após o Estado Novo. A expansão dos jornais negros e a realização de encontros e conferências auxiliaram na solidificação do debate e projetaram uma contra argumentação no que se refere à democracia racial no Brasil. Contribuíram também para estabelecer novas identidades, atraindo aliados diversos e de setores plurais, incluído-se num momento de lutas anti- racistas[20], a nível mundial.

[1]Fernandes, Florestan: A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, EDUSP, 1965.

[2] Senzala: Revista mensal para o negro. Ano I n. 1 SP. Janeiro de 1946

[3]Andrews, George Reid, Blacks and whites in São Paulo, Brasil. 1988 –1988. The University of Wisconsin Press, 1991.

[4]Cadernos Brasileiros. 80 anos de abolição. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968.

[5]Muller, R G.(org.). Dionysos, Brasília, Revista da FUNDACEN /MINC, n.28,1998. Número especial. Teatro Experimental do Negro.

[6] Nascimento, Abdias do. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2.a ed, 1982

[7] Apud. 5

[8] Prado, Décio de Almeida : A evolução da literatura dramática In: Coutinho Afrânio.Org . A literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Sul Americana . S.A 1941.

[9] Mendes, Miriam Garcia . O Negro e o Teatro Brasileiro. (entre 1889 e 1982)- São Paulo, Hucitec, 1993

[10]Solano Trindade. Jornal Maioria Falante. Junho 1990:10.

[11]José Correia Leite era o editor do jornal Clarim da Alvorada (1920 e 1930 /SP) .

[12]Cuti; Leite, José Correia. ....E disse o Velho Militante. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992

[13]Apud 2

[14] Jornal Minas Gerais. Suplemento Literário. 7 de maio de 1988, Ano XXII, n. 1098. pág. 10

[15] Márcio (org.). Frente Negra Brasileira: Depoimentos / entrevistas e textos. Quilomboje. São Paulo. 1998

[16] Ferrara, Mirian Nicolau. Imprensa negra paulista (1915-1960). São Paulo, FFLCH/USP, 1986.

[17] Quilombo. RJ . Ano I N. 1 - Dezembro 1948

[18] Silva, Joselina. "A União dos Homens de Cor : Aspectos do movimento negro dos anos quarenta e cinqüenta". In Estudos Afro Asiáticos. Ano 25. Vol. 2 . (Maio-julho 2003) Rio de Janeiro.

[19]Sodré, Muniz. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

[20] Méier, August; Rudwick, Elliot; e Broderick, Francis L. Black Protest Thought in the Twentieth Century. Second Edition. 1971. New York.

Notas sobre a participação feminina na dinâmica canavieira de Itu (1781-1830)

Joseph Cesar Ferreira de Almeida – PPG-USP

Profª. Drª. Eni de Mesquita Sâmara - USP

Introdução

Este estudo é um embrião do trabalho em desenvolvimento para o mestrado sobre a participação das mulheres proprietárias em Itu do final do século XVIII a meados do século XIX[i], tendo em vista sua participação na dinâmica econômica da época. A documentação escolhida reúne os inventários, testamentos e censos de Itu, cujas informações permitiram obter dados para uma análise ampla do objeto de estudo.

A pesquisa sobre as mulheres em Itu insere-se no campo de estudos relativos à História das Mulheres, voltando-se para a análise das distinções e semelhanças entre as próprias mulheres do período, e a sua situação neste contexto histórico. O trabalho, no entanto, não se limita a uma História das Mulheres na economia canavieira de Itu, mas busca uma oportunidade de dialogar com a historiografia brasileira sobre temas mais abrangentes, como a própria formação econômica de São Paulo.

O estudo das mulheres proprietárias, ao inserir-se dentro de uma perspectiva de História Mulheres, está vinculado a uma tendência recente na historiografia da mulher, que aponta para uma tentativa de distanciamento do contexto ideológico, com o objetivo de mostrar a mulher na sua integração com sistemas de poder, redes de dominação e laços de parentesco, tentando desvendar a realidade além da norma prescrita, ultrapassando mitos e estereótipos e evitando a tendência funcionalista de ver o feminino como o reverso da cultura masculina[ii].

Assim, o trabalho consiste em uma tentativa de trazer para o campo específico de uma localidade, no caso é Itu, esta nova abordagem conceitual, ou seja, a participação feminina na dinâmica econômica, durante o período em que a cana-de-açúcar representava a maior fonte de renda dos paulistas.

Nesse período há um desenvolvimento da capitania, que transformou a agricultura, até então predominantemente de subsistência, em uma agricultura integrada ao cenário econômico mundial[iii].

Dentro desse contexto econômico, as mulheres participam ativamente da circulação da riqueza, e na liderança de famílias e negócios. Revelando o seu papel não apenas dentro do campo da história das mulheres, e sim em toda a História de São Paulo.

O tema e seus desdobramentos

A partir, desta abordagem historiográfica, o estudo da História das Mulheres em Itu durante o período de 1781 a 1830 justifica-se, pelo fato de a cidade nessa época possuir tanto um setor rural quanto um setor urbano documentado pelos Maços de População e inventários. Além de estar inserida em um sistema de latifúndios monocultores voltados para o mercado externo, e possuir uma estrutura social baseada na família patriarcal e escravocrata.

Ademais, o trabalho que deveria abranger apenas o período colonial teve de ser alongado pela necessidade de conseguir visualizar melhor a participação das mulheres nesta economia, uma vez que diversas mulheres que viveram naquele período irão fazer o seu testamento e, posteriormente, o inventário apenas no início do Império.

Por intermédio dos Maços de População podemos perceber o crescimento populacional e econômico da vila de Itu através do aumento do número de Companhias de Ordenanças em função da expansão dos bairros e freguesias. Em 1773, existia

apenas uma Companhia para toda a região de Itu, esse número vai aumentando chegando a 8 em 1818, e permanecendo assim até 1829.

Da sua fundação, em 1610, até a expansão da lavoura canavieira, Itu passa por um período de economia incipiente, tendo na atividade de subsistência a única forma de vida. De modo geral, os níveis de produção agrícola deviam ajustar-se ao consumo próprio com pequenos excedentes comercializados[iv].

O desenvolvimento da cultura canavieira na Capitania de São Paulo inicia-se durante o governo de Morgado de Matheus (1765-1775), que implementa medidas empreendedoras, visando o mercado externo[v]. A nova política para capitania de São Paulo acarretou em uma transformação sócio-econômica significativa, devido ao surgimento de novos núcleos populacionais e à passagem de uma economia baseada na agricultura de subsistência para exportação de açúcar.

Os produtores de açúcar, em São Paulo, eram estimulados pelo alto preço do produto no mercado externo, em decorrência das revoltas sociais nas colônias francesas no caribe (1791-1804) e a guerra de independência norte americana (1776-1782), esse fatos desorganizaram o mercado mundial de açúcar e favoreceram o aumento de preço do produto.

Dessa maneira, o cultivo da lavoura canavieira no interior de São Paulo situa-se entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX. A produção açucareira se estende por toda a área denominada de "Quadrilátero do Açúcar" (compreendida entre Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, na qual estão inseridas Itu e Campinas).

O fato de Itu ser local de trânsito para as Minas[vi] trouxe impactos na economia, o que, certamente, contribuiu para formação de um mercado relativamente regular de gêneros alimentícios, incluindo o açúcar, que era enviado junto para as Minas. Como

afirmou Sérgio Buarque de Holanda, os descobrimentos das minas constituíram a "primeira oportunidade considerável para o avanço da indústria açucareira"[vii].

O surto da lavoura canavieira foi favorecido por diversos fatores tanto sócio-econômico quanto geográfico e demográfico que havia se desenvolvido na região de Itu durante o bandeirantismo de apresamento de índios e de mineração, e posteriormente o comércio propiciado pelas monções em zonas mineradoras.

Fatores de ordem climática e tipo de solo também foram decisivos para o desenvolvimento da agricultura da cana-de-açúcar. "Campinas, Itu, Moji Mirim e Sorocaba situam-se na divisa entre solos que tem origem na decomposição de rochas cristalinas pré devonianas e a área onde os solos se formam, predominantemente, pela decomposição de rochas sedimentares" [viii] .

Neste contexto, as mulheres desempenharam papéis importantes na expansão da fronteira agrícola paulista, pois com a morte ou ausência dos maridos, muitas delas tornavam-se responsáveis pelos bens e filhos deixados. Assim, mulheres com maridos ausentes, viúvas, filhas solteiras e órfãs são expressão da independência feminina existente na época. Não sendo raros os exemplos de mulheres que chefiavam famílias e negócios.

Um exemplo deste fenômeno foi Maria de Sampayo, viúva e inventariante amigável de Estevão Cardozo Negreyros[ix], onde é destacado o lugar de morada de seus primeiros filhos, Lorenso Cardozo e Antonio Antunes de Campos. O primeiro era morador do Caminho de Goyazes e o segundo morava nas minas do Matogrosso, revelando, uma liderança feminina dentro do lar, enquanto que os filhos participavam da dinâmica econômica do interior brasileiro.

Outro exemplo encontrado foi o testamento da viúva senhora de engenho Dona Ignacia Maria do Carmo onde *Declara que se acharem que alguem dos meus herdeiros tenhão desfalcado o monte em couza grave sejão obrigados por justiça, sendo este o*

ultimo remedio, o que parece mal entre estranhos quanto mais entre parentes", demonstrando uma certa autonomia e também uma desconfiança das suas disposições testamentarias perante os seus herdeiros, não aceitando a tutela de alguns dos filhos após a morte de seu cônjuge.

Emancipação ou casamento tardios resultaram desse aumento da participação materna. A outra conseqüência foi uma vida sexual mais espaçada e a diminuição considerável no número de filhos, quando não uma vida sexual extraconjugal[x].

Em nossas pesquisas encontramos o exemplo do inventário de Rosa Maria, onde está descrito que fora casada com Reinaldo Pinheiro *que logo se casou se ausentou para as partes de mato grosso a muitos anos*[xi].

Assim, o enfraquecimento da família patriarcal, iniciada no século XVIII, atingiu não só o patriarca, mas também sua representante. Uma mulher casada na São Paulo colonial desempenhava muitas vezes importante papel como representante do marido nos negócios comerciais ou como administradora dos bens do casal. As viúvas não só se tornavam a chefe legal da família, controlando todos os seus bens, como ainda, muitas delas, controlavam também seus filhos não emancipados, e inclusive os filhos adultos[xii].

Com vista em um levantamento feito nos estudos realizados sobre o período açucareiro na região de Itu, poucos trabalhos faziam referências ao papel da mulher dentro desta dinâmica econômica. Entre eles há de se destacar o trabalho de Eni de Mesquita[xiii], que ao verificar o papel do agregado em Itu dedica um estudo especial sobre as mulheres agregadas no cotidiano da região.

Para um melhor aproveitamento desta pesquisa foram utilizados basicamente três tipos de documentos: testamentos, inventários e os censos populacionais. Dentre tais fontes, testamentos e inventários compõem um conjunto de dados e informações importantes sobre o papel desempenhado pelas mulheres na dinâmica econômica da colonização.

Nos testamentos estão contidas informações variadas como nome completo do testador e de seus pais, local de nascimento, o estado conjugal, o nome do testamenteiro e as disposições quanto à herança. Nos inventários encontramos dados como: herdeiros, a idade de cada um, a descrição e o valor de cada bem arrolado, escravo e a partilha, que se efetivava após o pagamento das dívidas. Ambos os tipos de documentos fazem parte do Arquivo do Museu Republicano Convenção-MP/USP localizado na cidade de Itu.

Por fim, os maços de população, evidencia-se pelo caráter estatístico, como número de habitantes, composição de família, escravos, forros e agregados, ocupação dos habitantes por cada fogo, total de fogos, distribuição da população pela Companhia de Ordenanças, ruas e bairros, preços correntes dos produtos, registro da produção local, consumo e quantidade exportada, nascimentos, casamentos e óbitos. Estes documentos são do acervo do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

Devido à riqueza de informações sobre os procedimentos adotados por ocasião das partilhas de bens e a vida material da época, estes documentos permitem análises do papel feminino, de modo que a história dessas mulheres não seja apenas um adendo à História de São Paulo.

E finalmente, com auxílio das fontes documentais podemos levantar dados com objetivo de visualizar a participação da mulher na economia da região de Itu, e por consequência, o seu papel na história paulista.

---

[i] Devido ao trabalho estar em estágio inicial, o presente artigo restringe-se a uma versão preliminar do estudo.

[ii],SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru, SP: Edusc, 2003.P.89

[iii] PETRONE, Maria Thereza Schore Petrone*. A lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851).* Difusão Européia do Livro. São Paulo. P. 7

[iv] SAMARA, Eni de Mesquita, *O papel do agregado na região de Itu. (1780-1830*), Coleção Museu Paulista, Série História vol.6, Edição do Fundo de Pesquissa do Museu Paulista da USP, São paulo 1977.

[v] PETRONE, Maria Thereza Schore Petrone. *A lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851).* Difusão Européia do Livro. São Paulo. P 12

[vi] Itu, assim como Curitiba, Sorocaba, Jundiaí e Guaratinguetá, neste período podiam ser consideradas "bocas de sertão" por ser um dos locais que mais se afastavam da orla litorânea. SAMARA, Eni de Mesquita, *O papel do agregado na região de Itu. (1780-1830),* Coleção Museu Paulista, Série História vol.6, Edição do Fundo de Pesquissa do Museu Paulista da USP, São paulo 1977. P. 21

[vii] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Ed Brasiliense, 1990, P.44.

[viii]PETRONE, Maria Thereza Schore Petrone. *A lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851).* Difusão Européia do Livro. São Paulo. P .91

[ix] Arquivo do Museu Republicano "convenção de Itu- MP-USP, inventário de Estevão Cardozo Negreyros cx.13 1780.

[x] SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Sistema de Casamento no Brasil colonial. São Paulo*: T ª Queiroz Ed. Da Universidade de São Paulo. P190

[xi] Arquivo do Museu Republicano convenção de Itu- MP-USP, inventário de Rosa Maria 1803 cx.16A

[xii]NAZZARI, Muriel *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil 1600-1900*, trad de Lólio Lourenço de Oliveira. Companhia das Letras, São Paulo, 2001 P. 168

[xiii] SAMARA, Eni de Mesquita. *O papel do agregado na região de Itu. (1780-1830*), Coleção Museu Paulista, Série História vol.6, Edição do Fundo de Pesquissa do Museu Paulista da USP, São paulo 1977

A Eco-História da colonização italiana no Rio Grande do Sul

Juliana Bublitz*

Introdução

Marcas de prosperidade, sem dúvida, mas também de devastação fazem parte da história da colonização européia na região serrana do Rio Grande do Sul. A partir de 1875, milhares de imigrantes italianos subiram a encosta da Serra e estabeleceram-se na área. Coube a eles a tarefa de povoar uma região de montanha coberta de mata densa, fechada e úmida, delineada no alto por centenas de coníferas, entre elas majestosas araucárias, localizada no Norte da Província. Onde "mesmo ao meio dia reina na mata apenas uma luz enfraquecida, porque entre a densa ramagem quase nunca se enxerga uma réstia de céu azul", como registrou em 1893 o biólogo sueco C. Lindmann[1]. A floresta impenetrável e a borda da Serra, um paredão de mais de 300 metros de altitude, eram até então habitados por indígenas, principalmente por Coroados, que se dividiam em pequenos grupos e, a seu modo, exploravam a natureza em busca da sobrevivência – o que certamente também implicou um impacto ambiental, mesmo que de baixa escala.

Para os colonizadores europeus, no entanto, a mata subtropical e a encosta representavam barreiras naturais a qualquer tentativa de ocupação. Tratava-se de uma ampla extensão de terras de topografia irregular, difícil de ser alcançada e percorrida para qualquer um que, via de regra, não fosse nativo. Nesse sentido, desde o princípio da ocupação do Rio Grande do Sul, as condições físicas e naturais condicionaram o uso do território[2], e o povoamento se iniciou pela região dos campos naturais. Somente a partir da primeira metade do século XIX é que as áreas cobertas de vegetação, em alguns pontos da Depressão Central e na Serra, passaram a ser povoadas de forma sistemática, devido aos incentivos à imigração européia por parte do Império e do governo provincial. Antes de

1875, porém, a região serrana, conforme a documentação oficial, era ainda um pedaço de terra caótico, inculto e improdutivo, dominado por bugres e por feras.

Apesar da primeira leva de colonos ter chegado ao local em 1875, somente nos anos de 1876 e 1877 a imigração italiana de fato se intensificaria, com a vinda de três a quatro mil pessoas por ano à Província. Esse número atingiria cifras ainda mais elevadas, como a que se registrou em 1891, quando chegaram à Serra cerca de nove mil imigrantes. Tais registros indicam que a soma total de italianos vindos ao Estado em 33 anos de colonização ultrapassa a marca dos 70 mil[3]. Toda essa gente acabou se espalhando, pelo menos inicialmente, por uma área de 370 mil hectares, que envolvia sete colônias[4]. Segundo Manfroi[5], em poucos anos, as primeiras áreas destinadas à colonização "foram inteiramente ocupadas e cultivadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes". Não se pode subestimar, no entanto, a presença indígena. Mesmo recuando na mata, distanciando-se da ação incisiva dos europeus, os índios continuavam por perto e ocupavam a área, inclusive disputando a posse do território.

Ano após ano, com a chegada de mais imigrantes, muitos dos descendentes de pioneiros e dos próprios recém-chegados passaram a procurar novos locais para se estabelecerem. Inicialmente, a marcha seguiu para os arredores das antigas colônias, mas acabou se assentando em outras regiões. Conforme Manfroi[6], "a irradiação italiana atingiu toda a margem meridional do Planalto e, a Leste, alcançou os Aparados da Serra", entretanto, segundo ele, "a grande linha de conquista foi a direção Noroeste". Manfroi ressalta ainda que "depois de ter ocupado as últimas reservas florestais do vale do Rio Uruguai, se estendeu pelo Oeste catarinense [...] e pelo sudoeste paranaense". A amplitude do traçado, incluindo áreas de preservação, revela o impacto ambiental resultante dessa colonização.

Observe-se, por exemplo, o relato do imigrante italiano Emmanuele Santini, chegado em 1875 a Campo dos Bugres, onde se desenvolveu a Colônia de Caxias. O colono

[*] Especialista em História do Brasil e bolsista da CAPES no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – RS – Brasil. E-mail: julibublitz@yahoo.com.br

descrevia a nova terra de forma um tanto desoladora. Entretanto, por meio de suas observações, pode-se perceber o quanto a paisagem serrana, à época do início da colonização, era diferente do que se vê hoje na região. Tratava-se, segundo ele, de "uma mata virgem, com uma infinda série de animais selvagens, casas de paus rachados em forma de tábuas, verdadeiras choças no silêncio das selvas, isolamento, deserto de florestas impenetráveis"[7]. Como já referiu Maestri[8], a sensação de isolamento tão reclamada pelos colonos era na realidade relativa. Mesmo que "o deserto de florestas impenetráveis" assustasse (ou desafiasse) os imigrantes, a dimensão dos lotes coloniais e a distância entre os vizinhos variava de 250 a 500 metros, não mais do que isso. A sensação relativa de isolamento provinha do fato de que, na Itália, em geral, os colonos viviam em aldeias, onde havia maior concentração demográfica e proximidade.

A competição ecológica

Com a chegada dos italianos, uma série de alterações começam a ocorrer no meio ambiente. Nesse sentido, o relato de um imigrante colhido por D. José Barea revela um pouco do ecossistema serrano no final do século XIX e da forma como os colonizadores inseriram-se nesse meio de difícil sobrevivência. Nele, diariamente, seres humanos e animais nativos interagiam e disputavam território. Na maioria das vezes, ao que se conclui a partir das informações fornecidas pelo colono, porcos do mato, macacos, papagaios e aves de variadas espécies acabaram fazendo parte da dieta alimentar dos imigrantes, assim como frutas e legumes. Segundo ele: "se não fossem os pinhões, não sei como teríamos sobrevivido, porque somente em princípios de 1877 começaram as primeiras colheitas de produtos essenciais à nossa alimentação! Quando, porém, veio a bendita safra, constatamos que ela era disputada por muitos pretendentes, entre os quais macacos, papagaios e outros animais e aves que em grande número investiam contra as plantações. Se nos prejudicavam, justiça devemos confessar que muitos deles, apanhados e mortos, mais de uma vez encheram nossas panelas, proporcionando-nos um caldo e uma carne

mais que saborosa. Quanto aos porcos, não nos contentava em afastá-los por meio de tiros de espingardas, disparadas ao cair da noite, nos lugares das plantações onde desejávamos apanhá-los. Outro estratagema era abrir buracos, cobertos de folhagem e, quando por ali passavam, neles caíam, havendo assim muita facilidade em apanhá-los e depois de mortos eram transportados para nossas casas"[9].

Outra importante revelação contida no relato está ligada ao extermínio de ratões na região. A fala do imigrante ressalta que a própria diretoria da Colônia de Caxias incentivou a matança desses animais, porque surgiam como uma praga. É provável que o problema tenha ocorrido devido a algum desequilíbrio na cadeia alimentar – e podemos inferir que este tenha sido resultado da própria ação humana sobre o ecossistema local. O fato é que a administração colonial ofereceu dinheiro vivo a quem apresentasse roedores mortos. Dizia o italiano[10] que "uma outra praga era a dos ratões, em quantidade incrível, roendo caixões, sapatos, trazendo, à noite, em verdadeiro sobressalto os que estavam dormindo. No Campo do Bugres, a diretoria da Colonização auxiliou-nos numa empresa para sua exterminação, pagando 500 réis a quarta (oito quilos)".

No mesmo relato colhido por D. José Barea, citado anteriormente, há outro claro registro da competição ecológica deflagrada em terras serranas. Ao longo do depoimento, o colono contou do pavor causado por uma onça que, numa noite qualquer, invadiu sua casa. Embora, na época, a presença desses felinos fosse comum, aparecendo também nos relatos de colonos de outras partes da Província, hoje eles já não existem mais no Estado. Muitos foram abatidos pelos próprios imigrantes. Nesse caso, porém, o animal escapou ileso e com o jantar garantido: "Uma noite estávamos todos dormindo, numa modesta casa de madeira. Em dado momento, sentimos correrem nossos animais, rinchando desesperadamente! Pouco depois, ouvimos um fragor terrível, com o arrombamento da porta. Quem entrou precipitadamente? Uma onça de regular tamanho, que vinha perseguindo um cão e, apanhando-o, deixou a casa em direção ao mato"[11].

Ainda sobre a fauna selvagem das cercanias e sua relação com os povoadores, javalis, cobras e outros animais fazem parte das memórias dos pioneiros. O imigrante Carlin

Fabris[12], ao narrar a história do Povoado de Conceição, nas proximidades da colônia de Caxias, ressaltou que havia um "grande bando de Javaly (Porco selvaje) Jaguaterico, e outro animaes perigoso como cobra" na região, mas que o "intrepido Andrea", um dos primeiros colonos chegados ao local, dizia que "o que se vince o pur si muore". Em outras palavras, a natureza tinha de ser dominada a qualquer custo.

Os embates ocorriam não apenas entre colonos e animais, mas também entre colonos e indígenas. Paolo Rossato, outro imigrante italiano instalado na região serrana, relembrava em suas cartas que, "no campo, sete anos atrás, diz no começo de 1884, só se encontravam bugres, que fugiram para o mato, bem longe, à medida que chegavam os colonos"[13]. Willems[14] também destaca a competição ecológica entre imigrantes e tribos indígenas, ocorrida nas matas hidrófilas, refúgio derradeiro para os índios comprimidos pelas sociedades sertaneja e litorânea.

Distantes e assustadoras, as florestas brasileiras invariavelmente mexiam com o imaginário desses europeus, quase todos provenientes de comunidades aldeãs, e reforçavam o "caráter inculto, selvagem, não-civilizado dos territórios americanos que deveria desbravar"[15]. Essa cosmovisão influenciada em muito pela própria religiosidade do italiano acabou por definir o modo como este se inseriu e agiu no novo meio.

O mato, foco de animais temidos, como a onça descrita no relato anterior, e de bugres, *uomini selvaggi*, representação máxima do bárbaro, inculto e ateu, tinha de ser conquistado e domesticado. Em 1883, a alteração provocada pelos italianos na paisagem era ainda considerada pequena: "Não há um palmo sequer de campina no horizonte à vista, a não ser o que foi desmatado e arroteado pelos colonos", dizia o cônsul Enrico Perrod[16], concluindo que, fora isso, tratava-se "apenas uma densa floresta, que impõe terror". Os colonos incorporavam a missão de civilizar aquele meio hostil e caótico. Continuavam desmatando e queimando, mesmo depois de já terem erguido suas casas e cultivado as primeiras plantações, para afugentar os bugres e as feras e, principalmente, para impor-se sobre o meio. Continuavam as derrubadas, não por questões econômicas inicialmente, mas por uma

espécie de ética religiosa, que os mantinha vivos e unidos, mesmo sentindo-se isolados, perdidos numa região praticamente abandonada até o início da colonização.

Curioso notar que a maioria dos pesquisadores que trataram do tema da colonização italiana no Estado, como Thales de Azevedo (1975), Olívio Manfroi (1975) e Octávio Ianni (1979), retrataram muito bem a ação dessa população sobre o meio natural, mas não enfatizaram as conseqüências disso sobre o ecossistema. Azevedo[17] chegou intitular um dos capítulos de seu livro de *A adaptação ao meio*, no qual procurou tratar do que chamou de "estrutura ecológica da região colonial italiana". A abordagem, no entanto, teve um sentido diverso do que tratamos neste trabalho introdutório sobre a eco-história da colonização européia no Estado.

Azevedo[18] afirma que para compreender a estrutura ecológica da área de colonização italiana ou "o modo como a população se implantou na área e se organizou em função do meio, faz-se necessário expor os critérios que determinaram a localização dos imigrantes nas terras por onde se estendeu a colonização". Assim, ao longo do texto, o autor trata exclusivamente de explicar em detalhes a estrutura dos travessões e das linhas, a forma como se dividiram e se compuseram os lotes coloniais, a estrutura dos barracões onde inicialmente se hospedavam os recém-chegados e os tipos de habitações construídas pelos imigrantes. Embora rica em minúcias e bastante completa, a abordagem não trata, em nenhum momento, do impacto ambiental da colonização. E não seria exagero afirmar que nenhum, dentre os principais *experts* da área, teve de fato a preocupação de analisar a devastação ambiental gerada a partir do processo migratório – e muito menos de relativizar o desenvolvimento econômico gerado a partir da colonização.

Considerações finais

Como se vê, o desmatamento pode ser analisado por meio de variadas abordagens historiográficas. Além da abordagem tradicional, que se configura principalmente a partir da história econômica e de certa forma justifica a imperiosa necessidade do desmatamento

para a implantação das colônias, há novos tipos de abordagens. Entre elas, destacam-se a eco-história e a história das paisagens, que enfatizam o desmatamento enquanto uma relação intercultural entre sociedade e meio ambiente, e não mais meramente econômica.

Nesse sentido, o atual paradigma da sustentabilidade, que orienta essas abordagens ecológicas de investigação histórica, permite uma reflexão crítica sobre o uso e a apropriação dos recursos naturais pelas gerações passadas, atribuindo a elas a devida responsabilidade pela disponibilidade dos atuais recursos naturais. Mesmo a negligência e a cumplicidade do poder público frente à destruição ambiental sugerem uma revisão historiográfica. Isso porque relatórios provinciais e discursos parlamentares revelam que a regulamentação e o controle da exploração do meio ambiente por parte do poder público, na prática, não se realizou. Os relatos de viajantes também informam uma série de fatos que inferem a incapacidade e inclusive a omissão estatal em questões ligadas à gestão ambiental.

Assim, uma nova escrita da história pode contribuir para uma conscientização ecológica da dimensão histórica de certos problemas atuais – entre eles a poluição ambiental. A partir disso, é possível ainda rever certas tradições tecnológicas, valorizando aquelas reconhecidas como efetivamente ecológicas.

Embora a historiografia brasileira contemporânea venha subestimado a questão ambiental e a própria ecologia, o presente artigo procurou demonstrar que essa lacuna pode e deve ser preenchida. A história ecológica da colonização italiana no Rio Grande do Sul representa, assim, uma nova perspectiva no estudo do desenvolvimento regional.

---

[1] *Apud* MAESTRI, Mário. A travessia e a mata: memória e história. In: Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros. Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. BÓ, Juventino Dal, IOTTI, Luiza Horn e MACHADO, Maria B. Pinheiro (Org.) Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p.203.

[2] ETGES, Virgínia Elisabeta. A *região* no contexto da Globalização – o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org). Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p.352.

[3] AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p.93.

[4] Idem, AZEVEDO, 1975, p.103.

[5] MANFROI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A. (Org.) A Presença Italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987, p.173.

[6] Idem, MANFROI, 1987, p.178.
[7] CAMPOS NETO, Aristides Germani. Uma vida exemplar de persistência e operosidade. Porto Alegre, Tipologia Santo Antônio do Pão dos Pobres, 1939, p.13.
[8] Op. Cit. MAESTRI, 1999, p.204.
[9] FORTINI *apud* DE BONI, Luis A. e COSTA, Rovilho. Os italianos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola de Teologia S. Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979, p.125.
[10] Idem, FORTINI *apud* DE BONI e COSTA, 1979, p.125.
[11] Idem, FORTINI *apud* DE BONI e COSTA, 1979, p.125.
[12] *Apud* DE BONI, Luis A. La Mérica. Caxias do Sul: UCS, 1977.
[13] A*pud* AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. POA: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p.136.
[14] WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, Brasiliana, vol 250, 1980, p.82.
[15] MAESTRI, Mário. Os Senhores da Serra. A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000, p.37.
[16] COSTA, Rovílio et al. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu. Porto Alegre: EST, 1992, p.14.
[17] AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p.167-178.
[18] Idem, AZEVEDO, 1975, p.167.

A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821) [1]

Juliana Ferreira Sorgine

Em 29 de agosto de 1821, na vila de Goiana, região norte da Província de Pernambuco, um segmento das elites pernambucanas — a um só tempo liderança econômica e militar do Norte de Pernambuco — aliado a alguns antigos participantes do movimento de 1817, instalaram uma Junta Governativa Provisória com o objetivo de aderir à política das Cortes Constitucionais Portuguesas e desautorizar o governo do representante maior do monarca em Pernambuco, o Governador e Capitão-General português Luiz do Rego Barreto. A partir de então, durante quase um mês, a Junta de Goiana coexistiu com o Conselho Governativo do Recife -presidido pelo General Rego Barreto. Essas duas representações, como veremos adiante, disputaram a exclusividade no controle do governo da província de Pernambuco até finais de outubro de 1821, em meio ao conturbado processo de adequação política das províncias brasílicas às novas formas de organização que estavam sendo lentamente elaboradas no âmbito das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa

O processo de constitucionalização iniciado pelo movimento do Porto em agosto de 1820, com a instalação das Juntas Provisionais do Governo Supremo do Reino e Preparatória das Cortes Constituintes[2], claramente inspirado na experiência espanhola de reação à invasão francesa na primeira década do oitocentos, abriu possibilidade para as iniciativas de contestação ao Absolutismo Lusitano na esfera provincial, entre as quais se incluíram as formações de Juntas Governativas Provisórias, ou Juntas Provisionais de Governo. Estes governos estabelecidos em diversas províncias do Império Português, em apoio e fidelidade à política do Soberano Congresso ao longo

[1]Este trabalho trata-se da síntese de uma dissertação elaborada para a obtenção do título de mestre em História Social e Política pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[2] Isabel Nobre Vargues."O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820". *In*: Luís Roque Torgal & João Lourenço Roque(coord.). *O Liberalismo(1807-1890)*.Lisboa: Editorial Estampa,s.d (Coleção História de Portugal, vol.5),p.46.

dos anos de 1821 e 1822, conquistaram o controle político e administrativo provincial *"com toda a autoridade e jurisdição na parte civil, econômica, administrativa e de polícia",* perante a Coroa e as Cortes.

O episódio específico da formação da Junta de Goiana deve ser considerado a partir das inter-relações políticas que contribuíram para a sua ocorrência, que não foram, como sugere a historiografia brasileira, mera continuação da Insurreição de 1817, ou tampouco uma antecipação pernambucana à ruptura política processada ao longo de 1822. Os eventos relacionados à formação da Junta de Goiana tiveram um sentido próprio, ao que entendemos, de caráter monárquico-constitucionalista, e raízes no contexto local que poderia ser caracterizado como de "crise de governabilidade" da administração de Rego Barreto. E é no campo não só da história política, mas mais especificamente da "cultura política"[3] desse tempo de incertezas e ambigüidades que este trabalho se inseriu.

A análise da documentação disponível sobre a formação da Junta Governativa de Goiana - as "memórias políticas" do governador da província de Pernambuco, de 1817 a 1821, Capitão-General Luiz do Rego Barreto; os relatos do secretário da Junta de Goiana, Felipe Mena Calado da Fonseca, acerca do episódio; a correspondência de Presidente de Província de Pernambuco no período de março a outubro de 1821; as Atas das Sessões do Conselho Governativo da Província, de 30 de agosto a 26 de outubro de 1821; e o conjunto de ofícios e comunicados trocados pela Junta Governativa de Goiana com o Conselho Governativo do Recife, as Câmaras Municipais da Província, com os Governos das Províncias vizinhas a Pernambuco, com o Regente e as Cortes Constitucionais Portuguesas -, nos possibilita novas formas de pensar os conflitos políticos internos pernambucanos nas primeiras décadas do século XIX, e suas inter-relações com o processo mais amplo de adequação das

[3] Nessa perspectiva, utilizamos a noção de cultura política, no sentido amplo proposto por Giacomo Sani, como conjunto de atitudes, normas, crenças, linguagens, símbolos e tendências partilhadas em maior ou menor grau por indivíduos de uma determinada sociedade, em um momento histórico específico, tendo como objeto fenômenos políticos.

Províncias brasílicas às transformações relacionadas aos desdobramentos político-institucionais da Revolução Liberal do Porto de 1820.

Até princípios de 1821, a única instância em Pernambuco que poderia ser compreendida como uma reação às mudanças introduzidas pelo Movimento do Porto, originou-se da iniciativa do próprio Governador Luiz do Rego Barreto. Antes mesmo que a notícia do juramento de D. João VI às bases da Constituição (26 de fevereiro de 1821) chegasse a Pernambuco, com quase um mês de atraso, Rego Barreto comunicou às Cortes e ao Monarca a adesão daquela província à política do vintismo[4]. Posteriormente, em fins do mês de março de 1821, ciente da decisão do Rei de apoiar a formação das Cortes, o Governador criou um Conselho Consultivo na Província, no qual reuniu sob a sua presidência alguns escolhidos entre aqueles que apoiavam seu governo[5]. Tal medida provocou imensa reação dos opositores locais ao governo de Rego Barreto, que não consideravam legítima aquela iniciativa de adesão à política das Cortes. Essa reação intensificou-se, sobretudo, depois que antigos envolvidos na Insurreição de 1817 egressos das prisões baianas retornaram ao Recife, soltos por determinação do Tribunal da Relação da Bahia.

Grande parte dos envolvidos na Insurreição Pernambucana de 1817 foi liberta durante o ano de 1821, por ocasião dos primeiros reflexos da Revolução Liberal do Porto nas províncias brasílicas. E o progressivo retorno de muitos desses ex-prisioneiros a Pernambuco, foi um fator agravante para desestabilizar o poder de Luiz do Rego Barreto. Desde o início da sua gestão, em maio de 1817, dando continuidade a política repressiva joanina à Insurreição autonomista, Rego Barreto enfrentou um período de

---

[4]Entendido, segundo Márcia Regina Berbel, como o pensamento político do movimento de 1820, que concebia a *nação* como um projeto político a ser conquistado, e que associava à elaboração da Constituição o poder de regenerar as instituições políticas portuguesas. Ver Márcia Regina Berbel. *A Nação como Artefato:deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas(1821-1822)*. São Paulo:Hucitec,1999.

[5] Segundo Francisco Augusto Pereira da Costa eram eles: o marechal-de-campo Luiz Antonio Salazar Moscoso; o desembargador e ouvidor-geral Antero José da Maia e Silva; o capitão-mor Antonio de Morais Silva; os comerciantes Joaquim José Mendes e Antonio da Silva Companhia; o proprietário rural José Camelo Pessoa de Lacerda; e como secretário o Reverendo Caetano José da Silva Antunes. Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos.1818-1823*. Recife:FUNDARPE\Diretoria de Assuntos Culturais,1984,v.8 (Coleção Pernambucana,2ª fase,9), p.71.

intensas "trepidações" políticas, resultantes do desagrado de setores da sociedade pernambucana frente às suas medidas autoritárias.

Foi esse o contexto da formação da Junta em Goiana por senhores de engenho de Pernambuco que pretendiam a expulsão do General Luiz do Rego Barreto e a realização de eleições para a adesão da província ao constitucionalismo de Lisboa. Goiana era o segundo núcleo citadino da Província –sendo o primeiro a vila do Recife-, cuja importância econômica se devia à condição de entreposto comercial entre o porto do Recife e as demais províncias do Norte, sendo considerada a "porta de entrada e saída" de pessoas e produtos do sertão pernambucano.

Durante cerca de dois meses a Junta de Goiana concorreu com o Governo de Luiz do Rego Barreto –transformado, em 30 de agosto de 1821, em "Conselho Governativo Provisório do Recife" -, e arregimentou milícias armadas no Norte Pernambucano com o propósito de enfrentar as forças do Governador no Recife. Muitas foram as tentativas do General Rego Barreto de dissolvê-la, ou ao menos de cooptá-la, sendo mandados diversos representantes para negociar com a nova Junta, todos sem sucesso.

A pacificação do confronto armado estabelecido entre os aliados do governo de Luiz do Rego e os partidários da Junta de Goiana foi acertada por intermédio de Gervásio Pires Ferreira e Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, na chamada Convenção de Beberibe[6], em 5 de outubro de 1821. Ambos os intermediadores participaram da insurreição de 1817, e se reconheciam como representantes do "liberalismo" pernambucano, o que no cenário pernambucano que se seguiu a 1817, significava dizer que eles mais se opunham à política de Rego Barreto, do que exatamente defendiam os ideais revolucionários que nortearam a formação do governo em 1817.

Com a intercessão de Ferreira e Albuquerque em Beberibe, foi resolvida a contenda entre a Junta e o Conselho concorrentes. Ambas as partes concordaram que fosse

[6] Região entre o Recife e Olinda onde as forças arregimentadas pela Junta de Goiana estacionaram, com o propósito de atacarem as forças de Rego Barreto vindas do Recife.

convocada uma nova eleição de uma única Junta Governativa em Pernambuco, decidiram pelo retorno imediato de Rego Barreto a Portugal, e acordaram que, até lá, os dois Governos concorrentes coexistiriam. Em 26 de outubro de 1821, no mesmo dia em que houve a eleição da nova e única Junta Governativa de Pernambuco, Luiz do Rego Barreto partiu de volta à sua terra natal.

O estudo da formação da Junta Governativa de Goiana, conforme propomos, atentou desde seu início para o descompasso entre a interpretação superficial consolidada pela historiografia brasileira dedicada ao estudo das décadas que antecederam a emancipação política – cuja idéia central era de que o movimento de Goiana tratou-se de uma antecipação da Independência na Província de Pernambuco[7] – e a complexidade e multiplicidade de significados sugeridos pela documentação referente ao episódio. Em grande medida, a concepção que orientou essa historiografia mais tradicional oitocentista (e os trabalhos que se fizeram herdeiros desta), interpretou os fenômenos políticos ocorridos nas províncias brasílicas nas primeiras décadas do século XIX como pertencentes a uma evolução linear que resultou na Independência em 1822. Este tipo de análise tinha por objetivo "descobrir" as origens da formação do Estado Nacional Brasileiro, razão pela qual, acreditamos, o período que se seguiu à Revolução do Porto, em 1820, e no qual formação da Junta de Goiana em 1821 se insere, tenha sido "eclipsado" pelos estudos que se centraram na análise de grandes episódios da época, como a Insurreição de 1817, e o próprio rompimento de 1822.

Entendemos a importância do episódio da formação da Junta de Goiana menos do ponto de vista estritamente político – relativo à capacidade efetiva de alterar a ordem política vigente – e mais como resultado das tensões sociais e da oposição tecida e amadurecida por parte das elites pernambucanas do norte de Pernambuco contra o Governador Luiz do Rego Barreto. Assim sendo, e conforme a documentação permite

[7] Essa idéia está presente nas obras mais gerais sobre a Independência do Brasil de autores como Manuel de Oliveira Lima, Alexandre de Mello Moraes e Francisco Adolfo de Varnhagen, e destacadamente nos trabalhos da historiografia pernambucana sobre o período, como de Francisco Augusto Pereira da Costa e Francisco Pacífico do Amaral.

aventar, o processo de formação dessa Junta possibilita, portanto, menos descortinar projetos políticos estruturados e bem definidos, e mais perceber novos aspectos da transição política por que passava o mundo luso-brasileiro nas primeiras décadas do século XIX.

O processo de constitucionalização do Império teve por base as disputas entre as Cortes e a Coroa, mas também conflitos de interesses no interior das Províncias, sendo que as evidentes dificuldades havidas nas esferas de decisão das Cortes e do Monarca acarretaram a lentidão na decisão de *como* e *se* as unidades provinciais participariam desse processo. A demora e a indefinição das políticas portuguesas nas Cortes e na Regência favoreceram, no cenário político provincial pernambucano, a elaboração de soluções próprias para a administração dos conflitos e problemas que se multiplicavam, de modo geral, associados à profunda rejeição ao Governador Rego Barreto.

As manifestações e ameaças de insurgência na Província de Pernambuco, em oposição à figura e à gestão de Rego Barreto, se intensificaram com os desdobramentos políticos do "vintismo", e impeliram Rego Barreto a buscar suas próprias soluções para adequar Pernambuco aos "novos tempos" inaugurados pelo Movimento do Porto. O Conselho Consultivo criado pelo Governador em março de 1821, que foi transformado em Conselho Governativo da Província em finais de agosto, imediatamente depois de chegarem ao Recife as primeiras notícias da Junta de Goiana, foram exemplos dessas soluções locais. Entretanto, o antigo papel pelo qual o Governador se reconhecia – representante do Rei e árbitro maior das questões que afligissem o espaço provincial - já não lhe cabia tão bem. Ele se via em um constante dilema: quando fazia alguma concessão às mudanças do constitucionalismo, sofria a rejeição de seus supostos aliados, arraigados defensores do absolutismo; e ao atuar de forma repressiva frente aos que manifestavam simpatia pelos "novos tempos", era acusado de déspota a autoritário.

Como a forma de organização política já não era mais aquela que Rego Barreto exercia e reconhecia como legítima, restou ao Governador apelar para que o Monarca o liberasse do encargo para o qual havia sido indicado em 1817. Essa atitude demonstra sua dificuldade para perceber a magnitude e o alcance das modificações pelas quais passava todo o Império Português. O que se vê na correspondência do Governo da Província de março a outubro de 1821 é o esforço, inútil àquela altura, do General para descrever minuciosamente os impasses políticos enfrentados no comando da Província, em meio às crescentes hostilidades, e às imposições do processo de constitucionalização do Reino. E, ao que tudo indica, todo o esforço em produzir estes relatos, sob o risco de passar por mau súdito, equivalia à tamanha dificuldade que este Governador português demonstrava para entender, e principalmente, aceitar, que as antigas regras e formas de organização política pelas quais ele se entendia e entendia o mundo, estavam se desestruturando, e dando lugar às novas formas e regras, as quais, ao menos no espaço provincial pernambucano, ainda não se conseguia vislumbrar como (e quais) seriam.

A resistência do Governador de Pernambuco em aceitar e promover as transformações impostas pela "regeneração política" possibilitou aos homens que formaram a Junta de Goiana contestarem legitimamente o seu governo, a partir da viabilidade institucional propiciada pela política de constitucionalização das Cortes Lusitanas. Assim, a leitura feita por Rego Barreto sobre a formação da Junta de Goiana caracterizava a ação dos senhores de terra do Norte da Província, aliados a alguns participantes de 1817, como um "ato de vingança".

Como verificamos, uma das reivindicações da Junta de Goiana era a realização de eleições para uma nova Junta, fora da esfera de domínio hegemônico das elites comerciantes recifenses de maioria lusitana, aliadas a Rego Barreto. Por isso, os membros da Junta de Goiana exigiam a realização do pleito eleitoral na Cidade de Olinda, e não no Recife. Nesse sentido, o estudo da formação da Junta de Goiana possibilita uma reaproximação das questões que envolvem o histórico conflito

estabelecido entre elites comerciantes e elites agrárias (mascates X nobres)[8] em Pernambuco -cujas origens remontam ao princípio do século XVII -, em um novo contexto, com novos elementos políticos, próprios do século XIX.

O "estado de coisas" da Província de Pernambuco na primeira metade de 1821 teve significativa repercussão no cenário político português, aprofundando o temor das Cortes em relação às conseqüências que a contestação "endêmica" à política de Rego Barreto poderia trazer não só a Pernambuco, mas às demais províncias do Reino do Brasil. Isso contribuiu para que, em princípios de setembro de 1821, o Soberano Congresso Lusitano decidisse pela remoção do General Português de Pernambuco, junto à emissão de normas bastante rígidas para a eleição de uma nova Junta Governativa, expressas no Decreto das Cortes de 1º de setembro e na Carta Régia de 2 de setembro. E antes que essas normas chegassem a Pernambuco, ocorreu a formação da Junta de Goiana, que funcionou paralelamente ao Governo de Rego Barreto no Recife, até finais de outubro de 1821.

A 26 de outubro de 1821 partiu do porto do Recife a embarcação levando o ex-governador Luiz do Rego Barreto, seus familiares e alguns portugueses que habitavam Pernambuco, rumo às terras portuguesas. Na mesma ocasião, foram realizadas eleições na Cidade de Olinda, para a criação de uma nova Junta Governativa pernambucana. A nova Junta, presidida pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira – o mais notório entre os pacificadores da Convenção de Beberibe -, contou com maioria recifense, para desagrado dos "goianistas", apesar de ter sido eleita fora dos domínios da Câmara do Recife. Aos antigos integrantes do movimento de Goiana restariam as honras prestadas pela nova Junta, a satisfação pelo embarque do General, e o retorno aos seus engenhos, de onde só sairiam para depor a Junta de Gervásio, no contexto de princípios do Primeiro Império. Mas esta, parafraseando Evaldo Cabral de Mello, já era outra história.

---

[8] Para saber da questão consultar a obra MELO, Evaldo Cabral de. A fronda dos mazombos: Nobres contra mascates:Pernambuco.1666-1715.São Paulo:Cia das Letras,1995.

Movimento: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)

Juliana Sartori[i] - PPG-UFSC

O semanário Movimento esteve em circulação de 1975 a 1981. Fundado por um grupo de jornalistas dissidentes de outro jornal da chamada imprensa alternativa, o semanário Opinião, Movimento aglutinou pessoas favoráveis ao fim da ditadura, através da formação de uma frente democrática. Possivelmente, reuniu pessoas com algum tipo de divergência política, mas unidas a favor da democracia. Neste artigo pretendo iniciar uma discussão que é parte de minha pesquisa de mestrado. Esta tem como seu objeto de estudo o jornal Movimento, entendendo-o, inicialmente, como um local de sociabilidade para a oposição durante o período de abertura política. A intenção é justamente perceber as divergências presentes neste grupo e não vê-lo como um grupo homogêneo - jornalistas de oposição – mas como uma parcela representativa desses grupos de oposição e assim das discussões que os cercavam. No entanto, primeiramente, gostaria de levantar a percepção do jornal a respeito dos movimentos sociais - daquele período – como uma maneira de detectar alguns de seus posicionamentos. Mas por que através dos movimentos sociais? Porque talvez através das expectativas criadas por eles e assim do entendimento do jornal a seu respeito, consiga chegar ao(s) projeto(s) defendido para o país naquele momento pelo semanário Movimento, e assim também em parte das discussões que perpassavam a esquerda. Num certo sentido, trata-se de abordar o jornal a partir de suas discussões políticas, e porque não, como um núcleo de discussões 'tal qual' um partido político.[ii]

A forte presença de reportagens sobre movimentos populares já havia sido constatada através de outras pesquisas. Maria Aparecida de Aquino[iii] fez uma análise de suas matérias censuradas. Aquino trabalhou com a questão da censura prévia em Movimento e no jornal O Estado de São Paulo, através da comparação dos principais temas censurados em cada um. Dentre os principais temas presentes no semanário, segundo a autora, estavam as "Questões Sociais".[iv] Outra pesquisa que demonstrou o destaque dado a essa questão foi concluída em 1995, por Célia Costa Cardoso. Em

sua dissertação de mestrado, defendida na PUC-SP, Cardoso analisou as principais temáticas trabalhadas pelo jornal. Ela dá destaque aos movimentos sociais, entre eles, ao Movimento Custo de Vida.[v] Cardoso conseguiu assim produzir uma indexação das reportagens por assunto, o que constitui o segundo volume de sua dissertação. Portanto, este é o início de uma discussão que estará presente em minha pesquisa, o que pode acabar servindo mais para levantar questões a serem aprofundadas posteriormente.

A partir de uma análise mais geral a respeito dos movimentos sociais abordados no jornal foi possível destacar aqueles que apareciam com mais freqüência ou recebiam algum tipo de destaque. Pude perceber que essa temática começou a aparecer com freqüência a partir de 1977, através de críticas às condições de trabalho, por exemplo. Em 1976, os direitos trabalhistas estão em pauta assim como o sindicato passa a ser assunto, questionando-se sua ligação com o governo, e, portanto a sua representatividade. Algumas campanhas salariais já aparecem e as primeiras ameaças de greve. É possível constatar também, através de pequena notas, que alguns bairros paulistanos começavamm a organizar grupos e buscar representatividade. Em 1978, o espaço para as manifestações cresce significantemente, obviamente porque essas crescem. O registro do primeiro de maio já dava sinais de uma rearticulação dos trabalhadores no ABC. As greves começam a ser retratadas em suas páginas, não apenas a dos metalúrgicos, como também dos médicos do Hospital das Clínicas (SP), professores, bancários. Em 12 de maio de 1978, a Scania paralisou suas atividades, três dias depois foi seguida pela Ford, e assim pela Mercedes e Volkswagen. Em uma semana a paralisação chegava a Santo André e posteriormente a cidade de São Paulo. Num período de quatro meses atingia-se o total de 235 mil trabalhadores parados.[vi] Aparece com destaque a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com o afastamento de seu presidente, Luis Inácio da Silva; a imprensa fez greve e a União Nacional dos Estudantes (UNE) se rearticula. Em 1980, as lutas no campo ganham mais

repercussão, assim como os estudantes, e o ABC ainda era notícia. As greves definitivamente eram notícia constante.

Inicialmente, é possível destacar o espaço reservado no jornal para a cobertura das greves no ABC paulista, através de uma análise que passa por mudanças e projeta expectativas sobre as mobilizações desses metalúrgicos. Primeiramente, vieram algumas críticas, sugerindo que as reivindicações salariais estivessem atreladas às reivindicações políticas. Essa era uma limitação apontada pelo jornal à greve do ABC, vista com alguma cautela: *"De outra parte, o elenco de reivindicações apresentadas pelos grevistas embora se situe quase que exclusivamente no terreno econômico, denuncia as péssimas condições de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos."*[vii] Apesar de a greve ser vista como principalmente econômica, não deixaram de reconhecer questões importantes que o movimento abordava: *"(...) é preciso reconhecer que esta organização e movimentação ainda é incipiente e que, apesar de os sindicatos e demais movimentos dos trabalhadores já colocarem certas reivindicações de caráter político ao lado das reivindicações econômicas (...) pode-se dizer que o nível de consciência entre os trabalhadores e de organização ainda é baixo."*[viii] A mesma crítica estava voltada à postura do líder sindical Luís Inácio da Silva, que colocava a luta econômica acima da luta política, separando os trabalhadores dos estudantes e da Igreja. A luta pela democracia não seria a principal causa dos metalúrgicos e aí, residia uma outra crítica, por parte do jornal:

> "As respostas mais polêmicas de Lula foram aquelas em que ele, como sempre fez, expôs seu pensamento economicista colocando a luta econômica acima da luta política e os momentos em que defendeu o isolamento da classe operária (...). Um terceiro ponto da entrevista também causaria polêmica (...). Foi nítida a alteração da posição de Lula. Em entrevistas anteriores ele desprezava completamente a luta dos trabalhadores pela democracia, falando da 'política' com tom de repúdio."[ix]

A greve era vista como um instrumento eficaz de reivindicação e seu uso era valorizado, além de uma visão idealizada do papel do trabalhador.:*"(...) a greve revelou-se, mais uma vez como um instrumento eficaz de conquista dos aumentos negados pelo governo e pelas empresas. De fato, os trabalhadores seguiram mais uma vez o seu caminho histórico resolvendo eles próprios os seus problemas."*[x] Por

terem um papel "histórico" – o proletariado - assumem posteriormente que a sua luta era 'chave' para as mudanças das condições políticas e materiais da sociedade e talvez por isso, já tivessem um "modelo" de como esta deveria se desenvolver: *"(...) é cada vez maior o número de operários conscientes de que só com a participação ativa e organizada dos operários se conseguirá para o proletariado e outras camadas populares as melhorias nas condições políticas e materiais de vida."*[xi] A greve deixava de ser entendida apenas como econômica : *"Cresce entre as lideranças operárias a convicção de que os trabalhadores devem condenar as reformas e fazer ampla propaganda da Constituinte, para serem tirados do estreito círculo do economicismo – das reivindicações que são justas mas não vão além do esgoto da porta da fábrica ou do esgoto ou calçamento dos bairros pobres."*[xii] O que chama a atenção, é a insistência em dar sentido à greve a partir daquilo que é definido como fundamental a ser reivindicado pela equipe jornal. As questões tidas como banais (calçamento, esgoto,etc.) não representavam as necessidades dos integrantes do jornal (provavelmente esses problemas não os atingiam) daí as tratarem como questões "pequenas", pois não eram "necessárias" a eles.

A questão das comissões de fábrica era tema recorrente nas análises das greves e pareciam ser importantes para se estabelecer uma "qualidade" na consciência operária:

> "As comissões de fábrica e os comitês e entidades de trabalhadores nos bairros operários podem constituir-se numa contribuição imediata importante tanto para superar o regime de arbítrio atual, como para ajudar na construção de uma democracia nova. A democracia que interessa aos operários não cairá do céu por milagre (...). Ela deve ir sendo construída no dia-a-dia (...). De que maneira os operários aprenderão a democracia se não passo-a-passo e através de sua própria experiência!"[xiii]

Falava-se da tomada de consciência do trabalhador e de seu papel: "A greve une e infunde nos operários uma grande força moral. (...) ela ensina a lutar contra o governo autocrático e policial. E, na medida em que as decisões do regime policial são desmoralizadas por suas assembléias os operários vão assumindo na prática a posição de vanguarda no movimento pela democracia."[xiv] As greves seriam uma

forma de fortalecimento para a volta à democracia e por isso não deveriam ser "abandonadas": "Se os trabalhadores quiserem melhorar efetivamente suas condições de vida e de trabalho e conquistar uma verdadeira democracia, terão que preservar as paralisações."[xv]

Cabe também dar destaque ao Movimento Custo de Vida, surgido em 1973, formado principalmente por donas-de-casa que protestavam contra o alto custo dos gêneros alimentícios e os baixos salários**.** Em 1977 passa a ser chamado de Movimento Contra a Carestia (MCC). Mesmo sendo menos noticiado, sua importância era reconhecida, mas sua atuação questionada:

> "E agora são os próprios trabalhadores que estão retomando o problema em suas mãos, o que é muito animador não só para o verdadeiro combate à carestia, mas também para a luta por um regime democrático novo baseado na participação popular. (...) Por esses motivos, nenhuma corrente popular, de nenhum setor democrático pode deixar de saudar com entusiasmo o Movimento Custo de Vida."[xvi]

O MCC primeiramente, não era entendido como restrito apenas às questões econômicas, mesmo assim, nessa situação isso não significaria um problema:

> "Outra crítica, partida dos mesmos setores (oposição liberal-burguesa), é que o Movimento deveria incluir em seu programa imediatamente além de objetivos econômicos, objetivos políticos. É claro que trabalhadores precisam mobilizar-se e organizar-se não só em torno de suas reivindicações econômicas (...) O nível atual de consciência e de organização das camadas populares e a correlação de forças políticas já permitem fundir todos os movimentos populares num só com um programa abrangente?"

Portanto, o que servia de crítica ao início das greves do ABC aqui era visto com mais cautela e a pergunta seguinte sugere um porquê: *"Ou os setores conscientes e organizados são ainda bem restritos e a tarefa principal no momento é ainda a de incorporar, através de bandeiras amplas e específicas, novos setores populares aos movimentos?"* Talvez esse papel fosse esperado dos operários e ao MCC apenas cabia o papel de mobilizar mais setores da sociedade. O MCC foi reconhecido como importante mais pelo seu potencial de mobilização: *"(...) Donas-de-casa, operários, jovens estudantes, juntos, discutindo, buscando compreender as causas e encontrar os remédios para a situação difícil (...) esse parece ser o resultado realmente positivo da mobilização do MCC."*[xvii] Algumas críticas eram feitas a respeito da dinâmica do MCC, a qual poderia intervir em seu desempenho: *"Outra dificuldade que o movimento*

enfrenta vem da sua própria dinâmica de trabalho – discutir e rediscutir, com todos os moradores, tudo o que chega ou sai da coordenação, para que as propostas sejam sempre de decisão popular.”[xviii] Em entrevista com uma liderança do MCC questionava-se o porquê dos sindicalistas não se pronunciarem como integrantes desse movimento:

> “Embora o entusiasmo seja o mesmo de antes, o fato é que nos últimos 2 anos o MCC, ao menos aos olhos públicos, não se apresentou com a mesma força de antigamente. De outro lado, sindicalistas autênticos não aderiram ainda à proposta, setores da Igreja já não vêem o MCC com o mesmo entusiasmo de antigamente e externamente o MCC vê-se sob a suspeita de certos setores da oposição de ser um movimento estreito politicamente.”[xix]

Posteriormente apareceram críticas quanto a efetividade do MCC, as mesmas presentes no início das greves, devido à ausência de reivindicações políticas. O jornal limitava-se a uma visão, de certa forma, superficial de ambos os movimentos, que não permitia adentrar a sua(s) “lógica(s)” e as acabava omitindo, talvez em decorrência da proximidade temporal ou pela dinâmica da produção jornalística. Assim a questão política acabava sendo mais esperada das greves dos metalúrgicos, por ser uma organização “claramente” de classe e por isso devesse conter um projeto político, diferente de uma organização de bairro. Mas estudos posteriores deram conta de perceber mais a fundo a “lógica” desses movimentos:

> “O discurso da ação não verbaliza propostas políticas, no entanto elas existem, não propõem alvos claros contra os quais se desenvolve o combate, porém eles não estão ausentes de organização e portanto intenções não previstas. Por isso, fazemos nossas as palavras de Lefort:’ O proletariado é a sua própria teoria.’”[xx]

Talvez seja um resquício do entendimento que a esquerda, mesmo com suas divergências, fazia da classe trabalhadora, quase como um modelo. E sua função de vanguarda acaba se revelando quando lhe entregam “um papel” a ser cumprido, e quando sua ação não demonstra os indícios esperados, talvez a reação seja indicar-lhes o caminho. É provável que a própria condição daqueles que analisavam esses movimentos, não permitisse enxergá-los de forma diferente: ”(...) todos imaginavam-se depositários da ‘missão’ histórica de ‘vanguardear’ a classe operária ou as ‘massas populares’”.[xxi]

Com a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1979, o movimento estudantil voltava a ser notícia. E era com expectativa que se aguardava essa retomada das lutas da UNE: *"(..) O mais importante a ressaltar, porém, é que a UNE foi reconstituída e que isso constitui um dos fatos políticos mais importantes do ano, abrindo inclusive perspectivas para que ouros setores também se organizem a nível nacional."*[xxii] A organização era vista como importante para a conjuntura nacional e parecia ter credibilidade: *"E neste semestre, há menos de seis meses da eleição de sua primeira diretoria a UNE retorna na prática sua velha e mais importante tradição, a das lutas nacionais*."[xxiii] Diferente dos demais movimentos citados, este não parecia oferecer grandes problemas, tais com a ausência de luta política.

O crescimento dos movimentos populares era apontado como responsável pela desenvoltura atual do regime - as mudanças promovidas ou prometidas – e reforçavam sua importância: *"(...) o crescimento do movimento popular é o responsável principal pelas características positivas que a conjuntura política do país vem adquirindo mais recentemente(...)."*[xxiv] Esse momento se tornava importante também, pois era uma maneira de se unir forças, constituindo assim uma frente democrática: "Combinando de forma mais ágil as lutas econômicas dos trabalhadores com as lutas políticas de todas as correntes oposicionistas por objetivos democráticos comuns, é que será possível fortalecer mais rapidamente a frente democrática e popular (...)."[xxv] A democracia era vista como uma necessidade fundamental inclusive para viabilizar as reivindicações da classe operária:

> "Nenhuma classe de nossa sociedade precisa mas da democracia do que a classe operária. Dizer que a classe operária só precisa de aumento salarial, do direito de greve, (...) é não compreender que para resolver todos esses problemas até o fim, a classe operária precisa acima de tudo da democracia em que ela seja a força decisiva."[xxvi]

Logo, esses movimentos não deveriam se isolar dos demais, pois a frente democrática quando desprezada, no entendimento do semanário, representava um empecilho para o aprofundamento do movimento popular: *"A política de frente ampla decorre de um baixo nível de consciência política das massas: nessa situação, só uma*

política muito ampla, que procure aceitar as massas nos diversos níveis de consciência política em que elas se encontram, consegue mobiliza-los e atrair o maior número possível para a luta política." E o exemplo recai sobre o MCC que teria bandeiras muito amplas e mínimas[xxvii], trazendo assim diversas pessoas, superando suas possíveis divergências por um propósito em comum.

Ao analisar uma amostra dos movimentos sociais destacados pelo jornal, pude perceber parte de suas ambições para aquele momento de abertura política, através da importância atribuída a esses movimentos. Estes eram vistos como fundamentais para a implantação da democracia, ainda mais quando conduzidos pela classe operária, entendidos como os potenciais transformadores da sociedade. Com as críticas e sugestões dirigidas a eles foi possível definir um perfil inicial do jornal. Porém, como aqui não pretendo tratar Movimento como um grupo homogêneo, o próximo passo seja averiguar se essas idéias eram um consenso dentro do jornal.

---

[i] Aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura. Bolsista Capes.

[ii] "Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que possa se falar de 'partido político'? Observa-se que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram (...) em frações que assumiram o nome de 'partido' e inclusive, de partido independente. Por isso muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecidas como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais) (...) são também eles 'partidos' ou funções de um determinado 'partido'."(GRAMSCI,A.Maquiavel, a política e o Estado Moderno.Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989. p.23)

[iii] AQUINO,M.A. Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999.

[iv] Que para ela abrangiam "as condições de vida e de trabalho das camadas populares em seu dia-a-dia. Além da cobertura dos chamados eventos de política nacional, como eleições, debates em Congressos, Assembléias Legislativas, Câmaras (...) movimentos de oposição institucionalizada (sindicatos e partidos), relações exteriores com outras instituições (...)". (p.174)

[v] CARDOSO,C.C. Movimento: um jornal alternativo. (1975-1981). Dissertação de mestrado.PUC-SP, 1995.p.78.

[vi] ABRAMO,L.W. O Resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas,SP: Ed. Unicamp; São Paulo,SP: Imprensa Oficial, 1999.p.209

[vii] Movimento, Nº155,19/06/78,p.08. "E os operários não estavam parados?"

[viii] Movimento, Nº 148, p.05. "O fim do medo e do silêncio" – Roldão Oliveira

[ix] Movimento, Nº152, 29/05/78, p.09. "As polêmicas de Lula".

[x] Movimento, Nº154, 12/06/78,p.05. " Os operários, a oposição e a política." – Roberto Suzedelo.

[xi] Movimento, Nº156, 26/06/78,p.08. "Quatro razões para as greves". R.P.

[xii] Movimento, Nº165, 11/09/78,p.05.

[xiii] Movimento, Nº159,17/07/78,p.14. "Democracia e grande indústria".

[xiv] Movimento, Nº194, 19 a 25/03/79,p.06. " Os operários tomam a dianteira."

[xv] Movimento, Nº202, 14 a 20/05/79,p.06. "Greves demais ou democracia de menos." Alfredo Pereira.

[xvi] Movimento, Nº , 40/04/78,p.08. "Coluna do Editor – Um programa popular contra a carestia."

[xvii] Movimento, Nº141, 13/03/78,p.03. " O abaixo-assinado gigante." Murilo Carvalho e Paulo Barbosa.

[xviii] Movimento, Nº136,05/02/78,p.06. "O povo contra o custo de vida." Licínio Azevedo.

[xix] Movimento, Nº269, 25 a 31/08/80,p.15. " Ana Maria do MCC rebate as críticas e se defende: 'Nosso movimento é amplo."

[xx] MARONI,A.A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78. São Paulo: Ed. Brasiliense,1982.p.19.

[xxi] FILHO REIS,D.A. A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense,1990.p.52.

[xxii] Movimento, Nº205, 04 a 10/06/79,p.12. " Um grande passo à frente."

[xxiii] Movimento, Nº247, 24 a 30/03/80,p.09. " Atos, passeatas, greves. É o movimento estudantil."

[xxiv] Movimento, Nº166,04/09/78.p.08. " A maré da oposição popular" . Raimundo Pereira.

[xxv] Movimento, Nº203,21 a 27/05/79,p.06. " Das greves à constituinte." Alfredo Pereira. Matéria sobre greve dos funcionários públicos do Estado de São Paulo

[xxvi] Movimento, Nº ,16 a 22/07/79,p.10. "Do PT ao MDB." Duarte Pacheco Pereira

[xxvii] Ibid.

A ORALIDADE EM PROCESSO: UM RECORTE ANALÍTICO A PARTIR DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE CACEQUI NA VOZ DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

Juliano de Melo da Rosa – PPG-UFSM.

Dr. Jorge Luiz da Cunha – UFSM.

A complexidade é uma evidência que nossa sociedade não pode mais deixar de considerar em qualquer movimentação, sob pena de ultrajar inúmeras constituições elaboradas no seio de diversas comunidades. As transmutações (aquilo que se elabora por reação) e as constantes alterações específicas de construções realizadas em meios diferenciados é um exemplo bastante significativo das diversas possibilidades de organização existentes dentro de uma sociedade.

A apreensão de peculiaridades dentro deste novo contexto societário torna-se cada vez mais uma tarefa 'pesada'. A carga é onerosa em pelo menos dois níveis: 1) no sentido de imobilizar ações até certo ponto de vista bastante simples e 2) no deslocamento constante de situações anteriormente fixas e previsíveis. Com isto, não se pode simplesmente achar que adequações promovidas e pré-estabelecidas de acordo com graus de eficiência serão suficientes para desenvolver análises sócio-estruturais.

Vários autores e filósofos desenvolveram fundamentações bastante aprimoradas para a realização de apreciações analíticas mais refinadas e específicas. FOUCAULT (1981), destacou a forma como cada sociedade possui seu regime de verdade, sua política geral de verdade. Trazendo para o contexto de discussão científica os tipos de discurso que esta sociedade acolhe e põe em funcionamento (verdadeiros ou falsos), as maneiras de sancionar uns e outros; as técnicas e os procedimentos otimizados e conseqüentemente valorizados por meio de obtenção da verdade; o estatuto de quem é o responsável por dizer o que funciona como verdadeiro. Em nossas sociedades, a economia política da verdade se caracteriza por cinco traços historicamente fundamentais:

- A verdade centrada na forma do discurso científico e sobre as instituições que o produzem, submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica como para o poder político);
- A submissão a diversas formas, de uma imensa difusão e consumo (circulando em aparatos de educação ou de informação cuja extensão é relativamente ampla no corpo social, apesar de algumas restrições limitativas);
- A produção e a transmissão sob influência e controle não exclusivo, porém dominante de alguns grandes aparatos políticos e econômicos (universidade, exército, literatura, meios de comunicação);
- E o constante enfrentamento do debate político e social (lutas ideológicas). (pgs. 143-144).

A ordem disciplinar imposta as diferentes sociedades com técnicas minuciosas de coerção e metodologias de esquadrinhamento e adestramento não são acontecimentos isolados, tampouco, perceptíveis. A sutileza das naturalizações promovidas pela institucionalização é uma característica que determina aquilo que é sublimado como mais importante e crucial para a continuidade histórica de determinados grupos. Nesta movimentação, na maioria das vezes o que 'vem à tona', é a ideologia de um determinado fluxo dominante. O que por sua vez, não é necessariamente o que de fato foi mais importante ou o mais significativo em determinado processo evolutivo. Tal situação pode ser vista quando se revisa os protocolos de agregação histórica utilizada para a contagem de fatos e para a delimitação das passagens de tempo nas diferentes sociedades ocidentais. A ordenação se dá sempre pela ótica protocolar da cultura dita mais evoluída. O que por si só já é uma possibilidade impositiva muito forte e limitadora de outras perspectivas evolutivas. No entanto, sabe-se que, mesmo sob forte imposição, vários acontecimentos periféricos saltam os 'muros' demarcatórios da verdade maior e acabam marcando profundamente a evolução de um povo.

Com esse propósito, procuro estabelecer nesse estudo, um contato com o passado objetivando trazer a tona fatos e acontecimentos menos importantes no contexto

organizativo da planificação histórica dominante. Para tanto, foi necessário mudar a referência analítica e compreensiva das relações históricas que derivaram para o momento presente, lançando mão da metodologia de história oral, que vem se fortalecendo como uma alternativa à história que nos é contada.

Desse modo, estudo a educação na cidade de Cacequi, mais especificamente, a história da Educação Física na rede municipal de ensino, no período da ditadura militar (1964-1985). O trabalho tem o objetivo principal, de restabelecer historicamente essa disciplina nos vinte e um anos em que vigorou o regime militar no país. Isso foi realizado através do agrupamento e análise de todos os registros possíveis relativos à institucionalização do ensino na região de Cacequi, aliado a realização de entrevistas de histórias de vida com professores da rede municipal de ensino que estiveram envolvidos com o desenvolvimento da Educação Física formal e que, pela natureza de suas atividades, tiveram suas vidas, profissional e privada, determinadas pelas influências resultantes de suas interações nesse particular meio social.

Este procedimento se configura como uma ação bastante simples em um primeiro momento, mas trata-se de uma ação decisiva como proposta científica, ao passo que permite pensar, analisar e interpretar à participação da Educação Física em um contexto histórico específico profundamente importante para o Brasil, através de outras perspectivas, permitindo, ao mesmo tempo, restabelecer a sua significação na vida daqueles que se dedicaram ao seu ensino. Essa forma de caracterização traduz a realidade de forma muito particular e, pela natureza de seu processo, tornou-se significativa, não só a caracterização a que se propõe o presente estudo, mas àqueles que participaram da pesquisa,

Dessa forma, a investigação seguiu primeiro pelos registros que contam a história oficialmente aceita no país. Inúmeras evidencias apontavam para uma Educação Física com caráter fundamentalmente tecnicista no período educacional em questão. Entretanto, quando em um segundo momento, o enfoque investigativo mudou seu curso, o panorama mudou, consideravelmente, com ele. Esse momento corresponde a

ressignificação da disciplina através da ótica dos sujeitos que a construíram historicamente, ou seja, aqueles que de uma maneira ou de outra, trabalharam em sua implementação no currículo escolar municipal. A consideração de toda uma multiplicidade de pontos de vista, tornou possível a reunião, de forma privilegiada, de uma série de condições que deram a falar da operacionalização da Educação Física institucionalizada em Cacequi, durante a ditadura militar, evidenciando, não mais uma concepção exclusivamente utilitarista, mas integrando uma outra noção em seu entendimento, qual seja, uma concepção humanista. O que é importante salientar, é que, de qualquer modo, esta última não esconde uma série de fatores envolvidos no processo de desenvolvimento da Educação Física escolar no município de Cacequi, que podem ser considerados negativos em relação a uma educação de boa qualidade.

Em meio aos traços característicos da educação regional na Ditadura Militar, encontram-se evidências de um ensino da Educação Física desenvolvido por professores sem formação reconhecida para a função - fato esse que tem implicações diretas, em uma perspectiva mais ampla, na configuração da 'harmonia' escolar – a instituição ou, mais precisamente, a manutenção de uma concepção de homem fragmentado – objetivada no binômio corpo e mente, em que pese fundamentalmente o modo como o movimento humano foi encarado pelos professores colaboradores, no estudo; o estabelecimento de relações de ordem fundamentalmente diretiva entre professores e alunos, as condições precárias de recursos materiais para o desenvolvimento das propostas pedagógicas vigentes.

De fato, o governo federal procurou utilizar a Educação Física como um instrumento ideológico que lhe permitisse estabilidade político-admninistrativa frente ao Estado. Na verdade, isso também ocorreu com outras disciplinas, como a História, da Educação Moral e Cívica, os Estudos de Problemas Brasileiros e com a Organização Social e Política Brasileira. A partir dessa compreensão, o processo investigativo exigiu uma atenção especial na relação que se estabeleceu entre professores e o poder do Estado na constituição da Educação Física escolar no município de Cacequi, considerando, para tanto,

o seu conmtexto. Ambos estavam envolvidos em uma modernidade na qual os aspectos regulatórios e coercitivos se tornaram preponderantes em virtude das relações de poder que se estabeleceram na sociedade brasileira e no mundo de forma geral, o que por si só exerceu profundas influências na sociedade, através dos tempos.

De qualquer forma, as relações estabelecidas no contexto brasileiro e algumas transformações sofridas pelo conceito de educação no país acabaram entrando, ao que tudo indica, em desacordo com os interesses do governo federal, que desejava e buscava estratégias para estabelecer um amplo controle sobre a sociedade. Na tentativa de interpretar esse fenômeno à luz da ciência, utilizei dois conceitos que permitiram uma melhor compreensão da situação conjuntural Brasileira. São duas noções utilizadas por MORIN (2002), formando corpo nos estudos a respeito da complexidade. Trata-se do conceito de Sistema e do conceito de Ecologia da Ação.

Nesse estudo, particularmente, a compreensão de sistema passa pelo entendimento de uma série de fatores estruturais e funcionais, entre eles, a reunião de diferentes elementos de forma interativa, ordenada e organizacional, envolvendo processos de organização, desorganização, reorganização e virtualização de desvios incompatíveis com uma integridade sistêmica. Esses processos organizacionais de correção de desvios ocorrem por regulações próprias aos sistemas, que tornam possível a existência e a geração de emergências – resultados ou elementos novos que surgem através da organização – que mantém uma relativa coerência com uma unidade complexa/sistemica[1]. De acordo com MORIN:

> "A teoria do sistema ganha vida onde há vida, e seu maior interesse teórico se envolve ao nível das sociedades humanas, que por outro lado seria grosseiro e mutilante reduzir à noção de sistema". (2002, p. 190).

[1] Ver Recursividade em Morin (2002, p231).

Nessa ordem, a noção dada ao conceito de ecologia da ação, vem ao encontro de uma compreensão não simplificadora das vidas e das sociedades, ao passo que não as reduz a um único processo. Para tanto, nesse trabalho, a ecologia da ação remete ao entendimento de um certo grau de controle e determinação ou, de outra forma, a um certo grau de descontrole e indeterminação em relação aos resultados das ações e interações entre os seres viventes, em sociedade. Assim, lançando mão desses conceitos, foi possível interpretar e produzir algumas explicações acerca da Educação Física institucionalizada, no período da Ditadura Militar, em Cacequi.

Deste modo, ainda, outras considerações puderam ser estabelecidas. Entre elas, a constatação de que a Educação Física foi uma disciplina utilizada politicamente pelos governos durante o Regime Militar, não no sentido de uma verdadeira democracia política voltada para conquistas de melhores condições existenciais para as pessoas, mas como instrumento ideológico e de alienação a serviço do Estado, objetivando o impedimento de mobilizações que permitissem verdadeiras transformações sociais. Portanto, aprisionada em uma relação vertical de poder. Contudo, a própria ação sistemática do aparelho central de governo, por meio de retroações negativas sobre a sociedade brasileira; no caso específico dessa investigação, a existência de forças coercitivas e domesticadoras da ação corporal no aprender-ensinar Educação Física, não conseguiram atender satisfatoriamente as aspirações governistas. Desordens mais ou menos subterrâneas, diante do risco e da opressão, geraram condições de liberdade que ultrapassaram os limites impostos aos corpos, as mentes e aos espíritos, o que significa dizer, aos homens que viveram aquele período.

Isso pode ser compreendido, de outro modo, na própria relação estabelecida entre professores e o poder do Estado na constituição da Educação Física escolar em Cacequi. De modo consciente ou não, ao seu jeito, os três colaboradores entrevistados, através das suas diferentes formas de estar e ser no mundo, revelaram sua resistência, seus medos e suas dúvidas sobre quais as verdades válidas no tempo em suas vidas, durante o regime militar. Essas resistências e inquietações auxiliaram a construir a ação e a

inércia, a aceitação e a negação, algumas vezes ao mesmo tempo, por parte dos professores, em relação ao sistema autoritário que havia sido estabelecido no Brasil, demonstrando que o Estado construiu as condições de sua própria decadência.

Nessa ordem, a cultura corporal dessa sociedade em particular (Cacequi), foi bem mais valorizada do que nos conta a história oficial, mesmo tendo sofrido tentativas, muitas vezes com sucesso, de limitar os sujeitos a força de trabalho. Isso, está claro, não foi intenção do Estado autoritário, que desejava o máximo de controle para a estabilidade político-administrativa no país, mas o que acabou ocorrendo na tessitura de relações que formam o conjunto de sistemas que chamamos de sociedade. Nesse contexto extremamente complexo, as ações ganharam rumos que assumiram, formas bem diferentes do que se desejava que tivessem, dificultando, mas não desintegrando a liberdade, a identidade e as possibilidades de cada vida.

Os Pretos novos que não chegaram a velhos: morte e sepultamento de escravos recém-chegados de África, no Rio de Janeiro do século XIX.

Júlio César Medeiros da S. Pereira.• - PPG-UFRJ

A proposta inicial desta pesquisa consiste em analisar a forma dos sepultamentos realizados no cemitério dos Pretos Novos, situado na Gamboa, do Rio de Janeiro e que funcionou de 1722 a 1830, reconstruindo um pouco da história dos africanos que morriam tão logo desembarcavam no porto do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX, e que ficaram conhecidos como *pretos novos*[i]. Para tanto, lançamos mão de várias fontes primárias, dentre elas, jornais de época, relatos de viajantes, ofícios dirigidos à Câmara de Vereadores e abaixo-assinados dos moradores do Valongo que pediam o fim do cemitério. Nesse sentido entendemos, através da noção de representação[ii] social, o aparelho simbólico que conferia aos pretos novos a possibilidade de serem lançados à flor da terra, desprovidos, aparentemente, de qualquer ritual religioso, bem como de aparatos como mortalhas, roupas e orações[iii]. Inseridos em sociedade escravista e extremamente hierarquizada, os *pretos novos* ocupavam assim o patamar mais baixo da população[iv]

Os estudos fundamentais como os de J. J. Reis e Claudia Rodrigues indicam que, no Brasil, os sepultamentos eram realizados nas Igrejas até pelo menos 1850. Nesse tempo, a idéia da “boa morte” estava vinculada ao momento da morte da pessoa e ao seu local de enterramento. Nesse sentido, dentro de uma mentalidade transpassada pelo cristianismo, estar enterrado em uma igreja era estar perto de Deus, o que significava uma maior possibilidade de uma vida mais feliz no porvir. Assim, as igrejas no Brasil, recebiam os corpos de seus fiéis desde que tivessem sido, em vida, pessoas de uma certa posição social, e que os seus pudessem arcar com as despesas do sepultamento. Desta feita, quanto maior a posição social do defunto, maior era a sua proximidade com o templo, quando não, do próprio altar-mor. Assim como o caso estudado exaustivamente por Engemann e Marcelo de Assis, que se debruçaram sobre os óbitos de escravos da Freguesia de Itambi, e puderam constatar que "[...] a distribuição espacial dos sepulcros na

área de templo cristão tendia, portanto, a refletir uma dentre as várias hierarquizações presentes entre os cativos" [v] p. 195.

De fato o tema da morte não é uma problemática recente. O cristianismo conseguiu, dentro da tradição semita, se impor como uma religião inumista. Não por acaso, Origines advertira na obra *Contra Celsum* sobre o cuidado que se devia ter com relação aos mortos, bem como o uso da procissão fúnebre[vi]. Da mesma forma, na procissão fúnebre medieval, já se encontravam elementos que perdurariam por toda a Idade Média, ou seja, cantos, o carregamento de estandartes da cruz e as relíquias dos santos.[vii]

Os primeiros cristãos tinham o costume de sepultar os seus mortos com ritos próprios e em lugares separados, aos quais chamavam de *coemeterium* (palavra latina derivada do grego *koimètérium,* forjada a partir do termo k*oimâo,* que tem por significado "eu faço dormir"). Nesses espaços, com o intuito de fugir da perseguição vigente, os cristãos se reuniam para celebrar o seu culto. Mais tarde, a construção de igrejas se daria ao lado das criptas e catacumbas e, a partir do século IV, primeiramente os reis e, mais tarde, todos os comuns, passaram a ser sepultados dentro das igrejas.A morte passara, mesmo que de uma forma simbólica, a pertencer aos cuidados da Igreja, porquanto abadias, irmandades, corporações religiosas e de ordem terceiras, passaram a dominar este terreno que se tornava de jurisdição sacerdotal. Era o enterro *ad Sanctos.*[viii]

Segundo Ariès, as atitudes ocidentais perante a morte se dividiriam em quatro etapas: a morte “mansa”, do primeiro milênio da era cristã; a morte “pessoal”, dos 750 anos seguintes; a “vossa morte” que expressava uma preocupação da família com os seus (do século XIX até o começo do século XX) e a “morte proibida”, que vigorou nestes últimos trinta e poucos anos. Para além de todas as críticas que se possam fazer a este modelo compartimentado, com certeza pertinentes, é preciso notar que o autor avança quando demonstra um “mapeamento da zona desconhecida da consciência humana”, sobretudo para o primeiro século d.C. Sobre este tema, Ariès analisa os costumes fúnebres dos primeiros cristãos, que invertiam a prática dos patrícios romanos que sepultavam seus

mortos extra muros. Com o advento do cristianismo, o morto voltou a ter um contato com os vivos e assim permaneceu por muito tempo.

Ariès também nos informa que por volta do século XIV as sepulturas não eram mais apenas covas que pertencem a alguém, ou a uma família, algo que se passe de geração a geração, mas paulatinamente passavam a representar um monumento, uma peça de um jogo onde a intenção era proclamar aos vivos, as virtudes imperecíveis dos seus habitantes[ix]. Isso nem a morte poderia apagar; logo, a inscrição nos túmulos se assemelham bastante ao que Pierre Nora chamou de "lugares de memória", ou seja, devem-se "criar arquivos, (...) manter aniversários, (...) pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essa operações não são e não podem ser "naturais"[x]. Antes de tudo, elas registram os feitos dos "ilustres" restos mortais que habitam na sepultura. Se de início elas consistiam em mensagens simples e curtas, ao longo do tempo elas se transformaram em verdadeiras biografias daqueles que temiam a "crueldade" do esquecimento eterno.

Traçando um paralelo com a pesquisa que no momento realizo, eis aí no que difere substancialmente o Cemitério dos Pretos Novos de outros tantos cemitérios que existiram antes, ou viriam a existir depois; ali não existia inscrição alguma, não existia nome algum, nenhum "*jaz*" fora escrito nem pronunciado, pois não se pretendia preservar a recordação nem a lembrança dos escravos, nem mesmo grandes feitos de que seus descendentes pudessem se orgulhar mais tarde. Pelo contrário, o desejo premente era o de lançar no esquecimento a existência perene daqueles escravos mortos arrancados de sua terra natal, levados a um reino longínquo para morrerem longe do seu povo e de sua terra[xi].

A pesquisa desenvolvida sobre este campo santo demonstra sua existência colada ao sistema escravista que existiu no Brasil durante séculos. Ao desembarcarem no porto de Rio de Janeiro, os escravos eram levados para o mercado, ou às vezes, expostos em praça pública, leiloados a quem estivesse disposto a pagar. Muitos negociantes vendiam as suas 'peças' aos fazendeiros abastados de toda província do Rio de Janeiro, e mesmo aos não abastados pois, conforme nos lembram alguns estudiosos, todos podiam comprar escravos,

mesmo os mais pobres, "de fato, não era preciso ser 'rico' ou ser 'branco' para ser senhor de escravos [...] a escravidão é má e obriga **todos** (grifo do autor) a sê-lo"[xii]

É o Marquês do Lavradio, quando então ocupante do cargo de vice-rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, por volta de 1769, quem nos conta como o negócio era feito:

> *"Havia... nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcarem no porto vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus... e fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua..."* [xiii]

O Marquês não perdeu a oportunidade em recomendar que não mais se fizesse o comércio dessa forma e expulsou do centro da província os mercadores e o seu mercado. Desde então o mercado se mudou para a famosa, já a época, Rua do Valongo a qual era conhecida como "*longa e sinuosa*"[xiv] e que terminava no porto: ali se estabeleceram grandes galpões ou armazéns, como preferiu chamar o Marquês, nos quais cabiam de 300 a 400 escravos, que até chegarem ao destino, já haviam por certo transposto um longo caminho; já tinham passado pela alfândega onde eram cobrados os impostos sobre todos os escravos acima de três anos[xv] e haviam passado um período de quarentena que segundo a lei vigente era de oito dias. Nesse período eles recebiam às vezes uma muda de roupa e tinham suas chagas cuidadas, para depois serem entregues aos mercadores que os conduziam até a rua do Valongo que como sabemos, deu nome a toda parte nordeste da cidade do Rio de Janeiro que hoje compreende os bairros da Saúde e Gamboa e que pertencia à freguesia de Santa Rita. As fontes pesquisadas revelam que vários dos *pretos novos* sepultados no referido cemitério faleceram durante o período da quarentena.[xvi] Não raro, seus corpos estavam cobertos de bexigas a tal ponto que o escrivão não podida atestar a marca do escravo feito, ainda em África, pelos mercadores de almas. Foi assim que em três de março de 1825, José Francisco da Silva Guimarães, um dos grandes traficantes da praça comercial do Rio de Janeiro, do século XIX, mandou sepultar uma escrava nova sua, de

nome Luiza, "*falecida no Lazareto*"[xvii]. A título de exemplo, conscientes da nossa limitação de espaço para este artigo, se acompanharmos o mesmo traficante que mandou sepultar a preta nova Luiza, veremos que no espaço de tempo de 1825 à 1827, ele mandara sepultar nove pretos novos, sendo três mulheres e seis homens, e destes últimos, três eram "*crias*" - crianças de dois a cinco anos. Observa-se que quatro destes, com a Luíza inclusive, faleceram no Lazareto. Para estes *pretos novos,* como para a grande maioria por nós estudada, não há indicações de que tenham recebido algum tipo de ritual, ou paramento fúnebre, muito embora saibamos que neste mesmo período as pessoas eram inumadas em igrejas.

Com efeito, as fontes estudadas não trazem a causa *mortis dos* escravos*,* mas sabemos através de outros estudos que por inúmeros motivos a morte se lhes apresentava como um mero detalhe. Simples, caprichosa e costumeira, sua presença se fazia constante entre os *malungos* desde a captura em África, no translado pelo interior do sertão africano em "*manilhas* e *libambos*", nos tumbeiros onde ela caprichosa desfazia e recriava novos círculos de afetividade[xviii] ceifando a vida dos mais debilitados. Deveras a mortalidade era enorme, não inferior a 8 % no primeiro ano e a 6% no segundo.[xix] Muitos já partiam para o Brasil tendo contraído a malária, disenteria, hepatite, anemia, oftalmia, escorbuto,[xx] e também varíola, como no caso de uma outra escrava nova, sepultada a mando de José Luis, em 24 de janeiro de 1826, que desembarcara do Bergantim Economia, recém-chegado de Benguela. De tal escrava não se podia registrar a marca do traficante, obrigando o notário a escrever: "*hua escrava nova cuja marca ignora-se por se não poder conhecer pela muita bexiga*"[xxi].Como se pode ver muitos escravos já chegavam mortos, ou semimortos, como descrevemos acima. Para os que morriam ao entrar na Baía de Guanabara, ou para os que morriam no Valongo, um destino era certo: o cemitério dos Pretos Novos.

De 13 de dezembro de 1824 a 27 de dezembro de 1825 foram sepultados 1.170 escravos, a grande maioria de escravos adultos do sexo masculino, 73%. Em segundo lugar figuram as escravas adultas, com uma taxa de 12% do total. Quanto às crianças, pode-se dizer que novamente o número de escravos do sexo masculino sobressai (cerca de 6% de

meninos contra 4% de meninas). Pela taxa de mortalidade, somos tentados a achar que os homens morriam mais que as mulheres. Porém, essa idéia não pode ser sustentada frente a outros números, como o de entrada de escravos, que indicam que o número de homens era sempre maior que o de mulheres, fato este que gerava um problema na demografia escrava[xxii].

Outros dados interessantes também foram retirados do livro de Óbitos. Procuramos quantificar o último ano do cemitério, 1830, a fim de verificarmos se a taxa de mortalidade se mantinha estável ou não. No caso de confirmação, poderíamos concluir que medidas para evitar a morte dos escravos não haviam sido tomadas. Se não confirmada nossa expectativa, restava apenas verificar quais foram as circunstâncias que resultaram esta mudança de padrão na mortalidade.

Pude observar que o número total de escravos enterrados caíra para 675, menor mesmo que o número de escravos homens sepultados no cemitério em 1825, que foi de 885. Entretanto, fica aqui um registro importante: a taxa de mortalidade estava caindo drasticamente, o que pode apontar para as hipóteses de que os traficantes estivessem tomando medidas para diminuir a mortalidade escrava. O final do tráfico previamente anunciado elevava o preço do escravo, logo, mais mortos significavam, no limite, um maior prejuízo a ser evitado.

Por último, o livro de óbitos do cemitério ainda nos indica um outro dado importante: a origem de cada escravo sepultado. Assim pudemos verificar que quase 50 % deles eram provenientes de Angola e Benguela, ou seja, do grupo lingüístico bantófone que por sua vez, guardavam uma forma diferenciada no entender e no se comportar diante da morte.[xxiii] Na cosmologia congolesa, o mundo encontrava-se dividido em duas partes que se completavam, ou seja, duas dimensões: a do mundo “perceptível” que seria esta na qual vivemos, e a do mundo das “causas invisíveis” onde qualquer acontecimento excepcional, fosse bom ou ruim, era fruto de obras realizadas em outro mundo. Por outro lado, os bantos praticavam o culto aos ancestrais, no qual a figura dos antepassados era de suma importância para cada linhagem bem como para o sucesso nas colheitas, na pesca, e para a

manutenção da própria vida. Nesse sentido, morrer longe dos seus, ou não ser sepultado significava um corte drástico na manutenção da vida em comunidade. Morrer desta maneira significava ficar sem linhagem e sem uma perspectiva de vida futura[xxiv]. Além disto, o mar era visto como o um local da travessia para o mundo do além, ou, como na língua banto, a "Kallunga", que fazia divisa com o lugar onde os mortos habitavam, que neste caso estava repleto de brancos[xxv].

É neste sentido que o conhecimento da cultura africana e o seu modo de encarar a morte nos serve como chave de entendimento do motivo pelo qual os escravos buscaram a filiação a irmandades, como no caso da irmandade do Rosário[xxvi]. Em primeiro lugar eles temiam que seus corpos fossem inumados sem nenhum tipo de ritual, lançados à terra sem nenhum paramento religioso, não porque temessem as covas da indigência, mas porque para eles morrer assim significava, antes de tudo, morrer longe dos seus ancestrais, e em segundo; ser sepultado no cemitério dos Pretos Novos significaria um corte definitivo na linhagem dos antepassados e a impossibilidade, no pensamento africano, de reviver junto aos seus do outro lado do Atlântico, no continente africano.

Finalmente, podemos ressaltar que o estudo do cemitério dos Pretos Novos pode, em certa medida, revelar uma outra faceta das práticas de sepultamento no Brasil escravista, pelo menos do século XVII aos meados do XIX, e mostrar que mesmo na hora da alma passar para o além, o cuidado com o corpo inerte nem sempre foi uma preocupação entre os homens. Desta feita, a forma e lugar no qual se é inumado variava de acordo com a posição social do morto, o que nos faz lembrar a oração que dizia, certamente, carregada de outro um sentido: "... *assim na terra como nos céus*",[xxvii] A desigualdade terrena refletia uma diferenciação nas práticas inumistas e nos locais destinados para este fim, já que o local do sepultamento está carregado de implicações simbólicas forjadas ao longo do tempo pelos homens das mais variadas culturas.

• O autor é mestrando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e desenvolve dissertação orientada pelo Prof. Dr. José Murilo de Carvalho, sob o título que dá nome a este artigo.

[i] Pretos novos é a nomenclatura dada aos escravos recém-chegados antes de serem vendidos ou aprenderem a língua nativa. Pelo fato de nossas fontes se referirem constantemente ao termo: *preto novo,* procurei a partir daqui usá-lo sistematicamente.

[ii] CHARTIER, Roger. História Cultural. Entre práticas e Representações. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2000.

[iii] MARIZA Soares chama atenção para o fato de que os sepultamentos realizados, principalmente, pelas irmandades, consistiam em procedimentos como o pagamento do padre, a mortalha, o esquife, a sepultura, missa e velas. *In:* SOARES, Mariza de C. Devotos da Cor. Identidade Étnica, Religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 152.

[iv] Conf. SOARES, Mariza de C._____p. 136-7.

[v] ENGEMANN, Carlos *et al.* Sociabilidade e mortalidade escrava no Rio de Janeiro de Janeiro - 1720 - 1742.. *in:* Ensaios sobre escravidão. Manolo Florentino & Cacilda Machado (org). Belo Horizonte: editora UFMG, 2003. p. 195.

[vi] CATROGA, Fernando. O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911. Coimbra; Editora Minerva, 1999. p. 41.

[vii] MONTEIRO Antônio Xavier de Souza, A sepultara eclesiástica, Coimbra, Imprensa da universidade, 1873, pp-3-5. *In*: CATROGA, Fernando. O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911. Coimbra; Editora Minerva, 1999.

[viii] *Ibidem* p.43.

[ix] ARIÈS, Philipe. História da Morte no Ocidente; desde a Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

[x] NORA, P.Les lieux de la mémorie. Paris 1: Gallimard, 1984.

[xi] Faz-se necessário ressaltar que a "redescoberta" do cemitério se deu em janeiro de 1996, quando foi feita uma reforma na casa de n.º 36, situada à rua Pedro Ernesto, na Gamboa, zona portuária do Rio de Janeiro. No local foi criado o *sítio Arqueológico dos Pretos Novos*. No entanto, o poder público ainda não se manifestou efetivamente no sentido de retomar as escavações.

[xii] GÓES, José Roberto Pinto de.São muitas as moradas: desigualdade e hierarquia entre os escravos. In:. FLORENTIINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (org). *Ensaios sobre escravidão* Belo Horizonte: editora UFMG, 2003. 287 p.202.

[xiii] Citação do Marques do Lavradio retirada de Brás Amaral, Os Grandes mercados de escravos africanos" in Factos da Vida do Brasil. Bahia. 1941, pp. 148-149.

[xiv] CONRAD, Robert Edgard. Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985.

[xv] CONRAD, Ibidem. p. 58.

[xvi] Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio De Janeiro.Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita (1824-1830).

[xvii] ACMRJ Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita (1824-1830), fl. 11.

[xviii] REIS, João José. A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo. Companhia das Letras. 1991.

[xix] CONRAD. Ibidem. p. 25

[xx] CONRAD. Ibidem. p. 25.

[xxi] ACMRJ Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita (1824-1830), fl. 47.

[xxii] Conforme: GÓES, José P. de, Cordeiro de Deus: Tráfico, demografia e política dos escravos no Rio de Janeiro da primeira metade de século XIX. Texto inédito. p. 8.

[xxiii] Conforme: SLENES, Robert W. "Malungu, Ngoma Vem!" África coberta e descoberta no Brasil. Cadernos do museu da escravatura. N.1. Ministério da Cultura. Luanda. 1995. p. 8.

[xxiv] SILVA, Alberto da Costa e, A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

[xxv] Não só a cor branca significava a morte, mas também os homens brancos eram tidos como os próprios mortos, conf. : KARASCH, Mary C. A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 78.

[xxvi] SOARES, Mariza de C. Devotos da Cor. Identidade Étnica, Religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.175.

[xxvii] Mateus cap. VI-9. Parte b. Bíblia de Jerusalém.São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

Nacionalismo e pacifismo: uma leitura do filme "Sem Novidades no Front"

Júlio Eduardo Crossetti de Almeida[1]

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar o filme "Sem novidades no front", de Lewis Millestone, adaptação para o cinema de 1930 da obra de Eric Maria Remarque "Nada de novo na frente ocidental"[2], surgida apenas um ano antes. O controverso filme apresenta um retrato da chamada "geração perdida" num contexto nada favorável aos princípios humanistas de Remarque. O diretor Lewis Millestone, russo naturalizado norte-americano, dirigiu outros filmes de guerra, entre eles "Um Passeio ao Sol" e "Estrela do Norte". "Sem novidades no front" foi rotulado como derrotista pelos nazistas, obrigando Remarque a exilar-se na Suíça e depois nos Estados Unidos. A apresentação abordará o tema nacionalismo e pacifismo a partir desta obra cinematográfica.

CONTEXTO HISTÓRICO E A OBRA

O general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) argumentava que a violência (inerente à natureza da guerra) era apenas um meio para atingir o seu fim, ou seja, a vitória. A política é o objetivo final e a guerra o seu instrumento[3]. A esta visão racional e prática associava-se a ideologia nacionalista e burguesa das classes dominantes, legitimando a utilização da classe trabalhadora para a consecução dos objetivos militares[4]. Considerando a teoria de Clausewitz, e transportando-a para o contexto da Alemanha do Kaiser Guilherme II, com a sua agressiva política expansionista em busca do "espaço vital" (*Lebensraum*), a concepção da guerra do general prussiano torna-se

bastante adequada à conjuntura da Alemanha nos períodos precedentes à conflagração da Primeira Guerra Mundial.

A sociedade alemã do período entre-guerras passava por terrível abalo em sua economia, com desemprego, recessão e hiperinflação. A frustração da derrota, juntamente com a humilhação imposta pelos vencedores (refletido no Tratado de Versalhes) impondo à potência derrotada sérias penalidades, sob o pretexto de que os alemães foram os únicos responsáveis pelo conflito, acabou por despertar o ufanismo conservador na Alemanha. Por outro lado, o Partido Social Democrata (SPD), que chegara ao poder com a "revolução" de novembro de 1918 (e a abdicação do Kaiser) tinha dificuldades para estabilizar-se no poder. Pressionado pelas extremas esquerda e direita, com greves e insurreições de trabalhadores, e tentativas de golpe (Putsch de Kapp em 1920 e Putsch de Munique em 1923), respectivamente. Fracassada a "revolução" alemã e o governo republicano tendo dificuldades em afirmar-se na direção do país, os conservadores chegam ao poder com o Marechal Hindenburgo[5], nas eleições de 1925. Mas à volta das forças conservadoras ao poder não interferiu na atmosfera liberal. O vigor cultural na época da República de Weimar deu novo sentido ao caos político e econômico, era como se o cenário artístico tivesse um ganho de maturidade criativa, diante da crise social e da decadência urbana.

Berlim rivalizava com Paris como centro cultural do mundo, fazia-se notar, sobretudo, no teatro, cinema, pintura, literatura, arquitetura, educação etc. Movimentos de vanguarda intelectual ficavam livres para criar. É neste contexto que Remarque escreve o seu clássico. O autor teve várias profissões, dentre elas: pedreiro, mestre-escola, motorista, crítico de teatro, etc, formou-se em jornalismo (pela Universidade de Münster) e passou a escrever para periódicos. Nasceu na cidade provinciana de Osnabrück em 1898 e teve formação católica. "Nada de Novo na Frente Ocidental", publicado em 1929, é produto de suas lembranças sobre a guerra. Consta que Remarque sentia-se culpado por

não ter sofrido nenhum ferimento muito grave (sentimento comum aos combatentes que sobrevivem às guerras), ou morrido. Em 1931 o romance ganha às telas de cinema (popularizando a obra ainda mais), sendo o roteiro adaptado por Hollywood, e o filme dirigido pelo cineasta russo (naturalizado americano) Lewis Millestone. O filme causou um profundo impacto na sociedade alemã, que ainda não tinha noção de como a guerra realmente fora travada, e, ao mesmo tempo, ninguém havia ousado relatar os horrores da guerra com tanto realismo. A Alemanha não havia sofrido os efeitos devastadores do bombardeios, apenas os efeitos econômicos do bloqueio comercial britânico. A mensagem pacifista evidenciada na obra despertou a ira dos nazistas, que viam na guerra o momento máximo de glória e heroísmo, tanto foi assim, que Remarque, quando da ascensão de Hitler como Chanceler na Alemanha em 1933, teve que fugir para a Suíça, e em seguida rumou para os EUA, aonde escreveu outros livros*: Três Camaradas* (1937), *Náufragos* (1941), *Arco do Triunfo* (1946), *Amar e Morrer*, *Obelisco Preto*, *Tempo para Viver – Tempo para Morrer*, *Uma noite em Lisboa*, *Sombras no Paraíso* (publicação póstuma - 1971). O autor morreu em 1970, na cidade de Lucarno (Suíça).

A singularidade da Primeira Guerra Mundial residia no conflito sitiado, ou guerra de trincheiras (salvo os períodos de agosto a novembro de 1914 e março a novembro de 1918, que foram caracterizadas por uma “guerra de movimento”). As estratégias ultrapassadas do século XIX (cargas de cavalaria e ataques de baioneta) contrastaram com as armas modernas do século XX (artilharia pesada, metralhadoras, granadas, submarinos etc). Esta guerra também serviu de laboratório para a “inventividade” e “engenhosidade” humanas, tanto na aplicação da aviação, como na utilização da psiquiatria para os seus propósitos belicosos, expressões encontradas também no uso de armas químicas (1915) e de blindados (1916). Há também uma contradição entre o discurso idealizado da burguesia sobre os conceitos de patriotismo e a catástrofe humana que a guerra industrializada possibilita. Por fim, é colocado em prática o conceito moderno

de guerra total (mobilização da sociedade sob o comando do Estado, inclusão de civis como alvos de guerra, esforço de guerra expresso na idéia de união nacional. Sendo esta evidenciada numa aliança entre capital e trabalho, entre o público e o privado).

Por sua vez, Erich Maria Remarque poderia ser considerado uma das vozes do pacifismo mundial, a julgar pela enorme repercussão que teve o seu livro. Mesmo não sendo um "ativista" da paz, a sua narrativa realista atuou na consciência dos leitores. Porém, devemos salientar que Remarque era um humanista, não um socialista, e adquiriu restrições morais à guerra a partir de sua experiência pessoal como combatente.

Em oposição aos pensadores pacifistas, destacam-se os representantes e simpatizantes do chauvinismo e do imperialismo. Nestas fileiras encontravam-se os altos escalões militares, a imprensa conservadora, e os grandes industriais e banqueiros que esperavam lucrar com a guerra (seja através do investimento estatal em suas empresas, ou de empréstimos, respectivamente). É o caso notório da indústria siderúrgica Krupp, financiadora do auxílio que o Estado alemão necessitava para o esforço de guerra, em termos de produção bélica. Naquele momento histórico a Europa vivia impregnada por valores que engrandeciam a coragem, a bravura, e o sacrifício pela pátria[6]. Já era lugar comum a presença de oradores inspirados em antigos lemas herdados da civilização romana. O *dulce et decorum est pro patria mori* era usado como elemento emocional em todos os discursos, e em quase todos os países envolvidos nas hostilidades. Ao mesmo tempo, o patriotismo era "vendido" às pessoas pelos recrutadores profissionais, que de forma amoral, enriqueciam com isso.

Outra obra importante desta época é *Mein Kampf*, concebida no cárcere por Hitler, em 1924 (meses após o malogrado puscht de Munique), estabelecendo a doutrina nacional-socialista empregada a partir de 1933. Num de seus capítulos, denominado *A Guerra Mundial*, Hitler narra as suas experiências de combate e expõe as suas teorias a respeito da derrota da Alemanha. Assim como Remarque, Hitler lutou nesta guerra,

portanto, homens que viveram a mesma experiência e que, no entanto, representaram campos opostos ao seu final. Neste sentido é oportuno transcrever um trecho de "Mein Kampf" :

> "De cada vez que a morte rondava, algo indeterminado procurava revoltar-se, baseado na razão, mas, todavia, isso nada mais era do que a cobardia que, assim disfarçada, procurava envolver cada um. Começou um luta pró e contra, e o último resto de consciência decidia definitivamente. No entanto, quanto mais claro se ouviam essas vozes que recomendavam cautela, quanto mais elas procuravam atrair e falar alto, tanto mais violenta era a resistência, até que, enfim, após longa luta interior, a consciência do dever vencia."[7].

Será que Remarque não conseguiu vencer a "luta interior" entre o "instinto de conservação" e o "imperativo do dever" que Hitler descreve ? Ou simplesmente era um homem diferente, um humanista? Hitler, apesar de não ter passado de cabo, foi condecorado por bravura, e acima de tudo era um militarista. Mas, uma coisa em comum parece ter compartilhado com Remarque, expresso nas palavras de Hitler "romantismo das batalhas". O personagem Paul Baümer (alterego

de Remarque) alistou-se, assim como os seus demais companheiros, iludido com o discurso dominante. Ao entrar na caserna, reflete :

> "Quando fomos ao comando regional, não passávamos de uma turma de vinte jovens, alguns dos quais tinham-se deixado orgulhosamente barbear pela primeira vez antes de pisar o pátio do quartel. Não dispúnhamos de planos definidos para o futuro, e apenas uma minoria possuía idéias precisas sobre uma carreira ou uma profissão para orientar sua existência; em compensação, estávamos cheios de idéias vagas, que emprestavam à vida, e também à guerra, um caráter idealista e quase romântico"[8].

Além de escritores e diretores de cinema, a guerra serviu de inspiração para pintores das mais diversas escolas, seja o futurismo, o expressionismo ou cubismo; principalmente em seu início, despertava fascínio, provocado pelo romantismo na qual

estava envolta (a última guerra na Europa Ocidental ocorrera em 1871, portanto à realidade dava lugar à idealização), além disso, acreditava-se que seria um evento breve. No entanto, a partir de 1916, a perspectiva de vitória (de ambos os lados) frustrara-se nas batalhas de Verdun e do Somme. O apelo emotivo evocado na lista de baixas e na destruição material, ou simplesmente o fascínio provocado pelo novo tipo de guerra industrializada (o futurismo inspirou-se nas formas rígidas do material bélico), ou ainda a formalidade do registro histórico em termos artísticos, deu ensejo a expressões, tais como a do "protesto", a do "estético", e da "idealização". Às formas de arte espontâneas contrastou-se a arte oficial[9], as primeiras mais criativas, porque livres das amarras do convencionalismo militar, e as segundas mais rígidas, por ser produto de encomenda, portanto presas a modelos pré-determinados. Ao sentido romântico e ao escatológico, devemos acrescentar o do protesto, principalmente daqueles que viveram as experiências de combate, refiro-me aos poetas e pintores que retrataram a realidade da guerra de forma direta. A obra do inglês Mark Gertler, "Carrossel", ficou famosa pelo seu conteúdo simbólico, nele civis e militares giram num carrossel, as figuras, porém, são inexpressivas, pois representam a passividade da sociedade inglesa diante da guerra (representado num círculo vicioso). Este país, aliás, contribuiu com os melhores poetas de guerra; Charles Sorley, Robert Graves, Wilfred Owen e Siegfried Sassoon, entre outros, souberam expressar as frustrações dos homens que lutavam nas trincheiras do norte da França. Consideravam-se os porta-vozes de uma geração, relatando as ansiedades dos soldados e rompendo com o romantismo do início da guerra.

O FILME

"Nada de Novo na Frente Ocidental" (*All Quiet on the Western Front*) tem um clima sombrio e um realismo que procura ser o mais fiel possível à obra, porém, é impossível transpor a narrativa do livro em pouco mais de duas horas, por isso, o roteiro é

condensado, e cenas importantes são encaixadas a outras cenas igualmente importantes, por outro lado, cenas menos importantes são suprimidas do filme. O resultado é interessante, apesar dos anacronismos[10] em relação ao romance, pois esse tipo de adaptação (de Maxwell Anderson) dá uma dinâmica (ação) que é necessária em filmes de guerra. O grande mérito dessa primeira versão é exatamente o fato de ter sido filmado em 1930, sem o aparato tecnológico que temos hoje em dia. Neste sentido Hollywood usa todos os seus recursos (gráficos ou computadorizados) para valorizar o espetáculo visual, o que acarreta, muitas vezes, na banalização da linguagem e do discurso.

O filme é digno do livro de Remarque (há ainda uma versão para a televisão de 1979), sendo difícil analisar os seus defeitos, não porque seja perfeito, mas pelo fato de ser baseado no maior livro de guerra já escrito, com suas descrições extremamente realistas e com uma bela adaptação para o final: Paul Baümer (Lewis Ayres) ao tentar tocar numa borboleta do lado de fora da trincheira é abatido por um franco atirador, ou seja, o símbolo de inocência é morto. Fora da superficialidade que apresenta a guerra como um grande jogo de videogame, a versão de 1930 de “Nada de Novo na Frente Ocidental”, em sua simplicidade, é a própria Grande Guerra.

Finalmente podemos dizer que a Grande Guerra (como foi chamada na França), mesmo tendo produzido muitas viúvas e lamúrias (“la guerre ... grand malheur ...”), parece ter-se dissipado no tempo, e por isso mesmo seria oportuno assistir “Sem Novidades no Front” para relembrá-la.

---

[1] Licenciado em História pela PUCRS, professor da escola municipal Egídio Vieira, Barão do Triunfo, RS.
[2] REMARQUE, Erich Maria. À Oeste Nada de Novo. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
[3] "A guerra é pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade", CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 7.
[4] Clausewitz encara a guerra como um instrumento racional de política nacional. As palavras “racional”, “instrumental” e “nacional” são os conceitos-chave do seu paradigma. Nesta ordem de idéias, a decisão de empreender a guerra “deveria” ser racional, no sentido de que deveria ser baseada numa avaliação de custos e lucros da guerra. A seguir, a guerra “deveria” ser instrumental, isto é, deveria ser empreendida com vista a alcançar-se um objetivo, e nunca por si própria; é no mesmo sentido que tanto a estratégia como as táticas

devem ser dirigidas para um só fim, particularmente para a vitória. Por último, a guerra "deveria" ser nacional, para que o seu objetivo fosse a satisfação dos interesses de um Estado nacional e para que se justifique que todo o esforço de uma nação seja mobilizado a serviço do objetivo militar. CLAUSEWITZ, *Da guerra*, op. cit..

[5] REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução Alemã: Mitos e Versões. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[6] A ideologia nacionalista era alimentada pelo protecionismo econômico, pela expansão colonial, pelo militarismo e pela exaltação do Estado alemão. Influenciou profundamente a classe operária, unificando-a, não em luta por seus interesses, mas na sua dissolução como força portadora de um projeto alternativo global para a sociedade. Em 1907, no congresso de Sttutgart, lideranças da social-democracia manifestar-se-iam agressivamente a favor da política imperialista alemã. A atitude dos operários quando da eclosão da Primeira Grande Guerra falaria por si mesma. REIS FILHO, Revolução Alemã, op. cit, p. 73.

[7] HITLER, Adolf. A Minha Luta. Lisboa: Afrodite, 1976, p. 124.

[8] REMARQUE, Nada de Novo, op. cit., p. 23.

[9] ROSENTHAL, T. G. História do Século 20, op. cit., (cap. 23), 1974, p. 676.

[10] Por exemplo: a cena em que o cabo Himmelstoss se acovarda diante de um ataque é emendado à cena em que Paul Baümer apunhala um soldado francês dentro de uma cratera de bomba.

AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO NO IMAGINÁRIO BARROCO AÇUCAREIRO ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII.

Kalina Vanderlei Silva[i]

O sertão colonial foi definido enquanto sertão a partir da construção de uma imagem de deserto de súditos no século XVI. Tal imagem se baseava, não no fato de ser essa região um deserto físico, mas pela ausência de exploração econômica efetiva que a caracterizaria como um *espaço civilizado*. Não existia, além disso, um único sertão, mas diversos: toda região para além da colonização, em suas fronteiras, era um sertão. E tal conceito tinha pouco de geográfico, importando pouco as características climáticas, de relevo, vegetação. Além disso, com a expansão gradativa da conquista e colonização, o sertão era um espaço sempre em mutação.

Até a consolidação da sociedade mineradora, o *espaço civilizado* colonial por excelência foi a área açucareira: Espaço que contrastava com os interiores selvagens. E mesmo após o rápido crescimento das Minas no século XVIII, a zona do açúcar não decaiu culturalmente, mantendo seu status de *lugar da civilização*. Essa zona açucareira era o coração das capitanias do norte do Estado do Brasil, entre fins do século XVI e o século XVII, situada no litoral em uma faixa de costa de pouco mais de 60 km de largura. O sertão das capitanias do norte correspondia a seu interior que, com a ausência de exploração econômica se tornou o lugar do desconhecido, do indefinido, mas também da transposição de mitos e imagens clássicas em um momento em que a área açucareira já não comportava esses mitos.

A conquista do sertão assumiu, assim, um sentido civilizador, pois enquanto região não colonizada, o sertão apresentava-se como a fronteira colonial, significando-se, desde o século XVI, como espaço de mobilidade humana, aproveitado por integrantes da

sociedade açucareira tanto como lugar de fuga, quanto como lugar de ascensão social legítima.

Assim, durante a fase de conquista, o sertão, fronteira da '*civilização do açúcar'* , foi representando pelo imaginário dominante das vilas açucareiras como o espaço do que era selvagem, perigoso, mas que também prometia riquezas. O sertão era constituído então pelas vizinhanças não colonizadas da zona do açúcar, as matas marginais que limitavam as áreas de engenhos, as serras onde os índios se refugiavam, assim como pelo semi-árido e a caatinga distante.

Tal representação se repetiu amplamente no discurso literário elaborado na zona do açúcar por cronistas como Ambrósio Fernandes Brandão. Um exemplo está em sua descrição dos costumes dos índios ditos '*tapuias'*, sobre quem afirma: *"Destes costumes, que até agora tenho tratado, são dos que usam no sertão o gentio que por ele habita, sem terem comércio nem conhecimento dos brancos, que os que andam entre nós e estão debaixo da doutrina dos religiosos, vivem já muito desviados de semelhantes costumes, (...)."*[ii]

Esse trecho exibe uma demarcação da fronteira do sertão/barbárie e da civilização a partir da presença de brancos, de colonos. No imaginário barroco açucareiro, o espaço da *civilização* e o espaço da *barbárie* eram delimitados pela colonização. Além disso, os índios que cruzavam essa fronteira espacial estavam cruzando uma barreira cultural. Assim, os costumes selvagens seriam característicos apenas dos habitantes do sertão, enquanto os índios que atravessassem a fronteira da colonização, aqueles que tivessem 'comércio e conhecimento com os brancos', estariam se desviando de tais costumes, e se inserindo no espaço da civilização. O sertão se definia, então, como o espaço por excelência da barbárie.

A própria descrição dos *tapuias* ressalta essa definição:

"Estes tapuias vivem no sertão e não tem aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantarem mantimentos para sua sustentação, porque todos vivem pelos campos, e do mel que colhem das árvores e as abelhas lavram na terra, e assim da caça, que tomam em grande abundância pela flecha, se sustentam, (...).

Também são na fala diferentes, porque os demais gentio os não entende, por terem a linguagem arrevesada. Trazem os cabelos crescidos como de mulheres, com serem geralmente tão temidos de todos os mais gentio, que é bastante um só tapuia para fazer fugir muitos; (..)"[iii]

Nesse trecho os *tapuias* do sertão foram caracterizados como mais selvagens que os outros 'selvagens' da América, visto que os demais nem os entendiam. Foram associados às feras, uma vez que não tinham 'casas ordenadas', nem 'plantavam para sua sustentação'. A pretensa brutalidade de seus homens foi destacada na aparência feminina que o cronista lhes impôs. Feminilidade que contrariava a violência que lhes imputou. A associação com a feminilidade no discurso do autor inferiorizava os *tapuias*, visto o imaginário barroco ser caracteristicamente misógino. Além disso, essa bravura contrastava com a afirmação anterior sobre sua covardia, e aparece aqui mais como uma característica animalesca do que como uma qualidade de guerreiros, valorizada na cultura ibérica.

Aparentemente Brandão, até o momento da escrita de sua obra, não tivera nenhum contato direto com as tribos do sertão, situação que caracteriza sua narrativa como um reflexo de outras falas, de um discurso dominante no imaginário das vilas que habitou. Seu discurso, longe de se ater a descrições desenvolvidas a partir de conhecimento adquirido no cotidiano, foi construído com imagens pertencentes à memória coletiva da sociedade da qual fazia parte. Situação que transforma o sertão de Ambrósio Fernandes no sertão dos habitantes das vilas do açúcar.

Essa representação, e os discursos gerados por ela, estavam inseridos no imaginário dominante na zona açucareira. Construído pelas elites letradas e senhoriais com base nos costumes fidalgos ibéricos de pompa, ostentação, ócio, esse imaginário era sustentado pela hierarquia estamental, mas também bastante mestiço de costumes africanos e indígenas, e permeado pela influência do sistema escravista. O barroco mestiço açucareiro pode ser entendido como um sistema de valores elaborado a partir da cultura fidalga ibérica, seguido pelas elites açucareiras e reinterpretado pelos grupos sociais livres. E foi esse sistema de valores que construiu o sertão enquanto espaço e enquanto discurso.

A imagem do sertão assim elaborada pode ser vista em deferentes discursos. Podemos tomar como primeiro exemplo o discurso missionário. Caso dos comentários de um missionário oratoriano que, em 1643, atuava nos sertões do Ceará. Segundo ele, os oratorianos atuavam "*na conservação das almas do gentio mas bárbaro"*, apesar de estarem "*repartidos naqueles imensos sertões donde habitam ao presente"*. As aldeias onde pregavam se espalhavam por 150 léguas "*no sertão de Pernambuco com os Tapuias (iucums) e Jandois os mais ferozes de todo aquele gentio*."[iv]

Nesta fala revemos a idéia da vastidão do sertão, e de sua natureza como espaço do inculto, do bravio, além da afirmação da selvageria das tribos sertanejas.

E se esta afirmação acerca da *selvageria* do sertão vem do discurso de um missionário, personagem constitutivo das camadas construtoras dos padrões sociais do mundo barroco, o mesmo discurso, no entanto, foi proferido também fora desse eixo, como podemos ver na petição do capitão do Terço dos Índios Simão Jacques Thomas. Thomas, que lutara contra Palmares, de 1688 pediu confirmação de seu posto, com base nas "*muitas ocasiões de guerra contra os negros dos Palmares em que procedeu com muito valor assistindo por vezes muito tempo naqueles sertões com grandes descomodos e misérias*".[v]

É provável que esta petição tenha sido escrita por um procurador a serviço do capitão índio. Mas isso não muda o fato de que o mesmo capitão soube se apropriar do discurso dominante, ainda que por intermédio de terceiros, para obter da Coroa resposta para seus pedidos. Apropriando-se da imagem difundida do sertão como espaço de perigos e dificuldades, ele se apresentava como pessoa *civilizada*, que sofrera os *incômodos* do sertão em pró da Coroa, merecendo, por isso, receber mercês.

Um terceiro exemplo dos discursos diversos originados na mesma representação do sertão é o parecer do procurador da fazenda de Pernambuco em 1697 sobre a construção de uma paróquia no sertão do Piauí. Para este procurador "*era muito de louvar o zelo com que este Prelado procurava o bem destas suas ovelhas, que desgarradas por aqueles desertos, apenas ouviam os silvos de seu Pastor*."[vi] A metáfora das ovelhas perdidas ressalta sua opinião acerca do sertão enquanto deserto, lugar de vastidão e vazio onde os colonos estavam inclusive afastados da lei de Deus.

Esses personagens exemplificam a heterogeneidade dos interlocutores dos discursos acerca do sertão. De um lado um procurador da fazenda, funcionário da Coroa, habitante dos palcos urbanos; de outro lado, um padre missionário, acostumado ao convívio com povos e cenários do interior. E por último, um capitão indígena tupi, um *prático do sertão*, pessoa acostumada por cultura e por profissão a interagir com o continente. Em comum, tinham a mesma representação do sertão. O que nos leva de volta ao imaginário barroco. No caso do capitão tupi, seu discurso poderia ser apenas uma estratégia para alcançar as mercês requeridas. Mas ainda assim sugere que o mesmo estava suficientemente aculturado para reconhecer os mecanismos de barganha com a Coroa.

Por outro lado, um sertanista paulista como Domingos Jorge Velho dificilmente poderia ser classificável como elemento constitutivo do imaginário dominante da zona do açúcar. E no entanto, encontramos na fala que lhe é atribuída semelhante visão do

sertão: "*nenhuma renitência fiz em largar tudo e por me ao caminho de ao Redor de 600 léguas desta Costa de Pernanmbuco por o mais áspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo (...).*"

Da mesma forma que o capitão indígena anteriormente citado, o sertanista paulista, *prático do sertão*, se apropriou do discurso dominante na área açucareira, para conseguir que suas petições fossem aceitas.

Poderíamos então nos perguntar, até onde seria verdadeiro, enquanto crença, esse enunciado proferido por Jorge Velho, um *bugre* do sertão, e pelo capitão Thomas, um índio das forças do chefe Arco Verde. E talvez devêssemos responder com Todorov: não importa a veracidade do discurso enquanto fato concreto, importa sim a crença dos seus enunciadores de que o mesmo discurso será bem recebido pelo leitor quando o mesmo for lido.[vii] Dessa forma, não podemos afirmar que Jorge Velho ou o Capitão Thomas acreditavam nos perigos e aspereza do sertão, mas talvez possamos dizer que eles acreditavam que essa era a crença da Coroa, situação que lhes permitia se apropriar do discurso dominante, e que nos permite entrever o imaginário da sociedade açucareira.

Outra porta para este imaginário é a iconografia. Pinturas, murais, obras de arte as mais diversas, criadas no ambiente do barroco, reproduzem essas representações do sertão. A gravura de Zacharias Wagener, *a dança dos tapuias*, de meados do século XVII, é um exemplo. Pequeno funcionário do governo de Nassau, Wagener não teve o status dos grandes artistas naturalistas contratados pelo conde. Pelo contrário, sua obra, *Thierbuch*, foi publicada na Europa para um público mais plebeu. Sua maior preocupação era com o exótico, fórmula empregada em sua *dança dos tapuias*.[viii]

Nesta gravura transparece a visão de Wagener do que seria uma cena típica do cotidiano dos tarairius, tribo indígena do sertão do Rio Grande do Norte.[ix] Ela representa não um espaço visto pelo autor, mas um sertão imaginado, construído a partir de conhecimentos adquiridos através de relatos de seus contemporâneos na zona

açucareira. Conhecimentos que então já faziam parte da memória coletiva das vilas do açúcar.

A ilustração de Wagener enquanto *discurso* é uma significativa mostra das recriações possíveis no imaginário barroco açucareiro: não retrata o que era o sertão, mas o que se acreditava, na zona do açúcar, que ele fosse. A gravura nos mostra uma área de descampado, cercado por pequenos morros cobertos esparsamente por árvores simétricas que lembram o pinheiro europeu. Não há habitações ou construções humanas, nem mesmo plantações. Nesse cenário, em primeiro plano, um grupo de mulheres índias nuas dançam em uma roda, enquanto ao fundo e ao longe guerreiros armados correm para o combate. Nas margens do plano inicial, de um lado, uma figura feminina abaixada bebe água, enquanto de outro, outra figura atiça uma fogueira para cozinhar um cadáver. A mulher bebendo água assume uma posição animalesca, enquanto o que parece ser um cadáver espera para ser cozido perto de uma fogueira sem nenhum indício de panelas ou outros artefatos materiais.

A vegetação retratada, estranha ao sertão, mostra que o autor nunca esteve no sertão dos tarairius. O mesmo se dá com a representação das mulheres índias totalmente despidas, sem quaisquer adornos, e a inexistência de utensílios indicativos da cultura material, como vasilhames, choças ou armas. Apesar disso, ou talvez exatamente por isso, a ilustração representa a crença do autor no que seria o sertão e os tarairius: desolação, barbárie e ausência de qualquer civilidade. Uma imagem, não sua particular, mas apreendida do imaginário dominante das vilas açucareiras onde viveu.

A zona do açúcar interpretava o sertão como o espaço do barbarismo porque significava a si própria como o espaço da civilização. Depois do término da conquista do sertão, no final do século XVIII, quando a sociedade sertaneja já era uma realidade na América, um dicionário da língua portuguesa elaborado por um letrado reinól, definiu sertão como "*O interior, o coração das terras; opõe-se ao marítimo, praias e costa; (...) O*

sertão toma-se por mato longe da costa."[x] Ou seja, mesmo depois de consolidada a sociedade sertaneja, a idéia de uma área bravia, selvagem, agreste, não se extinguiu de todo. Mesmo depois da independência, o sertão continuou sendo, para o litoral, o lugar do inóspito, ou do exótico, o interior bravio porque sem lei.

---

[i] Doutora em História pela UFPE; Profª Adjunto da UPE/FFPNM; Coordenadora do Grupo de Estudos História Sócio-Cultural da América Latina. kalinavan@uol.com.br

[ii] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana. 1997. p. 214

[iii] Idem, p. 214-216.

[iv]AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), cód. 49, fl. 19/20.

[v] AHU, cód. 256, fl. 75, 75v.

[vi] CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Carta do Bispo de Pernambuco escrita ao Secretário Roque Monteiro Paim. Apud ENNES,E. **A Guerra dos Palmares subsídios para sua História**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional. p. 360-361.

[vii] TODOROV, T. **A Conquista da América - A Questão do Outro**. São Paulo, Martins Fontes. 2000.. p. 94.

[viii] TEIXEIRA, Dante Martins. *O 'Thierbuch' de Zacharias Wagener de Dresden (1614-1668) e os óleos de Albert Ekhout*. In **Albert Eckhout Volta ao Brasil - 1644-2002**. Copenhagen: Nationalmuseet. 2002. pp. 165-183. P. 168-169, 171

[ix] *A Dança dos Tapuias*. WAGENER, Zacharias. *Thierbuch*. Kupferstich-Kabinett, Dresden. Apud **Albert Ekhoult Volta ao Brasil 1644-2002**. Nationalmuseet, Copenhagen. 2002.

[x] SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionario da Lingua Portugueza Composto por Antonio de Moraes Silva**. Lisboa: impressão Regia. 1831. 2 tomos. 1.ª edição de 1789. Vol. 2, p, 719.

Memória, história, sentido: confrontações

Kamilly Barros de Abreu Silva

Refletir sobre o fazer historiográfico: eis a tarefa que está no cerne do debate atual da história e da historiografia. A preocupação expressa com os fundamentos da escrita histórica, supondo-os um elemento central para pensar o conhecimento produzido e suas conseqüências político-sociais, parece ter se tornado tarefa fundamental do historiador.

A omissão ou descaso em relação a estes pressupostos parece supor a crença numa história "em si", auto-evidente. Narrá-la decorreria da existência do passado como dado positivo, composto de fatos comprováveis e capazes de legitimar como verídicas as narrativas construídas a partir dele. Esta concepção está intimamente ligada à afirmação de uma crença e de um projeto para a história como disciplina e ciência, num esforço de apresentá-la como narrativa fiel dos eventos passados, elidindo deste ato qualquer suposto de estar operando uma representação ou mesmo uma invenção.

Esta crença numa história que se confunde com o relato dos eventos passados fez com que esse passado viesse habitar espaços preservados do exercício da crítica, construindo o que o historiador Salgado Guimarães chama de uma "memória disciplinar". As intrincadas relações tecidas entre memória e história estão presentes no momento de afirmação da disciplina numa disputa por se constituir em saber específico e particular.

Assim, reconhecer as tensões entre memória e história é tarefa fundamental para a historicização da prática de nosso ofício. Refletir sobre a memória e sobre as diversas formas com que se relacionou à história, torna-se forma de auto-refletir sobre a própria história.

O nascimento da história como disciplina científica não pode ser dissociado de um projeto político em gestação, quando paralelamente à definição de métodos para a pesquisa histórica espera-se obter um sentido de orientação para o futuro. História e memória estão assim articuladas estreitamente no processo de invenção das nações modernas. Da associação entre interesses nacionais e projeto científico nascera uma poderosa cultura histórica, ainda a nos marcar coletivamente, e que viria afirmar e garantir a centralidade da

história no processo de definição de sentidos. Esta cultura histórica problematizaria de forma cada vez mais intensa a relação passado/presente, agora separados por uma ruptura radical experienciada no que chamamos de modernidade. A integração do passado a partir de categorias como a de desenvolvimento e progresso poderia assegurar ao presente um sentido e um ponto de ancoragem, indicando os caminhos para o futuro.

Importa interrogarmo-nos acerca das condições de visibilidade que tornam o passado "origem" natural do presente. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico. Ela não deve ser encarada apenas como a forma que reveste um conteúdo, mas como parte do esforço poético de produção de sentido, constitutivo do próprio ofício do historiador. Trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado. É preciso assumir um lugar**,** a partir do qual se articula uma fala.

Esta tarefa exige um grande esforço, pois implica em repensar os traços narcísicos que marcaram a constituição da disciplina e quebrar o espelho que parecia refletir um passado clara e objetivamente localizável a partir de um jogo de reflexos e projeções do presente. Reafirmar este ego do presente, que se perderia em tempos imemoriais do passado, foi certamente uma das tarefas políticas centrais da história disciplinar. Aprendemos com a história a construir identidades pelo viés da semelhança, reencontrando-nos sempre ao longo do passado visitado.

Assim, espaço de experiência e horizonte de expectativa articulam-se na constituição da cultura história oitocentista, inaugurando uma forma de conceber o passado. Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, a história é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças. Um novo espaço de experiência irá viabilizar uma percepção diversa do passado, não mais como modelo, cópia a ser imitada, mas como explicação da vida presente. "Domesticar e disciplinar como sinônimos de civilizar, com esta marca nasce nosso moderno sentido de história presente em sua forma disciplinar" (GUIMARÃES, 2003, p. 18). A história, como

narrativa coerente e interligada dos eventos passados, poderia fornecer uma chave explicativa para o conjunto de transformações. Frente aos desafios postos pela aventura da modernidade, colocam-se as pretensas certezas da história asseguradas pelo seu aparato disciplinar.

Esta produção de sentido engendrada pela história, que naturaliza seus procedimentos e práticas e a própria relação com o tempo, pôde manter-se enquanto conseguiu fornecer respostas para um mundo em que a dúvida e a incerteza não podiam ser toleradas, em que era preciso domar um campo de experiência arredio para construir, no presente, um horizonte de expectativas minimamente controláveis.

A partir do século XX, especialmente com a eclosão das guerras mundiais, as bases civilizatórias e premissas culturais que conferiam ao pensamento histórico sua peculiar configuração não puderam mais sustentar-se. As experiências dominantes são críticas e traumáticas; precisam ser desenvolvidos novos modos de criação de sentido histórico para enfrentar o caráter catastrófico deste novo tempo. A medida das vivências e seu questionamento constituem a ausência de medida que se tornou possível. A história é forçada a abrir espaço, no contexto constitutivo de seu pensamento, para o contra-senso como qualidade vivenciada, para a não narratividade de vivências traumáticas. É preciso considerar a ausência de sentido das experiências, considerar a possibilidade do pensamento histórico não eliminar a falta de sentido, mas suportá-la e se esforçar por se orientar em critérios de sentido. É preciso ativar a memória de forma renovada para dar conta de um mundo que não só coloca em xeque as estratégias existentes até então, mas as questiona de forma radical.

Não é fortuito que a introdução do tema da memória na historiografia e sua valorização crescente no seio desta “coincida” com acontecimentos históricos “espetaculares” (como o Holocausto e as experiências de caráter limítrofe originadas nas práticas do terrorismo de Estado), que nos recolocam com ímpeto em face do passado experimentado como vencedor ao longo do denso século XX e de nossa própria identidade. Às dificuldades epistemológicas do conhecimento histórico para resolver o problema dos

aspectos obscuros ou só fragmentariamente inteligíveis do passado, parecem somar-se a urgência prática da constituição de uma significação para acontecimentos de complexas pervivências no presente. Nesta significação podem intervir tanto a memória como a história. Desta forma, este trabalho visa debruçar-se sobre o debate historiográfico que teve como desdobramento o aparecimento de novas noções que buscam dar conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos da memória. Para isso, elenquei alguns autores que vinculam a reflexão sobre a memória com uma auto-reflexão da história, em minha opinião a maneira mais fecunda de considerar os limites e possibilidades de cada uma destas instâncias.

A reflexão sobre a memória vinculada à auto-reflexão da história, parte do esforço de renovação da disciplina no século XX, questiona aspectos epistemológicos, normativos e práticos do conhecimento histórico, assim como o ofício do historiador: para além da observância de pautas e procedimentos de caráter formal, é preciso considerar aspectos ético-políticos intrínsecos à prática de reconstrução do passado. A vinculação proposta é espaço propício para delinear ferramentas analíticas adequadas para enfrentar uma série de questões do debate atual sobre a conformação e transmissão da(s) memória(s) coletiva(s).

Para realizar esta tarefa, a proposta do historiador argentino H. Sorgentini é resgatar a introdução da questão da memória no pensamento historiográfico a partir da obra de Marc Bloch (e sua recepção crítica da obra do sociólogo Maurice Halbwachs), estabelecendo seu papel como objeto e função prática da história e suas implicações na redefinição da disciplina em um sentido crítico da tradição. Para completá-la, acrescenta uma revisão de E. P.Thompson e Carlo Ginzburg, cujos desenvolvimentos no marco de novas aberturas teóricas, ao pôr em jogo distintos aspectos das relações entre memória, história e tradição, se tornam susceptíveis de ser lidos, fora de toda pretensão de reconstruir uma genealogia, como tematizações de questões afins em um registro de reflexão similar.

Os trabalhos de Bloch considerados por Sorgentini (resenha d'"Os quadros sociais da memória", de Halbwachs, na *Revue de syntèese*; "A sociedade feudal"; "Apologia para a história ou o ofício do historiador"; *L'etrange dêfaite*"; vários ensaios reunidos ao longo dos

anos 20) constituem uma referência central para compreender o sentido em que uma reflexão crítica sobre as formas de transmissão da memória permeiam a reflexão sobre a história. A reflexão sobre a transmissão se une à pergunta pelo sentido da prática historiográfica, alcançando sua expressão mais clara na distinção dos problemas da legitimidade e da utilidade da história, em que a função de memória, pensada como um "ato de comunicação", a partir da pergunta fundamental sobre a utilidade da história, se junta com a função de saber, construída a partir de uma redefinição da legitimidade orientada por sua vocação à compreensão. O imperativo de "compreender e não julgar", a partir do qual se define a legitimidade, não implica em abandono da pergunta sobre a utilidade, mas alerta sobre as conseqüências da falácia de uma resolução do problema da função prática do conhecimento histórico, antepondo esta pergunta à outra sobre as credenciais com que a disciplina deve poder contar para encará-la efetivamente.

É curioso constatar que uma análise tão frutífera não "vingou" no campo historiográfico. O desenvolvimento e consolidação da Revista dos Annales não tenderam a remarcar a vinculação do estudo da memória com a auto-reflexão sobre a história. A tendência redutiva que considera a história como um "lugar de memória" mais entre outros tornou-se o caminho privilegiado para discorrer sobre o reconhecimento da dimensão de memória da história. Em geral, os trabalhos que tratam das relações história / memória realizam apenas uma observação geral sobre a vinculação entre Halbwachs e Bloch (quando a fazem) e remetem a Pierre Nora e sua obra coletiva *"Les lieux de mémoire"* para referir-se à exploração do tema na tradição francesa. Nora aceita, sem consideração de qualquer tratamento historiográfico prévio, a oposição entre memória e história traçada por Halbwachs, ignorando o registro particular em que a renovação historiográfica incorpora as aberturas teóricas proporcionadas pelas ciências sociais e associando toda concepção de memória como função prática da história com as funções de identidade e o sentido comemorativo próprios à concepção tradicional da disciplina – a que acrescentarei conservadora, amargurada e desesperançosa – mantida por este autor. É porque habitamos ainda nossa memória – tão descontínua e fragmentada quanto o são as experiências da

modernidade – e não porque estejamos dela exilados que lhe consagramos lugares, cada vez mais numerosos e, freqüentemente, inusitados. Toda memória (individual ou coletiva) vale-se de lugares (concretos e/ou simbólicos) para mostrar-se. Este movimento lhe é intrínseco e não exterior, não podendo constituir uma noção cunhada historiograficamente.

Se em Bloch a crítica à concepção tradicional da função de memória da história se orientava a redefinir esta função articulando-a com a função de saber da disciplina, em Thompson a introdução da recuperação da(s) experiência(s) em torno do problema da subjetividade na história gera uma nova inflexão, redefinindo o problema da(s) tradição(ões) e extraindo novas conseqüências a respeito da função prática da história, a partir da exploração das tensões entre tradição e conhecimento científico / crítico, historiografia e teoria, valoração e objetividade.

A focalização thompsoniana na "experiência" habilita uma reconsideração da tradição como substrato da constituição da subjetividade no contexto de uma formulação em que a intenção reconstrutiva do historiador implica uma opção ao mesmo tempo epistemológica e ético-política capaz de resituar os termos da oposição traçada por Bloch entre tradição e espírito histórico e reformular a antítese entre juízo e compreensão sobre a qual este autor definia a legitimidade da prática historiográfica.

Thompson engendra uma outra concepção para tradição, que implica em corrigir o sentido de permanência fixa que sugere a palavra, considerando o costume como um espaço de luta, um campo de mudança e embate, uma discussão em que interesses opostos fazem reivindicações contrárias, onde formas conservadoras aliam-se a conteúdos potencialmente transformadores. As considerações ético-políticas sobre o trabalho do historiador tornam-se centrais para definir o marco de uma explicação histórica frutífera dos aspectos mutantes da tradição.

A obra do historiador italiano Carlo Ginzburg promove uma ampliação e pluralização do objeto da história "dos de baixo". Ao manter a intenção de reconstruir a história das classes subalternas e ao assumir os desafios teóricos propostos pelas novas correntes (principalmente a questão dos aspectos narrativos da historiografia), alguns

desenvolvimentos centrais de sua obra permitem dar conta de uma nova inflexão no registro da vinculação entre reflexão sobre a memória e auto-reflexão da prática historiográfica.

O avanço em relação a Thompson se dá pela assunção de que todas as instâncias do processo de investigação histórica são construídas. Este reconhecimento constitui o cerne do questionamento dos aspectos insuficientes e distorcidos do quadro geral do passado resultante dos modelos de história total consolidados na segunda geração dos Annales. O rechaço à totalidade é concebido a partir de uma postura radical que, problematizando a intervenção do historiador em todas as instâncias da construção do conhecimento, não renega o objetivo universalista que fundamenta sua prática. Junto com o reconhecimento do papel do historiador e dos componentes narrativos da história, reafirma o papel normativo das noções de verdade e prova, sustentando uma posição crítica frente ao relativismo moral e ceticismo cognoscitivo das correntes contemporâneas orientadas a conceber a realidade como construção discursiva e a reduzir o saber histórico a seus aspectos retóricos.

O autor constata os limites da história para dar conta da experiência que a memória é capaz de evocar. Para ele, a memória estabelece um nexo direto com a *res gestae* e é irredutível à história. A postulação desta irredutibilidade leva a história a apresentar-se explicitamente como uma perspectiva auto-consciente de seus limites: se, frente à experiência do passado, às vezes a memória diz mais que a história, frente a outras perspectivas que buscam abarcar o fenômeno da memória, a história se revela como uma perspectiva que apresenta sólidas credenciais teóricas e epistemológicas para sua efetiva abordagem.

O historiador alemão Jörn Rüsen, que trata a relação história/memória no mesmo registro, argumenta que o caráter catastrófico de nosso tempo precisa ser enfrentado através de novos modos de criação de sentido. Os inomináveis crimes do século exigem mudanças no nível das categorias do pensamento histórico. Lembrar e narrar não podem ser simplesmente pressupostos como base antropológica do trabalho científico com a história, mas precisam ser repensados de forma meta-histórica; precisam ser reconhecidas

como base também pelo trabalho historiográfico científico profissionalmente organizado. A oposição memória/história como prática cognitiva da pesquisa histórica deve ser abandonada e substituída pelo reconhecimento de uma complexa relação de constituição e condicionamento recíprocos. Lembrança constitui história. Sem as fontes de sentido da lembrança e suas práticas narrativas simbólica e lingüisticamente articuladas, os procedimentos teóricos e metodológicos do pensamento histórico profissional ficariam sem base. Eles não estariam enraizados na vida, não teriam fontes de inspiração para questionamentos e interpretações e lhes faltariam ferramentas configuradoras de uma perspectivação histórica. A história, de sua parte, como campo do pensamento metodológico, pode influenciar a lembrança e, no mínimo, assume frente a ela uma função crítica que possibilita uma experiência de controle metodológico. É preciso recorrer a uma forma aberta da interpretação e da representação históricas, isto é, a admissão por parte dos procedimentos metodológicos e da representação historiográfica dos resultados da pesquisa de que as perspectivas de interpretação utilizadas e as formas de representação não conseguem dar conta dos fatos abordados, apontando para uma ruptura "insanável" na relação entre passado, presente e futuro.

Considero as contribuições dos autores abordados extremamente fecundas para o exercício de debruçarmos-nos sobre nosso ofício a partir da reflexão sobre a memória e, com isso, dar visibilidade ao lugar que a escrita histórica ocupa, onde, despida de seus véus, revela-se mundana, no sentido de profundamente ligada à vida e à experiência do tempo. As noções de condicionamento recíproco e de limite (do conhecimento histórico em relação à significação do vivido) me são especialmente caras. Como nos posicionar frente a este limite? Será preciso recuar diante dele? Ou é possível ultrapassá-lo, recorrendo a outras dimensões da memória? Creio que revelar o fazer historiográfico exige não apenas a revisão e historicização das relações história/memória que puderam se estabelecer, mas também o questionamento do olhar que a historiografia lança à memória, a historicização da própria visão da história acerca dela.

A IMPLANTAÇÃO DE HOSPITAIS NA IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO: PRESCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS, RECOMENDAÇÕES MÉDICAS E SABERES CONSTRUTIVOS.

KARINA CAMARNEIRO JORGE – PPG-PUCCAMP
IVONE SALGADO - PUCCAMP

No estudo sobre a cultura urbanística na cidade de São Paulo durante o Império podemos identificar a presença de diferentes campos de saberes profissionais, todos eles imbuídos de preocupações com a salubridade da cidade. A implantação, regulamentação, construção e administração dos equipamentos relacionados diretamente com a saúde pública, como hospitais, lazaretos, asilos, recolhimentos e casas de misericórdia, não poderiam estar alheias a estas preocupações. As discussões entre os profissionais que atuavam neste campo, médicos, engenheiros e administradores, especialmente no que se refere à implantação desses equipamentos, revelam uma ênfase dada às relações entre a localização destes equipamentos e as emanações oriundas de matéria orgânica em putrefação geradora de ares fétidos. Em um tratado médico de grande amplitude, Vicq d'Azir afirma que vários eram os casos de morte e de epidemias em situações onde o ar se encontrava fétido como o resultado de gazes devido a corpos em putrefação e recomenda que os edifícios propagadores de miasmas, como os hospitais, deveriam se localizar fora da cidade.[1]

Estas concepções médicas eram explicadas pela teoria miasmática e orientavam as prescrições administrativas, notadamente as Posturas Municipais.

No contexto da história da medicina a teoria miasmática fundamentava as práticas dos profissionais em questão desde o século XVIII. Segundo esta teoria[2] *"a fermentação era um movimento próprio às substâncias vegetais e animais, nas quais a experiência havia demonstrado que estas degenerariam cedo através da putrefação se uma força orgânica, cuja natureza era desconhecida, não interrompesse os efeitos dela. À medida que a fermentação avançava, o ar elementar se espalharia, sua livre comunicação com o ar da atmosfera lhe transmitiria todas as suas propriedades se dissolvendo e se tornando cada vez mais rarefeito, ele diminuiria a aderência das partes dos corpos nos quais se faria este*

trabalho; e, ao se desprender, ele levaria consigo as moléculas, as mais sutis, sejam oleosas, sejam inflamáveis, que ficariam em suspensão na atmosfera. O ar, assim carregado de emanações pútridas, se tornaria necessariamente mortal, se as exalações diversas que emanam de certos corpos não corrigissem estes diferentes vícios, e se os ventos não dissipassem os princípios de sua corrupção. Se o ar infectado ficasse parado e não se renovasse jamais e, principalmente, se ele fosse respirado por muito tempo, conseqüências danosas poderiam ser esperadas".

As mesmas concepções podem ser encontradas no artigo "*Desénfections*" no monumental *Dictionnaire dês sciences médicales* (vol. VIII)[3], onde é mostrado o debate no início do século XIX do que foi o trabalho dos higienistas nas décadas precedentes. Segundo esta obra a desinfecção visava a destruir *"as emanações prejudiciais cuja ação sobre nossos corpos se sobrepõem àquelas da atmosfera"*. Estas emanações seriam de três ordens: os *"corpos gasosos que podem alterar a respirabilidade do ar e cuja presença se demonstra pelo meio audiômetro"*; os *"corpos que, sem alterar esta respirabilidade, possuem uma ação evidente sobre a economia animal e afetam especialmente o organismo do olfato";* e, enfim, as *"emanações cuja presença não pode ser demonstrada nem pelos meios audiométricos, nem por testemunhos tirados dos sentidos... que se designa pelo nome de miasmas e pelos quais se atribui a propagação das doenças contagiosas".* Verifica-se nestas linhas a contribuição do século XVIII à questão das infecções.

Na análise sobre o debate e as práticas relativas à construção de hospitais na cidade de São Paulo no século XIX, podemos verificar como estas mesmas fundamentações teóricas estavam presentes. De uma maneira mais abrangente, na observação da circulação das teorias miasmáticas no Brasil e no estudo das intervenções propostas para as cidades pelos médicos e engenheiros, encontramos no início do século XIX algumas obras importantes a partir da vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808, quando a implementação de algumas medidas no campo da saúde pública marcarão as intervenções na cidade. Dentre estas, um regimento sobre a saúde pública de Manoel Vieira da Silva, *phisico-mór* do reino, responsável pelo saneamento das cidades, que pode ser considerado

um dos primeiros trabalhos sobre urbanismo higienista no Brasil. O Regimento apontava, já em 1810, as preocupações sanitárias relativas às enfermidades contagiosas e aos lugares adequados, assim como procedimentos, para aqueles edifícios nos quais a tão temida matéria orgânica em putrefação pudesse propalar os miasmas , como os lazaretos, açougues, matadouros, pastagens para o gado, hospitais, cemitérios e áreas pantanosas, entre outros. O regimento estabelecia que deveria ser construído um lazareto para que não se comunicassem as enfermidades contagiosas das embarcações, equipagens e mercadorias, dos navios que ancorassem na capital; alí seus tripulantes deveriam fazer quarentena, quando houvesse suspeita ou certeza de infecção.

Essas orientações de caráter higiênico para as intervenções nas cidades foram reafirmadas no Brasil na legislação do Império em 1828,[4] quando se extinguem os lugares de *physico- mór* e *cirurgião-mór* transferindo para as Câmaras Municipais as responsabilidades sobre a saúde pública. No mesmo ano, um decreto legislativo determinava a forma de eleição dos membros das Câmaras municipais das cidades e vilas do Império e estabelecia as suas funções, dentre elas a responsabilidade pela salubridade da cidade. O Código de Posturas seria o instrumento para as recomendações relativas ao assunto[5] onde se incluía aquelas relativas aos hospitais.

Em Salvador, em consonância com esta lei de 1828, as Posturas Municipais[6] foram organizadas pela Câmara Municipal e aprovadas pelo Conselho Geral da Província na sessão de 21 de julho de 1829 e prescreviam que**:** "os hospitais ou casas, em que se recebam doentes para serem tratados de suas enfermidades só poderão ser estabelecidos fora do recinto da Cidade". No Rio de Janeiro, as Posturas que seriam organizadas pela Câmara Municipal da Corte em 4 de outubro de 1830 e aprovadas por lei imperial em 28 de janeiro de 1832[7], prescreviam no capítulo sobre a Saúde Pública:*"os hospitaes públicos, ou de irmandades, que se acham actualmente nesta cidade, serão conservados, até que possam ser transferidos para lugares mais apropriados. Nenhum particular, ou corporação poderá estabelecer em qualquer parte mais hospitaes, ou casas, em que se recebam doentes a tratar sem licença da Câmara".*

Já no início do século XIX podemos perceber na cidade de São Paulo como estas concepções são difundidas vendo surgir preocupações com a construção de equipamentos para abrigar os enfermos em locais apropriados. É neste período que se constrói um significativo aparato técnico neste campo, quando iniciam-se as construções de dois hospitais[8]: em 1801 é iniciada a construção do Hospital Militar e em 1803 a do hospital dos Lázaros, somando-se à estrutura anterior[9] restrita ao atendimento prestado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, primeira forma de atendimento hospitalar em São Paulo. Existente já em 1600[10], durante muito tempo foi a única forma de atendimento hospitalar no planalto paulista. Tratava-se de uma pequena enfermaria, funcionando nas dependências de uma casa semelhante às que se usava para moradia, sendo recolhidas apenas as pessoas que não pudessem ser atendidas em suas próprias casas. As Santas Casas, além de se constituírem nos primeiros hospitais, asilos e manicômios brasileiros foram também os alicerces dos primeiros educandários e das escolas práticas de medicina.

O segundo hospital construído em São Paulo, o Hospital Militar, foi encomendado no governo do Capitão-General Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça. Para tal foram concedidas, em 28 de setembro de 1799, vinte datas de terras com a testada de 273 braças, contadas desde os muros do padre capelão até o ângulo defronte do Espaldão, para nelas estabelecerem-se ainda o Jardim Botânico e a Casa do Trem.[11]

O terceiro hospital da cidade, o Hospital dos Lázaros, foi fundado em 1803. Até então, os enfermos do mal de Lázaro só tinham o apoio precário da Santa Casa de Misericórdia e, por não existir na cidade um edifício adequado às suas necessidades, estes doentes acabavam perambulando pelas estradas e vivendo em acampamentos fora da cidade.

Em 1837, o Presidente da Província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto[12], revela grande preocupação com a possibilidade de contágio e com a conseqüente necessidade de isolamento destes doentes quando apresenta relato à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1837, sobre o flagelo dos infectados pelo mal de Lázaro e os riscos de contaminação. Em atenção ao alerta dado, a Assembléia Provincial, por sua Comissão de Constituição, Justiça e Força Policial, apresentou um projeto de lei, de número 33 de 1837,

no qual se autorizava o Presidente da Província a construir Hospitais de Lázaros "*nos pontos mais centrais de cada uma das estradas do interior da Província, e um pouco fora das povoações*"[13], conforme recomendavam os tratados de medicina e as prescrições das posturas municipais.

Apesar da fundação do hospital em 1803, a condição dos doentes ainda era precária em meados do século, como descrito no jornal Correio Paulistano de 1854: "*lá para os distritos do belo e pitoresco paulistano que se diz da Luz, bem perto das margens do formoso Tietê, encontram-se uns casebres que se dizem hospital dos lázaros. Quem por aí passar pensará antes que serão ruínas ou taipas caídas*"[14].

O Hospital dos Lázaros constituído em São Paulo prestou serviço aos morféticos até 1851, ficando seus cuidados a partir de então a cargo da irmandade de Nossa Senhora da Consolação e São João Batista. A preocupação com a criação de um edifício apropriado para recolher os doentes do mal de Lázaro, especialmente deslocado da cidade, persiste até 1870. O parecer do Oficial Maior Francisco José Barbosa desta data sobre o estado e as necessidades do Hospital dos Lázaros demonstra mais uma vez estas mesmas preocupações: "*A fundação destes estabelecimentos data da idade média, que são principalmente dedicados aos curativos de leprosos, com o nome de Lazaretos, e sob a invocação de São Lázaro. A capital de São Paulo devia fundar um hospital para esse fim visto como é imenso o número de afetados dessa horrível enfermidade. Há na estrada do Pary uma casa velha entregue a 3 homens e 5 mulheres contaminados deste mal. Se a isto se quisera chamar hospital então teremos hospitais em todas as estradas onde encontram-se acampamentos extensos ocupados por essa pobre gente. Montando para esse fim um edifício espaçoso estamos certos que seria socorro desses infelizes, se o tratamento fosse usado de acordo com os preceitos de moralidade, caridade e princípios práticos da ciência médica especial. Nada mais há que dizer e fazemos votos para que se humanize a sorte dessa gente e [...] os recursos que a ciência aconselha em casos tais.*"[15]

A implantação desses hospitais faz parte das intervenções urbanísticas adotadas pela administração pública e viabilizadas pelo corpo médico e pelo corpo de engenheiros

responsáveis pelo saneamento das cidades no Brasil no século XIX, sempre fundamentados na teoria *miasmática.*

Em São Paulo, até 1852, foi fundado um hospital para os Alienados; estes também não contavam com um local apropriado para seus devidos cuidados e eram tratados nas cadeias públicas até morrerem, juntamente com os criminosos.[16] O presidente da província de São Paulo, Dr. José Tomás Nabuco de Araújo, autorizado pela Lei Provincial nº12, de 18 de setembro de 1848, estabeleceu uma casa provisória para nela serem recolhidos os alienados e em 1852, finalmente, seria fundado o Hospital dos Alienados.[17]

Em 1859, um novo hospital se implantaria na cidade de São Paulo, quando começa a se instalar a Sociedade Portuguesa de Beneficência por iniciativa do cidadão português Miguel Gonçalves dos Reis; sociedade esta que viria mais tarde, em 20 de agosto de 1876, construir o Hospital Beneficência Portuguesa. A associação destinava-se a prestar auxílios morais e materiais aos seus patrícios radicados em São Paulo que precisassem de socorro.[18]

No estudo das decisões relacionados à construção de hospitais na cidade de São Paulo no século XIX, podemos verificar como o discurso dos diferentes corpos profissionais se afinavam e como as fundamentações teóricas presentes nos tratados de medicina e nos tratados de arquitetura estavam também presentes nas diretrizes construtivas .

Em fevereiro de 1879 foi publicado, no jornal A Província de São Paulo, um verdadeiro programa arquitetônico fornecido aos “engenheiros-arquitetos”, onde observa-se a preocupação com a higiene, a salubridade, a assepsia e a incorporação da cirurgia como prática médica. Nele se divulga o concurso de projetos promovido pela irmandade para a construção do novo edifício, visando a abrigar o hospital da Santa Casa de Misericórdia. O programa arquitetônico constava de enfermarias que comportassem de 200 a 350 leitos. O projeto escolhido pela comissão seria o de Luiz Pucci e em 31 de agosto de 1884 iniciam-se as atividades do novo hospital. O autor do projeto explica que sua proposta satisfaz a todas as regras de higiene e salubridade estabelecidas na época:

"Estabelecida esta base e tendo o auctor procurado os dois dados que julgou indispensáveis, isto é, a orientação do terreno e a sua posição em relação à Cidade fixou a entrada do Edifício sobre o lado Est, de modo que a frente principal possa ser vista da Cidade e collocou o edifício na parte central do terreno, deixando de um lado e de outro um espaço, que ficaria por enquanto ajardinado, podendo em qualquer tempo servir a augmentar até o dobro o numero das enfermarias projectadas, sem para isso modificar em nada o edifício que então estivesse construído.O systema adoptado neste projecto foi o das enfermarias isoladas e independentes uma da outra, sendo este systema o que hoje se acha generalmente adoptado em todas as construcções deste género. Todas as autoridades da sciencia reconhecerão que este systema satisfaz completamente as exigências da higiene, prestando-se sem excepção, as duas condições sine qua non, isto é, a livre circulação do ar, e a boa distribuição da luz em todo o edifício. De acordo com o relatório da commissão da Academia de sciencias da França, nomeada para o estudo das construcções de hospitaes..." [19]

A construção destes equipamentos ligados à saúde pública participou de um processo diretamente relacionado com a ampliação das funções urbanas no século XIX, guardando estreitas relações com a vida urbana, tanto pela organização das formas de tratamento como pela prevenção das doenças, redefinindo uma estrutura urbana a partir de um campo de saberes envolvendo a engenharia, a medicina e as práticas administrativas ligadas ao cotidiano da cidade em seu contexto de modernização.

---

[1] Vicq D'Azir. "ssai sur les lieux et les dangers des sepultures" 1778; publicado *in:* **Oevres de Vicq d'Azir**, Paris, L. Duprat-Duverger, 1805, tome sizième.

[2] Vicq d'Azir . *op. cit.,* p. 78.

[3] Ivone Salgado: Relatório de pesquisa: **A Cultura Médica nos Tratados de Arquitetura**, FAU/CEATEC-PUC-Campinas, 2004., p. 25.

[4] **Colleção de Leis, Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Typographia nacional 1878, Lei de 30 de Agosto de 1828.

[5] Lei de 1° de outubro de 1828, *in* **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Thpographia Nacional, 1878.

[6] **Posturas aprovadas pelo Conselho Geral de Província em sessão de 21 de julho de 1829** (organizadas pela Camara Municipal de Salvador), Salvador, Livro de Posturas (119.5) 1829 – 1859, Arquivo Público Municipal, Fundação Gregório de Mattos.

[7] **Colleção de Leis, Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Typographia Nacional 1878, Lei de 28 de Janeiro de 1832.

[8] No início do século XVIII, o atendimento à saúde pública na cidade de São Paulo era feito apenas por dois cirurgiões e pelo hospital da Santa Casa. O antigo prédio onde funcionava a enfermaria da Santa Casa seria substituído em 1715 pela construção de um hospital na rua Direita. "...*esta casa de misericórdia, a única que há*

em toda a capitania de serra acima, não tem hospital em que possam ser recolhidos e curados os forasteiros e soldados que ali chegavam..." *in*: Kleber Pinto Silva, **Hospital, arquitetura: Uma história**; Revista SINOPSE Nº 33, FAU-USP,São Paulo, p. 56

[9] No século XVI a população de São Paulo era assistida praticamente apenas pelos padres da Companhia de Jesus, que atendiam em seu colégio todos aqueles que não pudessem ou não soubessem "remediar-se", mesclando, na prática, seus próprios conhecimentos com aqueles aprendidos junto aos índios. Os jesuítas exerceram a chamada medicina empírica, que associava práticas européias e substâncias locais no combate às doenças, e criaram boticas para suprir a população de medicamentos. Com os jesuítas é que se tem inicio verdadeiramente a assistência à saúde na Colônia.

[10] A data da fundação da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo não pode ser rigorosamente estabelecida, em 1560 deu-se a possível criação da Confraria de Misericórdia de São Paulo, encontrou-se um legado de 5 de outubro de 1599, no valor de hum mil réis para a Misericórdia e em 1607 há o registro de outro legado. Alguns historiadores, como Nardy Filho, erudito historiador ituano, asseguram que em data anterior a 1600 constava a existência de um hospital da Santa Casa.

[11] Antonio Egydio Martins. **São Paulo antigo (1554-1910)***;* Ed. Paz e Terra, São Paulo 1911/12, p.183.

[12] Dainis Karepovs. **São Paulo, A Imperial Cidade e a Assembléia Legislativa Provincial**; Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo, 2005, p.54.

[13] Dainis Karepovs. *op. cit*., p. 54

[14] **Correio Paulistano de 13 de julho de 1854**.

[15] **Parecer sobre o estado e necessidades do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, do Hospício dos alienados e do Hospital dos Lázaros.** Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo. 1870

[16] Em 1829 se estabeleceu com auxílio do poder municipal um recolhimento para alienados, em uma casa da rua das Flores que estava a cargo da Santa Casa de Misericórdia. O serviço de assistência aos enfermos permaneceu assim até meados do século XIX, quando em 1852 foi transferido para uma casa da rua de São João nas proximidades do largo dos Curros, onde funcionou até 1862 ou 1864, passando então para a chácara da ladeira da Tabatinguera. *In:* Ernani da Silva Bruno: **História e Tradição da Cidade de São Paulo**, Vol. II, Ed. Hucitec, São Paulo, 1984, p.734

[17] Antônio Egydio Martins. *op. cit*., p.83

[18] Antônio Egydio Martins. *op. cit.*, p.41

[19] Kleber Pinto da Silva. *op. cit.,* p.57 a 59.

Um álbum de fotografias: duas cidades numa mesma retórica visual

Karinne Machado Silva –

Fotografia e cidade, palavras de natureza distintas e que num primeiro olhar parecem distantes, fazem parte na verdade, de um profícuo diálogo contemporâneo sobre a construção do espaço urbano. Narrar a história da cidade através de imagens faz parte da História Cultural Urbana. Essa abordagem procura investigar as formas pelas quais a cidade foi pensada, planejada e classificada ao longo da história (Pesavento, 2004).

Esse enfoque tem a tendência de encarar a cidade não como um objeto neutro ou um palco de eventos. Mas como sendo ela mesma um artefato social e historicamente construído. Espaço de lutas simbólicas e de produção de imagens. Portanto, a cidade torna-se um objeto historicamente determinado, com uma variedade de discursos, saberes e imagens produzida *para* ela e em *nome* dela.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretendeu analisar o *Álbum de Fotografias sobre o Planejamento e Construção da cidade de Goiânia,* dezembro de 1937. Elaborado em nome do então interventor do Estado, Pedro Ludovico (1930-1945) e oferecido ao presidente Getúlio Vargas (1930-1945), o álbum composto de setenta e oito pranchas, pode ser classificado como álbum comparativo. Já que destaca as diferenças entre a antiga capital estadual e a nova capital, construída em meados de 1933.

Ao decidir analisar esse *corpus* documental, uma das primeiras questões que surgiu foi com relação aos efeitos provocados pela organização das imagens. Pois, da ordenação da paginação, seqüência de imagens, legendas e textos de apresentação da cidade, surgiria percursos que poderiam conduzir ao entendimento da narrativa visual do álbum.

Narrativas visuais de álbuns encomendados por instituições oficiais são tomadas *a priori* como fundamentais para responder uma série de questões como: Quais era as imagens significativas para a propaganda oficial? Em que medida imagens encomendadas por instituições oficiais colaboraram para a constituição e difusão do ideário de cidade moderna?

Segundo as historiadoras Solange F. de Lima e Vânia C. de Carvalho[1], a "narrativa visual, decorrente da organização seqüencial das fotografias, reforça a abordagem das qualidades espaciais da cidade" (VÂNIA & CARVALHO, 1997: 105). O estabelecimento do lugar que cada imagem deve ocupar no interior dos álbuns, não é resultado de uma escolha arbitrária, mas revela a preocupação de conduzir o receptor a uma determinada leitura, a formular um tipo específico de concepção da cidade.

A legenda é outro importante fio condutor da leitura dos álbuns. São elas que dizem o que deve ser visto e, o mais importante, como deve ser visto. Criando uma verdadeira pedagogia do olhar. Ainda segundo as referidas historiadoras

> As legendas quase sempre agem reforçando um determinado sentido já presente na imagem. Elas conduzem o observador pelas fotografias, apontando em cada uma delas aquilo que deve ser retido e valorizado. Elas ajudam aproximando imagens, adjetivando o tema proposto, dando acabamento para as noções que se quer apresentar através da cidade fotografada. Elas são indispensáveis como recurso de instrumentalização pedagógica, e dão indicação da relevância desta função para os álbuns. (LIMA; CARVALHO, 1997: 110).

No caso do álbum de 1937, as legendas foram fundamentais para distinguir fotografias da "velha capital", "antiga capital" ou "ex-capital" das de Goiânia. Pode-se afirmar, por inferência, que esses adjetivos (velha e antiga) procuraram classificar a Cidade de Goiás (antiga Vila Boa de Goiás) como uma capital que estava definitivamente

sepultada. A cidade que desde o século XVIII havia sido a mais importante da região deveria ser um capítulo deixado para trás. No máximo, relegada aos livros de história.

Dentro dessa composição, o conjunto de setenta e oito imagens faz uma constante comparação entre as cidades de Goiânia e Cidade de Goiás, as duas transformam-se em personificação da antítese: progresso *versus* tradição. Foram esses dois paradigmas que permearam, que costuraram as imagens em torno de uma idéia cara ao poder público: que a construção de uma nova capital era a única solução possível para a modernização do estado.

Dentro da narrativa visual que elege Goiânia como uma cidade moderna em detrimento da Cidade de Goiás, existe um exemplo interessante de comparação nas pranchas 60, com a legenda "Goiânia – Edifício do Automóvel Clube", e 62 "Goiaz [sic!] – O transporte na velha capital". As legendas nessa comparação, estabelecida pela seqüência de imagens e pelo tema selecionado, meio de transporte, são de fundamental importância para demarcar o que deve ser entendido como antigo, portanto, ultrapassado e o que deve ser reconhecido como novo.

Na descrição da primeira imagem, um dos primeiros prédios de baixo gabarito construídos pelo estado, situado na Avenida Anhanguera, uma das mais arborizadas e alargadas da cidade. Na segunda imagem, três animais, sendo um cavalo, que serve de transporte ao vaqueiro e duas mulas que carregam telhas de barro, no meio de uma trilha feita, possivelmente, dentro de uma mata.

O que as duas imagens possuem em comum? Em que sentido elas podem contrapor-se uma a outra? Qual a relação que pode existir entre duas imagens produzidas em lugares tão diferentes e com temas semelhantes?

O Automóvel Clube, inaugurado em abril de 1935, teve como uma das principais atividades reunir associados, proporciona-lhes atividades de lazer, convívio e promover ao máximo o desenvolvimento dos meios de transporte no estado.

Com relação à recorrência dos recursos formais percebe-se que a abrangência espacial é de vista parcial, com a articulação dos planos na direção horizontal, com efeitos de fragmentação com contextualização espacial (apesar do edifício estar isolado do restante da paisagem é possível identificá-lo por completo e inseri-lo no contexto urbano); singularidade, pois não há profusão de outros elementos icônicos que perturbem a identificação do edifício; repouso, porque não existe movimentação de transeuntes e nem de outro elemento móvel.

Sendo a imagem é um ponto de observação da sociedade, a recorrência a esses recursos aponta para determinadas evidências sobre a dinâmica social do período. O efeito de fragmentação com contextualização, por exemplo, tem como característica icônica contribuir para uma harmonia da paisagem. Isso ocorre porque as edificações apresentadas com esse efeito estão diretamente ou indiretamente inseridas dentro do contexto urbano, fazendo parte de uma mesma lógica de construção da cidade. Esse recurso é, invariavelmente, no caso do álbum, associado à singularidade, ao nivelamento, que também são importantes para a harmonia e estabilidade dos elementos figurativos apresentados na imagem.

Com relação à abrangência espacial da cidade a vista parcial, associada ao efeito de repouso, denota a ausência de movimentação na cidade, assim como indica uma espécie de desertificação do espaço. Já que edifícios fotografados, como o Automóvel Clube, estão situados no meio de grandes espaços abertos, evidenciando que a quantidade de áreas verdes são imensamente maiores do que as aéreas construídas.

Ainda na análise dos recursos formais, o edifício de Goiânia recebe o enquadramento do ponto de vista diagonal, com destaque para a natureza integrada a construção, representada pelo elemento icônico árvore, aumentando o grau de embelezamento da imagem. A estrutura da fotografia obedece ao nivelamento dos elementos icônicos, reforçado pela linha do horizonte na metade superior da imagem e

em formato de retângulo horizontal. Todos atributos que favorecem a harmonia e ao embelezamento da paisagem.

Diferentemente da imagem da Cidade de Goiás, que possui o efeito visual de fragmentação com descontextualização. Ou seja, os elementos figurativos são apresentados isoladamente do restante da paisagem, não proporcionando condições de determinar se se trata de um espaço urbano ou rural. Apesar da identificação da vegetação indicar tratar-se de uma mata típica do cerrado – galhos retorcidos, folhas pequenas e secas, plantação rasteira. A imagem conta com a singularidade, o ponto de vista é central e, assim como a do Automóvel Clube, a direção é horizontal.

Entretanto, apesar de compartilhar de alguns atributos formais semelhantes, a fotografia dos animais não possui linha do horizonte, o que já aponta uma certa instabilidade na sua visualização. A cena apresentada restringe-se aos animais e o elemento natureza aparece, de forma oposta à outra imagem, como lugar inóspito e de difícil acesso. A natureza apresentada nessa imagem não coincide com aquela natureza domesticada pelo homem moderno (prancha 60), integrada ao espaço urbano, mas como natureza típica do cerrado, vinculada à idéia de dificuldade de locomoção e de adversidade.

Na fotografia do Automóvel Clube, o que importa é retratar um dos principais edifícios do início da construção, um local destinado à convivência e ao desenvolvimento dos meios de transporte. Ao contrário da fotografia das mulas transportando material de construção, com a legenda: “ o transporte na velha capital”, o que infere uma certa ironia na diferença de transporte que as duas cidades eram capazes de proporcionar aos seus respectivos habitantes.

O edifício, mesmo que de baixo gabarito, é símbolo do crescimento da cidade, da modernização, da criação de espaços necessários ao bom funcionamento das

grandes cidades, em contraposição à figura dos animais guiados por um vaqueiro, que em síntese representa a idéia de atraso e do provincianismo dos meios de transporte.

As pranchas aqui comparadas serviram para exemplificar o modo pelo qual a elaboração do álbum atendeu aos interesses do poder público recentemente instituído, que precisou destituir tradicionais oligarquias da Cidade de Goiás para manter-se na gerência do Estado. Atendeu na medida que vinculou noções que procuravam qualificar a cidade, construída sob sua gerência, como sendo a ideal, a moderna e a planejada.

Em especial, as pranchas que registraram projetos de residências e plantas de urbanização, procuraram associar a idéia de previsibilidade à competência do corpo dos produtores do espaço, engenheiros, urbanistas e técnicos ligados a gerência pública. São essas as primeiras imagens que surgem no álbum, conduzindo o olhar do receptor para a identificação de uma cidade que desde o primeiro momento foi planejada para atender as necessidades da administração municipal e estadual.

É interessante ainda ressaltar, que as pranchas que dizem respeito aos projetos de residências são intercaladas com imagens que procuraram acompanhar a realização das obras propostas pelos projetos. Aqui fica ainda mais evidenciado a idéia de previsibilidade associada à de capacidade de realização. Ou seja, o Estado como o único agente capaz de contratar um corpo técnico com competência de planejar e executar obras de fundamental importância para a transferência da capital.

O centro da cidade, local que estavam localizados os edifícios da administração pública e as residências do funcionalismo público, é tomado como uma referência capaz de irradiar, mesmo que metaforicamente, a noção de expansão do limite urbano. Metaforicamente, porque a idéia que se tem, ao analisar o álbum, é que o restante da cidade cresce com o mesmo dinamismo que o do centro. Essa parte da cidade, símbolo das principais atividades urbanas, lugar onde se concentram instituições bancárias, comércio, festas cívicas e mesmo espaços de convivência social.

Os usos e funções políticas do álbum referem-se à necessidade de legitimação de Ludovico, em âmbito regional, e atestado de sua competência em âmbito nacional. Porque se no primeiro caso ele precisou afirmar sua autoridade e legitimidade frente aos grupos políticos que apesar da transferência da capital ainda faziam oposição a ele, no segundo caso, era necessário atestar sua competência á aquele que o institui ao cargo de interventor, Getúlio Vargas.

O álbum teve, sobretudo, a pretensão de comprovar visualmente que a Cidade de Goiás não tinha condições de continuar a abrigar a capital. Suas ruas tortuosas, os meios de transporte, a arquitetura, o traçado da cidade, tudo condenava a antiga capital e convergia para a necessidade de ruptura. É a cidade fotografada de Goiânia, com suas áreas verdes integradas as necessidades do homem moderno, seus prédios em estilo *art déco*, seus grandes espaços a espera da população que melhor representou os anseios do poder público.

Finalizando, pode-se afirmar que a principal característica do *Álbum de Fotografias sobre o Planejamento e Construção da cidade de Goiânia,* de 1937, foi certamente estabelecer parâmetros de comparação visual entre imagens da Cidade de e Goiânia. A narrativa visual do álbum induz a visualização das duas cidades como estando em pólos antagônicos. De um lado a cidade arcaica, Cidade de Goiás, de outro a cidade moderna, Goiânia. A primeira como condição necessária da última e as duas cidades como símbolos de uma ruptura inevitável.

NOTAS

[1] LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografia e Cidade: Da razão à lógica de consumo Álbuns de São Paulo (1887-1954). Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1997.

DESRESPEITO E VIOLÊNCIA: FAZENDEIROS DE CAFÉ E TRABALHADORES NEGROS NO OESTE PAULISTA, 1887-1914

Karl Monsma[1] - UFSC

> (...) chegando ao eito observou ao escravo Cosme que parecia um escravo novo porque estava quebrando galhos de café (...) e elle offendido tratando de seguir para diante foi seguro pelas pessoas pelo dito escravo Cosme que o derrubou (...) e então fizeráo-lhe os ferimentos com relho, foise e uma cavadeira (...) todos os demais escravos tomarão parte nas offensas que recebeo; que quando voltou a fazenda veio escorrando sangue, e ficou também com um dente quebrado.[2]

Comparado com as fugas em massa que caracterizavam o último ano da escravidão, o espancamento, em julho de 1887, de João Felicio de Godoy, administrador da Fazenda da Horta, no município de São Carlos, talvez pareça insignificante, mas fornece pistas sobre as disposições de pelo menos uma parte dos escravos na véspera da abolição final. Tudo sugere que a intenção dos cativos não era matá-lo mas revidar o insulto a Cosme e outras ofensas que haviam sofrido deste administrador. Ou seja, queriam impor-lhe respeito.

A literatura recente sobre as últimas décadas da escravidão no Oeste Paulista demonstra a rebeldia crescente dos escravos, manifesta sobretudo em fugas e em agressões violentas contra senhores e administradores, mas os pesquisadores têm prestado menos atenção aos aspectos simbólicos da resistência dos escravos.[3]

Para Orlando Patterson, a sujeição gera a degradação do escravo e seu tratamento, pela população livre, como uma pessoa sem honra. Na linguagem de Bourdieu, o escravo está fora do jogo do capital simbólico, desqualificado da competição pelo reconhecimento e pela distinção.[4] Patterson afirma que tal aviltamento gera o anseio não somente pela liberdade mas pela dignidade e por um lugar socialmente reconhecido. A ânsia dos negros, sobretudo dos libertos, por respeito, pertencimento e tratamento digno sem dúvida continuou depois da abolição. Aos libertos, a abolição também permitiu maior liberdade para responder a insultos e tratos aviltantes.[5]

Existe certo mito, segundo o qual os negros abandonaram as fazendas do Oeste Paulista após a abolição. Nesta visão, imigrantes europeus monopolizaram os contratos familiares de colonato, com sua mistura de remuneração fixa pelo trato de certo número de cafeeiros, pagamentos variáveis dependendo da quantidade de frutos colhidos e direitos de plantar gêneros. Depois do 13 de maio, nesta versão tradicional, os negros só trabalhavam nas fazendas como camaradas, trabalhadores individuais assalariados. No entanto, dados de um censo do município

de São Carlos, realizado em 1907, mostram que "colono" era a ocupação mais comum entre homens negros arrolados como chefes de famílias, incluindo 43,5% dos chefes pretos e 31,3% dos mulatos.[6] Parece que, sejam quais fossem seus preconceitos, os fazendeiros não podiam excluir os negros do colonato porque quase sempre precisavam de mão-de-obra. Os negros já conheciam o trato do café e o trabalho familiar do colonato lhes era bem mais aceitável do que fora o trabalho do eito.

Fazendeiros queixavam do ritmo de trabalho de alguns libertos. Boa parte do problema, para os fazendeiros, era a noção, nutrida por pelo menos uma parte dos libertos, de que eles agora deviam controlar seu próprio tempo.[7] O perigo de rebeliões de escravos ficara no passado, mas os fazendeiros, traumatizados, ao que parece, pela rebeldia e as fugas dos anos 80, não esqueceram. Sua prontidão para agredir negros sugere certa inconformidade com o fim da escravidão e desejo por vingança. Os hábitos de trabalho, um tanto irregulares, de alguns negros só podiam intensificar a irritação dos fazendeiros e seus administradores.

LUTAS SIMBÓLICAS APÓS A ABOLIÇÃO

Em 1894, sete anos depois do espancamento do administrador João de Godoy, o camarada mulato Domingos Antonio da Cunha reagiu de maneira semelhante a comentários sobre seu trabalho. O dono da Fazenda Tanquinho, Manoel Cardoso de Toledo França, reclamou que Domingos e sua família tinham deixado muito café no chão. Pouco tempo depois, conversando outra pessoa, Cardoso observou, conforme um carreiro presente,

> que um colono o havia ensinado a lidar com café e éra bom empreiteiro. Ouvidas estas palavras, Domingos disse a Manoel Cardoso: então patrão nós aqui não prestamos? Manoel Cardoso, disse-lhe que não fallava com elle e que não fosse estupido.[8]

Domingos se sentia comparado com os imigrantes de maneira inferiorizante, e parece que o rotulo "estúpido" confirmou esse sentimento.

Algum tempo depois, quando o fazendeiro jantava, Domingos apareceu na janela e pediu para ajustar sua conta. À resposta negativa de Manoel Cardoso, deu um tiro nele.

> chegou na janella pelo lado de fóra o mulato Domingos Antonio da Cunha e disse á Cardoso, que queria saber de que jeito havião de ajuntar as suas contas, ao que Manoel Cardoso respondeo que fosse terminar o serviço (...) Domingos disse-lhe então que não ia acabar o serviço e que Cardoso lhe tratasse melhor visto que era tão cidadão como elle, disendo-lhe ainda Cardoso que agora é que elle Domingos estava sendo cidadão e Domingos puchando d'uma garrucha desfechou um tiro.[9]

Este é o único caso encontrado até agora nos autos penais de São Carlos em que um negro usa o discurso da cidadania explicitamente. Outros formulavam suas reivindicações em termos de respeito e não de cidadania no sentido mais amplo.

No mesmo ano, Antonio Augusto de Oliveira, 19 anos, professor na fazenda de João Evangelista Terra, aparentemente com um papel administrativo também, foi esfaqueado pelo colono preto José Francisco, quando o espancava com bordoadas. José Francisco declarou depois que "attribui a intenção de Oliveira em querer lhe dar pancada ao facto delle respondente não ter ido a roça na segunda feira, dezenove do corrente, por que nesse dia tendo matado um porco ficou em casa lidando com o mesmo".[10] Em 1907, um administrador atirou no seu ajudante "moreno" em um baile do dia de São João porque este o havia desacatado.[11]

Os brancos se enfureciam com negros que desacatavam ou trabalhavam quando lhes convinha. Contudo, a maioria da violência entre negros e autoridades das fazendas se relacionava com a intromissão de fazendeiros e administradores na vida privada dos negros e a resistência destes a tal interferência, muitas vezes vista como desacato.

Alguns fazendeiros desrespeitavam até os direitos de pais e mães negros sobre seus filhos. Em 1892, Ozoria Maria da Conceição, filha da preta Luzia do Espirito Santo, com 13 ou 14 anos, foi trabalhar na casa do fazendeiro Francisco da Rocha Camargo Arruda. Este disse depois que Luzia havia "dado" sua filha: "Luzia tinha dado sua filha de nome Ozoria a mulher delle respondente para prestar-lhe serviços domesticos".[12] Pouco mais de um ano depois, Luzia resolveu trazer a filha, agora com 15 anos e noiva, de volta para sua casa, mas o fazendeiro se recusou a entregar a moça.[13] Com isso, Luiza resolveu tirar a filha furtivamente à noite. Ela foi à fazenda com o noivo da filha e dois outros, aproximando-se sozinha à casa e chamando Ozoria pelo nome, mas o fazendeiro, seu filho e o administrador espanhol afugentaram o grupo com tiros.

Em julho do mesmo ano, o trabalhador preto Maximiano, com uma faca na mão, discutia com outro, ao que parece também negro, na porta de uma casa na Fazenda de Teófilo de Toledo França, que chegou junto com o administrador e o filho deste. Os três tiraram Maximiano da casa, mas este, segundo o administrador,

> no terreiro ficou ainda mais valente dizendo que naquelle dia estava disposto matar uns dois ou trez; (...) Maximiano voltou dizendo que não obdecia a ninguem nem a elle seu patrão nem a Theophilo pegando-

> lhe no braço disse-lhe que lhe obdecesse e ali Maximiano o encarou tomando uma posição de quem estava disposto ao que desse e viesse e Theophilo deu-lhe uma pancada que o derrubou por terra.[14]

Maximiniano morreu uma hora depois. Ele havia se enfurecido com a interferência do patrão na sua briga, e o fazendeiro se irritou com sua desobediência e atitude desafiadora.

Em 1894, o fazendeiro João Augusto do Amaral e Silva matou Irineo, trabalhador preto, em circunstâncias parecidas. Era noite e Irineo discutia com outro trabalhador na porta da casa do fazendeiro, que saiu e empurrou Irineo com um pedaço de pau, mandando-o ir embora e parar de fazer barulho. Mas Irineo continuava discutindo e João Augusto deu-lhe uma cacetada, levando-o à morte alguns dias depois.[15]

Em abril 1900, João de Sampaio Pinto, viúvo pardo, que vivia como agregado, junto com seus dois filhos, na casa de um fazendeiro, atacou o dono da casa com navalha por este ter interferido nas suas relações com um dos filhos. O fazendeiro, que agonizou por algum tempo antes de morrer, disse que tentava proteger o filho do pai. O filho de João negou os maus tratos do pai e enfatizou a interferência do fazendeiro na vida familiar:

> estando elle depoente a conversar com seu páe o qual fallava alto por que elle depoente é meio surdo chegou-se ao quarto (...) José Bueno do Prado e perguntou-lhes o que era aquillo ao que João Pinto respondeu: 'não é nada, é negocio de familia'; que então Bueno pegou João Pinto pelas orelhas e bateu com a cabeça d'este na porta e que botou-o para fora do quarto dando-lhe bofetadas; que então o réo voltando ao quarto onde dormia pegou de uma navalha[16]

Outra vez, neste caso um fazendeiro se sente justificado em interferir na vida familiar de um negro, e este tenta defender as prerrogativas de um pai de família daquela época.

Em uma noite no início de novembro de 1907, Sebastião Leite, colono preto da Fazenda da Horta, brigava com sua amásia quando o administrador chegou e o agrediu com um podão. Na versão do administrador,

> na qualidade de administrador (...) teve necessidade de por trez vezes (...) admoestar ao camarada ou colono da fazenda, Sebastião Leite, que estava praticando disturbios; que na terceira e ultima vez (...) Sebastião Leite desrespeitou-o, (...) investindo contra elle interrogado; que então elle interrogado, assim agredido, para se defender e tambem para manter a sua força moral, como administrador, deu em Sebastião diversas pancadas.[17]

Segundo a amásia, Jeremias disse "seu cachorro você não me obedece" antes de agredir Sebastião. Uma italiana depôs que o administrador disse "Não me abuse, negro, si não te mato".[18] Na época, "negro" era um insulto, que servia para rebaixar os negros, lembrando-os do estigma da escravidão e de sua posição subalterna.

Às vezes, parece que as autoridades das fazendas agrediam negros só para se divertir, ou para expressar ódio generalizado contra eles. Em 1897, o filho de uma fazendeira agrediu um negro (aparentemente; nasceu em Pernambuco), a cacetadas simplesmente por estar na fazenda da mãe.[19] O delegado coronel Leopoldo Prado, também fazendeiro, arquivou os autos sem ouvir testemunhas, alegando que os ferimentos eram leves e que a vítima não havia "dado a queixa nos termos da lei".

Em todos esses casos, fazendeiros, administradores ou ajudantes de administradores reivindicavam a obediência incondicional de pretos ou mulatos, e recorriam rapidamente à violência quando negros não evidenciavam a deferência. Os insultos raciais em alguns casos sugerem que fazendeiros e administradores distinguiam negros dos outros trabalhadores, e os desprezavam por serem negros. Também havia diferenças importantes entre essas brigas e as entre autoridades das fazendas e trabalhadores imigrantes, que geralmente se originavam de questões materiais, tais como tentativas, por parte de imigrantes, de se demitir, multas, atrasos nos salários ou dívidas. A maior parte da violência entre negros e fazendeiros ou seus agentes começava com questões mais simbólicas, envolvendo comportamentos de negros percebidos como desacatos pelas autoridades das fazendas e ações destes sentidas por negros como aviltantes. Os fazendeiros e administradores desrespeitavam a vida privada dos negros, tratavam-nos como crianças e exigiam a submissão, ao passo que os negros reivindicavam o respeito e lutavam para defender sua privacidade e controlar seu próprio tempo.

Fazendeiros e administradores também recorriam à violência física mais rapidamente em resposta aos desacatos de negros. Quando um imigrante evidenciava desrespeito, a primeira resposta geralmente era multá-lo, mas em todos os casos discutidos acima, o fazendeiro ou administrador foi diretamente para a violência física, sem multar o negro. A rebeldia dos últimos anos da escravidão só podia ter aumentado a sensitividade dos fazendeiros e administradores a qualquer sinal de desacato.

Contudo, nada disso explicaria a hipersensibilidade dos fazendeiros e seus agentes ao desrespeito e à desobediência de negros sem a presença de outro fator: estes seres "inferiores" agora reivindicavam o respeito e a igualdade com brancos. Negros que pareciam não saber seu

lugar, recusavam-se a mostrar deferência e ultrapassavam os limites "naturais" na interação com seus superiores geravam profunda irritação.

Até ter posições de autoridade nas fazendas não poupava os negros do racismo, que surgia abertamente sobretudo nos momentos de conflito. Em 1895, Alberto José de Castro, negro, administrador da fazenda Santa Emília, e Emydio Garcia Vieira, branco, administrador da fazenda vizinha Gatervéa, do mesmo dono, supervisionavam colonos no conserto da estrada entre as duas fazendas. Chegando à divisa entre as fazendas, Alberto dispensou seus colonos, mas Emydio o mandou continuar. Na discussão que se seguiu, Emydio ameaçou multar Alberto, e este, na versão de uma testemunha italiana, "perguntou a Garcia o que queria com elle e que não podia multar".[20] Essa desautorização enraiveceu Emydio, que gritou, segundo um colono brasileiro,

> vá puta que o pario, negro do diabo, filho da puta, e se approximou de Alberto em quem deo uns tapas sendo repelhido por Alberto com guarda-chuva e (...) Garcia puchou por um facão e deo-lhe um golpe que pegou no dedo de Alberto e continuara nessa lucta quando Alberto puchou pelo revolver e deo-lhe alguns tiros sahindo depois tendo deixado já no chão o mesmo Garcia que morreo alguns minutos depois.[21]

Quando questionadas pelo juiz, várias testemunhas disseram que Alberto e Emydio eram amigos. Apesar dos dois administradores serem iguais, Emydio supunha que podia mandar em Alberto porque era negro. Quando Alberto resistiu, Emydio ficou furioso e tentou rebaixá-lo com o insulto "negro", lembrando-lhe que, seja qual fosse sua posição social, ainda sofria do estigma da escravidão.

RELAÇÕES DE FAZENDEIROS E ADMINISTRADORES IMIGRANTES COM NEGROS

Quando imigrantes compravam fazendas ou ganhavam posições de autoridade nelas, rapidamente adotavam as mesmas atitudes racistas que seus pares brasileiros. Em 1897, o português Antonio Pinto de Magalhães, vulgo Antonio Bravo, deu uma cacetada na cabeça de seu camarada Roberto Rosa, preto de 40 anos, e o surrou de chicote porque não havia cortado capim para um cavalo.[22] Na versão de Roberto, Magalhães exigiu um ritual de submissão após o espancamento:

> depois [da surra], elle declarante levantou-se e Magalhães lhe perguntou si se sujeitava a continuar como seu camarada apezar de levar sovas de reio, ao que elle declarante respondeu que sim, em vista de ver que o portão do quintal continuava feichado.

Em outro conflito sobre o trabalho, em 1892, Giuseppe Mirabelli, “lavrador” calabrês, esfaqueou sua cozinheira preta, segundo testemunhas, porque não preparara a comida e o café dele estava frio.[23] Na sua declaração ao delegado, a cozinheira acresceu outro motivo pela fúria do patrão: ela havia o admoestado por tentar seduzir uma mulher casada (aparentemente negra); ou seja, ela “não sabia seu lugar” e ousou lhe dar conselhos.

Em 1911, o fazendeiro russo Dr. Procópio Davidoff repreendeu Theodoro, carroceiro negro, que descarregava café no lugar errado. Segundo uma testemunha italiana, Davidoff chamou Theodoro de “negrinho atôa”. Em resposta, Theodoro, na versão de uma testemunha brasileira, “começou a resmungar”. Com isso Boris, o filho do fazendeiro “lhe disse que não queria que ele respondesse mal ao seu pae e avançando para o lado de Theodoro deu-lhe dois tapas e disse-lhe eu risco vosse só cachorro”. Além de dar os tapas, Boris feriu Theodoro com uma faca e multou-o.[24]

Em 1912, Giovanni de Rienzo, italiano, dono de uma pequena fazenda, deu pauladas em um trabalhador preto sua impudência, quebrando seu braço e machucando suas costelas, dizendo ao juiz depois que “Martins que havia tempos andava reinando começou a não trabalhar e por isso teve necessidade de educa-lo.”[25]

Em junho de 1914, Antonio Colodro, espanhol e diretor de colonos, dirigia um grupo de colonos no conserto de uma estrada. Agenor de França, jovem colono preto, e um austríaco fizeram um intervalo para ir a uma venda tomar pinga. Quando voltaram o diretor dispensou os serviços deles, mandando-os voltar para a fazenda. Em resposta, Agenor, na versão dele, disse “você é um hespanholinho atôa, está cantando prosa”[26] Segundo várias testemunhas, Agenor na realidade chamou o diretor de “hespanholinho de merda” ou “hespanholinho a toa de merda”. Com isso o espanhol tirou um revolver e atirou no negro.

Aqui o diminutivo serve para rebaixar um diretor de colonos estrangeiro, e o diretor recorre imediatamente à violência física, e potencialmente letal, para sustentar sua autoridade. Para negros, devia ter sido difícil acatar as ordens de estrangeiros, muitos dos quais haviam chegado poucos anos antes tão pobres como eles. Por outro lado, os imigrantes, sobretudo os que chegaram pobres, tentava se distinguir dos negros porque receava ser tratada como estes.[27] Parece que muitos dos imigrantes que compraram pequenas fazendas ou subiram a posições de

autoridade nas fazendas ainda sentiam a necessidade de demonstrar sua superioridade aos negros, o que intensificava suas reações à desobediência e ao desrespeito destes.

---

[1] Professor Adjunto, Universidade Federal de São Carlos (karlmonsma@uol.com.br). Agradeço a ajuda da presidente e dos funcionários da Fundação Pró-Memória de São Carlos (doravante FPM).
[2] FPM, cx. 334, n. 2656, 1887, Cosme, Crispim, Felício e João Criolo.
[3] AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites; século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala À Colônia*, 3 ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 357-86; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora UFRJ/ EDUSP, 1994. Outra vertente na literatura salienta as lutas de escravos pelos direitos costumeiros de casar, de morar em unidades familiares, de lavrar roças próprias e de vender uma parte de sua produção. Cf. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; A luta simbólica contra a escravidão é mais pesquisada por historiadores do ambiente urbano que do rural. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.
[4] PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death: a comparative study*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982. p. 77-101; BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*, 2 ed. Paris: Éditions du Seuil, 2003. p. 344-48.
[5] Os avanços dos últimos anos nos estudos da escravidão brasileira contrastam com a falta de atenção à sorte dos negros após o treze de maio.
[6] Karl Monsma, Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between italians and blacks in Western São Paulo, 1888-1914. *Journal of Social History*, summer 2006. Prelo.
[7] MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 253-270
[8] FPM cx. 293, n. 64, 1894, depoimento de Severo Francisco da Silva ao delegado.
[9] Depoimento de Firmino Augusto dos Santos ao delegado.
[10] FPM, cx. 265, n. 454, 1894, José Francisco.
[11] FPM, cx. 292, n. 3, 1907, Ananias Torres Pimenta.
[12] FPM, cx. 291, n. 57, depoimento ao delegado.
[13] Depoimento ao delegado.
[14] FPM, cx. 283, n. 254, 1893, depoimento de João Felix de Oliveira ao delegado.
[15] MEDEIROS, Simone. *Resistência e rebeldia nas fazendas de café de São Carlos - 1888 a 1914*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, 2004. p. 71.
[16] FPM, cx. 260, n. 2179. Depoimento de Sebastião Pinto de Sampaio ao juiz.
[17] FPM, cx. 199, n. 118, Jeremias de Oliveira Barboza, declaração ao juiz.
[18] Depoimentos de Rosa Accetto ao delegado e ao juiz.
[19] FPM, cx. 333, n. 1199, Francisco Terra.
[20] FPM, cx. 257, n. 25, 1895. Depoimento de Caetano Vavolisso ao delegado.
[21] Depoimento de João Henrique do Valle ao delegado.
[22] FPM, cx. 308, sem número, 1897, Antonio Pinto de Magalhães.
[23] FPM, Criminais, cx. 214, n. 138, 1892, Giuseppe Mirabelli.
[24] MEDEIROS. *Resistência e rebeldia*. p. 80-83.
[25] FPM, Criminais, cx. 310, n. 435, 1912, João de Rienzo.
[26] FPM, cx. 175, n. 443. Declaração ao subdelegado.
[27] MONSMA, Karl; FERREIRA, Lania Stefanoni; SILVA, Virgínia Ferreira da. Imigração e violência racial: italianos e negros no Oeste Paulista, 1888-1914. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, v. 15, n. 37, maio-agosto 2004. p. 49-60.

Forças Armadas e legalidade: o contra-golpe de 1955

Karla Guilherme Carloni

Com o fim do governo militar e o processo de redemocratização política, iniciado em 1985, a imagem que passou a identificar as Forças Armadas brasileiras, principalmente o Exército, foi a do "militar gorila", como afirma o general Leônidas Pires Gonçalves, uma liderança importante nos desdobramentos do regime militar: "Exército de matadores, torturadores"[i]. Na sociedade civil a imagem negativa cristalizou-se criando grande ressentimento dos militares. "O patrulhamento contra nós subiste até hoje e vem de todos os lados. A gente não consegue ver uma notícia positiva sobre as Forças Armadas em nenhum órgão da imprensa. São sempre negativas, querendo neutralizar a atuação dos militares", afirma o general[ii].

O destaque da imagem do militar como golpista e truculento pode ser apontado como resultante das conseqüências sociais brutais do golpe militar de 1964, quando o estado de direito foi banido em nome da utopia autoritária. Mas esta representação pejorativa não teve a sua origem no período do governo de exceção de 1964 ou da redemocratização pós 1985.

Se como resposta a ditadura de 1964 e suas conseqüências sociais e políticas, referências aos militares como "gorilas" foram potencializadas e generalizadas pela sociedade civil, essas foram, inicialmente engendradas dentro das próprias Forças Armadas. É na década de 1950 que podem ser encontrados os indícios da construção de uma identidade negativa dos militares, associando-os a imagens referentes a "inimigos do trabalhador" e "entreguistas".

No campo político-ideológico a década de 1950 foi marcada pela disputa de projetos de desenvolvimento nacional. De um lado, havia um grupo que congregava principalmente getulistas, trabalhistas e comunistas, que se identificava pela defesa de uma política econômica marcada por tendências nacionalistas (nacional-desenvolvimentismo); de outro lado, o grupo partidário do liberalismo político e econômico e da proposta de alinhamento do

Brasil aos Estados Unidos. O embate envolveu grande parte dos segmentos sociais, inclusive as Forças Armadas, que a partir da década de 1930 havia conquistado importante espaço na política nacional.

No ano de 1955, durante a primeira eleição presidencial após o suicídio de Vargas, o debate sobre os caminhos a serem traçados pela nação ganhou vigor. A vitória de Juscelino Kubitscheck e João Goulart, representantes respectivamente da coligação PSD e PTB – identificada com a tradição getulista e com o nacional-desenvolvimentismo – teve como resposta a radicalização de seus opositores, principalmente os udenistas. A UDN congregava grupos civis e militares que repudiavam o legado do presidente morto e seus integrantes mobilizaram-se em uma campanha pela ilegitimidade das eleições, tendo a sua ala mais radical, liderada pelo jornalista e deputado Carlos Lacerda, encampado a idéia de rompimento institucional através de golpe militar.

Nas Forças Armadas duas facções encontravam-se em disputa: os que apoiavam a medida interventora dos militares na política, em sua maioria oficiais de alta patente, principalmente da Marinha e da Aeronáutica, pertencentes à Cruzada Democrática; e os defensores da legalidade constitucional, oficiais do Exército e praças das três forças, em parte concentrados no Movimento Militar Constitucionalista (MMC).

Foi sob a liderança do general Henrique Teixeira Duffles Lott, ministro da Guerra, que a facção militar, identificada com as teses que aludiam a soberania nacional, a democracia e a legalidade saiu vitoriosa da disputa. O “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”[iii], em 11 de novembro de 1955, que ficou conhecido negativamente por “Novembrada”, denominação possivelmente atribuída pelos udenistas golpistas, impediu a tentativa de golpe desencadeada por militares e políticos conservadores e pelo próprio presidente da República, Carlos Luz, substituto de Café Filho que se encontrava hospitalizado.

A cidade do Rio de Janeiro viveu dias de tensão. Desfile de tanques, blindados, jipes e tropas pelas ruas da capital assustaram os civis e deixaram a população em apreensão. Os moradores de Copacabana assistiram com temor os tiros de canhões disparados dos fortes

Copacabana e Leme, em direção a dois cruzadores da Marinha brasileira que tentavam sair da Baía de Guanabara. O navio Almirante Tamandaré, um dos maiores e mais poderosos navios da Armada brasileira, levava a bordo, junto a outros militares e civis, o próprio presidente da República em exercício. Tentavam rumar para a cidade de Santos (SP) para instaurar em São Paulo, com o apoio do então governador daquele Estado, Jânio Quadros, um governo de resistência ao movimento liderado pelo general Lott. Tal pretensão foi impedida pela união das forças do I Exército, com sede no Rio de Janeiro, e do II Exército, com sede em São Paulo, sob os comandos dos generais Odílio Denys e Olímpio Falconière da Cunha.

Lott e os oficiais do Movimento 11 de Novembro asseguraram a manutenção da hierarquia militar e, principalmente, a defesa da legalidade constitucional, indicando de comum acordo com os parlamentares do PSD e PTB, o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, para substituir o presidente em exercício, garantindo assim a posse, em 31 de janeiro de 1956, de Kubitscheck e Goulart.

Além de seu significado político imediato – a manutenção da legalidade – o contra-golpe ou golpe preventivo de novembro de 1955, foi importante marco na aproximação entre militares e partidos políticos comprometidos com os ideais reformistas do nacional-desenvolvimentismo. Trabalhadores, sindicalistas, pessedistas, petebistas, militares e comunistas, dentre outras parcelas da população, manifestaram seu apoio e exaltação à figura do general e à facção legalista das Forças Armadas. Surgia a imagem do general Lott como expoente da democracia e da soberania nacional. O Ministro da Guerra serviu como elo de ligação entre os grupos militares e os setores civis, que não se identificavam com a quebra da legalidade constitucional e com a política econômica liberal.

Em março de 1956 foi criada a Frente de Novembro – símbolo da união entre civis e militares. A organização tinha por objetivo representar as reivindicações dos setores legalistas e nacionalistas, envolvidos no 11 de novembro de 1955, e conclamava a união entre trabalhadores e militares. O general Lott despontou como figura central do movimento – sua figura agregava símbolos que remetiam a idéia de soberania nacional e justiça social.

A organização tinha como principal líder o coronel Nemo Canabarro Lucas, detentor de significativa trajetória em movimentos ligados a esquerda, e seu presidente de honra era o não menos polêmico ex-ministro do Trabalho de Vargas e agora vice-presidente, Jango. Apesar da organização ter tido curto tempo de vida, de março de 1956 a novembro deste mesmo ano, ela evidenciou a multiplicidade de militares e civis identificados com a democracia e as idéias de reformas sociais e econômicas.

Além da aproximação entre setores civis e militares o Movimento 11 de Novembro cindiu radicalmente as Forças Armadas. Oficiais das três forças passaram a manifestar ostensivamente suas hostilidades, colocando em risco a manutenção da hierarquia militar. Em oposição às normas militares e à ideologia do general Góis Monteiro, criada durante o Estado Novo, fazia-se política dentro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Iniciava-se publicamente a construção de uma auto-imagem positiva do grupo legalista em detrimento de uma imagem negativa do grupo que defendeu a suspensão da legalidade democrática.

Os militares que se alinharam a Lott e a Frente de Novembro se auto-denominavam representantes do "Exército democrático" composto pelo "soldado trabalhador", em contraposição ao Exército dos "gorilas" e "entreguistas". Na mentalidade destes militares estava estabelecida a luta entre o "bom" e o "mau" soldado.

Em novembro de 1956, alguns dias após a uma homenagem prestada ao general Lott, que reuniu cerca de quinze mil pessoas em frente ao ministério da Guerra, e na qual lhe foi entregue uma espada de ouro por conta do aniversário de um ano do Movimento 11 de Novembro, o coronel Nemo Canabarro Lucas declarou a imprensa que o Exército estava dividido em dois grupos:

> "Um democrata e nacionalista, expresso nas forças vitoriosas do 11 de Novembro, e outro conservador e reacionário. [Que] o conflito só terminaria com o 'aniquilamento do inimigo', e cabia aos democratas armar os trabalhadores contra as forças da reação"[iv].

A clivagem de duas grandes facções dentro das Forças Armadas e o embate entre elas perdurou até o golpe militar de 1964, onde a união dos militares nacionalistas com os partidos políticos orientados pelo nacional-desenvolvimentismo foi estrangulada. Com o

golpe foram silenciados ou expurgados os militares da Frente de Novembro e apagada a sua auto-imagem, que ligava a figura do trabalhador, do nacionalismo, da democracia e da legalidade ao Exército e as Forças Armadas.

A tipologia elaborada por José Murilo de Carvalho, "nacionalistas de esquerda" para identificar o grupo de oficiais ligado ao Movimento 11 de Novembro, serviu como ponto de partida para as reflexões. Para o autor o grupo além de ser nacionalista não aderiu ao anticomunismo, podendo mesmo conter comunistas ou simpatizantes[v]. Seguindo esta interpretação, um dos personagens centrais da trama histórica, o general Lott, militar reconhecidamente apolítico e anticomunista, choca-se com a própria identidade do grupo que ele liderou. Este aparente paradoxo suscitou questionamentos que puderam ser esclarecidos a partir de uma análise mais acurada do grupo militar envolvido no Movimento 11 de Novembro.

A partir da pesquisa realizada foram evidenciados múltiplas identidades e interesses naqueles que se uniram para realizar o contra-golpe de 1955. A adesão da maior parte do oficialato do Exército em torno de seu ministro neste momento crítico da história político-militar nacional colocou em destaque um grupo ligado aos ideais de democracia e nacionalismo, mas não eliminou as diferenças ideológicas. Pode-se perceber que o motivador da aliança que se efetuou entre grupos que aturam ao lado do general Lott foi muito mais a emergência do momento – evitar um golpe civil-militar liderado por oficiais e civis ligados a UDN – do que a formação de uma identidade comum.

Neste sentido a noção de partido militar elaborada por Rouquié[vi] propõe uma análise das Forças Armadas não como um todo coeso, mas como um campo de disputa que, tal como a sociedade civil apresenta fissuras e grupos opostos. Complementando este conceito Peixoto[vii] elabora a noção de interação entre meio militar e sociedade civil, onde há uma relação historicamente dada de intercâmbio entre os dois lados. As Forças Armadas mantêm a autonomia de suas decisões dentro do quadro político nacional, porém a todo momento está sendo informada por signos da sociedade civil, os apropriando e os resignificando. Desta forma são estabelecidas convergências ou divergências entre militares

e sociedade civil de acordo não só com o momento histórico vivido pela sociedade como um todo, mas também de acordo com as especificidades institucionais e organizacionais das Forças Armadas.

A memória social sobre os militares que na década de 1950 engrossaram as fileiras dos grupos e partidos que lutaram por reformas políticas e sociais com a finalidade de garantir a soberania nacional e maior igualdade social, sofreu um duplo processo de esquecimento. Foi renegada pelos militares que em 1964 subiram ao poder e foi sobreposta pela trágica memória que a ditadura deixou como um dos seus legados. Particularmente o contra-golpe de 1955 ficou sufocado por dois momentos consagrados pela historiografia nacional: a Era Vargas e seu trágico desfecho e o Golpe de 1964. Poucas são as obras que se dedicaram ao tema, na maioria das vezes o assunto consta como subitem ou capítulo em obras mais gerais.

Por fim, resgatar a imagem destes militares que se opuseram a uma tentativa de rompimento institucional protagonizada por outros oficiais das Forças Armadas, quase que uma década antes do golpe que inaugurou a ditadura militar, se justifica pela necessidade de uma visão mais criteriosa do Exército antes de 1964, através do resgate da multiplicidade de identidades presente nos "vencidos" pelo regime de exceção. A variedade de identidades e projetos deve ser considerada a fim de não se produzir uma história dicotômica, que se limita a criar pares de opostos e acaba por impedir um olhar mais rico e refinado sobre o processo histórico e suas possibilidades.

---

[i] D'ARAÚJO, Maria Celina [et. al]. (org.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 128.
[ii] Idem. p.176.
[iii] Exposição dos ministros militares ao presidente Nereu Ramos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1955. A data original do documento é de 14 de novembro de 1955.
[iv] *Revista Manchete* de 17 de novembro de 1956.
[v] CARVALHO, José Murilo de. "Vargas e os militares". In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1999. P. 343.
[vi] Ver: ROUQUIÉ, Alain. "Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional". In*:* ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil***.** RJ: Record, 1980.
[vii] Ver: PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação". In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil.* RJ: Record, 1980.

Santa Catarina No Caminho da Revolução de Trinta

Karla Leonora Dahse Nunes[1] - PPG-UFSC

Ao longo dos últimos vinte anos renovaram-se as possibilidades interpretativas dos historiadores (das ciências humanas e sociais como um todo). Inúmeras foram e são ainda as contribuições no campo epistemológico, inegáveis as que vieram no bojo das correntes chamadas 'pós-estruturalistas', reacendendo e incorporando elementos contemporâneos às discussões propostas por Nietzsche, Bergson e Freud, entre outros. Nossos campos de pesquisa e análise foram alargados e muitos dizem já não reconhecer as fronteiras entre as diversas áreas de conhecimento que compõem as ciências humanas ou mesmo as fronteiras entre as chamadas "histórias" social e/ou cultural.

Nesse ínterim em que tantas coisas nos são dadas a (re)pensar, a (re)ver, a (re)avaliar, entre inúmeras possibilidades, a história política voltou à cena. Repensada, revisada, redimensionada, pois que nos incita a incluir às análises das memórias dos fatos, das violências e das perseguições, a percepção dos sentimentos, e mais, dos ressentimentos, tanto individuais quanto coletivos.

A Revolução de Trinta tem sido constantemente revisitada pelos pesquisadores das ciências humanas que analisam sistematicamente a repercussão/reverberação desta nas mais diferentes áreas (sociais, culturais, políticas, econômicas, entre outras). Tão estudada nacional e internacionalmente, a Revolução de 1930, em Santa Catarina, ainda carece de análises, discussões e, quem sabe, profícuos debates.

Pouco antes da eclosão do movimento de três de outubro que conduziu Getúlio Vargas ao poder, houve eleições para presidente de província em Santa Catarina, sendo vencedor o candidato do Partido Republicano Catarinense Fúlvio Coriolano Aducci. Este politicamente se manteve fiel ao Presidente Washington Luís e, por extensão, ao candidato então eleito Júlio Prestes. Por esta escolha de seu governador, o estado de Santa Catarina passou a

representar, de maneira geral, um estado obstáculo às idéias políticas dos grupos supostamente anti-prestistas e à premente Revolução.

Assim que deflagrado o movimento que se pretendeu revolucionário, partiram do Rio Grande do Sul, uma vez que praticamente dominada a situação de resistência naquele estado, quatro colunas[2] compostas por tropas do Exército e da Brigada Militar que contava com a adesão de voluntários civis compondo os chamados Batalhões Patrióticos. O objetivo era chegar ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, aplacando pelo caminho os ânimos de resistência do estado vizinho. No caminho das tropas gaúchas, portanto, Santa Catarina.

A resistência política e militar, representada pelo estado de Santa Catarina, não raro, tende a aparecer como muito incipiente, quase insignificante e, talvez, não digna de maiores referências. Pouco se fala, pesquisa ou se escreve sobre os combates entre as tropas revolucionárias (getulistas) e as legalistas (prestistas) em solo catarinense. Conseqüentemente, pouco se discute sobre a temática quer na história política e/ou militar, quer no meio acadêmico, quer nas salas de aula da Educação Básica. É comum o questionamento seguido de exclamações como: *"houve combates em Santa Catarina? Nunca ouvi dizer! Devem ter sido inexpressivos".*

Embora possivelmente tenha se pensado o contrário, Santa Catarina representou um posicionamento de Estado obstaculizante ao Movimento de Trinta. Se a memória histórica dos *vencedores*, até mesmo como parte do exercício de dominação escreveu a história sob seu prisma, apagando ou minimizando tal resistência, parece razoável questionar que espaço teve nesta escrita o estado vencido? Ou mais particularmente, que espaço foram destinados às cidades e aos catarinenses que se envolveram direta e frontalmente aos *vencedores* ? Que destinos foram dados às suas memórias?

As tropas gaúchas entraram em Santa Catarina pela cidade de Araranguá. Nos registros militares lemos:

"[...] Araranguá caía sem luta [...] caíram Criciúma e Urussanga, logo em seguida Tubarão. [...] Os araranguaenses eram entusiastas pela revolução. E eram de fato. Não por efeito da passagem das forças revolucionárias, mas sinceramente. Desde a campanha eleitoral, deram excelente votação ao Dr. Getúlio Vargas. Em Tubarão, que alcançamos de madrugada do dia seguinte, viajando de trem, já não se verificava o mesmo. ***Era uma cidade reacionária. Seus habitantes, com exceções, naturalmente, nos olhavam com certa prevenção"*** [3]***.***

É possível perceber pela escrita que algumas cidades aderiram aos ideais revolucionários "sinceramente" outras, talvez, tivessem necessidade de aderir por contingência. Em Tubarão, além do olhar de desconfiança, a cidade não impôs maiores resistências, mas também não demonstrou simpatia. De certa forma, resistiu à sua maneira. Em Tubarão as forças revolucionárias ficaram apenas um dia e seguiram rumo à Florianópolis pela Serra do Mar.

Neste caminho encontraram resistência armada na região conhecida como Serra da Garganta, no município que hoje se chama Anitápolis. No relato de Armando Fay de Azevedo:

"A noitinha (o general[4] *preferia sempre viajar a noite) seguimos rumo a Florianópolis. Tínhamos de atravessar a Serra do Mar. Travessia arriscada, inesquecível. Sabíamos que viajávamos numa estrada estreitíssima [...] mas ao clarear o dia foi que vimos por onde andávamos. De um lado um barranco a pique. Do outro um abismo [...] e a estrada sinuosa, com curvas vertiginosas [...] assim viajamos uma noite e meio dia[...]. Um destacamento da Polícia Catarinense, de uns cento e tantos homens, sob o comando de um tal tenente Mira, sergipano com fama e catadura de cangaceiro, entrincheiraram-se nesse lugar. A posição era considerada inexpugnável. Ninguém passaria pela aquela estrada. A metralha dos jagunços do reacionarismo varreria à força quem ousasse enfrentá-los[...]."*[5]

Observa-se do relato acima, o registro, talvez intencional como forma de exaltação militar, das dificuldades em avançar pela inóspita estrada que, além das agruras naturais, ainda apresentava como obstáculo "a metralha dos jagunços do reacionarismo". Ninguém passaria por aquela estrada, ninguém além dos revolucionários. Os revolucionários, imbuídos da idéia da luta por uma justa causa, por certo, não hesitaram frente à possibilidade de morrer ou matar em combate. Incorporaram o ideal da Revolução e em nome desse ideal avançaram. Prosseguindo o relato, Armando Fay escreve:

> *"De fato, da estrada não se poderia atacar, embora com superioridade numérica, os policiais catarinenses. Mas o soldado gaúcho não mede sacrifícios para cumprir seu dever. O Major Camilo Diogo Duarte, do 2º Batalhão da Brigada Militar, à frente de um contingente de bravos, escalou a serra por traz da posição ocupada pelos prestistas. [...] Surpreendeu o inimigo pela retaguarda. Desnorteados, os soldados da polícia deixaram-se dominar pelo pânico. Vários, na ânsia da fuga, atiram-se pelo precipício. Dezenas, inclusive o comandante, foram aprisionados. O número de mortos e feridos também foi sensível. E foi apreendida grande quantidade de armamento e munição [...]"*[6]

No final do ano de 2002, viajando a trabalho e desconhecendo ainda a história do combate da Serra da Garganta, conheci o município de Anitápolis, distante de Florianópolis cerca de 80 km. A cidade ainda não possui acesso asfaltado, o que é curioso e contraria uma regra aplicada à maioria dos municípios catarinenses vizinhos. Isso tem dificultado a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros lá produzidos e até mesmo, a simples visitação.

Em conversa informal com alguns moradores sobre as possíveis razões para tal ocorrência, uma resposta comum era a de que a cidade já tivera uma economia promissora, tanto pela fruticultura quanto pelo movimento garantido pela existência de um Patronato Agrícola, criado em 1916 e no qual chegaram a ser matriculados duzentos meninos oriundos do

Rio de Janeiro, de onde também, era a procedência da maioria dos professores do Patronato. Quando falam no Patronato expressam um ar de orgulho.

Na memória registrada em livro pelo Padre Dall'Alba[7], a cidade pareceu crescer até a chegada do Presidente Getúlio Vargas ao poder e, após, teria sofrido um processo deliberado de "esquecimento" político atribuído a uma possível retaliação por ter servido à causa legalista. É que, para conter o avanço das tropas militares revolucionárias, a Força Pública Catarinense, porque em número insuficiente, recrutou homens da região para engrossar suas fileiras. Cerca de sessenta.

Nos relatos colhidos dos moradores, os homens que serviram como voluntários, foram enganados[8], porque ao serem recrutados, o foram com o argumento de que ajudariam a conter uma quadrilha de ladrões de gado. Não teriam lhes informado, num primeiro momento, que combateriam com as tropas de Getúlio. Souberam depois, quando já estavam entrincheirados na Serra da Garganta, mesmo assim teriam feito a opção de não recuar, pois estavam certos que obteriam sucesso em sua empreitada.

Sobre o combate, em entrevista com Sálvio Rodrigues Brasil (um dos primeiros moradores de Anitápolis), o padre registrou: *"Na Garganta havia se postado um piquete com 35 soldados da Força Pública do estado. O tenente Mira comandava o destacamento. Logo vieram aqui e requisitaram todos os funcionários públicos, os trabalhadores das estradas, os diretores do Patronato. A motivação era cercar uma quadrilha de ladrões que subiria pelo vale. De revolução ninguém sabia de nada. Juntaram uns 60 paisanos."*[9]

À época, sem ser pelo litoral, a única via de acesso à capital Florianópolis, dava-se pela Serra do Mar da qual Anitápolis era caminho. A região foi então considerada vital pelas forças militares legalistas para conter o avanço das tropas rebeldes. Armados com metralhadoras e em posição estratégica acreditaram que naquele local, teriam êxito na contenção do avanço das tropas à capital.

Tomando conhecimento ou imaginando a provável emboscada, ao invés de virem pelo caminho esperado, os líderes das tropas gaúchas contrataram *bugreiros*[10] com a intenção que estes os conduzissem pela 'mata virgem' e não pela conhecida estrada.

Atacaram de surpresa à noite, dificultando uma reação mais incisiva. Mesmo assim, travou-se no dia sete de outubro, um primeiro combate desde a saída do Rio Grande do Sul e a chegada em terras catarinenses, com duração de, aproximadamente, duas horas. Doze homens foram a óbito naquele local, outros tantos (sem que me seja possível conferir o número exato nos boletins militares pesquisados até a presente data), foram feridos, sendo socorridos pelos "inimigos" nas enfermarias de campanha. Muitos sumiram mato adentro, morro abaixo. Alguns reapareceram tempos depois, outros, nunca mais.

Um dos combatentes reapareceu na cidade em novembro, era dia de finados, me contou o Sr. Valdemiro[11] viu alguns moradores no cemitério e imaginou que o estrago ali fora grande, maior do que imaginara e que só os que estavam em pé, haviam sobrevivido ao ataque das tropas revolucionárias, então se pôs a chorar e a gritar pelos seus conhecidos. Os que viram não conseguiram conter as gargalhadas.

Seguindo o escrito do padre Dall"Alba, depois do combate, o Presidente Getúlio Vargas, supostamente como represália pelo fato dos homens da cidade (sendo que alguns eram professores ou funcionários do Patronato) terem se aliado à Força Pública Catarinense, tratou de fechar o Patronato Agrícola e, com isso, acabou com a economia da cidade que vivia em sua função, relegando-a ao esquecimento e, até hoje, *nem asfalto recebeu*.

> *"A senhora sabe que nem um monumento aos combatentes, o governo se interessou em erguer ou preservar? Ta lá a Cruz na Garganta. Deve estar tomada pelo mato, ninguém mais vai lá, só os trilheiros [...] antes dava pra ver até onde armaram as metralhadoras, hoje eu não sei mais. Aqui nem o Prefeito liga para o acontecimento, entregaram tudo que era documento para a cidade São Bonifácio, para o museu deles, mas pelo certo deveria*

estar aqui, na nossa cidade, pois a coisa toda aconteceu na nossa cidade e não lá, mas pelo menos eles cuidam da história da gente, né?"[12]

Paradisíaco e abandonado o local do combate aos poucos vai sendo realmente esquecido. Talvez não o tenha sido totalmente porque ainda estão vivos os que querem lembrar. Que sentidos há neste esquecimento?

Oficialmente, que memórias o Estado de Santa Catarina guarda da Revolução de 1930 através, por exemplo, de sua Força Pública Catarinense hoje, Polícia Militar?

Nas memórias das pessoas que entrevistei formalmente, há expressões que denotam (re)sentimentos pelo ocorrido. Naquela cidade, diante daquelas pessoas, daqueles relatos, lembrei-me da leitura e do desafio lançado por Pierre Ansart que consiste em colocar a questão dos sentimentos nos domínios da ação e do pensamento político. "*A dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas políticas constituem um domínio de difícil conhecimento, um desafio, portanto. Como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas conseqüências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos?"*[13]

Os meios para disseminar uma representação na e da sociedade são construções que vão se tornando com o passar dos anos, ou mais sólidas porque condensadas, ou mais frágeis porque se esfacelam mediante a ação do tempo. Historicamente o estado de Santa Catarina vem sendo representado como reacionário nos mais diferentes momentos de sua história.

Analisar as fontes que tratam da resistência, dos embates e combates, dos medos e dos ressentimentos, na perspectiva das lembranças e dos esquecimentos *"[...] exige de nós historiadores, filósofos, literatos, cientistas sociais, o abandono de antigas verdades e da segurança proporcionada por modos de pensar confortáveis em seu acordo prévio com certezas há muito sedimentadas, afirmações que se tornaram lugares-comuns. Aceitamos o desafio de enfrentar uma viagem menos segura: a de percorrer temas complexos que exigem, para serem explorados, a modéstia, ou talvez seu oposto, a pretensão do exercício*

interdisciplinar que indaga, duvida e se aventura em tarefas de desconstrução de moradas do saber, nem sempre recompensado por uma nova edificação"[14]

---

[1] Aluna do Programa de Pós Graduação em História – Doutorado - UFSC. (karla@intercorp.com.br)
[2] Das quatro colunas, que deveriam seguir três direções diferentes, a primeira, seguiu pelo interior de Santa Catarina; a segunda o mesmo rumo, servindo como proteção de retaguarda; a terceira, comandada por Ptolomeu de Assis Brasil, avançou pelo litoral catarinense até a capital Florianópolis, centro da resistência legalista e o quarto grupo, por via férrea, seguiu através de Porto União rumo ao Paraná.
[3] Relato de Armando Fay de Azevedo IN.: RIBEIRO, Aldo ladeira. Esboço Histórico da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Brigada Militar/ MBM, 1987. Vol.3, p 245. Os grifos são meus.
[4] Trata-se do General Ptolomeu de Assis Brasil
[5] Azevedo, op cit.
[6] Azevedo, op.c Cit. p 245.
[7] DALL'ALBA, João Leonir. História do Vale do Braço do Norte. Florianópolis: 1973.
[8] Esta idéia também está registrada no livro do padre Dall'Alba o qual realizou várias entrevistas com moradores que participaram do combate.
[9] DALL'ALBA. Pp 343-344.
[10] Os bugreiros são remanescentes dos 'caçadores de índios', conheciam as matas com assustadora destreza.
[11] Entrevista concedida pelo Sr. Valdemiro Batista, 77 anos, morador da cidade de Anitápolis. Gravada por mim em março de 2003.
[12] Entrevista com o Sr. Valdemiro, op cit.
[13] ANSART. Pierre. In.: BRESCIANI, Maria Stella (org.). Razão e Paixão na Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
[14] Na apresentação do livro, explicando de onde a idéia das indagações a uma questão sensível, do grupo de estudos criado em Campinas que originou um Colóquio "Memória e (Re)Sentimento". BRESCIANI, Maria Stela e NAXARA, Márcia (Orgs). Memória e (Res)sentimento: Indagações Sobre Uma Questão Sensível. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001. pp 9 e 10.

Estudo das obras *Cien Años de Soledad* de Gabriel García Márquez e *El Laberinto de la Soledad*, de Octávio Paz e a busca por uma identidade latino-americana através da Literatura

Karla Pereira Cunha[i] - PPG-UFJF

Este trabalho visa discutir a respeito da formação da identidade na América Latina nos anos de 1950 a 1960 a partir do estudo de duas obras literárias: o ensaio *El Laberinto de la Soledad*, do mexicano Octávio Paz e o romance *Cien Años de Soledad*, do colombiano Gabriel García Márquez, obras publicadas em 1950 e 1967 respectivamente[ii]. Gostaríamos de salientar que não é nossa pretensão proceder a uma análise dos livros enquanto produção estética, mas compreender os autores e sua produção enquanto homens do seu tempo, enquanto elaboradores de um sistema próprio de representação e de entendimento da história latino americana.

A questão da identidade na América Latina é um rico campo de problemática da história social da cultura. Retornou com novas discussões, principalmente motivada por contextos como o de modernidade, globalização, mercados comuns e cultura global[iii]. Em toda a América Latina, a identidade é uma questão em aberto e que precisa ser discutida. Esta pesquisa parte do pressuposto de que, na segunda metade do século XX, a Literatura latino-americana teve como uma de suas principais preocupações a busca da especificidade do ser latino-americano e por meio dela, os escritores participaram da política e das reivindicações sociais.

O amadurecimento da literatura na América Latina ocorreu com o “boom” dos anos de 1960, apresentando, logo no início desta década, uma abundância de tendências e uma multiplicidade de escritores. Foram os anos em que se destacam Miguel Angel Astúrias, Alejo Carpentier, Juan Carlos Onetti, Julio Cortazar, Mario Vargas Lhosa, Augusto Roa Bastos, Gabriel García Márquez, dentre outros. Os intelectuais desta época, procuravam discutir a

identidade através do próprio olhar que tinham da história e da realidade latino-americana. Através do estilo literário denominando "realismo mágico"[iv] os romancistas propõem reinterpretar a história do continente opondo-se a toda uma mentalidade perpetuada pela elite local e pelos discursos da história oficial. Trava-se então de uma luta contra o esquecimento promovido pelo poder e de fazer emergirem aspectos do passado que haviam sido silenciados pelas representações oficiais.

Esta "nova literatura", como ficou conhecida, buscava oferecer um retrato fidedigno da sociedade e seus elementos, explorando o universo cultural latino-americano, sobretudo os espaços rurais ou pequenos povoados. A narrativa deste período procura trabalhar com a multitemporalidade que caracteriza o continente e no lugar do tempo retilíneo, trabalha com o tempo circular, mítico ou a mistura de várias concepções de tempo. Em *Cien Anos de Soledad*, escrito em 1967, Gabriel García Márquez, - um dos grandes representantes desta tendência - observamos muitas das características do "realismo mágico"[v] .

Nascido na Colômbia em 1928, Gabriel José García Márquez é considerado um dos principais escritores latino-americanos contemporâneos, graças principalmente ao impacto obtido com a publicação desta narrativa. Márquez passou sua infância em sua terra natal, Aracataca, na casa de seus avós maternos e posteriormente mudou-se para Bogotá, onde iniciou o curso de Direito. Curso que interrompeu para se dedicar ao Jornalismo e à Literatura e nessa época publicou seu primeiro conto. Como jornalista, fez grandes reportagens e críticas de cinema. Estudou no Centro Experimental de Cinema e fez uma viagem de três meses aos países socialistas, radicando-se depois em Paris.

Chegando à capital mexicana, em 1960, para escrever roteiros de cinema, García Márquez envia pelo correio o texto de seu novo romance a uma editora de Buenos Aires, que lhe custou dois anos para escrever. Nasce assim o romance que tem sido considerado como o mais brilhante em língua espanhola no século XX. *Cien Años de Soledad* significou um ponto de inflexão na vida de Gabriel García Márquez, que neste momento estava com quarenta anos

e até então tinha exercido literatura e jornalismo em Bogotá, Caracas e Paris. Em 1982, García Márquez recebeu na Cidade do México a notícia de que lhe tinha sido outorgado o Prêmio Nobel de Literatura.

No que se refere à produção literária no México nesse mesmo período, tomamos conhecimento de um grande número de escritores, poetas e ensaístas que buscam analisar em suas obras a essência profunda de seus habitantes e de seu país. Teve precursores como Alfonso Reyes, Mariano Azuela, Samuel Ramos, logo no início do século XX. Nos anos de 1950 e 1960, destacam-se Carlos Fuentes e Juan Rulfo e especialmente Octávio Paz (1904-1998) com *El Laberinto de la Soledad*, ensaio publicado em 1950 e também sua principal obra. Nela discute a respeito da formação da identidade mexicana ao longo de toda a história do país - da conquista indo até a época presente[vi].

Octávio Paz, um dos mais destacados intelectuais do México e da América Latina, nasceu em 1914 na Cidade do México, pertencendo a uma família tradicional. O pai, também chamado Octávio Paz, foi secretário do líder revolucionário mexicano Emiliano Zapata e sobre ele, publicou uma biografia. Quando Zapata foi assassinado em 1919, a família de Paz teve que se exilar durante algum tempo em Los Angeles, nos Estados Unidos. Esta experiência de imigrante lhe inspirará, tempos depois, a escrever *El Laberinto de la Soledad*. O escritor foi nomeado, em 1946, adido cultural da embaixada do México em Paris. Posteriormente, realizou atividades diplomáticas no Japão e nos Estados Unidos e foi embaixador do México na Índia. Em 1990, ganha o Prêmio Nobel de Literatura. Atuou como poeta, ensaísta, tradutor, diplomata, crítico de arte, professor. Paz fez parte do grupo de poetas e ensaístas que se ocupam de analisar o rosto do México depois da Revolução (1911-1917), que para ele, é considerada um acontecimento decisivo na revelação do ser mexicano e na tentativa de dar um rosto próprio ao país.

Analisando comparativamente as duas obras, vemos que Gabriel García Márquez e Octávio Paz, mesmo utilizando modalidades de escritas diferentes (uma narrativa e um ensaio),

desenvolveram análises paralelas, recorrendo a argumentos semelhantes. Nos concentramos aqui, especialmente nas questões relacionadas à problemática da busca por uma identidade latino-americana. O que torna singular as narrativas de Márquez e de Paz decorre da forma como utilizam a História como meio para fazerem uma reflexão sobre o ser humano e sua identidade.

Paz e Márquez, mesmo antes que a discussão sobre o pós-modernismo e a pós-modernidade ganhasse espaço, já mostravam seus problemas e limitações. Já reconheciam que vivíamos em um momento histórico crítico mercado pela globalização, pela integração, em escala mundial de capitais, mercados, pessoas e idéias[vii] e que, portanto, exige a crítica a certos fundamentos da modernidade. E esta atitude, cada um ao seu modo particular, se fez presente nos dois autores.

Em *Cien Años de Soledad*, adentramos no mundo mítico de Macondo. Começa no tempo da conquista, quando José Arcádio Buéndia funda a vila, por meio de um êxodo através da selva, acompanhado por sua esposa Úrsula Iguáran e por um pequeno grupo de seguidores. Macondo é então, uma pequena vila no meio do nada, cuja existência passa despercebida através do tempo. A vila e seus habitantes pararam num tempo longínquo e a existência destes se desenrola envolvida por uma aura mágica livre do peso do evoluir da ciência e da própria vida em geral. O único contato que Macondo viria a ter com o mundo real seria através de um grupo de ciganos comerciantes, habituados a percorrer o mundo, que certo dia ao atentarem no seu regresso, acidentalmente descobriram Macondo. A partir desta data, todos os anos estes mesmos ciganos se deslocavam até Macondo, onde eram ansiosamente esperados.

Será neste recôndito pedaço de terra no meio do vazio, que iremos encontrar uma família peculiar: a família Buendía. Esta é a história de uma família onde o percurso de cada um dos seus membros é retratado e onde estes se cruzam deixando marcas indeléveis no percurso de outros, uma família na qual cada geração possui uma forte ligação com aquela que a antecedeu e assim sucessivamente. A história da vila encontra-se intrinsecamente ligada à

trajetória da família Buendía e a noção de tempo contida na obra encontra-se também intimamente ligada aos membros da família: não é um tempo cronológico, as mudanças temporais voltam a se repetir com o suceder das gerações. A idéia central de toda a obra é a solidão que está presente em todos os personagens e constitui elemento fundamental da configuração de suas identidades.

Além disso, a narrativa retrata a violência, o papel da empresa estrangeira, os avanços tecnológicos, a chegada da ferrovia e do trem, o significado da morte e a associação dos eventos do cotidiano com o aspecto místico, folclórico e supersticioso. Podemos ver nesta obra a influência do escritor norte-americano William Faulkner, que também utiliza elementos míticos e folclóricos em seus escritos. Além de Faulkner, outras influências teóricas que observamos, não somente nesta obra, mas nos outros livros de García-Márquez são: Virgínia Woolf, Kafka e Hemingway.

Cien Años de Soledad reinterpreta o mito do paraíso perdido. A ação da obra é vasta, constante e fértil. A aparição de espectros, alquimia, reversiblidade do tempo, peste da insônia e do esquecimento, mostram a filiação de Márquez ao "realismo mágico". Enquanto os Buéndia nascem e morrem, Macondo se povoa, cresce, prospera, arruína-se e desaparece do mapa. A Igreja se implanta no local, que se vê afetado pelos tumultos políticos, pela expansão norte-americana, pela modernização que representou a chegada da estrada de ferro e pelo impacto que tal chegada acarretou aos habitantes, no seu cotidiano, no seu ritmo de tempo. A obra destaca-se por seu esplendor imaginativo e verbal, por sua intensa penetração na alma humana, pelo seu poder de inquietação.

El Laberinto de la Soledad é o livro mais polêmico e conhecido de Octavio Paz. Como ensaio é uma obra incitadora, audaciosa. Propõe refletir da realidade e também revela o sentimento e a compreensão do autor sobre a história mexicana e sobre seus problemas. Segundo Antônio Resende[viii], "*El Laberinto de la Soledad* tem conteúdo múltiplo, não pode ser visto apenas como um ensaio histórico-literário, além de expressar toda uma experiência

intelectual vivida por Octavio Paz, suas leituras de Roger Caillois, Nietzsche, Freud, Marx, os surrealistas e tantos outros, sem que isso anule a subjetividade do autor e a singularidade da sua obra". Outra influência teórica importante de Octavio Paz é o livro de Samuel Ramos *El Perfil del hombre y La Cultura en México*, texto clássico sobre a identidade mexicana publicado em 1934, na mesma década em que no Brasil saíam *Evolução Política do Brasil* (Caio Prado Júnior), *Casa Grande e Senzala* (Gilberto Freyre), *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda)[ix].

Ao longo de todo ensaio, dividido em nove capítulos, Paz mostra-nos efetivamente a sociedade mexicana, sua história e as características do seu povo: o ser mexicano e suas contradições, as dificuldades de superar os traumas do passado colonial e de se inserir na modernidade, as máscaras que ocultam ou dissimulam sua personalidade, a forte presença da religião na sua cultura, a revolução e a política num país em que coabitam as relações ambíguas entre o sagrado e profano. Há também no livro, um propósito de apresentar as tradições mexicanas, suas festas, seus desejos de ruptura, suas perdas. Neste ensaio surge uma nova concepção de mexicano. Nesta concepção, ele é definido pela sua solidão, que o transforma em uma pessoa introspectiva, hermética. É um ensaio de caráter histórico, social e psicológico que aborda questões como o nacionalismo, a Revolução, a violência, a relação de dependência e as trocas culturais com os Estados Unidos. Também analisa as características da sociedade mexicana com suas contradições, máscaras, festas, mitos e simbologias.

Refletindo sobre a história mexicana, o autor acaba refletindo sobre si mesmo e sobre a condição humana: ao ser ele mesmo, o homem termina por universalizar-se, eis o cerne da dialética de Paz. Segundo Paz, há marcas, comuns a todos os homens, que nem o ritmo veloz da modernidade conseguiu destruir. A partir daí, poderíamos explorar a relação com os jogos dos contrários, com a dualidade, com a contradição: vida/morte, história/mito, eu/outro, tradição/ruptura. Paz descarta uma concepção linear de tempo, considerando a multiplicidade

das suas representações. As relações entre o passado e o presente mostram como os tempos históricos se misturam e se confundem.

A sua análise está bastante influenciada pelas teses freudianas sobre a cultura e os conflitos humanos. A forma de o passado se repetir no presente revela o drama, não do mexicano, mas do ser humano em geral, as suas neuroses e angústias, a procura do equilíbrio que nunca se concretiza. As instituições da cultura, o mundo dito "civilizado" ao mesmo tempo em que proporcionou uma capacidade do homem de resolver seus impasses e construir seu domínio sobre a natureza, impõem regras, disciplinam, reprimem e controlam os desejos[x]. Há um mal-estar permanente que atravessa a construção da cultura. Tudo isso se relaciona com a condição humana, marcada pela imperfeição e pela mortalidade.

Partindo daí, Paz vê na solidão um sentimento de dimensão universal, um dos principais componentes da cultura moderna, elemento definidor do homem. A solidão, seria um conceito pensado ou experiência vivida, através da relação do eu com o outro, nossos espelhos, nossas referências para a construção das nossas identidades. A solidão expressa perda e distanciamento, dificuldade de se reconciliar com o outro, a nostalgia de algo que foi perdido, que nos tira a coragem de enfrentar o mundo, ou mesmo nosso desencantamento com as coisas que nos cercam. Assim, Paz mantém o olhar de desconfiança sobre o destino da humanidade.

Tudo isso nos lembra também a influência em Paz da filosofia de Nietzsche[xi], um dos grandes críticos da modernidade e dos seus valores. As mais importantes doutrinas da filosofia nietzscheana como, por exemplo, o niilismo, o mito do eterno retorno, a vontade de poder, a crítica à moral cristã, a crítica à massificação e à uniformização da humanidade pelos grandes formadores de opinião, (como os dirigentes políticos e os meios de comunicação), estão presente em *El Laberinto de la Soledad.* O niilismo de Nietzsche, na obra de Paz, revela um sentimento trágico com relação aos caminhos do homem, certa impossibilidade de romper com os limites, apesar dos feitos e invenções culturais do mundo contemporâneo.

A obra de Octávio Paz é vastíssima. Rompe com os gêneros tradicionais de escritura ao mesclar poesia e ensaio. Quanto a Gabriel García Márquez, consegue combinar exitosamente a linguagem literária e a jornalística, retratando e projetando a realidade latino-americana. Ambos são críticos da filosofia do progresso e narram um nostálgico passado que se perdeu. Suas obras invocam um certo pessimismo que nos lembraria Walter Benjamin e (assim como este), buscam compreender a história do continente sob a ótica dos vencidos. García-Márquez e Paz vêem a Literatura como um instrumento que pode servir à História e que pode fornecer as pistas para refletir sobre a identidade e os caminhos percorridos pelo homem latino americano.

---

[i] Aluna do primeiro ano de Mestrado em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
[ii] Esta pesquisa faz parte de um trabalho de Mestrado em andamento, portanto, esta comunicação consiste em apenas informações iniciais e preliminares.
[iii] Vide, QUIJANO, Aníbal. "Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru". *Estudos Avançados-USP*, v.6, n.16, setembro-dezembro/1992, p: 73- 80. Ver também, especialmente, a conclusão de GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p: 305- 320.
[iv] Sobre o Realismo Mágico, há uma vasta bibliografia. Consultar por exemplo: CHIAMPI, Irlemar. *O Realismo Maravilhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980. Ver também JOSEF, Bella. *A Máscara e o Enigma*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p: 190- 201.
[v] GARCÍA-MÁRQUEZ, Gabriel. *Cien Años de Soledad*. 30 ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1972.
[vi] PAZ, Octávio. *El Laberinto de la Soledad*. 21 ed. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.
[vii]CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2000. Ver especialmente o capítulo 7- "Culturas Híbridas, Poderes Oblíquos" p: 283-350. Nesta obra, Canclini realiza uma discussão da globalização, do hibridismo, da cultura da modernidade e da pós-modernidade no continente latino-americano.
[viii] REZENDE, Antônio Paulo. "Octávio Paz: as trilhas do Labirinto". *Revista Brasileira de História-ANPUH*, v.20, n.39, 2000, p: 231- 232.
[ix] Idem, p: 232.
[x] FREUD, Sigmund. "O Mal-Estar da Civilização". *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
[xi] NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratrustra*. São Paulo: Hemus, 1985. A visão do eterno retorno é um dos pilares desta obra, e que mais nos lembra a filiação de Paz a este autor.

Pecado nefando e bigamia: a quantas andava a moral amazônida em meados do século XVIII

Karla T. P. Santos

Bacharel e Licenciada em História – UFPA

No cotidiano colonial brasileiro prevaleceu o modelo sexual hegemônico dos donos do poder, representado pela moral judaico-cristã, fortemente marcada pela sexofobia. Diferentemente de outras culturas, onde deuses e sacerdotes praticavam toda sorte de "perversões sexuais", a religião judaica prima pela dificuldade em conviver com os vícios da carne. [1]

Como traços fundamentais da cultura sexual abraâmica, salienta-se o tabu da nudez, o machismo, o patriarcado, a monogamia e indissolubilidade do matrimônio como alicerces da família nuclear. [2]

Modelo tão rígido comportou desde os tempos bíblicos, espaço para os desvios que mesmo castigados, alguns até com apedrejamento ou a fogueira, fizeram parte integrante do modo de vida de nossos antepassados. Adultério, concubinato, sodomia e violência sexual, todos condenados por sacerdotes e outros religiosos, não foram completamente eliminados da esfera cristã, por isso fartam os processos civis e religiosos contra tais pecadores, personagens freqüentes em nosso passado colonial. [3]

É através de um desses processos que se procura analisar a moral da população amazônica em meados do século XVIII. Pois graças a pesquisas realizadas por Amaral Lapa[4] fica-se a par de uma visita do Santo Ofício ao Estado do Grão Pará nos anos de 1763 a1769. Visita esta registrada no *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará.*

Em 21 de junho de 1763. Francisco Xavier Mendonça Furtado, que fora governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e que então ocupava o cargo de Secretário da

Marinha e dos Negócios Ultramarinos de Portugal, escreveu ao Bispo do Pará Dom João de São José Queiroz, comunicando que o rei decidira enviar ao Grão-Pará um visitador da inquisição. [5]

Segundo Amaral Lapa pode-se levantar várias hipóteses sobre a visita do Santo Ofício ao Grão-Pará, entre as quais se pode citar: a possível coação por parte do Marquês de Pombal de pessoas ligadas, no passado, aos jesuítas, expulsos do Pára e de Portugal; a redução do poder econômico dos judeus convertidos, os cristãos novos, sócios da Companhia Geral do Comércio; ou o combate ao "relaxamento moral em que mergulhara a população". [6]

De acordo com Oswaldo Coimbra - baseando-se em cartas de Mendonça Furtado, escritas quando ele governava o Pará - esta última hipótese parece ser a mais consistente, pois "havia muita inquietação e revolta na administração portuguesa com o clima de deterioração moral criado pela ganância das ordens religiosas na região".[7]

Se como afirma Coimbra, a deterioração moral era vigente no Grão-Pará em meados do século XVIII, mas do que normal enviar a região um visitador do Santo Ofício, no caso Giraldo José de Abranches, inquisidor, que viria apurar e punir os possíveis infratores nos crimes de heresia, apostasia e pecado nefando[8], procurando assim, fazer com que as "ovelhas cristãs" procurassem seguir o caminho considerado correto pela Santa Igreja Católica.

Ao analisar-se o *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará*[9], pode-se perceber que, a população amazônida, ou pelo menos parte dela, não seguia fielmente os padrões morais considerados corretos no período em questão. Existindo casos de pessoas acusadas de feitiçaria, blasfêmia, curandeirismo heresia, sodomia e bigamia. Estes dois últimos casos é que se enfatiza neste artigo, por entender-se que são os que melhor estão fora dos padrões do modelo sexual hegemônico dos donos do poder, representado pela moral sexual judaico cristã, anteriormente citada.

1-Sodomia: "pecado nefando".

> *O que! Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não sejais desencaminhados. Nem fornicadores, nem idólatras, nem adúlteros...nem homens que se deitam com homens... herdarão o reino de Deus".* (Coríntios, 6: 9-10)

Este trecho, retirado da Bíblia, mostra que pecados como o de sodomia e fornicação eram castigados, pois seus praticantes, que andariam "desencaminhados", não herdariam o reino de Deus, isto no plano espiritual. Já em se tratando do plano terreno, o crime para sodomia, durante o período colonial, poderia ser penalizado com a morte na fogueira. [10]

Contudo, estas sanções não impediram indivíduos de praticarem tal ato, pois o homoerotismo percorreu incontrolado por toda a história do período colonial, havendo casos como o de André Lessa, um sapateiro que viveu em Olinda no ano de 1593 e viu-se obrigado a assumir sua prática sodomítica perante o inquisidor. Em seu "currículo" constavam nada menos do que 31 rapazes, com os quais "praticara mais de uma centena de ajuntamentos sodomíticos". [11]

A Amazônia não fugiu a regra, pois ao analisar-se o já citado livro do Amaral Lapa, encontram-se, entre outros casos de sodomitas, o de Francisco Serrão de Castro, senhor do Engenho da Boa Vista, morador da Freguesia da Sé em Belém.

Tem-se conhecimento do caso de Francisco Serrão através de seu escravo Joaquim Antônio, o qual declara perante a Mesa Inquisitorial que seu dono além de lhe fazer cair no pecado de sodomia, também fizera mais dezessete escravos incorrerem no mesmo "pecado nefando".

Segundo Joaquim Antônio, o senhor de engenho em questão, usava de coação e força para fazer suas vítimas, que consentiam com o seu senhor com *medo de algum rigoroso castigo.* [12] Existindo casos em que as vítimas de Francisco Serrão chegam a

morrer depois de sofrerem a ação, nas palavras do inquisidor, de ”tão abominável, feio e torpe pecado que é o da sodomia”.

Pode-se aludir ao que Vainfas comenta sobre os escravos serem vistos, por seus senhores, como bens pessoais, estendendo seu senhorio à esfera sexual de maneira que “não seria exagero dizer que a escravidão não raro implicava a possibilidade de relações homossexuais com os cativos” [13], bem como a possibilidade de concubinato, de chamegos entre amos e cativas e/ou cativos, como parecia preferir Francisco Serrão de Castro, como bem se pode observar.

2. Bigamia: “Ofensa a Deus e ao Sacramento do Matrimônio.

Ofensa a Deus e ao sacramento do matrimônio é como o denunciante, Domingos da Silva Pinheyro, capitão do Regimento de Infantaria da Praça de Belém, definia, em sua denúncia ao Santo Ofício, no ano de 1764, a relação bígama que o ex-soldado José Felizardo, residente na fazenda do Rio Capy, mantinha com uma índia.

Segundo Domingos da Silva, José Felizardo casou-se com uma índia que teria trazido do sertão (interior) e que, de acordo com o que ouvira do bígamo, o fizera *por lhe dizerem que ou a deixasse, ou casasse com ela e que por não a querer largar a recebera* [14]

Este pode ser considerado um exemplo de que tais relacionamentos seriam comuns na Amazônia colonial e até tolerados pela sociedade, já que, antes de fazer a denuncia à inquisição, Domingos da Silva teria feito, cinco anos antes de 1764, a mesma denúncia perante o comissário do Santo Ofício João Rodrigues*,* responsável, antes da chegada da inquisição ao Pará, em averiguar tais denúncias. Porém de acordo com Domingos *até o presente não pressentira que disto se tomasse conhecimento continuando o denunciado a viver com a dita índia em atual ofensa de Deus e do Sacramento do Matrimônio.* [15]

Nota-se que mesmo o fato sendo denunciado antes da chegada da Visitação, não se tomou nenhuma providência para punir os que poderiam ser considerados transgressores da moral, vivendo o bígamo José Felizardo e sua ilegítima mulher, sem maiores transtornos por pelo menos cinco anos.

Após tomar-se conhecimento destes casos de bigamia e sodomia pode-se verificar que a sociedade amazônida não absorveu de todo os padrões morais da sociedade cristã que quiseram ser impostos. Ou melhor, foram absorvidos, como se pode observar nas confissões, cheias de arrependimento e remorsos dos que compareceram perante o inquisidor, porém não seguidos à risca.

O que se vê, são pessoas que apesar de fortemente marcadas pela moral cristã, não deixaram de transgredir tal moral, praticando atos condenados pela sociedade vigente, como sodomia e bigamia. Quiçá, alguns tenham se prevalecido do fato de na colônia haver uma maior flexibilidade em relação a estes padrões.

Assédio sexual, coerção física, homens saciando seus "apetites libidinosos", fornicação, bigamia, conflito moral, é o que se vislumbra na Amazônia setecentista. Contudo, sem deixarmos de entrever certo temor do castigo do céu e da terra. Parafraseando Vainfas, a Amazônia colonial era terra de pecados, mas nem por isso de liberdade sexual ou moral, como queiram.

---

[1] Site: http://geocities.yahoo.com.br/luizmottbr/artigos05.htm. Capturado em 22/05/2004.
[2] Idem.
[3] Idem.
[4] Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará(1763-1769)./texto inédito e apresentação de José do Amaral Lapa.Petrópolis: Vozes, 1978.(Coleção História Brasileira/1).
[5] Oswaldo Coimbra. *As três décadas de Landi no Gram-Pará*. Belém: Prefeitura Municipal, 2003, p. 87.
[6] Idem, ibidem.
[7] Idem, ibidem
[8] Pecado Nefando: termo utilizado na época quando se queria fazer referencia a um pecado abominável.
[9].Livro onde foram registradas as confissões e denúncias perante a inquisição que visitou o Pará no período de 1763 a 1769.
[10]. Ronaldo Vainfas. "Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista". In*: História da vida privada no Brasil*. Companhia das letras, 1998, p 257.
[11] Revista Nossa História, junho de 2004.
[12] Trecho retirado do Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará, contido no livro de Amaral Lapa, op. cit., pág. 262.
[13] Vainfas, op. Cit., p 234.
[14] Trecho retirado do Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará, contido no livro de Amaral Lapa, op. cit., p.196.
[15] Idem, ibidem.

As Conferências Populares da Glória e suas redes de sociabilidade (1873-1880)

Karoline Carula – PPG-UNICAMP

Em 1873, o conselheiro Manoel Francisco Correia[1] concebeu e coordenou uma série de palestras, conhecidas como Conferências Populares da Glória, receberam este nome porque eram realizadas na freguesia da Glória, localizada na cidade do Rio de Janeiro – concomitante ocorriam outras conferências[2]. Realizaram-se as Conferências até 1889, quando foram suspensas, sendo, posteriormente, retomadas em 1891, sob a direção do conselheiro João Manuel Pereira da Silva[3], quando das comemorações do 4º Centenário do Descobrimento da América. Cabe ressaltar que Manoel Francisco Correia e João Manuel Pereira da Silva foram os conferencistas que mais participaram da tribuna da Glória, sendo, respectivamente, 39 e 36 o número de conferências proferidas, tratando de assuntos variados.

Inicialmente, as Conferências foram realizadas em uma das seis escolas públicas existentes na freguesia da Glória; depois foram instaladas na Escola São José, entre janeiro e maio de 1875; após esta data, até sua interrupção em 1891, o encontro passou a dar-se em um prédio edificado especificamente para tal fim – a atual Escola Amaro Cavalcanti, construída entre 1874 e 1875[4]. A construção de um prédio exclusivo para a realização das conferências indica sua crescente importância. Do reinício das Conferências, em 1891, até

[1] Manoel Francisco Correia nasceu em Paranaguá – Paraná, era filho do comendador Manoel Francisco Correia e de Francisca Correia. Estudou direito na Faculdade de São Paulo. Recebeu o título de conselheiro do Imperador, foi secretário e senador do Império, secretário do governo do Rio de Janeiro, fundou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Associação Promotora da Instrução (1874). AZEVEDO, D. M. Moreira de. *Biografia do Conselheiro Manoel Francisco Correia*. Rio de Janeiro: Tipografia Guimarães, 1900.

[2] A prática de conferências públicas também ocorria em outros países, como por exemplo, na França e na Inglaterra; no artigo de 28/08/1875, "As conferências", a *Gazeta de Noticias* compara as conferências populares brasileiras com as realizadas na França. Em 05 de junho de 1874 o conselheiro Manoel Francisco Correia foi convidado para proferir a abertura das Conferências Populares de Niterói, esta conferência está publicada na revista: *Conferencias Populares*. n. 2, fev. 1876.

[3] João Manoel Pereira da Silva nasceu no Rio de Janeiro, cursou direito na Faculdade de Direito de Paris, foi deputado e conselheiro; foi sócio do IHGB e da Academia Real das Ciências de Geografia de Lisboa. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902.

[4] FONSECA, Maria Rachel Fróes da. "As 'Conferências Populares da Glória': a divulgação do saber científico". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. vol. 2, n. 3, nov. 1995 / fev. 1996.

março de 1898 elas foram acomodadas na Escola Senador Correia[5] e, após esta data, foram transferidas para a Escola Barão do Rio Doce[6].

As preleções iniciavam-se às 11 horas aos domingos e às 18 horas às quintas-feiras. Jornais de grande circulação e envolvidos no debate político da época noticiavam as conferências que iriam acontecer e reproduziam as palestras, na íntegra ou sob a forma de resumo[7]. Esses periódicos traziam artigos, nas diversas seções da publicação, que debatiam a concepção das conferências e as idéias que nelas eram expostas[8]. Para assistir a conferência era necessário pegar um cartão de entrada na escola, no dia da palestra, antes da mesma começar. Um único cartão dava direito à entrada de todas as pessoas de uma mesma família.

A primeira palestra foi realizada em 23 de novembro de 1873, e teve como orador o próprio Manoel Francisco Correia. Discorrendo sobre "O ensino primário e obrigatório", o conselheiro Correia destacou que o objetivo principal das Conferências era instruir o povo nos mais diversos assuntos, exceto "paixões políticas" e assuntos relativos a crenças e princípios[9]. Porém, no decorrer das conferências percebe-se que elas estavam repletas de intenções e valores políticos, transformando a tribuna da Glória em palco de inflamados debates sobre os mais diversos assuntos discutidos na época.

Jorge D'Odemira, em artigo publicado na seção "Folhetim" da *Gazeta de Noticias*, destacou a finalidade principal das Conferências:

> *Quando se iniciaram as conferências não houve outra idéia, nem podia havê-la, senão por o povo a caminho de resolver os problemas sociais, que são obstáculo à sua felicidade, instruindo-o, e ensinando-lhe como o homem, pelo trabalho, pela aplicação e pela economia pode chegar a ocupar importantes lugares na sociedade.*[10]

---

[5] Edifício que era sede da Associação Promotora da Instrução, localizado no atual bairro de Laranjeiras.
[6] A conferência realizada em ocasião do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil ocorreu no edifício das escolas públicas da Glória (onde se iniciaram). CORREIA, Eduardo. *Trabalhos do conselheiro Manoel Francisco Correia*. Tomo II. Rio de Janeiro: Tipografia da Papelaria Leandro, 1909.
[7] *Jornal do Commercio*, *Diario do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Noticias.*
[8] Em 1876 foi criada a revista, de curta duração, *Conferências Populares da Glória*, que publicava as palestras expostas na tribuna da Glória; além das conferências realizadas naquele ano, editava algumas realizadas anteriormente.
[9] CORREIA, Manoel Francisco. "Ensino primário obrigatório". *Conferências Populares*, n. 1, 1876.
[10] Jorge D'Odemira. "As conferências", *Gazeta de Noticias*, 28/08/1875.

Por meio deste excerto nota-se que a instrução popular era encarada como o veículo que iria fomentar a melhoria das condições de vida da população, ou seja, só com uma população instruída, os variados problemas poderiam ser resolvidos.

Contudo, Maria Rachel Fróes da Fonseca afirma: "... através de relatos da época, constatamos que sua platéia era constituída por um seleto público, sendo notada a presença da família imperial, da aristocracia da corte, de profissionais liberais e estudantes"[11]. Enfim, elas não possuíam o caráter "popular" que estavam originalmente dispostas a atingir ou sugerir. Therezinha Collichio[12] evidencia que estas tinham por proposição serem "apolíticas" e "arreligiosas", porém, transformaram-se em um meio de propagação das "reivindicações sociais" dos conferencistas.

Sobre a quinta conferência, ocorrida no dia 07 de novembro de 1873, proferida por Luiz Joaquim Duque-Estrada, que tinha como tema a "Influência da educação sobre a moralidade e o bem-estar das classes laboriosas", o *Diario do Rio de Janeiro*[13] salientou que "Assistiram à preleção Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz, o presidente do conselho, membros das duas casas do parlamento e mais 200 pessoas da melhor sociedade, contando umas 50 senhoras". O trecho do jornal mostra que o público presente era grande, contando com uma porção expressiva de mulheres. Esses dados numéricos são muito significativos, pois ir as conferências talvez poderia ser, por exemplo, um passeio de domingo, ou um encontro social.

Com relação à ausência das camadas populares nas conferências, o mesmo artigo aponta:

> *O problema que ia, senão resolver-se, ao menos demonstrar-se, era o bem das classes laboriosas. Mas onde estavam ali presentes essas classes? Não as vimos! Cremos mesmo não errar que eram as únicas que estavam dali ausentes! E como havia de ser de outro modo, se a*

[11] FONSECA, Maria Fróes da. *Op. cit*. p. 136.
[12] COLLICHIO, Therezinha Alves Ferreira. *Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
[13] *Diario do Rio de Janeiro*, 08/12/1873.

> *entrada se fazia por bilhetes, distribuídos previamente entre as pessoas de elevada posição social?* [14]

A citação é muito elucidativa, pois nos mostra não só a ausência das camadas populares, mas também a apreciação desfavorável da imprensa ao atestar tal falta. Embora os jornais anunciassem que os bilhetes de entrada poderiam ser retirados na escola no dia da conferência, este artigo indica que, senão todos, mas a maioria dos ingressos era distribuída anteriormente, sugerindo que já havia uma seleção do público que estaria presente, antes mesmo da efetivação da palestra.

Apesar da crítica declarada após as primeiras conferências, o público presente não se alterou. Dois anos após o artigo anteriormente citado, a *Gazeta de Noticias* retoma:

> *Nas escolas do povo o que observamos é que a tribuna serve de pedestal à vaidade e ao orgulho dos oradores, que a nossa boa sociedade vai ouvir, depois da missa, porque lhe fica caminho. É moda ir às conferências, como é moda ir à missa. Eu calculo que horror não sentiria o auditório destas conferências se entre si se fosse sentar um homem de grossos sapatões e com as mãos enormemente calejadas pelo trabalho da véspera*.[15]

O autor tratou de modo satírico o fato de o público presente não ser composto por pessoas do povo; destacando que se esta parcela da sociedade resolvesse assistir às palestras, o público presente se sentiria profundamente incomodado. Isto evidencia que, embora as Conferências não estivessem atingindo o público alvo a que se propunham, isto não era problema e nem causava preocupação aos conferencistas.

Entre os anos de 1873 e 1880 foram realizadas 348 palestras, sendo 9 em 1873; 91 em 1874; 50 em 1875; 70 em 1876; 1 em 1877; 44 em 1878; 38 em 1879; e 45 em 1880. A efetiva realização das Conferências esteve intimamente ligada à figura do conselheiro Correia; foi ele que, além de conceber a idéia, coordenava-as e fazia os convites aos oradores. Em 1877 o conselheiro deixou o cargo de diretor das Conferências e, neste ano

---

[14] Idem.
[15] Jorge D'Odemira. "As conferências", *Gazeta de Noticias*, 28/08/1875.

ocorreu apenas uma preleção; ao retornar à direção, em maio de 1878, a periodicidade voltou[16].

Neste período passaram pela tribuna da Glória 84 oradores; expondo os mais variados temas, evidenciando-se os culturais (literatura, teatro, história das civilizações, educação, geografia, gramática) e os relativos à ciência (matemática, biologia, medicina, botânica, ciências físicas). Dos conferencistas mapeados, a maioria tem como formação medicina; abaixo segue uma tabela mostrando a formação superior dos conferencistas.

Tabela I – Formação dos conferencistas presentes entre 1873 e 1880.[17]

Curso de formação	Freqüência	Porcentagem (%)
medicina	34	40,5
direito	27	32,1
engenharia	3	3,6
ciências físicas e matemáticas	3	3,6
farmácia	1	1,2
lingüística	1	1,2
filosofia	1	1,2
sem formação superior	4	4,8
não identificados	10	11,9
Total	84	100,0

O grande número de oradores médicos é significativo, pois as discussões e temas abordados em outros espaços eram levados à tribuna da Glória como, por exemplo, a reforma do ensino médico de 1880 (Reforma Sabóia). Neste ano, por meio de conferência de vários professores da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, liderados pelo médico e

[16] O conselheiro Correia ficou na direção até dezembro de 1883, então, as Conferências passaram a ficar a cargo da Associação Promotora da Instrução, que tinha alguns conferencistas como integrantes – Manoel Francisco Correia, Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, Feliciano Pinheiro de Bittencourt e Tristão de Alencar Araripe. CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Conferências e outros trabalhos de Manoel Francisco Correia*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1885.

[17] Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902 (7 volumes). TUBINO, Nina. *Sinopse biográfica de Benjamin Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938.* Brasília, DF, 1994. *Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Publicado por Eduardo von Laemmert. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1873. (Edição fac-similar da Universidade de Chicago, 2005). http://www2.prossiga.br/Ocruz/trajetoria/inferform/11origens/bento.htm (capturado em 22/09/2004). http://gl.wikipedia.org/wiki/Gustave_Aimard (capturado em 12/05/2005). *Galeria nacional. Vultos proeminentes da história brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil", 1932. http://pessoal.onda.com.br/bosseti/orvilledbysite.htm (capturado em 02/05/2005). http://www.eb1-maria-mendes.rcts.pt/zeferinocandido.htm (capturado 02/06/2005).

professor Francisco Praxedes de Andrade Pertence, as reivindicações por uma reforma do ensino médico obtiveram a necessária repercussão para que fosse efetivada. Em suas preleções os professores denunciavam os problemas da falta de infra-estrutura das instituições de ensino médico e a inadequação do ensino. Foi com essas palestras que se iniciou o debate a respeito da necessidade de se realizar uma reforma[18]. Ressaltando que neste período os médicos conjeturavam-se os responsáveis pelo imenso trabalho de guiar o país à civilização e à modernidade, o que seria alcançado através do progresso científico, não obstante, este discurso da medicina oficial não ter sido aceito pacificamente pela sociedade[19].

Na conferência do médico Augusto César de Miranda Azevedo[20], de 1875, pela primeira vez, o darwinismo foi exposto fora dos estabelecimentos de ensino e de pesquisa[21]. A partir desta e de outras palestras que trataram da mesma temática, ascendeu um debate na imprensa carioca. Os jornais *O Apostolo* e *O Correio Familiar* manifestaram seu repúdio à proposição de Darwin exposta pelo conferencista. Em contrapartida, outras opiniões de apoio à nova corrente de pensamento apareceram na imprensa; o *Jornal do Commercio*, por exemplo, relatou e resumiu as três primeiras conferências de Miranda Azevedo que tratavam da temática darwinista, dispensando comentários elogiosos. Além deste desdobramento da conferência, vários artigos entusiasmados sobre essa recente teoria científica foram publicados na imprensa.

O espaço das Conferências Populares da Glória foi privilegiado para a discussão de variados assuntos que faziam parte dos debates do momento; em especial sobre os relativos à ciência vale ressaltar que, até então, a entrada do saber científico estava

---

[18] "Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro". *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Capturado em 10/06/2004. Online. Disponível na Internet http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br.

[19] SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

[20] Augusto César de Miranda Azevedo nasceu em Sorocaba – SP, filho de do magistrado Antonio augusto César de Azevedo e de Ana Eufrosina de Miranda Azevedo. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde clinicou por vários anos. Foi professor da cadeira de higiene púbica da Faculdade de Direito de São Paulo, sócio-fundador do IHGB. Com relação à política, foi deputado federal e, definiu-se como republicano e abolicionista.

[21] COLLICHIO, Therezinha. *Op. cit.* AZEVEDO, Augusto Cesar de Miranda. "O darwinismo, seu passado, seu presente, seu futuro". *Conferencias Populares*. n. 1, jan., 1876.

fundamentalmente concentrada nas faculdades de medicina e de direito, nos museus e nos Institutos Históricos Geográficos[22]. As Conferências que, de maneira ingênua, só tinham como objetivo a instrução do povo, já que esta era vista como veículo para alcançar desenvolvimento e o progresso, passaram a ser palanque de inflamadas reivindicações sociais e políticas, bem como local para a inserção de novas idéias. Com isto, esta foi uma breve caracterização das Conferências Populares da Glória, na qual se destacou suas relações sociais e suas correlações políticas, e os espaços de sociabilidade dos conferencistas.

[22] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Utilização pedagógica das NTIC´s pelos egressos da Licenciatura em História do DCH-Campus V/UNEB – Contribuições para a avaliação dos cursos de Licenciatura

Kathia Marise Borges Sales Aquino[1]- UCS

Luiz Gustavo Santos da Silva[2] - UNEB/CpV

A Formação docente tem sido uma das grandes contribuições da Universidade do Estado da Bahia – UNEB à comunidade, em especial no interior do estado, pelo seu caráter multicampi. O DCH/Campus V – Santo Antonio de Jesus, forma professores desde o ano de 1981, oferecendo três licenciaturas regulares e programas especiais de formação em serviço, em parceria com a SEC-Ba e Prefeituras Municipais. Mas que formação está sendo oferecida? Quais as demandas e lacunas desta formação no que se refere ao contexto concreto de atuação destes egressos? Quais aspectos desta formação devem/podem ser redimensionados com vistas a uma formação mais efetiva e contextualizada?

Estas e outras questões deram origem à presente pesquisa que objetiva, a partir da localização e identificação do perfil destes egressos, bem como da avaliação da sua atuação pedagógica, oferecer contribuições à permanente avaliação sobre a formação inicial de professores em nível superior e o papel das universidades na formação inicial e Continuada de educadores.

Com vista aos objetivos acima, foi definido, entre os focos desta pesquisa, a *Utilização Pedagógica das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação,* investigando se a formação básica propiciou o desenvolvimento desta habilidade e qual sua presença na prática docente dos egressos.

A amostra para a pesquisa de campo foi composta de Licenciados em História do período de 1998-2003, que lecionam esta disciplina em escolas públicas da região.Foram localizados 66

[1] Pedagoga (UCSal), Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC),kaquino@uneb.br , Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CampusV - Santo Antonio de Jesus.

[2] Graduando da Licenciatura em História do DCH/Campus V-UNEB, bolsista de Iniciação Científica pela FAPESB – Fundação de Amparo à pesquisa do estado da Bahia

(sessenta e seis) egressos, em 17 (dezessete) municípios da região.Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: **questionário aos diretores** das unidades escolares onde atuam estes egressos, **questionário e entrevista aberta** a 41 (quarenta e um) destes egressos, selecionados por amostra aleatória, e **grupo focal** com 04 (quatro) grupos de alunos destes mesmos egressos investigados, em diferentes municípios (02 U.E's estaduais e 02 municipais).

O presente artigo apresenta alguns resultados desta pesquisa, focando a presença das NTCI's na Formação Básica (licenciatura) e no cotidiano docente destes egressos, a partir do olhar dos mesmos e dos seus alunos.

Ensino-aprendizagem na Sociedade do Conhecimento

A reflexão contemporânea sobre ensino-aprendizagem e sobre os processos de exclusão e inclusão conseqüentes do acesso ao saber aborda necessariamente o universo de acesso e produção do conhecimento gerado a partir dos avanços tecnológicos, em especial da rede mundial de computadores. Em uma economia globalizada, na qual a comunicação é um valor de mercado, como formar cidadania sem garantir o acesso aos meios e saberes próprios desta nova realidade comunicacional? Em uma sociedade regida pelo neoliberalismo, vive-se um momento de busca permanente por qualificação, em um processo excludente de formação de postos de trabalho altamente qualificados ao tempo em que se reduz a empregabilidade, ampliando-se o sub-emprego ou a exclusão total. Sobre o papel da educação neste contexto, Ferreiro(2001)[3] faz as seguintes considerações:

> Em um contexto de crescentes desigualdades sociais, de crescentes exclusões e diante da incapacidade crônica dos sistemas educacionais de produzir aprendizagem(...).O grande desafio, ao que me parece, consiste em aceitar os inegáveis benefícios das ICT, explorar de imediato suas potencialidades educativas, pôr-se à frente,na medida do possível(...).No entanto preservar nossos saberes, conservar nossa memória histórica de mudanças possíveis e bem sucedidas.Não confundir partes isoladas de informação com conhecimento, não nos deslumbrarmos com as tecnologias, mas tampouco condenar nossos alunos à ignorância.

[3] FERREIRO, Emília. O mundo digital e o anúncio do fim do espaço institucional escolar. In: *Revista Pátio.* Ano IV,no. 16, fevereiro-abril 2001

Defende-se neste trabalho a necessidade da inserção das NTCI's nas práticas de formação docente, considerando-se a relevância deste espaço comunicacional na contemporaneidade como indicativo de exclusão ou inclusão para a cidadania, ao tempo em que reconhece que não se trata de simplesmente incluí-las na prática pedagógica, mas sim de conhecê-las criticamente e utilizá-las a partir de princípios filosóficos e concepções epistemológicas conscientemente definidas. Incorporar as TIC's à prática pedagógica implica no desafio de "superar o instrucionismo, para atingir patamares mais nítidos da aprendizagem", como alerta Demo (2000)[4],salientando que as formas liberais de mercado não priorizam a cidadania, por mais que usem formas atraentes de linguagens alternativas.Enfim, ainda segundo este autor, cabe aos educadores "o compromisso com a reconstrução do conhecimento, jamais com sua simples transmissão copiada, reprodutiva".

Utilização das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação pelos egressos

O perfil da amostra desta pesquisa caracteriza-se por uma maioria feminina (76%), com idade média de 26 a 36 anos, estes professores concluíram a sua licenciatura no período compreendido entre 1998 a 2003, sendo que 69% têm mais de 06 (seis) anos de docência. Atuando em classes do Ensino Fundamental e Médio, esses docentes acumulam, em sua maioria, vínculos de trabalho com as redes estadual, municipal e privada, por vezes em municípios diferentes, totalizando uma média de 11 turmas por docente.

A reflexão sobre a prática docente não pode se furtar do olhar crítico sobre as condições de trabalho a que estão submetidos os professores na rede pública de ensino, em especial no estado da Bahia, e a vinculação lógica entre estas condições e a qualidade da intervenção

[4] Demo,Pedro. *A Tecnologia na Educação e na Aprendizagem*. Palestra ministrada no dia 27/5/2000 no Educador 2000 -- Congresso Internacional de Educação

pedagógica. Iniciando a apresentação dos dados que se referem às NTCI's, a Figura 1 (a seguir) revela uma condição insatisfatória de acesso destes docentes à internet.

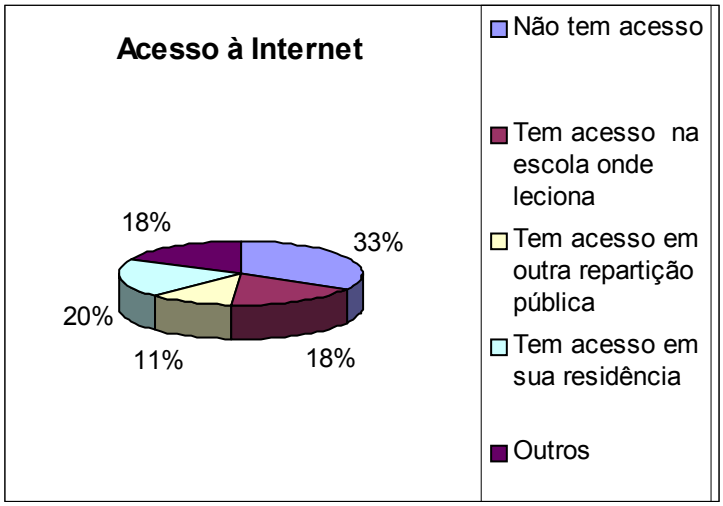

Vale ressaltar que, mesmo dentre aqueles que afirmam utilizar a internet, a maioria revela nas entrevista utilizá-la apenas para pesquisa em *sites* de busca e correio eletrônico. Se o próprio acesso já é insatisfatório, a utilização da informática na prática pedagógica é quase inexistente, mesmo nas escolas onde há Laboratório de Informática. As questões estruturais e administrativas são apontadas pelos docentes como principais entraves à utilização não só dos Laboratórios de Informática, quando há, como de outros recursos a exemplo de TV e vídeo, Som, retroprojetor, câmaras de filmagem, etc.

Em seus depoimentos os docentes apontam dificuldades desde a falta do espaço físico e insuficiência dos equipamentos, até a dificuldade de conciliar o tempo necessário à atividade com a rotina da escola. Observa-se uma resistência à incorporação das tecnologias ao cotidiano escolar. Aprisionado por uma rotina secular e um currículo segmentado e conteudista, que determina horários pré-estabelecidos por disciplina/professor, parece constituir-se um "transtorno" qualquer atividade que implique na alteração deste cotidiano e/ou na circulação dos estudantes pela área da escola fora dos horários determinados para isso.

O quadro 1,a seguir, retrata a freqüência com que estes egressos utilizam as diferentes mídias em sua prática docente, reafirmando o texto impresso como a forma mais comum de tratar /interagir com o conhecimento em situações de ensino-aprendizagem.

QUADRO 1 – Ordem de freqüência que utiliza as mídias na prática pedagógica

	Impressos na área	Vídeos informativos ou documentários	Cinema	Televisão	Livros técnicos	Jornais e revistas diversos	Rádio	Outros (CD's)	CD room	Internet
1º	9	5	4	4	9	2	0	0	0	1
2º	12	8	1	0	4	8	0	0	1	0
3º	0	3	3	5	2	11	1	1	1	2
4º	2	7	7	6	1	2	1	1	1	1
5º	3	5	1	5	4	1	3	0	0	0
6º	2	1	4	2	1	1	1	2	1	3
7º	0	2	1	2	2	1	2	0	0	3
8º	0	0	0	0	0	0	1	1	3	0
9º	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
10º	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Há que se destacar nestes dados a utilização significativa de vídeos educativos, documentários e cinema, com as características específicas do ensino na área de História.Em seus depoimentos, os egressos avaliam não terem tido na formação básica o subsídio para a utilização das TIC's, entretanto, em função da prática de alguns professores formadores, durante a graduação, incorporaram a utilização da imagem (vídeo, cinema,etc.) em sua prática docente.Vale ressaltar, entretanto que esta mídia no ensino de história deve ter um significado mais amplo que um simples recurso de motivação ou ilustração.Fonseca(2003:164)[5], reconhecida pesquisadora na área,afirma que:

> (...)todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais,contribuem com a produção/difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento(...) as diversas linguagens expressam relações sociais,relações de trabalho e poder,identidades sociais, culturais, étnicas, religiosas, universos mentais constitutivos da nossa realidade sócio-histórica.As linguagens são constitutivas da memória social e coletiva.

[5] FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados.*Campinas,SP:Papirus,2003

Entretanto, nos depoimentos dos egressos e de seus alunos, observa-se que, na maior parte das vezes, a utilização deste recurso não tem observado toda sua potencialidade enquanto linguagem e fonte do conhecimento histórico, nem as possibilidades epistemológicas de construção do conhecimento a partir da interação com esta mídia.O quadro 2,a seguir, construído a partir da sistematização das respostas dos egressos ao questionário, retrata que os mesmos percebem as mídias apenas como um recurso didático a mais, que pode enriquecer a apresentação do conteúdo ou despertar a atenção dos alunos.

QUADRO 2 - Motivos para utilizar as NTCI's na prática pedagógica[6]

Acredita ser positivo utilizar as NTCI's na sua prática pedagógica?Por quê?	Quantidade
✓ Torna as aulas mais dinâmicas, criativas (contribuem para a motivação dos alunos, enriquece e diversifica as aulas).	15
✓ Para contextualizar o tema trabalhado (ampliação do conhecimento do aluno; são fontes de informação; ajuda a ler o mundo; provoca discussões; desenvolve habilidades críticas).	12
✓ Para facilitar o entendimento (uso de diferentes linguagens; diversificação de fontes ajuda na aprendizagem)	9

Formação docente para a utilização das NTCI's

Muito se tem discutido e produzido na contemporaneidade sobre a formação docente, ao mesmo tempo, as mais diversas instâncias - dos movimentos sindicais aos órgãos públicos, passando pela academia e pela mídia – *comungam* de um mesmo interesse ou preocupação. A história nos ensina que aparentes consensos podem revelar grandes divergências subjacentes, e neste contexto em especial, a grande divergência se traduz em: *de qual concepção de formação estamos falando?Que ideal de educador buscamos?*

[6] Amostra composta de 41 docentes

Refletir sobre a prática de formação básica e continuada para educadores é tarefa que se impõe na atualidade a todos que, comprometidos com uma educação para inclusão, reconheçam na formação de educadores um foco essencial para construção desta nova prática. Pensar a formação docente para a contemporaneidade implica refletir sobre o processo de construção do conhecimento a partir da realidade da sociedade da informação. Nas palavras de Ramal (2000)[7],

> Esses novos papéis vão exigir mudanças nos cursos de formação docente, abertura permanente ao novo, visão crítica na seleção das informações, sintonia com os desafios de cada momento e atenção constante aos processos educativos, tanto quanto aos resultados. O percurso que cada aluno tiver empreendido, a sua forma de navegação pelo universo do saber, será o contexto do qual o orientador de estudos terá que partir para traçar os próximos links da rede de construção coletiva do pensamento.

Entretanto, os resultados desta pesquisa retratam um distanciamento na formação do profissional de história, entre a dimensão pedagógica e o conhecimento específico da área, e uma total ausência da discussão sobre a interação com as mídias no processo ensino-aprendizagem.O Quadro 3, a seguir, apresenta as respostas dos egressos em relação aos saberes que estes consideram necessários à sua prática e que não foram garantidos na formação inicial.

QUADRO 3 - Saberes que deveriam ter sido desenvolvidos durante o período da licenciatura e não o foram, segundo os egressos

Saber	**Respondentes**
1. Dimensão Pedagógica ▪ Reflexões voltadas para o ensino de História (conhecimentos pedagógicos) ▪ Utilização pedagógica das NTCI's ▪ Metodologia de Ensino de Jovens e Adultos ▪ Educação Especial. ▪ Formação do professor pesquisador	41
2. Dimensão Teórico-metodológica da área específica ▪ Conhecimentos de História e Cultura da África ▪ Trabalhos com Fontes Iconográficas e documentos	16

[7] RAMAL, Andréa Cecília. O Professor do Próximo Milênio.In: *Conect@ - Revista on-line de Educação a Distância*, novembro,2000. Disponível em http://www.revistaconecta.com/

▪ História Contemporânea ▪ Conteúdos básicos que são objetos de ensino-aprendizagem ▪ História da Ásia.	
3. Outros ▪ Conhecimento da realidade (gestos e políticas públicas). ▪ Antropologia.	3

O aprofundamento desta questão nas entrevistas revela que inicialmente os egressos avaliam positivamente a formação que receberam, entretanto, ao aprofundar-se as reflexões sobre os saberes que foram garantidos nesta formação inicial e os que não foram, torna-se evidente que as lacunas encontram-se justamente na dimensão pedagógica da formação, enquanto o maior valor atribuído recai na área de conhecimentos específicos e desenvolvimento da competência crítico-reflexiva.

Considerações finais

Os resultados apresentados comprovam a predominância de uma prática curricular segmentada e centrada em conteúdos específicos da área, que não oportuniza a articulação teoria-prática e o desenvolvimento da habilidade de organizar e dirigir situações de aprendizagem.Dentre as demandas não atendidas pela formação inicial, destaca-se a habilidade em utilizar as NTCI's no processo de mediação pedagógica da construção do conhecimento.

Ressalta-se a relevância de focar esta competência no processo de Formação docente, reconhecendo, como afirma Pretto e Bonilla (2001)[8], que "(...)para que a cidadania seja plena, precisamos investir na autonomia do cidadão e na democratização da informação, o que implica potencializar processos horizontais de organização, produção e aprendizagem coletiva que se constroem com o acesso às informações(...)"

Trata-se de garantir ao docente em formação, e conseqüentemente ao seu futuro aluno, o acesso crítico e competente a este novo universo comunicacional, sob pena de ampliar-se o fosso da exclusão social vivenciada hoje por professores e alunos da rede pública de ensino.

[8] PRETTO,Nelson e BONILLA,Maria Helena. Sociedade da Informação: democratizar o quê?In: *JORNAL DO BRASIL-JB online,* Página 03,Ed: 2ª,2001.Disponível em http://jbonline.terra.com.br/index1.html

ALFORRIAS EM RIO DE CONTAS-BAHIA (1800-1850)

Kátia Lorena Novais Almeida – PPG-UFBA
katialorena@lognet.com.br

Esta comunicação pretende fazer uma reflexão sobre a prática de alforria na comarca de Rio de Contas, sertão da Bahia, no período de 1800 a 1850, especificamente das variáveis origem e gênero, fundamentas em 873 cartas de liberdade, comparando esta prática com outras regiões da Bahia e do Brasil.

A região

A comarca de Rio de Contas foi uma importante área mineradora da Capitania da Bahia nos séculos XVIII, e uma região de relevante concentração de população escrava nesse e no século XIX.[1] A vila de Minas do Rio de Contas, atual município de Rio de Contas, situava-se na região outrora denominada Alto Sertão da Bahia, hoje parte da Chapada Diamantina. O seu desenvolvimento econômico se deu a partir da exploração aurífera, no decorrer do século XVIII. Aventureiros e exploradores, apesar das proibições da Coroa Portuguesa, iniciaram a garimpagem do ouro e transformaram as Minas do Rio de Contas em importante centro de circulação e distribuição de mercadorias no Alto Sertão.[2]

O declínio da mineração em larga escala, devido à escassez do ouro aluvionário, a partir do final do século XVIII, provocou uma diversificação econômica na região. Voltando-se para a agricultura, não só de subsistência, mas de produtos como o algodão que era exportado, para a pecuária e o artesanato, a comarca continuou exercendo um

[1]Erivaldo Fagundes Neves, *Uma comunidade sertaneja*: *da sesmaria ao minifúndio*, Salvador/Feira de Santana, Edufba/Eduefs, 1998 pp. 247-290; Maria de Fátima Novais Pires, *O crime na cor*: *a experiência escrava no alto sertão da Bahia: Rio de Contas e Caetité*, São Paulo, Annablume, 2003, pp 11-100; Albertina Vasconcelos, "Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII" (Dissertação de Mestrado, UNICAMP-IFCH, 1998), pp. 228-246.
[2] Neves, *Uma comunidade sertaneja...*, pp. 85-164; Vasconcelos, "Ouro: conquistas...", pp.119-137.

papel importante no comércio intra-regional, que tinha nas tropas de mulas seu principal veiculo de integração. Entretanto, o ouro ainda era extraído na região, e apesar da critica feita pelos viajantes bávaros Spix e Martius, ao afirmarem que o nobre metal ainda produziria lucros para o mineiro se ele o soubesse explorar devidamente, a sua população tinha consciência de que faltava investimento em mão de obra especializada, como atesta a correspondência de 06 de junho de 1834 da Câmara de Vereadores que solicitava ao governo da Província da Bahia que intercedesse junto ao governo central para a criação de uma cadeira de mineralogia, a exemplo de Minas Gerais, para que suas riquezas auríferas pudessem ser exploradas a contento.[3]

O trabalho realizado na agricultura e pecuária, bem como na produção de manufaturas, era feito por pequeno número de escravos, administrados pelos próprios senhores.[4] Em função da atividade produtiva desenvolvida na região, a ocupação desses escravos era, sobretudo os serviços de roça, mas também cuidavam do gado, exercendo a atividade de vaqueiro, garimpeiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, tropeiro e músico, o que revela a dinâmica econômica daquela região.[5] Este cenário de pequena posse em escravos proporcionava uma convivência mais próxima entre os senhores e seus cativos que ultrapassava os limites do trabalho, penetrando na intimidade do convívio doméstico, favorecendo laços de dependência e afetividade. Isso, contudo, não amenizava os dissabores da escravidão, mas talvez tenha favorecido a negociação direta para a almejada liberdade.[6]

Alforrias em Rio de Contas

---

[3] Joahnn B. Spix & Friederich F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820,* Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia, EDUSP, 1981, p. 126; Arquivo Público Estado da Bahia, maço 1354, correspondência recebida da Câmara de Minas do Rio de Contas, 1824 - 1838.

[4] Licurgo Santos Filho, *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX,* São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1956*, passim,* AMRC, inventários *post-mortem*

[5] Arquivo Municipal Rio de Contas, Inventários *post mortem* 1800-1850; Livros notas tabelionato nº 21 a 41; Santos Filho, *Uma comunidade rural*...p. 123-124.

[6]Neves, *Uma comunidade sertaneja*, pp. 247-296; Vasconcelos, "Ouro: conquistas...", pp.287-288.

As cartas de alforria constituíram a documentação central a partir da qual se procurou recompor alguns aspectos da prática de liberdade em Rio de Contas. Essa documentação nos fornece os seguintes dados: nome do senhor e do escravo, cor e origem desse, as motivações do senhor, o modo de concessão - gratuito ou oneroso, e neste caso, o valor do escravo, a forma de pagamento, e se a alforria era condicional ou não. A idade e a ocupação dos escravos aparecem muito raramente. Com freqüência, as cartas aparecem com duas datas distintas, a da concessão e a do registro do documento em cartório. Vale salientar que o registro da carta de alforria em Rio de Contas era feito nos livros de notas por iniciativa do senhor e não a pedido do escravo.[7] Os registros de alforria, por outro lado, não fornecem dados sobre a residência dos escravos, mas declara, em 27,6% das cartas processadas, a vila de Rio de Contas como local de registro da alforria, sendo o restante disperso em arraiais, sítios, roças e povoados.

Neste artigo abordaremos a prática de alforria sob a perspectiva das variáveis origem e gênero. Na primeira metade do século XIX, os cativos nascidos no Brasil beneficiaram-se das alforrias com uma larga vantagem em relação aos africanos. A tabela 1 indica que, na comarca de Rio de Contas entre os anos de 1800-1850, para cada 527 forros nascidos no Brasil eram alforriados 100 africanos. A análise da população cativa demonstra que para cada 298 cativos crioulos havia 100 africanos. Assim como em outras regiões do país, havia nesta comarca uma tendência maior das alforrias beneficiarem os cativos nascidos no Brasil, pois o nascer e se socializar na escravidão aproximavam-nos mais dos senhores do que os cativos africanos que tinham referenciais culturais diferentes. Contudo, o acesso às alforrias nesta comarca também foi influenciado pelo grau de participação demográfica dos escravos nascidos no Brasil, como também demonstra a tabela 1.

[7] Em São Paulo muitos escravos procuraram os cartórios para registrar suas alforrias.Ver Enidelce Bertin, *Alforrias na São Paulo do século XIX*: *liberdade e dominação*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 74.

A composição da população cativa que emerge da análise dos inventários *post mortem* naquela comarca indica um baixo percentual de cativos de origem africana e uma alta taxa de crioulos, a exemplo do Recôncavo baiano.[8] Em um contexto de abertura do tráfico, a proporção de escravos de origem africana, na ordem de 23,4%, conforme a tabela 1, aponta um claro sinal da pouca participação dessa comarca no comércio negreiro, e de um processo de crioulização demográfica já em curso antes do fim do tráfico. Contudo, não podemos dizer que os crioulos sempre constituíram maioria da população cativa na região, pois no século XVIII, no auge da produção aurífera, os escravos de origem africana eram maioria.[9] A crise do ouro aluvionário, e a diversificação econômica pela qual passava a região parece ter redefinido o seu cenário étnico. A agricultura, principalmente de subsistência, e a pecuária passaram a ser a principal fonte de renda, e ao que parece o lucro daí auferido não era mais compatível com aqueles da produção aurífera em grande escala, o que talvez impossibilitasse os senhores de renovar suas escravarias com cativos oriundos da África.

Tabela 1
Origem dos alforriados e da população cativa de Rio de Contas no período de 1800-1850

	População alforriada (1800-1850)						População cativa (1800-1850)					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Africanos	70	19,7	58	11,2	128	14,7	241	28,2	103	16,7	344	23,4
Brasileiros	261	73,3	414	80,1	675	77,3	556	65,2	472	76,6	1028	70,0
Ignorada	25	7,0	45	8,7	70	8,0	56	6,6	41	6,7	97	6,6
Total	356	100	517	100	873	100	853	100	616	100	1469	100

Fonte: Arquivo Municipal Rio de Contas, Livro notas tabelião, e inventários *pos-mortem.*

A análise de cento e sessenta e um inventários de Rio de Contas indica uma média de nove escravos por senhor, na primeira metade do século XIX. A escravaria era,

[8] Ver Bert Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 259 a 264; Luis Nicolau Parés, "O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)", manuscrito 13/03/2003, p.19.
[9] Vasconcelos, "Ouro, conquistas, tensões, poder...", p. 270-275.

portanto, pequena se comparada às existentes nos engenhos e fazendas de cana do Recôncavo baiano, mas era compatível com o número médio de escravos das fazendas e sítios de fumo e mandioca também desta região. São raros os registros de senhores sertanejos detentores de numerosa escravaria.[10] Por outro lado, o cultivo de produtos de subsistência empregava menos escravos, talvez empregando mão de obra mais barata.[11] Um outro aspecto a ser considerado é a formação da família escrava na região. Os inventários pesquisados registram o percentual de 12,6% de escravos casados, mas as possibilidades de organização familiar iam além do casamento, como as uniões consensuais e os relacionamentos fortuitos. Assim, era mais proveitoso incentivar a reprodução natural do que adquirir cativos de origem africana no mercado de Salvador. Os senhores sertanejos, à semelhança dos lavradores de fumo do Recôncavo baiano, não dependiam essencialmente do tráfico negreiro para garantir a força de trabalho em suas fazendas na primeira metade do século XIX.[12] Desta forma, a crioulização da população cativa em Rio de Contas estava em curso antes da extinção do tráfico atlântico em 1850, em conseqüência da dinâmica econômica da região.

Os padrões das alforrias verificados para a cidade de Salvador, no período de 1779 a 1850, pela historiadora Kátia Mattoso diferem do apresentado acima. Sua pesquisa constata um certo equilíbrio no percentual de alforrias entre os cativos de origem africana e os nascidos no Brasil. As diferenças apuradas foram somente para os biênios 1809-1810, com uma elevação em favor dos crioulos, e 1829-1830 quando a alforria pendeu para os cativos de origem africana, que superavam os nascidos no Brasil devido às contínuas importações.[13] Ainda para Salvador, nas três primeiras décadas do século XIX, Mieko Nishida constata que, apesar dos cativos africanos ali residentes

[10] Do universo de 161 inventários *post mortem* apenas um proprietário possuía 156 escravos.
[11] Barickman, *Um contraponto baiano...p..* 255
[12] Barickman, *Um contraponto baiano...*, pp. 237-251.
[13] Kátia de Queiroz Mattoso, "A propósito de cartas de alforria", in: *Anais de História*, Assis, nº 4, 1972, pp.37-38 e 40-42.

superarem numericamente os nascidos no Brasil na razão de 2:1, houve um maior número de alforriados entre os nascidos no Brasil. Entretanto, esta tendência inverte-se no período de 1831-1852 quando constata que um maior número de africanos obteve a sua alforria mediante a autocompra.[14] A análise por década também demonstra que, em Rio de Contas por todo o período de 1800-1850, os cativos nascidos no Brasil superaram os de origem africana, mesmo antes da proibição do tráfico em 1831.

A preferência pelos crioulos não foi uma prerrogativa dos senhores do sertão da Bahia. Andréa Gonçalves, estudando a prática de alforria em Ouro Preto --que a exemplo de Rio de Contas foi também uma região mineradora no século XVIII --, chega a resultados semelhantes, isto é, os crioulos foram também os mais beneficiados (70,86%) pela alforria.[15] Uma análise matizada segundo o critério de cor, e de acordo com o peso de cada grupo na população escrava, revela que, na comarca de Rio de Contas, entre os cativos "de cor", os crioulos representavam 65% e apenas 42% dos forros, o que significa que não foram beneficiados proporcionalmente com a alforria. Os mulatos e cabras que representavam, respectivamente, 10,8% e 19,7% na população cativa foram, proporcionalmente, alforriados com 14,9% e 20%. Já os pardos, foram amplamente beneficiados: eram 2,4% na população e aparecem com mais de 19% dos alforriados.

As razões de masculinidade entre os cativos é um indicador do comportamento demográfico dessa população. O tráfico atlântico importou um maior número de homens em detrimento de mulheres. Assim, enquanto uma determinada sociedade que tinha no trabalho escravo a sua maior força produtiva continuasse a importar cativos, ela continuaria com uma população escrava com uma alta taxa de masculinidade. As sociedades escravistas mineradoras, como a comarca de Rio de Contas no século XVIII,

[14] Mieko Nishida. "As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888", in: *Estudos econômicos*, São Paulo, 23(2), maio-agosto, 1993, pp. 241-242.
[15] Andréa Lisly Gonçalves, "Alforrias na Comarca de Ouro Preto (1808-1870)", in:*População e Família,* São Paulo, n.3, 2000, pp.165-166.

requeriam um grande número de cativos do sexo masculino, o que explica o alto índice de homens cativos nesta região. Quando essa mesma comarca deixou de participar ativamente do comércio de cativos, a tendência foi a razão de masculinidade na população cativa declinar.[16] Deste modo, com base nos inventários *post mortem*, tabela 1, temos para a primeira metade do século XIX uma razão de masculinidade de 138 homens para cada 100 mulheres.

O processo de crioulização demográfica da população cativa de Rio de Contas, na primeira década do século XIX, não alterou o desequilíbrio na proporção forro/forra. A análise do registro de alforrias por gênero indica que escravos do sexo feminino beneficiaram-se da alforria com uma freqüência maior do que os do sexo masculino. As escravas representavam 42% da população cativa e 59,2% da população forra. A análise por origem indica variações importantes: as africanas representavam 30% da população cativa de origem africana e 45% das forras. Por outro lado, a participação das crioulas era de 46% na população cativa de origem brasileira e 61% na população forra. Estes dados indicam que as crioulas foram largamente beneficiadas com a alforria, talvez por exercerem ocupações que proporcionava maior proximidade com seus senhores. Infelizmente, os dados constantes nas cartas de alforria são irregulares no tocante a tais ofícios, o que impossibilita que se mensure se esse era um fator crucial ou não para a aquisição da alforria. Outras possibilidades para o favorecimento das mulheres na competição pela alforria seria a facilidade em estabelecer laços afetivos com seus senhores ou senhoras, ou ainda, o fato de contar com a solidariedade de seus pares para não perpetuar a condição servil a seus filhos, que era determinada pelo estatuto jurídico da mãe.

[16] Douglas Cole Libby, *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 56-63.

A tendência em libertar escravos de sexo feminino em Rio de Contas está também de acordo com o que foi constatado para outras regiões da Bahia e do Brasil. Mattoso, valorizando, sobretudo, o aspecto econômico, atribui a preferência em alforriar mulheres em Salvador à demanda do mercado de trabalho, pois essas tinham um valor inferior ao cativo do sexo masculino, devido à sua menor produtividade. Ainda para Salvador, Nishida considera que havia entre a população forra de origem africana equilíbrio entre ambos os sexos, na razão de 108 mulheres para cada 100 homens, e entre a população forra nascida no Brasil essa proporção era de 157 forras para cada 100 forros, atribuindo esta tendência também a fatores econômicos, como a escassez de mão de obra masculina na agricultura, o que dificultaria o acesso à liberdade por parte desses cativos.[17] Em Ouro Preto, a proporção entre os forros de origem africana foi de 111,8 homens para cada 100 mulheres. Entre os crioulos, essa razão foi de 142 mulheres para cada 100 homens. Para Gonçalves, o processo de crioulização foi um dos elementos a modificar a relação forro/forra para a província de Minas Gerais.[18]

Considerações Finais

Na primeira metade do século XIX, em Rio de Contas, a prática de alforria foi mais acessível aos cativos nascidos no Brasil, e, sobretudo às mulheres. Contudo, a tendência em alforriar os crioulos também foi decorrência da crioulização demográfica pela qual passava a população cativa daquela comarca. Por outro lado, se a crioulização demográfica alterou a configuração da população cativa promovendo um certo equilíbrio entre os sexos masculino e feminino, esta tendência não se refletiu nas alforrias. O período analisado revelou um predomínio do registro de alforrias femininas, o que corrobora a tendência detectada para outras regiões.

[17] Mattoso, “A propósito...”, p. 40; Nishida, “As alforrias...”, p. 241-244.
[18] Gonçalves, “As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em minas colonial e provincial”, (Dissertação de Mestrado, USP-FFCHL, 1999), pp. 237-239; Gonçalves, “Alforrias na Comarca.. .”, pp. 166 e 172.

CENAS DE RUA: O TEATRO OPERÁRIO NO ABC NO PÓS-1964

Kátia Rodrigues Paranhos – UFU

Este texto discorre sobre a atuação do Grupo de Teatro Forja, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Durante os anos 1970 e 1980 as lideranças sindicais estavam empenhadas em mobilizar os metalúrgicos por meio de programações culturais, planos de formação política e projetos de comunicação. Ao procurarem organizar a categoria, instituem o campo cultural como uma estratégia de luta decisiva naqueles anos. Destaca-se, então, o significado político do Grupo de Teatro Forja, constituído pelos dirigentes sindicais, trabalhadores da base e por um ator e diretor de teatro.

Tal grupo se distinguia especialmente pela criação coletiva de textos, por atuar nas campanhas salariais (nas portas de fábricas, nas assembléias e nos bairros) e na assessoria a movimentos sociais locais, não deixando de lado a montagem de peças identificadas com seu projeto estético-político. Buscarei, assim, evidenciar que, para o Forja, era fundamental associar a escritura de textos, como uma forma de intervenção social e ficcional, ao chamado “trabalho cultural de libertação” dos trabalhadores.

O Forja acabou produzindo um universo de linguagens, representações, imagens, idéias, noções que eram assimiladas tanto pelas lideranças sindicais como pelos trabalhadores da base. Sem dúvida, o teatro operário impulsionou, de forma decisiva, o movimento dos trabalhadores metalúrgicos em São Bernardo em direção a uma experiência cultural significativa para o sindicalismo brasileiro. Como lembra O. Ianni, "a emancipação da classe operária, em termos sociais, econômicos e políticos, compreende também a sua emancipação cultural”.

O que o movimento dos trabalhadores do ABC, juntamente com os intelectuais de uma tradição de esquerda, fez em relação ao sindicato e à cultura é algo digno de registro. Por isso, ao focalizar esses homens, sujeitos sociais com práticas e experiências de vida e

consciências distintas, o fator que prepondera é a disponibilidade para o exercício do pensamento. Os operários não são vistos como uma “coisa”. Seguindo os ensinamentos de R. Hoggart, R. Williams e E. P. Thompson, os trabalhadores não são apresentados como um grupo passivamente explorado, mas como um conjunto de pessoas que criam sua própria tradição, apesar da modernização da mídia de massa e da incorporação à cultura massificada.

É importante esclarecer que as atividades culturais organizadas pelas lideranças sindicais de São Bernardo[1] abrangem: a coluna cultural no jornal *Tribuna Metalúrgica*, o apoio ao futebol, com a fundação do Grêmio, os bailes, as festas, os piqueniques (lembremo-nos de que os anarquistas também promoviam esses eventos), dicas no jornal sobre livros, discos e programas de televisão, a constituição de um departamento cultural responsável pelas mais diferentes iniciativas, os festivais de música e de pipa e o grupo de teatro.

Assim sendo, desde 1971 os dirigentes sindicais reservaram um lugar no jornal para noticiar as atividades culturais. O nome da primeira coluna cultural era *Recreação e esporte*. Em março de 1972, teremos a estréia do *Bilhete do João Ferrador* e a coluna *Recreação, cultura e esporte.*[2] Além de futebol e dos passeios, a nova coluna procurava explicar os fatos históricos para os trabalhadores metalúrgicos.

Em 1975, o jornal *TM* veiculava o artigo "O teatro está perto de você" sobre o Grupo Ferramenta de Teatro, ligado a Escola de Madureza do sindicato, o Centro Educacional Tiradentes - CET.

Assim no dia 20 de abril na sede do sindicato, o Grupo Ferramenta encenou duas comédias escritas em 1845 de Martins Pena: *O caixeiro da taverna* e *Quem casa que casa.*[3]

Em 1977, o sindicato promove um debate operário sobre horas extras. Mas não ficou só nisso. Enquanto o sindicato desenvolvia a campanha salarial com os conhecidos recursos tradicionais, outra atividade cultural agitava os trabalhadores. A peça teatral *Eles crescem e eu não vejo* escrita por Expedito Soares Batista, título, aliás, inspirado na campanha contra a hora-extra, procurava construir um canal efetivo de acesso aos

metalúrgicos.[4]

Maio de 1979," um grupo de operários e filhas de operários metalúrgicos reunia-se na sede do sindicato, (...). O grupo pretendia realizar um trabalho cultural (...) que além de ser uma opção de lazer, pudesse também contribuir no crescimento e avanço da consciência da classe operária. Formou-se assim o Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Mas não era a primeira vez que esses operários se reuniram para falar de teatro. Alguns já haviam participado do extinto Grupo Ferramenta também do sindicato".[5]

Já em fins de 1978, na preparação da campanha salarial para 1979, esse grupo de trabalhadores metalúrgicos havia se organizado para montar uma peça que pudesse ajudá-los no esclarecimento e na mobilização da categoria em torno do *Contrato Coletivo de Trabalho,* que era o eixo principal da campanha. Baseado em entrevistas, Tin Urbinatti, vindo do Grupo de Teatro das Ciências Sociais da USP, coordenador-geral, escreveu *O contrato*.

Depois da greve e da intervenção, o Grupo Forja estava criado e tinha definido alguns de seus objetivos: *atuar no sindicato, nos bairros e favelas onde moram os metalúrgicos; montar peças mais elaboradas artisticamente e peças mais simples (esquetes) para auxiliar mais diretamente nas campanhas deflagradas pelo* sindicato.[6]

No dia 7 de março de 1980, o *Suplemento* veiculava as notícias do teatro: *Pensão Liberdade é* o nome da peça que *o Grupo Forja, formado por trabalhadores, irá apresentar domingo dia 9 às 20 horas, no auditório do sindicato*.[7]

Aliás, é importante registrar que a peça *Pensão Liberdade* (escrita pelos atores-operários), mostra como o operário vê os seus problemas, as lutas, o seu trabalho. Narra o que é a vida do operário através do dia-a-dia em uma pensão. Os temas dispostos mostram a luta na fábrica, o desemprego, o escritório, a escola, o sindicato, a assembléia, a greve e o piquete.

Durante a greve de 1980 ocorre nova intervenção no sindicato. O Forja continuou apresentando a peça nas ruas e nas praças de São Bernardo. O cenário misturava os

atores-operários, trabalhadores, policiais, cães, cavalos, bombas e cassetetes. Enquanto alguns encenavam o texto, outros corriam da polícia, entregavam alimentos, boletins (nas ruas e fábricas), faziam piquetes, pichavam muros, corriam atrás de documentação de presos etc. Sempre com a perspectiva de incentivar e trazer os metalúrgicos, os parentes, os amigos para a luta política.

Corria o ano de 1981. O Grupo de Teatro Forja estava apresentando dois trabalhos: *Operário em construção*, baseado em poesias de Vladimir Maiakovisky, Vinícius de Morais e Tiago de Melo e uma peça de teatro de rua – *A greve de 80 e o julgamento popular da Lei de Segurança Nacional*. Essas peças eram apresentadas nas ruas, nas praças, na Vila Euclides (Estádio 1º de Maio), ou seja, nos locais onde a diretoria cassada em 1980 realizava as assembléias da campanha salarial de 1981, pois o sindicato continuava sob intervenção federal.

Após a apresentação de cada peça (de palco e/ou rua), os membros do Forja promoviam debates sobre as questões levantadas. Disso resultou a constituição de novos grupos de teatro da região: Grupo Tupi, na Vlia Palmares em Santo André, Grupo Alicerce, do Sindicato de Mobiliário e Construção Civil de São Bernardo e o Grupo Teatral do Jardim Silvina (da favela) em São Bernardo. A experiência do Forja era passada em diversos níveis. Os problemas da comunidade eram discutidos, avaliados e o tema preparado coletivamente. "Isto é, a partir das necessidades da comunidade é que se estabeleceria tema da peça de teatro a ser montada" [8]

Sem *a sua casa, sua oficina de trabalho que era o sindicato,* o Forja utilizava também o espaço do Fundo de Greve. Com estas peças, o Forja *cumpria seus objetivos: 1. fazer um teatro que fosse uma opção cultural, de lazer para os trabalhadores e 2. cumprir a função social do teatro de fornecer subsídios para a reflexão da própria vida e realidade*.[9]

No ano de 1982 *O robô que virou peão* foi a peça de teatro de rua com que o Grupo Forja auxiliou a diretoria do sindicato nas assembléias da campanha. Um teatro sem-texto. Sem nenhuma palavra. Apenas mímica e gestos.

Encontramos, também no mesmo ano, um outro texto, a peça *Pesadelo* escrita e

dirigida pelos trabalhadores, situando o problema do desemprego.

A peça *Pesadelo* fica em cartaz no sindicato até o mês de dezembro. Depois é retomada em janeiro de 1983, encerrando esse ciclo no mês de fevereiro. Na campanha salarial daquele ano os atores-operários apresentaram o esquete de rua *Brasil S/A* Assim, entre os anos de 1983-84, os líderes sindicais de São Bernardo continuaram apostando todas as suas fichas nas atividades culturais, especialmente no grupo de teatro

Em 1984, o Grupo Forja exibiu duas peças no sindicato: *O operário em construção* e *Pesadelo.* Nos bairros e nas portas de fábricas duas peças de rua: *Diretas volver* e *CIPA*. Desse modo, os esquetes de rua apresentados naquele ano focalizavam dois temas candentes para a campanha e para o próprio sindicalismo: a importância das CIPAs e das eleições diretas para presidente da república. No decorrer de 1985, além das múltiplas atividades culturais propostas pelo sindicato – festas, bailes, shows, ciclo de cinema e ciclo de debates – o Forja continuou apresentando *O operário em construção* e o esquete *Boi constituinte*.

Entre 1986 e 1987 o Forja continua atuando no sindicato e em outros espaços. Nos dias 04 e 05 de abril de 1987, marcando os 8 anos de atividades do Grupo, é encenada a peça *A revolução dos beatos* de Dias Gomes.

A partir do ano de 1988 vamos conhecer uma intensa programação de peças teatrais de outros grupos da região. Ao mesmo tempo em que o departamento cultural incentiva a formação de um novo grupo de teatro do sindicato – com a dissolução do Forja – abre-se espaço para grupos como “Um Certo Quadro Negro”, “Renascença”, entre outros.[10]

Vale recordar, que para as lideranças sindicais de São Bernardo, o “trabalhador, no seu cotidiano, escreve poesias, faz música, pinta, faz escultura, enfim, produz arte. (...) É preciso priorizar a questão cultural como formadora de consciência política e que possibilite ao trabalhador entender o seu papel no processo de transformação.[11]

Cabe salientar que o departamento cultural investe na capacidade dos trabalhadores produzirem e terem acesso as produções culturais existentes, bem como ter um espaço para produção e manifestação.

O Grupo de Teatro Forja retorna – ensaiando uma volta que se tornou episódica – em 1991, com a peça *Águia do Futuro*.[12] Mais uma vez, arte e diversão no sindicato, na fábrica e noutros espaços.

Fernando Peixoto, no texto "Quando o povo assiste e faz teatro" – a propósito da peça encenada pelo Forja *Pensão Liberdade* – salienta a importância do teatro popular como uma questão política. Desse modo, a questão da estética é também uma questão política. Uma "estética do oprimido, que exprime a ideologia da libertação. Existe uma arte revolucionária, que não deixa de ser arte por assumir a tarefa prioritária de transformar a sociedade. Que, enquanto arte, sabe que sua eficácia política está na razão direta de sua riqueza artística. (...).Teatro popular é uma questão política: não pode ser compreendido fora da batalha pela democracia e pelo socialismo".[13]

Para as lideranças sindicais de São Bernardo o empenho em desenvolver atividades culturais – entre as quais o teatro é de fundamental importância – requer objetivos pontuais, tais como: "desenvolver o ser humano no seu todo", "proporcionar momentos de lazer", "desenvolver o intelecto", "fortalecer a luta"[14] etc. Durante os anos 70 e 80 temos um universo de linguagens, representações, imagens, noções propostas pelas lideranças sindicais que constitui, no dizer de O. Ianni, um "acervo fundamental" que ecoa até os nossos dias. Toda essa história é uma parte importante da história social e cultural dos atores-operários do ABC.

Em abril de 2000, uma matéria na Folha de São Paulo destaca: "MST apresenta peça em assentamento". O grupo Teatral Vida em Arte surgiu em 1998, no assentamento de Rondinha. De acôrdo com os coordenadores do espetáculo, "o objetivo é utilizar o teatro como instrumento de reflexão e conscientização da sociedade".[15] A peça *Retorno à terra* foi encenada pelo grupo integrado por 16 agricultores que "trocaram" a lavoura pelo palco. Nos anos de 1970 e 1980 os metalúrgicos do ABC, além do sindicato, movimentaram diferentes palcos: as portas de fábricas, os bairros, as praças, estádio de futebol, entre outros lugares. O "fazer teatral" estava ligado às lutas políticas, urbanas e culturais do Brasil no pós-1964.

Notas

1. No terreno da comunicação as iniciativas incluem: o jornal *Tribuna Metalúrgica*, o *Suplemento* e os jornais de trabalhadores das empresas, a TVT – TV dos Trabalhadores, a revista *Ligação*, a Rede de Comunicação dos Trabalhadores – RCT e a Rádio dos Trabalhadores. Com relação à educação e/ou formação temos: conferências, palestras, congressos da categoria e debates com os operários. Assim como o Centro Educacional Tiradentes – CET e o curso de formação sindical.

2. O personagem *João Ferrador* representa um trabalhador de boné, escrevendo um bilhete. Ver *TM*, nº 8, 1972.

3. *TM*, nº 28, 1975.

4. Uma seleção dos trechos mais importantes da peça teatral *Eles crescem e eu não vejo* pode ser encontrada no livro de FREDERICO, Celso. *A Vanguarda Operária*, São Paulo: Símbolo, 1979, pp. 39-48. O autor da peça Expedito S. Batista, na época, era aluno do CET e trabalhava como controlador de qualidade junto à linha de montagem, em uma indústria automobilística.

5. URBINATTI, Tin. "Pensão Liberdade: uma criação coletiva". *In*: Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pensão Liberdade.* São Paulo: Hucitec, 1981. p. 9.

6. URBINATTI, Tin, *op. cit.*, 1981, p. 10.

7. *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*, 7 mar. 1980.

8. URBINATTI, Tin. "O trabalho de assessoria a outros grupos de teatro". S/D, p. 1 (Texto datilografado).

9. URBINATTI. Tin. "Pesadelo: um processo de dramaturgia". *In*: Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pesadelo.* São Paulo: Hucitec. 1982. pp. 15-16.

10. Cf. *TM* entre os anos de 1988 e 1991.

11. Cf. "Resoluções do 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema", São Bernardo do Campo, 1991, p. 22.

12. *TM*, nº 1863, 05-03-1991.

13. PEIXOTO, Fernando. "Quando o povo assiste e faz teatro". *In*: Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, *op. cit.*, 1981, pp. 32-33.

14. "1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC" Resoluções, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1993

15. *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 28 de abril de 2000.

O UNIVERSO VIVENCIADO PELO ALUNO EM UMA AULA DE HISTÓRIA E O CONCEITO DE DEMOCRACIA

KATIA SILENE GODOI DOS SANTOS
IVAN FURMANN

1. A presente pesquisa sobre o ensino de História observou a formação do conceito de democracia nos alunos de 5ª série ao interagirem com o conhecimento escolar sobre a experiência democrática na Grécia Clássica. As atividades foram desenvolvidas na Escola Municipal Nadir Nepomuceno Alves Pinto situada num bairro da cidade de Araucária-PR, região metropolitana de Curitiba. A cidade de Araucária, apesar de grande PIB *per capita*[1],devido à presença de inúmeras indústrias, detém uma população de renda baixa, sendo habitada, ao menos em seus bairros urbanos, por trabalhadores industriais e seus filhos. Na escola existem três turmas de 5ª série (5ªA, 5ªB e 5ªC) com a média de 20 a 26 alunos por turma. A faixa etária dos alunos é de 10 a 16 anos, preponderantemente 11 a 12 anos. As atividades foram realizadas nos meses de maio e junho de 2005 utilizando-se cerca de quinze aulas de quarenta e cinco minutos. Nessas participaram, além da professora de História que organizou as atividades e dirigiu os trabalhos, um observador que confeccionou relatórios e auxiliou no planejamento e aplicação de atividades.

O objetivo principal da investigação era avaliar as possibilidades e formas de compreensão do conceito de democracia, presente no currículo tradicional e abordado pelo livro didático ao tratar de Atenas no período clássico, pelos alunos de 5ª série. Em Araucária, um grupo organizado de professores de História da rede municipal tem trabalhado na transição do método de ensino cronológico para a história temática, inovando as diretrizes curriculares e os métodos de ensino, dando destaque à importância da participação política e social do aluno. Entretanto, alguns aspectos da história cronológica, como o livro didático, ainda foram mantidos durante a fase de transição.

2. A pesquisa iniciou-se com o questionamento sobre os conhecimentos prévios dos alunos, os quais serviram de pauta para o planejamento de atividades que aproximassem as experiências cotidianas dos alunos ao conhecimento histórico escolar, seguindo a orientação da professora AISENBERG:

> Os conhecimentos anteriores (ou seja, as teorias e noções já construídas) funcionam com marco assimilador a partir do qual se dão significados a novos objetos de conhecimento. (...) Daqui deriva o sentido pelo qual é necessário ter em conta os conhecimentos prévios nas atividades de aprendizagem: estes conhecimentos constituem o marco assimilador desde o qual os alunos dão significados aos conteúdos escolares.[2]

Portanto, objetivando a obtenção dos conhecimentos prévios, optou-se pela elaboração de um questionário aberto aplicado junto aos alunos, no qual esses expressaram seus conhecimentos sobre democracia, Grécia e governo.[3] Naquele existiam seis questões dissertativas, com 2 a 3 linhas para cada resposta, uma atividade de relacionar 4 palavras a palavra DEMOCRACIA e uma atividade para desenhar e/ou escrever algo sobre a Grécia.

No momento do preenchimento destacaram-se algumas manifestações de alunos: a) Alguns reclamavam da dificuldade da atividade, utilizando-se de expressões como: "É muito difícil", "Não tenho a menor idéia do que seja isso", "Não consigo", "Dá pra ver no livro", "Vale nota?"; b) Um dos questionamentos interessantes que surgiram foi: "O que é Grécia?"; c) Outro momento relevante ocorreu quando a professora anunciou que compararia suas respostas, em tom assustado exclamaram: "Você não vai mostrar essa nossa vergonha!".[4]

3. Ao todo foram aplicados 57 questionários, todavia nem todos foram respondidos por completo. Como o questionário era aberto e os alunos comumente ofereciam mais de uma idéia dentro da mesma resposta, por isso, houve dificuldade na categorização quantitativa. Preferiu-se, então, ao invés de se utilizar percentuais ou gráficos, apenas referir a quantidade de vezes que determinada categorização aparece. Além disso, a dificuldade com a leitura e a escrita dos alunos ficou evidenciada, muitas respostas não compreendiam o inquirido e a maioria continha problemas de ortografia e redação.

Na pergunta "o que você entende por Democracia?" [5] foi possível observar que dos 57 questionários aplicados 55 continham respostas. Destas, 16 referências relacionaram democracia à política (política, político, luta por direitos, etc.); 15 respostas ou eram tautológicas (6) (ex. democrático) ou vazias (3) (ex. não sabiam) ou induzidas (6) (ex.

copiadas do dicionário, referindo-se a aula de educação artística, etc.); 12 referências relacionaram democracia a adjetivos de sociabilidade (ex. honestidade, criatividade, chata, cidadão, etc.); 10 referências relacionaram democracia a alguma instituição (ex. governantes, poder judiciário, etc.); 8 referências eram ligadas à idéia de sociedade (ex. comunicação, jornal, igualdade, etc.).

Já na atividade para relacionar 4 palavras à palavra **Democracia** os resultados foram diferentes. Preponderaram palavras ligadas ao Social (78) e a Sociabilidade (40). Em segundo lugar ficaram as palavras ligadas ao institucional (43). As palavras vazias (17), induzidas (3) e tautológicas (12) apareceram, somadas, em terceiro lugar (32). Por último apareceram palavras ligadas à política (23). As palavras que mais apareceram foram: governo (13), política (12), população (7), televisão (6), honesto (idade) (6), educação (6) democrático (6) e cidadão (6). Observe que das 23 palavras ligadas à política 12 eram a palavra política, demonstrando a dificuldade dos alunos em referir palavras ligadas à política, ou mesmo referir seu significado e sinônimos.

Na última pergunta do questionário, sobre "que tipos de governantes você conhece?", dos 57 questionários 7 não apresentavam respostas. Dos 50 respondidos 16 citaram cargos institucionais, 43 citaram nomes de governantes, portanto, 9 simultaneamente citaram cargos e nomes. As principais referências a cargos foram: prefeito (10), presidente (8) e vereador (4). Já em relação a governantes os nomes que se destacaram foram: Lula (31) Bush (16) e Zezé (6) (candidato a prefeito de Araucária que teve a candidatura impugnada na véspera da eleição municipal de 2004).

A influência da mídia ficou exposta na segunda pergunta. Esta inquiria se o aluno ouviu falar de democracia e aonde ele ouviu falar. Apenas 3 não responderam e 8 afirmaram que nunca ouviram falar. Das 46 respostas afirmando que já ouviram falar, 26 afirmaram que ouviram na televisão (televisão 21 e jornal 5)[6]; 9 ouviram na época de eleição por políticos (o que ainda abre margem à televisão); 7 com parentes; 2 na rua e apenas 1 no livro didático (escola).

A atividade para desenhar ou escrever algo que lembrasse a Grécia serviu para mostrar o imaginário dos alunos. Nela apareceram muitos castelos (8) e pirâmides (6). A lembrança das olimpíadas também foi nítida, com 5 desenhos específicos e 4 com bandeiras da Grécia. Apareceram com freqüência colunas, carroças, montanhas, heróis e reis. A quinta questão, nessa esteira, tentou inquirir a localização da Grécia. Alguns colocaram mais de uma referência, entretanto, apenas 23 respostas apontaram referências que podem ser consideradas situadas (Egito (8), Roma (7), Itália (4), Turquia (3) e Europa (1)). Observe-se, ainda, que curiosamente as principais referências espaciais são os tópicos anterior e seguinte do livro didático de História, referindo antes Roma a Itália. Quando foram questionados sobre a localização espacial de Roma, os alunos mostraram dificuldade próxima à apresentada quanto à localização da Grécia. Já em relação às respostas não situadas, estas foram em número de 25, além de 4 que não responderam e 8 que fizeram referências a um lugar distante. Das referências não-situadas destacam-se as relacionadas ao Brasil (8) (São Paulo (1), Rio de Janeiro (2)) e a América (5).

Na sétima pergunta, que inquiria sobre o governo na Grécia antiga[7], foi possível observar que dos 57 questionários 8 não continham respostas e 6 afirmavam que simplesmente não sabiam. Dentre as respostas, a principal referência foi ao governo de reis (rainhas) (8), guerras, soldados e gladiadores (5). Além dessas, 10 respostas consideravam a qualidade do governo (5 ruim, malvado, corrupto - 5 bom, cuidadoso). Comparando com o governo atual 4 afirmavam que era igual e 3 afirmavam que era diferente.

Em relação ao tempo que passou da Grécia antiga até os dias atuais, 5 não responderam. Das respostas apresentadas: 14 referiram a menos de 200 anos (11 a menos de 100 anos, inclusive respostas como 20 anos); 8 a um período de 200 a 2000 anos; 5 ao período de 2000 a 5000 anos; e 18 referiram marcas maiores de 5000 anos (12 mais de 5000 anos, 6 milhares, milhões ou bilhões de anos). Além de 7 respostas apenas referindo a muito tempo atrás. Portanto, um índice muito baixo de localização temporal.

4. A partir da análise dos conhecimentos prévios foi possível planejar o prosseguimento das atividades, que se baseou em quatro dimensões. A primeira foi o

estímulo à pesquisa e à descoberta. A segunda, o desenvolvimento da auto-estima e da atitude participativa. A terceira foi o reforço de conceitos da disciplina escolar História, como tempo, espaço, política e governo. E, por fim, a quarta dimensão priorizou a observação crítica do cotidiano e da participação na sociedade. Tais dimensões expressam a negação do ensino de História pautado na simples repetição de informação desconexa[8], é necessário que os alunos compreendam que ao se analisar o passado existem muitos pontos de vista, como aborda Joaquín Prats:

> (...) que cheguem a reconhecer que podem existir mais de uma versão sobre um acontecimento histórico e identificar as distintas versões existentes de um acontecimento. Reconhecer que as descrições do passado são, com freqüência, diferentes por razões igualmente válidas numa versão ou em outras. Em etapas mais avançadas de sua vida escolar, os alunos e alunas deveriam ser capazes de compreender algumas razões gerais e explicar suas diversidades sobre o passado.[9]

Seguindo tal proposta, o planejamento das atividades foi dividido em 5 fases. A primeira abrangeria a análise de fontes escritas e sua comparação com as respostas oferecidas na atividade de conhecimento prévio. A segunda etapa traria exercícios para reforçar conceitos históricos e políticos. A terceira etapa compararia a experiência histórica com a experiência cotidiana. A quarta seria uma atividade de descobrimento do mundo atual, com uma visita orientada a Câmara Municipal. Finalizando-se com uma atividade de meta-avaliação. Nesse ensaio segue apenas o relato da primeira etapa. Os demais deverão compor artigo a ser publicado posteriormente.

5. A primeira fase tentou pautar-se no incentivo a curiosidade, a pesquisa e ao desenvolvimento da auto-estima. Optou-se por trabalhar com fontes escritas, pequenas passagens de autores gregos, traduzidos, como: de peças teatrais, discurso de oradores e textos de filósofos atenienses. Antes, porém, de iniciar tais atividades, a professora de História trouxe um mapa Mundi e outro da Europa inquirindo se alguém gostaria de mostrar a localização da Grécia. Alguns alunos ofereceram-se para mostrá-la e foram auxiliados pelas agitadas vozes de seus colegas. Algumas questões surgiram em relação à distância

entre o Brasil e a Grécia e a medida mais próxima aos alunos foi o tempo de viagem de avião (indicando-se de 8 a 12 horas). Tal atividade, estimulando a curiosidade, explicitou aos alunos que a Grécia era uma região (O que é Grécia? Um lugar, um país) distante de Araucária.

A primeira atividade relacionada especificamente ao conhecimento histórico foi desenvolvida em pequenos grupos, de três a cinco alunos cada, com o uso de fontes primárias escritas. Tais textos estavam presentes em exercícios do livro didático, mas não foram usados no sentido sugerido. Aquelas abordavam temas como: o juramento de um juiz; os acusados diante dos juízes; os cidadãos reunidos na Eclésia; a convocação para a assembléia; a consulta aos mais humildes. Todos eram datados do século V A.c., porém, apenas um apresentava a data explicitamente. Por outro lado, todos detinham indicação de autoria. Cada grupo ficou responsável por uma fonte[10], momento em que se leu, pesquisou-se palavras desconhecidas e discutiu-se sobre o assunto tratado na fonte. Após discussão e debate em grupo, a fonte foi apresentada ao grande grupo onde à professora interferiu com perguntas. Objetivou-se, assim, o acesso dos alunos, primeiramente, a fontes primárias escritas para observação do grau de compreensão das informações ali presentes.

No decorrer das apresentações, alguns alunos se limitaram a ler o documento enquanto outros tiveram um grau de compreensão surpreendente. A impressão de um grupo de alunas sobre quem participava das assembléias demonstra tal fato. Quando a professora questionou sobre quem participava das assembléias elas responderam: “Os homens”. Questionadas sobre o porquê de sua opinião, uma respondeu: “Porque só fala de cidadãos”. E outras alunas completaram: “Não tem nada sobre cidadoas”; “Na Grécia nem devia existir mulher”. Outra passagem interessante foi quando um grupo foi questionado se os ricos e os pobres podiam participar. Eles responderam que “nas reuniões só iam ricos porque consultavam os arquitetos, que deviam ser homens ricos”.

O próximo passo foi tabular as respostas dos conhecimentos prévios, sem categorizá-las, unindo apenas palavras semelhantes, e apresentá-las aos alunos. Objetivando detectar a nova dimensão dos conhecimentos adquiridos pelos alunos após o

estudo das fontes primárias em oposição aos seus conhecimentos prévios, foram as respostas prévias projetadas em transparência para observação, explicitação e debate. Durante as discussões os alunos relataram o que se modificou, permaneceu ou foi acrescido em seus conceitos. Assim, propôs-se nova escolha de palavras relacionadas à democracia, agora sem limites quantitativos, mas com a necessidade de justificativa da escolha. A maioria dos alunos seguiu as respostas mais votadas, por outro lado diminuíram significativamente as palavras vazias, tautológicas ou com pouca relação. Duas palavras que nos conhecimentos prévios apareceram poucas vezes surgiram com grande força nessa nova atividade. São elas: igualdade e advogado.

6. No prosseguimento das atividades, a segunda e terceira fases pretenderam demonstrar as versões da história, comparando o texto do livro didático com as fontes e outros textos de livros didáticos. Além disso, reforçaram-se conceitos de sistemas de governo, temporalidade e política. A quarta fase foi dedicada à comparação da democracia ateniense com a democracia atual, utilizando um texto de Péricles e a Constituição Federal de 1988, destacando as semelhanças e diferenças entre elas. Utilizou-se, ainda, do exemplo do voto feminino, haja vista a alusão do grupo das meninas nas atividades com fontes, para referir a temporalidade das conquistas políticas modernas. Na quinta fase foi realizada uma visita orientada a Câmara Municipal de Araucária articulando uma entrevista a um vereador. Por fim, foi efetivada uma atividade de meta-avaliação feita pelos alunos.

7. Nossas considerações finais reforçam a necessidade de pesquisar os conhecimentos prévios dos alunos como prática metodológica do Ensino de História. A partir da análise desses, foi possível diagnosticar as possibilidades e necessidades dos alunos em relação ao conteúdo histórico escolar e as ferramentas metodológicas próprias para tanto. Portanto, demonstrou-se, ainda que indiciariamente, que o conceito de democracia, sem um trabalho metodológico adequado, dificilmente será assimilado pelos alunos e que o ensino meramente cronológico seria de pouca valia para eles.

Por outro lado, atitudes espontâneas, como procurar no livro didático a localização da Grécia ou questionar o professor de Geografia sobre tal ou ainda, procurar por material

suplementar em casa[11], destacaram o estímulo à pesquisa efetivado pelo uso metodológico adequado de fontes históricas.

Na troca de idéias em grupos, nas apresentações, e na observação da tabulação de dados, quando reviram suas respostas, alguns alunos defenderam acaloradamente seus pontos de vista, inclusive pautando-se nas fontes históricas estudadas anteriormente. Tal atividade reforçou a auto-estima do aluno e a formação de um conhecimento próprio e fundamentado.

Enfim, a transição de metodologias precisa ser feita com zelo, mas, seus resultados são animadores no que tange a formação cidadã e participativa do aluno.

---

[1] Segundo dados do: IPARDES, PARANÁ – *Diagnóstico Social e Econômico*. Curitiba: IPARDES, 2003 In: http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/Diagnostico_Relatorio.pdf [capturado em 24 de maio de 2005]. Araucária chega aos 50 mil habitantes na década de 80. Apesar de não ter uma explosão populacional como outros municípios da região metropolitana de Curitiba, seus índices de crescimento são altos. O IDH está entre 0,7 e 0,76, abaixo da média nacional de 0,76, mas não estando entre os piores do Estado do Paraná. Por outro lado, a produção industrial de Araucária supera a de Curitiba, sendo responsável por 23,4 % de toda a produção do Estado do Paraná, contra 19,8 da capital. Sendo o principal pólo industrial do Estado e gerando grande renda de transferência em impostos. Em Araucária, segundo esse relatório, ainda se encontram mais de 500 domicílios em favelas, demonstrando que apesar de grande PIB *per capita*, as condições sociais são ruins.

[2] AISENBERG, Beatriz. *Para que y como trabajar en el aula con los conocimientos previos de los alumnos: un aporte de la psicología genética a la didáctica de estudios sociales para la escuela primaria* (137-62). In: ALDEROQUI, S. e AISENBERG, B. (Orgs.) *Didáctica de las Ciencias Sociales. Aportes e reflexiones*. Buenos Aires: Paidós, 1994, p.138. Tradução livre.

[3] 1. O que você entende por democracia? 2. Alguma vez já ouviu falar em democracia? Onde? 3. Complete os balões com palavras que você acha que estão relacionadas com DEMOCRACIA (4 balões) 4. Escreva ou desenhe algo que te lembra a Grécia 5. Você sabe onde fica a Grécia? Cite algum ponto de referência. 6. Como você imagina que era o governo na Grécia Antiga? Explique 7. Ao falar de Grécia Antiga, quantos anos você imagina que se passaram? 8. Que tipos de governantes você conhece? Escreva sobre eles.

[4] Nesse sentido: "O aluno que declara 'eu não sirvo para aprender História' evidencia a interiorização de preconceitos e incapacidades não resolvidas. Ele deve entender que o conhecimento histórico não é uma mercadoria que se compra bem ou mal". SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004, p. 30-1.

[5] A categorização, no que se refere ao conceito de democracia, foi pautada em pesquisa apresentada pelas mestrandas da Universidade do Minho de Portugal: Alice Costa, Cristina Sobral e Olinda Alvesnas, nas V Jornadas Internacionais de Educação Histórica - Investigação em Portugal e no Brasil, em pesquisa sobre o conceito de democracia em alunos de 7º ciclo de Portugal, equivalentes aos alunos de 7ª série do Brasil. Tal trabalho, apresentado em 3 de Março de 2005, pautou-se em três dimensões: Política, Institucional e Cultural. Algumas alterações foram necessárias face às diferenças na aplicação.

[6] Inquiridos sobre qual jornal eles se referiam os alunos afirmaram que era o jornal da Televisão.

[7] Preferiu-se o termo "Antiga" ao invés de "Clássica" para facilitar a comparação dos alunos com o presente.

[8] Lembrando a epígrafe apresentada por NADAI, Elza. *O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva*. Rev. Bras. de Hist. – São Paulo - v.13. n° 25/26 pp. 143-162 set. 92 - ago. 93, p. 143. *Apud* "Nossos adolescentes também detestam a História. Votam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o 'ponto' exige ou se valendo lestamente da 'cola' para passar nos exames. Demos ampla absolvição à juventude. A História como lhes é ensinada é, realmente, odiosa..." MENDES, Murilo. *A História no Curso Secundário*. São Paulo, Gráfica Paulista, 1935, p. 41.

[9] PRATS, Joaquim. *Enseñar História: Notas para uma didática renovadora*. Mérida: Junta de extremadura, 2001, p.16. [tradução livre] texto disponível no formato pdf in: http://www.ub.es/histodidactica/libros/Ens_Hist.pdf

[10] RODRIGUE, Joelza Ester. *História em Documento, imagem e texto*. 2ª Ed. São Paulo: FTD,2002. 5ª série. p. 178-80. Textos Excertos de: Demóstenes contra Timocrates / Aristófanes – As vespas / Eurípedes – As bacantes / Aristófanes – Os acarneus / Platão – Protágoras.

[11] Ex. uma aluna trouxe quadrinhos dos Cavaleiros do Zodíaco onde se referia a mitologia grega (Deusa Atenas).

MEMÓRIAS DE UMA UTOPIA : MOVIMENTO ESTUDANTIL GOIANO NA DÉCADA DE 60.

Keides Batista Vicente – PPG-UFU

A década de 1960 em Goiás inicia com um processo de transição acentuada de um modelo econômico com bases agrárias para uma perspectiva com molde capitalista urbano, influenciado principalmente pela construção de Brasília e o processo de intensificação da industrialização no final da década de 1950, desencadeando em um ritmo acelerado da concentração urbana e consequentemente êxodo rural dado pelo *"... processo de monopolização da propriedade fundiária.."*[1]. Fatores evidenciados pela taxa média referente ao crescimento populacional nas décadas de 1950 e 1960, sendo registrado segundo DIAS e DIAS (1990), em media "4,9%" na taxa de crescimento do Estado[2].

Diante do processo econômico que o país e consequentemente o Estado começam a enfrentar, juntamente com o novo processo político dado no pós –JK - inicialmente com as eleições para presidente, senadores, e deputados, seguidas pelo fim do governo Jânio Quadros, e pelo processo de não aceitação do governo João Goulart, agravadas com as propostas populares do então governo - desencadeiam uma reação de mobilização em diversos segmentos sociais no país. Podendo ser percebido movimentos no campo como as ligas Camponesas, a sindicalização rural e com isso o embate em torno da Reforma Agrária; e nas cidades, principalmente com a classe média *"... Estudantes e intelectuais assumiam posições favoráveis às reformas estruturais, desenvolvendo uma intensa atividade de militância político e*

[1] DIAS, Renato & DIAS, Ricardo. Desafiando a utopia. Goiânia-GO: Ed. UCG, 1990, p. 57.

[2] Segundo dados do IBGE, citados por DIAS E DIAS (1990), em 1960 a população do Estado de Goiás era de *1.954.860*, e em 1970 o número registrado era de *2.989.414* habitantes, ocorrendo segundo os autores um elevado número da população urbana, que em 1950 registrava 20,20% da população, em 1960 era de 30,7% chegando a 44% em 1970.

cultural..." [3]. O caso da UNE, com o movimento estudantil e os CPCs (Centro Popular de Cultura), com a proposta de construção "*...de uma cultura nacional, popular e democrática ..."[desenvolvendo] uma atividade conscientizadora junto ás classes populares..."*[4], surgindo nesta linha de pensamento o Cinema Novo, o Teatro de Arena e o Teatro Oficina.

Além da organização de movimentos culturais com uma perspectiva *didático – conscientizador* como o movimento Popular de Cultura (MDC) em Pernambuco, com a utilização do método de alfabetização Paulo Freire. Concomitantemente estava o campo político-partidário, com perspectivas reconhecidas como *forças nacionalistas*, influenciadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).Aspectos estes que desencadearam nas considerações de Roberto Schwaiz, citado por HOLLANDA & GONÇALVES *"... Houve um Tempo, (...), em que o país estava irreconhecivelmente inteligente..."*[5], *contestatório* e principalmente organizado. Estando os estudantes, no final da década de 1950 e início da década de 1960,considerados como 4º (Quarto)[6] poder do país.

Essa mobilização estudantil partia de questões políticas, educacionais, econômicas e sociais. Relações percebidas nos diferentes momentos de atuação desses ex-militantes; claro que os atos e as justificativas para a mobilização partiam do contexto histórico, enfatizado pelo aspecto político que levava ao desencadeamento de atos reivindicatórios. Desta forma, classificamos a década de 1960 em períodos: os relatos e o contexto histórico nos leva a antecipar ao final da década de 1950, o primeiro período, com o processo de idealização e construção de duas Universidades na cidade de Goiânia, estendendo até o golpe militar em 1964; sendo o pós – 64, com as manifestações e reivindicações, o segundo período, que se estende até o final do ano de 68, com a publicação do Ato Institucional n.º: 05; e por último o desfacelamento do movimento estudantil goiano, aqui classificado pós – 68 ou pós – AI - 05.

---

[3] HOLLANDA, Heloísa Buarque & GONÇALVES, Marcos A . Cultura e Participação nos anos 60. São Paulo-SP: Ed. Brasiliense, 1982.
[4] Idem. P. 09
[5] Idem p. 08
[6] Termo este enfatizado por DUARTE (1994) diante das manifestações realizadas no período 50/60, do poder agregado aos estudantes e da existência de um jornal em Goiânia chamando "*O Quarto Poder".*

Consideramos diante do contexto histórico das vivências e da militância, um quarto período, o momento de reconstrução deste passado, a década de 1990, período de reavaliação da militância estudantil, do processo político e social que o país e consequentemente os ex-militantes enfrentam no presente de rememoração.

As discussões foram possibilitadas graças as fontes usadas, Cadernos de Entrevistas[7] em três volumes, resultantes de um Projeto de Pesquisa "O Movimento Estudantil Goiano. Trinta anos de História – 1960-1990", desenvolvido por bolsistas do Centro de Pesquisa Histórico da Universidade Católica de Goiás, e os depoimentos usados e transcritos no livro "Desafiando a Utopia", de Renato Dias e Ricardo Dias, publicado em 1990, pela editora da Universidade Católica de Goiás. Essas fontes, que inicialmente foram questionadas e enfatizadas no primeiro trabalho, nos mostra uma diversidade de enfoques, oferecendo condições para realizar o atual trabalho. Na pesquisa anterior, os cadernos de entrevistas, foram usados a partir de uma perspectiva voltada a narrativa, com a reconstrução do Movimento Estudantil Goiano, que perpassa pela proposta inicial das entrevistas, pois visavam a reconstrução do movimento em Goiás nos últimos trinta anos – 60-90 -, estando as perguntas direcionadas a este objetivo, sendo visualizado o direcionamento através de um esquema de doze perguntas. Já os depoimentos contidos no Livro de DIAS e DIAS (1990), foram usados pelos autores como fontes na construção do livro, e posteriormente anexados, juntamente a fotos recentes destes ex-militantes, numa perspectiva direcionada de perguntas, voltadas principalmente para o ano de 1968.

Diante da diversidade contida nas fontes, e as propostas não enfatizadas no primeiro trabalho, pelo pouco tempo e a imaturidade, a presente pesquisa procura dar continuidade aos questionamentos junto as fontes. No entanto algumas questões continuam presentes, como a dificuldade metodológica junto as referidas fontes, são entrevistas realizadas por pessoas que não possuíam o mesmo interesse nosso, estando transcritas e

[7] Cadernos de Entrevistas que serão citados no corpo do texto como CE, diferenciados pelo Volume.

consequentemente reproduzidas de acordo com o entendimento, condição *"... que inevitavelmente implica mudanças e interpretação..."*[8]. Principalmente por não estar transcrito sinais de pontuação que nos direciona a possíveis momentos de ironia, crítica, emoções, pausas, enfim sentimentos que possibilitariam uma interpretação mais detalhada, moldadas no processo de rememoração. Como se a narrativa dos fatos ocorressem de forma fria, sem emoções e envolvimentos, e que este período de militância não ressoasse o aspecto da vivência associado ao intencional, isto é, o desejo de lembrar e principalmente o de contar. Desta forma as fontes serão analisadas de acordo com a transcrição, estando a interpretação mediada pelo período de atuação e o de rememoração, mediados pelos contexto histórico nacional e estadual nos dois tempos.

Dessa forma, a noção de tempo mostra-se primordial neste momento, esses sujeitos estão em um presente, e são direcionados a este passado a partir da posição que se encontra na atualidade, podendo ser percebido nos três volumes dos Cadernos de entrevistas, no entanto com mais detalhes no Caderno de Volume III, onde está transcrito uma palestra com Aldo Arantes e Athos Magno, que procura reconstruir a história do movimento estudantil goiano, diante das manifestações estudantis contrárias ao Governo Collor. O que nos leva às considerações de SEIXAS, que a memória, e o ato de rememorar esta no presente, e é este que vai determinar e recriar o passado, em um processo de reavaliação.

Nesse processo de reavaliação, a percepção de tempo se constrói a partir do presente ao passado com perspectivas para o futuro, em uma relação presente/passado/ futuro e não passado/presente. Tornando peculiar na discussão o processo elaborado nas entrevistas destes ex-militantes. Quando são entrevistados, estão diante de um processo econômico, político, cultural e social diferenciado, no entanto que remete a uma passado vivido, construindo assim uma relação presente de rememoração e passado vivido, estando a história

[8] PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". In: Proj. História, 1997, p. 27.

do futuro em uma perspectiva de possibilidades, gerando pelo que esta sendo observado e o que foi realizado.

Estando a auto-imagem em um processo de disputa de representações, diante de uma sociedade que conhece o presente, e que possuem na figura destes indivíduos um referencial. Os atos do presente são cobrados mediante o passado, e este vivido é que estimula e cria condições da elaboração do discurso, pois não são meros espectadores, mas vivenciaram um processo, um contexto histórico e tornaram-se mediadores na década de 1990. O que pretende-se realizar neste presente, faz parte de uma processo histórico iniciado na década de 1960, com os indivíduos que estavam atuando, e no discurso continuam numa perspectiva política de transformação da realidade.

Desta forma cada entrevistado interpreta as suas vivências, ou como propõe BRESCIANI[9] o "fundo comum", de forma individual, com perspectivas de pertencimento e igualdade, proporcionada pela localização no aspecto social. Os ex-militantes na década de 1960 participaram da esfera política e social do país, em 1990 são menos espectadores, excluídos do contexto político atuante. Carregando desta forma, uma memória reelaborada para se manter como referencial, para não serem esquecidas, diante da busca do "direito de memória". Um passado que se constitui no presente, e que determina e gera proporções para atuações, alguns indivíduos estão atuando na política estadual, de forma direta ou não, mas antes desta atuação no presente são reconhecidos, ou buscam serem reconhecidos pela militância no passado, em um constante processo de reelaboração e disputa dessas memórias.

Ocorrendo desta forma, a resignificação deste passado pelo presente, diante de um espaço simbólico e de um espaço físico, mediado pela auto-imagem, a memória individual. O espaço físico transcende o tempo, o fundo comum constitui o local, a referência e mesmo grupo, no entanto, o simbólico pode ser entendido como as lutas, a resistência e a revolução,

[9] Segundo BRESCIANI (2001), em seu texto Identidades inoclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar – comum, o termo fundo-comum seria *"...o material com o qual é elaborada e cuja genealogia necessita ser interrogada..."*(p 407) Aqui ganha proporções de contexto e de espaço de vivências.

simbologias criadas pelo espaço físico, o contexto histórico e a condição política, percebidas pelos períodos já citados.

Construindo assim a figura de "ser estudante", de ser atuante, representante de uma sociedade, que possui um significado dual, isto é, em alguns momentos são os estudantes que buscam através das lutas defender a sociedade Brasileira, mas que estão em constante condição de oprimido pelo Aspecto econômico e social, que cria a representação negativa frente ao movimento estudantil, criando a condição de defensores e oprimidos, bandidos e mocinhos. A luta do aspecto físico contra o simbólico, caracterizado pela perspectiva criado em torno do "estudante".

É essa condição de ser estudante e participante do Movimento Estudantil que gera a experiência compartilhada, em um processo construído do presente para o passado, possibilitando *"...inverter os sinais, reverter as convenções correntes sobre o significado e o alcance de tal fato..."*[10]. Pois a *"...memória é desencadeada de um lugar, e este situa-se no presente... "*[11], sendo o passado vivido um referencial na seleção dessas memórias pois

> Toda memória, por mais remota que seja, é atual, ou seja, tem a função de partindo do presente reapropriar-se do passado reatualizando.[12]

Reatualização gerada pela perspectiva de projeção no presente e mesmo no futuro, positivada pelo interesse político e social, atuante no discurso dos entrevistados. Uma construção atualizada, experimentada e transformada no presente de rememoração, voltada à perspectiva de se manter ou perpetuar frente ao discurso da atualidade. Ocorrendo a seleção

---

[10] CHESNEAUX, Jean. Devemos Fazer Tábula ras do Passado?. 1995, p.64

[11] SEIXAS, Jacy Alves de. "Os espaços (in) elásticos da memória – memória voluntária e memória involuntária". In: Razão e Paixão, sua política. Brasília – DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p.15.

[12] SEIXAS, Jacy Alves de . "Os espaços (in) elásticos da memória – memória voluntária e memória involuntária". In: Razão e Paixão, sua política. Brasília – DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001. (no prelo)

dessas memórias, diante do interesse presente, a construção da auto-imagem, transformada em imagem que se pretende positivar, no presente em um processo de "*...prolongar o passado no presente (...), é projetiva, lançando-se em direção ao futuro"*.[13] .

Neste aspecto de seleção e projeção que *"...toda lembrança se transforma a medida em que se atualiza e, ao fazê-lo, enriquece e desenvolve a percepção atual que, por sua vez trás um numero crescente de lembrança complementares..."*[14] "Lembranças complementares" proporcionadas pelo contexto presente, e pela perspectiva gerada em torno dos fatos na relação presente/passado. Pois é neste presente que o passado é revisado, enfatizando pontos necessários de condição de militância, o ser político, é estar integrado no aspecto político.

Pois é através do aspecto político *que "... se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo...."*[15]. Conduzindo as disputas ou lutas de representação do individual frente ao coletivo, isto pois "*...procura-se sempre reconstruir o passado em função de tendências políticas do momento..."* [16].

É esse aspecto de lutas de representação, dever e disputas de memórias, frente ao aspecto político e social que constitui a presente pesquisa, como esses indivíduos reconstróem essas memórias diante de um aspecto do presente. Direcionando as disputas fundadas em uma relação presente/passado e futuro, visando a reconstrução e mesmo reelaboração de vivências e atuação, condicionados pelo aspecto políticos da década de 1960, que desencadeiam proporções reivindicatórias o que tange a economia, sociedade e cultura.

---

[13] SEIXAS, Jacy Alves de. "Memória e História: des-encontros e atualidade historiografica". In: VI Semana de História. Catalão : CAC/UFG, 1999, p.04.
[14] idem, p.04
[15] ROSANVALLON, Pierre. Por uma História conceitual do político. In: Revista Brasileira de História. ANPUH, Ed. Contexto n.º 30, 1995, p.30.
[16] BORGES, Vavy P. História e Política: laços permanentes. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, 23/23, 1992., p.11)

Ocorrendo assim, a redefinição de ser estudante, através de busca de identidade individuais e coletivas, isto é, o militante enquanto indivíduo em um aspecto condicionante, integrado em um grupo de proporções que aproximaram o terreno comum, a experiência compartilhada que leva ao movimento estudantil, e que distingue ou se evidencia pelo aspecto político diferenciado da década de 1960, de acordo com o período da militância.

MULHERES NA IMPRENSA MINEIRA: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES.

Kelly Cristina Nascimento[1] - PPG-UFMG

A proposta deste trabalho visa apresentar alguns aspectos centrais referentes ao estudo sobre as representações femininas transmitidas pela imprensa mineira – tanto a comum como a imprensa voltada para o público feminino - do final do século XIX e início do XX que vem sendo desenvolvido como dissertação de mestrado. Para tanto, serão enfocadas três temáticas centrais para a compreensão do discurso transmitido pela imprensa: moda e comportamento, educação e sufrágio.

Durante séculos a mulher foi vista como inferior ao homem e via de regra esteve à mercê de suas decisões. Até a segunda metade do século XIX, as mulheres mantiveram condições desprivilegiadas quanto ao homem na maioria das situações do cotidiano. A presença da mulher na sociedade ficava restrita ao lar, aos afazeres domésticos. Embora as questões referentes à emancipação feminina, direito à educação em nível superior, direito ao voto, etc, estarem presentes nos discursos de várias mulheres, principalmente por meio da imprensa, desde as primeiras décadas do século XIX, não havia um movimento organizado e sim vozes isoladas que mesmo assim conseguiam incomodar os mais conservadores. No início do século XX, o aumento da urbanização e da industrialização nas grandes cidades traz a mulher para o espaço público das ruas, dos acontecimentos sociais nos teatros, cafés e ao mundo do trabalho (RAGO: 1987). Neste momento surge em maior quantidade, textos sobre a mulher e também escritos por elas. O movimento pelos direitos da mulher começa então a se fortalecer no Brasil, principalmente entre as elites urbanas.

Ainda que o centro das discussões sobre a emancipação feminina estivesse concentrado nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as mulheres mineiras também fizeram parte deste processo, já no século XIX. Estas mulheres de vanguarda enfrentaram o forte conservadorismo da sociedade mineira, tanto dos homens como de outras mulheres, que defendiam o papel da mulher até então estabelecidos e viam como transgressoras da

ordem e da família aquelas que contestavam a condição social da mulher de "Rainha do Lar".

A imagem da mulher, mãe, dona de casa dedicada aos filhos e ao marido, religiosa, exemplo de integridade, era considerada a ideal pelas elites conservadoras mineiras. Muitas vezes, os jornais de maior circulação publicavam artigos reforçando esta idéia. O texto O homem e a mulher de Victor Hugo expressa muito bem a concepção de mulher *santificada* defendida pelos mineiros. Este texto foi publicado em diversos periódicos mineiros, o que mostra a relevância dada ao seu conteúdo:

> O homem é a mais elevada das creaturas. A mulher o mais sublime dos Ideaes.
> Deus fez para o homem um throno. Para a mulher um altar. O throno exalta; o altar santifica.
> - O homem é o cerebro. A mulher o coração. O cerebro fabrica a luz; o coração produz o amor. A luz fecunda; o amor ressucita.
> - O homem é o genio. A mulher é o anjo. O gênio é immensuravel, o anjo é indefinivel. Contempla-se o infinito; admira-se o ineffavel.
> A inspiração do homem é a suprema gloria. A aspiração da mulher é a ventura extrema.
> A gloria faz o immortal ;a virtude faz o divino.
> -O homem tem a supremacia. A mulher tem a preferencia. A supremacia significa a força; a preferencia representa o direito.
> -O homem é forte pela razão. A mulher é invencivel pelas lagrimas. A razão convence; a lagrima commove.
> -O homem é capaz de todos os heroismos. A mulher é capaz de todos os martyrios. O heroismo enobrece; o martyrio sublima.
> - O homem é um codigo. A mulher é um evangelho. O Codigo corrige. O evangelho aperfeiçoa.
> - O homem é o templo. A mulher é o sacrario. Ante o templo descobrimo-nos; ante o sacrário ajoelhamo-nos.
> - O homem pensa. A mulher sonha. Pensar é ter no cranio uma lava. Sonhar é ter na fonte uma aureola.
> - O homem é o occeano.a mulher é o lago. O occeano tem a perola que adorna. O lago tem a poesia que deslumbra.
> - O homem é a aguia que voa. A mulher é o ronxinol que canta. Voar é dominar o espaço. Cantar é conquistar a alma.
> _ O homem tem um pharol a consciencia. A mulher tem uma estrella – a esperança. O pharol guia; a espereança salva.
> Enfim o homem esta collocado onde termina a terra e a mulher onde começa o céo.[2]

A imagem da mãe dedicada era intocável. A maternidade não era questionável, o papel de mãe estava acima de qualquer discussão. Mesmo entre as mulheres que defendiam maior autonomia para as mulheres, a maternidade era sagrada. Uma mulher para se sentir *completa* deveria ser mãe.

> Ser mãe é renunciar todos os prazeres mundanos, os requintes do luxo e da elegancia, é deixar de apparecer nos bailes em que a vigila se prolonga, o espirito se excita e o corpo se cança no goso das valsas; é não sahir por temer o sol, o vento, a chuva, na desgraçada dependencia do terror immenso de que a sua saude soffra e reflicta o mal na criança; é passar as noites num cuidado incessante, em somnos curtos, leves, com o pensamento sempre preso á mesma creaturinha rósea, pequena, macia, que lhe suga o sangue, que lhes magôa os braços, que a enfraquece, que a enche se sustos, de

> trabalhos e de provações, mas que faz abençoar a ignota Providencia de a ter feito mulher para poder ser mãe.
>
> Julia Lopes [3]

O século XIX – principalmente as suas últimas décadas - destaca-se por ser um período de mudanças na estrutura de nossa sociedade. Neste contexto, a moda assumiu grande importância para a mulher que morava nas cidades. A influência francesa nos hábitos e costumes se fez cada vez mais presente. Era comum usar expressões francesas nas conversas em lugares públicos –uma demonstração de refinamento. Roupas e acessórios quando não importados diretamente de Paris seguiam rigorosamente os padrões franceses.

> Como LA DONNA- do Rigoletto- a moda deve ser <<MOBILE QUAL PIUMA AL VENTO>> para agradar às cabecinhas avidas de novidades de nossas gentis patrícias, sempre promptas para estrear uma blusa feita pelo ultimo figurino ou arregaçar o vestido com o *donaire* da pariziense que vem pintada no derradeiro numero da PETIT ECHO. E, vamos lá minhas senhoras, por mais graves e severas que sejamos, experimentamos sempre tal ou qual sensação de goso ao sentirmos vestidas com certa elegancia e portadoras na nossa TOILLETE de uma novidade qualquer.[4]

A moda foi para a mulher, uma das formas de reivindicar mudanças nos padrões sociais. A ousadia em encurtar os vestidos e os cabelos, em reforçar o contorno da maquiagem usando tons mais fortes, por exemplo, demonstrava de forma sutil o desejo das mulheres de mudança. As casas de modas passam a ser freqüentadas pelas mulheres que irão vestir os novos modelos e não mais pelos empregados em busca de encomendas.

Ao sair em busca de novos tecidos, chapéus e sapatos, as mulheres acabaram por construir um local de encontro quase que exclusivo. Nestes locais as mulheres podiam conversar, ver e serem vistas. A moda feminina das primeiras décadas do século XX rompe com o padrão estético do século XIX, fica mais ousada e insinuante. Os cabelos ficam mais curtos, os vestidos deixam as pernas à mostra, a maquiagem entra em cena definitivamente dia e noite. Por meio da imprensa, percebemos que as mudanças na moda feminina incomodaram a muitos, principalmente aos homens. Alguns se manifestaram indignados com os *exageros* da moda.

> A moda é uma soberana, cujas ordens não soffrem opposição. Suas fantasias são leis, seus caprichos oráculos.[5]

> As meninas da terra cada vez vão se tornando mais perigosa: para os outros e para si mesmas. Veem se ahi pelas nossas ruas decótes cada vez mais avantajados, e nos bondes, e nos 'footings' em suma, em toda parte por onde se anda, ahi está á mostra, aos olhos de quem queira ou não queira ve,os trajes menos decentes,numa exposição impiedosa e ambulante de braços e pernas...[6]

Mais do que do que incomodo, a moda foi para as mulheres um meio de inserção no espaço público, de emancipação. Ao assumir uma postura mais moderna, ousando na maneira de se vestir e se comportar, surge uma nova mulher, muito menos restrita.

A campanha em defesa de maior instrução para as mulheres, principalmente de sua inserção no ensino superior, acirrou ainda mais os ânimos. Muitos acreditavam que quanto mais esclarecida fosse uma mulher, menos condição ela teria para cumprir seu papel social de zeladora do lar e da família. Contudo muitas mulheres abraçaram esta causa e buscaram por meio da imprensa convencer a sociedade da importância da educação também para as mulheres.

É necessário ressaltarmos que a educação para meninas era muito inferior à oferecida aos meninos. As meninas permaneciam menos tempo na escola e tinham uma educação mais voltada aos compromissos domésticos. A primeira legislação referente à educação feminina foi criada em 1827. Foram criadas algumas escolas públicas para meninas e escolas normais para habilitar professores e professoras separadamente. Entretanto, somente em 1879 o governo permitiu o ingresso de mulheres no ensino superior.

O pioneiro jornal “O Sexo Feminino”, criado em 1873 pela professora Francisca Senhorinha Motta Diniz em Campanha da Princesa, considerado o primeiro jornal feminista do Brasil, fez da defesa da instrução feminina uma das suas principais bandeiras em defesa da emancipação da mulher:

> [...] Queremos a nossa emancipação - a regeneração dos costumes;
> Queremos rehaver nossos direitos perdidos;
> Queremos a *educação* verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;
> Queremos a *instrucção pura* para conhecermos nossos direitos, e delles usarmos em occasião opportuna;
> Queremos conhecer os negocios do nosso casal, para bem administrarmos- los quando a isso formos obrigadas;

> Queremos em fim *saber* o que fazemos, o *porque e pelo que* das cousas;
> Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
> Queremos saber como se fazem os negocios fóra de casa;
> Só o que não queremos é continuas a viver *enganadas*.
>
> Francisca Senhorinha Da Motta Diniz[7]

A imprensa foi um dos meios que melhor permitiu a discussão a respeito da emancipação da mulher.Em diversas cidades de Minas Gerais, foram publicados periódicos voltados para o público feminino que recebia a designação de: *bello sexo, senhorinhas, damas*.Geralmente eram elaborados por homens. Como representantes desta imprensa voltada para as mulheres em Minas Gerais podemos citar os jornais A PÉROLA e A BONINA da cidade de Oliveira; A CAMÉLIA da cidade de Mar de Hespanha, O MIMO da cidade de Jaguary; O ALFINETE da cidade de Sabará, VIOLETA da cidade de Belo Horizonte, dentre outros.

Em contrapartida, havia também jornais mineiros organizados por mulheres. Nestes, as mulheres expressavam suas opiniões, traziam novas indagações sobre a condição feminina no que dizia respeito aos seus diretos até então ignorados pela sociedade. Como grandes exemplos da produção feminina na imprensa temos o já citado jornal *O Sexo Feminino* da cidade de Campanha e o jornal *Voz Feminina* criado em 1900 na cidade de Diamantina. Ambos foram periódicos criados e produzidos apenas por mulheres que de forma aberta e ousada defenderam a emancipação da mulher. No primeiro número do jornal Voz Feminina esta postura já se apresentava claramente:

> Estamos em uma d´essas epochas de transição em que as idéias tendem-se a renovar. Constitui hoje uma questão séria no mundo social – a mulher. Questiona-se, pensa-se, medita-se se ella deve ser emancipada, se deve ter os mesmos direitos que os homens. Lucta do sim e do não! Lutemos pelo primeiro. [8]

Em 1901, seguindo a mesma linha do jornal O Sexo Feminino, este jornal defende a campanha sufragista de forma entusiasmada:

> [...] Para que um governo seja democrático, é necessário que todos que estejão sob seu domínio possam tambem agir sobre elle. Ou então tudo é absolutismo. Para ter liberdade de um povo é evidentemente necessario que seja o seu governo creado pelo suffragio e vontade de todo elle. Mas se apenas uma metade pode agir livremente, a outra agirá automaticamente; só a primeira é livre, a segunda escrava. São dois povos em um mesmo paiz: um livre e independente que conforme sua

> vontade reina sobre o segundo. Os homens são os soberanos; a mulher continua a ser subdita.
> Não queiramos entretanto antecipar os factos : preparemos-lhes o caminho e deixemos que *le monde marche.*
> Assim como hoje nos espantamos de que os reis tivessem direito absoluto sobre os povos, que fosse legal o commercio de ente humano, achará a posteridade em nós muitos crimes que lastimar. Mas tanto é erro querer antecipar o futuro como injuriar o passado. O homem não descansa emm seu andar para o progresso e liberdade. Mas é absurdo attingil os antes de encontral-os no tempo em que Deus os collocou. Assim, respeitando o passado, porque seus erros não foram crimes, almejemos o futuro que nos livrará das nossas faltas actuaes.
> C. [9]

Mesmo os periódicos que não eram voltados para as mulheres publicavam artigos sobre a mulher. Geralmente tinham uma postura mais conservadora, faziam crítica à moda, as danças, ao novo modo de comportamento feminino, que descaracterizada as qualidades femininas que se desejava preservar:

> - Quem vem lá?
> - Minha filha.
> - Não!
> - Minha esposa?
> - Não!
> - Minha tia?
> - Também não!
> - Mas então quem será?
> - Minha mãe!!!
>
> O extranho caso explica-se assim: Filha, esposa,tia e mãe, todas egualmente desnudas,pintadas e de cabello cortado!
> ó sociedade! ó Família ! para a tua completa derrocada, só lhes falta a *farra* conjugal, em forma de lei- o divórcio![10]

A campanha sufragista recebeu várias críticas na maior parte dos jornais mineiros. Muitos traziam charges com deboches sofre a luta das mulheres pelo direito de votar:

> Em Minas Novas, neste estado, tres senhoras alistaram-se eleitoras. Essas damas, feministas, jacobinas, consta, tratam de organizar a - malta flor da gente, - que prestará relevantes serviços em épocas eleitoraes.[11]
>
> As senhoras de Araguary requereram ao Juiz de Direito a inclusão de seus nomes na lista dos eleitores, obtendo porem, despacho contrario.
> Não é a primeira tentativa do sexo fraco para tomar parte dos negocios publicos. Entretanto todas tem sido baldadas, pois o bom senso mesmo repelle que a mulher, que tem na familia e no lar a sublime missão de educar a creança, amoldando-lhe o caracter, desvie-se das suas naturais funcções para imiscuir-se no vasto lodaçal da política corrupta e torpe.[12]

As críticas contrárias à emancipação da mulher, não partiam apenas dos homens. Muitas mulheres viam de forma negativa a efetiva participação feminina na vida pública, seja por meio do voto ou do trabalho. Para muitas mineiras, os papéis sociais do

homem e da mulher deveriam continuar da mesma forma que antes. Para algumas mulheres, a emancipação feminina feria os princípios da natureza.

> [...] não penso que seja licito á mulher pretender emular com o homem em todos os misteres e profissões, nem ter o uso dos mesmos direitos. [...]
> para ensinar principalmente na primeira infancia, a mulher deve ser preferida. [...]
> a mulher deve ser instruida porque ella deve ser a primeira educadora de seus filhos e a collaboradora constante e efficaz de seu marido, missao que, parecendo sem brilho, é de transcendencia immensa...[13]

> [...] creio eu que os homens não pretendem subjugar a mulher como quem doma um animal bravio[...] entendo que os dous sexos tem destinos diversos [...]
> Baralhar e confundir as funcções seria perturbar a ordem da natureza [...] não creio, na mulher advogada, deputada ou juiza de direito, e rio-me, se figuro um tribunal do jury composto de mulheres.[...] A mulher tem uma grande e sublime missão a cumprir na familia e na sociedade, sem invadir a esphera de ação onde se agita o homem...[14]

Apresentamos nesta comunicação, apenas o princípio das discussões que pretendemos apresentar como dissertação de mestrado. Mesmo assim podemos concluir de antemão que as mulheres que durante os séculos XIX e XX no Brasil, afrontaram a sociedade e contestaram os papéis sociais que lhes eram impostos, tiveram que vencer grandes obstáculos para atingir seus ideais. A partir do momento que as mulheres passaram a ter voz opinativa - mesmo que inicialmente tenha sido uma voz muito tímida e pouco contestadora - elas firmaram seu lugar no espaço público da cidade. As primeiras vozes isoladas que ousaram enfrentar a sociedade em busca de seus direitos foram grandes exemplos para as gerações futuras que se organizaram fundando movimentos feministas no Brasil.

NOTAS

[1] Mestranda em História Social da Cultura pela UFMG.

[2] HEMEROTECA ASSIS CHATEAUBRIAND - Belo Horizonte, Jornal *Diário de Notícias. "O homem e a mulher",* 14/11/1907.

[3] ARQUIVO DA BIBLIOTECA ANTÔNIO TÔRRES – IPHAN / Diamantina, Jornal *Pão de Santo Antônio*, "Ser mãe", 19/06/1915.

[4] HEMEROTECA ASSIS CHATEAUBRIAND-Belo Horizonte, Jornal *A Violeta, 09/09/1900.*

[5] ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE - Belo Horizonte. Revista Vida de Minas, 01/08/1925.

[6] HEMEROTECA ASSIS CHATEAUBRIAND-Belo Horizonte, Jornal *União dos Moços,* 04/11/1927.

[7] JORNAIS MINEIROS MICROFILMADOS PELA BIBLIOTECA NACIONAL- SEÇÀO DE PERIÓDICOS- BIBLIOTECA DA FAFICH/ UFMG. Jornal. *O Sexo Feminino, "O que queremos*" 25/10/1873.

[8] ARQUIVO DA BIBLIOTECA ANTÔNIO TÔRRES – IPHAN / Diamantina, Jornal *O Município*, 08/05/1900.

[9]– ARQUIVO DA BIBLIOTECA ANTÔNIO TÔRRES – IPHAN / Diamantina, Jornal *Voz Feminina*, "Pela Mulher", 16/04/1901.

[10] ARQUIVO DA BIBLIOTECA ANTÔNIO TÔRRES – IPHAN / Diamantina, Jornal *Pão de Santo Antonio*, "Coisas & Coisas", 17/010/1926.

[11] HEMEROTECA ASSIS CHATEAUBRIAND-Belo Horizonte, Jornal *O Alfinete.* 17/04/1907.

[12] ARQUIVO DA BIBLIOTECA ANTÔNIO TÔRRES – IPHAN / Diamantina, Jornal *Itambé*, "Mulheres eleitoras", 14/02/1904.

[13] ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Revista *Vida de Minas*, "*Cartas de uma senhora",* 10/11/1915.

[14] ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Revista *Vida de Minas*, *"Cartas de uma senhora",* 25/12/1915.

A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CORPO: DOIS MUNDOS QUE SE ENCONTRAM

Kelly Lislie Julio[T] - PPG-UFMG
Thaís Nívia de Lima e Fonseca[TT] - UFMG

O presente trabalho tem como objetivo trazer os resultados parciais de um estudo mais amplo que será desenvolvido no mestrado. Esses resultados são frutos das primeiras discussões da proposta.

A formação, no final do século XVII, do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, atual cidade de São João del-Rei - MG, esteve alicerçada, num primeiro momento, nas atividades do taubateano Tomé Portes del-Rei, o qual, "além das funções de Capitão-mor para a repartição das terras minerais, também exercia as de concessionário da travessia do Rio das Mortes" em um local denominado "Porto Real da Passagem"[1] e, mais tarde, nas atividades auríferas que ali se realizavam. Entretanto, o crescimento do arraial foi resultante não só de tais atividades, mas também, do intenso comércio que, com o passar dos tempos, proporcionou um perceptível desenvolvimento, fazendo com que esta fosse vista como "uma das principais vilas da província"[2].

O elevado fluxo de atividades que então se desenvolvia na Vila de São João del-Rei, devido ao grande número de pessoas que por ali circulava, promoveu uma expansão de notícias e, também, possibilitou a propagação das mais variadas idéias, dentre elas, os "discursos higienistas que vinha se articulando na primeira metade do século XIX"[3] e os "ideais liberais de que a educação e a instrução deviam ser estendidos à toda a sociedade"[4].

Esses discursos, presentes na busca de uma "civilização", eram difundidos através da imprensa são-joanense[5] e, também, por meio da implantação de leis municipais, as quais buscava através das modificações no espaço físico da vila e nos costumes da população, formar posturas mais saudáveis e educadas em seus moradores.

Assim, a dita vila passa a se preocupar com a educação feminina visto que, conforme as tendências correntes nos centros urbanos do restante do país que possuíam uma determinada relevância e tradição, era necessário instruir e formar a mulher, "esposa e

mãi de hum cidadão”[6], pois esta seria a responsável pela educação dos futuros cidadãos que levariam a vila, juntamente com o restante do país, ao “desenvolvimento” e à “civilização” a fim de equiparar-se às grandes potências mundiais.

Tal fato promoveu o surgimento de várias instituições que, preocupadas em educar as mulheres da elite, se propuseram a desenvolver para elas um tipo de educação diferente da que era destinada às mulheres do restante da população. O “*bello sexo”* são-joanense que até este período recebia quase que os mesmos ensinamentos dispensados às pertencentes às demais camadas da sociedade, ou seja, aqueles voltados para a formação moral e para os saberes domésticos, passou a freqüentar as escolas para que fossem também instruídas. Assim, aprendiam as primeiras letras e também os “bons costumes” e as prendas próprias de uma senhora bem educada”[7].

Dentre as instituições criadas para a instrução feminina, o presente estudo restringir-se-á à imprensa oitocentista na Vila de São João del-Rei, a qual procurou construir e difundir um tipo ideal feminino. Conforme CHARTIER[8], essas instituições procuraram "produzir estratégias e práticas que tendiam a (...) legitimar um projecto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas". Esse processo, entendido como a construção do *imaginário* "torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais se efectua a reunião das representações coletivas numa linguagem."[9]. Assim, é através desse *imaginário* que se "elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de "bom comportamento", designadamente através da instalação de modelos formadores"[10].

Ao tentar construir e difundir um tipo ideal, a imprensa oitocentista procurou desenvolver condutas no *bello-sexo* são-joanense que fossem capazes de promover uma diferenciação de *status* social e cultural, visto que estas pertenciam a "esta melhor parte da sociedade"[11]. Entretanto, é importante ressaltar que os padrões e regras apresentados por essas instituições ao tentar promover essa mulher ideal, não explicitava exatamente a realidade da mulher elitista da vila de São João del-Rei naquele período, mas sim uma

representação daquilo que os redatores desejavam que fosse. Nesse sentido, ao trabalhar com os discursos dessas instituições, há uma preocupação em percebê-los não como a realidade em si, mas como uma descrição permeada pela subjetividade das pessoas que descreveram. Desse modo, como ainda não há a possibilidade de ter acesso a que tipo de leitura e, principalmente, em que medida ocorria uma apropriação dessas leituras por parte daquelas leitoras, essa pesquisa se encerra nas *representações* de mulher ideal impregnadas das visões de mundo daqueles redatores [12].

A imprensa são-joanense publicou entre 1827 e 1844 doze periódicos, que possuíam como função, além de informar, difundir um tipo de opinião e cultura. Conforme PALLARES-BURKE, a imprensa se delegou a responsabilidade de ser "agente de cultura, de mobilizador de opiniões e de propagador de idéias" [13].

Entre esses periódicos, o presente trabalho tem como interesse analisar *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), sobretudo os escritos sobre a educação feminina. Os redatores, homens da vila, haviam tomado para si "a árdua tarefa de redigir esta folha, dedicada tão somente às estudiosas Brasileiras"[14] e, a partir de seus discursos, a função de "promover a instrucçao do bello sexo"[15]. Para isso, procuravam disseminar entre a elite feminina um determinado tipo de leitura que atentasse para a sua formação moral, intelectual e estética. Esses padrões e regras, inspirados nas idéias liberais, procuravam instruir não só as mulheres da Vila, como também as do Rio de Janeiro, de Ouro Preto, Campanha e Sabará, onde tal periódico circularia uma vez por semana proporcionando às senhoras uma forma de instruir-se dentro de seus próprios lares. A partir da autodeterminação por parte dos redatores do *Mentor* de que seriam os "civilizadores" dessas mulheres, integrantes dessa "melhor parte da sociedade"[16], é possível ressaltar em seus escritos temas que variavam entre a moral, educação, padrões de beleza e a moda.

Além dessa fonte, o presente trabalho tem como pretensão utilizar-se das descrições e iconografias dos viajantes que estiveram no Brasil no século XIX e dos testamentos e inventários de ex-escravas produzidos entre 1808 e 1840 na Comarca do Rio das Mortes, cuja administração se encontrava na Vila de São João del-Rei. Os relatos dos viajantes

serão lidos, para posteriormente serem comparados e analisados, lembrando-se sempre que ao se trabalhar com a literatura de viagem, estas não devem ser tomadas como o "decalque" do real, mas como uma produção criada a partir de suas experiências em um lugar considerado por eles, muitas vezes, como "exótico", "misterioso" etc. A partir da leitura dos testamentos e inventários *post mortem* das ex-escravas, o presente trabalho pretende fazer uma caracterização das condições sociais, econômicas e até mesmo culturais dessas mulheres, a partir das disposições e dos pertences encontrados nessa documentação. Pois se acredita que estes são indícios importantes para que se entenda como essas mulheres ao mesmo tempo em que tentavam manter suas tradições africanas procuravam, ainda, se inserir no mundo dos brancos e de posse.

A partir do entrecruzamento dessas fontes, a presente pesquisa tem como objetivo entender e demonstrar como os redatores do *Mentor* tentavam propagar, através de seu discurso, diversas regras e padrões que pretendiam que fossem incorporados e seguidos pelo *"bello sexo*" são-joanense em relação à educação estética. Para isso, ditavam a *moda* e um *padrão de beleza físico* que atentassem para a aproximação às nações européias[17], consideradas como as mais "desenvolvidas e civilizadas", que aos poucos foram se impregnando no cotidiano dessas mulheres[18].

Ao mesmo tempo, a pesquisa tenta fazer uma contraposição com os padrões de beleza, as vestimentas e adereços utilizados pelas forras que aqui se encontravam, a fim de perceber também, como estas se apropriavam dos padrões ditados para uma elite branca, presentes nos discursos e nas posturas elitistas são-joanense.

Com a vinda da Corte portuguesa e todo o aparato administrativo para o Brasil, além da abertura dos portos em 1808, houve, no Brasil, um aumento "da influência estrangeira"[19] seja na política, no vestuário, dos modos de pensar e viver da população brasileira. Há uma formação, em boa parte do país, de "um mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados"[20]. Analisando, particularmente, o processo de *afrancesamento*, a escolha do período – 1808 à 1840 – se encerra na perspectiva de que, a partir de 1808, há uma tentativas de "cópia das modas parisienses" [21] e de se combinar "os costumes franceses

com a cultura local"[22]. A delimitação do período até 1840 se deve, num primeiro instante, à intenção de perceber quais eram os discursos do periódico "*O Mentor das Brasileiras"* (1829-1832), e, num segundo momento, à tentativa de compreender, através das produções a respeito do comércio e das festividades que ocorreram nesse período, além dos relatos de viajantes que passaram na sede da Comarca do Rio das Mortes, em que medida estes foram apropriados pelas mulheres da elite e também ex-escravas.

Ao analisar o modelo ideal apresentado pelo periódico e, comparando com as características das mulheres negras, é possível perceber que estas últimas significavam uma negação daquele molde existente nos escritos do periódico. Assim, é possível encontrar nos escritos do *Mentor das Brasileiras: " Para que huma Senhora seja perfeita em belleza, deve possuir trinta qualidades seguintes: a saber = 3 cousas brancas: a pelle os dentes, e as mãos. Três pretas: os olhos, as pestanas, e as sobrancelhas. Três vermelhas: os beiços, as faces, e as unhas. Três longas: o corpo, as mãos, e os cabellos. Três curtas: os dentes, as orelhas, e os pés. Três largas: o peito, a testa, e as palpebras dos olhos. Três estreitas: a boca, a cintura e a planta do pé. Três grossas: os braços, as nadegas, e a barriga da perna. Três finas: os dedos, os cabelos e os beiços. Três pequenas: os seios, o nariz e a cabeça*[23]

É certo que muitos negros possuíam características físicas aproximadas daquelas citadas pelo *Mentor.* Como é o caso dos negros sudaneses que, conforme Freyre, possuíam "tendências para construir uma espécie de aristocracia dentro da sociedade escravocrática do Brasil (...) a de africano quase sempre esbelto, nariz afilado, mãos e pés delicados"[24]. No entanto, ainda que houvesse uma aproximação física, a condição social a que estavam submetidos, impossibilitava uma comparação entre as mulheres negras e as brancas. Conforme ressalta PAIVA "mesmo as que chegavam a conquistar fortuna nunca recebiam tratamentos similar ao dispensado às mulheres brancas, ricas e de boa família, principalmente as portuguesas[25]", já que "carregavam todos os estigmas da cor e da origem, isto é, da qualidade e da condição que a sociedade escravista colonial, em momento algum, deixou de usar como instrumento de segregação"[26].

Por outro lado, quanto mais próxima uma mulher negra estivesse física e esteticamente daquele modelo apresentado pelo jornal e presente nos discursos liberais no período, mais ela era valorizada. Tal fato fica explicitado nos escritos de DEBRET[27] que se refere à preferência pela mulata "como criada de quarto (...) muito mais apreciada no serviço que as negras", o que provavelmente ocorreu também entre os moradores da Comarca do Rio das Mortes.

Ao mesmo tempo, é possível pensar, através da análise dos relatos dos viajantes e dos pertences de ex-escravas descritos nos testamentos e inventários, uma tentativa de aproximação por parte das forras do mundo dos brancos. Segundo PAIVA os escravos, uma vez alçados à condição de livres, geralmente tendiam a reproduzir o universo dos homens brancos[28]. Essas mulheres, ao procurar diminuir o estigma da cor e da escravidão, se enchiam de "jóias e peças de ouro e prata, símbolos exteriores de riquezas"[29] que representavam não só um enfeite, mas também a ascensão muito mais econômica do que social da condição de escrava. O acúmulo de tais quinquilharias juntamente com a compra de escravos, bens imóveis e objetos de uso e de casa, incluindo imagens e oratórios[30] representavam a sua vitória pessoal e a possibilidade de se afastar da origem escrava. Assim, ao analisar alguns testamentos como o de Catarina da Silva vê-se alguns objetos como sapatos, chapéu fino de pelo, tipicamente da população branca, pertencente a uma preta forra.[31]. Além disso, constam posses como: 1 vestido de sedinha, 2 pares de brincos, um rosário de ouro, além de 3 escravos, 2 moradas de casas , creaçoens de porcos etc., o que permite, dessa forma, a percepção de sua possível ascensão econômica e uma tentativa de apagar os vestígios do período de escravidão.

Essa atitude também está presente nos relatos de DEBRET. Segundo o viajante, essas ex-escravas, ao alcançar a liberdade "conseguem imitar muito bem as maneiras francesas, trajando-se com rebuscamento e decência"[32]. Dessa forma, pode-se dizer que, muitas vezes, as negras, tendo alcançado a liberdade e ascensão *econômica*[33], acabavam, de uma certa forma, tentando afirmar a sua condição de forras e de donas de bens, apropriando-se de elementos estéticos da cultura européia.

Em contrapartida, ao analisar os testamentos de ex-escravas africanas, percebe-se que havia também entre seus pertences objetos que remetiam a sua cultura de origem, usados, muitas vezes, como amuletos. Desse modo, pode-se encontrar nesses escritos, peças tipicamente africanas, como é o caso, por exemplo, da já citada Catarina da Silva que, em seus bens descritos encontra-se os corais que, conforme PAIVA[34] "era uma mercadoria apreciada em todo o continente africano".

Assim, há uma apropriação por parte das forras dos padrões que estavam sendo ditados no período, mas, ao mesmo tempo, a manutenção de objetos próprios da cultura africana. Tal fato pode ser pensado como um processo de *miscigenação*, isto é, como uma passagem do homogêneo ao heterogêneo, no qual há "elementos antagônicos [mas que] apresentam-se como "as duas faces de uma mesma moeda".[35]

Desse modo, pode-se dizer que havia uma cultura que estava sendo ditada, que procurava a aproximação com os países considerados então como "civilizados" e "desenvolvidos", mas também, entre as africanas, a resistência de sua cultura e de seus costumes, às vezes re-elaborados a partir da convivência com os não africanos.

NOTAS

[T] Mestranda do Programa de Pós-graduação Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/ FaE/UFMG). Kelly_lislie@yahoo.com.br .

[TT] Professora Adjunto de História da Educação, UFMG. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/FaE/UFMG). thais@fae.ufmg.br

[1] BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 05.

[2] CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização:* as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1998. p 84.

[3] CAMPOS, *Op. Cit.*, p. 120.

[4] DUARTE, Constância Lima. Para a história da educação feminina brasileira, séc. XIX. *In: Com Textos*. CIED/UFOP. Mariana, v.9. 1999. p. 22.

[5] Conforme CAMPOS (1998, p.176), a vila de São João del-Rei "assistiu à explosão da imprensa local. Foram publicados doze periódicos entre 1827 e 1844". Desse modo, pode-se dizer que, já nesse período, os periódicos representavam um importante meio de comunicação e foi "o canal através do qual a elite se delegou a função de formadora de opinião pública e, consequentemente, difusora de uma civilização" (CAMPOS, 1998, p.179).

[6] *O Mentor das Brasileiras.* São João del-Rei, nº 10, segunda-feira, 01-02-1830, p.80.

[7] FERNANDES, Rogério. *Os Caminhos do ABC* – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras. Portugal: Porto Editora, 1994. p.447.

[8] CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 17.

[9] BACZKO**,** Bronislaw. O Imaginário Social. In.: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Oficial: Casa da Moeda, 1985, p. 311.

[10] Idem, *ibid,* p. 309.

[11] *O Mentor das Brasileiras.* São João del-Rei, n.º 07, segunda-feira, 11-01-1830.

[12] É importante ressaltar que havia entre as várias divisões do jornal, um parte destinada às correspondência, sejam elas com sugestões ou reclamações. Assim, há no número 19 do *Mentor,* uma suposta correspondência

de uma leitora reclamando a ausência de assuntos relacionados à moda. "Bem certa estou, que v. m. prometteo, no seo prospecto dar-nos alguns artigos sobre modas, a cujo promettido satisfez em parte no n.6, porém até agora nao tem aparecido mais artigo algum a semelhante respeito, o que se tem feito assaz notavel mormente por estarmos em "tempos de festividades, em que he uzual a variedade no traje" (*O Mentor das Brasileiras,* São João del-Rei, n.º 19, Sábado, 10-11-1830, p.148). Desse modo, essa correspondência da leitora, pode ser tomada como um indício de que as mulheres da elite se baseavam naquilo que o periódico trazia para se vestir.

[13] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *In: Caderno de pesquisa.* São Paulo, Jul. 1998, p. 146.

[14] *O Mentor das Brasileiras.* São João del-Rei, nº 01, segunda-feira, 30-11-1829, p. 02.

[15] *O Mentor das Brasileiras.* São João del-Rei, nº 14, sexta-feira, 05-03-1830, p. 105.

[16] *O Mentor das Brasileiras,* São João del-Rei, nº07, segunda-feira, 11-01-1830, p.55.

[17] A moda e o padrão de beleza físico ditados valorizavam as características físicas, os adornos e os adereços pertencentes à *cultura* européia, ou seja, aqueles que "constituída pelo conjunto de textos (...), não apenas construções da linguagem verbal, mas também mitos, ritos, gestos, ritmos, jogos, entres outros, (...) que obedeciam às regras e normas preconizadas" de "civilidade" BAITELLO JÚNIOR apud. MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza & NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Autores Associados, set./out./nov./dez. 2004, nº 27, p. 131.

[18] O periódico *O Mentor das Brasileiras* não traz ilustrações. Entretanto, conforme foi salientado anteriormente, no número 19 do referido periódico uma leitora reclama, através de uma correspondência, a escassez de artigos relativos à moda. O que pode ser entendido, caso tenha sido realmente uma leitora a responsável pela escrita, como um indicativo dessa incorporação. É certo que não há a possibilidade de dizer em que medida o *bello sexo* são-joanense se baseava efetivamente naquelas descrições apresentadas pelo jornal, na sua conduta cotidiana. Entretanto, ao se fazer uma comparação com os escritos do *Mentor* (nº 06, quarta-feira, 06-01-1830, p.47-8), no qual há uma valorização das cores, modelos e adereços que estivessem próximos daqueles usados na Europa, em especial, na França: " o traje a Franceza [era] o mais seguido", com as descrições de Spix e Martius, dois viajantes/pesquisadores que passaram por São João del-Rei no início do século XIX, ao relatar a forma de vestir da mulher da elite são-joanense, vê-se que, assim como o periódico segundo o qual os enfeites deveriam ficar em baixo, esses viajantes descrevem trajes que possuíam "... a bainha da saia branca não raro guarnecida com flores, bordados ou estampados". SPIX, Johnn. MARTIUS, Batist. *Viagem pelo Brasil:* 1817-1820. V.1 São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 195. Podemos ter aqui indícios de que os escritos do periódico estavam, de certo modo, sendo apropriados por estas mulheres.

[19] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In.: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral) *História da Vida Privada no Brasil:* império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.24. (História da Vida Privada no Brasil; 2)

[20] Idem, *ibdem,* p. 36.

[21] Idem, *Ibdem,* p. 42.

[22] Idem, *Ibdem,* p.44.

[23] *O Mentor das Brasileiras*, São João del-Rei, n.º 10, segunda-feira, 01-02-1830, p.80.

[24] FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala.* 12. ed. bras. ; 13. ed. Em Língua Portuguesa. [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 42.

[25] PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII:* estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995, p. 139.

[26] Idem, *ibdem,* p. 156.

[27] DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.* São Paulo: Itatiaia, 1989, p. 50. (Coleção Reconquista do Brasil)

[28] PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.*.

[29] FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras: Mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. *In: Diálogos Oceânicos:* Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 108.

[30] Idem, *ibdem,* p. 100.

[31] MRSJDR – TEST – 1824 – caixa 124. Testamento de Catarina da Silva – São João del –Rei, 29 de JUL de 1821.

[32] DEBRET, J. B. *Op. Cit,* p. 263.

[33] É interessante que se ressalte que tal ascensão ocorria em termos econômicos, pois conforme FARIA, as forras chocavam os seus contemporâneos e não eram aceitas socialmente, pois a elite, insistia em vê-las pelo seu passado como escravas. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas:* acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX). Francisco Carlos Teixeira da Silva e outro (org.) Escritos sobre História e Educação. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad. pp. 289-329. 2001.

[34] PAIVA, Eduardo França. Rotas de fortuna e história dos amuletos: as Minas Gerais do século XVIII no Brasil. *In: Atas de Seminário Internacional Dimensões da História Cultural*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999.

[35] GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço.* Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.27.

A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO E A AÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS LOCAIS

Klítia Loureiro[1] - UFES

No transcurso dos anos 70 delineia-se no Espírito Santo um novo ciclo de desenvolvimento econômico, fundamentado na implantação de "grandes projetos de impacto", com conseqüências marcantes sobre os mais distintos e variados aspectos da vida econômica, social, política e cultural local.

Para a elite política local o objetivo era romper com a extrema dependência da economia capixaba em relação à monocultura do café e realizar a tão aclamada modernização e/ou diversificação da economia capixaba.

Nesse contexto, nas décadas de 70 e 80, grandes complexos foram planejados para o Espírito Santo nas áreas siderúrgica, portuária, turístico e naval, além do complexo Paraquímico (indústria de Celulose) e do Programa Nacional de Álcool – Proalcool -, ambos instalados na região Norte deste estado. Na verdade, trata-se da consolidação de um processo histórico que vinha sendo tecido desde os anos 50, no que diz respeito à siderurgia, e do final dos anos 60, no que tange a plantação e transformação do eucalipto na produção de celulose.

A presença de tais empreendimentos intensificou uma série de problemas ligados à questão social e fundiária no estado, afetando, sobretudo, os municípios atingidos por suas operações. Tanto no Brasil como no Espírito Santo, o desenvolvimento econômico da agropecuária sofreu mudanças significativas a partir de meados da década de 1960, resultantes do complexo processo de modernização da agricultura brasileira que foi, ao mesmo tempo, excludente e desigual. Excludente porque ignorou, no processo de modernização, a ampla maioria dos pequenos agricultores e, ao invés de inseri-los nesse processo, acabou por expulsá-los do campo em proporções alarmantes. Desigual porque priorizou algumas regiões

em relação a outras, e certos produtos voltados para a exportação, em detrimento do abastecimento interno.

Nesse contexto, discutir o projeto de modernização da agricultura no Espírito Santo e, conseqüentemente a implantação dos "Grandes Projetos" em território capixaba requer ao nosso ver, resgatar, mesmo que em linhas gerais, o impacto da crise cafeeira dos anos 60 sobre a economia do estado. Essa crise é considerada por vários autores, dentre eles: Bittencourt, Rocha & Morandi, Valadão, etc, o marco inicial da implantação do projeto modernizante e das relações caracteristicamente capitalistas no Espírito Santo, ou seja, a partir dela a economia capixaba muda seu perfil: passa-se de um perfil de dominância do setor primário para o de dominância do setor industrial[2], daí a importância de iniciarmos nossa análise a partir da crise da cafeicultura.

Extremamente dependente da monocultura do café o Espírito Santo foi o estado que mais sofreu e o que mais se beneficiou com o Programa de Erradicação dos cafezais improdutivos implementado pelo Governo Federal nos anos 60, cujos reflexos — êxodo rural[3], redução da renda e do emprego — na "economia capixaba" foram bastante profundos.

No entanto, consideramos que a crise da cafeicultura capixaba nos anos 60, por si só não foi determinante na escolha do projeto industrializante que se consolida no estado a partir da década de 70. Entendemos que a consolidação do projeto de modernização e/ou diversificação da economia capixaba deva considerar tanto os fatores endógenos como: a ação dos atores políticos locais, como também fatores exógenos como as transformações e o aprofundamento do processo nacional de modernização da agricultura, implementado principalmente a partir do movimento político de 64, mais especificamente a partir da implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

O COLAPSO DA CAFEICULTURA CAPIXABA DOS ANOS 60 E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E/OU DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA CAPIXABA

A expansão da atividade cafeeira que se inicia no estado a partir de meados do século XIX foi responsável pela ocupação do solo capixaba e pela expansão das atividades agrícolas e de suas fronteiras, rumo ao interior do estado, provocando, consideráveis transformações no contexto territorial, econômico e social do Espírito Santo.

Não obstante, a cultura do café não consegue tirar o Espírito Santo de seu papel marginal, como aconteceu com o estado de São Paulo, que se tornou uma província grande exportadora desse produto.

Introduzida na região sul do estado, por fluminenses e mineiros que penetravam pelo interior, até então dominado pelos indígenas, a cultura do café expande-se para a região central e norte do estado. Cabe ressaltar, que nesse processo de colonização e/ou expansão devemos considerar as singularidades de cada região.

No início dos anos de 1960 o café que até então se constituía na principal atividade econômica do estado entra em crise. Isto se deve a um extraordinário crescimento dos preços internacionais e do plantio do produto nas décadas de 40-50, que suscitou uma forte expansão da cafeicultura no estado, expansão esta que não se circunscreveu aos limites geográficos do estado, atingindo também as demais regiões cafeeiras do país (São Paulo, Paraná, Minas Gerais).

Entretanto, a partir de 1955 devido a expressiva elevação da oferta de café no mercado internacional, reverte-se o comportamento dos preços externos que passam a declinar em ritmo progressivo, configurando-se no país e, conseqüentemente no estado, uma crise de superprodução, comprometendo tanto as condições de lucratividade da cafeicultura nacional como também estadual. A essa época, o café, constituía-se não apenas no principal componente da renda interna estadual, como também na principal absorvedora de mão-de-obra e, na mais importante fonte de receita tributária para o governo estadual. Dessa forma, essa

crise de superprodução e de preços afetou de forma profunda toda a economia estadual que, até então, tinha como base a monocultura do café.

Devido aos fortes impactos sobre a economia nacional e sobre o balanço de pagamentos, em outubro de 1961, o governo federal criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura - GERCA, cuja finalidade era planejar a produção cafeeira de forma a evitar as supersafras. Nesse sentido, em 1962 foi elaborado o Plano Diretor do GERCA composto de três diretrizes básicas: 1) promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos; 2) diversificação agrícola das áreas erradicadas por outras culturas e 3) renovação de parcela da cafeicultura existente.

Dentre essas três diretrizes, a promoção da erradicação dos cafezais foi a mais bem sucedida, transformando-se na “chave mestra” da nova política cafeeira. Quanto as demais diretrizes, podemos dizer que estas não chegaram a ter conseqüências significativas.

Constituindo-se numa interferência de caráter exógeno na realidade local, a Política de Erradicação dos Cafezais improdutivos foi capaz de alterar não só os efeitos da crise, como também a própria estrutura produtiva da economia estadual.

Implementado em duas fases: — a primeira no período de julho/1962 a julho/1966, na qual foram erradicados 723,5 milhões de pés e, a segunda de agosto de 1962 a maio de 1967, com a erradicação de 656 milhões de pés, — o programa de erradicação atingiu todas as regiões produtoras do país. No entanto, algumas delas tiveram, proporcionalmente, um maior número de pés erradicados, como foi o caso do Espírito Santo.

No estado do Espírito Santo foram erradicados 53,8% dos cafezais que ocupavam 71% da área total cultivada com café, nos demais estados produtores – Minas Grais, São Paulo e Paraná – essas proporções foram respectivamente de 33,26%, 26,0% e 28,4% dos cafeeiros e 41,2%, 26,5% e 19,8% das áreas cultivadas.

A partir desses dados, é possível perceber o forte impacto que o programa de erradicação provocou no Espírito Santo, sendo, este, portanto, o estado mais afetado,

generalizando uma grave crise social. Isto se deve ao fato de a cafeicultura estadual apresentar baixo nível de produtividade e ser, em sua maior parte, antieconômica, visto que as condições gerais, em que se realizava a cafeicultura serem demasiadamente rudimentares.

Ao mesmo tempo em que gerou uma grave crise social, reduzindo drasticamente o emprego agrícola, forçando a migração para as cidades – condenando milhares de pessoas a viver em condições subumanas, nas favelas dos grandes centros -, o programa de erradicação possibilitou através da indenização paga por cova erradicada a liberação do capital ou desmobilização dos ativos representados pelos cafeeiros, criando a perspectiva de novos investimentos. É nesse contexto que se verifica a vulnerabilidade da economia capixaba, suscitando e renovando antigas propostas sobre a necessidade da diversificação da economia do estado, num processo em que a indústria apresenta-se como a principal alternativa.

Como dito anteriormente, o Plano Diretor do GERCA não se constituiu apenas na erradicação dos cafezais improdutivos. Entretanto, enquanto este foi implantado com grande êxito o mesmo não se pode dizer sobre a diversificação econômica das áreas erradicadas. No biênio 67/69 o GERCA elabora e implementa seu Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras visando financiar a implantação e ampliação de agroindústrias e o desenvolvimento de infra-estrutura necessária para atingir a pretendida diversificação. Esta implantação ocorreu através do convênio firmado entre o governo estadual e o IBC/GERCA, constituindo-se em importante base de financiamento para empreendimentos industriais de médio e pequeno porte. Especialmente a implantação e ampliação de agroindústrias, principalmente na indústria de carnes, de beneficiamento de açúcar, de reflorestamento e de beneficiamento de café.

Assim, o programa de erradicação veio a possibilitar a expansão de outras culturas em alternativa à cafeicultura. Isso veio a ocorrer por dois motivos: porque forneceu uma parcela de capital necessário e ainda porque fomentou o crescimento do mercado consumidor local. Dentre as atividades que se expandiram podemos ressaltar a extração de madeira e a pecuária

bovina. Ambas tiveram como suporte um intenso processo de apropriação e ocupação das terras devolutas existentes na região Norte.

Com a decadência da economia cafeeira e a conseqüente erradicação dos cafezais, a economia estadual parecia aniquilada. Para a elite política local, a saída estratégica não parecia outra senão a industrialização. A questão era como realizá-la, se o Espírito Santo estava inserido entre núcleos industriais consolidados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte? Uma coisa era certa: não havia como confiar somente na força das elites locais, principalmente devido ao caráter pouco organizado dessas elites e de seus interesses. Além disso, o Espírito Santo apresentava-se como uma área periférica, apesar dos seus esforços em sentido contrário, sem grandes atrativos infra-estruturais e, ainda, com um arcabouço institucional politicamente frágil. Eram necessárias garantias, subsídios oficiais e uma ação mais enérgica do governo estadual para tomar para si a direção da política econômica local.

Com o objetivo de enfrentar a crise, o governo estadual volta-se para um esforço de modernização institucional, desencadeando pressões sobre o governo federal. O intuito era estender ao Espírito Santo os incentivos fiscais concedidos ao nordeste, reivindicando igual tratamento para o estado, como forma de solucionar os grandes desequilíbrios regionais resultantes do processo histórico de industrialização do país. Entretanto, é somente em 1969, dez anos após a concessão dos mesmos ao nordeste, que essas reivindicações são atendidas através da instituição do DL 880 do governo federal, concedendo ao Espírito Santo os incentivos fiscais nos mesmos moldes do Nordeste.

A essa época, encontrava-se à frente da direção do estado, Christiano Dias Lopes (1967-71). Governador nomeado, dizia que o "**Espírito Santo é o nordeste sem Sudene".** Na verdade, este governo representava as forças políticas que buscavam uma "saída" econômica para o estado, entendendo que tal saída passava, necessariamente, por um projeto de industrialização equilibrado com a agricultura.

Seguindo uma linha ideológica desenvolvimentista, Dias Lopes fundamentou sua plataforma política na "luta por melhores padrões de integração do Espírito Santo/Brasil, contra os desníveis regionais"[4]. Havia, portanto, no governo estadual, a preocupação de promover a diversificação econômica e a reestruturação institucional necessária, de forma a integrar diretrizes e ações em favor de tal diversificação.

A industrialização figurava, portanto, como opção de estratégia de desenvolvimento a ser alcançada. Entretanto, vale ressaltar que as propostas industrializantes do estado não surgem abruptamente da crise do café. Estas se originaram anteriormente, encontrando nos anos 60 o clima favorável ao seu fortalecimento, e nos anos 70 para a sua efetiva concretização.

Cabe dizer ainda que o caminho escolhido pelo Espírito Santo se encontrava dentro do modelo de modernização por que passava o Brasil na década de 60. Ou melhor, havia uma crescente participação do Estado na economia brasileira; uma expansão do capitalismo em regiões periféricas, através dos incentivos fiscais para o setor privado; melhoria de infra-estrutura econômica; maior abertura para o comércio exterior; predominância de utilização de técnicas poupadoras de força de trabalho nos diversos setores produtivos; concentração de renda como diretriz geral do modelo de crescimento com suporte no autoritarismo.

Todavia, coube ao governo do estado a iniciativa de ser o agente central para a realização do projeto industralizante. Ou ainda, frente a uma economia praticamente estagnada e em busca de alternativas que lhe dessem dinamismo econômico e ampliassem as fontes de arrecadação tributária, o governo do estado adotou iniciativas que colaborassem para essa direção. Por meio da Lei n 2.296, de 17/07/1967, iniciou uma reforma administrativa do Estado. Foram criados ou renovados vários órgãos e departamentos do governo, com vistas a adaptá-los à mudança de rumo almejada e dotá-los, técnica e administrativamente, a fim de dar conta dos projetos de modernização e diversificação econômica.

Dessa forma, se em meados da década de 60, teve início no Espírito Santo um processo de racionalização capitalista na agricultura (criação e ampliação de agroindústrias) realizado através do processo de concentração do capital interno, a partir da segunda metade da década de setenta, sob as diretrizes do II PND, iniciou-se uma nova fase da economia capixaba - implantação dos denominados "Grandes Projetos", destinados à produção de insumos básicos de importância capital à integração do parque industrial brasileiro via atração dos capitais externos associados ao capital estatal.

---

[1] Klítia Loureiro é graduada em Economia e atualmente é aluna do mestrado em História Política das relações Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

[2] Esse processo é de grande valia na história econômica, visto que alterou as relações de trabalho na agricultura: passa-se do predomínio da mão-de-obra familiar (que caracterizava a estrutura da pequena propriedade do Estado), par o predomínio do trabalho assalariado temporário. As relações de trabalho que se estabelecem evidenciam a forma de produção tipicamente capitalista, em que o objetivo da unidade de produção não é mais a reprodução pura e simples da família, mas a acumulação. Este fato é determinante no processo de modernização capitalista uma vez que a acumulação é uma necessidade e um imperativo do modo capitalista de produção (WOOD, Ellen Meikdins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001).

[3] Estima-se que mais de 60.394 pessoas perderam o emprego, o que, considerando-se uma taxa média de dependência de três por um, mostra ter a crise atingido, aproximadamente, 240.000 pessoas, sendo que boa parte destas migraram para as cidade.

[4] MEDEIROS, A. Carlos. **Espírito Santo:** a industrialização como fator de "desautonomia relativa" Fundação Getúlio Varga. Dissertação de Mestrado em Administração Pública [198?], p.72.

TERESINA DOS ANOS DOURADOS AOS ANOS DE CHUMBO: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E A INTERVENÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO.

Laécio Barros Dias[1] - UFPI

A cidade é construída e reconstruída por homens, que agem como agentes modeladores e construtores deste espaço, defendendo interesses pessoais ou de grupo. O espaço da cidade é um espaço de conflitos políticos, culturais e sociais, e isto se reflete nas ruas, nos traços arquitetônicos e nas políticas públicas que são implementadas. A configuração dos espaços urbanos é vista como parte integrante do processo de sociabilidade e do processo histórico que costura as relações dos mais diversos tipos, e essas tramas borbulham em tempos de tensão, como foi o caso do conturbado período do regime militar.

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, sofreu uma série de intervenções estruturais entre as décadas de 1950 e 1970, visando a implementação de políticas que promovessem a modernização do seu espaço urbano. Na capital piauiense a modernização da cidade nos anos sessenta e, sobretudo na década de setenta se destacará pela intervenção do Estado através do processo de "limpeza" do centro urbano, com a construção dos primeiros conjuntos habitacionais e o deslocamento dos setores populares para regiões localizadas na periferia da cidade.[2]

A cidade de Teresina é considerada a capital do Meio Norte brasileiro e o processo de modernização ocorrido no seu espaço urbano nas décadas de sessenta e setenta do século passado não fugiu do modelo de modernização utilizado durante toda a República, qual seja, o da intervenção autoritária. Assim, tendo como suporte um discurso proferido pelos tecnocratas do regime militar, que priorizaram o desenvolvimento via construção de uma infra-estrutura básica e de um parque industrial moderno, Teresina adquiriu ares de metrópole através de investimentos em sua estrutura física. A política econômica desenvolvida no pré-1964 de desenvolvimento regional acabou por colocar Teresina como o centro das atenções dos governantes com o objetivo claro de capacitá-la para ser a cidade referência do Sertão nordestino.

Adjacente às transformações estruturais, as repercussões se fizeram sentir também no seio das relações culturais e sociais. Não foi somente a paisagem física da cidade que mudou. As relações interpessoais adquiriram nova configuração diante da dinâmica da sociedade que emergia, e novos padrões de comportamento despontavam como que seguindo o ritmo das transformações espaciais. O embelezamento da cidade imprimiu um novo jeito de as pessoas viverem e se relacionarem com o espaço, a cidade moderna clamava por um homem moderno, e foi exatamente este o discurso difundido pelos militares nas décadas de 1960 e 1970.

Com o golpe militar de 1964, o ideal desenvolvimentista continuou como eixo diretor da ação estatal, porém, sustentado por um novo discurso, que apregoava sobre o desmantelamento da organização social. O novo regime se outorgava no direito de, em nome do progresso, promover quaisquer meios para atingi-lo, inclusive pelo uso da repressão, caso fosse necessário. Para Elio Gaspari a direita golpista de 1964 criou através do regime que se implantou "uma roda em que o planejamento do progresso se associava à necessidade de desmobilização da sociedade".[3] Progresso via planejamento, de acordo com os ideólogos do regime, só seria possível mediante o desmantelamento da organização da sociedade democrática. Assim, em nome do progresso, o Estado autoritário implantado em 1964 agiu em duas frentes. A primeira no controle da sociedade civil, no enquadramento das estruturas sociais respaldadas pelo ideário da Doutrina de Segurança Nacional. O segundo corresponde ao intervencionismo nos setores da economia nacional, notadamente em sua infra-estrutura.

No caso do Piauí, muito especialmente em Teresina, esse discurso desenvolvimentista se fez presente em dois momentos principais. O primeiro foi no governo Chagas Rodrigues (1959-1962), com a implantação de empresas de economia mista. O segundo momento foi no governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975), quando o país vivenciava a euforia do "milagre econômico brasileiro".

A disciplinarização do social e do espaço urbano fez parte desse processo de modernização da cidade, pois, como destacamos anteriormente, o desmantelamento da estrutura social foi posta como condição indispensável para que o progresso se instaurasse

no país. Levou-se em consideração a necessidade da racionalidade do planejamento, a redução dos espaços de ação de setores populares, a representação política e a instauração da repressão sistemática.

Felipe Mendes avalia que a economia do Piauí viveu no início da segunda metade do século XX, uma de suas piores crises:

> Chegara ao fim o ciclo do extrativismo vegetal associado ao comércio exterior, atividades que proporcionaram, desde o fim do século XIX, um período de prosperidade singular na história do Estado. Infelizmente, a riqueza produzida não beneficiou a maioria da população, resultando em maior nível de concentração de renda e, conseqüentemente, de poder político nas mãos dos proprietários de terra, habitualmente interessados na manutenção do *status quo.*[4]

Em 1950, conforme censo demográfico, a população do Piauí era de 1.046.696 habitantes, sendo que 84% dela residiam na zona rural, portanto, apenas 16% moravam nas cidades. Teresina naquela oportunidade contava com uma população de 90.723 habitantes, o que representava aproximadamente 9% da população total do Estado. O descompasso gerado entre a crise do extrativismo vegetal e o grande contingente populacional no campo, fez com que ocorresse um inchaço populacional na capital do Piauí. O resultado imediato dessa tendência migratória foi a formação de focos de favelas em torno da cidade, uma vez que a população pobre de origem camponesa não dispunha de condições para construir moradias adequadas.[5]

Em meados dos anos cinqüenta, por iniciativa do governo do Estado, deu-se início a uma tentativa de modernização da máquina administrativa com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), objetivando, entre outras coisas, elaborar planos de longo prazo para a administração estadual, visando especialmente à aplicação de capital. Na cidade litorânea de Parnaíba, onde ocorria um processo de perda de poderio econômico, foi criadas a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) em 1954, com a pretensão de reestruturar a indústria e contornar a situação de crise que assolava o norte do Estado. No final da mesma década e início da seguinte, o setor público sofreu intervenção no sentido de adequar-se à nova realidade do país e do Nordeste. Naquela oportunidade foram criadas algumas empresas estatais que tinham como objetivo, o desenvolvimento de que carecia o

Piauí. Assim, foram instituídas seis empresas de economia mista, a saber: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962.

Embora o Piauí tenha se inserido na nova ordem econômica nacional de base industrial a partir dos anos de 1950, Felipe Mendes acredita que este processo de inserção não logrou pleno desenvolvimento para o estado. Isto se deveu, sobretudo, à falta de um pólo industrial que fosse capaz de competir com os demais centros do país, que à época já dispunham de infra-estrutura que contemplava a demanda de crescimento da economia. "A incorporação à economia brasileira, iniciada na década de 1950, impôs ao Piauí [...] o desmantelamento de sua pequena base industrial provocada pela chegada dos produtos fabricados em São Paulo e, mais tarde, com os incentivos da SUDENE, também das indústrias do nordeste". [6]

A retórica estatal direcionou seu discurso para a construção da idéia de que era preciso desenvolver o país a qualquer custo. A euforia do chamado "milagre econômico brasileiro" representou bem essa tomada de posicionamento do novo regime. Assim, os eixos da política governamentais para a economia basearam-se na promoção do desenvolvimento de "potencias da técnica e da racionalidade administrativa como as panacéias capazes de recuperar o atraso do país".[7] Com isso as ações direcionaram-se na realização de reformas administrativas que foram capazes de racionalizar a intervenção do Estado, mediante um discurso ordenador, disciplinador e autoritário. Nesse contexto, o espaço urbano teresinense sofreu diversas intervenções procurando sem enquadramento nas novas diretrizes do regime recém-instalado.

O projeto de modernização proposto pelo governo federal serviu de modelo para políticas públicas dos governadores do Piauí, notadamente na estruturação de órgãos administrativos e na criação de empresas estatais e de empresas de economia mista. A partir da década de 1950, com o crescimento populacional, Teresina necessitará de planejamento

do seu espaço urbano. A cidade nasceu para ser a capital da Província, e desde então se transformou em pólo de atração de pessoas que deixavam os estados vizinhos ou vinham do interior do próprio estado.

De acordo Francisco Alcides do Nascimento o processo de modernização da cidade de Teresina no período do Estado Novo deu-se de forma autoritária, como aconteceu em outros estados brasileiros, na mesma época.[8] Com o advento da Ditadura Vargas (1937-1945), surgiu a necessidade de um acelerado processo de modernização das principais cidades brasileiras e das capitais dos estados. Tal necessidade nasceu com a *República Nova* e a implementação de uma política que não pretendia ser identificada com o passado. O novo significava a modernização do espaço urbano das cidades. Repleta de casas de palha, Teresina não poderia representar a modernidade. Dá-se início, segundo Nascimento, a um processo de "limpeza do espaço urbano", incêndios criminosos destruíam as casas de palha e empurravam os moradores para fora do perímetro urbano da cidade. A modernização da cidade de Teresina no início do século aconteceu a partir da exclusão da população pobre, não destoando, pois, das demais cidades brasileiras que passaram por esse processo.

A década de 1950 é considerada um "divisor de águas" no que diz respeito às transformações no espaço urbano de Teresina. Para Lima "o processo de urbanização de Teresina só toma impulso definitivo a partir da década de 1950".[9] quando ocorreu a migração de camponeses expulsos do meio rural em virtude da crise do modelo agro-exportador baseado no extrativismo vegetal. Segundo Antônio Cardoso Façanha, "a urbanização no Piauí ganhou, a partir de 1950 uma nova dinâmica. A conjuntura nacional e regional, que estava se implementando naquele momento, iria contribuir para que ocorresse o desenvolvimento do Estado, consolidando a cidade de Teresina como a principal cidade do Estado''.[10] A crise do modelo extrativista voltado para exportação, redirecionou a urbanização no Piauí.

A década de 1950 marcou o início da alteração na relação entre a zona rural e a zona urbana no Piauí, pois foi a partir desta data que a concentração populacional na cidade passa a ser majoritária em relação ao campo. Já em 1950, no município de Teresina, a população

da zona urbana superava a população da zona rural, e ao nível de estado a situação só veio a se firmar nas décadas de 1980, chegando a 53% o índice de urbanização da população piauiense em 1990, tendo evoluindo de 32% em 1970. Porém, no caso de Teresina, Lima afirma que, "os maiores investimentos governamentais nas décadas de 50 e 60, concentravam-se na parte sul da cidade, destacando-se como prioridade os serviços de infra-estrutura: instalação de abastecimento d'água, energia elétrica, abertura de vias e pavimentação de ruas principais".[11] A autora ressalta ainda que apesar de esses serviços contribuírem para um novo formato do espaço urbano de Teresina, essas políticas públicas eram implementadas de maneira a supervalorizar grandes propriedades, beneficiando apenas determinados seguimentos da sociedade.

Para Façanha: "a partir de 1964, o Governo Federal, amparado pelo regime militar que se instalara no país, criou vários instrumentos de intervenção na cidade, elaborando propostas que visavam um maior planejamento urbano a ser executados pelas cidades".[12] Assim, foram criados o BNH – Banco Nacional de Habitação, SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, ambos em 1964. Em Teresina o primeiro Plano Diretor Local Integrado (PDLI), foi confeccionado em 1969, seguido da criação do escritório da Companhia de Habitação (COHAB) no Piauí, responsável pelo financiamento e promoção imobiliária.

As casas construídas para uma população de baixa renda e afastadas do perímetro urbano da cidade eram tidas como a solução para o problema urbano de Teresina: a "nova limpeza" da cidade oferecia casas à população pobre, acabando com focos de favelas em bairros centrais, por fim valorizando o espaço urbano da cidade. Com relação ao processo de favelização Lima afirma:

> Teresina, até meados da década de 70, não se configurou como uma cidade com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não estava evidenciado 'o processo de favelização propriamente dito', o qual somente adquiria visibilidade em fins dessa década ampliando-se nos anos subseqüentes. Contudo, o fenômeno já se fazia presente, embora ficasse circunscrito a pequenos e reduzidos núcleos.[13]

Porém, essa política habitacional restringiu-se aos primeiros anos do regime militar e não teve êxito no Piauí, uma vez que foi executada para viabilizar a aceitação do regime entre os seguimentos de baixa renda, além do que se mostrou incapaz de dar sustentabilidade ao plano, pois devido à inadimplência dos primeiros mutuários dos conjuntos habitacionais foi inviabilizada a continuidade do projeto de habitação popular.

No Governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975) a cidade de Teresina sofreu profundas mudanças estruturais devido aos altos índices de crescimento econômico porque passava o país, trazendo ao Estado, em particular, à capital uma grande quantidade de obras financiadas graças aos recursos oriundos do "milagre econômico brasileiro", transformando a cidade e dando a ela ares de metrópole. Foram construídos: o "Albertão" (estádio de futebol), o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas – HDIC e o Pólo Petroquímico de Teresina. Também foram alocados recursos para a construção de estradas, como é o caso da chamada "Transpiauí" que liga Teresina a Brasília, pelo interior, cortando o sul do Estado, de Floriano à Corrente. Na capital, avenidas foram asfaltadas, como foi o caso da Avenida Miguel Rosa e da Avenida Frei Serafim, esta última recebendo iluminação especial.

A partir de 1975, no governo Dirceu Mendes Arcoverde procurou-se uma solução para a problemática das favelas. Para Lima:

> Com a implantação do BNH – Banco Nacional de Habitação-, a política do governo frente à questão da favela passou a basear-se na remoção sumária e imediata inserção das famílias no Sistema Financeiro de Habitação. A postura dos governadores estaduais nas grandes cidades orientava-se pela remoção, o que era parte de um processo mais amplo de reorganização do espaço urbano, numa perspectiva de valorização da terra urbana e da acumulação capitalista. A desocupação de áreas faveladas movia-se sobre a lógica do capital imobiliário, de impor certos padrões de segregação sócio-espacial. [14]

Até 1979, no Piauí, a política habitacional visava apenas remover os favelados, como já havia acontecido nas décadas de 1930 e 1940 com os moradores das casas de palhas, à época sob a presença do Estado Novo.

Podemos perceber que a urbanização e modernização da cidade de Teresina, durante o regime militar tiveram três momentos significativos: primeiramente tentando

aplicar políticas públicas, com relação à questão urbana, construindo casas para a população de baixa renda, a fim de evitar conflitos e, nesse sentido, legitimar o regime nas classes populares. O segundo momento, com o "Milagre Econômico Brasileiro", Teresina vai passar por um momento de modernização do espaço urbano com a construção de grandes obras e, por fim, com a intensificação do surgimento das favelas há uma retomada da preocupação da questão habitacional, no sentido de não afetar o espaço urbano da cidade. È nesse período que há maior número de construções de conjuntos habitacionais.

NOTAS:

1. Graduando em História na Universidade Federal do Piauí-UFPI. Pesquisador do PIBIC - CNPq.
2. LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE:** uma história de luta por habitação popular. Teresina. EDUFPI. 1996. p.,29.
3. GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** São Paulo. Companhia das Letras, 2002. p., 213.
4. MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí.** Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2003. p.,177.
5. LIMA. Op. Cit., p.,61.
6. MENDES, Op. Cit., p.180.
7. Ibid., p.220.
8. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Cidade Sob o Fogo:** modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2002. p., 178.
9. LIMA. Op. Cit., p., 20.
10. FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A Revolução Urbana de Teresina.** Agentes, processo e formas espaciais da cidade. Tese de mestrado – UFPE. Recife. 1998. p.,63.
11. LIMA. Op. Cit., p.,21.
12. FAÇANHA. Op. Cit., p.128.
13. LIMA. Op. Cit., p.,47.
14. Ibid., p.44.

CONGADO E A MINERAÇÃO TARDIA

Larissa Gabarra[1] - PPG-PUC-Rio

Este artigo é uma proposta de aproximação ente as culturas africanas bantu e a cultura afro-católica do sudoeste de Minas Gerais. O Congado — cultura popular religiosa, como prática cultural capaz de revelar, através das memórias dos seus descendentes, aspectos da resistência e astúcia do negro-escravo. Saber como foram construídas as representações da ancestralidade ritual desse povo registradas nos relatos dos mitos e nas relações sociais, cotidianas e religiosas de seus praticantes. Conhecer a história da escravidão desta região, ao entender essa cultura como resultado da reunião de várias etnias afro-descendentes que, no interior das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito se (re)organizaram em monárquicas.

Por ocasião de minha dissertação de mestrado[2], que visava compreender a história do Congado na cidade de Uberlândia, pude identificar, à medida que trabalhava com história oral, que as heranças culturais dos congadeiros da cidade em questão apontavam uma migração de seus avós e bisavós dos arredores de Formiga, Sacramente, Patrocínio, Araxá no século XIX. O Congado de Uberlândia, referência desse projeto, é uma cultura que tem em seu momento mais público, o tempo da festa, que dura três dias e ocorre uma vez por anos. Vivem, nesse momento, o tempo da desordem[3], aparentemente da irracionalidade, cujas conseqüências modificam as regras estabelecidas, ferem a perspectiva do tédio da vida cotidiana, e reafirmam suas memórias. A festa é o encontro de vários grupos locais e visitantes, conhecidos como ternos, os quais se representam, cantam, tocam e dançam ritmos africanos pelas ruas da

---

[1] Doutoranda pela Puc-Rio.

[2] O contato com esse objeto de pesquisa começou no ano de 2000, quando fazia a pesquisa para o curso de pós-graduação lato-senso: Especialização em Ensino Fundamental ESEBA/UFU. Ao acabar a monografia, *Pluralidade no Ensino Formal de História: Congado como Fonte de Conhecimento*, necessária para cumprir os créditos do curso, a pesquisa intensificou-se, uma vez que pude me dedicar à formulação do projeto para o mestrado e mais tarde a redação da própria dissertação intitulada *A Dança da Tradição: Congado em Uberlândia, MG século XX*.

[3] PASSOS, Mauro (org). *A festa na Vida*: Significado e Imagens. Petrópolis: Vozes, 2002.

cidade em louvor os santos Nossa Senhora do Rosário e o São Benedito e em homenagem aos reis e rainhas Congos.

São quatro os aspectos mais importantes para a compreensão da festa: 1) os mitos de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, que justificam e dão funcionalidade à tradição; 2) a representação da organização social da comunidade festiva baseada em monarquias e irmandades; 3) a relação do trabalho de preparação do ritual com o cotidiano; e 4) os significados das relíquias: adereços e instrumentos utilizados na composição coreográfica e cenográfica da festa, como memória.

Uma das bases dessa unidade cultural é a língua crioula conhecida como Kalunga. Na cantiga do Congado *Tá me chamando kalunga, / Para que será, /a mamãe não sabe kalunga, /mandou me chamá* a língua aparece como um agente social da cultura[4], como a síntese da visão de mundo[5] do indivíduo. Autores como Robert Slenes[6] e Marina de Melo Souza[7] entende que existia um conjunto de povos das regiões austral e central que estavam unidos através de uma política tributária do reino do Congo (130 mil Km quadrado[8]), mas também através da etimologia da língua Bantu[9]. E que se reconheceram no Brasil, dentro do sistema escravista, por meio de um léxico lingüístico entre o português e uma generalização das diferentes línguas bantu e a constante organização social monárquica. Nessa perspectiva, essa identidade

[4] RICOEUR, Paul. "Mémoire personnelle, mémoire colletive." In: *La Mémoire, L'Histoire, l'Oubli.* Paris: Éditions du Seuil, 2000.

[5] NEVES, Margarida de Souza. "As artes da memória: a modo pós-scriptum." In: *Refugios do Eu*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

[6] SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor:* as esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[7] SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil Escravista*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002.

[8] THORNTON, John. *A África e os Africanos. Na formação do mundo Atlântico.(1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.p.160

[9] Atualmente podem ser identificados da região de Camarões à região dos Lagos, são conhecidos como os países da África Central (Burudi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné-Equatorial, Ruanda, São Tomé e Príncipe) e da Austral (Moçambique, África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue). In: BELLUCCI, Beluce (coord.) *Introdução à Historia da Africa e a cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM e CCBB, 2003, p.42

forneceu-lhes *um código secreto para a luta contra os senhores e serviu como um símbolo de oposição ao poder destes*[10].

A presença da Kalunga na região do Triângulo Mineiro é classificada por Batinga, memorialista da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em três fases diferentes: a primeira é a garimpeira (século XIX), a segunda, boiadeira (fins do século XIX até início do XX) e a terceira, lenheira (até meados do século XX)[11]. O autor traz também traz uma lista de casamentos, de 1823 a 1892, da Paróquia de Santana da cidade de Indianópolis (a 50 km de Uberlândia), onde cita: *1833 – Joaquim Congo – Luzia creola, escravos./1835 - Domingos Benguela – Thereza creola, escravos* [12].

E a lista segue com gente de Colange, Cabinda, Angola. Souza e Slenes explicam que as denominações das nações de origem africanas no Brasil, que se tornaram sobrenome de escravos durante o comércio escravista, não correspondiam às distinções entre os povos africanos. Eram, na verdade, uma referência ao porto marítimo na África por onde tinham sido embarcados. Dessa forma, têm-se os portos marítimos como indícios das regiões por onde passaram antes de tornarem-se brasileiros.

A partir de documentações oriundas das irmandades e confrarias católicas, Mariza Soares indica que:

> *O compromisso informa ter sido a irmandade organizada por um grupo de africanos oriundos da Costa da Mina, Cabo Verde, São Tomé e Moçambique, ficando vedada a admissão de pretos e pretas de Angola, nação que na época controlava a irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens pretos dessa mesma cidade do Rio de Janeiro.*[13]

Da mesma forma que os escravos apareciam distribuídos e organizados em nações, também os ternos do Congado tinham suas nações: Marujos, Marinheiros, Catupés ou Catopês, e Vilões, sendo cada um deles percebidos como seguimentos culturais no interior do ritual.

---

[10] SLENES. op.cit.
[11] BATINGA, Gastão. *Aspectos da presença do negro no Triângulo Mineiro. Alto Paranaíba. Kalunga*. Uberlândia, MG: s/ed. 1994, p.53-67.
[12] idem. p.32.
[13] SOARES, Mariza de carvalho. *Devotos da Cor.* Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, séc. XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.20.

Peter Burke[14] entende as diferentes identidades agrupadas em torno de uma cultura como subculturas.

A cultura popular percebida como a cultura local valoriza as variações regionais, que podem ocultar uma unidade subjacente. Mesmo com a tentativa do sistema escravocrata silenciar as variações regionais africanas elas não deixaram de existir, pois expressam-se, ainda hoje, nos detalhes da tradição do Congado. Suas marcas de identidade estão registradas nos símbolos: relíquias, cantos, ritmos, denominações dos grupos e são passíveis de intelegibilidade, quando interpretadas dentro do universo que lhes é reconhecível. No sudoeste de Minas, pode-se dizer que a memória baseada em símbolos do poder régio é representada em signos como

saias, (Moçambique princesa Isabel. Uberlândia. 2002. Foto: Mara Porto.)

coroas, (Catupé do Martis. Uberlândia. 2002. Foto: Mara Porto.)

bastões (Moçambique Belém. Uberlândia.

e faixas cruzadas. (Moçambiquede Belém.

[14] BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.72-82.

2003. Foto: Larissa Gabarra) *Uberlândia. 2001. Foto: Larissa Gabarra)*

No caso da cidade de Uberlândia, os dois ternos Catupé Martins e Congo Sainha, que são os mais antigos da cidade, compartilham esses adereços com os ternos de moçambiques. A distinção entre estes e os moçambiques se dá a partir dos instrumentos, do ritmo e do papel que exercem no mito.

A narração do mito da Nossa Senhora do Rosário marca as diferenças e semelhanças entre os grupos que fazem parte do Congado, incluindo, como aponta Sr. Bianor, a

> *Nossa Senhora do Rosário*[que] *apareceu lá pros escravos numa loca. Eles pegô e foi, os congadeiros pegô e foi, buscô ela, e trouxe ela, sim pro rei deles, e ela pegou e não gostou, voltou pra trás. E o moçambique foi e buscou, e ela pegou e ficou, e começou assim, adora ela, festeja que ela tinha aparecido pra eles*[15].

Explica Girardet como o mito é uma fabulação que objetiva fornecer chaves para a compreensão social e o qual é expresso diante de uma sociedade em crise através das celebrações, das lendas dos heróis[16]. Diante de uma sociedade *doente*, o mito busca, numa estrutura já conhecida, uma fórmula que recusa o real, ao mesmo tempo, que o ordena. Nesse sentido, significa que a comunidade historiciza a maneira encontrada de adaptação da conduta pessoal à coletiva, e da coletiva à pessoal. Por isso, o mito dos santos negros marca o tempo da relação entre as diversas realidades pessoais e coletivas que compunham a sociedade da época.

Por esse viés interpretativo, o mito (re)afirma as monarquias e as irmandades como sendo uma representação de uma organização social do passado, à medida que simboliza o contato entre os reinos dos homens de cor e o reino da santa. Uma das relações entre os reinos em questão é a própria exportação de escravos das regiões africanas para o Brasil. O comércio entre as dinastias dos dois continentes não ocorreu cordialmente, nem só por imposição. Os principais reinos, Portugal e Congo, em relação a história do Brasil, aproveitavam-se das

[15] BIANOR. op.cit.
[16] GIRARDET, Raoul. *Mythes et mythologies politiques*. Paris: Éditions Seul, 1986, p.186.

disputas entre os povos de menor quantidade populacional, como os jangas, para garantirem suas conquistas. A memória dessas disputas perpassa a visão que o capitão Ubiratã[17] do terno Catupé de Uberlândia tem da sua história. Para ele:

> *A congada ela é* [...] *assim, um motivo de festa, antigamente tinha uma rainha, todas as aldeias retribuia essa rainha, então de cada aldeia formou uma congada, assim no significado de louvar essa rainha. Aí, depois disso os negros trazidos para Brasil, viveram no cativeiro então a gente não quem referenciar, a gente veio referenciar N. S. do Rosário e São Benedito que era a única imagem permitida ser usada nos quilombos, onde os negros viviam.*

Ao norte de Angola, a Rainha Njinga foi a primeira mulher líder dos povos ambundo-jangas, de 1623 a 1663. Marina M. Souza diz que o povo dos jangas vivia em acampamentos chamados quilombos. O período dinástico de Njinga foi marginalizado pelos reinos vizinhos, pois ela foi acusada de não fazer parte de uma linhagem de chefia verdadeira[18]. Por isso, esses quilombos ficaram conhecidos pela forma de governo que *rejeitava a necessidade da linhagem e do parentesco como fonte de organização social*[19]. No Congado, os reis Congos aparecem como heróis de um passado ideal protejidos por uma guarda imperial de moçambiques, congos, marinheiros. O comando desses grupos de Congado é feito pelo capitão; os dançadores e tocadores são chamados de soldados. Nesse sentido, os capitães representam chefes políticos e religiosos que fazem parte de uma forma governamental em que prevalece o militarismo e não as linhagens de parentesco[20].

Ao procurar evidências históricas que esclareçam a mitificação do passado dessa cultura, é pertinente frizar que no século XVIII o grande império do Congo descaracterizava-se, o sistema governamental, antes centralizado, passava a ser de autonomia provincial[21]. Nesse contexto, incluindo a família real, pessoas de várias linhagens governamentais bantu acabaram se tornando mercadoria nos portos do Brasil, ou ainda vieram como homens livres[22] e ao se

---

[17] MATINADA, Ubiratã. *Depoimento.* Uberlândia, MG, 2000.
[18] SOUZA. op.cit., p.104 -107.
[19] idem. p.57
[20] BELLUCCI. op.cit., p.12.
[21] SOUZA. op.cit., p.85.
[22] BELLUCCI. op.cit., p.56.

espalharem no Brasil, entre as senzalas e os pequenos vilarejos, (re)inventaram sua estrutura política através do coroamento de alguns reis negros do Congo.

Nesse sentido, os reis Congos foram, de um lado, entrave para a administração pública das vilas e aldeias e, de outro, uma espécie de aliados. Como líderes, esses escravos eram capazes de influenciar atitudes de muitos outros trabalhadores. Em território inóspito precisavam aliar-se a outras maneiras de se estar no mundo para que pudessem continuar com suas crenças e culturas. Os afro-descendentes fizeram-se católicos por uma *afinidade com a dimensão mítica, operacionada na liturgia*[23].

Oliveira explica que a meditação dos mistérios do Rosário dava direito à mendicância. Os trabalhadores sem remuneração que se identificaram com os símbolos dessa cultura trataram de se afirmar politicamente como irmãos do Rosário, tornando a irmandade uma das principais formas de arrecadação de recurso financeiro nos séculos XVIII e XIX[24].

Em 2 de julho de 1916[25], a Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos de Uberlândia oficializava-se, através de Manoel Angelino Nascimentos. Desde 1860, o arraial de São Pedro de Uberabinha, atual Uberlândia, constituía-se de uma esparsa população morando ao redor da matriz, cujo largo nos fins de semana eram ocupados pelos cultos, ritos (missas, casamentos, batismos) e pela feira (o comércio). Foi por volta de 1874 que os homens de cor do Congado que haviam chegado na cidade para trabalhar como escravos, trouxeram consigo sua cultura e começaram a fazer a festa. Sr. Deny Nascimento conta que:

> *A festa começou no Marimbondo, Espindaíba, Olhos D'água, Morenos. Ali que meu avô, os Pereira comprô ele e foi pará no Marimbondo.*[...] *eles festejava de baixo da árvore de óleo, pra cima do posto da Matinha. Os escravos iam festejá de baixo da árvore, quando terminava se eles atrasasse o senhor castigava.*[26]

---

[23] SANCHIS, Pierre (org.) *Fiéis & Cidadãos*. Percursos de sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p.20.
[24] OLIVEIRA, Anderson J. M. *Os Santos Pretos Carmelitas: Culto dos Santos, Catequese e devoção Negra no Brasil Colonial.* Niterói, RJ, UFF, Faculdade de História, 2002, p.54. Tese de doutorado. Mimeo.
[25] Livro de Ata I. Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos.
[26] NASCIMENTO, Deny. *Depoimento*. Uberlândia, MG, 2003.

A vida dos praticantes do Congado da cidade diz respeito às relações de trabalho, à história de escravos de Uberlândia e ao projeto político do Brasil, como no caso dos avós de Maria do Rosário:

> *Minha vó foi filha de escravo. Quando acabou a escravidão minha vó,*[...] *ela era bem mais nova que meu avô, meu avô quando acabou a escravidão tinha 8 anos, meu avô nasceu em Sacramento e minha avó era numa fazenda perto de Santa Maria. O senhor do meu avô chamava Francisco... e o senhor da minha vó chamava coronel Ernesto*[...]. *Aí colocou ele na escola, lá em Sacramento. Porque quando ia fazê festa, era assim, festa de Congado, festa de São João. Minha avó, mesmo novinha, ela aprendeu muito a fazê quitanda, então quando era assim que tinha festa, chamava ela pra cozinha, fazê quitanda. Aí ela ficou conhecendo o meu avô. Aí os coronel pegou e falou, vamos casá eles, vamô. O meu avô com 17 anos e minha avó com 14 anos.*[27]

Nesse sentido, as minas de diamante de Sacramento e arredores estão em relação histórico-geográfica com o período de mineração tardia. Manolo Florentino explica que, mesmo com a decadência do ouro, em meados do século XVIII, as Minas Gerais, ainda por volta de 1820, absorviam de 40% à 60% dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro para abastecimento da economia interna[28]. Luís A. B. Lourenço[29] aponta que nesse momento houve uma dispersão centrífuga da população da região das Minas — Vila Rica, São João Del Rei, Diamantina, Contagem — para as Gerais — outras regiões do Estado. Conhecidos como generalistas, trouxeram sua família e riquezas (escravos) entre outros locais para os sertões da Farinha Podre — Desemboque, Sacramento, Araxá, Ibiá, Formiga, Itapicirica, Patrocínio, Uberlândia. O primeiro arraial dos sertões que se constituiu foi Desemboque, em 1760, hoje, distrito de Sacramento, onde se ouvia a lenda da mãe de ouro. Através das picadas de Desemboque e Piauí, os primeiros *entrantes*[30] seguiam à oeste, junto ao curso dos rios das Velhas e Uberabinha, e chegaram à Uberlândia por volta de 1846.

---

[27]ARANTES, Maria do Rosário Santos, ARANTES, Maria Irene, COSTA, Marlene Arantes, ARANTES, Janaína A. *Depoimento Coletivo*. Uberlândia, MG, 2001.

[28] FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). Prêmio Arquivo Nacional, 1993, p.46.

[29] LOURENÇO, A. B. *A Oeste das Minas.* Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Ed. UFU, 2003.

[30]PEZZUTI, P. Pedro. *Município de Uberabinha. História, Administração, Economia*. Uberlândia, MG, 1922, p.13.

Esse período foi de transformação do trabalho escravo para o livre, de uma modificação nas diretrizes da economia do Brasil, de forma geral[31]. Um povo, sempre congadeiro, que de garimpeiro cativo transformou-se em operário do charque e do beneficiamento de arroz presentifica no ritual o seu cotidiano, através da *arte de intermediação, tira efeitos imprevistos*[32]. Com as sucatas produzidas no charque Caiapó[33] o capitão Zé Matinada decorou seu bastão de comando do terno Catupé de Nossa Senhora do Rosário do Martins por volta dos anos 1950. Dessa forma, a vida diária dos praticantes da festa mostra uma forte raiz cultural que não se diluiu com o trânsito entre as cidades por onde circulavam. Suas identidades permeiam uma memória em comum que migra em busca de um trabalho melhor e de um espaço onde caiba também sua cultura.

A relação entre os espaços geográficos e a cultura fazem do "Ir e vir" pontes entre locais, culturas e pessoas as quais têm experiências históricas pessoais semelhantes. A relação estabelecida entre as cidades vizinhas que fazem visitas a Uberlândia e vice-versa nos dias de festa é, hoje, uma das representações que a memória dos congadeiros têm da origem familiar. De Sacramento, veio a família de Maria do Rosário, do terno Congo Prata. Os capitães e dançadores do terno Catupé do Martins vieram de Formiga. A família do terno do Catupé da Dona Zumira e do Marinheirão são de Patrocínio. De Araxá veio Sr. Charqueada, do terno Moçambique Pena Branca. Esse senhor conta:

> *Ela* [a Congada] *é raça de africano, veio tocado no navio, lá no porão, uns morreu porque não agüentou a viagem.Os português que trouxe o negro pra Bahia. Onde é que surgiu a cultura que nois gosta de canta, que é festival, eu sei canta, eu sei fala. Eu canto como capitão dos congadas, eu sou uns dos mais véio, eu sei o fundamento de tudo*[34]

A memória do congadeiro estende-se da região onde mora até a história da diáspora africana. Fazer parte *dos negro da Bahia* significa pertencer a um conjunto de características reconhecíveis entre si, como *tocado no navio*, *capitães dos congadas*. O sentimento de

[31] PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1970.
[32] CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.93.
[33] REIS, Waldomiro. *Depoimento.* Uberlândia, MG, 2003.
[34] MIGUEL, Geraldo. *Depoimento*. Uberlândia, MG, 2001.

identificação com a África aparentemente teria sido desfeito entre os séculos XVI e XIX durante a migração entre a África e o Brasil. Mas isso não aconteceu, a cada leva populacional das regiões africanas para as senzalas brasileiras uma (re)carga de memória acontecia entre esses trabalhadores, que logo tratavam de (re)fazer seus arranjos sócio-culturais.

As migrações africanas para a América não foram capazes de descaracterizar as diversas culturas daquele continente, que no Brasil, se (re)arranjaram com os governos brasileiro e português, como também com o próprio vaticano, ao estabelecer uma relação de poder formuladora das irmandades do homens pretos, ou seja, de um espaço oficial para a expressão da cultura do negro. Pierre Sanchis destaca a importância do:

> *cristianismo* [e do] *universo genericamente referido como 'afro', de experiências e tradições que acompanham ritmicamente as levas de escravos, como seu único bem, seu tesouro até hoje inalienável* [como constitutivos do] *filão mais tradicional e quase substantivo da história do Brasil*[35].

Essa história do Brasil, que é definida como genericamente "afro", estudada com profundidade, descortina um conjunto de várias identidades específica que, a partir de suas relações sociais construíram a história do Brasil escravocrata. Esse estudo pressupõe a apreciação da relação do espaço geográfico e cultura por meio das (re)definições de parentesco e das memórias dos lugares e símbolos ancestrais. Ao refazer o caminho da migração para Uberlândia no momento de sua constituição às avessas, ou seja, de Uberlândia para as cidades de onde vieram seus antepassados, depara-se com a história da (re)construção social e cultural da vida dos trabalhadores das minas gerais em relação às cidades por onde passavam.

[35] SANCHIS, op.cit., p.13.

Recursos discursivos retóricos no *'Memorial Orgânico'* de Francisco Adolfo de Varnhagen

Laura Nogueira Oliveira, PPG-FALE-UFMG/UNI-BH

O trabalho que segue é um exercício de análise de um texto de autoria do historiador oitocentista brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen. O objetivo perseguido foi o de tentar verificar a possibilidade de um historiador historicista, cujos métodos de trabalho se baseavam na pesquisa e exegese documental, fazer uso das regras de composição do discurso oriundas das 'velhas disciplinas clássicas'.

Em outubro/novembro de 1851, Varnhagen publicou, nas páginas da revista Guanabara, um texto intitulado Memorial Orgânico[1] cuja redação, acredito, tem uma "dispositio" retórica que a preside. O texto em questão está dividido em quatro partes e é iniciado por uma 'Apresentação' cuja marca é a de uma encenação de oralidade que nos dá a sensação de estarmos diante de uma platéia, para a qual uma tese é apresentada e defendida. Varnhagen chama e clama seus leitores - "Meus amigos e senhores" - e escreve como quem fala. A encenação de oralidade em um texto escrito pode ser tomada como 'sugestiva vinculação com as origens remotas da retórica'.[2]

Mas Varnhagen também escolhia seu público-leitor privilegiado, ao dedicar seu texto às 'Assembléias provinciais e geral do Brasil', e a ele se apresenta como o cidadão responsável, que desejava participar e influir nos destinos de sua Nação; simultaneamente, convidava o leitor-cidadão-deputado ou senador a ouvir suas considerações, apreciá-las em sua justeza e utilidade e, convencido de sua pertinência, transformá-las em lei e executá-las. É como um orador que Varnhagen escrevera o Memorial. Na segunda edição, o texto é 'oferecido á Nação' para que, afinal, todos os cidadãos em conjunto pudessem avaliar, julgar e serem co-responsáveis pela implementação das idéias apresentadas.

Ainda na 'Apresentação', Varnhagen buscava captar a benevolência de sua 'platéia' de leitores. Lembrava que a primeira edição do Memorial ocorrera sem autoria, porque ele julgara

que, deste modo, suas idéias seriam 'ajuizadas segundo sua valia, sem a prevenção nenhuma do autor'. Informava ao leitor que interessava-lhe não a autoria das idéias, mas o elevado desejo moral de que elas fossem apreciadas em sua justeza e utilidade e, por isto, colocadas em execução, para o bem da edificação de uma grande Nação. Entretanto, diante da pressão de amigos, decidira aceitar que a reprodução do Memorial na revista Guanabara fosse feita com indicação de autoria. Apresentava-se agora como o patriota que se entregava ao sacrifício da censura alheia e sob risco de ser apedrejado, em prol de idéias novas e justas. Varnhagen lançava mão, neste momento, do topos de 'modestie': diante da grandiosidade do tema, o autor se amesquinhava, para assim ganhar a benevolência do público. Por isto, a estratégia é a de valorizar o tema, destacando sua relevância, importância e pertinência. Aqui se tem uma estratégia retórica de convencimento do leitor.[3] Varnhagen informava e afirmava que as proposições que apresentaria não visavam a sua autopromoção, mas à retirada de cada leitor-cidadão de sua cotidiana paralisia e para que cada um assumisse seu compromisso na edificação de uma Nação idealizada. Talvez Varnhagen fizesse eco, neste momento, à afirmativa de Péricles de que o debate era capaz de esclarecer os cidadãos, de tirá-los de sua situação de inúteis às causas públicas e de levá-los à ação.[4] O tom emocional do discurso visava, por um lado, construir a imagem do caráter irrepreensível de seu autor, que se sacrificava em nome de uma causa maior. Por outro, visava atingir o pathos do leitor e, entre ele e o autor, criar uma situação de empatia. Preso em uma teia discursiva como co-participe do texto- discurso, o leitor-'ouvinte' cidadão ou se identificava com as idéias expostas e as assumia, ou terminaria identificado com aqueles que não se preocupavam com as causas públicas e que eram, exatamente por isto, inúteis! Por fim, ainda na 'Apresentação', Varnhagen afirmava que se comprometera com seus amigos a conservar 'a forma desabridamente persuasiva' de seu texto'. Ora, de acordo com Quintiliano[5] a retórica procurava atingir três fins: instruir, mover e deleitar. Sem dúvida, o Memorial foi escrito com o propósito de instruir e de

gerar um debate. Mas era pretensão de seu autor levar o leitor-'ouvinte' a posicionar-se frente às questões apresentadas e a partir para uma ação.

No que se refere à estrutura do discurso, os estudiosos de Quintiliano têm afirmado que 'a única novidade que trouxeram os retóricos pós-aristotélicos' foi o chamado 'estado de causa', que seria o 'estabelecimento da autenticidade de um fato, já com respeito à lei ou já com respeito à realidade mesma'. Neste último caso se trataria do chamado estado racional que seria estabelecido mediante três etapas: 'realidade do fato, sua definição (...) e sua qualificação'. Como a retórica se dedica às coisas não evidentes ou problemáticas, o debate oratório se constitui também sobre um triplo critério semelhante às três etapas de estabelecimento da autenticidade de um fato: 'se o objeto existe, o que é e como é'.[6]

Varnhagen constrói o Memorial dividindo o texto em três partes, cada uma das quais orientadas pelos propósitos acima. Na primeira, apresenta os problemas que, a seu ver, impediam o Brasil de se constituir em uma grande Nação. Esta parte constitui o exórdio do texto. Em Aristóteles[7] é possível ler que o preâmbulo/exórdio é local no discurso onde o autor/orador procura desembaraçar o espírito do público e conquistar sua simpatia. Assim Varnhagen chama seu público: 'Temos dito muito mal; mas temos dito muitas verdades; porque não nos propuzemos adular o que julgamos vicioso. Puzemos o dedo em varias chagas do paiz para accusar dellas a existência, e algumas ainda no capitulo seguinte teremos que descobril-as melhor. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que elle se conheça e se trate de sua cura, sobretudo quando a temos por facil. Se julgássemos um só desses males incuravel, teriamos igualmente patriotismo bastante para occultal-o (...)'.[8]

A frase que abre o texto pretende gerar impacto, talvez não em nós, mas nos homens a quem se destinava. Na edição da revista Guanabara, Varnhagen trocara a frase 'O Brasil é uma nação' pela 'O Brasil é um estado'. A troca de palavras, realizada pelo autor, não é casual. Afirmar que o Brasil era um 'Estado' era reconhecer que, apesar de independente, o Brasil não conseguira ainda se constituir em um corpo único, dotado de uma organicidade. O Brasil não se

constituía ainda em uma Nação. Para Varnhagen, o Brasil permanecia '(...) com mais ar de colônia, ou antes de muitas colônias juntas que de nação compacta'.[9] Se esta organicidade não viesse a se construir o que estaria em jogo seria a própria existência do Brasil pois, para os homens do século XIX, ou os países se estruturavam como Nações ou seriam absorvidos por outras Nações.[10] Dizer que Brasil era um "Estado" era procurar gerar entre os leitores-'ouvintes', entre seu público selecionado, composto por cidadãos respeitáveis e responsáveis, um sentimento de espanto e de apreensão.

Varnhagen sabia que era preciso estabelecer a 'realidade do fato'. Por que o Brasil não passava de um Estado? Esta é a pergunta retórica feita. Ainda na primeira parte do texto, Varnhagen enumera os grandes problemas que, a seu ver, impediam a constituição do Brasil como Nação. Era preciso assumir que o Brasil era um Estado que corria o iminente risco de viver a desagregação e a desordem.

Ao lemos as páginas do Memorial, deparamo-nos com uma representação de Nação construída sobre a imagem ideal de uma sociedade sem diferenças raciais, portadora de traços e valores comuns. Este ideal de Nação tinha como paradigma a sociedade branca européia. Entretanto, na construção discursiva de Varnhagen, o ideal de nação aparece como sendo uma entidade autônoma e não como resultado de suas projeções. O discurso cria a realidade e, no caso, é uma realidade em falta. Era preciso convencer acerca da ausência do ideal de Nação e do desejo de vir a concretizá-lo. Varnhagen é prescritivo: 'uma dôr profunda se apodera de nós, vendo o que elle [o Brasil] é, e o que podia, o que devia ser'.[11] E então convoca seu leitor-'ouvinte' para com ele encarar a inexistência da Nação e ter 'coragem política para levar avante medidas (...) vitaes ao paiz (...)'[12]. O bem supremo a ser alcançado em prol de todos e de cada um em particular era a construção e consolidação da Nação brasileira.

Na segunda parte do Memorial, intitulada 'Justificação do que fica dito', Varnhagen explica porque, a seu ver, cada um dos problemas que apontara era, isolado e simultaneamente considerados em conjunto, um impeditivo à formação da nacionalidade. Na

construção de sua argumentação, nesta segunda parte do texto, Varnhagen novamente lança mão de artifícios da construção retórica. Faz uso dos recursos que são próprios da Arte e constrói entimemas: "Se julgassemos (...) [então] teriamos (...)". Segundo Aristóteles o entimema é o argumento central da retórica capaz de gerar a prova por meio da demonstração verossímil. Esta prova entimemática seria capaz de gerar a convicção do leitor-'ouvinte': os males que impedem a constituição da Nação existem, são aqueles apontados e podem e devem ser reconhecidos enquanto tal e debelados.

Varnhagen emprega, muitas vezes, exemplos da história para provar a correção de seus raciocínios. Por exemplo, com relação à localização da capital brasileira, deseja que seja transferida para o interior, por questão de segurança. Por que Duguay Trouin conseguira no passado se apoderar da cidade do Rio de Janeiro? Porque: 'Uma cidade a borda do mar é uma cidade na fronteira, e como tal mais exposta a ser insultada pelo estrangeiro'.[13] Se no passado fomos atacados, então no presente corremos o mesmo risco. O exemplo histórico instrui e conduz o leitor a acatar a veracidade da assertiva.

Outras vezes Varnhagen procura o apoio do leitor-'ouvinte' por meio da construção de raciocínios que seriam auto-evidentes: 'Todos sabemos, mais ou menos, as origens das províncias, e todos temos olhos para ver em qualquer mappa as suas desigualdades; isto é, a monstruosidade de umas, e a quase nullidade de outras. E isto quando as estrellas do Império para seu uniforme regimen e movimento devem constituir uma constelação regular. E isto quando as differentes peças da monarchia brasílica para que esta se mantenha em equilibrio devem ser quanto possivel, de igual força e resistencia (...). Muitas anomalias existem na actual divisão do territoria, e ninguém ignora que quase todas as provincias tem por algum lado um tanto em duvida sua verdadeira raia, e todos conhecem (...)'.[14] Nesta construção o autor faz de seu leitor um co-autor e um co-responsável pelo raciocínio desenvolvido: afinal, 'todos conhecem' e 'ninguém ignora'. Ele não fizera mais do que explicitar aquilo que estaria dado no mundo real. Negar a 'realidade' seria negar o óbvio. Ao leitor restava aceitar a explicação dada

e reconhecer que não se tinha outro recurso senão acatar o tom prescritivo assumido pelo autor: se todos reconhecem a existência do mal, devem participar das decisões a serem tomadas para debelá-lo. Varnhagen tinha em sua mente defender um ideal de Nação monárquica e centralizada Talvez Varnhagen tivesse, aos olhos dos homens de fins do XIX, um discurso 'empolado' porque construído ainda com remanescentes da retórica.. Construir províncias que tivessem igual peso era favorecer a importância do poder central que, não tendo pressão maior exercida por nenhuma das províncias, sobre todas elas exerceria igual controle.

Este mesmo tom precepitístico perpassa o texto em outras passagens. Do mesmo que os exemplos da história, também as verdades reveladas pela ciência são trazidas para cena a fim de comprovar a certeza do que ficara dito. Em algumas passagens, para sustentar sua argumentação, convoca Montesquieu e Humboldt a testemunhar a favor daquilo que lhe interessava comprovar: '(...) o princípio de Montesquieu prova ser verdadeiro pela história da humanidade na Ásia, e se induz de raciocinios physiologicos (...)'; mais adiante: '(...) as leis da climatologia e das linhas isothermes, cujo systema só começou a ser bem desenvolvido modernamente, por Humboldt (...)'.[15]. O interesse do autor era mostrar a viabilidade, não é demais lembrar, da Nação idealizada e inexistente, branca e europeizada. O interessante é que as proposições científicas são apresentadas como a prova cabal de que seu ideal de Nação era uma realidade tangível. No discurso de Varnhagen o ideal aparece como o real porque, afinal, 'uma nação por fraca que seja pode muito quando quer compacta'.

Varnhagen faz de seu leitor um co-autor de suas idéias porque o 'eu' majestático termina por incluir o 'você' do leitor-'ouvinte': 'se tomarmos providencias adequadas', 'se legislarmos', 'se adoptamos já tal systema', 'se desejarmos sinceramente constituir o Império', então 'chegaremos à virilidade'. Envolvido na construção da prova, o leitor-'ouvinte' e co-responsável pela edificação do devir histórico está então preparado para ser acusado de omissão, caso não se movesse em prol do ideal nacional: 'se em vez de madurar, apodrecemos roídos dos vermes'.

Por fim, na última parte do texto, depois de ter demonstrado a verdade de suas afirmações, Varnhagen se dedica, então, a censurar os incautos e a louvar a si mesmo e, logicamente, àqueles que acatassem suas idéias. Cumprira sua mais alta função como cidadão. Teatralmente podia encerrar, pelolando seu texto-discurso, destacando sua utilidade e importância: 'Assim nol-o ensina a historia da humanidade; da qual o autor deste escripto, movido pelo patriotismo e auxiliado pela meditação, colheu as idéas que professa, e que graças á imprensa serão a todo o tempo um protesto de que houve quem dissesse ao paiz, em vez de adulal-o, muitas verdades amargas; calando ainda algumas que a discrição fez calar'.[16]

No final do século XIX, Capistrano de Abreu[17] afirmava que Varnhagen era capaz de matar a pedradas uma barata para defender suas idéias. A pedradas, porque Varnhagen era capaz de ir às últimas conseqüências em seus textos para defender aquilo que acreditava ser a verdade. Assim, manejava o discurso como se tivesse em mãos um punhal que controlava para se defender ou atacar. Capistrano também afirmou, referindo-se à *História Geral do Brasil*, que o texto de Varnhagen era "arisco". Arisco porque parecia a Capistrano que as idéias de Varnhagen 'fugiam' e que era preciso lê-lo mais de uma vez para apreender o que deseja dizer. Na análise da obra de Varnhagen, talvez esteja faltando uma avaliação do emprego dos recursos discursivos retóricos. Se se considerar que o Memorial Organico foi publicado na revista Guanabara em 1851, apenas três anos antes de a *História Geral do Brasil* ser publicada, resta saber se os recursos discursivos empregados no Memorial também o foram na *História Geral*.

---

[1] Este mesmo texto fora publicado anteriormente em duas partes avulsas e sem indicação de autoria, em 1849 (1ª parte) e 1850 (2ª parte), segundo informação do professor Nilo Odália. Cf. ODÁLIA, Nilo. Introdução. In: *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. p. 28. Neste trabalho farei uso prioritário, mas não exclusivo, da edição do Memorial feita na revista Guanabara. Ver: VARNHAGEN, F.A . Memorial Orgânico. In: Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária. Rio de janeiro, Tipografia de Paula Brito, outubro/novembro 1851, p 356-370; 384-402. A cópia que tenho em mãos do Memorial me foi gentilmente cedida pelo professor José Américo Miranda que está preparando uma edição do texto e ainda se encontra sem numeração de página. As edições anteriores do Memorial Orgânico foram as seguintes: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico (parte I). Que a consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta Um brasileiro.* Dado a luz por Um amante do Brasil. [s.l.], [s.n.], 1849. _____. *Memorial Orgânico (parte II).Em que insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.* Madrid: Impr. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

[2] Acízelo analisa vários Compêndios de retórica utilizados no Brasil do século XIX e sobre o que foi redigido por Lopes Gama afirma que: "Em alguns momentos Lopes Gama escreve como quem fala, ou, mais precisamente, como quem pronuncia uma peça do que então se chamava oratória acadêmica, que pressupunha um auditório concreto e presente. Observe-se (...) o vocativo Senhores, típico de discursos orais ou destinados à oralização(...)". Cf. SOUZA, Roberto Acízelo de. O Império da eloqüência: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/EdUFF, 1999. p.60.

[3] Varnhagen afirma: "Sei que, para levar a gente a sair do ramerrão necessita-se de alguem que se arroste, que seja victima de sacrificio na religião das novas idéas, por esse lado sentir-me-ia eu com abnegação bastante, e com energia para arrostar contra bollas de papel, e espero não me dar por morto moralmente, em quanto tiver alento de vida". Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico. Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 384-402, out/nov 1851.

[4] TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso. Brasília: UNB, s/d. p. 99. A formação retórica pressupunha a retenção, por parte do educando, de exemplos clássicos considerados como bons e imitáveis; a imitação era tida como "uma atividade que, segundo determinados princípios teóricos, refunde um modelo". Cf. DIONÍSIO DE HALICARNASSO. Tratado de imitação. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. p. 49.

[5] REYES, Alfonso. Quintiliano o la teoria de la educacón liberal. In: REYES, Alfonso. *La Antigua retorica.* México: Fondo de Cultura Economica, 1942. p. 121-270.

[6] Idem. p. 200-201.

[7] ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética.* Trad.: Antônio Pinto de Carvalho. S/L: Tecnoprint, s/d.

[8] Op. cit. VARNHAGEN, Memorial Orgânico, 1851.

[9] Idem.

[10] Sobre a discussão que no oitocentos se fazia acerca das condições para a constituição das nações, o estudo de Hobsbawm é elucidativo. HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

[11] Idem.

[12] Idem

[13] Idem.

[14] Idem.

[15] Idem

[16] Idem.

[17] ABREU, J. Capistrano de. Ensaios e estudos (critica e história). Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1931.

O ESTADO DE SÃO FRANCISCO: UM SONHO REGIONALISTA NORTE-MINEIRO

Laurindo Mékie Pereira[1] - UNIMONTES/PPG-USP

A presente comunicação é parte de uma reflexão maior que estamos realizando acerca da questão regional no norte de Minas. Conforme divisão territorial do IBGE, de 1997, o norte de Minas é umas das 12 mesorregiões do Estado de Minas Gerais. A mesorregião é um conjunto de microrregiões dentro de uma unidade federativa, e uma microrregião é um conjunto de municípios[1].

O norte de Minas reúne 89 municípios, distribuídos em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. Trata-se de uma área de "transição entre o domínio do cerrado e da caatinga. Ocorre, portanto, o predomínio do clima tropical semi-úmido, com incidência de aridez em determinados trechos". [2] Segundo o censo de 2000, cerca de 1.473.367 pessoas vivem no norte de Minas, sendo mais de 300 mil em Montes Claros, principal centro urbano da região. Do ponto de vista social, o perfil da região coloca-se a meio caminho do Nordeste e do Sudeste, configurando-se, também nesse âmbito, como uma área de transição[3].

A região se formou, do ponto de vista econômico, baseada nas atividades agropecuárias. A partir da década de 1960, em virtude dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, desenvolveu-se um núcleo industrial em Montes Claros, principal centro político e econômico regional.

Concomitante aos processos de industrialização e urbanização, ganhou força a mobilização das elites norte-mineiras em defesa do que apresentavam como os "interesses da região". Os momentos de maior efervescência desse regionalismo ocorreram nos anos de 1967-1968, 1986-1987 e em 2001-2002, quando se propôs a criação de um Estado autônomo na região.

---

[1] Doutorando em História pela Universidade de São Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Bolsista da FAPEMIG

Quando nos referimos aos conceitos de região e regionalismo, servimo-nos, em larga medida, das definições de Iná de Castro. O regionalismo, diz a autora, "é a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões e ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial." E a região constitui-se pelas "práticas sociais em um território", se define a partir da relação do homem com o meio e com os seus símbolos", é "a base territorial para a expressão do regionalismo"[4].

Nossas reflexões acerca da questão regional no norte de Minas indicam que, desde meados do século XIX, já existia uma problemática e um discurso regionalista nessa região. Mas foi na década de 1960 que esse movimento adquriu uma perpespectiva mais agressiva, culminando em propostas autonomistas. Em 1962, num contexto de grave seca, os prefeitos da região já cogitavam quanto à possibilidade de criação de um novo Estado no norte de Minas.[5] Mas foi em 1967 que surgiu, concretamente, uma proposta nesse sentido. Nesse ano, discutia-se no Congresso Nacional, uma ampla redivisão político-administrativa do território nacional. A proposta de criação do Estado de Cabrália, reunindo o norte, noroeste de Minas, vale do Jequitinhonha e o sul da Bahia, surgiu no bojo dessa discussão. No dia 18 de outubro de 1967, o deputado Teófilo Pires, de Montes Claros, fez um longo discurso na Câmara, defendendo uma ampla redivisão territorial do país, sendo apoiado pelo deputado capixaba Floriano Rubin que já vinha estudando o assunto. Os dois deputados argumentavam que a velha organização territorial estaria obstruindo o desenvolvimento e colocando em risco a segurança do país[6].

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara recebeu o projeto de Floriano Rubin no dia 15 de novembro de 1967. O projeto propunha a criação de cinco novos estados: Mato Grosso Meridional, Goiás Setentrional, Minas Gerais Ocidental, Maranhão Ociental e Cabrália. A discussão do projeto no Plenário começou no dia 28 de novembro do mesmo ano[7].

Enquanto o projeto tramitava e os debates se desenrolavam no Congresso Nacional, as elites norte-mineriras organizavam-se em Montes Claros para "emancipar a região". O

"Projeto Cabrália" foi discutido na Câmara Municipal de Montes Claros no dia 10 de janeiro de 1968, tendo recebido apoio unânime dos vereadores. A moção "de aplausos e irrestrita solidariedade aos idealizadores do novo Estado de Cabrália" foi fundamentada nos seguintes motivos:

> 1º) Constitui um grande vazio a região nortemineira – área mais subdesenvolvida de Minas – situada nos mesmos paralelos entre a nova capital, Brasília e o Atlântico, (...) razão pela qual há motivos de imperiosa necessidade desenvolvimentista decorrente da própria segurança nacional
>
> 2º) Somente a área abrangida pelos 42 municípios do Polígono das Secas de Minas apresenta o seguintes dados:
>
> Área dos 42 municípios: 120.692 km
>
> População dos 42 municípios: 951.577 habitantes
>
> Habitantes por km2: 7,8
>
> Que só a aludida área (120.692 Km2) é superior à àrea de 9 Estados da Federação (...)
>
> Que só a área dos 42 municípios do Polígono das Secas de Minas, apresenta grandes reservas de minérios (...) que devem ser aproveitadas na industrialização local e exportação – exigindo como necessidade elementar a remodelação da Estada de Ferro Bahia-Minas (....)
>
> 4º) A existência na região norte mineira da Jaíba – grande zona de terras devolutas de 310.000 ha (...) inteiramente abandonada pelo poder púbico estadual. (...)
>
> Urge dinamizar a Jaíba, principalmente, com os apreciáveis recursos da SUDENE.
>
> 5º) Imperiosa necessidade de um governo autêntico para com as nossas características regionais capaz de propiciar um dinâmico e inteligente entrosamento com órgãos federais visando o estabelecimento de estruturas básicas de desenvolvimento. (...)
>
> 6º) Louva enfim a Câmara Municipal de Montes Claros a feliz oportunidade de uma nova divisão político-administrativa (...) para o equacionamento e soluções de problemas que se eternizam, trazendo para o espírito do povo a esperança, já quasi perdida, de melhores dias em um futuro próximo.
>
> 7º) Ressalta, finalmente que decide aprovar o presente movimento separatista, por consultar a um imperativo nacional e cristão, e por considerar que a própria <u>paz</u> mundial, segundo a Encíclica de S.S. Paulo VI, é o <u>desenvolvimento dos povos</u>[8]. (Grifos no original)

Os argumentos dos vereadores estavam perfeitamente afinados com o conteúdo e justificativa do projeto do deputado Floriano Rubin, principalmente no que tangia à ênfase no item "segurança nacional". Além da segurança nacional, os vereadores ressaltavam a extensão, a demografia e a abundância de recursos subaproveitados da região. Apesar de

seu potencial, os edis identificam o norte de Minas como a "mais subdesenvolvida região de Minas".

Ora, uma vez afirmado o potencial existente e a realidade subdesenvolvida, a culpa recai sobre o governo estadual e a solução, por conseguinte, só pode ser encontrada na separação. É notável também a crítica dura que os vereadores faziam ao governo de Minas Gerais. Isso é significativo porque as boas relações com Belo Horizonte e a capacidade de tirar proveitos dessas relações foram uma constante na história regional.

O manifesto da Câmara de Montes Claros era significativo porque tratava do posicionamento da mais importante cidade do Novo Estado, a qual, como se propunha, seria a Capital. Mas foi de dentro da Associação Comercial e Industrial que surgiu um movimento organizado para dar sustentação ao Projeto Cabrália. No dia 31 de janeiro de 1968, foi fundada a União para o Desenvolvimento Econômico do Interior de Minas e Bahia – UDEIMB. A UDEIMB era uma sociedade civil. Foi registrada no Registro de Pessoas Jurídicas de Montes Claros, nas folhas 416-421 do livro A-1, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no dia 14 de maio de 1968[9].

Segundo os seus Estatutos, a UDEIMB representava as "forças vivas da região", tendo como objetivos o "desenvolvimento econômico-financeiro e social do norte de Minas, bem como o do sul da Bahia"[10]. Embora seus Estatutos não falassem em separatismo, esse propósito era expressamente declarado nas correspondências da entidade. A UDEIMBI propunha-se a atuar em parceria com o poder público, por isso teria, como associados, as prefeituras e câmaras e municipais, além de entidades de classe, clubes de serviço, sindicatos, imprensa, lojas maçônicas e instituições religiosas.

Quem seriam as "forças vivas" que a UDEIMB dizia representar? Conforme logotipo da entidade, sua sede localizava-se na Rua Carlos Gomes, 110, no centro de Montes Claros, justamente na ACI, entidade que reunia a elite comercial e industrial da cidade. A comissão provisória da UDEIMB tinha a seguinte composição: Presidente: Corbiniano Rodrigues de Aquino; 1º Vice: Simeão Ribeiro Pires; 2º Vice: José Prudêncio de Macedo; 3º Vice: Otoni José da Cunha; Secretário Geral: Francisco José Pereira, 1º Secretário:

Ubaldino Assis; 2º Secretário: José Luiz Caser; 1º Tesoureiro: Romeu Silva Soares e 2º Tesoureiro: Zeferino de Oliveira Guedes. Corbiniano de Aquino e Ubaldino Assis eram grandes comerciantes e líderes da ACI. Assis foi presidente da ACI no período de 1958-1963 e Aquino, no período de 1969-1973. Simeão Ribeiro era vereador e industrial, já tendo sido prefeito do município; Francisco José Pereira, vereador à época, era advogado e fazendeiro.

A UDEIMB reunia, portanto, as lideranças da elite comercial e industrial local. Vê-se, pois, que UDEIMB, Câmara e ACI formavam a tríade institucional do movimento separatista no município.

A documentação acerca da UDEIMB é escassa. A última ação da UDEIMB de que temos documentos foi o convite dirigido à imprensa local e lideranças regionais para uma Assembléia Geral no dia 28 de setembro de 1968 para a eleição da diretoria para o ano seguinte. O projeto do deputado Floriano Rubin foi discutido no plenário da Câmara Federal pela última vez, ao que tudo indica, no dia 10 de outubro de 1968 e foi arquivado no dia 01 de abril de 1971.

Em 1986, quando a região, especialmente o município de Montes Claros, já havia sido incorporado ao campo de atuação do capital monopolista, processo em grande medida impulsionado pela SUDENE, o regionalismo emergiu com mais vigor no norte de Minas. Nesse sentido, pode-se dizer que a história da região contraria a tese segundo a qual a modernização econômica traria consigo o fim das regiões.[11] No caso em estudo, o regionalismo emergiu com mais vigor exatamente após a industrialização urbana e o desenvolvimento de relações capitalistas de produção no meio rural.

O sonho separatista renasceu no início da década de 1980, materializando-se em uma emenda constitucional apresentada na Assembléia Nacional Constituinte em 1987.

Nos dias 22 e 23 de maio de 1986, sob a liderança dos professores Alfredo Dolabela e Expedicto Mendonça, foi realizado o "Fórum de Debates dos Prefeitos das Regiões NO, N, NE de Minas Gerais e Sul da Bahia". O evento, organizado pela FADEC-FUNM (Faculdade de Administração e Economia - Fundação Universidade Norte de Minas), contou com o

auxílio da AMAMS (Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE), Sociedade Rural, ACI e OAB.[12]

Ao final do evento, foi elaborada a "Carta de Montes Claros", uma declaração de princípios que norteariam o movimento separatista. Em 11 pontos, os signatários do documento denunciavam o crítico quadro social da região, o seu abandono pelo governo estadual, a falta de representantes regionais na administração estadual e a "gula do Fisco". No 11º item, o texto denuncia a desigualdade da renda *per capta* e a má distribuição dos recursos públicos:

> Pelo Censo de 1980, o plano de divisão de rendas, constatam-se contrastes chocantes. A renda 'per capta' da região do Estado de São Francisco (NO, NE e N de MG) girava em torno de US$ 392,00 contra US$ 1.540,00 do restante de Minas Gerais, podendo-se concluir que, de cada CZ$ 4,00 de renda gerada no Estado de Minas Gerais, CZ$ 3,00 vão para o Sul, enquanto apenas CZ$ 1,00 vai para o Norte[13].

Após o diagnóstico, o documento propõe o remédio: "decidimos pelo desmembramento da região mineira acima do paralelo 18º para, juntamente com o Sul do Estado da Bahia, constituir no Estado de São Francisco, uma nova unidade de República Federativa do Brasil". Com o novo Estado, esperava-se, ter: a) um governo próprio, voltado exclusivamente para seus problemas, b) planos de desenvolvimento próprios, c) uma Universidade Federal, d) a Zona Franca de Porto Seguro, e) "<u>o novo Estado volta as suas origens, passa a integrar a região Nordeste do país</u>. Seus Municípios passarão a gozar de todos os benefícios, incentivos e isenções da SUDENE (...)" (Grifos nossos)[14]

O projeto de criação do Novo Estado foi apresentado no Congresso Nacional pelo deputado Humberto Souto – Emenda 2B0022-8. A emenda foi defendida pelo economista Expedicto Mendonça no Plenário, no dia 01 de setembro de 1987. O projeto apresentado ao Congresso, além dos detalhes de ordem organizacional e jurídica, é uma reprodução fiel dos escritos de Expedicto Mendonça e da "Carta de Montes Claros". A criação do Estado de São Francisco viria acompanhada de seis grandes projetos/diretrizes a serem implementados/seguidos pela União no novo Estado: a) todo o Estado ficaria incluído na

área da SUDENE, b) seria criada a Universidade Federal do Estado de São Francisco, c) seria criada a Zona Franca de Porto Seguro, d) seria construído um porto com grandes proporções em Porto Seguro, e) seria construída a Ferrovia Trans-São Francisco, ligando Brasília (DF)-Montes Claros-Porto Seguro e f) a União destinaria, nos dez anos seguintes, 7,5 bilhões de cruzeiros para financiar as despesas de implantação do novo Estado e seu desenvolvimento.

O maior obstáculo ao projeto São Francisco foi o Palácio da Liberdade. Mobilizando a bancada mineira e deputados de outros Estados, o então Governador Newton Cardoso derrotou o projeto antes que ele fosse a votação no plenário.

O movimento separatista renasceu no ano de 2000, sob liderança do então prefeito de Montes Claros Jairo Ataíde Vieira, contando com o apoio direto das mais importantes entidades representativas das elites econômicas e políticas da região: ACI, AMANS, AVAMS (Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE) Prefeitura de Montes Claros, Lojas Maçônicas e outras.[15]

Em junho de 2002, o deputado Romeu Queiroz apresentou, à Câmara Federal, o projeto de convocação de plebiscito sobre a criação do Estado de Minas do Norte, reunindo as regiões norte, noroeste e os vales do Jequitinhonha e Mucuri.[16]

Conforme destacam estudiosos do regionalismo, como Ann Markusen, Iná de Castro e Sandra Lencioni[17], a mobilização regionalista pode ser conservadora ou progressista, pode fazer avançar projetos sociais e distributivos ou mesmo revolucionários, mas também pode frear os processos de mudança, reforçar relações e estruturas de poder. No caso em análise, a mobilização regional no norte de Minas, especialmente em suas iniciativas separatistas, enquadra-se, perfeitamente, no segundo "modelo".

Nas três mobilizações, 1967-1968, 1986-1987 e 2000-2002, o movimento foi organizado e liderado pelos grupos dirigentes e/ou por seus intelectuais, no sentido gramsciano do termo. Em nenhum dos projetos houve qualquer participação de lideranças e/ou entidades representativas dos segmentos populares, também inexistiu qualquer

perspectiva de modificações mais avançadas nas estruturas sociais e econômicas da região.

Por sinal, a colocação dos problemas regionais isolada do restante da dinâmica nacional e internacional é, seguramente, o traço mais característico dessa ideologia. Ao fazê-lo, as elites regionais objetivavam difundir a idéia segundo a qual as "mazelas do norte de Minas" seriam, fundamentalmente, fruto de uma divisão político-administrativa inadequada, retirando o foco da grave concentração de renda e poder que caracteriza a estrutura sócio-econômica da região e do país.

Notas

[1] MINAS GERAIS. **Divisões territoriais adotadas pela administração pública do Estado de Minas Gerais**.
[2] PEREIRA. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Ivete; PEREIRA, Anete Marília (Orgs). **Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004, p. 15.
[3] Idem e OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.
[4] CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.) **Integração, região e regionalislmo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 155-169, p. 164-165.
[5] Norte de Minas caminha para a revolução. **Revista Encontro**, Montes Claros, p. 8-13, fev. 1962. Segundo a reportagem, a miséria grassava pelo norte de Minas. Cidades, como Salinas, tinham 85% da população analfabeta, alguns distritos tinham 97% das pessoas infectadas pela esquistossomose e o prefeito de Monte Azul diz que *"há gente passando fome"* em toda a região.
[6] BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Teófilo Pires. **Divisão Territorial do Brasil**.
[7] BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Floriano Rubin. Disponível em www.camara.gov.br.
[8] MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. APMC-DPDOR, p. 2-4.
[9] MINAS GERAIS. **Diário Oficial**, 14 maio 1968, p. 26.
[10] UDEIMB. **Estatutos**. 31-01-1968, Título I, Art. 1º e 2º.
[11] Essa tese de Francisco de Oliveira foi extremamente divulgada e aceita ao longo das décadas de 1970 e 1980. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
[12] FÓRUM DE DEBATES DOS PREFEITOS. Panfleto. Maio de 1986 e **Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 22 maio de 1986.
[13] Carta de Montes Claros. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 25 maio 1986
[14] Carta de Montes Claros. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 25 maio 1986.
[15] VELOSO, Dirceu. **Coletânea de informações novo Estado**. Montes Claros, 2001.
[16] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo Nº 2095 de 2002. Deputado Romeu Queiroz. Disponível em www.camara.gov.br
[17] CASTRO, Iná. Op. Cit., LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003, MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99.

Entre o campo e a cidade: trajetórias, memórias e experiências de trabalhadores ocupantes de terra no município de Uberlândia (1990-2005)

LEANDRA DOMINGUES SILVÉRIO[1] – PPG-PUC/SP

1. Introdução:

O texto em questão tem como objetivo apresentar algumas reflexões fruto da pesquisa em andamento no mestrado. O trabalho de pesquisa busca depreender os modos de viver, de trabalhar e de organização de alguns trabalhadores ocupantes de terras improdutivas no município de Uberlândia organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil - MST. Ao problematizar os *modos de viver* desses trabalhadores resgatam-se momentos das suas trajetórias de vida e de lutas no campo e na cidade. Refletindo sobre os significados do processo do ir e do vir, em especial, do retorno para o campo.

Trabalhando com uma perspectiva de História social que busca as contradições, os conflitos e tensões da dinâmica social, faz-se o uso da História oral. A análise da pesquisa busca dialogar com Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall no que se refere ao termo cultura e em relação ao termo experiência referência em Thompson. Lidando com narrativas únicas procurando compreender os significados das experiências de lutas e como esses trabalhadores interpretam a experiência em sua consciência. O trabalho é instigado, entre tantas, por algumas perguntas: porque voltaram para o campo? Como voltaram? O que esperam do campo? Como se organizam? Quais as dificuldades e empecilhos de se morar na cidade e no campo? Como é morar em um acampamento de Sem Terra? O que é ser um assentando na atual conjuntura? O que é a Reforma Agrária? O que é o futuro para esses trabalhadores?

1.1 Trabalhadores rurais em luta:

> "Ah! Eu senti uma coisa muito boa eu falei assim: aqui que é nosso lugar uai! a gente já começou a plantar em pouco tempo ficava mais aquele pouco tempo já era muito pra gente mesmo, sabe? Plantava arroz, plantava feijão, plantava sustento pro acampamento. Meu prazer nós era plantar pra sustentar o povo, sabe? Que eu (...) às vezes os outros num tinha coragem de trabalhar mas a gente tinha, fazia as hortas coletiva e a gente pegava pra ter prazer de colher aquela verdura pro pessoal num passar necessidade, ter uma alimentação melhor. Então era o que nós ... era o prazer nosso no acampamento aí nós fazia era isso, então nisso nós ficou, né? No acampamento, ia se habituando no acampamento e hoje é a vida da gente mesmo que nós ser assentado, nunca vamo esquecer porque é a vida gente." [2]

Em maio de 1999, cerca de cento e vinte e oito famílias ocuparam a fazenda São Domingos no município de Uberlândia no Triângulo Mineiro. Trabalhadores (as) que na busca constante pelo direito à vida passaram a se movimentar no território nacional enfrentando várias situações inusitadas na procura de um futuro melhor. Um processo que se iniciou para muitos no esmorecimento com a vida na roça e depois, com um deslumbramento com expectativas criadas em torno do viver na cidade. A cidade era entendida como o local do emprego, da escola para os filhos, do atendimento médico-hospitalar, da casa digna para se morar com a família. Expectativas que diante da realidade vivida de precariedades transformaram-se em decepções.

Não admitindo o conformismo à miserabilidade um outro caminho foi forjado a partir do contato com os integrantes do MST que realizavam o trabalho definido como Frente de Massas, nos vários bairros pobres da cidade de Uberlândia. Esse contato simbolizou a possibilidade de conquistar, algo a mais do que almejavam, ou seja, do sonho de uma vida digna na cidade, pois, representou o poder conquistar um "pedaço de terra", para plantarem, colherem e viverem a vida a que estavam acostumados.

Durante as reuniões realizadas pelos militantes do MST nossos narradores começaram a se conhecer e a cogitar a possibilidade de realizar uma ocupação em uma

fazenda improdutiva no município de Uberlândia. As condições objetivas para tal ação foram postas a esses sujeitos nas reuniões subseqüentes e a partir disto iniciaram a organização e a preparação de suas partidas, economizando algum dinheiro para comprarem mantimentos e lonas para o acampamento. Ao mesmo tempo, em que, subjetivamente, eles se preparavam para romper as regras da sociedade, isto é, entrarem em uma propriedade privada sem a permissão do dono, supostamente violando um dos princípios do Liberalismo dado como certo e como um direito: a propriedade privada.

Significativo é refletirmos sobre esse momento na trajetória de vida desses trabalhadores e como eles viveram esses momentos até chegar o dia de quebrarem o cadeado da corrente da porteira que separava e distinguia os direitos privados. Isto é, entrarem em uma grande extensão de terra concentrada e sob domínio de uma única pessoa, que não sabemos ao certo os procedimentos para aquisição de tal terra. Até este momento, nesse confronto de direitos, uma coisa estava certa para esses trabalhadores: a consciência e a necessidade de buscarem os seus direitos à vida. E para tal estavam dispostos ao que fosse necessário.

Com essa certeza ocuparam a fazenda, dando início a um momento de suas trajetórias de vida, que dali em diante, passou a ser forjada no território do acampamento denominado por eles de “Emiliano Zapata”. Nome escolhido em homenagem e para manter viva em um coletivo a *memória* e a *história* desse mexicano e de sua luta pela libertação de sua terra. A partir de então, os acampados começaram a organizar sua nova moradia na perspectiva política de outros acampamentos do MST pelo país, organizando e dividindo entre si as atividades que garantem a convivência, a união e a segurança dessas pessoas, as quais passaram a compartilhar os objetivos de um elemento em comum: a Reforma Agrária.

Desde a ocupação até os dias atuais, esses trabalhadores e trabalhadoras já passaram por várias situações de confronto e riscos com a polícia, fazendeiros e jagunços,

principalmente em ações de despejos, os quais fazem parte de uma história de seis anos de luta.

Jonas Batista Nunes ao lembrar como foi o último despejo vivido pelos acampados no ano 2000, narra a indignação e o sentimento de humilhação diante da proposta da polícia federal, a qual foi designada para cumprir a ordem de reintegração de posse e despejo dos acampados. Nesta época o governador do Estado de Minas Gerais era Itamar Franco que estabeleceu que a Polícia do Estado não se envolveria em conflitos por despejo, cabendo se fosse o caso, a intervenção da polícia federal.

> "O processo de despejo foi o dos piores que podia existir pra nós, porque a gente quando considerava que ia ser assentado naquela fazenda, faltando muita pouca coisa pra desapropriação da fazenda, de repente a gente se vê diante de um despejo, foi muito triste, ficou pior de tudo. Nós num tínhamos nem pra onde ir (...) eles queriam pôr a gente numa área de lixão lá pro lado do (...) do Morumbi, bairro Morumbi em Uberlândia, aí nós fomos lá pra ver o lugar, num tinha água, encostado na favela lá num tinha água (...) tinha lixo, cheio de urubu lá, bicho morto, né? Mal cheiro, totalmente inviável (...) era um local que (...) eles queriam colocar a gente naquela área encostado no favelão do Morumbi, não, do Almir e o pessoal num quis falou: não! (...) aí quando nós chegamos naquela área lá que nós foi lá pra ver a área, não tem condição da gente vim não. Isso aqui nem cachorro vive num lugar desse, lugar pior que podia imaginar. Aí aquilo era uma humilhação, né? Nós estávamos completamente humilhados, quer dizer, levar a gente para um lugar daquele lá, se nem água tinha lá, nem água tinha, água tinha que levar era em caminhão pipa (...) " [3]

Nesses anos de luta pela Reforma Agrária e resistência aos despejos, esses trabalhadores foram construindo o MST em uma região marcada pelo latifúndio e pelo poder político e econômico exercido pelos "donos" dessas terras. A região vem fortalecendo a cada dia as políticas do agronegócio. Conseqüentemente, a região é também marcada pela violência contra os trabalhadores rurais pobres, principalmente, os organizados em

movimentos sociais de luta pela terra sofrendo torturas físicas e psicológicas, humilhações, ameaças de morte e prisões. Nos últimos anos, tanto os governos de Fernando Henrique Cardoso, bem como de Luís Inácio Lula da Silva vêm destinando bilhões de reais às empresas ligadas ao agronegócio como, por exemplo, a Cargill sediada em Uberlândia. Outra empresa expressão do modelo econômico com diretrizes neoliberais para o campo como a Monsanto, que tem o apoio do governo federal para produção e o mercado dos transgênicos, também está sediada em Uberlândia.

O MST, como outros Movimentos, vem denunciando os latifúndios improdutivos no Triângulo Mineiro, por meio de várias outras ocupações, nas quais pessoas com trajetórias semelhantes foram incorporando-se ao Movimento, no processo denominado pelo MST de massificação dos acampamentos. Depois de vários despejos a última ocupação de terra do grupo do "Emiliano Zapata" foi há cinco na FERUB - Fundação Educacional Rural do município de Uberlândia, a 22 Km de Uberlândia saída para Ituiutaba. Uma área que pelas leis do município não cumpre sua função social prevista na constituição, por não desenvolver os vários projetos sociais, ambientais e econômicos necessários e viáveis. A ocupação dessa área foi no sentido de pressionar o governo federal, estadual e municipal para o rápido assentamento dos trabalhadores nos latifúndios improdutivos indicados por eles nos anos de luta, o objetivo não era assentamento nessa área específica.

Ao analisar buscando nas narrativas desses trabalhadores as suas trajetórias de vida compreendemos nos ser possível a interpretação e a reconstituição de momentos e aspectos que esses sujeitos elegeram como significativos e importantes para expressarem o que vivenciaram. Portanto, não podemos considerar que abarcamos a *completa* trajetória de vida dos mesmos. As experiências narradas por estes sujeitos quando indagados sobre o viver na cidade e no campo, representam a busca por *direitos* que lhes foram retirados e/ou lhes são negados. Os quais se evidenciam no mais elementar de todos, e reconhecido pela sociedade como legítimo, o simples direito de estarem e de se manterem *vivos.* Mas reconhecer e afirmar que as pessoas possuem o direito de não serem excluídas e a elas

não serem retiradas às condições que lhes conferem a vida, não é suficiente. Pois isto, pode ser mais uma das declarações institucionais, burocráticas, demagógicas e públicas que na prática não se concretizam, e que muitas vezes, servem para interesses de políticos que utilizam-se do reconhecimento deste direito para se elegerem a cargos com salários que proporcionam a eles as condições para uma vida tranqüila. Portanto, para além de validar esse direito é necessário depreendermos o seu significado e quais as estratégias e lutas as pessoas empreendem no cotidiano para alcançá-los.

O retorno e o novo olhar para o campo foi possível a partir das experiências e da vivência no campo e na cidade. Os sentimentos aflorados na volta para o campo, pareceram-me imbuídos de confiança, porque estavam retornando para o lugar no qual conseguiriam viver. Pois já conheciam o modo de viver, os costumes, sabiam lidar com o cotidiano, mesmo sendo uma volta na perspectiva e na luta de um movimento social: o MST. O que podemos compreender da interpretação de José Otenildo Pinto quando indagado sobre como imaginava que seria sua nova vida na roça:

> "eu já tinha tudo na minha cabeça, já tudo planejado, por causa da experiência anterior (...) principalmente, pela prática que eu já tinha (...) quando eu retornei pro campo eu já sabia o que eu queria, eu já tinha na mente assim o quê que eu ia fazer o quê que ia progredir, produzir, porque anterior eu já tinha experiência (...) eu já retornei com a cabeça já mais preparada, porque eu lá na roça na, melhor, na cidade eu trabalhava era um serviço muito tumultuado, num tinha hora de chegar em casa, saia muito de madrugada e depois também com a continuação dos anos a gente vai perdendo espaço, né? na cidade por causa da idade e aí foi quando surgiu o Movimento dos trabalhadores rurais e aí eu parei, pensei, refleti com a minha família e ergui a cabeça e falei: não! vou pra luta e aí (...) a experiência que eu já tinha era que (...) quando a pessoa vai pro campo ele vai trabalhar, trabalhar é o serviço sempre, praticamente (...) a mesma coisa que é lavoura e você tem certeza que todo dia você tem aquele trabalho pra fazer e com aquele trabalho todo dia você vai adquirindo experiência e vai conseguir também assim avançar em alguma (...) enfim experiência

> mesmo de trabalho. Então (...) eu já retornei assim pensando eu vou trabalhar (...) vou voltar pro campo lá eu já sei fazer isso já sei aquilo então, num vai ser difícil pra mim retornar (...)". [4]

As análises dos narradores levam-nos a interpretações de que o cotidiano expresso nas relações sociais vivenciadas anteriormente no campo, ganham *significado* ao resgatar valores de auto-estima, de respeito, de solidariedade, de afetividade, de dignidade e, por exemplo, no sentimento de possuírem potencial para um determinado tipo de trabalho. Assim sendo, mostrando a esses trabalhadores que eles não são incapazes e portanto, podem ser valorizados e reconhecidos pela família, amigos e sociedade. Podemos interpretar que esses sentimentos reforçam-se quando as novas expectativas apresentam-se forjadas em uma perspectiva de que, agora, estarão também livres da condição de empregados, ou melhor, "peão de roça". Dessa forma, em suas consciências, reinventam o morar no campo.

> "eu imaginava que ia ser um, um mundo diferente, sabe? Eu imaginava que aqui eu num ia ser mais empregada de ninguém, ser mais mal tratada por ninguém, ser mais humilhada por ninguém, aqui eu vim buscar um jeito melhor pra mim sobreviver, jeito mais digno pra mim viver não só pra mim e pra minha família (...) onde eu conseguisse assim ter minha casa ter meu local de trabalho, ter onde eu tirar meu sustento (...) eu imaginei muita coisa (...) eu imaginei poder andar assim e ver e falar assim: nossa! isso aqui eu consegui, né? mesmo as esperança ter acabado o que eu plantava lá para os dono das terras, lá hoje eu planto para mim. É imagino poder andar assim de cabeça erguida, sabe? cumprimentar todo mundo e vê que aquela vida num é tão miserável assim, sabe? Pra gente ter que abaixar a cabeça não, poder andar de cabeça erguida, porque a gente não deve mais nada pra ninguém não, eu imaginei, eu imagino meus filho tudo assim trabalhando, sabe? Todo mundo, levantando cedo assim, sabe? Tomando assim cafezinho que eu fizesse que a gente colhesse, vai longe, imagino muita coisa (...)" [5]

Passados quase seis anos de luta e vivendo sob as condições precárias da vida de um acampamento e exercendo cotidianamente a pressão política característica do MST, no ano de 2004, saiu a desapropriação de três áreas reivindicadas no município de Uberlândia para os trabalhadores do MST. Assim, atualmente as famílias do acampamento Emiliano Zapata estão em processo de assentamento. A situação legal até a data das últimas entrevistas (março de 2005) ainda estava em andamento como, por exemplo, a liberação de créditos agrícolas para as famílias produzirem e construírem suas moradias. Apesar de ainda viverem debaixo da lona preta enfrentando o calor e o frio intenso, pela morosidade do Incra, os trabalhadores dizem ter chegado ao objetivo que buscavam. E esperam muito mais do futuro que é compreendido como a continuação da luta. Porque, agora, a luta é também para permanecerem na terra conquistada diante da ineficiência das políticas de e para assentamento do governo federal, o que ainda está longe de ser um real programa de Reforma Agrária.

> "É! Muito bom demais (...) porque lá na rua, quer dizer que lá na rua que nem nós tava lá a gente num (...) se sofreu aqui na época de acampamento, lá na cidade também sofria, quer dizer que num tem nenhum arrependimento. Aqui nós tá tendo as vantagens porque aqui nós chegou no objetivo que nós queria, né? Que era a terra (...) e ganhou a terra e já que nós ganhou a terra, quer dizer nós tamo começando a trabalhar, nós tá num objetivo positivo, né?"[6]

> "Agora vamos tocar o barco pra frente, vamos produzir, vamos melhorar nossas condições de vida e vamos fazer (...) ainda é um sonho de ser o modelo de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro ainda permanece vivo ainda tem muita coisa pra ser feita (...) agora que nós estamos começando agora praticamente, agora que é o começo né? Que a gente tem a terra (...) conseguiu conquistar a terra, o chão (...) tem muita coisa ainda pra frente agora que a gente vai começar, a luta mesmo começa agora." [7]

[1] Mestranda em História Social na linha de pesquisa: Cultura e Trabalho pela PUC/SP. Bolsista CNPq.
[2] Eva Lima dos Santos. Entrevista concedida à autora em março de 2005.
[3] Jonas Batista Nunes. Entrevista concedida à autora em abril de 2005.
[4] José Otenildo Pinto. Entrevista concedida à autora em abril de 2003.
[5] Rosana Maria S. Cabral. Entrevista concedida à autora em abril de 2003.
[6] João Moura dos Santos. Entrevista concedida à autora em março de 2005.
[7] Jonas Batista Nunes. Entrevista concedida à autora em abril de 2005.

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO DE OBSERVADORES MILITARES EQUADOR-PERU – MOMEP (1995-1999): IMPLICAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO REGIONAL

Leandro de Oliveira Galastri – PPG-UNICAMP

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns resultados parciais da pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a participação do Brasil na MOMEP (Missão de Observadores Militares Equador-Peru/1995-1999), identificando sua natureza, condições políticas, militares e o desenvolvimento interno dessa estrutura militar de negociação. Pretende-se ainda explorar a hipótese de que a MOMEP tenha sido um modelo primário do futuro que aguarda as modalidades de emprego das forças armadas num contexto de blocos subcontinentais.

A MOMEP atuou entre março de 1995 e junho de 1999 na região disputada por Equador e Peru. Trata-se de uma área de selva no Vale do Rio Cenepa, onde inexistiam marcos fronteiriços até então. Composta por militares de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, a Missão teve por meta a separação das forças em guerra e a efetivação do cessar-fogo que permitisse o desenvolvimento das negociações diplomáticas.

A Missão caracterizou-se como uma iniciativa regional, sem a participação da ONU, que tradicionalmente arregimenta as forças multinacionais de paz, ou da OEA, que costuma se posicionar em momentos de crise internacional nas Américas. Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos já eram mediadores antigos dessa histórica disputa territorial entre Equador e Peru, o que fez com que os países em conflito optassem por uma solução local. Em que pese os Estados Unidos não fazerem parte da conformação regional da América do Sul, essa ação conjunta dos exércitos argentino, brasileiro, chileno e norte-americano (que contou ainda, a partir de sua fase intermediária, com a participação de militares equatorianos e peruanos) estabeleceu um precedente para a cooperação militar na região para além do âmbito dos tradicionais exercícios militares. Tanto mais importante para o Brasil, que exerceu um papel central através da coordenação geral das operações. Ao longo dos quatro

anos e meio de existência a MOMEP contou com dez coordenadores gerais, todos generais-de-divisão brasileiros.[1]

Breve histórico da divergência territorial entre Equador e Peru

A MOMEP surge, como já mencionado, no contexto de uma luta fronteiriça cuja origem remonta à época das independências das colônias espanholas. Logo após o processo de independência, o território da Audiência de Quito (Equador) é anexado à Grã-Colômbia (antigo Vice-Reinado de Nova Granada) em 1822, sob protestos do Peru, que reivindicava a parte sul da região em questão.[2] Entre 1822 e 1830, portanto, o território da Audiência de Quito (Equador) formou, com mais os territórios da Colômbia e da Venezuela, a República da Grã-Colombia.[3] Em 1830, após um ano de guerra entre Grã-Colômbia e Peru, este sai derrotado e o Equador torna-se um Estado independente com o desmembramento da Grã-Colômbia, que origina ainda os atuais Estados da Venezuela e da Colômbia (chamada Nova-Granada até 1863).[4] A partir de então se estabelece uma indefinição fronteiriça na região amazônica dos territórios de Equador (até 1941 com uma área equivalente ao dobro da que possui hoje, que se estendia ao longo do rio Marañon até o rio Amazonas) e Peru. A mata densa e o difícil acesso ao local prejudicou uma demarcação clara da fronteira. Some-se a isso o fato de que a Espanha nunca se preocupara em delimitar com exatidão as fronteiras entre seus Vice-Reinados, dado que eram todos possessões espanholas. Isso levou a que alguns países sul-americanos se engajassem em disputas territoriais intermitentes.[5]

A disputa entre os dois países começa em 1854 quando o governo do Equador, numa tentativa de adquirir fundos para pagar seus credores internacionais, passa a vender terras “ociosas” na Amazônia para colonos europeus.[6] Indignado, o governo peruano reivindica soberania sobre as áreas negociadas e exige que o Equador cancele as vendas. Em 1859 soldados peruanos invadem o Equador, que se via envolvido, no momento, em guerra civil. Guayaquil é ocupada e o governo peruano força um dos governos rivais internos do Equador a assinar o Tratado de Mapasingue (1860), que cancelava as negociações citadas acima e reconhecia a soberania do Peru sobre a região. Quando a guerra civil termina no Equador, os peruanos são expulsos e o Tratado de Mapasingue não é reconhecido.

Em 1887 os dois países iniciam negociações no intuito de resolver suas pendências fronteiriças. Em 1890 elaboram o Tratado García-Herrera, que concede ao Equador acesso ao Rio Maranõn e, consequentemente, ao rio Amazonas. Contudo, a partir do final do século dezenove a expansão da demanda mundial por látex confere à região amazônica uma maior importância econômica, tornando-se de grande valor, neste caso, a área concedida ao Equador. Os peruanos, então, recuam na confirmação do tratado.[7]

Entre 1909 e 1941 houve várias tentativas de mediação da disputa por parte de Espanha, Argentina, Brasil e Estados Unidos. Esses países, se não lograram a resolução da pendência territorial, pelo menos conseguiram evitar que Equador e Peru entrassem em guerra durante aquele intervalo de tempo. Porém, a tensão permanecia com a movimentação de soldados dos dois países na área em disputa.[8]

O confronto armado finalmente eclodiu em julho de 1941. Após vários enfrentamentos na fronteira, os soldados equatorianos foram vencidos e as tropas peruanas invadiram o Equador.[9] Em setembro, o Peru já ocupava toda a parte do território equatoriano que se estendia pela margem do rio Marañon até o rio Amazonas. Esta área era equivalente a mais da metade do território equatoriano antes do conflito.[10] Além disso, também haviam sido ocupadas áreas costeiras da província equatoriana de El Oro, que não faziam parte da disputa.[11] Formou-se então uma coalizão de países americanos para intervir na disputa, composta por Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. Entretanto, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra em dezembro (após o ataque japonês a Pearl Harbour), Equador e Peru foram pressionados pelos norte-americanos a acertar um acordo rapidamente, para que os Estados Unidos pudessem centrar sua atenção unicamente no conflito mundial. O acordo firmado no início da década de quarenta (Protocolo do Rio de Janeiro de 1942)[12] foi unilateralmente revogado pelo governo de Quito em 1960. O motivo alegado foi a descoberta do Rio Cenepa entre os rios Zamora e Santiago. De acordo com o Equador, um tratado baseado em dados geográficos imprecisos não poderia ser considerado válido, pois as imprecisões alterariam o consenso entre as partes.[13] O acordo do Rio de Janeiro previa que a fronteira seria estabelecida na porção de terra seca entre os rios Zamora e Santiago.

Porém, os garantes do acordo ignoravam a existência do Rio Cenepa cortando a tal porção de terra seca, o que fez com que, como dito, o Equador considerasse inválido aquele acordo.[14] Ainda ocorreriam dois incidentes armados, em 1978 e 1981, este conhecido como "Incidente de Pachica"[15], antes do confronto de janeiro/fevereiro de 1995 que desencadearia a organização da MOMEP.

Características gerais da MOMEP

Após aceitarem a mediação oferecida pelos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, as partes assinaram, em 17 de fevereiro de 1995, em Brasília, a "Declaração de Paz do Itamaraty", com o objetivo de consolidar o cessar-fogo e evitar novos embates. Ficou acordado, também, o envio à região de uma missão de observadores militares formada por representantes dos países garantes (a MOMEP).

A MOMEP manteve sua base principal em Patuca, no Equador, e um escritório em Bagua, no Peru. Atuou por meio do estabelecimento, com a concordância das partes, de uma Zona Desmilitarizada e duas zonas de controle na região do conflito. Nas zonas de controle, as partes em conflito poderiam manter seus postos militares, desde que os efetivos e armamentos fossem estritamente controlados pela missão e permanecessem aquartelados. A principal atuação da MOMEP foi a fiscalização aérea (helicópteros brasileiros Black-Hawk adquiridos dos Estados Unidos para a missão) daquelas zonas, com o intuito de verificar a continuidade do cessar- fogo acordado entre as partes para o prosseguimento das negociações diplomáticas. Os vôos eram tripulados por oficiais dos quatro países garantes, mais oficiais de Equador e Peru. Em 17 de junho de 1999, a MOMEP encerrava sua participação no processo de paz, após aproximadamente quatro anos e meio de trabalho.[16]

A participação do Brasil

A participação na MOMEP conferiu ao Exército Brasileiro uma experiência pioneira de atuação junto a outros exércitos do hemisfério americano numa operação real, envolvendo interesses comuns regionais. Num contexto mundial de blocos subcontinentais, a ação coordenada das forças armadas dos referidos países sul-americanos, em especial os amazônicos, pode mostrar-se mais adequada do que a preparação para a guerra contra supos-

tos inimigos vizinhos, tanto mais se considerarmos a noção de "novas ameaças" (narcotráfico, guerrilha, terrorismo, destruição do meio ambiente e, no caso específico de blocos subcontinentais do terceiro mundo, a hegemonia norte-americana após o fim da Guerra Fria), que traz um novo paradigma militar na concepção de "inimigo".[17]

Em que pese o caráter hegemônico dos Estados Unidos nos planos diplomático e militar (e é evidente que o Ministério das Relações Exteriores e as forças armadas brasileiras estão de acordo a esse respeito), a MOMEP expressaria um protagonismo do Brasil nesses mesmos planos. Parte da bibliografia norte-americana sobre o tema procura, em alguns momentos, minimizar a importância da coordenação brasileira, ao mesmo tempo em que atribui ao Comando Sul dos Estados Unidos toda a concepção da operação.[18]

Um acontecimento que endossaria a tese da pouca relevância do Brasil no processo seria a ameaça que os países garantes fizeram, no final de fevereiro de 1995, de entregar a questão do conflito à OEA, em face das constantes violações do cessar-fogo então recém-acertado. Aparentemente foi levada em conta pelos garantes a capacidade de dissuasão que aquele organismo teria sobre os contendores, com estrutura e poder para sugerir a imposição de embargos comerciais e a suspensão de créditos de agências internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, podendo fazer com que Equador e Peru enfrentassem sanções de natureza comercial e política.[19] Poder-se-ia sugerir, então, que a efetividade da MOMEP na garantia do cessar-fogo se deu à sombra de uma ameaça muito maior, qual seja a imposição de sanções materiais por parte da OEA, com a proeminência óbvia dos Estados Unidos.

Outros autores pesquisados, contudo, que enfatizam a necessidade de um caráter estritamente regional para a solução de conflitos dessa natureza, consideram a MOMEP como exemplo de cooperação a ser seguido pelas forças militares da região, num contexto em que países da América Latina tornam-se engajados em situações além de suas fronteiras imediatas. Embora nesses autores não haja menções específicas à coordenação brasileira, de uma maneira geral observam que casos como o da MOMEP contribuiriam para for-

talecer laços regionais, criando cada vez mais habilidade na resolução local de tais problemas.[20]

Conclusão

A argumentação acima embasaria a hipótese, já sugerida anteriormente, de que a MOMEP tenha se configurado num precedente de cooperação autônoma na região. Além disso, não seria difícil observarmos que a MOMEP pode ter sido, também, uma oportunidade utilizada pelo Brasil para manifestar uma pretendida vocação de liderança militar na região da América do Sul, tendo em vista exatamente o desenvolvimento da capacidade de coordenação da solução regional de conflitos aludida acima, a despeito da participação do Exército dos Estados Unidos na missão.[21] A questão da "liderança brasileira" pode ser encontrada em documentos militares e diplomáticos do nosso país. Seria o desejo de uma liderança discreta, porém efetiva.[22]

Diante de tal conjuntura, volta sempre à tona a questão do poderio dos Estados Unidos sobre o restante das Américas. E a preocupação que se aloja na última instância das reflexões é sempre a seguinte: qual a margem de manobra estratégica de que dispõem os países americanos candidatos a potências regionais? Em entrevista que nos concedeu em dezembro de 2003, o general equatoriano e professor da Flacso do Equador, Oswaldo Jarrín, argumenta que, embora as forças armadas dos países da América do Sul não possam evitar a hegemonia exercida pelos Estados Unidos sobre o continente, a formação de blocos nas sub-regiões é uma alternativa para a segurança coletiva. Lembra que, conforme consenso da Conferência Especial do México, a multidimensionalidade da noção de segurança exige uma representação mais eqüitativa dos países nas organizações internacionais, superando a antiga divisão em áreas de influência das duas maiores potências, conforme estabelecido após a Segunda Guerra Mundial. Considera necessário, segundo suas própria palavras,

> (...) un sistema internacional que integre a países con vocación cooperativa y de apoyo mutuo antes que en alianza común ante un enemigo inexistente en la post Guerra Fría. Diríamos un volver al pensamiento kantiano, de apoyo mutuo en la cobertura de las vulnerabilidades propias, menos confrontacional y más constructivo. En este nuevo horizonte de seguridad las FFAA resultan vitales no como elementos disuasivos, sino de autodefensa y de cooperación en la seguridad mutua de los países, como unico recurso para enfrentar amenazas reticulares transnacionales.[23]

No caso da América do Sul, antes que na condição de retorno ao pensamento kantiano, como sugere o General Jarrín, tal cooperação mútua se faz necessária num momento de política realista extremamente agressiva por parte dos Estados Unidos, em que cada país se torna muito mais vulnerável agindo sozinho. Considerar os Estados Unidos como "inimigos" na acepção comum do termo pode ser um equívoco, mas em algum grau sua atual política de Estado insere-se no rol das chamadas "novas ameaças" identificadas no espaço sul-americano.

---

[1] "MOMEP: um futuro de paz na Cordilheira de Cóndor". **Revista Verde-Oliva**, Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro, nº 166, 1999, p. 11. As bases legais para a formação da MOMEP encontravam-se já no "Protocolo do Rio de Janeiro" de fevereiro 1942, ano em que, após mais um embate fronteiriço, Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, acompanhados dos países contendores, assinaram o referido documento, comprometendo-se a assegurar a paz até que a fronteira estivesse totalmente demarcada. Em fevereiro de 1995, tendo como base o "Protocolo do Rio", diplomatas dos quatro países garantes mais Equador e Peru assinaram a "Declaração de Paz do Itamaraty entre Equador e Peru", tratado em que se previa o imediato envio de uma missão de observadores militares para a região em disputa.

[2] CASTRO, Terezinha de. Fronteira Peru-Equador, a Questão de Côndor. **A Defesa Nacional**, nº 768, abr/mai/jun 1995, pp. 39-47.

[3] ENGLISH, Adrian. **Armed Forces in Latin America.** London: Jane's, 1984, p. 234.

[4] PRADO , Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas.** São Paulo, Atual ed., 1987, p.29.

[5] Encyiclopaedia Britannica Online. Disponível em www.britannica.com/search?ct=&query=Peru&go_button.x=9&go_button.y=14, acessado em 15/03/05.

[6] CORKILL, David e CUBITT, David. **Ecuador: fragile democracy.** London, Latin America Bureau, 1988, pp. 98-99.

[7] *Idem.*

[8] *Ibid.*

[9] DORATIOTO, Francisco. **Espaços nacionais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 88.

[10] ENGLISH, Adrian , *op. cit.*, p. 235.

[11] DORATIOTO, Francisco, *op. cit.*

[12] PROTOCOLO DE PAZ, AMISTAD Y LÍMITES. Río de Janeiro, 26/02/1942. Base de Datos Ser en el 2000. Disponível em, www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb4d.htm , acessado em 16/02/05.

[13] MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard. Introduction. *In* MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.). **Security cooperation in the western hemisphere:** resolving the Ecuador-Peru conflict. Miami, North-South Center Press, 1999, p. 06.

[14] *Idem.*

[15] SCHEINA, Robert L.. **Latin America´s Wars: the age of the professional soldier. 1900-2001.** 2 Volume. Washington, Brassey´s, 2003, p. 123.

[16] **Revista Verde-Oliva**, *op. cit.*

[17] BIATO, Marcel. O Processo de Paz Peru-Equador. **Parcerias Estratégicas**, nº 06, pp. 241-247, março 1999.

[18] HILLER, Steve. Military observer mission Ecuador and Peru (MOMEP) and JTF Safe Border. **Center for Army Lessons Learned**, January-February, 1996. Disponível em http://call.army..mil/products/nftf/jan_feb.96/chpt6.htm, acessado em 03/10/02. SHELTON, Henry H. Special Operations Forces: Key Role in Preventive Defense. **Defense Issues**, vol.12, nº 12, 1997. Disponível em www.defenselink.mil/speeches/1997/s19970301-shelton.html, acessado em 03/10/02. WEIDNER, Glenn R. MOMEP's legacy: a new peace, a brighter future. **United States Army**, 1999. Disponível em http://carlisle-www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/momep's%20legacy.htm, acessado em 03/10/02. WEIDNER, Glenn R Peacekeeping in the upper Cenepa Valley: a regional response to crisis. **United States Army**, 1998. Disponível em http://carlisle-www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/momepndu.htm, acessado em 03/10/02.

[19] SELEME, Ascânio. Fiadores advertem Equador e Peru sobre sanções da OEA. **O Globo**, 25 fev.1995. O Mundo, p. 15.

[20] ESPINOSA, Carlos. Exorcising the demons of war: memory, identity and honor in the Ecuador-Peru peace negociations. **David Rockefeller Center for latin American Studies.** Harvard University, 1999. Disponível em www.faz.harvard.edu/~drclas/publications/PDFs/espinosa.pdf, consultado em 03/10/02. HERNANDEZ ,Daryle J. Peacekeeping and globalization in the west hemisphere: the Peru-Ecuador border conflict. **Community University Consortium for Environmental Justice**, 1999. Disponível em www.cucrej.rutgers.edu/global/hernandez.htm, acessado em 03/10/02. SPEEDY, John. Speech to graduates of the Command and General Staff course. **US Army School of the Americas**, 2000. Disponível em, www.army.mil/usamhi/usarsa/speech/cgsc_grad_speech.htm, consultado em 03/10/02.

[21] Para o presidente Fernando Henrique Cardoso a MOMEP teve outros objetivos, como a manutenção da estabilidade na região e o equilíbrio democrático nos países envolvidos. Porém, a vocação de liderança regional é um aspecto da auto-imagem do Exército, embora o papel do Ministério das Relações Exteriores seja tentar descaracterizar qualquer indício de tal intento que pareça hostil a vizinhos brasileiros.

[22] Estes documentos não demonstram o que seria tal liderança em sua natureza e funcionamento. Para efeito deste trabalho consideramos como "liderança", entretanto, a capacidade de um país tomar iniciativas diplomáticas e militares em condições de influenciar as decisões coletivas, isto é, de serem adotadas em partes significativas da sua formulação original. Em declarações públicas o general Gleuber recorre com freqüência à expressão "projeção de poder" , seja em âmbito interno ou externo. Ver páginas eletrônicas: defesa-net.web.terra.com.br/noticia/gengleuber/page2.html,www.horadopovo.com.br/2001a/abril/20-04-01/pag2d.htm,www.exercito.gov.br/05Notici/Namidia/impnot/2002/04/170402.htm, www.exercito.gov.br/05Notici/VO/171/organo.htm, consultadas em 20/10/02. Entenderemos por "projeção de poder" no âmbito externo a capacidade do Brasil influenciar militarmente as tomadas de decisões geopolíticas por parte dos integrantes da América do Sul.

[23] General (r) Oswaldo Jarrín, em entrevista gentilmente concedida a mim, por e-mail, em dezembro de 2003.

CULTURA E PODER EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI: AS TROVAS DE BANDARRA

Leandro Henrique Magalhães[1]

Gonçalo Annes Bandarra foi um sapateiro que viveu em Trancoso, uma comunidade cristã-nova da região da Beira, no início do século XVI, e que, posteriormente, foi identificado como fundador do sebastianismo e profeta da Restauração Portuguesa[2]. Nasceu por volta de 1500 e, a partir de 1541, data da realização do auto inquisitorial pelo qual foi condenado, não se tem mais informações sobre ele. O motivo que o levou a ser perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício fora seu envolvimento com um grupo de judaizantes, com sede em Lisboa e ramificações por todo o reino[3]. Fora acusado de possuir ascendência judaica, embora nunca ficasse provado. Tal posição poderia ser considerada, em num primeiro momento, como negativa para o sapateiro, pois os cargos e honras estavam vinculados a pureza do sangue e da inexistência de defeitos mecânicos, ou seja, que não realizasse atividades manuais[4]. No entanto, acreditamos que esse lugar social favoreceu a aceitação da sua obra, tanto na comunidade em que vivia quanto nas posteriores releituras que foram realizadas de suas Trovas.

Ao considerarmos a complexidade de clivagens e de clientelismos existentes na sociedade lusitana do século XVI, podemos encontrar pistas sobre o papel ocupado por Bandarra na Vila de Trancoso. Partimos de sua profissão, sapateiro, pertencente à classe dos mesteirais, categoria heterogênea que incluía desde os oficiais mecânicos até os almocreves e pescadores[5]. Os mesteirais eram, em sua maioria, uma população subjugada pelos comerciantes e pela aristocracia local, afastados da administração pública para melhor serem controlados, principalmente no tabelamento de seus produtos e serviços[6]. No entanto, os mesteres poderiam participar das sessões das Câmaras e, em alguns casos, tinham direito à voz, dependendo sempre do nível de sua organização.

Sua atuação na administração pública foi legalizada no início do século XVI, depois de oposição inicial dos vereadores[7]. Apesar da dificuldade de influenciarem diretamente nas Câmaras, exerciam certa autoridade local, pois socialmente estavam acima

dos assalariados e do grande número de pobres, marginais e vagabundos que compunham a sociedade lusa[8]. Alguns elementos demonstram a importância que um sapateiro podia adquirir: seu papel na estrutura militar, sua participação nas confrarias e casas de misericórdias e as entradas régias.

Apesar da profissão garantir um lugar de destaque para Bandarra na vila, o mesmo não ocorria em relação à elite portuguesa, que considerava os sapateiros pessoas de baixa posição, pois não deixavam de exercer um ofício mecânico, situação que causava constrangimento aos leitores da obra de Bandarra e a necessidade de justificar-se. Na maioria das vezes partia-se da crença da humildade do profeta, pois era costume de Deus utilizar-se de instrumentos imperfeitos para revelar seus desígnios, segundo e Evangelho de São Mateus[9]: "Eu te bendigo, pai, senhor do céu e da terra, porque escondestes estas coisas aos sábios e entendidos e as revelastes aos pequenos[10]".

Antonio Vieira, que considerava a obra de Bandarra como escrito profético, tendo utilizado-a como instrumento para justificar a subida ao trono de D. João IV[11], afirmava que era comum Deus utilizar-se dos mais simples para revelar sua palavra. Assim fizera com Seu próprio filho, que era carpinteiro, e com os apóstolos que o seguiram, em sua maioria pescadores, e com São Paulo, que era sapateiro[12]. Vieira alegava ainda que Deus inspirara as profecias de Bandarra, e não seu estilo, o que justificava o uso de palavras simples e toscas, com metáforas baixas para tratar de algo tão grande, como o estabelecimento do reino de Deus na Terra[13].

Também D. João de Castro, ao falar de Bandarra, lembra a escolha que Deus faz dos pequenos para anunciar ao seu povo Seus desígnios:

> *A quem Deos, que nada se despreza de pequenos, escolheo, dandolhe dom de profeçia, com que profetizou a conquista da Casa Sancta, & de toda a terra: auniversal promulgaçam do Evangelho por toda ella: o triumpho universal da cristandade de todos inimigos da igreja. Prometendo a El-Rey Dom Sebastiam & ao seu reyno de Portugal a melhor parte. Falla altissimos mysterios do dito senhor, dos seus, de estrangeiros, & da paz & liga geral entre os principes christaos, contra os infieis (p.02)*[14].

São freqüentes as referências bíblicas sobre a humildade do profeta, como a que aparece em Isaías, 53, quando diz que muitos duvidariam do enviado por ser pobre e não possuir riquezas, ou nas profecias de Daniel, sobre o Quinto Império, onde afirma que Deus daria o Seu reino até para o mais humilde de Seus súditos[15]. Neste caso, Ele utilizava elementos imperfeitos para revelar as obras perfeitas, o que favorecia a aceitação, por parte de letrados, da obra de Bandarra, cheio de graça e ouvido por gente humilde e letrada[16]. Só um homem com este perfil poderia interpretar a Bíblia e dizer coisas profundas.

Era comum, ainda, a confusão entre os mesteirais, em especial os sapateiros, com o profeta ou até mesmo o messias, como no caso de Luís Dias, alfaiate de Setúbal, considerado por muitos como messias e confundido com sapateiro por D. Henrique, em carta enviada a Roma. Muitos foram os sapateiros com fortes vínculos religiosos[17], como o Rabi Hanina e Rabi Oshayah, santos preferidos por Deus, segundo o Talmu, o pai de Matusalém, Enoque, São Cipriano e São Crispim, segundo a hagiografia cristã[18]. Há ainda outros vínculos importantes entre sapateiros, videntes ou messias: é o caso do aparecimento de um suposto messias, queimado em 1452, denominado Judeu do Sapato, referência dada a David Há-Reubeni. Para Elias Lipiner, há aqui uma referência da tradição popular deformada, tendo em vista que sapato pode ser corruptela de Safed, centro cabalista da antiga palestina, ou Sabath, *que guarda o sábado*. Em suma, a denominação judeu de Safed, ou judeu de Sabath, levou à formação da alcunha judeu do Sapato[19].

O fato de ser confundido com judeu e ser sapateiro embaraça os leitores de Bandarra que, entretanto, não escondia sua profissão, mas a destacava, fazendo comparações e utilizando metáforas próprias do seu ofício. Destaca os conflitos e a clivagem social que existia em Portugal, principalmente ao tratar de posições que estavam no limite de um estado para outro, o que demonstrava a existência de tensões. Na Introdução das Trovas, Bandarra ao mesmo tempo exalta sua sabedoria e adverte sobre a degeneração do mundo, à medida que um sapateiro saberia mais do que nobres e

religiosos. Na citação a seguir, afirma que, assim como os Bacharéis e Procuradores, ele também era oficial, porém seu trabalho era realizado com melhor qualidade:

V
Também sou oficial
Sei um pouco de cortiça
Não vejo fazer justiça
A todo o mundo em geral.

VI
Que agora a cada qual
Sem letras fazem Doutores,
Vejo muitos julgadores,
Que não sabem bem, nem mal.

VII
Borzeguins para calçar
Hão-de ser de cordovães
Notários, Tabaliães
Tem o tento em apanhar.

É importante ressaltar que as referências remetem aos membros da sociedade lusitana que, de alguma forma, podiam ameaçar a posição social de um sapateiro; Bandarra defendendo a manutenção da clivagem social lusitana que favorece a grande nobreza. Na passagem seguinte, Bandarra critica a nobreza lusitana, não a de sangue, mas aquela de linhagem duvidosa, formada a partir da compra dos títulos. Ele utilizando elementos de sua profissão para dar clareza às suas idéias:

XI
Há-de ser bem assentada
A obra dos chapins largos,
A linhagem dos Fidalgos
Por dinheiro é trocada.

XV
Sei também mui bem coser
Uns borzeguins Cordoveses;
Todos os trajos Franceses
Quem quer os quer já trazer.

É importante lembrar, como por Antonio da Silva Neves, que os borzeguis eram sapatos proibidos para lavradores e criadores de gado, transformando-se em elemento

de distinção social. Outra questão abordada pelo autor é a questão do luxo e da importação de vestimentas, que ameaçava a importância do sapateiro na sociedade lusitana, ao valorizar a figura do comerciante, seu concorrente direto dentro da estrutura social. Esse dado reafirma nossa tese de que Bandarra, quando critica a sociedade portuguesa, está antes defendendo a manutenção da ordem do que propondo alterações em sua estrutura[20].

Ainda em relação à situação da nobreza portuguesa, afirma que esta valorizava cada vez mais o dinheiro em detrimento do sangue. Lembremos que no período tratado havia uma diversidade de privilégios, que possibilitava a criação de categorias intermediárias de nobreza, com a aristocracia de corte distinguindo-se das demais, processo denominada de banalização dos títulos de nobreza, por criar estatutos intermediários entre o nobre de sangue e o povo, uma nobreza civil ou política, adquirida pela riqueza ou pela indústria[21]. Esta nobreza era desconsiderada pela de sangue e não utilizava o título de fidalgos, pois o alargamento da definição jurídica não foi acompanhada por sua representação, que continuava presa às antigas imagens e identidades. Esta questão é abordada nas Trovas de Bandarra, que faz referências ao abuso de poder da nobreza, que se vendia por dinheiro:

IX
Também sei algo brunir
Quaisquer laços de lavores:
Bacharéis, Procuradores
Aí vai o perseguir.

X
E quando lhe vão pedir
Conselho os demandões,
Como lhe faltam tostões,
Não os querem mais ouvir.

XI
Há-de ser bem assentada
A obra dos chapins largos,
A linhagem dos Fidalgos
Por dinheiro é trocada.

Suas críticas se estendem também aos religiosos, chamando atenção para a indisciplina clerical. Devemos ter claro que Bandarra escreve suas Trovas em um momento de crise do cristianismo, que tem seu auge com a Reforma e Contra Reforma. Esta temática é abordada já na apresentação de suas Trovas, quando denuncia a situação da igreja e a necessidade de mudanças:

I
Como nas Alcaçarias
Andam os couros às voltas,
Assim vejo grandes revoltas
Agora nas Cleresias.

II
Como usam de Simonias
E adoram os dinheiros,
As Igrejas, pardieiros,
Os corporais por mais vias.

III
O sumagre com a cal
Faz os couros ser mociços,
Ah! Quantos há maus noviços
Nessa Ordem Episcopal.

Bandarra não nega sua profissão, dirigindo-se num primeiro momento a um público restrito, formado pela população de Trancoso, e em seguida, para aqueles que atuavam em profissões mecânicas, como é o caso do tosedor que compilou suas Trovas. Utilizava uma linguagem compatível à de seus leitores, além de destacar um elemento que dava confiabilidade à sua obra: o fato de ser sapateiro. Era importante para Bandarra identificar-se com o povo e, ao mesmo tempo, colocar-se numa posição de destaque. Ao apresentar a situação em que Portugal se encontrava, procurava indicar meios para que a ordem fosse restabelecida e, desta forma, seu lugar social fosse mantido. Assim, chama atenção para a necessidade de um chefe que restabelecesse a ordem e encaminhasse Portugal ao seu destino: a conversão de todos os povos e a formação de um Império Universal Cristão.

A espera de um messias, juntamente com as expectativas escatológicas, intensificou-se nos séculos XV e XVI[22], além da conversão forçada dos judeus ao cristianismo fazer reviver as esperanças messiânicas, que se aliaram às dos cristãos velhos portugueses, de retomada da grandeza imperial e de conversão dos povos. Aquelas se intensificaram após a perda da soberania do reino, possibilitando novas interpretações para as Trovas de Bandarra[23], pois a figura do messias estava presente em sua obra, que identificava a vinda de um grande pastor morto por inveja de seus inimigos:

XXV
Virá o Grande Pastor,
Que se erguerá primeiro,
E Fernando tangedor,
E Pedro bom bailador,
E João bom ovelheiro.

LIII
Já mataram o grão Pastor,
Por inveja o mataram:
Porque era bom guardador
Das ovelhas bom criador;
Por cobiça o acabaram.

O pastor, porém, ressuscitaria para dar prosseguimento às profecias a ele destinadas:

LXXV
Já o Leão é experto
Mui alerto.
Já acordou, anda caminho.
Tirará cedo do ninho
O porco, e é mui certo.
Fugirá para o deserto,
Do Leão, e seu bramido,
Demonstra que vai ferido
Desse bom Rei Encoberto.

Ao identificar o rei encoberto com o leão, Bandarra utilizando a simbologia judaica, pois o felino representa a tribo de Judá e os reis davídicos, sendo Portugal considerado descendente desta tribo e seu rei, de David[24]. Alia, novamente, as expectativas dos judeus convertidos às dos portugueses, pois o rei salvador teria origem tanto no sangue

de David quanto na casa real portuguesa, levando muitos a acreditarem, por exemplo, que o duque de Bragança tinha seu sangue misturado com o da tribo de Judá[25].

Portugal é identificado assim como o povo judeu, herdeiro de seu destino imperial, tendo por missão a expansão da fé e a conversão universal, noções aliadas às de novo mundo e de império. Bandarra entende a História de Portugal como sagrada, fazendo parte de uma tradição profética inaugurada na fundação do reino, com a Lenda de Ourique, reafirmando sua sacralização e seu papel como Reino de Deus na Terra:

---

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor no Centro Universitário Filadélfia – UniFil, onde exerce a função de Coordenador de Pesquisas e Publicações Científicas. Diretor de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares de Londrina e Região – SINPRO. Autor do livro "Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios", pela editora da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

[2] AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Presença, 1958.

[3] LIPINER, Elias. *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imâgo, 1993.

[4] *Idem.* p. 28.

[5] MORENO, Humberto Baquero. As Quatro Ordens da Sociedade Quatrocentistas. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, 1998, no. 5.

[6] Cortes de Évora-Viana, de 1481-1482, proibiam os mesteirais de participarem das câmaras, sendo que somente em casos isolados e opor iniciativas individuais alcançava-se cargos na administração municipal. COELHO, Maria Helena da Cruz. Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, 1998, no. 5, pp. 121-145.

[7] BETHENCOURT, Francisco. Os Equilíbrios Sociais do Poder. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 164.

[8] COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*

[9] LIPINER, Elias. *Op. Cit.* p. 20.

[10] Mateus 11, 25

[11] MAGALHÃES, Leandro Henrique. *A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antonio Vieira (164-1661)*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2000.

[12] VIEIRA, Padre Antonio. *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*. 2 tomos. Bahia: Progresso, 1957, tomo I, p. 152-157.

[13] "Os humildes e desprezados do mundo são os escolhidos de Deus, e os que mais chega a si e os que só trata familiarmente. Enquanto Moisés foi grande e vivia no Paço do Faraó não teve revelações do céu; mas depois que guardava as ovelhas de Jetro nos desertos de Madian, então lhe apareceu Deus em graça (...). (...) Toda a enchente de sabedoria divina, como diz o texto sagrado, habita em Cristo, e este Cristo quando veio a este mundo, escolheu, para habitar, a casa de um oficial, São Paulo, que foi arrebatado ao 3º. céu. E se lhe revelarão lá os maiores mistérios, era oficial mecânico". *Idem***.** p.156.

[14] CASTRO, D. Iom. *Paraphrase et Concordancia de Alguas Propheçias de Bandarra, Çapateiro de Trancoso*, 1603.

[15] LIPINER, Elias. *Op. Cit.* p. 20.

[16] AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. Cit.* p. 10.

[17] NEVES, Antônio da Silva. *Bandarra: O Profeta de Trancoso*. Lisboa: Europa América, 1990, p.40.

[18] HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado*: a Construção do Sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhias das Letras, 1998, p. 48.

[19] LIPINER, Elias. *Op. Cit.* p.335, nota 43.

[20] NEVES, Antônio da Silva, *Op. Cit.* p.68-70

[21] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 297-314.

[22] CHAUÍ, Marilena. Profecias e Tempo de Fim. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Brasil 500 Anos: a Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[23] SÉRGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1953.

[24] LE GOFF, Jacques. Escatologia. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1: Memória - História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

[25] SARAIVA, Antonio José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1985.

O INPI e a transferência de tecnologia: uma análise das políticas de controle sobre as contratações tecnológicas durante o regime militar brasileiro[1]

Leandro Miranda Malavota – PPG-UFRJ

Introdução

A promoção de um acelerado e efetivo processo de desenvolvimento científico-tecnológico e industrial constituiu-se em um dos principais objetivos estratégicos estabelecidos pelos sucessivos governos militares instalados após a derrubada da democracia populista no Brasil. Partindo de uma concepção em que ciência, tecnologia e indústria são tomadas como elementos inextrincáveis e cujo fortalecimento – na condição de promotores do progresso econômico e do bem-estar social — era essencial à segurança nacional, buscou o regime construir as condições propícias para seu avanço a partir da implementação de políticas específicas para tal fim. Neste sentido, dentre os diferentes campos englobados por uma ampla ação estratégica, um dos mais destacados teria sido o da transferência de tecnologia, tendo recebido um tratamento governamental privilegiado. Neste trabalho, embora sem maiores aprofundamentos em função dos limites a que se submete, procuraremos analisar alguns dos aspectos concernentes às políticas desenvolvidas pelo regime militar para o campo da transferência de tecnologia, estabelecendo como objeto específico de estudo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), agência federal responsável pelo controle das contratações tecnológicas estabelecidas entre empresas nacionais e estrangeiras. Deve-se salientar que as reflexões aqui desenvolvidas constituem-se em resultados preliminares de uma pesquisa ainda em andamento, sendo passíveis, portanto, de posteriores aperfeiçoamentos ou revisões.

O INPI e a transferência de tecnologia no Brasil (1970-1984): notas de pesquisa

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial foi criado durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), através da Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de

1970, como uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, cujas atribuições seriam a execução das normas reguladoras da propriedade industrial e a efetuação do controle e regulação sobre o comércio de tecnologia no Brasil. A criação do novo órgão e as funções a ele atribuídas podem ser compreendidas como parte de um reordenamento efetuado pelo regime militar do aparato jurídico-institucional de controle sobre o mercado tecnológico, que passava a se constituir em uma área-chave dentro uma ampla estratégia de desenvolvimento científico-tecnológico e industrial. Essencialmente, eram três as atividades-fim da autarquia: concessão de privilégios oferecidos por patentes de invenção e registros de marcas (função herdada de seu antecessor, o Departamento Nacional da Propriedade Industrial); controle e regulação do comércio de tecnologia entre o Brasil e o exterior; disponibilização e divulgação de informação tecnológica. Para efeitos deste trabalho, centraremos nossa análise na segunda das atribuições citadas, procurando, ainda que sucintamente, discutir o papel exercido pela instituição de intervenção nas relações entre empresas nacionais e estrangeiras no mercado tecnológico.

A despeito de suas distintas atribuições, pode-se afirmar que a criação do INPI teria representado principalmente uma tentativa de solução para problemas de setores da indústria nacional concernentes à contratação de tecnologia externa.[2] Encarregado pelo controle e regulação do comércio de tecnologia entre empresas nacionais e estrangeiras, teriam sido estas funções exercidas a partir de duas linhas gerais de atuação: fiscalização dos contratos de tecnologia e assessoria ao empresariado nacional para obtenção das melhores condições possíveis para negociação e utilização de tecnologia importada. Neste sentido, assumiu a autarquia um papel de direta intervenção no mercado de tecnologia, ficando responsável pela execução do *screening* dos contratos tecnológicos, ou seja, a apreciação e avaliação das transações tecnológicas efetuadas entre empresas nacionais e estrangeiras, tendo poderes para modificação ou veto dos termos contratuais.[3]

Um exame preliminar das políticas de controle sobre a contratação de tecnologia estrangeira durante o regime militar permite a identificação de dois momentos distintos. Uma fase inicial, compreendida aproximadamente entre os anos de 1972 e 1978 [4] — abrangendo

as três primeiras administrações do INPI —, caracterizar-se-ia por uma ênfase por parte dos agentes estabelecidos na instituição aos aspectos internos dos contratos, isto é, as condições de negociação das tecnologias. A prioridade da avaliação contratual era dada essencialmente para a apuração de valores, fiscalização de procedimentos e eliminação de cláusulas restritivas. Desta forma, procurava-se assessorar as empresas nacionais no processo de negociação, fortalecendo seu poder de barganha perante os ofertantes internacionais, oferecendo-lhes uma visão mais ampla da oferta e dos preços, bem como apontando alternativas mais interessantes (quando existentes) dentro do próprio mercado. Como órgão responsável pela averbação dos contratos tecnológicos, passaria então o INPI a se constituir em uma importante instância formuladora de políticas, dispondo de fartos recursos — financeiros, institucionais e de poder — que conferiam a seus agentes relevante grau de autonomia para o exercício de suas funções.[5]

A primeira grande intervenção sobre as contratações tecnológicas deu-se no setor hoteleiro, estabelecendo-se uma regulamentação específica para as contratações entre empresas nacionais e estrangeiras envolvendo instalação e operação de hotéis e estabelecimentos afins, essencialmente licenças para uso de marcas estrangeiras, assistência técnica e serviços administrativos.[6] Um ano depois, no ano de 1975, seria expedido o Ato Normativo nº 15 (AN 15/75), que estipulava conceitos básicos e normas gerais para averbação de contratos tecnológicos. Por ele foram estabelecidos, entre outras coisas, os efeitos da averbação, a classificação dos contratos conforme seus objetos e objetivos, os prazos contratuais, os valores máximos permitidos, as cláusulas obrigatórias e aquelas consideradas restritivas (sendo por isso proibidas), etc.[7] Destacam-se ainda como instrumentos efetivos de intervenção sobre as contratações tecnológicas o AN 30/78, que estipulava normas para averbação de contratos no setor de veículos automotivos,[8] e o AN 32/78, que instituía a obrigatoriedade de consulta prévia ao INPI para determinados tipos de contratos.[9] O primeiro, entre outras providências, proibia, especificamente no setor automobilístico, contratos de *know-how* classificados na categoria Fornecimento de Tecnologia Industrial (FTI) — tecnologias para a fabricação de bens de consumo ou

insumos em geral —, bem como limitava as contratações classificadas nas demais categorias somente aos casos em que não houvesse disponibilidade de tecnologias semelhantes no mercado nacional. Já o último, por sua vez, embora aparentemente voltado a aspectos puramente formais do processo de averbação, reforçava o poder de intervenção da instituição sobre as negociações tecnológicas, evitando que a avaliação do INPI fosse feita sobre contratos já consumados.[10]

A partir de 1979 a política institucional começaria a sofrer uma inflexão, adicionando-se aos controles sobre as formas de contratação de tecnologia estrangeira a criação de instrumentos de promoção da plena absorção das tecnologias importadas pela indústria nacional, bem como de incentivo ao desenvolvimento da estrutura tecnológica do país. Os primeiros esboços desta nova diretriz política são construídos ainda no ano anterior, quando através do AN 30/78 estabeleceu-se, especificamente para o setor automobilístico, a proibição da importação de tecnologias em caso de existência de similares no mercado nacional. Era este setor um dos líderes na remessa de capitais para o exterior, boa parte deles provenientes de *royalties* tecnológicos. Se por um lado a ação interventora visava principalmente limitar este tipo de remessa, aliviando seu peso sobre o balanço de pagamentos, por outro, ao obrigar as indústrias estabelecidas no setor a priorizarem o consumo de tecnologia disponível internamente, beneficiava setores industriais nacionais que começavam a se capacitar tecnologicamente, oferecendo-lhes uma reserva de mercado. A partir do ano seguinte esta linha política se tornaria mais explícita, sendo incorporados progressivamente novos setores ao rol de proteção da política governamental. A avaliação da necessidade de importação era a nova prioridade, restringindo-se contratações que envolvessem objetos que fossem produzidos por empresas nacionais. De fato, esta diretriz foi consolidada principalmente após a expedição dos Atos Normativos n°s 60/82 e 64/83: o primeiro estabelecia novas normas para a contratação de serviços técnicos especializados, entre os quais estavam incluídos os contratos de serviço de engenharia, redefinindo os tipos de serviços passíveis de importação, as condições gerais de contratação, valores para remuneração, prazos, garantias e vedações;[11] já o último, entre

várias outras providências, estabelecia como condição para a averbação de contratos que os ofertantes de tecnologia (empresas estrangeiras) implementassem programas de investimentos em infra-estrutura tecnológica e pesquisa junto à própria empresa contratante ou a instituições de pesquisa ou universidades.[12]

De acordo com as estatísticas publicadas anualmente pela instituição através de seus Relatórios de Atividades, entre 1972 e 1984 foram encaminhados ao INPI 25.385 pedidos de averbação de contratos. Deste total apenas 21.424 teriam sido submetidos a algum tipo de decisão (deferimento, indeferimento ou arquivamento), ou seja cerca de 84% dos pedidos apresentados. Do total de pedidos decididos, cerca de 87% teriam sido aprovados, podendo-se perceber ainda que este alto percentual de aprovações ter-se-ia mantido constante durante praticamente todo o período. Os setores líderes em encaminhamento de contratos ao INPI foram, respectivamente, os de metalurgia, mecânica (máquinas e equipamentos), extração de minerais (com destaque para o petróleo), química (incluindo a petroquímica), têxtil, energia elétrica, engenharia, transporte e comunicações, concentrando cerca de 70% do total de contratos averbados. Tratava-se, portanto, de setores industriais ligados a atividades industriais de alto grau de complexidade, compostos por empresas privadas e estatais cujo desenvolvimento demandava a utilização progressiva de máquinas e técnicas sofisticadas. A manutenção de um processo acelerado de expansão atrelava-se, portanto, ao acesso a essas tecnologias de ponta, que poderiam ser obtidas tanto através da importação quanto por meios do desenvolvimento de tecnologia própria. Neste sentido, a utilização dos instrumentos de intervenção do Estado no mercado tecnológico era uma forma de garantir a esses grupos o atendimento de seus interesses de obtenção mais fácil e barata das tecnologias necessárias a suas atividades. Ao mesmo tempo, alguns desses setores começavam a avançar na criação de tecnologia própria e à medida que desenvolviam suas atividades passavam a disputar mercados com as empresas estrangeiras. Desta forma, para além de apoio nas negociações para obtenção de tecnologia, tais setores passavam a demandar alguma margem de proteção a suas atividades frente à concorrência externa, papel que só poderia ser exercido por uma

intervenção específica do governo, através de seus instrumentos de política econômica, nas relações estabelecidas entre empresas nacionais e estrangeiras no mercado de tecnologia.

Partindo-se desta constatação, torna-se importante a análise dos mecanismos de representação de interesses no interior da instituição. Um exame inicial nos permite perceber que desde os primeiros anos de funcionamento da autarquia alguns setores já se mostravam mais fortemente representados no processo de tomada de decisões. Uma das formas mais significativas de representação dos interesses empresariais junto ao INPI seria a participação ativa de algumas entidades de classe no processo de tomada de decisões. O setor de engenharia seria um exemplo destacado: além de ter estado amplamente presente nos quadros da instituição em todo o período, marcaria também sua participação no processo decisório a partir da atuação direta de suas entidades representativas, tais como a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE) e a Associação Brasileira de Engenharia e Montagens Industriais (ABEMI), na avaliação dos pedidos de averbação de contratos, o que seria viabilizado e oficializado com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para o setor.[13] Para além de uma atuação puramente técnica e restrita ao *screening* contratual, o GT de engenharia teria sido responsável por uma ampla reformulação das normas concernentes a este tipo de contratação, consolidada a partir expedição do AN 60/82. Este ato redefiniria algumas das disposições do AN 15/75, especificamente no que tange aos contratos de serviços técnicos especializados, estabelecendo novas regras para remunerações, prazos, garantias e vedações. Destaca-se entre as normas criadas pelo AN 60/82 o condicionamento das contratações de serviços de engenharia e consultoria junto a empresas estrangeiras à inexistência de capacitação nacional. As contratações no setor, desta forma, deveriam ser prioritariamente estabelecidas junto a ofertantes internos, sendo que apenas mediante a ausência de empresas brasileiras aptas a realizar os serviços requeridos se poderia apelar à importação. Posteriormente, outros Grupos Setoriais seriam implementados, englobando os setores químico e petroquímico, de bens de capital, farmacêutico e de informática, todos eles envolvendo associações empresariais e de classe diretamente interessadas, além de outros órgãos do governo e instituições de pesquisa. [14]

Conclusão

Diante das constatações efetuadas nesta fase específica da pesquisa, é possível perceber que longe de ter ser sido motivado por uma racionalidade puramente técnica, calcada em critérios tecnocráticos de eficiência e eficácia, o tratamento governamental para a área de importação de tecnologia teria apresentado um relevante conteúdo político. Tomando-se como referência a concepção de política de Estado como "resultado das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado",[15] podemos interpretar as políticas implementadas pelo INPI como resultantes materiais das disputas ocorridas no campo tecnológico entre diferentes grupos empresariais. A supremacia de um determinado projeto e a ocupação por parte das forças sociais a ele integradas de um lugar privilegiado na rede de relações de poder disponibilizaria aos agentes envolvidos a utilização dos recursos especiais oferecidos pela máquina do Estado para o atendimento de suas principais demandas. Logo, sendo os aparelhos de Estado lugares por excelência de cristalização das disputas entre forças divergentes, constituindo-se — em função de seus resultados — em sedes do poder de determinadas frações do bloco hegemônico, as políticas de controle sobre a importação de tecnologia desenvolvidas durante o regime militar teriam atendido aos anseios de setores dinâmicos do empresariado brasileiro que procuravam desenvolver suas atividades nos padrões avançados do capitalismo internacional. Tal processo demandava amplo acesso a tecnologias de ponta, o que, no entanto, era muitas vezes dificultado devido às características do mercado internacional de tecnologia, que, em face de seu alto grau de oligopolização, reservava aos compradores condições de negociação muitas vezes desvantajosas. Neste sentido, a ação de regulação sobre o capital estrangeiro nas contratações tecnológicas, exercida por um arcabouço jurídico-institucional próprio para a matéria, antes de ter atuado na contramão dos interesses econômicos de uma burguesia industrial avançada, ter-se-ia constituído em uma de suas demandas, uma vez que assegurava meios de proteção e apoio a suas atividades. O INPI — peça principal do sistema de controle —, portanto, funcionaria como um espaço

privilegiado de articulação de grupos empresariais nacionais tendo em vista sua plena inserção no sistema produtivo capitalista moderno. Seria a autarquia uma face da aparelhagem institucional do Estado dotada de instrumentos específicos de política econômica que permitiriam a seus agentes intervirem nas relações entre capitais nacionais e estrangeiros no mercado de tecnologia, não de forma exterior, a partir de uma função de mediação ou arbitragem, mas organizando e representando os interesses de setores específicos da indústria nacional, fundamentalmente os de máquinas e equipamentos, metalurgia, química e petroquímica, petróleo e serviços de engenharia e consultoria.

Notas

[1] Este artigo é um desdobramento das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP), ligado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenado pelo Prof. Renato Lemos. As reflexões aqui desenvolvidas baseiam-se nos resultados preliminares do projeto de pesquisa intitulado *Patentes, marcas e transferência de tecnologia durante o regime militar: um estudo sobre a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (1970-1984)*, vinculado ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS).

[2] Os argumentos que alicerçam tal afirmação são apresentados em CRUZ FILHO, Murillo. "History of the industrial property strategies and transfer of technology administrative system in Brazil: 1950-1997". *ADM.MADE,* Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, ano 1, n.2, p.117-33, jul. 2001.

[3] Para maiores informações a respeito das funções e dos efeitos do *screening* dos contratos de tecnologia, ver BARBOSA, Antônio L. F. *Propriedade e quase-propriedade no comércio de tecnologia.* Brasília: CNPq, 1981, p. 119, 140-4.

[4] Embora tenha sido criado em 1970, somente a partir de 1972, com a entrada em vigor da Lei nº 5772/71 — que estabelecia um novo Código da Propriedade Industrial — começaria o INPI a exercer o *screening* sobre os contratos de tecnologia.

[5] Para uma conceituação sobre os recursos de que dispõem as agências públicas para o exercício de suas funções, ver ABRANCHES, Sérgio H. "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975". In: LIMA JÚNIOR, Olavo B., ABRANCHES, Sérgio H. (coord.). *As origens da crise: Estado autoritário e planejamento no Brasil.* São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987, p. 165-7.

[6] Portaria n.º 471, de 9 de dezembro de 1974.

[7] Ato Normativo n.º 15, de 16 de setembro de 1975. Para uma descrição mais detalhada deste documento legal, ver GRUPO INDEPENDENTE. *Atos normativos sobre transferência de tecnologia: evolução e impactos*, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1985 p. 10-9. CARDOZO, Arthur C. *A implantação de leis e regulamentos sobre transferência de tecnologia: a experiência do Brasil.* Rio de Janeiro: INPI, 1988. BARBOSA, Antônio L. F. *Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p.359-60.

[8] Ato Normativo nº 30, de 19 de janeiro de 1978.

[9] Ato Normativo nº 32, de 5 de maio de 1978.

[10] Ver FONSECA NETTO, Henrique P. *Liberalização do Sistema de controle e regulação da transferência de tecnologia no Brasil — Implicações e prováveis conseqüências sobre a questão*. Rio de Janeiro: INPI, 1986, p. 31-3. CARDOZO, Arthur C. *Op cit*., p.5.

[11] Ato Normativo nº 60, de 24 de março de 1982.

[12] Ato Normativo nº 64, de 16 de setembro de 1983.

[13] O Grupo Trabalho para o setor de engenharia e consultoria foi criado através da Portaria nº 19, de 25 de janeiro de 1980. Composto por técnicos do INPI e por representantes de entidades de classe do setor, o GT teria como atribuição principal a análise dos contratos de importação de serviços técnicos especializados (projetos, estudos de planejamento, gerenciamento e execução de empreendimentos, montagens, programas de computador, consultorias, etc.).

[14] Outros exemplos de entidades de classe diretamente envolvidas na apreciação de contratos e formulação de políticas são a ABDIB, a ABIMAQ — ambas no setor de bens de capital — e a ABIQUIM — no setor químico e petroquímico. Entre os órgãos governamentais incluíam-se instituições de financiamento (FINEP, FINAME, BNDES), planejamento (CDI, SEI), fiscalização (Receita Federal, Banco Central), pesquisa (especialmente o Instituto de Pesquisas de São Paulo) e empresas estatais (com destaque para a Petrobrás).

[15] POULANTZAS, Nicos. *O Estado , o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 152.

O INÍCIO DA FALANGE VERMELHA

LEANDRO MIRANDA MALAVOTA

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES (IPCM)

Inaugurado em 1963, o IPCM é o primeiro presídio estadual na Ilha Grande e sua inauguração se dá na mesma época em que acabam os recursos federais para o sistema penitenciário carioca que entra, então, em grande crise financeira. Uma das primeiras formas de manifestação dessa crise é o fim do enxoval, ou seja, seu uniforme, produtos de higiene pessoal e cigarros, o que cria, entre os próprios presos, uma hierarquia e mais um problema: desenvolve-se, dentro das prisões, uma economia ilegal, tudo passa a ser comercializável. E não há apenas o pagamento em dinheiro, mas especialmente em cigarros (muito comum à época) e favores. Como os condenados mandados para a Ilha Grande eram, em sua maioria, 'caídos' (ou pobres ou que foram abandonados por suas famílias), lá a situação tornou-se ainda mais grave.

Além disso, as instituições carcerárias instaladas na Ilha Grande sempre haviam recebido presos políticos ou detentos com penas leves. O IPCM, porém, é criado para ser um presídio de segurança máxima.

Em 1964, mesmo com o Golpe e a prisão de diversos ativistas políticos, não houve mudanças naquela unidade carcerária. Estas só começaram a ocorrer com o endurecimento do regime. Em 1968, com o decreto do Ato Institucional n. 5, o número de presos dobra: em menos de 1 mês são mandadas 56 pessoas para um presídio que até então abrigava apenas 51 detentos. No ano seguinte, ocorre uma fuga em massa da Penitenciária Lemos de Britto ('a vitrine do sistema penal') e, em resposta, os presos políticos que lá se encontravam foram transferidos para a Ilha Grande e mantidos isolados da massa carcerária.

Com o Decreto-Lei n. 898, que modifica artigos já existentes na Lei de Segurança Nacional (LSN), qualquer pessoa que pratique delitos como assalto, seqüestro ou

roubo, será punida por essa nova versão da LSN, independente de seu crime ter ou não intenções políticas. Assim, o governo aproximava a imagem do guerrilheiro à do bandido e negava a existência de presos políticos no Brasil.

É a partir daí que a galeria B do IPCM, que mais tarde ficará conhecida como 'fundão', passará a abrigar apenas os presos da LSN, com apenas 1 hora de banho de sol por dia e sem trabalhar nas oficinas do presídio, isolando-os assim, dos outros detentos e levando à convivência de presos políticos e comuns.

O PERFIL DOS MILITANTES

Os militantes políticos da década de 70 eram, em sua maioria, jovens pertencentes à classe média urbana. Um levantamento feito pelo projeto 'Brasil: Nunca Mais'mostra que, entre 1964 e 1979, 39% dos presos políticos tinham 25 anos ou menos e eram, em sua maioria, moradores de centros urbanos, pertencentes às classes média ou alta (para se ter uma idéia, mais de metade deles havia atingido a Universidade). Nas entrevistas feitas ao longo da pesquisa, os presos políticos comentaram como essas características traziam dificuldades nas prisões e também na relação com os presos comuns. O depoimento de Paulo Henrique ilustra bem essa situação:

"Havia esse aspecto cultural (...) Não posso negar que a gente tinha muito preconceito em relação às drogas, com relação a tudo isso, por própria formação - a maioria do pessoal da luta armada era classe média, de origem religiosa. Com uma formação completamente diferente da formação deles, que eram pessoas de origem humilde, a maioria analfabeta, com uma história de vida muito degradada, machucada".

Quando consideramos, porém, a situação dos presos políticos antes de seus julgamentos (não terem seu paradeiro conhecido e, por muitas vezes, nem mesmo sua prisão reconhecida pelas autoridades; a proibição das visitas; torturas), percebemos

que o medo que eles tinham dos presos comuns, das violências e explorações que poderiam sofrer dividia espaço com a garantia de terem sido julgados e irem para um presídio civil.

Ao mesmo tempo em que se encontravam na situação de criminosos culpados, também estavam livres da polícia política e, com ela, das torturas e do risco de desaparecimento. Outra garantia era que seu paradeiro seria conhecido por sua família e amigos, que assim poderiam lhe apoiar. Nesta situação, o risco de embates com os presos comuns era preferível à 'convivência'com os militares.

A CONVIVÊNCIA

Apesar da expectativa, a convivência entre os condenados pela LSN foi mais calma do que se esperava, especialmente pelo comportamento dos presos comuns. Como afirma Colombo Vieira, "o negócio dos caras era o seguinte: era cumprir as penas ou fugir. Ele tá menos preocupado com o outro ali do lado".

Havia, entre os presos políticos, algumas regras, como não fumar maconha, não fazer sexo na prisão e, também, não roubarem uns aos outros. Estas, além de facilitar suas vidas naquela situação de encarceramento, também serviam para man[1]tê-los com uma identidade diferenciada, de militantes políticos. Como estavam em maioria, foi fácil impor suas regras aos presos comuns que ali se encontravam.

Os presos políticos promoveram uma série de melhorias, como a farmácia e a biblioteca. E levaram para a Ilha Grande duas organizações que eram suas marcas em todos os presídios por onde passavam: o fundo coletivo e o colegiado. O fundo coletivo era uma despensa onde se guardavam todas as comidas que os presos políticos recebiam de suas visitas e que, depois, eram divididas igualmente entre eles. Já o colegiado era um grupo pequeno, escolhido entre os presos políticos, daqueles que seriam seus representantes frente a administração do presídio.

Essa organização, somada à hegemonia dos presos políticos naquela galeria e à sua luta para melhorar as condições da prisão fizeram com que esse grupo fosse "muito respeitado, não só pelos presos comuns como pela guarda".

Houve também a organização da Farmácia e da Biblioteca. É importante frisar que os presos políticos não faziam doações de livros ou remédios para o IPCM; estes ficavam em suas celas e, quando necessário, outros presos ou então os agentes carcerários faziam o pedido a eles. A Biblioteca, apesar de ser conhecida pelos guardas, só funcionava entre os próprios presos, chegando mesmo a ter livros marxistas.

A Farmácia, por sua vez, era aberta à toda a comunidade da Vila de Dois Rios, pois a dificuldade de conseguir medicamentos (especialmente pela distância em que se encontravam) se estendia também à família dos guardas: "os presos políticos tinham uma farmácia que servia tanto à guarda, como à família dos guardas, à família dos PM's, servia também pros presos comuns, porque a farmácia do presídio não tinha nada".

Houve também uma série de cursos promovidos pelos presos políticos em sua galeria. Sua intenção era tanto formar grupos de discussão – como os que já existiam entre os movimentos e organizações antes de sua 'queda'- quanto melhorar o nível escolar de alguns presos. Manoel Henrique nos dá dimensão da variedade de cursos oferecidos: "nós fazíamos grupos de estudo. Eu, por exemplo, dava aula de curso primário para alguns companheiros que eram analfabetos. Tinham estudos de economia, marxismo". Esses cursos, apesar de não serem exclusivos, eram voltados para os próprios presos políticos, sendo rara a participação dos presos comuns.

O MURO

Em 1973 ocorreu o furto do relógio de um preso político, Cláudio Câmara, por um preso comum, Ricardo Duran. Colombo Vieira explica a situação: "Ele (Ricardo Duran) roubou o relógio de alguém, Cláudio Câmara, e então o pessoal falou vamos, nós,

matando esse cara, nós submetemos os demais. Primeiro, ele passou do limite, e bater simplesmente... Nós estaríamos nos igualando aos torturadores: vamos bater pra corrigir? Então sentenciou-se a pena de morte (...) foi decidida a morte do cara e foram matar, mas aí foi muita gente... Muita gente batendo num só acaba um batendo no outro e não fazendo... E ainda foi uma ação de surpresa, que nem todos os presos políticos sabiam, foi uma coisa decidida a nível de representação, enfim, do comando de lá, e que criou uma revolta até entre os presos políticos (...) Depois desse episódio é que vem o pedido de separação, aí se utiliza, na verdade, a violência do preso comum e o conflito com os presos comuns foi utilizado pra gente conseguir a separação".

O roubo desse relógio se torna estopim de uma luta que, para os presos políticos já levava anos: eles queriam tratamento diferenciado, a separação dos outros presos. Como já foi dito, o governo não reconhecia a existência de presos políticos no Brasil, e a construção desse muro forçava as autoridades a admitirem a existência de dois grupos distintos entre os presos da LSN.

Em 1975 já não haviam mais presos políticos no IPCM. Porém, é só nesse momento que o Diretor da SUSIPE, Augusto Thompson, autoriza a mistura do grupo condenado pela LSN, que ainda se encontrava no 'fundão', ao resto da massa carcerária.

OBJETIVOS DA FALANGE

O sociólogo Edmundo campos Coelho afirma que "um dos efeitos da convivência dos presos políticos com os LSN na Ilha Grande foi o de formar, em alguns desses últimos a convicção de que a observância aos direitos dos presos deve ser antes uma conquista da ação organizada da massa carcerária do que uma concessão da administração (...)Não se trata de superestimar aqui a consciência política de vários dos componentes do grupo dos LSN (...) seria um erro, contudo, subestimá-la com base na ausência de uma formação mais ideológica".

Muitas das atitudes tomadas por esse grupo imitavam a dos presos políticos: greve de fome; divisão igualitária de recursos entre o grupo. O discurso de Carlos Gregório, o Gordo, deixa claro o exemplo seguido: "O preso político tinha ma banana e dividia em 30 prá todo mundo comer. Se um comia, todo mundo tinha que comer, se dez não comiam, os outros não comiam. Então, a partir daí, começou a surgir essa idéia coletiva".

O que se pode perceber, nesse e em todos os depoimentos, é a criação - ao longo dos anos de convivência com os presos políticos e de isolamento do resto da massa carcerária - de um grupo coeso, com regras diferentes das vistas até então nas prisões. Observa-se também a imitação de diversas medidas tomadas pelos presos políticos, como o fundo comunitário, o colegiado e as regras internas do grupo.

Nesse primeiro momento, há uma série de embates com as autoridades: greves de fome, abaixo- assinados, denúncias de maus tratos e de espancamentos. Todos seguindo o modelo observado pelos presos políticos e visando a melhora de condições na vida intra-muros. Para Edmundo Campos Coelho, "os 'Leis de segurança' não tinham vínculos com grupos organizados fora das prisões, nem interesses localizados em qualquer comunidade externa, nem recursos que não fossem existentes dentro dos muros das cadeias".

Tijuca: um lugar de memória na Música Popular Brasileira

Leila Medeiros de Menezes – UERJ

Falar da Tijuca é sem dúvida, falar de tradição, de celeiro da música, de paisagem bucólica (sim, ainda se pode desfrutar desse privilégio), de memória musical, dentre outras coisas.

Tijuca, bairro situado na zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, vem se destacando, desde o seu surgimento, como um bairro charmoso e aprazível; local democrático de diálogo entre diferentes e diferenças. O nome é de origem indígena e quer dizer terreno argiloso e lamacento, bastante próprio, portanto, para o plantio de muitas espécies vegetais.

Tomemos os versos iniciais do Hino do bairro, de autoria de Lourdes Figueiredo e Maria Alice Pinto Saraiva, datado de 1965:

Entre morros verdejantes
A Tijuca foi crescendo
Nas manhãs, saraus e festas
Violões tocando

Geograficamente,a Tijuca nasceu cercada pelo grande maciço de mesmo nome, presenteada com a grande reserva de Mata Atlântica, o que tornava o local, segundo declaração de um estrangeiro que esteve no Brasil em 1874, "tão saudável, fresco e agradável para viver que por lá não chega[va] o germe da febre amarela"[i], tendo em vista, de acordo com o seu depoimento, que o bairro situava-se numa elevação de quase dois mil pés acima da cidade.

O bairro está ligado por uma malha de transportes (rodoviários e ferroviário – Metrô) praticamente a todas as regiões da Cidade do Rio de Janeiro, oferecendo uma infraestrutura comercial que garante o grande vai-vem de pessoas por suas principais artérias, o que permite também a grande circulação e troca de informações.

Segundo Gerson, a "Praça Saenz Peña, nos dias de hoje, representa para toda a zona norte [do Rio] um papel semelhante ao da avenida Nossa Senhora de Copacabana para a zona sul [da cidade do Rio], tão cheia de vida que ela é, centro de tantas diferentes atividades"[ii], mas também palco de muitos encontros e desencontros entre morro e asfalto.

É fala corrente entre seus habitantes ser o único bairro do Rio de Janeiro com epíteto: *Tijucano* – um título soberano, conforme declara o compositor Moacyr Luz, ilustre morador do bairro, verdadeiro tijucano. O tijucano tem tanto orgulho de sua condição que costuma declarar, mesmo tendo alcançado o seu sonho dourado de morar na Barra, que 'até a Barra é da Tijuca' – "nós os tijucanos, 'libertos' das amarras concretas do espaço geográfico, nela permanecemos por toda vida, onde quer que estejamos"[iii] . Coisa de tijucano!

Hoje, devido à ocupação desordenada do maciço da Tijuca por inúmeras comunidades das classes populares - favelas, o bairro está totalmente descaracterizado, no que se refere à paisagem natural, que já foi o seu cartão postal. A grande concentração de área verde, ainda presente na região, localiza-se no Parque Nacional da Tijuca, que abriga a bela Floresta urbana, refúgio de lazer dos cariocas, principalmente nos finais de semana. Todo esse manancial serve de inspiração aos artistas moradores do bairro (ou não, mas tijucanos de coração).

Os versos de Aguiar ilustram bastante bem a Tijuca de ontem e a Tijuca de hoje:

> Das plantações de cana e café à rua das flores
> Do Major Archer ao Parque Nacional da Tijuca
> Da Fonte do Vintém à Bica do Monteiro
> Do corso ao Salgueiro, Unidos e Império
> De Lamartine Babo a Aldir Blanc e Moacyr Luz
> Das chácaras aos condomínios
> Dos bailes de gala ao Alzirão
> A Tijuca conserva seus encantos [iv]

Do bairro tranqüilo, conservador, com certo ar de aristocracia ao bairro agitado, violento e partido, entre morro e asfalto, vai uma grande distância, mas, sem dúvida, a Tijuca ainda conserva muitos encantos em vários cantos e recantos.

Aguiar revisita, de forma bastante sintética, o processo de transformação pelo qual passou o bairro. As antigas lavouras de café e engenhos de cana-de-açúcar deram lugar a agitada rua das Flores (rua Major Ávila) assim chamada pelo grande número de quiosques de venda de flores ali instalados, colorindo e enfeitando a dureza dos prédios que circundam a Praça Saenz Peña; da Fonte do Vintém (onde hoje é a rua Aguiar) que distribuía água para a população à Bica do Monteiro, hoje uma relíquia para o bairro; dos corsos dos antigos carnavais às grandes escolas de samba; da música de ontem – Lamartine Babo, Noel Rosa, Sinval Silva – à música de hoje – Aldir Blanc, Moacyr Luz e tantos músicos ainda anônimos pelos 'bares da vida'; dos bailes de gala dos quase vinte clubes localizados no bairro ao espaço democrático das grandes comemorações no *Alzirão,* ponto de concentração de muitas gentes, fazendo do local uma explosão de alegria e de grandes encontros (confluência das ruas Alzira Brandão e Conde de Bonfim).

A Tijuca sempre se caracterizou por manter uma íntima relação com as manifestações culturais da Cidade do Rio de Janeiro. Era considerada a 'Cinelândia da zona norte', chegando a ter duas salas de projeção a mais do que a Cinelândia, na zona centro do Rio. Vários estúdios cinematográficos também escolheram o bairro para ali se instalarem: *Estúdio Ômega Filmes, Brasil Vita Filmes, Estúdio Atlântida, Companhia Cinematográfica Herbert Richers*, que hoje abriga um dos estúdios da *Rede Globo de Televisão*. A *Companhia Brasileira de Discos* teve como endereço de sua sede a Estrada das Furnas, no Alto da Tijuca. Os quase vinte clubes sociais localizados no bairro, dentre eles nove clubes luso-brasileiros, possibilitaram maior circulação dos modismos e das trocas sociais e culturais.

Na década de 30 (século XX) foi inaugurada a *Rádio Cajuti*, ligada institucionalmente ao *Tijuca Tênis Clube*, na qual havia um programa dirigido por Francisco Alves. Neste programa foram lançados vários nomes da nossa música, como, por exemplo, Orlando Silva. Hoje o bairro ainda mantém uma emissora de rádio, na faixa FM, com alcance somente na grande Tijuca, com o objetivo de veicular a boa música nacional e os serviços oferecidos pela região. A emissora é basicamente mantida pelos comerciantes dos bairros, interessados na divulgação de seus produtos.

O famoso *Café Palheta,* instalado no coração da Praça Saenz Peña, tornou-se o ícone da resistência cultural e artística da Tijuca, principalmente nos idos e sofridos anos 60 e 70 (século XX). Local de muitos encontros e discussões de projetos. Era comum entre os tijucanos, após a saída dos cinemas, ouvir-se a seguinte frase: *Que tal um cafezinho no Palheta?*

Recentemente, no ano de 2004, quando o *Café* se viu obrigado a fechar suas portas, tendo em vista a venda do imóvel que o abrigava, houve grande mobilização dos tijucanos pela sua preservação naquele mesmo local. Tal fato levou a Prefeitura do Rio a assumir acordo com os novos proprietários do imóvel, que, mesmo com a mudança de ramo (passaria a ser uma farmácia), o espaço de entrada deveria ser mantido de forma a continuar abrigando um lugar de memória, tão importante não só para o bairro, mas, acima de tudo, para a Cidade. Hoje, com a sensibilidade de todos, o *Café Palheta* continua presença marcante na Tijuca e na vida de todos os Tijucanos.

Não foi por acaso que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro escolheu a Tijuca para instalar o *Centro Coreográfico do Município do Rio de Janeiro,* no antigo espaço histórico que abrigou até o final do século passado a fábrica da cervejaria *Brahma,* na avenida Maracanã; também, não por acaso, está instalando o *Centro de Referência da Música Carioca,* em um antigo casarão, em estilo eclético, construído em 1939,

que ainda preserva muito de sua beleza original, situado à rua Conde de Bonfim, esquina com rua Garibaldi, exatamente em frente ao hoje famoso Bar da Dona Maria (Bar Brotinho), *point* de reuniões musicais, ponto de encontro de músicos tais como Aldir Blanc, Moacyr Luz (moradores ilustres da rua Garibaldi), Jards Macalé, Luiz Carlos da Vila, Carlinhos Sete Cordas, Monarco, Beth Carvalho, dentre outros.

Segundo as palavras de Aldir Blanc,

> É no buteco da esquina que arquitetamos nossos projetos mais sublimes, nossos sonhos mais elevados – os mesmos que desmoranam assim que enfiamos a chave na fechadura do que se convencionou chamar de residência. Tudo bem. O lar é meu segundo bar.[v]

Sem dúvida, os bares da Tijuca vêm sendo, ao longo de décadas (a história está ai para comprovar), espaços privilegiados onde muitos dos movimentos musicais têm sido gestados. O Bar da Dona Maria não foge à essa regra. O violão é sempre presença marcante naquele espaço de convivência entre tijucanos de muitas paragens.

Valdemar Ressurreição, um cearence que virou tijucano, compôs uma canção para enaltecer o bairro que o adotou; trata-se da canção *Meu bairro canta,* gravado pelo grupo *Quatro Ases e um Coringa.* Eis os seus versos:

> Eu quero enaltecer um bem que adoro,
> O meu bairro onde moro,
> meus amigos fiéis.
> Dizer que o meu coração não sai
> Saenz Peña, rua Uruguai, a Muda, Ponto Cem Réis.
> Citar a velha Fábrica de Chitas,
> Tantas garotas bonitas
> Que o Salgueiro tem aos pés.[vi]

É interessante destacar que Ressurreição na década de 50 do século passado já apontava, em canção, que seu bairro, a Tijuca, cantava – e continua cantando: nos bares, nos ensaios das escolas de samba, nas biroscas dos inúmeros morros que circundam a região.

Foi abandonando os saraus aristocráticos e ganhando as ruas, os bares. Foi descendo o morro e se fazendo presente no asfalto, que a música vem, ao longo de décadas, inundando toda a Tijuca e se fazendo mais do que presente no mapa musical da Cidade, encontrando o seu grande ancoradouro na região que aqui chamaremos de grande Tijuca, incluindo os bairros da Tijuca, Estácio, Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú, Mangueira. Região que se tornou responsável pelo surgimento dos grandes movimentos musicais e o lançamento de grandes nomes da Música Popular Brasileira.

A região é hoje considerada o celeiro de bambas da nossa melhor música. Das toadas de violão, serenatas, valsas e maxixes ao movimento da Bossa Nova, tendo como semente o fã-clube Sinatra-Farney (rua Moura Brito); do samba de raiz aos pagodes nas mesas dos inúmeros bares espalhados nas muitas esquinas dos bairros; dos antigos cordões e corsos dos antigos carnavais ao grande número de blocos e bandas surgidos no interior dos bares, dentre tantos podemos destacar: *Nem Muda Nem Sai de Cima, Chope Duplo, Hadock, Segunda*; da Deixa Falar (primeira escola de samba, nascida no bairro do Estácio) à explosão no carnaval de 2005 da Unidos da Tijuca, passando pelo Salgueiro, Mangueira, Vila Isabel, Império da Tijuca, Bloco Carnavalesco Flor da Mina do Andaraí; das rodas de samba ao movimento da Jovem Guarda, surgido no *Divino Bar* (rua Hodock Lobo esquina de rua Barão de Ubá) nos encontros de Erasmo e Roberto Carlos, Tim Maia, Jorge Benjor, Wanderléia, Vanderley Cardoso; do Divino Bar ao Bar da Dona Maria, onde hoje há uma interessante 'agitação' musical em torno do Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima, liderado por Aldir Blanc e Moacyr Luz; das batidas das caixas de fósforos de Noel Rosa aos 'chorões' do Bar do Chico's outro *point* de 'agitação' musical que enche de som e alegria o bairro do Maracanã, nos finais das tardes de domingo; dos encontros musicais na residência do psiquiatra Aloísio Portocarreiro (rua Jaceguai 27), na

décadas de 60 e 70 do século XX aos saraus na residência de Moacyr Luz (rua Garibaldi 61); de Ismael Silva a Martinho da Vila, passando por Cartola, Nelson Cavaquinho, Nelson Sargento, Luiz Carlos da Vila, Ney Lopes, Zuzuca, Bala, Sinval Silva, Luiz Melodia; do Bando dos Tangarás (década de 20 – séc.XX) ao Movimento Artístico Universitário – MAU (décadas 60 e 70 – séc. XX), passando por Noel Rosa, João de Barros (o Braguinha), Almirante, Ivan Lins, Luiz Gonzaga Júnior (o Gonzaguinha), César Costa Filho, Paulo Emílio, todos os sons e tons tiveram e continuam tendo lugar neste pedaço, ainda romântico e bucólico da Cidade do Rio de Janeiro (apesar de todos os apesares).

Ruy Castro, em seu livro *Chega de Saudade: a história e as histórias da bossa nova,* declara que, já no ano de 1949, "ignorando o escarcéu de cuícas e reco-recos que vinha do bárbaro mundo exterior"[vii], as reuniões que aconteciam em um porão situado à rua Moura Brito, na Tijuca, envolvendo os fãs de Frank Sinatra e Dick Farney, apontavam, sem saberem, para a semente do que viria a ser o grande movimento da Bossa Nova.

O Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima, já anteriormente mencionado, revisitou e deu visibilidade à história musical do bairro, no Carnaval de 2003; assim, o tema escolhido para seu samba foi *Tijuca, berço da MPB ou Que turma maluca essa da Tijuca,* tendo como versos iniciais:

O som da MPB ecoa forte na Tijuca
Nem Muda Nem Sai de Cima
Traz o canto das esquinas
Dessa turma tão maluca.[viii]

Como vemos, a música sempre explodiu nos recantos da grande Tijuca, enchendo o ambiente de muitos tons e cantos diferenciados. Somados às valsas e maxixes, à Bossa Nova, à Jovem Guarda, as cuícas e os reco-recos começaram a ecoar com mais evidência nas paragens da região – Salgueiro, Mangueira, Unidos da Vila Isabel,

da Tijuca, de São Carlos, Império da Tijuca vêm marcando a cadência do samba, unindo morro e asfalto. É ainda comum no período compreendido entre as festas de final do ano – Natal e Ano Novo – e o Dia de Reis, as principais ruas da Tijuca e da Mangueira se vestirem com as cores e os sons das Folias de Reis, para realizarem seus encontros. Preservam essa tradição as comunidades da Formiga, do Borel e da Mangueira.

Como diz Moacyr Luz, na Tijuca "[o] paralelepípedo corta a história, o pitoresco atravessa uma lembrança e até os morros dos pergaminhos se elevam com luzes e um caminho com nomes".

Notas:

[i] - Elizabeth Dezouzart Cardoso et alii. *História dos bairros: Tijuca.* Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, 1984. p. 36. In. Lili Rose Cruz Oliveira e Nelson Aguiar. *Tijuca, de rua em rua.* Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004. p.21.

[ii] - Brasil Gerson. *História das ruas do Rio.* 5. Ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000. p.355.

[iii] - Op. cit. I. p. 81.

[iv] - Idem. p. 11.

[v] - Aldir Blanc. *Rua dos Artistas: Diabololô.* Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil* – Caderno B, 05/05/2005. p. B5.

[vi] - Versos da canção exaltativa de Valdemar Ressurreição, intitulada *Meu bairro canta,* composta em 1950 pelo grupo Quatro Ases e um Coringa, retirada do livro *Tijuca, de rua em rua,* de Lili Rose e Nelson Aguiar, obra já citada.

[vii] - Ruy Castro. *Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 36.

[viii] - Tema do samba do Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima para o Carnaval 2003, de autoria de Guilherme Sá, Leandro Paulo, Marcello Motta, Thiago Daniel e Vicente Oliveira.

JUSTIÇA E RELAÇÕES DE PODER: A MAGISTRATURA PROFISSIONAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1827 - 1841)

LEILA MENEZES DUARTE

Justiça e Constitucionalismo no Brasil Independente

Este trabalho é o resultado das primeiras observações de uma pesquisa sobre a formação da Justiça de primeira instância no Brasil independente e suas práticas institucionais e políticas.

A análise do tema se insere em uma preocupação mais ampla sobre a organização judiciária do Império, tal como foi definida pela Constituição de 1824 e, especialmente, pelo Código de Processo Criminal de 1832. A estrutura criada era muito mais propícia a construir um Estado elitista e excludente do que a constituir o Poder Judiciário como expressão de uma justiça asseguradora dos direitos individuais do cidadão, fonte de soberania do Estado democrático.

O constitucionalismo do final do século XVIII e do século XIX concebia a Constituição de um país como "poderoso instrumento de ordenação das instituições e direcionamento da sociedade"[1] e afirmava os princípios de soberania da nação, separação de poderes, e direitos individuais. Esse ideário liberal esteve presente na Constituição brasileira do Império, porém, ao ser aplicado ao campo da organização da Justiça, somente foram enfatizadas a independência dos poderes e a soberania nacional. A defesa dos direitos individuais esteve ausente tanto do discurso de profissionais do Direito e de legisladores, como da prática jurídica desenvolvida pela magistratura profissional.

Se, desde a década de 1820, a independência do Poder Judiciário e a soberania da nação foram fortemente defendidas no discurso dos liberais do Império e na experiência

prática dos Tribunais do Júri e dos Juizados de Paz, o mesmo não se pode dizer em relação aos direitos individuais. José Murilo de Carvalho demonstra que, sob o Império, "... as elites ilustradas, agentes da modernização de cima para baixo, se mostraram muito mais eficientes em cooptar setores dominantes do que em atrair a população para dentro do sistema."[2]

Essa discussão remete ao papel que, hoje, se quer atribuir ao Direito e à Justiça no Estado Democrático de Direito, em que o Poder Judiciário e a Justiça Constitucional devem ser redimensionados para assegurarem a aplicação dos compromissos ético-sociais expressos na Constituição de 1988, e para que o Direito estabelecido no texto constitucional possa efetivamente "constituir" a sociedade.[3]

Reafirmamos que o trabalho que ora apresentamos reúne apenas as observações iniciais sobre as principais questões que nortearão a pesquisa: quais foram as formas de incorporação dos princípios constitucionais na prática judiciária do início do Império? Que papel coube ao magistrado profissional de primeira instância, nomeado, nessa nova organização da Justiça? Que tensões surgiram entre esse grupo e os magistrados eleitos? Como se relacionaram os Juízes de Direito com o Tribunal do Júri, por eles presidido? Quais eram as ligações dos Juízes de Direito com a elite local e com a nacional? Como se davam as relações político-administrativas entre esses juízes e os órgãos provinciais e imperiais? Como se expressou o silêncio da magistratura sobre a afirmação dos direitos individuais? A população de homens livres pobres, a quem interessaria a defesa dos direitos de cidadania, se viu como sujeito desses direitos?

O presente trabalho parte da constatação de que as instituições jurídicas que se estruturaram com a Constituição do Império apresentaram uma complexa combinação de fundamentos teóricos de Antigo Regime com os do modelo liberal, gerando tensões políticas na prática judiciária. À concepção do governante como expressão máxima da justiça, presente no modelo que vigorou até o século XVIII, contrapunha-se a ideologia liberal que dava ênfase à soberania da nação e à independência do Poder Judiciário. No período colonial, a magistratura era fortemente identificada com a Coroa Portuguesa. No Império

Constitucional do Brasil, as concepções desse modelo sobreviveram nas figuras dos Juízes de Direito e dos Juízes Municipais, nomeados. O modelo liberal expressou-se na magistratura eleita dos Juízes de Paz, e no corpo de juízes "de fato", os jurados, escolhidos dentre os cidadãos eleitores de 2º grau, representantes, portanto, da soberania da nação e garantia de um Poder Judiciário independente.

A existência de uma magistratura profissional nomeada, o Juiz de Direito, esvaziada de seus poderes judiciais pelo Código de Processo Criminal de 1832, em benefício de uma magistratura eleita, o Juiz de Paz, que passava a ser detentora de grande poder, definiu novas relações políticas e novas práticas na administração da justiça.

O foco principal deste trabalho estará centrado na magistratura de primeira instância da Província do Rio de Janeiro, entre 1827 e 1841, respectivamente, ano da criação do Juízo de Paz, e fim desse sistema judicial, com a reforma do Código de Processo Criminal. Esse período é marcado por grande ascensão da produção cafeeira na Província e pelo surgimento do mais importante estrato social do Império, o dos grandes fazendeiros do café do Vale do Paraíba e grandes produtores de cana-de-açúcar do norte da Província. Representantes desse grupo compunham a elite política, e os magistrados, eles próprios fazendeiros ou filhos dos grandes proprietários de terras e escravos, formavam um dos setores da burocracia que mais elementos forneciam para essa elite política[4]. A magistratura de primeira instância da Província do Rio de Janeiro, mais especialmente a judicatura profissional, adquiriu uma expressão nacional ao participar da Assembléia Legislativa do Império e das principais funções políticas, ocupando os Ministérios ou a Presidência da Província, mais alto cargo do governo provincial. O papel que o Código de Processo Criminal definia para o Juiz de Direito não condizia pois com o poder político que ele detinha.

O período enfocado é marcado por duas conjunturas políticas bem definidas que irão ter uma grande influência sobre as instituições jurídicas. A primeira é dominada pelas idéias liberais, que já haviam delineado os principais pontos do ideário da Revolução na Constituição de 1824 e os impuseram legalmente em 1827 e 1832 com a instituição dos

Juizados de Paz e do Júri. O ponto de inflexão é o ano de 1837, quando conservadores assumem o Ministério e dominam o Parlamento, dando início ao período chamado de Regresso, e quando as próprias experiências liberais haviam demonstrado grandes deficiências, acarretando fortes demandas por reformas. Em 1841, fecha-se o ciclo liberal com a reforma do Código de Processo Criminal, que restaura a centralização política, destitui o Juiz de Paz de suas funções judiciais e transforma a instituição do júri.

Nessa fase inicial da pesquisa, foi analisada parte da documentação manuscrita que reúne a correspondência trocada entre o Presidente da Província do Rio de Janeiro e os Juízes Municipais, de Direito e de Paz, no período enfocado. Os relatórios apresentados à Assembléia Legislativa provincial pelos Presidentes da Província, e à Assembléia Geral, pelos Ministros da Justiça do Império, também serviram de fonte de consulta.

Grande parte da bibliografia secundária que trata do tema privilegia a discussão sobre as tensões que se desencadearam e se alternaram entre uma política centralizadora e uma outra que dava ênfase à política local. Constata-se, entretanto, uma grande escassez de estudos sobre esse período com ênfase nos aspectos históricos e jurídicos, utilizando-se de outras fontes documentais que não sejam as legislativas.

Juízes nomeados e juízes eleitos: a face híbrida do Poder Judiciário no Império

Sob o Império, a administração da Justiça na Província estava subordinada ao Presidente da Província, representante máximo do Poder Executivo central, numa clara demonstração de que o princípio de separação entre autoridades administrativas e judiciárias ainda não havia se firmado na prática.

Muitos autores, mesmo conservadores como Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, reconhecem a “confusão do Poder Administrativo com o Judiciário”[5], herança do modelo do Antigo Regime.

Na década de 1820, os liberais depositaram fortes esperanças na instituição dos Juizados de Paz com a qual acreditavam desafiar o poder de D. Pedro I e tornar independente o Poder Judiciário. Estavam também preocupados com as alianças locais feitas pelos magistrados, preferindo que os juízes ficassem sob o controle de seus aliados e não controlados pelo Imperador, como observou Thomas Flory.[6]

Nos relatórios dos Ministros da Justiça pode-se acompanhar a crescente perda de credibilidade no funcionamento do sistema de júri e na atuação da Justiça de Paz. Até mesmo políticos liberais, como o Ministro da Justiça Antônio Paulino Limpo de Abreu, reconheciam que "a instituição dod Juízes de Paz mereceu ao princípio os maiores aplausos e elogios; depois veio a época de sua decadência."[7]

Conservadores, como Paulino Soares de Souza, "gênio criador do Regresso"[8], e que também era magistrado, defendiam que fosse devolvida a formação de culpa à magistratura profissional do Juiz de Direito, por conhecerem os meandros das leis.[9]

O Juiz de Direito atuava nas Comarcas e era escolhido "dentre os bacharéis formados em direito, maiores de vinte e dois anos, bem conceituados"[10]. A exigência do bacharelado já definia o estrato social ao qual esse Juiz estava ligado. Proprietário de terras, ou filho de um deles, freqüentemente esse juiz se licenciava de suas funções para tratar dos negócios de suas fazendas ou para assumir funções legislativas, na Corte.

Nessas circunstâncias, cabia ao Juiz Municipal ocupar interinamente as funções do Juiz de Direito, para as quais nem sempre se considerava apto, como foi o caso do Juiz Municipal de São José do Príncipe, Francisco Augusto Guilhermino.

Acusado pela Câmara de seu Município de "prevaricador", por não ter assumido a presidência do Tribunal de Jurados, na ausência do Juiz de Direito da Comarca, aquele juiz, em longa correspondência ao Presidente da Província, datada de 13 de maio de 1835, argumenta que como "homem leigo, falto daqueles conhecimentos precisos para bem desempenhar um tal ato tratou de dissolver o dito Júri (...) porque falecem-se os meios de dirigir um negócio de tanta ponderação"[11] E, mais à frente, pergunta como poderia, "eu, homem lavrador e sem princípios, nomeado interinamente pela mesma Câmara para uma

falta repentina, tornar-me por assim dizer de um dia para outro mestre das leis e jurisconsulto?”[12]. Conclui sua longa defesa afirmando: “se é de lei que a Câmara escolha pessoas não ilustradas para ela mesma as acusar por não poderem exercer funções superiores a sua inteligência, triste é essa lei e, mais triste ainda, a condição do cidadão que a ela está sujeito.”[13]

Essa longa defesa do Juiz Municipal em correspondência enviada ao Presidente da Província do Rio de Janeiro traz à luz as relações de clara subordinação que os juízes nomeados — o Juiz de Direito e o Municipal — tinham com a maior autoridade do Executivo provincial. O Presidente da Província “ordenava” as medidas ou procedimentos a serem efetivados pelos juízes nomeados e estes prontamente o obedeciam. O Presidente da Província também atuava como árbitro nos conflitos envolvendo as relações profissionais entre Juízes Municipais, Juízes de Paz, Promotores e outras autoridades locais com o Juiz de Direito.

Não era incomum uma autoridade civil ou eclesiástica apresentar denúncias do Juiz de Direito ao Presidente da Província, geralmente por ele não ter reunido o Júri pelo menos duas vezes ao ano ou por suspeição no julgamento. A defesa a essas acusações era sempre muito bem fundamentada e os argumentos desenvolvidos pelo Juiz de Direito tentavam convencer o Presidente da Província que, em última instância, era responsável por sua manutenção no cargo.

Em 24 de junho de 1835, o Juiz de Direito, João Caldas Viana, respondendo à acusação da Câmara Municipal de Barra Mansa de que não reunia os jurados para os julgamentos e não presidia as sessões, deixando esse encargo quase sempre ao Juiz Municipal, defendia-se afirmando que efetuava as sessões do Júri com regularidade, pois as considerava como “o mais importante dos deveres”, e também porque não queria deixar os jurados “entregues à imperícia e ignorância do Juiz Municipal”.[14]

Presidir o Conselho dos Jurados era uma das principais incumbências legais do Juiz de Direito. Nas sessões, ele era responsável por regular o debate das partes, dos advogados e testemunhas; instruir os jurados sobre o processo em curso ou pontos do

direito, sem que manifestasse ou deixasse entrever sua opinião sobre a prova; cuidar da ordem e aplicar a lei ao fato.

Se o Juiz de Direito não manifestava sua opinião sobre a prova, aos jurados, ele o fazia, sobre a sentença, ao relatar as sessões na correspondência para o Presidente da Província. Poucas vezes sua decisão coincidia com as sentenças dadas pelo Júri. Com observações como "acho injusta a decisão em quanto ao grau", ou "sentença com a qual me conformo", os Juízes de Direito apresentavam os argumentos para defesa de sua apreciação. Em um desses relatórios, o Juiz de Direito Luiz Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes, de Itaboraí, em 13 de dezembro de 1838, afirma: "Noto neste processo que, desde o seu começo, ele foi acompanhado de arbitrariedades e torpezas, visto que o juiz da culpa [isto é, o Juiz de Paz] não pronunciou os réus ... A vista do que fica dito não posso deixar de classificar injustíssima tal sentença."[15]

Além de assumir a presidência do júri, o Juiz de Direito era também responsável pela Chefia de Polícia, nas cidades populosas onde poderia haver até três Juízes de Direito.[16] Na prática, entretanto, mesmo atuando em cidades menores, o Juiz de Direito era a principal autoridade policial de sua Comarca, a quem o Juiz de Paz e o Municipal recorriam quando havia grave perturbação da ordem pública, mesmo cabendo a este último exercer cumulativamente a jurisdição policial no Termo [17].

Uma situação relatada pelo Juiz Municipal ao Presidente da Província, em 12 de março de 1835, ilustra o que foi dito acima. Como o Juiz de Direito da comarca de Campos de Goitacazes encontrava-se em Macaé e Cabo Frio, presidindo o Conselho de Jurados, os Juízes de Paz recorreram ao Juiz Municipal, para coordenar a ação conjunta dos Juízes de Paz, da Polícia e da Guarda Nacional, organizada para reprimir reuniões de escravos que ocorriam não somente nessa cidade como também em Araruama e Rio Bonito, reflexo das notícias da sublevação dos malês na Bahia.[18]

Era o Juiz de Direito quem inspecionava o trabalho dos Juízes de Paz e Municipais, o que o transformava no responsável por reunir os dados obtidos destes dois juízes sobre o número de assassinatos e suicídios, envolvendo escravos, livres e libertos; os termos de

bem-viver[19] fornecidos; as prisões efetuadas; e questões de disputa pela propriedade ou pela posse de terras, temas mais recorrentes na correspondência mantida com o Presidente da Província.

Para concluir essa breve comunicação, pode-se observar que os dois sistemas judiciários adotados nas décadas de 1820 e 1830 representaram a manutenção de um modelo de Antigo Regime e a implantação de um modelo liberal, gerando tensões não somente entre a elite política que passou a defender reformas, mas também na prática judicial que levava Juízes de Direito, Juízes Municipais e de Paz a se oporem entre si. A partir de meados da década de 1830 a defesa de ampliação da jurisdição do Juiz de Direito passou a se impor no cenário político, o que, somado ao descrédito que foi tomando conta das instituições liberais do júri e dos Juízes de Paz, acabou por acontecer em 1841, com a reforma do Código de Processo Criminal do Império.

NOTAS

[1] WEHLING, Arno. "Constitucionalismo e engenharia social no contexto da Independência". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 150, n. 362, 1989, pp. 188.
[2] CARVALHO, J.M. "Cidadania: Tipos e Percursos", in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 9., nº 18, 1996, p. 356.
[3] STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 149.
[4] CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 148.
[5] URUGUAI, Paulino José Soares de Souza, Visconde de. **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. Brasília: Ministério da Justiça, 1997, p. 370.
[6] FLORY. Thomas. **El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial. Control social y estabilidad política em el nuevo Estado**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986, p. 62
[7] BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária do ano de 1836, p. 30.
[8] FLORY, op.cit., p. 215
[9] FLORY, op.cit., p. 217
[10] BRASIL. Código do Processo Criminal de Primeira Instância. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, art. 44, p. 194.
[11] APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Presidência da Província, Notação 193, maço 3.
[12] Idem.
[13] Idem.
[14] Idem, Notação 191, maço 1.
[15] Idem, Notação 200, maço 1.
[16] BRASIL. Código do Processo Criminal de Primeira Instância. Op. cit., art. 6º, p. 187.
[17] Idem, art. 35, § 1º, p. 192.
[18] APERJ, Fundo Presidência da Província, Notação 192, maço 4.
[19] Era atribuição do Juiz de Paz fazer assinar esse Termo por qualquer suspeito "da pretensão de cometer algum crime", bem como por vadios, mendigos, bêbados, prostitutas e turbulentos que perturbassem a tranqüilidade pública. BRASIL, Código de Processo Criminal, op. cit., art. 12, § 2º e 3º.

O feminino e os quadrinhos: Mulher-Maravilha (1942-1960).

Lenita Gerez - UEL

As histórias em quadrinhos são um gênero típico das culturas de massas. Isso significa que elas se apresentam como formas organizadas de produção culturais que visam atingir às mais variadas camadas da sociedade. No entanto, elas vão além dessa perspectiva de mercado, pois são também uma referência cultural de uma determinada sociedade. Sendo assim, os quadrinhos, a partir da idéia de paradigma indiciário, são passíveis de transformação ao longo de sua existência[1]. Não obstante, muito já foi dito sobre os quadrinhos e suas origens, a ponto de entusiastas compará-las aos mais diversos tipos de manifestações culturais e artísticas existentes, sejam elas pinturas rupestres, ou até mesmo em hieróglifos egípcios, ou quem sabe ainda remetê-las ao período romântico.[2] Porém, tais manifestações não podem por sua vez, serem classificadas como quadrinhos, mesmo porque cada uma delas foi elaborada em diferentes contextos dentro de perspectivas sociais específicas.

A história tem o pequeno vício de criar uma certa linearidade para seu objeto por intermédio da seriação. No entanto, nenhum objeto é natural; ele não pré-existe, pois a cada momento histórico temos uma formação que lhe é individual. Temos que ter a clareza, de que a história não é algo linear, ou seja, a genealogia das coisas não se encontra na linearidade da história, mas sim em suas rupturas[3], pois são as necessidades criadas pelos embates sociais que propiciam essas mudanças, como o caso das histórias em quadrinhos. Desse modo, situando-se, pois, distante dessa história serial, os quadrinhos encontrarão suas filiações em meios completamente descontínuos. Estarão eles ligados a produções como o livro, o álbum, o cartaz, o jornal e não aquelas que nos remetem a uma arte pictórica. Suas primeiras manifestações se dão na Europa, em meados do século XIX quando a litografia possibilitou a imagem, através de uma profusão de histórias baseadas em ilustrações sem legendas, freqüentemente disseminadas em meios de comunicações da época como os jornais. Contudo, foram nos Estados Unidos que os quadrinhos se propagaram com maior força. Apesar de estarem muito atrasados em relação à Europa na esfera do domínio da literatura desenhada, bem como na arte ilustrativa no final da o século XIX, os Estados Unidos, acabaram acelerando o processo de síntese dos componentes dos quadrinhos com a luta travada entre dois magnatas da imprensa norte-americana que, para melhorarem suas vendagens, publicavam suplementos dominicais contendo algumas histórias ilustradas com um

certo teor humorístico.[4] Assim sendo, foi nos Estados Unidos que as histórias em quadrinhos ganharam o formato encadernado pelo qual as conhecemos hoje.

Apesar de ter adquirido o seu espaço, durante muito tempo os quadrinhos foram desprezados pela sociedade, principalmente pelo meio acadêmico. Na década de 1920, o meio intelectualizado norte-americano não enxergava nos quadrinhos uma forma de arte, tanto que durante o período vemos surgir nos EUA, por exemplo, duas correntes intelectuais opostas que se faziam notar: uma que só enxergava os quadrinhos como uma forma de divertimento, e outra por sua vez que queriam intelectualizar as histórias em quadrinhos tentando explorar todas suas possibilidades, fossem elas meramente formais ou narrativas. Desse modo, houve um tempo em que essa forma de expressão se tornou marginalizada devido, então, ao seguinte questionamento: se os quadrinhos são uma arte seqüencial como definiu Will Eisner[5] e estes por sua vez estão associados à idéia de comunicação de massa, como defini-los, então, como arte? São todas as histórias em quadrinhos uma forma e expressão de arte? São eles objetos históricos? Ora, devemos entender que cada época traz consigo as suas particularidades. A aparição dos quadrinhos como forma de linguagem certamente receberia uma certa resistência cultural devido ao próprio caráter de cultura de massas (cultura popular). É a partir destas discussões que pretendemos fazer uma análise da representação do feminino nos quadrinhos no ocidente, mais precisamente nos Estado Unidos, através da figura da mulher-maravilha nos períodos que vão de 1942, com a primeira aparição da personagem, até meados da década de 60 momento em que ocorre a explosão do movimento feminista.

Conseqüentemente, para responder ao tema escolhido, partiremos da análise da primeira aparição da personagem nos quadrinhos, produzidas pelo psicólogo William Moulton Marston (Charles Moulton) na década de 40, para chegar em sua transformação tanto estética quanto comportamental durante a década de 60, entendendo que estas questões nos remetem para a representação do universo feminino nos quadrinhos nos Estados Unidos, o que evidencia de que forma um simples meio de comunicação pode vir a representar culturalmente um determinado grupo, no caso as mulheres norte-americanas.

Para fazer tal análise teremos como ponto de partida a questão da utilização das histórias em quadrinhos enquanto objeto histórico e documental. Em seguida, compreenderemos as representações sociais do feminino nos quadrinhos. Além disso, o auxílio de disciplinas como a lingüística e a arte são essenciais para a compreensão do processo de formação dos quadrinhos. Enfim, abordaremos os quadrinhos do ponto de vista da História da

Leitura, tendo em vista que a sua produção visa um público leitor. Essas formulações são necessárias para que possamos compreender essa identidade cultural que uma personagem de história em quadrinhos pode proporcionar em uma determinada sociedade.

Partindo dessa perspectiva, procuraremos fazer uma reflexão teórica da representação do feminino nos quadrinhos. No entanto, como transformar as histórias em quadrinhos em discurso acadêmico? Michel de Certeau, na introdução geral de **"A invenção do cotidiano***",* nos apresenta a distância que existiria entre o discurso acadêmico e as práticas cotidianas. Acreditando num afinamento dos objetos históricos, Certeau, procura pensar numa História que esteja ligada a práticas sociais, na qual sejamos capazes de estabelecer as interpretações dos conflitos existentes, ou seja, superarmos as diferenças.[6] Na verdade, trata-se da questão do ser diferente, mas sendo igual de modo que possamos ser reconhecidos naquilo que desejamos ou que estejamos fazendo. Dessa maneira, devemos compreender as práticas cotidianas na suas diversas linguagens e reconstituí-las enquanto discurso histórico.

Sendo assim, os quadrinhos são, em seu conjunto, uma mescla de imagens e práticas discursivas que se referem a um meio em si e não simplesmente a um objeto específico. Sendo assim, essa suposta "neutralidade" estética de uma estória, em seu todo, está longe de ser ingênua. Uma vez publicadas, as histórias em quadrinhos, embora tenham uma regularidade que lhe seja própria, procuram ilustrar, de certa forma, uma representação do mundo social. Entretanto, é válido ressaltar que as estruturas do mundo social não são dados objetivos. Elas são, na verdade, historicamente construídas por um conjunto de práticas que, quando articuladas, constroem suas figuras. Roger Chartier elucida bem isso em seu livro **"A História Cultural: entre práticas e representações"**. Para Chartier, as percepções do social estão longe de serem discursos neutros, visto que chegam a produzir uma série de práticas e estratégias *"/.../ que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas."*[7] Dentro desse universo do discurso social encontraremos os quadrinhos. É por isso que a História Cultural se faz tão necessária para a questão das histórias em quadrinhos. Será pensando nessa simbiose entre diversidade cultural e sujeição da sociedade, ou segundo Chartier,

> *" /.../ numa paradoxal articulação entre uma 'diferença' - aquela através da qual todas as sociedades separam do cotidiano, de várias maneiras, um domínio particular da atividade humana - e as 'dependências' – que, de diversas*

> *maneiras, inscrevem a invenção estética e intelectual nas suas condições de possibilidade e de inteligibilidade."*[8]

que poderemos compreender de forma uma história em quadrinho pode vir a representar culturalmente um grupo social.

Nessa lógica, como qualquer outra forma artística, o mundo dos quadrinhos também é composto de uma imensidão de estilos e linguagens. Desse modo, a contribuição da lingüística, principalmente com relação a Análise do Discurso, é, assim como a História Cultural, de fundamental importância para o estudo das histórias em quadrinhos. É justamente pensando que há diversas maneiras de se significar, que encontraremos um sistema de mediações discursivas entre o homem e a realidade social dentro do universo dos quadrinhos. Eni P. Orlandi evidencia que essas mediações, ou simplesmente discursos, tornam possíveis tanto as permanências e as continuidades quanto os deslocamentos e as transformações dos homens e de suas realidades.[9] Devido a isso encontramos nos quadrinhos as mais variadas tendências artísticas. Cada autor, por exemplo, tem um traço que lhe é característico. Enquanto uns são mais clássicos como Harold Foster[10]em sua obra "Tarzan" outros abusam da subjetividade como Frank Miller em "Electra Assassina". Assim, cada conteúdo e imagem de uma estória, irão depender de seu criador, visto que o autor se constitui junto com a produção. Ele, o autor, entra no processo de subjetivação significando-se junto com o que produz. Dessa maneira, as histórias em quadrinhos, não são meramente um conjunto de frases que se associam a imagens na qualidade de entreter um público específico; muito pelo contrário: os quadrinhos possuem uma materialidade própria e significativa. O seu discurso tem uma regularidade que lhe é particular. È por isso, que se faz necessário compreender como um objeto simbólico e representativo como os quadrinhos são capazes de produzir um sentido. Na verdade, trata-se de saber como as interpretações funcionam, pois não há uma verdade que se esconde no interdiscurso das histórias em quadrinhos, mas sim gestos que a exprimem para que sejamos suficientemente capazes de compreendê-las.

A História da Leitura é um campo que também reforça a idéia do estudo dos quadrinhos enquanto representação de práticas discursivas. Através dela os quadrinhos podem ser encarados enquanto produtores de um universo de inter-relações humanas que se estabeleceram dos diversos meios de se abordar as suas interpretações. Assim como os livros, as histórias em quadrinhos exibem as suas concepções de mundo e a sua interação com o homem. Em **"A Ordem dos Livros"**, por exemplo, Chartier evoca a necessidade de se decifrar

os mecanismos que fundamentam os processos que se interagem para a produção dos livros para compreender de que maneira essas práticas estabelecem as relações entre a humanidade e o saber.[11] Isso não será diferente com os quadrinhos, pois estes também são objetos que estão em estreita ligação com o mundo social e suas representações. Para que uma história em quadrinhos venha simbolizar a representação de uma determinada cultura é necessário que exista um leitor para lhe dar um significado. A leitura, como afirma Chartier, *"/.../ não é somente uma operação de intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros."*[12], ou seja, são práticas concretas imbuídas de procedimentos de interpretação. Dessa maneira, essa recepção postula um paralelo entre os sinais emitidos (texto, imagens) e a expectativa do público ao qual se vincula. Entretanto, deve ficar claro que o efeito produzido no leitor pela combinação desses fatores não depende das formas materiais que o texto suporta. Segundo Chartier, estas apenas contribuem para modelar as expectativas dos leitores, além de convidar a participação de públicos diversos, incitando assim novos usos.[13] Sendo assim, o leitor de quadrinhos se encontra num mundo de representações plurais e móveis que se constroem a partir das expectativas de cada público cujos significados são sentidos de maneiras diversas.

Seguindo essa linha de raciocínio, as histórias em quadrinhos, constituem um meio do qual recebemos uma série de mensagens simbólicas. Para que isso aconteça é necessário que haja um compartilhamento de conhecimentos entre aquele que emite a imagem e seu receptor de modo a obter uma relação de diálogo mútuo, verdadeiramente entre iguais. Mas para que isso ocorra, é preciso que saibamos a estética que precede uma forma aos quadrinhos, que lhes proporcionam vida. Desse modo, temos que recorrer às Artes. Juan Acevedo nos diz que: se pensarmos os quadrinhos apenas em sua base estritamente material, encontraremos somente tinta sobre o papel[14]. Como então veicular realidade e ilustração? Diante desse dilema de reproduzir uma representação da realidade, os quadrinhos, procuram desenvolver seus próprios recursos como forma de atingir tal semelhança. Estes recursos nada mais são do que sua própria linguagem. Por exemplo:

> *"/.../ frente a falta de movimentos, utiliza uma convenção gráfica (as figuras cinéticas) que dá a entender o tipo, a intensidade e a direção do movimento; frente à falta de sons, usa a linguagem escrita, à qual confere especiais expressões mediante o desenho, dando a entender o tipo, intensidade, procedência ou o alcance do som /.../."* [15]

Utilizando desses recursos artísticos e lingüísticos, os quadrinhos, assimilam a relação entre dois mundos: o do movimento e o da representação gráfica. Podemos elucidar bem isso ao dizermos que: o gesto de virar o rosto, por exemplo, é um movimento real que leva um certo tempo para acontecer; o desenho dos quadrinhos, por sua vez não repetem o movimento do gesto, mas o representa através de uma figura, ou melhor, de um discurso. Isto só é possível por intermédio das vinhetas. As vinhetas são as representações, através do enquadramento de imagens e textos, de uma ação narrada. "*Delimitadas externamente por traços perpendiculares que recortam a página, as vinhetas são justapostas uma às outras.*"[16] Suas seqüências servem para entrelaçar uma ação, dando-lhe movimento. Por sua vez, quando finalizado, esse conjunto estruturado de imagens e texto nos remetem a uma série de práticas discursivas. Sendo assim, perfilando o espaço do real através do enquadramento[17], as histórias em quadrinhos, tem como característica a materialização representativa da sociedade da qual está inserida.

Dentro deste panorama, após uma breve apresentação de todo nosso referencial teórico metodológico, buscaremos enfim reconstruir o universo cultural feminino tanto nos EUA. Por intermédio da análise de fontes como as imagens da mulher-maravilha nas histórias em quadrinhos, pretendemos compreender as representações do universo cultural feminino nos EUA da década de 40 até meados da década de 60. Tratando-se, pois de uma personagem de ação utilizaremos como fontes algumas imagens da heroína cuja aparição causou uma grande euforia na década de 40 e se tornou um grande ícone da representação feminina no ocidente: a mulher-maravilha. As imagens são de fácil acesso uma vez que podem ser encontradas em gibitecas, sebos e até mesmo publicadas na Internet. Abarcando as relações existentes entre as práticas discursivas da personagem com sua respectiva sociedade, bem como a correspondência dos quadrinhos enquanto um produto artístico, procuraremos evidenciar a maneira que uma sociedade pode vir a representar o gênero feminino nos quadrinhos.Além desta questão, uma outra se impõe: o da leitura. A relação do leitor com o texto nunca é passiva, ela faz parte da constituição das representações sociais. Ler é fabricar. Nesse sentido, a figura feminina no HQ não se dissocia das práticas de leitura. Assim, a através da personagem é possível identificar o tratamento estético e textual visando um público leitor que, por sua vez, reconstitui a personagem nos seu próprio campo de representações.

[1] GINSBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143-179.
[2] COUPERIE. P. et al. *História em Quadrinhos & Comunicação de Massa*. São Paulo: Masp, 1970, p. 06.
[3] FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, pp. 23-56.
[4] COUPERIE. P. et al. op. cit. pp. 17-21.
[5] Will Eisner , uma das maiores autoridades mundiais a respeito de quadrinhos. Criador da série *Spirit* (1940), revolucionou o mundo dos quadrinhos ao utilizar o texto como elemento gráfico, além de utilizar elemnetos cinematográficos para produzir suas histórias.
[6] CERTEAU, Michel de. *"Invenção do cotidiano"* Rio de Janeiro: Vozes, 1990, pp.07- 10.
[7] CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Trad. Maria Manuela Gualhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17.
[8] CHARTIER, Roger. *A Ordem do Livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 10.
[9] ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso. Campinas*: Pontos, 1999, p. 15.
[10] Harold Foster foi quem adaptou a obra "Tarzan" para os quadrinhos em 1929. Sendo um dos precursores do estabelecimento das histórias em quadrinhos de aventuras, seus desenhos seguem um certo classicismo gráfico onde procura reproduzir uma arte que esteja muito próxima da realidade.
[11] CHARTIER, Roger. op. cit.
[12] CHARTIER, Roger. op. cit. P. 16.
[13] Idem, p. 18.
[14] ACEVEDO, Juan. *Como Fazer Histórias em Quadrinhos*. Trad. Sílvio Neves Ferreira. São Paulo: Global, 1990, p. 67.
[15] Idem, p. 67.
[16] ALMEIDA, Fernando Afonso de. Arquitetura da história em quadrinhos: vozes e linguagens. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 4, nº 1, p. 115, jan. , 2001.
[17] O enquadramento é um dos elementos que integram a vinheta. Nele se compreende tanto personagens, como sinais gráficos, além também dos cenários onde a ação se desenvolve.

EXORTAÇÃO DA GUERRA – Gil Vicente e as guerras de expansão

Lenora Pinto Mendes - UFF

Em Portugal, até o século XV, as guerras travadas tinham por intento a defesa do território português face a constante ameaça de reintegração ao reino de Castela. A partir das conquistas africanas, principalmente durante o reinado de Afonso V, um novo sentido norteou as guerras impetradas por Portugal: o ideal de cruzada aos infiéis. Essas conquistas estiveram envoltas neste ideal de cruzada porque, em 1455, o papa Calisto III convocou os cristãos a se unirem numa cruzada contra os turcos[i]. D. Afonso tomou a dianteira, preparou-se, enviou embaixadas e cartas a outros países e aguardou uma ordem de avançar que nunca chegou, pois os outros reis não aderiram à essa cruzada fora de época convocada pelo papa. A D. Afonso só restava dirigir seus esforços para outras praças africanas (já haviam conquistado Ceuta) e foi o que fez com Tanger, Arzila e Alcacer Ceguer. Essas conquistas afonsinas, no entanto não trouxeram para Portugal riquezas mas apenas orgulho militar. A certeza de estar combatendo numa guerra santa como no tempo das cruzadas medievais, estará presente a partir de então, nas campanhas militares portuguesas na África.

No reinado de D. João II, os territórios africanos começaram a trazer riquezas através do comércio principalmente das minas da Guiné e do açúcar da Madeira. O velho ideal cruzado, no entanto não saiu da mente dos portugueses e ao lado dos interesses econômicos a justificativa de guerra santa sempre era invocada. No reinado de D. Manuel ainda vemos a permanência deste discurso nas crônicas, no Cancioneiro de Garcia de Resende e no teatro de Gil Vicente.

O teatro vicentino desempenhou importante papel na propaganda régia e na elaboração da imagem de um reino vitorioso e de abundância. O teatro era parte integrante de uma espécie de “espetáculo do poder” presente nas cortes mais poderosas do Renascimento europeu. Poeta e dramaturgo, Gil Vicente atuou na corte do mais rico e

poderoso dos reis portugueses – D. Manuel I – deixando sua marca em toda a produção teatral ibérica que se seguiria.

Sua primeira aparição se deu no ano de 1502 por ocasião do nascimento do príncipe D. João, primogênito de D. Manuel. À medida que os anos se passavam, seu teatro passou a estar cada vez mais presente na corte do rei venturoso e não houve nascimento ou casamento real que não contasse com um espetáculo produzido por Gil Vicente para o enriquecimento e engrandecimento das comemorações. A presença de Gil Vicente na corte portuguesa se estendeu até o reinado seguinte – de D. João III – quando a produção vicentina aumentou ainda mais e atingiu plena maturidade.

Mesmo sendo montados e representados na corte e para a corte, esse teatro alcançava a população das cidades que participava ativamente das festas promovidas pela realeza. Nessas festas, que duravam vários dias e até meses, as Sés e os paços se transformavam em palcos de um teatro do poder e em torno desses espaços a população se aglomerava para assistir aos espetáculos produzidos pela realeza.

D. Manuel vai multiplicar as festas e cerimônias públicas. Caminhava pela cidade montado em elefantes ao som de trombetas e charamelas. Despachava em barcos embandeirados que desfilavam pelo rio. As encenações do poder se infiltram em todos os compartimentos da sociedade portuguesa.

A expansão marítima foi feita principalmente através de guerras de conquistas territoriais onde se estabeleciam pontos que serviriam de entreposto no caminho ao oriente. O aspecto da conversão ao cristianismo porém, desempenhou papel fundamental nessas guerras. Desde a alta Idade Média os príncipes ibéricos tomaram para si a empreitada da reconquista da península para entregá-la a Cristandade. Em 1102, o papa Pascoal II assimilou a reconquista ibérica às cruzadas proibindo a partir de então que príncipes ibéricos atacassem infiéis na Terra Santa[ii]. Em 1486 D. João II conseguiu do papa a *Bula da Cruzada* que ratificava o sentido de guerra santa ligada às conquistas africanas e agregava ganho advindo dos rendimentos eclesiásticos[iii].

No teatro vicentino vemos a confirmação deste fato. No auto da Barca do Inferno, todos os personagens, com exceção do parvo, são condenados ao inferno. Ao final do auto, no entanto, entram em cena quatro fidalgos da Ordem de Cristo, *que morrerão nas partes d'África*. O anjo os estava esperando para entrar na barca da Glória:

Ó cavaleiros de Deos a vos
estou esperando que morrestes
pelejando por Christo,
Senhor dos ceos.
Sois livres de todo o mal,
sanctos por certo sem falha;
que quem morre em batalha
merece paz eternal[iv].

Vemos que Gil Vicente destaca serem os cavaleiros fidalgos, ou seja, eram integrantes da nobreza uma vez que não havia em Portugal um exército treinado para a guerra. D. Afonso V tentou organizar um[v], mas essa intenção não se concretizou de fato e as dificuldades eram resolvidas de acordo com as circunstâncias. Nobres, senhores e vassalos desempenharam um papel fundamental na constituição dos exércitos. Todos participavam nas guerras seja fisicamente com seus cavalos, seja pela concessão de contribuições à coroa[vi].

O auto Exortação da guerra, de Gil Vicente foi encenado, segundo a didascália, na partida *pera Azamor do ilustre e mui magnifico Senhor D. Gemes(Jaime), Duque de Bragança e de Guimarães na era de 1513.* Azamor era uma das praças que foram conquistadas pelos portugueses para o abastecimento dos navios que se destinavam a tráficos mais longínquos. O primeiro personagem que aparece em cena é um clérigo nigromante, ou seja, invocava os mortos por meio dos quais fazia adivinhações. Adeline Rucquoi, em seu livro História Medieval da Península Ibérica, atenta para o fato de que o ideal do cruzado era o do cristão perfeito e o não respeito por normas morais ou canônicas

eram considerados defeitos pequenos diante da grande missão que desempenhavam combatendo os infiéis[vii]. Assim, vemos nos autos vicentinos clérigos casados e nigromantes sem nenhuma culpa por seus atos.

O clérigo invoca dois diabos que deveriam trazer das profundezas infernais Policena, filha do rei Príamo de Tróia. Policena chega à corte portuguesa e tece mil elogios ao rei e aos cortesãos dizendo entre outras coisas que o paço Troiano não foi digno de tanto primor. Chama D. Manuel de *Príamo maior, hum Cesar soberano* e ao final da sua fala, Policena exorta a todos a se empenharem nos preparativos para a guerra:

Senhores Guerreiros,
e vós, Senhoras guerreiras,
bandeiras e não gorgueiras
lavrae pera os cavaleiros.
Que assi nas guerras Troianas
eu mesma e minhas irmans
teciamos estandartes,
bordados de todas partes
com divisas mui louçans.
com cantares e alegrias
davamos nossos colares,
e nossas joias a pares
per essas capitanias.
Renegae dos desfiados
e dos pontos enlevados:
destrua-se aquella terra
dos perros arrenegados[viii]*.*

Vemos nestes versos uma convocação explícita para a nobreza colaborar na guerra de conquista de Azamor. O próximo personagem trazido pelos diabos é Pantasilea, rainha das amazonas. Vem dizendo que se pudesse serviria ao rei D. Manuel em suas capitanias. Cobra simplicidade dos portugueses e que busquem ter fama de ferozes e não de ricos:

Alabardas, alabardas!
Espingardas, espingardas!
Não queirais ser Genoeses,
senão muito Portugueses,
e morar em casas pardas.
Cobrae fama de ferozes,
não de ricos, qu'he p'rigosa
dourae a patria vossa
com mais nozes que as vozes[ix].

Depois de Pantasilea entra em cena Aquiles. Os personagens troianos e referências à guerra de Tróia aparecem em diversos momentos da obra vicentina. Vemo-los no Auto da Sibila Cassandra, no Templo de Apolo e na Exortação da Guerra, entre outros. A história de Tróia e sua famosa guerra eram conhecidas dos portugueses. Ainda no século XII um *Roman de Troie* foi escrito por Benoit de Sainte-Maure o que tornou a história da guerra de Tróia popular na Idade Média. A partir deste texto, diversas traduções para várias línguas foram feitas (entre elas o português) que circularam por toda a Europa e na Península Ibérica. A *Crónica Troiana*, como era chamada na sua tradução de Toledo, conta-nos a história da *Ilíada* e da *Odisséia* do ponto de vista da Idade Média, ressaltando a descrição das batalhas e acrescentando aos feitos de armas elementos do mundo cortês tais como o amor, a traição e todo um universo feminino presente nos combates dos cavaleiros[x].

Outros fatores também ligavam os portugueses à história de Tróia entre eles a crença de que Aquiles tenha vivido em uma ilha da costa Portuguesa. Pantasilea no final de sua fala ao referir-se a Aquiles diz:

Achiles, que foi daqui
de perto desta cidade
chame-o dirá a verdade

se não quereis crer a mi[xi].

Uma lenda, que circulava em Portugal, dizia que a ilha de Skyros, onde Aquiles teria passado sua infância se situaria na costa portuguesa[xii]. Aquiles, em sua fala refere-se também a esse fato:

Eu Achiles fui criado
nesta terra muitos dias
e sam bem aventurado
ver esse reino exalçado
e honrado per tantas vias[xiii].

Ao final de sua fala compara Portugal a Roma que conquistava toda a terra e como as damas romanas davam suas jóias para manter a guerra. Reforça o pedido de ajuda aos *pastores da Igreja, que vendam taças e breviários e comam pão e rabaças* para que morra a seita de *Mafoma*. Outros personagens troianos ainda entraram em cena. São eles Anibal, Heitor e Cipião que continuam a reforçar o aspecto de guerra aos infiéis que aquela guerra representava:

Africa foi de Christãos,
mouros vo-la tem roubada
Capitães ponde-lh'as mãos...

Ó senhoras Portuguesas,
gastae pedras preciosas,
Donas, donzelas, Duquezas,
que as taes guerras e empresas
são propriamente vossas
He guerra de devação,
por honra de vossa terra,

cometida com razão,
formada com descrição
contra aquela gente perra.

Exortando todos a ajudarem na guerra, Gil Vicente coloca seu teatro a serviço dos ideais do monarca. Em pleno século XVI, os interesses na África iam muito além da conversão dos infiéis, pois os ganhos com o comércio no oriente trouxeram riquezas imensas para Portugal. Mesmo assim, o discurso de guerra santa continuava a ser usado para justificar perante a Igreja, a nobreza e súditos, a importância da empreitada real. Vemos assim que os grandes feitos portugueses que, enfrentando dificuldades nunca antes enfrentadas, descortinaram um mundo até então totalmente desconhecido através das grandes navegações, tiveram como principal discurso o ideal medieval da conversão dos infiéis e dos gentios.

---

[i] MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, vol.II, p. 123.
[ii] RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica.* Lisboa: Editorial estampa, 1995, p.217.
[iii] MATTOSO, op. cit., vol. III, p.46.
[iv] VICENTE, Gil. *Obras completas de Gil Vicente.* Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942, vol.II, p.81-82.
[v] *Ordenações Afonsinas,* livro 1, cap. LXVIII a LXXI.
[vi] MATTOSO, op. cit., vol. III, p. 103
[vii] RUQUOI, Adeline. Op. cit., p.306.
[viii] VICENTE, op. cit., vol. IV, p.145-146.
[ix] Idem, op. cit., p.148.
[x] LORENZO, R. *Crônica Troiana.* In: Dicionário da literatura galega e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1993, p.192.
[xi] VICENTE, op. cit vol. IV, p.148-149.
[xii] MICHAELIS, Carolina. *Notas Vicentinas IV,* p. 202. In: Notas de Marques Braga à edição das obras completas de Gil Vicente, op. cit., vol. IV, p. 148.
[xiii] VICENTE, Gil. Op. cit., vol. IV, p. 148.

A CAPITANIA DE MATO GROSSO E SUAS RELAÇÕES COM AS MISSÕES JESUÍTICAS DE CHIQUITOS NO SÉCULO XVIII

Leny Caselli Anzai – UFMT

Desde inícios do século XVI que parte das terras que vieram a se constituir, em 1748, o território da capitania de Mato Grosso, já vinham sendo visitadas por navegadores e cronistas espanhóis. No entanto, a constatação da inexistência, nesse espaço, de metais preciosos, e a concomitante descoberta de riquezas minerais no espaço andino, fizeram com que o colonizador espanhol se desinteressasse pela região, até então parte integrante dos domínios conferidos por Tordesilhas à Espanha.

A atitude de desinteresse durou até que os castelhanos perceberam o movimento monçoeiro paulista na bacia do rio Paraguai, fato que já vinha acontecendo, mas que despertou a atenção dos espanhóis a partir da descoberta do ouro de Cuiabá, em 1719, quando, para chegar até as minas, luso-brasileiros utilizavam-se dos caminhos fluviais da área chamada pelos integrantes das monções de "Pantanal", e pelos espanhóis de "Laguna de los Xarayes".

A partir de então, a disputa pelo território se acirrou, pois além de possibilitar acesso às riquezas andinas através do rio da Prata ou pelo rio Paraguai, também poderiam ser alcançadas outras vias fluviais da bacia do Guaporé, o que possibilitaria a comunicação mais fácil entre o Mato Grosso e o Pará, rota considerada importante pelas duas metrópoles.

O ouro de Cuiabá gerou entusiasmo, mas à sua diminuição sobreveio o desânimo. Escravos negros não eram repostos, e a vinda de novos mineradores diminuía. No entanto, a descoberta de minas auríferas no vale do Guaporé reavivou os sonhos de riqueza e promoveu um deslocamento substancial de pessoas de Cuiabá em direção às novas minas.

A importância da riqueza mineral, e a situação delicada de fronteira fizeram com que o Conselho Ultramarino deliberasse pelo desdobramento da Capitania de São Paulo, criando outras duas: a de Mato Grosso e Cuiabá, e a de Goiás, através do Alvará de 9 de

maio de 1748. Em relação a Mato Grosso, a ordem real era enfática: “que se procure fazer a Colônia de Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil”[1].

Logo após a assinatura do Tratado de Madri (1750), quando as minas do Mato Grosso já não estavam mais em seu auge, chegou o primeiro capitão-general, Antonio Rolim de Moura (1751), com a missão de organizar administrativa e militarmente a capitania e fundar uma cidade. Desse modo, em março de 1752, foi fundada Vila Bela da Santíssima Trindade, servindo de baliza, à margem direita do rio Guaporé, ponto estratégico entre as duas possessões ibéricas.

O núcleo urbano passou a abrigar uma população de burocratas, tornando-se também sede militar da capitania; o ato político de fundação da cidade assegurava a Portugal a posse de Mato Grosso e de parte da bacia amazônica, já legalizada pelo Tratado de Madri, consolidando a ocupação do extremo - oeste nas possessões luso - americanas[2]. Desse modo, a capitania situada na raia oeste da América Meridional foi formada pela comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade e pela comarca de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá[3]. Com uma superfície de 65 mil léguas quadradas, limitava-se ao norte com o Grão – Pará, ao sul com a capitania de São Paulo, e a oeste com as possessões espanholas. Em seu território conviviam grupos humanos transplantados à força, como os escravos negros, índios forçados a migrações que extrapolavam seus territórios tradicionais, brancos pobres que se lançavam por caminhos mal traçados e quase sempre pouco conhecidos, em busca de fartura de terras, ouro e alimentos, empurrados pela falta de perspectivas em outras partes da colônia, administradores que tentavam se adaptar a uma vida rústica, grupos de cientistas trabalhando na delimitação das fronteiras nos difíceis caminhos coloniais.

Tomando como ponto de observação a vila capital, Vila Bela, na segunda metade do século XVIII, na outra margem do rio, a esquerda, pouco distantes da raia portuguesa, também estrategicamente plantadas estavam as missões jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos, fruto do cuidado castelhano em proteger suas terras do interior da ameaça

constante de ocupação por parte dos capitães generais portugueses.

As missões jesuíticas originaram-se da solicitação feita pelo governador de Santa Cruz a ordens religiosas, em fins do século XVII, para que trabalhassem na pacificação de grupos indígenas e também na sua proteção contra mercadores de escravos. Os padres da Companhia de Jesus – que já no final do século XVI haviam fundado os principais colégios jesuítas na América espanhola –, interessaram-se pelo trabalho de evangelização e dirigiram-se às áreas do atual Oriente boliviano, em fins do século XVII. Os padres da Companhia escolheram pontos estratégicos para o estabelecimento de dois grupos de missões, Chiquitos e Moxos, ambos próximos a rios navegáveis, organizadas nos mesmos moldes das missões Guaranis[4].

A administração espanhola apoiou o estabelecimento de missões em postos avançados, e o zelo missionário auxiliou na tomada de posse de regiões distantes e politicamente importantes ao Estado espanhol. A organização das missões, pois, não se desenvolvia à margem da esfera da administração colonial espanhola, nem em contradição com o sistema de governo da Coroa. Jesuítas foram indicados pelas autoridades coloniais através de ordens reais, e recebiam toda a ajuda necessária para a criação das reduções, situação que se manteve até meados do século XVIII. A Companhia fundou quinze missões em Moxos e dez em Chiquitos. A população de Moxos alcançou cerca de trinta mil habitantes, e a de Chiquitos cerca de vinte mil.

Interessam-nos, neste estudo, as missões jesuíticas que foram estabelecidas na província de Chiquitos, que atualmente corresponde a cinco províncias do Departamento de Santa Cruz de la Sierra[5]. Dentre estas, as reduções que mais contatos mantiveram com a capitania de Mato Grosso, foram aquelas situadas na atual província de Velasco: San Ignacio, Santa Ana, San Rafael, e San Miguel.

Até a chegada dos jesuítas em sua região, os Chiquitos haviam tido muito pouco contato com o conquistador espanhol, se comparados aos Guarani. A palavra “chiquito”, pequeno, designava os vários grupos localizados entre os 14º e 19º de latitude Sul, no Oriente boliviano, zona de transição entre o Chaco Boreal e as selvas pantanosas que se

estendem desde o Amazonas. Povos do planalto, foram assim chamados devido à suposição de que se tratava de uma povoação de pessoas pequenas, devido à pouca altura das entradas das casas, que, na verdade, era para evitar a entrada de mosquitos. A denominação "chiquitos" refere-se genericamente a povos muito diferentes entre si, o que torna difícil a construção de um panorama etnográfico para a região. O Oriente boliviano se estende desde os últimos contrafortes da Cordilheira dos Andes a leste, até à fronteira com o Mato Grosso, no Brasil; ao norte, se estende do rio Madeira e Abuná até as planícies do Chaco Boreal, ao sul. Do ponto de vista administrativo, as missões de Moxos dependiam da província jesuítica do Paraguai, e a de Chiquitos, do Peru, até 1776, quando então passaram a depender do Vice-Reino do Rio da Prata, ambas pertencentes à bacia do Paraguai, passando por Chiquitos o divisor de águas das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a do Amazonas e a do Prata[6].

Por esse motivo, jesuítas espanhóis também tentavam passar para a margem direita do Guaporé, estratégia para se alcançar o rio Paraguai. Havia também o desejo dos inacianos em atravessar o Chaco de norte a sul, até chegar ao Pilcomayo, consolidando as possessões da província de Chiquitos. Por isso a fundação de San Inacio, no centro do Chaco. A região de Chiquitos seria o ponto chave para o domínio da bacia do Paraguai e a comunicação de Mato Grosso com o alto Peru e o Amazonas. Os jesuítas obtiveram excedentes que comercializados por eles próprios, aumentaram a riqueza da Ordem e os recursos econômicos das áreas ocupadas.

Até 1732 as missões consumiam produtos de Santa Cruz de la Sierra, e produziam artigos exportáveis. A partir dessa data passaram a plantar milho e algodão, e os índios foram treinados em ofícios diversos. Quanto à língua, devido à heterogeneidade cultural em uma mesma povoação, os religiosos estabeleceram para as missões situadas ao norte a língua de Moxos, e a de Chiquitos para as do sul. As escolhas recaíram sobre as línguas que eram as mais faladas em cada uma das regiões para facilitar o trabalho de evangelização.

O trabalho dos índios administrados por jesuítas tornavam as missões praticamente auto-suficientes, e sua proximidade da fronteira tornavam-nas extremamente atraentes aos moradores e administradores da margem direita do rio, os luso-brasileiros.

As milícias indígenas organizadas pelos jesuítas nas missões salvaram extensos territórios para a coroa espanhola, exercendo, índios e jesuítas, um importante papel no processo de ocupação territorial espanhol; ao firmar sua missão evangelizadora, os jesuítas acabaram por assumir também papel defensivo do território espanhol.

Os problemas da Companhia de Jesus se avolumaram, e culminaram com a expulsão da Ordem dos territórios lusos em 1759, dos franceses em 1762, e dos espanhóis em 1767. A expulsão criou um problema grave, que foi a determinação de como deveriam ser administradas as reduções. Passou-se a um governo de curas doutrinadores, considerados despreparados para o trabalho. A partir de então é que supomos que o contrabando tornou-se uma prática corriqueira entre a capitania de Mato Grosso e as missões localizadas mais próximas à fronteira.

O acesso a Chiquitos era relativamente fácil para os sertanistas brasileiros. A Vila de Cuiabá, em momentos de crise de abastecimento, tentou três rumos de comunicação para se abastecer: uma terrestre para Goiás, uma para noroeste, pretendendo chegar ao Pará, e outra para o oeste, abrindo caminho para Chiquitos, que poderia abastecer as minas com gado vacum, cavalar, e tecidos. Além do mais, através de Chiquitos se poderia chegar a Santa Cruz de la Sierra, onde se abasteceriam de instrumentos agrícola, de mineração, sal e gêneros alimentícios. Considere-se também que Chiquitos estava mais próximo às vilas da capitania de Mato Grosso do que São Paulo, Pará ou mesmo Goiás.

A expulsão dos jesuítas das missões espanholas, em 1767, e a sua substituição por padres seculares, levou a que índios procurassem abrigo em território português, atraídos por ofertas dos capitães generais, interessados em povoar com eles as áreas fronteiriças. No termo da fundação de Vila Maria do Paraguai, sob governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em outubro de 1778, consta que a povoação da vila começou com casais de índios castelhanos desertados da província de Chiquitos, “que fazem o número de

78 indivíduos de ambos os sexos a que juntam-se todo o outro número das mais pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 indivíduos de ambos os sexos”[7]. Em novembro do mesmo ano Luiz de Albuquerque enviava carta ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, remetendo o termo de fundação da vila e confirmando a presença chiquitana: "... pude congregar mais de sessenta índios castelhanos de ambos os sexos que havia três meses desertaram da missão de São João de Chiquitos"[8].

É esse universo múltiplo, do qual fazem parte as missões jesuíticas de Chiquitos, que reclama por reflexões que levem à produção de novos conhecimentos.

---

[1] Parecer do Conselho Ultramarino: Antecedentes do Tratado - t. II, Doc.16. *Apud* Correa Filho, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 304.

[2] GOES FILHO, Synesio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas:* um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 152.

[3] Ao território da capitania de Cuiabá e Mato Grosso correspondiam os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Rondônia.

[4] MORENO, Alcides PAREJAS. *Chiquitos:* historia de una utopia. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta Sirena, 1992. p. 65-66.

[5] FINOT, Enrique. Enrique. *Historia de la conquista del oriente boliviano.* La Paz: Libreria Editorial Juventud, 1978. pp. 336-341.

[6] Administrativamente, o Oriente boliviano é composto pelos atuais departamentos de Pando, Beni, e Santa Cruz, parte dos de La Paz e Cochabamba, o que perfaz mais de 50% do atual território boliviano. Este território pode ser dividido em três subáreas: planícies de Moxos, a Chiquitania ou província de Chiquitos, e a Cordilheira de Chiriguanos. Cf. MORENO, Alcides Parejas. *op. cit.* p. 19.

[7] Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR/UFMT, mf. 273 – AHU.

[8] Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR/UFMT, mf. 274 – AHU.

Integralismo antes de 1930? Notas sobre o pensamento modernista de Plínio Salgado

Leonardo Ayres Padilha

Grosso modo, a história do pensamento social brasileiro procura estudar, por várias razões (estabelecimento de uma sensação de segurança, ímpeto por classificação, constituição de esquemas explicativos, etc.), os argumentos dos intelectuais com o intuito de organizá-los numa corrente de pensamento ou defini-los a partir de um conjunto de referências comuns – como, por exemplo, um contexto mental específico. Daí a preocupação sistemática em formular os "ismos", desvendar influências, estabelecer os contornos das gerações e períodos de continuidade ou renovação. Não que isto seja irrelevante, ao contrário: situar o objeto de estudo, tentando compreendê-lo a partir de um horizonte particular, indica um cuidado profícuo com a pesquisa. Elucidar a especificidade de um autor à luz do diálogo travado no interior de um grupo ajuda o entendimento das relações produzidas durante a construção do seu argumento.

Com raras exceções, os rumos tomados pelos que se debruçaram sobre a trajetória intelectual de Plínio Salgado antes da fundação da Ação Integralista Brasileira (1932) eram norteados por uma associação quase automática entre a produção do autor anterior ao surgimento dos camisas-verdes e os manifestos integralistas nos quais se transformaram, como ele próprio diz, grande parte de suas obras a partir dos anos 30. Essa identificação imediata aparentemente soluciona de uma única vez dois tipos de problemas que, na verdade, são oriundos de uma carência de pesquisas: (a) a questão da formação ideológica de Salgado, i.e., uma vez analisado o movimento do *sigma*, fica fácil (mas forçoso) enxergar o seu casulo, oculto porém já constituído dez anos antes; e (b) embora, não erroneamente, se atribua ao

integralismo um caráter direitista, é, contudo, equivocadamente, que os escritos do autor são classificados como produto de um pseudo-modernismo.

Na verdade, Plínio Salgado somente é pensado especificamente como integrante da renovação estética de 1922, de maneira específica pelos "manuais" de história literária; no que diz respeito às interpretações históricas, é aquela associação com o seu futuro integralista que ocupa lugar principal. É neste sentido que, sem a pretensão de esgotar a totalidade das referências, se colocam as obras aqui brevemente citadas: (a) o livro de Gilberto Vasconcellos[1] constrói uma esquema que, por conta de uma combinação entre dependência econômica e cultural e sentimento telúrico, faz a ideologia integralista já estar claramente presente como tal no discurso modernista de Plínio Salgado. Embora bem construída, a tese de Vasconcellos não delimita uma diferença, a não ser de datas, entre os contextos das duas décadas no que diz respeito aos argumentos do autor em questão; ao contrário, a associação é bem-vinda; (b) já no texto de José Chasin[2], este raciocínio é ainda mais nítido. O espaço reservado ao exame do Plínio pré-1930 é configurado como "véspera do movimento"; o autor se atém a inúmeras repetições através de exemplos, às vezes consultando quase que exclusivamente os escritos do próprio Plínio Salgado, para "confirmar" a presença, desde o "início", do argumento integralista; (c) Marilena Chauí[3] compreende o integralismo quase que unicamente sob a dinâmica da luta de classes, e, assim, nas poucas vezes em que se refere à trajetória de Plínio Salgado na década anterior a 1932, o faz procurando verificar as relações causais entre seu trabalho como redator do *Correio Paulistano* (órgão oficial de imprensa do Partido Republicano Paulista – PRP), a eclosão da Revolução de 1930 e a fundação da Ação Integralista Brasileira. Enfim, entende-se a produção modernista de Plínio Salgado como prólogo à sua atividade política e militante, que o tornara mais famoso anos mais tarde.

As análises que se preocupam em estabelecer nexos diretos entre os momentos avaliados se caracterizam por um argumento em que, mais importante do que a produção de um sentido-causa para uma determinada trajetória, a questão é da construção de sentido-

temporal para a "história de vida" e, a partir daí, criação de vários outros sentidos (causas, motivos, e até histórias inteiras) para a elaboração de um fio que liga os mais diversos episódios[4]. Neste sentido, o relato pretende ser versão acabada, mesmo que para isso recorra à construção de caminhos que, no momento em que eram percorridos, nunca foram sequer imaginados. Pierre Bourdieu define esse tipo de situação como "história de vida", onde há "privilégio concedido à sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida *considerada* como história em relação ao espaço social no qual eles se realizam...".[5] Mesmo sabendo do desenvolvimento sociológico que o autor dará ao trecho assinalado[6], podem ser expostas duas interpretações que não se anulam: (a) *a história como vida* – pretendendo assim significar uma totalidade acabada, ou seja, com princípio, meio e fim, bem como com relação de causalidade entre as partes; e (b) *a vida como história* – representando o que "realmente" passou, uma suposta verdade histórica. Em ambos os casos há uma descaracterização do que se está a estudar, seja por estabelecimento de uma lógica temporal que não corresponde àquela em questão, seja a aceitação de um relato que, por si, não pode ser considerado mais idôneo do que qualquer outro.

Dito isto, poder-se-ia a princípio encarar com pessimismo a constatação da dupla dificuldade no exercício de se entender os escritos de tom biográfico. De um lado a preocupação incansável de se remeter cada "passo interpretativo" a um contexto específico que não está antes ou depois dele, mas o constitui; e, de outro, o esforço que consiste em desvendar o que foi criado pelo relato para dar sentido às lacunas da memória, e/ou imputar um significado que a própria história não representou.

Em Paris, fins do ano de 1971, Hélgio Trindade defendia sua tese de doutoramento intitulada *L'action intégraliste brésilienne: un mouvement de type fasciste des années 30*, diante dos professores René Rémond, Celso Furtado e Georges Lavau. Neste ano, Plínio Salgado exercia seu último mandato como deputado federal pelo estado de São Paulo, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, particularmente nesta mesma data, era membro da

Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Descrevendo desta maneira esses episódios (ambos à luz do ano de 1971), pode parecer estranho – e mesmo artificial – que esses dois "personagens" tomam, respectivamente, o lugar de sujeito e objeto de uma análise histórica. Na verdade, o dito "objeto" de Trindade não é especificamente Plínio Salgado, mas o movimento e organização política que fundou: a Ação Integralista Brasileira. Essa informação pode soar simples tendo em vista a já apresentação do título da tese, entretanto é muito importante para o argumento que será construído a seguir. Preocupado em desvendar a origem ideológica dos camisas-verdes, Trindade concede tom biográfico ao seu estudo, buscando as respostas na trajetória político-intelectual de Salgado.[7] Traçando um caminho que vai do aprendiz de jornalista, passa pelo homem – mais figurante do que astro – da Semana de 1922, pelo romancista social (quando sofre a "metamorfose ideológica"), e chega, finalmente, ao status de fundador da doutrina integralista, Trindade elabora uma história que se constitui sempre determinada pelo que viria a acontecer. A luz do fim do túnel, na verdade, já iluminaria o percurso desde a entrada.

Voltando uma década antes do fenômeno integralista, o cientista político busca o início das formulações, dos princípios que se constituiriam como norte do primeiro movimento de massas do Brasil, no desenvolvimento da literatura do autor: "a evolução ideológica de Salgado, nesta fase [1920-5], se explica mais pela influência da revolução literária do que por sua experiência política em partidos tradicionais".[8] De uma perspectiva que pretende remontar a origem de uma experiência política se espera uma descrição de um passado onde o protagonista já demonstrava a vocação. No entanto, não é isso que acontece na narrativa de Trindade. Ao invés disso e de maneira muito inteligente, o autor reconstrói o caminho do seu personagem através de etapas que constituem o que ele chama de "metamorfose ideológica". Plínio Salgado, nos primórdios do movimento modernista, não concebia a idéia da criação de um partido político novo[9] como meio de se aplicar suas idéias, de um lado porque elas ainda estavam em formação[10], e de outro porque não protagonizava nenhum movimento[11] – ele

estava no meio das transformações mas, até então, não participara, como autor, delas. Mas, justamente por viver a mutação literária que sofria a cultura brasileira é que não poderia estar alienado. Foi desse modo que sua formação política se deu através da literatura: seu primeiro romance é, na verdade, um estudo sociológico, um diagnóstico da vida brasileira. À luz de uma história em que são revelados, simultaneamente, a formação, os problemas, e a "força" da sociedade brasileira, Salgado formula seu ideário. É então que Trindade desvenda a situação política "por trás" do texto: "a problemática que está subjacente no romance [*O estrangeiro*], é 'a formação de São Paulo, que era a do Brasil. Conglomerado de raças de várias procedências, de culturas, umas querendo sobrepujar as outras'; a mensagem do livro é o 'nacionalismo'; seu objetivo principal é descrever a 'vida rural, vida provincial e vida na grande cidade', onde as correntes migratórias de diversas origens estão por realizar uma grande fusão étnica".[12] A revolução literária, para Salgado, passa a não ser suficiente. Constatado o problema brasileiro e o destino da nação, a mudança se impunha: militância, da literatura à política[13].

Tentar entender a trajetória do futuro chefe da AIB de uma maneira contextualista; ou ainda, procurar o ambiente literário da década de 1920 na biografia de Salgado significa correr o sério risco de não chegar à conclusão alguma, que não a de que seu caminhar foi muito peculiar. Daí a importância da noção da "metamorfose ideológica" no raciocínio de Trindade: foi Plínio Salgado que viveu esta mudança particular, é claro que de acordo com a relação que estabeleceu com o seu meio. E ter vivido esta metamorfose significou uma diferença de trajeto em relação aos outros modernistas. Neste raciocínio, sua vida seria o que Giovanni Levi[14] chama de caso extremo: não como paradigma modernista ou máxima expressão do movimento, mas por estar em uma de suas extremidades – não à margem, mas na margem. Dentre as mais diversas posturas biográficas que se pode assumir, segundo a tipologia de Levi, Trindade se aproximaria da que, através análise dos "casos extremos", busca representatividade de suas trajetórias, mesmo quando estas sugerem que o que se estuda possa ser um caso isolado: "esse caso [o da biografia através dos casos extremos], o contexto não é percebido em sua

integridade e exaustividade estáticas, mas por meio de suas margens. Descrevendo os casos extremos, lança-se luz precisamente sobre as margens do campo social dentro do qual são possíveis esses casos. (...) 'o estudo de caso representa o retorno necessário à experiência individual, no que ela tem de significativo, mesmo que possa parecer atípica' (...)".[15] O caso de Salgado foi desenvolvido na margem, porque a revolução que pregava rapidamente se desvinculou da literatura, embora não a abandonasse. Os livros do autor deixaram de viver a mutação estética para virar divulgação da outra mutação, esta política. O início efetivo da mudança se dá em *O estrangeiro*: "a metamorfose ideológica de Plínio Salgado se processa sob a atmosfera intelectual da revolução estética. Sua obra romanesca, escrita em pleno período modernista, estabelece a ponte entre sua atividade de escritor e de ideólogo político".[16]

Hélgio Trindade não contrasta enfaticamente as diferenças da trajetória de Salgado em relação ao seu tempo, não é esse o seu caminho. A nomeação dada ao estudo (biografia através de caso extremo) está ligada muito mais ao direcionamento que Trindade vai dar ao seu argumento (gênese do integralismo) do que a defesa, do próprio autor, do caminho assim definido. Isto é, muito preocupado em ligar o "presente" integralista ao passado de Salgado, o autor cria um caso extremo do modernismo.

Este trabalho não pretendeu realizar uma crítica biográfica dos escritos sobre Plínio Salgado em época raramente estudada, ou tampouco visou reconstruir peculiarmente a ponte entre a vida do autor antes de depois do fatídico ano de 1932. O importante texto de Trindade, certamente, o faz melhor e, por isso, não é aqui convocado para que se possa, negando seu valor, construir o argumento. O que se busca é encontrar um espaço nesta discussão, e se possível fugir do mecanismo quase automático que caracterizou a interpretação acima apresentada. É neste sentido que a opção pelo estudo dos argumentos de Plínio Salgado à luz do modernismo se fortalece. Apesar da dimensão totalizante que sua trajetória a partir de 1932 tomou no que diz respeito a sua produção intelectual mesmo após o fim formal do movimento integralista, em termos da riqueza das idéias, o que se viu na década de 1920 não fica atrás.

Por isso mesmo, não há razão para interpretá-lo neste período como o construtor de uma propedêutica integralista. O argumento é qualitativamente distinto, e tem raízes num diálogo com a modernidade no exterior e no Brasil, e com os autores que se apresentavam no interior desta discussão.

Há um debate nítido dentro do modernismo: a versão de Mário de Andrade *versus* o "verde-amarelismo" (movimento literário brasileiro dos anos 20 do qual Salgado fora um dos fundadores, senão o principal). Uma investigação mais atenta sugere que as diferenças entre os grupos se acentuam no que diz respeito à formulação da maneira através da qual se poderia atingir a *brasilidade* e, assim, construir um projeto para a nacionalidade. Não que as especificidades se encerrassem neste ponto, mas ele se torna fundamental para a compreensão da construção do argumento de Plínio Salgado.

Por outro lado, o debate intelectual é mais amplo, de consequências epistemológicas, e que acabou por configurar de modo específico a virada do século XIX para o XX. Compreender sua dinâmica é vital porque a interpretação de Plínio Salgado sobre a realidade brasileira faz parte de uma reflexão que transcende as questões locais, sem é claro ignorá-las. Num diálogo claro com autores como Henri Bergson, Farias Brito e Graça Aranha, Plínio Salgado combate a expansão dos mecanismos de pensar atrelados à racionalidade científica, em direção a todos os ramos do conhecimento, afetando inclusive aquele que caracteriza a experiência estética.

Em último lugar é necessário tratar os escritos de Plínio Salgado como sendo próprios, i.e., como produtos de uma reflexão específica do autor. Assim, ao mesmo tempo em que transcendem o integralismo no tempo e no espaço, assim também o fazem com o próprio modernismo. Integralismo antes de 1930? Não. Modernismo, então? Talvez.

---

[1] Gilberto Vasconcellos. 1979. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo, Brasiliense.
[2] José Chasin. 1999. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2ª edição. São Paulo / Belo Horizonte, Ad Hominem / Una.
[3] Marilena Chauí. 1985. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". in M. Chauí & Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, p.17-149.

[4] Giovanni Levi faz um comentário sobre esse raciocínio anacrônico numa perspectiva crítica aos próprios historiadores. Ver Giovanni Levi. 1998. "Usos da biografia". in Janaína Amado & Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, p.169.
[5] Pierre Bourdieu. 1998. "A ilusão biográfica". in Janaína Amado & Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, p.189, grifo acrescentado.
[6] O autor está preocupado com a biografia enquanto construção de uma trajetória que só pode estar num mundo social e assim, portanto, deve referir-se a ele e só terá (ou construirá) significado nele: "Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto do metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações". In Bourdieu, *Op. Cit.*, p.189-90).
[7] A edição aqui utilizada é: Hélgio Trindade. 1979. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª edição. São Paulo / Rio de Janeiro. DIFEL. (Corpo e Alma do Brasil).
[8] Trindade, *Op. Cit.*, p.42.
[9] Digo "novo" porque Salgado trabalhava no Correio Paulistano – jornal que era órgão oficial de propaganda do Partido Republicano Paulista (PRP), situacionista.
[10] Trindade, *Op. Cit.*, p.35-69.
[11] *Idem*, p.43.
[12] Trindade, *Op. Cit.*, p.57.
[13] Plínio Salgado une algumas crônicas suas que saíram no Correio Paulistano e as publica num volume único intitulado *Literatura e Política* (1927). Hélgio Trindade também analisa este livro, mas como ratificação da "metaformose salgadiana", onde a política passa a predominar sobre a literatura. Ver Trindade, *Op. Cit.*, p.49-55.
[14] *Op. Cit.*, p.178-9.
[15] *Idem*, p.176-7.
[16] Trindade, *Op. Cit.*, p.48.

Pelas ruas de Santana: cotidiano e policiamento de mulheres trabalhadoras (Rio de Janeiro, 1905-1925)

Lerice de Castro Garzoni

Ao acompanhar as histórias de mulheres que passaram pela delegacia de Santana, na cidade do Rio de Janeiro, ao longo de 1905, chama atenção o grande número de presas qualificadas como "vagabundas"[1]. A definição de vadiagem no Código Penal de 1890[2] era ampla e imprecisa o suficiente para servir como justificativa de um número cada vez maior de prisões, as mais arbitrárias. Sob impacto dos "acontecimentos de 1904", conhecidos posteriormente como Revolta da Vacina, a perseguição aos "vagabundos" parece ter se tornado mais acirrada, mesmo que os inúmeros casos de reincidência evidenciem os limites do policiamento que se pretendia implementar. Com isso, fica praticamente impossível precisar os motivos imediatos que teriam levado os policiais a efetuarem cada uma dessas prisões por vadiagem. Essa situação se complica ainda mais quando se trata da prisão de mulheres, para quem a qualificação de "vagabunda" poderia ter sentidos outros, que não estariam necessariamente relacionados ao fato de ter residência certa ou trabalho estável, mas a sua conduta sexual[3].

Assim, seria tarefa infrutífera, principalmente a partir de relatos sumários como os das ocorrências policiais, tentar delimitar o que teria levado um policial a chamar determinada mulher de "vagabunda": se a transgressão de certos padrões de comportamento, se a violação da tranqüilidade pública ou se sua simples presença nas ruas – o que abria brechas para ser vista tanto como desonesta, quanto como contraventora *em potencial*. Esse tipo de indefinição, que cerca as prisões de mulheres por vadiagem, me levou a questionar como essas mulheres se viam e quais significados que atribuíam às suas experiências.

Se a leitura das ocorrências parece abrir inúmeras possibilidades e vantagens para que nos aproximemos dessas mulheres, é possível pensar que processos crimes por vadiagem, fontes mais extensas e elaboradas que os registros diários da delegacia, são

muito bem vindos como um outro meio, também cheio de pontas e filtros, para viabilizar essa aproximação. E isso se torna ainda mais plausível quando se encontram os nomes de tantas "vagabundas" da delegacia de Santana entre as listas de processos da 8ª. Pretoria do Rio de Janeiro[4]. Reencontramos, por exemplo, Olga Maria de Souza Lima e descobrimos que além de ter tido quatro entradas nos livros de ocorrências ao longo de 1905[5], ela respondeu a quatro processos crimes, sendo três no ano de 1905 e um em 1910[6]. Um olhar mais demorado sobre esses processos ajuda a esclarecer os objetivos iniciais e os procedimentos de pesquisa que venho desenvolvendo em meu mestrado.

O primeiro registro de Olga nas ocorrências aconteceu no dia 23 de janeiro de 1905[7], quando foi presa por ser "vagabunda". Em 19 de março do mesmo ano[8], ela foi presa novamente, por promover desordem na rua São Diogo, antiga denominação da rua General Pedra. Dessa última prisão, resultou um processo por vadiagem no qual, além de Olga, Anna do Carmo e Paulina Maria da Conceição também eram rés[9]. Através desse documento, somos informados que o flagrante foi feito pelo inspetor Pedro J. L. Bairão que disse que as acusadas estavam "em grande orgia" no momento da prisão, que eram "vagabundas por demais conhecidas" e que constantemente estavam "perambulando pelas ruas desta Capital"; destacando ainda que não tinham profissão ou domicílio.

Os depoimentos das testemunhas de acusação, Antonio da Rocha e Alfredo Gonçalves, foram consoantes ao do inspetor, embora não tenham mencionado se estavam presentes quando as mulheres foram presas. Em suas defesas, Olga disse que "não é vagabunda e atualmente não está empregada por não ter encontrado aluguel que lhe convem (sic)", Anna afirmou que "nada fez para ser presa, nem é vagabunda como alegaram as testemunhas" e Paulina disse ter saído "da Santa Casa de Misericórdia onde esteve tratando-se (...) e andava a procura de emprego quando foi presa". Mesmo apontando atenuantes que justificassem sua presença nas ruas, as três foram condenadas e cumpriram 22 dias e meio de prisão, como previsto para os infratores do artigo 399 do Código Penal de 1890.

Como outros processos por vadiagem, esse documento é curto e sem testemunhos ou defesas elaboradas. Marcelo Badaró Mattos analisou essa documentação em sua tese de mestrado e destacou que, diferente de processos por homicídio ou agressão, os por contravenção são bastante sumários, marcados pela padronização e por fraudes empreendidas pelas autoridades que os conduzem[10]. Uma denúncia contra procedimentos fraudulentos pode ser vista em outro processo em que Olga foi ré, em julho de 1905[11]. Na defesa dirigida ao juiz pretor, Antonio Godinho interveio por Olga e mais duas acusadas afirmando que o processo estava irregular pois, segundo o artigo 25 do Código Penal, a responsabilidade criminal era individual e, por isso, as testemunhas deveriam depor sobre cada ré e não sobre as três de uma única vez. Ele ainda disse que era "um processo crime feito sob a pressão policial (...) ainda mais na 9ª. Delegacia de Polícia Urbana, onde se cometem diariamente as maiores arbitrariedades". Essa defesa teve repercussão pois, alegando que não houve co-autoria ou cumplicidade na contravenção da vadiagem, o juiz anulou o processo.

Cabe lembrar que esses processos por contravenção, em conformidade com a lei Alfredo Pinto (lei n.628 de 28 de outubro de 1899)[12], foram conduzidos no interior das delegacias, sendo encaminhados para a pretoria com o fim de que o juiz pretor fizesse sua avaliação e pronunciasse a sentença final. Os acusados que não podiam pagar fiança eram a grande maioria e respondiam ao julgamento presos na Casa de Detenção, sendo cadastrados pelo Gabinete de Identificação e Estatística em sua entrada. Assim, quando o réu era reincidente, havia a possibilidade de solicitar sua ficha junto ao referido gabinete, o que era incorporado ao processo.

Em dezembro de 1905[13], Olga foi mais uma vez processada por vadiagem. Dessa vez, ela era a única ré e as testemunhas eram dois inspetores seccionais. Embora fosse prática habitual que policiais atuassem como testemunhas nesses processos, isso era irregular do ponto de vista legal[14]. Em sua defesa, a acusada disse que não era vagabunda e que "tem sido presa é por implicância da polícia". Ela foi condenada a dois anos de reclusão na Colônia Correcional de Dois Rios, a pena para os reincidentes na contravenção

de vadiagem, segundo o artigo 400 do Código Penal. Seria possível tomar esse caso como exemplo de uma repressão eficaz contra a vadiagem se não fosse outro processo, datado de maio de 1910[15], em que Olga foi novamente acusada.

Na qualificação da ré nesse último documento, foi dito que não tinha domicílio ou profissão mas, em sua defesa, Olga afirmava que "não é vagabunda, tem profissão e domicílio conforme provará em juízo". Essa contradição entre as informações da qualificação e as pronunciadas pela acusada pode ser tomada como indício da padronização e da intervenção fraudulenta de policiais, como foi mencionado acima. A defesa apresentada ao juiz, feita por um homem que não foi possível identificar, acusava irregularidades no processo, dizendo que as testemunhas, descritas como funcionários públicos, eram policiais e que a qualificação de Olga estava incompleta, pois não foi perguntado se sabia ler e escrever. O juiz considerou nulo o processo, reconhecendo que a qualificação da ré não foi feita de acordo com lei. Ele não se pronunciou, no entanto, sobre o fato de policiais terem sido testemunhas.

Para compreender o grande número de absolvições que acontecem nesses processos, Mattos examina as conclusões dos juízes pretores e constata que eles tendiam a avaliar a forma como os policiais os conduziam, não os réus em si, anulando aqueles em que havia irregularidades. A preocupação com as formalidades evidenciaria, segundo o autor, a tentativa de não romper a lógica do discurso da justiça e a disputa por poder existente entre o judiciário e a polícia, em um momento em que as atribuições de cada uma dessas instituições não estavam devidamente delimitadas[16].

Nos documentos aqui apresentados, é possível ter uma pequena amostra de algumas irregularidades empreendidas pelos policiais que conduziam os julgamentos, assim como de casos em que o juiz apontava esses procedimentos para justificar a anulação do processo. Porém, vale destacar que nos dois processos considerados nulos – o de julho de 1905 e o de maio de 1910 – houve a intervenção de outros homens que encaminharam defesas ao juiz em nome das acusadas. Em ambos, as defesas alegaram irregularidades na condução dos processos, o que mostra que as pessoas comuns conheciam e utilizavam a

seu favor as querelas existentes entre polícia e judiciário, assim como que acusar a polícia era uma estratégia comum de qualquer defensor. Em contrapartida, o processo de dezembro de 1905, visivelmente fraudado e ilegal, não foi anulado pelo juiz. Assim, a defesa apresentada por terceiros tem um peso importante para determinar a anulação, e conseqüente absolvição dos réus. Isso quer dizer que, além do esforço dos magistrados de legitimar pressupostos jurídicos e de demarcar suas áreas de atuação, a capacidade das acusadas de mobilizar pessoas que intervenham por elas também ajuda a entender as absolvições nesse tipo de processo.

Essa questão remete ao problema do que estava sendo julgado quando mulheres como Olga e suas companheiras eram processadas por vadiagem. Em suas acusações, pesava o fato de estarem nas ruas, "perambulando" ou "em baderna". Assim, se as defesas não foram encaminhadas no sentido de argumentar que as acusadas não eram vagabundas, isso parece indicar que seria mais seguro apontar as irregularidades para conseguir a anulação que comprovar que aquelas mulheres não estavam nas ruas, exercendo diferentes atividades, em horários variados. Nas falas de outras pessoas envolvidas no processo, é possível observar o esforço em afirmar que estar na rua não significava, necessariamente, ser contraventora.

No processo de julho de 1905[17], o curador de duas acusadas menores de 21 anos destacou que uma delas "tem profissão, que é a de cozinheira e se atualmente acha-se desempregada é devido a (...) saúde e que estava acidentalmente conversando com as duas outras acusadas quando o inspetor as prendeu"; em relação à outra, disse que "se foi encontrada na rua General Pedra é porque tinha ido naturalmente buscar remédio para medicar-se ou fazer qualquer outra compra". A outra acusada falou em sua própria defesa e "declarou que se todos que andam nas ruas em seus afazeres ela acusada o é pois conversava naturalmente quando um Inspetor gordo que chamam Bairão a prendeu com as suas duas companheiras". Sem os cuidados do curador, que buscava legitimar o fato de não estarem empregadas e de estarem nas ruas fazendo referência a problemas de saúde, essa última acusada, embora sua fala tenha sido registrada de forma um pouco truncada, afirmou

que, como outras pessoas, tinha seus “afazeres” e que, portanto, era imprescindível que estivesse nas ruas.

Espero que essa apresentação dos processos tenha deixado claro que é possível, através deles, observar tanto estratégias de policiais e juízes para cercar incômodos contraventores, quanto aquelas acionadas por mulheres trabalhadoras para se defender desse tipo de acusação. A essa altura, seria possível questionar se Olga não seria um caso isolado e em que medida esses processos, tão pequenos e parecidos entre si, poderiam realmente dizer algo além do que as ocorrências policiais. Para atenuar esse tipo de inquietação, vamos dar uma olhadinha para as ocorrências e processos de Floriza Guilherme Bessa. Ela foi registrada duas vezes na delegacia de Santana[18] e respondeu por dois processos no ano de 1905[19], sendo ré em mais um em 1907[20].

Anexo a esse último processo, está a ficha de antecedentes criminais de Floriza, o que mostra que teve vivências bem distintas das de Olga. Entre março de 1903 e outubro de 1907, Floriza apresentou um total de 20 entradas na Casa de Detenção, a maior parte delas para aguardar julgamentos em processos por vadiagem (art. 300) ou por reincidência (art. 400). Além de sua ficha ser substancialmente diferente da de Olga nesse quesito, pois essa última acumulava apenas três entradas desde 1905 até o processo de 1910, ela também mostra que Floriza teve processos iniciados em delegacias muito distantes entre si (São José, Glória, Engenho Novo, Santana, São Cristóvão), indicativo de sua mobilidade entre diferentes freguesias da cidade. Em nenhum momento, porém, chegou a cumprir a pena por reincidência e ficar dois anos e meio presa. Talvez, por adotar um procedimento, comum a outras “vagabundas”, de utilizar “nomes supostos”, o que deveria deixar policiais e juízes muito mais perdidos em seus já confusos trâmites burocráticos.

Ainda no processo de 1907, acompanhamos que, além das alegações usuais de falta de trabalho e moradia, as duas testemunhas acrescentaram informações um pouco mais comprometedoras: Antonio Alves Ferreira disse que a ré pernoitava em “hospedarias e praças” e José Benedito de Souza Ramos afirmou que ia “vivendo quer de dia quer de noite pelas hospedarias e lupanares”. Já nos documentos de 1905, os testemunhos seguiam o

mesmo padrão observado acima, sendo que algumas testemunhas eram as mesmas dos processos de Olga: reencontramos Antonio da Rocha, Ananias dos Santos[21] e o rechonchudo inspetor Bairão – que, aliás, era novamente chamado de "gordo" na declaração da acusada[22]. Reencontramos também Antonio Godinho[23], dessa vez como curador em um dos processos. Aliás, o fato de a acusada ser ou não menor gerou um certo rebuliço nesse documento, com direito inclusive a um termo de declaração de Floriza em que afirmava "ter 17 anos por saber que a data de seu nascimento fora precisamente no dia em que fora decretada a Abolição, isto é, a 13 de Maio de 1888", e acabou sendo anulado justamente por conta de desentendimentos em relação à idade da ré[24].

Como Olga e Floriza, há tantas outras mulheres que, embora tenham sido igualmente processadas por vadiagem, podem apresentar experiências bastante diversas. O que pode nos dizer, por exemplo, a comparação das fichas de antecedentes criminais dessas diferentes mulheres e, na medida do possível, de suas próprias falas? O que permite que mulheres com vivências tão distintas sejam vistas e processas como "vagabundas"? O que significa que os mesmos homens apareçam em diferentes processos como testemunhas de acusação ou como parte de sua defesa? Por que, inclusive, alguns homens se envolviam com a defesa dessas mulheres? Como as rés lidam com determinações legais que, ao viabilizarem seu enquadramento como "vagabundas", também colocam uma série de limitações aos condutores dos processos? Por que essa questão de estar na rua era tão problemática para tantos policiais se, compartilhando a vida daquela região, sabiam que esse era um cenário comum e inevitável para mulheres pobres e trabalhadoras? Como, aliás, os diferentes sujeitos envolvidos nesses processos significavam o trabalho feminino?

Essas são algumas perguntas que a pesquisa em andamento pretende abordar. Elas nos levam a refletir tanto sobre as possibilidades de análise desses documentos, quanto sobre como podem ser usados como ponto de partida para formulação de problemas para outros tipos de fonte, seja documentos policiais diversos, jornais ou literatura. Conforme avançamos no recorte temporal proposto (1905-1925), é possível observar que os processos por vadiagem se tornam menos recorrentes, o que permite pensar sobre

mudanças nas negociações de policiais e mulheres trabalhadoras acerca de sua presença no espaço público. Observar essas transformações e entender seus significados também faz parte do escopo da pesquisa.

---

[1] Li as ocorrências policiais dos meses de janeiro, fevereiro, março, julho, novembro e dezembro do ano de 1905, da delegacia da 9ª. circunscrição urbana, Santana. Cerca de 60% das mulheres encontradas nesses registros foram levadas à delegacia por serem infratoras, principalmente "vagabundas", sendo muitas delas reincidentes. Os livros de ocorrências policiais da 9ª. circunscrição urbana para o período compreendido entre 1903 e 1907 encontram-se microfilmados no Cecult (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, IFCH/ UNICAMP).

[2] Segundo o artigo 399 do Código Penal de 1890, a pessoa que "deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite, prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei e manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes" deveria ser punida por vadiagem. *Código Penal Brasileiro* (Decreto n.847 de 11 de outubro de 1890) comentado por Affonso Dionysio Gama. São Paulo: Saraiva e Cia. Editores, 1923.

[3] Para acompanhar as diferenças entre as concepções de honestidade masculina e feminina presentes nas reflexões de juristas e legisladores do início do século XX ver Esteves, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle épque*. Rio de Janeio: Paz e Terra, 1989 e Caufield, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

[4] Os documentos referentes a 8ª. Pretoria do Rio de Janeiro (Santana) estão reunidos no fundo OR do Arquivo Nacional. Esse fundo reúne processos e inquéritos produzidos em algumas delegacias, incluindo a de Santana, entre 1890 e 1911. Uma cópia do instrumento de busca encontra-se disponível no Cecult. Com verbas do projeto temático Santana e Bexiga, ao qual essa pesquisa de mestrado está vinculada, pude solicitar cópias de alguns desses processos em forma de microfilme.

[5] Livros de ocorrências policiais da 9ª. delegacia urbana, ano de 1905: livro n. 8589, páginas 1816 e 1972; livro n.8590, página 201 e livro 8591, página 643..

[6] Processos crimes, ré: Olga Maria de Souza Lima, AN, 8ª. Pretoria do Rio de Janeiro: processos OR.4083, OR.4357 e OR.4030 do ano de 1905 e processo OR.7771 de 1910.

[7] Livros de ocorrências policiais n. 8589, página 1816, ano de 1905.

[8] Livros de ocorrências policiais n. 8589, página 1972, ano de 1905.

[9] Processo Crime, ré Olga Maria de Souza Lima, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processo OR.4083, 1905.

[10] Mattos, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF –UFF, 1991, pp. 77-8.

[11] Processo crime, ré Olga Maria de Souza Lima, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processo OR.4357, 1905.

[12] Ao permitir que chefes de polícia e delegados iniciassem processos de contravenções sem precisar recorrer a instâncias jurídicas, a lei Alfredo Pinto proporcionava uma crescente autonomia policial, se tornando objeto de debate entre alguns contemporâneos. Sobre a lei e os debates em torno dela, ver Mattos, Marcelo Badaró. *op. cit*, pp. 41-45 e Bretas, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, pp. 63-70.

[13] Processo crime, ré Olga Maria de Souza Lima, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processo OR.4030, 1905.

[14] Cf. Mattos, Marcelo Badaró. op. cit, p. 82.

[15] Processo crime, ré Olga Maria de Souza Lima, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processo OR.7771, 1910.

[16] Mattos, Marcelo Badaró. *op. cit,* pp.79-86.

[17] Processo crime, ré Olga Maria de Souza Lima, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processo OR.4357, 1905.

[18] Livros de ocorrências da 9ª. circunscrição urbana, ano de 1905: livro 8590, página 202 e livro 8591, página 572. Consultando atualmente o banco de dados do Cecult, no qual estão sendo inseridas as ocorrências de todo o ano de 1905 da delegacia de Santana, constatei que Floriza aparece em mais duas ocorrências, ambas no livro 8591, páginas 326 e 352, ano de 1905.

[19] Processos crimes, ré Floriza Guilherme Bessa, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processos OR.4358 e OR.4050, ambos de 1905.

[20] Processo crime, ré Floriza Guilherme Bessa, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processo OR.5965, 1907.

[21] Antonio da Rocha foi testemunha em dois dos processos de Olga em 1905 (referências dos processos: OR.4083 e OR.4357) e nos dois processos de Floriza do mesmo ano (referências: OR.4358 e OR.4050). Ananias dos Santos foi testemunha em um processo de Olga em 1905 (referência: OR.4357) e em um de Floriza do mesmo ano (referência: OR.4358).

[22] Dessa vez, foi Floriza quem disse isso no processo crime em que foi ré em 1905 e cuja referência é OR.4358.

[23] Antonio Godinho fez a defesa de Olga no processo OR.4357 e foi curador de Floriza no processo OR.4358.

[24] Processo crime, ré Floriza Guilherme Bessa, AN, 8ª. pretoria do Rio de Janeiro, processo OR.4358, 1905.

DISCURSOS LETRADOS E PRÁTICAS SOCIAIS DA VIDA EM CORTIÇOS – BELÉM (1895-1905)

Letícia Souto Pantoja[1]- PUC-SP

Passados os primeiros momentos de tensão e euforia que cercaram os grupos políticos que lideraram o processo de instalação do regime republicano no Brasil, mostrou-se mais do que necessário definir os novos rumos a serem tomados pela nação. Neste sentido, tratava-se de estabelecer um plano de governo que conseguisse contemplar todas as esferas inerentes à vida do país, ou seja, que desse conta de responder às enormes demandas sociais, culturais, econômicas e políticas, que já vinham se denunciando desde os últimos anos da monarquia, especialmente após a segunda metade do século XIX com a crise do sistema institucional escravista.

O Estado do Pará, territorialmente distante da região considerada o coração político do país, e que englobava os estados se São Paulo e Rio de Janeiro, não esteve, todavia, à margem desses processos. Além de dialogar com os processos que ocorriam em outras cidades da região norte, como Fortaleza e Manaus, localmente viu os mais diversificados grupos experienciarem de forma própria e heterogênea o despontar da República e a construção de uma nova ordem nacional, que se mostrava fluída e pautada num pacto político demasiadamente frágil, mesmo já em meados do século XX.

Para os administradores locais a solução de muitas das demandas republicanas perpassava pela elaboração de um modelo de gestão da cidade capaz de implantar na capital um governo exemplar, eficiente na consolidação dos valores positivistas (ordem, civilidade, progresso) e dinâmico na consecução de reformas sociais, arquitetônicas e econômicas. Em outras palavras, para aqueles segmentos sociais que lideraram em âmbito regional a(s) luta(s) republicana(s), a conquista de um lugar para o Estado e para Belém na dinâmica nacional envolvia uma estreita relação com o continente europeu, num movimento que se revelava ambivalente. Pressupunha, ao mesmo tempo, constituir a identidade local diante do projeto nacional, mas também afirmar a região e a sua capital, em relação ao mundo e aos países considerados mais civilizados.

Belém, na condição de capital, cidade mais populosa e principal pólo econômico do Estado, esteve imersa nessas discussões, sofrendo na segunda metade do século XIX uma série de intervenções sociais e espaciais que procuraram torná-la uma moldura do quadro político nacional e, por conseguinte, o reflexo da vitória de um certo projeto de sociedade para a republica que se buscava consolidar.

Observe-se que foi no decorrer do século XIX que a borracha na Amazônia despontou como um excelente produto para ser negociado no comércio internacional, passando inclusive a constituir, entre 1890 e 1910, o segundo produto de exportação na balança comercial brasileira ao lado do café.[2] Assim, à medida que o látex ganhava mais espaço no movimento de expansão da economia agrário-exportadora regional, a capital do Estado também tentou adquirir nova feição, condizente com sua posição de escoadouro da produção gomífera; para tanto, os poderes públicos locais ampliaram as preocupações com a ordenação do espaço público, objetivando embelezar, sanear, disciplinar e controlar a circulação de pessoas e materiais.[3]

A preocupação com o ordenamento e a disciplina do uso dos espaços da cidade de Belém torna-se explícita ao se incluir, nas disposições do Código de Posturas de 1900, um artigo que tratava especialmente sobre as moradias denominadas cortiços. Conforme dispunha essa legislação, tornava-se absolutamente proibida a construção de cortiços, sob pena de multa de 100$ e pronta demolição da construção. Em se tratando dos prédios já erguidos, o artigo previa que o intendente iria fixar prazo "improrrogável" para seus fechamentos e, em certos casos, demolição.

Atente-se que o legislador preocupou-se, ainda, em descrever com minúcias o que seria um cortiço, constando no parágrafo segundo do dito artigo, a seguinte explicação: "entende-se por cortiço uma série de quartos, geralmente madeira, dando todos para um pátio ou corredor comum, pelo qual se comunicam com a via pública, sem o conforto e as exigências da boa higiene, servindo de residência a muitos indivíduos e não dispondo de banheiros, cozinhas ou latrinas em número correspondente aos seus habitantes." [4]

O caráter repressivo manifesto neste artigo e a intolerância municipal com o referido padrão de habitação são determinados intrinsecamente pelo objetivo de preservar o espaço público de elementos que o Estado considerava agressivos à ordem social, mediante a utilização de instrumentos jurídicos que pretendiam purificar os espaços privados, lares e residências da cidade.

Por um lado, esse dispositivo legal expressa a idéia de que a construção de uma Belém moderna só seria possível pela formação de cidadãos ordeiros e limpos, qualidades que se adquiriam por um convívio familiar moralizado, proporcionado apenas por um ambiente salubre e cômodo, oposto à realidade que se acreditava permear a vida nos cortiços. Paralelamente, revela também a percepção nutrida pelo poder público de que a ausência de serviços infra-estruturais e, especialmente, de privacidade para as diversas famílias moradoras era aspecto que suscitava comportamentos imorais por parte de seus residentes, tanto no próprio espaço doméstico, quanto em

ambientes públicos.

Ao estabelecer prazos improrrogáveis para fechamento dos cortiços existentes em Belém, o Poder Público Municipal manifesta urgência em adotar medidas repressivas, alertando para a ameaça que essas construções representavam ao processo de modernização da capital parauara. Por essas, dentre outras razões que serão enunciadas, os cortiços foram vistos como habitações incompatíveis com os novos modelos residenciais adotados pelas sociedades adjetivadas como "mais avançadas", passando a constar no rol dos elementos que o poder municipal desejava extirpar do seio da cidade.

Diferentemente das unidades urbanas onde moravam as famílias das camadas médias e membros dos segmentos enriquecidos de Belém, os cortiços eram construções erguidas com o objetivo de atender aos trabalhadores pobres e, por isso mesmo, seus proprietários primavam pelo baixo custo da produção. Tal fato acarretava a redução da qualidade dos materiais utilizados na construção, além de impor a exigüidade e o excessivo (re)aproveitamento dos espaços, com vistas a obter os maiores lucros de aluguel com o menor dispêndio de recursos.

Pode-se dizer que em Belém, residir num cortiço significava, necessariamente, criar cotidianamente arranjos que garantissem o exercício das atividades domésticas diárias, tais como: tomar banhos, lavar e passar roupas, cozinhar, engomar, etc. Isto porque os cômodos apresentam dimensões bastante reduzidas, mal comportando o número de moradores, além do que, latrinas, tanques, torneiras e fogões eram, em geral compartilhados pelos residentes, localizando-se nas áreas coletivas dessas habitações, como, por exemplo, pátios centrais, corredores e quintais.

Diante dessas observações, depreende-se também que canalizações e esgotos individualizados eram quase inexistentes, como igualmente eram reduzidíssimas as áreas para a circulação de ar e entrada de luz, condições que na perspectiva dos higienistas do período analisado, facilitava a propagação de doenças contagiosas entre os moradores. Daí, os cortiços serem vistos como focos epidêmicos, ou seja, irradiadores de moléstias que grassavam as populações empobrecidas e com baixa resistência física (em virtude das próprias condições de vida).

Nesse sentido, é comum encontrar-se nos Relatórios Oficiais das repartições públicas, nos atos do Intendente Municipal e nos jornais, referências à ocorrência de moléstias contagiosas entre moradores de cortiços, nos diversos distritos da cidade, e concomitantemente referências à necessidade controlar melhor esses locais de habitação. *O Democrata* denunciou, em 1892, um caso de varíola em um cortiço, próximo ao Largo da Trindade, registrando que o varioloso havia sido

transportado para o lazareto da cidade, na Ilha Tatuoca, reclamando ainda que a Junta de Higiene deveria reativar a vacinação domiciliar;[5] o *Diário de Notícias* noticiou em 1896, a desinfecção de um cortiço, na Travessa D. Romualdo de Seixas, n. 93, em virtude de lá ter saído o varioloso Antônio[6]; *O Pará* publicou nota sobre a demora na desinfecção de um cortiço à Rua Cezário Alvim, de onde havia sido retirado um varíolo[7].

Em sentido análogo o Dr. Cypriano Santos, inspetor de higiene do Estado do Pará, em relatório apresentado ao governador Lauro Sodré, no ano de 1892, se referiu sobre a relação entre os cortiços e a propagação de doenças físicas e morais na cidade, esclarecendo que "deveria assistir a autoridade sanitária o direito de intervir na construção dos edifícios públicos e particulares, visto que até aquela data, a Intendência Municipal apenas se contentava em exercer sua vigilância quanto ao exterior das casas, para que as posturas não fossem transgredidas e ficassem embelezadas as ruas e praças"; todavia, afirmava a autoridade, "era um dos mais rudimentares preceitos da higiene privada o inconveniente trazido pelo acúmulo de pessoas que habitam o estreito espaço de aposentos onde a luz era mal distribuída, a renovação de ar não se fazia e a cubagem necessária deste elemento indispensável à vida havia sido inteiramente esquecida". Ou seja, para esse homem público "os cortiços, eram reconhecidos como focos de todas as moléstias e teatros onde se praticavam os maiores crimes", sendo que, infelizmente ainda se conservavam na capital. Finalmente, alertava o Dr. Cypriano: "Este gênero de edificações deve desaparecer em nome da moral e dos bons preceitos de higiene".[8]

Tais aspectos, associados ao fato de que em tais habitações morava boa parte da gente considerada "perigosa" à manutenção da ordem urbana, faziam com que o poder público olhasse de modo diferenciado para esses ambientes e seus moradores, procurando estabelecer um rígido controle sobre suas vidas privadas e, também, sobre a circulação nos espaços públicos da cidade. Vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade, os cortiços são elevados a assunto prioritários nas discussões do poder público sobre a urbanização da capital e nos discursos que a imprensa local articulava em torno da moralização da sociedade belenense.

De modo revelador, o *Diário de Notícias,* publicou artigo em 1896, denunciando as condições de um cortiço localizado em uma movimentada avenida da cidade. Afirmava o articulista, em tom dramático que existiam diversos cortiços, "montouros físicos e morais", "habitados por mulheres da mais baixa condição social", que levavam uma vida desbagrada e devassa, embriagando-se

constantemente, usando uma linguagem obscena e abjeta, não respeitando coisa alguma! [9]

Depreende-se dos aspectos implícitos e críticas explícitas feitas pelo repórter, que os cortiços eram vistos tanto pelo poder público quanto pela imprensa, como espaços que ameaçavam a ordem urbana. Essa perspectiva fazia com que principalmente os homens de letras apregoassem, por meio dos jornais, que os moradores de cortiços não viviam apenas sob condições de risco sanitário, mas, especialmente, sob a égide de seus vícios morais, perturbando o sossego dos vizinhos e a própria ordem pública. Tal qual os moradores do cortiço localizado na Travessa São Matheus, entre as Ruas General Gurjão e Riachuelo, próximo à casa do Sr. Maximiano R. da Silva, os quais costumeiramente gritavam e praticam atos que insultavam a moral do vizinho[10]; e João Batista da Silva, despenseiro do vapor Princeza Izabel, que morava no cortiço nº 115 à Rua São Vicente, o qual espancou Primitiva Rosa do Nascimento, que estava grávida e veio a falecer; na nota publicada pelo jornal, o repórter faz questão de alertar os fiscais para que cumprissem suas obrigações, pois "*provavelmente não teríamos de lamentar este crime, conseqüências de tais cortiços*".[11]

Havia, assim, a convicção de que dos hábitos de moradia das "gentes pobres" dos cortiços eram nocivos à coletividade, isto porque essas habitações seriam terrenos férteis à propagação de todos os tipos de vícios sociais: a sujeira física, a violência, a criminalidade e a devassidão. Todos esses hábitos constituíam características reconhecidas pela imprensa e pelo poder público como conseqüências da vida desregrada e insalubre que o ambiente dos cortiços proporcionava.

Muito embora não seja afirmado claramente, em nenhum momento dessa discussão existia algum intuito de *perseguir* os moradores dos cortiços por causa de sua condição social, ao propor que era necessário combater os *hábitos bárbaros e desordeiros* por eles mantidos. Ao se referir a eles como "a ralé", o repórter justifica a existência de um estereótipo sobre os residentes destes espaços, que os tornava objeto de uma forte repressão policial e social.

A luta que se travou entre o poder público, os moradores de cortiços e habitações coletivas, em geral, e seus proprietários, a partir de 1900, sintetizava assim o binômio moral *versus* higiene, incorrendo num discurso que negava a relação direta com os sujeitos sociais envolvidos no processo, tendendo a buscar os pressupostos na incompatibilidade dessas moradias com as exigências climáticas, sanitárias e morais da cidade. Essas aparentes abstrações e generalizações entre moral e higiene alimentaram práticas e políticas públicas que incidiram diretamente na vida das pessoas que habitavam em cortiços, bem como no modo como eram vistas pelos outros grupos sociais da cidade.

No âmbito estético, os cortiços representavam o que menos havia de bom gosto: a falta de um arranjo adequado à convivência de várias pessoas, a ausência de esgotos e vias de canalização dos fluídos corporais desencadeadores da insalubridade; no âmbito moral, proporcionavam a completa indistinção dos espaços e de suas respectivas condutas.

Sob esta ótica, nos cortiços tudo vinha a público, ao mesmo tempo em que se confundiam as funções sociais de cada grupo e dilatavam-se os limites da moralidade. A ausência de cômodos distintos para o casal, sua prole ou para seus hóspedes gerava um comportamento difuso, sem ordem ou senso de privacidade e intimidade.

Assim, o grande receio dos segmentos enriquecidos e do poder público era acreditar que a desordem imperante nos cortiços poderia atingir toda a sociedade, num momento que se primava pela boa educação do cidadão como meio de alcançar o progresso social. Como então conceber a reeducação dos hábitos dos munícipes, se o espaço primordial onde começaria estava maculado?

Essa preocupação com o espaço da família (o lar) e com os comportamentos desempenhados pelos seus integrantes, bem exemplificada pelos discursos contra os cortiços de Belém, anunciava as sensíveis alterações sofridas na relação intimidade *versus* rua, durante o século XIX. Enquanto no século XVIII a família era representada como o lugar onde as pessoas podiam expressar suas personalidades livremente, ao longo do XIX ela se tornou o *microcosmos social*, por assim dizer. Hipoteticamente reconhecida como o espaço do domínio da natureza, em contraposição ao espaço da cultura (o público), a família impunha regras e normas que, na visão de final do século, serviam para proteger seus membros, ensinando-os o controle de seus instintos, o que os tornaria aptos a se apresentarem na sociedade. A busca por ordenar o espaço íntimo (da família) se deu, portanto, pelas mesmas razões que justificaram a entrada da personalidade no espaço público.[12]

Todavia, destoando dessa representação acerca dos cortiços e do caráter de seus moradores, as ações cotidianas das pessoas pobres que efetivamente viviam nessas habitações soam como alerta para o distanciamento que existia entre as imagens forjadas pela imprensa e pelo poder público em relação à concretude dos modos de viver dos encortiçados. Em outras palavras, para aqueles que residiam nos cortiços e estâncias de Belém, seus quartos de moradia não eram biombos ou casinholas que abrigavam gente sem valor; tampouco eles próprios se consideravam pessoas desregradas ou promíscuas. Pelo contrário, para esses sujeitos, uma estância era um lar com todos os seus atributos, do mesmo modo que o eram os sobradinhos habitados pelas famílias mais respeitadas da capital.

A exemplo de Joaquim Félix, estivador, português e morador de um cortiço localizado próximo ao cais do porto, que agrediu um seu vizinho, após este Ter chegado por volta das onze horas da noite, embriagado e gritando, incomodando assim os moradores do local, que afirmaram nos depoimentos prestados na Chefatura de Polícia, ser trabalhadores que precisavam acordar "cedo"[13]; ou de Cândido Alves, inquilino de uma estância à Rua Lauro Sodré, que deu uma surra de cinta em Ignácio da Silva, por Ter este confundido aquele local com residência de prostitutas, querendo ingressar na estância, sem permissão de seus locatários.[14]

---

[1] Mestre em História Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP

[2] WEINSTAIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).* São Paulo: Hucitec, 1993. 371 p. (Estudos Históricos; vol. 20).

[3] SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Epoque (1870-1912).* 2. ed. Belém: Pakatatu, 2002, pp. 75-89.

[4] BELÉM. Lei n. 276, de 03 de julho de 1900. Institui o Código de Polícia Municipal. Título VIII—Disposições diversas. Capítulo XVIII.

[5] *O Democrata,* 06 de outubro de 1892, fls. 01, col. 05. Varíola.

[6] *Diário de Notícias*, 30 de janeiro de 1896, fls. 02, col. 03. Desinfecção.

[7] *O Pará,* 24 de julho de 1899, segunda-feira, n. 491, fls. 03, col. 03.

[8] PARÁ. Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado Dr. Lauro Sodré, em 30 de junho de 1892, pelo Dr. Cypriano Santos, Inspetor de Hygiene do Estado. Imprensa do Diário Oficial. Belém, 1892, pp. 21-22

[9] *Diário de Notícias*, 08 de fevereiro de 1896, fls. 02. À Repartição de Saúde, à Polícia e à Intendência Municipal.

[10] *Diário de Notícias*, 21 de janeiro de 1890, p. 03, col. 03. "Cortiços".

[11] *Diário de Notícias*, 24 de janeiro de 1890, p. 03. col. 03. "Ferimentos Graves".

[12] SENNETT, Richard. **O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** Tradução Lígia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1988. **pp. 117-137.**

[13] Juízo do 1º distrito Criminal. Autos crimes de ferimentos leves. Autora: Justiça Pública. Réu: João Apollônio da Silva. 1899, fls. 07. Auto de Perguntas feitas a Joaquim Felix de Souza.

[14] Fragmentos dos Autos crimes de ferimentos leves em que foi réu Cândido Alves e vítima Ignácio Pereira da Silva. 1902.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALUNOS SURDOS

Lia Cazumi Yokoyama*

Um lógico pensa talvez: igual é igual – é uma questão psicológica o modo como uma pessoa se convence da igualdade. (Altura é altura – é do âmbito da psicologia que a pessoa às vezes a veja, às vezes a ouça.)

Qual é o critério da igualdade de duas representações? – Qual é o critério do rubor de uma representação? Para mim, quando o outro a tem: o que ele diz e faz. Para mim, quando eu a tenho: nada. E o que vale para "vermelho", vale também para "igual".

(Ludwig Wittgenstein, Investigações Filosóficas)

Introdução

A apresentação deste texto visa levantar algumas questões relacionadas ao ensino de história para alunos surdos[i] incluídos em salas de aula regular[ii]. Temos por base nossa experiência em uma instituição de ensino privada localizada na região sul da cidade de São Paulo, entre os anos de 2002 e 2004.

A oportunidade de atuar como intérprete e professora de reforço nos fez enxergar além do universo teórico-metodológico oral-auditivo. Isto é, pudemos entrar em contato com outras formas de transmitir conhecimento ao deixarmos de entender a maioria como normalidade[iii]. Mais do que isso, deixamos – ao menos tentamos deixar - de lado alguns pré-conceitos que nos faziam agir de uma maneira ininteligível àqueles que utilizam uma língua visual-gestual[iv]. Hoje percebemos como muitas ações dos professores estão centradas na forma de comunicação mais confortável aos ouvintes, à "maioria normal".

Dessa experiência, buscamos elementos que permitam iniciar uma série de reflexões e discussões sobre a comunicação, os métodos e formas de abordagem das disciplinas. Tais discussões tomam um sentido instigante neste seminário que propõe um "olhar

* Licenciada em História pela Faculdade de Educação (Universidade de São Paulo); Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP); Especialista em Formação de Educadores para Pessoas com Deficiências Sensoriais e Múltiplas Deficiências pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Mestre em História Social pela FFLCH (USP).

reflexivo" sobre "O Ensino de História e Novas Tecnologias", já que tendemos a associar tecnologia com formas de minimizar ou neutralizar desvantagens sensoriais.

Faça-se a ressalva de que não nos propomos a questionar nem discutir nosso posicionamento em relação à inclusão em si. O que apresentamos não passa de idéias e experiências que poderão contribuir para o trabalho de professores de história em um contexto de mudanças legislativas que têm como mote a inclusão.

Mudando o foco da questão

O que nos causa um certo incômodo nas leituras sobre metodologias de ensino para alunos surdos, principalmente elaboradas para e por educadoras de escolas especiais, é o fato das mesmas focarem apenas, ou excessivamente, a língua. A relevância desta é patente. Vigotski, por exemplo, ao estudar a relação entre pensamento e linguagem, nos ofereceu uma série de pistas para pensarmos o papel da comunicação no desenvolvimento das crianças surdas. A comunicação é social e a sociabilidade necessita da comunicação. Da mesma forma, o desenvolvimento das *funções psicológicas superiores* se origina das relações[v] com os outros, das interações.

Essas questões vêm sendo discutidas por lingüistas e pedagogos há séculos. Oralismo, Bimodalismo, Comunicação Total, Bilingüismo[vi], entre tantos outros métodos e filosofias de ensino aparecem em diversos estudos e pesquisas realizadas em todo o mundo.

O problema, ao nosso ver, é a ausência de metodologias e didática de ensino para as disciplinas de forma específica. Sem abandonar a discussão lingüística - o que devemos deixar para os lingüistas; sem deixar de pensar nas especificidades e necessidades pedagógicas dos surdos - o que deve ser delegado aos pedagogos; nós, professores de história, precisamos começar a pensar em respostas para a questão: Como ensinar história para surdos? Afinal, o ensino de história, para qualquer aluno, deve ser realizado por nós, e não por pedagogos nem lingüistas. Esperamos, através deste texto, provocar algumas reflexões nesse sentido.

Superando a cultura oral

Quando visualizamos um cenário inclusivo para atender alunos surdos, dificilmente conseguimos elencar mais de 10 pontos relevantes. Nossa vivência – ao menos da grande maioria dos professores de história – não nos muniu com conhecimento e elementos suficientes para podermos "pensar diferente". Propomos, portanto, uma lista com apenas três pontos que julgamos fazer parte do cenário inclusivo no imaginário da grande maioria das pessoas. A partir da análise de cada um deles, exemplificaremos a que no referimos quando escrevemos universo teórico-metodológico oral-auditivo.

Os três itens escolhidos são: componentes visuais como painéis, quadros e *pôsters*; equipamentos audiovisuais como vídeo, DVD e *data-show* - e aqui dedicaremos maior atenção; a presença do intérprete de LIBRAS.

Os componentes visuais são interessantes devido à sua simplicidade e acessibilidade - pois podem ser elaborados pelos professores facilmente. Comecemos por eles.

Para muitos ouvintes, componentes visuais (painéis, quadros, *pôsters*) podem parecer importantes em uma sala de aula com alunos surdos, afinal, imagens comunicam. Reflitamos um pouco.

Visualizem uma sala de aula com um professor explicando história medieval e, concomitantemente, músicas medievais sendo tocadas durante toda a aula, no mesmo volume em que o professor fala. Nas aulas sobre a Segunda Guerra, as músicas que foram proibidas de serem tocadas e cantadas nos bailes na Alemanha nazista sendo tocadas para dar o "tom" da época, também durante toda a aula, enquanto o professor fala. Isso seria considerado adequado? Esses elementos paralelos não poderiam incitar à falta de atenção? Componentes visuais "mal utilizados" em uma sala de aula com alunos surdos seriam tão inconvenientes como essas músicas.

Para pessoas que têm na visão seu sentido principal, qualquer imagem colocada no campo visual do aluno pode ser um "ruído", causar distração ou mesmo levar a um

“desconforto visual”. Portanto, assim como as músicas devem ser trazidas para a aula como um complemento e tocadas dentro de um contexto e atividade específicas, a imagens também precisam[vii]. Não queremos que elas sejam abolidas, mas que se pense um pouco, de forma diferente, antes de utilizá-las.

Partamos para os outros tópicos para pensarmos melhor na questão da visão.

Os equipamentos audiovisuais (vídeo, DVD e *data-show*) têm se transformado em um requisito para muitas escolas. Recursos tecnológicos, indubitavelmente, enriquecem o processo de ensino e aprendizagem. Contudo, quando pensamos na sala inclusiva – e no caso, com surdos – alguns cuidados devem ser tomados.

Por exemplo, muitos filmes nacionais vêm sendo utilizados por professores de história. Carlota Joaquina é visto por muitos deles como sendo obrigatório. Para o aluno surdo seria interessante assistir ao filme, mas geralmente nos esquecemos que nem todos, ou melhor, poucos surdos são capazes de realizar a leitura labial. Assim sendo, se não tomarmos o cuidado de procurar filmes nacionais legendados, estaremos tendo um comportamento teórico-metodológico oral-auditivo. Buscando ajudar de forma ineficaz, porque centrado em modelos padrões que não necessariamente incluem.

As legendas em si não resolveriam o problema em muitos casos. Professores que já tiveram a oportunidade de trabalhar com surdos sabem como é comum encontrar alunos com dificuldades em leitura e interpretação. Muitas pessoas associam isso à deficiência no aprendizado, mas vale abrirmos um breve parêntese para lembrar que o português é, principalmente para os surdos profundos natos, uma segunda língua[viii].

Seria impossível aprofundarmos a questão lingüística por não dominarmos o tema, e isso nos levaria a desviar o ponto central da discussão aqui proposta. Mas voltaremos a alguns tópicos relacionados à língua quando os mesmos estiverem ligados à figura do intérprete.

Poderíamos pensar que o intérprete de LIBRAS[ix] resolveria a questão. Passa-se o filme e o intérprete sentado ao lado da tela funcionaria como uma “legenda” – e aqui já estamos discutindo o terceiro e último componente da sala de aula inclusiva.

Não há registro de pessoas capazes de ouvir, compreender e interpretar dois discursos orais realizados concomitantemente. Então, por que acreditamos que o intérprete sentado ao lado da tela poderia ser uma boa solução? Como esperamos que uma pessoa surda assista ao vídeo e preste atenção à interpretação ao mesmo tempo? Como conseguimos ser tão ingênuos e ignorantes? Mesmo a legenda. Sabemos que não conseguimos atentar para o filme da mesma forma que o fazemos quando o assistimos em nossa língua.

Essa problematização torna-se mais complexa quando pensamos no que McLuhan escreveu sobre as sociedades não-alfabetizadas. Segundo o autor, nessas sociedades as pessoas "não podem 'ver' filmes e fotos sem que para isto sejam devidamente treinadas"[x]. Não se trata do caso dos surdos, mas não podemos deixar de pensar nas diferenças entre a cultura surda e a cultura ouvinte[xi]. Diferença essa que deve repercutir de alguma maneira na forma de assistir aos filmes.

Não temos uma solução que possa ser considerada ideal para o uso do vídeo em uma sala de aula com surdos. Contudo, não podemos deixar de apresentar e questionar esse comportamento "de ouvinte" que é, ao nosso ver e não raras vezes, desrespeitoso.

O uso do *data-show* também vem acompanhado por alguns problemas didáticos. Os professores geralmente o utilizam como um elemento complementar ao seu discurso oral. Apresentam determinada imagem, explicando oralmente aquilo que todos vêem ou questionando aquilo que todos vêem.

A presença de alunos surdos exigiria, nesse cenário, uma diminuição do ritmo do professor, para que eles tivessem tempo de ver a imagem e depois voltarem os olhos para os intérpretes, acompanhando a explicação do professor. Lembramos de outro fator importante, que diz respeito à iluminação: vídeos, DVDs e *data-show* nos inspira a apagar as luzes. A presença do intérprete inviabiliza esse hábito.

Os exemplos apresentados são importantes à medida que começam a atentar para algo além da questão lingüística. Esta é essencial: sem comunicação, não há transmissão de conhecimento possível. Portanto, a presença de um intérprete de LIBRAS em salas de

aula inclusivas é inquestionável. O que podemos e devemos questionar aqui é: quem é esse intérprete? Qual o preparo e formação desses profissionais que estão sendo colocados nas salas de aula? O papel deles se restringe ao verter palavras? No caso de uma aula de história, o intérprete deverá ter formação nessa disciplina? Interpretação pode ser entendida apenas como tradução? Onde posicionar o intérprete na sala de aula?

Essas são outras questões que ainda não nos arriscamos a responder. A formação formal, acadêmica no Brasil, de intérpretes de LIBRAS, está apenas começando. A presença deles nas salas de aula com surdos é essencial. Mas não basta que essa presença seja apenas física. Deve ser trabalhada a funcionalidade desse personagem no espaço escolar que cada vez mais vêm sendo implementado por novas tecnologias. Estas trazem vantagens que devem ser postas à disposição de todos os alunos, e é freqüente encontrarmos muitas respostas para nossas dúvidas ao mudarmos o foco. Quando deixamos nossas certezas de lado e superamos as nossas verdades, conseguimos dialogar com o *outro*, seja ele quem for.

Para encerrarmos a questão sobre os intérpretes, sabemos que são comuns as discussões sobre o ensino da língua portuguesa, afinal trata-se da língua pátria. Contudo, acreditar que a língua portuguesa é obrigatoriamente a língua que deve ser utilizada em avaliações, nas salas de aula e em instituições públicas, seria acreditar nas *utopias lingüísticas*[xii].

Pratt nos chama a atenção para isso ao lembrar que “classrooms are supposed to be places where things change all the time, where pupils do and say different things from one day to the next becaus education and socialization are going on.” (as salas de aula deveriam ser o local onde as coisas mudam a todo o tempo, onde os alunos falam e dizem coisas diferentes de um dia a outro porque educação e socialização estão acontecendo.)[xiii] Isto é, a sala de aula é o espaço legítimo das mudanças, da instabilidade, onde as discussões podem ocorrer. Não se tratam de cobaias, mas de um espaço onde a interação pode levar à tolerância.

Muitos surdos utilizam a LIBRAS como primeira língua, pois é a sua língua natural. Para eles, o português é uma segunda língua. Por isso vimos defendendo a presença do intérprete. Mas como dar lhe um papel de mediador sem que ele seja um interventor? Como o intérprete poderia ser útil em uma avaliação oral? Ou ele poderia auxiliar na avaliação de uma prova "mal escrita", em disciplinas como história, traduzindo-a? Em que medida o português precisa ser considerado, no caso específico dos surdos? Quais as outras formas de avaliação que enfocam o conteúdo de história em si, sem deixar-se levar pela análise da competência lingüística na língua majoritária? Como ser maleável sem adotar uma atitude discriminatória? Oferecer recursos não implica em facilitar. Portanto, devemos buscar novos caminhos, saindo desse "mundo ouvinte" que nos é tão cômodo, para buscar inclusões que não sejam apenas acolhedoras, mas também justas.

Considerações finais

Após a Declaração de Salamanca, datada de 10 de junho de1994, a inclusão tornou-se um ideal buscado em vários países. Ela vem ocorrendo, às vezes de forma desordenada, outras de forma planejada e positiva, mas ainda assim, com pouco embasamento teórico-metodológico específico.

Pensa-se em metodologia de ensino para surdos, para cegos, para deficientes mentais, mas pouco se fala no ensino e em metodologias de ensino de geografia, história, matemática, entre outras disciplinas.

O uso de novas tecnologias é imprescindível em um mundo onde as novidades tecnológicas são implementadas a todo momento, mas precisa ser feito com cuidado em salas de aula inclusivas. Adaptações metodológicas são necessárias para que os recursos enriqueçam o ambiente escolar e abram novas e ricas possibilidades.

Apresentamos apenas questões que podem levar a pesquisas futuras em outras áreas que não pedagógicas ou lingüísticas. Só assim poderemos começar a pensar em programas de ensino com os suportes necessários e adequados aos diferentes alunos, deixando para trás um olhar que enxerga na diferença uma suposta inferioridade.

[i] Utilizamos o termo "surdos" para nos referirmos aos alunos que apresentam déficit auditivo e não apenas aqueles que se identificam e se intitulam "surdos". Fazemos isso em respeito e resposta à campanha realizada por grupos e entidades de pessoas surdas que lutam contra o uso de termos como "surdo-mudo", "mudinho", "deficiente auditivo", entre outros.

[ii] O termo inclusão é aqui utilizado com base nos movimentos embasados na "Declaração de Salamanca (1994)". Movimentos esses que propõem que "a escola é quem deve adaptar-se ao aluno. Ver: LACERDA, Cristina B. F. de. "O Intérprete de Língua de Sinais no Contexto de uma Sala de Aula de Alunos Ouvintes: Problematizando a Questão". In: LACERDA, Cristina B. F. de e GÓES, Maria C. R. de (orgs.). **Surdez: processos educativos e subjetividade.** São Paulo: Editora Lovise, 2000, p. 51-83.

[iii] Uma discussão interessante sobre esse tema pode ser encontrado em: WANDERLEY, Fabiana. "Normalidade e Patologia em Educação Especial". **Psicologia, Ciência e Profissão**, 1999, 19[2], p. 2-9. A autora desenvolve três tópicos, problematizando o normal e o patológico com base nas teorias de Durkheim e Foucault.

[iv] Não iremos discutir os termos que utilizamos, pois isso requer um estudo lingüístico profundo sobre o tema. Aqui tomamos a liberdade de colocar as palavras pensando-as "sem" os conceitos a elas relacionados, o que evidentemente dá ao texto um caráter ensaístico que, esperamos, seja aceito pelos outros participantes do seminário.

[v] VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998. Ver também o estudo de REGO, T. C. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico cultural da educação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

[vi] Vários autores apresentam a história da educação dos surdos. Para uma leitura inicial: SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[vii] Forneiro tem um estudo importante que, ao pensar a qualidade de ensino na educação infantil, enumera uma série de questões sobre o ambiente escolar e as dimensões física, temporal, funcional e relacional. Ela nos fornece várias pistas para pensarmos o ambiente escolar de forma geral. FORNEIRO, Lina I. "A Organização dos Espaços na Educação Infantil." In: ZABALDA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artes médicas.

[viii] Vários aspectos relacionados à língua podem ser encontrados na coletânea organizada pelo *Center of Deafness* da Universidade da Califórnia. STRONG, Michael (ed.). **Language Learning and Deafness.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988. Sobre a LIBRAS, consultar: FERREIRA DE BRITO, L. **Por uma Gramática de Língua de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995. Para um estudo que traz discussões sobre a língua no universo da sala de aula, ver: SOUZA, Regina M. de. **Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez.** São Paulo: Martins Fontes, 1998. Sobre os diferentes "tipos" de surdez, consultar: LOPES FILHO, Otacilio de C. **Tratado de Fonoaudiologia.** São Paulo: Roca, 1997.

[ix] LIBRAS é o nome dado à Língua de Sinais Brasileira.

[x] Para ver essa discussão, consultar MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg.** São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1972, p.64-67.

[xi] Alguns autores desenvolvem discussões sobre a cultura surda. Ver: PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in America: voices from a culture.** Massachussetts/London: Harvard University Press, 1999. SACKS, op. cit. TURNER, Graham H. "How is deaf culture? Another perspective on a fundamental concept." **Sign Language Studies**, v. 83, 1994, p. 103-125.

[xii] Um olhar crítico de Pratt é encontrado em seu texto, onde ela define a utopia lingüística não apenas como um laço fraternal e sim como "As imagined by formal grammar and systematics, it seems often to be a fraternity of academics or bureaucrats, or perhaps talking machines speaking either the true - false discourse of science or the language of administrative rationale." Um pouco adiante Pratt complementa suas reflexões trazendo uma discussão sobre a crítica de Roger Fowler que ela considera "dar o poder". Segundo suas palavras, trabalhos como o de Fowler "challenge the normative force of standard grammar, insisting on heterogeneity, on the existence and legitimacy of lifeways other than those of dominant groups." PRATT, Mary L. "Linguistic Utopias". In: FABB, Nigel; ATTRIDGE, Derek; DURANT, Alan; MACCABE, Colin. **The linguistics of writing. Arguments between language and literature.** New York: Methuen Inc., 1987, p.55 e 56.

[xiii] PRATT, Mary L. idem, p. 48-66.

Bertha Lutz – uma trajetória feminista e científica

Lia Gomes Pinto de Sousa
Historiadora Bolsista CNPq Pagu-UNICAMP
Mariana Moraes de Oliveira Sombrio
Historiadora Mestranda DPCT-IG-UNICAMP
Maria Margaret Lopes
Pesquisadora– Pagu – UNICAMP
Professora Livre-Docente IG – UNICAMP

Quando a física polonesa Marie Sklodowska Curie (1867-1934) visita o Brasil em agosto de 1926, é recebida com caloroso entusiasmo por membros das comunidades científicas, governamentais e também pela população em geral. Algumas obras afirmam que a chegada da cientista ao Brasil extrapolou a repercussão esperada, o que significaria um "marco na luta histórica das mulheres", indicando enfim o "reconhecimento oficial" da capacidade intelectual da mulher por parte dos cientistas brasileiros.

Na realidade, já não eram poucas as mulheres a essa época que participavam do meio científico no Brasil ou que exerciam alguma profissão alheia às funções tradicionais domésticas, ainda que permanecesse certa resistência ao seu ingresso no mundo acadêmico. Nas primeiras décadas do século XX, e mesmo na segunda metade do XIX, encontramos médicas, escritoras, pesquisadoras de instituições como o Museu Nacional dentre outras, buscando seu lugar ao sol fora da esfera privada do lar.

Não tão excepcionalmente, Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) conclui o curso superior de Ciências Naturais na Universidade de Paris (Sorbonne) em 1918, e nesse mesmo ano começa a trabalhar auxiliando o pai, o microbiologista Adolpho Lutz, no Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos). Já no ano seguinte ingressa como secretária no Museu Nacional, cargo conquistado via concurso público, mas desde logo desponta em atividades científicas de cunho naturalista. Ao mesmo tempo em que ingressava na vida profissional, iniciava sua militância, fundando a Liga pela Emancipação Feminina em 1919, tornada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922.

Bertha foi uma das quatro mulheres a assinarem a Carta de Fundação da ONU, ocupou uma cadeira na Câmara Legislativa Federal (1936-1937), lutou pela conquista pelo voto feminino, pela educação e profissionalização das mulheres, e participou ativamente da reforma do Código Civil. O movimento liderado por ela gozava de uma ampla rede de relações, caracterizando-se num movimento coletivo organizado inclusive, e principalmente, internacionalmente. Mas as características de seu feminismo, muitas vezes afirmado como "conservador" ou "bem comportado", acabam nos apontando uma dimensão muito mais complexa do que aparenta ser, ao analisarmos os inúmeros documentos acerca de sua trajetória.

Obviamente Bertha e outras mulheres tiveram o apoio de sua origem social e/ou redes de relações para ingressarem numa esfera ainda majoritariamente masculina e que não tinha como "natural" a inserção feminina no mundo público. Mas é importante ressaltar que os anos 1920 iniciavam um período de profissionalização de mulheres e, portanto, resgatar a historicidade de um movimento que já se articulava pelo menos desde fins do século XIX. Igualmente, na década de 1920, os esforços de divulgação das Ciências e de consagração de seus espaços se intensificavam no Brasil e especialmente na capital, abrindo talvez um espaço para novos sujeitos.

Atentas a esse contexto de institucionalização das ciências no país, aliado ao movimento de profissionalização feminina que começava então a ganhar corpo, analisamos a trajetória, indissociavelmente feminista e científica, de Bertha Lutz. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, coordenada pela prof.ª Dr.ª Maria Margaret Lopes, no âmbito do projeto temático "Gênero, corporalidades" (FAPESP, processo n° 03/13691-0).

Relacionando gênero e ciências na trajetória de Bertha Lutz

Os estudos sobre gênero e ciências, história das mulheres e ciências, estudos feministas das ciências, vêm se consolidando enquanto campos disciplinares há muitos anos, particularmente nos EUA, mas também na Inglaterra, França e em outros países europeus. No âmbito das discussões relacionadas às teorias feministas dos movimentos da década de 1970, a relação *gender and science* – gênero e ciência – que se desdobraria em uma abrangente área de estudos, surgiu pela primeira vez em 1978, como título de um artigo de Evelyn Fox Keller (1995).[1] Ao desenvolver uma análise histórica dessa relação, ela argumentou que o tema mais imediato para uma perspectiva feminista das ciências naturais é a mitologia popular, profundamente enraizada, que situa a objetividade, a razão e a mente como se fossem relativas aos homens, e a subjetividade, o sentimento e a natureza como se fossem relativos às mulheres, fazendo com que o trabalho científico (de caráter racional e objetivo) fosse destinado aos homens. Esta divisão mostra mais que a exclusão das mulheres da ciência, ela é o sintoma de uma fenda mais ampla entre masculino e feminino, subjetivo e objetivo, amor e poder, público e privado, cientistas homens e cientistas mulheres.

A perspectiva feminista leva a identificar estas divisões como algo central para a estrutura básica da ciência e das sociedades modernas. A ciência busca um conhecimento do mundo confiável e de coerência lógica, porém, temos que entender como os objetos científicos são alimentados e elaborados, além da reprodução experimental, pelos compromissos sociais, políticos e emocionais mais comuns de grupos e indivíduos particulares.[2]

O movimento feminista impulsionou o desenvolvimento de novas teorias e abriu novos campos de investigação fazendo com que a perspectiva de gênero fosse levada em consideração em diversos campos da ciência, além de abrir as portas para o ingresso das mulheres nas carreiras científicas.

Insistindo na importância da perspectiva histórica para as discussões sobre gênero e ciências – ainda muito escassas no Brasil – consideramos importante resgatar a trajetória de personagens como Bertha Lutz, pioneiras na luta pela profissionalização das mulheres e no trabalho científico, e analisar estas trajetórias criticamente. Além disso, esse tipo de estudo permite que, através da análise de um sujeito histórico, se compreenda melhor a sociedade em questão, seus valores, ideologias e preconceitos.

Ainda existem muitos espaços vazios na história das mulheres e das ciências no Brasil. As pesquisas existentes sobre Bertha Lutz referem-se principalmente a sua atuação política no movimento feminista e não vinculam essa atuação com suas atividades científicas. É importante analisar a participação das mulheres na produção do conhecimento científico, pois só assim será possível acabar com preconceitos que por muito tempo excluíram as mulheres desse tipo de atividade.

O trabalho científico de Bertha sofria influência de sua militância feminista, e vice-versa. Como sugestão ao ante-projeto da Constituição em 1933, ela escreveu os "13 Princípios Básicos", que foi editado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, onde faz sugestões à nova constituição. Nesse documento é possível identificar seus ideais feministas e a influência de suas concepções científicas no seu trabalho político. Um dos princípios básicos que ela propõe é a equiparação dos sexos. Ela utiliza metáforas e termos científicos para comentar aspectos sociais e políticos, e é possível perceber que muitas de suas idéias estão fundamentadas em sua noção de objetividade científica, por exemplo, ao justificar a "racionalização do poder" ela diz:

> *"Este processo só a sciencia poderá fornecer, porque só ella possue uma methodologia aperfeiçoada e só ela cultiva uma atitude inteiramente objectiva e imparcial. Procura a verdade sem idéias preconcebidas e, uma vez encontrada, a aclama tal qual ella seja sem procurar dar-lhe feição artificial".*
> *"A techinica scientifica alliada à soberania do direito promove a racionalização do poder".*[3]

Como grande parte da sociedade do início do século XX, Bertha tinha uma concepção específica de ciência, uma noção de que ela era racional, neutra e objetiva. É

possível perceber isso quando ela diz que “só a ciência é capaz de promover a racionalização do poder, porque ela cultiva uma atitude totalmente objetiva e imparcial”, e existem muitas passagens deste documento nas quais ela se refere à ciência dessa mesma maneira.

Quando as mulheres começaram a ingressar em profissões científicas, elas encontraram uma disciplina já bem constituída com fortes princípios. Nesse processo de constituição da Ciência, é difícil enxergar a participação das mulheres. Parte da invisibilidade das mulheres na ciência se deve à sua condição de inferioridade imposta pelo discurso hegemônico, que as considerava incapazes de participar da vida pública e as confinava às atividades domésticas, porém, é possível resgatar identidades de mulheres que exerceram atividades profissionais tanto na ciência como em outros campos, e demonstrar que elas também participaram, de alguma maneira, da produção do conhecimento.

Muitas vezes o discurso científico encontrou explicações para justificar a inferioridade das mulheres e subjugá-las. Para as mulheres, ficava difícil contestar essas teorias estando fora dos lugares aonde elas eram produzidas. A exclusão das mulheres teve conseqüências importantes na maneira como a “instituição ciência” se constituiu. As práticas, costumes e formas pelas quais a ciência é produzida até hoje se firmaram com pouquíssima participação das mulheres, e é possível encontrar implicações de gênero até mesmo em seu conteúdo.[4] Com o surgimento do movimento feminista, muitas práticas científicas foram revistas e produziram-se novas análises. Novos olhares foram lançados e novos objetos encontrados. Ciências como, por exemplo, a primatologia e a biologia, sofreram verdadeiras revoluções com a participação das mulheres, e isso não se deu porque as mulheres são mais capazes do que os homens; elas simplesmente tiveram espaço para participar e introduziram novas idéias, práticas e necessidades.

Recentes pesquisas têm resgatado as vidas e conquistas de muitas mulheres que participaram ativamente da ciência. Se apenas poucas mulheres foram admitidas em instituições científicas até o início do século XX, isso se deu em parte pela prevalência de

teorias sobre a "natureza" das mulheres e o quão inadequadas elas eram para o trabalho científico. [5]

Historicizar os indicadores científicos e suas análises, e os empecilhos que as mulheres enfrentaram para entrar no mundo profissional científico[6], leva a uma releitura da história das mulheres sem considerá-las sempre como exceções à regra[7], pois muitas mulheres participaram ativamente da produção do conhecimento científico apesar das restrições impostas a elas, e talvez a historiografia não tenha lhes dado a atenção necessária, contribuindo para sua invisibilidade na história das ciências.

---

[1] LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas Ciências: Refletindo sobre Gênero e História das Ciências Naturais no Brasil; em *Cadernos Pagu (10) – Gênero, Tecnologia e Ciência*, 1998, PAGU/UNICAMP, pp.345-368.
[2] FOX KELLER, Evelyn. Reflexiones sobre Género y Ciencia, Tradução de Ana Sánchez, IVEI, Edicions Alfons el Magnànim, 1989, Valencia, pp.9-23.
[3] LUTZ, Bertha, "13 Princípios Básicoa – Sugestões ao ante-projeto da Constituição", editado pela FBPF, 1933, Rio de Janeiro.
[4] FOX KELLER, Evelyn. Op. Cit. pp. 9-23.
[5] GOLINSKI, Jan. The Care of the Self and the Masculine Birth of Science; *History of Science,* SCIENCE HISTORY PUBLICATIONS LTD, 2002, Cambridge, England, p. 126.
[6] Para o caso brasileiro ver: TABAK, Fanny. O Laboratório de Pandora, 2002, Rio de Janeiro, Garamond.
[7] Sobre a crítica a noção de excepcionalidade das mulheres ver a Apresentação do *Cadernos Pagu (15) – Gênero, Ciências, História,* organizado por Maria Margaret Lopes, 2000, PAGU/UNICAMP, pp. 7-15. e também o artigo: VERGARA, Moema Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração Flora Tristan, em *Cadernos Pagu (13),* 1999, PAGU/UNICAMP, pp. 223-253.

EDUCAÇÃO E IMPRENSA CARIOCA NA DÉCADA DE 1950

Libânia Xavier- FE / UFRJ

I. Apresentação

O trabalho que ora apresentamos explora as notícias sobre educação veiculadas nos principais jornais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, durante a década de 1950. [1]

Procuramos avaliar como as políticas educacionais figuravam nos jornais, sendo estes entendidos como veículos de circulação de idéias e, portanto, formadores de opinião entre o público letrado. A relação dos jornais com a formação de uma *opinião pública* remete-nos ao outro lado do poder de Estado, ou seja, à existência de uma sociedade civil distinta do Estado, a um público de indivíduos associados, interessado em controlar a política do Governo, mesmo não desenvolvendo uma atividade política imediata.

Considerando o alcance do jornal na conformação da sociedade e partindo de um levantamento bastante amplo, nos esforçamos por verificar o que os jornais destacavam dos debates parlamentares, que notícias educacionais veiculava, de que fontes ou informantes estas notícias eram extraídas, o que estes legitimavam ou condenavam. Dessa forma, esperávamos perceber como a imprensa jornalística cumpre, ora uma função de controle, ora uma função legitimadora das instituições. Como veremos a seguir, a relação do MEC com boa parte dos jornais pesquisados evidencia essa dupla função do jornal na conformação de opiniões públicas.

A seleção dos jornais priorizou aqueles que mantinham regularidade diária e que fossem tributários de uma tradição já consolidada junto ao público leitor. Nesse aspecto, destacaram-se as seguintes duplas de jornais: *Correio da Manhã e Diário de Notícias* ao lado da *Última Hora e Tribuna da Imprensa*.

No *Correio da Manhã*[2] verificamos que as notícias referentes ao tema estão alocadas na seção que dispõe sobre os atos da prefeitura e na coluna específica sobre educação, intitulada

Ensino. A coluna *Ensino* é uma espécie de *classificados* onde figuram informativos de diretórios acadêmicos, grêmios escolares, convites a conferências, congressos, aulas inaugurais. Tudo isto intercalado por anúncios de colégios particulares, cursos preparatórios, cursos de idiomas e professores particulares.

As principais referências no *Diário de Notícias* encontram-se em *Notícias da Prefeitura* e na coluna *Diário Escolar – Educação e Cultura*.[3] Por sua vez, os vespertinos *Última Hora*[4]e *Tribuna da Imprensa*[5] não apresentam um seção ou coluna destinada à educação, o que tornou o levantamento mais lento, refém da especificidade de cada jornal.

A partir do material levantado apresentaremos alguns traços mais evidentes do contexto educacional conformado nos jornais citados, à época.

II. O contexto educacional conformado nos jornais

A conjuntura democrática que marcou a década de 1950 colocou em relevo as variadas perspectivas de desenvolvimento nacional, permitindo-se observar, através da imprensa, a explicitação de diferentes perspectivas e projetos de reconstrução nacional.

No que tange à política educacional, encontramos uma multiplicidade de ações emanadas do Ministério da Educação e também da Prefeitura do Distrito Federal, com o objetivo de enfrentar as demandas da sociedade por ampliação do acesso à educação escolar. Ao mesmo tempo, observamos o empenho dessas instâncias de Governo em dar uma resposta às pressões em prol da melhoria da qualidade do ensino.

Tanto a primeira ordem de iniciativas — a expansão do acesso à educação escolar — quanto a segunda ordem de demandas — expandir a escolarização garantindo a qualidade do ensino — apontavam para a necessidade de modernização do sistema de ensino e de profissionalização de seus quadros de funcionários. Nesse aspecto, a institucionalização do concurso público para ingresso na carreira do magistério ao lado do investimento na formação inicial e na qualificação dos professores em serviço desponta, ao mesmo tempo, como solução e como problema a ser enfrentado.

A ampliação da rede escolar figura como o imperativo número um da série de notícias que encontramos nos Jornais, no primeiro semestre de 1955. Os jornais anunciavam a liberação de recursos do MEC para, em convênio com os Estados, Territórios e o Distrito Federal, investir na construção de novas escolas, bem como na ampliação e reformas das escolas já existentes. Notícia veiculada no *Correio da Manhã* [6] informava que, do total do orçamento do *Plano Nacional de Ampliação e Melhoria do Ensino Primário,* 70% dos recursos estavam destinados à construção e reforma de escolas, distribuindo-se 25% para a alfabetização de adultos e os 5% restantes para a concessão de bolsas de estudo, formação e aperfeiçoamento de técnicos e especialistas de ensino primário e normal. De acordo com notícia anterior, uma portaria determinava a composição de uma Comissão destinada a estudar a aplicação de recursos provenientes daquele fundo de acordo *com as necessidades da população e a renda per capta de cada unidade da federação.*[7]

Segundo o INEP, seriam aplicados recursos na pesquisa das condições culturais do país, na formulação de uma política institucional – abrangendo pesquisas das condições escolares, elaboração de planos e sugestões para a reconstrução educacional de cada região, elaboração de trabalhos sobre administração escolar, construção de currículo, preparo de mestres. Aos Centros Regionais (localizados na Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) caberia o aperfeiçoamento e especialização do professor primário e do curso normal.

Encontramos, ainda, um certo improviso para prover a demanda por vagas, como demonstra a notícia de que a Polícia Militar, em colaboração com a Prefeitura, colocou à disposição da Escola Chile, em Olaria, uma sala de aula para abrigar 120 alunos excedentes daquela escola. Algumas Escolas funcionavam em prédios cedidos por outras agências, como o caso da Escola Primária do Caju, que funcionava em prédio cedido pelo Departamento de Portos, Rios e Canais. [8]

No segundo semestre de 1955, o *Diário de Notícias* divulgava o plano de prioridades para ampliação da rede primária. Em razão dos excedentes de matrículas, os alunos eram

encaminhados para colégios particulares, matriculados em terceiro turno,ou ainda, acabavam estudando em locais adaptados como galpões, varandas e outras dependências inadequadas. O Plano previa a construção de 300 *salas-classes*, das quais 278 destinadas em ordem crescente de necessidade, aos distritos educacionais mais carentes. [9] Por outro lado, o Plano de Prioridade da Prefeitura, elaborado pela Secretaria Geral de Educação e Cultura noticiava a construção de 328 modernas escolas primárias, abrindo cerca de 25 mil novas vagas.[10]

Um capítulo especial deve ser dedicado à profusão de Campanhas encetadas pelo MEC. No âmbito do Ensino Primário, sobressaem as Campanhas de Construção e Equipamentos Escolares; de Erradicação do Analfabetismo; de Educação de Adolescentes e Adultos ao lado das Campanhas Nacionais de Educação Rural e de Merenda Escolar. No âmbito do Ensino Secundário, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos é a que mais se destaca dentre as demais, destinadas à Educação de Cegos; à Assistência aos Estudantes e à Educação Física. No Ensino Superior, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior já aponta as bases sobre as quais se daria o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil.

Como estratégia institucional, o “campanhismo” corresponde a uma estrutura vertical e centralizada, composta por uma série de agências independentes umas das outras, porém subordinadas ao órgão central, no caso, o MEC. Ao estudar o campanhismo na área de saúde, André Luiz Vieira de Campos (2000:202) observa que esse modelo fora criticado, já nos anos de 1948, por ser considerado ineficaz e dispendioso.[11] De acordo com o autor, a razão de tal crítica estaria na própria estrutura do modelo, formado por uma miríade de agências específicas e autônomas, sem coordenação ente si e sem relação com os órgãos regionais. Em que pesem as distinções entre as áreas de saúde e de educação cabe assinalar que a existência de tantas Campanhas Educacionais é um aspecto que requer um questionamento mais minucioso a respeito da pertinência desse modelo com as diretrizes políticas adotadas pelo MEC naquele período.

No âmbito do ensino primário, as professoras do Instituto de Educação, tão logo concluíam o curso normal, ingressavam automaticamente nas escolas da rede de ensino primário da Prefeitura do Distrito Federal. Isso explica, em parte, o grande destaque que Jornais emprestavam às chamadas de Edital para Concurso de ingresso no Instituto de Educação. Além de concorrido, o processo de seleção era extremamente rigoroso, incluindo provas de elevado grau de dificuldade, além de atestado de saúde com verificação de peso e estatura das candidatas.

Tendo em vista a necessidade de ampliar o número de professores formados para preencher os novos postos abertos com a construção de novas escolas e a coseqüente abertura de vagas, foram tomadas, inclusive, medidas no sentido de facilitar o ingresso, permanência e promoção de candidatas e alunas dos Cursos de Formação de Professores mantidos pelo Instituto de Educação e pela Escola Carmela Dutra.

No que tange ao ensino de nível médio, aparece nos jornais, com certa freqüência, a prática usual de contratação de professores *substitutos* ou *interinos*, em caráter de urgência e com contrato provisório ou instável; ao lado da promoção de concursos para contratação de novos professores. Após a divulgação do resultado do concurso, transcorria o processo de homologação e, em seguida, os professores ocupavam seus postos nas escolas, devendo aguardar, em exercício, a sua nomeação ou efetivação no cargo. [12]

Como forma de promover o aumento das contratações, a Prefeitura tomou uma série de medidas ao longo do biênio 1955-1956. A relação da Prefeitura do Distrito Federal com o professorado apresenta-se bastante atribulada, à época, em função das mudanças propostas nas formas de ingresso na carreira docente.

Durante o ano de 1955, os anúncios de Edital de Concurso para seleção de professores para a rede pública desdobram-se em notícias por meio das quais se acompanhava o andamento de processos judiciais impetrados pelos professores interinos com vistas à impugnação dos Concursos, reivindicando a prévia contratação dos interinos e, ao mesmo

tempo, recusando-se a participar dos concursos, já que se encontravam no pleno exercício de suas funções.

A esse respeito, a informação publicada no *Diário de Notícias* é bastante ilustrativa. A manchete anunciava: *Contra o veto do Sr. Sá Lessa, os Senadores do PSD, PTB, PR e PSP.* De acordo com a reportagem, a maioria parlamentar teria derrubado o veto ao projeto da Câmara de Vereadores que efetivava professores interinos em detrimento dos que haviam sido aprovados por concurso.[13] Por sua vez, muitos dos professores que haviam sido aprovados em concurso e não chegaram a ser nomeados formavam Comissões para lutar pelos seus *direitos*, dirigindo se à redação do Jornal a fim de que este intercedesse por eles junto ao Prefeito.[14]

O que se observa no período em questão é a constante tensão entre os processos de funcionarização e profissionalização do magistério, tal como se referiu Nóvoa (1998). Contudo, para além das tensões entre os anseios de *funcionarização* do magistério e a necessidade de se estabelecerem regras definidas para que tal modelo profissional se estabelecesse de forma plena, verificamos a implantação de uma série de medidas de *profissionalização* do magistério público da rede de escolas primárias levadas a efeito por Anísio Teixeira, enquanto esteve à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep/MEC), particularmente, com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão vinculado ao MEC. Nesse Centro, o educador criou a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) e as Escolas Experimentais.

A publicação de dois livros abordando as perspectivas pedagógicas presentes na experiência da Escola Experimental Guatemala, no DF, indica uma outra linha de ação no sentido da profissionalização do magistério: a publicação de Manuais Didáticos cuja divulgação visava oferecer aos professores a oportunidade de conhecer experiências pedagógicas e observar sugestões de utilização dos métodos ativos na educação das crianças que freqüentavam a escola Primária.[15]

III. Considerações Finais

O levantamento sistemático das notícias publicadas nos jornais diários evidenciou o empenho das instâncias de Governo – da parte do MEC e da Prefeitura do Distrito Federal – em atender a diferentes ordens de demandas sociais. Por um lado, garantir a expansão da escolarização das populações urbanas, buscando soluções que iam desde o improviso, até a elaboração de planos de construções escolares. Por outro, atender às demandas atinentes ao magistério. Estas, contraditoriamente, se desdobravam em demandas por efetivação nos quadros do funcionalismo público, em particular na rede de escolas primárias e secundárias, por meio de indicação política; acesso automático a postos na rede pública de escolas primárias pelo ingresso e formação no Instituto de Educação e, ainda, a admissão na carreira por meio de concurso público. Por seu turno, a direção do Inep, a cargo de Anísio Teixeira, envidava esforços no sentido de disseminar idéias e práticas que correspondiam ao modelo de auto-formação do magistério,[16] seja por meio da implantação das Escolas Laboratório –nas quais os professores refletiam sobre os experimentos realizados em suas aulas, no próprio espaço da escola em que trabalhavam – seja por meio de uma política de publicações voltada para o magistério que visava difundir os métodos ativos e a centralidade do ensino científico, ao lado da convicção de que o conhecimento da realidade nacional era o ponto-chave de uma política que visava a elevação do status profissional do magistério.

---

[1] Para a pesquisa com jornais, contamos com a colaboração de Amália Dias da aluna do curso de História IFCS/UFRJ e bolsista FAPERJ.

[2] Fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt, *O Correio da Manhã* apresentou-se como um jornal sem compromissos partidários, mas afinado com a defesa dos interesses das massas e os direitos do povo. Durante a década de 1950, defendeu a legalidade nas eleições de 1955, condenando as tentativas de impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek Cf Dicionário Histórico Biográfico CPDOC-FGV.

[3] O *Diário de Notícias* foi fundado em 1930 por Orlando Ribeiro Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel. Durante o governo JK, acusou o presidente de corrupção, combateu a política econômica e a construção de Brasília, defendendo a renovação dos quadros políticos do país. Cf Dicionário Histórico Biográfico CPDOC-FGV.

[4] Fundado em 12/06/1951 por Samuel Wainer, o jornal *Última Hora* introduziu mudanças na imprensa brasileira adotando novas técnicas de comunicação de massa. Esteve comprometido com a defesa do getulismo, mantendo essa postura mesmo após a morte de Vargas. Durante o governo Juscelino Kubitschek o vespertino intentou recuperar o prestígio perdido pós-54, apoiou a construção de Brasília e manteve permanentemente um repórter na nova capital. Cf Dicionário Histórico Biográfico CPDOC-FGV.

[5] Fundado em 27/12/1949 por Carlos Lacerda, ex-articulista do Correio da Manhã, o jornal *Tribuna da Imprensa* divulgava os pressupostos políticos da União Democrática Nacional (UDN), opondo-se decisivamente aos setores comprometidos com o legado de Vargas e, por isso mesmo, suscitando intensa rivalidade com o jornal *Última Hora*.

[6] *Correio da Manhã* , 29/03/1955 - 2º caderno, pág.2.

[7] *Correio da Manhã* , 06/01/1955 - pág.7

[8] *Correio da Manhã,* 10 de abril de 1955, Segundo Caderno, pág.4 e *Correio da Manhã,* 22 de junho de 1955, Segundo Caderno, pág.3.

[9] *Diário de Notícias,* 25 de setembro de 1955, Segunda Seção, pág.1.

[10] *Diário de Notícias,* 07 de dezembro de 1955, Segunda Seção, pág.1.

[11] Cf. CAMPOS, André Luiz Vieira. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de saúde pública. In GOMES, Ângela de Castro (org.) *Capanema: o ministro e seu ministério.* Rio de Janeiro, FGV / EDUSF.

[12] *Correio da Manhã,* 9 de junho de 1956. Segunda seção, página 4. Manchete: Esperam os professores a homologação do concurso.
Resumo: recebidos na redação do jornal professores de inglês aprovados há 4 meses para lecionar em escolas secundárias da prefeitura. A prefeitura alega falta de recursos para nomeações, mas mantêm professores substitutos.

[13] *Diário de Notícias,* 24 de janeiro de 1956, Primeira Seção, página 3.

[14] *Correio da Manhã,* 14 de agosto de 1956. Segundo Caderno, pág.4.

[15] Os livros publicados são: Ensinando Matemática à Criança (1963) e Estudos Sociais na Escola Primária – do 1 ao 4 ano (1964).

[16] Ao analisar as políticas de qualificação do magistério, Antonio Nóvoa (2002), refere-se ao modelo de "auto-formação participada", considerando que a escola funcione como espaço de auto-reflexão e de partilha coletiva do pensamento autônomo e das experiências criativas desenvolvidas no trabalho diário dos professores. Cf. NÓVOA, Antonio (2002) *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico.* Educa, Lisboa. (pp.09-30)

EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRALISMO NOS ANOS 30 :

A VEZ (E A VOZ) DOS PERIÓDICOS

Profa. Lígia Martha Coelho – UFRJ/UNIRIO

1. Do pequeno jornaleiro e das memórias que guarda...

O presente ensaio é fruto de trabalho de pesquisa iniciado em agosto de 2003 tendo a educação integral como objeto de estudo. A investigação objetiva refletir sobre concepções de Educação Integral na educação brasileira, privilegiando, em sua primeira fase, as décadas de 20 e 30. Nesse período histórico, procuramos centrar o foco de análise em três movimentos específicos: o Anarquismo, nas décadas de 20 e 30; o Integralismo e o movimento da Escola Nova, de cunho liberal, ambos na década de 30.

O primeiro momento da pesquisa tem, como escopo, o movimento integralista, devido a sua performance política na década de 30 e à importância que dedicou à educação em geral e à implantação de escolas, em particular (CAVALARI, 1999)[1]. A investigação pressupõe a busca de fontes documentais em municípios do atual estado do Rio de Janeiro - à época capital do país -e a conseqüente análise dessas fontes, no tocante aos aspectos estritamente relativos à concepção de educação e implantação de escolas.

No primeiro ano de pesquisa, centramos nossa atividade de campo no município de Teresópolis onde, na sede de jornal do mesmo nome, encontramos todo o acervo deste periódico, desde sua criação, na década de 1920, até os dias de hoje. É importante destacar que o jornal *O Therezópolis*[2] assumiu feição integralista durante a década de 30, encontrando-se citado em obra que enumerou essas fontes (CAVALARI).

Além dessa leitura, foram coletadas passagens significativas dos eixos acima apresentados; propagandas do movimento; atas dos encontros mensais realizados nos Núcleos da província; artigos ou editoriais de personalidades representativas do Integralismo, desde que houvesse alusão à educação. Também foram encontradas notícias que comprovaram a implantação de Escolas de Alfabetização no município.

O teor do presente ensaio é exatamente a análise qualitativa desses dados. Após selecioná-los, coletá-los e organizá-los, procedemos a uma análise crítica de conteúdo, em que documentos ou artigos representativos do movimento em relação à educação e, mais precisamente, à Educação Integral foram cotejados com aquele material. Os resultados desse processo apontam para a existência de escolas de alfabetização em regiões do município onde se formaram núcleos integralistas e confirmam, ainda, a existência de atividades educativas que consubstanciam a Educação Integral para os integralistas.

2. Integralismo, Educação e Educação Integral

O curso de nossa investigação pressupõe reflexão teórica acerca da concepção de Educação e de Educação Integral, dentro do movimento integralista. Neste caminho, foram-nos de grande valia os estudos realizados por CAVALARI ao apontar, como suportes dessa educação, a *mística do sofrimento; a obediência, exacerbada até à submissão; a disciplina* e *a hierarquia.* Essas categorias estabelecem uma relação entre *educação* e *conformidade* que não pode ser descurada, pois dela emerge a concepção de educação presente no Integralismo.

Recentemente, em trabalho que elaboramos sobre este tema (COELHO, 2003)[3], confirmamos a existência de matrizes conceituais do movimento integralista embutidas em sua concepção de educação, a partir de um conjunto de três categorias que a *conformariam:* a tríade Deus, Pátria e Família. Retornando a CAVALARI, verificamos que nossa busca pelas evidências dessa concepção no pensamento-ação integralista não são infundadas. Nesse sentido, a autora afirma que "*a idéia de educação integral para o homem integral era uma constante do discurso integralista"* (p.46). E constata essa tendência, dando voz aos próprios adeptos do Sigma:

> *O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe a educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual (AIRES, in CAVALARI, 1999, p.46)*

> *A educação integral (...) não pode se despreocupar de nenhuma de suas facetas; deve ser física, científica, artística, econômica, social, política e religiosa (PAUPÉRIO e MOREIRA, in CAVALARI, 1999, p.47).*

As citações destacadas comprovam a visão de que a tríade Deus, Pátria e Família, ao *conformar* o pensamento-ação integralista, o faz estendendo seus tentáculos igualmente à concepção de educação, mais precisamente, de educação integral apontada pelo movimento. Ou expressões como *"homem espiritual (...)* e *homem cívico"* não nos encaminham para esse argumento?

Em patamar que contempla nosso tema de pesquisa procuramos, ainda, confirmar a existência de escolas integralistas. CAVALARI, em sua obra, afirma que, em jornais integralistas do eixo Rio de Janeiro - São Paulo "publicavam-se notícias sobre a abertura de escolas, em destaque, em qualquer ponto dos jornais, sob o título *Mais uma escola integralista*. Segundo os dados obtidos, em 1937, o número dessas escolas era bastante significativo (...) já atinge a 3.000" (p.72).

A partir dessa constatação, lemos os anexos apresentados pela autora e verificamos que havia uma relação de escolas e/ou núcleos constitutivos de alfabetização; que essas instituições situavam-se em vários estados brasileiros, abarcando municípios desses estados e que, no atual estado do Rio de Janeiro, a autora havia encontrado um quantitativo de trinta (30) escolas, situadas em quatorze (14) municípios[4].

Nos anexos, há também uma listagem dos periódicos integralistas existentes, à época, no país. Em relação ao estado do Rio de Janeiro, nosso campo de pesquisa[5], foram arrolados dezessete (17) jornais e revistas, encontrados em onze (11) municípios, incluindo-se os que circularam apenas na capital. Nessa etapa, nos perguntamos sobre a existência documental daquele material impresso; sobre sua periodicidade e as notícias que veiculavam.

As questões nos levaram à hipótese de que os periódicos municipais, provavelmente, encerrariam notícias e informações tão importantes quanto as evidenciadas

em jornais de cidades de grande porte, ou capitais. Essa hipótese levantou outros questionamentos: Que subsídios para nossa investigação poderiam conter esses periódicos? Como o movimento integralista, por meio de suas idéias sobre educação, estariam representadas nos mesmos? Que *surpresas* estariam contidas nesses periódicos?

3. O que dizem os periódicos? Que memórias / histórias guardarão?

Partindo da série de questionamentos acima optamos, inicialmente, por trabalhar com o município de Teresópolis. Nossa curiosidade investigativa partiu do fato do impresso *O Therezópolis* ter sido citado, nos anexos da obra de CAVALARI, como de cunho integralista e o mesmo periódico existir, ainda hoje, na cidade. Após contato com o atual grupo que o produz, foram realizadas seis visitas oficiais à sede do jornal, totalizando, aproximadamente, trinta (30) horas de pesquisa documental[6]. Concentrando nossos esforços nos primeiros resultados alcançados com a pesquisa documental destacamos, em periódico datado de 9/9/1934, a nota que transcrevemos abaixo:

> *Campanha de Alphabetisação – O Departamento Municipal de Estudos da Acção Integralista Brasileira, está elaborando um programa de ensino, a fim de iniciar a obra de alphabetisação. A recomendação que temos do Departamento Provincial de Estudos é o seguinte: 1° Aceitam-se alunos de qualquer credo politico ou religioso. 2° Não se fará pregação doutrinária, mas a orientação geral será: espiritualisada rumo DEUS, PATRIA E FAMILIA. 3° Não se provocarão discuções com alunos, nem se permitirão debates entre eles. 4° Não se forçarão os alunos ao comparecimento das reuniões do Nucleo. 5° Faça a obra de alfabetisação com a maior elevação "pelo bem do Brasil", e que ninguem possa vir atacar nos, alegando que a escola é, para nós, uma arma de propaganda da doutrina. Departamento M. de Estudos. (Grifos nossos - O Therezopolis, 9/9/1934).*

A nota reflete, tanto o objetivo do movimento de abrir escolas de alfabetização pelo país afora[7], quanto os pressupostos que norteariam essa tarefa. Podemos ainda visualizar a tríade a que nos referimos, no item anterior, presentificada no segundo ponto. Nos anos

de 1934 a 1937, o semanário *O Therezópolis* declara a existência de três (03) escolas de cunho integralista, disseminadas pelos distritos que compunham o município de mesmo nome:

> *Escola Alberto Torres – Mantida pelo Núcleo Integralista de Therezopolis – Começará a funccionar no próximo dia 1°, a Escola mantida pela Ação Intregralista Brasileira, na séde do Núcleo, á Praça 3 de Outubro s/n. O horario para o funccionamento das aulas será das 18hs. Ás 19.30hs. As matriculas estarão abertas desde o começo das aulas, sendo as mesmas francas a qualquer pessoa. Secretario do D.E.D. José Fernandes Costa (O Therezópolis, 30/09/1934)*
>
> *Escola Jayme Guimarães – O Núcleo districtal de Vieira acaba de fundar a primeira escola integralista do 3° districto, que funcciona com a denominação de "Jayme Guimarães", em homenagem a um dos martyres do Sigma. (O Therezopolis, 14/07/1935)*
>
> *INTEGRALISMO – Escola Profissional Maria José - Prestando uma justissima homenagem a saudosa companheira Maria José Leite Pereira, o Departamento Feminino da Acção Integralista Brasileira desta cidade, solicitou da Chefia, para que a escola profissional inaugurada no dia 29 do corrente fosse denominada "Escola Profissional Maria José". (O Therezopolis, (4/08/1935).*

É importante destacar que a escola Alberto Torres foi fundada em 1 de outubro de 1934, e que a nota sobre a necessidade de se constituírem escolas de alfabetização data de setembro do mesmo ano. Este fato permite inferir que o núcleo integralista de Teresópolis estava bem organizado, o que possibilitou a criação – em menos de um mês – da primeira instituição escolar alfabetizadora da A.I.B. no município. Já no ano de 1936, causou-nos estranheza uma nota cujo teor é o seguinte:

> *Integralismo - Aos Chefes dos Nucleos Districtaes – Tendo chegado ao conhecimento da Chefia Municipal que algumas escolas não estão funccionando, essa Chefia lembra aos Chefes Districtaes, que todas as oito (8) escolas de alphabetisação disseminadas no Municipio, devem funccionar todos os dias*

> *uteis, sem interrupção. O Integralista que concorrer para a sua paralisação, está se afastando da doutrina Integral. Nilo Tavares – S.M.E. (O Therezopolis, 19/04/1936).*

A nota deixa clara a existência de 8 (oito) instituições alfabetizadoras no município. No entanto, ao longo dos anos de 1934-1935, o periódico destacou apenas as escolas Alberto Torres; Jayme Guimarães e Maria José, esta última profissionalizante, não se caracterizando, por isto, como escola de alfabetização. Concomitantemente, essa nota nos permite inferir que nem todas funcionavam com regularidade. E, também, que nem todas eram conhecidas através do semanário teresopolitano.

Ainda em relação a esta nota, ao apresentar uma punição de ordem ético-moral aos chefes distritais do movimento, Nilo Tavares - à época Secretário Municipal de Estudos – pretendia, possivelmente, regularizar a freqüência dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos em cada uma das unidades escolares fundadas pela A.I.B no município de Teresópolis.

Encerrando este primeiro ponto – *existência de escolas de alfabetização, mesmo que precárias, em regiões do município onde se formaram núcleos integralistas* -, destacamos ainda uma nota presente em edição de 1937:

> *Pelo Integralismo – O Nucleo de Vieira, attendendo a impossibilidade da escola municipal de Vieira acceitar (...) do que só attenderia até 40 alumnos, reabriu na séde districtal a sua escola de alphabetisação, afim de attender as necessidades da mesma localidade, tendo matriculado 30 alumnos. (O Therezopolis, 23/5/1937)*[8]

A nota nos mostra o papel dessas escolas em relação à democratização do acesso ao ensino primário. Na medida em que a escola pública municipal não atendia a todos aqueles que a ela recorriam, era na instituição privada que esse atendimento poderia ser buscado criando-se, desta forma, vínculos políticos muito fortes entre o público e o privado.

Quanto ao nosso segundo ponto de observação – *existência de atividades*

educativas que consubstanciam a Educação Integral para os integralistas -, podemos demonstrá-lo através do seguinte trecho:

> *FOLHA CORRIDA – A Acção Integralista Brasileira comparecerá às eleições de 3 de janeiro proximo, com a seguinte folha corrida: (...) –Installou 3.246 Nucleos Municipaes, onde exerce uma obra educacional e de assistencia social notabilissima, mantendo mais de 3.000 escolas de alphabetisação, mais de l.000 ambulatorios médicos; centenas de lactarios; numerosos gabinetes dentarios e pharmacias; centenas de campos de sport; centenas de bibliothecas. (...) – Realizou nas 240 semanas de sua existencia, em 3.000 Nucleos, 720.000 conferencias educacionaes. (...) –Mantem escolas de Educação Moral, Civica e Physica, onde ministra aos moços que arranca dos prazeres futeis e da velhice precoce, lições de gymnastica, atlhetismo, esgrima, jogos esportivos, prodigalizando-lhes tambem aulas de historia e moral civica... (O Therezopolis, 5/9/1937).*

Conforme podemos inferir através desta *folha corrida* com que o movimento se apresentava ao pleito eleitoral, há pontos relacionados com atividades educativas que, se analisados com mais profundidade, constituem uma concepção de educação integral.

É possível ainda inferir que eram os Núcleos Municipais os centros irradiadores dessa proposição, uma vez que, a partir de suas ações, eram mantidas escolas de alfabetização e, ao mesmo tempo, de educação moral e cívica, física e esportes, além de bibliotecas e outros espaços culturais. A partir da leitura atenta do periódico *O Therezopolis* podemos afirmar, portanto, que a concepção de educação integral para os integralistas não dependia da construção de espaço próprio para sua consolidação[9]. Ao contrário, ela se organizava em vários espaços educativos, formais ou não formais. Estes dependiam, porém, da estrutura organizacional de cada Núcleo Municipal. A educação confundia-se, assim, com os objetivos políticos do movimento...

4. Do editorial à última página...

Do periódico analisado foram compilados artigos e comunicações; poemas e textos de simpatizantes do movimento. Este material está sendo analisado, cotejando-se algumas informações e textos apresentados como, por exemplo, a nota que adverte sobre a existência de 8 escolas de alfabetização que não foram claramente citadas naquele jornal.

Acreditamos que o rico material encontrado precisa ser trabalhado, desta feita dando-se voz às pessoas que, vivendo naquele período, podem contribuir no melhor entendimento dessa página de nossa História Educacional.

---

[1] CAVALARI, Rosa M. F. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil.* Bauru, SãoPaulo: EDUSC, 1999.
[2] *O THEREZOPOLIS.* Periódico semanal. Teresópolis, anos de 1932 a 1937.
[3] COELHO, Lígia Martha C. da Costa. *Integralismo, anos 30 : Mais uma concepção de educação integral?.* Aracaju, VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2003.
[4] É importante frisar que, nesse quantitativo de quatorze municípios, incluímos três localidades que, atualmente, não se constituem enquanto tal no estado do Rio de Janeiro. São elas: Bom Jesus do Querendo; Murandu e Santa Clara.
[2] Em uma primeira fase da investigação, além do recorte temporal, efetuamos igualmente um recorte geográfico, centrando o trabalho de campo nos municípios que compõem o atual estado do Rio de Janeiro. Este recorte leva em conta o fato de que, à época, era nesse espaço geopolítico que se localizava a capital do país.
[3] Incluimos, como pesquisa documental, a leitura atenta dos números do jornal, a partir do recorte temático efetuado, bem como a seleção de material a ser reproduzido e/ou compilado.
[4] Percebemos que a elaboração de programa de ensino para a abertura de escolas de alfabetização, levada a cabo pelo Departamento Provincial de Estudos, é repassada pelo Departamento Municipal de Estudos, como forma de divulgar os atos daquela fração do movimento e, provavelmente, alastrar a idéia de que tal tarefa era necessária.
[5] O trecho que se encontra entre parênteses não está claro na xerox.
[6] É interessante destacar que Anísio Teixeira defendia uma concepção de educação integral, em tempo integral, implantada em espaços físicos construídos para esse fim (escolas-classe e escolas-parque).

PARA SER MULHER: FEMINISMO, REVOLUÇÃO SEXUAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MULHER EM REVISTAS NO BRASIL (1960 – 1975)

Lílian Henrique de AZEVEDO[1] - PPG-UNESP/Assis

Tratar de um período relativamente recente, os anos sessenta e a primeira metade da década seguinte, que delineou as significativas alterações culturais e comportamentais nos papéis sociais femininos, papéis estes que mantiveram seu vigor de forma quase absoluta durante várias gerações de mulheres, é o que está no centro do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis "Para Ser Mulher: Feminismo, Revolução Sexual e a Construção de Uma Nova Mulher em Revistas no Brasil". Este artigo propõe, contudo, apresentar sucintamente o referido projeto.

Para a história dos feminismos no Brasil, uma considerável produção historiográfica sobre o assunto[2] vem trabalhando com dois momentos cruciais ao longo do século XX: a primeira fase refere-se aos anos iniciais do século até meados da década de 1930 e, a partir dos anos sessenta, sobretudo após os desdobramentos da ordem política após o AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), em 1968 e a década seguinte, a segunda fase.

O período de quinze anos no qual a proposta atual se situa (1960-75), encontra-se articulado de um lado, ao contexto das movimentações de reorganização de grupos feministas, da organização de grupos de mulheres dentro dos movimentos de direita que apoiaram e de esquerda que se debateram contra o regime militar, bem como na consolidação da mulher no mercado de trabalho, na reivindicação de melhores condições para o desempenho profissional, sobretudo com a crítica às injustiças sofridas com as diferenças salariais e na campanha para a ampliação da participação feminina na cena política do país. Tais reivindicações, que já vinham sendo articuladas em vários países em todo o mundo, culminaram, após a *Conferência do México* em 1975, no *Ano Internacional da Mulher* designado pelas Nações Unidas. Neste mesmo ano, no Rio de Janeiro, intelectuais, universitárias e donas-de-casa vincularam as comemorações à criação do Centro da Mulher

Brasileira - CMB, considerado um marco na efetivação de uma organização resultante daquele novo feminismo.

De outro, reforçado por fatores externos, de um movimento histórico-cultural e comportamental que colaborou em seus desdobramentos na denominada Revolução Sexual, em grande parte resultante da liberação da comercialização, em 1960 nos Estados Unidos, de um método seguro para evitar a gravidez, a pílula anticoncepcional. Disponível nas farmácias brasileiras dois anos depois, a popularização do medicamento foi questão de tempo e era possível então a prática do sexo pelo prazer e não apenas para a reprodução.

McLaren ao percorrer a história da contracepção desde a Antigüidade até fins do século XX, aponta o fato da criação da pílula como um momento tratado por pesquisadores como a segunda das "revoluções contraceptivas", sendo que a primeira teria sido nos séculos XVIII e XIX, com a utilização pelos homens da interrupção do coito."

> "'Até esta altura', afirma Martine Segalen, 'as pessoas nem sequer tinham imaginado a possibilidade de influenciarem o acto sexual, que era um acto da Natureza, e foi esta mudança de atitude face aos seus corpos que constituiu uma revolução nas mentalidades.'"[3]

Porém, se é fato que se para as sociedades ocidentais estes momentos possam ser vistos como marcos, certo é também, segundo o estudo desenvolvido por McLaren, que desde tempos imemoriais já havia a preocupação de se regular ou interferir na progenitura, tanto para o sucesso da concepção como para evitá-la. O fato de se buscar métodos tecnológicos para essas limitações, afirma, sempre puderam ser produzidos quando se fizeram necessários: "A idéia de controle da fertilidade raramente se encontrava ausente, mas a motivação para actuar a partir dessas ideias variava."[4]

Tendo lançado mão da contribuição de estudos com base na antropologia, o autor demonstra que esta é uma via de fundamental importância, pois recupera diferentes práticas de controle da fertilidade ao mesmo tempo em que busca desenvolver um estudo cultural da motivação que levou a efeito tais práticas. Neste sentido, para que fique clara a relação entre a opção de se assumir tanto os riscos, quanto o ônus de se criar filhos, ou ainda desejá-los na sociedade brasileira retratada pelas revistas no período desta "segunda"

revolução sexual, as relações de poder e a cultura de que se fazia parte acabava por determinar, em certo sentido, a noção de maternidade no nível das mentalidades:

> "As mulheres ganhavam estatuto através da maternidade, mas o que era muitas vezes o mais importante para as gerações anteriores não era tanto a questão de quantas crianças nasciam como a de quem as dava à luz, quando e porquê. O casamento desempenhava o papel mais óbvio na regulação social da fertilidade. A fertilidade da mulher casada era sancionada como coroação do êxito da família na escolha do cônjuge e em assegurar herdeiros. Mas a comunidade procurava reprimir a fertilidade da mulher solteira, desafiando, como desafiava, o conceito de que a procriação devia servir, não os interesses individuais, mas os familiares."[5]

Outra questão que estava sendo levantada em alguns exemplares das revistas em questão, para toma-las como fontes documentais, era a nova condição da mulher separada ou divorciada. Haveria lugar para ela naquela sociedade? E se tivesse filhos, como seriam educados e quais valores uma mulher sozinha poderia inculcar para a sua formação, a mais adequada possível, já que as questões recônditas dos conflitos entre casais não eram bem vindos como assunto do domínio público? Phillips, em seu trabalho sociológico sobre a história do divórcio em sociedades ocidentais (América do Norte e Europa ocidental, por exemplo), refletindo sobre o papel dos estudos sobre o divórcio e a ruptura do casamento, para as décadas de sessenta e setenta diz que, de modo geral, as explicações para o aumento do número de casais que recorreram ao divórcio tiveram início já em fins do século XIX: o trabalho remunerado feminino e mudanças de atitudes sociais, além do acesso menos oneroso e burocrático que este recurso passou a conformar. Mas a conjunção destes foram, sem dúvida, exemplares nas décadas de sessenta e setenta.

Hobsbawm também se refere aos novos arranjos sexuais, em relação à identidade hétero ou homossexual, bem como ao aumento do número de casos de divórcio e nascimento de relacionamentos não legalizados, ou melhor, cujas mães mantiveram o *status* de solteiras. A esse período, denominou por "revolução cultural". Também este autor levantou a questão de um grupo etário que passava a reivindicar o reconhecimento social como seres atuantes e politizados e que diziam para não confiar em ninguém com mais de trinta anos, "com exceção do guru ocasional"[6].

Para o caso brasileiro, Ventura, além de comentar sobre uma “onda divorcionista” que se tornou desejável entre mulheres de segmentos da elite carioca, também traz à lembrança Hélio Pellegrino, psicanalista atuante na geração de 1968, a respeito da desconfiança pelos jovens das gerações com mais de trinta anos, porque julgavam não terem agido de forma correta diante dos acontecimentos políticos que redundaram em regimes ou manifestações de opressão em fins da década de 1960. Ventura, que buscou em relatos memorialísticos de alguns atores sociais que viveram no período de estabelecimento do AI-5 pelo governo militar em 1968, aponta que em relação ao movimento político pretendido pela juventude engajada nos movimentos estudantis e intelectuais, contrários ao regime, pode não ter havido uma demonstração explícita de eficácia. Por outro lado, fenômeno contrário ocorreu com o comportamento cujos efeitos “se fazem sentir até hoje, ou pelo menos até o momento em que a AIDS passou a liderar a contra-revolução”[7] nos anos oitenta. Tal contexto, portanto, acaba por sofrer uma reordenação, em princípio política, porém com reflexos muito mais abrangentes e duradouros.

Embora Ventura tenha frisado que a nossa revolução sexual começou antes nas prateleiras que na cama, em que a teoria teria surgido antes da prática,[8] ao buscarem se libertar do estigma de procriadoras algumas mulheres passaram a praticar e divulgar o "amor livre", o que no nível das mentalidades significou, para aquele contexto, uma busca de exercício da sexualidade até então tomada como tabu. Tal comportamento ganhou ainda mais força quando associada ao movimento *hippie*, que deu fermento à atmosfera da contracultura norte-americana em tempos de guerra, com a máxima "*make love, not war*".

Não se pretende afirmar, contudo, que os padrões morais vigentes tenham sido radicalmente modificados já no período em questão e de maneira ampla. Porém não há como negar que esses fatores articulados acabaram por gerar as condições específicas para se chegar a uma outra idéia do que seria o ideal de uma nova mulher.

Trabalhar com este período, portanto, demonstra a busca de se discutir sua singularidade à medida que vários foram os elementos que convergiam para a formulação

daquele pensamento - o existencialismo pós-guerra, o movimento *beat* dos anos 50, por exemplo -, que postulavam que o regime ideal a que deveria ser submetido o indivíduo era o da liberação. Também os de ordem interna com o golpe civil-militar de 1964, sucedidos por atos institucionais, cassação de direitos políticos e civis de personagens-símbolo da resistência daquele período que criticaram tal estado de coisas e a geração seguinte que não perdoaria seus pais "reais e psicológicos" por haverem "marchado com Deus pela liberdade" e apoiado o golpe ou não o terem evitado.[9]

Importante salientar sobre este último aspecto que contou com inegável participação feminina, inclusive com grupos organizados de mulheres das camadas médias de duas capitais: São Paulo e Rio de Janeiro. Entidades como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) moveram a notória campanha organizada contra o governo de João Goulart. Mas, não agiram sozinhos: apoiaram grupos organizados de mulheres formados no início dos anos sessenta, como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), a LIMDE (Liga da Mulher Democrata) e a UCF (União Cívica Feminina) os quais "associavam ao ateísmo uma suposta ameaça comunista e, por decorrência, defendiam valores caros ao catolicismo."[10]

O IPES e o IBAD foram os principais responsáveis pelo patrocínio das famosas manifestações espalhadas pelo Brasil em 1964, conhecidas como "marchas da família com Deus pela liberdade", resultantes diretas do repúdio ao comício da Central do Brasil (13 de março), organizado por grupos que apoiavam o presidente João Goulart. Merecem destaque a "marcha" realizada na Praça da Sé (19 de março) que contou com cerca de quinhentas mil pessoas e o protesto no auditório da Secretaria da Saúde em Belo Horizonte. Tais episódios demonstraram terem sido fundamentais à exposição da insatisfação de setores importantes da sociedade, que funcionaram como apoio à radicalização das reações contrárias às propostas reformistas do então presidente, resultando no golpe levado a cabo em 31 de março daquele ano.

Dentre as várias questões que hoje têm sido levantadas sobre os anos 60 e 70, algumas deverão ser preferencialmente tratadas no decorrer da pesquisa: e a imprensa,

sobretudo por meio das revistas femininas, feministas e de variedades, como divulgou e de que forma buscou informar/formar o público na construção dos discursos que melhor representassem o fenômeno comportamental "revolucionário" e "reacionário"? E quais estratégias estas revistas adotaram para tratarem dos novos papéis sociais femininos, com um crescente número de mulheres que buscavam a liberdade dentro do casamento e fora dele, rompendo com um *status-quo* repressivo e socialmente estigmatizado da mulher separada? E quando tais veículos se calaram diante daquelas movimentações, o fizeram por conta da censura do governo ou porque não desejavam um compromisso com algo ainda indesejável pela sociedade?

Para que esta revolução sexual dentro do que teria sido uma revolução cultural / comportamental seja melhor validada como um objeto historicamente construído, como tendo sido importante para uma reorganização das representações sociais bem como das novas formas de interpretação das relações de gênero, o recorte temporal é pertinente também porque as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma série de mudanças culturais de reconhecida abrangência, tanto que, salientando apenas um aspecto, passou a ser capitalizada nos anos setenta com o envolvimento de vários setores, como a moda, o teatro, o cinema, a indústria fonográfica, a imprensa, a publicidade e a televisão.

O objetivo geral do projeto, portanto, é estudar a mulher brasileira como alvo e agente de transformações do contexto cultural do país entre 1960 e 1975, que tanto marcou o renascimento das movimentações de grupos politicamente organizados de mulheres, as feministas de um lado e as que compunham o setor reacionário da sociedade de outro, quanto deu início aos novos modelos femininos que passaram a trabalhar, consumir e emancipar-se sexualmente. Dentre os objetivos específicos deverão ser analisados quais formas e estratégias que algumas das principais revistas femininas, (*A Cigarra, Cláudia, Querida*) além das de variedades (*Realidade, O Cruzeiro*) bem como publicações de grupos de feministas adotaram para buscar atingir e retratar este público brasileiro. Para tanto, serão estudados os discursos produzidos como construções de modelos de mulher por meio de textos e imagens que buscavam evidenciar a divulgação de novas idéias e ideais, a

contestação dos discursos normativos para o sexo feminino que foram, no período, considerados "retrógrados", "conservadores" ou "machistas", a produção de uma subjetividade do feminino, a aceitação e/ou promoção de valores (morais, éticos, "naturais") que diziam respeito às representações sociais vigentes ou criadas e às construções de identidades culturais a respeito do seu público-alvo, composto pelas mulheres brasileiras pertencentes, sobretudo, aos centros urbanos.

"Para Ser Mulher" deverá se enquadrar na categoria dos estudos de gênero que percorre o conceito histórico-cultural de identidades e relações sociais baseadas nas diferenças sexuais.

As discussões sobre gênero nas Ciências Humanas e Sociais vêm ganhando cada vez mais espaço nos meios acadêmicos por estarem dialogando com os campos de atuação política no intuito de garantir influências nos debates públicos além de buscar "'sistematizar aprendizados' e formas de ação e articulação neste tipo de intervenção/influência"[11]

Para o caso brasileiro, a organização de grupos de mulheres que se debateram no reconhecimento de uma posição de igualdade de oportunidades foi – e ainda é – um grande desafio ao *status quo* de forte herança machista de um modelo de origem patriarcal.

Em meio a uma noção generificada de "cultura nacional", segundo Hall, existem os grupos sociais que põem em xeque como que desconstruindo este conceito, em busca de sua afirmação como identidade e diferença. Ou seja, nem sempre uma cultura nacional e as identidades nacionais que elas constroem são realmente unificadas, pois "as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero" o que permite trazer à tona questões que foram cruciais para aquelas mulheres que tanto se debateram para que as relações sociais, nas suas práticas e representações não fossem marcadas pela divisão sexual.

Um outro aspecto que também se impõe na questão do gênero é a sua ligação às relações de poder. É fato que a sociedade brasileira, como uma identidade nacional se mantém ainda, notadamente generificada. Embora de forma mais acentuada nos anos sessenta e setenta, ao se comparar com as décadas seguintes. Desde fins do século XIX,

sobretudo após a Proclamação da República, as mulheres foram convocadas para educarem as crianças, os futuros homens públicos e as donas-de-casa da nação. Este pensamento passou a ser colocado na ordem do dia a partir dos anos sessenta por demonstrar estar corroído e maculado por uma ordem de poder impossível de ser sustentada sem maiores conflitos.

Por meio das revistas em questão, o tratamento das construções culturais, das representações sociais, da busca pela afirmação identitária e do reconhecimento à diferença e do que isto implicou nas práticas de grupos como o das feministas de um lado e "reacionárias" de outro, deverá estar atento aos momentos pelos quais passou a conjuntura político-econômica brasileira. Ressalte-se o contexto de uma produção industrial de cultura para as massas, bem como de uma reordenação sócio-cultural dos papéis femininos, carregada de tensões entre formar a mulher para um novo tempo que surge, com esta buscando seu espaço profissionalmente, estudando para melhor compreender e se preparar para os desafios de seu tempo, exercendo a sua sexualidade sem os tabus reguladores da sua castidade. Também, com a busca da manutenção de padrões de comportamento feminino nos cuidados com a casa e a família e o repúdio às idéias novas da *modernidade*.

---

[1] Graduada, mestre e doutoranda em História (UNESP/Assis); docente no IESB/PREVÊ/Bauru/SP. Contato: lilianazevedo@uol.com.br

[2] Vários são os bons trabalhos a respeito. No entanto, destaco *Cadernos AEL*. Mulher, História e Feminismo. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH, 1995/1996; Também, em trabalho anterior [AZEVEDO, L. H. de. *Mulher em Revista*: Representações Sobre o Feminino nas Revistas Paulistanas "O Pirralho" e "A Cigarra". (1914-1918). Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2000.], por meio da pesquisa com revistas destinadas a um público de elite, demonstrou-se as discussões sobre as duas categorias de feminismo no início do século XX.

[3] MCLAREN, A. *História da Contracepção*: Da Antigüidade à Actualidade. Lisboa: Terramar, 1997, p. 08. Embora o próprio pesquisador tenha tratado da opção da interrupção do coito já entre os gregos na Antigüidade "clássica", a utilização dos estudos de Segalen serviu para que o autor comprovasse depois o quanto ela havia se comprometido ao ideal etnocêntrico para tratar do assunto, o que, segundo ele, não foi uma exclusividade daquela pesquisadora.

[4] Id., ibid,, p. 11

[5] Id, ibid., p. 14-15.

[6] HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 314-336.

[7] VENTURA, Z. *1968: O Ano que Não Terminou*. A Aventura de Uma Geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 32.

[8] Id. ibid., p. 33.

[9] VENTURA, Z. op. cit., p. 16.

[10] FICO, Carlos. Com o Rosário na Mão. In: Revista *Nossa História.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n.º 05, março/2004, p. 40.

[11] Editorial de *Estudos Feministas*. Ano 8. Santa Catarina: CFH/CCE, 2000, p. 06.

RADIODIFUSÃO E IDENTIDADE NACIONAL EM TERRAS DE FRONTEIRA (1937-45)[i]

Lindamir Ester Adamczuk[ii] - UFSM

A instalação e o funcionamento de emissoras de rádio no Brasil durante o Estado Novo (1937-45) esteve sujeita à influência da política nacionalista implantada no período. O uso governamental do rádio com a finalidade de integração nacional, demonstra bem essa questão.

Tendo por base esse contexto de exaltação da nacionalidade e de consolidação de uma identidade nacional estudamos a atuação de quatro emissoras localizadas em região de fronteira do Rio Grande do Sul para entendermos como veiculavam o nacional e o local, levando-se em consideração a existência de um projeto nacional para o rádio, mas, que apesar desse projeto, ele também se orientava pelo espaço local.

As emissoras cuja programação foi estudada foram a rádio *Pelotense*, de Pelotas, a *Charrua*, de Uruguaiana, a breve experiência radiofônica chamada *Nota Alegre da Cidade*, de Erechim e a *Imembuí*, de Santa Maria.

Identidade Nacional e Local na Programação Radiofônica

Duas visões orientam nossa análise sobre a programação radiofônica: a primeira, de Renato Ortiz sobre os estudos das décadas de 30, 40 e 50 das emissoras de São Paulo especialmente quando o autor se refere às características marcadamente locais e ao padrão regional do veículo bem como na regionalização quanto à exploração comercial dos mercados, contribuindo para que o rádio não apresentasse na época o caráter integrador das indústrias da cultura.[iii] A segunda, de Sérgio Caparelli, que destaca o surgimento pela primeira vez de um meio de comunicação com uma grande importância para o espaço local, pois era capaz de tratar dos problemas locais ou regionais, mesmo que a programação das

emissoras se baseasse na estrutura de conteúdo da radiodifusão dos grandes centros urbanos.[iv]

Assim, apesar do surto "ultranacionalista e unificatório"[v] de Getúlio, o vínculo com o espaço local se manifestou na programação das emissoras de diversas formas. Num plano mais imediato foi principalmente através dos serviços de comunicados e avisos, das apresentações artísticas de amadores, de programas de certos segmentos sociais, como estudantes, políticos, sindicalistas. O local também intensificou sua presença quando as emissoras transformaram-se mais significativamente em empresas e adotaram de forma definitiva a comercialização de espaços publicitários como forma de gerar lucros, abandonando, aos poucos, o modelo associativo.

Sem menosprezar esses elementos do espaço local, atentamos para uma certa ausência de manifestações culturais regionais nas emissoras daquele período. Mesmo em face da política nacionalista de Getúlio não podemos rejeitar a idéia da existência de expressões culturais regionais, até porque foi com o objetivo de incorporá-las e integrá-las ao projeto nacionalista que se construiu uma cultura "nacional".

Nesse sentido, o que se conhecia como *milongas, valsas campeiras, fox-trote, xote (ex-schottisch), polca, mazurca*,[vi] representavam a existência de manifestações regionais na música que só foram encontrar espaço na indústria fonográfica décadas mais tarde como algumas das tantas recriações do movimento tradicionalista e com o desenvolvimento de uma indústria cultural no estado. A esse respeito, Arthur de Faria comenta que a síntese de elementos urbanos que resultaram no samba e nas marchinhas soterrariam no desenvolvimento da "nascente indústria cultural brasileira, muitas das nascentes manifestações regionais".[vii]

Apesar de encontrarmos menções na programação das emissoras do que se poderia inferir como expressão musical ou artística de caráter regional por meio de termos como as *toadas gaúchas*, as apresentações em estúdio pelos *conjuntos regionais* das próprias emissoras, os raros declamadores de *poesias gauchescas* ou *certos amadores locais*, não existem muitos elementos que comprovassem a presença da música ou de outras formas de

expressão cultural regionais no meio radiofônico, especialmente nas emissoras estudadas. O que fica claro é que elas existiam, assim como em outras regiões e estados do país, como no Nordeste e em São Paulo.[viii]

Ainda sobre a veiculação musical destacamos a importância das músicas platinas que eram uma característica regional presente na programação das emissoras fronteiriças, muito embora não fossem produzidos no estado. Apesar do repertório ser variado, o que de certa forma faria parecer normal a presença desses gêneros, a proximidade com os países platinos e a audição de suas emissoras no Rio Grande do Sul colaborou para intensificar sua presença na programação das emissoras da fronteira e do resto do estado e, conseqüentemente, desenvolver uma apreciação por esses gêneros. Porém, a veiculação desses ritmos não aconteceria em relação às emissoras do centro do país, pois a exemplo da Rádio Nacional, sua missão era difundir conteúdos de brasilidade.

Assim, mesmo com a precariedade e a improvisação nas transmissões, o rádio foi a primeira forma de veicular ainda que amadora e espontaneamente, através dos cantores do rádio, poetas e humoristas, um pouco dessa cultura regional, mesmo que eles não tenham encontrado espaço inicial para gravar e nem obtido destaque fora de suas cidades de origem. Nesse ponto, a presença de amadores ou artistas locais, foi um aspecto muito significativo da radiodifusão local. Até porque, as emissoras dependiam muito dos “talentos” locais para a sua sobrevivência ainda que eles não cantassem os ritmos locais.

Apesar da existência de um projeto nacional para o rádio, ele não determinava toda a programação. Não era tão simples manter uma emissora no ar diariamente, por isso os programas ligados à realidade local tinham um papel muito importante. É através do rádio que as comunidades começaram a “enxergar-se”, fosse por meio de apresentações artísticas, com a participação de pessoas da comunidade, ou dos serviços de utilidade pública, de debates políticos, da divulgação das atividades da própria comunidade, dos seus problemas e das tentativas de solucioná-los. Em resumo, a comunidade local estava presente no conteúdo da programação radiofônica com todas as suas características e especificidades. É a programação seguindo os padrões regionais dos quais nos falou

Renato Ortiz e tratando dos problemas regionais ou locais, de acordo com a visão de Sérgio Caparelli.

Já em relação à veiculação de conteúdos de caráter nacional foi possível notar com clareza a presença de brasilidade, fosse através de músicas, ou do que se denominava como *canções brasileiras, músicas populares* ou *nacionais*, ou pelas apresentações de *radioteatro* e *radionovelas*, de programas de caráter educacional e cívico, da *Hora do Brasil*, da própria missão auto-atribuída por algumas emissoras como a rádio *Charrua* de realizar um *trabalho de nacionalização* na fronteira e até mesmo da apresentação de artistas locais que só queriam cantar as "músicas brasileiras".

A constatação da presença do conteúdo nacional na programação das emissoras estudadas foi óbvia mesmo se tratando de região de fronteira, onde se poderia supor a existência de um certo distanciamento por parte das emissoras com relação ao modelo político nacionalista implantado e aos destinos do país. Como sabemos, havia a preocupação governamental com os territórios limítrofes no sentido de preservar a unidade e a totalidade da nação. Era como se todos estivessem envolvidos com a construção do futuro do país, inclusive as emissoras radiofônicas da fronteira.

Em relação às músicas veiculadas pelas emissoras, a "música brasileira" era aquela feita "90 por cento no Rio de Janeiro, por cariocas, baianos, mineiros e um que outro paulista ou pernambucano"[ix], o que, como constatamos excluía certas expressões locais. Ao mesmo tempo em que esses ritmos eram deixados de lado, os cantores locais estavam interessados em cantar os ritmos nacionais, ou seja, os sambas e marchas.

É neste contexto de consolidação da identidade nacional que determinados valores alcançaram a consolidação como valores "genuinamente nacionais", pois, através da divulgação mais sistemática pelo rádio começaram a fazer parte da memória coletiva, na medida em que passaram a ser compartilhados pela população. Esse é também um momento fundamental na construção dos chamados mitos de origem, elementos componentes do processo de construção da nação.[x] O estabelecimento de mitos de origem,

elementos cujo papel é o de contar a história do surgimento da nação, é necessário para que o indivíduo explique a nação para si próprio e o seu lugar dentro dela.

Como afirma Silveira em relação às mídias da atualidade, mas que acreditamos também poder ser utilizada para o período de desenvolvimento do rádio: "uma forma determinante na atualidade de fixar e difundir a memória ocorre através das *representações midiáticas*".[xi] E é para isso que, numa escala inicial o rádio do período colaborou com o projeto nacionalista de Vargas: para a fixação e a divulgação dos heróis, dos símbolos, da origem, da modernização e do desenvolvimento nacional, enfim, para a criação da idéia de coletividade necessária à consolidação da nação.

Quando o projeto nacionalista buscava integrar os territórios mais distantes em torno dessa identidade ele buscava não só levar até eles as noções de brasilidade oriundas do centro, mas também trazê-los até essas noções para fazer esses territórios tomarem parte de comemorações, de símbolos, de expressões culturais que não eram deles. Foi o que aconteceu quando a rádio *Charrua* comemorou o centenário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto e o dia de Tiradentes, quando a rádio *Pelotense* organizou concurso de sambas e marchas, quando a *Imembuí* apresentou radioteatro ou quando a *Nota Alegre da Cidade* executou as músicas dos cantores nacionais que faziam sucesso no momento. Através de tudo isso o rádio integrou as comunidades mais distantes a um projeto comum.

Apesar de historicamente a questão regional ser um fator de complicação à consolidação do Estado-nação, de significar atos de insubordinação política como a Revolução Farroupilha, nesse momento, a lealdade rio-grandense e fronteiriça ao Estado-nação não era somente política[xii], mas, em certa medida, também cultural, mesmo que se configurasse um caráter híbrido na produção cultural veiculada nas emissoras pela mistura que se verificou entre os gêneros musicais, por exemplo.

Enfim, nesse grande projeto nacionalizador, o rádio fez mais que "expressar artisticamente a realidade" como propunha Rudolf Arnheim, um dos teóricos do rádio da década de 1930. Tornou-se ele próprio um personagem de vários papéis, levando o

nacional até o local, o local até o nacional, integrando-o aos fatos importantes do país, mas também proporcionando ao local um olhar sobre si mesmo.

Considerações

Na proposta do trabalho procuramos verificar a veiculação da identidade local e da identidade nacional na programação radiofônica de quatro emissoras localizadas na região de fronteira do Brasil Meridional.

Em relação à veiculação de conteúdo local constatamos a presença de diversos aspetos do espaço local na programação das emissoras, apesar da pouca presença de ritmos musicais que retratassem a vida dessas comunidades. A partir daí, destacamos duas formas de dar visibilidade à cultura local possibilitadas pelo rádio nessa época: uma é na sua base geográfica, convivendo com o conteúdo nacional e a outra é nacionalmente através da denominação de regional – categoria que os ritmos do Sudeste e do Nordeste já haviam obtido – afirmando-se como uma cultura típica, com características específicas, o que vai começar a acontecer em relação ao que era produzido no Rio Grande do Sul a partir do fim da década de 1940.

Quanto à veiculação de conteúdo de caráter nacional, os resultados apontaram a presença intensa de mensagens com conteúdo nacionalista na região de fronteira, o que confirmou a hipótese de que o rádio contribuiu significativamente para consolidar e difundir o modelo de identidade nacional proposto no período. Assim, apesar da orientação localista das emissoras a cultura nacional estava bastante presente na região de fronteira. O padrão nacional predominou definindo as diretrizes da identidade nacional que estava se consolidando: valorização do ensino na língua portuguesa, difusão da História nacional, estabelecimento de um padrão musical a cargo dos sambas e marchas, homenagem aos heróis e símbolos nacionais, valorização do trabalho como idéia de desenvolvimento e progresso nacional e consolidação da idéia de modernidade. Mesmo não possuindo o caráter integrador das indústrias da cultura na visão de Renato Ortiz, o rádio brasileiro dessa época contribuiu muito para a integração nacional.

Enfim, o esforço de tentarmos verificar manifestações locais e nacionais na programação radiofônica no período do Estado Novo, na região de fronteira serviu para nos mostrar mais que o predomínio do padrão nacional em alguns casos, ou esse padrão nacional convivendo com a orientação local na programação das emissoras. Serviu para refletirmos sobre um contexto cultural com poucos registros, desaparecido da memória, como se não tivesse existido.

---

[i] O artigo sintetiza alguns aspectos do trabalho monográfico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, nível de Especialização, da Universidade Federal de Santa Maria.
[ii] Autora. Graduada em História e Especialista em História do Brasil – UFSM.
[iii] ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 53-54
[iv] CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986. p. 82
[v] FARIA, Arthur de. **Um Século de Música no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/CEEE, [s.d.]. p. 104
[vi] FARIA, idem, p. 107-113
[vii] Op. cit. p. 113
[viii] FARIA, idem, p. 105
[ix] Op. cit., p. 103
[x] Anderson apud HALL, 2003, p. 51. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 8ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
[xi] SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Representações midiáticas: reflexão sobre o estatuto representacional das mídias. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado [et al]. **Comunicação Midiática**. Santa Maria: UFSM, 2002. p. 9-32
[xii] Ada Machado Silveira nos fala que o Rio Grande do Sul manifesta um sistema de lealdade cruzada, na medida em que politicamente é leal ao Estado-nação brasileiro e culturalmente ao mundo platino. Cf. SILVEIRA, Ada Cristina Machado (coord.). **Terras de Fronteira:** a variedade das estratégias de comunicação no Brasil Meridional. FAPERGS - PIBIC/CNPq, 2001. Registro no GEAIC n° 10679.

CAMPO GRANDE, A VILA POPULAR E A CULTURA PARAGUAIA CONTADA POR SEUS MORADORES

Lindomar José Bois - UCDB

Introdução

O Paraguai, república presidencialista, situada no centro-sul da América do Sul e que faz fronteira com Argentina, Bolívia, Brasil, possui uma área de 406.752 km² e uma população de 5,6 milhões de habitantes (censo demográfico, 2001), cuja composição étnica predomina euroameríndios, 95%. Sua moeda é chamada de guarani.

A região platina tinha como um dos seus ocupantes os índios guaranis quando iniciou a colonização espanhola. Na formação do povo paraguaio predomina este elemento, pois na época da chegada dos europeus à América "eles ocupavam um vasto território entre a bacia do Paraná e do Paraguai. Lingüisticamente, a família destaca-se entre outra, na América do Sul, pela expressiva distribuição espacial [...]"[1].

Sobre a origem do povo guarani há indícios de "que se hajam fixado primitivamente nas Antilhas e de lá se deslocado para outras regiões da América do Sul"[2], dentre elas o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Na América, os Guarani são conhecidos por vários nomes: Chiriguanas, Guaraiós, Apiacais, Parentins, Onambis e outros.

A migração parece fazer parte da vida do guarani e, como tal, esta herança também ficou registrada na cultura paraguaia, que se faz presente, hoje, em várias regiões do continente americano, principalmente em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A formação do povo paraguaio surgiu da esperteza do europeu em se aproveitar da cultura guarani referente ao casamento: o *cunhadio*.

"Entre os Karios (sub-grupo étnico guarani), havia o costume de, no casamento, os irmãos homens da noiva prestarem serviços ao marido. Os Karios eram polígamos, quanto mais esposas maiores eram as disponibilidades econômicas do marido, pois, além dos trabalhos executados pelos cunhados, eram as esposas que cuidavam da agricultura [...]"[3].

A instabilidade causada na Espanha devido às mudanças na política e economia européia levará os setores ligados ao comércio a buscar o rompimento com o sistema colonial.

"Os administradores de Assunção declaram, no entanto, em 1810, a sua neutralidade frente às insurreições de Buenos Aires e, à margem delas, instituíram, em 1811, uma junta diretiva que assumiu a condução política do povo e desencadeou o processo da independência do Paraguai".[4]

Em 1814, o Paraguai deixa de ser governado pela Junta Diretiva e passa a ser dirigido por José Gaspar Rodríguez Francia, governo marcado pela austeridade, simplicidade e patriarcalismo.

O sucessor de Francia é Carlos Antônio Lopes, primeiro presidente constitucional do país. Assume o governo do país e dá início a uma nova era para a república do Paraguai. Ao contrário da política isolacionista de Francia, cria, sobre a estrutura socio-econômica deixada por "El Supremo", o Paraguai moderno com fábricas, estaleiros, engenheiros e técnicos europeus.

Com a morte de Carlos Antônio Lopes em 10 de setembro de 1862 assume o governo do Paraguai seu filho, Francisco Solano Lopes e se dispõe a continuar a obra iniciada por Francia e aperfeiçoada pelo pai.

Iniciativas que caminhavam para a produção dos principais frutos no novo governo, mas que a guerra da Tríplice Aliança incubada há muitos anos obriga o Paraguai à luta desproporcional. Ao término desta, temos o país arrasado, resultando em um dos primeiros motivos para que muitos, do povo guarani, deixem sua terra de origem e migrem a outras regiões do continente americano, tais como Argentina, Uruguai, Brasil e até mesmo para outros locais fora do continente.

Campo Grande e a migração paraguaia

Migrantes são homens e mulheres que se deslocam ou mudam de uma localidade para outra onde buscam residir e trabalhar. Como assinala Nascimento, ela se faz

necessária em determinado tempo e espaço. “A mobilidade humana não é um mal. É uma alternativa a que o homem pode recorrer, quando encontra sérios obstáculos que lhe dificultam a satisfação de suas necessidades fundamentais, quando dificultam as possibilidades de vida e de desenvolvimento como pessoa humana, de participação na sociedade a que pertence e se sente marginalizado”[5].

A corrida para ambientes de baixa densidade demográfica ou que venha a apresentar uma condição digna de vida torna a migração um fato natural no processo de transformação social. Dentre outras causas de forte relevância pode ser destacado os motivos políticos, como guerras civis e externas, ditaduras militares aliadas às crises políticas e econômicas destes países empobrecidos.

A imigração de paraguaios em Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Campo Grande, além da posição fronteiriça, está associada aos fatos políticos, econômicos e sociais. Como assinala Linhares: “Pode-se atribuir tal fato à crise econômica e política que se desencadeou no Paraguai após a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), além Guerra do Chaco Boreal nos anos de 30, a Guerra Civil de 1947 e a instalação da ditadura do governo Stroessner em 1954 que permaneceu no poder por 35 anos e governou o país com “mãos de ferro” até a década de 1980 quando uma série de lideranças políticas retorna ao Paraguai e juntamente com organizações da sociedade civil, exigiam a instalação de eleições livres e de um governo democrático. Os últimos acontecimentos da política paraguaia, como a tentativa de golpe em 1996 contra o governo de Wasmosy e o assassinato do vice-presidente Luís Argaña em 1999, demonstram a fragilidade das instituições democráticas deste país”.[6]

Todos estes fatos fizeram da população paraguaia ser, segundo o censo de 1991, a população estrangeira de maior número de habitantes no estado de Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 46,5 %.

Campo Grande é reconhecidamente uma cidade como muitos outros centros urbanos brasileiros, que não fugiu à característica da formação multi-étnica, consolidou em

sua formação a curiosa mistura de elementos europeus, africanos, asiáticos e índios, e culturalmente soube integrá-los como outras cidades o fizeram.

Foi em 1872, que o mineiro José Antônio Pereira chegou ao local onde se situa a cidade, após ficar sabendo, que aqui havia campos grandes e cerrados “desabitados”. Em 26 de agosto de 1899, o Arraial de Santo Antônio foi elevado à categoria de vila.

Em 11 de outubro de 1977, com criação do Estado de Mato Grosso do Sul, pela Lei complementar nº 31, Campo Grande é elevada a condição de capital do Estado. Localizada próxima aos Campos de Vacaria, região centro-sul do estado, a Cidade Morena, é assim chamada pela poeira avermelhada na época do inverno.

A posição estratégica, o clima e a terra possibilitaram a Campo Grande surgir como centro econômico antes de se tornar capital, desviando para a região a economia, antes voltada para o eixo Corumbá-Cuiabá e despertando interesse de muitos, principalmente mineiros que seguindo o exemplo de seu conterrâneo (José Antônio Pereira), aqui se achegam, agora atraídos pelas notícias do desenvolvimento do município, ficando conhecidos como mudanceiros. Além dos mineiros, outra presença de destaque são os paraguaios.

Com a chegada da Estrada de Ferro em 1914 e transferência da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande em 1921, acelera o crescimento populacional e desenvolvimento econômico da capital.

Isso fica claro com o censo demográfico de 1920 em a cidade possuía uma população de 21.360 habitantes, destes, 1.948 são estrangeiros. Vinte anos depois conta com 49.629 habitantes, sendo 3.511 pessoas estrangeiras, 7,1% da população “morena”. Entre estes imigrantes, árabes, paraguaios e bolivianos são o maior grupo somando 1.810 pessoas”.

Essa população, composta de vários povos, formou a cultura campo-grandense. A cultura mineira trazida pelos colonos ao longo do tempo foi sendo esquecida e a população passa assimilar aspectos de outras culturas, dentre estas, a paraguaia. Assim é comum hoje ver na cidade a venda e o consumo maior de chipa, do que de pão de queijo.

Estes presentes no Estado e na cidade de Campo Grande, desempenhavam funções diferenciadas; entre outras eram agricultores, marceneiros, ervateiros, artesãos, comerciantes, jogadores e com seus costumes para cá trazidos influenciaram na cultura campo-grandense, fato que pode ser facilmente percebido no prato típico, na festa e devoção religiosa, na música, dança e pelo local onde grande número de paraguaios e seus descendentes escolheram para residir.

O local da Vila Popular teve seu desmembramento aprovado em 02 de fevereiro de 1963, para formar o loteamento Nova Campo Grande e a Companhia Imobiliária Oeste do Brasil (CIMOBRÁS), que pertencia a Laucídio Martins Coelho e Filhos ficou responsável de lotear a área de 646 hectares. Foi dividida em doze blocos, sendo onze residenciais e um industrial.

De 1968 à 1977 foram construídas 198 casas, com seis modelos diferentes. O restante dos lotes foram vendidos a terceiros sem construção.

No bloco dois, a CIMOBRÁS construiu casas em alvenaria; já no bloco onze, a partir de 1966, a Companhia Imobiliária, construiu casas feitas de madeira, chamadas populares. Assim o bloco onze, registrado como Nova Campo Grande II, teve seu nome alterado pela população e passou a ser chamado de “Vila Popular”.

A “Vila Popular” tem uma população estimada em oito mil pessoas, sendo a maioria composta por paraguaios ou descendentes.

As lembranças de quando chegaram ao local ficaram na memória dos moradores, como de D. Joana: “só tinha formiga, [...] é aquela formiguinha. É formiga, aquela que tem muita cabeça [...]” e de Sônia: “[...] quando chovia era tudo brejo”, parecem fazer parte de um bairro inexistente. Hoje a “Vila Popular” conta com uma boa infra-estrutura, quando comparado a outros bairros da cidade.[7]

Ela possui pavimentação asfáltica, água encanada, energia elétrica, telefone, um centro de saúde, uma escola, centro comunitário, posto policial, creche, clube de mães, um campo e uma quadra de futebol, mercados, lojas, bares e lanchonetes. É sede da paróquia

Nossa Senhora das Graças, também possui muitas outras igrejas evangélicas e pentecostais.

Toda essa infra-estrutura não foi adquirida ao acaso, mas sim pelo empenho da comunidade através das associações existentes no bairro e de seus líderes que não mediram esforços para trazer benefícios. Como afirma D. Alexandrina: "vieram o pessoal pegá nóis pra ser alguma coisa na Associação de Moradores [...]. Junto com seu Manoel (presidente), o Cassimiro era vice e eu era presidente do Clube das Mães, que foi que a gente trouxe a energia, a água né, e também o asfalto. Junto com o Daniel foi o asfalto [...]. Aí trouxemo o CEMA. Foi o trabalho deles junto com o Clube das mães né, [...]"[8].

O hábito alimentar é outra marca da cultura paraguaia presente entre os residentes do bairro Popular, como afirma D. Presentação: "sobre a comida sempre aquele puchero, aquele locro, sopa paraguaia [...]. Nóis aqui... a nossa comida não muda muito não, a gente come muita comida paraguaia."[9]

O povo paraguaio é muito religioso e isso fica claro na festa dedicada a Nossa Senhora de Caacupé celebrada dia oito de dezembro, foi trazida da cultura paraguaia. A devoção à Mãe de Jesus, é uma festa popular e expressa em sua gênese a religiosidade do paraguaio, como explica Pe. Teodoro: "[...] um índio, conta a história, sendo perseguidos pelos *encomiendeiros*, isso quer dizer as encomendas dos espanhóis pede proteção e aparece uma Senhora que o livra dos *encomiendeiros*. Ele se sente protegido por essa mulher e com uma história de fé muito bonita, ele esculpe aquela imagem num pé de erva-mate. Aí vem a palavra caacupé, significa atrás da erva-mate."[10]

Algo que marca a festa a Caacupé é a dança da galopa e os promesseiros. É uma antiga tradição da cultura paraguaia. A galopeira lembra as mulheres que dançam ao redor do altar de Nossa Senhora apresentando a dança própria da cultura paraguaia, onde vestem o vestido com cores próprias: azul, vermelho e branco - as cores da bandeira do país - também são usados colares, fitas e uma garrafa enfeitada e com flores na cabeça.

Os promesseiros são as pessoas que vem dos vários bairros de Campo Grande ou de outras cidades para fazer orações ou pagar promessas pelas graças recebidas, lembrando as promesseiras que iam ao Santuário de Caacupé.

A migração dos paraguaios fez difundir vários tipos de dança como: a polca, a guarânia, o chamamé e a galopa.

É comum ouvir dos residentes na "Vila Popular" afirmações como a do Sr. Adriano: "Tenho um filho que gosta da música paraguaia, dessa Margarida Román, na segunda, quarta e sexta, então a noite começa *siempre* às oito horas... então eu sempre curto essa rádio e sempre domingo nós reunimos aqui e escutamo Alcides Bernal que fala guarani, também esse é nosso costume aqui."[11]

As afirmações não só remetem ao valor da música para os paraguaios como também a sua influência no rádio e na tevê em Campo Grande. Mesmo não tendo um programa na mídia direcionado aos paraguaios, eles parecem ter assimilado os que têm um caráter ou ritmo semelhante ao de sua cultura, como é o caso do programa ***Ñe ê ngatu*,** na rádio FM Educativa, apresentado pela paraguaia Margarida Román, segundo ela, o programa é direcionado à cultura nativa.

Apesar de estarem em terras brasileiras, os pratos usuais da cozinha paraguaia sempre se fazem presentes na mesa dos moradores da "Vila Popular". O pucheiro é feito a base de carne bovina cozida com legumes variados, folhas de couve, banana da terra e muito caldo. A sopa paraguaia é uma espécie de bolo salgado feito com fubá, óleo, queijos, cebola, leite ou água e assado no forno.

A chipa é feita de polvilho e queijo. De ingredientes parecidos com o pão-de-queijo trazidos pelos mineiros, esta parece ter conquistado os moradores da cidade.

A bebida popular paraguaia é o tereré, que começou a ser utilizado no pantanal com fins medicinais e para filtrar a água salobra encontrada na região na época da estiagem.

É comum encontrarmos em padarias, nas ruas ou nos terminais de transbordo da cidade pessoas vendendo a chipa, a sopa paraguaia. Eles também são produzidos e

consumidos nos lares. O pucheiro, especialmente no inverno, é servido nas festas, em casas particulares ou associações de bairro e igrejas.

Outra importante marca da cultura paraguaia em Campo Grande é Associação Colônia Paraguaia, no bairro Pioneiros. A Colônia é um meio do povo paraguaio manter suas manifestações culturais, religiosas e não-religiosas.

A cidade tem um grande significado para os migrantes paraguaios que está muito bem expresso na frase que é comum ser falada por eles: *já veyá có temtam ambuépe nhou baapo já ya caru* (Somos felizes nesta terra do outro lado, trabalhamos e nos alimentamos).

Os paraguaios juntaram-se aos mineiros, gaúchos, paulistas, paranaenses, baianos, gente de todos os rincões do Brasil e de outros países como: japoneses, italianos, árabes, portugueses, pessoas que migraram para a construção de uma vida melhor e acabaram construindo a cidade.

---

[1] MARTINS, Gilson Rofolfo. **A Cultura Guarani na Formação da Sociedade Paraguaia**. In: **ARCA – Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS**. Nº 04. Campo Grande: Sergraph 1993. p. 4.

[2] SILVA, José de Melo. **Fronteiras Guaranis: A Tragetória da Nação Cuja Cultura Dominou a Fronteira Brasil – Paraguai**. Campo Grande: Gibim, 2003. p. 30.

[3] MARTINS, Gilson Rofolfo. **A Cultura Guarani na Formação da Sociedade Paraguaia**. In: **ARCA – Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS**. Nº 04. Campo Grande: Sergraph 1993. p. 9.

[4] SCHALLENBERGER, Clair T. A.; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Paraguai: Coração da América do Sul**. In. **Revista Mundo Jovem: Um Jornal de Idéias**. Ano XL, Nº 331. Porto Alegre: EPECÊ, 2002. p. 10.

[5] NASCIMENTO, Andréia Barbosa do. **Migrante da Fumaça: O Profissional do Carvão**. Campo Grande, Everest, 1999. p. 30.

[6] LINHARES, Gladis. **Mídia e Etnia:A Visibilidade dos Grupos Étnicos na Televisão Sul-mato-grossense**. UNIDERP- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Campo Grande: s.n., 2001. Disponível em: <http://www.eca.usp.br> Acesso em: 20/09/2004 – Às 17: 36h.

[7] ENTREVISTA: **Joana Pavão Franco**. Produção: Lindomar José Bóis. Campo Grande: UFMS/CEUA, 2004. 1 fita cassete (60min. aprox.), estéreo.

[8] ENTREVISTA: **Alexandrina Meireles Peralta**. Produção: Lindomar José Bóis. Campo Grande: UFMS/CEUA, 2004. 1 fita cassete (200min. aprox.), estéreo.

[9] ENTREVISTA: **Presentação Ortis Vera**. Produção: Lindomar José Bóis. Campo Grande: UFMS/CEUA, 2004. 1 fita cassete (60min. aprox.), estéreo.

[10] ENTREVISTA: **Teodoro Benites. Produção**. Lindomar José Bóis. Campo Grande: UFMS/CEUA, 2004. 1 fita cassete (120min. aprox.), estéreo.

[11] ENTREVISTA: **Adriano Vera**. Produção: Lindomar José Bóis. Campo Grande: UFMS/CEUA, 2004. 1 fita cassete (60min. aprox.), estéreo.

A Violência Contra a Mulher e a Prostituição na Cidade de Goiânia (1940-1980)

Lívia Batista da Costa

> [...] As famílias, além dos infortúnios a que estão expostas por residir nas proximidades de lupanares se vêem na obrigação de, em muitos pontos do bairro, escreverem a palavra "Família" nas paredes frontais da casa – a fim de não serem importunadas pelos freqüentadores menos avisados sobre a zona [...] nenhuma senhora de respeito ou uma moça pode andar nas ruas, sob pena de ser confundida com as mulheres de vida livre e assim serem abordadas ou agredidas [...]. (São Francisco: O Inferno das Famílias no Bairro da Luz Vermelha, Goiânia, 11 de maio. 1975. p. 8)

O trecho da reportagem acima indica um dos maiores problemas social registrado e debatido na imprensa escrita goianiense nas décadas de 1960 e 1970: o problema da prostituição.

Neste período, a maioria das zonas de meretrício eram localizadas nos bairros familiares. Os prostíbulos se misturavam com as residências particulares e as mulheres de família eram confundidas com as prostitutas nas ruas. A imprensa constantemente noticiava as denúncias da parte dos pais de famílias, por verem suas filhas sendo assediadas e até mesmo agredidas fisicamente, por homens que as confundiam com as meretrizes. Os jornais registravam que as próprias meretrizes agrediam as mulheres que residiam nesses locais. Dessa forma, os bairros que comportavam as pensões de prostíbulos eram considerados como lugares de violência e desordem pública.

As reclamações da parte das famílias residentes nesses bairros, se estendiam desde o problema da ameaça moral contra a imagem das famílias, até as agressões físicas e verbais cometidas pelas prostitutas, as quais eram vistas como provocadoras: "[...] muitas ficavam ali, embriagadas e a provocar todos quantos ali vão ou

passam na rua. Fazem escândalo, andam nuas em via pública, gritam obscenidade e provocam as mulheres sérias [...]" (São Francisco: O Inferno das Famílias no Bairro da Luz Vermelha, Goiânia, 11 de maio. 1975. p. 8).

Nesse sentido, a prostituição estava associada à criminalidade. Nesta reportagem, citada acima, o jornal publicou a reclamação de uma senhora residente do Bairro São Francisco: "[...] tive que tirar minhas duas filhas moças da escola noturna [...] não vou deixá-las sair aí pelas ruas porque ouço todos os dias casos de agressões, violências sexuais e crimes nas desprotegidas ruas deste bairro". Portanto, a prostituição, além de significar uma preocupação ameaçadora para as famílias, gerava um problema que passou a ser registrado pela imprensa: o da violência contra as mulheres e crianças do sexo feminino.

Deste modo, iremos analisar o fenômeno da prostituição e o da violência contra a mulher na cidade de Goiânia, através da imprensa[1] escrita goianiense. Percebemos que nas décadas anteriores a de 1980, apenas a prostituição era considerada como um problema social. Em contraponto, a maioria dos casos de violência contra a mulher só eram problematizados quando ocorriam nas zonas de meretrício, ou se referiam a casos de violência sexual e crimes de sedução. Partimos do pressuposto, que a grande preocupação da imprensa e da sociedade acerca desses fenômenos era com a imagem e a honra das famílias.

A prostituição, nos primeiros anos da cidade de Goiânia, era concentrada no bairro de Campinas. No ano de 1959, o jornal Cinco de Março, iniciou uma campanha a favor da remoção da zona de meretrício das proximidades das residências familiares desse bairro. Segundo o jornal, o meretrício campineiro era "a semente que germina delinqüência, é um tapa na moral de cada família e um chute na quietude sagrada de cada lar". (Cinco de Março, Goiânia, I Semana de Novembro de novembro. 1959. p.4).

Posteriormente, os prostíbulos foram se alastrando pelos outros bairros da cidade. O Cinco de Março registra que essa expansão das zonas de meretrício ocorreu devido à "oficialização da Prostituição". Para solucionar a confusão que se fazia entre as residências particulares e os prostíbulos, o governo e a polícia do Estado de Goiás, no início da década de 1960, resolveu identificar as pensões de prostíbulos como as "casas das luzes vermelhas". Com essa identificação, as residências particulares não seriam confundidas com os prostíbulos. Essa medida adotada pelo Estado foi registrada, anos depois, pelo jornal, da seguinte forma:

> "[...] Preferiram as autoridades o caminho mais curto e mais fácil [...] reconheceram oficialmente, legalmente, escandalosamente, o meretrício, oficializaram-no e aberrantemente o identificaram, com luzes vermelhas [...] afrontando à todas as tradições de honra e respeito à sagrada família [...] Pensaram as autoridades terem resolvido para sempre o problema das prostitutas em Goiás. Lá estão os emblemas vermelhos da legalização da depravação social. Mas os conflitos,as divergências, os problemas que naquela época havia, tornaram-se infantis, diante do drama que naquela tresloucada medida veio constituir para hoje, caminhando "a passos largos, desde aquela época. Campinas, Setor dos Funcionários, Vila Operária, Fama, Setor Oeste, Vila Coimbra [...] e um punhado de outros bairros são hoje verdadeiras fontes luminosas de mulheres perdidas com a proteção oficial [...] Hoje é quase impraticável ter família e residir em um destes bairros [...]. (Oficialização da Prostituição: Estralhaça a Moral do Povo, Cinco de Março, Goiânia, 26 de maio. 1962. p. 8)

A identificação dos prostíbulos através das luzes vermelhas foi considerada pelo jornal, como um ato que fez expandir a prostituição, além de oficializar uma autêntica depravação social nos bairros da cidade. De certa forma, a localização dos prostíbulos nos bairros de família, fazia com que vida pública e privada se confundissem. As famílias procuravam a redação do jornal O Cinco de Março para denunciarem os crimes de sedução contra as mulheres, moças e menores de família que ocorriam nas ruas dos bairros, tornando esses casos um problema público. Ao mesmo tempo, percebemos esses crimes como uma violência moral ao interior das famílias.

Quando se tratava da violência contra as menores do sexo feminino, a preocupação era mais intensa. No ano de 1963, vários moradores do bairro fama entregaram um abaixo assinado para o jornal, "protestando contra a revoltante promiscuidade" na vila Fama, e reivindicando o fechamento dos lupanares, onde "diuturnamente eram seduzidas mocinhas". Os moradores também denunciavam o aprisionamento de várias menores de família nos prostíbulos. A acusação era de que as menores foram seduzidas pelos proprietários dos prostíbulos para trabalharem naqueles recintos. (Cinco de Março, Goiânia, 07 de outubro. 1963. p. 03).

Dessa forma, as menores se tornavam outro alvo de preocupação, tanto no que concerne a sua entrada para o mundo da prostituição, quanto ao problema do assédio sexual, por parte dos homens que freqüentavam as zonas**.** Era necessário "proteger as menores de um futuro amoral", pois convivendo nos mesmos locais de prostíbulos era perigoso que elas aderissem à prostituição e não se tornassem "futuras esposas de famílias". (Cinco de Março, Goiânia, III Semana de Novembro. 1961. p..5).

O problema não era apenas com as menores de famílias, mas também, com as crianças abandonadas – outro tema de campanha do jornal O Cinco de Março-. Os(as) menores abandonados eram percebidos como os "futuros criminosos", o que colocava em pauta o debate sobre a criminalidade infantil. O jornal enfatizava que a ausência de um lar era o principal dano gerado aos menores. Assim, grande parte das menores entravam para os prostíbulos:

> "[...] é uma prática absurda e criminosa do amor livre. Meninas que ainda mal estão fisicamente constituídas integram-se a todas as perdições, a todos os vícios e a todas as desgraças do sub-mundo, sórdido e corrompido pela prostituição [...] é um crime social, afirma o Juiz de Menores [...]". (A Salvação Moral de um Povo, O Cinco de Março, Goiânia, 26 de março. 1962. p. 03).

Dessa forma, percebemos que a família era o centro da preocupação. Quando o problema era das menores e mulheres de família se aderirem à prostituição, ou

serem violentadas por homens que freqüentavam as zonas, isso ameaçava a imagem e a honra das famílias goianienses. Quando se tratava das menores abandonadas que se prostituíam, o problema era a ausência de um lar. Na reportagem intitulada: "Menor Abandonado: Juventude Transviada", o jornal registra que o menor que cometesse um crime seria "levado em conta à educação e situação moral e material da família". (Juventude Transviada, O Cinco de Março, 2 Semana de Novembro de 1960. p. 03).

Portanto, podemos perceber que o jornal considerava a família como uma instituição fundamental para a proteção das menores, a qual tinha uma função de orientação moral para seus membros. Nesse sentido, podemos enfatizar, que o jornal Cinco de Março estabelecia padrões de moralidade para a sociedade. Todos os problemas que afetassem a moral e a honra das famílias eram problematizados nas reportagens. Isso nos leva a pressupor que o problema maior não era com a prostituição, e com a violência contra as mulheres e menores em si, mas sim, com a ameaça ao interior das famílias, e com a própria honra e moral das crianças e mulheres.

Os próprios crimes sexuais e de sedução, eram vistos como um problema e uma ameaça à imagem e à honra das famílias. Na verdade, essa concepção, já se encontrava no código penal de 1890, no que todos os delitos sexuais, como os crimes de defloramento e estupro eram considerados como "crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias". Há de se ressaltar, que os crimes de defloramento e estupro, eram caracterizados pelo ato do coito vaginal. Todavia, o alvo principal da proteção legislativa era a honra, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro (artigo 269) e de defloramento (artigo 267), consistente em "deflorar mulher de menor de idade, e virgem, empregando sedução, engano ou fraude". (FAUSTO, 2002[2]).

Como bem expressa Boris Fausto (2002), "não se tratava de proteger a honra como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família". A honra da mulher, nesse sentido, "era o instrumento mediador da estabilidade de

instituições básicas, como o casamento e a família". Segundo o autor, a honra da mulher era sempre julgada. No caso do estupro, o texto da lei distinguia a intensidade da pena o fato de a ofendida ser mulher honesta e honrada ("virgem, se solteira, fiel ao marido, se casada") ou prostituta.

Contudo, no Código Penal de 1940 ocorrem algumas alterações. O crime de defloramento, por exemplo, passou a ser definido como o de sedução: "seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze anos e ter com ela conjunção carnal". Os crimes sexuais passaram a ser rotulado de "crimes contra os costumes". Segundo Fausto (2002 apud HUNGRIA e LACERDA, 1959), o termo crimes contra os costumes foi empregado para designar os hábitos da vida sexual aprovados pela moral prática, ou o que vale o mesmo, a conduta social adaptada à conveniência e disciplina social". Para Fausto, essa alteração se deve ao fato da legislação penal "ter perdido importância como instrumento garantidor da estabilidade da família". (Fausto, 2002:197).

Portanto, percebemos que a honra da família e da mulher possui toda uma construção histórica e cultural que se materializou na própria legislação, e passou a se manifestar nos crimes sexuais e de sedução. Todavia, é interessante ressaltarmos, que no universo de nossa pesquisa, quando nos referimos aos crimes de sedução, não significa que sempre ocorria o ato do estupro. Pelo que percebemos, a própria tentativa de seduzir em si, era considerada como um crime social. Outro ponto que pressupomos, é que os crimes sexuais e de sedução nos aparecem num duplo sentido: ao mesmo tempo em que eles eram um problema de cunho moral e externo às famílias, combatidos por elas mesmas, eles também eram cometidos pelas próprias famílias.

Na reportagem do dia 27 de abril de 1952, na primeira página, o jornal Cidade de Goiáz registrou a matéria intitulada "Condenado a sessenta e sete anos de Reclusão", na qual descreve que o réu, junto a seu filho, assassinaram toda uma família,

por motivo de desconfiança de que um homem procurava seduzir sua mulher. Toda a família desse suposto sedutor foi assassinada.

Em outra reportagem do jornal "Cidade de Goiáz", na qual há uma seqüência de julgamentos realizados no Tribunal de Jury da cidade, encontramos o registro de um crime que envolve o problema da "desonra": o réu mata um homem que tentou "desonrar" sua filha. Segundo o jornal, o réu foi absolvido. (Cidade de Goiáz, Goiânia, 06 de agosto de 1939. p. 1).

Portanto, quando ocorriam crimes sexuais contra moças e menores de família nas ruas públicas nas localidades das zonas de meretrício, as famílias goianas defendiam sua honra coletivamente, a ponto de procurarem a redação dos jornais para denunciarem todos os problemas de cunho moral que as circundavam. Ou seja, a honra possuía um valor externo e comunitário. Entretanto, quando os crimes sexuais ocorriam em âmbito passional à honra era defendida individualmente.

Na mesma reportagem, já citada acima, foi registrado outro julgamento em que o réu ficou impune, com a justificativa de legítima defesa da honra. O réu assassinou sua esposa por tê-la encontrado com outro homem, em "flagrante adultério " :

> [...] Na segunda reunião foi submetido o réu Manoel Assis Lôbo, autor do crime levado na pessoa de sua esposa e de Dudu de Tal, quando estes se encontravam em flagrante adultério. Absolvido pela justificativa da legítima defesa da honra. Adv. Dr. José Maria Ramos Jubé. Houve replica e replica. **(**Cidade de Goiás, Goiânia, 06 de agosto de 1939. p. 1).

Esse exemplo de crime passional é registrado e problematizado com ênfase nos jornais de Goiânia na década de 1980, na qual surgiram os primeiros grupos feministas da cidade de Goiânia e o fenômeno da violência contra a mulher, especialmente no âmbito conjugal, se tornou um dos grandes problemas social registrado e debatido na imprensa escrita.

Todavia, antes da década de 1980, quando há o registro de crimes passionais, como os relatados acima, não encontramos nenhuma problematização no sentido de combater esses crimes. Nesse sentido, o que nos interessa frizar é que nas décadas anteriores a de 1980, a maioria dos casos de violência contra a mulher só eram problematizados pelos jornais quando ocorriam nos locais onde havia as zonas de meretrício. A maioria deles eram crimes sexuais e de sedução. Quando esses crimes não envolviam o problema da prostituição não eram problematizados, mas apenas registrados pelos jornais. Ou seja, a prostituição é que foi considerada pela imprensa como um problema social, pois era o fenômeno que ameaçava a honra e a moral das famílias goianas, o que pressupomos ter sido o ponto central da preocupação dos jornais.

Portanto, tanto para a imprensa quanto para as famílias goianas, a prostituição e os crimes de sedução, eram um problema de cunho moral. A honra e a moral das famílias, das crianças e das mulheres se destacavam como o ponto central da preocupação da parte da imprensa e da própria sociedade.

---

[1] O jornal Cinco de Março é a principal fonte desse trabalho. Ele se caracteriza como um jornal de denúncia dos problemas sociais de Goiânia.

[2] FAUSTO Boris. Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

O Movimento do Contestado e a construção de uma identidade regional

Liz Andréa Dalfré

O objetivo desta comunicação é refletir sobre à formação de uma identidade regional propagada a partir de alguns discursos sobre o Movimento do Contestado. Durante a primeira década do século XX, jornalistas e políticos paranaenses se voltaram para esse conflito, buscando definir seus participantes e o posicionamento do estado paranaense em relação aos acontecimentos que envolveram os sertanejos da região contestada e a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Realizaremos esse percurso analisando as idéias veiculadas por meio de textos publicados no periódico curitibano Diário da Tarde, entre 1912 e 1916.

Questões territoriais entre Paraná e Santa Catarina

Em 1912, os governos do Paraná e de Santa Catarina viviam um momento de conflito. Ambos disputavam partes do seu atual território judicialmente. Em muitos momentos, o Movimento do Contestado, confundiu-se com essa questão de limites territoriais, devido ao fato, principalmente, de muitas pessoas envolvidas na guerra também estarem, de alguma forma, vinculadas a esses interesses.

Segundo Paulo Pinheiro Machado, apesar da maioria dos lavradores e sitiantes da fronteira entre o Paraná e Santa Catarina serem de origem paranaense, eles simpatizavam com o pleito catarinense, uma vez que poderiam se distanciar do poder dos coronéis. Para o autor, “a questão de limites foi decisiva para a adesão de comunidades inteiras a vida das ‘Cidades Santas’ e a solução institucional deste problema foi decisiva para impedir um ressurgimento do levante *sertanejo*.” (MACHADO, 201, p. 107 e 124).

Os documentos do período, divergem quanto à relevância da questão de limites para o conflito. Segundo Herculano Teixeira D’Assumpção, militar que lutou em uma das colunas de ataque: "As intrigas sobre o litígio do território contestado foram as principaes causadoras da anormalidade dos sertões, nos primórdios do seu movimento armado." (D’ASSUMPÇÃO, 1917, p. 213). Para, o General Setembrino de Carvalho, que esteve no território contestado de setembro de 1914 a maio de 1915, o litígio foi um aspecto importante. Em uma

correspondência dirigida a Felippe Schmidt, então governador de Santa Catarina, enfatizou a "imperiosa necessidade de por um têrmo á antiga questão de limites que o estado de Santa Catarina mantém com o Paraná. Estou convicto que ella tem concorrido bastante para esse estado de anarchia, que ha alguns annos vem se manifestando no território contestado" (CARVALHO, 1916, p. 334, anexo 31). O militar concluiu que apesar da "religiosidade primitiva" e da questão dos limites entre os dois estados, "o verdadeiro pretexto está na politicagem, que separa por interesses oppostos, os cabos eleitoraes de taes sertões" (1916, p. 3). Portanto, mesmo apontando para a importância do litígio para o Movimento do Contestado, em sua opinião o verdadeiro motivo residia na política local, questões que se confundem e se completam no contexto da disputa territorial.

Em seu relatório, Setembrino de Carvalho publicou depoimentos de alguns participantes do Movimento, para os quais o lítigio teve importância crucial. Um deles foi Henrique Wolland, conhecido na região como "Alemãozinho",[i] um dos comandantes de redutos: "E como commandante brigou sempre pela execução da sentença de limites entre os dois estados. O fanatismo era apenas um meio para a consecução daquelle objectivo." (1916, p. 90).

No relatório do Gen. Setembrino de Carvalho, também foi publicada uma carta escrita em dezembro de 1914 pelo líder rebelde Antonio Tavares Junior, em resposta ao major Taurino de Rezende.

> A causa que defendemos é uma causa sacrosanta, mas que infelizmente até hoje tem sido descurada pela nefasta negligencia dos ex-governadores do meu pobre Estado, e que é a apodrecida questão de limites.
> Só temos um lemma e esse é: execução da sentença ou morte ! São, illustrissimo senhor, dez mil famílias que se sentem ignominiadas por essa conspurcação vexatória do Direito, da Lei e da Justiça, feito exclusivamente para satisfazer capricho sem razão de ser, de meia dúzia de politiqueiros e acolytada pela "sede insaciável dos nossos visinhos".
> São dez mil famílias que choram o longinquo bem estar de suas residências, são dez mil famílias emfim, que preferem se entregar em holocausto a supportarem à ambição desmedida e perseguição continuas do sequioso Paraná. Foi, pois, impulsionado por esse brado de desespero e de justiça que corri ás armas para, ao protesto expontaneo e unanime desse povo bem digno de chamar-se brazileiro, juntar o meu e os meus resumidos esforços, esquecendo filhos, vida e propriedade e não para espalhar o sangue e me tornar bandido de que, me acoima o Paraná. Não pesará acaso na enigmática consciência do ex-presidente da República esta lista fraticida? Certamente, não ; porque pesaria também, nesse caso, o não sei quantos mezes de vergonhoso estado de sitio ! (1916, anexo 15)

Na carta, Antonio Tavares Junior credita à questão de limites o motivo da rebelião de seu grupo, afirmando que dez mil famílias sofriam com a indefinição da sentença. Neste relato,

devemos levar em consideração alguns fatores. Primeiramente, Antonio Tavares Junior morava na região de Canoinhas, próximo ao Rio Negro, portanto local onde o litígio era disputado ferrenhamente. Outra questão importante de ser verificada refere-se à maneira como esse líder entrou no conflito. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz, ele era uma espécie de secretário de um importante capataz do prefeito e chefe político de Canoinhas. Esse capataz, conhecido como Bonifácio Papudo, sofreu grande influência de Antonio Tavares Junior ao se rebelar contra o prefeito. Ao que parece, eles atenderam a uma solicitação de Aleixo Gonçalves, outro importante líder *sertanejo*, carregando consigo quase toda a população que morava no local (SOARES, 1931, p. 79).

Aleixo Gonçalves residia em São Bento há muito tempo, porém possuía terras registradas em cartórios catarinenses, em Três Barras e na região contestada. No entanto, uma outra família registrou essas propriedades no Paraná, vendendo-as em seguida para a *Southern Brazil and Colonization Company*.[ii]

O fato é que esses líderes conseguiram reunir mais de 1000 homens dispostos à luta. No entanto, os documentos não deixam claro se a maioria desses *sertanejo*s realmente estavam preocupados com a questão de limites. Acreditamos que eles compartilhavam dos mesmos valores e esperanças presentes nos demais redutos, pois segundo uma entrevista realizada por Queiroz, Antonio Tavares Junior havia demonstrado certo oportunismo: “Como o povo queria a monarquia, para que o povo o seguisse, também disse que lutava pela monarquia” (Depoimento Rosa e Fohy, In: QUEIROZ, 1977, p. 165). Por saber escrever, acabou por representar os demais que em sua grande maioria eram analfabetos. Apesar de singular, seu relato certamente encontrou eco entre muitas pessoas, confundindo-se com outras vozes no interior de uma comunidade mais ampla de imaginação.

Baseados nos itens expostos, acreditamos que para alguns moradores, principalmente os mais influentes, a questão de limites possuía relevância, o que não significa que eles não compartilhassem dos valores ou crenças que alimentaram o Movimento. No entanto, para os sitiantes e posseiros que moravam nas regiões próximas à divisa, a questão estava além de

uma demarcação política das fronteiras. Eles queriam viver suas vidas sem a interferência de políticos ou coronéis, importando menos o estado no qual residiam do que a segurança de terem tranqüilidade em suas terras.

A questão de limites nas páginas do Diário da Tarde

O litígio entre Paraná e Santa Catarina foi um ponto de recorrência e sob o qual se desenvolveram acirrados debates nas páginas do Diário da Tarde, especialmente durante o Movimento. A maioria das notícias referentes a essa temática sempre estiveram relacionadas ao conflito. Partindo dessa disputa, textos irônicos, piadas e relatos ressentidos foram constantes. Essas táticas de escrita revelam tendências de manipulação de opinião (GALVÃO, 1994, p. 33), por meio de construções discursivas regionalistas, buscando incitar o público leitor paranaense para o debate e tentando, sobretudo, formar uma identidade regional.

É importante lembrarmos que a questão cartográfica, de delimitação de fronteiras, seja em nível nacional ou estadual, foi fundamental nesse período em que a recém-instaurada ordem republicana buscava consolidar seu domínio sobre o território nacional. Nesse sentido, a idéia de fronteira constituiu um importante elemento do imaginário do período. Delimitar fronteiras significava possuir conhecimento do tamanho da extensão de um poder, além de indicar a inclusão ou exclusão de determinados grupos sociais no interior de uma nacionalidade, ainda que heterogênea. Nesse sentido, *fronteira* representou uma idéia bem delimitada e fundamental para a construção de uma identidade nacional e regional.[iii]

Visando essa construção, o Diário da Tarde funcionou como articulador de uma identidade territorial. Primeiramente, utilizando-se da figura dos soldados mortos em combate. Num segundo momento, por meio das referências à ingenuidade e ignorância dos *sertanejo*s e ao poder de manipulação dos governantes catarinenses.

É possível percebermos também, por meio dessas notícias, a explosão de tensões e ressentimentos – ligados à questão de limites – para com Santa Catarina e, após alguns meses, em relação ao governo federal, bem como a solidificação de um sentimento regionalista, elaborado e evidenciado através dos discursos sobre o Movimento do Contestado.

Ao receber as primeiras informações referentes ao conflito, o jornal enfatizou as intenções monárquicas do movimento descartando, entretanto, a questão de limites como um dos motivos de sua eclosão. A partir do início de outubro de 1912, pouco antes da morte de João Gualberto, as notícias ganharam um outro caráter, indicando a possibilidade de que a reunião dos *sertanejos* seria um ardil catarinense para se apropriar do território contestado. Primeiramente, surgiram informações questionando a gravidade do conflito: "Ainda o caso de S. Catharina – Será mesmo o que dizem? – Quase ninguém acredita na blangue" (DIÁRIO DA TARDE, 27/09/1912, p. 1). A partir de então, inúmeras notas de incredulidade foram publicadas. "A colônia paranaense aqui está cada vez mais inclinada a crer que há fins occultos em toda essa ridícula e espalhafatosa comedia" (D.T. 30/09/1912, p. 1). Até esse momento, o Diário da Tarde colocou em dúvida não somente a seriedade do Movimento, como também a sua existência. No entanto, é importante enfatizar que a imprensa deixava transparecer uma certa dificuldade no sentido de estabelecer de forma clara e concreta o que realmente estava acontecendo. Essa incerteza foi transmitida ao leitor por meio de diversas notícias. Na dúvida, o estado vizinho era acusado como responsável pelos acontecimentos.

Em 19 de outubro do mesmo ano, momento em que o grupo de José Maria já estava em território paranaense, o Diário da Tarde reproduzindo uma informação veiculada no Rio de Janeiro, afirmou que a situação na região do contestado era grave, supondo "...que o fanático [José Maria] é mandatário dos catarinenses." (D.T. 19/10/12, p. 4).

Após a morte de João Gualberto, o Diário da Tarde se preocupou em classificar os lugares do exército e dos *sertanejo*s na sociedade. Quando os rebeldes voltaram a se reunir, a partir de dezembro de 1913, tornou-se diária a publicação de informes e notícias culpando e, mesmo, agredindo o estado vizinho. As narrativas presentes nos periódicos dessa época, poderiam chegar a agressões políticas, indignação ou ainda levantar acusações, criando intrigas e conspirações, fatores bastante característicos nas notícias sobre o conflito. O principal alvo dessas agressões, portando, não foram os *sertanejos* mas sim os governantes catarinenses, desde a primeira nota sobre Taquarussú.

Essa luta entre imaginários concorrentes, nos remete às reflexões de Baczko, segundo o qual a legitimidade de um poder é duramente disputada entre indivíduos ou grupos, sendo que as relações de força necessitam de uma relação de sentido. (BACZKO, 1985, p.298-299). No caso do Diário da Tarde, remeter à questão litigiosa, chamar a atenção dos paranaenses para os acontecimentos e as atitudes dos governos catarinenses e federais, foi uma forma de buscar uma legitimidade para o seu poder.

Nos momentos de crise, os imaginários concorrentes são produzidos e cada qual lutará arduamente para que as suas representações prevaleçam. Uma evidência consiste no fato dos políticos locais também terem sido alvo do ataque paranaense. Ao lado dos termos ignorância, analfabetismo, surgiu a noção de caudilho e cabecilha, com referência aos indivíduos que "exploravam" os *sertanejo*s caracterizados, a partir de então, como inimigos do Paraná. As acusações recaiam também sobre o governador catarinense: "Não sei, mas ouvi dizer e li, que José Maria e seus successores não passam de títeres cujos cordéis são accionados de dentro do palácio presidencial de Florianópolis" (D.T. 23/12/1913, p. 1).

Rapidamente o Diário da Tarde abandonou a idéia de que os *sertanejo*s estariam recebendo auxilio do governo catarinense para afirmar que foi exatamente contra o poder desses governantes que eles lutavam. O político Francisco Ferreira de Albuquerque, foi um personagem recorrente na acusação contra os catarinenses. Conforme o discurso do periódico, era exatamente contra ele que os *sertanejo*s, inclusive o finado *monge*, lutavam.

Foi também nesse momento que o Diário da Tarde iniciou o discurso humanitário, defendendo o fim do movimento pela pacificação e a implantação de escolas como única possibilidade de salvação para os revoltosos. Essas narrativas, encerram uma ruptura na forma até então habitual de se referirem ao conflito. As investidas contra o governo catarinense e contra o governo federal se tornam contundentes.

> Vimos que entre os fanáticos há numeroso grupo de crianças, que, na sua inconsciência, não conhecem o perigo a que se acham expostas: nessas condições, perguntamos: - há quem possa aconselhar a matança desses innoccentes, só porque a situação é incommoda para o coronel Albuquerque, que não quer ser perturbado nos seus domínios?"
> O sr. Coronel Albuquerque e seus sequazes precisam agora liquidal-a promptamente, mesmo passando por sobre os corpos de mulheres e crianças, para que a sua posição se normalise e elles possam continuar a exercer o seu domínio de regulos absolutos, sem mais incommodos (D.T. 28/01/1914, p. 4).

Por um lado, acusando os catarinenses, por outro defendendo os *sertanejo*s, a partir daquele momento considerados inconscientes e fanáticos. A atitude hostil em relação aos rebeldes passou a ser designada como contrária a própria noção de *civilização*.

> No momento em que os governos dispendem verbas extraordinárias com a cathechese dos aborigenes, é revoltante o cynismo d'aquelles que applaudem o derramamento do sangue irmão, tratando-se ainda mais de indivíduos fanatisados por crenças religiosas, inconscientes, portanto, das suas acções. (...)
> Nos nossos tempos, entoar hynos ao massacre e ao sangue, é retroceder para o despotismo.
> O progresso humano não póde admittir semelhante covardia.
> Que se arvore pois, a flammula da paz sobre a cabeça dos nossos patrícios; que elles voltem ao trabalho quotidiano a cooperar para a grandeza da nossa pátria, e que o governo em vez de mandar as forças armadas 'varrel-os á bala', enviem para os nossos povoados a escola e o livro.
> Para traz as idéas sanguinárias! Tudo pela paz e pela humanidade! (D.T. 05/02.1914, p. 1).

A escola e o livro, apareceram novamente como condutores para o caminho da *civilização* e da *consciência*. Esse pensamento, de humanidade para com a população, foi ao encontro, como tantos outros, à critica encaminhada pelos intelectuais, homens de imprensa e políticos do início do século em relação a uma atuação mais eficaz do estado em relação ao território e a população, o que se daria, neste caso, por meio da escola (SEVCENKO, 1999, p. 47). Encontramos aí, outro lugar de sentido construído pelo Diário da Tarde em relação aos seus leitores, evidenciando uma crítica à modernidade ao Estado.

Os ideais de monarquia, anteriormente considerados um dos motivos da reunião dos rebeldes, não vigorou mais nas páginas do Diário da Tarde. Sua utilização, somente foi importante enquanto a responsabilidade recaia sobre o *monge* quando este ainda estava em território paranaense.

Os *sertanejo*s, enquanto ignorantes, bárbaros e incultos, deveriam ser tutetados pelo Estado - obviamente o paranaense - para então receberem os benefícios da *ordem* e da *civilização*. Para o Paraná, naquele momento, tornou-se fundamental a construção de uma identidade regional. Neste sentido, o periódico funcionou como articulador de uma identidade territorial. Primeiramente, utilizando-se da figura dos soldados mortos em combate. Num segundo momento, por meio das referências à ingenuidade e ignorância dos *sertanejo*s e ao poder de manipulação dos governantes catarinenses.

A recorrência desse discurso foi importante para o enaltecimento do Paraná e à formação de um sentimento regionalista. Da mesma forma, ao criticarem a ausência de

atitudes e o desinteresse do governo federal em relação ao conflito, os narradores do jornal se preocuparam com a construção de uma identidade nacional, pautada, entre outros fatores, na inclusão dos marginalizados à *civilização*, na criação de escolas e na necessidade de resolução da questão de limites, ou seja, na definição de suas fronteiras territoriais.

---

[i] Henrique Wolland, o "Alemãozinho" era desertor da Marinha de Guerra alemã e, ao que parece, estava a alguns anos na região, uma vez que possuía "sotaque caipira" e conhecia todos os caminhos e redutos, apesar de ter atuado nas proximidades do Rio Negro e Canoinhas. Tornou-se uma liderança *sertaneja*, comandando vários homens. Foi um dos primeiros líderes a se entregar às forças do Gen. Setembrino de Carvalho, declarando estar descrente da guerra. Passou a auxiliar o exército na captura de outros rebeldes.

[ii] Companhia que firmou contrato com o governo federal para explorar as terras que margeavam a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande

[iii] Conforme Nisía Trindade Lima a idéia de fronteira foi utilizada por diversos estudiosos para explicar a democracia norte-americana e persiste como modelo explicativo para se pensar essa sociedade. Somente é possível pensar semelhantemente essa idéia de fronteira para o Brasil, na medida em que "Em ambos os casos, temos um espaço de contornos geográficos pouco definidos, representado como o lugar onde se desenvolveria o mais típico da identidade nacional." LIMA, op. cit., p. 42.

BIBLIOGRAFIA

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5 – Anthopos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985, p. 296-332.

CARVALHO, F. S. de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra.** Rio de Janeiro. Imprensa Militar, 1916.

D'ASSUMPÇÃO, H. T. **A campanha do contestado**: as operações da columna do sul. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1917.

Diário da Tarde, Curitiba, 1912-1916.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a guerra de Canudos nos jornais 4ª. expedição. São Paulo: Ática, 1994.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Campinas-SP, 2001, 497 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOARES, J. O. Pinto. **Guerra em sertões brasileiros** (do fanatismo à solução do secular litígio entre o Paraná e Santa Catarina). Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

O anticomunismo nas Revistas Seleções do Reader's Digest (1946-1960)

Lorena Beghetto

Mestre em História – UFPR

lorenabg@yahoo.com

Este artigo tem como objetivo relacionar algumas reportagens publicadas nas Revistas *Seleções do Reader's Digest* com a valorização da sociedade norte-americana e a crítica ao comunismo, durante a Guerra Fria. Neste período, Estados Unidos e União Soviética utilizaram-se dos meios de comunicação de massas para difundir mensagens capazes de convencer a população sobre a importância do conflito estabelecido. Para que os cidadãos norte-americanos e soviéticos não se opusessem às políticas desenvolvidas pelos seus governantes, os governos anunciaram a existência de um inimigo forte e expansionista, disposto a guerrear com todos os outros países que se opusessem aos seus objetivos. Alegaram ainda que seria necessário estabelecer uma política defensiva caso esta ameaça se concretizasse. Assim, em nome da luta contra a tirania, uma propaganda política foi utilizada por estes governos durante todo o conflito a favor dos seus interesses.

O conteúdo destas mensagens não se limitava apenas às questões sobre o desenvolvimento e a importância da Guerra Fria, junto estavam presentes sentimentos de hostilidade e simpatia que formavam uma visão de mundo repleta de significados, legitimando as posições de ambos os lados.

Dos vários meios de comunicação utilizados para difundir idéias durante a Guerra Fria, centralizo este estudo nas mensagens transmitidas pelas Revistas *Seleções do Reader's Digest* publicadas entre os anos de 1946 e 1960. Dentre os diversos assuntos tratados na revista, focalizo a minha pesquisa nos textos que traziam informações positivas sobre os Estados Unidos e denunciavam "as armadilhas do comunismo".

Além do discurso anticomunista, as narrativas que transmitiam valores positivos

sobre os Estados Unidos e defendiam as suas ações políticas internas e externas contra a União Soviética também foram analisadas. Nelas, as experiências pessoais dos cidadãos norte-americanos demonstravam como a sociedade norte-americana transmitia a sua imagem para os demais povos.

A principal característica da revista era apresentar-se como uma revista de entretenimento. Para distrair-se ou mesmo passar o tempo, o leitor poderia encontrar nestas revistas a diversão e a momentânea satisfação das suas frustrações pessoais, já que elas proporcionavam um mundo de sonhos, em estórias que os maus são punidos e os bons, recompensados. Poderia encontrar também reportagens que forneciam informações úteis à vida prática, aconselhamentos, auxilio em trabalhos escolares, além de ensinar remédios caseiros e informar sobre os acontecimentos nacionais e mundiais da época de publicação.

Porém, através de uma análise mais aprofundada, percebeu-se a existência de valores políticos que transmitiam mensagens de caráter ideológico favoráveis aos interesses políticos vigentes. Desta forma, o conteúdo das mensagens com temas morais e edificantes traziam o discurso anticomunista para o cotidiano do leitor, transformando a Guerra Fria, através da propaganda ideológica norte-americana, em um tema de grande visibilidade e, ao mesmo tempo, de entretenimento.

Sobre a revista, cabe alguns esclarecimentos. No período analisado, *Seleções* era um dos periódicos mais lidos no Brasil e disputava o mercado editorial com os Almanaques Farmacêuticos e com algumas revistas nacionais, como *O Cruzeiro* e *Manchete*. *Seleções* diferenciava-se destas publicações pelo conteúdo das suas reportagens, que eram na maioria narrativas sobre a vida cotidiana; e pela presença de diversos anúncios publicitários em cores que apresentavam as últimas novidades da indústria norte-americana, como geladeiras, máquinas de lavar, automóveis, cosméticos, etc. Além disto, as histórias sobre pessoas pobres que conseguiam enriquecer através do trabalho e do esforço individual traziam alguns valores morais da sociedade norte-americana que, de acordo com o discurso transmitido em *Seleções*, naquela época já convivia com governos hostis e totalitários – os comunistas. Todas as *brutalidades* daqueles governos eram constantemente lembradas por

Seleções que advertia a sociedade ocidental sobre o "*perigo vermelho"*. Várias reportagens também anunciavam a necessidade dos Estados Unidos prepararem-se para evitar o aumento do poder soviético e a efetivação da revolução comunista no mundo.

Assim, a maior preocupação deste artigo foi entender como reportagens informativas e mensagens sobre a vida cotidiana transmitiram o discurso anticomunista no cotidiano dos leitores que não estavam diretamente ligados à vida política do seu país.

Dentre a variedade de assuntos tratados em *Seleções*, muitas reportagens e narrativas sobre os benefícios que o capitalismo proporcionava aos operários norte-americanos foram encontradas. Todas elas destacaram as qualidades do sistema capitalista, no qual os operários recebiam de acordo com o empenho e a dedicação dada à empresa. Nestas representações, ao contrário da União Soviética, nos Estados Unidos os trabalhadores recebiam salários consideráveis e tinham acesso à casa própria, ao automóvel e a diversos bens de consumo que eram o tema dos anúncios comerciais publicados nas revistas *Seleções*.

Uma reportagem serve de exemplo para destacar a importância que a revista dava ao sistema capitalista. Nela, "Um capitalismo que interessa ao operário"[i], os Estados Unidos simbolizavam a plena expansão do sistema capitalista, que era benéfico porque garantia a liberdade de ação e permitia uma distribuição igualitária dos recursos com os empregados.

Segundo a reportagem, os empregados deveriam ter consciência de que eram a peça fundamental do regime capitalista. Por isto, o governo norte-americano incentivava a conversão das suas empresas em organizações conjuntas para integrar os interesses dos patrões e dos operários. Dentro deste sistema, eles poderiam ajudar nas decisões dos patrões, contribuindo com a sua experiência de trabalho e interferindo, inclusive, nas questões referentes ao lucro. A reportagem finalizou indicando a importância da participação de todos os trabalhadores através de idéias capazes de beneficiar o trabalho e incentivou a participação nos lucros, medidas capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico da empresa.

Como esta, várias reportagens valorizavam a grande oferta de trabalho bem

remunerado, que proporcionava acesso às novidades da indústria de bens de consumo – satisfazendo não só os trabalhadores como também os empregadores, que recebiam os lucros resultantes da movimentação da economia. Além disto, o governo norte-americano desenvolvia várias ações nas áreas de saúde, educação, habitação e transporte, oferecendo uma boa qualidade de vida para a população.

Durante a Guerra Fria, estes benefícios caracterizavam as propostas dos governos democráticos ocidentais. Através deles, as promessas feitas pelo comunismo de estabelecer uma sociedade mais justa após a conquista do poder pela classe operária se deparavam com um contra-discurso, que associava distribuição de renda com expansão econômica.

Por isto, todas as reportagens relacionadas ao mundo do trabalho afirmaram que, no universo capitalista norte-americano, não eram as greves que propiciavam benefícios aos empregados, mas sim a sua dedicação e a vontade dos empregadores em dividirem um pouco dos seu lucro. Parecendo favoráveis aos sindicatos e às organizações dos trabalhadores através de uma imagem positiva do capitalismo, os empresários buscavam reduzir a força destas organizações e ao mesmo tempo, favorecer a livre iniciativa.

Uma das armas utilizadas neste projeto era a apropriação do discurso anticomunista. De acordo com o discurso vinculado pelos empresários, a ameaça comunista representava o fim da livre iniciativa e da liberdade individual. Desta forma, se os sindicatos e Estado fornecessem benefícios aos trabalhadores, acabavam prejudicando o desenvolvimento da sociedade norte-americana, que centralizava a sua tradição na liberdade política e econômica e no desenvolvimento pessoal.

As representações trazidas nas revista *Seleções* refletiam a preocupação dos patrões em manter os lucros das suas indústrias sem sofrer as interferências dos trabalhadores. Ao sustentar a livre iniciativa através das negociações estabelecidas entre os patrões e os empregados, a revista descartou a interferência estatal, as greves e as interferências sindicais na solução dos problemas trabalhistas. Neste processo, o comunismo foi mais uma ferramenta utilizada para garantir os interesses dos patrões e até mesmo dos trabalhadores pois, para evitar a sua disseminação, trouxe a diminuição do

desemprego e a previdência social.

Outras representações foram utilizadas para desmentir a propaganda difundida pelos comunistas, a qual prometia basicamente uma sociedade mais igualitária, onde os operários não seriam explorados pelos patrões. Denunciando todos os problemas sociais da União Soviética, diversas reportagens publicadas por *Seleções* ajudavam a desmoralizar os comunistas e a sua causa.

Na edição de Fevereiro de 1947 de *Seleções*, John Fischer informou, na reportagem "Não há descanso para os russos"[ii], que a Rússia destinava toda a sua produção para a indústria bélica e pesada. Por este motivo, não tinha capacidade industrial para a produção de bens de consumo. O autor também descreveu o descontentamento do povo russo e ucraniano pelas péssimas condições de vida: os membros do exército não possuíam uniformes nem casas decentes, não havia segurança nas cidades, casos de roubos e crimes eram constantes, além da fome – poucos alimentos invariáveis e sem gosto – e das péssimas condições de trabalho. Quanto ao sistema de moradia, os ucranianos não tinham condições de viver dignamente:

> Para que o leitor possa calcular como vive uma família ucraniana típica, basta que escolha o quarto menor de sua casa e se mude para lá com esposa e filhos, camas, roupas e os móveis absolutamente indispensáveis. A água quente do quarto de banho tem de ser dividida entre muitas outras famílias vizinhas. Depois, convide uma prima viuva com quatro filhos, para morar alí. Conheci casos em que quatro famílias ucranianas moravam num só quarto.[iii]

A situação da mulher também foi narrada. Como o marido ganhava pouco e não tinha condições de sustentar a família, quase todas as mulheres russas trabalhavam, até mesmo em serviços que necessitam de força. Além disso, elas não apresentavam belas roupas – "*só trapos*" e, quando podiam, trocam as roupas novas por comida.

Entretanto, a melhor propaganda contrária ao comunismo era feita pelos próprios habitantes dos países ocupados. Os relatos e as constantes fugas confirmavam as perseguições, prisões, dificuldades econômicas, entre outros. Dentre as narrativas pessoais publicadas em *Seleções*, um dos mais impressionante foi "O caso da Mme. Kasenkina"[iv], uma senhora russa que trabalhava no Consulado Soviético em Nova York. Quando deveria

retornar para a Rússia, optou por continuar vivendo nos Estados Unidos. A partir deste momento, sofreu perseguições e quase foi obrigada a retornar a Moscou pela polícia soviética. Esta situação chegou aos jornais e comoveu grande parte da população de Nova York que, para ajudá-la, organizou-se diante do hotel onde estava presa e começou a exigir a sua libertação. Diante da comoção popular, Mme Kasenkina tentou, em um ato de extremo desespero, se jogar do prédio para escapar dos soviéticos. Tal atitude aumentou ainda mais a preocupação de todos e, para não complicar-se diplomaticamente, o governo soviético finalmente libertou Mme Kasenkina.

Estas críticas ao comunismo, feitas através de narrativas pessoais, trabalhavam com valores próximos do cotidiano dos leitores de *Seleções* para transmitir valores políticos. Através da valorização das dificuldades econômicas e sociais narradas por jornalistas, estrangeiros e mesmo por ex-soviéticos, este discurso anticomunista ajudava a construir uma imagem negativa do comunismo quando relacionava valores importantes para qualquer pessoa com a vida cotidiana das pessoas que viviam naquele regime.

Além deste discurso, o maior inimigo do capitalismo foi apresentado como demoníaco, capaz de todas as maldades, como a prática de torturas e o estabelecimento de campos de concentração, disposto a construir um império totalitário em expansão. Nos diversos textos que tratavam do comunismo, em média duas reportagens por publicação, existia uma grande preocupação com a descrição das suas características. Na maioria das vezes, ele estava associado ao terror, à violência e ao sofrimento através de uma série de qualificações que construíam um inimigo assustador, associado aos temores antigos (fome, doenças, escravidão) e atuais (governos totalitários, revoluções, campos de trabalhos forçados) da sociedade.

Para qualificar os comunistas e o seu sistema de governo, vários adjetivos negativos foram utilizados: os “guerreiros comunistas”[v], “êsses … vagabundos espirituais do nosso tempo”[vi], formados por “brigada de tratantes”[vii], “em nada diferiam dos nazistas”[viii]. Eles conquistavam “o domínio político por via da propaganda e da infiltração”[ix], praticavam o terror através de armadilhas, manobravam, utilizavam “chantage política”[x], desenvolviam

campanhas "de persuasão" e "técnicas de intrigas e terror"[xi], provocando desordens onde estivessem presentes.

Todos estes adjetivos agregavam ao comunismo e aos seu praticantes diversos atributos negativos, os quais deveriam difundir uma imagem contrária ao "paraíso dos operários" e convencer as pessoas indiferentes ao seu perigo, da necessidade do combate e da preparação para uma possível guerra atômica e mundial. Através desta propaganda política, era possível justificar as atitudes tomadas pelos governos ocidentais sobre os grandes investimentos na indústria armamentista e sobre uma política externa muitas vezes agressiva.

O conteúdo político destes textos poderiam ser lidos sem apresentar qualquer problema aos leitores brasileiros, que já tinham contato com propagandas anticomunistas. Com o final da Segunda Guerra Mundial, o anticomunismo, já utilizado para reprimir as manifestações contrárias ao governo brasileiro nas décadas anteriores[xii], novamente serviria como justificativa das perseguições aos políticos ligados ao comunismo.

A falta da liberdade de consumo também foi um instrumento do anticomunismo no Brasil. Desde 1940, a presença do *american way of life* na sociedade brasileira foi associada ao processo de modernização do país. Com o crescimento industrial e a urbanização, a classe média nacional passou a identificar-se ao *self-made-man*, ao individualismo e a sociedade de consumo. Para tanto, incorporou o discurso que possibilitava a ascensão econômica pelo esforço individual e passou a diferenciar-se das classes menos favorecidas com a utilização de produtos que teria condições de consumir. Por isto, reportagens que descreviam o difícil cotidiano dos habitantes dos países comunistas eram capazes de inflamar o anticomunismo nacional.

Seleções destacou-se por transmitir o anticomunismo principalmente através de narrativas pessoais que criticavam o comunismo e valorizavam o capitalismo. Como as personagens destas narrativas não eram homens públicos nem heróis nacionais, as questões políticas poderiam passar despercebidas para os leitores que encontravam em *Seleções* a diversão e o passatempo. Aliás, esta foi a maior característica de *Seleções* que,

desde a sua fundação, já apostava no sucesso de uma publicação que priorizasse as histórias simples capazes de valorizar os bons costumes e incentivar as ações de respeito ao próximo.

---

[i] JOHNSTON, Eric. A. Um capitalismo que interessa ao operário. *Seleções do Reader's Digest*, agosto de 1946, p. 69.
[ii] Revista Seleções do *Reader's Digest*, página 53.
[iii] Ibid., página 55.
[iv] OURSLER, Fulton. O caso de Mme. Kasenkina. *Seleções do Reader's Digest*, julho de 1949, p. 77.
[v] KENT, G. O desespero como arma única. *Seleções do Reader's Digest*, novembro de 1950, p. 71.
[vi] CHAMBERS, W. Deus ou o Homem? *Seleções do Reder's Digest,* Julho de 1952,. p. 32.
[vii] McEVOY, J. P. Conferenciei 1.600 horas com os russos. *Seleções do Reader's Digest* , julho de 1949, p. 28.
[viii] JAESRICH, H. A universidade livre de Berlim. *Seleções do Reader's Digest,* fevereiro de 1953, p. 53.
[ix] McEVOY, J. P. op. cit. p. 25.
[x] NAGY, Ferenc. Como os russos me despojaram do governo. *Seleções do Reader's Digest,* fevereiro de 1948, p. 100.
[xi]Ibid. p. 105.
[xii] Destacamos o trabalho de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho.* São Paulo, Perspectiva, 2002.

A sobre vivência no mercado de trabalho pós-emancipacionista

Lúcia Helena Oliveira Silva - UEL

O período que se seguiu a Lei Áurea (1.888), somou uma grande expectativa por parte dos emancipados tornados libertos por esta lei ou, mesmo antes dela. A derrocada da escravidão, foi apenas uma das etapas do longo processo para obter o tratamento e direitos igualitários de cidadão para brancos e negros. No Estado de São Paulo, essa situação era particularmente complexa devido à intensa imigração européia que rapidamente tornou-se mão-de-obra preferencial. Os libertos e afro-descendentes que ali viviam experimentavam a liberdade e, paralelamente, transformavam-se em minoria numérica junto a população paulista, o que podemos observar nos dados de Florestan Fernandes[1].Nela vemos que somados negros e mestiços havia 397.131 habitantes ou 28,6% da população paulista. Contudo, esta população tendia diminuir uma vez que as imigrações européias, alteraram a composição da população. Grande parte dessas pessoas vivia na zona rural onde estavam 90% dos paulistas[2]. Os 10% restantes, viviam nos centro urbanos. As cidades no pós-abolição representavam, a despeito das cifras numéricas populacionais, um espaço importante e dinâmico. Eram nelas que os lucros provenientes do café eram aplicados, levando à expansão da rede de serviços oferecidos pelo comércio e ampliação de melhorias coletivas como pavimentação nas ruas principais. Todas essas atividades atraíam pessoas que nela buscavam um trabalho diferenciado daquele realizado no campo. Ex-escravos, imigrantes e demais brasileiros engrossavam o contínuo fluxo migratório da zona rural em direção à cidade, criando nestes espaços uma intensa teia de relações.

A convivência no espaço urbano produziu experiências cotidianas singulares e apontavam o entrelaçamento de inúmeros projetos de vida. Para os afro-descendentes somavam-se ainda, as expectativas de serem incorporados à sociedade, junto aos

demais grupos étnicos presentes na cidade. Neste sentido, faz-se fundamental recuperar os registros de quem vivenciou esta época em que os negros colocavam-se como novos cidadãos. Em entrevista o senhor Henrique Cunha, natural de Pindamonhangaba *e* fui criado por tios, contava como forma os anos depois da abolição[3].

Henrique Cunha, um afro-descendente nascido no princípio do século XX, no interior de São Paulo. Embora não tenha vivido o cativeiro, descendia de quem experimentara tal condição. Na sua fala inicial é percebida a extensão dos laços de parentesco, registrada na sua criação pelos tios. Esta convivência com os parentes próximos que assumiam a responsabilidade dos pais, aponta para a família extensiva, um tipo de organização familiar que coexistia paralelo ao modelo de família dos grupos dominantes que era a família patriarcal (Correa,1982)[4]. Problemas cotidianos, relacionados aos preconceitos raciais, são explicitados na continuação do mesmo relato:

Um fato que marcou muito a vida deles foi a chegada do circo na cidade de Pindamonhangaba. Antigamente havia poucas diversões para o povo: um baralho à noite numa casa, um bailinho noutra casa... Mas o maior divertimento eram os circos. Os palhaços de circo naquela época montavam as suas graças em cima de pretos:

O palhaço o que é? É ladrão de mulher. / Olha a negra na janela: Tem cara de panela. / Olha o negro no portão: Tem cara de tição. / Olha o negro no jardim. Vai comer capim.

As quadrinhas populares usavam insultos como forma de sátira nas quais procurava-se estereotipar a população negra e, estavam permeadas por uma carga pejorativa eficaz o suficiente para ser recordada prontamente pelo depoente. Segundo Florestan Fernandes, piadas e estereótipos ofensivos eram anteriores à Lei Áurea e ligavam-se à condição de escravo vivida no passado (Fernandes, 1978, pp.307-308).

É possível, imaginar que os insultos raciais tenham se tornado ainda mais presentes a partir do momento em que os afro-descendentes alcançaram a igualdade jurídica e puderam competir com a população branca no mercado de trabalho.

Segundo Thomas Holloway, entre 1887 e 1892, chegaram 341.000 imigrantes europeus em São Paulo, sendo 240.000 trabalhadores em potencial. Em vista dos 64.400 (1887) escravos registrados nas áreas rurais da região oeste do estado, os imigrantes formavam um grande contingente, que efetivamente alterou a composição étnica do estado. Assim, os negros deixavam de compor numericamente a maioria entre os trabalhadores. Ainda que não se saiba ao certo quantos negros livres e libertos existiam na província naquela época, acredita-se que, mesmo se somados aos escravos não suplantavam o número de imigrantes[5].

Trabalhando com uma periodicidade maior, Andrews concluiu que 2,1 milhões de europeus entraram no estado de São Paulo entre 1888 e 1928, o que tornava a presença dos libertos e seus descendentes menos perceptível entre os paulistas. Há que se considerar também que as formas de contabilizar os trabalhadores nacionais eram mais precárias, porque não se contava com alguns tipos de controle como aqueles presentes nas hospedarias, companhias agrícolas e portos, como acontecia com os imigrantes, que por serem subsidiados por agências privadas, estaduais e federais eram permanentemente computados. Os dados sobre a população nacional só podiam ser recuperados nos ocasionais censos de rigor questionável, que nem sempre captavam o dinamismo da população. Não podemos esquecer também que a ausência de dados sobre a população nacional, em especial sobre a comunidade afro-brasileira, poderia ter uma orientação de cunho político. Carlos José F. Santos, em seu estudo sobre a população urbana da cidade de São Paulo no período de transição do século XIX para o século XX, observou que raramente a presença dos não imigrantes era citada seja em documentos oficiais, seja pelos cronistas[6]. O Anuário Estatístico de 1902, sublinhava a importância do imigrante ao mesmo tempo em que minimizava os brasileiros: *Em São Paulo onde predomina o elemento estrangeiro, acontece o mesmo que se dá em Buenos Aires, isto é, a inferioridade com o elemento nacional concorre para o*

*desenvolvimento da população. (*Santos, 1998, p.37). Como observa Andrews, as orientações eram claras: na medida em que a política de incentivos concebida para os imigrantes centrava-se "nas preocupações relativas ao Estado" e aos fazendeiros, residia nelas não apenas uma preocupação com os problemas de mão-de-obra, mas também uma orientação política subjacente que revelava a escolha de opção étnica da população do Estado de São Paulo. Os imigrantes "escolhidos" para ficar em São Paulo acabaram, em princípio, por se submeter ao regime do colonato. Segundo Norder[7], o colonato foi um sistema que perdurou por várias décadas, e articulou-se com a imigração subsidiada, impedindo que a maior parte dos imigrantes se tornasse pequeno proprietário rural, levando muitos deles a optarem pelas cidades(Norder, 2000, p.,19).

Testemunha desse processo de mobilidade social do início do século XX, Henrique Cunha, quando foi para São Paulo, presenciou a chegada de muitos europeus na cidade, sobretudo aqueles que vinham do interior do estado, da zona rural para a capital. Segundo ele, nem todos na cidade viam com bons olhos a presença imigrante:

A gente ouvia muitas coisas que os brancos falavam...naquela época mais sobre os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro que chamava os que eram *negociantes de carcamanos e tinha aquela coisa: Carcamano pé de chumbo, Calcanhar de frigideira, Você não tem licença De casar com a brasileira* (Cunha, 1994, pp.3-4).

A hostilidade com imigrantes estigmatizava-os como intrusos e grosseiros. Segundo Paula Beiguelman, a população nacional passou a demonstrar seu ressentimento contra o imigrante, pois na sua vinda para as cidades ele tornava mais aguda a concorrência por empregos[8]. Vários foram os antagonismos entre brasileiros e estrangeiros, principalmente italianos, em São Paulo

No campo, a situação de competição poderia ser menos acirrada devido às constantes necessidades de trabalhadores, mas ainda não eram necessariamente boas, por vezes aproximando-se mesmo das condições anteriores à Abolição, o que

desestimulava a permanência dos afro-descendentes nas fazendas. Contudo, ao chegar na cidade, os negros percebiam de imediato os efeitos da forte concorrência. A presença de tantos trabalhadores produzia o barateamento da mão-de-obra o que levou à organização dos primeiros movimentos trabalhistas urbanos. Devido às dificuldades de obtenção de emprego, nem sempre os negros atuavam de acordo com os nascentes movimentos urbanos de reivindicação de melhores condições de trabalho. Testemunha da greve de 1917, Henrique Cunha então com nove anos, lembra-se do seguinte acontecimento:

Foi a greve...meu tio, eu o chamava de pai... estava trabalhando num telhado, na Rua Peixoto Gomide, então vinham aqueles homens com umas capas, uns cacetões grandes: - Ô, companheiro, desce daí, Ele não entendia nada daquilo, né: -Mas o que é que há? -Desce!, -Mas o que é que é isso? -Não pode trabalhar. -Mas por que não pode trabalhar? -Nós estamos em greve. Então aí ele explicou: -Ah! A greve é para isto... é contra o governo... -Ah! Tá certo. Aí ele desceu do telhado, né. E o grupo subiu a Peixoto Gomide e foi embora. Então ele voltou a trabalhar, pois ele não tinha nada a ver com a greve (risos)... Ele precisava era ganhar dinheiro... Mas esse foi meu primeiro movimento (Cunha, 1994, p.5).

Para aqueles que viviam de pequenos expedientes, abrir mão do trabalho disponível seria desperdiçar as escassas possibilidades de ganho. Talvez por isso, os movimentos dos operários muitas vezes acusassem os negros de “fura-greve”, uma vez que dispensavam-se os trabalhadores grevistas e abriam-se vagas para quebrar o movimento, sendo muitas destas vagas preenchidas por trabalhadores negros, como na greve dos estivadores de Santos em 1891. Segundo Andrews, alguns líderes do movimento operário, até entendiam as dificuldades vivenciadas pelos negros no que concerne a conseguir emprego, bem como o fato de serem eles usados nas interrupções do movimento. Há que se considerar, que havia dificuldades reais de obter a adesão de trabalhadores nacionais nas greves, uma vez que os discursos e jornais

em sua maioria, não eram falados nem editados em português. Estas condições devem ser consideradas, ao analisarmos o distanciamento do tio de Henrique Cunha ao ser intimado a participar da greve. No início da década de 1920, após muitas greves, a desilusão com os trabalhadores europeus e a diminuição da imigração no período pós-guerra levou as fábricas a abrirem mais vagas para a mão-de-obra nacional. O contato dos negros com as idéias anarquistas e comunistas da época era mínimo. Muitos sentiam-se alijados destas discussões justamente por não contemplarem muitas das questões específicas que os afligiam:

Nem sempre o comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Eu nunca concordei com isso. Sempre debati, que havia também nesse meio um prejuízo do negro que era ser mal recebido em casa de proletários brancos (Correia Leite & Cuti, 199, p. 55).

A fala do militante negro Correia Leite ia ao encontro das queixas de muitos operários negros do início do século XX. As dificuldades de afirmar-se enquanto cidadão, fizeram com que os negros moradores no estado de São Paulo se tornassem mais mobilizados desde os primeiros anos do início do século. Vivenciando situações de clara intolerância racial, as comunidades negras presentes nos espaços urbanos buscavam obter visibilidade, traçando estratégias que permitissem viver neste mesmo espaço povoado pelos inúmeros grupos de imigrantes e brasileiros presentes na cidade. As impressões sobre os imigrantes que aparecem no depoimento de Henrique Cunha são permeadas por um posicionamento de quase confronto como na expressão, observada em trechos como : “os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro”. De fato, à medida que os imigrantes dirigiam-se para o mercado de trabalho, aumentava a competição no que se referia às oportunidades de emprego. Na cidade, a situação de confronto tornava-se mais visível devido ao número menor de colocações que o espaço

urbano oferecia em relação ao campo. Ainda assim, os empregos na cidade eram mais leves que o trabalho na roça e proporcionavam maior dinamismo para se conseguir novas oportunidades, uma idéia semelhante aquela pensada sobre o escravo rural em relação ao urbano. As dificuldades para obter emprego eram freqüentes e as denúncias de preconceito racial eram noticiadas nos jornais da comunidade negra. Em 1924, por dois meses seguidos, o editorial "Os pretos em São Paulo*",* denunciou a péssima situação social dos negros em São Paulo e as dificuldades para a obtenção de emprego[9]. Em um deles comentava-se a carta de um "patrício*":* que se queixava da situação *de* desemprego[10] Além disso, havia uma clara preferência pela mão-de-obra á medida que mais e mais imigrantes vinham para São Paulo, situação que se refletia nos anúncios de emprego:

Precisa-se de uma branca, nacional ou estrangeira, paga-se muito bem para servir e cozinhar em casa de pequena família. Quem não estiver nas condições não se apresente. Rua 24 de maio, 15A.

Cozinheira- na rua da Tabatinguera, 15, precisa-se de uma mulher branca para cozinhar e outros pequenos serviços, preferindo-se alemã.[11]

Classificados como esses povoavam as páginas dos jornais paulistas e mostravam que o mercado de trabalho era muito mais favorável aos estrangeiros, traduzindo a preferência por trabalhadores brancos. Essa preferência pelos estrangeiros dificultava a obtenção das melhores vagas no que dizia respeito à remuneração, mas não impedia que o negro trabalhasse em São Paulo, ainda que em condições visivelmente desiguais. Como vimos, a experiência de vida de libertos e afro-descendentes no Estado de São Paulo, era permeada por um lado, pelas suas expectativas de inserção social e, por outro, pelas tentativas senhoriais de manutenção da situação sócio-racial anterior à Abolição. Somada a essa situação, havia os imigrantes europeus que, ao se estabelecerem nesse mesmo espaço, modificaram a configuração populacional e, conseqüentemente, alteraram o

mercado de trabalho onde manifestava-se a preferência pelos brancos, em especial, os de origem européia, o que dificultava a contratação de trabalhadores nacionais e a inserção social de libertos e afro-descendentes.

A liberdade não era um termo abstrato mas compreendia ser respeitado na sociedade, conseguir postos de trabalho enfim, ser respeitado em seu lazer, enfim obter condições mínimas de sobrevivência frente a uma sociedade que não os desejava. Por tudo isso, observou o redator do jornal A Redempção em 1897, "os pretos" estavam desaparecendo do Estado de São Paulo. Não exatamente pelos motivos apontados pelos "escravocratas", como a morte em massa por embriaguez. A população negra diminuía em São Paulo devido a matização de seu contingente populacional frente à imigração, ao "apagamento" dos registros oficiais e também porque, frente a tal grau de dificuldades, muitos libertos e afro-descendentes puseram-se em movimento indo para outros estados. Esta última opção surgia possivelmente como esperança de encontrar menos violência por parte das autoridades e proprietários e, portanto alcançar condições melhores e mais dignas de vida.

---

[1] FERNANDES, Florestan *A integração do negro na sociedade de classes* vol. 1. São Paulo, Ática, 1973, p. 23
[2] ANDREWS, George. R. Negros e brancos em São Paulo. Bauru-SP: Edusc, 1998, pp. 93-98.
[3] Depoimento de Henrique Cunha dado a Ana Lúcia Souza Moreira e Sandra Santos em 26 de novembro de 1992. Sou grata as pesquisadoras por me cederem a entrevista.
[4] José Correia Leite & Cuti *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.26
[5] HOLLOWAY, Thomas *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, cap. 2
[6] SANTOS, Carlos José F. *Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza (1890-1915*). São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 1998.
[7] NORDER, Luiz A C *Formação agrária brasileira*. Londrina: mimeo., 2000.
[8] BEIGUELMAN, Paul *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.
[9] O *Getulino*, 24 de julho de 1924, p. 1

[11] *Diário Popular*, 23 de julho de 1889, p. 6.

Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia

Lucia Maria Paschoal Guimarães - UERJ

Em abril de 1931, a propósito da passagem do centenário da Abdicação de D. Pedro I, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) convocou o *Segundo Congresso de História Nacional*. O evento acadêmico privilegiou *(...) o estudo da revolução de 7 de abril, dos acontecimentos que a precederam, ou que lhe seguiram; isto é, a ação liberal de que dela resultou e a ação conservadora, que, após a vitória do liberalismo, atenuou as conquistas realizadas*[1]. A problemática proposta se assentava na noção de processo, apoiada no modelo interpretativo da periodização estabelecida por um documento de época: o ensaio político *Ação, reação e transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, redigido por um antigo sócio do Instituto Histórico, Justiniano José da Rocha. É bem verdade que tal encaminhamento não constituía uma novidade. Servira de fio condutor para Joaquim Nabuco, nos primeiros capítulos do livro *Um estadista do Império.* O Instituto Histórico avalizava, por assim dizer, a interpretação de Justiniano, previamente abonada por Nabuco.

Na década de 1950, a obra de Justiniano José da Rocha ganhou maior notoriedade, ainda, no âmbito da historiografia, a partir de duas reimpressões, respectivamente, na *Revista do IHGB* (1953) e no livro de Raymundo Magalhães Júnior, *Três panfletários do Segundo Reinado* (1956)[2]. Mereceu denso comentário de Sérgio Buarque de Holanda, que resenhou o livro de Magalhães Júnior para o *Correio Paulistano*. Por sinal, o próprio Sérgio, organizador da *História geral da civilização brasileira*, deu o título de *Reação e Transação* ao volume 3, do tomo II, daquela conhecida coleção[3]. Mais recentemente, em suas análises sobre a política imperial, dentre outros autores, Ilmar Rohlof de Mattos e Izabel Marson também se reportaram à contribuição de Justiniano[4]. Referência obrigatória

em monografias, dissertações e teses, o ensaio constitui um dos textos considerados clássicos para o estudo da nossa evolução política na primeira metade do século XIX [5].

Justiniano José da Rocha nasceu em 8 de novembro de 1812 no Rio de Janeiro. Mestiço, sua origem até hoje levanta controvérsias. Há quem assegure que seria fruto da ligação de uma escrava com o capitão-mor José Joaquim Rocha, natural de Mariana, figura de destaque no movimento da Independência e membro da Assembléia Constituinte de 1823. Outros especialistas apontam-no como filho do casal José Caetano da Rocha e de D. Maria Luísa Muzzi. O certo é que Justiniano passou a juventude em Paris, cursou humanidades no Collège Henri IV e regressou ao Brasil no final da década de 1820. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1833, e no ano seguinte apareceu no cenário político da Corte, pelas mãos de Evaristo da Veiga. Alinhado aos liberais moderados, pertenceu ao Conselho Diretor da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional[6], e fundou o seu primeiro jornal - *O Atlante*, em 1835. Afastou-se do grupo de Evaristo e fez oposição ao regente Feijó, ao lado de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Após o golpe da Maioridade, lançou no jornal *O Brasil* a tese de que "o rei reina e não governa", mote que costuma ser atribuído ora a Nabuco de Araújo, ora a Zacarias de Góes. Porém, logo em seguida, mudou de opinião e arribou para o lado dos grandes chefes *saquaremas*, defensores da máxima "o rei reina, governa e administra". Elegeu-se deputado geral pela província de Minas Gerais por três vezes (1843-1856). Exerceu a advocacia, desempenhou diversas funções públicas[7], lecionou no Colégio de D. Pedro II e na Escola Militar. Autor de livros de história, de geografia e de direito, traduziu romances de autores franceses, a exemplo de Alexandre Dumas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1862.

Considerado pelo Barão do Rio Branco *o primeiro jornalista de sua época*, distinguiu-se na defesa do ideário e das práticas políticas dos velhos chefes conservadores. Talentoso e culto, consta que redigia com extrema facilidade. Dono de argumentação rápida e

brilhante, travou formidáveis contendas, destacando-se o duelo que sustentou na imprensa com Francisco de Sales Torres-Homem[8]. A historiografia, por sinal, costuma explorar bastante essa disputa, sem atentar para o fato de que ambos escreveram peças de ocasião, frutos de contextos políticos e ideológicos específicos.

O texto político deve ser abordado em relação ao contexto em que foi produzido - social, intelectual e político, tal como indica Quentin Skinner. Portanto, antes de tudo, é preciso se atentar para a intenção de quem o redige e percebê-la como um "ato lingüístico", em que o autor usa linguagem própria e refere-se a uma questão muito específica da época em que escreve. Ora, o panfleto *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade* aborda um problema bem definido e claramente datado: a política da *Conciliação*, posta em prática pelo 12º gabinete imperial, chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná. A publicação surgiu no Rio de Janeiro, anunciada no *Jornal do Commércio*, na edição de 12 de junho de 1855[9]. Portanto, três semanas após o estrepitoso rompimento de Justiniano José da Rocha com Honório Hermeto, seu antigo protetor e aliado.

Na melhor tradição da nossa retórica, o jornalista abriu o ensaio escorando-se na autoridade de um estrangeiro[10]. Inspirado em Hegel, defendia a tese de que: *(...) Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização*[11]. O esquema dialético serve modelo para uma confusa, porém elaborada retrospectiva histórica do processo de consolidação do Estado imperial, dividido em três ciclos sucessivos. O primeiro, a *Ação*, compreendia o espaço de tempo limitado entre 1822 e 1836: *inexperiência e a luta dos elementos monárquico e democrático*, sucedido pelo *triunfo democrático incontestado* do período. O segundo, a *Reação*, estendia-se de 1836 a 1852: distinguia-se pela *(...) luta de reação monárquica, acabando pela maioridade*, que abrira caminho para o *domínio do princípio monárquico*. A

síntese dos dois ciclos antagônicos completava-se em um terceiro momento, o da *Transação: (...) de 1852 até hoje,* época marcada pelo *arrefecimento das paixões, quietação no presente, ansiedade do futuro*[12].

Não se pretende aqui examinar essa sucessão de ciclos, alvo da crítica de Ilmar Rohloff de Mattos[13]. Nem questionar a *falsa dialética*, tal como fez Maria de Lourdes Janotti[14]. Até porque, o publicista serviu-se com propriedade de outros conceitos hegelianos. Como se sabe, o filósofo alemão concebeu uma tipologia da escrita da história: *original*, *reflexiva* e *filosófica*. A *história reflexiva*, que no ensaio se traduz pela expressão *estudo refletido da história*, compreende a *história pragmática*, dentre outras categorias. Segundo Hegel, *(...) As reflexões pragmáticas, não importa o quão abstratas forem, pertencem realmente ao presente, e as histórias do passado são reanimadas para a vida atual*[15]. Por essa linha de raciocínio, aquela periodização apresentada obedecia a um fim determinado: aplainava o terreno para o autor se debruçar sobre uma questão contemporânea. Porém, ao se alongar na descrição do passado recente, Justiniano preparou uma armadilha para os seus leitores: escamoteou foco central do texto – a política da Conciliação. Aparentemente, estaria responder aos adversários de Honório Hermeto. Contudo, fica evidente que a crítica se dirigia ao próprio Honório: *(...) Chegamos à fase da transação; (...) compreenderam os estadistas chamados pela Coroa à direção dos negócios públicos; como porém lhe satisfizeram? (...)* <u>*A uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo das idéias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos indivíduos, e a isso chamaram de conciliação*</u> (o grifo é nosso)[16].

Para Justiniano, a palavra *Transação* significava a busca do entendimento entre os partidos políticos no campo das idéias. Mas, na prática, o governo procurava cooptar adversários, ao invés de pactuar princípios. A censura, porém, não se limitava às nomeações de recém *conciliados*, pois o publicista apresenta um balanço desfavorável da gestão do ministério, cobrando-lhe uma atuação mais eficaz, no programa de reformas

(...) Os dias de transação vão passando, e não têm sido utilizados;(...) ainda é tempo todavia; os anos de 1855 e 1856 ainda podem ser aproveitados; aproveitemo-los[17].

Para alguns estudiosos, Justiniano estaria defendendo o marquês de Paraná. Externava apenas o descontentamento das alas tradicionais do partido Conservador com a convocação de liberais para ocupar postos nos altos escalões no governo, a exemplo de Salles-Torres Homem, recém *conciliado*, nomeado diretor do Tesouro Nacional[18]. Já os historiadores Hélio Viana e Roderick Barman sustentam opinião contrária: o objetivo do panfleto, ainda que não tenha sido atingido, visava enfraquecer Paraná[19]. O brazilianista Barman vai mais além, levantando a hipótese de que a publicação pretendia explicar o intempestivo rompimento de Justiniano com Honório Hermeto, seu antigo protetor.

De fato, Justiniano José da Rocha fez um pronunciamento virulento contra Honório na Câmara dos Deputados, na sessão de 19 de maio de 1855, concluindo que a soma que concentrava o tornava *despótico, desdenhoso, inabordável*[20]. Não vem ao caso no momento analisar o ríspido diálogo que se seguiu ao discurso, travado entre o jornalista e o ministro, registrado nos *Anais Parlamentares*. Por ora, basta dizer que no bate-rebate, acusado de corrupção por Honório [21], Justiniano passou à defensiva e confessou na tribuna da Câmara que sempre colocou os jornais de sua propriedade a serviço das lideranças conservadoras. Alegou que o fazia por convicções políticas, apesar de admitir que recebia quantias em dinheiro em troca do apoio. Depois de se auto-incriminar, denunciou seus corruptores, *os ministros que dissipavam os dinheiros públicos* patrocinando jornalistas que os favoreciam[22]. Ao fim e ao cabo, anunciou sua passagem para o lado dos liberais: *(...) eu era jornalista ministerial. Hoje estou deputado da oposição*[23]. A julgar pelo desfecho da discussão, confirma-se a hipótese do historiador Roderick Barman. Com a edição do panfleto, o deputado conservador, estrategicamente, justificava a sua própria *Transação*. Ou seja, erguera a ponte que o havia conduzido para o lado dos adversários de Paraná. O que na verdade não se concretizou, porquanto se

sabe que até o final dos seus dias, Justiniano permaneceu ligado às velhas amizades saquaremas, os chamados *cardeais do Senado*.

Há, contudo, uma outra possibilidade de exploração do ensaio político, a partir da leitura da obra *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Apesar de reconhecer o prestígio desfrutado por Honório Hermeto, o escritor não lhe poupa críticas[24]. No correr da pena, aqui e ali, dá pistas do desgaste das relações entre Honório e os demais membros do Gabinete, em especial Nabuco de Araújo. Desinteligências, aliás, aproveitadas pelo líder da oposição Ângelo Ferraz[25] A propósito dos debates parlamentares sobre a *Lei dos Círculos*, o biógrafo de Nabuco de Araújo abre um longo parêntesis, para reproduzir o bate-boca entre Honório e Justiniano, bem como o *mea culpa* do jornalista. Assinala que Ferraz *acudiu em defesa do seu novo soldado*, dando a entender que ele já se havia passado para o lado dos liberais. Mas, curiosamente, não escreve uma linha sobre o folheto *Ação, reação e transação*, lançado dias depois do incidente. Ao invés disso, faz uma longa digressão sobre as relações promíscuas da imprensa com o poder e informa que coube ao titular da Justiça rebater as diatribes do deputado em nome do gabinete. Na defesa, todavia, o ministro não tratou daquela questão espinhosa, preferindo fazer a apologia da *Conciliação*, apoiado nos mesmos argumentos do ensaio de Justiniano[26].

A omissão de Joaquim Nabuco surpreende. Porque silenciou sobre a publicação, quando aborda o contexto político em que ele se inseria? A par disso, o tratamento que lhe dispensa é ambíguo. No início do livro, cita-a sucessivas vezes e recomenda: *(...) ler cada palavra desse opúsculo*[27]. Porém, desqualifica o seu autor, quando enfatiza a confissão patética de Justiniano, acrescida do comentário sobre a prática ministerial de subsidiar jornalistas. No fundo, com elegância, Nabuco deixa no ar uma suspeita: se o redator d'*O Brasil* costumava alugar sua pena, quem garante que seria responsável pela concepção das idéias que divulgava? De qualquer modo, Joaquim Nabuco ainda se reporta uma última vez à fórmula *Ação, reação e transação* e ao nome de Justiniano, no capítulo

dedicado ao gabinete do marquês de São Vicente, a propósito de numa reflexão de Nabuco de Araújo: *(...) O ministério de 29 de setembro não agradou nem a gregos nem a troianos, e a razão é de intuição – a época não é mais de conciliação, mas de ação e reação*. A essas palavras o filho do senador agregou a seguinte observação: *Ação, reação e transação, a fórmula de Justiniano José da Rocha, senão do próprio Nabuco, tem para ele a certeza, a força de uma lei política necessária, como para o positivista a lei dos três estados. ... (o grifo é nosso)*[28]. Este comentário sugere alguns questionamentos: Joaquim Nabuco exacerbou-se na sua conhecida dedicação filial, quando outorgou ao pai a fórmula que originalmente atribuíra a Justiniano? Ou, o biógrafo construiu sua narrativa de maneira estratégica, com o intuito de revelar quem estaria por detrás do panfleto *Ação, reação e transação*? Por outro lado, apesar de *jornalista de ministério*, é incontestável o talento de Justiniano José da Rocha. Competência e erudição não lhe faltavam para desenvolver a inteligente síntese. Mas, o que teria motivado o fiel escudeiro e porta-voz dos conservadores entrar em rota de colisão com o todo poderoso marquês de Paraná? Sofreu uma crise de consciência passageira e ameaçou aposentar a pena de aluguel?

Seja como for, não se pretende aqui minimizar a importância política do panfleto. Mais do que discutir a autoria da fórmula *Ação, reação e transação*, parece-nos problemático que a historiografia, sem a devida crítica, continue tomando a argumentação de um texto de circunstância como um dos modelos interpretativos da nossa evolução política.

---

[1] Cf. IHGB, *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1934, v.1, p.19-20.

[2] Cf. Justiniano José da Rocha, "Ação, reação e transação". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 219: 206-238, 1953. _____, "Ação, reação e transação: duas palavras acerca da atualidade". In: R. Magalhães Júnior, *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 161-216. (Coleção Brasiliana, volume 286) Neste trabalho utilizamos a versão publicada por R. Magalhães Júnior.

[3] Cf. Sérgio Buarque de Holanda, "Dois panfletos e um ensaio do Segundo Reinado". *Correio Paulistano*, 29 de abril de 1956. Ver, também, _____ (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo II, O Brasil monárquico, v.3. *Reação e Transação*. 1ª edição. São Paulo: DIFEL, 1967.

[4] Cf. Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987, p. 134-136. Cf. Izabel Andrade Marson, "O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade

monárquica". In: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.73.

[5] A noção de clássico aqui utilizada apóia-se em Quentin Skinner, "A liberdade e o historiador". In: ____, Liberdade antes do liberalismo. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1999 (UNESP/Cambridge), p. 86-87.

[6] Ver, Lucia Maria P. Guimarães, *Em nome da ordem e da moderação: a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p.267.

[7] Foi diretor do Correio Oficial, membro do Conselho de Instrução Pública da Corte, censor do Conservatório de Arte Dramática

[8] Sobre a polêmica, ver R. Magalhães Júnior, op. cit., p. 138-140.

[9] Cf. *Jornal do Commércio*, 12 de junho de 1855, p. 3.

[10] Ver, José Murilo de Carvalho, "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura".*Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 127-130.

[11] J.J. da Rocha, op. cit., p. 163. O nome de Hegel não aparece citado no texto. Contudo, percebe-se que as etapas definidas se apoiavam no sistema filosófico construído por Hegel para explicar aos jovens prussianos a evolução das realidades sociais e políticas. Ver, G. W. F. Hegel, *A Razão na história*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo, 1990, p. 123-130.

[12] J.J. da Rocha, op. cit., , p. 165.

[13] Ver a esse respeito, Ilmar Rohloff de Mattos, op. cit., p. 134.

[14] Cf. Maria de Lourdes Monaco Janotti, "A falsa dialética: Justiniano José da Rocha". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2(3): 3-17, 1986.

[15] Hegel, "Os três métodos de escrever a história". In: ____, A razão na história. Op. cit., p.49-50.

[16] J. J. da Rocha, op. cit., p. 164-165.

[17] Idem. Sobre o programa as reformas, ver, Max Fleiüss, *História administrativa do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1925, p.266-267.

[18] Raymundo Magalhães Júnior, *Três panfletários do Segundo Reinado*, op. cit., p. 146. Da mesma opinião partilha Francisco Iglesias. Cf. _____, "Vidas políticas". In: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História geral da civilização brasileira*, op. cit., p.46.

[19] Cf. Hélio Vianna, "Justiniano José da Rocha". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 243 (abril-junho de 1959). Ver, também, Roderick Barman, Roderick Barman, "Justiniano José da Rocha e a época da Conciliação. Como se escreveu *Ação, reação e transação*". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 301, (outubro-dezembro de 1973), p. 3-32.

[20] J.J. da Rocha, "Discurso proferido na sessão de 21 de maio de 1855". Brasil, *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, v. 3, 1855, p. 43-49.

[21] H. H. Carneiro Leão, "Discurso proferido na 24 de maio de 1855". Idem, op, cit., p. 63.

[22] J.J. da Rocha, "Discurso proferido na 26 de maio de 1855". Idem, p. 133-136

[23] Idem, ibidem.

[24] Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*.5ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v.1, p. 163-165.

[25] Idem, p. 186-187.

[26] Idem, p. 200-205.

[27] Idem, p.65.

[28] Idem, v.2, p. 814.

A DIFÍCIL VIDA NUM PARAISO: ILHA DA MARAMBAIA / RJ

Luciana de Amorim Nóbrega

A Ilha da Marambaia, na realidade uma Restinga, localiza-se no litoral de Mangaratiba (RJ), sul fluminense, em uma área considerada pelos militares como de segurança nacional e controlada pela Marinha do Brasil. O único acesso possível aos moradores e visitantes se dá por meio de barco da Marinha; sendo que no caso dos visitantes, com autorização prévia.

O local é de uma grande beleza, possuindo uma porção bem conservada da Mata Atlântica e várias praias de mar calmo e areias brancas, além de uma bela montanha, que os militares chamam de Pico da Marambaia e os moradores de Morro da Velha e sobre a qual não faltam histórias e superstições.

A Ilha possui uma história além de muito interessante, plena de controvérsias e de ocupações, que se iniciam com sua compra pelo Comendador Breves, conhecido como Barão do Café e grande traficante de escravos no Rio de Janeiro do século XIX, que ali instalou duas fazendas de plantio de café, onde mantinha os escravos, que trazia da África e de outros lugares do Brasil, para "engorda" antes de serem vendidos, ou transferidos para suas outras fazendas no continente. Segundo os atuais moradores, que reivindicam a posse de parte dessas terras, o Comendador, pouco antes de morrer, teria deixado a Ilha para as famílias dos ex-escravos que nela ainda permaneciam, distribuindo as praias entre elas. Esse compromisso não foi cumprido pela família Breves, já que, como confirmam os moradores, foi doação "só de boca".

A versão local do testamento do Comendador é uma das muitas histórias que se ouve nas Ilha, e que não podem ser comprovadas, mas são contadas pelos moradores como testemunhos de seu sentimento de pertencimento àquele lugar, de amor à “sua” Ilha e do orgulho não só de ser marambaienses, mas de um passado que, apesar do sofrimento, é

relembrado com detalhes pelos que ouviram de seus pais e avós, e contado com tristeza, mas também com altivez.

Após a morte do Comendador, em 1890, a Ilha foi vendida, tendo passado por várias tentativas de utilização pela União, mas que resultaram em fracasso. Apesar disso, as famílias dos descendentes de escravos, aí permaneceram até 1939, quando o Abrigo Cristo Redentor instalou-se na Ilha, com o patrocínio de Getúlio Vargas, e criou a Escola de Pesca Darci Vargas, inaugurando um período de grande prosperidade. Segundo um morador que participou como aluno da Escola, "aqui no tempo da Escola tinha de tudo, tinha fábrica de gelo, fábrica para sardinha, a gente tinha escola que profissionalizava a gente". Esta é a época de glória e felicidade lembrada com saudade e com um sentimento de perda irrecuperável.

A estrutura física – edifícios, igreja, posto de saúde, escola - encontrada na Ilha é a mesma construída pela Escola de Pesca, e é hoje ocupada pela Marinha, que depois do inesperado processo de falência e desativação do Abrigo Cristo Redentor (década de 1960), ai se instalou, em 1971, através do CADIM – Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia, pertencente ao Corpo de Fuzileiros Navais.

O lado leste da Ilha era, antes da chegada da Escola, habitado, na sua maioria, pelos remanescentes das fazendas do Comendador Breves e era designado pelos próprios moradores como a “parte escura” da Ilha, e o lado Oeste por ex-funcionários e alunos da Escola de Pesca e se constituía no “lado claro”. Atualmente, esta divisão não é perceptível, pois a Marinha expulsou os moradores para os dois extremos, misturando os dois núcleos, e instalou-se no que se poderia chamar de “centro” da Ilha na parte voltada para o continente. Isto dividiu a Ilha em duas partes e embora não haja impedimento de transito dos habitantes não militares, eles afirmam ”se sentirem constrangidos” de

permanecer na área da Marinha[1], o que demonstra o sentimento de segregação, refletindo o mal estar dos moradores com aqueles que consideram "intrusos" e também explicitando a própria lógica militar de separação entre o mundo civil e o militar.

Desde sua chegada a Ilha, a Marinha vem buscando retirar dela a população, no início de uma forma menos violenta, mas a partir da década de 1990, a batalha se intensificou, com diversas ações judiciais de Reintegração de Posse, sob a alegação de invasão de terras por parte dos moradores. A população, sem contar com qualquer tipo de apoio, passou a ser expulsa depois de condenada por processos aos quais não tinha acesso.

Esta situação criou um clima de tensão e desamparo, pois além dos processos na Justiça, a Marinha começou a criar interdições e regulamentos que proibiam a população de aumentar, ampliar ou construir casas, fazendo com que famílias passassem a se amontoar em casas que crescem para dentro, no sentido que os cômodos vão sendo divididos e redivididos em pequenos espaços para abrigar as novas famílias que vão se formando pelos casamentos. Além disso, não há tratamento de esgoto na Ilha, nem coleta regular de lixo, a não ser na área militar, o que acarreta acusações mútuas entre Marinha e moradores a respeito dos lixões que podem ser encontrados em locais nem tão escondidos e não longe dos caminhos por onde passa a população. E nos quais, um exame mais acurado pode perceber itens de uso exclusivo da Marinha.

A população da Marambaia é de aproximadamente 400 pessoas - cerca de 100 famílias que ocupam 90 casas - distribuídas entre os descendentes de escravos, de ex-funcionários e alunos da escola de Pesca e da população caiçara vinda, na época áurea da Ilha, do continente ou de outras ilhas da Baia de Sepetiba, mas que hoje se encontra

[1] SILVA, Daniel Ferreira da. Ilha da Marambaia, RJ: atores externos, mudanças econômicas e conflitos. **Tese de Mestrado**. UFV, 2005.

mesclada de tal forma que seria impossível encontrar-se alguém que não descenda de uma das famílias de ex-escravos que permaneceram na Ilha após a Abolição.

Quanto aos serviços básicos como saúde e educação, a Ilha possui um Posto de Saúde mantido pela Marinha e que presta assistência aos casos de urgência, mas qualquer exame ou caso mais grave é levado ao continente às vezes nas canoas dos pescadores, em viagens que podem levar três horas. A escola é administrada pela Prefeitura de Mangaratiba, mas já que as professoras são transportadas pelo barco da Marinha, dela também depende, fazendo com que a duração das aulas esteja sujeita aos horários dos barcos, podendo ser de apenas duas horas. A escola possui turmas até a 8.ª série e nelas estudam, ao mesmo tempo, crianças, adolescentes e alguns adultos.

Em relação aos serviços públicos, os moradores se vêem em uma situação bastante difícil, pois apesar de tentarem reivindicar melhorias e, hoje em dia se movimentar nesse sentido, suas ações ficam sem resposta, imobilizadas pela força de coerção da Marinha e pelo receio da administração municipal de interferir em território federal, deixando duvidas e insegurança na população, que fica sem saber a quem recorrer.

Atualmente, a conjuntura na Ilha é um pouco diferente, pois o Ministério Público, juntamente com a Fundação Palmares e a Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARQUIMAR) - criada em 2003, - conseguiram garantir a permanência dos moradores e a posse da terra para os descendentes de ex-escravos, num regime de propriedade comunitária. A população saiu vitoriosa, mas a vitória permanece no papel, pois a Marinha tem utilizado todos os artifícios possíveis para impedir que o INCRA entre na Ilha para fazer a demarcação das terras, o que na prática inviabiliza os moradores de tomarem posse do que legalmente lhes pertence.

Uma das ações recentes da Marinha foi impedir a construção da sede da associação de moradores (ARQUIMAR), numa tentativa de enfraquecer a organização política dos moradores que conseguiram, ao longo de seus dois anos de existência, reavivar algumas

práticas culturais de origem africana como o samba de roda e a capoeira, além de se unirem a organizações como a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro (ARQUILERJ), que agrega descendentes de quilombolas de alguns núcleos já organizados politicamente, para defesa de seus direitos. Atualmente um grupo de moradores está participando de visitas sem prévio aviso ao INCRA para cobrar a demarcação das terras já agendada inúmeras vezes e, por diversos motivos, não realizada, numa tentativa de forçar um acordo entre a Marinha e o INCRA ou, pelo menos, de fazer chegar o problema ao conhecimento de estágios superiores da hierarquia federal que possam solucionar o impasse.

Outro aspecto cruel desta ocupação da Marinha nas terras da Marambaia foi a proibição, a partir dos anos 70, da manutenção das roças familiares, cultura que fazia parte da existência da população e que, na memória dos mais velhos, é reconstituída através de relatos de uma infância feliz, nos quais destaca-se a lembrança de uma certa fartura de alimentos e o trabalho em família e cujo desaparecimento é tratado com uma grande dose de mágoa.

A cultura da população da Ilha, apesar das especificidades decorrentes da história de sua ocupação, se aproxima da que caracteriza os habitantes do litoral dos estados do Sudeste, a chamada cultura caiçara[2]. O gênero de vida caiçara combina a agricultura de subsistência, baseada na mandioca e a criação de animais, com a pesca.

---

[2] Termo que se origina de caa-içara, palavra Tupi-Guarani, utilizada para designar as estacas colocadas em volta das tabas e aldeias e o curral feito de galhos utilizado para cercar os peixes. Com o correr dos tempos, passou a designar também as palhoças nas praias e mais tarde os moradores (ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, v. 43, nº 1).

No que diz respeito a Marambaia, onde grande parte dos nativos descende dos escravos de eito das fazendas de café do Comendador Breves, é natural que no momento em que se viram largados à própria sorte e tendo que lutar para sobreviver, eles tenham se dedicado com maior afinco àquilo que sabiam, ou tinham aprendido pela força a fazer : a agricultura. Mas, em razão do isolamento da Ilha e das dificuldades, tiveram que se voltar para uma outra atividade mais lucrativa: a pesca, com a qual aprofundaram suas ligações com o litoral, considerado até então como quase inatingível.

Os moradores mais antigos da Ilha, em seus relatos, afirmam que a atividade de plantio foi diminuindo na medida em que os homens foram se dedicando mais ao mar que às suas roças, que foram desaparecendo, já que os jovens não deram continuidade aos cultivos. As palavras de um morador refletem o desalento de ver abandonada uma atividade considerada como herança de seus antepassados: ”os mais velhos tinham coragem de enfrentar a roça e a pesca, mas foram cansando ou morrendo e os mais novos só querem o mais fácil, que é pescar”[3]. E lembram que, quando crianças, ajudavam seus pais na roça, mas seus filhos nunca tiveram experiência com o plantio.

Hoje pequenas roças são cultivadas pelas mulheres, mas os homens em geral, não as ajudam e, mesmo quem ainda conserva alguma plantação, se sente desanimado, já que os treinamentos militares de marcha acelerada não respeitam as áreas plantadas e os treinamentos anti-guerrilha deixam os soldados buscar a própria sobrevivência na mata, fazendo com que “colham “na horta alheia o alimento.

A Marinha inibiu também a feitura da farinha de mandioca, destruindo sistematicamente as casas de farinha dos moradores, tradição que os moradores mantiveram por longo

---

[3] Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba (RJ)/coordenação José Maurício Arruti – Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, Fundação Cultural Palmares, 2003.

tempo, juntamente com o beneficiamento dos gêneros pela própria família, como o café torrado no fogão, a cana, com a qual preparavam o melaço e que substituía o açúcar, e a mandioca, que se transformava não só em farinha, mas também em bijus. A casa de farinha por vezes fazia parte do corpo da casa, o que indica seu uso constante. Nas palavras de uma moradora, "o que eu mais gostava era o café da manhã com café melado e mandioca. Hoje não temos mais. Eu mesma fui conhecer açúcar, já velha".

A difícil situação de sobrevivência, sem a ajuda da roça e da farinha, fez com que os moradores se tornassem totalmente dependentes da pesca, fato agravado pelas atuais condições de trabalho, pois os pescadores da Baia de Sepetiba vêm passando dificuldades frente à diminuição da quantidade de pescado por conta da pesca industrial e predatória das grandes empresas internacionais, e pelo desrespeito à estação de reprodução. A isso, soma-se a poluição da baía que, ao mesmo tempo em que recebe esgoto "in natura" e dejetos da obra do Porto de Sepetiba, recebe ainda uma enorme quantidade de lixo químico das industrias a seu redor.

A população, guiada pela tradição, distinguia e respeitava cada território de pesca com suas características, permitindo ou proibindo a pescaria em determinados locais e épocas, garantindo assim, por exemplo, que o camarão pudesse ser encontrado em abundância em determinada praia da Ilha. Como se não bastassem as condições em que se encontra a pesca artesanal, não só no litoral fluminense, mas no Brasil como um todo, na Marambaia as condições se tornam ainda mais graves quando se constata que as manobras militares de artilharia costeira e submarina estão fazendo com que o criadouro natural do camarão, antes fonte abundante do crustáceo, esteja bastante reduzido, trazendo aos moradores o temor do desaparecimento, na costa da Marambaia, não só do camarão, mas também de outros tipos de pescado.

Além de todos estes pesadelos, apenas as casas dos moradores que apóiam ou pelo menos não lutam contra as imposições da Marinha, têm energia elétrica. Os outros moradores usam lampião ou bujões de gás para iluminação e baterias para ligar suas televisões e rádios. A falta de energia impede ainda que os pescadores se reúnam na compra de uma máquina de fabricar gelo, que seria de grande utilidade tendo em vista a necessidade de conservação dos peixes, o isolamento da Ilha, e o preço do produto.

As dificuldades para se conhecer, ou estudar a Ilha, têm início logo no cais, em Itacuruçá, onde para entrar no barco é necessário ser-se morador, convidado deste (número limitado), militar ou convidado deste, ou alunos e professores da UFRuralRJ que tenham antes conseguido licença da Marinha (o que nem sempre garante a entrada).

A chegada à Ilha encanta a todos, os que a estão conhecendo e os que não se cansam de admirá-la e este justo arrebatamento diante da beleza do lugar é partilhado e incensado pelos moradores, orgulhosos de seu "lar". A primeira idéia que se tem é a de ali permanecer pelo menos por uma longa temporada. O que seria maravilhoso se fosse possível. Após o desembarque, cai-se bruscamente na realidade e percebe-se que o hotel, construído na antiga senzala, é apenas para os militares e seus convidados, que o alojamento da Rural é pequeno para todos os pesquisadores em atividade na Ilha e que a permanência de "estranhos" nas casas dos moradores criaria problemas a estes.

Tudo isso e o contraste existente entre a paisagem e a vida difícil da população nos incentiva a dar prosseguimento à pesquisa e à sua divulgação, numa busca pelo restabelecimento dos direitos desta população e pela garantia de sua permanência no seu paraíso.

(RE) VISITANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO REPUBLICANA NO PERÍODO REPUBLICNO NO TRIÂNGULO MINEIRO UBERABINHA, MG (1911-1929)

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho* - PPG-UNICAMP/UNIPAM

Carlos Henrique de Carvalho** - UFU

Introdução

Neste artigo analisamos os principais aspectos que nortearam a constituição dos primórdios da então São Pedro de Uberabinha. Cidade esta que emergiu no alvorecer da Proclamação da República, conseqüentemente, trouxe consigo os elementos formadores do ideário republicano. Isso ficou evidente quando observamos a forma pela qual os setores políticos conduziram suas ações e discussões em prol da edificação de uma sociedade que estivesse calcada nos desígnios da ordem e do progresso, elementos fundamentais para se alcançar o desenvolvimento material e social.

Para alcançar este objetivo examinamos os jornais locais da época, **A Tribuna e O Progresso,** os quais desempenharam relevante papel, em decorrência de promoverem debates, mesmo que semanalmente, sobre os fundamentos precípuos que deveriam gerir o ato educativo e, num plano secundário, mas não menos importante, discorreram sobre a constituição filosófica da educação, pois caberia a ela a tarefa de se constituir na argamassa capaz de cristalizar e disseminar os princípios do ideário republicano que acabava de se consolidar, pelo menos em termos legais, com a Constituição Republicana de 1891.

Situação Educacional em Uberabinha

Se a cidade de Uberabinha possuía cerca de 11.856 habitantes, no final do século XIX, já 1920, somava uma população de aproximadamente 24.420 moradores[i],

desde 14.073 eram analfabetos, o que resulta em torno de 10.347 habitantes alfabetizados. Verifica-se, que o número de alfabetizados na população de Uberabinha estava próximo do percentual de 42,37%. Esses dados foram publicados pelo jornal **A Tribuna**,

> *Uberabinha possuia em 1920 inclusive de Santa Maria 4390 em edade escolar de 07 a 14 anos, 1228 das quaes estudavam, 3505 que não estudavam. O número de analfabetos era de 14.073, 1959 das quaes cabiam ao distrito de Santa Maria. Nesta época a nossa população orçava por 24.420 habitantes dos quais 14.195 do sexo masculino, 1060 estrangeiros. A nossa produção bovina sem a taxa de deficiência orçava por 54.984, cabendo a Santa Maria uma contribuição econômica de 14.812 cabeças*[ii].

Os números obtidos a partir do recenseamento de 1920, no Brasil e no Estado de Minas Gerais[iii], apresentavam, respectivamente, 75,0% e 79,3% de analfabetos. Outra análise possível, diz respeito aos dados sobre o número de analfabetos da população de Uberabinha na faixa etária entre 07 a 14 anos, estando em torno de 3.505, de um total de 4.390 crianças, que alcançava o percentual de 79,84%. Comparada com os percentuais da população de crianças analfabetas entre 07 a 14 anos, do país e do Estado de Minas Gerais, respectivamente, 80,2 % e 84,3%, possibilitou constatar um fato novo: Uberabinha possuía um percentual menor de analfabetos em relação aos números do Estado de Minas Gerais e do país.

Portanto, para sustentar situação educacional, a sociedade uberabinhense sob os princípios de progresso e desenvolvimento, proclamados pela elite local, empreenderam esforços para a cada nova geração oferecer maiores oportunidades de acesso e de permanência no processo de escolarização as futuras gerações. Assim, entre 1919 a 1922, no final do segundo período administrativo do Agente Executivo de

Uberabinha, Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, o número de estabelecimentos de instrução subiu de 6 para 8. O desenvolvimento dos estabelecimentos (são as escolas isoladas) municipais de Ensino Primário direcionavam-se, principalmente, para atender grupos em média de 50 crianças na área rural, e caracterizam-se por terem um funcionamento instável, em razão de diversos fatores, como falta de prédios próprios, baixa remuneração dos professores e a freqüência inconstante dos alunos que estava, oficialmente, vinculada à utilização dos alunos no período de colheita agrícola.

Os estabelecimentos institucionais do Estado, bem como de particulares, estavam situados na área urbana de Uberabinha. Entre estes, se destacavam, pelo Estado, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, que funcionava com maior regularidade, do que os estabelecimentos do município, atendiam neste período, mais de oitocentos alunos, e cada ano aumentavam o número de matrículas, indicativo do crescimento populacional do município. O estabelecimento de instrução particular, de propriedade de Sr. Antônio Luiz Silveira[iv], denominado Gymnásio de Uberabinha, oferecia o Ensino Primário e Secundário na cidade, a mais de duzentos alunos, incluindo dez alunos, cujos estudos eram subvencionados pela Câmara Municipal do município.

Após 1922, houve em Uberabinha um surto do crescimento no número de estabelecimentos escolares, marcando de fato os anos vinte. Resultado da convergência de ações, tanto de agentes público, quando privados, os quais estavam para se constituir como especialista na área educacional.

Essa preocupação é percebida durante a última gestão, entre 1918 a 1922, do Agente Executivo da Prefeitura de Uberabinha e Presidente da Câmara Municipal, o Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, no governo no período de 1911 a 1922, foi promulgada a Lei nº 230 de 21 de novembro de 1919, que isentou de impostos e liberou material básico para a construção dos novos prédios destinados à instrução em

Uberabinha, porém, destinada a iniciativa privada. A Lei 230 de 21/11/1919 foi publicada no *A Tribuna,* com a seguinte redação:

> "*LEI Nº 230, DE 21/11/ 1919".*
>
> *A Câmara Municipal, por seus Vereadores Directores e eu sancionamos a seguinte lei:*
>
> *Art.1º. Fica concedida a insenção de impostos municipais, por quinze annos, sobre o prédio* que a sociedade '*Progresso de Uberabinha' pretende construir nesta cidade, para um estabelecimento de instrução.*
>
> *Art.2º. A Câmara Municipal fornecerá de sua Pedreira as pedras necessárias para a construção do edifício.*
>
> *Art.3º.Revogam-se as disposições em contrário.*
>
> *Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.*
>
> *Paço da Câmara Municipal de Uberabinha, em 21 de Novembro de 1919.*
>
> *O Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal*
>
> *J. S. Rodrigues da Cunha*[v].

Por decisão do governo municipal, a **Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha**[vi], receberia o benefício de isenção de impostos e pedras para a construção do edifício, e apenas aguardava, a planta do referido prédio escolar, que estava sendo elaborada em São Paulo, conforme **A Tribuna**, registra por meio de artigo, em 14 de setembro de 1919, quatro meses antes da publicação da Lei 230,

> *Deve chegar, por estes dias a planta do prédio para Collégio, que a Directoria da Sociedade Anonyma 'Progresso de Uberabinha' mandou executar em São Paulo. Sabemos que tão logo essa planta chegue, os serviços serão iniciados. Os directores daquella Sociedade empenham-se em levar a cabo o mais breve possível os trabalhos, pois conhecem bem a extraordinária falta que o prédio vem gazendo sentir em virtude do crescente número de estudantes que de várias localidades alfuem a nossa terra. O terreno está comprado, e só esperam a chegada da planta para iniciarem os trabalhos*[vii].

Associam-se as ações do governo municipal, as da iniciativa privada, que também contribuem para o desenvolvimento da instrução em Uberabinha. Entre essas ações encontra-se a de particulares movidos, ao certo, pelo compromisso de minimizar o grave problema da nação, caracterizada pelo elevado número de analfabetos, fator este, considerado um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento e modernização da sociedade, que ainda estava, economicamente, alicerçada no comércio, principalmente, de carnes e cereais.

Ressalta-se que esta "*triste vergonha do analphabetismo",* segundo as palavras do Dr. Afhonso Penna Júnior, localizava-se em, aproximadamente, 75% da população brasileira, que forma uma massa de analfabetos, herança de um longo processo de extrativismo de riquezas do país para a Europa e outras partes do mundo, conduzido por estrangeiros. Associado este, ao cultivo da instrução dualista, uma para "*dizer",* reservado a minoria da população, à classe dominante, e outra *"serviente",* para a servidão, para o fazer, conduzido pelos dirigentes do país, inculcada, primeiramente, pedagogia jesuítica e continuada pela católica, tanto no período colonial, quanto no Império.

Em razão de a educação ser considerada, pelos intelectuais republicanos, como uma das alavancas para o progresso da sociedade, recebeu contribuição dos governos municipal e estadual, e num percentual menor da iniciativa privada. Obteve-se, neste período, quase o dobro do número de estabelecimentos de ensino. O aumento de escolas fora acompanhado também, de uma elevação substancial do número de alunos.

Deste modo, percebe-se que o maior número de estabelecimentos de Instrução pública em Uberabinha ocorre entre 1911 a 1929, as quais passaram a atender as necessidades de escolarização das crianças das áreas localizadas nas zonas rurais, porém, em número de vagas, os estabelecimentos urbanos, na maioria de agentes privados, abarcavam o maior número de alunos.

Considerações Finais

A nossa preocupação, nesse trabalho, é dar uma visão panorâmica em torno das discussões sobre educação, que circulavam em Uberabinha, buscando nos jornais as iniciativas locais no campo educacional e, através delas, identificar quais os objetivos que nortearam a produção dessas falas.

Numa primeira aproximação, analisamos a tentativa de consolidar o ideal republicano na cidade, preocupação essa expressada pelo jornalista *Juca dos Campos*[viii], um dos maiores baluartes do pensamento liberal na cidade, que vislumbrava na educação a forma de se promover à unidade social, ao viabilizar a concretização de uma sociedade calcada nos ideais de civilidade, elemento primordial para a edificação da grande nação brasileira[ix]. Por outro lado, as palavras desse personagem são significativas, quanto a sua preocupação em relação ao estabelecimento de um espírito de civismo na cidade, tão almejado pelas elites locais, pois propiciaria a consecução da harmonia social.

Constata-se, portanto, que o seu discurso vinha de encontro às necessidades dos setores dominantes locais, de organizar a cidade de Uberabinha, dentro da

urbanidade e civilidade, pois a sociedade evoluiria naturalmente e a cidade deveria acompanhar esta evolução, enquadrando-se às novas exigências econômicas e sociais, em decorrência do crescente processo de urbanização vivenciado pelo país. Nesta perspectiva, percebe-se que a ausência de uma educação, alicerçada nessa concepção seria a causa de calamidades, de vícios e de doenças presentes no meio social[x]. A educação transformar-se-ia em fator de mudança social, capaz de despertar nos indivíduos o ideal de civismo, conseqüentemente, de nação. Formar-se-ia, então, seres aptos para conduzir o país na direção do progresso. Por meio desses princípios, solidificados pela educação, manter-se-ia a ordem e a regeneração das "anomalias sociais", ao alçar a sociedade uberabinhense ao estado de ordem e progresso.

Portanto, à educação estava reservado o papel de redentora da nação, marcada pelo analfabetismo, pelo atraso técnico, pela base econômica-política de origem rural. Para se consolidar esta nova sociedade, seria necessário a formação de um novo cidadão, responsável pela nova ordem, respeitando as normas e trabalhando para engrandecimento do país, pois *"instrucção e trabalho - eis o que precisamos adquirir organizar, com fundada esperança em melhores dias, de uma vida honrosa calcada em pontos de apoio taes que nos garantam firme evoluir."*[xi] Ou seja, à educação estava reservada a responsabilidade da formação do indivíduo tornando-o apto para que viesse a atuar no sentido de promover o progresso dessa mesma sociedade, tanto material quanto moral.

Deste modo, ao proporem educação para todos, estavam colocando ao alcance da comunidade uberabinhense o veículo de acesso ao exercício consciente da civilidade, o que implicava numa série de direitos e deveres. Objetiva-se, então, delegar à educação a função de fornecer os elementos necessários para o estabelecimento de uma sociedade que estivesse amalgamada pelo binômio liberdade-igualdade.

Foi tendo em mente estes pressupostos, que buscamos interpretar o

discurso sobre a educação em Uberabinha, procurando elucidar as idéias educacionais veiculadas pela imprensa local, durante o período em estudo, momento no qual identificamos as principais publicações com as quais trabalhamos. Sabemos, no entanto, que uma pesquisa dessa natureza é apenas o início de uma longa e árdua caminhada, devendo ela ser trilhada por outros pesquisadores. Além do mais, percebemos as potencialidades da documentação pesquisada, em função de apontar novos caminhos para os estudos sobre a História da Educação no Brasil. A nosso ver o estudo da imprensa é inovador, tanto no que diz respeito a temática, quanto às fontes de pesquisas a serem utilizadas.

---

[*] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Doutoranda em Educação pela UNICAMP e Professora do Centro Universitário de Patos de Minas, MG (UNIPAM). lucianabeatrizcarvalho@yahoo.com.br

[**] Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: chc@ufu.br

[i] CENSO de 1920. *A Tribuna*. Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305. p. 1.
O número de habitantes do município de Uberabinha em 1920, obtido na imprensa local é de 24.420. O valor deste número Cf. SENNA In: Brandão Apud SOARES, 1995: p.67 é de 27.956. O valor deste número segundo dados do censo de 1920 do IBGE era de 22.956. Optou-se pela dado veiculado pela imprensa escrita, por estar próximo à média dos três valores apresentados, em torno de 25.110 habitantes e incluso os dados sobre a população alfabetizada.

[ii] UBERABINHA. *A Tribuna*, Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305, p.1.

[iii] De acordo com os estudos realizados por Paulo Krüger Corrêa Mourão, sobre o ensino em Minas Gerais, durante a Primeira República, pela Lei nº439 de 28 de setembro de 1906, a qual reformulou as bases da instrução pública no Estado. A respeito das reformas levadas adiante pelo governo, Mourão observa que: "João Pinheiro e seu Secretário do Interior Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito tiveram a felicidade de introduzir em Minas Gerais, uma modificação realmente substancial no ensino, algo que então constituía uma conquista dos países mais civilizados do mundo a instituição dos grupos escolares. O artigo 3º definindo o ensino primário como gratuito e obrigatório, especificava que seria ministrado em I - Escolas isoladas; II - Grupos escolares; III - Escolas modêlos, anexas às escolas normais. Pela primeira vez, em tôda a legislação do ensino em Minas Gerais, surgia à denominação - grupo escolar!" Cf. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República.* Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962, pp. 93-94.

[iv] GYMNÁSIO de Uberabinha. *A Tribuna,* Uberabinha, 16 Nov. 1919, Ano I, nº 11, p. 3. Relato do Inspecto Thechnico do Ensino da 14ª Região- D.D. Sr. Arthur Queiroga sobre o Gymnásio de Uberabinha e do Diretor deste estabelecimento de ensino: "*...Com prática longa no serviço educativo, em nosso paiz e nos Estados Unidos; comprovada dedicação ao serviço da educação; atido exclusivamente ao nobre e importante offício, o diretor Silveira escolhendo com justos critérios os seus auxiliares, e organisando usualmente, um systema de preceitos racionais, na manutenção do instituto, serviços inestimáveis vae prestando e maiores prestará com o tempo a boa causa da educação nacional, no que tem de interessante nesta zona do Triângulo, dentro da futura cidade de Uberabinha".*

[v] LEI Nº 230 de 21/11/ 1919. *A Tribuna*, Uberabinha, 21 Dez. 1919, Ano I, nº 15, p.3.

[vi] A Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha compunha-se de representantes de parte da elite local.

[vii] PRÉDIO para collegio. *A Tribuna*, Uberabinha, 14/091919, Anno I, nº 3, p.1.

[viii] Foi um dos principais articuladores e colaboradores dos jornais locais, responsável por diversos artigos que abordavam questões relativas ao problema da educação, da moral, da cidadania, entre outros. No entanto, no decorrer da pesquisa não conseguimos identificar sua biografia.

[ix] Para uma aproximação maior com os princípios que nortearam o pensamento pedagógico brasileiro no período republicano, cf. CARVALHO, Marta Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica***:** higiene, moral e trabalho da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista (SP): EDUSF, 1998. **A** *Escola e a República***.** São Paulo: Brasiliense, 1989. Sobre a idéia de modernidade no Brasil, cf. DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Vilma Peres da (org). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno***.** São Paulo: Editora Unesp, 1997.

[x] A respeito da questão da influência da medicina no ambiente familiar, principalmente, em relação ao papel da mãe, cf. DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias***.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

[xi] FERREIRA, Odilon José. Associação das municipalidades mineiras - um apello ás Camaras municipaes do Estado de Minas. *Triângulo Mineiro***.** Uberabinha: Anno 1, nº2, 1929, p.01.

A Música Popular Brasileira nos Livros Didáticos de História*

Luciana Calissi

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) , professora-visitante da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

INTRODUÇÃO

O livro didático e os pareceres sobre a sua função e sua importância no sistema educacional são motivos de polêmicas. Primeiramente, porque não é seguro falar em um livro didático; não se trata necessariamente de uma produção homogênea. Ademais, alguns autores acreditam que sua importância varia de acordo com o leitor ou com o local em que estiver sendo utilizado. Outros ainda entendem a prática do uso dos manuais como limitadora de possibilidades metodológicas e de conhecimento. Sem desprezar essas concepções, deve-se esclarecer aqui a importância do estudo desse tipo de historiografia.

A partir de uma experiência significativa como professora no ensino Básico e de diversas leituras a respeito do livro didático, foi possível constatar que algumas de suas funções são mais ou menos comuns em diversos tipos de escolas. Na maior parte delas, esse tipo de literatura é uma das responsáveis pelo conhecimento histórico dos alunos e, muitas vezes, compreende a base do conhecimento e das aulas de grande parte dos professores. Assim, a importância deste tipo de manual na construção do conhecimento histórico, desde a base do processo educacional, é flagrante, e a utilização deste como objeto de estudos pode contribuir para a compreensão de diversos aspectos educacionais e sócio-culturais no Brasil.

O livro escolar é um objeto complexo que nos revela diferentes facetas e propicia uma pluralidade de estudos. Nestes estudos, o manual historiográfico pode ser visto como uma produção ligada à indústria cultural; como reflexo da legislação educacional; como instrumento pedagógico depositário de conteúdos e de valores de uma determinada época ou autoria.

Na rede de relações entre indústria cultural, política educacional, contexto sociopolítico, entre outros, fica difícil definir uma hierarquia de influências na composição e produção de um manual didático. Todos esses parâmetros merecem consideração, e é uma tarefa muito improvável abranger todas as possibilidades de análise num só estudo.

Nesta pesquisa foi realizada uma análise de manuais escolares, no caso da História do Brasil Republicano, de diversas editoras, de 1º e 2º graus ou Ensino Fundamental II e Ensino Médio[1], das décadas de 1980 e de 1990, que contêm canções brasileiras em seu conteúdo. A partir desta seleção se buscou resposta para alguns questionamentos sobre a dimensão das transformações metodológicas ocorridas nesses manuais; como por exemplo, se as mudanças propostas pela nova legislação e a própria modificação política e social que se estabeleceu a partir da chamada "distensão" política nacional se refletiram na elaboração dos livros didáticos. Para isso, foram adotados dois parâmetros considerados importantes; os contextos históricos em que esses livros foram produzidos e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996.

A canção popular nos forneceu elementos para detectarmos possíveis mudanças ocorridas na abordagem historiográfica e metodológica nesta produção didática. Sob esta perspectiva, procuramos identificar até que ponto as manifestações culturais são empregadas como novos tipos de documentos visando uma renovação da historiografia didática e novos procedimentos metodológicos, propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História. Esta análise foi realizada, no que se refere às canções populares nacionais, sob quatro categorias básicas: documento, instrumento metodológico, recurso didático e ilustração.[2]

A PESQUISA: ALGUNS RESULTADOS

A partir da trajetória histórica do Brasil do final do período militar, a abertura política no decênio de 1980, até os anos de 1990 do século XX, foram investigadas as formas como a música popular brasileira se apresenta nos livros didáticos de História nestas décadas. Assim como o contexto sócio-político das décadas de 1980 e de 1990 sofreu mudanças, a

legislação e a produção historiográfica didática também se modificaram. O Regime Militar produziu um determinado tipo de literatura para aprendizagem. Após a ditadura uma outra literatura destinada à escola foi produzida e publicada.

Ao final do regime militar, por exemplo, iniciaram-se já discussões para novas propostas educacionais no Brasil. Estas, por princípio, eram consideradas mais democráticas. O fim da ditadura trouxe a oportunidade de luta e de sonho por uma sociedade mais igualitária, democrática e justa. Como base intrínseca desse processo, a educação tornou-se alvo de diversas discussões. Os ideais de uma nova educação no Brasil tomaram mais fôlego, novas propostas para um novo ensino e uma nova escola tornaram-se mais visíveis e mais amplas.

Porém, a abertura política não resultou de imediato numa renovação estrutural profunda da educação e de sua legislação: "Ao contrário, a legislação permaneceu a mesma, fazendo parte dos escombros que compuseram o chamado 'entulho autoritário' que resultou do desmoronamento da ditadura."[3] Porém, mesmo assim, as preocupações e lutas prosseguiram. Principalmente na segunda metade da década de 1980 se reforçavam as discussões sobre o processo educacional juntamente com a implantação da Assembléia Constituinte em fevereiro de 1987.

A nova Constituição promulgada vinte meses depois, que determinava dispositivos para as futuras mudanças no ensino, contribuiu para discussões mais profundas e para novas propostas para a educação. A Carta Constitucional estabeleceu parâmetros gerais para a elaboração de uma nova LDB que a partir de então motivou a luta de diversos setores sociais para que novas leis, com intuito democrático e modernizador, fossem discutidas e aprovadas.

Instalalou-se um processo de discussão das Leis de Diretrizes e Bases para a educação nacional, gerando diversas propostas por parte de diversas instituições já conhecidas nesta luta, como ANDE, ANPUH, entre outras. Além disto, outros movimentos fizeram parte do cenário de debates deste período, como por exemplo, o Fórum Nacional

da Defesa da Escola Pública. A partir de 1996 foram aprovadas novas Leis e Diretrizes Educacionais (LDB), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino no Brasil.

Tanto a LDB quanto os PCN portanto, já estavam sendo pensados e discutidos na década anterior; foram frutos de um contexto histórico em transformações, e sua elaboração teve contribuições e muitas críticas de diversos setores da área educacional. Apesar das críticas, estes passaram a representar, em certa medida, uma orientação para os currículos escolares e as propostas e/ou linhas de trabalho das escolas e de seus professores. Além disto, passaram a ser observados nas novas produções didáticas, principalmente pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). [4]

Os PCN para o ensino de História, seguem a linha historiográfica da História Nova, que propõem, entre outras coisas, o estudo de novos objetos e de novas abordagens do processo histórico, o que torna possível propiciar uma pluralidade de interpretações dos acontecimentos e novas formas de se ver o mundo.

> […] os estudos de inspiração marxista, que privilegiavam inicialmente as análises das infra-estruturas econômicas e das lutas de classes, passaram a incluir pesquisas referentes à cultura, às idéias e ao aos valores cotidianos, ao simbólico, presentes nas experiências das classes sociais e nas formas de mediação entre elas.[5]

Para tanto, se faz necessário a utilização de novos tipos de documentos, diferentes dos escritos tradicionais, como as manifestações culturais e artísticas em geral, entre elas, a música. O emprego destas novas fontes no ensino de História, representa o que aqui se denominou de "novas linguagens"[4] nos livros didáticos.

> A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, aperfeiçoando métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos. A comunicação entre os homens, além da escrita, é oral, gestual, sonora e pictórica [...] A aproximação entre Antropologia e a História tem sido importante, dando origem a abordagens históricas que consideram a cultura não apenas em suas manifestações artísticas, mas nos ritos e festas, [...] a dança, o livro, o rádio, o cinema, as caravelas, os aviões, a Internet, os tambores e a música.[5]

A partir da análise de vinte e um (21) livros didáticos convencionais[6] de oito (8) diferentes editoras das duas últimas décadas do século XX, de acordo com a proposta deste trabalho, ou seja, verificação de como a música popular brasileira foi empregada nestes

manuais para buscar identificar mudanças metodológicas e de abordagem historiográfica no ensino de história, pôde-se apreender, por exemplo, a influência dos Parâmetros Curriculares na elaboração destes manuais. Além disto, foi ainda possível constatar que a produção destes livros compreende uma representação social de seu tempo, afinal, os manuais da década de 1980 se diferençam dos da de 1990 pois parecem refletir o contexto histórico em que foram produzidos.[7]

Os PCN passaram a influenciar a produção de manuais didáticos na segunda metade da última década. Isso fica claro ao constatarmos que na década de 1980, principalmente na primeira metade, as manifestações musicais foram predominantemente empregadas como simples exemplos (ilustração) das manifestações artísticas brasileiras de um determinado momento de nossa história. Na maior parte destes livros, as letras das músicas foram apresentadas em um capítulo à parte sobre a cultura no Brasil contemporâneo. Não havia a proposta de análise mais detalhada ou plural sobre estas manifestações artísticas, e conseqüentemente as canções não foram empregadas como recurso didático ou instrumento metodológico para novas abordagens históricas.

Entretanto, ocorreu uma modificação nestes manuais em relação aos da década anterior, eles passaram a manifestar uma tendência historiográfica marxista em detrimento da tendência da História Tradicional até então predominante na historiografia didática. Esta tendência marxista foi adotada num período em que se vivenciava o fim da ditadura, o fim da perseguição aos partidos de esquerda, e a retomada, de forma livre, de ideais democráticos e muitas vezes esquerdizantes ou socialistas, principalmente dentro das universidades. Isso se refletiu na postura de muitos intelectuais de então, e também na historiografia.

Os historiadores didáticos, muitos deles mestres e doutores, professores no Ensino Básico, mas também em universidades, acompanharam essa tendência. O contexto histórico e a vivência dos autores parecem ter influenciado no tipo de produção dos manuais escolares, embora ainda não houvesse uma modificação efetiva na política educacional.

Na primeira metade da década de 1990 as mudanças em relação à utilização de novos tipos de documentos históricos aos moldes da Nova História e dos PCN ainda não foram muito freqüentes. A partir da segunda metade dessa década, esse quadro começou a se modificar. As propostas metodológicas se atualizaram parecendo querer seguir as tendências do momento, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e alguns livros didáticos passaram a apresentar o que chamamos aqui de novas linguagens. Nesse período, estes manuais passaram a apresentar com mais freqüência, as letras das músicas populares como uma linguagem alternativa para o ensino de História.

A canção popular foi mais empregada não somente como documento e recurso didático para o enriquecimento de análises históricas desses livros, mas principalmente como instrumento metodológico, indicando um possível desenvolvimento de habilidades como comparação, reflexão crítica e visão plural de um determinado momento histórico.

O maior número de músicas populares empregadas foram referentes aos regimes de exceção do Brasil: a Era Vargas e o Regime Militar. No caso deste último, as canções "Pra não dizer que não falei das flores" (1968) de Geraldo Vandré e "Apesar de Você" (1970) de Chico Buarque de Holanda, são claramente utilizadas como recurso didático para a realização de críticas ou de demonstração de resistência a esse Regime ditatorial. Sobre a década de 1930, também como recurso didático, são apresentadas canções que buscam direcionar o olhar do leitor para a questão da censura getulista, demonstrando sua interferência nas produções musicais, como por exemplo, o samba "O Bonde de São Januário" (1940). Gravado sob a patrulha do Estado Novo, segundo alguns autores dos manuais analisados, representa o enquadramento da resistência à ordem artificial construída a partir de uma estratégia ideológica que impunha a promoção do valor trabalho.

É também importante observar que, sob a perspectiva das novas linguagens no ensino, um limite sobre a utilização da canção popular nestes manuais didáticos não foi superado: a canção foi apresentada apenas através de sua letra. Como nos revelou Augusto de Campos, a canção não é de fato uma linguagem escrita nem falada, é uma "palavra-canto" que significa outro tipo de linguagem.[8]

A maior parte dos livros didáticos não propõe a escuta nem realiza a análise melódica das músicas por eles apresentadas. Desta forma, cabe o questionamento se existe de fato, na utilização destes documentos, diferença ou renovação da canção em relação à poesia.

Na verdade, poderia se supor que, embora as melodias não tenham sido trabalhadas pelos autores, estes as conheciam; o historiador/escritor na seleção de documentos, pôde pensar a canção como um todo, embora não a revele da mesma maneira no seu uso didático. Além disto, a canção popular se diferencia da poesia e de documentos escritos convencionais, pois é pensada e veiculada de forma diferenciada. Mesmo nos manuais didáticos, apresentada somente através da letra, a própria indicação de ser uma canção já indica uma outra forma de olhar sobre este tipo de documento.

É relevante considerar que os manuais didáticos não sofreram mudanças profundas no processo e resultado de sua elaboração, ou seja; este estudo não pretende demonstrar que os manuais da segunda metade da década de 1990 por exemplo, respondam às propostas de mudanças discutidas no meio educacional como um todo, nem mesmo a todas as mudanças propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

De qualquer forma, a utilização da canção, ou melhor, das letras ou poesias das canções, e a gradativa mudança de seu tratamento como instrumento metodológico para o ensino de História, podem sinalizar uma preocupação por parte da produção desses livros, em relação aos PCN e em relação às nítidas e constantes transformações sociais, culturais e políticas, apresentadas pelo atual panorama mundial. Portanto, fica evidente que os manuais didáticos de História vêm sofrendo mudanças gradativas tanto em relação às possíveis linhas da historiografia contemporânea quanto à metodologia; mudanças estas influenciadas também pelas novas propostas curriculares que se vem discutindo em âmbito nacional. Evidenciam-se assim, as mudanças e permanências no processo de transformações no ensino de História.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir para uma maior compreensão da complexidade do livro didático como objeto histórico, e que tenha trazido novos elementos de análise instigando o seu questionamento.

---

* Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa de dissertação de mestrado: CALISSI, Luciana. A Música Popular Brasileira no Livro Didático de História (Décadas de 1980 e 1990) Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2003.

1 A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96) estabelece que o Ensino Básico compreende os Ensinos Fundamental I e II e o Ensino Médio (antigos 1º e 2º Graus). Este último integra a etapa final da Educação Básica.

2 A música como fonte histórica pode se transformar em um recurso didático, no caso dos manuais estudados, quando é apresentada como um documento analisado pelo próprio autor, o qual realiza questões implícitas sobre essa fonte enriquecendo a sua análise. Como instrumento metodológico, o documento pode ser inserido sob forma de proposta de atividade. A canção é apresentada como um registro que se transforma em documento a partir de questões propostas pelo escritor ou pelo próprio aluno. É utilizada apenas como ilustração do conteúdo tradicional quando não se revela, através dela, trabalho de reflexão sobre a natureza das linguagens, suas especificidades ou sobre os elementos históricos.

3 NEVES Joana. Professor cidadão, educando cidadão. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias.(org.). Contra o Consenso; LDB, DCNs, PCNs e reformas no ensino. João Pessoa: ANPUH-PB, 2000, p. 33

4 O livro didático tem um conteúdo específico, que segue o currículo oficial com vocabulário adaptado e acessível ao aluno, pois este é o público alvo, embora seja um instrumento utilizado também pelo professor. (Vide p.e. MUNAKATA, Kazumi. Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos. – Tese de Doutorado (História e Filosofia da Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997

5 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, Brasília, 1999 p. 300.

4 O "novo" neste caso, não é a linguagem em si, mas a forma e o lugar onde se pretende utilizar estas linguagens. No ensino, se trata da linguagem alternativa como nova fonte, como nova forma de abordagem de antigas linguagens (cinema, música, artes plásticas etc.), tornando-se estas não somente uma manifestação cultural, mas um instrumento de trabalho dentro da área de ensino.

5 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, Brasília, 1999 p. 300.

6 Os livros aqui considerados convencionais são aqueles tradicionalmente utilizados em sala de aula; o termo convencional ou tradicional se relaciona ao costume e freqüência com que esse tipo de material didático vem sendo usado nas escolas. Não se trata aqui dos livros chamados paradidáticos ou didáticos temáticos.

7 Em linhas gerais, como já foi colocado, a década de 1980 representou um momento histórico esquerdizante de parte dos intelectuais brasileiros. Pode ser vista também como uma espécie de transição do Regime Militar (já bastante conhecido) ao processo de "globalização" da década de 1990. Os temas desta década se ampliaram, das questões essencialmente políticas referentes ao governo, passaram a abranger relações sociais mais extensas como: a pluralidade cultural, a tolerância, o racismo, a diversidade social. Estas questões estão presentes nas discussões e propostas de ensino dos PCN.

8 CAMPOS, Augusto. O balanço da bossa e outras bossas. São Paulo: Perspectiva, 1993

O Brasil Mestiço Sob a Ótica de Albert Eckhout

Luciana Ferreira de Moura Ramos* -

O presente trabalho tem, como objetivo, apresentar alguns elementos para a análise da iconografia produzida por Albert Eckhout, um dos principais artistas que acompanhou o Conde Maurício de Nassau em sua comitiva, durante a ocupação do Brasil pela W.I.C. - Companhia das Índias Ocidentais, período conhecido como o "domínio holandês" (1630-1654)[1]. Procuramos demonstrar, através das imagens elaboradas pelo artista, como o habitante do Brasil, no século XVII, era visto pelo outro, ao mesmo tempo em que era apresentado/representado para o Velho Mundo. Como também, tentaremos destacar sua contribuição para a construção de uma identidade como, por exemplo, a mestiçagem encontrada no habitante do Brasil, que os diferenciaria dos europeus.

Discutir a idéia da fundação de um "Brasil mestiço" exige que nos reportemos à obra de Gilberto Freyre, especialmente **Casa Grande e Senzala**[2], hoje, unanimemente respeitada por intelectuais das mais diversas correntes. Tal aceitação e respeito deveram-se ao fato de ter sido uma das primeiras obras a tentar elaborar uma definição acerca da nossa identidade nacional, dando-lhe um caráter de unicidade, isto é, atribuindo uma face a um povo que, até final do século XIX e início do XX, não se via como tal. Esta fase, que se inicia por volta de 1880 e que vai até 1950, é a fase da construção discursiva a respeito da identidade brasileira, na qual Gilberto Freyre e outros intelectuais, como Sérgio Buarque de

---

* Aluna do Curso de Turismo da Universidade Federal da Paraíba, membro do Grupo de Pesquisa "Estado e Sociedade no Nordeste Colonial", vinculado ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional-NDIHR. Trabalho desenvolvido sob orientação da Profa. Regina Célia Gonçalves/DH/UFPB.

[1]A historiografia brasileira em geral (e paraibana, em particular) costuma utilizar as expressões "dominação holandesa", "ocupação holandesa" ou "invasão holandesa", para designar o período de dominação das Províncias Unidas (uma Federação de sete pequenos estados europeus: Holanda, Zelândia, Ultrecht, Gueldre, Overyssel, Frísia e Gronigen) no Brasil. A empresa da conquista foi um negócio da Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621, com hegemonia dos acionistas da Zelândia, e o objetivo de introduzir os mercadores das Províncias Unidas na América Hispânica (em 1580 havia ocorrido a unificação das Coroas Ibéricas). Cf. Fernand Braudel. **Civilização Material, Economia e Capitalismo.** Séculos XV-XVIII. O Tempo do Mundo. Trad. Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

[2] Estamos utilizando a 49ª edição da obra **Casa Grande e Senzala.** São Paulo, Global Editora, 2004.

Holanda[3], vão se destacar. Escolhemos o primeiro, pelo fato de ter sido um dos pioneiros a preocupar-se em teorizar acerca da mestiçagem como elemento definidor dessa identidade nacional, como também, por ter cunhado o conceito de hibridismo cultural, bastante aceito, na atualidade, embora com algumas alterações em seu conteúdo original, por outros autores como Serge Gruzinski[4] e Peter Burke[5]. Gruzinski, apesar de fazer uso de tal conceito, não concorda em tudo com a teoria de Freyre como, por exemplo, quando aquele escreve que o hibridismo é a *"fusão harmoniosa de tradições diversas*"[6]. Para Gruzinski*, "a mistura não significa igualdade... A idéia de que a mestiçagem é harmônica é tão errada quanto a retórica do genocídio, de que os europeus chegaram matando todos os índios".*[7] Já Burke, refere-se ao termo "hibridismo" como sendo *"escorregadio, ambíguo, ao mesmo tempo literal e matafórico, descritivo e explicativo".*[8] Porém, os dois concordam com Freyre quando ele coloca que não existe a aculturação, imposição de uma cultura sobre outra causando a extinção da mais frágil, mas sim, uma fusão entre as culturas originando uma nova, miscigenada. É o caso da cultura brasileira, híbrida de negro, índio e branco.

Parece-nos que, nas pinturas de cunho etnográfico de Albert Eckhout, se anuncia, ainda no século XVII, uma das primeiras matrizes dessa idéia de um "povo mestiço", ou que assim vai se tornando, neste Novo Mundo. A obra de Eckhout pode ser vista como elemento fundador dessa visão sobre o Brasil, valorizado positivamente, como uma terra mestiça. É essa leitura que nos propomos a apresentar neste trabalho.

Eckhout estabeleceu-se no Brasil por apenas sete anos, durante o período do Governo Nassoviano (1637-1644). Sua função dentro das políticas de Nassau era a de documentar a fauna, a flora e os tipos humanos habitantes do Brasil e/ou provenientes da África. Suas obras são divididas em duas temáticas, Naturezas-Mortas e Etnografia. As

---

[3] Sergio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1978. Nesta obra, o autor desenvolve uma análise da identidade nacional, partindo do pressuposto de que uma das principais características do povo brasileiro é a cordialidade.
[4] Serge Gruzinski. "O Brasil é um Laboratório Prodigioso". In: **Nossa História**. Editora Vera Cruz. Ano 2 / nº 13. Novembro 2004. (p.52-55) e **O Pensamento Mestiço.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
[5] Peter Burke. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2003.
[6] Gilberto Freyre. **Op. Cit**. (p. 123).
[7] Serge Gruzinski. **Op. Cit.** (p. 52).
[8] Peter Burke. **Op. Cit**. (p. 55).

imagens relacionadas a esta última serão o destaque deste trabalho, por carregarem, em si, características que, até hoje, povoam o imaginário do outro a respeito do brasileiro.

O seu conjunto de obras, de cunho etnográfico, está dividido em quatro casais de etnias diferentes: um casal Tapuia, um Tupinambá, um Negro e um Mestiço, e uma cena em movimento intitulada "A Dança Tapuia". Todos eles são contagiados por alegorias e pela imaginação do autor. Porém, serão essas as primeiras representações mais próximas da realidade que se terá, até então, no Velho Mundo a respeito dos habitantes da colônia.

Como podemos perceber, através da análise das imagens etnográficas, Eckhout tenta elaborá-las seguindo o processo de construção/transformação sofrido pelos habitantes desta terra[9]. Primeiro o artista pinta um casal de nativos selvagens e canibais sem qualquer influência européia seja ela social, étnica ou cultural, os Tapuias; depois vem o casal Tupi que já apresenta traços culturais da influência branca, observada através da utilização de roupas pelos nativos e da sua inserção numa paisagem já domesticada, como o cultivo agrícola que é pintado ao fundo da tela, mais precisamente uma cena de um engenho de açúcar; em seguida temos o casal de negros que, da mesma forma, apresentam-se com alguns traços da civilização branca, percebidos pelas roupas que vestem, e da mestiçagem, presente no mulatinho que acompanha a negra; e, por último, o casal mestiço, no qual, provavelmente, Eckhout quis demonstrar a mistura das raças que se processava neste território. É importante destacar esse último aspecto, pois Eckhout foi o primeiro artista a perceber e representar a mestiçagem brasileira em suas obras e a apresentar, ao Velho Mundo, um novo tipo de homem, nem branco (europeu), nem preto (negro), nem vermelho (índio), mas sim, com uma coloração de pele oriunda da mistura das três raças já conhecidas, o mestiço.

Analisando separadamente os casais etnográficos de Eckhout, vamos perceber, com certa clareza, o que, provavelmente, ele queria dizer através de cada elemento pintado nas telas.

[9] Não há dados para se afirmar, com certeza, qual foi a ordem em que foram pintadas as telas de cunho etnográfico. Para melhor entendimento deste trabalho, tomamos a iniciativa de ordená-las da maneira que julgamos ter se dado o processo de formação do povo brasileiro.

O casal Tapuia, em particular, confirma todos os mitos sobre os canibais, que vão se repetindo desde as descrições de Colombo e Américo Vespúcio até a iconografia de De Bry, Thevet e outros. Pode ser lido também, como a representação do estágio em que se encontrava o índio americano antes do contato com o português. Nesta tela observamos a grande quantidade de elementos que nos remetem à selvageria: a mão segurada pela mulher e o pé, no cesto que carrega nas costas, sugerindo que a carne humana fazia parte da alimentação dos índios que viviam fora da colônia; o cão sedento entre suas pernas; as armas primitivas seguradas pelo índio; bichos peçonhentos como uma serpente e uma caranguejeira aos seus pés e, principalmente, a sua nudez, demonstrando não terem vergonha e nem conhecimento do pecado. O que também parece sugerir a inexistência de contato com o homem branco.

No casal da nação Tupinambá, os indivíduos já aparecem com características de hibridização cultural, resultante do contacto com a sociedade colonial, como as roupas de algodão que vestem; a faca com cabo de madeira e lâmina de metal, um utensílio europeu, enfiada para dentro do calção do índio; os utensílios domésticos na cesta carregada pela índia, como também, a presença da criança numa alusão à divisão do trabalho em que os homens eram encarregados da caça e da pesca, e, depois de incorporados à lógica da economia colonial, também da lavoura de exportação, enquanto as mulheres cuidavam das crianças e da vida doméstica; e, a paisagem cultivada das plantações agrícolas que aparecem nas duas telas.

O Negro e a Negra aparecem cercados por uma paisagem exótica e sexualizada da flora brasileira representada por uma tamareira (planta nativa da África e não da América) em forma de falo, no primeiro plano do lado direito da tela do negro, e o cacto, do lado esquerdo, apontando para a mulher, também, possivelmente colocado com a intenção de referência fálica. Além disso, a negra é representada como sensual, forte e saudável, boa para o trabalho e para a atividade sexual. A presença do cachimbo de barro holandês preso à sua cintura provavelmente foi colocada para remeter ao contato das negras com os

senhores de engenho ou com marinheiros, com os quais elas se deitavam e ganhavam de presente tais objetos.

Outro aspecto importante a ser observado na imagem da negra é a presença de um mulatinho, representação da mistura das raças, segurando uma espiga de milho e um periquito do lado direito da tela. O mulato, possivelmente, foi colocado na pintura para demonstrar o fruto da ligação sexual entre a mulher e o seu senhor. Já a espiga de milho, representante da fertilidade, apontada para a base do abdômen dela e o periquito, bem em frente a sua genitália, parece ser um ato claro da intenção sexual demonstrada pelo artista.[10]

Muitos estudiosos, ao analisar a iconografia de Albert Eckhout, vêem que o seu trabalho não era apenas de cunho artístico, mas, acima de tudo, estratégico, dentro da política de Nassau. Tal política era voltada à atração de investimentos para a continuação de seu Governo no Brasil. Para tanto, teria que mostrar à WIC (West Indish Company) que esta terra poderia dar bons frutos e, conseqüentemente, muito proveito para a companhia de comércio. Logo, pode-se arriscar dizer que, o conjunto das imagens, naturezas-mortas e etnográficas, de Eckhout, foram feitas com o intuito de revelarem uma terra próspera e seus frutos, bem como seus súditos, aliados e colonizadores, ou seja, a representação de um cenário bastante produtivo e promissor.

O casal de *Mamelucos,* por sua vez, aparece inserido em uma natureza mais sensual. No quadro da figura feminina, as flores evocam o perfume e promovem a cor, os frutos falam de sabor, as jóias atraem o olhar, os trajes de cetim sugerem o contato com o corpo, e um pequeno porquinho-da-índia, animal representante da fertilidade, completa, convenientemente, a suavidade da paisagem e da cena.

De acordo com a história antropológica brasileira, só a partir de meados do século XVI que se pode considerar formada, diz Basílio de Magalhães, a "primeira geração de mamelucos"; os mestiços de portugueses com índios, com definido valor demogênico e

[10] Cf. Michael Shea. **Uma Análise De "Mulher Da África Ocidental Com Criança", de Albert Eckhout.** University of Newcastle. Callaghan, Austrália, 1997. (p. 4). Versão original, em inglês, publicada em 1997, como ensaio para o curso de Análise da Imagem Visual, ministrado pelo professor Ross Woodrow no Bacharelado em Belas Artes da University of Newcastle, Austrália. Disponível em http://www.newcastle.edu.au/discipline/fine-art/theory/analysis/michael.htm. Traduzido por Carla Mary S. Oliveira (circulação restrita ao grupo de pesquisa).

social.[11] Tais mamelucos, foram representados nas pinturas de Eckhout através da sensual imagem da *"Mameluca"* e do selvagem/civilizado *"Mestiço"*. Nessas imagens, o artista mostra os exóticos habitantes do Brasil e o mais importante, a fusão entre o sangue do negro, do índio e do branco.

Por séculos a imagem de que o Brasil é um país formado por belas e fáceis mulatas, portadoras de uma sensualidade e exotismo incomparáveis a qualquer outra mulher do mundo, foi bastante divulgada. Podemos tomar como exemplos desta tentativa, as imagens produzidas já no século XVII , da índia Tupi, da Negra e da Mameluca.

Fazendo-se uma análise conjunta dos quadros da *Negra* e da *Mameluca*, vamos encontrar um alto teor de sensualidade e libidinosidade, características estas, atribuídas como heranças deixadas do índio e do negro aos brasileiros. Segundo o autor de **Casa Grande e Senzala**, o negro, ao contrário do que muitos acreditam, foi, se comparado ao português e ao índio, o mais fracamente sexual; sendo o mais libidinoso, o português.

> *"Passa por ser defeito da raça africana, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual. Mas o que se tem apurado entre os povos negros da África, como entre os primitivos em geral, é maior moderação do apetite sexual que entre os europeus. É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se precisam de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações. Sem esforço."*[12]

Concluindo, se confrontarmos as características encontradas nas obras de Eckhout com as atribuídas atualmente ao povo brasileiro, veremos que, muitas delas, ainda permanecem vivas na mentalidade do estrangeiro como, por exemplo, a selvageria e a violência representadas na figura dos Tapuias; o ser trabalhador, sofredor, hospitaleiro (acolhedor, generoso), passivo (domesticável), presente na representação dos Tupinambás; o místico e o potencialmente sexual atrelados à imagem do casal de negros; o exotismo, a pluralidade e a sensualidade no casal mestiço e, por último, a alegria, o gosto pela dança e por festas bastante visível na obra intitulada "A Dança Tapuia", que é a única cena em movimento pintada pelo artista. Todas essas qualidades, que hoje nos são atribuídas, sejam

[11] Gilberto Freyre. Op. Cit. (p. 162).
[12] Freyre, Gilberto. **Op. cit**. (p. 398).

elas positivas ou negativas, são consideradas, por muitos, como conseqüência da miscigenação. Claro que ocorrem distorções quanto às suas origens. Muitos estereotipam o povo brasileiro como sendo violento, de má índole, preguiçoso, libidinoso, etc, atribuindo todas essas características como herança dos negros e índios, enquanto que as positivas seriam herdadas dos brancos. Sabemos que não é bem assim. Muitas delas foram construídas, na transição do século XIX – XX, em que a Teoria Racial é aceita por muitos autores brasileiros. É neste período que os intelectuais tentam formar uma identidade nacional baseada em teses racistas que consideravam a raça branca como "raça superior". Tal teoria acabou servindo para justificar o domínio dessa raça "superior" sobre os negros, os índios e, principalmente, os mestiços, considerados como "raças inferiores". Vale a pena destacar que essa busca pela formação de uma identidade nacional surge atrelada à ideologia da classe dominante para justificar, através da "superioridade da raça branca", a exploração e a violência às quais os índios, negros e mestiços, classe dos dominados, foram historicamente submetidos no Brasil.[13]

No período compreendido entre os séculos XVII e XIX, o mestiço será visto como tipo inferior, e a mestiçagem como uma "mancha", um problema na formação do povo brasileiro. Logo, dizer-se mestiço não era questão de orgulho. Tratava-se, sob a ótica das teses racistas que marcaram o período de formação e afirmação do estado nacional brasileiro, de realizar um esforço de "branqueamento" do povo, para ser possível construir uma nação forte, que caminhasse para a ordem e para o progresso.

Sob o nosso ponto de vista, houve dois momentos na história do Brasil nos quais a mestiçagem foi vista com um olhar menos permeado por preconceitos e exaltada positivamente. O primeiro momento diz respeito ao período compreendido entre os anos de 1637-1644, quando Albert Eckhout produz a imagem do casal de mestiços contagiados por características positivas, como a beleza, a sensualidade, a perfeição dos corpos, a maneira como se vestem. Na imagem da "M*ameluca"* podemos perceber traços de riqueza e de

[13] Cf. Rosana Bignami. **A Imagem do Brasil no Turismo: Construção, Desafios e Vantagem Competitiva.** São Paulo, Editora Aleph, 2002.

dignidade como as jóias que porta no pescoço e no seu braço esquerdo, como também, a tiara, de pedras preciosas, presa aos seus cabelos e, na imagem do mestiço, a presença da arma branca que lhe dá uma importância tal, que o diferencia dos indígenas e dos escravos, os quais, jamais carregariam arma de fogo. Eckhout, no momento em que projetou a imagem do desconhecido através de tipos humanos com hábitos diferentes, exóticos e cheios de virilidade ao mundo europeu, estava, desta forma, contribuindo para a formação da mentalidade do outro acerca dos diferentes e "misturados" habitantes desta terra, anunciando, assim, as primeiras idéias acerca do "povo mestiço" encontrado no Brasil. Podemos até arriscar dizer que é essa imagem exótica do mestiço que vai povoar o imaginário do europeu atravessando os séculos e chegando aos nossos dias.

O segundo momento surge no final do século XIX e início do XX, quando, na tentativa de encontrar uma característica que identificasse o nosso povo como uma unidade nacional, alguns intelectuais, a exemplo de Gilberto Freyre, verão na mestiçagem uma saída. Freyre indica a mestiçagem como algo que temos de positivo e de que precisamos nos orgulhar. Ele observa que somos diferentes dos outros por possuirmos um sangue formado pela mistura de três raças distintas, o do índio, o do negro e o do branco e que tal idéia não deveria ser tomada como motivo de vergonha, como vinha sendo tratada pela sociedade brasileira que, na verdade, não se via como brasileira, mas sim, como colonos de uma metrópole, Portugal. É neste momento que surgem as obras, como **Casa Grande e Senzala** e **Raízes do Brasil,** que tentarão explicar, baseadas nos fatos inseridos em seus respectivos contextos históricos, a formação da nossa condição de mestiços e o quanto temos que nos valorizar por possuirmos esta condição.

Portanto, podemos dizer que, Albert Eckhout e Gilberto Freyre, por mais que pertencessem a tempos e contextos diferentes, fizeram parte de uma mesma linha de pensamento. O primeiro como precursor da idéia e da imagem de um "povo mestiço", tomado como característica positiva do Brasil, e o segundo, cerca de trezentos anos depois, retomando essa idéia e tornando-se um dos maiores teóricos e disseminadores dessa imagem.

HISTÓRIA ECONÔMICA: ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Luciana Lamblet Pereira – PPG-UFF

A História Econômica andava desacreditada; alguns estudos denunciavam a queda das produções nesta área, outros anunciavam prematuramente a sua morte. No entanto, através dos programas de pós-graduação e dos congressos específicos da área podemos ver uma certa "reação", ainda que tímida, deste campo de estudos. Assim, torna-se necessário o debate acerca de que "História Econômica" queremos.

Em primeiro lugar, é preciso pensar a História Econômica enquanto linha de pesquisa unificadora de duas disciplinas que guardam suas especificidades: História e Economia; surgindo assim, a necessidade de entender a relação e o diálogo que estes dois campos possuem entre si. Concernente a este aspecto é mister abordarmos, ainda que sinteticamente, a sua gênese e desenvolvimento.

Como nos mostra Witold Kula, em sua obra *Problemas y métodos de la historia económica*,[1] esta área surgiu ao lado da ascensão burguesa e conseqüente advento do capitalismo, ao combater a história até então existente de legitimação das famílias reais e aristocráticas, das instituições existentes, dos princípios e costumes, das hierarquias estabelecidas pelos valores sociais do período. Assim, com a emergente burguesia à frente, o estudo das atividades econômicas – produção e comércio - começou a ocupar espaços nas discussões acadêmicas, fomentadas, também pela nascente economia política.

A economia política tornou-se essencial para o desenvolvimento da história econômica quando, ao procurar leis e regularidade dos fenômenos econômicos, foi buscar no passado a comprovação da tão ansiada constância. *A riqueza das nações,* de Adam Smith, é grande exemplo desta linha de pesquisa.

Ao mesmo tempo, as inquietudes e incertezas provocadas pelo advento do capitalismo e pela Revolução Industrial, induziram ao estudo destes fenômenos e seu

desenvolvimento. Assim, ainda segundo Kula, a história econômica nasceu ao lado da economia política burguesa, do capitalismo e da Revolução Industrial.

Já na primeira metade do século XIX, a história econômica constituiu um campo consolidado com grande número de obras relativas a seu tema. Na Inglaterra, a questão das "Poor Laws" e da liberdade de comércio suscitaram inúmeros trabalhos de história econômica baseados em fontes documentais; na Alemanha, a problemática da unificação e, principalmente união aduaneira, influenciaram intensamente a história, assim como a força revolucionária camponesa da Polônia influenciou os estudos sobre o passado da aldeia e, na França, o socialismo utópico e os apologistas da industrialização levaram à investigação histórica do artesanato, da indústria, das corporações e da classe operária.

Além destes fatores, o incremento dos serviços centrais de estatística, possibilitaram novas fontes e o desenvolvimento das pesquisas uma vez que permitiram a utilização de um material constante e, em princípio, comparável, auxiliando na busca das tendências de desenvolvimento.

Kula aponta que, após a década de 1810, os trabalhos progressistas como os de Smith e Sismondi, foram lentamente substituídos por outros com caráter nacionalista a partir da formulação da Escola Histórica. Esta corrente ressaltava os aspectos individuais do desenvolvimento econômico dos diferentes países, negando as concepções generalizantes de Smith e Ricardo.

Ainda no século XIX, é inegável a grande influência exercida pela teoria marxista na história econômica. Baseada em uma concepção de desenvolvimento econômico a partir da produção, da transformação das suas forças produtivas e das suas relações de produção, a teoria marxiana desempenhou grande papel ao entender o processo atravessado pela luta de classes. O surgimento e desenvolvimento da classe operária despertaram, assim, grande interesse pela história econômica.

A Nova Escola Histórica, assim como a sua predecessora, adotou uma postura evolucionista e organicista ao defender as especificidades do desenvolvimento econômico dos países estudados, opondo-se ao universalismo da escola clássica inglesa. Esta

perspectiva intensificou a defesa da variabilidade dos fenômenos econômicos no tempo e no espaço, negando toda a possibilidade de generalização.

Após a primeira Guerra Mundial, a história econômica alça grandes discussões, principalmente através da "Economic History Review" e da "Annales d'Histoire Economique et Sociale", abrindo novas perspectivas e espaços de debates. A história econômica começou a ser introduzida em importantes programas universitários como os de Cambridge (1928) e de Oxford (1931), completando a sua "emancipação" com a criação de seções especiais que lhe são fornecidas em congressos, ampliando o seu fórum de debate.

A relação entre História e Economia, no entanto, sempre foi palco de grandes polêmicas.

A principal delas diz respeito ao método quantitativo. Quando a estatística é elevada como um fim em si mesma, grandes ataques à sua utilização são proferidos. Caio Prado Jr., em artigo publicado na revista *Debate & Crítica*[2], sem negar a contribuição dos dados estatísticos para a elaboração historiográfica, aponta para o perigo da sua supervalorização.

Segundo o autor supracitado, a história antes de tudo deve se preocupar com o movimento, o processo, as relações, as transições e a dialética. A superestimação da quantificação impediria a visão da dinâmica em favor de uma visão estática:

> "O fato é que a maior e principal parte das circunstâncias que concorrem na configuração e dinâmica do processo histórico, que é o assunto central da historiografia, não são por natureza quantificáveis."
>
> (PRADO JR., p. 7, 1975)

Para Caio Prado Jr., a história quantitativa pode levar a uma história do particular, do micro, o que, para ele incorreria em grande erro. Entendo que a microeconomia[3] pode se tornar deveras problemática quando desarticulada com os diversos setores da vida social. No entanto, quando vinculada à macroeconomia, ou seja, às conjunturas, às variáveis econômicas globais (produção, circulação, importação, exportação, crédito, etc...), pode trazer importantes contribuições para a pesquisa historiográfica e para o entendimento da complexidade de determinada formação social.

Novamente baseando-me em Kula, para que o historiador econômico não caia no tão repudiado anacronismo, aplicando variáveis concernentes à empresa capitalista, compreendo a necessidade de estudar as relações internas do sistema econômico da sociedade abordada com sua estrutura social, evitando, com isso, o risco das generalizações, geralmente cometidas pela economia retrospectiva.

Eric Hobsbawm, em sua obra *Sobre História*[4] demonstra como muitos economistas separaram a história de seus trabalhos, não abordando as mudanças conjunturais. Para o autor, a economia está intrínseca na mudança histórica, não podendo ser abstraída da mesma sem que perca substancialmente seu realismo enquanto ciência social aplicada.

Hobsbawm também afirma que a utilização das teorias econômicas por parte dos historiadores deve se aproximar mais da prática social, devendo ser mais do que marginal.

> "(...) os historiadores devem partir da observação de Marx de que a economia é sempre historicamente específica, a produção é sempre 'produção em um determinado estágio de desenvolvimento social, produção por indivíduos sociais', (...)"
>
> (HOBSBAWM, p. 124, 1998)

Não se trata, portanto, como lembra Pierre Vilar [5], de sobrepor uma disciplina à outra, nem de tomarem reciprocamente as suas técnicas, mas sim se colocarem em atitudes de complementariedade.

Todas estas discussões tiveram como foco principal a questão metodológica. E a metodologia está sempre associada a um determinado aparato teórico, de visão de mundo, de História. Assim, é com grande cautela que vejo o "retorno" da História Econômica.

A primeira observação a ser feita é que a área de História Econômica está cada vez mais vinculada à Economia e não à História. Nas agências de pesquisa ou nos programas de pós-graduação de algumas universidades podemos constatar esta tendência que ultrapassa o âmbito institucional, uma vez que as faculdades de Economia estão se tornando cada vez mais técnicas, mais matemáticas, voltadas para a sua "utilidade" no mercado.

Podemos perceber o retorno de pesquisas preocupadas mais com as séries, do que com o movimento, os conflitos, os agentes sociais, além da economia retrospectiva realizada principalmente pelos "economistas-historiadores". Sobre este último ponto acredito que os historiadores, em sua grande maioria, criticam o método, uma vez que nega um aspecto fundamental: a historicidade dos processos. No entanto, sobre o primeiro aspecto constata-se que o espectro do quantitativismo ainda ronda esta área da historiografia.

Trabalhos com extensivos gráficos, tabelas e cálculos andam recheando conferências, congressos e livros. Ao final de tudo, acabamos nos perguntando se há agentes, disputa, conflito, ou se os números pairam sobre a sociedade, dando o tom da História. A realidade parece ter de se adaptar à fórmula, ao cálculo, à série.

Por outro lado, as faculdades de História, em especial as fluminenses, com as quais tenho maior contato, pouco tem se preocupado com a formação em teoria econômica, abrindo ainda mais espaço para críticas severas ao trabalho do historiador.

Não cabe uma disputa entre historiadores e economistas, mas uma troca de conhecimentos entre as duas disciplinas. Não pretendo de forma alguma defender a idéia de uma História Econômica como disciplina autônoma[6], mas sim como uma área da História e um ponto de interseção entre História e Economia, muito mais um diálogo do que uma disputa de egos.

O diálogo também deve acontecer dentro da História, não devemos nos fechar em pequenos compartimentos isolados das chamadas História do Poder e Idéias Políticas e História Cultural. Uma visão preconceituosa, principalmente a que tem ocorrido em relação a esta última área, limitará e muito o trabalho do historiador e impossibilitará a busca por uma História que vise a totalidade, afinal não há um *homus* econômico, um político e outro cultural. Os agentes são tudo isso e ainda tem seus conflitos pessoais, suas vidas particulares, sua dúvidas e incertezas. Entender quem são essas pessoas, as relações entre elas, sua maneira de ver o mundo e se enxergar nele, muito tem a contribuir para os trabalhos de História Econômica.

A proposta portanto, é pensarmos que História Econômica queremos produzir, para isso acredito que devemos relembrar todo os debates travados em momentos anteriores, além de olharmos sem preconceitos para as críticas e sugestões de novas correntes historiográficas como a micro-história e interdisciplinares como a antropologia econômica. Um debate amplo será sempre o principal caminho para a produção de uma História combativa, dinâmica e total.

---

[1] - KULA, Wiltod. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

[2] - PRADO JR., Caio. "História Quantitativa e Método da Historiografia". IN: *Debate e Crítica*. São Paulo: HUCITEC, Junho de 1975.

[3] Microeconomia entendida como estudo econômico das unidades de produção, empresas agrícolas, de mineração, comerciais, industriais, bancárias, etc.

[4] - HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[5] - VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

[6] - Para exemplo da defesa desta concepção de História Econômica ver: SZMRECSÁNYI, Tamás. "Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica".

Relações entre campo e cidade: vivências e significados atribuídos à reforma agrária nos anos de 1970-1980*

Luciana Lilian de Miranda☺ - UFU

O período de esgotamento da fase expansionista do crédito rural, principal combustível da política agrícola implementada pelos governos militares, deve ser entendido a partir da crise econômica e política vivenciada pelo país no final da década de 1970.

> *Em maio (1978), era a classe operária que imprimia a sua marca no rumo dos acontecimentos com a greve do ABC (SP), que logo iria proliferar, desdobrando-se num movimento impetuoso que se estendeu a um sem-número de categorias e que somente dois anos mais tarde seria domado. Finalmente esse figurante incômodo, não convidado, entrava em cena e ocupava o seu lugar. 'Braços cruzados, máquinas paradas'...*[1].

Todas essas manifestações de descontentamento com o governo militar apontavam para a decomposição do pacto de dominação. Setores da burguesia acenavam para a retirada de seu apoio ao regime militar e, simultaneamente, as forças populares reafirmavam-se enquanto oposição ao governo e reconquistavam o seu espaço político.

Nesse momento, o regime autoritário começava a ser questionado e criticado com maior intensidade. O governo militar, em 1964, comprometeu-se em conter a inflação, acabar com a corrupção, desestatizar, diminuir as desigualdades, promover o crescimento e controlar a dívida externa. Contudo, a partir da segunda metade dos anos de 1970, o país enfrentava um endividamento externo e interno, ao lado do aumento das taxas inflacionárias e da corrupção pública.

Segundo Oliveira e Montezano, o processo de crise desencadeado no nesse período, os depósitos à vista dos bancos comerciais diminuíram expressivamente, comprometendo o percentual de investimentos em financiamento agrícola. Essa fonte de recurso compulsória, quando criada em 1967, representava 23% dos recursos direcionados ao o crédito rural, entretanto, no início dos anos de 1980 esse montante caiu para 7%[2].

Dessa forma, as possibilidades de captação de investimentos em prol das atividades agrícolas foram atingidas, onerando as fontes governamentais de empréstimos ao campo.

---

* Nesse texto busco retomar algumas questões presentes no terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado; *Adeus ao "Jéca Tatu": proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985*. Defendida no 1º semestre de 2003, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

☺ Professora substituta do Instituto de História da UFU. E-mail: mirandahist@yahoo.com.br .

[1] Cf., Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevan Martins. "De Castelo a Figueiredo: uma Incursão na Pré-História da 'Abertura' ". In: Bernardo Sorj e Maria Hermínia T. de Almeida (org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, p. 59.

[2] OLIVEIRA, João do Carmo e MONTEZANO, Roberto Marcos da S. "Os Limites das Fontes de Financiamento à Agricultura no Brasil". In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE - USP), Agosto/1982, p. 147.

Depois de, aproximadamente, 10 anos de crédito "farto e barato", beneficiando especialmente os grandes e médios proprietários rurais, a situação seria inversa nos anos de 1980: financiamentos caros e escassos[3].

É importante esclarecer que a diminuição dos recursos não prejudicou apenas os agricultores, mas comprometeu também o setor agroindustrial, que se associou ao projeto de modernização agrícola desde o seu início.

Nesse sentido, Delgado analisou como o corte de verbas destinado a cada modalidade de crédito atingiu um ramo específico do complexo agroindustrial. Por exemplo, a retração dos recursos vinculados ao crédito de investimentos, entre 1977 a 79, afetou os segmentos industriais de veículos, tratores, máquinas, equipamentos de beneficiamento, implementos e depósitos de armazenagem. Com menor intensidade, prejudicou os investimentos ligados à compra de bens de capital do próprio setor agropecuário: irrigação e açudagem, formação de culturas perenes, de pastagens e melhoramentos na exploração[4].

No que se refere ao crédito de comercialização, a queda também foi grande. Segundo Miura: *"Este crédito tem como propósito facilitar aos produtores rurais ou suas cooperativas a positiva colocação de seus produtos no mercado. Assim, o mesmo tem uma importância fundamental no processo de comercialização dos produtos agrícolas"*[5].

Sendo assim, de acordo com Delgado, essa diminuição comprometeu os interesses agroindustriais vinculados às linhas de financiamento da política de preços mínimos (compreendia mais de 40% do crédito de comercialização) e de empréstimos para beneficiamento, tais como: as agroindústrias de oleaginosas, açúcar, torrefação de café e moagem de trigo, frigoríficos, laticínios, granjas e etc[6].

O crédito para custeio da produção, que representa o capital de curto prazo das atividades rurais, foi a última modalidade a sofrer com o esgotamento do crédito "farto e barato". Nesse sentido, as indústrias que abasteciam o setor rural com fertilizantes e defensivos químicos, combustíveis, rações e concentrados, sementes e mudas foram diretamente afetadas[7].

A partir disso, podemos perceber como a política de crédito rural era o principal suporte do projeto de modernização do campo e, principalmente, como o complexo agroindustrial beneficiou-se com o período de expansão dos financiamentos e, conseqüentemente, foi atingido pela crise do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural).

---

[3] Cf., por exemplo, "Final do subsídio agrícola para os médios e grandes produtores", *Correio de Uberlândia*. Ano 45, n° 13.489, 12/10/1982, p. 02. "Crédito rural está sendo estudado pela agricultura", *Correio de Uberlândia*. Ano XLVII, n° 13.865, 14/04/1984, p. 11.

[4] Cf., Guilherme da Costa Delgado. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965-1985*. Campinas/SP: Ícone/UNICAMP, 1985, p. 82.

[5] MIURA, Yuko. *Análise e Crítica da Política de Estímulos à Agricultura*. São Paulo: FEA/USP, 1983 (dissertação de Mestrado), p.74.

[6] DELGADO, Guilherme da Costa. Op. cit., pp. 85-87.

[7] Ibid., pp. 88-90.

Nos anos de 1980, percebemos algumas mudanças significativas nas propagandas governamentais[8], pois as mensagens passaram a ganhar novos conteúdos deslocando o discurso modernizador da década anterior.

Em 1979, nos deparamos com uma reportagem em que o sr. Delfim Neto, indicado para o Ministério da Agricultura, solicitava o uso de tecnologias antigas, como o trator a gasogênio, para que o homem do campo pudesse driblar os efeitos da crise do petróleo. O, então, ministro destacava a necessidade de se produzir mais, pois considerava vexatória a situação de se continuar importando arroz, feijão e carne[9]. No mesmo ano, apareceram matérias denunciando o elevado custo de vida enfrentado pela sociedade brasileira, principalmente, no que se referia aos altos preços dos alimentos básicos[10].

O discurso governamental, nesse momento, começou a enfatizar o problema da baixa produtividade de gêneros alimentícios, questionando os elevados investimentos aplicados na importação de tais produtos nos anos anteriores. O principal objetivo do governo era o de sensibilizar o pequeno e médio produtor rural, reconhecido como o responsável pela geração de alimentos.

Os incentivos oferecidos pelo Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, voltavam-se para o desenvolvimento de mais pesquisas em torno de sementes de boa qualidade via Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), disponibilizando-as a preços acessíveis ao agricultor. Garantia-se, ainda, a compra dos excedentes agrícolas pelo governo[11].

Como a retórica oficial passou a priorizar o pequeno e médio agricultor, o uso da tecnologia foi repensado de acordo com a realidade dos mesmos. Ou seja, apostava-se na disseminação de uma técnica mais barata e, ao mesmo tempo, eficiente para aumentar os índices de produtividade. Os "homens de confiança do presidente", nesse momento, eram representados pelos agricultores simples, prontos para usar qualquer tipo de recurso para produzir.

Nas declarações ministeriais, a agricultura passou a ser o principal setor de investimentos públicos. Falava-se no *"redirecionamento da poupança nacional da cidade para o campo"*[12], com o intuito de se estabelecer uma correção da distorção urbana. Essa distorção era entendida como a tendência das políticas econômicas em privilegiar o setor

[8] Conferir, "Os homens de confiança do Presidente", *Correio de Uberlândia*, ano XLIII, nº 12.951, 13/08/1980, p. 02.
[9] "Delfim Neto quer voltar ao passado na técnica agrícola", *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, n° 12.686, 21-22/07/1979, p. 05. Obs.: gasogênio é um gás combustível usado como substituto de produtos a base de petróleo.
[10] Cf., por exemplo, "Bolsa do povo não está suportando o elevado custo de vida", *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, n° 12.735, 04/10/1979, p. 08.
[11] "Na terra está a solução para o problema dos alimentos", *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, n° 12.814, 26-27/01/1980, p. 01. Obs.: nesse ano ocorreu a substituição do Ministro Delfim Neto por Amaury Stabile, pois o primeiro passou a ocupar a Pasta de Planejamento.
[12] "Figueiredo para Delfim: 'Encha as panelas dos pobres' ", *Correio de Uberlândia*. Ano XLI, n° 12.564, 25/01/1979, p. 07.

urbano-industrial, deixando o agrícola em segundo plano. Isso ocorreria em vários países, assim como no Brasil[13].

As mudanças propostas pelo Governo Figueiredo, no que se referia à política agrícola, eram no âmbito do crédito rural, dos preços mínimos, do seguro rural e no sistema fiscal. Visava-se estimular o aumento da produção para gerar uma maior oferta de empregos no campo e de alimentos nas cidades, buscando, ainda, promover um equilíbrio na balança de pagamentos[14].

Nesse sentido, considerava-se que estava sendo proposto um modelo agrícola real para o Brasil, pois segundo o sr. Delfim Neto: *"- reforma agrária era para economistas desocupados se divertirem"*[15]. Esse porta voz do governo em questão, afirmava que seria aplicada uma rigorosa cobrança do imposto territorial para se combater as terras ociosas. Dizia, também, que o agricultor não seria mais tratado como um mero fator de produção, mas *"como um parceiro responsável pela promoção do bem estar social"*[16].

Três meses após esse pronunciamento, o Ministro Delfim Neto mostrava-se mais cauteloso nas suas declarações a respeito de um modelo nacional de reforma agrária, o qual para ele poderia ser pensado a longo prazo, mas nunca a curto[17]. A questão principal é compreendermos o porquê desse tom mais conciliador ao tratar desse tema.

No decorrer dos anos de 1960, acompanhamos como a proposta de reforma agrária, amparada no Estatuto da Terra[18], foi sendo "esquecida" e substituída pelos projetos governamentais de colonização do Norte do país, principalmente, no início dos anos de 1970.

Graziano da Silva, no entanto, destacou que apesar do contexto repressivo do Governo Médici, o movimento sindical rural conseguiu realizar um congresso nacional em 1973. Neste II Congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)[19] defendia-se a antiga bandeira de luta do movimento: a reforma agrária.

---

[13] "Uma gota de política... A estratégia do 5° governo", *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, n° 12.573, 07/02/1979, p. 07.
[14] "Figueiredo para Delfim: 'Encha as panelas dos pobres' ", op. cit.
[15] Ibid.
[16] Ibid.
[17] "Reforma Agrária a curto prazo", *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, n° 12.615, 07-08/04/1979, p. 04.
[18] O Estatuto da Terra foi aprovado em 1964, no Governo Castelo Branco. Tratava-se de uma legislação que possibilitava uma verdadeira intervenção na estrutura agrária brasileira, caso fosse colocada em prática. As propriedades mais sujeitas à desapropriação por interesse social, segundo o Estatuto da Terra, eram: os latifúndios por exploração e por dimensão, as áreas beneficiadas por obras públicas de vulto, imóveis em que os proprietários não conservassem os recursos naturais, aqueles com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros, extensões de terra destinadas à colonização e áreas com uso inadequado à sua vocação. No entanto, o Estatuto também previa a desapropriação de minifúndios pelo Estado, quando fosse necessária uma aglutinação de terras em determinado local. VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 25.
[19] Segundo Ariovaldo U. de Oliveira, o surgimento da CONTAG em 1963, teria sido fruto da luta política presente no campo nesse período. De um lado, havia a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, vinculada ao PCB e, de outro, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. "...A CONTAG foi reconhecida legalmente em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto n° 53.517 do então presidente da república João Goulart como 'entidade sindical de grau superior e coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores na agricultura, pecuária e similares, produção extrativa rural, bem como dos trabalhadores autônomos e

Reivindicava-se o cumprimento do Estatuto da Terra, apontando a redistribuição de terras como um passo fundamental no combate aos problemas do campo. *"O sonho do milagre estava no fim: o bolo crescera mas nunca chegava a hora de dividi-lo"*[20].

No decorrer da década de 1970, os problemas de miséria no campo e nas cidades iriam se agravar. Em 1980, os conflitos pela posse da terra voltariam a ganhar maior visibilidade. Em fevereiro desse ano, o presidente Figueiredo enviou um grupo integrado por membros do Conselho de Segurança Nacional, do INCRA e do Ministério da Justiça, para estudar os problemas gerados pela disputa em torno da terra na região de Conceição do Araguaia, no Pará. Oficialmente, visava-se promover uma análise para se efetuar a desapropriação de terras na região, buscando uma solução para amenizar os conflitos sociais presentes no local[21].

Em vários momentos os governos militares procederam dessa forma, tratando a violência e mortes geradas pela concentração fundiária brasileira como uma questão localizada. Os projetos de colonização das áreas despovoadas da região norte na década anterior acabaram beneficiando a iniciativa privada e, ao mesmo tempo, fornecendo uma argumentação para o adiamento de um amplo processo de reforma agrária no país.

O discurso oficial de colonização da Amazônia, pautado na implantação de projetos de assentamentos de famílias, especialmente de pequenos agricultores seria distorcido, ocorrendo a venda de extensas áreas ao capital privado, constituído por grupos empresariais das regiões Sul e Sudeste[22]. Certamente, esse fato estaria vinculado aos desdobramentos seguintes, ou seja, aos intensos conflitos entre posseiros e aqueles que se diziam proprietários das terras ocupadas.

De acordo com Abramovay, diante da extensão assumida pelos conflitos de terras nessa região, o governo Figueiredo interviu criando o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e o GEBAM (Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas). Essas organizações eram controladas pelo Conselho de Segurança Nacional, tendo como objetivo promover a "regularização fundiária" no local.

Para o autor, pretendia-se, dessa forma, impedir que o fluxo de migração rumo ao Araguaia-Tocantins continuasse, reconhecendo posses de agricultores na região e

---

pequenos proprietários em todo território nacional' ". In: *A Geografia das Lutas no Campo*. São Paulo: Contexto, 1988, pp. 77-78. Obs.: Ao consultar o site da CONTAG (http//www.contag.org.br/), em 10/03/2003, obtivemos a informação em *Congressos,* de que o I Congresso Nacional teria sido realizado em 1966. Foi convocado na época em que a entidade, ainda, se encontrava sob intervenção do Ministério do Trabalho.

[20] GRAZIANO DA SILVA, José. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 45-46.

[21] "Reforma Agrária no Araguaia", *Correio de Uberlândia.* Ano XLII, n° 12.831, 21/02/1980, p. 02. Cf., ainda, "Conflito de terras mata mais um no Araguaia", *Correio de Uberlândia*. Ano 46, n° 13.368, 20/04/1982, p. 05.

[22] Para aprofundar essa discussão conferir; MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil.* Petrópolis/RJ: Vozes, 1984. Cf., também, "Colonos de Minas também vão á Trans", *Correio de Uberlândia*. Ano XXXV, n° 11.298, 03/08/1971, p. 08. "Opinião ... Colonização da Amazônia", *Correio de Uberlândia*. Ano XXXVI, n° 11.922, 21/12/1972, p. 02.

garantindo a legitimação das grandes propriedades formadas por meio da política de incentivos federais. Não se tratava, portanto, de desapropriar terras para redistribuí-las, mas de assegurar os investimentos realizados pelo capital privado. Em 1982, criou-se ainda o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, apontando para o reconhecimento do grau de tensão e violência a que tinha chegado a luta pela terra em todo o país[23].

Segundo Graziano, o crescimento dos conflitos pela terra, os quais eclodiam quase sempre à margem dos sindicatos e com encaminhamentos distantes dos interesses dos trabalhadores rurais, levou a CONTAG a assumir uma posição mais incisiva, passando-se do "pedir" para o "exigir". Nesse sentido, promoveu-se o III Congresso da entidade, em maio de 1979.

O autor destaca que esse congresso seria um catalisador das lutas que vinham se desenvolvendo no campo brasileiro e das novas forças que começavam a se fortalecer no seio do movimento sindical, num clima de promessa de abertura política[24].

Diante dessa postura mais combativa assumida pelo movimento trabalhista rural, a bandeira da reforma agrária foi reiterada como reivindicação fundamental. Ao lado disso, o Estatuto da Terra deixava de ser visto como um fim em si mesmo, para ser considerado um ponto de partida.

A CONTAG apoiou estratégias práticas de resistência centradas na valorização das iniciativas dos trabalhadores, demarcando a sua mudança de postura. Dessa forma, orientou-se as lideranças mais próximas aos posseiros e parceiros, no sentido de os mobilizar para que pudessem resistir às pressões permanecendo nas terras em que se encontravam, em busca da titulação e da sua redistribuição. Deliberou-se, ainda, que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais assumisse o compromisso de organizar os trabalhadores a ocuparem terras improdutivas, fixando residência e tornando-as produtivas[25].

Dentro desse contexto de posicionamento mais incisivo das entidades que representavam os trabalhadores rurais, é possível compreender melhor a mudança de tom do discurso governamental, assim como, a atenção especial dada ao pequeno agricultor nas propagandas e pronunciamentos oficiais.

Para que possamos compreender melhor a situação enfrentada pela população rural no contexto dos anos de 1980, seria interessante que refletíssemos sobre a opinião esboçada em um artigo publicado no jornal pesquisado:

> *Fato é que, volvidos 16 anos, o problema social nos campos volta a fermentar. Os grandes projetos agrícolas do governo favorecem a tendência de libertação de mão-de-obra - pois implicam em*

[23] ABRAMOVAY, Ricardo. "O Velho Poder dos Barões da Terra". In: KOUTZII, Flávio (org.). *República um balanço*. São Paulo, 1986, p. 213.
[24] GRAZIANO DA SILVA, José. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, op. cit., p. 47.
[25] Ibid., p. 49.

> *mecanização da lavoura - e é crescente o número de desempregados rurais dispostos a tentarem a sorte na cidade, engrossando o contigente de migrantes. A tendência à formação de latifúndios não foi contida. Antes, a grande propriedade encontra-se em expansão até em Estados como São Paulo*[26].

Segundo Graziano da Silva, até os anos 1950 e início dos 1960 havia um tipo de agricultura pautada nos vários complexos rurais. Eram grandes propriedades cuja dinâmica centrava-se em apenas um produto de valor comercial destinado à exportação. Nos períodos em que tal produto apresentava um preço satisfatório, os recursos da propriedade (homens, animais de trabalho, terras, etc.) voltavam-se somente para a produção do mesmo. Ao lado da atividade agrícola comercial, produzia-se no interior das fazendas alimentos para a subsistência da força de trabalho e equipamentos simples para a reprodução das condições materiais da unidade produtiva[27].

O projeto modernizador implantado pelos governos militares, sustentado pela política de crédito rural discriminatória, contribuiu decisivamente para a transformação desses complexos rurais nos denominados complexos agroindustriais:

> *Antes a agricultura produzia os seu próprios adubos. Hoje [1988], esses adubos são adquiridos de fora; antes, a agricultura criava os seus próprios animais de tração, hoje esses animais de tração foram substituídos pelos tratores. Então, é como se da agricultura daquele complexo rural fossem saindo partes dele e formando ramo da indústria que depois ligam novamente esses ramos da indústria, formando os complexos agroindustriais. Hoje a gente fala do complexo da soja, do complexo do álcool ou complexo canavieiro, enfim, vários complexos*[28].

Esse processo de transformação das relações sociais de produção no campo, ao longo dos anos 60 e 70, teve como "marcas" principais a desigualdade e a exclusão. A maioria dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais foram perdendo as suas posições nessa disputada corrida capitalista. Os grandes proprietários, que assumiram a largada nessa corrida, puderam adquirir máquinas e produtos químicos e, dessa forma, dispensar muitos trabalhadores. O pequeno agricultor teve acesso restrito aos financiamentos rurais e às técnicas modernas de produção. Uma parte desses agricultores conseguiu manter o seu "sitiozinho" de forma precária, muitas vezes prestando serviços em outras propriedades, ao passo que muitos outros tiveram que vender a sua terra para buscar novas formas de sobrevivência.

O artigo citado anteriormente, toca em duas questões fundamentais que constituíram os elevados custos sociais gestados pela modernização da agricultura brasileira: a intensificação da migração rural-urbana e da concentração da estrutura fundiária. As dificuldades de acesso à terra e a marginalização provocada pela mudança das relações de

---

[26] BONADIO, Geraldo. "A explosão nos campos", *Correio de Uberlândia*. Ano XLIII, n° 13.011, 06/11/1980, p. 02.
[27] GRAZIANO DA SILVA, José. "O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária". In: *A Questão Agrária Hoje*, op. cit., p. 137.
[28] Ibid., p. 138.

produção geraram um movimento migratório intenso, com taxas superiores à oferta de empregos nas cidades.

Romeiro nos indica que a expansão da migração rural-urbana esteve vinculada ao processo excludente de modernização das relações produtivas e à ampliação das oportunidades de empregos nas cidades até o início dos anos de 1970, período de crescimento da economia nacional. No entanto, a partir da metade dessa década o contexto de crise econômica, política e social instaurado desencadearia o arrefecimento dessa oferta de empregos, impossibilitando uma acolhida satisfatória dessa população migrante pelo mercado de trabalho urbano[29].

Ariovaldo de Oliveira nos oferece uma importante contribuição para entendermos um outro viés do processo migratório. O autor afirma que os dados censitários dos anos 70 e 80 revelam que houve uma expansão das grandes propriedades, ao lado das pequenas que também aumentaram. Para ele, isso ocorreu pelo fato dos camponeses buscarem por meio da estrada, ou seja, do deslocamento para outras regiões, a recuperação das terras que lhes foram espoliadas:

> *O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a fração do território distante como alternativa para continuar camponês... Quando esta possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista[30].*

O ressurgimento da proposta de reforma agrária deve ser compreendido dentro dessa realidade que se apresentava frente ao colapso da política modernizadora e os altos custos sociais gerados por esse projeto. Usamos a expressão ressurgir, no sentido de que a proposta de reforma agrária ganharia novamente um peso político significativo na sociedade brasileira, sem querer sugerir que ela tenha desaparecido em algum momento.

Nos anos 1980, a reforma agrária foi apresentada como uma medida necessária para solucionar problemas como: desemprego, miséria nas cidades inchadas pelo movimento migratório e a situação precária dos trabalhadores rurais. Nos anos de 1960 era vista também a partir da ótica do desenvolvimento capitalista. Lembremos que no final dos anos 50, a preocupação era com a baixa oferta de alimentos e de matérias-primas para abastecer o setor industrial, também, com o excesso de pessoas no campo. Propagava-se a mudança das relações produtivas no setor rural para que se pudesse dar prosseguimento à industrialização do país.

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para as dificuldades em se sobreviver da atividade rural nos dias atuais, dentro dessa estrutura de hegemonia dos complexos agroindustriais.

---

[29] ROMEIRO, Ademar Ribeiro. "A Reforma Agrária e Distribuição de Renda". In: STÉDILE, João Pedro (coord.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 127.

[30] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "O Campo Brasileiro no final dos anos 80". In: *A Questão Agrária Hoje*, op. cit., p. 53.

Excessivos benefícios sem grandes sacrifícios: natureza e colonização na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Luciana Murari* - FJP

A relação entre sociedade e natureza no Brasil é um dos temas capitais do debate intelectual do país nas primeiras décadas do século XX, conduzindo a uma revisão da história da colonização brasileira como processo formador, de instituições, de sensibilidades, de estruturas econômicas, de relações de poder, de fusões étnicas e, de maneira generalizada, de modos de intercâmbio entre os elementos endógenos, notadamente o meio físico-natural, e a cultura européia adventícia. Quando Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil*, em 1936, encontra um ambiente intelectual em que a reflexão sociológica encontrava-se ainda marcada pelo influxo dos modelos sociológicos positivistas e naturalistas estabelecidos a partir da década de 1870. A obra representava, ao mesmo tempo, uma síntese de sua militância modernista, em sua crítica aos padrões intelectuais consagrados entre a elite brasileira, fundamentados em paradigmas abstratos e reducionistas, e representados por uma estética artificial igualmente presa ao racionalismo e a estatutos formais rígidos. Sérgio Buarque condensava também, naquela obra, a dimensão nacionalista do modernismo brasileiro, em sua busca da expressão do local como afirmativa de liberdade e percepção de seu caráter singular, como contribuição dialógica à modernidade e à cultura ocidental. Desde já se estabelecia, contudo, uma relação ambígua com a tradição, que podia ser lida como signo de conservantismo e ao mesmo tempo como fundamento de autenticidade e elemento definidor da identidade nacional.

O ponto de origem da sociedade brasileira é, para Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, uma experiência definida como *desterro*: exilado de sua pátria, o colonizador se viu em um ambiente natural e um território no qual sua cultura não encontrou espaço. A hostilidade do meio estorvava a implantação de suas instituições, a veracidade de suas crenças, seu estoque de práticas e costumes, suas idéias, de forma a implantar a sensação do alheamento, do desencontro do homem com a natureza, o clima, os ciclos vitais, as

paisagens. A cultura européia apenas precariamente poderia ser transposta para um ambiente desconhecido e incompreensível, o que fez do colonizador um perpétuo alienado de suas fontes espirituais. O primeiro momento da cultura brasileira é, assim, para Sérgio Buarque, um momento de estranhamento, alienação e perda, embora o legado europeu tenha persistido como a base em que toda ela foi plantada. A colonização das terras tropicais para as quais os portugueses ensejaram transplantar suas instituições sofreu, na visão de Sérgio Buarque, este sentimento de desterro, à medida que o adventício, eternamente estranho em um ambiente de aparência ameaçadora e caótica, não se mostrava capaz de estabelecer no território uma sociedade ordenada a partir de esforços coerentes e constantes de construção e de fixação do homem à terra. É como uma coletividade de aventureiros que é descrito o Brasil colonial: iniciativas voltadas para resultados imediatos, ambições desenfreadas e irresponsáveis que viam a natureza como um universo ilimitado e eternamente disponível para sua expansão, as atenções voltadas para o que a terra poderia dar, e não para o que seria construído nela com estabilidade e constância. O enfrentamento da hostilidade ambiente, a partir do qual se constituíram os processos iniciais de aclimação do europeu ao meio tropical no Brasil, é para Sérgio Buarque tributário deste espírito de aventura.

Beneficiaram-se os colonizadores, para tanto, de sua excepcional capacidade de adaptação às circunstâncias do ambiente e a patrimônios culturais estranhos ao seu. Mesmo as primeiras iniciativas de exploração efetiva da terra não adquiriram um caráter completamente diverso das incursões pelo sertão agreste, no que diz respeito à relação com o ambiente. Ambas fundamentam-se na concepção do ilimitado e do inesgotável das terras sempre abundantes, no imediatismo e em um pragmatismo estreito. Para Sérgio Buarque, dificilmente as grandes plantações de cana de açúcar para exportação poderiam ser definidas como uma atividade agrícola, por essência uma atividade correlata à continuidade, ao longo prazo, à fixação do homem à terra e ao estabelecimento de vínculos profundos com ela que implicassem em formas de proteção, admiração ou cuidado. A absorção da técnica indígena e sua intensificação graças a instrumentos mais aperfeiçoados e a formas

de uso mais enérgico representou, neste ponto, um agravamento do impacto devastador da ação humana sobre o ambiente natural brasileiro, desde as primeiras décadas da colonização. Na definição de Sérgio Buarque, *a verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura*.[1] A idéia da disponibilidade ilimitada de terras transformou-as em um recurso a ser consumido e abandonado tão logo não fosse mais capaz de fornecer lucros imediatos. O fato é que, na visão do ensaísta, a transplantação das técnicas agrícolas européias para o ambiente tropical exigia processos de conhecimento seguro do meio, de esforços duradouros e persistentes. Contudo, o resultado da exploração aventuresca era a itinerância, pois a terra rapidamente esgotada pelo recurso às queimadas era abandonada em favor de outra ainda favorecida pela fertilidade excepcional das terras recém desmatadas. Em sua definição, criava-se no país não uma civilização agrícola, mas uma civilização rural assentada no latifúndio, expressão das terras abundantes e pretensamente disponíveis para exploração, num sistema cuja continuidade dependia da produtividade dos solos, verdadeira condição de estabilização da grande propriedade, ou seja, sua única vantagem relativa num contexto tecnológico extremamente precário.

As raízes culturais deste processo são analisadas a partir do legado ibérico na cultura brasileira: o historiador aponta para uma cultura da personalidade que oprimiria a ação do homem sobre o mundo, desviando-a da ética do trabalho, do esforço de continuidade e de planejamento. Buscava-se assim alcançar o produto final com o mínimo de trabalho, sem método. A colonização portuguesa adquiriu assim um caráter instável e desordenado, carente de uma vontade geral que impusesse a ela grandes linhas definidoras, mecanismos de planejamento ou de formação de estruturas estáveis, limitando-se a *feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão*. Por isso são os portugueses *semeadores*, incapazes de um esforço colonizador que impusesse a vontade humana à ordem natural, seguindo ao contrário as grandes linhas da paisagem e dos acidentes naturais aos quais sobrepunham-se povoamentos incertos, abandonados, carentes de uma diretriz central que denotasse a imposição da razão ordenadora ao caos natural.

O tema da devastação da natureza dá a ler, em *Raízes do Brasil*, a demanda por uma revisão da história brasileira em face de visões mistificadoras da realidade nacional, observada em obras como *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, em sua idealização da sociedade agrária, da aristocracia rural, do trato afetuoso, da solidariedade no âmbito da vida privada. É necessário acentuar que a interpretação da formação brasileira naquela obra, com a qual Sérgio Buarque estabelece um intenso debate, assentava-se numa representação que reproduzia o mito da natureza pródiga e inesgotável, operacionalizando-o no contexto de seu esquema interpretativo. Para ele, a observação do caráter predatório da colonização brasileira em sua relação com a natureza, que já havia desempenhado papel importante nas obras de Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Alberto Torres, por exemplo, dissolvia o mito ao apontar os efeitos destrutivos da ação humana, capaz de promover mudanças ambientais significativas e mesmo o esgotamento de alguns recursos, e também a questionar a passividade da natureza como simples depositário de recursos e forças vitais.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque dedicou-se a examinar o mito edênico que perseverava de diversas formas na cultura brasileira, a partir de um estudo rigoroso e erudito de suas origens, demonstrando ao contrário a postura realista e a reduzida sedução dos portugueses pelo Novo Mundo. Na concepção de Sérgio Buarque, essa inclinação da crônica portuguesa demonstra a persistência de uma disposição de espírito caracteristicamente medieval, postura conservadora por excelência que se manteve em sua prática da conquista de novos territórios e de colonização do Novo Mundo, não muito diverso da prática colonial imperante desde a Antigüidade e entre os exploradores do medievo italiano. Em linhas gerais, o modelo de implantação litorânea que forçava a manutenção de vínculos estreitos com a metrópole se manteve, na visão de Sérgio Buarque não apenas em função da persistência do antigo modelo colonizador, como também da própria experiência portuguesa em sua terra de origem, em que a população concentrava-se junto aos rios navegáveis e ao litoral, dedicada ao comércio e à navegação. Isso indica o que Sérgio Buarque chama de *extroversão econômica e social*, característica da sociedade

portuguesa em muito ampliada nas circunstâncias da colonização brasileira.[2] Na visão de Sérgio Buarque, a ampliação do território ocupado pelo colonizador português, em direção ao sertão, corresponde a um progressivo abandono daquela visão prosaica e modesta da natureza brasileira, característica dos primeiros colonizadores. O que se apresenta para os promotores do ingresso efetivo no interior do território é a promessa de um paraíso de riquezas extraídas da natureza e da exploração intensiva e predatória da terra, modelo de colonização altamente dependente dos recursos naturais disponíveis.

> *Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão de milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.*[3]

Este tema viria a se tornar uma das constantes mais notáveis da produção historiográfica de Sérgio Buarque, em seus estudos sobre o cotidiano da prática colonizadora. O privilégio conferido à vida material e ao estabelecimento da atividade econômica no interior do território apontava para a importância do elemento indígena e a influência das condições do meio natural na formação brasileira, o que demonstra sua convergência com a obra de Capistrano de Abreu. Como na obra deste, a integração com a natureza e com o indígena é um dos temas centrais para Sérgio Buarque de Holanda. Em *Monções* e *Caminhos e fronteiras*, ele demonstra como as formas plásticas de absorção da herança nativa pelo colonizador português foram produtivas e criativas na cultura brasileira. O português, com sua característica racionalidade de adequar-se a seu novo ambiente, mostrou-se assim capaz de transformar o mundo exterior. Isso explica em parte a opção do historiador por temas relacionados à cultura material, nos quais transparecia uma situação em que, no contato com o meio físico agreste, dissolviam-se limites culturais e abriam-se possibilidades criativas inéditas. A relação do homem com a natureza via-se, assim, profundamente modificada, uma vez que o estabelecimento de novas formas de vida

material impunha não apenas a adoção de novas técnicas, materiais e meios de sobrevivência, como também a criação de novas habilidades físicas e uma *educação moral*, através da qual consolidavam-se determinadas disposições de espírito e condutas que só poderiam ser compreendidas no contexto das condições concretas da experiência de desbravamento do sertão, o que implicava numa revisão das crenças, concepções e visões de mundo, de acordo com as condições de vida que criavam maior dependência e integração simbólica com o mundo natural. Em alguns casos, como no da navegação fluvial estudada em *Monções*, a técnica indígena se impôs, tanto no tocante à construção dos equipamentos, quanto no seu manejo, embora seja também salientada a necessidade de adaptação dessa herança indígena, tributária de uma integração e um conhecimento mais íntimos do ambiente natural, às atividades comerciais implantadas pelos colonizadores, em caráter de regularidade. Isso se deu, é salientado, através de lentos e contínuos progressos, dependentes sobretudo da experiência, de tentativas malogradas ou bem-sucedidas. Aos usos e práticas nativas vieram se somar outros, característicos da vivência européia, e outros ainda criados pela própria circunstância da colonização, de modo que se aliassem o conhecimento do ambiente natural e a demanda de mobilidade da vida sertaneja.

O *verdadeiro manancial de energias ativas*, das primeiras décadas da colonização consistia exatamente no desenvolvimento dessa capacidade de sobrevivência e de ocupação de um espaço hostil, dependente por sua vez da adoção de práticas, hábitos e comportamentos mais primitivos, em estreito diálogo com a herança indígena, enquanto a escassez, a precariedade e a mobilidade da vivência sertaneja não permitia a estabilização dos costumes e a implantação dos modos de vida europeus. Esta necessária mobilidade adequava-se com perfeição à capacidade do indígena criado no interior do ambiente natural, tendo extremamente refinado seu sentido de interação e mesmo pertinência à natureza, seja para extração de recursos para a sobrevivência, o sentido de orientação no espaço, a percepção dos movimentos ao redor, a defesa contra as hostilidades – adequando seus sentidos a uma vivência móvel, em contínua transformação e raramente estável. A colonização do sertão exigia portanto a adoção de um estoque de práticas e conhecimentos

indígenas relacionados a uma inserção profunda num meio natural então desconhecido para o europeu.[4]

Assim, na visão de Sérgio Buarque, a mentalidade plástica que permitiu ao colono português amoldar-se a um meio físico desconhecido a partir de usos e práticas nativos permitiu tanto a renovação contínua das tradições herdadas de acordo com as necessidades cotidianas e os recursos disponíveis, quanto a rotinização de práticas – a mobilidade característica do povoamento do sertão é em grande parte tributária de uma cultura que promove o esgotamento progressivo dos recursos, e que conta com a disponibilidade aparentemente infinita de novas terras a povoar. É certo que o português adaptou-se com extrema plasticidade ao ambiente americano à medida que soube absorver um estoque significativo de práticas e hábitos nativos, mas a exploração econômica por ele promovida contou com recursos técnicos e um modo de exploração de intensidade muito maior do que poderiam alcançar simplesmente com o uso dos recursos indígenas. Alguns métodos amplamente difundidos entre os nativos, como a queimada, foram amplamente adotados pelo colonizador, que teve potencializado o caráter predatório dessa prática pelo uso de instrumentos mais agressivos e aperfeiçoados, e por uma forma mais intensiva de exploração.

A maior inserção do homem no ambiente, proporcionada pela lenta criação de uma cultura sertaneja tributária da mescla de aportes indígenas e europeus, não significou contudo nenhuma espécie de disciplinamento na exploração dos recursos naturais, mas, pelo contrário, a intensificação de seu uso, na busca de um paraíso material de riquezas disponíveis. Não era portanto o rigor do trabalho capaz de transformar em dádiva os rigores do mundo natural hostil, que movia a colonização portuguesa, mas a idéia de que este poderia oferecer-se como fonte de elevação material e mesmo espiritual. Como em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque define a prática agrícola generalizada no Brasil como uma atividade similar à mineração, trabalho extrativo incapaz de fixar o homem ao solo, tratado como um recurso não renovável, na ausência de técnicas capazes de melhorar seu tempo de cultivo, desde o pousio das culturas até o uso de métodos de aradura adequados ao solo

de floresta tropical, o que demonstra a inépcia do colonizador em criar técnicas de cultivo mais apropriadas para a terra brasileira.

A natureza não se tornou, para estes homens, demonstra o historiador, uma fonte de gozo estético, admiração ou reverência, exceto em seus elementos mais grandiosos, mais espantosos, mais dissociados de sua experiência cotidiana. Essa concepção do mundo físico estaria relacionada à permanência de tradições que indicavam o privilégio do mundo espiritual sobre a esfera terrena, indigna de ser valorizada senão como meio de ascensão espiritual, ou, nas palavras de Sérgio Buarque *um modo aparente de ver a natureza que consiste antes em ver através e apesar da natureza*. Estabeleceu-se, assim, via de regra, uma relação utilitária e trivial com respeito a ela. A visão da natureza na obra de Sérgio Buarque de Holanda integra, portanto, três eixos fundamentais e inseparáveis: a interpretação do sentido da natureza na cultura portuguesa; a observação do modo de exploração dos recursos naturais do Brasil; a formação de uma cultura tributária da fusão dos legados culturais indígena e europeu a partir da experiência da exploração econômica do sertão. Estas linhas interpretativas convergem para a observação do caráter predatório, imprevidente e tecnologicamente precário da exploração dos recursos naturais na história da sociedade brasileira.

---

[*] Doutora em história social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

[1] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [1936]. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. P. 18.

[2] Neste ponto, o historiador dialoga com Caio Prado Jr. em sua discussão do modelo brasileiro de organização econômica em *Formação do Brasil Contemporâneo*, acentuando a centralidade da produção agrícola e da extração de recursos naturais para o comércio exterior, em torno do qual organiza-se a sociedade e a economia da colônia.

[3] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil [1958]. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. P.334.

[4] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras* [1957]. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A NATUREZA DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA A PARTIR DOS RELATOS DOS VIAJANTES.

Luciana Rossato

Doutora em História - UFRGS*

Durante a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, vários cientistas viajantes estiveram na região litorânea da Capitania de Santa Catarina, mais especificamente na Ilha de Santa Catarina. Registraram em texto o que viram e o que vivenciaram durante a viagem. Nosso objetivo é discutir o que eles escreveram sobre a natureza da região.

Inicialmente, faz-se necessário salientar dois aspectos sobre os relatos de viagens e seus autores. Este tipo de literatura era largamente difundida na Europa, durante os séculos XVIII e XIX, e sua leitura incentivava o debate sobre as características da natureza e do homem americano. Teses foram amplamente discutidas na Europa e contribuíram para a formação de um olhar prévio dos viajantes. Além disso, imagens e representações sobre a América não circulavam somente entre os cientistas, mas também chegavam ao restante da população. O outro aspecto refere-se aos viajantes. Além de serem europeus, os viajantes que estão sendo analisados são cientistas, e desta forma, detentores de um esquema próprio de classificação, um esquema estranho para a grande maioria das pessoas, principalmente para aquelas que estavam sendo observadas e que posteriormente seriam descritas nos relatos.

Os viajantes que vinham para a América já tinham um conhecimento prévio, adquirido pela leitura de outros autores. Isto acabava gerando expectativas, como a

demonstrada por Georg von Langsdorff quando esteve no Brasil pela primeira vez, em 1803. Deixou registrado que, antes de iniciar as explorações em terra firme, estava

> excitado por tão belas imagens de minha fantasia, mal podia aguardar o retorno do sol para visitar a região paradisíaca. Confesso que minhas idéias eram exageradas e tensas, mas apesar disto, quanto mais eu me aproximava da terra, a realidade excedia minha expectativa.[1]

A imagem da América que esse viajante tinha gravada em mente era de "uma terra que foi agraciada pela natureza em todos os sentidos, uma terra onde tudo viceja com inexcedível beleza e garbo imagináveis."[2] Outros viajantes também acreditavam que a natureza do Novo Mundo era privilegiada, que nesse continente não era necessário trabalhar como na Europa, que os alimentos cresciam por si mesmos, sem a intervenção do homem, sem seu trabalho. Antoine Joseph Pernetty passou pela região em 1763. Após falar que os habitantes da Ilha de Santa Catarina viviam na ociosidade, uma vez que o "pouco trabalho" era feito pelos escravos, concluiu que "a terra produz quase tudo o que é necessário para viver, sem que se dêem ao trabalho de cultivá-la."[3] Mesmo vendo e escrevendo sobre a presença e o trabalho dos escravos em terras americanas, Pernetty afirmou que nesta região não era preciso trabalhar, devido a generosidade da natureza. Esse aspecto foi salientado por Sérgio Buarque de Holanda em seu estudo sobre a edenização do Brasil no período de seu descobrimento e colonização. O autor mostra que a América foi retratada como uma cópia do Éden pelos primeiros visitantes, mas esta imagem foi construída em oposição à imagem que os europeus tinham de sua própria terra, a Europa.

Outro aspecto que surpreendeu os viajantes foi a exuberância e a imponência da natureza da América. Para Adalbert von Chamisso, "na Ilha de Santa Catarina, o europeu fica envolvido em uma nova criação cuja abundância em tudo é gigantesca e deslumbrante."[4] René Lesson também salientou este aspecto:

> Florestas espessas, frondosas, impenetráveis muitas vezes, atapetam as montanhas; [...] o naturalista que visita este litoral com os olhos exclusivamente habituado à criação das zonas temperadas da Europa, não se pode furtar, à vista da produção brasileira, de uma emoção tanto mais forte, [...] Nos primeiros dias ele pode apenas se familiarizar com esta

> pompa e esta grandeza que por toda a parte se mostra ao olhar. Somente algum tempo depois é que ele se habitua a este luxo de vegetação e ao brilhante adorno dos pássaros ou dos répteis que pululam sobre este solo fecundo.[5]

A exuberância da natureza americana era entendida em contraposição à da Europa. Nossa singularidade era vista e compreendida quando em relação com o conhecido, o habitual, ou seja, a natureza européia. E muitas vezes, apesar de nossa riqueza e de nossa imponência natural, a América saía perdendo nas comparações, como podemos observar na fala de Chamisso: "ainda que a América não possa concorrer com as gigantescas espécies animais do Velho Mundo, desde o elefante até a cobra Boa, na natureza brasileira é a variedade e a quantidade que equilibram a falta."[6] Podemos relacionar a fala de Chamisso, que esteve na América em 1815, com as teorias difundidas no século XVIII por Buffon, que defendia que os animais maiores são superiores ao menores. A ausência de animais de grande porte na América, sinal inegável da imaturidade de nossa natureza para os partidários das teorias buffonianas, acrescenta-se a presença abundante de insetos, que faz com que "os brasileiros sofrem das incomodidades de todos os países quentes, atormentados pelos insetos, de cuja picada não podem evitar devido à pequenez de seus tamanhos."[7] Essa combinação, ausência de grandes espécies de animais e excesso de insetos minúsculos, para os detratores da América, é a comprovação de sua imaturidade, quando não de sua degeneração.

Os viajantes que aqui estiveram tinham contato com as discussões que circulavam pela Europa sobre a América e a análise dos seus relatos possibilita aprofundarmos como essas teorias os influenciaram. Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, descreveu a natureza da Capitania de Santa Catarina de forma ambígua. Em alguns momentos, ou regiões, o clima era agradável, a vegetação exuberante e a terra, fértil. Em outros, a paisagem tornava-se monótona, com locais insalubres. Podemos pensar que a representação da natureza tropical pelos europeus construiu-se através da dualidade de imagens. Não existe um significado, mas uma duplicidade de significados.

No entanto, apesar de Saint-Hilaire mostrar que a natureza tropical não era homogênea uma vez que existia regiões idílicas, mas também áreas insalubres, continuava pensando que, em um país localizado em "um clima tão quente e em região tão fértil", os seus habitantes não precisariam "trabalhar tanto quanto na Europa."[8] Esses discursos eram muito comuns entre os viajantes. Langsdorff também acreditava que no Novo Mundo a "natureza tudo dá, mesmo sem esforço ou assistência e trato." Segundo ele, o pouco desenvolvimento não era devido à geografia ou ao clima, mas sim à ausência de empenho do governo em povoar melhor essas regiões. Dessa forma, "poder-se-ia formar aqui, através de seus produtos que quase jorram livremente da cornucópia da livre natureza, em poucos anos, um dos centros comerciais mais importantes do Brasil."[9] A riqueza, para esses viajantes, não era produzida com o trabalho dos homens, geralmente com a utilização do trabalho escravo, mas "jorrava livremente".

Pernetty comentou que "falta alguma coisa para que a Ilha de Santa Catarina seja uma moradia encantadora". A atmosfera carregada de vapores que, com dificuldade, eram dissipados pelo sol e pelo vento, juntamente com os odores fétidos e o ar que não circulava, tinham influências negativas sobre os habitantes locais, que, independente de sua vontade, entregavam-se a inércia. Segundo ele,

> o ar insalubre deste clima é verdadeiramente a causa da palidez dos brancos que ali habitam. Destes bosques onde o sol jamais penetra, elevam-se vapores densos que formam brumas eternas no alto das montanhas que cercam a ilha. [...] Este ar insalubre é corrigido levemente pela quantidade de plantas aromáticas, cujo perfume suave se faz sentir a três ou quatro léguas no mar, levado pelo vento do mar.[10]

Apesar de todas as dificuldades e malefícios citados, Pernetty constatou que "a ilha [de Santa Catarina] [...] é muito cara aos naturalistas." Novamente era a variedade e a riqueza natural que a redimia de seus pecados. Alguns anos depois, também durante o verão, como o viajante acima citado, Langsdorff esteve visitando a Ilha de Santa Catarina e teve outra impressão sobre o clima. Apesar de as noites serem úmidas, "parece que o clima não tem influências perniciosas sobre os moradores"[11], exceto na região norte da capitania, onde existiam muitos mangues e águas paradas. John Mawe, que passou por Santa

Catarina em 1807, constatou que existiam regiões insalubres, principalmente durante a estação das chuvas. Nessa época o solo ficava, "em grande parte, inundado, e no verão é infestado por terríveis enxames de moscas e borrachudos, que o tornam quase inabitável." A insalubridade poderia ser corrigida, através da drenagem e da limpeza da área, mas "tal empreendimento é árduo, e requer um povo mais ativo e prático."[12] Mas, apesar dos insetos e da umidade em regiões e em épocas determinadas, a "profusão das mais belas flores atesta a amenidade do seu clima. A rosa e o jasmim florescem o ano todo."[13] Aparentemente, o fato de aqui crescerem plantas comuns em seu país de origem, a Inglaterra, era uma prova de que a região tinha aspectos positivos. Encontrar pontos em comum entre as áreas visitadas e as áreas de onde eles vinham era, para alguns viajantes, demonstração evidente do desenvolvimento ou não da natureza local.

A riqueza, muitas vezes oculta ou desconhecida, era outro dos interesses dos viajantes quando saíam para realizar a coleta de material. A prioridade não era para o que os homens tinham desenvolvido, o que eles tinham produzido. O olhar do cientista viajante estava preparado e interessado em observar a natureza, como nos fala Saint-Hilaire: "apressemo-nos a desviar os olhos de todas essas infelicidades para contemplarmos as belezas da região que lhes serve de palco."[14] Era a natureza, sua flora e fauna, que interessava aos cientistas viajantes, este era o seu objeto de estudo. No caso dos estudiosos da natureza que seguiam o sistema de classificação de Linné, o interesse era direcionado para a flor, devido à necessidade de conhecer o sistema reprodutivo a fim de classificar as plantas, como é salientado pelo seguinte comentário: "em outra época do ano eu teria certamente recolhido uma grande variedade de plantas; mas o tempo de floração tinha passado e só ficara o restolho."[15]

A riqueza da flora brasileira já era do conhecimento dos europeus, fato salientado por Chamisso ao citar vários estudiosos que estiveram pesquisando no Brasil. No entanto, muito ainda existia a ser pesquisado, uma vez que

> tudo era novidade para a ciência. O trabalho de tantos homens, no entanto, é ainda fragmentário. Se alguém reexaminar alguma família que já foi classificada por outrem, vai ter o que acrescentar sempre.[16]

Podemos constatar pela citação que relatos de outros viajantes foram lidos por Chamisso antes de escrever o seu próprio relato, ou mesmo antes de embarcar na viagem de estudos. Os relatos, as concepções sobre a natureza e as opiniões do grupo de viajantes formados por cientistas circulavam entre si, influenciando-se mutuamente. Outro ponto que podemos constatar nessa fala é a busca pelo conhecimento e de como este ainda encontrava-se fragmentado, apesar de todos os esforços e investimentos que estavam sendo empreendidos.

O interesse econômico estava presente no trabalho desenvolvido pelos cientistas viajantes. Os investimentos para a organização de uma viagem de circunavegação, ou mesmo para uma viagem individual, eram altos e não se justificam somente pelo interesse científico. Além disso, a pesquisa científica e a comercialização dos resultados adquiridos estavam estreitamente vinculados. Um dos objetivos do Jardin des Plantes de Paris, e de inúmeros outros jardins botânicos da Europa, era o trabalho de aclimatação. As plantas e sementes coletadas pelos viajantes eram submetidas a modificações a fim de se adaptarem às condições naturais diferentes de sua região de origem. O trabalho de aclimatação possibilitaria o desenvolvimento da agricultura. Além de contribuir para o enriquecimento do país, multiplicando a quantidade de plantas e árvores que poderiam vir a ser úteis à economia doméstica e rural, a aclimatação e domesticação de espécimes estrangeiras contribuiria para a riqueza e a felicidade do homem.[17]

A partir das falas trabalhadas anteriormente podemos constatar que existia uma representação de que na América a natureza era rica, farta, provedora. O homem não precisava trabalhar tanto para garantir seu sustento como ocorria na Europa. Mas, para os viajantes, isso não significava necessariamente um ponto positivo, já que essa fartura, essa facilidade foi responsável pela criação de uma sociedade na qual o trabalho e a previdência não eram valorizados. Outro aspecto era que, ao mesmo tempo em que a natureza era farta de animais e plantas úteis para o ser humano, era rica também em insetos perniciosos à sua saúde. A natureza úmida enfraquecia a saúde, da mesma forma como a fartura

enfraquecia o caráter dos seres humanos que viviam na região. Apesar da maioria dos viajantes louvarem a natureza americana, bem como outras características locais, em vários momentos eles reproduziram concepções que circulavam há vários anos na Europa, principalmente as referentes à questão da degeneração ou da inferioridade americana.

Segundo o antropólogo Philippe Descola, Humboldt foi o primeiro estudioso a estabelecer um vínculo entre a história natural do homem com a história humana da natureza. Em sua obra *Cosmos*, tentou compreender a unidade humana a partir da diversidade do meio, a fim de pensar o mundo como indissociável. Para o autor, a cultura ocidental é marcada por uma antinomia entre o homem e a natureza. A natureza é caracterizada pela ausência do homem enquanto o homem caracteriza-se pelo que ele soube dominar de natural em si. Em muitos povos a natureza não existe como esfera autônoma. Nossa singularidade em relação ao resto da existência é relativa, como é relativa nossa consciência do que nos faz humanos.[18] A partir das reflexões de Descola, podemos entender melhor o interesse dos viajantes, europeus, cientistas, "civilizados", pela nossa natureza intacta. Ao mesmo tempo que esse contato gerava desconforto, um sentimento de opressão e mesmo depressão, quando muito prolongado, gerava também um sentimento de prazer, de admiração, ou então, como dizia Rousseau, uma possibilidade de encontrar seu "não-eu". Essa dubiedade de sentimentos reflete-se, de certa forma, nas descrições encontradas nos relatos dos viajantes. A natureza intacta, rica em plantas e animais era importante para o desenvolvimento da ciência, mas o objetivo, a meta idealizada de desenvolvimento era a natureza domada, organizada, como os campos e jardins europeus e como os mostruários e os herbários encontrados nos gabinetes de estudo e nos museus.

---

[*] As discussões presentes neste artigo foram desenvolvidas em minha tese de doutorado: *A Lupa e o Diário: História Natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822).* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Para a realização da mesma contei com o financiamento da CAPES.

[1]LANGSDORFF, Georg Heinrich von. In: PALMA DE HARO, Martim Afonso (org.). **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** 4º ed.. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. p. 162.
[2]Ibidem. p. 162.
[3]PERNETTY, Antoine Joseph. In: **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Op. cit. p. 83.
[4] CHAMISSO, Adalbert von. In: **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Op. cit. p. 232.
[5] LESSON, René Primevère. In: **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Op. cit. p. 271.
[6] CHAMISSO, Adalbert von. Op. cit. p. 232.
[7] PERNETTY, Antoine Joseph. Op. cit. p. 88.
[8] SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina.** Prefácio Mário G. Ferri; tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 149.
[9] LANGSDORFF, Georg Heinrich von. Op. cit. p. 163.
[10]PERNETTY, Antoine Joseph. Op. cit. p. 86.
[11]LANGSDORFF, Georg Heinrich von. Op. cit. p. 165.
[12] MAWE, John. In: **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Op. cit. p. 194.
[13]Ibidem. p. 190.
[14] SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit. p. 168.
[15] Ibidem. p. 190.
[16] CHAMISSO, Adalbert von. Op. cit. p. 233.
[17] KURY, Lorelei. **Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830).** Paris: L'Harmattan, 2001. pp. 210-211.
[18] DESCOLA, Philippe. L'anthropologie de la nature. In: **ANNALES: histoire, sciences sociales.** 57º année. Nº 1. Janvier-février 2002. pp. 9-25.

UM OUTRO OLHAR SOBRE O ESTADO NOVO

Luciano Aronne de Abreu[1] - PUCRS

1. ALGUMAS REFLEXÕES CONCEITUAIS E HISTORIOGRÁFICAS

De um modo geral, a Era Vargas é vista por nossa historiografia como uma ruptura em relação à República Velha, que se caracterizava por um forte regionalismo e pelo predomínio político das oligarquias cafeicultoras. Nesse sentido, tomando-se a revolução de 30 como um momento privilegiado desse processo, construiu-se a partir dos anos 60 uma interpretação dualista da sociedade brasileira, com raízes no interior do pensamento de esquerda, opondo basicamente os setores agrário-latifundista e capitalista urbano[2].

No entanto, ao contrário desse dualismo, Bóris Fausto demonstrou que a revolução de 30, ainda que expressasse a necessidade de reajustar as estruturas do pais e pusesse fim à hegemonia política dos cafeicultores, não foi a expressão de uma oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois havia uma complementaridade básica entre esses setores. Além disso, diz ele,

> *vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de Compromisso é a resposta para essa situação*[3].

Nesse sentido, pode-se acrescentar que a formação de um Estado de Compromisso não ocorreu apenas durante o chamado Governo Provisório, mas estendeu-se por toda a Era Vargas, sendo uma de suas principais marcas. Durante o Estado Novo, por exemplo, o governo contou com o apoio de diferentes segmentos da sociedade, tais como o Exército, as oligarquias estaduais, as classes produtoras, a Igreja e os integralistas[4]. A esse respeito, inclusive, Eli Diniz chega a afirmar que a centralização e o fortalecimento do Executivo durante o Estado Novo podem ser concebidos como o *"clímax de todo um processo político marcado por uma crise de poder"* - que teria se iniciado em 1930 - *"em que a incapacidade de qualquer dos grupos em confronto impor-se aos demais seria o traço dominante*[5]*"*.

---

[1] Professor do Departamento de História da PUC-RS. Doutor pela UNISINOS, na Área de Concentração de Estudos Latino-Americanos

[2] FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30 - historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 13ª ed., p. 12.

[3] Ibid., p. 113.

[4] CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-45)*. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 257-261.

[5] DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Brasil Republicano III*. São Paulo: DIFEL, 1981, p. 84.

Na opinião de Edson Nunes[6], que tem um sentido complementar às de Fausto e Diniz, a Era Vargas foi pautada pela busca do desenvolvimento de uma lógica capitalista moderna e internacionalizada no Brasil, o que exigiu, além de uma modernização econômica, a criação de uma série de instituições que regulassem as relações entre o Estado e a sociedade, o que levou esta moderna ordem capitalista a penetrar em todas as esferas da vida social. Porém, deve-se ressaltar que esta modernização econômica e a criação das novas instituições não se dão de uma hora para outra, nem chegam a alterar o conjunto da sociedade da mesma forma e nas mesmas proporções. Portanto, conclui Nunes, a implantação da nova ordem não chegou a eliminar completamente a antiga e, em conseqüência, as tradicionais interpretações do Brasil dual não são capazes de compreender as relações entre o Estado e a sociedade brasileira em toda a sua complexidade.

Contudo, a simples constatação desse fato não é suficiente: é preciso perceber a sistemática dessa interação - de que forma ela ocorre? Ao definir o Brasil como uma sociedade sincrética, Nunes afirma que as relações desta com o Estado ocorrem a partir de quatro principais gramáticas que, apesar de estarem baseadas em princípios antagônicos, são empiricamente compatíveis e combinam, de modo original, o velho e o novo na política brasileira: clientelismo[7], insulamento burocrático[8], universalismo de procedimentos[9] e corporativismo[10].

A partir destas reflexões, pode-se dizer que a Era Vargas não representou uma total ruptura com os princípios políticos da República Velha, nem o Estado Novo rompeu plenamente com as características anteriores a 1937. Desse modo, para que possamos compreender melhor esse período em toda sua complexidade, propomos analisá-lo a partir de um novo olhar: não mais sob uma perspectiva homogênea, como se o caráter autoritário e centralizador do Estado Novo fossem absolutos, mas a partir da política regional gaúcha e das novas instituições criadas (como as interventorias,

---

[6] NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil - clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

[7] O clientelismo constitui-se em "*um tipo de relação social marcado por contato pessoal entre patrons e camponeses. Os camponeses, isto é, os clientes, encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem a terra"*. (Ibid., p. 27) Em contextos clientelistas, complementa Nunes, as trocas são generalizadas e pessoais, incluindo promessas e expectativas de retornos futuros.

[8] O insulamento burocrático significa a criação de instituições *"não receptivas a demandas fisiológicas e clientelistas oriundas dos partidos políticos"* (Ibid., p. 32) , dando a elas um caráter mais técnico e racional. Porém, deve-se lembrar que há variações no grau de insulamento de uma instituição e que, além disso, nem todas as agências insuladas permanecerão assim com o passar do tempo.

[9] Universalismo de procedimentos são *"normas que podem ser formalmente utilizadas por todos os indivíduos da polity, ou a eles aplicadas"*. (Ibid., p. 23) Em contextos universalistas, as relações sociais baseiam-se principalmente no individualismo e no impersonalismo e as trocas que ocorrem são específicas, não gerando expectativas futuras.

[10] O corporativismo representa a busca de uma racionalidade e de uma organização que contrarie o clientelismo, sendo regulado por normas gerais escritas. Constitui-se em um instrumento de controle do Estado sobre os diferentes grupos sociais, impedindo seu desenvolvimento autônomo e procurando evitar conflitos.

por exemplo), que se constituíram em importantes canais de comunicação e influência dos Estados com o governo federal. Nessa perspectiva, deve-se esclarecer que

> *El regionalismo se define aquí como un comportamiento político caracterizado, por un lado, por la aceptación de la existencia de una unidad política mayor, pero por otra parte, por la búsqueda de favoritismo y autonomía en las decisiones de la unidad mayor en las políticas económicas y sociales, aun corriendo el riesgo de poner em jaque la legitimidad del régimen político imperante. Por lo tanto, el énfasis no recae sobre las peculiaridades regionales per se (por ejemplo, el folclor, vestimenta y lenguaje), sino sobre aquellos factores que pueden demostrarse que afectan las relaciones políticas, económicas y sociales de la región com otras regiones y com la unidad gubernamental mayor, generalmente el Estado-nación*[11].

Sendo assim, nosso estudo não se propõe a analisar a política Rio-grandense por si mesma, nem a negar a existência de um projeto político centralizador e nacionalista durante o Estado Novo, mas a tentar compreendê-la em suas relações de possível autonomia e/ou dependência em relação ao governo federal, tendo como foco principal de análise a ação das interventorias.

Antes, porém, deve-se lembrar que este trabalho insere-se em um esforço ainda incipiente de se fazer uma História política regional do Estado Novo, o que praticamente inexistia até pelo menos a década de 1990[12]. Aliás, como destacam René Gertz[13] e Maria Helena Capelato[14], durante os anos 1970 a própria historiografia nacional sobre esse período era escassa, referindo-se principalmente à fase entre 1930 e 1937, o que começou a ser modificado somente nos anos 1980, com um aumento significativo das publicações sobre o Estado Novo[15].

---

[11] LOVE, Joseph. *Una aproximacción al regionalismo*. Barranquilla, Colombia: Universidade del Norte, 1993, p. 4.

[12] A partir dos anos 1990 encontramos um grande número de estudos de história regional sobre o Estado Novo, sendo que muitos deles se referem às temáticas da nacionalização do ensino e da repressão aos imigrantes. Dentre os que abordam especificamente a questão política, destacamos os seguintes: COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e Municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 1996. AMARAL, Sandra Maria. Do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí -1938-45*. Passo Fundo: UPF (dissertação), 2000. CAVALHEIRO, Maria Heloísa. *Relações de poder no Estado Novo: uma permanência sui generis - o caso Albino Hillebrand em Carazinho - RS*. Passo Fundo: UPF (dissertação), 2003.

[13] GERTZ, René. *Estado Novo: um inventário historiográfico*. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma - uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

[14] CAPELATO, Maria Helena. *Estado Novo: novas histórias*. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

[15] Na opinião de Capelato, a pouca dedicação dos historiadores ao período estadonovista, até a década de 1970, se devia às concepções então vigentes acerca do fazer história: por um lado, exigia-se um distanciamento maior entre o tempo do historiador e o do objeto estudado; por outro, a história política era criticada por ser mais factual, privilegiando-se os estudos de sociedade e cultura, de cunho mais estrutural. Já nos anos 1980, novos paradigmas passaram a pautar a história política, valorizando-se os estudos do tempo presente. Além disso, em um contexto de abertura democrática no país, os historiadores voltaram ao Estado Novo como forma de compreender as raízes de nossa cultura política autoritária. (Ibid., p. 188)

2. AS INTERVENTORIAS REGIONAIS E O PODER CENTRAL

A partir de 1937, sob o argumento de manter a ordem, combater o comunismo e garantir a unidade nacional, o governo federal decretou o fechamento dos órgãos legislativos e dos partidos políticos, supostamente *"eliminando os intermediários entre o governo e o povo"*, como dizia Getúlio Vargas. Naturalmente, na esteira destas mudanças, o poder político dos Estados e das oligarquias regionais também sofreria uma série de restrições com o processo de centralização do poder implantado em nível federal. Os antigos governadores, por exemplo, foram novamente substituídos (tal como em 1930) por Interventores Federais. A respeito desses acontecimentos, Eliana Dutra diz que

> *Na esteira do desencanto com as vantagens da vida partidária e com a eliminação da 'competição de interesses', está posta a crítica ao regionalismo, como sendo um empecilho à coesão nacional. Afinal, o regionalismo é a imagem insuportável da pátria partida e um entrave à construção da imagem de uma pátria una e da sua consciência enquanto tal. A contrapartida da negação regional é a afirmação da integridade do corpo pátrio e, contra ela, o regionalismo é um mal e a política partidária, considerada sua expressão, também o é*[16].

Nesse contexto, a necessidade de uma maior integração nacional era admitida até mesmo por setores ligados às próprias oligarquias estaduais que, como vimos, apoiaram a implantação do Estado Novo e integraram o Estado de Compromisso que se formou em torno deste regime. No Rio Grande do Sul, em um determinado momento, até mesmo o PRL, de Flores da Cunha, dizia aceitar submeter-se à política do centro, *"preocupada com uma realidade nacional, mas onde o Rio Grande ocupasse um lugar de destaque*[17]*"*. Desse modo, pode-se dizer que a questão política central do Estado Novo não se referia simplesmente a uma maior ou menor centralização do poder, mas em como isso seria feito e em qual seria o papel dos Estados neste novo cenário.

Para Eli Diniz, como já referimos, o Estado Novo foi o clímax de um processo político marcado por uma crise de poder, em que nenhum dos grupos em confronto conseguiu impor-se aos demais. Assim, diz ela, *"uma das formas de se dar visibilidade a essa acomodação entre os setores dominantes dentro da estrutura de poder, pode consistir no estabelecimento de um complexo jogo de influências (...)".* Mais adiante, conclui a autora:

---

[16] DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário - imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 178-9.

[17] PESAVENTO, Sandra. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 99.

> *Desta forma o controle do poder central sobre o processo decisório deve ser entendido num sentido relativo, na medida em que a consolidação das tendências coercitivas e centralizadoras que, a partir da mudança do regime político, passa a ser a tônica do reaparelhamento estatal, implicaria não uma exclusão da influência, senão uma redefinição dos canais de acesso e influência, através dos quais a interferência dos diferentes grupos se faria sentir a partir de então (...)*[18].

Por sua vez, Maria do Carmo Campelo de Souza destaca que o Estado Novo impediu a consolidação do sistema partidário construído entre os anos de 1934 e 1937, impondo uma estrutura de poder centralizada e apartidária, na qual os interventores desempenharam um papel central, intermediando as relações entre os governos federal e estaduais. Em suas próprias palavras, diz a autora:

> *Assim, se de um lado, a carreira política dos interventores dependia diretamente da indicação do Executivo Federal, tornando possível ao governo central controlar a administração estadual e restringir a ampla autonomia da 'política dos governadores', por outro lado, não é menos verdadeiro que os novos chefes políticos provinham socialmente, na sua maioria, do próprio setor agrário, identificando-se em boa medida com sua cultura e seus interesses políticos. Visto que o governo de Vargas não introduziu no campo transformações econômicas de monta, manteve a* ***federalização política*** (grifo da autora) *da autoridade baseada na máquina coronelista*[19].

Diante do exposto, em nossa opinião, as relações políticas entre os governos federal e estaduais durante o Estado Novo não devem ser vistas de forma linear e homogênea, mas numa perspectiva de relativa autonomia ou de relativa dependência mútua, em que os interventores desempenharam o importante papel de intermediários ou elos de ligação entre esses dois níveis de poder e os interesses nacionais e regionais, constituindo-se as interventorias em um dos novos canais de acesso e influência a que se referiu Diniz. Além disso, deve-se lembrar também o caráter sincrético da sociedade brasileira, onde as gramáticas do insulamento burocrático e do clientelismo desempenham funções complementares, o que nos ajuda a compreender a afirmação de Campelo de Souza de que os interventores, ao mesmo tempo, subordinam-se ao poder central e identificam-se com as oligarquias estaduais, baseando sua autoridade na máquina coronelista.

Talvez se possa compreender melhor estas afirmativas a partir de alguns breves exemplos acerca da organização e legitimação do Estado Novo no Rio Grande do Sul e das novas relações estabelecidas com as elites políticas regionais. Antes,

---

[18] DINIZ. *Op. Cit.*, p. 85.
[19] CAMPELO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 41.

porém, deve-se destacar a extrema fragmentação política entre a oligarquia gaúcha, em conseqüência das anteriores disputas entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha e dos apoios ou resistências que os diferentes grupos ofereceram ao golpe de 10 de novembro: de um lado, a Frente Única Gaúcha (PRR e PL) e os dissidentes liberais, que haviam rompido com o florismo, reivindicavam participar da nova composição do poder estadual; de outro, o PRL florista mantinha ativa resistência ao novo regime, como destacou Protásio em carta enviada a Getúlio Vargas[20].

Diante deste quadro político de instabilidade regional, que poderia ameaçar o equilíbrio e a legitimação políticas do próprio Estado Novo, a orientação dada por Vargas a Daltro Filho - interventor nomeado para o Rio Grande do Sul (1937-38) - foi a de que *"convém não hostilizar elementos liberais floristas, procurando ao contrário atraí-los e absorvê-los[21]"*.

Nesse sentido, de acordo com as orientações do próprio Presidente da República, Daltro procurou atrair os representantes do florismo e conciliar os interesses da FUG e dos dissidentes do PRL, mantendo o equilíbrio entre as oligarquias regionais. Assim, a título de exemplo dessa composição, pode-se citar a divisão dos cargos de seu secretariado e a formação de uma Comissão Mista, destinada a indicar os nomes dos novos prefeitos municipais. Sobre as secretarias de governo, estas foram assim distribuídas[22]: Maurício Cardoso (PRR - Interior); Oscar Carneiro da Fontoura (PL - Fazenda); Viriato Dutra (PRL - Agricultura); Coelho de Souza (PRL - Educação); Walter Jobim (PL - Obras Públicas); Loureiro da Silva (PRL - Prefeito de Porto Alegre) e Cap João da Costa Monteiro (Chefe de Polícia). Em relação à Comissão Mista, esta adotou os seguintes critérios para a indicação dos prefeitos municipais:

> *Estipula-se sobre o provimento das prefeituras vagas ou a vagarem em virtude das deliberações ulteriores do governo do Estado: as prefeituras que vagarem e cujos titulares pertençam ao Partido Republicano Liberal (de Flores da Cunha) serão providas por elementos pertencentes à dissidência liberal, devendo, porém, o candidato ser indicado em harmonia com a Frente Única. Far-se-á exceção para casos especiais, como, entre outros, aqueles em que a maioria eleitoral da Frente Única for manifesta. Quanto às subprefeituras dos municípios em referência, deverão ser preenchidas de acordo com os índices eleitorais dos partidos coligados, reservando-se preferentemente aos elementos da Frente Única os distritos em que a mesma dispõe de maioria eleitoral (...)*[23].

[20] CPDOC/FGV. Arquivo GV 37.10.01/1 XXVII - 69.
[21] CPDOC/FGV. Arquivo GV 37.10.01/1 XXVII - 37c.
[22] Correio do Povo, 21 de outubro de 1937, p. 1.
[23] CARONE. *Op. Cit.*, p. 153-154.

Pode-se dizer, portanto, que a organização e legitimação do aparelho estatal durante o Estado Novo foram mais complexas do que muitas vezes se imagina, *"o que nos leva a concebê-lo como um conjunto diferenciado e não monolítico de estruturas de decisão*[24]*"*. No Rio Grande do Sul, como vimos, a fragmentação política regional exigiu do grupo getulista o respeito aos acordos e interesses das oligarquias locais, *"como forma de evitar confrontos e maiores resistências às medidas modernizantes implementadas pelo novo regime*[25]*"*. Em conseqüência destas negociações, a ata final da Comissão Mista registrou que, dos 85 municípios gaúchos existentes em 1937, 36 permaneceram com os mesmos prefeitos; 28 tiveram novos prefeitos indicados pela Comissão; e 21 passariam por meticulosa avaliação de sua situação para posterior definição[26].

Ainda assim, deve-se observar que estes acordos a que acima nos referimos não foram capazes de garantir de forma permanente a estabilidade e o equilíbrio político durante o Estado Novo, exigindo dos interventores uma constante negociação com as elites políticas regionais. Em alguns casos, como no município de Santa Rosa, houve uma certa resistência às decisões da Comissão Mista e/ou do Interventor, que contou com o total apoio do governo federal e com uma relativa autonomia de ação para resolver os conflitos e manter a ordem local.

No caso de Santa Rosa, o prefeito Oscar Germani - eleito em 1935 pelo PRL - foi mantido em seu cargo após o golpe de 1937, o que desagradou aos integrantes da FUG. Porém, diante das pressões da comunidade local, Germani renunciou à prefeitura em 25 de fevereiro de 1938. Nessa ocasião, Alfredo Leandro Carlson assumiu como prefeito interino, sendo substituído poucos meses após pelo Cap Pautílho Palhares.

Entretanto, descontentes com esta atitude do interventor, setores da elite municipal - comerciantes, industrialistas e agricultores - reivindicaram diretamente ao Presidente Getúlio Vargas que intercedesse *"junto ilustre interventor Coronel Cordeiro de Farias no sentido de ser efetivado cargo de prefeito deste município o cidadão Alfredo Leandro* Carlson, *o qual com grande devotamento vem exercendo interinamente dito cargo*[27]*"*. De mesma forma, o próprio prefeito interino dirigiu-se a Vargas solicitando sua manutenção na prefeitura municipal.

Como se pode perceber, ainda que a comunidade de Santa Rosa e o seu prefeito interino não negassem a autoridade do interventor, eles recorreram ao seu

[24] DINIZ. *Op. Cit.*, p. 84.
[25] COLUSSI. *Op. Cit.*, p. 99.
[26] CAVALHEIRO. *Op. Cit.*, p. 22.
[27] Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Caixa 100. Pacote Governo Federal - RS.

superior hierárquico - o Presidente da República - na expectativa de que o poder central pudesse interferir e modificar, em prol do interesse local, uma decisão do governo estadual, o que acabou não ocorrendo.

Sendo assim, como procuramos demonstrar ao longo deste texto e a partir dos exemplos citados, concluímos que as relações entre os diferentes níveis de poder durante o Estado Novo não eram tão harmônicas ou lineares como muitas vezes se supõe. Como vimos, ainda que houvesse uma relação de hierarquia e subordinação entre as esferas federal, estadual e municipal, esta condição nunca foi absoluta nem suficiente para a manutenção da ordem estadonovista. Nesse contexto, os interventores se constituíram no ponto de equilíbrio da estrutura de poder do Estado Novo, garantindo sua legitimação e estabilidade.

IDEOLOGIA (1988) E *AS QUATRO ESTAÇÕES* (1989): Cazuza, Renato Russo e o Fim das Utopias.

Luciano Carneiro Alves –PPG-USP

Dentre os ícones jovens no Brasil da década de 1980, Cazuza e Renato Russo, por uma série de razões, ocupam um lugar destacado. Ao longo desta década, por meio de suas composições, eles, além de representarem as opiniões e aspirações de vários seguimentos juvenis do período, materializaram suas visões de mundo, fazendo de sua arte meio intervenção na realidade social. Reiteradamente têm sido colocados entre os melhores letristas e cantores do rock brasileiro e, ainda, entre aqueles que foram porta-vozes dos jovens brasileiros nos anos 80. Precocemente mortos em decorrência do vírus da AIDS (Cazuza em 1990, aos 32 anos; Renato em 1996, aos 36 anos), foram alçados também à condição de mitos[1].

Este texto é fruto da preocupação em problematizar as obras desses dois personagens de nossa história recente, bem como a maneira que têm sido analisadas. Seu o intuito a partir do conjunto de canções registradas nos álbuns *Ideologia* (1988) e *As Quatro Estações* (1989), mostrar que embora tivessem muitas preocupações em comum e seja possível encontrar vários pontos de diálogo entre suas composições, ao final de década de 1980 Cazuza e Renato Russo tinham leituras diferenciadas da sociedade brasileira e, conseqüentemente, verbalizavam projetos políticos diferentes em suas letras e canções. Afinal, enquanto Renato Russo cantava que era "preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã", Cazuza clamava por uma ideologia "pra viver".

Em fevereiro de 1988, Cazuza lançou seu terceiro disco-solo[2], *Ideologia*, no qual estão dois de seus sucessos mais marcantes: “Brasil” e “Ideologia”. Nas duas letras, a crítica ao país e à sociedade de maneira geral é bastante ácida, com algumas pitadas de ironia. *Brasil*, interpretada por Gal Costa, foi tema de abertura da novela da Rede Globo *Vale Tudo* (1988), de Gilberto Braga e seus versos, clamando para que o Brasil mostrasse a sua cara, eram bem

apropriados tanto para o enredo do folhetim, que tratava principalmente da falta de escrúpulos quando a questão é se dar bem, quanto para o momento de formulação de uma nova constituição para o país.

Lançado ao final de 1989[3], *As Quatro Estações* foi o disco com maior vendagem da Legião Urbana, no qual estão canções como "Pais e Filhos", "Monte Castelo", "Meninos e Meninas" e "Se Fiquei Esperando Meu Amor Passar". A maior marca de *As Quatro Estações* é uso de referências religiosas nas canções. Embora usá-las em suas letras não fosse uma novidade para Renato Russo, neste disco elas adquirem um papel central.

Apesar da abordagem de outros temas, a exemplo da homossexualidade, e da intenção da banda de não fazer do disco um catecismo, tal conotação é difícil de ser dissociada de *As Quatro Estações.* Não obstante as muitas citações ao longo das canções, a letra de encerramento, "Se Fiquei Esperando Meu Amor Passar", é finalizada com o último trecho da "Ladainha de Nossa Senhora"[4], que é parte do missal romano.

Em declarações à época do lançamento de *As Quatro Estações*, Renato Russo expressou sua perplexidade com o momento do país, particularmente com a descrença das pessoas. Em uma delas diz:

> *Até bem pouco tempo atrás, a gente realmente acreditava que poderia mudar alguma coisa. Depois percebemos que não ia dar mais para mudar, mas continuamos acreditando. E passou um certo tempo – eu pelo menos senti isso – em que as pessoas aqui no Brasil, principalmente depois do Plano Cruzado* [1986]*, ficaram descrentes de tudo. Está assim atualmente: elas deixam as coisas irem sem convicção. Mesmo estas eleições presidenciais estão assim: todo mundo está querendo acreditar, mas ninguém acredita muito*[5]*.*

Essa vontade de acreditar, de manter a esperança de um país melhor, está expressa em "Se Fiquei Esperando Meu Amor Passar", quando Renato Russo canta *"Quero minha nação soberana / Com espaço, nobreza e descanso"*, em meio à defesa das virtudes do

amor (*Quando se aprende a amar / o mundo passa a ser seu)*. Ao comentar a letra, Renato deixa algo em suspenso que, no entanto, ajuda a compreender o sentido da citação da "Ladainha de Nossa Senhora" ao final: *"É uma situação onde a pessoa já levou tanta porrada que nem sabe ..."* Nem sabe o quê? Pra onde ir? O quê fazer? A quem recorrer? Continuando, comenta: *"A música termina com aquela parte da liturgia católica cristã* [...]. *Depois é que percebemos que Cazuza já tinha feito uma colocação parecida, no 'Blues da Piedade'".*[6] E o que canta Cazuza nesse *blues* (também do disco *Ideologia*)? Vejamos:

Vamos pedir piedade
Senhor, piedade
Pra essa gente careta e covarde
Vamos pedir piedade
Senhor, piedade
Lhes dê grandeza e um pouco de coragem

Que "gente careta e covarde" é essa? O próprio Cazuza responde em "Brasil":

Brasil
Mostra a tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio?
O nome do teu sócio?
Confia em mim

Ou seja, a "gente careta e covarde" era (somos) todos os brasileiros passivos diante da situação do país do colarinho branco, do clientelismo, da corrupção, do "jeitinho brasileiro", do "vale tudo".

Voltando à Legião Urbana, quando Renato Russo aproxima "Se Fiquei Esperando o Meu Amor Passar" e "Blues da Piedade", podemos supor que as canções sejam semelhantes. Mas ao analisá-las, não é bem isso que percebemos. Ao interpretar sua composição, Cazuza canta com pitadas de ironia, sendo a súplica por piedade muito mais sarcástica do que qualquer

outra coisa. Ao evocar o "Cordeiro de Deus", Renato Russo não o faz em sentido irônico. Além de não ser uma forma de discurso que gostasse de usar, sua interpretação da canção e o contexto em que há a citação não dão margem para tal percepção. Afinal, por qual razão um tratamento irônico seria utilizado para cantar uma referência bíblica em um disco onde uma das premissas foi a valorização da religiosidade?

Ou seja, os pedidos de piedade de Renato e de Cazuza são bem diferentes, sendo que o da Legião Urbana não é uma súplica irônica aos deuses para que resolvam nossos problemas terrenos, retirando nossos pecados, mas um pedido de paz social, individual e espiritual. Assim, embora não seja uma obra catequética no sentido de pregar o catolicismo, ao terminar o disco com uma oração (e reafirmar a religiosidade), Renato Russo e a Legião Urbana reforçam o caráter de um *"pequeno tratado sobre virtude"* de *As Quatro Estações,* conforme observou Hermano Vianna[7]. A valorização da religiosidade em *As Quatro Estações* visa reforçar o papel do amor como um sentimento fundamental de convivência social. Um mandamento: *"Amarás o teu próximo como a ti mesmo"* (Mateus 22,29). E é nesse sentido que quando se canta em "Pais e Filhos" que "*É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã*" a mensagem é de uma proposta de ação no presente com vista à construção de um futuro melhor. Enfim, Renato Russo tinha um projeto, uma ideologia na qual acreditar. Diferente de Cazuza.

Ao fazer um resumo das frustrações de sua geração em "Ideologia", ele expõe seu ponto de vista quanto à existência de uma "geração vazia" *(Pois aquele garoto que ia mudar o mundo / (Mudar o mundo) / Agora assiste a tudo em cima do muro)*. Em uma declaração de 1988, ele diz:

> "Ideologia" fala da minha geração sem ideologia, compactada entre os anos 60 e os dias de hoje. Eu fui criado em plena ditadura, quando não se podia dizer isso ou aquilo, em que tudo era proibido. Uma geração muito desunida. Nos anos 60, as pessoas se uniam pela ideologia. "Eu sou da esquerda, você é de esquerda? Então a

> gente é amigo". A minha geração se uniu pela droga: ele é careta e ele é doidão. Droga não é ideologia, é uma opção pessoal. A garotada teve a sorte de pegar a coisa pronta e aí pode decidir o que fazer pelo país, embora do jeito que o Brasil está, haja muita desesperança[8].

Ainda que tenha demonstrado em alguns momentos de sua obra esperança quanto a um futuro diferente[9] e tenha dado declarações afirmando isto[10], predomina no discurso de Cazuza (e até mesmo na maneira como ele foi e continua sendo recebido) a visão de que as possibilidades são poucas. Como ele canta em "O Tempo Não Para" *(Eu vejo o futuro repetir o passado / Eu vejo um museu de grandes novidades*). E o interessante é que em 1988, já se iniciava uma expectativa que cresceria bastante no ano seguinte com as primeiras eleições presidenciais após a redemocratização.

Enfim, embora não fossem absolutamente divergentes, Renato Russo e Cazuza sintetizam em suas canções duas leituras da realidade brasileira e de seu futuro ao final da década de 1980. Década marcada pela emergência do rock nacional, pela hiperinflação e os planos econômicos que buscaram controlá-la, pelo fim da ditadura militar e pela eleição de um presidente que não cumpriria seu mandato e representaria mais uma frustração quanto aos destinos de nosso país.

A questão não é dizer que Renato Russo era mais otimista ou Cazuza mais pessimista, mas sim perceber que neste momento as carreiras e as representações destes compositores estão trilhando caminhos diferentes. Isto acontece não somente pela busca de fazer coisas diferentes, mas em razão da maneira como interpretavam o mundo a sua volta e daquilo que desejavam pra este mundo.

---

[1] É importante deixar claro que isto não significa reafirmar a opinião de, entre outros, Artur Dapieve, para quem Renato Russo, Cazuza e Arnaldo Antunes formam a tríade dos três maiores "poetas-letristas" do rock brasileiro (Cf. DAPIEVE, Arthur. BRock. *O rock brasileiro dos anos 80*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, p. 205). A importância atribuída a Cazuza e Renato Russo no âmbito da cultura jovem no Brasil ainda precisa melhor discutida – tarefa que extrapola os limites e objetivos deste texto. O destaque que atribuo a estes dois artistas não significa de maneira alguma elegê-los como "os mais importantes" ou

"mais representativos" do período, mas resultado de dois fatores: a vendagem e visibilidade de suas obras, juntamente com o reconhecimento a eles concedido pela crítica musical da década de 1980, da qual Dapieve foi membro.

[2] Cazuza tornou-se conhecido no rock brasileiro como vocalista e letrista da banda carioca Barão Vermelho. Com a banda lançou três discos (*Barão Vermelho*, em 1982; *Barão Vermelho 2*, em 1983; *Maior Abandonado*, em 1984). Em 1985, já em carreira-solo, lança *Cazuza* e, em 1987 *Só se For a Dois*. Além de *Ideologia*, lançou em 1989 dois outros discos: *O Tempo Não Para – Cazuza ao Vivo* e *Burguesia.* Após sua morte, foram lançados vários outros discos na forma de coletânea das canções gravadas nos discos anteriores. A banda Barão Vermelho continua existindo, tendo lançado seu disco mais recente no ano de 2005.

[3] A "Legião Urbana" já lançou ao todo 13 álbuns. O primeiro foi em 1985, batizado com o próprio nome da banda, *Legião Urbana*. Depois vieram *Dois* (1986), *Que Pais é Este - 1978-1987* (1987), *As Quatro Estações* (1989), *V* (1991), *Música Para Acampamento* (1992) - um disco duplo com registro de apresentações ao vivo da banda e uma música inédita, "Canção do Senhor da Guerra" -, *O Descobrimento do Brasil* (1994) e *A Tempestade ou O Livro dos Dias* (1996), o último disco lançado com Renato Russo ainda vivo. Aliás, ele veio a falecer pouco mais de um mês depois do lançamento. Foram lançados ainda *Uma Outra Estação* (1997), com canções já gravadas que ficaram fora de *A Tempestade* e de outros discos anteriores, *Mais do Mesmo* (1998), uma coletânea com canções de todos os discos anteriores e três discos com registros de apresentações da banda: *Acústico* (1999), o registro de um show feito para a *MTV* em 1992; *Como é que se Diz Eu Te Amo* (2003), com apresentações realizadas no Rio de Janeiro, em 1994, dentro da turnê de *O Descobrimento do Brasil; As Quatro Estações Ao Vivo* (2004), com shows realizados em 1990. Além desses trabalhos, foram lançados quatro discos-solo de Renato Russo: *The Stonewall Celebration Concert* (1993), onde ele interpreta canções me inglês, *Equilíbrio Distante* (1995) com canções em italiano; *O Último Solo* (1997), com "sobras" da gravação dos dois discos anteriores; *Renato Russo Presente* (2003), com gravações inéditas e participações de Renato em disco de outros cantores.

[4] *Cordeiro de Deus que tirai os pecados do mundo / Tende piedade de nós / Cordeiro de Deus que tirai os pecados do mundo / Daí nos a paz.* Conforme está em João (1, 29), o Cordeiro de Deus é Jesus Cristo, enviado à Terra em missão de salvação.

[5] RUSSO, Renato. Legião Urbana – Entrevista a Hagamenon Brito, *A Tarde,* Salvador, 07/11/1989. IN: *Conversações com Renato Russo.* Campo Grande (MS): Letra Livre, 1996, p.76.

[6] RUSSO, Renato. Op. cit. p. 76.

[7] VIANNA, Hermano. Por Enquanto – 1984/1985. In: *Por Enquanto –1984-1995.* (caixa discográfica). Rio de Janeiro: EMI Brasil, 1995, p. 34.

[8] CAZUZA. Depoimentos de 1988. *Cazuza* – www.cazuza.com.br/textos , consultado de m 24/09/2004.

[9] "Brasil", por exemplo, termina com os versos "Grande pátria desimportante / Em nenhum instante eu vou te trair / (Não vou te trair)". Ou ainda os versos "Mas se você achar / Que eu tô derrotado / Saiba que ainda estão rolando os dados / Por que o tempo, o tempo não para:", da canção "O Tempo não Para", do aurto disco de Cazuza. Em ambas, podemos perceber pode-se perceber o desejo de continuar na luta por esse futuro.

[10] Sobre "O Tempo não Para", Cazuza declarou que a canção era *"sobre essa velharia que está aí e vai passar. Vão ficar as idéias de uma nova geração"* (ARAÚJO, Lucinha. *Preciso Dizer que Te Amo.* Todas as letras do poeta. São Paulo: Globo, 2001, p. 198).

Liberdade e Imprensa:
representações de liberdade na imprensa periódica da Província de Minas Gerais (1831-1842)

Luciano da Silva Moreira – PPG-UFMG

Nos anos que se seguiram à Abdicação do primeiro imperador do Brasil, número considerável de jornais foi publicado na Província de Minas Gerais. Naquele tempo, em que a imprensa assumira os contornos de espaço político, indivíduos diversos tomaram a palavra impressa para expor suas opiniões. Nesta comunicação apresentaremos algumas das idéias de liberdade que foram construídas, veiculadas e discutidas pelos periódicos mineiros do período regencial. A Província de Minas Gerais será o terreno onde analisaremos a produção dos discursos impressos. Por intermédio dos periódicos, mostraremos a luta entre exaltados, moderados e conservadores na província de Minas Gerais entre 1831 e 1842. Tempo e espaço propícios para a construção e reformulação das representações de liberdade que constituíram a base da sociedade e do Estado Imperial.

Durante a fase do "triunfo democrático"[1], após 7 de abril de 1831, havia na rua e na praça pública um anseio por uma redistribuição "do poder entre os cidadãos que participavam ou pretendiam participar da feitura das leis"[2]. A *Sentinela do Serro* de 25 de junho de 1831, proclamava o "direito que tem qualquer povo para alterar e modificar sua Constituição"[3]. Os exaltados formularam uma idéia de liberdade que pretendia assegurar os "direitos naturais e imprescindíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão"[4]. "Direitos naturais e imprescindíveis" eram, para os exaltados, manifestação do *self-government*, traço fundamental da liberdade positiva que "tem origem no desejo do indivíduo ser seu próprio amo e senhor"[5]. Dessa forma, a "resistência à opressão" propugnada pela *Sentinela* de Teófilo Otoni buscava tornar lícita a organização popular para a defesa e demanda de seus direitos.

À essa reivindicação, os liberais moderados travaram intensa luta. Pois,

> se ao povo for lícito juntar-se, para resistir aos decretos do legislativo, ou dissolvê-lo, então que poder nacional se julgará seguro e a abrigo de uma Insurreição? [...] E convirá a resistência do povo para corrigir os defeitos das Eleições? Não. Este precedente uma vez estabelecido, os vínculos sociais

> romper-se-ão; a anarchia virá submergir a todos em um pélago profundo de desordens[6]

Em 26 de setembro de 1831, veio a lume o número 651 do *Universal*. Nele, o editor enaltecia a "parte melhor e mais escolhida do povo", composta por "patriotas distintos nos primeiros dias da nossa revolução, fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados que protestam sustentar o Sr. D. Pedro 2., e a Constituição jurada". Nesse discurso, ele ainda polemizava contra seus rivais, os "republicanos d' Haiti": "Deveis tremer, brasileiros, só d'ouvir o nome de *república*. Lançai os olhos sobre a história, essa mestra da vida, e ela vos mostrará que todas elas se consumiram umas às outras"[7].

Percebemos dois grupos antagônicos nos excertos do *Universal*. De um lado, os moderados, a "parte melhor e mais escolhida do povo"; de outro, os exaltados ou "republicanos d'Haiti", elementos recrutados, no dizer do redator, "entre as povoações das cadeias". O autor construiu um discurso que teve como alvo, obviamente, o grupo dos exaltados, considerados "mal educados, incivilizados, e sem afeição alguma ao país que os viu nascer". São chamados, como dito, "republicanos d'Haiti", cuja denominação originou-se das notícias da insurreição de escravos ocorrida na ilha de Santo Domingo, em 1792. Esse evento repercutiu quase que instantaneamente no mundo luso-brasileiro. O Brasil possuía uma das maiores populações de escravos do mundo. Por isso, uma rebelião, nos termos daquela verificada no Haiti, era algo que inspirava os mais profundos temores dos senhores brancos do Império do Brasil.

As propostas dos exaltados eram relacionadas, sob o olhar moderado, aos insucessos dos haitianos. Contra os "republicanos d' Haiti", aconselhava o Universal "que se lembrem, que todos os aborrecem pelas suas péssimas ações, e que deixem de promover a insurreição, e que se quiserem campar de Haitianos podem seguir para a África onde habitam seus parentes".[8]

Se, por um lado, os exaltados foram associados aos horrores da ilha de Santo Domingo, por outro, foram ligados aos jacobinos franceses, isto é, aos exageros da Revolução Francesa. Pois,

> a experiência nos ensinou que as constituições populares são manchadas por muitas paixões, e imensos vícios para poderem entre si concentrar a liberdade: a monarquia moderada é o meio termo, entre o despotismo e a república, e eis o mais seguro asilo da liberdade[9].

Posto isso, bradavam os moderados: "longe de nós o espírito destruidor que tantos horrores derramou sobre a nação francesa" [10].Temia-se a soberania popular. O *Recopilador Mineiro*, ao analisar a "Liberdade dos antigos", concluiu que

> deste governo tão bello, tão altivo, nascera o tiranno. Os flagellos que tem conservado a Constituição oligarchica, multiplicados, e augmentados pela licença do estado popular, lhe preparão a escravidão; porque todo o excesso traz voluntariamente o excesso contrario, nas estações, nos vegetaes, e sobre tudo nos imperios[11].

Para os moderados, o governo do povo "não differe em nada do dos tirannos"[12]. Inspirados em Benjamin Constant, os liberais moderados rejeitavam a liberdade dos antigos porque nela "o poder social feria em todos os sentidos a independência individual". Portanto, a liberdade positiva representava "a submissão completa do indivíduo à autoridade do todo"[13].

A liberdade dos antigos, ou liberdade positiva, contrapõe-se à liberdade dos modernos. Para o *Constitucional Mineiro*, a verdadeira liberdade reside no pleno gozo dos Direitos Civis. Estes direitos "achão-se essencialmente resumidos na inviolabilidade das pessoas, na segurança de suas propriedades, e na liberdade de suas opiniões"[14]. Esse "livre exercício" pode ser compreendido como um não impedimento, isto é, o indivíduo é livre desde que não haja interferência em seu cotidiano. Nesse sentido, "o camponês entende por liberdade (e tem razão) a isenção de tributos exorbitantes, a facilidade das estradas [...] O negociante chama liberdade tudo quanto protege as suas transações e lhe facilita as suas especulações" [15].

A liberdade, vista como a livre fruição da capacidade humana, implica na inexistência de constrangimentos físicos e políticos. A figura do senhor em sua casa-grande é representativa dessa idéia. Conforme Ilmar Rohloff de Mattos, o senhor qual um *despotés* à maneira dos gregos, exerce o controle da casa, dominando tiranicamente mulher, filhos, fâmulos e escravos[16]. Conforme Constant, a "liberdade deve compor-se do exercício pacífico da independência privada"[17]. Assim, o senhor não deve ser submetido às necessidades

físicas nem à coerção de outrem. Como lembra-nos Sérgio Buarque de Holanda, "em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio que procure perturbá-lo ou oprimi-lo"[18]. A partir daí, o senhor juntar-se-ia a seus pares, igualmente dominadores privados, para o exercício da vida política, como abonadora dos direitos civis, por meio da "representação nacional".

Nesse sentido, a participação política, de acordo com o *Universal*, era direito exclusivo dos "fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados". A atuação no mundo público era prerrogativa de uma "maioria dos capazes", como aquela pugnada por Guizot[19], composta pelos elementos da "parte melhor e mais escolhida do povo". Posto isso, a riqueza constituiu-se na base "dos juizos sobre a capacidade e a moralidade dos indivíduos"[20] para preencher as condições para o exercício do ato de eleger. Conforme o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*,

> a riqueza é a pedra angular da ordem social; é ao mesmo tempo a garantia e vehiculo das virtudes publicas e privadas. Não queremos com isso dizer, que a nimia pobreza seja um vicio, e a riqueza uma virtude; mas é certo, que a condição da pobreza é uma situação de impotencia, e perigoza tentação de fazer mal; e que a riqueza pelo contrario é uma potencia real, e uma facilidade para fazer bem[21].

A necessidade mata a liberdade, porque "a pobreza coloca os homens sob a ditadura absoluta dos seus corpos"[22]. O pobre é impotente, pois encontra-se coibido pela urgência do processo vital. Por isso, os "indivíduos incapazes" tornar-se-iam recrutas "dos inimigos da ordem pública" e serviriam para "planos de ambição, e para prestar-se a elevação de tirannos populares"[23] em troca de pão e abrigo.

A ilustração também foi utilizada pelos moderados como instrumento para certa quantificação da liberdade. Afirmava-se que "a verdadeira medida da liberdade é a civilização", tendo como bases a instrução e "difusão das luzes". Dessa forma,

> os homens são escravos enquanto as suas faculdades não estão desenvolvidas, e não sabem fazer delas uso regular, e são livres logo que as tem desenvolvidas e reguladas; e na verdade podemos dizer que eles não sofrem outra opressão além da que lhes provém da sua ignorância, e maus costumes, assim como também que só podem gozar de uma liberdade, que seja compatível com a extensão de seus conhecimentos, e bondade de costumes. Quanto mais ignorantes são os homens, menos liberdade tem, e quanto mais ilustrados mais livres são[24].

Ao partirmos da premissa de que "quanto mais ignorantes são os homens, menos liberdade tem, e quanto mais ilustrados, mais livres são", podemos considerar que quanto maior o grau de instrução, mais ampla pode ser a participação política do indivíduo. Assim, a educação constituiu-se em marca distintiva na sociedade brasileira. Desde os tempos da Colônia, os filhos da elite eram enviados para o Velho Mundo a fim de adquirirem boa educação e, dessa forma, ascenderem socialmente nos escalões do Estado. O local privilegiado pelos potenciais bacharéis era a Universidade de Coimbra, "viveiro dos políticos do Primeiro Reinado e da Regência"[25]. A superioridade política da elite expressou-se no caráter distintivo da educação superior, verdadeiro elemento hierarquizante e assegurador de uma "unificação ideológica".

Conforme o *Telegrafo*, os liberais fundam-se "todos em princípios falsos, quaes são uma liberdade não entendida, e não possível igualdade"[26]. Os conservadores, para sustentarem suas prerrogativas, lançaram mão de uma "liberdade que funciona como desigualdade"[27], separando-a de seu conteúdo igualitário. A liberdade é possível "se houver uma sociedade que garanta a desigualdade essencial"[28]. O contrário, ou seja, uma liberdade como igualdade, "só havia a esperar-se em rezultado a terrível anarchia; isto he a destruição da ordem social e da mesma sociedade"[29].

Os homens das Regências sabiam do perigo de desagregação do Império, evidenciado de forma sangrenta nos movimentos das províncias do Rio Grande do Sul e do Pará. Por isso, em 1831, os moderados proclamavam: "União seja nossa divisa; Constituição o nosso escudo; e Pátria o objeto de todos os nossos cuidados, o complemento de todos os nossos votos"[30]. A União estava, aos olhos da elite, em perigo:

> Ah! Vede a grande Família Brasileira ameaçada de divisão; vede como neste vasto Império já não reina a união entre todos os seus membros, e como as paixões desenfreadas ocupam o lugar da virtude deixando aparecer a ambição, o amor próprio e a adulação?[31]

Entretanto, a União defendida pelo jornal acima não era algo somente territorial. A unidade deveria ocorrer, de fato, nos corações e mentes dos brasileiros:

> É tempo de acabar com um orgulho sem limites que todos querem exercer, não se lembrando que sem sacrificar cada um a sua quota de liberdade, a

> sua quota de regalias, a Sociedade não pode marchar. Fora do Estado de Natureza, tudo se deve encaminhar para o bem geral, e este raras vezes de consegue sem prejuízo do particular[32].

Os medos exercem papel fundamental no processo de constituição de uma cultura política. Ao final do período Regencial, a desordem parecia levar todos a um "pélago profundo". O discurso conservador, herdeiro das tímidas Luzes coimbrãs, mostrou-se como alternativa potente. Os conservadores de finais das Regências, muitos dos quais liberais moderados na fase anterior, deram o tom da vida política nacional a partir de então. Para fortalecerem um sentido de "Ordem", a elite política colocou em ação um conjunto de discursos e práticas. A frase acima transcrita é, evidentemente, uma leitura hobbesiana do conceito de liberdade. A elite das Regências apropriou-se de Thomas Hobbes para eliminar da liberdade a possibilidade de suscitar entusiasmo e paixão. O que os nossos intelectuais da Regência fizeram foi reapresentar a idéia de "interesse bem compreendido". Conforme Renato Janine Ribeiro, essa idéia "supõe que para se chegar à boa política será preciso superar o imediatismo, o domínio das paixões, a ganância, e fazer prevalecer a razão, a abnegação, o raciocínio de longo prazo"[33]. De fato, para reafirmar a necessidade da União, a elite apropriou-se de idéia que rejeitasse as paixões, instintos, ambições e vaidades. Com as hierarquias em dissolução, fez-se necessário um discurso de ordem, virtude e conservação para manter o ideal de um Império uno e indiviso.

A "administração instintiva" dos liberais, repleta, aos olhos conservadores, de vaidade, ambição e impulsos, era a representação dos ideais localistas que pareciam estar "desmonarquizando o Brasil". Face à "desmonarquização, o *Unitário* defendia "a Monarquia constitucional com todo o prestígio, com todas as formalidades dela inseparaveis"[34]. Para os conservadores, a defesa do sistema monárquico implicou no empreendimento de "uma guerra de costumes, de virtude, e de conservação"[35]. Os "costumes" foram representados pelos ritos dos quais cercou-se a própria Monarquia na ampliação e manutenção de seu poder, reafirmando uma hierarquia considerada fundamental para a ordenação social. A "virtude" que, para o dicionarista Antonio de Moraes Silva, tem o sentido de "validade legítima"[36], representou o elemento de distinção no mundo imperial. Conforme Montesquieu,

numa monarquia as virtudes "não são tanto o que nos aproxima de nossos concidadãos mas o que deles nos diferencia"[37]. Nesse sentido, costumes e virtudes eram as práticas e as representações que sustentaram os poderes intermediários, subordinados e dependentes que constituíram a natureza do governo monárquico. Destes poderes, o mais natural era o da nobreza[38]. A manutenção da coroa passava, necessariamente, pela sobrevivência da própria classe nobre. Portanto, a "conservação" expressava-se na rede de lealdades e dependências que interligava e hierarquizava todos os membros da sociedade imperial, naturalizando as diferenças entre os indivíduos e conferindo-lhes um lugar no cosmo social, eliminando parte das dificuldades e do "pavor em viver consigo mesmo"[39].

Para Antonio Moraes Silva, o termo "dizer Liberdades" significava "palavras atrevidas, faltas de respeito"[40]. Durante as Regências, "palavras atrevidas" tomaram as páginas impressas impondo uma linguagem forte e virulenta. "Palavras atrevidas" foram, também, as propostas que se entrechocaram. Em evidente "falta de respeito" à ordem monárquica, existiram homens que "tiveram a protervia de proclamar república"[41]. Outros, em desrespeito aos "costumes" estabelecidos, divulgaram "projectos de federações *sui generis*, de Senado temporário, e de outras medidas administrativas inadmissíveis"[42].

"Dizer Liberdades" possui significados outros. "Dizer" remete-nos ao processo de relação entre os homens, através da troca de falas, para a constituição do poder[43]. Nesse sentido, o redator da *Estrella Marianense* pedia a seus colegas para que "continu[ass]em com o mesmo fervor a defender seus direitos, a pugnar pela liberdade único bem que devemos ambicionar, e pela qual são poucos todos os sacrifícios"[44]. Ele sabia que a liberdade necessitava da conservação do espaço criado para a sua própria ação, já que "o poder só existe enquanto os atores continuam reafirmando a sua intenção de agirem juntos"[45]. Esse poder é, em efeito, constituído através da troca de falas realizada entre os participantes do colóquio. Posto isso, quando os periódicos firmaram um debate em torno da liberdade, em verdade, estavam constituindo um poder e, simultaneamente, fortaleciam o espaço público na Província de Minas Gerais.

[1]ROCHA, Justiniano José da. "Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade". In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 176.
[2] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 127.
[3] OTONI, Teófilo Benedito. *Circulares aos eleitores de senadores da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. p. 71.
[4] Divisa da *Sentinela do Serro*. Apud: VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano III, Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, p. 205.
[5] BERLIN, Isaiah. "Dois conceitos de liberdade" In: _____. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 142.
[6] *O Universal,* Ouro Preto, 12 de agosto de 1831.
[7] *O Universal*, Ouro Preto, 26 de setembro de 1831.
[8] *O Universal*, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1832.
[9] *O Universal,* Ouro Preto, 14 de janeiro de 1833.
[10] *O Universal,* Ouro Preto, 14 de janeiro de 1833.
[11] *O Recopilador Mineiro*, Pouso Alegre, 3 de junho de 1835.
[12] *O Recopilador Mineiro*, Pouso Alegre, 3 de junho de 1835.
[13] CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Filosofia Política*, n. 2, Porto Alegre, R&PM, p. 11.
[14] *O Constitucional Mineiro*, São João del-Rei, 11 de dezembro de 1832.
[15] *O Universal*, Ouro Preto, 30 de janeiro de 1833.
[16] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 149.
[17] CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Filosofia Política*. Porto Alegre, L&PM, n. 2, 1985, p. 15.
[18] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 82.
[19] GUIZOT. François. *Histoire des origines du governement representatif et des institutions politiques de l'Europe*. 4. ed. Paris: Didier et Cie., 1880.
[20] *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*, Ouro Preto, 21 de janeiro de 1833.
[21] *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*, Ouro Preto, 21 de janeiro de 1833.
[22] ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Lisboa: Moraes Editores, 1971, p. 60.
[23] *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*, Ouro Preto, 21 de janeiro de 1833.
[24] *O Universal.* Ouro Preto, 28 de junho de 1834.
[25] CARVALHO, José Murilo de. "Introdução", In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999. pp. 9-43.
[26] *O Telégrafo*. Ouro Preto, 28 de dezembro de 1830.
[27] FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 187.
[28] FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 188.
[29] *O Telégrafo*. Ouro Preto, 28 de dezembro de 1830.
[30] *O Universal*, Ouro Preto, 30 de janeiro de 1832.
[31] *O Universal*, Ouro Preto, 20 de janeiro de 1832.
[32] *O Universal*, Ouro Preto, 20 de janeiro de 1832.
[33] RIBEIRO, Renato Janine. "O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade". In: NOVAES, Adauto. *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 142.
[34] *O Unitário*, Ouro Preto, 31 de março de 1838.
[35] *O Telégrafo*. Ouro Preto, 28 de dezembro de 1830.
[36] SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionário de Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922.
[37] MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973, p. 59.
[38] MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973, p. 43.
[39] HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O Homem Cordial", In: *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 147.
[40] SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionário de Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922.
[41] *O Universal*, Ouro Preto, 26 de setembro de 1831.
[42] *O Constitucional Mineiro*, São João del-Rei, 26 de outubro de 1832.
[43] LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 69.
[44] *Estrella Marianense*, Mariana, 14 de novembro de 1832.
[45] DRUCKER, Claudia. "O destino da tradição revolucionária: auto-incompreensão ou impossibilidade ontológica?" In: BIGNOTTO, Newton. *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 204.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES E AS INSTITUIÇÕES DA ERA VARGAS: OS CASOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO E DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Luciene P. Carris Cardoso

Introdução

A história institucional e a trajetória política de indivíduos são temas retomados pela Nova História Política. Com a renovação da historiografia francesa, proporcionada por alguns estudiosos anglo-saxões florescem novos objetos de estudo, a exemplo das relações políticas entre os grupos sociais, bem como entre os indivíduos e as de poder. Conforme assinala Jean-François Sirinelli, as associações cientificas e de intelectuais constituem uma *estrutura elementar de sociabilidade*. São lugares de fermentação da intelectualidade e também de relação afetiva, nas suas palavras, *ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade,* pois, permitem através de sua análise verificar o funcionamento da adesão e da exclusão de membros, sobretudo através de amizades, fidelidades e influências exercidas, possíveis cisões e algumas tomadas de decisão. Além disso, segundo Sirinelli, seus veículos de divulgação funcionam como uma espécie de *observatório de primeiro plano de sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das idéias*[1]. Não por acaso, as instituições são analisadas a partir da convergência de fatores políticos, sociais e culturais.

> *Por outro lado, os estudos biográficos, atualmente, não se apresentam de forma linear, factual e apologética, pelo contrário, envolve diversas etapas, tais como apreender o indivíduo e a suas especificidades, o seu percurso vai do grupo e da sociedade ao individuo no grupo e na sociedade.*[2] *Assim, através da biografia podemos compreender um grupo, um período, enfim, todas as relações sociais. A época, o meio e a ambiência são valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade.*[3]

A comunicação pretende analisar a participação do embaixador José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), estabelecido em 1838, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), criada no final do Império, em 1883 e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituído

oficialmente em 1938. Ao acumular a função de presidente em tais entidades, o diplomata imprimiu transformações significativas, garantindo a continuidade de antigas e estreitas relações de cooperação e de cordialidade acadêmica. O embaixador Macedo Soares, ao consagrar-se como exímio político e diplomata, tornou-se um notável articulador o que garantiu uma estreita aproximação destas associações com as esferas de poder, proporcionando-lhes prestígio e inúmeros subsídios.

Macedo Soares, uma trajetória

"*Essa presença invisível, que tantas vezes nos iluminava o caminho, foi a grande força que nos unia e fazia do Instituto Histórico e Geográfico alguma coisa mais que uma simples sociedade de estudiosos*". Com essas palavras, Américo Jacobina Lacombe encerrou sua resenha biográfica em homenagem a José Carlos de Macedo Soares, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1952.

Macedo Soares, personalidade de destaque no cenário político e intelectual da primeira metade do século XX, nasceu na cidade de São Paulo em 1883 e descendia de uma família tradicional fluminense. Em 1905, bacharelou-se em Direito na mesma capital, e formado dedicou-se ao magistério, lecionou Economia Política e Ciência das Finanças na Escola do Comércio Álvares Penteado e dirigiu o Ginásio Macedo Soares, de sua família. A partir de 1924, administrou diversas empresas paulistas, tais como, o Banco de São Paulo e a Companhia Paulista de Artefatos de Alumínios, entre outras instituições financeiras. Ao que tudo indica, a sua vasta experiência profissional como diretor de empresas permitiu alcançar a presidência da Associação Comercial de São Paulo.

Durante o Movimento 05 de Julho em 1924, liderado pelo General Isidoro Dias Lopes, Macedo Soares participou tentando minimizar as conseqüências do conflito em São Paulo, *procedeu como salvador da situação caótica para atalhar abusos e violências já evidenciados*[4]. Assim, *usando de seu prestígio envidou todas os esforços para minorar as dificuldades impostas a população, evitando que a cidade fosse bombardeada*.[5] Sua atitude não foi bem compreendida pelo Governo Federal, logo após, freada a revolta Macedo

Soares viu-se preso e processado. Sendo assim, decidiu exilar-se por cerca de três anos na Europa, todavia, foi inocentado posteriormente. Segundo Firmino Whitaker, Ministro do Supremo Tribunal Federal relatou que Macedo Soares *nunca foi um revoltoso e sim um benemérito.*[6]

A partir de 1930, participou da Aliança Liberal e foi secretario da Justiça no Governo Provisório instalado em São Paulo pela Revolução de Outubro. O ingresso na vida política iniciou quando elegeu-se deputado nacional constituinte entre os anos de 1933 e 1934,em seguida, Ministro da Justiça e Interventor Federal em São Paulo. Como Ministro das Relações Exteriores coube lhe representar o Brasil em Washington na posse do presidente Franklin D. Roosevelt (1937). Na esfera internacional, participou das negociações do Protocolo de 1935 que poria fim a Guerra do Chaco entre o Paraguai e a Bolívia, o seu desempenho no processo garantiu-lhe o título de Chanceler da Paz. Em 1937, Macedo Soares foi nomeado Ministro da Justiça pelo então presidente Getúlio Vargas, permaneceu no posto por cerca de cinco meses.

Ao que tudo indica, Macedo Soares ao perceber os novos planos do Governo de outorgar a constituição cuja inspiração baseava-se em idéias nazi-fascistas, evitando futuras eleições, exonerou-se do cargo. Voltaria ao cenário político em 1945-47 como interventor federal no Estado de São Paulo. Mais uma vez, empossado ministro das Relações Exteriores entre 1955 e 1958, além de ministro interino da pasta da Justiça, no governo de Juscelino Kubitschek. Macedo Soares também se destacou como historiador, dentre os diversos trabalhos por ele escrito, convém registrar *Os falsos troféus de Ituazaingó, Fontes da História da Igreja e Fronteiras do Brasil no regime colonial,* este último considerado por Américo Jacobina Lacombe como um "acontecimento em nossa história diplomática".

Macedo Soares e os institutos: os casos da SGRJ, do IHGB e do IBGE

Em julho de 1951, realizou-se nas salas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma sessão especial da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro[7] em homenagem ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. Participaram da cerimônia, diversas

personalidades, a exemplo de Rodrigo Otávio Filho, representando a Academia Brasileira de Letras, Mário Augusto Teixeira de Freitas, um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o General Cândido Rondon e o Almirante Dodsworth Martins, então presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

> *A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro convoca hoje, com grande prazer, esta sessão especial na sala Paranaguá, para inaugurar o busto em bronze do plecaro e benemérito sócio e presidente de honra embaixador José Carlos de Macedo Soares. Os assinalados serviços prestados a esta sociedade, durante sua gestão na presidência, por espaço de seis anos, e, também, os grandes e inolvidáveis serviços conferidos a geografia, como presidente perpétuo do benemérito Instituto e bem assim como presidente criador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, motivam mais uma consagração em vida, que esperamos seja longa e sempre proveitosa, do grande brasileiro que tem sabido conduzir vitoriosa, sua exemplar atividade pública de colaboração no progresso de nossa pátria.*[8]

Vale acrescentar que Macedo Soares também participou de outras associações científicas e culturais brasileiras e estrangeiras, a exemplo da Academia Internacional de Diplomacia, da Ordem dos Advogados de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, do Liceu Literário Português, da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguai, da Academia Uruguaya de Letras, da Academia Argentina de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa, da Real Academia de História de Portugal e da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outras. Além disso, presidiu diversas associações, tais como a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De acordo com os associados da SGRJ, Macedo Soares conquistou a presidência devido ao seu *maior destaque e prestigio em todos os meios tanto sociais, como políticos e intelectuais, concordando com a indicação de seu nome para a presidência da nossa Sociedade, representou, desde logo a melhor garantia para o futuro da nossa instituição*.[9] Tão logo assumiu o cargo, empenhou-se em garantir o aumento da subvenção federal, a impressão gratuita das publicações na Impressa Nacional, bem como a doação de um terreno para sede definitiva na Esplanada do Castelo. Todavia, tal projeto não seguiu adiante, uma vez que a deposição de Getúlio Vargas comprometeu o processo, ao que tudo

indica não interessava mais aos novos governantes e acabou emperrando-se nas arenas burocráticas. Vale acrescentar que a antiga sede da Sociedade à Praça da República data de 1936, quando José Carlos de Macedo Soares, então Ministro das Relações Exteriores, cedeu o imóvel do Ministério para a SGRJ.

A administração do chanceler pautou-se na tentativa de garantir a continuidade de suas atividades culturais. A associação passou por diversas crises sucessivas, devido a abstenção da maioria dos seus sócios, bem como a ausência de atividades culturais efetivas e a precária situação financeira o que provocou a iminência de quase encerrar as suas atividades acadêmicas. Não por acaso promoveu-se uma ampla reforma de seus estatutos, bem como a mudança do nome de Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para Sociedade Brasileira de Geografia. Previa-se, também, a descentralização do grêmio com o estabelecimento de filiais nos Estados brasileiros. A criação de um novo estatuto visava romper com o sistema de reeleições e a vitaliciedade dos membros da diretoria, atraindo também novos associados. Porém, isso não impediu que Macedo Soares permanecesse no posto por cerca de seis anos consecutivos. A gestão de Macedo Soares, reconhecida como um "movimento renovador", foi um marco para história da Sociedade.

Entre as principais atividades desenvolvidas em sua passagem, vale ressaltar a participação nas comemorações do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco. Para esta ocasião, publicou-se em 1945 um volume especial. Nesta edição, destacaram-se os trabalhos de Everardo Backheuser, intitulado "Rio Branco, geógrafo e político" e do ministro José Severiano da Fonseca Hermes que dissertou sobre a questão do litígio entre o Brasil e Argentina. Seguindo um dos seus objetivos principais: *incentivar o gosto pelos estudos geográficos até a demonstração de sua necessidade como imperativo nacional*[10], a Sociedade em acordo com o Conselho Nacional de Geografia organizou um Curso de Aperfeiçoamento de professores de geografia do ensino médio, oficializado pelo Ministério da Educação que garantiu a emissão dos diplomas.

Durante o Governo de Getúlio Vargas, reiniciaram-se os tradicionais certames de geografias, até então paralisados em 1929, inicialmente realizados sempre na data do

aniversário da Independência do Brasil. A promoção dos congressos brasileiros de geografia significou uma iniciativa importante da SGRJ, tal qual afirmou José Veríssimo da Costa Pereira.[11] Os IX e X certames realizados respectivamente em 1940 na cidade de Florianópolis e em 1944 no Rio de Janeiro contaram com a colaboração de novos espaços institucionais oficiais, tais como o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Um ponto em comum nestes dois eventos foi a proximidade com as esferas de poder, a exacerbação dos valores patrióticos decorrentes da situação de guerra e a militarização da instituição, assumia-se, portanto, *uma dimensão sobretudo política, contribuindo menos para o avanço do conhecimento geográfico do que para a exaltação do regime*.[12]

Em 1968, realizou-se nas salas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma sessão especial em homenagem a memória do embaixador Macedo Soares. Compareceram ao evento diversas personalidades do cenário político e cultural, bem como representantes de instituições, a exemplo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Ministério das Relações Exteriores e representantes da Igreja Católica. Macedo Soares foi admitido no Instituto Histórico em 1921 como sócio correspondente e em 1938, com o desaparecimento do então presidente Conde de Afonso Celso, assumiu interinamente o cargo. Uma comissão especial analisou o projeto de tornar o embaixador presidente perpétuo do IHGB, e, assim, relembrou *(...) os relevantes serviços prestados pelo atual presidente, a exemplo do Visconde de São Leopoldo, Barão do Rio Branco e Conde de Affonso Celso.*[13]

Por outro lado, Macedo Soares ao comentar sobre a perpetuidade de sua função, salientou a necessidade de renovação dos quadros sociais do IHGB, declarou *que o meu apego bons princípios da filosofia biológica contemporânea, as quais desde Lamarck mostram que a renovação é a condição da evolução e do progresso das espécies.*[14] Mais adiante, declarou que a *continuidade das tradições no Instituto, estava assegurada pela presença do secretário Max Fleuiss*. Dentre as principais iniciativas na sua administração, cabe registrar o retorno da trimestalidade de seu periódico e o plano de aquisição de um

terreno para a construção de sua sede. Destacaram-se as comemorações dos centenários de Visconde de Taunay, do Barão do Rio Branco e de José Candido Guilhobel, além da participação em certames nacionais e internacionais, a exemplo dos congressos de geografia e de história, bem como as reuniões Pan-americanas de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

Vale notar que a assembléia inaugural do Instituto Pan-americano de Geografia e História (IPAGH) em 1932 foi realizada no IHGB, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia. Em 1944, a Segunda Reunião Pan-Americana teve lugar no Instituto Histórico e caracterizou-se, no entendimento de seus associados, fortalecia *sobretudo os elos de solidariedade cultural entre os povos americanos.* Não por acaso*, trataram especialmente da geografia, cujos problemas proporcionaram amistosa aproximação entre os sabedores, que os estudaram em seus respectivos países e queriam conhecer as opiniões dos colegas distantes*.[15]

Em que pese, as características e objetivos distintos em tais entidades, percebe-se um elo em comum, a necessidade de sistematizar as informações acerca do território brasileiro e em especifico, a questão da redivisão territorial que era um tema estratégico. O surgimento de um sistema estatístico, geográfico e cartográfico oficializado com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1938, através da iniciativa de Mário Augusto Teixeira de Freitas e de Macedo Soares que permaneceu como presidente de tal entidade por cerca de dezoito anos. O período também é marcado pelas relações de cordialidade e *simbiose cultural* entre o IBGE e as demais instituições.

A este exemplo, em 1938 Macedo Soares encaminhou ao Instituto Histórico, uma "coleção de sinopses estatísticas", correspondentes as vinte e duas unidades políticas do país, nas suas palavras, (...) *trata-se da mais expressiva demonstração dos felizes e benéficos resultados que o Brasil vai começando a recolher da campanha em boa hora empreendida no sentido de renovar, inteiramente* o seu sistema estatístico, *enquadrando-o em diretrizes harmônicas e uniformes.*[16] Em 1938, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro filiou-se a *um sistema nacional do qual o IBGE é o órgão centralizador,*

assegurava a presença numa série de atividades científicas e culturais, de acordo com Macedo Soares, *além de se corresponder aos seus impulsos de expansão cultural, vem ao encontro das suas finalidades cívicas.*

Entre as diversas atividades desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística convém destacar: o levantamento das coordenadas geográficas, a uniformização da cartografia brasileira, a criação de um mapa ao milionésimo, a criação de um dicionário geográfico brasileiro e a utilização do método da aerofotogrametria.[17] Em sessão realizada no Instituto Histórico em 1939, Macedo Soares reafirmou a necessidade de um mapa preciso do território brasileiro, no seu entender,

> *o conhecimento do território, das suas riquezas naturais, das florestas, das quedas e reservatórios, as formações orográficas, a possibilidade de estudos de planos de viação rodoviários e ferroviários, o povoamento, todos os problemas, de estratégia e tantos outros, todos dependem de uma carta topográfica exata.*[18]

---

[1] SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais" In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. P. 249

[2] LEVILLAIN, Philippe. "Os protagonistas da biografia". In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. P. 176.

[3] Cf. LEVI, Giovanni. "Usos da biografia" In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P.167-183

[4] FILHO, Virgilio Correa. *José Carlos Soares e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Revista do Instituto Histórico e Geografio Brasileiro, v. 261, abr./jun.,1963. P.51

[5] Cf. Dicionário biobliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros. Rio de Janeiro: RIHGB, 1992.

[6] MARTINS FILHO, Enéas. *Resenha Biográfica*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 279, abr./jun., 1968. P. 47

[7] Sobre a história da trajetória institucional da SGRJ, conferir: Luciene P. Carris Cardoso, *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909)*, Dissertação (mestrado), Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

[8] "Homenagem ao embaixador José Carlos de Macedo Soares". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 212, jul./set., 1951. P.138

[9] *Relatório das Atividades da Sociedade durante o ano de 1945*. Revista da Sociedade Brasileira de Geografia, 1945-1946, t. 52-53. P. 131

[10] Idem, p. 137.

[11] PEREIRA, José Veríssimo da Costa. "A geografia no Brasil". In: AZEVEDO, Fernando de. (org.) *As ciências no Brasil*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ,1994. p. 399.

[12] PEREIRA, Sérgio Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2002. P. 160.

[13] Carta de autoria da comissão a diversos sócios sobre a intenção de elevar o embaixador José Carlos Macedo Soares a categoria de presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 25 de novembro de 1941.

[14] Assembléia Geral do dia 15/10/1941, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1941, v. 176, p. 581

[15] "Homenagem a memória do embaixador José Carlos de Macedo Soares", ". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, V. 261, out.-dez., 1961, 92.

[16] Carta do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, José Carlos Macedo Soares, ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manoel Cícero em 20 de dezembro de 1938.

[17] Sobre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conferir o trabalho de Roberto Schmidt de Almeida, *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998,* Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ, 2000.

[18] Discurso de Macedo Soares na sessão magna comemorativa do 101º. aniversário do IHGB. Rio de Janeiro: RIHGB, v. 174, 1939. p. 926.

CIDADES, MEMÓRIA E NARRATIVA

Lucilia de Almeida Neves – PUC-MG

Cidades: caleidoscópios da memória

As cidades, como espaço de vivências coletivas, são paisagens privilegiadas de registros da memória. A pena dos escritores faz dessas paisagens personagens vivas de narrativas que, na interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano de suas ruas, praças, cafés, escolas, museus, residências, universidades, fábricas, repartições públicas, bares, cinemas. As cidades são cristais de múltiplas faces espaciais e temporais, cristais de variadas luzes, dentre elas as da memória, que, com sua temporalidade sempre em movimento, reencontra os lugares do ontem com os sentimentos do presente.

Pedro Nava e Jorge Luís Borges, em viagem pelas alamedas das lembranças das cidades nas quais viveram, registram em seus textos uma poética viva do passado, transformada ora em ficção, ora em memória, ora em relação tensionada do lembrar com o esquecer. Suas narrativas são longos passeios, através das letras e dos locais preservados pela memória, e por ela reconstruídos, ora com toques de imaginação, ora com reverência à tradição, ora com paradoxal ressentimento em relação ao inexorável fluir do tempo.

Para Borges, as ruas de Buenos Aires, são suas próprias entranhas, seu mundo interior habitado por edificações, cheiros, passeios, povo:

> As ruas de Buenos Aires já são minhas entranhas.
> Não as ávidas ruas,
> incômodas de turba e de agitação,
> mas as ruas entediadas do bairro,
> quase invisíveis de tão habituais..[1]

Já Nava desenvolve diferentes recursos literários para se referir às ruas das cidades de seu passado,mitificando-as como muito apraz à memória e à nostalgia:

> Ah! jamais (Belo Horizonte) sacudirá o jugo do velho crepúsculo da tarde morrendo varrida de ventos, da lembrança submarina dos fícus e dos moços que subiam e desciam a Rua da Bahia. Não a Rua da Bahia de hoje. A de ontem. A dos anos vinte. A de todos os tempos, a sem fim no espaço, a inconclusa nos amanhãs. Nela andarão sempre as sombras de Carlos Drummond de Andrade, de seus sequazes, cúmplices, amigos... [2]

E também, reencontrando-as como espaço de movimento, de vida, de lazer, de jogar tempo fora, de passear em direção a desconhecido futuro que, transformado em presente, o faz, como escritor, retornar ao passado, como se caminhasse por um mapa afetivo de lugares.

> Ruávamos quase o dia inteiro. Nossa vida era um ir e vir constante nas ruas de Belo Horizonte. E o mais estranho é que hoje elas se esvaíram completamente. Mesmo voltando, mesmo palmilhando os lugares essenciais de nossa mocidade é impossível captar as velhas ruas como elas eram a não ser refazendo-as imaginariamente ou agarrando fragmentos fornecidos pelo sonho.

As ruas são lugares vivos das cidades, são locais de tensões, são movimentos em busca de encontros. São também, como as cidades, simultaneamente, signos de tradições e signos de transformações. Desse paradoxo brota, muitas vezes, a inspiração de escritores que sacralizam o passado em contraposição à inevitável característica da urbe: a modernização, assim traduzida pelas palavras de Saul Yurkievich: "A modelatria é uma devoção cidadã."[3]

Nesse sentido, a literatura assume, inúmeras vezes, a função de lembrar e reforçar as tradições das cidades. Torna-se voz e eco de um tempo que aos poucos tende a se perder nas teias da modernidade e no culto do novo. Pedro Nava e Jorge Luís Borges fazem da memória substrato de seus textos. Nava, de forma deliberada, na série

de seis livros que o consagraram como escritor em plena maturidade. Borges em escritos diversos, no vasto conjunto de sua obra, em cerca de sessenta anos de produção literária.

Os dois autores consagram às cidades parte substantiva de sua recordação recorrendo, inúmeras vezes, à reminiscência sobre o que se perdeu ao longo do tempo (nostalgia e esquecimento). Borges centra o eixo de suas lembranças em Buenos Aires, cidade de sua saudade e de sua vida por ele identificada como paraíso perdido.

> Nasci em outra cidade que também se chamava Buenos Aires [...]
>
> Recordo o que vi e o que me contaram meus pais [...]
>
> Sei que os únicos paraísos não proibidos aos homens são os paraísos perdidos.

Buenos Aires, renovada e perdida no tempo: "Do outro lado da porta, certo homem feito de solidão, de amor, de tempo, acaba de chorar em Buenos Aires, todas as coisas". E ainda: "Se penso em Buenos Aires, penso na Buenos Aires que conheci quando era criança: de casas térreas, de pátios, de vestíbulos, de poços com uma tartaruga, de janelas gradeadas, e antigamente essa Buenos Aires era toda Buenos Aires...".

Já Nava caminha por três diferentes cidades – Juiz de Fora, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. De Juiz de Fora, recorda-se de uma avenida que, sendo a mesma até os dias presentes, muito se transformou ao longo dos anos: "E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a avenida Rio Branco hesitou minha vida!"

Em seguida, volta-se para anos passados em Belo Horizonte, cidade para a qual sua família se mudou. Belo Horizonte, que para ele simboliza toda Minas Gerais: "Do Belo Horizonte (não esse, mas o outro, que só vive na dimensão do tempo) É o bojo de Minas. De Minas toda de ferro pesando na cabeça, vergando os ombros e dobrando os joelhos dos seus filhos". Belo Horizonte, que alvorecia, ganhava contornos e personalidade e que ficará em sua lembrança, estagnada no tempo, mas repleta das inexoráveis mudanças inerentes à modernidade:

> Eu conheci esse pedaço de Belo Horizonte, nele padeci, esperei, amei, tive dores de corno augustas, discuti e neguei. Conhecia todo mundo. Cada pedra das calçadas, cada tijolo das sarjetas, seus bueiros, os postes, as árvores. Distinguia seus odores e as cores de todas as horas. Ali vivi de meus dezessete aos meus

> vinte quatro anos. Vinte anos nos anos vinte. Vinte. Sete anos que valeram pelos que tinha vivido antes e que viveria depois. Hoje, aqueles sete anos, eles só existem na minha lembrança. Mas existem como sete ferretes e doendo sete vezes sete quarenta e nove vezes sete quarenta e três ferros pungindo em brasa.

Cenários Urbanos: nostalgia do espaço

O memorialista, para se identificar com o leitor, trabalha com duas categorias inerentes ao ato de recordar: espaço e tempo.Reencontrar temporalidades é também reencontrar lugares e identidades.

> Na busca do espaço, reencontramos a ansiosa busca de identidades ameaçadas, já que lugares e objetos materiais aparecem como imutáveis, portanto como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas, garantindo-lhes identidade. Em contrapartida, a mobilidade do espaço e das coisas nele situadas e a indeterminação dos lugares desorganizam referenciais.[4]

Como narrador, o memorialista reconstrói lugares perdidos pela inexorável transformação paisagística da urbe. Reconstrói, buscando nas réstias do passado imagens paradoxais, intactas nas suas lembranças, mas na realidade transformadas em novos espaços, que representarão para as novas gerações outras imagens, que se tornarão suportes de novas memórias (memória em movimento). "É preciso corrigir os homens sem imaginação. Isto aqui, este espaço todo é a Fundação Getúlio Vargas. Não senhor! Aqui era a casa do Barão de Itambi, quando vizinho do Doutor Torres Homem e mais adiante a já derrubada casa onde Bidu Saião aprendeu a cantar"

Diante da fragmentação da vida os espaços (lugares) são fundamentais para a construção e solidificação de identidades. Segundo Rodrigues[5], a identidade tem fronteiras delimitadas, como as das cidades. São as cidades que alimentam o imaginário sobre elas mesmas e que através de suas edificações, praças, ruas e alamedas definem para as pessoas referências e sentimentos fundamentais de sua vida.

Assim, para Borges, lembrar de um lugar desaparecido do cenário urbano mais do que reativar a memória é reviver experiências passadas, que o identificam com Buenos Aires.

> Tudo começou antes da ditadura. Eu estava empregado em uma biblioteca do bairro Almagro. Morava na esquina de Lãs Heras com Pueyrrendón, tinha de percorrer, em lentos e solitários bondes, o longo trecho entre este bairro do Norte e Almagro Sur, até uma biblioteca situada na avenida La Plata com Carlos Calvo. O acaso [...] fez-me encontrar três pequenos volumes na Livraria Mitchell, hoje desaparecida, que tantas lembranças me traz.

Nava também se reporta aos espaços das cidades perdidos no tempo, apagados do cenário urbano pelo furor incontrolável da modernização. Espaços que eram lugares íntimos por serem plenos de significados e vivências da intimidade com as ruas, com o ambiente urbano. Lugares centrais em sua vida, núcleos de lembranças e de relações afetivas. Ao se referir ao Bar do Ponto em Belo Horizonte, Nava o transforma não só no centro de sua vida, como também no centro do mundo

> Escrevi à Tia Alice carta que releio comovido, para avivar minhas lembranças dessa fase. Nela dizia: “Agora estamos a três quarteirões do Bar do Ponto, que é o centro!” Eu me referia ao centro da cidade, mas logo veria que aquilo era o centro de Minas, do Brasil, do Mundo, mundo vasto mundo.

Também sobre as transformações por que passam as cidades e que estimulam o afloramento de doídas lembranças, Nava assim se refere ao Rio de Janeiro:

> À medida que as obras do metrô e a insensibilidades dos procônsules nossos governantes vão demolindo de preferência o que há de sentimental, histórico e humano no Rio de Janeiro, multiplico meus passeios pelas ruas malferidas – como quem se despede. Assim acompanhei, qual agonia de amigo a depredação da Lapa.

Demolição e rememoração, palavras plenas de significado dicotômico: lembrar para impedir o esquecimento provocado pela erosão do tempo e pela ação dos homens

nas cidades. Cidades que como a Buenos Aires de Borges "[...] correm o risco [...] de ter seu passado apagado, ou, ao menos, encoberto pelas novas construções, que acumulando tempo, predeterminam a paisagem e dissolvem a memória"[6].

Memória: lastro das mudanças

As cidades são memórias acumuladas. São memórias perdidas. São memórias silenciadas. Para Borges,

> Somos nossa memória,
> somos esse quimérico museu de formas inconstantes,
> essa pilha de espelhos rotos.
> Muitas vezes, as cidades se transformam em espelhos distorcidos do passado, pois o tempo não permite a reprodução intacta das imagens perdidas. As memórias são lastros das mudanças, apesar de quererem ser esteios da preservação. Lembramos do que já passou, do que se perdeu na orgia da temporalidade, adquiriu novas formas e até novos significados.

As cidades nas quais vivemos são essência do presente imposto. As cidades das quais nos lembramos são alimento das recordações, essência de um passado perdido. Buscamos ressignificar a vida presente, reencontrar lugares e pessoas, como o faz Borges no poema Yesterdays:

> [...] Minha verdadeira estirpe
> é a voz, que ainda ouço, de meu pai [...],
> Sou o que me contaram os filósofos.
> O acaso e ou o destino, esses dois nomes
> de algo secreto que ignoramos,
> prodigaram-me de pátrias: Buenos Aires,
> Nara, onde passei uma única noite,
> Genebra, as duas Córdobas, a Islândia...

Transformar as cidades em centros das experiências de vida é buscar raízes nos espaços urbanos. Nesse sentido, a mudança é tomada como perda. Inevitável perda, pois inerente ao processo de transformação de muitas cidades em metrópoles. Cidades que se

agigantam, e que, nesse processo, transformam suas áreas centrais, em espaços inúmeras vezes degradados.[7]

Diante de um presente marcado pelo fracionamento do tempo e pela segregação espacial, os escritores fazem de suas memórias exorcismo do presente e valorização do que passou. Enxergam nas cidades dos bons tempos (o passado) singularidades, signos e representações, cujos significados são individuais, mas se tornam, pela socialização de seus escritos e pelos sentimentos de identificação por eles estabelecidos, significados coletivos.

As memórias, lastros das mudanças, são, paradoxalmente, desejo de retenção do passado. Em Nava, a relação escrita/restauração do passado fica evidente no seguinte texto:

> Manhã quando decidia ir à Santa Casa por Ceará, só esse propósito já era bastante para criação de resultantes físicas da angústia antecipada do que ele (Egon) ia passar. É que tinha de despir seu presente, anular sua experiência e reassumir estado de espírito infantil – porque os dois quarteirões desta rua (de Padre Rolim à Praça Quinze) tinham sido descobertos nos seus onze, doze anos – numa manhã de escapula cidade afora. Isto lhe era devolvido pela recriação do tempo passado.

Em Borges a encontramos quase como lamento:

> É pó também essa palavra escrita/por tua mão, ou o verbo pronunciado
> Por tua boca. Não há lástima no Fado
> E a noite de Deus é infinita.
> Tua matéria é o tempo, o incessante
> Tempo. Tu és todo solitário instante.

Tempo, memórianarrativa: interseções que fazem do diálogo do presente com o passado recurso de retenção e esteio de identidades.

[1]Os poemas de Jorge Luís Borges foram retirados de seus seguintes livros livros: Fervor em Buenos Aires; Elogio da Sombra; A Cifra; A Cegueira; Sete Noites. In: *Obras Completas*. São Paulo: Globo, 2000 /2001. 4 vol.

[2] Os fragmentos das memórias de Pedro Nava foram reproduzidas de seus seguintes livros: Baú de Ossos (1999); Balão Cativo(2000); Cão de Ferro(2001); Beira Mar (2003) ; Galo das Trevas(2003) e Círio Perfeito(2003). São Paulo: Ateliê Editorial .

[3] YURKIERVICH, Saul. Los signos vanguardistas: el registro dela modernidad. In: PIZARRO, Ana (org) *América Latina: Palavra, Literatura, Cultura. Vanguarda e Modernidade*. São Paulo: Memorial UNICAMP, 1995.v. 3. pp 89-97.

[4] D' ÁLÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. Projeto História – EDUC. São Paulo, n 17, p 269-280, 1981.

[5] RODRIGUES, Adriana Pérsico. Identidades Nacionales Argentinas, 1910 y 1920. in: ANTELO, Raúl (org). Identidade e Representação. Florianópolis: UFSC, 1994. p.76-90.

[6] PINTO, Júlio Pimentel. Uma memória do mundo: ficção, meória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p 115.

[7] MUNFORD, Lewis. A Cidade na história. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Imperialismo: história e conceito*

Lúcio Flávio de Almeida** - PUC-SP

I. A tríade político-ideológica burguesa

O conhecimento das sociedades que se constituíram no chamado mundo ocidental tem um de seus pilares na tríade Estado-território-soberania. Longe de ser uma pura construção mental, ela se articulou ao processo de constituição de Estados que se apresentam como expressões da soberania de comunidades de cidadãos estreitamente vinculadas a territórios precisamente delimitados: comunidades nacionais. Portanto, não se trata de uma tríade somente conceitual, mas de referências práticas fundamentais, inerentes ao processo pelo qual as estruturas do capitalismo nos interpelam como sujeitos[1]

Marx, ao demonstrar que este Estado que se apresenta como expressão do interesse nacional e, portanto, "geral", é o principal centro de organização da dominação burguesa de classe, contribuiu para desencadear uma revolução teórica que, imbricada, desde a Comuna de Paris, com inúmeras tentativas práticas de construção do socialismo, seguiu, desde então, até o final da Guerra-Fria, seu curso desigual e contraditório.

No estágio imperialista do capitalismo, as formulações originais de Marx enfrentam novos desafios teóricos e práticos. Proliferaram estados burgueses em formações sociais dependentes, o que implica a tarefa, muitas vezes bastante árdua de, com vistas à reprodução da dominação de classe, encenar a representação do povo nação como uma coletividade soberana e, neste mesmo processo, reproduzir ou, no máximo, redefinir as relações de dependência desta formação social em relação aos centros do capitalismo hegemônico. Em poucas palavras, uma das operações efetuadas pelo Estado burguês dependente para desorganizarem os dominados é converter o antiimperialismo em algum tipo de nacionalismo.

O quadro ficou bem mais complexo. Os nacionalismos que tomam estes Estados nacionais dependentes como referência possuem um conteúdo democrático que os

distingue qualitativamente dos nacionalismos de "nação opressora". É neste sentido que o nacionalismo iraquiano ou venezuelano se distingue do austríaco ou estadunidense.

Mas também existem diferenças importantes entre os dois primeiros. Aquele conteúdo democrático geral, que chamo de "nacionalitarismo", não deve ser absolutizado, sob pena de ignorarmos que se insere em uma relação de dominação de classe que pode adquirir formas extremamente ditatoriais e antipopulares[2] ou, pelo contrário, abrir caminho para lutas democrático-populares dotadas de forte caráter antiimperialista. O século XX foi bastante marcado pela existência de movimentos que, ao confundirem nacionalismo com antiimperialismo, depositaram no primeiro esperanças que ele não podia realizar. Este processo terminou por reforçar visões estatistas que, no limite, identificaram estatização a socialismo. Pelo menos em seus primeiros três quartos, pode ser visto, no centro e na periferia, como o século do triunfo dos Estados nacionais.

No último quartel do século, com a nova rodada de transnacionalização do capitalismo em crise, a situação ficou ainda mais complexa. No bojo da contra-ofensiva capitalista em larga escala que se desencadeou no centro e na periferia do sistema (o chamado neoliberalismo), adquiriu grande importância o discurso da "globalização" ou da "mundialização", que, em suas versões mais exacerbadas anunciava apocalipticamente, o "fim": fim do Estado, fim do território, fim da soberania.

Um risco enorme para os que lutam por um outro mundo é o de simplesmente efetuar mais um movimento do pêndulo político-ideológico, oscilando do liberalismo para o estatismo, sem que se avance um milímetro sequer na compreensão das novas configurações do imperialismo – este estágio do capitalismo - e de como enfrentá-lo.

Posições teóricas estatocêntricas e seus críticos globalistas compartilham dos mesmos pressupostos (com sinais trocados) acerca do Estado, território e soberania. As primeiras fecundam nacionalismos (que podem ou não se desdobrar em antiimperialismos). As segundas fizeram um percurso mais sinuoso: na Europa, incorporaram-se ao processo extremamente contraditório de construção da União Européia sob a hegemonia do grande

capital; nas formações sociais dependentes, têm servido admiravelmente à legitimação de políticas neoliberais nesta nova rodada de transnacionalização do capitalismo em crise.

Obviamente, o exame dos impactos da "globalização"/"mundialização" sobre o Estado nacional traz para o centro do palco a questão da soberania. Boa parte do debate já está, de saída, comprometida não somente por uma concepção simplista de mundialização, como também porque se trata do Estado nacional no singular, o que obscurece as assimetrias presentes nas relações internacionais, assimetrias que expressam determinações constitutivas dos próprios Estados contemporâneos.

Quanto a este último aspecto, tenho insistido na hipótese de que, no atual contexto de transnacionalização do capitalismo, a crise da ideologia nacional, estreitamente vinculada às turbulências vividas por muitos Estados-nações, pode produzir "surtos" de estatismo, os quais são, por sua vez, grande fonte de nacionalismos.

Sem estatismos. Mas também sem globalismo (apocalíptico ou não). A distinção entre a "Europa dos trustes" e uma "Europa Revolucionária" não é mera figura de retórica. E, adotada pelas esquerdas das formações sociais dependentes, qualquer uma daquelas unilateralidades superficiais é catastrófica. No momento, sempre com um olho na crítica ao estatismo, o que mais importa, em nome da atual retomada do internacionalismo, é se desvencilhar do canto de sereia do "globalismo" neoliberal, sempre levando em conta que os que dirigem a única superpotência do planeta apelam, segundo as conveniências, de cada situação, para este ou aquele registro.

II. Recuperar uma referência teórica

A principal referência teórico-política para grande parte dos estudos críticos do imperialismo continua sendo o pequeno texto que Lênin escreveu em 1916, *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1979). Já na introdução, o próprio autor alertou para as limitações de sua análise. Mencionou a carência de fontes e, em razão da censura czarista, a restrição de quase toda a análise à dimensão econômica. Esta segunda limitação também

foi observada nos prefácios da edição original (1917) e das edições francesa e alemã (1920).

Neste sentido é que, no capítulo central do livro, antes de apresentar as "cinco características fundamentais do imperialismo", o autor alerta para "o que há de convencional e relativo em todas as definições genéricas, que nunca podem abarcar os múltiplos aspectos de um fenômeno na totalidade do seu desenvolvimento". Eis as características assinaladas por Lênin:

> "1) concentração da produção e do capital", ao ponto de originar "os monopólios, cujo papel é decisivo na vida econômica"; 2) "fusão do capital bancário e do capital industrial", o que origina o "capital financeiro" e, com base neste, uma "oligarquia financeira"; 3) a exportação de capitais assume, em relação à de mercadorias, "uma dimensão particular"; 4) constituição de "uniões internacionais monopolistas", que dividem o mundo entre si; 5) pela primeira vez na história, completa repartição do globo"[3]

Para um livro cujas limitações foram tão ressaltadas pelo próprio autor, os acertos são notáveis. A produção e o capital estão bem mais concentrados; a "oligarquia financeira" opera vorazmente nos quatro cantos do globo; os capitais atravessam fronteiras com a velocidade da internet; e, em cada setor, um punhado de grandes corporações loteia o planeta. Além disso, o autor observou que, ao contrário do que muitos afirmavam, os cartéis não evitariam as crises do capitalismo, mas agravariam o caos no conjunto do sistema; a separação entre a propriedade do capital e sua aplicação industrial aumentaria, agigantando-se a figura do rentista e de um pequeno número de Estados em relação aos demais; a exportação de capitais desenvolveria, "em profundidade e extensão" o capitalismo no mundo todo; devido a "inúmeros fatores", como falências, guerras, etc., enquanto houvesse imperialismo, novas repartições do globo poderiam ocorrer.

Na medida em que se trata da análise de um processo, os próprios acertos exigem que ela seja atualizada, pois o mundo deste início de milênio não é o mesmo dos tempos da primeira guerra mundial. Este aspecto será retomado no final do texto.

Também existiam aspectos que o autor julgava "transitórios", mas que, por conta das "ironias da História", tenderam a permanecer e a proliferar. Por exemplo, as colônias e semi-coloniais ou mesmo países dependentes eram vistos por Lênin como objeto de futura repartição, a menos, é claro, que houvesse uma revolução socialista em escala internacional, que o autor julgava, com razão, iminente e à qual dedicou suas energias.

No pós-guerra, a revolução internacional tinha sido derrotada, ficando circunscrita à antiga Rússia, a destruição de velhos impérios desencadeou nova partilha do mundo e também novos Estados nacionais se constituíram. O próprio Lênin, que já havia formulado o princípio da defesa do direito à autodeterminação nacional no interior dos impérios multinacionais e sempre destacou a diferença entre os nacionalismos de "nação opressora" e de "nação oprimida", apostaria no potencial revolucionário dos movimentos de libertação nacional no "Oriente", desde que, neles, os comunistas preservassem sua autonomia política, ideológica e organizacional.

Movimentos de libertação surgiram como cogumelos depois da chuva, em sua grande maioria crescentemente dotados de forte teor antiimperialista. Mas o resultado não foi, como pareceu ao longo de quase todo o período, o avanço do socialismo.

III. Incorporar novas questões

Um mundo sem soberania? Fim dos territórios quando existe um muro nada virtual para controlar o ingresso de proletários, ou, na expressão de Michael Löwy, "pobretários", no território da maior potência planetária? Fim da soberania do Estado nacional, quando os próprios dirigentes da política externa norte-americana explicitam, na prática e no discurso, que lhes cabe – e somente a eles – decidir quando ou não atuar segundo deliberações tomadas no interior da ONU?

Acredito que, para os que pretendem impulsionar os estudos científicos do imperialismo, alguns pontos devem ser considerados. Limito-me a enumera-los.

O primeiro deles é levar a sério a conceituação de capital como relação social. Quando se iniciou a etapa marcada pela dominância da exportação de capitais, apenas algumas formações sociais de capitalismo avançado eram nitidamente capitalistas. Hoje é bem diferente: houve a industrialização de amplos setores da "periferia" do sistema, processo que não se reduz à mera dimensão tecnológica. Ao contrário, significa o espraiamento, para amplas regiões do planeta, da centralidade da relação capital-trabalho.

Em segundo lugar, este espraiamento das relações sociais capitalistas não se dá por meio de uma simples repetição, na "periferia", dos sistemas existentes nas formações hegemônicas. Relações sociais capitalistas se transnacionalizam, constituindo, de algum modo, um sistema altamente diferenciado e hierárquico que perpassa diferentes formações sociais. Em terceiro lugar, na aurora do imperialismo, só as formações sociais hegemônicas eram claramente estatais-nacionais. A grande parte das formações sociais dependentes latino-americanas era vista como casos transitórios, em um contexto marcado, segundo ativos autores, como de iminente revolução socialista em escala internacional (com centralidade na Europa). Contrariamente a estas expectativas, a revolução socialista mundial não ocorreu e o que parecia "transitório" e, de certa forma, "marginal" generalizou-se. Hoje, temos um mundo de formações estatais nacionais[4].

Em quarto lugar, no contexto dos países hegemônicos, houve uma brutal mudança de hegemonia. Como observa Chesnais[5], no mundo analisado por Lenin, a primeira cena era ocupada pelos capitais alemão e britânico. Hoje, não só se constituiu a Tríade, como, no seu interior, a predominância tem sido claramente norte-americana.

O quinto aspecto talvez aponte para uma drástica alteração no quadro marcado pelas inovações acima citadas. Trata-se da nova (e redefinida) fase de hegemonia econômica e política da oligarquia financeira, o que afeta, de modos diferenciadas, as múltiplas dimensões das relações sociais, inclusive na esfera produtiva. No que se refere ao sistema internacional, isto contribui ainda mais para intensificar os "processos espoliativos"[6],

com sérias implicações no que se refere ao questionamento do status da soberania tal como predominou deste o final da primeira grande guerra.

Enfim, o colapso da União Soviética desencadeou a ofensiva estadunidense por uma nova "partilha" do globo. A única superpotência militar é vista por seus principais dirigentes como em situação de declínio que procuram reverter, o que pode aprofundar a crise do sistema interestatal e, desta forma, precipitar uma situação insustentável para o capitalismo[7].

Em um sistema crescentemente assimétrico, não é improvável que muitos Estados nacionais, antes de se terem plenamente estruturado, submirjam ou fiquem à deriva; que se formem, mais ou menos precariamente, outras unidades políticas; que novas ordens imperiais se constituam.

O que significa, neste contexto, em países como o Brasil, alardear as doutas teses sobre "o fim do território" ou "um mundo sem soberania". Significa, por exemplo, que a questão do controle sobre a Amazônia perdeu qualquer relevância? Como anda a abertura do Alasca à "comunidade internacional"? A obsessão pelo controle da Eurásia é mero sadismo de intelectuais entediados?

O sistema capitalista, sistema internacional incluso, passa por uma profunda crise, o que não significa que todos os estados a vivenciem da mesma forma. Mesmo sem grandes arroubos nacionalistas, é preciso muita atenção para com as implicações, no que se refere aos países dependentes, de teses muito taxativas acerca do "fim". É tão pouco convincente afirmar, como Hans Morgenthau, que Panamá e EUA, são igualmente soberanos como, no sentido oposto, que ambos os Estados perderam soberania e seus territórios se desmancharam no bojo da "globalização". E, mesmo à esquerda, formulações que, no longo prazo, são portadoras de um saudável antiestatismo, não devem levar a perder de vista as implicações políticas das crescentes assimetrias do sistema internacional em um contexto de crise profunda. A quem interessa, no momento, que o Estado cubano se vá sem dizer adeus? A criação da ALCA "despacha" igualmente os Estados boliviano, brasileiro, venezuelano e estadunidense?

Talvez se possa formular a hipótese de que, se a ideologia da soberania é mais "estrutural", a da crise da soberania pode ter sérias implicações conjunturais. O que aponta, mais uma vez, para a necessidade de retomar análises críticas da atual fase de transnacionalização do capitalismo e de suas relações com diferentes formas de nacionalismo, bem como das potencialidades antiimperialistas presentes em alguns destes.

---

[*] Aqui, ao mesmo tempo em que condenso, acrescento formulações ao meu texto « Virando o milênio: notas sobre o imperialismo na alvorada do século XX », publicado na coletânea organizada por Terezinha Bernardo e Silvana Tótora, *Ciências sociais na atualidade: percursos e desafios*, São Paulo, Cortez, 2003.

[**] Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Coordenador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

[1] A respeito de como a ideologia « interpela » os seres humanos como sujeitos, no duplo e contraditório sentido deste termo, ver as instigantes formulações elaboradas por Göran Therborn, em *The Ideology of Power and the Power of Ideology*, Londres, Verso, 1980.

[2]Procurei desenvolver estas formulações em "Nacionalitarismo e democracia: para um reexame da questão nacional", artigo publicado em *Lutas sociais*, 2.

[3] Vladimir Lênin, ***Imperialismo, fase superior do capitalismo***. São Paulo, Global, 1979, p. 88.

[4] Em 1906, estiveram representados no Congresso de Haia 20 Estados europeus, 18 americanos, 4 asiáticos e da Oceania e nenhum africano; foram membros fundadores da ONU, em 1945, respectivamente, 15, 22, 10 e 4, perfazendo um total de 51 Estados; em 1975, este número subiu para 145; em 2002, chegou a 191.

[5] "États rentiers dominantes et contraction tendancielle. Formes contemporaines de l'impérialisme et de la crise". In Dumenil, Gérard e Lévy, Gérard (orgs.). *Le triangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation*. Paris, PUF, 1999.

[6] David Harvey formula uma distinção entre o velho imperialismo, que se expandia por internédio da reprodução ampliada do capital e o "novo imperialismo", bem mais predatório, que atua fundamentalmente por meio da expropriação. Ver, a este respeito, "El 'nuevo' imperialismo: acumlación por desposesión", publicado em *Socialist Register*, 2004 (edição em espanhol).

[7]A este respeito, Immanuel Wallerstein, *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*, Rio de Janeiro, Revan, 2002, especialmente a introdução à edição brasileira e o capítulo 4. Um debate pioneiro com os teóricos da "nova ordem mundial", foi travado, em 1992, por Robert Cox, para quem "o mito do livre mercado é que ele é auto-regulável". Cox observou que "a globalização do final do século XX também depende do poder militar-territorial"; que as Nações Unidas corriam mais risco que durante a Guerra Fria; e que, para ser fortalecida, deveria ser "constituída sobre fundações mais seguras do que as que estavam visíveis no momento". R. Cox, «Global *perestroika* », in: *Approaches to World Order*, Cambridge University Press, 1999, p. 309. Estas formulações foram retomadas por Gilbert Achcar, "Le nouvel ordre impérial ou la mondialisation de l'Empire états-unien'". Mimeog., 2002.

UM HERÓI EM DOIS TEMPOS:
NECROLÓGIOS DE JOAQUIM NABUCO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Luigi Bonafé[*]

Esta breve apresentação persegue o objetivo de socializar reflexões sobre as formas e funções das narrativas biográficas. Isto será feito a partir do que poderíamos chamar, um tanto inadequadamente, de estudo de caso. Trata-se de analisar os necrológios de Joaquim Nabuco (1849-1910) publicados por ocasião de sua morte, em 17 de janeiro de 1910, contrapondo-os aos elogios do *herói da abolição* elaborados no bojo das comemorações do centenário de seu nascimento, em 1949, e que tiveram à frente a figura não menos notável de Gilberto Freyre, conterrâneo de Nabuco.

Dois interesses analíticos estarão em jogo nesse "estudo de caso comparativo". Um primeiro se insere no escopo mais amplo de minha pesquisa de pós-graduação sobre "Como se faz um herói republicano".[1] Lida nessa chave maior, esta comparação serve menos ao intuito de explorar as comemorações do centenário do nascimento de Nabuco do que ao objetivo de compreender as formas específicas da consagração fúnebre do *herói da abolição* no contexto da Primeira República no Brasil.

Como argumenta José Murilo de Carvalho, "o processo de 'heroificação' inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas". O herói, assim, caracteriza-se "por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva", e portanto, "nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz".[2] O foco central deste trabalho recai, então, sobre os *valores* ou *aspirações coletivas* que os necrológios de Nabuco pretendem fixar a partir da transmutação de sua figura real. Em outras palavras, este exercício comparativo tem por finalidade precípua entender o que há de particular na forma como Nabuco estava sendo consagrado herói republicano em 1910. Subjacente à reflexão está a hipótese de que o procedimento comparativo pode servir a uma melhor compreensão de diferenças e especificidades, mais do que à busca de semelhanças.

O outro interesse analítico que se busca submeter à reflexão coletiva neste Simpósio é de caráter mais ostensivamente teórico-metodológico. Há muito que historiadores vêm se debruçando sobre os vários tipos de narrativas de memória, sejam as histórias nacionais, institucionais, biográficas ou mesmo os mitos. A literatura sobre o tema é farta, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Mas a ênfase desse tipo de estudo tem sido quase sempre conferida à função daquelas narrativas. A análise das formas discursivas de que se revestem as *obras de memória* costuma ser apenas instrumento de uma argumentação acerca de sua instrumentalização para fins específicos dos a(u)tores que as elaboram. As funções das construções mnemônicas, sua eficácia portanto, são evidenciadas retoricamente (e depreendidas logicamente) da análise de suas formas.[3]

O que se propõe aqui é uma maneira de abordar este tipo de discurso sem que se assuma a identidade entre o efeito esperado do discurso enunciado e sua recepção pelo público a que se destina. Em termos mais diretos, este trabalho ocupa-se exclusivamente com os interesses e projetos subjacentes às narrativas de memória analisadas, sem pretender arrolar especulações supostamente evidentes acerca de sua eficácia.

Releve o leitor, desde já, que os limites de espaço impostos ao texto impedem uma exposição mais longa e detida da análise que suporta as conclusões explicitadas adiante. As lacunas da argumentação, contudo, devem ser tributadas não só a esta imposição, mas também ao caráter embrionário e absolutamente inconcluso das reflexões que se seguem.

Primeiro tempo

Primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos da América (e no mundo), Joaquim Nabuco faleceu em Washington no dia 17 de janeiro de 1910. Líder abolicionista, tinha se afastado voluntariamente da política parlamentar durante o primeiro decênio da República no Brasil. Embora fosse crítico da Monarquia e do Imperador D. Pedro II, enxergava no novo regime o fantasma do caudilhismo, da fragmentação territorial, da corrupção, do caos enfim.[4]

Mas a este período de ostracismo político correspondeu uma intensa atividade literária. Lutava contra o regime republicano da maneira que melhor sabia combater: através da batalha de idéias. Chegou a assinar o manifesto de fundação de um Partido Monarquista, em 1896, e publicou na imprensa diversos panfletos políticos de defesa do regime monárquico e de críticas à República. No entanto, a atividade que mais lhe consumiu durante boa parte dos anos 1890 foi o projeto de escrever a *Vida* de seu pai. *Um estadista do Império*, obra de 3 tomos (publicados entre 1897 e 1899) até hoje considerada um clássico da historiografia sobre o Segundo Reinado no Brasil, foi imediatamente consagrada pela crítica.

O reconhecimento intelectual o conduziria novamente a um papel de destaque no serviço do Estado. Campos Sales, eleito presidente da República, o convida para defender o Brasil na Questão de Limites com a Guiana Inglesa. Nabuco aceita o encargo em março de 1899, mas faz questão de reafirmar sua crença monarquista.[5] Um ano depois já é funcionário da República.

Encerrado, em 1904, o arbitramento em torno da questão, Nabuco será nomeado para o cargo que ocupou até o fim da vida. Como embaixador brasileiro em Washington, seria uma espécie de "braço direito" do barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil e velho amigo de Nabuco. Os dois haviam sido abolicionistas e monarquistas. Agora compartilhavam um novo ideal: o pan-americanismo. Ao mesmo tempo que se ocupava da bem-sucedida tarefa de criar um corpo diplomático bem preparado e um lugar político para o Itamaraty no interior do Estado, o barão do Rio Branco empenhava-se na reorientação do eixo da política externa brasileira: da Inglaterra (e a Europa) para os Estados Unidos (e a América).

Nabuco foi o escolhido para a tarefa de promover a aproximação. Em 1906, aliás, conseguiu trazer a III Conferência Pan-americana para o Rio de Janeiro. Já no fim da vida, quase surdo, seria presidente do Congresso. Mas não sem antes declarar que "a República é incontestável", atestando publicamente sua conversão ao novo regime.[6]

Em 1910, portanto, o embaixador brasileiro já era herói da República. Mesmo antes dela, aliás, já havia sido consagrado como herói da abolição. O que estava em jogo nos seus funerais, em termos simbólicos, era um esforço de re-significação do mito do herói em moldes necessariamente republicanos e mais amplamente difundidos. A retórica ritual estaria centrada, portanto, na sua atuação como diplomata da República e defensor do pan-americanismo. É o que evidenciam os vários aspectos formais do *ritual cívico* de que seu corpo foi objeto na capital do país, em abril de 1910.

Segundo tempo

Em 20 de maio de 1947, o então deputado federal Gilberto Freyre defende, em discurso escrito, a importância de comemorar-se o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, em 1949. O autor de *Casa Grande & Senzala* chega a sugerir ao Ministério de Educação e Saúde a instituição de um prêmio para o melhor ensaio sobre Nabuco e a publicação, em edição popular, dos discursos parlamentares em que o líder abolicionista subira à tribuna como reformador social.

Em dezembro de 1948, novo discurso do deputado Freyre defende a criação de um instituto de pesquisas com o nome de Joaquim Nabuco, argumentando que a homenagem acrescentaria "*ao efêmero e ao convencional das cerimônias simplesmente festivas e acadêmicas do centenário do grande brasileiro, alguma coisa de duradouro e fora das convenções*".[7] Quase imediatamente, em 1º de janeiro de 1949, o *Diário de Pernambuco* publicou matéria com um voto de louvor e de confiança ao instituto em gestação: "*Com o Instituto Joaquim Nabuco volta o Recife ao antigo esplendor de Centro de Renovação Social e Intelectual do Brasil*".[8]

Mais de 50 anos depois, já sob o governo Lula, o então ministro da Educação Cristovam Buarque pronunciou palestra na então Fundação Joaquim Nabuco. Remetendo-se à memória do líder abolicionista, afirmava a necessidade de "*completar a República, (...) fazer a segunda abolição. A chave disso é a educação do povo brasileiro. Esse é o desafio*

que temos pela frente. E a Fundação Joaquim Nabuco deve liderar esse movimento de pensar o Brasil com olhos alternativos." Atualmente (2005), e alinhada com o Programa de Governo do presidente Lula, a Fundação Joaquim Nabuco apresenta entre suas diretrizes gerais contribuir "*com* ***estudos e pesquisas da realidade do NE*** *para a difusão cultural, na perspectiva de ajudar a estruturação de projetos de* ***desenvolvimento sustentável*** *e* ***inclusão social*** *em diversas áreas*", além de "*aprofundar os estudos sobre* ***o pensamento de Joaquim Nabuco***", entre outros objetivos mais específicos.

Ressalvadas as especificidades de cada momento, e os respectivos projetos políticos a que serve o suposto resgate do legado intelectual e político de Nabuco, o que todos esses enunciados discursivos enfatizam é o *pensamento* do ex-líder abolicionista em favor de *reformas sociais*. Em fins da década de 40, tanto quanto no início do século XXI, o que sobressai é a figura do intelectual e do reformador. Seu pensamento deve ser estudado e divulgado "em edição popular"; seu nome é mobilizado na criação de um instituto de fomento a pesquisas sociais que contribuam para entender a "realidade do Nordeste", subsidiando "projetos de desenvolvimento sustentável e inclusão social".

Definitivamente, não é o diplomata da República que se quer consagrar, nem em meados do século passado nem em princípios deste.

Comparando para diferenciar

A memória que se consagrou em torno da figura de Nabuco é quase toda remetida à luta pela abolição. Sua trajetória sob a República, sua conversão ao novo regime, sua defesa do pan-americanismo, sua atuação como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, entre outros aspectos da vida do *herói da abolição*, são hoje conhecidos apenas entre especialistas, particularmente diplomatas.

Mas este *enquadramento* da memória de Joaquim Nabuco é mais recente do que parece. Ele parece datar, no máximo, da década de 1940, quando seu conterrâneo Gilberto Freyre promove as comemorações do centenário do nascimento de Nabuco, que se

completaria em 1949. Um livro publicado neste mesmo ano fornece algumas evidências neste sentido. Trata-se de coletânea organizada por Ubaldo Soares e sugestivamente intitulada *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*.[9] Ela compõe-se de mais de 60 textos (ou discursos transcritos) sobre Joaquim Nabuco publicados entre fins do século XIX e meados do século XX. Uma preocupação evidente na obra é a seleção de textos escritos em diferentes regiões do país, o que assinala a intenção de enfatizar a admiração nacional pela figura do herói. Assinam os "artigos" do livro, entre outros, críticos literários (como João Ribeiro, Silvio Romero, José Veríssimo), amigos de Nabuco (como Machado de Assis e Graça Aranha), intelectuais de toda espécie (Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Tristão de Athayde, Mucio Leão, Olavo Bilac etc.), diplomatas notórios (Raul Fernandes e Rui Barbosa, por exemplo) etc.[10]

Dentre os discursos selecionados para publicação no livro, predominam os que tratam primordialmente da atuação de Nabuco em favor da libertação dos escravos (ou, se se preferir, de reformas sociais). Mas todos os outros aspectos da vida pública do ex-líder abolicionista estão ali contemplados: o literato, o historiador, o político, o orador, o diplomata, o embaixador, o acadêmico etc. Os discursos enunciados em 1949, entretanto, ou se referem simultaneamente a Nabuco e Rui (ambos abolicionistas, mas ambos também diplomatas sob a República) ou, mais freqüentemente, remetem à campanha de Nabuco pelo fim da escravidão.

Em 1910, por outro lado, os necrológios do *herói* apontam simultaneamente para três elementos centrais da vida de Nabuco. Além da campanha pela Abolição no Império, nunca esquecida, os discursos fúnebres ressaltam em Nabuco os seus atributos de orador (em favor da libertação dos escravos), homem de letras e diplomata (da República). Como já apontou João Felipe Gonçalves em relação aos discursos sobre Rui Barbosa quando de sua morte,[11] também estão presentes nos necrológios de Nabuco a afirmação da *sobrevivência* de sua obra ou/e de sua alma ao falecimento de seu corpo, a recorrência das referências às emoções de seus admiradores (e da Pátria em luto) tanto quanto às atribuídas ao próprio homenageado, e a afirmação de sua individualidade, sua singularidade.

Mas, para além destas características típicas dos "rituais fúnebres-cívicos" de heróis nacionais durante a Primeira República,[12] o que ressalta dos discursos enunciados neste momento, quando comparados aos discursos de 1949, é o destaque conferido à suas qualidades de homem de letras e, principalmente, de diplomata da República. Em alguns destes discursos é evidente a desqualificação do monarquismo de Nabuco nos primeiros tempos do novo regime, ou a afirmação das tendências republicanas de seu pensamento, supostamente presentes em seus pronunciamentos no Parlamento desde fins do Segundo Reinado, durante a campanha pela abolição.

O *enquadramento* que "venceu", ou melhor, que sobreviveu e se perpetuou, e que hoje nos faz associar quase automaticamente a imagem de Nabuco à luta campanha abolicionista, parece ter menos a ver com os projetos de construção de uma galeria de vultos históricos gestados durante a Primeira República do que com os termos de sua consagração por ocasião das comemorações do centenário de seu nascimento, em 1949. Quase quatro décadas após a sua morte, o Nabuco que Gilberto Freyre procurava consagrar era o símbolo de uma intelectualidade nordestina, preocupada com a resolução dos graves problemas sociais daquela região — enquadramento inscrito no projeto e nos objetivos do Instituto Joaquim Nabuco que o deputado pernambucano propõe ao Parlamento em 1948. Ele se insere, ademais, na lógica discursiva que associa o Nordeste, "um lugar imaginário e real no mapa do Brasil", a um repertório de estereótipos e mitos centrados nas noções de miséria e atraso. Uma região que, aliás, não existia em 1910, e em cuja invenção Gilberto Freyre se engajaria ativamente.[13]

---

[*] Luigi Bonafé é aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (RJ) e membro do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), da mesma instituição.

[1] Trata-se de pesquisa, ainda em andamento, sobre a trajetória política de Joaquim Nabuco sob a República, cujos objetos preferenciais são os rituais de consagração do ex-líder abolicionista como herói republicano. O recorte cronológico privilegiado, portanto, limita-se ao curto período de sua vida em que serviu à República: os cerca de 11 anos decorridos entre 1899 e 1910. Entre aqueles rituais, destacam-se os funerais de Nabuco nos Estados Unidos e no Brasil, em 1910.

[2] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14.
[3] Argumento parecido é desenvolvido brilhantemente em: CARDOSO, Ângela Miranda. "Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras." In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p. 549-602.
[4] Pude desenvolver melhor estas impressões iniciais de Nabuco sobre a República, obtidas a partir de sua correspondência, em: BONAFÉ, Luigi. "A correspondência particular de Joaquim Nabuco com o Barão do Rio Branco." *Revista do IHGB*, ano 165, n° 424, p. 11-38, jul./set. 2004.
[5] Da perspectiva adotada aqui, cabe destacar dois fatos nem um pouco gratuitos: o convite de Campos Sales é posterior à consagração intelectual de Nabuco na capital da República; e seu aceite só ocorre no contexto da estabilização do país e do governo — posteriormente formalizada, em termos institucionais, através de um novo pacto federativo, conhecido pelo nome de *política dos governadores*. Renato Lessa chamou-o de *Modelo Campos Sales*. No novo arranjo político, implementado a partir de 1898, o governo era idealizado pelo presidente como "um ente despolitizado", numa concepção oposta ao modo de fazer e conceber a política predominante no período anterior, tratado por Lessa como "A década do caos (1889-1898)". A mudança de postura de Nabuco não pode ser descolada desses processos. Ver LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. As citações são das páginas 14 e 26. A este propósito, aliás, cabe citar frase de Nabuco em carta a Soares Brandão sobre o evento mencionado: "Foi sabendo-se de minhas idéias que fui convidado [pelo Presidente Campos Sales], e foi afirmando-as que aceitei". Carta de Joaquim Nabuco a Soares Brandão, 8 de março de 1899 *apud* VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas*: Rui, Nabuco, Rio Branco. Notas de Eduardo Portella et al. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981. p. 600.
[6] Cf. discurso pronunciado por Nabuco em banquete realizado em sua homenagem no Cassino Fluminense. Ver: NABUCO, Joaquim. "A República é incontestável". In: ____. *A abolição e a República*. Recife: Editora da UFPE, 1999. p. 93-102.
[7] Cf. informações institucionais no *site* da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br. Todas as citações sobre a história e as diretrizes da FUNDAJ que se seguem foram retiradas desta mesma fonte.
[8] Idem, ibidem.
[9] SOARES, Ubaldo (org.). *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949.
[10] Note-se que esta classificação dos autores dos elogios a Nabuco em "categorias" (intelectuais, amigos, diplomatas, críticos literários) é extremamente arbitrária e pouco rigorosa, considerando-se que até pelo menos meados dos anos 30 os intelectuais brasileiros transitavam livremente entre essas várias "especialidades" profissionais.
[11] GONÇALVES, João Felipe. "Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República". *Estudos Históricos*, vol. 14, nº 25, p. 135-161, 2000. Os elementos mencionados dos discursos fúnebres sobre Rui Barbosa são analisados nas páginas, 142 a 144.
[12] Cf. GONÇALVES, op. cit., p. 148.
[13] Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

Na Contramão da História:
Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha
(Manaus, 1920-1945)

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro - UFAM

Idealizada como natureza, espaço desumanizado e vazio de cultura, a Amazônia entra no discurso moderno pela mão de um punhado de naturalistas estrangeiros, homens de ciências e letras que o Iluminismo forjou. Essa lenta construção discursiva incorporou também expressões destacadas da intelectualidade brasileira, como Alberto Rangel, Araújo Lima e Euclídes da Cunha, para quem, nessa "última página do Gênesis", o homem amazônico se vê sufocado pela latente preponderância de um elemento natural que o transcende e amesquinha. Do eldorado dos conquistadores ao paraíso dos naturalistas, a Amazônia forneceu um sem número de imagens em que a natureza suplanta a cultura: celeiro do mundo, pulmão do planeta, inferno verde...

Guardamos ainda hoje a marca perversa desse ideário, com a sistemática adoção de políticas públicas e projetos desenvolvimentistas que idealizado e discutido alhures chegam à Amazônia – esse suposto "vazio demográfico" – para serem implementados, em geral, de forma arrogante e autoritária. Tais características partem exatamente das visões estereotipadas pelas quais a Amazônia vem sendo historicamente apresentada ao mundo. No extremo, subsiste o pressuposto da incapacidade do homem amazônico discutir e propor alternativas ao seu processo de desenvolvimento.

A própria imagem do "homem amazônico" tendeu sempre à generalidade, homogeneização e fluidez. Ribeirinho, caboclo, seringueiro, índio, são termos que com grande freqüência traduzem o homem amazônico ao mundo que lhe é exterior, mas são também simplificações grosseiras. Por tais imagens, opera-se o danoso desaparecimento de uma infinidade de processos e de sujeitos históricos que não tiveram suas trajetórias associadas aos arquétipos de uma Amazônia como natureza desumanizada.

O pensamento social sobre a Amazônia – produzido dentro e fora do espaço regional – e o discurso historiográfico que ele encerra e articula, não ficaram imunes a essa tradição de pensamento e, num certo sentido é possível ver as marcas de uma escrita da historiografia regional colonizada, que reforça preconceitos e estereótipos, enquanto silencia sobre tantos outros processos e sujeitos sociais.

A investigação que estamos desenvolvendo tematiza o universo operário em Manaus nos anos da mais notória crise econômica pela qual passou a região e cujas implicações sociais, não se pode duvidar. É uma tentativa de contribuição à História Social da Amazônia e busca caminhar em espaços ainda pouco freqüentados da produção acadêmica e inteiramente alheios à cultura historiográfica dominante na região desde o século XIX.

Ele se nutre fortemente do trabalho que estamos desenvolvendo já há alguns anos, num processo de construção coletiva que vem envolvendo alunos e professores articulados em dois grupos de pesquisa no interior do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. Nos últimos cinco anos essa experiência de trabalho coletivo resultou na produção de seis projetos de Iniciação Científica no interior do programa PIBIC, e de uma dezena de monografias de final de curso de Graduação e no Curso de Especialização em "História e Historiografia da Amazônia" e no Programa de Mestrado "Sociedade e Cultura na Amazônia", todos articulados com a temática da vivência popular e operária na Manaus da chamada época da borracha.

Intitulei o texto de "na contramão da história", menos por encerrar o desejo de exploração de temática ainda pouco trabalhada no contexto regional, ou de buscar uma interpretação analítica por longe dos tradicionais aportes do positivismo histórico, ainda vigente e forte na escrita da história no Norte do país, mas porque ele sinaliza diretamente para vivências e experiências sociais que partiam de um universo social segmentado e conflituoso e em que as distâncias sociais e culturais engendraram caminhos não apenas diferenciados, mas antagônicos.

Longe dos benefícios da acumulação que a economia de exportação da borracha engendrou no espaço regional amazônico, os trabalhadores urbanos não partilharam da ode ao progresso e à modernidade que nossa historiografia registrou e consagrou. Como deserdados do látex, por vezes sentiram o progresso e a modernização como perda e, dessa forma, suas aspirações e demandas os impeliram a construção de instrumentos de organização, mobilização e luta que contraditavam o dos segmentos patronais e dos grupos dominantes locais.

Optar por caminhar na contramão é sempre uma opção difícil. É trilhar uma via inexplorada, sem saber, a partida, onde ela pode levar. É ter certeza de que obstáculos lá estarão para forçar uma direção de rumo e seguir o fluxo caudaloso do conformismo e da resignação.

Tenho ciência que inúmeros trabalhadores de Manaus, mesmo vivendo no limiar da miséria (ou talvez por isso) tomaram um dia essa decisão, sem se recusar à ingressar numa luta desigual. Por respeito e simpatia, sinto como um dever, de cidadão e profissional da História, restituir à sociedade que esqueceu esses anônimos protagonistas das lutas pela cidadania e justiça social no nosso passado, a narrativa e a compreensão daquelas trajetórias, vozes e desejos.

Embora os estudos de cunho historiográficos relativos à Amazônia sejam poucos e recentes, não há como (nem é nossa intenção) aprofundá-lo nos limites deste trabalho. De maneira muito mais modesta, gostaria apenas de sublinhar, forma ligeira e incompleta,

linhas de força, na medida em que elas possam permitir a compreensão de certas opções temáticas e veios interpretativos.

Uma primeira observação reside na permanência entre nós de uma "cultura historiográfica" caudatária da escola histórica positivista e que teve como expoentes verdadeiros talentos da intelectualidade local e nacional, desde meados do século XIX. Dessa estirpe, destacam-se nomes como os de Domingos Antonio Raiol, Palma Muniz, Jorge Hurley, Bertino de Miranda, Ernesto Cruz, Mário Ypiranga Monteiro e Arthur Cezar Ferreira Reis. A eles está intimamente associada a História da Amazônia, tal a dinâmica e a qualidade dos estudos que empreenderam acerca do passado regional.

Historiadores de seu tempo, partilhavam, contudo, de fortes doses de um oficialismo que projeta e reforça a imagem do grande homem intervindo na cena histórica a seu bel prazer, no mesmo instante em que tendem a desconsiderar as contradições sociais que escapam à órbita da política palaciana. Articulados ao projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através de suas agremiações afiliadas no Norte do país, assumiram a tarefa da construção da história regional, destacando nela a coragem, o heroísmo e a abnegação dos brasileiros do Pará, seja na luta pela emancipação política, seja pela abolição do escravismo ou pela implantação da República.

Chega a ser curioso perceber como esses discursos adaptou-se com facilidade ao clamor dos tempos e, assim, passou da exaltação da trajetória do colonialismo luso no Brasil à defesa do emancipacionismo; da apologia do monarca e de seu regime, a um ardor quase revolucionário de apoio à República.

Há fortes referencias também, principalmente entre os historiadores das décadas de 1940 e 1950 (Arthur Reis, Ernesto Cruz), à modernização e progresso urbano, numa tendência fortemente "Lemista" no Pará e "Eduardiana" no Amazonas, já que exaltava os feitos de Antonio Lemos e Eduardo Ribeiro, espécies de Pereira Passos do contexto regional.

Mencionei acima o termo "cultura historiográfica" por ver que tais postulados, saindo da órbita dos historiadores, agregou-se à memória histórica regional de forma tão efetiva que conseguiu manter-se viva na mídia, nas escolas e no imaginário popular, mesmo sem o aval das novas interpretações "acadêmicas" da História. Assim, no Norte do país, a história tradicional, trilhando circuitos de difusão em que ela reina quase sem contestação, povoa as toadas de boi, os enredos de carnaval, a música e o teatro regional.

Em todo caso, ela resulta sempre como um discurso da ordem, conservador e elitista, que ignora, sempre que possível, as demandas e vivências populares, quando não a despreza e rejeita como irascível, impertinente e equivocada.

Contudo, a historiografia da Amazônia tem se dinamizado significativamente nas últimas décadas pelos esforço coletivo de pesquisadores e professores, na maioria jovens e

de formação acadêmica recente, que animam o ensino universitário, notadamente o que se desenrola nas dependências das Universidades Federais, onde o estímulo à titulação foi maior e contínuo desde a década de 1980.

Assim, há um esforço coletivo no sentido de contrapor à escrita tradicional da História, interpretações que partem de referências historiográficas mais recentes e inovadoras. O desejo de revisitação/renovação da historiografia regional é significativo, embora ainda esbarre, de um lado, no gargalo do contingenciamento de recursos e da inexistência e/ou ineficiências das fundações de apoio à pesquisa estaduais e, de outro lado, na precariedade dos circuitos de intercâmbio acadêmico-científicos na esfera regional.

De qualquer forma, a História Social na Amazônia tem avançado, iluminando temas e questões, onde o universo do trabalho e do trabalhador é mais atentamente discutido e analisado. A crítica à modernização urbana da virada do século XIX para o XX e, em especial, aos processos de segregação e exclusão que vinham embutidos nos discursos de embelezamento, higienização, progresso e moralização, ganhou corpo desde a década de 1980 e abriu espaço para que se pudesse visualizar a pobreza urbana e os segmentos sociais a ela mais diretamente associados.

A pesquisa sobre o tema do trabalho avançou sensivelmente, em especial no Pará, com a proliferação de grupos de pesquisa e projetos que iam das populações campesinas, ao estudo da escravidão negra, dos quilombos e de seus remanescentes.[1] No Acre, a tendência a articular trabalho e movimentos sociais tem sido igualmente forte, produzindo estudos acerca das experiências das comunidades de seringueiros, em diversos momentos ao longo do século XX.[2]

Na esfera do trabalho urbano e, em especial na atenção à composição, estrutura e dinâmica do movimento operário, o grande destaque tem sido as pesquisas encaminhadas por Vicente Sales, com atenção especial a trajetória dos partidos e movimento operários, ligados a tradição do anarquismo e do socialismo.[3]

No Amazonas, os estudos acerca do trabalho e do trabalhador urbano também deram frutos em teses e dissertações recentes e hoje animam alguns dos grupos de pesquisa ali existentes.[4]

Assim, menos que um vazio de estudos, o que temos é uma forte defasagem nos estudos de História Operária, que no Norte ainda buscam uma formulação inicial das interpretações historiográficas acerca do tema do trabalho e do trabalhador urbano, enquanto a mesma temática havia sido uma das mais caras à historiografia brasileira de vinte anos atrás.

Assim, enquanto os estudos de História Operária acham-se consolidados e articulam grupos de pesquisa nos principais centros de pesquisa e universidades do país, na Amazônia são ainda um projeto a desenvolver, um caminho apenas iniciado.

A História de Manaus durante o ciclo da borracha tem sido contada de diversas formas, mas em todas elas paira um desconcertante silêncio sobre a classe trabalhadora e sobre o seu papel na construção da dinâmica social da cidade. Anônimos, os trabalhadores vagavam por uma cidade que, desejando mostrar-se opulenta e moderna, não os ouvia, nem os queria ver na cena pública, além de não lhes assegura quaisquer direitos.

A legislação época, inclusive os famosos "códigos de postura", impunham-lhes, invariavelmente, regras e obrigações, limitando suas ações na cidade. Por vezes impondo-lhes normas que não podiam cumprir, segregava-os para espaços cada vez mais periféricos e precários.[5]

Por tudo isso, os trabalhadores urbanos de Manaus expressaram uma vivência própria, que diferia das imagens de opulência e harmonia social consagradas pela historiografia amazonense. Pouco registradas, suas falas contradizem a história oficial e mostram um ambiente urbano eivado de contradições, disputas, descasos e mazelas. Precária, a vida operária sofria com a falta de moradias e com o alto preço dos aluguéis, inclusive os de "pensões de 3ª. classe" e cortiços.

A fome, que os espreitava dia e noite, tornava-os vítimas prediletas das corriqueiras epidemias e, dessa forma, a mortandade era maior entre eles que em qualquer outro segmento social. Nenhuma família operária chega completa ao fim de uma década. As longas jornadas, agravadas pelos baixos salários, conflitam com uma carestia elevada, tida como a maior em todo o país. Diante desse quadro, uma das respostas da classe trabalhadora foi a organização e a luta política.

Como é sabido, entre os anos de 1880 e 1920 a região Amazônica vivenciou um período de expansão econômica, alavancada pela produção extrativa da borracha. Para ela afluíram levas incontáveis de sertanejos empobrecidos, atraídos pelo propagandismo que falava de uma terra promissora, farta e opulenta. Fruto da impiedosa exploração dos trabalhadores, a acumulação gerada pela borracha transformou Manaus numa cidade dinâmica e eminentemente comercial, atraindo e concentrando grande número de migrantes nacionais e estrangeiros e criando fortes matizes e contrastes sociais.

Assim, ao lodo de ingleses e norte-americanos endinheirados, crescia de forma alarmante a população pobre que se espalhava pelos subúrbios e arrabaldes. Dentre os trabalhadores urbanos, as categorias ligadas ao comércio e às atividades portuárias (estivadores, carroceiros, catraieiros, marítimos, etc.) foram as mais numerosas, embora quase nunca bem remuneradas.[6] Foram elas também as que com mais freqüência apareceram na cena política, denunciando a opressão e reivindicando direitos.

Na Manaus da borracha, a vida operária singrou caminhos bastante diferenciados das apregoadas imagens de opulência e riqueza que falavam de barões da borracha acendendo charutos com notas de mil-réis. Não há estatísticas seguras sobre o valor dos salários, mas

a crônica jornalística deixou inúmeros registros de que os vencimentos pagos aos trabalhadores urbanos sequer davam para cobrir os gastos básicos com alimentação, moradia, vestuário e transporte. Perplexa com a situação, a imprensa alternativa indagava "*como é que se pode viver com tanta carestia de gêneros, os mais necessários à vida*". Os próprios operários externaram essa insatisfação:

> *Não há gênero algum, mesmo os que são produção do país, que não tenha triplicado de valor: a carne, o peixe, a farinha, o arroz, o açúcar, o café, tudo enfim, é vendido por um preço tal que em breve será impossível à população menos abastada suprir-se dos alimentos indispensáveis à vida.*[7]

Outro agravante para os trabalhadores de Manaus era o exorbitante preço das moradias. Cômodos simples, sem janelas e iluminação, mesmo em hospedarias e pensões baratas, podiam levar metade dos ganhos de um trabalhador pobre. Sem alternativa, a família operária via-se, por vezes, impelida para os casebres dos subúrbios e arrabaldes, para as pensões pardieiros e para os cortiços fétidos e insalubres, quando não relegada, em completo abandono, ao abrigo de marquises, pontes e porões de terra batida.

Em 1922, um proeminente médico-sanitarista assim registrou o drama da falta de moradia para os sertanejos que chegavam à Manaus:

> *Chegam na estação invernosa, dezenas de doentes desprotegidos, sem um cetil para as primeiras despesas, para o desembarque da bagagem. Casa não procuram: aboletam-se em baiucas abandonadas nos arrabaldes, nos baixos da Serraria Sá, nos patamares dos armazéns, nos alicerces dos edifícios em construção, e, nessas alfurjas de miséria, curtem dias sombrios de fome e doenças.*[8]

Mal alimentados, os trabalhadores urbanos estavam invariavelmente submetidos a jornadas de trabalho estafantes, que variavam, em média, de dez a quatorze horas. O trabalho não era regulamentado, o que significava dizer que ao trabalhador não era dada nenhuma garantia, nem assegurado qualquer direito ou proteção contra a exploração patronal.

Para diversas categorias, o trabalho tornava-se ainda mais extenuante por ocorrer em ambientes claustrofóbicos e insalubres. Galpões, armazéns e fábricas padeciam de falta de iluminação adequada e de aberturas que facilitassem a ventilação. Nestas condições, acidentes de trabalho eram freqüentes, inclusive os fatais. Outra característica era a vigilância severa, herdada da tradição escravocrata, que chegava, inclusive, a aplicar penalidades físicas, além das corriqueiras multas, que reduziam os vencimentos minguados.

Por tudo isso, as imagens dos trabalhadores de Manaus muitas vezes confundiam-se com a de esfarrapados a mendigar pelas ruas da cidade. Essas imagens chegaram também à família operária, onde as mulheres e mesmo as crianças tinham que se sujeitar a empregos e ocupações informais, em busca de trocados que ampliassem o orçamento

familiar. Deserdados da riqueza produzida pela borracha, a iconografia flagrou os populares e os trabalhadores pobres amontoados nas esquinas, a espera de uma oportunidade de ganho.[9]

Vítimas de um sistema produtivo opressor e concentrador de riquezas tornaram-se alvos fáceis para as doenças e epidemias, por vezes, devastadoras. No dizer de um jornal da Imprensa Alternativa: *"O resultado de tudo isso, faz com que muitas pessoas, a maioria da população, pobres e que não tenham dinheiro suficiente para fazerem as suas despesas, passem mal, miséria mesmo, e, dessa miséria, adoeçam fatalmente"*.[10]

Diante desse drama social, os trabalhadores esboçaram forte resistência. Um dos fatores que historicamente favoreceram a classe operária na denúncia da precariedade de sua condição de vida e trabalho foi o lento processo de alto-indentificação como classe diferenciada frente ao patronato e aos grupos dominantes. Embora inconclusa, a conscientização operária avançou em Manaus durante todo o período da borracha e produziu uma fala operária que, no exato momento em que valorizava o trabalhador e projetava nele expectativas de mudança social, identificava os segmentos patronais como ociosos e perdulários, além, obviamente, de seus principais algozes.

Foi principalmente pelas páginas da Imprensa Operária e mesmo na Imprensa diária que tais idéias ganharam projeção entre os trabalhadores e animaram o processo organizativo e a luta política. Não raro, as páginas dos jornais sugeriam uma atitude não conformista e de confronto com o patronato.

> *Os burgueses pançudos e encharcados de dinheiro querem nos matar de fome! Com o fechamento brusco do comércio, reclamam que eles não tem direito, nem merecem ter. O zé povinho é que paga o pato, pois os malditos cutrucos além de explorarem escandalosamente, ainda acham pouco e agora inventam que a crise os arruinam e, bumba, fecham as portas de seus estabelecimentos, pouco se importando que os pobres morram à mingua, porque eles são ricos e nada lhes falta... Em vez do dinheiro que eles querem, devemos dar-lhes pau, pau e muito pau, para ver se assim eles ficam mais humanitários e menos exploradores; e depois de uma boa sova, mandarmos eles plantar batatas lá em Portugal.*[11]

Os patrões tenderam a ser qualificados de burgueses ociosos, acostumados a trabalhar *"debaixo de cobertura enxuta, recostados, muitas vezes, ora num divã, ora numa cheise longue, a semelhança ... dos lordes ou dos fidalgos de raça como se encontram na Europa"*.[12] A imagem do trabalhador, por outro lado, era valorizada como a mola propulsora da sociedade e o verdadeiro criador da riqueza e do progresso. Sua formação humilde e a experiência da labuta diária lhe nutriram valores morais de justiça, correção, solidariedade e compaixão. Em suma, era a vida sofrida e humilde que fazia dos trabalhadores pessoas superiores e cabia a eles ter consciência e orgulhar-se disso.

> *Não somos eruditos, nem herodotos; não freqóentamos Universidades ou Academias para adquirir um papel pelo qual se nos autorizasse a viver sem trabalhar. Não. Os nossos paes não eram burguezes nem mandões... . A nossa escola é outra: Somos operários e a nossa illustração quer intellectual, quer material é a menos imperfeita de todos porque é colhida no templo onde as imagens são: componedores, martellos, arados, serrotes, plainas, cutellos, enxadas, machados e, enfim, outros santos mais que se compõe nossa egreja cujo fim último é a propagação do trabalho, porque sem este era impossível a vida.*[13]

Se desde o século XIX esboçou-se uma tendência de união e organização da classe operária em torno da idéia maior de sua emancipação, é preciso reconhecer também que tal desejo esbarrou na diversidade dos caminhos apontados pelos diversos projetos políticos que passaram a orientar o debate entre o movimento operário.[14]

A organização e a luta operária também divergia por força das experiências singulares de cada uma das categorias e grupos, levando-nos a reconhecer que, tal como no resto do Brasil e do mundo, o que caracterizou o movimento operário no Amazonas foi sua multiplicidade, seja quanto à sua composição, experiências, ideários políticos e práticas culturais.[15]

Quais os objetivos da luta operária? Como mobilizar os trabalhadores? Que tipo de sociedade construir? Como chegar à ela? Estas são algumas das inquietações que, propostas pelas lideranças operárias, espraiavam-se pelo movimento e geravam, muitas vezes, disputas acirradas e até violentas entre os próprios trabalhadores.

Nossas pesquisas têm reforçado que os operários amazonenses da virada do século XIX para o XX expressaram diversas posturas políticas que se alinharam, em maior ou menor grau, às três grandes tendências do movimento operário nacional, com forte presença do *Reformismo* (em suas diversas vertentes) em meio a seguidores do *Anarquismo* e do *Socialismo*.[16] Tais contradições afloravam por vezes de forma mais explícita, como durante as comemorações do Primeiro de Maio.

Data maior da classe trabalhadora em todo o mundo, carregada de simbolismo, o 1º. de Maio, como é sabido, lembra o massacre de operários em Chicago (1886) e também o desejo de emancipação operária. A data foi resultado de escolha consciente da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Congresso realizado em Paris no ano de 1889. Proposta pelos socialistas de orientação marxista vinculados ao "Parti Ouvrier", o 1º. de Maio tinha o claro objetivo de *"dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública com tal espetáculo"*.[17] Comemorado pela primeira vez na Europa em 1890, no ano seguinte o Primeiro de Maio já era comentado e defendido pelos trabalhadores Amazonenses,

demonstrando a existência de intercâmbio entre as lideranças e organizações operárias em todo o Mundo.[18]

Sua difusão em Manaus foi patrocinada pelos redatores do GUTENBERG, o primeiro jornal operário editado no Amazonas. Para eles, assim como o recém-nascido chora para ser lembrado e atendido pelos pais, a classe operária deveria lançar mão do 1º. de Maio para externar suas insatisfações, opiniões e desejos. O sucesso do 1º. de Maio foi imediato. Contudo, logo cedo as correntes políticas que orientavam o movimento operário passaram a divergir sobre o sentido da data e as formas de sua comemoração.[19]

Impossibilitados de conter a vontade dos trabalhadores de comemorar a data, as classes dominantes tentaram transformá-lo em "Festa do Trabalho", com brindes, jogos, danças e bebidas, numa clara tentativa de esvaziar seu conteúdo reivindicatório e de luta política. Enquanto os trabalhadores desorganizados e sob o controle patronal tenderam a participar dos festejos despolitizados, os grupos organizados em torno dos Anarquistas e Socialistas, denunciando a estratégia de cooptação patronal, reinvindicavam o retorno a um "1º. de Maio de luta", com passeatas, protestos e comícios. Nessa direção atuaram insistentemente os trabalhadores manauaras ligados aos jornais "A Luta Social" (1914) e "Vida Operária" (1920).[20]

Pesquisas recentes têm demonstrado que o processo associativo dos trabalhadores manauaras começou cedo, já que as primeiras organizações de trabalhadores em Manaus ocorreram na virada do século XIX para o XX.[21] Até 1911, predominaram as agremiações de caráter assistencialista, como as "Associações de Socorro Mútuo" e as "Associações Beneficentes". As primeiras, em geral, sofriam um controle patronal mais direto, sendo, inclusive, por eles dirigidas.

Com arrecadação de percentual dos próprios trabalhadores, as mutualistas restringiam seu apoio à cobrir eventuais acidentes de trabalho e despesas com enterro, em caso de falecimento do Associado. As Associações Beneficentes, embora assumindo um caráter mais assistencialista que político, tenderam a afastar-se do controle patronal e dirigir-se para a mobilização dos trabalhadores, com vista ao encaminhamento das campanhas salariais e da luta política.

Em que pese o fato de as Associações Beneficentes estarem mais associadas à uma tradição reformista, acusadas de dar origem ao que foi sendo denominado de "sindicalismo amarelo", foram elas que na primeira década do século XX, organizaram e conduziram a luta operária em Manaus, deflagrando greves de diversas categorias. Como se vê, o quadro no Amazonas parece não ter diferido muito da tendência esboçada no resto do Brasil.[22]

Os sindicatos operários só começam a generalizar-se em Manaus após 1914, em geral abandonando as antigas denominações e objetivos das Associações Beneficentes, como ocorreram com os estivadores, cocheiros, carroceiros e operários da construção civil.

Organizadas quase sempre por categorias, a primeira tentativa de articulação mais ampla, foi a criação da "Confederação do Trabalho do Amazonas", em 1909, de perceptível influência patronal.[23]

Associação desse tipo, porém sob o controle dos próprios trabalhadores só veio a ocorreu em Manaus após o impacto das grandes greves gerais de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Neste momento, foi criada a "União Operária Amazonense", que liderou as greves de 1919 e as ocorridas ao longo de toda a década de vinte e início da de trinta.

A crueza da vida operária na Manaus da Borracha logo cedo motivou os trabalhadores a lutar por seus direitos e entabular greves contra seus empregadores. Como Manaus era uma cidade eminentemente comercial, as categorias profissionais que primeiramente deflagraram movimentos paredistas foram as portuárias, de quem dependiam à exportação de borracha e a entrada dos produtos importados da Europa e Estados Unidos. A primeira greve de que se tem notícia, foi a dos catraieiros, em 1883. Com suas pequenas embarcações, encarregavam-se de fazer o transporte das mercadorias e passageiros até os grandes navios fundeados na baia do Rio Negro, uma vez que ainda não existia o cais flutuante. Carregadores, carroceiros e estivadores também pararam com freqüência. Numerosos, os estivadores fizeram algumas das maiores greves de Manaus em todo o período da borracha, parando, literalmente, o porto e a cidade.[24]

Gráficos, sapateiros, motoristas e condutores de bondes, trabalhadores da construção civil, pescadores, funcionários da limpeza pública e das firmas estrangeiras que estavam encarregadas dos serviços públicos participaram igualmente da luta operária e enfrentaram o patronato e o Estado em freqüentes greves.[25]

Em geral, as paralisações eram motivadas pela carestia e tinham caráter de reivindicações salariais, mas já nos primeiros anos do século XX, começaram a defender a redução da jornada de trabalho, com a defesa das 8 horas. Coincidindo com o período de maior expansão da atividade econômica no Amazonas, os trabalhadores começam a desenvolver estratégias de luta mais sofisticadas e organizadas, entabulando diversas greves de solidariedade.

Acompanhando o movimento operário nacional, em 1917 e 1919 os trabalhadores de Manaus ensaiam o encaminhamento de uma Greve Geral, que não chega a lograr êxito. A aguda crise da economia de exportação da borracha e o aumento do custo de vida em decorrência da Primeira Guerra retraíram sensivelmente os empregos e salários, fragilizando as reivindicações operária na cidade.

Outro fator que nos parece ter sido determinante do refluxo do movimento operário em Manaus após 1917 foi o acirramento da repressão policial e a sistemática perseguição das lideranças operárias e controle sobre as categorias mais mobilizadas.

Se até aqui nossas pesquisas sobre a vivência operária tem retomado a década final do século XIX como uma espécie de marco inicial da formação (adensamento e mobilização política) da classe operária em Manaus, precisamos reconhecer que seu limite extremo não foi além do final da década de vinte, exatamente por entendermos que as mudanças políticas da chamada "Revolução de 1930" e suas implicações sociais, notadamente o lento desenvolvimento do *trabalhismo*[26], impactaram os trabalhadores urbanos, as organizações sindicais e a luta operária.[27]

Dessa forma, nossa preocupação atual é alargar o conhecimento da história operária no Amazonas para além daquele marco divisor (1930) para, dessa forma, identificar com mais acuidade um tema lacunar no interior da historiografia amazonense. Se nela há um silêncio ainda sensível acerca da atuação dos trabalhadores urbanos, mesmo no período mais visitado pelos historiadores locais – o chamado "Ciclo da Borracha", de 1880 a 1920 -, o que dizer para o período da "grande crise", que se estende de 1920 a 1940? Nele não há uma única memória histórica no Amazonas que retrate e/ou analise a atuação dos trabalhadores e suas vivências. Tão pouco existe estudos sobre o Amazonas ao longo do período da administração de Getúlio Vargas. Dessa forma, o projeto em tela pode dar sua parcela de contribuição para a construção desse quadro historiográfico regional.

---

1 ACEVEDO-MARIN, Rosa (Org). A Escrita da Historia Paraense. Belém: Ufpa/Naea, 1995.

2 ALBUQUERQUE, Gerson. Seringueiros, Coletores e Pescadores: os trabalhadores do Rio Murú. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1996. SOUZA, Carlos Alberto. Varadouros da Liberdade: o empate no modo de vida dos seringueiros de Basiléia. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 1997.

3 SALLES, Vicente. Marxismo Socialismo e os Militantes Excluídos. Pará: Pakatatu, 2001.

4 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. Manaus: Edua, 2001.

5 DIAS, Ednéa Mascarenhas: A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920. Manaus: Valer, 2000.

6 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. Manaus: Edua, 2003.

7 Gutenberg, 1o. de maio de 1892. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Vil. 1. transcrições e fac-símiles. Manaus: Edua, 2004.

8 UCHÔA, Samuel. Dois Annos de Sanitarismo. Manaus: Livraria Clássica,1924, p. 75.

9 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha – Mostra Expositiva. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, Maio/Julho de 2004.

10 A Pimenta. Manaus, 16 de Abril de 1916.

11 O Chicote. Manaus, 27 de setembro de 1913.

12 Apud PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros. Op. Cit. p. 55.

13 A Lucta Social. Manaus, 29 de março de 1914. in: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Ci.t.

14 Cf: HOBSBAWM, Eric. Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

15 Enquanto as obras já citadas de Eric Hobsbawm e Edward Thompson, sinalizam tais caracterizações para o cenário europeu, para o contexto nacional, veja-se as observações de HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20. 2a. ed. São Paulo: Ática, 1991 e mais recentemente de BATALHA, Cláudio. O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

16 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Cit., p. 9-11.

17 PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

18 O mesmo ocorre no Pará, conforme a indicação de SALLES, Vicente. Marxismo Socialismo e os Militantes Excluídos. Pará: Pakatatu, 2001.

19 VIEIRA, Ana Amélia Bittencourt. Origens do Primeiro de Maio em Manaus. Manaus, mimeo, 1995.

20 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Cit., p. 9-11.

21 Cf: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Tradições, Aspirações e Conspirações: trabalho e conflito na zona portuária de Manaus (1890-1930). Amazônia em Cadernos, No. 2/3. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, 1993/1994, 213-220 e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Escrevendo a Própria História. Amazônia em Cadernos, No. 4. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, 1998, 103-175.

22 PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O Proletariado Industrial na Primeira República". In: FAUSTO, Boris (Org). História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 9. São Paulo: Difel, 1985.

23 Veja-se o jornal A Confederação do Trabalho, de 1909, reproduzido em : PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Cit.

24 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. 2a. ed. Manaus: Edua, 2001.

25 DIAS, Ednéa Mascarenhas: A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920. Manaus: Valer, 2000.

26 GOMES, Ângela de Casto. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

27 Há trabalhos atuais que encerram uma visão de conjunto desses impactos, como os de: ARAÚJO, Maria Celina de. "Estado, Classe Trabalhadora e Políticas Sociais". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (Orgs). O Brasil Republicano. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-240; MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo Brasileiro Após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; SILVA, Fernando Teixeira da. Operários Sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

FERNAND BRAUDEL E O BRASIL

Luís Corrêa Lima[1]- PUC-Rio

O historiador francês Fernand Braudel, que viveu de 1902 a 1985, é um dos mais importantes historiadores do século 20. Sua obra sobre o Mediterrâneo no tempo de Felipe II é um marco na historiografia. Ele também é bastante conhecido por sua história mundial da vida material e do capitalismo dos séculos 15 a 18. A sua característica principal é a busca da longa duração, ou seja, das permanências e das realidades duradouras nos processos históricos, tanto nas relações do ser humano com o meio, quanto nas formas de vida coletiva e nas civilizações. Braudel pertenceu ao grupo da revista *Annales*, que renovou a historiografia aproximando-a das ciências sociais..

Ele esteve no Brasil nos anos de 1935 a 1937, e depois em 1947, lecionando na Universidade de São Paulo. No primeiro período, nos anos 30, na recém-fundada universidade, ele viveu um tempo de grande descoberta e transformação: um país novo de dimensões continentais e natureza tropical, uma sociedade em formação contrastando com o Velho Continente, uma paisagem e uma história que o faziam imaginar o passado distante da Europa, a amizade calorosa e efusiva dos brasileiros e um público bastante interessado e estimulante. Tudo isso impulsionou muito sua criatividade e reflexão, seu crescimento humano e intelectual.

No final de sua vida, Braudel declara: “Eu me tornei inteligente indo ao Brasil. O espetáculo que tive diante dos olhos era um tal espetáculo de história, um tal espetáculo de gentileza social que eu compreendi a vida de outra maneira. Os mais belos anos de minha vida, eu passei no Brasil”[2]. O que ele quer dizer com “me tornei inteligente”? O próprio Braudel tem certa dificuldade em explicar: “Esse não é bem o termo, talvez algo menos comum”[3], ou então, “a palavra [inteligente] é ridícula... se me tornei menos banal...”[4]. Percorrendo as suas diversas entrevistas, talvez a que melhor

explique seja esta: “Foi no Brasil que eu me tornei o que sou hoje”[5]. Estes depoimentos abrem caminho para um aspecto ainda pouco explorado de sua biografia: O que significam estes anos brasileiros na vida e no pensamento de Braudel?

A sua vinda só foi possível graças a um conjunto de circunstâncias que vale a pena recordar. Em um contexto mais amplo, havia fortes vínculos culturais entre o Brasil e a França que remontam ao século 18 e duram até meados do século 20. Idéias iluministas, positivistas e republicanas se difundem Brasil, bem como a educação católica francesa. O francês, segundo idioma dos brasileiros com escolaridade, era a porta de entrada em um caminho seguro rumo à modernidade e ao progresso verdadeiro. O conceito de América Latina, criado em meados do século 19, evoca um parentesco cultural entre o Brasil e os países de língua espanhola de seu continente. Este parentesco cultural, por sua vez, os aproxima dos países europeus de língua latina e em especial da França, então considerada líder da latinidade e país das luzes.

Muitas escolas brasileiras de nível superior seguiam o modelo francês. Ao se criar a universidade no Brasil, nos anos 30, formaram-se missões universitárias de professores franceses que aí são destinados e permanecem alguns anos. Com Braudel vieram Lévi-Strauss, o geógrafo Pierre Monbeig, o filósofo Jean Maugüe e posteriormente Roger Bastide, substituindo Lévi-Strauss. A universidade nasce com o desejo de produzir pesquisa e de aproximar os saberes. Ela pretende formar professores de ensino secundário e profissionais capazes de compreender o misterioso destino brasileiro, pessoas que atuem com eficácia na resolução dos problemas nacionais. Os conflitos ideológicos eram bastante fortes. A presença francesa correspondia ao projeto de educar a juventude paulista nos ideais democráticos, longe do fascismo.

A estada de Braudel no Brasil e as transformações ocorridas podem ser vistas em seu próprio depoimento, no de seus alunos e em diversas conferências e artigos

publicados nessa época. Este material, ainda pouco conhecido, revela o encantamento com o Novo Mundo, várias descobertas pessoais e uma progressiva aproximação com a historiografia dos *Annales*. É aí que ele "veste a camisa" da nova história, com um conjunto de intuições que irão configurar a sua obra e fazer dele um grande historiador, ao mesmo tempo original e herdeiro de Lucien Febvre. A tese de doutorado de Braudel sobre o Mediterrâneo estava em andamento. Ele já tinha começado em 1923, quando vivia na Argélia, e levaria ao todo 26 anos até publicá-la. Sua pesquisa prosseguia com visitas periódicas aos arquivos mediterrânicos. Ele juntou pilhas de textos e cópias de documentos que carregava consigo onde fosse.

No Brasil, ele se tornou "um homem totalmente diferente e, na medida em que esta experiência foi importante para mim, não creia, por exemplo, que eu teria escrito sobre o Mediterrâneo um livro diferente dos outros se eu não tivesse estado antes no Brasil; se eu não tivesse mudado, por assim dizer, totalmente. A história nova que eu defendi no *Mediterrâneo*, eu de certa maneira concebi, construí, sonhei quando estava no Brasil. É porque esta história interessou aos meus estudantes. Dizer-lhes que Richelieu nasceu em tal data ou que Corneille nasceu nesta outra, eu não digo que os deixava indiferentes, porém não os surpreendia. Mas uma história representando o conjunto das ciências humanas, esta espécie de invasão da história pela sociologia, pela geografia, pela economia, etc...isto, isto lhes apaixonava"[6].

Aqueles anos ainda abrem para ele um novo campo de interesse: o próprio país. Viagens pelo Brasil, conversas, pesquisas e leituras alimentam a sua reflexão. Ele passa a conhecer as obras de Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Jorge Amado, Monteiro Lobato e Paulo Prado. A universidade francesa fazia a exigência de uma tese secundária, onde o material da tese principal era utilizado novamente para outro trabalho de menor tamanho. O tema escolhido por Braudel é o Brasil do século 16, sobre o qual decide escrever um ensaio.

Ele retorna à França no final de 1937 e se torna professor auxiliar na Sorbonne. Dois anos depois, eclode a Segunda Guerra Mundial e os oficiais da reserva franceses são convocados. Braudel estava entre eles e é destinado à Linha Maginot, uma extensa fortaleza militar subterrânea na fronteira com a Alemanha. O exército alemão contornou aquela fronteira, invadiu um país neutro, a Bélgica, e por fim invadiu a França. Os soldados franceses foram feitos prisioneiros. Braudel permanece no cativeiro por quase toda a guerra.

A prisão em ficou, no entanto, não era um campo de concentração. Era um *Oflag* (*Offizierlager*), um campo de oficiais. Pela Convenção de Genebra, os oficiais não podiam fazer trabalhos forçados e podiam manter correspondência e ter acesso a livros. Braudel na prisão acaba trabalhando em seu próprio ofício de historiador: lendo, escrevendo e ensinando. Ele retoma o *Mediterrâneo* e reescreve todo o livro. Prossegue a leitura de Gilberto Freyre, faz uma grande resenha de sua obra e a envia pelo correio a L. Febvre, em Paris. Este será o seu primeiro artigo publicado nos *Annales*. A tese secundária sobre o Brasil também é retomada.

O trabalho intelectual de Braudel na prisão nazista foi sua resposta existencial à angústia vivida com a derrota da França, com a incerteza da própria sobrevivência e com o destino trágico e incerto da Europa: “Todos aqueles acontecimentos despejados sobre nós pela rádio e pelos jornais de nossos inimigos, ou mesmo as notícias de Londres, que as rádios clandestinas nos transmitiam, eu tinha de superar, de rejeitar, de negar. Abaixo o acontecimento, sobretudo o acontecimento contrariante! Eu precisava acreditar que a história e o destino se escreviam em muito maior profundidade. Escolher o observatório do tempo longo era escolher, como um refúgio, a própria posição de Deus Pai. Bem longe de nossas pessoas e de nossos infortúnios cotidianos, a história era escrita, rodava lentamente, tão lentamente quanto essa vida antiga do Mediterrâneo, cuja serenidade e como que a majestosa imobilidade eu sentira com tanta freqüência”[7].

A “História com ‘h’ maiúsculo” era muito maior do que aqueles acontecimentos sinistros do presente. Em um horizonte mais amplo, enxergando os movimentos profundos e duradouros da história, tudo aquilo seria superado e Hitler seria derrotado. Braudel mergulha no século de Felipe II, não só na serenidade mediterrânica, mas também na imensidão tropical brasileira e nas suas conexões atlânticas. Ele se torna ao mesmo tempo mediterranista e brasilianista. Braudel na Segunda Guerra Mundial representou o drama de uma Europa arruinada, vivido na pele de um prisioneiro que sonhava com a derrota dos nacionalismos enlouquecidos e com a derrota dos ditadores. Este sonho, acalentado em um cotidiano angustiante, nutriu-se avidamente de um passado distante no século 16, onde a história rodava lentamente.

Depois da guerra, sua tese é concluída e defendida na Sorbonne, consagrando-o como um expoente da nova história. A tese secundária, ainda inconclusa, é substituída por dois extensos artigos que Braudel havia publicado antes sobre os espanhóis na África do Norte. Os seus estudos passam a ter novos rumos e prioridades. O *Ensaio sobre o Brasil* não foi retomado e nem publicado. Nos anos 80, Braudel fez referência a uma “história do Brasil” que ele nunca publicou, apesar da insistência de seus amigos brasileiros. Ficou a curiosidade, principalmente do público brasileiro, sobre o seu conteúdo e sobre o que ela pode revelar do país e do próprio Braudel. Bem depois de sua morte, em 2002, foi possível ter acesso restrito ao texto, e depois analisá-lo e organizá-lo.

Há um brasilianismo fecundo e interessante, na linha da nova história, porém inacabado. A viagem mental pelo passado brasileiro foi guiada por grandes autores capazes de captar a realidade, “a cor e o perfume dos seres e das coisas”. Nos diferentes brasis, há uma mesma vida, um passado profundo, configurando a sociedade colonial. Braudel se encantou com a obra de Gilberto Freyre, onde o Recife lhe ensinou algo do país inteiro. O caminho da nova história dos *Annales* era precisamente este, a apreensão do todo: os movimentos profundos da vida dos homens, as formas amplas da vida coletiva, as “arquiteturas sociais” e as civilizações,

bem como as conexões entre os diversos mundos. Tudo isto sem desdenhar a aventura individual do espírito, o que cada pessoa sempre tem de insubstituível.

Na historiografia de Braudel, certas realidades coletivas ou inanimadas atuam de modo coerente como se fossem um sujeito. Elas se tornam "personagens". Isto se dá com o povo alemão, mais importante do que Bismarck, com o Mar Mediterrâneo e com o Brasil, na sua imensidão esmagadora e nos seus fatores geográficos. Braudel escolheu uma perspectiva bem definida para focalizar o Brasil: uma Europa americana, a única Europa tropical e subtropical em todo o mundo com certa envergadura. Esta perspectiva lançou luzes sobre o passado brasileiro e captou a riqueza da história atlântica, imprescindível para a compreensão do país, porém cedeu em parte a um etnocentrismo inaceitável. Não lhe faltou, entretanto, a humildade e a grandeza de reconhecer que a história brasileira, como toda a história, é vida e não se deixa aprisionar em uma fórmula.

Logo após a Segunda Guerra, Braudel passa a integrar a equipe dos *Annales* e dá aulas na Sorbonne. Ele é encarregado de preparar candidatos ao ensino fundamental e médio para a prova final, o exame de agregação. Pedem-lhe cursos sobre a América Latina, aproveitando os seus anos vividos no Brasil e a boa recepção de seu artigo sobre Gilberto Freyre. Seu conhecimento atualizado, estilo atraente e espírito inovador conquistaram grandes talentos como Marc Ferro, Jean Delumeau, Pierre Chaunu e Frederic Mauro. Braudel constituiu uma vasta biblioteca sobre a América Latina, orientou pesquisas e preparou um número especial dos *Annales* sobre o tema, publicado em 1948. Antes de se tornar conhecido na França pelo *Mediterrâneo*, Braudel o foi por seus estudos sobre o Brasil e sobre a América Latina.

Alguns professores da missão francesa dos anos 30 fizeram importantes estudos no Brasil que deram grande impulso às suas respectivas carreiras. Lévi-Strauss pesquisou os ñambiquaras; Roger Bastide, as religiões negras; Pierre Monbeig, as zonas pioneiras. Segundo Maugüe, seus colegas, "partindo para o Brasil, prepararam-se o melhor possível para retornar à França. Eles tinham o *fabuloso metal*.

O único dentre nós que não precisava fazer sua *fortuna* na universidade era Fernand Braudel. Discípulo preferido do historiador Lucien Febvre, sua tese sobre o Mediterrâneo no tempo de Felipe II já estava bastante avançada"[8]. Ao contrário do que diz Maugüé, também Braudel garimpou o "fabuloso metal" no Brasil e fez sua "fortuna".

A atitude fundamental do historiador, para Braudel, é conservar um coração de criança, com a possibilidade de se surpreender com a vida, com o passado e enxergá-lo como uma criança enxerga as primeiras imagens que chegam aos seus olhos. Este coração de criança, aberto, simples e generoso, ele encontrou em seu discípulo e amigo brasileiro Eurípedes Simões de Paula[9]. Eurípedes depois se tornou diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde o historiador francês lecionou.

O Brasil foi para Braudel um desenraizamento enriquecedor, de quem com espírito aberto se depara com um mundo diferente e sua múltipla riqueza. Os vínculos dele com o país nos anos 30 e 40 muito manifestam a respeito de ambos. Bem observou Lucien Febvre que seu discípulo se transformou muito mais com o Brasil do que com o Mediterrâneo[10]. Algumas vezes, ao falar da transformação que viveu, Braudel acrescentou sorrindo: "Talvez foi porque lá é que eu aprendi a ser feliz"[11].

---

[1]Doutor em história pela UnB e professor da PUC-RJ.
[2]Une Leçon d'histoire de Fernand Braudel – Châteauvallon / octobre 1985, Paris, Arthaud, 1986, 203.
[2]BRAUDEL, F., entrevista a Reali Júnior, "USP, lembranças do início, por um de seus mestres: Fernand Braudel", *Jornal da tarde,* 28/1/1984.
[4]BRAUDEL, F., "Primeiras histórias - USP, 50 anos: lembranças de um pioneiro francês", entrevista a Rosa Freire d'Aguiar, *Isto é* (1/2/1984) 38-39. Os colchetes não são do original.
[5]BRAUDEL, F., "Une vie pour l'histoire", entrevista a F. Ewald e J.-J. Brochier, *Magazine littéraire* 212 (1984) 18.
[6]BRAUDEL, F., entrevista a Marcello Tassara (Paris, 1984), MIDIALAB, ECA-USP.
[7]BRAUDEL, F., *Reflexões sobre a história*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, 10.
[8]MAUGÜE, *Les dents agacées*, Paris, Buchet Chastel, 1982, 93-94.
[9]BRAUDEL, F., entrevista a Marcello Tassara, o.c.
[10]BRAUDEL, F., entrevista a Reali Jr, o.c.
[11]GEMELLI, Giuliana, *Fernand Braudel*, Paris, Odile Jacob, 1995, 61.

A UNIÃO TRABALHISTA SINDICAL MINEIRA E A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS OPERÁRIOS EM JUIZ DE FORA

Luís Eduardo de Oliveira – PPGH/UFF

A presente comunicação tem como objetivo divulgar os primeiros resultados da pesquisa sobre a *mobilização classista* e a *cultura política* dos assalariados urbanos de Juiz de Fora na primeira metade do século passado, que desenvolvo, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. A partir de uma produção historiográfica renovada, que *valoriza a experiência organizatória e reivindicativa efetiva da classe trabalhadora brasileira*,[1] procurarei abordar sem preconceitos ou teleologismos, o processo de formação dos sindicatos profissionalmente diferenciados das mais importantes categorias operárias do principal centro industrial de Minas Gerais no início da década de 1930. Sem desconsiderar os reais objetivos políticos e econômicos do Governo Provisório com a decretação da lei de sindicalização de março de 1931, buscarei explicitar quais eram as expectativas daqueles setores do proletariado juizforano que, desde meados de 1932, optaram por vincular as suas organizações sindicais ao projeto estatal.

União Trabalhista Sindical Mineira: uma associação de resistência trabalhista

Foi justamente no momento em que a intervenção do Estado nas relações de trabalho se tornava mais palpável, com a decretação de um leque variado de benefícios sociais, que a *verticalização* imposta pela *lei de sindicalização de 1931* deu passos mais firmes junto ao proletariado de Juiz de Fora.[2] Sensibilizados pelo *furor legisferante* que atingiu o Ministério do Trabalho no momento em que esse órgão vivia sua primeira transição ministerial, diversos líderes operários locais decidiram *responder* com energia ao *chamamento* para que dessem existência real ao projeto sindical do Governo Provisório. Mas o fizeram a partir de muitas das idéias, crenças e valores presentes anteriormente na

cultura política da classe trabalhadora juizforana, retomando e atualizando tanto a *tradição* desses assalariados em se organizarem em *associações de ofícios vários*, quanto o conjunto de reivindicações constituído por eles nas numerosas lutas que travaram na Primeira República por melhores condições de vida e trabalho.[3]

No dia 1º de maio de 1932, trinta e três trabalhadores de diversas profissões (marmoristas, ourives, alfaiates, escultores, pintores, pedreiros, metalúrgicos, tecelões, carpinteiros, sapateiros, barbeiros, gráficos, etc.) reuniram-se em assembléia para fundar a *União Trabalhista Sindical Mineira* (UTSM), uma *nova associação proletária profissionalmente indiferenciada*. Um dos principais articuladores dessa reunião, o gráfico Cleveland Duarte, declarou ao jornal *Diário Mercantil* que a intenção dos fundadores da UTSM era contar na cidade com uma organização operária com "eficiência jurídica" e "nas bases sindicais", pois entendiam que somente seriam "tomadas em consideração pelos poderes públicos as reclamações, quando encaminhadas por associação legalmente organizadas." [4]

Assim, numa conjuntura municipal marcada ainda pelas tensões sociais geradas pelo grande número de desempregados e pelas ações repressivas das autoridades policiais contra as atividades dos militantes comunistas da União Operária, entidade fundada em 1927, as lideranças operárias politicamente mais moderadas procuraram *apropriar-se* das *prerrogativas* que o decreto 19.770 e as leis sociais recentemente promulgadas concediam aos *organismos sindicais reconhecidos* pelo Ministério do Trabalho na *expectativa* de ampliar e consolidar a sua influência política junto ao proletariado juizforano. Concebida por seus organizadores como uma *associação de resistência trabalhista* que admitia "como sócio todo o trabalhador de ambos os sexos, de ocupação honesta e bons costumes", a *União Trabalhista Sindical Mineira*, na verdade, foi organizada muito mais com base nas *tradições organizativas* da classe trabalhadora de Juiz de Fora do que propriamente de acordo com as determinações contidas no decreto 19.770. Pois, além de pretenderem representar os trabalhadores de todas as categorias profissionais do estado de Minas Gerais, os fundadores da UTSM franquearam a entrada de menores de dezoito anos e não

fixaram uma cota máxima para a participação de estrangeiros no seu quadro de associados ou em sua Comissão Executiva, a exemplo do que ocorria nas suas congêneres locais das décadas de 1910 e 1920.

Por outro lado, os organizadores da União Trabalhista Sindical Mineira esperavam mantê-la distante de qualquer prática política ou sindical mais radicalizada, como fez questão de deixar bem claro Cleveland Duarte ao afirmar que a nova associação:

> "Reivindicará os direitos proletários sem emprestar aos sensatos um caráter de *luta de classes*. (....) Querem os operários que a compõem valer-se das *vantagens* que lhes oferece o Ministério do Trabalho, querem organizar-se em *associação sindicalizada* para se ajuntarem às *leis em vigor*."[5]

No entanto, mesmo vetando a presença de comunistas na UTSM e renunciando publicamente ao princípio da *luta de classes*, como exigiam as autoridades do Governo Provisório em seus pronunciamentos oficiais e nas entrelinhas de seus decretos, essas lideranças apresentaram um programa de reivindicações bastante abrangente e sintonizado não só com a *experiência reivindicatória passada* do operariado de Juiz de Fora, como também com as principais angústias e queixas manifestadas pelos assalariados da cidade naquele contexto de crise generalizada. É o que demonstra o trecho mais significativo do manifesto de fundação da União Trabalhista Sindical Mineira:

> "Operários! Considerando de imprescindível necessidade a organização da classe na *base sindical*, dentro de uma ideologia capaz de operar uma proveitosa renovação política e social de nossa pátria para que assim possamos reivindicar *nossos direitos* e *melhorias,* tais como: o barateamento da vida; o *restabelecimento* da lei de férias; assistência médica em condições acessíveis às classes menos favorecidas; direito de greve pacífico e de representação junto aos poderes públicos; localização dos sem trabalho; extinção dos pagamentos em vales sujeitos a descontos em determinadas mãos; unificação do dia de oito horas, sem redução de vencimentos; abolição completa de todo e qualquer regulamento interno nas fábricas e estabelecimento congêneres não baseados nos dispositivos legais."[6]

No seu conjunto, essas demandas proletárias evidenciam o *papel ativo* desempenhado pela *cultura política* da classe operária de Juiz de Fora na definição dos rumos e atitudes que uma parte importante de seus líderes adotou naquele novo contexto institucional. Ao atribuírem à UTSM o papel de "associação de *resistência* trabalhista", os militantes que se reagruparam para fundá-la *esperavam* não apenas *garantir a efetiva aplicação das diversas leis sociais* promulgadas no início de 1932, como também *desejavam*

conquistar outras medidas de proteção, auxílio e valorização dos assalariados juizforanos, tais como: a redução do preço dos gêneros alimentícios e dos aluguéis de casas populares; a decretação de uma nova lei de férias, já que a de 1926 havia sido suspensa em 1931; a criação pelo Estado de uma rede seguridade social e de postos de trabalho para os desempregados; o respeito ao direito de greve e o estabelecimento de medidas capazes de limitar o grande poder dos patrões sobre os operários no espaço fabril.

Foi a partir dessa perspectiva organizativa e reivindicatória, que privilegiava a *resistência e a luta por direitos dentro da lei e da ordem*, que a direção da União Trabalhista Sindical Mineira deu início à organização dos operários têxteis, metalúrgicos e da construção civil de Juiz de Fora em "bases sindicais", isto é, em sindicatos profissionalmente diferenciados reconhecidos e respaldados pelo Ministério do Trabalho, como determinava a decreto de sindicalização de 1931.

A formação dos sindicatos dos têxteis, dos metalúrgicos e dos operários da construção civil de Juiz de Fora

Na análise do trânsito de parcela significativa das lideranças operárias de Juiz de Fora para a estrutura sindical oficial, foi possível identificar, por um lado, a existência de semelhanças importantes nas assembléias de instalação e estruturação inicial dos sindicatos profissionais dos têxteis, dos metalúrgicos e dos operários da construção civil – termos utilizados nas atas, referências às *vantagens* de se organizar de acordo com o decreto 19.770, registro do número de presentes, definição da base de associados, composição de diretorias e comissões provisórias e aprovação de estatutos. Fato que pode ser atribuído, sobretudo, à ação coordenada dos dirigentes da União Trabalhista Sindical Mineira nesse processo, particularmente no que se refere aos cuidados tomados por eles em transformar as atas dessas reuniões em documentos válidos para o reconhecimento dos organismos sindicais formados na cidade junto ao Ministério do Trabalho, evitando assim contratempos indesejados.[7]

Por outro lado, a percepção de que a criação dos sindicatos profissionalmente diferenciados dos tecelões, dos metalúrgicos e dos empregados na construção civil alteraria

de forma substancial a dinâmica organizativa do movimento operário juizforano, levou as lideranças sindicais a uma preocupação fundamental: consolidar a influência política da União Trabalhista Sindical Mineira junto ao proletariado local e transformá-la na principal *federação municipal de sindicatos reconhecidos* de Juiz de Fora. Preocupação compartilhada integralmente pelos líderes das entidades sindicais em formação, como pode ser percebido em algumas das discussões e deliberações tomadas em suas assembléias. Ao debaterem a criação do *pavilhão* de seu sindicato, por exemplo, os trabalhadores da construção civil não só pretendiam reforçar sua *unidade*, com a *produção de um símbolo* que a representasse, como também procuravam estreitar os laços com a UTSM e as demais associações que a compunham, como demonstra a resolução que tomaram sobre esse assunto: "Cada sindicato deve ter sua *bandeira* e a *União* (Trabalhista Sindical Mineira) *outra*, em que entre todas as cores dos sindicatos." [8]

Ao lado das preocupações referentes à organização interna e ao fortalecimento político de suas entidades representativas, os participantes das assembléias operárias realizadas na sede da União Trabalhista Sindical Mineira no segundo semestre de 1932, manifestaram uma série de *expectativas* importantes sobre o papel que os sindicatos profissionais que estavam sendo criados em Juiz de Fora poderiam desempenhar na conquista de melhores condições de vida e trabalho para seus associados. Nesta perspectiva, é importante ressaltar que em todos esses encontros proletários, os diretores daquela associação procuraram reforçar a necessidade premente dos trabalhadores se *unirem* e se *sindicalizarem* para poderem *reivindicar seus direitos dentro* da *ordem* e da *lei*.

Nesse período, os apelos feitos pelos dirigentes da União Trabalhista Sindical Mineira para que os trabalhadores se *unissem* e se *organizassem* nos sindicatos que estavam sendo formados na cidade, vieram acompanhados de orientações para que eles estudassem e conhecessem as leis trabalhistas recém decretadas pelo Governo Provisório. Tal fato demonstra, que em sua *luta por direitos*, travada agora em um novo contexto institucional, muito dos líderes operários de Juiz de Fora *esperavam valer-se* das

prerrogativas e *instrumentos legais* existentes na legislação sindical e trabalhista do Governo Provisório para *conquistar* as reivindicações históricas do proletariado da cidade.

Na primeira reunião realizada pelos pedreiros juizforanos para organizar seu sindicato, no dia 24 de agosto de 1932, o primeiro secretário da UTSM, Antônio Tavares, procurou esclarecer os presentes sobre os diversos aspectos que envolviam a *sindicalização*. Tavares deu especial atenção à questão da *união da classe*, considerada por ele um elemento fundamental, tanto "para a burguesia não esmagar" o operariado, quanto "para que os empregados sejam indenizados quando não puderem mais trabalhar; que estes tenham ao menos um terço de seu salário na velhice, para que não seja preciso *mendigar* pela rua." Neste sentido, o líder sindical terminou sua explanação reafirmando uma *crença* comum entre os dirigentes da União Trabalhista Sindical Mineira naquele momento: "Para dirigir ao ministro do trabalho para dar o vosso direito, companheiro, é preciso unir e organizar dentro desta casa (UTSM). Que aqui teremos o direito de reclamar com o nosso sindicato que tomará as providências necessárias."[9]

O vínculo entre *união da classe*, *sindicalização, aprendizado político* e *conquista de direitos* foi feito também pelos líderes proletários que organizaram o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora. Na assembléia de fundação dessa entidade, ocorrida no dia 29 de novembro de 1932, o operário Marcílio Dias Lopes pediu a seus companheiros que fizessem "a maior propaganda possível do sindicato, que agora entra na sua vida normal, dentro da lei." Segundo a ata de tal reunião, o secretário geral da União Trabalhista, José Soares, aproveitou a oportunidade para concitar:

> "A todos os metalúrgicos de Juiz de Fora que se congregassem em seu sindicato. Depois analisou longamente sobre a *lei de férias*, sobre o *salário mínimo*, terminando sobre o *higiene das casas de aluguel*. Precisavam de boa água, luz, esgotos, acabar com esses casebres que só servem para matar mais rápido o operário – que já, por natureza, não tem conforto nenhum. Assim então teríamos uma *cidade modelo*. Mas para conseguirmos isto, precisamos estar todos *unidos* dentro dos *sindicatos*."[10]

Acredito que esses relatos reforçam a idéia defendida aqui de que apenas estabelecer os reais objetivos políticos e econômicos do Governo Provisório com a decretação da *lei sindical de 1931* e com a promulgação de um conjunto significativo de *leis*

sociais em 1932, como fez com relativa precisão boa parte dos estudiosos sobre o tema, não esgota o problema da *sindicalização* nesse período. É imprescindível também *ouvir a voz* e entender as *razões* dos setores da classe trabalhadora que optaram por aderir e dar vida ao *projeto sindical estatal* em seu nascedouro, bem como considerar as *atitudes e expectativas* manifestadas por eles nesse processo. Como sugerem Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Silva, ao invés de imputar a esses trabalhadores uma suposta "inconsciência de classe":

> "Trata-se de sublinhar as discrepâncias entre as restrições dos sistemas normativos, ressalvando que os indivíduos têm 'um conjunto diferente de relacionamentos que determina suas reações à estrutura normativa e suas escolhas com respeito a ela'. A ação social resulta de freqüentes escolhas, decisões e negociações dos indivíduos frente ao poder constituído, pleno de contradições e porosidades."[11]

Para concluir, gostaria realçar o fato de que o modelo estatal de sindicalismo de viés corporativista, para ser implantado em Juiz de Fora, sofreu uma série de *mediações* por parte de algumas das lideranças operárias da cidade, que não aderiram a ele sem antes promover uma espécie de *reinvenção da tradição organizatória do proletariado local.* Uma vez que a União Trabalhista Sindical Mineira, a entidade profissionalmente indiferenciada que fundaram justamente para facilitar a formação dos sindicatos por categorias, gradativamente acabou se transformando em uma *federação municipal de sindicatos reconhecidos.* Na verdade, na primeira metade da década de 1930, pelo menos, a estrutura sindical verticalizada com que o Estado procurou controlar o movimento operário em todo o país, não conseguiu suplantar completamente uma antiga *tradição* dos trabalhadores juizforanos*: a sua organização horizontal, determinada essencialmente por sua condição de assalariados ou proletários*.

Nesse período, as lideranças operárias agrupadas na União Trabalhista Sindical Mineira e nos *sindicatos reconhecidos,* ao mesmo tempo em que se preocuparam em "andar sempre dentro da lei", mantendo-se afastados dos militantes comunistas, cuja ação política foi *criminalizada* pelas autoridades públicas*,* buscaram também exercer um papel ativo, propositivo e reivindicativo, no diálogo formal que mantiveram com os órgãos e representantes do Estado. Objetivavam, acima de tudo, o cumprimento efetivo por parte do

patronato das leis sociais decretadas e, ainda, a ampliação dos benefícios previstos na legislação trabalhista e previdenciária em discussão no âmbito do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.

---

[1] Dentre os autores e trabalhos que têm contribuído significativamente para a renovação dos estudos sobre o proletariado brasileiro e sua luta por direitos sociais, destaco: GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988; FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo. 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995; FORTES, Alexandre (et al.). *Na luta por direitos: estudos recentes sobre História Social do Trabalho.* Campinas, Unicamp, 1999; FERREIRA, Jorge. "Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio" In REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, História e política: séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000; SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, Edunicamp, 2003 e FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, EDUSC, 2003.

[2] Na primeira metade de 1932, o Governo Provisório decretou cinco importantes leis sociais: a lei que instituiu a Carteira Profissional (decreto n.º 21.175, de 21 de março de 1932); a de horário de trabalho do comércio (decreto n.º 21.186, de 22 de março de 1932); a do horário da indústria (decreto n.º 21.3640, de 4 de maio de 1932); a lei que cria as Comissões Mistas de Conciliação (decreto n.º 21.396 de 12 de maio de 1932); a regulamentação do trabalho das mulheres (decreto n.º 21.417-A, de 17 de maio de 1932). *Ver* VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989*,* p. 148 e GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937).* Rio de Janeiro, Campus, 1978*,* p. 226.

[3] Sobre a movimentação classista do proletariado juizforano na Primeira República *ver*, principalmente, as seguintes obras*:* ANDRADE, Sílvia M.ª B.V. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924).* Juiz de Fora, EDUFJF, 1987 e DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais.* São Paulo, Hucitec, 1988.

[4] Na assembléia de instalação da UTSM, de acordo com a ata que registrou tal evento, foi indicada uma comissão com 13 membros para cuidar da consolidação jurídica da entidade – elaboração e registro de seus estatutos em cartório, basicamente. Aprovou-se ainda que "dentro da organização não haverá distinção de nacionalidade ou crença religiosa" e que a "a União Trabalhista Sindical Mineira obedeça aos princípios de sindicalização" presentes no decreto 19.770. *Ver* "Transcrição da ata de fundação da União Trabalhista Sindical Mineira" In *Estatutos da União Trabalhista Sindical Mineira – Juiz de Fora*. Registro Civil de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas, 16/07/1932, pp. 3-4 e *Diário Mercantil*, Juiz de Fora – MG, 23/05/1932, p. 1.

[5] Tal comportamento político moderado incluiu, ainda, o veto à participação dos militantes comunistas na nova associação operária, cujo manifesto de lançamento advertia: "Cumprimos o dever de cientificar a todos que se trata de uma associação sem caráter comunista e vazada nos mais sãos princípios de fraternidade e justiça." *Ver Diário Mercantil*, Juiz de Fora – MG, 21/05/1932, p. 4 e "Um movimento simpático do operariado de Juiz de Fora". *Diário Mercantil*, Juiz de Fora – MG, 30/05/1932, p. 1.

[6] O manifesto expondo o programa da UTSM e conclamando o operariado juizforano para prestigiar a nova associação, foi distribuído por seus organizadores nas principais fábricas e oficinas da cidade em meados de maio de 1932 e encontra-se publicado integralmente *in Diário Mercantil*, Juiz de Fora – MG, 21/05/1932, pp. 1 e 4.

[7] Em meados de dezembro de 1932, a UTSM enviou uma nova comissão ao Rio de Janeiro para tratar do registro dos sindicatos dos têxteis, dos metalúrgicos e dos trabalhadores da construção civil junto ao Ministério do Trabalho. Ao que tudo indica, as lideranças operárias da cidade procuravam, dessa maneira, apressar a burocracia estatal a liberar as *cartas sindicais* daquelas entidades, dando a seus diretores maior cobertura legal para agir contra os patrões que insistiam em descumprir a legislação social em vigor. *Ver* "Ata da assembléia ordinária do sin*dicato dos* Operários Têxteis e Anexos de 14/12/1932" In Livro *de atas das assembléias gerais do* sin*dicato dos Operários Têxteis e Classes Anexas (26/09/1932-08/02/1933)*, pp. 3-4.

[8] Neste sentido, os dirigentes do Sindicato dos Operários em construção Civil pensavam em trocar idéias com os outros sindicatos e até em realizar um concurso para tal fim. "Ata da assembléia de 17/11/1932" In *Livro de atas das assembléias gerais do* sin*dicato dos Operários em Construção Civil (13/10/1932-11/09/1938)*, pp. 2-3.

[9] *Ver* "Ata da assembléia de 24/08/1932" e "Ata da assembléia de 01/09/1932" In *Livro de atas do* sin*dicato dos Pedreiros,* pp. 1- 4.

[10] Além disso, José Soares afirmou que a direção da União Trabalhista Sindical Mineira estava se mobilizando para garantir a seus associados, a partir de janeiro de 1933, descontos nas passagens de bondes e nos ingressos das sessões de cinema. *Ver* "Ata de instalação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora – 29/11/1932" In *Livro de atas das assembléias gerais do* sin*dicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora (29/11/1932-20/02/1939)*, pp. 1-2.

[11] SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e populismo: balanço dos estudos recentes." *In* FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001*,* p. 216.

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA PARA JÖRN RÜSEN: UMA AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Luis Fernando Cerri - UEPG
lfcerri@uepg.br

As discussões do teórico alemão Jörn Rüsen sobre a historiografia e o ensino da história constituem uma contribuição importante para o campo de pesquisa que, no Brasil, situa-se na intersecção entre a História e a Educação, materializando-se mais especificamente nos espaços institucionais e entre as pessoas relacionadas à Licenciatura em História, seus profissionais e atividades de ensino e pesquisa. Ao mesmo tempo em que corrobora a discussão que vem ocorrendo no Brasil nas últimas décadas, sobre a necessidade de extrapolar as preocupações sobre o "como" ensinar, em direção a reflexões mais amplas sobre as motivações sociais do ensino da História e a natureza do saber envolvido nesse fenômeno social, os escritos de Rüsen oferecem a perspectiva do debate alemão sobre o tema, que parte de uma visão integrada da Didática da História com a Teoria da História e a Historiografia. Aqui, a Didática da História assume muito mais a feição de uma teoria geral do aprendizado histórico, que deve transcender as relações escolares até para que seja possível melhor entendê-las, que a feição de uma teoria do ensino.

Este texto apresenta sucintamente alguns exemplos de pesquisas em curso no Grupo de Estudos da Didática da História (GEDHI – vinculado ao Mestrado em Educação da UEPG) no contexto dessa discussão de algumas das idéias de Rüsen.

HISTÓRIA E VIDA EM RÜSEN

A pequena parte da obra de Rüsen traduzida para o português [i] ou alguns dos seus textos disponíveis para o expressivo grupo dos pesquisadores que não lê alemão [ii] permitem conhecer elementos da concepção de História e de Educação que sustentam suas posições

quanto à Didática da História. A seguir, sintetizamos alguns pontos centrais dessas concepções.

Para Rüsen, a necessidade de usar a história deriva da vida prática cotidiana. É diante da contingência de agir que cada ser humano recorre às experiências vividas e representações do sentido do tempo. Essa idéia constrói a reflexão sobre si e os outros no tempo (um conceito amplo de "história") como o princípio elementar da produção de saber sobre a história, que assume diversas características conforme a época e a cultura dos sujeitos. Da reflexão sobre a história, inerente à vida prática de todo ser humano, à História como ciência, há uma distância qualitativa e quantitativa, referente a recursos sofisticados como fontes, métodos e discussão intersubjetiva, mas a essência da atividade é a mesma: conhecer a si e aos outros no tempo, de modo a buscar elementos de explicação do mundo para orientar (se) no tempo.

O conhecimento histórico científico, portanto, é visto como uma das possibilidades de relacionamento dos homens com suas representações sobre si e seus pertencimentos no tempo. Com isso, constrói-se uma concepção de ciência em diálogo com outras "histórias", em que a operação de atribuição de sentido ao tempo, a "consciência histórica", é entendida como atributo de todo ser humano, à semelhança de Agnes Heller e à diferença de Hans-Georg Gadamer, Phillipe Ariés e outros [iii].

O conceito de consciência histórica está no centro do processo de mudança paradigmática da Didática da História, deslocando-a de uma teoria / prática da metodologia de ensino de História para uma teoria geral do aprendizado histórico. Rüsen estabelece que essa mudança significa uma ampliação do campo da pesquisa histórica na disciplina da Didática da História, que passa a se perguntar mais sobre como as pessoas (inclusive, mas não exclusivamente, os alunos das escolas) aprendem história, até como condição de pensar melhor a reflexão original da disciplina, que era como se ensina História. Transborda-se assim o escopo original, a metodologia do ensino, sob maior peso da contribuição da Pedagogia, enquanto abre-se a possibilidade de pensar a Didática da História como campo legítimo também da Teoria da História nessa abordagem, oxigenando-

a (como disciplina interna da Teoria da História, voltada para o estudo da produção, divulgação, assimilação e usos sociais do conhecimento histórico). Desse ponto de vista não fica estranho, portanto pensar, em estudos pós-graduados em Didática da História dentro de programas de História, além dos de Educação.

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA E SEU DESENVOLVIMENTO RECENTE

O destaque dado nesse texto a Rüsen decorre do fato de que ele tem sido o mais importante interlocutor, para o Brasil, das idéias debatidas e desenvolvidas no campo da Didática da História na Alemanha. Isso ocorre tanto por conta de suas visitas periódicas ao país quanto por causa da tradução de seus artigos e livros para o português e o espanhol, bem como para o inglês, o que ocorre em escala muito menor para vários de seus colegas de debate, como é o caso de Klaus Bergmann (um artigo traduzido na Revista Brasileira de História [iv]), Karl Ernst Jeismann e Pandel, entre outros. Dessa perspectiva, Rüsen pode ser tomado como um importante partícipe e divulgador das mudanças paradigmáticas que a Didática da História sofreu na Alemanha desde os anos 1970, e que vêm influenciando esse campo nos demais países europeus (a título de exemplo, pode-se mencionar a pesquisa continental "Youth and History" [v], desenvolvida aproveitando uma série de categorias desse debate, sobretudo o conceito de "consciência histórica") e no restante do mundo.

Tais mudanças respondem tanto a uma concepção de História como área de conhecimento que deve funcionar dentro de um amplo relacionamento e compreensão interdisciplinar, quanto à presença de uma nova geração de historiadores que paulatinamente foi assumindo os postos institucionais referentes à História na Alemanha ao longo dos anos 1960 e 1970, portadores daquela concepção e capacitados ao exercício metodológico da mesma.

Em suma, o recente desenvolvimento da Didática da História, de acordo com Rüsen, pode ser descrito como um movimento de recuperação do âmbito da autoconsciência da História, ou seja, passa de uma aplicação externa do conhecimento histórico produzido

profissionalmente a uma disciplina acadêmica capaz de voltar-se também para o ofício de historiador e contribuir para ampliar a compreensão histórica. Isso ocorre em função da preocupação que a Didática da História faz retomar, no âmbito da ciência histórica, com o desafio da legitimação do papel da História na vida cultural e na educação, ou, enfim, com os usos e abusos da História na vida social.

O escopo da Didática da História, portanto, passa a incluir o estudo do papel da História na opinião pública, as possibilidades e limites das apresentações históricas visuais e museus e outros campos que possam ser trabalhados por historiadores e educadores de visão não - restrita. Assim, parte-se desde o campo da História na sala de aula, dentro da concepção e referenciais metodológicos expandidos, passando pela análise da função do conhecimento e explanação históricos na vida pública, o estudo das metas da educação histórica e a avaliação da sua consecução, chegando até a abordagem mais ampla da análise da consciência histórica em sua constituição, funcionamento e conseqüências.

PESQUISAS NO GEDHI

O Grupo de Estudos em Didática da História reúne professores universitários, professores da Educação Básica e graduandos da Licenciatura e do Bacharelado em História, e tem articulado seus temas e objetos de pesquisa de forma afim à compreensão acima do que seja a Didática da História.

Está em desenvolvimento um projeto articulador, desenvolvido pelo coordenador e por pesquisadores de Iniciação Científica intitulado “Didáticas da História no século XX”. A intenção é procurar, catalogar e mapear a produção intelectual que discute, desde a proclamação da República até a atualidade, as características e necessidades sociais da História ensinada e aprendida, por estudantes e pelos cidadãos comuns. Embora seja um projeto aparentemente ambicioso, os levantamentos até o momento permitem observar, por um lado, uma relação variável entre as conjunturas de cada período e suas necessidades sociais de ensino do conhecimento histórico (para a legitimação de idéias e instituições,

mobilização dos cidadãos, consolidação de projetos políticos, etc.), havendo uma certa resistência dos conteúdos e objetivos originalmente definidos, que ganham uma certa autonomia em relação às novas demandas. Por outro lado, é possível constatar a permanência dos discursos sobre os objetivos do ensino da História, não só no campo em que esta permanência seria de se esperar, ou seja, nos discursos conservadores, mas também no campo das propostas renovadoras das concepções de História, métodos, conteúdos e finalidades do ensino.

Dois projetos de pesquisa em nível de mestrado têm se dedicado , sob orientação do autor, a investigar as relações entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar. Janaína do Espírito Santo estuda a obra acadêmica de Rocha Pombo e a obra didática do mesmo autor, em busca das lógicas de didatização do conhecimento, bem como das influências que constituem as escolhas do autor, e ainda das influências que o autor, em consonância e dissonância com o seu contexto, exerce sobre a produção contemporânea de materiais didáticos. Ângela Ferreira estuda a discussão acadêmica sobre a História das Mulheres e suas repercussões sobre o material didático de História, procurando identificar os ritmos e os condicionantes da absorção desses desenvolvimentos do conhecimento sobre o trabalho educativo, também em relação com os respectivos contextos sócio-culturais.

Um outro projeto de mestrado orientado pelo autor estuda a relação entre a comunicação de massas e a mobilização dos conhecimentos históricos. Selma Bonifácio dedica-se ao estudo das Histórias em Quadrinhos e seus usos de conhecimentos históricos para a produção de narrativas ficcionais ou não-ficcionais, bem como as implicações, para o conhecimento, de sua versão para a linguagem dos quadrinhos. No mesmo grupo de preocupações encontra-se a própria tese de doutoramento do autor, que se dedicou ao estudo dos elementos históricos da nação representados na publicidade em revistas no período do “milagre econômico” brasileiro e sua recepção por parte dos leitores, como uma forma de aprendizado ou re-aprendizado não-formal de História.

Os fundamentos teóricos da presente concepção de Didática da História têm ainda uma contribuição para o estudo da educação inicial e continuada de professores. Nesse sentido, os projetos de mestrado de Maria Antonia Marçal e Caroline Pacievitch procuram investigar os processos mentais de formação da identidade pessoal e profissional dos professores de História, diante das múltiplas demandas por padrões de atitudes cobradas pela sociedade, pelo sistema educacional, pelos movimentos sociais e sindicais e, por fim, pela própria consciência estruturada por esses sujeitos ao longo de vários anos, que apontam para determinadas representações da História-disciplina, da História-processo e do papel do professor de História diante das mesmas. Provocar e analisar suas narrativas (ato constituinte e exemplar da consciência histórica) é o eixo metodológico privilegiado, seja para Rüsen, seja para outros autores como Agnes Heller [vi], o que pode, inclusive, adicionar novos pontos de vista para a reflexão epistemológica em torno da História Oral.

Há uma ampla gama de desafios postos para o GEDHI e para a pesquisa na área. Consideramos que o enfrentamento dos mesmos consiste num esforço em múltiplas frentes: extensão vertical e horizontal das leituras, aprofundamento da relação com os colegas da Educação Básica e ampliação organizada dos estudos, de modo a evitar a mera sobreposição de temas que, embora próximos, estabeleçam pouco diálogo entre si e não sustentem uma ocupação sistemática do objeto a pesquisar. Além disso, é necessário estreitar a interlocução com profissionais que estejam desenvolvendo ações e reflexões próximas, e é nesse sentido que esse texto é apresentado.

---

[i] Referimo-nos a: **A Razão histórica** – Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001; Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da "nova intransparência". **História: Questões e debates**. Curitiba, v. 10, n. 18-19, p. 303-328, Jun.-Dez 1989; A história entre a modernidade e a pós-modernidade. **História: Questões e debates**. Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 80-101, jan / dez 1997.

[ii] Entre outros, podemos citar: The Didactics of History in West Germany: Towards a New Self-Awareness of Historical Studies. *History and Theory* 26 October, 1987, 275-286 Ruesen, J. (2001). *What is Historical Consciousness? - A Theoretical Approach to Empirical Evidence.* Paper presented at Canadian Historical Consciousness in an International Context: Theoretical Frameworks, University of British Columbia, Vancouver, BC, 2001. Disponível em http://www.cshc.ubc.ca/pwias/viewabstract.php?8; El desarollo de la competencia narratica en el aprendizage historico. Una hipótesis ontogenética relativa a la consciencia moral. **Proposta Educativa.** Buenos Aires, n. 7, p. 27-36, 1992; El libro de texto ideal. Reflexiones en torno a los medios para guiar les clases de historia. **Iber. Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografia e Historia,** n. 12, p. 79-93, abril 1997.

[iii] Para uma síntese precária de algumas das compreensões da expressão e do conceito de "consciência histórica", ver CERRI, Luis F. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional.** Ponta Grossa, PR, v. 6, n. 2, p. 93-112, Inverno 2001.

[iv] **A História na Reflexão Didática**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n. 19, p. 29 – 42, set 89/fev. 90.

[v] ANGVIK, Magne e BORRIES, Bodo von (eds.). **Youth and history: a comparative european survey on historical consciousness among adolescents.** Hamburg: Korber-Stiftung; Heinrich-Heine-Buchh, 1997.

[vi] sobretudo em **Uma teoria da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

UMA FREGUESIA CAMPONESA: Questões teóricas e metodológicas[1]

Luís Henrique de Oliveira – PPG-UFJF

O início do século XIX representa, para Minas Gerais, um momento importantíssimo em sua trajetória histórica. Foi um período de reordenamento econômico-social, ocorrido pelo fato de a mineração ter perdido, para a agropecuária, sua condição de principal atividade econômica.

O período delimitado para a nossa análise, abarca dois momentos distintos e fundamentais para se compreender a economia mineira. Segundo Carla Almeida, para a província de Minas Gerais, caberia uma periodização que se explicaria da seguinte maneira: um primeiro subperíodo de auge da mineração (ou reflexo do auge) que vai de 1750 a 1770, um segundo em que a economia entraria num processo de "acomodação evolutiva", 1780 a 1820, e um último subperíodo que representaria uma recuperação econômica, 1830 a 1850. Em função do nosso recorte de análise (1750 a 1820) ele abarca os dois primeiros subperíodos.

Durante o primeiro subperíodo, 1750 a 1770, temos um momento em que ainda predominava a mineração como atividade principal. É bom ressaltar que, a atividade mineradora não excluía de seu espaço econômico as atividades agropecuárias. Estas atividades, apesar de coexistirem com a extração do ouro, ficavam relegadas ao segundo plano. Segundo Carla Almeida,

> Apesar de decrescente, a produção aurífera ainda era suficientemente importante para manter a mineração como atividade principal e conservar a sua estrutura produtiva intacta, pelo menos até 1770. Acreditamos que só em meados do decênio de 1770 esse declínio começa a provocar uma rearticulação econômica intencional que poderá ser percebida a partir de 1780.[2]

Portanto, a década de 1780, foi o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser o seu eixo central. Como afirma Ângelo Carrara, "*enquanto a população dos distritos mineradores declinou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências), as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado*"[3]

Se referindo ao segundo subperíodo (1780-1820), Carla Almeida se utiliza das seguintes palavras:

> A expressão "acomodação evolutiva" nos parece perfeita para se referir ao período da economia mineira, que vai de 1780-1810. O temo será por nós utilizado para caracterizar uma economia que não está, nem em processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas sim, de rearticulação interna que, por razões específicas da região, acabou possibilitando um novo tipo de dinamismo econômico.[4]

Enfim, uma produção voltada para a auto-subsistência e podendo ter seus eventuais excedentes comercializados em mercados locais. Além do mais, alguns importantes fatores políticos acelerariam a efetivação e dinamização deste mercado interno que vinha se esboçando. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, é bastante significativa desta situação. Como lembra Alcir Lenharo:

> (...) após 1808, o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade voltado para o mercado interno solidificou-se. As transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro Sul.[5]

Nesse contexto, nos parece de extrema importância uma análise comparativa do papel do campesinato na constituição deste mercado interno, nos dois subperíodos selecionados. Entendemos que, a medida em que se confirmava a vocação agropecuarista de Minas Gerais (efetivada no período de 1780 a 1820), este grupo assumiria um papel cada vez mais relevante na estrutura produtiva da região.

Nos parece que a Freguesia de Guarapiranga, marcada pelas atividades agropecuárias, é uma região ideal para se analisar as especificidades de uma economia marcada pela presença camponesa, centrada no trabalho familiar e voltada inicialmente para a subsistência, tema dos mais polêmicos dentro da historiografia brasileira. Tais unidades camponesas, através desta produção agropecuária, iriam suprir o mercado interno da capitania durante o momento de auge da mineração, e participar de forma relevante na produção econômica mineira, após a decadência da produção aurífera.

A Freguesia de Guarapiranga, que pertencia ao Termo de Mariana, localiza-se ao sul dessa cidade, fazendo fronteira com a mesma. Apesar de pouco estudada, esta freguesia possui características muito peculiares, que merecem atenção para que possamos

compreender melhor uma parcela importantíssima da economia mineira e, até mesmo, colonial. Guarapiranga localiza-se na Zona da Mata Mineira, portanto é uma região coberta pela Mata Atlântica e, ao longo do século XVIII, tornou-se não só centro minerador como também de produção de alimentos, podendo esta última ser mercantilizada ou não. Na região, portanto, a agricultura existia antes mesmo da chegada do café.

A Zona da Mata Mineira dos séculos XVIII e XIX, tradicionalmente conhecida como propícia às atividades agropastoris, caracteriza-se como uma área de fronteira agrícola que prima pela existência de terras cultiváveis e não aproveitadas. Portanto, a Zona da Mata, assim como outras regiões, era uma área de fronteira agrícola aberta à exploração para quem se dispusesse a ocupá-la. Desde de 1753 a 1756, anos iniciais em que a região foi mais intensamente povoada, Guarapiranga primava pela produção agrícola, "*são inúmeras as sesmarias concedidas nesses anos, nas quais se mencionavam grandes roças de milho, casas de vivenda, paiol, senzalas, bananais e outras árvores"* [6]. Ida Lewcowicz relata, em relação ao ano de 1800, que a *"(...) a comunidade de Guarapiranga ou Piranga, à margem do riacho de mesmo nome, braço do Rio Doce, vivendo de suas roças de milho e bananais"*[7].

Através dos dados já recolhidos para a freguesia de Guarapiranga em meu trabalho de bacharelado, recentemente realizado,[8] podemos constatar que a região não foge muito das características de Minas Gerais no que se refere às preferências produtivas. Apesar de encontrarmos para esta freguesia a existência de determinadas atividades voltadas para o mercado, como produção de aguardente, açúcar e até mesmo uma importante produção pecuarista, os principais produtos cultivados em Guarapiranga eram o milho e o feijão. Recorrendo a Francisco Eduardo Andrade, ele mostra que:

> Nas Gerais, os gêneros agrícolas comumente plantados eram aqueles que faziam parte da dieta dos habitantes. O mais generalizado e antigo cultivo, na região de Mariana, era o do milho, consumido nas formas de farinha ou 'canjica'... Associado ao milho, o feijão vai ser plantado em menor proporção, já que esta leguminosa exigia mais cuidados no cultivo e não se prestava à alimentação animal (suínos e bestas de cargas).[9]

Outra característica desta região, e que demonstra ser esta uma área propícia à presença de camponeses, é sua produção pecuarista**.** Identificamos uma pecuária bastante volumosa, que podia ser útil tanto no trabalho diário; que era responsável pela subsistência da população local, quanto poderia eventualmente se vincular ao mercado. Encontramos nessas unidades produtivas, a criação de: gado vacum, porcos, carneiros, ovelhas, cabras; assim como detectamos, para o trabalho agrícola, a presença de cavalos, mulas, bestas e "machos". Um fato marcante na região é o predomínio de uma pecuária suína, em relação à bovina. Portanto, assim como em outras regiões da Província, em Guarapiranga, a criação de porcos era bastante comum, existindo tanto em unidades produtivas escravistas ou não. Segundo Carla Almeida, *"o milho (farinha de milho, angu e canjica), o feijão e a carne de porco, constituíam a base da alimentação da população em Minas Gerais"*[10].

Assim, podemos constatar a grande presença de camponeses (homens livres pobres), na freguesia de Guarapiranga, em função das características produtivas da região, uma produção agropecuária voltada primeiramente para a subsistência, mas que poderia ter seu eventual excedente comercializado em mercados locais.

Escrever sobre o campesinato, significa penetrar em um dos mais perigosos terrenos da historiografia. A tentativa de se definir o que se entende por camponês, não é nada fácil, e como diz Ciro Flamarion, *"a noção de camponês é, possivelmente, uma das mais escorregadias que existem".*[11] Segundo Ricardo Abramovay[12], ao se utilizar a expressão "camponês", ao invés de aparecer uma unanimidade entre os pesquisadores, o que surge são diversos tipos de abordagem. Em publicação recente onde revê suas idéias anteriores sobre a noção de camponês, Ciro Flamarion confirma sua opinião em relação à dificuldade de se definir o campesinato que para ele é: *" Uma noção vaga, ampla demais e carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos, concomitantemente, é impossível abandonar tal noção, por ser idéia socialmente difundida, desde muito antes do advento das ciências sociais."*[13]

Como lembra Sônia Souza, a grande dificuldade parece residir em definir quem seriam os camponeses. Vários autores procuram conceituar o campesinato. Encontramos

na escola populista russa, a mais elaborada teoria a respeito do funcionamento da economia camponesa, realizada por Alexander Chayanov. Segundo este autor:

> Uma economia camponesa se caracteriza pelo acesso à terra e pela utilização da mão-de-obra familiar. Segundo este autor, o principal objetivo do camponês é procurar suprir as necessidades básicas dos membros da família, o que justificaria o fato de recorrer ao mercado, sem no entanto, visar o lucro, aspecto que diferencia uma unidade de exploração camponesa de uma empresa capitalista.[14]

Portanto, a base desta economia é a família, e segundo este autor, seu tamanho influencia na dimensão de terra a ser cultivada em função das necessidades dos seus membros. O trabalho de João Fragoso, *"Homens de grossa aventura"* visa, entre outras regiões, analisar os agentes de produção, presentes no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno em Minas Gerais, principalmente após o auge minerador, o que não significa, que a atividade mineratória excluísse de seu espaço econômico, as atividades agropecuárias. Assim, a freguesia de Guarapiranga, representaria também, este espaço econômico estudado por Fragoso. Na tentativa de ampliar o conceito de campesinato, e melhor identificá-lo dentro de Minas Gerais, Fragoso recorre a Daniel Torner, para quem:

> Uma unidade camponesa pode incluir um ou mais trabalhadores de fora do núcleo familiar (escravos, servos domésticos, jornaleiros, etc) sem que isso faça com que a unidade deixe de ser camponesa. Isso é claro, desde que a contribuição dos 'de fora' seja inferior à dos membros da família na produção.[15]

Quando porém, a questão é definir o campesinato no Brasil, a tarefa é ainda mais difícil, pois, são escassos os estudos referentes ao tema, sobretudo no período escravista. O campesinato brasileiro conviveu com o sistema escravista, no entanto, foi relegado ao segundo plano em função do interesse dos pesquisadores se centrar no caráter exportador da economia brasileira, priorizando a análise de senhores e escravos e ignorando os setores ligados à economia de abastecimento interno de alimentos, que desempenharam papel importantíssimo na formação da economia brasileira.

Assim como fez Sônia para a região de Juiz de Fora, adotarei como referencial para definir o que seria uma economia campesina, as definições de Hebe Castro e de Ciro Flamarion Cardoso. A justificativa para esta opção teórica é o fato destes autores estenderem o conceito de camponês ao período escravista brasileiro.

Para Ciro Flamarion, uma estrutura camponesa se define do ponto de vista econômico, sobretudo por quatro características:

> 1) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, e como dispor do excedente.[16]

Da mesma maneira, Hebe Castro, ao trabalhar com os traços básicos que definem uma unidade como camponesa, destaca principalmente a estabilidade no acesso à terra, que possibilitava ao camponês, desfrutar de uma autonomia frente aos grandes proprietários, e o predomínio do trabalho familiar, não excluindo uma mão-de-obra adicional, que no caso brasileiro poderia ser livre ou escrava.

Assim, para o desenvolvimento desse estudo adotaremos como camponesas, aquelas unidades onde os indivíduos possuíam acesso estável a terra, não necessariamente como proprietário legal; produção destinada ao sustento da unidade produtiva, o que não impedia o oferecimento de eventuais excedentes no mercado interno; finalmente, a mão-de-obra essencialmente familiar, não descartando, porém, a utilização eventual de trabalho adicional podendo ser de livres ou escravos. No caso da utilização eventual da mão-de-obra escrava, incluiremos neste universo, somente aqueles proprietários que possuíam até cinco cativos.

No entanto, para a realização deste trabalho, é de suma importância uma discussão a cerca da metodologia, e dos aportes teóricos aqui utilizados, que giram em torno da micro-história. Segundo Revel, no final dos anos 70, um dos primeiros a oferecer um diagnóstico pessimista sobre o trabalho dos historiadores de sua geração, foi Lawrence Stone, que convidava a refletir sobre o momento que a historiografia atravessava. Todo o mal-estar, se assentava na incerteza dos historiadores com relação à capacidade de administrar a duração que pretendiam analisar. Assim, *"As ambições diminuem, os discursos tornam-se mais modestos, pelo menos de imediato. Mas esse tempo de recuo aparente poderia se de*

uma reconstrução. A Micro-história deve ser compreendida como uma tentativa neste sentido."[17]

Assim nasce a micro-história, que deve ser entendida como um sintoma, como uma resposta a uma situação de desconfiança com relação à História Social dominante, propondo uma reformulação de certas exigências e procedimentos. Como afirma Levi *"a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes"*[18]. Para este autor, a redução de escala de análise, *"representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização".*[19] Portanto, a micro-história não procura renunciar à história social, mas sim reconsiderá-la e dinamizá-la. Ela nos permite um enriquecimento da análise social, complexificando-a ao levar em conta aspectos inesperados. Como salienta Levi, o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica se baseia na crença de que a análise microscópica revelará fatores previamente não observados.

Como toda análise historiográfica inovadora, a micro-história não poderia deixar de ser alvo de críticas e questionamentos acerca do seu alcance histórico. O ponto de maior polêmica, gira em torno da contribuição de uma análise pontual para o entendimento mais abrangente, o que ela teria de representativo, de que modo ajudaria a entender as grandes transformações históricas. A questão elaborada por Natalie Zemon Davis, resume de maneira esplêndida toda essa desconfiança em torno da redução de escala: *"La primera objecione: hasta que punto, es representativo vuestro valle, pueblo, mascara, masacre, molinero, impostor, exorcista o santo de los galgos?"*[20]

Para Giovanni Levi, a micro-história é uma prática que visa essencialmente a redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental.

> A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.[21]

Para Levi, portanto, o método da micro-história consiste principalmente na redução da escala de análise da investigação para em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido e que é enriquecido com as novidades provenientes da microanálise. Portanto, podemos perceber que ao realizarmos uma modificação da escala de análise, estaremos proporcionando uma leitura mais densa e rica, do que a de uma abordagem que privilegie somente um dos lados do foco de pesquisa.

Portanto, o que propomos neste trabalho é proceder a uma análise micro-histórica da freguesia de Guarapiranga, mas sem perder de vista ou abandonar a estrutura, o contexto a que esta freguesia se articula. Como lembra Natalie Zemon Davis, micro-história não é necessariamente história regional. A micro-história pode sim ser característica de um período, é preciso que haja, no entanto, este intercâmbio com o macro, um "Jogo de escalas", é preciso que busquemos observar e levar em conta o *"processo"*.

---

[1] O presente texto se refere ao projeto de Mestrado que se encontra em andamento, portanto, ainda não apresenta resultados definitivos, e sim apresentação da região e dos aportes teóricos.
[2] ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História.* Departamento de História da UFOP. Mariana: Editora da UFOP, n.5, 1995, p.101
[3] CARRARA, Ângelo Alves. A Capitania de Minas Gerais, (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas III*. 2.2000. p.47
[4] ALMEIDA, Carla Maria C *Op. Cit*. p.106
[5] LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação (o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1993, p.33.
[6] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda. 1971, p. 363.
[7] LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do Celibato In: LIMA Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e Padres: História e moral na sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 65.
[8] Para ver de forma mais completa estes dados ver: OLIVEIRA; Luís Henrique de. *O comportamento camponês: Características econômico-sociais do campesinato e inovação de técnicas agrícolas - Piranga, 1780-1820.* Mariana: ICHS, Departamento de História da UFOP, 2004.
[9] ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.*,p.116
[10] ALMEIDA, Carla Maria C. *Op. Cit.* 1994, p. 161.
[11] CARDOSO, Ciro Flamarion. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1982, p.51
[12] ABRAMOVAY, Ricardo. Duas Visões do Campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*. n.2, v.20, 1990, p.306.
[13] CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (org). *O campesinato na história.* Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002, p.35
[14] SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit*. p. 10
[15] *Idem*. p.133
[16] CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.52.
[17] REVEL, Jacques. *Op. Cit.* p.15
[18] LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* São Paulo: UNESP, 1992, p.135
[19] LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* 1992, p.138.
[20] DAVIS, Natalie Zemon. *Op. Cit.* p.178
[21] LEVI, Giovanni. Sobre Micro-História. *Op. Cit.* p. 158

Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico[1]

Luís Reznik[2] - PUC-Rio/UERJ

> "As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra *comunidade* é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que *comunidade* signifique, é bom 'ter uma comunidade', 'estar numa comunidade'."[3]

Acompanhando o raciocínio de Zygmunt Bauman, podemos compreender a comunidade como um lugar onde confiamos uns nos outros, onde conhecemos os valores estabelecidos e, por isso, raramente ficamos desconcertados. Nesse lugar, não somos estranhos ou, ao menos, não temos este sentimento. Cria-se um entendimento facilmente compartilhado por seus membros, não sendo necessário construir um consenso, no sentido de negociações e compromissos, em torno das idéias. Não, o entendimento já está assentado, como um *ethos* profundamente incorporado, por isso simplesmente naturalizado em um comportamento casual[4].

Dito em outros termos, a contigüidade territorial, a proximidade espacial, as relações de vizinhança e cotidianidade estabelecem uma ética de pertencimento singular, possibilitando uma sensação de conforto, de aconchego e de segurança nesse pequeno mundo familiar: um território circunscrito e limitado; pequeno, estando à vista de seus membros; e auto-suficiente[5].

Creio que este mote é bastante rico para enveredarmos por uma discussão sobre o lugar e o valor da história local, nos dias atuais. Ou seja, percebe-se que os efeitos da globalização e a ampliação do imponderável no mundo atual geram tamanha insegurança que, paradoxalmente, o seu correlato é a valorização do local, em um sentido em que o "lugar se baseia na necessidade de pertencer não a uma sociedade em abstrato, mas a algum lugar em particular"[6].

Um dos elementos constitutivos dessa valorização é a afirmação de um passado heróico, memorável. O local guarda uma história, tem orgulho dela e ela – a história, uma boa narrativa das experiências pretéritas - reafirma a sua validade,

enquanto espaço de identidade. Se o procedimento é bastante conhecido - o passado legitimando a coesão do grupo e da comunidade a partir de uma narrativa acerca de origens, lutas e vivências comuns -, chamo a atenção para o deslocamento para o foco do local (bairro, cidade, vizinhança, município) como elemento/espaço privilegiado constituidor de identidades. Mais especificamente, uma escrita e valorização do espaço local vem deslocar as narrativas historiográficas que têm como suposto uma forte lealdade e sentimento de pertencimento da sociedade e dos indivíduos aí inseridos à entidade nacional. A nação foi, durante os últimos duzentos anos, um elemento central em nossos sistemas de representação cultural. A idéia de ser brasileiro esteve arraigada (e ainda está) nas nossas percepções do mundo, acima de outros sistemas de representação cultural como, por exemplo, a religião, a cor ou o gênero. Nesses termos, a nação forja uma estrutura na qual os indivíduos sentem-se identificados, "costurados". As identidades nacionais estabilizam "tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis"[7].

No entanto, nos últimos tempos, os processos de criação de pertencimento têm se transformado, ultrapassando, no mais das vezes, as margens do "sujeito moderno", "previamente vivido como tendo uma identidade [nacional] unificada e estável". Os nossos processos de identificação tendem a ser mais provisórios, variáveis e problemáticos, sejam eles relacionados a gêneros, etnias, cor, religião, vínculos profissionais. As identidades são múltiplas e de definição instável: "A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam."[8]

Mas não nos enganemos. A comunidade, garantidora de segurança, nada mais é do que uma ficção, uma imaginação sobre o que seria um passado idílico e uma possibilidade de um futuro aconchegante – "a agonia de Tântalo"[9]. Tal como a nação, a localidade, seja qual for o seu tamanho, também é uma comunidade imaginada,

inventada, reiterada pelas tradições e festas que se comemoram ciclicamente[10]. Bairro, cidade, município e outras circunscrições geográfico-territoriais-administrativas são criações históricas.

Nesses termos, Bauman denuncia *identidade* e *comunidade* como termos intercambiáveis. Conceito do dia a dia, a identidade carrega as mesmíssimas sensações de aconchego e naturalização do seu par analítico. "A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa de ressurreição dos mortos"[11].

A essa altura, já cabe tomar Luiz Palmier como exemplo, utilizando trechos da introdução de seu livro sobre a História de São Gonçalo, publicado em 1940:

> "Ficam esquematizados e programados os principais feitos da gente de São Gonçalo, desde a colônia – sesmaria, aldeia, freguesia, distrito, cidade. São mais de três séculos de lutas para a prosperidade da comuna e grandeza do Brasil."[12]

A comunidade é aqui denominada "gente de São Gonçalo", no singular coletivo. A escrita da História é explicitamente um instrumento de um processo de *identificação*, a partir de uma origem comum e de características que são partilhadas pelo grupo, em torno de um ideal: "os três séculos de lutas para a prosperidade da comuna".

Mais adiante, Palmier estabelece a conexão entre a "gente" do passado e os leitores do tempo presente, objeto da publicação comemorativa dos cinqüenta anos da emancipação e criação do município:

> "Esse o contingente dos que, herdeiros de uma civilização tricentenária, tomam parte nas festividades cinqüentenárias".

É em cima desse vínculo – "herdeiros de uma civilização tricentenária" – que ocorre o natural fechamento que forma a base de solidariedade e de fidelidade entre os gonçalenses ("gente"/ "herdeiros").

Ora, as mesmas críticas que vêm se delineando, desde há algum tempo, para as concepções essencialistas de identidade cultural, sejam de corte

nacional, racial ou étnico, servem para as "identidades locais". Ou seja, consideremos que as identidades são transitórias e contingenciais, construções históricas e mutáveis; logo não há essência. Se ser brasileiro no século XIX era muito distinto de sê-lo no século XXI, o mesmo se passa com a condição de "gonçalense".

As "gentes" (no plural!) e as experiências passadas pelos que viviam na localidade de São Gonçalo nos mais variados momentos históricos são contingências de suas épocas. São Gonçalo se localiza na margem oriental da Baía de Guanabara, contígua à Niterói (da qual foi distrito, no século XIX) e à frente, separada pela água, da cidade do Rio de Janeiro (sintomaticamente era denominada, nos tempos de colonização, de *bandas d'além*). Essas duas condições – simultaneamente próxima e periférica – marcaram a história da localidade. Nos últimos cinqüenta anos a sua população decuplicou, em um fenômeno similar ao ocorrido em outros municípios que hoje integram o Grande Rio. Fica realmente difícil imaginar os atuais quase um milhão de gonçalenses como herdeiros da "valorosa" liderança da Revolta da Cachaça, no século XVII.

Aceitar, no entanto, que a comunidade/ identidade local não deve ser entendida de forma essencialista não nos leva a abandonar esse recorte espacial como possibilidade analítica. Preferimos a solução de Stuart Hall e continuar a operar com o conceito de identidade (local/ história local), "sob rasura", "no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que não pode ser pensada na forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser pensadas."[13]

Ao invés de uma concepção essencialista, remetemo-nos a uma postura relativizadora, postulando uma concepção estratégica e posicional, em que

avaliamos (e avalizamos) as identidades como sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. Elas, as identidades, são produzidas "em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formação e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas"[14].

Esta é a chave para pensarmos Palmier, ou melhor, as diferenças entre a sua narrativa e o que pretendemos com a escrita do local. Para nós, o local é uma instância narrativa da experiência humana. Ela constitui-se elemento do discurso dos diversos agentes sociais que demarcam suas "fronteiras", suas "rotas" e suas "expectativas" nesse recorte espacial. Logo, bairro, município, cidade são, para além de tradições inventadas, instâncias da ação. Compreendemos a narrativa da história local como uma mudança nas escalas de observação. O local, alçado em categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos[15]. A história local não se opõe à história nacional (ou global), muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Esse exercício historiográfico

incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais.[16]

Para Palmier, o local era o espaço da afirmação político-cultural do Município no interior da Nação:

> "A contribuição dos gonçalenses para o patrimônio material e cultural da grande Pátria, jamais foi colocado em merecido relevo. Embora descuidados do encarecimento dessa valiosa cooperação, nos domínios das artes, letras, ciências, economia, enriquecendo o patrimônio moral da coletividade brasileira, em todos os setores das atividades humanas, há sempre traços indeléveis dessa colaboração pelo nosso engrandecimento cívico e cultural."[17]

Tratava-se de estabelecer uma forte conexão entre a "grande pátria" e a "pequena pátria". Ao escrever a *História de São Gonçalo*, pretendia demarcar um vir a ser, uma projeção para o futuro da localidade conjugado ao projeto nacional – estamos em 1940, em pleno Estado Novo. Mais do que o "assim chamado retorno às raízes", havia uma negociação com as rotas" a seguir.[18]

Luiz Palmier era um homem de seu tempo. Ao resolvermos dar conseqüência a essa afirmação, decidimos investigar a localidade de São Gonçalo nos anos compreendidos entre 1920 e 1950 através da biografia desse indivíduo. Ele imbuiu-se das inquietudes disseminadas pelos mais diversos intelectuais e movimentos sociais de sua época para agir, de forma criativa, em sua pequena pátria. Analisar suas ações permite identificar a interdependência entre os ambientes intelectuais e políticos mais abrangentes e os processos vivenciados em sua localidade. Possibilita-nos apreender a especificidade de São Gonçalo no "mundo", sob a ótica de suas identidades próprias, singulares, ainda que a cidade esteja enredada em tecido mais vasto que seus limites territoriais.

Convém aqui, ao lidar com a biografia de um indivíduo, repetir os mesmos cuidados que tivemos em afastar as concepções essencialistas que afirmam uma identidade unificada para a nação ou para a comunidade. Desta feita, pretendemos escapar da ilusão biográfica, na forma como ela foi questionada por Pierre Bourdieu, ou seja:

> "a ilusão de que as experiências de vida de um indivíduo possam ser enquadradas numa trajetória linear de encadeamentos causais unívocos. Contra a ilusão sedutora de que os sujeitos individuais conformam-se como seres independentes, senhores de si e de uma plena consciência racional do alcance de suas atitudes, Bourdieu nos alerta para as limitações dessa concepção de sujeito histórico, advogando a sua desconstrução e deslocamento, pleiteando a compreensão das experiências individuais, seus desacertos, dúvidas, impasses e contingências, por intermédio das redes sociais em que cada um na medida dos espelhos dos outros."[19]

Palmier nasceu em Sapucaia, interior do estado do Rio de Janeiro, em 1893. Formou-se em Farmácia, em 1912, e em Medicina, em 1918. O "tempo de formação" confunde-se com o "tempo de gestação" do intelectual multifacetado. Cursando a faculdade de medicina e vivendo em Niterói, então capital do estado, participou de inúmeras associações, ligas, grupos culturais e políticos. Esse tempo se estende para a década de 1920, quando já vive e atua como médico e político em São Gonçalo.

O homem de ação assume sua plenitude a partir do final da década. Parlamentar em 1929/1930 e em 1935/1937, diretor do Hospital de São Gonçalo, organizador do *Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância* e professor universitário são algumas de suas atividades de então. Durante toda a vida escreve regularmente para diversos periódicos – jornais e revistas. Mais maduro dedicou-se aos textos de História. Por intermédio de sua participação nos grêmios literários, academias e partidos políticos – espaços de sociabilidade e de criação de identidades – viabilizou muitas de suas ações.

Com a sua decisiva participação, instituições médicas, educacionais e assistencialistas foram criadas, renovadas e enraizadas no município. Esse processo mobilizou as energias de muitos que lá viviam. O hospital e as novas práticas médicas,

a escola, os pelotões de saúde, as organizações escáuticas e as manifestações cívicas, entre outras, constituíram ações modelares, expressando valores que buscaram conformar novos comportamentos. Tornaram-se instituições centrais no cotidiano da população gonçalense.

O homem e sua época. A biografia de Palmier nos ilumina uma faceta daquele ambiente intelectual e político, sobre os seus impasses, desejos, e expectativas.[20]

---

[1] Este trabalho integra o conjunto de reflexões do Grupo "História de São Gonçalo: memória e identidade", que desenvolve, atualmente, a pesquisa "O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a conformação de uma São Gonçalo moderna", e conta com financiamento do CNPq (Edital Universal) e da FAPERJ (Primeiros Projetos).

[2] Professor da PUC-Rio e da UERJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa: "História de São Gonçalo: memória e identidade".

[3] Zygmunt Bauman. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.7.

[4] Essa discussão está presente no pensamento sociológico desde há muito. Já em fins do século XIX, Ferdinand Tönnies (1887) verificava a contraposição entre a comunidade (*Gemeinschaft*), pré-industrial, em pequena escala, baseada em parentesco, amizade e vizinhança, em que as relações são íntimas, duradouras e multiintegradas e a moderna associação (*Gesselschaft*), que simbolizava os laços impessoais, anônimos, contratuais e amorais característicos da sociedade industrial moderna.

[5] Ver o rico mapeamento sobre as atuais discussões nas ciências sociais acerca do status da localidade como construtora de sentidos para a existência, no livro de Alain Bourdin. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, especialmente capítulo 1: "o objeto local", pp. 25 a 57. Vale, no entanto, ressaltar que o conceito de comunidade denota outros significados que não apenas o sentido físico-territorial. O sentimento de segurança e seus desdobramentos também estão presentes, por exemplo, em comunidades étnicas e religiosas.

[6] Richard Sennett, citado em Bauman. *Op. Cit.*, pp. 100-101.

[7] Stuart Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 12.

[8] *Idem*, pp. 12-13.

[9] Bauman. *Op. Cit.*, pp. 13-24.

[10] Sobre "comunidades imaginadas" nunca é demais remeter aos clássicos Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989; Eric Hobsbawn. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; e Eric Hobsbawn e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, .

[11] Bauman. *Op. Cit.*, p. 20.

[12] Luiz Palmier. *São Gonçalo - Cinqüentenário: História, Geografia e Estatística.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940, p. 7.

[13] Stuart Hall. "Quem precisa de identidade?" In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2ª ed.. Petrópolis, RJ; Vozes, 2003, p. 104.

[14] *Idem*, p. 109.

[15] Ver especialmente Jacques Revel. "Microanálise e construção do social". In *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, pp.15 a 38.

[16] A reflexão desse último parágrafo está mais amplamente desenvolvida em Luís Reznik. "Qual o lugar da História local", apresentado no V Taller Internacional de Historia Regional y Local, 2002, Havana.

[17] Luiz Palmier. *Op. Cit.*, p. 7.

[18] Stuart Hall. *Op. Cit.*, p. 109.

[19] Márcia de Almeida Gonçalves. "Biografia e história local: usos e interseções" In: História Unisinos, vol. 7, n. 7, jan/jun 2003, p. 182. Ver Pierre Bourdieu. "A ilusão biográfica" In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, pp. 183-193.

[20] Como resultado da pesquisa, estaremos publicando até o final de 2005 uma biografia de Luiz Palmier. Em fins de 2003, o grupo organizou uma exposição fotográfica e o livro: O intelectual e a cidade. Luiz Palmier e a São Gonçalo moderna. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

IMPASSES ÉTNICOS NA REGIÃO DA ÁREA INDÍGENA DE SERRINHA - RS

Luísa Grigoletti Dalla Rosa - UPF

ldall@terra.com.br

A questão dos impasses étnicos gerados pela ocupação do território por diferentes agrupamentos étnicos no estado do Rio Grande do Sul tem colocado questões importantes a serem estudadas historicamente, como é o exemplo da Área Indígena de Serrinha, no município de Ronda Alta, que desde os anos cinqüenta do século XX tem apresentado diversas situações dessa natureza. A região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil tem demonstrado ao longo das últimas cinco décadas constantes conflitos na disputa pela utilização da terra, entre as populações indígenas e campesinas, é com esta preocupação que apresentamos aqui o histórico dos serviços indigenistas, bem como a situação específica comunidade de Serrinha, que é uma Área Indígena habitada pelos índios Kaingangs. Os movimentos sociais no campo demonstram que inúmeras situações específicas são colocadas frente a frente gerando contradições e conflitos históricos.

Histórico das políticas indigenistas:

A partir da década de 1950, com o projeto desenvolvimentista na sociedade brasileira é instalado o projeto de modernização nas reserva indígenas, projeto esse que iniciou com a reestruturação política do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que tinha por objetivo transformar as reservas indígenas em empresas rurais, aliando-se, dessa forma aos interesses dos fazendeiros, mineradores, madeireiros, empresários rurais, colonos, colonizadores mais do que propriamente com o dos índios. No início do século XX, com a abertura das frentes de expansão “econômica”, uma das formas mais perversas de dizimação física, cultural e étnica dos inúmeros povos indígenas foi o processo de

colonização impostas aos habitantes destas terras. Estas comunidades foram expostas à escravidão, trabalhos forçados, maus tratos, confinamento e a sedentarização compulsória em aldeamentos e internatos. Nesse processo de expansão econômica foram abertas estradas, ferrovias, linhas telegráficas, ao interior do território brasileiro, nesse sentido os contínuos massacres étnicos foram acontecendo. Povos inteiros foram dizimados e muitos outros tiveram uma drástica redução populacional, com risco de extinção, como muitas das tribos brasileiras.

Esperava-se que, a partir da criação do SPI, o governo estabelecesse ações políticas indigenistas, mas o que se percebeu foram práticas assistencialistas e de desarticulação cultural dos povos indígena, para tentar resolver de maneira paliativa os problemas que surgiam. A FUNAI, Fundação Nacional do Índio, criada em 1967, após a extinção do SPI, passou a exercer as funções deste órgão, Em todos esses casos, a intervenção do órgão indigenista – seja o SPI, seja a FUNAI – foi conduzida segundo os interesses de políticas desenvolvimentistas e integracionistas. Responsável pelo contato, o órgão indigenista atuava como agente "pacificador" dos povos livres, forçando-lhes o contato, com a finalidade de ora possibilitar a construção de um empreendimento, ora para evitar ataques e assaltos dos que resistiam à instalação de outros brasileiros em seus territórios. E o resultado desses contatos compulsórios, significou drástica redução de população indígena, vítima das armas de fogo dos invasores, ou de epidemias. Essa era a situação em todo o território brasileiro.

A situação dos Kaingangs no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, as populações indígenas estão distribuídas na região Norte e Noroeste em sua grande maioria. As Áreas Indígenas existentes nesta região são denominadas: Cacique Doble, Ligeiro, Nonoai, Guarita, Serrinha, Votouro, Monte Caseiros, Inhacorá, e Borboleta, esta última, área ainda não reconhecida, todos nos

municípios do extremo noroeste do Estado[i]. Sendo que existe, na sua maioria os Kaingangs e os Guaranis. Nesse estudo trataremos sobre os Kaingangs da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na área indígena de Serrinha. Existem várias peculiaridades entre o povo dos Kaingangs, eles são pertencentes ao povo de língua da família Jê, também conhecidos como Coroados. Vivem em vinte e seis pequenas áreas indígenas no interior dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Contexto Histórico da Área indígena de Serrinha.

A terra indígena de Serrinha, localizada nos municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras, Constantina e Engenho Velho, foi, e, continua sendo, palco de constantes conflitos étnicos, uma vez que ali foram realizadas expropriações, assentamentos, realocações num período de cinqüenta anos. O contato existente entre as populações indígenas e as populações campesinas nessa região tem se mostrado por uma dinâmica de conflito ao longo desse tempo. A comunidade de Serrinha foi demarcada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em 1911, sendo denominado como o Toldo da Serrinha, possuindo uma superfície de 11.950 hectares, sendo que atualmente, são ocupados 6.000 hectares dessa área pelos indígenas e com uma população estimada em 345 pessoas.

O Toldo[ii] da Serrinha foi extinto em 1962, pelo governo estadual, e ali foram instaladas as seções 1ª e 2ª do Alto Recreio. Desde 1955, os colonos foram chegando a essa região e ficavam subordinados ao Coronel dos índios e fiscais do governo, pois precisavam pagar por essas terras ao Coronel Indígena, não recebendo nenhuma documentação da compra dessa terra. Os assentamentos no município de Ronda Alta começaram a ocorrer nos primeiros anos da dé[1]cada de 1960, contando com um número

de nove assentamentos até os anos de 1987 e 1988. A Constituição de 1988 definiu que todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas no prazo de cinco anos, atualmente apenas 32% (222 áreas) das terras indígenas do País se encontram com a demarcação concluída[iii], sendo que o restante, 68% (519 áreas) ainda aguardam procedimentos administrativos.

Essa demarcação deveria prever também a devolução das mesmas, sendo que aí está o ponto forte dos conflitos e impasses étnicos. Essa situação envolvia a saída dos colonos agricultores e a entrada dos índios, que já haviam se espalhado por diversas áreas indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, entre outros. Acompanhando um pouco a história de vida de Claudino, cacique de Serrinha, ele se tornou liderança pela resistência que fez e continua fazendo, pois desde os primeiros acampamentos em 1996, até a ocupação do território, em 1999 ele salientou-se como liderança. Ele morou em diversas áreas indígenas, como é o caso de Guarita, Nonoai, Ligeiro no estado do Rio Grande do Sul, conhecendo, assim muitos de seus moradores, bem como da situação de cada uma delas.

A História de Serrinha é muito peculiar, pois, hoje, as 384 famílias Kaingangs moradoras vieram de várias áreas indígenas, constituindo-se uma diversidade cultural significativa e que também apresenta as suas peculiaridades. A partir do ano de 1996, esses conflitos ficaram mais freqüentes e então o governo teve que intervir por meio de coerção. Mas, a comunidade indígena resistiu, conseguindo estas terras para o seu poder. Atualmente, essa região tem apresentado um acirramento nos conflitos entre a comunidade indígena com os colonos. Foi realizado um levantamento fundiário, que instituiu a forma de transferência das terras dos colonos para os índios por meio de indenizações das esferas federais e estaduais.

Políticas atuais de demarcação de terras.

O processo de resistência iniciado em 1996 teve o seu desfecho em 1999, ano em que os índios ocuparam de fato a área de Serrinha. Em 1999, vivia na área indígena de Serrinha aproximadamente 1200 pessoas entre as famílias dos agricultores contando com proprietários e famílias sem terras. Nesse ano, foram feitos cento e cinqüenta e seis laudos entre as duzentas e vinte famílias que ali viviam. Havia em torno de setenta famílias que sobreviviam, nesta localidade e que não eram proprietárias de terras. Em março desse ano, foi firmado um termo de compromisso pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Pela Fundação Nacional do Índio, FUNAI e pelo governo do Estado, pelo qual deveriam apresentar em sessenta dias um cronograma à comunidade indígena e aos agricultores acerca das indenizações e assentamentos.

Como o processo de indenização foi realizado aos poucos, com os proprietários de forma individual, vinte e nove famílias receberam as indenizações da Funai e tiveram que sair das terras sem terem recebido suas indenizações das terras por parte do Governo Estadual. As outras cento e vinte e sete famílias que fizeram o levantamento fundiário foram impedidas de plantar conforme documento entregue pela comunidade indígena para a FUNAI, Governo do Estado e para os agricultores, no dia 16 de junho de 1999. Esse documento dispunha que os indígenas requeriam as terras que já haviam sofrido o levantamento fundiário até o dia 30 de setembro de 1999. Os indígenas prometiam que caso a FUNAI não pagasse as benfeitorias e o Governo do Estado não fizesse a sua parte, indenizando ou reassentando os colonos, os caciques de doze áreas indígenas se organizariam e fariam a desocupação das cento e vinte e sete famílias do jeito deles, responsabilizando assim o Estado e a Funai da culpa da existência desses conflitos entre índios e colonos. Já os agricultores mantinham sua posição, conforme o documento da Assembléia Legislativa[iv]:

> Nós os agricultores fizemos a nossa parte, levamos ao conhecimento do Governo do Estado, Funai, Ministro da Justiça, deputados Estaduais e Federais a nossa preocupação e nossa proposta. Foi muito discutido e todos mostraram interesse em resolver este problema, mas na prática nada foi feito. Não existe documento nenhum assinado por qualquer responsável que nos dê segurança. Não encontramos outra saída a não ser fazer esse movimento. Ficaremos aqui por tempo indeterminado e esperamos sair daqui com uma solução. O Governo do Estado e Funai terão que cumprir a sua parte. Nós os agricultores conhecemos os nossos direitos e exigimos que sejam reconhecidos. Pedimos o apoio das autoridades municipais, estadual e federal, de todas as pessoas que residem em cima da área, de todas as comunidades próximas e municípios vizinhos. Pedimos também o apoio e compreensão das pessoas que estão sendo prejudicadas por este movimento, pois infelizmente no nosso país a maioria das coisas se resolve na base da pressão.

Os agricultores exigiam suas indenizações e pressionavam o governo para resolver os problemas ocasionados pela Constituição de 1988.A situação dos índios não era diferente, apostando na questão da resistência, os acampamentos próximos a essa localidade foram constantes ao longo dos anos de 1996 até 1999. Atualmente, os protestos continuam e os bloqueios das rodovias são uma outra medida adotada pelos indígenas. Pois, segundo as lideranças indígenas, o movimento é pacífico e tem como objetivo chamar a atenção do governo federal para uma série de problemas, tais como a extrema morosidade na condução dos processos de demarcação das suas terras tradicionais, a tramitação de Propostas de Emendas Constitucionais no Congresso Federal. Nesse sentido, as principais reivindicações dos Kaingang e Guarani estão presentes no documento a seguir[v]:

> O tempo de esperar está cansado e nós, povos Kaingang e Guarani, das diversas comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, estamos cansando juntamente com ele. Ao longo da historia de nosso país, fomos freqüentemente desrespeitados como pessoas e cidadãos. Nossa terra foi tirada de nós pelo Estado brasileiro. Para isso, muitos, entre os nossos, morreram. Alguns continuam correndo. Mas não todos. Nós resistimos,b sobrevivemos, lutamos, conquistamos direitos nas leis do Brasil. Acreditávamos que isto seria suficiente. Não está sendo. Hoje somos obrigados a continuar lutando para que estes direitos sejam mantidos, respeitados e postos em prática pelo governo de nosso país. Precisamos da Terra para garantir o futuro de nossos filhos e manter vivo o nosso jeito de existir. Grande parte de nossa terra

> continua em outras mãos. Temos o direito sobre ela. Exigimos que o governo do presidente Lula cumpra com a sua responsabilidade histórica, faça a sua parte, respeite nosso direito, demarque nossas terras e ofereça condições de uma existência digna sobre elas. Nossa luta é para que isto aconteça com brevidade.

As reivindicações presentes nesse documento tratam das demarcações das terras e também dos órgãos envolvidos conforme o segue disposto[vi]:

> Continuamos preocupados com a situação do órgão oficial que trata da questão indígena, FUNAI. Falta-lhe recursos e pessoal capacitado para o trabalho de demarcação e desenvolvimento diferenciado em nossas terras. Além disso, o pouco recurso disponível tem sido mal distribuído entre as regiões do país. Isto deve ser corrigido urgentemente. Nós não aceitamos mudanças nos artigos da Constituição Federal que garantem nossos direitos, de modo especial a demarcação de nossas terras. Não aceitamos que a demarcação de terras seja submetida ao conselho de Defesa Nacional e/ou ao Senado Federal. Nem mesmo que se proíba a demarcação de terras onde os ocupantes são pequenos agricultores. Na região Sul do Brasil, a maior parte das ocupações de boa-fé, em terras indígenas, é pequenas propriedades rurais.

Diante de algumas situações conflituosas frente aos interesses divergentes da comunidade que já viveu e que vive atualmente na área Indígena de Serrinha algumas das perguntas que fizemos no início deste estudo deu origem a outras questões que de certa maneira se fazem mais importantes, como é o caso específico dos impasses étnicos entre a própria comunidade indígena da Área compreendida, uma vez que, muitos indígenas chegaram e ainda estão migrando constantemente para essa localidade advindos de outras áreas indígenas.

Nesse sentido, o tempo foi tomado como o fator importante de análise, uma vez que, simultaneamente, constitui e desagrega referenciais identitários. O resgate da diversidade cultural foi um ouro fator de análise importante, pois entender as diferenças e os interesses destes grupos é tarefa contínua e permanente, já que muitos fatores se agregam a isso, bem como culturas plurais convivendo lado a lado. Poderemos viver

juntos, iguais e diferentes? É uma das questões centrais que se lançam no bojo das discussões contemporâneas.

---

[i] Conforme dados coletados na FUNAI.
[ii] Essa denominação era feita para designar as demarcações das terras indígenas.
[iii] Segundo informações do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, retirado do site: http://www.cimi.org.br/principal.htm
[iv] Este documento foi assinado pelos seguintes agricultores que representavam as 127 famílias que fizeram o levantamento fundiário na Área da Serrinha. Alfredo N. Jacobs, Luiz Dal Pizol, Moacir Zanella, Lair Cardoso, Sérgio Barbosa, Décio A. Gomes, Odir Bohm, Nelson Kuqui, Idacir Bernadelli.
[v] Segundo informações do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, retirado do site: http://www.cimi.org.br/principal.htm
[vi] Idem.

A Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer: algumas considerações sobre o saber histórico

Luísa Rauter Pereira

A historiografia profissional, estabelecida como disciplina acadêmica no Ocidente no século XIX, originou-se da vitória do Romantismo sobre a Ilustração [1] A isso se deveu o crescente abandono da pretensão da descoberta das leis do processo histórico: escrever história significou cada vez mais adentrar num passado singular, desconhecido e misterioso, um contato que exige um arsenal metodológico apropriado. O historiador perdeu sua relação com seu objeto, aquela mediação entre passado e presente que caracterizou as filosofias da história modernas.

Esta vitória romântica também levou a um crescente descrédito, principalmente no século XX, em relação aos questionamentos filosóficos sobre a história. De acordo com Ankersmit, ao fechar os olhos para a diferença entre investigação histórica e escrita histórica, os historiadores se negaram a atribuir a esta última qualquer grau de autonomia frente à primeira. Deste modo, a maior parte da filosofia da história tem sido, até este momento, na verdade, uma filosofia da investigação histórica, isto é, um debate sobre as declarações particulares contidas nas obras de história. As discussões giram, portanto, em torno dos embates entre hipóteses e descobertas específicas, raramente chegando a problematizar o saber histórico como um todo. O questionamento filosófico sobre a história, para não se limitar ao seu aspecto epistemológico, requer uma visão do texto historiográfico em si e como um todo, como uma construção lingüística específica emersa no mundo cultural contemporâneo.

Perceber o escrito histórico para alem de sua dimensão epistemológica, isto é, para alem de sua função investigativa do passado histórico, implica, do nosso ponto de vista, entender a relação entre história e temporalidade. A história é a disciplina que lida mais

[1] Ankersmit, F. R. Hitoria y tropologia. Ascenso y caída de la metáfora. Mexico: FCE, 2004.

diretamente com esta questão, de modo que o um aprofundamento filosófico de nossa disciplina neste campo nos parece bastante relevante. Da mesma, forma, o aspecto retórico do estudo histórico, sua inserção nos debates da vida contemporânea como instância intelectual criativa e crítica – ultrapassando sua dimensão especializada e acadêmica - também deve ser avaliado. Neste intuito, as descobertas de Martin Heidegger[2], Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck são de extrema importância.

Em *Ser e Tempo* [3] Heidegger procura entender a possibilidade da historiografia a partir do problema fundamental da historicidade constituinte do homem. A história, para Heidegger, é a estrutura ontológica do que chama de "pre-sença", existência, *ou dasein* humano. A historiografia deve ser, portanto, compreendida existencialmente, como uma das formas provenientes da historicidade da "pre-sença", antes de ser vista como disciplina científica. Somente porque o ser do homem é constituído de temporalidade, pode ser inserido no movimento histórico tal qual a historiografia vulgarmente o entende.

Desse modo, a temática historiográfica, bem como a constituição do *corpus* documental, não são tarefas da ciência históricas. Aquilo que se considera digno de ser estudado no passado, o "histórico", já está "aberto" antes de sua atuação. O *dasein* heideggeriano constitui-se de passado na forma de "vigor de ter sido" ou "presença que vigora por ter sido presente". Trata-se do passado ainda atuante no homem, parte de sua atualidade.

Na filosofia heideggeriana, a estrutura ontológica do *dasein* humano é a temporalidade. Numa primeira leitura, isso significa que a existência humana se define como projeto: o homem dá sentido à sua vida e ao mundo no âmbito de um projeto. É nesse âmbito que a dimensão do passado e, portanto, da historiografia, pode surgir para o homem. Para Heidegger, a verdadeira temática não é o que se passou, mas o "possível". O "vigor de ter sido", o passado atuante no

---

[3] HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo.* Petrópolis: Vozes, 1998.

homem, participa da projeção humana de um futuro possível e só assim podem ganhar sentido e tematização.

Gadamer se propõe então a desenvolver e ampliar as descobertas heideggerianas sobre a compreensão, agora como "modo de ser originário da vida humana mesma" [4] e, em particular, sobre a compreensão nas ciências humanas. A estrutura existencial do "pro-jeto lançado", fundamento da compreensão, deve estar na base das ciências do homem. Na historiografia, em particular, torna-se primordial o desenvolvimento teórico do que significa este passado ainda atuante de que nos fala Heidegger. Suas reflexões o levam a uma crítica do modo com que estas ciências se definiram a partir do Iluminismo e a uma revisão radical do significado de conceitos como *preconceito, tradição, autoridade* e outros.

Gadamer, partindo das descobertas de Martin Heidegger, entende o fenômeno da compreensão como o elemento central da existência humana temporal, histórica e finita. A partir disso, propõe uma reavaliação do modo pelo qual as ciências humanas se definem desde seus primórdios: através das noções de distanciamento metodológico e objetividade das ciências naturais. A historiografia, ao invés de se caracterizar primeiramente pelo estudo objetivo e desinteressado do passado, é vista por Gadamer como mais um caso em que a compreensão humana se realiza. Conhecer o passado seria antes de tudo relacionar-se com a tradição à qual pertencemos, através do diálogo com os textos, a partir das questões do presente histórico.

Nossa interpretação das idéias de Gadamer procura ressaltar o elemento de crítica que pode existir neste "pertencimento à tradição", quando muitos autores, principalmente Habermas, apontam sua essência conservadora, uma única tradição que devesse ser respeitada. Concordamos com Paul Ricoeur em seu esforço de unir a atitude de critica ideológica e a hermenêutica filosófica. Para este autor, a reinterpretação das heranças culturais é parte essencial de qualquer esforço para entender e criticar o presente, para a realização da crítica. Trata-se, porém, de uma crítica que não pretende construir uma teoria geral, como faz, por

[4] GADAMER, H-G. *Verdade e Método*. Petrópolis, Vozes, 1997p. 40.

exemplo, Habermas; a crítica para Gadamer se dá a partir do pertencimento do intérprete àquilo que critica.

Numa primeira abordagem, a obra de Koselleck se opõe inteiramente à visão de Gadamer sobre o conhecimento histórico. Procura fundamentar-se também na filosofia de Heidegger, mas seu caminho é bastante diferente: orienta-se para a criação de categorias formais de conhecimento histórico que tematizam a historicidade do homem e tornam possível a existência da história, como conhecimento e como acontecer real. Para Koselleck, essas categorias fogem do âmbito hermenêutico criado por Gadamer, por serem transcendentais, ahistóricas e pré-lingüísticas.

Sem pretender resolver essa polêmica, nosso trabalho mostra como a obra da Koselleck realiza muitos dos elementos da hermenêutica filosófica de Gadamer. A história dos conceitos de Koselleck é um saber orientado para a compreensão e a crítica da do presente histórico, numa postura também de pertencimento e de diálogo com os textos. Partindo de suas próprias premissas teóricas, vimos como Koselleck consegue realizar esse propósito.

Neste ponto, a opção de Koselleck pelas categorias transcendentais da finitude humana é central. O “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas” formam as bases para a hipótese diretriz da obra do historiador: a modernidade como época em que progressivamente se rompem essas duas dimensões da temporalidade, momento em que as experiências passadas deixam progressivamente de constituir um enquadramento para o pensamento e a ação presente e uma orientação para o futuro. Essa noção de modernidade forma, portanto, um contexto amplo, um horizonte único, em que o passado e a atualidade convergem. Ocorre, de certo modo, a “fusão de horizontes” de que nos fala Gadamer. O pertencimento do interprete ao texto, à tradição ou ao passado, são garantidos.

Isso faz com que as idéias e conceitos não se fechem em seus contextos imediatos, situações de origem ou intenções autorais. Em suas análises, Koselleck nos mostra

permanências conceituais em contextos aparentemente diversos, de modo que os conceitos podem afetar e dizer respeito também ao mundo atual.

Koselleck aponta, além disso, na "história dos conceitos" a função de critica e de criação conceitual para a ciência histórica. Por um lado, elabora e define a conceitualidade presente nas fontes para que possam servir às investigações atuais, por indicarem permanências estruturais. Por outro, pode comprovar ou não a adequação dos conceitos científicos à análise de determinadas situações históricas. Ao esclarecer sobre as transformações e permanências semânticas, a história dos conceitos enfoca, portanto, uma zona de interseção entre o passado e o presente.

As categorias formais criadas por Koselleck cumprem um papel de certa forma paradoxal em sua obra. A reivindicação de seu caráter extra ou pré-lingüístico pretende deslocá-la para fora do âmbito hermenêutico, das determinações ordinárias da linguagem. Ao serem utilizadas nas análises historiográficas propriamente ditas, estas categorias acabam por transformarem-se, em alguma medida, em elementos de diálogo com as fontes. *Critica e Crise* realiza uma compreensão crítica do iluminismo, questionando-o a partir de uma certa noção do que constitui o fenômeno da política. Com Carl Schmitt, partilha da visão de que a política é determinada, em última instância, pela possibilidade do conflito entre os homens e os povos e da morte física. O par transcendental "amigo" e "inimigo" está na base do entendimento da política que Koselleck opõe à autocompreensão apolítica e moral apresentada pelos autores iluministas. Tal questão lançada ao iluminismo orienta toda a compreensão dos textos.

A crítica de Koselleck se dirige à razão iluminista[5], na qual o mundo das décadas de 1950 e 60 deste século ainda está imerso, elemento central para se entender o momento da guerra fria. Ao negar seu fundamento político, o iluminismo desobriga-se da responsabilidade com o presente, o que leva ao agravamento da própria questão política com a Revolução Francesa. O homem iluminista cria laços de responsabilidade apenas com a história, cujo rumo

[5] *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês.* Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

já e conhecido através da filosofia da história, e com o qual ele deve colaborar. A realidade presente passa a ser apenas um erro a ser alterado pelo curso histórico, que progride em direção ma criação da razão.

O fim esperado passa a justificar quaisquer métodos de ação. A guerra civil, marca do momento em que Koselleck escreve, se torna parte de uma revolução permanente, em que as grandes potências lutam incessantemente pela tomada do poder. Na banalização dos conflitos, se diluem as finalidades éticas envolvidas nas filosofias da história em questão: a guerra se torna cada vez mais um fim em si mesma, um recurso corriqueiro justificado por um futuro projetado pela razão. É contra esta justificativa especificamente moderna que Koselleck direciona seu arsenal critico.

A escrita histórica de Koselleck, assim, com a visão de Gadamer e Heidegger sobre a história, põe em primeiro plano o papel da temporalidade e o aspecto de inserção da disciplina nos debates políticos e intelectuais da vida contemporânea. Cabe aos historiadores ampliar tais questionamentos filosóficos sobre a disciplina, por exemplo, no que diz respeito à aplicabilidade das noções de tradição e pertencimento, não apenas à filosofia e à história intelectual, mas também aos trabalhos em história social, por exemplo.

O PAPEL DAS PRÁTICAS FOUCAULTIANAS NA REFLEXÃO TEÓRICA DE PAUL VEYNE.

Luiz Antonio Albertti – PPG-Unesp/Assis.

As reflexões de Paul Veyne esboçadas no texto *Foucault revoluciona a história,* de 1978, representam uma continuidade de preocupações do autor que encontramos em textos anteriores: *Como se escreve a história* (1971), *A história conceitual* (1974) e *O inventário das diferenças* (1976). Apresentaremos sucintamente cada um desses textos para situarmos melhor algumas noções como as de acontecimento, diferença, causalidade, narrativa, com o intuito de tornar mais claro qual será a importância das *práticas* foucaultianas nas reflexões epistemológica de Paul Veyne; tema desta comunicação.

Em *Como se escreve a história*, Veyne procura romper com a filosofia clássica da história, desenvolvendo longamente a noção de acontecimento histórico, de compreensão histórica e idéia de progresso em história.

O acontecimento é o objeto da história. Todo acontecimento é singular e diferente um do outro, tanto pela diferença temporal quanto pelas caracteristicas próprias de cada acontecimento. Sendo assim, o historiador só pode compreender um acontecimento de forma incompleta e unilateral, por meio de documentos, já que não existe um geometral em história, justamente porque a história se desenvolve no sublunar, ou seja, os acontecimentos são resultados de ações humanas, onde o acaso e a liberdade desempenham um importante papel, contrapondo-se ao plano celeste, que é "[...] a região do determinismo, da lei, da ciência: os astros não nascem, não mudam e não morrem e o seu movimento tem a periodicidade e a perfeição de um mecanismo de relojoaria"; enquanto no sublunar, "situado abaixo da lua, reina o devir e tudo aí é acontecimento [...] O homem é livre, o acaso existe, os acontecimentos têm causas cujo efeito permanece duvidoso, o futuro é incerto e o devir é contingente [...]" [i].

Para compreendermos os acontecimentos é necessário inseri-los naquilo que Veyne denominou como *séries* que, por sua vez, compõem a *intriga*. Para trabalhar a narrativa histórica o autor desenvolve a noção de intriga. "[...] A intriga é composta por séries, não importando como é traçado seu itinerário [...]"[2].

Pelo fato de a intriga ser um recorte operado pelo historiador, abandona-se então a idéia de totalidade histórica. O historiador não pode abranger nenhuma totalidade histórica, toda intriga surge da seriação de acontecimentos que este opera, para tornar sua intriga compreensível. Sendo assim, não existe história total, existe apenas "história de...". Nas palavras de Veyne:

> Um acontecimento só tem sentido numa série, o número de séries é indeterminado, não se dirigem hierarquicamente e como veremos tão pouco tendem para um geometral de todas as perspectivas. A idéia de História é um limite inacessível, ou antes, uma idéia transcendental; não se pode escrever esta história, as historiografias que se crêem totais enganam sem saberem o leitor sobre a mercadoria e as filosofias da história são um *absurdo* que depende da ilusão dogmática, ou seriam antes um *absurdo* se não fossem filosofias de uma "história de..." [3]

Ao romper com a idéia de totalidade histórica, Veyne defende que a história não dispõe de teorias, métodos, ou conceitos gerais; descartando assim a possibilidade de pensar a história como ciência.

Toda teoria, métodos ou conceitos são resultados de intrigas, isto é, para compor uma intriga o historiador cria certos dispositivos que lhe serão convenientes para traçar as séries da intriga, entretanto, esse mesmo procedimento não será válido para traçar outros itinerários, daí decorre o risco de anacronismo histórico.

> Não se constata menos que os historiadores são incessantemente importunados ou enganados pelos conceitos ou os tipos dos quais servem; eles reprovam-lhes umas vezes de serem chaves que, válidas para um período, não funcionam para um outro, outras vezes de serem de margens claras e de acarretarem consigo associações de idéias que, mergulhadas num novo meio se tornam anacrônicas.[4]

Negando a teoria, o método e o conceito como universalmente válidos, Paul Veyne dá uma nova feição ao *progresso em história.* Este deve ser pensado como aumento da *tópica histórica,* que se desenvolve dentro de uma *cultura histórica*. O historiador está inserido numa *cultura histórica*, que lhe possibilita fazer um questionamento maior dos acontecimentos. "[...] O enriquecimento dos repertórios de lugares é único progresso que o conhecimento histórico pode fazer."[5]

O aquilatamento dos tópicos históricos deve ser acompanhado de um trabalho de *conceituação dos acontecimentos,* pois, para Veyne, "[...] a formação de novos conceitos é a operação através da qual

se produz o enriquecimento da visão [...]”[6]. Os conceitos históricos proporcionam ao historiador uma “[...] percepção mais fina da originalidade dos acontecimentos, [...] o que significa que ela não perde para trás o terreno que conquista para a frente.”[7]

Ao afirmar que o historiador deve ter como preocupação primordial a conceituação dos acontecimentos, o autor aponta a necessidade de aproximar história e sociologia. Em *Como se escreve a história*, a sociologia perde seu padrão de cientificidade, sendo, então, entendida como ‘tópica histórica’. Na pena de Veyne, o

> [...] que fazemos nos nossos dias sob a designação de sociologia não é uma ciência; é uma descrição, uma história sem esse nome, quer uma tópica da história ou uma fraseologia”, dessa maneira, “é necessário renunciar à ideia comteana de que ela [a historia está por enquanto num estádio pré-científico e espera ser elevada ao nível de ciência, sendo essa ciência a sociologia. [8]

Para o epistemólogo, o melhor exemplo de abordagem sociológica dos acontecimentos históricos é a obra de Max Weber:

> [...] a sociologia de Weber é de facto uma história sob uma forma mais geral e mais sumária. Para ele, a sociologia não podia ser mais do que uma história desse género, visto que a seus olhos as coisas humanas não podiam ter leis universais e só davam origem a proposições históricas, às quais ele só recusava o epíteto de históricas por serem comparativas e não-acontecimentais. [9]

Percebemos assim, que as noções de acontecimento, diferença e narrativa, neste momento, são pensadas por meio do conceito de “intriga”, excluindo da história qualquer possibilidade de se tornar científica, onde a sociologia desempenha o papel de tópica histórica.

Já no texto *A história conceitual* (1974) a sociologia passa a ser pensada então, não apenas como tópica histórica, mas sim, como uma forma de pensar que possibilita a conceituação dos acontecimentos, afastando o historiador do meramente factual. Somente a conceituação dos acontecimentos permite percebermos melhor as diferenças existentes entre eles.

Se em ***Como se escreve a história*** a preocupação central é evidenciar que a história não possui formas permanentes e universais de explicação dos acontecimentos - estes são analisados em séries que compõem a intriga. Em *A história conceitual*, Veyne defende que a história possui 'núcleos de cientificidade':

> Para iniciar o assunto, resumamos por antecipação nosso objetivo. A história não se reduz ao campo da aplicação das ciências nascidas ou por nascer, mas tampouco é residual em relação a essas ciências: ela comporta núcleos de cientificidade. [10]

Isso não quer dizer que a história seja uma ciência no sentido das ciências ditas "duras", mas envolve procedimentos de caráter científico que se aplicam sobre o seu objeto exclusivo: o acontecimento. Mas, como se pode tratar com algum grau de cientificidade os acontecimentos sublunares?

Os núcleos de cientificidade são expressos por meio de conceitos, e o maior esforço da história consiste na criação de conceitos:

> Os termos história não factual, história em profundidade, história comparada, história generalizante, tipológica ou ainda sociologia histórica, e mesmo tópica histórica, são maneiras semelhantes para designar esse trabalho de conceituação do 'todo confuso' que, antes de mais nada, é o espetáculo do devir. [11]

A conceituação dos acontecimentos torna possível aprofundar o conhecimento histórico, desde modo a narrativa histórica não se satisfaz em apenas constatar a existência de um acontecimento, mas em explicá-lo cada vez melhor com o auxílio da sociologia, desenvolvendo assim os núcleos de cientificidade da história. Estes permitem-nos percebermos as diferenças existentes entre os acontecimentos históricos, afastando-nos um pouco mais do risco de anacronismo histórico; uma vez que a conceituação consiste em inserir os acontecimentos narrados no tempo e analisar como ao longo deste, um mesmo acontecimento suporta características bastante diferenciadas, que só podem ser percebidas na medida em que tratamos o acontecimento como conceito. Veyne conclui o texto ressaltando a importância da história conceitual:

> Não pretendemos que a história deva ou deveria ser conceitual: constatamos que ela é, que o termo conceituação é aquele que melhor descreve seus progressos desde Tucídides; que é um termo mais justo que o de história não fatual, generalizante, explicativa etc.; enfim, que se a história, não contente de ser conceitual, sabe que ela o é, esse saber pode incitá-la a vir a sê-lo mais ainda: não se pode pedir mais à epistemologia.[12]

A conceituação dos acontecimentos e o estreitamento dos laços entre sociologia e história serão aprofundadas no texto *O Inventário das diferenças,* cujo subtítulo é *História e sociologia*, no qual o autor, partindo da conceituação proposta no texto de 1974, busca objetivar o *devir histórico* por meio da elaboração de dispositivos teóricos, que são as *constantes transhistóricas*, estas devem fornecer as condições para o historiador fazer o *inventário das diferenças*.

A formação de constantes transhistóricas variáveis consiste em individualizar os acontecimentos históricos. A individualização, isto é, tratar os acontecimentos conceitualmente, permite ao historiador pensar as dimensões ainda não pensadas dos acontecimentos. Essa dimensão do não pensado só é possível porque a conceituação leva o historiador a fazer uma "história em profundidade". Conforme afirma Veyne,

> [...] a conceituação de uma constante permite explicar os acontecimentos; jogando-se com as variáveis pode-se recriar, a partir da constante, a diversidade das modificações históricas; explicita-se, desse modo, o não-pensado e lança-se no que era apenas vagamente concebido ou mal pressentido. Finalmente, e sobretudo, por mais paradoxal que pareça a afirmação, só a constante individualiza. [13]

Ao afirmar que só a constante individualiza, corre-se o perigo de, ao individualizar os acontecimentos, tratá-los como "objetos invariáveis" , portanto, é necessário que o historiador explicite os mecanismos de criação e modificação das constantes, por isso concebê-las como transhistóricas.

> "Constante" não quer dizer que a História é feita de objetos invariáveis, que jamais mudarão, mas somente se pode captar nela um ponto de vista científico, escapando às ignorâncias e às ilusões de cada época e sendo trans-histórico. Para resumir: determinar as constantes é determinar as verdadeiras realidades e os verdadeiros mecanismos da evolução histórica; é explicar essa evolução cientificamente, ao invés de restringir-se a narrá-la superficial e ilusoriamente.[14]

Na opinião de Veyne, em *O inventário das diferenças*, "[...] a História é congenitamente cientifica [...] A História é ciência das diferenças, das individualidades [...]"[15], onde o mais importante é encontrar idéias que possam aproximar o historiador da verdade, que nunca pode ser conhecida de antemão; que possibilite ao historiador fazer um inventário das diferenças. "É deixar de ser inocente, e perceber que o que é poderia não ser. O real está envolto numa zona indefinida de com-possíveis não-realizados; a verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento."[16].

O percurso realizado por Veyne até este momento para pensar os acontecimentos, suas diferenças, causalidade, e seus lugares na intriga, contou cada vez mais com o auxílio da sociologia; perceberemos agora como os acontecimentos podem ser pensados por meio da filosofia, neste caso, a filosofia de Michel Foucault, que é, para Veyne, "[...] o historiador acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores".[17]

As *práticas* foucaultianas contribuirão para o empreendimento teórico de Veyne pensar a história em termos científicos.

Neste texto, há um rompimento com a idéia de *causa* e *objeto natural* e *material*. No lugar de causas naturais tem-se o desenvolvimento da noção de *práticas vizinhas*.

> Ou, melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, *atualiza* as virtualidades que estão prefiguradas no molde; se as práticas vizinhas se transformam, se os limites do vazio se deslocam.[18]

Veyne, usando-se do conceito de prática, dá uma nova feição à conceituação dos acontecimentos. O trabalho de conceituação é feito após o historiador traçar os itinerários que podem ligar práticas vizinhas. Com isso, o historiador abre o campo do acontecimento histórico para aquilo que estava oculto nos discursos, nas causas e objetos naturais e materiais. Isso permite a Veyne afirmar que as práticas são 'a parte oculta do iceberg':

> A pratica não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a pratica está, em certo sentido, 'escondida', e se podemos, provisoriamente, chamá-

la 'parte oculta do iceberg'. É simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos freqüentemente, consciência deles, mas não temos conceitos para eles. [19]

As práticas foucaultianas apresentam-se como o aprofundamento das constantes transhistóricas variáveis de *O inventário das diferenças*, pois as práticas vizinhas permitem ao historiador explicar aquela zona ainda não pensada do acontecimento, uma vez que este passa a ser pensado através das objetivações de práticas determinadas que o constitui, a isto Veyne dá o nome de *densificação*[20]. Desta feita, o historiador passa a dispor de um mecanismo de cunho metodológico para a *ciência da diferença* ou *ciência conceitual* que é a história (não podemos esquecer que em *Como se escreve a história* Veyne nega qualquer possibilidade de a história vir a ser científica).

No entanto, a contribuição de Foucault para pensar a obra epistemológica de Veyne vai mais além. Não significando apenas uma ampliação das noções desenvolvidas no texto de 1976, mas sim, uma redefinição de todos os textos dos quais tratamos aqui. Redefinição que pode ser percebida quando o autor se refere ao método histórico; logo na primeira página de *Como se escreve a história*, lemos: "[...] Não, a história não tem método: senão peçam que vos mostrem esse método [...]"[21]; e é nas primeiras linhas de *Foucault revoluciona a história* que Veyne afirma "[...] a utilidade prática do método de Foucault [...]"[22].

Ao lermos *Foucault revoluciona a história* temos que retomar e perceber como as *práticas* rearticulam, modificam ou ampliam as noções a respeito do acontecimento, diferença, narrativa, entre outros, tratados em *Como se escreve a história* e nos textos posteriores: se pensarmos nas práticas que constituem os acontecimentos, qual será a função da retrodicção para a compreensão da causalidade histórica? Se abandonarmos a idéia de causas materiais e objetos naturais onde situaremos as diferenças existentes entre um acontecimento e sua relação com os demais na composição das séries de uma intriga? O texto de 1978 não significa um acabamento das reflexões epistemológicas de Paul Veyne, mas sim um ponto de partida que nos possibilita repensar os textos de 1971, 1974 e 1976, que denotam uma relação estabelecida entre história, sociologia e filosofia. Para citarmos apenas um indício entre outros possíveis, a reedição de 1978 de *Como se escreve a história*, no qual é publicado em anexo o texto *Foucault revoluciona a história*, e que sofre uma redução de mais de cem páginas, em que

vários tópicos são retirados; acreditamos que isto não seja apenas uma simples "enxugamento", mas uma reelaboração do texto editado em 1971.

---

[i] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 43.

[2] Ibid., p. 48.
[3] Ibid., p. 38-9.
[4] Ibid., p. 161.
[5] Ibid., p. 270.
[6] Ibid., p. 256.
[7] Ibid., p. 273.
[8] Ibid., p. 319.
[9] Ibid., p. 342.

[10] VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (Org.). *História*: novos problemas. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 64.

[11] Ibid., loc. cit.
[12] Ibid., p. 81.

[13] VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*: história e sociologia. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 15.

[14] Ibid., p. 19-20.
[15] Ibid., p. 47.
[16] Ibid., p. 55.

[17] VEYNE, Paul. *Como se escreve a historia. Foucault revoluciona a historia.* Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EDUNB, 1982, p. 151.

[18] Ibid., p. 166.
[19] Ibid., p. 157-8.
[20] Ibid., p. 162.
[21] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Op. cit., p. 9.
[22] _____. *Foucault revoluciona a história*. Op. cit., p. 151.

X-9: Uma dupla representação

LUIZ CARLOS SEREZA

Estamos em 1959, mais precisamente à primeira quinzena de junho. Um pequeno Auto *Willys* sai de um depósito rumo ao centro da cidade. Nele, vários pacotes foram amarrados com barbante e estão cuidadosamente ajeitados para que a carga não sofra avarias. O motorista do caminhão confere o horário em seu relógio, observando que há tempo de fazer uma parada antes da entrega. Desce do *Willys* e sai com uma pressa comedida, afinal, não quer que recaiam suspeitas sobre ele. Na esquina, dois policiais passam com ar zombeteiro e carrancudo pelo motorista. Este, mais que rapidamente, entra em um botequim e com grande satisfação pede ao homem atrás do balcão uma *Coca Cola*, não se podia negar uma bebida que era consumida "em mais de 80 países", ainda mais, em um dia tão quente. Volta ao *Willys* e inicia novamente sua missão. Em uma revistaria no centro, outro homem espera impaciente, percebe de longe, a chegada do pequeno caminhão e acena com grande veemência. Mais que rapidamente, o motorista pára e inicia a descarga dos pacotes lançado-os à calçada, para em seguida sumir pelas ruas da cidade. Com cuidado, o homem que ficara desembrulha os pacotes e os dispõem em algumas prateleiras: acaba de chegar mais um número da revista "X-9" às bancas.

Esta historieta deve ter se repetido centenas de vezes em grande parte do território brasileiro entre os anos de 1930 a 1964 (não apenas com a "X-9", mas também com outras revistas do gênero como "Meia Noite", "Suspense", "Policial em revista", etc.). Pode-se perceber, neste período, uma modificação na produção editorial brasileira. Nestes anos, as novas tecnologias gráficas juntamente com a profissionalização dos grupos chamados sydicates[1], fizeram emergir uma grande gama de produções editoriais das mais variadas. Revistas compostas de textos traduzidos seguiam a produção norte americana de perto, dividiam-se em vários gêneros e, até mesmo as revista de grande porte, traziam artigos vendidos pelos sindicatos.

Dois aspectos saltam aos olhos quando nos deparamos com estas produções: a receptividade dos leitores brasileiros a estas revistas e a modificação do mercado editorial que se volta a uma fase de receptividade de textos voltados para grandes públicos. É a entrada da produção de massa no mercado editorial.

Estes dois dados são integrantes do mesmo "movimento" que se inicia no Brasil, a partir de 1930, construindo uma nova esfera pública, embora, este evento seja mais abrangente que o desenvolvimento de um mercado editorial ou que o interesse por um determinado tipo de leitura. Estas duas últimas questões podem auxiliar no esclarecimento da formação desta esfera pública, assim como sua problematização pode fornecer fomento para outros questionamentos referentes aos anos 60 e 70. Esperamos que, ao final deste trabalho, alguns apontamentos inicias para esta possibilidade sejam desenvolvidos. Para tanto, este trabalho se divide em três partes: a apresentação da revista X-9; os quadrinhos "O agente secreto X-9"; por fim o problema do público e privado nesta história em quadrinho.

A revista X-9

Foi na década de 1930 que surgiu nos EUA uma produção conhecida como *Dime-detect.* Estas publicações realizavam interpolação de discursos que remetiam a antigas histórias do oeste americano, publicadas em baixa qualidade e vendidas a preços baixos – daí a utilização do termo *Dime* – e, ao mesmo tempo, citavam o gênero policial fundado pelos três textos clássicos de Edgar Alan Poe, "Assassinato na Rua *Morgue*", "A carta roubada" e "O mistério de Marie Roget". Estas produções se materializavam em revistas como a *Black Mask* onde diversos escritores enviavam textos aos editores que, quando aceitavam os trabalhos, pagavam os autores por palavras[2], o que representa inicialmente um interesse por textos longos, que pudessem ser seriados e fizessem com que o leitor comprasse o número do mês seguinte[3]. Dashiell Hammett, o fundador do romance negro ou romance n*oir,* iniciou sua carreira de escritor nesta revista. Foi na *Black Mask* que Sam

Spaid, seu detetive, ganhou forma, assim como o seu estilo que seria copiado por diversos autores posteriormente.

Diferente da revista estadunidense, a X-9 era uma compilação de textos traduzidos[4], teve seu início na década de 1940. A revista apresentava poucas seções, haja vista, que em média cada publicação tinha em torno de oitenta páginas. No conhecido "formato americano", trazia em suas capas quase sempre jovens mulheres em diferentes ocasiões: armadas, assustadas, estranguladas. Tudo determinado pelo conjunto de histórias que nela estavam veiculados.

Além de quadrinhos e novelas policiais, em suas páginas outra seção tinha grande destaque era o "suplemento amarelo do crime", uma espécie de inversão da famosa seção "Flagrantes da Vida Real" da Revista Seleções do *Reader Digest.* Se na última, as moralizações edificantes de grandes feitos, realizados por pessoas comuns eram expostas aos leitores da revistas Seleções, no caso da X-9, eram os latrocidas, homicidas e toda uma gama de comuns que realizavam feitos ediondos e estavam representados em histórias, não menos terríveis, que demonstravam a eficácia da polícia e do sistema penal para resolver problemas de sociabilidades.

Em geral, os grandes nomes da literatura policial podiam ser encontrados na revista. Mas, na década de 1950, a produção de Hammett, autor de vários livros e mais de oitenta contos, não foi veiculada.

A figura de Hammett, assim como a revista *Black Mask*, nos serve, por alguns motivos: o título X-9 foi uma apropriação de um dos trabalhos de Hammett: *Agent Secret X-9*[5], além deste fator, a revista trazia a história em quadrinhos[6] em formato seriado, que podia variar com o seu fechamento, com a publicação de três a seis páginas da história por revista.No entanto, na década de 1950, a HQ já não tinha mais seu roteiro desenvolvido por Hammett e nem mesmo era desenhada Alex Raymond – este último o criador de Flash Gordon e Buck Roger HQs, recebidos no Brasil com grande aceitação pelo público infantil.

Um fato que pode nos interessar encontra-se na biografia do autor Samuel Dashiel Hammett que fora preso pelo FBI em 1942, por apresentar uma postura comunista. O fato

mais surpreendente está relacionado ao "como" Hammett chamou a atenção dos federais a ele. Foi por um trabalho desenvolvido para o jornal intitulado *Agent Secret* X-9[7].

Após sua prisão, outros roteiristas ficaram responsáveis pelo HQ, foi esta fase que circulou no Brasil e discutiremos a partir de agora.

Uma história do Agente secreto X-9

Para realizar uma análise da história, escolhemos a utilização do número 426 da revista. Esta fonte foi escolhida por uma razão especial: dentro de todo o conjunto da X-9 ela não representa nada de especial. Tende a ser tão normal quanto as outras. Para a nossa pretensão é perfeita. Sua única diferença para o conjunto geral seria a capa, que ao invés da companhia do titulo de novela de um dos "grandes" detetives da revista, tem ao lado da tradicional "loira amedrontada" o título de uma das reportagens policias romanceadas "Uma pitada de Arsênico" do "suplemento amarelo do crime". No mais, o número 426 não traz novidades editoriais ou novos temas.

Na seção O agente secreto X-9, encontra-se a seqüência de uma história iniciada no número anterior, onde Phil Corrigan (nome do Agente Secreto X-9 após 1945) encontra-se em um quarto de hotel junto a sua esposa, ambos discutem o resultados de sua última aventura[8]. Na história anterior, esposa de Phil, Hilda, havia sofrido uma tentativa de seqüestro, onde ela serviria de refém para um assalto a banco. Um dos suspeitos havia fugido, tratava-se de um comediante que podia "imitar vozes". Seu nome Jack Mimicus. Hilda afirma que pode reconhecer a voz do bandido e Corrigan encontra uma nota no jornal local, promovendo uma apresentação de ventriloquismo, provavelmente o homem que pode ser o suspeito. Depois de Hilda reconhecer o suspeito, Corrigan o prende sem nenhuma trama mais complexa.

É então que algo de surpreendente acontece, dentro dos padrões de HQs policiais, a história tem uma página inteira das então férias da família Corrigan: são dez quadrinhos onde nada, a não ser a representação de uma família de classe média norte americana foi

apresentada em sua "felicidade". O leitor, atual, fica perplexo com o conjunto de informações veiculadas na revista, pois em páginas anteriores ele se deparava com o "caso verdade" da velhinha que envenenara seu marido e fora condenada à cadeira elétrica, ou um conto que descreve como uma família de chineses tortura um agente da narcóticos. Inesperadamente o leitor se depara com um momento de lazer e relaxamento que deixariam muitas das peças publicitárias veiculadas em outras revistas do período, pouco à vontade.[9]

No trabalho de Anna Cristina Figueiredo "A liberdade é uma calça jeans azul velha e desbotada"[10], a autora identifica nas peças publicitárias de revistas do mesmo período, uma relação próxima a que estamos a observar, imagens construídas pela mídia sobre modelos de família e o surgimento de uma sociedade de consumo onde o lazer e o trabalho têm espaços diferenciados. Nesta aventura do Agente Secreto X-9, podemos identificar ambas as relações tanto o modelo de família classe média, quanto as separações entre trabalho e lazer.

Os Corrigan então saem da cidade em direção ao Lago Kanda, indo aos seus familiares na *wildernes.* Lá encontram-se com sua filha Philda, Tio Junpy e Tia Mildred. Cabe aqui salientar a importância do cenário onde se passa a história, que nos propicia a observação de outra peça do imaginário: a *wilderness*. Esta palavra, muito semelhante a nossa definição de sertão, tem vários significados, para os estadunidenses, que remetem ao movimento colonizador do oeste americano; ao espaço selvagem onde o homem deve se encontrar ou fazer-se; e a outra estrutura discursiva relativa ao mito de formação dos Estados Unidos, que nomeia o estadunidense como "o povo eleito", uma ligação estrita com o mito bíblico de Moises[11].

O fato torna-se mais interessante quando observamos a continuidade da história. Ao chegarem, Hilda elogia a elegância de Tia Mildred e eis que Phil Corrigan o Agente secreto X-9 tem seus pensamentos revelados em um balão "É... Elegante como um filhote de hipopótamo!". Representação típica do modelo de classe média estadunidense do pós-guerra, visto que, tudo o que for desviante do modelo é motivo de critica e desaprovação. Contudo as questões tornam-se mais complexas na seqüência.

Em poucos quadros, os Corrigan aparecem em confraternização em torno de uma churrasqueira onde vários hambúrgueres são motivo de felicidade, (muito embora a tradução seja panquecas).

Cena clichê, repetida inúmeras vezes em diversos filmes, séries, etc. estadunidense até nossos dias. Eis então que, após ter recebido elogios de Tia Mildred aos seus dotes culinários, o agente secreto lança a seguinte frase "os espiões inimigos têm tentado roubar-me o segredo durante anos, Mildred! Está no molho!" Esta frase que tenta ironizar com o problema da guerra fria e reduzi-lo a confrontos simples e que parece inocente, carrega um forte apelo imaginário (e diga-se de passagem, bem aceito no Brasil, afinal estamos no número 426 e teremos pelo menos mais 200 exemplares da revista). O grande segredo dos estadunidenses não estava no molho, como disse o agente secreto, mas sim, neste modelo de família de classe média, que terá sua propaganda exportada pelo mundo inteiro, seja nas páginas de revistas como a X-9 ou em outras como a Seleções do *Reader Digest*, analisadas por Marie Anna Junqueira que nos diz, que imaginário a cerca do modelo de sociedade ideal havia sido alcançado por acreditarem os estadunidenses ter uma sociedade pautada em uma enorme classe média.

Esta classe média se imagina perfeita e sem problemas. Contudo, apresenta-se repleta de preconceitos e neuroses, tão narcisista que possibilita tornar-se o modelo ideal para tal afirmação. Richard Sennett identificou o narcisismo como "um distúrbio de caráter; é a preocupação consigo mesmo que impede alguém de entender aquilo que é inerente ao domínio do eu e da autogratificação e aquilo que não lhe é inerente"[12], confundindo assim as esferas do público e privado; mas, ao mesmo tempo, impedindo a psique de romper com o modelo imaginário posto. O fato mais relevante dentro desta análise está na dificuldade de entender a alteridade. O que sobra neste modelo? Dentro da perspectiva introduzida por Sennett, observamos que os problemas resultantes da vida em sociedade e mais especificamente em uma sociedade informada por um modelo narcisista (como a representado em o Agente Secreto X-9) é aquela sociedade que, se por um lado não convive com a diferença, por outro, não consegue identificar seus problemas como vindos

de seu próprio interior; logo algo externo a sua sociedade deve ser culpado por seus problemas, chegamos ao ponto principal: o inimigo.

Se esta sociedade precisa culpar alguém por seu infortúnio, que melhor representação que o romance policial, que tem em sua estrutura fundamental o inimigo social, caracterizado na figura do grande vilão ou assassino voraz ou ainda do ladrão. O marginal, não apenas no sentido do contraventor, mas, também como ser que se encontra em uma fronteira imaginária, não podendo existir nos ambientes públicos, recebeu também a culpa de todos os problemas desta sociedade, voltada ao narcisismo. No entanto, o inimigo social será resignificado nas páginas do Agente Secreto X-9 por outro problema do pós-guerra, nesta história o inimigo não é apenas social, mas, também é político.

Após os momentos de lazer com a família, Corrigan, manda à cidade sua filha, juntamente com seus tios, ficando apenas ele e sua esposa. Próximo a sua propriedade, reside o Príncipe Iguana, antigo regente de um país chamado Abysmalstan, que havia sido expulso de seu país por ter envolvimentos com o partido comunista. Então Corrigan revela sua missão: investigar o príncipe. No entanto, Iguana havia recebido uma visita indesejada antes da sua. Era um membro do partido que viera buscar um artefato, este que revelaria o paradeiro de um campo diamantífero. O impressionante desenho do comunista que usa um terno risca-de-giz (roupa que ficou famosa nos filmes de *gangsteres*) e um turbante (que remetia o homem ao oriente) o que impressiona é a tentativa de torná-lo uma forma bestial, seu desenho lembra a figura de um gorila, e sua fala não é menos agressiva, pois ameaça o Príncipe Iguana da seguinte forma: "**O partido** mandou-me levar a pérola... ou um jornal com a noticia de seu 'passamento'!"[13]. O processo se torna mais agressivo quando o leitor termina a leitura da história com Corrigan dizendo: "foi outrora príncipe de Abysmalstan e agora só tem dinheiro, substituto inadequado de amigos!".

De um lado a representação dos comunistas se faz por meio do desprezo a vida e da ganância, por outro a classe media estadunidense aparece como desapegada de bens materiais e forjada no modelo familiar. O inimigo parecia implícito, encontra-se em uma

representação desumanizada e cruel e a moral da história se configura como um conflito onde a classe media torna-se o estandarte da vitória.

A X-9 torna-se então uma dupla representação, representa uma nova esfera publica que solidifica-se no Brasil mas também representa um outro aspecto da vida política no ambiente brasileiro da década de 1950, pois a revista e especificamente a HQ Agente Secreto X-9 que fora idealizada pelo autor comunista Dashiell Hammett fora apropriada por um imaginário anticomunista e tornou-se não uma HQ policial apenas, mas sim, uma peça publicitária imperialista que vendia a imagem de uma classe media redentora.

---

[1] Os syndicates era representantes que vendiam os direitos de publicação da história em quadrinhos assim como de outros materiais para a mídia. Ver GONÇALO JUNIOR. **A Guerra dos Gibis**: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos 1933-64. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[2] Ver REIMÃO, Sandra. **O que é romance policial**. São Paulo: Brasiliense, 1983. e MANDEL, Ernest. **Delícias do crime**: história social do romance policial. São Paulo: Busca Vida, 1988.

[3] Esta técnica foi desenvolvida dentro do modelo folhetinesco ou seriado para maiores informações ver: MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma historia. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[4] Contudo a revista "X-9" Também se diferencia de outras revistas como a Seleções do R*eader Digest*, pois sua produção editorial era nacional, editada pela Rio Grafia Editores, que pertencia ao grupo Globo.

[5] O trabalho de Hammett foi re-editado pela edições 70 em 1982 em sete volumes como titulo "Agente Secreto X-9"

[6] Deste momento em diante usaremos o a sigla HQ ou HQs.

[7] Ver JOHNSON, Diane. **Dashiell Hammett**: uma vida. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

[8] Revista X-9, número 426, jun de 1959. todas as citações a fontes são referente a este número da revista.

[9] Os textos descritos são dos artigos "Uma pitada de arsênico" e "Crueldade chinesa" nas seguinte páginas 46 e 52.

[10] FIGUEREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **"Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada"** Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964). São Paulo: HUCITEC, 1998.

[11] JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grand**e – imaginário e América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: EDUSF, 2000. Principalmente cap. II.

[12] SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.21.

[13] *grifo nosso*

CIÊNCIA APLICADA E ILUSTRAÇÃO: DUAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS INGLESAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Luiz Carlos Soares - UFF

A ascensão das "classes médias" na Inglaterra do século XVIII trouxe novas demandas materiais, políticas e culturais para uma sociedade que, sobretudo na segunda metade deste século, começava a experimentar um processo de mudanças em direção a uma sociedade capitalista e industrial. Os grupos sociais emergentes, apoiados na sua condição econômica, passaram a reivindicar a reforma das instituições políticas, com o fim do rígido sistema censitário e a ampliação dos direitos eleitorais da população.[1] Embora nem todos tivessem acesso às universidades ou a uma educação de nível médio avançada, tratava-se de setores plenamente alfabetizados e com interesses culturais bem definidos, o que contribuiu para formar uma ampla audiência para a divulgação da nova Ciência Mecanicista, Experimental e Aplicada, para a literatura produzida no decorrer do século e para livros de filósofos e pensadores que advogavam a necessidade de reformas sociais.[2]

Em virtude do poder aquisitivo destes novos grupos sociais, surgiram até mesmo novas alternativas de lazer e diversão, não restritas exclusivamente às atividades da Corte e da grande aristocracia proprietária. Algumas cidades, como Brighton (sul) e Blackpool (noroeste), transformaram-se em grandes balneários, recebendo uma multidão de pessoas nos meses de verão. Da mesma forma, cidades como Bath constituíram-se em renomados *spas* (estações de águas), atraindo milhares de pessoas, que buscavam as propriedades curativas de suas termas de água quente. Nos centros urbanos, deu-se a proliferação de tavernas, *pubs* (*public bars*) e cafés que, em diversas partes do dia, recebiam principalmente os cavalheiros (para as mulheres, a moral da época ainda indicava o recato doméstico) para usufruírem de seus serviços e também de uma boa conversa sobre os mais diferentes assuntos. A partir dos anos 1750, também proliferaram pelas grandes e pequenas cidades inglesas os clubes e as

sociedades filosóficas, científicas e literárias, contribuindo para que possamos considerar o século XVIII inglês, tal como o fez o historiador Eric Robinson, não apenas como o "século sa sociabilidade", mas também como a "era da conversa".[3]

A proliferação das sociedades filosóficas e científicas, dos clubes, dos bares, dos cafés e das tabernas na Inglaterra pode ser associada ao fenômeno da ampliação dos espaços de sociabilidade e discussão (transferidos cada vez mais para a esfera pública), fenômeno também verificado na França e nos demais países europeus e que se tornou característico da ação dos grupos ilustrados. Por outro lado, na Inglaterra, os grupos ilustrados se espalharam pelo interior e, talvez com o objetivo de fugir da chancela da Ciência Oficial, representada pela *Royal Society* de Londres, fundaram diversas academias e sociedades filosóficas, científicas e literárias provinciais, algumas delas obtendo lugar de destaque no movimento ilustrado inglês na segunda metade do século XVIII. De certo modo, este movimento acompanhou o que acontecera na França entre 1720 e 1760, quando círculos intelectuais provinciais, fugindo da influência da *Academie Royale des Sciences et Arts*, criaram importantes Academias como as de Dijon, Bordeaux e Montpellier, que tiveram papel importante na Ilustração francesa.[4]

Assim, a proliferação das sociedades filosóficas, científicas e literárias, pelas diversas cidades do interior, constituiu-se num dos fenômenos culturais típicos do século XVIII inglês e teve como objetivo maior a promoção da Filosofia, das Ciências e das Artes nas suas próprias regiões. Muitas dessas sociedades foram criadas a partir de uma atitude crítica aos destinos da *Royal Society* de Londres, que perdera o entusiasmo dos seus anos iniciais e tornara-se também uma instituição altamente fechada e conservadora, ou um “clube londrino” como chamavam seus mais ferrenhos detratores. Esta “provincianização” das sociedades científicas e literárias foi maior na segunda metade do século e muito contribuíram para a atitude crítica de seus membros as novidades filosóficas e científicas produzidas pela Ilustração francesa na primeira metade e em meados do século, ajudando a estabelecer uma postura mais liberal, na forma destes homens encararem o mundo e a vida político-social.

As sociedades filosóficas, científicas e literárias mais importantes da Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, foram a *Lunar Society* (Sociedade Lunar), fundada em Birmingham por volta de 1765, pelo industrial metalúrgico Matthew Boulton, e a *Literary and Philosophical Society of Manchester* (Sociedade Filosófica e Literária de Manchester), fundada naquela cidade por volta de 1780. Estas instituições foram criadas por homens das regiões industriais que, em sua grande maioria, tiveram uma educação nas Academias Não-Conformistas ou Dissidentes (principalmente as de Warrington e Manchester) e se tornaram cientistas ou industriais respeitáveis.

A *Lunar Society* de Birmingham localizava-se justamente nas West Midlands, região da metalurgia e da indústria pesada inglesa. Seus encontros e reuniões realizavam-se, uma vez por mês, na casa de um de seus membros, em geral numa segunda-feira, nas noites de lua cheia (daí o nome da sociedade), quando era possível achar com facilidade não só o caminho de ida para as reuniões, como também o caminho de volta para a casa. Entre os membros mais destacados da *Lunar Society*, estavam, além de seu fundador Matthew Boulton, seu sócio e inventor James Watt, o médico, poeta e naturalista Erasmus Darwin (avô de Charles Darwin), o industrial do ramo de cerâmica Josiah Wedgwood, o industrial do ramo químico James Keir, o fabricante de produtos de ferro Samuel Galton Junior (que foi expulso da seita Quaker por produzir revólveres), o fabricante de instrumentos John Whitehurst, o impressor John Baskerville, o engenheiro William Murdoch (que trabalhava para Boulton e Watt e inventou a iluminação a gás e a locomotiva a vapor), o botânico e médico Jonathan Stokes, o químico, professor e escritor Joseph Priestley, os médicos William Withering e William Small, os literatos Thomas Day e Richard Lovell Edgeworth e o reverendo Robert Augustus Johnson.[5]

As reuniões da *Lunar Society* sucederam-se regularmente até 1791, quando eclodiu, em Birmingham, uma revolta dos Anglicanos e Realistas contra os Não-Conformistas e os que apoiavam a Revolução Francesa, ou seja, diversos membros daquela sociedade, que praticamente deixou de existir e seus membros foram perseguidos e obrigados a deixar a

cidade após a revolta, também conhecida como *"Birmingham Riots"* ou *"Priestley Riots"*. Joseph Priestley, obviamente, esteve no epicentro da perseguição dos Anglicanos e Realistas devido a sua fervorosa crença "Unitarista" (já uma dissidência mais radical do Presbiterianismo), que defendia com intransigência os princípios liberais da igualdade de direitos, da tolerância religiosa e da racionalidade da fé. Priestley teve sua casa invadida e incendiada por uma multidão de revoltosos, que também destruíram completamente sua biblioteca e seus equipamentos científicos. Como o clima de insegurança pessoal continuou após a revolta, Priestley e toda a sua família foram obrigados a emigrar para os Estados Unidos, em 1794.[6]

Depois de 1791, as reuniões da *Lunar Society* continuaram a ocorrer, mas era notório o clima de desânimo de seus participantes, amedrontados pelo ataque dos tradicionalistas Anglicanos e Realistas. Há indícios de que as reuniões da sociedade foram realizadas até 1802, mas nestes anos finais, houve uma redução do número de seus membros em função da morte de muitos deles (Day, Small, Johnson, Wedgwood, Whithering e Whitehurst) ou da mudança de residência para fora da região de Birmingham (Darwin, Edgeworth, Priestley e Stokes). Além disso, para não sofrerem represálias ou o ataque direto aos seus negócios que prosperavam enormemente, Matthew Boulton e James Watt, ainda como os grandes animadores da sociedade, passaram a ter uma atitude muito mais cautelosa, o que certamente influenciou o arrefecimento dos ânimos dos demais membros da *Lunar Society* e propiciou o seu declínio.[7]

A *Lunar Society* manteve intensa relação com o círculo de intelectuais norte-americanos reunido em torno de Benjamin Franklin, o grande estadista e cientista preocupado com o fenômeno da eletricidade. Franklin era amigo e correspondente dos membros da sociedade, especialmente Matthew Boulton, a quem visitou, em Birmingham, diversas vezes. Durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1776-1783), o relacionamento e a correspondência de Franklin com os membros da *Lunar Society* foram reduzidos drasticamente, mas a amizade com o norte-americano foi fundamental para que alguns deles

manifestassem a sua simpatia pela causa das "Treze Colônias". Inclusive, foi Benjamin Franklin quem apresentou, a Matthew Boulton, através de uma carta de 22 de maio de 1765, o Dr. William Small que tinha sido professor de Filosofia Natural no *College of William and Mary*, da Virgínia, e teve entre seus alunos mais brilhantes Thomas Jefferson, o terceiro presidente dos Estados Unidos. A chegada do Dr. Small a Birmingham teve um efeito catalisador e contribuiu para a articulação mais sistemática do grupo dos "gigantescos filósofos" da região, como os definiu Erasmus Darwin, e a constituição da própria *Lunar Society*. Foi esta conexão dos membros da sociedade com os círculos intelectuais e políticos norte-americanos que facilitou, mais tarde, a mudança de Joseph Priestley para os Estados Unidos e sua residência na Pensilvânia, tornando-se amigo de Thomas Jefferson.[8]

A importância da *Lunar Society*, no cenário histórico e científico da Inglaterra do final do século XVIII, foi assinalada por um dos maiores estudiosos desta sociedade provincial, o historiador Robert E. Schofield, para quem:

> "Mais do que qualquer outro único grupo, a Sociedade Lunar de Birmingham representou as forças de mudança da Inglaterra do final do século XVIII, porque a Sociedade Lunar era um brilhante microcosmo daquela comunidade dispersa de manufatureiros provinciais e homens profissionais que encontraram a Inglaterra como uma sociedade rural, com uma economia agrícola, e a deixaram urbana e industrial. Uma improvável e 'revolucionária' sociedade, nunca antes alcançada. Foi um pequeno grupo, formado através dos anos de apenas quatorze membros (...) Eles não eram aquela espécie de homens de guarnecer as barricadas ou fazer discursos inflamados em tribunas políticas. A revolução que eles forjaram foi mais insidiosa - e mais permanente - do que aquela criada por seus pares franceses, porque estes homens foram os precursores da Revolução Industrial.
>
> Eles se encontravam para jantar e discutir, na casa de um dos membros, uma vez por mês na tarde da segunda-feira mais próxima da ocasião de lua cheia - daí o

nome Sociedade Lunar, mas isto era o menos importante, a parte meramente social de suas atividades. Muitos deles residiam perto de Birmingham, e podiam se comunicar diariamente; quando isso era impossível, eles escreviam um para o outro. Juntos eles formaram uma base de intercâmbio para as idéias que transformaram o seu país material, social e culturalmente no espaço de uma geração. Eles eram homens de diversas especialidades e suas discussões variavam amplamente, mas seu principal interesse mútuo eram as ciências, puras e aplicadas - particularmente aplicadas aos problemas da indústria".[9]

A *Literary and Philosophical Society of Manchester*, também conhecida abreviadamente como *Lit. and Phil.*, foi fundada a partir das reuniões que cientistas e industriais realizavam na *Warrington Academy*, constando da sua lista de sócios fundadores mais de 40 pessoas. Esta instituição era muito maior e mais organizada do que a *Lunar Society*, sendo suas reuniões registradas em atas a partir de 1781 e os trabalhos apresentados, nestes eventos ou à direção da entidade, passaram a ser publicados a partir de 1785, com o título *Memoirs of the Literary and Philosophical Society of Manchester*. O seu primeiro presidente foi o médico Thomas Percival, que estudou na *Warrington Academy*, sob a orientação de Joseph Priestley, e o seu primeiro secretário foi o farmacêutico Thomas Henry. Nos seus primeiros tempos, a *Lit. and Phil.* teve como sócio mais importante o químico John Dalton, que mais tarde chegou a presidir a instituição por um longo período (1817-1844).[10]

No prefácio do primeiro volume das *Memoirs*, em 1785, o Dr. Thomas Percival assinalava a clara importância que as sociedades filosóficas e literárias tinham para a produção e divulgação do conhecimento na Europa e como estas deveriam se espalhar pelas diversas regiões da Inglaterra, para que a promoção das "Ciências" e das "Artes" não ficasse confinada em Londres, ou mais explicitamente na *Royal Society*:

"As numerosas Sociedades para a promoção da Literatura e da Filosofia que foram, formadas em diferentes partes da Europa, no curso dos séculos passado e

> presente, têm sido não apenas o meio de uma difusão mais extensiva do conhecimento, como têm contribuído para produzir um número maior de descobertas importantes do que tem acontecido em qualquer outro espaço de tempo semelhante. (...)
>
> Embora, na França, sociedades com estes objetivos fossem criadas em diversas províncias, na Inglaterra elas têm sido quase que confinadas à Capital; e por maiores que sejam as vantagens resultantes das pesquisas das pessoas eruditas que estão associadas em Londres, parece provável que o grande fim das suas instituições, a promoção das artes e das ciências, possa ser mais largamente estendido através da formação de sociedades, com uma visão idêntica, nas principais cidades deste reino".[11]

A presença de um químico como um sócio eminente da *Lit. and Phil.* não era uma mera coincidência, pois a Química era um campo de conhecimento da maior importância para a indústria têxtil de Manchester e todo o Lancashire (condado onde se encontrava a cidade), principalmente para a descoloração e o tingimento dos tecidos. Apesar da importância da Química Teórica e Prática estar sublinhada no estatuto da sociedade, conhecido como "*Laws and Regulations for the Government of the Literary and Philosophical Society of Manchester"* ("Leis e Regulamentos para o Governo da Sociedade Literária e Filosófica de Manchester"), a Filosofia Natural, a Literatura, as Leis Civis, a Política Geral, o Comércio e as Artes também eram campos de conhecimento de interesse para os seus associados.

A "Lei" número VIII do estatuto da *Lit. and Phil.* estabelecia não apenas as áreas de interesse da sociedade, como também, numa atitude de moderação e precaução política, definia as matérias que não poderiam ser abordadas de maneira alguma em suas reuniões:

> "Que os assuntos de discussão compreendem filosofia natural, química teórica e experimental, literatura refinada, lei civil, política geral, comércio e as artes. Todavia, religião, os ramos práticos da física, e política britânica, são considerados proibidos; e o presidente pronunciará o seu veto quando eles forem introduzidos".[12]

Diversos membros da *Lit. and Phil l.* também apoiaram efusivamente a Revolução Francesa. Inclusive, dois deles, Thomas Cooper e James Watt Junior, chegaram a ser eleitos deputados para a Assembléia Nacional francesa. Esta franca simpatia de um número significativo de seus associados para com a Revolução Francesa acabou trazendo sérias dificuldades para a *Lit. and Phil.* no ano de 1791, quando também eclodiram na cidade as *"King and God Riots"* ("As Revoltas do Rei e de Deus"). Todavia, como era mais moderada, precavida e organizada do que a *Lunar Society*, os membros da *Lit. and Phil..* não foram tão atacados e perseguidos quanto os seus companheiros de Birmingham. A *Lit. and Phil.* sobreviveu e, durante o século XIX, constituiu-se numa respeitável instituição científica da Grã-Bretanha, tornando-se um modelo e referência obrigatória para as outras instituições congêneres, fundadas neste século, o que lhe possibilitou chegar até os nossos dias em pleno funcionamento e com bastante respeitabilidade.[13]

Assim, a construção de uma sociedade industrial na Inglaterra, a partir dos anos 1780, contou com a formação prévia de uma mentalidade, nos meios eruditos e industriais, que *considerava como um fenômeno natural a mecanização do mundo social e produtivo*, ou seja, a possibilidade do emprego de máquinas, principalmente nas indústrias, como necessária para o atendimento das necessidades humanas e uma extensão lógica da idéia de um grande universo organizado sob leis mecânicas. A *"machina-mundi"* foi o pressuposto intelectual para se chegar à *"machina faber"* e à revolução das condições da produção material humana.

Entretanto, para que se realizasse a idéia de uma sociedade mecanizada, ou da produção industrial por meio de máquinas, foi extremamente importante a atuação da *Lunar Society* e da *Literary and Philosophical Society of Manchester*, no estabelecimento de um efetivo diálogo entre os cientistas e industriais provincianos, responsáveis pela transformação da Inglaterra na primeira sociedade industrial do planeta. Dessa maneira, foram consolidadas as bases intelectuais não apenas da Revolução Industrial inglesa, como também da

generalização da industrialização como elemento de mudança social e satisfação plena das necessidades humanas.

---

[1] As "classes médias" (*middle classes*) eram formadas por diversos grupos sociais com interesses e perpectivas distintas, entre os quais se encontravam altos funcionários civis e militares, profissionais liberais (médicos, advogados, professores), religiosos (anglicanos ou dissidentes), pequenos e médios proprietários rurais, comerciantes, banqueiros e industriais. Eramassim denominados porque se distinguiam da "aristocracia" e da "classe trabalhadora" dos campos e das cidades Inglesas, embora slguns dos "setores inermediários", que se enriqueceram e/ou se destacaram por serviços prestados ao Estado, tenham podido ascender à "nobreza", através da obtenção de títulos concedidos pelos monarcas. No século XIX, como muitos comerciantes, banqueiros e industriais acumularam fortunas consideráveis, a hierarquia baseada na titularidade sanguínea ou outorgada foi substituída pela fundada na riqueza e no capital possuídos (ou não, como no caso dos trabalhadores rurais e urbanos, o novo proletariado. Embora a expressão *middle classes* continuasse a ser usada no século XIX, passou a ser cada vez mais comum a utilização do termo francês *bourgeosie* (burguesia) para designar o conjunto dos proprietários do capital ou dos meios de produção, que, além de comerciantes, banqueiros e industriais, também incluía a antiga aristocracia , agora transformada num segmento capitalista agrário que ainda podia investir seu capital em outras atividades econômicas. Sobre isso, ver: Paul LANGFORD: "The progress of politeness" (Capítulo II), em *A polite and commercial people: England, 1717-1783.* Oxford-Nova York, Oxford University Press, 1992, pp. 59-121, Roy PORTER - "Happiness" (Capítulo XI),, "The pursuit of wealth" (Capítulo XVII), e "Reform" (Capítulo XVIII), em *Enlightenment: Britain and the creation of the modern world.* Londres, Allen Lane, The Penguin Book Press, 2000, pp. 258-275, 383-396 e 397-423, respectivamente; Eric J. HOBSBAWM - "Conclusão: rumo a 1848", em *A era das revoluções: 1789-1848.* (Primeira edição em ingês 1962) . Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, pp. 321-332; e "O mundo burguês" (Capítulo XIII), em *A era do capital: 1848-1875.* (Primeira edição em inglês 1975). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, pp. 241-260. Sobre a emergência das "classes médias" no ambiente londrino, ver ainda, o importante estudo de Peter EARLE - *The making of the English meaddle classe: business, society and family life in London, 1660-1730.* Londres, Methuen, 1989.

[2] Sobre os interesses dos grupos sociais emergentes na divulgação da nova Ciência Mecanicista, Experimental e Aplicada e nas propostas de reforma social, ver: Margaret C. JACOB - *The cultural meaning of the scientific revolution.* Nova York, McGraw-Hill Inc., 1988*, The Newtonians and the English Revolution: 1689-1720.* Hassocks (Sussex), The Jarvest Press, 1976; e *Scientific culture and the making of the industrial West.* Oxford-Nova York,Oxford University Press, 1997.

[3] LANGFORD - *Op. cit.*, pp. 102-108; e Eric ROBINSON - "The origins and life-span of the Lunar Society", em *University of Birmingham Historical Journal*, Volume XI - Número 1 ("The Lunar Society of Birmingahm Bicentenary Lecturers"). Birmingham, University of Birmingham, 1967, pp. 5-6. As novas alternativas de lazer e diversão, além da emergência de novos padrões de sociabilidade na sociedade inglesa do século XVIII, são também estudadas nos seguintes trabalhos: J. H. PLUMB -*The commercialization of leisure in eighteenth-century England*. Reading, University of Reading, 1973; e *Georgian delights.* Londres, Weindenfelt & Nicholson, 1980; J. H. PLUMB, John BREWER & Neil MCKENDRICK (Orgs.) - *The birth of consumer society: the commercialization of eighteenth-century England.* Londres, europa, 1982; e PORTER & BREWER (Orgs.) - *Consumption and the world of goods.* Londres, Routledge, 1991.

[4] A. Rupert HALL - *A revolução na ciência: 1500-1750.* Lisboa, Edições 70, 1988, pp. 305-311; ROBINSON - *Op. cit.,* pp. 8-10; e Didier MASSEAU - "Academies provinciales", em Michel DELON (Org.) - *Dictionnaire européen des lumières.* Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 16-20.

[5] Sobre a trajetória da *Lunar Society* de Birmingham, ver: Stephen MASON - *A history of the sciences.* Nova York, Collier Books, 1962, pp. 285-286; e *Industrial Revolution: a documentary history.* Series One: the Boulton and Watt archives and Mathew Boulton papers from the Birmingham Central Library. Part 1: Lunar Society Correspondence. Marlborough, Adam Mathew Publications, 1993, pp. 15-20. Um estudo aprofundado desta sociedade é o já clássico livro de Robert E. Schofield - *The Lunar Society of Birmingham. A social history of provincial science and industry in eighteenth-century England.* Oxford, Clarendon Press, 1963. Existe ainda um número especial (já citado) do *University of Birmingham Historical Journal* (Vol. XI - No. 1, Birmingham, 1967) dedicado à sociedade, com o tradicional título “The Lunar Society of Birmingham” e artigos de diversos autores. Para um resumo da trajetória da *Lunar Society* e das atividades dos seus membros, ver também: Paul S. CADBURY - *The Lunar Society of Birmingham. Bicentenary.* Londres, University of London Press, 1966; e *Bicentenary celebrations. Lunar Society exhibition.* Birmingham, The Library of University of Birmingham, 1966.

[6] Sobre as revoltas de Birmingham, ver Vivian BIRD - *The Priestley Riots, 1791, and the Lunar Society.* Birmingham, S/Editora, 1994.

[7] MASON - *Op. cit.*, pp. 285-286.

[8] *Industrial Revolution: a documentary history*, *Op. cit.,* pp. 112 e 182.
[9] SCHOEFIELD - *Op. cit.,* p. 3.
[10] MASON - *Op. cit.*, p. 286.
[11] Robert Angus SMITH - *A centenary of science in Manchester. For the hundredth year of the Literary and Philosophical Society of Manchester.* Londres, Taylor and Francis, 1883, pp. 24-25.
[12] Idem, *ibidem*, p. 29.
[13] MASON - *Op. cit.*, p. 287. Embora fora do território inglês, não podemos deixar também de mencionar a *Philosophical Society of Edinburgh* (Sociedade Filosófica de Edimburgo), importante sociedade fundada na Escócia, em 1732, que desfrutava do clima de maior liberdade e tolerância religiosa que existia nos ambientes intelectuais daquela parte da Grã-Bretanha. Todavia, foi na segunda metade do século XVIII, que a *Philosophical Society of Edinburgh* alcançou o seu apogeu, em virtude da sua relação com os grandes nomes do Iluminismo Escocês, e a coroa britânica, em 1783, chegou a reconhecer a importância desta instituição e concedeu-lhe uma *Royal Charter* (Carta Real), em que uma série de distinções eram assinaladas. Entre os membros mais famosos da *Philosophical Society of Edinburgh* estavam o filósofo David Hume, o economista Adam Smith, o professor de Medicina Joseph Black, o professor de Geologia James Hutton, o professor de Filosofia Natural John Playfair e o cientista amador James Hall. Esta sociedade tinha conexões diretas com as Universidades de Glasgow e Edimburgo que, na atmosfera intelectual do Iluminismo Escocês, estimularam o ensino das Ciências Naturais, sem abrir mão do ensino da Filosofia e de uma orientação mais teórica na investigação científica. A Universidade de Edimburgo tornou-se, inclusive, um dos grandes centros de ensino médico na segunda metade do século XVIII. Além disso, os cientistas escoceses, do mesmo modo que os dissidentes religiosos ingleses, mantiveram relações diretas com as atividades industriais e inclusive um deles, James Hutton, tornou-se um importante industrial do ramo químico. (Idem, *ibidem*, p. 287).

DESENHO URBANO E MODERNIDADE NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO CONJUNTO FERROVIÁRIO DE CAMPINAS.

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt.

Aproximando a Europa do sertão paulista, as ferrovias ampliam o influxo da modernidade urbana construída na Europa de modo diferenciado, lá a urbanização é conduzida pela industrialização, mas em Campinas dinâmica urbana é movida por forças econômicas exógenas à cidade. Estranho contexto urbano demarcado por força urbanizadora rural no contexto do complexo cafeeiro capitalista exportador ao lado do trabalho escravo.

A partir dos anos 1870 a cidade é marcada, pela presença das ferrovias no ambiente urbano e rural. Elas intensificam a expansão urbana diversificada, e estimulam o avanço da economia cafeeira gestada desde a década de 1830.

Ao mesmo tempo em que diminui os custos com transporte de café, as ferrovias facilitam a imigração, transportam a força de trabalho livre e expandem a geografia da produção. Semeghini aponta o primeiro grande salto na produção de café entre os anos 1870 e 1886[1] confirmado com o quadro comparativo de Luís Saia entre Bananal e Campinas[2], e ao mesmo tempo em que intensificam e expandem a acumulação de capitais da produção cafeeira, fomentam a expansão urbana e industrial, incorporando a cidade aos interesses da reprodução diversificada do capital agrícola.

[1]SEMEGHINI, Ulysses Cidade- CAMPINAS (1860-1980) AGRICULTURA, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO, dissertação de mestrado Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1988
[2] SAIA, Luiz. A MORADA PAULISTA. Perspectiva, São Paulo, 1972

A Cia. Paulista, incorporada na década de 1860, constitui sociedade cujo objetivo não esta restrito à prestação de serviços, mas ao lucro, fosse ele indireto para os produtores de café, ou direto dos acionistas da própria empresa.

Os três primeiros almanaques de Campinas oferecem registro das ações e dos acionistas durante o nascimento da empresa.

ANO	AÇÕES	ACIONISTAS
1871	2.639	118
1872	5.109	154
1873	5.294	077

QUADRO 1 (NUMERO DE AÇÕES E ACIONISTAS POR ANO FONTE: Almanaque de Campinas, 1871,1872,1873.)

Este quadro revela no início número de acionistas proporcionalmente maior em relação ao número de ações. Depois da implantação o número inverte. Talvez decorra de investimentos maiores dos grandes produtores de café. Em 1871, o maior acionista era o Sr. Victorino Pinto Nunes, com 300 ações; em 1873, o Sr. José Egydio de Sousa Aranha, grande fazendeiro da região, com 513 ações. Ainda no almanaque de 1872, francamente favorável à ferrovia, há comentário no sentido de divulgar a companhia como um bom negócio aos investimentos:

"*O cálculo provável, senão certo, da renda líquida que terá a estrada, logo após de aberta ao tráfego, é o seguinte: 3:6000:000$000, e contando-se com 2.517.000 arrobas*

de diversos gêneros de exportação, e calculados os fretes pelas tarifas actualmente em vigor, na estrada de ferro Santos a Jundiahy, e também o menor número de viajantes, que devem percorrer a linha, haverá uma renda bruta de 664:000$000, dos quaes restam 392:000$000 para receita líquida anual, que corresponde a cerca de 11% do capital"[3].

A ferrovia nasce como organização capitalista, para atender as demandas da produção rural, repercutindo imediatamente na paisagem da cidade e no ambiente urbano, facilitando a imigração européia e a formação do mercado de trabalho livre.

A instalação do parque ferroviário ao lado da cidade junto com suas fundições, possibilita generalização do uso do ferro no ferramental agrícola e na construção civil. A fundição de Luis Faber é instalada em 1858, 10 anos antes da fundação da Cia. Paulista (1868), em seguida passa a trabalhar exclusivamente para esta ferrovia; mais tarde, a Cia. Mac-Hard também será apêndice da Cia. Mogiana, possuindo o mesmo presidente durante algum tempo (Barão de Ataliba Nogueira).

As ferrovias introduzem e disseminam no cenário urbano e rural a máquina a vapor como fonte de energia para a produção, desvinculando a instalação de unidades produtivas dos lugares restritos as fontes de energia hidráulica e eólica, já que o aproveitamento dessas fontes de energia é limitado à natureza de locais específicos.

"*Isto é, enquanto outras fontes de energia só permitiam o deslocamento de produto do trabalho, a máquina à vapor permitiu pela primeira vez o deslocamento do produto e da*

[3]ALMANAQUE de Campinas 1872

fonte de energia. Isto é, torna evidente a total dependência da produção aos interesses de mercado".[4]

Potencializando o comércio local reforçam a tendência de pólo regional, herdada do período da mineração como local de entroncamento de estradas e caminhos regionais. A Cia. Paulista segue em direção oeste até São João do Rio Claro, a Mogiana em direção noroeste, até Mogi-Mirim; a Sorocabana em direção ao velho quadrilátero do açúcar, posteriormente ainda surgem os ramais férreos da Funilense em direção de Barão de Geraldo, e Ramal férreo Campineiro, em direção ao Arraial dos Sousas e Joaquim Egídio.

Como a maneira mais simples de valorizar do solo urbano pelo capital é dotá-lo de infra-estrutura, principalmente se for de transporte, as ferrovias se incorporam na transformação do espaço urbano de interesse do capital, como empresas de serviços públicos, revelando união entre capital agrário e o poder público, ou apenas como infra-estrutura de transporte.

Surgem também outras empresas prestadoras de serviços públicos, como a Cia. Campineira de Iluminação a gás, 1872; a Cia. Carris de Ferro, bondes urbanos, 1879; a Cia. Telefônica, 1884; a Cia. de Águas e Esgotos, 1887; o Banco de Campinas, 1872; a Cia. Tecelagem Carioba, 1875; a Cia. de Estrada de Ferro Funilense, 1890; a Cia. Industrial Campineira; a Cia. Avicultura; a Cia. Pastoril Campineira; a Cia. Construtora Campineira; a Cia. Mac-Hard, 1875; a Cia. Arens, 1876; e a Cia. Lidgerwood, 1868.

[4]KATINSKY, Júlio Roberto- A MÁQUINA E AS CIDADES, in Invenção da Máquina a Vapor, FAU-USP, São Paulo, 1976.

Mapa de Campinas 1878. Fonte original do Museu da Cidade

As ferrovias introduzem a estação, construção nova, não identificada com nenhum elemento tradicional do núcleo original ou da cidade imperial. Construção que parece ter enfrentado problemas de localização e de identidade arquitetônica desde o início de sua implantação O mapa de 1878 revela a implantação da estação e o assentamento do leito férreo nos limites da cidade. Tudo indica que esta implantação procura evitar a interferência do traçado do leito, instalação dos pátios e edifícios, no reticulado das ruas e quadras. Inicialmente isola o conjunto ferroviário do centro da cidade, provavelmente pela funcionalidade, pois o lugar é foco de convergência e dispersão de pessoas e mercadorias, é muita circulação agressiva a pacata e disciplinada da estrutura espacial do império.

Como separar o fluxo de pessoas e de mercadorias num mesmo espaço, e como articular o traçado do leito a rigidez dos quarteirões retangulares são problemas de urbanismo ligados a outro modelo de cidade, inadequado a cidade imperial. Primeiro é resolvido com a construção de galpões e com a ampliação do pátio ferroviário, e o

segundo com a tentativa de relacionar a implantação da estação ao eixo da Matriz Nova[5].

Porém, há limitações próprias nesse desenho, seu traçado precisa seguir o alinhamento dos trilhos, obrigando a implantação do edifício em diagonal ao eixo e ao reticulado, deixando o espaço fronteiriço sem solução de projeto para praça necessária ao arranjo urbanístico final. Assim, a praça surgiu como resultado da evolução dos quarteirões próximos à estação, e não como espaço projetado para sua implantação.

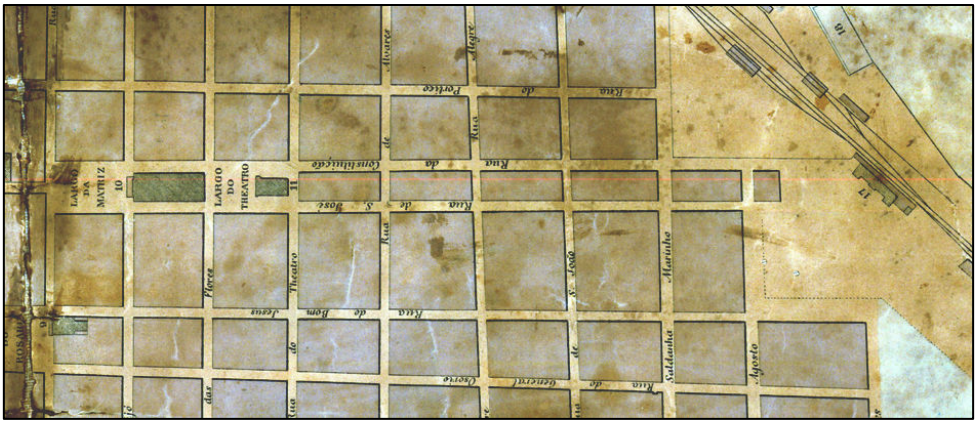
LARGO DA MATRIZ
LARGO DO THEATRO
Rua da Constituição
Rua de S. José
Rua de Bom Jesus
Rua de Portugal
Rua de Portugal
Rua de Alegre
Rua de Alegre
Rua de Theatro
Rua de Theatro
Rua de Marinha
Rua de Soldadinho
Rua de Agosto
Rua de Alegre
Rua de Alegre
Rua de Alegre

Detalhe da praça em frente a estação. Mapa 1878 (original do Museu da Cidade)

As ferrovias seus edifícios, leitos e pátios anunciam para cidade imperial do café os novos valores do desenho urbano fundado na estética do pinturesco e no urbanismo higienista e a “cidade operária com jardins”. Seu traçado separa e evidencia os espaços da cidade do final do século XIX e início do XX.

Se o mapa de 1878 já anuncia essas transformações, em 1900 após as epidemias de febre amarela, libertação dos escravos e proclamação da República se consolida as transformações anunciadas. O edifício residencial entendido como volume solto, afastado dos lotes e recuado da rua e permeado com jardins, bairros arborizados e com traçado sinuoso, bairros operários e populares isolados do centro da cidade e das áreas de valorização imobiliária, drenagem das áreas de inundação e avenida (bulevares) de contorno ao velho centro.

O mapa de 1900 apresenta a intenção do lotador da região do Guanabara em construir um bosque ao estilo Inglês do outro lado do pátio da Cia. Mogiana, isto só foi possível após as obras de drenagem e saneamento do Córrego Serafim (canal do saneamento) sobre as terras do Barão de Itapura.

Mapa de Campinas 1900. Fonte Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

O mapa também mostra como o traçado da Cia. Paulista e o grande pátio da estação isolam os barros operários da Vila Industrial, as oficinas e indústria, o matadouro, os curtumes e hospitais de lazareto, como se seguissem os princípios urbanísticos contidos nos textos urbanísticos de Pierre Patte[6].

[6] **PATTE**, Pierre. **"Considerações sobre a organização inadequada das cidades e sobre os meios de corrigir os inconvenientes aos quais elas estão sujeitas"** , tradução Ivone Salgado, Cadernos de pesquisa do LAP, FAUUSP, número 38, 2003.

SOBREVIVER É PRECISO: POBREZA E ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA EM UMA CIDADE DE FRONTEIRA

Luiz Eduardo Catta

Foz do Iguaçu tornou-se o epicentro de uma transformação avassaladora na região oeste do Paraná e nos países vizinhos, entre os anos de 1970 e 1990. A desordem se estabeleceu para proporcionar uma nova ordem implementada pelos projetos de modernidade emanados do governo brasileiro, como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a criação de um frenético comércio de importação-exportação na fronteira e o incremento da atividade turística. Essa nova ordem escondia uma desordem que era percebida por todos no cotidiano da cidade, e que, apesar de negada pelas autoridades, preocupava sobremaneira as camadas dominantes que viam nela um prenúncio de dias bastante tormentosos. E quem proporcionava aquela desordem, aos olhos do poder público e daqueles que o apoiava, eram os segmentos empobrecidos, os trabalhadores desempregados, aqueles que viviam de expedientes fortuitos e ocasionais pelas ruas da cidade.

É importante ressaltar que Foz do Iguaçu não representava um caso isolado quando se tratava de desigualdades sociais. Apesar de possuir características bastante peculiares, como sua localização distante dos grandes centros do país, e a proximidade com dois outros países sul-americanos (Paraguai e Argentina), e a própria composição de sua população, Foz do Iguaçu era também um reflexo do quadro mais amplo da sociedade brasileira e das políticas sócio-econômicas implantadas pelo governo federal naquele período.

Existia, entretanto, uma outra Foz do Iguaçu, que não era percebida pelos milhares de turistas que para lá afluíam diariamente. Uma cidade com uma enorme população vivendo nos interstícios ou nas periferias daquela sociedade, que não podia ser ignorada pelas autoridades, sendo alvo de inúmeras medidas para ocultá-la, para não provocar um choque aos olhos dos visitantes de todo o mundo que por ali circulavam. Muitos dos moradores da cidade, principalmente aqueles que estavam mais interessados em expandir seus negócios e ampliar seus lucros, fecharam os olhos para uma nova realidade que ali foi se constituindo, de maneira muito cruel.

E, o processo de transformações incidiam diretamente no espaço urbano de Foz do Iguaçu. Como salientaram alguns historiadores preocupados com o estudo das cidades, é possível apreendê-las em muitos e variados níveis,[1] ou dimensões, o que nos permite fazer inúmeras leituras sobre ela. Seja tomando como perspectiva sua transformação contínua sob a ação dos agentes que a compõe, proporcionando-lhe uma dinâmica de difícil acompanhamento no estudo de seu cotidiano, seja nas permanências observáveis ao longo de sua história, que, por outro lado, nos permite adentrar em seu âmago e problematizá-la de acordo com o interesse específico de nosso objeto de estudo.[2]

Portanto aí se dá o embate, a luta entre classes, com anseios opostos, percebidos mais claramente quando nos detemos nos objetivos que as move. Às vezes motivos aparentemente sem muita relevância aos olhos dos setores dominantes, mas que não deixam de ser um reflexo de uma necessidade mais forte, num meio nem sempre favorável às práticas dos segmentos mais empobrecidos, que pode ser tomado como um laboratório para novas experiências fundamentais à sobrevivência.[3]

Para a realidade de Foz do Iguaçu, que não era diferente da maioria das outras cidades brasileiras, apesar das diversas abordagens sobre os segmentos excluídos ou marginalizados da sociedade, tomamos como referência o que os cientistas sociais chamam de pobreza absoluta, gerada pela falta de renda para

atender às necessidades mínimas de sobrevivência do cidadão, agravada, ainda, pela falta de perspectiva de acesso aos bens de consumo coletivo, como saneamento, saúde, educação e lazer. Situação esta que foi se ampliando e se agudizando na medida em que o projeto neoliberal também se consolidava no país.[4]

E, em Foz do Iguaçu, tal situação começou a se agravar a partir do momento em que um número expressivo de pessoas passou a acorrer à cidade seja para atuar no comércio de fronteira, seja para tentar emprego em Itaipu, o que fez com que ocorresse um rápido desenvolvimento das áreas centrais da cidade, obrigando a administração pública, de forma caótica, a dar conta não apenas daqueles que lá se estabeleceram de forma mais prolongada, mas também daqueles que ali se fixavam temporariamente, buscando alguma alternativa de trabalho, pois aumentava continuamente o desemprego em outras partes do país.

Na mesma direção e em função daquela conjuntura imposta à cidade, é preciso termos claro que tentar estabelecer o momento em que surge uma população pobre em Foz do Iguaçu é uma tarefa não muito simples, visto que as regiões de fronteira, como é o caso da localização daquela cidade, permitem o trânsito contínuo de pessoas de um lado para o outro, ao sabor de suas necessidades momentâneas ou conjunturais. Mas é bastante claro que ao longo dos anos 80 e 90 um número cada vez maior de pessoas despossuídas do mínimo para se alimentar, sem emprego, sem moradia ou vivendo em favelas, enfim, em estado crônico de pobreza, terá maior visibilidade no cenário de Foz do Iguaçu.

É importante frisar que ao longo da história da cidade, sempre existiu um segmento social percebido como pobre, pois aqueles que dele faziam parte ganhavam muito pouco em relação àqueles que possuíam terras, ou que tinham um comércio, ou que faziam contrabando de madeira ou erva-mate, e mesmo em relação aos funcionários públicos e militares. Podiam, nesse sentido, ser considerados pobres, ou percebidos como tal pela população com maiores recursos e mesmo pelo seu próprio segmento social, cujas referências sociais partiam do modelo imposto pela camada dominante.[5]

Justamente por enfrentarem dificuldades econômicas sérias e contínuas, alimentando-se e morando precariamente, passando por todos os tipos de privações, mas sempre em busca de trabalhos, mesmo que esporádicos, incluindo nessa tarefa, na maioria das vezes, toda a família, eram tidos na sociedade como “gente de bem”. Evitando o confronto com as elites econômicas da cidade, e não praticando atividades ilegais, eram percebidos como “pobres, mas honestos”.

O seu oposto era representado por aqueles que enveredaram pelo mundo da criminalidade atuando no narcotráfico, no contrabando, no roubo de automóveis, mesmo que essas atividades fossem percebidas pelos praticantes como uma alternativa de sobrevivência muito comum nas áreas de fronteira, e que atendessem muitas vezes aos interesses momentâneos de parcela dos setores mais influentes da sociedade local. Esses eram percebidos como “pobres e perigosos”.

O aspecto tumultuado, caótico mesmo, em que se encontrava a cidade no início dos anos 90 dava fortes razões para que o poder público se alarmasse, capturando o coro de descontentamento dos setores dominantes da sociedade. A passos rápidos a Usina Hidrelétrica de Itaipu se encaminhava para a inauguração de suas turbinas, fato este que tinha alguns significados importantes para a região de fronteira: a etapa final de montagem das turbinas colocaria em plena operação a maior hidrelétrica do mundo em 1992, o que levaria a empresa binacional a dispensar trabalhadores que não seriam mais necessários a partir de então. Além disso, a empresa não acenava com a possibilidade de recrutar novos empregados, naquele que era o maior empreendimento da região e o que mais absorvia mão-de-obra nas duas últimas décadas, limitando ainda mais as possibilidades de se conseguir um

emprego. Por fim, com o incremento do número de desempregados de Itaipu, outros setores da economia local, que dependiam daqueles consumidores reconhecidamente com bom poder aquisitivo, iriam se deparar com uma nova realidade que não estavam acostumados.

Assim, tornou-se Impossível dar conta da infinidade de expedientes que passaram a ser exercidos pela população pobre de Foz do Iguaçu naquele período. Viver de várias ocupações ao mesmo tempo, permitia a ela não ficar estagnada, ociosa em um mundo frenético, sem ter o que oferecer à família no dia-a-dia. Permitia, igualmente, não ter que enfrentar a descriminação, a desqualificação da sociedade por estar desempregado, o que por si só já era um peso e tanto.

Eder Sader, em sua pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores pobres na Grande São Paulo,[6] cita um texto mimeografado com o título "Uma Experiência Junto ao Proletariado", assinado por P. Torres,[7] que falava além das condições de trabalho nas fábricas, sobre o significado do desemprego e como ele atingia a própria identidade do trabalhador honesto:

> "O desempregado fica totalmente desvinculado de seu meio. Se sente desmoralizado diante da família (ele, o homem da casa, sem condições de fazer nada), diante dos vizinhos (não trabalha, meio vagabundo) e diante da sociedade (um pária, inútil). Nas conversas se pode sentir isto, e alguns preferem ficar gastando os últimos cruzeiros em bares do que voltar para casa e sofrer a pressão da família".[8]

Importante ressaltar que muitos desses desempregados em Foz do Iguaçu eram ex-agricultores, que sempre tiveram suas vidas preenchidas pelo trabalho diário no campo, vivendo daquilo que produziam. E que, portanto, nessa nova situação se sentiam envergonhados perante a sociedade por não conseguir um emprego qualquer que lhes permitisse dar o sustento da família. A reflexão de Eder Sader sobre a desmoralização do desempregado frente à sociedade também é muito apropriada:

> "Sente-se aí como a desmoralização sofrida está ligada a uma ferida produzida no âmago de uma identidade construída do ´trabalhador honesto e responsável´, que assegura o sustento da família e tem seu lugar na sociedade. O trabalhador desempregado sente-se em culpa pelo desemprego".[9]

Também muitos ex-trabalhadores de Itaipu ou das empreiteiras que trabalharam nas obras, e mesmo outros profissionais que chegaram a ter vínculo empregatício em empresas da região, sentiam-se impotentes e humilhados frente ao desemprego crônico, fruto de um mercado em constante recessão. Esse foi o caso enfrentado por seu Lázaro da Silva, morador do bairro de Três Lagoas, que após ter trabalhado nas obras de construção civil da Itaipu, tinha que recorrer a diversos expedientes para sustentar a família. Fazia trabalhos como pedreiro, atuava como juiz de futebol da Liga Amadora de Futebol Foz do Iguaçu, e prestava serviços à comunidade em nome da prefeitura, em poder do PMDB, o que lhe abria inúmeras portas importantes para sobreviver cotidianamente.[10] Como ele, milhares de outros homens, mulheres e crianças tinham que se desdobrar em atividades muito diversas para conseguir o sustento diário.

Como reflexo imediato de ser pobre naquela cidade, vamos perceber que as especificidades anteriormente mostradas incidiam de forma marcante nas práticas

cotidianas da população, uma vez que as poucas oportunidades de trabalho formal que surgiam eram disputadas acirradamente por homens e mulheres, geralmente sem a qualificação exigida pelos empregadores. E, mesmo o mercado informal de trabalho inflacionado se apresentava com muitas incertezas para o trabalhador pobre, pois exigia sua inserção num espaço conflituoso, competitivo, e, antes de tudo, ilegal, onde o individualismo e a violência asseguravam a conquista e a permanência em um determinado espaço nas ruas, o que se constituía no ganha-pão diário de centenas de pessoas.

A briga pela sobrevivência colocava em conflito trabalhadores pobres e desempregados, e, de maneira muito peculiar em Foz do Iguaçu, brasileiros pobres contra estrangeiros pobres, disputando violentamente os resíduos do mercado de trabalho. Um número de pessoas que aumentava consideravelmente a cada dia, vivendo em condições difíceis, todos com a única finalidade de alcançar uma ocupação que pudesse lhes render o mínimo para comer ou abastecer a família. .A situação experimentada por diversas cidades que tiveram um rápido crescimento, trazendo em seu bojo um grande número de imigrantes que vão disputar cada fatia de um mercado de trabalho restrito, foi muito bem analisado por Maria Inês Machado Borges Pinto quando se referia à população pobre de São Paulo durante o processo de crescimento proporcionado pela economia cafeeira, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX:

> "Os entraves estruturais da economia à acomodação do homem pobre no processo produtivo, o rápido crescimento demográfico de uma população pobre, desempregada, trazida pela corrente imigratória, e a freqüência das flutuações cíclicas de suas atividades, geraram o crescimento vegetativo de uma massa desenraizada, vivendo numa situação ambígua de participação-exclusão, cujas possibilidades de se integrar nas profissões lucrativas estáveis eram reduzidíssimas, estando condenada ao semi-emprego crônico".[11]

A descrição acima, em nada diferia da situação vivida pela população pobre de Foz do Iguaçu, no período entre o início da construção de Itaipu e os primórdios da década de 90. Como vimos nos capítulos anteriores, a situação de precariedade vivida por aquele segmento social, sem alimentação, sem moradia ou vivendo em espaços altamente degradados, com um elevado número de crianças enfermas ou morrendo pelas más condições de higiene, acrescido das mortes de adultos pela violência do dia-a-dia, constituíam-se num cenário angustiante para aqueles que viviam aquela realidade.

Assim, falar sobre as formas adotadas pela população pobre para burlar as agruras e as dificuldades do dia-a-dia naquela região de fronteira, nos leva, à primeira vista, pensar numa série de atividades ligadas à informalidade, principalmente o comércio ambulante, ao contrabando e à criminalidade. Entretanto, a gama de atividades desempenhadas pelos moradores pobres de Foz do Iguaçu para sobreviver, abria-se num leque de opções, que os envolvia com maior ou menor intensidade, dependendo das oscilações da economia, de suas necessidades imediatas, e mesmo dos programas desenvolvidos pelo poder público, no sentido de ordenar, disciplinar a atuação no mercado informal. Recorremos uma vez mais a Maria Inês Machado Borges Pinto para salientar as dificuldades em se classificar tais atividades informais no cotidiano da população pobre de Foz do Iguaçu:

> "(...) observa-se a predominância acentuada e proliferação das pequenas ocupações autônomas e do trabalho informal, setores incluídos na chamada economia invisível, oculta, subterrânea, submersa, informal, paralela, não oficial; são tantos os seus nomes quanto as dificuldades para

> dimensioná-la. Isto ocorre porque a maioria desta pequenas ocupações independentes e trabalhos ocasionais que vigoravam tanto nos tempos de euforia e expansão como de estagnação da economia, quase não são mencionadas nas classificações mais formais, referentes ao tipo de profissões (..)".[12]

Ao buscarmos fazer emergir as atividades principais a que se dedicava o segmento mais empobrecido da sociedade, sem o intuito, no entanto, de nos aprofundarmos nas especificidades e dinâmicas das mesmas no conjunto do mercado de trabalho da cidade, nos deparamos com a incursão de trabalhadores em ramos de atuação que vão da legalidade à ilegalidade, muitas vezes atuando em ambos para poder enfrentar a dura situação em que estavam mergulhados.

Não conseguindo, entretanto, extinguir os "bolsões e miséria", que insistiam não só em permanecer nas áreas centrais, mas a brotar como cogumelos nos anos seguintes, as autoridades municipais e as camadas dominantes passaram a se utilizar com maior freqüência dos expedientes mais corriqueiros encontrados naquilo que Michel Foucault chamou de "sociedades disciplinares".[13] Ou seja, atendendo as expectativas dos segmentos política e economicamente dominantes da cidade, que viam naquele caos social uma ameaça à ordem estabelecida, e, portanto, reais perspectivas de ameaça a manutenção de seu poder, as autoridades queriam a todo custo higienizar a cidade, combinando, como sempre, um rígido controle e repressão à população pobre com sua expulsão das ruas e favelas da cidade.

Vale, nesse sentido, reforçar que em meio àquele "caldeirão" em ebulição, a sociedade civil via sob dois ângulos, distintos mas complementares, as maneiras como lidar com os pobres, adultos ou menores de idade, de Foz do Iguaçu. De um lado, fruto do "espírito cristão", existia a perspectiva filantrópica, baseada no tradicional assistencialismo, que, como bem lembrou Caio Boschi, servia para tirar um peso da consciência da sociedade.[14] Nesse sentido, manifestavam-se setores da Igreja Católica e outras instituições religiosas, os clubes de serviços, como Rotary e Lions, além de algumas entidades beneficentes.

Ao mesmo tempo em que tal perspectiva era colocada em prática com dificuldade, a sociedade, sob outro ângulo, exigia firmeza por parte dos órgãos de segurança, de repressão e controle, no combate àqueles homens, mulheres e crianças que viviam mendigando pelas ruas, ocupando os espaços do comércio e serviços para a população abastada, ou cometendo roubos, furtos, e mesmo contribuindo de maneira negativa para a estética da cidade, uma vez que viviam andrajosos e em lugares promíscuos e imundos.

De maneira geral percebemos que as autoridades locais e os órgãos de repressão no cotidiano da fronteira, não conseguiram dar conta da tarefa de extinguir o espetáculo da pobreza encenado nas ruas da cidade por aqueles que não foram integrados nem durante nem depois do projeto de "Brasil Grande". Ou seja, frente àquela multidão, composta de trabalhadores informais, sem carteira assinada, desempregados em busca de ocupação que pudesse render o mínimo para sua sobrevivência, gente que vivia do comércio formiga buscando ou levando produtos de um lado para o outro da fronteira, gente que chegava diariamente à cidade a fim de conseguir produtos para serem comercializados nos grandes centros, a solução encontrada pelas autoridades foi a repressão a todo e qualquer cidadão desde que parecesse pobre e, portanto, supostamente perigoso, estratégia esta amplamente utilizada pelos órgãos de repressão no país, como bem mostrou Sidney Chalhoub, desde a *bélle époque*:

> "Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo malfeitor em potencial teve enormes conseqüências para a história subseqüente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que tôo o cidadão é suspeito de alguma coisa, até prova em contrário e, lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos de outros".[15]

Portanto, discutir a maneira como o poder público e as camadas dominantes lidaram com a população pobre de Foz do Iguaçu, é de fundamental importância para se perceber os embates travados naquela sociedade nos confins do oeste brasileiro.

NOTAS

1- Bresciani, Maria Stella Martins. *Permanência e ruptura no estudo das cidades. As sete portas de Tebas. Campinas, SP, 1990, xerox;* Pesavento, Sandra Jatahy. *A cidade maldita.* (Sem Referência).
2- Nesse sentido são referenciais pra discutirmos essas questões as obras: Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.; Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991 e *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991; Pechman, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002; Sevcenko, Nicolau. As muralhas invisíveis da Babilônia moderna. *Oculum*, Campinas, SP, nº 01, 1984; Pesavento, Sandra Jatahy. *Op. Cit.*.; Bresciani, Maria Stella Martins. *Op. Cit*.
3- Teorizando sobre esses embates que ocorrem no cotidiano ver Kosik, Karel. *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; Heller, Agnes. *O cotidiano e a História.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Para o caso dos enfrentamentos e solidariedades no cotidiano das camadas populares no espaço urbano, ver Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
4- Mendonça, Eduardo Luiz de. *A pobreza no Brasil*: medidas e sentidos. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
5- Para uma discussão sobre a percepção do "ser pobre", Luís Miguel Duarte faz um breve estudo sobre a questão da marginalidade, tomando como base a obra de Jacques Le Goff, onde levanta questões teóricas importantes sobre a categoria pobreza. Cf. Duarte, Luís Miguel. De que falamos nós quando falamos de marginais*:* Portugal na Baixa idade Média. *Revista de Ciências Históricas.* Porto: Universidade Portucalense, 1995.
6- Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
7- P. Torres era o codinome de um metalúrgico militante da Ação Popular, e que atuava no trabalho de conscientização dos trabalhadores do ABC paulista, região que concentra o maior parque industrial do Estado de São Paulo.
8- Carta assinada por P. Torres, em Sader, Eder. *Op. cit*.. p. 70.
9- Sader, Eder O*p. cit*.. p. 70.
10- Seu Lázaro da Silva trabalhou algum tempo na construção da casa do autor, dando depoimentos sobre sua vida na cidade e suas estratégias para manter-se e à sua família de forma digna.
11- Pinto, Maria Inês Machado Borges*. Cotidiano e sobrevivência:* a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: USP, 1984, 303 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1984. p. 105-106.
12- *Idem*. p. 101.
13- Foucault, Michel. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis, Rj: Ed. Vozes, 1991.
14- Boschi, Caio. As misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais setecentistas. In: *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense, 1996.
15- Chalhoub, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23.

RAÇA OU CLASSE?
EDISON CARNEIRO: UM INTELECTUAL COMUNISTA EM BUSCA DAS ORIGENS AFRICANAS DO PROLETARIADO BRASILEIRO.

Luiz Elias Sanches
Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ

Normalmente identificado como "folclorista" Edison Carneiro, na verdade, não pode ser encaixado na concepção que, em geral, acompanha essa denominação em nossos dias. Ele foi um intelectual que dedicou seus esforços ao estudo do folclore, sim, mas pesquisou e estudou as manifestações culturais de origem popular, tentando compreendê-las dentro do contexto social mais amplo, como suporte de uma certa sociabilidade**,** e não como fenômenos pitorescos e isolados.

Edison carneiro participou, junto com Jorge Amado, João Cordeiro, Clóvis Amorim, Dias da Costa, Sosígenes Costa e Alves Ribeiro, entre outros, do movimento de renovação cultural batizado de *Academia dos Rebeldes*. Seu interesse pelos temas relacionados aos cultos populares de origem africana, e em geral, pelo folclore e pela cultura popular, data do início dos anos de 1930, e pode ser compreendido como parte de um processo de radicalização política da aproximação do modernismo com as manifestações culturais populares.

Edison Carneiro foi um dedicado militante da cultura afro-brasileira. Participou do encontro do samba, em 1962 e foi o redator da carta do samba; já tinha, em 1951 redigido a carta do folclore brasileiro. Entre outras coisas, foi um dos articuladores da fundação, em 1937, da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia e foi o organizador do Congresso: *O Negro no Brasil*.

Esta sua militância (na cultura negra e no movimento comunista), remete-nos às características necessárias ao "novo intelectual", de acordo com a definição de Gramsci, para quem

> "O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloqüência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, 'persuasor permanente', já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece 'especialista' e não se torna 'dirigente' (especialista + político)." (2001b: 53) [1]

Aliás, para a compreensão do papel desempenhado por Edison Carneiro, é importante o conceito de intelectual orgânico, entendido como, nas palavras de Gramsci, membro de uma camada de intelectuais, nascida de um grupo social específico, e que fornece ao seu grupo social "homogeneidade e consciência da própria função" (obra citada: 15).

O papel de Edison Carneiro pode ser interpretado à luz do conceito de intelectual orgânico não apenas por sua produção intelectual, digamos, individual, mas principalmente por sua militância partidária.

O partido político, ainda nas palavras de Gramsci, para alguns grupos sociais é "o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos... dadas as caraterísticas gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva;" (obra citada: 24).

O momento em que desponta o interesse de Edison Carneiro pelos temas relacionados ao negro brasileiro é o mesmo em que, após um forte movimento de estímulo à entrada de imigrantes europeus no Brasil para substituir o trabalho escravo, começa a ocorrer uma maior absorção da mão de obra dos negros nas atividades econômicas urbanas. É um período em que há uma aceleração da industrialização e da urbanização em nosso país, que necessita ampliar seu proletariado urbano, mas é também o início de um novo modelo político, que inaugura uma nova relação com "os de baixo", relação que implica na formação

de um proletariado urbano nacional, gradativamente reduzindo a entrada do trabalhador europeu.

A este propósito, é interessante nos remetermos ao segundo capítulo de "Ladinos e crioulos": *Os trabalhadores da escravidão*. O capítulo começa listando as diferentes categorias de escravos: negro de campo, negro de ofício, negro doméstico, negro de aluguel e negro de ganho. Carneiro busca identificar nos escravos de ofício, especializados, aqueles que para ele, se constituem em um *escalão superior da massa escrava*. No fim conclui: "A escravidão proporcionou a cada qual dêsses tipos de trabalhadores, oportunidades diversas de ascensão social, ao tempo em que preparava a massa inicial de que — como o demonstram os dados do recenseamento de 1872 — se forjaria, no futuro, o proletariado nacional.[2]

A perspectiva deste trabalho é a de que Edison carneiro — intelectual vinculado aos comunistas — não estudava a cultura negra por mero diletantismo. Gramsci, na Introdução ao Estudo da Filosofia, nos *Cadernos*,[3] fala na necessidade e na possibilidade de se encontrar e valorizar os elementos progressistas no amálgama que é o senso comum, a "sabedoria popular". Uma hipótese deste trabalho é que a preocupação fundamental de Edison carneiro era a de, a partir da *sabedoria popular* , da cultura negra, identificar os elementos mais avançados de uma visão de mundo própria daquela parcela excluída da sociedade que estava, cada vez mais, constituindo o operariado brasileiro. Dessa forma podemos interpretar sua análise da cultura Nagô — para ele mais avançada — como pólo de atração e superação das outras culturas negras, especialmente a dos negros Bantos.

O contexto em que se dá o surgimento do interesse de Edison Carneiro pelas questões que estarão presentes durante toda a sua vida intelectual, sugere a hipótese de que o que ele buscava, na verdade, era o conjunto dos traços culturais que pudessem cimentar valores identitários daqueles que, cada vez mais, compunham o proletariado brasileiro: os negros.

A obra de Edison Carneiro deve ser compreendida em sua complexidade contraditória, dentro do contexto em que foi produzida. Nosso autor, durante boa parte de sua vida, foi um intelectual vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. No entanto, sua produção intelectual

não era incorporada nas discussões partidárias. O mesmo fenômeno pode ser notado em relação a outros intelectuais "marginais" dentro do partido, como Caio Prado júnior e Leôncio Basbaum. Porém, diferente daqueles autores, Edison Carneiro recebeu um tratamento mais tolerante de seu partido e, durante um longo período teve seus textos acolhidos pelas publicações comunistas. Essa tolerância, muito provavelmente, se deve ao fato de que nosso autor não se confrontava com o PCB nas questões de estratégia e tática política, como seus dois famosos correligionários.

Porém, a relação do partido com sua obra não passava da tolerância. Da mesma forma que os outros dois aurores citados, suas obras não constavam dos programas de estudos para formação de quadros do partido e não exerceram papel relevante na formulação da política partidária. Qual a causa desse ostracismo partidário de nosso personagem?

Parece que ocorreu com Edison Carneiro o mesmo que com Mariategui, que ao procurar estudar o lugar específico da etnia indígena nas relações sociais no Peru deu uma contribuição originalíssima ao marxismo, mas exatamente pela originalidade, não foi compreendida pelos marxistas de seu tempo. Tudo indica que nosso autor não conseguiu romper a postura indiferente do partido em relação à discussão étnica.

O próprio Edison Carneiro foi, mais de uma vez, porta-voz daquela postura. Isso ocorreu, por exemplo, na mesa-redonda promovida em 1968 pela Editora Cadernos Brasileiros, por ocasião dos oitenta anos da abolição, onde nosso autor-personagem defendeu a idéia de que a organização de movimentos exclusivamente de negros era uma cópia de modelos dos Estados Unidos, onde a relação do negro com o restante da sociedade, tradicionalmente segregacionista, era extremamente diferente da que ocorria no Brasil. Afirma em seguida que havia uma tendência ao crescimento do racismo no Brasil, na medida em que o negro vinha ocupando espaços até então reservados aos brancos. Era preciso estar preparados para o previsível crescimento do racismo. Mas como?

> "Não creio que esta preparação se deva fazer no sentido de falarmos do negro e criarmos organizações do negro, etc... Porque isso vai constituir mais um fator de

> preconceito, mais um fator de conflito do que outra coisa. Pelo contrário, na medida em que o negro for um elemento do povo brasileiro, na medida em que o negro lutar ombro a ombro com o povo brasileiro, como povo brasileiro, contra as injustiças, contra as safadezas, contra as distorções da vida civilizada, tanto mais há a possibilidade de se combater esses preconceitos."[4]

Essa posição de Carneiro rendeu-lhe, nesse debate, uma acalorada polêmica com Abdias do Nascimento, que acusou-o, entre outras coisas, de conformista e de defensor da "branqueficação" do negro. Ela é um desdobramento da idéia de que o motor da história é a luta de classes e, diante desse fator determinante, as demais questões — étnicas, de gênero, culturais, deixam de ser importantes.

No entanto, apesar dessa profissão de fé comunista, a prática do dia a dia de suas pesquisas empíricas, acaba por relativizar aquele ponto de vista. Na verdade, o que Edison carneiro fez durante a maior parte de sua vida intelectual foi falar do negro, de sua cultura, de suas tradições, de sua religiosidade, de sua vida.

Os grupos étnicos são coletividades de pessoas que participam de alguns padrões de comportamento normativo e fazem parte de uma população maior, interagindo com pessoas de outras coletividades dentro de um sistema social global. Mais do que isso, não apenas têm características diferentes, mas também ocupam posições diferentes na sociedade. As diferenças étnicas (sejam elas rotuladas de culturais, nacionais, raciais ou outras) são manipuladas no sentido de organizar as relações sociais. O que é chamado de étnico, no nível da manipulação, serve como símbolo para justificar outras diferenças sociais. Edison Carneiro, apesar de seu ponto de vista expresso, exclusivamente "classista" — na concepção pecebista de então — intuiu o vínculo entre capitalismo e diferenças raciais.

Todo o seu trabalho aponta no sentido de, através da valorização da origem negra da cultura brasileira e do combate ao racismo, valorizar o negro, ao qual a sociedade reserva um lugar subordinado. Esta seria uma forma de superar os obstáculos impostos pelas

diferenciações nacionais e étnicas à construção de uma identidade mais unitária da classe trabalhadora

Para manter a posição de subordinação do povo brasileiro, mestiço, uma das estratégias utilizadas foi a de negar suas identidades, dificultando, dessa forma, a criação de laços de solidariedade, apostando na divisão. Para isso, recorreu-se à desvalorização dos diferentes elementos da cultura de origem africana, especialmente as religiões afro-brasileiras. Esse recurso, que Bourdieu chama de "violência simbólica" consiste em justificar a dominação aos olhos dos próprios dominados convencendo-os da superioridade cultural dos dominadores, através da depreciação da cultura dos "de baixo". Assim, a única forma de ascender na escala civilizacional seria abrir mão de sua cultura e adotar plenamente a dos dominadores, incluindo aí sua visão de mundo e de sociedade e, consequentemente, de hierarquia social.

Em seu livro "Negociação e Conflito", Reis e Silva demonstram como era estratégico para as classes dominantes, a manutenção das divisões entre os setores subalternos. As especificidades das condições particulares de Pretos, crioulos, ladinos, libertos, mulatos e brancos pobres eram manipuladas com o objetivo de evitar a identidade comum dos explorados. Manter a separação entre aqueles diferentes segmentos era vital. Isso explica o espanto com que o Juiz Antônio Guimarães, na década de 1820, denuncia a liberalidade do Juiz de Paz da freguesia do Engenho Velho, que permitia a realização de festas, nas quais compareciam "pessoas de várias cores." A segregação era peça fundamental da dominação, tanto no império, quanto na época em que Edison Carneiro produzia sua obra. Ele percebeu que combater a segregação era, portanto, fundamental para quem quisesse lutar contra a dominação de classe.

Como a discussão proposta pelo nosso autor pressupõe uma relação de subordinação, que se expressa na cultura, sua obra permite pensarmos sobre as formas em que essa dominação se efetua. Um conceito útil para isso é o de hegemonia, proposto por Gramsci, isto é, entendida como um dos componentes da dominação de classes, sob a forma de persuasão, normalmente indireta, que se articula com outros componentes, em

especial o uso da força. Outro aspecto importante é que, na teoria gramsciana, a hegemonia é entendida como objeto de disputa entre as classes fundamentais da sociedade.

Assim, vemos que, na prática, Edison carneiro percebe a importância do folclore, "experiência humana organizada em cultura", dentro do sistema de dominação de classes, e isso apesar de expressar verbalmente uma posição, em relação à questão do negro, eminentemente "classista". Não é à toa que, intelectual comunista, dedica sua vida ao estudo da cultura negra em suas diferentes formas de manifestação.

Notas

[1] Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In Cadernos do Cárcere vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[2] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

[3] Volume 1, São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

[4] Vários, *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968.

QUANDO OS "NATIVOS" E OS "HAOLES" SE ENCONTRAM...

Luiz Felipe Falcão• - UDESC

As transformações que levam eventualmente ao crescimento de uma cidade, quer provocadas por um surto de dinamismo econômico, quer vinculadas aos benefícios em termos de melhores opções de vida que ela promete oferecer, tendem a apresentar com o passar do tempo um conjunto de tensões e conflitos socioculturais na medida em que elas aproximam e colocam em contato estreito populações criadas em diferentes tradições, costumes e referenciais culturais em geral. Em outras palavras, os moradores nascidos ou já habituados a um determinado lugar tendem a sentir e a representar os moradores novos como forasteiros que buscam, nem sempre com os cuidados e a habilidade que deles esperam, um espaço econômico, político e cultural que muitas vezes se afigura como desrespeitoso e agressivo aos usos do local em que pretendem se estabelecer. E, por sua vez, os novos moradores tendem a sentir e a representar os moradores antigos como uma sociedade fechada, em certos aspectos até mesmo egoísta, que não se dispõem com facilidade a recebê-los e a dividir com eles os espaços existentes e muito menos a admitir uma presença ostensiva de outras referencias culturais sem externar hostilidades em gradações variadas.[i]

Estas circunstâncias, decerto bastante genéricas e que podem ser observadas num grande número de cidades, no Brasil e em outras partes do mundo, produzem situações fronteiriças saturadas de aceitações e de rejeições, de tal sorte que configuram um processo complexo e contraditório no qual acontecem acolhimentos, recusas, permutas e transferências mútuas e simultâneas nas quais práticas e signos são continuamente modificados, perdendo qualquer sentido de

"pureza original", ainda quando tais mudanças são negadas por indivíduos ou grupos que se consideram encarregados de preservar o que julgam serem as relações adequadas de sociabilidade ou as verdadeiras e legítimas heranças dos antepassados. E isto, em nosso mundo contemporâneo, é ainda mais potencializado pelas influências dos meios de comunicação de massa, como os jornais, as revistas e sobretudo os canais de televisão, que difundem amplamente e a todo instante idéias, opiniões, modismos, enfim um vasto e sedutor repertório de elementos objetais e simbólicos direcionado para todos os seus consumidores.

Assim, por todas estas razões e vias, as situações fronteiriças propendem a ensejar desvenças em torno da afirmação e/ou celebração das referências culturais partilhadas por certos grupos, relacionadas a uma disputa pelo direito de pertencimento ao lugar em que se vive. E como a distribuição destes grupos na sociedade é desigual e assimétrica, isto é, como eles não ocupam no lugar funções sociais, postos de visibilidade e de reconhecida dignidade e de capacidade de enunciação, em condições efetivas de igualdade, o resultado é que eles têm possibilidades diversas no que diz respeito à eficácia de garantir e certificar a legitimidade de suas proposições e pretensões.

O momento pelo qual vem passando a cidade de Florianópolis é, quanto a isto, bastante ilustrativo. Nas últimas quatro décadas, ela, bem como outras áreas urbanas do litoral do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, tem experimentado uma expansão demográfica expressiva que abrange a incorporação de populações forasteiras provenientes de outras regiões catarinenses, de outros Estados da federação e mesmo de outros países (e isto, sem contar o fato de que ela atrai todos os anos centenas de milhares de turistas, sobretudo durante a temporada de

• Depto. de História/UDESC.

verão). E esta expansão demográfica pode ser verificada através dos dados oficiais colhidos por meio dos recenseamentos gerais e pesquisas nacionais efetuados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme atestam as duas tabelas que seguem abaixo:

Tabela I
População residente em Florianópolis segundo local de nascimento (1960-2001)

População \ Ano	1960	1970	1980	1991	2001
Nascidos no município	81.041	107.443	120.724	155.958	196.322
Migrantes	16.786	30.894	67.147	99.432	145.993
População total	97.827	138.337	187.871	255.390	342.315

Fonte: A partir dos Recenseamentos Gerais e das Pesquisas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela II
Percentual de nascidos em Florianópolis e de migrantes sobre a população residente no município (1960-2001)

População \ Ano	1960	1970	1980	1991	2001
Nascidos no município	82,85	77,67	64,26	61,07	57,36
Migrantes	17,15	22,33	35,74	38,93	42,64
População residente	100	100	100	100	100

Fonte: A partir dos Recenseamentos Gerais e das Pesquisas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Existe, pois, em Florianópolis, um grande aumento populacional nas últimas décadas, o que levou a um acréscimo de aproximadamente três vezes e meia no número de habitantes ao longo das últimas quatro décadas. E, neste total, sobressai o elevado percentual de migrantes, cuja taxa de participação se ampliou regularmente até atingir, em 2001, 42,64% do total dos moradores da cidade, ou seja, quase a metade da população residente.

Todavia, estes dados, por si mesmos, não são muito reveladores nem tapouco uma novidade, uma vez que outras cidades brasileiras, antes ou no mesmo período, passaram por ocorrências semelhantes. Em realidade, a característica peculiar que pode ser encontrada em Florianópolis na atualidade remete à evidência

de que os migrantes, neste caso, correspondem em larga medida a profissionais liberais, executivos e funcionários públicos de alta qualificação (professores universitários, dirigentes e técnicos de empresas estatais, magistrados, promotores e demais pessoal do aparato judiciário), o que significa dizer indivíduos portadores de substantivo capital social e cultural, atraídos entre outros fatores por uma refinada propaganda que fornece a imagem de uma cidade aprazível, com baixo índice de violência e excelente qualidade de vida, uma acolhedora "Ilha da Magia" a ser usufruída pelos detentores de bom padrão aquisitivo.[ii]

Como corolário deste considerável capital social e cultural que possuem, tais indivíduos têm facilidade de assumir cargos e funções de projeção, o que reforça ainda mais a possibilidade de êxito no afã de transmitir para seus filhos as suas próprias preferências e opções, os seus costumes e valores, de sorte que, em termos culturais, o percentual de migrantes na cidade pode ser considerado muito maior que o revelado pelas estatísticas, chegando presumivelmente a dois terços da população residente. Em razão disto, Florianópolis tem se constituindo como um lugar de encontros e de desencontros nos quais "nativos" (nascidos ou já ambientados na cidade) e "haoles" (termo hawaiano, tomado de empréstimo dos surfistas, que designa o estrangeiro) se confrontam, buscando qualificar positivamente os respectivos signos de identificação e, ao mesmo tempo, qualificar negativamente os dos outros, rivais ou desafetos, em meio a redes complexas de sociabilidade por onde circulam também outras interferências (como as divulgadas pelos meios de comunicação de massa).

De acordo com isto, há uma acirrada disputa não apenas em torno de quem carrega consigo a prerrogativa legítima de reportar a cidade, mas sobretudo de como reportar a cidade, ora denominada pelos seus moradores mais antigos como

"Ilha Formosa" (desprezando a sua porção continental), com a óbvia intenção de ressaltar seus atrativos naturais, ou como "terra dos manés" (figuração inventada há pouco tempo, como que para atualizar o "açoriano" criado no bojo da II Grande Guerra enquanto marca identitária contraposta àquelas expressas pelos descendentes de alemães e italianos e retomada nas últimas décadas do século XX[iii], que visa exprimir o perfil cultural dos habitantes com antigas raízes na cidade e cuja personificação mais insigne é o tenista Gustavo Kuerten), ora descrita como uma cidade excessivamente pacata, sem grande vitalidade e atrativos culturais. Porém, deixando propositadamente de lado a dimensão religiosa desta altercação, que opõe a "Ilha da Magia" à "Ilha de Jesus", faz-se necessário examinar com mais atenção estas atribuições de "terra dos manés" e de "cidade pacata", a fim de perceber seus diferentes sentidos e alcances.

Para melhor compreender isto, cabe antes de tudo recordar que Florianópolis jamais foi um centro produtivo, agrícola ou industrial, de proeminência, tendo sua economia de longa data calcada no comércio e nas derivações de abrigar a administração pública estadual (na época do Império, da então província), acrescida nas últimas décadas de um importante setor de serviços, com destaque para duas universidades públicas (a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina) e várias instituições de ensino superior privadas, para a maior rede de comunicação do Estado (a RBS, Rede Brasil Sul, cuja matriz fica em Porto Alegre) e para diversas empresas estatais (como a CELESC, Centrais Elétricas de Santa Catarina), além de toda uma estrutura voltada ao turismo. Por outro lado, como decorrência do curso assumido pela ocupação e povoamento do território de Santa Catarina, em que ganhou destaque a imigração de língua e/ou dialetos alemães e italianos sobretudo na segunda metade do século XIX, a capital

nunca se projetou como um polo de atração para as demais regiões do Estado, sendo até os dias de hoje encarada com restrições e recriminações pelos interioranos por exclusivamente consumir, mediante os impostos arrecadados, as riquezas que eles afirmam produzir com seu trabalho laborioso. Seja como for, o resultado disto é que Florianópolis não é a cidade mais populosa de Santa Catarina, não alista o maior contingente de eleitores do Estado, não é o município que mais paga tributos, não acolhe o principal evento cultural catarinense (que é o Festival de Dança de Joinville), não promove a mais conhecida festividade em nível estadual (a Oktoberfest de Blumenau) e, em complemento, seus times de futebol não obtêm com freqüência o título de campeão do Estado.

Assim, a contenda acerca da legítima enunciação do perfil cultural da cidade e de seus habitantes é travada num cenário muito singular que não proporciona aos moradores mais antigos nela nascidos, ou com estes identificados, uma gama numerosa e, em particular, prestigiosa de elementos objetais e simbólicos capazes de assegurar de maneira eficiente e incontestável a admiração tão desejada. Nestas condições, a recente descoberta e celebração do "mané" (que inclui a distribuição anual de um troféu presumivelmente honorífico, o troféu "Manezinho da Ilha"), tanto quanto o cultivo da "açorianidade", é recebida com um misto desdém e chacota pelos moradores mais novos, muitos deles oriundos de centros maiores e mais dinâmicos como Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, que nela enxergam um mero artifício provinciano que pretende enaltecer um tipo social rudimentar e obsoleto.

Estes moradores mais novos, por seu turno, apesar de reconhecerem os fascínios da cidade, tendem a representá-la e aos seus moradores mais antigos como pouco empreendedores, em certa medida até paroquianos e reservados

diante das exigências, desafios e convivências dos tempos modernos, e por tal motivo não merecedores de crédito em suas tentativas de asseverar aquela que seria a autêntica cultura do lugar. Devido a apreciações, ou mais propriamente depreciações, deste teor, estes moradores mais novos exibem com reiteração posturas e juízos presunçosos face às práticas e representações dos moradores mais antigos, e não poucas vezes esboçam queixumes quanto ao que interpretam como ausência ou rarefação das agitações urbanas, de manifestações culturais mais vigorosas e constantes, as quais seriam inerentes a um ambiente citadino de características metropolitanas e cosmopolitas.

Em conseqüência disto, Florianópolis tem se convertido numa espécie de arena onde se esgrimem "nativos" e "haoles" com o objetivo de fixar, em forma irretocável, uma identidade cultural para a cidade e seus moradores, dando ensejo a uma declarada intransigência diante da alteridade. Com isto, tudo se passa como se uns e outros trouxessem consigo as insígnias da genuína cultura a ser imposta aos demais, sob pena de que uma eventual não admissão conduza inapelavelmente à condenação e ao desaparecimento dos recalcitrantes. E, se for levado em conta que isto se passa num meio saturado de contatos incessantes com diversas influências culturais, num lugar atravessado por múltiplas interferências, a preocupação gerada pelos discursos que têm por alvo certificar uma distinção que não apenas distingue, mas principalmente atesta uma presumida superioridade, separando e afastando grupos que coabitam uma mesma cidade, é capaz de produzir efeitos bem difusos.

A conclusão que daí se depreende é, sem dúvida alguma, inquietante, uma vez que leva a constatar a opacidade em que estão inseridas as tramas vivenciadas por estes indivíduos no seu dia a dia, da qual derivam ou a reverencia a uma explícita noção de pureza, ou a aberta propensão à rigidez e à arrogância. Nestas

duas alternativas, os perigos que ambas contemplam não são difíceis de divisar (os quais, diga-se de passagem, vêm espreitando também noutros pontos do país e do mundo)[iv], pois acarretam no cortejo à uniformidade, no repúdio à diferença, como o tem demonstrado as seguidas tensões e conflitos envolvendo "nativos" e 'haoles", em especial num espaço e num momento nitidamente demarcados pelo hibridismo e pela mestiçagem.

Notas:

[i] Um bom estudo sobre esta temática pode ser encontrado, entre outros, em ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. . *Os estabelecidos e os outsiders* . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

[ii] Ver, entre outros exemplos, as reportagens "A força das cidades médias" e "Floripa a campeã", da revista *Veja*, São Paulo, 7 de março de 2001 (para quem ela seria a cidade brasileira em que mais cresceu o PIB per capta entre 1970 e 1996), e "Florianópolis, 40 graus", da revista *Próxima viagem*, no. 28, São Paulo, fevereiro de 2002, segundo a qual a cidade remete ao Rio de Janeiro da década de 1950 "que vive em nosso imaginário" (página 44).

[iii] Sobre isto, ver FLORES, Maria Bernardete Ramos . *A farra do boi:* palavras, sentidos, ficções . Florianópolis: UFSC, 1997, e FALCÃO, Luiz Felipe . A guerra interna, in BRANCHER, Ana (org.) . *História de Santa Catarina* (estudos contemporâneos) . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999..

[iv] Para ficar apenas num exemplo, vários jornais (como *O Globo*, do Rio de Janeiro, edição de 22 de março de 2005) estamparam recentemente a notícia de que um adolescente de 16 anos que matou nove pessoas e depois cometeu suicídio numa reserva indígena de Minnesota, nos Estados Unidos, costumava se identificar como "nazista nativo" em mensagens na Internet.

HISTORIOGRAFIA ILUSTRADA E A INTERPRETAÇÃO DAS CRUZADAS

LUIZ FRANCISCO ALBUQUERQUE DE MIRANDA

Mesmo anunciando o caráter racional do homem, os ilustrados admitem que os elementos irracionais interferem permanentemente nos processos históricos. Em meados do século XVIII, ao conceber a sua "história filosófica" no *Ensaio sobre os costumes e espírito das nações* – "o primeiro esboço de uma história geral da civilização"[1] –, Voltaire procura entender os grandes massacres ocorridos na Europa desde a Idade Média:

> *Já que a natureza colocou no coração dos homens o interesse, o orgulho e todas as paixões, não é surpreendente que, em um período de aproximadamente dez séculos, nós observemos uma sequência quase contínua de crimes e desastres*[2].

Ao analisar a história européia, Voltaire indica a perigosa incidência das paixões. O homem é, segundo o autor, um ser racional e sociável, sensível à dor de seus semelhantes. Todavia, o *Ensaio sobre os costumes* discute processos históricos tensos e ambíguos: o homem pode ser cruel, agindo de modo brutal para satisfazer seus interesses. Objetivando riqueza, honra e poder, ou conduzido pela superstição, ele sufoca ou corrompe sua sociabilidade natural. Inquieto para colocar o mundo exterior a serviço de suas crenças e ambições, abandona a prudência e a reflexão.

Exemplo desse comportamento Voltaire oferece no capítulo LIV do referido *Ensaio*: "Da Primeira Cruzada até a tomada de Jerusalém"[3].

Na Primeira Cruzada, milhares de europeus pobres seguiram um líder religioso fanático, Pedro o Eremita, e embriagaram-se com o "entusiasmo religioso" provocado pela "imaginação forte" e pelo "ardor de sentimentos" do pregador. Segundo Voltaire, Pedro,

depois de uma peregrinação pelo Oriente, concebeu um ousado plano de conquista da Terra Santa e, arregimentando vagabundos e ignorantes, ofereceu-lhes de maneira viva e tocante um final glorioso para suas vidas humildes: vingar a morte de Jesus. A possibilidade de assaltar o rico Oriente também seduziu esses miseráveis e o fanatismo aliou-se à cobiça. As pregações de Pedro excitaram um “furor epidêmico”. No mesmo período, o papa Urbano II também exortava os membros da nobreza européia a um ataque à Ásia islâmica, propondo "a redenção de todos os seus pecados (...) lhes impondo como penitência seguir a maior de suas paixões: correr às pilhagens". O papa arrastou para a aventura militar "uma multidão de novos senhores inquietos, independentes, amantes da dissipação e da guerra"[4]. Dois projetos interligados de conquista da Terra Santa desenhavam-se no mesmo contexto histórico: a marcha delirante de Pedro reúne-se ao interesse da Igreja em massacrar os muçulmanos e estabelecer uma monarquia cristã universal.

Quanto à campanha liderada por Pedro o Eremita, o resultado foi desastroso: depois de saquear algumas cidades, seu frágil exército foi destruído pelos turcos. O fracasso deveu-se à desorganização - Pedro nada sabia a respeito da arte da guerra - e à rusticidade dos combatentes, movidos apenas pelo fanatismo e pelo desejo de pilhar. Como esse projeto estranho e infeliz pôde mobilizar milhares de pessoas? Para Voltaire, a mais perigosa das paixões moveu esses aventureiros: o “furioso entusiasmo” religioso instigado pela “imaginação forte”. Como surge esse “entusiasmo”? Convém lembrar o verbete "Imaginação" do *Dicionário filosófico*:

> *Há duas espécies de imaginação: uma que consiste em reter uma simples impressão dos objetos; outra que arranja essas imagens retidas e as combina de mil maneiras. A primeira foi denominada <u>imaginação passiva</u>, a segunda, <u>ativa</u>. (...) A imaginação passiva não necessita certamente do socorro de nossa vontade, quer no sono, quer na vigília. (...) é um sentido interior que age necessariamente (...). A faculdade passiva, independente da reflexão, é a fonte*

> *de nossas paixões e de nossos erros: longe de depender da vontade, ela nos impulsiona em direção aos objetos que ela pinta, ou deles nos afasta, conforme a maneira que ela os represente.* (...) *Essa espécie de imaginação servil, quinhão costumeiro do povo ignorante, foi o instrumento do qual a imaginação forte de certos homens utilizou-se para dominar.* (...) *A imaginação ativa é aquela que reúne reflexão e combinação à memória. Ela aproxima muitos objetos distantes. Ela separa os que se misturam, os compõe e os altera. Parece criar, quando não faz mais que arranjar, pois não é dado ao homem elaborar idéias por si mesmo – ele apenas as modifica*[5].

Origem de várias paixões, a "imaginação passiva" não compõe as impressões que recebe, ou seja, o indivíduo, ao experimentá-la, não intervém de modo consciente combinando ou distinguindo suas sensações. Como a vontade jamais interfere na "imaginação passiva", esta assume um caráter servil. Movida pelas paixões decorrentes da "imaginação passiva", o indivíduo é determinado pela representação momentânea de seu objeto de interesse. Permanecendo nessa determinação, ele é incapaz de utilizar outras referências para recompor a forma que o objeto manifesta no momento em que é representado e estabelece uma idéia fixa a seu respeito. Não há problema quando esse impacto irrefletido expressa apenas os instintos de sobrevivência e de sociabilidade (por exemplo: a fome que a imagem de um alimento estimula ou os sentimentos paternais diante do filho). Porém, um grave problema aparece quando a "imaginação forte" de um pregador domina a "imaginação servil" do homem ignorante e simples. Então, este último deixa de operar com múltiplas referências e, sendo incapaz de relacionar suas sensações e conhecimentos, é conduzido pelos que sabem fazer das imagens e dos discursos um instrumento de poder. Os homens de "imaginação forte", percebendo que o ignorante assimila passivamente mensagens vivas e chocantes, cristalizando-as em idéias fixas,

compõem representações que provocam uma satisfação imaginária, seduzindo-o e acorrentando seus interesses a um quadro de desejos obsessivos.

Voltemos ao discurso historiográfico. Para o *Ensaio sobre os costumes,* foi a incapacidade de usar a “imaginação ativa”, ou seja, de aproximar, distinguir e combinar as sensações, que originou o entusiasmo e a passividade dos ignorantes diante das representações compostas por Pedro o Eremita. A conquista da imaginária Terra Prometida foi encarada como um objetivo que precisava ser atingido de qualquer maneira, pois asseguraria a salvação das almas dos combatentes. Ninguém se preocupou com a análise racional das possibilidades de sucesso da expedição. Ninguém levantou a combinação de fatores que poderia colocá-la em risco. A brutalidade foi a consequência da busca irrefletida e obsessiva de uma felicidade ilusória.

Mesmo depois da derrota de Pedro, quando os cruzados foram conduzidos por chefes "mais políticos, menos entusiastas, mais acostumados ao comando"[6], o fanatismo continuou a provocar pilhagens e carnificinas. A tomada de Jerusalém, por exemplo, se realizou com um "espírito de vertigem, fúria, deboche e irritação"[7]: os habitantes da cidade foram inutilmente massacrados e os judeus chegaram a ser queimados vivos. Apesar do cálculo político de alguns comandantes e da Igreja, o “entusiasmo epidêmico” motivou a maioria dos cristãos. A narrativa de Voltaire salienta as poucas vantagens obtidas: os europeus conquistaram a Terra Santa por um período efêmero; aliás, ela não era um lugar agradável e próspero. Só as cidades italianas (em especial Gênova), centros abastecedores dos cruzados, conseguiram algum lucro com a guerra. Na história, quando o entusiasmo passional comanda, o caos instaura-se. Desmedido e inflexível, esse impulso patético não inspira obras duráveis. Em geral, os grupos por ele reunidos entram em conflito e se dissolvem. Exemplo disso Voltaire encontra também nas Cruzadas: movidos por suas paixões egoístas, os chefes europeus, depois das primeiras vitórias, passaram a invejar-se reciprocamente e as disputas internas impediram uma defesa eficaz dos territórios ocupados.

A permanência de qualquer obra coletiva necessita de regras racionais que regulem os conflitos.

Os termos empregados por Voltaire nessa narrativa para caracterizar o comportamento dos combatentes - “ardor de sentimentos”, “entusiasmo epidêmico”, “fúria”, “deboche”, “arrebatamento” etc - transmitem a imagem de movimento convulsivo, involuntário. Os cruzados não avaliaram as consequências destrutivas de seus atos, nem se lembraram dos fraternos princípios cristãos. Eles perderam o autocontrole.

No verbete "Entusiasmo" do *Dicionário filosófico*, Voltaire relaciona o tema com o sonho e a embriaguez[8], situações em que o homem perde o controle dos próprios atos e da imaginação. Embriagado ou sonhando, o indivíduo não percebe a realidade com nitidez. Tudo se passa como se o contato entre os sentidos e a razão estivesse bloqueado. Impossibilitado de meditar e de combinar idéias de modo coerente, ele ignora os múltiplos aspectos do mundo exterior. Sua imaginação torna-se passiva: seu intelecto se fecha, deixa de operar com os dados que os sentidos lhe comunicam e repete obsessivamente um quadro fixo de formas e sentimentos. Ao sonhar, por exemplo, o indivíduo é como um autômato: durante o sono, sua vontade jamais interfere na sequência de imagens que domina sua vida mental[9].

Movidos pelo “entusiasmo epidêmico”, os cruzados agiram como embriagados, perderam o controle das próprias idéias, transmitindo involuntariamente uns aos outros sentimentos e crenças absurdas, aceitos com uma rigidez excepcional. “Epidêmico”, esse entusiasmo é entendido por Voltaire como uma espécie de peste que se espalha quando os costumes são grosseiros e os homens ignorantes - é o caso da Idade Média européia. O fanatismo, por exemplo, tem origem nesse contágio doentio que inviabiliza o debate de idéias e a análise cuidadosa dos fenômenos[10].

Segundo Voltaire, assim como o corpo adoece, a ordem pública, atingida por excessos como o “entusiasmo epidêmico”, entra em desequilíbrio. As doenças e os excessos

passionais não podem ser definidos como um estado natural, pois degradam as condições indispensáveis à vida biológica e social. As sociedades precisam ser tratadas para evitar ou para curar esses problemas. O remédio encontra-se no espírito filosófico e na docilidade dos costumes. Quando somos capazes de meditar a respeito de nossas experiências, analisando antes de agir, evitamos a exacerbação do fanatismo. Todavia, o filósofo admite que, por vezes, os povos são contaminados por obsessões contrárias aos sentimentos sociáveis da espécie. Apenas um lento processo de esclarecimento filosófico e de pacificação dos costumes restaura ou mantém o equilíbrio - a saúde - da vida pública, impedindo que os discursos de líderes exaltados conduzam a imaginação dos homens.

A análise que Voltaire apresenta das Cruzadas evidencia sua denúncia da manipulação do imaginário. As crenças religiosas lhe parecem propensas a essa manipulação: capazes de despertar emoções intensas e fixar idéias obsessivas, elas podem bloquear os sentimentos sociáveis e impedir a análise racional da realidade. Envolvido em uma luta encarniçada contra a Igreja, Voltaire, sempre recorrendo à ironia, define em tom satírico a diferença entre "fé" e "razão": "a fé consiste em crer não no que parece verdadeiro, mas no que parece falso a nosso entendimento"[11]. A "fé" aqui denunciada não é aquela em um Ser Supremo cuja necessidade pode ser compreendida pelo filósofo que medita a respeito da ordem universal. A "fé" perigosa e lastimável é o efeito da "imaginação passiva" do crente submetido à "imaginação forte" do pregador, aniquilando a autonomia racional do primeiro. O entusiasmo doentio e fanático dos cruzados é fruto de um aniquilamento desse gênero. Sua "fúria" não é selvagem no sentido preciso do termo, pois deriva de um desvio do sentimento religioso natural à espécie. Essa religiosidade corrompida é doentia e bloqueia a plena manifestação das faculdades humanas. O "entusiasmo epidêmico" não é um simples artifício criado pelos líderes religiosos, mas foi induzido por eles, chegando por vezes a sair de seu controle como evidencia a narrativa da aventura de Pedro o Eremita. Indução

criminosa, pois promove uma escala de violência que nenhum interesse econômico e político objetivo é capaz de desencadear.

O *Ensaio sobre os costumes* anuncia, sem dúvida, que as crenças religiosas podem ser mobilizadas em favor de interesses econômicos e ambições políticas mas, uma vez colocados em movimento os impulsos patéticos característicos da religiosidade irracional, os rumos dos acontecimentos podem inviabilizar a realização dos objetivos dos manipuladores. Segundo Voltaire, as conquistas orientais dos cruzados foram efêmeras, pois reis e senhores empobreceram e a Igreja ficou impossibilitada de penetrar no mundo mulçumano. O fracasso econômico e político foi total. Entretanto, as Cruzadas evidenciam o espantoso poder destrutivo e a capacidade de mobilização do "entusiasmo epidêmico" promovido pela "fé". Assim, Voltaire nem sempre considera muito eficaz a manipulação desse impulso patético em favor da conquista de recursos e de poder, porém ele frequentemente possibilita a manifestação do "mais implacável de todos os ódios": o "ódio teológico", a intolerância religiosa[12].

Para terminar, convém lembrar que a maneira como Voltaire caracterizou as guerras religiosas, aqui exemplificada pela narrativa da Primeira Cruzada, não foi absolutamente original e está afinada com a posição de grande parte dos deístas do século XVIII. Nas *Cartas persas,* Montesquieu, mesmo admitindo que "todas as religiões contém preceitos úteis à sociedade", afirma que as guerras religiosas decorrem do "espírito de intolerância", espécie de combinação do "espírito de proselitismo" - "doença epidêmica e popular entre maometanos e cristãos" - com o "espírito de vertigem" que eclipsa a razão humana[13]. A articulação de sentidos entre proselitismo, epidemia e vertigem talvez seja uma das chaves para compreendermos a crítica ilustrada à intolerância religiosa.

NOTAS

[1] BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações.* São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 26.
[2] VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l´esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII*. Paris: Garnier, 1963, tomo II, p. 810.
[3] *Ibid.*, t. I, pp. 558-567.
[4] *Ibid.*, t. II, p. 559.
[5] VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique.* IN: *Oeuvres completes.* Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein, Kraus Reprint, 1967, v. XIX, pp. 429-430. Esse verbete foi editado originalmente nas *Questões sobre a Encyclopédia*. Grifos do autor.
[6] VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs...,* t. I, p. 561.
[7] *Ibid.,* t. I, p. 566.
[8] VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique.* Paris: Garnier-Flammarion, 1964, pp. 176-177. Esta edição não contém os verbetes originalmente publicados nas *Questões sobre a Encyclopédia.*
[9] *Ibid.*, pp. 355-356. Trata-se do verbete "Sonho".
[10] *Ibid.*, pp. 189-191. Trata-se do verbete "Fanatismo".
[11] *Ibid.*, pp. 195. Trata-se do verbete "Fé".
[12] VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs...,* t. II, p. 245. O autor utiliza a expressão ao tratar da execução de Servet na Genebra de Calvino.
[13] MONTESQIEU. *Lettres persanes.* Paris: Booking International, 1993, p. 153.

UM DIREITO SAGRADO – OS ADVOGADOS DE MARIANA E SUA ATUAÇÃO NAS AÇÕES DE LIBERDADE (1871-1888).

Luiz Gustavo Santos Cota[i] - PPG-UFJF

Segunda metade do século XIX, mais precisamente o período entre 1871 a 1888. Nesta época, as discussões acerca do fim do regime escravista no Brasil ganharam contornos mais fortes. Mesmo com a resistência de muitos - que por vezes, julgavam a extinção do elemento servil algo extremamente perigoso, nocivo à estrutura do Estado -, aumentava o número daqueles que empunhavam a bandeira da abolição imediata e sem restrições.

A promulgação da *Lei do Ventre-Livre*, em 1871, fruto de um intrincado emaranhado de discussões sobre a extinção gradual da escravidão, veio acelerar o processo que levou ao 13 de maio de 1888. Mesmo representando um projeto de emancipação, que não pode ser visto como um dos mais radicais, a lei de 1871 possibilitou o avanço nas discussões sobre o fim da escravidão, reforçado com o surgimento do movimento abolicionista que fez engrossar as fileiras daqueles que pregavam o fim do trabalho compulsório. O assunto era de difícil consenso: Para uns, havia de se ter cuidado com os perigos que a abolição imediata traria, como a quebra da ordem pública e a destruição da economia. Já para outros, não havia mais como resistir às "luzes do século XIX". O "cancro roedor" da escravidão deveria ser eliminado, permitindo o progresso da nação[ii].

É neste palco de atuações confusas, e por vezes de difícil interpretação, que situamos o objeto deste pequeno ensaio. Em meio às discussões entre aqueles que defendiam o termo imediato da escravidão (abolicionistas) e dos que buscavam sua erradicação com extrema cautela (emancipacionistas), tentamos perceber como as idéias antiescravistas circularam em Mariana, província de Minas Gerais, após a implementação da *Lei do Ventre-Livre* até a *Lei Áurea*. Mais especificamente ainda entre os bacharéis da referida cidade que se envolveram nas chamadas *Ações de Liberdade*, processos de liberdade movidos por escravos contra seus senhores objetivando a liberdade.[iii] Nosso

interesse foi constatar através do estudo do exercício argumentativo desenvolvido pelos advogados, se estes estavam ou não alinhados com idéias antiescravistas, moderadas ou radicais, emancipacionistas ou abolicionistas.[iv]

O movediço terreno jurídico foi o palco de disputas entre senhores e escravos desde o século XVIII, onde os cativos, sempre auxiliados por um advogado, lançaram seus argumentos a favor da liberdade. Já nas últimas décadas da escravidão, as *Ações de Liberdade* constituíram-se como mais um dos instrumentos utilizados para fragilizar o regime escravista. A lei que era formulada para controlar também possuía brechas capazes de auxiliar os controlados.[v] Não foram poucos os casos de escravos que alcançaram sua liberdade através da justiça.[vi]

Parte integrante da grande "ilha de letrados" que compunha a elite imperial, os advogados tiveram um papel de destaque na burocracia do império.[vii] Muitos deles preteriram os tribunais para se dedicarem à vida política, auxiliando na discussão e formulação de leis como a do *Ventre-Livre*.[viii] Não obstante, os advogados compunham um extrato da população apontado por diversos autores como tendo uma atuação decisiva para o recrudescimento do movimento abolicionista: os profissionais liberais.[ix] Entretanto, a atuação dos bacharéis não foi livre de críticas com relação a sua falta de definição diante da questão do elemento servil.

A ambigüidade da atuação de vários advogados foi alvo de crítica de Joaquim Nabuco, que acusou a classe de defensora dos interesses senhoriais e de terem se omitido das principais discussões acerca da abolição.[x] Para muitos, nunca era possível definir claramente para que lado pendia a retórica dos homens de *toga*, se para o lado da jurisprudência da época[xi], ou se para os interesses de classe como acusou Nabuco. O fato de vários advogados defenderem, ao mesmo tempo, senhores e escravos, desenvolvendo argumentações mirabolantes contra a escravidão, negando-as em outra atuação, complica o quadro. Para Keila Grinberg, o ponto de influência desses homens da lei não estaria nem na jurisprudência, nem na defesa dos interesses do grupo ao qual pertenciam. Segundo Grinberg, se os advogados fossem influenciados pela classe senhorial, não existiriam tantas

ações favoráveis aos escravos. Por outro lado, se estivessem presos somente à jurisprudência, a grande maioria das ações seria favorável aos escravos, principalmente depois da *Lei do Ventre-Livre*; uma vez que, de acordo com a lei, em caso de dúvida durante o processo, a decisão deveria ser favorável à liberdade.[xii]

Para muitos, seria a *"arte do convencimento"*, a retórica em sua definição *aristotélica*, que comandaria a ação do advogado. Residia em seu ofício o dever de convencer, não importando quem fosse o cliente. O sem número de argumentos mirabolantes, baseados em diferentes fontes jurídicas, como o direito romano, as ordens régias portuguesas e as leis imperiais após a independência brasileira, seria um dos principais instrumentos de trabalho do advogado. Mas será que o exercício argumentativo defendido pelos advogados seria totalmente vazio de interesse que não o da vitória na causa defendida?

Mesmo quando os advogados defendiam os senhores, eles teriam de fato contribuído para comprometer a política de domínio escravista, já que discutiram as fronteiras legais entre escravidão e liberdade, questionando o arcabouço jurídico que emprestava legitimidade ao regime. De fato, os trabalhos de Sidney Chalhoub, assim como os de Hebe Mattos, mostraram como a atuação dos advogados nas ações de liberdade, principalmente no século XIX, foi decisiva para que muitos escravos alcançassem a tão sonhada liberdade.[xiii]

Com o recrudescimento do Movimento Abolicionista, também cresceu o número de advogados que passaram agir a favor de cativos nos tribunais. Casos de advogados abolicionistas como o *rábula* Luís Gama, que ofereciam seus serviços gratuitamente aos escravos que desejavam litigar por sua liberdade, não foram raros.[xiv] O próprio aumento do número de *ações de liberdade* após a promulgação da *Lei do Ventre-Livre* pode ser visto como reflexo, não só da aplicação da lei, mas da ação dos grupos antiescravistas espalhados pelo Império.[xv] Assim, o estudo do exercício argumentativo desenvolvido pelos advogados torna-se uma peça importantíssima para compreendermos como eles se posicionavam diante da questão da escravidão e de sua extinção, foco central de nosso trabalho.

Para verificar se os advogados marianenses aderiram ao movimento antiescravista, analisei suas atuações nas *Ações de Liberdade*, observando quais eram as alegações que utilizavam a favor dos cativos, se estas estavam ou não impregnadas pelos ideais *abolicionistas* ou *emancipacionistas*, e se havia uma constância em relação aos "clientes" desses advogados, ou melhor, se eles defendiam apenas escravos ou se também trabalhavam a favor dos senhores nos processos.

Foram analisadas, entre as ações cíveis do cartório do 1º ofício localizadas no *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana*, 24 *ações de liberdade*, todas dentro do recorte temporal delimitado (1871 – 1888).[xvi] Observando períodos anteriores ao do recorte estabelecido, foi possível verificar que o número de ações cresceu após 1871, o que comprova a hipótese de que, com a regularização da *Lei do Ventre-Livre*, que garantia um real subsídio jurídico às questões de liberdade, os escravos passaram a recorrer à justiça com mais freqüência. O número de processos cresce consideravelmente no período de 1875 a 1884, caindo nos últimos anos da escravidão. Uma hipótese, para explicar essa queda, seria o fato de que neste último período o número de alforrias aumentou consideravelmente, acabando com a necessidade dos escravos lutarem pelo cumprimento de seus acordos na justiça.

Os processos eram movidos por cativos de várias partes do *Termo* de Mariana, o que mostra que a notícia da possibilidade de recorrer à justiça para a obtenção da liberdade se espalhou por todas as partes. Já os motivos alegados para a abertura dos processos eram os mais variados possíveis indo de pedidos de manutenção de liberdade à acusação de escravização ilegal de pessoas livres, compondo histórias impressionantes.

De todos os processos verificados 09 deles resultaram na concessão da liberdade ao escravo; 04 resultaram na manutenção do cativeiro e 11 ações, 45% do total, são processos que foram interrompidos, muitas vezes bem no início e sem nenhuma explicação. Mesmo com a enorme lacuna causada pelos processos sem sentença, chama a atenção o bom número de ações nas quais os escravos saíram vitoriosos. A intenção então foi verificar

como os advogados que atuaram na defesa daqueles cativos exercitaram sua retórica, aproximando-a ou não dos argumentos antiescravistas.

Pude verificar a atuação de dez advogados atuando em defesa dos cativos entre 1871 a 1888, sendo que quatro deles explicitaram uma postura mais aberta com relação às propostas abolicionistas durante a defesa de seus "clientes" escravos. Esses quatro advogados atuaram em treze, das vinte e quatro ações de liberdade analisadas, pouco mais da metade, nunca aparecendo no lado contrário dos cativos, ou seja, defendendo senhores. Os advogados Joaquim da Silva Breyner, Egydio Antônio do Espírito Santo Saragoça, Raymundo Nonnato Ferreira da Silva e Florêncio Augusto da Silva demonstram, em algumas de suas argumentações, vários elementos da campanha abolicionista, como, por exemplo, o recurso ao princípio de equidade universal entre os homens, advindo provavelmente do Direito Natural e das idéias liberais como podemos notar nos fragmentos de sua argumentação:

Joaquim da Silva Breyner

O século atual não admite mais que a tirania suplante o grito generoso da redenção dos escravos, e esta filosofia é a que hoje tem adaptado todos os magistrados que hão decidido em circunstâncias idênticas.[xvii]

Não somos escravagistas, antes enthusiasta abolicionista, e por isso nossa fé se exalta com a esperança de que a emancipação se fará em breve tempo.[xviii]

Egydio Antônio do Espírito Santo Saragoça

(...)com suposto direito de [que] o suplicante é seu escravo, o quer agora reduzir a escravidão, e como este procedimento violento contra um dos mais sagrados direitos naturais do suplicante é contrário a lei (...)[xix]

Raymundo Nonnato Ferreira da Silva

(...) imortal Visconde do Rio Branco aquelle que tudo fez para salvar a humanidade de escravo no Brasil, aquelle que imortalizou-se com a lei de vinte oito de setembro de setenta e um.[xx]

(...) requerem a V.Sª se digne conceder-lhes mandado de manutenção de liberdade a fim de ficarem os suplicantes isentos de qualquer [turbação] na posse e no gôso do mais sagrado dos direitos (...)[xxi]

> (...) a perturbação de suas liberdades é uma afronta a sociedade principalmente no estado actual do paiz em que se procura como medida salvadora arrancar da nossa sociedade o cranco ruedor da escravidão não pode ser turbada a liberdade a quem a tem por direito divino e natural.[xxii]

Florêncio Augusto da Silva

> Hoje o chefe da nação brasileira reclama [...] a extinção da escravidão, e que a humanidade cativa restituida a sua legítima altura, não podem os [suplicantes] esperar dos tribunais de seu país se não a justiça que lhes assiste. [xxiii]

O fato de terem se dedicado exclusivamente à defesa de cativos é uma boa amostra de que esses bacharéis não estavam apenas exercitando a *"arte do convencimento"* quando exaltavam o *"sagrado direito da liberdade"*. Uma prova disso é a atuação do advogado Raymundo Nonnato Ferreira da Silva fora do tribunal. Raymundo era um dos fundadores da *Associação Marianense Redentora dos Cativos*, uma associação emancipadora de Mariana vinculada à Confraria de Nossa Senhora das Mercês, fundada em 1885, entidade onde ocupava o cargo de "Procurador Geral".[xxiv] Era ele o responsável por promover todos os processos de concessão de liberdade promovidos pela associação. Isso nos explicaria o fato de o advogado Raymundo se referir à liberdade como um "direito divino e natural", objeto de sua militância.

Pelo menos em um processo foi ainda possível observar a articulação entre nossos bacharéis abolicionistas. Em uma *ação de liberdade*, aberta em 13 de julho de 1881, pelo escravo Agostinho de Ramos e sua família (mais dezesseis pessoas), alegou-se escravidão ilegal, pois os escravos descenderiam de uma mulher livre que teria sido conduzida ao cativeiro.[xxv] Nesse processo, temos a participação de todos os quatro advogados, em diferentes funções. Florêncio Augusto da Silva é o curador[xxvi]; Raymundo Nonnato Ferreira da Silva é depositário[xxvii] e procurador dos escravos; Egydio Antônio do Espírito Santo Saragoça também é um dos procuradores dos escravos. Quanto a Joaquim da Silva Breyner, este aparece junto a Egydio Saragoça, como perito responsável por verificar a autenticidade de alguns documentos, apresentados pela pretensa senhora dos escravos,

contudo, sem muito destaque. A ação, no decorrer do processo, parece ser toda interligada entre Florêncio, Raymundo e Egydio Saragoça. Enquanto um cuida da defesa no tribunal, outro dá guarda aos *suplicantes*, e assim por diante.

A verdadeira batalha travada entre os representantes dos cativos e o advogado dos senhores se arrasta por quase cinco anos. Quando o juiz profere sentença favorável a Agostinho e seus familiares em 12 de junho de 1883, os senhores não se dão por vencidos e apelam da sentença atrasando a libertação. Tal fato fez com que os advogados dos cativos dessem novas amostras de sua militância abolicionista.

Florêncio Augusto da Silva, Raymundo Nonato e Egydio Saragoça, juntaram-se a mais três advogados, José Gervazio Benevides de Queiroz Carreiro, Francisco de Paula Ferreira Costa, Bernardino Augusto de Lima, constituindo uma junta de procuradores para reforçar a batalha pela liberdade de Agostinho e sua família até seu desfecho em 31 de outubro de 1885. Mas como Agostinho e seus familiares poderiam arcar com os honorários de cinco advogados?

Mesmo se tivessem juntado um bom pecúlio, seria difícil para os cativos cobrir os honorários de tantos advogados. O que nos ocorre é que o interesse daqueles bacharéis não era o benefício econômico, mas ver o cumprimento do *"inalienável direito à liberdade"*. Esses cinco advogados assessoraram os escravos movidos por sua militância abolicionista. Mais uma prova dessa militância foi o fato de Florêncio e Raymundo Nonato terem enviado nota à *Gazeta de Notícias* na corte, para criticar os pretensos senhores dos cativos e seu advogado, chamados de depreciativamente de *escravocratas*, cobrindo de elogios o juiz responsável pelo caso.[xxviii]

Definitivamente é deveras complicado descrever toda a atuação desses advogados abolicionistas em espaço tão exíguo. Contudo, espero que o exposto aqui tenha demonstrado um pouco como os argumentos abolicionistas estiveram presentes nos embates judiciais entre senhores e escravos. A palavra "liberdade" ganhou uma significação que ultrapassava os floreios retóricos comuns aos advogados do XIX: a de um *"Direito Sagrado"*.

[i] Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
[ii] Para saber mais sobre o contexto da promulgação da *Lei do Ventre-Livre* ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 131-266.
[iii]O trabalho aqui apresentado é parte integrante de um estudo sobre o Emancipacionismo e o Abolicionismo na cidade de Mariana, no período entre a promulgação da Lei do Ventre-Livre (1871) até a abolição da escravidão (1888). COTA, Luiz Gustavo Santos. *Emancipacionismo e Abolicionismo: clérigos e advogados no final do sistema escravista de Mariana, Minas Gerais, 1871-1888.* Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Fevereiro, 2005.
[iv] Entende-se por emancipacionismo a defesa da extinção lenta e gradual da escravidão, feita através de medidas estritamente legais, respeitando o direito de propriedade e a ordem pública. Já o abolicionismo, mesmo tendo nascido das idéias emancipacionistas, defendidas ao longo do século XIX, difere-se daquelas pela defesa de uma "abolição imediata" e "sem indenização", tendo seus adeptos, muitas vezes, lançado mão de atitudes mais incisivas, como o incentivo a fugas, proteção a escravos fugidos e pronunciamentos públicos contra o escravismo. Para saber mais veja: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e Abolição no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
[v] THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
[vi]GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
[vii] CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
[viii] PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial – jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871.* Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.
[ix]COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 3ª edição, 1989.
[x] Joaquim Nabuco, *O Paiz*, 02/08/1886.
[xi] NEQUETE, Lenine. *O Escravo na Jurisprudência Brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado.* Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 1988. *apud* GRINBERG, Keila. op. cit.
[xii] GRINBERG, Keila. op. cit.
[xiii] Idem, *O fiador dos brasileiros – Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebolças.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Ver também: CHALHOUB, Sidney. Op.cit.; & MATTOS [CASTRO], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, séc. XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
[xiv] AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.* Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.
[xv] GRINBERG, Keila. op. cit.
[xvi] Devido à dificuldade em localizar as *ações de liberdade* do cartório do 2º ofício, devido à inexistência de um catálogo para as ações cíveis, privilegiarei aqui a análise das *ações de liberdade* encontradas no 1º ofício.
[xvii] Advogado Joaquim da Silva Breyner. Auto 9685, códice 448. Ação de Liberdade movida por João Vitorino e seus irmãos, contra Maria Francisca do Espírito Santo, em 1875. Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista*. Mariana – MG.
[xviii] Advogado Joaquim da Silva Breyner. Auto 9680, códice 448, iniciado em 16 de maio de 1883. Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista*. Mariana – MG.
[xix] Egydio Antônio do Espírito Santo Saragoça. Auto 8678, códice 397, iniciado em 23 de setembro de 1877. Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista. Mariana – MG.*
[xx] Raymundo Nonnato Ferreira da Silva. Auto 9686, códice 448, iniciado em 26 de novembro de 1881 Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista. Mariana – MG*.
[xxi] Idem. Auto 9678, códice 448, iniciado no ano de 1885.
[xxii] Idem. Auto 9678, códice 448, ano de 1885. Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista. Mariana – MG.*
[xxiii] Florêncio Augusto da Silva. Auto 9677, códice 448, aberta em 13 de julho de 1881. Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. Arquivo Histórico da Casa Setecentista. Mariana – MG.
[xxiv] Estatutos da Associação Marianense Redentora dos Cativos**.** Mariana: Joaquim Alves Pereira (antigo Bom Ladrão), 1885. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.*
[xxv] Auto 9677, códice 448, 13 de julho de 1881. Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista*. *Mariana – MG.*
[xxvi] Curador é o advogado nomeado pelo juiz para defender o escravo na *Ação de Liberdade*.
[xxvii] O depositário é o cidadão responsável pela guarda do escravo enquanto trata de sua liberdade, em juízo. Muitas vezes o curador é também o depositário.
[xxviii] Nota publicada no jornal *Gazeta de Notícias* em 05 de setembro de 1883, apenso ao auto 9677. Ações de Liberdade - Ações Cíveis – 1º Ofício. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista. Mariana – MG.*

REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO POLÍTICA DAS CAMADAS POPULARES

Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento[i] - UEM

.

Esta comunicação tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a história política privilegiando alguns elementos que contribuam para entender a concepção política das camadas populares, bem como as suas formas de participação nos processos eleitorais. Sabe-se que há séculos inúmeros pensadores tem contribuído para a realização de uma profunda investigação sobre vários aspectos da arte de governar a polis; no entanto, a nosso ver, a discussão sobre a concepção e participação políticas das camadas populares ainda não faz parte das preocupações centrais dos historiadores do campo político, particularmente em nosso país.

Antes de prosseguir, convém salientar que a reflexão deste texto, em boa parte, se baseia na pesquisa que realizamos na nossa tese de doutorado sobre a eleição presidencial brasileira de 1989 na cidade de Maringá, intitulada *Olhar cotidiano sobre a política*. Uma das questões básicas que orientou esta investigação foi a tentativa de entender como votavam as pessoas pobres com baixo grau de escolaridade, que não faziam parte de nenhum partido, organização, sindicato ou militância política. Em outras palavras, pretendíamos saber o que orientava esses homens e mulheres no momento de dar o seu voto para um determinado candidato. Para tentar responder a estas indagações sentimos a necessidade de conhecer melhor a percepção dos sujeitos da pesquisa, ou suas visões de mundo, para citarmos uma noção bastante vaga e cômoda. Por esta razão, a nossa problemática central acabou por transcender a questão do voto propriamente dito, e objetivou conhecer o significado da política para as pessoas que não utilizam a linguagem do campo político profissional para se expressar, e nem sempre se baseiam nas suas categorias ou conceitos no momento de se relacionar com a chamada arte de governar.

No caso das fontes utilizadas para a realização da referida pesquisa, privilegiamos o trabalho com a história oral, entrevistando quinze depoentes de quatro bairros contíguos da cidade de Maringá, e realizamos pesquisas em dois jornais locais: O Diário do Norte do Paraná e O Jornal de Maringá, relativos ao ano de 1989. Também foi consultado, de forma complementar, os questionários com as amostras sobre a cidade de Maringá, de duas pesquisas nacionais de opinião pública do DataFolha, referentes ao ano de 1989, que investigaram razões de voto dos eleitores.[ii]

As discussões da pesquisa foram organizadas em seis capítulos, privilegiando, inicialmente, o contexto político, econômico e social em que ocorreu a eleição presidencial de 1989. No capítulo I, baseando-se na literatura que estudou esse período, fizemos algumas considerações sobre a transição política no Brasil, entre meados da década de 70 e o final dos anos 80. No capítulo II, realizamos uma síntese dos comentários da literatura que abordaram as razões da vitória de Fernando Collor em 1989 e, principalmente, procuramos analisar, através dos jornais de Maringá, o contexto em que ocorreu aquela eleição nessa cidade, e qual a imagem, ou traços de cultura política os entrevistados deixaram nas páginas da impressa local. No capítulo III, discutimos a atuação da mídia na eleição de 1989 e na eleição municipal de 2000 em Maringá, dando prioridade para a percepção dos depoentes; em relação a 1989 também foi analisada as falas que algumas pessoas deixaram nos jornais da cidade sobre a cobertura midiática nessa eleição.

No capítulo IV, abordamos os valores, ou as imagens que os depoentes manifestaram a respeito do poder, da política/eleição, e de outros temas ligados à vida pública. No capítulo V, investigamos o saber cotidiano sobre a política. Com esse objetivo, procuramos conhecer as experiências de vida das pessoas, os locais/espaços e meios onde se informaram e formaram as suas opiniões em relação à vida pública. Além disso, discutimos alguns aspectos ou critérios utilizados na escolha do candidato na vida cotidiana. Finalmente, no capítulo VI, procuramos avaliar

as transformações que parecem ter ocorrido na cultura política, ou percepções sobre a vida pública, de alguns depoentes, entre 1989 e 2000.

As reflexões da pesquisa sobre as questões do campo político foram feita com base nas contribuições teóricas e metodológicas da história social e cultural e do que poderíamos chamar, na falta de uma melhor definição, de história política renovada. Naturalmente não ignoramos a importância dos estudos clássicos sobre a política, - estamos a falar de uma disciplina que se constituiu como área de conhecimento ainda no início da era moderna[iii] - no entanto, no enfrentamento da problemática deste trabalho, privilegiamos o diálogo com autores que estudam a arte de governar dentro de pressupostos mais inovadores, comparados à herança clássica. Assim sendo, se para Max Weber (1963, p.98), a política significa "a participação no poder, ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado", em nosso caso, estávamos mais interessados em saber o que os cidadãos comuns pensam de tudo isso, e como participam nesse processo, particularmente nos períodos eleitorais. Desse modo, o Estado e suas instituições, o Congresso Nacional, os partidos e os políticos profissionais não fizeram parte da nossa preocupação central; mesmo a eleição foi vista muito mais como um momento privilegiado para estudar a percepção política dos eleitores do que propriamente como um objeto a ser investigado em todos os seus mecanismos de funcionamento.

Durante muito tempo uma das razões de censura à história política tradicional se devia ao fato dela ser elitista e só se interessar pelas minorias privilegiadas, esquecendo-se do povo, ou das camadas populares; todavia, como bem observou Rémond (1996), hoje, essa crítica não se justifica mais contra uma história que pretende integrar todos os atores sociais no jogo político. Nesse sentido, ao invés das grandes batalhas, heróis e mitos nacionais, reconhece-se a importância de se estudar os personagens anônimos e os grupos sociais marginalizados das instâncias de poder. Assim, seguindo essas novas abordagens, neste trabalho, procuramos

investigar a imagem ou a concepção que os populares possuem da política/poder, dos políticos, dos partidos, e da vida pública em geral.

Nesse quadro, a representação política, entendida como o exercício do poder por uma ou mais pessoas no lugar dos governados, ou, mais precisamente, a democracia representativa moderna, foi pensada na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (1989), a qual se aproxima dos nossos pressupostos a respeito desse assunto. Trabalhando com a noção de campo político, entendido como campo de forças e das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, Bourdieu argumenta que a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é substancialmente favorecida pelo desapossamento econômico e cultural da grande maioria. Por essa razão, a atividade política se torna o monopólio de um pequeno grupo de profissionais. Essa desigual distribuição dos instrumentos de representação do mundo social faz com que a política seja descrita na lógica da oferta e da procura. Dessa forma, os produtos políticos gerados pela concorrência entre os profissionais do campo político: problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos devem ser escolhidos pelos seus cidadãos com menor escolaridade, reduzidos ao estatuto de consumidores, cuja probabilidade de mal entendido é tanto maior quanto mais estiverem afastados do lugar de produção desses conceitos e significados.

A nosso ver, não é só a falta de educação formal que gera esse “mal entendido”, e nem sempre os cidadãos das camadas populares consomem esses produtos políticos de forma passiva, mas a reflexão de Bourdieu é importante para nos mostrar que a atividade política, entendida como ciência ou arte de dirigir os negócios públicos, ao se transformar em um conjunto de regras, conceitos e rituais, distanciou-se muito da vida cotidiana das pessoas comuns e acabou por constituir um campo fechado, praticamente inacessível para a maioria dos cidadãos que não são políticos profissionais e nem militantes.

Analisando as nossas fontes, tanto orais quanto escritas, sobre a eleição presidencial brasileira de 1989, encontramos fortes evidências de que os homens e mulheres que não dominam a linguagem do campo político profissional, e entre eles até mesmo pessoas com curso superior, geralmente falam e participam da política utilizando-se de códigos de saberes, princípios e critérios alheios àqueles consagrados pelo pensamento letrado. Tudo se assemelha ao encontro de universos muito distintos, e os períodos eleitorais são momentos privilegiados para estudar esse processo. Provavelmente essa deve ser uma das principais razões pelas quais muitas vezes o voto e o comportamento dos populares em relação à política não são explicados a partir de categorias ou conceitos próprios desse campo. Como o próprio Bourdieu (1987) observou, em outro texto em que discutia a questão da opinião pública, as pessoas podem engendrar respostas para diferentes problemas a partir de um sistema de valores implícitos, interiorizados desde a infância.

Acreditamos que no momento de ir às urnas as pessoas mobilizam saberes e percepções elaborados em meios muito distintos daqueles mais específicos do campo político. Assim, a simpatia pelo candidato, a crença em valores éticos e morais, o sentimentos de gratidão, ambos, ao que parece, inspirados na religião, são alguns dos elementos utilizados pelos eleitores analisados na hora de votar. Além disso, em alguns casos, nem a busca de um favor pessoal pode ser descartada como razão do voto. Raros são aqueles que se guiam por orientação partidária ou por ideologia quando participam da política. Observamos também que nem todos os pontos de um programa de governo são corretamente compreendidos por alguns eleitores.

Assim sendo, é possível afirmar que dificilmente iremos conhecer a concepção política das camadas populares, se nesta investigação utilizarmos apenas conceitos ou categorias que ignoram o saber cotidiano. Como bem observou Patrick Champagne (1996, p.36), o mundo político não é apreendido por todos a partir das categorias de percepções peculiares à política; pode haver política que venha a se exprimir por

palavras diferentes daquelas utilizadas pelos seus profissionais. Logo, não podemos atribuir a todos os esquemas de pensamento desse campo. Concordamos, portanto, com Champagne sobre a necessidade de situar os comportamentos e discursos dos agentes sociais em relação às concepções através das quais a política é percebida, e que estão longe de serem idênticas às dos cientistas políticos.

Desse modo, pensamos que para entender como o cidadão comum participa da política, não é suficiente constatarmos que o baixo grau de instrução ou de informação contribui para os seus "erros" ou "despolitização"; se assim fosse, teríamos de explicar porque pessoas com curso superior e acesso à informação não dominam adequadamente o conhecimento sobre a política. Naturalmente não devemos negar a relevância desses elementos: grau de escolaridade e informação; mas, para apreendermos melhor essa problemática, devemos levar em consideração que o homem comum tem como instrumento básico de percepção, as referências da vida cotidiana; esse universo e o campo político, enfatizemos, operam com códigos de conhecimentos muito distintos. Dessa forma, na vida do dia-a-dia os produtos do campo político são apropriados por registros diferentes daqueles que são inerentes a essa instância de poder. Mesmo para as pessoas das camadas populares que não desconhecem certos elementos do pensamento letrado, ou da ciência política, ainda assim, na hora do voto, normalmente elas mobilizam valores éticos/morais, religiosos, que constituem uma outra maneira de se relacionar com a esfera pública. Por esse motivo, pensamos que, em grande parte, é isto que produz os resultados "inesperados" das eleições. Dito de outra forma, e talvez carregando demasiadamente no argumento para ilustrar nosso raciocínio, tudo se passa como se nos momentos eleitorais dois universos distintos, saber cotidiano e campo político, se encontrassem de forma mais explícita; os rumos da votação – além do contexto político, econômico e social de cada eleição – em boa parte, resulta do diálogo estabelecido no passado e no presente entre esses dois campos.

É importante frisar que alguns conceitos ou categorias do campo político moderno foram elaborados pelo pensamento letrado, cujos cânones não orientam a vida do dia-a-dia de grande parte dos homens. Para estes, não ocorreu um total desencantamento do mundo, como esperava Max Weber (1963). Quando o assunto é a política, ainda existe muita gente esperando que Deus toque o coração do governante, ou ilumine suas ações. No entanto, devemos observar que, muitas vezes, uma boa parte do pensamento letrado trata essas atitudes tão comuns na vida cotidiana das pessoas meramente em termos de desinformação, obscurantismo, ou como a noite escura dos tempos à espera da iluminação. Desse modo, concordamos com de Certeau (1994, p.136-140), quando argumenta que as práticas e atitudes da vida cotidiana são tratadas por muitos estudiosos como se estivessem à espera de um saber "esclarecido" que lhes falta.

Evidentemente que se pensarmos a cultura como um campo de forças para o estabelecimento de valores, ou um sentido hegemônico a respeito das relações políticas, econômicas e sociais, na perspectiva de Reymond Williams (1979), parece plausível acreditarmos que através do processo de convivência com eleições, partidos e outras instituições públicas, as camadas populares vão se familiarizando com essas questões; mas o grau e a acepção em que ocorre a apropriação desses produtos políticos nem sempre recebem a devida investigação. Acreditamos que essa incorporação, com freqüência seletiva, não se faz dentro dos parâmetros imaginados por muitos estudiosos do tema. É por essa razão que uma das orientações básicas do nosso trabalho se inspira no pressuposto de que o procedimento mais adequado para estudar essa problemática é procurar entender como as pessoas que não utilizam as linguagens do campo político para se expressar percebem, compreendem a política e todas as questões relativas à vida pública a partir das suas experiências e concepções.

Nesse sentido, mesmo sabendo que corremos o risco de concluir esta discussão com truísmo, insistimos na idéia de que não adianta analisarmos as camadas populares baseando-nos somente nas categorias ou saberes do pensamento letrado sobre a política; se assim o fizermos, provavelmente muito pouca coisa iremos encontrar, além dos nossos próprios conceitos ou preconceitos.

---

[i] Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em história social pela PUC/SP. Fone – (xx44) 3226 9454. E-mail: lmiguel@wnet.com.br

[ii] As nossas concepções sobre as pesquisas de opinião pública estão mais explicitadas no artigo: NASCIMENTO, Luiz Miguel do. A história e as sondagens de opinião pública: apontamento para uma discussão metodológica. In: ROLIM, Rivail Carvalho, PELEGRINI, Sandra Araújo & DIAS, Reginaldo Benedito, (orgs.). História, espaço e meio ambiente. Maringá – ANPUH-Pr. 2000. P. 297-314.

[iii] Existe um consenso de que Maquiavel estabeleceu as bases do pensamento político moderno quando distanciou-se da escolástica medieval, e, à semelhanças dos renascentistas, procurou fundar uma nova ciência baseada na investigação empírica; o objeto das suas reflexões seria a realidade política pensada como prática humana concreta, cuja ênfase seria focada no poder do Estado. Com esse procedimento, ele fundamentou o conhecimento secular e autônomo do político, separado da ética e do direito. MARTINS, Carlos Estevam. Vida e obra. *In*: MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe - escritos políticos. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1999. P. 16-17 (Os Pensadores).

"TEATRO DE ABSURDOS"[1]: O RIGOR JUDICIAL NOS PROCESSOS DE DEFLORAMENTO EM GUARAPUAVA (1940-1945)

Luizangela Costa Padilha

"Passando ao exame da ofendida, que foi colocada em posição ginecológica sobre a mesa apropriada, afastadas as pernas e posta a descoberta, pelo afastamento dos grandes e pequenos lábios, a membrana hímen, verificaram os peritos que a mencionada membrana se encontrava dilacerada em vários pontos e os retalhos já completamente cicatrizados"[2]

Este é um trecho do auto do exame de defloramento contido num processo judicial de crime de sedução, no qual se investigava o desvirginamento de uma jovem de 17 anos. A particularidade do caso é que esta moça estava grávida há, aproximadamente, cinco ou seis meses. Uma gravidez aparente, o que, portanto, dispensava qualquer exame de virgindade. Além desse caso, localizei mais 25 processos com casos semelhantes, apenas no intervalo de cinco anos (1940-1945) na Comarca de Guarapuava.

Dentre esses processos, 15 envolvem mulheres que estavam grávidas no momento do exame, e 11 tratam de casos em que a vítima esteve grávida e já havia dado a luz antes mesmo da data do exame. Houve casos em que o exame foi marcado, mas a vítima não pode comparecer porque estava se restabelecendo do parto, porém, alguns meses depois, teve que comparecer no horário e data remarcados para o exame de virgindade.

A problemática do estudo consiste em identificar porque existia tanta rigidez na investigação dos crimes de defloramento, a ponto de serem realizadas etapas desnecessárias ao andamento normal do processo; e, se tais procedimentos, que consistiam na realização do exame de virgindade em mulheres grávidas, podem ser considerados, também, como uma forma de violência contra a mulher. Uma forma de opressão que não se configura pela violência física, mas que, mesmo assim, não deixa de ser violência. Pierre Bourdieu proclama que "é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento

que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra"[3], e isso, segundo o autor, é representado sob a forma de violência simbólica – aquela, que está à vista de todos, mas que ninguém vê.

A minha pesquisa não é, de maneira alguma, feminista, e, tampouco, vitimiza a mulher. Michelle Perrot[4] trabalha com a representação da mulher como parte da história reservada aos excluídos, ao lado dos operários e dos prisioneiros. Porém, destaca que as mulheres, mesmo sendo objetos de dominação (e opressão) de um determinado sistema de poder, também são detentoras de *poderes*. Esses poderes são definidos pela autora como "fragmentos múltiplos (...), 'influências' difusas e periféricas", que são exercidos pelas mulheres quando elas utilizam os recursos que estão ao seu alcance, na família, no trabalho ou nas relações sociais.

Ainda nessa discussão podemos acrescentar a contribuição de Mary Del Priori quando ela afirma que as mulheres eram detentoras de "invenção, engenhosidade, capacidade de criar, na precariedade do dia-a-dia, a malha mais fina do tempo social em torno do que a história se fazia"[5]. Ou seja, que as mulheres são sujeitos da história e depositárias de *poderes* enquanto cidadãs, trabalhadoras, mães, filhas e esposas; que exercem papel fundamental, embora silencioso, no seu ambiente de trabalho, na família e na sociedade.

Retomando as articulações de Michelle Perrot, podemos perceber o convite à releitura das questões que envolvem as mulheres, o que não significa uma genealogia de tais assuntos. O que a autora propõe é o confronto do problema com o contexto que o produziu. No caso da minha pesquisa é o confronto do rigor judicial com a moralidade vigente na época e local pesquisados. A intenção real do estudo é a análise do rigor judicial aplicado nos inquéritos policiais deste crime, inscrito no art. 217 do Código Penal brasileiro[6]; bem como da moralidade vigente na época e local; e, também, identificar as relações de poder no sistema judicial, o que, acredito, resultava em violência simbólica – neste caso contra a mulher.

Na maioria dos processos analisados, os defloramentos ocorreram com a ofendida em plena consciência e juízo de seus atos e sem o emprego de violência, um dos quesitos que faz com que o crime não se caracterize como estupro, mas sim como crime de sedução[7].

A relação sexual entre os protagonistas do processo (a vítima e o acusado) pode ter sido – e em vários casos tudo indica que foi – um momento desejado, também por ela, e, sendo assim, uma situação agradável, não violenta.

Em alguns casos, o crime se dava entre namorados, em que a moça era seduzida por seu amado e como prova de amor o entregava sua maior virtude: a virgindade; julgando que ele cumpriria então a sua parte: reparar a "desgraça" com o casamento. O problema é que a promessa ia se renovando e a prova de amor se repetindo, até que o inevitável acontecia: a gravidez. Neste momento vinha à tona o ocorrido para todo o meio social que ela vivia, e era, também, nessa hora que começavam os atos de violência contra ela, que, na verdade, não havia sido violentada fisicamente, mas agora era moralmente. Essa "modalidade de violência que, embora não compreenda atos de agressão física, decorre de uma normatização cultural, da discriminação e submissão feminina".[8]

Ela era apontada como *perdida, desonrada, desvirtuada, desonestada*. Estava grávida e abandonada pelo "causador" da gravidez. Seu pai, como um bom chefe de família, tenta retomar a honra do seu nome denunciando o crime[9]. Aí o fato se torna um "caso de polícia". Tudo dentro dos trâmites legais: depoimentos, declarações, exame de defloramento... Exame de defloramento? Uma mulher grávida precisa de provas de que não é mais virgem?

Acredito que a jovem (ingênua ou não) que se deixou levar pela paixão, se entregou, engravidou e foi abandonada, já havia sido humilhada o bastante pela sociedade e com o abandono. Mas ainda teria de passar pelo constrangimento de ser examinada por homens, os peritos, que apenas confirmariam o que estava à vista de todos. Analisando as fontes, percebi que a vítima era examinada por dois peritos e o exame era assistido por mais quatro pessoas. Ressaltando para o fato de que todo o conjunto judicial era composto por homens, o que

contribuía, ainda mais, para o constrangimento da mulher examinada. Terezinha Saldanha em artigo relacionado (também) ao crime de sedução na Guarapuava do início do século XX, discute a questão da violência e do poder nas representações jurídicas. Ela procura explicar que "se o estupro é uma forma de violência, a denúncia frente a um delegado e um escrivão e o exame de defloramento também não o deixam de ser"[10].

Considerando esses fatos, penso que se faz bastante necessário abrir uma discussão sobre as formas de normatização, disciplina e controle impostos às mulheres pelo sistema vigente naquela época, através da polícia, do aparato judicial e do Código Penal.

O Código de Processo Penal deixa dito, de forma bem clara, em seu art. 158 que "quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito", porém, alguns juristas, como, por exemplo, Medeiros e Moreira[11] divergem a respeito disso ao considerarem o exame genital um ato contrário aos costumes e ao pudor.

O Código Penal em questão entrou em vigor em 1940, substituindo o antigo que era utilizado desde 1890, as mudanças trazidas pela vida urbana no início do século trouxeram à tona a exigência de um novo código que pudesse atender às necessidades da nova sociedade. Na década de 1930 os juristas concordaram com a revogação do código de 1890, porque o julgaram ultrapassado e baseado em conceitos de moralidade antiquada. Sobre a reforma do Código Penal em 1940 e a polêmica à cerca da virgindade com a descoberta de vários tipos de hímen, Sueann Caulfield propõe uma observação através dos discursos dos juristas da época, e já inicia seu artigo indagando: "Que virgindade é essa?"[12].

A época pesquisada (1940-1945) é, portanto, um tempo de mudanças, de transições. Então se torna importante para a pesquisa analisar os efeitos dessas mudanças em uma sociedade tradicional e conservadora como era a da região de Guarapuava naquela época.

Segundo Alcioly Gruber de Abreu, nas "regiões centro-oeste e sul do Paraná, atingidas pela expansão da sociedade tradicional campeira, reproduziu-se o mesmo estilo de vida patriarcalista baseado na aristocracia fazendeira"[13].

Localizadas na região centro-oeste do estado, as terras guarapuavanas se encaixam perfeitamente nesta descrição. Devido a este "estilo de vida patriarcalista", os cidadãos da região possuíam as características próprias de uma sociedade extremamente tradicionalista, e uma delas é a probidade no cumprimento de seus deveres. Esse fato pode ser uma justificativa para a dureza judicial, nos crimes de sedução, na referida região.

As principais fontes pesquisadas são os processos-crime de defloramentos resultantes em gravidez ocorridos na Comarca de Guarapuava entre os anos de 1940 e 1945[14].

Para analisar tais processos, que perfazem um total de 26, julgo conveniente – por uma questão de praticidade no estudo e análise – os dividi em dois grupos: (1) aqueles em que a vítima estava, no momento do exame, grávida; e (2) aqueles em que ela já havia estado grávida (em decorrência do crime) antes de ser submetida ao exame.

O ponto fundamental pesquisado nessas fontes é o auto do exame de defloramento, mas também se faz extremamente necessária a análise dos depoimentos das vítimas, dos pais das vítimas (que eram, quase sempre, os denunciantes), das testemunhas e dos acusados, bem como dos discursos de advogados, promotores e juízes. Essas análises tornam possível a realização dos objetivos propostos na pesquisa, como, por exemplo, a questão da moralidade predominante na época e local estudados e também na investigação das relações de poder inseridas no processo judicial. Outras fontes de igual relevância são os próprios códigos: Penal e de Processo Penal, assim como os pareceres de juristas sobre as leis em questão.

Quanto à tipologia de fontes que utilizo, Ronaldo Vainfas destaca que, como a microanálise trata de personagens anônimos, só é possível conhecer a vida deles através de algum fato incomum ocorrido com o sujeito da história[15], que, neste estudo, seria a mulher deflorada. Portanto, é pertinente o uso de fontes judiciais – os processos-crime – para viabilizar uma reconstrução da moralidade presente na sociedade em que viviam as protagonistas da história pesquisada. Moralidade essa, que pode ter influído profundamente nos procedimentos de investigação dos crimes de defloramento e na vida de cada uma daquelas mulheres.

Esse trabalho contribui à historiografia das relações de gênero, considerando o fato de tratar de uma problemática original. Também tem grande importância para a produção historiográfica da América Latina, mais especificamente para os estudos sobre o sul do Brasil, que só recentemente têm despontado novos temas e perspectivas de abordagem.

Notas

[1] Expressão da Prof. Joana Maria Pedro.

[2] Processo-crime de defloramento de Ernestina Ferreira Caldas, 1940, Arquivo Municipal de Guarapuava.

[3] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.11.

[4] PERROT, Michelle. "As mulheres, o poder, a história." In: **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.167-231.

[5] DEL PRIORE, Mary. "História das mulheres: as vozes do silêncio." In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4ªed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 227.

[6] "Sedução: Seduzir mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança". Código Penal, art. 213.

[7] "Estupro: Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência e grave ameaça." Código Penal, art. 217.

[8] SOIHET, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano." In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2000, p.362-400.

[9] Rachel Soihet afirma que a honra da mulher é entendida como se fosse relacionada somente com a sua sexualidade, e ainda alerta para o fato de que isso só poderia ser legitimado pelo homem, o que configura a idéia de que a honra da mulher, na verdade, seria a honra da família. É nesse sentido que a autora explica: "a identidade sexual e social da mulher (...) é moldada para atender um sistema de dominação familiar e social". In: SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1989. p.333.

[10] SALDANHA, Terezinha. "Amor proibido ou crime de sedução – violência e poder nas representações jurídicas nos processos-crime (1900-1930)." In: **Analecta**. v.2, nº3, jul/dez. Guarapuava/PR, 2001, p.121-140.

[11] MEDEIROS, D. C. e MOREIRA, A. **Do crime de sedução**. Rio de Janeiro: Livrarias Freitas Bastos, 1967.

[12] CAULFIELD, Sueann. " 'Que virgindade é esta?' A mulher moderna e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940." In: **Acervo**: revista do Arquivo Nacional. v.9, nº1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996, p.165.

[13] GRUBER DE ABREU, Alcioly Therezinha. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

[14] Estes documentos estão localizados no Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava.

[15] VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

UMA AFRICANA "LIVRE" VENDEIRA DE FATOS OU A "PENÉLOPE AFRICANA" (Recife, 1830-1844)

Maciel Henrique Silva

Mestre em História pela UFPE; Prof. do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – CEFET-PE

Em 1831, a escuna Clementina conduzia para Pernambuco 188 escravos, entre africanos e africanas, quando teve sua carga apreendida no litoral norte pernambucano. Nele vinha a africana Cândida Maria da Conceição, ou quem depois veio a ser assim nomeada. O seu nome antigo, bem como a sua origem, parece irrecuperável. Os registros não esclarecem de qual nação Cândida provém. O seu nome é um código comum da linguagem senhorial, e representa a imagem que dos escravos se espera, denotando ideais costumeiros de fidelidade, candura, submissão, passividade. Assim, muitas escravas eram nomeadas Fidélia, Clemência, Pacífica, Cândida, nomes que, de modo sintético, *enclausuravam-nas* também lingüisticamente.[1]

Mas Cândida se enquadrava juridicamente em uma categoria nova, criada em razão da pressão inglesa no combate ao tráfico de escravos, e que era a de '*africana livre*'. Não era, portanto, escrava, forra ou plenamente livre, uma vez que vivia com a liberdade suspensa sob uma situação que Robert Conrad denominou de "legalidade dúbia".[2] A lei vigente estabelecia que os africanos traficados ilegalmente seriam imediatamente emancipados, embora devessem passar por um período de 14 anos de aprendizado e adaptação à nova terra, para só então serem inseridos no grupo dos livres. Esta medida se justificaria, portanto, por um apelo humanitário. Cândida, sob a condição acima prevista, havia sido considerada liberta em 11 de outubro de 1831, e arrematada por um particular, de nome Marcolino José Ferreira, no dia 14 de Janeiro de 1832.[3] Pelos termos de arrematação, Marcolino ficaria responsável por ensinar um ofício a Cândida, vesti-la, alimentá-la e ensinar-lhe a doutrina cristã. Seus serviços foram arrematados por 12$000 réis anuais, e ela deveria trazer $480 réis diários para seu contratante.

Era preciso ser uma ótima vendedora para todos os dias cumprir esse valor, mas seria provavelmente com tais recursos que Marcolino a sustentaria, ficando ainda com o restante. A acreditar em Cândida e nos depoimentos a seu favor, ela seria de fato uma excelente vendedora, pois suas testemunhas afirmam que ela mesma se mantinha com "*seu pequeno negócio*".[4] Mesmo considerando gastos eventuais, tratava-se de um negócio muito vantajoso para o arrematante. Mesmo assim, Marcolino julgou melhor alugar Cândida, e assim evitar os gastos com sua manutenção, que ficaria a cargo da locatária.[5]

No final de 1842, Marcolino já havia falecido. Cândida apenas começara a mover uma *Ação de Justificação* pela qual desejava comprovar que poderia *viver sobre si*, sem necessidade de tutela e que, portanto, deveria adquirir plena autonomia como previa o Alvará de 1818. A partir de então, tinha início uma querela que envolveria a africana e a viúva do falecido, d. Anna Nobre Ferreira, permeada por interpretações diversas do significado da liberdade e dos códigos culturais vigentes relativos à *mora*l e aos *bons costumes*.[6]

Além do suporte indispensável do advogado José Bernardo Galvão Alcanforado, dois taberneiros portugueses testemunharam favoravelmente à causa da vendeira de fatos, afirmando que ela "sabe a Doutrina Cristã" e que "é de bons costumes"; além dos taverneiros, havia outra testemunha, e todos ofereceram idêntico depoimento. E Cândida ainda conseguira que nove testemunhas declarassem conhece-la, confirmassem seus "bons costumes", e julgassem-na "muito bem morigerada, e com capacidade de viver sobre si, independente de curador, e com o uso que tem de Fateira pode ganhar para sua subsistência.".[7]

Mas d. Anna Nobre não estava nem um pouco disposta a perder os serviços de Cândida, e usou de todos os argumentos possíveis, desde aqueles supostamente respaldados pela interpretação judiciosa da lei, até aqueles que não passavam de consensos comuns e representações buscados diretamente no universo cultural compartilhado pelos demandantes. Viúva, e com filhos cujo número e idade não foram mencionados, certamente havia um componente de necessidade econômica no seu esforço em manter Cândida atrelada ao

contrato de locação. No dia 12 de março de 1843, a arrematante responde à notificação do Juízo e nomeia um advogado, iniciando-se assim um embate desigual de representações entre a viúva – mulher supostamente de honra, valorizada socialmente pelo casamento e filhos legítimos, e talvez pela cor – e a africana livre, para quem a dificuldade em comprovar a adoção dos princípios culturais prescritos e a aquisição de uma plena "perfeição", como exigia a lei, constituirá uma tarefa difícil, diante dos obstáculos pautados pelo ceticismo da elite em acreditar em uma vendeira de cor, africana, que adentrava o mundo da rua (tido como lugar desonroso para uma mulher decente) quase todos os dias.

O principal argumento da viúva visa atingir a imagem da vendeira. Afinal, o próprio Alvará de 1818 impunha condições diretamente ligadas ao caráter dos africanos para emancipá-los ou não. Logo no início, d. Anna julga que a africana fora seduzida,[8] e que "de mãos dadas com seus adoradores tem incomodado este respeitável Juízo, a fim de ver se, iludindo-o, pode com plena liberdade, e mais franqueza entregar-se às orgias, e devassidão, para o que, na verdade, está magistralmente habilitada.".[9] Dessas acusações de licenciosidade e devassidão é que advém a ironia de alcunhar Cândida de *Penélope Africana*, insinuando assim que só ela e seus 'adoradores' a consideravam tão perfeita. Para a viúva, a vendeira estaria inapelavelmente se entregando à prostituição, e fora levada a demandar por sua liberdade pela sedução das testemunhas, particularmente os portugueses proprietários de tavernas. No séc. XIX era comum associar tabernas a um comportamento vicioso. Teria sido pela sociabilidade da venda e pelos laços de vizinhança que Cândida mantivera contatos com os taverneiros.[10]

D. Anna acusou a africana de ter um gênio *violento*, *inquieto*, *desvairado*, *atrabiliário*. O que implica dizer que, do ponto de vista da viúva, Cândida não poderia jamais ser posta *ao ganho*, situação que lhe propiciaria maior autonomia. Ao contrário, o sistema de aluguel, com vigilância por parte do locador, seria o menos nocivo aos seus interesses. Cândida, na visão da viúva, não teria os requisitos morais necessários para ser uma "*boa vendeira*".

A viúva não precisou provar todas as acusações impingidas à africana *livre*. Não foram apresentadas testemunhas que confirmassem o fato alegado de que a vendeira se vestia com as roupas destinadas a vender, nem havia também documento que comprovasse a agressão física a um escravo. O único documento que, de certa forma, funcionou como um depoimento, tratava-se de uma carta supostamente escrita pela mulher a quem Cândida estava alugada.[11] O advogado de Cândida suspeitou de que a carta era falsa, mas os juízes não exigiram comprovação por parte da viúva. Na carta, acusava-se Cândida de ser um tanto 'desregrada' (referindo-se a '*desmanxos*', e '*vadiações*') e de causar algum prejuízo por não vender as roupas. Difícil afirmar se a carta era verdadeira ou falsa. Mas o interessante é que ela expressa e insinua sentidos e interpretações compartilhados pelo universo cultural dos que viviam do serviço de outras pessoas, estas geralmente de cor. Era muito comum que criados e criadas, vendeiros e vendeiras de rua, de condição escrava ou não, fossem objeto dos comentários negativos de seus senhores e patrões, como um instrumento de controle: ao trocarem informações sobre a africana *livre*, os possuidores do serviço dela estavam tacitamente tratando-a como escrava, alguém sobre quem deve recair a vigilância senhorial.

A defesa de Cândida não contestou diretamente os incisivos ataques à sua moralidade. Contestou, todavia, pontos mais gerais que lhe atribuíam características de mau comportamento, bem como aqueles relativos a sua capacidade para o trabalho. Opondo-se ao argumento que mencionava as despesas, o advogado afirma que Cândida dava lucros equivalentes a 15$000 réis mensais. Logo, durante os 11 anos em que trabalhou para a viúva, ela já tinha compensado *abundantemente* as despesas, e além disso a longa experiência e socialização decorrentes desse tempo haviam-na tornando capaz de plena autonomia. Isto é, a africana tinha cumprido a sua parte no contrato: prestado serviços lucrativos suficientes para a indenização das despesas da arrematante e adquirido as condições sócio-culturais básicas exigidas pela lei para sua inserção no grupo dos livres.

Havia ainda outro argumento a contestar. A africana seria 'rixosa', como se afirmava comumente na época de tantas mulheres negras e mestiças? Faria ela os distúrbios de que era acusada? O seu defensor não negou o caso específico do ferimento cometido por Cândida a um escravo, mas alegou que não havia prova de que o crime tenha ocorrido, e que, mesmo sendo verdade, o fato não a tornaria *rixosa* ou *de maus costumes*. Além do que, deveriam ser verificados os motivos do crime. O advogado qualificou o acontecimento como um "fato isolado, que não pode estabelecer prova do caráter, e costumes da Justificante".[12] A rua, enquanto ambiente onde se dá a vida social de grande parte de negras e mestiças, era um espaço repleto de situações conflituosas, envolvendo pessoas de mesma cor e condição social ou hierarquicamente diferentes. Roubos, estupros, agressões físicas, assédios, palavrões eram freqüentes. Viver nas ruas demandava da parte das negras e mestiças atitudes de autoproteção, o que significava um comportamento pouco aceito pelos rígidos códigos do patriarcalismo.[13] Não é, portanto, improvável que Cândida tenha mesmo agredido um escravo pelas ruas. Daí a considerar tal ato um índice dos *maus costumes* da africana já é outra coisa. Entretanto, para a época, qualquer ato ou gesto mais insubmisso da parte de pessoas de grupos sociais inferiores era visto como sinal de rebeldia ou ingratidão pela elite branca. Cândida talvez tivesse violado o limite tênue entre o *certo* e o *errado*, e além disso a viúva insistia em situá-la no limite do *desonroso*, do comportamento sexual imoral, em oposição à sexualidade austera que se exigia das mulheres *honradas*, em geral tidas como mulheres brancas.

Derrotada na primeira instância, Cândida ainda não desistiria. Determinada a continuar o embate, mandou lavrar termo de apelação, voltando-se agora para o Tribunal da Relação, na esperança de que este Tribunal reformasse a sentença exarada pela 1ª Vara do Recife. José Bernardo Galvão Alcanforado lamenta que o Juiz tenha desprezado o depoimento das três testemunhas, e tece comentários que põem em dúvida a letra da lei e a realidade vivida pelos africanos livres. Por mais que reafirme sua confiança na legislação, deixa transparecer certo

ceticismo em relação a seu efetivo cumprimento. Os serviços que os africanos prestavam seriam apenas para compensar os gastos dos arrematantes, não para mantê-los sob um regime de "disfarçada escravidão". Entretanto, os arrematantes particulares interpretavam a arrematação como escravização de fato, e não como uma responsabilidade pela socialização e efetiva emancipação dos seus arrematados.[14]

O advogado da viúva, por sua vez, julga a lei relativa aos africanos como portadora de virtudes humanitárias que deveriam ser cumpridas. Entretanto, libertar Cândida antes dela se tornar capaz para a vida dos livres seria um ato contrário à caridade. Mais uma vez, o componente sexual aflora grosseiramente no documento. Haveria, da parte dos defensores da africana, interesse em prostituí-la, e por isso estariam criando imaginariamente uma perfeição que não existia em sua "Penélope africana".[15] Pode-se imaginar que, quanto à perfeição, Cândida não devia ser uma Penélope – ideal talvez inatingível para qualquer mulher –, mas quanto à perseverança e o trabalho incansável de tecer e desmanchar os fios que a fariam reencontrar a liberdade, ela seria mesmo uma Penélope.

A representação que preponderou foi a de que Cândida era uma preta rebelde, em uma época onde a rebeldia incluía não somente a radicalização e o enfrentamento entre a elite e seus subordinados, mas uma multiplicidade de gestos cotidianos. O que o documento não diz abertamente, mas deixa indícios, é a falência da negociação que deve ter acontecido entre Cândida e a arrematante de seus serviços. O comportamento da vendeira não se amoldou ao espírito negociador de muitos outros em condição similar a sua. Essa negociação falida, ou sequer tentada, deve ter levado a fateira a mover a ação contra os interesses da viúva.[16]

O insucesso de Cândida não deve surpreender, afinal ela não estava lutando contra um plano maquiavélico da burocracia imperial para manter os africanos na condição de escravos, mas contra algo que estava inscrito na própria sociedade escravista e patriarcal, e que vinha a ser a visão de que os africanos eram perigosos para a ordem social, seja por seu potencial de resistência, seja pela incompatibilidade entre seu status de livre e a hierarquia escrava, como

notou Beatriz Gallotti Mamigonian.[17] O contexto de formação do Estado Nacional, por sua vez, também não era favorável aos africanos de modo geral. A tensa conjuntura política pós-Abdicação – e mais ainda pós-revolta dos Malês de 1835 – era particularmente complicada para os negros em geral, e sobretudo para os inúmeros africanos/as lançados ilegalmente em grandes contingentes no país após 1831. Acusavam-se os africanos/as de serem moralmente corruptos e, logo, distantes do ideal de "povo ativo e morigerado" acalentado pela elite imperial. Na verdade, a idéia de construir uma "nação" morigerada e trabalhadora passava pela resolução do problema da mão-de-obra. Nesse sentido, segundo Jaime Rodrigues, "O africano foi se tornando um mau trabalhador nos discursos dos parlamentares, especialmente no início da década de 1830.".[18] Diante desse contexto adverso, dificilmente as autoridades judiciais da Corte dariam ganho de causa à vendeira africana *livre*.[19]

Para Beatriz G. Mamigonian, os africanos *livres* reconheciam sua condição como a de escravos, e eram pautados por esse reconhecimento que eles exigiam dos arrematantes que cumprissem as mesmas obrigações que deviam cumprir com seus escravos. A mesma autora assinala ainda que uma arma freqüentemente usada nas petições de emancipação era dirigir as reclamações ao governo oficial, mas tal arma somente seria utilizada quando os africanos percebiam que "o tempo tinha se tornado favorável".[20] É nesse sentido que o caso da vendeira Cândida se torna particularmente interessante. Ela, como vimos, não esperou ao menos que se completasse o termo de arrematação com seus 14 anos de serviço. Do mesmo modo, ela não estava reclamando de possíveis maus-tratos, estava sim contando com suas próprias qualidades e com os dispositivos legais que a beneficiavam. Não foi suficiente.

A história de Cândida é a história de uma luta árdua para alcançar a autonomia, ainda que precária, e sair de uma situação de liberdade fictícia em que vivia. A ironia do advogado de d. Anna Nobre, ao chamar Cândida de "Penélope Africana", pode ter seu sentido revertido, indicando aquela que tenta sem cessar alcançar sua liberdade. Se ela não era "casta" como Penélope, certamente era persistente e perseverante em seus objetivos. A viúva que dela

extraía o aluguel mensal, respaldada por seu advogado, conseguira construir um conjunto de representações maniqueístas que lhe valeram continuar na posse dos serviços de Cândida. Opôs sua reputação de *viúva honesta* – provavelmente branca ou tida como tal – à condição da vendeira preta, que seria sexualmente sem honra, propensa a licenciosidades, freqüentadora de tabernas, briguenta.

---

[1] Para os nomes dos escravos, Cf. SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 174; uma descrição pormenorizada do apresamento da escuna está em CARVALHO, Marcus, J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, pp. 244-246.
[2] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 55.
[3] Ver fl. 4v da Apelação Crime (1843-1844). Apelante: Cândida Maria da Conceição; Apelada: D. Anna Nobre Ferreira. (AHGP), Tribunal da Relação. Daqui adiante abreviada para "Processo".
[4] Os depoimentos situam-se da fl. 6 à 10v do Processo.
[5] Alugar africanos e africanas livres não era expressamente proibido aos arrematantes, e ao menos no Rio de Janeiro essa era uma prática muito comum. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **To be a Liberated African in Brazil: Labour and Citizenship in the nineteenth century**. University of Waterloo, Ontario, Canada, 2002, pp. 99-100.
[6] Já em 1839, Cândida havia tentado pela primeira vez ser emancipa, mas sem sucesso.
[7] Fl. 27 do Processo.
[8] No contexto do documento, seduzir (do latim, *seducere*) significa não apenas induzir alguém ao erro ou ao mal, mas ainda tem o sentido mais comum de levar alguém a ter relações sexuais. Uma sedução que parece ser recíproca, pois as testemunhas são descritas como "*seus adoradores*"; o que implica reconhecer uma possibilidade real de Cândida ter investido seus encantos sexuais e outras artes de convencimento para trazer os taverneiros para seu lado. Sidney Chalhoub, no excelente texto de *Visões da Liberdade*, aponta para esse jogo de sedução em que o sedutor é seduzido. Ver o caso da escrava Fortunata em CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 109.
[9] Fl. 14 do Processo.
[10] Fl. 14v do Processo.
[11] Fl. 20 do Processo.
[12] Fl. 25v do Processo.
[13] Cf. SOARES, Cecília. '*A negra na rua, outros conflitos*. Pp. 35-47. In SARDENBERG, Cecília M. B. Et. al. (orgs.) **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.
[14] Fl. 33 do Processo.
[15] Fl. 35 do Processo.
[16] Para a negociação escrava e seus limites, Cf. REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; e CARVALHO, Marcus, J. M. de. Op. Cit.
[17] Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. Cit., p. 105.
[18] Cf. RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: São Paulo, Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.
[19] Cândida, mais uma vez derrotada no Tribunal da Relação de Pernambuco, interpôs um Recurso de Revista ao Supremo Tribunal do Rio de Janeiro. A partir de então desconhecemos os rumos da querela.
[20] MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. Cit., p. 101.

ARQUITETURA SACRA NA CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM URBANA: A REALIDADE DE JOÃO PESSOA – PB

Macielle Nóbrega Dua
maciellenobrega@hotmail.c

Fundada no final do século XVI, ao dia 5 de agosto de 1585, durante o antigo sistema colonial e a terceira fase de colonização no Brasil, a cidade de João Pessoa surgiu às margens do Rio Sanhauá, entre a várzea e a colina, com o nome de Nossa Senhora das Neves (SILVA ,1995,p.21) . Por questões de controle e de defesa, passa a ocupar o alto da colina, de onde era possível proteger a entrada de invasores pelo Rio. Segundo Zanini (1983, p.103) "a escolha de um sítio elevado dominando um estuário bem como os dificultosos caminhos de terra forma uma caracteristica das cidades portuguesas, levado a todo o seu mundo colonial".

Posteriormente a população passa a ocupar a parte leste da cidade, chegando à praia, séculos mais tarde. Assim definem-se as áreas integrantes da cidade, desde o início da sua ocupação, como: Cidade Baixa – núcleo inicial da cidade, primeira ocupação às margens do rio Sanhauá; Cidade Alta - segunda ocupação, centro religioso e político, que continha as principais residências; e Praias - expansão da cidade, equivalente a terceira ocupação.

Para intensificar a defesa da cidade, foi contruído o forte do Varadouro, ao lado da colina, próximo à rua que se chama Ladeira de São Francisco que, juntamente com mais duas trilhas, fazia a ligação entre a cidade baixa, onde estava situado o antigo Porto do Capim e a Capela de Nossa Senhora das Neves, na cidade alta. (SILVA, 1995, p.22).

Após um período de conflitos, em 1588, a cidade passa a possuir mais uma rua, a Rua Nova, onde estava situada a Capela de Nossa Senhora das Neves. Mais tarde, em 1612, a Casa de Câmara e a cadeia, situados, também, na Rua Nova foram transferidas para o Largo do Erário, atualmente Praça Rio Branco. Os terrenos onde estavam situadas essas construções foram adquiridos pelos frades de São Bento, que construiriam o pequeno Mosteiro de São

Bento. Os franciscanos também receberam um terreno na cidade alta, dando início à terceira rua em 1589, a Rua Direita, que possuía direção axial e contínua a caminho de Recife.

Os jesuítas, presentes na cidade desde sua fundação, construíram a capela de São Gonçalo, localizada na parte sul da cidade, junto a uma pequena tribo dos índios tabajaras. (BARBOSA, 1994, p 138).

Sob domínio espanhol, a então Filipéia de Nossa Senhora das Neves prosperava após guerras; as construções aumentaram e, entre 1600 e 1630, foram construídos o Mosteiro Carmelita e a igreja da Misericórdia, expandindo a cidade no sentido Leste e Sul, consolidando o Bairro de Tambiá (SILVA, 1995, p.24). Foi construída também a capela de São Frei Pedro Gonçalves (1692), na cidade baixa.

Com um traçado regular e xadrez, característico das cidade de colonização portuguesa, (ZANINI, 1983, p.116) a malha urbana da cidade, nesse momento, encontrava-se delimitada pela capela de Nossa Senhora das Neves e Mosteiro de São Bento (Oeste), Igreja da Misericórdia e a Capela de São Gonçalo (Sul), Igreja de São Francisco (Norte) e Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo (Leste). As igrejas encontram-se distribuídas de tal maneira a formar uma cruz latina na malha urbana (MAPA 01).

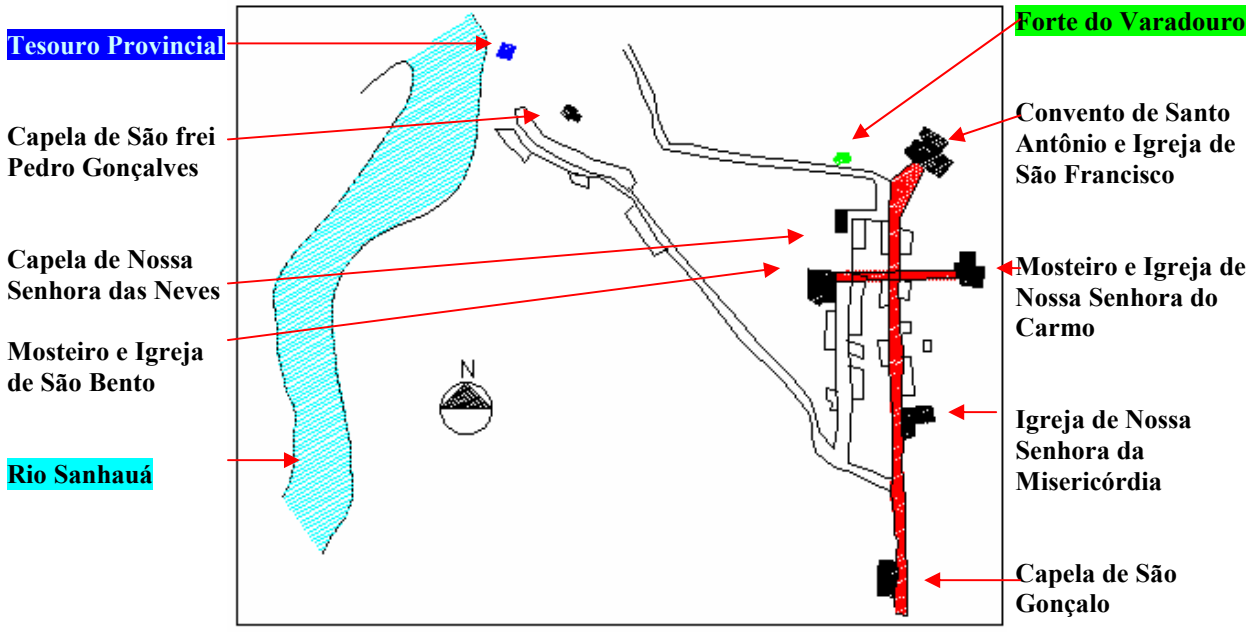

MAPA 01: -Malha Urbana séc. XVII

As igrejas, mesmo quando eram pequenas capelas ou só possuíam o terreno onde iriam erguer-se, traçavam ruas, delimitando a cidade. Essa influência da Igreja no traçado urbano vem desde o século XIII, quando a partir da Catedral ao centro, eram traçadas linhas perpendiculares, formando os quatro pontos cardeais e o crucifixo, tomando como símbolo Roma e Jerusalém. Já nas cidades medievais, as igrejas formavam uma cruz latina, representando ”a cabeça, os braços e os pés de Cristo” (BRANDÃO, 2001, p.41).

Os holandeses invadem a cidade por volta de 1634, modificando seu nome para Frederica, fazendo com que alguns habitantes fugissem para o interior. Utilizaram o Mosteiro de São Bento e a Igreja de São Francisco como locais de defesa devido à posição estratégica dessas edificações. Quando os jesuítas expulsaram os holandeses em 1654, a cidade começa a aumentar sua população, provocando grandes mudanças na constituição urbana (MUNIZ,1985, p.46), passando a se chamar de Parahyba.

Devido ao período de turbulência instalado na cidade com a ocupação holandesa foi necessário, após a expulsão, instaurar o processo de sua recuperação com a retomada da economia açucareira, assim como a conclusão das edificações que foram paralisadas durante a ocupação holandesa (SILVA, 1995, p.22).

Foto 01- Rua Direita, atual Duque de Caixas, vendo-se a igreja do Rosário dos Pretos. (1920)
Fonte: acervo Humberto Nóbrega

No século XVIII são iniciadas também várias obras de construções de igrejas: no ano de 1728 foi construída a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (foto 04) que já possuía uma pequena capela onde foi erguida a igreja de Nossa Senhora do Carmo (BARBOSA, 1994), e em 1741, a igreja Nossa Senhora das Mercês, assim como a terceira reconstrução da igreja de Nossa Senhora das Neves.

Os Jesuítas, após terem sido expulsos pela segunda vez, retornam em 1708 e iniciam a construção de um colégio e da residência dos padres. Em 1754, junto ao colégio, constroem a igreja da Conceição localizada na extensão da Rua Direita. (BARBOSA, 1994)

Foto 03-Conjunto Jesuíta – 1878
Fonte: acervo Humberto Nóbrega

Em 1760 o conjunto passou a abrigar instalações militares e a administração da capitania, separados pela igreja. Com a saída dos militares para a Cidade Baixa, o convento serviu como Escola Normal. (SILVA, 1995, p.24).

Com a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1755, a cidade de João Pessoa fica anexada a Pernambuco, o que impediu seu crescimento no séc. XVIII, permanecendo sem grandes modificações até o séc. XIX. Podemos destacar como desenvolvimento nesse período, a construção da igreja de Nosso Senhor do Bonfim[1] (1799) no bairro de Jaguaribe (ARAÚJO, 2004).

Já na segunda metade do século XIX, após rompimento com Pernambuco, foi iniciada a cultura algodoeira. Com a política de modernização do capital inglês são instauradas obras de infra-estrutura, o Porto do Capim recebe incentivos consolidando assim, a cidade baixa como centro comercial: iniciando transformação da cidade, inserindo características urbanas, tais como: pavimentação de ruas e esgotamento sanitário.

Podemos destacar, nesse século, a construção do hotel globo, o quartel da polícia e o hospital e a cadeia nova.

[1] Atual igreja de Lourdes

O bairro de Jaguaribe, que já possuía igreja, recebeu uma obra publica que foi "A Balaustrada das Trincheiras" (foto 04), incentivando a ocupação do novo bairro, estendendo os "limites da capital ainda mais para sul, em direção a Recife". Assim, residências de alto padrão começaram a ser construídas, ocupando o lotes de "sítios e fazendas que margeavam a área urbanizada", compondo a Av. das Trincheiras que nesse momento, chegava até a igreja de Nosso Senhor do Bonfim (COUTINHO, 2004).

A igreja de São Frei Pedro Gonçalves teve sua construção definitiva iniciada em 1843 e juntamente com a visita do imperador (1859), iniciam-se reformas, inserindo a idéia de modernização. "Pode - se dizer que foi a partir do
final do século XIX que a cidade começou a fazer
maquiagens urbanas em sua face rural". (SILVA, 1995, p.36)

A igreja de Nossa Senhora das Neves é mais uma vez ampliação, em 1878, passando a compor na cidade um total de oito igrejas e três conventos.

Devido à implantação do sistema de bonde à tração animal em 1896, governo de Álvaro Machado / Walfredo Leal, ocorrem mudanças na configuração da cidade e surge a possibilidade de expansão, pois era possível vencer maiores distâncias.

Sob os governos Gama e Melo (1896-1900) e José Peregrino (1900-1904) o sistema se ampliou chegando a Rua das Trincheiras, ao sul, e ao bairro de Tambiá, em direção leste. Com a criação da Companhia Ferro-Carril da Parahyba em 1897, inicia-se o processo de desenvolvimento urbano, com a expansão da cidade para o mar. "Portanto ponto de partida para a praia de Tambaú, que viria a ter no governo seguinte (Walfredo Leal de 1904-1908), a Ferrovia Tambaú, assinalando de forma definitiva a expansão da cidade naquela direção" (SILVA, 1995, p.43).

A partir do século XX, a iniciativa pública passou a investir mais na cidade e as mudanças foram ocorrendo de acordo com os administradores que sucederam. Em 1908, no

Governo de João Machado, foi aberta uma Avenida com seu nome e estabelecidos os serviços de abastecimento de água.

Muitas casas e igrejas tiveram suas fachadas alteradas e outras igrejas foram demolidas para aberturas de vias e praças e, posteriormente, foram construídas em outros locais, como é o caso da Igreja Mãe dos Homens (foto 04), e a Igreja das Mercês (foto 05).

Foto 04- 1912 - Igreja Mãe dos Homens demolida em 1924.
Fonte: acervo Humberto Nóbrega

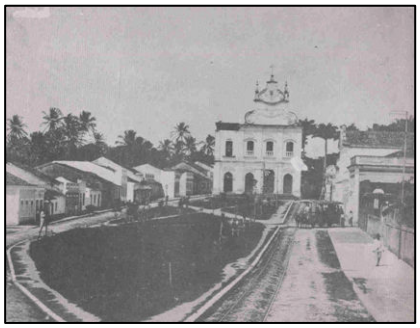

Foto 05- 1910 – Antigo Pátio das Mercês
Fonte: acervo Humberto Nóbrega

O conjunto jesuíta passou a ser como Liceu Paraibano, atualmente a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba e a igreja foi demolida, restando apenas a torre sineira (foto 06) (SILVA, 1995, p.24).

Foto 06- Faculdade de Direito da UFPB
Fonte: acervo Humberto Nóbrega

Já com Camilo de Holanda (1916 a 1920) a cidade ganha obras de prolongamento de ruas, calçamentos e abertura de avenidas e praças. Surgiu daí a necessidade de construção de um porto, que provocou, em 1918, a abertura de uma via de ligação entre o centro e a orla. Devido a impossibilidades técnicas, não foi viável a construção do porto, onde hoje é a praia do bairro de Tambaú.

No governo de Sólon de Lucena (1920 a 1924), é iniciado o saneamento do Parque Sólon de Lucena; no governo seguinte, a Lagoa é urbanizada, e o governador Guedes Pereira

abre também a Av. Maximiniano de Figueiredo. O saneamento da Lagoa foi concluído no governo de João Suassuna (1924 a 1928), com o projeto de Saturnino de Brito.

Paralelamente, o bairro de Jaguaribe, assim como tantos outros em crescimento, passou a necessitar de uma igreja, pois a pequena capela de Nossa Senhora do Rosário não abrigava mais a quantidade de féis do bairro e logo foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, para atender aos fiéis dos bairros de Jaguaribe e de Cruz das Armas.

Foto 07- Lagoa década de 30
Fonte: acervo Humberto Nóbrega

Na década de 30, com a arquitetura eclética em voga, a cidade passou por grandes obras públicas e com o assassinato de João Pessoa, a cidade passa a ser homenageada com seu nome.

Em 1933, a via de ligação, entre a cidade e o mar, foi transformada na Avenida Epitácio Pessoa (foto 07), dando origem aos bairros que correspondem a Tambaú e Cabo Branco. Posteriormente, a avenida foi calçada e beneficiada com os bondes e, em seguida, ônibus e lotação, tornando mais fácil o acesso à orla, fatos que marcam a expansão urbana em direção ao mar. As fazendas e sítios localizados a "margem do percurso da Ferrovia Tambaú, iniciariam um processo de valorização que os levaria, mais tarde, à criação de vários dos atuais bairros no percurso entre o Centro e a praia. Novos caminhos surgiriam aproximando as até então isoladas populações rurais do lugar."(COUTINHO, 2004)

Foto 08- Av. Epitácio Pessoa – Centro - Praia
Fonte: acervo Marco Antônio Coutinho

É importante destacar que a expansão se deu em direção à orla marítima devido também à existência de barreiras naturais como: os rios Sanhauá e o Paraíba (ao Nordeste), a Mata do Buraquinho e o Vale do Jaguaribe (ao Sudeste) e ainda pelas presenças das cidades de Bayeux e Santa Rita (ao Oeste) (SILVA, 1995, p.51).

Desde a década de 1910, quando “a cidade experimentava uma mudança saindo de uma ordem social religiosa para uma ordem laica, em função do recém nascido estado republicano” (1995 p.43), as igrejas não mais sugerem o caminho para o desenvolvimento urbano.

As igrejas passam a ser construídas devido à necessidade dos fieis que povoam os bairros recém criados. É o caso da igreja do Rosário, construída em Jaguaribe (1940), a igreja de Santo Antônio (1940), bairro de Tambaú (antigo bairro de Santo Antônio) e posteriormente, a igreja de Nossa Senhora de Fátima (1964) em Miramar e Santa Julia na Torre.

Foto 09. Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora –2005
Fonte: acervo Macielle Nóbrega

No bairro do Bessa (antigo São Gonçalo), limite Norte com a cidade de Cabedelo, a construção das igrejas acompanhou o rápido processo de ocupação pelo qual o bairro passou. Destacamos a Matriz de Nossa Senhora Auxiliadora (foto 09), construída em 1995.

Por fim, destacamos a igreja de São Pedro Pescador, em Manaíra (antigo Maceió), concluída em 2004, que mesmo não sendo a primeira construção de igreja católica do bairro, trata-se de um exemplar da arquitetura sacro-romana contemporânea.

Volta Redonda – CSN – Um Espaço Dual

Magali Nogueira da Silva Calife[1]

"O espaço é a sociedade, e a revela por inteiro. É esplêndido recurso de "leitura" da sociedade. E a leitura, invariavelmente, será feita pelos óculos ideológicos de quem a faz: "óculos empíricos" ou "óculos dialéticos".

Ruy Moreira

A ocupação da região sul do Estado do Rio de Janeiro tem início no final do século XVIII, com o declínio do ciclo do ouro em Minas Gerais. Porém, a expansão do povoamento da região vai se dar principalmente a partir do século seguinte com o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba. Surgiram então várias fazendas ligadas ao café e posteriormente um pequeno lugarejo que deram o nome de Santo Antonio de "Volta Redonda"[2].

As terras de Santo Antonio de Volta Redonda pertenceram sucessivamente aos termos da cidade do Rio de Janeiro (1565-1801) da Vila de Rezende (1801-1813), da Vila de São João Príncipe (1813-1820), das Vilas de São João Príncipe e da Nossa Senhora de Valença (1820-1832) e da Vila de São Sebastião da Barra Mansa (1832-1854).

Em 1871, foi inaugurada em Volta Redonda a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil) – objetivo pelo qual, desde 1860, se mobilizava grande parte da população local. Com esta iniciativa, a localidade transformou-se rapidamente em entreposto de mercadorias entre a Corte e a Província de Minas Gerais, o que resultou em incentivo ao desenvolvimento do comércio, expandindo o número de lojas, armazéns, tavernas e hospedarias.

Precisamente em 1880, Santo Antônio de Volta Redonda, é então elevado à categoria de Distrito de Paz, contava com dois núcleos urbanos

definidos, distribuídos às margens do rio Paraíba do Sul, sendo que o da margem direita já apresentava agência de correios, estação ferroviária, duas escolas, estabelecimentos comerciais e uma linha de bondes de tração animal. Uma ponte de madeira ligava os dois núcleos.

No início de 1880, no entanto, a produção cafeeira do Vale do Paraíba entra em declínio. Para isso contribuíram vários fatores: exaustão das terras pela utilização de técnicas de produção tradicionais, endividamento dos senhores, o alto custo da mão-de-obra, etc.

Segundo Athayde a partir de 1888 a decadência de Santo Antônio de Volta Redonda se acentua. Posteriormente, já na República, alguns fazendeiros, estimulados pelo Governo Estadual, ainda procuraram substituir a mão-de-obra que até a pouco, era escava pelo trabalhador livre e, em 1893, tentaram atrair imigrantes para suas terras. Porém, uma praga de gafanhotos, em 1907, e a "peste do gado"[3] em 1914 provocariam a degradação da propriedade agrícola. Em apenas duas décadas, o preço do alqueire de terra baixou de "700$000 em 1900 para 46$300, em 1920"[4]. A partir desta época, inúmeros fazendeiros oriundos de Minas Gerais e estimulados pela inauguração de um trecho ferroviário da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, passaram a adquirir velhas fazendas de café em Santo Antônio de Volta Redonda, algumas decadentes ou abandonadas. Nesse período, desenvolveu-se a pecuária na região. Até o final da década de 30, Santo Antônio de Volta Redonda passou por sucessivos ciclos de produção agrícola, acarretando uma permanente oscilação demográfica.

No início da década de "40"[5], Santo Antônio de Volta Redonda contava aproximadamente, 3000 habitantes. Sua conformação em pouco diferia daquela construída em décadas anteriores. Era um típico arraial, cumprindo funções de entreposto.

Segundo Leonor Barreira Carvo:

> "... o arraial compunha-se de uma igreja devotada a Santo Antônio, uma escola, uma cadeia, uma Agência dos Correios, um bar, uma padaria e alguns armazéns que serviam de depósito para as mercadorias provenientes das fazendas, até seu embarque para outras cidades, além de umas poucas casas residenciais. No núcleo ao redor da estação ferroviária grupam-se alguns armazéns e

> depósitos, duas pensões e duas farmácias: em suas proximidades encontram-se um antigo engenho e uma cerâmica".[6]

Resultado de uma lenta evolução, ao longo de quase dois séculos, a localidade tinha sua vida marcada pela passagem dos trens pelo repique dos sinos da igrejinha de Santo Antônio. Assim, a maioria dos seus poucos habitantes dedicava-se a atividade agro-pastoril.

> "O espaço que nos interessa é o espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço (...) O espaço é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho. Por isso, o lugar é, antes de tudo, uma porção da face da Terra identificada por um nome."[7]

Assim era Santo Antônio de Volta Redonda em 1941. Esse quadro de morosidade e vida pacata, poucas relações e ruralismo foi radicalmente alterado com o início das obras da CSN, criada em 1941.

Para a construção da Usina, foi adquirida pelo Estado do Rio de Janeiro a Fazenda Santa Cecília pertencente a Nelson Godoi, e doada à Companhia.

O início dos trabalhos no espaço aí delineado irá significar uma mudança radical na vida e nas características sócio-econômicas da localidade. Um espaço cujas bases serão, vincadas nas contradições de classe e o seu conteúdo as lutas travadas por estas classes contraditórias.

Por isso:

> "Os objetos geográficos aparecem em localizações correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua presença, eles influenciam os momentos subsequentes da produção."[8]

Há então uma dialética do espaço?

> "Enfim, há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em seguida; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a natureza primeira é sempre incompleta e não se produz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço."[9]

Essa dialética do espaço explicitar-se-á com todas as suas "forças" e implicações no espaço delineado em Santo Antônio de Volta Redonda, a partir das instalações da CSN.

A decisão acerca do local para a usina certamente não se prendeu apenas a critérios técnicos e econômicos, nela componentes políticos tiveram peso considerável. Baer, refuta os argumentos técnicos da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, relativamente ao sistema de transporte e à mão-de-obra barata, apresentados como vantagens locacionais. Avalia que a escolha do Estado do Rio de Janeiro significava um forte estímulo a produção industrial fluminense, já em declínio, e que esse fato seria uma concessão a Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas e interventor federal no Estado.

O laço familiar entre Vargas e Amaral Peixoto é sempre lembrado para explicar a escolha do Estado do Rio de Janeiro e muito provavelmente influenciou na decisão.

Para a "modelagem" da classe operária, era necessário um sítio isolado, pois a construção de uma cidade era parte fundamental do projeto disciplinador, controlador do espaço, permitido pela imbricação das esferas da moradia e do trabalho.

Com muita precisão sobre o assunto assim se expressou Carlos: "O conteúdo do espaço é o conteúdo da sociedade."[10]

A Diretoria da CSN não recorreu ao IAPI[11] para a construção de habitações, não só instituto estava, na época, ingressando nessa área de construções como também a cidade, planejada para servir a Usina, obedeceria a uma proposta de autarcização da empresa, que seria dona de seus terrenos e construções. Do planejamento à execução tudo deveria seguir às normas da Diretoria. O Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico já falava no planejamento da cidade operária, a cargo da Seção de Urbanismo.

> "A Seção de Urbanismo concentrou as suas atenções no exame e estudo dos problemas ligados ao plano de cidade operária, tais como levantamento topográfico, traçado geral da cidade, edifícios públicos e tipos de unidades residenciais. No traçado geral da cidade operária, mereceria carinho especial os pontos de recreação coletiva, tais como parques, praças de esporte, play-

> groud, etc., tudo dentro das normas modernas de urbanização."[12]

Nas palavras de Macedo Soares:

> "O plano urbanístico da cidade e construção das residências constituiu um departamento a parte, com os recursos indispensáveis. Entretanto, a CSN alugara todo um hotel em Barra Mansa, cuja construção terminara naquela época, mais residências de fazendas e algumas casas nas redondezas, centenas de habitações coletivas foram construídas de madeira, a qual vinha de trens completos do Paraná. A falta de conforto era muito grande. Só no segundo semestre de 1943 começaram a ser entregues habitações definitivas aos quadros e aos trabalhadores."[13]

Assim, já em 1941, a Companhia montou, sob a chefia do Engenheiro Ary Torres, um Escritório Técnico no Rio de Janeiro e outro em Volta Redonda, destinados a realizar estudo preliminares, como levantamentos topográficos e análises do subsolo, bem como elaborar projetos e acompanhar as construções.

"Santo Antônio de Volta Redonda"[14] ficaria dividida em duas: à margem direita do rio, desenvolvia-se o núcleo urbano a partir da conjugação do Plano de Implantação da Usina – seria a "Cidade Nova"; à margem esquerda, a "Cidade Velha", separada pela CSN e que não dispunha dos serviços da parte planejada. Os "antigos habitantes"[15] não aproveitados pela CSN foram deslocados para a parte "Velha" ou para a periferia da cidade e "os grandes proprietários da região aí se converteram em loteadores e especuladores de terrenos".

Em 1942, foram iniciados os primeiros trabalhos de construção da usina, bem como dos setores residenciais e comerciais, obedecendo a um plano diretor geral, sob a coordenação de Macedo Soares. Imediatamente foi necessário organizar alojamentos, instalações sanitárias, refeitórios, oficinas para os trabalhadores destinados à construção.

O início dos trabalhos da Companhia iria significar uma mudança radical na vida e nas características da localidade. Em 1942, a CSN já empregava 6154 trabalhadores, portanto mais do que o dobro de habitantes do "distrito", ocupados na construção da usina e da cidade.

Na grande imprensa Santo Antônio de Volta Redonda era saudada como a maior cidade industrial do país.

> "Volta Redonda será habitada por cerca de 4.000 habitantes operários sob a direção de dezenas de técnicos, deverá configurar-se como cidade operária para 20.000 habitantes e será provida de água e esgotos e tudo o mais que se relaciona com a perfeita instalação de um núcleo urbano."[16]

Das empresas estatais criadas nesse período, a CSN é a única que chega a construir uma cidade associando o mundo fabril ao urbano no processo de dominação e controle do espaço.

> "Monopólio sobre o espaço, o capital controla os homens."[17]

A Cidade Operária, expressou a lógica do capital e os interesses ideológicos do desenvolvimento nacional.

O projeto da cidade, como veremos a seguir, favoreceu o modelo de dominação, possibilitando a gestão da vida do trabalhador fora da usina e, assim, o controle da quase totalidade de seus atos.

Para realizar o projeto da Cidade foi contratado o arquiteto e urbanista "Attilio Corrêa Lima"[18] que estabeleceu o traçado geral da cidade, a classificação e uso dos espaços e as topologias construtivas a serem adotadas.

A incumbência recebida por Attilio era projetar uma cidade moderna, com aproximadamente 4.000 habitações individuais, infra-estrutura adequada e equipamentos urbanos variados. O urbanismo, associado à arquitetura, deveria compor "a imagem de progresso a ser refletida para o país".[19]

Atendendo "racionalmente" a este programa, o planejador adotou, como idéias norteadoras de seu projeto, a economia nas construções e nos arruamentos e a utilização de amplos espaços livres comuns. Optou, também, por respeitar a topografia local – relevo de baixa altitude e vales – ocupando o terreno relativamente plano dos vales.

A circulação de pedestres ganhou especial importância: o plano dispunha 70% das habitações em áreas urbanizadas, em substituição às vias

tradicionais para tráfego de veículos. As casas geminadas duas a duas, eram recuadas 10 metros da via pública e ficavam em meio a jardins, sem muros ou cercas, ampliando a integração com os espaços verdes. O recuo visava, garantir, também, a insolação e que fossem arejadas de acordo com preceitos bem definidos de "higiene".

Foi prevista uma cidade linear, com desenho simples e equilibrado, e funções principais bem articuladas. A área central, ocupada pelo centro comercial, desenvolve-se paralelamente à usina, e concentra a infra-estrutura: creche, hospital, ambulatório, escola, cinema, clube, restaurante para operários, hotel para empregados solteiros e viajantes, sendo os mais importante deles o Hotel Bela Vista, localizado no alto da cidade. Também praças e serviços públicos como correio, polícia e bombeiros. Em torno do centro comercial se colocam a usina, de um lado, e de outro a "Vila Santa Cecília" (bairro destinado aos técnicos e operários especializados). Ao fundo, o "Conforto" (bairro para operários não especializados) e, em frente, num plano elevado, o bairro dos engenheiros. Esta disposição permite que os três bairros residenciais tenham acesso rápido e direto ao centro comercial e à usina.

> "O espaço organiza-se segundo a estrutura de classes do lugar e a correlação de forças que entre elas se estabelecem."[20]

Em Volta Redonda cada classe social definiu seu espaço próprio de existência. A corriqueira expressão "ponha-se no seu lugar" com que o dominante refere-se ao dominado tem aí clara significação espacial.

As casas foram planejadas segundo sete tipos diferentes variando a localização, tamanho e comodidades destinadas a engenheiros, mestres, contra-mestres e operários.

Algumas largas avenidas funcionam como eixos a orientar e organizar o espaço, permitindo, ao mesmo tempo, a criação de efeitos que se quer destacar. Um exemplo é o "escritório central", prédio destinado aos serviços administrativos e de direção da CSN, que, com seus 16 andares, projeta a hierarquia da empresa e marca a ascendência desta com relação cidade. Para reforçar ainda mais essa dominância, foi construído ao final da avenida que forma o eixo do centro comercial. O "Laranjal", bairro destinado aos engenheiros, ocupa, uma colina a dominar externamente a Cidade Operária. O

planejamento reproduziu fielmente na cidade a estratificação funcional e salarial existente na produção: a operários, técnicos e engenheiros couberam bairros diferentes quanto a localização, ao tamanho dos lotes e aos tipos de residência.

Em Volta Redonda a estrutura operacional reproduziria com a cumplicidade da topografia, a hierarquia da empresa. Inscrevia-se, assim, no espaço urbano a hierarquia da Companhia, prescrevendo a cada um o seu lugar: as mansões nas colinas, com uma bela vista sobre o rio Paraíba do Sul, para os diretores, logo abaixo os gerentes e engenheiros, perto da fábrica, supervisores, técnicos e pessoal de escritório, e, mais adiante, os bairros operários, tudo dentro "das normas mais modernas de urbanismo" como já propunha o Relatório da Comissão do Plano Siderúrgico Nacional.

O rebatimento da organização fabril ao espaço urbano marcava a subordinação da cidade à atividade produtiva, em busca de uma eficácia mais ampla – a construção do "homem novo", o cidadão trabalhador brasileiro, produtivo economicamente, mas "dócil" e "submisso". Esta, que poderíamos chamar, "outra face do planejamento", não revelada nos documentos oficiais, a cidade projetada segundo as mais modernas normas de urbanismo, a que se refere o Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, é uma das primeiras experiências do urbanismo no Brasil.

Já em 1942, o "Acampamento Principal" (ou Central, como passou a ser chamado) foi construído à leste da usina, em área contígua à mesma, com acesso direto ao canteiro de obras. Compunha-se de alojamentos coletivos e casas para operários braçais e especializados. As construções, em madeira sobre pilares em alvenaria e servidas por energia elétrica, rede de esgoto sanitário e rede de água potável. As casas dispunham de instalações sanitárias próprias e os alojamentos, de banheiro coletivo. Havia, ainda, um hospital, um armazém e um restaurante para operários. Este acampamento, como o próprio nome diz, era o principal: de maiores dimensões, em área central de fácil acesso à usina. O "Acampamento Rústico" também ganhou uma denominação qualificadora: construído em área mais distante da usina reunia casas de pau a pique, barreadas e rebocadas. Era a outra face: a ausência de infra-estrutura e a baixa qualidade formavam um quadro precário.

Os acampamentos eram insuficientes para abrigar toda a população ocupada pela CSN, e os alojamentos coletivos foram se multiplicando no interior da área industrial, junto dos departamentos: alojamento de laminação, alojamento da coqueria... A cidade e a usina ainda não tinham "fronteiras". Com base na Resolução da Diretoria nº 917, de 27 de abril de 1948 são "ultimadas as providências para fechar o perímetro da usina. É, então, colocada uma cerca de tela e arame farpado" separando usina e cidade. Barracos particulares eram construídos nestes locais, gerando situações de verdadeira promiscuidade entre os mundos privado (casa e do trabalho público).

> "O espaço deve ser considerado como um conjunto de realizações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente."[21]

Em meio ao rigor daqueles tempos pioneiros cresceram a usina e a cidade. Em fins de 1944 a coqueria, os altos-fornos, a maior parte da usina termo-elétrica, a estação de tratamento de água, as oficinas de manutenção e alguns departamentos menores já estavam terminados; em fins de 1945, cerca de 80% da usina estava concluída.

O efetivo de pessoal crescera rapidamente, chegando a 13.064 empregados ao final de 1944, durante o ano de 1945, com a eminência do término das obras, esse número começou a cair – somente neste ano foram demitidos em torno de 2.000 operários – para logo depois, ser estabilizado. As demissões atingiram os operários da construção civil, que não seriam aproveitados na operação da usina.

Em junho de 1946, com a primeira "corrida do aço"[22], a usina foi inaugurada.

> "Eu acendi o alto-forno, fui escolhido no meio da turma que fosse eu né. Graças a Deus me dava muito bem com o engenheiro. O engenheiro Zé Pedro que era um homem muito bom e até hoje ele pergunta por mim (...) Ai eu fui escolhido na época do forno 1. (...) Eu acendi o forno 1 com o General Dutra (...)."[23]

Em maio de 1948 a linha de produção começou a operar em sua totalidade. A Cidade Operária, pouco a pouco, ia se tornando habitada. No

segundo semestre de 1943 foram entregues as primeiras residências – 462 unidades – e em 1948 esse número totalizava 3.003 habitações.

O ano de 1948 marcou uma inflexão na vida do agrupamento humano que se reunia em torno da CSN. O plano de construção industrial foi concluído e uma cerca levantada no perímetro da usina, separando-a da cidade.

> "... objetivando a estratégia da alienação humana, o espaço delineado pelo capital é bem a medida dos homens concretos mas são os homens concretos que constróem o espaço. Podem fazê-los, pois, para os homens."[24]

O discurso oficial da empresa siderúrgica apresentava as facilidades oferecidas à vida na Cidade Operária:

> "Aqui há ruas cheias de árvores floridas e belas casas."[25]

A paisagem urbana era ressaltada pela beleza e amenidade conferidos pelo relevo suave, pela arborização das ruas e ajardinamento das casas, pela simplicidade e equilíbrio das construções e do traçado urbano. Tudo isso formava, na linguagem da CSN:

> "(...) um cenário de agradável presença, como um convite à felicidade."[26]

Esse discurso, tantas vezes repetido pela empresa, e reproduzido de "boca em boca", objetivava controlar ideologicamente o trabalhador. O clima repousante, de tranqüilidade e acolhimento da cidade era utilizado como o contraponto do trabalho duro, do ritmo intenso e do ambiente opressor do trabalho na usina. Casa e trabalho, cidade e fábrica, formam-no discurso da empresa uma totalidade indissociável.

A cidade deveria servir para obter a adesão dos operários ao projeto industrializante e assim neutralizando possíveis sentimentos de revolta e estabelecer laços emocionais de dependência paternalista. Tratava-se de construir um "novo modelo" de trabalhador.

Mas, por outro lado, esse mesmo discurso se apresentava numa prática concreta, que não pode ser ignorada: a CSN ergueu a estrutura física de uma cidade operária, onde as condições materiais de vida eram superiores as

imperantes para média do operariado. As vilas operárias construídas pela Companhia, já prontas em 1946, eram de padrão elevado e a cidade de Volta Redonda apresentava como modelo do "Brasil do futuro".

O objetivo de dominação embutido no projeto nos parece estar suficientemente desmistificado. Importa, agora, que nos indaguemos sobre a relação deste projeto com os operários. A experiência de viver na Cidade Operária era estendida a uma pequena parcela da população, que, por sua vez, se multiplicava. Forasteiros de diversas origens, e com diferentes interesses, se dirigiam a Volta Redonda. O comércio se desenvolvia, pequenos estabelecimentos de serviços eram instalados e a atividade industrial, diretamente relacionada à produção da CSN, também foi estimulada logo nos primeiros anos de funcionamento da usina. A década de 40 conheceu consideravelmente incremento populacional: em 1950, eram "35.964"[27] os habitantes de Volta Redonda, contrastando, essa população, com as 2.782 pessoas residentes em 1940.

Com um cálculo rápido podemos verificar que mais da metade dessa população vivia externamente à área da CSN. Considerando-se que em 1950 a Cidade Operária contava com 3.003 habitações, e admitindo-se uma família média de 5 componentes, temos que somente 15.015 pessoas poderiam habitar a Cidade Operária. Portanto, menos da metade da população total.

Ao lado da Cidade Operária crescia, de forma desordenada, o povoado original de Santo Antônio de Volta Redonda. O processo de "transbordamento"[28]. Portanto, começou a ocorrer já no final dos anos 40, como resultante, de um lado, da insuficiência de habitações oferecidas pela CSN aos operários e, de outro, da atração e indução que a usina provocava sobre a atividade econômica. Sobre isto assim se expressou "Jamil Wadih Rizkalla"[29]: Naquela época Volta Redonda parecida um Eldorado do Brasil.

O espaço urbano se fez dual. A vida na Cidade Operária tinha ritmo e qualidade totalmente distintos dos encontrados na outra Volta Redonda, a cidade aberta, que crescia sem cuidados com a ocupação, sem os serviços públicos adequados, em precárias condições de habitabilidade.

> Você andava na Avenida Paulo de Frontin, no tempo seco, com poeira. No tempo de chuva, para ir a estação, ali você

> tinha que andar nos trilhos dos caminhões, dada a quantidade de lama. Na parte aqui de fora, praticamente não existia infra-estrutura. Então você tinha aqui, na Paulo de Frontin, a única propriedade que possuía água encanada. Era a delegacia de polícia. Era a única que possuía, vamos dizer, um ramal d'água, cedido pela siderúrgica. Nas demais propriedades, o esgoto era a céu aberto, ou aqueles que tinham alguma noção de higiene faziam fossa. E poços. A água geralmente era salobra. Você tomava banho e o sabonete não fazia espuma. E por quê? Por que toda esta região estava praticamente sobre um pantanal.
>
> Certa feita o Rio Paraíba do Sul encheu e chegou até a delegacia; e o receio nosso era tanto, que a população ficava colocando palitos de fósforos para medir se o Paraíba estava subindo, subindo e subiu. Inundou muita coisa daqui desse lado e do lado esquerdo do Paraíba – o povoado.
>
> O povoado era ligado ao centro, através de charretes. Mais tarde é que tinha, assim, um ônibus muito primitivo, uma lotação muito ruim! É, às vezes, pelo fato de não limparem o piso da lotação, chegava a nascer até milho! Você vê como é que era, não."[30]

O lazer, as diversões, eram buscados fora da cidade:

> "Praticamente não existia convivência social programada. Então, nos fins de semana, a população ou ia para Barra Mansa, onde tinha uma situação organizada, ou 'vazava' para Barra do Piraí."[31]

Na localidade, como na roça, somente se podia contar com a oferta da natureza:

> "Aqui do lado onde hoje se chama Aterrado, existia uma grande olaria do "Seu Justo" – Justo Vicente Sexto, que ainda hoje está vivo. Pois bem, tudo aquilo ali era praticamente um pantanal. Então, ali na olaria, tirava-se o barro para fazer o que a cerâmica necessitava e a garotada, aqueles que gostavam de pescar, iam lá pescar naquela área que o Paraíba às vezes tomava. Ia pescar, caçar prear, essas coisas todas."[32]

As instituições sociais da Cidade Operária não podiam ser freqüentados por pessoas estranhas aos quadros da CSN. Nem mesmo os equipamentos de saúde. E isso criava na população uma consciência muito clara da diferença entre as duas áreas:

> "Os meus filhos tiveram que nascer em Barra do Piraí, porque aqui não tinha condição. Nós não tínhamos acesso ao Hospital da Siderúrgica, que ficava no Acampamento Central. Ele era privativo dos empregados da Siderúrgica. Naquela época se dizia assim: 'lá fora' e 'lá dentro'. 'Lá dentro' era aquilo tudo que a Siderúrgica preparou para receber os seus empregados 'Aqui fora' tudo era improvisado."[33]

Ao final da década de 40 a carência e a precariedade urbanas já mobilizavam a população local:

> "Por essa razão é que nós começamos a trabalhar e reivindicar da Prefeitura de Barra Mansa. Pelo estado de necessidade as pessoas foram se aproximado. E o nosso encontro geralmente era nas farmácias, porque nas farmácias aconteciam os bate-papos, e sobretudo na Coletoria Estadual. Então o coletor era amigo nosso, agente ia para lá bater papo, e começamos a sentir o probolema."[34]

Os setores médios da população – comerciantes, proprietários de terras, profissionais liberais, funcionários públicos – foram os que primeiro se mobilizaram na luta por melhorias urbanas. Farmacêuticos, funcionários da coletoria e advogados, desempenharam papéis relevantes no movimento, determinados pelo saber específico, pela função ou formação profissional. Os farmacêuticos eram os homens da ciência, que, com suas noções de saúde, higiene e saneamento faziam crescer a indignação contra a ausência de infra-estrutura básica. Os funcionários da Coletoria eram os conhecedores da economia local, os que viam a entrada de recursos e a ausência de benefícios e os advogados eram os homens da lei, os que poderiam dar forma e encaminhamento legal aos desejos e reivindicações da população. A todos, o espaço desurbanizado incomodava pelos obstáculos que criava ao pleno desenvolvimento de seus negócios e interesses.

Em 1949, segundo o advogado Jamil Wadih Rizkalla, o movimento começou a ganhar corpo, a se institucionalizar.

Mas esses dois mundos mantinham uma interdependência impossível de ser dissimulada. A Cidade Operária não abrigava a totalidade dos trabalhadores e necessitava, portanto, da área urbana que lhe era externa. Em linhas gerais, podemos dizer que, em uma década, Volta Redonda foi perdendo características de uma "company town"[35] submetida a uma única empresa que

detém a propriedade do solo e dos equipamentos coletivos, além de um corpo armado para garantir a segurança do seu território, para se transformar numa cidade industrial e num centro urbano de importância regional.

Isto não significa, no entanto, que a Companhia Siderúrgica Nacional tenha deixado de ter um peso incomparável na vida da comunidade. Em muitos documentos da empresa, e mesmo na imprensa, os nomes da Companhia e da cidade se confundem, fala-se indistintamente em "Volta Redonda" ou em "Companhia Siderúrgica Nacional", como se ambas fôssem uma coisa só, marcando a simbiose entre cidade e fábrica.

O autoritarismo então inscrito na gênese da CSN permanecerá durante muitos anos. Mas, a emergente vida refletindo a dialética reencontrará seus referenciais de resistência explicitando assim o conflito que permeia, desde a origem, a história da CSN e de Volta Redonda.

Em muitos documentos da empresa, e mesmo na imprensa, os nomes da Companhia e da cidade se confundem; fala-se indistintamente em "Volta Redonda" ou em "Companhia Siderúrgica Nacional", como se ambas fossem uma coisa só, marcando a simbiose entre cidade e fábrica.

Ainda hoje, quando Volta Redonda chega a ter 300 mil habitantes, a massa física da CSN domina a cidade. A Companhia pode ser vista de quase todos os pontos. Sua presença é dominante. Durante o dia, a longilínea massa negra recorta o céu claro. À noite, iluminando em espiral, o alto-forno confirma a onipresença da Usina.

A CSN reproduziu em suas relações sociais e espacialidade, um prisma multifacetado do capitalismo.

Bibliografia:

1. ATHAYDE, J. B. de. **Volta Redonda através de 220 anos de História**. Rio de Janeiro: Gráfica Lammert Ltda., 1965.

2. CARLOS, Ana Fani. **Espaço e Indústria**. São Paulo: EDUSP, 1995.

3. COSTA, Alkindar. **Volta Redonda, Ontem e Hoje**. Volta Redonda: Editora GLAN, 1983.

4. CRAVO, Leonor Barreira. **Aspectos de Volta Redonda (1919-1941).** Volta Redonda, mimeografado.

5. HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

6. MACEDO SOARES SILVA, Edmundo de. **O Ferro na História e Economia do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Sesquicentenário, Sidergráfica, 1972.

7. SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

8. SILVA, Lenira Rique. **A natureza contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

9. SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de Souza. **Pelo Espaço da Cidade. Aspectos da Vida e do Conflito Urbano em Volta Redonda**. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

---

[1] **Mestra em História Social pela Universidade Severino Sombra – Vassouras e Professora de História da República do Centro Educacional Geraldo Di Biase – Volta Redonda.**

[2] Volta Redonda – "nome oriundo do acidente geográfico no Rio Paraíba do Sul que levaram os primeiros habitantes a designarem a margem esquerda do rio. A outra parte, que é vista à direita, a partir da base do morro, era designada por Volta Grande". ATHAYDE, J. B. de. **Volta Redonda através de 220 anos de História**. Rio de Janeiro: Gráfica Lammert, Ltda, 1965. p. 11.

[3] "peste do gado" – nome dado a febre aftosa que é extremamente contagiosa, causada por um ultravírus específico, e que atinge os bovinos, caprinos e suínos – Grande Dicionário Larrousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Nova Cultural.

[4] ATHAYDE, Op. Cit., 1965. p. 32.

[5] Em 1940, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Santo Antônio de Volta Redonda possuía 2782 habitantes. Destes, 793 compunham o quadro urbano, 224 o quadro suburbano e 1765 o quadro rural. Portanto, no povoado e cercania viviam 1017 pessoas.

[6] CRAVO, Leonor Barreira. **Aspectos de Volta Redonda (1919-1941)**. Volta Redonda, mimeografado.

[7] SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 28.

[8] SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 46.

[9] Idem, p. 46.

[10] CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 19.

[11] IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.

[12] CSN – Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.

[13] MACEDO SOARES e SILVA. Op. Cit., 1972. p. 155.

[14] "Santo Antônio de Volta Redonda" foi o 8º distrito de Barra Mansa até 17 de julho de 1954 – data de sua emancipação. O novo município do Estado do Rio de Janeiro passou a se chamar somente Volta Redonda.

[15] Os antigos habitantes eram pequenos comerciantes ou dedicavam-se a atividades agro-pastoris. A grande maioria não se adaptou ao ritmo pesado da construção da Usina.

[16] Companhia Siderúrgica Nacional, s/d, Volta Redonda. 1942.

[17] CARLOS, Ana Fani. Op. Cit. 1995, p. 49.

[18] Attilio Corrêa Lima formou-se em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1925, e cursou em urbanismo na Sorbonne, em Paris. Foi um dos primeiros a se especializar nesta área do conhecimento no Brasil. Desenvolveu importantes trabalhos, como o Plano de Goiânia e o Plano Regional de Urbanização do Vale do Paraíba.

[19] Relatórios dos trabalhos feitos até abril de 1942 pelo Escritório de Obras – Arquivo da CSN – Volta Redonda.

[20] CARLOS, Ana Fani. Op. Cit., 1995, p. 38.

[21] SANTOS, Milton. Op. Cit., 1986, p. 36.

[22] "Corrida do Aço" é o percurso de ferro-gusa (líquido), por canaletas, do alto-forno até a aciaria, onde é convertido em aço.

[23] Senhor Osmar de Paula – operário aposentado da CSN - trecho da entrevista concedida a autora.
[24] SILVA, Lenira Rique. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 1991, p. 89.
[25] Jornal "O Lingote". Ano I, nº 13, p. 6.
[26] Idem. "O Lingote". p. 7.
[27] Dados do Censo Demográfico de 1950 - FIBGE
[28] "Transbordamento" – processo de crescimento em torno de uma vila operária, que resulta na transformação desta em núcleo originário de uma cidade maior. MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.
[29] Dr Jamil (como é conhecido na cidade) nasceu em Barra do Piraí e chegou à Volta Redonda em maio de 1944, indo morar na Avenida Paulo de Frontin – eixo de ligação entre os dois núcleos do povoado original. Na época era um jovem estudante de direito em Niterói, em final de curso. Sua mudança para Volta Redonda foi motivada por "interesses de família": comércio e outras coisas... Foi o primeiro advogado que se estabeleceu em Volta Redonda, na área externa à Cidade Operária. SOUZA, Claudia Virginia Cabral de Souza. **Pelo Espaço da Cidade.** Aspectos da Vida e do Conflito Urbano em Volta Redonda. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
[30] Jamil Wadih Rizkalla. in SOUZA, Claudia Virginia Cabral. Op. Cit. 1992.
[31] Idem. 1992. p. 88.
[32] Idem. 1992, p. 89.
[33] Idem. Jamil Wadih Rizkalla. in SOUZA, Claudia Virginia Cabral. Op. Cit. 1992.p. 91.
[34] Idem. Jamil Wadih Rizkalla. in SOUZA, Claudia Virginia Cabral. Op. Cit. 1992.p. 92.
[35] HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 225.

SONHO E IDENTIDADES - AS RODAS DE CHORO NO COTIDIANO DE BRASÍLIA

Magda de Miranda Clímaco

As questões relativas ao *Imaginário* se constituem em um dos principais focos de atenção desse texto. *Imaginário* implicado com as imagens e práticas cotidianas, com as *representações sociais*. *Imaginário* que na sua interação com elementos do racional/funcional, segundo Castoriades[1], pode ser entendido como um dos elementos constitutivos do que se costuma chamar realidade. Pretende-se aqui, portanto, refletir um pouco mais sobre as articulações do simbólico que tecem e re-tecem a trama social com seus processos de significação / resignificação, resultantes do constante criar / recriar humano. Refletir sobre a concepção de um "real" constituído de diferentes dimensões, capaz de possibilitar o olhar que pretende a abordagem metodológica de uma História pouco convencional, tendo como objeto os encontros musicais que se disseminaram de forma intensa na cidade de Brasília, desde a sua fundação na década de 60 até o tempo presente - as Rodas de Choro. Rodas de Choro brasilienses aqui também entendidas como manifestações musicais herdadas da sociedade carioca, as quais, no entanto, na sua curta trajetória, têm evidenciado permanências e reelaborações, o que possibilitou especular sobre um espaço forjador de um dos vetores de uma identidade brasiliense, sempre em construção. Mas enfim, em que se consistem esses encontros dos chorões cariocas e brasilienses aqui problematizados e questionados, levando-se em conta as perspectivas metodológicas colocadas pela História Cultural?

O choro se constitui num gênero musical praticado, sobretudo, por um grupo de instrumentistas, em música de conjunto que acontece em casas de família, botequins e clubes de choro, sempre num ambiente descontraído e informal – As Rodas de Choro. Ao florescer nos subúrbios cariocas no séc. XIX, esses encontros dos chorões caracterizaram-se, principalmente, como *uma maneira de tocar*[2] as danças européias levadas nos salões da elite, mescladas com o ritmo marcante do lundu, a dança ligada aos negros. Só no início do séc. XX o choro deixaria de ser apenas uma *maneira de tocar,* tornando-se também um

gênero musical, o que aconteceria nas mãos de grandes compositores e intérpretes como, por exemplo, Alfredo da Rocha Viana Filho – o Pixinguinha, dentre tantos outros. Segundo Neves[3], esse gênero tem como características uma música instrumental rica em improvisação, alternância de solos instrumentais, construção melódica resultante da exploração dos limites das possibilidades do instrumento, baixos melódicos realizados pelos violões que soam como uma segunda melodia, como um contracanto que dialoga com a melodia principal, o que propicia um sustentáculo importante para o improviso. A fluidez e liberdade dessa performance musical, no entanto, não são os únicos elementos constitutivos das Rodas de Choro. Rostos e olhares cheios de cumplicidade, todo um clima descontraído, especial, também estão juntos nesse contexto, assim como cerveja, pratos especiais, petiscos, oferecidos pelo dono da casa ou do boteco - o "*pirão*" - como antes era chamado esse aspecto dessas práticas, segundo Alexandre Pinto[4]. Já Henrique Cazes[5], referindo-se ao gênero musical choro, enfatiza: *não há dúvidas que o habitat natural desse tipo de música é a roda de choro.*

Num primeiro contato com o referencial teórico, na abordagem do objeto, pude, inicialmente, partir do pressuposto que as Rodas de choro, conforme aqui esboçadas, podem também ser entendidas como *práticas sociais*, tendo em vista que evocam imagens, que *representações sociais* diversas são suas *matrizes e efeitos*[6]. *Representações sociais* que, segundo Jodelet[7] se consistem em *sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais [...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.* Pesavento[8] concorda com Jodelet, ao afirmar que as representações envolvem processos simbólicos, caracterizando-se por uma *re-apresentação* de imagens do real reveladoras de uma construção feita a partir dele, implicando em *processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão*. As representações inerentes às práticas sociais, portanto, agora segundo Chartier[9], não são de forma alguma discursos neutros, estão *sempre colocadas num campo de concorrência e de competições*

cujos desafios se enunciam em termos de poder. Essas observações possibilitaram, assim, a percepção do envolvimento das Rodas de Choro com constructos simbólicos característicos de grupos que evidenciam o seu modo de ser e de estar na sociedade, ou a maneira como gostariam que isso acontecesse. Há uma interação complexa, portanto, entre as duas abordagens – o representacional e o imaginário - sendo impossível refletir sobre uma, sem se referir à outra. E é, exatamente a partir dessa constatação, que Castoriadis e Pesavento (dialogando com ele) tornam-se referenciais importantes nesse texto.

A abordagem de Castoriadis constata a presença inevitável do elemento criação, da instituição constante do novo em relação aos grupos que instituem o social, resultando sempre novas imagens da sociedade (relacionadas a valores, regras, necessidades específicas, etc.), outras formas, outro universo de significações. Criando e recriando novos feixes de significações no cotidiano, a ação humana vai efetivando processos simbólicos que, operando segundo *lógicas próprias*, quebram o *vínculo estricto* da relação significante / significado, estabelecendo, assim, um *vínculo sui-gereris*[10]. O autor observa ainda que, nesse processo, o simbólico não pode tomar seus signos de qualquer lugar nem pode usar qualquer símbolo. Sua matéria é tomada no que já existe: na natureza ou na história, *na ruína dos edifícios simbólicos precedentes*. É esse enfoque que permite falar em *resignificação*, ou seja, no deslocamento de sentidos onde símbolos já disponíveis – significantes e significados - podem ser investidos de outras significações, diferentes de suas significações canônicas, tendo em vista o grupo ou sociedade que institui o seu aqui / agora. Pesavento[11]se reporta a Castoriadis ao assumir o pressuposto das *representações simbólicas e alegóricas* do imaginário, a sua capacidade de dizer e de mostrar *uma coisa ou uma idéia através de outra*, [...] de revelar *uma coisa que não ela própria. Logo o real é ao mesmo tempo concretude e Representação*[12]. Assim, entendendo o Imaginário na sua ***natureza simbólica [que] remete á noção de alegoria,*** evidencia as três dimensões que entende constituí-lo, de forma intrincada, colocando-o entre o *real concreto* e *o real pensado*: a realidade empírica, a ideológica e a utópica[13]. Foi essa base teórica, portanto, que permitiu o enfoque das Rodas de choro como *práticas sociais* implicadas com o

representacional, com processos forjadores de identidades, o que, por sua vez, possibilitou a aventura de tentar localizar e interpretar as suas trajetórias, relacionadas aos diferentes cenários históricos com os quais interagiram.

Conforme Tinhorão[14], no cenário carioca do final do séc. XIX e do início do séc. XX, as reuniões festivas dos chorões aconteciam imbricadas no cotidiano de bairros da periferia da cidade do Rio de Janeiro, num período que evidenciou uma multiplicação de obras públicas, negócios e reformas urbanas, o que implicou *no aparecimento [...] das camadas algo difusas dos pequenos funcionários públicos.* O autor se refere aos encontros dos chorões como um meio de lazer que durante muito tempo serviu *para suprir [a] falta de diversões públicas*[15] *para esse grupo social*, ligado a um quadro novo em termos das relações de trabalho, que só podia usufruir de um lazer barato, um lazer pago pelo dono da casa com o "*pirão*" já mencionado. Um vínculo *estricto* na relação significante/significado, aquele ligado a uma *circulação ininterrupta entre real e raciona/funcional,* pode ser observado aí, o que permite considerar o lazer, nessa primeira abordagem, apenas na sua função de romper com a rotina do trabalho.

No entanto, as imagens do comer e beber da festa popular dos chorões cariocas, que nos chegam hoje, principalmente, através do relato de Alexandre Pinto[16], são ativas, *triunfantes e fluídicas*[17],assim como o são as imagens dos espaços sonoros alegres e cheios de improvisos musicais, plenos de uma destreza que só a liberdade e a soltura desses improvisos conferem. Esboçando também um ambiente afetuoso e cheio de cumplicidade, essas imagens têm condições de evidenciar que existe ali uma outra possibilidade de análise, a possibilidade de um espaço onde os funcionários públicos, que interagiam com esse novo cenário, sujeitos agora também às funções burocráticas, repetitivas, rotineiras e reguladoras da ação, circunscritos a ambientes, sobretudo, fechados, buscavam viver, temporariamente, uma outra vida – *uma vida especial*. Constituem, portanto, imagens fluídicas, inacabadas, rumo à conquista de um futuro que essas ações possibilitam entrever. Assim, na possibilidade de se consistirem num modo específico de confronto social, essas

práticas sociais – as Rodas de Choro – evidenciavam, nesse cenário abordado, uma maneira particular do grupo dizer "aquilo que era" ou "aquilo que gostaria de ser". Essas considerações remetem também a Stort[18] quando, ao refletir sobre as implicações do Imaginário, se refere aos mecanismos adotados pelo homem para superar aquilo que lhe é imposto pelo social. A autora se refere ao momento em que esse homem se recusa a renunciar aos seus anseios e desejos reprimidos, tornando-se, através da criação e da imaginação, capaz de dar ao presente uma forma em condições de permitir a visão de um futuro diferente daquele proposto pela fatalidade imposta pela ordem social. O período em questão, portanto, de acordo com esse enfoque das Rodas de choro, inicialmente reconhecidas apenas na sua função de lazer, permite a observação da quebra do vínculo *strícto* na relação significante/significado, do estabelecimento também do vínculo *sui-generis* nessa relação.

Rodas de choro que interagiram e que ainda interagem com outros cenários históricos, como a cidade de Brasília do séc. XX/XXI, evidenciando outras possibilidades de se refletir sobre a emergência constante do novo em relação a tudo que constitui o social. Assim, nos primórdios da sociedade brasiliense, as Rodas de Choro evidenciaram possibilidades de se revelar um elemento ligado à memória de migrantes – sujeito à resignificação - numa cidade meticulosamente planejada, relacionada a um projeto de características arrojadas e inovadoras, segundo Duarte da Silva[19], um projeto que implicava também na busca de uma nova ordem social, através do excesso de racionalismo e funcionalismo que evidenciava. Abdala Jr. faz comentários em relação a esse cenário, que permitem a observação de que as manifestações musicais dos chorões revelavam, desde então, um elemento da tradição carioca presente numa cidade carente de *uma "mitologia" construída na sucessividade histórica*[20], que tinha como ponto de partida apenas o projeto já descrito. Constituíram-se em material que seria partilhado e resignificado nesse novo cenário histórico, tornando-se um dos elementos constitutivos da construção da sociedade brasiliense, caracterizada por *justapor* *matéria cultural díspare*. Já Nunes[21], referindo-se a

Brasília, afirma ter sido natural que migrantes de diversas origens, com diferentes bagagens culturais, buscassem se integrar na construção de uma sociedade comum. Apesar das inúmeras diferenças e objetivos, era natural que lançassem mão, para isso, de elementos que possibilitassem uma continuidade e coerência na reconstrução das *identidades*. Afirma que os mecanismos da *memória*, a tradição, nesse sentido, foram elementos fundamentais no cenário brasiliense que emergia, fazendo parte da reconstrução de *identidades,* o que o levou a considerar que a *implantação de um novo espaço urbano significa a reprodução de uma memória trazida por aqueles que chegam.* O autor lembra também as reflexões de Olgária Mattos sobre Benjamin, ao comentar que é o presente que ilumina o passado, porque os acontecimentos do passado só ascendem a uma legibilidade em um espaço e tempo determinados e, não, necessariamente, apenas no instante que os viu nascer. Assim, tendo-se em vista essas considerações, o cenário brasiliense aqui abordado, pode-se afirmar que através do simbólico, elementos constitutivos da memória de migrantes – no caso dessa investigação, as Rodas de choro – estiveram sujeitos a processos de resignificação.

Levando-se em conta agora Brasília, no Tempo Presente, esses encontros dos chorões aparecem num cenário ainda profundamente relacionado ao centro administrativo do poder oficial do país, no qual se apresenta também o *Clube do Choro*, onde essa prática é constantemente efetivada numa parceria com a mídia e com instituições governamentais, mostrando a sua interação com um outro tempo e com outras dimensões sociais, com novos processos de resignificação. Espaço – o do *clube do choro* - propiciador de um palco onde, sobretudo, se encontram, são encenadas e reafirmadas as diferenças, segundo base em Canclini[22]. Um palco que ainda coloca em cena a 1ª escola de choro do país, a qual tem propiciado de forma intensa o elemento comunicação, a interação entre diferentes gerações que passaram a dividir inúmeros bares da cidade, capaz de evocar imagens que revelam uma prática que se enraizou, significativamente, num cenário histórico diferente daquele em que floresceu. Assim, fazendo resignificar as marcas que ficaram dos sonhos e utopias do

cenário carioca abordado, do projeto urbanístico inicial e dos seus primeiros habitantes, as várias instituições, o ambiente e os atores sociais diversos envolvidos com as Rodas de Choro, que freqüentam de forma intensa os inúmeros espaços do sistema de lazer agora invadidos pelos chorões, evidenciam a possibilidade de observação de outras circunstâncias. A observação de *resistência* a um excesso de racionalização, funcionalismo e desigualdade social, mas também a observação da *negociação* entre dimensões sociais que dividem e reafirmam, juntas, interesses próprios. *Resistência e negociação* que acontecem através dessas manifestações musicais evocadoras de imagens, com possibilidades também de revelar que existe ali um espaço em que velhos, crianças, jovens, funcionários públicos, trabalhadores liberais, urbanitas mais abastados ou não, podem viver, pelo menos temporariamente, juntos, essa *outra vida*, onde o afeto e solidariedade, ou seja, uma *socialidade de base*, segundo Maffesoli[23], têm um papel importante. "Socialidade" capaz de contrastar e, ao mesmo tempo, naturalmente, de outra forma, colocar em prática elementos utópicos visados pelo projeto urbanístico da cidade meticulosamente planejada. Assim, as circunstâncias ligadas às Rodas de Choro no cenário brasiliense atual propiciam, além da observação de um vínculo *estrícto* na relação significante/significado, relacionada aos processos simbólicos a que estão sujeitas, diferentes possibilidades também do estabelecimento do vínculo *sui-generis* nessa relação, o estabelecimento de uma "lógica simbólica própria".

Enfim, de acordo com o enfoque desse texto, através das suas trajetórias, as Rodas de Choro evidenciaram uma atividade plena de resíduos de significados que passaram a ser, evidentemente, resignificados, nos diferentes cenários em que apareceram, segundo fundamentação teórica oferecida por Castoriadis, com possibilidades de revelar também, nesse processo, o intrincado de relações que envolvem as três dimensões do imaginário observadas por Pesavento: o real, o ideológico e o utópico. Pode-se dizer, então, que os encontros dos chorões, ligados a constantes processos de resignificação de uma atividade musical, aqui entendida como *prática social* implicada com o *representacional*, contribuíram, na sua especificidade, para caracterizar lócus forjadores de *identidades*, o que remete a

Silva[24], quando afirma que as *identidades não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que as compõem* [...] ***representar*** *significa, neste caso, dizer, "essa é a identidade", "a identidade é isso."*

Notas:

---

[1] CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

[2] TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo, Ed. 34, 1998, p. 197.
[3] NEVES, José Maria. *Villa-Lobos, o Choro e os Choros.* São Paulo: Ed. Musicália, 1977.
[4] PINTO, Alexandre G.. *O Choro – Reminiscências dos chorões antigos.* RJ: Funarte, 1978. Ed. Fac-Similar, 1936.
[5] CAZES, Henrique. *Choro do quintal ao Municipal.* São Paulo: Ed. 34, 1994, p. 111.
[6] PESAVENTO, Sandra J. *Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário.* Em, Revista Brasileira de História. Órgão da Associação Nacional de História. SP, ANPUH/Contexto, vol. 15, número 29, 1995, p. 9-27. – p. 19.
[7] JODELET, Denise. *As representações sociais.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 22.
[8] PESAVENTO, Sandra *História &História Cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003, p. 40.
[9] CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. RJ: Ed. Bertrand, 1990, p. 17.
[10] CASTORIADIS, Cornelius, op. cit., p. 152. Castoriadis fala sobre o vínculo '*sui-generi's* na relação significante/significado: "Existe uma relação específica, 'sui-generis' que desconhecemos e que deformamos ao tentar captá-la como pura causação ou puro encadeamento de sentido, como liberdade absoluta ou determinação completa, como racionalidade transparente ou seqüência de fatos brutos. A sociedade constitui o seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa enfim do racional. Tudo isso faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e consequências, que não eram nem vistas nem previstas. Nem livremente escolhido nem imposto à sociedade considerada, nem simplesmente instrumento neutro e *medium* transparente, nem opacidade impenetrável e adversidade irredutível, nem senhor da sociedade, nem escravo flexível da funcionalidade, nem meio de participação direta e completa em uma ordem racional, o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade (e não somente o que era suposto determinar), estando ao mesmo tempo cheio de interstícios e de graus de liberdade".
[11] PESAVENTO, Sandra J. / 1995, op. cit., p. 22.
[12] PESAVENTO, Sandra J. / 1995, op. cit., p. 22 e 16.
[13] PESAVENTO, Sandra J. / 1995, op. cit., p 23 a 25. Pesavento, entendendo o Imaginário como uma representação do real, evidencia as três dimensões que entende constituí-lo: a **realidade**, o suporte na concretude do real [...] a própria potência criadora do imaginário não é concebida num vazio de idéias, coisas ou sensações; a **manipulação ideológica,** intenção deliberada, o controle e gerenciamento do Imaginário; e a **utopia** ou dimensão fantástica, latências de desejos, esperanças, outras possibilidades de vida frente a fatalidade imposta pelo ordem social para certos grupos. Importante frisar que a autora pondera o fato da complexidade relativa ao Imaginário, que faz com que ele comporte, ao mesmo tempo, de forma intrincada, as suas três dimensões.

[14] TINHORÃO, José Ramos, op. cit. p. 194 e 195.
[15] TINHORÃO, José Ramos, op. cit. p. 199.
[16] PINTO, Alexandre G., op. cit.
[17] BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Ed. UNB, 1999.
[18] STORT, Eliana V. R. Cultura, Imaginação e Conhecimento. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993, p. 54.
[19] SILVA, Luis Sérgio Duarte. *A construção de Brasília – Modernidade e periferia*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
[20] ABDALA JR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002, p.122.

[21] NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2004, p. 88 .
[22] CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2002.
[23] MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Natal: Ed. Argos, 2001.
[24] SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da [org.]. *Identidade e diferença.* Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000, p. 78 e 91.

Magda de Miranda Clímaco é Doutoranda em História – área de concentração História Cultural – pela Universidade de Brasília – UNB – sob a orientação da Profa. Maria Thereza Negrão de Mello.

Natureza e costumes mestiços na obra de José Veríssimo *

Magda Nazaré Pereira da Costa** - UFPA

I. José Veríssimo e a literatura naturalista da Amazônia

Autor de diversas obras de cunho nacional e regional, José Veríssimo destacou-se juntamente com Silvio Romero e Araripe Junior, formando no final do século XIX o conjunto de críticos literários brasileiros de grande expressão da era naturalista. Influenciados pelo Positivismo e pelo Evolucionismo em voga na época, ambos analisaram em muitas de suas obras a constituição do pensamento social brasileiro a partir da década de 1870, quando havia uma forte preocupação com o desenvolvimento e o progresso do Brasil enquanto uma "nação mestiça"[1].

Desse modo, desde meados dos Oitocentos a questão racial vinha sendo apontada como um símbolo de identidade nacional, que através da literatura romântica ganhava ênfase com a exaltação do indígena como a figura que melhor designava o habitante natural da nação[2].

Porém nas últimas décadas do século XIX, quando a literatura foi ganhando um caráter naturalista, a predominância indígena foi sendo substituída pela importância atribuída agora, à mistura dos diferentes tipos raciais formadores da nação. Sob as óticas positivista e evolucionista que sustentavam a tese de um racismo científico vindo da Europa, a grande quantidade de mestiços no seio da população brasileira oriundos da miscigenação entre índios, negros e brancos, foi interpretada como empecilho à civilização e uma das causas do atraso político-econômico da nação. A mestiçagem refletia então no campo da literatura e da ciência, como fator de degeneração das raças e, como tal produziria um tipo racial física e psicologicamente inferior àqueles que lhe deram origem[3].

Contudo, mesmo ligado ao Naturalismo, José Veríssimo criticava a proposição que afirmava ser a mestiçagem o maior problema para o desenvolvimento da nação.

Em alguns de seus ensaios exaltando a exuberância da Amazônia, é possível perceber que ao narrar os costumes e o modo de vida da gente índia e, sobretudo mestiça do local[4], considerados por ele, pouco ou quase nada civilizados, o autor enfatiza que, lentamente conseguiriam superar tal estagio de "selvageria" em que se encontravam, na medida em que fosse intensificada a mistura com o branco "civilizado".

Nascido em Óbidos no interior do Pará, José Veríssimo trazia provavelmente no sangue uma certa descendência mestiça, fato que talvez também tenha contribuído para que ele apresentasse a mestiçagem como algo positivo ao progresso e á civilização do Brasil; já que paradoxalmente defendia, o postulado evolucionista-naturalista que via no branqueamento da população mestiça a saída para a degenerescência.

Assim, Veríssimo, apesar de ser paraense nato e grande admirador de sua terra, foi essencialmente homem de seu tempo, e como tal deixou registrado em seus escritos sobre a região amazônica e seu povo uma visão estereotipada de caráter racista e "acima de tudo (...) de cunho nacionalista, que ele procurou rastrear desde o início da literatura brasileira (...) detectando um sentimento de brasilidade"[5].

Assim nos propomos com este estudo analisar alguns relatos de José Veríssimo enquanto literato naturalista, destacando a concepção de natureza ali expressa e sua suposta influência nos costumes da população mestiça da Amazônia[6].

II. Repensando a paisagem amazônica

De acordo com Carmem Lúcia Figueiredo, no contexto da "invenção do Brasil" uma nova concepção de paisagem despontou através da tradição romântica-naturalista que passou a concebê-la sob uma rede de códigos culturais, constituindo "um lugar de apropriação visual e um foco para a formação de identidade"[7]. A paisagem enquanto descrição ou representação da natureza perderia seu caráter

meramente contemplativo para revelar-se um “meio de troca”, onde expressaria, além das belezas e curiosidades do espaço físico, um significativo conteúdo social.

A partir de meados do século XIX, no entanto a concepção naturalista animada pelos princípios cientificistas da época começava a distanciar-se da sensibilidade romântica, para deter-se em questões de ordem prática referentes não só a exuberância da terra, mas a utilidade desta para o desenvolvimento e a civilização do homem.

Sob o determinismo do meio tenderam os naturalistas a projetar uma qualificação ou desqualificação de um determinado espaço e de seus habitantes de acordo com as características físicas e morais engendradas ali na relação do homem com a natureza. A vegetação, o clima, bem como a formação étnica, o modo de vida, os padrões de comportamento e os valores sócio-culturais foram alguns dos aspectos humanos e naturais enfatizados para descrever a paisagem na visão naturalista.

Assim é sob este ponto de vista, que podemos observar no naturalismo de José Veríssimo que ao analisar a paisagem amazônica e a gente que ali vivia, o autor, movido pelos postulados biológico-evolucionistas, buscou demonstrar as “reais” possibilidades do progresso humano naquela região e sua contribuição para o desenvolvimento da nação. Por conhecê-la muito bem Veríssimo, não reduziu a Amazônia, ao espaço exótico da floresta, mas não deixou também de destacar a influência da adversidade da paisagem, que apesar de uma natureza pródiga, sujeitava todas as raças consideradas impuras que ali viviam a desenvolver um “caráter vil” que lhes dificultava a civilização. Por conta disso, índios, curibocas, mamelucos, mulatos e cafuzos, além dos tapuios, habitantes do local necessitavam segundo Veríssimo, vencer “um clima enervante” e deviam saber lidar com a abundância de recursos vegetais e animais que lhes facilitava a sobrevivência e lhes proporcionava um estilo de vida que não exigia uma grande dedicação ao trabalho, empurrando-os assim, ao ócio e à indolência.

Sob uma concepção positivista-determinista da natureza, José Veríssimo enfatiza que as facilidades proporcionadas por ela provocariam a ausência do trabalho disciplinado e operante no dia-a-dia da população mestiça da Amazônia que naquele momento era vista como o "paraíso do indolente". Expressão que teria sido não raro utilizada para designar a paisagem daquele local, e exprimir as causas do "*abatimento"* do mestiço, dos quais muitos, na visão do autor, ainda não estavam propensos a civilizar-se preferindo os limites e a acomodação da vida nômade dependente da natureza.

Nesse sentido o nativo da Amazônia, mesmo o tapuio, que José Veríssimo considerava um índio destribalizado e, portanto mais passível de civilizar-se, buscava na natureza tudo que necessitava para prover à sua subsistência. A vegetação, por exemplo, possuía para índios e mestiços valores alimentícios, ornamentais, religiosos e medicinais. Até mesmo Veríssimo destaca que para os nativos "as nossas grandes florestas são uma enorme drogaria, onde acham remédio para toda a sorte de males físicos"[8].

III. (A) moral e natureza: os costumes mestiços

Mesmo descrevendo a paisagem e a realidade da Amazônia pelo viés naturalista, nos ensaios que relata suas andanças subindo e/ou descendo os rios da região, principalmente os que cortam as Províncias do Pará e do Amazonas, José Veríssimo em momento algum enfatiza apenas as peculiaridades do meio natural, silenciando a ação dos homens que nele vivem. Para José Maia Bezerra Neto, Veríssimo "... não se limita unicamente aos estudos e descrições da natureza, mesmo por que o naturalismo não pode ser confundido apenas com a retração do meio físico. Ele busca estudar as populações da região amazônica, detalhando em seus relatos etnográficos suas crenças, costumes e modos de vida ..."[9].

Sem portanto, distanciar-se da concepção que caracteriza a influência do meio como determinante no modo de vida das pessoas, José Veríssimo deixa mais uma vez transparecer nos ensaios em que relata o cotidiano dos tapuios que vivem em localidades a margem dos rios, sua inclinação às aspirações evolucionistas. Apesar das tentativas de inserção da Amazônia no "mundo civilizado", a influência do meio ainda obrigaria a gente do local a perpetuar crenças e costumes herdados de seus antepassados indígenas, considerados pelo autor como inferiores, limitando-os a viver em uma situação de extrema miséria.

A pobreza da população mestiça seria resultante de sua falta de perspectiva e de prosperidade diante das facilidades da natureza, como enfatizado anteriormente. A rusticidade dos costumes nativos era interpretada por Veríssimo como indícios de incivilidade, tais como: o modo como as pessoas viviam amontoadas em moradias sem comodidade e sem privacidade, a forma como "não respeitavam" padrões de comportamento e valores sociais, tidos como imprescindíveis à civilização.

Em uma das viagens que fez ao interior das duas maiores províncias da região, o literato chegou a destacar *que* "a sua casa [dos tapuios] tem a forma simples de habitação primitiva (...). A maioria das vezes (...) compõe-se de um único compartimento onde vive, na promiscuidade mais imoral, toda uma família, não raro numerosa"[10].

Veríssimo não conseguia entender e aceitar que tais práticas eram comuns entre os mestiços e constituíam uma rede de significados inerentes ao seu modo de vida. Ao julgá-los como promíscuos e imorais Veríssimo sustenta uma visão estereotipada, que lhes atribui um estágio de desenvolvimento inferior (primitivo) por não seguirem os padrões de moral e bons costumes reconhecidos e aceitos em uma "sociedade civilizada".

No final dos oitocentos com o advento da República positivista no Brasil, a moral cristã do Império vai sendo substituída por uma moral civil, com a qual a família

e também a mulher ganham papel de destaque; a primeira como uma das principais instituições que assentaria as bases da formação moral do cidadão e, a segunda por ser responsável, através da figura da mãe, de agenciar tal formação[11].

Diante disso, indignado Veríssimo assim continuava a descrever em seus relatos: "É habitual às mulheres mestiças falarem a cada instante de seus filhos sem pai; isto em tom que não indica nem pesar, nem tristeza e, na aparência pelo menos nenhuma consciência de falta ou de vergonha (...). Assim constituída está desmantelada a família. A mulher perde o direito ao papel que na bem constituída lhe deve caber"[12].

Ao criticar o comportamento da mulher mestiça que pouco valor parecia dar aos laços de casamento, não se importando em levar uma vida baseada em relações esporádicas, José Veríssimo, como bom republicano que era, registra aqui o que se entendia no início da República como modelo ideal e aceito de família, onde "sem noção positiva de pudor (...), a família mameluca, como a tapuia, está por assim dizer em plena decomposição (...) concorrendo assim (...) para a desmoralização dos costumes de ambas as províncias"[13].

IV. Natureza, hábitos alimentares e cuidados com a saúde

A natureza era quem determinava ainda a base da alimentação dos mestiços. A sua mesa era considerada por Veríssimo como parca e má, cujo alimento principal era o peixe, acompanhado da farinha d'água, que apesar de muito consumida possui um baixo valor nutricional. As frutas e os vinhos que delas extraía-se eram também produtos comuns na mesa de índios e tapuios da Amazônia, com destaque para o açaí que "faz seu alimento habitual".

Com uma dieta alimentar influenciada e dependente da natureza, faltava também aos moradores das cercanias da floresta, segundo José Veríssimo, um certo refinamento na maneira de comer, que ele mais uma vez apontava como ausência de

civilidade, pois "comem geralmente sentados sobre uma esteira no chão, as pernas cruzadas, servindo-se, os menos civilizados, exclusivamente das mãos; os outros têm, conforme a sua categoria e educação, adotado mais ou menos, os hábitos da civilização"[14].

Assim como a moral, o refinamento à mesa é destacado aqui como uma maneira de atestar a civilidade humana e a sua diferenciação frente aos outros animais[15]. E é ainda portanto, através dos "maus hábitos alimentares" e da falta de higiene do nativo, que José Veríssimo procura justificar a incidência de doenças como as febres intermitentes e endêmicas, que faziam definhar desde o indígena ao estrangeiro, procurando assim romper com a idéia de que existiria na Amazônia um clima insalubre que tornava impossível a permanência do imigrante europeu na região. De acordo com esta idéia "se acredita a Amazônia inabitável, e neste ponto há muita gente que, (...) reputa impróprias à vida humana essas regiões do Equador"[16].

Contudo, por mais que Veríssimo pretendesse reverter a visão de insalubridade climática que não raro era sustentada sobre a Amazônia, procurando estimular o povoamento através da imigração branca, em outra passagem de um de seus ensaios, o autor admite que devido a umidade e a disposição natural da paisagem, formada de rios, lagos e pântanos por todos os lados, estavam os habitantes do local sujeitos ao cortejo de determinadas doenças.

Por fim, note-se que sempre ressaltando o valor determinista do meio, Veríssimo dentre outras coisas, transplantou a idéia de civilização da cidade para as áreas do interior amazônico por onde passava, taxando então aquele espaço e os seus moradores de incivilizados devido à presença marcante da "natureza selvagem".

Notas

[*] A versão original deste artigo foi inicialmente apresentada como parte da avaliação da disciplina Teoria e Metodologia da História, junto ao Programa de Pós-Graduação em História em agosto de 2004.

[**] Discente do curso de Mestrado em História Social da Amazônia da UFPA.

[1] Sobre a idéia de "nação mestiça" ver SCHWARCZ, Lília M. Espetáculo da miscigenação. *Revista Estudos Avançados.* V. 8, nº 20, jan/abril 1994, pp. 137-151.

[2] Ver SCHWARCZ, Lília M. As barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[3] Cf. SCHWARCZ, Lília M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

[4] José Veríssimo assim classificava os tipos raciais existentes na Amazônia: *curiboca* (branco e índio), *mameluco* (curiboca e branco), *mulato* (branco e negro), *cafuz* ou *cafuzo* (negro e índio). Veríssimo não considerava como degenerados, sobretudo os mestiços oriundos do cruzamento entre brancos e índios, não considerando ainda como passíveis de serem civilizados os mestiços, cuja mistura racial provinha de sangue negro, haja vista o autor desconsiderar a significativa presença de negros na Amazônia. Ver VERÍSSIMO, José. "As populações indígenas e mestiças da Amazônia". *Estudos Amazônicos.* Belém: UFPA, 1970, p. 24 e 25 (especialmente a parte *Tapuios e seus descendentes*).

[5] Academia Brasileira de Letras. Disponível em http://ww.biblio.com.br/Templates/JoseVerissimo/JoseVerissimo.htm. Acessado em 07/12/2004.

[6] Destacamos aqui os seguintes artigos de José Veríssimo: "*As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes"* (1878), *"Problemas Amazônicos"* (1894), *"A Amazônia"* (1892) e *"Do Pará a Óbidos"* (1877); ambos republicados em 1970 pela Universidade Federal do Pará na Coletânea "Estudos Amazônicos".

[7] FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. Crítica à invenção do Brasil: paisagem, identidade, literatura. *Terra Roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários.* V. 2, 2002, pp. 26-42. Disponível em http:///www.uel.br/cch/pos/letras/terraroxa. Acessado em 05 fev. 2005.

[8] VERÍSSIMO. José. *Op. Cit.* p. 61

[9] BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia. *Revista Dados.* V. 42, nº 3, 1999, p. 560. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0011-52581999000300006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 07 fev.2005.

[10] VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 71.

[11] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[12] VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 73.

[13] Idem. p. 74

[14] Idem. p. 83.

[15] Ver THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças e atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800).* São Paulo: Companhia das Letras. p. 44.

[16] VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 191.

Memória(s) da Velha Guarda da Sociedade Cruzeiro do Sul

Magna Lima Magalhães[1]

Um pouco da história

A Sociedade Cruzeiro do Sul, fundada em 28 de outubro de 1922, nasceu a partir da vontade de um grupo formado por integrantes negros de organizarem um clube de futebol, que recebeu o nome de Sport Clube Cruzeiro do Sul. O clube, sem sede própria, realizava seus jogos com times de cidades vizinhas, nas terras da família Malaquias, localizadas no atual Bairro Rincão. Alguns dos integrantes do Clube também participavam do Bloco dos Leões, que, durante as festividades carnavalescas, desfilava pela Avenida Pedro Adams Filho. O Bloco contava com a presença de negros em sua formação, principalmente de moradores do Bairro Guarani, antigo Bairro África.

A necessidade de ter um espaço que propiciasse encontros, atividades esportivas e festividades, instigou a fusão do Bloco dos Leões e do Sport Clube Cruzeiro do Sul, dando início a uma ação conjunta por parte de seus integrantes para a conquista de um local que possibilitasse a construção da sede da Associação Esportiva, Beneficente e Cultural chamada Sociedade Cruzeiro do Sul. A partir de um esforço de grande parte da comunidade negra de Novo Hamburgo, iniciou-se o trabalho de compra do terreno, bem como da construção da sede e da organização da sociedade. Ela estabeleceu-se à rua Osvaldo Cruz, 96, no Bairro Primavera, no município de Novo Hamburgo.

Criada a partir da organização em torno do futebol e do carnaval, solidificou-se ao longo de sua trajetória por ser um espaço agregador do elemento negro, não só da região em que estava inserida como também de sujeitos de outras localidades[2]. Na sede da sociedade, comemoravam-se os momentos mais importantes das famílias negras do município e da região, tais como aniversários, batizados, festas de enlaces matrimoniais[3]. Era também em sua sede que ocorriam os bailes de debutantes, que apresentavam as moças negras à sociedade, além disso, servia como local acolhedor de discussões e de

sociabilidade concretizadas em jantares e almoços[4]. Foi essa sociedade, fundada e organizada por integrantes negros, que presenciou e testemunhou Novo Hamburgo[5] conquistar a sua emancipação e solidificar sua história como município.

Dentre os participantes e responsáveis por essa trajetória de conquistas, destacamos a persistência e o árduo esforço da "Velha Guarda", assim carinhosamente identificada pelos componentes mais jovens da associação, cujo trabalho resultou na constituição da mais renomada Sociedade de Negros da região do Vale dos Sinos.

Memória(s) da Velha Guarda

Nossa investigação iniciou a partir dos primeiros contatos com integrantes da Velha Guarda, cujo acolhimento e disponibilidade serviu (e está servindo) de fio condutor para nossos estudos. Eles gentilmente dividiram conosco suas memórias e, como não poderia deixar de ser, seus depoimentos trouxeram à tona leitura(s) de vida(s), registros familiares, lembranças, momentos e passagens da história de Novo Hamburgo, que, muitas vezes, estão envoltos no esquecimento e no silêncio. A proposta de interrogar, procurar e vasculhar as lembranças dos componentes da Velha Guarda respalda-se no entendimento de que uma "memória pessoal é também uma memória social, familiar e grupal." (BOSI, 1999, p.37)

Indo ao encontro do eixo norteador de nossa proposta de trabalho, que é a de entender a presença negra em um espaço notadamente de colonização branco/européia, a(s) memória(s), as experiências vividas, as ações e construções podem ser o mais valioso registro da contribuição desses sujeitos para a nossa cidade e que nem sempre foi contemplado pela história oficial. Ao mesmo tempo, propicia a possibilidade de múltiplas leituras sobre um passado multifacetado.

Essas memórias nos apontam acerca das representações identitárias da comunidade negra de Novo Hamburgo, cujas práticas sociais nos mostram que, em meio a uma organização social notadamente germânica, a presença dos negros está nos mais diversos cenários que compõem a história de Novo Hamburgo. Em grande medida,

formavam o manancial de trabalhadores dos curtumes. Atuavam também como sapateiros, músicos, pequenos agricultores, bancários, empregadas domésticas, entre outros. Além disso, destacamos também o importante papel exercido pela Sociedade Cruzeiro do Sul, enquanto local de práticas sociais construtoras de uma identidade[6]. Sob essa perspectiva, abre-se um leque de indagações e de possíveis análises em torno da presença do negro na região do Vale do Rio dos Sinos, que nos remetem a pensar sobre os laços de parentesco estabelecidos por esses sujeitos, sobre o fomento da associação como forma de fortalecer e demarcar espaços sociais e sobre o papel exercido pela mulher.

Salientamos aqui a importância de fazer uso da memória não só para ter acesso a fatos e informações, mas principalmente para "recuperar uma outra memória, que permita recuperar não só o ocorrido, como ressaltar as esperanças não realizadas do passado e que inscrevem em um novo presente como um apelo para um futuro diferente". (GARCIA, apud FELIX,1998, p.64)

Os entrevistados são sujeitos/atores, sendo que alguns acompanham a trajetória histórica da Sociedade desde a infância através da figura dos pais, como é o caso da senhora Nair Lara de Oliveira. Outros foram se inserindo quando jovens e, posteriormente, fizeram parte do quadro administrativo da associação, como o senhor Waldomiro Mello, por exemplo. Dessa forma, a Velha Guarda, assim respeitosamente denominada pelo mais jovens, é a guardiã da memória da Sociedade Cruzeiro do Sul.

Dentre os depoentes, destacamos: Nair Lara de Oliveira (83 anos); Waldomiro Mello (79 anos), Adolfa Fernandes de Mello (85 anos), Luís Oliveira (85 anos), José Osmar Lima dos Santos (83 anos), Darci da Silva (81 anos) e Dulce da Silva (78 anos).

Em todos os depoimentos registrados, destaca-se a satisfação pela oportunidade de contribuir com o projeto de pesquisa. Percebemos que a participação estimulou a auto-estima dos entrevistados e, porque não dizer, o surgimento de um outro olhar em relação ao papel exercido por eles na associação. Concomitante, notamos a preocupação com o que

poderiam ou não falar. As entrevistas concedidas deixam transparecer o sentimento de orgulho por parte dos depoentes, por terem participado da trajetória do "Cruzeirinho" (como é denominada a associação por alguns componentes da Velha Guarda).

O depoimento de "tia Nair", (ou vó Nair) como é carinhosamente conhecida a senhora Nair Lara de Oliveira, trata de sua participação como presidenta da ala-feminina e da responsabilidade de organizar as festas da associação. Em suas palavras, destacou a importância dos bailes por ela organizados, citando como exemplos o "Baile das 24 Estrelas", o "Baile das Rosas" e o "Baile de Debutantes".

> Eu fui presidente muito tempo, era eu que organizava os bailes, era eu que fazia, dizia que ia fazer tal baile assim, assim... Eu fiz duas ou três vezes eu fiz os bailes das vinte e quatro Estrelas (...) Aí porque quando eu pensava, eu vou fazer tal coisa no Cruzeiro, fazia que, olha! Menina! dava enxurradas de gente, né, então eu inventei o baile das 24 Estrelas. (...) As moças eram todas vestidas de gala, cada uma representava um Estado (...) Aí a gente escolhia das famílias, das famílias morena, a gente escolhia as moças de tal família. (Entrevista concedida em 14/06/2003).

"Vó Nair", em sua fala, trouxe à tona seus registros sobre a associação e acrescentou a eles lembranças familiares e recordações de sua mãe e dos serviços prestados por ela às famílias ilustres de Novo Hamburgo. Ainda contemplou-nos com fotografias dela ainda jovem, na "Praça das Pombas"[8], ao lado do chafariz (que ela enfatizou ser o original). Contou que a praça servia como espaço de lazer, de encontros e desencontros de muitos jovens da cidade de Novo Hamburgo.

O Sr. Waldomiro Mello, presidente da associação por três gestões, em seu depoimento, descreveu as comemorações festivas ocorridas na cidade em torno do 13 de maio, informando sobre a importância da festividade para a comunidade negra local.

> O 13 de maio de Novo Hamburgo era um acontecimento fora do comum. Então nós, escolhemos, geralmente era um alugava no Rio Branco, naquela época tinha lugar para isso, chamava de capão, então lá a gente formava lá, tudo organizado, as equipes disso, equipe daquilo, cada um tinha sua função dentro, e da manhã ... e depois ia pro baile, começava de manhã e depois de noite era o baile, e aí tinha todo esse pessoal que eu falei de Pelotas, vinha tudo, vinha de longe pra fazer do 13 de maio aqui em Novo Hamburgo.

Reportando-se aos bailes:

> Então, quando a sociedade fazia um baile (...) vinha gente de toda parte: de Montenegro, São Sebastião do Caí (...) todo mundo queria baile do

> Cruzeiro. É que a nossa sociedade, naquela época, nós era muito rigoroso, na questão moral, de comportamento (...).
> O baile de debutante era famoso, porque não era uma coisa de debutante aqui de Novo Hamburgo, como também das cidades mais próximas mandavam e era muito bem organizado e era (...) da minha irmã, ela que organizava o baile (...) era só negra, era só negra. São Leopoldo, Canoas, todos mandavam os filhos (...) no caso para debutar lá no Cruzeiro." (Entrevista concedida em 13/11/2004).

O(s) registro(s) da(s) memória(s) da Velha Guarda refere(m) também ao limite estabelecido entre brancos e negros no espaço do antigo cinema Guarani[9]:

> No cinema, tinha o cinema Guarani, aqui no centro, em frente à Rainha das Noivas, era um cinema, era o Guarani. Então tinha platéia embaixo e tinha em cima a galeria (....) negro não podia sentar lá embaixo, tinha que sentar lá em cima. Aí fizeram uma coisa lá que ... o primeiro negro que sentou foi o irmão do Malaquias, se chamava Armando. Nós tudo sentado lá em cima, ele sentou numa fileira, era o único negro sentado, ninguém sentou perto dele." (Entrevista concedida por Darcy da Silva em 05/06/2004).

Mas é também essa memória que, com respeito e admiração, registra a relevância de muitos comerciantes[10] da cidade, cujo auxílio foi fundamental em diversos momentos da existência da associação. Entre eles, podemos citar a antiga Distribuidora de Bebida Kolling, a Casa Cavasotto, a Casa Floriano e o Mundo dos Plásticos, este presente ainda hoje no comércio da cidade. São as lembranças desses integrantes que perceberam a entrada tímida do elemento branco nas comemorações e festividades ocorridas na sede da associação e os novos rumos da sua história. Assim, esses integrantes são testemunhas que presenciaram a alteração gradativa, porém contínua, nas relações sociais ocorridas no município, as quais impuseram mudanças de comportamento e resignificações culturais que redimensionaram os espaços de atuação de diferentes sujeitos na realidade sócio-histórica de Novo Hamburgo.

E é com o intuito de servir como testemunho da complexidade histórica que envolve a associação e o município, que os depoentes se permitem o direito de expressar uma leitura particular sobre "outros tempos" (grifo meu):

> (....) no Rincão que se jogava, do pai do Luiz dos Oliveira. O interessante é que naquela época, por exemplo, o campo ficava ali, tinha bastante moreno,

> o clube era só de moreno. Então, por exemplo, quando tinha jogo do Cruzeiro (...) o campo era tudo escuro, em toda a volta só negro jogando. Aí então na saída, na saída dos jogos (...) então era aquela fila de negros, os negro tudo saíam pra: vamo pro cinema, vamo pro baile (...) era bonito, era bonito de ver aquela reunião tão grande (...). Naquele tempo tinha trem, então todo mundo pegava o trem ia pro baile em São Leopoldo, ia pra outros lugares, mas uma data festiva é o domingo de jogo havia no campo do Cruzeiro do Sul, coisas assim que realmente não voltam mais. Tempos que é passado e vão continuar no passado, não volta mais. (Entrevista concedida por Waldomiro Mello em 13/11/2004).

O presente trabalho distancia-se do objetivo de compor uma análise mais detalhada sobre o assunto, mas tenciona esboçar, de forma sucinta, algumas lembranças, algumas recordações de experiências vividas, buscando, a partir da (s) memória(s) de sujeitos negros, integrantes da Velha Guarda da Sociedade em estudo, trazer à cena outros atores, cuja atuação é digna de constar na história do município de Novo Hamburgo.

[1]Mestre em História pela Unisinos, professora do Curso de História do Centro Universitário Feevale.
E.mail: magna.rs@terra.com.br – magna@feevale.br

[2]A participação de sujeitos pertencentes à Sociedade Rui Barbosa, situada no município de Canoas (região metropolitana de Porto Alegre) nas festividades e atividades esportivas da Associação Cruzeiro do Sul consta nos registros das Atas da Sociedade Rui Barbosa, tais como na Ata n.14, de 01 de março de 1969, e na Ata n.22, de 08 de outubro de 1969. A presença de sujeitos de outras localidades é também apresentada no depoimento do Sr. Waldomiro Mello, que aponta a participação de cidadãos de outros municípios como Pelotas e Santana do Livramento, entre outros.

[3]A primeira união matrimonial festejada na Sociedade Cruzeiro do Sul foi a de Pedro Adão Marcelino com Gilda Feliciano. Ele morador da cidade de Canoas e freqüentador da sociedade e que, anos mais tarde, fundou a sociedade Rui Barbosa. Ela nascida em Novo Hamburgo e integrante da Cruzeiro do Sul.

[4]A sociedade Cruzeiro do Sul mantém até hoje a tradição dos almoços aos domingos. Muitos desses momentos estão registrados nas fotografias, a que tivemos acessos durante as nossas atividades de pesquisa.

[5]Novo Hamburgo conquistou sua emancipação em 5 de abril de 1927, antes era distrito do município de São Leopoldo.

[6]Trabalhamos com o entendimento de Castells:
A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (...) quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade (...). (CASTELLS, 2000, p.23)

[7]Praça das Pombas era a forma simples de indicar a Praça do Imigrante.

[8]Nos depoimentos de Nair Lara de Oliveira e de Waldomiro Mello também constam informações sobre os espaços distintos entre negros e brancos no antigo cinema Guarani.

[9]Muitos comerciantes contribuíam com artigos e produtos que eram distribuídos nas festas como brindes. A associação também contou com a doação de materiais para a construção da sede.

Bibliografia

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**.2.ed.São Paulo: Paz e Terra, 2000.
FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória. A Problemática da Pesquisa**. EDIUPF: Passo Fundo, 1998.
LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 2003.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado - História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Depoimentos:

MELLO, A. F. de. Adolfa Fernandes de Mello. SILVA, G. T. da. Gládis T. da Silva: depoimento [Ago 2004].Entrevistadores: M. L. Magalhães e B.C.C. Damiani. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2004. 1 fita cassete (60 min).Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.

MELLO, J.W. Waldomiro José Mello: depoimento [Nov. 2004]. Entrevistadores: M. L. Magalhães e B. C.C. Damiani. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2004. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.

OLIVEIRA, L. N. Nair Lara de Oliveira: depoimento [Jun. 2003]. Entrevistadores: M. L. Magalhães. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2003. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.

SILVA, D. da. Darci da Silva: depoimento [Jun. 2004].Entrevistadores: M. L. Magalhães e B.C.C. Damiani. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2004. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.

Pelos versos das canções:
Um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante o regime militar brasileiro (1964-1985)

Maika Lois Carocha

A censura musical inserida no âmbito da moral e dos bons costumes não foi criada pelo regime militar, mas foi sendo adaptada paulatinamente às especificidades do período em questão. Devido ao crescimento da indústria fonográfica na década de 1970 e a forte capacidade de influência da música nas grandes metrópoles brasileiras, o regime militar não pôde deixar de voltar as suas atenções para este tipo de manifestação cultural.

A censura musical e todas as outras que fizeram parte do conjunto conhecido por diversões públicas eram feitas previamente, o que conferiu ao processo censório uma grande capacidade de coerção.[1] A censura prévia era uma atividade legal do Estado desde a Constituição de 1934 – que introduziu no sistema jurídico a censura prévia aos espetáculos de diversões públicas. A Constituição de 1937 aumentou a área de atuação da censura, incluindo a radiodifusão. A Constituição de 1946 ratificou os ditames acerca da censura que já existiam na Constituição de 1937. A partir de 1965, uma nova legislação censória foi sendo construída pelo regime militar, aproveitando muitos artigos já existentes e criando novos mecanismos que melhor atendessem às suas necessidades coercitivas. A ação censória, institucionalizada em códigos e leis, foi orientada no sentido de preservar a moral vigente e o poder constituído.

Em um primeiro momento, a censura de diversões públicas foi marcada por uma atuação multifacetada, tendo o seu funcionamento apenas em nível regional.[2] Essa característica foi sendo alterada devido à construção de uma legislação que adaptou a censura às necessidades do novo regime.

Em 1965 com a inauguração do novo prédio do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), no Distrito Federal, teve início o processo de centralização da atuação censória no Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública (posteriormente Departamento de Polícia Federal) em detrimento das censuras regionais. Com o Decreto n. 43, de 1966, que estabeleceu a exclusividade da União para a execução da censura, o processo de centralização foi intensificado.[3]

Mesmo no momento inicial do regime, a censura necessitava de urgentes adaptações não apenas no que concernia à questão da centralização, mas também em relação à regulamentação de outros pontos, como, por exemplo, aqueles referentes à profissionalização e uniformização da censura.

Com a centralização da censura em Brasília no ano de 1966, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), passou a ser o órgão responsável pela censura de diversões no país. Este processo de centralização foi fundamental para a censura, na medida em que esta visava ter uma atuação mais coerente e uniforme. De algum modo, também simplificou a vida dos artistas, produtores e distribuidores que agora requeriam uma única liberação, válida para todo o país. Entretanto, a oficialização da centralização da censura ocorreu apenas em 1967, com a outorga da Constituição daquele ano.[4]

Embora sendo a centralização uma demanda dos próprios órgãos censórios e regulamentada por lei federal, o processo não foi tranqüilo. Muitos chefes de censuras regionais alegaram que a centralização traria problemas. O coronel Waldemar Bianco, chefe da cesura no Paraná em 1968, não se conformava em ter de "acatar decisões do planalto central", pois "há coisas que servem para a Guanabara e São Paulo, mas não servem para o Paraná". O coronel e 15 censores foram a Brasília para obter o direito de julgar o teatro "sob um ponto de vista paranaense".[5]

Razões ideológicas à parte, o que determinou este tipo de situação foi o fato de as censuras regionais não quererem perder seu poder de censurar independentemente da opinião da censura federal. Como a censura federal ficava muito isolada em Brasília, não foi possível desativar completamente as censuras regionais porque estas eram responsáveis diretas pela fiscalização da programação musical de bares, concertos, festivais e *shows* nos seus estados.

Essa situação de conflito foi bastante usual por mais que se expedissem leis asseguradoras de uma unidade para a censura.[6] Um exemplo é o Decreto n. 56.510, de junho de 1965, que em seu artigo 176 versou sobre a unificação dos critérios para a liberação das letras musicais. Ficou decretado que as letras de músicas seriam censuradas exclusivamente em Brasília, o requerente de censura seria o autor ou seu outorgante, devendo anexar original e duas cópias carbônicas sem borrão ou rasura. O prazo para o exame da letra era de 30 dias.[7] A lei era clara, entretanto, nem sempre as interpretações foram tão simples assim. Uma ordem de serviço expedida pelo Ministério da Justiça no ano de 1968 e direcionada ao Serviço de Censura de Diversões Públicas buscava exclusivamente esclarecer o Decreto n. 56.510.[8] Dois anos após esta ordem de serviço, uma outra, partindo também do Ministério da Justiça e seguindo o mesmo tom, era expedida. O que nos mostra que o entendimento deste decreto, principalmente do artigo que versava sobre o fato de as letras musicais serem censuradas exclusivamente em Brasília fora comprometido.[9] Os próprios relatórios anuais de atividades emitidos pela DCDP listavam as letras de músicas censuradas separadamente, ou seja, as músicas censuradas em Brasília e nas SCDPs regionais, o que demonstra que a censura não era realizada exclusivamente na DCDP.[10]

A censura de diversões públicas foi apenas um dos componentes do aparelho repressivo montado pela ditadura militar com o intuito de garantir a sua legitimação no interior da própria corporação militar e perante o restante da sociedade civil. Através da

circulação de um discurso ético-moral que permeou todo este aparelho repressivo, visou garantir a aceitação dos atos praticados pelo regime. Este aparelho repressivo, além da censura de diversões públicas, abrangeu também a propaganda política, a censura à imprensa escrita, a espionagem e a polícia política.[11]

Sendo a censura de diversões públicas uma parte do aparelho repressivo montado pelo regime militar, nada mais natural que houvesse uma comunicação entre as diferentes instâncias que formavam este aparelho. As turmas de censores responsáveis pela análise das letras musicais não hesitavam em solicitar dossiês de artistas ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, por outro lado, o DOPS mantinha-se usualmente em contato com a DCDP e as SCDPs regionais para a troca de toda sorte de informações.[12] Determinados artistas, especialmente aqueles que tiveram as suas letras muito visadas pela censura, eram monitorados pelos DOPS que enviavam relatórios bimestrais à DCDP.[13]

A música, o teatro, a televisão e o cinema foram atividades constantemente vigiadas e, na maioria das vezes, esse processo era tratado como simples rotina policial. Instrumentos reguladores como "leis de imprensa" e "classificações etárias" sempre estiveram presentes no cotidiano do brasileiro e largas parcelas da sociedade lhes conferiam legitimidade, pois acreditavam serem estes "normais".[14] Os censores de diversões públicas consideravam sua atividade legítima e garantida por lei.[15]

Nos anos 1970, a DCDP era bastante conhecida do público em virtude da obrigatoriedade de exibição nos cinemas, nas TVs e nos teatros do certificado de censura.[16] Esta notoriedade aliada ao fato de que a censura de diversões públicas era considerada "normal" por grande parte da população, levou um número considerável de pessoas a escreverem cartas endereçadas a Divisão. O tom das cartas salvo algumas poucas exceções, era sempre o mesmo: uma pessoa que solicitava precauções acerca de um material que a ofendeu. Terezinha Rodrigues, dona de casa, escreveu à Divisão no

ano de 1983 para solicitar a "urgente proibição da devassa música *Rock da cachorra*".[17] A composição de Léo Jaime, cantada por Eduardo Duseck, sofreu repúdio de mais outras duas cartas, que também solicitavam a proibição. Este tipo de atitude espontânea provinda de setores não militares e não governamentais serviu bem aos propósitos da Divisão que se utilizou desta situação para argumentar a favor de sua legitimidade.

É preciso que atentemos para o fato de que a censura praticada pelo regime militar não foi homogênea. É possível distinguir uma série de diferenças entre a censura de diversões públicas e a censura feita à imprensa. Enquanto a primeira foi legal, conhecida do público, a última foi negada pelo regime e imposta através de atos revolucionários como o AI-5, por exemplo. A censura feita pela DCDP estava inserida em uma longa tradição de defesa da "moral e dos bons costumes" e já existia havia muitas décadas no Brasil, legalizadamente, ao contrário da censura da imprensa.

Os censores de diversões públicas não se sentiam á vontade para realizar censura de temas políticos (embora o fizessem). Podemos perceber aí a dimensão moral de seu trabalho, ao contrário da censura imposta a imprensa, na qual o que prevaleceu foi a dimensão política. A melhor maneira de entendermos a presença destas duas dimensões é analisarmos todo o processo de censura realizada pela DCDP (neste caso estamos nos referindo apenas a censura musical) através dos pareceres de seus censores. O processo de análise de uma composição era bastante burocratizado. O compositor ou sua gravadora enviava o trabalho que era estudado pelos censores da turma de música da Divisão. O número habitual de censores por composição analisada variava entre um a quatro, até 21 de novembro de 1968, quando o artigo 13 da Lei n. 5539, buscando uma atuação mais uniforme, estabeleceu o número de três censores por obra a ser analisada.[18]

A grande maioria dos vetos foi justificada em nome da preservação dos valores tradicionais da família brasileira. Sob esta tópica circularam as mais variadas questões,

desde a defesa da religião católica até a proibição de assuntos em pauta na época, que foram considerados pela censura como atentatórios a tradição da família brasileira, como, por exemplo, referências ao uso de entorpecentes, ao homossexualismo e a questão do divórcio e da emancipação feminina, muito discutidas na década de 1970.

Em meio a um momento no qual ocorreu uma "revolução de costumes" em todo o mundo, as músicas no Brasil eram vetadas apenas por fazerem alusões ao movimento *hippie* ou ao homossexualismo. O compositor Antonio Carlos Vieira Cariello teve sua música intitulada *Anjo* vetada porque o censor,

> [Verificou] na letra musical em exame que a mesma continha matéria ofensiva à ordem pública, alusão ao movimento hippie e também ao amor proibido entre pessoas do mesmo sexo, pelo que opinou pela sua não liberação.[19]

O veto também foi apresentado como instrumento para aprimorar o gosto, elevar o nível cultural e o padrão moral do povo brasileiro. Composições eram vetadas por serem inadequadas, ofensivas e até mesmo por conterem erros gramaticais e serem consideradas de péssima qualidade musical. Os compositores Antonio Leão Júnior, Paulo Menegazzo e Hielo Bonfim tiveram três de suas cinco músicas enviadas a censura vetadas porque “as mesmas apresentam conotações relativas a tóxicos, desrespeito ao hino nacional e palavras de baixo calão com possível deturpação de significados.”[20]

Antonio Lauro, repentista cearense, enviou duas letras de sua autoria para a DCDP porque, segundo ele, "queria cantá-las na Feira de Santana". Mas os censores foram unânimes em declarar suas músicas "de péssima qualidade musical e repletas de erros gramaticais crassos e por isso opinamos pela sua não liberação".[21] Em casos como este, os censores acabaram atuando como críticos musicais, além de sua função primeira, que era a de censurar.

Mesmo que na censura musical a dimensão moral tenha se configurado muito mais presente do que a dimensão política, esta também foi apresentada como motivo para vetos. Na censura musical ocorreu uma mescla de preocupações morais já antigas na

tradição do pensamento brasileiro com as questões concernentes especificamente ao regime militar como, por exemplo, o comunismo, a luta armada, a defesa da segurança nacional, dentre outras.

Nomes como os de Geraldo Vandré e Chico Buarque de Hollanda tornaram-se conhecidos devido aos seus constantes embates com a censura. Chico Buarque teve por volta de 40 músicas vetadas, metade das quais devido a alusões a questões políticas.[22] Os casos destes cantores e compositores foram bem visíveis devido ao relativo sucesso que tinham. Entretanto, existiram muitas outras músicas censuradas por razões político-ideológicas. Embora existisse um mal estar da parte da DCDP em afirmar categoricamente que realizava uma censura política, em seus pareceres os censores não se sentiram incomodados em dizer que determinada música "fere as normas do regime vigente" ou identificar, "mensagem de teor subversivo".

A existência de duas dimensões (moral e política) na censura musical, não significou que estas conviveram separadamente, mas estiveram intimamente relacionadas. A tentativa de manutenção, por parte do regime militar, de uma determinada moralidade, foi fruto de um projeto político maior, da construção de uma chamada "utopia autoritária" na qual os militares acreditavam ser "superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral. [23]

Embora a censura musical nunca tenha visado "extirpar fisicamente o câncer do comunismo", suas tentativas foram no sentido de eliminar a simples menção em letras de músicas da existência de algo que não era do interesse do regime e ao mesmo tempo extrair também das letras a propagação de novos costumes que também não atendiam aos seus interesses, mantendo com isso uma visão de mundo própria e de acordo com os ditames dos militares.

Com base nos relatório anuais da DCDP, podemos perceber outra característica notável na censura musical. Ao contrário do que alguns autores afirmam[24], os relatórios

indicam uma grande concentração de músicas censuradas no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Em 1973 foram censuradas 159 letras musicais; em 1976, 198 e, em sua fase final já no ano de 1980 houve um registro de 458 músicas censuradas.[25] Nos anos 1980 foram promovidos alguns seminários para atualizar o pessoal que trabalhava com a censura de diversões públicas. Além disso, foram propostas novas diretrizes e projetos de reformulação da legislação.[26] Estes fatores nos indicam que mesmo em um período considerado de abertura política a censura musical funcionou a pleno vapor.[27]

Esta característica pode ser apontada como mais uma importante diferença entre a censura de diversões públicas e a censura feita à imprensa. Ao contrário da censura à imprensa, a censura de diversões públicas não teve correspondência com o período de maior repressão do regime militar (1968-1973).

Mesmo em meio ao processo de abertura não houve um afrouxamento da censura musical nem um desgaste como aconteceu com a censura feita á imprensa. Pelo contrário, a DCDP esteve funcionando até o ano de 1988, embora a partir de 1985, com o fim do regime, o número de vetos tenha caído drasticamente.[28] A DCDP foi finalmente extinta no ano de 1988, quando foi promulgada uma nova Constituição, na qual determinou-se a passagem da censura de diversões públicas para o âmbito do Ministério da Educação, com um caráter apenas classificatório.[29]

[1] A expressão diversões públicas compreendia música, teatro, televisão, cinema, programação radiofônica e atividades circenses.
[2] Em 1961, o então Presidente Jânio Quadros, atendendo às reivindicações de setores conservadores, em especial entidades católicas, assinou o Decreto n. 50.518 que concedeu aos estados federativos o direito de exercer censura.
[3] Decreto n. 43 de 18 de novembro de 1966. Cria o Instituto Nacional de Cinema, torna de competência exclusiva da União a censura e dá outras providências.
[4] STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 270.
[5] Revista Veja, n. 6, 16 de outubro de 1968. p. 22.
[6] Só no ano de 1979 pudemos ver sete processos com resultados conflitantes entre a DCDP e as SCDP regionais. Série "censura prévia", Subsérie "música", processos n. 154/37/79, n. 1278-45/79, n. 03/80/79, n. 4589/79, n. 116101/79, n. 083445/DCDP e n. 1307/79 nas Caixas 718, 725 e 644, respectivamente.
[7] *Censura Federal* (conjunto de leis). Brasília: Editor Carlos Rodrigues, 1971. p. 159.
[8] Série "correspondência oficial", Subsérie "ofícios de comunicação", ordem de serviço n. 22/68-SCDP. Caixa 2.
[9] *Idem.* Ordem de serviço n. 456/70-DCDP. Caixa 4.
[10] Série "correspondência oficial", Subsérie "ofícios de comunicação", "Relação das letras musicais proibidas pelos órgãos da Censura Federal no período de 1 de setembro a 31 de dezembro de 1972", sem numeração. Caixa 1.
[11] FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda*: os pilares básicos da repressão IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano:* o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
[12] Os DOPS (Delegacias de Ordem Política e Social) eram formadores da polícia política juntamente com o sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações de informações) que integravam um sistema de segurança maior: o SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna).
[13] Série "correspondência oficial", Subsérie "ofícios de comunicação", "Relação de correspondência da Censura Federal no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1972", sem numeração. Caixa 1.
[14] CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci (org). *Minorias Silenciadas*: história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002. Neste trabalho pode-se ver a evolução da censura no Brasil desde a colônia.
[15] BERG, Creuza. *Mecanismo do silêncio*: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1985). São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 99.
[16] FICO, Carlos. "*Prezada Censura"*: cartas ao regime militar IN Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em história Social da UFRJ, n. 5. pp. 251-286.
[17] Série "correspondência oficial", Subsérie "manifestações da sociedade civil", carta n. 234, Belo Horizonte, 07 de agosto de 1983. Caixa 4.
[18] Lei 5539/nov.1968. Modifica dispositivos da Lei 4881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o estatuto do magistério superior e dá outras providências.
[19] Série "censura prévia", Subsérie "música", parecer n. 3688/73, 6 de junho de 1973. Caixa 217
[20] Série "censura prévia", Subsérie "música", parecer n. 232/79, 27 de abril de 1979. Caixa 219.
[21] Série "censura prévia", Subsérie "música", parecer n. 265/80, 24 de agosto de 1980. Caixa 219.
[22] WERNECK, Humberto. *Chico Buarque:* letra e música. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Vol.1, p. 137 e seguintes.
[23] D ARAÚJO. Maria Celina et al (int e org). *Visões do golpe:* a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 9.
[24] SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A censura durante o regime autoritário* IN Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 4, n.10, p. 21-43, jun.1989. P. 34.
[25] Informação da DCDP de 10 de julho de 1980. Série "correspondência oficial", subsérie "informações sigilosas". Caixa 1.
[26] FICO, Carlos. Op. Cit. P. 265.
[27] O período conhecido como abertura iniciou-se com o Governo Geisel (1974-1979) e estendeu-se até o final do Governo Figueiredo (1979-1985).
[28] Informação da DCDP de 17 de agosto de 1987. Série "correspondência oficial", subsérie "informações sigilosas". Caixa 1. Comparamos esta lista de músicas censuradas com aquelas expedidas em anos anteriores.
[29] Constituição Federativa do Brasil, artigo 18, capítulo II promulgada em 05 de outubro de 1988. Dispõe sobre a organização do Estado, mais especificamente da União e dá outras providências.

Religiosidade e Resistência: a CPT e as lutas camponesas

Maíra Torres Corrêa[1] - UFG

O objetivo desse trabalho é detectar alguns traços de continuidade entre o discurso da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o discurso de movimentos sociais do campo que se guiaram por uma orientação fortemente marcada por aspectos da religiosidade. O primeiro ponto a chamar a atenção é a presença de formulações utópicas na construção dos discursos que nomearam esses movimentos. Analisando alguns dos movimentos sociais da Primeira República no Brasil, percebe-se a recorrência a crenças messiânicas e/ou milenaristas. Segundo nossa visão, a forma de relacionamento entre a CPT e os movimentos camponeses do Brasil contemporâneo recria alguns dos traços do messianismo, conferindo às lutas camponesas no Brasil um aspecto de continuidade.

Os movimentos messiânicos clássicos podem ser resumidamente caracterizados pela observação de dois fatores: a presença de um líder messiânico visto como revelador de uma mensagem divina de salvação e o comportamento coletivo direcionado pela crença em um projeto de renovação social.

No Brasil, se reconhece a existência de manifestações messiânicas, sobretudo no meio rural, e, por meio dos estudos já realizados sobre esses movimentos podemos perceber que estiveram sempre ligados à revoltas contra os desmandos dos donos da terra e contra o poder de mando dos coronéis. Se partirmos dessa análise sobre os movimentos messiânicos rurais do Brasil, poderemos entender o que chamaremos aqui de *conduta messiânica* da CPT não como um fato novo, ou ainda como uma adjetivação depreciadora de sua imagem de movimento político. Mas poderemos, ao contrário, inserí-la numa rica tradição de luta pela apropriação social da terra e dos bens nela produzidos.

Algumas referências a trabalhos consagrados sobre a análise do campesinato brasileiro nos ajudam a situar o messianismo como uma possível matriz das lutas

1

camponesas contra o latifúndio, contra a especulação fundiária e contra a tradição política da aliança entre o Estado e as oligarquias rurais.

Contrariando as tradicionais acusações feitas por muitos contemporâneos do movimento messiânico liderado por Antônio Conselheiro que apontam o ajuntamento de Canudos como um reduto de monarquistas, José de Souza Martins argumenta que:

> Ocorre, entretanto, que o movimento religioso do Conselheiro e dos camponeses que o seguiam começara muito antes do fim da monarquia. Tudo indica que era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham à justiça parcial e de classe dos coronéis. [...] No entender de Antônio Maciel, a proclamação da República era apenas a consumação da iniqüidade dos fazendeiros, senhores de escravos "[2].

Uma argumentação que reforça essa relação entre a eclosão de messianismos e situações de conflito no meio rural pode ser percebida ao observarmos a guerra do Contestado. Douglas Teixeira Monteiro sustenta que o movimento religioso do Contestado, assim como Canudos e Juazeiro, teriam uma ligação com o que é percebido como uma crise do mandonismo local e com a emergência do coronelismo[3].

Para os sertanejos do planalto catarinense a instituição da República viera acirrar as arbitrariedades cometidas pelos mandatários locais que agora eram justificadas pela importância do voto na definição das posições das oligarquias rurais no âmbito político nacional. As disputas de terra agora se encontravam, mais do que antes, motivadas pelo grau de participação na cena política. No centro dessas disputas, os grupos rurais sujeitos à ética do compadrio, posseiros vítimas de expulsões pelas companhias *Brazil Railway* e *Lumber*, uma legião de desempregados da construção da ferrovia, enfim, *"tratava-se de gente que encontrava no ajuntamento uma alternativa de reconhecimento social, uma chance de obter proteção e uma possibilidade de eventuais revides*" [4].

Os movimentos messiânicos de Canudos e do Contestado afloraram em suas regiões, guardando cada qual suas especificidades, como respostas a situações de marginalização social imposta a grupos que tinham na terra a garantia da reprodução da vida, e de seu conjunto de valores. Ambos têm em comum o fato de terem surgido em áreas que conviveram em algum momento com a realidade de fronteira econômica. Situadas em

áreas marginais da economia agroexportadora nacional, as zonas sertanejas do Nordeste e a região de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina sofreram com o processo desordenado de ocupação territorial, resultando daí a gravidade dos problemas da terra nessas regiões[5].

José de Souza Martins coloca bem a questão dos messianismos do início da República como efetivas lutas políticas que se orientavam por um projeto alternativo de sociedade. Conclui-se que não devemos assumí-las, então, como fenômenos locais deslocados da dinâmica política nacional, nem tampouco classificar a utopia messiânica propalada por seus líderes como um resultado da recusa da realidade, mas sim como uma projeção em nível místico da realidade nova que buscavam. Martins considera que:

> A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constitui a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses de sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador [6].

Pode-se perceber nesses movimentos, talvez pela primeira vez na trajetória dos movimentos populares no Brasil, uma mobilização coletiva no sentido de modificar os padrões de acumulação e de uso da terra. Canudos, Contestado, Revolta dos Mucker, todos esses movimentos aglutinaram populações rurais e conseguiram extrair delas algo mais que a insatisfação com sua situação camponesa. Conseguiram canalizar essa insatisfação e dela elaborar um discurso de transgressão da ordem que se sustentava não por um programa político ou revolucionário consistente, mas pela possibilidade de vislumbrar o seu mundo em um *ser outro*.

Este é exatamente o peso da utopia presente no discurso messiânico daqueles movimentos. Os líderes messiânicos ao profetizarem a vinda de um outro "*Reino*" estavam na verdade lançando bases para possíveis formulações de projetos transformadores. Ao acenar com uma promessa de libertação do mundo e dos homens, o messianismo gerava a energia necessária para que as populações sertanejas e camponesas ousassem contestar a sociedade em que viviam. Ao contrastarem as virtudes do reino messiânico com as deficiências da realidade vivida os camponeses da Primeira República lançaram projetos de

mudança social com base nesse novo horizonte. É nisso que reside a força ativa do messianismo: na construção simbólica (discursiva) de um espaço altamente desejável. E é o desejo de habitar nesse espaço que instiga o homem a projetar sua jornada até ele e, por fim, esse projeto conduz a práticas objetivas e a ações que incidem sobre o real vivido.

O princípio da mudança está, então, na ação discursiva, no potencial que tem o discurso utópico de engendrar ações transformadoras da realidade. Contudo, a eficácia do discurso, logo da profecia messiânica, está na sua especificidade histórica. Isto é,

> o próprio sentido dos discursos assenta-se em conjunturas específicas; tem sentido inerente ao momento vivenciado pela formação social onde se constitui e se aloja, e guarda coerência com as condições de produção de seus suportes. Pensar neste sentido e nesta lógica do discurso significa, também, entendê-lo como instância verbal não isolável de um quadro histórico do qual emana [7].

A construção do discurso tem que ser capaz de enredar fatos ligados à tradição e a cultura da sociedade para a qual ele se destina. Se o conteúdo da profecia, se a configuração do espaço utópico que ela descreve forem desligados das necessidades culturais e materiais da sociedade não há porque elaborar projetos com base no seu conteúdo. Enfim, tem que haver um elo cultural entre o messias, portador do discurso utópico, e a comunidade destinada a salvar-se.

Quando assumimos que a CPT adota uma *conduta messiânica*, isto é, através de seu discurso e de sua ação pastoral ela prepara a chegada do Reino de Deus e aglutina em torno de si um movimento organizado com o fim de preparar a chegada desse reino, acreditamos que ela o faz a partir da clareza que julga ter da realidade camponesa do Brasil e da confiança de que goza junto aos movimentos camponeses, clareza e confiança que a instituição procurou consolidar ao longo de sua história.

A análise de um discurso que visa a construção de um projeto de sociedade precisa levar em conta também a ligação que esse discurso estabelece entre *projeto*, *memória* e *identidade*. Na análise do discurso da CPT podemos encontrar fragmentos do discurso em que esses três elementos se entrelaçam e, poderíamos dizer, se tornam responsáveis pela comunicação daquela instituição com os diferentes movimentos sociais do campo.

Gilberto Velho assim define essa estreita relação entre memória, identidade e projeto:

> O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade.
>
> [...]a memória, voltada reflexivamente de forma retrospectiva, é suplementada pela antecipação, voltada para frente, prospectivamente. A ação deliberada resulta de planejamento, do estabelecimento de um projeto, e de imaginá-lo sendo realizado, e ainda da intenção de realizá-lo [8].

A articulação entre a memória e projeto pode ser percebida na elaboração de discursos utópicos que procuram direcionar a construção de modelos sociais alternativos. A utopia da sociedade sem classes, o reino dos céus descrito no cristianismo, as características do reino messiânico entre outras utopias sociais, de conteúdo político ou não, são construídas a partir de um duplo movimento retrospectivo-prospectivo. Esses discursos ora trabalham com o resgate de um passado mítico, da era de ouro da humanidade, da sociedade em estado perfeito, ora acenam com a chegada de um futuro redentor. Esse movimento pendular que relembra um passado ao qual se deseja retornar e, a partir dessa lembrança, projeta um futuro a ser alcançado é a essência produtora de energia para a ação social de muitos movimentos, entre eles, os movimentos messiânicos.

A conduta messiânica da CPT se expressa na divulgação de um projeto utópico de sociedade moldado pela utopia do Reino de Deus. A partir do anúncio entre os camponeses dos traços desse espaço utópico a CPT espera produzir iniciativas concretas, políticas e transgressoras que rompam com a ordem presente das coisas, vista como uma antítese do projeto do Reino de Deus e causadora da marginalização social dos camponeses, e instalem uma nova sociabilidade.

A dimensão profética da CPT e a visão da utopia do reino de Deus como modelo e inspiração para novos projetos sociais é bem ilustrada no trecho a seguir:

> A Comissão Pastoral da Terra (CPT), animada pelo Evangelho de Jesus, reafirma seu compromisso de se colocar a serviço da causa e do protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pelo direito de viver, trabalhar e possuir a terra, dom de Deus, fonte de vida, chão da cidadania.
>
> [...]
>
> Em sua ação, adota uma atitude profética de denúncia, de rebeldia contra todas as formas de opressão e com ousadia anuncia e celebra os sinais da utopia do Reino.

> [...]
>
> a CPT intensificará sua presença e ação nas bases, contribuindo com o fortalecimento do protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais em seus processos de luta, de organização e de articulação, na perspectiva da conquista dos direitos constitutivos da cidadania e de um projeto alternativo e popular, sinal da utopia do Reino [9].

A *conduta messiânica* da CPT se consolida a partir do momento em que ela assume que há um projeto, o projeto do Reino de Deus, e se coloca como profeta desse reino. Assim como o líder messiânico acredita-se portador de uma mensagem divina de salvação e procura, ao anunciá-la, aglutinar em torno de si um movimento organizado com o fim de preparar os homens para chegada desse momento, a CPT acredita que, ao agir como pastoral evangelizadora do campesinato, está contribuindo para a consolidação de um movimento camponês orientado para a prática da "libertação" social.

Ao reafirmar a especificidade do trabalho da CPT como um trabalho profético, o discurso da instituição acentua as marcas utópicas do projeto que acredita ser a via pela qual se dará a renovação social. A importância da dimensão profética enquanto elemento que fornece as bases de um projeto de transformação social se exemplifica na análise de Sérgio Sauer das práticas pastorais junto a acampamentos e assentamentos. Sauer destaca que:

> Não lhe basta abordar os problemas do campo num registro técnico, econômico, jurídico ou político – por mais importante e necessários que sejam – porque o seu veículo de comunicação é em primeiríssimo lugar, o registro religioso. Em outras palavras, é no discurso ético e profético que a CPT precisa ser competente [10].

O autor ainda argumenta que estimular a dimensão mística-religiosa no meio camponês é essencial se faz necessário, pois é essa mediação inspira nos movimentos camponeses a elaboração de projetos de um mundo a construir. Segundo Sauer,

> A concepção de religião como "suspiro da criatura oprimida" a afirma como uma fonte de libertação, através da resistência e da negação simbólica da alienação imposta, pensada em um marco de um projeto utópico de sociedade que se encontra reprimido. [...]
>
> Os sonhos, desejos ou esperanças se realizam através dos símbolos, mitos e ritos religiosos na dimensão do sagrado, constituindo-se em um horizonte para a ação e num ponto de referência de um projeto político que supera o presente [11].

Com o anúncio do Reino de Deus entre os camponeses a CPT não pretende fazer desse projeto descrito na bíblia, e que pode ser entendido como um projeto utópico, um modelo social a ser implantado por meio da ação organizada dos movimentos camponeses.

Na construção do discurso da CPT, percebe-se que as citações referentes ao Reino de Deus são colocadas como projeto de uma sociedade ideal, mas que a ênfase é sempre criticar um aspecto da sociedade atual a partir da comparação com aquele modelo ideal.

Newton Bignotto (1993) nos dá uma explicação acerca desse recurso discursivo ao discorrer sobre alguns aspectos d' *A Utopia*, de Thomas More. Bignotto afirma que ao conferir à sua ilha todos os aspectos do paraíso terreal, More abre um *"caminho oblíquo"* que permite que se vislumbre nele uma crítica feroz da realidade sem, contudo, assumir os contornos ideais que ele desenha como um projeto político. O autor ressalta que:

> O que o pensamento utópico tem de específico é justamente o fato de alargar os horizontes da reflexão política e da crítica ao presente através da expansão das fronteiras do humano pela imaginação de novas formas de vida, que não tem necessariamente que "provar" sua exeqüibilidade, para exercer sua função de desvelamento do sentido das instituições políticas atuais [12].

De forma semelhante, o discurso utópico messiânico verificado nos movimentos rurais brasileiros que citamos, ainda que insista na crença da exeqüibilidade do reino que seria determinada não pela ação dos homens, mas por meios divinos, promove um desvelamento da formas de opressão e das estruturas que garantem a marginalização dos grupos camponeses.

O contato, através do discurso messiânico, com uma realidade marcada por novas formas de vida, novas relações sociais, novos modelos de justiça e de governo produz nos movimentos messiânicos a constatação do real vivido e de suas instituições políticas como sendo o anti-projeto do reino messiânico. O passo seguinte a essa constatação seria formular ações que possam corrigir as imperfeições verificadas.Os seguidores de Antônio Conselheiro, dos monges João Maria e José Maria não defendiam o projeto do reino messiânico como um projeto político, mas como um projeto espiritual cuja crença moldava comportamentos sociais que tinham como fim último reproduzir o espaço mítico descrito nas profecias dos messias.

Destacamos, assim, o caráter ativo do messianismo, e das utopias em geral, e o potencial mobilizador que pode converter-se em energia para os movimentos sociais

elaborarem projetos societários alternativos. Ao contrário do que afirma Douglas Teixeira Monteiro quando relaciona o messianismo a um movimento de resposta ao fenômeno mundial da expansão capitalista. O autor defende que:

> Alguns dos grupos submetidos a esse processo reagiram em face do desmoronamento do mundo a que estavam habituados. Ao fazê-lo, irromperam no curso de uma histórica dramática de submissão para trilhar os caminhos da rebeldia sem projeto, ou seguir as vias místicas que lhes eram dadas, ousando assumir a condição de sujeitos [13].

A nossa defesa é que o messianismo e os movimentos que dele derivam vão muito além da constatação resignada da submissão. A rebeldia que pode marcar esses movimentos é resultado da construção coletiva de um projeto que tem origem no próprio discurso messiânico. E quando esses movimentos colocam como norte as vias místicas que o discurso utópico lhes fornece não o fazem porque aceitam passivamente os desígnios da liderança, mas porque vêem na mensagem transmitida por aquelas um conteúdo que referencia os esquemas simbólicos que definem a produção social de sua cultura.

---

[1] Mestre em História / Universidade Federal de Goiás (UFG)

[2] MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ª ed. Petrópolis. Vozes, 1991, p. 52-53.

[3] MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*. *In:* FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil Republicano: sociedades e instituições (1889 – 1930). 3ª ed. São Paulo. Difel, 1985, p. 42.

[4] *Idem,* p. 83.

[5] MARTINS, J. S. , *op. cit.*, p. 51.

[6] *Idem,* p. 62.

[7] MELLO, M. T. Negrão de. *Mobilização popular: um discurso*. *In:* SWAIN, T. N. (org.) História no plural. Brasília. Ed. UnB, 1994, p. 138.

[8] VELHO, Gilberto. *Projetos e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.* Rio de Janeiro. Zahar, 1994, p. 101-103.

[9] Secretariado Nacional da CPT – Carta da 11a. Assembléia Nacional da CPT.

[10] SAUER, Sérgio. *Inserção e prática pastoral das Igrejas nos acampamentos e assentamentos. Desafios para a CPT*. Cadernos de Estudo da CPT/6. São Paulo. Loyola, 1993, p. 57.

[11] *Idem,* p. 62-63.

[12] BIGNOTTO, Newton. *Os sentidos da utopia*. *In:* ANDRÉS, A. (org.). Utopias: sentidos, Minas, margens. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1993, p. 72.

[13] MONTEIRO, *op. cit.* , p. 43.

Em busca da liberdade: a condição escrava em Teresina na segunda metade do século XIX

Mairton Celestino* - UFPI

Em 16 de agosto de 1852, José Antônio Saraiva, presidente da província do Piauí, decreta por meio de ofício a transferência da capital de Oeiras para Teresina, tal acontecimento não só propiciou mudanças políticas, econômicas e geográficas, como também acirradas disputas pelo poder na província. Uma das primeiras medidas, tomadas por Saraiva no intuito de evitar golpes e outros tipos de males contra a referida transferência, foi que seguissem imediatamente para a nova Capital alguns escravos das fazendas nacionais.

O que pretendemos, nos limites deste texto, é apresentar uma descrição, mesmo que sumaria, do universo da escravidão urbana na nova capital, em busca da tão sonhada liberdade.

O estudo sobre escravidão no Brasil diversificou a tal ponto que quem se atreve a penetrar nesse campo de investigação tem, primeiramente, que especificar qual o universo escravista a ser pesquisado e qual a tendência de pensamento usada na pesquisa. Assim, às peculiaridades da escravidão que mais discutiremos neste estudo será a escravidão urbana.Isso não implica dizer que ela não esteja ligada às outras formas de escravidão, seja das zonas de mineração, seja a escravidão indígena, a escravidão nas zonas açucareiras ou a escravidão na pecuária; porém as características da escravidão urbanas assinalam diferenças marcantes frente aquelas outras como, por exemplo, a liberdade de circulação do escravo no espaço urbano, podendo este dormir longe da inspeção do senhor ou do feitor, elemento este considerado como disciplinador típico dos escravos da zona açucareira.Todavia, liberdade de locomoção não significa abrandamento da opressão do senhorial, pois, embora o feitor estivesse ausente, o Estado funcionava como elemento de repressão contra negros livres e escravizados.[1]

---

* Graduando do curso de história da Universidade Federal do Piauí

Com a transferência da Capital para Teresina, a economia sofre também alterações. A pecuária começa a perder sua vitalidade, sendo substituída a partir de início do século XX, pelo extrativismo vegetal onde a capital funciona como empório das transações econômicas, ou seja, embora Teresina não tivesse uma economia própria ela se beneficiava das economias das outras regiões, sendo que todo produto tinha necessariamente de ser escoado para as zonas consumidoras via rio Parnaíba.[2]

Centraremos nossas reflexões nos cinqüenta anos finais do século XIX, em Teresina, por uma questão que consideramos de extrema importância na análise do desenvolvimento da nova capital e que se encontra na obra de Monsenhor Chaves, no qual no fundamentamos a partir de dois fragmentos da sua obra: o primeiro a mentalidade da população teresinense diante da escravidão e o segundo o percentual de escravo catalogado pelo autor na urbe da década de 1880.[3]

A primeira questão faz alusão ao processo abolicionista de 13 de maio de 1888, no qual Monsenhor Chaves descreve o clima de euforia da população teresinense:

> *Nem foi preciso chegar àquele dia. A 15 de maio o telégrafo nos traz do Rio a notícia da assinatura da "Lei Áurea" por sua alteza real da princesa Isabel. Impossível descrever a alegria do povo de Teresina por tão auspicioso acontecimento. Passeatas, músicas, foguetes, bailes, tudo foi pouco para traduzir o seu contentamento nos dias que se seguiram ao dia da libertação.*[4]

O segundo aspecto se refere ao total de escravos computados por Monsenhor Chaves nos anos de 1882 em Teresina e na província do Piauí. Sendo que na província existiam 21.691 escravos dos quais 3.704 residiam em Teresina. [5]

Segundo Gorender, "[...] as cidades brasileiras impressionavam o europeu recém-chegado pela multidão de negros, que enchia as ruas[...]".[6] Não restam dúvidas que as cidades brasileiras mais pareciam cidades africanas do que "as belas cidades européias". Entretanto, numa análise mais detalhada perceberemos que as cidades a que Gorender se refere são exatamente as cidades litorâneas e de alta comercialização. Teresina nesse momento apresenta-se de maneira peculiar frente às demais cidades brasileiras, isso se

deve ao fato de sua criação ser ainda recente, pois o surto de crescimento demográfico se fez sentir apenas nos anos iniciais da fundação e, posteriormente, na segunda metade do século XX.[7]

A mudança da capital juntamente com o desenvolvimento da navegação a vapor, do telégrafo e do integracionismo entre as regiões da província, propiciaram aos escravos "mudanças involuntárias" na percepção de suas identidades culturais. Não estamos afirmando que ao empregar uma terminologia Thompsiniana[8], que o escravo urbano teresinense tenha adquirido uma consciência de classe, mas que o ser social "escravo urbano'' se manifestou de maneira mais intensa do que na pecuária, isso não resta dúvida, quando analisamos os documentos dos anos de 1850-1900, principalmente, jornais como "*A Época*", "*A Pátria*" e "*A Imprensa"* e os autos de crimes e petições jurídicas cujas conclusões nos remete a uma rediscussão da escravidão em solo Piauiense.

Tomemos como exemplo o ano de 1880, década de grandes transformações como a criação da companhia de Vapor que dinamizando o comércio de Teresina estreitou as distâncias regionais entre as outras Províncias, propiciando autonomia econômica frente a concorrente Província do Maranhão.[9]

Em Teresina, "a escrava Joanna de uns vinte anos de idade, mulata e sem profissão impetrou uma ação judicial contra a sua senhora D. Amélia Borges Chaves"[10]. A alegação consta do fato de Joanna ter sido vendida ao francês José Mayer por uma quantia abaixo do real valor da escrava, sendo que a escrava possuía um pecúlio de 415$000 e o comprador a adquiriu por 640$000 reis. Valor este de 160$000 reis abaixo do avaliado de acordo com o processo. Diante do fato,

> *A apelante não duvidou pedir a Vossa Majestade que lhe mandasse carta de liberdade pelo preço de sua venda, porque se o §3º art. 40, e § 1º do art. 56 do decreto n. 5135 de 13 de novembro de 1872, dizem que: o preço das vendas judiciais ou avaliação, e adjudicações nos inventários servem para eles, se mandar passar cartas de liberdade aos escravos Q'Exibirem seus pecúlios, desde Q'este seja iguais a aqueles preços[...]*[11.]

Joanna e seu curador, Dr. Beltrande José Gomes Carvalho, na busca pela liberdade, enfrentando às adversidades e a lentidão judicial, se depararam com uma petição, expedida em 16 de março de 1880 pelo Dr. Juiz de Direito autorizando a senhora Amélia Borges a ter em seu poder Joanna e seu pecúlio. Pronto, foi o suficiente para a intensificação das torturas e aumento dos castigos físicos contra a escrava Joanna, que logo ao ficar em posse de sua senhora teve o cabelo cortado. [12]

Em 31 de agosto de 1880, o curador da escrava Joanna consegue o arbitramento da petição do juiz de direito que devolvia Joanna a sua senhora e lhe concedia a tão sonhada liberdade.Como podemos perceber pelo acórdão.

> *Que isto relatados e discutidos, estes autos, dão provimento a apelação interposta fl. 20 pelo curador da libertanda para anular, como anulam, o processo de arbitramento por não ter sido feito de conformidade com que dispõe o regulamento a 5135 de 13 de novembro de 1872, art. § e seus §§, sendo-lhe aplicáveis os artigos 92, 103, 195, 196, 197, 201 e 202 do regulamento nº 737 de 25 de novembro de 1850: e mandam que seja a escrava entregue à apelante de sua senhora, por ter sido ilegal o deposito, visto não haver disposição alguma, que neste caso autorize que na lei 28 de novembro de 1872 – Maranhão 30 de julho de 1880. – Monteiro D" Andrade presidente interino. – Lisboa – Antônio Augusto da Silva – Catanho.*[13]

Casos como o da escrava Joana, indo às últimas conseqüências para conseguir a tão almejada liberdade, demonstram que a sociedade teresinense não libertava seus escravos com facilidade, pois, até mesmo depois da Lei Áurea, o desejo em persistir com almas negras e infelizes tirava o sono de senhores e senhoras que encontrava nos cativos a única maneira de sobrevivência no espaço urbano Teresinense[14]. Quando os senhores alforriavam seus escravos estes corriam o risco de serem novamente escravizados, como aconteceu com o negro Constantino, após ter sido declarado livre pelo Dr. Juiz Municipal de Teresina. Constantino ficou residindo na Capital, onde poderia trabalhar por conta própria e recomeçar sua vida como liberto, entretanto, somente por três dias respirou os ares da liberdade, quando seu ex-senhor, o Dr. Saraiva, residente em Oeiras chegou em Teresina, amarrou, surrou-o e levou Constantino para Amarante como cativo e de lá seguiram

caminho para Balsas, no Maranhão, sem nenhuma indagação da justiça municipal de Teresina sobre o fato. [15]

Pés descalçados, trabalhando com trapos de pano no corpo, seja com produtos artesanais, seja levando mercadorias de um lado para outro, e ajudando no desenvolvimento interno da economia da capital, o escravo urbano vivia o cotidiano na cidade empreendendo diversos tipos de trabalho dispensado por homens livres e, em especial, o braçal. Em Teresina, o escravo representou um instrumento de suma importância para os rumos da economia local, até mesmo o gênero feminino cujas negras escravizadas ou libertas, com suas quitandas, ajudavam na alimentação diária dos escravos famintos.

Sobre o papel das escravas na sociedade teresinense percebemos que estas se encontravam nos mais variados espaços, desde as requintadas festas da sociedade, onde escravas domésticas marcavam presença nas partes reservadas da cozinha, ou mesmo como enfeites dos casamentos da elite urbana, como atesta Abdias Neves ao descrever um casamento de suas personagens, no Romance "Um manicaca".

> *Às três horas da tarde, ninguém se entendia, mais no palacete do Coronel Antonio Machado. Bramia um zunzum ensurdecedor de negras que passavam correndo de um lado para outro, muito enfeitadas, vestidas de roupas roçagantes. [...] A ama de Mundoca e velhas escravas estavam todas a postos, passando de um quarto para outro, dando encontrões nas cadeiras; falando alto, muito alegres, furiosas porque a corneta ainda não "tocara chamada de música no quartel".* [16]

Os escravos ocupavam os diversos espaços de sociabilidade que lhes eram impostos para a diversão. No entanto, o discurso das elites era no sentido de considerá-los embriagados, e vadios não reconhecendo, assim, o senso de identidade que os escravos tinham frente ao mundo de adversidades que lhe eram delegados. Na verdade esses espaços de sociabilidade propiciavam aos escravos encontros noturnos no cotidiano da cidade, que nem sempre, como já afirmamos, era visto pela sociedade como encontros pacíficos e, sim de desordeiros e criminosos, como os que aconteciam na rua grande com a da Boa-Vista e a do Imperador. Liderados por Lisarda, uma negra alforriada, os escravos

passavam a noite em conversas que "muito incomodava aos vizinhos". A tal ponto destes enviarem uma carta ao até então delegado de policia o Sr. Felix Pacheco com a seguinte reclamação:

> *Ao Ilmo. Sr. Capitão José Felix Alves Pacheco, atual delegado de policia, e que tantas provas há dado de fiel executor da lei, e dos créditos da nossa pequena mas já civilizada capital, que mande chamar à sua presença a Sr. Lisarda e lhe recomende mais prudência, decência e respeito às famílias vizinhas, prometendo-lhe o castigo que merece se continuar na vida depravada que tem adotado.*[17]

O preconceito da sociedade teresinense e a opressão do poder público percebiam Lisarda e seu grupo como simples baderneiros e vadios suspeitos em potencial de desfigurarem o espaço urbano que consideravam em crescimento e a caminho da modernidade, assim os escravos e ex-escravos perambulando pelas ruas da nova cidade simbolizava o que a elite e os letrados não queriam ver: um povo negro e faminto com mulheres a vender comidas sem nenhuma higiene com crianças raquíticas, fruto da opressão e do atraso da sociedade.

Às vésperas do 13 de Maio de 1888, familiares de políticos abolicionistas importantes e a favor da "causa servil" como Antônio Coelho Rodrigues, simplesmente impediram seus escravos, de proferirem a palavra liberdade, caso contrário, seriam duramente espancados por capangas da família. Todavia, por ser uma família ilustre do Piauí o fato mereceu uma simples nota no jornal conservador "*A Época"*, repudiando o cronista e o jornal "*A Imprensa*", por colocarem de maneira suja o nome de Coelho Rodrigues e de sua família nesse episódio.[18]

Os conservadores preocupados com a repercussão do assunto obrigam o escravo espancado, Luiz Rabello de Sepúlveda, a assinar um termo de desistência e perdão contra os autores do espancamento, logo em seguida é forçado a pedir que "nenhum procedimento criminal tenha lugar e fique tudo em perpetuo silêncio, o que faz de ampla vontade e bem assim desiste do direito de queixa"[19]. O escravo, Luiz Rabello, não sabia ler

e nem escrever, porém foi responsável pelo apagamento oficial de um fato que poderia destruir a reputação de uma personalidade política da província.

Mulheres como Joana e Lisarda que foram às últimas conseqüências na busca por sua liberdade, seja religiosa ou social, se apropriando de instrumentos de brancos, demonstram o descontentamento dos negros frente a uma sociedade intolerante. Não se intimidando com a simples repressão verbal, estas mulheres, recorreram ao poder público municipal, revelando a coragem de negros e negras por liberdade e a não aceitação de uma submissão, sendo capazes de agir contra seus senhores e a opressão do estado.

Não restam dúvidas que um ato feito à caneta decretando o fim da escravidão não mudaria a mentalidade de um dono de escravo no período, e não mudou, no entanto, atos praticados por escravos negros da época esclarecem, em nossas pesquisas iniciais, serem fatos individuais, esporádicos e sem organização de grupo, ficando claro, que os objetivos eram essencialmente individuais. O 13 de maio de 1888 não simbolizou definitivamente a tomada de consciência social do negro na sociedade teresinense. E, se hoje, nos deparamos com grupos de negros reivindicando maior participação política e social, isso não se deve aos atos imperiais da princesa Isabel, mas de pessoas escondidas nos escombros da história, como Joanna, Lisarda e Constantino, que lutaram por liberdade numa época de adversidade.

Notas.

[1] ALGRANTI, Leila Mezan. ***O feitor ausente***: Estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1805-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

[2] QUEIROZ, Teresinha. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.2ed.Teresina: Edufpi, 1996. p.20

[3] CHAVES, Monsenhor. ***Obras Completas***. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves,1998.

[4] CHAVES, op. Cit., p.201

[5] CHAVES, op. Cit.,p-194,

[6] GORENDER, Jacob. ***O escravismo colonial.*** 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988.p-455

[7] QUEIROZ, Op. Cit., p-20

[8] TOMPSON.E.P .***As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos***.Campinas-SP:Unicamp, 2001.p-262

[9] QUEIROZ, Op. Cit., p-21

[10] O Semanário. Ano V. nº 143. 08 de fevereiro de 1880, p.04.

[11] O Semanário. Ano V. nº 148. 20 de março de 1880, p.1-2.

[12] O Semanário. Ano V. nº 148. 20 de março de 1880, p.1-2.

[13] O Semanário. Ano V. nº 172. 03 de outubro de 1880, p.02

[14] A Época. Ano XIII. nº 503. 21 de junho de 1878, p.

[15] O Semanário. Ano III. nº 70. 16 de junho de 1878

[16] NEVES, Abdias. ***Um Manicaca***. Teresina: Corisco, 2000. p-17.

[17] O Semanário. Ano II. nº 215. 28 de outubro de 1877

[18] A Época. Ano X .n.º 513.21 de julho de 1888.

[19] A Época. Ano X .n.º 513.21 de julho de 1888.

INFLUÊNCIAS DO FEMINISMO ESTADUNIDENSE NO BRASIL: RELATOS E LEITURAS

Maise Caroline Zucco

Nos Estados Unidos, assim como em outros lugares do mundo, a década de 60 foi um período em que o movimento feminista tomou novo impulso, juntamente com o crescimento de um grande número de manifestações sociais. Em meio a essa efervescência, figuras como Betty Friedan, liderança do Movimento de Libertação da Mulher, destacaram-se no movimento feminista, influenciando diversos países em que o feminismo esteve ressurgindo e dos quais podemos ressaltar o Brasil. Desta forma, mesmo em meio à ditadura militar, que censurou inúmeras leituras, a influência desta autora esteve presente no Brasil, principalmente a partir de seu livro A Mística Feminina (Friedan, 1971). Renomada autora do feminismo, Betty Friedan ficou muito popular no Brasil por suas obras e pela repercussão que teve com sua visita ao país, sendo sua figura muito criticada pelos periódicos da época, que desqualificavam o movimento feminista.

É neste sentido que este trabalho busca discutir as influências do movimento feminista estadunidense no Brasil, a partir de escritos de mulheres que, hoje, se identificam ou são consideradas feministas, e seus relatos de experiências com este movimento a partir da figura emblemática de Betty Friedan. Buscando as influências, podemos também observar a circulação, no Brasil, de leituras vindas do exterior, assim como o contato direto de mulheres brasileiras com grupos feministas formados nos Estados Unidos, tomando como fonte seus relatos.

De diferentes formas e em diferentes países, o feminismo manifestou-se nas décadas de 1960 e 1970 com uma proposta de melhores condições sociais para as mulheres, além de rompimento com determinados padrões que estiveram, por muito tempo, desigualando mulheres e homens. Neste sentido, o incentivo ao trabalho feminino, a descriminalização do aborto, entre outras, foram questões levantadas por esse movimento, no sentido de desvincularem as mulheres dos papéis costumeiros de esposa e mãe. Em

meio às tendências presentes na Europa e nos Estados Unidos, e que também estiveram penetrando em países da América Latina, brasileiras e brasileiros tiveram contato com experiências feministas no exterior, através da vivência do feminismo internacional durante o período de exílio e da realização de leituras vindas de diversos países para o Brasil.

No entanto, esse contato encontrou muitas barreiras. Em 1964, foi instaurado o regime militar no Brasil, que teve inúmeras implicações para a situação política brasileira, dentre elas a contenção de manifestações populares pelo governo então vigente. Geralmente reprimidas, o cerco para possíveis manifestações foi, cada vez mais, se afunilando, até 1968, com a instauração do AI-5. A partir desse momento, organizações de esquerda e seus integrantes passaram a viver na clandestinidade, e muitas mulheres e homens viram-se obrigados a sair do Brasil temendo a repressão e a tortura. Um grande clima de tensão estava sendo instaurado no país para toda a população, chegando a recair até mesmo em pessoas que não se opunham ao regime militar. Seria devido a essa instabilidade que brasileiras e brasileiros optariam por saírem de seu país de origem, pois ficar era muito inseguro. Desta forma, os Estados Unidos foi um dos refúgios encontrados pelas pessoas que optaram pelo exílio.

Enquanto o movimento feminista de países como Itália e França definiu seus eixos durante esse período em questões referentes à autonomia do corpo das mulheres, como o controle das funções reprodutoras e a descriminalização do aborto, o movimento estadunidense esteve lutando contra opressão das mulheres e contra o poder patriarcal na questão da sexualidade, buscando redefinir a esfera do público e do privado (In: Cruz, 1982; p.33-57). Nos Estados Unidos, com o Movimento de Libertação da Mulher (Women's Liberation Movement), as manifestações ganharam força, sendo uma de suas grandes lideranças Betty Friedan. Entre as publicações de Friedan, encontra-se A Mística Feminina, livro que teve grande repercussão para o movimento feminista. Nessa obra, a autora analisa o "problema sem nome", um mal que ficou evidente, durante os anos sessenta, na vida das norte-americanas. Com o retorno dos soldados após o término da Segunda Guerra Mundial, as mulheres que haviam ocupado empregos nas fábricas para suprir a escassez de mão-de-

obra regressaram ao lar. O abandono de uma atividade com representatividade social para a dedicação exclusiva às atividades domésticas, ocasionou um sentimento de frustração coletivo dessas mulheres, ou seja, "o problema sem nome". O sufocamento causado por essa vivência, denunciado por Betty Friedan, embalaria a segunda onda feminista nos Estados Unidos, em busca de outros papéis para as mulheres que não fossem os de esposa e mãe. Desta forma, mulheres mais autônomas, que procurassem sua realização não somente através do casamento, mas que buscassem um emprego, estariam afastando a insatisfação que a dedicação exclusiva ao lar acarretou.

De acordo com a autora:

> *"Quando mães realizadas as conduzirem à segurança de sua condição de mulher não será necessário esforçar-se por ser feminina. Poderão evoluir à vontade, até que por seus próprios esforços encontrem sua personalidade. Não precisarão da atenção de um rapaz ou de um homem para se sentirem vivas. E quando não mais precisarem viver através dos maridos e dos filhos, os homens não temerão o amor e a força da mulher, nem precisarão de suas fraquezas para provar a própria masculinidade. E finalmente homem e mulher verão um ao outro como de fato são, o que talvez venha a ser um passo adiante na evolução humana."* (Friedan, 1971; p.324)

É com esta problemática levantada pela obra de Betty Friedan, assim como inúmeras outras preocupações, que brasileiras e brasileiros se deparam ao optar pelo exílio nos Estados Unidos, e é a partir de relatos de mulheres que se identificaram com este movimento que poderemos traçar parte da influência sofrida pelo Brasil. Neste sentido o livro de Albertina de Oliveira Costa, Memórias das mulheres do exílio (Costa,1980), mostra-nos algumas experiências com o movimento feminista estadunidense. Em entrevista realizada com Maria B. em dezembro de 1977, ela relata que se identificou com o feminismo ao se deparar com o movimento no exterior.

> *"E o movimento feminista foi o lugar em que encontrei uma posição teórica, um projeto de revolução, em que me sentia integrada, incluída. Até aí não tinha sentido isso."* (Costa, 1980; p.363)

Maria teve a oportunidade de ir para os Estados Unidos através de um estágio, após ter abandonado a faculdade. Nesse período, o movimento feminista no Brasil encontrava-se limitado pela ditadura militar. Sem grande espaço para atuação popular, o contato com o

movimento feminista de diversas mulheres, assim como o de Maria, aconteceria apenas no exterior. Sua narrativa destaca que, até então, os modelos possíveis dentro de seu círculo familiar, modelos estes destinados às mulheres, estavam restritos aos de esposa e mãe. É ao observar as mulheres estadunidenses com cerca de trinta anos, que possuíam seu próprio emprego, seu apartamento, ou seja, eram autônomas, que ela passa a perceber novas possibilidades.

Tomando como base esse relato, podemos perceber que Maria elenca fatos de sua vida que considera importante, a partir de uma perspectiva presente, reavaliando estes fatos conforme sua concepção atual. Assim, questões apresentadas pela entrevistada, como é o caso da importância atribuída à autonomia das mulheres, ou mesmo a limitação dos papéis de esposa e mãe, são problematizadas pela autora Betty Friedan, apontando para as leituras realizadas por Maria posteriormente ao fato narrado (In: Ferreira e Amado). Embora a entrevista destaque outras autoras, como é o caso de Juliet Mitchell, este posicionamento no sentido de valorizar a realização de outras atividades que não somente as dedicadas ao lar encontrado no discurso de A Mística Feminina, pode ser observado na fala de Maria:

> *"Uma das coisas que o feminismo me deu foi uma valorização das funções da mulher na sociedade. Por exemplo, acho que o homem tem que ficar mais consciente, mais participante, mais atuante na produção da vida, que é a produção da criança."* (Costa, 1980; p. 364)

Outra entrevista sobre o exílio nos Estados Unidos, que podemos destacar do livro de Albertina de Oliveira Costa, é a de Emilia Viotti da Costa, realizada em abril de 1979.

> *"A condição da mulher foi uma descoberta gradual para mim. O exílio mostrou-me que a condição da mulher é difícil em toda parte e os problemas que ela enfrenta são freqüentemente os mesmos, se bem que as soluções propostas difiram. Se aqui pela primeira vez enfrentei as dificuldades que essa condição criava para mim no setor profissional, a descoberta dos problemas que a mulher profissional enfrenta na família ocorreu muito antes: veio com o casamento."* (Costa, 1980; p.400)

Nesta citação, é possível ressaltar que sua percepção diante da condição de inferioridade que as mulheres encontrava-se perante os homens na sociedade em geral, passaria a se tornar nítida apenas com a experiência do exílio.

Além de sua experiência de identificação com o feminismo, podemos observar também, no relato de Emília Viotti da Costa, o contato com a obra A Mística Feminina, destacando o que teria ocorrido após a denúncia do "problema sem nome": as mulheres buscaram seu espaço no mercado de trabalho, obtendo determinados ganhos, mas continuando a ser a responsável pela manutenção do lar.

> *"A situação da mulher de classe média aqui é freqüentemente dramática. As mulheres trabalham dois períodos. Isto significa que a maioria das crianças fica por conta própria várias horas por dia. Na tentativa de resolver o problema, alguns homens começaram a preencher funções que as mulheres deixaram de preencher. Nesse processo alguma coisa se ganhou."* (Costa, 1980; p.406)

Além das experiências individuais, também podemos encontrar redes de pessoas que se identificaram com o feminismo, formadas através de laços de afinidade. Nos Estados Unidos, foi constituído o grupo de Berkeley, fundado pela brasileira Branca Moreira Alves. Este grupo durou menos de um ano; no entanto, teve importante papel na formação de várias feministas brasileiras durante o período em que estiveram no exterior. Uma característica desses grupos de mulheres no exterior foi o aspecto de grupos de reflexão ou vivências. Esses realizavam reuniões, a fim de que as mulheres relatassem as diversas fases de suas vidas. Danda Prado, ex-militante comunista que vivia em Paris, fundou no ano de 1972 o Grupo Latino-Americano de Mulheres. A partir desse grupo, ocorriam reuniões informais em um bar, no intuito de discutir problemáticas referentes à situação das mulheres com integrantes de vários países da América Latina. O grupo de Berkeley foi formado no mesmo período do Grupo Latino - Americano de Mulheres em Paris, mas, segundo Branca Moreira Alves, não foi a partir do contato com o grupo francês que esta se engajaria no movimento feminista. Em determinada troca de correspondência que realizava freqüentemente com Danda Prado, Branca Moreira Alves foi questionada sobre o feminismo e, a partir disso, passaria a se identificar com o movimento (Pinto, 2003; p.53).

Em entrevista concedida por Sandra Maria da Mata Azeredo, ela destaca também um momento específico em que passou a se identificar com o movimento feminista. Sua experiência estaria ligada com a ida para os Estados Unidos, acompanhando seu então

marido que iria fazer doutorado. No aeroporto, foi recepcionada por Marisa Corrêa, através de quem passaria a ter contato com o movimento feminista.

> *"E ela foi me esperar, uma forma maravilhosa, acho que ela já tava lá, sabia como era né. A gente estava nessa posição de esposa, e ela foi muito solidária levou uma bonequinha de pano que ela tinha feito e logo me apresentou, porque ela já era uma feminista, não sei se ela se tornou feminista lá, e também da mesma forma me apresentou ao movimento: assim olha tem essas coisas que estão acontecendo no campus. Eu me lembro muito que ela estava lendo Doris Lessin, que é sem dúvida uma pessoa feminista, no sentido de que tem uma ideologia, é... feminista, então foi em 1971 bem claro. Aquilo tudo que eu já sentia antes, né, aquela coisa, é...aquela...claro que eu tinha uma posição crítica com as relações entre homens e mulheres, meu pai e minha mãe, meu pai saia pra trabalhar mamãe ficava cuidando...blablabla. Isso tudo era crítico."*

Foi neste momento, segundo a entrevistada, que ela passaria a identificar-se e a compreender melhor o feminismo. Sandra Azeredo relata que já percebia com olhar crítico as desigualdades existentes entre a relação de sua mãe e seu pai, mas é a partir da experiência nos Estados Unidos que passa a compreender de forma mais clara.

> *"Eu era muito crítica disso, mas não tinha um nome? Ele teve um nome, feminismo, realmente dentro do movimento feminista nos Estados Unidos."*

Com base nas entrevistas analisadas, obtivemos um recorte das experiências de mulheres que se identificaram com o feminismo a partir do movimento estadunidense. Embora estas entrevistas sejam escolhidas de forma aleatória, elas são importantes, no sentido de dar visibilidade aos grupos que estiveram sendo formados no exterior. Seja pela necessidade do exílio frente à realidade brasileira, seja através de relações pessoais, a identificação com o movimento nos Estados Unidos representou parte da bagagem feminista adquirida por estas mulheres brasileiras. Contudo, devemos também perceber as influências que mulheres e homens estavam recebendo do feminismo estadunidense enquanto estavam no Brasil, percebendo, desta forma, as brechas encontradas mesmo em meio à ditadura.

Sabemos que com o AI-5, institucionalizado em 1968, muitas mulheres e homens acabaram tornando-se exilados em diversos países. Entretanto, muitas pessoas continuaram no Brasil convivendo com as arbitrariedades da ditadura e, dentre elas, uma

perseguição rígida ao comunismo. A própria representação que circulava na época associava o comunismo a fatores patológicos como pragas e vírus, com forte carga pejorativa. Neste sentido, a Revolução Cultural, ocorrida no fim dos anos 60 e caracterizada pela negação das relações de poder, pela concessão do direito ao aborto, pela legalização do divórcio e da educação sexual, contribuiu para que o regime ditatorial associasse o movimento feminista ao comunismo. Ambos atrairiam a juventude para o mal representando, segundo o governo brasileiro, uma ameaça à ordem, à moral e à família. (Motta, 2002)

É nesse contexto, mesmo em meio a diversas dificuldades, que obras do feminismo internacional entraram no Brasil. Livros como A Mística Feminina e O Segundo Sexo (Beauvoir, s/d), da francesa Simone de Beauvoir, conseguiram romper as barreiras da censura e entrar no círculo de leituras de mulheres brasileiras que são consideradas feministas. Assim, nos direcionaremos para as leituras feitas, e a divulgação que estas obras estadunidenses tiveram no Brasil.

Em entrevista realizada com Carlos Eduardo Andrade Pinheiro, é possível perceber o contato e a aceitabilidade do feminismo no Brasil.

> "*Vamos dizer assim claramente que são pessoas consideradas minhas aliadas, porque existia isso e eu defendia. A Betty Friedan, aquela coisa que ela tinha nos Estados Unidos, aquele movimento todo, existia um grupo majoritário dos homens que eram contra isso, e eu sempre defendi! Então eu me considero feminista, eu posso me considerar feminista nesse sentido. Eu sempre defendi esse movimento, além de fazer parte concretamente de um grupo que era vanguarda em termos de mudança dos hábitos (...)"*

O feminismo no Brasil não teve uma grande aceitação, nem do regime militar nem da esquerda. Muitas mulheres e homens tinham uma idéia deturpada sobre o feminismo, e acreditavam que era um movimento separatista, diante da luta política pela conquista da democracia. Esta questão fica evidente com a visita de Betty Friedan ao Brasil em abril de 1971, na intenção de divulgar A Mística Feminina. A autora estadunidense sofreu inúmeras críticas de periódicos como O Pasquim e da Coluna de Millôr Fernandes na revista Veja. Neste último periódico mencionado, ao tratar da inteligência de determinadas personalidade

como Santos Dumont e Galileu Galilei, Millôr Fernandes fez uma colocação que aponta para o desprestígio do movimento feminista:

> *"Betty Friedan – Muito aplicada; tem porém, a estranha mania de querer ser o homem mais importante do país"* (Fernandes, 1975)

Nas entrevistas realizadas por Albertina da Oliveira Costa, também podemos observar a visão deturpada que era feita a respeito do feminismo no Brasil.

> "*O que a gente sabia do movimento feminista dessa época era que as mulheres americanas eram lésbicas, feias, complexadas, ou então que o movimento francês era uma coisa de pequeno-burguesas que não tinham o que fazer e que nada disso se aplicava à realidade de um Brasil e uma América Latina subdesenvolvidos."* (Costa, 1980; p.416)

No entanto, mesmo em meio à desvalorização do movimento feminista, diversas mulheres e homens no Brasil estavam atentos às discussões em torno do feminismo, que ressurgia em uma segunda onda. Entre essas pessoas, podemos destacar Carmem da Silva, pioneira/mãe do feminismo no Brasil, segundo Marta Suplicy. Colunista da Revista Claudia desde 1963, esteve engajada em transmitir às suas leitoras o papel que cabia às mulheres na transformação da sociedade, incentivando a realização de atividades que ultrapassassem o papel de dona de casa, ou seja, proposta encontrada na obra A Mística Feminina.

> *"Não é necessário muita perspicácia para perceber sintomas de insatisfação das mulheres de hoje. Casadas e solteiras, ociosas e trabalhadoras, estudantes e profissionais, artistas e donas-de-casa, todas elas em algum momento deixam transparecer resquícios de frustração, um desejo ora nostálgico, ora invejoso, de outra existência diferente, outro caminho distinto ao que escolheram (...) E enquanto o olhar se dirige, ávido e melancólico, para lá, aumenta o consumo de tranqüilizantes que não tranqüilizam."* (Silva, 1994; p.73)

Partindo desta citação, é possível observar seu contato com a obra de Betty Friedan, além da apropriação da problemática proposta pela autora estadunidense. Ao observarmos as apropriações, por exemplo, de obras como A Mística Feminina, devemos considerar que as leituras são construções de sentidos que não estão imunes ao tempo, ao local e a inúmeras outras variáveis a que o leitor é submetido, possuindo múltiplas interpretações (Chartier,1991). Desta forma, segundo a leitura realizada por Carmen da Silva, Betty Fridan

tem como preocupação a insatisfação feminina que não seria causada apenas pela dedicação excessiva às atividades domésticas, mas a "incompletude enquanto ser", não tendo outro projeto ou perspectiva para sua vida senão a satisfação do desejo do homem.

Outra personalidade identificada com o movimento feminista e que se utiliza da obra de Betty Friedan é Marta Suplicy. Da mesma forma como Carmen da Silva, Marta Suplicy reserva às mulheres o direito de optarem pelas atividades que desejam realizar. Segundo a autora brasileira, as mulheres não seriam propriamente responsáveis por suas escolhas, não possuiriam autonomia e teriam medo de sua própria emancipação. Muitas vezes, assim como afirma Friedan, as mulheres negam suas potencialidades, potencialidades estas que devem ser desenvolvidas.

> *"MEDO. MEDO. MEDO. Palavra chave a ser quebrada para a liberação da mulher. Quebrar os grilhões internos. Sem isso somos todas amarradas, com creche e com salário igual... É dentro de cada uma de nós que se trava a luta principal. Coragem para agüentar as conseqüências de ser o que se quer ser, o que sua natureza e discernimento exige. E agüentar a pauleira que vem em cima. Se a gente agüenta , acaba dobrando o sistema."*(Suplicy, 1985; p.269)

O destaque para as apropriações de obras feministas realizadas tanto por Carmen da Silva como por Marta Suplicy deve ser ressaltada pela importância que ambas tiveram no cenário do feminismo nacional. As duas autoras tiveram seus artigos publicados semanalmente em periódicos de circulação nacional, sinalizando para leituras realizadas por mulheres e homens brasileiros. Enquanto Carmen da Silva esteve escrevendo nas décadas de 60,70 e 80 na Revista Claudia, na coluna A Arte de Ser Mulher, Marta Suplicy escreveu, durante a década de 80 na Folha de São Paulo, além de participar de um quadro na televisão brasileira, intitulado "Comportamento Sexual". É desta forma que podemos perceber a circularidade das idéias feministas, como as encontradas em A Mística Feminina.

Não somente a autora Betty Friedan, mas inúmeras outras autoras e obras fizeram parte das influências recebidas pelo movimento feminista brasileiro, e fazem parte da formação de mulheres e homens identificados com este movimento. Contudo, este trabalho se propôs a analisar, especificamente, Betty Friedan e A Mística Feminina pela repercussão que teve, além da própria questão da tradução. Muitas obras feministas demoraram alguns

anos até que fossem traduzidas para o português, enquanto o livro da autora estadunidense, lançado em 1963, teve sua versão brasileira lançada em 1971.

Entretanto, não podemos deixar de reconhecer a importância de Betty Friedan na retomada do movimento feminista em sua segunda onda, trazendo à tona questões que permeavam a desigualdade existente entre mulheres e homens. Influência de um grande número de pessoas que passaram a se identificar com o feminismo, a obra de Betty Friedan foi apropriada por muitas autoras brasileiras, além das já mencionadas, apontando que o "problema sem nome" não foi um fato ocorrido exclusivamente com as mulheres estadunidenses. Desta forma, passamos a compreender, mesmo que de forma restrita, a circulação de obras feministas em meio ao regime ditatorial que vigorava no Brasil, destacando que o contato com o feminismo estadunidense não esteve limitado às pessoas que estiveram exiladas.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s/d].

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados 11(5), 1991.

COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Anette Goldberg V. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970- 1980): Primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: O Lugar da Mulher. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p.33-57.

FRIEDAN, Betty. A Mística Feminina. Petrópolis:Vozes, 1971.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho; o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROUSSO Henry. A memória não é mais o que era In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. Usos & Abusos da História Oral. Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, Carmen da. O melhor de Carmen da Silva. Org. Laura Tavares Civita. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SUPLICY, Marta. De Mariazinha a Maria. Petrópolis: Vozes, 1985.

Fontes

Entrevista concedida por Sandra Maria da Mata Azeredo à professora Joana Maria Pedro, no dia 27 de novembro de 2003.

Em concedida por Carlos Eduardo Andrade Pinheiro à professora Joana Maria Pedro, no dia 03 de agosto de 2004.

FERNANDES, Millôr. 06 de agosto 1975. Análise da personalidade de estudantes célebres. *Revista Veja*. Editora Abril.

A construção de sujeitos republicanos no Rio Grande do Sul (1884-1902)

Manoel José Ávila da Silva

I

Este pequeno e preliminar artigo tem a finalidade de apresentar as orientações que guiam o início da pesquisa que tem por tema o estudo da formação de sujeitos republicanos no Rio Grande do Sul, da criação do jornal do Partido Republicano, *A Federação*, até a consolidação republicana, no início do século XX (1884-1902).

II

Do ponto de vista teórico, a análise histórica da formação do modelo político republicano, no Rio Grande do Sul, está associada a aspectos que usualmente são referidos como objetivamente observáveis e diretamente associados ao próprio sistema político. Há uma referência às instituições, à ocupação dos espaços e postos políticos, à formação da elite dirigente e àquilo a que, numa perspectiva associada ao materialismo histórico, chama-se de a esfera da produção material, entre outros aspectos. Esta análise também pode ser feita a partir das referências ao que colocamos na esfera da *construção simbólica do poder*. A expressão aqui tem o caráter preliminar e ainda carente de aprofundamento e clareza.

Associada às análises econômicas e políticas já desenvolvidas, mas com o caráter de estudo das relações específicas da construção dos significados, as quais tornam operativa uma ação baseada em/nas práticas sociais, a análise através dessa esfera comporta a investigação das relações de produção de sentido sobre determinada realidade. São essas relações que podem tornar inteligíveis, operacionais e socialmente significativas às ações políticas, tornando-as dominantes e fazendo que elas presidam uma determinada compreensão de mundo. O aspecto teórico em que se assenta essa afirmação aparece em

dois autores, Eliseo Verón, com o seu conceito de *semiose social*, e Pierre Bourdieu, especialmente em *A economia das trocas lingüísticas*.

Deriva dessa compreensão a questão dos *sujeitos políticos*. A elaboração de um significado está associada à eficácia do Discurso Político. Esta, por seu turno, está diretamente ligada à capacidade que ele tem de criar sujeitos políticos. Isso se dá por meio da interpelação que ocorre no interior do processo social e promove a possibilidade de participação aos atores envolvidos no mesmo (ativa ou passivamente). São construídos assim os novos significados que definem os aspectos da realidade abordados por um discurso específico. O discurso político cria as condições para que os atores possam interferir na construção da sua própria realidade, através da relação *situação real vivida*/*construção de significados*, determinando compreensões de mundo dominantes. Estes atores são os sujeitos, responsáveis pelo "fazer".

III

Os questionamentos históricos que norteiam a pesquisa estão associados (e isto quer dizer: concomitantemente e com igual relevância) às questões políticas e econômicas, sociais e culturais que definem, num plano descritivo, o processo histórico da instalação da República no Rio Grande do Sul, e a um momento de construção e reafirmação de significados. Esse processo pode ser compreendido através da seguinte questão: como se formam e quais são os elementos que proporcionam a coesão necessária para a consolidação republicana no Rio Grande do Sul do ponto de vista da afirmação do republicanismo como o projeto dominante? O positivismo fornece, aos republicanos gaúchos, os elementos necessários e suficientes para a construção de um sistema político completo e coerente, no qual pudéssemos encontrar a institucionalização e a racionalização das relações políticas no estado todo? Junto aos aspectos materiais e às decisões políticas não existe um discurso que permitiu afirmar o modelo historicamente observado após a consolidação de certos significados?

O momento crítico, não só no Rio Grande do Sul, mas também na instalação da República no Brasil, é aquele em que os significados da República ainda estão sendo formatados em relação aos interesses dos grupos regionais e daqueles grupos que têm a presunção de assumir nacionalmente o controle político do Brasil. A combinação entre os interesses e as possibilidades políticas, entre a força política e as necessárias negociações, envolvem os grupos econômicos, sociais e políticos brasileiros em uma disputa acirrada. A referência historiográfica e teórica aqui é a discussão proposta por Renato Lessa em *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Esta referência se associa a um estudo da historiografia específica sobre o Rio Grande do Sul, especialmente no que tange aos estudos sobre a formação e as características do sistema político rio-grandense.

Renato Lessa chama o período inicial da República de período de *caos*, no qual aparecem relações *entrópicas*, onde os significados da política e da compreensão da sociedade estão em disputa, na mesma proporção em que os modelos e os grupos políticos colocam em evidência seus interesses políticos, tanto regionais como nacionais.

Transpor esse modelo para o Rio Grande do Sul e discutir como o *projeto* político republicano avança, em meio às disputas políticas do final do Império, das incertezas institucionais da instalação da República e dos conflitos entre Republicanos e Liberais é o suporte sobre o qual a pesquisa se estabelece. A identificação do quadro discursivo que serve de referência para a estipulação dos sentidos e a construção dos sujeitos associados a eles é a parte que se liga ao *levantamento documental*. Este quadro formará o *corpus discursivo*, do qual a análise detectaria os sentidos que foram afixados para a consolidação da proposição política republicana que se estabiliza após o final do século XIX.

O marco cronológico está associado com o período em que as disputas entre sentidos estão ocorrendo, do início das propostas republicanas enunciadas através da imprensa política até a consolidação da transição Júlio de Castilhos/Borges de Medeiros, no plano regional, e no plano nacional a instauração da *Política dos Governadores* (o que ocorre entre 1897/98 e 1902).

IV

Uma consideração final: os resultados da construção de significados e de sujeitos políticos não têm como decorrência lógica, ou óbvia, os processos históricos observados através das análises políticas e econômicas. Estudados através da construção da significação, tais processos aparecem influenciados, tanto na sua ocorrência como na sua compreensão, pelos procedimentos de significação que contribuíram para o sentido com que foram investidos. O ponto de partida é de que a consolidação da República rio-grandense não tem um desenvolvimento histórico apenas informado por seus aspectos políticos e econômicos (num sentido estrito), mas também pelos procedimentos de constrição de significação pelos quais passam os conceitos e as orientações das práticas políticas e econômicas.

Para se escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira.*

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UERJ/UFRJ. Pesquisador do CEO/PRONEX. CNPq/FAPERJ))

A historiografia como campo de estudos entre nós só recentemente tem se afirmado, prisioneira de algumas tradições que consideravam-na um ramo menos significativo e importante da pesquisa histórica. Em muitos casos até uma área mais afeita às interrogações dos filósofos da história do que propriamente dos historiadores de ofício. Muito recentemente é que os cursos de Graduação passaram a integrar os estudos historiográficos como parte da formação dos historiadores ainda que velhas concepções acerca do trabalho com a historiografia presidam em muitos casos os estudos desta natureza. De institucionalização relativamente recente no cenário intelectual brasileiro, estaria a disciplina histórica atingindo aquele momento em que uma reflexão sobre os próprios procedimentos de produção do conhecimento nesta área torna uma investigação de ordem historiográfica necessária e significativa? Pierre Nora em sua introdução à grande obra "Os lugares de memória"[1] sugere um caminho de interpretação que nos parece fecundo para a compreensão do momento particular da produção acadêmica de história na França, que torna a reflexão em torno da historiografia particularmente significativa: combinando uma reflexão sobre a história da disciplina a um conjunto de questões de natureza epistemológica, a disciplina histórica buscaria superar os impasses de uma tradição apontando para novos horizontes de pesquisa. Sugere, portanto, que a interrogação de natureza historiográfica partilha de um certo esforço de repensar os rumos da disciplina numa era de maturidade, quando os balanços podem significar igualmente novas possibilidades de questionamento. A partir de uma percepção cada vez mais acelerada do tempo, a uma velocidade que parece condenar o próprio presente a um esquecimento, os esforços sociais para a "preservação" do passado assumem cada vez mais sentido em nossas sociedades contemporâneas. Uma particular cultura histórica parece se delinear como possibilidade de preencher o passado de significados os mais variados, todos eles, contudo, procurando reafirmar o sentido de continuidade, durabilidade e permanência frente às descontinuidades e incertezas do tempo presente. No horizonte, um novo regime de historicidade parece se configurar definindo novas exigências e demandas ao passado como História.[2] Neste sentido pensamos que a historiografia como campo específico e peculiar de investigação histórica deva ser compreendida como parte de uma cultura histórica que supõe inúmeros outros dispositivos coletivos de produção de sentido e significado para o passado. Este, como nos ensina Jan Asmann[3], não é a matéria do historiador, sua existência pura e simples não nos assegura o conhecimento e o sentido deste passado. É preciso que transformado em história torne-se objeto de interrogação e investigação de um profissional, o historiador. Desta maneira a historiografia interroga-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de transformar-se o passado neste objeto de investigação, materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de

---

* Este texto é uma versão preliminar e integra-se ao projeto de pesquisa que venho desenvolvendo intitulado "Cultura histórica oitocentista no Brasil".

[1] NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire.* I. La République. Paris:Gallimard, 1984. Ver especialmente a introdução Entre mémoire et Histoire. La problématique des lieux.

[2] HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

[3] Assmann, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München:Beck, 1999.

seu próprio esforço de construção identitária. O passado como parte da construção do presente e também como desejo de projeção para o futuro, como projeto social, inscreve a investigação de natureza historiográfica necessariamente numa teia em que o diálogo com outros campos da pesquisa histórica se faz necessário. Nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos. Interroga-lo é tarefa da historiografia, procurando deslindar as tramas que tornam operativa e necessárias estas escolhas, dentre um leque de outras possíveis. Reconstituir estes cenários de disputas e tensões em que ações eletivas são acionadas ajudam-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana.

Em primeiro lugar, portanto, o trabalho historiográfico nos impõe uma interrogação da memória e de suas artimanhas, voltadas para a sacralização dos objetos sobre os quais se debruça. Igualmente as relações com a cultura histórica se tornam indispensáveis para compreender a historiografia como parte de um esforço maior em tornar o passado objeto de interesse e investigação. É Stephen Bann[4] com seu instigante trabalho intitulado "***The clothing of Clio***" quem nos apresenta algumas possibilidades de percepção destas relações.Se a disciplina História assume o papel hegemônico nesta tarefa de inquirir o passado, este transborda como interesse os limites da disciplina e manifesta-se em diferenciados campos da vida social. Se nosso trabalho de investigação supõe os textos escritos, em sua materialidade, como a fonte por excelência da reflexão a ser desenvolvida, a história do livro e da leitura pode trazer algumas sugestivas indicações para este trabalho. Reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa igualmente reinscreve-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo um certo tipo de leitor.

A partir destas considerações o presente texto pretende se debruçar sobre três importantes reflexões em torno de como se pensou a escrita de uma história nacional no Brasil do século XIX e que vieram à luz nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.[5] Estes textos integram um conjunto mais amplo de contribuições apresentadas ao IHGB e publicadas pela revista tendo como temática central a concepção de modelos para a escrita da história do Brasil. Destes, certamente foi o de von Martius, premiado pelo Instituto, aquele que mais ganhou notoriedade, definindo alguns dos mitos fundadores desta escrita nacional., mas que não será objeto neste momento de nossas considerações.

Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), um dos fundadores do IHGB, juntamente com Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), inicia seu discurso no ato de instalação do Instituto Histórico estabelecendo, através de um recurso retórico – a citação de uma passagem do discurso de Alexandre de Gusmão quando de sua posse na Academia Portuguesa de História - uma filiação que igualmente aponta para alguns dos sentidos concebidos pelos letrados oitocentistas em relação à História. O discurso, para além de

---

[4] BANN, Stephen. *The clothing of Clio. A study of the representation of history in ninetenn-century Britain and France.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

[5] São os seguintes os textos considerados neste momento:
BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839.
PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior númeo possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. RIHGB. Rio de Janeiro, (3):121-7. 1841.
MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. RIHGB. Rio de Janeiro, (26):121-43. 1863.

marcar uma fundação, a possibilidade de uma escrita nacional, igualmente define o sentido político desta mesma escrita para uma Nação em gestação: o conhecimento do passado, agora organizado segundo princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada. No mesmo movimento, as palavras de Januário da Cunha Barbosa definem para o IHGB o papel de coordenador desta atividade de escrita da história nacional, através de um trabalho de "administração do passado", regulando não apenas a coleta de fontes indispensáveis para a sua escrita, como também definindo a agenda dos temas considerados centrais para esta mesma tarefa. Reunido no IHGB, o material espalhado pelas diversas províncias deveria constituir-se em um passo inicial e fundamental para a possibilidade de uma escrita desta história e da geografia nacional, implicando necessariamente num trabalho coletivo sob coordenação centralizada. Este modelo de organização de escrita tem sua fonte de inspiração em projeto levado a cabo no Instituto Histórico de Paris, criado alguns anos antes na capital francesa e na esteira dos movimentos políticos associados à revolução de julho de 1830, que contava entre seus membros alguns dos futuros sócios e ativos participantes do IHGB. Este trabalho, segundo os termos indicados por Januário da Cunha Barbosa, objetivava pela organização criteriosa das fontes, a luta contra o esquecimento dos "fatos memoráveis", tarefa somente alcançável pela "*imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador*".[6]

Em primeiro lugar, portanto, o trabalho da escrita da história, é o de fixação de uma memória concebida em seus aspectos físicos – a definição das marcas naturais desta Nação em construção – e morais – os fatos memoráveis do passado, seus personagens e vultos a serem reverenciados. Este trabalho de fixação de uma memória objetivaria ainda contrapor-se aos escritos existentes acerca do Brasil, considerados inadequados para este trabalho de fixação daquilo que entendiam como uma correta memória, uma vez que resultante de um trabalho criterioso. O objetivo maior deste trabalho seria então possibilitar uma correta emulação da glória nacional. O sentido político colado a este esforço para a constituição de uma escrita nacional da história, na verdade não é uma particularidade do caso brasileiro, evidentemente, devendo ser esta interpretada como parte de um movimento próprio à constituição das nações modernas no século XIX. Importa-nos, no entanto, compreender como este procedimento próprio a uma cultura política, toma corpo na sociedade brasileira na primeira metade do século XIX. As palavras de Januário da Cunha Barbosa são a este respeito claras quanto à concepção de história que informava este projeto posto em curso naquela academia de letrados. Diz ele: "*Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma <u>história geral e filosófica do Brasil.</u>*" [7]

A história geral e filosófica do Brasil, segundo as palavras de Januário da Cunha Barbosa, constituiria um corpo integrado por membros, os "*trabalhos e observações de muitos brasileiros esclarecidos das províncias do Império*", segundo os princípios de uma história filosófica. De acordo com esta concepção, recorrente em inúmeros textos que tem como

[6] BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. <u>RIHGB</u>. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p.4

[7] BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. <u>RIHGB</u>. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p.4. Grifo nosso.

proposta a definição de formas para a escrita da história nacional, quer a Natureza, quer a História, poderiam ser objeto de uma Filosofia, vale dizer de um conhecimento sistemático, ordenado, capaz de desvendar por detrás da dispersão dos fenômenos observados a unidade de um sistema e sua racionalidade. Assim, as partes são fundamentais para o conhecimento do todo e por isso a necessidade de um trabalho de coleta para o reconhecimento das partes visando constituir este todo, que seria a própria história nacional, concebida como o encadeamento de "*seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica, e com luz pura da verdade*".[8]

Importa, contudo, considerar segundo os dispositivos desta história, concebida como filosófica, a própria concepção de acontecimento, matéria prima por excelência desta narrativa de uma epopéia nacional e segundo as palavras de Januário da Cunha Barbosa, "*tesouro inesgotável de honrosa recordação*". Vemos que não apenas os acontecimentos políticos são dignos deste relato, mas também a narrativa das marcas naturais deve compor os quadros desta história nacional, definindo para a geografia um papel igualmente importante para a escrita da história. Se por um lado, a defesa de uma história filosófica se mostra como caminho necessário para se pensar a história nacional brasileira, por outro é preciso demarcar com clareza que este sentido de sistema que deve presidir sua escrita não deve se constituir numa abstração prévia a conduzir o trabalho do historiador/pesquisador, e sim deve ser inferido a partir da pesquisa e coleta dos dados, dosando à razão própria dos procedimentos filosóficos, a imaginação necessária para o que acreditava ser possível: **a ressurreição do passado**. Sua referência explícita é ao historiador francês Prosper de Barante (1782-1866), cuja obra l'Histoire des ducs de Bourgogne (1824-1826) deslancha importante polêmica relativa à escrita da história, concebida por ele como "pitoresca e descritiva" por oposição a uma escrita filosófica. Seu prefácio à História dos duques de Borgonha, é um manifesto explícito em defesa de uma escrita capaz de devolver aos acontecimentos do passado sua cor local, livrando-os dos julgamentos e valores do escritor contemporâneo, segundo o procedimento que identifica como sendo característico de uma história filosófica.[9] Para Barante, a semelhança entre a narrativa histórica e a poesia advinha do fato de que ambas falariam à imaginação, ainda que a primeira devesse por sua natureza, ater-se à verdade positiva dos fatos. Estabelece desta forma uma distinção clara entre as duas formas de escrita, que somente num passado remoto estiveram confundidas sob a forma da epopéia. A imaginação como instrumento para a narrativa do historiador permitiria que a existência de povos e indivíduos do passado pudesse ser evocada e novamente trazida à vida diante de nossos olhos.[10]

---

[8] BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p. 5.

[9] « *Il y a même quelques fois dans ces jugements, tels éminents qu'ils puissent être, une sorte d'inexactitude habituelle. Se plaçant, pour prononcer sur le temps passé dans le point de vue du temps actuel, l'écrivain ne peut pas toujours apprécier avec justice les actions ni les hommes ; ils les rapporte à une échelle morale qui n'était point la leur. Les faits n'étant pas mis sous nos yeux avec toutes leurs circonstances, nous nous étonnons de ce qui était simple ; nous attribuons à l'individu ce qui était de son temps ; nous nous indignons contre une acte qui se présente à nos yeux comme isolé et entièrement libre, tandis qu'il était conforme aux mœurs d'un peuple, et amené par le train ordinaire des choses. » BARANTE, Prosper. Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477.In : GAUCHET, Marcel. Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique. Paris : Seuil, 2002. p.86-123. p.91.*

[10] « *Ce qu'on veut d'elle [de l'histoire], ce sont des faits. De même qu'on observe dans ses détails, dans ses mouvements, ce grand drame dont nous sommes tous acteurs et témoins, de même on veut connaître ce qu'était avant nous l'existence des peuples et des individus. On exige qu'ils soient évoqués et ramenés vivants sous nos yeux : chacun en tirera ensuite tel jugement qu'il lui plaira, ou même ne songera point à en faire résulter aucune opinion précise. Car il n'y a rien de si impartial que l'imagination : elle n'a nul besoin de*

Para Januário da Cunha Barbosa, seguindo as sugestões de Prosper de Barante, a narrativa histórica deveria ser capaz de restituir os eventos a seus cenários originais, conferindo novamente vida àquilo que pela passagem inexorável do tempo fora condenado à morte. Neste sentido, a narrativa histórica nacional idealizada por este fundador do IHGB, compartilha dos princípios norteadores de uma cultura histórica oitocentista, voltada para a luta contra a morte, representada pelo esquecimento, num esforço, semelhante ao do taxidermista moderno, preocupado em restituir a aparência de vida a seus animais empalhados.[11] Vejamos como se expressa a respeito o cônego Januário da Cunha Barbosa:

"*A história seria, portanto, incompleta, descoberta e árida, se ocupando-se unicamente de resultados gerais, por uma mal entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias se desembaracem a inteligência dos leitores. A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa simpatia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram aqueles que nos precederam na cena do mundo: é isso o que fala à nossa imaginação, é isso o que ressuscita, por assim dizer, a vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas. Só desta arte a história nos pode oferecer importantíssimas lições; ela não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um maquinismo, que concorrem ao desempenho dos fins do seu inventor. A história os deve pintar tais quais foram na sua vida , obrando em liberdade, e fazendo-se responsáveis por suas ações.*"[12]

Finalmente, Januário da Cunha Barbosa aponta uma última e importante vantagem para a escrita da história, que deve ser objeto das tarefas do Instituto: citando Alexandre de Gusmão, entende que o seu estudo deveria ser como um seminário de heróis e para tanto deveria aquela instituição de letrados dedicar-se, à maneira de Plutarco na Antiguidade, organizar a biografia brasileira, capaz de oferecer às gerações de nacionais, os exemplos de virtudes a serem imitadas, sinalizando desta forma para um conjunto de lições a serem úteis para o exercício dos deveres em sociedade.[13]

O segundo texto é de autoria de Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) e procura responder a questão formulada pelo Instituto, em sessão de 24 de novembro de 1840, a respeito do "*melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à*

---

conclure ; il lui suffit qu'un tableau de la vérité soit venu se retracer devant elle. » BARANTE, Prosper. Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477.In : GAUCHET, Marcel. Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique. Paris : Seuil, 2002. p.86-123. p.101.

[11] A este respeito consultar o instigante trabalho de Stephen Bann. The Clothing of Clio. London: Cambridge, 1984.

[12] BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p. 6.

[13] "*A nossa história abunda de modelos de virtudes; mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes. O Brasil, senhores, posto que em circunstâncias não semelhantes às da França, pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado que os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e os lugares, para que sejam melhor percebidos pelos que anhelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional.*" BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p. 9.

história e geografia do Brasil" dando evidentemente continuidade a uma preocupação em torno de uma escrita da história a partir de fontes reunidas e preservadas para esta finalidade. Este procedimento não apenas sinalizava em direção aos novos cânones para uma escrita da História, formulados de maneira emblemática por Leopold von Ranke, como também expressavam, sobretudo na visão de Januário da Cunha Barbosa, o sentido desta pesquisa documental para o trabalho de ressurreição do passado. Seguindo as sugestões de Barante, o uso da documentação, sobretudo oficial, permitiria de forma exemplar perceber "*os costumes e a cor do tempo, que nesses documentos mostrar-se-ia em ação*"[14]. A primeira sugestão contida no texto de Rodrigo de Souza da Silva Pontes diz respeito ao trabalho de levantamento dos arquivos espalhados pelo território do Império, objeto de um circunstanciado relatório ao Instituto, a partir dos procedimentos da crítica documental erudita, preocupada em definir autenticidade dos documentos assim como sua importância para as finalidades de uma escrita da história nacional. Este método de trabalho deveria ser coadjuvado pelas "viagens científicas", que viriam a ser estimuladas pelo IHGB como forma de reconhecimento do território, segundo as demandas do Estado nacional, reeditando em certa medida os procedimentos que informavam este tipo de viagem na cultura ilustrada do setecentos. Segundo os critérios que presidiam este tipo de deslocamento, não apenas o território deveria ser reconhecido e ocupado, agora segundo a lógica que organizava as exigências de um Estado nacional monárquico, como também um valor de natureza epistemológica parecia se delinear, implicando num conhecimento assentado sobre as bases da autópsia.[15] O deslocamento no espaço, sobretudo para as regiões do interior do império brasileiro, viabilizaria também uma experiência de natureza temporal, a constatação de tempos sociais diversos coexistindo num mesmo espaço que se deseja agora unitário: o território da Nação. É, portanto a partir destas experiências de deslocamento no território, grande parte delas realizadas ainda, por ordem da Coroa portuguesa no século XVIII, cujos relatos e memórias serão recuperadas pelo Instituto, que as questões referentes à cronologia da história nacional levando em consideração as populações indígenas serão tematizadas no interior do IHGB.

Passemos ao terceiro texto que pode nos ajudar a pensar esta escrita de uma história nacional, segundo os propósitos daqueles homens de letras reunidos em torno do IHGB. Seu autor, Raimundo José da Cunha Matos, igualmente um dos fundadores da instituição, tem seu texto publicado no número de 1863 da revista, ainda que tenha sido produzido anteriormente, uma vez que em 1839 falecera seu autor. Raimundo José da Cunha Matos inicia seu trabalho sustentando que uma história geral do Império do Brasil ainda não poderia ser escrita, uma vez que faltavam as histórias particulares ou das províncias a partir das quais, então, poder-se-ia escrever a história geral do Império. Dois problemas são enunciados pelo autor da "**Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil**" que dificultariam esta escrita da história nacional: de um lado o que existe sobre ela antecede a Independência e são obras de estrangeiros, marcadas, portanto, por este olhar, e segundo nosso autor estariam cheias de "*falsidades a respeito do povo do Brasil*"; de outro lado a documentação existente não

[14] BARANTE, Prosper. Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477.In : GAUCHET, Marcel. Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique. Paris : Seuil, 2002. p.86-123. p. 106.

[15] "*As excursões científicas porém não se destinam somente a coligir cópias, desenhos, ou descrições de monumentos. Pontos há de História e Geografia referidos, ou indicados pelos diversos escritores de maneira oposta e contraditória. Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exatidão, sem exame e conhecimento dos lugares em que se passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da ciência, a posição geográfica desses mesmos lugares.*" PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior númeo possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. RIHGB. Rio de Janeiro, (3):121-7. 1841. p. 14.

fora ainda submetida "*ao escalpelo da boa crítica*", não podendo por isso integrar esta narrativa de uma história nacional segundo novos padrões. O autor apresenta um conjunto de fontes, que segundo ele seriam referências centrais para o trabalho de elaboração de uma narrativa nacional, organizando desta maneira um repertório canônico a partir do qual esta cultura escrita da história deveria ser constituída. Igualmente aponta para o estabelecimento de uma cronologia que deveria organizar estes mesmos procedimentos escriturários: "*A primeira época que eu apresento é dos aborígines ou autóctones, em a qual infelizmente andaremos quase às apalpadelas, por falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirvam ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas. Esta parte da história do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fábulas, porque cada tribo ao mesmo tempo que apresenta origens as mais extravagantes, não sabem dar razão clara das suas emigrações, e a atual residência e para cada uma delas um século dos nossos, é a eternidade*" [16].

Ao marcar a primeira época de uma cronologia da narrativa histórica nacional, Raimundo José da Cunha Matos estava igualmente apontando um dos temas centrais com o qual ocupar-se-iam aqueles letrados voltados para a escrita desta história do Brasil. Basta seguirmos as páginas da revista do IHGB para constatarmos a importância conferida a este tema quando das reflexões em torno da história no Brasil. Neste sentido, seu texto é bastante explícito quanto à necessidade dos estudos de natureza etnográfica e lingüística como forma de produzir conhecimento seguro sobre estas populações. Igualmente a arqueologia, concebida segundo as regras de uma interrogação da Natureza, poderia contribuir para desvendar os mistérios de uma cronologia que não se deixava captar pelos registros comuns de uma cultura fundada na escrita. A segunda época desta cronologia abarcaria os tempos do descobrimento e da administração portuguesa e finalmente a terceira época o período que se inicia com a separação da metrópole portuguesa e com a adoção do sistema de governo imperial. Curiosamente seu maior empenho está em organizar o conhecimento acerca da primeira época desta história, aquela que igualmente aparece como a mais obscura, porque ainda não submetida às regras existentes para uma escrita da história, a partir de uma matriz científica, segundo o modelo em gestação pela cultura histórica oitocentista.

[16] MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. RIHGB. Rio de Janeiro, (26):121-43. 1863. p. 46.

Ludibriando a Ditadura Militar: *Um Grito Parado no Ar* (1970).

Manoela Sara Chamarelli

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A discussão arte/sociedade permeará a análise da peça teatral "Um Grito Parado no Ar", encenada em 1973, do dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri. Diante disso, começarei fazendo uma breve análise do momento histórico, o período mais agressivo e violento da imposição pela Ditadura Militar, principalmente depois do estabelecimento do AI-5, momento em que a censura e a repressão se tornaram mais acirradas na conjuntura social brasileira.

Durante o período da ditadura militar, a sociedade brasileira, e aqui em específico os meios intelectuais e artísticos sofreram duramente o peso da repressão. Os artistas de teatro sofreram a violência física e verbal até dentro de seu próprio ambiente de trabalho, é o caso da atriz Tônia Carrero que na apresentação do espetáculo "*Navalha na* carne" em 1967 é considerada pelo general Juvêncio Façanha como *"(...) 'vagabunda' e afirmando ainda: 'A classe teatral só tem intelectualóides, pés sujos, desvairados e vagabundas que entendem de tudo, menos de teatro'(...)"*[1].

Muitas pessoas ligadas à vida cultural brasileira foram perseguidas, presas, torturadas e até exiladas, quando não, por sua própria opção. É o caso por exemplo de Augusto Boal em 1971, no estado de "(...) *São Paulo, enquanto sua peça 'O comportamento sexual do homem, da mulher e do etc.' é proibida, Augusto Boal é preso. No pau-de-arara, sob tortura, é acusado de afirmar que 'existe tortura no Brasil'(...)* "[2] depois de um tempo é liberto, mas ao perceber que está muito difícil trabalhar no Brasil, se exila, tendo a sociedade brasileira uma grande perca, pois, uma vez que Boal vai embora, o Teatro de Arena "pega sua certidão de óbito".

Todas essas intolerâncias, abusos e prepotência por parte das autoridades, irão refletir diretamente na vida cultural brasileira, pois já como foi apresentado no fragmento acima, a sociedade em 1971 já havia perdido o Teatro de Arena e o mesmo irá acontecer,

agora em 1974, só que no Teatro Oficina, da mesma forma, perdendo um de seus nortes, José Celso Martinez Correa, quando em 1974 "(...) *o Teatro Oficina é invadido e algumas pessoas ligadas ao grupo são detidas. Um pouco depois, chega a vez de José Celso ser preso. Solto depois de 20 dias, resolve meses mais tarde auto-exilar-se e parte para Portugal, logo seguido pelo que sobrou do grupo (...)"*[3].

Desse modo, podemos perceber que a censura passou a estar de sentinela sob a produção cultural, foi responsável pela interdição de inúmeras peças de teatro, filmes e composições musicais.

No entanto, mesmo com as constantes interdições, cortes de espetáculos (que em alguns casos se tornam impossíveis de serem apresentados, o caso em 1965 de *"(...) 'Liberdade, Liberdade', que na sua temporada em São Paulo sofre 25 cortes(...)"*[4]), suspensões (Calabar em 1973 onde a imprensa ficou proibida até de citar seu nome), ameaças e atentados a teatros e elencos – como em 1968 *"(...) o Comando de Caça aos Comunistas invade em São Paulo o teatro onde está sendo apresentada 'Roda-viva, de Chico Buarque, espanca e maltrata vários membros do elenco e destrói o cenário e o equipamento técnico (...)"*[5] – o teatro persistiu enquanto resistência democrática. Podemos citar alguns deles: o Teatro São Pedro e o Ruth Escobar, em São Paulo e o Teatro Ipanema, no Rio de Janeiro. Surgiram também grupos profissionais independentes: O Pessoal do Vitor, em São Paulo, e o Asdrúbal Trouxe o Trombone, no Rio.

Em 1968 a censura se tornará mais acirrada, após a implantação do AI-5, pois teve o estabelecimento da Censura aos meios de comunicação. Ela passa a proibir qualquer *"texto dramático de caráter contestador, a não ser que assuma no palco contornos tão nebulosos que não corra o perigo de ser facilmente compreendido pelo público"*[6]. É o caso de 'Botequim' em 1973 de Gianfrancesco Guarnieri que utiliza-se de uma "*linguagem tão metafórica e cifrada"* que o público "*não consegue decifrar as suas reais intenções"* como coloca Yan Michalski.

Observamos desse modo, que os artistas buscaram das mais diversas formas, meios para burlarem as proibições, restando para os escritores de fundo político, o silêncio, ou o

emprego da metáfora. Subterfúgio que se faz muito presente no enredo da peça *Um Grito Parado no* Ar[7] de Gianfrancesco Guarnieri. Desembocando na fase que o próprio dramaturgo caracterizou como "Teatro de Ocasião".

Guarnieri é uma das figuras imprescindíveis à vida cultural brasileira, pois está intimamente ligado à História do Teatro Nacional. Desde cedo se interessou pelo movimento estudantil, por problemas políticos e sociais da sociedade brasileira, daí seu amplo contato com trabalhadores e operários, os quais estão presentes em seu trabalho. Escreve sobre problemas políticos e sociais, que interessam à comunidade e determinam uma época.

Um Grito Parado no Ar representa na obra de Guarnieri o momento em que a fala já não pode mais dar conta do real, então é neste momento que ele silencia. Ele não discute, como nas obras anteriores, o operariado ou o estudante, mas o intelectual que se volta para sua própria classe. Seu espaço representado dá-se no palco. A discussão será entorno exatamente do que não se tem naquele momento: a Liberdade.

Perceberemos que vários aspectos ligados ao teatro, através da utilização do jogo de significação, são discutidos na peça como: o baixo salário dos atores e a hierarquização das tarefas do grupo.

O enredo da peça está ligado ao teatro de resistência e reflete o momento difícil em que a dramaturgia brasileira atravessava, mostra as dificuldades que o elenco está enfrentando para conseguir chegar até o dia da estréia do espetáculo, tentando discutir problemas sociais presentes no momento, utilizando-se das brechas conquistas, por meio do jogo de significação entre o real e a representação. Mas, evita referências muito explícitas que pudessem levar à proibição da peça. Uma vez que foi um dos primeiros espetáculos que consegue driblar o cerco da censura em plena Ditadura Militar por meio da utilização de uma linguagem metafórica.

O crítico Yan Michalski declara a respeito da peça que foi

> "(...) o principal acontecimento do ano em São Paulo, no sentido de constituir um primeiro, embora ainda vago, sinal de que algo está querendo começar a mudar, é a montagem do belo texto de Guarnieri, 'Um grito

> parado no ar'. 'Botequim' havia esbarrado em São Paulo no mesmo problema de incomunicabilidade que marcaria a seguir a sua carreira carioca. Mas 'Um grito parado no ar', embora seja também uma peça até certo ponto metafórica, transmite, já a partir do título, uma manifestação de inconformismo e rebeldia tão contundente que a sua liberação pela censura, no contexto de 1973, aparece como uma inexplicável surpresa. Usando a imagem de um jovem grupo de teatro que, embora enfraquecido pelas encucações individuais dos seus integrantes e por pressões econômicas que parecem inviabilizar passo por passo o seu trabalho, obstina-se em não desistir de estrear, a qualquer preço, 'mesmo que seja na marra', Guarnieri laça um comovente grito de coragem e resistência, facilmente captado e recebido com entusiasmo pelo público, graças, também, à eficiente direção de Fernando Peixoto e à emocionada participação de um ótimo elenco encabeçado por Othon Bastos."[8]

Nela discuti-se o processo de trabalho, como em um laboratório, de um grupo de teatro. Tratando as dificuldades que estão enfrentando dentro e fora do palco, apenas há dez dias para a estréia do espetáculo. A todo momento o ensaio é interrompido por credores. Por não terem dinheiro para pagar os aluguéis, partes importantes do cenário vão sendo retirados, como: o gravador, o tapete, os refletores e, ainda, sem propaganda, por não terem dinheiro.

Nesse sentido, a ação de *Um Grito Parado no Ar* atua, simultaneamente, um efeito alegórico com a intenção de atingir um fim realista, apresentando o teatro como um local onde se trabalha e se fabrica uma aparência da realidade, quando tenta passar a agressividade das pessoas, a crueldade da civilização moderna, e a tensão dos grandes aglomerados. Por outro lado, há a criação artística, com toda franqueza, camaradagem, bebida e o cafezinho compartilhados no bar da esquina.

Portanto, quando os artistas são privados de todo cenário, resta ao grupo apenas um grito final no escuro, o qual está representando a sobrevivência frente à opressão reinante. Assim como o próprio Guarnieri coloca *Um grito parado no ar* "é um texto que se propõe a transmitir a inquietação, as aspirações, às dificuldades, a angústia, o descaminho e a

procura de um grupo de artistas de teatro, diante de seu mundo, da própria profissão e do mundo todo".[9]

---

[1] ANOS 70. Rio de Janeiro, Europa Emp. Graf. E Edit. Ltda., 1979-1980. p.81.
[2] Ibid., p.94.
[3] Michalski, Yan. O Teatro sob pressão: uma frente de resistência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. p.63
[4] Ibid., p.24
[5] Ibid., p.34
[6] Prado, D. de Almeida. O melhor teatro Gianfrancesco Guarnieri. Global editora. São Paulo, 1986. p.10
[7] A peça *Um Grito Parado no Ar* foi encenada em 1973, no Teatro Aliança Francesa em São Paulo, produzida pela Cia. Martha Overbeck e Othon Bastos sob direção de Fernando Peixoto.
[8] Michalski, Yan. Op. cit. p.58.
[9] Peixoto, Fernando. Teatro em pedaços. Editora Hucitec, São Paulo, 1989.

ANGOLA EM PAZ. Mas, até quando?

MANUEL JAUARÁ

Esta comunicação versar-se-á sobre a Guerra e Paz em Angola. É importante frisar que Angola, desde a independência (julho de 19975), não conheceu intervalo longo de estabilidade política. Estes pequenos intervalos foram obtidos através de esforços diplomáticos. Acordos de cessar fogo, entre a UNITA, e o MPLA/partido do e no poder; não duram muito, são logo violados por um dos lados beligerantes.
Nesta comunicação tentarei, em traços largos, reconstituir a história política de Angola, a partir do papel e ação dos dois principais atores políticos, (José dos Santos e. Jonas Sawimbi).
A estabilidade política reinante em Angola, desde a morte de, Jonas Sawimbi, (2/ 2002) e assinatura em Luanda da "ata de compromisso" entre governo e Unita para conclusão do protocolo de Lusaka, ainda é bastante frágil.
Ela é assegurada em parte, pela liberdade tutelada. Contudo, a segurança não cuida só da estabilidade , serve também para garantir a exploração e extração de petróleo, diamante, e outros. Durante a guerra civil e depois dela, Angola tornou-se palco de uma guerra violenta, surda, imperceptível para a maioria, entre multinacionais.

AVALIAÇÃO DO RESULTADO ELEITORAL ANGOLANO

O resultado das eleições gerais e pluripartidárias em Angola; revela para os estudiosos desse país indícios de como a animosidade provocada pela guerra civil esta bem presente na cultura política angolana e havia contagiado o resultado eleitoral.

Uma leitura atenciosa do mapa eleitoral, mostra de forma inequívoca de que o MPLA, partido no governo, ganhou com uma margem dilatada do seu principal oponente político,Unita, partido na oposição ao governo, na contenda eleitoral de 1992; nas províncias (distritos eleitorais) onde este não se encontrava bem estruturado. São geralmente províncias fustigadas, atacadas esporadicamente, mas não se encontravam sob o domínio da guerrilha da Unita. Isso não implica dizer que nessas localidades não existiam simpatizantes da guerrilha. Pois, o mesmo quadro revela que a Unita, com a exceção de quatro distritos eleitorais; num total de 18 distritos (o país é dividido administrativamente em 18 províncias e, cada uma, corresponde a um distrito eleitoral), fez pelo menos um deputado, onde não ganhou do seu arquirival.

Contudo, o desempenho do MPLA, foi largamente satisfatório em 12 províncias, considerando o estado larvar do espírito beligerante que contaminava o país; onde ganhou do seu adversário principal por quatro deputados em cinco possíveis, isso quando não elege todos os cinco do distrito eleitoral. É importante esclarecer que cada província independentemente do número da sua população, elege somente 5 deputados distritais.Este preceito da justiça eleitoral angolano vai contra o pressuposto básico dos sistemas eleitorais democráticos que tendem a promover a eqüidade representativa. Relação entre proporção de eleitores e/ou população dos distritos eleitorais e proporção de cadeiras destes no parlamento deve ser objetivo primordial da legislação eleitoral democrático. A alocação desproporcional de cadeiras parlamentares entre os diversos distritos eleitorais gera a violação do principio liberal de que todos os cidadãos devem ter votos com peso idênticos, o valor do voto tem que ser igual e universal para todos. Não é esse o caso que verificamos no sistema eleitoral angolano, sabendo que só a província de Luanda concentra mais de dois milhões de pessoas (Luanda, 2.081.000;

Huambo,203.000; Benguela, 155.000, etc.. em 1988. In: almanaque abril de 2000) maior que muitas províncias.

Nessa eleição o MPLA, elegeu todos os cincos deputados nas províncias de Cunene e Malange e quatro nos restantes nove províncias e ainda três na província de Lunda norte. Mas, os dois deputados restantes não foram eleitos pelo partido Unita, mas sim por PRS (partido de renovação social). A Unita ganhou de MPLA, com uma margem elástica, nas províncias onde se encastelou desde do momento da proclamação da Independência (julho de 1975). Arrebatou todos os cinco deputados da província de Bié, quatro das províncias de Huambo e Kuando Kubango e além dos três deputados da província de Benguela. Só mais dois partidos conseguiram eleger deputados distritais.FNLA(frente nacional de libertação de angola), conseguiu dois deputados na província de Zaire, feudo político e eleitoral do partido e do seu líder , Senhor Holden Roberto; quando o partido ainda participava da guerrilha armada contra o governo colonial e depois contra o MPLA. E o PRS, fez três deputados nas províncias de Lunda norte e sul. Os demais partidos tiveram desempenhos medíocres nos distritos eleitorais e só conseguiram eleger deputados através de listas partidárias, principalmente o PLD(partido liberal democrático) que se revelou um partido de feição tipicamente nacional e urbano, elegendo três deputados via lista partidária.

PARTIDOS REGIONAIS VERSUS PARTIDOS NACIONAIS

Como observamos antes, o clima da guerra civil, as velhas rivalidades políticas,étnicas e regionais estão espelhadas no mapa eleitoral. Enquanto o MPLA,vocaciona-se a ser partido nacional com infiltração e estrutura organizacional em quase todas as províncias na ocasião do embate eleitoral,por outro lado, a UNITA e FNLA; partidos históricos (foram fundados ainda durante o período da luta de libertação nacional,ao lado do partido no governo), revelam tendências acentuadas de regionalismo e etnicidade, embora sejam também partidos de caráter nacionais. Basta ver(anexo) as tabelas inseridas neste estudo sobre a eleição angolana, para perceber que esses partidos elegeram a maioria dos seus deputados nos distritos onde, os seus lideres, Jonas Savimbi e Holden Roberto têm maior identidade étnica e onde construíram suas bases de guerrilha na época da guerra civil, logo depois da proclamação da Independência por MPLA. Dos novos partidos, só o PRS, se revelou de caráter regional, com uma densidade eleitoral concentrada nas províncias de Lunda de norte e sul de onde saíram os seus três deputados distritais. Os outros partidos novos – os que surgiram com adoção do pluralismo político – sobretudo o PLD, tendem a caracterizar-se como partidos nacionais e de vocações urbanas, menos contagiados pela guerra civil, pelo fisiologismo étnico ou regional.Passemos agora à análise da historia política de Angola, através da reconstrução da trajetória política dos dois principais protagonistas da guerra civil angolana; José Eduardo dos Santos, atual presidente da república e Jonas Savimbi, o incontestável líder dos guerrilheiros da Unita (até a sua morte e o fim do litígio militar,em fevereiro de 2002).

A Guerra Civil e suas Implicações Econômicas e Políticas em Angola.

José Eduardo dos Santos, líder do MPLA e Presidente da Republica de Angola, pertence à etnia kimbundu, a segunda mais numerosa do país, e filho de um pedreiro, estudou no Liceu Salvador Correia de Luanda antes de se unir, em 1961,ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA), organização de ideologia nacionalista e marxista fundada em 10 de dezembro de 1956 por Mario de Andrade e Agostinho Neto que se armaram e promoveram levante militar em 4 de fevereiro contra o colonialismo português.Em novembro de 1961 exilou-se em Paris e logo depois foi para Congo-Kinshasa (Zaire).Ali

ajudou a organizar a juventude do movimento de libertação e se tornou vice-presidente. Dirigiu o escritório de representação do movimento de libertação em Congo-Brazzaville e em 1963 o partido enviou para a URSS, com um grupo de jovens para formarem nas universidades soviéticas. Em 1969, graduo-se em engenharia petroquímica no Instituto de Estudos de Petróleo e de Gás de Bakú (Azerbaidzhan) e também fez um curso de comunicação militar. Em 1970, regressou a zona de Angola controlada pelo movimento de libertação e durante quatro anos seguidos serviu no posto de comunicação da guerrilha no enclave de Cabinda e logo foi nomeado para representar o movimento na Yugoslavia e depois no Congo-Brzzaville.

Em 1974 foi nomeado subcomandante do serviço de telecomunicação da 2ª região político-militar, membro de birô político de MPLA e coordenador do departamento de relações exteriores do partido, responsável pela missão de obter apoio diplomático juntos aos governos africanos. Em janeiro de 1975, continuou com esta tarefa no governo de transição(para a independência) multipartidário, que o MPLA partilhou com os outros movimentos de libertação, UNITA de Jonas Savimbi e FNLA de Holden Roberto. Esses dois últimos movimentos de libertação nacional, se uniram meses depois para se oporem ao MPLA, em um contexto de difícil superação de diferenças ideológicas e de rivalidade por controle do poder nas vésperas da independência de Portugal, dando assim o início a guerra civil que perdurou até os três primeiros meses de 2002.

PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DE ANGOLA

Após a proclamação da Independência da Republica de Angola, em 11 de novembro de 1975, dos Santos tornou-se presidente do MPLA e ministro de assuntos exteriores e subordinados diretamente ao Presidente, Agostinho Neto encarregado da vital tarefa, para o governo e partido no poder, de obter o reconhecimento diplomático de governos africanos e europeus não pertencentes ao bloco leste , assim como da ONU e da OUA, para garantir logo a legitimidade do governo e como único representante do país nos fóruns internacionais. Enquanto a aliança de FNLA e a UNITA, que proclamaram também a Republica Popular e Democrática de Angola contando com o apoio de África de Sul, China, Zaire e Estados Unidos da América.

Agostinho Neto faleceu em 10 de setembro de 1979, e então o comitê central do partido elegeu dos Santos para substituí-lo a frente do Estado, do conselho de ministro e das forças armadas. Eduardo dos Santos exerceu as funções presidenciais interinamente até 21 de setembro, quando assumiu formalmente a Presidência da República. Em 9 de novembro de 1980, decidiu acumular a sua função; a presidência da Assembléia Nacional do Povo. Herdeiro da guerra civil mais rancorosa e internacionalizada da África, Eduardo de Santos empenhou-se energicamente na busca de uma solução negociada com a participação de todos os atores implicados. Em 1988, o acordo de Genebra sobre o cessar fogo (8 de agosto; 1º acordo) e o acordo de Nova York sobre a retirada do contingente cubanos; ou fim da guerra (22 de dezembro), adotado por Angola, Estados Unidos,África de Sul e Cuba. Esses acordos resultaram na evacuação do enorme contingente militar cubano – 45.000 mil homens, que colaboravam com as forças armadas regulares angolanas. Ajuda cubana foi decisiva para conter o ímpeto da Unita e a concessão por parte de África de Sul da independência à Namíbia; território de onde o exército sul-afriacano fazia as suas numerosas incursões militares contra Angola em apoio a Unita.

A guerrilha de Savimbi, com quem o Eduardo dos Santos encontrou-se pela primeira vez, na cidade de Gbadollte em 22 de junho de1989, através da intermediação do então

presidente Mobutu Sese Seko. Resistiu-se abandonar as armas e lançou nova ofensiva naquele ano e em 1990; mas, sob a pressão de Estados Unidos e o fim da assistência militar de África de Sul se viu forçado a negociar paz com o governo, o qual, também havia perdido o clientelismo soviético,o inestimável ajuda militar cubano, portanto não possuíam meios estratégicos suficientes para continuar uma guerra que estava extremamente ligada as vicissitudes da guerra fria, que nesse momento estava cedendo espaço à distensão internacional. Finalmente, em 31 de maio de 1991, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinaram em Lisboa um tratado de paz(2ºacordo) que estipulava a reinserção das forças beligerantes do governo e da Unita à sociedade civil e formação de um efetivo de força armada angolana (FAA), que integre as duas forças militares.

Paralelamente a estratégia de pacificação, o regime tomou a iniciativa de promover a transição do país, para a democracia pluralista: em 29 de março de 1991, a assembléia do povo aprovou a introdução do pluripartidarismo e em 11 de maio, o MPLA começou a sua própria reforma. Renunciou a sua condição de partido marxista para se definir como social democracia e aceitou a economia de mercado. Em 19 de julho, Eduardo dos Santos se desligou da chefia do governo e nomeou um 1º ministro, na pessoa de Fernando Dias Van Dúnem, e em 25 de agosto de 1992 o país passou a chamar-se República de Angola, perdendo a condição de popular.

Em 20 e30 de setembro do mesmo ano ocorreram as primeiras eleições gerais e livres na história desse país; não sem surpresa; na eleição presidencial Eduardo dos Santos venceu Jonas Savimbi por 49,5% de votos e nas legislativas o MPLA fez o mesmo com a UNITA, ao conquistar 53,7% dos sufrágios e 129 dos 220 cadeiras da nova Assembléia Nacional.Contrariado Savimbi recusou a reconhecer a derrota, apesar dos observadores internacionais certificarem da lisura da eleição e do apuramento do resultado e retomou a guerra civil.

O fracasso da experiência eleitoral conduziu, a partir de 31 de outubro do mesmo ano a retomada das hostilidades, cujo primeiro capítulo foi uma operação de extermínio lançada pelas forças governamentais em Luanda contra militantes da UNITA, que se encontravam na capital do país sob o abrigo do acordo de reintegração nacional assinado em Lisboa. O segundo turno, indispensável, por José dos Santos não ter obtido a maioria de 50% dos votos válidos, não impediu este de comemorar a sua reeleição à presidência da República. A segunda guerra civil (ou, mais exatamente, a segunda fase do mesmo conflito desde a independência) prolongou-se durante dois anos e resultou em mais mortes para a população civil e mais destruição das precárias infraestruturas do país que na fase precedente. Agora, não obstante, o governo dos Santos se assegurou do apoio internacional quase unânime, e especialmente dos Estados Unidos, cujo governo acabara de reconhecer formalmente o país (19 de maio de 1993) e para onde, em 7 e 9 de dezembro de 1995, o Presidente realizou a primeira visita oficial de um mandatário angolano desde a independência do país; sendo recebido por Bill Clinton na Casa Branca (em 16 de setembro de 1991,ambos dirigentes tiveram um encontro privado no mesmo cenário). Com uma opinião pública internacional adversa e o cenário da guerra desfavorável(a sua principal base, a cidade de Huambo, foi conquistada pelas forças governamentais em 9 de novembro de 1994), a UNITA, então fez gestão para um novo acordo(3º acordo) de paz negociado, que foi assinado em Lusaka, Zâmbia, em 20 de novembro de 1994.Neste sinistro biênio,morreram provavelmente mais pessoas de que todo o período da guerra civil de 1975-1991, cujo balanço havia estabelecido em 300.000 mortes.

O cessar fogo entrou em vigor dois dias depois da assinatura do acordo, mas o processo de desarmamento dos combatentes da Unita, mais uma vez, se mostrou muito moroso e confuso.Em 21 de novembro de 1996 a terceira missão de Verificação de Nações Unidas

(UNAVEM III), anunciou que o desarmamento e desmobilização da UNITA estavam basicamente concluídos. Com base nesse relatório da UNAVEM III, em 11 de abril de 1997 iniciou-se a formação do governo de Unidade e Reconstrução Nacional . Ao mesmo tempo, os 77 deputados eleitos da UNITA em 1992, assumiram suas cadeiras na Assembléia Nacional, cujos mandatos foram prorrogados em 13 de novembro anterior por um mínimo de dois anos e máximo de quatro.

RECURSOS MINERAIS COMO FONTE DE FINANCIAMENTO DA GUERRA CIVIL.

Não obstante, a parte das reformas institucionais e das declarações reconciliadoras, no terreno bélico prosseguiam inquietantes movimentos dos militares governamentais e dos efetivos da Unita, que relutavam em entregar as áreas que estavam sob seus domínios e sobretudo, aquelas mais importantes e vitais para a sobrevivência do movimento do doutor Jonas Savimbi. As áreas de minas de diamantes que administravam como uma empresa e representava para o movimento rebelde,uma lucrativa fonte de divisas para aquisição de material bélico moderno (tanques e artilharias) e em grande quantidade. Desde 1995, elementos presumivelmente incontrolados da UNITA realizavam pilhagem, o que servia de argumento para as forças armadas de Angola (FAA) efetuarem operações militares.Presume-se que seja essa inquietação a causa do temor e reticência no processo de pacificação e da desconfiança mútuas. A comunidade internacional, aceitou o argumento do governo e responsabilizou o grupo de Savimbi pela perpetuação de insegurança e do clima pré-bélico; a partir desse pretexto a Unita sofreu o embargo de armas e ajudas econômicas ou negócios, imposto pelo conselho de Segurança das Nações Unidas. A UNITA, contudo, não teve problema para contornar estas sanções e continuou equipando-se militarmente com a venda de diamantes, aliás; o mesmo que o governo do MPLA faz com a venda do petróleo, reequipando militarmente (ver:cidob, 2001,Barcelona).

Sobre a produção e venda de diamante angolano, a organização britânica Global Witness apresentou um relatório, resultado de uma vasta investigação, publicado pelo Jornal Público (público,14/12/1998,Lisboa) que também fez investigação de campo para confirmar a veracidade do documento, revela o seguinte:

a) – a UNITA continua a colocar diamantes angolanos no mercado internacional, em violação do embarco decretado há meio ano pelas Nações Unidas, o que lhe permite financiar as necessidades do partido – incluindo, de novo, o esforço de guerra;

b) - o impacto das sanções internacionais foi mínimo para o movimento de Jonas Savimbi. A violação do embargo é possível graças a conivência ou inércia de países como a Bélgica e a Zâmbia e da industria diamantífera mundial liderada pelo grupo De Beers, segundo esta investigação.O documento desta organização, intitulado “Um negocio bruto” analisa o papel das empresas e dos governos no conflito angolano,concluindo pela grande responsabilidade de umas e outros na perpetuação da guerra civil.

A conclusão do documento só reforça a nossa percepção do conflito angolano. O bem estar do povo esta nitidamente em segundo plano nas preocupações de todos estes atores que, para obterem uma parcela da riqueza de Angola, estão dispostos a tolerar ou ignorar a corrupção devastadora e uma guerra alimentada pelos recursos naturais do país, cujo controle tanto a Unita quanto o governo tentam conquistar. Segundo a versão da Unita (notícias lusófonas;22/06/2001), O protocolo de Lusaka foi abandonado pelo eng.dos Santos, pelas Nações Unidas e os embaixadores que mediavam a negociação do protocolo, ao imporem a vigência de um certificado internacional de origem para os diamantes.Porque essa deliberação favorecia os governos de Israel e da Federação Russa, os quais, através do Sr.Lev Leviev, um angolano naturalizado de origem israelita/russa,detentor do monopólio oficial de vendas de diamantes para o exterior; seria

assim, o único capaz de fornecer o tal certificado de origem. Por outro lado, a empresa De Beers, com sede na África de Sul, que saiu perdendo com a imposição de certificado de origem do diamante, decidiu continuar no negócio, uma vez que a produção não pára, ela tem que absorver esses diamantes – ilegais ou não -, de forma a impedir que inundem o mercado mundial e provoquem conseqüentemente a queda brusca dos preços, que são artificialmente mantidos pelo cartel. De Beers, certamente, precisa controlar o "mercado paralelo" para justificar os colossais investimentos na prospecção,extração e promoção dos diamantes; assegurando assim o monopólio do mercado mundial de diamante.

Nesse emaranhado político angolano, não passava despercebida a ausência de um terceiro partido político forte capaz de moderar as tensões políticas, motivadas por bipolarização do cenário político desse país.FNLA, um partido histórico, que também participou da guerrilha armada contra o governo colonial e depois da independência, ao lado da UNITA, combatia o MPLA, o partido no poder até o acordo de reconciliação que antecedeu as eleições gerais e livres de 1992. Com a reintegração desse partido a atividade política normal na sociedade política angolana; viu esvair-lhe a sua capacidade de mobilização política e organização da coesão interna, tanto que o veterano líder do partido, Holden Roberto, desde a época da guerra colonial, teve que enfrentar internamente a contestação da sua liderança e surgimento de uma grande dissidência no partido, que colocou em causa a sua liderança e impossibilitou, assim, o partido e o Sr.Holden Roberto de ser o interlocutor nacional, com autoridade moral e legitimidade conquistada ao longo da historia política angolana.

AUSÊNCIA DO ESTADO DE DIREITO

Além da ausência dessa terceira força, a velha guarda do MPLA, também não sinalizava nenhum entusiasmo em criar de fato, um verdadeiro Estado de Direito, com suas instituições democráticas, uma administração e um aparelho ou aparato de segurança submetido ao império da lei, e uma gestão responsável dos riquíssimos recursos naturais, no sentido de viabilizar uma fórmula de coabitação governamental, o que atenderia as reivindicações da UNITA, em obter uma quota igual no poder. Como se isso não bastasse havia também, crises políticas nos países fronteiriços de Angola; as guerras internas nos dois Congos (Brazzaville e antigo Zaire) acrescentaram preocupações do governo angolano. Em outubro de 1997,Presidente Eduardo dos Santos decidiu enviar as forças armadas angolanas ao Congo Brazzaville para ajudar o ex-ditador, Denis Sassou-Ngesso na sua rebelião armada contra o então presidente Pascal Lissouba, suspeito de cumplicidade com a UNITA. Essa ingerência angolana resultou na tomada de poder de Brazzaville por rebeldes, sob a liderança Denis Sassou-Ngesso; com esta estratégia dos Santos conseguiu liquidar a retaguarda real ou hipotética das forças de Savimbi.

Teve ainda maiores repercussões, a intervenção das forças armadas de angolanas, no Congo-Kinshasa (antigo Zaire,depois Republica Democrática do Congo), em auxilio dos rebeldes que constituíam a chamada " aliança das forças democráticas para a libertação (AFDL)", de Laurent Kabila, convertendo dessa forma o presidente Eduardo dos Santos, o principal ator de reordenação geopolítica experimentada na África central naquele ano.
Só a Zâmbia ficou fora da estratégia diplomática e militar de Luanda, o Governo de Fredrick Chiluba, que havia acusado o seu homologo angolano de conivência com a tentativa de golpe contra o seu governo em outubro de 1997. Advertiu o dos Santos para não insistir nas incursões punitivas das forças armadas angolanas nas fronteiras dos dois países, com o pretexto de atacar o presumível acampamento dos militares da UNITA. Em janeiro de 2000, a tensão entre os dois paises havia aumentado de proporção em função

de novas acusação a Zâmbia pela impunidade desse país a UNITA, que continuava abastecendo ali de armamento; o que o governo de Lusaka respondeu com deslocamento de mais contingente militar para a fronteira dos dois paises.
Neste estado de beligerância generalizada, onde a única solução continua a ser de força e não diplomática, com suas seqüelas nas zonas não diretamente afetadas pelo conflito militar; na forma de arbitrariedade, pilhagem dos bens da população civil e proliferação do comercio ilegal, o presidente angolano resolveu aumentar ainda mais o seu vasto poder.Em 20 de janeiro de 1999, o parlamento suprimiu o cargo de primeiro-ministro e dez dias depois concedeu plenos poderes ao presidente sobre o governo e agregando ao seu excessivo poder, o ministério da Defesa. O assassinato, em circunstancia ainda não devidamente esclarecida, do Kabila em janeiro de 2001, não alterou a realidade desse conflito superdimensionado, com a exceção do aumento da influencia de Angola sobre Kinshasa, na pessoa de Josep Kabila, filho do falecido,que o substituiu no poder. Eduardo dos Santos, na afã de liquidar definitivamente com a UNITA e o seu líder, doutor Savimbi, assumiu poder gigantesco quer diplomático quer militar sobre toda a região de África central e passou a ser o principal interlocutor e ator político do conflito militar nessa regional.

O LIDER DO GALO NEGRO: 2º PRINCIPAL PROTAGONISTA

Jonas Savimbi (3 de agosto de 1934 a 22 de fevereiro de 2002), pertence a tribo Ovimbundu, a mais numerosa do país e seu pai era chefe da estação da linha ferroviária de Benguela e também pastor protestante evangélico.Quando jovem, diferente da maioria dos meninos angolanos, freqüentou as aulas estudando no Instituto da Cúria de Dondi e no colégio das Irmãs Maristas em Silva Porto, na Província de Bié. Em maio de 1958, partiu para a metrópole obtendo bolsa de estudo para terminar os seus estudos secundários na Escola Passos Manuel em Lisboa. Terminado o ensino secundário, o jovem estudante se interessou pela medicina e matriculou na faculdade de medicina.
Suas atividades nacionalistas na capital portuguesa acarretaram-lhe alguns períodos de detenção por parte da policia política da ditadura salazarista (pide) até fevereiro de 1960 mudou-se para Suíça, para se unir aos outros emancipacionistas que organizavam para desencadear luta armada na colônia africana. Na Suíça decidiu ingressar na faculdade de direito da Universidade de Lausana, onde licenciou (graduou) em Ciências Jurídicas e Politicas, e logo 1965, fez doutorado, um capitulo duvidoso do currículum acadêmico de Savimbi, não foi encontrado certificado comprobatório,apesar de gostar de mencionar o titulo.
Revolucionário de simpatia maoísta, em 1961, pouco depois de uma viagem a Uganda para participar de uma conferencia de estudantes, Savimbi filiou-se no movimento, a União das Populações de Angola (UPA), organização fundada em 1954, com o nome original de União das Populações do norte de Angola (UPNA),por Holden Roberto, a quem havia conhecido na Suíça, e este o nomeou secretario geral da UPA, que depois com sua fusão em 27 de março de 1962 com o Partido Democrático Angolano (PDA), de Emmanuel Kounzika passou a designar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).
Savimbi teve logo depois desentendimento político com Holden Roberto. Terminado o período de enfrentamento público, a ruptura com Roberto atingiu seu ápice no começo de 1966, entre acusações de tribalismo e favorecimento dos baconkos do norte próximo ao Congo e culto de personalidade formuladas por Savimbi. Entrou clandestinamente em Angola, através da fronteira de Zâmbia na localidade de Mungai, na província de Moxico. Ali, tratou logo de por em marcha o seu empreendimento político, criação de uma

organização político-guerrilheira, a união nacional para a libertação total de Angola (UNITA), que promoveu o seu primeiro congresso de fundação em 10 ao 13 de março de 1966. O batismo do grupo no campo militar foi em 25 de dezembro, em um ataque contra a cidade Teixeira Souza (atual Luau) para cortar a linha ferroviária de Benguela. De fato Savimbi estabeleceu o primeiro quartel general da guerrilha no território zambiano;mas desde julho de 1968, por causa da diferencia política com o presidente daquele país,Kennet Kaunda, depois de um ano de exílio em Cairo, acolhido por Nasser, voltou para radical na própria Angol, estendendo sua influencia as regiões de centro e sudeste, onde os ovibundos (sua tribo) são a maioria.
Seu conhecimento de vários idiomas – falava corretamente , além do português, o inglês,francês e um pouco de alemão e demais idiomas locais – e sua experiência a frente a diplomacia do FNLA e o seu perfil ideológico, aparentemente mais moderado que o Neto e Roberto, facilitaram-no na construção de laços e alianças internacionais e assistência militar a UNITA, convertida na terceira força, do triângulo das forças de libertação angolana. Se bem que,a terceira força era justamente o menos determinado no enfrentamento do exército colonial e era mais dependente do seu líder indiscutível. Por outro lado, sua preparação intelectual e o seu dote de orador,qualidade imprescindível ao qualquer pretendente ao tribuno popular, assegurava ao Savimbi, uma adesão enorme dos ovibundos e em geral os camponeses pobres do interior, hostis a elite crioula (negros e mulatos dos grandes centros urbanos) da costa, de onde o MPLA, recrutava o grosso da sua militância. De fato Savimbi, depois com mais afinco ainda adotou a dialética maoísta de campo contra a cidade, assim como um africanismo rudimentar que exaltava a negritude contra a mestiçagem com os brancos ou estrangeiros.
A descolonização só teve lugar, depois da revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal e treze anos em que a descoordenação militar e a rivalidade das guerrilhas permitiu que o exército português mantivesse ainda coeso. Em 14 de julho de 1974, Savimbi assinou o acordo de cessar fogo no Moxico com uma delegação militar enviado pelo Movimento da Forças Armadas que havia assumido o poder em Lisboa. Na primeira quinzena de janeiro de 1975, negociou em Monbasa, Kenia, com Neto,Roberto e Daniel Chipenda, dirigente dissidente do MPLA, formação de governo multipartidário que conduziria o processo de transição ou transferência de soberania. A celebração do protocolo de Alvor, foi em 15 de janeiro de 1975, com o presidente português, Francisco da Costa Gomes, Savimbi garantiu para a UNITA, uma representação paritaria (três ministros cada guerrilha e outros três para governo português), o governo de transição que se constituiu em 31 de janeiro, no momento em que explodiu quase que de imediato os combates entre o MPLA e a FNLA, jogando água fria no clima da festa, de esperança no período de paz e independência tranqüila.

Desconfiados cada um do outro, os grupos guerrilheiros trataram de imediato assegurarem e consolidarem os seus redutos territoriais e patrocinadores: o MPLA, possuía a capital, Luanda e uma ampla franja costeira que incluía os estratégicos portos de Lobito e Benguela e contava com assistência da URSS e Cuba, o FNLA era forte nas regiões de interiores do norte próximos ao Zaire; e tinha o apoio desse país, do Estados Unidos e de África de Sul; finalmente a UNITA, dominava todo o planalto central e a sua extensão ao sul até a fronteira com Namíbia, tendo quartel general na cidade de Huambo, sendo apoiado por China que, naquele momento de rivalidade por hegemonia no comunismo mundial, tinha interesse de acompanhar de perto o movimento estratégico do seu rival (URSS) nessa luta e das outras potências no xadrez político mundial. No inicio dos enfrentamentos (MPLA X FNLA), Savimbi assumiu o esquisito figurino de neutralidade (o que não lhe faz justiça), inclusive, fez gestões para conciliar Agostinho Neto com Holden Roberto. O objetivo era conseguir a operacionalidade do governo de

transição e formação de um exército nacional unificando as forças; essa diligência o aproximou do antigo chefe colonial. Suas boas relações com Costa Gomes (presidente português da época), sua manifesta antipatia ao Neto e suas declarações em favor de um modelo de socialismo, que respeita o pluralismo ideológico, legitimaram o Savimbi, como alternativa para o Estado em crise. Em 1 de agosto do mesmo ano a UNITA declarou fim da hostilidade contra o MPLA e 14 dias depois o governo de transição chega ao fim.
Os 300.000 colonos portugueses e os europeus residentes que não desejavam abandonar Angola apostaram no Savimbi como garantia de manutenção da sociedade multirracial e de laços econômicos com a antiga metrópole, sem prejuízos para as corporações privadas que exploravam os fabulosos recursos naturais do país e sem falar dos enormes recursos ainda virgem em boa parte do país.O caso é que a UNITA, a cinco anos atrás havia estabelecido uma convivência ambígua com, um instável pacto de não agressão, que permitiu o exército colonial se ocupar mais em operações militares contra o MPLA. Contudo, a conflagração angolana se media pelo barômetro da guerra fria,o que se convencionou chamar-se de conflito de baixa intensidade. Savimbi, outrora admirador de Che Guevara, percebeu do interesse dos Estados Unidos e da URSS da rica Angola e o novo cenário da sua estratégica pugna na África Central e Austral; restou-lhe optar por uma retórica revolucionária, assegurando que era anti-comunista e que defendia um governo democrático, pluralista e pró-ocidental.

O afrouxamento do ativismo antisoviético de China em África e a inesperada reconciliação do Neto com Mobutu, em agosto de 1978, foram outras tantas noticias desalentadoras para o Savimbi. Naquele momento só podia contar com auxilio flutuante sulafricano,que em maio de 1978, retomou as suas incursões punitivas nas fronteiras para destruir bases de retaguardas da guerrilha namibiana (SWAPO) organização popular de áfrica do sudeste que era dirigida por ex- presidente da Namíbia, Sam Nujoma. A chegada a Casa Branca do republicano Ronald Reagan, em janeiro d 1981 rompeu com esta inércia. Em dezembro do mesmo ano, Savimbi viajou ao Estados Unidos e foi recebido por secretario de Estado, Alexandre Haig, que lhe anunciou o reconhecimento da UNITA, como uma organização política e alternativa do poder. Começaram a chegar ajudas encobertadas por CIA, ao mesmo tempo em que o governo do Sr. Pieter Botha intensificava suas incursões militares e desestabilizadoras em Angola, com pretexto de combater a SWAPO. Savimbi, graças as generosas ajudas americana reconstruir sua força militar,calculada na época em 60 mil efetivos.. Pragmático e oportunista, o líder rebelde não duvidava em recrutar os mercenários brancos sulafricanos ou antigos oficiais coloniais, com o argumento de livrar Luanda do regime marxista e ditatorial sobrepunha as outras considerações menores e por outro lado afirmava que a sua organização se opunha vigorosamente ao apartheid.O fato da conexão, de alcance nunca suficientemente esclarecido, com o governo racista da Pretoria,dificultou o apoio ao UNITA no continente, principalmente entre os países da África austral, conhecidos como da linha de frente, organizados contra as agressões sulafricanas dos seus respectivos territórios. O reconhecimento do MPLA por China em 1983 não afetou a UNITA. Naquele momento o seu líder seguia a sua trajetória vinculada aos interesses americanas, tanto assim que, conseguiu ser recepcionado na Casa Branca em 30 de janeiro de 1986, por presidente Reagan, que o incluiu na categoria de *freedom fighters,* titulo que serve para definir o combate mundial contra o imperialismo soviético e recebeu na ocasião 15 milhões de dólares em ajuda militar.Naquele momento Savimbi dominava uma extensa área que vai desde centro até ao sul de Angola. Mas a falta de profissionalização dos seus homens e, ausência de uma força aérea, constituíra sempre uma desvantagem frente aos militares governamentais, impedindo a UNITA, que algumas das vezes esteve em situação certa de conquistar Luanda e tomar o poder.

Em 1987 Estados Unidos, receptivo a proposta de desmantelar a guerra fria apresentada por Mikhail Gorbachov, passou a desenvolver esforço diplomático para conseguir um acordo negociado da guerra civil angolana; dando inicio a um processo de paz que incluía também a Namíbia.Em 1988 Angola, África de Sul e Cuba, aceitaram um acordo de Cessar Fogo, em Genebra ao 8 de agosto e de desmobilização dos contingentes militares, em Nova York ao 22 de dezembro, preparando condições para repatriamento das forças expedicionárias cubanas,entre setembro de 1989 e maio de 1991,e a independência de Namíbia por parte do governo sulafricano,em março de 1990.Savimbi se encontrava marginalizado do acordo negociado, mas não teve outra alternativa senão acatar o cronograma estabelecido por Washington e Pretoria.Instados por seus respectivos avalistas externos Savimbi e José dos Santos (sucessor de Agostinho Neto,morto em setembro de 1979) tiveram um primeiro encontro em 22 de julho de 1989,na cidade de Gbadolite (Zaire) sob auspício de Mobutu e presença de grande numero de chefes de Estados africanos, onde assinaram o acordo mencionado.Como revelamos no texto anterior, Savimbi não sustentou por muito tempo os vários acordos assinados (UNAVEM II e III, etc..).

Os enfrentamentos pontuais ganharam intensidade desde julho de 1996, enquanto Savimbi cessava a cooperação com a troika dos países implicados na continuidade do processo de paz (Portugal, Rússia, e EUA, que por sua parte, congelou o ativo financeiro do grupo, embargou a venda de maquinaria para extração mineral e boicotou as importações de diamantes angolanos sem certificados de origem).A falta de recurso abriu crise interna na UNITA, e em 2 de setembro dirigentes de Luanda,Cabinda,Bié, Uige e Benguela, liderados por um desafeto interno de Savimbi, Eugênio N'Golo Manuvakola, declararam Savimbi deposto da liderança do movimento e expressaram suas intenções de colaborarem com o governo central. Mas nada disso abalou a determinação de Savimbi de liderar a batalha final contra o governo. As continuas provocações acabaram com paciência do Eduardo dos Santos, sentindo se apoiado pela comunidade internacional que viam no líder do Galo Negro, a personalização dos obstáculos para a paz em Angola, decidiu destruir de uma vez por toda o inveterado inimigo. Em 1º de setembro de 1998, um dia depois de expirado o prazo outorgado ao Savimbi para satisfazer os compromissos de Lusaka, os representantes de UNITA foram expulsos do GURN (governo de unidade e reconciliação formado em 1997) e da Assembléia Nacional, em 27 de outubro os deputados do MPLA, aprovaram resolução que retirava de Savimbi o "Estatuto Especial" e em 17 de novembro a guerra recomeça com mais intensidade, o governo iniciou uma ofensiva geral contra os rebeldes.

A estratégia de Savimbi neste terceiro ato do mesmo drama bélico consistia em defender e ampliar o controle sobre as minas de diamantes de Lunda e sabotar a produção de petróleo em Cabinda, graças ao qual o governo comprava armas em massa. O líder da Unida aliou-se também com Togo, Burkina Fasso e, sobretudo com a Zâmbia, para burlar o embarco internacional de diamantes. Ao mesmo tempo sustentou uma enorme campanha propagandista sobre suas supostas vitórias militares atingindo o ponto de provocar, uma confusa rebelião secessionista no estratégico corredor de Caprivi.Em dezembro de 1998 o presidente da Namíbia, Sam Nojuma foi auxiliado por dos Santos e Robert Mugabe contra o alastramento da rebelião de Caprivi (caprivi é um estreito namibiano encravado na fronteira de Angola e Zimbábue) em uma operação extensiva as posições de Savimbi em Kuando Kubango.

Quase demonizado no ocidente, isolado no contexto regional e contestado no próprio movimento, Savimbi continuou resistindo os embates do exército angolano, graças as armas acumuladas, não lhe faltando tanques e nem artilharia e possuindo ainda uma força de 40.000 homens.Em outubro de 1999 as forças governamentais depois de tentarem sem sucesso capturar as cidades de Huambo,Kuito e Malange, conseguiram

conquistar da UNITA as cidades de Andulo,Bailundo,Mungo e Jamba. Provavelmente, o último erro do mitológico chefe guerrilheiro foi rechaçar, em 30 de novembro de 2000, uma anistia geral a ele e aos seus homens. Ao mesmo tempo que, exigia negociação direto com dos Santos, aumentava seus ataques contras cidades, sabotando as linhas de comunicações e instalações econômicas.A resposta do presidente angolano foi dada, em 21 de agosto de 2001, qualificando o de "terrorista e criminoso de guerra", suscetível de ser julgado e condenado por tribunal internacional; como o tribunal criado pela ONU para perseguir os criminosos contra a humanidade em Yugoslavia e Rwanda.
Paralelamente as dissidências e deserções que minavam a capacidade combativa de UNITA, o exercito lançou a ofensiva de caça ao líder do Galo Negro.O cerco ao Savimbi se estreitou no inicio de 2002, e na noite de 22 de fevereiro, o governo comunicou através dos meios de comunicações a morte de Savimbi, no confronto com uma patrulha das forças governamentais no norte de Moxico. Para dissipar as possíveis dúvidas, no dia seguinte, o corpo do falecido foi exibido na televisão pública angolana,diretamente da cidade de Lucusse, a 700 km de Luanda.
Em 16 de março as partes expressaram em Moxico suas determinações em pôr fim a guerra civil e em 4 de abril os respectivos chefes militares (pela UNITA, general Abreu Muengo Ukwachitembo, aliás Kamoteiro) assinaram em Luanda o cessar das hostilidades (Fonte: Cidob.27/03/2002.Barcelona).

CONCLUSÃO

Como podemos perceber Angola, não teve uma paz política duradoura desde a sua independência. Só a partir do março de 2002, com desmantelamento da Unita, enquanto guerrilha, Angola começa a vislumbrar as algumas possibilidades de implementação de mecanismos políticos que assegurem estabilidade política.
Todavia, em Angola se vive ainda hoje, sob uma paz política tutelada. O aparato militar e segurança do Estado, que saiu da guerra civil, não foi desmantelado e adaptado ao um Estado de Direito, pelo contrário foi aperfeiçoado e seus tentáculos ampliados. Os poderes concentrados na pessoa do Presidente José dos Santos, ainda estão intatos, senão ampliados. As outras instituições públicas e poderes constituídos em Angola, exercem funções homologatórias, poder de fato e operacional esta concentrado na Presidência da Republica. Tanto que o cargo do 1º ministro, é figurativo, pode ser abolido a qualquer tempo, desde que o Presidente assim queira. Mesmo durante a guerra civil, o cargo de chefe de Estado Maior das forças armadas era praticamente rotativa, para evitar que um general possa vir a ser um herói nacional, depois de uma grande vitória contra os militares da Unita.
A obediência e docilidade da nomenclatura do MPLA, das FAA, dos ministros e dos empresários são fartamente compensados por concessões, empréstimos subsidiados, vantagens pecuniárias, benefícios, cargos públicos e outros, por meios dos recursos extraídos da venda de diamantes, petróleo e outros. Os desobedientes são inibidos pela cultura do medo, da ameaça ostensiva e de perseguições políticas vigentes ainda. Essas observações são respaldadas pelas pesquisas de campo realizadas em 2004, pelos pesquisadores do CEA/ISCTE de Lisboa, que participaram no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro[1], Coimbra ,Portugal.
Talvez o cenário político mude até 2006, quando esta previsto a 2ª eleição geral e pluripartidária. A pergunta continua a ser, se o MPLA e o seu Presidente perderem a eleição, entregarão a presidência com tudo que representa em opositires? Acompanharemos.

[1] Os pesquisadores do CEA,são: Franz-Wilhelm Heimer;Elisete M. da Silva; Nelson Pestana e Gabriel M. Ribeiro.

Duelo: Representações das diferenças regionais a partir de um conto de João Guimarães Rosa

Marcelo Abreu
LABHOI/UFF

Duelo[1] é a estória de duas vinganças: a de Turíbio Todo contra Cassiano Gomes e de Cassiano Gomes contra Turíbio Todo. O primeiro, traído, intenta e tenta matar o último. Mata o irmão de Cassiano, e esse passo em falso no percurso imaginado por Turíbio coloca Cassiano Gomes em seu encalço. Os dois se embrenham sertão a fora, meses a fio se perseguem sem encontro e resultado. Resulta, no entanto, que o sertão os refaz por dentro. A astúcia dos dois personagens cresce e nenhuma vingança acontece. Não nesse primeiro ato, pois Turíbio atravessa um último rio. Encontra "baianos são-pauleiros" e segue com eles para as lavouras de São Paulo. Cassiano morre de morte morrida no arraial do Mosquito, longe. Avisado, Turíbio volta. Quando volta já é outro. A vingança, porém, o espera porque mora nos intentos e fidelidade de um capiauzinho mofino, Timpim Vinte-e-Um, compadre de Cassiano Gomes no Mosquito. A morte de Turíbio Todo, entretanto, já começava antes.

Turíbio era seleiro por profissão, mas *"com a estrada de ferro, e, mais tarde, o advento das duas estradas de automóvel, rarearam as encomendas de arreios e cangalhas, e Turíbio Todo caiu por força na vadiação"* [2]. Uma vadiação de Turíbio era pescar – foi. E daí sucedeu que mal sucedida pescaria fez ele voltar antes do previsto para casa, sem aviso. Surpreendeu, ao ouvir vozes dentro de casa que o convidaram a espiar pela fisga da porta, sua mulher dona Silivana e Cassiano Gomes *"em pleno adultério, no mais doce, dado e descuidoso dos idílios fraudulentos"*[3]. Sem alaridos chegou, mais insuspeitado saiu. Turíbio nada fez porque Cassiano Gomes era *"ex-aspençada do 1º. pelotão da 2ª. companhia do 5º. Batalhão de Infantaria da Força Pública, onde as gentes aprendiam a manejar, por música, o Zb tchecoslovaco e até as metralhadoras pesadas Hotchkiss; e era, portanto, muito homem para lhe acertar um balaço na testa"*[4]. Turíbio pressente o perigo nos modernos saberes do outro e vai *"cozinhar o seu ódio branco em panela de água fria"*[5]. Daí

por diante é o que já se sabe: as duas vinganças, a andança pelo sertão, a passagem do último rio, o São Paulo, a volta para o sertão, a vingança consumada e a morte.

Duelo pode ser a história de uma mudança: a redefinição do espaço nacional provocada pelo processo de modernização capitalista que refazia e abria fronteiras, deslocava gentes de um canto a outro e mudava as visões de mundo em um ritmo que se pretendia tão rápido quanto o trem de ferro[6]. Nessa trama de tempos e mudanças, destinos individuais e coletivos se alteravam tomados pelo movimento e outro olhar sobre o regional se inventou a partir da literatura[7]. *Duelo* pode ser a alegoria de espaços que se conjugavam e diferenciavam: o sertão e "o São Paulo". É a trama das representações dessas regiões imaginadas[8] que este artigo tateia.

Guimarães Rosa é um dos escritores em que se afina a consciência de que a linguagem literária institui um mundo imaginário[9]. Entre as décadas de 1930 e 1940, nas obras que promoveram a invenção do que Antonio Candido chamou de regionalismo problemático[10] prevalecia um estilo documentário que procurava representar o real. O super-regionalismo[11] de Guimarães Rosa transcende o documentário. A partir dos modelos reais, consciente ou inconscientemente propostos, e do estudo e incorporação da linguagem sertaneja, institui um mundo e um homem diferentes[12]. A invenção imaginária do espaço em que se desenrola a narrativa é um dos aspectos desta instituição imaginária do mundo e do homem na literatura de Guimarães Rosa.

O sertão imaginário, que se anuncia claro na invenção toponímica característica de *Grande Sertão: veredas*[13], também se realiza em *Sagarana*, particularmente em *Duelo*. Diferente dos outros contos, em que as andanças se fazem entre dois pontos fixos, como por exemplo em o *Burrinho Pedrês,* em *Duelo* o espaço se cria a partir da deambulação dos dois personagens pelo sertão da Transmantiqueira de belos montes, rios vales e de boa gente: *"Mas, homens são os homens; e a paciência serve para vãos andares, em meados de maio ou final de agosto. Garruchas há que sozinhas disparam. E é muito fácil arranjar-se uma cruz para as sepulturas de beira de estrada, porque a bananeira-do-campo tem os*

galhos horizontais, em ângulos retos com o tronco, simétricos, se continuando dos lados, e é só ir cortando, todos, com exclusão de dois"[14]. É como se a natureza colaborasse no intento dos homens, tanto na vida quanto na morte.

Enquanto Turíbio Todo e Cassiano Gomes se perseguem, os limites do sertão se definem na passagem por grotões, lugarejos, estradas, caminhos, travessia de rios. Os dois personagens vão urdindo suas vinganças na astúcia de caminhos elípticos, espiralados e retos que se cruzam em tempos diferentes, *"traçando por todos os lados linhas apressadas, num raio de dez léguas, na mesopotâmia que vai do Rio das Velhas [...] até ao Paraopeba"*[15]. Nesse momento da narrativa, que se inicia com a dupla perseguição e fuga, esse espaço de brenhas, curvas, espirais é a metáfora de um tempo que foge a qualquer relógio. É um tempo que se pressente nos mutuns que cantavam às horas dos galos, no rio Paraopeba que *"era um longo tom, lamentoso"*, no *"frio de se sentar em costas de homens"* que caía das estrelas, no *"cheiro das folhagens molhadas"*, nos passarinhos que anunciam a madrugada até a barra do dia vir quebrando[16]. O tempo humano nesse espaço imaginado esta conforme a natureza; e os rios, vários, são sua metáfora e dividem a geografia simbólica do sertão em dois lados[17]: na mesopotâmia entre o Rio das Velhas e o Paraopeba, é o sabido na palma da mão; além do Paraopeba, rio fundo que nunca dá vau, é o que não se sabe.

É justamente a travessia do Paraopeba por Turíbio Todo que marca o ponto da narrativa em que a perseguição se suspende, adiando a vingança. Á margem do rio, as trajetórias dos personagens convergem, quase se encontram, quase decidem o duelo. Turíbio Todo atravessa o segundo rio grande em sua fuga conduzido por Chico Barqueiro. O balseiro, sabedor da perseguição e fuga pela boca de Cassiano Gomes, não perde oportunidade de zombar da covardia de Turíbio dizendo: *"O senhor é o sujeito meio ordinário,sem sustância e sem caráter! Se fosse homem, voltava"*[18]. Com esse desaforo, Turíbio atravessa o tempo fundo do Paraopeba e vai entrando em lugares que desconhecia. Turíbio Todo vai subindo, direção do sul, e gostava de *"ficar livre de tantas canseiras"* ao

olhar de outras terras, plantas, bichos, gente: *"Subiu até onde as cercas de arame farpado cediam lugar a tapumes de pau-a-pique [...]. Subiu mais. Agora avistava amuramentos de pedras pretas, trabalho dos negros cativos. As pequenas fazendas não tinham mais varandas [...]. E o povo comia feijão preto, em vez de feijão mulatinho. E era gente boa, mas ainda mais desconfiada do que a sua. E, então, ele viu que tinha entornado outra cabaça de léguas, e que havia espichado mais mundo para trás"*[19]. Turíbio percebe que estava no *"começo da zona a que chamam Oeste de Minas"*. Um outro rio aparece em seu caminho e a mudança se anuncia como convite:

> *"- Que rio é este, tão bonito, moço?*
>
> *- É o Pará... Pois então?!... Mas, vam`passar p`ra o outro lado, que aqui ta braba a maleita!...*
>
> *- Ah, isso não! Passar, não posso, que já atravessei dois e mais não quero, porque quem passa três rios grandes esquece o seu bem-querer...Mas, qual é o comércio mais forte daqui por perto?*
>
> *- É Sant`Ana-do-João-Acima...*
>
> *- Vou lá, p`ra ver se mando uma cartinha p`r`a mulher!*
>
> *Depois, uma turma de sujeitos alegres o interpelou. Iam para o sul, para as lavouras de café. Baianos são-pauleiros. E um deles:*
>
> *- Eh, mano velho! Baâmo pro São Paulo, tchente!... Ganhá munto denheêro... Tchente! Lá tchove denhêro no tchão...*
>
> *Sentiu saudades da mulher. Mas era só por uns tempos. Mandava buscá-la, depois. Foi também."*[20]

Aqui a narrativa se interrompe, não se relata a andança de Turíbio Todo até São Paulo, e Guimarães Rosa conta o tempo que Cassiano passa entre seu descanso na Vista Alegre, onde sabe através de dona Silivana que Turíbio partira para *"o São Paulo"*, e sua morte natural, do coração, no arraial do Mosquito. Nesse lugarejo, Cassiano torna-se, na hora da morte, compadre por afinidade de Timpim Vinte-e-Um porque deu dinheiro ao

capiau para que trouxesse o médico que salvaria a vida de seu filho mais novo. A morte de Cassiano dá lugar a novo corte narrativo, passando a breve volta de Turíbio Todo.

Na primeira parte, a da perseguição e fuga, e na segunda, o tempo de Cassiano Gomes no arraial do Mosquito, as imagens da região são substantivas: o sertão de Minas é um espaço repleto de árvores, bichos, relevos e tempos marcados pela comunhão do homem com o mundo natural. É também o lugar em que a honra e a fidelidade aos juramentos não se negociam, ainda que o dinheiro sirva de instrumento para a criação de laços de compadrio como o que ligava Cassiano Gomes a Timpim Vinte-e-Um. E é mais a covardia que o dinheiro chovendo no chão que levam Turíbio Todo a ir para o Guaxupé. Na terceira e última parte do conto, a imagem de São Paulo é alusiva e se revela na transformação que a vivência nas lavouras de café operou no personagem que conduz a narrativa. Sem querer investir em uma atitude disjuntiva frente à invenção de Guimarães Rosa[21], parece-me que, consciente ou inconscientemente, o autor cria uma imagem de São Paulo calcada na ausência. E, portanto, a imagem alusiva que surge de São Paulo parece oposta à imagem do sertão de Minas Gerais.

Essa suposta oposição se revela inicialmente no encontro de Turíbio com os *"baianos são-pauleiros"* e depois, com mais força, no encontro entre Turíbio Todo e Timpim Vinte-e-Um, o momento em que a fina ironia tece o drama. A conversão de Turíbio se apresenta nas primeiras linhas. No início do conto, sua descrição física acentua a existência de um papo, provocado pela doença de Chagas. Chamado de papudo por todos, envergonhado, amofina-se, recolhido na profissão de seleiro que o permitia trabalhar em casa. Quando recebe a carta da mulher pedindo seu regresso, já é outro. É mesmo mais confiante em seus dotes físicos: *"Ele tinha ganho já bons cobres, e a carta da mulher acabou de o convencer: comprou mala, comprou presentes, pos um lenço verde no pescoço, para disfarçar o papo; calçou botas vermelhas, de lustre; e veio. [...] Saltou do trem também com uma piteira, um relógio de pulseira, boas roupas e uma nova concepção do universo"*[22]. Volta a bordo do trem-de-ferro, o mesmo que lhe tirara o sustento, que lhe fizera

"cair por força na vadiação" e na pescaria mal sucedida e fatal. Com a pressa da saudade, contando horas no relógio de pulso, toma um animal emprestado e segue para a Vista Alegre.

Na estrada, Timpim Vinte-e-Um alcança Turíbio e este puxa conversa com o capiau *"com um sorrisinho cheio de cacos de dentes"* que fazia graça ao olhar diferente de Turíbio. A apresentação do aspecto físico, vestes, qualidade da montaria de Vinte-e-Um, compõe a imagem do capiau tão difundida em parte da literatura regionalista produzida nas décadas anteriores e, sobretudo, através da imagem do Jeca Tatu de Monteiro Lobato[23]: *"Turíbio não lhe tirava os olhos de cima, achando-lhe uma graça imensa, na cara, no todo, na cavalgadura, na grenha piolhífera e no balandrau. Mas simpatizava com o tipo. E ofereceu-lhe o maço de cigarros"*[24]. Vinte-e-Um recusa dizendo: *"Eu pito é destes nossos, dos de palha... A gente está acostumado com grossaria só..."*[25]. No diálogo dos dois, também é marcada a diferença entre Turíbio e Vinte-e-Um: enquanto na voz do primeiro as expressões características da linguagem sertaneja desapareceram, na do segundo elas ressoam. Vinte-e-Um pergunta:

> *" – Ainda que mal pergunte, o senhor será mesmo o seu Turíbio Todo, seleiro lá na vista alegre, que está chegando das estranjas?...*
>
> *- Sou sim. Vim do São Paulo... Como é que você está sabendo? Cheguei hoje...*
>
> *- Me contaram, lá no comércio...*
>
> *Turíbio riu. Cada vez gostava mais do caipirinha.*
>
> *- Por que é que uns como você não vão também trabalhar lá? Podiam ganhar dinheiro, aprender a viver. Isto, por aqui, não é vida, é uma miséria-magra... Se você quiser ir, eu explico tudo direito, te ajudo com dinheiro, até.*
>
> *- Qual!... A gente nasceu aqui, vai ficando por aqui mesmo..."*[26]

Seguem caminho e param a beira de um córrego onde os dois cavalos bebem. Voltando a andar, atravessado o tempo raso do riacho, Turíbio retoma a conversa dizendo-se alegre por que mataria a saudade da mulher que não via há muito tempo. Fala da

intenção de voltar para São Paulo com dona Silivana para gozar a vida. Vinte-e-Um secunda afirmando que não vale ficar alegre: *"A gente vive sofrendo... Todo mundo é só padecer... Não vale a pena!... E depois a gente tem de morrer mesmo um dia..."*[27]. Ao que Turíbio Todo responde: *"Sabe? Você precisa é de tratar da saúde, para não ficar com essas idéias"*[28]. Seguem o caminho até que a estrada entre *"num mato fechado, onde tudo era silêncio e sombra"*[29].

Nesse ponto, Timpim Vinte-e-Um anuncia com voz firme e propositada: *"Seu Turíbio! Se apeie e reza que agora eu vou lhe matar!"*[30], segurando na mão direita uma velha garrucha de dois canos. Turíbio contesta, e cresce nele novamente o sertanejo: *"Deixe de unha, cachorro, que eu te retalho na taca!..."*[31]. Vinte-e-Um, reivindicando a lógica reinante nas brenhas diz que não adianta, que pede perdão a Deus, *"mas não tem outro jeito, porque eu prometi ao meu compadre Cassiano, lá no mosquito, na horinha mesma dele fechar os olhos"*[32]. Turíbio reivindica a lógica reinante no lugar onde chove dinheiro no chão e faz a proposta, tremendo: *"Ah, quanto é que ele te pagou? Eu posso dar em dobro, te dou tudo que eu tiver!..."*[33]. Vinte-e-Um fala mais uma vez da promessa feita como retribuição ao fato de Cassiano ter salvado a vida de seu filho. Aí Turíbio apela para o seu universo – de Vinte-e-Um e dele ainda - dizendo: *"Pelo amor da Virgem Santíssima! Pelo amor do teu filho! Não faz isso! Deus castiga!... Não me mata..."*[34]. Reencontrados, Vinte-e-Um insiste para que Turíbio reze. O antigo seleiro da Vista Alegre começa rezar aos soluços, mas recusa-se a morrer como um carneiro e tenta um último golpe de coragem: *"Curvou de banda e puxou o revolver, e foi um golpe de rédeas e outro de esporas, fazendo o cavalo se empinar. [...] Mas a garrucha não negou fogo"*[35].

No confronto definitivo, a imagem alusiva de São Paulo como região da modernidade capitalista, espaço de objetivação de *"outra concepção do universo"*, se mistura à imagem substantiva do sertão, espaço em que honra e fidelidade não se negociam e se fundamentam no sagrado. A estória inventa uma alegoria da história do processo de modernização promovido pelo capitalismo em expansão naquele contexto a partir de um

lugar: a região de São Paulo. Cria-se uma alegoria dos processos vividos a partir da linguagem literária que torna mais complexa a representação que a história e as ciências sociais puderam criar posteriormente aos fatos baseadas no antagonismo entre moderno e tradicional. A trajetória de Turíbio Todo entre dois espaços identificados a duas "concepções do universo" aparentemente antagônicas e seu ponto final revela a síntese de duas visões de mundo.

---

[1] v., ROSA, João Guimarães. Sagarana. – 14ª ed. – Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. p. 141-172.
[2] cf., ROSA, João Guimarães. o*p. cit.* p. 142.
[3] Cf.,ROSA, João Guimarães. o*p. cit.* p. 143.
[4]Idem.
[5]Idem.
[6] v.,OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião; SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964; VELHO, Otávio. Capitalismo autoritário e campesinato. Rio de Janeiro, Difel, 1979.
[7] cf., CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: A educação pela noite e outros ensaios. – 2ª ed. - São Paulo, Ática, 1989. p. 159-161.
[8] Sobre a noção de lugar imaginado e sobre o espaço como lugar que se pratica, consulte-se respectivamente: GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto. (org.) O espaço da diferença. Campinas, Papirus, 2000.p. 30-47; e CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano; artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994. Cap. IX. p. 199-217.
[9] cf., CÂNDIDO, Antônio. *op.cit.* p. 206.
[10] v. CANDIDO, Antonio. *op. cit.* p. 159.
[11] v., CANDIDO, Antonio. *Op.cit.* p. 161.
[12] cf., CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: Tese e antítese. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978. p. 122.
[13] v. CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. *op.cit.* p. 124.
[14] cf., ROSA, João Guimarães. *op.cit.* p. 144.
[15] cf., ROSA, João Guimarães. *op.cit.* p. 148.
[16] cf., ROSA, João Guimarães. *op.cit.* p. 152.
[17] Sobre a noção de geografia simbólica do sertão v., CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. *op.cit*. p. 124
[18] cf., ROSA, João Guimarães. *op.cit.* p. 155.
[19] cf., ROSA, João Guimarães. *op.cit.* p. 158.
[20] Cf., ROSA, João Guimarães. *op.cit*. p. 159.
[21] cf., CANDIDO, Antonio. A educação pela noite e outros ensaios. *op.cit.* p. 206-207
[22] cf., ROSA, João Guimarães. *op.cit*. p. 165-166.
[23] v., FERREIRA, Antonio Celso. A epopéia bandeirante; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, Ed.UNESP, 2002; v. CAMPOS, A. L. V.. Terra, trabalho e progresso na obra de Monteiro Lobato. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 65-72, 1986.
[24] Cf., ROSA, João Guimarães. op.cit. p. 167.
[25] Cf., ROSA, João Guimarães. op.cit. p. 168.
[26] Idem.
[27] Cf., ROSA, João Guimarães. op.cit. p. 170.
[28] Idem.
[29] Ibidem.
[30] Idem.
[31] Cf., ROSA, João Guimarães. op.cit. p. 171.
[32] Idem.
[33] Ibidem.
[34] Idem.
[35] Ibidem.

A centralidade da periferia: a dinâmica da história no espaço de Perus-SP

Marcelo Antonio Chaves* - PPG-UNICAMP

Através da exposição de resultados de pesquisa baseada em informações extraídas de fichas de trabalhadores, este artigo propõe uma breve reflexão sobre dois aspectos metodológicos: o potencial de fontes "áridas" como *fichas de registros de trabalhadores*, bem como as possibilidades de leitura da história através da história local.

A fábrica como espaço de produção e produtor do espaço

Perus é um bairro paulistano que, articulado com a região de Caieiras e Água Fria (hoje Cajamar), formava, no primeiro quartel do século XX, uma micro-região que alimentava de cal o voraz crescimento urbano não só da cidade de São Paulo, mas, provavelmente, de todo o Estado de São Paulo.

Em 1926 é inaugurada a primeira grande fábrica de cimento do país, que, na verdade, representava a primeira peça da indústria de base brasileira. O cimento e o concreto – "pedra artificial" - são, nessa época, produtos recém-inventados e generalizados comercialmente, que provocaram um revolucionamento na construção civil (substituem com vantagens o ferro, a madeira, a pedra, o barro e outros aglomerantes) e modificaram, definitivamente, as paisagens urbanas.

Esse complexo caieiro e cimenteiro é dinamizado por aquela que é citada como a primeira ferrovia industrial do país: a Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora. Quando aqui instalada, a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, então majoritariamente composta por capital privado canadense, representava o que havia de mais moderno em termos de tecnologia de produção. Um processo automático composto por máquinas e esteiras rolantes (o produto não

* Doutorando em História Social do Trabalho, na UNICAMP, Campinas-SP

recebia interferência direta da mão humana) combinava-se com os trabalhos artesanais das oficinas e com o "bruto" trabalho essencialmente manual no processo de extração mineral nas pedreiras.

Todo esse complexo econômico produtor de uma mercadoria vital para o estupendo crescimento urbano de São Paulo, circunscrevia-se em um espaço relativamente isolado dos centros urbanos, o que dotava esse lugar com características próprias que produzia uma dinâmica social peculiar. A relação dos viventes desse lugar com o "resto do mundo" ocorria quase que exclusivamente através de uma esparsa comunicação pela via férrea – a São Paulo Raylwai, que ligava Santos a Jundiaí.

O complexo que envolvia a fábrica de cimento (fabricação, extração, ferrovia, vilas operárias, etc.) era o principal espaço de produção, mas também o principal elemento produtor do espaço na região de Perus.

Manancial extraído de "áridas" fontes

Em fevereiro deste ano defendi a minha dissertação de mestrado que tem como objeto central a fábrica de cimento e as suas primeiras gerações de trabalhadores[1]. O núcleo central desse trabalho foi baseado na exposição e cruzamento de dados fornecidos por 1.500 fichas de registro patronal dos trabalhadores, entre os anos de 1925 e 1945. Essas fontes aparentemente "áridas", com descrições sucintas (nome, idade, origem, função, etc.), permitiram a organização de informações objetivas que são preciosas para a composição da história da fábrica e do espaço no qual ela se insere.

Esses dados foram agrupados em cerca de 50 tabelas que fornecem as mais diversas informações sobre a composição da força de trabalho da fábrica de cimento

[1] CHAVES, Marcelo Antonio. *Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925-1945*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2005.

e suas pedreiras: faixas etárias, estado civil, percentual de estrangeiros, relação entre força de trabalho nacional e estrangeira, negros e brancos, grau de instrução, grau de qualificação profissional, estabilidade no emprego, diversidade salarial, origens, acidentes de trabalho, etc. Os múltiplos cruzamentos realizados com esses dados revelaram um panorama tal, que, quando relativizados diante de dados provenientes de escalas maiores (da cidade de São Paulo e do âmbito federal) foi possível perceber a íntima relação entre a história produzida no âmbito local com a história de São Paulo e Nacional.

Com os dados extraídos das fichas cheguei a um quadro de imigração feito a partir da data de chegada do trabalhador ao Brasil. Esse procedimento revelou uma estreita semelhança com o quadro de imigração das diversas nacionalidades européias ao estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX.

No caso da fábrica, que iniciou a arregimentação operária desde 1925, entre os estrangeiros, aparece a predominância dos trabalhadores portugueses, uma parcela pouco expressiva de italianos, uma notável presença de operários da região que hoje denominamos de “leste europeu” (Romênia, Iugoslávia, Hungria, etc.) e, o majoritário e crescente contingente de força de trabalho nacional. Entre este último grupo, destacam-se os trabalhadores negros e “mulatos”, que perfazem um total de 17,7% dos trabalhadores admitidos entre 1925 e 1945.

O caso do complexo cimenteiro em Perus flagra, portanto, o momento em que a força de trabalho nacional passa a ser requerida pela burguesia paulista que já encontrava maiores dificuldades de manter a importação de trabalhadores estrangeiros.

Entretanto, a força de trabalho nacional tornou-se opção viável devido às maiores oportunidades de trabalho que se expandiam em São Paulo, mas também porque esse fator combinava-se com a desestruturação absoluta e relativa de outras

regiões do país[2]. No caso da Cimento Perus, no primeiro momento, o contingente absorvido pela fábrica e pedreiras é formado pelos trabalhadores de várias regiões do estado de São Paulo e, entre eles, uma parcela significativa de negros. De fato, a historiografia aponta a década de 1920 como o período em que os negros passam a ser admitidos em grandes contingentes nas fábricas paulistas[3].

Dados isolados como "cor da pele", função, tempo de permanência na empresa, local de trabalho e salário, por exemplo, cruzados entre si, fornecem um painel amplificado de variáveis, constituindo-se em informações interessantes e surpreendentes. Na minha pesquisa pude constatar, entre outras coisas, aspectos curiosos na relação entre trabalhadores estrangeiros e nacionais e, neste último grupo, entre trabalhadores brancos e negros. Não obstante haver detectado a ocorrência de favorecimento de uns grupos em detrimento de outros, conclui que as desproporções aparecem mais como reflexo na empresa de um processo histórico mais amplo, do que, por exemplo, uma política específica discriminatória na Companhia de cimento.

Com o levantamento e cruzamento diversificado dos dados sobre salários praticados na fábrica/pedreiras, cheguei a uma importante informação que pôde ser confrontada com o salário mínimo lançado no final da década de 1930. Além de revelar um aspecto fundamental para mensurar alguns condicionantes importantes no que diz respeito à reprodução da vida naquele espaço, pudemos problematizar alguns limites da instituição do salário-mínimo, considerado um dos mais importantes legados do Governo Vargas. Como são raras as informações empíricas seguras e divulgadas sobre salários nesse período, estudos de caso dessa natureza apresentam-se como relevantes contribuições para se checar mais de perto o impacto de medidas governamentais com tal alcance.

---

[2] Sobre esse aspecto ver Wilson CANO, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. S. Paulo: Hucitec, 1990.
[3] Verificar o livro de George Reid ANDREWS *Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988),* Bauru: Edusc, 1991.

Os dados cruzados sobre acidentes de trabalho, revelando índices exorbitantes de ocorrências lesivas entre os trabalhadores, fornecem informações empíricas diversificadas que poderão sustentar análises de fenômenos como esse que, aliás, é muito pouco abordado pela historiografia que trata das condições de trabalho e de vida dos operários.

> Se tomarmos apenas as fichas de 1936 a 1947 e dividirmos a quantidade de acidentes pelo número de operários contratados, isso daria uma incrível média 73% de operários acidentados[4].

A minha pesquisa demonstra a proficuidade desse tipo de fonte primária, aparentemente limitada, que traz informações muito objetivas e "frias", mas que, se bem aproveitada, fornece um manancial de informações preciosas, capazes de alimentar análises as mais diversas.

O local e a história

Estudar o "mundo" de Perus e região, à essa época, condiciona a escrita no que se convenciona chamar de "história local", que, aliás, muitas vezes se confunde com a história daquilo que é marginal ou pitoresco, ou ainda como o local privilegiado para estudos do "cotidiano".

Não obstante a importância econômica da região e seus acontecimentos pioneiros, o isolamento geográfico relegou Perus a uma região pouco importante para o estudo, tendo em vista ser ela fracamente povoada e distante do efervescente centro político (e operário) paulistano.

Perus não é apenas um *"local"* distante e pertencente à capital paulista. É também um *"bairro",* com aquelas características descritas pelo olhar antropológico de Pierre Mayol[5]:

---

[4]CHAVES, Marcelo. *Da periferia...,* p. 186.
[5] DE CERTEAU, Michel. GIRAD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*, vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 42.

> Pelo fato do seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo).

Esse traço de *privatização* a que o autor se refere está ligado à condição de usuário do cidadão, pois é o bairro o *reduto do indivíduo*, onde o *espaço* se revela sob o aspecto de *lugar*. Entretanto, em Perus essa privatização tem sentido mais forte e diverso do descrito por Mayol. O espaço produzido ali, a partir da dinâmica do capital, aproxima-se também do caso estudado por José Sérgio Leite Lopes[6], onde o espaço privado fabril capitalista penetra até no "reduto do indivíduo", em sua moradia, nas vilas operárias:

> ... a forma de disseminação da fábrica-vila operária tem por característica o controle direto da força de trabalho não somente na produção, mas também em outras esferas da vida dos trabalhadores fora da fábrica, através principalmente da moradia (...) Essa abrangência se manifesta não somente pelo fato da Companhia dar acesso ao trabalho e à casa simultaneamente, assim como o acesso a um trabalho complementar (...) e ainda mais por administrar a circulação de bens de primeira necessidade dos trabalhadores.

Essas características descritas por Lopes se enquadram nos moldes de controle da fábrica de cimento em Perus, ainda que o caso desta não assuma as proporções da pernambucana *Companhia Paulista*.

Além da característica de lugar e de bairro, Perus é também um *subúrbio* (afastado) de São Paulo. Isso quer dizer que as feições urbanas do lugar são partilhadas, de forma contraditória, com as características de ambiente rural. Por exemplo: os ritmos e noções de temporalidade tipicamente fabril-capitalista (horários regulares, ritmo intenso de trabalho, etc) se cruzam conflituosamente com uma paisagem mais "lenta" que acompanha o ritmo da natureza, do subir a montanha, acompanhar o rio, etc.

---

[6] LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero/Editora UNB, 1988, p. 38.

Para José de Souza Martins a história do subúrbio é uma *história circunstancial*.

> O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância – quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a História. É nesse sentido, que a escala de tempo da história local não é a mesma escala dos grandes processos históricos. Por isso mesmo, os agentes e personagens da história local não podem captar imediatamente o significado histórico de suas ações, de seu trabalho e, até, de suas lutas[7].

No entanto, a minha pesquisa mostra uma outra dimensão do uso da escrita da história local, onde o espaço aparece com as marcas de subjetividades compartilhadas por indivíduos no ambiente (intersubjetividade) – o *espaço* como *lugar* - mas também onde o espaço aparece na sua dimensão material e que reproduz a totalidade social. Dito de outro modo, a história de Perus e região é história local porque singular, dotada de dinâmica e características particulares, mas é também história paulista e nacional, quando revela o movimento de internalização da dinâmica mais geral da história, no caso, determinada pelo movimento do capital que, já àquela época, atua no plano mundial.

A minha pesquisa demonstra com clareza, por exemplo, como os professores daquela região podem se utilizar de toda a potencialidade oferecida pela história de um *lugar* permeado de memórias que envolvem os seus alunos – que aparece com força sob a imaterialidade da tradição oral, ou materializada em vários monumentos abandonados ou esquecidos – para, justamente, orientar o estudo da história de São Paulo e do País.

Mas, lembra-nos bem José de Souza Martins:

> A história local não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história local não é e não pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos

[7] José de Souza MARTINS, *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha*. Hucitec, Prefeitura de S. C. do Sul, 1992, p. 13.

> mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos[8].

Tudo isso faz de Perus (e região) um lugar singular, de uma história ímpar, produtora de acontecimentos únicos, mas que se repetem e se tornam plurais no conjunto da história de São Paulo. Fenômenos singulares que, transformados em números, apresentam regularidades capazes de produzir generalizações. O que torna a história de Perus também história de São Paulo e do País.

Conclusão

A minha pesquisa, não obstante observar o espaço a partir da redução de escala, não se enquadra no que se convenciona chamar de "micro-história", pois o meu trabalho não se preocupa com uma descrição tão "densa" como fazem os "micro-historiadores".

Do ponto de vista metodológico, se sobressai no meu trabalho a interpenetração do local e do geral, a relação dialética entre o todo e a parte. Trata-se de uma história de uma região a partir de sua periferia, contrariando a maior parte dos estudos, onde a história da cidade de São Paulo se faz (e assim é escrita) do centro para a periferia.

O meu trabalho não dissocia de forma mecânica a economia, a política, a cultura e a subjetividade. Esses aspectos se interpenetram e se alternam como fatores determinantes de acontecimentos e fenômenos. Assim como os homens são passíveis de coisificação, também as coisas, muitas vezes, aparentam-se sob a condição de *sujeitos* a determinar comportamentos humanos. Nesse sentido, entendo que os historiadores "economicistas" precisam enxergar para além do fluxo das coisas (mercadorias), e, por outro lado, os historiadores sociais precisam enxergar as "gentes" (relações sociais) que se escondem nas coisas e seus fluxos.

---

8 MARTINS, José de Souza. *Op. Cit., p. 12.*

Visualidade, fronteira e territorialização na construção da moderna. nação brasileira: a experiência da Guerra de Canudos (1893-1897)

Marcelo Carlos Gantos[1] - UENF

Introdução

A fabricação e uso de um conjunto de representações iconográficas (coleção), organiza a experiência social e é constitutiva de certas práticas institucionais. Algumas se manifestam na apropriação de conceitos por parte de sujeitos ou grupos sociais para nomear aspectos do mundo e imagens que condensam num mesmo termo diferentes visões do mundo social. A recorrência ou naturalização no uso de certas *imagens-metáforas* podem-se entender como a tentativa de "institucionalização" de um discurso e de um olhar particular sobre os fenômenos que denota.

O trabalho a seguir, explora algumas possibilidades de usos e re-significações fundadas na leitura de fontes iconográficas produzidas pelo fotografo expedicionário Flávio de Barros[2] sobre o episodio conhecido como a "Guerra de Canudos"[3], referidas a termos como *sertão*, *guerra, paz,* elaboradas desde âmbito(s) oficial(es) e vinculadas as praticas de apropriação territorial e dominação étno-cultural impostas pelo Estado Brasileiro no final do século XIX. Nessa direção, indagaremos o contexto de significação e os elementos constitutivos do processo de escritura visual elaborados entorno ao referido conflito. Para tanto, focalizaremos a relação entre os dispositivos técnicos (a fotografia) e discursivos concebidos e articulados nas metáforas referidas durante a conjuntura de formação do Estado-Nação. Simultaneamente, tentaremos contribuir à discussão acerca do valor heurístico da fotografia como fonte histórica.

Canudos em perspectiva

A trágica experiência conhecida historicamente como a *Guerra de Canudos* teve sua origem numa remota comunidade interiorana do sertão da Bahia, construída entorno de uma velha e decadente fazenda de gado à beira do rio Vaza-Barris. O prolongado conflito armado vivido na comunidade de Belo Monte, que alcançou repercussão local e em regiões circunvizinhas, foi o resultado da efetiva repressão militar exercida pelo Estado sobre um movimento sócio-político de resistência popular liderado pelo beato Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente chamado Antonio Conselheiro[4]. Seus objetivos estavam centrados no combate aos abusos do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários e na tentativa utópica de superação dessa ordem social numa republica sertaneja. A proposta deste movimento, dotada de um forte fervor religioso de origem católico e traços messiânicos, era a favor de um projeto alternativo de sociedade baseado na autonomia popular frente às instituições da sociedade sertaneja da época. A segunda metade do século passado caracterizou-se por uma grave crise social no sertão nordestino. Paralelamente a esta situação o Vaticano estimulou a um revivescer da fé católica, com o apoio institucional da Igreja brasileira. Nesse contexto, vários leigos foram levados a aproximar-se mais da religião militante e, dentro dos rudimentos de sua capacidade de compreensão, assim como os daquela gente simples a quem se dirigiam, a mensagem evangélica passou a ser retransmitida no sertão; desse cenário conjuntural emergiu com vigor a figura de Antonio Conselheiro e seus fieis seguidores.

Sob a liderança carismática do Santo Conselheiro, a partir da ocupação dos restos de uma fazenda abandonada, em menos de uma década Bela Monte, como era denominada pelos seus habitantes a comunidade, desenvolveu uma experiência societária impar. O vilarejo tornou-se rapidamente a terceira maior cidade do Estado da Bahia, uma "*urbs monstruosa, de barro*" que aglutinava indivíduos e famílias provenientes de todos os quadrantes do interior nordestino que chegavam atraídos pela república sertaneja que prosperava sob as bênçãos de seu líder inspirado, o *Santo Conselheiro*.

As origens deste conflito evidenciavam as limitações e contradições vigentes na sociedade brasileira durante o ultimo quarto do século XIX. Um país, ainda aprisionado ao padrão de uma economia agrária de modelo colonial, era impulsionado a mudar e se adaptar às dinâmicas impostas pela "modernização" capitalista, tanto no contexto local como internacional. A partir de aproximadamente 1850 grandes acontecimentos transformaram as estruturas da economia mundial. A incipiente industrialização com o desenvolvimento de novas fontes energéticas, como a eletricidade e os derivados de petróleo inaugurava uma nova era no ocidente. A grande transformação tecnológica e social se desdobraria em inovações que revolucionaram as comunicações, as logísticas de percepção, os meios de transporte, as técnicas de produção e as formas de trabalho e consumo, definitivamente pautadas pela ideologia do "mercado". O conjunto de pressões resultante deste ciclo expansivo capitalista, numa única seqüência de fatos, foi o responsável no Brasil pela abolição da escravidão, o declínio do Império e a Proclamação da República. Esse reajustamento do Estado Nacional à nova ordem internacional afetou também a estrutura agrária brasileira, provocando entre outras situações, um intenso êxodo rural. Um dos efeitos desta desestabilização geral foi o surpreendente surgimento da republica sertaneja de Belo Monte.

Fazendeiros e autoridades da região alarmados frente à iminência da perda de sua mão-de-obra devido ao êxodo em massa para o novo arraial se mobilizaram para reclamar ao poder publico a intervenção para resolver a situação. Um relatório da polícia alertava o governo federal de que "*um indivíduo pregando doutrinas subversivas fazia grande mal ao Estado, distraindo o povo e arrastando-o após si, procurando convencer de que era o Espírito Santo"*. Inicialmente foi destacada uma força policial para suprimir os rebeldes, que foi destroçada antes de chegar. Os habitantes do arraial de Canudos, ex-prostitutas, vaqueiros, *jagunços*[5], ladrões e pobres em geral afirmaram integralmente sua humanidade como membros daquela comunidade mística e popular pela qual ofereceram suas vidas no ritual da guerra.

O fracasso desta tentativa inicial provocou a intervenção do governo nacional mediante o envio de dois destacamentos do Exército, os quais também foram desbaratados. Decidiu-se então mandar uma expedição militar completa, com artilharia e armamento moderno, que foi uma vez mais debelada. Ao mando do *"mais serio inimigo das forças Republicanas... espécie bizarra de grande homem pelo avesso"*[6] , de junho de 1893 a outubro de 1897, a comunidade do Belo Monte (Canudos), que havia experimentado um crescimento demográfico inusitado da ordem de 335 % na mais árida região da caatinga baiana, resistiu, durante 10 meses, a um desproporcional esforço de guerra, imposto por quase metade (49,8 %) dos efetivos do Exército brasileiro. Organizou-se assim uma quarta expedição, composta de duas divisões do Exército e da maior concentração de armas já vista no país. Apoiado por diversos batalhões das forças públicas vindas de todos os Estados da Republica e sob o comando de cinco oficiais generais, a elite da oficialidade da força terrestre nacional (e ao final do conflito, até do próprio ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt) se conseguiu exterminar o movimento. Só desse modo e com imensas perdas a cidadela rebelde foi vencida e transformada numa "*Tróia de taipas dos jagunços*"[7] quando se decidiu verter barris de querosene sobre as casas de taipa, queimando vivos os insurrectos. Os homens presos foram degolados ou estripados à faca, as mulheres e as crianças vendidas pelas tropas. Daquela proto-cidade pujante e livre do sertão restaram apenas cinzas, fumaça, cadáveres.

Como assevera Sevcenko[8], a Guerra de Canudos envolveu num conflito curioso personagens que se viam como completos estranhos, embora cada qual fosse parte integrante da mesma "nação". O começo do conflito foi como um inesperado acesso de esquizofrenia que expus fragmentados nas diferentes identidades conflitantes, os vários elementos históricos que compõem o corpo da sociedade brasileira. Com a crise vieram a emergir o diagnóstico e a proposta de uma terapia radical para redimir os males que retardavam o amadurecimento do país os que foram narrados no relato épico de Euclides da Cunha, Os Sertões[9] e retratados pelas inquietantes fotografias

de Flavio de Barros, único registro visual sobrevivente da trágica "gesta" Republicana[10].

Visualidade, fronteira e territorialização

"Pode-se convencer as pessoas de qualquer coisa intensificando os detalhes"

R. Bradbury

O fim do século XIX na América Latina foi, também, intensamente problematizado pela questão de definir uma noção de "pátria" e, simultaneamente, configurar a "nação". Isto é dar-lhe soberania aos nascentes Estados Nacionais, com o qual este tema passou a ser articulado intimamente com a reflexão e intervenção efetiva sobre a questão territorial. Assim, tanto as noções de *território, fronteira deserto* e *nação* quanto suas modernas formas técnicas de representação, entre as quais destacamos o advento da fotografia, se constituíram em aspectos indissociáveis. Dali que urgência por conhecer o espaço geográfico, autografá-lo, delimita-lo, relatá-lo, assim como o ato de fotografar e descrever visualmente a constituição de um território, passaram a ser os métodos adotados para estabilizar fronteiras, atribuir-lhe valores e, sobretudo, controla-lás[11]. Nesse clima de idéias se opera uma poderosa instrumentalização pública da imagem fotográfica mediada através da figura atualizada de um novo ator social destinado a cumprir um papel revolucionário: o Fotografo Professional[12], quem assume a função *prometeica* de "tornar visível" o território, isto é dotar-lo de visualidade. Será o fotografo quem, através do uso do moderno dispositivo fotográfico[13], demarcará a geografia, identificará seus habitantes, em resumo produzirá simbolicamente a imagem pública do território que terá a função de operar como evidencia da existência do "corpo orgânico" do Estado Nação. Desta forma, a questão do território se articula à dos limites e do controle das fronteiras no exercício da ação política do Estado e nas praticas escriturarias das elites letradas. Elas tentarão construir a partir de diversos dispositivos discursivos uma Nação, uma "comunidade imaginada" feita a sua imagem, desenhada entre as fronteiras externas e as internas, as fronteiras políticas e as culturais.

Nesse contexto, assumem particular importância os repertórios fotográficos produzidos durante as diversas campanhas oficiais, posteriormente re-elaborados sobre a forma de "coleções" e que serão instrumentos estrategicos para legitimar a apropriação científico-discursiva dos territórios em risco. No episodio da Guerra de Canudos a fotografia reafirmará sua nova condição (vocação). Durante a Quarta e última expedição militar contra o Arraial, apenas três pessoas tiveram a chance de documentar fotograficamente o conflito: Juan Gutierrez, Euclides da Cunha e Flávio de Barros. Será este ultimo o responsável pela memoria visual deste paradigmático episodio da historia do sertão.Embora ele não tenha sido o único em haver registrado a "epopéia" das tropas republicanas, foi sua obra, dispersa em vários acervos do pais, o único testemunho material que sobreviveu ao passo do tempo.

Nesse conturbado final de século, marcado por violentas mudanças comportamentais, culturais e políticas, o corpus textual da Republica será completado com os relatos de iminentes letrados e militares, quem começaram a trabalhar discursivamente as continuidades territoriais, ali nos chamados *desertos*, espaços vazios onde não há comunicações e onde o desconhecimento e falta de controle efetivo do terreno supõe o perigo da perda da propriedade para os governos. Já avançado o processo definitivo de constituição do Estado Nacional, essa continuidade se manifestará mediante o reclamo uníssono pelo acesso ao "Progresso" (ou civilização), que se verá materializado em grandes projetos de infra-estrutura de vias férreas, navegação dos rios, construção de caminhos que possibilitarão, sobretudo, a expansão da fronteira econômica e sua efetiva colonização mediante a incorporação de terras ao mercado e o fomento de políticas imigratórias, processo que será defino apenas na década de 1930. Junto com estas transformações estruturais, acontecerá uma "severa economia de táticas"[14] impulsionada pela força doutrinaria do positivismo[15] dominante onde a escritura visual da fotografia assumirá uma função estratégica no desenvolvimento de uma nova operação territorializadora, entendida esta como uma poderosa atividade simbólica de apropriação e resignificação do espaço. A fotografia estabelecerá as

"continuidades" ausentes a partir da potencia da sua visualidade enquanto suporte para a "imaginação territorial", ocupando com imagens um território cuja pertinência está em permanente disputa e, portanto, tem que se legitimar através do saber cientifico-técnico, isto é, mediante um discurso de poder que será sustentado na potencia material da escrita fotográfica.

No caso da "Guerra de Canudos", a visualidade produzida através da escrita fotográfica de Barros, que entendemos como uma verdadeira operação territorializadora, manifestará na sua natureza técnica sua essência política constituindo se num poderoso dispositivo disparador de metarrelatos (ideologia) de legitimação. Na leitura aqui esboçada, enfatizamos o "moderno" processos de apropriação do espaço, que se manifesta ordenando suas projeções desde categorias unificadas predefinidas politicamente. Destacamos alguns dos binômios possíveis de aplicar com categorias analíticas para um estudo aprofundado do caso: guerra justa/paz; amigo/inimigo; deserto/natureza produtiva(litoral); natureza/cultura; barbárie-civilização.

As imagens registradas pela câmera experta de Flávio de Barros, tornaram-se rapidamente um exercício de simulacro da guerra onde realismo e objetividade foram instrumentalizados artificiosamente numa representação oficial da Guerra.

As fotografias de Canudos em seu momento foram amplamente divulgadas pela imprensa nacional, alem de expostas ao público e inseridas como memória visual oficial na primeira edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902. Assim, esta serie fotográfica inaugurava um momento decisivo da historia da representação publica da imagem no Brasil. Esta singularidade estará caracterizada pela implantação de uma nova logística da percepção que passará a ser sinônimo da Era Republicana e da modernidade nos tropicos. Uma nova lógica da representação publica construída sobre um discurso imagético autoritário. O consideramos "autoritário" porque ele foi produzido sob os ditames da censura oficial, impondo a invenção de versão unilateral do conflito. O discurso da fotografia de Flavio de Barros

procurou isentar ou minimizar a responsabilidade do Estado brasileiro frente à dimensão *genocida* do episódio (que consumiu aproximadamente 25.000 vidas) tentando reificar frente à opinião publica uma imagem positiva dos militares repressores, apresentados como verdadeiros guardiões dos valores Republicanos e do Governo do Brasil.

Do ponto de vista técnico e ideológico, com a experiência da Canudos, assistimos ao recuo da imagem única e ao advento de uma nova forma de representação que abrirá caminho para a consolidação de uma *imagerie* publica: um trabalho de profissionais que vai pretender dar a fotografia o status de objetividade cientifica pretendida pelo positivismo militar que operou como uma matriz de "militarismo civilizador"que se fez hegemônico durante a Republica Velha. Neste movimento a fotografia, enquanto dispositivo de poder, passará ser, ante tudo, um *documento* objetivo, um testemunho irrecusável para a interpretação de signos e o desenvolvimento de códigos visuais. Nessa conjuntura de transformação a fotografia, paulatinamente, abandonará sua antiga "aura" - isto é sua condição de subjetiva, elitizada e artesanal- passando a ser concebida e insturmentalizada como um produto, uma construção "solidária" (social) agora objetiva, autoritária, publica e industrial. É aqui quando começamos a perceber objetivamente o valor heurístico da fotografia como fonte para o estudo das formas instituídas de poder e dominação na modernidade. O projeto moderno levou-se a cabo de maneira efetiva mediante o privilegio dado a "visão" sendo a cultura moderna, responsável pela construção das chamadas *convenções oculares culturais*, pela sua vez, se encarregou de elevar o visual ao duplo status de ser tanto o médio principal de comunicação como a única fonte de acesso ao tesouro simbólico acumulado no tempo pela civilização ocidental. Desta forma se reconhece adequadamente a visão como artifício, portanto dotada de caráter político e ideológico. Como sugeriu Marx, a natureza já não se oferece a si mesma livre do compromisso "sensorial" do labor humano: os desertos, as planícies e montanhas, algumas das formas mais elementares nas que a encontramos, estão todas mediadas pela cultura. Podemos apenas ver seções instantâneas tomadas

pelo ciclope da lente. A visão, que uma vez fora substancial, se tornará no decorrer do século XX, acidental.

---

[1] Doutor em Historia, Professor Associado ao Laboratório de Estudos do Espaço Antrôpico pertencente ao Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, RJ (mgantos@uenf.br)

[2] Flávio de Barros documentou com sua câmera fotográfica as instancias finais da "Guerra de Canudos". Arribado ao sertão baiano em setembro de 1897, acompanhou a Divisão de Artilharia Canet. De suas fotografias originais são conhecidas três coleções que pertencem ao Museu da República, no Rio de Janeiro (72 fotos), ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (68 fotos) e a Casa de Cultura Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo (24 fotos). Recentemente, foi publicada uma interessante coleção das imagens produzidas por Barros re-formatadas digitalmente pelo Departamento Técnico do Instituto Moreira Salles FRANCESCHI, Antonio Fernando de (2002) "*Cadernos de fotografia Brasileira: Canudos"*, Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles

[3] A Guerra de Canudos é um assunto que até hoje desperta grande interesse histotigrafico.Existe uma profusa bibliografia sobre o tema, destacamos: CALAZANS, José.(1959) **No tempo de Antônio Conselheiro**. Salvador, Livraria Progresso Edt.; CANÁRIO, Eldon Dantas.(1967) **Canudos.** Salvador, Cimape Editora;CASA DE RUI BARBOSA (1986) **Canudos, subsídios para a sua reavaliação histórica.** Rio de Janeiro; COSTA, Gutemberg (1994) Profetas do Nordeste. Editora Clima. Natal/RN; CUNHA, José Guilherme da (1991) **Canudos: A luta.** Salvador, Editora Pé de Bode; FACÓ, Rui. (1983) **Cangaceiros e fanáticos; gêneses e lutas**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira; GALVÃO, Walnice Nogueira (1974) No calor da hora (A guerra de Canudos nos jornais) 4ª. expedição. São Paulo, Edit. Ática; GAUDENZI, T.(1993) **Memorial de Canudos**. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Bahiatursa; LEVINE, Robert M.(1995) **O Sertão prometido, o massacre de Canudos**. São Paulo. EDUSP; OLAVO, Antônio (1989) **Memórias Fotográficas de Canudos**. Salvador, Edição Independente;VILLA, Marco Antônio (1995) **Canudos o povo da terra**. São Paulo, Editora Ática; FONTES, Oleone Coelho (1996) **O treme-terra: Moreira César, a República e Canudos,** Petrópolis, Vozes; MONIZ, Edmundo(1982). **Canudos : a guerra social**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Sobre a diversidade e a quantidade desta produção artística e acadêmica sobre canudos vide o site produzido por Antônio Olavo: http://www.portfolium.com.br

[4] Antônio Vicente Mendes Maciel, "O Santo Conselheiro" ou o "peregrino", como gostava de ser chamado, também devoto de Santo Antônio, se apresentava como um simples líder religioso laico, com singulares qualidades de liderança, ligado a uma teologia católica, apostólica e romana formalmente tradicionalista e conservadora. Era percebido pela população sertaneja como Sant'Antônio Aparecido. o "Conselheiro", "um gnóstico bronco", "um heresiarca do século II em plena idade moderna", "um monstro", segundo ajuíza Euclides da Cunha em Os Sertões. Era reconhecido como um homem do povo que, falando na sua língua , dizia o que os populares queriam e precisavam ouvir. Em suas peregrinações e pregações, pela região o beato fazia adeptos e arregimentava seguidores, reformando igrejas e construindo cemitérios. Os sertanejos, carentes das necessidades básicas para o sustento da vida, acuados pelo Estado, pelos Coronéis de terra e também desamparados pela Igreja encontraram em Antônio Conselheiro um líder capaz de estimulá-los a reagirem e conduzirem sua transformação, na esperança de superar suas necessidades.

[5] Forma depreciativa utilizada no Nordeste para apontar capangas e criminosos, ou populares tidos como tais. In:MAESTRI, **Mario "***Elogio à dominação: Robert M. Levine e a república sertaneja de Belo Monte*", Praxis, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, julh.-agosto-set., 1997, n.º 9, ano IV. pp. 37-68.

[6] Segundo era definido o líder pela visão de Euclides da Cunha no "Diário de uma Expedição", serie de artigos publicados no O Estado de São Paulo em agosto de 1897. In: GALVAO NOGUEIRA, Walnice (org.) (1984) Euclides da Cunha, São Paulo, Atica, p.86.

[7] Op. cit., p. 110.

[8] SEVCENKO, Nicolau (2004)"A Guerra de Canudos" s/e

[9] CUNHA, Euclides da (1982) Os Sertões: Campanha de Canudos**,** São Paulo, Abril Cultural (1ª Edição de 1892).

[10] Para este estudo foram utilizadas imagens retiradas da obra de FRANCESCHI, Antonio Fernando de (2002) "*Cadernos de fotografia Brasileira: Canudos"*, Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles.A publicação reúne uma coletânea de fotografias tendo como tema Canudos realizada a partir recuperação digital de copias originais feitas por Flávio de Barros durante a rendição dos revoltosos

[11] Foi durante o período do Império quando a fotografia brasileira iniciou-se na documentação de conflitos. As imagens produzidas por Carlos Cesar na Guerra do Paraguai inauguraram o ciclo de uma visualidade "oficial". Foi a partir dali que a figura do fotografo começou a participar das expedições científicas ao interior do país. Entre as várias investidas expedicionárias podemos destacar a Comissão Científica de Exploração (1859/1861).

[12] O polêmico invento foi introduzido e incentivado no Brasil por D. Pedro II, ele próprio um aficionado da fotografia. Não só estimulou o estabelecimento de ateliers fotográficos no país, como implantou o título de Photographo da Casa Imperial para os que mais se destacavam no novo ofício.

[13]Em 1888 foi lançado o equipamento fotográfico portátil pela Eastman Kodak Co., impulsionado pelo invento dos negativos em rolo.Este fato determinou uma verdadeira revolução na arte da fotografia.

[14] A expressão é retomada de VIÑAS, David (2003) Índios, ejercito y fronteras, Bs.As., Santiago Arcos Ed.

[15] O positivismo é entendido, seguindo a Viñas, como um estilo mental que mantêm a coesão de um grupo social a partir do horizonte de idéias que operam como uma consciência declarada de domínio a qual age como *"um conjunto de sintonias rituais, de economias de movimentos, de sentidos tácticos, de estilos de apropriação da vida coletiva"* baseado na teoria da natureza como modelo de senhorio cientifico para legislar sobre o social. In: VIÑAS, D. Op. Cit. P.6

O Legislativo municipal e a cidade: um lugar de intensa negociação (Rio de Janeiro, 1892-1902)

Marcelo de Souza Magalhães - UERJ

Uma historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro dos primeiros anos republicanos tem insistido na existência de uma dissociação entre o Estado e a sociedade. José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*[1], identifica uma espécie de pacto de convivência sem interferência, em que não haveria relação entre os poderes municipais e os habitantes da cidade no dia-a-dia. Isto é, na capital federal, de um lado estariam os políticos e do outro os demais habitantes. Nessa interpretação, o único momento em que a população carioca se relacionaria com os poderes constituídos seria o da revolta. Em tal situação, muito mais do que agir, a população reagia a uma ação promovida pelo Estado, considerada como indevida.

Os poucos estudos feitos na década de 1980 sobre as instituições municipais no âmbito da capital federal terminaram analisando-as de forma bastante negativa, reforçando com isso, a impressão de existir uma dissociação em relação à sociedade. No caso da Prefeitura do Distrito Federal, é sempre lembrado que o prefeito era indicado pelo presidente da República, ao invés de possuir delegação pela via do voto. Devido a esse problema, Elisabeth von der Weid afirma ser o prefeito uma figura de ligação entre o Executivo federal e o Conselho Municipal[2]. Isto é, esperava-se da pessoa indicada para ocupar o cargo de Prefeito ser capaz de desempenhar o papel de intermediário entre os poderes federal e municipal. A autora ressalta que o fato de o prefeito corresponder ou não à expectativa de quem lhe delegou o poder era decisivo para sua permanência no cargo.

Outra interpretação sobre a atuação dos prefeitos está presente no livro *Os bestializados*. A condição singular da cidade do Rio de Janeiro – acumulando duas instâncias de poder num mesmo espaço, capital federal e sede do município –, teria gerado um conflito de

competências com relação à resolução dos problemas da cidade. Nessa disputa entre instâncias de poder, o governo federal teria conseguido despolitizar o poder municipal, tanto que o prefeito Pereira Passos, nomeado pelo presidente da República, governara ditatorialmente, com o Conselho Municipal fechado. Logo, surge a imagem do prefeito como um interventor federal.

No caso do Poder Legislativo, não há estudos na historiografia acerca do Rio de Janeiro sobre os primeiros anos dessa instituição. Na produção historiográfica em geral, o Conselho Municipal só entra em cena no momento em que é fechado por seis meses, quando Passos assume a Prefeitura. O Conselho que surge dessa interpretação é fraco, sendo incapaz de se rebelar contra as determinações do Executivo municipal e estando dissociado da representação dos cidadãos. O que se consagra é a existência de um fosso entre essa instituição e a cidade. Tal instituição seria vista pelos habitantes de maneira negativa. Os seus membros estariam basicamente preocupados em defender seus próprios interesses. Era uma casa distante das questões que afligiam a grande parte da população, como: abastecimentos de água e carne, calçamento, iluminação pública, transporte público etc.

A análise da documentação produzida pelos poderes municipais permite questionar essas interpretações sobre o papel do prefeito e do Conselho Municipal.[3] Pelas mensagens dos prefeitos proferidas nas cerimônias de abertura das sessões legislativas municipais e pela atuação dos mesmos quando da oposição de vetos às resoluções do Conselho, verifica-se que as interpretações que simplificam suas ações, ao considerá-los como intermediários ou interventores, não se sustentam. Os prefeitos, não importando tanto a origem da delegação de seus poderes, atuaram de forma relativamente autônoma, por vezes indo de encontro aos interesses do governo da União.

Com relação à casa legislativa municipal, percebe-se que seus membros produziam uma quantidade considerável de projetos de lei, que versavam sobre problemas caros a população da cidade.

Através da análise dos abaixo-assinados, dos requerimentos, das representações e das petições apresentados ao Conselho Municipal, de 1892 a 1902, propõe-se demonstrar a existência de um rico trânsito entre os vereadores e os demais habitantes da cidade. Ao invés de um Legislativo pairando no ar, com seus políticos governando apenas para si, percebe-se a instituição como um espaço de acesso da população ao poderes municipais.

A tramitação dos requerimentos, dos abaixo-assinados, das representações e das petições dentro do Conselho Municipal dividia-se em, no máximo, três etapas. Recebidas pelo Conselho, tais demandas eram lidas na parte inicial das sessões legislativas pelo 1º Secretário da Mesa. Terminada a leitura, elas eram imediatamente distribuídas entre as comissões permanentes da casa, de acordo com o assunto de cada demanda, para emissão de parecer. A segunda etapa transcorria na comissão competente. Essa era uma fase em que se podia finalizar a tramitação. Havia duas grandes possibilidades de parecer. A comissão podia emitir um parecer conclusivo, ou seja, tomando uma decisão acerca da demanda: deferindo, indeferindo, não tomando conhecimento, mandando tanto arquivar, como aguardar melhor oportunidade para o despacho. Além disso, ao invés de decidir, o parecer podia ter um caráter de encaminhamento da demanda, mandando: ouvir a opinião de outra comissão permanente da casa legislativa, ouvir a repartição da Prefeitura competente no assunto ou encaminhar à Prefeitura para obter despacho. Por fim, a demanda deferida por uma comissão tinha ainda uma terceira e última etapa a cumprir. Ela era transformada em projeto de lei, tendo como autoria a própria comissão permanente que emitiu o seu parecer. Em seguida, passava a cumprir as etapas de tramitação de um projeto de lei. Isso implica dizer que demandas formais, encaminhadas por pessoas da cidade (individual ou coletivamente), podiam ser respondidas positivamente pelos membros do Conselho pelo meio mais próprio de atuação de uma instituição legislativa, que consiste na produção de uma lei.

Exatamente por isso, é possível constatar que os projetos apresentados pelas comissões do Conselho Municipal possuíam geralmente duas origens: as mensagens ordinárias

do prefeito e as demandas formais vindas de pessoas ou grupos da cidade. Esses projetos de lei possuíam uma tramitação especial na casa legislativa, pois dispensavam a etapa inicial de envio a uma comissão permanente, com o objetivo de emitir parecer. Ou seja, eram encaminhados imediatamente para as três discussões em plenário.

Entre 1892 e 1902, foram apresentados 2153 demandas formais ao Conselho Municipal do Distrito Federal, assim divididas entre as quatro legislaturas: 541, 455, 583 e 574, respectivamente. A grande maioria dessas demandas adquiriu a forma de requerimento. As representações, os abaixo-assinados e as petições apareceram de maneira muito menos freqüente ao longo da década. Porém, para os objetivos deste texto, as diferenças entre as formas de demandar não são tão importantes, o que importa ressaltar é o fato de que alguns habitantes consideravam o Conselho como um lugar de escuta e de resolução de problemas da cidade.

Mas quem eram esses habitantes? Os requerimentos, os abaixo-assinados, as representações e as petições podem ser divididos, grosso modo, entre quatro tipos de demandantes: associações, prestadores de serviço, funcionários municipais e demais moradores da cidade.

Entre 1892 e 1902 era muito comum o encaminhamento de demandas formais ao Conselho Municipal, tanto por parte de associações – incluindo as confrarias religiosas –, como pela Igreja. Tais demandas consistiam, sobretudo, em pedidos quase sempre relacionados a algum tipo de renúncia fiscal – como a isenção de impostos e de taxas – e de incentivo financeiro – como a subvenção municipal e a concessão para extrair loterias. Em 1893, por exemplo, a Associação Tipográfica Fluminense requereu dispensa do imposto de transmissão de propriedade para o prédio que tencionava adquirir.[4]

Além dessas demandas, havia também as que reclamavam do excesso de impostos e taxas pagas à municipalidade. Em 1896, o abade do Mosteiro de São Bento reclamou contra o imposto predial em dobro a que estavam sujeitos os prédios do mosteiro.[5]

Ao longo dos dez anos iniciais de funcionamento do Conselho Municipal, os requerimentos da influente Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária se destacam, principalmente pelo número, chegando ao total de oito, sendo que cinco tratavam da questão de extrair loterias. Tais pedidos para extrair loterias municipais não se constituíram numa exclusividade das associações laicas e religiosas, muito pelo contrário. Entre 1892 e 1902, uma quantidade razoável de requerimentos com esse teor foram apresentados por indivíduos e firmas.

Além das associações laicas e religiosas, existiam as demandas vinculadas aos possíveis prestadores de serviços da municipalidade. Entre 1892 e 1902, a grande maioria dos requerimentos apresentados ao Conselho Municipal equivalia a pedidos de concessão de serviços públicos. Tal concentração de requerimentos certamente estava relacionada à maneira como o poder público se fazia presente à época, não importando tanto a esfera, seja federal, estadual ou municipal. No início da República, ao invés de assumir por si a realização dos serviços públicos, o Estado, na maioria das vezes, atuava, sobretudo, como poder concedente, cabendo-lhe, no máximo, o papel de fiscalizar os serviços prestados por agentes privados.

Os requerimentos formulados pelos candidatos a prestar serviços à municipalidade versavam sobre os mais variados pedidos de concessão e licença ao poder público. A lista de pedidos é quase infindável, abrangendo um amplo leque de ações. Porém, sem correr grandes riscos de simplificação, pode-se dividi-la em quatro grupos principais. Havia os pedidos relacionados a algum tipo de intervenção no logradouro público, visando conseguir autorização para calçar, abrir, prolongar, alargar e rebaixar ruas da cidade. Além desses, havia os pedidos para instalar “divertimentos” nas praças e nos jardins públicos. O terceiro grupo de pedidos era relativo à questão do transporte público, em especial, a construção e administração de linhas de bonde na cidade. Para além da proposição de novas linhas, existiam muitos requerimentos versando sobre a renovação dos contratos com as principais companhias de bondes cariocas. Por fim, o último grupo de pedidos dizia respeito ao abastecimento de carne fresca, questão

cara às administrações da cidade do Rio de Janeiro desde os tempos coloniais. Até 1902, a questão do abastecimento de carne bovina foi bastante discutida entre os intendentes do Conselho Municipal.

Uma das características desses requerimentos, compartilhada com os que foram apresentados pelos funcionários municipais, era o grau de acompanhamento de suas tramitações no interior da casa legislativa. O cuidado no acompanhamento por parte dos requerentes provavelmente relacionava-se ao jogo de interesses envolvidos nas disputas por concessões públicas. Vários pedidos terminaram se entrecruzando ao longo desses dez anos, ou seja, diferentes candidatos à prestação de um serviço público disputavam concessões similares. Por vezes, tal fato acabava por gerar um diálogo tanto com os intendentes, como com os seus concorrentes, via requerimentos.

Como dito, os funcionários municipais também acompanhavam de perto a tramitação de seus requerimentos dentro do Conselho Municipal. Tais requerimentos foram em grande parte apresentados individualmente, devido ao fato de tratarem de aspectos muito particulares da vida funcional de cada servidor. Eram muito comuns os pedidos de licença, de contagem de tempo de serviço, de aposentadoria, de equiparação de vencimentos, de gratificação etc. Além dos requerimentos relacionados à vida funcional, havia também os pedidos de incorporação no quadro burocrático, tais como: reintegração no cargo e nomeação sem concurso público.

O último tipo de demandante é composto pelos moradores e proprietários da cidade. Esse grupo faz pedidos relativos aos serviços municipais – iluminação e abastecimento de água – e às obras públicas – calçamento de ruas e melhoramentos diversos. Em sua maioria consistem em representações e abaixo-assinados demandando alguma forma de melhoramento para determinado local da cidade. Em 1892, por exemplo, diversos moradores e proprietários da rua Dr. Agra pediram o calçamento dessa rua. Em 1894, diversos moradores da rua Silva fizeram um abaixo-assinado reclamando da falta d'água.

Os quatro tipos de demandantes estavam envolvidos em esferas distintas de atuação do poder público. Os requerimentos, as representações, os abaixo-assinados e as petições feitos pelos candidatos a prestação de serviço e pelas associações religiosas e laicas, tinham relação direta com o poder regulador do Estado, ou seja, as demandas circulavam no âmbito da concessão pública. Já no caso dos funcionários municipais e dos moradores e proprietários da cidade, as demandas estavam mais ligadas ao poder de decisão do Estado, tratando de questões que envolviam uma resposta simples: sim ou não. Em caso de não atendimento ao que era solicitado, o recurso utilizado era pedir novamente, até, quem sabe, conseguir.

Através da análise dessas demandas é possível perceber como as pessoas que recorriam ao Conselho identificavam tal instituição. No caso dos funcionários públicos, a casa legislativa municipal era percebida e utilizada como uma instância de recurso, ou melhor, era reconhecida como um lugar eficaz para conseguirem obter suas reivindicações perante os poderes públicos (aposentadoria, licença, pensão etc). Era bastante comum insistir no pedido, mesmo tendo sido negado várias vezes.

Os requerimentos, os abaixo-assinados, as petições e as representações eram as maneiras formais com que pessoas da cidade, individual ou coletivamente, se comunicavam com o Conselho Municipal. Grande parte do cotidiano político da casa legislativa era dispensado a responder esses tipos de demanda.

Essa mobilização para responder a um número considerável de demandas permite ter uma idéia da utilização e da importância desse canal de comunicação para a população e para os membros do Conselho. O ato de requerer, não importando, a princípio, tanto o que se pede, é o reconhecimento de que a instituição legislativa municipal era vista por muitos cidadãos como um lugar apropriado para alcançar o que se requer. Já o esforço de responder demonstra, minimamente, a existência de intendentes preocupados em manter comunicação com grupos da cidade.

De alguma forma os intendentes eram sensíveis às demandas vindas da cidade. Por vezes, atuavam flexibilizando leis, isentando impostos, autorizando exceções à regra de construção na cidade etc. Outras vezes, atuavam como defensores de grupos da cidade contra a atuação de outros poderes, em especial, o Executivo municipal. Além disso, muitas outras formas de agir dos intendentes existiram à época. O importante a frisar é que a permeabilidade entre o Conselho Municipal e a cidade talvez ajude a compreender o porquê do fechamento dessa instituição por seis meses, quando da posse do prefeito Pereira Passos.

---

[1] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[2] WEID, Elisabeth von der. *O prefeito como intermediário entre o poder federal e o poder municipal na capital da República.* Rio de Janeiro: CEH-FCRB, 1984, mimeo.
[3] Uma análise mais densa da documentação dos poderes municipais foi feita em: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Política: a capital federal, 1892-1902.* Niterói: PPGH-UFF, 2004, tese de Doutorado.
[4] *Anais do Conselho Municipal*, 1ª sessão extraordinária de 04/11/1893 a 06/02/1894, p. 175; *idem*, 1ª sessão ordinária de 01/03 a 29/04/1901, p. 99, respectivamente.
[5] *Idem*, 1ª sessão ordinária de 27/02 a 09/05/1896, p. 59.

Violência e Justiça: reflexões sobre a prática de crimes contra a pessoa no campo e na cidade (Uberaba, MG, 1860-1940)

Marcelo de Souza Silva[1] - PPG-UFRJ

Este texto traz as reflexões preliminares que vêm sendo realizadas para a elaboração da tese de doutorado em História Social. A discussão principal do trabalho que vimos realizando é o uso da violência para a resolução de conflitos interpessoais na comarca de Uberaba/MG, desde o final do século XIX até o fim da vigência do primeiro código penal republicano (1860-1940). Vejamos as premissas que justificaram a escolha do tema.

Bem sabemos que os estudos historiográficos acerca das relações que são caracteristicamente marcadas pela disciplinarização do cotidiano – através da repressão aos crimes – estão, no Brasil, em sua maioria, sob a influência dos pensamentos de Michel Foucault acerca das redes de poder que compõem a sociedade. A orientação teórica advinda das obras de E. P. Thompson, em muitos e importantes aspectos, não encontra formas de conciliação com a proposta foucaultiana. No caso do trabalho que vimos realizando, a escolha por Thompson ocorreu devido à forma como se pretende conduzir e o que se quer constatar. A construção do objeto que aqui se estuda não está no âmbito da *microfísica do poder*, provindo, sim, de uma busca por entender o *fazer-se* de uma relação entre instâncias sociais, quais sejam, o Estado e os indivíduos sob sua tutelada, na perspectiva do controle social empreendido pelo primeiro e as resistências provocadas pelos últimos. A historiografia que sustenta esta pesquisa está ligada à história social do crime e da criminalidade, ou àquele tipo de história feita com o auxílio dos registros da polícia, da justiça, ou de outras instituições "oficiais" de controle social.

Uma sociedade tem, em sua dinâmica cotidiana, todo um conjunto de fatores que a leva a seguir caminhos muitas vezes imprevisíveis, mesmo que se procure fazer cumprir todas as determinações e estratégias complexas elaboradas pelo poder público. Porém, sabemos que

o poder público tem a capacidade e legitimidade para fazer valer suas determinações e autoridade, do contrário não estaríamos vivendo em sociedades organizadas. Quando nos voltamos para a história desta ação pública, mais especificamente no caso do judiciário, percebemos que existiam agentes interessados em que a instituição se mostrasse imparcial para que sua legitimidade não fosse abalada.

O início da república é um período bastante propício para o estudo dos ajustes e desajustes do poder judiciário assim como de outras instituições. È neste momento que emergem os paroxismos e contradições da tentativa de implantação de uma sociedade pretendida como nova, em relação a seus parâmetros de organização, calcados desde então em valores morais mais ríspidos e que desencorajassem quebras nas normas de conduta e formas de ganhar a vida que fossem alheias ao trabalho cotidiano de moldes convencionalmente capitalistas.[2] No trato de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, os historiadores identificaram uma elite afinada com as idéias sociais e os pressupostos científicos do final do século XIX, e disposta a inovar suas formas de dominação. Fazer com que os trabalhadores se tornassem parte de um sistema que entrasse em perfeita sintonia com o papel que se queria para o Brasil tornara-se o objetivo da elite, personificado em políticas públicas. Contudo, os historiadores também nos trazem informações de que a tentativa de implantação deste modelo "burguês-capitalista" de trabalho encontrou resistência por parte dos dominados. Assim como apontado por Marcos Bretas, quando tratava da polícia, o judiciário também se insere neste contexto como uma das instituições que contribuíram para a consolidação deste projeto de mudança social.[3]

Uma das principais questões, senão a principal, da futura tese é realizar a análise da eficiência da ação disciplinadora advinda da aplicação da justiça, tendo como principal foco de atenção as representações da violência, que fora empregada pelos personagens dos processos analisados, através das várias pessoas que nos deixaram estas impressões nesta fonte, ou seja, indo desde os ofendidos, passando pelos criminosos, advogados, testemunhas e

chegando aos funcionários do judiciário – juízes e promotores. Dessa forma, pretendemos englobar praticamente todos os níveis de convívio social de então, posto que entre os personagens dos processos criminais, apesar de a maioria ser pertencente a classes populares havia também, no caso uberabense, várias pessoas "da sociedade", não marginais, que eram alvo de ações judiciais.

Ao ensejar a analise das percepções da violência, buscaremos, com a conclusão da tese, contribuir para a melhor compreensão da maneira como os indivíduos e o Estado se relacionavam. Sem a intenção de supervalorizar os "crimes contra a pessoa", isto é, tendo-se bem clara sua caracterização enquanto forma de resolução de conflitos cotidianos, procurar-se-á detectar quais eram as especificidades da intervenção da justiça nas maneiras de convivência dos indivíduos, buscando entender e discutir qual seria o discurso criminalizador – e suas implicações disciplinadoras – e também a eficiência deste discurso – expressa em mudanças na percepção do que seria a violência. Então, poder-se-á desvendar, num universo especificamente representativo, como interagiram o indivíduo e o Estado no processo de construção de tipos "ideais" de relações sociais. O Poder Judiciário ainda carece de um melhor detalhamento quanto ao seu funcionamento na historiografia nacional, pois prevalece a idéia de que as práticas da justiça se davam de maneira confusa tendo em vista a precariedade de recursos – crítica que, aliás, acompanha este Poder até os nossos dias. Portanto, deve-se fazer a análise do Poder Judiciário através de suas atividades cotidianas, explicitando sua dinâmica e especificidades, tanto em nível local como nacional. A generalização estabelecida quanto ao seu mau funcionamento deve ser vista inserida em um contexto histórico, com um pensamento referente a este contexto e sem se esquecer de que havia muitos agentes preocupados com o melhoramento das práticas da justiça. A maneira como o Poder Judiciário entendia a sociedade do Brasil está diretamente ligada à forma de pensamento dominante, tendo em vista ser este Poder um importante meio para a acomodação das personagens sociais. [4]

O estudo preliminar do cenário criminal em Uberaba, alertou-nos para a questão dos crimes violentos.[5] O grande número de crimes contra a pessoa traz para Uberaba uma característica comum às cidades do interior, marcadas pelo que Maria Sylvia de Carvalho Franco chamou de "código do sertão". Em situações de desavenças pequenas, ela constatou que grande número dos casos mostrava uma regularidade no traço do desfecho violento. Por motivos quase banais aos nossos olhos, homens se matavam e, ainda assim, dificilmente gozavam de desprestígio junto à comunidade, a qual encarava essa atitude como um modo de defesa da honra. "[...] os ajustes violentos não são esporádicos, nem relacionados a situações cujo caráter excepcional ou ligação expressa a valores altamente prezados os sancione. Pelo contrário, eles aparecem associados a circunstâncias banais, imersas na corrente do cotidiano".[6]

Essa característica, segundo a qual a violência seria, até certo ponto, socialmente aceita, também é levantada por Felício Buarque,[7] quando este argumenta sobre a falta de comoção pública para com os crimes em Uberaba. Ele explica que o grande número de "brutalidades" contra as pessoas seria fruto do pouco prestígio das instituições garantidoras da ordem social. Felício Buarque acreditava, ainda, que a alta criminalidade seria uma conseqüência de múltiplas causas de ordem moral, social e política; aliada à falta de civismo por parte da população e de altruísmo para com os interesses públicos por parte dos funcionários da justiça, a ação contra os crimes não tinha oposição.[8] Ele escreveu: "Acresce, além de tudo, a circunstância de os grandes crimes não comoverem quase o espírito público, já afeito a presencia-lo com indiferença, como se não lhe interessasse a prática desses atentados que se reproduzem, no correr dos tempos, em progressão crescente".[9]

O aumento dos índices de criminalidade, durante o período estudado, era explicado pelos contemporâneos – juristas, pensadores em geral e imprensa – em função do argumento do crescimento das cidades. Uberaba, principalmente depois da chegada da ferrovia, em 1889, reforçou seu caráter de centro regional, atraindo um contingente populacional expressivo,

inclusive de imigrantes estrangeiros, apesar de aquela não ser uma região preferencial para introdução destas pessoas devido a escolhas feitas pelo governo estadual.[10] A população no município, em meados do período estudado, segundo um recenseamento realizado 1909, era de 35 mil pessoas. Este era o contingente de pessoas que concorreu, segundo contemporâneos, como Felício Buarque e outros, para um aumento da ineficiência da justiça, ou, no mínimo, para que gerasse um sentimento de que esta não funcionava adequadamente.

É possível inferir que a crescente importância da região como entreposto comercial – e, depois, a partir de 1910, com a dedicação à criação de gado [11] – e o fluxo de pessoas geraram um contato mais intenso da população local com outros estilos e visões de vida, daí o interesse em estudar este cenário a partir de uma perspectiva cotidiana. O destaque da comarca uberabense como local de estudo se deu, muito para além de uma apologia ao estudo da história local, pela complexidade daquela situação, posto que a região tinha um centro urbano e era marcada, genericamente, por atividades ligadas ao meio rural. Outrossim, Uberaba era a sede de uma comarca de proporções geográficas bastantes expressivas e isso tem um impacto na forma da administração da justiça, pois seria necessária uma adequação da estrutura de funcionamento judicial ao tamanho da área por ela abrangida.

No nosso entendimento, já estão contempladas as análises deste tema sob o ponto de vista de estudos das cidades e, por isso, nosso enfoque principal é no cenário rural, buscando caracterizar as atividades criminosas neste espaço. Nossa hipótese é de que as mudanças nas formas de resolução de conflitos, ou seja, a “moralização e civilização” da população que levariam estas pessoas a buscarem soluções legais para seus conflitos, ocorriam de forma diferente daquelas processadas no cenário urbano. Para começarmos a desvendar estas diferenças, discutiremos a dimensão da incidência de crimes contra a pessoa junto ao cenário criminoso regional; este objetivo será contemplado com a discussão de dados levantados preliminarmente e que tratam da criminalidade na região da comarca de Uberaba durante o período estudado. Partiremos, depois, para a abordagem quantitativa feita no

conjunto dos processos de crimes contra a pessoa, com o objetivo de verificar as incidências destas atividades no campo e na cidade.

O caminho para conclusões mais precisas a respeito da questão dos crimes violentos na comarca de Uberaba ainda estão sendo trilhados. Neste momento, o que de mais óbvio – e que nem sempre é o mais fácil de perceber – é que há uma dificuldade salutar em se diferenciar os espaços onde se praticam os crimes. Campo e cidade em uma localidade em que os hábitos são eminentemente rurais, mas já se observava nuances de modernização, faz com que a situação se torne interessantemente complexa, abrindo espaço para que novas investigações sejam feitas no sentido de compreender melhor a interação entre estes espaços.

---

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Orientador: Marcos Bretas. Bolsista CAPES.

[2] Sidney Chalhoub, em sua obra "Trabalho, lar e botequim" chama a atenção para o fato de que, com a abolição da escravidão e o advento da República, o Brasil viu aumentar seu destaque no cenário da divisão internacional do trabalho e da economia capitalista mundial; daí surge um "estado de espírito" progressista que fornece os meios para a implantação de um projeto modernizador quanto as questões estruturais – vias públicas, portos, prédios de repartições públicas melhores – e quanto aos comportamentos sociais dos trabalhadores. O trabalho precisava deixar de ter um caráter aviltante e inserir-se num universo cultural onde fosse "dignificante". "Tratava-se, afinal, de fazer com que o país se inserisse na 'civilização'.". CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, p. 253.

[3] Cf. BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997

[4] Sobre estas considerações, créditos à idéia de Thompson a respeito da lei: "(...) ela possui suas características e lógica própria: deve ser justa, ou pelo menos parecer". THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*: as origens da lei negra. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 353.

[5] Cf. SILVA, Marcelo de Souza. *A lei e a (des)ordem: criminalidade e práticas da justiça na Comarca de Uberaba*, MG. Franca: Unesp, 2004. Dissertação (mestrado em história).

[6] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

[7] Felício Buarque escreveu um texto muito importante que trouxe informações valiosíssimas quanto à organização da justiça em Uberaba. O autor era promotor da cidade, cargo que deixava quando escreveu o artigo. Formado na escola do Recife, ele realizou diversos trabalhos antes de aportar na cidade em 1900. Suas principais preocupações repousavam no bom funcionamento da justiça, o que, na sua visão, aconteceria quando houvesse a quebra da interferência política sobre a ação dos juízes e promotores. Em seu artigo, Buarque trata da questão criminal local, revelando as condições em que vinha funcionando a justiça. As principais anotações que faz são quanto à inadequação do sistema judiciário à conjuntura criminal de Uberaba – cidade importante da região que, segundo o autor, vinha experimentando crescentes índices de criminalidade. BUARQUE, Felício. A criminalidade em Uberaba: ensaio de criminologia local (parte II). *Revista de Uberaba*, fascículo 3, volume 1, 1904.

[8] Cf. BUARQUE, op. cit., 1904.

[9] Ibid., parte I, p. 37.

[10] Uberaba adquiriu a característica de centro regional desde o momento em que ali se estabeleceu um dos postos de abastecimento da estrada que ia de São Paulo a Goiás – rota da Anhangüera, na primeira metade do século XIX – e que ganhou mais força com a criação de uma rota comercial fluvial, através do Rio Grande (que faz a divisa do Triângulo Mineiro e São Paulo), durante a segunda metade do século XIX. Em fins do século, 1889, com a chegada de uma linha tronco da ferrovia da *Companhia Estada de Ferro Mogyana,* ocorreu um fluxo transmigratório do interior paulista para a região. Também foi marcante o aumento de importância de Uberaba, enquanto entreposto comercial. Cf. SILVA, 1998, p. 49 et. seq.

[11] Cf. GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo na divisão regional do trabalho. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: UFU, Revista do Curso de História, n. 4, jan/jun, 1991, pp. 7-35.

Evangelização e Propriedade fundiária: Os Monges Beneditinos na cidade de Salvador

MARCELO DONIZETTI PREVIATELLI – PPG-PUCCAMP

Brasão da Ordem de São bento no Brasil 1582-1827
ENDRES, D. José Lohr, *A Ordem de S. Bento no Brasil quando Província 1582-1827, Ed. Beneditina, Salvador, BA, 1980, p.3.*

Em 10 de setembro de 1570, era aberto, no mosteiro de Tibães, o primeiro capítulo geral da congregação dos monges beneditinos celebrado em Portugal. Já nessa ocasião, alguns monges Beneditinos demonstravam surpresa pela Ordem multisecular não ter se voltado de imediato à missão religiosa nas terras El-Rei, chamadas de o "Novo Mundo".

Diferente dos Jesuítas que estavam na pujança da ordem recém-criada, com um espírito mais diretamente voltado à evangelização, característica bastante importante no processo de expansão da Companhia de Jesus, os beneditinos, somente com a chegada de dois monges reformadores, dom Pedro de Chaves e dom Plácido de Vilalobos, conseguem ver renascer entre os monges portugueses o fervor primitivo da Ordem.

Nesse espírito de reforma, o Abade Geral convocou o segundo capítulo geral em terras lusitana em 13 de fevereiro de 1575, sob o reinado de Dom Sebastião. A tradição missionária da Ordem foi amplamente lembrada pelos padres capitulares, mostrando-se dispostos à evangelização nas conquistas ultramarinas.

Outro argumento também foi apresentado quando da indicação de missão beneditina em terras brasileiras. Naquele ano, haviam feito profissão religiosa na Ordem três jovens

nascidos no Brasil, eram eles: Pedro de S. Bento Ferraz, natural da capitania de Ilhéus, João Porcalho, também da capitania de Ilhéus e Manuel Mesquita, da Capitania da Bahia. Os pais haviam enviado os filhos nascidos na colônia para se formarem em Portugal, quando decidiram pela Ordem, optaram pelo ideal monástico beneditino. Entenderam então os monges capitulares, que nada mais natural que ardesse nesses jovens o desejo de verem a Ordem a que pertenciam transplantada para sua terra natal.

Assim foi feito, o Abade Geral do mosteiro de Portugal decidiu pelo envio de um dos jovens ao Brasil, escolheu Fr. Pedro de S. Bento Ferraz, que aportou em terras brasileiras em data ignorada, provavelmente no decorrer do ano de 1579. Sua missão não era bem fundar mosteiros, pelo menos não era essa sua primeira missão, e sim investigar a conveniência de se fundar mosteiros em terras do Novo Mundo.

Com carta endereçada ao " nobilíssimo Senado da Câmara", o jovem monge é recebido com alegria pelos familiares e amigos, moradores dessa terra. O emissário do Abade Geral cumpre a risca sua missão: levanta donativos ao Mosteiro Português, observa a cidade "cabeça do Estado Brasílico Lusitano" e lança a idéia da construção de um mosteiro ali na cidade. Segundo o arquivo do Mosteiro de São Bento de Salvador-Bahia, a idéia agradou tanto, que de imediato o Sr. Francisco Afonso Condestável e sua esposa D. Maria Carneiro ofereceram à Ordem de São Bento, mediante escritura de "doação inter vivos", todo o terreno que hoje está circunscrito pelas ruas: São Pedro, 21 de abril, Lapa, Mouraria, Castanheda, Dr. Seabra e Ladeira de S. Roque.

O primeiro Livro tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia registra esta primeira doação, bem como apresenta o Sr. Francisco Afonso Condestável e D. Maria Carneiro como os primeiros benfeitores da Ordem no Novo Mundo. O mesmo Livro tombo traz o termo de doação.

Somente após esses episódios, o Jovem Monge apresentou-se ao "Senado da Câmara" revelando o real motivo que o trouxe a essa terra, qual seja, averiguar se havia condição propícia para uma construção beneditina.

Lida a carta do Abade Geral de Tibães, o Senado da Câmara sinalizou uma objeção a essa fundação na cidade de Salvador:

"Muito folgaremoz que com rezão poderemos conuir o q´o Rvdo Pe. De S. Bento nos pede, mas como veyo a esta cidade, digo a estaz partez a pedir esmolla pa. O Mostr.º de Portugal como consta da carta que tem delle esta Câmara, e non mostra poderez pa. Edificar caza de Seu mayor, este temoz por incoviniente de Se conceder o q´ pede, e Mostrandoa todo o fauor, e caride. Q´ em Noz estiuer Le faremoz. Sebastiam Moniz Barrt.º/ Ant.º Gil/ Antonio Lopez/ ferando Vaz/ Mel Frr.ª" [1]

Alguns membros do Senado da Câmara indicaram ao monge uma visita ao Bispo e recomendaram que primeiro se entendesse com ele e depois poderiam conceder a licença, claro que se isso fosse do agrado do ordinário local. Indicaram também que pedisse a Ermida dedicada a S. Sebastião, lugar onde hoje encontramos o Mosteiro de S. Bento.

O Bispo, D. Antônio Barreiro, que antes de vir ao Brasil fora Prior do Mosteiro de São Bento d´Avis em Portugal, não só recebeu Fr. Pedro de S. Bento Ferraz, como de bom grado confiou a Ermida de São Sebastião à Ordem beneditina.

No mesmo dia, após a licença do Bispo, conseguiu a confirmação do Governador e rumou novamente para a Câmara que diante dos termos da autoridade Eclesiástica e civil entregaram ao suplicante a referida Ermida.

Fr. Pedro voltou a Portugal levando consigo os resultados de sua missão brasileira. Diante das auspiciosas notícias o Abade Geral, novamente convocou capítulo geral da Ordem em 29 de setembro de 1581. Na sessão de 7 de outubro do corrente ano, o assunto tratado foi exatamente a diligência feita por Fr. Pedro de S. Bento Ferraz na cidade do Salvador da Bahia e o êxito obtido junto às autoridades locais. Tendo sido lido os deferimentos do Governador do Bispo e do Senado da Câmara, os padres capitulares referendaram a origem da Ordem em terras brasileiras.

Diante do entusiasmo dos padres em assumir a missão além mar e do referendo dado pelo Capítulo da Congregação, o recém-eleito Abade geral, Fr. Plácido de Vilalobos, passou a buscar entre os religiosos portugueses os que julgava serem os mais aptos à nova

missão. Escolheu o Fr. Antonio Ventura como o fundador e primeiro superior do futuro mosteiro de São Bento na cidade do Salvador; e por companheiros vieram: Fr. Pedro de S. Bento Ferraz, Fr. João Porcalho, Fr. Plácido da Esperança, Fr. Manoel de Mesquita, Fr. José, um subdiácono e dois irmãos, Fr. João e Fr. Bento.

Quando desembarcaram em Salvador, foram logo à Ermida de São Sebastião que se localizava fora da porta da cidade, entre os muros e os fossos e se recolheram na pequena casa tornando-a sua clausura. Com o apoio dos moradores da província que tão bem aceitaram a forma monástica desses novos padres em terras brasileiras, acelerou-se a construção do convento de forma que em 1584 uma parte já estava pronta para a habitação dos monges beneditinos que ainda receberam em doação toda a fazenda do Sr. Gabriel Soares de Souza, oficial da Câmara de Salvador, que fazia uma única exigência: ser sepultado com sua mulher, Ana de Argolho, junto à Capela-mor do mosteiro. A fazenda desse oficial da Câmara se estendia por todo o lado direito do que são hoje as ruas Duarte, Praça da Piedade, Rosário e Mercês, Forte de São Pedro, Campo Grande e o princípio do Corredor da vitória, até o mar. Quando faleceu o generoso benfeitor da Ordem, seu corpo foi sepultado no altar mor da antiga capela do mosteiro, sob o epitáfio: “Aqui jaz um pecador”.

Em 1584, em Portugal, durante um novo Capítulo Geral, o Mosteiro de São Bento da cidade do Salvador da Bahia foi oficialmente incorporado à província portuguesa e elevado à condição de Abadia, sendo seu presidente até então o Pe. Fr. Antonio Ventura, nomeado primeiro abade desse mosteiro.

Depois disso, as doações ao mosteiro foram ainda maiores e não se restringiram à cidade de Salvador. Receberam doações em Itapuã, donde o ceramista beneditino Agostinho da Piedade retirava barro para a confecção de imagens, as primeiras feitas no Brasil. Os beneditinos avançaram pelo recôncavo, onde destacamos Santo Amaro da Purificação, que nos anos seguintes contou com o empenho do Frei Macário como arquiteto de algumas das igrejas daquela cidade.

Uma das mais importantes doações feitas ao mosteiro deu-se em 1586, mais precisamente em 16 de julho desse ano, quando D. Catarina Álvares Caramuru, a

Paraguassú, por escritura entregou ao mosteiro de São Bento de Salvador a Ermida de Nossa Senhora da Graça, bem como toda a prata do serviço de sua casa para a confecção de um relicário. Além disso, doou toda a terra que lhe coube em partilha com a morte de seu marido Diogo Álvares.

Nesse mesmo ano, outra importante doação foi feita pelo Sr. Afonso Condestável, a doação correspondente à área onde hoje encontramos o Largo da Piedade, a Rua do Rosário até a Igreja do mesmo nome, a Rua Direita da Piedade, a ladeira da Piedade, a Rua da Alegria, a Rua dos Barris, a Ladeira para a fonte dos Barris, a Ladeira dos Coqueiro, o Portão da Piedade e a Rua do senado, ou seja, toda área de expansão urbana de Salvador nos séculos seguintes.

Passado o primeiro triênio da Ordem em terras brasileiras, o Capítulo Geral tomou ciência do quanto floresceu a Ordem na cidade de Salvador da Bahia. Os membros de confiança foram então notificados da elevação do mosteiro à categoria de Abadia, além de enviarem ao Brasil outros monges beneditinos visando o mais rápido desenvolvimento da Ordem no Novo Mundo.

Dentro desse projeto expansionista dos beneditinos, vieram ao Brasil, além de outros, Pe. Fr. Damião da Fonseca e o Irmão Basílio que juntamente com Fr. João Porcalho cuidaram de introduzir o segundo mosteiro da Ordem na cidade de Olinda, em Pernambuco, cuja inauguração, foi muito provavelmente no ano de 1586. Em seguida, os beneditinos seguiram para o Rio de Janeiro para a fundação do Mosteiro de Nossa Senhora do Montserrat. No início de século XVII, eram cinco abadias que compunham a província brasileira, que em seu apogeu podiam todas ter noviciado próprio além de recebem, de três em três anos, visita canônica do provincial que cuidava das necessidades de cada abadia e corrigiam os abusos que por ventura encontrasse.

Foi no mosteiro de Salvador que se estabeleceu a primeira escola de ensino superior da província, em meado do século XVII, sendo o responsável pelo ensino superior na colônia o Fr. Manuel do Rosário, doutor pela Universidade de Coimbra. O Modelo adotado

foi exatamente o da Universidade de Coimbra, salvo as variações necessárias em decorrência das estações.

Já no final do século XVI, a cidade concebida pelo primeiro Governador apresentava feições bem diferentes. Pouco sobrara dos muros, a população aumentara de uma maneira desordenada, construindo casebres e no fundo, suas roças, sem que houvesse nenhum planejamento urbano. Pelo lado norte já haviam avançado ao que hoje chamamos de largo do Pelourinho, em frente ao colégio dos Jesuíta; além de estabelecerem seus casebres no entorno dos franciscanos, despencando para o que hoje chamamos de a Baixa do Sapateiro, margeando o rio das Tripas.

"s.SALVADOR/ Baya de todos los Santos". Estampa do reys-boeck. Ca. 1624
Fonte: REIS, Nestor Goulart, "*Imag. de Vilas e Cidades do Brasil Colonial".* Ed. Edusp e Imp. Oficial, São Paulo, SP, 2000, p.19

A cidade de Salvador começava a se tornar uma cidade escancarada, os muros no chão e a cidade se expandindo. A posição estratégica em que se encontravam os monges beneditinos garantiam-lhes certa segurança e foram então construindo casas e suas roças. As doações eram cada vez maiores, com isso fizeram um guindaste na Ladeira da Conceição para uso próprio e de terceiros, mediante o pagamento de aluguel. Esse equipamento, juntamente com o dos jesuítas, foram de grande utilidade no desenvolvimento da cidade.

Maus momentos passaram os monges beneditinos com a invasão holandesa no início de século XVII, quando tiveram o mosteiro invadido e devastado. Logo após a expulsão dos holandeses, os monges passaram a reconstruir o mosteiro.

'Os inimigos da pátria e da religião' uma 'mistura de luteranos e Calvinistas', como diz o primeiro compilador do Dietário[2] das vidas dos monges da Bahia, entraram pela baía de Todos os Santos e desembarcaram suas tropas que invadiram e se apoderaram da

cidade de Salvador obrigando os monges a abandonar o mosteiro, em pleno apogeu do desenvolvimento da Ordem, e a seguir para seus engenhos no Recôncavo. Esse episódio, ocorrido em 1624, representou uma verdadeira calamidade para os beneditinos.

Um ano após a invasão, os holandeses foram obrigados a se retirar, mas levaram consigo tudo o que de precioso encontraram na abadia, além de danificar as construções deixando alguns mosteiros quase em ruínas. A população mostrava-se infeliz e mais empobrecida, os celeiros e lavouras dos mosteiros estavam abandonados e os escravos foragidos.

Quando tomou conhecimento do ocorrido em terras brasileiras, o abade geral da congregação apressou-se em reparar o estrago, enviou a Salvador um novo abade, Fr. Cosme de S. Tiago, juntamente com alguns monges peritos em construção, entre eles Fr. Macário de S. João, que segundo o Dietário da Ordem trabalhou no ofício de 'architectura' até morrer. Este concebeu e deixou disposta a planta da construção de um mosteiro monumental em torno da construção antiga que, se concluído, seria digno de figurar entre as grandes abadias da Europa .

O início da construção do mosteiro projetado por Fr. Macário se deu em 1680, mas apesar da obra estar adiantada diversas circunstancias dificultaram a sua continuidade permanecendo a obra parada por vários anos. Quando em 1759, os padres jesuítas foram expulsos e tiveram seus bens confiscados, outras ordens religiosas ficaram abaladas e receosas de terem o mesmo destino. Em vista disso e do fechamento dos noviciados beneditinos, também ordenado pelo Marques de Pombal, as obras foram definitivamente suspensas. Quando o quadro se reverteu, o dinheiro para a construção desse Mosteiro já havia sido empregado em outras obras.

Como relata Nestor Goulart[3], a cidade de Salvador foi concebida com um traçado regular, aos moldes da organização municipal portuguesa.

No final do século XVI, notamos, segundo relato das Ordens religiosas, que a cidade de traçado regular, construída no período do primeiro governador, apresentava feições diferentes. Neste final de século, quase nada restava do muro original, a população crescia

de forma desordenada sem nenhum planejamento urbano. A cidade de Salvador tornava-se, como diz Teodoro Sampaio, uma "cidade escancarada", murada apenas pelas Ordens que ali se instalaram e foram delimitando o espaço de ocupação urbana, como é o caso aqui apresentado da Ordem dos beneditinos e das grandes propriedades oriunda das doações de 1584 e 1586.

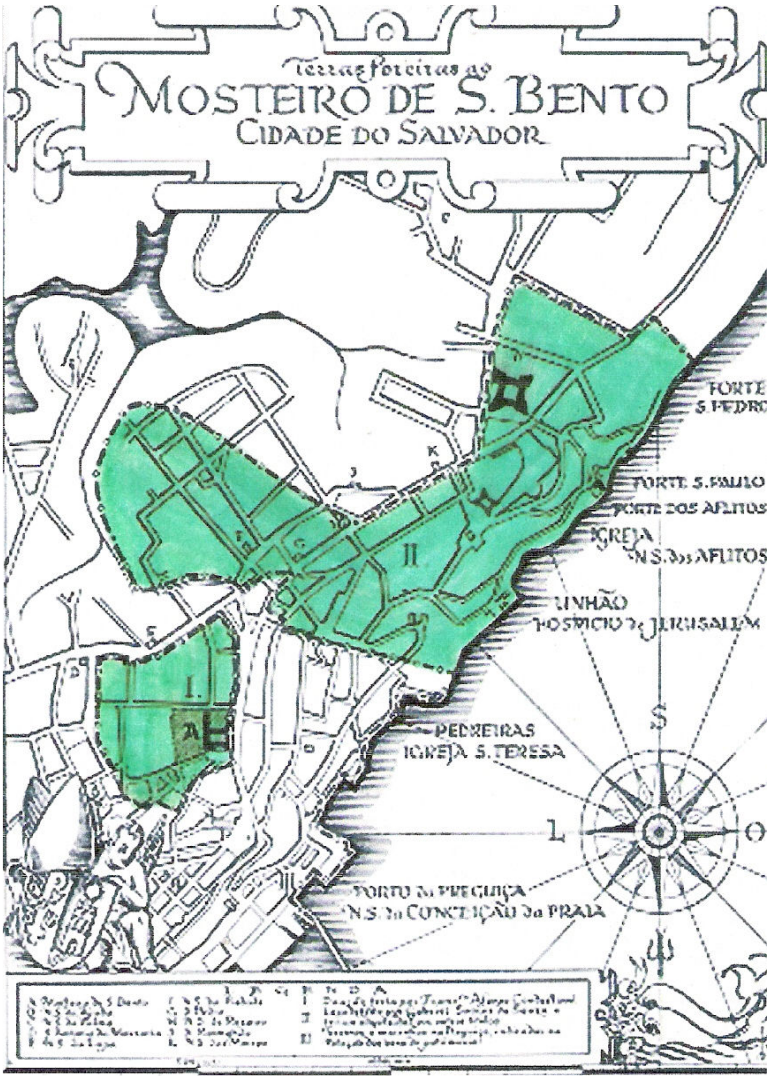

Mapa das terra fronteiras ao Mosteiro de São Bento
Uma reconstituição do Irmão Paulo Lachenmayer.
Fonte: ROCHA, D. Paulo, "*400 anos do Mosteiro de S. Bento da Bahia"*, Salvador-BA, 1982, p.70.

[1] Livro Tombo (I) do Mosteiro de São bento, fl. 167v, Arquivo do Mosteiro de São Bento-Bahia.

[2] "...os holandeses, como eram uma infernal mistura de Luteranos e calvinistas... o primeiro objetivo de suas danadas invenções, foi o total estrago dos templos sagrados, aos quais ao depois de roubados, e saqueados os arrasarão, deixando tudo assolado e destruído."

[3] In, Evolução Urbana do Brasil – 1500/1720, Pini, São Paulo, SP, 2000

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CULTURA NA ETNIA XAVANTE

Marcelo N. Melchior – PPG-UCDB
melchior@ucdb.br

1-Uma Visão Histórica da Aldeia de Sangradouro MT.

A colônia de São José, localiza-se (aproximadamente) a uns 250 Km da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá. Segundo a Crônica da casa, ela está à margem direita do rio Sangradouro (afluente de margem direita do rio das Mortes) à 75 léguas de Cuiabá[1].

Os padres salesianos em Cuiabá tinham uma grande amizade com um doutor que se chamava Joaquim Manoel dos Santos, esse médico era muito estimado e considerado em Cuiabá, por ser uma pessoa que contribuía com as necessidades do povo, sempre estava inserido em projetos sociais, principalmente naqueles onde os salesianos assumiam frente.

Doutor Joaquim tinha uma fazenda no Mato Grosso, fazenda essa, que servia de apoio e parada obrigatória para os padres salesianos, pois era caminho da missão dos tachos[2], com os índios Bororo. Como a fazenda era situada exatamente na metade do caminho, os missionários recuperavam suas forças nesse ambiente, antes de seguirem em frente. Eram muito bem atendidos pelos funcionários, enfim, os padres se sentiam em casa.

Com todo esse contato, o médico sempre oferecia essa fazenda aos salesianos para que a comprassem e ali fizessem uma comunidade religiosa para também atender os moradores da redondeza, que eram muitos, mas viviam e afastados um dos outros principalmente pela distância, e os meios de locomoção que também eram precários.

O principal centro de estudos era Cuiabá, não existia nada na redondeza, a situação não era a das melhores. Outra população que ali existia era a dos Bororo, índios que habitavam os cerrados dessa região, e já estavam sendo atendidos pelos missionários salesianos.

A crônica da casa diz o seguinte:

[1] Dados recolhidos da crônica da casa Salesiana de São José – Sangradouro MT.
[2] Missão Salesiana localizada a 250 Km ao leste de Sangradouro; trabalho de "evangelização" com os índios Bororo.

> O Drº Joaquim desejava vender a fazenda aos salesianos, pois achava que se tornado um futuro campo de missão, por estar a fazenda bem encostada ao território habitado pelos índios bororos. Por falta de dinheiro os salesianos protelavam sempre a proposta, sem contudo perder de vista a ocasião.
> Em março de 1906 achando-se doente o Dr Joaquim e temendo morrer sem ter efetuado o seu desejo, fez chamar a sua cabeceira o Pe. Manoel de Oliveira e o Pe. Felipe Papalardo e...obrigou-os a receber quase de presente a sua fazenda.
> Pe. Antônio Malan, inspetor de Mato Grosso, estava em viagem para a Itália, mas deixara aqui o Pe. Manoel Gomes de Oliveira, diretor do Liceu Salesiano de Cuiabá com poderes para governar inteiramente a inspetoria.
> Pe. Manoel aceita a proposta e assina o contrato de posse já de antemão preparado pelo Dr. Joaquim.
> A fazenda media 20.000 (vinte mil hectares), possuía 500 cabeças de gado 100 (cem) muares, 50 (cinqüenta) ovelhas.
> Possuía ainda uma casa de alvenaria, cômoda espaçosa com bela varanda.
> Condições de compra: 40 (quarenta) contos, pagar quando puder, sem entrada inicial e sem juros...
> Três dias depois morria o Dr. Joaquim Manoel dos Santos, mas o contrato estava feito[i].

Dentre todos os questionamentos e interrogações, os salesianos assumem definitivamente a fazenda, que fora praticamente doada pelo doutor.

Pe. João Bálzola é nomeado para ser o primeiro diretor de Sangradouro. Após ser delegado a cumprir essa tarefa mais do que depressa convida algumas famílias dos Tachos para residirem em Sangradouro.

2- A CHEGADA DOS XAVANTE EM SANGRADOURO MT.

No dia 24 de fevereiro de 1957, chegou em Sangradouro um grupo de índios Xavante, segundo conversas de pessoas que viveram nessa época, descrevem que mal conseguiam parar em pé de tanta fome e cansaço. Esses que conseguiram chegar eram muito jovens, e o mais importante, foram guiados por apenas um ancião. Percebemos o quanto a figura do idoso é fundamental nessa cultura, ela é muito valorizada e respeitada por todos os integrantes da sociedade.

> Nelle scorse Febraio, precisamente il 24 de febraio, sono giunti a Sangradouro uma settantina de Chavantes, spint piú dalla fame e dalla procura di rimedi, Che dalle minaccie delle tribú limitrofi, loro nemiche, come i Ciarentes. (...) nella stragrande maggioranza predominano i bambini (aiutéri) e gli uomini (iprédu), com um solo Vecchio sui settantaani[ii].

Com a chegada dos Xavante, os missionários dedicaram total atenção para eles. A comunidade salesiana acolheu com muito carinho os Xavante, houve uma grande recepção e aceptividade em ambas as partes. Se os missionários fechassem as portas, com toda

certeza esse grupo que reside em Sangradouro, não existiria, mesmo que tivessem continuando e se instalassem em outra região, não sobreviveriam pois estavam muito doentes.

3- A Educação Escolar Indígena Xavante na Aldeia de Sangradouro –I Algumas Reflexões.

No mundo dos não-índios, temos a escola como marco referencial na vida dos seres humanos. Experiências são adquiridas nesse espaço, o que torna e principalmente impulsiona a busca de novas descobertas, fundamentalmente no que se refere aos primeiros contatos, quando as impressões que são assimiladas tornam-se uma novidade.

Essa é a perspectiva de análise das crianças, tudo o que se está posto é tomado como marco referencial, no contexto hodierno desse ser que começa aos poucos, ser um agente idealizador de sua história.

> A escola é um dos lugares consagrados à formação do indivíduo e a sua integração numa comunidade de iguais. É graças a ela que o indivíduo pode transcender seus laços familiares, étnicos ou consuetudinários e criar um sentimento de pertença a uma identidade mais abrangente: a nação, a república. A Educação tem igualmente a missão de conduzir a pessoa ao pleno amadurecimento de suas capacidades[iii].

Dessa forma, o indivíduo passa a se estruturar tendo um desenvolvimento amplo das diversas fontes de autonomia, despertando a responsabilidade como também os critérios na qual a liberdade se encontra presente na vida humana.

Refletimos sinteticamente o significado da escola para os não-índios, podemos agora delinear algumas perspectivas de reflexão a respeito da escola indígena, será que os critérios poderão ser os mesmos para pessoas que trazem consigo fatores culturais diferenciados? Como é realmente representada a escola indígena?

> Por ser a Escola um espaço criado pela sociedade dominante, para forjar homens que aceitem a relação de dominação/submissão, mantendo os quadros situacionais em favor do “progresso” e da “civilização”; por introduzir formas culturais diferentes e parâmetros alheios aos indígenas; por ajudar muitas vezes a “demolir” suas tradições culturais, substituindo-as por outras; consideramos a Escola e todo o aparato que a compõe como tendo um caráter de “Frente” de conteúdo ideológico[iv].

Expressa-se, assim o caráter implicativo e ao mesmo tempo “destruidor” que a escola pode provocar dentro de uma sociedade indígena, pois as tradições culturais do grupo podem ser gravemente “abaladas” devido a um outro espaço que se insere no meio.

No caso da escola de Sangradouro, ela também não deixa de ser diferente, pois a mesma é causadora de algumas posturas contrárias à tradição, que foram tomadas dentro da aldeia, ocasionando que os anciãos (numa perspectiva histórica da etnia Xavante) deveriam ser os portadores de conhecimento, mas devido a caracterização do problema e interferência do meio, eles se sentem inferiorizados para transmitir os conhecimentos da cultura.

Nesse contato com o mundo não-índigena, a escola tem prejudicado o tempo de transmissão original das tradições indígenas, com prejuízo da formação e educação próprias da etnia. Tendo por fim como já citamos a “desvalorização” dos anciãos dentro da sociedade Xavante por não possuírem tantos conhecimentos a transmitir em comparação com os agentes missionários e professores indígenas. Atualmente, porém, tem-se procurado um caminho conciliador entre escola e ensino tribal, pelo que os anciãos têm recuperado parcialmente seu prestígio de mestres da vida e seu lugar inclusive na escola, como mestres do saber.

Contudo a educação que os anciãos transmitem, no caso em Sangradouro, podemos dizer que ainda conseguem atingir os objetivos, que é a garantia da transmissão dos valores. Os Xavante prezam muito pela preservação de sua cultura, desde criança, aprendem a valorizar o seu povo e, principalmente, a ter orgulho de serem índios Xavante.

Vemos a necessidade, como também um desafio para a implantação de uma educação escolar indígena diferenciada, as escolas nas aldeias não podem, portanto, ser vistas meramente como instituições fora do contexto do grupo, ou até mesmo alheias às especificidades da etnia na qual se faz presente.

A constituição brasileira atualmente em vigor garante aos índios uma educação respeitosa de suas línguas e culturas, de seus modos próprios de viver e pensar, de valorização de seus conhecimentos e dos processos próprios de sua produção e

transmissão. Isso significa o reconhecimento ao direito a uma "educação diferenciada e específica, intercultural e bilíngüe"[v].

Com base nessa diferenciação e especificidade, o governo deve garantir tal espaço, para que realmente possa se alcançar os objetivos propostos, dessa forma obteremos respostas e resultados na educação escolar indígena .

4- Aspectos Culturais da Etnia Xavante

O ser humano como bem sabemos é o sujeito da sua história porque ele mesmo é criador de sua cultura, nesse enfoque observamos que a cultura se torna de um certo modo um processo acumulativo, resultante de toda a experiência humana, isso, historicamente falando das gerações que nos antecederam. Todo esse processo, torna-se um limite ou um inverso, podendo também, se tornar um estímulo para o indivíduo. O Xavante é um ser que faz história e cultura e está em contínua mudança.

> [...] O homem – sujeito que produz a cultura – define-se mais por significá-la como um ato consciente de afirmação de si mesmo, senhor do seu trabalho e do mundo que transforma, do que transforma, do que por simplesmente fazê-la de modo material. Antes de ser machado o objeto é o seu símbolo, logo, a relação simbólica entre ele e o homem, entre o homem e seus símbolos. É isto que torna o homem um "ser histórico", um ser que não está na história, mas que a constrói como produto de um trabalho e dos significados que atribui, ao fazê-lo: ao mundo, à sua ação e a si mesmo, vistos no espelho de sua prática[vi].

A vida e a história de cada povo estão em contínua mudança e concomitantemente com elas também mudam as manifestações culturais. Não é que tudo seja completamente modificado e renovado.

A manifestação cultural é impulsionada por cada indivíduo dentro de um específico grupo, toda manifestação possuí um lugar exclusivo, sendo bem determinado, isso faz com que os acontecimentos fiquem registrados na história, e os fatos nunca poderão ser apagados no lugar em que foram realizados.

> Os fenômenos culturais, deste ponto de vista, devem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural [...] Enquanto formas simbólicas, os fenômenos culturais são significativos assim para os atores como para os analistas. São fenômenos rotineiramente interpretados pelos atores no curso de suas vidas diárias e que requerem a interpretação pelos analistas que buscam compreender as características significativas da vida social.[vii]

Dentro da perspectiva Xavante, os fenômenos culturais são produzidos, transmitidos e recebidos por todos os membros do grupo, evolvendo assim os indivíduos numa forma simbólica significativa, no cotidiano das experiências desenvolvidas na aldeia, pelos próprios integrantes da sociedade.

> A percepção que um indivíduo tem de si mesmo e de sua individualidade depende de estruturas cognitivas, esquemas corporais, afinidades comuns e outras qualificações inscritas num quadro que emerge somente no decurso de interações com os membros de seu grupo de pertença e dos outros grupos sociais. Em outros termos, a própria capacidade de um individuo de se pensar como individuo e definir as qualificações desta individualidade é amplamente determinada por suas interações e experiências sociais[Ibidem I].

Os Xavante sabem da importância que cada individuo possui dentro da comunidade, principalmente nas questões pelas quais se referem e enquadram no processo de negociação que é utilizado pelo individuo em suas interações com membros de outros grupos.

Os mecanismos adquiridos com o contato intercultural, são unicamente e individualmente vivenciados, e de um certo modo retransmitidos para os demais componentes do grupo, sofrendo em alguns casos, reflexos não contributivos para a própria cultura, e nesse caso particularmente a cultura Xavante vem sofrendo algumas interpelações na construção das identidades.

Considerações Finais

Após essas reflexões analisadas numa perspectiva histórica da etnia Xavante, pude traçar um paralelo de dados extremamente significativos das origens da chegada desse povo na aldeia de Sangradouro, que se localiza ao leste do estado de Mato Grosso.

O contato com esse povo, principalmente nos momentos que se tem inteiramente de diálogos com os anciãos, se torna muito enriquecedor. As informações que são adquiridas nas coletas de dados são fundamentais para o êxito da pesquisa, a partir do momento que o Xavante adquire confiança naquele no qual está buscando as informações, o resultado é surpreendente, pois nada se esconde, o retorno das respostas é imediato.

Esta pesquisa que realizei, utilizando a história oral como fonte para coleta de dados, pode contribuir de uma forma mais significativa com os estudos acerca dessa cultura tendo uma maior desenvoltura, como também êxito no trabalho com eles analisados.

Essas reflexões, estão preterivelmente indo em busca de soluções, como também ajudando no patrimônio histórico cultural da etnia Xavante.

Não podemos pensar em uma educação escolar indígena sem locuções com a cultura do grupo, pelo qual se trabalha. Os Xavante de Sangradouro, buscam a interação entre os dois mundos, na esperança de encontrar uma melhor resposta nos confrontos vividos nessa sociedade capitalista, que muitas vezes é injusta e desigual para os menos favorecidos.

Notas

---

[i] CRÔNICA, Casa Salesiana São José MT, ano 1957, p.10.
[ii] CRÔNICA, Casa Salesiana São José MT, ano1957, p.128.
[iii] SEMPRINI, Andréa. **Multiculturalismo**. 1ª edição São Paulo: EDUSC, 1999. p.45-6.
[iv] ASSIS, Eneida Corrêa de. **Escola Indígena, uma "Frente Ideológica"?**. Folha 38 Dissertação de Mestrado , PPGAS/UNB, Brasília, 1981, p.38.
[v] BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas, 1998, p.26.
[vi] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Como Cultura**.3ª edição Campinas SP: Mercado de Letras, 2002, p.39.
[vii] THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna:** Teoria Social Crítica na era dos Meios de Comunicação de Massa. 2ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.181.
Ibidem I, p.101.

A CENA NUA E MUDA: O ERÓTICO E O PORNOGRÁFICO NOS FILMES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS BELICOSOS 1898/1928[1]

Marcelo Pais Tabachi Furtado

Guerra dos corpos, nus ou fardados. Guerra de olhares "fuzilantes", furtivos, em meio aos campos de batalha da virtualidade das telas de cinema. O imaginário que recobre o écran e as mentes povoa a cidade em tempos Belicosos. As Guerras fílmicas nacionais não têm o mesmo teor bélico e destrutivo da que era travada na Europa deste início de século XX. Mas buscava o público pelo seu apelo nacionalista e pela carga erótica. Alem disso a guerra maior era pela busca da suposta civilidade européia, que pode ser observada nos motivos que levaram ao "Bota a Baixo", nos arquétipos da nova mulher trazidos dos EUA pelo cinema ou pela I Guerra Mundial, em que a aproximação fílmica faz do espectador um participante da realidade Européia. Sexo e destruição se encontram nas telas cariocas numa vinculação só possível dentro de uma moral típica dos países de formação moral católica. O Cinema negociava com o militarismo nos filmes navais e nas paradas do exército reforçado pelos cine-jornais. Mas será em 1917 que dois filmes farão aproximar o carioca e o conflito Europeu: "Pátria e Bandeira" e "*Lê Film du Diable*"[2]. Nos anos 20 o foco deste cinema volta-se de uma forma geral para o papel da mulher. Não a mulher qualquer, mas, sim, a nova mulher, fruto da modernidade.

GUERRA NA CIDADE: SAI O POVO, ENTRA A BOA GENTE.

Em 1878 já se engendravam "*os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços ou – o que dá quase no mesmo – para a política de expulsão das 'classes pobres'/'classes perigosas' das áreas centrais da cidade*"[3] que, em sua maioria, era composta por negros. A capital não condizia com os sonhos "europeizantes" de nossos governantes. As ruas eram sujas e estreitas, propícias a todo tipo de epidemias. Fazia-se necessário que o perfil desta metrópole fosse transformado, assim expulsando a pobreza que antes se instalava nos antigos cortiços e inserindo neste espaço a "boa sociedade".

A Capital Federal moderniza-se sob o controle do nosso protótipo de Hausmann. O "Doutor" Pereira Passos gerencia uma grande obra, o "Bota a Baixo", que põe literalmente a baixo boa parcela do centro da cidade do Rio de Janeiro, para a construção da larga e moderna Avenida Central, com uma bela calçada e novas lojas. Para garantir a beleza da nova avenida, o Sr. Prefeito valeu-se de um concurso de fachadas, que fez com que os donos dos novos lotes se esmerassem no empenho de construírem a mais bela fachada. Após a inauguração a modernidade atraiu a "boa família" para lá. Era quase obrigatório fazer um "footing" durante uma tarde qualquer na bela avenida. Mas não só as boas moças são atraídas por esta "Belle Ville"...

As luzes que iluminam e dão sentido ao moderno trazem consigo o erótico. Tal relação é percebida nas mariposas – prostitutas que, por grudarem o rosto nas vitrines reluzentes, são comparadas a este inseto - que almejam o novo e moderno exposto nas vitrines dos "magasins". As luzes, que trazem novos ares à cidade, fomentam o imaginário de uma população que, muitas vezes, não está preparada para as transformações impostas à cartografia da cidade. Em uma metrópole que ainda não tem identidade, o cinema tem a obrigação de assumi-la como nação e substituí-la na memória da velha cidade.

A Cidade remodelada era fonte de prazeres lícitos, mas também era espaço de perdição. Seus visitantes tinham muitos motivos para se perderem e o cinema mostra esta nova faceta da Capital Federal, como é o caso de "*Nhô Anastácio chegou de viagem*"(1908)[4]. Neste primeiro filme a falar da cidade como fonte de perdição, conta-se a história de um homem do interior que, em visita à Capital Federal, fica tão fascinado que perde o rumo. Namora uma cantora, sendo denunciado à sua mulher, que parte então para a cidade em busca do marido. Posteriormente, porém, mas com o mesmo sentido, temos: "*A Capital Federal*" (1923)[5] e "*Beijos de Amor*" (1908)[6], exemplos de filmes de situação onde são apresentas cenas que evocam o prazer do olhar. O beijo público é imoral e onde há proibição, há prazer pela transgressão, motivo de estímulo público da sexualidade.

Nas primeiras horas da noite, contradições começavam a acontecer, quando eram exibidas, no Pavilhão Internacional (que posteriormente vem a se chamar Cinema Rio

Branco) dos Segreto, “fitas de origem duvidosa”. Eram os “Stag Films”[7]. Os “habitués” deste circuito eram políticos, homens de negócios e prostitutas A França fez, provavelmente, a maioria de películas stag deste período. Lá o gênero teve sua origem e floresceu. Pela perícia em fazer stags, o termo "película francesa" se tornou sinônimo de filme pornográfico. Produções que serviam como estimulantes ao comércio do prazer[8]. Pressupomos que havia algum tipo de ligação entre os exibidores e o “tráfico de escravas brancas” (eufemismo que servia para designar a prostituição). Não seria redundância lembrar que Paschoal Segreto teve como primeiro sócio no setor de diversões o “Dr. Cunha Sales”, que mantinha em seus estabelecimentos jogos de azar e, possivelmente, prostituição.

Filmes como “A Festa”[9] eram exibidos nestas sessões *privé*, em que homens de fraque participam de um “*rendez-vous*”. A cena inicial mostra a festa onde todos dançam em meio a muita bebida. Em seguida todos aparecem se beijando e algumas mulheres já aparecem desnudas. Depois vê-se um senhor levar para um escritório da casa uma das prostitutas, abaixando-lhe a parte da roupa que lhe deixa os seios à mostra. Deita-a sobre um divã e inicia o ato sexual. As tomadas e os cortes são bastante confusos e amadores. Findo o ato sexual o homem joga sobre a mulher uma nota.

Os pornógrafos franceses desenvolveram muitos dos lotes básicos do gênero e, em 1920, todos os principais bordéis da Europa e das Américas estocaram películas stag.

CONFLITOS IMAGINÁRIOS E MULHERES EM LUTA

Em meio ao grande conflito, mas bastante distantes dele, os cine-jornais aproximam a população do “Mundo” em Guerra. Propagandeavam a bravura dos soldados ingleses e franceses. Algumas fitas são produzidas sobre este tema para aproveitar a efervescência do conflito.

Inserir dados sobre o filme “pátria e bandeira”

Não há indicativos de que hajam stags produzidos no Brasil, mas há referências nítidas de que eles habitam o imaginário carioca. Isto pode ser observado em “*Lê Film du Diable*”(1917). O título em francês já remete ao erotismo e, como não podia deixar de ser,

neste filme está contida a primeira cena de nu do cinema nacional. O título é parte da estratégia de "marketing", pois, por estar em francês, é uma nítida referência aos stag franceses. Isso induzia à existência do conteúdo pornográfico. A película mostra paisagens dos arredores da cidade e cenas de nu com Miss Ray nas grutas da Gávea, apresentando, também, imagens da agora Avenida Rio Branco, passando por Santos e São Paulo além de mostrar imagens da Bélgica arrasada pela I Guerra Mundial[10]. Nela o realizador propunha um passeio pela paz e harmonia representadas pelas terras Brasileiras. O nu simbolizaria a pureza encontrável no novo mundo, em contraponto à Bélgica arruinada.

> **"Esse é o problema – um símbolo sexual torna-se uma coisa e eu odeio ser uma coisa. Mas se eu for me tornar um símbolo de alguma coisa, eu prefiro que seja do sexo."**
> **Marilyn Monroe**

A mulher se apresenta sob duas formas: a de objeto de desejo do público e como espectadora de fitas que reforçariam a moral vigente. A mulher, que por um lado está sexualmente liberta no "écran", deve ser castrada e moldada para se submeter.

> **"Como resultado os discursos dirigidos às mulheres tinham de ser enunciados em termos de libertação e repressão, negociando entre "o velho padrão de controle sexual e a 'nova' possibilidade de desejo sexual"."[11]**

A mulher, que por muito tempo foi levada à submissão, agora aparece, sob a modernidade das lentes do cinematógrafo, como uma "Vamp", ingênua e "Flapper" [12], personagens de um jogo de sedução que ficavam ao gosto dos fetiches desta sociedade que se modernizava. As "Vamps" faziam parte do tipo mais agressivo e desejado, eram as devoradoras de homens. Suas imagens vinham geralmente enevoadas pela fumaça do cigarro e a boca entreaberta, tipo comum tanto na cinematografia nacional como na norte-americana. Nas ingênuas, encontramos seu "sex-appeal" no fato de serem facilmente seduzidas e moldadas para o prazer e que, pela sua fragilidade, deveriam ser protegidas por um homem mais velho e experiente. Já a "Flapper" ou maliciosa despertava nos homens um desejo que partia das suas atitudes.

As atrizes que assumem vários personagens se travestem assumindo novas características. Estas novas formas se adequam ao imaginário do espectador, que busca na atriz a mulher ideal. Num momento ela é uma prostituta e no outro, pode encarnar uma santa. Nestas novas posturas do feminino, as mulheres encarnam fetiches masculinos e assumem papéis como santas, orientais, prostitutas, meninas, dançarinas, mulatas, negras, etc...

Em muitos momentos, o cinema se alimenta de imagens que ele mesmo produz; seus atores transportam para a imaginação dos espectadores sonhos manipulados pelos seus realizadores. A criação de um sonho cinematográfico passa pela formação de um ideal de atores – que são vistos nos filmes ou em seus momentos de lazer[13] em imagens construídas[14] -, que se confundem propositalmente com seus personagens. Esses mitos passam a fazer parte do star-system, lugar do mundo real pertencente aos mitos. Criado por Hollywood, esse modelo é assumido por todos os países produtores de cinema. O cinema americano cria um sistema de divulgação de seus filmes e atores, criando um ambiente propício para sua aceitação.

São muitas as imagens referentes à construção da mulher sedutora, de divulgação da imagem da atriz, aparecendo vez por outra sob diversas fantasias; algumas das mais comuns são: Helen Chadwick[15] - que aparece enrolada em uma toalha que está por cair, deixando ver os ombros, colo e tornozelos nus – Shirley Mason [16], - que aparece com um longo vestido vinho, com grande fenda entre as pernas, entrevendo as pernas e os ombros - , May Murray[17] - que é vista sumariamente comparada a um pavão, o animal divide a cena com a atriz na foto.

Seja no filme em si ou no ambiente que rodeia o cinema, o aspecto erótico é sempre presente. Nos reclames da Revista *Paratodos* eram anunciados remédios em pasta que trariam *"rigidez e consistência a seios já mortos*" [18], em imagens que mostram duas mulheres: uma jovem com seios rijos sob um véu transparente e uma senhora com os seios caídos com uma faixa que recobria os mamilos. Biotônico Fontoura[19], que prometia manter num homem – *"mesmo depois do avançar da idade"* - seu vigor e juventude, traz a imagem

de um senhor com uns 70 anos de idade – que nos faz lembrar Sean Connery – "paquerando" uma jovem de seus 19 anos. Ela, espantada com a situação, diz: **"O senhor, um velho a me fazer galanteios"** e ele responde: **"Depois que inventaram o Biotônico Fontoura só é velho quem quer."** Ou mesmo no anúncio dos "Chocolates Lacta"[20] que mostram uma índia com os seios à mostra, e um Pierrô com ar de cobiça – fome.

> ***"O ator passou a ser a fachada de Hollywood e o star-system a base do seu domínio mundial. A paixão dos admiradores era alimentada por milhões de fotografias com dedicatórias e a publicidade criou em volta desses ídolos uma atmosfera de lenda."***[21]

Quando tratamos o nu como artístico, estamos encobrindo as pretensões eróticas que outro observador pode ter, não das imagens, mas de quem as vê. As revistas masculinas há muito se utilizam deste subterfúgio para justificar a atitude de seus leitores – ou melhor, "vedores" –. No tocante ao cinema, a situação é a mesma, como podemos notar[22]:

> ***"(...) é uma nova obra d'arte de Audrey Munson, muito conhecida dos nossos leitores, que faz pouco viram ainda a "reprise" de um dos seus trabalhos, "A Castidade".***
>
> ***Film finamente trabalhado, em que o nu artístico é largamente explorado. 'Os seus sonhos de creança'"(...)"***[23]***.***

Vemos também filmes que denotam o ideal de uma sociedade em que o fetiche do objeto muitas vezes não fica somente no espaço do olhar, mas também no ideal da troca, assim como na formação da moral de sua juventude – este cinema é muito freqüentado por jovens e mulheres - quando vemos filmes como "*Esposas Velhas por Novas*"[24], com Elliott Dexter, que foi exibido no Cinema Avenida no dia 22/05/1920.

Em outro filme observamos que a mulher pode ser trocada devido ao avançar de sua idade, mas ela deve ser bastante cuidadosa em suas reflexões sobre o casamento (em "*Não troqueis vossos maridos*"). Se, por um lado, o cinema mostra com humor a situação da substituição da esposa velha por uma outra nova, ele diz que a mulher não deve deixar o marido.

O filme mostra a mulher não só como objeto de desejo, mas também a mulher que deseja. Esta nova categoria, que era um fetiche para muitos, mas que não deveria assumir as ruas, podia ser vista em filmes como "*Ilha dos pescadores de pérola*"[25], que tem uma

cena bastante interessante do ponto de vista fílmico, pois através do desejo expresso no beijo dos personagens, esculpidos em argila pelo ator David Powell, é visível o desejo no olhar da atriz Mae Murray.

Armistício: entre Carne e Idéias

> **"Chegamos, então, ao último período do filme mudo. A técnica cinematográfica está no auge da perfeição. Pode-se dizer o que muita gente simples diz diante de um retrato fiel: "Só falta falar".**[26]

O cinema falou! Para muitos o filme ganhou força, para outros foi o fim de um sonho[27]. Era finda a bela época do cinema, de um cinema barato em que pequenos produtores poderiam ganhar dinheiro. A modernização técnica e os altos custos tornavam o cinema uma "expressão artística" cara. A partir daí só haveria espaço para os grandes estúdios. No Rio de Janeiro, o grupo da revista Cine Arte monta a Cinédia; mais tarde surgiria a Atlântida, de Luiz Severiano Ribeiro e a Vera Cruz, dirigida por Alberto Cavalcanti. As produções nacionais ganham público e força.

O cinema passa a ousar mais, começa a tratar de temáticas mais elaboradas e a classe média toma conta das salas de projeção. O cinema, que era diversão para ignorantes[28], passa a vigorar agora como uma expressão da arte[29].

A cidade é transformada e sobre ela as pessoas que a ocupam. Transformadas numa interação do qual o cinema faz parte. Mulheres tomam as ruas, e não necessitam mais ser apenas espelhos de nossas senhoras, virgens e santas, mas também podem ser "Vamp", ingênua e "Flapper".

Pelo foco luminoso das lentes vemos, num jogo de luz e sombras, espectros que percorrem o campo do écran. A satisfação ou insatisfação cabe à interlocução dos signos icônicos, com as lacunas do subconsciente de cada indivíduo. As fantasias de dominação, ou de submissão, estão para o espectador como fantasias que, muitas vezes, suprimem a necessidade da ação. O ser histórico vive frente à tela, uma vida que não é sua, mas da qual ele faz parte, mesmo que por algum tempo.

As luzes se acendem, o filme acaba, os créditos rolam frente o écran. Permanecemos atônitos, pálidos, tentamos enxugar as lagrimas, mas não há jeito. Sentimo-nos invadidos. A diegética parece continuar, mas nós não somos mais observadores ocultos. Estamos expostos, como se somente cada um de nós estivesse olhando através daquela janela – um voyeur descoberto. As pessoas levantam, os faxineiros entram e começam a varrer, outros espectadores entram na sala, olham espantados o nosso rosto, devemos sair e voltar para a realidade que não é fílmica, mas que é a nossa...

---

[1] Esta texto é parte integrante da pesquisa que está sendo realizada para a obtenção do gral de Mestre pelo CPDOC/FGV.
[2] Produzida por Cinematografia Nacional. Lançamento em 16/04/1917.
[3] Sidney Chalhoub. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo. Cia das Letras, 1996. p.34.
[4] Produzida por Arnaldo Gomes de Souza e Marc Ferrez. Lançamento em 19/06/1908. no Salão Pathé.
[5] Produzida por Luiz(ou Lulu) de Barros. Lançamento em 10/11/1923 no Cinematógrafo Rioalto.
[6] Produzida por Paschoal Segreto. Lançamento em 06/12/1908 no Pavilhão Internacional.
[7] Filmes só para homens.
[8] Ver: Lená Medeiros de Menezes. **Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio (1890/1930)**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1992.
[9] Que se encontra na primeira fita da coleção **100 anos de Erotismo no Cinema: O Sexo no Início do Século**. O curta não tem uma descrição do ano de produção, mas que julgamos se tratar dos primeiros anos do século XX. Duração de 2 minutos.
[10] Segundo informações retiradas catálogo "Filmografia Brasileira: Guia de filmes produzidos no Brasil entre 1911 e 1920", todas as cenas foram tomadas em terras brasileiras.
[11] Laura Mulvey. Ismael Xavier (Org.) **O Cinema no Século**. Imago. Rio de Janeiro, 1996. p.127
[12] Heloisa Buarque de Holanda (Org.) **Quase Catálogo 3: Estrelas do Cinema Mudo 1908-1930**. UFRJ/MIS, Rio de Janeiro, 1991.
[13] Marilene Rosa Nogueira da Silva. **O Lazer a Contraface do Dever: As Linguagens do Poder na Cidade do Rio de Janeiro**. USP, 1995.
[14] Na Revista Paratodos de 18 de fevereiro de 1922, na pagina 22, vemos uma foto de um intervalo de filmagem em que Kathryn Williams, Bruce Gordon e Mae Mc Aroy, tomam sorvete e "protagonizam" uma verdadeira cena que beira entre o "pueril" e o "erótico". No ato de um simples divertimento, onde May segura os dois sorvetes, oferecendo um à amiga e compartilhando o outro com Bruce Gordon, é visível, apesar da aparência inocente, um clima de sensualidade e malícia.
[15] Paratodos de 23/04/1921 p.9 e 4/03/1922. p.16
[16] Álbum Paratodos – 1925 da Editora AS "O Malho" p.27
[17] Paratodos de 11/03/1922. p.24.
[18] A Pasta Russa do Dr. G. Ricabal. Revista Para Todos. 12/04/1919. Contracapa.
[19] Revista Paratodos. 12/04/1919. Contracapa
[20] Revista Paratodos. 04/06/1921. p.2
[21] Georges Sadoul in Anita Simis. Estado e Cinema no Brasil. Annablume. São Paulo, 1996. p.78
[22] Por outro lado, a exposição do nu frontal masculino é vista como amoral ou pornográfica. Principalmente quando o órgão masculino se encontra ereto.
[23] Revista Paratodos. 2/10/1920. p.9
[24] Da Artcraft Pictures Trade Mark
[25] Revista Para Todos. 15/10/1921. p.18
[26] Alberto Cavalcanti. **Filme e Realidade**. Artenova/Embrafime. Rio de Janeiro, 1977.
[27] Muito dessa frustração se deveu ao fato de que nos primeiros filmes falados os atores que fizeram sua fama no cinema mudo, não conseguiram se adaptar ao modelo falado.
[28] O próprio Humberto Mauro começou a assistir a filmes graças a um senhor que por não saber ler pedia para ele acompanha-lo para ler as legendas para ele.

REPRESENTAÇÕES ECOLÓGICAS EM NARRATIVAS ORAIS: A VOZ PANTANEIRA

Marcelo Rodrigues JARDIM - PG-UEL

Ecologia é um vocábulo freqüente nos discursos perpetrados pelos meios de comunicação, principalmente a televisão. Em geral, fala-se da necessidade de proteção do meio ambiente, em que cada ser humano tem o seu quinhão de responsabilidade. Entretanto, no que concerne à proteção de "paraísos naturais", como o Pantanal e a Amazônia, por exemplo, existiria, segundo Antonio Carlos Diegues[1], diferenças entre o sentido de conservação da natureza concebida pelas sociedades tradicionais em relação ao das sociedades modernas, ou urbanas. Considerando essa conjuntura, procuramos mostrar neste trabalho como pode ser a relação e a visão de Natureza do homem que vive, ou viveu, em contato direto com ela. Para tanto, utilizaremos narrativas orais do Pantanal sul-mato-grossense, pois estão intimamente ligadas à vida social dessa comunidade tradicional, possibilitando, dessa forma, uma "visão de dentro". Em conjunto, almejamos refletir também, mesmo rapidamente, a respeito da importância dessa manifestação artística para a comunidade transmissora.

Os vários contextos de produção presentes no momento em que narrativas orais são atualizadas podem ser fundamentais para se compreender como elas estão relacionadas às condições sociais, religiosas, econômicas, entre outras, da comunidade transmissora. Antonio Candido[2], por exemplo, entende haver uma ligação direta entre a manifestação artística gerada e a vida social dos grupos geradores, principalmente em relação aos seus fatores básicos. Desse modo, não poderia haver um desligamento entre poesia oral[3] e o seu contexto de produção, tanto de quem interpreta, do próprio ato de interpretar e, principalmente, das relações de convivência para as quais foram elaboradas e são executadas.

Experiência é o elemento central para a construção de uma narrativa, segundo Walter Benjamin[4], tanto a própria experiência de vida do narrador, como a adquirida nos

diálogos com outras pessoas, que, por sua vez, também incorporam o narrado. Esse autor percebe haver uma dimensão utilitária nas narrativas, quando estas transmitem um ensinamento moral, uma norma de vida ou uma sugestão prática.

Cremos ser na performance que o narrador traz à tona seus desejos individuais e coletivos, sua identidade marcada na fala, nos gestos, nas onomatopéias, nas entonações de voz, entre outros. O narrar, como lembra Frederico Fernandes[5], não é função de uma pessoa, pois autor e platéia interagem na construção, dando sempre um novo sentido ao narrado. Assim, o diálogo é um fator determinante nessa espécie de relação social-poética na qual os envolvidos reforçam os vínculos identitários. O narrador procura, direta ou indiretamente, mostrar conhecimentos sobre a sua cultura, bem como o que ela, e ele, prezam por certo ou errado. Do outro lado, o receptor nota, julga e opina sobre o assunto em andamento, o que se desdobra numa das formas de atualização na poesia oral. É na atualização de algumas narrativas orais que podemos perceber uma preocupação, subentendida ou não, no caso da comunidade narrativa pantaneira, com o seu ambiente vital, como veremos a seguir.

Um mito muito recorrente no Pantanal é o do minhocão. Os pantaneiros contam que esse ser vive nos rios e tem por principal característica o ato de desbarrancar margens fluviais, inclusive, quando molestado, leva à destruição as casas dos ribeirinhos. Numa narrativa[6] de Dirce Padilha, percebe-se a interferência negativa do homem no espaço desse mito no seguinte trecho: “Caco de garrafa, se você quebrar uma garrafa e jogar dentro da água, ela amanhece pra fora da água. Lá, onde existe esse bicho, ele põe pra fora”. A narradora entende ser obra do minhocão, na tentativa de explicar os acontecimentos, a presença de dejetos nas margens dos rios. Padilha acredita que “ele num quer essa coisa dentro da casa dele, entendeu? Ele bota lá na barranqueira, na beira do rio. Pra você ver que não é pra jogar na água entendeu? Onde ele mora”. Para a comunidade narrativa pantaneira tudo tem seu dono – “Senhor sabe que tudo tem o seu dono. Tudo tem o seu dono! O mato tem os seu vigia, a terra tem o seu dono. Então, tudo tem o seu dono, as rua têm dono, tudo tem dono!” (João Torres), “Chama o chefe dos bicho, o chefe dos bicho, né?

Como é o nome. Porque tudo tem seus dono, né?" (Roberto Rondon). O dono cuida fervorosamente de sua morada. No caso dos trechos da narrativa de Dirce Padilha destacados, o minhocão, ao devolver as coisas jogadas, as quais não fazem parte de sua "casa", mostra haver um desrespeito por parte do homem ao ambiente natural.

Outro mito também muito referido pelos pantaneiros é o mãozão. A comunidade local conta que esse mito é uma espécie de ente responsável por "extraviar" homens, além de surrar os seus desafiantes. Tanto aqueles que não crêem na existência dele, quanto os que tiram ou depredam as coisas da mata, são atacados e subjugados. O senhor Roberto Rondon narra uma história do mãozão muito contundente no que se refere à necessidade de se respeitar o espaço alheio e à relação Natureza/homem. A narrativa gira em torno da peleja entre um personagem comum da região, referido como valentão: o "paraguaio".

Resumindo a história: o paraguaio entra na mata para caçar porcos. Em dado momento vê um e resolve matá-lo à foiçadas. De repente, o cão que o acompanhava começa a tremer de medo. O paraguaio desafia, então, quem está assustando o cachorro. Surge o mãozão e diz para o homem que é necessário pedir licença para entrar na mata, porque ela tem dono. Na voz dada ao mito por Roberto Rondon aparece o seguinte trecho: "Faz tempo que você anda cortando pau aqui, cortando árvore aí, desperdiçando madeira, você não sabe que tudo isso é vivo? Essas madeira, né?". Nota-se que não era a primeira vez que o paraguaio andava desrespeitando o meio ambiente, além de caçar com requintes de crueldade, tirava mais madeira da mata do que realmente necessitava. O narrador continua: "Tudo isso é vivo, as árvore que tem aqui, você corta um pé-de-pau aí, ela chora! Você corta tal coisa aí, ela senti! São todos vivo igual você na Terra". Chama muito a atenção no trecho dessa narrativa o fato de não haver a dissociação de direitos à vida entre homem e meio ambiente. A Natureza não estaria à disposição do homem para seu usufruto desenfreado, devendo haver respeito humano por aquilo que não é dele. O interessante é que basta um pedido de permissão, e responsabilidade, para utilizar os recursos naturais. Roberto Rondon conta haver conversado com um bugre velho e este sempre o aconselhava

a pedir licença ao entrar no mato para tirar pé-de-árvore. Fica nítida a troca de experiências entre pessoas dependentes de seu meio vital.

Nas conversas entre narradores é comum um dos participantes trazer fatos do passado para compará-los aos do presente, na maioria das vezes com tom nostálgico. Ao falar das periculosidades dos tempos de outrora, principalmente a respeito de animais bravos, o mesmo Roberto Rondon nos dá uma pista de como pode ocorrer essa comparação: "E naquela época que acontecia, tinha uma pessoa que gostava de caçar, sabe? Gostava de caçar assim, matar porco, queixada, aquela caça de desperdiçar, matar touro, jogar fora, sabe?". Novamente o narrador refere-se ao desperdício de forma pungente, que fica mais caracterizada quando ele traz essa memória do passado para o presente: "Por exemplo, se uma pessoa desse antigo, que morou num lugar desse de fartura, pelo que ele fazia, pra pensar hoje, deve sentir, sentar e chorar, né? Porque aquela vez ele matava, desperdiçava, jogava".

Essa transmissão de saber aponta para uma degradação paulatina do meio ambiente, que só pode ser parada caso o homem respeite a fauna e a flora. Rondon infere que tudo na mata é vivo – como vimos no mito do mãozão. Quando faz isto, está partilhando de valores de sua comunidade e os representando ao comungar com a tradição oral.

Em entrevista feita com o senhor Olímpio Almeida, percebemos haver uma preocupação cotidiana com as mudanças ocorridas no Pantanal. Segue parcela do relato: "Tem que ser controlado, controlar. Ver o que deuteumina que vai teuminá com aquele preparo que já vem desde antes. Tem que ser controlado pra não acabar (...) Antes, subia cardume de peixe que o senhor não podia andar no rio com canoa". Olímpio nesse trecho relatava sobre as formas de pesca que devastam os rios. O pescador nota as mudanças ocorridas em seu espaço de trabalho, comparando a fartura existente no passado com as dificuldades do presente. As indagações deste homem não se restringem somente às dificuldades hodiernas, ele inquieta-se com o futuro do Pantanal e com a possibilidade de seus filhos não verem a beleza de seu mundo: "Que eu principalmente quero ver também meus filhinhos, que tá pequeno, ver a beleza que temos no Pantanal. Eu acho que todo

mundo sabe isso (incompreensível). Peço a Deus que isso não teumina". As relações com o meio ambiente são estreitas. Relações que se desdobram em identidade, pois o pantaneiro possui afinidade com o seu espaço de tal modo que modificar esse meio equivale a destruir uma parcela daquilo que o identifica.

A comunidade narrativa pantaneira aconselha, direta e indiretamente, a todos terem cuidado com o Pantanal, para que este exista no futuro, porque no presente eles percebem apenas uma sombra da grandiosidade do passado. É incisivo o fato da comunidade local não ser contra mudanças, desde que elas não modifiquem a sua tradição e o seu ambiente, o seu *modus vivendi*. O senhor Silvério fala sobre essa relação mudança *versus* tradição ao comentar sobre a presença de pesquisas da EMBRAPA, que introduziu novas técnicas na região: "Pesquisando fora do Pantanal, deixando o Pantanal sempre no que era, né? Não quere mudá ele sob pesquisa, né? Pesquisa ele mas dentro do padrão Pantanal, né? Deixando sempre as tradição pantanera como é, né? Sempre sigui, né?". Para esse narrador, Pantanal e pantaneiro estão intimamente amalgamados: "Tem muita gente que, pesquisador mesmo que acha qui tem muda, né? Tira a mente do pantanero. Se ocê muda a mente do pantanero, quer dize ocê ta mudando o Pantanal, ocê num acha?". O historiador Eudes Leite[7] percebe sensações paradoxais presentes nesse relato, pois como respeitar o tradicional ao mesmo tempo em que as pesquisas propõem alterações. Manter a tradição e aceitar as mudanças decorrentes dos novos tempos criam tensões no pensamento do homem pantaneiro. Essa mesma tensão está presente quando ocorre a representação da necessidade de proteger o meio ambiente, uma vez que, como foi falado acima, a comunidade narrativa pantaneira identifica-se com o seu espaço.

Em geral, as pessoas dos grandes centros citadinos têm uma visão ecológica distanciada - o que poderíamos chamar de visão de fora. Assim, pensam ser o Pantanal apenas uma reserva da biosfera, um dos últimos refúgios paradisíacos. Entretanto, os pantaneiros têm uma visão aproximada de seu meio – ou visão de dentro – pois dependem dele para as suas diversas culturas. De um modo muito parecido, é o que escrevem Arturo Gómez-Pompa e Andrea Kaus[8] ao argumentarem sobre as relações mantidas entre

determinados agricultores com o meio ambiente. A natureza torna-se complexa e não algo, um objeto. Os componentes vivos são personificados e divinizados como mitos. Estes, por sua vez, tem origem na experiência de gerações. Inclusive, para os pesquisadores, o modo como os agricultores compreendem as relações ecológicas possivelmente esteja mais próximo da realidade do que a erudição científica. Concluem que a conservação faz parte do estilo de vida e de como eles percebem os vínculos humanos com o mundo da natureza.

O desrespeito ao meio ambiente pode gerar uma destruição, uma mudança. Mudança no hábito pantaneiro acostumado a um estilo de vida. Na opinião do senhor Sebastião Coelho da Silva: "A natureza manda muito na vida do homem, num pode mudar a natureza, muda tudo! Tudo traz dificuldade. Numa época que nós tamo, tudo fica difícil porque mudou a natureza". Esse homem percebe-se inserido num ambiente em que qualquer descuido pode gerar um mal maior, assim, o bem estar depende de uma conservação. Continua o narrador: "Eu creio assim, que quanto mais ele vivia numa vida mais natureza, mais no natural, na simplicidade, na natureza, era mais amparado por Deus. Então, tudo as coisa tinha prosperidade, né?". A voz do senhor Sebastião permeia uma voz coletiva: a vida em consonância com a natureza reafirma a ligação com Deus e prospera.

Assim, na atualização de uma narrativa, bem como na interpolação dos envolvidos no processo dialógico, as preocupações com os desmandos contra a natureza podem se revelar. Em nossa opinião, isto pode servir como uma forma de aconselhamento àqueles não cumpridores das regras estabelecidas pela comunidade narrativa. Desse modo, o processo de interação entre narrador e platéia, em que há a construção de sentido por meio do que é narrado com a identificação cultural, torna-se mantenedor e fortalecedor de preceitos da comunidade narrativa pantaneira. Todavia, cabe ressaltar, os relatos fazem parte de um conjunto de narrativas ligadas à tradição oral. Como tal, não estão encerradas.

NOTAS

[1] Antonio Carlos Diegues. *O mito moderno da natureza intocada*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

[2] Consultar principalmente o capítulo "Estímulos da criação literária". Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
[3] Alguns autores utilizam o termo "literatura oral". Aqui haverá a preferência por "poesia oral", na qual as narrativas orais se inserem.
[4] Walter Benjamin. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: _____. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
[5] Frederico A. G. Fernandes. *Entre histórias e tererés:* o ouvir da literatura pantaneira. São Paulo: Editora UNESP, 2002
[6] As narrativas mencionadas neste trabalho foram colhidas por pesquisadores ligados ao projeto "História e Memória: contribuições para um estudo da cultura na região do Pantanal sul-mato-grossense" da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
[7] Eudes Fernando Leite. *Marchas na história:* comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.
[8] Arturo Gómez-Pompa e Andrea Kaus. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: Antonio Carlos Diegues (Org.). *Etnoconservação:* novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.

Os inválidos da Pátria

Marcelo Santos Rodrigues
Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT
Mestre em História Social pela UFBA

Na perspectiva de uma história social dos anos que compreendem o final da Guerra do Paraguai, em 1870, e a proclamação da República, em 1889, o historiador tem em suas mãos a tarefa de reconstruir a narrativa daqueles que foram silenciados na historiografia oficial brasileira.

Essa é uma narrativa de homens que fizeram a campanha contra o Paraguai e que se inutilizaram em nome da pátria. São histórias de soldados mutilados, inválidos e famílias desamparadas, sem memórias na história oficial, esquecidos e ignorados pela sociedade.

Em 1865 quando a guerra foi declarada pelo Paraguai em resposta a invasão do seu território, o Império brasileiro recorreu à formação de batalhões de Voluntários da Pátria criados por Decreto Imperial.[1] De todas as partes do Brasil homens apresentaram-se para guerra, alguns movidos pelo sentimento de legitima defesa da pátria, outros recrutados à força pela polícia. O recrutamento recaiu sobre pais de famílias, trabalhadores rurais, urbanos, pobres, libertos, atingindo até mesmo escravos.

Ernesto Machado Freire, natural de Pernambuco, em 1865, alistou-se no 4º corpo de voluntários, no posto de tenente. Marchou para o Paraguai atendendo ao pedido do Império que reclamava a defesa da pátria agredida e vilipendiada pelo ditador paraguaio Solano Lopez. No mesmo ano Franquelino Soares foi recrutado a força pelo delegado de polícia da Vila de Alcobaça, na Bahia. Todavia esses soldados tiveram destinos não semelhantes aos dos heróis que se imortalizaram na história da Campanha.[2]

O decreto que criou os corpos denominados de Voluntário da Pátria assegurava algumas vantagens às famílias dos soldados falecidos no campo de batalha ou feridos na campanha, que tinham direito à pensão ou meio soldo, conforme estabelecido para oficiais e praças do exército assim como, para os inutilizados por ferimentos adquiridos em combate, o pagamento de soldo dobrado. [3]

Francisco da Costa, 2º sargento do extinto Corpo de Voluntários da Pátria, no espaço de cinco anos trabalhou em toda a campanha do Paraguai resultando-lhe um ferimento no braço esquerdo que o inutilizou de trabalhar pela sua arte. Achando-se sem meios por onde pudesse ganhar o pão, recorreu ao presidente da província da Bahia pedindo-lhe a graça de ser empregado como guarda da casa de prisão. [4]

O ex-soldado Romão de Aquino Gomes alegou, em requerimento ao quartel do comando das armas na Bahia, ter sido ferido na perna direita no ataque de 24 de maio de 1866, ficando aleijado e que, por não ter obtido uma pensão, viu-se obrigado a recorrer à caridade pública: esmolou nas ruas um par de muletas, uma camisa, uma calça e uma blusa, por ter suas roupas inutilizadas. [5]

Um outro voluntário de nome Roque Pereira, ao regressar para a sua terra natal, teve suas lamentações publicadas no jornal. Dizia o soldado:

> *Do que serve este hábito de Cristo que vê-me pender no peito, se o governo de minha pátria me deixa morrer a fome; a mim que me mutilei no serviço dela? Vê esta perna? É uma parte inútil do corpo; só ela recebeu duas balas. Este hábito não passa de amarga ironia porque um dia, obrigado pela indigência, me verei em necessidade de ir puxar uma carroça com ele no peito.*[6]

Este soldado requereu o pagamento de soldo sem nada conseguir. Ele afirmava que, se na Corte nada havia alcançado quanto as suas pretensões, não seria na sua

província que as dificuldades seriam amenizadas e concluía: *negar a subsistência a um cidadão inválido pela defesa da pátria, é a maior das tiranias!* [7]

O dilema de encontrar um sentido para o estudo das feridas da história não significa suscitar a vitimização ou a compaixão, e sim com palavras diferentes e um sentido humano, encontrar um lugar na História para os ressentidos ao lado dos heróis que devem a estes personagens silenciados.

Mal finda a guerra, afirmava o Jornal A Reforma do Rio Grande do Sul [8] que o governo imperial dava provas de sua ingratidão e criminosa indiferença para com o pobre soldado que se invalidou no Paraguai, onde esteve por anos arriscando, dia após dia, a existência pela honra da pátria.

A idéia da festa nacional para a recepção das forças armadas na Corte robusteceu-se. Repentinamente espalhou-se na cidade do Rio de Janeiro a notícia de que o governo não adotaria essa idéia. Os batalhões de voluntários e guardas nacionais seguiriam diretamente do Paraguai para as suas províncias sem tocarem o solo da Corte. Assim, as tropas isoladas, desarmadas e sem receber as homenagens do governo imperial retornariam as suas atividades rotineiras.

Havia algum perigo de conjuração? Mas se havia suspeita por parte do governo, de possíveis revoltas dos soldados que retornavam da guerra, certamente não partiriam dos mutilados, pois estes desejavam somente que fossem acolhidos e tratados como servidores da pátria.

A Imprensa em toda a Corte anotou fatos que claramente demonstravam o procedimento do governo para com os brasileiros que, não podendo prestar mais seus serviços por enfermidades ou invalidez, careciam da proteção do Estado. Em todas as províncias aumentavam as queixas a esse respeito e, apesar de tudo, o governo não tratou da maneira esperada os seus súditos inutilizados para o serviço da pátria. Viúvas, órfãos e inválidos recorreram ao Estado para o alivio de seus sofrimentos. Ilustro esse

fato através da narrativa da história do soldado Joaquim Anselmo de Santana, natural de Porto Alegre. Veterano de guerra, após 20 anos de serviços prestados na marinha de guerra, marchou do Rio de Janeiro como praça de pret, assistindo ao combate de Paissandu. Tomou parte na batalha do Riachuelo onde adquiriu uma enfermidade que se agravou, obrigando-o a baixar no Hospital de Assunção. Passou pela inspeção e foi considerado incapaz para o serviço militar por sofrer de moléstia incurável. Joaquim foi enviado para o Rio de Janeiro onde teve sua baixa do serviço da marinha. Inutilizado foi lançado pelo governo à penúria. Passou a viver como indigente até ser recolhido à Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre. [9]

O esquecimento dos homens que fizeram a Campanha não poderia ser totalmente concretizado por diversos motivos. Destaco o fato de que a imagem produzida pela guerra estava exposta pelas ruas da corte desde os primeiros anos do conflito.

A medicina do século XIX cuidava de seus feridos, lhes restituindo a vida mediante a pena da mutilação e eram visíveis na Corte os soldados que traziam pendentes as mangas de suas blusas porque deixaram ambos os braços nas banhadas paraguaias. Descrevia o jornal *O Alabama* a condição física de um soldado:

> *Aquele outro, cujo rosto transformado em medonho crivo, acha-se cego em função de uma descarga à queima roupa. Privado dos olhos não se fez calar-se bradando pelas ruas: Viva o Imperador! Viva a nação brasileira* [10]

Concluía ele afirmando que o alto poder do estado esqueceu de seus compromissos, mas, que esses poderes, por si só, não constituía a nação.

A mendicidade era praticada por soldados desvalidos depois da Campanha, embora, ela estivesse estampada nas ruas da Corte e nas províncias. Os inválidos estavam desprovidos da atenção da Monarquia e engrossavam as fileiras das hordas de homens pobres espalhados por todas as partes do Brasil.

Como esquecer as falanges de mutilados que, em relatórios dirigidos aos *Presidentes de Províncias, às Assembléias Legislativas Provinciais, ao Ministério dos Negócios da Guerra, ao Comando das Armas, aos Quartéis* e a imprensa de oposição, protestavam contra a indiferença da monarquia? A documentação examinada permite enxergar as condições em que ficaram reduzidos as falanges de inutilizados pelos serviços prestados à pátria. Assim, tomando de empréstimo uma frase do historiador José Murilo de Carvalho, também considero: *uma questão de uso da imaginação histórica o trato das fontes documentais que por si só não falam. As fontes aguardam do historiador a realização de perguntas sobre o que ela pode revelar.* [11]

A arte do esquecimento foi praticada pelo governo monárquico, contudo as vítimas ressentidas, por invalidez, desprovidas dos meios de subsistência reagiram contra a miséria, o abandono manifestando-se nas petições, nos protestos e requerimentos dirigidos ao Estado conforme aparece na documentação que traduz a voz daqueles que participaram no teatro das operações de guerra.

A invalidez dos servidores da Pátria e as seqüelas sociais para seus familiares desprovidos dos meios de subsistência despertaram a comoção pública na corte. A Associação Comercial do Rio de Janeiro promoveu uma subscrição pública nacional para a construção de um asilo e um fundo para assistência aos órfãos e as viúvas dos soldados mortos nos campos do Paraguai.

O Asilo de Inválidos da Pátria foi inaugurado em 1868, na Ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro, Este estabelecimento foi construído com o apoio da Associação Comercial daquela cidade e sob a administração do Ministério da Guerra. O seu objetivo era de abrigar os mutilados na guerra. Todavia esse estabelecimento era insuficiente para atender ao grande número de inválidos que vinham de diversas províncias em busca de assistência para si e suas famílias que partilhavam do sofrimento e sacrifícios desses heróis.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro criou a Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria em 1865. O seu presidente, no período, o Visconde de Tocantins, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, irmão de Duque de Caxias, militar e senador do Império arrecadou, através da subscrição nacional, os fundos necessários para a manutenção do asilo que recebeu, no término da guerra, cerca de 1.043 inválidos. Neste intuito, a comissão encarregada da subscrição solicitou o apoio da imprensa, invocando os bons sentimentos, a generosidade, o espírito de caridade e gratidão de seu povo, no mesmo sentido, as 434 câmaras municipais, os juizes de direito, os presidentes de províncias, as praças e associações comerciais e, inclusive representantes do Brasil na Europa, foram convidados a coadjuvar no concurso da arrecadação de donativos.

Para a edificação do prédio do Asilo foi escolhida a ilha de Bom Jesus, localizada na baia do Rio de Janeiro, como estratégia elaborada pelo Ministério da Guerra, que garantia o total isolamento dos asilados por não ter habitações vizinhas, ser um terreno elevado e seco e, por essa razão, favorecendo ao escoamento das águas pluviais; pela exposição aos raios solares em beneficio dos asilados, não tendo por onde influir os miasmas da vizinhança. [12]

Sobre a descrição do espaço geográfico da ilha e a sua conveniência á instalação do asilo, apresento o relato do cônego Manoel da Costa Honório, escrito 1869, onde ele afirmou que o local isolado e exposto ao furor dos ventos trazia constantemente grandes estragos. A ilha era formada por poucos espaços planos e nas vizinhanças encontrava-se um paiol com milhares de arrobas de pólvoras. Aqui, não mais do que suposição, e que necessita de maior investigação, posso inferir que, tratando-se de homens inutilizados e com dificuldades de locomoção não parecia ser o local ideal para a construção do Asilo. O isolamento, a que estavam condenados os asilados, fazia parte do projeto da monarquia em esquecer os traumas da Guerra do Paraguai.

Na ilha de Bom Jesus estavam esses bravos soldados, longe dos olhos da cidade que os consideravam um espetáculo nefasto a sua circulação pelas ruas da corte.

O meu interesse pelo tema proposto consiste em apresentar um aspecto da história da Guerra do Paraguai pouco explorada pela historiografia oficial. A minha opção por uma narrativa que constasse a história dos inválidos da pátria encontra ressonância no pensamento de Todorov. Especialmente quando ele afirma que o trabalho do historiador, como qualquer trabalho sobre o passado, jamais consiste exclusivamente em estabelecer fatos, mas também em escolher alguns deles como mais salientes e mais significativos do que outros e em relacioná-los entre si. [13]

O estudo das conseqüências da Guerra do Paraguai, na perspectiva de uma história dos seus soldados mutilados e inutilizados na campanha, assim como o da criação de um Asilo de Inválidos da Pátria, no Rio de Janeiro, permitem compreender o projeto ideológico desenvolvido pela monarquia após o conflito assentado na prática do esquecimento, mas também aponta que, se a questão militar produziu efeitos nefastos à Monarquia, homens simples tiveram importante papel nesse processo, pois, na exposição de seus sofrimentos, manifestaram seus descontentamentos com o governo que lhes abandonaram quando mais precisaram.

---

[1] Cf. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial e Provincial. Decreto Imperial de 07 de janeiro de 1865.
[2] Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial. Maço 3626.
[3] Relatório à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 14 de novembro de 1866. Rio de Janeiro. AHRS - Cód. B-3 232 p. 49.
[4] Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial. Maço 3675.
[5] Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial. Maço 3419
[6] Jornal o Alabama, Salvador, 18 de março de 1870, p. 3.
[7] Jornal o Alabama, Salvador, 18 de março de 1870, p. 3.

[8] Jornal A Reforma. Porto Alegre, 7 de abril de 1870, p. 3.
[9] Jornal A Reforma. Porto Alegre, 7 de abril de 1870, p. 3.
[10] Jornal O Alabama, Salvador, 10 de março de 1869, p.2
[11] Cf. Entrevista com José Murilo de Carvalho, Revista Nossa História, Rio de Janeiro, Ano 1/ n.2, 2003, p. 51.
[12] Relatório à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá, em 25 de março de 1867. Rio de Janeiro. AHRS - Cód. B-3 233.
[13] TODOROV, Tzwvetan. Memória do mal e tentação do bem. São Paulo: ARX, 2002, p. 150.

A Montanha dos Sete Patamares e a Casa Azul: escrita de si em Thomas Merton e Alceu Amoroso Lima

Marcelo Timotheo da Costa[1] - UFF

Introdução: entre a precocidade e o silêncio

Na presente comunicação, evoco um tipo particular de narrativas autobiográficas: os relatos de convertidos ao cristianismo. Textos que se inserem em antiga tradição. Afinal, como apontam inúmeros especialistas, a obra *Confissões*, elaborada por Santo Agostinho há cerca de 1600 anos, constituiu-se paradigma maior do gênero, na literatura ocidental.[2]

Mais especificamente, desejo lançar luz sobre dois autores cristãos contemporâneos: o leigo brasileiro Alceu Amoroso Lima (1893-1983) e o monge trapista norte-americano Thomas Merton (1915-1968). Homens que, inspirados em Agostinho, pretenderam prestar contas de suas vidas pela escrita e por ela testemunhar sua opção religiosa nos tempos modernos.

Projeto efetivamente realizado por Merton, em *A Montanha dos Sete Patamares*, editada em 1948, quando o autor tinha 33 anos. Quanto a Amoroso Lima, ele também quis redigir sua autobiografia. Contudo, mesmo com o trabalho iniciado e já tendo definido até seu título, *A Casa Azul e Outras Casas*, tal obra jamais veio a lume.

Uma autobiografia prematura, outra não realizada. Minha intervenção pretende, ainda que de forma resumida, sugerir as razões que moveram Merton a registrar suas memórias e Amoroso Lima a renunciar a tal ação.

Diários de uma viagem particular

Mas, antes de seguir adiante, ressaltando diferenças, devem ser frisadas confluências nas trajetórias de nossos autores.

Ambos nasceram em famílias abastadas; tiveram bem cuidada educação e, desde cedo, revelaram-se leitores vorazes; mantinham com a cultura francesa vínculo especial; aproveitaram, cada a um a seu modo, os prazeres de uma juventude despreocupada.

E, muito importante para o presente argumento: depois de terem infância e a mocidade (ou parte dela, no caso de Merton) sem maior preocupação religiosa, os dois, já adultos, abraçaram a fé católica. Alceu converteu-se em 1928, aos 35 anos incompletos. Thomas, em 1938, aos 23 anos.

Ou, em termos bem próprios ao universo cristão: Amoroso Lima e Merton percorreram a "estrada de Damasco", expressão que remete ao episódio da conversão de São Paulo, anterior à opção religiosa de Agostinho e tão paradigmática quanto ela.

"Percorrer o caminho de Damasco". A metáfora piedosa é reveladora. Lembra ao analista do pensamento cristão um dos traços básicos deste credo: seu caráter teleológico. Para o fiel, a vida terrena pode ser representada como um metafísico peregrinar à Jerusalém Celeste, um exercício ascensional.

Representação finalista mais antiga que o nome "cristianismo": os primeiros seguidores de Jesus, antes mesmo de serem conhecidos por "cristãos", identificam-se como "O Caminho".[3]

Representação incorporada, no século XX, por nossos autores. Alceu, p. ex., em seu último livro, *Tudo é Mistério*, diz que o homem, ao buscar aperfeiçoar sua conduta, pratica "alpinismo espiritual".[4] Quanto a Merton, o título de sua autobiografia basta: inspirado na Montanha dos Sete Patamares da *Divina Comédia*, ele, ao relatar sua vida, vai apresentá-la como árdua e contínua escalada ao Céu.

Assim, os textos autobiográficos de Amoroso Lima e Merton, concluídos ou não, podem ser vistos como relatos de viagem especiais. Exposições públicas de um itinerário maravilhoso, discernível somente pelas lentes da fé, mas testemunhado diante de fiéis e não crentes. Enfim, memórias que revelam identidades e projetos bem nítidos.[5]

Tempos Modernos e Fé: o contexto vital de Amoroso Lima e Merton

Isto posto, cabe indagar em que tempo e condições nossos autores testemunharam suas opções religiosas e de vida.

Merton e Amoroso Lima foram homens do século XX, época com freqüência apresentada como de crescente dessacralização e de questionamento da fé – particularmente, das religiões institucionalizadas.[6]

Nos primeiros decênios do século XX, quando Amoroso Lima e Merton abraçaram o catolicismo (o primeiro em 1928, o segundo exatamente dez anos depois), ambos pareciam "nadar contra a corrente" da laicização e do indiferentismo religioso. Como escreveu Peter Gay, em trecho sobre o século XIX mas que pode ser estendido ao século seguinte: "A estrada procedente de Damasco estava repleta de viajantes, a estrada para Damasco bem menos."[7]

Numa era tomada como indiferente ou hostil à crença religiosa, profissões escritas de fé adquirem grande valor para a causa dos crentes. O caso de Merton é um bom exemplo. Em 1941, poucos anos após converter-se, ele decide tornar-se monge trapista, internando-se na Abadia do Gethsemani, no Kentucky.[8] No claustro, Merton tem autorização superior para escrever. Seu primeiro livro será *A Montanha dos Sete Patamares*, que, um ano após seu lançamento, alcançou a marca de 600 mil exemplares vendidos, tornando-se também sucesso de crítica nos EUA e diversos países.

Sucesso em parte atribuído ao interesse despertado entre o público pela escolha radical de Merton e seu manifesto propósito de explicá-la ao homem da sociedade

contemporânea. Mas, tal qual Agostinho, Merton tinha muito mais a confessar em sua autobiografia.

***A Montanha dos Sete Patamares*: um lastro para o viajante**

Mesmo sabendo-se que trajetórias individuais não são lineares, a ziguezagueante experiência mertoniana surpreende bastante.

Nascido na França, filho de pai neozenlandês e mão norte-americana, Thomas ficou órfão cedo, sendo acolhido por familiares na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos. Na juventude foi boêmio, freqüentou a noite de Nova York, ouvindo jazz e entregando-se ao *spirits*. Cinéfilo, dizia ter visto todos os filmes produzidos entre 1934 e 1937. Namorador, foi expulso do *Clare College*, da Universidade de Cambridge, provavelmente por ter engravidado moça solteira. Interessou-se por política, alistou-se por pouquíssimo tempo na *Young Communist League*. Formou-se em Humanidades, em Columbia, em 1938. No ano seguinte, obteve o grau de mestre em Literatura Inglesa, com tese sobre o poeta e pintor inglês William Blake (1757-1827).

Sua conversão ao catolicismo também seguiu caminhos pouco usuais: nela, exerceu forte influência um místico hindu, que o aconselhou a ler clássicos da tradição cristã. Convertido, seu itinerário continuou acidentado: desejou ser sacerdote franciscano e teve seu pleito recusado (acredita-se que o episódio de Cambridge motivou tal negativa). Tentará de novo ingressar na Igreja, sendo aceito pelos trapistas, em 1941.

É neste período que ele redige *A Montanha dos Sete Patamares*, título lançado em 1948, dez anos após converter-se. A inspiração mertoniana vem de Agostinho, que, em sua famosa autobiografia, rogou a Deus para que conseguisse “com memória fiel” percorrer os “desvios passados dos meus erros”.[9]

Impossível detalhar aqui o argumento de *A Montanha dos Sete Patamares*. Por essenciais, desejo assinalar dois pontos.

Em primeiro lugar, a observação mais trivial: como nas *Confissões* agostinianas, Merton expõe em *A Montanha dos Sete Patamares* numerosas ações passadas, interpretadas como pecaminosas à luz do credo que adotara. Ele, a certa altura de *A Montanha ...*, afirma que, antes da conversão, era um "perfeito filho do século".[10] Tendo empreendido a *fuga mundi* monacal, tratou de proclamar sua mudança. Merton, pela escrita de si, procurou confirmar sua transformação. Enfim, utilizando papel e tinta, ele como que "petrifica" sua nova imagem.

Porém – e este é o segundo ponto que desejo registrar – não se está diante de uma simples ladainha de desvios de conduta.

Creio que a listagem mertoniana de ações condenáveis pretéritas visava permitir controlar presente e futuro. O movimento, mais uma vez, é análogo ao de Agostinho.

Entre os antigos, o exercício do controle de si pela rememoração das faltas era conhecido pelo termo *confessio* (o título agostiniano, aliás, não é casual). Através da *confessio,* o homem reconhecia sua natureza pecadora e a necessidade da intervenção divina para a remissão de sua alma. Reconhecimento este que levaria à sabedoria. [11] Lembre-se que, da filosofia estóica, o cristianismo adotou o ideal de disciplinarização de si a partir do pensamento sistemático e da meditação.[12]

Assim, acessando Agostinho e o pensamento clássico cristianizado, Merton redige sua precoce autobiografia. *A Montanha dos Sete Patamares* deve ser entendida, então, como uma tentativa de fixar uma nova imagem para o Merton "renascido na fé".

"Petrificação" que não é feita apenas para exorcizar fantasmas passados. Ao escrever *A Montanha ...*, meditando e exercitando-se, o monge busca também controlar os riscos de sua viagem metafísica. Viagem que, ele admitiu na última linha desta obra, estava sempre em aberto.[13] A escrita de si funcionaria, portanto, como uma espécie de lastro.[14]

Valendo-me de vocabulário caro aos católicos romanos: Merton, navegando na Barca de Pedro, procurou um porto seguro para lançar âncora. Não sem motivo, a âncora é o símbolo teologal da Esperança.

A Casa Azul e Outras Casas: as memórias inacabadas de Amoroso Lima

Ao contrário de Merton, Alceu jamais terminou sua autobiografia – a despeito de fazer alusões a ela, ao menos desde fins da década de 40. Em entrevista a Paulo Mendes Campos, em dezembro de 1949, Amoroso Lima afirmou que gostaria de "acabar suas memórias", para as quais já dispunha até de título: *A Casa Azul e Outras Casas*.[15] Declaração que leva a crer em certo adiantamento no trabalho de composição do livro em questão, já no último ano dos 40.

E Amoroso Lima viveu (e escreveu) até 1983, trinta e quatro anos e mais de quarenta livros depois da entrevista a Paulo Mendes Campos. E, segundo pude apurar, Alceu mencionou seu projeto autobiográfico até o final da vida.[16] Todavia, não o concretizou. Por quê? Duas possibilidades me vêm à mente.

Creio que, em primeiro lugar e ao contrário do Merton de *A Montanha dos Sete Patamares*, o intelectual brasileiro não quis "petrificar" sua imagem, temendo produzir, pelo texto "acabado" da autobiografia, uma visão por demais esquemática ou idealizada de sua vida. Como disse um de seus colaboradores, Amoroso Lima era cauteloso em relação a juízos definitivos.[17] Compreensível, então, que sentisse certo desconforto mesmo quando o assunto era sua própria biografia, protelando indefinidamente o término de *A Casa Azul e Outras Casas*.

Adiamento explicável também (e talvez seja este o motivo mais importante) porque, à medida que o tempo passava, uma biografia nos moldes tradicionais agostinianos parecia a Alceu cada vez menos aplicável a seu percurso.

Percurso de alguém que, da conversão em fins dos anos 20 até meados dos 40, caracterizou sua atuação na Igreja por um apostolado combativo, que reagia ao mundo e à modernidade. É o tempo das certezas, os anos do neoconverso, do cruzado tridentino, preocupado em caçar comunistas e recristianizar o Brasil. Mas também nosso autor, a partir da metade da década de 40, vai, lentamente e de forma não linear, abraçando uma eclesiologia mais liberal, dialogante com o século.

Em outras palavras: Amoroso Lima torna-se mais franciscano, menos agostiniano. Assim, se Agostinho e o Merton de *A Montanha dos Sete Patamares* apresentam o mundo como decaído, Alceu, aproximando-se de determinada teologia da alegria advinda das ordens mendicantes da Idade Média, reabilita o século e a matéria.

Transformação de registro eclesiológico que, sim, tem seus riscos – sendo o primeiro deles a incompreensão de católicos reacionários, na hierarquia e entre os leigos. Católicos que se tornam críticos implacáveis deste Alceu mais liberal. Daí resulta que a referida transformação amorosiana, por arriscada, deveria ser organizada com cautela.

Controle cuidadoso que Amoroso Lima – um fiel que revê sua fé e conseqüente atuação na sociedade – fará pela escrita. Porém, não há conexão com o Merton de *A Montanha dos Sete Patamares*. Este buscou disciplinar seu caminhar pela *confessio* de erros passados. Já Alceu teria modelado e disciplinado seu *self* através das dezenas de obras que escreveu, proclamando as transformações que incorporava na caminhada, calculando os perigos, perscrutando a melhor rota a ser seguida.

Desta maneira, como aponta Antônio Cândido, ao construir sua extensa bibliografia, Alceu "[...] não cessaria de se construir e se reconstruir [...] percorrendo as mais variadas contradições […]."[18]

Assim, se Amoroso Lima não finalizou *A Casa Azul e Outras Casas*, encobrindo parte de seu itinerário, ele, modelando-se diante de seu público, numa relação dinâmica

entre trajeto pessoal e testemunho escrito, expôs a si e a sua conjuntura de forma notável.

---

[1] Doutor em História, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.
[2] Para a importância de *Confissões*, ver, p. ex., GUSDORF, Georges – "Conditions and Limits of Autobiography", in OLNEY, James (org.) – *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*, Princeton, Princeton University Press, 1980, pp. 28-48.
[3] Cf. in CWIEKOWSKI, Frederick J. – *The Beginnings of the* Church, Nova York, Paulist Press, 1988, p. 79.
[4] In *Tudo é Mistério,* Petrópolis, Vozes, 1983, p. 109.
[5] Para maior aprofundamento, ver o capítulo "Memória, Identidade e Projeto" de VELHO, Gilberto - *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*, RJ, Zahar, 1994.
[6] Para este ponto, há vasta e diversificada bibliografia. Cf., entre outros, in ARMSTRONG, Karen – *Uma História de Deus*, SP, Cia das Letras, 1994; in *DELUMEAU*, Jean – *O que Restou do Paraíso?*, SP, Cia das Letras, 2003 e in LIBÂNIO, João Batista – *Teologia da Revelação a partir da Modernidade*, SP, Loyola, 1992.
[7] In GAY, Peter – *O Coração Desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*, SP, Cia das Letras, 1999, p. 140.
[8] Os trapistas são religiosos da Ordem Cisterciense da Estrita Observância, uma reforma do monaquismo cisterciense que visa guardar a Regra de São Bento da forma mais rigorosa. O nome "trapista" vem da Abadia francesa de *La Trappe*, local onde o Abade Armand-Jean de Rancé fundou a Ordem, em 1664.
[9] Cf. in *Confissões*, IV,1.
[10] In *A Montanha dos Sete Patamares*, p. 200. Utilizo a edição da Itatiaia (Belo Horizonte, 1997).
[11] Cf. in BROWN, Peter – *Santo Agostinho: uma biografia* RJ, Record, 2005, pp. 214-15.
[12] Cf. in HADOT, Pierre – *Philosophy as a Way of Life: Spiritual Exercises from Socrates to Foucault* Oxford/Cambridge, Blackwell, 1995 e in VEYNE, Paul – "La Medication Interminable" in Sénèque – *De la Tranquillité de l'âme*, Paris/Marselha, Rivages, 1988, pp. 7-64.
[13] *Sit finis libri, non finis* quaerendi. Uma tradução livre possível da frase latina é: "O livro pode ter acabado, não terminou a busca."
[14] Proteção que, continuada nos *journals*, diários que Merton manteve até a morte, ser-lhe-á útil, inclusive, para que operasse, com segurança, a transformação de seu registro eclesial, durante a década de 60, tornando-se entusiasta do movimento ecumênico e de causas progressistas.
[15] Cf. in AMOROSO LIMA, A. – *Memorando dos 90: entrevistas e depoimentos coligidos e apresentados por Francisco de Assis Barbosa*, RJ, Nova Fronteira, 1984, p. 28.
[16] AMOROSO LIMA, Ir. Maria Teresa, entrevista ao autor, 12/09/1999.
[17] Refiro-me a Luiz Alberto Gómez de Sousa que, como jovem sociólogo, assessorou Amoroso Lima na década de 60. Entrevista ao autor, 15/02/2000.
[18] In MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de – *Recortes*, SP, Cia das Letras, 1993, p. 77.

Julio César Jobet e a radicalização do socialismo no Chile (1957-1970)*

Márcia Carolina de Oliveira CURY** - PPG-UNESP/Franca

A interpretação histórica da constituição das nações da América Latina e da sua formação política, econômica e social possibilitou a definição de estratégias políticas para a esquerda da região que foram, em grande parte, construídas com uma colaboração orgânica dos intelectuais.

Nestas formulações, a principal dificuldade a respeito da natureza das transformações esteve relacionada a questões teóricas e metodológicas na aplicação dos conceitos do marxismo à especificidade do subcontinente. Questões como o caráter da colonização, feudal ou capitalista, a existência e o papel de uma burguesia local, o latifúndio e as elites oligárquicas eram questões de ordem interna que, somadas às relações com a forma de poder e influência do imperialismo, à posição subordinada dos países da região em relação ao mercado capitalista, compunham os temas intensamente debatidos pelos intelectuais que se engajaram na tradução dos problemas locais.

Em meio ao debate de interpretações do desenvolvimento nacional e de propostas de ação política para a América Latina, o Chile se destacou na participação de intelectuais na formulação de projetos de transformação que influenciaram a arena política do país ao longo do século XX.

Partindo do debate em torno da interação entre os intelectuais e a cultura política, a proposta da presente comunicação é demonstrar por meio do projeto político da Frente de Ação Popular (FRAP), de 1957, as orientações que o intelectual Julio César Jobet (1912-1980) desenvolveu e imprimiu no corpo teórico e nas propostas políticas do Partido Socialista do Chile (PS); abordagem que nos auxilia a compreender o seu papel na cultura política do socialismo chileno.

Vinculado organicamente ao grupo, Jobet foi dirigente desde a sua fundação e destacou-se na formulação do pensamento socialista e dos princípios teóricos que o animariam. A atuação e o pensamento de Jobet se confundem com a trajetória da esquerda

chilena. A sua grande contribuição para o pensamento político chileno através de obras de denúncia, engajamento e proposta de transformação fez do intelectual um protagonista da história política do país.

No intuito do contribuir com os novos estudos acerca do socialismo chileno, a nossa abordagem propõe a problematização da relação existente entre a leitura da realidade, o projeto de sociedade apresentado por Jobet e o seu papel na política socialista. Ao nosso ver, o entendimento e utilização do conceito de cultura política contribuem para uma melhor compreensão das motivações dos atos políticos e do pensamento que lhe é subjacente.

Assim, o referencial teórico do partido construído por seus intelectuais nos permite analisar os sistemas de valores, visão de mundo, projetos e normas compartilhados em função de uma leitura comum do passado. Consideramos que a resposta oferecida pelo intelectual sobre a realidade é composta de fatores singulares que terminam por expressar elementos de uma cultura política específica, na qual forma-se um conjunto coerente de subsídios que se relacionam estreitamente e contribuem para a definição de uma identidade a esta coletividade.[1]

É importante ressaltar que o conceito de cultura política deve estar pautado em sua historicidade, na qual o desenvolvimento de determinado conjunto de crenças, atitudes e símbolos ocorra de acordo com a realidade de determinado contexto histórico, como uma resposta àquilo que se vive. A partir de tais pressupostos, para identificarmos o papel do intelectual na cultura política do socialismo, buscamos avaliar os diversos elementos que a constituem e considerar a especificidade do seu contexto, a partir do movimento histórico das conjunturas.

Devemos considerar que, apesar da sua histórica estabilidade política, o Chile sofreu, no início do século XX, pressões que caracterizaram os países periféricos, como a forte presença imperialista, tensão social gerada pelo processo de modernização capitalista e uma precária e insuficiente incorporação das classes populares. Foi nesse sentido que o debate da esquerda se desenhou ao longo do seu desenvolvimento: o da superação da contradição entre a estabilidade política e a questão social. Debate que se ampliou de

acordo com o desenvolvimento do pensamento político no país que indicaria ao longo do século as diferentes vias de transformação, em especial teorias ligadas à tradição antiimperialista e revolucionária da esquerda pós-1917.

Entendemos que o pensamento socialista significou um elemento de fundamental importância no complexo conjunto de mudanças que se processaram no cenário chileno no século XX. A abordagem das suas formulações teóricas, que nos indica uma leitura da realidade chilena e suas perspectivas políticas, nos remete para a sua singularidade.

Para que a esquerda viesse ocupar importantes espaços na política institucional, o Partido Socialista do Chile, que consistiu em uma das principais forças políticas do país, desempenhou uma decisiva contribuição. O grupo teria se constituído precisamente com base na união dos trabalhadores manuais e intelectuais, do proletariado e da pequena burguesia para lutar contra o latifúndio, o Estado burguês e o imperialismo, bem como para a criação de uma Confederação Latino-Americana. Formação baseada em uma concepção restrita da realidade latino-americana que visualizava a sua sociedade composta por um proletariado reduzido, um campesinato numeroso e passivo, classes médias numerosas e exploradas.

Entendemos que todos esses elementos possam informar as bases em torno das quais se estruturou a cultura política do socialismo chileno. É importante destacar ainda o caráter nacional e latino-americanista afirmado por Jobet, que se estabelecia, de acordo com o intelectual, no sentido de advertir para a necessidade de concentração na configuração social e econômica da América Latina para romper e superar a "lógica equivocada" das Internacionais de indicar normas universais para todos os países.

Jobet foi um dos nomes do quadro intelectual do século XX ocupado com a questão do atraso latino-americano. Fez parte de uma tradição caracterizada por intelectuais e políticos que, na história do pensamento político do subcontinente, elaboraram, de acordo com seus específicos momentos históricos, soluções e linhas de interpretação para a região.[2] Para tanto, desempenhou atividades no sentido de contribuir com a interpretação histórica e com a cultura política socialista no seu país.

O intelectual desempenhou uma das mais importantes atuações no partido ao delinear o discurso socialista sob a união dos principais grupos da esquerda a partir de 1957. No 17º Congresso Geral do PS formou-se a FRAP que, sob o lema de *un camino nuevo, un candidato popular y un programa de lucha,* iniciava uma nova etapa do socialismo chileno.

O dirigente entendia que a postura a ser adotada deveria ser de oposição ao modelo da Frente Popular (1938), coalizão realizada sob a liderança do Partido Radical, em busca de uma nova política revolucionária; caminho que seria radicalmente oposto à tese de que a fase democrático-burguesa constituía uma etapa necessária para o processo nacional. Para Jobet, o partido apresentava uma maturidade política e ideológica que o configurava como o elemento catalisador dos trabalhadores e do movimento socialista para a conquista imediata do poder.

Nas palavras do intelectual, o conteúdo da unificação socialista se baseava na análise do contexto nacional dos anos que precederam a aliança, que demonstravam, na sua concepção, tentativas para acelerar o desenvolvimento econômico e social dentro dos marcos do sistema capitalista e de suas correspondentes formas políticas e ideológicas; um processo orientado pelas classes médias que se mostrou incapaz de conquistar a independência econômica do país e de promover um efetivo desenvolvimento da democracia e do progresso social.[3]

Tratava-se da negação de um processo construído desde o final dos anos 30, denominado “arreglo democrático” pelo autor Eugenio Tironi, caracterizado por um entendimento ente as forças sociais e políticas do Chile. Período marcado por um processo de modernização da sociedade que congregava desenvolvimento com pautas integradoras no plano social no qual o Estado assumia o seu papel central.[4]

Avaliando, portanto, o caráter das mudanças ocorridas, sem grandes rupturas - uma combinação de renovação e continuidade do governo da coalizão, que marcou a efetiva superação da dominação oligárquica, por um lado, mas que não realizou uma completa inclusão social - parte da esquerda fez uma leitura negativa do período, segundo a qual,

este significou a "afirmação do capitalismo no país" aliada à permanência de resquícios de um passado de contradições e exploração que não permitiu a desejada ruptura com o sistema.

Como representante do Comitê do PS de Santiago, o historiador teve importante papel na articulação do movimento da FRAP, representada nas eleições presidenciais por Salvador Allende. O membro da aliança orientou suas formulações concebendo que a tarefa da sua geração não consistia em realizar a última etapa das transformações burguesas, senão em dar o primeiro passo na revolução socialista.

Assim, a sua atuação se mostrava de suma importância na formação e condução da FRAP, que era construída como uma tática de classes e revolucionária, orientada a separar de maneira categórica a burguesia dos setores explorados. No momento, sem questionar o caráter desta transformação no quadro institucional:

> Um caminho novo supõe a mudança do sistema capitalista demoburguês por outro de orientação socialista, resultado da direção do governo pelas classes trabalhadoras. O instrumento para levá-lo a cabo é uma nova organização de forças políticas e sociais não comprometidas com o regime dominante.[5] [tradução nossa]

Para o dirigente, o movimento que esteve muito próximo de alcançar a vitória, sofreu um grande desgaste devido à debilidade dos partidos que a compunha e, principalmente, pelo "vício eleitoreiro" disseminado no grupo. Mas, ainda que a coalizão tenha se fragilizado, a experiência teria garantido uma maior coesão dos grupos socialistas até a eleição de Salvador Allende pela Unidade Popular em 1970.

Estas afirmações do historiador, após a derrota da FRAP, indicam os efeitos da Revolução Cubana (1959) sobre parte da esquerda chilena. O paradigma insurrecional, que não se apresentava como o caminho único até a formação da aliança, ganhou força e assumiu a posição central das discussões dos socialistas que combinavam formas de luta com a necessidade de transformar rapidamente o governo popular em revolução socialista.[6]

Uma postura de ruptura passou a ser cobrada dos partidos por parte dos nomes da esquerda, dentre os quais, Jobet, para quem o processo revolucionário de Cuba

representou uma nova dimensão à luta de classes na América Latina ao demonstrar a impotência da burguesia como força progressiva e contra-revolucionária, bem como a validade da violência revolucionária para alcançar o poder ao legar a tática específica da guerrilha.[7] A partir de então, era absolutamente rechaçada a aplicação da política de conciliação de classes, como a vivenciada na Frente Popular.

O radicalismo crescente no seio da esquerda chilena após a Revolução Cubana acirrou o debate político e contribuiu, posteriormente, para uma incompreensão em relação ao conteúdo democrático do projeto da Unidade Popular (1970). Ainda que o historiador tenha reconhecido o significado da vitória de Allende como um novo ciclo na história social e política do Chile, a "via pacífica no caminho eleitoral" se colocava novamente como o principal obstáculo à libertação.

Na sua concepção, a via eleitoral no quadro democrático burguês não excluiria o problema constante para atingir o socialismo que se tratava de substituir o Estado capitalista, derrubar a burguesia e suas instituições repressivas. Entendendo que o Estado representativo moderno significava uma autoridade política exclusiva da burguesia para gerenciar seus assuntos e interesses, estabelecia que as contradições e a exploração do sistema seriam abolidas somente por meio da revolução.

O trabalho teórico de Jobet pode ser comparado à controvérsia do seu projeto político. Projeto que superou proposições comuns ao seu contexto, mas que foi muitas vezes limitado ao pensamento de sua época e ambiente. Estiveram presentes questões como nacionalismo, democracia, antiimperialismo e, principalmente, a revolução, que tinha o seu significado no rompimento com o Estado burguês e no confronto de classes; conceitos e interpretações-chave que se colocavam como desafios para a esquerda.

Como historiador e teórico do Partido Socialista[8], Jobet refletiu acerca da história chilena de forma a identificar, nas suas palavras, as continuidades nas formas de dominação sob as quais vivia o Chile desde a colonização; bem como as contradições internas da sua sociedade, no sentido de fundamentar o seu projeto político de ruptura. Desenvolvendo análises em torno do movimento operário, questão agrária, dependência

nacional e desenvolvimento capitalista no Chile, Jobet contribuiu decisivamente para construir uma nova ótica de reflexão da história chilena e para o desenvolvimento do corpo teórico do Partido Socialista, um dos mais importantes da política do seu país.

Suas teorias expressam análises que buscaram destacar a especificidade da história nacional, no intuito de escapar às teses entendidas universais e, principalmente, para que a revolução chilena não fosse marcada pela abstração e pela adoção de conceitos *a priori*. O socialismo se apresentava, portanto, como um produto histórico de circunstâncias nacionais concretas, o que, a seu entender, não permitia colocar-se num caminho universal.

No entanto, ainda que o intelectual tenha buscado uma caracterização mais correta do seu país, não mostrou avanços nas avaliações e projetos políticos. Suas teses ficaram marcadas por modelos preestabelecidos e que, ao destacar as especificidades locais, buscou mais legitimidade como expressão do movimento revolucionário nacional do que a apresentação de projetos genuínos. Com uma incompreensão das particularidades chilenas, suas propostas se mostraram bastante convencionais, com enfoques recorrentes na linha revolucionária dominante no período.

O constante embate no seio do Partido Socialista entre as propostas de transformação transcorreu a sua história e veio a permear o governo da UP que viveu o desacerto entre um programa de transformações implementado e o radicalismo da sua esquerda, orientado em grande parte pelos supostos ideológicos da sua intelectualidade, disposta a ver o período como a ante-sala do socialismo; dificultando a manutenção de uma direção única por parte do governo.[9]

O historiador viveu os dilemas do desenvolvimento do partido e da política nacional, entre defender a teoria revolucionária e, ao mesmo tempo, pensar numa proposta política para a construção do socialismo, projetando a implantação do Estado dos trabalhadores num “processo ininterrupto de confrontação”. Tese desenvolvida e defendida em grande parte da sua trajetória no intuito de construir uma linha programática dentro do seu grupo e que exerceria grande influência no choque com o conteúdo democrático da proposta de Allende, em 1970.

É possível afirmar que, a despeito das ambigüidades e oscilações presentes no seu discurso ao longo da sua trajetória, a radicalização da proposta socialista – numa compreensão desta somente como processo insurrecional –, foi o nexo que predominou na sua ação política e que esteve entre as linhas de maior expressividade no partido. A sua atuação na proposta da FRAP e ao longo da década de sessenta expressa o caráter de suas reflexões e propostas inseridas no movimento socialista numa constante reafirmação da identidade revolucionária e de classe declarada nos princípios do Partido Socialista do Chile.

Acreditamos que Jobet contribuiu para uma polarização ideológica do socialismo, desenvolvendo a idéia da oposição entre reforma e revolução no seu seio e imprimindo a concepção de um processo revolucionário de confronto entre classes, tese que não foi capaz de apreender a complexidade do tecido político e social do seu país e de apresentar uma nova proposta política num quadro de recorrentes teses esquemáticas.

---

[*] Este trabalho faz parte da pesquisa "Julio César Jobet e a cultura política do socialismo chileno (1932-1970)" desenvolvida para a realização da dissertação de Mestrado sob a orientação do Prof. Dr. Alberto Aggio.

[**] Mestranda do programa de pós-graduação em História da FHDSS – Unesp/ Franca. Bolsista CAPES.

[1] BERSTEIN, Serge. , A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350.

[2] PINHEIRO, Marcos S. *Um Continente Possível: latino-americanismo no pensamento de Luis Alberto Sánchez.* Dissertação de Mestrado, f. 143. FHDSS, Franca, 2004, f. 54.

[3] JOBET, Julio César. *História del Partido Socialista de Chile.* Ed. Documentas.2ªed, 1987, p. 230-231.

[4] Aggio, Alberto. *Democracia e Socialismo no Chile*. A experiência chilena. São Paulo: Annablume, p. 155.

[5] JOBET, Julio César, op cit, p. 240-241.

[6] MOULIAN, Tomás. El marxismo en Chile: Producción y utilización. *Serie Estudios Políticos*. Santiago de Chile: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1991, p. 69.

[7] JOBET, Julio César, op cit, p. 317.

[8] Julio César Jobet foi um importante historiador do país e um dos nomes pioneiros na utilização do materialismo histórico para a interpretação do processo histórico chileno. Entre as suas principais obras, podemos destacar: JOBET, Julio César. *Ensayo crítico del desarrollo económico social de Chile.* 3ª ed.. Centro de Estudios del movimiento obrero Salvador Allende, México, 1982.

[9] AGGIO, Alberto, op cit, p. 24-25.

VOZES ECLIPSADAS: HISTÓRIA SOCIAL DE OPERÁRIOS CEGOS. DA EUFORIA INDUSTRIALIZANTE NO GOVERNO KUBITSCHEK À RECESSÃO NO OCASO DOS GOVERNOS MILITARES: 1956 A 1983

MARCIA CAVENDISH WANDERLEY

O Brasil do governo J. K. vivenciou um grande surto de industrialização e, por conseqüência, promoveu uma crescente urbanização, atraindo de todos os seus cantos e recantos, grandes contingentes populacionais para os novos centros surgidos ou ressurgidos a partir da conjunção destes dois momentos do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Convém observar, no entanto, que grande parte dos contingentes populacionais atraídos pelo sonho de uma vida melhor, de melhores salários e, sobretudo, pelo desejo de desfrutar aquilo que a cidade grande lhes pudesse oferecer, como educação para os filhos, saúde, moradia etc., era composto por uma gente analfabeta, semi-analfabeta, oriunda das zonas rurais e/ou periféricas das pequenas e médias cidades brasileiras. Seria um grupo de trabalhadores essencial para a construção das bases fundamentais da indústria nascente, em todo o seu processo de implantação e construção. No entanto, seria uma mão-de-obra cada vez mais seletivamente aproveitada nos momentos seguintes do processo produtivo.

Este fenômeno sócio-econômico tem seu ponto mais efervescente nas décadas de sessenta e setenta. Nele se observa um aproveitamento de vários grupos sociais como mão-de-obra na indústria, a despeito de sua pouca ou nenhuma qualificação técnica e educacional. No caso que aqui nos interessa, apesar de inúmeros exemplos que

poderiam ser listados, tomaremos o caso específico dos homens e mulheres cegos, que viveram a experiência de tomar parte no processo produtivo, mesmo com as limitações físicas, técnicas e educacionais a que estavam sujeitos.

No Brasil, o processo de aproveitamento de mão de obra das pessoas portadoras de cegueira tem início em 1956, na cidade de São Paulo, com a implantação de um setor que compunha a estrutura do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Ao SENAI cabia a responsabilidade pela identificação de setores da produção, nos quais existisse compatibilidade do trabalho com a condição de cegueira, bem como de realizar a tarefa de recrutar, treinar e encaminhar os cegos para serem aproveitados como parte do sistema produtivo, ora em grande expansão. No caso específico da Bahia, onde a pesquisa será desenvolvida, a expansão do setor produtivo se dá a partir da primeira metade da década de sessenta e o aproveitamento da mão de obra dos portadores de cegueira ocorre quase que no mesmo passo de tal expansão, uma vez que o Senai de Salvador implanta um setor que funciona nos mesmos moldes daquele que foi implantado em São Paulo.

A pesquisa tem a pretensão de resgatar a memória dos operários que tomaram parte desse momento histórico, uma vez que a sociedade baiana tomava contato com um novo fenômeno. Apresenta-se como parte das transformações produzidas pela expansão industrial e urbana, no Brasil como um todo e na Bahia, em particular, o homem e a mulher cegos, que buscavam ter seus próprios meios de subsistência, tentando fugir do lugar social comum, procurando mudar uma imagem estereotipada formulada em torno do cego, que só o via em duas dimensões: ou sujeitos que, por dotes especiais, poderiam se tornar músicos, advogados; ou aqueles que, sem tais dotes ou recursos, se tornavam dependentes das esmolas e assistências filantrópicas que a sociedade *tão generosamente* lhe pudesse proporcionar.

De acordo com a concepção de memória de Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva*[1], mesmo um único indivíduo tem sua memória relacionada com o seu grupo de pertencimento; e este tem relação direta com a construção de uma *memória coletiva*. Ainda tomando os operários cegos como referência, dir-se-ia que eles construíram uma *memória coletiva* em torno de sua atuação nas pequenas e médias indústrias que lhes absorveram a mão-de-obra por quase três décadas, a partir das marcas que ficaram nos indivíduos. Assim puderam reconstruí-la para si e para a sociedade, a fim de estabelecer um vínculo com o passado social do grupo.

Recorrendo às formulações propostas por Michael Pollak, quando sustenta a idéia de *enquandramento da memória*, pode-se dizer que os homens e mulheres que participaram daquele momento histórico[2] estavam construindo uma memória que precisa ser recuperada, a fim de se ter uma melhor compreensão das transformações que sua participação no processo produtivo promoveu, tanto na sua forma de ser e reconhecer o mundo à sua volta, quanto no modo como a sociedade os encarava como indivíduo e como categoria.

> "(...) A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, (...), em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis."[3]

---

[1] HALBWACHS, Maurice. 1990.

[2] Convém ressaltar que para os cegos brasileiros, tanto enquanto indivíduos, quanto tomado sob o ponto de vista de uma categoria social, este momento histórico era como um momento inaugural de um processo de mudanças, que alterava a visão social do sujeito portador de cegueira, que já se vinha desenrolando na Europa e na América do Norte, com alguma celeridade e ousadia.

[3] POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silencio. In. *Estudos Históricos*, 1989, p. 3-15.

Esta memória ao ser recuperada, considerando-se todas as mediações que envolvem tal recuperação, forja uma identidade coletiva, em torno da qual se busca construir uma coesão de grupo. Portanto, identidade coletiva, aqui, está sendo provisoriamente entendida como aquelas conexões sociais que permitem a um grupo de indivíduos se identificar como pertencente a uma determinada categoria: ex-operários de uma determinada fábrica; membros de uma Associação ou Classe. Os cegos aqui evocados são os que pertenceram ao grupo que foi empregado das fábricas periféricas da indústria baiana, cuja mão-de-obra desqualificada e barata fez sua produção seguir seu curso. Mas de certa forma, trata-se de um grupo distinto dos demais operários das mesmas fábricas e, por certo, das outras mais importantes do pólo industrial da Bahia, que se formou no período em questão. Este grupo se identifica, ainda, como aqueles que buscaram suas oportunidades; a busca de seu "direito" ao trabalho; como os que "lutaram" para chegar aonde chegaram. Tomam para si as rédeas de sua vida, bem ao contrário do que parecem pensar os demais participantes da sociedade de então.

Portanto, estes são os principais elementos com os quais se pretende construir e desenvolver a pesquisa. Com eles, quer-se chegar à compreensão da razão que levaria homens e mulheres socialmente desacreditados e tecnicamente desqualificados a pleitearem um lugar no setor produtivo do parque fabril da Bahia; e, na outra ponta do processo, a razão que levaria empreendedores fabris baianos a abrirem espaço (ainda que quase sempre em áreas periféricas), no seu setor produtivo, para abrigar indivíduos que, até então, sob o ponto de vista coletivo, não possuíam senão a experiência dos internatos (institucionais e/ou familiares) e das ruas como mendigos e artistas de feiras e mercados.

II

Portanto, o trabalho de pesquisa tem o objetivo de construir uma fonte documental a partir dos depoimentos de operários cegos baianos, através da utilização dos métodos e técnicas de história oral, tendo como suporte teórico-metodológico, autores como Paul Tompson, José Carlos Sebe Bom Mehy, Antônio Torres Montenegro, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, para citar apenas alguns. De posse desta fonte documental, pretendo alcançar objetivos tais como o que se segue:

- Compreender como eclodiu, se desenvolveu e fracassou o processo de aproveitamento dos cegos como mão-de-obra, no surto de industrialização baiano, ocorrido entre a euforia industrializante no governo Kubitschek, 1956 e a recessão no ocaso do governo dos militares, 1983,
- Fazer uma história social dos cegos baianos, verificando como se desenvolveu sua vida de enfrentamentos pela sobrevivência e pela ocupação de uma posição na sociedade, que lhes permitisse o pleno reconhecimento, como pessoas socialmente capazes de produzir bens e serviços.
- Entender qual a relação entre a decisão de aproveitar aquela mão-de-obra desqualificada, como uma nova atitude social e o estabelecimento de mecanismos de controle, subordinação, submissão, silenciamento da voz e cerceamento da vontade, socialmente internalizados, de modo a saber como o homem cego reagiu tanto em relação à primeira, quanto em relação à segunda das atitudes sociais.
- Verificar quais as estratégias que os cegos utilizam para desvencilhar-se dos processos marginalizantes e excludentes que os aprisionam e oprimem social e culturalmente. Identificar como as pessoas cegas vivenciaram o processo de exclusão social que as lançou nas malhas da assistência, da tutela pública ou privada, que as mantinham sob um rígido controle social.

- Compreender como grupo estudado vivenciou a política de aproveitamento dos cegos como mão-de-obra na indústria, sob a euforia do “nacional-desenvolvimentismo”, até 1983, momento em que este aproveitamento entrou em declínio, como desdobramento de uma forte recessão econômica do final dos governos militares, a qual inviabiliza a manutenção de tal política, até então desenvolvida pelos SENAIs.
- Identificar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos cegos, para se posicionarem e driblarem as dificuldades, diante de uma tendência de empobrecimento, ainda maior, das camadas sociais que não foram dotadas de instrumentos de proteção contra a miséria absoluta, a não ser frágeis políticas assistenciais paternalistas. Estas levadas a cabo por instituições privadas, fortemente lastreadas no assistencialismo varguista, que só funcionavam como represamento das demandas sociais por geração de emprego, distribuição de renda e por condições de vida digna.
-. Identificar e analisar o comportamento social das pessoas não-cegas, em relação àqueles que forcejavam abrir espaço para uma efetiva participação na construção de uma sociedade, onde os cegos pudessem ter novo lugar, função e papel social a desempenhar.

III

CAMINHOS A PERCORRER

A despeito de o desenvolvimento de pesquisas no campo da história social ter despertado o interesse dos historiadores e demais pesquisadores brasileiros, em geral, baianos, em particular, por movimentos, temas e categorias sociais até então marginais à produção do conhecimento das ciências humanas, sobretudo a partir das décadas finais do século XX, é mister que se diga, que ainda há uma grande lacuna na pesquisa

histórica e na produção historiográfica, na construção de estudos e no desenvolvimento de investigações especificamente voltadas para a produção e difusão de conhecimento no campo da história, cujo objeto seja o grupo social formado pelos portadores de cegueira, em sua ação e interação do fazer histórico, nas suas relações com o cotidiano e a sociedade que o marginaliza e exclui.

Nas décadas de 60 e 70, eles entram no mercado de trabalho, desafiam as formulações impossibilitadoras e limitadoras de sua capacidade laboral; mas não conseguem "entrar" na história., ou melhor, não se tornam objeto da história. Por outro lado, nos últimos anos, tem crescido o número de trabalhos de pesquisa histórica, cuja base metodológico/documental repousa nos depoimentos orais, evidenciando a possibilidade de construção de uma memória de indivíduos ou grupos de indivíduos que se encontram à margem dos interesses das pesquisas e da produção historiográficas.

Neste contingente de indivíduos e/ou de grupos de indivíduos, tem-se lançado mão de depoimentos de prostitutas, velhos, retirantes e miseráveis dos flagelos sócio-climáticos e, mesmo de grupos sociais integrados nos interesses das academias, como políticos, jornalistas, sindicalistas, artistas, grandes empresários e líderes comunitários, para construir sua história a partir de novas perspectivas metodológicas e da própria valorização do depoimento como fonte histórica. No entanto, deve-se ressaltar que, os indivíduos cegos, ou o grupo social que formam, mesmo sendo, é bom que se enfatize, oralistas por excelência, ainda não foram ouvidos pela academia e, conseqüentemente, não têm contribuído na construção desta história.

Diversos são os historiadores que têm se inclinado para o uso da história oral em suas pesquisas; assim como diversos e interessantes são os temas levantados e debatidos a partir delas. Mas ainda não se teve notícia de nenhum trabalho de porte, realizado para explorar as várias facetas de uma história social do cego e da cegueira, aproveitando o potencial de sua oralidade. Têm-se observado as publicações resultantes

dos vários encontros e simpósios de história oral. Procura-se entre os trabalhos, artigos, ensaios, mini-cursos ali elencados, um que se reporte à existência de uma preocupação em realizar estudos ou desenvolver pesquisas relacionadas com a questão aqui levantada.

Espero que a pesquisa seja capaz de contribuir neste longo caminho a percorrer, nesta longa história a ser contada.

[1] HALBWACHS, Maurice. 1990.
[2] Convém ressaltar que para os cegos brasileiros, tanto enquanto indivíduos, quanto tomado sob o ponto de vista de uma categoria social, este momento histórico era como um momento inaugural de um processo de mudanças, que alterava a visão social do sujeito portador de cegueira, que já se vinha desenrolando na Europa e na América do Norte, com alguma celeridade e ousadia.
[3] POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silencio. In. *Estudos Históricos*, 1989, p. 3-15.

Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira[1]

Marcia de Almeida Gonçalves[2] - UERJ/PUC-Rio

Sua biografia há de ser sobretudo uma interpretação. Interpretação de Machado de Assis devia ser o título deste livro[3]. Com estas palavras, Lúcia Miguel Pereira sintetizou, entre outros argumentos, a perspectiva por ela construída para realizar seu estudo crítico e biográfico sobre Machado de Assis.

Obra originalmente lançada em 1936, o *Machado de Assis* de Lúcia Miguel Pereira integrou, nos quadros da época, o conjunto, em expansão, de análises sobre o renomado autor, ícone reverenciado entre os cânones da literatura nacional. Dialogando com críticos e comentaristas da obra de Machado – Sílvio Romero, José Veríssimo, Alfredo Pujol e Mário de Alencar, entre outros -, Lúcia Miguel Pereira ousava acrescentar idéias ao debate em curso, sob a forma de texto biográfico concebido como *uma interpretação*.

Interessa-nos, nos limites desse pequeno ensaio, traçar algumas considerações sobre especificidades do *Machado de Assis* de Lúcia Miguel Pereira, partindo, exatamente, da chave anunciada pela autora, qual seja, a da interpretação. Em nossas indagações, todavia, buscaremos realizá-la na qualidade de análise histórica, centrada na intenção de compreender o lugar e os sentidos do *Machado de Assis* de Lúcia Miguel Pereira no campo de uma história da escrita de biografias, nas suas interfaces com a historiografia e a história da literatura, problematizadas como discursos fundadores do imaginário da nação[4].

Nossa hipótese nos leva a crer que Lúcia Miguel Pereira, mais do que narrar a trajetória de vida de seu biografado, realizou uma particular análise sobre as relações entre as escolhas, motivações e condicionamentos do sujeito autoral e a criação literária e artística, investigando e, enfatizemos, interpretando, as conexões entre vida e obra. Desejou, nesse sentido, perseguir velhas inquietudes dos que realizavam avaliações sobre autores e livros nacionais, dessa feita apostando em novos usos, formas e potencialidades do gênero biográfico.

A colaboradora do *Boletim de Ariel* (1931-1938), já reconhecida, entre contemporâneos de um mundo da crítica literária predominantemente masculino, pela escrita firme e observações perspicazes em seus artigos sobre livros e autores, foi, contudo, recebida com senões no lançamento de seu primeiro romance – *Em surdina*, 1933. No seu *Machado de Assis*, publicado em 1936, Lúcia Miguel Pereira quis ir mais longe no exercício de sua verve de escritora, explorando experimentações, que outros inauguraram, no campo da escrita biográfica[5]. Parecia querer encorpar idéias algo recorrentes nas páginas de *Ariel*[6].

Tais experimentações interferiram na configuração de um intenso debate, para o qual Lúcia Miguel Pereira diretamente colaborou, caro ás décadas de 1930 e 1940, entre intelectuais brasileiros, sobre a renovação do gênero biográfico. Em finais da década de 1920, Alceu Amoroso Lima, em artigo sobre textos biográficos e autobiográficos recém lançados, diagnosticava a existência de uma *verdadeira epidemia biográfica*[7].

A ponderação de Amoroso Lima apontava, por um lado, para o crescimento quantitativo da publicação de biografias e de outros textos afins – autobiografias, memórias - , todos, em alguma medida, situados no campo largo de narrativas e/ou ensaios direcionados para trajetórias individuais de vida. Por outro lado, a percepção do crescimento quantitativo de tantas *escritas de si* era organicamente associada a mudanças qualitativas. Como destacou Alceu Amoroso Lima, a onda epidêmica de publicações biográficas, autobiográficas e memorialísticas era o sinal da emergência do novo, leia-se, o moderno, nesses gêneros de produção textual.

Alceu Amoroso Lima e outros contemporâneos, Gastão Cruls, Luís Vianna Filho, Álvaro Lins, cada um a sua maneira, refletiram sobre o que passou a ser denominado de biografia moderna e/ou romanceada, explicitando, em muitas de suas considerações, novas formas e funções de textos configuradores de sujeitos individuais.

Cabe mencionar, apenas de forma pontual, nos limites desse trabalho, a sintonia desses intelectuais brasileiros com um debate que igualmente havia se manifestado em sociedades européias, com destaque para a Inglaterra e a França, ao fim da 1ª Grande Guerra (1914-1918). Lá, houve não só uma valorização da escrita de biografias, mas,

igualmente, uma intensa reformulação de seus padrões estéticos, onde, entre outros aspectos, buscava-se redimensionar seu poder sensibilizador e pedagógico, valendo-se de uma maior aproximação com as técnicas de escrita do romance. Ao deslocar as tradicionais pertinências da biografia do campo da escrita da história, tais ponderações acenderam polêmicas, que numa apropriação particular, vieram também a se manifestar entre as cabeças pensantes das terras do Brasil.

No nosso entendimento, uma compreensão devida dos significados desses diagnósticos sobre a emergência de biografias modernas não pode prescindir de algumas rápidas considerações sobre aspectos da crise de valores liberais, nos quadros de impasses e contradições da modernidade, no entre-guerras, tanto no cenário brasileiro, quanto internacional. Nessas ambiências, interessa-nos destacar revisionismos, de naturezas variadas, sobre os preceitos de uma ética individualista, tão cara à defesa de uma concepção de sujeito individual autônomo, livre e soberano perante os condicionamentos de ordens sociais e políticas. Revisionismos que, em suas manifestações na arena política, alimentaram projetos defensores do reforço da autoridade do Estado frente às liberdades de indivíduos e/ou grupos de interesses constituídos – sindicatos, partidos e demais instâncias associativas[8].

Em tempos de expansão e vigência de tantos projetos autoritários e/ou totalitários de governo, tempos de proliferação de discursos valorizadores de uma subordinação hierárquica dos direitos individuais a interesses apresentados como coletivos ou vinculados à promoção do bem-estar social, as ponderações de intelectuais brasileiros sobre a renovação da escrita biográfica, nas suas formas e funções, tinha lá seu quinhão de natureza ética, qual seja, o de uma espécie de trincheira de defesa da liberdade e da autonomia do sujeito individual, num momento em que tal enfoque foi frontalmente revisto e deslocado.

Nessa perspectiva, pensar sobre os usos e formas da narrativa biográfica, entendida como moderna, correspondeu à configuração de novas dimensões éticas e estéticas para um gênero há muito articulado à produção de fisionomias e retratos de personagens cujas

vidas se imbricavam com a produção de imagens da nação. Somente nesses termos, acreditamos, podemos compreender alguns dos sentidos que conformaram não só o debate, mas no essencial, a própria renovação da escrita biográfica, entre tantas tematizações sobre ambigüidades e possibilidades da modernidade, no Brasil do entre-guerras.

Os retratos em papel e letras de sujeitos individuais, concebidos, nas suas diversas inserções sociais e históricas, como formadores das identidades da nação – artística, literária, política, econômica -, deveriam ser também expressão das ambigüidades e possibilidades da própria sociedade brasileira. Em alguma medida, para muitos intelectuais contrários a predominância exclusiva de uma retórica autoritária, a relação indivíduo/sociedade deveria ser equacionada sob a premissa de resguardar e garantir espaços de atuação e criação de sujeitos individuais, vistos, então, como autores/atores imprescindíveis na criação e problematização dos valores identitários de comunidades nacionais.

Os intelectuais que desejaram compreender os impasses dessa modernidade e investir no que pudesse ser o novo na invenção de um Brasil moderno, o fizeram a partir de questionamentos que culminaram em tantos ensaios de interpretação do país, sob a forma de reinvenções e/ou redescobertas da história, da literatura, da música, do folclore, da própria cultura nacional[9]. Assim, a chave utilizada por Lúcia Miguel Pereira na apresentação de seu *Machado de Assis*, qual seja, a da biografia como uma interpretação, adquire pleno sentido e pertencimento às ambiências intelectuais de seu tempo.

O sujeito individual Machado de Assis, configurado pela narrativa biográfica de Lúcia Miguel Pereira, foi o protagonista de uma humanidade contraditória e partida, a expressão efetiva e sensibilizadora do próprio *calor da vida*. A biógrafa, em diálogo, com outros autores, fez suas escolhas, decidindo substituir metáforas de uma certa tradição de escrita biográfica. Assim, saía a estátua de bronze fixadora da celebridade e entrava em cena o homem de carne e osso, em desalinho, esquivo e familiar, pelo que nele houvesse de frágil e contingente[10].

Apresentar Machado de Assis como o mestiço, pobre, nevropata e, concomitantemente, autor de obra literária fundadora do moderno, era entender a contingência de cada experiência humana como o campo em que as realizações existenciais poderiam, na qualidade de um realismo trágico, se manifestar. Sua nevropatia, entendida por Lúcia Miguel Pereira, não apenas como sinônimo da epilepsia, mas, essencialmente, como um conjunto de traços comportamentais derivados desse distúrbio mental, fizeram de Machado de Assis um tímido que soube posar de ousado, distante, altivo. Nas palavras de Lúcia Miguel Pereira: *(...) Machado penetrou na celebridade como num salão cheio de gente pronta a criticar-lhe o traje modesto*[11].

Lúcia Miguel Pereira perseguiu a complexidade e as contradições da personalidade Machado de Assis enquadrando suas idades da vida em um encadeamento que buscava mesclar continuidades e descontinuidades, em especial, quanto à sua formação de letrado e escritor. Os títulos e enredos de determinados capítulos corroboram essa perspectiva de ordenação da própria narrativa biográfica – *O Moleque, O operário, Machadinho, Seu Machado, O criador, O artista, O Conselheiro Aires.*

Nos capítulos dedicados à infância e aos primeiros anos da juventude de Machado, Lúcia Miguel Pereira destacou a imagem do moleque pobre, a vender balas e percorrer as ruas de um Rio de Janeiro de meados do século XIX. O morro do Livramento, a Saúde, a praia de São Cristóvão figuraram como cenários de anos de formação que, na interpretação da biógrafa, teriam sido recriados pelo futuro escritor, em algumas de suas crônicas e romances.

A narradora, intérprete e biógrafa, por vezes, na construção de seus argumentos, carregava nas tintas de uma sobredeterminação entre a vida e a produção da obra, realizando, num típico exercício de intuição feminina, a partir de alguns vestígios não totalmente convincentes para um leitor à cata de provas cabais, uma leitura de causalidades unívocas entre vivências traumáticas do biografado e suas motivações no exercício da criação literária.

Valendo-se de alguns referenciais da psicologia clínica e da psiquiatria, Lúcia Miguel Pereira quis ver em personagens e tipos machadianos um pouco do que Machado de Assis projetou ser, mesmo sem uma consciência declarada de tais desejos. Se o Conselheiro Aires podia ser tomado como a imagem no espelho das figurações autobiográficas de seu criador, Lúcia Miguel Pereira arriscou perceber, em algumas personagens femininas, a fala de um Machado de Assis que confessava um tanto de suas dúvidas, inseguranças e fragilidades.

Para Lúcia Miguel Pereira, a perspicácia do autor de *Dom Casmurro* e de *Esaú e Jacó,* na construção das humanidades contraditórias de seus personagens, repousava numa relação de intrínseca complementaridade entre os sentimentos e vivências de seu biografado e o desenvolvimento de singular capacidade de escrever sobre a miséria humana. Nas palavras de Lúcia Miguel Pereira: *(...) a obra lhe foi precisamente o avesso da vida, não esquecendo de que o avesso não é o lado oposto, mas o lado de dentro, inseparável do de fora, condicionado por ele*[12].

A capacidade criativa e autêntica de Machado de Assis de retratar, sob a forma de um realismo trágico, a humanidade contraditória de seus personagens, era a expressão do caráter universal de sua obra literária, somente construído pela percepção arguta e inteligente de um tímido que tanto aprendeu com a vivência intensa de relações humanas contíguas e locais. A biógrafa fazia de seu *Machado de Assis* um ícone do moderno, não só pelo feliz casamento entre o local (o nacional) e o universal, na sua produção literária, mas também, e principalmente, na forma de pintar um retrato em papel e letras no qual Machado de Assis era o homem/intelectual moderno, cindido por tantas adversidades, capaz de sobrepujá-las ao arriscar uma atitude poética na relação com o mundo.

Como afirmou a biógrafa, havia (e há) nos textos de Machado um *gosto de cinzas*, *as cinzas da inanidade de tudo*, mas havia (e há) também *o sal das lágrimas e do sangue*, *o sangue do homem sofredor*, *as lágrimas do desespero que se sabe inútil*, e mais, o pressentimento da realidade trágica da vida e, *sob as aparências do ceticismo risonho*, *um travo amargo de desengano*[13].

Em alguma medida, o *Machado de Assis* de Lúcia Miguel Pereira parecia ser uma das caras daquele Brasil moderno e arriscamos, mais do que isso, um registro de percepções, oscilantes entre o desencanto e o otimismo, de uma geração de intelectuais que tanto se interrogou sobre os impasses de seu tempo de vida.

---

[1] Este trabalho derivou-se de seminário, ministrado na graduação em História, na PUC-RJ, no 2º semestre de 2004, intitulado de *Retratos em papel e letras: biografia, história e imaginário nacional*. Se algumas das idéias aqui presentes são fruto de minha tese de doutorado (*Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. FFLCH/USP, agosto/2003), tantas outras, talvez as mais significativas, originaram-se das boas conversas e trocas intelectuais junto aos alunos que realizaram o referido seminário. A eles cabe, nesse sentido, um agradecimento especial pelo aprendizado compartilhado.

[2] Professora da UERJ e da PUC-RJ.

[3] Lúcia Miguel Pereira. *Machado de Assis. Estudo crítico e biográfico.* 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, p. 25)

[4] Sobre o conceito de discurso fundador ver especialmente Eni Puccineli Orlandi (org). *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional.* Campinas; São Paulo: Pontes, 1993.

[5] A emergência, em solo europeu, de inovações na escrita de biografias foi associada por entusiastas e comentaristas à obra do escritor inglês Lytton Strachey e, em especial, à publicação de sua biografia da Rainha Vitória, lançada no alvorecer da década de 1920. Entre os entusiastas e divulgadores da obra de Strachey, cabe destacar André Maurois, intelectual francês, também autor de textos biográficos, apresentados por ele mesmo sob a qualificação de biografias modernas ou romanceadas. No final da década de 1920, Maurois posava, com relativo sucesso, a despeito da polêmica então causada, de teórico e defensor de uma nova escrita biográfica, então concebida como o gênero que melhor realizava a junção entre a história e o romance. Sobre esse debate ver Márcia de Almeida Gonçalves. *Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa.* Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2003.

[6] Em 1931, ano de criação do *Boletim de Ariel*, Lúcia contava com trinta anos. Dividiu as páginas do mensário crítico e literário com Gastão Cruls, então diretor do períodico, Agripino Grieco, Augusto Meyer e outros colaboradores menos regulares. No fundamental, o boletim procurava ser uma espécie de radiografia do mundo das letras em franca expansão. Cabe destacar, o destaque concedido por vários articulistas às biografias, autobiografias, memórias e outros materiais relacionados às histórias de vida, como coletâneas de correspondência privada e a publicação de diários.

[7] Tristão de Athayde. "Biografias". In *Estudos*. 4ª série. Rio de Janeiro: Edição do Centro Dom Vital, 1931, pp. 165-177.

[8] Ver, entre outros, Bolivar Lamounier. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação." In Boris Fausto (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Difel, 1985. V. 9, pp. 343-374.

[9] Na extensa bibliografia sobre movimentos modernistas, destacamos: Elias Thomé Saliba. "Reinvenção da história". In *Brasil-brasis: cousas notáveis e espantosas (Olhares modernistas).* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000, pp. 43-49. Ângela Castro Gomes. *Essa gente do Rio...Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Eduardo Jardim de Moraes. *A brasilidade modernista. Sua dimensão filosófica.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.

[10] Cf. Lúcia Miguel Pereira. *Op. cit.*, pp. 19-27.

[11] Idem, p. 26.

[12] Idem, pp. 23-24.

[13] Idem, p. 27.

As apelações de liberdade dos índios na América portuguesa (1735-1757).

Márcia Eliane Alves de Souza e Mello - UFAM

Introdução

O presente trabalho pretende aprofundar a análise do funcionamento das Juntas das Missões Ultramarinas, atuantes entre 1681 e 1757 nas duas grandes divisões administrativas da América Portuguesa (Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará) e, compostas pelas principais autoridades coloniais. Visa-se ainda compreender o mecanismo de acesso à justiça colonial utilizado pelos índios na primeira metade do século XVIII, através da análise das apelações de sentenças de liberdade de índios proferidas nas Juntas das Missões. Centra-se particularmente na dinâmica das Juntas das Missões que funcionaram no Estado do Maranhão e Grão-Pará, desvendando o quotidiano desse tribunal, cuja diligência estava no ajustamento dos contraditórios interesses da sociedade local, onde se entrecruzavam colonos, índios, missionários e autoridades coloniais. Longe de ser um espaço privativo do poder dos colonos missionários ou da defesa inflexível dos seus interesses, as Juntas do Maranhão e do Pará funcionaram como fórum para onde convergiam as demandas de todos os setores da sociedade colonial. E como tal, ela atuou como mediadora em muitas causas que lhe foram apresentadas na busca da negociação dos interesses de colonos leigos e colonos missionários e da sustentação da política metropolitana para aquela região.

O tribunal das Juntas das Missões no contexto da administração portuguesa

Para que possamos compreender como as Juntas das Missões surgem em diferentes localidades do domínio português, é necessário indicar os condicionantes político-administrativos em que aquelas se inserem. Em Portugal, durante o período da União Ibérica, introduziu-se um modelo de organização administrativa, denominado *Juntas*, que nesse período foi aplicado preferencialmente na administração da fazenda. A diversificação

e especialização assinaladas na administração central da Coroa portuguesa a partir de meados do século XVI, com a criação de vários tribunais superiores ou de Corte[1], inserem-se no modelo poli-sinodal de organização do poder observada na Península Ibérica na época moderna.

Criadas sistematicamente, a partir do século XVII, para atender a demanda de questões objetivas impostas ao governo, que não estavam especificadas no regimento dos órgãos existentes. As *juntas* funcionavam como agentes consultivos que não tinham caráter jurisdicional[2]. Cessavam as suas atividades quando a controvérsia fosse resolvida, ou mesmo continuavam a funcionar de forma mais estável se a conjuntura assim o permitisse.

Com a multiplicação dos órgãos consultivos nos séculos XVII e XVIII, são também criadas mais *Juntas*, em razão da crescente complexidade dos assuntos levados à apreciação do governo[3]. Contudo, as *Juntas* eram consideradas como instituições administrativas menores, cujos membros, denominados "deputados", eram tidos como ministros subalternos[4]. O deputado não era, por afinidade das funções, equiparado ao cargo de "conselheiro", muito embora as *Juntas* se tenham composto muitas vezes por conselheiros efetivamente assim nomeados.

No final do reinado de D. João IV, era crescente o entendimento de que o meio mais eficaz para a conservação dos domínios ultramarinos portugueses era cuidar da propagação da Fé naquelas conquistas. A Coroa portuguesa precisava manter os seus missionários atuantes nas possessões ultramarinas, a fim de poder garantir a autoridade do reino lusitano, ameaçada por outras potências estrangeiras. Para tanto, se fazia necessária a criação de um organismo ligado à administração central que tratasse exclusivamente das questões referentes às missões ultramarinas e onde os missionários das conquistas pudessem recorrer e apelar. Nesse sentido, por volta de 1655, foi criada em Lisboa uma Junta específica para as missões, mais conhecida por *Junta Geral das Missões*, e também denominada de *Junta dos Missionários* ou *Junta da Propagação da Fé*, em virtude de sua natureza[5].

Muito embora fosse uma instituição administrativa secundária, um organismo consultivo ligado à administração central, a Junta Geral das Missões funcionava em consonância com outros organismos principais da estrutura orgânico-funcional da administração central, como por exemplo, o Conselho Ultramarino.

Em 7 de março de 1681 foram criadas as primeiras Juntas das Missões no Ultramar nas seguintes localidades: Goa, Angola, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão. Posteriormente, foram instituídas outras Juntas na América portuguesa, nomeadamente na Bahia (1688), no Pará (1701), em São Paulo (1746) e novamente no Rio de Janeiro (1750).

Cabe aqui salientar que compreendemos a criação das Juntas Ultramarinas como inserida na ampliação dos poderes e redefinição da atuação da Junta Geral das Missões. A partir da década de 1680, se observam alterações na Junta Geral que indicam a redefinição de estratégias, ampliação de poderes e especialização da própria Junta. A composição heterogênea verificada nesse período, marcada pela presença de elementos leigos letrados, alguns deles com experiência no Ultramar, demonstram a importância estratégica que assumia a Junta, unindo os interesses “espirituais” com os “temporais”, ou seja, a propagação da Fé católica e a defesa e conservação dos espaços coloniais.

Observa-se, em fins do século XVII, uma expansão das atividades missionárias com a fundação de numerosas missões no Estado do Brasil, particularmente em Pernambuco, e no Estado do Maranhão e Grão Pará. E no que diz respeito ao Estado do Maranhão, o estabelecimento dessas missões religiosas veio favorecer à Coroa, não só pelo seu efeito complementar à ocupação portuguesa da região Amazônica, como também pela conquista de novos territórios que avançavam para o interior da colônia, os chamados “sertões”.

Neste sentido, as Juntas das Missões locais passaram a desempenhar um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento da política indigenista empreendida pelo Estado português, visto estarem enquadradas na estratégia de submissão dos povos indígenas, atuando como reguladoras de todas as operações de cativeiro, julgamento e distribuição da mão-de-obra indígena.

Eram as Juntas das Missões solicitadas a dar seu parecer sobre questões específicas relativas aos índios, tais como: os meios mais adequados para promover o descimento dos índios para os aldeamentos missionários; examinar a legitimidade dos cativeiros dos índios; emitir parecer sobre as propostas de guerras ofensivas ou defensivas feitas aos índios; ficar sob o seu arbítrio a permissão dos "resgates" feitos por tropas específicas e julgar como instância final às apelações das ações de liberdade dos índios, além de outros assuntos de sua competência.

Nas primeiras décadas do século XVIII, encontramos as Juntas das Missões sediadas na América portuguesa mais independentes da instituição metropolitana a qual eram subordinadas, funcionando como verdadeiras instituições políticas locais, não obstante o seu caráter religioso. Na presidência dessas Juntas ultramarinas, o Governador Geral, representante do poder secular, conferiu e ampliou esse caráter político e, no exercício de sua autoridade, utilizou-se da Junta como instrumento de poder para arbitrar a favor de demandas coloniais relativas ao controle da mão-de-obra indígena.

As ações de liberdade dos índios e suas apelações pela Junta das Missões

No que compete ao tratamento dispensado aos índios pela justiça colonial, eles gozavam de um regime diferenciado da justiça propriamente dita. Segundo Serafim Leite, os índios foram colocados sob uma forma de tutela, onde se restringia a sua personalidade e sua responsabilidade, sendo considerados em estado de menoridade[6]. Portanto, necessitavam os índios de um intermediário que servisse de porta-voz de suas demandas, sendo então criado o cargo de *Procurador dos Índios*, ofício introduzido em finais do século XVI, cuja finalidade era proteger os indígenas. Dele se encarregava um morador, que atuava como advogado e auxiliar dos índios, assumindo os seus interesses perante as autoridades coloniais. Não exercia nenhuma função jurisdicional, se limitava a recomendar e a encaminhar protestos à instância competente, ou seja, ao Governador e Ouvidor Geral[7].

Face às dificuldades que tinham os índios de recorrer à justiça, tendo tão somente os Procuradores dos Índios para encaminhar seus pleitos, foram nomeados por ordem régia,

em 1700, os Ouvidores Gerais das capitanias de Pernambuco e do Rio de Janeiro como "Juizes das causas de liberdade dos índios", para que pudessem breve e sumariamente deferir sobre tais causas. Contudo, em 1730, avaliando a Junta das Missões de Pernambuco que havia dificuldades na execução das ordens reais, devido às grandes distâncias entre as capitanias subordinadas a Pernambuco, enviou ao rei as seguintes propostas: que fossem também nomeados os ouvidores das demais capitanias a fim de que, indo os ouvidores em correição, fizessem averiguação sumária quanto à justeza ou não da liberdade dos índios que se achavam cativos, os quais, pela sua pobreza, não conseguiam se defender da forma ordinária; em conseqüência disso, as apelações e os agravos deveriam correr pela Junta das Missões do distrito correspondente[8].

A questão foi apreciada no Conselho Ultramarino, onde as opiniões se dividiram. Recomendando, uns conselheiros, que as apelações fossem diretamente para a Relação da Bahia, sem passar pelo julgamento da Junta das Missões, pois essa não era formada por doutos em direito civil; enquanto outros conselheiros defendiam que a apelação devia correr primeiro pela Junta e só depois pela Relação. Entretanto, a decisão régia foi enfática: as apelações da sentença do ouvidor seriam apenas endereçadas à Junta das Missões do respectivo distrito e sua decisão seria conclusiva, não cabendo apelações de sua decisão. De tal sorte, que em 1733 foram expedidas provisões aos ouvidores do Estado do Brasil para que fosse cumprida a decisão régia, e dois anos mais tarde, estendida ao Estado do Maranhão e Grão Pará[9].

Desta forma, estava criado o "Juízo das Liberdades", ligado as Ouvidorias, que funcionava como um foro de primeira instância por onde corriam as causas da liberdade dos índios, examinadas e julgadas pelo ouvidor, também denominado de "Juiz das Liberdades". Ficando a Junta das Missões funcionando como um tribunal de segunda instância, considerado Juízo superior onde se interpunham os recursos das ações de liberdade.

Muito embora as Juntas estivessem incumbidas de julgar os casos acerca da liberdade dos índios (nesse sentido a Junta das Missões era considerada um tribunal de defesa da liberdade indígena), também passavam por elas todas as operações de

recrutamento da força de trabalho indígena —- descimentos, resgates e guerras justas — bem como o julgamento da legalidade ou não dos cativeiros. Engendrava-se assim uma contradição que a acompanhou durante toda a sua existência, e se evidencia nos diferentes interesses dos agentes coloniais que por ela transitavam. Na Junta, eram apreciadas demandas que envolviam os interesses não só dos colonos leigos e missionários (exames da legalidade do cativeiro dos escravos feitos no sertão, autorização para resgates privados, descimentos para aldeias dos religiosos) como também dos índios (petições de liberdade contra o cativeiro injusto, acordos de paz).

Segundo John Monteiro, os índios desenvolveram várias estratégias para enfrentar a dominação portuguesa[10]. Dentre elas estava a utilização de meios legais para alcançar maior autonomia ou mesmo a liberdade. Referindo-se a São Paulo, o autor afirma que os índios no final do século XVII passaram a se conscientizar das vantagens do acesso a justiça colonial, principalmente com respeito à sua liberdade. Com o declínio da escravidão indígena na região, aumentaram os litígios movidos pelos índios[11].

Podemos perceber, baseados nos documentos compulsados, que as ações de liberdade dos índios eram mais freqüentes do que se supunha. No Estado do Maranhão e Grão-Pará, na primeira metade do século XVIII, essa estratégia parece ter sido bastante empregada pelos índios e seus descendentes. Utilizando-se dos instrumentos e instituições disponíveis, os índios requeriam a condição de “forro”, alegando a injustiça do seu cativeiro, uma vez que juridicamente eram livres pelas leis portuguesas (salvo exceções para cativos de resgate ou de guerra).

No estágio atual de nossas pesquisas, podemos distinguir pelo menos duas formas pelas quais os índios recorriam à justiça contra o seu cativeiro. Em alguns casos, requeriam os índios diretamente à Junta das Missões, mediante uma petição encaminhada pelo próprio índio ou pelo Procurador dos índios em seu nome. Na própria Junta eram julgados os argumentos dos peticionários e chamadas para depor, caso fosse necessário, as partes envolvidas nas ações; no final, era emitido um parecer favorável ou não ao pleito. Em outros casos, utilizavam os índios o Juízo das Liberdades, quando era formado um processo

denominado “autos de liberdade”, encaminhado ao Ouvidor da capitania para proferir sentença sumária. E se uma das partes ficasse insatisfeita com o resultado, podia então recorrer à Junta das Missões como instância de apelação da sentença do ouvidor.

Como exemplo da primeira forma de recorrer á liberdade temos o caso da índia Antônia, que foi trazida dos “sertões” do rio Amazonas por Diogo Freire contra sua vontade e que, depois de alguns anos, a vendeu a outro morador da vila de Tapuitapera no Maranhão. Sendo novamente vendida a outro morador da mesma vila, passou a ser maltratada por este, quando então decidiu Antônia buscar a sua liberdade. Ouvidos todos os envolvidos na Junta e não apresentando Diogo Freire um título legítimo do cativeiro da índia Antônia. Essa foi considerada pela Junta “forra e livre de cativeiro”.[12]

A segunda forma de recorrer à justiça colonial podia ser bem mais morosa e dispendiosa. Visto que as partes recorriam e embargavam o processo, podia levar meses ou mesmo anos até se ter uma decisão final. Muitas dessas ações de liberdade envolviam partilhas de herdeiros. Nestes casos, os índios muitas vezes agiam contra seus novos donos, reclamando o direito de servirem a quem quisessem o que aponta para questões sociais mais profundas.

Utilizando o recurso da apelação da sentença proferida no Juízo da Liberdade, em dezembro de 1751, a índia Margarida e seus filhos recorreram à Junta das Missões do Maranhão contra a viúva Maria Pereira, solicitando carta de liberdade. Mas, somente em outubro de 1752, depois de vários embargos impetrados pela viúva Maria Pereira, pode a Junta proferir o acórdão em que se concedia liberdade à índia Margarida e seus filhos[13].

As apelações de liberdade não envolviam apenas os índios e aqueles que utilizavam seus serviços diretamente. Tais ações mobilizavam os interesses de toda a sociedade colonial. De tal forma, que em 1743 as apelações das ações de liberdade foram objeto de discussão da Câmara do Pará. Defendiam os vereadores que a Junta não era competente para julgar as apelações, trazendo prejuízos ao bem comum e à justiça. Entretanto, o rei não aceitou essas reclamações e manteve sem alterações o que se achava disposto sobre

a apelação das ações de liberdade dos índios, continuando a serem estas encaminhadas às Juntas das Missões[14].

Contudo, anos mais tarde, com as mudanças provocadas pelas reformas pombalinas na Amazônia portuguesa, foi revogada a resolução de 1733. Autorizou o rei D. José I, em junho de 1757, que se pudesse apelar das resoluções da Junta para o Tribunal da Relação, passando as apelações de liberdades a serem encaminhadas aos juizes dos feitos da Coroa das relações respectivas. Com essa decisão régia, tem início uma nova fase para as ações da liberdade dos índios. Para tanto foi criada a Junta da Liberdade, que substituiu a Junta das Missões definitivamente depois de 1757.

---

[1] Os principais órgãos da administração central em Portugal podem ser denominados de tribunais em razão de seu caráter judicial e técnico. Já a qualidade de "superior" ou "de corte" lhes era atribuída não apenas pela importância da função que desempenhavam, mas também pelo prestígio e proximidade ao monarca a quem aconselhavam, evidenciando a supremacia destes organismos no contexto nacional.

[2] REIS, José França Pinto. *Conselheiros e secretários de estado de D. João IV a D. José.* Dissertação. Faculdade de Letras, Coimbra, 1987. p. 35.

[3] LANGHANS, Franz Paul de Almeida. Organização administrativa central. IN: SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. vol. 3. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1964-1971, p.213-214.

[4] BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez & latino...,* t.3, p.74.

[5] A Junta Geral das Missões esteve suspensa durante o governo de D. Afonso VI (1662-1667). Sendo reativada em 1672, durante a regência de D. Pedro II. Cf. MELLO, Marcia E. A. Souza. *Pela propagação da fé e conservação das conquistas portuguesas. As juntas das missões –século XVII-XVIII.* Tese (Doutorado em História). Porto: Universidade do Porto, 2002.

[6] LEITE, Serafim. As raças do Brasil perante a ordem teológica, moral e política portuguesa nos séculos XVI-XVIII, *Sciencia Jurídica,* XIII, (70) (1964): 531-551.

[7] THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil.* São Paulo: Edições Loyola, 1981. p. 97-8.

[8] AHU, Pernambuco, cx. 40, doc. 3667. Carta do governador de 20/08/1730 e cópia da carta régia de 05/11/1700.

[9] AHU, Ceará, cx. 2 doc. 140. Provisão Régia de 13/03/1733.

[10] MONTEIRO, John. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa; São Paulo e Maranhão. In: DIAS, Jill R. (org.) *Nas vésperas do mundo moderno Brasil*. Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses, 1982. p.162

[11] idem, p.148

[12] Termo da Junta das Missões do Maranhão. 08/06/1739.

[13] Termo da Junta das Missões do Maranhão. 03/10/1752.

[14] AHU. códice 271: 57v Provisão Régia de 02/06/1745.

Memórias de Dyonelio Machado: o passado interpela o futuro

Márcia Helena S. Barbosa - UPF

Memórias de um pobre homem,[1] livro de caráter autobiográfico, como indica o próprio título, foi escrito na década de 1970 por Dyonelio Machado e publicado em 1990, cinco anos após a morte do autor, que se destacou não apenas como escritor, mas também como médico psiquiatra e político. Condenado ao ostracismo durante um longo período, em grande parte em virtude de sua participação política, Dyonelio Machado, somente em meados da década de 1970 - portanto cerca de meio século depois de haver publicado seu primeiro livro de ficção – veria efetivar-se o processo de sua legitimação como escritor. As experiências vivenciadas pelo autor explicam a configuração que dá a seu relato de memórias, dividido em nove capítulos, sendo o capítulo inaugural dedicado, preferencialmente, às lembranças de seus primeiros tempos de vida literária, e os demais voltados à descrição de diferentes momentos, que vão desde a sua estréia na ficção, em 1927, até a sua participação na vida política do País, incluindo-se aí as prisões, a sua eleição para a Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947, e a cassação de seu mandato parlamentar no mesmo ano.

Chama atenção o modo como Dyonelio Machado concebe o tempo e, conseqüentemente, os eventos históricos em *Memórias de um pobre homem*. Uma leitura apressada, atenta a passagens isoladas do texto em detrimento do conjunto, pode sugerir que vigora no relato uma concepção “cumulativa” e “finalista”, que adota o modelo do tempo como serialidade ou sucessão. De acordo com essa concepção, que liga a idéia de seqüência à irreversibilidade do tempo histórico, circulam, por entre os elos da corrente cronológica, forças causais, determinantes, que conduzem a uma justificação plena e final da História, levando a um estado necessário e superior da Humanidade, capaz de instaurar o reino da felicidade almejado através dos milênios. Trata-se de uma lógica progressiva e

evolutiva na interpretação da História, que vê, no transcurso do tempo, uma cadeia dotada de sentido, uma seqüência marcada pela noções de plenitude e de *telos*.

Em diversos fragmentos, Dyonelio Machado refere-se à existência de leis sociais semelhantes às leis da física; alude à marcha inexorável da sociedade e à fatalidade de certos eventos, o fim do imperialismo e o surgimento do socialismo, aparentando uma espécie de crença no tempo vetorial e no caráter finalista da História. Afirma o autor: "A reação – o imperialismo – sabe que está morta. Procura prolongar o próprio fim, com meios que mais o apressam. – É uma contingência obrigatória. E 'fatal', dentro das leis que regem o desenvolvimento das sociedades" (p. 75). Mais adiante, ao falar do "Ideal" a que serve, comenta:

> O nosso século vive sacudido por tantas teorias, que fica difícil a um pobre sujeito atinar com a única exata. [...] Mas, para alcançar a Verdade, nada mais carece ao pobre diabo do que lançar-se à corrente da História. Ela o levará no bom caminho, até a meta certa.
> A tremenda condensação do capital, gerando como fruto último o imperialismo, estava-se processando com aquela fatalidade matemática que a iria conduzir a um ponto de ebulição [...] em que a única saída que as leis da física e da sociologia condicionavam era a transformação. [...] Noutros termos: o Socialismo. (p.132)

Da concepção de que o Socialismo é "a verdade em política" (p. 101), decorre a idéia de que os socialistas ou comunistas são heróis, enquanto os "homens da reação" encarnam o papel de vilões. A idealização dos socialistas está nos atributos utilizados para defini-los – "serenos, modestos e fortes. Tudo isso porque são seguros" (p. 90) – e, também na comparação com seus adversários. Nas palavras do escritor, o "inimigo" confere algo àqueles que encarcera: "um atestado duma personalidade maior do que a do carcereiro". Assim, afirma o autor: "defendendo o bem universal – que outra coisa não é senão o Socialismo – eu me situava bem mais alto do que aqueles esbirros, comandados pelo esbirro-mór na pessoa do presidente da república" (p. 76-79). O Presidente da República ao qual se refere, Getúlio Vargas, e aqueles que sustentam seu governo não são os únicos situados pelo escritor no pólo oposto ao dos socialistas, com o intuito de reiterar a superioridade destes. Preso na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, entre 1936 e 1937,

período marcado pelo advento de regimes totalitários em diversos países, Dyonelio Machado também alerta acerca da inferioridade de ditadores como Mussolini e Hitler. Sobre este último, afirma que "acabou destruído, por obra – e obra material – da sua própria fúria", advertindo que "fúria é sinônimo de inferioridade" e que "esse 'todo-poderoso' nada mais era do que um miserável, frustrado ao máximo", a vingar-se dos "aparentemente fracos" (p. 91).

Ao lado de tais observações, que parecem denunciar o caráter dogmático do escritor e sua crença no "porvir", é possível identificar, porém, no texto das *Memórias*, algumas reflexões que apontam, justamente, no sentido oposto. Em inúmeras ocasiões, Dyonelio Machado registra a sua percepção de que o tempo não transcorre linearmente, nem evolui num fluxo contínuo em direção ao futuro; pelo contrário: por vezes, o autor tem a impressão de que o tempo é circular ou anda para trás, pois os fatos se repetem e as condições sociais de uma época permanecem inalteradas por um longo período ou, então, retrocedem a um estágio anterior ou ainda mais primário. O registro de tais sensações por parte do escritor estabelece um contraponto à concepção finalista da História, presente em outras passagens de seu próprio depoimento.

Ao comentar o movimento que a sociedade executa durante a "marcha da História", Dyonelio Machado afirma que "um tropeço determina um alto temporário, às vezes um desvio, em certas ocasiões, que nem é bom relembrar, um retrocesso" (p. 132). Em outros trechos de seu relato, vai ainda mais longe, identificando semelhanças entre períodos cronológicos distintos e destacando a permanência de traços da Idade Média em fases subseqüentes da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Quando caracteriza a região fronteiriça do estado, onde nasceu, ele constata que a "atmosfera" que sorveu "ao vir ao mundo", em 1895, pouco antes do final da Revolução Federalista era a de uma "tremenda luta". A guerra estava presente nas campanhas políticas, nos brinquedos infantis e nas diversões "mais valorizadas" da terra – as cavalhadas -, que "ressumavam sangue e fogo" (p. 50). Tanto nessa época como no decorrer do século XX, detecta "lances duma Idade Média que não passou". Em sua opinião, o sinal mais evidente da manutenção dessa

atmosfera medieval e do "infantilismo" ou falta de amadurecimento da "Província" é a conservação do caudilhismo. Esse fenômeno o leva a concluir que o homem – leia-se, o gaúcho – vive "num estado semifeudal, onde a regra é a polarização de toda a vida política na pessoa dum só indivíduo – o barão, o senhor. O resto ele convoca e mobiliza a seu talente, e sem o dever de consulta: é a sua gente, a sua mesnada" (p. 48-49).

Em outra passagem, o autor demonstra que os "lances" que denunciam a sobrevivência da Idade Média não estão restritos ao Rio Grande do Sul. Ao falar do período que antecede a Revolução de 30 e dos protestos dos estados "tidos como pequenos" contra o direito, consuetudinário, de alternância dos grandes estados – Minas Gerais e São Paulo – no governo federal, ele argumenta:

> Grandes estados, pequenos estados, nada mais é do que um eufemismo. O vocábulo preciso é grandes feudos, pequenos feudos. Nem os pequenos (e muito menos os grandes) se achavam vinculados a um poder superior. Essa alçada última conquistava-se pela aliança entre os grandes feudos. E o poderio que daí resultava revestia-se do caráter dum reinado absolutista. Compreende-se que os feudos meramente "auxiliares" praticavam na sua esfera o mesmo regime de poder arbitrário e discricionário, o que [...] vinha a constituir uma forma ideal de vassalagem. (p. 83)

Na década de 1930, o escritor também reconhece a existência de um regime arbitrário e discricionário no País, cuja vigência se estenderia até a década em que escreve suas *Memórias*. Quando comenta sobre o ato de instalação da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul, em julho de 1935, e destaca o aparato policial preparado para reagir diante do menor sinal de "sedição" dos membros da organização, Dyonelio Machado define a ditadura como "essa forma de governo que já hoje parece ser um produto natural e obrigatório da política brasileira" (p. 101-102). Assim, entender a história pregressa não se constitui num desafio, porque o passado, efetivamente, não passou: "Não é difícil compreender uma época, embora distante, quando ela permanece atual. Ainda vivemos no mesmo ambiente social e político de então. De 35 a 71, ano em que escrevo, nada mudou; a não ser talvez pra pior. A pena de morte [...] está em pleno vigor". A menção à pena de morte é um modo de aludir, metaforicamente, ao afastamento dos indivíduos e à dissolução de instituições cujos atos desagradassem o governo central e, ao mesmo tempo, uma

referência direta à "tecedura de violências" em que se transformara a "crônica política" brasileira. O assassinato de Waldemar Ripoll na cidade fronteiriça de Rivera, no Rio Grande do Sul, em 1934, e o fuzilamento do major Rubens Vaz na Rua Toneleros, Rio de Janeiro, em 1954, são crimes políticos que levam a uma constatação: as autoridades que ordenavam tais mortes "iam buscar no acervo da história" justamente aquilo que a maculava de forma indelével, a "degola" (p. 105-106), palavra que pode ser tomada no seu sentido literal no caso da primeira vítima.

Para Dyonelio Machado, outro indício de que a sociedade não evolui num fluxo contínuo em direção ao futuro é a inversão que detecta na vida política do País. Enquanto os carrascos, que praticam os crimes políticos, são "bandidos privados" erigidos, por força da arbitrariedade, em "bandidos públicos", pois agem "com delegação de uma autoridade", os parlamentares comunistas, a quem os eleitores, teoricamente, haviam delegado o poder de representá-los, quando têm seu mandato cassado, em 1947, não são reconhecidos pelo povo como seus representantes, convertendo-se, portanto, em vítimas privadas: "A massa parece não ter tido sensibilidade política para ver que, nas nossas humildes pessoas, ela, realmente, é que estava sendo ferida (p. 121).

A crença do autor na evolução da sociedade também parece ser profundamente abalada com a instauração do fascismo em diferentes países. Esse fenômeno, no seu entendimento, mostra que a atmosfera medieval, a "barbárie", extrapola os limites do território nacional, dominando o cenário mundial:

> Fascismo, na Itália, Nazismo, na Alemanha, Falangismo, na Espanha, Corporativismo (ou que outra alcunha tenha), em Portugal, Integralismo no Brasil, constituíram outros tantos avatares dum ódio de classe que o mundo ainda não conhecia, porque era novo na sua apresentação: era um ódio técnico. Esse aspecto, emprestando formas "modernas" à barbárie, não iludia ninguém [...] (p. 75)

Coincidência ou não, ao mesmo tempo que insere em suas *Memórias* reflexões acerca de um passado redivivo - que corroem as certezas, expressas por ele próprio, quanto ao advento do socialismo e questionam a inexorabilidade da "marcha da História" -, Dyonelio Machado desconstrói o processo de idealização a que submetera os socialistas de

um modo geral e, em particular, os integrantes do Partido Comunista do Brasil. Estes são caracterizados como imaturos e equivocados, no que se refere à deflagração, em 1935, da insurreição que ficou conhecida como Intentona Comunista: "Das 'explicações' que a minha crítica suscitou ficou-me uma impressão de coisa deliberada de afogadilho, sem plano [...]. Punha-se uma esperança infantil, verdadeiramente mágica, em sucessos puramente aleatórios" (p. 79-80). Alguns dirigentes da agremiação, por sua vez, chegam a ser tachados de oportunistas pelo autor.

Coincidência ou não, à medida que experimenta frustrações no que diz respeito à concretização de seus ideais políticos, Dyonelio Machado divide suas atenções entre os macroprocessos sociais e o cotidiano. Em parte, isso talvez se deva ao fato de que o autor, conforme ele próprio declara, não sabe "distinguir entre as coisas grandes e as pequenas", achando-as "todas dignas de atenção, registro e estudo. De resto, os leitores dos meus livros de ficção [...] viram o apreço que me merece o quotidiano. Circunstância que não exclui o interesse pelos fatos de ordem geral – o que também se pode ver facilmente na minha modesta obra" (p. 91). Além disso, é preciso levar em conta que "não seria dialético excluir ou o importante ou o quotidiano e trivial", uma vez que, no entendimento do escritor, os fatores de natureza particular estão, indissoluvelmente, ligados aos fenômenos de âmbito social; toda "manifestação na atividade individual tem a sua réplica, quando não a sua contrapartida no modo de funcionamento da coletividade" (p. 92). É necessário considerar, ainda, que as próprias experiências vivenciadas por Dyonelio Machado propiciaram-lhe a convivência com a "arraia-miúda", dos galpões, na época de sua infância e adolescência. Nos galpões, o autor conheceu de perto os "homens que lutam com denodo e que se embriagam com seus feitos" e pôde "aquilatar do grau de politização primária que sai desses recantos, nas coxilhas – habituais nos sucessos políticos do Pampa" (p.49). Não fosse essa convivência, talvez o escritor não detectasse tão facilmente a existência de um tempo reversível.

Ao relatar passagens relativas ao exercício de seu mandato parlamentar e refletir sobre o seu posterior desligamento do Partido Comunista do Brasil, Dyonelio Machado

percebe que, até mesmo, os eventos políticos - portanto, públicos -, quando narrados anos após a sua ocorrência, assumem um caráter pessoal, chegando, mesmo, a impedir o reconhecimento do tempo histórico como uma estrutura serial dentro de um processo teleológico:

> Um trabalho político que era esse o seu caráter na ocasião – agora, na sua evocação tardia, assume um aspecto pessoal, negativo no seu individualismo. Não se sente o esforço coletivo – que é o característico da História. Não se vê a marcha incessante dos fatos, que constitui a circulação nas rotas dos acontecimentos. [...] Quando muito, flagrantes da Biografia. (p. 121)

Seria lícito pensar que a impossibilidade de captar a "marcha da história" por meio das lembranças e da narração autobiográfica é condicionada pela própria natureza desse tipo de relato. Porém, o próprio autor mesmo impede tal conclusão, na medida em que, citando Anatole France, alerta para as semelhanças existentes entre os relatos memorialístico e histórico:

> O maior defeito dum livro de memórias é também a sua qualidade máxima: o ser pessoal. E isso o distingue dum livro de história. Será que o distingue mesmo? Quem não conhece o paradoxo de Anatole France, sustentando que a história não é uma ciência, é uma arte, e só se sai bem de empreitada tão realística por via da imaginação? A imaginação (e o arbítrio, o que é mais), estão a cada passo acompanhando o narrador de memórias. (p. 56)

Ao que parece, Dyonelio Machado abdica de captar a "marcha incessante dos fatos"; em vez disso, evidencia a convivência de tempos distintos em um único período histórico, indicando momentos de ressurreição do passado toda vez que detecta a refacção do pensamento e do estilo antigos. Essa sensação de simultaneidade talvez sugira para o autor a ineficácia da cronologia quando se trata de compreender "a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos".[2] E talvez por isso, ele adote, em suas *Memórias*, o mesmo procedimento empregado pelo narrador de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. O narrador dessa obra ficcional de Machado de Assis "nenhum respeito confere à cronologia", como lembra Dyonelio Machado, que explica o fato desta forma: "É que não se jungir a essa medida tão falha, que é o Tempo, é reconhecer a vida uma de suas melhores qualidades [...]: a espontaneidade" (p. 43).

[1] MACHADO, Dyonelio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro, 1990.
[2] BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19-32.

Algumas reflexões sobre a historiografia do movimento do Contestado: o caso dos operários da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Márcia Janete Espig

Esta comunicação pretende informar sobre as reflexões referentes a minha tese de doutoramento, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS sob a orientação do Prof. Dr. José Rivair Macedo. Nesta pesquisa, investigo os operários que estiveram na região do Contestado alguns anos antes do movimento, trabalhando na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Sobre estes, em geral a historiografia afirma uma participação destacada no conflito social do Contestado. Meu objetivo para esta comunicação é analisar a evolução das informações prestadas pela historiografia sobre este assunto. Quero demonstrar que muitas das afirmações feitas não foram comprovadas pelos autores, gerando-se versões não discutidas, nas quais se repetem informações anteriores sem o necessário questionamento.

A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) percorre boa parte da área contestada entre Santa Catarina e Paraná no início do século XX. Sua construção neste trecho deu-se entre 1908 e 1910, e teria, segundo *o Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra* pelo General Fernando Setembrino de Carvalho (comandante das forças em operação no Contestado entre o mês de setembro de 1914 e maio de 1915) agregado um contingente de operários desqualificados vindos de grandes centros do país, como Rio de Janeiro e Pernambuco. Estes “bandidos” e “facínoras” teriam permanecido na região ao final dos trabalhos, tornando-se posteriormente líderes do movimento do Contestado.[1] Esta informação vem marcando a historiografia sobre o Contestado desde então.

A produção historiográfica sobre o Contestado inicia-se com os dois capítulos sobre o assunto publicados por Oswaldo Rodrigues Cabral, historiador e médico catarinense, em um manual de 1937.[2] Raramente lembrada pela historiografia atual, surpreendentemente esta obra constitui-se como origem de uma série de informações sobre os operários da

Estrada de Ferro, motivo pelo qual a presente análise inicia-se por ela. A maioria dos dados apresentados será posteriormente reforçada por Cabral em livro posterior, que mereceu uma pesquisa bem mais detalhada. Até lá, porém, esta já terá constituído algumas verdades historiográficas, repetidas pelos autores que escreveram entre 1937 e 1960.[3]

A obra de 1937 é um manual de história de Santa Catarina que confere destaque para *A Guerra dos Fanáticos*, título dos capítulos VIII e IX. Nestes, Cabral enuncia uma série de informações importantes sobre este assunto. Destaca que

> Nesse anno [1906], devido á necessidade do momento, foram então recrutados trabalhadores para a construcção da linha, no Rio, em São Paulo e Santos, além de outros centros populosos. O rebotalho das ruas affluio para o Contestado, os egressos da justiça, afamados capoeiras e facinoras de toda a especie e de todas as procedencias, alistaram-se entre os trabalhadores do Engenheiro Saldanha, tentados pelo salario elevado que lhes era promettido.[4]

Seguem ainda as informações trazidas por Cabral:

> Dez mil homens foram encaminhados para o valle desabitado do tortuoso Rio do Peixe e, dia e noite, proseguiram os trabalhos da construcção da Estrada de Ferro, dirigidos por Achilles Stenghel.[5]

Esta é a primeira menção, em toda a historiografia sobre o Contestado, à quantidade de trabalhadores que teria migrado para a região, embora não traga uma indicação quanto a sua origem. Muitos autores dela irão se apropriar de forma acrítica. Cabral ainda destaca o banditismo que assolou a região, motivo pelo qual a companhia montou um corpo armado com 200 homens.

Os apontamentos feitos por Cabral em 1937, inclusive aqueles não referenciados, serão incorporados pelos trabalhos publicados a seguir. A próxima obra de destaque virá à público no início dos anos 50, escrita por Aujor Ávila da Luz.[6] Este trabalho irá reproduzir basicamente as informações trazidas por Cabral, sem no entanto referenciar aquele trabalho.[7] Na verdade, devido às maiores dimensões da obra de Luz e a sua apropriação generalizada pela historiografia posterior, é bastante possível que muitos vejam nesta a origem de vários conhecimentos historiográficos. Volto a lembrar, porém, que o manual de

Cabral terá primazia na constituição de uma série de informações sobre o assunto em questão.

A obra seguinte, de autoria de Brasil Gerson,[8] elabora uma síntese sobre o movimento, dedicando muito espaço e elogios ao trabalho de Ávila da Luz. Sobre os operários da Estrada de Ferro, Gerson reproduz a mesma notícia que Ávila da Luz recolhe de Cabral, igualmente não referenciando este último, agregando porém um dado novo. Comentando as expulsões de posseiros feitas pela Brazil Railway e o privilégio dado aos estrangeiros na escolha das terras, acrescenta que "[...] eram os trabalhadores rústicos ou foragidos da polícia por ela trazidos dos grandes centros urbanos para o assentamento dos trilhos [...]".[9] Entretanto, este dado não possui referência em termos documentais ou bibliográficos.

Entre o final dos anos 50 e a década de 60 a historiografia sobre o Contestado sofrerá uma renovação importantíssima, tendo sido publicados trabalhos fundamentais, embasados em pesquisas empíricas qualificadas e contando com análises sociológicas ou históricas. Estes trabalhos tornaram-se marcos de referência e são muito utilizados ainda hoje pelos pesquisadores, sendo analisados a seguir.

Cabral publica, logo ao início dos anos 60, uma alentada obra.[10] Será o primeiro a enfocar detidamente os "monges" presentes no movimento, que posteriormente receberão a atenção de vários outros pesquisadores. Sobre o aspecto que me interessa, o autor reproduziu as teses já enunciadas em 1937, agregando porém a informação de que o conjunto de trabalhadores, terríveis facínoras, foram aqueles que "[...] a Polícia, em suas batidas, recolheu e compulsoriamente deportou para o Contestado [...]"[11], possivelmente influenciado por Gerson. Sobre o número dos operários contratados, o autor irá suavizar um pouco sua colocação anterior, considerando que o cálculo de 10 mil homens pode ser um pouco exagerado, embora não o seja em "demasiado".[12]

A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz publicou em 1957 o resultado de sua tese de doutoramento.[13] A pesquisa, realizada no início dos anos 50, utilizou documentação até então inédita, como jornais de época e testemunhos orais recolhidos pela autora e pelo

pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz. Pereira de Queiroz confere atenção e destaque às condições de vida, à figura do caboclo, ao contexto histórico-sociológico e às singularidades da mentalidade regional. Devido a estes interesses prioritários, a problemática da Estrada de Ferro e dos trabalhadores contratados para sua construção não será amplamente discutida pela autora, reproduzindo apenas informações já observadas, tais como o dado de que os trabalhadores teriam sido capturados entre malfeitores de várias centros urbanos do Brasil.[14] Observe-se que a autora agrega a cidade de Salvador à lista dos locais que teriam dado origem aos operários e troca a antiga referência de Setembrino de Carvalho, feita a Pernambuco, para sua capital, Recife. Completa-se aqui uma transição iniciada em 1937, com a obra de Cabral, e que modifica a menção feita por Setembrino a dois *estados* (Rio e Pernambuco) para algumas *cidades* (Santos, Salvador, Recife) associadas a realidades portuárias. A informação torna-se progressivamente mais específica, sem que a ela se agreguem novas fontes documentais.

A pesquisa do também sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz veio a público alguns anos após, em 1966.[15] Fruto de uma longa investigação, que contou com um grande volume de documentação, este trabalho estabelece uma competente obra de reconstrução do movimento. Uma preocupação destacada no texto de Vinhas de Queiroz é evidenciar o clima de tensão social existente na região, questão fundamental para sua análise de cunho marxista. Neste sentido, é muito relevante para este autor tanto a questão da inserção de trabalhadores advindos de grandes centros quanto a penetração de forças capitalistas na região. Vinhas de Queiroz contextualiza mais detidamente que outros autores aspectos importantes para este problema, tais como a personagem Percival Farquhar, a empresa *Brazil Railway Company* e a criação de sua subsidiária *Southern Brazil Lumber and Colonization Company,* que explorava as terras recebidas em concessão ou adquiridas.[16] Sobre os operários contratados para a construção da Estrada de Ferro, destaca:

> À princípio, foram empregados quatro mil trabalhadores; porém, com a marcha dos trabalhos, o seu número atingiu a cêrca de oito mil. Eram contratados principalmente no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Divididos em numerosas turmas, entregues a taifeiros que recebiam por empreitada

> e se encarregavam de pagar os salários, êsses milhares de operários forneciam-se em treze grandes armazéns mantidos pela estrada.[17]

Neste autor observamos um retorno à informação original de Setembrino sobre a procedência dos operários (Rio de Janeiro e Pernambuco), o quê demonstra a fidelidade de Vinhas de Queiroz às fontes utilizadas. Os dados seguintes, inovadores em relação às obras anteriores, resultam da pesquisa realizada pelo sociólogo. Sobre o destino dos operários, considera, a partir da obra de Setembrino de Carvalho, que não foram recambiados para os locais de origem.[18]

No ano de 1974, outro trabalho foi publicado, novamente por um sociólogo. Trata-se da importante obra de Duglas Teixeira Monteiro,[19] hoje um clássico obrigatório tanto para os pesquisadores deste movimento quanto para os estudiosos das práticas de compadrio no interior de nosso país. Assim como as anteriores, esta é uma obra respaldada em sólida pesquisa documental. Este livro diferencia-se daqueles por não se deter em aspectos de narrativa ou cronologia histórica,[20] destacando aspectos intrínsecos ao movimento e analisando-os em termos sociológicos e antropológicos. Entre estes se encontram o significado do compadrio interclasses na região; a crise representada pela inserção de forças capitalistas e a posterior recriação de significados sociais (que denomina processo de reencantamento do mundo). Neste caminho, importa-lhe resgatar, sobretudo, o universo de significados simbólicos construído pelos rebeldes no transcorrer do movimento, utilizando referenciais weberianos, dentre outros.

As considerações de Monteiro acerca da presença dos operários da Estrada de Ferro no Contestado se referem às teses observadas acima. O autor relaciona as alterações sofridas pela sociedade local à emergência de um novo tipo de violência, denominada violência inovadora (que demonstra uma mudança no quadro da violência costumeira) e que acompanha a ruptura da consciência de nivelamento. O impacto da penetração de novas relações capitalistas, supõe Monteiro, provavelmente tenha levado a uma alteração do gênero de vida costumeiro, aumentando as diferenciações entre as classes sociais.[21] Entre as mudanças ocorridas, o autor menciona que houve uma leva de 4 a 8 mil homens, que

não foram recambiados ao local de origem. O sociólogo estabelece uma breve análise inovadora em relação ao tema, embora esta não tenha recebido o amparo de novas fontes, afirmando que estes homens, devido a procedência de cidades portuárias, poderiam ter participado de "agitações políticas operárias" nos locais de origem.[22] Monteiro relaciona ainda estas personagens à introdução de relações de trabalho não tradicionais. Nestas relações somavam-se não apenas o fato de receberem por empreitada, como também a obrigação em se abastecerem nos armazéns da Companhia. Além disto havia ainda a presença do Corpo de Segurança, que se distinguia da tradicional composição regional de bandos de jagunços pelo fato de "[...] estar a serviço de interesses econômicos anônimos e não à disposição dos interesses pessoais de determinados 'coronéis'".[23]

Em minha análise das obras apontadas acima, sobretudo os livros de Cabral, Pereira de Queiroz, Vinhas de Queiroz e Monteiro, tentei demonstrar a formação de uma representação historiográfica sobre os operários que vieram à região do Contestado para trabalhar na EFSPRG. Esta representação assenta-se, inicialmente, na informação prestada pelo General Setembrino em seu *Relatório*, mas agrega novos dados que raramente estiveram relacionados a fontes primárias. Assim, podemos observar a constituição de uma referência sobre estes trabalhadores cujos pontos principais são:

1º – os trabalhadores vieram de grandes centros urbanos, principalmente do Rio de Janeiro e Pernambuco;

2º – estes homens foram abandonados na região após o término da construção da Estrada de Ferro;

3º – sua constituição social levou-os ao banditismo;

4º – tornaram-se, mais tarde, líderes no movimento do Contestado;

5º – o número de trabalhadores foi, inicialmente, de quatro mil homens, sendo progressivamente estendido para oito mil homens, ou mesmo dez mil homens (em algumas análises);

6º – parte deles foram capturados pela Polícia ou retirados de cadeias e enviados para a região;

7º – os locais de proveniência seriam, além dos apontados no ponto 1º, Santos, Salvador e Recife, cidades portuárias;

8º – teriam permanecido, sobretudo, nos municípios de Campos Novos, Curitibanos, Lages, Palmas, Clevelândia, Porto União e Canoinhas;

9º – estavam sujeitos ao Corpo de Segurança da Companhia, bem como ao consumo de produtos dos Armazéns da Companhia;

10º – poderiam ter participado do movimento operário em seus locais de origem;

11º – teriam se tornado jagunços de coronéis ou constituído bandos próprios após o abandono na região.

Os quatro primeiros pontos são aqueles originalmente destacados no *Relatório* de Setembrino de Carvalho. As demais informações surgem aos poucos na historiografia, como demonstrei, e apenas o ponto 5º (parcialmente) e o ponto 9º (completamente) encontrarão referência em fontes documentais. O ponto 4º já foi completamente refutado por estudo recente.[24] Entretanto, a maioria das obras posteriores irá incorporar uma ou várias destas informações, que vieram a formar uma tese consensual e raramente discutida.

A historiografia mais recente irá reproduzir, com raras variações, as teses construídas pelas obras que acabei de analisar. A variada produção existente desde os anos 1980 até o período atual incorporou acriticamente as informações elencadas acima sobre os operários da EFSPRG, destacando sua ação enquanto fator de agravamento das tensões sociais regionais. Esta produção não irá agregar análises inovadoras, também não se preocupando com a incorporação de novas fontes documentais sobre este tema. Apenas a obra de Paulo Pinheiro Machado fará um questionamento desta tese, que denomino tradicional.[25] Entretanto, devido às dimensões do presente texto, não será possível detalhar minha análise acerca da historiografia mais recente, tarefa que deixo para outra ocasião. Minha reflexão neste quesito refere-se ao problema da constituição de algumas "verdades historiográficas", baseadas em bibliografia anterior e sem referência a provas documentais.

---

[1] CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916. p. 03.

[2] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Santa Catharina** (historia – evolução). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
[3] Existe ainda um segundo manual do autor, no qual Cabral basicamente repete as mesmas informações de 1937 e 1960, inclusive com uma redação bastante semelhante. Por este motivo tal manual não merecerá atenção em separado, sendo suficiente esta menção. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina.** Curitiba: Grafipar, 1970. v. I.
[4] CABRAL, Oswaldo. 1937, p. 381/382.
[5] Idem, p. 382.
[6] LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos:** crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos (contribuição para o estudo de antropo - sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina). Florianópolis: s/ed, 1952. Mais recentemente esta mereceu uma segunda edição, revisada e posfaciada pelo historiador Walter Piazza (1999).
[7] Idem, p. 37.
[8] GERSON, Brasil. **Pequena história dos fanáticos do Contestado.** Rio de Janeiro: MEC, 1955.
[9] Idem, p. 12.
[10] Intitulada *João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado* (1960), esta obra será reeditada em 1979, com um título diferente. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado.** 2ª ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.
[11] Idem, p. 101.
[12] Idem, Ibidem.
[13] PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **La "Guerre Sainte" au Brésil:** Le mouvement messianique du "Contestado". São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.
[14] Idem, p. 41/42.
[15] QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
[16] Idem, p. 69/76.
[17] Idem, p. 71/72.
[18] Idem, p. 72.
[19] MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
[20] O autor optou por colocar em anexo uma breve cronologia do movimento. Idem, p. 269/276.
[21] Idem, p. 43.
[22] Idem, p. 44.
[23] Idem, Ibidem.
[24] MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
[25] Idem, p. 145.

Histórias de Escrita e Leitura de Mulheres (séculos XIX E XX)

Márcia Maria da Silva Barreiros Leite – UCS/UEFS

É no contexto da sociedade imperial baiana que a escritora Anna Teófila Filgueiras Autran (1856-1933), poetisa atuante, travava uma polêmica no jornal *Diário da Bahia* com o conhecido jornalista da província Belarmino Barreto (1840-1882) acerca dos direitos femininos, e deixava transparecer o convívio que tinha com a literatura nacional e universal e, o mais importante, a sua prática da leitura. A discussão pública, que entrou para os anais da história da imprensa e ocorreu no ano de 1871, revelava a intenção da menina Anna Autran e das mulheres que se sentiram representadas por ela em discutir o livre acesso da mulher à literatura. Anna Autran, descendente de uma família aristocrata, desde cedo recebeu instrução, começando a ler precocemente aos cinco anos de idade, memorizando versos, orações religiosas e pequenos discursos.[1]

A série de artigos que enviou para o citado jornal e objeto de réplicas e tréplicas, versava sobre *"A Mulher e a Literatura*". Aos quinze anos incompletos, os seus textos já mostravam uma grande sensibilidade para com a condição feminina no país. Nos escritos recheados de citações de autores universais, ela denotava conhecimento sobre a história da humanidade, da religião cristã e da filosofia ocidental, mostrando a sólida formação que recebeu, provavelmente de seu pai, de sua irmã mais velha ou de alguma professora, já que ficou órfã de mãe com apenas um ano de idade.[2]

Segundo as informações do seu biógrafo Afonso Costa, que ouviu as narrativas da escritora já septuagenária, Anna Autran colaborou intensamente para a imprensa, escrevendo em jornais baianos, cariocas e portugueses com espírito aguerrido e de agitadora. Republicana e abolicionista convicta, ela se revelou uma das pioneiras na luta pelos direitos sociais da mulher na Bahia. As suas reflexões giravam em torno da idéia de que a mulher possuía capacidades

intelectivas iguais às dos homens; que a razão, e não só a emoção, era atributo do seu sexo; e que o direito à educação deveria ser algo assegurado no meio em que vivia.

Não via incompatibilidade alguma entre o exercício de profissões e a dedicação aos estudos com o projeto da família. Vislumbrava, ao contrário, um resultado positivo para o lar doméstico. O seu testemunho não deixava dúvidas:

> (...) e como negar-se à mulher o direito de illustrar-se para cultivar egualmente a sua intelligencia, e poder educar melhor a sua família?. Se encararmol-a pelo lado da maternidade, quem melhor do que elle poderá ser a mestra de seus filhos?.Quem melhor do que ella poderá covencel-os da verdade, illustrar-lhes o entendimento, afim de seguirem a virtude e evitarem o vicio? Quem melhor do que ella, tão dócil e tão meiga lhes poderá consolar nos infortúnios e no leito da dor? E o que será precisa para isso? Que ella tenha bastante illustração e eloqüência; e tanto uma como outra encontra-se na litteratura. A mulher, justamente por ser mãe de família, é que deve ser douta. (...) M.me Sevignè tendo sido uma grande litterata, não deixou de ter sido uma boa mãe de família.[3]

Em vários dos seus escritos, reafirmava a liberdade de escolha feminina e o respeito às suas pretensões e capacidades, fazendo da denúncia a bandeira de sua luta:

> Quereis saber porque a mulher vos parece menos intelligente do que o homem, e mais fraca ainda do que elle? É porque a sociedade condemnou-a á ignorância e ao esquecimento. É por isso que não podendo ella defender-se por outra forma, só encontra a sua defeza nas lagrimas. (...) Entretanto que ella é quase sempre condemnada, quando pugna pelos seus direitos, e tida por um phenomeno, quando se mostra egualmente ao homem pela sua sabedoria e valor. Portanto, a mulher não procura usurpar os direitos do homem, como se diz, e sim readquirir os seus que barbaramente forão usurpados por aquelle, para fazer crer as gerações presentes e futuras, que ella nascera sem elles.[4] (...) A sociedade tornando-se surda à voz da razão, ainda quer considerar a mulher inferior ao homem até nas mesmas faculdades intellectuaes!. Inqualificável engano. Aos homens concede-se-lhes intelligencia, razão, dignidade e illustração, ao passo que à mulher dá-se-lhe tão somente o amor conjugal e material; bem como uma educação acanhada.[5]

Era no campo da educação que a crítica da autora de *"Devaneios"* se exacerbava e se coadunava com um movimento em nível nacional, que apesar da falta de unidade e

sistematização sinalizava para uma questão comum levantada por muitas senhoras de diversas partes do país. O movimento feminista brasileiro posterior, em sua fase mais organizada da República Velha, é herdeiro dessas primeiras inquietações. Pensamos em Anna Autran afrontando os rigores da moralidade pública da Bahia em pleno 1871 e lembramos dos rompantes de algumas outras mulheres no Nordeste que não se calaram frente "às injustiças dos homens" como é o caso de Nísia Floresta, exemplo personificado dessa luta. Temos também a notícia de que a escritora Joaquina Júlia Navarro da Cunha Menezes de Lacerda (1842-1909), participou de uma polêmica no periódico intitulado *O Farol,* no ano de 1869, onde defendeu os direitos da mulher.[6]

A causa de todo o pensamento de subordinação da mulher se originaria, na perspectiva da baiana, a partir da desigualdade da educação ministrada entre os sexos. Daí a injustiça da sociedade "em querer privar a mulher de ser litterata, como se ella não possuísse as mesmas faculdades intelectuaes que os homens". Anna Autran falava cônscia da sua opção de vida, da menina-adolescente que tinha escolhido a literatura como meio de realização e crescimento. A sua inclinação para as letras descortinava um destino diferente do de muitas moças encerradas em casas e conventos e longe de suas pretensões. A defesa irrevogável do acesso das mulheres a uma ilustração era o meio pelo qual se abriria o tão reservado campo das letras. Não existiam argumentos que a convencessem da distinção na educação dos sexos e muito menos dos preconceitos arraigados que impediam a mulher de realizar "o vôo do gênio e o impulso do coração".

Em Anna Autran encontramos a intelectual que se transforma em referência emblemática da leitora culta e refinada, que claramente burilava o espírito e aprofundava as idéias para depois de devidamente refletidas fazer uso na prática, como nos artigos redigidos e enviados para o jornal Diário da Bahia. Era uma informante direta do que lia e do que gostava: Leibnitz, Fenelon, Bernardin de Saint-Pierre, Bossuet, Lambert, Racine, La Fontaine, Stael, Sand, Sevigné, Marquez de Maricá, Aimé Martin, Voltaire, Calvino.[7] Tipicamente uma leitora que interagia com o seu meio. Através do que deixou escrito conhecemos as suas interpretações

que confirmam para quais fins serviram as leituras que realizou desde da infância: elaborar uma concepção de liberdade feminina pioneira e defender os direitos da mulher. Era da sua trajetória que falava e da de outras mulheres que aspiravam à condição de escritoras, mas que por falta de oportunidades tiveram as suas vozes abafadas. Elaborou uma idéia de propaganda da leitura convincente que granjeou partidários para a sua causa. Compreendia a leitura como algo saudável, prazeroso e como modo de elevação do espírito. Nunca como instrumento perigoso e prejudicial às mentes humanas:

> "Pelo contrario, achamos que a litteratura, longe de ser prejudicial à mulher, lhe é de grande utilidade e merecimento. (...) E não será um anachronismo privar a mulher da luz da sciencia e dos conhecimentos litterários?. (...) A litteratura não pode ser fatal à mulher, e sim um meio de aperfeiçoal-a, e melhor educar os seus filhos. (...) Quererá a sociedade impedir que ella seja romancista, poetisa e litterata, como Stael, Sand e Sevigné"?[8]

Ao clamar pela "liberdade de pensar" das mulheres, buscava ao mesmo tempo permitir-lhe uma liberdade na vida, com direito ao lazer, uma socialização mais ampla e, mais além, uma profissionalização. Sobre esta, argumentava da necessidade das mulheres que se encontravam na situação de "donzella, casada e viúva" e precisavam sobreviver para "ganharem o pão". Era a partir da perspectiva do lazer que a leitura deveria penetrar sem sobressaltos e prejuízos na rotina de uma família. Ficava claro o interesse de Anna Autran em enfatizar a compatibilidade da leitura com os papéis sociais femininos tradicionais a serem cumpridos. Poderia ser uma estratégia para reafirmar os seus propósitos e continuar prosseguindo nas suas reivindicações. Pelo tom dos seus discursos, tinha conhecimento dos valores morais androcêntricos vigentes e da intolerância que grassava no meio intelectual baiano. Em algum momento, setores da sociedade lhe dariam o troco, criticando-a como fez a Igreja Católica oportunamente.[9]

De qualquer modo, a idéia da leitura como algo útil, lúdico e prazeroso estava incorporada a sua conduta, haja vista os estímulos recebidos na mais tenra idade. Pelo nível de compreensão da situação social da mulher no mundo, tão bem esboçado nesses artigos que escreveu para o jornal baiano, ainda na fase da adolescência, supõe-se que tenha convivido

intensamente com o ato da leitura. E por isso manifestava o seu pensamento a favor da literatura que tinha como público alvo às mulheres casadas:

> (...) dê-se-lhe também uma hora de outra qualquer distracção, e ela escolherá aquella, que mais lhe convier – a litteratura – por ser a menos perigosa. E não será melhor que ella se entregue à litteratura nas horas que lhe sobejão para o descanço, do que assistir à espectaculos e bailes, que podem muitas vezes exaltar a sua imaginação (...) O que afasta a mulher dos seus deveres é a falsa sociedade, e não a litteratura; não confundamos uma com a outra (...)[10]

A sua opção de vida, marcada com uma forte carga de subjetividade, aliada ao apoio da família, inclusive do lado paterno, e a certeza da escolha a impulsionaram a duelar com expoentes das letras masculinas e a se expor publicamente num ambiente hostil. Enfrentou e respondeu à fúria da Igreja, que a atacou de apóstata. Não compactuava com a idéia da excepcionalidade feminina e não aceitava concessões. Evocava direitos, antes de femininos, humanos. Transgrediu e transigiu quando necessário como poucas.

Na sua principal obra, *Devaneios*, que dedicou ao pai, seu "primeiro benfeitor, a origem de todo o seu bem, a causa de seu engrandecimento moral e intelectual", Anna revela todo o amor e gratidão ao genitor que tão bem supriu a falta da mãe. Em tom confessional afirma que desse convívio nasceu "o amor das letras e o desejo de ser escriptora". É muito provável que Anna Autran tenha contado com o apoio dos membros masculinos da família. A dedicatória ao pai não foi apenas uma formalidade de agradecimento. As duas cartas assinadas por Filgueiras Sobrinho e Domingos Joaquim da Fonseca, publicadas juntamente à dedicatória, no referido livro, não deixam dúvidas acerca da aprovação da escolha de Anna. O Doutor Filgueiras Sobrinho, primo a quem ela dedica uma poesia, justifica, a partir da sua visão de mundo, a publicação:

> Que deve fazer a mulher dotada de uma vocação litterária, para qual, como vós, não começaram ainda os deveres da família, que é destinada também a formar? Levantar a fé e a esperança, fallar do ideal e do infinito aos obsecados do interesse e aos desesperados do scepticismo. E nenhuma forma mais fecunda pode ter a palavra humana que a poesia D'ahi o immenso sucesso da poesia feminina.[11]

Um ano antes de ver a sua obra circulando na cidade, a autora de *Devaneios* era objeto de comentário e comparação. No periódico *Álbum Familiar*, na seção noticiosa, o editor apresentava uma poetisa de nome Zulmira que se lançava à luz da publicidade aos quinze anos. Após falar do talento da novata, ele assim terminava a sua notícia: "quem tem Adelias e Autrans bem pode saudar Zulmira".[12] De fato, Anna Autran já era conhecida no meio social baiano. Em algumas ocasiões ela aparecerá em público e será alvo de saudações. Em 1888, o jornal *Diário da Bahia* noticiou a sua participação no Festival Abolicionista como oradora oficial do *Club Castro Alves*. Na nota, o *Diário* informava que a Autran "proferiu um eloqüente discurso, acolhido com calorosas palavras" no Teatro São João.[13] A relativa repercussão da publicação do livro *Devaneios* na cidade, já havia confirmado que o nome Anna Autran não era desconhecido. Em 4 de outubro de 1877, um admirador anônimo publicou uma nota no jornal, elogiando a poetisa. Os comentários que teceu acerca do estilo literário da autora indicam os limites de uma crítica presa a determinados preconceitos que cercavam a autoria feminina. Vale a pena acompanhar uma parte da notícia, que se utiliza de jargões comuns à critica literária masculina.

> "Mais uma poetiza fez-se publicamente conhecer! É mais um anjo da harmonia, predestinada a interpretar os sentimentos d'alma e as vozes do coração! D. Anna Autran não é um nome vulgar que pede ingresso no mundo litterário. Já notável por algumas poesia inéditas que vivião por ahi como flores dispersas de raro perfume, ou como lírios que abrião no deserto, sem que ninguém, pudesse admirar a sua belleza e fragrância, já conhecida pelos lampejos de seu talento e pela robustez de sua litteraura, discutindo na imprensa e obtendo triumpho, quando escreveu largamente sobre a <u>educação da mulher</u>, surge agora orgulhosa de si, e soberba de suas glorias para dar-nos um livro!... um conjuncto de estrophes sentimentaes, cheias de harmonia e de lyrismo, em que a intelligencia da autora e a illustração de seu espírito brilhão como pharoes de civilisação, como collossos da moral e do sentimento. A naturalidade em quase todas as notas de sua harmoniosa lyra, da linguagem sem affectação não entravão os ouvidos com sons desaccrdes; pelo contrario é uma cadencia mística, e seus magos accentos descem docemente a fundo do coração. A verdadeira poesia lyrica dever ser assim: deve dizer o que o coração sente... . D. Anna Autran sooube comprehender os impulsos de sua alma. Soube ser poetisa. Os Devaneios honrão sua autora: é mais uma brazileira illustre (...)" .[14]

O admirador anônimo da escritora, apesar da reverência que lhe presta e do reconhecimento enquanto talento literário que lhe imputa, de modo flagrante caracteriza *Devaneios* como eminentemente lírico e sentimental, sinônimo de produção leve e amena, própria aos espíritos femininos. Muitas outras produções poéticas femininas continuaram a ser julgadas do mesmo modo. Considerando o âmbito da discussão da critica especializada, que analisa e classifica os estilos literários, a partir da inserção em cânones vigentes (excludentes), a estréia das mulheres no campo da poesia e da prosa brasileira, no século XIX, ocorreu ao sabor das influências da escola romântica. Nesta narrativa, conforme José Aderaldo Castello, "a sentimentalidade ocupava um lugar preponderante. Deriva dela o subjetivismo, seja de conotação afetiva, seja moral, mas voltado precipuamente para o ideal amoroso, que prevalecia. Gera também a característica confidencial".[15] Posto isto, não há como negar, porém, que, no panorama da literatura feminina, escritoras, muito antes do fim do século XIX, já haviam rompido com o romantismo à brasileira. E, ainda assim, a chamada escola romântica comportava inúmeras variações temáticas e estilísticas. Nem todas as produções dos (as) românticos (as) se caracterizavam por "sentimentalismos piegas". Ponto pacífico nos estudos atuais é o entendimento de que o convívio com os livros e o contato com as letras permitiram às mulheres no Brasil a ampliação dos seus afazeres, até então circunscritos. O domínio do código da cultura letrada aumentou as alternativas de convivência em um sistema de gênero historicamente desigual. Na condição de leitoras, direito conquistado em meio a contendas e limites, as senhoras e senhoritas das elites foram construindo um projeto de cidadania feminina, até hoje inconcluso, que redesenhou uma certa visibilidade, proporcionando o exercício de funções na esfera extra-doméstica até então inimagináveis: publicação de produções literárias, colaboração em periódicos brasileiros e estrangeiros, edição de jornais femininos, fundação de academias, admissão nos institutos e academias de letras, participação em movimentos sociais.

Entre o Império e a República, tempo de longa duração, onde a cultura e o imaginário se processam numa dinâmica lenta, os vestígios da fala e escrita feminina sinalizam para mudanças no subterrâneo da história, deixando às claras as mutações no processo de

construção de novas subjetividades e identidades dos sujeitos. Anna Autran é apenas o sinal mais visível de uma coletividade, quase que inteiramente anônima, apagada da história. À multidão das esquecidas juntam-se aquelas cujas reminiscências investigamos agora, para confirmar que o movimento da história não tem sentido único e que precisa ser constantemente reavaliado, justamente pelo historiador num intenso "exame de consciência".

---

[1]Anna Teófila Filgueiras Autran é natural de Salvador. Seus pais foram o Dr. Henrique Autran da Mata Albuquerque e a Sra. Eduarda de Amorim Filgueiras Autran. Sua educação precoce, no seio de uma família rica, permitiu que aos 10 anos escrevesse versos. Aos quinze anos de idade dava início à polêmica publicada no jornal de grande circulação, o *Diário da Bahia*, com o então jornalista Belarmino Barreto. O artigo "A Mulher e a Literatura" se constituiu numa defesa da participação intelectual da mulher na esfera pública. Após estes primeiros escritos, Anna prosseguiu publicando em vários periódicos da capital. Escreveu também para o Novo Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro e para revistas de Recife e do Rio de Janeiro. Sua carreira, apesar de totalmente desconhecida hoje, foi marcada pelo engajamento político a favor das idéias republicanas e antiescravistas. Antes de 1888, ela conseguiu alforriar os escravos da sua família. Para alguns intelectuais, inclusive Afonso Costa, ela é pioneira na luta feminista do nosso Estado. Em 1877 publicou o livro *Devaneios,* contudo sua obra continua dispersa. Como polígrafa, redigiu poemas, prosa de ficção e artigos para jornais. Morreu despercebidamente no Rio de Janeiro, aos setenta e sete anos. Ver, ALVES, Lizir Arcanjo, **Mulheres Escritoras na Bahia: as poetisas, 1822-1918**.; MUZART, Zahidé Lupinacci, **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1999, pp. 786-800; Marieta. ***Intelectuais e Escritores Baianos: breves biografias***. Salvador, Prefeitura Municipal do Salvador, 1977; COELHO, Nelly Novaes. ***Dicionário Critico de Escritoras Brasileiras (1711-2001).*** São Paulo, Escrituras, 2002.

[2]Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia pesquisei o jornal *Diário da Bahia* correspondente a 1871, ano da famosa polêmica. Os artigos assinados por intelectuais da elite soteropolitana foram publicados entre os meses de agosto e outubro de 1871. Infelizmente, muitos artigos publicados nas edições dos meses referentes não foram localizados, porque a série do jornal estava incompleta.

[3]Autran, Anna. *"*A Mulher e a Literatura". Diário da Bahia. 15 de agosto de 1871. Anno XVI, nº 184, p. 2.

[4]Ibidem.

[5]Autran, Anna. *"*A Mulher e a Literatura". Diário da Bahia. 31 de agosto de 1871. Anno XVI, nº 197, pp. 1-2.

[6]PASSOS, Alexandre. "Academias e sociedades literárias nos séculos XVIII e XIX. Sua influência na vida cultural Bahiana". In ***Anais do 1º Congresso de História da Bahia***. V volume. Salvador, Typ. Beneditina, 1951, p. 15.

[7]Anna Autran menciona, na maioria das vezes, apenas os nomes dos autores. Os títulos dos livros não são sempre citados. Alves, Lizir Arcanjo (org.)., *op. cit.*, p. 139.

[8]Ver, respectivamente, Autran, Anna. *"*A Mulher e a Literatura". Diário da Bahia, 31 de agosto de 1871, Anno XVI, n. 197; e Idem, Diário da Bahia, 11 de agosto de 1871, Anno XVI, n. 181.

[9]Segundo Afonso Costa, a escritora Anna Autran foi alvo de críticas e até de acusação de apostasia na imprensa diária. Contudo, não deixou passarem em branco os insultos recebidos e foi à forra, escrevendo artigos de defesa e combate, demonstrando a *"sua condição de agitadora*". COSTA, Affonso. ***Poetas de Outro Sexo***. Rio de Janeiro, S/ Editora, 1930, pp. 150-151.

[10]Ver respectivamente, AUTRAN, Anna. *"*A Mulher e a Literatura". Diário da Bahia, 11 de agosto de 1871, Anno XVI, n. 181; e Idem, Diário da Bahia, 15 de agosto de 1871, Anno XVI, n. 184.

[11]AUTRAN, Anna. ***Devaneios: poesias***. Bahia, Imprensa Econômica, 1877.

[12]***Álbum Familiar***. Publicação Litterária, Recreativa e Artística. Bahia, Anno 1, nº 2, outubro de 1876, p. 5.

[13]Diário da Bahia. Salvador. 10 de maio de 1888.

[14]"Publicações A Pedido. Anna Autran". ***Diário da Bahia***, nº 223, 4 de outubro de 1877.

[15]Castello, José Aderaldo. ***A Literatura Brasileira: Origens e Unidade*, Vol. I**. São Paulo, Edusp, 1999, p. 251.

CONFLITO NO OITOCENTOS

MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA - UFF

É por demais corrente a afirmação de que a igreja católica e o catolicismo " foram um dos mais importante pilares do Império Brasileiro e de seu governo" [1]. Ao cumprir o importante papel de agente do catolicismo no país, a Igreja mantinha, no entanto, uma tensa relação com o Estado. Segundo Altoe, esta última apresentava-se " como uma instituição política e também religiosa, consequentemente sagrada" [2].A intervenção do estado na religião e na igreja " era a conseqüência ultima da identificação do temporal com o sagrado nas tradições portuguesas" [3]. Neste sentido, "o monarca tinha em mãos o poder político sobre a Igreja, pois, a criação de dioceses e paróquias, as nomeações eclesiásticas, e muitas outras coisas eram feitas pelo Imperador"[4] .Deve-se acrescentar ainda que " quanto ao poder econômico (...) o clero brasileiro, bem como as instituições eclesiásticas, os seminários incluídos, eram administrados e sustentados pelo Estado" [5].

Com a independência, o Império Brasileiro havia solicitado a Santa Sé, a transferência do chefe do Império o direito do Padroado, até então sob o domínio dos reis lusitanos[6]. A partir daí, a relação entre Estado e Igreja estará baseada num intenso esforço do primeiro em controlar a segunda. Após a constituição de 1824, o controle sobre a Igreja havia se tornado ainda mais visível, posto que ao Imperador era delegado poderes "em assuntos eclesiásticos,

---

[1] Altoe, Valeriano, *O Altar e o Trono – um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos entre Igreja/Estado no Brasil (1840-1889)* Niterói, Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em Historia, 1993, p. 175.
[2] Idem, p. 176.
[3] Ibidem, p. 177.
[4] Ibidem, p. 182.
[5] Ibidem.
[6] Bula Inter Gravíssimos Curas (01/07/1827) do Papa Leão XII, a Província Beneditina Brasileira desligou-se da matriz européia e constituiu-se autônoma, isto é , transformou-se em Congregação Própria " Dos Santos, Maria Raquel. *Contestação e Defesa: a congregação beneditina brasileira no Rio de Janeiro (1830-1870.* Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação e Mestrado, 1986, p. 32.

como a nomeação de bispos, a concessão de benefícios eclesiásticos e a aprovação ou negação de documentos eclesiásticos (em decorrência do Padroado Real)"[7].

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil representou a promulgação de alvarás e decretos sobre o direito a terra e, neste sentido, tais determinações legais atingiam também as terras pertencentes às ordens religiosas. Exemplos disso é o Alvará de 25 de janeiro de 1809, onde se recomenda que não se passassem cartas de sesmarias e que não se confirmassem as datas de terras, sem a prova de uma sentença passada em julgado, "medida esta que resultou tomada em feche das constantes demandas, derredor do domínio da terra" [8] e o Alvará de 04 de setembro de 1810 , onde afirma que o domínio: " passa com a tradição da cousa ainda quando o ajuste fosse feito *habita fide de pretio".* Destaca-se também a Carta Régia de 18 de setembro de 1810, ao estabelecer que um dos principais efeitos do Domínio é a "faculdade *de* vender, alhear e escambar livremente*" e* o Alvará de *02* de outubro de 1811 estabelecendo o valor da sisa que se pagava pela transmissão da propriedade. Em 14 de março, de 1822 uma Provisão determina a medição e demarcação nas sesmarias, "sem prejuízo contudo, do interesse dos posseiros com cultura efetiva nesses terrenos"[9]e em 17 de julho de 1822, durante a Regência de D. Pedro é extinto o sistema de sesmaria[10].

Em suma, a simples enumeração da legislação sobre o tema já aponta a dificuldade em estabelecer um procedimento jurídico sobre posse, sesmaria e domínio, revelando a complexidade de legislar sobre o assunto. Por conseguinte, as terras pertencentes à Igreja também estiveram inseridas em todo um processo de controle sob a apropriação das terras presentes nos primeiros anos do século XIX.

---

[7] Idem, p. 96.
[8] Laranjeira, Raimundo. *Propedêutica do Direito Agrário*. 2a edição, São Paulo, Ltr, 1981, p28.
[9] Idem.
[10] Resolução de 17 de julho de 1822. Na Provisão de 22 de outubro de 1823 reafirmava-se a proibição de novas concessões de sesmarias até que a Assembléia Geral Constituinte regulasse a matéria (apud Junqueira, Messias. *O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas*. São Pauto, Lael, 1976, p.69.

Se acrescentarmos à discussão, as medidas relacionadas especificamente às terras dos religiosos, poderemos ter uma noção ainda mais nítida das disputas e tensões que envolviam a definição legal da ocupação territorial. Pelo decreto de 16 de setembro de 1817, D. João VI procurou regularizar a propriedade e a posse das ordens. Se a princípio tal medida visou por fim os processos denúncias que permitiam às pessoas comuns requererem as terras dos religiosos, os embates na justiça continuaram a existir. Além disso, a mencionada lei "impunha a obrigação do pagamento dos direitos de chancelaria referentes às licenças com as respectivas avaliações para a confirmação das posses". Isso significa dizer que se por um lado o governo procurava salvaguardar as terras da igreja, por outro cobrava um controle mais rigoroso acerca de suas concessões. Ao impor o pagamento dos direitos de chancelaria, o governo exigia que as terras fossem avaliadas, o que implica dizer: medidas.

As disputas entre o poder real e as Ordens também podem ser analisadas a partir da lei de 13 de novembro de 1830, numa conjuntura de crise, "quando foi promulgada a lei que suprimia as ordinárias, ajuda que o governo pagava aos beneditinos e aos carmelitas"[11]. No mesmo ano a lei de 09 de dezembro, "proibiu a alienação dos bens a e a celebração de qualquer contrato oneroso por parte das ordens religiosas sobre bens imóveis e móveis de seu patrimônio sem licença do Governo" [12]. Num período marcado por contestações e oposição ao Imperador, o governo aprovara duas leis que feriam de perto os interesses dos religiosos.

Em 1845 "a Lei 369, de 18 de setembro de 1845, permitiu às ordens a venda de seus bens contanto que a quantia arrecada fosse convertida em apólices intransferíveis da dívida pública[13]. O Estado em 45, consagrava assim sua intervenção nas negociações relativas às terras dos religiosos, impondo a partir daí a conversão do dinheiro da venda de uma propriedade em apólices do estado.

---

[11] Fridman, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar/ Editora Garamond, 1999. p. 66.
[12] Idem
[13] Ibidem, p.70

A despeito de conjunturas diversas, era nítida a crescente intervenção estatal nas questões relativas às terras dos religiosos. Resta saber como as ordens responderam a esta intervenção e se aquelas terras eram ou não reconhecidas como patrimônio das ordens e se os representantes da sociedade civil também tendiam a questionar os bens dos beneditinos.

A constituição de um patrimônio territorial de consideráveis proporções era o resultado de títulos de sesmarias, heranças, doações e compras, consolidando assim as chamadas Terras da Igreja. Os religiosos defendiam que o seu patrimônio era legal, pois – para além da aquisição por títulos, compras e doações – ele havia se constituído a partir do cultivo em terras anteriormente incultas. É certo que pela documentação presente nos documentos avulsos do Conselho Ultramarino já havia indícios de que os moradores do Rio de Janeiro questionavam a ocupação de terras dos beneditinos. Em 1794 uma representação dos moradores da cidade do Rio de Janeiro à rainha [D. Maria I] informava os bens que possuíam os religiosos beneditinos - três engenhos de açúcar, olarias, currais de gado, numerosa escravatura, muitas casas na mesma cidade – e alegava que eles estariam " praticando a usura, não querendo medir suas terras; não servindo de utilidades ao povo"[14].

Assim sendo, às tentativas do Estado em controlar a propriedade das terras dos religiosos se somava a uma dinâmica de conflitos agrários que era recorrentemente percebida pelos beneditinos, sendo que alguns destes embates chegavam ao menos às portas da justiça.

Assim, se por um lado a crença na legalidade da ocupação era a marca dos beneditinos em defesa de seu patrimônio, por outro, havia indícios de que tal ocupação não era tranqüila. Ë impossível saber se houve ou não um acréscimo de disputas pelas terras da igreja ao longo do oitocentos, já que as evidências não permitem nenhuma avaliação quantitativa.

É preciso estamos cientes de que os conflitos "apenas constituem uma ínfima parte de todos os conflitos de interesses cuja resolução se possa conceber pedir ao tribunal e uma parte

[14] Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Documentos Avulsos, cx. 295, doc. 16.

ainda menor do conjunto dos litígios que se produzem na sociedade"[15].No entanto, a dificuldade da justiça de definir um direito – no caso, quem tem e quem não tem o direito à área ocupada – revela-nos de que a justiça era incapaz de construir – no oitocentos – "um substrato de normas e de processos, "uma base para as negociações e para a regulamentação das relações de natureza privada, bem como de natureza administrativa[16].

Em Maricá, os conflitos tinham uma história que remontava, pelo menos, ao fim do século XVIII e são elucidativos para percebermos não somente a tensão entre Estado e Igreja, mas também a própria dinâmica da ocupação de terras no Rio de Janeiro. O crescimento da região e o adensamento populacional significaram a abertura de novas fazendas em Maricá e o aumento dos conflitos na região.

A nosso ver, a crescente política de arrendamentos promovida pela Ordem Beneditina foi, em parte, o resultado da crescente intervenção do Estado em relação às terras da Igreja. A sucessão de leis e decretos impondo limites à propriedade provocou a busca de estratégias de arrecadação de finanças para fazer jus às exigências estatais.

A se acreditar nas informações produzidas pelo Mosteiro, os arrendamentos tornaram-se uma importante fonte de receita nos anos 1870, como um culminar de um processo de aluguel de terras iniciado décadas antes. Assim sendo, os aluguéis das terras citadinas já representavam a maior parte da arrecadação do mosteiro. Quanto aos arrendamentos das terras rurais, antes englobadas como *Extraordinários*, passam a ser destacados e discriminados conforme o local da fazenda.

Ainda em 1862, quando o mosteiro responde ao circular do ministro de estado dos negócios do Império, o relatório apresentado mostra um crescente déficit nas finanças da ordem. Segundo o relatório, todas as fazendas eram deficitárias, mesmo a mais rica, a de

[15] Galanter, Marc. "A Justiça não se encontra apenas nas decisões tribunais" . in : Hespanha, António Manuel. *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva*.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 67.

[16] Idem, p. 69.

Campos, o déficit só era em grande parte diminuído pela prática de arrendamentos.[17]. A se acreditar no Relatório, a situação da fazenda de Maricá era traumática, com apenas 56 escravos, havia tido uma receita de 3:650$000 que de longe não poderia cobrir as despesas do ano, no valor de 9:403$360. Eram os arrendamentos a saída para diminuir o expressivo déficit da mencionada fazenda. Ainda segundo o relatório, a fazenda de Maricá tinha, em 1861/1862 229 que pagaram um total de 5:247$760. Assim, via arrendamento o mosteiro conseguir diminuir seu déficit , já que tal valor somava-se à receita da fazenda (3:650$000), num total de 8:897$ 760, sendo o déficit total de 505$600 [18].

Em 1872, quando o abade frei Jose da Purificação Franco apresentou a receita do mosteiro entre junho de 1869 a março de 1872, os arrendamentos por fazenda representavam os seguintes valores de um total de 804:883$574, sendo que 650:460$034 do total era referente a alugueis de casas e 27: 361$ 363 dizia respeito a pagamento de foros na cidade, em Botafogo e em Icaraí[19].

FAZENDA	QUANTIA
CAMORIM	12:149$510
MARICÁ	5:248$000
IGUASSU	4:391$190
ILHA DO GOVERNADOR	2:874$265
CAMPOS	24: 437$850
TOTAL	49:100$815

[17] Segundo o relatório, a receita em 1862 de Campus foi de 20:358$110 , mas as despesas foram de 40:797$371, com um déficit, portanto, de 20:439$371. AMSB. Relatório Apresentado em atendimento das duas circulares ao Ministro de Estado dos Negócios do Império, José Ildefonso de Souza Pais, de 12-10-1861 e 28-01-1862. Resposta de Fr Jose de Purificação Franco, de 12-02-1862. Uma cópia do relatório pode ser encontrado em Dos Santos, op. cit, anexo 9.
[18] idem
[19] AMSB. Rj. Livro 43 Deposito 1869-1872 apud Dos Santos, p.124 anexo 5, alterado pela autora.

Mas havia de fato um outro motivo para a crescente política de arrendamentos do Mosteiro e este tinha a ver com o adensamento dos conflitos de terra. Neste sentido, tal política não somente era uma alternativa financeira para os beneditinos, como os sujeitos que arrendavam – os arrendatários – tornar-se-iam aqueles que garantiam a propriedade da igreja. Ao aceitarem o contrato, eles reconheciam a propriedade de outrem – no caso, a Igreja. Além disso, o cultivo daquelas terras em inúmeras parcelas arrendadas (algumas de grandes proporções) transformava-se nos marcos fronteiriços das áreas beneditinas, criando-se assim uma identidade territorial que atendia aos interesses da Ordem. Ao arrendar, os beneditinos consagravam a propriedade, já que ela era objeto de questionamento, não somente do Estado, como de vários agentes sociais. Entende-se assim porque os contratos de arrendamento eram bastante precisos, no que se refere ao esforço de garantir a propriedade da terra ao Mosteiro.

Os contratos estipulavam um período, em geral de nove anos, estabelecia as obrigações do pagamento do arrendamento, a partir do reconhecimento de que o Mosteiro era senhor e possuidor da área a ser arrendada. Nele ficavam também estabelecidas as confrontações da área alugada, muitas vezes pelo reconhecimento de outro arrendatário. Em muitos contratos havia ainda informações de terras em litígio, como, por exemplo, a escritura pertencente a Manoel de Azevedo Soares, em 18 de maio de 1854, onde se afirma a confrontação das terras "dividindo-se por este lado com terras do Mosteiro de que estão de posse intrusa os herdeiros de Custódio José Pereira Guimarães, contra aquém pende um libelo de reivindicação" [20].

O contrato estipulava em geral as seguintes obrigações. Em primeiro lugar, uma vez terminado o prazo de arrendamento, as condições ali presentes permaneceriam até que o outorgante ou seus herdeiros ou sucessores exigissem o despejo ou impusessem novas condições ou pensão Em segundo, estabelecia o valor do aluguel e a obrigação de ser pago no

[20] AMSB IV Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento do RJ (1828-1906)
Rio de Janeiro, Edições Lumen Christi , 1982 pp. 165/168. L° de Notas n ° 198 a fl 39 (Marica) Escriptura de arrendamento de terras por nove anos que faz o Dom Abbade do Mosteiro de São Bento desta corte do major Luiz Manoel de Azevedo Soares, como abaixo se declara [18-05-1854]

final de cada ano. Em terceiro lugar, o outorgado aceitava a condição de não deixar de pagar a pensão na forma estipulada.

O contrato permitia que o arrendatário realizasse benfeitorias no local, contando que elas não excedessem a quantia de um conto de réis. Era proibida a sublocação sem a licença por escrito do Mosteiro. O arrendatário estava ainda proibido de admitir dentro das terras alugadas qualquer pessoa "quer como sócio, quer como agregado ou por qualquer outro título sem permissão expressa do mesmo Prelado"[21]. Ademais, ele se comprometia a manter cercas fortes e em bom estado de conservação para que os seus animais não viessem a dar prejuízo e muito menos fazer passagem no interior das terras arrendadas, nem vender, doar ou transferir benfeitorias, sem autorização expressa do Mosteiro.

Os arrendamentos tornavam-se assim não somente uma crescente estratégia financeira dos beneditinos, como sua prática transformava-se numa saída para o não menos crescente processo de questionamento acerca da legalidade de ocupação da Ordem. Se por um lado os esforços do Estado em propor a regularização fundiária foram fracassados, como podemos perceber quando da análise da lei de terras de 1850 e de seu regulamento, em 1854[22], por outro tal fracasso possibilitou que as terras da igreja também não pudessem ser efetivamente demarcadas, impondo limites precisos, estabelecendo as confrontações. A estratégia de arrendar parcelas de seu patrimônio deve, portanto, também ser entendida como uma resposta da Igreja às imposições de um Estado incapaz de produzir um cadastro de terras e delimitar, na prática, as terras da Igreja, as terras particulares e não menos importante – as terras da nação, ou seja, as chamadas terras devolutas.

[21] Idem.
[22] Para tanto, vide Motta, Márcia Maria Menendes. *Na Fronteira do Poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vicio de Leitura, 1998.

SEMEAR SOBRE AS CINZAS DA FLORESTA

Márcia Sanocki Stormowski*

Ainda no século XVIII evidenciou-se a preocupação dos governantes com o aumento da produção agrícola no Rio Grande do Sul. As crises de abastecimento atravessaram o século XIX, e o aumento da área cultivada era tido como uma forma de evitar o desabastecimento alimentar e incrementar as exportações.[1] Havia legitimidade na preocupação com o aumento da produção agrícola e do número de trabalhadores na agricultura do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. A formação dos núcleos povoados por imigrantes estrangeiros, as chamadas colônias[2], resulta em grande medida da atitude do governo diante dessa questão. Por outro lado, passado mais de um século, temos de reconhecer que o grande aumento da área cultivada, acompanhado do crescimento da indústria (na época quase totalmente voltada para a transformação de matérias-primas, sobretudo composta de oficinas artesanais e manufatureiras), deixou-nos uma herança ambiental penosa na forma como a sociedade se relaciona com o meio ambiente.

O excessivo domínio e exploração do homem sobre as riquezas da natureza geraram um novo problema, o qual (pode-se afirmar sem risco de estar sendo precipitado) está suplantando o paradigma da produtividade: trata-se da sustentabilidade. Esse novo paradigma, de forma geral, atinge em cheio os dois principais pontos negativos do aumento exorbitante da produção e da produtividade. Em primeiro lugar, denuncia o esgotamento dos recursos naturais vitais ao ser humano e à reprodução da própria natureza. Além disso, ao analisar as implicações sociais de tal processo de desenvolvimento, ataca a base essencialmente excludente do sistema econômico capitalista, no qual se cunhou o império da necessidade do aumento constante de produtividade.

Sem condições de aprofundar ambos aspectos, este artigo se propõe a fazer breves observações sobre a relação do homem com a natureza no final do século XIX, utilizando como fonte relatórios de Presidentes da Província e mensagens de governadores do Rio

* Mestre em História – UFRGS.

Grande do Sul das décadas de 1870, 80 e 90, além de alguns dados, sobre uma povoação surgida como colônia de imigrantes italianos na região serrana do estado, a Colônia Caxias (a qual originou o atual município de Caxias do Sul).[3]

Ocorria no Rio Grande do Sul nas últimas décadas dos oitocentos uma série de transformações relacionadas a um processo mais amplo, envolvendo a ocupação de novas terras, o desenvolvimento da agricultura mercantil e da chamada indústria do período. No século XIX ocorreu uma ocupação rápida das terras brasileiras, as fronteiras para novas expansões tornaram-se cada vez mais escassas e se aprofundaram conflitos pela legitimação de posses de terras. A colonização de Caxias, promovida pelo governo imperial, insere-se no processo de ocupação das últimas áreas de terras devolutas do Rio Grande do Sul. Como observou Paulo Zarth, os imigrantes da Província, inicialmente alemães e a partir de 1875, italianos, adotaram o mesmo sistema de cultivo dos lavradores nacionais.

> "o arcaísmo da agropecuária brasileira é atribuído à ignorância dos lavradores nacionais que teriam aprendido tal sistema do indígenas e, por comodidade, teriam-no adotado. Visto assim, os ideólogos da imigração européia, de meados do século passado até o presente, insistiam em trazer colonos daquele continente (da Alemanha e Itália principalmente) para desenvolver a agricultura a partir de sua suposta capacidade de trabalho. Porém, assim como os portugueses adotaram um sistema antiquado em relação ao que conheciam em Portugal, os imigrantes do século XIX e XX repetiram o fenômeno".[4]

O autor considera que essa escolha não ocorreu por uma irracionalidade dos imigrantes, pois técnicas mais modernas de cultivo, com o uso de arado e grade, eram conhecidas desde o início do século XIX, mas entende que a manutenção do sistema primitivo de queimadas foi uma atitude cuja racionalidade vinculava-se às condições existentes para a produção. "Parece óbvio que as razões para que os rudimentares sistemas agrícolas fossem adotados se devem às condições oferecidas pelo ambiente e pela abundância de terras virgens disponíveis".[5] Assim, os imigrantes adotaram amplamente as queimadas como forma de tornar agricultáveis as terras florestais. O imigrante Paulo Rossato recebeu uma colônia de terras em 1884 e assim descreve o trabalho agrícola:

> Caro pai, você deveria ver que bela colônia comprei! Está bem situada e deve ser boa. E se visse quanta lenha existe nela! Em Valdagno seria rico quem tivesse tanta madeira (...). Cortar o bosque, ou o mato, como queiram, é feito da seguinte maneira: inicialmente toma-se uma foice de cabo comprido e cortam-se os caniços e plantas pequenas. Caniços são aqueles cabos de sombrinhas que vem de Valdagno, e que dizem aí ser cana-de-açúcar. Depois, cortam-se todas as

árvores maiores. E, depois de cortadas, deixam-nas lá por um mês, após o qual é posto fogo. Queimam-se as folhas, os caniços e os ramos mais finos. As toras menores e os galhos são então colocados em montes e queimados. Isto eu ainda tenho que fazer. Depois, semeia-se o trigo entre as toras, cobrindo-o com a enxada, e ele cresce sem que seja necessário outro trabalho.[6]

Apesar do seu baixo valor, a importância da madeira no Rio Grande do Sul no século XIX pode ser comparada à da energia elétrica e do petróleo no século XX. A produção e o comércio moveram-se sobre a madeira, usada para construção da maioria das casas e prédios, das pontes, embarcações, carretas, das sapatas dos trilhos das estradas de ferro, além de ter sido amplamente usada como lenha nas residências e para mover máquinas a vapor – principalmente nos navios que faziam o transporte fluvial no estado[7] e nas "marias-fumaças". A construção de ferrovias intensificou-se na segunda metade do século XIX, principalmente com investimentos ingleses. Em 1905, quando o governo do estado aumentou os impostos sobre a lenha, houve uma mobilização geral contra a medida, com a participação de diversos donos de companhias de navegação.[8]

Alguns indicadores do rápido desmatamento ocorrido nas regiões de colonização podem ser vistos, por exemplo, no crescimento da produção agrícola do estado, que era realizada sobretudo em áreas florestais devastadas da região serrana e dos vales dos rios que afluíam à Lagoa Guaíba, com porto na capital, Porto Alegre – o solo de floresta era mais fértil do que o das áreas de campo, e não precisava ser adubado ("estrumado"). A produção agrícola das colônias era bastante diversificada e cresceu rapidamente. Os principais produtos cultivados eram milho, trigo, feijão, e uva – a produção desta cresceu sobretudo no final do século, cultivada pelos imigrantes italianos.[9]

Outro indício claro do desmatamento é o rápido crescimento das serrarias nas áreas de colonização recente. Como exemplo, cito alguns dados da pesquisa anteriormente mencionada sobre a Colônia Caxias. Em 1894, quase duas décadas depois do início do seu povoamento, existiam na localidade 28 serrarias, ao passo quinze anos depois eram 50 – um crescimento de quase 80%. O maior aumento ocorreu na segunda metade da década de 1890, pois em 1899 já havia 47 serrarias em Caxias.[10] Não apenas o crescimento numérico, como também a diferenciação qualitativa foi significativa: em 1894 havia 4 serrarias a vapor;

cinco anos depois existiam 10 e, em 1909 já havia 14 serrarias a vapor. Estas serrarias espalhavam-se por todo o território, mas o crescimento do seu número acompanhou o estabelecimento dos imigrantes na Colônia.

Para movimentar os motores a vapor, o carvão mineral poderia ser uma boa alternativa econômica à lenha. A exploração de jazidas de carvão no Rio Grande do Sul iniciou durante o século XIX, impulsionada por investimentos ingleses. O governo tinha interesse no carvão para substituir o similar importado da Inglaterra, mas a exploração do carvão do solo sul-rio-grandense demandava tecnologias mais avançadas, o que também aumentava os custos e, conseqüentemente, os seus preços. Até o início do século XX, essas explorações não apresentaram desenvolvimento significativo, quadro que viria a se modificar apenas a partir da Primeira Guerra Mundial. Assim, os industriais de fins do século XIX e início do XX preferiam consumir lenha a carvão.[11] A exploração das jazidas carboníferas, além de ofertar para o consumo interno, também tinha o objetivo de preencher a demanda por gás hidrogênio carbonado, que desde 1875 já era utilizado na iluminação pública das três principais cidades da Província, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas – nas demais cidades utilizava-se nesse período iluminação a querosene.[12]

A exploração do carvão subterrâneo necessitava mudanças nos cursos das águas e outras intervenções prejudiciais ao meio ambiente. Contudo, a preocupação da administração pública, se limitava a garantir a integridade do direito de propriedade:

> "O concessionário será obrigado a indemnizar os damnos e prejuízos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua conta o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos, a não perturbar os manaciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando desses serviços resultarem damnos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saúde dos moradores da visinhança"[13]

O objetivo expresso era explorar e não deixar se desperdiçarem as riquezas que estavam sepultadas no solo, numa atitude exploratória do meio ambiente sem compreensão dos desequilíbrios ambientais que acarretava.

Nas referências sobre saúde pública e saneamento também se explicitam as formas de poluição da época. O presidente da província afirmava que, diante das epidemias de

febre tifóide e tuberculose, entre outras moléstias endêmicas, como cólera e febre amarela, eram necessários trabalhos de saneamento, "entre os quaes sobrelevam os que concernem ao estabelecimento de uma rêde de exgottos subterraneos e ao abastecimento de água potável".[14] A falta de remoção de lixo também era sinalizada como uma das causas dos surtos de tifo.[15] Mas com estes melhoramentos estabeleceu-se um outro problema: os esgotos liberavam os resíduos fecais diretamente nos rios, enquanto a água potável também era recolhida de rios, problema que tende a aumentar com o aumento populacional; também a produção de lixo doméstico e industrial aumentava, sem receber tratamento.

Tragicamente, mais de cem anos depois, ainda convivemos com problemas semelhantes, senão mais graves, pois atualmente circulam pelos esgotos resíduos químicos muito mais prejudiciais à natureza e à saúde humana. Apenas nas últimas décadas algumas medidas ambientais têm sido mais enérgicas. Porém, como a cem anos, os problemas ambientais se avultam sem que se criem soluções para reverter o ciclo de destruição que o homem deixa nas áreas aonde leva o modelo de civilização e de crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social e do respeito ao meio ambiente.

Os desequilíbrios ambientais foram percebidos ainda naquele período, mas sem a compreensão da amplitude do problema que estava sendo causado ao meio ambiente. Além disso, as preocupações voltavam-se para a saúde e o bem estar imediato das pessoas.

"Não desconhece esta Assembléa os perigo imminentes a que está exposta a crescente população da cidade com a previsão do apparecimento brusco e infallível de alguma epidemia de caracter desconhecido e effeitos desastrosos se com indifferença criminosa permittirmos que o lixo, detritos e residuos animaes e vegetaes, continue a ser depositado em toda a extensão das margens fluviaes que limitam a cidade (...). Tão essencial e urgente como o indicado serviço é o transporte e redução á materiais innoxias das águas servidas e das excreções da economia animal na vida doméstica, cujos effeitos deleterios chegam infallivelmente á memória de quem quer que a qualquer hora do dia, principalmente nas de maior recolhimento durante a noite, tenha de transitar por esta cidade, aliás bem situada e ventilada, de ruas largas, calçadas e sempre limpas. É que as aguas correndo pelas sargetas destinadas ao escoamento das pluviaes, e as outras materias depositadas no interior da casas, quer temporariamente em vasilhas, quer permanentemente em sentinas, corrompem o ambiente em que se respira. Estes males se obviam dignando-se a Assembléa resolver sobre o contracto de que tem conhecimento, relativo ao forno de incineração do lixo, autorizando a administração provincial ou a municipalidade a chamar concorrentes para a execução das obras do systema completo de esgotos que for adoptado (...)".[16]

Assim, a solução proposta para o problema do esgoto não encanado e do lixo acumulado foi encanar o esgoto para os rios e encinerar o lixo, sem perceber que essas medidas pouco mais faziam do que transferir o problema de lugar.

Podemos citar diferentes fatores para indicar que um desequilíbrio ambiental começava a crescer em várias regiões do estado: a sedimentação resultante da erosão causada pela destruição da floresta, sobretudo nas áreas de colonização, os constantes serviços de desobstrução e dragagem em diversos rios, que visavam torná-los navegáveis, e o desequilíbrio da composição orgânico das águas causado pelos resíduos domésticos e de fabriquetas. Ainda assim, a preocupação ambiental propriamente dita, quando aparecia nos relatórios e falas do governo, ocorria de modo muito tímido, apenas como parte de um discurso defensor das obras imediatamente necessárias ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, ao bem estar e à saúde da população urbana.

A preocupação com a cobertura florestal chegou a se expressar em uma lei estadual de 1899 – o primeiro conjunto de normas florestais do estado – onde aparece certa preocupação diretamente com a preservação do meio ambiente.[17] A regulamentação da lei previa normas para a derrubada devastadora dos matos e multas para quem as descumprisse, assim como prêmios para quem as cumprisse ou para quem reflorestasse alguma área, dentro de um prazo de dez ou vinte anos, a ser estipulado – esses prêmios seriam essencialmente doações de terras devolutas (ou seja, terras públicas) de 25 a 50 hectares. Definiu-se como “florestas protetoras” aquelas

> “situadas nas altitudes, sobre encostas escarpadas, em pontos culminantes, arestas, cumes de montanhas, declives; ou que achando-se localizadas nas regiões das nascentes, em desfiladeiros e barrancos, à beira de rios e arroios; ou que, suprindo enfim, a insuficiência das matas de uma zona, servem de proteção contra as influências climatéricas, as assolações dos ventos, a queda das pedras, os aluimentos do terreno ou depressões, as enxurradas ou inundações”.[18]

As matas deveriam ser preservadas quando sua conservação se tornasse necessária:

> “a) à manutenção das terras sobre as encostas e montanhas; b) à defensiva do solo contra as erosões e transbordamento dos rios, arroios ou torrentes; c) à existência das nascentes e cursos d’água; d) à defesa do território na parte da zona fronteiriça; e) à salubridade pública”.[19]

Assim se previam limites para a derrubada de árvores levando em conta o princípio de que "quanto mais desfavoráveis são as condições do solo e do clima, tanto mais prejudiciais são os cortes muito extensos".[20] Essa regulamentação, como se pode imaginar, era de difícil execução, e não previa fiscalização especificamente para as normas do Regime Florestal. Merece atenção, contudo, o fato de que a acelerada destruição das florestas merecera uma legislação ainda naquele período. Infelizmente, foi necessário que muitas das espécies arbóreas nativas da região praticamente desaparecessem para que, muitas décadas depois, fosse aprovada uma legislação com punições mais severas.

O modelo de desenvolvimento progressista predatório amplamente adotado no estado nas últimas décadas do século XIX imprimiu seus efeitos ainda nas mudanças percebidas na época, mas que não eram entendidas como tais; pelo contrário, as ações governamentais efetivas ocorriam no sentido de promover o desenvolvimento controlando cada vez mais a natureza e isentando-se de ações objetivas para conter a destruição desta.

Esse artigo não aprofunda o tema o quanto este mereceria. Coloca-se simplesmente como mais uma voz afirmando que a degradação ambiental é o resultado do processo "civilizatório" adotado ao imitar o modelo europeu de desenvolvimento econômico, e que precisa ser revertida. A preocupação crescente que nos dias de hoje cerca a questão do meio ambiente, não resulta de idealismos bucólicos, mas de uma necessidade iminente de modificar as bases da relação homem-meio ambiente. É preciso frear a degradação que atinge proporções e traz conseqüências ainda não totalmente compreensíveis para nós, mas que provavelmente serão compreendidas e, esperamos, não sejam mais aprovadas pelas próximas gerações. Em um ecossistema, os problemas não podem ser simplesmente mudados de lugar sem que isso traga conseqüências para o todo. Desse modo, a prioridade das políticas públicas e também das decisões individuais, que tem sido há mais de cem anos a de buscar o crescimento econômico a qualquer custo, necessita mudar paradigmas e incorporar a preocupação ambiental. O crescimento desmedido precisa ser repensado quando encontra o limite do insustentável.

---

[1] ZARTH, Paulo Afonso. O Abastecimento e a modernização. In: ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002; LINHARES, Maria Yeda Leite e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História política do abastecimento : 1918-1974*. Brasília : BINAGRI, 1979.

[2] Chamavam-se colônias aos lotes de terra rurais comprados pelas famílias de imigrantes. Também se denominava colônia a área loteada para venda, que ficava sob uma administração governamental – diretoria da colônia – instalada numa área escolhida para ser a sua sede. Portanto, diferente do significado do termo "colono" para os imigrantes de São Paulo, que representa um contrato de trabalho com o dono da terra, no sul, os colonos se tornaram donos dos seus lotes de terra – ou seja, das suas colônias.

[3] O desenvolvimento socioeconômico da colônia Caxias foi objeto da minha pesquisa de mestrado, que resultou na dissertação defendida este ano no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, intitulada "Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910".

[4] ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno, op. cit.,* p. 211-212.

[5] *Idem*, p. 212. O autor utilizou-se das teorias de Boserup sobre a racionalidade dos diferentes sistemas de cultivo. BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.

[6] Carta de Paulo Rossato a sua família na Itália de 24/04/1884. In: DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971, p. 35.

[7] Um recibo de compra de lenha pelo vapor União, que transportava produtos sobre o Rio Caí, exemplifica o que está sendo afirmado. De 20 a 30 de novembro de 1907, foram entregues 26 m^3 de lenha por Ludovico Sartori e Cia., pelo que recebeu apenas 26$000 réis. Fonte: Recibo de 30/11/1907. Fundo de Documentação Privada, Arquivo Particular da Família Sartori, Código: SAR 0077, Caxias do Sul: Arquivo Histórico João Spadari Adami.

[8] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Industriais da República.* Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1991, p. 170.

[9] Apesar do aumento do consumo interno, a exportação de milho revela o aumento do seu cultivo no estado: durante a década de 1880, o RS exportou em média quase 52 mil sacas de milho por ano (com fortes oscilações de anos para ano); na década seguinte, esse valor aumentou para 126 mil sacas por ano, em média. Dados obtidos a partir de ZARTH*, op. cit*., p. 254-255. Boa parte do consumo interno de milho servia para alimentação de suínos. A banha, que figurava entre as exportações desde 1866, em 1890 atingia 11% do total de exportações do estado. A exportação de banha tem um crescimento contínuo até a primeira década do século XX: 13 toneladas em 1866, quase 100 toneladas em 1873 e 10.000 toneladas em 1908. FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 62. A produção de vinho também cresceu rapidamente durante o período: de menos de 1000 litros em 1873, saltou para mais de 7 milhões de litros em 1910. GIRON, Loraine Slomp. O Cooperativismo vinícola gaúcho. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre: EST, 1987, p. 279 e 283.

[10] Fonte: Livros de registro de impostos municipais de Caxias dos anos de 1894, 1899 e 1909. Caxias do Sul: Arquivo Histórico João Spadari Adami, Código: V 03.01.05.

[11] Pesavento, Sandra Jatahy. A indústria carbonífera e a questão energética. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC, n. 2, p. 281-291, 1982.

[12] Falla dirigida à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, Dr. José Antonio de Azevedo Castro, na segunda sessão da 16ª legislatura. Porto Alegre, Typografia Rio Grandense, 1876. In: site Universidade de Chicago <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/908/index.html>, pág. 30. Consulta em 27/05/2005.

[13] Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça passou a administração da Provincia do Rio Grande do Sul ao Presidente Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova em 27 de janeiro de 1888. Porto Alegre: Officinas Typograficas do Conservador, 1888. In: site Universidade de Chicago <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u767/index.html>. Consulta em 27/05/2005.

[14] Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura, em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre, Officinas Typograficas d´A Federação. In: In: site Universidade de Chicago <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u779/index.html>, pág. 12. Consulta em 27/05/2005.

[15] Falla que o exm. sr. dr. Joaquim Galdino Pimental, presidente da província, dirigio á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por occasião de ser installada a 1ª sessão da 23ª legislatura, em 1º de março de 1889. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1889. In: site Universidade de Chicago <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/921/index.html>, pág. 22. Consulta em 27/05/2005.

[16] Falla que o exmo. sr. dr. Joaquim Galdino Pimental, presidente da provincia, dirigio á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por occasião de ser installada a 1ª sessão da 23ª legislatura, em 1º de março de 1889. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1889. In: site Universidade de Chicago <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/921/index.html>, pág. 23. Consulta em 27/05/2005.

[17] Lei n. 28 de 5 de outubro de 1899 (decreta e promulga a lei sobre terras públicas); Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900 (Aprova o regulamento para execução da Lei n. 28 de 5 de outubro de 1899). In: IOTTI, Luiza Horn. Imigração e Colonização (org.). Legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembléa Legislativa/ Caxias do Sul: UCS, 2001, p. 747-749 e 752-774.

[18] Art. 168, Cap. I, Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: IOTTI, *op. cit.,* p. 770.

[19] Art. 179, Cap. II, Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: *Idem*, p. 772.

[20] Art. 185, Cap. II, Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: *Idem*, p. 772.

Discurso e Prática Indigenista no Rio Grande do Sul do Século XIX

Márcio André Braga
Mestrando
Unisinos/ CNPq

O trabalho Discurso e Prática Indigenista no Rio Grande do Sul do século XIX pretende analisar o conteúdo histórico dos discursos contidos nos documentos produzidos pelos organismos encarregados da aplicação da política indigenista imperial naquela província. Para essa análise foram examinados documentos provenientes de três fontes específicas. A primeira delas foi à correspondência oficial de juízes de órfãos de diversos municípios da província, entre 1830 e 1870. O balizamento temporal desse fundo documental foi estabelecido tendo como marco inicial o conjunto de leis imperiais editadas na década de 1830 que incumbiu aqueles juízes da tutela dos indígenas. Apesar da autoridade dos juízes de órfãos sobre os indígenas ser encerrada com o Regulamento das Missões de 1845, o marco temporal final deste fundo documental foi estabelecido em 1870 por ser a data do último registro escrito, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, onde os mencionados juízes foram consultados a respeito de questões envolvendo índios. Esta data demonstra como, apesar da existência de uma legislação geral do Império, as questões envolvendo índios permaneciam na segunda metade do século XIX sendo resolvidas caso a caso e a partir das peculiaridades impostas pelas circunstâncias.

O segundo conjunto documental consultado foi à correspondência dos Diretores de Índios da província a partir de 1845. Com a intensificação da política de aldeamentos na província de São Pedro, revigorada em 1845 com o Regulamento das Missões, a aplicação da política indigenista vira incumbência dos Diretores Gerais de Índios e dos Diretores de Aldeamentos. Devido ao volume documental produzido por estes cargos, formado basicamente por ofícios e relatórios, foram selecionadas amostras nos aldeamentos de Nonohay, da Colônia Militar de Caseros e da Guarita, por serem estes os acervos mais representativos localizados. A balize temporal final para estas fontes

coincide com a utilizada nos juizados de órfãos, 1870, por ser também para esse conjunto documental a data mais avançada presente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O terceiro conjunto de fontes consultadas foram os relatórios dos presidentes da Província entre 1830 e 1870. Entretanto, este último conjunto documental foi de pouca representatividade, se restringindo normalmente a reproduzir o conteúdo dos relatórios emitidos pelos Diretores de índios a partir de 1845 e, em geral, sem fazer qualquer referência à atuação dos juízes de órfãos.

O trabalho foi dividido em três momentos, visando à construção dos sujeitos enunciadores e do ambiente de onde são emitidos os discursos. O primeiro desses momentos faz uma revisão do indigenismo na história brasileira, sendo que quando olhamos para a questão indígena no Brasil do século XIX, percebemos que inexiste um projeto político para o tratamento do assunto. O que podemos identificar é o princípio básico de aldear indígenas para convertê-los em agricultores. Esse princípio foi uma herança do domínio português, levantando dois pontos sempre presentes no desenvolvimento da questão indígena no Brasil: mão-de-obra e terra.

Essa revisão recupera desde o período português, a preocupação em inserir os indígenas no itinerário de serem descidos do sertão para as povoações, onde deveriam ser catequizados e civilizados, passando pelo Diretório Pombalino de 1757, que vigorou até 1798, trazendo mudanças que foram da abolição da servidão indígena ao estabelecimento de Diretores leigos para as aldeias. Deixando claro, no entanto a manutenção do princípio de converter os indígenas em agricultores, sendo o Diretório mais um esforço para a integração dos indígenas ao sistema colonial.

Repassamos ainda o caráter profundamente antindígena da coroa portuguesa depois de 1808, quando D. João VI restabelece a guerra justa e a servidão dos índios através de Cartas Régias. Nessas a guerra justa, até então invocada defensivamente, é reinaugurada com caráter ofensivo, contra os chamados botocudos. Apesar das Cartas

Régias tratarem expressamente dos índios de São Paulo e Minas Gerais, elas foram aplicadas em todo o domínio português na América, reafirmando a submissão do índio como fornecedor de mão-de-obra e justificando a eliminação dos grupos resistentes.

Com a revisão da Carta Régia de dezembro de 1808, que declarou devolutas as terras conquistadas dos índios, ressaltamos o ponto da questão indígena que passou a ser a tônica da discussão no século XIX, a terra. Tônica reforçada pela restrição da propriedade da terra a partir da metade do século XIX. Os indígenas foram marginalizados pelo processo de ocupação das terras, pois o período entre a revogação do Diretório Pombalino e o Regulamento das Missões de 1845, aparece carente de uma legislação que dê conta da questão indígena em âmbito geral, sendo que a independência em nada modificou o tratamento dado aos índios.

Essa necessidade de uma política indigenista com medidas amplas e permanentes era sentida em vários níveis do governo imperial, tendo sido amplamente debatida no período imediatamente anterior a Constituição de 1824, discussões que esbarraram em D. Pedro I que, em sua Carta Outorgada em 1824, não faz qualquer referência aos índios.

Mesmo com a manutenção da característica pontual, a legislação imperial começa a apresentar modificações no quadro herdado dos portugueses a partir de 1830. Por Decreto da Assembléia Geral ficaram revogadas as Cartas Régias de 1808 e abolida a servidão indígena. Pela Lei regencial de 1831 foi reavivada a tutela orfanológica, não apenas por equiparar a condição civil dos indígenas à dos órfãos, mas também porque a própria pessoa do índio passa a ser encargo dos Juízes de Órfãos.

O Decreto N.º 426, contendo o Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, de 24 de julho de 1845, apareceu nesse contexto como o único instrumento indigenista do Império de âmbito geral. Entretanto o seu alcance não deve ser superestimado, sendo ele mais um regimento administrativo uma nova política em si. O Regulamento das Missões parece aos anseios de parâmetros gerais para a questão

indígena. Mas é importante destacar que na realidade serviu para oficializar as mesmas concepções usuais que vigoravam anteriormente, mantendo a política integracionista, que visava à assimilação dos indígenas através da sua concentração em aldeias agrícolas.

Os dois dispositivos legais do século XIX, que assumem relevância diante da questão indígena e seus desdobramentos em relação ao território foram a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854. Neles se redirecionou a ocupação territorial brasileira, estabelecendo novas princípios para a ocupação da terra em todo o Império, entre os quais a revisão do conceito de terras devolutas, a inserção do registro de imóveis e a reserva de terras registradas para os indígenas. Mas a reserva de terras para os indígenas representa uma contradição da Lei de Terras em relação a outro trecho dela mesma, pois a lei estabelece parâmetros para o registro das terras em cujos quais os indígenas não se enquadram, destacando que roçados e arranchamentos não configuram posse útil dos terrenos.

Exposto esse panorama dos desdobramentos da questão indígena na história do Brasil, passamos ao segundo momento do trabalho, onde explanamos o contexto em que a questão se desenvolve, especificamente na Província de São Pedro durante o século XIX.

Foi com a conquista das missões, depois de 1801, que se efetivou o início da ocupação dos territórios do sul, e por conseqüência, da apropriação do gado das antigas estâncias jesuíticas, bem como dos ervais da região mais ao norte. Foi no desenvolver desse processo que se deu à ocupação do interior do Rio Grande do Sul, dispersando os remanescentes indígenas das missões, bem como as populações que habitavam o norte e noroeste da Província, relativamente isoladas até então. Isso, pois o apossamento dos campos do planalto, acelerado depois da Lei de Terras de 1850, alcançou também as terras de florestas, conhecidos territórios de habitação dos grupos Caingangues. Por isso

estas áreas são onde foram instalados os principais aldeamentos indígenas da província depois de 1840.

Com as dificuldades de acesso a propriedade dos terrenos, criados pelos dispositivos da Lei de Terras de 1850, os caboclos e indígenas habitantes das terras de mato passaram a figurar no cenário rio-grandense do século XIX como uma reserva de mão-de-obra, não apenas para as estâncias de gado em formação, mas também para aplicação nos empreendimentos colonizadores promovidos pelo Império.

Paralelamente a ocupação das terras do planalto pelas estâncias de gado, nas regiões dos vales do Rio dos Sinos e próximas a encosta superior do nordeste, o governo imperial passava a implementar um projeto de colonização com imigrantes europeus já a partir da segunda década do século XIX. Visto que a habitação por grupos indígenas não representava para o Império uma ocupação efetiva, a colonização européia foi mais uma estratégia utilizada para preencher os "vazios" demográficos no sul, ao mesmo tempo em que constituía um novo grupo social, destinado a desenvolver as regiões coloniais dentro de um novo modelo econômico, baseado na pequena propriedade, com mão-de-obra familiar e produção agrícola, inicialmente de subsistência, mas que depois veio a constituir um mercado de abastecimento interno na província e em outras partes do Império.

Nesse momento ficam muito nítidos os papéis destinados aos agentes envolvidos no processo de colonização das terras nos vales do Rio dos Sinos e Caí, bem como nas terras das encostas. Os papéis destes agentes ficam distribuídos a partir da existência de duas etapas na ocupação do território, a da frente de expansão e a da frente pioneira. Os indígenas do norte da Província foram alocados segundo esta lógica dentro da frente de expansão, a partir da qual lhes cabia a abertura de estradas, escolta dos agrimensores encarregados dos lotes e faxina dos sertões. A existência dessa frente de expansão, não ficou restrita as primeiras colônias, estabelecidas na década de 1820, com imigrantes

alemães no Vale dos Sinos. A partir do final da década de 1820, quando iniciam os preparativos para a expansão da empresa colonizadora rumo as encostas e, já no final do século XIX, chegando as áreas do planalto, foi comum a descrição, por parte de diretores de Índios, do engajamento da mão-de-obra de indígenas aldeados na abertura e manutenção de estradas, na pacificação de grupos hostis ao avanço colonizador sobre as áreas de mato, atuando como interpretes ou mesmo como bugreiros. Essa participação de índios e caboclos foi fundamental ao avanço da colonização. Chegados e assentados os imigrantes, os índios voltavam às aldeias e ao trabalho aliciado pelos Diretores de Índios, tanto na própria aldeia como nas fazendas vizinhas. O papel do pioneiro ficara reservado aos imigrantes europeus, tidos como os capazes de desenvolver uma agricultura comercial e converter o Rio Grande no celeiro agrícola do Brasil, abastecendo as demais províncias.

A proximidade das áreas de mato, ainda pouco exploradas, e das colônias desencadeou um processo de enfrentamento entre colonos e grupos indígenas habitantes da região pela posse da terra. Os conflitos resultantes da abrupta redução territorial sofrida pelos indígenas são exemplificados pelo número de colonos e funcionários do Império mortos ou seqüestrados por indígenas no interior das áreas mais avançadas abertas para a colonização.

Esse processo de ocupação dos territórios do sul promovido pelo Império brasileiro, principalmente depois de 1820, foi o contexto em que se deu a intensificação da política de aldeamentos dentro da província de São Pedro, reduzindo o espaço possível de ocupação pelas populações indígenas e ampliando os contatos, pacíficos ou não, entre índios e brancos na região.

Desenhado este contexto, partimos então para o terceiro momento do trabalho, onde será analisado o conteúdo histórico dos discursos contidos na documentação produzida pelos organismos descritos nos parágrafos iniciais deste texto. O conteúdo dos

discursos está sendo classificado segundo três categorias. São elas: Catequizar e civilizar; cotidiano dos aldeamentos; reação dos indígenas ao contato.

Na categoria sobre o Civilizar e o Catequizar, estão sendo reunidos os enunciados que tratam da inserção/integração dos índios no projeto de colonização do Império, as possíveis intenções contidas nesta ação e as formas como de promoção desta inserção/integração.

A categoria que trata do Cotidiano dos Aldeamentos abordará a vida no universo das aldeias, os castigos e ações punitivas, a administração, a produção, o convívio social e a religião.

A terceira categoria, assinalando a Reação dos Indígenas ao contato direto com os colonizadores, trata do posicionamento assumido pelos grupos indígenas, seja em circunstâncias pacíficas ou conflitivas, diante da presença constante e efetiva do elemento branco no seu meio social.

Com a análise destas três categorias discursivas e seu relacionamento com o contexto histórico da Província de São Pedro do Rio Grande no século XIX, pretendemos demonstrar as formas de articulação, bem como as tensões existentes, entre a política indigenista estabelecida pelo Império e a prática indigenista desenvolvida pelos organismos responsáveis pela aplicação das políticas imperiais nesta província.

O novo Trabalhismo – João Goulart e a greve dos marítimos de 1953.

Márcio André Sukman

A greve dos marítimos ocorrida em junho de 1953 é analisada pela historiografia como um episódio de extrema importância e divisor de águas durante o segundo governo Vargas. Tal leitura, no entanto, não se deve apenas ao fato do movimento ter paralisado a comunicação por via marítima, interrompendo a atividade em diversos portos pelo país, desde Rio Grande até Belém do Pará, o que poderia deixar regiões como a Amazônia - mais dependente desse tipo de transporte – desabastecida. A parede fazia parte de um conjunto de grandes greves iniciadas no ano de 1953, as quais buscavam, grosso modo, reajustes salariais e o fim da carestia e teria causado a queda do ministro do Trabalho, Segadas Viana, com a nomeação de João Goulart em seu lugar.

Em realidade, considero ser a famosa "greve dos trezentos mil", ocorrida em São Paulo, no mês de março de 1953, como a verdadeira "pá de cal" da gestão de Viana. Atribuída como o grande símbolo do retorno dos comunistas à atividade sindical oficial, após cerca de 5 anos de afastamento, simbolizou que a política empreendida pelo então ministro do trabalho não alcançaria os resultados almejados pela administração Vargas, sobretudo a partir dessas novas condições. A postura legalista e anticomunista ferrenha[i], que se concretizava em medidas ambíguas de cooptação, controle e repressão, gerava cada vez mais insatisfação dentro do PTB e principalmente por parte dos sindicatos. Seu maior retrato é a matéria contida no jornal *Última Hora,* com o noticiário a respeito das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º. de maio de 1953, celebrado em Volta Redonda:

"...o sr. Nelson Rustici, em nome dos trabalhadores de São Paulo, dirigiu-se ao Chefe do Governo. Fez graves acusações ao Ministério do Trabalho, desde seu titular ao delegado regional daquele estado.Disse que se outra tivesse sido a atuação das autoridades ministeriais, a greve não ocorreria."[ii]

Nesse sentido, a nomeação de Goulart, em meio à greve dos marítimos, pode ser compreendida não apenas como uma necessidade para a solução de um conflito, mas, sobretudo, uma bela plataforma para seu lançamento como um líder de projeção nacional. Sua presença dentro do processo de reforma ministerial - denominado "Ministério da Sucessão" - é motivo de grande polêmica historiográfica, quanto à redefinição de rumos do governo Vargas. Segundo a historiadora mineira Lucília de Almeida Neves[iii], figuram de um lado as interpretações de Thomas Skidmore e Kenneth Erikson, as quais creditam a reforma a uma guinada à esquerda de Vargas, buscando uma aproximação com as classes operárias, enquanto de outro, Maria Celina D'Araújo não enxerga qualquer marco nessa mudança, em razão de não ocorrer qualquer mudança quantitativa ou qualitativa no tocante ao número ou a orientação política dos ministros, respectivamente. Em sua opinião, se de fato persistiu o espírito conciliador do gabinete anterior, o lado da mudança seria mais significativo, o que se depreenderia tanto pela reativação do movimento sindical quanto ao predomínio dentro do PTB de uma nova ala reformista.

Corroboramos da opinião de Lucília Neves acerca da importância das mudanças durante a reforma ministerial. Contudo, entendemos ter ocorrido o grande marco, durante o segundo governo Vargas, na eleição de João Goulart para a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro em 1952. Nela, Getúlio Vargas, aproveitando-se do grande peso de sua figura dentro da agremiação, impôs com "mão de ferro" o candidato com o fim de acabar com as divergências, não conseguidas por meio dos dois presidentes anteriores, Danton Coelho e Dinarte Dornelles. Tal postura buscava traçar uma nova diretriz para o

partido com vistas a torná-lo um elemento fundamental, junto da estrutura do Estado e sindical, no projeto trabalhista. Isso possibilitaria a ampliação do diálogo com os trabalhadores, consolidando uma base de sustentação política e eleitoral. Sua ambição era, enfim, adequar o Trabalhismo, herdado do Estado Novo, aos novos tempos democráticos.

Mesmo com a crença de vários membros do próprio partido e da grande imprensa, ao considerá-lo como um presidente fraco e, portanto, passível de manipulação, a política empreendida por Goulart teve bastante eficácia. Baseado no apoio getulista, no plano interno fortaleceu e desenvolveu a máquina partidária. Isso adviria da redução do conflito interno conseguido por meio do fortalecimento das direções partidárias locais, de maior liberdade da bancada do congresso e principalmente de uma maior centralização e concentração de poderes no Diretório Nacional, controlado por seus aliados. No plano externo, segundo Maria Celina D'Araújo[iv], foi traçada uma aproximação do partido com o movimento sindical e realizadas alianças com os comunistas, onde estes eram mais fortes, ao mesmo tempo em que Jango percorria o país por meio de caravanas.

De um político desconhecido a um líder de alcance nacional, Goulart estava pronto para ser nomeado ministro do Trabalho, pois de fato já exercia a função de intermediário entre o governo e os trabalhadores, ao ser escolhido por Vargas como seu negociador em diversas greves. Isso se repetiu no dia 10 de junho de 1953, quando recebeu, em nome do presidente da República, a comissão de greve, representante de diversas categorias pertencentes aos marítimos. Apelavam seus membros ao chefe de Governo para intervir na crise, com o fim de atendimento das suas pretensões, sob pena de deflagração da greve no dia 16 do mês corrente. As reivindicações formuladas pelas várias categorias abrangiam um rol de questões de natureza econômica, como reajustes salariais; de natureza política e sindical, como o estabelecimento de privilégios para a marinha mercante nacional e a intervenção na Federação dos marítimos; por transformações das

condições de trabalho como o cumprimento da jornada de 8 horas e melhoria da alimentação.

A realização dessa reunião foi recebida como uma conquista da classe trabalhadora marítima, uma vez que o governo, maior empregador dos trabalhadores dessas categorias, como proprietário da Companhia Lloyd Brasileiro e da Companhia Costeira de Navegação, recebia e ouvia as pretensões dos grevistas. Ademais, marcava a obtenção da primeira vitória do movimento paredista, com o reconhecimento por parte do governo da comissão de greve. Isso contrariava as determinações do ministro do Trabalho, Segadas Viana, o qual limitava-se a negociar com o presidente da Federação dos marítimos - cuja legitimidade era questionada por grande parte dos membros de sua categoria - e a acenar com medidas de cunho repressivo. De fato, essa reunião sinalizava uma importante transformação das relações mantidas entre o Estado e os trabalhadores, seguindo a mudança já ocorrida dentro do Partido Trabalhista Brasileiro.

Desautorizado por Vargas, não restava outra alternativa a Segadas Viana senão entregar o cargo de ministro, assumido interinamente por Hugo de Faria, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, até a posse de Goulart. Segundo o funcionário do Ministério do Trabalho, durante toda a crise da greve, era sua a responsabilidade pelo transcurso das negociações junto à sede do Palácio do Trabalho. Goulart, já nomeado ministro, adotava, em face dos trabalhadores, uma postura informal recebendo os grevistas, à noite, no hotel Regente, onde residia no Rio de Janeiro. Esse estilo de negociação causou um certo desagrado aos grevistas e seria estigmatizado por seus opositores como “conversas ao ouvido”. Essa atitude, no entanto, à primeira vista sinal de ausência e relaxamento, encobria seus esforços direcionados ao entendimento com o setor patronal e também voltados ao Palácio do Catete, onde “pelejava”, com o presidente da República e em face de outros ministros, a liberação de verbas públicas para o atendimento das reivindicações dos grevistas.

Em 19 de junho de 1953 Goulart enviava carta a Getúlio Vargas, cujo teor tratava do prejuízo e dos graves danos a serem causados pela greve dos marítimos à economia do país em caso de continuação do movimento. Reconhecendo a legalidade e a legitimidade das reivindicações apresentadas, recomendava ao presidente a atitude de determinar a disponibilização de recursos financeiros para seu cumprimento. De outro lado se posicionava Osvaldo Aranha, recém empossado na pasta da Fazenda, cujo ponto principal de sua política econômica firmava-se no compromisso da resolução do processo inflacionário, não conseguido pelo ministro anterior Horácio Lafer. Para tanto, em suas próprias palavras, seria "imperioso comprimir os gasto dos governos federal, municipais e estaduais, baixar o ritmo das obras públicas, diminuir prudentemente a velocidade do ritmo industrial...".[v]

Dessa queda de braço, travada nos gabinetes ministeriais, foi vitoriosa a proposta do ministro do Trabalho. Em 24 de junho de 1953, o ministro da Fazenda, sob determinação do presidente da República, autorizava o Banco do Brasil S.A a fornecer os recursos para o cumprimento das reivindicações dos grevistas. Restava, mais uma vez, evidenciada a mudança de rumos empreendida por Vargas, o qual concedia reajustes salariais em detrimento de uma política de estabilização monetária. Era parte de um projeto de reaproximação com os trabalhadores, visando consagrar Goulart, vitorioso nos embates, dentro do PTB, com Segadas Viana e agora com Aranha, como o seu maior representante.

No dia seguinte, com boa parte das reivindicações, efetuadas pelos grevistas, atendidas em razão do compromisso assumido pelo governo, Hugo de Faria conseguia fechar o acordo para por fim a greve. O chefe do Departamento Nacional do Trabalho conta que teria lembrado as partes envolvidas da necessidade do fechamento do acordo naquela noite, décimo dia da greve sob pena da controvérsia passar para a seara da Justiça do Trabalho.[vi] Desse pacto, a grande vitória coube aos trabalhadores, os quais

tiveram atendidas grande parte de suas reivindicações a partir da grande mobilização organizada. Ao lado deles estava também João Goulart, que ao assumir o encerramento dos trabalhos de negociação, celebrava o fim do movimento como uma grande conquista pessoal, conforme bem retratou o jornal *Última Hora* em sua capa do dia 26 de junho de 1953, sob o título "A vitória de Jango".

---

[i] O culto a legalidade e o anticomunismo ferrenho restam muito claro na personalidade de Segadas Viana, como se verifica nas próprias publicações da época e em VIANNA, José de Segadas. José de Segadas Vianna (depoimento, 1983). Rio de Janeiro FGV/CPDOC – História Oral, 1987. 446p. dat.

[ii] Ú*ltima Hora* - Rio de Janeiro, 19.05.52.

[iii] Para uma melhor compreensão da discussão historiográfica ver, NEVES, Lucília de Almeida. PTB: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

[iv] D'ARAÚJO, Maria C. O segundo governo Vargas. São Paulo: Ática, 1992.

[v] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.373.

[vi] Para um maior esclarecimento do transcurso das negociações ocorridas durante a "greve dos marítimos", ocorrida em 1953, ver FARIA, Hugo de – Hugo Faria (depoimento – 1983) Rio FGV/CPDOC – História Oral, 1985. 294 pp. dat.

Carlos Chagas Filho e a Academia Pontifícia de Ciências

MARCIO DE PAIVA DELGADO

1 – Introdução

Este pequeno trabalho é um dos frutos da minha pesquisa para a dissertação de mestrado que estou desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O foco principal deste projeto é a atuação do cientista Carlos Chagas Filho na presidência da Academia Pontifica de Ciências, com sede no Vaticano.

O estudo de personagens aparentemente distante dos centros de poder tornou-se muito interessante e freqüente a partir de meados da década de 1970, principalmente quando estes personagens estão inseridos num contexto maior, não apenas circunscritos à sua vida particular. Tanto Le Goff quanto Carlo Ginsburg, por exemplo, elegeram como objetos de estudo indivíduos únicos, cada um deles rico em particularidades. O rei Luís XIV, eleito por Le Goff[1], foi o símbolo do poder da França absolutista enquanto Menocchio, o escolhido de Ginsburg[2], o moleiro perseguido pela inquisição. Este último trabalho reforça a tendência de apresentar homens, distantes de possuírem a grandeza de um rei de França, e através deles retratar um período ou ainda, explicitar algumas situações sob um ângulo completamente novo.

2 – Carlos Chagas Filho

Carlos Chagas Filho, médico brasileiro nasceu no início do século XX, no ano de 1910, na cidade do Rio de Janeiro. Graduou-se em medicina muito jovem e logo assumiu a cátedra de física-biológica na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro[3]. Analisando a sua trajetória no Brasil podemos destacar ainda a criação do

Instituto de Biofísica, que mais tarde receberá o seu nome passando a ser conhecido como o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, a fundação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) além da sua participação nas principais academias nacionais como a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Academia Nacional de Medicina (ANM)[4]. No contexto internacional Chagas Filho um diplomata da ciência segundo Paulo de Góes[5], participou intensamente, como membro e presidente, de comitês do sistema Nações Unidas, foi vice-presidente da Academia de Ciências do Terceiro Mundo (TWAS), um dos fundadores da Academia de Ciências da América Latina e presidente da Academia Pontifícia de Ciências (APC) durante quatro mandatos consecutivos, entre os anos de 1972 e 1988. Assim, uma análise da carreira do cientista Chagas Filho nos permite caminhar por diversos campos da ciência no Brasil e exterior e uma análise desta carreira associada a vida pessoal permite a compreensão de suas opiniões e posicionamentos, principalmente durante o período em que esteve a frente da Academia Pontifícia de Ciências.

3 – A Academia Pontifícia de Ciências

A Academia Pontifícia de Ciências foi fundada no ano de 1936, mas sua origem é anterior e ainda alvo de alguma controvérsia. De acordo com Chagas Filho e outros importantes membros da referida Academia, sua origem remontaria o início do século XVII, mais precisamente o ano de 1603[6]. A Accademia dei Lincei[7], fundada por um rico membro da nobreza italiana, Federico Cesi, é utilizada como marco inaugural da APC, numa tentativa de resgatar uma tradição já perdida após tantas mudanças, entre elas e incorporação da Academia pela Igreja no ano de 1847. A Accademia dei Lincei funcionou como um elo de ligação entre alguns “cientistas” modernos cujo grande destaque coube a de Galileo Galilei, que afirmava ser um “linceano”. Desta forma, a Academia não havia

ainda assumido uma forma "física", característica assumida no século XIX. Portanto, associar a atual APC a esta Academia fundada no início do século XVII é apenas um ideal romântico, uma busca por seu mito de origem, mito este desatrelado à Igreja Católica.

A atual Academia Pontifícia de Ciências funciona como uma espécie de senado científico da Igreja, fornecendo subsídios para que esta possa se posicionar frente a comunidade científica internacional[8]. De acordo com seu estatuto, criado junto com sua fundação e pouco modificado, as atribuições da Academia são as de promover a matemática, a física e as ciências naturais através da promoção de encontros, debates e incentivos à pesquisa. O estatuto de 1976 vem reforçando esta característica: "Art. 2 – The aim of the Pontifical Academy of Sciences is to promote the progress of the mathematical, physical and natural sciences and the study of epistemological problems relating thereto."[9]

O corpo da academia é composto por 80 membros[10] indicados pelo papa. A seleção desses membros está relacionada às suas áreas de atuação e também respeita um critério geográfico no intuito de ter na APC representantes de todos os continentes. O estatuto de 1936 prevê que a escolha de novos membros não está atrelada a critérios religiosos nem étnicos, podendo compor a academia pessoas de outras religiões que não a católica. Este preceito é reafirmado pelo estatuto de 1976.

Os membros indicados pelo papa permanecem na academia em caráter vitalício ao contrário dos Supernumerary Academicians, que compõem este corpo por possuírem cargos na Igreja, sendo eles: o diretor do Observatório do Vaticano, o diretor do Laboratório de Astrofísica, o prefeito da Biblioteca Apostólica do Vaticano, o prefeito dos Arquivos Secretos do Vaticano e o diretor científico do Museu Missionário de Etnologia. Ao término de suas funções, estes membros perdem a condição de acadêmicos. O papa ainda pode nomear, na condição de Honorary Pontifical Academicians, cientistas que se

destacaram em suas diversas áreas de atuação e que foram indicados pelo conselho a receber este título.

A APC é dirigida por um presidente eleito pelos membros e nomeado pelo papa, permanecendo no cargo pelo período de quatro anos. O presidente está diretamente submetido ao chefe da Igreja e possui um conselho que o auxilia na tomada de decisões relativas ao funcionamento da instituição. Este conselho é composto pelo presidente, o ex-presidente, cinco membros do corpo acadêmico, o chefe da biblioteca, o tesoureiro, o secretário e dois censores. Além do conselho, o presidente ainda pode contar com a Chancelaria, órgão responsável pela burocracia da instituição. Ela é formada pelo secretário, o tesoureiro e o chefe da biblioteca, e é comandada por um chanceler. Essas funções não são remuneradas, com exceção do secretário e do chefe da biblioteca.

Como elemento de divulgação de seus trabalhos e debates a APC possui algumas publicações, como: o *Proceedings* que é um folheto sobre os temas das sessões plenárias, lista de publicações e algumas notas; o *Memoirs*, que traz alguns trabalhos de acadêmicos, ou ainda trabalhos que ganharam prêmios internacionais; o *Annuario* e o *Nuncius Radiophonicus*, onde encontramos listadas as atividades da academia; a *Acta Pontificiae Academiae Scientiarum – Commentationes*, que contém os relatórios e temas das sessões plenárias e a *Scripta Varia*, mídia direcionada para as Semanas de Estudos.

Ainda sobre o funcionamento da Academia devo ressaltar as Semanas de Estudos e os Grupos de Trabalhos, além das Sessões Plenárias. As Semanas de Estudos, que acontecem de dois em dois anos, tem como objetivo trazer para o interior da APC discussões sobre temas atuais e para tal, são convidados a participarem os principais estudiosos acerca destes temas, sendo eles membros ou não da instituição. Os Grupos de Trabalho tem um corpo e um tema fixos, e se reúnem anualmente. Já as Sessões Plenárias, que também possuem caráter anual, traçam os planos da Academia, que

podem incluir assuntos internos, tais como uma eleição para presidente, ou ainda debater temas apresentados pela cúria romana.

4 – A presidência de Chagas Filho

A Academia Pontifícia passará por algumas modificações após o Concílio Vaticano II, realizado no início da década de 1960. Em poucas palavras, o Concílio estabelecerá que a Academia deve ampliar o seu campo de atuação, incluindo os países do então "Terceiro Mundo" na sua agenda, além tentar aproximar os debates sobre fé e ciência, muito embora possamos perceber que a ciência, sob a ótica da Igreja, deve buscar a verdade e esta pode ser encontrada na religião. Nas palavras do papa João XXIII quando da abertura da semana de estudos sobre a estrutura das moléculas:

> "Because of your different origins and because of the range of your interests you are a truthful reflection of the modern scientific world and a proof of the complete harmony existing between the Church and Science. (...) In fact far from fearing the most daring discoveries of men, the Church believes that any progress in the possession of truth entails an inner development and represents a step forward to the first Truth, the glorification of the Creation of God."[11]

Estas mudanças pelas quais a Academia passou podem ser percebidas no início da década de 1970, quando da escolha de Chagas Filho para o cargo de presidente da instituição. O próprio cientista demonstrou uma certa surpresa com a escolha da Igreja e admitiu em sua autobiografia não saber a origem de sua indicação.

> "Penso que influíram a voz de Dom Eugenio Sales e a do cardeal Benelli, que me conhecera quando estava eu na Unesco e era ele o observador do Vaticano. Com Benelli estabeleci relações bastante cordiais, continuação dos entretenimentos

> que havíamos tido no Rio, ainda que esparsos, quando Benelli era um dos membros da Nunciatura Apostólica".[12]

A escolha de Chagas Filho está profundamente ligada a este desejo de mudança, já que se trata de um cientista voltado para a educação, a pesquisa e a sua aplicabilidade, bem como um político com passagens pela UNESCO e outros organismos do sistema Nações Unidas. Caberia a ele redirecionar a APC, buscando uma atuação mais prática, de acordo com as determinações do Concílio Vaticano II.

Restava a Academia buscar um espaço que ela ainda não possuía no cenário internacional. Chagas Filho alcançará o ideal de compor um conselho com grande presença de cientistas não católicos. Esta situação já havia sido considerada em estatutos anteriores, que previam a seleção de acadêmicos independente de critério religioso, focando apenas a sua qualidade como cientista, onde os "novos acadêmicos foram escolhidos de acordo com a área de atuação e competência, relegando a segundo plano as crenças religiosas de cada um."[13] A seleção também visava manter um equilíbrio geográfico, contando com a presença de cientistas de todos os continentes. Desta forma a Academia visava afastar um pouco a sua forte característica de ser uma instituição católica, desta forma, parcial.

Portanto a atuação de Chagas Filho como presidente da APC marca um importante momento no qual a Igreja se volta para o universo científico e busca junto a ele um estreitamento de laços, onde podemos perceber a insistência, por parte do Vaticano, em reforçar os seus ideais frente a outras academias de ciência no mundo. No tocante ao cientista, Chagas Filho afirma que foi muito criticado por ser, ao mesmo tempo, um cientista e um religioso e ao ser questionado sobre o assunto afirmou:

> "E há enfim, os cientistas absolutamente místicos, como eu sou, que não estou preocupado se Deus é onipotente ou onisciente. Eu faço modestamente, a minha ciência e posso e aí já direi (sic) com um pouco mais de resultado pela ciência no Brasil, faço o que posso pela ciência de todo o mundo. De todas essas atividades, eu só tenho uma certeza: é de que Deus existe".[14]

---

[1] LE GOFF, Jacques. *São Luis*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
[2] GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.
[3] ALMEIDA, Darcy Fontoura de. Carlos Chagas Filho: do curso de graduação à cátedra de Física Biológica da Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil (1926-1937). *Revista Rio de Janeiro*, nº 11, set./dez., p. 135-147. Rio de Janeiro, 2003.
[4] CHAGAS FILHO, Carlos. *Um aprendiz de ciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora Fiocruz, 2000.
[5] GÓES FILHO, Paulo de. *O Brasil no Biotério. O Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e um jeito brasileiro de fazer ciência.* 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
[6] CHAGAS FILHO, Carlos. L'Accademia Pontificia delle Scienze, la sua attività, la sua azione e la sua posizione di fronte alla guerra nucleare ed alla pace. *Rivista di Studi Politici Internazionali*, Florença, ano LI, n. 204, p. 541-562, 1984.
[7] A Academia foi fundada com este nome numa alusão a uma característica "mágica" associada aos linces, de que estes seriam capazes de enxergar o "invisível".
[8] MARINI-BETTÒLO, Giovanni Battista. The Activity of the Pontifical Academy of Sciences 1936-1986. *Pontificie Academiae Scientiarum Scripta Varia*, Vaticano, n. 67, 1987.
[9] MARINI-BETTÒLO, op. cit., p. 210.
[10] Até 1986 a Academia era formada por 70 membros. Após um decreto do papa, em 8 de janeiro de 1986, este número aumentou para 80.
[11] MARINI-BETTÒLO, op. cit., p. 38.
[12] CHAGAS FILHO, op. cit., 2000, p. 174-175.
[13] LIMA, Ana Luce Girão Soares de et al. Ciência, política e paixão: o arquivo de Carlos Chagas Filho. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro (no prelo).
[14] CHAGAS FILHO, op. cit., 1988b, p. 9.

CARLOS LACERDA E AS CRISES INSTITUCIONAIS ENTRE 1950 E 1964

Marcio de Paiva Delgado[1] - PPG-UFJF

A breve experiência democrática brasileira entre 1946 e 1964 foi marcada por grande instabilidade institucional. Nestes 18 anos, inúmeras crises políticas exaltaram posições ideológicas antagônicas, que em determinados momentos, se colocaram abertamente contrárias à manutenção da ordem institucional, e apostaram na quebra da legalidade. Cada vertente ideológica encarava a Constituição de 1946 como ineficiente e prejudicial ao seu modo: para os "esquerdistas", ela era conservadora e excludente; para os "direitistas", ela era ineficaz e inócua contra a contaminação dita "populista" e a infiltração do "perigo vermelho" comunista. Identificamos como os principais momentos de instabilidade política os seguintes períodos: a eleição de Getúlio Vargas em 1950; o mês agosto de 1954; a Novembrada de 1955; a semana da renúncia de Jânio Quadros e do golpe branco do parlamentarismo em 1961; e os primeiros meses de 1964, que culminariam no golpe civil-militar de 31 de maio.

Desde a redemocratização do Brasil em 1945-46, o novo sistema partidário brasileiro se dividiu em três grandes partidos: PSD, UDN e PTB. Destes, a UDN nasceu como uma reunião heterogênea de grupos diversos, inclusive setores da Esquerda, que naquele momento representavam a oposição ao Estado Novo, e, portanto, unidos sob uma grande diversidade[2]. Mas na sua consolidação, ela ficou marcada como sendo um partido de "direita", sendo considerada elitista e com pouca penetração no eleitorado popular, sobretudo o urbano. Tinha em seus quadros grupos ligados a interesses liberal-conservadores, proprietários de terras, banqueiros, empresários, grupos associados ao capital estrangeiro, e setores da grande imprensa. Dentre seus membros mais influentes estava o jornalista Carlos Lacerda. Proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* (fundado em 1949). O jornal foi aos poucos se tornando um dos principais palanques políticos da UDN na imprensa, refletindo sua vertente mais radical e

golpista, ajudando a configurar o movimento dentro da UDN conhecido como "lacerdismo". A *Tribuna da Imprensa* fez a ponte entre a atuação parlamentar da UDN radical junto à opinião pública nos momentos de crise institucionais. Buscando perceber através de um exemplo explícito a utilização da imprensa na manipulação política na formação da opinião pública compondo assim o discurso daquilo que chamaremos de "golpismo democrático", ou seja, a quebra da legalidade em nome da democracia.

Entretanto, para atingir tal objetivo, vamos abandonar o dualismo simplista "direita *versus* esquerda", e encarar os conflitos entre os grupos políticos e sociais de forma menos generalizante. Por exemplo, dizer que a UDN era de "direita", e o PTB de "esquerda", não explica de maneira satisfatória o estado de beligerância permanente entre esses dois partidos. Nossa análise partirá do ponto de vista da UDN em relação aos seus adversários. De posse dessa consideração, podemos dizer que as principais posições político-ideológicas no período eram: o Liberal-conservadorismo, o Trabalhismo e o Comunismo, sendo que os dois últimos seriam muitas vezes tratados pelo primeiro como exemplos de "Populismo". Contudo, destacamos que a UDN se autodenominava "liberal". Mas como o conceito de Liberal é bastante difuso, e que recebe diferentes significados dependentes da realidade de cada país em seu contexto, acreditamos que a UDN seria mais bem caracterizada por ser uma representante do liberal-conservadorismo brasileiro.

O Conservadorismo marcou todo o processo construção do Estado brasileiro desde a Independência. Este encontrou junto ao Liberalismo em Hobbes e Bentham (que discursavam sobre "desigualdades naturais" que legitimavam a desigualdade e a hierarquia social)[3] uma doutrina político-econômica instrumental e adaptável ao projeto de nação das elites: o desenvolvimento e consolidação de um Capitalismo excludente; sem participação efetiva da população no processo de decisões; e sem mudanças Estruturais na sociedade, sobretudo no sistema de propriedade. Portanto, o Brasil, desde sua emancipação política, conviverá com medidas liberais e conservadoras adotadas pelo governo caracterizando assim o liberal-

conservadorismo. Também sobre o Liberalismo brasileiro, Wanderlei Guilherme dos Santos parte da análise dos paradoxos do liberalismo ligado às origens autoritárias e oligárquicas das elites nacionais que não foram "resolvidas" com a Revolução de 30[4]. Tal origem autoritária e elitista do liberalismo brasileiro seria, em certa medida, reproduzida pela UDN através também da sua atuação política, na medida em que apostando na ação contestatória das "regras do jogo" e os resultados eleitorais ("o povo errou"), muitas ocasiões acabava convergindo para a articulação golpista. Santos também remete a Oliveira Vianna da década de 20 para identificar o caráter autoritário e contraditório do liberalismo brasileiro:

> *O Brasil não possui uma sociedade liberal, mas ao contrário, parental, clânica e autoritária (...) Não há um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir para o estágio em que se encontra até tornar-se liberal (...) Seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal (...)* [5].

Durante o período estudo, a UDN quase sempre foi partido de oposição aos governos entre 1946 e 1964, a despeito de representar os interesses dos grupos econômicos dominantes. No pós-45, as eleições começaria a confirmar no poder, partidos e líderes que de algum modo tiveram estreita ligação com o ex-ditador Getúlio Vargas. Como assinala Wanderley Guilherme:

> *Não havia, para os liberais, esperança de atingir o poder em um sistema deste tipo sem romper o compromisso de submissão aos métodos legais. Seria, portanto, e uma ingenuidade extrema aceitar o sistema como legal e obedecer às regras do jogo estabelecidas pelo próprio sistema. Desde que faltava legitimidade ao sistema era perfeitamente correto, e dentro da mais pura tradição liberal, tentar derrubá-lo adotando inclusive meios violentos, se necessário fosse.* [6]

A dita "Herança Getulista", muitas vezes chamada simplesmente de "getulismo" ou de "trabalhismo" encarnava aquilo que seria genericamente também chamada pejorativamente pelos liberais de "governos populistas". Não é nosso objetivo neste artigo aprofundar na profícua discussão acerca da validade do populismo como modelo de análise para o período entre 1930-1964[7]. Para nós, neste momento, basta percebermos que aqueles adversários da

UDN que propunham um projeto de desenvolvimento sob uma orientação nacionalista e sob o planejamento estatal seriam duramente atacados pela UDN. Estas forças políticas nacionalistas (muitas delas não necessariamente reformistas) sofreriam um forte discurso generalizante de desqualificação por parte da imprensa udenista sem grandes critérios de análise.

Por estarmos inseridos no contexto da Guerra Fria, o anticomunismo também se configurou como uma das principais marcas do liberal-conservadorismo brasileiro no século XX. Como atesta em seu trabalho sobre a trajetória do anticomunismo no Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta[8] demonstra que desde a década de 20 do século passado, grupos conservadores, religiosos e liberais praticaram um discurso feroz contra o comunismo no Brasil, sempre em nome de valores cristãos como família, tradição e propriedade. Por exemplo, o chamado "Clube da Lanterna", criado em 1953 pelo jornalista ligado a UDN Amaral Neto, sob inspiração de Carlos Lacerda (a "lanterna" era um símbolo do jornal Tribuna da Imprensa como ícone da vigilância e da moralidade), era de orientação radical anticomunista. Para os anticomunistas da UDN, a histórica união de Getúlio Vargas com Prestes durante o movimento Queremista, ficaria marcada como prova de que o Trabalhismo tinha sua origem sob a contaminação Comunista. A antiga desconfiança por parte das Forças Armadas e de grupos ligados ao Capital estrangeiro em relação ao então Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, também ajudava a configurar o quadro de crise. Mesmo durante o governo Juscelino Kubitschek (também identificado pela UDN como um herdeiro de Getúlio Vargas), as quarteladas de Jacareacanga e Aragarças expressavam temores de militares conservadores em relação ao perigo comunista. Em suma, discurso udenista unificaria, sem muito constrangimento, o Trabalhismo, o Comunismo, o Getulismo e o Populismo sob uma mesma tradição política.

Trabalhamos com a Política não apenas na sua formalidade institucional, mas também como uma cadeia de relações, códigos e valores sociologicamente articulados entre os membros de uma sociedade. A imprensa passa assim a ser fonte importante na compreensão

das representações políticas da sociedade, sobretudo na democrática moderna[9], pois ela se posiciona tanto como porta voz de ideologias de grupos organizados - e de intelectuais ligados a esses -, quanto faz o papel de espelho às aspirações de grupos sociais diversos. Para buscarmos a importância da mídia, partimos de uma afirmação de Max Weber: o dito "chefe político típico" ideal é o "demagogo". Como a demagogia se utiliza do discurso, o jornalista é tido como um dos mais notáveis representantes da demagogia política do século XX.[10] A crescente valorização da palavra escrita na política dos Estados democráticos modernos é facilmente percebida na medida em que as campanhas eleitorais que legitimam o processo representativo se baseiam no convencimento, e na "venda" de um discurso para o universo votante. Quanto maior o grau de convencimento e universalismo das propostas, maior a possibilidade dos partidos políticos e de seus líderes atingirem ao poder[11]. Isso aliado ao crescimento da chamada Cultura de Massa no século XX, o papel dos órgãos de comunicação na Política conhece uma maior importância na construção da opinião pública[12] na esfera pública. As análises acerca da relação dos meios de comunicação, sociedade civil, mercado e estado geraram o conceito Habermasiano de "esfera pública" que congrega num espaço social, o debate e negociação entre os interesses de coletivos e de grupos alternativos e independentes da "esfera política" e do mercado[13]. Ao tomar uma posição, o organismo de comunicação passa a reproduzir e a defender um ponto de vista que geralmente é atrelado a interesses de grupos econômicos, partidos políticos, movimentos sociais e etc. No caso de uma posição política, esta pode se expressar através de críticas a atuação de um determinado governo, apoio ou oposição as demandas de grupos sociais, e até mesmo a defesa da quebra da legalidade por considerá-la "errada" e prejudicial ao progresso da dita "verdadeira" democracia.

A mídia fornece elementos informativos para a formação de opiniões dos indivíduos. Em países como o Brasil, onde a cultura política ainda se encontra carente de "capital social" (trabalhando aqui com o conceito apresentado por Robert Putmam para o grau de participação

política cívica de uma sociedade)[14], o personalismo na política e o carisma pessoal atuam de forma bastante marcante junto a população, como também atesta Weber[15]. É através de idéias reproduzidas por programas políticos, partidos e de associações, aliada a uma identificação sócio-econômica e a exposição (ou falta dela) a pontos de vistas divergentes, que os eleitores formam sua "opinião" sobre um determinado assunto[16]. Como um canal por excelência mais amplo e de maior acessibilidade, a imprensa fornece ao "cidadão comum", "atalhos para a compreensão"[17]. Segundo Gramsci, toda construção de um discurso visa a conquista de uma "hegemonia". Mas essa disputa também pode ocorrer dentro do próprio sistema hegemônico com o conflito entre a classe fundamental e os grupos "auxiliares" ou facções diferentes[18]. Em momento algum acreditamos que o dito liberalismo udenista era contrário, ao nível estrutural, ao trabalhismo getulista ou ao próprio conservadorismo do PSD. Tal disputa não colocava em questão o processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil. A repetição de determinados discursos traduzidos pelos intelectuais (no nosso caso, os jornalistas) por parte de mídia, encontra respaldo no receptor na medida em que ele tente a incorporar re-interpretações consoantes com as características discursivas e visão de mundo oferecidos pelos meios emissores de opinião[19]. Carlos Lacerda, "o jornalista", sempre reproduziu "o político" na linha editorial do seu jornal. Gramsci também nos oferece elementos de análise sobre o papel dos intelectuais na dinâmica da formação da opinião pública quando desenvolve a sua teoria de Estado. O "palco" para essas relações, é a "sociedade civil". Sobre isso, Gramsci se opõe a Hegel tirando do Estado (ou a sociedade política) o momento inicial onde daí irá controlar e dominar as contradições sociais, e as desloca para um momento anterior, a sociedade civil[20].

Mas como definir o espaço de relações onde as instituições formadoras e reprodutoras de cultura, tradição e ideologia na sociedade com um todo se encontram? Dentro dessas novas perspectivas de análise das relações sociais, a incorporação de conceitos como "sociedade civil" e "esfera pública", desempenha uma função-chave no entendimento da dinâmica política

na sociedade. Segundo Jürgen Habermas, a esfera pública refere-se a uma dimensão que se encontra entre a sociedade civil e o Estado, e que acolhe os discursos dos atores sociais. Nela está inserida a opinião pública, que corresponde fundamentalmente ao espaço ideal de influencia dos meios de comunicação, contudo, supõe-se ainda certa capacidade independência dos atores. Os atores da sociedade civil "tematizam" situações-problema percebidas no "mundo da vida" e que dizem respeito, portanto, ao conjunto da sociedade, contribuindo, através de seu esforço de inclusão de grupos e temas minoritários para a ampliação da esfera pública[21]. Por esse motivo a imprensa possui um papel primordial para que haja esse vinculo com a sociedade civil e maior influência na formação da opinião pública.

De posse dessas considerações, podemos nos referir à atuação de Carlos Lacerda e seu jornal Tribuna da Imprensa durante os momentos de crise institucional como ação política. Na abertura desse texto, dizemos que a da volta de Getúlio Vargas marcou o início de uma feroz oposição partida da UDN, e principalmente de sua vertente mais radical, identificada na imprensa com o jornalista Carlos Lacerda através de seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*. O atentado da rua Toneleiros em agosto de 1954 consolidou o jornalista como um ícone do antigetulismo e a qualquer herança relativa ao ex-ditador. Lacerda, que durante o Estado Novo deu sua guinada para a Direita – a despeito do seu passado na ANL – também passou a professar a orientação liberal conservadora, anticomunista, e defensora de uma moralidade militante (como dizia o lema da UDN: "O preço da liberdade é a eterna vigilância"). Essa atuação ideológica também é marcante em seus editoriais diários no seu jornal. A UDN, formada inicialmente como um movimento antigetulista bastante heterogêneo que agregava setores de diversas correntes ideológicas, aos poucos vai sendo dominada por uma elite conservadora e não superou sua origem autoritária. Demonstrando grande desconfiança em relação a vontade do povo nas urnas, a UDN professava uma democracia pura, limpa, imaculada e "verdadeira". Qualquer traço na legislação brasileira ou no quadro partidário que fosse identificado como herança do ex-ditador ou infiltração esquerdista, era imediatamente

tomado como "prova" de que aquela democracia não era legítima. Esse discurso autoritário dos liberais da UDN defendia que para se construir a "verdadeira" democracia, ou seja, aquela onde seus interesses seriam soberanos e incontestes, a democracia negociada em 1945, e consolidada com a constituição de 1946, poderia ser derrubada por um golpe em nome dela mesma. Esse discurso foi fortemente trabalhado por Carlos Lacerda em seu jornal e durante sua atuação política, influenciando a opinião pública brasileira, sobretudo a classe média que sempre se portava temerosa em relação qualquer movimentação radical de esquerda no Brasil. Ele encarava a democracia pós-46 insuficiente para "limpar" o Brasil de qualquer ameaça que colocasse em risco "bom caminho" que a UDN traçara. Nos momentos de crise (alguns deles fomentados pela própria UDN e pelo jornalista), o jornal *Tribuna da Imprensa* forneceu base ideológica e argumentativa para a ação radical contra as instituições, e para dar corpo ao "lacerdismo". Tal utilização política do radicalismo *lacerdista* no jornal, e a atuação do seu proprietário para a formação da opinião pública e construção de um discurso golpista para grupos de pressão é o principal objeto de nossa pesquisa. O jornal *Tribuna da Imprensa* foi, portando, transformado "num púlpito de um jornalista-político".[22]

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação do Dep. de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
[2] BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **A UDN e o Udenismo.** RJ: Paz e Terra. P 23-28.
[3] VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial**. RJ: Objetiva, 2001, p. 476-477.
[4] SANTOS, Wanderley G. dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. SP: Duas Cidades, 1978. *Passim*.
[5] Ibidem, p. 93.
[6] Ibidem, p. 99.
[7] FERREIRA, Jorge. **Populismo e sua história, debate e crítica**. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
[8] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho.** SP: Perspectiva, 2002.
[9] ABREU, Alzira Alves. **A Imprensa em Transição**. RJ: FGV, 1996. MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. Campinas: UNICAMP/Revan, 1998. JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÊMOND, René. **Por uma História Política.** RJ: FGV/UFRJ, 1996.
[10] WEBER, Max. **Ciência e Política, duas vocações**. São Paulo: Martin Claret. 2003, p.82.
[11] PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. SP: Cia das Letras. 1991, p. 121-161. Passim
[12] ALDÉ, Alessandra. **A Formação da Política**. RJ: FGV, 2004, p. 14.
[13] Ibidem, p. 22.
[14] PUTMAN, Robert. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Rj: FGV, 1996. Passim.
[15] WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. RJ: Zahar, 3º edição, p. 283-289.
[16] ALDÉ, Alessandra. Op. cit, p. 22.
[17] Idem, p. 24.
[18] PORTELI, Hugues**. Gramsci e o Bloco Histórico.** RJ: Paz e Terra, 1980, p. 104.
[19] ALDÉ, Alessandra. Op.cit, p. 176.
[20] BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. SP: Graal, p. 41.
[21] COSTA, Sergio. **Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil.** In: Fórum de Idéias. http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm. Acessado em 4 de janeiro de 2005.
[22] LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer, o corvo e o bessarabiano**. SP: Senac, 1998, p. 152.

Movimento dos Sem Terra: cidadania alternativa ou representação de classes?

Márcio Pimenta Machado[1]

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, religião, tudo o que se quiser. – Eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de existência, passo em frente que tem como resultado a sua organização como um conjunto diferenciado.

Karl Marx

Breve introdução do contexto histórico e atual da economias da América Latina

Nós produzimos para nós mesmos. Essa é a conclusão que qualquer estudante iniciante de economia, história, sociologia e áreas afins chegam ao compreender as leis econômicas. Aparentemente simples e até mesmo, óbvia, essa afirmação já não é tão real e concreta assim. Os processos de mutação do capitalismo que está em permanente transformação, sendo aliás uma de sua principais características, já não beneficiam a sociedade que as acolhe. A *financeirização* do capital tem feito com que recursos originalmente destinados a produção sejam alocados em mercados financeiros onde os riscos são divididos entre a sociedade e os benefícios são individualizados. Sob a ótica desta nova ordem mundial a sociedade mundial, após a acomodação pós-Guerra Fria, volta a mobilizar-se para questionar sobre o que são e para onde estão indo.

Depois dos ajustes impostos pelo imperialismo para com as economias latino-americanas na década de 80, onde os principais pontos negociados foram:

[1] Economista, Coordenador Setorial e Capacitador Voluntário no projeto Alfabetização Solidária de professores nos municípios de Eldorado dos Carajás e Marabá, ambos no Estado do Pará. contato@marciopimenta.ecn.br

i) Política fiscal: imposição de cortes drásticos nos gastos correntes e no investimento público, objetivando uma redução na demanda;

ii) Política monetária: restrição nos meios de pagamento, corte no crédito interno e elevação das taxas de juros reais;

iii) Política salarial: sem reajustes e queda do salário real;

iv) Política cambial e de comércio exterior: desvalorizações da moeda, incremento nas exportações e redução das importações.

Ficou claro o ataque econômico em sua investida a soberania das economias da periferia. Essas medidas "negociadas" atuariam para reduzir o consumo e o investimento, tanto público como privado e provocariam uma incapacidade de crescimento acentuado na economia que perdura até os dias atuais. Na América Latina, essas medidas fizeram com que a taxa de crescimento econômico médio fosse de 0,6% entre 1980 e 1985 e, na recuperação (1985-1990) "saltasse" para 1,9%. Os investimentos foram reduzidos em toda a década de 27,6% para 18,8% .

Passada essa década perdida, ainda haveria mais por vir. Nos anos 90 os Estados latino-americanos, ainda soberanos, tiveram que se submeter aos ajustes de renegociações da dívida (claramente com o apoio do FMI e de investidores internacionais) bem como a um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras, cujo único objetivo era a redução do Estado, privatizações de setores estratégicos da economia e abertura comercial. Estas mudanças eram necessárias para "modernizar" as economias periféricas e permitir sua escalada ao bem-estar econômico de uma economia de primeiro-mundo.

Os ganhos com produtividade, eficiência e competitividade justificariam tais políticas, centradas quase sempre com base no Consenso de Washington. Este "consenso" afirmava

que os problemas econômicos latino americanos estavam concentrados nos seguintes aspectos: i) O excessivo crescimento do Estado e ii) Populismo econômico. Para que estes "problemas" fossem solucionados a receita sugerida pelo grupo formado pelo Federal Reserve, Departamento de Estado dos Estados Unidos, Ministros de Finanças dos países que compõe o G-7 e os presidentes dos vinte maiores bancos internacionais, sugeriram[1]:

i) Disciplina fiscal;

ii) Mudanças das prioridades em relação as despesas públicas;

iii) Reforma tributária;

iv) Taxa de juros positiva e orientada pelo mercado;

v) Taxa de câmbio idem;

vi) Abertura comercial sem restrições;

vii) Investimentos diretos estrangeiros sem restrições;

viii) Privatizações;

ix) Desregulamentação de mercado;

x) Direito a propriedade garantida por lei (mais seguro).

Os cinco primeiros tópicos têm como objetivo a estabilidade macroeconômica através, não mais da participação do Estado, mas de uma economia baseada no mercado. Assim, o Estado que sempre foi o promotor dos investimentos, era visto agora como um empecilho econômico.

As questões das dívidas (interna e externa) não são discutidas no Consenso, a liberalização dos mercados seria suficiente para incrementar a eficiência produtiva e gerar divisas, que logo, poderiam cobrir os déficits.

Dentre as soluções sugeridas pelo Consenso, duas são particularmente interessantes. O dinheiro arrecadado com as privatizações das empresas estatais serviria para amortizar

parte das dívidas e a abertura do mercado de capitais, com livre fluxo de entrada e saída, formariam a poupança necessária para financiar o desenvolvimento.

No entanto, a poupança formada pelo ingresso de capitais estrangeiros possui duas características básicas: i) a volatilidade do capital e ii) financiamento de importações. O capital volátil, ao menor sinal de crise em economias subdesenvolvidas (ainda que não seja a economia onde está presente) foge imediatamente dos altos riscos ao qual está exposto e se abriga em títulos da dívida dos Estados Unidos, que embora remunerem menos, são mais seguros. O financiamento de importações, por sua vez, ocorre por que este tipo de poupança geralmente está condicionado a abertura de mercados. Ou seja, as importações são financiadas pela própria poupança externa.

O MST como um movimento legítimo

Com a queda gradual das ditaduras latino-americanas, pós-1970, diversos foram os movimentos sociais que foram surgindo em todo o continente. Entre estes movimentos, temos o MST, Movimento dos Sem-Terra, de grande visibilidade nacional e internacional. Se em uma primeira fase o MST usava como lema “Terra para quem nela trabalha”, logo na segunda metade da década de 80, passou a “Ocupar, resistir, produzir”. Este movimento tem desde então ganhado força e legitimidade.

O Movimento dos Sem Terra é legítimo no sentido de que não apenas lutam pela terra, pelo menos não mais por isso apenas, e para o seu uso destinado a produção real, mas como também buscam influenciar as condutas político econômicas. No ultimo dia 02 de maio de 2005, o MST conduziu a maior marcha da história do Brasil, com cerca de 12 mil trabalhadores e trabalhadoras, à capital do país, com o objetivo de chamar a atenção não somente para os assentamentos, mas a conduta da política econômica do país. Na carta entrega ao Presidente, pelos menos seis itens são direcionados a este propósito, a saber: i)

aplicação do superávit primário em moradias, educação e saúde; ii) redução das taxas de juros; iii) aumento do poder aquisitivo da população através do aumento no salário mínimo; iv) impedir a independência do Banco Central; v) Não assinar o acordo da ALCA e vi) realizar uma auditoria pública da dívida externa. O documento abrange ainda questões de relações internacionais.

Essa ampliação nos objetivos propostos tornam o MST, representante de uma faixa da classe trabalhadora, formada por um conjunto de sujeitos que exibem um Brasil real. São agentes atuantes da economia da produção.

As políticas recentes que desestimulam o investimento, e incentivam movimentos especulativos do capital, tornam ainda mais oneroso o processo de distribuição de terras e políticas de desenvolvimento rural. É um custo ao desenvolvimento econômico. O MST movimenta-se agora por esse novo campo político por não ter escolhas. A história não lhe daria alternativas. Compreender o contexto em que vive e se manifesta seria um passo natural nas suas lutas.

A Questão do Desenvolvimento[2]

Bresser-Pereira (2003)[3] ressalta a condição da sustentabilidade do ciclo de transformações da sociedade para que se possa caracterizar desenvolvimento econômico. “Não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixarão traços.”

Desta forma o ciclo auto-sustentado destes elementos deverá ter como resultados a elevação do padrão de vida. Quando os fatores de produção se somarem e com isso agregarem valores cada vez maiores.[4]

O acesso às oportunidades de liberdade de desenvolvimento obtidas através de fortalecimento e transparências das instituições, da eliminação de componentes que privam os agentes de ações econômicas, políticas e sociais individuais e/ou coletivas de caráter próprio deverão estar estabelecidas e explícitas no processo de condução e consolidação para com o desenvolvimento. O cidadão ao poder exercer livremente o seu papel na sociedade, como um agente independente e ou coletivo, não importando aqui se para interesse individual ou do grupo ao qual pertence, tenderá a buscar o seu espaço no mercado, imediatamente após satisfazer as suas necessidades básicas de produção e consumo. Este é o comportamento comum de uma sociedade capitalista.

Considerações Finais

O movimento organizado do MST é uma força que não mais se contenta em lutar no e para o campo. E nem poderia. A sua representatividade já ultrapassa um simples exercício de cidadania. As novas dimensões o levam a absorver trabalhadores dos mais diversos segmentos e origens. Não é por acaso que encontra-se engajado a esse movimento pessoas que se quer lidaram com a terra uma única vez na vida.

Não trata-se portanto de exigir direitos de cidadania, nem mesmo cidadania alternativa. A busca pelo trabalho, de forma legítima, da produção em uma economia real é uma luta por

representação de classes. Os exercícios propostos em seus encontros nacionais são direcionados, sempre a questão produtiva e do valor do trabalho do individuo, tal como Sen afirma no direito de exercício da liberdade econômica e social. As reinvidicações focais já não cabem no discurso como os movimentos já não são regionais, mas nacionais.

---

[1] CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. Ed. UNESP, São Paulo, 2000

[2] STIGLITZ, Joseph (2000). Distribuição, eficiência e voz: elaborando a segunda geração de reformas. In: Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico. Edson Teófilo (org.) Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2000.

[3] BRESSER-Pereira, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. Ed. 34, São Paulo, 2003.

[4] CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Ed. Civilização Brasileira, Ri ode Janeiro, 2004.

CORPOS PINTADOS, CORPOS PICTÓRICOS. IMAGENS DO CORPO NA HISTÓRIA CULTURAL DA ARTE CONTEMPORÂNEA INTERNACIONAL: ANOS 1980 – 1990.

PROF. DR. MARCIO PIZARRO NORONHA
INSTITUIÇÃO:
UFG – FAV – PPG CULTURA VISUAL – MESTRADO
FCHF – PPG HISTÓRIA – MESTRADO E DOUTORADO
EMAC – PPG MÚSICA MESTRADO
E-MAIL: marcpiza@terra.com.br

I. História Visual, Cultura Visual, História Cultural, História da Arte.

Este trabalho é uma pequena contribuição de caráter teórico ao estudo da História Cultural do Visual e à uma História Visual da Cultura, a partir de um objeto da pesquisa visual e artística: o corpo humano apresentado na pintura figurativa e contemporânea.

Tendo como paradigmas do século XX, os pintores Lucien Freud e Francis Bacon, o texto pretende desenvolver coordenadas históricas (da cultura, do visual, da arte) para pensar imagens produzidas no final do século XX (anos 1980 e 1990, cultura internacional artística).

Na perspectiva aqui adotada, a da História Visual – fazendo sempre as devidas referências aos campos de estudo da História Cultural, da Teoria da Cultura Visual e da História da Arte -, a imagem artística sustenta um determinado lugar de representação.

Este lugar de representação não diz respeito apenas aos conteúdos dispostos no “interior” da imagem, mas, ainda mais, ao lugar que um determino tipo de imagem ocupa entre outras imagens circulantes numa dada cultura-sociedade.

Nos termos da pesquisa histórica, o dossiê **Imagem e cultura visual** enuncia explicitamente a problemática com a qual se enfrenta o historiador.

> "Estudar a história da imagem significa tomar o olhar como objeto de investigação histórica. [...] trata-se de demarcar a visão como prática e construção que implica em processos sociais de produção de significados. Nesses termos, a imagem se define como fonte para o estudo da cultura visual.
> [...] avaliar o caráter social dos regimes de visualidade e caracterizar sua historicidade. O universo histórico das imagens surge marcado pela diversidade. A relação entre imagem e representação, entre as práticas de ver e de saber-fazer, próprias aos diferentes dispositivos operados na produção das imagens visuais [...]. [...] na abordagem histórica da imagem considera-se, por um lado, os diferentes registros de visualidade e a natureza das representações produzidas; por outro, a pluralidade de tempos, que se inscrevem nas imagens ao serem analisadas como fontes e como objetos da história: o tempo da criação / produção da imagem, o tempo de circulação, consumo / recepção, o tempo narrativo, expressivo e enunciativo e, por fim, o tempo da monumentalização, quando a imagem se inscreve como memória.
> O conjunto destas questões pretende superar uma abordagem historicista da imagem que relaciona texto e contexto de forma automática.
> (MAUAD, Ana Maria e KNAUSS, Paulo, 2003: 9-10)

A visão é uma prática, prática de vidência – que implica numa experiência social e culturalmente compartilhada do ver - e prática de uma tecnologia de construção dos objetos visuais-visíveis, gerando um determinado regime da visualidade, resultante da experiência sócio-cultural do ver e de suas tecnologias de produção de imagens.

Portanto, no visível sempre está presente um conjunto representacional dinâmico, circulante, não estável, modo de inscrição da imagem na cultura, fruto da conversação e encadeamento entre as próprias imagens e seus modos simbólico-técnicos de aparecimento.

Em geral, o tratamento da imagem enquanto um meio representacional aciona aquilo que, em História da Arte, conhecemos como sendo o conceito da imagem.

Contemporaneamente, as experimentações artísticas têm privilegiado uma forma da vidência que se propõe ela própria a ser um esclarecimento metódico do conceito e, portanto, tentando circunscrever o que há de representacional na

imagem, como forma de dominação dos princípios expressivos do mundo visível e sua substituição paulatina por um regime de legilibidade dos conceitos.[1]

Por outro lado, a instabilidade das representações, no modo como a conhecemos na pesquisa histórica – história do imaginário, das mentalidades, pesquisas da imaginação simbólica – tem demonstrado o quanto o conceito de representação pode e deve ser balizado por um modo de apresentação / presentificação do visível, fazendo de uma determinada prática de contemplação do mundo (Lyotard explicita este conceito de forma a revelar sua origem na modernidade kantiana) uma saída que capacita ao fazer artístico a manutenção de uma certa latência de possibilidades de geração de novas representações, ou seja, o tempo da criação / produção / expressão / enunciação pode colocar, ele próprio, enquanto prática, um questionamento a determinados modelos "hegemônicos" da visualidade.[2]

---

[1] A experiência da arte contemporânea nos leva para uma grande parcela de raciocínio de ordem conceitual em arte. O artista, ao invés de propagar imagens, pretende, em sua estratégia, reduzir o visual ao conceito. Neste plano, podemos afirmar uma espécie de política da arte contemporânea que se dirrime, em grande parte, de ser produtora de imagens. Na cultura visual do século XX, especialmente na sua segunda metade, e do século XXI, no qual entramos, a arte deixa de ser o campo predominante da produção imagética visual, sendo substituído aqui pelo advento das mídias de comunicação massiva e, por novos meios de produção midiática artística, no qual a imagem ganha um novo estatuto – o numérico.

O artista plástico e visual tem acedido em grande parte ao jogo do conceito, tentando mostrar ao espectador agora tornado leitor, um mecanismo textual que seria um provável gerador de imagens. Nesta medida, seguindo parcialmente as críticas Lévi-straussianas, o raciocínio bricoleur da arte deixa de ocorrer no instante mesmo da prática, do saber implicado no fazer. O fazer artístico é designado como sendo tarefa acadêmica e intelectual e antecede à experimentação dos meios, materiais e técnicas – raciocínio da bricolage. A poética dos materiais foi sendo substuída por uma poética dos conceitos.

É nestes termos que interpreto a história da arte recente como sendo uma tentativa de tomar a si a tarefa de produzir – de modo evidentemente controlado e controlador – as representações que deveriam estar contidas e contendo um determinado universo de produção artística. O artista contemporâneo se coloca numa função demiúrgica e, portanto, ocultamente, mágica, ao designar a si, o papel daquele que escolhe a representação social a ser enunciada na obra. Diversamente dos artistas antigos mais afeitos à artesania da arte, as operações da atualidade querem, em grande parte, eliminar a multiplicidade da produção do sentido, dependente de representações sócio-culturais que ultrapassam em muito o universo particular do sentido dado pelo artista.

Este artista contemporâneo, por vezes, passa a ser um comentarista social e designa o seu comentário não apenas como mais uma fala, mas como sendo essencialmente, uma verdade. Eis aqui, uma relação já enunciada por Michel Foucault nos seus estudos sobre a verdade e as formas.

[2] A reflexão lyotardiana encontra-se circunscrita especialmente às leituras de O inumano e O pós-modernismo explicado às crianças. Nesta formulação filosófica-estética, as formas contemplatórias permitiriam ainda hoje aceder às formas da distensão do tempo, no universo da arte. Lyotard

Pensando na problemática eminentemente dada ao historiador e, nos termos apontados por Mauad e Knauss na apresentação do Dossiê, devemos superar a abordagem historicista da imagem, do automatismo da leitura das imagens – automatismo este que pode ser o da imagem enquanto reflexo do social (leituras historicistas do tipo econômico, dos campos) bem como o da imagem enquanto reflexo de um concepção estabilizada do campo simbólico (comumente encontrada nos estudos de caráter iconológico).

Aqui, enquanto Historiador e Teórico da Arte, acrescentaria o elemento que consiste em encontrar no circuito complexo da imagem, lugares para **o enfrentamento cultural e político das próprias representações**[3], temática cara à uma parcela das estratégias modernistas. Tarefa efetivamente adequada ao Historiador da Arte, que nos permite sair da problemática convencionada da leitura iconográfica e da teoria da Iconologia, como meio estável de abordagem do simbólico enquanto método da pesquisa em arte.

O que poderia ser tarefa do historiador, no sentido mais amplo?

Sem estar limitado a uma certa terminologia, por vezes "foucaultiana", "deleuziana" ou de afeição aos pensamentos de Virilio, tipicamente representantes de uma camada do pensamento contemporâneo, pós-modernista, desconstrutivo,

---

aposta nesta constante de radicalidade no projeto moderno para o gosto (Kant) e identifica ali, na autonomia do belo e na estética do sublime, modos menores e alternativos, saídas do pensamento iluminista no interior da problemática da modernidade. Nosso intuito aqui consiste em designar uma das possíveis estratégias do pensamento visual que não se sustenta no mecanicismo e no historicismo da leitura das imagens. Potencialmente, a noção de apresentação do mundo seria uma formulação estética-moderna que permitiria pensar sempre a categoria da novidade e do novo na presença da imagem. Contraposta mas também alternativa aos modelos históricos e mecânicos, é a leitura da imaginação simbólica – pela via de Durand, especialmente. Nela, a categoria do novo é substituída por um conceito de arcaico e de arcaísmo das imagens que reincidem, a partir do plano imaginário na contemporaneidade.

[3] Nestes termos, a forma adotada numa História Visual deveria pensar as representações enquanto uma política e, portanto, funcionando no interior de estratégias representacionais instáveis, dependentes dos jogos de força e de produção de sentido. Nestes termos, fica explicitada uma posição mais adequada ao historiador que, não se dirrime da preocupação com uma certa autonomia das imagens – perspectiva filosófica e moderna – e tampouco esquece a reflexão antropológica sobre as matrizes arcaizantes das imagens, sem deixar de manter a particularidade de sua reflexão, de caráter histórico, privilegiando os elementos de intertextualidade / intervisualidade e dos trânsitos da imagem entre imagem objeto, imagem documento e imagem monumento (quando a imagem ganha a dimensão de culto e torna-se integrada ao patrimônio cultural). Esta última noção é de fundamental importância para o Historiador Visual dos objetos artísticos, tornados canônicos e integrados às formas cultuais e ritualizadas.

pós-estruturalista, penso que, em termos simplificados, ao historiador cabe a **valorização do modo como um regime de visibilidade se constitui**, **com suas especificidades de apresentação, representação e tecnologias**.

Num regime visual, o contexto histórico é olhado do interior da tecnologia e das representações. Fatos, políticas, cultura estão integrados no fazer e na imagem resultante. Dessa maneira, esta abordagem aprofunda as relações entre contexto social e contexto específico de uma História das Imagens / História Visual. O contexto histórico mais genérico, preponderante no tratamento iconográfico, não nos permite uma apreensão dos modos do uso e da circulação social das imagens, o que pode ser enfrentado agora, nestes novos modos do fazer historiográfico.[4]

As imagens enquanto elas próprias objetos da cultura, vivificados na circulação social, ganham um espaço, no mundo moderno e contemporâneo, de autonomia. As imagens vivem uma espécie de "vida própria", destinada menos à transcendência do que à imanência do consumo de imagens – e, portanto, aos usos dados a uma determinada imagem por parte dos sujeitos.[5]

---

[4] Um caso que posso relater aqui é o de uma concepção histórica do objeto visual da pornografia. A perspectiva historicista e iconográfica privilegia designar uma certa essência e estabilidade deste conjunto de imagens. Numa perspectiva atualizada, enfrentando os regimes da visibilidade, a pornografia não pode ser definida exclusivamente por aquilo que se apresenta na imagem, mas, mais explicitamente, pelos modos como quaisquer imagens podem entrar numa cadeia de significação que designa um objeto pornográfico. Assim, o uso de uma imagem modifica historicamente o seu sentido. Em análise recente de pesquisas em desenvolvimento na UFG, no âmbito das pesquisas de Pós-Graduação (Mestrado em Cultura Visual) e de Graduação (Bolsas PIBIC / PIVIC), tive a oportunidade de observar um novo modo de olhar para este conjunto de imagens circulantes e evidenciar a problemática separação / classificação de conjuntos fotográficos: nu, nu artístico, nu erótico, nu pornográfico.

[5] Discorro sobre esta distinção rapidamente pois é tema e objeto de uma pesquisa que realizo sobre funções transcendentes na obra de arte contemporânea. Nos termos da História da Cultura, estas funções da imagem estariam socialmente garantidas em culturas nas quais o transcendente recebe uma codificação também no campo do visível. Os estudos dos medievalistas demonstram os usos, socialmente reconhecidos, desta função simbólica. Jacques Aumont, num brilhante estudo sobre as variações do meio luminoso – a luz -, de um ponto de vista da História Técnica da Pintura e da História Técnica do Cinema, também aponta para uma desmaterialização da função simbólica e sua crescente substituição por uma função atmosférica, uma espécie de derivação tímida do símbolo.

II. Objetos visuais: a pintura do corpo humano e seus modelos para o estudo.

Nos termos deste artigo, o objeto visual / visível privilegiado é o corpo humano e as variações imagéticas de sua apresentação no corpus / suporte plástico denominado de pintura, sugerindo assim uma possível teorização do modo como o corpo tem sido tratado pelos artistas – e pelo cânone da arte ocidental, a pintura – e, portanto, no que ele se torna, socialmente falando, enquanto forma simbólica visível, que explicita conteúdos referentes ao corpo e, também, aos desdobramentos da própria matéria da pintura.

Portanto, o objeto pintado comparece não apenas enquanto representação sócio-cultural do corpo – a cultura do visual – mas também, paralelamente, como tecnologia da própria pintura – cultura visual - e produção de um objeto cultural, bidimensional, obediente a determinada lógica dos dispositivos visuais que, poderia designar uma espécie de visual da cultura, ou seja, nos termos de uma "cultura visual" e não de uma "cultura do visível", revelando uma forma de História Visual do Corpo.

Nestes termos, o privilegiamento de um determinado objeto de investigação por parte de uma certa tecnologia visual permite constituir a própria cadeia histórica de apreensão do objeto e de seus descolamentos, transformações, proposições no tempo. Apreender a cadeia das imagens do corpo humano é perceber, na própria tecnologia e construção da imagem, aquilo que é efetivo na constituição de um certo modo representacional.

Esta produção visual da cultura do corpo – uma História Visual do Corpo - não encontra-se apenas nas séries elencadas nesta pesquisa e tampouco restringe-se ao mecanismo da pintura[6], mas, em se tratando de uma produção e de uma tecnologia determinada, é de fundamental importância, o seu tratamento

[6] Este artigo integra a pesquisa História Visual do Corpo, projeto cadastra na UFG e que dispõe de um grupo de pesquisadores bolsistas PIBIC / PIVIC dos cursos de História, Design Gráfico e Design de Moda bem como discentes-pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual (FAV UFG).

particularizado enquanto objeto pintado – apresentado sob a forma de pintura, num determinado suporte, com um conjunto de técnicas e de materiais a serem considerados no momento mesmo da análise.

O problema do corpo enquanto objeto pintado (e da tecnologia da pintura) torna a produção do objeto concreto "obediente" a uma lógica dos dispositivos visuais. Este dispositivo é enunciado a partir de uma "etnografia das imagens", visando encontrar os elementos visuais que perturbam a organização de um modelo hegemônico da visualidade.

Desse modo, o corpo é visto, no campo conflitivo da produção das imagens artísticas, enquanto um **modo de apresentar um dispositivo pictórico tradicional**, seja pela via da **tecnologia da pintura**, seja pela via da **representação visual** propriamente dita (continuidade / tradição ocidental).

O corpo é objeto exterior a ser representado na superfície bidimensional da tela, numa determinada modelagem – modelos culturais de corpo -, identificando o leitor com as normas e circuitos do valor, da conduta, da mentalidade.

Nesta leitura "cultural-civilizacional", o corpo objetivado na imagem pictórica diz respeito ao que John Berger denomina de "modos de ver".

Neste espaço tradicional, numa abordagem da História Social da Arte, as transgressividades possíveis estariam sempre adequadas aos **modos da representação (crítica da representação da imagem do corpo)** e / ou aos **modos de enfrentamento das próprias tecnologias pictóricas (seus suportes, materiais, técnicas)**.

No meu estudo, tomo estas duas questões a partir de casos paradigmáticos para a História da Arte.

Na crítica da representação da imagem do corpo, a obra pictórica mais "representativa" é a do artista contemporâneo Francis Bacon.[7]

[7] Francis Bacon (1909 – 1992), pintor anglo-irlandês, viveu em Londres a partir de 1925. Seus primeiros trabalhos aparecem no final da década de 1940.

Francis Bacon

Bacon toma elementos de outros dispositivos visuais – por exemplo, a cronofotografia - para realizar uma pintura cujo objeto corporal é uma espécie de "desculpa" do artista (ou melhor, uma concessão ou uma estratégia da política do artista em relação à política das artes e o modo como a figura humana, o corpo e o retrato tornaram-se hegemônicos enquanto "artes maiores" e, portanto, temas relevantes, objetos de valor simbólico, técnico e econômico).

Assim, Bacon critica o mais superficial, o tema da obra ou o seu conteúdo. Nesta crítica, sua especialidade enquanto pintor fiel à tradição dos dispositivos técnicos de produção da imagem pictórica – a pintura a óleo – mantém-se estável.

Contemporaneamente, Bacon tem suscitado reflexões em todos os campos do conhecimento, traçando uma espécie de "religião baconiana da pintura".

Em realidade, talvez algumas análises psicanalíticas (aquelas que não ficam aprisionadas pelo fascínio das representações do corpo[8]) e a brilhante abordagem comparativa de Francis Bacon / Walt Disney (John Berger), nos permitem apreender que o corpo, nesta cultura visual da arte é a estratégia de fazer passar ainda, no cenário contemporâneo, um modo tradicional de fazer imagens – a pintura a óleo.

Faz-se assim um importante meio para se pensar de que maneiras uma certa tecnologia de produção de imagens resiste e enfrenta a avassaladora presença de novas técnicas.

Numa descrição mínima das técnicas da pintura do artista, Wendy Beckett deixa implícita a maior relevância do meio / material – superfície pictórica / tinta a

[8] A leitura de Pierre Guin, psicanalista francês, sustenta em grande parte a reflexão sobre o óleo enquanto motor da pintura baconiana. Nesta abordagem, o óleo ressalta as qualidades de elemento fluido que pode gerar, na aleatoriedade do gesto, formas que não estavam previstas no projeto inicial de presentifição de uma determinada figura. Bacon põe-se aqui ao lado e celebrando a qualidade primordial do óleo, e, dispondo-se contrário aos movimentos do surrealismo e do expressionismo abstrato, para ele justamente, modos de suspender a pintura, transformando-a ora em ilustração, ora em gesto do pintor. Bacon, em suas entrevistas, sustenta a condicionante técnica e especializada deste ofício.

óleo – em relação ao objeto pintado. São as qualidades da tinta, das suas possibilidades de escorrer / secar / borrar / embaçar / misturar-se que fazem existir a imagem.

> "Bacon desenvolveu uma técnica singular e inimitável na qual se incluía borrar e embaçar a tela, esfregando a tinta com diversos pedaços de pano, escolhidos em razão de suas diferentes texturas. Ele também usava contrastes dramáticos entre tintas ralas e espessas, aplicando-as todas com uma violência próxima da desfiguração." (BECKETT, 1997: 384)

Portanto, o conservadorismo pontuado por Berger, no plano ideológico, da concepção sombria e não-utópica do humano (divergindo do universo do dramaturgo irlandês, Samuel Beckett, cuja impotência ainda oferece dignidade e "humanitude"), parece aceder e confirmar-se neste modo técnico do desprezo do objeto representado.

Não é um corpo pintado que se enuncia mas um corpo pictórico, um corpo realizado pela tecnologia do óleo, seu uso e sua experimentação por parte do artista.

O retratado – seja o corpo, seja o retrato propriamente dito - é apenas uma desculpa, um engodo.[9]

Ele é posto ali, por ser, tradicionalmente, na História da Arte, o objeto mais elevado da hierarquia da pintura, o ser humano. Mas humano, mesa, cadeira aqui são equivalentes. Integram-se a esta resposta de uma determinada tradição em se fazer visível e significativa no interior de uma contemporaneidade que esvazia a estratégia da pintura em nome de novas mídias e novas tecnologias.

Do outro lado, quando não se critica a representação (o problema da pintura não seria o da imagem construída, do que está nela representado ou apresentado) temos uma crítica e / ou um enfrentamento da pintura – enquanto meio tradicional de tecnologia de produção de imagem - em relação a outros

[9] O problema da pintura enquanto uma tecnologia de geração de imagens sustentada numa espécie de mimese do mundo exterior é superado pelo advento da fotografia, no século XIX. A fotografia toma para si a semelhança como sua própria lógica estético-técnica. A fotografia, segundo o próprio Bacon, foi fator preponderante de desvalorização – de retirada do valor – da pintura. Se não possibilidade de fazer coincidir a imagem com o objeto, devemos criticar o objeto representacional e sustentar a pintura naquilo que a constitui – a sua tecnologia propriamente dita.

modos de realizar imagens que se mantenham no interior do princípio da "ilusão de realidade" ou "efeito de real" (Roland Barthes), ou seja, no modo como a figura se apresenta de forma realista ou hiper-realista (dispositivo pictórico) em relação a outros modos de tecnologias de geração de imagens – fotografia, imagem-movimento, imagem digital.

Neste domínio, é irrelevante pensar nos conteúdos da pintura. O que prepondera não é criticar o conteúdo para fazer passar uma tecnologia tradicional – a pintura a óleo. O que detém agora o pintor em sua busca é a pesquisa de um lugar diferenciado de produção de imagem pictórica que seja capaz de fazer frente ao arsenal de novos meios de registro do mundo real.

Então, diante do problema da semelhança, pede-se a resposta de um mais semelhante do que a semelhança. Um verossímel que ultrapasse o real, mostrando a lentidão de uma determinada configuração prioritariamente PLÁSTICA, em detrimento de outras formas de imagens técnicas.

Neste domínio, tomarei como paradigmático o pintor Lucien Freud.

> "Lucian Freud [...] é decidida e assustadoramente realista. Começou executando naturezas-mortas e retratos rigorosamente controlados que mostravam a influência do surrealismo; antes de 1965-1966, poucas vezes pintou nus. Depois disso, porém, realizou alguns dos nus mais vigorosos e originais da pintura ocidental. Freud desenvolveu um estilo mais 'carnudo', buscando maneiras para expressar com intensidade sempre maior, e com crescente interesse no milagre dos tons de pele, a realidade física de seres humanos num mundo concreto. Mas o olhar clínico que Freud dirige a seus temas é de uma objetividade glacial." (BECKETT, 1997: 386)

E, na mesma autora, ao descrever uma de suas muitas pinturas da "pele", encontramos os seguintes comentários.

> "Standing by the rags (De pé junto aos trapos) é uma obra recente e um magnífico exemplo de Freud no auge da grandeza artística. Ele mostra-nos uma mulher que, em toda a sua carnalidade natural, fica exposta por inteiro à luz do sol. É quase como se Freud, com essa deslumbrante sensibilidade às variações na cútis, pintasse sob a epiderme. Em termos visuais, os tons de rosa, azul e amarelo são extraordinários – pois quando foi que vimos uma pele assim? O modelo escorrega em nossa direção; o assoalho fornece a única perspectiva e é tão vertiginoso que recuamos instintivamente, como se a mulher fosse cair em cima de nós. Os trapos, embora bastante desordenados, estão firmemente postos

> atrás dela, contidos pelo braço recurvado e pela carne densa do corpo. Esses trapos estão entre as coisas mais belas que Freud já pintou. Brilham com uma luz suave e, sua brancura vai das sombras cinzentas à intensa lividez, passando por todos os tons intermediários. A pele humana e firme é colocada de encontro à frouxidão do monte de trapos. Enquanto a mulher é definida pelas formas de seu corpo, os trapos estendem-se indefinidamente em três direções. Todos os aspectos dessa diferenciação encantam a alma pinturesca de Freud." (BECKETT, 1997: 386-387)

A descrição do quadro dada por Beckett também ilumina nossa apreensão destas duas figuras do universo freudiano.

Lucien Freud

No que diz respeito a uma certa História Visual do Corpo no século XX, Freud é diametralmente oposto a Francis Bacon.

A complexidade do jogo cromático desta superfície – a pele – demonstra a longa observação do "outro", resultante de uma investigação do outro em sua realidade física e em sua intimidade, repouso, displicência, relaxamento, isolamento.

A tecnologia do material exibe uma reflexão particular sobre a construção das superfícies cromáticas e funciona como resposta bidimensional e pictórica a outras linguagens investigativas da luminosidade e de seus efeitos sobre os objetos.

A pintura pretende ainda ser o mais efetivo "efeito de realidade" a ser alcançado no olhar humano.

A pintura pretende sustentar aqui sua diferença enquanto dispositivo técnico num conceito amplo de plasticidade da imagem, insustentável nos meios técnicos – da fotografia à imagem digital.

Desse modo, temos então dois dispositivos da pintura em ação, tomados aqui como paradigmas da História Visual do Corpo.

No primeiro deles, Baconiano, critica-se a representação e sustenta-se o meio técnico tradicional.

No segundo, Freudiano, não há uma crítica à representação mas um acréscimo, um mais-além da representação, como maneira propriamente do pintor figurativo de enfrentar a presença de outras tecnologias do visível no interior do campo da pintura.

E, como vai, a História Visual do Corpo na pintura contemporânea?

III. Como vai o corpo na pintura contemporânea?

Artistas modernos e contemporâneos têm privilegiado disseminar uma forma de não-sentido / *nonsense* (descontinuidades / tradição moderna), perturbando a interpretação vigente da concepção de representação da figura humana e de representação ela mesma, na medida em que vai se tornando mais e mais o exercício da pintura e a expressão do corpo enquanto um uso.

Revela-se a **corporificação da imagem na arte contemporânea** como mais um elemento que nos auxilia a pensar nas condições atuais da produção artística – e dos produtos simbólicos da cultura contemporânea.De Yves Klein aos artistas da performance, o corpo tornou-se ele próprio o objeto da arte. Em outro artigo publicado recentemente (formato texto e formato eletrônico) **"Corpo ilustrado, corpo pictórico. Representações artísticas do corpo na pintura portuguesa contemporânea: um estudo de caso em Paula Rego e Helena Almeida"**, encontro novamente a pintura como modelo teórico na realização de obras plásticas, que se extendem (que se expandem ou "da pintura em campo expandido", referência paródica ao termo cunhado por Rosalind Kraus) do campo da pintura para outros campos de manifestação artística.

Paula Rego

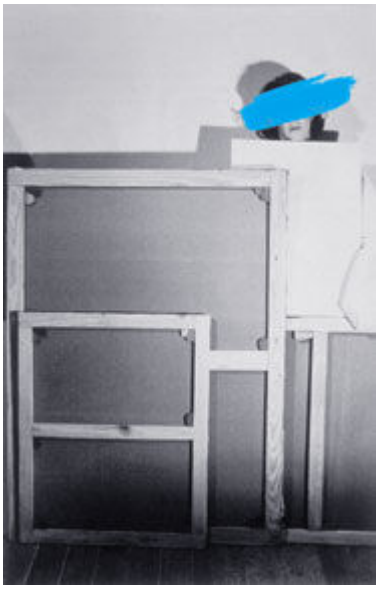

Helena Almeida

Neste item, especificamente, já havia trabalhado com os dois termos do título deste texto, sugerindo para a idéia do corpo pintado um equivalente enquanto corpo ilustrado (resultante mais das linhas e do modelo advindo do desenho, designando ainda funções retóricas da / na imagem) e mantendo o termo de corpo pictórico para falar explicitamente de uma experiência da / na contemporaneidade (a da presença de um corpo afetivo).

Nos termos apontados no processo da pesquisa em seu estado atual, as categorizações construídas a partir de Bacon e Freud nos levam a pensar ainda que os dispositivos pictóricos acabam por reenfatizar sua presença enquanto experimentação no interior da própria tecnologia da pintura – como o grupo da Pintura Inglesa contemporânea e de artistas, como a brasileira Beatriz Milhazes e o brasileiro Julio Ghiorzi -, esvaziando a produção de seu conteúdo e traçando um plano estilístico e decorativo. Neste âmbito, uma grande parcela da pintura contemporânea tem reencontrado suas formas de atuação. Quando o corpo é convocado ele é tratado de modo formal e no seu caráter mais decorativo.

No momento atual, as relações entre estas produções e outros momentos estilísticos – do *art nouveau*, por exemplo, e, das artes decorativas – devem vir a

ser ressaltados e relevados na interpretação dos objetos. Seu contraponto está fora do campo da pintura propriamente dita, mesmo quando se vale de suas estratégias compositivas e luminosas, pertencendo mais às artes das imagens técnicas – como a fotografia e a videoarte. Nelas, o decorativo é pouco evidenciado e há uma incessante procura pelo registro de formas da cotidianidade e, mais especialmente, dos relevos e revelações da esfera da intimidade, seja do artista ou do artista enquanto um etnógrafo, acompanhando e registrando os eventos e as passagens do seu tempo (Hal Foster).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUMONT, Jacques. O olho interminável [cinema e pintura]. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

BECKETT, Wendy. História da Pintura. São Paulo: Ática, 1997.

Godfrey, Tony, «Conceptual Art», Ed. Phaidon, 1998.

Gonçalves, Rui Mário, *100 Pintores Portugueses do Século XX*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Leça, Carlos Pontes de, «Helena Almeida ou a fotografia como suporte na performance», comunicação apresentada no Centro de Arte Moderna/Fundação Calouste Gulbenkian, Fevereiro 1987.

Markowski, Gene, *The Art of Photography: Image and Illusion*, Prentice-Hall, 1984.

Melo, Alexandre, *Artes Plásticas em Portugal. Dos anos 70 aos nossos dias*, ed. Difel, 1998.

Melo, Alexandre, *Theaterschrift Extra – Intensificação: performance contemporânea portuguesa*, ed. Cotovia, 1998.

Molder, Filomena, «Dramatis persona», in *Helena Almeida. Dramatis Persona: Variações e Fuga sobre Um Corpo*, Porto, Fundação de Serralves, 1995.

MOVIMENTOS IMPROVÁVEIS: O EFEITO CINEMA NA ARTE CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.

Pernes, Fernando, «Helena Almeida – persona dramática mas lúdica», in *Helena Almeida. Dramatis Persona: Variações e Fuga sobre Um Corpo*, Porto, Fundação de Serralves, 1995.

Pinharanda, João, *Alguns corpos*, EDP, 1998.

Sena, António, *Uma História da Fotografia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Europália, 1991.

Sena, António, *Para uma História da Imagem Fotográfica em Portugal, 1939-1998*, Porto, Porto Editora, 1998.

Tempo, Revista do Departamento de História da UFF, v. 7, n. 14, jan. – jun. 2003. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003. Dossiê Imagem e Cultura Visual. Apresentação Ana Maria Mauad e Paulo Knauss de Mendonça.

Une oeuvre de Bacon. Collection Iconotexte. Marseille: Éditions Mutaner, 2000.

MARGINALIDADE, HISTÓRIA, CULTURA E PROTESTO: UM OLHAR SOBRE PLÍNIO MARCOS E SUA DRAMATURGIA

*Márcio Roberto Laras Belani

Na conjuntura da década de 1960, marcada por transformações de grande vulto no conjunto global da história brasileira, a arte teatral se apresentou como uma instituição de conhecimento com um enorme poder reflexivo capaz de enxergar a realidade presente e passada, criticá-la, propondo vias político-ideológicas alternativas de sociedade, bem como novas formas de expressão artística e intelectual.

Exposto a essa torrente de inovações desse período, o dramaturgo Plínio Marcos contribuiria de forma singular com esse movimento criativo, pondo em cena personagens pouco comuns até então nos palcos brasileiros, produzindo um teatro agressivo e ousado de caráter realista cujas histórias encenadas confundiam-se com a própria realidade de um considerável contingente de pessoas no país, relegados à miséria e à criminalidade.

Saído das fileiras do circo na década de 50, o jovem dramaturgo santista entrara no circuito teatral como autor produzindo sua primeira peça – Barrela -, no ano de 1958, causando uma forte sensação em Patrícia Galvão, a musa da Semana da Arte Moderna de 1922, projetando o então palhaço de circo no mundo do teatro, do qual jamais sairia. Trabalhando em diversas profissões, transitando pelos mais diversos ambientes sociais e travando contato com uma diversidade de tipos sócio-culturais, desde malandros, prostitutas, estivadores, até atores, políticos e escritores, Plínio Marcos acabou por conseguir em sua vida um acúmulo de experiências que lhe permitiram desenvolver uma visão singular sobre a conjuntura histórica de sua época e, principalmente, traçar um perfil inovador e impressionante desses estratos mais baixos da hierarquia social – os quais chamamos genericamente de marginais -, pondo a nu uma realidade que acontecia diariamente, no cotidiano dos catadores dos restos apodrecidos nos mercados, no cais do porto de Santos, nas ruas de São Paulo, com seres humanos sendo envolvidos numa roda-

Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis

vida de exclusões, esquecidos pelo sistema capitalista ferozmente defendido pelo regime militar implantado em 64.

Ao tomar como temática privilegiada de sua arte a questão da marginalidade, o autor santista coloca em cena no palco teatral aspectos desse universo que parecem ter sido cuidadosamente retirados do interior desse submundo, dando a impressão de serem suas peças teatrais antes reportagens que artefatos literários provenientes em grande parte de um esforço subjetivo próprio ao artista. Mas Plínio Marcos consegue promover essa correspondência com a realidade, preocupado exatamente em produzir antes reportagens, ou a versão coerente desses aspectos por ele trabalhado, utilizando a arte como veículo e meio para mostrar, denunciar e criticar uma realidade social excludente à qual ele presenciava e dela fazia parte.

> "Eu sempre escrevi em forma de reportagem. Na verdade, eu seria um repórter. As minhas peças não tem ficção sabe. Eu escrevo, desde Barrela, reportagens".[1]

Obviamente, o exagero de expressão: "as minhas peças não tem ficção", não deve ser entendido ao pé-da-letra, como se de fato suas produções fossem um recorte da realidade pura. Ademais, mesmo a reportagem profissional se mostra incapaz de captar a realidade objetiva em sua totalidade. O repórter, assim como o historiador (em certo sentido), consegue produzir sobre os fatos uma versão coerente e lógica. Todavia, essa interpretação da realidade é antes um ponto-de-vista do repórter que apresentar-se-á como parcial, não isento de intencionalidade, que certamente se diferencia de outros olhares que adotaram outros ângulos, sem que por isso sua interpretação possa ser classificada como inventiva e mentirosa.

Plínio Marcos tem o mérito de promover essa aproximação com a realidade por meio do ficcional, baseando-se em suas vivências ou naquilo que ouvia dizer da "boca da curriola" com a qual tinha contatos, tornando-se verdadeiramente o cronista de um tempo

[1] STEEN, Edla Van (comp.). **Viver e escrever.** São Paulo: L & PM Editores, 1981. p. 264.

mau, sendo perseguido, censurado e violentado pela repressão posta em funcionamento pela ditadura, além de sentir na pele o desprezo de pessoas que o taxaram de subversivo, comunista ou maldito, em virtude de suas opiniões e comportamento social que nem sempre agradava.

As personagens que compunham as histórias criadas pelo autor, seja no teatro, no romance ou na crônica, são em grande parte inspiradas no ambiente sócio cultural em que o próprio autor viveu, seja em Santos ou na cidade de São Paulo, eternizando figuras que ajudaram a definir a identidade desses lugares marcados pela marginalidade de pessoas obrigadas a engendrar um modo de viver diferente daquele existente nos meios da classe média ou no conjunto da sociedade "integrada" como um todo. Carlos Pinto, num artigo produzido pouco tempos depois da morte do dramaturgo, relembra a última conversa que tiveram, corrobo nossa argumentação exposta acima:

> "Falamos da Boca, de Nego Orlando, Luciano, Oswaldo Malcriado, Velácio, Toninho Navalhada e tantas outras figuras folclóricas que se tornaram personagens vivas, reais, de seus escritos. Nada de figuras criadas pela imaginação do autor. Personagens criadas pela exclusão social, vítimas do sistema gerado pelas elites (...) As personagens de Plínio são de um tempo em que existiam malandros".[2]

Embora o autor se refira principalmente às crônicas produzidas por Plínio Marcos, é especialmente no teatro que essas figuras são evocadas, ainda que sem nomes ou rostos explicitamente identificáveis nesses meios. Personagens que carregam em si traços culturais e de personalidade próprios desse ambiente da baixa marginalidade, muitos deles sendo representativos desses tipos que sobreviviam no porto de Santos e em outros territórios de São Paulo.

As personagens plínio-marquianas sobrevivem num universo decadente e brutal onde os valores da sociedade convencional, como a compaixão pelo outro, a colaboração espontânea ou a associação visando ao bem comum, por exemplo, nem

[2] PINTO, Carlos. "O silencio da voz dos excluídos" In: Plínio Marcos, um grito de liberdade. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura/Memorial, S.D. (**coletânea de textos, depoimentos, entrevistas, organizada para integrar uma exposição com o mesmo nome**, realizada em São Paulo, no Memorial da América Latina, em 2001).

sempre encontram terreno fértil para se desenvolverem, cedendo espaço para o individualismo e o egocentrismo, onde os problemas relativos ao outro pouca importância assumem para esses marginais. Plínio Marcos denota essa característica desse meio, dando voz à personagem Paco cuja personalidade parece ser típica desse submundo:

> "Tonho – você podia me ajudar.
> Paco – Ninguém me ajuda. Por que vou te ajudar?
> Tonho – É só você me emprestar seu sapato. Eu arranjo um emprego, depois, se eu puder fazer alguma coisa por você, eu faço.
> Paco – eu, te emprestar meu sapato? Não tenho filho do seu tamanho.
> Tonho – É só um dia.
> Paco – Sai pra lá. Se vira de outro jeito".[3]

Na história, Tonho é um rapaz do interior que chega à cidade grande em busca de melhoria de vida, sendo obrigado a se alojar num quarto de hospedaria miserável tendo que dividi-lo com Paco, um marginal criado em reformatórios e ambientado nesse submundo onde vigora a lei do "cada um por si", que condiciona os comportamentos e dá o tom das relações entre esses indivíduos.

Sob o signo da exploração e da violência, o mundo marginal abordado por Plínio Marcos possui poucos (ou nenhum) canais de superação dessa condição degradante, que permitissem a seus participes uma perspectiva real de mudança de vida, num círculo vicioso que mergulhava o marginal cada vez mais em sua miséria. Ocorre que os meios ofertados nesse submundo para uma gradativa ascensão social desses seres, quase nunca passam pelo trabalho honesto ou moralmente aceito pela sociedade "integrada", o que contribui para a maculação desses indivíduos como vagabundos, malandros e bandidos, representação construída exatamente pela sociedade que os rejeita, sendo relativamente aceita e perpetuada também pelos próprios marginais em seu meio social.

Nesse mundo, o poder ou a habilidade em sobreviver da melhor maneira possível se manifesta nos indivíduos pela capacidade de violência que adquirem, num meio

[3] MARCOS, Plínio. **Dois perdidos numa noite suja**. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 1979. p. 31.

onde falham as leis convencionais ou o poder do Estado na organização social, vigorando outras normas e preceitos sociais onde a força física e a habilidade em intimidar psicologicamente o outro constituem-se em armas valorosas. Na peça Barrela (1958), A personagem Bereco nos permite visualizar essa hierarquia de poder entre os marginalizados, num dos locais mais degradantes no âmbito desse universo: a prisão.

> "Bereco – Vocês me dão nojo. (cospe no chão). Me dão nojo. São todos uns filhos da puta. Uns merda. Mas ou vocês entram na minha, ou vai ter lenha. Que preferem? (Pausa) Podem escolher. Tem briga, pra todos aqui. (Pausa) Nojentos. Ninguém é de porra nenhuma. São doidos por um enxame. Ta bom, só que tem um porém: se quiserem zoeira, vai ter. boto pra quebrar. Estão avisados".[4]

Bereco é o "xerife". Por ser o mais robusto fisicamente, bom de briga e malandro o suficiente, além de demonstrar uma boa dose de crueldade, Bereco é respeitado e temido entre os detentos impondo sobre eles sua autoridade.

A marca da violência aparece em todos os trabalhos do dramaturgo, sendo percebida também por críticos teatrais, que acusam em seu teatro, especialmente, o uso farto desses recursos pelos marginais que dão vida a essas histórias. Para Décio de Almeida Prado:

> "Nessa luta áspera, cotidiana, a agressão verbal, o palavrão (usado se possível com certo requinte de maldade), valia alguns pontos. A agressão física, muitos pontos. De acordo com a velha sabedoria popular brasileira, quem pode mais chora menos".[5]

Submetidos à dura lógica do capitalismo das décadas de 60 e 70 no Brasil, onde colateralmente ao progresso e ao desenvolvimento defendidos pelo regime militar instaurado em 64, passa a se avolumar uma enorme população marginalizada nas principais metrópoles brasileiras, os excluídos plínio-marquianos mostram-se incapazes de organização coletiva na defesa de seus direitos e em reivindicações de classe, no sentido

[4] MARCOS, Plínio. **Barrela** São Paulo: Ed. Símbolo, 1976. p. 18.
[5] PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno**. 29 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 103.

de serem reconhecidos enquanto cidadãos e seres humanos aptos a participarem das benesses do “Brasil Novo” exaltado pelos governantes militares do país. Ao contrário disso, percebe-se nesses seres abissais uma total alienação quanto às causas maiores responsáveis pela sua miséria, voltando suas amarguras e ódios contra os próprios marginalizados ou contra a sociedade convencional, ignorantes da estrutura maior que os acorrenta e que seria preciso destruir.

Ao apresentar os marginalizados como um produto de um modelo de sociedade injusta, cuja desigualdade de renda e oportunidades de ascensão social não se estendiam a uma grande parcela da população, o teatrólogo termina por compor um quadro extraordinário das relações, valores e práticas culturais que perpassam esse universo, levando o leitor/espectador a se defrontar com a questão da marginalidade pelo intermédio do olhar de um conhecedor desse estrato social, sem a capa do preconceito que recobre o tema.

Ao mostrar no palco alguns dos aspectos desse mundo marginalizado, o autor não parecia estar preocupado apenas em expor e denunciar a condição miserável desses párias sociais como resultado geral do sistema político-econômico-social adotado no Brasil, sem esperar soluções ou mudanças, contentando-se em apenas informar o espectador do que acontecia nos becos fétidos obscurecidos pela parte desenvolvida da sociedade, que se recusava a enxergar essa moléstia no organismo social saudável. Antes disso, seu teatro funcionava como um punhal a desferir estocadas nas sutis consciências burguesas dos espectadores das casas de espetáculos, muitos deles acomodados à vida classe-média sem maiores envolvidos com os verdadeiros excluídos sociais.

Embora não podendo ser classificado como comunista ou marxista, rejeitando o que chamava de “rótulos”, o autor transitaria por entre essas doutrinas político-ideológicas mesclando diversos elementos comuns a elas, numa espécie de ecletismo ideológico que descamba para uma renovação da sociedade onde uma mudança do social parecia ser possível e desejável, demonstrando uma necessidade de ruptura com uma realidade que se tornara por demais sufocante. Nas palavras de Plínio:

> "Por eu ter muito amor, por eu achar que nós estamos numa condição muito triste, numa condição individualista, cada um por si e Deus por todos, é que eu mostro a que ponto estamos chegando, para ver se eu obrigo o homem a reagir e a tomar uma posição de fazer um mundo melhor".[6]

Esse mundo melhor não parecia poder ser feito apenas pela mudança do social. O próprio homem também deveria passar por uma metamorfose, num processo de melhoramento que levaria ao autoconhecimento e à libertação. Essa, em grande parte, foi a trilha seguida pelo próprio autor em sua vida pessoal e profissional, passando da escrita de um teatro social e, por vezes, político para uma linha teatral voltada para o místico e o religioso, naquilo que alguns estudiosos do teatro convencionaram chamar de terceira fase no trabalho do autor, que enuncia no final da década de 70.

Entretanto, essa busca de religiosidade e espiritualidade aparece também no conjunto geral do teatro Plínio Marcos, quando percebemos a agonia e o desespero que se manifestam em diversas de suas personagens que clamam por um pouco de paz e evolução, num mundo menos brutal e hostil. Mais do que isso, ainda no inicio de sua carreira teatral o autor escreveu uma peça intitulada A Grande Chave, seu segundo trabalho logo depois de Barrela (1958), que não chegou a ser montada, gerando expectativas pelo fato de se mostrar "mística e espiritual, com valores irreais se movimentando no palco".[7] Depois dela, escreveria Dia Virá (1967), primeira versão de Jesus-Homem, de 1978, explorando abertamente esse veio místico, ainda que o mesmo só viesse a ser melhor amadurecido na década de 80. Plínio Marcos sofre uma evolução de pensamento que se expressa diretamente em seu teatro, caminhando cada vez mais na direção dessa mutação espiritual. Transformação que parecia querer atingir o público espectador, levando-o a refletir sobre a condição social e humana dos marginalizados e de si mesmo, incitando-o à tomada de posição com relação à realidade que, de certo modo, era reproduzida pelo espetáculo.É importante transcrever o seguinte trecho, escrito pelo autor na década de 80:

---

[6] MARCOS, Plínio. Entrevista ao jornal da senzala, S.D. Apud. VIEIRA, Paulo. Plínio Marcos, **A flor e o mal.**Petrópolis: Firmo, 1994. p. 47.
[7] VIEIRA, Paulo. Op. Cit., p.33.

> "A religiosidade tem que levar o homem ao autoconhecimento. E isso leva o homem a ser uma individualidade. É necessário que o homem seja uma individualidade para que ele possa renunciar em favor do coletivo. Só se pode renunciar ao que se é, ao que se tem. Não adianta, por decreto, declarar o homem coletivo. Se ele não tiver consciência da sua individualidade, ele não se integra no todo. Não pode. Ainda mais: só quem tem autoconhecimento consegue perceber como é um prisioneiro de um sistema político-econômico-social. E quem tem o espírito viril, se percebe que está preso, quer escapar. Porém (e sempre tem um porém) ninguém vai a lugar nenhum sozinho. Qualquer pessoa que esteve presa sabe que não escapa sozinha. Precisa dos outros presos para fugir. E daí é que o homem com religiosidade verdadeira começa a incomodar. Ele não se isola como um meditador-monge frágil de espírito. Ele, que é o homem desperto, sabe da responsabilidade que tem junto aos homens que dormem. E vai tentar despertá-los. É seu dever. (...) Porque o homem que se autoconhece não aceita ser massificado, nem massificar. Não se submete a nenhum poder, nem do rei, nem do guru, nem do Estado".[8]

Analisando a totalidade da obra do teatrólogo em consonância com sua vida e com a época na qual se achava inserido, torna-se possível perceber esse brado por renovação que brota das entranhas de suas composições teatrais, expondo aos olhos do espectador um mundo feio, injusto e repugnante, que já não era mais possível ignorar. Mundo esse que não se mostrava indesejável somente no circuito desse submundo, atingindo apenas os miseráveis que o habitavam. Se estendia ao conjunto geral da sociedade que, em maior ou menor grau, sentia os efeitos desse sistema no qual o Brasil mergulhava cada vez mais.

Ao propor o melhoramento do próprio homem que deveria se autoconhecer profundamente adquirindo condições de romper as correntes que o aprisionavam, Plínio Marcos consegue perceber que apenas uma mudança de sistema de poder não bastaria para que se erigisse um mundo evoluído. Plínio Marcos mostrou no palco um homem corrompido, numa época corrompida, mas que poderia ser diferente se os homens pudessem enxergar a si mesmos e aos seus semelhantes, iluminados pelo clarão de uma nova luz.

[8] MARCOS, Plínio. "Uma entrevista com Plinio Marcos" In: **Madame Blavatsky.** São Paulo. (Edição do autor).1987. p. 7-8.

MEMÓRIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR EM ITAJAÍ – 1965/1969.

MARCO ANTONIO FIGUEIREDO BALLESTER JUNIOR

O presente trabalho foi o resultado de pesquisa realizada para a cadeira de Orientação do Trabalho Monográfico na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), sendo a mesma apresentada no ano de 2004 como requisito para obtenção de grau de bacharel em história na instituição citada.

A história do movimento universitário na cidade de Itajaí confunde-se e algumas ocasiões permeia a própria formação do ensino universitário nessa cidade. Localizada no litoral norte catarinense, ponto estratégico entre a maior cidade do estado, Joinville, e a capital administrativa, Florianópolis, Itajaí possui uma demanda de prestação de serviços ligados a movimentação portuária de exportação e importação de produtos oriundos das diversas partes do estado e do mundo.

Nos anos que vão desde a criação das primeiras faculdades no estado na década de 1940, mais específico na cidade de Florianópolis, Santa Catarina possuía um número de oferta para o ensino universitário extremamente reduzido. As opções mais próximas seriam Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ou Curitiba, no Paraná. Dessa forma, para quem possuísse condições para continuar os estudos universitários, haveria que se deslocar ou para a capital catarinense ou para fora do estado, caso contrário o estudante de Itajaí que não tivesse condições financeiras para tal, permaneceria na cidade.

Dentro desse contexto, quem possuía o acesso ao ensino superior na cidade de Itajaí, estaria concentrada a uma parcela estritamente reduzida a pessoas que detivessem um poder aquisitivo alto. Nos finais do ano de 1964, surgiram em Itajaí, movimentos organizados através da população estudantil secundarista (parcela que não tinha condições financeiras para o referido deslocamento), ao incentivo da abertura de faculdades na cidade.

A partir de 1965 são inauguradas duas faculdades, a de Filosofia, Ciências e Letras (compreendendo os cursos de Letras, História, Pedagogia, e Filosofia) e a de Ciências Jurídicas (correspondendo o curso de Direito) e dentro de um período curto de tempo são

abertos dois diretórios acadêmicos que irão compor a organização estudantil universitária no então fundado Sistema Itajaiense de Ensino Superior (SIES), que foi a entidade mantenedora das duas faculdades citadas. Os diretórios respectivamente serão chamados de Cruz e Souza e Henrique da Silva Fontes, ambos estavam enquadrados na legislação que o governo militar impôs na época para o controle e a manutenção das liberdades e interesses dos estudantes.

A metodologia utilizada para analisar as artes de fazer universitário, dentro de um período onde as liberdades individuais foram cerceadas, Michel de Certau ajudou a tecer dentro da ótica das táticas e estratégias de como os acadêmicos daquele período burlaram a lei imposta pelo regime militar, sem precisar feri-la. Agindo dentro do sistema, para conseguir seu intento que era a formatura.

Dentro de uma época conturbada que foi o regime militar, sendo uma das poucas vias de expressão da sociedade diante a ditadura foi o movimento estudantil e ao mesmo tempo alvo dos militares. Os estudantes de Itajaí buscaram outro viés de organização, o de buscarem a regulamentação das faculdades e conseguirem o diploma para firmarem-se em suas profissões na cidade.

As artes de fazer, dentro do olhar da estratégia, da tática, ambas aliadas ao contexto de repressão e ameaças que o diretor das Faculdades José Medeiros Vieira transmitia aos estudantes, tornou o uso desse teórico e dessa categoria de análise do movimento não nos protestos, mas na forma como eles conseguiram o seu intento, que era a regulamentação e o diploma para poderem exercer a profissão dentro da cidade.

Esse trabalho teve como intenção de demonstrar como foi o processo de regulamentação das Faculdades de Itajaí durante o período de 1965 e 1969 pelo olhar dos estudantes, e como o próprio título diz, “Os Diversos Interesses dos Estudantes e Direção da SIES na Fundação do Ensino Superior em Itajaí”, a confusão de processos e a intervenção do poder público na final da questão.

De um lado estudantes com anseios de conseguirem um diploma, dentro de diversos interesses de cunho privado (ascensão profissional, maior conhecimento e inserção no

mercado de trabalho), juntamente com o idealizador José Medeiros Vieira, que também tinha uma visão particular de ensino.

Esse jogo perdura até o momento que um lado sobrepuja o outro, ou seja, quando o "jogo" privado de José Medeiros Vieira ultrapassa os interesses dos estudantes, que também tiveram de cunho individual.

Os diretórios, como já foi descrito, surgiram dentro de um período conturbado por legislação imposta pelo regime militar, obrigando os acadêmicos utilizarem espaços públicos (como a Câmara de Vereadores de Itajaí e a própria Prefeitura Municipal de Itajaí) para conseguirem a documentação necessária para exercerem a profissão (no caso de professores) e inserção no mercado de trabalho (em referência aos futuros advogados). Foram nesses locais que ajudaram as faculdades surgirem como públicas, requisito esse necessário para aprovação no Conselho Estadual de Educação, que naquele período, era o caminho mais curto para regulamentação.

Os interesses privados (de estudantes e direção) determinaram o caminho do Ensino Superior na sua fundação em Itajaí, a colaboração dos acadêmicos ocorreu no momento que os mesmos estavam com chances reais de perderem os anos cursados (e pagos) no período que consiste 1965 à 1969.

E nesse período, no Brasil, a fronteira entre interesses particulares e públicos entra numa fronteira tênue, que muitas vezes não se distingue e em Itajaí isso não vai ser diferente, dentro de um primeiro momento observa-se a abertura das Faculdades e existiu uma convergência de forças para esse intento, os Diretórios (orgãos de origem pública universitária) são fundados para esse intento, que serviram para interesses privados do Diretor das Faculdades, pois a fundação dessas agremiações estudantis não surge dos estudantes mas da própria direção, e isso ajudaria na aglutinação de forças para a regulamentação do ensino superior e até mesmo a lei exigia representação estudantil no corpo universitário.

No decorrer dos anos (principalmente em 1965) existiu um período onde ambos (estudantes e diretor) tiveram uma harmonia no discurso, sendo mudado no de 1966 quando

os Diretórios tomam a frente do processo de aumento de mensalidades (como uma instituição de ensino pública cobra pelo serviço?). A partir desse momento começa o período de desencontros entre os interesses dos estudantes e diretor, que vai culminar em 1968 com a aglutinação do poder público municipal do ensino superior em Itajaí.

O trabalho aqui descrito e construído avançou no sentido de demonstrar uma época, de formação do Ensino Superior em Itajaí dentro de uma ótica dos estudantes, no curso de história da UNIVALI, existe apenas um trabalho e esse oportuniza a omissão dos Diretórios naquele período, mas não discute o que impedia a ação desses, existem ainda lacunas de como foram feitas as negociações entre o poder público e a direção da SIES, os estudantes foram ativos no processo ou mero espectadores, a localização de estudantes de Direito daquele período que não foi possível entrevistá-los de forma satisfatória (devido a falta de documentos escritos ou pessoas diretamente ligadas ao processo) e como era o currículo dos cursos daquele período.

Dentro dessa temática, seria interessante o estudo da construção do Diretório Central dos Estudantes da UNIVALI, se foi no mesmo processo dos Diretórios Acadêmicos Cruz e Souza e Henrique da Silva Fontes. Se foi algo advindo do corpo diretivo ou dos estudantes, em que ano foi e quais foram as motivações para criação desse.

Hoje, é possível observar o movimento estudantil da UNIVALI na sua construção e de seus procedimentos (ao contrário de 1965-1969), então a possibilidade desse tema continuar sobre outros olhares enriqueceria a discussão do que é universidade, se é publica ou privada em Itajaí, ou até mesmo definir novas práticas ou artes de fazer universitário.

MORTE E IDENTIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA BARTHIANA NA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

Marco Antonio Neves Soares*

O estudo das religiões e das religiosidades e a inserção destes no campo da história reivindicam esforços de caráter interdisciplinar. Esta necessidade é uma exigência do próprio objeto, na medida em que, no homem, os aspectos numinosos ou mágicos – e mesmo a sua pretensa ausência – interagem na formação dos espaços sociais e econômicos. Moldam-se homens e nações com tais valores, dominam-se crianças e sociedades com a manipulação do mágico-religioso, por isso a história, a psicologia, a filosofia, a sociologia e a antropologia são as disciplinas que em suas formulações, constituíram um campo específico para a abordagem do fenômeno religioso: história das religiões, psicologia das religiões, filosofia da religião, sociologia da religião, e antropologia religiosa.

Entretanto, muitas vezes somar um epíteto à disciplina não basta para a apreensão do fenômeno em suas múltiplas manifestações, pois tanto a religião enquanto instituição que estabelece, difunde e firma uma norma, quanto uma religiosidade que a assimila e impõe formam prismas capazes de relevar o humano como o elemento produtor dessas relações. Relações estas que são sempre e necessariamente múltiplas e intercambiáveis.

Mas quando o escopo do modelo disciplinar não é capaz de construir ou sustentar um objeto, seja pela sua idiossincrasia, seja pelo limite da apreensão objetal, podemos reivindicar um exercício que alargue o campo disciplinar para que seja capaz de avaliar

* Professor do Departamento de História; Coordenador de Curso de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina – UEL (samusque@uel.br).

argumentos construídos com formulações de outros *corpi* epistêmicos, subsumindo técnicas e procedimentos exógenos.

Ambas disciplinas, história e antropologia andaram muito próximas desde a fundação da *Escola des Annales* e mesmo com a pulverização após a terceira geração, tal proximidade foi mantida, apesar das revisões[1].

A antropologia cedo percebeu a importância da morte para o universo dos vivos, compreendendo-a como um rito de passagem que estreitaria os laços entre os sobreviventes. Essas considerações de Arnold van Gennep[2] encontraram um campo fértil ao dialogar com a da história, pois possibilitou ao historiador novas ferramentas para abordar a morte em sua dimensão histórica.

Outra fundamentação que trouxe os estudos sobre a morte e seus ritos para o campo histórico veio dos estudos de Edgar Morin[3] e de Jean Baudrillard[4]. Embora teoricamente distantes, convergiram na importância da morte e de seus sinais visíveis e invisíveis na formação, conservação e transmissão de valores extemporâneos do homem.

No entanto o próprio saber histórico, sob os influxos da tradição dos *Annales*, já havia se debruçado sobre o papel da morte, como os trabalhos de Phillipe Ariès[5], Isto foi possível graças aos esforços canônicos de interdisciplinaridade para a compreensão multidimensional da realidade social, onde cada nível ou dimensão traça sua própria história, ao mesmo tempo em que se articula com outras, a fim de restabelecer os movimentos de uma sociedade.

Mas foi o redimensionamento das teorias acerca da etnicidade que possibilitou a formação de novas correspondências entre as atitudes ante a morte, seus sinais (visíveis e invisíveis) e as características dos sistemas culturais e das formas de interação social que produziram tais atitudes. E neste sentido, as teorizações de Fredrik Barth[6] oferecem importante suporte para problematizar as relações entre etnias, grupamentos étnicos e suas fronteiras com o fenômeno na morte.

A percepção da morte como um valor carregado de sentidos que orienta ou indica ao vivo as suas posições ante a religiosidade e a auto-referência étnica, ou seja, sua identidade, é algo o que as categorias barthianas permitem objetivar. O que estamos dizendo é que reivindicamos esse diálogo interdisciplinar na formulação e execução do projeto *Etnicidade e morte: túmulos judaicos em cemitérios não-judaicos no Norte do Paraná – O caso de Rolândia*.

- O Caso de Rolândia

O estado do Paraná, no início da década de 30 do século XX expandia suas fronteiras agrícolas através de políticas de colonização, dirigida, sobretudo pelos ingleses, particularmente através da Companhia de Terras Norte do Paraná, sucursal da Paraná Plantations Ltd. A Paraná Plantations fazia propaganda de seu processo de colonização na Europa, o que interessou ao bremense Oswald Nixdorf. Conhecedor da agricultura tropical, pois já tinha sido agricultor em Sumatra, Nixdorf interessou-se pelas terras férteis, ainda inexploradas, e em 1932 embarcou para o Brasil.

Em 1933 foi a vez de Erich Koch-Wesser, ex-ministro da justiça e deputado do centro-direitista Partido Democrático e de Johannes Schauff, o mais jovem deputado do partido *Zentrum*. Ambos estabeleceram-se na Gleba Roland, e juntamente com Nixdorf lançaram as bases para a nova colônia. *Com três bremenses como fundadores, não é de se admirar que foi escolhido esse nome, apontando para o 'Roland da Liberdade', cuja estátua se acha em frente ao paço municipal de Bremen*[7].

Koch-Weser e Schauff, após estabelecerem-se na Gleba Roland, voltaram algumas vezes para a Alemanha, estimulando outras famílias a emigrarem para o Brasil, adquirindo terras da companhia inglesa[8], reafirmando a qualidade e fertilidade das terras, a salubridade do clima e a liberdade que poderiam gozar longe do Reich. Desta maneira,

a nova colônia não se distanciou, a princípio, do clima da política alemã, já que entre seus pioneiros havia aqueles que se estabeleceram fugindo da depressão econômica e do desemprego que assolavam a Alemanha na época, mas *vinham também muitos que por motivos políticos, religiosos ou questão de raça, se viam ameaçados de perseguição pelo regime nazista*[9]. Neste sentido, os novos colonos que se estabeleceram na gleba Roland tinham diferentes profissões: comerciantes, médicos, economistas, advogados, políticos, engenheiros, intelectuais e artistas, e aqueles que eram mais abastados, abrigaram e apoiaram outros menos favorecidos.

Após 1934 essa política entrou em crise, devido às restrições impostas pelo Reich à emigração, à aquisição de terras no estrangeiro e à transferência de bens e capitais. Para resolver esses impasses, Koch–Weser e Schauff elaboraram uma estratégia: *importar os materiais ferroviários, necessários para o prolongamento da estrada de ferro, não mais da Inglaterra, mas sim doravante da Alemanha, fazendo pagá-los pelos emigrantes com os seus fundos alemães*[10], cabendo à Companhia de Terras converter as quantias aplicadas em uma espécie de vale-terra.

Entre 1934 e 1938 centenas de famílias estabeleceram-se na e em torno à Gleba Roland, calcula-se que entre 81 e 120 famílias com sangue judaico[11], sem o serem necessariamente, pois muitos eram assimilados ou mesmo, pelo casamento, convertidos ao luteranismo ou ao catolicismo.

Assim, embora houvesse um número significante de judeus nos primeiros anos de fundação de Rolândia, aquela localidade nunca chegou a se constituir como uma comunidade, um *ishuv*, com sua sinagoga e sua sociedade mortuária.

Max Hermann Maier, que chegou na região em 1938, após os episódios que culminaram com a *Kristallnacht*, em suas memórias, atribuía à falta de *mynian* (quorum masculino necessário para que haja ofícios religiosos) a impossibilidade de constituição de um *ishuv*. Outra hipótese é que, durante o período da guerra, grupos de nazistas e filo-

nazistas estabeleceram-se em Rolândia, o que restringiria a exteriorização das sensibilidades judaicas e a constituição de uma comunidade[12]. Finalmente uma terceira hipótese: como a maior parte dos judeus que ali se abrigaram era de judeus assimilados, de cultura laica e cosmopolita, não deram maior importância à construção de uma comunidade, preferindo atuar em um Clube Cultural chamado pró-Arte, onde mantinham a cultura européia, através de música, teatro e literatura.

Convém apontar que a língua que se comunicavam era o alemão, não o ídiche ou o hebraico, e na maioria dos casos eram parceiros de um casamento misto.

Italianos, alemães, austríacos e espanhóis, juntamente com populações japonesas e de origem árabe se dirigiram à região, e estabeleceram bases sólidas que vida comunal. Entre essa gama étnica estavam os judeus, em sua maioria judeus alemães e austríacos, refugiados do nazismo, muito mais identificados com a cultura germânica do que com sua ancestralidade.

No caso de Rolândia, onde essa presença foi mais significativa, por diferentes fatores não se constituiu uma comunidade judaica, assim como em nenhuma cidade do norte do Paraná, e por isso não é raro encontrar um túmulo como prescreve a tradição judaica em cemitérios municipais e confessionais da região.

- A etnicidade e a religiosidade

As relações do judeu com sua religiosidade ocorre de formas múltiplas; no humor judaico há uma *boutade* que é capaz de revelar com mais clareza esta relação e que afirma *onde há dois judeus, há três sinagogas*. Ou seja, pela própria especificidade da história dos judeus, a exteriorização e disseminação de sua sensibilidade religiosa ou religiosidade se dá de maneira emblemática. Devemos aqui inserir um complicador que foi

o surgimento da categoria *judeus de Hitler*, ou seja, aqueles que já haviam perdido suas ligações com a fé mosaica, muitas vezes por gerações, e que expressavam sua religiosidade em outras denominações religiosas ou que simplesmente eram defensores do agnosticismo.

Alfred Hirschberg, inquirindo-se acerca das causas que levariam um judeu a filiar-se a um *ishuv* afirma que *há judeus para os quais ser judeu significa estar associado a uma congregação – ao imigrar, logo que se estabelecem procuram uma congregação e a ela se filiam. Há outros judeus, porém, cujo judaísmo lhes foi brutalmente recordado; a rigor, são avessos e imunes aos apelos da vida congregacional, mas ocasionalmente ocorre procurarem uma sinagoga quando acontece algo de excepcional em suas vidas. Há ainda aqueles que vivem a congregação por fatos familiais, quando têm necessidade de presença irmã (enterros, casamentos) ou quando são pressionados por seus filhos*[13]. Em Rolândia, organizados em pequenas propriedades, ao invés de exteriorizarem o judaísmo, procuraram manter e exercitar a *Kultur*[14] sem constituir uma comunidade com identidade religiosa específica, recuperando-a ou reivindicando-a muitas vezes somente com a morte de um parente ou amigo.

Mesmo na Alemanha, esses judeus eram assimilados, muitas vezes frutos de casamentos mistos; judeus convertidos ao catolicismo ou ao luteranismo e também agnósticos, ou ainda pessoas de ancestralidade judaica, tidas como judeus pelas leis nazistas. Este quadro, com alguma exceção[15], foi reproduzido em Rolândia. E para melhor compreendê-lo – assim como as suas exceções-, as categorias de Barth dão importantes subsídios.

Para Barth, os grupamentos étnicos são auto-referenciados[16], ou seja, as suas identificações realizam-se pelos próprios atores, o que estabelece condições para interações mútuas e constituições de espaços identitários. Em Rolândia os cemitérios são espaços identitários privilegiados, pois as análises da arquitetura tumular, e o estudo de

suas inscrições, complementado por checagem em bases de dados genealógicas demonstram que um nome judeu pode estar sepultado com claros indicativos de sua religião judaica ou estar sepulto por formas mistas de tradições judaicas e cristãs.

Tais formas de sepulturas dos imigrantes manifestam indícios de filiação étnico-religiosa, que é mantida mesmo quando, por diferentes fatores, o indivíduo não exterioriza o judaísmo, mostrando-se católico ou luterano. Mas mesmos nas atitudes sincréticas ou agnósticas ainda são visíveis, localizáveis e tipificáveisl os resquícios de judaísmo.

O túmulo da senhora Herta Sara Moser é um demonstrativo do primeiro tipo de atitude, a de exteriorização da etnicidade frente à morte. Falecida em 2003, sua lápide constam suas datas de nascimento e falecimento sob a *magen David*, a estrela de David. Mas não é apenas o símbolo tradicional do judaísmo que lá está exposto. O caráter perpétuo da sepultura, assim como um espaço reservado ao lado, dentro da área do próprio túmulo avisam os vivos que se trata de indivíduos que exteriorizam sua filiação religiosa, reconhecem-se e são por ela reconhecidos.

Não raro também é localizável nos cemitérios, posturas como da família Traumann cujos sinais aparentes indicam a conversão à uma denominação cristã, considerando-se as cruzes que encimam os jazigos de Else Joëns Traumann, Friedrich Ernst Traumann e Christopher W. Traumann. As informações sobre os mortos estão inscritas nestas três cruzes de madeira. Mas mais uma vez um outro sinal poderia indicar aproximações com o judaísmo: o caráter perpétuo em respeito à não exumação dos corpos para posteriores sepultamentos, e a disposição das covas, uma ao lado da outra, o que implica na constituição de um tumulo de extensão considerável.

Ocorre ainda uma terceira tipologia, que poderia ser chamada de sepulturas sem sinais exteriores, que trazem em suas lápides, apenas a identificação do falecido. E é na identificação que pode ser considerada sepultura de israelita, pois lá estão estampados sobrenomes de famílias de origem judaica, como Simon, Nussbaum, Hirsch, Rosenthal,

dentre outros. Em comum a essas três tipologias, a simplicidade de tais sepulturas: caixas de tamanho variável, em sua maioria encimados por pedras, plantas ou terra.

As sepulturas de israelitas encontradas nos dois cemitérios do município de Rolândia tornam-se marcadores, sinal para os vivos, onde as representações e simbologias empregadas para identificar o morto identificam e expõem a maneira com que os vivos constituem suas fronteiras. É evidentemente uma categoria fundamental da antropologia barthiana, a compreensão de que é a *fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange*[17]*,* e isso deve ser o crivo norteador do uso e aplicação de tais formulações. Assim, é possível compreender fronteiras como valores não-estáticos, mas capazes de reconfigurarem-se com os sujeitos, o que abre a possibilidade para encontrar variações identitárias entre membros do mesmo grupamento.

Considerações finais

A interdisciplinaridade tem sido uma reivindicação do campo história desde a fundação da *Escola des Annales.* Tal reivindicação surgiu no sentido de alargar o campo histórico com novos temas a partir da idéia da construção do objeto. Por isso que pensar a interdisciplinaridade e conjuntamente com ela estabelecer um novo objeto é uma questão epistêmica que o historiador não pode se furtar a discutir, concordando ou não com os procedimentos da tradição *annaliste*.

Desta reivindicação, a história se aproximou da psicologia social, da geografia, da filosofia e outras disciplinas, mas com mais freqüência da antropologia. A Antropologia permitiu ao historiador, que novos ferramentas e procedimentos fossem utilizados na execução de seu ofício, mas também se descortinou a possibilidade da elaboração objetal.

Em Rolândia-PR, a especificidade da imigração de alemães de origem judaica pode ser incompreendida ou observada apenas pela sua exterioridade, caso nos restrinjamos somente ao uso dos recursos históricos. Por isso fez-se necessário utilizarmos conceitos estabelecidos pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth, sobretudo os de grupamento étnico, fronteiras e etnicidade para entendermos a maneira como esses imigrantes servem-se da sua religiosidade como sinal identitário, ou seja, a partir da sensibilidade religiosa estampada nas lápides e túmulos, observar e problematizar a morte, concebida como um marco, uma baliza para a constituição das identidades dos vivos.

---

[1] Diversos estudos apontam e avaliam a presença da antropologia na tradição *annaliste*, de Bloch aos reivindicadores da nova história cultural. Cf. Burke, Peter, *A Escola dos Annales*, 1929-1989. SP: Ed. UNESP,1997; Dosse, François, *História em migalhas*. SP: Ensaio, 1992; Dosse, François, Entrevista, in Pós-História, v. 4, 1996; Falcon, Francisco, *História cultural*. RJ: Campus, 2002.

[2] Gennep, Arnold van, *Les rites de passage*, NYC: Johnson reprint , 1969.

[3] Morin, Edgar, *O homem e a morte*, RJ: Imago, 1997.

[4] Baudrillard, Jean, *As trocas simbólicas e a morte*, SP: Loyola, 1996.

[5] Ariès, Ph., *O homem ante a morte*, 2a. ed., RJ: Francisco Alves,1989 e Ariès, Ph., *História da morte no Ocidente*, RJ: Francisco Alves, 1997.

[6] Barth, Fredrik, Grupamentos étnicos e suas fronteiras in Poutignat, Ph. e Streiff-Fenart, J., *Teorias da etnicidade*, SP: Ed. UNESP 1998

[7] Prüser, Friedrich, O "Roland" e Rolândia *in Roland und Rolandia: Zu Aufrichtung eines Bremen Rolandes im brasilianischen Rolandia*. Bremen: Internationale Verlagsgesellschaft, Robert Bargmann, 1957.

[8] Cf. Maier, Max Hermann, *Um Advogado de Frankfurt se torna Cafeicultor na Selva Brasileira: Relato de um Imigrante (1938-1975*) (tradução de Mathilde Maier e Elmar Joenck do original alemão: *Ein Frankfurter Rechtsanwalt wird Kaffeepflanzer im Urwald Brasiliens: Bericht eines Emigranten 1938-1975*, Frankfurt am Main: Josef Knecht Verlag, 1975, datilografado), p. 2.

[9] Cf. Prüser, Friedrich, op. cit. p. 129

[10] Cf. Prüser, Friedrich, op. cit. p. 130

[11] Cf. Kosminsky, Ethel, *Rolândia, A Terra Prometida: judeus refugiados do nazismo no Norte do Paraná*, SP: CEJ/USP, 1985; também Maier, Max Hermann, op. cit. p. 20

[12] Maier, op. cit. p.22

[13] Hirschberg, Alice Irene, *Desafio e resposta: a história da Congregação Israelita Paulista*. SP: CIP, 5736-1976, p.66.

[14] Designação que referencia os grandes formadores do espírito alemão, como Kant, Goethe e Beethoven. Cf. Adorno, Theodor, Sobre la pregunta "¿Qué es allemán?", in *Consignas*. Buenos Aires: Amorrortu, s/d.

[15] Max Herman Maier, em suas memórias afirma que ao chegar no Brasil, passou por São Paulo para tratar a saúde de sua esposa, e aproveitando a situação, associou-se à Congregação Israelita Paulista, CIP, um *ishuv* típico do judaísmo urbano alemão do pré-guerra.

[16] Barth, F., op. cit. p. 189

[17] Barth,F., idem, p.195.

AS ESTATÍSTICAS ESCOLARES PUBLICADAS NOS RELATÓRIOS/ANUÁRIOS ESTATISTICOS DE SÃO PAULO ENTRE 1894 E 1907.

MARCO ANTONIO RODRIGUES PAULO[1] – PPG-PUCSP

Introdução

O presente artigo integra o trabalho *A organização das estatísticas escolares do Estado de São Paulo no período de 1892 a 1920*[2], investigação que se volta para as primeiras décadas após a implantação do regime republicano e busca entender as estatísticas escolares como parte integrante do processo de racionalização e de burocratização que tomou impulso com a implantação do novo regime[3].

No período de abrangência da investigação, foram examinados os *Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo* e os *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*[4] que, no período, tiveram a função de divulgar as estatísticas escolares coligidas pelo poder público.

Em 8 de setembro de 1892, a Lei nº 88[5] reformou o ensino paulista e determinou em diversos artigos a organização das estatísticas escolares no Estado, dispositivos que iriam constituir um capítulo específico no Regulamento da Instrução Pública instituído pelo Decreto nº 144-B. Assim, constata-se que, desde aquele ano, São Paulo dispunha de um conjunto detalhado de recursos legais para organizar a produção e a divulgação de suas estatísticas escolares. Todavia, apesar desse aparato legal, só em 1908, com a publicação do *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1907/1908, a Diretoria/Inspetoria de Instrução Pública passou a contar com um periódico específico para a exposição de seus números.

Assim, com base nessa informação, levantamentos preliminares permitiram o acesso aos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo, publicação produzida pela Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, órgão pertencente à terceira seção da Secretaria dos Negócios do Interior, que seria *(...) encarregada exclusivamente de reunir, classificar e publicar dados estatísticos sobre todos os ramos do serviço público*. (Relatório Estatístico de São Paulo de 1895:209).

Dessa forma, os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo[6] se constituíram em um dos principais veículos de divulgação dos números (setores públicos e privados) produzidos no Estado de São Paulo, entre os quais os referentes à educação. Assim, este estudo privilegiou as estatísticas escolares a partir de sua publicação pela Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo nos *Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo de 1894*[7]*a 1907*.

Este artigo, portanto, objetiva divulgar parte da investigação que resultou no trabalho *A organização das estatísticas escolares do Estado de São Paulo no período de 1892 a 1920*.

No que compete aos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo esta investigação foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira debruçou-se sobre a estrutura de cada periódico, no que foram considerados os aspectos formais: ano de publicação e de apresentação; o nome dos responsáveis; a editora designada para impressão; o total de páginas; o número de volumes e o fato de apresentarem ou não estatísticas escolares. Na segunda procedeu-se ao exame das estatísticas escolares presentes nos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo, verificando a complexidade e a freqüência com que os dados numéricos[8] foram apresentados.

1. A Repartição de Estatística e Arquivo do Estado e a composição dos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo.

Em 11 de novembro de 1891, a lei nº 15, no seu artigo 41, autorizava o governo a reorganizar os serviços das diversas repartições públicas do Estado. Assim, o decreto nº 30, de 10 de Março de 1892, determina em seu artigo 1º que: *Fica creada a Repartição da Estatística e do Archivo do Estado, a qual se incumbirá da execução de todos os trabalhos relativos aos diversos ramos de estatística (...).*

Esta repartição foi subdividida em três seções, tendo a segunda seção á responsabilidade pela estatística da instrução pública e particular. Dentre outras funções,

essa repartição teria a obrigação de publicar um relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Estado.

É importante salientar, que de 1894 a 1901, o veículo de divulgação das estatísticas do Estado de São Paulo tinha o título de Relatório; a partir de 1901, passou a se chamar Anuário. Antonio Toledo Piza, então Diretor da repartição de estatística e arquivo do Estado de São Paulo, justificou nos seguintes termos a mudança introduzida:

> A palavra *relatório* dá sempre idéia da exposição de factos occoridos internamente em determinada repartição, como sejam nomeações, demissões, licenças, remoções e outros incidentes de pura economia interna. Mas a exposição dos phenomenos estatísticos verificados nas condições e no movimento de uma população não constituem simples relatórios regulamentares, de expediente official; são contribuições para o estudo demographico, phisico, político, econômico, financeiro e moral do estado.
> Assim, pois, adoptando, de ora em deante, a denominação dada em todos os paizes cultos aos trabalhos congêneres, apresento aos interessados este annuario estatístico do estado, para 1901, o qual vem acompanhado de alguns serviços novos e interessantes que não constam dos meus trabalhos anteriores. (Anuário Estatístico de São Paulo de 1901:01)

Antonio Toledo Piza pretendia um novo *status* para o veículo de divulgação das estatísticas paulistas, estendendo a ampliação de tal publicação para além da administração pública. Assim, adotando denominação equivalente a dos *países cultos*.

Os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo publicados entre 1894 e 1907, grosso modo, eram compostos por informações referentes: a *divisão judiciária e administrativa do Estado*, que apresenta a divisão administrativa do Estado (por município e distrito); a *estatística eleitoral*, que apresenta o número de eleitores (por município e distrito); a *estatística referente à imigração*, que divulga o número de imigrantes que entraram no Estado e sua localização; a *estatística econômica*, no qual inclui, dados sobre a produção (por município), sobre as finanças do Estado (por município), sobre o comercio externo paulista, e ainda sobre a iluminação pública, as estradas, entre outros dados; *a estatística dos tempos coloniais*, que apresenta dados numéricos e documentos, referentes a esse período; a *estatística interna da repartição*, que apresenta a movimentação dessa repartição; *o movimento populacional do Estado*, que inclui o número de nascimentos, casamentos, óbitos e óbitos por moléstias[9].

Todavia, recai atenção especial sobre os Relatórios/Anuários que apresentam sobre o título - *Estatística Moral,* os dados numéricos da assistência pública (hospícios de

alienados, hospitais e asilos, etc.), da caridade particular (hospícios de alienados, hospitais, casas de caridade, associações beneficentes, etc.), da previdência particular (caixa econômica, etc.) e principalmente da instrução pública, (instrução pública/particular, bibliotecas e imprensa.). E importante salientar, que independente de serem encontrados ou não dados e informações referentes às escolas do Estado, sob essa denominação são localizados dados referentes à imprensa e às bibliotecas.

O titulo - *Estatística Moral,* se manteve até o Anuário Estatístico de 1904, quando a instrução foi inserida no título - *Instrução Pública e Instrução Particular.*

A seguir, são apresentados os resultados da análise das estatísticas publicadas nos Relatórios de 1896, 1897 e 1898 e nos Anuários de 1906 e 1907.

2. Os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo e as Estatísticas Escolares.

Ao se discutir as estatísticas escolares apresentadas nos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo até 1907, é possível estabelecer, *grosso modo*, dois momentos distintos. O primeiro corresponde à publicação dos Relatórios de 1896, 1897 e 1898 e o segundo aos Anuários Estatísticos de 1906 e 1907.

O primeiro momento refere-se ao instante inicial na organização das estatísticas escolares divulgadas pelos Relatórios/*Anuários Estatísticos de São Paulo*, e concentra-se em torno da figura de Antonio Toledo Piza, que no cargo de Diretor da Repartição Estatística e Arquivo do Estado, publica os primeiros dados e tabelas referentes a este setor de atividade.

No Relatório Estatístico de 1895 (211-212) Antonio Toledo Piza, aponta as dificuldades presentes nessa empreitada.

> Este serviço não figura no presente relatório porque não me foi possível obter dados regulares sobre o movimento das escolas públicas e particulares do estado, nem no relatório da respectiva directoria se encontram informações estatísticas que possam com proveito ser condensadas e annexadas a este relatório para uso dos interessados.Entretanto, este mal é de fácil remédio porque o serviço escolar está sob a vossa immediata fiscalisação e uma simples ordem vossa transmittida a toda a hierarchia

> de funccionarios da repartição, desde a directoria até o professorado, fará brotar a luz do chão que até hoje tem reinado sobre o serviço de estatísticas escolares.

Dessa forma, o então Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo ressalta a importância da instrução pública, mas constata que esse ramo do serviço público simplesmente *não tem uma estatística que preste* o que ocorreria em função das dificuldades na coleta de dados e informações. Para resolver esse *grave* problema, pede a interferência direta do Secretário dos Negócios do Interior da época, Dr Alfredo Pujol. Segundo esse diretor, naquele instante, não existiam justificativas para a falta de *boas estatísticas escolares;* credita a responsabilidade das lacunas encontradas nessas estatísticas à falta de empenho da própria Diretoria Geral de Instrução Pública.

Antonio Toledo Piza ainda afirma,

> Antigamente não havia um systema organisado de serviços estatísticos; todos os pedidos de informações feitos ás câmaras e auctoridades municipaes e funccionaios públicos de qualquer categoria, eram destinadas a fins especiaes do governo e nunca appareciam perante o publico so resultados que dellas se poderiam esperar. Dahi veiu o habito de se considerar inútil todo o pedido de informações e dar-se o nome de *regime do papelório* a todo o serviço sem resultado prático, visível e palpável. (Relatório Estatístico de São Paulo de 1895:212)

Assim, as dificuldades teriam origem na falta de um *systema organisado de serviços estatísticos.* As estatísticas produzidas eram destinadas ao uso exclusivo do governo e não vinham a público. Como o resultado das informações prestadas não era conhecido, passou-se a considerar como inútil qualquer pedido de informações.

Nesse primeiro momento, pode-se afirmar que apesar das dificuldades mencionadas em relação à coleta dos dados, localiza-se uma grande quantidade de dados numéricos, o que possibilita uma visão ampla sobre o estágio da instrução publica primária.

Nas tabelas estatísticas dos Relatórios de 1896, 1897 e 1898 são encontrados dados basicamente referentes à instrução pública primária, dados referentes às escolas isoladas, às escolas e cursos noturnos e aos grupos escolares. São tabelas, que expõem dados como: o número de escolas, a matrícula por sexo, a matricula por idade e

nacionalidade; a matrícula e a freqüência; e o número de professores (corpo docente); deve-se salientar, que não são localizados dados referentes às escolas reunidas.

É importante destacar que ainda nesses relatórios são apresentados dados sobre a média da matrícula e freqüência, dados que não são localizados nos Anuários Estatísticos de 1906 e 1907. Assim, apesar de apresentar dados numéricos referentes apenas ao ensino primário público, não se pode afirmar que são inferiores aos dados publicados posteriormente.

Após esse primeiro momento, as estatísticas escolares praticamente desaparecem dos Relatórios/Anuários Estatísticos reaparecendo somente no Anuário de 1906.

O segundo momento refere-se aos Anuários Estatísticos de São Paulo de 1906 e 1907, nesses Anuários são apresentados dados e tabelas referentes ao ensino particular e público; relativos ao ensino primário, secundário e superior, em suas diversas modalidades escolares.

Sobre o ensino público foram apresentados dados sobre todos os graus de ensino (primário, secundário e superior) nas suas diversas modalidades escolares. Nos Anuários analisados alem das tabelas referentes ao ensino primário, são encontradas tabelas referentes; aos ginásios do Estado, a escola normal e suas anexas e as escolas complementares. Sobre o ensino superior são encontradas tabelas sobre a Escola Politécnica.

Ainda são localizadas tabelas referentes à distribuição da verba destinada a instrução paulista e, nessa área pode-se destacar também tabelas que apresentam dados numéricos que revelam a verba destinada pelos diversos municípios as suas escolas.

Em relação ao ensino particular destaca-se o fato das tabelas exporem os dados referentes aos ginásios particulares equiparados, sobre as escolas pertencentes à *Associação Feminina Beneficente do Estado de São Paulo* e sobre a faculdade de Farmácia.

Esses Anuários informam, entre outros dados, números de escolas/classes, matrícula/matrícula por sexo, matrícula por nacionalidade, matricula por idade, matrícula/freqüência, promoção/retenção, corpo docente.

Considerações Finais

Não se trata de discutir a diversidade e a qualidade das estatísticas apresentadas nos Relatórios/Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, que aos olhos do século XXI podem ser entendidas como pouco elaboradas e rudimentares.

O mais significativo é apontar a produção e existência dessas estatísticas como um momento no esforço de estruturação do serviço de estatística escolar; esforço que apresenta momentos de avanço e de retrocesso, e que vistos sob a ótica da estruturação burocrática do novo regime, pode ser entendida como um passo fundamental na estruturação de uma importante técnica para o conhecimento da coisa pública. Técnica que teve o importante papel de contribuir para o melhor entendimento da realidade da instrução do Estado.

Ao expor o padrão das estatísticas escolares no Estado de São Paulo, não se pode deixar de atentar para um aspecto fundamental: os números ou mesmo a ausência deles exprimem mais do que a dimensão quantitativa da educação escolar; eles expressam um determinado enquadramento, um determinado modo de se fazer ver o que se quer evidenciar e de esconder o que não se quer ver exposto.

A exposição de alguns dados em detrimento de outros, em um jogo de mostra e esconde, representa mais do que uma tentativa de dotar a burocracia de uma técnica para o conhecimento melhor da coisa pública, significa mais do que a capacidade dos organismos do Estado de elaborar e apresentar as suas estatísticas. São momentos em que se pode capturar, por meio do conjunto das informações, das tabelas e dos dados, não só o modo pelo qual se exerce o poder em um determinado período de tempo, mas principalmente para quem se governa nesse mesmo período.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profª Drª Mirian Jorge Warde.

[2] PAULO, M. A. R. 2002. *A organização das estatísticas escolares do Estado de São Paulo no período de 1892 a 1920*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[3] Este trabalho concentrou-se entre as primeiras reformas republicanas da instrução pública (1892) à reforma Sampaio Dória (1920), período em que o Estado de São Paulo procurou estruturar seu sistema de ensino por meio de complexa legislação.

[4] São fontes privilegiadas dessa investigação: os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo de 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906 e 1907 e os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo de 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911, 1911/1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919 e 1920/1921.

[5] As Leis, Decretos e Resoluções presentes nesse artigo constam da Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo entre 1889 e 1921.

[6] Deve-se salientar, que os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo, foram localizados no Arquivo do Estado de São Paulo (AHSP) com exceção da publicação de 1895, que foi encontrada no Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo (ALSP).

[7] Os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo foram produzidos a partir de 1894. Apesar de não ser encontrada publicação anterior a essa data, o relato de Antonio Toledo Piza, Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, ao explicar a mudança da nomenclatura *Relatório* para *Anuário*, afirma: *Este annuario estatístico é a continuação dos relatórios publicados annualmente, desde 1893, pela repartição que dirijo.Quando assumi o exercício do meu cargo, já encontrei a denominação 'relatório' dada por meu antecessor ao conjunto dos trabalhos estatísticos executados sob sua direcção.*(Anuário Estatístico de 1901 1).

[8] Cabe aqui explicitar o que se entende por: *informação*, por *dado numérico* e por *tabela estatística*. Segundo Luna (2000), *informação é algo que não foi elaborado e, não tendo passado por tratamento, não resulta em um dado*, no exame dos *Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo*, o nome de uma escola, sua localização, o nome de seu diretor, de seus professores etc. Para as *Normas de apresentação tabular* (1993) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE *dados numéricos são a quantificação de um fato especifico observado*; neste caso, tome-se como exemplo o número de alunos matriculados e freqüentes numa dada escola, num determinado ano. Ainda segundo as *Normas... tabelas estatísticas são uma forma não discursiva de apresentar informações nas quais o dado numérico destaca-se como informação central*. Embora este estudo apresente informações e dados numéricos isolados, concentrou-se no exame dos dados numéricos inseridos em tabelas estatísticas.

[9] Deve-se salientar que durante o período colonial e o Império, o estabelecimento dos registros civil era de competência exclusiva da igreja, com a Proclamação da República a estatística referente ao registro civil começa a ser reorganizada.

OS HOMENS DE CIÊNCIA E A HIGIENE DO LEITE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Marco Antonio Stancik[i] - PPG-UFPR

Introdução

No início da década de 1930, em obra prefaciada por Roquette Pinto, Magalhães Corrêa se propôs a relatar diversos aspectos do dia-a-dia dos habitantes dos "sertões" cariocas. Em certa passagem, ele assim se expressou:

> Dos ambulantes das zonas urbana e suburbana, que se infiltram na rural, são mais conhecidos: '*A vaca leiteira*', auto-caminhão, reservatório de leite gelado, que passa, pela manhã e à tarde, por todas as zonas, vendendo o litro de leite a setecentos réis, e manteiga, em caixinhas (...).
> O *leiteiro*, a cavalo, transporta os litros lacrados, isto é, com tampões de papelão, em *sacos de leite*, manta ou alforje, que colocam sobre o selim, e cujas partes laterais são construídas de duas camadas de compartimentos, para colocação de oito litros em cada uma; assim leva a domicílio, mas torna-se mais caro, custando o litro mil réis. É muito comum serem meninos os que fazem a distribuição, pela manhã e à tarde.[ii]

O que se constata nessa passagem é a convivência, senão concorrência, entre duas formas de se relacionar e comercializar aquele produto. Uma transição que se deu em meio à construção de diferentes identidades, geradoras de conflitos simbólicos, disputas e lutas por poder.

O veículo era uma inovação, um meio de transporte recentemente introduzido, com vistas a oferecer o produto em conformidade com exigências também recentemente estabelecidas por homens de ciência e autoridades sanitárias. Exigências estas que nem sempre se fizeram perceber como uma necessidade real para muitos dos produtores, comerciantes, consumidores e mesmo autoridades sanitárias.

Exemplo disso podemos constatar na forma como, poucos anos antes, o Dr. Nilo Cairo – médico formado pela faculdade carioca, professor do ensino superior, bacharel em Matemática e Ciências Físicas e engenheiro militar – descreveu a forma como o leite de origem bovina chegava até seu consumidor final. Segundo Nilo Cairo:

> Na roça ou nas vilas e mesmo em cidades pouco populosas, o leite é vendido em garrafas comuns, que os leiteiros arrolham com sabugos de milho, na falta de rolhas de cortiça, e que eles felizmente mudam constantemente, dada a grande abundância dos sabugos; mas, nas grandes cidades, ou quando os leiteiros têm recursos e são cuidadosos, o leite é vendido em garrafas especiais de um ou meio litro, bojudas e de boca larga para facilitar a lavagem, arrolhadas com um tampo de mola munido de borracha. (...)
> Em algumas cidades, em que a municipalidade não o proíbe, a distribuição é feita, às vezes, pelos pequenos vaqueiros, levando a vaca de porta em porta e aí a mungindo, à vista do freguês; neste caso, o leite é vendido sempre mais caro, a 200 réis o copo.[iii]

Observa-se que, na percepção de Nilo Cairo, o emprego de sabugos de milho nada tinha de surpreendente, não sendo por ele questionado. Ao contrário, ele o encarava com absoluta naturalidade, parecendo estar bastante familiarizado com aquele procedimento. O mesmo em relação à ordenha de porta em porta.

No entanto, a naturalidade com que Nilo Cairo se reportou a aqueles procedimentos, observáveis desde o período colonial, não era partilhada por todos. Em certa medida, em conseqüência do clamor de alguns agentes que se ocupavam de alguma forma com o leite e seus derivados, o produto foi, aos poucos, deixando de ser atividade de homens montados a cavalo. A partir do momento em que homens de ciência, autoridades sanitárias e gestores públicos por ele passaram a se interessar, aqueles tiveram que ceder espaço. Mesmo que lentamente e em alguns lugares de forma mais acentuada que em outros.

Novos tempos deveriam assim ter início, proclamavam os homens de ciência. Em lugar de rudes trabalhadores e de animais desfilando pelas ruas em meio à poeira e

adotando procedimentos com alguns séculos de uso, novos veículos motorizados e aptos a fornecerem o leite sob certas condições higiênicas deveriam ser empregados. Uma dessas condições era a baixa temperatura do produto, impossível às montarias.

Outras inovações, ou, dizendo de forma mais adequada, novas necessidades recentemente criadas se faziam presentes. Para melhor compreendê-las, num primeiro momento cabe fazermos algumas breves reflexões tendo em vista as noções de práticas, representações e apropriação. Em seguida, retomaremos a problemática do leite nos tempos da Primeira República, na forma como as autoridades sanitárias e os homens de ciência a percebiam, verificando quais eram as suas observações, suas críticas e suas proposições.

História, apropriação e representações

Partimos do pressuposto segundo o qual "pertencimentos distintos proporcionam condições diferenciadas a partir das quais os agentes e a instituições atribuem sentido",[iv] apropriando-se diversamente dos mesmos objetos culturais. Entendemos ainda que a existência desses pertencimentos e condições diferenciadas são característicos de qualquer espaço social. E estão eles na base de uma série de conflitos que se estabelecem entre esses agentes e instituições que o compõem.

Por isso, "as idéias, como qualquer outra instituição, são vivas. Tendem não ao imobilismo, mas ao movimento e à transformação, e respondem a interesses e conflitos que não são apenas de natureza intelectual."[v] Assim, se produtores, comerciantes, consumidores de leite e homens de ciência divergiram em diversos aspectos, isso pode ser melhor esclarecido pensando-se suas práticas e representações tendo em vista suas múltiplas pertenças.

De tal forma, segundo Chartier, cabe ao historiador esclarecer "o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada,

dada a ler".[vi] Ainda nas palavras do historiador francês, ao esclarecer a noção de apropriação:

> A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (...) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.[vii]

Os homens de ciência e o leite

Freiras adicionando água ao leite servido aos internos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro... Portadores de hanseníase fabricando queijo em Minas Gerais... Urina de vaca adicionada ao leite vendido à população em outras localidades...

Vivia-se um drama nos tempos da Primeira República. É o que denunciavam, por vezes originando divergências, alguns sanitaristas, médicos, inspetores de leite e laticínios naquele período. Segundo estes, o leite então produzido, comercializado e consumido por todo o Brasil era, em grande parte, nocivo à saúde da população.

A situação por eles descrita era alarmante. Segundo afirmavam, não seria raro encontrar-se pessoas portadoras de hanseníase manipulando produtos laticínios destinados ao consumo humano. Esperavam desta forma obter algum alívio para o mal, ou talvez até mesmo encontrar sua cura.

O assunto foi motivo de divergências durante a realização da Primeira Conferência Nacional de Leite e Laticínios, realizada em 1925 no Distrito Federal. Na ocasião, o médico Dormundo Martins denunciou: "Há em Minas Gerais uma crença de que quem sofre da moléstia de Hansen, deve, para curar-se ou melhorar, trabalhar em produtos

laticínios. Por isso é que se vê de preferência esses infelizes entregues, naquele estado, a tal indústria. Na Zona da Mata tal coisa atinge as proporções de uma calamidade. Em São João D'El Rei isso é uma lástima!".[viii]

E prosseguiu, afirmando ser do seu conhecimento a descoberta de uma falange humana no interior de um queijo produzido em Minas Gerais. Ela, segundo afirmou o médico, teria sido perdida por um portador da doença, empregado em alguma indústria de laticínios.[ix]

Independente da comprovação ou não das denúncias – o caso da falange parece até mesmo indicar uma grande dose de exagero -, o certo é que uma série de interesses econômicos permeavam aquela fala. Parte considerável do leite então consumido no Distrito Federal era proveniente do interior do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Sem entrar em mais detalhes, é certo que, uma vez levados a sério relatos daquela natureza, de imediato poderiam eles trazer conseqüências negativas para o comércio mineiro. Seja pela rejeição ao produto da parte dos consumidores, seja na adoção de mais amplas medidas restritivas à sua comercialização. Entretanto, mais à frente veremos que não era apenas isso, ou seja, que outros aspectos, além do econômico, perpassavam as denúncias do médico.

Outros exemplos das práticas criticadas podem ser encontrados nos relatórios dos inspetores de leite que atuavam na Seção de Leite e Derivados do Ministério da Agricultura. Em 1928, Sócrates Alvim fez as seguintes considerações:

> Os processos de ordenha do leite são ainda muito primitivos entre nós. O serviço é geralmente feito em currais lamacentos, sob uma coberta grosseira e sem comodidades e limpeza alguma, praticado por indivíduos ignorantes, desasseados e brutais, que espancam os animais, operam a mungidura com mãos sujas, sem lavar as tetas e o úbere das vacas, metendo os dedos no leite, a fim de retirar espuma com que amaciam as tetas, deixando escorrer na vasilha receptora o caldo de leite e sujidade que lhes cai das mãos, deixando penetrar na vasilha do leite pêlos, ciscos e respingos de fezes do animal ordenhado, empregando no serviço vasilhame impróprio e mal limpo etc. (...) Tudo isso

> representa um mal irreparável, visto que não há pasteurização e tratamentos outros capazes de transformar em bom leite um produto originariamente mau e estragado.[x]

Por tudo isso, Aleixo de Vasconcellos, reconhecido como uma das maiores autoridades brasileiras em temas relativos ao leite e laticínios,[xi] afirmava que o leite, um dos principais alimentos do ser humano, era também um fator importante na transmissão de doenças e nas taxas de mortalidade infantil. Portanto, assim deparamo-nos com uma outra faceta da questão que incomodava aqueles homens de ciência. Um leite oferecido à população em más condições de higiene tendia a revelar-se um sério problema de saúde pública.

Onde há aglomerações, como ocorre de forma mais acentuada nos centros urbanos, e, ao mesmo tempo, circulação de pessoas, mercadorias, etc., há também o intercâmbio de outros elementos indesejáveis. Entre eles, muitos capazes de causar doenças. O leite bovino, nas condições descritas, era apontado como um deles.

Entendemos no entanto que se tanto o fator econômico quanto a questão da saúde pública se faziam presentes nas críticas, ainda assim outros aspectos revelavam-se nas palavras de alguns daqueles que se ocupavam com o leite. Homens de ciência como eles, ao mesmo tempo em que aprofundavam seus conhecimentos, nos livros, nas faculdades, nos congressos, nas visitas e contatos com o exterior, conheciam ao mesmo tempo outras realidades. Realidades que distinguiam os países mais desenvolvidos economicamente, seu grau de "civilização", o seu "progresso", que tanto almejavam estender ao Brasil.

Na perspectiva de Souza Patto, eram dois os grandes projetos que ocupavam a classe dominante naquele período: "superar a humilhação frente ao 'atraso' do país em relação aos 'países civilizados', pela realização do sonho provinciano de assemelhar-se à Europa, e salvar a nacionalidade pela regeneração do povo."[xii]

Portanto, aqueles homens de ciência apelavam para o patriotismo, o qual era sempre aludido associando seu trabalho aos interesses da nação – como se ela pudesse

ser vista e/ou transformada num todo homogêneo e em uníssono. Era o trabalho em prol da prosperidade e do progresso do país.

E o que significava, para eles, o progresso? Seria a eliminação física, por todo o território nacional, bem como em todas as mentes e corações, dos resquícios dos tempos coloniais. Transformação a ser operada nos procedimentos cotidianos da população, nas suas instituições e, não menos, nos corpos de seus habitantes. Afinal, como salientou Souza Patto, estava em pauta a regeneração do homem. E o leite, que Aleixo de Vasconcellos qualificou em determinado momento como o principal alimento humano, deveria contribuir naquela importante e urgente missão.

Por isso, pelo menos três dimensões, três diferentes facetas profundamente imbricadas permeavam as representações daqueles homens de ciência relativas ao país e sua população. Eram elas a econômica, a sanitária e outra que podemos denominar civilizatória/regenerativa. Empreendimento este cujas origens mais remotas já podem ser encontradas no século XIX e, com muito mais nitidez, a partir do início do século XX.

Apesar disso, o olhar dirigido ao leite revelava inúmeras permanências daqueles tempos que se pretendia apagar. Talvez porque significativas parcelas da população, incluindo até mesmo alguns homens de ciência, simplesmente insistiam em mantê-las vivas. Elas, provavelmente, eram parte de sua forma de ser e estar no mundo. Com isso, ficava difícil alterar a imagem do Brasil e de sua população e dar-lhes um verniz de civilização, tal qual se tentou, por exemplo, com a reforma urbanística e o saneamento do Distrito Federal nos primeiros anos do século XX.

---

[i] Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. *E-mail*: marcostancik@hotmail.com.

[ii] CORRÊA, M. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: J. Leite, 1936, p. 233.

[iii] CAIRO, N. **Guia prático do criador de animaes domésticos**. São Paulo: C. Teixeira, 1925, p. 240-241.

[iv] STANCIK, M. A. Entre a defesa e a regeneração: alternativas e opções para o aprimoramento da raça na década de 1920. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 21-36, dez. 2003, p. 24. Também disponível em: <http://www.uepg.br/propesp/publicatio/hum/2003_2/02.pdf>.

[v] Ibid., p. 34.

[vi] CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p. 16-17.

[vii] CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991, p. 180.

[viii] CONFERENCIA NACIONAL DE LEITE E LACTICINIOS, 1., 1925, Rio de Janeiro. **Annaes**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Artes Graphicas, 1926, p. 159.
[ix] ALVIM, S. Primeira exposição e conferencia nacional de leite e derivados. In: MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Revista de zootechnia e veterinaria**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 23-33, 1926, p. 29-32.
[x] ALVIM, S. Relatório de dezembro de 1926. In: MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Revista de zootechnia e veterinaria**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-22, 1927, p. 19-20.
[xi] STANCIK, M. A. Aleixo Nóbrega de Vasconcellos: um homem de ciência da Primeira República. **Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 2, p. 203-220, 2003, p. 204.
[xii] SOUZA PATTO, M. H. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999, p. 178-179. Além da Europa, podemos acrescentar, para o período em análise, os Estados Unidos como outro modelo que se desejava imitar.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá: 35 anos na Mata Mineira

Marco Aurélio Corrêa Martins - UNIPAC

Introdução

A presente pesquisa pretende reconstituir a história de uma Organização de Ensino da Zona da Mata, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá/MG, pelo seu alcance temporal e geográfico, valendo-se de fontes orais e da documentação disponível, oficial e escassa. Trata-se de um estudo de caso em andamento que procura situar a história desta Organização no contexto geral da História da Educação no Brasil.

Foram entrevistadas quatro pessoas ligadas aos primeiros anos da Escola: dois ex-professores e dois ex-alunos de suas primeiras turmas. Optamos por omitir seus nomes, por uma questão ética. Além das entrevistas não-estruturadas, vale-se a presente pesquisa do livro de atas da Congregação, dos livros de Registro de Matrícula e Registro de Diplomas.

Contexto histórico

A mineira Romanelli[1], no clássico "História da Educação no Brasil", baseia-se em números para denotar que a expansão do ensino superior na década de 1960 e início da década de 1970 não correspondeu a uma estratégia determinada pela ação governamental para o desenvolvimento econômico. Em sua primeira fase, o movimento de 1964 buscou uma "recuperação econômica" com captação de recursos para recuperação do investimento público e, na segunda fase, num desenvolvimento industrial. É nessa segunda fase que a educação vai ser encarada como fator de desenvolvimento.

O processo de reforma do ensino no período de 1964-68, no contexto de subordinação econômica e política, produziu nas universidades brasileiras a consecução do modelo organizacional norte-americano, tido como um dos mais modernos do mundo capitalista, porém, com uma doutrina baseada no idealismo alemão. Essa concepção organizacional não foi imposta pelos técnicos da agência internacional de desenvolvimento americana (USAID), mas vinha esboçando-se desde a década de 1940 por administradores

educacionais, professores e estudantes que vinham dos Estados Unidos com a convicção de modernizar o Ensino Superior Brasileiro[2].

As reformas relativas ao aspecto educacional nasceram com a crise insuflada pela politização dos movimentos estudantis e pela pressão social por mais vagas no ensino superior. Com a cooperação da USAID, os interesses desenvolvimentistas apareceram.

Houve um crescimento exponencial das matrículas nas Faculdades de Filosofia e Letras na década de 1960, com o crescimento do número dessas escolas. Cursos de Letras, Ciências Sociais e Pedagogia, "fáceis de montar" e menos onerosos, foram assumidos pelas escolas particulares, aos quais Romanelli[3] se refere como "cursos sem prestígio" acessados basicamente pelo público feminino ou por aqueles que não tinham possibilidade de acesso aos cursos tradicionalmente prestigiados.

Neste contexto, foi criada, em Ubá, Zona da Mata Mineira, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIU) com os cursos de Letras, História, Matemática e Pedagogia. Nas palavras de um de seus primeiros professores, com os objetivos de "*elevação do nível sócio-cultural, preparação dos profissionais da educação e integração da região com os maiores centros acadêmicos nacionais"*.

A criação da Faculdade: as religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria

A iniciativa da criação da Faculdade aconteceu por um grupo de empresários e políticos sob a liderança de Cícero Brandão (advogado e professor), que desejava uma escola de Direito, mas foi demovido da idéia pela Irmã Nair Teixeira Soares, da Congregação das Religiosas do Sagrado Coração de Maria.

O Colégio do Sagrado Coração de Maria, em Ubá, foi criado em 1911, sendo a primeira unidade brasileira da Congregação fundada na França por Padre Jean Gailhac em 1849. Em 1968, o Colégio de Ubá havia formado sua última turma, pois lhe sucedera o curso Ginasial.[4] Como o Colégio das Irmãs estava com um andar ocioso à noite, já que uma escola pública funcionava apenas no térreo, Irmã Nair pediu autorização para o funcionamento da Faculdade nestas dependências à Geral da Congregação em Roma, para quem *a "Congregação não só estava de portas abertas, mas também com o coração*."

O papel da Congregação e do Colégio *Sacre-Coeur de Marie* foi fundamental para a criação da Faculdade. o Colégio garantiu o local para funcionamento da Escola Superior por 22 anos, e, principalmente, a Congregação ofereceu boa parte dos professores titulares para o processo de autorização junto ao Conselho Federal de Educação, pois as religiosas possuíam formação necessária para o corpo docente. Para esse segundo fim, a nascente Faculdade contou ainda com o apoio da Superior Provincial no Brasil da Congregação.

No entanto, somente três religiosas vieram a lecionar na Faculdade no seu primeiro decênio: Ir. Nair Teixeira Soares, que lecionava Psicologia e foi sua primeira vice-diretora, Ir. Maria Therezinha Benedicto, professora de Língua Portuguesa, e Ir. Elizabeth Cristina Thorviton, de origem irlandesa, professora de Inglês. A falta de professores qualificados foi um desafio: muitos prestavam exame de proficiência para lecionar em caráter precário.

A associação entre empresariamento do ensino e Igreja Católica foi cada vez maior a partir da década de 1930 devido à ausência de ideologia educacional no empresariado. A filosofia educacional da Igreja Católica, fundamentada na Encíclica "Divini Ilius Magistri", opõe-se à atuação do Estado na Educação, embora não seja privatista no sentido liberal.

Empresariamento e expansão do ensino superior no governo militar

O Estado Brasileiro, de meados da década de 1950 até o início dos anos de 1960, subsidiava instituições particulares, levando, em muitos casos, à federalização dessas. No entanto, como o Conselho Federal de Educação procurava encerrar esse processo, propôs aumentar a produtividade das instituições públicas e não criar novas. Os governos militares deixaram livres os privatistas, ciosos por uma legislação que permitisse ao Estado somente a função supletiva em relação à iniciativa privada[5]. Contudo, cabe ressaltar, a idéia de um Estado com ação supletiva é da própria Encíclica, ao propor o caráter sobrenatural da educação à Igreja e o natural à família.[6]

O Governo Militar propunha criar vagas para o Ensino Superior nas instituições públicas sem, contudo, ampliar o número dessas escolas. Como o Plano Nacional de Educação de 1962, revisado em 1965, destinava 5% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Superior para as universidades e estabelecimentos isolados particulares, amplas

possibilidades abriram-se ao setor privado da educação no atendimento às demandas reprimidas.

É assim, afirma Cunha, que capitais investidos em Escolas de 1º e 2º graus, migraram para o 3º grau:

> *Um quadro exemplar encontrado em muitas cidades brasileiras pode ser traçado assim: um estabelecimento particular de 1º e 2º graus passou a abrigar uma faculdade no período noturno; com o crescimento das matrículas, a faculdade ocupa todo o prédio, todos os turnos, deslocando o 1º e 2º graus; numa terceira etapa, novas faculdades são justapostas à primeira, até que o conjunto muda de nome, ganhando o* ***status*** *de universidade.*[7]

Em 1973, 39% dos recursos destinados pela USAID foram gastos com subsídios a escolas particulares[8]. Em Ubá, a FAFIU registra em ata da Congregação de 14 de maio de 1975 o protocolo de uma subvenção de duzentos mil cruzeiros e a proposta da Câmara Municipal da cidade de uma verba subsidiária. Período em que os cursos da Faculdade estavam em processo de Reconhecimento.

A criação da Faculdade: A Fundação Presidente Antônio Carlos

A FAFIU tinha prédio e professores e faltava uma Mantenedora. Sem apoio de líderes políticos locais, os idealizadores da Faculdade associaram-se à liderança da família Andrada, de Barbacena, na pessoa de Bonifácio Tamm de Andrada, responsável pela Fundação Presidente Antônio Carlos, também mantenedora de uma Faculdade naquela cidade.

Os trabalhos para o pedido de autorização da nova Faculdade foram divididos entre os professores Silvio e Marcos Fagundes, responsáveis pela burocracia do pedido, e pelos empresários Lincoln Rodrigues Costa e Bento Batista Costa, responsáveis pela parte financeira. Além de Cícero Brandão e Ir. Nair Teixeira Soares, integrava a comissão o Procurador da Comarca de Ubá Dr. José Campomizzi Filho.

Bonifácio Tamm de Andrada era político da UDN e foi vereador em Barbacena e Deputado Estadual de Minas Gerais no final da década de 1960, sendo, inclusive, presidente da Assembléia. Membro da tradicional família que tem como patriarca José

Bonifácio de Andrada e Silva, atuou como Secretário Geral e Líder da ARENA na Assembléia de Minas e, posteriormente, na Câmara dos Deputados em Brasília.

Em discurso na posse da Diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Ubá, em 1971, o Deputado Bonifácio Andrada indicava a educação universitária como fator de desenvolvimento: o ensino superior, dizia, era chave para o progresso social e razão do desenvolvimento; imperativo insubstituível de progresso e elevação do status para a vida social. Propunha uma universidade moderna buscando a verdade: voltada para Deus e para a ciência, para a pesquisa e com valores de base fundamentalmente profissionalizante e de irradiação da cultura. Essa universidade era contrária à Universidade Docente, na qual a preocupação era somente dar e obter diplomas, e a Universidade Socialista preocupada com o social, mas esquecida de valores perenes.[9]

O deputado Bonifácio Andrada, mantinha estreita relação de orientação pedagógica com os diretores da Faculdade, mas, como afirma um ex-professor, dava autonomia à Faculdade, tanto pedagógica quanto financeira, uma vez que a gestão era toda local e incluía apenas a receita das mensalidades da própria Faculdade. Por isso, na década de 1980, os professores, por iniciativa do então diretor, Professor Luiz Alberto Duarte Martins, iniciaram o processo de construção da sede própria que teve conclusão em 1992.[10]

A Faculdade: Ingressos e Egressos

Autorizada por aprovação do parecer 70, de 23 de abril de 1970, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá fez vestibulares em agosto e setembro do mesmo ano, iniciando cinco turmas: dos cursos de História, Pedagogia, Matemática, Letras/Inglês e Letras/Francês. Ao todo, foram matriculados 253 alunos, perfazendo uma média bastante expressiva de 50 alunos por turma.

No ano seguinte, em novo vestibular, ingressaram mais 72 novos alunos nas turmas já existentes, obrigando os primeiros a aguardar por um semestre o nivelamento com os “calouros”.

A iniciativa da criação da Faculdade sofreu oposição de políticos importantes da região, contraposição explícita denotada, primeiro, na demora na tramitação do processo de

autorização em Brasília e, posteriormente, no corte de energia elétrica na cidade no dia e hora do vestibular ocorrido no mês de agosto daquele ano e de publicidade contratada em cidades vizinhas avisando a suspensão do vestibular. O vestibular foi realizado à luz de lampião. Tal oposição é compreendida pelos fundadores como um suspiro da política do voto de cabresto, temerosa da maior educação da população.

Os militares, ao construírem seu Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o Período de 1964-1966 propuseram um aumento, até 1970, de 180 mil matrículas no ensino superior. Como critério, estipulava atender a população de cidades com mais de 50 mil habitantes com uma vaga para cada 100 habitantes.[11] Coincidentemente, o município de Ubá possuía, segundo o censo de 1970, uma população absoluta de 44.994 habitantes. Se considerarmos a população de todas as pequenas cidades no entorno, a população passaria desse mínimo. Por exemplo, Visconde do Rio Branco, distante menos de 20 km, possuía uma população de 25.527 habitantes. Se considerarmos o número de matriculados na FAFIU na primeira década de sua existência, teremos uma média de 450 matrículas por ano. Dos 1.483 alunos que ingressaram, 861 formaram-se no primeiro decênio de existência da Faculdade, ou seja, 58% dos ingressos.

O regime militar não freou a demanda das classes médias ao ensino superior, segundo Cunha, a fez aumentar. Alguns fatores contribuíram para isso: redefinição do papel da mulher como trabalhadora fora do lar; aumento dos requisitos educacionais para os funcionários públicos; o encolhimento das propriedades privadas e até o desaparecimento das pequenas propriedades devido ao avanço do capitalismo e o êxodo do campo para a cidade. Ao observar os ingressos da primeira década da Faculdade, constata-se que 85,5% deles foi do sexo feminino, sendo que 92,4% dos egressos dessas primeiras turmas foram mulheres. Nenhum dos cinco cursos obteve, em quaisquer dos anos do decênio, prevalência para o sexo masculino. O que corrobora a afirmação de Cunha.

O mesmo ocorre em relação às novas exigências de formação do Funcionalismo Público. Dos 327 alunos matriculados em agosto de 1970 e fevereiro de 1971, 64,83% se

declararam funcionários públicos. Outros 9,78% eram bancários, contadores, escriturários ou comerciantes. 8,26% se declararam professores dos diversos níveis de ensino[12].

Como Ubá está num raio de 100 km de duas universidades públicas, Juiz de Fora e Viçosa, pode indicar que seus cursos atenderiam às necessidades de parte de sua elite ou a pessoas de classes intermediárias da região, sobretudo para suas filhas, enquanto os rapazes se dirigiam a outros centros para estudar. Pessoas da baixa classe média não teriam condições de se deslocar para Juiz de Fora ou Viçosa, pois o custo com transporte nas estradas sem pavimentação da época onerava os estudos. Necessidade contra a qual também tinha de se ajustar a nova Faculdade: organização de horários de início e término das aulas, de horário e calendário das avaliações, bolsas de estudo etc.

Segundo um ex-aluno, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá trouxe a possibilidade de desenvolvimento para as pessoas da região, já que maioria dos alunos era de cidades vizinhas a Ubá.

Os anos de chumbo

Os anos de chumbo não trazem grandes problemas para uma escola que nasce na plenitude da ditadura. A propaganda do Governo envolve as cidades do interior e todos os atos oficiais são realizados pela Faculdade com a presença de seu Diretório Acadêmico. Havia grande rotatividade de professores, mas o Dr. Cícero Brandão tinha seus amigos jesuítas e, através de seus contatos, levava a Ubá pessoas de renome para palestras e cursos: assuntos da Igreja, da Família, da ordem econômica, da saúde, do combate às drogas e da orientação sexual. Eram simpósios e cursos ligados à área dos Estudos de Problemas Brasileiros, disciplina da qual o Dr. Cícero era titular.

A Ata da Congregação de 09 de novembro de 1977, por ocasião da despedida do Professor Carlos De Vitta, terceiro diretor da Faculdade, afirmava que este procurou *"promover a família Universitária, com doação, trabalho, pesquisa, à altura das responsabilidades e compromisso com o ensino e como elemento humano que procura sua promoção".* Afirmava De Vitta que passava ao vice-diretor, que concluiria seu mandato, Prof João Batista Rodrigues da Silva, *"uma casa de Ensino, que trabalha em paz e com ordem".*

Considerações Finais

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá, fruto de um trabalho coletivo de professores, alunos e membros da comunidade de Ubá, possui os atributos didático-pedagógicos e organizacional das Faculdades similares descritas na literatura sobre o período estudado.

No entanto, se nas capitais, cidades maiores, e nas instituições públicas a política do Regime buscava conter professores e alunos, na Faculdade de Filosofia de Ubá, tal expediente jamais fora necessário. Estava plantada uma Escola nos moldes permitido e valorizado pelo Governo Militar, bem descrita por um ex-aluno, como uma *"Faculdade comportadinha"*. Os professores, alguns deles religiosos, padres e freiras, tinham na formação cristã o lastro da docilidade, da solidariedade, da paz e da ordem a ser empregado nos trabalhos e organização da Faculdade.

Não foi uma escola criada e mediada pelo conflito (não se poderia esperar isso de uma Organização Privada), mas, no dizer de Chauí construiu-se uma Organização universitária referida na administração para obtenção de um objetivo particular *"regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito"*[13]. Uma organização preocupada em gerir seu próprio tempo e espaço, inserida, ou aceitando-se como inserida, num dos pólos da divisão social. Embora, na década de 1970 a questão da competição entre as organizações universitárias não estava, ainda, definitivamente colocada como hoje.

---

[1] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis: Vozes, 1978.
[2] CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformanda.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
[3] ROMANELLI. Op. Cit.
[4] Informações disponíveis na internet: http://www.scmuba.com.br/historia/ acesso em 16/05/2005.
[5] CUNHA. Op. Cit.
[6] A Encíclica "Divini Ilius Magistri" foi escrita pelo Papa XI em 1929.
[7] CUNHA. Op. Cit p. 321-2. De fato, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi fundamental para a criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Ubá em 1996 e da criação da Universidade Presidente Antônio Carlos em 1997.
[8] Ibidem.
[9] O discurso do Deputado e Professor Bonifácio Tamm de Andrada é reproduzido sinteticamente na ata da Congregação de 03 de maio de 1971.
[10] O pesquisador não teve acesso à parte financeira da Faculdade.
[11] CUNHA. Op. Cit
[12] O pesquisador incluirá investigação sobre a faixa etária dessas turmas.
[13] CHAUÍ, Marilena. **A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB NOVA PERSPECTIVA.** PALESTRA PROFERIDA NA ABERTURA DA 26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, POÇOS DE CALDAS, 05 DE OUTUBRO DE 2003.

UMA CANÇÃO INACABADA - A PRÁTICA DE ENSINO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: A EXPERIÊNCIA DO UNIPAM – MG

Marcos Antônio Caixeta Rassi [*]– PPG-UFU/UNIPAM

"Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas"
Carlos Drummond de Andrade

Este texto é fruto de meu trabalho de pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, orientado pela Professora Dra. Selva Guimarães Fonseca. É um trabalho provisório, estou em pleno processo de pesquisa, portanto, não estou ainda buscando conclusões. Tudo é parcial e especulativo, embora investigativo. Trata-se de um trabalho sobre práticas docentes em História, neste caso, aquelas produzidas pelo curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, Hoje UNIPAM.

Aprendi a gostar de História quando fui aluno da Professora Maria José Silva Levenhagem Ferreira, a Zezé, no Colégio Fonseca Rodrigues, em Patos de Minas, no longínquo 1973. Quando fui aluno da referida professora, foi como se, pela primeira vez, uma torrente arrebatadora de entusiasmo tivesse caído sobre mim. Caetano Veloso, em luminosa biografia de Alexandre o Grande, narra numa canção[1], que Aristóteles havia plantado no herói macedônico, a possibilidade dele "sentir" filosofia. A referida professora, germinou em mim a faculdade de "sentir" História. Foi uma descoberta definitiva. Daí já meu interesse, não só pela História em si, mas também pelos

[*] Mestrando em Educação na Universidade Federal de Uberlândia e professor do UNIPAM-MG

mecanismos que conduziam alguém a gostar do que se gosta, ou seja, gostar da docência, sentir saber em ensinar História.

Hoje, pensando sobre o que é a pesquisa, o que é a produção do conhecimento histórico e docente, não tenho dúvidas que o professor é um produtor de um certo tipo de saber[2] , que é um pesquisador que a cada aula, diversamente produz uma teia de saberes, ressignificando o mundo, as coisas, "tijolo por tijolo, num desenho lógico". Continuo convencido que a educação tem em comum com a arte este atributo, a adesão é gratuita e, às vezes, incomensurável.

O intuito central desta pesquisa, é compreender, problematizar, inferir, sobre como se forma um professor de História no Brasil, e, especialmente, como temos formado os professores de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas – especialmente de 1985 a 2001. Esta instituição foi onde a Professora Zezé se formou e foi professora formadora durante vinte e cinco anos, até sua morte – faleceu precocemente em outubro de 2004. Também foi nesse mesmo curso que me constitui professor de História, onde fiz minha formação inicial e onde atuo também como docente há vários anos. Sinto-me motivado para investigar, refletir sobre as práticas de formação que estão sendo desenvolvidas no meu *locus* de trabalho e seus reflexos na realidade educacional local e regional.

Por que centro minhas atenções no período de 1985 a 2001? Porque é a partir de 1985 que o curso tenta buscar uma identidade própria que não lhe era concebida pela estrutura educacional vigente no país, a Ditadura Militar. A partir deste ano os debates no interior do curso, sua natureza, os currículos, a qualificação dos docentes passaram a ser indagadas, questionadas. Abriu-se então, um debate interessante, rico e promissor, tanto a nível discente quanto docente. Passou-se a se discutir no curso, suas vicissitudes, seus limites, não só do curso mas de toda a Instituição. Mesmo os Departamentos passaram a respirar mais autonomia, menos controlados pela estrutura

centralizadora, até então vigente. O ano de 2001 é crucial na História da Instituição porque é o ano em que a Fundação Educacional de Patos de Minas se torna Centro Universitário, momento em que a estrutura realmente sofre transformações profundas, não só do ponto de vista administrativo, mas sobretudo em relação a produção de pesquisa, além de começar, efetivamente as atividades de extensão, ainda que tímidas. Minha relação com a História é intensa, primeiro pela paixão despertada desde a adolescência, pelas aulas da Professora Zezé, segundo, porque como disse, sou professor formador de História, além de atuar também no ensino fundamental e médio, em escolas públicas e privadas. Ora, como professor reflexivo[3], busco romper com o velho provérbio, já conhecido por todos, sobretudo aqueles ligados às ciências da educação, que diz "quem sabe faz, quem não sabe ensina". Pretendo reelaborá-lo segundo a perspectiva colocada pela Professora Selva Guimarães Fonseca, que provoca, "quem sabe faz, *quem pensa o que faz*, ensina".

Num momento de crise da educação, crise de valores, crise de identidades, crise existencial, crises econômicas, crise dos estados nacionais, enfim num mundo cuja marca mais evidente é a crise se reforça a concepção de que a educação escolar é o veículo propulsor para buscar e construir possíveis saídas dessa crise[4]. Assim o repensar sobre nossa prática torna-se ainda mais instigante, até porque sabemos que é nos momentos de crise que germinam as saídas e alternativas para vencê-las.

Meu propósito é investigar a formação inicial do professor de História, o papel dos cursos de Licenciatura nessa formação, as mudanças ocorridas ao longo dos anos, tanto pelas experiências das trajetórias do docente quanto pelas operadas através das políticas públicas. Investigo quais são os saberes dos professores de História formados nessa faculdade, em termos de raiz epistemológica, concepções historiográficas e as relações desses saberes com os saberes pedagógicos; como estes saberes foram constituídos,

modificados, reciclados e ou re-significados. Entendo saberes, na linha de Bernard Charlot

> Adquirir saber permite assegurar-se um certo domínio do mundo no qual se vive, comunicar-se com outros seres e partilhar o mundo com eles, viver certas experiências e, assim, tornar-se maior, mais seguro de si, mais independente.[5]

O caminho metodológico básico percorrido teve como premissa a abordagem qualitativa de pesquisa educacional. Utilizo uma combinação de instrumentos e fontes – atas do Departamento de História, jornais locais, matrizes curriculares, documentos elaborados pela ANPUH, legislações atinentes ao tema da docência em História a nível estadual e federal, documentos constitutivos da Instituição, bem como do curso de História - com as fontes orais, entrevistas com professores formadores e professores que receberam sua formação inicial na Instituição pesquisada e que atuam como professores de História no ensino fundamental e médio.

A História Oral, constitui, ao meu ver, uma metodologia que potencializa, irriga a reconstrução de nossas práticas e experiências como professores, além de resgatar a memória e tradição, condições fundantes a um trabalho de investigação que articula a educação com a História.

> Como construirmos? Buscamos alternativas que possibilitem erguer o olhar sobre o desafio, o usar fazer. Trabalhar com História Oral é fazer vir à tona o que ainda não havia sido registrado ou que foi, muitas vezes, expurgado dos depósitos de memória: arquivos, armários, estantes... A pesquisa em educação requer uma busca criteriosa de evidências, para não cairmos nas armadilhas das fontes oficiais e apenas reproduzir o que desejaram nos passar. O pesquisador não pode contentar em apenas preencher as lacunas deixadas pelos manipuladores da memória.[6]

Meu investimento em História Oral, se fundamenta na certeza, de que, ao longo dos anos, o relato oral, não só para a situação específica do trabalho de professores, sempre

se constituiu como uma das maiores e mais abrangentes fontes humanas de preservação e divulgação do conhecimento. Na pesquisa em educação temos de estar de olho no "baú das memórias" que pode não estar depositado nos documentos materiais. Uma coisa é, por exemplo, uma ementa de um determinado programa de ensino, o discurso ali explicitado. Outra coisa bem mais complexa e fecunda é o esclarecimento oral de quem trabalhou o ementário, como trabalhou, em que medida, em que limites, em que tempo, em que enfoque, em que acréscimo bibliográfico, qual o resultado obtido da aplicação do conteúdo da ementa. A História Oral disponibiliza instrumentos de obter essa riqueza de evidências . No dizer de José Carlos Sebe Bom Meihy,

> Com uma vocação para tudo e para todos, a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva. [7]

A História Oral permite vislumbrar o entendimento das práticas dos professores através dos processos de suas próprias construções. Aqui, quem vai falar é o próprio professor. Ele será o sujeito de sua própria reflexão, o que permitirá construí-la, divulgá-la e possibilitar outras interpretações, mas partindo da reflexão feita pelo próprio professor, pela sua maneira singular de pensar e exprimir seus saberes – todos eles e não só o escolar - , sua concepção de mundo, suas práticas, sua vida.

As narrativas dos professores vão estar imbuídas da força que Walter Benjamin atribui a capacidade da narrativa de resistir, de se auto-acondicionar no tempo e nas coisas, como tão bem registrou uma das professoras entrevistadas, no momento em que eu iria começar sua entrevista:

> Eu me lembrei de uma leitura que eu fiz recente do Proust, [...] ele fala de uma memória não intencional [...] .Fala que ele, um dia, comendo uma "madeleine", 'madeleine" é uma bolachinha típica francesa. Ele foi molhar no chá e começou a se lembrar, sem intenção, espontaneamente, da vó dele. Assim com detalhes, ali, na bolachinha, e ele vai remontar a uma lenda, a uma tradição celta, que falava que as pessoas mortas ficam nas coisas, sabe, que o espírito delas, fica nas coisas. [...] Sabe, essas coisas vão mexer, e eu me lembrei dele e eu acho que aqui vai ter muito de memória subterrânea, ela chama de memória subterrânea, não memória intencional.[8]

Foi movido por este vigor, por essa capacidade potenciadora e ao mesmo tempo velada, que me inspirei ao optar por narrativas. Se vou especular sobre processos formativos, formação inicial de professores, necessariamente tenho de me remeter a ouví-los, e ouví-los intensamente, com sensibilidade de perceber em suas vozes, gestos, suspiros, lágrimas, testas franzidas, o dito e o sutil. Ora, os currículos, as leis, os documentos, as atas, os registros são fundamentais para a pesquisa empírica em educação. Outra dimensão é aquela em que o sujeito que passou e passa pelo seu processo contínuo, contraditório, tenso, porém rico e singular, de formação e profissionalização como docente, tem a possibilidade de narrar, produzir intelectualmente uma reflexão sobre sua história em forma de narrativa. Segundo Benjamin,

> A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver.[9]

Inicialmente, situo historicamente a criação da Fundação Educacional de Patos de Minas, FEPAM, para, a partir daí, buscar o nascimento do curso de História e traçar a História do curso de História. Procurei enfatizar fragmentos da História da cidade de Patos de Minas, nos idos das décadas de 1960 e 1970 e visualizar o processo que culminou com a criação da FEPAM. Cruzando olhares da História local com a História

Nacional, busquei o significado, para o Regime Militar, de um projeto de educação que desse amparo ideológico ao autoritarismo vigente e as estratégias deste Regime em desmantelar os polos universitários de produção científica e de resistência. A estratégia era criar faculdades isoladas pelo interior do país.

Utilizo a entrevista que fiz com os Professores Pedro Eustáquio Andrade e sua esposa, também professora, Maria Celeste Moura Andrade. Tive a felicidade de ter sido aluno de ambos. Professora portadora de uma alegria contagiante, um senso didático inigualável, uma polidez singular no trato com os alunos. Você se sentia estimulado, alto-astral, a beleza dela irradiava e contagiava a gente.

O Professor Pedro Eustáquio lecionava tudo de História do Brasil. Era e é um apaixonado pela História, pelo Brasil, pela Política, pela Educação e, óbvio, pela vida. Tinha uma magia de estimular a gente a gostar e acompanhar a História do Brasil que era coisa singular de um Mestre realmente. Ela chamava a gente para a sua aventura.

Investigo os fatores que levaram a opção por um curso de licenciatura em História e não em Estudos Sociais, o que era muito mais conveniente ao Regime. Analiso o currículo e suas mudanças ao longo dos anos. Procuro perceber o papel dos professores frente às mudanças curriculares, suas ações e reações, bem como o impacto provocado pelas mudanças curriculares ao olhar dos alunos, futuros professores.

Ainda construirei, a problematização extraída das vozes de outros professores formadores – mais duas colegas do curso - , colegas essas que trabalham no curso desde a década de 1980, portanto, acumulam uma rica experiência na centralidade da formação docente e suas práticas. No momento seguinte do trabalho, darei voz aos professores formados no curso – quatro professores – que atuam hoje no ensino fundamental e médio na cidade e região. Aqui será o momento de um feedback, uma realimentação do trabalho produzido pelo curso, do ponto de vista da docência em História, como esses profissionais se fizeram professores de História, quais seus dilemas,

suas dificuldades na formação, que reflexão produzem sobre suas práticas e que condições o curso possibilitou a eles. Logo tentarei construir uma avaliação possível do curso, a partir das vozes, seja dos formadores, seja dos formados, cruzando percepções, olhares e práticas. Por isso uma *canção inacabada*, outras frases melódicas, outros arranjos, outros timbres, certamente virão.

Acredito que minha pesquisa engendrará uma dupla contribuição: produzirá uma reflexão sobre o trabalho formativo desenvolvido pela Instituição formadora pesquisada, o que poderá ter um impacto no curso investigado e também estabelecerá um diálogo com a produção científica na área de formação de professores, configurando-se como um somatório de experiências que articulam ensino e pesquisa, teoria e prática.

NOTAS

---

[1] VELOSO, C. **Livro.** São Paulo: Polygram/Mercury, 1997. 1 disco sonoro.
[2] TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002
[3] SCHON, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.*). Os professores e a sua formação*. Lisboa: Don Quixote, 1992, p. 77-91.
[4] NÓVOA. A.*Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1995. p. 13-34: O passado e o presente dos professores.
[5] CHARLOT, Bernard. O Saber e as figuras do aprender. In: _____. *Da relação com o saber.* Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 59-89
[6] MESQUITA, Ilka Miglio de*. Formação de professores de história*: experiências, olhares e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000, p.10.
[7] BOM MEIHY, José Carlos Sabe . *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.21.
[8] Entrevista feita com a Professora Maria Celeste Moura Andrade em 03 de abril de 2005, Araxá.
[9] BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Boemia revolucionaria

Marcos Antonio de Menezes[*]

Pode-se dizer que Baudelaire era um poeta extraviado na boêmia, mas conservando mesmo ali a sua categoria e as suas maneiras. De fato, a boemia foi o exílio — quase natural — daqueles cuja conduta era considerada desviante. Os lugares em que esses elementos costumavam ir eram as tabernas onde se bebia vinho barato. De trapeiros a poetas e conspiradores, toda a espécie de gente freqüentava tais ambientes, e o vinho servido unia todos marginalizados, se não ideologicamente, socialmente; aqueles que para ali se dirigiam estavam envolvidos em um protesto surdo contra o governo burguês. No espaço mal-afamado das tabernas, não só eram tramadas conspirações contra o próximo governo, como também se compunham sonetos à liberdade. Baudelaire e muitos amigos conheciam tais lugares, para onde foram empurrados por terem uma conduta considerada "desviante". Segundo Jerrold Seigel, *por si mesmo, o envolvimento de Charles Baudelaire no boemismo poderia ser o suficiente para assinalar a posição importante da boemia no desenvolvimento da literatura modernista*.[1] Durante toda a vida, Baudelaire compartilhou da boemia: muitos amigos do poeta vieram deste mundo. Freqüentando esses círculos e cafés, retira deste ambiente a química para adubar seu jardim; muitas de suas "flores" aí nasceram.

Entre 1830 e 1840, os locais da boemia vinham recebendo políticos radicais; antes de 1848, as associações políticas ali formadas estavam quase todas ligadas aos movimentos de esquerda. O jornal no qual Baudelaire trabalhou neste período —

---

[*] É doutor em História pela UFPR. Autor de *Olhares sobre a cidade*: narrativas poéticas das metrópoles contemporâneas. São Paulo: Cone Sul, 2000. É membro do conselho editorial da revista *ArtCultura*. Professor da UNIMINAS.

[1] SEIGEL, Jerrold. *Paris Boemia:* Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa, 1830–1930. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 101.

Le Corsaire-Satan — era o porta-voz da insatisfação de escritores jovens e desconhecidos. Seus leitores e colaboradores eram estudantes, artistas e escritores.

Para Renato Ortiz, *este meio, por se situar à margem da sociedade, alimentava-se de valores próprios, como o culto à individualidade, o repúdio às instituições artísticas tradicionais (as academias), a recusa em participar de uma cultura popular de mercado*.[2]

Apesar de todas as ambigüidades do mundo boêmio, a posição política predominante era "a de esquerda". Os boêmios estavam nas barricadas das ruas de Paris no ano de 1848 e acreditavam que a derrubada da Monarquia de julho de 1830 poderia dar lugar a uma vida melhor. O ódio do boêmio à burguesia tornou-o próximo da aristocracia desalojada do poder, e esta aproximação recebeu severas críticas de Marx. Para ele nenhum projeto político cultivado individualmente poderia dar frutos, e o ódio cego contra a burguesia de muitos intelectuais do período os impedia de ver o verdadeiro papel daquela classe. Marx achava que a ambigüidade *social da boemia era um campo de desenvolvimento para inimigos da revolução, não seus amigos*.[3]

Mas o certo é que este meio inconsistente abrigou uma intelectualidade que experimentou a revolução e a derrota num ambiente declaradamente burguês. No protesto contra o novo mundo, agora dirigido pela burguesia, o dândi e o boêmio se encontravam. Baudelaire estava nesta posição dúbia: era um dândi no boemismo. Para ser elegante, teria que recusar a natureza; era o artífice se sobressaindo. Em *O Pintor da Vida Moderna*, é clara sua celebração do antinatural: ele glorifica a moda, os cosméticos e a ornamentação pessoal.

A paixão literária que nutre por Edgar Allan Poe pode ter acentuado sua aproximação do mundo boêmio – afinal, Poe morreu bêbado numa sarjeta; embora Baudelaire defendesse a idéia de total afastamento deste escritor de tal ambiente; em

[2] ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*: A França no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 100.
[3] SEIGEL, Jerrold. *Op. cit.*, p. 76.

parte alguma ele o descreveu como um boêmio – quem o fez foi o amigo Barbey d'Aurevilly, o que desagradou o poeta francês profundamente.

Alguns amigos de Baudelaire foram para o mundo boêmio por razões financeiras; outros, para fugir do refinamento da vida urbana. O poeta de *As Flores do Mal* já freqüentava os lugares boêmios desde o período em que vivia com a herança deixada pelo pai; e parece ter se deixado levar por tudo aquilo que lhe causava dor e sofrimento: um espírito contraditório parece ter lhe habitado a alma.

Eu sou a faca e o talho atroz!
Eu sou o rosto e a bofetada!
Eu sou a roda e a mão crispada;
Eu sou a vítima e o algoz!

Eu sou um vampiro a me esvair
– Um desses tais abandonados
Ao riso eterno condenados
E que não pode mais sorrir![4]

O Heautontimoroumenos, v. 21–24.

Baudelaire se entregou a tudo com muita paixão. Mergulhou nas ruas de Paris em busca de experiências que pudessem ser agregadas ao seu fazer poético: ele amava toda a vida que florescia nos submundos da metrópole. Paradoxal, com uma insólita capacidade de mudar substancialmente de direção, Baudelaire quis viver todas as experiências; mas, ao mesmo tempo, sabia que não se pode perder a disciplina.

A polaridade que mais ilustrou a vida de Baudelaire foi, talvez, seu dandismo e sua boemia: do vapor à água em um único movimento. Difundia o seu eu em todos os meios. Viver todas as experiências parecia ser sua meta, inclusive a experiência

[4] BAUDELAIRE, Charles. O Heautontimoroumenos. In: *As Flores do Mal*. 5ª ed. Tadução e notas Ivam Junqueira. Rio e Janeiro: Nova Fonteira, 1985, p. 308–309.

com drogas. Em Baudelaire, houve sempre a busca pelo verso perfeito: o poeta chegava a refazer, dezenas de vezes, um só poema. Os artistas mais admirados por ele são, também, modelos de concentração e disciplina: Delacroix, Gautier, Constantin Guys. Aliás, Baudelaire sempre buscou combater a visão, burguesa, de que o fazer artístico é algo menor e desorganizado.

Mais tarde, as derrotas a que foram submetidos os revolucionários de Paris acabaram por criar nos boêmios um lento e gradual afastamento do mundo político e fizeram com que a raiva deles em relação à burguesia dirigente aumentasse.

Em 1860 – afastado da Comuna há mais de 12 anos –, Baudelaire busca compreender a participação dele e as conseqüências do movimento tanto para a arte por ele produzida como para o povo francês. Depois de tanta censura, do medo de as artes tocarem no "trauma de 1848", da derrota do povo, só restava aos artistas falar do ocorrido por intermédio de códigos e alegorias. Neste campo, Baudelaire revela-se um mestre.

Na década de 1860, escreve ele: *o encanto de 1848 está no seu próprio excesso de ridículo [e] 1848 divertiu-nos porque todos arquitetávamos utopias como se fossem sonhos*.[5] O Baudelaire que temos aqui é sombrio, é confuso; mas é aberto: fluido em suas fidelidades, histérico em seus entusiasmos, como a exigir o direito de contradizer a si mesmo. Mas as ações e os sonhos de Baudelaire com a Segunda República não podem – como gostariam alguns críticos – ser encaradas como um erro, como uma estupidez.

Em 1848, o poeta já fundamentara todos os elementos constitutivos de sua filosofia e sua estética; também já havia escrito alguns dos mais importantes poemas e rascunhado *Correspondances*; os primeiros que tinham a vida na cidade como tema já estavam escritos. Em julho desse mesmo ano, publicou seu primeiro artigo sobre Poe; no ano seguinte, conheceria e passaria a admirar a música de Wagner – o

[5] BAUDELAIRE, Charles. *Escritos Íntimos. Op. cit.*, p. 74–75.

Wagner do *Tannhäuser*. Também já havia escrito algumas páginas sobre Delacroix e lido Sade, provavelmente estava lendo De Maistre. Assim, fundamentada pela leitura desses autores, a obra do poeta estava em busca de uma arte que celebrasse não só o heroísmo, mas também o mal-estar, o sentimento de inadequação e de discórdia frente ao mundo moderno. Todos os dogmas estavam lá; todos os heróis, todos os pontos do universo do poeta já haviam sido expostos.

A rejeição de Baudelaire à política viera em 1851, depois do "golpe de Estado" de Luís Napoleão. A revolução tinha se tornado impossível, pois a vida política na França estava absolutamente falida. Sob estas condições, a retirada de Baudelaire da política poderia ser considerada a única forma possível de ele resguardar a si mesmo e a obra. Para se preservar o conteúdo radical da linguagem filosófica e poética, poderia tornar-se necessário continuar a luta, exclusivamente, no universo das idéias. Isso porque a situação histórica nega toda a possibilidade de satisfazer aquele conteúdo quando a sociedade está ativamente engajada em suprimi-lo. Ou, para inverter a tese de Marx: quando não há propósito em se tentar modificar o mundo, são apenas os poetas que podem interpretá-lo.

Em 1851, o poeta talvez estivesse descontente com o lojista e com as aspirações pequeno-burguesas. O artista burguês ainda dominava o centro do palco, e o lojista suado carregou Napoleão triunfalmente, e não Delacroix – aqueles que se opunham pareciam ter, agora, mais visibilidade. Daumier – o amigo caricaturista – influenciara Baudelaire, assim como Proudhon. Mas aquele era diferente deste: Baudelaire tinha confiança nas aversões dele: havia alguma coisa sã no sorriso, no extremismo absoluto de Daumier; havia alguma coisa profundamente atraente no isolamento de Daumier em direção à Île Saint-Louis. Ninguém poderia ser mais chegado ao pânico, à exaltação do que Daumier; contudo, ninguém representava a burguesia com mais crueldade. Essa visão de Daumier está em *Quelquer caricatures français.*

> *Folheiem essa obra e, em sua fantástica e impressionante realidade, verão desfilar tudo o que uma cidade grande contém de monstruosidades vivas. Tudo o que ela encerra de tesouros assustadores, grotescos, sinistros e burlescos, Daumier o conhece. O cadáver vivo e esfaimado, o cadáver gordo e saciado, as ridículas misérias domésticas, todas as tolices, todos os orgulhos, todos os entusiasmos, todos os desesperos do burguês, nada disso falta. Ninguém conheceu e amou (à maneira dos artistas) tanto quanto ele o burguês, esse último vestígio da Idade Média, essa ruína gótica de vida tão resistente, esse tipo ao mesmo tempo tão comum e tão excêntrico. Daumier vive intimamente com ele, espreitou-o dia e noite, aprendeu-lhe os mistérios da alcova, ligou-se à sua mulher e aos filhos dele, sabe-lhe a forma do nariz e a construção da cabeça, sabe que espírito anima a casa de alto a baixo.*[6]

Penso que este é o tributo crucial a Daumier. Ele significou muito para Baudelaire. Mas, sobretudo, ele era o antiburguês, o crítico cujo sorriso irônico não podia ser ignorado. Daumier ensinara Baudelaire a observar *tudo que uma grande cidade contém de monstruosidades vivas*; foi um dos que mais influenciaram Baudelaire a ser o poeta da cidade: combinar o prosaico com o extraordinário, ver o sórdido e o absurdo na conduta humana, colocar o monstruoso e o patético em contato. Tais aspectos presentes na obra de Daumier se concretizaram, também, na poética baudelairiana. No poema As velhinhas, da série Quadros Parisienses, esta característica pode ser vista com clareza:

> *No enrugado perfil das velhas capitais,*
> *Onde até o horror se enfeita de esplendores,*
> *Eu espreito, obediente a meus fluidos fatais,*
> *Seres decrépitos, sutis e encantadores.*
>
> *Esses monstros já foram mulheres um dia,*
> *Eponina ou Laís! Recurvas ou corcundas,*
> *Amêmo-los assim – almas em agonia!*
> *Sob os frios andrajos e as saias imundas*[7]

As velhinhas, v. 1–8.

[6] BAUDELAIRE, Charles. Qualquer caricatura francesa. In: *Poesia e prosa*: Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 755.

Antes de 1851, Baudelaire deu ao amigo Daumier um presente – a cópia de um poema chamado *Le vin des chiffoniers* (O vinho dos trapeiros). Era a primeira versão do poema, dentre muitas, antes da publicação definitiva em *As Flores do Mal.* O manuscrito que deu a Daumier e a versão que terminara para *As Flores do Mal* são diferentes: o de *As Flores do Mal* é mais curto e rápido, o advérbio de abertura – *Souvent* – encurta a descrição porque exige um evento, que é, então, mantido por quatro linhas. Estas, por sua vez, vêm carregadas de complexidade, sintaxe dançante. Na poesia de Baudelaire, a exatidão e a estranheza geralmente caminham juntas; a mais curta expressão é hiperbólica.

Muitas vezes, à luz de um lampião sonolento,
Do qual a chama e o vidro estalam sob o vento,
Num antigo arrabalde, informe labirinto,
Onde fervilha o povo anônimo e indistinto,

Vê-se um trapeiro cambaleante, a fronte inquieta,
Rente às paredes a esgueirar-se como um poeta,
E, alheio aos guardas e alcagüetes mais abjetos,
Abrir seu coração em gloriosos projetos.

Juramentos profere e dita leis sublimes,
Derruba os maus, perdoa as vítimas dos crimes,
E sob o azul do céu, como um dossel suspenso,
Embriaga-se na luz de seu talento imenso.[8]

O vinho dos trapeiros, v. 1–12.

No poema, a imagem do poeta e do trapeiro aparecem sobrepostas: o poeta, ele mesmo, é um habitante da cidade. Marginalizado pelo mercado, ele vaga pelas ruas da metrópole em busca dos "acasos da rima", assim como o trapeiro cata os restos da sociedade burguesa. Como em outros poemas sobre a cidade, aí aparece uma metáfora que sugere uma espécie de luta de classe disfarçada.

[7] BAUDELAIRE, Charles. As velhinhas. In. *As Flores do Mal. Op. cit*., p. 334-335.."

A vida moderna que os novos espaços urbanos fizeram surgir tinha, por excelência, a marca do eu; o indivíduo era o centro das atenções. Para este homem, se voltaram todas as estratégias do mercado. A arte moderna também tinha de nascer daí, da experiência individual. O indivíduo deveria – ele mesmo – participar diretamente da vida e transcender-se.

A fórmula pela qual Baudelaire trabalhou a fantasia é uma das suas grandes contribuições à lírica e a toda a arte moderna. A fantasia se equipara ao sonho – capacidade criativa por excelência. Daí, depreende-se a distância dos românticos de seu tempo. Para Baudelaire, a arte deve nascer da fantasia, e não ser cópia da natureza. O poeta parece estar chamando pelo *surréalisme.*

> *Mas o Fim ainda não chegara. Baudelaire não podia ser compreendido no século da burguesia. Equivocara-se considerando-o como romântico degenerado, satanista provocador, falso profeta. Só em nossos dias, quando o fim da burguesa se revelou próximo, começou a verdadeira influência de Baudelaire, fundador da poesia lírica moderna, assim como Petrarca fundara a antiga.* [9]

O boêmio e o dândi são personagens incorporados por Baudelaire a fim de melhor sentir e viver o século XIX. Ele sabia que a arte, agora, estava em novos lugares; assim, outros espaços deveriam ser visitados pelo poeta, e ele adentrou todos. Sua poesia não procurou assento no lugar comum, no romantismo. Como bem aponta Valéry, não era possível ser um Hugo – nem esta era a intenção de Baudelaire, cuja pretensão era ser o poeta de uma era, o tempo do romantismo. O *Ancien Régime* estava se transformando em ruínas sob seus pés e ele não queria só contemplar o passado; também aspirava a ser o poeta do futuro de um novo tempo, em que as flores não provocassem só o mal. Baudelaire denunciou ferozmente o mal das flores que brotavam no jardim burguês.

---

8 Baudelaire, Charles. O vinho dos trapeiros. In: *As Flores do Mal*. Op. cit., p. 378–379.
[9] CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental.* Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959, p. 2.259.

VITÓRIAS: A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA - DE HOMENS SIMPLES DA ZONA DA MATA MINEIRA AOS HERÓIS NOS CAMPOS DE BATALHA DA ITÁLIA.

Por

MARCOS ANTONIO TAVARES DA COSTA

1. Introdução

E.P. Thompson[1], quando criou uma nova História Social, tinha em mente abrir novos campos de estudos históricos e novas possibilidades de entendimento de acontecimentos e fenômenos, sob o ponto de vista dos homens e mulheres que compunham, em grande maioria, a gama de atores do objeto em estudo, mas que não tinham as atenções da historiografia tradicional. Montenegro[2], autor de renome nacional, afirma que o fato histórico acontecido é diferente do documentado, principalmente se voltarmos nossas vistas para o olhar de cada indivíduo, por meio de sua oralidade.

A história da Força Expedicionária Brasileira (FEB) é palco não somente de batalhas, grandes generais, heróis mortos ou intrigas políticas, como vem sendo ou foi constantemente estudada pelos autores tradicionais ou de escolas mais inovadoras, civis ou militares.

O objetivo desse trabalho é desenvolver um novo panorama de conhecimento sobre a FEB, focando a Zona da Mata Mineira e seus componentes de baixa patente. Sua base social, suas relações sociais, anseios, dúvidas, expectativas... Ou seja, estudar, por meio da história oral, de documentos pessoais e oficiais, reminiscências e iconografia, qual era a visão da guerra na Europa que aqueles milhares de homens tinham e de que maneira eles se adaptaram ao saírem da simplicidade de suas vidas nas "Gerais" para o

---

1- THOMPSON, E.P.

2- MONTENEGRO, Antonio Torres.

"Olho" dos acontecimentos no mundo.

2. Tempos de Paz

2.1 Causas do conflito

Os veteranos da FEB, após mais de sessenta anos da formação do contigente, ainda acreditam na versão oficial da antiga DIP (Departamento de Imprensa e Política) sobre as causas que determinaram a entrada do País em confronto com a Alemanha[3]. Os entrevistados, como o senhor Antonio Inham e o senhor Francisco Albino, atribuem à covardia germânica pelos afundamentos dos navios mercantes, sem motivação para isso, o estado de guerra decretado em 31 de agosto de 1942. Contudo havia ligações de Vargas com os americanos, que segundo Seitenfus, passaram de largo comércio de produtos primários para cooperação militar, em detrimento às relações anteriormente desenvolvidas com os alemães. Esse motivo, no entanto, era ideal para a guerra: a defesa da honra e do território brasileiro. É apontado como justo e incentivador para a sacrifício de muitos que embarcaram nessa "aventura". Apesar disso, reticências e resistências para o alistamento e voluntariado foram comuns em todo o processo.

2.2 A convocação

É interessante o fato de que os veteranos possam reproduzir detalhes de momentos acontecidos tempos atrás. Datas, nomes completos, semblantes de rostos a tanto desaparecidos, mortos ou envelhecidos pelo tempo, ainda que lhe falhe a memória quando os fatos são de horas atrás. O momento da convocação e formação da FEB é um desses momentos que são lembrados em suas minúcias. Em 1942, quando é decretado o estado de guerra, muitos que serviam ao Exército naquele momento, como o senhor Geraldo Rodrigues, que integrou o pelotão de sepultamento, foram convocados

---

4 - SEITENFUS, Ricardo.

automaticamente para servir, pois tinham aprovação médica e já estavam em atividade militar.

O senhor José Maria Nicodemos, cabo integrante da peça de morteiro 60mm de um pelotão do 11º RI, demostrou sua indignação pelo fato da FEB ser composta por diversos elementos convocados não voluntários, vindos sem preparo intelectual ou físico para servir, mas deixando militares da ativa, principalmente de patentes mais altas, de fora do contigente. Dentistas, oficiais temporários e sargentos comissionados eram promovidos a oficiais para comandarem os pelotões, enquanto tenentes de carreira eram deixados no Brasil. Aqueles que iam, eram alçados em vagas de oficiais superiores, como majores e capitães. A diretriz de Vargas para formar um efetivo com todos os representantes da Nação foi, para muitos veteranos, danosa para a homogeneidade da FEB.

Observava-se a dificuldade de entendimento entre elementos com culturas ainda em processo de integração, como os filhos de italianos e alemães do Sul e até da região da Mata. Dos nordestinos, vindos de áreas com dificuldades semelhantes às vividas na guerra. Do mineiro urbano de Juiz de Fora e da Capital e com o mineiro da roça, vindos de municípios ou distritos como Mathias Barbosa, São João Nepumoceno, Além Paraíba, Muriaé e outras. Homens diferentes reunidos em torno de um ideal ainda difícil de compreender, pois boa parte era de origem humilde, com muitos irmãos e trabalhadores braçais, que se alistaram no período antes da guerra para conseguir o certificado militar ou que após a declaração eram sorteados dentre aqueles com a idade para servir. Todos formaram a FEB do 11º RI em São João Del Rei, antes de seguirem para o campo de treinamento do Capistrano, no Rio de Janeiro.

3. A FEB toma corpo.

3.1 Treinamento e Expectativas.

O Exército Brasileiro, e isso não há dúvidas, não era preparado para ir para aquele tipo de confronto que já se desenrolava há pelo menos três anos. A forma de doutrina militar aqui reinante era dos moldes franceses, cuja característica principal era a defesa estática[5]. A blitzkrieg alemã foi um inovação para todos os países beligerantes, ingleses, americanos, russos, todos tiveram que procurar maneiras para contrapor à forma agressiva e eficaz de luta germânica[6], mas e o Brasil... Como poderíamos chegar ao nível combativo dos europeus? A saída encontrada foi, primeiro: romper as resistências dos militares germanófilos, que viam com simpatia não somente a forma de combate, mas também as idéias de Hitler, com a declaração de guerra isso foi parcialmente resolvido; e em segundo foi se adaptar à nova doutrina dos nossos aliados: os americanos. Foram feitas viagens de intercâmbio por oficiais brasileiros para trazer as novas idéias e pô-las em prática no Brasil, contudo não foi isso que os relatos, orais e escritos apontam.

Após a formação dos contigentes nucleados em São João Del Rei, Rio de Janeiro e Caçapava, toda a FEB foi reunida na Capital Nacional para os treinamentos unificados, que visavam além das táticas de guerra, o preparo físico, o conhecimento da própria tropa e até detalhes sobre a viagem em navios e a comida americana. Reunidos no chamado acampamento do Capistrano, na Vila Militar, foram pelo menos cinco meses, até a partida, de muitas marchas forçadas, calor, moscas, comida que tentava sem sucesso imitar a americana e o que é o pior, nenhuma tática do que realmente seria utilizada no Teatro de Operações que a FEB seria empregada. Havia já a formação dos grupos de combate, das Subunidades e Unidades que eram de fato semelhantes aos aliados, mas tivemos erros crassos, como disse o Sr Geraldo Gomes:

---

5 - MORAES, Mal. Mascarenhas de.

6 - FONSECA, Ruy de Oliveira.

"Não havia um Pelotão de Sepultamento formado. Tudo foi feito às pressas no 1º escalão, com a orientação dos americanos". O próprio Sr Geraldo era sargento do Pelotão de Morteiros Pesados do 6º RI (Caçapava -SP) e assumiu, juntamente com outro sargento e mais nove soldados a missão de sepultar corpos na guerra. Treinamento "estúpido" como disseram alguns, "difícil" nas palavras do Maj Rui, comandante de pelotão do 11º RI (São João Del Rei - MG), mas em todos há uma certeza: nos combates da Itália, isso de pouco valeu.

Bem ou mal a FEB estava pronta para partir, não se sabia quando, não se sabia para onde, não se sabia se haveria volta. Para muitos o contato com a família já estava rompido à tempos, devido às dificuldades em comunicações (havia somente cartas). Restava apenas esperar e sonhar pelo retorno incerto.

No dia 29 de junho de 1944 o 1º escalão, formado basicamente pelo 6º RI foi embarcado, sem aviso prévio, no navio de transporte americano "Gen Meighs".

3.3 A viagem

Não é difícil de imaginar o misto de deslumbramento, aflição e orgulho que aqueles garotos mineiros, que nunca tinham visto o mar, entrado em um navio ou nem mesmo viajado para locais distantes mais do que alguns quilômetros de casa, ao verem um navio de guerra de um dos maiores países do mundo. "baita navio", "quartel flutuante" eram expressões dos veteranos que exprimem a admiração ante o grandioso, o novo, o moderno.

Os febianos relatam que suas primeiras dificuldades na viagem, e logo ficaria claro que a preparação não foi a melhor possível, foi quanto à comida americana, que segundo eles era "doce e sem tempero" ou "o tempero ficava na mesa". Aliado ao enjôo que persistia por três dias, a viagem era quase um pesadelo. Era também o primeiro contato com os americanos, a quem os brasileiros iriam muito admirar.

Para o 1º escalão, as suspeitas sobre em que porto a FEB iria atracar somente foram confirmadas quando avistaram, depois de quatorze dias, a região de Nápoles. Era na Itália que iriam lutar, viver ou morrer.

4. A Guerra

4.1 A visão da Itália

Alguns brasileiros ouviram palavras de protestos dos italianos na sua chegadas, tudo por culpa do uniforme, que era semelhante ao alemão. "eles julgavam que fôssemos prisioneiros alemães", segundo o major Ruy. Problemas à parte, os brasileiros tiveram a visão de uma terra arrasada pela guerra, ainda que o Sul do país já estivesse nas mãos dos aliados. Um território lindo de paisagens naturais, mas triste com as mazelas dos combates. Era uma visão que nunca tinham visto no Brasil, mesmo nas regiões mais pobres: casas destruídas, entulhos de veículos militares, aviões incendiados, povo maltrapilho. Mas era o local de onde saíram os antecedentes de alguns dos veteranos e para esses, era como um reencontro de suas raízes.

No início, os brasileiros tinham que buscar se adaptar àquele ambiente de guerra, cujo o modelo era o americano. O 1º escalão sofreu com a desorganização e o improviso, não havia barracas para dormir, a comida era enlatada, os banheiros eram caixotes de madeira ao ar livre, as armas ainda iriam ser entregues e o uniforme, como já disse, era impróprio para a guerra, principalmente quando começasse o frio europeu.

Os outros dois escalões chegaram e completaram a FEB, aos poucos, com treinamento exaustivos, que agora sim adaptavam os militares ao que iriam encontrar, com o contato com os americanos e até com as outras unidades daquela "Babel" que era a FEB no Brasil, o Exército foi cumprindo suas missões, vencendo batalhas, avançando no terreno, sepultando seus primeiros mortos, conhecendo o horror da guerra.

4.2 Fogo pela vida.

Uma das coisas mais intrigantes nessa pesquisa é constatar que não havia ódio dos brasileiros para com o inimigo alemão. Matar outra pessoa era algo que o homem simples da roça nunca pensou que pudesse fazer. Mas quando começaram as ações, os primeiros mortos e feridos, as convicções sobre isso passaram. O medo de ser o próximo, de ser considerado covarde e até a indiferença quanto à morte, mudaram a cabeça dos nossos homens da Mata. O Sr Geraldo, que antes tinha certos receios quanto ao seu trabalho de sepultamento, em pouco tempo já o via como algo normal, como relatou na tomada de Monte Castelo: "quando era meio-dia, nós paramos pra descansar, eu fui contar e nós tínhamos trinta e dois corpos alí"... "eu estava com fome e fui comer para continuar". (sic). A admiração pelo soldado americano, "preparado para a guerra", como disse o Sr. José Nicodemos, também encontrava elogios aos alemães, esses quando eram feitos prisioneiros, eram observados atentamente pelos veteranos, que apontam a disciplina com ponto forte.

Caíram 465 brasileiros nos campos italianos, 23 estão até hoje desaparecidos, 2722 foram feridos e incontáveis foram aqueles que levaram para a vida seqüelas da guerra, físicas e mentais.

Conclusão

Os relatos dos veteranos da FEB são verdadeiras aulas não somente de guerra, de militarismo ou de falar de feitos de combate. É visto como era a nossa sociedade naqueles duros anos 40, como os valores como coragem, dever e responsabilidade eram enaltecidos por pais e filhos, como a experiência de um horror muda para sempre um homem. É injusto apenas louvar a FEB apenas por ações de combate, ou até mesmo criticá-los ao desmerecer essas ações. Não podemos compará-los com exércitos poderosos e mais experientes, temos que olhar como foram feitas essas **vitórias**, no campo pessoal e humano. Como venceram uma imensidão de dúvidas, despreparo,

perigos e voltaram para contar tudo isso. É nesse ponto que devemos à FEB por sua valentia e exemplo.

Como síntese disso, comento o caso do Sr. José Antonio dos Reis, carinhosamente chamado de "Tonhinzinho", soldado telefonista do 11º RI, que após a vitória na guerra, ao chegar ao Brasil, não recebeu o carinho de sua mãe, falecida quase 1 ano antes, sem ele saber. "Tonhinzinho" não havia recebido notícias de sua família devido às determinações da censura às cartas, regulada pelo próprio Exército, que evitava que os febianos recebessem notícias desanimadoras durante a guerra.

A República da caridade e a caridade na política: notas preliminares sobre o programa de subvenções do governo Vargas 1931-1937.

Marcos Gonçalves [1] - PPG-UFPR

paideia_mg@yahoo.com.br

Este artigo tematiza alguns aspectos da criação e funcionamento do Programa de Subvenções implantado pelo governo provisório de Vargas em agosto de 1931. Criada pelo Decreto 20.351 de 31 de agosto, a "Caixa de Subvenções", como foi denominada, destinava-se a auxiliar estabelecimentos de caridade, órgãos de natureza técnico-educacional, e prover recursos para os serviços de nacionalização do ensino. Meu propósito foi traçar um quadro sumário da política de subvenções, admitindo que essa medida pela sua abrangência e dentro de suas especificidades, salvo melhor juízo, não tenha encontrado paralelos na história republicana até então. Por isso, foi empreendido um levantamento de todos os atos (decretos) agrupados nas coletâneas de legislação federal, e nas coleções do Diário Oficial da União, pelos quais, o Estado concedeu subvenções entre dezembro de 1931 a dezembro de 1937. Considerei, além desse levantamento, mas ausente de discussão nesse texto, a aplicação de legislação incidente sobre o programa, e que tratava principalmente de: 1) transformação do fundo pecuniário das subvenções em verba de despesa permanente da União; 2) complementação sistemática de verbas para dinamizar o programa e; 3) flexibilização ou fluidez de verbas consignadas originariamente para outras despesas, com o seu deslocamento para a conta das subvenções. As questões iniciais que norteiam essa breve exposição colocam-se nos seguintes termos: quais eram os fins explícitos da política prevista pela "Caixa de Subvenções"? Pode-se considerar tal projeto como uma efetiva política de justiça social, ou, como distribuição generalizada de atitudes caritativas de uma nova tipologia de Estado visando sua legitimação? As propostas de justiça social e caridade pública são inerentes? Como se tratam de indagações em germe sobre políticas de assistencialismo, julgo que seria necessário um exame sistemático

de corpos documentais do Ministério de Educação e Saúde Pública, órgão gestor do programa. Além do que, por esse texto não se configurar em uma avaliação rigorosa em termos teórico-metodológicos sobre a política de subvenções, nem fazer qualquer interrogação à literatura pertinente ao tema, deixa de considerar os presumíveis impactos de âmbito social alcançados pelo programa, não tenta reconstruí-lo em minúcias, e caminha, talvez de forma imprudente, na linha das impressões mais especulativas.

No entanto, é certo que a "Caixa de Subvenções" inscreveu-se como mais uma ação dentro de um modelo político em estruturação que visava, como referido, conferir legitimidade a uma nova tipologia de Estado. Sua criação teve correspondência com o amplo espectro de políticas sociais erigidas sob um novo significado, e que obtinham dimensão sem precedentes no debate político orientado pelo contexto de inícios da década de 1930. [2] O objetivo proposto pela política de subvenções agregou-se, com efeito, a construções políticas análogas. Dentre tantas, lembro os seminais projetos de organização da esfera do trabalho, com desdobramentos na legislação previdenciária, na medicina do trabalho etc.; a nova ótica situada sobre a necessidade de refinar a burocracia estatal e a decorrente qualificação técnica administrativa, concretizadas nas várias instâncias que germinaram como gestoras do negócio público. Igualmente, seria um ato falho esquecer a alteração substancial pela qual passou a política econômica, orientando-se no sentido do nacionalismo e da industrialização, com a forte presença do Estado nos setores de infra-estrutura. [3] A esse conjunto de soluções, reuniram-se os fins explicitados no preâmbulo do Decreto 20.351, gênese legal da "Caixa de Subvenções". Vejamos, pois, a justificativa de suas finalidades. O Estado criara a "Caixa" porque se via no dever de amparar com eficiência e assistir, dentro de um espírito de "altruísmo" as várias associações contempladas, de molde a estabelecer "normas preventivas da burla e dos meros favores pessoais ou políticos, no manifesto interesse dos verdadeiros desprotegidos e da economia do país". [4] Considerando essa situação, o propósito da "Caixa" era fundar e prescrever uma política uniformizadora dos recursos canalizados, garantindo medidas de

prevenção para que o montante dos auxílios ficasse centralizado, e dessa forma, ao invés de representar ônus para as finanças públicas, servisse à distribuição proporcional às respectivas necessidades. [5] Qual era a natureza das instituições atendidas e por quais meios deveriam estar constituídos os recursos? A lei de subvenções tinha alcance sobre várias modalidades de associações: estabelecimentos de caridade tais como hospitais, maternidades, creches, leprosários, institutos de proteção à infância e à velhice desvalida, asilos de mendicidade, cegos e surdos-mudos, orfanatos, ambulatórios para tuberculosos, dispensários e congêneres, bem como os estabelecimentos de ensino técnico, não custeados pela União, pelos Estados ou municípios. [6] Ainda por conta dos recursos da "Caixa de Subvenções", o governo atendia aos Estados que mantinham serviços de nacionalização do ensino, "obrigando, nas escolas primárias, o ensino da língua portuguesa, geografia do Brasil e história Pátria". [7] Recordo aqui, um dado importante: o Decreto 20.597, de 3/11/1931, incluiu como beneficiárias das subvenções as instituições ou corporações científicas de "reconhecida utilidade pública, a juízo do governo", que prestavam "inegáveis serviços à coletividade (...), objetivos de filantropia ou de alevantamento dos foros científicos da nacionalidade", [8] fator que atribuo como relevante na estratégia de distribuição de recursos porque irá configurar de imediato um discurso modernizador. Antes de ser implantada como verba permanente de despesa da União, a "Caixa de Subvenções" definia quatro variantes de captação de recursos para sua constituição: a) produto da contribuição de caridade cobrada nas alfândegas da República, sobre vinhos e mais bebidas alcoólicas, de acordo com a primeira parte do artigo 1° do decreto 5.432, de 10/1/1928; b) produto da taxa especial sobre embarcações; c) créditos orçamentários e especiais; d) produto de donativos e outros quaisquer recursos concedidos em favor das subvenções. [9] Para se habilitarem a receber as subvenções, os estabelecimentos deveriam atender algumas exigências que validavam seu credenciamento. Na apresentação do memorial descritivo da instituição postulante ao auxílio era requerida comprovação de funcionamento por mais de dois anos; a prova de que não recebia qualquer subvenção da União nem dispunha de recursos

próprios suficientes para o custeio de suas despesas com indicação do número de beneficiados; a prestação de serviços gratuitos, e a juntada de balancetes relativos ao último semestre de funcionamento. Administrada em seus primeiros meses de existência pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a "Caixa de Subvenções", a partir de março de 1932, passou à competência do Ministério de Educação e Saúde Pública. O governo argumentava, com essa medida, que por intermédio dos órgãos técnicos do MESP melhor se exerceria a fiscalização das instituições, além do que, julgava como atribuição específica da área os assuntos relacionados à instrução, higiene, assistência hospitalar e atividades correlatas. [10] Esse resumo das finalidades da "Caixa" coloca-nos mais ou menos situados dentro de outras orientações que desdobram a política efetivada. Elas permitem, sobretudo, uma conexão mais aproximada em termos descritivos, com a parte mais visível da distribuição dos recursos, que é o reconhecimento sobre o destino das verbas de subvenções. Nesse sentido, a partir daqui, minha intenção é estabelecer ligeiramente uma espécie de "geografia da caridade". Adotarei para identificar as tipologias de subvenções a seguinte convenção: **S1**, para as subvenções destinadas a atender hospitais, asilos, orfanatos, institutos de caridade em geral; **S2**, para os recursos canalizados aos estabelecimentos profissionais de fomento técnico, cultural, comercial e instituições de ensino; **S3**, para as subvenções concedidas à nacionalização do ensino. Em relação às regiões atendidas, e de acordo com a legislação inventariada, é irrefutável que o sudeste do país foi o maior beneficiário da política de subvenções no período abrangido. Desde a data em que foi concedida a primeira subvenção, em dezembro de 1931, até o fechamento do período estabelecido, foram canalizados recursos que atingiram o montante de 47.506:875$000 (quarenta e sete mil, quinhentos e seis contos, oitocentos e setenta e cinco mil réis). Embora extenuante, a descrição dos números que seguem torna-se necessária porque auxilia a conformar algumas conclusões. O montante canalizado foi distribuído da seguinte forma entre as regiões: sul (S1=2.280:000$000 ou 27,05%; S2=2.065:500$000 ou 24,51%; S3=4.082:300$000 ou 48,44%); sudeste

(S1=20.724:825$000 ou 77,93%; S2=5.867:750$000 ou 22,07%); norte (S1=2.819:000$000 ou 95,75%; S2=125:000$000 ou 4,25%); nordeste (S1=5.741:000$000 ou 67,89%; S2=2.715:000$000 ou 32,11%); centro-oeste (S1=687:500$000 ou 63,28%; S2=399:000$000 ou 36,72%). Consolidando essas grandezas em totais gerais, teríamos assim, a seguinte distribuição: S1=32.252:325$000 ou 67,89%; S2=11.172:250$000 ou 23,52%; S3=4.082:300$000 ou 8,59%. A primeira impressão que se pode extrair desses números, é a de que o governo dedicou maior prioridade aos estabelecimentos identificados como S1. Porém, gostaria de relativizar essa assertiva, tendo em conta os milhares de associações atendidas pelos auxílios enquadrados nessa tipologia. Dessa maneira, julgo interessante refletir sobre a diluição de tais verbas em face do número de hospitais e institutos de caridade atendidos, muitas vezes, com quantias que não chegavam a 500$000 (quinhentos mil réis) ou não passavam de 1:000$000 (1 conto de réis). [11] Bem diferente foi a perspectiva sobre a necessidade de armar as polícias contra a subversão, por exemplo. Em fevereiro de 1936, o Ministério da Justiça abria crédito especial de 2.700:000$000 (dois mil e setecentos contos de réis) para a Polícia Militar, a Policia Civil e o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, para atender as despesas “com a repressão do movimento de caráter extremista”. [12]

Dentro da lógica da geografia da caridade, há motivos para desincorporar o Distrito Federal da região sudeste e isolá-lo, devido a especial atenção que o governo reservou em relação aos recursos encaminhados à antiga capital. De fato, o volume de subvenções aplicadas em instituições ali estabelecidas, superou em muitos milhares de contos de réis, os recursos direcionados para uma ou mais regiões. [13] É provável que esse fator se devesse a ser o Rio de Janeiro pólo centralizador e disseminador da pauta política nacional, e, por conseguinte, um foro de sustentação para a legitimidade do regime. A sensibilidade do governo nem mesmo se descuidou com as subvenções destinadas a CBD (Confederação Brasileira de Desportos, com sede no Distrito Federal) em 1934, ano em que se disputou a Copa do Mundo de futebol na Itália. Subvenções para a CBD atingiram o total de 100:000$000 (cem contos de

réis), com 20:000$000 (vinte contos de réis) em fevereiro, e 80:000$000 (oitenta contos de réis) em abril de 1934.[14] Para a região sul, o principal foco das subvenções foi calcado na nacionalização do ensino ou S3. Tais recursos atingiram 48,44% do total da região. Com isso a "Caixa" atingia por dentro a construção de uma idéia nacionalista, antecipando em alguns anos as medidas legais adotadas em 1938. [15] O sul do país somente adquiriu maior importância na geografia em virtude do fracionamento favorável de valores pertinentes à nacionalização do ensino. A política de subvenções para a nacionalização de ensino foi um dos maiores impactos para o sul do país, diretamente entrando "em choque com a existência de núcleos imigratórios nas zonas de colonização, (...) que haviam implantado seus próprios sistemas de educação básica, em suas línguas de origem". [16] Outra delicada questão a ser apontada reside na hipótese de que a "Caixa de Subvenções" estaria a marcar um dos aspectos de retomada da aproximação entre o Estado e a Igreja, mesmo que de forma capilar. Aqui também estaria alojada a idéia de uma tentativa de realização dos pressupostos da doutrina social cristã. Por quais meios? A começar pela segunda questão, pelo exercício da caridade, ou pela idéia de que a caridade é possível de ser transposta para a política como uma norma positiva, ou ainda, pela sobreposição de atos de misericórdia face às políticas concretas de justiça social. Ora, se tivermos em conta a noção, ou antes, a diferenciação que alguns clássicos da doutrina social cristã operam entre justiça e caridade, vê-se que, como disse Bigo, no sentido vulgar, a caridade chegou às vezes a designar exclusivamente a esmola ocasional do rico. [17] Nessa perspectiva, existe a crítica sistemática de que a palavra caridade pode designar um certo número de obras características (obras de misericórdia) pelas quais ela se exerce. Nesse momento, não tenho como me alongar na discussão da diferenciação entre justiça e caridade sob esse prisma, e também não estou entre aqueles que aderem à doutrina social da Igreja. No entanto, as palavras de alguns teólogos e teóricos dessa doutrina muito incomodam e questionam a fundo as relações de poder em sociedades que historicamente se organizam em função de abismos entre a riqueza e a pobreza. [18] Quanto à aproximação entre Estado e Igreja

por conta exclusiva das subvenções, ela pode estar edificada em três fatores: 1) pela própria conjuntura de um poder que construía seus dispositivos de legitimação; 2) pela atenção dispensada às missões religiosas instaladas no interior do país, aos colégios católicos e às ordens religiosas no que tangia à canalização dos recursos; 3) pelo interesse relativo da Igreja católica nas questões sociais. Dentre as centenas de instituições beneficiadas, cito aqui apenas algumas: Missões Salesianas do Amazonas, Escola de Santo Adolfo das Filhas de Maria Imaculada no Distrito Federal, Liceu Salesiano Leão XIII de Rio Grande/RS, Colégio Salesiano de Santa Rosa/RJ, Liceu Salesiano de Salvador/BA, Escolas Profissionais Salesianas de Niterói/RJ, Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e Irmãs Salesianas de São Paulo/SP, Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João Del Rei/MG, Prelazia de Porto Velho. Como se sabe, à época fervilhavam os debates sobre a "questão social", e mais, sobre as notórias questões suscitadas desde final do século XIX, pela doutrina inaugurada com Leão XIII e a *Rerum Novarum*. No Brasil, o avanço das organizações operárias com atenção voltada para o assistencialismo – talvez a sua marca principal de final do dezenove – infletiu para um caráter cada vez mais político em suas reivindicações ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Porém, diferentemente do que ocorreu em alguns países da Europa, a igreja latino-americana de modo geral, e a brasileira de modo específico, pouca importância reservaram para a encíclica social de Leão XIII. [19] Concordando com König, mas afastando-me de algumas de suas generalizações, foi somente a partir da década de 1920, que a questão social adquiriu para a hierarquia católica [uma parte] uma relevância na medida em que a encíclica de Leão XIII "se tornou a impulsora de um catolicismo cada vez mais claramente social que procurou respostas para os problemas sociais adequadas às circunstâncias". [20] A dissonante e gradual adoção dessa idéia por parte da igreja encontrou em Vargas um correspondente político compatível. Existiu uma carga simbólica nada desprezível no programa de subvenções, junto à construção progressiva de um Estado forte, conduzido por um líder imaginado como caridoso.

O arquétipo de pai dos pobres floresceu já em 1931, quando a mão do "homem providência", por uma reunião múltipla de interesses quis estender-se a todos. [21]

---

[1] Doutorando do Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Paraná.

[2] Esse novo significado, principalmente referido às relações de trabalho, foi exemplarmente refletido por Ângela de Castro Gomes em texto da 1ª metade da década de 1980. A autora ainda ressaltou o fato de que nos períodos de existência de governos autoritários, verificaram-se os mais substanciais progressos na legislação social. Cf. GOMES, Ângela de Castro. Empresariado e Legislação Social na década de 30. In: *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Senado Federal, 1983.

[3] Cf. LAMOUNIER, Bolívar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da era Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ; FGV, 1999, p. 38.

[4] Cf. Preâmbulo do Decreto 20.351 de 31/8/1931. In: *BRASIL*. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1931. Volume II – Atos do governo provisório (maio a agosto). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 708.

[5] Cf. Preâmbulo, idem.

[6] Artigo 1º do Decreto 20.351, de 31/8/1931. Cf. Idem, ibid., p. 708-709.

[7] Art. 22 do Decreto 20.351, de 31/8/1931. Cf. Ibid., p. 712.

[8] Decreto 20.597, de 3/11/1931. In: *BRASIL*. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1931. Volume III – Atos do governo provisório (setembro a novembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932, p. 424.

[9] Cf. letras (a) a (d) do parágrafo único, Artigo 1º do Decreto 20.351, de 31/8/1931. In: Op. cit., p. 709. Essa situação é alvo de uma mudança fundamental em 1934, quando as subvenções passam a integrar o orçamento da União.

[10] Decreto 21.220, de 30/3/1932. In: *BRASIL*. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1932. Volume I - Atos do governo provisório (janeiro a março). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

[11] Essa situação repetiu-se dezenas de vezes. Aqui, ilustro apenas com três exemplos: Decreto 22.112 de 18/11/1932, beneficiando o Asilo São Vicente de Paulo de Paraisópolis/MG, com 400$000 (quatrocentos mil réis); Decreto 22.330, de 9/1/1933, beneficiando a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, do Distrito Federal, com 500$000 (quinhentos mil réis); Decreto 1470, de 7/3/1937, beneficiando o Asilo Nossa Senhora da Conceição de Serro/MG, com 1:000$000 (1 conto de réis).

[12] Decreto 653, de 15/2/1936. In *BRASIL*. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1936. Volume I – Atos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937, p. 176.

[13] No levantamento efetuado, o Distrito Federal beneficiou-se com 11.897:375$000, sendo 84,91% para S1 e 15,09% para S2. Estes valores representam 25,04% do total de sete anos de subvenções.

[14] Respectivamente, Decretos 23.888 de 19/2/1934 e 24.161 de 23/4/1934.

[15] No ano de 1938 entraram em vigor o Decreto-Lei 383 de 18 de abril, legislando sobre a proibição de organizações estrangeiras; o Decreto-Lei 639 de 20 de agosto, sobre cotas de imigração, e o Decreto-Lei 868 de novembro, sobre a nacionalização do ensino.

[16] SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000, p. 93.

[17] BIGO, Pierre. *La Doctrine Sociale De L'Église.* Paris: PUF, 1969, p. 34.

[18] "De fato, seria trair o espírito do cristianismo, deixar-se levar pela ilusão fácil de quantos se comprazem em traçar um amplo catálogo de obras de misericórdia (ou obras de caridade), mas descontadas na lista das obrigações de justiça, que, deste modo, se veriam indevidamente substituídas pelas primeiras. Ilusão, sim, mais talvez do que hipocrisia calculada, pois pode muito bem refletir a convicção de que é mais nobre dar livremente, do que pagar obrigatoriamente aquilo que se deve. Contudo, pode também acontecer que, com esta atitude, e queira desculpar, mais ou menos sutilmente, a recusa a enfrentar verdadeiras obrigações de justiça rotulando-as de 'simples' deveres de caridade, deveres que se considerariam sem força obrigatória, meros aspectos, simples conselhos, que nem sempre haja a obrigação de cumprir". Cf. VALVEZ, Jean-Yves; PERRIN, Jacques. *Igreja e Sociedade Econômica*. O Ensino Social dos Papas de Leão XIII a Pio XII. Tradução Agostinho Veloso, S. J. Porto: Livraria Tavares Martins, 1960, p. 254-255.

[19] Cf. KÖNIG, Hans-Joachim. A questão social na América Latina e no Brasil. Fins do século XIX, inícios do século XX. In: _____. Et all. (Orgs.). *Consciência Social*. A história de um processo através da Doutrina Social da igreja. São Leopoldo: Unisinos, 1994, p. 131-144.

[20] Idem, p. 139.

[21] Sugiro aqui, o modelo de Salvador apresentado por Girardet calcado em Moisés, excetuando, é óbvio, o poder de oratória pouco presente em Vargas. Cf. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia das Letras, especialmente o capítulo "O Salvador", p. 63-96.

FISCALIDADE E FOMENTO NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL: orientações e contradições

Marcos Guimarães Sanches

UNIRIO – UGF/RJ

A comunicação pretende investigar as "linhas de força" das ações do Estado português no Brasil em relação à organização e funcionamento da administração fazendária, em correspondência às medidas de caráter fiscal e de fomento. No período estudado, da Restauração (1640) ao final do reinado de D. Pedro II (1706), as políticas metropolitanas serão abordadas a partir de alguns condicionamentos: o processo de consolidação do absolutismo em Portugal, o esforço de recuperação econômica e a "viragem" definitiva do Império colonial para o Atlântico centrado no Brasil.

A Restauração, apesar das novas necessidades e interesses, manteve nas linhas gerais, a estrutura organizacional da administração estabelecida a partir de 1548 com a instituição do Governo Geral, ao passo que as "políticas coloniais" se caracterizaram por um esforço fiscal, capaz de fazer frente as prementes necessidades do Reino. Recuperada a independência, se refletiam na administração colonial as dificuldades gerais da conjuntura, agravadas pela guerra da Restauração, e o encolhimento do império, incluindo-se, neste caso, o controle da Cia das Índias Ocidentais sobre o nordeste brasileiro e as alianças européias formalizadas pelos Bragança, que reduziram o império colonial e promoveram aberturas a participação estrangeira no comércio, revertendo o equilíbrio apresentado pela balança comercial no início do século[i].

A colônia tivera, durante o domínio espanhol, uma relativa expansão econômica, da qual se destacam o incremento da produção açucareira, o avanço do domínio do território, a intensificação das relações comerciais com as possessões espanholas e a crescente interdependência com a África. Neste quadro, "a conservação do Brasil deveria ser financiada

pelo próprio Brasil", que numa conjuntura de "atlantização do Império", destacava-se como seu principal centro[ii].

O papel relevante do Brasil no conjunto do Império português esteve expresso nas políticas coloniais, mesclando-se ações de maior controle administrativo e fiscal, traduzidas em alguns caso na "ampliação da competência dos funcionários coloniais"[iii] com medidas de incremento e controle da exploração colonial, quer através do incentivo a novos produtos ou a atividades já em expansão como o tabaco e a pecuária, quer através de um controle tipicamente mercantilista do comércio.

À tendência geral de baixa do seiscentos, agravada no contexto português, estavam associadas às manifestações agudas de crise financeira e as medidas de reforço fiscal, expressas na "Advertência" de Lourenço de Brito Correia (29.3.1644) que preocupado com a "conservação" do Estado do Brasil sugeria ao Rei cunhar moeda própria na colônia, fazendo face aos seus sistemáticos prejuízos[iv].

O esforço normativo estava inserido numa etapa de "consolidação do poder" entre 1640 e 1698[v], que marcou sob a direção dos Bragança, a trajetória do Estado português rumo ao absolutismo. Por outro lado, a idéia de "viragem" aplicada pela historiografia desde o período filipino, pode ser tomada em múltiplos sentidos, desde uma "nova configuração dos centros de poder, que se traduziu em diversos mecanismos de estruturação das elites sociais"[vi], até o aprofundamento da presença portuguesa na América.

No reino, as Cortes expressavam a mobilização da Nação e, ao mesmo tempo, lançavam as bases de uma progressiva centralização administrativa. Consolidou-se a administração baseada nos Conselhos (Guerra, Estado, Fazenda e Ultramarino), "indiscutível revitalização das instituições tradicionais"[vii], além da ampliação do Desembargo do Paço.

A criação do Conselho Ultramarino (1642), seguindo o modelo do Conselho das Índias do período filipino, expressou uma "mudança na estrutura do Império"[viii], impondo uma direção centralizada dos negócios coloniais – "...por ela há de correr a administração da Fazenda dos

ditos Estados ...e a que deles vier ao Reino se administrará pelo Conselho da Fazenda..."[ix]. O novo colegiado esvaziava a atuação do Conselho da Fazenda sobre as áreas coloniais e, paralelamente, se esboçava o modelo de administração executiva através da Secretaria de Estado (3.11.1641)[x], embora vá tardar em quase um século o estabelecimento da secretaria específica para as colônias, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, criada em 28.7.1736[xi] e no caso específico da fazenda, a direção centralizadas só se efetivou com o Real Erário, em 1761.

A estrutura e composição do Conselho Ultramarino são reveladoras do novo arranjo político e das tendências dominantes na evolução do Estado. Composto por Presidente, Secretário, dois Conselheiros de capa e espada e um Conselheiro letrado, o novo órgão conciliava a renovação de forças por parte da nobreza com a ascensão crescente da burocracia. Pelos seus quadros passaram nomes que antes ou depois se destacaram na administração colonial, desde Jorge de Mascarenhas, Marques de Montalvão, seu primeiro Presidente, passando por Salvador Correa de Sá e Benevides, até os Conde da Cunha, de Rezende e o Marques de Aguiar.

Souza Sampaio reconheceu a existência de três tribunais ligados a administraação fazenda: o Conselho da Fazenda, o Ultramarino e a Junta do Tabaco, cuja referência pode ser tributada a importância adquirida pelo produto. O Conselho Ultramarino, na sua interpretação, tinha jurisdição semelhante nos domínios ultramarinos ao do Conselho da Fazenda no Reino[xii].

Na colônia, o Conselho de Fazenda já instituído durante a União Ibérica (26.12.1595), era composto pelo Governador-Geral, Provedor-mor, o Juiz dos Feitos da Fazenda, o Procurador da Fazenda e dois Desembargadores de Agravos. Diluía-se, o poder num órgão colegiado, que funcionou, dependendo do período, sob maior ou menor influência do governador. Da mesma forma, a recriação da Relação da Bahia e, no século seguinte, a Relação do Rio de Janeiro, restringiram a jurisdição judicial dos Provedores, com os agravos encaminhados ao Juízo dos Feitos da Fazenda[xiii].

A tendência de centralização e controle parece ter sido crescente como se lê na Provisão que designava D. Vasco de Mascarenhas , Conde de Óbitos, Governador Geral do Brasil, no contexto da crise sucessória em Portugal e na fase final da Guerra da Restauração com ampla jurisdição " sobre todos os fidalgos e quais quer outros meus súditos de qualquer qualidade", referindo explicitamente a administração fazendária, para a qual "lhe dou poder nas causas de minha Fazenda lhe ordene e faça o que houver mais por meu serviço"[xiv].

Nas capitanias, manteve-se a estrutura anterior, apenas retirando-se do Provedor o exercício do Juízo da Alfândega (Carta Régia, 4.9.1704)[xv], devendo ser destacado que a documentação sugere uma crescente centralização da direção da administração fazendária no governador e a valorização de ramos especializados, caso já referido da mineração e do tabaco (Superintendência do Tabaco, 18.10.1702). No geral, a administração fazendária acompanhava a tendência de maior centralização e controle exemplificados dentre outros, na já citada restauração da Relação da Bahia (1659) e na designação dos Juízes-de-Fora (1696).

A administração e o funcionamento da fazenda refletia a profusão de normas editadas, muitas das quais, contraditórias entre si. A conjuntura negativa e o papel do Brasil no Império, já com sua face predominantemente atlântica, justificam, até certo ponto, a abundância de ordenamentos, que, no geral, reproduziam a profusão regulamentadora do mercantilismo, expressa por procedimentos monopolistas e fiscalistas, levando Varnhagem a relaciona-las com a atrofia das atividades econômicas:

> "... O governo parecia apoderado do prurido de legislar para a América; mas sendo os legisladores pouco práticos do país revogavam a miúdo suas próprias obras, mau sinal para quaisquer estadistas, e para o Estado que os admite. Meteu-se a metrópole a ordenar que o açúcar se remetesse do Brasil em caixas de madeira não verde, devendo as mesmas caixas serem marcadas e não terem de peso mais de quarenta arrobas; pretendeu coibir, no Estado do Maranhão, a falsificação do cravo e a exportação do cacau apanhado verde. Ideou obrigar a que se vendessem os açúcares por menos

preço, rebaixando os dos gêneros que consumiam os engenhos; e teve que revogar a ordem no ano imediato; também ordenou que não se levantassem no Maranhão os preços do tabaco e taxava os do sal e do algodão; e que não se permitissem no Pará e depois no Maranhão engenhocas de aguardente, para favorecer o fabrico do açúcar; proibiu a exportação da aguardente de cana para Angola, como prejudicial à saúde dos africanos, e logo no ano seguinte a permitiu de novo, porque era ela antes um verdadeiro remédio para eles, segundo voto dos médicos. – Pensionou a cultura do tabaco, o que foi reputado tão cruel como o poderia ser a proibição de ninguém beber água em sua casa, e ter que ir libá-la ao chafariz. – E com isso nenhuma nova indústria, nem de fábricas, nem agrícola tratou de introduzir"[xvi].

Na administração fazendária, foram constantes os registros de intenções/tentativas de consolidação/modernização do seu ordenamento, como sugerem as solicitações de cópia dos documentos legais existentes, a exemplo da Ordem do Conselho Ultramarino ao Provedor do Rio de Janeiro em 14.10.1652[xvii], fato comum no século seguinte como nos conhecidos casos de D. Fernando Portugal sobre o Regimento do Governador e a legislação de sesmarias.

Em contraponto também são comuns os indícios de inadequação normativa a exemplo da Carta Régia de 21.10.1700, endereçada ao Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro na qual se reconhecia a insuficiência dos regimentos "feito em tempo que nessa capitania não havia as despesas que hoje se fazem", recomendado a adoção do "Regimento das Fronteiras" (29.8.1645), certamente para fazer face as crescentes despesas militares, conseqüentes aos movimentos de expansão territorial[xviii].

A legislação do comércio é emblemática das tendências apontadas. Medidas restritivas, concessões e, certamente, muito descaminho. Logo após a Restauração, liberou-se a navegação com a Índia (Alvará 12.12.1642), proibida vinte anos depois (Alvará 15.12.1662) e posteriormente permitida com restrições em 9.3.1672. Na América proibiu-se o comércio com o

Prata, trazendo expressivo prejuízo ao Brasil, em especial a capitania do Rio de Janeiro. As oscilações entre restrições e liberdade de comércio se manifestava nas discussões travadas noas principais Conselhos do Reino, como se observa em dois pareceres do Marques de Montalvão (5.12.1641) e de Rodrigo de Melo (5.12.1641) quando se cogitava permitir o comércio com as possessões de Castela, apesar da guerra entre os dois países[xix].

O reforço mercantilista aos monopólios também se manifestou na ampliação dos estancos régios, que juntavam-se ao tradicional do pau-brasil; baleia(1603-1798); tabaco (1642-1820); sal (1658-1801); diamantes (1731-1822), além de medidas esparsas de controle do tráfico africano ou de pequena repercussão econômica como a imposta sobre o ferro no Estado do Maranhão.

De todos os produtos sob o estanco, o tabaco revelou-se o mais lucrativo no século XVII, só perdendo então, para as rendas das Alfândegas. Por outro lado, o crescimento da demanda e os problemas do monopólio faziam com que as restrições fossem descumpridas de forma mais ou menos consentida, como a autorização para a exploração do sal de Cabo Frio, em 1699.

Restrito aos quadros da política mercantilista, a principal alternativa de exploração da colônia, no imediato pós Restauração foi a criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil. São conhecidos os problemas enfrentados pela empresa: no reino, as restrições a participação dos cristãos-novos e o poder do estamento burocrático levaram a sua estatização; na colônia, o desabastecimento e a alta de preços decorrentes ao monopólio fomentaram reações como a Revolta de 1660, no Rio de Janeiro. Na mesma linha, estabeleceu-se a Companhia do Maranhão (1682) cuja ação não produziu resultado econômico consideráveis e também gerou reações, como a Revolta de Beckmam.

O universo empírico da pesquisa cujos resultados ora são apresentados envolve uma seleção de1.396 documentos normativos grupados sobre a rubrica geral economia/fazenda

endereçados aos sucessivos governadores da Capitania do Rio de Janeiro durante os reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II, entre 1661 e 1706.

Da sua análise podemos esboçar algumas tendências:

1. Crescente preocupação com a eficácia dos órgãos da fazenda, acrescidos de novas atribuições conseqüentes ao estabelecimento de novas contribuições;
2. Maior rigor no controle dos contratos de arrematação dos dízimos com sucessivas intervenções da Mesa da Fazenda da Bahia na arrecadação do Rio de Janeiro, supervisionando-se com maior rigor as ações dos oficiais da Fazenda;
3. Reiteração das restrições monopolistas sobre o comércio e produtos estancados;
4. Incentivo a exploração de novos produtos, com destaque para os recursos minerais.

Como resultados preliminares podemos apontar:

1. As orientações normativas tiveram a mediar sua aplicação no mundo colonial a conhecida distância entre o instituído e o praticado, no qual os objetivos fiscais tencionavam com a crítica situação da colônia e com as resistências mais ou menos legais a sua implementação.

2. As medidas de incremento da exploração colonial e as tentativas e maior controle fiscal esbarravam nos “constrangimentos” típicos da sociedade estamental e nas reações mais ou menos explícitas dos colonos.

3. Os dízimos constituíam os mais importantes rendimentos para a Coroa, mas eram regulares os problemas para a sua arrematação e muitas das vezes os valores eram insuficientes para satisfazer as mais simples obrigações de remuneração dos funcionários e do pagamento das pensões. A ampliação do aparato estatal agudizava as contradições que caracterizam a fiscalidade sob o Antigo Regime, quando as limitações da capacidade tributária do Príncipe resultaram na proliferação de contribuições e nos crescentes encargos impostos às colônias.

4. A administração fazendária continuava a obedecer a uma lógica patrimonial, objeto de outra etapa da pesquisa, cabendo em última instância aos próprios colonos efetivar as ações derivadas da política metropolitana.

Sem dúvida, aprimorou-se na passagem para o setecentos a administração da colônia, inserida dentro do que Russel-Wood chamou de "trajetória crescente", quando as posições da Coroa foram, também de forma crescente, submetidas a "pressão colonial"[xx], taduzida tal qual na Europa em resistências, descaminhos e revoltas.

---

[i] LOBO, Eulália M L. **Administração Colonial Luso-Espanhola na América**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1952, p.318.
[ii] FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. **Portugal na Época da Restauração**, São Paulo: Hucitec, 1977, p.380-400.
[iii] SCWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 203.
[iv] RAU, Virginia Rau e SILVA, Maria Fernada Gomes da. **Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes do Brasil**. Coimbra, 1958, Doc. 69, p. 33.
[v] MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais. In TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. São Paulo: Unesp, 2000. P. 127-148
[vi] MONTEIRO, Nuno. Op. Cit., p.128
[vii] Idem, p.127.
[viii] SCWARTZ, Stuart. Op. Cit., p. 192.
[ix] SILVA, José Justino de Andrade e. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa compilada e anotada desde 1603*. Lisboa: Imprensa J. J. Silva, 1854-1859, Vol. 6, , p. 152
[x] Idem, vol 6, p. 13
[xi] Arquivo Nacional (AN), Códice 792, vol. 2. P. 19-21
[xii] SAMPAIO, Francisco Coelho de Souza. Preleções do direito pátrio, público e particular. In Hespanha, António Manuel. **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Caloustre Gulbenkian, 1984, p.446-447.
[xiii] LOBO, Eulália L. **Processo Administrativo Ibero-Americano**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1962, p. 385-386.
[xiv] **Documentos Históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1933, Vol. XXI, p. 107.
[xv] A. N., Códice 60, Vol. 28, fl. 113 v
[xvixvi] VARNHAGEM, Francisco Adolfo**. História Geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1956, T. III, p. 267.
[xvii] A. N., Códice 60, Vol. 29, fl. 76 v.
[xviii] A. N., Códice 61, Vol. 13, fl. 19 v.
[xix] RAU, Virginia. Op. Cit., Vol. 1, Doc. 57-58, p. 28-29.
[xx] RUSSEL-WOOD, A. J.R.. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, v.18, n.36, 1998, p.243.

Brasil: Cidadania e Memória no Tempo Presente (1945-2005)

Marcus Dezemone (PPGH/UFF) – marcus_dezemone@yahoo.com.br

Luigi Bonafé (PPGH/UFF) – luigi@infolink.com.br

Christiano Britto (TEMPO/UFRJ) – chrisbrt03@yahoo.com.br

Este trabalho é uma breve exposição de dois dos eixos de reflexão desenvolvidos no curso "Brasil: Cidadania e Memória no Tempo Presente (1945-2005)", apresentado no XXIII Simpósio Nacional da ANPUH em julho de 2005, na cidade de Londrina – PR.[1] O primeiro eixo trata das discussões referentes ao Tempo Presente no Brasil. O segundo é uma nota bibliográfica com referências que contribuem na proposta de articular cidadania e memória social para se pensar conflitos no país.

O Brasil e o Tempo Presente

O conceito de Tempo Presente tem sua origem na historiografia francesa de meados do século XX. Ele remete à tentativa de historiadores de refletirem sobre recortes cronológicos antes relegados exclusivamente a sociólogos, jornalistas, geógrafos, economistas e outros cientistas sociais. A pretensão à imparcialidade do historiador era considerada um obstáculo ao estudo de períodos recentes da história, e o objeto dessa disciplina seria o passado mais distante e não o tempo mais imediato.[2] O Tempo Presente surge, assim, como um conceito dedicado à difícil mas necessária tarefa de discutir a relevância e a especificidade de temas contemporâneos através do olhar do historiador.

A proposta defendida para se pensar a história do Brasil no Tempo Presente elege 1945 como um marco, pois trata-se do momento coincidente do término da II Guerra Mundial (1939-1945) e do fim do Estado Novo (1937-1945). A correlação de forças estabelecida entre 1945 e 1950, tanto no plano internacional quanto no nacional, é fundamental para entender os processos históricos dos cinqüenta anos seguintes. Dessa perspectiva, o que está em jogo é que as questões internacionais não formam uma realidade isolada sem interferência no país. Mas, por outro lado, não se deve cometer o equívoco de considerar que tudo aquilo que acontece no Brasil é determinado

exclusivamente por motivações externas. É preciso entender como se vinculam e como se separam as questões e interesses internacionais e os debates e projetos internos.

Em linhas gerais, no plano internacional, a II Guerra Mundial opôs a aliança do capitalismo liberal e do socialismo soviético contra os regimes nazi-fascistas de Alemanha, Itália e Japão. Os principais Estados vencedores deste conflito (Estados Unidos, França, Inglaterra, União Soviética, substituída pela Rússia, e China – Taiwan até a década de 1970) são até hoje os únicos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O Conselho de Segurança tem um papel central nas decisões da ONU pois somente estes cinco países possuem poder de veto sobre deliberações fundamentais, como as decisões sobre intervenções militares e sanções aplicadas aos países membros.

Outras instituições internacionais influentes, além da própria ONU, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, assim como as novas regras do capitalismo mundial, foram delineadas no fim da guerra. Além disso, os embates internacionais nos anos seguintes estavam centrados no confronto político-ideológico direto e nos conflitos abertos indiretos da Guerra Fria entre as duas superpotências: Estados Unidos e URSS. Os primeiros diziam defender a "democracia" liberal da "ditadura" comunista, do "perigo vermelho", enquanto a segunda criticava o "imperialismo capitalista", principal oponente na luta por uma sociedade sem classes sob o socialismo. Os ecos desse estado de coisas ressoariam com forte influência em nosso país até a desagregação da URSS em 1991, quando o panorama das relações internacionais se altera profundamente.

No plano interno, o fim do regime ditatorial do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas (1883-1954), estava vinculado às reivindicações de setores da sociedade por democracia, liberdade para os partidos políticos e uma nova constituição. Muito mais do que simplesmente votar para presidente, neste momento buscava-se na participação política a garantia do cumprimento de direitos e liberdades civis, suprimidas no regime de exceção.

É preciso deixar claro que o Estado Novo não foi somente marcado por perdas de direitos, mas foi o período de grandes conquistas na esfera dos direitos sociais reunidos na

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Com isso, a figura de Vargas teria ainda muita força mesmo após sua saída do poder, tanto que em 1951, sob um regime democrático, ele volta à presidência, no dizer da época, nos "braços do povo". Seu espectro vai rondar a política brasileira com muita força não somente no período imediato à sua morte. O golpe civil-militar de 1964 tinha como uma de suas justificativas afastar seu legado político e, ainda hoje, o discurso que tenta legitimar o conjunto de reformas do Estado realizadas nos 8 anos de governo Fernando Henrique Cardoso propala o fim da Era Vargas. Vale ressaltar como o atual governo, liderado por um ex-dirigente sindical, tem evitado iniciar reformas na CLT, embora destaque a necessidade de fazê-las desde o primeiro ano do mandato. Ao mesmo tempo, a administração Lula concentra seus esforços internacionais na construção de alianças para a reforma do sistema ONU, pleiteando para o Brasil uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança.

Seja para reformá-la ou conservá-la, a herança que remonta a 1945 encontra-se na pauta da política interna e externa brasileira nos dias de hoje. São estes os extremos cronológicos tratados no curso, associando os acontecimentos internacionais e nacionais de 1945 até 2005.

Cidadania e Memória Social

Um segundo aspecto que permeou todo o curso foi discutir os vários momentos em que grupos da sociedade brasileira manifestaram tanto sua insatisfação quanto seu apoio à elaboração e defesa de projetos políticos. A construção de noções de direitos para o exercício da cidadania no Brasil pós-1945 tem sido objeto de inúmeras reflexões no campo das ciências humanas. Muitos trabalhos destacaram as mobilizações políticas e conflitos sociais. Menos usuais, contudo, foram as análises que articularam estes processos à produção da memória social, destacando as tensões e disputas pelas representações e apropriações dos processos históricos. Pretende-se nessa seção apresentar algumas das referências discutidas no curso que auxiliam nessa tarefa.

A inspiração na renovação dos estudos da História Política, promovida pelo intercâmbio com conceitos e categorias da História Cultural, é de grande valia na reflexão

sobre os movimentos sociais e novas abordagens sobre *cidadania* e grupos sociais.[3] Desse modo, priorizam-se as relações de sociabilidade e poder conformadas entre atores, para entender como noções de direitos são elaboradas e superadas. A abordagem se aproximou, portanto, para além da História, da Ciência Política e da Sociologia e, em especial, da Antropologia.

As questões relativas aos direitos têm um referencial fundamental em Thomas Humprey Marshall, no estudo da *cidadania* e das três dimensões que a compõem: os *direitos civis*, *políticos* e *sociais.*[4] No Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos propôs a noção de "cidadania regulada" para compreender o papel e a presença do Estado.[5] Enfatizando ainda o ente estatal, José Murilo de Carvalho chega a cunhar o termo *estadania*.[6] Relativizando um pouco noções como esta, Angela de Castro Gomes, analisando a emissão do discurso oficial do Estado Novo, procura compreender o processo de trocas simbólicas efetuado entre governo e classe trabalhadora. A emissão/produção do discurso trabalhista é finamente analisada pela autora a partir das transmissões radiofônicas semanais no programa oficial *Hora do Brasil*. De 1942 até 1945, o ministro Alexandre Marcondes Filho empenhava-se em apresentar os feitos do governo e sua política social, associando-os diretamente à figura do presidente Vargas. Em linguagem coloquial e direta, estava voltado para as massas trabalhadoras.[7] A partir dessa referência, trabalhos como o de Jorge Ferreira têm efetuado contundentes críticas ao conceito de "populismo", tão largamente utilizado por inúmeros cientistas sociais. As críticas iniciais concentram-se, para além da abrangência do conceito, no questionamento da relação de manipulação pura e simples das massas pelo líder carismático na cidade, o que atribuía uma excessiva passividade aos segmentos populares.[8]

A discussão sobre memória não se reduziu a resgates unilaterais — a "memória do povo" ou seu oposto, a "memória da elite" —, mas centrou-se na compreensão de como fatos políticos e culturais afetaram diferentes segmentos da sociedade, ressaltando as tensões e disputas pelas representações e apropriações dos processos históricos. Nesse ponto, as fontes inéditas arroladas pela pesquisa foram utilizadas juntamente com as fontes publicadas. Frisa-se, em concordância com Michael Pollak, que a *memória* é antes de mais

nada um fenômeno individual, mas submetido a construções coletivas. Defende-se aqui a composição da memória por pontos variáveis e pontos invariáveis, que seriam solidificados nessas construções coletivas. Os elementos que constituem a memória seriam aqueles vividos pessoalmente (conhecidos diretamente) e aqueles vividos por tabela (conhecidos indiretamente).[9]

Com relação às interpretações clássicas sobre os movimentos sociais no Brasil, vale destacar que elas focalizam, de um modo geral, as "grandes mobilizações", os conflitos mais abertos, no sentido de um caráter nacional, que teriam por objetivo alterar por completo o estado de coisas vigentes, substituindo os poderes constituídos. Elas deixariam de lado, numa posição secundária, ou até mesmo ignorada em absoluto, as formas de mobilização e atuação mais comuns: aquelas que autores como James Scott chamam de "formas de resistência cotidiana".[10] Além destas, as formas de sociabilidade agonística – isto é, as relações de parentesco, compadrio e amizade ou as práticas de lazer que, por serem naturalizadas pelos envolvidos, não são percebidas como condições para as mobilizações e a participação política dos agentes –, produzem efeitos relevantes, observáveis nas lutas.[11]

São estas as noções incorporadas para discutir as questões referentes à cidadania. Os conflitos foram pensados inspirados na noção de "economia moral" proposta inicialmente por Edward Palmer Thompson.[12] Nessa linha, autores como Scott passaram a destacar as formas de percepção dos próprios atores e grupos subordinados sobre as disputas nas quais estes estavam envolvidos, em oposição aos termos e parâmetros dos grupos dominantes, que minimizavam e desqualificavam as variadas formas de resistência, sendo esta ótica "dos mais poderosos", na maior parte das vezes, reproduzida nas análises historiográficas. Nesse caminho, *os conflitos* são abordados numa trajetória que inclui a desmobilização tanto quanto a mobilização.[13] No dizer de Moacir Palmeira, "o estudo dos conflitos em períodos de desmobilização é fundamental para entender o aparecimento ou desaparecimento de conflitos mais abertos", além de propor um recorte dos fatos alternativo àquele comumente escolhido, pois, em muitas vezes, os recortes tradicionais das grandes explosões e movimentos contemplados nas análises clássicas "não é outro que não o dos

interessados em esconder a existência de conflitos e tensões de longa data".[14] Esse autor, em outro trabalho, e em parceria com Marcio Goldman, estuda os momentos que antecedem e que precedem eventos como campanhas eleitorais e as eleições. Eles identificam claramente um *tempo da política,* que tem como particularidade uma temporalidade específica, própria de um ritual, complementada e ganhadora de sentidos que devem ser buscados entre suas especificidades.[15]

---

[1] O curso é fruto do entrelaçamento dos resultados de pesquisas individuais desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação, articuladas num projeto coletivo do TEMPO/ UFRJ, chamado "Brasil: Tempo Presente". Entre os produtos finais, além de trabalhos, mini-cursos apresentados em eventos e artigos publicados, encontra-se, no prelo, o material de um livro voltado para estudantes e professores das redes particular e pública do Ensino Médio, alunos dos cursos de graduação e profissionais de outras áreas do conhecimento.

[2] Ver, entre outros, a obra organizada por CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. *Questões para a História do Presente.* Bauru: EDUSC, 1999; os artigos de René Remond, "Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução", e François Bédarida, "Tempo Presente e presença da história", na obra organizada por FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral***.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. E, por fim, o Dossiê Tempo Presente, organizado por Daniel Aarão Reis Filho, *Tempo*, nº 16, de julho de 2004.

[3] Sobretudo, às questões sobre os direitos sociais e a memória de Vargas. Para a História Política, por todos, RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj; FGV, 1996. Sobre a reflexão da História Cultural diante de camponeses no Antigo Regime: DARNTON, Robert. "Apresentação" e "Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso." In: ___. *O grande massacre de gatos. E outros episódios da história cultural francesa.* Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII e 21-101. Penso em categorias como *apropriação*. Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Outra referência na reflexão sobre apropriação, contudo, aos processos de leitura, é CHARTIER, Roger. "Textos, impressos, leituras". In: ____. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

[4] MARSHALL, Thomas Humprey. "Cidadania e Classe Social". In: ____. *Cidadania, classe Social e status***.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-114. Ver ainda para uma reflexão no Brasil, CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Uma visão distinta e crítica a Marshall e à rigidez de certos modelos teóricos pode ser encontrada em DAMATTA, Roberto. "Espaço: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil" e "Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional". In: ____. *A Casa e a Rua.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. p. 33-70 e 71-102.

[5] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

[6] CARVALHO, José Murilo de. "Introdução: mapa da viagem" In: ____. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 7-13.

[7] GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. Em especial ver o Capítulo VI, "A Invenção do Trabalhismo".

[8] GOMES, Angela de Castro. "O Populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". *Tempo*, vol. 1, nº 2, dez. 1996; republicado na coletânea organizada por Jorge Ferreira, que se aprofunda nas críticas: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para uma visão que compartilha de parte dessas críticas, mas discorda da posição assumida especialmente por Ferreira, ver MATTOS, Marcelo Badaró *et al*. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

[9] POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*, vol 5, nº 10, p. 200-212, 1992. Para diferentes perspectivas sobre memória ver *Mémoires Collectives* [1950], estudo pioneiro de Maurice Halbwachs um iniciador nessa linha de reflexão. HALLBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968; e, do mesmo autor*: Les cadres sociaux de la mémoire*. La Haye: Mouton, 1976. Outra referência fundamental é Pierre Nora e a noção de "lugares de memória": NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*, p. 7-28, 1987 (em especial p. 24-26). Já o historiador Jacques Le Goff chama a atenção para o fato de "a memória é um instrumento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades". Ver LE GOFF, Jacques. "Memória". In: ___. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, s/d. p. 423-483. p. 476-477. Para o conceito de "memória dividida", ver PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitela Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.103-130.

[10] SCOTT, James. "Everyday forms of peasant resistance". *Journal of peasant studies*, vol. 13, n. 2, jan. 1986, p. 5-35.

[11] COMMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. É nessa linha que se inserem trabalhos como o de MARCUS, George E. *The sentimental citizen*: emotion in democratic politics. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002. A análise comparativa com outros casos em países europeus pode fornecer elementos para melhor pensar o caso brasileiro. Nessa linha, ver: PUTNAM, Robert D. *Making democracy work*: civic traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993; e BRUBAKER, Rogers. *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Harvard: Harvard University Press, 1994.

[12] No estudo dos motins da multidão inglesa do século XVIII, segundo o autor, a "multidão" reivindica "preços justos", numa lógica contrária à implementação da nascente concepção liberal como instrumento regulador de preços baseada nas "leis de mercado". Ver THOMPSON, Edward. "A Economia Moral da multidão Inglesa do século XVIII". In: ____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 150-202. Em artigo posterior, Thompson comenta algumas das críticas formuladas contra seu conceito, além dos estudos influenciados e desenvolvidos a partir do seu ensaio original, entre eles, o livro de Scott. *Cf.* THOMPSON, Edward. "A Economia Moral revisitada". In: _____, *op. cit*, 1998, p. 203-266. O livro é SCOTT, James. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistance in South-east Asia.* New haven: 1976.

[13] Por exemplo, a atuação de setores da classe trabalhadora durante o chamado milagre econômico brasileiro e no "novo sindicalismo". Ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos*. Rio de Janeiro:

[14] A investigação de Palmeira refere-se à zona da mata pernambucana no período que vai do golpe de 1964 até os anos 1970: PALMEIRA, Moacir. "Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na Agro-Indústria Pernambucana." *Revista de Cultura e Política*, CEDEC, vol. 1, p. 41-55, ago. 1979. p. 41.

[15] PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.

Memória, Identidades e Direitos: Trajetória de conflitos numa fazenda cafeeira fluminense (1888-1987)

Marcus Dezemone* - PPG-UFF

marcus_dezemone@yahoo.com.br

Este trabalho apresenta de forma extremamente resumida parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado recentemente defendida no PPGH-UFF. Trata da relação entre memória e identidades sociais de atores envolvidos em conflitos numa fazenda desapropriada para fins de reforma agrária em 1987 que, do século XIX até meados do século XX, fez parte do que se pode chamar de grande lavoura cafeeira.[1] Seu foco é a centenária fazenda Santo Inácio, localizada no atual município de Trajano de Moraes, região serrana do estado do Rio de Janeiro.[2]

A fazenda Santo Inácio apresenta três particularidades quando comparada às demais fazendas da região. A primeira delas é a permanência do café como principal produto até pelo menos os anos 1950/1960, em contraste com as demais fazendas da região que empreenderam a substituição da produção de café pela pecuária desde a década de 1930, o que resultou na expulsão de trabalhadores rurais. A segunda se refere à emergência de conflitos públicos, de grande visibilidade, entre proprietários e colonos nos anos 1960, com uma intensa mobilização destes últimos, tendo participado ativamente da criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município em 1964. A terceira e última particularidade, desdobramento dessas mobilizações, é que esta foi a única fazenda da região e da "galáxia de fazendas" – na expressão de um descendente sobre as mais de 22 fazendas da família proprietária – desapropriada para fins de reforma agrária em 1987.

O movimento que redundou na reforma agrária nos anos 1980 foi resultado de processos judiciais nos quais os antigos "colonos" apresentaram-se como "posseiros" – o que, do ponto de vista jurídico, eles nunca foram. No entanto, diante dessa alegação, alcançam a desapropriação do imóvel rural. A questão privilegiada nesse texto é acompanhar alguns dos processos relevantes na configuração das identidades sociais e sua associação a noções de direitos, como na passagem da identidade de "cativo" para "colono"

e de “colono” para “posseiro”, cobrindo um recorte de longa duração iniciado na emancipação do cativeiro e encerrado na desapropriação da fazenda.[3]

A autoridade da família dos fazendeiros proprietários sobre a mão-de-obra não se extingue com o fim da escravidão durante a I República (1889-1930), como na interferência na participação eleitoral com o “voto de cabresto” nos “currais eleitorais” analisados por Victor Nunes Leal[4] e o “cativeiro da terra” – a dificuldade de acesso direto à terra por meio da compra feita por ex-escravos e homens livres pobres, na expressão de José de Souza Martins.[5] Mas o fim da escravidão não pode ser encarado como uma medida que não produziu efeitos.[6] Mesmo com a indicação de que a abolição não impôs perdas tão significativas aos fazendeiros da Santo Inácio, num sentido contrário ao afirmado pelas “teses clássicas” da historiografia,[7] as relações entre a família proprietária e a mão-de-obra tiveram que ser modificadas pois tratavam-se de homens juridicamente livres (ex-escravos, mestiços e brancos pobres) com noções sobre seus direitos. Este processo incorporava os novos tempos republicanos mas, no entanto, não excluía elementos de continuidade com o passado escravista como a “catinga do cativeiro” que se manifestava, por exemplo, no tratamento conferido aos colonos nas “turmas” – prestação integrante do contrato de colonato, necessária para residir e trabalhar na fazenda.[8] Cada turma era formada por dez a quinze colonos que trabalhavam sem remuneração nas terras do fazendeiro por dois dias semanais. A utilização das fazendas pelos colonos para trabalho e moradia ligava-se a negociações entre estes e os proprietários, que, embora em menor intensidade, deles dependiam, sobretudo para a continuidade da atividade econômica e de seu poder e prestígio político na região.

Os conflitos decorrentes dos interesses divergentes de colonos e patrões encontravam como meio de resolução a prevalência da autoridade dos últimos. Um exemplo singular, aferido com base nos depoimentos orais trabalhados na dissertação de mestrado, são as chamadas “24 horas”, numa alusão ao prazo que os fazendeiros davam para o colono abandonar a casa na fazenda, caso contrário ocorreria o “tirar as telhas” da casa do

colono e este, junto com sua família, seria expulso da propriedade sem nenhuma indenização por bem de raiz, ao contrário da previsão no Código Civil de 1916.[9]

Este tipo de prática e solução de conflito sem a presença do Estado modifica-se por volta da década de 1930. O período dos anos 1930-1950 é marcado na memória coletiva dos camponeses de Trajano de Moraes com um lugar privilegiado para Getúlio Vargas e a legislação trabalhista, conforme sintetizado nas palavras de um ex-colono, liderança entre os atuais assentados:

> "Eu conheci vários governos. Conheci o Washington Luís, (...) Era o governo que mandava tirar das telhas da casa e botar o povo na estrada, era o governo que mandava tirar a mudança de dentro de casa jogar lá na estrada. Depois o Getúlio Vargas veio, pegou e criou essa lei trabalhista. Nós agradecemos muito e devemos ao Getúlio Vargas. A legislação trabalhista está sendo desmontada. Getúlio Vargas foi o rei, foi o homem que abriu o caminho de todos..."[10]

Tradicionalmente, esse destaque recorrente nos depoimentos seria pensado através do referencial do “populismo”, o que se demonstra ter uma limitada capacidade explicativa. Em primeiro lugar, recentes trabalhos têm efetuado contundentes criticas ao conceito de "populismo", tão largamente utilizado por inúmeros cientistas sociais. As críticas iniciais centram-se no questionamento da relação de manipulação pura e simples das massas pelo líder carismático na cidade, o que atribuía uma excessiva passividade aos segmentos populares.[11]

Um segundo problema é que a historiografia tradicional sustenta a tese do afastamento dos camponeses do recebimento das "benesses populistas" pela “opção do Estado” na manutenção “das bases sociais e econômicas da dominação” das oligarquias rurais, que teria ocorrido em troca de “uma espécie de compromisso tácito entre elas [oligarquias rurais], o governo e a burguesia industrial”.[12] Opondo-se a esta perspectiva, trabalhos inovadores como o de Vanderlei Vaselesk Ribeiro preocuparam-se com a “voz tênue, porém audível” de trabalhadores rurais não sindicalizados em processos judiciais.

Estes buscavam apoiar-se no Estado através da Justiça para manter o que julgavam seus direitos. O autor defende a existência de um projeto da burocracia do Estado Novo (1930-1945) de extensão dos direitos sociais para o campo que esbarrava na oposição das oligarquias rurais.[13] Na trilha da metodologia da história oral existem trabalhos também inovadores como o de Maria Lourdes Mônaco Janotti sobre o imaginário popular sobre Vargas e a parceria de Angela de Castro Gomes e Hebe Maria Mattos. Em especial este último artigo aponta a apropriação por descendentes de ex-escravos do discurso oficial produzido no Estado Novo que associa Vargas à "verdadeira emancipação do cativeiro".[14]

Ao contrário da maior parte da produção acadêmica que insiste na existência de um fosso separando os trabalhadores do campo e a legislação trabalhista, o impacto da Consolidação das Leis do Trabalho (1943) no mundo rural é importante na solução jurídica de conflitos. As ações de trabalhadores do campo contra seus patrões foram muito mais comuns do que se imaginava. No entanto, é necessária uma maior divulgação das pesquisas existentes bem como a realização de outras para melhor compreender os alcances e limites das leis trabalhistas no campo.[15] Por hora, é possível destacar que as ações judiciais dos lavradores que baseavam-se na CLT e no Código Civil de 1916, e o acolhimento dessas demandas pela Justiça, tanto a do Trabalho (Especial) quanto pelas Varas Cíveis (Comum), em função da inexistência do vácuo jurídico no ordenamento brasileiro, revelam uma circularidade de informações que pode contribuir para melhor compreender o porquê desse lugar privilegiado de Getúlio Vargas na memória de camponeses no período.[16] É curioso que, dependendo do grupo camponês e da região estudados, a presença dos direitos sociais nos depoimentos orais, ainda que marcante, é balizada em outras referências. É este o caso da Zona da Mata de Pernambuco onde os marcos fundamentais são o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e o governo João Goulart (1961-1964).[17]

O último aspecto merecedor de atenção são os conflitos judiciais que se iniciam na década de 1970 e culminam na desapropriação da fazenda Santo Inácio em 1987.

Os estudos acadêmicos existentes apontam que a partir da década de 1950, depois da maior parte das fazendas da região serrana fluminense, a fazenda Santo Inácio empreende a substituição da produção cafeeira pela pecuária extensiva.[18] Estima-se que até os anos 1950, moravam e trabalhavam na Santo Inácio um total de mais de cem famílias de colonos.[19] A substituição dos cafezais pela pecuária foi amplamente difundida na região, entre outras coisas, com o intuito de assegurar a legitimidade da posse de grandes áreas pelos proprietários tradicionais. Esse processo seguia um padrão: os fazendeiros colocavam o rebanho para pastar nas roças dos colonos, destruindo-as. Entre os desdobramentos dessa prática, destaca-se a desagregação das relações de colonato, levando a uma grande quantidade de trabalhadores rurais que não foram absorvidos pela pecuária. Os antigos colonos, agora desempregados, se viram obrigados em sua maioria a migrar para as cidades.[20] Os relatos orais dos que permaneceram na fazenda marcam, no entanto, um período de constantes boicotes aos dias de trabalhos nas turmas e ao pagamento da meia e da renda, que repercutiriam na erosão das formas tradicionais de dominação.

Os boicotes foram tolerados por um curto período de tempo com as tensões se exacerbando. Os conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários aumentavam e ganhavam visibilidade na imprensa e na polícia na medida que os primeiros recusavam-se a deixar seus sítios.[21] Alguns decidiram permanecer na terra, resistindo nos lotes que já ocupavam, intensificando o plantio de banana para comercialização – produto excluído da meia. A banana, definida legalmente como “bem de raiz”, aumentava os valores das indenizações por benfeitorias em caso de despejo, conforme estipulado no Código Civil de 1916. Isto indicou, no que foi confirmado, a exemplo de outras regiões no estado do Rio de Janeiro, a presença anterior de advogados e militantes políticos, bem como de religiosos católicos progressistas.[22]

Este processo de resistência cotidiana nos boicotes é fundamental para entender a participação decisiva de colonos da fazenda Santo Inácio na criação do Sindicato Rural de Trajano de Moraes (STR) em janeiro de 1964, com a comprovada presença de militantes de esquerda do PCB (Partido Comunista Brasileiro).[23] Com o golpe civil-militar de 1964 o

sindicato é fechado, suas principais lideranças presas, perseguidas e um membro do PCB nunca mais foi localizado.[24] Com o fechamento do sindicato e a repressão, observa-se a presença pouco investigada da Igreja Católica no campo nas décadas de 1960 e 1970, quando comparada à produção acadêmica sobre as Ligas Camponesas na década de 1960 e o PCB nas de 1960/1970.[25] A reabertura do STR ocorreria na década de 1970, articulando a proposta do governo de extensão dos direitos socais aos trabalhadores rurais (sobretudo a previdência social, pois o sindicato seria o órgão responsável pela implementação da previdência rural) e a luta pela terra.[26]

Esta luta se daria nos conflitos judiciais arrastados da década de 1970 até 1984, evidenciando o desgaste da dominação tradicional, visto que os proprietários também são obrigados a agir pela via do Judiciário, mesmo num período de restrições democráticas.[27] A estratégia dos trabalhadores apoiada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pela FETAG-RJ (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro) conjugava a demanda judicial com a mobilização através de protestos articulados com outros camponeses nas cidades da região e na capital do estado. Estas entidades insistem, desde a década de 1970, através de advogados e militantes, na imposição de uma imagem pública dos colonos como "posseiros" – o que, do ponto de vista jurídico, eles nunca foram.

Em 1984, os "posseiros" são derrotados na via judicial. A CPT e a FETAG-RJ, diante da possibilidade de despejo dos "posseiros", insistem na intervenção do INCRA. Numa conjuntura marcada pela redemocratização do país e pelo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo Sarney (1985-1990), em abril de 1986, o INCRA inicia o processo administrativo que culmina na desapropriação da fazenda.[28]

---

[*] Doutorando do PPGH-UFF (Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense).

[1] O interesse pela temática e pelo objeto é fruto da prática de pesquisa desde agosto de 1999, primeiro como bolsista de iniciação científica pelo CNPq durante três anos no projeto "*Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada*" (GARCIA, Afrânio; MEDEIROS, Leonilde; GRYNSZPAN, Mario; LEITE, Sérgio (coords.). *Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental.* Rio de Janeiro/Paris: convênio CRBC-EHESS / CPDA-UFRRJ / CPDOC-FGV / UFF / Fundação FORD / FAPERJ, 1999). Em seguida, no nível de mestrado, na dissertação *Memória Camponesa: Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes - RJ (1888-1987)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF em 07/05/2004. A banca examinadora foi composta pelos professores Mario Grynszpan (orientador; UFF e CPDOC-FGV), Hebe Mattos (UFF), Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ) e Verena Alberti (CPDOC-FGV).

[2] Trajano de Moraes fica próximo aos atuais municípios de Bom Jardim, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Nova Friburgo, cerca de 240 km da capital do Estado do Rio.

[3] A documentação trabalhada foi composta por arquivos pessoais dos proprietários da fazenda Santo Inácio, cadernetas com anotações individuais dos colonos e empregados desde o final do século XIX, processos judiciais e documentos policiais desde a década de 1920, além de documentos sindicais a partir dos anos 1960. Essa documentação foi conjugada à reflexão diante das maneiras que camponeses e proprietários rememoram seu passado, coletadas em mais de 60 horas de depoimentos.

[4] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Alfa Ômega: São Paulo, [1948] 1975. Ver também CARVALHO, José Murilo de. "Coronelismo". In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; CPDOC/Finep, vol. II, 1984.

[5] MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* Hucitec: São Paulo, 1979. Existem interpretações que divergem de Martins acerca dos efeitos da Lei de Terras de 1850. *Cf.* MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

[6] Algumas análises, notadamente aquelas que priorizam o econômico com ênfase nas relações capitalistas ou na escassez de mão-de-obra, chegam a minorar os efeitos políticos e simbólicos da emancipação. Ver SAES, Flávio A. M. de. "O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia". *Estudos Econômicos.* 12 (3), dezembro de 1982, pp. 29-40.

[7] STEIN, Stanley. *Vassouras a Brazilian coffee country 1850-1900*. Cambridge / Massachusetts: Harvard Historical Studies, [1957] 1957 e DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[8] Este arranjo indica semelhanças com o observado no sistema da morada no Nordeste. Pretende-se aprofundar essa comparação durante a pesquisa. *Cf.* HEREDIA, Beatriz. *Morada da vida.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[9] DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: Identidades e Conflitos em Terras de Café. Fazenda Santo Inácio (1889-1987)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, PPGH/UFF, 2004. mimeo.

[10] Depoimento de Álvaro Roldão, em 01/06/2000. Acervo do CPDA-UFRRJ.

[11] GOMES, Angela de Castro. "O Populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". *Tempo*, vol. 1, nº 2, dez. 1996; republicado na coletânea organizada por Jorge Ferreira, que se aprofunda nas críticas: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

[12] Nessa concepção tradicional ver, entre outros, MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Difel, 1984, pp. 277-8

[13] RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGHIS/ UFRJ, 2001.

[14] JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. "O imaginário sobre Getúlio Vargas" e GOMES, Angela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. "Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas". Ambos os artigos encontram-se na *Revista da Associação Brasileira de História Oral,* nº 1, jun. 1998, respectivamente pp. 91-119 e pp. 121-143.

[15] *Cf.* PRIORI, Angelo. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963).* Assis: Pós-História, vol. 3, 1995, pp. 223-227 e WELCH, C. *Rural Labor and the Brasilian Revolution in São Paulo, 1930-1964*. Ph.D. dissertation. Departament of History, Duke University, 1990. Ambos são citados em LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

[16] Sobre a *circularidade* de idéias referentes à política e aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores urbanos ver a análise da carta de 1941 remetida a Vargas (que personificaria o Estado) por um camponês: FERREIRA, Jorge. "José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa". In: ____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV, 1997, pp. 57-66.

[17] Destaca-se a reflexão dos pesquisadores do PPGAS-Museu Nacional da UFRJ sobre o caso pernambucano. Por todos, ver SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, Duas Cidades, 1979. Pretende-se explorar esta comparação na pesquisa.

[18] Por exemplo, PINHEIRO, Diógenes. *Sindicatos e associações em Trajano de Moraes-RJ. Um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1993.

[19] PINHEIRO, *op. cit.*, 1993 e depoimentos orais diversos.

[20] LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. "Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro". In: _____ (orgs.). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas.* Porto Alegre, UFRS e UFRRJ-CPDA, 1998.

[21] PINHEIRO, *op. cit.,* 1993.

[22] É o caso da Baixada Fluminense, analisado por GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987.

[23] *Cf. Ato Histórico de fundação do Sindicato Rural de Trajano de Moraes*, gestão 2001, disponível na sede do STR de Trajano de Moraes.

[24] Não foi encontrada na pesquisa de mestrado nenhuma ficha ou documento nos órgãos repressivos que fizesse referência ao militante Júlio Oliveira. Ele pode ter utilizado um nome falso, fugido, ou sido assassinado.

[25] Sobre as Ligas Camponesas duas leituras obrigatórias: JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, 1) e AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

[26] Esta ação dos camponeses no período contrasta-se com a percepção dos movimentos de esquerda, sobretudo entre artistas e intelectuais, de que o "camponês", o "homem do campo", seria o agente privilegiado para implementar transformações sociais nesse período. *Cf.* RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro.* Rio de Janeiro, Record, 2000, em especial capítulos I, II e III.

[27] Em 1971, o coronel do exército José Antônio Barbosa de Moraes (atualmente general), descendente e representante dos proprietários, é autor de uma Ação de Reintegração e Posse movida contra os colonos alegando o fim do contrato de colonato. Em resposta, os colonos movem contra os proprietários uma Ação de Manutenção de Posse cumulada com pedido de Indenização, afirmando que os conflitos com os proprietários eram constantes, intensificando-se em 1969 com a retirada de cercas, invasão de gado e destruição de plantações, por ordem do então coronel. Julgada improcedente sua demanda, o coronel insiste e propõe uma Ação de Despejo.

[28] Processo Administrativo da fazenda Santo Inácio. Sede do INCRA-RJ.

O PRIMEIRO CONFLITO NO NOVO MUNDO: O REAL E O IMAGINÁRIO

Marcus Vinícius de Morais

A chegada dos europeus à América e as práticas do processo de colonização estão diretamente vinculadas à projeção de imagens, sonhos e utopias que serão lançados sobre as novas terras. A história da Europa se transformará também na história da América. É preciso compreender em que contexto e época o Novo Mundo surgirá como "nova chance", advento do milênio, riquezas e prosperidade para o Velho Mundo.

A palavra "*Utopia*", em grego, significa "em lugar nenhum" e foi utilizada por Thomas More em 1516 para designar a ilha deserta e imaginária de sua obra. Diante de uma Europa castigada pelo frio e pela fome, Utopia se mostra como a inversão dessa condição. Os valores morais, tão corrompidos e criticados, como o adultério e os prazeres da comida e bebida ficam, certamente, em segundo plano, pois "[...] preferem principalmente os prazeres do espírito, que consideram como os principais e mais essenciais de todos. Pensam que os mais importantes advêm do exercício da virtude e da consciência de uma vida perfeita"[1]. Ao destacar de que modo uma sociedade "deveria ser", More mostra como sua sociedade, inglesa e européia do século XVI, está indo numa direção contrária daquilo visto como perfeito para o autor. É como se "[...] o paraíso perdido fosse fabricado para responder a desejos e frustrações dos homens [...]"[2].

O pensamento utópico é o território da esperança, lugar onde tradicionalmente a nostalgia encontra refúgio e desde onde se projeta o futuro. O lugar que não existe, o país de nenhuma parte: "O território da utopia que 'não está aqui' supõe o esforço de criação de outro mundo, alteridade que recupera as virtudes do passado, se projeta no futuro ou,

[1] MORUS, Thomas. *Utopia.* São Paulo: Martin Claret, 2004.p.81.
[2] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso.*São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.p.186.

simplesmente, se representa como já existente, apenas dado em outro lugar. Esse outro mundo de alteridade representa uma contra imagem crítica desta realidade [...]"[3]. A utopia mais racional se enraíza inevitavelmente com o Paraíso perdido, com a expulsão do homem do Éden. Existe perfeição nos primórdios. Parece existir uma beatitude inicial no Paraíso: "[...] os mitos recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a Terra, e que esse "passado glorioso" é uma parte recuperável"[4].

O descobrimento da América será um acontecimento de forte impacto no imaginário europeu dos séculos XV e XVI. Essas novas terras farão parte, agora, da história do continente europeu, serão vistas, lidas e interpretadas, todas as ilhas e locais, pelos olhos daqueles que chegam. A Europa constrói mais uma *utopia* que dessa vez, no entanto, se apresentará de forma física diante dos olhos da imaginação. O continente europeu encontrará o que sempre sonhou e projetará nessas novas terras aquilo que não quer mais, depositará suas crenças de um mundo melhor num novo local, a partir de uma nova oportunidade, em um *Novo Mundo.*

O caminho para as Índias nunca foi separado da possibilidade de se encontrar o Paraíso. A viagem e a travessia marítimas ganham tons hagiográficos, na medida em que a literatura registrará o sofrimento e as dificuldades de homens cristãos a atingir o paraíso perdido. A travessia oceânica assombra e deslumbra, seduz e causa medo. Seu poder de atração seja pela curiosidade ou vontade de enriquecer, podem levar homens a destinos incertos. De que maneira a América será narrada está diretamente vinculada ao modo com que a Europa pôde enxergar a América. O Novo Mundo, assim, "[...] incorporou-se ao imaginário europeu com uma série de atributos que já haviam sido delegados a ela muito antes de ser descoberta. [...] a América já fazia parte do imaginário europeu, representando para Colombo apenas a comprovação de tudo o que havia sido produzido

[3] AÍNSA, Fernando. *De la edad de oro a El Dorado: genésis del discurso utópico americano.* México: FCE, 1992.p.10.
[4]ELIADE, Mircea. *Op.cit.*p.128.

pela sua imaginação"[5]; "A curiosidade do viajante, no entanto, é duplamente singular. Porque ele não quer conhecer, e sim comprovar"[6]. Tudo estava pronto para receber essas novas terras, de que modo elas seriam, o que encontrar, que tipo de pássaros e habitantes existem; tudo isso já havia sido falado, discutido e escrito durante séculos na tradição da cultura ocidental: "[...] as crenças de Colombo influenciam suas interpretações. Ele não se preocupa em entender melhor as palavras dos que se dirigem a ele, pois já sabe que encontrará ciclopes, homens com cauda e amazonas [...]"[7]. O navegador tenta encaixar a realidade naquilo que ele imagina encontrar nesse mundo. O Paraíso foi, finalmente, encontrado, pois era o que diziam as escrituras. Começam as buscas para identificar o que já existia no que existe: São Tomé, as viagens de São Brandão, Moisés, profecias de Isaías, em todo e qualquer acontecimento no Novo Mundo. O mundo real, aos olhos dos cronistas, começa a dar pistas de que as profecias e as escrituras se concretizam. A descrição de cada "jardim das delícias", de cada terra prometida ou sonho encontrará na América a chance de se tornar real. O Paraíso existe e uma nova "miragem" se forma. Talvez isso tenha ocorrido apenas num primeiro instante, nos primeiros anos de colonização; fenômeno delicado que certamente aconteceu naqueles olhos europeus que, porventura, enxergaram ou leram sobre esses descobrimentos, mas que ainda não tinham se deparado com a realidade latente.

O Paraíso, então, será pintando pelos olhos e ao gosto da pena do conquistador: "[...] as primeiras imagens são paradisíacas: uma vegetação exuberante, águas límpidas, aves raras [...] Exageros de viajantes impressionados pela magia dos trópicos, inspirados no Paraíso Terrestre"[8]. A partir disso, a América tinha que ser o que se esperava dela e pouco importava a realidade, desde que se acreditasse no projeto: os fatos não penetram

[5] THEODORO, Janice. *América Barroca.* São Paulo: EDUSP, 1992.p.42.
[6] GIUCCI, Guillermo. *Op.cit.*p.26.
[7] TODOROV, Tzvetan. *Op.cit.*p.19.
[8] GRUZINSKI, Serge. *Virando os séculos: 1480-1520*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.p.14.

no mundo onde vivem nossas crenças, diz Marcel Proust. O Novo Mundo ficará, num primeiro instante, no campo das idealizações.

Essas idealizações podem ser percebidas durante o processo missionário franciscano após 1524,de tradição milenarista. Aparecendo com muita força no século XII, a partir das idéias de Joaquim Di Fiore, o milenarismo apresenta-se, na maioria das vezes, como retorno a um modelo de princípio e aperfeiçoamento desse mesmo modelo. As crenças milenaristas sempre estiveram ligadas à idéia de Paraíso Terrestre, seria o tempo do reinado terrestre de Jesus e, este, aconteceria em breve: ”[...] reencontrar e instaurar uma terra paradisíaca onde o lobo e o cordeiro viveriam juntos, e onde a criança poderia sem perigo pôr a mão na toca da víbora”[9]. Transportou-se da nostalgia do Éden à esperança de um novo paraíso, à espera de um reino deste mundo É apontar em direção ao horizonte de reconciliação e fraternidade onde muitos anos de felicidade existirão antes da segunda vinda do Messias. É preciso que no fim dos tempos toda a maldade seja aniquilada da Terra e que a justiça reine durante mil anos. Haverá a destruição dos inimigos e do Anticristo, o término dos sofrimentos, a reconstrução da Nova Jerusalém e os judeus serão, finalmente, convertidos. No futuro há um “tempo de provação”, depois um “tempo de repouso” e, por fim, a “eternidade”.

A Espanha foi invadida por correntes escatológicas, especialmente joaquimitas e franciscanas e essas expectativas podiam ser recuperadas pela propaganda favorável aos próprios Reis Católicos. Para esta Espanha, esse período é áureo e, Filipe II, o herói; ele representava os ideais de uma monarquia sólida que baseava toda sua política cultural nos princípios surgidos da Contra-Reforma. A unificação do mundo espanhol pressupunha, nesse caso, o próprio advento do milênio.

A história da América começa, assim, com a espera do milênio e as promessas de glória migravam para o outro lado do Atlântico. Mas como em todas as utopias do gênero,

[9]DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização do Ocidente*: Edusc, 2003.p.364.

o que se terá no novo continente é uma forma de utopia das ordens religiosas, que parte de uma crítica contra o que está acontecendo não apenas no mundo religioso europeu, mas sobretudo nas atitudes que os próprios conquistadores estão realizando no Novo Mundo. Os padres missionários não vão ser contra a dominação e trabalho indígenas, mas sim, contra o modo como isso é feito.

O projeto catequético na América teve início com os regulares e, de fato, os franciscanos receberem o privilégio de iniciar o processo: "[...] a preferência da Monarquia recaiu sobre os frades *reformados* ou *observantes*, pois estes, além de não alimentarem pretensões senhoriais, eram zelosos dos votos de pobreza e dedicação à obra evangelizadora"[10]. No entanto, os padres enquadraram o "descobrimento" das novas terras numa história universal, escrita por Deus e inacabada. Bernardino de Sahagún deixa claro que esse projeto faz parte de uma dominação, justificada pela salvação da alma: "O reino terrestre de Deus é a Igreja católica; ninguém pode entrar no reino dos céus se não tiver sido antes súbito no reino da terra"[11]. Existe, portanto, uma necessidade de que o Evangelho seja proclamado em todo o mundo, para dar a cada um a chance e a oportunidade de aceitar ou não a salvação oferecida pelo sacrifício de Jesus.

Iniciada a catequese a conversão em massa desses indígenas torna-se necessária, eles devem ser cristãos a todo custo e, mesmo sem entender, receberão o santo batismo: o contingente de indígenas, os novos cristãos, tudo era visto como presente de Deus para repor os fiéis perdidos durante a Reforma de 1517: era preciso que se "[...] restaurase y se recompensase la Iglesia católica con conversión de muchas ánimas, la perdida y daño grande que el maldito Lutero había de causar[...]"[12]. A América surge, portanto, como depósito do pensamento utópico europeu, verdadeiro laboratório social das mudanças impossíveis de acontecer no Velho Mundo. A cristianização da

[10]SALINAS, Samuel Sérgio."A Igreja Católica e a Conquista Espiritual do Novo México".in.:*Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997.p.144.
[11]RICARD, Robert. *Op.cit.*p.169.
[12]MENDIETA, Gerónimo. *História Eclesiástica Indiana.* México: Cien de México, 1997.p.305.

América não faz senão provar o destino da peregrinação da Igreja na Terra: "Há que 'cristianizar' porque estamos na 'última tarde' do mundo. [...] A evangelização se inscreve na idéia de que o 'Novo Mundo' equivale ao fim do mundo"[13].

Dessa idéia vem a postura de ter pressa, a necessidade de correr e converter rapidamente os indígenas com velocidade nos batismos antes que o mundo acabe e milhões de almas fiquem sem salvação: "diante da impossibilidade de uma catequese [...] que implicasse efetiva mudança de vida sob a égide dos valores evangélicos, o clero missionário optou pela catequese salvífica e pela ação soteriológica imediata: batizar em massa, fazer decorar as verdades fundamentais [...]"[14]. Nesse caso, a escolha foi por uma conversão superficial, baseada na aparência, em que os ensinamentos caem por terra e onde o importante mesmo é estar apto a entrar no Reino do Senhor.

Os padres terão uma visão romântica e ingênua do patrimônio cultural indígena, serão vistos como inocentes, livres do pecado original, como homens dos tempos de Adão: "[...] os franciscanos queriam ter uma autoridade que eles se julgavam os únicos capazes de exercer para a salvação de um povo ainda criança"[15].. Os nativos são associados às crianças, puras, sem conhecimento, inteligentes em potencial, mas que precisam de instrução. Aos olhos da utopia milenarista é o bom selvagem de Montaigne que aparece em cena: "São homens que saem das mãos dos deuses; eles são muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano, tendo quase nada perdido de sua simplicidade primitiva"[16] e dotados de valores morais, muito mais do que aprender, podem ensinar: "[...] estes naturais são puramente crianças, sustenta Las Casas [...]"; os nativos são como crianças recém-nascidas e, portanto, maleáveis como a cera [...]"[17].Muitos

[13]AÍNSA, Fernando. *Op.cit.*p.141.
[14]KARNAL, Leandro. *Teatro da fé – representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: Hucitec, 1998.p.230.
[15]DELUMEAU, Jean. *Op.cit.*p.207.
[16]MONTAIGNE, Michel. *Dos canibais.*
[17]AÍNSA, Fernando. *Op.cit.*p.150.

destacam também a fraqueza física dos indígenas e sua debilidade corporal deve ser levada em consideração.

Os franciscanos almejavam construir um mundo diferente daquele erguido pelos conquistadores; um mundo dentro do outro, só que mais puro, moralmente correto e distante dos vícios e pecados da sociedade. Lutavam, entre outras coisas, para manter seus neófitos isolados do contato dos demais colonos espanhóis, na tentativa de evitar quaisquer "contaminações morais" aos recém convertidos. Todo o sonho de se formar um novo mundo cristão transportava-se, então, para a América. Tudo o que não foi possível de ser realizado na Europa, concretizar-se-á no Novo Mundo, virgem, perfeito, sem vícios, catequizado pelos franciscanos, que não sofrem de ganância nem cobiça: "recriar a simplicidade e a pobreza da idade apostólica já não era possível na velha Europa; se necessitava um Novo Mundo"[18]: Pode-se dizer, inclusive que "[...] um mito que dominou a história da América durante séculos foi a crença de que o Novo Mundo é o teatro geográfico em que as idéias do Velho Mundo podem ser livremente aplicadas"[19]. Nesse sentido, a principal vontade da ordem franciscana era "[...] fazer do mundo indígena uma nova cristandade equiparável à Igreja primitiva dos primeiros apóstolos"[20]. O México foi tomado por religiosos que não estavam interessados em destruir, simplesmente, a cultura do indígena, mas em conhecê-la para poder melhor suplantá-la por valores cristãos.

Como exemplo de missionário franciscano na catequese da Nova Espanha, o frei Gerónimo de Mendieta e seu livro *Historia Eclesiástica Indiana* fornecem importantes informações sobre o período. Dentro dessa obra, que alguns classificam de tradição milenarista, se destacará os capítulos relativos à prática da confissão e ao sacramento da penitência.

---

[18]WECKMANN, Luis. *Op.cit.* p.94.
[19]PHELAN, John Leddy. *The Millennial Kingdom of the Franciscans in the New World.* Berkeley: University of California Press, 1970.pp76-77.
[20]WECKMANN, Luis. *Op.cit* ibidem.

Mendieta nasceu em 1525 na cidade de Vitória, Espanha e ingressou na ordem de São Francisco aos vinte anos, em que estudou Artes e Teologia. No momento em que ele escreve, a instituição franciscana já havia se instalado e se espalhado pela Nova Espanha. Mas é muito difícil, no entanto, dizer que tipo de tradição milenarista mais influenciou Mendieta. O autor escreve num momento em que as esperanças de se construir uma América perfeita já começam a ser colocadas em dúvida. A obra de Mendieta aparece como lamento de uma idade perdida, muito mais do que a proposta de uma sociedade utópica. Isso não significa que ele é descrente dessa "utopia", mas sim "desanimado"; já não tem total certeza de que ela ocorra com tanta rapidez como os primeiros frades achavam. Para ele, desencantado com o mundo, o por vir é bastante incerto e seus escritos servem para mostrar como as coisas um dia foram perfeitas na América, mas que os caminhos seguidos foram errados: "[...] seus contemporâneos deveriam olhar para esta imagem e tentar parecer com ela. A salvação das almas era a única coisa que justificava a presença espanhola na América, mas o momento em que escreve marca o fim de um período e representa um olhar nostálgico para algo que ficou para trás: "[...] as obras dos religiosos transformarem-se em hagiografias e apologéticas, procurando constituir uma memória de heroísmo e perfeição sobre uma época e um poder que franciscanos [...] desejavam de volta"[21]. Nesse sentido, *Historia Eclesiástica Indiana* será importante, pois "[…]se converte não apenas em fonte de datas sobre a época da primeira evangelização, mas também em documento sobre a mentalidade, os valores e os conflitos, entre a imaginação e a realidade, de uma sociedade em crise"[22]

[21]Idem. *Op.cit.*p.219.
[22]GARCIA, Antonio Rubial. *Op.cit.*p.45.

Ética e Liberdade no anarco-feminismo espanhol: Lucía Sanchez Saornil e Amparo Poch y Gascon

Margareth Rago – UNICAMP

Em Horas de Revolução, pequeno livro publicado pelo *Sindicato Único do Ramo de Alimentação de Barcelona*, em 1937, a anarquista espanhola Lucía Sanchez Saornil reflete sobre os acontecimentos políticos e sociais que afetam a Espanha naquele instante e se pergunta pelos rumos do processo revolucionário que se abre aos seus olhos, desde o ano anterior. Lamenta os horrores da guerra, que agora atinge também mulheres e crianças."*Antes, a barbárie selecionava suas vítimas (...)Hoje, até a barbárie degenera*." Denuncia as formas de boicote que os governos opõem ao movimento revolucionário espanhol e incita os trabalhadores a se unirem na ação direta, na criação de brigadas e de extensas redes de solidariedade em luta contra o fascismo espanhol e internacional. Reflete sobre as experiências autogestionárias em curso na Espanha e questiona a atuação dos companheiros, que se casam nos sindicatos, revestindo práticas conservadoras com roupagem libertária. Pergunta-se, enfim, pelas possibilidades de criar um nova mulher nos novos contextos sociais coletivistas que se configuram sob o impulso da revolução.

É surpreendente e comovedor ao mesmo tempo observar o radicalismo das posições assumidas por essa anarquista espanhola, nesse livro. Ao criticar o casamento que presencia entre companheiros e companheiras nos sindicatos anarquistas, por significar uma traição da proposta libertária de amor livre, ela pondera:

"Se a Revolução é reforma de costumes, comecemos por aí; e logo, rapidamente, levemos à prática tudo o que ontem constituía nossas aspirações, nossa lei e nossos princípios.

Dissemos outro dia que a Revolução deveria começar em nós mesmos, e se não o fizermos, perderemos a Revolução social, nem mais, nem menos; nossa mentalidade burguesa não fará mais do que revestir de roupas novas os velhos conceitos, conservando-os em toda a sua integridade. É preciso tomar cuidado com essas pequenas coisas (está se referindo ao aumento de casamentos nos sindicatos), que às vezes, sãos os melhores delatores de nossa falta de capacidade revolucionária.

Condenemos, se nos agrada, a liberdade de união; mas não a disfarcemos covardemente com hipócritas cerimônias, mesclando os Sindicatos em nossas covardias espirituais."[1]

Questionando as atitudes moralistas e conservadoras no interior dos grupos libertários em que atua, Lucía Sanchez Saornil, fundadora da **Organização Mujeres Libres**, ao lado da advogada Mercedes Comaposada e da médica pediatra Amparo Poch y Gascon, todas vinculadas à anarquista CNT (Confederação Nacional do Trabalho), introduz a dimensão da subjetividade nas intermináveis discussões sobre os rumos da revolução. Não se furta à difícil e delicada questão de pensar a produção da própria subjetividade no processo de transformação política e social em curso naqueles anos, enquanto que para muitos militantes tudo se resume a interferir criativamente no espaço público, transformando as formas de produção da economia e efetuando mudanças palpáveis no mundo exterior. Sem renovar o espírito, acredita ela, dificilmente se poderia inovar nas ações empreendidas nos múltiplos campos da vida social. A revolução social passa, assim, pelo trabalho interior, pelo questionamento das práticas subjetivas de cada um, pela crítica à moral burguesa que oprime, humilha e submete, à revelia dos próprios atores.

[1] Saornil, Lucía Sanchez - Horas de Revolución, Barcelona: Sindicato Único del Ramo de Alimentación de Barcelona, p.26

Diz Foucault que o "cuidado de si", experiência desenvolvida especialmente na Antiguidade greco-romana, caracteriza-se por um trabalho sobre o eu bastante diferenciado das formas de subjetivação impostas pelo Estado moderno – e podemos acrescentar – pela família e pela mídia, na sociedade contemporânea. Longe da crença na interioridade como lugar privilegiado do refúgio do indivíduo, longe do narcisismo e do culto à própria personalidade, os gregos e os romanos desenvolveram formas de relação consigo mesmo que implicavam necessariamente na relação com o outro. Tratava-se de inflexionar as forças do Fora sobre si mesmo e construir-se como um indivíduo temperante, capaz do governo de si como forma de equilíbrio e não como renúncia a si e aos prazeres. Longe de propor uma anulação de si mesmo, como afirmará o cristianismo, longe de reprimir os desejos para constituir-se como cidadão honesto, trabalhador obediente e submisso, o "cuidado de si" do mundo greco-romano supõe um trabalho minucioso e elaborado sobre si mesmo que conduz a uma estilização da própria vida, a partir do "uso dos prazeres" no tempo oportuno e na medida certa. "Estética da existência" é o conceito cunhado pelo filósofo para dar conta dessas práticas da liberdade, constituídas por "tecnologias de si", através das quais os indivíduos se elaboram, definem suas regras de conduta, ao mesmo tempo em que procuram "*modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.*"[2]

O conceito é bastante operacional, a meu ver, para nomear aquilo que Lucía, a seu modo, reclama como tarefa revolucionária fundamental. Aqui, ética, liberdade e política confluem na busca de construção tanto de novas formas de existência, quanto de outros modos de sociabilidade. A tarefa revolucionária supõe a invenção de si para

[2] Foucault – História da Sexualidade. Vol.II - O uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15; veja-se ainda "A propos de la généalogie de l´éthique: un aperçu du travail en cours"Dits et Ecrits, vol. II, Paris: Gallimard, 2001, p.1229

homens e mulheres como atividade imediata e trabalho incessante, que não pode ser abandonado para o dia seguinte, nem mesmo em função das pressões econômicas impostas pela guerra. Em outras palavras, o cuidado de si para consigo supõe a recusa à obediência, uma crítica radical às formas insidiosas de sujeição, aos modos de manifestação do poder sobretudo no interior dos próprios grupos revolucionários. Como analisa a anarquista em relação aos deslocamentos que observa nos discursos dos grupos que lideram a ação política, são crescentes as tentativas de inibição e freio às iniciativas populares de autogestão, pelo apelo à obediência e à disciplina ao Partido:

"*Ao conhecido e já velho "Precisamos ganhar a guerra", começam a acrescentar-se outras frases que nos fazem tremer: "Precisamos acabar com os Comitês", e se diz que não é obra revolucionária socializar a terra e a indústria. Em uma palavra, nega-se a Revolução. Sob a consigna de "obediência cega", que se pretende seja sinônimo de disciplina, se quer cortar o passo à iniciativa popular....A verdade é que temos de ganhar a guerra para a Revolução; porém, muito cuidado! Há que atuar revolucionariamente ao mesmo tempo."* (p.30)

Nascida em Madri em 1901, militante da CNT a partir do trabalho na Central Telefônica de Madri, Lucía condena o processo de centralização que se esboça e as atitudes excludentes que se manifestam em relação às conquistas populares.Vale destacar o libertarismo presente constantemente nas posturas, reflexões e críticas dessa mulher, que denuncia, no calor da hora, as manobras que vão sendo feitas à medida em que o povo consegue maior liberdade e autonomia. No fragmento intitulado "Soluções Imitativas. O Stakanovismo", ela acusa a intensificação do processo produtivo em moldes centralizadores importados da experiência russa:

"é sob pretexto de ganhar a guerra – sem dizer por que, nem para que - , que vemos dia a dia morrer os organismos criados nos primeiros momenos pela iniciativa popular; é, outras vezes, um afã imitativo – por desgraça nascido em nossa juventude - ,

*de que temos dito com freqüência que sua virtude maior é a espontaneidade, o que vai incorporando ao nosso movimento com palavras exóticas aspectos ou frases que, se não são em absoluto contrários à nossa idiossincrasia, são, quando menos, em muitas ocasiões, inoportunos." (*pg.40)

Ao lado de Lucía, a médica Amparo Poch y Gascón, nascida em Zaragoza, em 1902, participa ativamente das atividades do **Grupo Mujeres Libres**, que ajudara a fundar em 1936. Escreve na *Revista "Mujeres Libres*" destinada ao esclarecimento e à reflexão das trabalhadoras espanholas; organiza cursos de capacitação para as operárias, cursos de alfabetização e profissionalização; trabalha nas creches e hospitais, defendendo novos métodos terapêuticos e programas de saúde para a população. Dentre seus vários textos, destaco os que se referem à moral sexual, como o poema em prosa "Elogio del Amor Libre", em que Amparo, especialmente crítica do lugar de submissão destinado às mulheres na esfera privada do lar, lugar de sua absoluta anulação pessoal e sexual, reivindica uma nova relação amorosa para elas:

"I I. Yo no tengo Casa. Tengo, sí, un techo amable para resguardar-te de la lluvia y un lecho para que descanses y me hables de amor. Pero no tengo Casa. No quiero! No quiero la insaciable ventosa que ahila el Pensamiento, absorbe la Voluntad, mata el Ensueño, rompe la dulce línea de la Paz y el Amor. Yo no tengo Casa. Quiero amar en el anchucroso "más allá" que no cierra ningún muro ni limita ningún egoísmo. (...)

Mujer, ama sobre todas las cosas.(...)

Pero antes aprende el Buen amor. (...) Para él se necesita plena libertad, pro también capacidad plena, pues sin ésta la primera es una ficción.(...)

Yo no tengo Casa, que tira de ti como una incomprensiva e implacable garra; ni el Derecho, que te limita y te niega. Pero tengo, Amado, un carro de flores y horizonte, donde el Sol se pone por rueda cuando tú me miras..” [3]

Anarquista, Amparo critica com ousadia a monogamia, em seu texto “A vida sexual da mulher”, de 1932, e entende que o adultério resulta da asfixia provocada por normas rígidas, que violam as possibilidades humanas. Indigna-se com a absoluta ignorância das mulheres sobre a sexualidade e o corpo e critica a ausência de educação sexual nas escolas, razão pela qual procura explicar a fisiologia do corpo feminino, nomeando e referindo-se a cada órgão de seu corpo e a cada fase de sua vida, da menstruação à menopausa. Considera que embora surjam “novas mulheres”, com comportamentos bastante diferenciados das dos “velhos tempos”, ainda predominam as antigas, em cuja mentalidade pesa a herança de muitos séculos de obscurantismo. Por isso, defende a educação sexual nas escolas, entendendo que no lar nada acontecerá, nem também em uma escola que carregue uma moral de malícia e vergonha, aprofundadas pela religião.

“*De nossas escolas atuais não se pode esperar uma educação e uma higiene sexual, porque as professoras que as governam não estão capacitadas para isso por haverem sido formadas em uma sociedade que não fala do sexo se não for entre cochichos e reticências*;” [4]

Como médica, a Dra. Amparo faz profunda crítica aos mitos construídos pela medicina moderna sobre a economia desejante das mulheres. Questionando o mito da frigidez feminina, explica que o prazer sexual não deve ser visto como um pecado e que o

---

[3] Amparo Poch y Gascón, Revista **Mujeres Libres**, no.3, julio 1936.

[4] Rodrigo, Antonina (org.) – Amparo Poch y Gascón, textos de una médica libertaria. Zaragoza: Alcaraván, 2002, p.111

sexo não deve se limitar à procriação. Do mesmo modo, critica os maridos que deformam as esposas com sua psicologia masculina da prostituição. O direito ao sexo para as mulheres é, diz ela, uma necessidade fisiológica, tanto quanto para os homens. Amparo denuncia a moral burguesa que abre as portas da prostituição para o homem, enquanto a mulher deve esperar, antes do casamento, para poder ter sexo. Portanto, ensina vários métodos contraceptivos.

Contudo, mesmo defendendo o prazer sexual e as novas relações amorosas para as mulheres, a Dra. Amparo é atenta, ao dizer que é necessário fundamentar-se uma nova moral. Assim, estabelecendo as diferenças entre as antigas e as novas mulheres afirma:

"La mujer nueva no puede llenar con el amor su existencia. Necesita buscarse y encontrarse a sí misma en variadas actividades en la profesión elegida, en el estudio a que se ha consagrado ,en el taller, en la fábrica y en la Universidad. (...) Aquellas mujeres que renunciaban a todo por amor, que no sabían vivir si no sentían una fuerte mano masculina sobre las suyas, van quedando, poco a poco., sólo para una categoría de novelas; porque el nuevo tipo femenino nos regala bravas heroínas que suspiran de gozo al encontrar entre las ruinas de un amor su perdida libertad, y que no necesitan ni quieren manos ajenas que les aparten las zarzas de la vida." [5]

Como ela, portanto, ou ainda como Lucía Sanchez Saornil, que hoje valorizamos como mulheres que souberam corajosamente alterar o curso de vida que lhes havia sido destinado, ousando construir suas vidas e a si mesmas a partir de seus próprios interesses, desejos e necessidades, referenciando-se por uma moral libertária, na qual ética, política e liberdade estão intrinsecamente associadas.

[5] Idem, p.143

AS NARRATIVAS LITERÁRIAS COMO FONTE HISTÓRICA: "A guerra e a paz" na aula de História

Professora Margarida Durães
Instituto Ciências Sociais/ Departamento de História
margaridad@ics.uminho.pt
Professora Maria do Céu de Melo
Instituto Educação e Psicologia /Departamento de Metodologias de Educação
mmelo@iep.uminho.pt
Universidade do Minho, Portugal

1. A Literatura e a História

Após 1970, o debate centrado nas relações entre a Literatura e a História tem vindo a ser persistente (Veyne, 1971; Berkhofer, 1998; White, 1999). No contexto da intertextualidade e da transdiciplinaridade, a ficcionalidade e a factualidade têm sido abordadas de diferentes modos pelo historiador e pelo ficcionista. Na ficção, por exemplo, a História poderá ser apenas um pano de fundo diante do qual se movimentam personagens de ficção. Na História, por sua vez, a ficção parece associar-se não tanto a uma simples invenção artística, mas ao modo como os historiadores parecem «costurar» em termos de coesão e coerência, as possíveis relações que se estabelecem entre fontes e, mais concretamente, entre factos, logo que estes tentam dar uma forma narrativa aos seus discursos historiográficos. (…) Berkhofer alerta-nos para o facto de que ambos os tipos de escrita, a ficcional e a historiográfica, se exercem ao longo de um *continuum* cujos pólos poderão oscilar entre «representações puramente factuais» e o que ele designa de «fantasia histórica» (Lopes & Melo, 2003).

È consensual que ambos os tipos de narrativa possibilitam a recriação dos mundos, e esta "abertura" é o produto da convocação de processos imaginativos e das experiências idiossincráticas e culturais do leitor. No caso específico do nosso estudo é ainda de sublinhar uma referencialidade fruto dos nossos conhecimentos tácitos e prévios de natureza histórica.

Muitos investigadores da Educação Histórica defendem a presença de romances históricos enquanto fontes primárias no processo ensino-aprendizagem já que contribui para a construção de um quadro mais estruturado da História, do que aquele que os alunos podem construir apenas a

partir dos manuais escolares e ou dos documentos históricos e historiográficos avulsos. Shemilt (2000: 98) defende assim que "os quadros usados pelos alunos para compreender o passado, devem não apenas ser ordenados e coerentes, complexos e multi-dimensionais, mas também proposicionais e admitirem narrativas alternativas. (…) Para desenvolver um quadro narrativo histórico, a História deve ser ensinada como uma forma de conhecimento que coloca os alunos a avaliar argumentos epistemológicos, a distinguir descrição de explicação e a debater a relevância dos acontecimentos nas narrativas históricas". Todavia, se o seu uso na aula de História não for sustentado por uma análise crítica do autor e do seu contexto de criação, e se não contemplar o confronto com outras fontes, a presença da ficcionalidade pode reforçar a interferência do conhecimento tácito histórico dos alunos no conhecimento histórico cientificamente legitimado (Melo, 2003). Por outro lado, se de facto, adquirirem uma compreensão do processo de construção das narrativas, a competição que pode existir entre as narrativas ficcionais e as historiográficas deixa de ser vivenciada dicotomicamente pelos alunos, pelo menos no quotidiano da sala de aula de História.

Será a criação deste cenário temporal e contextual, de natureza simultaneamente vivencial e factual, e com grau diferenciado de explicitude ou encobrimento, o desejável objecto comum do trabalho ficcional, do historiador e do professor de História.

2. O estudo

As autoras realizaram um estudo prévio (Melo & Durães, 2004), que teve como objectivo identificar os temas que os alunos universitários, inscritos na Licenciatura em Ensino da História (4º ano) e na disciplina de História Contemporânea, relevaram após a leitura do romance de Charles Dickens "Os Tempos Difíceis". As categorias temáticas de análise então eleitas foram: a obra e as intenções de Charles Dickens, o positivismo, os espaços, as personagens/ dominados e as personagens/ dominadores. Foi também objecto desse estudo identificar os modos como o interpretam enquanto fonte histórica primária.

Neste texto apresentar-se-á um estudo realizado com alunos universitários, futuros professores de História, desenvolvido no mesmo

contexto curricular acima referenciado. O romance escolhido como já referido foi "A Oeste Nada de Novo" de Eric Marie Remarque, e foi utilizado como indutor de uma tarefa de Empatia Histórica. Foi-lhes pedido que escrevessem uma carta, colocando-se no papel de um soldado envolvido na 1ª Guerra Mundial. Alertou-se os alunos para convocarem também toda a informação histórica apresentada e trabalhada nas aulas acima referidas.

Discutir-se-ão os resultados da análise de 20 relatos escritos, tendo como referência o tipo de empatia histórica apresentado. Este grupo de alunos contemplava os dois géneros, mas como esta variável não será contemplada na análise, doravante usaremos o género masculino. A identificação do género feminino notar-se-á apenas nas citações dos excertos das cartas.

3. As Cartas

As cartas serão analisadas, tendo em consideração as seguintes categorias substantivas (Melo, 2003; Melo, 2004) (V. Quadro):

Quadro: Categorias Substantivas de Narrativas Históricas

Categorias	Indicadores
Datação	Inclui-se nesta categoria o enunciado explícito de datação da carta
Autoria	Inclui-se nesta categoria o enunciado explícito da autoria da carta (Bilhete de Identidade)
Destinatário	Inclui-se nesta categoria o enunciado explícito do destinatário da carta
Sentimentos	Incluem-se nesta categoria todos os enunciados que descrevem sentimentos despoletados pelo acontecimento. Serão também contemplados nesta categorias as sensações expressas pelos escreventes.
Contextualização	Incluem-se nesta categoria todos os enunciados que colocam o acontecimento no contexto histórico específico. Expressam informação considerada relevante para a compreensão do acontecimento em estudo
Descrição	Incluem-se nesta categoria todos os enunciados que narram o acontecimento ou partes dele, narração essa baseada nos documentos disponíveis
Lições da História	Incluem-se nesta categoria todos os enunciados que expressam juízos de valor e ou reflexões sobre valores, intenções, práticas, etc. relacionadas com o acontecimento

Todas as cartas foram **datadas** dentro da temporização da 1ª Guerra Mundial (1914-1018), sendo 9 delas colocadas no ano de 1918, sendo 8 distribuídas pelos anos 1915, 1916 e 1917. Somente 3 alunos não datam as suas cartas, havendo um aluno que justifica essa ausência dizendo *"Antes de mais gostaria de pedir desculpa por não pôr data no início da carta, mas aqui os dias são tão longos que perdi totalmente a noção de tempo"* (Al.2). Estas múltiplas datações determinarão o conteúdo substantivo das cartas, já que serão contempladas diferentes fases da guerra. Podemos desde já exemplificar que as cartas escritas no ano de 1918 falam já de boatos sobre o armistício.

A maior das cartas são **endereçadas** aos Pais, sendo de realçar que 4 são expressamente escritas para a Mãe. No que diz respeito a este tipo de destinatário, há que apenas que realçar que em todas elas existem enunciados que apelam à esperança no regresso ou palavras que tentem *"acalmar o teu sofrimento"* (Al.1). Um dos alunos relembra mesmo as comidas feitas pela mãe, adoptando então um tom pretensamente alegre e animador.

Quanto à **autoria**, 15 alunos atribuem a si próprias a nacionalidade portuguesa, ocorrendo apenas a existência de 4 alunos que assumem a nacionalidade alemã, e um caso que se identifica como francês. Esta adopção não determinará em geral os conteúdos narrativos das cartas. Este facto, dever-se-á talvez ao facto das fontes convocadas, o romance, os conteúdos leccionados e as leitura historiográficas propostas nas aulas de História Contemporânea não terem fornecido evidências que pudessem sustentar discursos diferenciados por nacionalidades. A maior parte dos alunos assumem-se como soldados, ocorrendo 4 que se atribuem a função de enfermeiras, aqui sim, todas elas alunas do sexo feminino. No entanto, o facto de serem enfermeiras não fez centrar as suas vivências apenas nos hospitais de campanha, mas também aquelas vividas em frente de combate.

Tendo em consideração o acontecimento histórico específico, os **sentimentos** privilegiados foram a *esperança e a saudade*. A esperança está associada à possibilidade de regresso, ou tão-somente a uma licença que lhes permita uma pausa do palco da guerra. A saudade é centrada em vivências passadas e ou em pessoas como os pais, irmãos e ou amigos. Não aparecem referências a esposas/maridos ou namorados(a), o que poderia ser expectável

tendo em consideração a idade dos soldados que foram mobilizados nesta guerra. Esta saudade tem também como objecto a sua própria pessoa situado no passado. Daí muitos expressarem frases do tipo:

> *" Aquele jovem sonhador já não existe, aquele jovem sonhador e idealista que vos deixou já não existe, tornou-se num homem totalmente diferente" (Al.4)*
> *" Aqui somos considerados a mocidade de ferro e nenhum de nós tem mais de vinte anos: Mas quanto a ser novo! Tudo isso acabou há muito tempo. Já somos velhos!" (Al. 8)*

Como é frequente dizer, a saudade é um sentimento luso. Apesar de poder ser considerada uma generalização matricial, esta palavra é a única que mais frequentemente aparece em todas as vinte cartas. Cremos que a sua presença deriva também da natureza da própria tarefa, ou seja, do pedido de escreverem um texto de natureza epistolar endereçada a familiares ou alguém com quem tivessem um laço de natureza afectivo. Esta condição pode ter condicionado a convocação de emoções associadas à saudade.

Um outro sentimento que mais frequentemente foi expresso pelos escreventes foi a da *amizade e solidariedade* tecida entre os soldados no espaço da contenda. Como veremos mais à frente, estes sentimentos serão desenvolvidos em enunciados categorizados como Lições da História.

A maior parte das cartas fala de sensações muito físicas como *o cansaço e o medo*. Este último é objecto de censura, sendo apenas partilhado nas cartas:

> *" Ninguém tem a coragem de confessar perante os oficiais que está no meio de uma guerra com medo" (Al. 2)*
> *" O medo. Levo recordações que me assombrarão para toda a eternidade e que se tornarão em pesadelos que irão conviver comigo no meu dia-a-dia"* (Al. 15).

É de realçar que alguns alunos, apesar de poucos (4), falam da sensação de um tempo longo, ou recusam o seu equacionamento (1):

> "*…mas aqui os dias são tão longos que perdi totalmente a noção de tempo (…) É que há dias em que dormimos umas horas, mas como estamos em constante sobressalto essas horas parecem escassos minutos"* (Al.2)
> *"Não penso no passado, não penso no futuro só no presente e em vós*" (Al. 7)

Apesar do Tempo ser um conceito operatório primordial em História, esta pouca frequência nas cartas, poderá ser devido ao facto da historiografia falar apenas em conceitos temporais matemáticos (séculos, anos, etc.) e ou em conceitos temporais conceptuais (longa /curta duração, era, idade, etc.), não considerando noções de tempo mais vivenciais como é o caso.

Como já referido, e devido à datação das cartas, são vários os indícios **contextuais históricos** apresentados nas cartas. Podemos considerar que estes enunciados são de dois tipos: os de *natureza factual* explícita, e os que uma maneira *indirecta* permitem a contextualização nas diferentes fases da guerra.

De todas as 20 cartas, apenas o aluno 5 verte factos históricos apresentando como que uma breve sinopse da 1ª guerra mundial. Assim, a informação recua ao assassinato do Arquiduque Francisco e termina com a assinatura próxima do Armistício, quando aliás esta carta é escrita. Como caso único é de informar que toda a epístola incorre nesta categoria de contextualização. Em quatro páginas existem apenas dois parágrafos que nos indicam que está a escrever para os pais, e estes têm apenas a função de relembrar um pouco do conteúdo de outras cartas, que foram também do mesmo teor informativo. Também como excepção, e apesar de muitos dos alunos se identificarem como soldados portugueses, encontramos apenas um aluno (Al.10) que apresenta elementos contextuais que o caracterize como tal. Fala então do nome do seu quartel localizado na vila de Tancos, que pertencia ao Corpo Expedicionário Português que partiu de Lisboa para Brest, e que participou na famosa batalha de La Lys.

Muitos alunos /soldados contextualizaram-se na fase da guerra, conhecida pela "Guerra das Trincheiras", apresentando datas ou descrições que a localizam nesse momento. Nestes casos, o contexto específico são as trincheiras propriamente ditas ou hospitais de campanha, tenham os alunos se identificado como soldados ou como enfermeiros (as). Falam de estratégias de acção militar de avanços e de recuos, enumerando a Batalha de Verdun ou a zona de Champagne. Esta contextualização é confirmada pelos enunciados que descrevem privilegiadamente o ambiente das trincheiras.

Do grupo de alunos que se situaram no *fim da guerra*, os elementos contextuais versam a ocorrência de ataques frequentes e bem sucedidos de

soldados franceses, americanos e ingleses. Falam de lutas nas várias frentes, e prevêem a rendição da Alemanha. Convocando conhecimentos históricos, falam do reforço do poder bélico dos exércitos dos "aliados" não apenas em termos de número e variedade de armamento, mas em número de soldados e condições de sobrevivência. Quase todos falam de um possível armistício, mas ainda sob a forma de um boato *"esperançoso".*

As **descrições** são quase de natureza icónica, pois apresentam imensos pormenores como a existência de turnos de vigilância, saídas para reconhecimento territorial, a salvação de um camarada e até a partilha de espólios de alguém que de tão ferido regressa a casa: *"Como vai para casa e já não precisa de alguns acessórios, decidiu oferecê-los. O David vai ficar com as botas (…) e eu vou ficar com a bússola e o cantil da água"* (Al. 2).

O ambiente de condição sub -humana foi também objecto de descrições:

> *"Era frequente, partilhar o mesmo espaço com ratazanas que vagueavam por cima dos alimentos (…) eram pequenos buracos com um toldo a cobri-lo em condições muito más onde muito facilmente a água, o frio e os bichos entravam"* (Al. 9)
> *" O pior era o cheiro. Cheira muito mal todo este ambiente, não tomamos banho, há pessoas a morrer ao nosso lado e que precisam de ser enterradas, febres. Há comidas estragadas, e as necessidades são feitas ao ar livre"* (Al. 13).

Outro objecto das descrições é a visão das mortes dos camaradas e a crescente frequência de estropiados, que é o único tema comum a todas as cartas: *"Um camarada, ontem, segurava uma foto da mulher e da filha quando por fim expirou, vitimado por uma mina que lhe deixou a parte esquerda do corpo"* (Al.17). Também é comum a identificação da juventude dos soldados. Apenas um aluno fala de prisioneiros de guerra alemães, adoptando no entanto, a mesma sensibilidade: *"Vejo constantemente prisioneiros de guerra, que morrem de fome e frio, como nós"* (Al. 20). Quanto à guerra, as descrições são de dois tipos conforme a datação das cartas. Aquelas que versam a fase das "trincheiras" são plenas de pormenores referentes não apenas ao tipo de estratégia militar então implementada, mas também ao uso de certas técnologias. Daí serem referidos os obuses, os tanques, baionetas, a artilharia e o uso de gases. Falam da luta em várias frentes e da inexistência de progressos. Já aquelas que se datam próximas do final da guerra realçam mais a existência de períodos de alguma paz, preferindo então descrever a

destruição da paisagem e das aldeias, como falam os alunos 8 e 14, respectivamente:

> *"Também a paisagem se altera devido aos bombardeamentos, bosques inteiros desaparecem feitos aos bocados"* (Al. 8);
> *" Muitas aldeias próximas do nosso hospital foram destruídas, muitos civis ficaram feridos e agora para além de curarmos os feridos, estamos a distribuir alimentação por esta gente que perdeu tudo"* (Al. 14)

A riqueza quase fílmica destas descrições denunciam que os alunos convocaram elementos oriundos do romance, assim como de fontes primárias analisadas nas aulas de História Contemporânea. Como atrás referido, as descrições não variam, tenham os alunos se identificado como portugueses, alemães ou franceses. Poder-se-á deduzir que os alunos consideraram que a informação dada por estas fontes eram plausivelmente aplicáveis aos dois lados da contenda.

Finalmente, analisaremos os enunciados que se podem incluir na categoria **Lições da História**. Estes focalizaram diferentes objectos que se distribuíram de um modo equitativo pelos seguintes:

A vivência num cenário de guerra foi vista como um espaço de aprendizagem de valores como a *solidariedade* expressa em comportamentos de camaradagem. Perante as situações concretas de vida neste contexto, os alunos afirmam que a noção de igualdade é consubstanciada na realidade quotidiana, e também como condição de sobrevivência: *"Aqui os laços de amizade são muito intensos, podendo dizer com força: um por todos e todos por um"* (Al. 6).

O palco bélico gerou enunciados assertivos morais sobre o *valor da vida*: *" A vida de um ser humano está acima de qualquer guerra"* (Al. 1). Todas as outras reflexões indiciam juízos de valor críticos sobre o recurso à guerra como solução de problemas:

> *"Estamos relegados à mais baixa condição humana, se é que podemos falar em humanidade neste cenário em que a morte se torna tão natural" (Al. 4);*
> *"Os homens são cada vez menos homens, cada vez mais frios perante o espectro da morte. Encaram a morte do amigo com naturalidade, já não se questionam sobre a barbárie" (Al. 20);*
> *"Mãezinha, porque é que a natureza é tão caprichosa, e o nosso Deus deixa que isto aconteça? O que faz com que os espíritos humanos neste início de século sejam capazes de tais atrocidades aos seus*

semelhantes? Será uma espécie de doença que se ganha na passagem dos tempos?" (Al. 13

As consequências pessoais que a participação na guerra acarreta para os soldados são predominantemente negativas:

"Tenho sorte de estar vivo, mas vivo por fora e morto por dentro" (Al. 8)
"Agora que estou quase de regresso não sei como gerir tudo aquilo que durante este período de tempo vivi. Será que irei conseguir ter uma vida normal como antes de vir para guerra?" (Al. 9)
"Chegou a paz. E eu, terei paz? Regresso a casa viva, felizmente escapei, mas provavelmente deixei morrer na guerra o melhor de mim. Regresso a casa, estou via, mas vejo a morte. Terei morrido por dentro?" (Al. 11)
"Por vezes a situação era insustentável a nível psicológico e muitos camaradas morreram em pleno acesso de pânico (…) Aqui vale tudo para nos defendermos, matamos sem dó nem piedade (…) Transformámo-nos em assassinos cruéis e impiedosos" (Al. 12)
"A vida aqui é nua e crua e temos de rir das misérias senão enlouquecemos. Queremos sair deste horror, mas estamos e estaremos sepultados nele até ao pescoço para sempre" (Al. 14)
"Vou voltar para casa, parto do sítio onde deixei a minha inocência e a minha paz. Levo as mãos machadas de sangue, recordações que se de morte tornarão pesadelos que irão conviver comigo no meu dia-a-dia" (Al. 15)
"Quero voltar e retomar a minha antiga vida, embora tenha a certeza de que nada vai ser como dantes, sei que uma mágoa me vai perseguir até ao resto da minha vida" (Al. 18)

Apenas um aluno apresenta uma consequência pessoal positiva afirmando: *Os ensinamentos colhidos e as vivências deste tempo passado aqui, ajudar-me-ão a encarar e a ultrapassar os engulhos que me possam vir a surgir ao longo da minha vida terrena (…) Uma das coisas boas que levo de boa recordação desta guerra é o conhecimento novo das terras que pisei, das gentes que conheci"* (Al. 6).

Muitos dos alunos questionam *os motivos* da prática da guerra, não situando as suas ideias no contexto histórico específico. Apenas um dos alunos, que se assume como alemão, apresenta um argumento contextualizado: *"Comecei com ilusões e com a vontade de mostrar ao mundo a grandeza do nosso império, mas hoje sinto-me mais maduro e aquilo que eu quero é paz"* (Al. 16). Todas as reflexões são generalistas levantando reflexões críticas sobre o patriotismo, a justeza da guerra, os seus motivos explícitos ou implícitos:

> *"Já não sei em que acreditar, o meu patriotismo é cada vez mais ténue, e a hipótese de deserção já me chegou a ocorrer"* (Al. 4);
> *"Penso que os valores morais desapareceram perante interesses económicos"* (Al. 10);
> *"Qual a razão porque estou a lutar? Que absurdas me parecem agora as razões que me trouxeram aqui, a crença na legitimidade (…) Acabou a ilusão acerca da justeza da guerra. Afinal que honra há em lutar?"* (Al. 11);
> *"Porquê tanto sofrimento numa guerra que não é a nossa?"* (Al. 12);
> *"A quem serve esta guerra? Mercado negro? Somo mártires de uma causa que ninguém já sabe qual é"* (Al. 14);
> *"Somos meros brinquedos bélico nas mãos de estrategas mimados empenhados em recriar em escala aumentada as grandes batalhas clássicas que ouviram falar no Colégio Militar (…) Eles que ficam nas suas mansões luxuosas sacrificam-nos diariamente ao fogo inimigo"* (Al. 17).

Apenas um aluno não questiona os motivos da guerra dizendo: *"A nossa causa é nobre e acredito que iremos vencer os opressores; este é a única ideia que nos move apesar das mortes que são uma constante"* (Al. 7).

No que diz respeito ao *futuro*, apenas dois alunos falam de explícitas lições a retirar da guerra. O primeiro fala deste modo generalista: *"Deus queira que os homens tenham aprendido alguma coisa e que este cenário não se repita. Mas será que de facto aprendemos com os nossos erros?" (Al. 14).* O outro aluno, pensando que vai morrer, questiona a guerra deste modo, direccionando as suas palavras para o futuro do seu irmão: *"Deixo este testemunho escrito, porque não quero que o meu irmão Miguel passe pelo mesmo. Cabe a vós, meus pais, a tarefa de protegê-lo e evitar que ele viva o inferno na terra. Não deixem ele vir para cá"* (Al. 19)

Finalmente, algumas das reflexões tomam como objecto o *Outro,* o inimigo:

> *"Qual a razão porque lutei? Será a mesma razão que levou o inimigo a lutar? (…) Agora que terminaram os combates é que vejo com mais clareza. De certeza, que ambos sentimos e pensamos o mesmo"* (Al. 11)
> *" Matamos sem dó nem piedade. Não pensamos que aqueles homens e mulheres que vemos morrer mas nossas mãos podem ter filhos a quem vão fazer muita falta"* (Al. 12)
> *"Gostava de saber o que os alemães … Também devem ter famílias, mulheres, filhas, pais que devem esperar o seu regresso"* (Al. 17)

4. Algumas reflexões

A análise das cartas permite-nos redigir algumas reflexões necessariamente abertas e provisórias. Assim, haverá que considerar algumas

características da literatura epistolar que podem ter influenciado a sua escrita, e mais especificamente a sua função como estratégia de desenvolvimento da empatia histórica.

As cartas são textos pessoais pensados em função de um Outro de quem esperamos estabelecer uma relação dialógica, relação que é influenciada pela distância e pelo tempo. Se pensarmos no contexto específico vivido pelos escreventes, a guerra, e nos destinatários específicos, a família, essa escrita é tecida entre o desejo psicológico de tudo revelar e assim desenvolver de algum modo uma *catarsis*, e a decisão de omitir alguns pormenores como forma de proteger os familiares distantes. Estas cartas denunciam esta tensão através dos enunciados que explicitamente apresentam informação vivencial baseada na leitura das fontes históricas, e enunciados que revelam esses silêncios intencionais. Esta situação determina que ao propormos uma tarefa deste tipo num contexto de sala de aula, não podemos esperar que os conteúdos das cartas sejam um pretexto para os alunos demonstrarem só o seu conhecimento histórico factual. Aliás, neste estudo, apenas um aluno (Al. 5), esquecendo que o pedido era a escrita de uma carta, apresentou um resumo dos conhecimentos históricos aprendidos.

Aquando a feitura da escrita epistolar, a selecção dos seus conteúdos é determinada pela atribuição de relevância que os "alunos /soldados" deram a certos sentimentos ou valores, e na eleição de factos de natureza mais política, social ou quotidiana que "viveram". Assim, esta tarefa pretendeu assim identificar se os alunos empatizaram com os agentes históricos, ou seja, se as cartas revelam com um certo grau de plausibilidade histórica em relação ao modo como os soldados viveram, pensaram e sentiram a 1ª Guerra Mundial. Para tal, ao promovermos uma tarefa de natureza empática, há que salvaguardar que as fontes a que os alunos tiveram acesso sejam não apenas suficientes mas também relevantes, para que o exercício de imaginação histórica não se torne apenas de imaginação literária. Assim, o professor deve fornecer ou promover a pesquisa de evidências que contemplem não apenas as várias dimensões do contexto históricos específico (político, económico, mental, religioso, etc.) mas também fontes que expressem perspectivas múltiplas. Tomar-se-á assim, a escrita (logo a aprendizagem) mais rica em termos substantivos e em termos históricos, promovendo não apenas a

consciência que o saber historiográfico é (deve ser) caracterizado pelo multiperspectivismo, como também que a História é uma polifonia de vozes de gentes de carne e ossos.

Relembrando que o sub -tema deste texto é "*A guerra e a paz*" na aula de História", compete-nos focar os modos como os alunos viram a guerra e a paz, ao se colocarem na "pele de soldados" no princípio do século XX. Em termos meramente factuais ou se preferirem descritivos, aqueles basearam-se nas fontes disponíveis sendo possível afirmar que apresentam narrativas empáticas que podem ser categorizadas entre, e segundo Ashby & Lee (1987), a empatia histórica restrita e a empatia histórica contextualizada. Os alunos explicitaram uma compreensão do acontecimento e das acções dos sujeitos históricos com base nas evidências. Demonstraram também saber distinguir os seus (deles) sentimentos, valores e intenções e suas implicações a pequeno, médio e longo prazo. Apesar das limitações da escrita epistolar, os alunos explicitaram o reconhecimento da função explícita da instituição (a guerra) no contexto específico. Existiu também uma intencionalidade de relacionar as acções dos indivíduos com as condições concretas e materiais de vida.

No entanto, foi possível identificar que os alunos colocaram nas vozes dos soldados as suas ideias, valores, sentimentos e inquietações. Poder-se-á dizer que ocorreu uma transposição para o passado de um quadro contemporâneo, já que não são visíveis enunciados que denunciem a convocação de fontes primárias que pudessem configurar o quadro mental da época. Preferimos, no entanto, defender, como Shemilt (1984), que a compreensão histórica depende do pressuposto que partilhamos uma humanidade comum com as pessoas do passado, e que é esta comumnalidade que nos permite, se dispostos, a empatizar com qualquer situação ou pessoa do passado, evitando o grau de estranheza que as pessoas do passado podem provocar em nós.

Nestas palavras finais, convém salientar que apesar dos alunos serem quase finalistas (já que o ano seguinte é um ano de estágio pedagógico) e esperando-se assim da sua parte um determinado grau de autonomia, advoga-se que estudos futuros adoptem uma metodologia que contemple passos mais sistemáticos da análise dos romances previamente à implementação do instrumentos de recolha de dados, seja ele de natureza ensaística, epistolar, dramática, ou oral. Esta metodologia mais orientada norteará um estudo a

desenvolver pelas autoras, que contemplará vários romances que cobrirão outros tópicos históricos relevantes da História Contemporânea, como a Crise de 1929, a Luta das Sufragistas, a 2ª Guerra Mundial vista pelas crianças, a Guerra Colonial Portuguesa… Este estudo decorrerá durante todo o próximo ano lectivo, estando pensados vários momentos de implementação e de recolha de dados, já que orientará a leccionação de uma cadeira anual.

Pretendemos, pois, continuar a estudar o papel das narrativas ficcionais para que a compreensão da História, eleja assim a presença de outras *vozes*, sejam elas as do passado, sejam a dos nossos alunos, também eles construtores da História e da sua história.

Referências

Ashby, R & Lee, P (1987). Children's concepts of Empathy and Understanding in History, in Portal, C, *The History Curriculum for Teachers*, London: Falmer Press.

Berkhopher Jr, R. F. (1995). *Beyond the Great Story: history as text and discourse*. Cambridge Mass: Harvard University Press.

Hutcheon, L. (1988). *A poetics of modernism: history, theory, fiction*. New York: Routledge.

Lopes, José Manuel & Melo, Maria do Céu (2003). Narrativas Históricas e Ficcionais -A fruição estética e os saberes disciplinares. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxia e Educación*, nº 8 (vol.10), Ano 7, 1124-1133..

Melo, Maria do Céu (2003). *O Conhecimento tácito histórico dos adolescentes*. Braga: Centro de Estudos em Educação. Universidade do Minho.

Melo, Maria do Céu (2003). Eu sou um escritor de H(h)istórias! As competências de leitura e escrita e a aprendizagem da História. In. APP. *Como pôr os alunos a trabalhar? Experiências formativas na aula de Português*. Lisboa: Lisboa Editora & Associação de Professores de Português. 341-357.

Melo, Maria do Céu & Durães, Margarida (2004). A leitura de romances e a aprendizagem da História contemporânea. In Melo, Maria do Céu & Lopes, José Manuel. *Narrativas Históricas e Ficcionais. Recepção e produção de professores e alunos.* Braga. Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho. 59-79.

Melo, Maria do Céu & Peixoto, Rosa (2004). Troca de correspondência: a imaginação e as fontes históricas. In Melo, Maria do Céu & Lopes, José Manuel. *Narrativas Históricas e Ficcionais. Recepção e produção de professores e alunos*. Braga. Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho. 81-97.

Shemilt, D. (1984). Shemilt, D. (1984). Beauthy and the philosopher: Empathy in history and the classroom. In Dickinson, A., Lee, P. & Rogers (Eds). Learning History. London: Heinemann.

White, Hayden (1999). *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Veyne, P. (1971). *Comment on écrit l´histoire.* Paris: Éditions du Seuil.

Mortos Sem Sepultura em cena: Leituras sobre o Brasil dos anos de 1970

Maria Abadia Cardoso
Universidade Federal de Uberlândia

> *O papel do homem consiste em saber dizer não aos fatos, ainda quando pareça que é necessário submeter-se a eles.* (Jean-Paul Sartre)

Analisar a encenação de *Mortos Sem Sepultura* – texto dramático de Jean-Paul Sartre, escrito em 1946 – dirigida por Fernando Peixoto[1] em 1977 requer, inicialmente, um trabalho em compreender o porquê da opção do diretor por esta obra. Lançar esta questão é, ao mesmo tempo, nos colocar em três temporalidades distintas: França anos de 1940 sob o impacto da invasão alemã e a Resistência Francesa; Brasil anos de 1970, a ditadura militar e a Resistência Democrática e, finalmente, o olhar de pesquisadores que lançamos sobre o processo de trabalho que culminou na montagem do espetáculo.

Diante disso, surge um questionamento: de onde devemos partir? Do meio social em que Sartre estava inserido, e daí problematizar os seus conceitos como: "noção de liberdade" e "má-fé", ou seja, das questões próprias ao existencialismo correlacionadas com a peça e com o momento de sua escritura? Ou do meio social em que Fernando Peixoto estava inserido, priorizando os embates que a encenação pôde travar com a sociedade brasileira?

Carlos Alberto Vesentini[2] ao analisar o tema da "Revolução de 30" nos mostra o quanto é necessário voltar ao processo para recuperar os agentes e as lutas engendradas

> Portanto, além do retomar, do repetir, a liberdade procurada reside no recriar. É tempo presente, e o pensamento liga-se ao reinstituir. Para tal, tentar saber o que foi deixado, ausente do canal de transmissão, não se afigura inútil. E, porque perdeu-se na memória a nós trazida, pode-se ao menos vislumbrar uma imagem do recusado e de seus fragmentos[3].

Dessa forma, concordamos que só é possível compreender a correlação das temporalidades descritas acima nos lançando no processo de montagem de *Mortos Sem Sepultura*. Mas, se não vivenciamos este processo e se não somos os agentes que tornou o espetáculo possível, como pensar isso metodologicamente? Esta necessidade de "reconstituir" o passado se coloca no cotidiano dos historiadores, haja vista que, o trabalho intelectual não está no mesmo patamar que o processo histórico. Sem dúvida, por mais que nos esforcemos não é possível ver o passado como ele "realmente aconteceu", no máximo, localizamos os seus fragmentos e por meio destes construímos uma validade possível. Assim, aqui podemos afirmar que, um dos caminhos possíveis para a reflexão sobre a encenação é uma análise sobre a relação passado e presente.

Esta se torna primordial porque o texto nos reporta a uma temporalidade e a encenação a outra. Vejamos a temática que a organização interna do texto nos remete. O enredo se passa em 1943, quando os exércitos nazistas invadiram a França. É dividida em três quadros e estes subdivididos em cenas, é composta por nove personagens, sendo seis patriotas franceses que optam pela luta para libertação do país: Lucie, Canoris, Henri, Jean, Sorbier e François, e três colaboracionistas dos exércitos alemães: Clochet, Landrieu e Pellerin.

Está expressa na peça uma batalha ferrenha entre dois campos visivelmente opostos: de um lado, os resistentes, que têm um pacto firmado de não dizerem nada e, de outro lado, os soldados, que querem informações a qualquer preço. Assim, quando os presos não falam nada durante a tortura, sentem que estão vencendo, por sua vez, desde que expressem suas dores, ainda que seja pelos gritos, os torturadores sentem-se vitoriosos. Mas esta luta se dá num campo muito específico: a tortura, e é sobre esta que se dá todo o enredo da peça. Verifica-se aqui um mergulho aprofundado em três aspectos: o torturado, o torturador e a tortura e qual a relação que se pode estabelecer entre eles. É igualmente privilegiado o comportamento dos indivíduos perante a tortura, sejam eles prisioneiros ou soldados alemães.

Todo enredo se passa basicamente em dois espaços também definidos: um quarto na penumbra, onde, desde o início da peça, já estavam presos os resistentes, no aguardo a fim de serem chamados para interrogatório, e o outro local é uma sala, onde se comete a tortura especificamente.

Pelos diálogos, podemos observar que os próprios resistentes se encarregam de se torturarem por estar ali e não poderem mais lutar pela libertação do país. Principalmente, Lucie, Canoris e Henri que, não deixam de se responsabilizar por estarem presos e pela morte de muitas pessoas, já François não se sente culpado, afirma que "fez apenas o que lhe mandaram fazer". O fato de ter algo para esconder dos torturadores é tão importante para os resistentes se fortaleceram que, no início do enredo, ainda não sabiam onde estava o seu líder – Jean, então, não havia nada mesmo a esconder, sentem-se ainda mais impotentes. Posteriormente, quando Jean é preso inadvertidamente eles ficam fortalecidos, pois sabiam que a pessoa que os alemães mais desejavam encontrar, estava ali sob seus olhos, mas somente os resistentes sabiam disso, agora teriam algo a esconder e não seriam torturados por nada.

O primeiro deles a ser torturado é Sorbier, que teme em abrir a boca. Na primeira vez em que é chamado, apenas expressa sua dor por meio dos gritos, mas não fala, já na segunda vez, não resiste e, para não fraquejar, prefere morrer, suicida-se então. Lucie e Henri não se suicidam, mas decidem matar-se em vida e firmar ainda mais o pacto de não abrirem a boca, tendo, assim, a coragem de matar o pequeno François, ou seja, com receio de que ele não agüente, preferem matá-lo a dar o prazer de ver os torturadores arrancarem-lhe a verdade. Jean não é torturado, mas a sua auto-tortura é ainda maior, pois culpa-se pelos companheiros torturados e, ao mesmo tempo, sente-se fora do grupo por não ter passado pelos sofrimentos e tenta, de todas as formas, aproximar-se dos demais, principalmente de Lucie – seu grande amor. Chega até a machucar-se, mas todos estavam cientes de que sua dor era causada por ele mesmo e não por outrem, como a dos demais. Logo seria libertado, já que havia sido preso,

e não sabiam que ele era da resistência, antes disso, pede aos demais para que inventem um lugar onde supostamente o seu líder estivesse, apenas para se livrarem da tortura.

Canoris, que manteve uma postura firme não dando para os torturadores nem os seus gritos, concorda com Jean e tenta convencer Lucie e Henri a fazerem o que Jean havia aconselhado. Lucie comportando-se friamente, não queria de forma alguma, pois, ainda que estivesse ludibriando para os torturadores, não iria deixar de ver o triunfo dos olhos deles. Após uma longa conversa, decidem mentir para os torturadores. Assim, inventam um lugar onde pudesse estar o líder do grupo, mas não adianta, após revelarem isso, os três são, efetivamente, mortos por Clochet.

Como podemos observar, a temporalidade de Sartre – até mesmo pela temática que o texto chama atenção – é a da Resistência Francesa. Mas, ao propor a encenação, Fernando Peixoto faz sua opção partindo do seu presente que é o Brasil dos anos de 1970 e égide da ditadura militar, certamente, a sua leitura não será uma simples aceitação das asserções do autor, porque o momento histórico é outro. Podemos fazer esta afirmação nos baseando na análise de um texto do próprio diretor intitulado *Porque, como e para que reviver os "Mortos"*, texto este publicado em 1977 em conjunto com o programa do espetáculo. Assim, a escolha por tal documento não foi aleatória, pois neste está expressa a visão do diretor sobre o pensamento de Sartre, naquele momento, bem como, a "justificativa" para tal escolha. Neste texto, em diversos momentos, Fernando Peixoto visa deixar claro que não aceitou integralmente o texto.

> Este espetáculo parte do desafio: a partir do texto de Sartre, escrever uma encenação certamente pessoal que nem sempre aceita integralmente o texto e suas complexas colocações. Isto não implica em negar Sartre. Ao contrário significa aceitá-lo com instigação e debate.(...). Diante do texto, muita coisa nos descontenta, porque gostaríamos de situar o debate ideológico em outro nível. (...) Muita coisa não conseguimos aceitar, também porque, hoje nossa realidade é outra, nossa perspectiva de análise é distinta. (...). Durante os ensaios, muitas cenas nos pareciam assustadoramente contrárias ao que pensávamos: mas

> porque não reconhecer a Sartre o direito de propô-las, já que ele nunca propõe no nível da superficialidade ou da irresponsabilidade[4].

Desta afirmação identificamos que, ao repropor *Mortos Sem Sepultura*, o encenador partiu de uma inquietação no seu presente que o reportou para o passado, portanto agregou novos significados ao texto, até mesmo porque não existe um significado único para as obras artísticas, o campo da leitura é plural[5] e historicamente construído. Porém, o texto a todo momento nos chama atenção para a problemática do indivíduo/coletivo, ou seja, até que ponto os projetos individual e coletivo estão postos nos sujeitos. Isso se faz pertinente em momentos, seja de guerras ou de ditaduras, onde a luta por novas opções se torna latente. Desde modo, a problemática descrita acima também estava posta no Brasil dos anos de 1970.

O que afirmar sobre a opção pelos projetos de esquerda neste período? Se as teses do PCB já não são tão suficientes para refletir sobre a realidade brasileira e se a luta armada também já estava praticamente dizimada, onde encontrar bases para a luta contra a ditadura militar? Analisar a opção de Fernando Peixoto é uma das possíveis respostas.

> Para um instante de incerteza e necessária redefinição de valores, como o nosso. Sartre é um aliado não dispensável: porque muitas, inúmeras vezes, coloca a verdade, mesmo uma verdade que temos a ingênua tentação de recusar também nós em defensiva, porque nos coloca na parede, como outras inúmeras vezes esconde a verdade objetiva, privilegiando um mundo carregado de condenável subjetivismo fechado as chamadas “crises existenciais”, mas justamente nestes instantes nos obriga a revisar nossos conceitos e forjar respostas conseqüentes. “Mortos Sem Sepultura” em cena, é um convite ao debate livre. Uma tarefa que o teatro brasileiro não pode deixar de assumir[6].

Assim, se a falta de liberdade e opções estão visíveis, a luta por dar lhe uma resposta, que é a luta pela liberdade, está mais do que explícita, e é o embate que, talvez, Sartre desejou nos mostrar em cada um de seus personagens. Mesmo numa situação tão específica quanto a

tortura ainda se pode procurar outras possibilidades. Vejamos a passagem onde um dos personagens se situa.

> **Canoris***:* Você está se atormentando porque você não é modesto. Eu, de minha parte, eu acho que faz muito tempo que nós estamos mortos: estamos mortos desde o momento exato em que deixamos de ser úteis. Agora o que nos resta é um pequeno pedaço da vida póstuma. Algumas horas para matar. Você não tem nada a fazer, a não ser matar o tempo e conversar com os amigos. Deixa pra lá Henri, descansa. Você tem o direito de descansar. Já que nós não podemos fazer mais nada aqui. Descansa: nós não contamos mais. Somos mortos sem importância. (PAUSA). É a primeira vez que eu me reconheço o direito de descansar[7].

Fernando Peixoto afirmou que o espetáculo partiu da aceitação de que “um homem está morto desde o instante em que deixa de ser útil ao tempo em que se vive” e que “sem trair, é preciso viver sem eternizar as vitórias”. Considerando o momento em que a peça foi encenada, essa aceitação expressa um convite urgente para procurar novas possibilidades. Assim, se voltarmos no tempo, a década de 1960 representará no campo político, bem como, no campo artístico, dado a impossibilidade de dissociá-los, a viabilidade de "fazer a revolução". E na década posterior, devido a derrota da esquerda, é estabelecido novas formas de pensar a revolução, agindo no limite da "legalidade", mas nem por isso ficando resignada, essa questão será fortemente presente no campo cênico. O diretor assim se manifestou:

> O ato institucional número cinco, instrumento jurídico fascista, cinicamente decretou o fim do processo democrático brasileiro: algemou as forças populares e progressista, assim como liquidou com sangue (e morte) o que ainda restava de liberdade democráticas em nosso país. (...) A verdade é que não ficamos em passivo silêncio nem aceitamos tranqüilamente deitar no berço esplendido da omissão. (...) Dentro de todos os terríveis e perigosos limites do possível (mesmo que alguns de nós tenham sido assassinados ou que outros tenham se perdido no irracionalismo ou na fuga da droga ou do misticismo) criamos uma

> fecunda e exemplar produção cultural de resistência. Certamente desgastamos forças e imaginação na cotidiana batalha pequena e clandestina de passar pela vigilância de cães de guarda do imperialismo, mas assim mesmo mostrando que existe um abismo entre derrota circunstancial (por mais brutal que seja) e definitiva (o que seria negar o processo histórico)[8].

A ditadura não se impôs por completo no campo cultural, não conseguiu uma hegemonia, desenvolveu-se nela uma forte cultura de esquerda seja no teatro, música, cinema e literatura. Essa encenação é uma de suas expressões.

---

[1] Ator, escritor e tradutor. Natural de Porto Alegre (RS), cursou a Escola de Teatro na Faculdade de Filosofia e Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade de Ruggero Jacobbi. Desde 1963 atua no Teatro Oficina como ator e assistente de direção. A partir de 1970 desliga-se deste grupo e trabalha na montagem de espetáculos como: *Tambores na Noite* de Bertolt Brecht; *Frank V* de F. Durrenmatt; *Um Grito Parado no Ar* de Gianfrancesco Guarnieri; *Caminho de Volta* de Consuelo de Castro; *Mortos Sem Sepultura* de Jean-Paul Sartre.

[2] VESENTINI. C. A. *A Teia do Fato*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

[3] Ibid., p. 92.

[4] Estas afirmações estão no texto, inicialmente, publicado em conjunto com o programa do espetáculo, posteriormente este texto foi publicado num livro com a devida referência: PEIXOTO, F. *Teatro em Pedaços*. 2 ed., São Paulo: HUCITEC, 1989.

[5] Sobre estas afirmações é válido consultar: CHARTIER, R. *À Beira da Falésia*: A história entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

[6] PEIXOTO, F. *Teatro em Pedaços*. Op. cit., p. 214.

[7] SARTRE, J-P. *Mortos Sem Sepultura*. Tradução Fernando Peixoto. Versão Datilografada, 1974. p. 12-13.

[8] PEIXOTO, F. *Teatro em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1989, P. 58-59.

Saberes em conflito: os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional

Maria Angela Borges Salvadori - USF

Alunos nas oficinas de aprendizagem da Companhia Paulista de Estradas de Ferro localizadas nos municípios de Jundiaí e Rio Claro, s/d. Acervo do Museu Ferroviário de Jundiaí, SP.

Esta apresentação tem como proposta básica a discussão a respeito das práticas de educação profissional, adotadas nos Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional a partir do início dos anos 1930, bem como seus confrontamentos em relação aos antigos modos de aprender e ensinar que marcavam a relação entre mestres e aprendizes no

período imediatamente anterior. A compreensão dessas diferenças - e dos conflitos que elas, simultaneamente, revelam e instituem - passa, necessariamente, pelo reconhecimento do que foram tais centros e do contexto em que foram criados. A origem dessas escolas profissionais remonta aos Liceus, particularmente ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e à experiência pioneira da empresa Sorocabana em enviar alguns alunos para o aprendizado na Oficina Mecânica que funcionava anexo à instituição cujos resultados levaram a Sorocabana à criação do primeiro "Curso de Ferroviários", em 1930. A criação dos centros se relaciona também aos projetos de vários engenheiros da Escola Politécnica que se envolveram diretamente com a questão da organização racional do trabalho e do taylorismo no Brasil. Por fim, encontra respaldo por parte dos empresários - que perceberam na taylorização um caminho extremamente eficiente para a luta contra a politização do espaço da fábrica - e do governo do Estado de São Paulo que, no início dos anos 1930, especificamente em 1934, oficializa tais escolas[i]. A partir de então, os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional passaram a contar também com verba e apoio públicos[ii].

As fotos que aparecem na abertura deste trabalho pretendem, justamente, indicar como era o processo de ensino adotado em tais Centros. Observando-as, percebe-se o isolamento dos alunos; cada um permanece em sua bancada e, sobre cada mesa, há um suporte usado para fixar as orientações de aprendizagem. As relações pessoais são substituídas por orientações escritas e as antigas camaradagens dão lugar à solidão. Este processo de aprendizagem introduzido nos Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional estava baseado no uso das chamadas "Séries Metódicas" e teve no engenheiro Roberto Mange, professor de desenho industrial da Escola Politécnica, um de seus grandes defensores. Ao explicar o que eram tais séries, Mange afirmou:

> "Uma série metódica de trabalhos, estabelecida criteriosamente para a aprendizagem de um ofício, constitui o esqueleto do desenvolvimento racional da profissão (...) Tal método, bem compreendido, traz consigo elementos educativos de alto valor. A perseverança se desenvolve, a energia se firma e nasce a base da responsabilidade profissional"[iii].

Assim, no lugar do antigo contato com o operário que se dava no interior da própria oficina de trabalho, os alunos dos cursos de ferroviários passavam a ser orientados por uma série de desenhos, informações técnicas e tabelas de serviços e procedimentos que deveriam ser rigorosamente seguidos. Na fala de Mange, observa-se o esforço em indicar a presença de elementos educativos de "alto valor", a saber, a perseverança, a força e a responsabilidade, elementos que, quando considerados num contexto específico de conflito entre trabalhadores ferroviários e empresas, ganham significados bastante específicos. Entende-se, pois, que o uso das séries metódicas foi introduzido a fim limitar a profissionalização à instrução técnica - supostamente legitimada pelos adjetivos "moderna", "racional" e "científica" -, procurando evitar que a educação fosse também o aprendizado sobre o "mundo do trabalho". Se, antes, o aprendizado do ofício envolvia o aprendizado de uma experiência e de uma cultura, os CFESP buscam impingir uma formação que exige do aluno apenas habilidades e destrezas específicas. Os textos de Mange e de outros diretores dos Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional sempre ressaltam a modernidade - sintetizada na imagem da máquina e no argumento da superioridade da racionalidade técnica - representada por tais escolas, consolidada não apenas no uso das séries metódicas mas também na adoção de critérios científicos - médicos, psicológicos, psicométricos - para a seleção dos futuros alunos. Um outro engenheiro, Ítalo Bologna, diretor do CFESP na década de 1940, indica que, além de habilidades físicas e de certas atitudes "psicológicas", os Centros davam bastante atenção, em seus processos de seleção e ensino, às "verificações de ordem social". Numa das imagens que ele destaca em seu artigo, aparecem um candidato (em pé) acompanhado provavelmente de sua mãe (sentada) e um profissional que faz anotações. A legenda, curiosamente, afirma tratar-se de "investigação social" e o uso de uma terminologia freqüentemente presente no discurso jurídico não deve ser creditada ao acaso[iv]. Ela mostra uma desconfiança e uma "criminalização" das classes trabalhadoras em geral, dos jovens pertencentes a essas classes, em particular, bastante significativa em discursos de intervenção normativa nos anos 1930-1940 tais como os do campo da medicina e do direito[v].

A defesa de padrões de neutralidade e a preocupação em controlar o processo de formação do futuro ferroviário representaram um esforço pela despolitização dessa categoria profissional que, de acordo com uma série de estudos, foi sempre bastante combativa nas décadas iniciais do século XX[vi]. Este processo de despolitização incidiu principalmente sobre o espaço das oficinas, locais mais fortemente marcados pela presença das lideranças operárias da ferrovia; nelas é que também se dava a formação do jovem ferroviário antes da criação das escolas técnicas e é evidente a preocupação de seus gestores em segregar o jovem aprendiz em um local específico[vii]. O que se quer destacar aqui, contudo, é que a especificidade deste novo local de aprendizado não está em seus caracteres físicos: olhando mais uma vez para as fotos, pouco se percebe a diferença, em termos de organização, entre os espaços da fábrica e o da escola. Esta separação ocorreu, isto sim, para evitar o contato com operários mais antigos da ferrovia, ciosos de seus ofícios, defensores de maior autonomia e controle sobre o trabalho. As séries metódicas se incluem nesse processo como instrumento para pôr fim à relação pessoal - de compromisso, parceria, partilha - da educação, pretendendo impor aos processos educativos uma objetividade absoluta. De alguma forma, tais séries, o isolamento no espaço, as tentativas de restringir os contatos pessoais - entre jovens e velhos trabalhadores, entre alunos e professores - são um esforço por apagar uma memória de trabalho e de grupo que se consolidava nas antigas redes de aprendizagem. A vontade de romper com essa relação profissional e de educação é evidenciada na defesa que Mange faz do novo processo:

> "Desde a época medieval até tempos não muito remotos, o ofício, considerado mais como arte, tinha caráter individual e a formação profissional, adaptando-se a essa feição, se desenvolvia sob os cuidados diretos do oficial-mestre. Ele transmitia, como que para imortalizar sua reputação, os conhecimentos da arte ao jovem aprendiz que lhe era entregue de corpo e alma. Guiava-o, ensinava-o e dele fazia seu sucessor. Hoje o ofício é anódino e anônimo; são grupos, massas até, que, dentro de um complexo de operações sucessivas na matéria, ocupam função parcial, e o oficial que labuta dentro de um desses grupos enxerga no aprendiz muito menos um futuro sucessor do que um concorrente adventício. (...) Os

> aprendizes são jogados na oficina de trabalho, aprendem como querem e como podem e não raro copiam processos defeituosos de trabalho, adquirem vícios e - depois de certo tempo - a convicção, tantas vezes errônea, de que são 'formados' no ofício."[viii]

Mange pretende provar a inadequação da formação anterior, pessoal, para a indústria moderna e, neste sentido, recorre em seu texto à contraposição entre as antigas corporações de ofício e a fábrica atual. Sua fala, de modo indireto, reitera as perdas sofridas pelo trabalhador neste processo de mudança: o ofício perde a marca pessoal, transformando-se em anódino e anônimo e os antigos vínculos dão lugar à desconfiança representada pela possível concorrência. Por fim, indica o temor diante de um aprendizado do ofício que envolve "vícios", palavra que, no discurso médico do período, está também repleta de conotações sociais, e de convicções próprias a respeito do trabalho e profissão. Sua fala pretende, exatamente, mostrar a inadequação da permanência de vínculos e relações pessoais e sobrepor uma racionalidade técnica à convicção do próprio trabalhador.

Esta preocupação em selecionar e formar o ferroviário não se voltou apenas para o futuro trabalhador das companhias ferroviárias, jovens aprendizes com idades que variavam, em geral, entre 14 e 16 anos. Ela também se direcionou para o interior das oficinas e para os antigos operários pois os Centros Ferroviários criaram cursos de "aperfeiçoamento" para os trabalhadores e estabeleceram princípios a partir dos quais a admissão e a ascensão deveriam ocorrer dentro das empresas:

> "A seleção profissional dos ferroviários, para admissão ou acesso às funções de maior responsabilidade, deverá basear-se, de modo geral, em exames clínicos, e de constituição, provas de conhecimentos, processos psicotécnicos e pesquisas especiais da adaptabilidade ao cargo [ix].

O discurso de Mange pretende desprover de sujeitos um processo de conflito: desaparecem os responsáveis pela escolha já que é à ciência, supostamente desprovida de sujeito, que cabem os critérios e parâmetros de tal seleção; desaparecem os sujeitos operários já que seus atributos físicos passam a ser considerados prioritários para a

realização de um serviço. Trata-se, em síntese, de um esforço por apagar a vontade e por individualizar as questões relativas ao mundo do trabalho. Esta individualização fica bastante clara em dois dos "nove argumentos a favor da racionalização" publicados na Revista IDORT em março de 1933 nos quais o pertencimento ao grupo é transformado numa espécie de "ogro" do próprio operário; o pertencimento à classe impedia, nas palavras dos defensores da racionalização, a mudança social:

> "(a racionalização) trouxe melhor cooperação entre operários e patrões, esclarecendo seus mútuos fins e os passos a serem dados para chegar a esses fins; começou a remover os obstáculos de classe, baseando promoções sobre a qualidade e quantidade do trabalho individual, assim abrindo oportunidades de carreira que as distinções de classe fizeram difícil no passado." [x]

Essas mesmas falas, contudo, apontam para dissonâncias e resistências a esse projeto de modernização cuja recuperação passa, necessariamente, por reconhecer os mecanismos e as metáforas com as quais ele opera e por desconstruí-los. As idéias de Mange, grande idealizador desses centros, sempre preocupado em trazer para o Brasil e aqui aplicar os mais novos resultados da ciência da racionalização, são bastante emblemáticas pois, simultaneamente, servem ao estudo dos processos de organização racional e a sua desconstrução. Assim, por exemplo, em texto publicado pelo CFESP em 1936, Mange discute a utilização adequada do "fator humano" nas ferrovias do país - segundo ele detentoras de uma "natureza tipicamente civilizadora" - e critica o modo como, antes da criação dos centros, eram recrutrados os trabalhadores: selecionados a esmo, adquiriam o conhecimento necessário no contato diário com o serviço e, no geral, só obtinham algum resultado graças às "qualidades naturais do elemento indígena - fácil adaptação e forte capacidade de compreensão". De acordo com o engenheiro, a ausência de preocupação com o "fator humano" representava um grande problema pois "trabalhadores hoje considerados eficientes, serão amanhã postos de lado por não apresentarem condições inatas de adaptação às novas exigências do serviço". Misturando

seleção natural, critérios raciais, habilidades supostamente intrínsecas e endógenas, ele conclui: "(...) desenvolve-se todo um processo seletivo natural, que elimina paulatinamente os elementos não possuidores de certas qualidades fundamentais de que depende o êxito profissional. Tal processo, bem se vê, não é humano nem econômico"[xi] .

Como entender tamanha ênfase, nesta e em outras falas, para a construção de uma ausência senão como resposta a uma presença muito forte? Como não pensar esse discurso que procura construir o mundo do trabalho de modo a desprovê-lo de sujeitos senão como indício de um temor? E, finalmente, como pensar a relação entre educação e trabalho senão como um processo de construção/ destruição de identidades profissionais e de memória de luta?

Num texto datado de 1913 a respeito da juventude, Benjamin escreve sobre dois tipos de "pedagogos" que se voltam para a juventude: uns, repletos de experiências, lançam-lhe olhares complacentes, esperando que a inquietação juvenil ceda logo seu lugar ao peso das responsabilidades do mundo adulto; outros, ainda mais cruéis, segundo o autor, "querem nos empurrar desde já para a escravidão da vida"[xii]. Entende-se, aqui, que a relação educação/escola/trabalho ajuda a pensar tanto sobre os modelos de juventude que vão sendo historicamente instituídos quanto sobre a violência que se dirige contra esses jovens, particularmente contra os jovens das classes populares.

---

[i] Para a discussão sobre a despolitização do espaço do trabalho a partir da implantação de medidas tayloristas ver: DE DECCA, Edgar Salvadori. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.º 6, set. 1983, p. 47-79.

[ii] FEPASA (Diretoria de Recursos Humanos). *A ferrovia no Estado de São Paulo e a capacitação profissional*, 1930-1980. São Paulo: FEPASA, s/d.

[iii] MANGE, Roberto. Ensino profissional racional no curso de ferroviários da Escola Profissional de Sorocaba e Estrada de Ferro Sorocabana. *Revista Idort*, São Paulo, anno I, n.º 1, janeiro de 1932, p. 17-18. O IDORT, Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo, foi criado em 1931. Em janeiro do ano seguinte, passava a circular a revista de mesmo nome, veículo de defesa e difusão das propostas de racionalização. Para o estudo do IDORT, ver: ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A vitória da razão*(?) O Idort e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993

[iv] BOLOGNA, Ítalo. *O fator humano nas estradas de ferro*. São Paulo: CFESP, 1942. A foto citada aparece à página 21.

[v] Ver a respeito: SILVA, Zélia Lopes da. Imagens do trabalhador brasileiro nos anos 30. *História*, São Paulo, n.º 12, 1993, p. 273-281.

[vi] MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Ferrovia e ferroviário: a politização do processo de trabalho. *História*, São Paulo, 1990, p. 23-37, n.º 9.

[vii] CAETANO, Coraly Gará. *Qualificação profissional ferroviária: uma estratégia de controle*. Piracicaba: UNIMEP, 1986 (dissertação de mestrado).

[viii] MANGE, Roberto. Ensino profissional racional no curso de ferroviários da Escola Profissional de Sorocaba e Estrada de Ferro Sorocabana. *Revista Idort*, São Paulo, anno I, n.º 1, janeiro de 1932, p. 16.

[ix] MANGE, Roberto. Formação e seleção profissional do pessoal ferroviário. São Paulo: Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, 1936, p. 43 (Publicação n.º 1).

[x]. Os argumentos a favor da racionalização aqui citados foram publicados em *Revista IDORT*, São Paulo, ano II, n.º 15, mar. 1933, p. 53.
[xi] Ibid., p. 19.
[xii] BENJAMIN, Walter. Experiência. In. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades, 2002, p. 21-25. A frase destacada está à página 22.

Atuação sindical e militância comunista no meio rural em Ribeirão Preto (SP) na década de 1950

Maria Angélica Momenso Garcia[1]

A temática sobre o sindicalismo rural na década de 1950 na região de Ribeirão Preto apresentou-se como objeto de estudo pela riqueza qualitativa das fontes encontradas sobre as origens do movimento sindical rural nesta localidade, como processos criminais, trabalhistas, jornais e prontuários de militantes no Deops, bem como pela inexistência de estudos específicos e de âmbito regional.

Ribeirão Preto na década de 1950 era, como ainda hoje, um pólo agrícola por sua concentração de investimentos em duas atividades principais: o café e a cana de açúcar, e de trabalhadores rurais. De acordo com o recenceamento apresentado pelo IBGE em 1954, a região de Ribeirão Preto, englobando seu município, juntamente com os distritos de Dumont, Guatapará e os municípios de Jardinópolis, Sertãozinho com seu distrito de Barrinha, incluindo também o município de Serrana tinha uma população predominantemente rural[2] .

A partir do ano de 1954, entre os sindicatos criados por parte de militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil), estava o Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Colonos de Ribeirão Preto, fundado em setembro de 1954, por Nazareno Ciavatta. A ação do sindicato pautou-se, inicialmente, pela organização dos trabalhadores, e a conscientização de seus direitos trabalhistas, socializando as informações referentes a esses direitos, numa atitude de enfrentamento ao poder privado do patronato agrícola exercido sobre os trabalhadores no interior das fazendas.

As tensões entre lideranças do movimento sindical e o patronato agrícola, que contava com o respaldo da polícia local, ficavam evidentes no discurso dos dirigentes sindicais, apresentadas por meio de muitos depoimentos dos seus filiados, e formalizado pelo escrivão, de acordo com a norma de apresentação de um depoimento em um processo crime. Até o depoimento das testemunhas acabava sendo redigido de forma a indicar um pré-julgamento

negativo das atividades das lideranças do sindicato dos trabalhadores, ao serem utilizados termos como “encostar o fazendeiro na parede”, e que o advogado do sindicato não estaria acostumado a “comer bolas”.

A permanência de formas tradicionais de relação entre fazendeiros e trabalhadores oriundas da prática do poder clientelista e paternalista associados às práticas de dominação, violência e exploração, levaram o movimento sindical no meio rural a defender melhores condições salariais e de trabalho, tomando como base a luta pela extensão da legislação trabalhista (CLT) ao campo, e sua efetiva aplicação, já que nesta legislação, o direito à jornada de trabalho, salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado, entre outros, eram garantidos apenas aos operários do meio urbano.

A reconstituição do cotidiano de lutas, reivindicações, valores e padrões de comportamento esperado, tanto da classe trabalhadora, como da patronal, a partir do depoimento dos trabalhadores, nela envolvidos, e dos fazendeiros e agentes públicos, em reprimi-las, reverte para um estudo das faces de uma memória coletiva em que tende a permear as consciências individuais.

A partir de 1957 o Supremo Tribunal Federal tornou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) base legal para ações trabalhistas rurais na Justiça, desencadeando um amplo movimento de reivindicação de direitos. Isso vitalizou o movimento sindical rural.

A prática sindical adotada no meio rural na região de Ribeirão Preto ao longo da década de 1950, definiu-se pelo encaminhamento de ações na Justiça do Trabalho na tentativa de quebrar a intransigência patronal no cumprimento de leis que beneficiavam o trabalhador garantidas na CLT. Essa postura culminou com a tramitação por anos no Congresso de criação de um estatuto próprio para o trabalhador rural, defendido por órgãos, como a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que estendesse aos trabalhadores rurais, os direitos dos trabalhadores urbanos.

O PCB passou a organizar o trabalhador agrícola em entidades sindicais a partir de uma Resolução tomada pela sua Comissão Executiva em 1952. O documento "Ampliar a organização e a unidade da classe operária"[3], aprovado em reunião da direção nacional do Partido em julho de 1952, conhecido como Declaração Sindical de 1952, indicava que a atuação comunista deveria acontecer dentro dos sindicatos oficiais e propunha o aproveitamento da estrutura já montada pelo governo Vargas, ou seja, adotava-se uma nova linha sindical, menos crítica à estrutura sindical corporativista, e passava-se a defender iniciativas em torno de lutas mais imediatas e específicas da classe trabalhadora.

No âmbito do cotidiano das lutas do movimento sindical rural no interior paulista, o curto período dos anos de 1954 à 1957, marcou como o momento de maior mobilização de trabalhadores rurais no município de Ribeirão Preto, liderados por um pequeno quadro de militantes pecebistas estabelecidos para esse fim no local, provenientes da capital, ou que eram originários da região, mas estavam estabelecidos na cidade de São Paulo.

A Declaração Sindical de 1952 e o IV Congresso do PCB, realizado em 1954, serviram de impulso à mobilização e atuação sindical no meio rural, levando o PCB a monopolizar a organização dos trabalhadores rurais, enquanto única força política atuante até o final da década de 1950. A partir daí, as lutas dos trabalhadores passaram a ser consideradas por esta militância sindical, passando a ser utilizada a via institucional legal. Esta nova forma de atuação abriu um novo espaço de luta contra a repressão patronal, rompendo o âmbito dos confrontos estritamente privados entre os fazendeiros e trabalhadores, despertando a categoria de trabalhadores rurais, mesmo que tênue, a princípio, para uma conscientização de classe.

O PCB passava, assim, a desempenhar um papel destacado na constituição de uma identidade de classe entre os trabalhadores rurais, dando-lhes maior visibilidade política no cenário regional.

Na Resolução do Comitê Nacional do PCB sobre organização e unidade da classe operária publicado em 1952 era declarado:

> [...] é dever de cada comunista ingressar em seu sindicato, tornar-se ativo militante sindical e não poupar esforços para convencer as massas trabalhadoras da necessidade de entrarem para o sindicato [...] desmascarar a demagogia de Vargas e enfrentar vitoriosamente a sua política no meio operário [...] A experiência mostra igualmente que atuando dentro dos sindicatos, lutando dentro deles com firmeza pelas suas reivindicações e pelos seus direitos, contra qualquer subordinação ao Ministério do Trabalho e a polícia, têm o operário conseguido algumas vitórias em sua luta [...][4].

Segundo a análise de Marco Aurélio Santana, a orientação partidária indicava que a militância sindical deveria aproveitar a estrutura sindical montada para uma atuação efetiva em defesa da unidade dos trabalhadores e de seus interesses, pois "uma das manifestações mais comuns na cúpula do Partido era a tendência a querer trabalhar apenas com aqueles que já aceitavam a opinião do Partido"[5].

De acordo com José Antônio Segatto, no decorrer do governo de Juscelino Kubistchek, consolidaram-se alianças entre o PCB e segmentos à esquerda do PTB, mantendo-se durante o período do governo João Goulart, quando , comunistas e trabalhistas à esquerda passaram a controlar a maioria dos sindicatos do país. Nesses anos o PCB intensificou sua ação política na organização e mobilização dos trabalhadores rurais, já que tinha adquirido um acumulo de experiência com a montagem das ligas camponesas da fazenda Dumont de Ribeirão Preto (SP) em 1945, de Iputinga no Recife (PE) em 1946, das irmandades camponesas de Goiás e, na resistência armada, em Porecatu (PR), em 1950-51, passando, a partir daí, a investir na formação de sindicatos, associações e uniões [6].

Essa linha de atuação adotada pelo PCB, na década de 1950, levou à criação do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Colonos de Ribeirão Preto, ocorrida em setembro de 1954 com a vinda de um dos seus quadros, Nazareno Ciavatta, que era originário da região, pertencia a uma família de trabalhadores rurais no distrito de Dumont e, desde fins da década de 1930, passou a viver em São Paulo, filiando-se ao PCB em fins da década de 1940, e retornando em 1954, com o fim de montar um sindicato de trabalhadores rurais, de acordo com a orientação do partido.

No entanto, logo de início, as experiências adquiridas com a prática sindical no meio rural levaram ao estabelecimento de divergências entre a forma de militância local, que passou a pautar-se apenas pela defesa do cumprimento das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais, e as orientações partidárias, que defendiam a necessidade de divulgar e conseguir adeptos para a causa da revolução comunista, pois para tal doutrina existia uma forte resistência tanto do meio patronal, quanto do empregado, já que aqueles acusados de comunistas eram extremamente discriminados socialmente no interior do estado e principalmente nas fazendas.

Hélio Costa[7], ao fazer um estudo da reação da militância comunista à política do Partido neste período, concluiu que no PCB havia uma cúpula em que seu discurso oficial acabava não respondendo às demandas imediatas e, por outro lado, um intenso ativismo das bases. A própria imprensa comunista demonstrava essa ambigüidade, havendo até um enaltecimento das iniciativas autônomas de seus militantes.

O IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954, propunha a sindicalização, porém não fez distinção entre as diversas categorias de trabalhadores existentes no meio rural, denominando-os como camponeses, o que dificultava a defesa de interesses de cada segmento da categoria como meeiros, colonos, diaristas, empreiteiros, entre outros. A composição maior de trabalhadores rurais em Ribeirão Preto era constituída de colonos, seguido dos diaristas (assalariados pagos por dia trabalhado). Tanto uma categoria, quanto a outra, normalmente recebiam como incluso no contrato de trabalho, sendo inclusive descontado do salário, uma casa para residência no local de trabalho.

De acordo com Luiz Elias Sanches, foi se configurando no meio rural devido a estrutura centralista do PCB, uma forma de militância que procurava absorver as reivindicações imediatas vindas dos trabalhadores e manter as orientações partidárias, porém, dentro de uma luta por direitos, já que tal atitude exercia um papel aglutinador da classe trabalhadora frente a seu inimigo de classe, os fazendeiros. Assim, a militância do PCB "tinha que se adaptar à linha

política traçada pela direção partidária, mas esta também tinha de se abrir para as indicações nascidas da militância prática, sob pena de perda da representatividade do partido. Esta adaptação se deu de forma mais ou menos acelerada e com maiores ou menores resistências"[8].

Os impasses entre militância prática nas bases de trabalhadores e, doutrinária do PCB nas recomendações e orientações a seus quadros de atuação sindical direta em relação aos trabalhadores rurais, manifestaram-se ao longo da atuação de Nazareno Ciavatta na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Colonos de Ribeirão Preto . Segundo seu próprio depoimento que se apresenta em forma de desabafo esse aspecto é revelado:

> O Partido me convidou para fundar o sindicato para trazer as leis trabalhistas. Isso foi explicado aos trabalhadores rurais durante a fundação. Depois, queriam que eu fosse ao campo levar o material do Partido favorável à derrubada do governo (...) Eu procurava inicialmente seguir a orientação e dizia a eles que os fazendeiros não pagavam, abusavam deles, a polícia prendia, e só mesmo fazendo uma revolução iria resolver aquele estado de coisas. Um camponês disse para mim: "Olha Ciavatta, se nós não temos força para obrigar os fazendeiros a pagar os salários e cumprir as leis trabalhistas, para derrubar o governo vai ser ainda mais difícil" (...) Eu levantei essa questão dentro do Partido [9].

As tensões provenientes das bases sindicais com as orientações do partido permaneceram de forma mais ou menos acentuada ao longo da década de 1950, porém estas foram forçando o partido a ir modificando sua linha em termos sindicais inicialmente e, posteriormente em termos gerais, pois a militância sindical comunista vinha avançando em seu trabalho, apesar e contra a linha política geral do partido ampliando sua participação no movimento sindical ao aproximar-se, cada vez mais, das reivindicações imediatas da classe trabalhadora.

A militância de base do PCB em Ribeirão Preto ao longo da década de 1950 promoveu uma conscientização e organização do trabalhador rural, o que contribuiu para tornar mais visíveis suas necessidades e anseios. A prática sindical pautou-se pela construção de

uma experiência de luta que passou a utilizar como instrumento de reivindicação e melhoria das condições de trabalho a própria legislação trabalhista que não era cumprida pelo patronato agrícola nas décadas de 1940 e 1950.

---

[1] Doutora em História na UNESP-Franca
[2] IBGE. **VI Recenceamento Geral do Brasil** – 1950, Censo Demográfico – Estado de São Paulo - 1954
[3] PCB. Resolução do Comitê do Partido Comunista do Brasil, julho de 1952. Ampliar a organização e a unidade da classe operária. **Problemas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, set./out. 1952, p. 10-21.
[4] Apud SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001. p. 81-82.
[5] Idem, p. 82.
[6] SEGATTO, J. A . **Reforma e Revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995. p. 174-193.
[7] COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.
[8] SANCHES, Luiz Elias**. Lyndolpho Silva: biografia de uma militância**. Dissertação (Mestrado em Ciência), ICHS/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000. p. 13.
[9] COSTA, Luiz Flávio C. Entrevista: Nazareno Ciavatta. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 96-97, nov. 1995.

Edificando sobre fundamento alheio: a catequese calvinista no Brasil colonial (1630-1654).

Maria Aparecida de Araújo Barreto Ribas – PPG-UFF

A presença do protestantismo no Brasil se institucionalizou, pela primeira vez, no século XVII, quando da dominação holandesa em parte do nordeste brasileiro, entre o Ceará e o Rio São Francisco. Com efeito, tal dominação estava relacionada às disputas coloniais pelo território português ou hispano-português na América. Mas, para os homens e mulheres dos séculos XVI e XVII, estas questões geopolíticas e econômicas não estavam desvinculadas do fenômeno religioso. Portanto, há que se considerar, para além das questões econômicas ou de disputa de poder, o projeto de implantar o Calvinismo nos trópicos, bem como as diversas reações e conflitos que esse projeto missionário desencadeou.

No que tange às populações autóctones, faz-se necessária a reconstituição da dinâmica pela qual o evento histórico de evangelização levada a efeito pela Igreja Cristã Reformada — também ela, tal como a Católica, portadora da mesma simbologia religiosa da Europa medieval e renascentista —, foi recebida e re-elaborada pelas culturas nativas a partir de suas próprias representações e concepções de mundo. Considerando que, no nordeste subjugado pelos holandeses, tratavam-se de índios já catequizados pela Igreja Católica e que estes sofrem, num segundo momento, uma (re)catequese da Igreja Cristã Reformada, há que se problematizar as especificidades históricas e as singularidades (trans)culturais desse complexo processo de reconversão do convertido ou re-evangelização do evangelizado. Em suma, nas palavras de Robin Wright, é necessário reconstituir mais um dos "*múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas*". [1]

Quando os missionários da Igreja Cristã Reformada se estabeleceram no Brasil holandês, praticamente cem anos de catequese já estava em andamento. Aos indígenas já havia sido anunciado o Deus dos cristãos, pelas ordens religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana. Um sistema de homologias já havia sido criado: Deus era Pai Tupã...

Conceitos, vocabulário, dogmas, já tinham sido estabelecidos. Uma pedagogia já havia sido construída. Um projeto catequético já se desenrolava.

Considerando os trabalhos que tratam da questão de traduzir tradições e todas as questões que envolveram o projeto de transpor para o vocabulário ou mais precisamente para o imaginário indígena a mensagem cristã, pretendo aqui fazer uma reflexão sobre o trabalho de evangelização desenvolvido pelos missionários da Igreja Cristã Reformada no Brasil holandês. O que chamei de "*edificando sobre fundamento alheio*".

O encontro da Cruz Reformada com Pai Tupã, certamente, constitui tema fascinante, mas que no momento, é certo, suscitará mais perguntas do que respostas. A falta de trabalhos que problematizem a presença da fé reformada em terras brasílicas e a limitação documental torna difícil tal empreendimento.

Posto isto, proponho neste trabalho, um esboço panorâmico da catequese Reformada junto aos índios no Brasil holandês, com o propósito de avaliar sua importância no âmbito dos encontros culturais que se deram na América portuguesa.

Conforme informação da administração do Brasil Holandês, os índios eram católicos por profissão, sabendo tão somente a oração dominical, e o símbolo dos apóstolos. Van Der Dussen em relatório à Companhia diz deles que, sabiam apenas o nome de Deus, Jesus Cristo e Nossa Senhora e que de forma geral não sabiam explicar as razões da fé e o fundamento da salvação.[2] Barléus os classifica de "*remissos em matéria de religião*".[3]

Portanto, capacitá-los a dar razão da fé e conforme recomendação dos Senhores XIX, extirpar a heresia papista, esta seria a tarefa dos missionários reformados no Brasil holandês. Com efeito, o Conde Maurício de Nassau ordenou aos "*pregoeiros da palavra divina zelo sério e flagrante das almas e que atraíssem os bárbaros com o exemplo de uma doutrina e vida mais austera; que os impregnassem com o suco salutaríssimo da fé cristã (...)*".[4] O reverendo David van Dorenslaer foi o primeiro missionário a ser enviado para uma aldeia na Paraíba.

Como parte do projeto de evangelização os pastores reformados decidiram por elaborar um Catecismo para a instrução dos indígenas nas verdades da Religião Cristã

Reformada. Para fixar a "ciência da salvação" em fórmulas que todos pudessem "confessar", os grandes reformadores protestantes, e depois os bispos católicos, escreveram catecismos•.

Na verdade, os catecismos já existiam antes da Reforma, mas a novidade é que a partir deste momento, as orações e os principais elementos da doutrina passaram a ser elaborados na forma de perguntas e respostas alternadas. Tais manuais, os catecismos, foram, primeiramente, guias para os que ensinavam. Elaborados a princípio para ser o "livro do mestre", em pouco tempo tornou-se o livro do aluno. Exemplo disso foi o pequeno catecismo de Lutero, elaborado com a finalidade de auxiliar pastores incultos, mas que em pouco tempo passou a fazer parte da vida dos leigos. Daí, afirmando a seu respeito, que se tornara a "Bíblia do comum", "um curto resumo de todas as Sagradas Escrituras".

O catecismo tornou-se tão importante como via de instrução religiosa laica que em muitas partes da Europa a capacidade de responder de forma correta as perguntas deste, constituía um pré-requisito para a admissão a Ceia do Senhor, principal ritual das Igrejas Protestantes.

Visto, portanto, a importância que o catecismo desempenhava como via de instrução religiosa, não surpreende que em outubro de 1638 a liderança da Igreja Reformada, reunida no Recife, decidiu por elaborar um novo Catecismo, já que o Catecismo do reverendo Joaquim Soler elaborado em 1637 em espanhol não retornava da metrópole, para onde tinha sido mandado para a impressão. Decidiram por elaborar "*um breve, sólido e claro compendio da religião christã*"[5], contendo também formulários para Batismo e Santa Ceia, e enviá-lo à metrópole para ser impresso. Desta vez, elaborado pelo pastor David van Doreslaer com a ajuda do pastor Soler com revisão do pastor Van der Poel e Polhemius. Esse catecismo recebeu o título de "*Uma instrução simples e breve da Palavra de Deus nas línguas brasiliana, holandesa e portuguesa*, *confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial Presbiterial no Brasil, com formulários para batismo e santa ceia acrescentados*".

O manuscrito foi enviado à Câmara da Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdam, que o remeteram ao Presbítero de Amsterdam• para uma última revisão.

A comissão, designada pelo Presbitério, para a análise do manuscrito do "Catecismo trilíngue", concluíram não haver, propriamente, nada de errado com a obra. Mas ressaltavam que preferiam que algumas coisas estivessem colocadas de um modo um pouco diferente, ou seja, que tivessem seguido mais de perto a ordem do Catecismo de Heidelberg (com suas divisões básicas sobre a perdição, salvação e gratidão). Criticaram também a forma como elaboraram as perguntas, achando-as muito extensas e as respostas muito curtas. E por último que as fórmulas sobre o Batismo e a Santa Ceia eram diferentes das aprovadas pelo Sínodo de Dordt•, incluindo as orações. Portanto, concluindo ser perigoso a elaboração de novas fórmulas, o Presbitério sentenciou que tal manuscrito fosse devolvido à Companhia das Índias Ocidentais, sem autorização para a impressão e que se escrevesse à Igreja no Brasil tornando-a ciente da decisão.

Aquilo que o Presbitério em Amsterdam chamou de "novas fórmulas", certamente, nada mais era do que o resultado da tradução da fé reformada, ou seja, de partes do Catecismo de Heidelberg e das fórmulas para o Batismo e a Comunhão, para a língua brasiliana ou seja a língua geral. Numa carta endereçada ao Presbitério de Amsterdam, o pastor David van Doreslaer, autor do catecismo coloca estas questões. Diz ele que a

> *"simplicidade dos brasilianos exigia uma maneira um tanto infantil de ensinar, e ele procurou regular-se por esse fato. Além disso, era-lhe impossível usar literalmente as expressões da forma da ceia do Senhor, porque a língua brasiliana era tão bárbara, que nela não era possível expressar todas as idéias teológicas; (...) Na própria Escritura todo o trabalho de redenção se expressa muitas vezes somente na palavra "sofrimento de Cristo", e por isso maravilhava-se de que a Holanda tanto se assustasse. Posteriormente, quando soubesse melhor a língua, acharia se Deus quisesse, palavras para descrever essa imputação da justiça ativa".*[6]

O Presbitério aceitou a explicação do pastor Doreslaer, porém mais uma vez insistiu em que ele deveria ter sido mais cuidadoso no "*modo de expressar-se*".[7]

Como teria se expressado o pastor em seu Catecismo? Teria lançado mão do vocabulário, dos conceitos do Cristianismo Tupinizado? Ou procedeu a sua própria invenção por meio de homologias entre as duas línguas, holandesa e geral, e enxertos de vocábulos holandeses no tronco Tupi como fizera os padres?

É certo que Doreslaer não escapou da realidade inexorável quando da necessidade de transpor para o Novo Mundo os padrões de comportamento e linguagem do Velho Mundo, que posta em situação, em face do índio, é estimulada, para não dizer constrangida, a inventar.[8] No entanto, acredito que ele procedeu menos à invenção, do que a cópia daquilo que já fora inventado outrora, nos quase cem anos de catequese católica. É o que podemos inferir de uma informação do cronista Pierre Moreau onde tece elogios aos jesuítas por terem criado uma ortografia para a língua dos índios. E informa-nos este cronista que os missionários e mestres-escola da Religião Reformada se valiam desta mesma língua para seu trabalho missionário entre os índios.

> "Os jesuítas são dignos de louvor por terem organizado uma ortografia que exprima todas as palavras e dicções de sua língua, muito próxima da pronúncia nativa, em letras de nossos caracteres (...) Os holandeses, depois, também sempre mantiveram pregadores e mestre-escolas para evangelizá-los e ensinar-lhes a religião cristã nessa mesma língua"[9]

Não obstante, o desejo da Companhia de que fossem alfabetizados em holandês, pelas informações que temos podemos inferir que esta se deu na língua geral, na língua dos inacianos.

A carta do pastor David van Doreslaer, que constitui uma das poucas pistas, até o momento, para pensarmos na transposição da mensagem cristã reformada para o interior dos códigos Tupi, ou mais precisamente para o interior da língua geral, foi escrita porque a

Companhia das Índias, não considerando o parecer do Prebistério de Amsterdam, publicou o "Catecismo brasiliano", não sendo pequena a celeuma que tal decisão provocou. No entanto, do pequeno Catecismo brasiliano, a única certeza que temos é que parece ter desaparecido junto com os índios reformados do Brasil Colonial. Documento importante, de parte de nossa história e que nos ajudaria a pensar, entre outras coisas, nas questões de traduções, desapareceu. Ou descansa em algum arquivo ainda não explorado, ou numa coleção estranha a seu conteúdo.•

Seja como for, há muitas questões a serem pensadas a partir da presença reformada entre os índios, de parte do nordeste brasileiro, já cristianizados pelos inacianos e outras ordens religiosas.

Para concluir, nessa "*edificação sobre fundamento alheio*", como chamei a catequese reformada, a qual para alcançar os seus intentos lançou mão da língua construída pelos missionários católicos, seria interessante perguntarmo-nos: que sentido teria adquirido para os índios a extirpação da "heresia católica", visto já terem passado por esse processo quando da primeira catequese, a inaciana? Como entenderam ou elaboraram as informações dos missionários reformados a respeito de abandonarem as práticas cristãs já aprendidas com os padres e "abraçarem a verdadeira fé"? O que era, já não era mais. A verdadeira religião trazida pelos inacianos e implantada onde outrora havia o "engano", transformara-se, também agora, em engano. Os reformados eram, agora, os portadores da "verdadeira religião".

Assim, constatamos, mais uma vez, que a história dos índios só pode ser entendida a partir do entrelaçamento com a história européia. E que, importa identificarmos os processos, as negociações e os instrumentos através dos quais se processaram as transformações pelas quais passaram os grupos indígenas em contato com as sociedades ocidentais.

E, por fim, se tudo o que se transmite muda *"(...) porque os receptores, de maneira consciente ou inconsciente, interpretam e adaptam as idéias, costumes, imagens e tudo o que lhes é oferecido*"[10], restaria uma última pergunta. E aqui tomo a liberdade de

parafrasear Bosi: atenderia o Deus dos brasilianos reformados pelo mesmo nome do Deus dos inacianos?

---

[1] WRIGHT, Robin.(org.) *Transformando os deuses*. Os múltiplos sentidos da conversão entre os índios do Brasil. Campinas: UNICAMP, 1999.

[2] DUSSEN, Adrien van der. *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639). Suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947.

[3] Barleus. op. cit., p.133.

[4] ibidem. p. 325.

• Exemplos famosos de catecismos são o pequeno catecismo de Lutero, de 1529, o catecismo de Calvino (principalmente em sua versão revista de 1542) e o catecismo de Heidelberg de 1563.

[5] *Atas dos sínodos e classes do Brasil*, no século XVII, durante o domínio holandês. Ed. e trad. port. Pedro Souto Maior. RIHGB, tomo especial nº 1, do 1º Congresso Nacional de História: 707-80, 1912, p. 730.

• O Presbitério de Amsterdam era o responsável pela Igreja reformada no Brasil holandês.

• No Sínodo Nacional de Dordt em 1619, estabeleceu-se as "Fórmulas da união" adotadas pela Igreja Cristã Reformada: a Confissão Neerlandesa, o Catecismo de Heidelberg e os Cânones de Dordt.

[6] Carta de 15/06/1642, encaminhada pelos representantes do Presbitério do Brasil aos Deputados do Presbitério de Amsterdam. Apud. SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês. 1630-1654.* Recife: FUNDARPE, 1986, p. 323.

[7] Ibidem, p.324.

[8] BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização.* São Paulo:Companhia das Letras, 1992, p. 31.

[9] MOREAU. op.cit., p. 86.

• O catecismo foi publicado na cidade de Enkhuizen, Holanda, em 1641, porém nunca foi encontrado um único exemplar. Ele já foi procurado nos arquivos sinodais na Holanda, num dos arquivos reais da Holanda, no catálogo central da Biblioteca Real de Haia, nos arquivos de Siegen e Kleve na Alemanha, na Biblioteca do Vaticano, no Bristish Museum em Londres, no antigo Missionary Research Library em Nova Iork.

[10] BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.249.

A economia ateniense em Plutarco: guerra, moeda e comércio[•]

Maria Aparecida de Oliveira Silva[i]- PPG-USP

Pelos caminhos em que os frutos da terra transitavam, aristocratas gregos e romanos conduziam um ideal de riqueza. Esses cidadãos, respeitados por suas sociedades, consideravam a agricultura a mais notável das atividades, assim ocupavam-se somente com os produtos vindos da natureza[ii]. A estreita relação existente entre o direito à cidadania e a posse da terra, na história política greco-romana, justifica a preferência aristocrática pelas práticas agrícolas como fonte de riqueza. Sob essa perspectiva, o objetivo desta comunicação é o de demonstrar que a visão plutarquiana de suborno no arcontado de Péricles está relacionada a sua reprovação às práticas comerciais atenienses.

Segundo a narrativa de Plutarco, no século V a.C., Péricles estabeleceu o pagamento de salários aos cidadãos que prestassem serviços à cidade. No entanto, para Plutarco, o pagamento do *misthós* aos cidadãos revelaria a política de suborno institucionalizada por Péricles, pois sua iniciativa de estipular salários ocorrera dada sua necessidade de obtenção de partidários. Outro resultado de tal política, segundo Plutarco, manifestou-se nas mudanças dos costumes atenienses.

No nono capítulo da biografia de Péricles, Plutarco registrou que o líder ateniense teria sido o primeiro a distribuir terras (κληρου/χιας), entradas gratuitas para espetáculos (∂εω/ρικα) e salários (μι/σ∂ων) ao povo, assim, em virtude das determinações políticas de Péricles, o povo, ao receber salários ou benefícios concedidos com o erário citadino, passou a desinteressar-se pelo trabalho tradicional. Assim Plutarco descreveu os desdobramentos das medidas de Péricles:

> "Inúmeros autores narram que ele foi o primeiro a distribuir lotes de terra, entradas gratuitas para os espetáculos e salários. Como resultado dessas ações, Péricles teria criado maus hábitos no povo, que se tornou perdulário e amante dos prazeres, outrora temperante e trabalhador."[iiiiv]

As mudanças nos hábitos dos cidadãos atenienses, segundo Plutarco, tiraram desse povo o amor pela conquista de suas necessidades, levando-os ao comodismo. As alterações nas relações entre o cidadão e a cidade foram prejudiciais para o funcionamento do sistema social ateniense, assim Plutarco adverte que no período arcaico, o cidadão construía seus interesses conforme as necessidades de sua cidade, enquanto na época clássica, os interesses do cidadão estavam sobrepostos às exigências da cidade. No seu entender, o abandono dos costumes, outrora pautados no trabalho agrícola e na manutenção do bem estar da cidade, tornou-se possível devido às facilidades que Péricles criou para a sobrevivência do povo.

Os fundos destinados aos espetáculos, aos salários e à distribuição de terras serviriam de capital para a troca de favores entre o povo e Péricles[v]. Dos elementos apontados por Plutarco, o pagamento de salários seria o mais eficiente meio de suborno devido ao grande número de favorecidos. É interessante notar que, no final do nono capítulo da biografia de Péricles, Plutarco emprega o verbo συνδεκα/ζω, que significa subornar todos juntos[vi]. Os artifícios utilizados por Péricles para aliciar a maioria da população em seu plano de distribuição de salários é descrito assim por Plutarco:

> "dispondo de todos os homens, forneceram salários à quase toda a população (…) Aqueles com idade e energia para fazer a guerra recebiam, com fartura, do tesouro público, todos os meios de subsistência. Mas a os desempregados, Péricles nem queria que ficassem sem salários, nem que os recebesse sem merecer. Assim propôs ambiciosos e acertados planos

> para a população, que propunham construções e obras que exigiriam muitas e diversas profissões, além de muito tempo para serem executadas. Dessa maneira, a população desocupada teria tanto direito aos benefícios como à participação nos fundos públicos quantos os remadores e soldados de campanha ou de fortificações"[vii]

Nesse trecho percebe-se que a palavra *misthós* servia para caracterizar o pagamento de salários a diferentes tipos de trabalhos. No entanto, é preciso responder por que Plutarco associou *misthós* ao suborno? Plutarco conclui que as práticas comerciais deveriam ater-se ao intercâmbio entre diferentes cidades, com o intuito de formar alianças externas ou para conhecer as diferentes formas de se fazer comércio. Contudo, para Plutarco, quando o enriquecimento torna-se o motivo maior da prática comercial, o comércio passa a representar um dano para a sociedade.

Na biografia de Licurgo, ao enumerar os percalços de uma sociedade sustentada pela acumulação de metais na forma de moeda, Plutarco justifica suas reprovações ao uso da moeda com valor intrínseco, escrevendo:

> "Primeiro retirou de circulação a moeda de ouro e de prata e decidiu utilizar apenas a de ferro. Também a ela atribuiu valor insignificante quanto ao peso e conferiu-lhe dimensões consideráveis, de forma que, se alguém percebia a quantia de dez minas, precisava de uma carroça para transportá-la e de um cômodo desproporcional na casa para guardá-la. Essa moeda, disseminando-se, expulsou da Lacedemônia muitas injustiças."[viii]

Dessa forma, na visão plutarquiana, a instituição de salários, não importando qual a finalidade desse pagamento, fomentava as práticas de suborno, pois o pagamento dos serviços era efetuado com moedas de valor intrínseco, ou seja, de fácil acumulação. Fundamentalmente, as críticas de Plutarco destinam-se às mudanças nas bases da

economia em Atenas, uma vez que a cidade assentava uma sociedade pautada no sistema de troca simples no período arcaico de sua história. Já na época clássica, Atenas desenvolvera um sistema mais complexo, envolvendo o uso de moedas com maior constância, que por intermédio do pagamento em dinheiro, multiplicou as práticas comerciais em Atenas.

Como pode ser visto na coletânea de inscrições históricas gregas, de Bertrand, há um decreto, com datação estimada entre 425-421 a.C., no qual Atenas impõe o uso de sua moeda em todos os territórios aliados[ix]. Conforme demonstrou Seltman, a cunhagem de moeda em Atenas iniciou-se em 478 a.C.[x], podemos inferir que Péricles apropriou-se de um expediente familiar aos atenienses, a nosso ver, a crítica de Plutarco destina-se à ampliação tanto da produção quanto do espaço de circulação da moeda[xi].

Na compreensão de Plutarco, um líder político poderia subornar com maior facilidade os cidadãos, utilizando a moeda como instrumento, despertando em seu povo a vontade de acumular dinheiro. Lembramos que nosso autor vê a moeda ateniense como de fácil acumulação por seu valor intrínseco, ao contrário do espartano, não era preciso um quarto com proporções desmedidas para guardá-lo. Plutarco viu na acumulação de metais seria a causa da desigualdade social, bem como a responsável pela corrupção dos valores morais. As mudanças nos costumes advindos com o uso intenso da moeda na sociedade ateniense interferiram diretamente nas ações de seus governantes e governados. Nesse sentido, o sistema monetário adotado em Esparta serviria de exemplo para que os povos não cultivassem a cobiça material.

Plutarco viu na procura desmedida de riquezas e honrarias dos atenienses, em especial, a de Péricles, a causa da decadência de seu povo. Como pode ser visto nesse trecho:

> "os historiadores concordam que a culpa do embate era de Péricles. (...) Há autores afirma que teria sido a arrogante confiança, o gosto pela vitória e para exibir poder que ele desafiou os lacedemônios"[xii]

A decadência ateniense é interpretada por Plutarco como o resultado de uma política de dominação, de cunho imperialista, decorrente de uma vontade pessoal de Péricles aliada aos interesses dos cidadãos de transformar a guerra em fonte de captação de recursos. Conforme ilustra Homo, Péricles, desde que foi eleito estratego em 461 a.C., implementou políticas de proteção contra ataques externos, bem como promoveu o fortalecimento e a renovação da frota militar ateniense[xiii]. No entanto, os ganhos oriundos da guerra eram ilusórios, uma vez que a guerra representava o pior dos males, como registrou Plutarco na biografia de Paulo Emílio:

> "a guerra, ao adentrar os domínios de um país, deste não sairia sem cobrar elevado preço em sangue e mortos"[xiv]

Percebemos, na argumentação plutarquiana, a construção de uma seqüência fatídica para qualquer sistema citadino: comércio, moeda e guerra. O comércio, quando não está voltado para a obtenção de produtos básicos para a sobrevivência, representa a entrada de produtos supérfluos que despertarão a ambição daqueles que estiveram em contato com esses objetos valiosos. Contudo, para a aquisição desses produtos seria preciso a obtenção de moedas para efetuar a troca. A busca desmedida pelo metal provocaria uma ambição muito maior que o cidadão e a cidade, fazendo com que o governante, ao lado de seus governados, procurassem a guerra. A guerra, que no pensamento errôneo de um líder ambicioso, possibilitaria a acumulação de mais objetos preciosos, além de aumentar os seus domínios.

A identificação dessa tríade no pensamento plutarquiano permite ao leitor compreender os motivos que o levaram a associar o sistema de pagamento de salários

(μισθοφορια) ao suborno. Ora, se a sociedade estabelecesse seus critérios de troca considerando as suas necessidades primeiras, não haveria o interesse desmedido pelo metal. Na medida em que a distribuição de moedas contribuía para o individualismo em detrimento dos interesses da sociedade, Plutarco cogitava que o líder ateniense deveria distribuir alimentos ou produtos que fossem úteis à sobrevivência de seu povo em vez de moedas. Para Plutarco, seriam terríveis as conseqüências de um sistema social que seguisse, nessa ordem, o desenvolvimento do comércio, a valorização da moeda e a deflagração de guerras.

É preciso destacar que sobre a prática do suborno nas sociedades políades da Grécia não há uma obra específica que trate do assunto. Os autores antigos somente nos legaram informações esparsas sobre o significado dessa prática social[xv]. Como apontou Harvey, já em Homero e Hesíodo, havia a oferta de objetos preciosos após à conclusão de uma tarefa ao seu executor[xvi].

Em suma, as conclusões plutarquianas a respeito da primazia da agricultura sobre o comércio, como meio de obtenção de renda, revelam sua origem aristocrática de uma região cultivável como a Beócia, pois como concluiu Andrews, as quantias destinadas ao pagamento dos cidadãos prestadores de serviços à cidade sugeridas por Plutarco se mostram absurdas[xvii]. Como ressaltou Breebaart, a palavra empregada por Plutarco para mudança é *metábole*, a qual está relacionada ao período de transição política que Péricles representou, para o autor, apesar de o estratego representar a aristocracia ateniense, ele atuava de maneira a aumentar a participação daqueles que não pertenciam ao seleto grupo dos aristocratas, o que teria provocado o descontentamento de Plutarco, manifesto em suas reprovações ao governo de Péricles[xviii].

• Esta comunicação é parte de um trabalho final de curso de Pós-Graduação, intitulado: "Moeda e noção de valor na Grécia antiga", ministrado pela Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano.

[i] Doutoranda em História Social pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. Bolsista da FAPESP.

[ii] MOSSÉ, C. O homem e a economia. In: VERNANT, J.P. *O homem grego.* Lisboa: Presença,1993, p. 25.

[iii] As traduções são de responsabilidade da autora.

[iv] *Péricles,IX*, 1-2.

[v] A concepção plutarquiana de povo (δημος) não está muito clara em seu texto. (*Péricles, IX, 1)*

[vi] No Dicionário Liddell & Scott, o verbo συνδεκαζω é traduzido como : bribe all together.

[vii] *Péricles,* XII,2-3 .

[viii] *Licurgo,* IX, 2.

[ix] BERTRAND, J-M. *Inscriptions historiques grecques.* Paris: Les Belles Lettres, 1992, p. 68.

[x] SELTMAN, C. *Greek Coins: a History of Metallic Currency and Coinage down to the Fall of Hellenistic Kingdoms.* London: Methuem, 1955, p. 110.

[xi] PICARD, O. "Monnaie et démocratie a Athènes". Colloque Internationale. Org. par l'Ac. D'Athènes en Coop. Avec l'Unesco. v. 23- 25, nov., 1992, p. 243.

[xii] *Péricles,* XXXI,3 .

[xiii] HOMO, L. *Périclès: une expérience de démocratie dirigée*. Paris: Robert Faffont, 1954, p. 110.

[xiv] *Paulo Emílio*, XVI, 4.

[xv] HARVEY, F.D. "Dona Ferentes: Some Aspects of Bribery in Greek Politics" In: CARTLEDGE & HARVEY (orgs.) *CRUX: Essay in Greek History*. London, Duckworth, 1985, p.76.

[xvi] Ibid. p.77.

[xvii] ANDREWS, A. The opposition to Perikles*. The Journal of Hellenistic Studies*, vol. XCVIII, p.5, 1978.

[xviii] BREEBAART, A. B. Plutarch and the Political Development of Pericles. *Mnemosyne*. Vol. XXIV, 3, p.263, 1971.

Padrões de Seletividade e Escolhas conjugais na Salvador Republicana[1]

Maria Aparecida Prazeres Sanches - UEFS

Os estudos sobre família têm demonstrado uma peculiar dinâmica nas relações familiares e conjugais das camadas populares. O modelo familiar circunscrito na moradia conjunta de pai, mãe e filhos não ocorria constantemente. A necessidade de trabalhar e os parcos recursos para manter a família fazia com que filhos e país não residissem sob o mesmo teto. Era comum a "circulação de crianças" [2] que, sob vários arranjos, passam a residir com parentes, amigos ou famílias indicadas que, em troca da alimentação, vestuário e moradia, poderia utilizar-se do trabalho delas. Foi esse o percurso de Maria Soledade Ferreira Batista que aos 13 anos veio morar com a família Torres Homen.[3] Nem sempre havia a expressa concordância dessas jovens. Maria Antônia Souza, cuja família era moradora da Cidade de Nazaré, foi entregue à Américo Martins, residente em Salvador, para servir de doméstica e companhia à esposa deste. Mesmo recusando-se a deixar a família, foi obrigada pela mãe a viajar para Salvador.[4]

No seu livro de memória, em que relata costumes e práticas sociais presentes na forma de viver dos baianos, Hildegardes Vianna nos fala das 'Catarinas', menina negra entregue a uma família de "baixa classe média" para exercerem funções variadas que iam da obrigação de olhar os filhos da casa ate ajudar os adultos em tarefas quando solicitadas". Essas empregadas / crianças trabalhando por roupa, casa e comida jamais poderiam lembrar que eram crianças e desde muito cedo "aprendiam a raciocinar como pessoa adulta".[5]

Para as camadas populares, a rede de relações familiares ampliava-se para além dos parentes consangüíneos, estendendo-se a compadres e vizinhos que não somente residiam no mesmo lugar, mas também se ajudavam mutuamente. Em 1946, no processo de Defloramento de sua filha, Maria Anunciação Teixeira dizia morar com seus respectivos filhos e amásio, numa casa de habitação coletiva, na ladeira da Soledade com os respectivos filhos e o também amásio da cozinheira Joana Amélia de Jesus.[6] Parentes consangüíneos dos mais diferentes graus, parentes por afinidade baseados em relações de compadrio ou pessoas simplesmente unidas por laços de amizade e de necessidade podiam residir juntas.

As solidariedades horizontais foi uma estratégia de sobrevivência comumente verificada entre as famílias pobres desde o século XIX. Para Kátia Mattoso a reflexão sobre os grupos domésticos nos fala do papel do agregado na constituição das relações familiares na Bahia e permite melhor entender o papel desempenhado pelas camadas intermediarias. [7] Maria Inês Côrtes de Oliveira ao analisar relações familiares entre os libertos residentes em Salvador, nesse período, aponta que as uniões eram baseadas na ajuda mutua e nas identidades étnicas. "O casamento aparece visivelmente caracterizado como um acordo de amparo recíproco onde cada um olha pelo outro, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de ambos (...) a organização da comunidade africana no Brasil teve na família dos libertos um de seus elementos chave. A endogamia, presente tanto nas uniões legais quanto consensuais, denota que além do apoio financeiro e afetivo, os africanos buscavam nos parceiros também uma identificação étnica que permitisse a continuidade de suas tradições, transmitidas aos seus descendentes sem a intervenção da cultura branca." [8] Tais experiências de solidariedades sobreviveriam a extinção paulatina da comunidade africana no Brasil com o fim do trafico negreiro a partir de 1850.

Os mais diversos motivos levavam as pessoas a compartilharem do mesmo teto. Depois da abolição por exemplo, as posições hierárquicas e os postos de trabalho não foram radicalmente alterados para a população negro/mestiça, os estereótipos raciais reforçavam percepções negativas sobre a população não-branca através da naturalização de atributos que os associavam a feiúra, a violência, ao atraso intelectual e a criminalidade, impossibilitando-os o acesso aos melhores postos de trabalho que o desenvolvimento das relações urbano-industriais gerava.[9] As dificuldades de sobrevivência determinaram muitos arranjos familiares ao longo de cinqüenta anos do século XX como demonstraram os processos de Maria Antônia Souza, Maria Antônia Teixeira e Joana Amélia de Jesus.[10]

Os casais populares possuíam uma relação mais simétrica na gerência das questões familiares uma vez que homens e mulheres contribuíam igualmente com o sustento da família. Esta estrutura familiar diferenciava-se do modelo idealizado pelas elites republicanas, que reservava papéis específicos a homens e mulheres na relação conjugal. Segundo este, as

mulheres ficariam encarregadas da administração do lar e dos cuidados com filhos e marido, cabendo ao homem o papel de provedor da família, mantendo-a com seu trabalho.[11] Nos processos de defloramento pesquisados o número de mães que aparecem como denunciantes é bem superior ao de outros parentes, incluindo os pais, demonstrando não somente que elas assumiam sozinhas a condução de seus lares, como aponta para o fato de muitos companheiros fugirem à responsabilidade pela criação dos filhos.[12] Conforme Ferreira Filho, entre as classes populares o núcleo estável familiar estava centrado na relação mãe-filho, uma vez que os "Concubinatos temporários e sucessivos, abandonos e separações" contribuíam para a "possibilidade sempre presente da omissão paterna" na criação dos filhos. Para este autor, o papel desempenhado pelas mulheres pobres em Salvador somente podem ser entendidos na sua "complexa articulação entre classe, prestígio e cor que dinamizavam a vida social" baiana. Responsabilizando-se quase que exclusivamente pelo cuidado e sustento de seus filhos, as uniões, segundo este, davam-se sob a forma do concubinato e o "modelo burguês de família ... onde às mulheres era delegado o mundo do lar e ao homem o sustento da prole, não teve muita força nas camadas populares. Sendo continuamente reelaborados no dia-a-dia das famílias. A participação das mulheres pobres em sua quase totalidade em atividades econômicas, propiciava-lhes uma certa autonomia financeira em face a maridos e companheiros que muitas vezes mal contribuem para o sustento familiar". [13]

Ao estudar as **Questões de Vida e de Morte na Bahia Republicana** Nancy Rita Sento Sé de Assis**,** buscando resgatar os valores subjacentes as formas de sociabilidade entre os pobres, teceu importantes análises acerca das regras conjugais entre as camadas subalternas demonstrando "o caráter autônomo das suas relações sexo-afetivas". Segundo Assis, "na esfera familiar, em suas relações sexuais e amorosas, a vigência de definições múltiplas e variadas, como "amantes", "amásios" e "freqüentadores", denota a pouca importância dada ao casamento e à vida pudica e recatada preconizadas pelas "elites civilizadas" como ideal dos consórcios entre homens e mulheres. ... a inexistência do casamento, religioso ou civil, entre os amásios, não era percebido como uma anomia das relações ....sendo o ciúme, a fidelidade e o cumprimento dos deveres esposais, relativizados pelas decisões daqueles que diretamente

estiveram envolvidos nos episódios em julgamento.... Da mesma forma , o recato não era um atributo comprobatório do “bom procedimento” ou da “conduta” das mulheres. .... as trocas de parceiros ou ainda a manutenção de mais de um amante, uma vez definidos os “lugares” de cada um nesta relação, era entendido como uma decisão das mulheres, cuja autonomia parece não permitir a interferência dos vizinhos e conhecidos, principalmente se estas eram responsáveis pelo seu próprio sustento”. [14] Como demonstrou a autora, a existência de um determinado grau de autonomia frente aos valores republicanos e burgueses, decorria das condições objetivas de vida dessa população que na labuta diária pela sobrevivência tiveram de reelaborar e relativizar o papel feminino nas relações amorosas apregoados pela elite soteropolitana.

Em que pesem as dinâmicas dos papeis sociais de gênero desempenhados por homens e mulheres na condução do núcleo familiar, a escolha de um cônjuge que pudesse arcar,conjuntamente, com o sustento da família e manter uma estrutura nos moldes exigidos pela sociedade, ou seja o casamento legalmente constituído, pai provedor, mãe doméstica, poderia facilitar, e muito, o processo de ascensão dos filhos resultantes dessa relação, garantido muitas vezes pela escolarização ou pelo aperfeiçoamento profissional fundamental a ascensão dos filhos resultantes dessa união.

Essa característica não constituiu uma conduta restrita às relações matrimoniais do século XX. Kátia Mattoso, ao discutir a “ Tipologia da Família Baiana” no seu livro **Bahia Século XIX,** demonstrou como o casamento legal “ representava uma espécie de ascensão social para o casal mestiço ou negro, que dessa forma assimilava os valores do grupo branco dominante. Uma união legal conferia, a um negro ou mestiço, a respeitabilidade necessária a uma assimilação, que facilitava a conquista de uma posição social melhor para os filhos” [15] Para o século XX o peso conferido às uniões legais seria ainda maior, pois a família torna-se o locus de atuação da política republicana no processo de conformação da sociedade aos imperativos burgueses de uma nova ordem. A modernização das cidades, e a conformação de um trabalhador urbano disciplinado passavam por redefinições que tiveram na família seu alvo mais importante. Embora ainda conservadora, estruturada sobre o fortalecimento do papel

feminino enquanto administradora do lar e dos cuidados com filhos, a urbanização impingiu mudanças nessa função tradicional com a valorização da infância como o momento primordial de constituição de um cidadão disciplinado e higiênico, cujo processo de socialização deveria ser conduzida pela família mediante os ensinamentos médicos. A valorização da infância reforçava reciprocamente a conformação de um modelo feminino cujo papel social primordial centrava-se na maternidade. [16]

A rua e os espaços públicos constituíam-se em locais efetivos de socialização. Praças e jardins iluminados convidavam ao passeio e ao flerte, oportunizando encontros, flertes e namoros. As festas eram momentos propícios para encontros de moças e rapazes que entre olhares, conversas e galanteios, podiam entabular longos ou efêmeros relacionamentos amorosos. Em 1934, Maria das Virgens da Anunciação Viana, 18 anos, costumava freqüentar festas acompanhada da irmã, também doméstica, e de uma amiga desta, Tereza da Silva Gomes, 29 anos, engomadeira. Numa dessas idas a uma "dança", no Mirante do Campo da Pólvora, conheceu Pedro dos Santos Silva, 21 anos, funcionário da Leste Brasileiro. Desse encontro nasceu o namoro que duraria um ano. [17]

A convivência de Maria das Virgens e Pedro era marcada por encontros aos domingos quando ambos iam ao Passeio Público ou à Avenida Sete para longas caminhadas aprazíveis aos enamorados, olhando vitrines, degustando queimados, refrescos e sorvetes. As visitas ao Passeio Público eram uma diversão da moda, local apreciado por senhoras elegantes.[18] Cientes das preferências da prestigiosa população soteropolitana, Maria das Virgens e Pedro buscavam usufruir dos modernos padrões de lazer que a cidade passava a oferecer. Além dos passeios, iam dançar na Capelinha do Tororó, sempre acompanhados pelas colegas de trabalho e pela irmã de Maria das Virgens, mantendo a tradição de um relacionamento que nascera sob os auspícios da festa.

Apesar de uma notícia do jornal A Tarde, em 1936, comentar sobre o namoro das "amas" - empregadas domésticas - apenas com os valorosos soldados de polícia, os processos consultados indicam que as mulheres pobres encontravam seus parceiros entre representantes de várias profissões populares de Salvador. Alfaiates, barbeiros, funcionários

públicos, operários, auxiliares do comércio e, principalmente, militares da força policial e choferes, tanto de carros particulares como de transportes públicos, aparecem entre os eleitos nas preferências amorosas das trabalhadoras baianas. Apesar de representantes legítimos das classes populares muitos desses homens exerciam profissões estáveis e especializadas e, apesar dos baixos índices salariais praticados na economia soteropolitana, eram, com toda certeza, atraentes candidatos a maridos, tanto para as moças como para as famílias destas.

Apareceram também representados tanto homens ligados às profissões especializadas como os que trabalhavam em atividades menos prestigiosas na hierarquia das profissões populares, como carregadores, jornaleiros, peixeiros e vendedores ambulantes, etc, mas que garantiria ao futuro núcleo familiar uma imagem simbólica de valor social inestimável: a de homem trabalhador e provedor. Essa imagem dissociava a família, em particular, da visão anomica que recaia, de forma geral, sobre os grupos negro-mestiços.[19]

Mas tais profissionais aparecem em menor percentagem, demonstrando que em termos de relações amorosas, a simpatia devotada pelas moças casadoiras aos candidatos não impedia uma sutil seleção daqueles mais bem situados economicamente.

Apesar dos envolvidos pertencerem ao mesmo segmento social, a importância, em termos de *status,* das atividades exercidas pelos namorados não passava desapercebida nos processos, como no caso de Zuleika, filha de Januaria Maria Conceição, lavadeira, acusada pelo advogado de defesa do réu de estar "*interessada no casamento da filha, com uma pessoa mais ou menos equilibrada social e financeiramente, como funcionário publico, e de qualidades racial ou pigmentaria superior a dela".*[20] As diferenças sociais, se não eram um empecilho aos namoros, podiam constituir, em casos como o de Zuleika, num entrave nas intenções de casamento por parte de homens que viam as negro/mestiças como mulheres interessantes para manterem ardorosos relacionamentos afetivos e, principalmente, sexuais mas não para se casarem. O antropólogo Thales de Azevedo no livro **As Elites de Cor,** ao discutir os casamentos inter-raciais, demonstra como estes representaram um importante canal de " acesso e de integração de gente de cor nas classes mais altas (...) o casamento entre escuros

e brancos confere prestígio aos primeiros e oferece a expectativa de filhos mais próximos do tipo preferido".[21]

As afirmações de Azevedo foram confirmadas em entrevista com Leonor Santos dos Prazeres, costureira, mulata clara, que em 1929 foi pedida em casamento por um oficial do Exército porem negro. Segundo ela apesar da boa posição social, o oficial não aparecia como um partido vantajoso pois essa ponderava que os filhos resultante de tal uniões nasceriam escuros e a tal possibilidade ela recusava-se terminantemente. Leonor S. dos Prazeres acabou casando-se, legalmente, com o também mulato claro, Jose Cupertino dos Prazeres funcionário publico.[22]

A atitude do valoroso representante das Forças Armadas expressava uma conduta corrente na sociedade baiana que gerava possibilidades diferenciadas para mulheres e homens negros e mulatos. Como ressaltou Azevedo, a sociedade soteropolitana apresentava a tendência dos homens, após o casamento, localizarem-se mais próximos a influência da família da mulher. Os homens negros e mulatos quando bem situados financeiramente poderiam casar com brancas pobres associando a posição financeira ao prestígio social de integrar uma família branca. Já sobre as negras e mulatas incidiam duplos mecanismos de rejeição, a negritude (traduzido pelo não prestígio social) e a pobreza.

Mesmo que as aspirações românticas tenham passado a ser o elemento principal que norteavam as escolhas de um namorado, futuro marido ou mesmo de um amásio, não podemos deixar de perceber que, ao menos para as mulheres da documentação analisada, havia um clara preferência por parceiros claros, de razoável situados economicamente, haja vista a recorrência de parceiros que tinham profissões relativamente seguras e de certo prestígio como a de comerciários, chofer, guarda civil, funcionários públicos. O casamento enquanto um meio de ascensão social continuava valendo tanto para as mulheres pobres como para os seus parceiros.

Entre idílios românticos, dramas e felicidades amorosas homens e mulheres iam vivendo suas vidas. Se não realizavam todos os seus sonhos e aspirações, ao menos iam se adaptando às imposições de uma sorte muitas vezes madrasta. Mesmo que os casamentos

legais não ocorressem várias famílias iam informalmente sendo constituídas pelas uniões consensuais, legando as aspirações de um matrimonio legal a filhas e filhos que dentro do possível tentavam traçar novos rumos que facilitassem os processos de ascensão social.

---

[1] Maria Aparecida Prazeres Sanches.Profª Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia/ Universidade Estadual de Feira Santana–Ba, membro do Núcleo de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero - Mulieribus. Mestre em História Social pelo Mestrado em História UFBA. Artigo resultante das atividades de pesquisa junto ao Grupo de Estudos de Gênero Historia e Sexualidade.

[2] O termo aqui seguiu a definição proposta por Silvia, Maria Fávero Arend no livro *Amasiar ou casar? A Família Popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS,2001. O termo significa transferir a responsabilidade por uma criança para outro individuo sem necessariamente possuir laços de parentesco. O individuo que se responsabiliza pelo cuidado das criança em troca pode utilizar-se do trabalho realizado por essa.

[3] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 199, caixa 44, documento 08, 1943

[4]APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 198, caixa 40, documento s/n, 1941.

[5]Vianna, Hildegardes. *Antigamente era assim.* Rio de Janeiro: Record; Salvador: fundação Cultural do Estado da Bahia,1994, p.169.

[6] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 199, caixa 70, documento 02, 1946.

[7] Mattoso. Katia M. de Queiros. *Bahia Século XIX. Uma Província no Império,* Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.

[8] Oliveira, Maria Inês Côrtes, *O Liberto seu Mundo e os Outros. Salvador,1790/1890*. São Paulo: Corrupio,1988, pp. 60/69.

[9] Bacelar, Jéferson A Hierarquia das raças. Negros e Brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas,2001, pp 48-51.

[10]Sanches, Ma. Aparecida P. , Fogões ,Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950, UFBA.

[11] Sobre a questão ver: Esteves , Martha, *Meninas Perdidas : Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1990., pp 73/ 75;Rago, Margareth, *Do Cabaré ao Lar. Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985., pp. 62/ 64 e 74/ 79.

[12]Sanches, Ma. Aparecida P. , Fogões ,Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950, UFBA, Dissertação de Mestrado,1998,pp.134/135

[13] Ferreira Filho, Alberto Heráclito, Salvador das mulheres. Condição feminina e Cotidiano na Belle Époque Imperfeita, Dissertação de Mestrado, UFBa,1984,pp. 23/25

[14] Assis, Nancy Rita Sento Sé, Questões de vida e morte na Bahis Republicana. Valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890 – 1930), UFBa, dissertação de Mestrado, 1996. p.156

[15] Mattoso. Katia M. de Queiros. Op. Cit. p.145

[16] Araújo, Rosa Mª Barbosa de, *A Vocação do Prazer: A cidade e a Família no Rio de Janeiro republicano*, Rio de Janeiro: Rocco, 1993. Ainda sobre o tema ver Sanches, Ma. Aparecida P. " A Família por limite: Relações de trabalho e vida familiar na Bahia republicana" . In *Humanas. Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia UEFS.* Ano 1 n.2 2002, pp.123-147.

[17] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 198, caixa 27, documento 13, 1934.

[18] Fonseca, Raimundo, A modernidade Rasgou a Tela... , p.17

[19]Guimarães, Antonio Sergio Alfredo, " Cor, Classe e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Herris na Bahia: 1940-60". Comunicação apresentada ao Seminário Raça, Ciência e Soxciedae no Brasil, 1995. Mimio.

[20] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 198, caixa 39, documento 04, 1940.

[21] Azevedo, Thales. As Elites de Cor numa Cidade Brasileira. Um estudo de ascensão social & Classes sociais e Grupos de Prestígios Salvador: EDUFBA / EGBA,1996.p.73.

[22] Entrevista de Leonor Santos dos Prazeres realizada em 15/03/1993

.

MEMÓRIA DA ESCOLA: subsídios para a construção da identidade.

Maria Apparecida Franco Pereira
UNISANTOS

Os estudos sobre a memória, de respeitados pensadores,[1] servem de suporte para que apuremos a importância do conceito para a educação na conjuntura atual.

A escola brasileira há décadas sofre a crise de identidade num mundo que se transformou célere, dando a impressão de que ela "perdeu o bonde da história". A luta dos que militam por uma busca de caminhos para resolver, com radicalidade, seus problemas deve encontrar também na História da Educação elementos para a reflexão.

Assim buscam-se, nesse "boom" dos estudos sobre a memória, subsídios para contribuir nessa reflexão. A preservação das fontes documentais, que dão substrato a esses estudos, merece um lugar destacado nos dias de hoje. A escola torna-se, então, um dos "lugares da memória", privilegiado, diga-se de passagem.

Essa salvaguarda da memória pretende desenvolver na comunidade escolar a consciência do valor da preservação do patrimônio histórico e desenvolver verdadeiramente a responsabilidade do cidadão diante da sua comunidade e da nação, como ingrediente do seu ser cidadão.

Estamos numa época em que inúmeros são os recursos auxiliares à memória e muitas vezes o seu valor passa desapercebido, embora hoje se assista a um desejo do seu resgate.

No passado, o mesmo não acontecia nas sociedades sem escrita, de tradição oral. Na Grécia Antiga (séculos XII ao VIII), a Menomosyne, a memória, tinha o status de divindade. Toda a tradição e os valores orientadores da educação a serem transmitidos eram organizados

[1] Cf. Pierre NORA, Maurice HALBWACHS, Michel POLLAK e J.Pierre VERNANT, que utilizamos em nosso texto.

.

oralmente. Era assim que os gregos educavam os seus jovens, conheciam o seu passado, a história de seu grupo. A "Ilíada" e a "Odisséia", atribuídas a Homero , cantando os efeitos dos heróis, e a "Erga" ("Os trabalhos" e "Os dias") de Hesíodo, o cotidiano e o valor do trabalho, são memorizadas e recitadas pelos jovens helenos. Tão grande era a importância, que no inferno, no Hades, deve-se evitar a fonte do esquecimento, não beber no Letes, deve-se nutrir da fonte da memória, fonte da imortalidade.

Destacamos, aqui neste estudo, a memória e sua relação com a identidade. A identidade [2] permite ao indivíduo se localizar em um conjunto social e é produto das suas interações com o seu ambiente societário. Expressa-se por um sentimento de referência e de identificação com um grupo.

Nos dias de hoje a questão da identidade torna-se mais premente no mundo, quando as especificidades de uma nação se encontram perdidas na totalidade de uma visão de globalização, quando se sente a ameaça da perda da identidade. A existência de processos globais – entre eles as tecnologias de comunicação – transcendem os grupos, as classes, as nações. Vive-se uma civilização transacional Um cultura mundializada, segundo R.Ortiz, corresponde a uma civilização cuja territorialidade se globalizou, superou as fronteiras dos Estados-nação; busca-se a homogeinização dos hábitos e do pensamento. As pessoas se tornam mais próximas, o mundo fica cada vez menor e idêntico, onde há uma nova maneira de estar e de ver o mundo, a estandartização dos diferentes domínios , a velocidade das trocas e a padronização dos produtos, das estruturas de relações sociais etc. O mundo está cada vez mais idêntico, em função dos ditames do consumo , numa ordem capitalista.

---

[2] Utilizamos para a questão , o verbete em PLUMMER, Ken. Identidade. In: OUTHWAITE, William&BOTTOMORE,Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 369-371. CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: ----. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: EDUSC,1999. p.175-202.

.

A mundialização[3] da cultura, "tradição da modernidade", estrutura a vida social, através dos " seus objetos eletrônicos, sua concepção célere do tempo e de um espaço desencaixado"; as novas tecnologias atingem diretamente as noções de espaço e tempo, estimulando a integração e a sincronia. Vive-se o frenesi do efêmero.

Com isso, não queremos dizer que a tradição não se transforme, que a nação deva fossilizar-se.Destaca Renato Ortiz: "O processo de rememoração não é estático e a tradição não é mantida integralmente e as transformações se fazem sob a égide de uma tradição dominante, a memória coletiva"[4] . A memória é atualizada..

A memória coletiva só tem sentido enquanto faz parte da vivência dos seus participantes, da sua vida cotidiana. Halbwachs diz que não existe identidade puramente individual, mas a identidade é sempre social, e a memória cultural é coletiva.

R. Ortiz, em sua obra "Cultura brasileira e identidade nacional " (p. 135) faz uma distinção entre memória coletiva e memória nacional:

> A memória coletiva é da ordem da vivência; a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano. Ela se vincula à história e pertence ao domínio da ideologia, ela é produto de uma história social, não da ritualização da tradição. Enquanto história, ela se projeta para o futuro e não se limita a uma reprodução do passado considerado como sagrado..

O nacional se define como a conservação das nossas tradições, da memória nacional, daquilo que é nosso. É um discurso de segunda ordem e é universal, dentro do seu raio de ação. Assim, a identidade nacional, a essência da brasilidade, buscada por pensadores famosos de nossa história (Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo, Dante Moreira Leite) é um referencial abstrato, uma construção, pois a realidade do mundo social é multifacetada, composta de valores concretos advindos da vivência social. A memória nacional opera uma transformação simbólica desse mundo vivido, em um discurso

[3] ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** 3.reimp. São Paulo: Brasiliense, 1998. Baseamo-nos nesta obra para a questão da mundialização .

[4] Idem, **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 132. Baseamo-nos para a questão de identidade nacional neste texto.

.

organizado, integrado pelo estado, que define a construção da identidade nacional, na interação das relações do que é popular e do que é nacional.

Se a memória nacional está ligada à ação do Estado a memória coletiva está vinculada a um grupo social, nutrido pelas vivências do cotidiano , das pessoas que o compõem. Peter Berger (citado em Ortiz)[5] lembra que os universos simbólicos estabelecem, em relação ao passado, "a memória que é partilhada pelos indivíduos que compõem a coletividade; em relação ao futuro, eles definem uma rede de referências para a projeção das ações individuais".

As várias memórias são mantidas pelo trabalho das celebrações, das comemorações, das suas vivências repetidas, da sua reatualização, mas também, e principalmente, da guarda dos vestígios, dos monumentos que as mantêm vivas.

Colocamos neste estudo memória quase como sinônimo de história. Entendemo-la como todo material deixado pelos grupos, consciente ou inconscientemente. Mas entendemo-la também como lembranças, depoimentos, trabalhados pela história oral. E como tal , lembramos das palavras de Nora:[6]

> Memória, história, longe de serem sinônimas, temos consciência de que tudo as opõe. A memória é a vida trazida por grupos vivos e, a esse título,ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de freqüentes revitalizações.
> A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre presente, um lugar vivido no presente eterno; a história, uma representação do passado. Porque ela é efetiva e mágica, a memória se acomoda apenas aos detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças, leves, confusas, sombrias, chocantes, globais ou flutuantes, vagas , superficiais, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas transmissões, censuras, anteparos ou projeções. A história, porque operação sensível e laicizante, clama análise e discurso crítico [...].

Hallbawachs também diferencia memória de história, embora de um modo diferente. Parece-me que escreveu esta obra, quando imperava a Escola metódica, portanto tinha presente uma concepção de história diferente de Nora, do grupo dos Annales.[7]

---

[5] Ainda em **Cultura Brasileira e identidade nacional**, p. 135.
[6] NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire. La problematique des lieux. Les lieux de mémoire. I** Paris: Gallimard, 1984. p.XIX-XX.
[7] HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004. p.59.

.

> Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos [...]uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais ainda exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso.

A memória escolar, portanto, está ligada aos elementos humanos da instituição escolar que devem vivificá-las não só através das festas, das comemorações mas também das ações da preservação, da guarda dos documentos não só oficiais (currículos , leis etc.), mas daqueles que deram vida à instituição: história dos mestres(biografias, autobiografias, memórias, depoimentos), dos funcionários, dos alunos de seus familiares; dos objetos, do material escolar (cadernos, manuais didáticos, livros, tinteiros, carteiras etc.), uniformes , aulas, atos disciplinares,festas e comemorações, brincadeiras,jogos, atividades esportivas, atos religiosos; outros suportes da memória (material iconográficos, como fotos, gravura, postais; vídeos, discos, cassetes,jornais estudantis, medalhas), ou seja, de tudo que revele seu passado, a força impulsionadora de uma ação educativa.

A história oral deve ser incentivada. Ecléa BOSI observa: "Se o adulto não dispõe de tempo ou desejo para reconstruir a infância, o velho se curva sobre ela como os gregos sobre a idade de ouro"[8]

A formação de arquivos escolares, centros de documentação, museus não é tão difícil. Já se espalham pelos Estados alguns exemplos. O Centro de Memória da Educação USP é uma experiência pioneira a se imitar. O Centro da Memória da UNICAMP dedica-se à história social de Campinas e adjacências.[9] O Departamento de História da Universidade

---

[8] **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 83.

[9] SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. O exemplo do Centro da Memória da Unicamp. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias:** questões para a história da educação. Bragança Paulista: Universidade..S.Francisco; São Paulo: Autores Associados, 2000, p. 63-74.

.

Católica de Santos começa a organizar sua Memória da Escola, agrupando já um pequeno acervo de objetos, fotos, fontes primárias e manuais escolares. Tem, porém, um bem organizado Centro de Documentação da Baixada Santista, com presença de serviço na região, onde se encontram também materiais para a História da Educação Exemplos de museus se espalham já por aí . [10]

É preciso que se desenvolva uma política institucional de preservação e de organização das fontes[11]; que se preocupe em organizar, já pensando no futuro dos materiais dos arquivos escolares correntes; que se procure desenvolver uma mentalidade de preservação nas unidades de ensino; que se incentive a coleta de doações das fontes de particulares, que se organize os arquivos de história oral, com as diversas vozes que compõem o universo da escola; que se introduza na disciplina História da Educação unidades sobre a organização da memória, com apoio teórico para sua análise etc., etc. E tornar tudo isso visível, na era das imagens.

Essas são algumas reflexões para o desenvolvimento da memória escolar, que possivelmente trarão subsídios para a recuperação do papel da escola brasileira.

[10] Na mesma obra conjunta referida na nota anterior, há relato dessas experiências.
[11] VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia. O Centro de Memória da Educação (USP): Acervo documental e pesquisas em História da Educação. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, História: possibilidades, leituras.** Campinas: Mercado de Letras, 2004. p.179.

A COLÔNIA AGRÍCOLA MUNICIPAL DE DOURADOS: POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO (1946-1953).

Maria Aparecida Ferreira Carli* - PPG-UFMS

O presente artigo é parte de uma pesquisa, ainda em estágio inicial, sobre o processo de implantação, estruturação e funcionamento da *Colônia Agrícola Municipal de Dourados* (CMD)[1] que foi criada no município de Dourados, no final do Estado Novo, no território atualmente correspondente ao município de Itaporã. Para tanto delimitei o período entre 1946, quando começa a ser implantada a colônia, e 1953, quando ela é emancipada e dá origem ao município de Itaporã. O estudo deverá inserir esse objeto no contexto histórico da época, tanto em nível nacional, como estadual, discutindo questões fundamentais da nossa região, ou seja, a presença da grande propriedade fundiária e a política de colonização e povoamento, que deveria representar, em tese, o fracionamento da grande propriedade, transformando-a em pequenas. Para elaboração deste trabalho, realizei uma seleção de fontes documentais que encontram-se no arquivo da Câmara Municipal de Durados e o "Indicador" das leis e decretos do Estado de Mato Grosso, que na fala de Le Goff:

> Documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que ai detinha o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usa-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1992, p. 545)[2].

Segundo o autor acima citado, documento é um vestígio produzido pela sociedade da época, representado por uma elite política que detinha o poder e, portanto, cabe ao historiador fazer um minucioso estudo e usá-lo adequadamente no desenvolvimento de seu trabalho.

A CMD foi criada em uma gleba que havia sido reservada para colonização em 1923, por um decreto do então presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa. Esse decreto, (Decreto 616, de 20 de janeiro de 1923) tinha a seguinte ementa: "Reserva entre os rios Brilhante e Panambi, no município de Ponta Porã, uma área de 50.000 hectares de terras devolutas, destinada à colonização, depois de medida, demarcada e dividida em lotes" (cf. INDICADOR das leis e decretos do Estado de Mato-

---

* Mestranda do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados.

[1] CMD sigla que vou utilizar no desenvolvimento deste trabalho para identificar a Colônia Agrícola Municipal de Dourados.

[2] LE GOFF, Jaques: *Documentos/monumentos*: História e memória pesquisa em história. 2ª edição. Ed. Ática – São Paulo: Ática, 1992.

Grosso, p. 76). Essa área, que nessa época pertencia ao município de Ponta Porã, passou a pertencer ao município de Dourados depois da criação deste, em 1935. Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, englobando o município de Dourados, e no mesmo ano foi criada pelo governo federal, nesse município, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em uma outra área, que não se confundia com aquela reservada em 1923.

Com relação à CMD, seu processo de implantação tudo indica ter começado quando o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Júnior, através do Decreto municipal nº 70, de 9 de outubro de 1946, estabeleceu o regulamento da Colônia. É interessante notar que, no preâmbulo desse decreto, o prefeito diz textualmente que a Colônia foi *criada* pelo Decreto nº 616, de 1923, acima referido. Esse decreto foi elaborado ainda durante o período de existência do Território Federal de Ponta Porã, tendo sido previamente aprovado por despacho do Governador do Território, em agosto de 1946. De acordo com esse decreto, os lotes da Colônia seriam destinados à fixação de agricultores nacionais e estrangeiros, para formar um centro permanente de produção agrícola, num regime de pequena propriedade.

Ao desenvolver um trabalho é fundamental se ater ao processo histórico que antecede e o qual está inserido o objeto a ser pesquisado. Para Prado Júnior (1981)[3], "sempre que vamos fazer uma abordagem histórica de um povo devemos analisar o todo, mesmo sendo estudiosos das particularidades". Seguindo esta linha de pensamento é que entendemos ser importante uma discussão do contexto histórico da época. Nesse sentido faremos um breve recuo ao pós-guerra "Guerra do Paraguai" (1864-1870), o qual, tiveram início a reorganização e reconstrução da Província de Mato Grosso. Na porção sul, continuou a vinda de migrantes de Minas Gerais e São Paulo, bem como de outras províncias, como Paraná e Rio Grande do Sul. Além disso, essa região recebeu muitos emigrantes paraguaios, que vinham em busca de melhores condições de vida, uma vez que seu país ficara totalmente arruinado com a guerra.

Com a demarcação da fronteira com a República do Paraguai, logo após o fim da guerra, a região tomou um novo contorno, pois tiveram início atividades econômicas como a extração da erva-mate, o que colocou em cena outros atores sociais, com poderes de decisões político-econômicas. Dentre eles destacamos os proprietários da Cia. Matte Laranjeira, dedicada à extração da erva-mate nativa do extremo sul do antigo Mato Grosso, conforme será visto no próximo item.

A presença da Companhia Matte Laranjeira e de seus opositores

[3] PRADO JÚNIOR Caio. *A formação do Brasil contemporâneo.* 17. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.5.

A referência à Companhia Mate Laranjeira é importante para este trabalho porque a área em que seria, mais tarde, criada a CMD, estava incluída no território arrendada por essa empresa.

Inicialmente, segundo as obras consultadas, Laranjeira se dedicou à exploração ervateira no Paraguai, tendo, como base de operações, o porto de Concepción, por onde a erva era exportada para o grande mercado consumidor, que era a Argentina (cf. LEAL, 1988,p.38) Segundo Iolanda M. Perin de Barros (1996), oportunamente, Laranjeira estabeleceu vínculos de amizade com importantes figuras da Comissão Demarcadora de Limites (como o Coronel Enéas Gustavo Galvão, chefe da Comissão, e o também militar Antonio Maria Coelho – os quais viriam, mais tarde, a presidir a província ou o Estado de Mato Grosso). Assim, Tomaz Laranjeira recorreu ao presidente da província e obteve, através do Decreto nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, sua primeira concessão para a exploração dos ervais nativos de Mato Grosso, iniciando-se assim a empresa que, mais tarde, veio a constituir a Companhia Mate Laranjeira. A área a ser explorada compreendia os marcos do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemi, ou entre os rios Amambaí e Verde, mas foi sendo ampliada quando das renovações da concessão junto ao governo, com interferência de políticos simpáticos ou vinculados à empresa.

Como foi dito, a área inicial de concessão aos poucos foi sendo ampliada através de novos contratos pleiteados com a ajuda de políticos, sobretudo dos Murtinho, que, no início da década de 1890, se associaram a Laranjeira, formando-se então a empresa chamada *Companhia Mate Laranjeira*, controlada pelo Banco Rio e Mato Grosso, o qual, por sua vez, era controlado pela família Murtinho.

Desse modo, Laranjeira conseguiu o monopólio legal e, através dele, o controle, segundo Barros (1996), de 5.400.000 hectares de terras devolutas, que arrendava do Estado. Em 1902 a Mate Laranjeira foi assumida pela Sociedade Comercial Francisco Mendes & Companhia, com sede em Buenos Aires, controlada por capitais estrangeiros. A prática extrativista da Matte Laranjeira no sul de Mato Grosso conservou-se por um longo período. Sua produção era escoada para a Argentina, sendo este seu mais forte mercado consumidor. O escoamento era feito através dos portos locais, sendo um deles o que deu origem a Porto Murtinho, cidade que emergiu e se desenvolveu em torno do porto construído pela Companhia. Mais tarde, a empresa mudou sua rota de exportação, passando a fazê-la através do rio Paraná, por meio do porto de Guaíra.

Para Foweraker (1981)[4], a Companhia Matte Laranjeira tornou-se uma empresa de grandes proporções, tanto em extensão territorial, quanto em poder político e econômico,

[4] FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra:* a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Trad. Maria Julia Golwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 49.

monopolizando o comércio da erva-mate, e com isso tornou-se mais forte que o Estado hospedeiro.

É importante dizer que a Matte, embora tenha sido o primeiro concessionário legal, não era a única a explorar os ervais nativos da região. Usava de sua influência política, para conseguir o monopólio da exploração da erva-mate, dificultava e impedia a exploração por parte dos pequenos produtores, que também exerciam atividade na região. Arruda declara: "A legalidade de Laranjeira permitiu afastar os concorrentes, uma vez que não possuíam a lei ao seu lado; sob qualquer ameaça, o concessionário legal poderia solicitar a proteção do Estado" (cf.ARRUDA, 1997, p. 30)[5]. De acordo com Silva, o governo de Mato Grosso, "a princípio", viu na idéia de Laranjeira "uma oportunidade para povoar esta região. Porém ocorreu o contrário, a Companhia Matte Laranjeira serviu como um entrave ao crescimento do sul do Estado, pois a política da Matte era de dominação e não de colonização" (cf. SILVA, 1997, p. 57)[6]. De fato, referindo-se à vinda de migrantes de outros Estados, sobretudo do Rio Grande do Sul, que desejavam estabelecer-se nas terras devolutas arrendadas à empresa, Queiroz (1999) afirma:

> A Companhia opunha-se ao assentamento desses colonos, sob o pretexto de que eles lhe fariam concorrência na elaboração da erva, e para tentar afastá-los utilizava-se de variados expedientes, desde o seu poder político até a violência pura e simples (QUEIROZ, 1999, p. 383)[7].

Esses conflitos de interesses geraram cisões na política mato-grossense:

> Murtinho pleiteava o apoio que o governo deveria proporcionar à Empresa. Ele (Murtinho) pretendia obstacularizar a presença de colonos na região, através da criação de núcleos de resistência, através do estabelecimento de empresas inglesas que a Mate Laranjeira atrairia para a região. Tal situação provocou continuas discussões e cisões na política mato-grossense. A cisão política que a Companhia Mate Laranjeira provocou em Mato Grosso gerou diferenças ideológicas, das quais nasceu o Partido Republicano Mato-grossense. Seus membros consideravam que a Companhia Mate Laranjeira já era um Estado dentro de outro Estado (WACHOWICZ, 1982, p. 69)[8].

---

[5] ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra*: os trabalhadores da Mate Laranjeira. UEL: Londrina, 1997, p. 30.

[6] SILVA, Jovam Vilela. A multiface da Empresa Mate Laranjeira. *Coletâneas de nosso tempo*. Ano1I, nº1. Instituto de Ciências Humanas; Campus de Rondonópolis, 1997, p. 57.

[7] QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre dois mundos*: a EF. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918- 1956). São Paulo, 1999. 559 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, p. 383.

[8] WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Obrageros, mensus e colonos:* história do oeste paranaense. Ed. Vicentina. Curitiba,1982, p.69.

Barros relaciona as disputas entre membros da elite política mato-grossense com a questão do controle das terras devolutas, que, com a chegada da República, como foi dito, ficou a cargo do Estado. Barros esclarece:

> Emerge desse fato, também, a incessante luta das oligarquias regionais pelo controle do poder. Isso porque o domínio das estruturas políticas estaduais significava carta branca para regular as terras devolutas. Porém os assentamentos e/ou doações não dependiam somente do poder executivo; tinham de ser aprovados também pelo Poder Legislativo. Assim, para conseguir arrendamento e/ou doação de terras devolutas, era necessário muito prestígio político. Em alguns casos, inclusive da Matte Laranjeira, havia intercessão do Governo Federal para facilitar as concessões estaduais (BARROS, 1996, p. 99)[9]

Segundo a mesma autora, uma importante facção oligárquica de Mato Grosso, representada pelo "coronel" Generoso Ponce, opunha-se à Companhia e era favorável aos colonos (posseiros):

> o grupo oligárquico, representado por Generoso Ponce, atrelado à propriedade da terra e ao comércio, de onde emanava o poder político e econômico, via com bons olhos o assentamento de migrantes que, potencialmente, representaria maior número de consumidores para seus produtos (BARROS, 1996, p. 99)[10]

Virgílio Corrêa Filho refere-se aos vários embates entre as facções políticas favoráveis e contrárias aos interesses da Companhia. Um importante confronto ocorreu em 1907, quando a empresa pretendeu que a Assembléia Legislativa do Estado aprovasse, antecipadamente, a prorrogação de seu contrato de arrendamento (que venceria em 1916). Nessa época, o presidente do Estado era Generoso Ponce, e o presidente da Assembléia era Pedro Celestino Corrêa da Costa – ambos contrários às pretensões da Companhia. Desse modo, Manuel Murtinho enviou uma carta a Ponce, defendendo o ponto de vista da empresa, criticando os migrantes gaúchos e exigindo de Ponce e Corrêa da Costa o apoio ao pedido formulado. Para Murtinho, os gaúchos é que eram um problema, pois ameaçavam tornar-se "um Estado no Estado":

> Acresce que a proposta submetida pela referida empresa à deliberação da Assembléia, além de consultar altos interesses do Estado, tanto no presente, como no futuro, conforme exposição de motivos que acompanhou, ainda viria facilitar a solução de um temeroso problema, que não pode deixar de preocupar a alta administração do Estado. Aludo à imigração rio-grandense que, de dia a dia, vai-se avolumando e estendendo pelo sul do Estado, onde os adventícios tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade que encontram, o que faz prever que, dentro de mais

[9] BARROS, Iolanda M. Perin de. *D. Aquino*: política, violência e conciliação. Curitiba: renascer, 1996, p.99.
[10] BARROS, I. M. P. op. cit. p. 99.

> alguns anos, essa colônia dominará, pelo seu número e extensão, toda aquela região, constituindo por assim dizer, um estado no estado (apud CORRÊA FILHO, 1951,anexo B)[11].

Nesse texto está explícita a preocupação de Manuel Murtinho em assegurar o espaço territorial ocupado pela Empresa Matte, que ele considerava a única concessionária capaz de assegurar o desenvolvimento da região, bem como de manter a ordem, "já que se propunha custear uma força armada criada pelo Estado para operar o policiamento" na área ocupada pela mesma (apud CORRÊA FILHO, 1951, anexo B)[12].

Nessa ocasião, a empresa foi derrotada, pois seu pedido foi simplesmente arquivado pela Assembléia. No entanto, mais tarde, em 1912, ela voltaria a pleitear novas concessões, dando início a uma intensa discussão, na Assembléia e pela imprensa, a qual ficou conhecida como *Questão do Mate*. Nessa questão, foi decisiva a atuação de Pedro Celestino Corrêa da Costa, que liderou a reação às propostas da empresa e terminou por sair, com seu grupo, do partido dominante (Partido Republicano Conservador), fundando o já referido Partido Republicano Mato-Grossense. Devido à obstrução das sessões da Assembléia pelo grupo de Corrêa da Costa, a Companhia viu-se mais uma vez derrotada, sendo obrigada a desistir de sua petição (cf. CORRÊA FILHO, 1957, p. 65).[13]

Segundo o mesmo autor, toda essa discussão acabou levando a uma mudança de posição da maioria dos deputados, na legislatura seguinte, de modo que foi então aprovada com relação aos ervais, uma nova lei, que ia, em grande medida, contra os interesses da Companhia Mate Laranjeira: a Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915. De acordo com essa lei, a área a ser arrendada não poderia passar de 400 léguas quadradas (1.440.000 ha), e haveria uma concorrência para esse arrendamento. Além disso, era garantido o direito dos posseiros já estabelecidos nas áreas até então arrendadas pela empresa:

Na vigência da nova lei, a área de 400 léguas quadradas acabou sendo arrendada à própria Companhia (contrato assinado em 1916), mas, a partir de 1919, já começaram a ser expedidos títulos aos novos proprietários, conforme acima mencionado (cf. CORRÊA FILHO, 1925, p. 87-91)[14].

A partir de 1922, a presidência do Estado de Mato Grosso foi ocupada pelo já citado coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, que, como se pode verificar pelas obras consultadas, continuava a opor-se ao predomínio da Companhia na região dos ervais. Pode-se perceber que havia ainda muitos confrontos entre a empresa e os posseiros, tanto na

---

[11] CORRÊA FILHO, Virgílio.*Os Murtinhos*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1951, anexoB.
[12] CORRÊA FILHO, V.op. cit. anexo B.
[13] CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 62.
[14] CORRÊA FILHO, Virgílio. *A Sombra dos Hervais Mato-grossenses.* Ed. São Paulo, 1925. p. 87-91.

prática extrativista quanto na política de ocupação e titulação das terras devolutas. Os ânimos na fronteira se alteraram e, para conter possíveis conflitos, Pedro Celestino, em uma tentativa de apaziguamento, antes de tomar posse do cargo de presidente do Estado, reuniu-se com os principais chefes sulinos e coronéis ligados à sua corrente política, expressando-se, segundo o relato de um memorialista, nos seguintes termos:

> A vocês e outros companheiros que lutaram, sob a minha orientação, contra a Mate Laranjeira, eu devo esclarecer que no meu governo serei obrigado a respeitar o contrato existente e, também, quero participar a todos que a próxima reforma será inevitável, pois a Mate é uma potência dentro do estado, e fora dele [...]. Pretendo influenciar para que o novo contrato seja reduzido em área; devemos jogá-la para além do rio Amambai, região onde são mais intensos os ervais, libertando, desta maneira, o restante, para o povoamento e formações de posses [...]; nestas condições iremos compelir a Empresa Mate a voltar à posição de desbravadora, como já foi no tempo de Thomaz Laranjeira. Com o muito dinheiro que ela ganha, irá abrir novas estradas, construir pontes e, principalmente, estabelecer navegação nos afluentes do Alto Paraná [...]. Diante do exposto, peço a todos os companheiros e amigos, que daqui para frente, façam uma campanha mais branda e uma política adequada, se quiserem contar com o meu apoio (LIMA, 1978, p. 24)[15].

Desse modo, parece ficar claro que a origem da área que futuramente daria origem à Colônia Agrícola Municipal de Dourados insere-se numa estratégia de limitar os espaços da Companhia Mate Laranjeira. De fato, como já foi dito, por meio do Decreto nº 616, de 20 de janeiro de 1923, o então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, reservou 50.000 hectares de terra na região dos ervais, situada entre os rios Brilhante e Panambi, no então município de Ponta Porã, destinando essa área, segundo o referido Decreto, para a colonização.

Vale ressaltar que esse espaço destinado à colonização em 1923 fazia parte do território habitado primitivamente pelos índios, dos quais existe, ainda hoje, um grupo remanescente que habita a Aldeia Panambizinho, à margem do rio Panambi, sob a proteção do Governo Federal. Lenharo (1985) escreve que: “os índios que ocupavam e ainda ocupam a região foram aldeados pelo Decreto n º 401 de 03 de setembro de 1917”. Isso foi feito, segundo Regina H. Targa Moreira (1990), para diferenciar a terra do povoamento “branco”, por um lado, e a terra do índio, por outro. Essa área reservada para a colonização passou a integrar o município de Dourados, quando este foi desmembrado do município de Ponta Porã, em 1935.

[15] LIMA, Antúrio Monteiro. *Mato Grosso de outros tempos*: pioneiros e heróis. Ed. Soma Ltda. São Paulo, 1978, p. 24..

O Estado Novo, a "Marcha para Oeste" e o processo de colonização na região sul do antigo Mato Grosso

O período que se segue à chamada "Revolução de 30" trouxe, como se sabe, importantes mudanças na política e na economia brasileiras, as quais iriam repercutir bastante em Mato Grosso, especialmente em sua parte sul. Isso vai ocorrer principalmente após a implantação do Estado Novo, em 1937.

Com o Estado Novo (1937-1945), entre outras coisas, foi imposta uma nova Constituição, onde o Presidente da República tinha plenos poderes, total autoridade sobre a política interna e externa; os governadores dos Estados foram substituídos por interventores e foi instituída a censura total nos meios de comunicação, sendo criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), utilizado por Vargas para autopromover-se no sentido de seduzir a população do país na concretização de seus objetivos.

Um outro mecanismo de "convencimento" de que dispôs o Presidente foram os seus discursos, fundamentais para que a população do país sentisse menos a ausência do Congresso Nacional e do Poder Legislativo em geral, desativado pelo governo Oliveira (1999)[16]. Observe-se parte de um discurso de Vargas, onde se manifestava o desejo de "integralizar" o país:

> o país não é apenas uma aglomeração de indivíduos em um território, mas é, principalmente, uma unidade de raça, uma unidade de língua, uma unidade de pensamento. Para se atingir esse ideal supremo, é necessário, por conseguinte, que todos caminhem juntos em uma prodigiosa ascensão [...] para a prosperidade e para a grandeza do Brasil (apud WOLFE, 1994, p. 32)[17].

No campo econômico, foi estimulada a industrialização, bem como incentivada a expansão agrícola através de projetos de colonização, tendo como objetivos expandir, desenvolver e ocupar áreas de fronteira, aí incluída a região correspondente ao extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso. Trata-se da política conhecida como *Marcha para Oeste*, anunciada por Vargas no início de 1938, a qual "se desdobrou num esforço de 'nacionalização' das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e sobretudo com o Paraguai" .

---

[16] OLIVEIRA, Benicia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

[17] WOLF, Joel. "Pai dos pobres" ou mãe dos ricos"? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História*; Brasil1954-1964; ANPUH; Ed.Marco Zero; SCT, CNPq, FINEP: São Paulo, 1994. p.27-59.

Com relação a essa região, é importante salientar que as medidas do Estado Novo incidiram, especialmente, sobre a área até então ocupada pela Companhia Mate Laranjeira,

> haja vista a grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes – de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani. Além disso, importantes setores do Estado Novo varguista identificavam, na forte presença da Companhia Mate Laranjeira (que mantinha, ademais, fortes vínculos com a economia Argentina), um empecilho ao incremento do povoamento da região por contingentes nacionais (QUEIROZ, 2004, p. 30)[18].

Assim, sabe-se que o Estado Novo, por exemplo, recusou-se a renovar o contrato de arrendamento das áreas ervateiras pela Companhia, contrato esse que venceu em dezembro de 1937 (cabendo lembrar que, pela nova constituição, havia voltado para a União o controle sobre as terras devolutas). Além disso, houve "a imposição de taxas sobre a erva cancheada e o apoio aos produtores ervateiros independentes da empresa, com a criação do Instituto Nacional do Mate e de cooperativas de produtores" (QUEIROZ, 2004, p. 30)[19].

Outra importante medida foi a criação, em 1943, do Território Federal de Ponta Porã, entre outros que foram criados na mesma época. Esse território abrangia a parte mais meridional do antigo Estado de Mato Grosso (fronteira com o Paraguai), incluindo a região onde se encontrava a maior parte dos ervais, bem como a sede regional da Empresa Matte, região essa que passou a subordinar-se à União, ficando a área ocupada pela Companhia diretamente vinculada à fiscalização federal, permitindo ao governo atuar, com maior desenvoltura, na política de colonização, no sentido de, segundo o discurso oficial, ocupar, colonizar e proteger as áreas fronteiriças.

Em seu discurso o Presidente justificava a *Marcha para Oeste* e a criação do Território com essas palavras:

> Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais, para fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais sob a administração direta do Governo Federal. O programa de organização e desenvolvimento desse Território resume-se em poucas palavras. "Sanear, educar, povoar, eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais" (www.brasilnoar.com.Br/MT/mt_geografia3_marchal.asp – acesso em 17/08/2004).

[18]QUEIROZ, P. R. C. op. cit. p.30.
[19] QUEIROZ, P. R. C. op. cit. p.30.

A política varguista de povoamento e colonização deveria resultar numa base produtiva que atenderia o processo industrial que se intensificava nos grandes centros urbanos do país, na época. Para Vargas, havia necessidade de investir capitais para dinamizar o processo de crescimento das regiões até então pouco desenvolvidas, bem como "unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção tanto agrícola, quanto industrial" (LENHARO, 1985, p. 23)[20]. Para Lenharo (1985), o Estado Novo desafiava a si próprio com essa proposta. Continuando, o autor usa partes de um texto de Nelson Werneck Sodré, para explicar a que viera o Estado Novo:

> Para orientar economicamente o país, neutralizar "os efeitos dissociadores", afastar os "problemas secundários", limpando o caminho principal da integração das ilhas econômicas, através do alargamento do mercado interno. O Estado Novo viera para ampliar a diversificação da produção, agrupar os núcleos econômicos através de um sistema de transporte e, desta forma, assegurar um "poderoso vigamento à unidade nacional" (LENHARO, 1985, p. 26)[21].

Uma das ações que deram início a esse processo foi a constituição das Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-lei 3.059, de 14 de fevereiro de 1941), que foi promovida pelo Governo Federal em colaboração com os governos estaduais e municipais, por intermédio do Ministério da Agricultura. Objetivava-se, com isso, receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros pobres, desde que tivessem aptidão para o trabalho na lavoura. Como parte integrante desse projeto, estava a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada pelo Decreto Lei n. º 5.941, de 28 de outubro de 1943, porém só instituída em 1º de janeiro de 1944. A respeito da CAND, Lenharo (1985) escreve que o regime varguista ambicionava,

> no caso particular de Mato Grosso, a liberação de uma vasta frente agrícola com o afastamento da Matte, introduzia um processo de colonização capitaneado pela pequena propriedade voltada para o mercado interno e cujo sistema de produção, diretamente vinculado ao governo federal, passaria necessariamente por uma ordem cooperativa da organização do trabalho (LENHARO, 1985, p. 66-67)[22].

Benicia Couto de Oliveira (1999) discute também o processo de criação da CAND, o processo de colonização, e fala sobre os mecanismos utilizados pelo Governo Vargas para atrair os trabalhadores rurais sem-terra, no sentido de marchar para oeste e ocupar os espaços ditos "vazios". Continuando, ela ressalta:

---

[20] LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil, nordeste e centro-oeste*. Campinas Ed. UNICAMP. 1985, p. 26.
[21] LENHARO, A. op. cit. p.26.
[22] LENHARO, A. op. cit. p.66-67.

> Um dos atrativos fundamentais, como mecanismo para atrair colonos para o projeto colonizador no sul de Mato Grosso, foi a distribuição gratuita de terras a trabalhadores rurais sem-terra e reconhecidamente pobres. A proposta era atrativa para quem sonhava em adquirir um pedaço de chão como meio de trabalho e sustento da família. Entretanto, a propaganda foi intensificada através da campanha Marcha para Oeste, visando garantir o sucesso na ocupação dos espaços geográficos (OLIVEIRA, 1999, p. 132)[23].

Além do mecanismo citado por Oliveira, outras formas de atrair os migrantes foram utilizadas, segundo a mesma autora, para garantir o sucesso do projeto colonizador, entre elas, intensa propaganda através dos meios de comunicação, como o rádio, que divulgava a criação das colônias. Os critérios para a aquisição da terra eram: ser maior de 18 anos, pobre e sem propriedades rurais, ter uma certa familiaridade com a agricultura.

Podemos observar que a política de colonização do Estado Novo – onde Vargas, em seu discurso ideológico, convida a população, via campanha da *Marcha para Oeste*, à unificação das fronteiras do país, através da fixação do homem ao campo, em regime de pequenas propriedades – era associada, segundo Lenharo, ao desenvolvimento industrial que aflorava nos centros mercantis do país: "a afirmação da pequena propriedade como requisito de desenvolvimento industrial é discurso corrente do próprio Vargas" (LENHARO, 1985, p. 16)[24].

Um outro aspecto explicitado por Lenharo vinculado a política do Estado Novo, é que ela visava inicialmente, mapear o país no sentido de dar-lhe um novo contorno, redefinindo o regime político e *uma nova ordem social,* desenvolvida através do projeto *Marcha para Oeste*, que tinha como objetivo despertar no povo brasileiro um clima de emoção nacional, criar um clima de pertencimento, de forma que os indivíduos se envolvessem, caminhando na mesma direção e se sentissem responsáveis pela construção da nação.

Uma outra questão é discutida por Alcir Lenharo (1985), e que está relacionada às operações de disciplinamento sobre o trabalhador rural (que não foi beneficiado com a legislação trabalhista criada no país na época). Lenharo faz considerações sobre a política do Governo Vargas com relação ao trabalhador rural, a qual, segundo o autor, pretendia

> Segurá-lo na terra, como objeto de ganância dos proprietários; arrancá-lo de seu meio, para esvaziar a tensão social, quando isso se fazia necessário; orientar os fluxos migratórios, com finalidades políticas; impedir o livre movimento dos sem-terras, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima de tudo criar o novo trabalhador brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado [...] sua ocupação procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de

[23] OLIVEIRA, B. C. op. cit. p. 132.
[24] LENHARO, A. op. cit.p. 16.

> métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente (LENHARO, 1985, p. 14-18)[25].

Lenharo expõe ainda qual seria a estratégia implícita nas políticas do Estado Novo com relação ao campo. Segundo a visão do regime, diz o autor,

> [...] aos poucos veríamos desaparecer os tratos incultos e latifundiários, substituídos pela pequena propriedade [...] armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo que ela, lentamente, corroesse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia (LENHARO, 1985, p. 21)[26].

Na verdade Vargas fechou o cerco não aos latifundiários mas aos trabalhadores, considerados como excedente de mão-de-obra, os quais formavam "área de tensão social" se agrupando em determinadas regiões, conduzindo ao inchamento de centros urbanos, ou na tentativa de se apossarem de um pedaço de terra quando se deslocavam para área rural.

A partir dessa política do Estado Novo, abrem-se, no sul do antigo Estado de Mato Grosso, oportunidades para a vinda de levas migratórias, que se deslocavam de vários pontos do país, denominadas por Gressler e Swensson (1988) como "poderosa corrente povoadora", de modo que essa região "passa a comportar-se como uma frente pioneira". Entre os fatores responsáveis por esse processo, os autores citados incluem:

> a) desenvolvimento do sistema viário; b) fortalecimento de um mercado consumidor na região sudeste; c) extravasamento da lavoura cafeeira de São Paulo; d) valorização crescente das terras rurais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul; e) adoção de uma política de colonização por parte do governo ou ainda de iniciativa particular (GRESSLER E SWENSSON, 1988, p. 31)[27].

Os migrantes que aqui chegaram eram de diferentes regiões do país, entre elas a corrente migratória nordestina, que foi empurrada pela concentração crescente da posse da terra no Nordeste e puxada pela industrialização mais intensa do Sul-Sudeste. A vertente migratória que veio em direção ao Centro-Oeste foi atraída pelos imensos espaços "vazios" para expandir a fronteira agrícola, motivados pelos sonhos de terem seu pedaço de terra, e alguns autores fazem referências às suas práticas agrícolas:

> Os agricultores que aqui chegaram nesta leva migratória, não vieram diretamente do nordeste. Ao contrário, um bom número deles

[25] LENHARO, A. op. cit. p. 14 -18.
[26] LENHAR, A. op.cit. p. 21.
[27] GRESSLER, Lori. ; SWENSSON, Lauro J. *Aspecto histórico do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul.* Dourados Dag. 1988, p.31.

> chegaram a Mato Grosso após uma longa estadia no Estado de São Paulo. Agricultores estes originários de regiões de cafeicultura, onde adotaram naturalmente o café como planta comercial desde a sua chegada a esta região (PEBAYLE e KOECHLIN, 1981, p. 23)[28].

Desse modo, pode-se dizer que a implantação da CAND,

> que adquire maior efetividade a partir de fins da década de 40, contribuiu decisivamente no sentido de atrair para a região consideráveis contingentes populacionais. A iniciativa do governo federal foi logo secundada por outras, em todo o SMT, por parte do governo estadual, de companhias particulares e até mesmo de governos municipais, e assim, ao longo das décadas de 50 e 60, multiplicam-se no SMT as colônias agrícolas – multiplicando-se, no mesmo passo, a produção agrícola (café e gêneros alimentícios ou matérias-primas como arroz, feijão, milho, algodão e amendoim) [QUEIROZ, 2004, p. 30-31][29].

Uma dessas inúmeras colônias acima mencionadas foi a *Colônia Municipal de Dourados*, que constitui o objeto desta pesquisa.

[28] PEBAYLE, Raymond, KOECHLIN, Jean. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul:* abordagem geográfica e ecológica, espaço e conjuntura. São Paulo: USP, 1981, p.23.
[29] QUEIROZ, P. R. C. op. cit. p.30-31.

O MÍSTICO E O SAGRADO DA FÉ CATÓLICA NA TERRITORIALIDADE URBANA DE CAMPO GRANDE - MS

Maria Augusta de Castilho[i] - UCDB
Cleonice Alexandre Le Bourlegat[ii] - UCDB-

O presente estudo visa resgatar a memória e a imagem do sagrado e do místico da fé católica a partir do mapeamento espacial, com a reconstrução histórica dos santuários, paróquias e capelas, na territorialidade urbana de Campo Grande.

A abordagem teórica metodológica toma como referência: a religião, a identidade, a territorialidade, os espaços místicos e sagrados da fé católica destacando o valor simbólico do exercício da fé, com foco especial nas devoções populares. O esforço da pesquisa, por meio de uma metodologia de análise integrada, é o de interpretar a religiosidade em seu contexto territorial, buscando apreender as identidades coletivas e a dinâmica do místico e do sagrado como propriedades dessas identidades. As fontes que viabilizaram a pesquisa (arquivos, jornais, leituras bibliográficas, fotos, visitas, entrevistas, observação participante em cerimônias religiosas) são interpretadas à luz das categorias da religiosidade, identidade e territorialidade do sagrado, numa tentativa de desvendamento das lógicas induzem o movimento dessa realidade. As alternativas do estudo, em fase conclusiva, apontam para o resgate da história, por meio da imagem e mapeamento do sagrado da fé católica em Campo Grande e devem resultar em um roteiro de atividades místicas e sagradas, bem como em um calendário de festas sacras para o município local.

O estudo da religiosidade é um meio para se compreender a condição humana, enquanto que a prática religiosa, pela multiplicidade das formas que apresenta, em um país de forte inspiração católica, contribui para ampliar essa compreensão, especialmente se analisada em seus contextos territoriais específicos. A vida de uma coletividade envolve crenças que se revelam nas condutas e se materializam nas formas espaciais do cotidiano vivido, o que inclui a valorização, não só da dimensão simbólica – significativa dessas condutas, como também da dimensão material, reveladora dessas crenças e condutas.

A experiência religiosa, mesmo sendo subjetiva, contribui para a vida social, na medida em que motiva atitudes e comportamentos coletivos referentes ao sagrado, as formas espaciais resultantes exercem influência sobre a vida cotidiana da sociedade. Dada a complexidade com que esse fenômeno se reveste, torna-se significativa a abordagem multidisciplinar[iii]. A paisagem do sagrado com uma conexão de ligação com a religião é a expressão observável, pelos sentidos da lógica estabelecida pelas crenças e manifestada nas ações do devoto, nos lugares sagrados. Através da paisagem é possível resgatar os significados da prática de um culto religioso que impõe sua marca no espaço-tempo, e avaliar a força de impacto da espiritualidade na vida das pessoas e da paisagem e, como também observar e interpretar os efeitos dialéticos da materialidade construída sob a vida espiritual dos devotos.

A cidade de Campo Grande, contexto territorial no qual esse estudo se desenvolve, nasceu praticamente da promessa que seu fundador – José Antônio Pereira - fez a Santo Antônio. Por meio de relatos documentados, logo após o fim da Guerra do Paraguai, sabe-se que o pedido feito ao seu santo de devoção, às margens do rio Paranaíba, foi pela cura de um mal epidêmico que acometeu as 62 pessoas de sua família, em comitiva de viagem de Monte Alegre, para as novas terras de Campo Grande. José Antonio Pereira era considerado benzedor. Santo Antônio, de origem portuguesa, estava entre os santos de maior devoção popular dos mineiros do Brasil colonial, incluindo as antigas áreas de mineração das Minas Gerais, por influência bandeirante e dos jesuítas, servindo de refúgio a quem sofria desenganos, perdia parentes ou necessitava de alívio. Sua imagem era, costumeiramente, carregada pelos viajantes, em pequenos oratórios de madeira (os chamados “práticos”), sobre o lombo do burro.

Pelo relato, o pagamento da promessa deu-se com a construção da capela e a festa de inauguração em homenagem ao santo, no novo local de moradia, iniciada em 1876. Construída no topo mais elevado entre os dois córregos formadores do rio Anhanduí, seguindo as normas eclesiásticas, a capelinha foi inaugurada no dia do santo, 13 de junho

de 1877, feita em taipa e cobertura de palha, a ela acoplada um sino improvisado de ferro batido.

O reconhecimento oficial da capela pela igreja, ocorreu no ano seguinte, 1878, com a celebração da primeira missa e a bênção da imagem do santo pelo pároco da localidade vizinha de Miranda – Julião de Urquiza. Em 1886, foi possível a criação do povoado, após a doação oficial das terras feitas a Santo Antônio, sob forma de patrimônio religioso, feita pelo proprietário da fazenda Lajeado, da qual a capela fazia parte.

A capelinha e os dois córregos formadores do rio Anhanduí (Segredo e Prosa) constituíram, inicialmente, os elementos principais de estruturação do espaço social em construção. Os novos sinos no alto da torre, adquiridos em 1888, transformaram-se no principal meio de comunicação para acontecimentos importantes, estreitando os elos na coletividade. Além disso, conferia ritmo ao movimento da pequena coletividade, funcionando como marcador de horas. Esse espaço do sagrado resultou do sentimento da religiosidade popular mineira, mas uma vez construído, se fez presente e contribuiu na preservação do espírito religioso e na ordem espacial daquele povoado.

Entretanto, o governo republicano alterou esses princípios religiosos na estruturação urbana, em benefício de uma ordem laica. Em 1889, Campo Grande foi elevada à condição de vila e em 1909, impô-se o novo traçado urbano, feito de arruamentos regulares e ortogonais, expressão da nova racionalidade republicana de inspiração positivista. Fora do alinhamento desse plano, a capela teve que ser demolida e re-posicionada. O projeto de reconstrução incluiu a transformação da capela em igreja matriz, como sede da paróquia, oficializada em 1912. Junto, emergiu a polêmica sobre a inclusão de Nossa Senhora da Abadia, como padroeira. Essa devoção de origem portuguesa havia atingido o Triângulo Mineiro desde o século XVIII, fazendo-se presente em Campo Grande, através da população mineira e dos fortes contatos comerciais mantidos com aquela região. Por outro lado, diante da inovação nos meios de transporte (ferroviário e rodoviário), redirecionando fluxos, o centro urbano de maior vitalidade, acabou deslocando-se sem levar consigo o templo religioso. Elevada à condição de cidade em 1918, Campo Grande tornou-se sede de

bispado, em 1957 e, em 1978, sede da arquidiocese. Mantida no local de origem, em outubro de 1991, após nova reforma, a catedral de Santo Antônio e Nossa Senhora da Abadia pôde ser re-inaugurada pelo papa, durante sua visita à cidade.

O espaço do sagrado em Campo Grande foi sendo tecido nesse embate entre o Estado laico e a Igreja Católica, sob influência da cultura mineira, ao mesmo tempo, combinando-se àquelas dos novos colonizadores vindos de outros Estados e de países fronteiriços. A prática da religiosidade leiga sempre esteve presente nessa teia de relações, visível através dos santuários e centros de devoção popular, incorporados, pouco a pouco, à ordem eclesiástica, no contexto da romanização da Igreja. As ordens religiosas que se fizeram presentes na cidade também tiveram influência nas novas devoções.

A ordem interna estabelecida pela Igreja na cidade de Campo Grande constitui-se, hoje, de 23 paróquias, mais de 50 capelas, além de dois santuários. Os diversos nomes de santos/santas atribuídos às capelas revelam a trajetória de mudanças na história eclesiástica local e o novo conteúdo sócio-econômico da cidade.

O santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro emergiu da prática religiosa coletiva, sob a influência de missionários redentoristas, enquanto o santuário de São Judas Tadeu, um santo de devoção alemã e francesa do século XVIII, que adentrou e se disseminou rapidamente no Brasil desde o início do século XX, para causas desesperadas e de soluções perdidas, surgiu nos anos 80, período de entrada migratória mais significativa.

No santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a oposição entre sagrado e profano já pode ser identificada entre o espaço interno e externo ao templo. O espaço interno, utilizado exclusivamente para prática religiosa (novenas, orações e promessas), opõe-se ao entorno imediato, no qual se encontram as barracas de comércio dos instrumentos dessa prática (imagens, terços, velas, estampas, água para ser benta), como também de carrinhos de pipoca, algodão-doce, doces, salgados etc.. É aí que ocorrem as conversas informais e formas de lazer. Nesse conjunto, ainda que as funções de cada espaço sejam articuladas pela prática de devoção ao santo, os espaços e ações destinadas a cada função, não se misturam. Já no santuário São Judas, embora atraia muitos

peregrinos, nele ainda não se observa contraste significativo entre o sagrado e do profano, a não ser o canto reservado às festas e almoços beneficentes em prol do templo, por iniciativa dos devotos.

Nesse contexto urbano, também se manifestam experiências místicas, como expressão do espírito religioso, sacralizando espaços. São formas de devoção, cuja resolução de problemas cotidianos tem primazia sobre a salvação da alma. As graças são obtidas por meio de promessas e compensadas com romarias, festejos, procissões, dádivas ou sacrifícios.

As duas as santinhas identificadas como objeto de devoção popular são Fátima e Carminha de Cássia, às quais se atribuem milagres. A religiosidade popular manifesta-se pela fé na santificação dessas duas crianças, obtida por meio do sofrimento, portanto, sem base racional, como mito, reservando-se a elas um lugar sagrado para o exercício da devoção. O poder simbólico atribuído é invisível e quase mágico[iv], de caráter subjetivo. Os fatos são identificados como mistério e cumprem a função de propiciar a participação no universo divino, através da obtenção de graças e favores em troca de devoção.

A experiência mística com Fátima Aparecida Vieira ocorre no cemitério Santo Amaro (quadra 40, lote 32) em Campo Grande-MS, para onde os devotos se dirigem, na expectativa de receber graças e se possível milagres. Já, no caso, da Carminha de Cássia, os peregrinos se dirigem a uma capelinha, pintada de amarelo e azul e cercada de grade, situada no centro da cidade, em um local próximo à Estação Rodoviária. Nos dois espaços é comum os peregrinos deixarem objetos de agradecimento pela graça recebida: velas, muletas, presentes, orações etc...

A história de Fátima foi relatada pela própria mãe, Nair Maria Vieira. A santinha, nascida em Campo Grande, em 08 de dezembro de 1971, foi protagonista de um episódio, no dia 21 de maio de 1979, às 8 h 30', marcado na memória coletiva de populares. Devota de Nossa Senhora Aparecida, ela acendeu a vela, pedindo ajuda para a prova escolar. Acometida pelo acidente com a vela e sentindo o fogo lhe queimar, sentiu-se culpada por não ter atendido à sugestão da mãe para esperá-la sair do banho, receosa que estava do

perigo do manuseio com o fogo, e ainda de ter trancado a porta para não ser interrompida, motivo que a levou a murmurar de joelho por três vezes: “perdão papai do céu, perdão mãezinha!”. A mãe só pôde acudi-la, quando ela conseguiu passar a chave por baixo da porta e afirma ter sido consolada pela filha, nos piores momentos de desespero vividos por aquela situação, que atribuía o fato à vontade de Deus. Emocionada, Nair confirma que o fogo não queimou nada dentro do quarto, a não ser a menina. No hospital, Fátima veio a falecer, sendo sepultada no dia 24 de maio de 1979. Segundo relatos, sob a capela em que ela foi enterrada, mina água com poder de cura, atraindo um grande número de devotos. Foram várias as pessoas que afirmam ter recebido graças sob a proteção de Fátima, como é o caso da uma surda que passou a ouvir; da uma professora que viu a menina e depois a reconheceu na foto do túmulo; ou da uma mulher estéril conseguiu dar à luz a um menino depois de rezar para Fátima.

O relato sobre Carminha de Cássia tem referência no valor moral e religioso. Morta por abuso sexual, o autor do crime que mantinha relações de amizade e compadrio coma família, acabou sendo linchado por populares. O episódio, cuja data não se pôde precisar, permanece na memória dos moradores, passada por tradição oral, embora sua santidade não seja reconhecida pela Igreja. A capela foi construída por um devoto, Ronaldo proprietário de uma garagem de carros e os moradores nem sabem mais ao certo quem doou o terreno.

Outra manifestação religiosa, que ganhou forma concreta de espaço do sagrado na cidade, é a Capela Divino Espírito Santo, vinculada à Paróquia Cristo Redentor, que emergiu da experiência mística de Geralda Luiza das Chagas, em sua residência, no bairro periférico de Guanandy (Rua Jorge Ward, 219). Adepta de Nossa Senhora das Graças, Geralda reproduziu no quintal, o objeto de suas visões, ou seja, a capela com a imagem de Nossa Senhora sobre uma gruta. No mesmo ambiente, encontram-se ainda imagens de São Judas, São Geraldo, Nossa Senhora Aparecida, São João Batista, Santo Expedito, Jesus na cruz, da mesma forma, fruto das visões da mística. Segundo ela, a a preocupação é a de propiciar à comunidade, a vivência de um catolicismo coeso. Mostra

disso são as várias garrafas com água, existentes ao pé do altar para serem distribuídas aos visitantes que as solicitam para suas necessidades. Ao redor também são encontrados objetos, como forma de agradecimento às graças recebidas.

A festa religiosa de destaque, organizada pela mística Geralda, é realizada no mês de junho, no dia de Corpus Christi. Inicia-se com a celebração de uma missa campal, seguida de uma procissão com trajeto pré-estabelecido. Da celebração participam o bispo diocesano, padres de várias paróquias, ocasião em que todos os santos da capela são colocados em andores, levados por membros da comunidade, de forma respeitosa e alegre. Cânticos são entoados pela comunidade local durante todo o trajeto religioso. No encerramento, são servidos doces, bolos, salgados, oferecidos gratuitamente pelos membros da comunidade local sob a coordenação da organizadora da festa.

A experiência mística de Geralda revela um desejo de tornar o divino (Deus e os santos) mais próximo da vida cotidiana. Nessa relação com o sagrado, as solicitações de bens e vantagens concretas do mundo vivido ganham primazia em relação à salvação da alma. O estado de êxtase experimentado na relação com o divino caracteriza o sobrenatural e o transcendente como um meio de se estabelecer harmonia com o mistério. Segundo relata a mística, essa sensação perturba e seduz, arrasta e fascina. Seu mundo sagrado é percebido como um mundo de energia, voltado para o bem, sempre eliminando o mal, pois no dizer de Geralda: “Deus, Nossa Senhora e os santos tocam o interior das pessoas até à alma, despindo-as de todas as intenções de maldade e intensificando o amor ao próximo e a compreensão entre os seres humanos. ”

Outra forma de manifestação da religiosidade popular, nas áreas periféricas da cidade, pode ser observada entre comunidades de origem paraguaia, adeptas de Nossa Senhora de Caacupé – Padroeira do Paraguai. Através dos relatos de integrantes da comunidade de devotos da vila Sobrinho (Rua Ricardo Franco nº 1115), foi possível caracterizar uma das formas dessa sacralização no espaço particular de moradia. São os casos de Aurélia Gomes Novaes, que construiu uma gruta a Nossa Senhora de Caacupé em sua residência, para quem oferece anualmente uma festa (dias 30/11/a 08/12), como

pagamento de uma promessa, em agradecimento pelas graças recebidas. Da cerimônia, como se pôde avaliar,participa um padre de origem paraguaia, Theodoro Benitez, coordenador das atividades religiosas dos paraguaios em Campo Grande. O ritual de homenagem é acompanhado de músicas tocadas ao violão, com dançarinas em trajes típicos e coloridos, equilibrando um vaso de flores na cabeça. Ao ser entrevistada a bailarina Vitória Morilha Ferreira[v] afirmou – "danço porque Deus quer!"

Lídia Ferreira de Ortiz[vi], presente na festa, também afirmou ter em sua residência um local sagrado de orações para sua santa protetora - Nossa Senhora de Caacupé.

O exposto permite inferir a respeito do papel holístico e integrador que o sentimento e o comportamento religioso exercem nas coletividades, na medida em que atribuem coerência e significado ao mundo e àqueles que o integram. Aparecem como elementos de coesão na construção das relações sociais, fortalecem e emponderam coletividades.

As experiências relatadas, os escritos de místicos e as formas construídas, tomadas nos espaço de vivência cotidiana dos adeptos permitem conhecer as experiências de devoções populares, além de revelar a presença autêntica e real, de intuições, imagens, representações e manifestações demonstradas pelas pessoas, em seu contexto cultural específico, influenciando e recebendo influências do inconsciente pessoal e coletivo[vii].

Em um espaço globalizado com predominância da ciência e da razão, os impulsos religiosos e crenças místicas tendem a se disseminar de forma cada vez ampla e profunda. A religião atenua o terror diante da finitude da vida e impõe obediência a valores morais vitais para a sobrevivência humana. O sagrado existe por si só e as religiões são respostas a essa existência. Os homens não criam nada nesse campo e as manifestações religiosas, mesmo moldadas pelo filtro da cultura, passam a ser uma simples reação a uma dimensão que já existe. A religiosidade, concebida como um fenômeno próprio da condição humana manifesta-se como pensamento intuitivo, especialmente em momentos de ameaça à integridade do ser, contribuindo para a manutenção da vida.

[i] Doutora em História Social/USP - Professora da Universidade Católica Dom Bosco
[ii] Doutora em geografia – UNESP/Presidente Prudente - Professora da Universidade Católica Dom Bosco
[iii] A equipe de pesquisadores e auxiliares de pesquisa pertencem à áreas diversificadas, a saber: geografia, história, sociologia, arquitetura, jornalismo, turismo, filosofia e letras.
[iv] MELO, Jayro G. *Espiral do espaço*. Presidente Prudente: Gasperr, 2003, p. 46.
[v] Residente à Rua Japá, 73 – Bairro Moreninha III – Campo Grande/MS.
[vi] Residente à Av. Manoel Joaquim de Moraes, 178 – Vila Jussara – Campo Grande/MS
[vii] AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário histórico de religiões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p 62.

As políticas educacionais do governo de Augusto Simões Lopes e a instrução pública como marketing (Pelotas/1924-28)[i]

Maria Augusta Martiarena de Oliveira[ii] - PPG-UFPel

Elomar Antonio Callegaro Tambara[iii]- UFPel

Introdução

O presente artigo refere-se à forma como Augusto Simões Lopes, intendente da cidade de Pelotas, de 1924 a 1928, pelo Partido Republicano Rio-Grandense, utilizou-se da imprensa republicana de Pelotas, para consagrar-se como um grande benemérito da educação.

Para tanto, optou-se por apresentar, primeiramente, as fontes utilizadas nesse artigo, para, posteriormente, apresentar um pouco do discurso de Augusto Simões Lopes, apontando as ideologias que nortearam o seu pensamento. Em seguida, apresenta-se um resumo das medidas tomadas durante o seu governo, comparando-as com as de governos anteriores. Por fim, aborda-se a forma como a imprensa republicana atuou na consolidação da propaganda governista de Simões Lopes.

Para a confecção deste, utilizou-se o jornal Diário Popular (órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense), a Opinião Pública (na época esse jornal encontrava-se sobre direção republicana) e o Libertador (órgão oficial da Aliança Libertadora). Além desses, contou-se com o Almanach de Pelotas, cujo editor era membro do Partido Republicano Rio-Grandense, com os Relatórios Intendenciais do governo de Augusto Simões Lopes e com o Relatório Intendencial de 1912, do governo de Cypriano Barcellos.

O Discurso construído por Augusto Simões Lopes

De acordo com Corsetti (1998), a expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo e a modificação curricular e programática, representaram os aspectos progressistas da ação republicana, fundamento de um ufanismo que transbordou das falas governamentais como até então não se havia visto no Rio Grande do Sul. Segundo a

autora: *"hábeis no discurso, os governantes gaúchos foram excelentes propagandistas de seus próprios feitos"*, (Corsetti, 1998, p.74).

Sobre as questões educacionais, diversos autores demonstram a preocupação presente entre os intelectuais da época, com o número bastante significativo de analfabetos no Brasil. Augusto Simões Lopes, em seus relatórios, apresentou interesse em desenvolver o ensino, notadamente o primário, afirmando estar nesse a melhor forma de acabar com o problema do analfabetismo. Segundo o intendente: *"Organizar a educação, é para o mundo hodierno o problema central em torno do qual gravitam os demais nos paizes de vida regular pelos interesses sociaes mais relevantes"*, (Relatório Intendencial, 1927).

Cabe, neste momento, identificar os teóricos que nortearam o pensamento de Augusto Simões Lopes. Em seus relatórios dois nomes foram repetitivamente citados: Horace Mann e Paul Fauconnet. O primeiro foi Secretário de Educação em Massachusetts e é considerado o "pai da educação americana" (ou melhor da educação pública). Como Secretário de Educação, cargo que ocupou a partir de 1837, Mann dedicou-se à criação de escolas públicas livres e não-sectarias, além de estabelecer cursos para o treinamento de professores. Durante os seus anos como Secretário de Educação, Mann publicou doze relatórios anuais sobre aspectos de seu trabalho, traçando a relação que acreditava existir entre educação, liberdade e o governo Republicano. Mann quis uma escola que estivesse disponível igualmente para todos, na qual a "social harmony" seria a meta primeira da escola. Ele acreditava que uma escola comum seria o "grande igualador". Sobre Mann, apontou Simões Lopes:

> Alicerçava-se a democracia americana nos solidos fundamentos da educação popular.
> Houve ali um homem, um Messias de bendicta actuação, agitador da consciencia publica, infatigavel visionario do futuro soberbo grandioso de sua patria.
> Foi Horace Man.
> Um nome que equivale por um movimento, o de mais larga projecção na vida de seu paiz, que exprime uma cruzada salvadora digna de repetir-se em todos os povos, campeão denodado da educação, ponto humano de partida para a nova phase de renovação e de realização que empolgou os Estados Unidos, levantando o nivel da sua mentalidade creando-lhe os esteios mais firmes da sua riqueza fomentando a edade de ouro de sua vida nacional, (Relatório, 1927, p.214).

O segundo foi um sociólogo francês que trabalhou em conjunto com Émile Durkheim. Em sendo um discípulo deste, Fauconnet é considerado um dos mais conhecidos

sociólogos do positivismo francês. Durkheim dedicou-se tanto à sociologia quanto à pedagogia. Na faculdade de Letras, em Bordéus, de 1887 a 1902, deu semanalmente, sem interrupção, uma hora de aula de pedagogia, e os seus ouvintes eram, em sua grande maioria, professores primários. Na Sorbonne, onde trabalhou juntamente com Fauconnet, foi professor na cadeira de Ciência da Educação. Fauconnet prefaciou um dos livros de Durkheim, intitulado "Sociologia e Educação", obra que sintetiza muito bem o pensamento funcional positivista sobre a educação. Augusto Simões Lopes referiu-se a Fauconnet, principalmente em relação à escola primária, como se pode perceber com base na citação a seguir:

> Ainda ha pouco focando com a sua peculiar maestria os "problemas educativos" numa serie de conferencias no Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura[iv], o eminente prof. Fauconnet analysou as ascendencia ascentuada que vae tomando o ensino primario entre os outros gráos de ensino, registrando então com exacta propriedade a funcção deste na democratização dos povos.
> Recordou o illustre cathedractico da Surbonne os diversos estagios desta evolução, ensinando que é incontroverso em nossos dias o papel relevante distribuido ao ensino primário, (Idem, p.215).

As influências teóricas de Simões Lopes, portanto, apontam para pensadores muito mais relacionados ao pensamento de seu partido (PRR), que estava vinculado ao positivismo. De acordo com Durkheim, os sistemas de educação dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado das indústrias, etc. O indivíduo não se encontra em face de uma tabula rasa, sobre a qual poderia edificar o que quisesse, mas diante de realidades que não podem ser criadas, destruídas ou transformadas à vontade, ou seja, uma estrutura já formada que vai influenciar no tipo de educação existente na sociedade.

Conforme Gadotti (1999), o positivismo que acreditava na obtenção do progresso através da ordem e que a pior ordem é melhor do que qualquer desordem, tornou-se uma ideologia da ordem, da resignação e da estagnação social. A influência da estrutura social já formada no que tange a educação realmente existe, porém, enquanto outras teorias buscavam romper com o seu caráter elitista, o positivismo esforçou-se em mantê-lo.

Com base no que foi apontado, percebe-se que as ideologias que permearam a atuação de Augusto Simões Lopes possuíam um caráter bastante conservador, de

manutenção da ordem social e do controle através da educação. O positivismo esteve muito presente entre os intendentes de Pelotas, não só Augusto Simões Lopes, vinculado à forte influência que o Partido Republicano Rio-Grandense exerceu no governo municipal.

As medidas referentes à "Instrucção" tomadas durante o governo Simões Lopes

Na gestão de Augusto Simões Lopes, vários temas que eram trabalhados em conjunto, ganharam "directorias" específicas, como foi o caso da instrução e das obras e saneamento. O seu governo, no que tange à educação, caracterizou-se pela criação da "5.ª Directoria" ("Directoria da Instrucção"), pela criação de várias escolas e pela confecção do "Regulamento da Instrucção". A pesquisa em jornais da época, como o Diário Popular, a Opinião Pública e o Libertador, no Almanach de Pelotas e em Relatórios Intendenciais, levou-nos a questionar a originalidade das medidas tomadas durante esse governo, chegando-se à conclusão de que o papel da imprensa republicana foi fundamental para que Augusto Simões Lopes fosse consagrado o "benemérito da educação" em Pelotas.

Várias idéias que o intendente apresentou como novidades já haviam sido citadas por seus antecessores, que as aplicaram ou não. A educação foi citada como um dos esteios do governo do antecessor imediato de Augusto Simões Lopes, Pedro Luis Osório, conforme foi apontado anteriormente, que iniciou a série de criação de escolas, sendo que algumas construídas com o intuito de serem escolas (a maior parte era prédios adaptados para isso). Sobre Pedro Luis Osório, o Almanach afirmou: *"cumpre ressaltar as suas preoccupações maximas no governo, e as quaes foram a Instrucção, a Hygiene e a Viação, aquella syntetisada na creação de numerosos collegios, quase todos dotados de edifícios próprios, (...)"*, (Almanach de Pelotas, 1925, p.258). No seu governo, de acordo com a Almanach de 1925, foram construídas as escolas João Affonso e Carlos Laquintinie, foi reconstruída a Escola dr. Gervasio Pereira e criadas 14 aulas municipais. Logo, ao comparar o número de escolas criadas por Pedro Luís Osório e com o número de escolas criadas por Augusto Simões Lopes, percebe-se que não existe uma diferença muito grande entre eles (somando-se todas as aulas e escolas, o primeiro teria criado 17 e o segundo 20).

Verifica-se, portanto, que o discurso da luta contra o analfabetismo está presente entre os intendentes republicanos de Pelotas, não sendo privilégio do governo de Augusto Simões Lopes. Com relação ao "Regulamento da Instrucção", pode-se dizer que, Augusto Simões Lopes teve o mérito de sistematizar e organizar o sistema municipal de educação que, por circunstâncias que envolviam o estado, foi obrigado a desenvolver-se.

De acordo com Tambara (1995), em princípio, a política da administração castilhista era exercer um efetivo processo de controle administrativo-pedagogico nesta área, o que não implicou uma atuação mais incisiva no sentido de o próprio governo encarregar-se de ministrar o ensino, mas sim, de apenas garantir uma supervisão método-ideológica sobre o ensino, como preceituava o paradigma positivista. Porém, devido à necessidade de incrementar o ensino em língua nacional, que serviu de respaldo ideológico à política de subvenção do governo aos professores, associou-se como fator de legitimação, a necessidade de incentivar a instrução nas zonas rurais, onde se constatavam maiores dificuldades no provimento das "aulas". Nesse momento, os municípios foram praticamente obrigados a expandir as suas redes de ensino.

Dessa forma, Augusto Simões Lopes , submetido às necessidades impostas pelo momento em que se inseria, precisou dar continuidade à ampliação do sistema de ensino municipal, que, além disso, já havia crescido e modificado-se nos governos anteriores. O intendente acabou por ampliar temas já existentes, definindo-os de forma mais organizada, para que o controle do ensino municipal se efetivasse com eficácia. Pode-se dizer, também, que a maior parte do que foi proposto no "Regulamento da Instrucção" de Augusto Simões Lopes já estava presente no Regulamento de 1912, de Cypriano Barcellos, tendo desenvolvido-se alguns aspectos.

Pode-se dizer que muitas das medidas do "Regulamento da Instrucção" tornaram-se letra morta, como a criação de uma escola normal prevista no Título 9.º, intitulado "Do ensino normal", cujo Capítulo Único e "Secção Única", assim denominados de "Da criação da Escola Normal de Pelotas", apontava que:

> Art. 224.º - O Intendente Municipal agirá juntamente ao Governo do Estado no sentido de ser criada quanto antes, em Pelotas, uma escola normal.
> Art. 225.º - Para o effeito de apressar a criação do mencionado instituto, o Intendente Municipal fornecerá sua installação com os recursos que puder dispor.

Outras medidas, no entanto, constituíram-se na consolidação do que já existia, afirmando o caráter sistematizador que caracterizou o Regulamento de Augusto Simões Lopes.

Sobre a "Instrucção Publica Municipal": o marketing do governo:

Como se pode perceber, a instrução municipal foi a "baluarte" do governo de Augusto Simões Lopes e o ponto principal de sua estratégia de propaganda. Não se pode negar que houve um crescimento no que se refere ao ensino municipal, porém, mais do que realmente fazer, Augusto Simões Lopes, em conjunto com a imprensa republicana, construiu uma imagem de "benfeitor da educação em Pelotas". Com o auxílio do jornal Diário Popular e do Almanach de Pelotas que divulgaram as obras do intendente e também o conjunto de imagens oficiais, Augusto Simões Lopes foi consagrado o "palladino da educação". Veja-se, por exemplo, a opinião do Diário Popular sobre a atuação de Augusto Simões Lopes no que se refere à Educação:

> Deve-se destacar na profícua administração do nosso illustre conterrâneo dr. Augusto Simões Lopes, os desvellos, que desde o inicio, tem elle dispensado á instrucção publica municipal.
> Attendido com carinho, até então, pelos seus dignos antecessores, a instrucção municipal desenvolveu-se lisonjeiramente nestes dois últimos annos e ao fim do quadriennio, quando installadas já tiverem sido os dois novos grupos escolares, na cidade, e as aulas ruraes nos districtos, notável será o seu desenvolvimento", (Diário Popular, 3 de setembro de 1926).

E, também, no segundo aniversário de governo de Augusto Simões Lopes:

> Os problemas da instrucção publica e da salubridade tem constituído principal escopo do governo municipal.
> Aulas primarias tem sido desenvolvidas nos districtos ruraes, entre ellas a do Quilombo, do Capão do Leão e, do Areal, funccionando em edifícios adequados, o primeiro construído, os dois últimos adquiridos por compra. Duas escolas modelos estão em construcção na cidade, a "D. Antonia" e "Dr. Joaquim Assumpção", destinadas ao ensino elementar gratuito, (Diário Popular, 2 de setembro de 1926).

E, por fim, em 1928, o Diário Popular, tendo dedicado mais de duas páginas inteiras em homenagem ao governo de Augusto Simões Lopes, que então findava, afirmou:

> Dizia o dr. Augusto Simões Lopes em seu primeiro relatório, exprimindo a orientação que o anima em relação ao ensino: "Logo que a confiança dos meus conterrâneos me elegeu para dirigir os destinos da terra natal, cuidei de estudar e agir no sentido de que o meu governo fosse um grande disseminador do ensino". A população de Pelotas inteira conhece e a esse propósito suggestivo e testemunho do próprio adversário, a obra ingente, orgânica, admirável, plancada e levado a cabo pelo governante eminente que amanhã entrega o poder ao seu sucessor legal.

> Devotado enthusiasticamente ao cumprimento do seu programma relativamente á instrucção, s.s. viu coroado do maior êxito as suas energias, podendo ser legitimamente consagrado o pioneiro do ensino entre nós, título que o deve desvanecer muito legitimamente e que o apontará ao apreço e a sympathia de todos os pelotenses. (...) a sua obra foi mais do que uma obra de instrucção: pela complexidade e espírito que o animou foi uma obra caracterizadamente educativa", (Diário Popular, 1º de setembro de 1928).

Deve-se ter em conta que a imprensa republicana em Pelotas, representada principalmente pelo Diário Popular, mas também pelo Almanach de Pelotas e pela Revista Illustração Pelotense, possuía uma influência muito grande na cidade. Talvez seja possível afirmar que, sem a imprensa Augusto Simões Lopes não teria se consagrado como um benfeitor, título dado pelo jornal Diário Popular, como pode ser percebido neste fragmento:

> Se outros títulos não possuísse o illustre cidadão dr. Augusto Simões Lopes, bastar-lhe-ia o seu afã constante e criterioso em incrementar a instrucção publica, para consagra-lo, recommendando-o a gratidão publica.
> Em a hora que transcorre, relativamente á instrucção publica, a excelsa e gentil soberana do Sul – Pelotas – conquistou a palma, transformada, actualmente, em um lindo e precioso livro aberto ao mundo infantil e quiçá, adulto, atravez de seus cursos diurnos e nocturnos não estudando quem não o quer ou não o pode fazer, por circunstancias de ordem completamente alheia ao poder publico, que a todos faculta e estimula receber a luz adamantina e intensa, sagrada e útil do saber, que a felicidade nos conduz, (Diário Popular, 18 de agosto de 1928).

O leitor da imprensa republicana deveria sentir-se completamente encantado com o interesse e a dedicação do governo de Augusto Simões Lopes à instrução pública. Porém, para que a construção das escolas fosse possível, precisou-se da contribuição de donativos, cuja repercussão não teve tanto espaço na imprensa. A principal doação feita neste período foi a de Edmundo Berchon, através da "Fundação D. Antonia", de 250 contos, um valor que deveria ser destinado à construção de escolas rurais e de um grupo escolar. O valor, se usado em sua inteireza, permitiria a criação de todas as pequenas escolas rurais e do Grupo Escolar D. Antonia (em homenagem à falecida esposa de Berchon). Para a criação do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, a municipalidade recebeu auxílio de Maria Francisca de Mendonça, viúva de Joaquim Assumpção.

O jornal o Libertador, órgão oficial da Aliança Libertadora, teceu críticas quanto à educação no governo Simões Lopes, as quais recaíam sempre no mesmo argumento de que as obras nessa área deviam-se, especialmente, a iniciativas particulares, como a de Edmundo Berchon. Esse argumento mostra-se bastante plausível, pois não se pode negar a importância de quantias doadas ao governo que possibilitaram a construção das escolas

rurais e dos grupos escolares urbanos, as quais aparecem, em geral, citadas, porém com pouco destaque.

Considerações Finais

Inserido em um momento de entusiasmo pela educação, Augusto Simões Lopes criou uma diretoria dedicada exclusivamente aos assuntos da "instrucção publica", cujo diretor nomeado foi João Brum de Azeredo e, baseado em reformas de outros estados brasileiros, criou o "Regulamento da Instrucção". Várias das medidas apresentadas como inovadoras, já haviam sido apresentadas até mesmo por intendentes que o antecederam, como por exemplo, a regulamentação da assistência médico-escolar, já mencionada por Pedro Luis Osório.

Tanto o jornal Diário Popular, como o Almanach de Pelotas, difundiram o discurso apaixonante de Augusto Simões Lopes, as fotografias de suas obras e ressaltaram o seu caráter de benemerência e a sua dedicação incansável à instrução pública primária. O governo Simões Lopes escolheu o ensino primário como ponto principal a ser destacado nas propagandas governistas. Pode-se dizer que a propaganda difundida pela imprensa republicana possibilitou a continuidade da carreira política do então intendente[v].

---

[i] O presente artigo consiste em um resultado parcial de uma pesquisa maior, realizada no Curso de Mestrado em Educação, cujo tema é a educação no governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928).
[ii] Aluna do Curso de Mestrado em Educação, linha de pesquisa História da Educação – FaE/UFPel. Pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE.
[iii] Professor Titular da FaE/UFPel. Orientador da presente pesquisa. Pesquisador do CEIHE.
[iv] O Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, que trouxe Paul Fauconnet para uma palestra, foi criado em 1922, no Rio de Janeiro, por ocasião das festas do Centenário da Independência.
[v] Augusto Simões Lopes chegou a ocupar o cargo de vice-presidente do Senado.

[3]FORMAS DO SABER HISTÓRICO EM SALA DE AULA: ALGUMAS REFLEXÕES

Prof. Dra. Maria Auxiliadora Schmidt[i] - UFPR

Pesquisas e estudos acerca da História como disciplina escolar têm desenvolvido questões relevantes sobre o "código disciplinar da História".[2] Entre os elementos do código disciplinar apreendidos nestas análises, figuram os manuais didáticos e os currículos – "textos visíveis" , bem como estudos sobre práticas docentes, colhidos a partir de depoimentos e memórias de professores de História – "textos invisíveis" deste código.[3] Faz-se necessário destacar, ainda, a presença de outros elementos que começam a ser analisados e são de fundamental importância, não só para se recuperar historicamente a construção do "código disciplinar da História" no Brasil, mas também para se entender a constituição atual deste código, o que poderia ser relevante para a implementação de inovações e contribuir para a mudança qualitativa do ensino de História: - os estudos sobre a presença da narrativa histórica e sua relação com o ensino da disciplina, figuram como imprescindíveis, pois *"é impossível avançar no ensino de História se não se analisa a prática dos docentes, e resulta impossível analisar dita prática se não se tomam em consideração a estrutura e o funcionamento da narrativa histórica"*.[4]

Análises de "chão de escola" têm mostrado que o conhecimento histórico está presente nas aulas de História de diferentes maneiras, seja pelo uso que se faz dos programas e manuais didáticos, seja pelo conjunto de práticas realizadas pelos professores e pelos alunos, tais como as provas, tarefas, atividades feitas em aula e pesquisas.

Em primeiro lugar é importante destacar que, do ponto de vista didático, os conteúdos históricos trabalhados em aula não são independentes das formas pelas quais eles são apresentados, como afirma EDWARDS[5] "*os conteúdos se transformam na forma*". As formas ou métodos utilizados pelos professores apresentam

características e significados nos quais se agregam novos conteúdos aos já trabalhados, produzindo novas sínteses, ou seja, um novo conteúdo. A seqüência adotada nas aulas, o controle da transmissão, a expectativa dos professores quanto às atitudes e respostas desejadas, a própria situação do espaço onde se realiza a aula são elementos que alteram e modificam os conteúdos. Estudos sobre a "forma do conhecimento" indicam também algumas influências que alteram os conteúdos em aulas de História, tais como a lógica ou os pressupostos epistemológicos a partir dos quais os professores sistematizam o conhecimento histórico; a lógica da interação, ou o sentido como este conhecimento se objetiva no conjunto de modos pelos quais alunos e professores se relacionam; o conteúdo de classe da forma de ensino e a relação professor/aluno. Na lógica da interação, o professor pode ser visto como um sujeito que faz a mediação entre os alunos e o conhecimento histórico, em dois sentidos: de um lado, ele faz uma reelaboração particular do conhecimento que apresenta aos alunos, de outro, representa a "autoridade" dos conhecimentos escolares. O uso de "conhecimentos escolares" no plural é um indício de que um mesmo professor transmite, freqüentemente, distintas formas de conhecimento.

As formas de conhecimento mais usuais em aulas são: **1. Conhecimento tópico**.- os conhecimentos e participações dos alunos estão excluídos, o conteúdo tem status nele mesmo e não como significado para o referente, além de ser apresentado como verdade inquestionável.Esta forma de conhecimento tem sido a mais comum no ensino de História.[6] **2.Conhecimento como operação**. Pressupõe uma orientação e um trabalho no sentido de encaminhar o aluno até uma operação com o conhecimento, o qual é visto como instrumento para desenvolver competências históricas. .**3.Conhecimento situacional**.- se estrutura em torno do desenvolvimento do interesse em se conhecer, no sentido de tornar inteligível, a realidade dos sujeitos apreendida no e pelos seus conhecimentos prévios. Os alunos não precisam absorver tudo o que os manuais e os professores lhe apresentam ou dizem como historicamente significante,

mas filtram informações, adicionam ou modificam, reconstruindo suas estruturas de compreensão por meio dos seus valores, idéias e disposições. Uma parte da tarefa pedagógica do professor de História é ajudar seus alunos a exporem e construírem seus argumentos sob a forma de narrativa histórica. Trata-se da forma didática do conhecimento que pode contribuir para o desenvolvimento da "consciência histórica" dos alunos.[7]

Em segundo lugar, pressupõe-se que a perspectiva da forma do conhecimento situacional é um dos indicadores da necessária preocupação que se deve ter com a formação de um pensamento histórico dos alunos, bem como em relação ao papel que as evidências e a narrativa histórica têm nas aulas de História. Segundo HUSBANDS[8], tanto uma como outra tem a função de gerar processos que permitem conferir significados ao passado. Para este autor, diferente dos historiadores, os alunos nas escolas não buscam gerar "novo" conhecimento por meio de evidências e narrativas históricas, mas eles geram novas compreensões pessoais. Ambas valem pelos tipos de pensamento que sustentam e pelos tipos de aprendizado que tornam possíveis. Assim, uma das formas como os alunos e professores conferem significado ao passado é a de pensar acerca da construção de narrativas ou versões deste passado.

No ensino, a narração em aula e a relação que o aluno estabelece com a narrativa histórica têm sido associados ao didatismo ativo do professor e à passividade do aluno, e o autor nos alerta, também, para as sobre-simplificações que os professores, muitas vezes, esboçam acerca dos personagens e contextos históricos, caricaturando-os ou apresentando-os como arquétipos do bem e do mal.Ele considera que as relações que os alunos estabelecem com as narrativas já produzidas, ou a construção de narrativas, como argumentos, são meios para alcançar um fim que é a construção da compreensão histórica Isto não é um fim por si só, mas a sua finalidade é gerar compreensão sobre o passado, ativando o pensamento de quem aprende.Assim, a narrativa precisa ser explorada em aulas de História, porque *"Isto significa contar histórias, mas também pedir aos alunos que as recontem: submete-las a um exame crítico, criando um sentido ao*

que chamei verossimelhança e à sua lógica. Envolve uma dúvida construtivamente céptica sobre a natureza das histórias que contamos. Significa relacionar histórias com os princípios organizativos – as idéias de causa, continuidade, mudança – do discurso histórico complexo."[9]

Nesta perspectiva, a produção do conhecimento histórico em aulas não será suficientemente incisiva se a cultura histórica que os historiadores produzem não se transferir com as suas próprias características, como processos de ensino e aprendizagem. Para isto tornam-se imprescindíveis tanto a produção de narrativas históricas quanto o trabalho com narrativas já produzidas, presentes nos manuais didáticos e/ou em fragmentos de textos históricos utilizados em aulas, entendendo, segundo LAUTIER que a historiografia nos últimos anos já produziu numerosos textos de reflexão sobre a renovação dos paradigmas explicativos, contribuindo para a valorização da necessidade de se construir uma ordem nos acontecimentos, explicando-os, de forma a dar inteligibilidade ao passado pela estrutura da narrativa "*uma estrutura do discursos que se distingue do discurso banal pela matriz das temporalidades".*[10]

Para subsidiar estudos sobre os usos da narrativa histórica, BARCA e GAGO[11] colocam a seguinte questão: *"De que se fala, quando se fala em narrativa histórica?"*. Em síntese, as reflexões destas autoras identificam vários conceitos de narrativa histórica no que diz respeito à sua natureza :***1. Numa das linhas pós-estruturalistas,** *ela significa a produção histórica que em relação ao passado não despreza o tempo breve, atende ao acontecimento e às ações de alguns atores históricos;***2.**.**Numa postura relativista***, ela refere-se a toda a produção histórica cuja trama é criada pelo historiador e que, para alguns autores mais cépticos, não passa de uma representação de uma realidade que não sabemos se existiu;***3.Para os positivistas** da linha rankeana, a narrativa histórica é apenas a descrição do passado; e*

***4.Para os "narrativistas"**, ela é a própria estrutura da produção histórica, vista como uma teia intrinsecamente descritiva-explicativa.*

Subjacente à importância de se discernir os modos de construção das narrativas históricas está, também, a tarefa de se realizar escolhas que superem a idéia unívoca de narrativa histórica, por exemplo, em direção a uma forma narrativa como aquela presente na produção historiográfica de cunho estruturista. .Entre os historiadores, LLOYD[12] pode ser incluído entre os que defendem a natureza narrativa da História, na linha pós-estruturalista, em que o retorno à narrativa não constitui um regresso às simples formas descritivas do passado. Ele também defende a perspectiva do realismo crítico e considera as explicações históricas como provisórias, na medida em que prosseguem continuamente na descoberta parcelar da realidade humana. Nesta perspectiva, tanto as explicações sociais quanto as individuais devem ser abordadas a partir da dupla perspectiva da ação e da estrutura.

Com relação à aprendizagem da História, e tendo como referência estes pressupostos, BARCA e GAGO[13] desenvolveram pesquisas a partir das quais sistematizaram três tipos de narrativas criadas pelos alunos:1. **Compreensão fragmentada do passado**: quando as idéias dos alunos são dispersas e mostram falhas na reformulação ou expressão da mensagem veiculada nas fontes ou textos utilizados em situações de aprendizagem;2. **Compreensão restrita do passado**: quando os alunos revelam um entendimento global das mensagens e tentam reformular as informações contidas nos textos e fontes, mas centram-se em um único indicador, utilizando também muitas expressões contidas nos próprias textos e nas fontes;3. **Compreensão global do passado**: quando os alunos conseguem identificar diferenças contidas nas fontes e nos textos, fazem interpretações das diferenças entre passado e presente e reformulam as informações de forma pessoal. Quando um jovem ou uma criança procura explicações para uma situação do passado à luz de sua própria experiência, já está revelando um esforço de compreensão histórica. Neste sentido, eles podem pensar de maneira mais simplista ou mais elaborada e o seu grau de sofisticação não depende somente do grau do desenvolvimento lógico.

No que diz respeito às situações de ensino de História, segundo WERTSCH[14], a narrativa é um tópico que possibilita agregar contribuições de diferentes áreas do conhecimento na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. Este autor procura entender a importância que as narrativas históricas têm na constituição da memória coletiva, fazendo uma distinção entre dois tipos de narrativas: as **"narrativas específicas**" – envolvem explicações sobre um conjunto de eventos e são organizadas em torno de um nível médio de acontecimentos.. Protótipos destas narrativas podem ser encontradas em manuais didáticos que focalizam principalmente eventos como guerras, revoluções e outros acontecimentos político;**as narrativas esquemáticas padrões,** que possuem funções abstratas e generalizantes, constituindo espécies de estruturas esquemáticas do pensamento. Elas não são espécies de arquétipos universais, mas pertencem a tradições narrativísticas particulares que podem parecer diferentes de um contexto para o outro. Na esteira destas considerações, revela-se a importância da produção de narrativas históricas pelos alunos, pois a escrita de narrativas pode contribuir para o enriquecimento de suas experiências, desenvolver a capacidade de dar seqüência lógica aos fatos, promover o sentido da ordem, a atenção e o uso intencional das escolhas dos enunciados.

Já os trabalhos de MATTOZZI [15] destacam a importância do trabalho com a leitura de narrativas ou textos históricos,porque, a seleção de textos ou narrativas históricas a serem trabalhadas em aulas é fundamental,pois deles depende a qualidade do que se compreende e se aprende sobre História.E isto se aplica também ao historiador porque "*a investigação histórica valoriza o texto histórico e este adquire uma relevância epistemológica dentro da investigação.*"[16] Neste sentido, no ensino, o texto ou narrativa utilizada em aula influi nos conhecimentos do professor, na estruturação de suas atividades e condiciona o seu trabalho de transposição didática. Para os alunos, eles influem na qualidade da aprendizagem, ao se tornarem uma das unidades de medida do que eles aprendem sobre História. Assim, destaca-se a centralidade da narrativa histórica que é utilizada em aula, na medida em que ela age como um *"regulador que faz a*

mediação entre a didática e a organização dos processos de aprendizagem E esta é a premissa que legitima e sustenta a finalidade de ensinar a escrever a História." [17]

Segundo FERREIRA/DINIS/LEITE[18],ao produzirem suas narrativas e delas se tornarem autores, os alunos podem se sentir motivados e responsabilizados pela pesquisa e tratamento das informações e opiniões recolhidas das evidências, desenvolvendo, simultaneamente, a imaginação e a empatia históricas. Ademais, quando um aluno cria uma narrativa histórica, os critérios não pertencem ao passado em si, mas estão intrinsecamente ligados às estruturas interpretativas e aos seus valores, pois, *ö autor-criador é quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida (ele não é um estenógrafo desses eventos), mas a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente"*

A exploração e a produção de narrativas em aulas de História podem ser uma maneira de se consolidar formas situacionais do conhecimento histórico escolar, superando as formas tópicas e operacionais e possibilitando também o aparecimento de outras formas do conhecimento em aulas, como aquelas que envolvem processos de metacogniçao, onde os alunos têm possibilidades de construir argumentos epistemológicos sobre como eles conhecem e concebem a realidade e o passado.

Pesquisas sobre a presença das narrativas históricas em aulas de História podem contribuir para uma melhor compreensão dos chamados textos visíveis e invisíveis do "código disciplinar da História". Ademais, serão fundamentais para se compreender os processos da "educação histórica", ou seja, das formas pelas quais tanto os professores, como os jovens e as crianças se relacionam com o conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

[i] Profa. e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR; profa. de Metodologia e Prática de Ensino de História da UFPR; Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica do PPGE/UFPR.
[2] O conceito de "código disciplinar da História" apreendido a partir de CUESTA FERNANDEZ, Raimundo. Clio em las aulas. Madrid: Akal, 1998; Sociogénesis de uma disciplina escolar. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.
[3] CUESTA FERNANDEZ, R. op.cit.
[4] TOPOLSKI, Jeretz. La estrutuctura de las narrativas históricas y la enseñanza de la historia. In. CARRETERO, M. / VOSS, J. Aprender y pensar la historia. Buenos Aires: Amorrortu, 2004, p. 101.
[5] EDWARDS, Verônica. Os sujeitos no universo escolar. São Paulo: Ática, 1997.
[6] Pesquisa neste sentido foi desenvolvida por SCHMIDT, M.A / GARCIA, T. B. Sala de aula: instância de definição do conhecimento histórico? Caxambu: ANPED, 2000.
[7] O conceito de "consciência histórica está sendo compreendido a partir das reflexões de JORN RUSEN e PETER LEE, nos trabalhos em que estes autores articulam o conceito com seu significado para o ensino de História nos ambientes escolares. Ver. LEE, P. Retrocedendo para o amanhã. Consciência histórica e o entendimento da História. Trabalho entregue no Encontro Anual da Associação de Pesquisa Educacional Americana. Nova Orleans (EUA), 2002. RUSEN, J. El desarollo de la competência narrativa em el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. In. Revista Propuesta Educativa. Buenos Aires: FLACSO, 1992.
[8] HUSBANDS, Chris. What is history teaching? Language, ideas and meaning in learning about the past.Buckingham-Philadelphia: Open-University, 2003.
[9] HUSBANDS, C. op.cit. p. 39
[10] LAUTIER, Nicole. Histoire Enseignee, histoire appropriee. Quelques elements specifiques d'une didactique de l"Histoire. In. BAQUES, M. / BRUTER, A. / TUTIAUX-GUILLON, N. Pistes didactiques et chemins d'historiens. Textes offerts à Henri Moniot. Paris: l "Harmattan, 2003, p.357-380
[11] BARCA, I ./ GAGO, Marilia. Usus de narrativa em História. In. MELLO, M.C. / LOPES, J. M. Narrativas históricas e ficcionais. Recepção e produção para professores e alunos. Braga: Universidade do Minho, 2004.
[12] LLOYD, Christopher. As estruturas da História. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
[13] BARCA/GAGO. Op. cit.
[14] WERSTSCH, James. Specific Narratives and Schematic Narrative Templates. In. SEIXAS, Peter. Theorizing Historical Consciousness. Toronto: University Toronto Press, 2004, p. 49-62
[15] MATTOZZI, Ivo. Enseñar a escribir sobre la Historia. In. Enseñanza de las ciencias sociales. Revista de investigación. Barcelona. Institut de ciencies de l'Educacio de la Universitat Autonoma de Barcelona, 2004.
[16] MATTTOZZI, I. op. cit. p.40
[17] MATTOZZI, I. op. cit. p.40
[18] FERREIRA, Arminda/ DINIS, Celeste/ LEITE, Eduarda. A vida quotidiana em Roma na Época Imperial: as narrativas de alunos. In. MELLO, M.C./ LOPES, J. M. , op. cit., p. 153-175

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ARAUCÁRIA, NO MERCADO FORMAL E INFORMAL

MARIA CATHARINA N. DE CARVALHO

O Brasil vive um momento de crise no setor previdenciário, muitos trabalhadores estão no mercado informal, não contribuindo com o Sistema Previdenciário. "(...) da maneira como esta reformas vêm sendo apresentados à população, os servidores públicos aparecem como vilões do déficit do Estado Brasileiro, restando simplesmente negligenciada pelo Governo toda a questão referente à sonegação, às fraudes e à fiscalização". (01). Partindo deste pressuposto foi proposto aos alunos da 3º série do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski, ano de 2003, no município de Araucária, um trabalho de pesquisa visando conhecer a Legislação Trabalhista vigente; as alterações propostas pelo governo, e a verificação de como se encontra a situação dos trabalhadores em Araucária.

Araucária é um município que faz parte da região metropolitana de Curitiba, contando com aproximadamente 120 mil habitantes, sendo a grande maioria oriunda de outras regiões do estado em busca de melhores condições de vida.

Araucária, hoje com uma grande arrecadação de ICM do Estado do Paraná, passou por um processo que o transformou em um centro industrial na década de 70, com a instalação da PETROBRAS.

Nas décadas de 20 e 30 teve início o desenvolvimento técnico-agrícola com a produção de sementes, introdução de adubos e defensivos químicos, utilização de máquinas e expansão de produção agrícola. Construíram-se: moinhos para processar a produção de centeio, do milho; as fábricas de palhões; serrarias; fábricas de fósforos e caixas; e olarias.

Na década de 40 estabeleceram-se as fábricas de massa de tomate e pimentão, utilizando mão-de-obra familiar e posteriormente foi se mecanizando.Nessas fábricas havia trabalho de crianças, de mulheres e grande parte dos homens do município.

Na década de 50 a indústria têxtil também cresceu e nesse período absorveu a mão-de-obra do município. O pagamento era feito pelo rendimento do trabalho e com turnos de revezamento,

sendo bastante utilizado o trabalho infantil, como o relato da época "Comecei a trabalhar na Companhia São Miguel com 11anos(...) os homens tinham suas atividades (...) e as mulheres as suas (...). Trabalhava das 7:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:15 horas (...) só aos 15 anos fui registrada (...). O salário era pago mensalmente de acordo com o rendimento do trabalho. Se o maquinário estragasse o rendimento era menor" (...) (02)

Na década de 60 as indústrias se modernizaram com a instalação da COCELPA e outras grandes empresas. Em 1972, com a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas o crescimento é acentuado, há modernização de equipamentos e o município passa a receber as maiores indústrias do país inclusive empresas estrangeiras " A partir da instalação das indústrias, ocorreu um crescimento bastante acentuado e uma inversão nos quadros populacionais do município.Em 1970, Araucária possuía 5.473 habitantes na zona urbana e 11.644 estavam concentrados na área rural, representando esses últimos 68% da população total". (03)

Essa nova realidade atrai inúmeras pessoas, porém os empregos disponíveis são ofertados de acordo com a qualificação e a grande maioria não dispõe das qualidades exigidas ficando à margem do processo produtivo e da proteção das leis trabalhistas.

Partindo do princípio de que Araucária é um município industrializado e como tal deveria possuir um número significativo de trabalhadores incluídos na legislação trabalhista vigente, procuramos realizar esta pesquisa a partir da realidade dos alunos, propondo as seguintes atividades:

LEITURA DE TEXTO

Leitura de artigos em jornais sobre os problemas sociais causados por trabalhadores fora da Legislação Trabalhista, sugerindo análise e relato escrito sobre eles.Indicação do livro A Legislação Trabalhista no Brasil de Kazumi Munakata (04) que contém textos historiográficos pertinentes ao tema.

ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Com base na CLT, art. (13) É adotada no território nacional a Carteira Profissional, para as pessoas maiores de 18 anos, sem distinção de sexo, e que será obrigatória para o exercício de qualquer emprego ou prestação de serviços remunerados. (...), o art. (29) Apresentada ao empregador a Carteira Profissional pelo empregado admitido, terá aquele o prazo de 48 horas (...) (05); em artigos publicados em revistas e jornais; e em documentos

do Congresso Nacional (06) fazer uma análise sobre as conseqüências para o sistema previdenciário relacionando às mudanças propostas na legislação trabalhista.

PESQUISA DE CAMPO

Pesquisa de levantamento de dados com membros da família, amigos e vizinhos do bairro onde mora sobre a existência de trabalhadores que atuam no mercado formal e informal. Essa pesquisa será por amostragem, e deve ser definida com a turma em função da facilidade, local da residência (concentração populacional). Deve ser pesquisada idade, sexo, anos de contribuição previdenciária efetiva e a opinião do entrevistado sobre a alteração do tempo de serviço para o tempo de contribuição. Junto à turma definir o instrumento de coleta de dados propiciando aos alunos a iniciação cientifica.

RELATÓRIO ESCRITO

Os alunos farão a análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo tomando como referencial teórico à pesquisa bibliográfica feita durante o desenvolvimento do trabalho. Ao término apresentarão um relatório escrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos se subdividiram em grupos de trabalho selecionando jornais e revistas que abordavam o tema, através de pesquisa na Internet fizeram um levantamento de informações sobre as discussões, propostas e aprovações de leis no Congresso Nacional sobre a reforma previdenciária.

Os grupos compartilharam a leitura e analisaram algumas leis que constam da CLT, então passaram a executar a outra parte do trabalho (pesquisa de campo). Após discussão entre os grupos, elaboraram um instrumento de coleta de dados e estabelecendo um universo de 250 entrevistas entre familiares, amigos e vizinhos de bairro. Estabeleceu-se o tempo de uma semana para a efetivação da pesquisa de campo.

De posse do instrumento de coleta de dados preenchidos, os grupos fizeram a tabulação dos dados e observou-se que a população feminina prevalece ficando na média entre 31 a 50 anos, sendo um grupo ativo no mundo do trabalho. A pesquisa comprovou a hipótese inicial de que as pessoas procuram em Araucária uma melhor qualidade de vida baseada na expectativa de emprego fácil. Outro dado que causou surpresa foi o fato de que 85 % dos entrevistados possuem um emprego, porém a maioria não tem a Carteira de Trabalho assinada e, portanto está fora do mercado formal, a informalidade predomina no mercado de trabalho de um município industrializado com grande arrecadação, mas que enfrenta o desfio da falta de capacitação profissional. Outro dado que foi constatado é o longo período de contribuição previdenciária dos trabalhadores demonstrando que serão afetados pela reforma previdenciária aumentado seu tempo de serviço e conseguindo a aposentadoria com uma idade bastante elevada, mas o surpreendente é a falta de informação dos entrevistados a respeito de uma mudança na legislação que afetará sua vida profissional.

Esse trabalho foi proposto com o objetivo de elaborar um perfil da situação dos trabalhadores em Araucária relacionados ao mercado formal e informal, em um momento de discussões e debates sobre a reforma da Previdência, ele não elimina a possibilidade de outras pesquisas nem a alteração dos dados obtidos. Deve-se ter sempre a perspectiva de que todo o trabalho foi estruturado e realizado por alunos do Ensino Médio, sem formação em metodologia científica, portanto passível de equívocos. Vale também ressaltar o empenho e a disposição dos alunos em participar de uma atividade diferente onde puderam desenvolver várias tarefas.

Notas de Fim

(01) **SINJUSPAR**. Rombo na Previdência e Servidores Públicos. Gazeta do povo, ago. 2003, p. 05.

(02) **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**. Agricultura e Indústria: A Memória do Trabalho em Araucária. Araucária: Gráfica Vicentina, 1997, p. 52.

(03) **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**. Agricultura... p. 69.

(04) **MUNAKATA**, Kazumi. A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo; Brasiliense, 1981.

(05) **OLIVEIRA**, Juarez de. CLT. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

(06) www.senado.gov.br.

ANEXO 01

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1) Qual o sexo ( ) Masculino ( ) Feminino

2) Quantos anos Sr (a) tem? _____

3) Há quanto tempo mora em Araucária? _____

4) Se veio de outro Município, qual o motivo levou a escolher Araucária.

( ) Facilidade de emprego;

( ) Já possuir parentesco na cidade;

( ) Outros.

Quais?_____

5) O Sr(a) tem emprego ( ) sim ( ) Não

6) Caso afirmativo, tem carteira de trabalho assinada ( ) sim ( ) Não

7) Há quantos anos?_____

8) O Sr (a) sabe das mudanças que estão sendo feitas na forma de contagem do tempo de serviço e de tempo de contribuição? ( ) Sim ( ) Não

TABULAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

FORAM RELIZADOS 250 ENTREVISTAS

1) Qual o sexo

45 % Masculino.

55 % Feminino.

2) Quantos anos Sr (a) tem?

De 20 a 30 21%

De 31 a 40 25%

De 41 a 50 30%

De 51 a 60 18%

De 61 acima 6%

3) Há quanto tempo mora em Araucária?

De 1 a 5 anos 12%

De 6 a 10 Anos 15%

De 11 a 15 Anos 16%

De 16 a 20 Anos 21%

De 20 a 30 Anos 28%

Acima de 30 Anos 08%

4) Se veio de outro Município, qual o motivo levou a escolher Araucária.

Facilidade de emprego 65%

Já possuir parentesco na cidade 10%

Outros. 25%

Transferências 18%

Estar perto da capital 07%

5) O Sr(a) tem emprego?

Sim 85%

Não 15%

6) Caso afirmativo, tem carteira de trabalho assinada.

Sim 48%

Não 52%

7) Há quantos anos?

De 1 a 5 anos 13%

De 6 a 10 anos 16%

De 11 a 20 anos 28%

De 21 acima 43%

8) O Sr (a) sabe das mudanças que estão sendo feitas na forma de contagem do tempo de serviço e de tempo de contribuição?

Sim 34%

Não 66%

Lesbianidade e feminismos – desconstruindo sujeitos únicos[1]

Maria Célia Orlato Selem – PPG-UNB

A presente comunicação pretende realizar uma leitura acerca da reivindicação da identidade lésbica nos movimentos de mulheres. Para isso partirei de minhas próprias vivências enquanto militante feminista e lésbica[2], as quais tornaram-se constantes negociações entre as reflexões baseadas em algumas teorias feministas focadas no problema da fixação de identidades e a necessidade de afirmação de sujeitos políticos no cenário de formulação/cumprimento de leis enquanto garantia do Estado na equiparação dos direitos de todas as mulheres em todas as esferas.

Minha inquietação foca os discursos que permeiam os cenários de reivindicações políticas de igualdade entre os sexos[3]. Muitas vezes, os argumentos que buscam retirar "um sujeito mulher carente de direitos" dos grilhões que o mantém em porões obscuramente opressores, acabam por lacrar as saídas para as múltiplas possibilidades que poderiam lhe permitir abandonar definitivamente as masmorras que abrigam as correntes que o atrelam à representação desse sujeito. Minha sugestão é que pensemos sobre ele.

O que é uma mulher? Esta é uma questão fundamental suscitada por alguns feminismos da atualidade, questionando a noção de uma identidade feminina singular, simbolicamente imutável enquanto oposição de um masculino - construído sobre a apropriação das mulheres enquanto um sexo. Apropriação esta legitimada exatamente pela representação da gênesis do sexo binário, naturalizada pelos discursos científicos e religiosos, constituidores das verdades sobre o humano. Penso ser apropriado pensar ainda como tratar da histórica opressão das mulheres na sociedade – apropriação do corpo sexualizado (estupro, prostituição, mercantilização dos corpos, tráfico de mulheres, aborto), diferenças salariais, divisão do trabalho pautada na diferença sexual, interdição de fala, invisibilidade histórica – senão

pensando na construção do corpo sexualizado e suas funções num esquema social pautado na heterossexualidade normativa?

Os discursos acerca da sexualidade estruturam redes de poder e saber que disciplinam os corpos, dividindo-os, classificando-os e atribuindo-lhes funções. Foucault (2005:76) fala que os discursos médicos, nos últimos séculos, contribuem para a construção das verdades do sexo, criando uma "lógica do sexo", onde os signos do humano estão atrelados a uma sexualidade biologicamente explicada, voltada para a reprodução. Na concepção do autor, o sexo é um elemento imaginário, criado pelo dispositivo da sexualidade, o qual suscita o desejo do sexo. Nesse esquema, a criação do desejo do sexo está imbricada com o desejo de verdade e de poder. Classificar então o humano, de acordo com "um sexo", uma prática sexual, um desejo sexual, nada mais é do que contribuir para a trama das teias de poderes que cria as diferenças. Uma teia onde a verdade do discurso sobre o sexo localiza as mulheres na condição de "presa". A condição de fêmea do homem, destituída dos poderes de protagonizar seu destino.

Essa discussão é importante na medida em que esclarece, como pode ser visto na obra de Judith Butler (2003), que, se o sexo é fictício, o gênero também o é. O gênero não seria inscrito sobre um corpo sexuado pronto, natural. Nessa perspectiva, o sistema sexo-gênero cria a categoria "mulheres", a qual é produzida pelas mesmas estruturas que a reprime. A autora chama a atenção para o problema das universalizações argüidas por alguns feminismos nas tentativas de tratar da questão da opressão de uma categoria "mulher". Eles acabam por universalizar um feminino e instituir o patriarcado como forma de opressão hegemônica. Nesse sentido, a teórica feminista Gayle Rubin (1975:14) questiona algumas discussões acerca da opressão das mulheres pautadas no sistema econômico. Ela fala do problema de traduzir essa opressão de forma generalizada - como em algumas teorias de cunho marxista, que vislumbram a divisão sexual do trabalho mas não problematizam o sistema sexo-gênero, o qual transforma machos e fêmeas em "homens e mulheres, cada um com uma metade incompleta que só encontrará a completude quando unida à outra".

A heterossexualidade obrigatória, identificada como parte de um sistema opressor – o qual localiza as mulheres como inferiores na escala de poder, pautada no corpo sexualizado - seria evidenciada nas falas sobre o sujeito feminino de alguns discursos que reivindicam a igualdade entre os sexos. Nessa perspectiva, a participação das lésbicas, enquanto identidade distinta reivindicada, adentra os movimentos de mulheres como um ponto de incerteza do "sujeito mulher" cristalizado pela repetição.

Em várias partes do mundo, a reivindicação dessa identidade "desviante" tem sido permeada por conflitos e questionamentos, a partir do momento em que muitas feministas vêem na verbalização da recusa da "condição feminina heterossexual" uma dissolução – e por que não dizer negação - do "coletivo mulher"[4]. Cecilia Riquelme (2003), em seu artigo *Contribuições para a história do Movimento Lésbico na América Latina*, fala sobre as necessidades e dificuldades dessa reivindicação nos encontros feministas predominantemente hegemônicos da década de 80[5]. Em seus relatos, fala sobre como a busca de um lugar de fala para as lésbicas acabou por dividir as feministas que integraram o I Encontro Feminista da América Latina e do Caribe em Bogotá em 1981, apesar de encontrarem-se no mesmo espaço, pois, "c*omo que pela arte da magia, de um lado se agruparam as héteros, no meio as indecisas e, no outro extremo, as declaradamente lésbicas"* (p.01). O isolamento das lésbicas na ousada discussão que exigia o reconhecimento da diversidade pautada na questão afetivo-sexual é narrado pela ativista como um indício de que algumas feministas – as quais se enclausuraram na identidade heterossexual - resistiam em pensar o problema da heterossexualidade obrigatória e suas implicações no assujeitamento das mulheres.

É válido lembrar que a reivindicação de uma identidade lésbica dentro dos movimentos feministas é situada historicamente como parte de uma corrente mais percebida no início dos anos 70, chamada de "feminismo radical". Esse recorte vem classificado como "feminismo lesbiano". Observando o artigo de Francine Descarries[6] (2000:17-18), o que torna essa corrente revolucionária é a denúncia de uma ordem patriarcal sexista, reivindicando "a abolição das instituições patriarcais para acabar com o determinismo biológico e concretizar seus objetivos

libertadores". O feminismo lesbiano "vê na heterossexualidade compulsória a manifestação da aculturação ao poder e à sexualidade masculina". O feminismo radical em suas várias tendências e desdobramentos, problematiza algumas formas de reflexões feministas focadas na identidade feminina e na diferença, as quais dariam continuidade ao sistema de pensamento dualista que estabelece a sociedade binária.

Alguns movimentos de mulheres empenham-se na amigável aceitação das diferenças com relação à participação das lésbicas na construção coletiva das pautas de reivindicação. É pertinente prensar a armadilha das relações pautadas na "aceitação das diferenças". Falar em diferenças pode significar afirmar os centros, dando continuidade à idéia da verdadeira sexualidade feminina. Tânia Swain (2004:02) lembra que as hierarquias estão muito próximas da idéia do diferente:

> *Só se é diferente (...) face a um referente, a um modelo a ser seguido, do qual se difere e estes modelos de ser são construídos social, histórica e espacialmente. As diferenças não existem, desta forma por si sós, elas são monumentos sociais arquitetados em uma ampla disposição de poderes, cuja estrutura em rede garante solidez.*

Assim, como se estruturam as relações dos movimentos de mulheres com as reivindicações da identidade lésbica? Haveria uma hierarquia mantida pelo discurso da diferença entre as "verdadeiras mulheres" e as lésbicas? Seguindo a idéia de que o verdadeiro é uma construção, é preciso atentar para os argumentos sustentadores dos debates políticos, pois, ao invés de promover a reflexão acerca das bases que constroem as diferenças, podem acabar utilizando-se de verdades prontas, contribuindo na determinação da hierarquia sexual.

Rosi Braidotti (1998) enfatiza o momento de transformações e desestabilizações pelo qual o evento da pós-modernidade tem problematizado a dualidade do discurso político:

> "*o sujeito mulher não é uma essência monolítica definida de uma vez para sempre, mas o lugar de um conjunto de experiências múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias, definido por variáveis que se sobrepõem tais como a classe, a raça, a idade, o estilo de vida, a preferência sexual e outras" (p. 30).*

Seguindo esse entendimento, de que os movimentos de mulheres (de um modo geral) e também os movimentos de lésbicas (de um modo específico), poderiam ser mais subversivos na medida em que adquirissem posturas menos essencialistas, proponho, como ponto de análise, algumas dinâmicas e falas apreendidas nas discussões dos movimentos de mulheres

de Maringá, a fim de pensar como alguns discursos – mesmo com perspectiva crítica - acabam reiterando as verdades sobre o feminino.

É válido lembrar que o movimento de mulheres de Maringá é constituído de mulheres de diferentes concepções ideológicas e religiosas e obviamente as discussões não ocorrem na mesma direção e sem divergências. O que destaco aqui são algumas falas apreendidas, para as quais atribuí a pertinência dessa discussão, como: *"Somos feministas e femininas", "Somos mais sensíveis a essas questões porque somos mulheres e mães", "somos mais fortes porque aguentamos a dor do parto".* Falas como essas deixam transparecer traços de um feminismo que exalta o feminino a partir das características biológicas das mulheres, idéia próxima ao feminismo da feminilitude, citado por Francine Descarries.

Gostaria ainda de destacar um acontecimento que pode expressar pontos de conflito com relação ás identidades reivindicadas nos referidos movimentos. A conquista - a custas de muitos esforços - de uma cadeira no Conselho Municipal da Mulher em 2002, possibilitou ao movimento de lésbicas da cidade (na época em fase de organização) um lugar de fala. A confusão instalada juntamente com a denominação da cadeira "*movimento de gays e lésbicas"* permanece como um estandarte denunciador da dificuldade da redatora do projeto e do conselho da mulher local em pensar a questão da opressão das mulheres atrelada à naturalização da heterossexualidade. Daí talvez a impossibilidade de entenderem que gays e lésbicas pouco tem em comum quando a discussão parte de dentro do movimento de mulheres e trata da invisibilidade. O que significa essa miscelânea, senão a noção de que lésbicas estão mais para homens, apensar de gays, do que para elas/nós, mulheres feministas?

Essa mesma confusão acerca da igualdade pode ser percebida pela análise do trecho de um artigo que comemora a permanência das lésbicas e das profissionais do sexo no citado conselho[7], a partir de um argumento no mínimo, equivocado: "*A decisão foi orientada, entre outras, pela compreensão que as profissionais do sexo e as lésbicas também menstruam, podem gerar bebês, são acometidas pela TPM, pelo câncer da mama e do útero. A orientação sexual e a profissão não lhes tiram da condição mulher".*[8]

É propício aqui analisar as noções de verdade presentes nos discursos políticos em questão. Tanto a autora do projeto de lei quanto os argumentos “a favor” da permanência das cadeiras tentam reconduzir as lésbicas à condição da mulher essencializada, que, apesar “das diferenças” que as marginalizam, não podem fugir ao destino biológico de mulher – a reprodução, o útero – apenas a partir dela podem ser sujeitos, podem ser reconhecidas em seus direitos de participação política.

A idéia da categoria mulher enquanto um sujeito universal caracterizado pelo corpo sexualizado pode ser vista como uma barreira que impede a construção da representação das mulheres como seres livres e atuantes. Para BUTLER (2003:19), a política feminista necessita de um sujeito, uma vez que as mulheres enquanto sujeitos jurídicos carecem de personalidade. Entretanto, diz ser importante atentar para o fato de que há uma dinâmica de produção e repressão simultâneas desse sujeito pelas estruturas de poder utilizadas para sua afirmação. Essa mesma autora diz ainda que a questão do gênero está mesclada com outros aspectos sociais dos indivíduos como as questões raciais, étnicas, sexuais, religiosas e classistas. Ela problematiza a noção singular de identidade, entendendo que “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (2003:20).

No que implicaria, a partir dessas considerações, a reivindicação de uma identidade lésbica? Poderia sugerir que essa questão deve ser analisada sob duas perspectivas: da afirmação de identidade enquanto movimentos de lésbicas e desta identidade destacada nos movimentos feministas. Parece-me extremamente difícil separar movimentos de lésbicas e movimentos feministas, pois estes, em muitos momentos, partilham dos questionamentos acerca do sexo biológico e das práticas sexuais. Assim, políticas de saúde que não partam do pressuposto de que todas as mulheres se relacionam heterossexualmente, desejando a maternidade e políticas de educação que não normatizem as meninas nos padrões femininos imutáveis e definidores de papéis, promovendo o respeito as suas individualidades, por exemplo, são questões que dizem respeito à construção do feminino (desempoderado) heterossexual (reprodutor).

Os conflitos e confusões que decorrem da identidade lésbica reivindicada nos movimentos feministas talvez sejam frutos da idéia do humano sexualizado, classificado pelo sistema que instaura essa vontade de verdade e de poder pensado por Foucault. A vivencia afetivo-sexual diversa da heterossexualidade instala as lésbicas em um lugar que simbolicamente não é o mesmo espaço de interesses coletivos das mulheres? E aqui faz-se oportuno o questionamento da feminista Tânia Swain (2000:92): O que é uma lésbica? "*mulheres que amam mulheres? Que fazem sexo com outras mulheres? Que se sentem atraídas mas não ousam o sexo? Que amam outras mulheres e fazem sexo só com homens?* Definição impossível a menos que se tome as categorizações construídas a partir dos discursos de verdades sobre a sexualidade "natural".

É importante pensar ainda que afirmar uma identidade lésbica implica no risco de engessar comportamentos, práticas sexuais e subjetividades. Quem pode ser denominada de lésbica afinal? Considerar-se ou ser considerada uma lésbica tem importância? Posso sugerir que a diluição de identidades, em discussões ainda pautadas em categorizações de sexo e papéis sexuais, beiraria perigosamente a invisibilidade. Ou então que, a partir do momento em que ser considerada heterossexual é importante na valoração do humano, entendo que afirmar uma identidade lésbica faz toda a diferença no contexto político e acadêmico de constituição de verdades sobre as mulheres. Assim, é importante pensar que a atuação das lésbicas não pode ser entendida como ações estranhas ao movimento de mulheres ou colocada na discussão feminista como espaços restritos, deslocados ou como a diferença respeitada. Tampouco essa atuação deve ser entendida como reivindicação de uma identidade lésbica com um fim em si mesma. Ao contrário, seria extremamente produtivo para a subversão do sistema opressor pautado na dicotomia sexo-gênero, pensar as experiências das lésbicas como deslocamentos das categorias de identidade desse feminino universal com características opostas ao masculino e com funções especificamente reprodutivas, a fim de construir discursos movimentadores das certezas acerca das diferenças sexuais.

[1] Trabalho apresentado como requisito parcial de conclusão da disciplina Teoria e Metodologia em História, do curso de mestrado em Estudos Feministas e de Gënero do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília.

[2] Atuação no Movimento de mulheres de Maringá e Movimento de Lésbicas de Maringá, representante do Paraná na Liga Brasileira de Lésbicas, região sul.

[3] Seminários, audiencias públicas, conferências e outros espaços de construção coletiva.

[4] Esses dois termos antagônicos foram utilizados propositalmente, uma vez que o termo *mulher* nunca implicará na representação de um coletivo de mulheres, formado pelas multiplicidades. Algumas feministas vêem a reivindicação da identidade lésbica no movimento como uma desfocalização dos objetivos das mulheres e por que não dizer, a materialização da idéia difundida de que as feministas não gostam de homens.

[5] Período em que os encontros feministas resistiam à incorporação das especificidades das mulheres, como as questões de pobreza, raça, expressão afetivo-sexual-

[6] De acordo com a autora, os feminismos são muitos e estão entrecruzados por várias correntes, as quais não se sobrepõem umas às outras, mas se entrecruzam. Ela destaca o feminismo da diferença, o feminismo radical e o feminismo da feminilitude como principais correntes das histórias das histórias dos feminismos

[7] No presente ano um projeto de lei de uma vereadora local propõe a extinção da representação das lésbicas e das profissionais do sexo no conselho da mulher. A proposta (a mesma para os dois segmentos) era a substituição das referidas cadeiras por uma cadeira única com a seguinte intitulação: representantes de organizações voltadas para a recuperação de lésbicas e profissionais do sexo. Obviamente os argumentos da vereadora não prevaleceram pois não se sustentava legalmente.

[8] Trecho retirado do artigo *Não joguem pedras na mulher*, de Maria Newnum, mestre em Teologia Prática e Conselheira no Conselho Municipal da Mulher de Maringá. www.maringanews . Publicado em 30 de Março de 2005.

Referências

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. Tradução de Roberta Barbosa. Artigo extraído da revista digital Labrys, estudos feministas, número 1-2, julho/dezembro de 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

DESCARRIES, Francine. In SWAIN, Tânia Navarro. Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural. Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista da pós-graduação em História da UNB. Volume 8, números ½, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. A vontade de saber. 16 Ed. Graal: São Paulo, 2005.

RIQUELME, Cecília. Contribuições para a história do Movimento Lésbico na América Latina. www.rimaweb.com.ar/**safopiensa.** México, 2003.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Ntes on the "Political Economy" of sex. In: REITER, Rayl. Towards an anthropology of women. New York: Mon Rewiew Press, 1975.

SWAIN, Tânia Navarro. O normal e o "abjeto": a heterossexualidade compulsória e destino biológico das mulheres? Artigo extraído da revista digital Labrys, estudos feministas, número 6, agosto/dezembro de 2004.

_____ O que é lesbianismo. Brasiliense: São Paulo, 2000.

O MST no Pontal do Paranapanema: para além da "organização institucionalizada"[1]

Maria Celma Borges - UFMS

Avanços e recuos fizeram (e fazem) parte da história de vida e de trabalho dos camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema - SP. Se os homens e mulheres assentados representam uma organização a buscar confluir interesses em prol do coletivo, por vezes se sobrepondo ao indivíduo, as conduções e interpretações da luta nem sempre foram (ou são) as mesmas, diferenciando-se conforme a posição dos sujeitos envolvidos. Daí a importância de se buscar a vivacidade do Movimento, tendo como referencial as lutas camponesas em dois assentamentos - o Che Guevara/Santa Clara e o São Bento -, ambos localizados no município de Mirante do Paranapanema, espelhando-as nas malhas da história, produzidas pelas condições objetivas e subjetivas expressas também na memória de lutas. Para tanto, neste texto, utilizo-me de fontes orais e de bibliografias que tratam do MST no cenário nacional, buscando apresentar o mosaíco de práticas e representações a dar-lhe expressão e vida.

D'Incao e Roy, ao realizarem um estudo de caso em um assentamento no estado de São Paulo[2], apresentam considerações relevantes para se pensar as relações sociais e de trabalho impostas pelas lideranças no local por eles analisado, que, conforme os dados da pesquisa, reproduziam a dependência vivida por grande parte dos camponeses no tempo anterior ao assentamento, resultando em resistências derivadas nos "comportamentos escondidos ou sorrateiros". Assinalam os autores que o que se propunha diferente, tornou-se igual, arbitrário, negação de práticas de autonomia, tão caras aos princípios do MST.

Na análise das entrevistas realizadas pelos campos do Pontal, destaca-se a forma como os assentados referem-se ao surgimento das lideranças e da militância nos acampamentos quando das relações vividas junto à "experiência da comunidade", como se

depreende da fala de Seu Nilo, assentado no Che Guevara/Santa Clara, ao apontar para o que significa o MST, o que é ser dele sujeito, orgulhando-se em expor esse sentido:

> [...] pra nascer uma liderança dentro do Movimento Sem Terra eu acho que aquela pessoa tem que ter amor por aquela luta, e aquela boa vontade dele de dizer: 'não, eu vou partir pra luta pra surgir a base do Movimento Sem Terra.' Porque nós todos, nós todos assentados, acampados e tudo tem esse direito de ter aquele orgulho de dizer: "nós somos do Movimento Sem Terra.(...) Desde quando eu entrei, a pessoa sabe que eu sou do Sem Terra, toda a vizinhança, todo conhecimento que eu tenho sabe que eu sou do Sem Terra, e ninguém me procura nada, porque sabe que se me procurar eu sei responder. Então é uma coisa que a gente pensa em ser do lado de ..., andar sempre no Movimento Sem Terra, é o que eu reconheço em mim mesmo. Eu não me envergonho de chegar em qualquer lugar, em qualquer canto, em banco, fórum, em qualquer coisa nós somos do Movimento Sem Terra. Eu me orgulho de dizer que não tenho vergonha daquilo que nós tamos fazendo, porque é uma luta nossa, uma satisfação nossa.[3]

Em vista desta entrevista, observo a necessidade de não generalizar os exemplos relacionados por D'Incao e Roy para o MST em sua totalidade, indagando sobre os limites das interpretações centradas exclusivamente na denúncia do discurso autoritário, esquecendo-se de que é preciso compreender como se constróem, ambígua e contraditoriamente, os discursos e as práticas.

Martins, discorrendo sobre a posição da Igreja em vista de seu papel de mediação estabelecido entre os movimentos sociais, a partir de suas pastorais sociais, como a indígena, a da terra e a do trabalho, enfocando ainda as práticas do Movimento Sem Terra, assinala:

> Um certo aparelhismo tomou conta dessa mediação impolítica que cumpria uma função, sem dúvida, política. O resultado foi a busca da laicização da ação dos grupos de Igreja e até mesmo a sua institucionalização como grupos seculares, como foi o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, convertidos em grupos semipartidários.[4]

Na entrevista com Zelitro, militante e dirigente do MST, indaguei acerca das considerações apresentadas por Martins para se pensar os rumos tomados pelo MST, principalmente sobre o que esse autor considera como a sua "institucionalização". Falando da simbologia do MST, o entrevistado assinala que talvez Martins tenha razão no sentido de apontá-lo como uma organização institucionalizada, caso se pense somente a questão do

assentamento e das cooperativas, mas quanto à ocupação e demais práticas vividas pelo Movimento, a crítica não se sustenta, já que:

> Com uma ação, você faz uma trajetória histórica, rompe a cerca e ocupa o latifúndio. Então isso é de uma simbologia muito forte. E isso é desobediência civil. Rompe a cerca. Então quando ocorre o assentamento - por isso que eu digo que ele pode ter razão-, há uma tendência de retorno da propriedade privada, da institucionalidade que o assentamento quer discutir (inaudível). Do Estado interferir com sua gerência, com seu modo de atuar, dos próprios créditos, de ir pro banco. Enfim, a própria cooperativa que tem sua própria legislação que enquadra, formata. Agora a ocupação [...] E o Movimento sai das ocupações e vai para as caminhadas, as marchas, os atos públicos. Desenvolve atividades culturais, realiza eventos diversos, ocupa este espaço público, agrega elementos de caráter político de dizer "fora FHC, fora FMI", de ocupar um prédio público. Que simbologia não é você protestar na frente dum Banco Central, duma Bolsa de Valor. Então é a desobediência civil. Então ao meu ver é uma grande contribuição que o Movimento [...], pro pensamento de esquerda no Brasil, com sua simbologia, com seu gesto. No dia que as outras categorias resolver fazer o mesmo, no dia em que os operários ocuparem a fábrica, por exemplo (risos), enfim, os estudantes ligados a UNE, por exemplo resolver ocupar as universidades, mas não pra discutir preço do pagamento de mensalidade, mas pra discutir que Brasil que nós queremos, e que universidade pública queremos. E, quem que é nós? (inaudível). Então, de maneira que o José de Souza Martins tenha razão em alguns aspectos, mas ele generaliza quando enfoca isso desconsiderando os outros fatores, que são, com certeza, no MST mais forte do que essa questão da institucionalidade.[5]

Navarro, semelhante a Martins, assinala que o MST não é mais um movimento social, deixou de sê-lo para tornar-se uma "organização formal de representação de interesses [...] mergulhado na institucionalidade vigente"[6] (2000, p.03). Mas, se o Movimento está mergulhado nesta "institucionalidade", e se essa, historicamente, remeteu (e remete) à preservação da ordem, como explicar a sua inversão quando da ocupação de terras, de prédios públicos, das marchas, etc? Sabe-se que ao ocupar a terra, os sem-terra ferem princípios básicos e norteadores da política, mentalidade e estrutura social e fundiária presentes na história brasileira desde tempos remotos: a defesa da propriedade privada e, conseqüentemente, do latifúndio.

Destaco a necessidade de se repensar a interpretação deste autor, por não se dispor a analisar a composição social do MST e nem ao menos dimensionar o seu interior, detendo-se na organização ou no que entende pelas lideranças, ainda que tenha exposto que a sua

preocupação estava em pensar a organização e não os sem-terra. Porém, a organização não pode se formar por esses sujeitos, ou prevalece a leitura de que só os ilustrados podem pensar e constituir-se como Movimento, na medida em que os camponeses são incapazes de fazê-lo?

Diante destas considerações, é preciso questionar se não seria a organização composta, além da assessoria, de sem-terra que brotaram das lutas nos acampamentos e assentamentos? De onde se origina a militância e a direção? De onde surge a força que faz com que o Movimento se edifique e consiga sobreviver mesmo face às fortes cargas de desqualificação sentidas desde os anos 90, tanto no espaço das ações governamentais quanto no campo científico, a exemplo dos autores relacionados? O MST se limita a ser a organização?

No trabalho de campo não foram poucas vezes em que a organização do MST confundia-se com os sujeitos, como se depreende do relato de Seu Nilo, por muitos entenderem e se sentirem parte constitutiva desse Movimento. Diante disso, quando estou tratando da organização, entendo a sua composição fundamentada nos camponeses em sua diversidade. São as pessoas comuns a dar forma a militância e a direção do Movimento. Não se nega, com isso, nas falas, a existência do “eles” para se designar a organização e do “nós” para os assentados, enquanto elementos diferenciadores, particularmente no cotidiano do assentamento e no modo como, por vezes, se conduz a luta. Mas permanece a indagação de que: se tão autoritário e reprodutor das práticas de dominação no campo brasileiro, como salientam alguns autores, de que maneira se pode compreender a forte adesão de milhares de homens e mulheres que se vêem como Movimento Sem Terra? Vêem ainda na representação do MST a esperança, mesmo diferindo, em determinados momentos da organização, particularmente no que se refere à produção coletiva, permanecendo a prática da produção familiar?

Para essa discussão, fez-se necessário, como acentuado, indagar o que representa o MST para os sujeitos a compor-lhe. O Movimento é a “massa”? A “massa” é caudatária do MST

ou tem a sua própria autonomia? A organização interna é construída no cotidiano das práticas e representações camponesas nos acampamentos e assentamentos ou é antecedida pela denominada "vanguarda", expressa na direção e na militância? Seria o termo "massa" coerente para imprimir os desejos dos sujeitos em "movimento"?

Tais questões emergiram na tese não somente na crítica às interpretações de Navarro e de Martins, dentre outros, mas também na reflexão de parte das fontes produzidas pelo MST, - a exemplo do Caderno de Formação "Elementos sobre a teoria da organização no campo", de Clodomir de Moraes (1986) - , ao reafirmar a existência dos "vícios do campesinato" e a impossibilidade das pessoas se pensarem como sujeitos, a não ser pelas ações da vanguarda.

As irmãs Ivanice e Ivanizia, assentadas no setor IV do assentamento São Bento, ao serem questionadas sobre o que significa o Movimento Sem Terra, e se são parte dele, categoricamente afirmaram:

> Ivanice: Hã, hãm. Hã, hãm. Eu sou. Eu me vejo como Movimento Sem Terra.
> Ivanizia: Com certeza, né? Porque [...]
> Ivanice: Porque quando eles faz alguma coisa contra um dos nossos, eu falo: olha tão perseguindo a gente. Então nós somos parte deles, mesmo que a gente tá aqui, a gente num faz parte mais da luta ativa, mas a gente faz parte. Porque nós tamos no assentamento. [...] E eu me vejo como Movimento Sem Terra sim. [...] Se eles vier aqui chamar a gente: 'oh, nós tá precisando de muita gente pra uma ocupação'. A gente vai. Vai sim.[7]

Tendo como base os relatos, saliento que aqueles a representar e compor a organização do MST emergiram das ocupações, dos acampamentos e dos assentamentos, em situações muito diferentes das arroladas por Martins, qual seja, a de "classe média e intelectualidade iluminista"[8]. E essa constatação talvez possa se estender para os campos do país, na medida em que, por exemplo, contrariando a lógica de suas matérias, principalmente as assinadas por Josias de Souza, observações de um artigo da "Folha de S. Paulo", no ano de 2000, sugerem uma interpretação diferenciada da enunciada por Martins para se pensar a constituição da organização do MST[9].

Conforme essa matéria: “A maioria dos ‘rapazes’ do MST, que desafiou o governo várias vezes este ano, não chegou aos 40 anos, não terminou o primeiro grau e tem ‘salário’ que varia de R$180 a R$ 400 mensais”[10]. Os dados econômicos demonstrados na reportagem possivelmente não correspondam ao explicativo da questão em sua totalidade, mas enunciam condições sociais outras que as da “classe média e intelectualidade iluminista”.

Objetivei entender “a consciência da luta e de quem quer dirigir a luta”[11] pela análise dos camponeses “que fazem essa luta”, buscando apreender a(s) forma(s) como as práticas e representações se materializam no cotidiano, entendido como um espaço conflituoso, constitutivo de valores que perpassam a esfera da família, desembocando em processos imbuídos da coletividade, como no ato da ocupação da terra e da permanência nos acampamentos, muitas vezes, por tempo indefinido, o que não lhes suprime, nesse espaço, do papel de indivíduos a assumir posições, ou mesmo quando da conquista da terra, de retornar às condições de escassez e de miséria, das quais se tentara fugir, a exemplo do repasse da terra para outro.

Nessa reflexão, compreendo a existência de individualidades e de coletividades nas diversas formas de viver o cotidiano nos assentamentos do Pontal, assim como no espaço público de lutas. As relações de vizinhança e os laços de solidariedade a romper as cercas que cercam os quintais e, conseqüentemente, as que cercam os sentidos do indivíduo e de seus sonhos, como as relações constatadas no setor I do São Bento, no grupo Santo Antônio, acenam para o campo das representações. Representações forjadas pelas condições objetivas de luta para a permanência na terra, mas também pelo desejo da liberdade, enunciadas nas práticas e nos símbolos vividos na memória de luta. Se demonstradas enquanto representações diversas das da militância e da direção, como, por exemplo, as do desejo de transformação da sociedade, as quais também não encerram uma posição única para os diversos camponeses, nem por isso são inferiores, mas diferenciadas.

Vejo, dessa maneira, a necessidade de repensar as interpretações sobre o MST, compreendendo que ele não se faz simplesmente da organização, seja a reconhecida pelo organograma do Movimento ou a liderança de "mídia", mas fundamentalmente por homens, mulheres e crianças. Por aqueles que representam e se vêem nesse movimento e organização social. É preciso, assim, refletir sobre as múltiplas dimensões que o sujeito carrega no processo de lutas. Ser "sem-terra" em meio à luta deriva da vivência dos fatores objetivos advindos da miséria (da opressão, da exclusão social, etc.), denunciados tanto nas condições objetivas de carência material e na busca de inversão dessa situação pelo enfrentamento, quanto nos fatores subjetivos (os desejos, as esperanças, o cuidado, os sonhos, as utopias) que o conduz por caminhos que, se cruzam e se encontram junto ao Movimento.

Objetividades e subjetividades se encontram dando contorno ao sujeito em movimento e na luta por seus interesses, assim como nas práticas junto ao coletivo. Partir dessa premissa é compreender que são os homens e mulheres sem-terra, posteriormente assentados, que tecem a sua história junto a organização, possibilitando uma compreensão que ultrapasse o conceito de "massa". Isto, por entender que o MST se movimenta pela composição de sujeitos a inter-relacionar valores, os quais, sendo subjetivos, no fazer-se da história conjugam-se na luta pela conquista de condições objetivas, duramente negadas para muitos, passando a representar a duplicidade e a ambigüidade que o movimento de luta carrega.

Entendo que se faz necessário apreender o homem na sua completude: não há um ser econômico, um ser social, um ser político, um ser cultural, como elementos dissociados, como se fosse possível separá-lo das múltiplas possibilidades da vida. Por compor-se dessa completude, dessa inter-relação, o sujeito apresenta a sua complexidade. Enquanto seres ambíguos há, assim, uma inviabilidade para a cristalização de interpretações que, quando impostas como evidenciadoras das potencialidades da história, apresentam-se mais como camisa-de-força do que instrumento para a transformação social. Apreender a dimensão dos valores sinaliza ainda para a compreensão de que se há a ambigüidade, ela não pode, por

outro lado, ser justificadora da violência, a exemplo do que faz o latifúndio nas suas diversas vertentes: da terra, da saúde, da educação, dos meios de comunicação, etc.

Compreendo que tanto os sonhos da militância e da direção, carregados da mística e do desejo da transformação social, quanto o cotidiano vivido pelos assentados na lida com a terra, ao serem entoados nos relatos, conjugam-se para explicitar a dinamicidade do MST, correlacionando dimensões da vida camponesa. Não seria possível analisar essa história, se eu não recorresse às pessoas comuns, as quais não estiveram (e nem estão) presentes na mídia, mas no interior das ocupações e dos barracos, pelas estradas, pelas praças, pela terra. Impossível seria se eu não recorresse também à fala da militância e da direção, daqueles que, dispondo a sua vida num rito de entrega ao Movimento, contribuíram (e contribuem) para a organização das práticas e representações, enunciadas no desejo de transformação da realidade. Entendo que se ambas as dimensões, tanto a da militância e da direção no sonho da transformação social, quanto a da conquista da terra proveniente dos que nos acampamentos chegavam, não estivessem conjugadas, impossibilitariam o nascimento desse Movimento no Pontal, questão que pode ser generalizada para as práticas constitutivas do MST pelo país.

---

[1] Este texto resulta de parte do Doutorado, defendido em 2004, no Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Assis, quando discuti as práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema – SP.
[2] D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós cidadãos**, aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Os autores não especificam, em nenhum momento, o assentamento que está sendo pesquisado, limitando-se a localizá-lo somente no âmbito do estado de São Paulo. Entretanto, numa reflexão do texto de D'INCAO. M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Lua Nova**, n.23, Março de 1991, é possível pressupor, a partir das informações nele constantes, que o local analisado refere-se ao assentamento de Porto Feliz, localizado a 110 Km de São Paulo.
[3] ENTREVISTA. Nilo e Alzira. Che Guevara/Santa Clara, 02/06/2001.
[4] MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária – o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000, p.77..
[5] ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.
[6] NAVARRO, Z**. MST: decifrar é preciso.** UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Maio de 2000, p.3. (mimeografado)
[7] ENTREVISTA. Ivanice e Ivanísia. São Bento, setor IV, 02/07/2002
[8] MARTINS, J. S. op. cit, p. 231.
[9] CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000, p.90, discutindo a formação dos sem-terra, acentua: "os sem-terra que cortam cercas, ocupam terras, enfrentam conflitos com o Estado e os latifundiários, são também aqueles que se tornam dirigentes de empresas, que negociam em Bancos, que fazem parcerias, que contratam técnicos e discutem as diretrizes de sua assessoria, que organizam sua produção em agroindústrias e que chegam até a regular mercados regionais através da produção agrícola que comandam".
[10] SILVA, Eliane. Sem-terra têm tomada de decisão descentralizada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de Out. 2000. A, Brasil, p.4.
[11] MARTINS, J. S. op. cit, p.231.

ACERCA DA GUERRA E DA PAZ NAS CRÔNICAS JESUÍTICAS DAS REDUÇÕES.
O Caso da Conquista Espiritual de Montoya

Maria Cristina Bohn Martins[1] - PPG-UNISINOS

Desde a época pré-hispânica, a província do Paraguai encontrava-se povoada por grupos indígenas, pertencentes à grande família Tupi-guarani que fizeram das áreas de bons solos da floresta subcadocifólia subtropical e tropical, seu habitat por excelência. Num processo de "colonização dinâmica", estenderam rapidamente sua área de ocupação, deslocando ou incorporando populações de economias mais simples. Ocuparam, assim, as áreas entre os rios Paraguai e Paraná, as margens do Rio Uruguai e também as ilhas do Paraná até a embocadura do Prata. O Rio Paraguai constituía aí, uma fronteira cultural e ecológica potencialmente conflitiva: na sua margem ocidental estavam os canoeiros-pescadores payaguás e os caçadores nômades guaicurus, enquanto na oriental estavam os caçadores-cultivadores guaranis, vivendo em aldeias constituídas por linhagens aparentadas entre si.

De acordo com André Luis Soares (1997), podemos discriminar distintos graus de complexidade na organização social guarani, com seus correspondentes em nível das lideranças de cada um destes graus. Num primeiro nível estaria a família extensa ou *teýy*, que poderia albergar até sessenta famílias nucleares e cuja liderança está relacionada ao "pai da linhagem" ou *teýy-ru*; a seguir encontramos a aldeia ou *amundá*, como espaço social que reúne as famílias extensas, sendo o *tuvichá* o seu principal. A reunião das famílias extensas em povoados estreitava os vínculos de parentesco e reciprocidade, além de contribuir para a proteção e segurança da coletividade. Um conjunto das aldeias e o seu território de domínio, formava o *teko'a,* e o conjunto destes, províncias ou *guarás*, como expressão de uma área de maior abrangência. Cada uma destas províncias representava a região sobre a qual estavam implícitos o direito à terra cultivável e à exclusividade das zonas de caça, de certa forma determinando os limites dos deslocamentos das famílias em busca de novas roças. Aos guarás estaria associado o termo *tuvichá-ruvichá* ou *mburuvichá*, expressando a idéia de "*cacique*

entre os caciques"[2]. Constituindo-se em territórios geográficos bem definidos, os guarás conformavam, à época da Conquista espanhola, províncias designadas por nomes próprios: *Cario*, *Tobatin, Itatim, Guarambaré*[3], etc.

Montoya, ao referir-se a Província de Tayoaba, esclarece:

"*Este era o nome de um dos caciques principais, governador de muitos povos, do qual toda aquela província tomou seu nome próprio. (...) Tinha ela um número de gente quase infinito, a qual se achava com os costumes gentios em plena observância, era muito guerreira e possuía a prática de comer carne humana*"[4].

No interior do guará reinava uma reciprocidade positiva, evidenciada através da rede de convites para as grandes festas que reuniam os parentes e aliados, consolidavam os laços sociais e as alianças políticas. Igualmente importante era a conjugação de esforços para a defesa territorial, pois *"todo el espacio externo fuera de la Guará estaba atravesado por la violência interétnica, la resistencia intertribal defensiva y la antropofagia que instauraba la sed de venganza y la reciprocidad negativa como forma de relación social con los enemigos*"[5].

Para Avellaneda, os guaranis "*inmersos en un estado conflictivo (…) con las tribus vecinas, conformaban una sociedad de guerreros, donde (…) el coraje en los enfrentamientos constituían los valores más preciados*"[6]. Por isto, convocar aliados para as guerras, exercer a vingança, assim como o dom, estava na base da autoridade dos seus *morubixabas*.

A primeira referência histórica conhecida para estes grupos, sobre os quais prevalecerá o nome da língua que compartilhavam, o guarani, data de 1528: "*Aqui con nosotros está otra generación que son nuestros amigos, los cualles se llaman Guarenís (...): éstos andan dellamados por esta tierra, y por otras muchas, como corsarios a causa de ser enemigos de todas estotras naciones(…) son gente muy traidora (…) estos señorean gran parte de la India y confinan con los que habitan la Sierra*[7]"

O conjunto das notícias produzido neste contexto inicial - que Meliá[8] qualifica como "etnologia da conquista" - pode ser dividido em dois momentos, sendo o primeiro aquele em que os índios aparecem como potenciais aliados na exploração dos caminhos que levassem à

cobiçada Serra da Prata (Ramirez: 1528; Diego Garcia: 1530; Schmidl: 1534 e Cabeza de Vaca: 1542). Logo depois, à medida que se afirmava a situação colonial e era implantado o regime da *encomienda*, a precária aliança anterior dá lugar a relações de conflito e rebelião por parte dos indígenas. É compreensível que, nos dois casos, o comportamento belicoso dos índios chamasse a atenção, assim como o fez entre os missionários da Cia de Jesus que, em suas primeiras incursões entre os guaranis, observaram e registraram notícias a este respeito.

Dentre os escritos dos jesuítas desta Província, os que procedem dos anos iniciais são os mais ricos no que se poderia definir como "conteúdo etnográfico". Como tem salientado Meliá (1988), as referências aos índios aparecem sempre em contraste com o que se entendia como vida "humana", e não se pode ler o registro missionário fora desta perspectiva. É este o caso de um Informe[9], de 1620, em que o missionário, expressando sua convicção de que a catequese era o caminho pra redimir os guaranis de vários de seus vícios[10], não só reafirma observações anteriores sobre as relações entre eles e as demais etnias da área, como noticia o estado de conflitividade estabelecido com os povoadores espanhóis[11]:

"Es gente valerosa en la guerra y donde quiera que estan tienen sujetas las naciones çircunveçinas. son altivos y soberbios y a todas naçiones llaman esclavos sino es al español, pero no le quiere llamar señor sino cuñado o sobriño porque diçen que solo dios es su señor. Porque como he dicho el ayudar al español y admitirle en sus tierras fue por via de cuñadasgo y parentesco. Empero después viendo los indios que los españoles no los trataban como a cuñados y parientes sino como a criados se començaron a retirar y no querer servir al español. el español quiço obligarle: tomaron las armas los unos y los otros y de aquí se fue encendiendo la guerra la qual ha perseverado casi hasta agora"[12].

"La Provincia del Parana es toda gente Guarani gente Bellicosa que siempre ha sustentado la guerra contra el español. estos indios tenian sujetas todas las naçiones que estaban el rio Parana abajo y muchas veçes tubieron a ponto de despoblar la çiudad de san juan de vera. También tenían tomado el passo de este Rio del Paraguay de manera que no se podia entrar ni salir sino con escolta de gente y a veçes con todo este resguardo quedaban muertos o pressos los que navegaban este rrio. …"[13].

Documentos desta ordem, assim como as cartas anuas, referentes às primeiras "fundações", ao registrarem momentos de encontros iniciais junto à parcialidades ainda pouco ou nada conhecidas pela sociedade ocidental, possibilitam, pois, uma "entrada" junto ao guarani

ainda não conquistado e reduzido. Em boa parte, elas se referem a circunstâncias de intenso conflito, não apenas quanto a oposição estabelecida por lideranças indígenas frente a proposta de redução com que lhes chegavam os padres, como quanto aos ataques dos bandeirantes aos povoados do Guairá, Itatim e Tape.

É este o caso, também, da 'Conquista Espiritual" (1639), escrita por Antônio Ruiz de Montoya. Apesar da sua importância, um registro de primeira mão sobre as atividades missionárias, a obra não é uma obra de história, e as suas imprecisões, seu pouco apego à cronologia, e especialmente suas constantes referências ao sobrenatural, não recomendam que seja consultada nesta expectativa. Também não é fácil propor-se a ela uma leitura em busca de claras descrições etnológicas. Quase invariavelmente, as características do "modo de ser" guarani (MELIÁ, 1987) aparecem apenas na medida em que elas apresentam em contraste com o que vinha ser o objetivo da "modelação" moral e espiritual dos nativos.

Montoya, contudo, é um observador arguto. Ele esclarece, por exemplo, que, embora vivessem em povoações pequenas, não faltava aos guaranis um sistema de chefia e autoridade[14], relativizando, assim, a impressão dos primeiros cronistas espanhóis acerca da organização – ou falta de organização – política das populações com as quais iam entrando em contato. Os "principais" ocupam a atenção do autor em vários momentos, seja na qualidade de opositores aos padres, seja como aliados, que os jesuítas, aliás, reconhecem como fundamentais para o sucesso de suas ações.

Os relatos da "Conquista" cobrem um período de tempo marcado por intensos conflitos, tanto opondo os guaranis das reduções a outros índios não convertidos, quanto por conta dos assaltos dos bandeirantes luso-brasileiros. Desta forma, podemos, no primeiro caso, acompanhar que as entradas dos padres em territórios de grupos que pretendiam reduzir, e para as quais se faziam acompanhar de contingentes de guaranis neófitos, podiam desencadear ferozes combates[15]. Quando nem a cooptação dos chefes locais, nem a força das armas eram suficientes, a Providência Divina, agindo pela mão dos padres, era o instrumento

capaz de "*amansar leões, domesticar tigres, e fazer de feras selváticas homens e até mesmo anjos*". [16] Percebe-se que a oposição monte (mata) x redução, serve nele, como em outros textos jesuíticos da época, para criar ou dizer diferenças qualitativas recorrentes, que reforçam constantemente as atitudes belicosas do gentio ainda não tocado pela graça da conversão. Porém, se as guerras tribais eram sinônimas de barbárie, elas encontram justificação quando feitas em torno da defesa dos princípios e interesses sustentados pelos missionários, como no caso das ações de proselitismo que contam com o apoio de índios das reduções.

É, também, o que se percebe quando da expedição punitiva organizada em 1635 contra os responsáveis pela morte do Padre Cristóvão de Mendonza, um dos agentes da expansão das reduções pelo Tape: "*Para vingá-lo, apresentaram-se logo mais de 1400 índios de guerra, recomendando-lhes os padres que não fizessem mal a ninguém, mas tratassem apenas de resgatar o corpo do santo padre. Acharam eles os inimigos mais que prevenidos, (...) fizeram os nossos uma matança muito cruel, sendo que entre eles morreram todos os que haviam martirizado o padre*[17]". Ao líder do líder do grupo hostil aos jesuítas, Tuyubay, o cacique de São Miguel, Guaybicang, reservou o castigo comum aos inimigos de guerra, quebrando-lhe a cabeça com um porrete. Vê-se que, embora sejam sempre reforçadas as atitudes belicosas daqueles ainda não convertidos[18], mesmo o "exército de fiéis" podia cometer excessos, o que sugere que a ascendência que os padres tinham sobre os índios, tinha seus limites.

Apesar dos possíveis excessos cometidos pelos índios em combate, Montoya insiste na diferença entre a gente selvagem que vive na mata, e a gente pacífica que vive nas áreas abertas da redução, como quando afirma ter sido preciso mobilizar "*um bom número de fiéis*" para reprimir a ação de outro grupo que andava "*pelos campos e montes em manadas, à maneira de cães selvagens. Entram de súbito nos povoados e acometem como feras ao rebanho, fazendo suas presas*[19]". Os vitoriosos guaranis, não parecem ter dispensado caridade cristã aos derrotados: "*de gente infiel morta e cativa houve muita*"[20]. Vê-se que, na defesa de um modo de vida honesto, tal como considerava o jesuíta representarem as reduções, a guerra

e a violência poderiam ser aceitos. Percebe-se, também, que nem sempre a orientação dos religiosos era suficiente para controlar práticas tradicionais dos guaranis frente aos inimigos.

Na província de Tayoaba, " *(...) a qual se achava com os costumes gentios em plena observância, era muito guerreira e possuía grande prática em comer carne humana*", foram necessárias três tentativas para que o padre tivesse êxito em vencer às "juntas" de infiéis e fundar aí um povoado. Contra a "*fúria daqueles tigres*", contudo, não foi a força das armas que conduziu a vitória, mas o auxílio invocado aos Sete Arcanjos, a quem foi dedicada povoação:

"*Fundamos ali uma povoação de 2000 vizinhos e de covas de feras, em que se haviam visto senão bebedeiras, desonestidades, inimizades, mortes, banquetes de uns pelos outros ou canibalismos. (...) Vivendo antes numa inquietude contínua, agora já feita aquela terra um paraíso, ouviu-se a palavra de Deus na igreja. Em suas casas, antes de adormecer, os índios rezavam em voz alta (...) e o mesmo faziam ao despertar. Em vez de afiarem os ossos humanos para suas setas, já lavravam ou fabricavam cruzes para as levarem ao pescoço, ...*"[21].

Enquanto a guerra aparecia como medida última para tratar com grupos infiéis, e apenas quando a pregação e os regalos não tinham resultado, outro plano em que ela se faz presente ao longo do texto da Conquista, diz respeito às incursões bandeirantes que passam a ocupar, a partir de determinado momento, como ameaça ao trabalho de evangelização, o lugar antes reservado ao gentio. Assim, os qualificativos que anteriormente serviam para designar os grupos indígenas refratários, transferem-se, agora aos paulistas: "*Cevados nos índios, aqueles lobos trataram de destruir aos espanhóis".* Por sua vez, assim como as reduções são o contraponto da vida na selva, São Paulo, de onde se originam as expedições, aparece como espaço que permite viver fora das normas de virtude e humanidade: lugar onde agregaram-se àqueles que querem viver "*com liberdade e desafogo e sem qualquer aprêmio da virtude*"[22]. Já os guaranis, que antes eram apresentados como "gente guerreira", capazes de articular perigosas alianças ofensivas e defensivas, aparecem, na circunstância atual, impossibilitados de reagir aos assaltos mamelucos, tendo que, a partir de 1631, recuarem da região do Guairá.

A parte final da Conquista remete aos ataques reiniciados em 1636, atingindo agora, as povoações do Tape. Ao longo dela observamos tentativas mais articuladas, embora

infrutíferas, de reação e contenção dos paulistas. Ao chegarem estes à Redução de Jesus Maria, os guaranis, tendo notícias de sua aproximação, encontram-se parcialmente preparados para resistir, tendo construído, inclusive, um pequeno fosso. Os paulistas entraram no povoado ao som de "*caixa, de bandeira desfraldada e em ordem militar, já disparando armas e, sem aguardarem parlamentação, atacando a igreja com a detonação de seus mosquetes*"[23]. Nesta oportunidade, Montoya ressalta a valentia dos sitiados, o que levou a que, depois de 6 horas de combate, os agressores, como último recurso, ateassem fogo à igreja.

Ao descrever o ataque final contra os índios, agora fora da proteção dos muros do templo, ele reserva para os bandeirantes, palavras duras como "possessos do demônio", "tigres ferozes", "lobos" e "homicidas" [24],muitas das quais serviram antes para designar os índios. Ocorre aí uma verdadeira inversão de representações, na qual os "selvagens" passam a constituir a própria imagem da devoção, ao contrário dos cristãos. Montoya não duvida nunca da sincera conversão dos índios, mas questiona a fé dos bandeirantes, acusados de cometerem verdadeiros sacrilégios. Podemos dizer que, enquanto sua representação dos índios oferece facetas mais complexas, não havendo uma, mas várias imagens suas presentes na Conquista, os bandeirantes aparecem como o outro absoluto e fonte de toda maldade.

As circunstâncias que especificam a confecção da Conquista - as dificuldades iniciais da catequese e do aldeamento dos índios, os ataques bandeirantes e a necessidade política de obter respaldo da Corte - não impedem que ela sirva para informar acerca de elementos importantes sobre as práticas de guerra dos índios. Embora a obra não os tenha como objeto – e sim o protagonismo dos jesuítas ou, quem sabe, da própria Providência Divina, agindo pelas suas mãos -, ela nos permite perceber, alguns elementos centrais das práticas de guerra dos guaranis, tais como, o papel das lideranças e da vingança, a importância das alianças, dos "alardes" e das convocatórias. Ela também serve como referência para redimensionar questões como a da busca de uma "identidade guarani", pois que as ações do grupo aparecem aqui

cindidas em conflitos de interesse entre os partidários das reduções e seus oponentes. Neste sentido, a Conquista nos convida a que reflitamos, seguindo os passos de Regina Celestino de Almeida[25], sobre os complexos processos de adaptação, mas também de negociação, protagonizados por missionários e indígenas.

---

[1] Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
[2] SOARES, André.*Guarani. Organização social e arqueologia*. Porto Alegre: EDIPURS, 1997. p.122- 123
[3] SUSNIK, Branislava. Guerra, Transito, Subsitencia. Ambito americano. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 2000.
[4] MONTOYA, Antonio Ruiz de. Conquista Espiritual. Feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape (1639). Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985, p. 110.
[5] AVELLANEDA, Mercedes. El ejercito guarani de las reducciones jesuítas del Paraguay en el siglo XVII. História Unisinos. v.9, n.1, 2005, p. 19-34, p. 20.
[6] AVELLANEDA, op. cit., p. 21.
[7]apud: MELIÁ, Bartomeu. *El Guarani. Conquistado y Reducido*. Ensayos de Etnohistoria. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos/Universidad Católica, 1988. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, v. 5, p. 21.
[8] Ver: MELIÁ, op. cit., pp. 21-23.
[9] Relacion en que se da cuenta de las ciudades de la gobernación del Paraguay y de sus indios y del estado q. tinenen (…)desiembre de 1620 años en respuesta de lo q. a cerca desto pregunto su mag.d.. In: CORTESÃO, J. *Manuscritos da Coleção de Angelis*. RJ: Biblioteca Nacional, 1951, pp. 162 -172. Doravante: MCAI
[10] *A estos indios les oponen que son borrachos, olgaçanes, hechizeros mentirosos y siempre estan pensando en maliçia y en trayciones, y otros mill males que les imponen*".(MCA I, p. 168)
[11] Importa frisar que, para o missionário, tanto quanto os guaranis, também os espanhóis parecem estar fora do que se entendia como vida humana: *"Viendose los españoles abundosos en comida de la tierra, y con tantas mancebas no aspiraron a mas, contentandose con un poco de lienço de algodón teñido de negro para su vestido: e como estaban en el Parayso de mahoma se governaban a su modo,(…) prendiendose y matandose unos a otros,(…)*".(MCA I, p. 163) "*Los españoles de esta tierra como casi todos tocan en indio salen en mucha cosa a sus aguelos y assi son enemigos del trabajo, inconstantes en lo que emprenden, descuydados, no miran mas de a lo presente (…)*". (MCA I, p. 164)
[12] MCA I: p. 166
[13] MCA I, p. 169
[14] "*Viviam, e hoje ainda vivem os gentios em povoações muito pequenas, (...), mas não sem governo. Tinham eles seus caciques, em quem todos reconhecem nobreza herdada de seus maiores, com o fundamento de que haviam tido vassalos e governado povo*". (MONTOYA, 1639, 1985, p. 52)
[15] É o que acontece quando da tentativa de Montoya de catequizar a gente da Província de Tayoaba. Embora contando com a adesão do principal da região, Montoya e seu grupo terão de enfrentar a oposição de Guiraberá e daqueles que o seguem, os quais entraram em combate com os índios que acompanhavam o missionário.
[16] Montoya, op. cit., p.168.
[17] Montoya, op. cit., p. 236
[18] É o caso de Miguel Artiguaye, que ameaçava o povoamento de Santo Inácio em seus dias iniciais, buscando convencer a outros caciques da necessidade de expulsar os missionários da região. Segundo Montoya, os padres "*como cordeiros*", ouviam os "*os uivos desse lobo*": "*Já não se pode agüentar a liberdade dos que, em nossas próprias terras, querem levar-nos a viver segundo sua ruim maneira de vida"*[18] Montoya, op. cit., p.58).
[19] Montoya, op. cit., p. 237
[20] Montoya, op. cit., p. 237
[21] MONTOYA, op. cit, p. p. 124
[22] MONTOYA, op. cit, p. p. 125.
[23] MONTOYA, op. cit, p. p. 243
[24] MONTOYA, op. cit, p. p. 243
[25] ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses Indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

A LENDA DO PÉ DE GARRAFA

Maria Cristina de Aguiar Campos
Cefet-MT

O que seria o mundo, se privado
Do que é úmido e selvagem? Deixem que existam,
Ah, deixem que existam, selvageria e umidade;
Que ainda vivam muito as ervas e o deserto.

Gerard Manley Hopkins

Pé de Garrafa é um ser lendário e misterioso, conhecido no sertão brasileiro em uma faixa que vai de Mato Grosso aos Estados do Piauí e Maranhão, passando por Minas Gerais[1]. Este artigo faz uma leitura desta lenda a partir de dados compilados de fontes orais e escritas em Mato Grosso, particularmente na tradicional Baixada Cuiabana[2] e seu entorno.

Os relatos mais antigos sobre o Pé de Garrafa coletados remontam ao extrativismo em Mato Grosso, no pós-guerra contra o Paraguai, quando foi franqueada a navegação pela Bacia do Prata, intensificando o comércio. Liga-se à extração da poaia (*Cephaeles ipecacuanha*), também conhecida como ipecacuanha ou ipeca, raiz de um pequeno arbusto rica em emetina, substância que compõe medicamentos utilizados na cura de coqueluche, bronquite e disenteria. Os índios da América do Sul já a utilizavam e, no final do século XIX, as indústrias farmacêuticas européias intensificaram sua importação. No Brasil, especialmente em Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo, Pará e Amazonas, essa planta vicejava naturalmente; a coleta desordenada praticamente provocou sua extinção e gerou lendárias histórias, contadas por escravos e mateiros que se aventuraram nas selvas oitocentistas.

Em Mato Grosso, era nativa em "extenso território situado entre as bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Guaporé, com destaque para a região de Cáceres, Barra de Bugres, Tangará da Serra, Vila Bela e até mesmo Cuiabá"[3]. A poaia crescia em matas densas e úmidas, em lugares sombrios e sempre em companhia. Um de seus dispersores era um pássaro aurinegro denominado, como seus coletores, 'poaieiro' (*Lipaugus vociferans*), considerado auxiliar de quem

buscava encontrar o arbusto nas matas sombrias. O seu pio era interpretado "como sinal de aproximação de sítios de concentração em reboleiras férteis. De mais a mais, alimenta-se com a sua baga esbranquiçada, propiciando maior propagação da espécie" (ibid., p. 490).

A colheita da raiz era "feita pelos índios e pelos negros, escravos dos fazendeiros da vizinhança, durante o ano todo, porém especialmente logo depois do tempo das chuvas", principalmente "[...] na quadra chuvosa, de novembro a março, preferida para a safra, por se achar a terra empapada e fofa, própria a ser facilmente esgaravatada a pontaços de saracuá[4]"[5] .

Semelhante ao seringueiro, o poaieiro enfrentava inúmeros perigos na Mata da Poaia, na jornada que levava cerca de seis meses. Havia as picadas de borrachudos, mutucas e mosquitos brancos, "astuciosos no varar os mosqueteiros"; lambe-olhos, causadores de conjuntivites, entre outros (ibid., p. 490). A atenção aos sons da mata era grande, pois qualquer descuido poderia ser fatal: cobras venenosas, onças traiçoeiras e o temido Pé de Garrafa:

> E ao entardecer apressa-se em tornar ao ponto central da 'feitoria', caso não o desnorteie o Pé de Garrafa, duende capaz de acometer os mais destemidos mateiros.
> Ninguém que o veja regressará assisado ao convívio dos amigos. Todavia descrevem-se como unipedal mostrengo de aparência humana, que deixa rastro semelhante ao molde de fundo de garrafa. Só se mostra aos predestinados a trágico fim.
> Verificar-lhe as medonhas feições não será permitido a quem evite perder o rumo do costumeiro abrigo. Ainda que o lendário inimigo não consiga estreitá-lo de encontro ao seu peito cabeludo, para lhe sugar vorazmente os olhos e deixá-lo estendido para pasto de famintos carniceiros, o poaieiro a quem apareça não mais acertará o caminho do rancho. Só os sezonáticos, no paroxismo dos acessos febris, conseguem vê-lo impunemente, quando a realidade se lhes depara fantasticamente colorida pelo delírio (ibid., p. 492).

Câmara Cascudo[6] insere-o no Ciclo dos Monstros, descrevendo-o assim:

> O Pé de Garrafa é um ente misterioso que vive nas matas e capoeiras. Não o vêem ou o vêem raríssimamente. Ouvem sempre seus gritos estrídulos ora amedrontadores ou tão familiares que os caçadores procuram-no, certos de tratar-se de um companheiro transviado. E quanto mais rebuscam menos o grito lhes serve de guia, pois, multiplicado em todas as direções, atordoa, desvaira, enlouquece. Os caçadores terminam perdidos ou voltam à casa depois de luta áspera para reencontrar a estrada habitual. Sabem tratar-se do Pede Garrafa porque este deixa sua passagem sinalada por um rastro redondo, profundo, lembrando perfeitamente um

> fundo de garrafa. Supõem que o singular fantasma tenha as extremidades circulares, maciças, fixando vestígios inconfundíveis. Vale Cabral, um dos primeiros a estudar o Pé de Garrafa, disse-o natural do Piauí, morando nas matas como o Caapora e devia ser de estatura invulgar, a deduzir-se da pegada enorme que ficava na areia ou no barro mole do massapé.
> O Dr. Alípio de Miranda Ribeiro foi encontrar o Pé de Garrafa em Jacobina, no Mato Grosso. Seu informante, Sebastião Alves Correia, administrador da fazenda, fez uma descrição mais ou menos completa. O Pé de Garrafa 'tem a figura dum homem; é completamente cabeludo e só possui uma única perna, a qual termina em casco em forma de fundo de garrafa'.
> É uma variante do Mapinguari e do Capelobo. Grita, anda na mata e tem o rastro circular. Não há informação se o Pé de Garrafa mata para comer ou é inofensivo.

Ainda que fortemente presente nas antigas narrativas relacionadas à Mata da Poaia, o Pé de Garrafa se caracteriza por ser uma entidade protetora das matas em geral, bastante temido, principalmente por caçadores. Segundo os depoimentos, possui poder sobre os ventos e certas plantas, como alguns cipós e o pau de perdiz (*Simarouba versicolor*), nome que os pantaneiros poconeanos atribuem ao fato de que, se o sujeito estiver na mata e tocar nesta árvore, desnorteia-se e fica perdido, tornando-se presa fácil do 'bicho', além de se associar à ave de nome homólogo – perdiz. Afirmam também que a pegada circular é uma estratégia para confundir as pessoas, uma vez que, só pelo rastro, não se sabe que direção o bicho tomou.

Suas feições não são passíveis de descrição, uma vez que possui o corpo todo coberto de pêlos, mas há quem afirme que seus olhos são vermelhos, ou refletem no escuro um brilho avermelhado. O único lugar do corpo limpo de pêlos é o umbigo, seu calcanhar de Aquiles, alvo fatal para ele. Dizem que tem os cabelos longos. Ao se sentir ameaçado, joga-os para a frente a fim de proteger o umbigo, tornando-se então invulnerável, protegido pela massa de pêlos escuros. Imita as vozes das pessoas e emite gritos assustadores. Costuma devorar os olhos e o cérebro de suas vítimas, após arrancar suas cabeças.

Apesar de, em geral, apresentar a aparência identificada acima, ele possui uma fluidez que permite com que desapareça ou mude de estatura, agigantando-se ou reduzindo-se, conforme a situação. É preciso não se esquecer de que ele é um *encantado*[7], ou seja, um ser de outra dimensão. Haug[8], em Chapada dos Guimarães-MT, recolheu várias descrições que mostram as variações de sua aparência e apresentação:

O *Pé de Garrafa* tem as seguintes características:

1º - *O corpo parece de gente. É muito cabeludo. Tem uma só perna e o pé como fundo de garrafa. Uns contam que já viram o rastro no caminho e outros que ouviram o grito dele.*

2º - *É um bicho que tem um pé só. O pé dele é de forma de um fundo de garrafa. Ele anda toda a sexta-feira para dar medo à gente.*

3º - *É um bicho que dá um grito, com 20 quilômetros longe de você, e quando você escuta, já está perto de você. É um bicho com pé de garrafa, por isso tem o nome Pé de Garrafa.*

4º - *Tem um pé só. O pé dele parece com um fundo de garrafa. Ele pega as pessoas e come. Ele só pode morrer acertando um tiro no umbigo. Ele anda fazendo barulho e parece que rasta um couro. Ele aparece nas sextas-feiras à meia-noite para quem é desobediente.*

5º - *Eu já vi muita gente falar no Pé de Garrafa. Dizem que é um homem alto, que tem um cocho na cabeça. Ele tem as pernas de garrafa, que ele anda e não quebra. Sabe por que que ele tem o cocho na cabeça? Para matar gente e jogar dentro do cocho, para quando chegar no lugar onde ele se acampa. Chega lá ele faz uma caieira de fogo e com 15 minuto ele come e sai para caçar mais. O Pé de Garrafa, quando escuta barulho do caçador, ele dá um sobio que estronda toda a mata e o pobre do caçador, pensando que é seu companheiro, vai chegando por perto. Quando o Pé de Garrafa encontra o caçador, ele pega o caçador e mata e joga no cocho e vai-se embora para comê-lo bem sossegado.*

Há também o *Troá*. Dizem dele: *é um preto, de um pé só. Diz-se que come gente*. Em outra versão: *é um bicho que não tem os dois pés. Seu rastro parece um fundo de garrafa. Entre 11,30 horas e meia-noite, ele grita. Grita muito alto, fino e longamente, durante uma, duas horas, dependendo do lugar em que está. Se estiver em cima de uma serra, o grito é bem mais longo. Ele voa. Seu vôo é horrível. Pesado, como o de uma ema molhada. Primeiro grita, depois voa. Carrega crianças e amamenta-se do leite das mulheres*. Numa terceira versão: *Troá cava paredes para comer a gente dentro de casa. Suas unhas são venenosas. Tira a gente com suas unhas para levar à boca. Ronca tão feio que o corpo da gente até se arrepia. Dá roncos fortes que a gente corre tão duro* [rápido, ligeiro] *de medo de ser comido por ele. Também diz que o Troá parece em forma de bicho espinhudo. Ele só aparece nas noites escuras, sem luar. Dizem também que o Troá quando vê gente, começa a gritar e a jogar espinhos por todo o seu lado*. E, numa quinta versão: *ele é um bicho de uma perna só, que anda pulando como saci. Do abedome para cima parece gente, com os cabelos grandes, até a cintura. A face, ninguém vê a cara dele. Quando quer pegar uma pessoa, ele joga o cabelo para trás e regala os olhos com a boca aberta e dentes arreganhados e atrai a pessoa até comer* (Haug, 1983, p. 50-51).

Em Chapada dos Guimarães-MT, o Pé de Garrafa é identificado com o Troá, também descrito como um pássaro gigantesco, do tipo pré-histórico, que mora em cavernas ou *locas*

de pedra. Raramente é visto, pois só sai à noite, mas possui um grito medonho que *troa* (ressoa) nos paredões.

Câmara Cascudo (2002) aponta o Pé-de-Garrafa como uma variante do Mapinguari e do Capelobo, e Corso (2002) conecta-o ao Berrador, Caipora e Saci. Pode-se também associá-lo ao Lobisomem, entre outros. Percebe-se que há um extenso semantismo manifestado na (con)fusão das fontes orais, que ocorre freqüentemente: por exemplo, quando estão contando uma história sobre o Pé-de-Garrafa, de repente, sem perceberem, começam a falar do Lobisomem.

Para quem se dedica aos estudos do imaginário, é importante levantar os símbolos que se agregam num determinado semantismo ou numa confluência deles, para então proceder a uma leitura, estabelecendo associações e identificando o arquétipo ou mito ao qual se ligam[9]. O Pé de Garrafa se relaciona ao arquétipo do homem natural ou selvagem, pertencente à esfera do "campo magnético do masculino profundo" (Bly, 1991[10]). O Homem Natural é a porta para a rusticidade na natureza, mas também se pode afirmar que ele é a própria natureza. Ele é o protetor masculino da terra (ibid., p. 213).

Existe uma necessidade humana de ritos de iniciação que marcam indelevelmente as mudanças psicológicas necessárias ao amadurecimento. Para as mulheres é mais fácil, porque a menstruação (marca da passagem de menina para mulher) e a concepção (marca da passagem de filha para mãe) levam-nas, biológica e naturalmente, a realizar esse percurso. Já com os homens é diferente, pois eles necessitam de sinalizações culturais para efetuarem essa passagem.

Nas sociedades tradicionais, por todo o mundo, as iniciações implicam em duros testes aplicados pelos anciãos nos meninos, geralmente com muita dor física, num contexto exclusivamente masculino. Os setênios costumam marcar os ritos. O homem urbano contemporâneo enfrenta sérios problemas pela ausência das sinalizações que marcam as mudanças, do que decorre o prolongamento de uma infância psicológica.

A importância histórica do arquétipo do homem selvagem para o masculino é notória. Desde o Senhor dos Animais, na Pedra Lascada, transformando-se em Xiva, Dioniso e

Cernuno nos cultos agrários, conserva e desenvolve a energia original. Bly (1991, p. 233) aponta para os anos de 1.100 d.C., ou no século I a.C. – quando César invadiu a Gália – o início de sua perseguição e repressão.

Desde a Idade Média, por influência da Igreja Católica, a presença e os valores do homem selvagem – por se relacionarem aos cultos pagãos da Grande Mãe – foram gradativamente sendo banidos, afogados nos lagos, queimados nas fogueiras ou forçados ao exílio nas densas matas do inconsciente. Hoje, essa perseguição se reflete numa assepsia corporal que se estende à natureza e ameaça a vida na Terra: limpar é sinônimo de desmatar, de depilar. O Senhor dos Animais "não contribui mais com sua umidade e energia para as nossas religiões" (ibid., p. 233). No entanto, na literatura e imaginação populares e também nos sonhos noturnos de cidadãos civilizados, ele é bastante lembrado, evidenciado pela íntima relação com as matas, presença de pêlos e agressividade.

A lenda do Pé de Garrafa se origina num contexto pré-cristão e se move na esfera da Grande Mãe, inclusive pela perda do membro inferior, o que pressupõe ferimentos e cicatrizes profundas que conduzem a um aprofundamento emocional e maior ligação com a terra. Um encontro com o lado negativo da Grande Mãe pode resultar em morte ou cicatriz, no entanto é um caminho que conduz à sabedoria, pois "ninguém chega à condição adulta sem um ferimento que vai ao âmago" (ibid., p. 209).

> Velhas tradições dizem que nenhum homem é adulto enquanto não se tiver aberto à alma e ao espírito do mundo, e que essa abertura é feita por uma ferida no lugar certo, no momento certo, na companhia certa. A ferida permite que o espírito ou alma entre. James Hillman, referindo-se a Hans Castorp, personagem de *A montanha mágica*, e à marcha tuberculosa em seu pulmão diz: 'Através do pequeno buraco dessa ferida, entra o imenso reino do espírito' (ibid., p. 201).

Pode-se identificar, pelo menos, duas figuras míticas associadas ao Pé de Garrafa: Hermes, pelas estratégias de confusão como armadilha nos caminhos, e Dioniso, pelo aspecto selvagem.

Profusão de pêlos e emaranhado de galharias se associam, pois o homem cabeludo sempre fica mantido na mata (ou no porão). Os sistemas mitológicos associam o cabelo ao instintivo, ao sexual e ao primitivo. Culturalmente, os pêlos são vistos como sinônimo de animalidade e se relacionam com uma sexualidade animal. Nota-se, com relação a isso, a contemporânea interdição social aos pêlos, transformados em tabu: a nudez é veiculada pela mídia, desde que devidamente depilada.

Os pêlos ou cabelos se associam à vida do animal selvagem, pela caça ou domesticação, e por todas as formas de sangue quente animal: os pêlos representam a natureza apaixonada dos mamíferos: "irritabilidade, temperamento fogoso, impulsividade passional, espontaneidade, emoções explosivas, ferocidade leonina, ciúme felino" (ibid., p. 44). O volume de pêlos à mostra sugere até que ponto os instintos foram sufocados e a espontaneidade controlada.

O cabelo sugere excessos: "os pêlos de Enkidu, o Homem Natural babilônico, ou de Pan, o Homem-bode, sugerem que o cabelo representa aquilo que está além das fronteiras da civilização moderadora. Pan está fora das cercas" (ibid., p. 44). Além disso, a imagem da garrafa no único pé pode aludir à bebida inebriante que induz aos excessos, que também conduzem à visão direta, a um tipo de sabedoria, afinal Dioniso é o cacho de uvas rasgado por mãos em aldeias gregas e lançado na tina do vinho, representando o êxtase que pode vir de rasgar e ser rasgado. "O vinho extático só surge se o cacho de uvas for rasgado, pisado, encerrado" (ibid., p. 208).

Os cabelos ainda sugerem pensamentos, pois brotam brota na cabeça dia e noite, até quando se dorme. Neste sentido, representam a intuição, a "[...] abundância de percepções, introvisões, pensamentos, ressentimentos, imagens, fantasias que esperam e estão prontas a aparecer sempre que estamos pensando em alguma coisa" (ibid., p. 45).

Muito mais se poderia falar a respeito dos símbolos agregados ao Pé de Garrafa e que se ancoram no arquétipo do Homem Selvagem, o que extrapolaria o espaço estabelecido para este artigo. Espera-se que estas considerações tenham servido para demonstrar sua importância para a integridade psíquica do homem contemporâneo.

NOTAS

[1] CORSO, Mário. *Monstruário.* Inventário de entidades imaginárias e de mitos brasileiros. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002, p. 141. 176p.

[2] A Baixada Cuiabana, ou Microrregião (MR 335) do Estado de Mato Grosso, compreendia oito municípios: Rosário Oeste, Acorizal, Várzea Grande, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Poconé e Barão de Melgaço (Fundação Cândido Rondon, 1994, p. 9). Na atual classificação das microrregiões mato-grossenses presente no Anuário Estatístico de Mato Grosso (2004, p. 37), o mapeamento é completamente distinto e desconsidera a importância histórica e cultural da antiga classificação.

[3] SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso.* Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p. 107. 272p.

[4] CORRÊA FILHO, Virgílio. O poaieiro. In: IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*. Excertos da Revista Brasileira de Geografia. 10. ed. Rio de Janeiro: CNG, 1975, p. 489. p. 489-492.

[5] *Saraquá*: pequena lança com ponta de metal pontiaguda semelhante a ponteiro de aço, acabado em guatambu ou madeira de análoga resistência utilizada para afofar a terra onde se ocultavam as raízes aneladas da ipeca; metida no solo, extraía com facilidade as raízes, acompanhadas dos arbustos (Correa Filho, 1975, p. 492). *Sapicuá*: pequena sacola de lona ou couro, onde eram colocadas as raízes. *Bornal*: bolsa ou sacola contendo água, guaraná ralado e alimentos (Siqueira, 2002, p. 108).

[6] CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Global, 2002, p. 228-229. 396p.

[7] Um lugar *encantado*, por exemplo, é aquele onde o sobrenatural se manifesta, podendo, em certos casos, ser sinônimo de lugar *assombrado*. O adjetivo estende-se a bichos e pessoas.

8 HAUG, Martha Johanna. *Folclore em Chapada dos Guimarães-MT*. Coleção Pesquisa. v. 1. São Paulo: Escola de Folclore/Secretaria de Estado de Cultura, 1983.

9 Um arquétipo é aqui concebido não apenas como uma imagem primordial, mas como uma energia psíquica que se apresenta através de símbolos motores, ou seja, uma série de imagens que resumem "[...] a experiência ancestral do homem diante de uma *situação típica*, isto é, em circunstâncias que não são particulares a um só indivíduo, mas que podem impor-se a qualquer homem" (Bachelard, 1990, p. 162). Já o mito é um sistema dinâmico de símbolos que se compõe em narrativa (Durand, 1993, p. 44). Cf. BACHELARD, Gaston. *A terra e od devaneios do repouso.* São Paulo: Martins Fontes, 1990. DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário.* Portugal: Editorial Presença, 1989.

10 BLY, Robert. *João de Ferro*. Um livro sobre homens. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991, p. 7. 251p.

Reflexões sobre o papel do Estado e da Educação para Rui Barbosa expresso na imprensa carioca de 1889 a 1901

Maria Cristina Gomes Machado –UEM

Rui Barbosa (1849-1923) deixou como legado muitos textos escritos, dentre eles artigos para jornais, tendo colaborado no "Diário de Notícias", no “Jornal do Brasil”, no “Jornal do Comércio” e no “A Imprensa”, entre outros. O texto aqui apresentado emprestou o título de nosso projeto, o qual, financiado pelo CNPq (Edital 032/2004), busca compreender o papel do Estado e da educação para Rui Barbosa no processo de modernização da sociedade brasileira a partir dos artigos de sua autoria publicados nos jornais cariocas de 1889 a 1901, no sentido de elucidar o debate posto para a efetivação do sistema nacional de ensino na segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, destacando a participação de intelectuais que se evidenciaram no cenário educacional brasileiro[i].

As fontes utilizadas em nossa pesquisa não têm sido estudadas pelos historiadores, principalmente pelos da educação. Dada a grande quantidade de artigos do autor, nossa discussão tomará como foco aqueles publicados no jornal "Diário de Notícias". Por meio dele, o autor iniciou, em 1889, uma forte campanha para que a monarquia adotasse o regime federativo, a exemplo dos Estados Unidos, escrevendo sobre diversas questões. Tais artigos foram escritos após o período comumente estipulado como aquele em que o autor se dedicara às questões educacionais: de 1881 a 1886. Suas idéias sobre a relação entre o Estado e a Educação após esse período são ainda desconhecidas. Por isso, procuramos responder ao seguinte questionamento: Qual o papel do Estado e da Educação para Rui Barbosa expresso na imprensa carioca no ano de 1889? Com este texto, pretendemos levantar elementos que contribuam para responder a essa questão a partir da leitura dos artigos de jornais escritos por ele no citado jornal, levantando novas fontes para o estudo da história da educação brasileira.

Rui Barbosa (1849-1923) teve uma longa vida como parlamentar, participando ativamente da política brasileira por mais de cinqüenta anos. Foi Deputado Provincial, Deputado Geral, Ministro da Fazenda, ocupando inclusive o cargo de Senador nos primeiros anos República. Além dessas atividades como parlamentar, realizou muitos trabalhos como jurista e deixou grande quantidade de artigos escritos para jornais[ii].

Rui Barbosa elaborou dois importantes diagnósticos sobre educação que se intitulam a "Reforma do Ensino Secundário e Superior" (1942)[iii] e "Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública" (1947)[iv], apresentados à Câmara dos Deputados em 1882 e 1883. Ele fez parte, como relator, da Comissão de Instrução Pública encarregada de apreciar o Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria do ministro Carlos Leôncio de Carvalho, o qual reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império. Nos *pareceres,* Rui Barbosa colocou a necessidade do Estado assumir total responsabilidade para com a oferta da educação, desde o jardim de infância até o ensino superior, buscando garantir o acesso das camadas populares. Para a universalização do ensino, defendeu a gratuidade, a laicidade e a sua obrigatoriedade, organizando um sistema nacional de ensino. Em 1884, deixou o parlamento, tendo se candidatado por duas vezes consecutivas ao cargo, em 1885 e 1886, sem ser reeleito. Fora da Câmara dedicou-se à advocacia, à imprensa e publicou a tradução de "Lições de Coisas"[v], do educador americano Norman Allison Calkins, em 1886.

Na imprensa, Rui Barbosa continuou a luta pela abolição já iniciada quando parlamentar. Em 1888 foi decretada a abolição da escravatura, dando por encerrada essa questão. No jornal "Diário de Notícias"[vi], Rui Barbosa iniciou, em 1889, uma forte campanha para que a monarquia adotasse o regime federativo, a exemplo dos Estados Unidos. Proclamada a República pela tropa comandada pelo general Deodoro da Fonseca, foi convidado a ocupar a pasta das finanças. Após sua demissão do cargo, a Câmara foi dissolvida e Rui Barbosa assumiu a direção do “Jornal do Brasil”[vii], em que pedia eleição para presidente, após a instauração da

ditadura de Floriano Peixoto. Em 1892, se reelegeu senador pela Bahia. Nessa época, o país se agitava e Rui Barbosa, por fazer forte oposição ao Governo, deixou o Brasil, dirigindo-se, em 1893, para a Inglaterra. De Londres colaborou com o "Jornal do Comércio". Em 1895 retornou ao Brasil e no ano seguinte se reelegeu senador pelo seu estado natal. Rui Barbosa voltou-se para o jornalismo e publicou artigos no jornal "A Imprensa"[viii] até 1901.

Rui Barbosa era um homem informado sobre a dinâmica do mundo, em permanente contato com a Europa, conhecedor da realidade brasileira, autor, se é certo dizer, de uma "biblioteca" e de um minucioso projeto de educação pública. Trata-se, entretanto, de um ilustre desconhecido da História da Educação. Por esse motivo, no curso de doutorado estudamos o pensamento desse autor. A tese foi publicada na forma de livro pela Editora Autores Associados em co-edição com a Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2002, intitulada "Rui Barbosa: Pensamento e Ação"[ix]. A delimitação temporal dessa tese tomou como marco os anos de 1878 a 1891, destacando a luta empreendida pelo autor para a modernização da sociedade brasileira e mostrando que ele tratou de muitas questões importantes para o país, como a reforma eleitoral, a abolição dos escravos, a reforma financeira, a imigração e a educação. Pudemos, assim, questionar a idéia de que a educação era motor de transformação social para o autor em estudo, visto queeste considerava necessário que a educação fosse reformada, juntamente com a reforma de outras questões.

Neste texto, para estudar o material produzido por Rui Barbosa procuramos inserir o autor no seu período histórico, recuperando, assim, toda a problemática do homem do final do século XIX e começo do XX, considerando o conjunto de questões levantadas que extrapolavam seu trabalho como jornalista. Isto é, buscamos compreender o pensamento de Rui Barbosa a partir do combate histórico dos homens do período em questão. Os esforços concentram-se no sentido de recuperar fontes primárias, como projetos, pareceres, cartas, documentos legislativos, relatos, artigos de jornais, entre outras.

Rui Barbosa era membro do Partido Liberal e assumiu as idéias desse partido sobre variadas questões, como a abolição da Guarda Nacional, o recrutamento exclusivamente voluntário da força armada, a abolição dos escravos, a reforma policial, judiciária, eleitoral e a da instrução pública[x]. Nos *pareceres,* defendeu que o Estado deveria se encarregar da oferta da educação para o povo, criando os jardins de infância e a escola primária no Município da Corte, reformando o ensino secundário e o ensino superior em todo o Império. Defendia, ainda, para todos esses níveis, a obrigatoriedade do ensino, mesmo que isso contrariasse a soberania e a liberdade individual do cidadão brasileiro. Sua posição se diferenciava da defesa da liberdade individual, da liberdade de comércio e da compreensão do papel do Estado na sociedade, fundamentando-se em um liberalismo sem amarras.

Em 1888, se distanciou do Partido Liberal devido à política econômica adotada pelo Ministro da Fazenda, Visconde de Ouro Preto, e discordou desse partido, que não previa, em seu programa, o regime federativo para o país. Para Rui Barbosa, a centralização do governo monárquico impedia a modernização da sociedade brasileira, e por isso ele travou uma intensa campanha, discutindo essa questão por meio do jornal "Diário de Notícias", em 1889, organizado e publicado nas Obras Completas sob o título "Queda do Império".

Para a análise dessas fontes, partimos do pressuposto que a imprensa é um local que facilita o conhecimento das questões econômicas, sociais, políticas e educacionais de determinada sociedade. Concordamos com Nóvoa[xi] quando afirma sobre as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem esse estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Os escritos jornalísticos assumem um caráter fugaz e imediato, pois tratam dos acontecimentos do dia-a-dia e têm como característica provocar a reação dos leitores sobre idéias e posições, normas e leis, principalmente sobre situações políticas. Rui Barbosa era muito enfático na defesa de suas idéias, e a cada provocação respondia como questão de vida

e morte, considerando cada questão como o alfa e o omega, nunca se omitindo. Essa sua característica está presente também nos artigos legados, que foram publicados em jornais ligados a partidos políticos. Através de seus escritos, apelava para os debates e as discussões, evidenciando os conflitos vivenciados no momento da transição do trabalho escravo para o assalariado e da passagem da forma de governo monárquico para o republicano. O período estudado marca a mudança da forma de governo e o momento em que o país lutava por modernizar-se, consolidando as relações burguesas e a produção sob os auspícios do capitalismo.

Faria Filho[xii], ao escrever sobre o jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX, menciona a importância dos jornais:

> Nos jornais encontramos como que "um retrato em branco e preto" da realidade mineira do período, podendo ler em suas páginas desde anúncios de compra, venda, troca de escravos e outras "mercadorias", quanto a exposição de motivos para revoltas, revoluções e projetos políticos para o futuro da nação.
> Também aqui, como em outros lugares do mundo, o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Rui Barbosa apresentava seus projetos para o futuro da nação através de jornais. Após concluir o curso de Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1871, iniciou sua vida profissional como um dos redatores do "Jornal da Bahia", de propriedade de Manoel Dantas, um conhecido chefe político do Partido Liberal da província baiana. Ao apresentar o projeto de reforma do sexagenário, em 1884, libertando os escravos com mais de sessenta anos, e não obtendo a aprovação desse projeto, voltou-se para a imprensa com intensidade. Ele a utilizava para defender suas idéias e formar opiniões. A imprensa é considerada um dispositivo privilegiado para forjar o sujeito/cidadão[xiii], pois informa sobre fatos, acontecimentos, criando uma forma de interpretar a realidade e por meio do qual os intelectuais apresentavam suas idéias ao público.

O prefácio das "Obras Completas de Rui Barbosa", nos volumes sobre o objeto focado, foi redigido por Hermes Lima, o qual destacou que Rui Barbosa foi convidado para dirigir o

“Diário de Notícias” depois de deixar o parlamento em 1884, onde ocupava uma cadeira como Deputado Geral, permanecendo na direção desse jornal durante 7 meses, no ano de 1889. Ele buscava reformar a monarquia, porém sua campanha jornalística serviu à causa da República. É importante ressaltar, contudo que a defesa desse regime não era sua intenção, fazia a defesa intransigente da federação, discutindo-a pelas páginas do citado jornal.

Em 1921, Rui Barbosa escreveu uma introdução à “Queda do Império”, na qual destacou que o jornal estava em antagonismo com o republicano, com o liberal e com o conservador. Redigiu uma autobiografia, explicando porque a federação se colocou como questão fundamental, pretensão liberal havia cerca de sessenta anos no Brasil, pois acreditava que a centralização monárquica impedia a modernização da sociedade brasileira. Para ele, sua campanha pelo jornal buscava republicanizar a monarquia através da grande descentralização da federação das províncias sob a presidência parlamentar da monarquia. A origem do movimento republicano, para ele, não remonta ao ódio negreiro, visto que a sua verdadeira causa se encontra nos abusos da própria monarquia.

Nos artigos publicados no jornal “A Queda do Império” são tratadas as seguintes questões:

1. Apresentava questões ligadas à cidade do Rio de Janeiro e seus problemas cotidianos, como o saneamento; o problema do beribéri na Marinha; o abastecimento de água na capital; o serviço de iluminação na cidade e o abastecimento de gás, entre outras;
2. Levantava críticas à Família Real, denunciando os incidentes que a envolviam; o endeusamento da princesa por ter assinado a Lei Áurea; a queda da Monarquia; a doença do Imperador e os Conselheiros da coroa que a prejudicavam;
3. Relatava problemas políticos das mais diferentes ordens, como o direito de reunião; os incidentes entre monarquia e exército; a liberdade comercial; a reforma eleitoral; o casamento civil; a guarda negra; a centralização que tirava do presidente da província a independência; o senado brasileiro; a imigração artificial; o separatismo, entre outros.

Comentava também sobre o ensino brasileiro, criticando o ensino secundário, que estava se dirigindo apenas aos exames de ingresso nos cursos superiores, e que não respondiam às necessidades do país, restringindo-se à formação de bacharéis para ocupar cargos no Estado. Criticava com veemência o ensino memorizado ofertado em todos os níveis e a nomeação de professores incompetentes que em nada contribuíam para melhorar o ensino público; exigia assim, concurso para o magistério. Destacava, ainda, a necessidade de ofertar educação aos escravos libertos. No artigo de 24 de março de 1889, Política de Paz, Rui Barbosa escreveu que era preciso dar educação a essa população recém-saída das senzalas:

> Os riscos em que pode periclitar a condição dos remidos, não nascem da grande propriedade, absolutamente conformada, hoje, com a sua nova situação. Nascem deles próprios. São, posto que em grau diverso, os mesmos perigos comuns, entre nós, a todas as camadas populares: os perigos da ignorância e da inaptidão política.
> Organizem os abolicionistas a educação dos libertos; e terão estes, antes dos filhos dos brancos, aquilo que os governos deste país ainda não quiseram dar à população brasileira; porque o ensino público decai sempre; e cada reforma, que se superpõe à rima das anteriores, é apenas uma transação entre a vaidade inculta dos administrantes e as ganâncias particulares dos administrados, neste gênero de negócio, o mais ímprobo dos que se exercitam entre nós. Promovam a reabilitação moral dos libertos pela instrução, como se faz, há vinte e cinco anos, nos Estados Unidos.[xiv]

Nessa esfera, cobrava do Estado um papel mais atuante. Para ele, cabia ao Estado o grande papel de atividade criadora, que deveria impulsionar os melhoramentos materiais e a indústria. Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, data em que assumiu o cargo de Ministro da Fazenda deixando a direção do jornal, afirmou que o Brasil não se encontrava em estado de indigência, possuía tinha recursos e propriedades, carecendo porém, de boa administração. Sua administração, todavia, advogava que o Estado favorecesse alguns setores prioritários da sociedade, como a indústria e a educação, mas sem inibir a iniciativa dos estados federados.

---

[i] Esta pesquisa é desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa "História Estado e Educação", cadastrado no Diretório do CNPq, e ao Grupo "História, Sociedade e Educação no Brasil", da UNICAMP.

[ii] Sobre o trabalho de Rui Barbosa como jornalista ler LUSTOSA, Isabel. Rui, jornalista. In: LUSTOSA, Isabel {et Al.]. **Estudos históricos sobre Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000; FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Rui Barbosa: cronologia da vida e obra**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995; _____. **Centro de Documentação. Arquivo Histórico. Repertório do Arquivo de Rui Barbosa.** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1987**.**

[iii]BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Secundário e Superior. **Obras Completas**. Vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

[iv]BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública. **Obras Completas**. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

[v]BARBOSA, Rui. Lições de Coisas (Tradução). **Obras Completas**. Vol. XIII, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1956.

[vi] BARBOSA, Rui. Queda do Império (Diário de Notícias). **Obras Completas**. Vol. XVI, Tomo I ao VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: 1947.

[vii]BARBOSA, Rui. A Ditadura de 1893 [Jornal do Brasil]. **Obras Completas**. Vol. XX, tomo II ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

[viii] BARBOSA, Rui. A Imprensa. **Obras Completas**. Vol. XXV, tomo I ao III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979; _____. A Imprensa. **Obras Completas**. Vol. XXVI, tomo III ao VII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979; _____. A Imprensa. **Obras Completas**. Vol. XXVII, tomo III ao VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979; _____. A Imprensa. **Obras Completas**. Vol. XXVIII, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.

[ix] MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2002

[x] GONÇALVES, João Felipe. **Rui Barbosa: pondo idéias no lugar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; GONÇALVES, Vera Teresa Valdemarin. **O liberalismo demiurgo**. Estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

[xi] NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista – A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 31.

[xii] FARIA FILHO, Luciano Mendes. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAUJO, José CarlosSouza; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa.Campinas: Autores Associados;Uberlândia: EDUFU, 2002., p. 134.

[xiii]Espelho de papel: A imprensa e a história da educação. In: ARAUJO, José CarlosSouza; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa.Campinas: Autores Associados;Uberlândia: EDUFU, 2002.

[xiv] BARBOSA, Rui. Queda do Império (Diário de Notícias). **Obras Completas**. Vol. XVI, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: 1947, p. 170-1.

CIDADE, POLÍTICA E MEMÓRIA
O quebra-quebra das barcas em Niterói

MARIA DA CONCEIÇÃO VICENTE DE ALMEIDA

A experiência que tive ao construir a pesquisa Cidade, Política e Memória foi extremamente motivadora.

Reconstruir o que foi o quebra-quebra das barcas ocorrido na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1959, ora consultando as fontes clássicas que abordam os anos 1950, ora consultando as fontes voltadas para a cidade de Niterói e ora coletando o depoimento de pessoas que viveram aquele dia emblemático na cidade, conferiu-me a certeza de que uma história recente nos permite analisar as diferentes escalas que se entrelaçam constantemente numa produção histórica – o local no nacional; os chamados anos dourados e as tensões que permeavam aquela época; o poder político e a população; o trabalho e a rua; a ação da multidão histórica do passado e a palavra do indivíduo que participou do quebra-quebra, no presente.

A cidade dos anos 1950 tem sua ambiência impregnada pelo pensamento desenvolvimentista da época. E foi nessa época que a revolta das barcas ocorreu.

A história política desse momento – abordando agora as questões metodológicas – foi construída a partir das fontes historiográficas produzidas por autores como Ângela Castro, Jorge Ferreira, Boris Fausto, Marly Rodrigues, Thomas Skidmore, Warren Dean e outros, assim como o filme de Silvio Tendler *OS ANOS JK*. Esse conjunto de produções apontou caminhos reveladores de um tempo político e de um espaço urbano que ficaram no passado, mas que ainda apresentam desdobramentos em nosso cotidiano.

As fontes orais, minha grande realização nesse trabalho, permitem um olhar sobre o que não existe mais, uma vez que compreendo a memória como uma construção de um passado vivenciado direta ou indiretamente e que é analisado, lembrado e narrado por uma ou por um grupo de pessoas impregnadas por influências culturais, econômicas e sociais, pensamento este referendado por Pierre Nora e Michael Pollak.

Procurando expor de maneira mais clara a composição de minha pesquisa, gostaria de apresentar o objeto de cada uma das três partes que compõem minha apresentação.

A primeira parte é denominada Cidade e Política no Brasil pós-1945. Ela explicita o quadro político bem como as composições partidárias que foram estabelecidas após a deposição de Vargas. Um novo modelo de fazer política começa a tomar forma nesse contexto, embora não seja essa a preocupação central da pesquisa por ora exposta, mas é necessário fazer referência ao político populista pelo fato dele buscar uma estreita aproximação com as massas trabalhadoras. Esse comportamento do político que marcou os anos 1950 foi analisado sob diferentes olhares pelos pesquisadores Ângela Castro, Otavio Ianni e Moniz Bandeira.

O trabalho aborda a vida moderna que se estabelecia no país, principalmente, com as eleições e vitória de JK e contempla o avanço industrial que promoveu a remodelação e o embelezamento dos centros urbanos, ao mesmo tempo que, provocou o vertiginoso crescimento dos bairros periféricos. O período é o da popularização dos meios culturais – cinema e a televisão – que permitiu um contato das pessoas com os chamados ícones da modernidade, até então distantes da realidade e da rotina da população urbana. Essa aproximação que configurou o desenvolvimentismo, também testemunhou uma série de revoltas populares na segunda metade do século XX. Ainda na primeira parte, consta um mapeamento das revoltas populares nos últimos cinqüenta anos, a partir de estudos feitos por Edson Nunes, Verena Alier e José Álvaro Moisés, contradizendo o discurso desenvolvimentista da época, já que os quebras são reveladores de um Poder Público omisso ante as reivindicações das massas trabalhadoras. Os quebras ocorriam, principalmente, nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro, e foram freqüentes na segunda metade do século XX.

Pela essencialidade dos transportes na vida dos trabalhadores urbanos, o mapeamento das revoltas mostra que as tensões tendem, naturalmente, a desembocar nesse tipo de serviço. Mas as tensões são ocorrências expressivas das contradições urbanas sentidas pelas classes trabalhadoras, que têm sua participação minimizada pelas estruturas do Poder Público.

A segunda parte do trabalho, denominada "Niterói e poder político em cena", volta-se para a revolta das barcas em si, mas ultrapassa o dia da revolta a fim de que se possa construir uma abordagem acerca da cidade e do poder político local dessa época.

No tocante ao cenário urbano, a cidade desse período nos leva a Aldo Rossi que a vê como "uma cena fixa das vicissitudes do homem, carregadas de sentimentos e tragédias privadas de fatos novos e antigos".

As transformações urbanas, como a remodelação do centro da cidade, a inauguração da nova empresa marítima que fazia a travessia entre as cidades do Rio e de Niterói, o fervilhar do bairro operário do Barreto, os bailes elegantes na zona sul e as festas populares na zona norte refletem o cotidiano da Niterói também concebida como um espaço dourado.

O olhar sobre esses espaços geográfico e cronológico foi possível graças aos trabalhos produzidos pelos professores da Universidade Federal Fluminense – Ismênia de Lima Martins, Paulo Knauss, Hebe Mattos e Ana Mauad. Outrossim, os textos de autores da cidade como os de Carlos Werhs, Emanuel Soares de Macedo, Júlio Vasco e Luís Pimentel constituíram fontes fundamentais.

Um outro momento significativo e até emocionante foi o contato que travei com a cidade daquela época por meio das fotografias de Manoel Fonseca. Sua preocupação em registrar as datas e os acontecimentos através de suas lentes, além de ilustrar suas fotos em álbuns catalogados, deixa explícita as tentativas de documentar o que ele considerava relevante sobre a cidade. Suas fotos, gentilmente, cedidas por Dona Lecy, sua filha, foram utilizadas a título de ilustração, demonstrando a tentativa de modernizar a cidade – a abertura da Avenida Amaral Peixoto, a implosão do Trampolim da Praia de Icaraí, além das fotos do dia da revolta.

Nesse contexto, um político em particular ganha especial atenção. O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Roberto Silveira, apresentava um comportamento que evidenciava uma proximidade com a população. Os comícios improvisados em locais conhecidos da cidade, os cafés na Leiteria Brasil, os almoços no Restaurante Monteiro, a travessia de barcas para verificar os serviços da empresa marítima sinalizavam uma visibilidade que nos reporta ao que Ballandier trata como a teatralização do poder: os gestos

pensados, o sorriso oportuno, o espetáculo por meio da oratória ou ações, reafirmam seu reconhecimento.

É nessa cidade bucólica dos anos 1950, próxima à Capital Federal e, ao mesmo tempo, capital do Estado e, por isso, buscava assemelhar-se ao seu centro de referência, é que acontece a revolta de 22 de maio de 1959. Uma revolta que é reveladora de múltiplas ações e, portanto, passível de diferentes análises.

Devido aos constantes atrasos, greves e majoração das tarifas, os usuários das barcas foram, mais uma vez, surpreendidos com uma greve deflagrada pela madrugada. No dia 22 de maio de 1959, às 8h e 30 min, ocorreu um conflito entre as pessoas que precisam dos transportes e os fuzileiros navais que ali estavam para controlar a multidão. Ocorreu, então, um conflito que acabou se estendendo por todo o dia e por outros locais, além do centro da cidade. O comportamento das pessoas comuns que deixavam cedo seus lares, dirigindo-se para mais um dia de trabalho e que no espaço da rua, livres da identificação que um espaço privado – como o emprego ou o próprio lar – impõe, a população não se controlou diante de mais uma atitude arbitrária dos empresários das barcas, na época, a família dos Carreteiro.

Os transportes marítimos tinham, e ainda têm, fundamental importância na vida dos trabalhadores, por ser a ponte entre o lar e o trabalho. Esta relação está carregada de significado, os transportes representavam a possibilidade de chegar ao sustento, à sobrevivência e, por esse motivo, tornaram-se freqüentes alvos de quebras.

Georges Rudé analisa em profundidade a ação daqueles que ele denomina como multidão histórica, ou seja, o grupo que o autor concebe como massa revoltada e que apresentou um comportamento explosivo e hostil contra os abusos praticados pelos serviços marítimos.

A revolta também pode ser olhada como uma inversão da ordem. Roberto DaMatta faz um raro exame de um momento perturbador a partir das ações que ele considera como a carnavalização da revolta. Análise que se assemelha com a de Robert Darnton em seu clássico trabalho O Grande Massacre dos Gatos (se possível, citar o exemplo do cão pequinês).

No entanto, o grande eixo da pesquisa encontra-se na terceira parte, a demonstração dos diferentes quadros de memória sobre a revolta das barcas em Niterói. Para tal constatação, foi utilizado o método qualitativo da história oral, que é tratado por Pollak como a ligação existente entre memória e identidade social, esta última mais voltada para os relatos de vida. Ele nos chama atenção para a forte ligação existente entre a memória, o lugar de viver e a identidade de uma pessoa. Pollak ainda adverte para que estejamos atentos à problemática da memória, pois esta se faz refletir em três aspectos: os acontecimentos – que foram vividos diretamente ou não pelos depoentes, os personagens – aqueles que pertenceram ao mesmo tempo cronológico da pessoa que concede a entrevista, ou personagens que foram freqüentados por tabela e, por último, os lugares – que podem estar ligados a uma lembrança.

Ao coletar depoimentos sobre a revolta das barcas, deparei-me com diferentes quadros de memória. A pesquisadora Danièlle Voldman, em seu artigo Definições e Usos, aponta a existência de dois grupos distintos quando utilizamos o método da história oral. Aquele denominado de "grande testemunha", quando o entrevistado se insere e se percebe como alguém que contribuiu com a história oficial, uma vez que em seu depoimento ele deixa transparecer a imagem de sua ação como agente construtor do processo histórico de um local ou de um acontecimento relevante para a sociedade, e aquele que a autora denomina como "pequena testemunha", que a Professora Ana Mauad sugeriu o uso do termo "testemunha comum" e que eu apreendi. Este é o entrevistado que chega a se surpreender e até mesmo questionar o valor de seu depoimento para a elaboração da pesquisa. Penso, no entanto, que a participação das chamadas testemunhas comuns constitui uma luta pela democratização da memória social.

Os diferentes quadros de memória que foram se delineando à minha frente instigaram-me na busca pela constatação de que a memória é um campo de disputa social. Ela é construída no tempo presente para dar conta de um passado que não existe mais. A memória, segundo Pierre Nora, é sempre atual, pois é no tempo presente que se dá o exercício de recordar, por isso mesmo, essa memória está exposta a reformulações constantes, ora expressando lembranças claras ora lembranças difusas e, por algumas vezes, o esquecimento ou o silêncio oportuno de situações vividas.

A título de exemplo, atentando para a importância do não dito, como destaca Pollak, pude perceber a preocupação do assessor do Governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, Sr. Álvaro Fernandes, em reafirmar por diversas vezes o esforço de Roberto Silveira para que um banho de sangue fosse evitado na cidade no dia da revolta. Os contatos estabelecidos com a polícia e a visita do General Paulo Torres ao Palácio do Ingá foram rememorados, contudo o entrevistado silencia quando a abordagem sobre a destruição das residências dos empresários das barcas e a revolta no final da tarde em frente à Câmara Municipal de Niterói denunciam a ausência do governador por um longo tempo na cidade.

Ressaltei ainda os diferentes quadros de memória apresentados pelos depoentes que se predispuseram a rememorar a revolta. Há pessoas que enaltecem o comportamento do governador, entretanto existem insinuações de que o quebra-quebra chegou a uma situação incontrolável devido a uma relação conflituosa entre os empresários e o governador, uma vez que este não tinha sido apoiado pelo Sr. José Carreteiro nas eleições. Este havia assumido compromisso com o então candidato Ernani do Amaral Peixoto.

No tocante à formulação do conceito de "memória dividida", aquela que revela diferentes pontos de confrontos, foi possível ilustrá-lo por meio dos depoimentos do assessor do Governador Roberto Silveira que não hesita em apontar a infiltração de comunistas no meio da revolta com o objetivo de tirar proveito político. Já o jornalista Rogério Coelho Neto, que até hoje atua nos jornais da cidade e, em 1959 trabalhava para *O Jornal do Brasil*, afirma que a participação de representes dos fortes sindicatos da época foi fundamental para o desdobramento violento que a revolta apresentou. Fazendo uma analogia desses pontos de confrontos com os que foram explicitados por Giovanni Contini no texto de Alessandro Portelli sobre o massacre de Civitella, podemos afirmar que a revolta passou a ser configurada por diferentes quadros.

Quanto às questões estruturais desse trabalho, é válido ressaltar o valor do depoimento da pequena testemunha em sua composição. A testemunha comum construiu sua memória sobre a revolta por meio de uma teia de informações advindas daqueles que utilizavam as barcas como meio de transporte para que pudessem chegar ao seu local de trabalho, ela deixa então transparecer valores que tecem sua narrativa. Quando se fala da tentativa de reparação com a Família Carreteiro, ao dar o nome do patriarca do grupo a uma

rua no bairro da Engenhoca, um dado novo está sendo exposto. Para muitos, a destruição das casas foi um exagero, por isso, foi preciso fazer uma reparação.

Um novo dado é acrescentado quando se fala das pessoas que tomaram um ônibus à força e se dirigiram às residências dos Carreteiro, dando início ao que DaMatta denominou de carnavalização da revolta, pois usaram as jóias, roupas e perfumes das mulheres dos empresários, a atitude guardava um simbolismo da luta contra o grupo que, naquele momento, representava ser o inimigo do povo, logo, esse povo ridicularizou e usufruiu, mesmo que momentaneamente, do luxo adquirido num curto período de tempo pelos empresários das barcas – utilizei o verbo usufruir, pois muitos dos objetos foram levados das residências. Podemos perceber no discurso de um dos entrevistados que estava na casa da Família Carreteiro, participando da carnavalização da revolta, que a memória subterrânea – termo usado por Pollak –, apresentada pelo Sr. Celso, sobre o dia 22 de maio, é fundamental por ser contrária à memória oficial.

Ao ouvir a narrativa construída por Luís Pimentel, um homem de 96 anos e que é considerado o maior memorialista da cidade, temos a certeza de que estamos diante da chamada "grande testemunha". Sua fala é rica em detalhes sobre a historiografia da cidade de Niterói, que ele remonta aos tempos do Brasil Colônia e do Brasil Império. Ao descrever a cidade da primeira e da segunda metade do século XX, Pimentel inclui na narrativa a sua participação na remodelação urbana da cidade, analisa, segundo ele, os erros cometidos nessa remodelação, como foi o caso do aterramento da Praia Grande. Ao adentrar na revolta, ele faz uma narrativa historiográfica sobre a travessia marítima entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói e prossegue sua análise da revolta, contribuindo com um novo quadro de memória; Pimentel recorre à psicologia da multidão para justificar o ocorrido. Ele constrói uma memória da revolta cuja multidão, sob as tensões que aquele momento produziu, agiu sob o impacto da ordem – "Quebra!"

A cidade de Niterói registra acontecimentos que permitem uma diversidade de quadros de memórias.

Finalizando esta breve apresentação, gostaria de acrescentar que a conclusão de minha pesquisa aponta para diferentes construções sobre a revolta das barcas, seja por pessoas que tiveram ou ainda têm comprometimento com políticos locais, ou por pessoas que viam nos Carreteiro o exemplo de empresários que contribuíram para a modernidade da

cidade, ou pelos atores que se sentiram desrespeitados no seu direito de ir e vir para o trabalho, e por fim pelas influências culturais, econômicas e sociais que cada entrevistado carrega. Por esse conjunto de fatores, acredito que a hipótese de que a revolta das barcas apresenta um discurso não hegemônico foi confirmada, posta à prova pela pesquisa.

Maria da Conceição Vicente de Almeida
Universidade Federal Fluminense

Escola Superior de Agricultura de Viçosa: um *land-grant college* em Minas Gerais?

Maria das Graças M. Ribeiro - UFV

1. Introdução

Este trabalho desenvolve uma análise comparativa entre os *land grant colleges*, escolas superiores agrícolas, criadas no interior dos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), inaugurada em 1926 e que deu origem à Universidade Federal de Viçosa (UFV).[1] Consciente das dificuldades relativas à realização dos estudos comparados em educação, tratei, na investigação, de identificar as similaridades e as diferenças da escola mineira com aqueles *colleges*, conforme as recomendações de Gvirtz (2001) no sentido de considerar que objetos ou problemas comparáveis se constituem de acordo com condições de caráter histórico-social. Para o estudo foi consultada uma ampla literatura, tendo a atenção recaído principalmente nos estudos de Barrow (1990)[2] e de Bowman (1962)[3]. Além disso, procedeu-se a um amplo levantamento de fontes documentais no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV. O trabalho tem seu foco no período entre 1862, quando foram criados os *land-grant colleges,* e 1948, quando a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).

2. Os *land-grant colleges*

No início do século XIX, os Estados Unidos contava com 85% da sua população vivendo no meio rural. A sociedade tinha por base uma forte economia agrícola e a vida se pautava por uma forte fé religiosa.

Até então, havia no país um número significativo de *colleges*, voltados para a formação dos futuros pregadores e para o conhecimento clássico dos jovens *gentlemen*. Os que buscavam uma educação mais erudita iam para a Europa.

Em 1862, foi promulgada a Lei Morril que vinha contemplar a reivindicação dos fazendeiros de uma educação vocacional. Terras federais foram vendidas com o fim de que as receitas

resultantes fossem usadas para o treinamento de jovens para a agricultura e as chamadas artes mecânicas.

Vale notar, conforme Bowman (1962, p.526), que "[...] quando o Morril Act passou não ficou claro de todo o que exatamente os *colleges* deveriam ser e fazer". Embora não estivessem evidentes, então, certas características básicas destas instituições, passados os anos, elas podem ser identificadas: a pesquisa aplicada e a difusão da escolarização e do conhecimento. Além destas, o conceito de *undifferentiated American*.

3. A ESAV

Em 1920, o Presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes autorizou a criação de uma escola superior agrícola sob a responsabilidade daquele estado. Em 1926, como Presidente da República, o viçosense Bernardes inaugurava a Escola.

No seu Regulamento, a Escola era caracterizada como um estabelecimento essencialmente agrícola, cuja finalidade era a aquisição e a difusão de conhecimentos relativos “à economia rural”, em todos os seus graus e modalidades.

O ensino na ESAV era gratuito e funcionava em regime de internato e externato. Primeiramente, começaram a funcionar os cursos elementar e médio. O curso superior de agronomia somente teve início em 1928 e o de veterinária em 1932. Logo depois foram criados cursos de especialização, com duração de dois anos, que destinavam-se a formar especialistas. No início dos anos 1930 teve início a prática da pesquisa na ESAV. Em 1939, os professores lançavam a revista Ceres, primeira de caráter científico editada pela Escola.

Além destas atividades, desenvolveram-se trabalhos de assistência sistemática junto aos agricultores da Zona da Mata mineira, o que acabou por projetar a instituição para além das fronteiras de Minas Gerais.

A partir de meados dos anos 1930, no entanto, a ESAV começou a viver uma fase de profundas dificuldades. Não havia verbas para a aquisição de material e para manter o funcionamento regular da Escola. De todo modo, esta obteve o reconhecimento oficial do governo federal em

1935. Um elemento decisivo para tirar a instituição daquela crise foi o impulso oferecido por entidades norte-americanas que com ela firmaram, a partir de meados dos anos 1940, alguns acordos de cooperação.

4. Pontos de comparação

Entre os poucos estudiosos da história da UFV, há um consenso quanto ao fato de Bernardes ter pensado a instituição, desde o início, como um *land grant college*. Tal fato é justificado por ter sido o projeto da ESAV concebido por um especialista norte-americano vindo para o Brasil especialmente para coordenar a construção da Escola. Na verdade, em 1921, chegava a Viçosa o Prof. Peter Henry Rolfs, vindo do *Florida Agricultural College*. Rolfs foi o primeiro diretor da ESAV, tendo se tornado uma espécie de patriarca da instituição. Mas o fato de Rolfs vir de *land-grant colleges* seria elemento suficiente para levar os autores a afirmarem ter sido o modelo da ESAV baseado naquelas instituições? Vejamos alguns pontos para uma comparação.

Em primeiro lugar, cabe considerar o contexto no bojo do qual tanto as escolas superiores agrícolas norte-americanas quanto a ESAV foram criadas. No caso das primeiras, elas foram resultado de movimentos que se espalharam pelo país reivindicando o ensino agrícola, num cenário em que este tipo de ensino era praticamente inexistente nos Estados Unidos. A Lei Morril foi editada quando as terras dos fazendeiros enfrentavam um processo crescente de deterioração do solo por falta de conhecimentos sobre conservação. Não obstante a produção agrícola se expandisse, ela perdia importância para a manufatura. Neste contexto e impulsionado pela emergência de um sistema nacional de ferrovia, foi se formando um mercado nacional estruturado. Graças à edição do *Morril Act*, em 1862, e à criação do *United States Department of Agriculture*, no mesmo ano, as angústias dos fazendeiros foram atenuadas, tendo a agricultura experimentado o início de sua mecanização.

O contexto de criação da ESAV, num certo aspecto, foi um tanto quanto diferente. Nas primeiras décadas do século XX, não se tinha propriamente universidades no Brasil; porém

desde o final do século anterior, foram surgindo escolas superiores isoladas de formação profissional. No caso do ensino agronômico, a primeira escola superior voltada para o mesmo foi a Escola Superior de Agronomia de Cruz das Almas na Bahia (1875), aparecendo, logo depois, várias outras. Só no estado de Minas Gerais, na década de 1920, havia três escolas superiores agrícolas – a de Lavras, a de Belo Horizonte, a de Passa Quatro – e, ainda, duas escolas superiores de veterinária.

O cenário, neste aspecto, era pois bem diferente daquele em que se deu o aparecimento dos *land-grant colleges*. No entanto, a situação da economia mineira, basicamente agrícola, era preocupante no início dos anos 1920. Esta situação se agravava na Zona da Mata, voltada predominantemente para a cafeicultura, particularmente na região de Viçosa, a qual, juntamente com as cidades vizinhas, era constituída por pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo do café. A criação da ESAV parece ter vindo no sentido de evitar a catástrofe que se anunciava para a economia da região.

Na verdade, A ESAV não evitou a crise da cafeicultura mineira, porém não há dúvidas de que veio contribuir significativamente para a modernização da agricultura de Minas Gerais.

Neste ponto colocam-se as finalidades proclamadas quando da criação das instituições.

Se os *land-grant colleges* tinham como objetivo promover os estudos "relacionados à agricultura e às artes mecânicas" e a educação liberal e prática das classes industriais "[...] sem excluir outros estudos científicos e clássicos [...]", as finalidades da ESAV eram um tanto quanto semelhantes.

No que se refere à forma de administração nos *land-grant colleges* e na ESAV a semelhança é curiosa. Os *land-grant colleges* eram instituições públicas, dirigidas por *governing boards*, quadros de dirigentes compostos pelo diretor e personalidades representativas da comunidade. Inicialmente, os *governing boards* dos *land-grant colleges* mantiveram forte vinculação com o mais tradicional interesse dos fazendeiros. Mais tarde, no entanto, se enfraqueceu o poder

agrário e foram ganhando importância nos *boards* juristas, banqueiros e industriais. No início do século XX, foram muitos os atritos entre diretores, professores e os *boards*.

Desde que foi criada até 1931, a ESAV tinha como órgão máximo a Congregação, presidida pelo diretor da Escola, subordinado à Secretaria de Agricultura do estado. Em 1931, no entanto, o governo de Minas Gerais aprovou novo regulamento para a ESAV, dando autonomia administrativa e financeira à Escola e constituindo uma Junta Administrativa que passava a ser o seu órgão máximo de poder, sendo esta diretamente subordinada ao governo do estado.

A Junta Administrativa era composta de nove membros, com mandato de três anos, renovada anualmente em 1/3. As nomeações eram feitas pelo governo do estado, recaindo em agricultores que não exercessem posição pública ou eletiva e de preferência em representantes das diversas zonas do estado de Minas Gerais.

Todos os indícios são de que na prática as decisões relativas a qualquer mudança significativa na vida da instituição acabaram acontecendo por iniciativa do governo estadual sem que atritos tenham se deflagrado entre a Junta Administrativa e o mesmo.

Sobre a organização das atividades acadêmicas, os *land-grant colleges* deveriam ter uma educação vocacional, prática e científica. "Mas isto não significava abandono de outras partes do college course". (Bowman, 1962,p.526). Na verdade, à medida em que foram se consolidando aquelas instituições foi se constituindo a “filosofia do land-grant college”, tratando-se de “ensinar aos fazendeiros mais do que como cuidar da fazenda [...]” (Barrow, 1990, p.92). Em algumas instituições, os “cientistas agrários” enfrentavam os interesses das pequenas empresas denunciando-as pela produção de alimentos contaminados ou adulterados. No entanto, quando houve o enfraquecimento do poder agrário e a abertura dos *governing boards* para a participação dos *businessmen*, estes apontaram para uma racionalização institucional dos *colleges* e para o ideal corporativo, o que gerou inúmeros atritos com o pessoal docente. Com a vitória dos *businessman*, os currículos dos *land-grant colleges* passaram a comportar somente aquelas disciplinas estritamente voltadas para a formação de homens para a

agricultura e a educação para as artes mecânicas. Esta ênfase nos estudos voltados estritamente para as questões do meio rural foi, no período, tão forte que, como resultado, algumas instituições eram chamadas popularmente como "*cow colleges*".

Nos documentos da ESAV é enfatizado o caráter "teórico-prático e não livresco" do ensino, não havendo nenhuma evidência de vestígios da chamada "filosofia dos *land-grant colleges*". No que se refere ao currículo, as disciplinas também eram estritamente limitadas àquelas que parecem minimamente necessárias à formação de agrônomos e veterinários.

Sobre a pesquisa, os *land-grant colleges* se restringiam, até a Segunda Guerra Mundial, a pesquisas aplicadas desenvolvidas em suas estações experimentais tendo em vista a solução de problemas locais. Quando chegou a Guerra, eles foram induzidos a cooperar em projetos bélicos, desenvolvendo também pesquisas sobre métodos de conservação de estoques de alimentos. Depois disso, colocaram-se preocupações mais amplas, principalmente quanto a pesquisa básica.

Na ESAV, a pesquisa, exclusivamente aplicada, também esteve voltada para a busca de soluções para problemas imediatos da região da Zona da Mata mineira. Foram realizadas experiências para o combate à saúva, para o combate a pragas em plantas como o feijão, o algodão, e, ainda, experiências com o álcool motor.

Assim como os *land-grant colleges*, que tinham em vista a produção de conhecimento que tivesse aplicação prática na vida das pessoas em geral, desde cedo, a ESAV tratou de organizar atividades extra muros que envolviam cursos de curta duração e visitas para demonstração nas fazendas vizinhas. Nos *land-grant colleges*, desde o início, a solicitação por esses serviços foi se avolumando, levando alguns professores a produzirem artigos para jornais e boletins e a freqüentarem com regularidade encontros com os fazendeiros. Muitos *colleges* começaram a organizar cursos fora do *campus* e a estruturar seus departamento de extensão. Logo estabeleceu-se a tripla função de ensino, pesquisa e extensão.

Na verdade, a prática extensionista iniciou-se, nos Estado Unidos, através das associações agrícolas, fundadas por fazendeiros que tinham a finalidade de discutir e buscar soluções para os problemas relativos à comercialização e ao aumento da produtividade de suas culturas e da pecuária. Vale notar que quando da inauguração da ESAV, não havia associações locais de agricultores estruturadas como as norte-americanas. Deste modo, o trabalho de difusão das atividades feito pela instituição teve grande repercussão, ensejando solicitações por consultas técnicas e por cursos de breve duração. Era comum a correspondência de fazendeiros, os quais enviavam cartas à Escola, pedindo informações. Também eram comuns as cartas solicitando catálogos de exposições realizadas pela instituição e os pedidos de compra de determinados produtos.

A despeito do pioneirismo da ESAV quanto à extensão rural como prática de extensão universitária no Brasil, somente em 1948, ao transformar-se em UREMG, foi aprovado o Regimento do seu Serviço de Extensão. Junto com ele se constituía o Serviço de Experimentação e Pesquisa. Estes, juntamente com a Escola de Especialização; a antiga Escola Superior de Agricultura; a Escola Superior de Veterinária, que era devolvida de Belo Horizonte para Viçosa, e a então recém criada Escola Superior de Economia Doméstica passavam a constituir as unidades básicas da instituição.

Assim estruturada, a UREMG contava com um “Fundo Universitário” para a garantia do seu funcionamento, o qual era constituído de apólices estaduais inalienáveis, “cujos juros rendam a importância de doze milhões de cruzeiros”, de duzentos e cinqüenta mil hectares de terras devolutas, de bens até então sob jurisdição da ESAV e de doações, subvenções e legados, conforme a lei n. 272 de 1948 responsável pela criação da Universidade Rural.

5. Considerações Finais

O modelo do *land grant college* foi em grande parte absorvido pela ESAV. Em nossa instituição, todavia, tal modelo não conheceu a face mais progressista e democrática contida na

chamada "*filosofia dos land-grant colleges*". Desse modo, apesar das dificuldades enfrentadas, os conflitos em que esteve envolvida a ESAV foram de outra natureza.

A transformação da ESAV em UREMG parece concluir o ciclo de absorção do modelo. Três elementos são elucidativos: a criação do Fundo Universitário, a criação do curso superior de economia doméstica e a institucionalização do trabalho de extensão rural. No caso daquele Fundo, parecia constituir-se um patrimônio que desde a origem os *land-grant colleges* garantiram com a Lei Morril. Sobre o curso de economia doméstica, ele foi fundamental nos *colleges*, tendo papel dos mais importantes na extensão rural. No nosso caso, a atuação das economistas domésticas na extensão rural foi decisiva para a sua consolidação. A extensão universitária no Brasil, tratando-se de extensão rural, teve seu marco com os trabalhos da ESAV, mas foi com a institucionalização do Serviço de Extensão que ela adquiriu reconhecimento nacional, tornando-se uma referência.

Vale notar que a superação da crise da ESAV se fez, em grande parte, com o apoio de entidades norte-americanas com as quais foram estabelecidos convênios de cooperação. Estes resultaram numa série de programas, que além de gestar o curso de economia doméstica, implicaram a consolidação da extensão rural de nossa instituição, a qual acabou por estas razões, entre outras, por ser escolhida como um dos *locus* principais dos trabalhos da *United States Agency for International Development (Usaid*) no Brasil.

Notas

[1] GVIRTZ, Silvina. Alcances y limites de la investigación en la historia de la educación comparada. *História da Educação*. ASPHE. FaE/UFPel. N.10. Out.2001. Pelotas: Editora da UFPel, pp.17-29.

[2] BARROW, C. *Universities and the capitalist state*. *Corporate liberalism and the reconstruction of american higher education*. 1894-1928. Madison: The University of Wisconsin Press.1990. BOWMAN, M. J. The land-grant colleges and universities in human-resource development. The *Journal of Economic History*, v.22, Dec.,1962, p.523-546.

[3] BOWMAN,J. The land-grant colleges and universities in human-resource development. The *Journal of Economic History*, v.22, Dec.,1962, p.523-546.

Projeto "Sesquicentenário do Paraná no contexto escolar": uma experiência com questões de gênero.

Maria de Fátima da Cunha [**]

Gênero no Brasil:

Este texto relata uma experiência de trabalho com professores da rede pública nas cidades de Londrina e Cornélio Procópio, ambas no Estado do Paraná. Este projeto de extensão consistia na exploração de mapas históricos e banners contendo imagens sobre o Sesquicentenário do Estado do Paraná. No nosso caso, em particular, procuramos trabalhar com os professores questões relacionadas a gênero, a partir das imagens e como abordá-las em sala de aula com os alunos.

A primeira pergunta que colocamos então para os professores foi: como poderíamos trabalhar relações de gênero com os nossos alunos sem que este tema se torne simplesmente uma curiosidade, um assunto divertido e que serve somente para passar o tempo em sala de aula? Como as questões de gênero se relacionam e se inserem em temáticas históricas mais amplas? Aliás, o que são questões de gênero?

Começamos a responder pela última pergunta. Pode-se dizer que, geralmente, quando se fala em gênero quase todos pensam que isto significa abordar a história das mulheres ou a sexualidade feminina. Não é exatamente isto, não é tão simples assim ou, melhor dizendo, não é só isso. Em primeiro lugar, devemos ter claro que foi só depois da década de 1970, no Brasil, que a historiografia passou a se interessar pela participação feminina na história. Até então, como disse a historiadora francesa Michelle Perrot a história que se fazia era um "olhar de homens sobre homens que calava as mulheres".

[**] Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (doutora em História Social pela UNICAMP).

Segundo essas abordagens, a mulher também era percebida como tentadora do homem, aquela que perturbava a sua relação com a transcendência (com Deus) e também aquela que conflituava as relações dos homens entre si. Assim, nessa perspectiva, a mulher passa, então, a ser intimamente ligada à idéia da natureza, à carne, ao sexo, ao prazer, aquela que tentava os homens e que os levava a pecar. Portanto, esses instintos femininos precisavam ser "normatizados", ou seja, a mulher precisava ser disciplinada e quando "saísse da linha" precisava ser punida. [1]

Especialmente no Brasil, através da historiografia que analisou a temática feminina, pode-se verificar que foram resgatados vários aspectos da condição feminina, em períodos que variam do século XIX até meados do século XX, como: ama-de-leite, operária, prostituta, militante, "solteirona", entre outros.

Falando da condição feminina e da visão da mulher como "ser socialmente" destinado à reprodução da espécie e "incapaz" de atingir a plena racionalidade - atributo essencialmente masculino -, Maria Stela Bresciani argumenta que o privilégio da participação e da "plenitude racional" foi sempre exercido por uma reduzida parcela de homens: os proprietários. Aos não proprietários, mulheres e escravos, restavam o anonimato e a labuta dos afazeres domésticos.[2]

Assim, Bresciani atenta para o fato de que a história da mulher enquanto cidadã é, ao mesmo tempo, uma "história da exclusão" e a "história de uma luta", principalmente para ser reconhecida - e para se reconhecer - como indivíduo capaz de dominar os princípios da ética e da racionalidade da vida pública.

A visão que aponta a impossibilidade do domínio da razão pela mulher fundamenta-se, como informa Michele Perrot, na teoria e estereótipo elaborados no século XIX, baseados no discurso naturalista, que insistia na

[1] Cf. MURARO, Rose Marie "Breve Introdução à História" – In; Malleus Maleficarum. RJ: Rosa dos Tempos. 1991.

existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. Aos homens o cérebro (mais importante que o falo/pênis), que era símbolo da razão lúcida, da capacidade de decisão. As mulheres, eram identificadas ao coração, à sensibilidade, aos sentimentos. [3] Com relação à atenção dispensada pela narrativa histórica tradicional ao tema da mulher, Perrot ao avaliar a memória que o investiga, bem como as fontes disponíveis para esse estudo, localiza uma quase ausência da história da mulher. Sobre as mulheres do povo, o silêncio é ainda maior, e só se fala delas quando suas insatisfações com o preço do pão, por exemplo, começam a preocupar, ou quando provocam brigas contra os comerciantes e proprietários, ameaçando subverter a *ordem* através da greve. [4]

Essa ausência da mulher na história se reduz ainda mais quando se verifica que os arquivos públicos, organizados por homens, realizam uma seleção que deixa poucos registros sobre o feminino. Quando trazidas à cena, geralmente as mulheres aparecem através de estereótipos amplamente veiculados: vociferantes quando falam e histéricas quando gesticulam. Ou seja, aparecem somente pelo lado negativo.

Entretanto, é possível verificar que, em alguns momentos, as mulheres conseguem ultrapassar os limites do espaço privado destinado a elas. Essa superação é quase sempre feita pela via da excepcionalidade: da notoriedade pelo sucesso de suas profissões, pela militância política ou pelo casamento. Em outros casos o destaque é alcançado pelo trágico caminho da criminalidade, da prostituição e até mesmo da loucura. [5]

Podemos demarcar a década de 1980, no Brasil, como o momento em que acontece uma inovação nos estudos sobre o feminino, passou-se a utilizar os Estudos de Gênero para se trabalhar com questões ligadas ao feminino.

---

[2] Cf. Revista Brasileira de História - A Mulher e Espaço Público - n. 18 - ANPUH/Marco Zero - 89/90.
[3] Conferir essas considerações de Maria Stela Bresciani feitas na apresentação da Revista Brasileira de História, no. 18.

Trabalhar com gênero como categoria de análise significa abordar o relacional entre homem e mulher, ou seja, as duas categorias elaboram as suas identidades como complemento ou oposição ao outro.

Explicando melhor, se existe uma identificação da mulher a alguns papéis como dona-de-casa, esposa e mãe, do mesmo modo existem os papéis masculinos que ligam os homens a algumas imagens como: o de provedor da casa, de possuidor da força física, daquele que não pode chorar. Tanto para homens, quanto para mulheres romper com esses estereótipos é muito difícil, pois estão disseminados na sociedade através de décadas. Imaginem só o que significou para as mulheres o uso de calças compridas, uma coisa aparentemente tão simples hoje, e a luta pelo direito ao voto, então! E para os homens é muito difícil também, mesmo nos dias atuais é muito estranho para algumas pessoas, por exemplo, a mulher ganhar mais do que o marido, ou "pior ainda" este ser sustentado pela esposa!

Em ambos os casos, é preciso perceber que esses papéis são "construções históricas". Isto é, esses papéis mudam de sociedade para sociedade e também ao longo do tempo. Ser homem ou mulher hoje, é diferente do que era há cem anos atrás, ou há mil anos, como também será diferente no futuro. E mesmo hoje em dia, pode haver diferenças de um país para outro, ou dentro da mesma sociedade .

Outro ponto que os estudo de gênero tentam "desconstruir" refere-se a abordagens que tentam "naturalizar" as relações entre homens e mulheres, ou seja, tornar natural determinadas diferenças porque diz-se que sempre foi assim: é da natureza dos homens serem agressivos, ou é natural que as mulheres sejam calmas. Igualmente, procura-se desmontar aquelas idéias que fazem leituras a partir da natureza, do comportamento de machos e fêmeas, e transportam os comportamentos e atitudes destes para homens e mulheres. Quer dizer, tornam

[4] Cf. PERROT, Michele – Os Excluídos: operários, mulheres e prisioneiros. RJ: Paz e Terra. 1998, p. 177.

naturais determinados comportamentos porque são observados na natureza dos animais. Por exemplo, a mulher tem que ter instintos maternos, porque é assim com a maioria das fêmeas, ou é normal que os homens sejam infiéis porque a maioria dos machos tem várias parceiras.

Feitas essa explicações necessárias, passamos ao segundo ponto, que é tentar entender por que é importante trabalhar com essas questões em sala de aula. Primeiro, a sala de aula e a escola são os espaços privilegiados de transmissão dessas idéias que delimitam os papéis a homens e mulheres. A começar pelos nossos livros e cartilhas. São neles que muitas vezes aprendemos, nas primeiras séries, que meninos brincam com carrinhos e meninas com bonecas. Nas figuras e imagens as meninas são, geralmente, representadas como mais frágeis que os meninos. E nos livros didáticos de história é possível contar nos dedos das mãos o número de vezes em que as mulheres aparecem, e quando isso ocorre, é sempre como um acontecimento à parte, uma curiosidade. Como salienta a pesquisadora Guacira Lopes Louro, "a sala de aula e a escola são os espaços de construção das diferenças". [6]

Gênero no Paraná:

Com relação aos mapas históricos e imagens que compõem a coleção sobre os sesquicentenário do Paraná, podemos perceber que as questões de gênero estão presentes mais do que imaginamos. Então, como trabalharmos esse material a partir dessas questões?

Ao se trabalhar com os mapas, com qualquer um deles, seja aqueles que abordam a expansão das ferrovias no Paraná, seja os que destacam as formas de imigração, ou que apontam as áreas envolvidas no conflito do Contestado, esse

[5] BRESCIANI, Maria Stela – op. Cit – p. 20.
[6] Cf. LOURO, Guacira Lopes – Gênero, Sexualidade e Educação. RJ: Petrópolis, Vozes, 1997.

mapas, pela própria natureza de suas funções, não têm como objetivo dizer a seguinte mensagem: os lugares que eles mostram, são cheios de vida.

E é exatamente essa primeira pergunta que um professor deve explorar com seus alunos: quais pessoas moravam nesses lugares? De onde elas vieram? Como elas viviam? A partir dessas primeiras dúvidas o professor pode elaborar a sua aula falando, por exemplo, de imigração, de costumes, de conflitos, de formas de viver. Esse tipo de exploração dos mapas pode superar a dificuldade que as crianças podem de ter ao passar do abstrato do papel, para o concreto. Ao perceberem que cada pontinho, as várias linhas, as cores e traços que compõem os mapas, são sinais que os estudiosos encontraram para dar sentido, ou para indicarem a existência de rios, de montanhas, de estradas de ferro e de cidades, o mapa pode passar a fazer sentido para eles. E mais, que apesar do mapa não mostrar claramente, existiu gente "morando lá". Homens e mulheres, que construíram casas, atravessaram rios de canoas feitas por eles mesmos, levantaram escolas, hospitais e ferrovias. E que também mataram os índios, disputaram terras e morreram por elas, destruíram as florestas, extinguiram espécies animais. Ou seja, não era só o paraíso.

Especialmente no Paraná, podemos mostrar que existiram imigrantes sim, mas que nem todos "mereceram ser lembrados". Existiram vários pioneiros mas que nem todos "entraram para a História", e por que isso? Por que só alguns foram dignos de nota? Quais interesses estão por trás disso? E certamente, devem ter existido "pioneiras" e por que não se fala delas? Quem eram essas mulheres que vieram para Londrina, Maringá, Castro, Ponta Grossa, Curitiba? O que elas faziam?

Em particular sobre o tema do pioneirismo algumas leituras críticas na perspectiva do gênero já foram levantadas por pesquisadores do Paraná. Rosemeire Angelini Castro salienta que, na memória sobre o passado local da cidade de Londrina, percebe-se a exclusão do feminino. Segundo a autora, nesta

sociedade construída por homens (pioneiros) "a aventura, a coragem, o espírito bandeirante, identificados aos gestos audaciosos de comprar terras, de derrubar florestas, de plantar extensas lavouras" construíram um discurso sobre a memória da cidade ligada ao progresso. [7]

Para essa autora, a imagem preponderante ligada ao pioneiro não permitiu vir à tona as angústias, os sentimentos e os desejos do gênero feminino. Segundo Castro, quando se pesquisa sobre a presença feminina na cidade de Londrina tem que se descobrir outras fontes, pois na documentação pública tradicional, a mulher não aparece e quando isso ocorre é de forma fragmentada. Uma saída para superar essa ausência é recorrer à literatura, especialmente nos romances, crônicas e também nos jornais e revistas, em suas colunas dedicadas ao público feminino.

Com relação às imagens da Coleção, em algumas delas é muito fácil perceber a existência de questões de gênero que apontam para algumas das abordagens tradicionais dos papéis femininos dos quais nos referimos anteriormente. Por exemplo, no cartaz sobre agricultura, chama a atenção a presença marcante das mulheres em trabalhos na lavoura, em especial na produção do café. Isso, talvez, possa nos remeter a memórias familiares de nossas mães e avós que trabalharam na roça nos contando sobre como conciliavam os afazeres domésticos de esposa, mãe e trabalhadoras, muitas vezes levando os filhos juntos, em alguns casos ainda bebês que ficavam à sombra dos pés de cafés. E isso nos remete também a uma "outra verdade": a de que as mulheres pobres sempre atuavam na produção. A conquista pelo direito ao trabalho fora de casa foi muito mais uma luta para as mulheres de classe média burguesa.

Para se trabalhar com esse cartaz sugere-se algumas perguntas que os professores podem fazer para os alunos

[7] Cf. CASTRO , Rosimeire Angelini – O Cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930-1960-). UFPR: Curitiba, 1994 (Diss. Mestrado)

- Quem aparece nos cartazes? (obviamente alguns irão perceber as figuras femininas)
- Como as mulheres faziam para trabalhar na lavoura? Com quem elas deixavam os filhos? Quem fazia a comida?
- Se os alunos têm mães, avós e parentes que trabalhavam na roça? (pedir para entrevistar alguém próximo a eles)

Um outro cartaz que aborda o tema das etnias de imigrantes que vieram para o Paraná aponta para vários povos, como: sírio-libaneses, eslavos, japoneses, afro-descendentes e indígenas. Na maioria das imagens, as etnias são apresentadas pela figura feminina. Por que essa vinculação da mulher às várias etnias? Uma possibilidade de interpretação é a idéia de fertilidade implícita nessa associação. A mulher seria aquela que carregaria no ventre o futuro e a continuidade das futuras gerações.

Sugestão para se trabalhar esse cartaz com os alunos:

- Perguntar para eles qual imagem vem à memória quando se fala em imigrantes? Em qual imigrante eles pensam?
- Se essa figura evocada por eles é feminina ou masculina?
- Quais alunos possuem avós de outras etnias?

O terceiro cartaz é aquele que aborda o tema educação e, praticamente em todas as imagens, aparece a figura da mulher associada a escola, ao ensino, a educação de um modo geral. A única imagem em que aparecem homens é aquela em que mostra o pátio da Universidade Federal do Paraná, ou seja, na imagem relacionada ao terceiro grau. Isto aponta para algumas questões que merecem ser discutidas. Em primeiro lugar, a identificação da sala de aula e do magistério, principalmente do ensino fundamental, como um espaço essencialmente "da mulher", aliás uma das poucas profissões que foi durante muito permitida à mulher. O "terceiro grau", ou seja, a universidade associada à presença masculina,

enseja toda uma concepção de hierarquia do saber que interpreta a academia como lugar de produção do conhecimento e, portanto ligada à razão masculina. Esses pressupostos legitimam idéias que, até hoje, entendem o espaço do ensino como fundamentalmente feminino.

Sugestões de como trabalhar esse cartaz:

- Quem foi a primeira professora dos alunos? Eles se lembram dos seus nomes? Por que a maioria, senão todas, são mulheres? Não poderia ser professor?
- Pedir para eles pesquisarem sobre a primeira escola de Londrina e sobre a escola deles (sobre o nome da escola, se foi uma pessoa, quem foi)
- Fazer uma pesquisa para saber quais alunos tem parentes professores e se há um maior número de mulheres do que homens, discutir os motivos.

Finalizando, acreditamos ter demonstrado como, na realidade, as questões de gênero fazem parte de temas muito mais amplos como, por exemplo, formas de dominação, de exploração do trabalho e de construção da memória. Isto significa que elas estão inseridas num âmbito muito maior, nas próprias relações de poder, entre homens e mulheres [8]. Gênero também é um excelente caminho para ajudar a compreender certas formas de permanência, estando, portanto, na linha de frente ao ataque a uma concepção universalizante e sintética das realidades passadas. (TRINDADE E MARTINS, 1997: 4)

[8] Cf. TRINDADE, Etelvina e MARTINS, Ana Paula V. (orgs.) – Mulheres na História: Paraná – Séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997, p. 4

Pedro Afonso: Uma cidade ribeirinha entre o Sono e o Tocantins

MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA

A cidade reúne detalhes preciosos sobre o real.

Ela é um fato cultural, um caldeirão de impressões,

sentimentos, desejos e frustrações (Simmel)

Introdução

Esta comunicação é parte integrante da pesquisa que desenvolvo no doutorado com o título de *Cidades Ribeirinhas do rio Tocantins: identidades e fronteiras*. Pedro Afonso é, então, uma das cidades escolhidas para este estudo no qual analiso o contexto de seu surgimento, os momentos de ruptura em sua história para depois estabelecer uma relação entre as cidades ribeirinhas, detectando suas semelhanças e diferenças. Procuro ainda mostrar porque estas cidades ficaram, mesmo que indiretamente, excluídas dos projetos de desenvolvimento nacional. Pois, à primeira vista, parece que nada aconteceu digno de atenção nessa região tocantinense durante todo o século XIX até meados do XX. Mas, como Guimarães Rosa, acredito que, quando aparentemente nada esteja acontecendo, pode estar ocorrendo um milagre. 1

Para essa abordagem da comunidade de Pedro Afonso serviram-me de inspiração os chamados "Estudos de Comunidades" realizados na década de 1950, pelos antropólogos Charles Wagley – *Uma comunidade amazônica* – e Marvin Harris – *Town and Country in Brazil*, nos quais os autores estudam pequenas cidades respectivamente na Amazônia e na Bahia. Embora a cidade de Itá (nome fictício da cidade estudada por Wagley) quase não tenha tido relevância econômica, "sua história não deixa de ser significativa, pois reflete praticamente as principais tendências da história do vale Amazônico". Wagley reforça ainda

---

1 ROSA, Guimarães. A Terceira Margem do Rio - Primeiras Estórias. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. xxxiii

que, "Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais"[2]. Acredito que em outro contexto e região, Pedro Afonso – cidade situada no atual Estado do Tocantins na confluência dos rios Sono e Tocantins - também reflete muitas tendências da história das cidades ribeirinhas e da região.

Nos últimos anos, a temática "cidades" tem merecido muitas e variadas reflexões. A cidade é um espaço privilegiado da formação de novas identidades e é no convívio cotidiano, através das relações sociais, dos sentimentos e das posturas que emergem códigos implícitos e explícitos que vão moldando uma nova identidade.

Este estudo destaca alguns momentos importantes da história de Pedro Afonso: sua origem como aldeamento, as transformações ocorridas com a chegada de imigrantes e a transferência dos índios para outro lugar; as revoltas nas primeiras décadas do século XX; a chegada dos aviões do CAN (Correio Aéreo Nacional) na década de 1930 - antes mesmo do automóvel; e na década de 1960, a abertura da rodovia Belém-Brasília na região e a "libertação dos jegues" - a cidade passa a ser servida por água encanada.

De Travessa dos Gentios à Pedro Afonso

Estudando o mapa do nascimento das cidades do antigo Estado de Goiás, pode-se constatar que vários foram os grandes fatores determinantes do surgimento dos núcleos urbanos: ouro, agropecuária, presídios, registros, pouso de tropeiros, extrativismo, ferrovias e rodovias. No século XVIII predominou o fator mineração, no XIX, a agropecuária, e no XX as cidades surgiram principalmente influenciadas pelas ferrovias e rodovias. Já o nascimento das cidades ribeirinhas do rio Tocantins (principalmente no XIX), está ligado à

[2] WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica – Estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Ed. Nacional, 1957. Coleção Brasiliana, Vol.290.p.72.

fundação de aldeamentos indígenas, presídios militares ou a pontos estratégicos para o comércio com o norte do país.

Ana M. Borges e Luis Palacin observam que, "...na segunda metade do século XIX, se estabelece uma linha contínua de vilas, que marcam o pulsar do trânsito comercial pelo grande rio: Peixe, Porto Imperial, Piabanha (Tocantínia), Pedro Afonso, Carolina, Boa Vista (Tocantinópolis)"3. Essa observação vem confirmar a importância das cidades ribeirinhas tocantinenses.

A origem de Pedro Afonso está ligada à fundação de um aldeamento indígena sob a direção do missionário italiano Frei Rafael de Taggia em 1847. A primeira denominação do aldeamento era *Travessa dos Gentios*, "em virtude das correrias que aqui se faziam, e era habitado por silvícolas..."4

De acordo com o padre dominicano José Maria Audrin, um estudioso da história regional do Tocantins que lá viveu por longo tempo, "Pedro Afonso, antigo Rio do Sono, é uma povoação goiana, fundada outrora junto à confluência dos rios Sono e Tocantins, pelos missionários capuchinhos, para ser o centro da Catequese dos Índios Cherentes e Caraós... em poucos anos transformou-se em empório comercial de primeira ordem. Esta prosperidade material foi causa da sua terrível desgraça."5

Também em seu livro, *O Estado e os Índios*, Leandro M. Rocha informa que o aldeamento de Pedro Afonso foi criado em 1849, à margem direita do Tocantins, estando sob a direção do frei Rafael de Taggia e abrigava principalmente o grupo tribal Krahó.6

Em 1858 houve a remoção dos Krahó para outra aldeia às margens do Rio Sono. O missionário fundador da aldeia explica que tal mudança deveu-se à afluência de novos moradores não-índios para a antiga aldeia. Encontra-se no Arquivo Estadual de Goiás uma carta de Frei Rafael, na qual demonstra sua insatisfação: "O missionário por si só não pode effetuar o vosso desejo, convidar a instrução religiosa e civil gente nua, gente que vive só de

---

3 BORGES, Ana Maria & PALACIN, Luis. Patrimônio Histórico de Goiás. Goiânia: J. Câmara, s/d, s/p.
4 IBGE - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, V. XXXVI, P. 331.
5 AUDRIN, J. M. Entre Sertanejos e Índios do Norte. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946, p. 240/241.
6 ROCHA, Leandro. O Estado e os Índios: Goiás 1850-1889. Goiânia: UFG, 1998. P. 101

caçadas, sem ter meios de socorrê-los. Motivos são estes, que me desanimam...".7 O missionário descreve também os problemas enfrentados na catequese (dentre eles: a questão da língua, da estupidez e preguiça dos índios bem como, o desprezo dos governos) e pede que lhe seja atribuída uma outra função.

Com a chegada de imigrantes principalmente do Maranhão e conseqüente crescimento do povoado, em 1858 Pedro Afonso é elevada à Freguesia, em 1861 à categoria de Vila, e no ano de 1880, segundo informação do Juiz de Direito de Porto Imperial, Pedro Afonso contava com vinte casas, das quais 17 eram de telhas, e uma igreja arruinada.

Transformações e desordens no início do Século XX

No início do século XX, a cidade de Pedro Afonso foi influenciada pela expansão da exploração da borracha. Tornou-se um ponto importante de ligação entre o nordeste e o norte, e um local onde as mercadorias eram acumuladas para o transporte pelo rio Tocantins até Belém. Ao mesmo tempo em que a "corrida" da borracha provocou aumento da população e intensificou o comércio, vieram os problemas – a chegada de forasteiros gananciosos aumentou a violência na cidade.

A bibliografia e fontes catalogadas até o momento, apontam para um período em que a cidade teria sido arrasada e a maioria da população se mudado com medo dos constantes conflitos. Estes acontecimentos de Pedro Afonso são narrados no romance *Uma sombra no fundo do Rio*, pelo escritor goiano Eli Brasiliense, que é natural da região e lá viveu por longo tempo. Embora não tendo compromisso com a verdade, pois é um livro de ficção, Brasiliense descreve com riqueza de detalhes as conturbadas primeiras décadas do século XX na cidade. O autor inicia o romance mostrando as desordens causadas pelos jagunços: "Quem teria tirado a cidade do lugar e plantado uma tapera?" A resposta: "foi são Caetano" (vegetação que invade as taperas). "Apoderara-se rapidamente da maior parte de uma

7 Carta de Fr. Rafael Taggia de 1858, Arquivo Estadual de Goiás, caixa n.1

cidade destroçada, onde os riachos de sangue correram pegajosos no rumo do Tocantins e do rio do Sono. O povo que sobrara da tragédia estava doente e triste. Gente bagunçada da cabeça e problemática da idéia". 8

Em conversa com os moradores foi possível perceber que estes episódios relatados na obra de Brasiliense ainda permanecem na memória dos mesmos. Também Ana Britto Miranda9 – antiga moradora do lugar - descreve com detalhes, em seu livro de memórias *História de Pedro Afonso*, os tumultos ocorridos neste mesmo período.

Anos 30 – O Correio Aéreo Nacional (do cavalo ao avião)

Região periférica do Estado de Goiás, o antigo norte conheceu primeiro o transporte aéreo para só depois conhecer o rodoviário. O transporte das mercadorias era feito principalmente através do rio Tocantins para o Pará ou por tropas em direção ao nordeste. Nessa conjuntura, pode ser avaliada a importância que adquiriu a abertura de campos de aviação nas cidades do antigo norte de Goiás para o pouso dos aviões do CAN - Correio Aéreo Nacional. Essa façanha é bem documentada em dois livros escritos pelo brigadeiro Lysias Rodrigues10, encarregado da viagem de exploração e abertura das pistas de pouso num projeto de linha de aviação que ligaria Buenos Aires a Belém, entre os anos de 1931 a 1935. Pedro Afonso foi uma das cidades beneficiadas por esse projeto, recebendo um campo de pouso.

Vale lembrar a recente publicação (2002) de uma obra comemorativa desta façanha - *Nas Asas do Correio Aéreo* – livro rico em documentação iconográfica resultante do trabalho organizado por Isio Bacaleinick, que com sua equipe refez toda a rota, registrando as transformações ocorridas desde a passagem de Lysias Rodrigues na década de 1930.11

---

8 BRASILIENSE, Eli. Uma sombra no Fundo do Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 13.

9 MIRANDA, Ana Britto. História de Pedro Afonso. Goiânia: Oriente, 1973.

10 As duas obras do brigadeiro Lysias Rodrigues são: Roteiro do Tocantins e O Rio dos Tocantins, ambas publicadas em Goiânia no ano de 1978.

11 BACALEINICK, Isio.(Org.)Nas Asas do Correio Aéreo: a rota do Tocantins. São Paulo: Metalivros, 2002.

A Década de 1960: a Belém-Brasília e a "libertação dos jegues"

Para os historiadores Luis Palacin e Ana M. Borges, "A abertura (...) da Belém-Brasília significou para Pedro Afonso uma nova decadência. Como todas as cidades da margem direita do Tocantins, ficava outra vez à margem do progresso". [12]

A construção da Belém-Brasília não trouxe benefícios diretos para as cidades ribeirinhas do Tocantins. Os novos povoados que surgiram ao longo da rodovia Belém-Brasília passaram a competir com as cidades já existentes que ficaram fora do traçado da mesma, mudando assim o eixo de importância econômica das antigas cidades ribeirinhas para as novas cidades da beira da estrada.

Outro fato, especialmente importante para a cidade de Pedro Afonso na década de 1960, foi a "libertação dos jegues". O que vem a ser isto? O acontecimento que facilitou a vida do pedro-afonsino e de certa forma afastou-o da convivência cotidiana com o rio, isto é, o abastecimento das casas com água encanada que libertou os jegues do trabalho de transporte de água do rio para a cidade.

A década de 1960 é então um marco duplo para a cidade: por um lado, a abertura da rodovia Belém-Brasília incentivou o transporte terrestre em detrimento do difícil transporte fluvial - a ligação da cidade com a estrada era feita por meio de uma balsa. Por outro lado, a "libertação dos jegues" alterou o cotidiano do pedro-afonsino, não sendo mais necessária sua ida e vinda constantes ao rio.

Considerações Finais: Pedro Afonso hoje (do antigo e do novo)

É possível constatar uma grande diferença no cotidiano dos moradores nos últimos anos. O rio era o centro da vida da cidade – utilizavam-no para o transporte, ia-se a todo o

[12] BORGES, Ana Maria & PALACIN, Luis. Patrimônio Histórico de Goiás. Goiânia: J. Câmara, s/d, s/p.

momento buscar água, lavar roupas; tomava-se o banho diário – o rio era uma dádiva, a solução, o caminho. Atualmente, o contato do pedro-afonsino com o rio é bem mais limitado: o transporte é feito por caminhões e automóveis que atravessam o rio por meio de uma balsa – desse modo, em vez de ser o caminho, pose-se dizer que o rio tornou-se um empecilho - os banhos nos rios são freqüentes apenas no verão como programa recreativo, a água chega de forma indireta até as casas, sem necessidade de descer o barranco...

Na chegada à Pedro Afonso é visível o contraste entre o arcaico e o moderno: ainda hoje para se chegar à cidade é preciso atravessar o rio Tocantins numa balsa. A cidade é pequena, mas assim que acabam as casas, começam os imensos campos de plantio da soja. Para assistir todo esse desenvolvimento, há boa infra-estrutura: uma cooperativa agrícola – a COAPA – e um projeto de incentivo ao plantio da soja – o PRODECER, e também imensos armazéns e secadores para os grãos.

Alguns prédios e locais antigos só existem hoje nas fotografias e na memória dos antigos habitantes. O desinteresse pela preservação do patrimônio pode ser observado, por exemplo, no antigo mercado municipal que foi demolido e na famosa Lagoa da Cruz (lagoa essa, que até lenda possui), abandonada ao mato e ao lixo.

Por outro lado, encontramos moradores tradicionais de Pedro Afonso desejosos de contar e preservar o seu passado. Um dos poucos sinais da antiga *Travessa dos Gentios* é uma lápide com os restos mortais do fundador da aldeia, na Igreja de São Pedro, com os seguintes dizeres: *Aqui jazem os restos mortais do Pe. Frei Rafael, missionário [capuchinho]. Nasceu aos 23-02-1812 em Taggia, Itália. Desembarcou no Rio de Janeiro em 1846. Chegou ao atual Pedro Afonso em 29 – 06 – 1847 e morreu em 29/10/1892. Pedro Afonso 29 – 06 – 1981.*

Finalmente, a pesquisa se pauta em variada documentação, na sua mais ampla concepção: documentos esparsos nos arquivos, relatos de viajantes e moradores da região, na literatura, na “leitura” das ruas e prédios da cidade e na memória das pessoas que presenciaram os fatos históricos ou que os ouviram de seus antepassados. Dessa forma, a cidade torna-se lugar de cultura, memória e identidades numa complexidade de sentidos e

significados vividos e representados, pois, segundo Ulpiano Menezes, “a cidade é artefato, campo de forças e imagem.” [13]

[13] MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das Cidades Brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. In: Revista USP, São Paulo, junho/agosto1996, p. 149.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA MARIA DO PARAGUAI, UM ESPAÇO DE PODER. 1859 a 1889

Maria de Lourdes Fanaia Castrillon – PPG-UFMT

Profª Drª Maria Adenir Peraro - UFMT

A análise da pesquisa em estudo, investiga a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai, (hoje Cáceres-Mt) nas décadas de 1859 a 1889. E possível visualizar o dinamismo da vila por meio das atas da administração municipal que constitui os discursos proferidos pelos vereadores desse local.

Cumpre salientar que na historiografia brasileira são poucos os estudos que fundamentam nesses registros, faltando pesquisas que abordem a administração camarária em Mato Grosso.

Os registros das atas desse local no século XIX, assumem importância fundamental nesta pesquisa por serem reveladoras das ações dos governantes, pelos aspectos plurais sobre a cidade e os moradores. Isso não significa interpretar as atas enquanto verdades acabadas, mas pensar no efeito de poder que nelas contém conforme os interesses políticos do período.

A Câmara Municipal foi, e ainda é uma instituição administrativa tendo seus legados na história de Portugal no século XIII, sendo que desde o século XVI, funcionou no Brasil a primeira Câmara de vereadores na Vila de São Vicente. A função dessa instituição municipal na história do Brasil não é nenhum fenômeno já que, sua historicidade remonta a 1532 e perdura nos dias atuais, embora existam diferenças e semelhanças nas ações dos vereadores entre esse passado e o presente. Coube a Câmara organizar os espaços urbanos das vilas e cidades brasileiras mediante leis, decretos, pois no período fundar vila significava reconhecer poderes locais.[1]

Em Vila Maria, essa instituição camarária foi o núcleo político administrativo criada em 1859 e na mesma data ocorreu a emancipação política, sendo oficializada 'vila" por decreto provincial de número 1 em 28 de maio de 1859[2]. Com a criação da Câmara e a elevação à categoria de vila, alterava a vida cotidiana dos moradores e o traçado urbano desse local foi reorganizado.

A Câmara Municipal no século XIX, tinha funções de administrar e legislar a localidade, sem funções judiciárias. Quanto as funções administrativas camarárias eram diversas. As deliberações mais frequentes correspondiam à manutenção da segurança e ordem pública, saúde e comodidade dos habitantes, construção de edifícios públicos, abertura e limpeza de ruas, iluminação, confecção de tabelas de preços dos gêneros alimentícios dentre outros.

A Constituição de 1824 e a Lei de 1828[3] determinava as funções das pessoas que iriam compor os cargos administrativos. As pessoas nomeadas ou eleitas pela Câmara para exercerem os cargos de oficiais camaristas eram: os vereadores, juizes de paz, fiscais, escrivãos, procuradores e porteiros. Governar uma cidade ou vila no período era zelar em nome do *bem comum social.*[4]

Os vereadores, eram considerados *"homens bons*", podiam votar e serem votados, sendo eleitos em número de cinco para representar o poder local, desprovidos de remuneração, mas, tinham posição de poder e decisão sobre o local. Eles eram homens livres, com maior poder aquisitivo, pois além de exercerem diversas funções políticas e administrativas, podiam também ser latifundiários ou comerciantes. Alguns oficiais camaristas de Vila Maria, exerceram funções de delegados, subdelegados, Oficiais da Guarda Nacional, comandantes do distrito militar e Juizes de paz e municipal. Muitos vereadores que estiveram no cargo de vereança em Vila Maria, constituíram numerosa família que residiam e ainda se encontram na localidade e faziam parte da elite política da localidade .

Segundo Fátima Gouvêa, o "*homem bom"* não estava associado apenas como o homem da terra, ou seja, senhor de engenho, mas aquele que tinha privilégios de ocupar os cargos de governança.[5] Assim, pertencer ao Paço da Câmara Municipal de qualquer local do Brasil no período imperial estava restrito ao "cidadão", aquele que tivesse posses, considerados *homens de bens, homens bons.*

Para administrarem a vila, os governantes camaristas desse local, elaboraram o Código de Posturas de 1860, que era o estatuto interno da Câmara que permitia regular o mercado econômico, o espaço urbano e as ações dos homens e mulheres que ali viviam. Os assuntos que compreendiam as normativas dos estatutos de 1860 de Vila Maria diziam respeito a: saúde pública, fiscalização sobre a venda de gêneros alimentícios, concessões de terrenos urbanos, medições e alinhamentos das ruas, terrenos e prédios, fiscalização das obras públicas. O conjunto de arrecadações de impostos servia para manter as despesas do município.

Contudo, isso não permite pensar que todas ações dos moradores desse local foram controladas, pois as normativas instituídas podiam ser rompidas. Exemplos disso, havia pessoas que por vezes escapavam dos pagamentos dos impostos, abriam as "casas de negócios" sem tirar o alvará de licença. Affonso Anastácio, foi convocado a fechar a sua "botica"[6] por não estar munido do alvará de licença e assim como Affonso muitos homens e mulheres eram multados numa demonstração do rompimento de normativas.

Observa-se, que as rendas do município eram geradas pela cobrança de taxas e licenças principalmente aquelas que se referiam as " casas de negócio", cobrança de foros e multas para os infratoes.

Todas as províncias no Brasil, possuíam esse dispositivo, que no período interligava-se com diversas políticas instituídas pelo governo central, entre essas a política da urbanização. O espaço urbano era a atenção dos representantes políticos das

províncias pois estava associado com o fim do tráfico dos escravos (1850), a emigração e com a ideologia do trabalho assalariado.

Os vereadores ao governarem a vila em estudo, além de legitimarem os decretos e leis, reproduziam o discurso da "ordem e da civilidade", sabiam do que falavam e por que falavam. O pano de fundo dessa reprodução do discurso, era forjar uma ordem "absoluta" para a reordenação dos espaços e as delimitações das ações dos indivíduos, instituía-se no espaço público o que podia e o que não podia. Sendo assim, os vereadores territorializavam uma ordem social mas, ao fazerem "o outro" muitas vezes era desqualificado, e o escravo era um dos segmentos sociais mais visado. A população de Vila Maria era heterogênea composta por: escravos, índios, forros e brancos e as normativas não garantiam um padrão de comportamentos homogêneos.

Para exemplificar o discurso que classificava homens e mulheres dessa vila consta no Código de Posturas de 1860 no artigo 47: *" Qualquer pessoas que comprar dos escravos objeto, que este costumam ter, sem que venham acompanhados de bilhete de seu senhor, será multado em 20$rs, ou 8 dias e prisão e no dobro das reincidências.*[7]

Na administração municipal as pessoas que ocupavam os cargos camarários desempenhavam funções para que as normas e decretos fossem cumpridos, nem por isso, todos os problemas administrativos relacionados à urbanidade eram resolvidos. O clamor principal dos vereadores era de que, havia sempre a falta de recursos para que pudessem sanar as problemáticas. De acordo com ata de 1861 diziam: *Esta Câmara é pobre e pobre é o seu município sem rendas, não é possível atender as vigentes necessidades, a não ser auxiliada pelos cofres provincial.*[8] Apesar de relutarem com as problemáticas a serem superadas havia os " *bons desejos"* pela governabilidade da cidade.

Os gastos públicos feitos pela administração camarária no espaço urbano, geralmente referem-se: a abertura de ruas e travessas, limpeza de esgoto, iluminação pública, reformas da matriz, da Câmara e da cadeia entre outros.

Nas relações sociais, os governantes de Vila Maria não agiam de maneira isolada, mantinham laços políticos com a capital da província de Mato Grosso e com a corte imperial, estavam sempre informados sobre a política e economia. Da mesma forma, informavam aos presidentes da província de Mato Grosso o que ocorria na localidade.

Um exemplo de que os vereadores desse local mantinham inteira comunicação com outras autoridades pode ser constatado quando em 1863, a Câmara Municipal de Vila Maria enviou ao imperador felicitações em razão das soluções referentes " *questão Cristie*" entre o Brasil e a Argentina. [9]

Outro acontecimento que demonstra as relações políticas, econômicas , sociais e culturais e que movimentou o espaço urbano da vila foi o nascimento do filho de D.Leopoldina (1866). Segundo os vereadores na ata de 1866, demonstram a reverência feita ao nascimento do príncipe pois no momento, que souberam da notícia os governantes de Vila Maria, convocaram os moradores para que iluminassem as residências por três dias e na ocasião, pelas ruas percorreu uma orquestra saudando a Coroa imperial. Na sacada do edifício da Câmara foram colocadas as efíges do imperador e as felicitações se deram por meio de "muitos vivas" perpassaram pelas ruas e principalmente em frente da travessa da Câmara.[10] Esses acontecimentos festivos demonstram o gerenciamento camarário.

Pela administração camarária focaliza-se a história política e urbana de Vila Maria, pois as leituras das atas permitem interpretar as plurissignificações sobre esse fragmento histórico.

[1] ROSA, Carlos & Jesus NAÚK Maria de. (org). A Terra da Conquista: História de Mato Grosso colonial, Cuiabá, Adriana 2003. p.16
[2] Relatório do Presidente de Província de Mato Grosso de 1859, Cuiabá. APMT
[3] CAMPANHOLE, Adriano & CAMPOS Lobo Hilton. (orgs) Constituições do Brasil, 1986. Atlas. S/ª
[4] Sobre o bem comum social ver Jacques Lê Goof. O Apogeu da cidade medieval, São Paulo, 1992.
[5] GOUVÊA, Silva Maria Fátima de. Revista tempo/ Universidade Federal Fluminense . Rio de Janeiro vol.7, nº 7 letras 2002, p.132
[6] No século XIX, botica era uma espécie de farmácia.
[7] Código de Posturas de Vila Maria do Paraguai. 1860. APMC – Cáceres MT.
[8] Ata da Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai. 1861. APMC - Cáceres. MT
[9] Ata da Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai. 1863. APMC- Cáceres. MT
[10] Ata da Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai 1866. APMC- Cáceres. MT

INFLEXÕES NA HISTÓRIA E NAS CONFIGURAÇÕES URBANAS DE ITABORAÍ, NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Maria de Lourdes Pinto Machado Costa
Doutora em Arquitetura e Urbanismo/USP. Professora do Mestrado ARQ URB / UFF
e-mail: lourdescosta@gbl.com.br e m.lourdescosta@terra.com.br

Deborah Pimentel
Mestranda do Programa de Pós-graduação ARQ URB / Universidade Federal Fluminense
deborah pimentel arq@yahoo.com.br e deborahpimentel@yahoo.com

Antigas e recentes intervenções explicam a configuração territorial do Município de Itaboraí - das origens (séc.16) ao *status* de cidade (1890). Cresceu com a cana, cereais, açúcar, aguardente, entreposto comercial, transporte fluvial e por sua localização estratégica, entre a RFFSA e 4 rios. Mantém boa ligação rodoviária com outros centros fluminenses. Teve perda econômica no séc.19, mas desenvolveu atividades de pecuária, citricultura, apicultura e indústria cerâmica. As olarias garantiram a renda municipal, com extração de argila provocando destruição vegetal, erosão e depressões no solo. Passou por retalhamento das glebas rurais, com loteamentos ao longo da rodovia. Vive forte urbanização há décadas (94.5%, segundo IBGE/2000). Abriga trabalhadores de baixa renda e fluxos pendulares diários para Niterói e Rio de Janeiro. De seu patrimônio, destacam-se exemplares arquitetônicos dos séculos 17 a 19 e sedes de fazendas que traduzem suas épocas de apogeu. Comporta sítios arqueológicos, manguezais, reservas ecológicas. O texto é fruto de pesquisa apoiada pela FAPERJ, em que se prevê o agravamento do quadro, em face das intervenções programadas.

INFLEXÕES NA HISTÓRIA E NAS CONFIGURAÇÕES URBANAS DE ITABORAÍ, NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

As características gerais do município de Itaboraí ficaram marcadas originalmente pela expansão de terras do Rio de Janeiro, pela função de entreposto comercial com formas de transporte de navegação pelos cursos d'água, pela localização às margens de estradas e pela proximidade com o pólo da sub-região Niterói. O município tem área total de 429.3 km2 e população de 187.127 hab, segundo o Censo Demográfico da Fundação IBGE (2000). Possui 8 distritos: Itaboraí, Porto das Caixas, Itambí, Sambaetiba, Cabuçu, Manilha, Pacheco e Visconde de Itaboraí. Segundo a mesma fonte, teve um crescimento urbano relativo maior, com taxas em torno de 7,5% aa entre 1970 e 1980, de 3.32% entre 1991 e 2000, contra 1.14 % da região e 1.28% do Estado. A taxa de urbanização é de 94.5%. Sua inserção no espaço se dá entre a Estrada de Ferro da RFFSA, o antigo leito da rodovia RJ-116 (norte), os rios Ipitangas (sul), Duques e Poço Fundo (leste) e Aldeia (oeste).

A sub-região vive um movimento de migração pendular diária em direção a Niterói, abrigando trabalhadores de renda mais baixa, no deslocamento residência-trabalho, cujos fluxos se estendem também para a cidade do Rio de Janeiro. A perspectiva de crescimento está voltada em face da proposta de construção da Linha 3 do Metrô, que irá ligar Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e, posteriormente, Itaboraí. O distrito de Manilha é o de maior densidade, com mais de 60 mil hab e, ao mesmo tempo, o mais carente em infra-estrutura urbana e serviços, seguido do distrito sede com mais de 50 mil hab. Tem nas BR's 101 e 493 suas principais vias de acesso, inclusive para outras Regiões (Norte, Serrana e Lagos).

Pertence ao Eixo Leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, junto com os municípios Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Maricá, cuja população total é de 1.611.887 hab, com Niterói abrigando mais de 25% desse total, de forte centralidade sobre os demais. Itaboraí compõe uma seqüência de ocupação com Niterói e São Gonçalo e teve sua área

reduzida em cerca de 20 km2, e distritos aumentados de 6 para 8 nos últimos 20 anos, perdendo Tanguá (1996) e acrescentando Manilha, Pachecos e Visconde de Itaboraí, juntando-se a Itaboraí (sede), Porto das Caixas, Itambí, Sambaetiba e Cabuçú. As faixas etárias predominantes são de jovens, com 57% da população com até 29 anos (IBGE/2000).

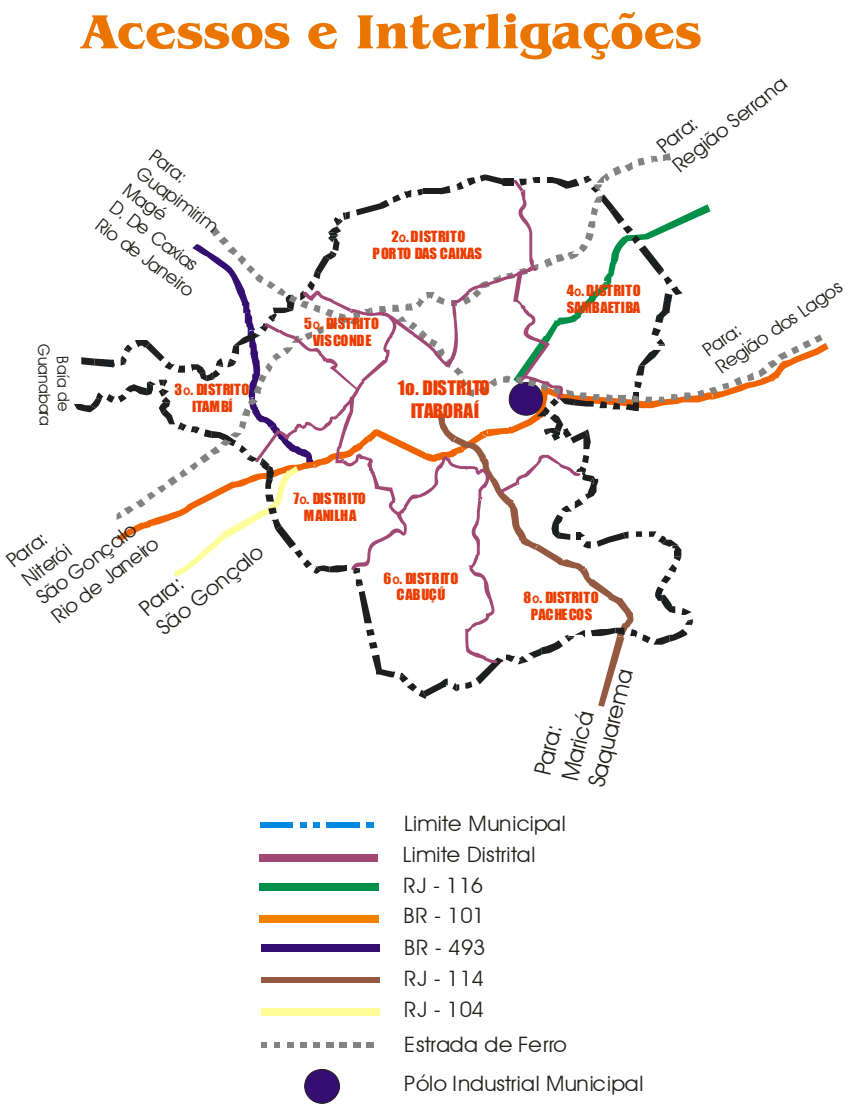

História da ocupação, produção e apropriação do território.

O século XVI guarda as origens municipais, com as doações de sesmarias, vizinhas ao Rio de Janeiro, desde a fundação da cidade de São Sebastião (1565). A expansão se fez por meio de instalação de lavouras de cana, plantio de cereais, engenhos de açúcar, produção de vasilhames de cerâmica para o acondicionamento deste e fabricação de aguardente.

Do acampamento de tropeiros no caminho para Campos veio um marco - um oratório, ampliado pela construção da capela de S. João Batista (padroeiro), inaugurada na fundação de Itaboraí (1672), base da Igreja Matriz. A sede foi criada em 1696 e a Vila em 1833, sob o nome de Vila de São João de Itaboraí. Sua ocupação firmou-se pós 1800, no aglomerado de Venda das Pedras. Desenvolveu-se ao longo da rodovia BR-116 / RJ-104, em direção a Porto das Caixas (de açúcar, para exportação), através de seu porto fluvial, hoje extinto. Foi empório comercial e chegou a competir com Niterói ao posto de capital da província.

Passou por epidemia de febres palustres em 1829 e por perda econômica frente à substituição do transporte pluvial pelo ferroviário (abertura da Estrada de Ferro Carril Niteroiense após meados do século XIX). Com a implantação do trecho Niterói-Cantagalo, o escoamento cafeeiro das regiões de Cantagalo e Friburgo se tornou mais vantajoso, provocando o declínio de Porto das Caixas e da Vila de São João de Itaboraí. Também o incremento das atividades urbanas de comércio e serviços, mediante a construção da Rod. Amaral Peixoto (RJ 104) pesaram. Contou ainda a libertação dos escravos, apoio da economia. Em 1833, a vila recebia a produção de gêneros do Norte Fluminense, rumando-a para o Rio de Janeiro via Baía de Guanabara e daí para a Europa. Foi cidade em 1890.

Apesar das dificuldades econômicas, no início do século XX, Itaboraí desenvolveu a pecuária e indústria cerâmica. Hoje, o município tem sua economia baseada nos serviços, comércio e na economia agropecuária. Ligações facilitadas com outros municípios consolidaram a rodovia, via comercial principal, tendo também a criação do Pólo Industrial municipal do Bairro Engenho Velho. As olarias continuam a garantir a renda municipal, com alternativa para o artesanato, na concorrência com Campos na comercialização de artefatos de cerâmica vermelha (tijolos e telhas). Apicultura e o agro-turismo também são presentes.

A aposta no potencial turístico se baseia no patrimônio histórico e cultural bem preservado, sítios arqueológicos, manguezais, reservas e parque paleontológico. As expectativas

industriais se voltam para o ramo de alimentos, pela proximidade com os mercados consumidores, e exportação através do Porto de Sepetiba, haja vista a iminente construção da RJ-109 (rodo-anel de ligação do Porto de Sepetiba e cidade do Rio de Janeiro).

A ocupação agressiva no município já era registrada no Plano Diretor dos anos 1970, da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No documento afirma-se que esse processo existia desde a colonização da área. Sem cuidado no uso e ocupação do solo, Itaboraí sofreu desmatamento nas bacias hidrográficas, aumento localizado da área construída e pavimentada, impermeabilização do solo, aterro e drenagem de brejos e manguezais, além da utilização indiscriminada de fertilizantes, herbicidas e outros controles químicos na agricultura, extração de argila/areia. Isto provocou erosão marginal, destruição de vegetação nas margens dos cursos d'água, e criação de novos "habitats" nas depressões formadas. Também contribuíram a instalação de fábricas e áreas industriais sem tratamento de efluentes, com poluição da água, do ar e sonora, na região. No centro geográfico do município, a sede foi ocupada da colina, onde estão a Igreja Matriz de S. João Batista e os extratos mais abastados da população, descendo até a planície, segundo traçado de malha reticulada, ocupada pelas camadas de menor renda.

Configuração marcante do território se deu quando do retalhamento das glebas rurais ao longo da Rodovia Amaral Peixoto - RJ104, com loteamentos urbanos. Até 1950, Itaboraí possuía quase 5000 lotes aprovados, cerca de 20.000 na década de 1960 (distritos Itaboraí e Itambí), e na década seguinte com cerca de 22.400 lotes. Contaram a proximidade com São Gonçalo, a BR101, a RJ104 e a BR493, via de contorno da Baía.. A RJ-104 virou rua de comércio e serviços, já na década de 1970 apresentando problemas nos cruzamentos, falta de hierarquia viária, de equipamentos comunitários e infra-estrutura urbana, entre outros.

Nesse processo, o saneamento básico tornou-se agravado, com carência e/ou deficiência de infra-estrutura, sobretudo em áreas menos adensadas, em que predominam (quando

existem) poços, valas e fossas sépticas. Grande parte do destino dos resíduos sólidos fica a cargo dos próprios moradores, sobretudo em Itambi, Manilha e Sambaetiba. Em 2001, 84% dos domicílios foram considerados precários em relação à habitação, aí incluídas unidades rurais, lotes ocupados sem infra-estrutura adequada, mesmo de loteamentos aprovados.

O pós-1990:

Quanto à existência de instrumentos de planejamento e gestão urbana, o município possuía Lei de Zoneamento e de Perímetro Urbano (1986), mas não Plano Diretor; só nos anos 1990 contou com Lei de Parcelamento do Solo, Códigos de Obras ou de Posturas (1995). O Cadastro Municipal foi atualizado em 1998 e a Planta de Valores em 2000. Faltam Conselhos para os setores, como o de Política Urbana e o de Desenvolvimento Urbano.

Alguns dados do Relatório do Programa Habitar Brasil-BID (2003) são úteis, como o do crescimento relativo da população urbana no Município na última década: em 1991 eram 148.151 hab (Censo IBGE; em 1996 era de 92% (Contagem IBGE) e, em 2000, passou a 94%, com 187.479 hab. O déficit habitacional era de 8.061 unidades (Secretaria de Trabalho, Habitação e Ação Social, 2000). Seu perfil mostrou que 81% dos chefes de família ganhavam até 3 salários mínimos, o que dificulta a implantação de programas oficiais do setor. Houve aumento das receitas em meados dos anos 1990, mas das despesas também, com taxas um pouco maiores, sendo que as destinadas à Habitação e Urbanismo eram irrisórias em face do panorama habitacional e de infra-estrutura. O município contava com 90% de domicílios atendidos em relação à energia elétrica (2002). O abastecimento de água cobria 40% das moradias (65% com fossas e sumidouros) e 15% com serviço de esgotos.

Em termos de Patrimônio construído, destacam-se: sítios e edificações, testemunhos da vida e uso e ocupação do solo municipal. O sítio Arqueológico-Paleontológico se situa às

margens do Lago de São José. Tem manguezais que compõem a APA de Guapimirim. Os exemplares arquitetônicos mais destacáveis vem dos séculos XVII, XVIII e XIX, localizados nos distritos de Itaboraí, Porto das Caixas e Itambi. Sedes de fazendas isoladas traduzem épocas de apogeu do município, mas com suas edificações danificados pela ação do tempo.

Em Itaboraí, o entorno da Praça Mal. Floriano Peixoto forma o conjunto urbanístico mais completo e bem preservado. Nele estão a Igreja Matriz de São João Batista (séc. XVII), as edificações da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal (séc. XIX), o Fórum (séc. XIX), e algumas residências nas cercanias (séc. XIX), assim como a Igreja N. Sª do Bonfim (séc. XVII), tombada pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O processo de verticalização contrasta com o centro cívico. Hoje, as principais atrações turísticas, segundo o Tribunal de Contas do Estado são: a Igreja de S. João Batista, o Teatro João Caetano e as Ruínas do Convento Boaventura (Convento de Macacú), tombadas pelo IPHAN (1980). Em Porto das Caixas está a Igreja Matriz de N. Sª da Conceição (séc. XVII), que abriga imagem do Cristo, objeto de romaria, produção de relíquias e comércio de barracas com *souvenirs* religiosos. O conjunto teve construções anexas destruídas, para dar lugar a local de devotos e equipamentos em função da procura do lugar. A malha de ruas de Porto das Caixas foi aberta no século XIX, época mais próspera do município.

Dados de 2002 mostram 30% de terrenos não cadastrados e 50% de área construída também nessas condições, 90.947 lotes não edificados e 46.265 registros residenciais. Segundo a Secretaria Municipal de Obras havia 4 favelas, 3 loteamentos irregulares e 2 ditos clandestinos, 7 outros tipos de assentamentos subnormais e 3 conjuntos habitacionais invadidos. As áreas invadidas chegam a 13 no total, com população de 2600 pessoas. O município não conta com Política Habitacional, Conselho de Habitação ou qualquer Fundação de Habitação para fazer frente à situação. Foi insignificante o apoio financeiro que teve para a produção de unidades domiciliares nos anos 1990, em face da situação descrita. Dos instrumentos mais recentes, não conta nem com áreas de Interesse especial social.

Considerações finais

O desenvolvimento do município de Itaboraí sempre se firmou devido a sua localização estratégica, e alguns de seus problemas também, com seu território expandido ao longo de onde estavam localizadas as atividades econômicas, lindeiras às passagens de fluxos de transportes, pessoas e mercadorias. Sem ordenação específica, o provimento de serviços não acompanhou proporcionalmente o processo de urbanização/ocupação das áreas, sendo precária a situação dos distritos mais afastados da rodovia, sem infra-estrutura suficiente, localizados nos limites do município com Maricá e São Gonçalo. Manilha é a localidade que concentra a maior população, o maior número de pobres e menos serviços públicos.

Os índices de urbanização foram crescentes até os anos 1960, diminuindo até 1990, a partir de então saltando de 21% para 93% em 1991 e 94% em 2000. Durante as últimas décadas, sem integração de caráter metropolitano, houve forte impacto no uso e ocupação do solo e solicitação maior ainda por áreas de moradia. O crescimento desordenado se estende aos condomínios particulares, sem obediência à Lei de Parcelamento do Solo vigente.

Numa visão prospectiva, os estudos permitem identificar a falta absoluta de instrumental que possa direcionar e controlar a ocupação do solo que se faz de forma intensa e irregular. A necessidade de políticas urbanas e projetos sociais atinge o desenvolvimento de ações estruturais e institucionais, com prioridade para as referentes ao setor de habitação popular, com ocupações associadas a altos índices de degradação urbano-ambiental.

Sem cultura organizacional compatível, a falta de planejamento e controle da ocupação municipal dificultou tanto a gestão democrática quanto a ação de órgãos de política urbana, assim como a inserção imediata de requisitos legais de obrigatoriedade de implantação de novos instrumentos de planejamento e gestão urbana. O Plano Diretor, instituído para cidades com mais de 20 mil habitantes, não foi elaborado pós-Constituição, perdendo a obrigatoriedade oportuna e a chance de um avanço nas frentes de participação popular.

Urge a criação de Políticas de Habitação e das Zonas de Especial Interesse, programas de regularização fundiária e a instituição dos conselhos. Também necessita a criação de fundos (FMHU) para as camadas de baixa renda. É imprescindível o desenvolvimento da capacidade institucional, elaboração do Plano Diretor, atualização da legislação urbanística, revisão das leis de Zoneamento e de Parcelamento do Solo e Código de Obras.

O município embora conte com Lei de perímetro urbano (1986), deixa uma defasagem grande em relação aos fatos urbanos anteriormente descritos. E o despreparo para abrigar implantações de grande porte, que sabemos requerer significativo suporte infra-estrutural, normativo e organizacional, como o da chegada do Metrô, com tudo que ele implica de disputa do solo, pressões do setor imobiliário, adensamentos e demanda por habitação.

Bibliografia

COSTA, Maria de Lourdes P. M. **Relatório Final da Pesquisa Gestão Urbana e Patrimônio Construído**. Niterói: Escola de Arquitetura e Urbanismo/UFF - FAPERJ, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ***Censo Demográfico*. Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Itaboraí***.* Rio de Janeiro: FUNDREN, 1977.

MIZUBITI, Satiê e SALANDÍA, Luis Orlando Valverde (2001). "Niterói no contexto metropolitano leste". **Boletim do Seminário de Planejamento Urbano do Eixo Metropolitano de Niterói**. Rio de Janeiro: IAB/Niterói, junho de 2001, pp 1-3.

PREFEITURA MUNICPAL DE ITABORAÍ. **Relatório do Programa Habitar Brasil-BID. Plano Estratégico Municipal para Assentamento Subnormais**. PMI, 2003.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. **Estudos Sócio-Econômicos – Itaboraí – 1997-2001**. Rio de Janeiro: TCE, 2002.

Sites: http:// www. *Protetoresdavida.org.br/itaborai*, 2002.

http:// *www.ibge.gov.br*, 2003.

O Conhecimento Tácito Histórico dos Alunos

Professora Maria do Céu de Melo
Instituto Educação e Psicologia /Departamento de Metodologias de Educação
mmelo@iep.uminho.pt
Universidade do Minho, Portugal

Introdução

De um modo silencioso e muitas das vezes pouco explícito, na sala de aula de História coabitam dois saberes: o conhecimento tácito e o conhecimento histórico. À presença quase totalitária deste último subjaz em parte a predominância da tomada da palavra pelo professor que assume como seu dever primaz a transmissão de um saber histórico legitimado pela historiografia. Todavia, estudos já desenvolvidos em várias áreas disciplinares identificam que os alunos trazem conhecimentos para a sala de aula. Propomos (Melo, 2003) como definição desse conhecimento a seguinte:

-Um conjunto de proposições que versam aspectos da História, construídas a partir de uma pluralidade de experiências pessoais idiossincráticas e sociais, e ou mediatizadas pela fruição de artefactos expressivos e comunicativos. O adjectivante tácito deve-se ao facto dos indivíduos não reconhecerem esse conhecimento como independente ou concorrente do conhecimento científico. Incluímos nele os conhecimentos históricos já aprendidos ao longo da vida escolar dos alunos.

Há que referir que no espaço da sala de aula de História está também presente o conhecimento tácito do professor, que apesar de escolarizado para a construção de um conhecimento histórico científico, também o partilha pelo menos mais explicitamente no discurso oral. Também ele caldeia o seu saber histórico, usando crivos religiosos, políticos e culturais, que na maior parte das vezes não é manifesto nem reconhecidos pelos próprios.

No entanto, o conhecimento tácito dos professores pode também manifestar-se de uma forma subterrânea, através dos seus actos decisórios no que diz respeito aos fios condutores das aulas, às competências eleitas, aos recursos escolhidos e obviamente aos tipos de tarefas /perguntas que decidem propor aos alunos. Decorre neste momento um estudo com professores de

História da autoria de Arminda Ferreira, cujos resultados indiciam já a presença de conhecimentos tácitos como critérios operacionais de atribuição de significância histórica e pedagógica nos actos de planificação da sua prática docente. Estes dados confirmam conclusões de outros estudos (Coughlin, 2002; McVee, 2004).

A existência e a persistência deste conhecimento tácito partem do pressuposto que a construção de um saber é feita através de interacções que tecemos com os outros, em diferentes contextos (logo diferentes tipo de fontes) e de diferentes experiências. Estudos sobre a memória, e sobre a aprendizagem (Vygotsky; Bruner), defendem que este conhecimento é o principal ponto de partida para uma nova aprendizagem, e que as suas generalizações funcionam como estruturas esquemáticas que mobilizamos para interpretar e integrar o novo conhecimento de modo a que este se torne num 'argumento' coerente (Shemilt, 2000), e não apenas num conjunto composto de informações soltas. Crê-se que a sua relevância deriva do facto dele se alocar na memória de longa duração e organizado em esquemas que a memória de curta duração pode facilmente invocar. Estas estruturas podem ser de natureza estrutural (modelos de ler, de interpretar, de escrever, etc.) ou de natureza substantiva. É sobre este último que nos estamos a ater.

O paradigma positivista exigia ao investigador histórico uma distanciação controlada face aos seus próprios valores e crenças, sendo a sua produção considerada como produto de uma 'autoridade', que veiculava os testemunhos históricos como reprodutores da realidade acontecida no passado. As reflexões pós-positivistas começaram a defender que a 'realidade' nunca pode ser compreendida na totalidade, daí a valorização da noção de provisoriedade e a ela adstrita a da parcialidade. Começou-se a ter em consideração a subjectividade e a historicidade do investigador e da sua produção. É assim que se reconhece a impossibilidade de ver o conhecimento como uma acumulação de dados sobre a realidade social humana, pois ela é impedida pelo fenómeno da aculturação da própria investigação. A defesa da objectividade continua a ser defendida em simultâneo ao reconhecimento de que a criação do saber é sempre feito, lido e compreendido historicamente. Mais recentemente, e baseando-se no paradigma construtivista, a realidade

começa a ser encarada como dependente das construções mentais dos indivíduos. Assim, sendo o investigador e o que está a ser investigado entidades não separadas, a realidade passa a ser uma criação da investigação humana.

Estas contribuições epistemológicas trouxeram novas leituras e orientações sobre os modos de pensar o saber histórico e o saber histórico curricular e a prática docente da disciplina de História. É assim que hoje, ao professor de História é exigido que, face (e com o) o conhecimento histórico adquirido na sua formação inicial, contemple as seguintes díades: Provisionalidade / Perenidade; Multi-perspectivas / Mono -perspectiva; Imparcialidade / Parcialidade; Narração / Interpretação; Distanciação / Implicação; Fontes históricas / Conhecimento Tácito.

No contexto didáctico, e herdado do modelo tradicional de formação, o professor de História continua a valorizar a reprodução do saber transmitido por si em paralelo com a valorização crescente do manual escolar como autoridade científica. Esta abordagem faz com que ele não privilegie a conceptualização e problematização da construção do saber histórico, e muito menos o conhecimento tácito dos alunos (Myhill, 2004). Outra dificuldade persistente que o professor sente é fazer a tradução do reportório vocabular histórico em função do nível sociolinguístico e cultural dos alunos, postura esta a que subjaz a ideia de um aluno como receptor e reprodutor da informação, não atendendo às suas especificidades enquanto detentor de um certo tipo de literacia.

Como atrás referido, o conhecimento tácito está presente e convocável, pois está ancorado nas experiências idiossincráticas e na matriz cultural dos indivíduos. Sendo estruturas de longa duração, e como tal, resistentes a mudanças abruptas, ele constrói-se através de um diálogo entre os sujeitos e o meio envolvente, procurando encontrar explicações eficazes para as nossas próprias contradições, incongruências e conflitos. Assim, a eficácia desta sua convocação (pode) depende também do nível de similaridade entre o contexto onde foi adquirido ou vivenciado, e a situação onde vai ser aplicado. Por outro lado, a sua persistência deriva da ausência de momentos de meta-compreensão do processo de construção do conhecimento (competências de auto e hetero-crítica e de competências adstritas à metodologia e

epistemologia científica), preferindo-se basear-se na legitimação dos seus pares e ou do contexto social. No fundo, ele funciona como uma teoria confirmatória pessoal, mesmo que por outros seja considerada cheia de incongruências e ou contradições, adoptando características diferenciadas das do Conhecimento Histórico (v. Quadro 1).

Quadro 1: Conhecimento Tácito Substantivo Histórico e o Conhecimento Histórico (Melo, 2002)

Aspectos	**Conhecimento Tácito Substantivo Histórico**	**Conhecimento Histórico**
Contextuais	* É originário de experiências pessoais (privadas, familiares, culturais) * Facilmente generalizáveis a todos os sujeitos e ou situações	* Construção intersubjectiva * Determinado por uma constante contextualização e temporização * Validação pelas evidências
Linguísticos	* Utilização de termos da linguagem comum * Utilização frequente de metáforas e analogias	* Utilização de uma linguagem específica científica * Polissemia de termos, mas sempre contextualizados
Causalidades	* Ocorre uma indiferenciação de causa-consequência * Apresentam causas do tipo linear (sequências) * Apresentam a relação causa – consequência de uma forma rígida	* Presença de uma trama complexa de relações causais circulares: causa – efeito - causa
Hipóteses	* Conhecimento tácito, ou seja, assumido como certeza /verdade * Privilegiam observações, explicações e informação que confirmem essa 'certeza' e essa 'verdade'	* Aceita a provisionalidade do conhecimento construído * Aceita a pluralidade das interpretações * Contempla o estudo de evidências que simultaneamente as confirme e as refute

Operativo /Figurativo	* Privilegia as fontes icónicas e as vivenciais * Utiliza processo de leitura e de compreensão predominantemente perceptivo * Não utiliza persistente e intencionalmente processos de interpretação críticos e distanciados	* Contempla processos de abstracção no estudo dos fenómenos sociais e humanos * O conhecimento histórico é um processo de construção baseado em opções metodológicas
Aplicação	* Tendem a 'personificar' o conhecimento	* Contempla a procura de abstracções e hipóteses explicativas gerais e a focalização em contextos e tempos específicos

O conhecimento tácito substantivo histórico na sala de aula

Os estudos portugueses sobre o conhecimento tácito são parcos (Melo, 2002, 2003), apesar de alguns estudos que versaram outros objectos de investigação em cognição histórica nele falarem. Encontram-se neste momento em fase final de escrita dois estudos que pretendem identificar as ideias tácitas dos alunos sobre Os Descobrimentos Portugueses (Nós e os Outros) e o 25 de Abril (O Antes e o Depois), que serão incorporados num livro que contemplará outros estudos sobre conceitos subtantivos tais como a censura, a revolução, etc. situados em tópicos históricos específicos. Outros estudos existem, mas abordam especificamente o papel dos artefactos mediáticos ficcionais na compreensão de certos acontecimentos históricos (Stearns, 2000).

Apesar de comprovado que uma das fontes desse conhecimento tácito é, de facto, esse tipo de artefactos (filmes, romances, banda desenhadas, etc.), começa a ser objecto de estudo o papel do conhecimento tácito dos professores na delineação conteúdal e na persistência do CTSH dos alunos (Melo, 2003).

Assim sendo, necessário será cartografar os momentos do trajecto didáctico planeado intencionalmente para a mudança conceptual substantiva, recolhendo dados de intervenções reais, trajecto que deve ter em consideração alguns passos, que serão desenvolvidos em seguida.

- O primeiro momento deste trajecto deve contemplar actividades que permitam aos alunos *a explicitação do seu conhecimento tácito,* e pode ser feita por escrita ou oralmente. O instrumento de recolha de informação deve

contemplar perguntas sobre a compreensão de certos conceitos ou situações que o professor sabe que vão ser abordados. Assim, e por exemplo, se desejamos saber qual o conhecimento tácito dos alunos sobre o conceito de Reforma (A crise religiosa do séc. XVI – A Reforma Protestante) não bastará perguntar: O que é a reforma? mas também inquirir sobre: O que é um cristão? O que é um católico? Quais são as práticas religiosas que conheces? ... Este elenco de questões generalistas (devem) corresponde aos conteúdos históricos que o programa oficial e os manuais atribuem para aquele tópico. Só com base nesta informação será possível depois planificar o momento do conflito, já que foi assegurada uma correspondência temática. Outros itens orientadores para a construção de instrumentos de recolha de dados podem ser contemplados (V. Quadro 2), sendo necessário operacioná-los em perguntas.

Quadro 2: Itens orientadores para o levantamento do Conhecimento Tácito

1. Definição
2. Equação da variável TEMPO
3. Equação da variável ESPAÇO (contextos)
4. Identificação de CAUSAS possíveis
5. Identificação de RELAÇÕES com outros domínios da vida humana
6. Atribuição da AUTORIA: responsabilidade / execução
7. Identificação de CONSEQUÊNCIAS
8. Explicitação de JUIZOS
9. Criação de hipóteses EXPLICATIVAS
10. Propostas de PROJECÇÃO pessoal
11. Identificação de fontes de INFORMAÇÃO dos alunos

No segundo momento, o da *consciencialização*, cabe ao professor sistematizar as diferentes contribuições de modo a que os alunos reconheçam e clarifiquem o seu conhecimento tácito. Pode reescrevê-los sob a forma de generalizações (Melo, 2003), permitindo a sua retomada no final do ciclo, ou em outras aulas já que muitas delas poderão igualmente ser convocadas pelos alunos sobre outros tópicos. A natureza do conhecimento tácito leva a que não seja produtivo a adjectivação valorativa dessas generalizações, para além de ser uma mera redundância. Creio que mais do que caracterizá-lo quanto à sua semelhança ou discordância, suficiência ou insuficiência, com o conhecimento

científico factual, o professor deve antes clarificar a sua substantividade narrativa, pois é nesta sua dimensão que o aluno encontra e atribui a relevância e significado permitindo-lhe a sua persistência.

O segundo momento é dedicado à promoção do *conflito*, ou seja à implementação de *actividades de desenvolvimento e reestruturação do conhecimento tácito* no sentido de provocar uma sua mudança total ou parcial. Assim, o conteúdo histórico, o tipo de interacção discursiva do professor, o desenho das tarefas e os materiais devem ser escolhidos em função do conhecimento tácito detectado, e não apresentar apenas uma informação nova que não entre em conflito.

O quarto momento é dedicado à *reflexão* sobre a aprendizagem realizada, de modo a que os alunos comparem as ideias que possuíam e as que foram adquiridas, identificando os porquês da mudança ocorrida ou da sua persistência. Este momento pode ser feito por escrito ou oralmente, retomando as questões e as generalizações produzidas no 1º momento e outras versando já os conteúdos históricos específicos.

Nestas palavras finais, e sintetizando, podemos apresentar alguma conclusões com as reservas de uma investigação ainda jovem.

Perante acontecimentos históricos específicos, os alunos atribuem-lhe frequentemente uma qualidade de perenidade. Mesmo quando aceitam a existência de mudanças, reconhecem-nas apenas nas suas características mais explícitas e observáveis. É-lhes também difícil reconhecer a diversidade nos sistemas de valores, crenças, modelos de comportamento, quer equacionando os tempos e os espaços ou diferentes actores sociais. Daí ser muito frequente a atribuição de ideias, valores e sentimentos contemporâneos a pessoas do passado seja ele próximo ou distante. Esta familiaridade proporciona aos alunos um quadro de referência para eles inteligível na sua demanda de compreensão, tornando-se tácito e relevante, porque ele pertence (e dele nasce) a uma estrutura de significação quotidiana, e que possibilitando-lhes a apresentação de um discurso pessoal fluido. Muitas das vezes, é só ao longo da construção desse discurso (quando solicitado) que ele vai tomando consciência da (i)lógica interna, das lacunas, das imprecisões, das fugas, e porque não dizer dos erros/desvios do seu próprio raciocínio. Daí a importância

dos momentos 1 e 2 do ciclo atrás descrito. Quando confrontados com a presença de evidências históricas (momento 3) os alunos aceitam e detectam a existência de um conflito entre as suas ideias prévias e aquelas expressas nas fontes. Aí despoletam várias estratégias para a gestão desse conflito (Melo, 2003), tais como: a adição da informação nova, a correspondência com situações similares, a selecção de evidências confirmatórias, a procura de excepções à regra, a criação de novas variáveis, o silêncio.

Retomando as palavras iniciais deste texto: "De um modo silencioso e muitas das vezes pouco explícito, na sala de aula de História coabitam dois saberes: o conhecimento tácito e o conhecimento histórico", cremos que devemos continuar a estudá-lo, dando sonoridade às vozes reais, que pela sua natureza, serão necessariamente polifónicas com vários ritmos e melodias.

Bibliografia

Breen, M.P. & Little John, A. (Eds.) (2000). *Classroom Decision Making. Negotiation and process syllabuses in practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

Coughlin, M. (2002). *What counts and why? Exploring historical significance as constructed by secondary United States History Teachers.* Paper presented at the Annual Meeting of the American Educational Research Association, New Orleans (draft).

Davis Jr, O. L.; Yeager, Elisabeth A. & Foster, Stuart, J. (2001). *Historical Empathy and Perspective Taking in the Social Studies. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.*

McVee, M. B. (2004). Narrative and the exploration of culture in teachers' discussions of literacy, identity, self and the other. *Teaching and Teacher Education*, 20: 881-899.

Melo, Maria do Céu (2003). *0 Conhecimento tácito substantivo histórico dos alunos*: Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Instituto Educação e Psicologia. Universidade do Minho.

Melo, Maria do Céu (2002). Os saberes dos professores e alunos na aula de História: do conhecimento tácito ao histórico. Actas do XII Colóquio " *A Formação de Professores à Luz da Investigação*". AFIRSE. Lisboa:

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.1071-1079.

Myhill, D. (2004). Making connections: Teachers' use of children's prior knowledge in whole class discourse. *British Journal of Educational Studies*. Vol. 52, nº 3, 265-275.

Shemilt, D. (2000). The Caliph's Coin. The currency of narrative framework in History teaching. In Stearns, P., Seixas, P. & Wineburg, S. Knowing *Teaching & Learning History*. National and International Perspectives. New York: New York University Press. 83-101.

Stearns, P, Seixas, P & Wineburg, S. (2000). (Eds). *Knowing, Teaching & Learning History. National and Internacional Perspectives.* New York: New York University Press.

VIVENDO LIBERDADES EM CARTAS DE MILITÂNCIA

Maria do Socorro de Sousa Araújo*

Para efeito de compreensão, esse texto tem como fontes documentais correspondências pessoais que possibilitam, pela leitura dos conteúdos e interpretação de seus enunciados, a reconstrução de aspectos de uma experiência político-social trágica vivenciada por uma jovem estudante, entre os anos de 1964 e 1974. Essas cartas pessoais, produzidas entre os anos de 1972 e 1974, foram trocadas entre Jane e Dulce Vanini, e encontram no restabelecimento das relações familiares, uma das fortes razões de existirem. Trata-se especialmente de duas irmãs, uma delas, autora e remetente, Jane Vanini, que, na época vivendo politicamente clandestina em Santiago-Chile, faz de suas correspondências, entre vários outros sentidos, o reatamento de laços afetivos com sua família.

Num total de trinta e sete cartas, Jane destinou grande parte delas a Dulce, sua irmã mais velha, a quem tratava afetivamente de "Madrinha" e que, naquele período, na condição de funcionária da empresa Mappin S/A, residia em São Paulo-capital. Embora Dulce tenha sido a receptora das cartas, Jane também endereçou correspondências a outros destinatários como irmãos, pais, sobrinhos, cunhados e tios.

O ato de escrever e trocar cartas são práticas antigas, produtoras de múltiplas sensações que, num sentido primeiro, geram ao mesmo tempo um prazer por parte do autor e uma ansiedade por parte do receptor. Na dimensão desse espaço existente entre o que se escreve e o que se lê, é fundamental compreender os significados que aparecem entre o conteúdo de um texto e os efeitos que ele tende a produzir.

O leitor, por sua vez, tem uma capacidade de interpretação que é adquirida através do conjunto de aspectos normativos, legitimadores de comportamentos sociais, cujos princípios

* Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

caracterizam a maneira de pensar de uma dada época. Assim, o leitor não absorve uma leitura balbuciando palavras ou com um olhar silencioso sobre o texto, mas na relação que ele estabelece entre suas competências individuais já internalizadas e a mensagem que o texto, no seu todo, disponibiliza. A relação leitor *versus* escrita "supõe uma multiplicidade de mediações e de intermediários entre as palavras anunciadas e a página impressa", afirma Chartier.[1]

É com essa complexidade que se dispensa uma atenção especial para a intertextualidade das cartas que contempla ao mesmo tempo as experiências plurais de Jane Vanini, cujos relatos, cheios de "veredas", ao exibirem um olhar militante sobre aquele mundo, permitem também vários olhares sobre o mundo dos militantes.

Para Jane, escrever cartas aparece como uma necessidade, uma vez que elas se apresentam como o lugar que sacraliza sua individualização, por conseguinte, o espaço que assegura sua identidade. As correspondências são mundos passíveis de exibirem a singularidade de Jane que aparece encarnada no corpo de cada escrita, ora reconhecendo-se como revolucionária, ora circunscrita a si mesma. Esses são os lugares de construção de identidades, pois permitem que Jane Vanini reconheça-se na sua própria trama. Já para a família, a carta, enquanto objeto, tem o sentido de vida possível; enquanto conteúdo imprime a essência humana da pessoa ausente. Cada carta enviada e recebida expressa, sobretudo, a costura pausada de uma cumplicidade estabelecida entre a remetente e os destinatários. Em outros momentos, as cartas são também maneiras de expressar as saudades e o vínculo afetivo que a acompanham como sombras de vida e que, quase sempre, começam ou terminam o noticiado de cada carta:

> Querida Madrinha:
>
> Muitas saudades. Tenho uma vontade enorme de estar com vocês. Houve uns dias que passei meio na fossa. Não muito porque não posso permitir-me êsses luxos. Já tinha recebido sua carta junto com a do Papai mas queria estar sem 'meias' fossas para poder escrever. Hoje eu o estou fazendo. Aliás interrompi aqui esta carta porque acabo de receber outra carta, do dia 23 de abril com as fotos. Como estão diferentes as 'crianças'. Os grandes não tanto. A senhora sempre enxutinha, né? Os cabelos dos nossos pais sim que estão mais brancos. Que saudades! [...] Sonhei muito com vocês estes dias. Pensei

> que sua carta me fôsse dizer que a senhora estava por aqui. [...] não deixe de escrever-me, tá? Depois respondo tudo junto. Queria vê-los. Morro de saudades. Tenho Banzo. Eu os quero muito, abraços. (carta 34)[2]

Apesar de um tempo policialesco, que viola os direitos de cidadania das pessoas, Jane aposta na possibilidade de algumas cartas não serem interceptadas pela censura. Encontra junto a Dulce o "jeito" do envio e recebimento através do qual consegue estabelecer uma comunicação direta com seus correspondentes:

> Melhor que escrevam 2 vezes por se acaso uma se extravia. (carta 02)
>
> O Mário recebeu outro dia uma carta de Dona Maria em que ela diz que não estão recebendo cartas. Eu tenho escrito sempre com muita regularidade. [...] As cartas que vocês me mandam chegam no máximo com uma semana desde o dia em que colocam no correio. Em geral elas vem reengomadas, quer dizer que a abriram e tornaram a fechar. [...] Estou numerando as cartas. Esta vai ser a número 1 pode ver no canto a direita, em cima. Até agora já escrevi, no total umas 18 cartas (incluindo a de Nícia). Espero que tenham recebido todas. (carta 10)[3]
>
> Quando me escreverem colem a carta somente com a cola que vem no envelope, porque se vem mais cola que essa já sei que foi aberta no correio. (carta 12)[4]

Embora os conteúdos dessas cartas também revelem aspectos da luta de militância, eles mostram que o regime vigente, no que diz respeito ao controle da política, apesar das propagandas e da sistemática militarista, não impediu que a capacidade criadora da mente revolucionária construísse outras formas de sobrevivência. Como pode-se notar nos trechos acima citados, códigos, datações e duplicidade de correspondências são algumas maneiras que Jane elabora para circular num espaço totalmente personalizado.

Durante quase cinco anos, Jane vive inevitavelmente clandestina. Para uma militante clandestina, mais do que para qualquer outra pessoa, escrever cartas também toma um sentido de encurtar distâncias geográficas e físicas, além de estabelecer um fio condutor de relações e sensibilidades. Há, no entanto, um espaço de sedução desenhado pela busca de si mesma e pela conquista do outro, pela personificação dos conteúdos e pelos segredos. A indistinção entre remetente, narradora e autora e a flutuação entre a imaginação utópica e a ação

experimentada, revela, sobretudo, a ansiedade que permeia a vontade de ser revolucionária, a convivência com as incertezas e a opção de continuar lutando.

Por intermédio das cartas observa-se que há vários atores sociais em Jane, que se misturam e se cruzam indistinta e simultaneamente sobre várias figuras: a narradora, a militante, a guerreira, a filha, a irmã, a nora, a mulher, a companheira, a tia, a cunhada, a revolucionária, a "camarada", etc.

As circunstâncias da clandestinidade levam o revolucionário a pensar muitos aspectos da militância política, a partir de um direcionamento pessoal, ou seja, exigem a invenção de múltiplas formas de sobrevivência, pois convive-se simultaneamente com o medo e a coragem, com um imaginário projetado e um cotidiano muito adverso, com a solidão insuportável e o apoio disponível, com o companheirismo possível e o individualismo necessário, com a possibilidade de superação e a incerteza de alcançá-la. Nesse caminho, é aceitável pensar que a camuflagem das identidades, encarnada em cada subscrição que Jane registra, esconde e revela muita *coisa*, cujos *mistérios* levam o leitor a construir diversas interpretações transitando por espaços multidimensionais.

As pessoas têm maneiras muito singulares de se apropriar do conteúdo de um dado texto. Para R. Chartier, um conjunto de normas, regras, convenções, códigos e percepções são aspectos constituidores do leitor-indivíduo e o identifica como pertencente a uma comunidade interpretativa própria.[5] São essas características que norteiam a relação estabelecida entre a materialidade da escrita e a corporeidade sócio-cultural que o leitor comporta. Assim, a escrita nunca é algo onipotente, ou seja, a inscrição das palavras no texto de uma carta, por exemplo, não transfere o sentido para o leitor, mas é este que, com sua capacidade interpretativa e na relação com o que está escrito, elabora a construção dos sentidos. Um texto não traz o sentido, produz sentidos.

Portanto, as cartas da militante não são redutíveis às estratégias de persuasão que sugerem demonstrar nos seus enunciados. As palavras são trilhas que constituem um mundo

particular, construído para que Jane possa habitá-lo livremente. Elas, as cartas, são verdades vividas. São os espaços da vida normal, para além da normalidade de escrever, sobretudo quando são produzidas e enviadas numa condição de vida anormal - a clandestinidade.

Para Dulce, receptora de todas as correspondências da irmã, havia sempre uma angústia contínua que se debruçava sobre o tempo da espera e o conteúdo de cada missiva. A carta, como representação de vida, produz uma pluralidade de significados e formas de apropriações. Ela emite recepções paradoxais e inéditas, tais como certezas e dúvidas. Quem escreve pode inventar sua trama com a finalidade de produzir determinados efeitos; e quem lê, mesmo acreditando no conteúdo, por se tratar de um presente que não é mais presente, atualiza aquele passado, todavia com as incertezas do *agora*, pois ele, o *agora*, pode traduzir-se numa estratégia de fuga: *...por mais que eu lesse o conteúdo da carta eu achava que ela* (Jane) *estava passando dificuldades e não queria me falar, pois sabia o quanto eu me preocupava com aquela situação que ela vivia,* lembra Dulce A. Vanini.[6]

Nesse sentido, a carta incorpora segredos porque, enquanto objeto, ela é portadora de signos que produzem impressões processadas na memória voluntária. Esta procede por instantâneos e busca o segredo das impressões no próprio objeto. ... *essa memória não se apodera diretamente do passado: ela o recompõe com os presentes*.[7]

Entender essas tensões é aceitar que o tempo da clandestinidade é o da experiência vivida e também o da invenção do fazer. Como pode-se perceber, nas lembranças de Suzana Lisboa, esse é um tempo emocional, descontínuo:

> *A intensidade das coisas que a gente vivia naquela época era tal que você podia, alguém já falou nisso, que você, num minuto, sentia emoções como se tivesse vivido um ano; a intensidade das emoções que a gente vivia era muito grande. Só o fato de você está o tempo inteiro convivendo com a morte já é uma coisa que traz uma montanha de sensações e o período que por ventura a gente ficava juntos ele assumia uma dimensão muito grande porque o convívio era muito intenso; você viver com um companheiro e partilhar as mesmas emoções... quer dizer eles* (Jane e Sérgio*) eram um casal jovem, assim como nós, que estava jogando pela janela um futuro pensando na liberdade de seu país*.[8]

O tempo de cada carta - para quem escreve - está no assunto que, embora queira parecer um presente, é sempre de um passado que trata - para quem recebe. "*O hoje da recepção e da leitura vêm sempre depois do hoje da escrita e depois do hoje do envio, que agora já é um ontem e esses dois hojes já sendo defasados no tempo, contem a possibilidade quase certa de aquilo que nas cartas se lê, já não é mais o que está acontecendo*."[9]

Nesse sentido, a brusca incidência que o passado faz sobre o presente permite que sejam compreensíveis as incertezas e as inquietações de Dulce, pois o tempo de escrever da remetente e o tempo da receptora ler as cartas aparecem distintos. As sensações aflitivas de Dulce tendem a lhe produzir impactos emocionais de maiores proporções, tendo em vista que a multiplicidade desses tempos não lhe possibilita conhecer o presente simultâneo da irmã que escreveu a carta.

A carta é uma representação simbólica da vida, mas só adquire este sentido na troca das correspondências, pois é na relação entre remetente e destinatários que se processam as identidades das pessoas envolvidas. Essa operação de identidades acontece na mediação dos assuntos que, por sua vez, estabelece o diálogo íntimo e espontâneo entre os correspondentes.

Nessa perspectiva, a correspondência que transita no espaço criado entre remetente e destinatário produz muito mais forte um efeito de presença que de ausência. Embora uma carta possa imprimir as marcas da ausência de alguém, a letra, o assunto, o traço e o estilo de escrevê-la são representações autêntica de sua criatura. Foucault apud Werneck[10] apresenta essa simbologia afirmando que *a carta torna o escritor 'presente' em relação a quem ele se dirige. E presente não simplesmente através das informações que fornece sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e seus fracassos, sua fortuna ou suas infelicidades; presente de um tipo de presença imediata e quase física. [...] a carta funciona como um olhar que se pousa no destinatário (através da missiva que ele recebe, ele se sente olhado) é uma forma de se entregar ao seu olhar através daquilo que lhe dizemos de nós mesmos*.

Para os militantes o viver parece consubstanciar-se na intensa experimentação das práticas sociais e da luta revolucionária. É dessa forma que as cartas escritas por Jane Vanini e guardadas por Dulce são também as memórias de uma paixão política alimentada pelos episódios vividos e experimentados por vários atores que, acreditando e encenando seus papéis, deixam suas marcas na simbologia de uma época - os anos rebeldes.

NOTAS

[1] CHARTIER, Roger. Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, prólogo.
[2] Carta de Jane Vanini, datada de 04.05.74, assinada por Jane.
[3] Carta de Jane Vanini, datada em 07.09.72, assinada por Ana.
[4] Carta de Jane Vanini, datada em 15.09.72, sem assinatura.
[5] CHARTIER, Roger. 2001, op. cit. p. 32-33.
[6] Trecho de entrevista com Dulce Ana Vanini, Rio de Janeiro, 2001.
[7] DELEUZE, Gilles. Proust e os signos, 1987, p. 57
[8] Trecho de entrevista com Suzana Lisboa, ex-militante da Aliança Libertadora Nacional.
[9] MELO e CASTRO, E. M. de, Odeio Cartas. In: Prezado Senhor, Prezada Senhora. Cia das Letras: 2000, p. 15.
[10] WERNWCK, M. H. “Veja como ando grego, meu amigo.”Os cuidados de si na correspondência machadiana. 2000, p. 142.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria HermínIa Tavares de, WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano d oposição de classe média ao regime militar.* In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. História da Vida Privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea (org.) v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994
CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
GALVÃO, Walnice Nogueira, GOTLIB, Nádia Batella (orgs.*). Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
GROSSI, Yonne de Souza, FERREIRA, Amauri Carlos*. Razão Narrativa: significado e memória*. In: História Oral: Revista da Associação Brasileiraa de História Oral, n. 4, jun. 2001. São Paulo: ABHO, 2001.

Laura Brandão: dos salões aos comícios[1]

Maria Elena Bernardes[2]- UNICAMP

Laura da Fonseca e Silva, depois do casamento com Octávio Brandão, Laura Brandão, nasceu no Rio de Janeiro, na última década do século XIX, quando uma nova paisagem se descortinava na Capital da República. Apesar da miséria trazida pelo progresso, cores, luxo e sensações novas sempre estiveram presentes. A expansão econômica surgia como apologia de uma nova vida. A cidade se modernizava, e os tempos marcados pelo sistema escravista iam ficando para trás. O trabalho livre surgia como um lado da modernização. Buscando o progresso, a cidade descobria uma nova maneira de ser, reproduzindo os padrões europeus como combate aos usos e costumes tradicionais e na construção de uma nova cidade higienizada, com largas avenidas, teatros, cafés, cinemas e confeitarias. A vida noturna surgia para ficar.[3]

Foi neste contexto que os pais de Laura, Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva e Jacinta Cavalcanti, deixaram o Recife e vieram para o Rio de Janeiro, seduzidos pela idéia do progresso que a Capital Federal oferecia. A origem aristocrática da família do casal provavelmente lhes desse contatos na cidade que pudessem facilitar suas vidas. De qualquer forma, passaram a morar na casa de dona Matilde Veiga, sogra do poeta Luís Murat, na rua Silveira Martins, nº 12, entre os bairros do Catete e do Flamengo, que, certamente, fizeram parte de seu círculo de relações. Embora Domingos e Jacinta fizessem parte deste mundo socialmente privilegiado, tudo que tinham era um quarto para morar e uma filha que muito em breve nasceria. Chegando à cidade, o jovem casal, ele com 23 anos e ela com 18, logo percebe que a vida não seria fácil.

Talvez não fosse apenas uma questão de “pobreza”, pois a dificuldade de moradia era séria no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XIX, agravados ainda mais com a grande imigração que intensificou os problemas sociais e

econômicos já existentes na capital, principalmente pela falta de trabalho e por questões ligadas à habitação.[4]

Foi em meio a estes acontecimentos que Laura chegou ao mundo, em 28 de agosto de 1891. Seu nome foi escolhido pela menina Cordélia, filha do poeta Luís Murat, que na época tinha quatro anos de idade. Seu pai, Domingos, foi pedagogo, abolicionista e republicano. Viveu parte de sua juventude na cidade do Recife, mas sua trajetória perpassa grande parte do país. Como professor, viajava pelo Brasil abrindo escolas. Por esta razão, Laura passou sua infância e adolescência migrando de um estado para outro e, desta maneira, conheceu quase todo o Brasil. Sua mãe Jacinta, boa cozinheira e costureira, bordava com mãos de fada. Ela é retratada como uma mulher mansa e trabalhadeira, assim como quase todas as suas contemporâneas.

A vida familiar de Jacintinha, no entanto, fugia aos padrões da época. Vivia-se o ano de 1909, um tempo em que, via de regra, as mulheres se casavam e assim permaneciam até a viuvez. Mas, para ela, o tempo de suas vivências particulares contavam mais. Com três filhos – Laura, Tercina e Bel – separou-se de Domingos. As verdadeiras razões nunca foram relatadas – pelo menos seus descendentes não registraram em suas memórias. Philippe Ariès observou que é difícil para o historiador interpretar o silêncio que reina sobre os vastos domínios da vida: ora ele significa a indiferença ou a ignorância, ora o pudor e o segredo. Existem coisas que não se dizia: o amor conjugal era uma delas.[5] Talvez Jacinta tenha se cansado do espírito aventureiro de Domingos, ou o amor tivesse acabado, ou ainda, quem sabe, outros amores!

Com os pais separados, Laura passou a viver junto com a mãe e os dois irmãos na casa do tio-avô, Conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Com dezoito anos de idade, Laura não parecia preocupada com o que certamente mobilizava as moças de sua idade. Os padrões de comportamento ditavam que o ideal de toda moça deveria ser o casamento. Longe disso, Laura não parecia acreditar no casamento e maternidade

como destinos. Ao contrário, este foi o período de sua maior produção poética, além de estudar música e piano. Publicou quatro livros de poemas.[6] Foi nesta época também que se firmou como declamadora reconhecida nos salões literários do Rio de Janeiro. O da casa de Rui Barbosa, por exemplo, era um dos mais requintados salões cariocas, o que conferia maior prestígio aos seus freqüentadores. Laura organizava reuniões sociais e usufruía ao máximo da companhia dos artistas que freqüentavam a casa do Conselheiro Albuquerque, como o compositor Glauco Velásquez, o poeta Hermes Fontes, o artista plástico Antônio Parreiras, o poeta e escritor Olavo Bilac, a pintora Tarsila do Amaral, a violinista Paulina D'Ambrosio, a poeta Julia Cortines, entre outros.

Provavelmente, influenciada pela poesia de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia - poetas que ela admirava e com quem mantinha relações próximas - suas primeiras composições, editadas no livro *Poesias (1915)*, são vinculadas ao rigor Parnasiano. Daí por diante, distanciou-se do Parnasianismo, abandonou a métrica e seus versos ficaram soltos, menos objetivos, mais musicados, adquiriram cor e luz; próximos do Romantismo.

Entretanto, sua visibilidade e seu prestígio, enquanto poeta na sociedade letrada carioca, não eram acompanhados de uma remuneração que lhe garantisse o sustento - o que, aliás, acontecia com outros poetas e literatos renomados, que não conseguiam prover suas necessidades materiais com a literatura. O prestígio social dos homens de letras, no final do século XIX e início do século XX, nem sempre condizia com a condição econômica em que viviam.[7] Laura**,** com o poema "Entre Artistas"*,* protestava:

Entre artistas não deve ser assim
Como na sociedade:
É preciso outras leis para esta gente
Que vive do que sente [...]
para esta gente aflita,
Que, no meio de tanto horror, inda acredita
Na coragem, na Luz; [...]
E esta gente que luta, sofre e pensa, às vezes
Abandonando um pouco as coisas graves,
Procura a fantasia e canta como as aves [...]

Intérprete de Castro Alves, Laura recitava suas poesias e as dos amigos poetas. Olavo Bilac, com quem recitava seus versos, era rigoroso. Dizia: **"tenho vontade de meter-me embaixo da mesa quando, numa sala, alguém diz que uma moça vai recitar versos meus".** No entanto, referindo-se a ela numa reunião literária na casa de Coelho Neto, disse: **"ouvir Laura é ouvir a própria poesia".**[8]

Assim, Laura vai construindo seu espaço de poeta ao lado dos homens de letras. Recebeu, através de cartas, os aplausos de poetas, escritores, pintores, intelectuais e, com muitos deles, parece ter mantido relacionamento próximo. Alberto de Oliveira – poeta parnasiano contemporâneo de Bilac – a coloca como uma de seus pares quando escreve: **"Distinta colega. Li todo o seu livro e em parte releio agora [...] entre os mais estimulantes volumes de minha estante, guardarei este [...] com os meus aplausos".**[9]

Mas não era este o único registro possível. Andrade Murycy, bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, além do magistério exercido na Escola Superior do Comércio e no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, era ainda colaborador nos jornais *A Folha* e *A Tribuna*, no Rio de Janeiro, nos quais escrevia crítica literária e musical. Redator e crítico musical do *Jornal do Comércio*, foi ainda diretor do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Muricy publicou longa crítica a respeito da poesia de Laura no livro *Alguns Poetas Novos*, com a qual conclui: **[...] a força de suas composições levam-nos à convicção de que suas possibilidades artísticas são muito vastas e muito promissoras".**[10]

Teve igualmente prestígio confirmado pela academia: o filólogo e historiador João Ribeiro, em 1912, publicou, no *Almanaque Brasileiro Garnier* do qual era diretor, dois poemas de Laura: o soneto "Voz da Razão", em junho, e "Sonata Boêmia", em novembro, os quais são precedidos de uma nota introdutória que diz: **"[...] desejamos chamar a atenção dos nossos poetas tão numerosos em todo o Brasil que ainda desconhecem o nome da poeta que com seguras esperanças promete ocupar com destaque um dos lugares mais distintos no meio intelectual [...] já tem escrito numerosas produções ainda inéditas, apenas ouvidas de íntimos que tanto admiram a arte imitável com que as recita".**[11]

Certamente o sucesso poderia ter sido muito maior se a vida de Laura não tivesse tomado outro rumo. Em 1921, casou-se com o comunista Octávio Brandão. Do casamento com Octávio, teve quatro filhas: Sáttva (1922), Vólia (1923), Dionysa (1925) e Valná (1932). As três primeiras são brasileiras. A última nasceu em Moscou.

Após o casamento, Laura foi se distanciando lentamente da elite literária da qual fazia parte. Junto com Octávio, envolveu-se com o mundo dos comunistas e trocou os salões literários pelas ruas, greves operárias, reuniões sindicais e a redação do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB (Partido Comunista do Brasil). Sempre presente em comícios com "as filhas pelas mãos", sua participação mais relatada é a do episódio da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1929, num comício organizado em solidariedade à greve dos gráficos em São Paulo, quando Laura, revelando uma liderança ímpar, dominou os soldados que avançavam contra os manifestantes.

Como militante de esquerda, atuou ao lado do Partido Comunista Brasileiro, embora nunca tenha se filiado a ele. Com a militância, vieram as prisões, a polícia na porta de sua casa acompanhando os passos de Octávio Brandão, a vida de privações a que foi submetida pelas circunstâncias da conjuntura política que o país vivia. Desde 1922, dedicou-se à literatura marxista. Sua militância feminista se deu junto ao Comitê de Mulheres Trabalhadoras (1928), ligado ao Bloco Operário Camponês, do qual foi uma das fundadoras.

Pagou caro pela escolha que fizera. Entre tantos momentos difíceis vividos, um deles foi, na tarde do dia dezoito de junho de 1931, quando a família, deportada pelo Governo Getúlio Vargas, partiu para o exílio. Brandão saiu da Casa de Detenção e foi direto para o cais, onde Laura e as três filhas o esperava. Cercados por oito agentes da polícia, foram embarcados. Eram 15:45 horas quando o navio Weser deixou o cais da Praça Mauá. Na despedida, alguns amigos e Dominguinhos, o pai de Laura.

Depois de vinte e três dias a bordo do navio Weser, chegaram à cidade de Bremen, na Alemanha, onde permaneceram por poucos dias. De lá, partiram para Moscou e não foram poucas as dificuldades enfrentadas desde que chegaram. Brandão não tinha nenhum documento que comprovasse sua função no PCB e, na seção soviética do Socorro Vermelho, chamada MOPR, foi tratado com visível desconfiança. A princípio, a família não fora reconhecida como exilados políticos, até que Tina Modotti, responsável pelos latino-americanos na Casa de Emigrados do Socorro Vermelho Internacional, esclareceu quem era de fato Octávio Brandão.[12]

Para Laura, viver em Moscou não foi nada fácil e, ao que parece, não conseguiu adaptar-se nunca completamente. No entanto, a partir de 1935, sua vida melhorou um pouco, quando começou trabalhar na Rádio de Moscou como redatora e locutora de programas em português, com transmissões para o Brasil e países da América Latina, assim como Portugal, Espanha e colônias de Portugal na África. Foi ela quem fundou a redação brasileira com transmissões para o Brasil. A primeira edição foi ao ar em cinco de Julho de 1935. Laura em seus programas, além de difundir a propaganda soviética e glorificar a URSS e o socialismo, que era o objetivo do programa, aproveitava para divulgar a poesia e literatura brasileiras. Não se tem notícia de como era feita a revisão do que Laura escrevia, mas certamente havia esta preocupação por parte da direção da rádio. Como as transmissões eram feitas em português, é provável que ela pudesse burlar sem muitos problemas a censura que porventura houvesse.[13]

Os dez anos vividos em Moscou foram mais que suficientes para que ela experimentasse as dificuldades enfrentadas por um país que se organizava em torno de uma perspectiva comunista, na qual Laura via também as possibilidades de uma nova vida. Seu trabalho durante quatro anos como redatora e locutora na Rádio de Moscou e as condições de trabalho que o país oferecia às mulheres devolveram a ela a possibilidade de viver sem abdicar ou hierarquizar as coisas que lhe eram importantes: a família, a luta pela igualdade social, a liberdade, a poesia e o amor. Desse modo,

finalmente, ela conseguia juntar as pontas de sua vida que por vezes haviam ficado tão quebradas.

Mas, nem tudo foi como ela idealizou. Passou a viver uma grande contradição: se, de um lado, ela reconhecia em Stalin um grande líder que foi capaz de enfrentar Hitler, de outro, não suportava presenciar o terror causado por ele com a perseguição, prisão e fuzilamento de tantos companheiros.

No exílio, que durou dez anos, Laura vivenciou a segregação da família imposta pela guerra e nunca pôde voltar ao seu país. As privações de toda espécie a que foi submetida acabaram debilitando a sua saúde e Laura adoeceu. Em agosto de 1941, internada em um hospital de Moscou teve o diagnóstico: estava com um tumor maligno nas glândulas mamarias, agravado por amplas metástases. Para piorar ainda mais a situação, o país estava em guerra, os hospitais abarrotados de feridos e os recursos escassos. Foram seis meses de muitas tentativas, mas também de muita dor e agonia.

Morreu na tarde gelada do dia 28 de janeiro de 1942, em Ufá, na ex-URSS, longe dos amigos, da família e do Brasil, que ela tanto amava.

---

[1] Este texto é parte da minha dissertação de mestrado que tem por título **Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política,** defendida em 1995, no IFCH-Unicamp.
[2] Centro de Memória/Unicamp
[3] MENEZES, Lená Medeiros. **Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)**, p. 21.
[4] CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Bar e Botequim: Vida Cotidiana e Controle Social da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Epoque.** São Paulo: Brasiliense, 1986 – 1º capítulo.
[5] ARIÈS, Philippe. "O amor no casamento", in **Sexualidades Ocidentais.** São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.153-159).
[6] **Poesias** (1915), **Imaginação** (1916), **Meia Dúzia de Fábulas** (1917) e **Serenidade** (1918).
[7] Sobre este assunto ver PEREIRA, L.A.M. **O carnaval das Letras: os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XX.** Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
[8] **A Imagem de Laura Brandão, p.60**, - livro escrito por Octávio Brandão, em 1947, e não publicado. FUNDO OCTÁVIO BRANDÃO, Arquivo Edgard Leuenrouth-Unicamp, pasta 120.
[9] Carta manuscrita e assinada por Alberto de Oliveira , em 28 de junho de 1915, Rio de Janeiro.
[10] MURICY, Andrade. **Alguns Poetas Novos**, 5, Rio de Janeiro: 1918, pp. 21-27.
[11] Jornal **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1964.
[12] CANALE, Cristinane Barckhausen. No Rastro de Tina Modotti. São Paulo: Alfa-Omega, 1989, pp. 180 e 181.
[13] Conforme depoimento de Dionysa Brandão, cedido ao AEL, em 18 de Junho de 1992, no Rio de Janeiro.

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO EM SABARÁ E AS DISSONÂNCIAS NO SEU PROCESSO DE CONSERVAÇÃO.

Maria Eliza de Campos Souza[i]

1- O Patrimônio Histórico Cultural, memória e cidadania.

O surgimento de debates em torno do patrimônio histórico e cultural e sua proteção esteve vinculado ao processo de construção dos Estados contemporâneos na Europa do século XIX, ávidos por sedimentarem as memórias nacionais que aglutinassem em torno desse projeto referências diversas[ii]. Durante todo o século XIX, afirmaram-se como instituições responsáveis pelas memórias históricas dos países europeus, os museus, os arquivos, institutos de patrimônio histórico e artístico que se responsabilizaram pela construção e guarda dos elementos formadores das identidades nacionais. Frente ao processo de modernização e de mudanças nos espaços urbanos reformados para atender às demandas de um mundo em industrialização, essas instituições deveriam ser responsáveis por questões como a identificação do patrimônio histórico e cultural relevante para a memória dos países e sua preservação tornou-se parte das políticas dos Estados Europeus.

No Brasil, apenas a partir da década de 30 do século XX, as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural integraram projetos do governo. Primeiro através da elaboração de um anteprojeto para criação do instituto preservacionista por Mário de Andrade e em seguida a promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que modificou alguns aspectos do anteprojeto e passou ser a base legal para atuação do PHAN[iii]. Em meio à realidade política brasileira autoritária, as noções de patrimônio e sua preservação estiveram vinculadas a uma proposta de gestão centralizadora. A escolha dos bens e os mecanismos legais para a sua preservação como parte importante da memória histórica da nação aconteceram, inicialmente, sem que

houvesse uma participação direta daquelas comunidades envolvidas com esses espaços através dos diferentes usos culturais presentes em seu cotidiano.

A partir desse período várias cidades brasileiras passaram por processos de tombamento dos bens considerados relevantes para a memória histórica e artística nacional, assim definidos a partir de critérios extemporâneos a uma realidade de usos locais e cotidianos de tais bens. Em Minas Gerais tivemos vários conjuntos arquitetônicos urbanos tombados, especialmente no caso de Sabará em 1938 foram tombados importantes exemplares da arquitetura religiosa colonial: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Capela de Nossa Senhora do O, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Igreja das Mercês, Igreja do Rosário. Tudo indica em princípio que os tombamentos estiveram associados à relevância artística dos bens acima mencionados, possuindo no seu conjunto arquitetônico obras de arte barroca. Embora a comunidade estivesse integrada aos bens através de uma prática religiosa cotidiana, não consta que aspectos culturais vinculados aos usos dos bens tenham sido considerados nos tombamentos. A inserção daqueles espaços em uma categoria especial de bens patrimoniais sob a guarda dos institutos de preservação e sua tutela pelo Estado, refletiu na maioria dos casos um processo em que as comunidades locais pouco participaram. Coube ao Estado naquele momento a implementação de uma política de preservação e gestão do patrimônio histórico cultural de caráter centralizadora, onde o principal instrumento para conservação dos bens era o tombamento dos mesmos e um conjunto de intervenções de caráter técnico, de domínio dos restauradores e outros responsáveis pela formulação de programas de proteção dos bens.

Temos a partir desse processo inaugural do patrimônio no Brasil a elaboração de novos significados e valores atribuídos ao conjunto de bens inscritos nos livros de tombo do Instituto, vinculados à construção de uma memória histórica nacional, que se sobreporiam até mesmo aos usos e valores já existentes através de uma prática social

local[iv]. Nesse caso, a "política do Estado" se desenvolveu sem considerar relevante a ampliação da participação da sociedade nos processos de estabelecimento dos patrimônios nem em sua conservação. O que demonstra uma relação de concordância histórica entre este panorama das políticas culturais e o processo de construção da cidadania no Brasil República, no qual coube ao Estado o papel central para controle dos direitos concedidos, produzindo uma relação de dependência e tutela da sociedade[v]. Historicamente desde a fundação da República brasileira até 1988, tivemos poucos períodos em que a tônica da política do Estado foi efetivamente democrática. Apenas para relembrar as divisões históricas do período, passamos por uma Primeira República Oligárquica que sobreviveu até a década de 1930, a partir de 1937 até 1945 implantou-se o Estado Novo que foi um regime extremamente autoritário, e finalmente a partir de 1964 passamos a viver sob uma ditadura militar, que tratou de liquidar com os avanços que a curta experiência democrática anterior viabilizara, mesmo que sob a tônica do Populismo marcante em fins da década de quarenta e na década de cinqüenta, no que diz respeito à mobilização e participação da sociedade. No caso da construção do patrimônio e das políticas de preservação temos a sedimentação de uma realidade de baixa participação das comunidades locais na gestão dos espaços urbanos e particularmente em relação ao patrimônio um processo de distanciamento entre sociedade e os bens tombados.

2- A comunidade sabarense e patrimônio edificado tombado: o vínculo possível.

Em Sabará, cidade mineira que remonta ao período colonial, encontramos importante acervo histórico, arquitetônico e de arte e ornamentação barroca em torno dos quais a comunidade local se desenvolveu do período da fundação da vila aos dias atuais, mantendo vivas algumas das tradições que conferem sentido à permanência

deles no espaço da cidade. Situada às margens de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, o município de Sabará passou ao longo do século XX por um processo de crescimento urbano que modificou o antigo aspecto de vila colonial e conferiu à cidade características de um espaço em processo de modernização. Algumas fábricas, indústrias e mineradoras foram implantadas em suas periferias contribuindo para acentuar a marcha em direção à "modernização". Como a cidade não passou por um processo de tombamento de todo o conjunto arquitetônico urbano, como foram os casos de Ouro Preto[vi], Tiradentes[vii] e outras cidades coloniais mineiras, a descaracterização e destruição dos edifícios coloniais não tombados marcaram sua história no século XX. A opção por tombamentos isolados pode estar associada à proximidade com a capital e a necessidade de se estabelecerem em torno dela algumas possíveis áreas de expansão urbana.

Encontramos em Sabará e nos distritos/ bairros próximos cerca de 62 bens tombados pelos órgãos competentes nos três níveis: no federal (IPHAN), no estadual (IEPHA) e municipal (conselho municipal de Patrimônio cultural e Natural). Exemplares importantes da arquitetura religiosa barroca e da arquitetura civil e política do período colonial, como igrejas e capelas rurais, sobrados que serviram de moradia ou ao funcionamento de antigos órgãos públicos, além de chafarizes, largos e o teatro que são espaços essenciais à sociabilidade dessas comunidades desde os primórdios aos dias atuais.

A preservação dos bens do patrimônio edificado de Sabará, apesar do caráter centralizador que orientou as políticas dos institutos preservacionistas, freqüentemente esteve presente nos debates políticos da cidade e no cotidiano de alguns grupos das comunidades religiosas locais. Constatamos através de levantamentos feitos em documentos do IPHAN, IEPHA e arquivos locais, que a partir da década de 1950 foram recorrentes os pedidos de intervenção nos bens tombados para serem efetuadas reformas e restaurações de elementos artísticos[viii].

Além de extensa documentação encontrada nos institutos de preservação referente às pastas de cada um dos bens tombados, demonstrarem através dos ofícios trocados entre os representantes de diferentes órgãos políticos os insistentes pedidos de reformas pela comunidade, a partir de 1975 surge a Fundação Casa de Cultura de Sabará que passou atuar como uma entidade representativa da comunidade local junto aos órgãos públicos e institutos no que diz respeito ao patrimônio histórico da cidade. Tudo indica que a Fundação atuou como uma instituição de intermediação entre a comunidade mais ampla da cidade e os poderes públicos nos casos de gestão do espaço urbano em áreas de preservação/restauração de monumentos, problemas relacionados à atividade turística em Sabará. Promovia mutirões de salvamento buscando junto aos sabarenses material, mão-de-obra e recursos para recuperações no Patrimônio edificado e discutiu projetos de formação de guias locais.

Através da análise dessa documentação é possível discutirmos sobre os caminhos ou descaminhos de um processo de conservação da memória histórica e seus usos no âmbito local, como elementos importantes para a construção de uma relação de cidadania das comunidades no interior dos espaços urbanos que ocupam. Uma questão importante a ser discutida é a real participação e representatividade de uma comunidade local ampliada por instituições como a Fundação Casa de Cultura de Sabará, que até o período de 1998 esteve presente na cidade e deixou de existir. Ou seja, o mecanismo de fundação e funcionamento dessas entidades pode ou não contribuir para o estabelecimento de uma participação ampliada e democrática no processo de gestão do espaço urbano. Se os projetos empreendidos assumem uma perspectiva de salvamento ou um caráter de participação/formação passiva da comunidade ampliada, que funciona como doadora em momentos emergenciais e não como um agente efetivo na construção e reconstrução cotidiana do espaço em vive, a tendência para se desarticularem é maior.

A cidade de Sabará hoje apresenta sinais de grande desmobilização e falta de participação efetiva da comunidade, que eventualmente tem contribuído para a descaracterização e depredação dos espaços urbanos aos quais não se vincula afetivamente em função de uma gradual ruptura que se processou. Uma expansão urbana não planejada contribuiu para a criação de uma oposição muito acentuada entre áreas de periferias e o centro da cidade que abriga grande parte o patrimônio Cultural edificado e tombado. Para as comunidades situadas fora do distrito sede novos valores culturais, em relação aos usos possíveis do espaço urbano, vêm se estabelecendo a partir de uma realidade que é própria a sociedade globalizada. Para elas nem sempre os aspectos relacionados a uma forte cultura religiosa que remonta ao período colonial são relevantes. Também os outros espaços memoriais da cidade como o teatro, museus, praças e chafarizes nem sempre despertam interesse uma vez que essas comunidades não estiveram diretamente vinculadas às experiências que ao longo da história da cidade se desenrolaram nos mesmos. Assim os moradores da periferia são acusados como os principais agentes destruidores daquele patrimônio cultural que a comunidades do centro e outros atores sociais buscam manter intocados para possíveis usos econômicos que os beneficiariam de forma direta.

Atualmente, particularmente com a constituição de 1988, novas propostas de gestão dos espaços urbanos foram esboçadas, considerando a partir de então a necessidade de incorporação de novos atores sociais nesses processos e novos mecanismos de participação e mobilização das comunidades locais. São propostas presentes no Estatuto das Cidades e outros documentos produzidos pelos órgãos vinculados ao patrimônio cultural quanto a sua gestão. A possibilidade de resolver alguns dos conflitos que se colocam para a cidade de Sabará depende de projetos que busquem restaurar os laços entre as comunidades do centro e seus espaços memoriais, assim como, criar vínculos culturais efetivos entre o patrimônio histórico e

cultural e essas novas comunidades da periferia promovendo desse modo a inclusão no contexto da cidade ampliada.

---

[i] Professora pesquisadora do Centro Universitário Newton de Paiva Ferreira: coordenadora do Projeto "As políticas de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural edificado em Sabará e suas relações com os contextos socioeconômico e territorial." (Programa de Iniciação científica 2004-2005).

[ii] Sobre o processo de construção dos Estados Nação na Europa, que no século XIX sedimentou um conceito de unidade política para determinados territórios e uma decorrente construção de unidade lingüística, étnica e cultural, ver o texto de **HOBSBAWM**, Eric. *Nações e Nacionalismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

[iii] Com relação ao anteprojeto e as políticas de preservação do patrimônio formuladas por Mario de Andrade a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ver: **SILVA**, Fernando Fernandes. *Mário e o Patrimônio um anteprojeto ainda atual.* In. Revista do Patrimônio, nº 30, 2000. pp. 138-129.

[iv] Sobre a idéia de construção do patrimônio e dos valores por ele gerados, em particular a partir de diferentes noções de políticas adotadas pelo Estado, ver: **FONSECA**, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. pp. 49-29.

[v] Sobre o processo de formação da cidadania no Brasil ver: **CARVALHO**, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[vi] Sobre o processo de gestão do Patrimônio cultural em Ouro Preto ver: **SIMÃO**, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio cultural em cidades**. 1 ed. BH: Autêntica, 2001. 125p.

[vii] Para a cidade de Tiradentes e a relação entre patrimônio e Turismo consultar: **GIOVANNINI**, Oswaldo. *Cidade presépio em tempo de Paixão: turismo e religião: tensão, negociação e inversão na cidade Histórica de Tiradentes*. In. **BANDUCCI** Jr., **BARRETO**, Margarita(org.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, Papirus, 2001.

[viii] Ficha de levantamento do processo de tombamento Nº 67-T Inscrição 111, livro de Belas Artes: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Pedidos da comunidade do município para restauração do telhado e instalação de rede elétrica, retirada de goteiras e vegetação lateral. De 1942 a 1950.

Estratégias de resistência e dominação em discursos sobre as mulheres escravas na Corte Imperial: trincheiras de um embate cotidiano

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro[1] - PPG-UNB

Após a independência, a experiência da escravidão se atualiza e assume feições peculiares. Sob o regime monárquico, a estruturação político-institucional da nação brasileira não prescinde das relações escravistas de trabalho. Sobretudo nas cidades que se ampliam, as práticas da escravidão se multiplicam e tendem a assumir formas que não eram comuns ou tão difundidas, como a escravidão ao ganho e de aluguel. A Corte Imperial que passa a funcionar no Rio de Janeiro é, portanto, um lugar privilegiado, no qual é possível perceber traços ambivalentes de uma organização social monárquica, parlamentar e escravista, que incorpora valores de diferentes matizes étnicos.

Sede política, econômica e cultural do país, o Rio de Janeiro prestava-se ao escoamento de grande parte da produção econômica. Além disso, no maior porto do Brasil, adentravam bens e valores estrangeiros por todo aquele século, recebendo, além da mercadoria humana cativa africana em quantidades (oficialmente até 1850), estrangeiros em missões científicas e artísticas. A capital era, portanto, não só a porta de entrada e saída, de redistribuição e de escoamento da produção econômica[2], mas um caldeirão efervescente de produção, confronto e reprodução simbólica no período oitocentista.

A perspectiva histórica permite observar ali a configuração de uma conjuntura político-cultural que é engendrada na reciprocidade de tramas que se desenrolam e se reconhecem no senso-comum, em formas de conhecimentos compartilhados e na comunicação corriqueira ou institucional, pautando condutas e resistências cotidianas. As representações sociais[3] são territórios que abrigam as lutas sociais e, em alguns desses campos, é possível pensar o jogo da cultura, em suas especificidades históricas, no trabalho de demarcação de certas identidades sociais.

Alguns modos de nomeação de identidades escravizadas tornaram-se mais comuns nos documentos institucionais e as designações utilizadas denotam uma taxionomia indicativa de valores e formas de sociabilidade peculiares. As formas distintivas de nome,

sobrenome, raça, atividade de trabalho se referiam à delimitação política de fronteiras e pretendiam assinalar o reduto confinado dos cativos no universo dos homens livres, constituindo uma gramática necessária de designações. A produção do cotidiano das pessoas livres estava era feita por escravos e escravas e as relações entre os dois segmentos eram estreitas, constantes, daí a necessidade de se ordenar, assinalar, diferenciar e demarcar com imagens e signos aqueles espaços significativos e significantes. Em vista de padrões desejáveis de "civilidade", em meio a um evidente esforço de construção da nação brasileira plantado sobre o projeto da "modernidade", tão caro aos discursos de governantes e das elites da sociedade da época, buscava-se não somente um estágio de "civilização", mas do equivalente "progresso". Significativamente, os textos do período expressam aquela preocupação em dar nomes às coisas (e às pessoas), de forma a estabelecer hierarquias localizadoras de identidades, que se pretendia ordenar e controlar.

Essa comunicação é um fragmento do trabalho de pesquisa, no qual procuro recortar um conjunto de enunciados que circularam no Rio oitocentista para designar sujeitos-objetos da escravidão, particularmente mulheres cativas, em alguns de seus tratamentos distintivos, suas marcas identitárias de raça, de origem, de idade, entre outras, para historicizá-las, desnaturalizá-las, em suma, para perceber a espécie de materialidade de que tais enunciados se revestem[4].

ESCRITURAS E PROCURAÇÕES

São numerosos os documentos reunidos em Livros de Notas das Freguezias do Rio de Janeiro no período monárquico[5]. Neles, é possível acompanhar o movimento de algumas propriedades, valores financeiros que eram a elas atribuídos e modalidades de compra, venda, arrendamento, doação, que, de modo geral, revelam o zelo das camadas que detinham posses com relação aos bens e valores patrimoniais e pecuniários. Esses documentos em muito se parecem com as escrituras da atualidade, guardando termos comuns ao jargão cartorial e jurídico. No entanto, apesar da proximidade cronológica do período (de pouco mais de um século) e da formulação semelhante à utilizada até hoje, o contato com tais documentos das décadas de 60 e 70 do oitocentos, traz certos enunciados

que causam espanto ao leitor contemporâneo, porque estão repletos de termos e significados específicos que circularam no cotidiano escravista.

Portanto, quando escravos e escravas são objetos dessas transações, é difícil deixar de recortar palavras que operam na qualificação daqueles referentes. Aparecem, então, um conjunto de classificações que os/as distinguem e nomeiam, dando a ler o significado mercadológico e simbólico da propriedade de seres humanos e algumas das condições de sua apropriação, fundamentada no regime de trabalho escravo então vigente. Trata-se de um conjunto de referências identitárias, que habita na intercessão da esfera semântica da propriedade com a estranha (aos nossos olhos) lógica da escravidão. Portanto, buscando considerar o jogo histórico dos significados, é importante, aqui, tentar perceber alguns dos sentidos atribuídos àquelas propriedades-mercadorias, no interior de um imaginário carioca oitocentista.

Por exemplo, é do dia 8 de março de 1975 a procuração firmada na Freguezia de Campo Grande, Municipio da Corte, pela qual "Joaquim Pires da Fonseca constitui a Darnaso Baptista Gonçalves e a José Domingues Nogueira", a quem "concedem poderes para vender seo escravo Floro crioulo (...) idade sete annos sem officio, o qual se acha matriculado na matricula especial do Município da Corte sob o numero cinco mil setecentos e vinte e um e numero sete da relação mil quatrocentos e oitenta e um appresentada em quinze de Maio de mil oitocentos e setenta e dois" (...) podendo qualquer dos dois procuradores "assignar a respectiva Escriptura de venda do mencionado escravo, receber o preço do mesmo e dar quitação ao comprador (...)"[6].

A propriedade que será alienada, objeto da procuração, é identificada como o "escravo Floro crioulo", idade de sete anos. A procuração é de março de 1875, data que reitera a condição cativa e o destino do menino, já que se tivesse nascido depois de setembro de 1871, ou seja, três anos após, seria considerado ingênuo, o que lhe garantiria outra forma de tratamento, outras possibilidades de vida fora do cativeiro, ou pelo menos a esperança de viver sob regras diferentes das de sua mãe ou de seus ascendentes, mesmo que as novas regras estivessem ainda mal desenhadas em suas possibilidades efetivas.

Apesar da tenra idade, o menino Floro que estava à venda era "crioulo", o que quer dizer que ele, ou sua mãe, descendentes de africanos, já eram nascidos em terras brasileiras. Além da qualificação (ou desqualificação) revelada pela identidade de cor negra ou mestiça[7], o termo crioulo significava, portanto, que ele conhecia a língua e os costumes do país, quer dizer, o termo levava o leitor daquele registro a presumir que o pequeno escravo conhecesse e tivesse compartilhado de raízes culturais comuns aos escravos e escravas que aqui viviam por mais de uma geração, apesar da promessa de venda aos sete anos.

Não por acaso, a identidade escrava estava sempre indicada por sua marca de raça e de ocupação, já que são elas que sinalizavam para suas possibilidades de trabalho. Na procuração acima, a identidade escrava transparece pelo nome próprio – Floro -, seguido da marca de origem/raça – crioulo -, da idade – sete anos – e do ofício, que no seu caso, pela pouca idade, é a falta de ofício. As escravas mulheres também aparecem nessas escrituras e procurações numa mesma série de elementos identitários, que projetam a substância necessária para dar ao registro os significados que ele precisa dar a ler[8], ou seja, salientam seus predicados para o trabalho.

Como tais documentos servem para identificar as peças escravas do ponto de vista do mundo letrado das elites proprietárias, em seguida ao nome e à origem de lugar e de raça, aparece a definição precisa da idade, ou da idade presumida, que apresenta imediatamente ao leitor a possibilidade de usufruto do trabalho e a curva da capacidade produtiva em função da faixa etária, ou seja, sugere um indicativo do valor financeiro do sujeito cativo em função da longevidade de sua energia para o trabalho. Assim, a identidade precisa ser lida em todas as suas possibilidades de trabalho, daí a série de elementos qualificadores. Com relação aos atributos específicos de trabalho, segundo dados reunidos até o momento, os documentos cartoriais indicam a presença de mulheres cativas em três categorias: "do serviço de roça", "do serviço doméstico" ou como "quitandeiras"...

Por exemplo, conforme escritura da folha de número 2 do Livro do Juízo de Paz da Freguezia da Candelária, foram vendidas nove mulheres cativas de meia idade com características bem semelhantes em um só lote: Luíza, idade 36 anos, Luíza, idade 33 anos,

Esperança, idade 32 anos, Luíza, idade 37 anos, Delfina, idade 34 anos, Julia, idade 34 anos, Balbina, idade 35 anos, Thereza, idade 34 anos, Maria, idade 35 anos" (...), "todas pretas solteiras, digo todas pretas minas, solteiras, quitandeiras", foram vendidas ao outorgado por doze contos e oitocentos mil réis[9]. Trocando em miúdos, no mercado de escravas, em média, as mulheres minas quitandeiras de cerca de trinta e poucos anos, "todas pretas solteiras", valiam cerca de um conto e quatrocentos mil reis cada uma.

Em todos os documentos pesquisados, as mulheres aparecem em seus nomes próprios, seguidos da série que as qualificam para a venda, o aluguel, a liberdade. Um elemento, no entanto, sempre aparece e também destoa: "solteiras". Muitas escravas são vendidas com seus filhos e filhas, algumas parecem ter tido filhos vendidos separadamente, como pode ter sido o caso de Floro, mas não encontrei qualquer registro de escrava que não fosse "solteira". Seria uma brecha que "humanizava" a mercadoria, já que a igualava às mulheres livres, ao menos nessa condição?

Assim, folheando o Livro do Juízo de Paz da Freguezia da Candelária, relendo a caracterização mercadológica e patrimonial de escravas e escravos destituídos de sobrenome, impregnados de significados outros insinuados nas designações de idade, de cor, de origem, é possível imaginar inúmeras possibilidades de sentimentos de dor, perda, separação, satisfação, que engendraram aqueles deslocamentos de propriedade. Eram mudanças de relações de trabalho, mas também de lares e de relações pessoais que deviam, às vezes, ser consentidos, outras vezes até desejados, mas também muitas vezes indesejados em função da separação de familiares, pares ou parceiros.

Eram vendas, aluguéis e até alforrias, quase sempre decorrentes da necessidade e da conveniência dos proprietários. Do lado das peças escravas, só se pode imaginar a sucessão de desenlaces e desterros que tais documentos podem representar. Alguns dos episódios de alienação poderiam até mesmo ter tido a participação de escravos e escravas, que em táticas mais ou menos sorrateiras poderiam ter gerado em seus donos a intolerância com relação àquelas propriedades e seus gestos de resistência ou provocação.

Qual teria sido o motivo da venda de Martinha, “preta creoula, idade dezesseis annos, solteira e do serviço domestico”, “vendida ao outorgado pela quantia de um conto setecentos e cinco mil reis”?; ou de “Balbina parda, idade quatorze annos, solteira do serviço domestico”, vendida por “um conto e setecentos mil reis”?; ou, ainda, qual o destino de “Ephigenia, preta africana, idade quarenta annos, solteira do serviço domestico”, vendida por “seis centos mil reis”?; ou de Julia, “vinte e quatro annos, solteira e do serviço domestico e seo filho Daniel, idade dois annos e meio, ambos pretos creoulos”, vendidos por “um conto e seis centos mil reis”?.. O mesmo Livro, na folha de número 18, registra a escritura de venda de Lucrecia, “parda, idade seis annos, sem officio”. Seu proprietário a havia “vendido ao outorgado pela quantia de quatrocentos mil reis”...

Ao folhear aquele exemplar do “anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e quatro”, penso em trajetórias possíveis daquelas crianças e mulheres, propriedades e mercadorias, que viveram nos lares, corredores, alcovas e quintais de famílias proprietárias. Enquanto reúno indícios de sua presença na capital do Império, observo que o valor das mulheres no mercado de escravas varia de quatrocentos, valor de Lucrécia, a “dois contos de reis”, valor atribuído a “Carolina, preta creoula, idade dezoite annos, cor fulla, solteira do serviço domestico”. Mais ou menos o mesmo valor de um piano de armário usado...

CARTAS DE ALFORRIA

Nas cartas de alforria reunidas sob o Livro 35, de 1873 e 1874, aparecem os registros de “concessão de liberdade” aos escravos e escravas, em formulações que reiteram enunciados recorrentes. Talvez o mais enfático parece ser aquele que, em função de toda a problemática político-jurídica da época, em razão das discussões sobre as formas de abolição do regime escravista, que culminou com a Lei de 28 de Setembro de 1871, delimita comparativamente o lugar da liberdade com o enunciado: “como de ventre livre tivesse nascido”...

São freqüentes os textos que condicionam a alforria ao pagamento do valor de manumissão ou à condição de prestação de serviços gratuitos por períodos determinados

ou indeterminados: por exemplo, pelo período de vida dos senhores proprietários e, em alguns casos, até mesmo de seus herdeiros. Mesmo que, amiúde, as cartas salientem os "bons serviços sempre prestados" por Victoria, Severina, Joana, Joaquina e tantas outras. Embora menos comum no Livro, a alforria sem contrapartida ou "gratuita" também parece ter ocorrido, já que houve proprietários que registraram o gesto reconhecido por alguns contemporâneos como "benevolente" ou "generoso", quando sem condicionantes em moeda monetária ou em moeda de trabalho, como é o caso da liberdade de Leonarda parda, "idade vinte e dois annos e filha de nossa escrava Lucianna, cuja liberdade concedemos somente por ter nascido em nossa casa"[10].

Não foi possível encontrar a liberdade de Luciana mãe de Leonarda, tampouco saber se ela chegou a se ser alforriada, como a filha. De acordo com registros de liberdade da Corte de 1873, as escravas eram identificadas como nas escrituras e procurações públicas, ou seja, através dos nomes simples, da raça, da origem, da idade e da ocupação. E, mais uma vez, o trabalho é uma marca indelével no documento conhecido como Carta de Alforria, como expressão do gesto de consideração "aos serviços prestados". Se o trabalho prestado justificava o gesto, era a garantia do trabalho a prestar que dava o sentido predominante na elaboração do texto, já que os documentos de "liberdade" freqüentemente apresentavam "cláusulas de prestação de serviços", isto é, traziam a garantia de serviços futuros.

Este foi o caso de "Leonor preta de Nação Rebola", a quem foi dada por seus proprietários a alforria "com a clausula de prestar serviços a nós e nossos herdeiros pelo período de 6 anos". Também foi o caso do registro de Izidora parda, que apresentava a condição de prestação de serviços por "cinco annos"; de Claudina, sob condição de "prestar serviços pessoalmente ou ser por mim alugada"; Sophia de nação Mina (...); Florinda de Nação Angola "em virtude da verba do testamento com que minha mãe falleceo; entre muitas outras, este também foi o caso de Adelaide de Nação Mina creoula, alforriada "pelos bons serviços que me tem prestado"...

As identidades femininas no cativeiro eram desenhadas com substantivos e também adjetivos específicos. Os termos usados eram corriqueiros e cheios de significados que,

quando destacados e recolocados em seu uso cotidiano, ganham força e revelam a expressão do conflito inerente ao regime de trabalho escravo e às formas de sociabilidade construídas sobre o ferro e o açoite. Por exemplo, a alforria registrada na carta de "Joaquina creoula, cor cabra, idade vinte e sete annos de serviços domésticos" estava condicionada a sete annos de trabalho compulsório. Tão difundidas na época e, até mesmo praticadas com o intuito de exibir um gesto de nobreza e generosidade, as inúmeras cartas de alforria apresentavam um conceito peculiar de liberdade. Mesmo que não-cativas, aquelas mulheres prestariam serviços por muitos anos, algumas até o final de suas vidas. Portanto, o trabalho dava sentido às suas identidades e era também a medida concreta de suas "liberdades"[11].

NOTAS

[1] Doutoranda do PPGHIS da Universidade de Brasília, bolsista do CNPq.

[2] O caráter extravagante e emblemático da Corte é visível em muitos aspectos da vida cotidiana que se organiza institucionalmente. Alencastro bem observa que a capital do Império representa a continuidade da monarquia e do escravismo em um continente que, com o avanço do século XIX, já respira a república. ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 11- 25.

[3] JODELET, Denise. *Representações sociais.* Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, 17-43.

[4] FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.

[5] Documentos pesquisados do Arquivo Nacional do RJ.

[6] Livro de Notas, vol 3 (antigo 8), p. 48.

[7] Em todos os registros escravos e escravas aparecem assinalados pela marca de raça, o que nunca acontece com os livres.

[8] As mulheres não aparecem entre os tabeliões ou juízes naquela época, mas aparecem como proprietárias, embora em menor número do que os homens. Na escrita documental da sociedade patriarcal e escravista não é difícil observar a predominância da figura masculina na maior parte dos documentos de legitimação ou transmissão de propriedade, inclusive, representando mulheres proprietárias, na figura de "cabeça do casal".

[9] Livro do Juízo de Paz da Freguezia da Candelária, fl.2.

[10] Registro de uma Carta de Liberdade conferida por José Lino Pereira e Carolina Emilia Pereira, a sua escrava de nome Leonarda parda, appresentada hoje vinte e nove de Abril de mil oito centos e setenta e três.

[11] Foi o caso de Luzia de Nação Moçambique, de cinqüenta e seis annos, Maria de Nação Benguella de quarenta e sete annos, Maria Africana, Estella de Nação Benguella, quarenta e sete annos, Edwiges parda, Hortênsia quatro annos, que a obteve com a condição de cuidar até viver sua proprietária, Dona Feliciana Joaquina do Rozário. Foi, também, o que ocorreu com Efigênia, preta, creoula de 33 anos, que ganhava a liberdade "como se de ventre livre houvesse nascido", mas ao mesmo tempo se via condenada a seguir para a Itália como ama de Bernardino, filho do Senhor Braz Brandi, conforme o Registro que se segue: *(...) Registro de uma Carta de Liberdade conferida por João de Mattos Guimarães á sua escrava de nome Efigênia, preta, creoula, appresentada hoje doze de maio de 1873. Eu abaixo assignado Senhor e possuidor da escrava Efigenia, preta, creolua de 33 annos presumíveis, a qual possuo livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou encargos, pela presente confiro-lhe de hoje para sempre plena e irrevogável liberdade, para aqual (sic) recebi este acto do Senhor Braz Brandi, a quantia de um conto e quinhentos mil reis e para que della gose como se de ventre livre houvesse nascido, mandei passar a presente, devendo porem a dita escrava hoje liberta, acompanhar o mesmo Senhor Brandi a sua viagem a Itália, como ama que é de seo filho Bernardino; e finda a creação poderá se transportar para onde lhe convier; e para seo titulo assigno com as testemunhas. Rio de Janeiro, 10/05/1973.*

Herança colonial e atividade intelectual no Brasil do século XIX.

Maria Emilia Prado - UERJ

A produção intelectual do Brasil no século XIX encontrava-se voltada, em virtude da ausência de um sistema universitário e mesmo educacional **latu sensu** e devido a fragilidade da esfera pública literária[1], para a análise de questões estreitamente vinculadas à organização institucional do Estado. Não se podia encontrar, nessas circunstâncias, no Brasil de boa parte do século XIX uma reflexão estritamente intelectual, mas sim análises a respeito dos meios necessários à organização do Estado. Dessa forma, a questão da liberdade, por exemplo, era vista como referida ao Estado e não como um tema em si mesmo. Ao longo de toda a primeira metade do século XIX os pensadores não produziram textos destinados a tratar conceitualmente, por exemplo, a temática do liberalismo. Esse tema foi objeto de reflexões de inúmeros pensadores, mas foi analisado do ponto de vista do arranjo institucional.

A precariedade do debate intelectual deve ser compreendida na sua estreita relação com o processo de colonização. Retornando às análises de Sérgio Buarque de Holanda,[2] lembremos que Portugal, diferentemente da Espanha, não se preocupou em difundir em sua área colonial americana, o ensino universitário. Nessas circunstâncias, no Estado criado na América Portuguesa a partir da independência realizada em 1822, não existia nenhum sistema formal de ensino, e menos ainda de ensino universitário. Situação diversa pode ser encontrada na América Hispânica onde havia universidades no México, Peru, Equador e Santo Domingo e posteriormente na Argentina.[3] Na

América Portuguesa o acesso à universidade além de restrito aos filhos da elite, implicava no fato de ser necessário o deslocamento para a Europa, em especial para a Universidade de Coimbra. A inexistência de universidades na colônia, a impossibilidade de impressão de livros, o controle sobre a circulação dos mesmos dificultaram, sobremaneira, a formação do campo intelectual na colônia, e por conseqüência no Brasil de boa parte do século XIX.

Ao destacar a existência de universidades na América Espanhola não estamos desconhecendo o fato de hispano-americanos se dirigirem à Europa para a realização de estudos em universidades, fossem estas localizadas na Espanha ou em algum outro reino europeu, como a França. Mas a presença de universidades na América tornava possível não apenas a freqüência aos seus cursos, mas, principalmente a formação de um público leitor atuante no debate intelectual. Afinal, é preciso considerar que mesmo o sistema universitário da América Hispânica não tendo a mesma abrangência dos sistemas universitários da Inglaterra e da França à mesma época, ele possibilitou a formação de geógrafos, literatos, filósofos que de uma ou outra forma estiveram ligados à universidade, assimilando e produzindo conhecimento e participando do debate intelectual, ainda que de modo limitado, comparando-se com o que ocorria na Europa.

A conseqüência mais imediata disso, é que no momento em que se dá o processo de independência, é possível encontrar na América Hispânica uma elite intelectual que conhecia os fundamentos teóricos do liberalismo e do conservadorismo, e desse modo pôde ser estabelecida no campo intelectual, uma discussão que não estava necessariamente voltada diretamente para o campo político. No caso

da América Portuguesa encontramos, por parte dos intelectuais, uma postura pragmática, que fez com que pretendessem que as reflexões fossem aplicadas imediatamente à esfera política. Havia, em suma, uma produção intelectual quase que exclusivamente voltada para a engenharia institucional. Nos países que emergiram do processo de independência da América Espanhola é possível se encontrar uma preocupação, num primeiro momento com os pressupostos intelectuais e conceituais e só num segundo momento as idéias se voltam para a questão institucional e organizacional do Estado. Por outro lado, é preciso destacar o fato de que mesmo quando os intelectuais pretendiam que suas idéias fossem aplicadas diretamente à esfera pública, o pensamento era exposto sob a forma do diálogo ou do confronto de idéias, mas, solidamente embasadas. [4]

Ao longo dos primeiros cinqüenta anos que sucederam à independência realizada em 1822, o pensamento político brasileiro foi marcado pelo ecletismo: versão francesa do liberalismo conservador inglês que se ajustava, perfeitamente, à realidade de um império que pretendia se estruturar segundo o modelo político liberal, mas que estava assentado sob uma base social, política e econômica que não guardava vínculos com o modelo liberal.

Nessas circunstâncias o constitucionalismo seria aceito como condição indispensável à organização do Estado. Não se admitia governos absolutos, mas a fonte da soberania não estava na representação popular. Para o liberalismo conservador os direitos e liberdades individuais não tinham uma origem racional *à priori* e eram considerados frutos das circunstâncias históricas. Para eles a assembléia era criação da Constituição como os outros poderes do

Estado e devia legislar por disposição constitucional e não por mandato popular.

É preciso considerar que os ensinamentos e a vivência dos intelectuais e políticos do império nas universidades portuguesas, especialmente na Universidade de Coimbra, em muito contribuiu para que se vinculassem às proposições do liberalismo conservador. Por outro lado, é necessário considerar também o fato de que muitos colonos brasileiros estudaram em França e tiveram oportunidade de assistirem aos acontecimentos que se seguiram à revolução francesa. A presença desses homens na época em que a França sofreu as transformações revolucionárias, muito possivelmente contribuiu para que buscassem a adoção de uma posição política moderada, porém, pragmática no que concerne ao trato das coisas políticas.

A preocupação central de pensadores como Hipólito da Costa, Silvestre Pinheiro Ferreira e José Bonifácio, encontrava-se na questão da ordenação do poder nacional. Afinal, não havia no império a necessidade de se extinguir uma ordem absolutista, como ocorreu, especialmente, no caso francês. Ainda em 1809, durante o reinado de D. João VI, Hipólito da Costa defendia a reforma das instituições políticas portuguesas, mas, advertia que governo popular não podia ser identificado com governo democrático, ou seja; para Hipólito o governo popular não guardava qualquer vinculação com o modelo revolucionário francês. Advertia que competia ao Estado promover o bem comum e em nome disso o Estado deveria empreender as reformas que fossem necessárias. Só que essas reformas deveriam partir do governo e não do povo.

A articulação entre estes dois pontos foi a preocupação central de parte significativa dos pensadores que de uma ou outra forma estiveram à frente da construção do Estado imperial. Pimenta Bueno, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Justiniano José da Rocha, Pimenta Bueno, e já na segunda metade do século XIX, Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai) e José de Alencar, não faziam qualquer restrição ao exercício da liberdade, a não ser quando esta dificulta os interesses da comunidade. Esses interesses estavam condicionados pelas possibilidades. A esse respeito afirmava Bernardo Pereira de Vasconcelos:

> *Para que havemos de questionar sobre o que é melhor fazer-se, se o aperto das nossas atuais circunstâncias só nos faculta fazer o que se pode fazer*[5]*?*

É evidente que um tal realismo se vinculava de modo bastante estreito ao historicismo. Já no discurso de inauguração do colégio Pedro II, Bernardo Pereira de Vasconcelos advertia: "o tempo que é sempre o condutor da verdade, e o destruidor da impostura, fará conhecer o seu erro[6]".

Pode-se afirmar, de maneira geral, que os intelectuais do Império do Brasil eram partidários do liberalismo constitucional. Poucos os que como Braz Florentino Henriques de Souza, por exemplo, empreendiam a defesa da monarquia absoluta. Por outro lado, a questão da liberdade individual não era, de modo algum, consensual entre os liberais do império. Ao contrário, a estruturação do Estado e a engenharia política eram os temas centrais sobre os quais refletiam os intelectuais. Governo centralizador ou governo descentralizado, maior presença do Estado ou autonomia provincial, unidade nacional ou

poder local e/ou regional. Essas as dicotomias que se constituíam no núcleo das preocupações. O tema da liberdade, ou melhor, do direito natural à liberdade aparecia diluído em meio a essas dicotomias referidas. Isto quando aparecia. Um ardoroso defensor da liberdade como frei Divino do Amor Caneca, por exemplo, que se inspirava nas idéias provenientes da revolução francesa, não fez nenhuma menção à presença da escravidão na província de Pernambuco. Promovendo em seus textos uma simbiose entre a razão e a divindade, coisa que o credo liberal não aceitava, frei Caneca procurou centrar sua argumentação na crítica ao absolutismo e na defesa de uma organização autônoma das partes que compunham o império, sobre isto afirmava:

> *O Brasil só pelo fato de sua separação de Portugal e proclamação de sua independência ficou de fato independente não só no todo como em cada uma de suas partes ou províncias, e estas independentes umas das outras. Ficou o Brasil soberano não só no todo, como em cada uma das suas partes ou províncias*[7].

As idéias de liberdade para as províncias e de autonomia provincial seriam esposadas por outros pensadores ao longo do império. De modo geral é possível afirmar que os Estados Unidos da América eram a fonte de inspiração para homens como Teófilo Otoni[8] e Tavares Bastos[9], dois ardorosos defensores da autonomia provincial. Não é possível deixar de lembrar o papel importante, em defesa do *federalismo* de inspiração americana, desempenhado por Rui Barbosa.

O "bando de idéias novas" denominação dada por Sílvio Romero[10], inundou o império a partir dos finais do decênio de 1860, quando teve início a renovação. No Nordeste surgia a denominada

Escola do Recife[11], cujas figuras principais foram o próprio Sílvio Romero e Tobias Barreto. De maneira geral é possível dizer que a *Escola do Recife* contribuiu para a renovação do Direito tendo se caracterizado também por se dedicar à elaboração da história da cultura brasileira. Combatia ferozmente a monarquia, considerada um obstáculo ao progresso do país, utilizava para esta crítica, de modo indiscriminado, as obras de Comte, Darwin, Taine, Renan entre outros.

Os novos ventos trariam para o Império além das mudanças propostas pela *Escola do Recife,* aquelas anunciadas pelo positivismo. Tratava-se do reconhecimento de que a monarquia constitucional não mais servia ao crescimento do país. Não estava mais em jogo a "fundação" de um país, mas sim a transformação, de modo que pudesse acompanhar as inovações do tempo, ou seja: as mudanças técnicas, políticas e espirituais porque passava a Europa, o ponto de referência.

Contrários à escravidão, defensores do cientificismo, adeptos do progresso material e das artes mecânicas, da engenharia, da matemática e das técnicas os positivistas se posicionavam contra o mundo que a monarquia criou. O exército e as camadas médias urbanas encontrariam em seus pressupostos um ponto de referência capaz de impulsionar as mudanças políticas, sociais e econômicas no sentido de se construir uma sociedade moderna, integrada e distante do liberalismo, que pouca chance tinha de florescer no Brasil preso às tradições ibéricas e à permanência dos traços coloniais: patrimonialismo, escravidão, ausência de individualismo.

É preciso considerar que a chamada "geração de 1870" não foi inteiramente tomada pelo culturalismo da *Escola do Recife* ou pelo

positivismo. Muitos de seus integrantes voltaram-se para o cientificismo, mas permaneceram liberais. O Estados liberais eram ainda os modelos que inspiravam intelectuais e políticos. A "geração de 1870" teve também entre seus membros os mais ardorosos defensores da forma republicana de governo.

---

[1]- Para o conceito de esfera pública ver J. Habermas. *L'Espace Public. Archéologie de la publicitté comme dimension constitutive de la societé bourgeoise.* Trad. Paris, Payot, 1978.

[2] Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, Brasília,4ª ed.UNB,1963.

[3] - Para uma análise da questão das Universidades na América Espanhola e da situação do ensino na América Portuguesa ver o trabalho pioneiro de José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial.* Brasília, UNB, 1981.

[4] - Ver a este respeito, por exemplo, os escritos de Simon Bolívar *Doctrina del Libertador*. Caracas, bib. Ayacucho, editorial Arte, 1976 e Juan Batista Alberdi. *Bases y pontos de partida para la organizoción política de la república Argentina,* 4ª ed, Buenos Aires, Plus Ultra, 1981. Ver ainda Jose Luís Romero.(org) *Pensamiento Político de la emancipación* (*1790-1825),* 2 v. Caracas, Ayacucho, 1977.

[5] - Cf. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1826, tomo II, p. 343.

[6] - Apud Octávio Tarquino de Souza. *Biografia de Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Rio de Janeiro, 1953, p.284.

[7] - Cf. Frei Divino do Amor Caneca. Typhis Pernambucano, 10.5.1824. In *Obras Políticas e Literárias,* Recife, 1876, p. 559.

[8] - Sobre Teófilo Ottoni ver Valdei Lopes de Araújo. "Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista". In. Maria Emilia Prado (org) *O Estado como Vocação. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista,* Rio de Janeiro, Access, 1999, p. 165-190.

[9] - Cf. Aureliano Cândido Tavares Bastos. *A Província*. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1937.

[10]- Discurso de saudação a Euclides da Cunha, no ato de sua posse na Academia Brasileira de Letras. In *Provocações e Debates*, Porto, Liv. Chardron, 1910, p. 359

[11]- Cf. Antonio Paim. *A Filosofia da Escola do Recife*, São Paulo, Convívio, 2ª ed. 1981.

CURRÍCULO REAL E CURRÍCULO FORMAL: ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO HISTORIADOR*.

Maria Gisele Peres**

O projeto: "Atuação do Profissional de História: da Academia ao Exercício Cotidiano da Profissão. Análise da Formação do Graduado, Diagnóstico e Alternativas de Mudanças" surgiu da necessidade de entender os preceitos legais das novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia. Neste momento em que se coloca em pauta uma nova reestruturação do Curso, consideramos que alterações curriculares capazes de melhorar realmente um curso não devem ficar apenas restritas a uma adaptação à lei, mas sim, devem também levar em conta o perfil do profissional desejado, bem como os pontos capazes de garantir a excelência do ensino e da formação do historiador. Desta forma, iniciamos este projeto no primeiro semestre de 2004, tendo como objetivo realizar um diagnóstico do Curso de História oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia desde 1991 quando, dentro das discussões que marcaram todo o país naquele período, foi introduzida a modalidade de Bacharelado em História. Como o curso está se preparando para uma nova reformulação curricular para atender as novas Diretrizes Curriculares, é necessário aproveitar esse momento para abrir discussões no sentido não só de adaptação do curso para essas diretrizes, mas também no sentido de inovação no curso.

Nesse sentido, entendemos como necessário analisar o atual currículo implantado em 1991 com a criação da modalidade Bacharelado em História, conjuntamente com a Licenciatura que visava atender a um novo perfil de curso de graduação que garantisse a excelência da formação acadêmica, propondo a superação da dicotomia ensino e pesquisa. O que estava em pauta naquele momento – finais dos anos 80 e início dos anos 90 – era a necessidade da formação de um profissional crítico, capaz de atuar tanto na área de pesquisa, como na área de licenciatura. Desta forma, para avaliarmos se ainda é esse o perfil desejado hoje e se esses

objetivos foram realmente atingidos iniciamos este projeto dividindo-o em três frentes de pesquisa: análise do currículo formal e do currículo real, análise das produções monográficas e análise dos profissionais formados que já atuam no mercado de trabalho. Além da divisão da equipe em frentes, dividiu-se as atividades das frentes em dois momentos, o primeiro foi o de recolhimento de fontes, que foram as entrevistas transcritas, a análise das ementas junto à coordenação do curso e a catalogação das monografias. No segundo momento foram confrontadas, problematizadas e analisadas essas fontes no intuito de produzirmos um conhecimento mais amplo sobre a estrutura do curso para instrumentalizar as discussões sobre a reformulação do curso. Nesse sentido o Projeto é um instrumento para discussão da comunidade acadêmica, pois analisando os pontos positivos e negativos da atual estrutura do curso poderemos analisar qual a melhor forma para preencher as lacunas, fazendo um diagnóstico que aponte quais as necessidades de melhoria da graduação.

Devido as proporções que tomou o projeto durante o período de pesquisa, torna-se impossível tratar aqui todos os aspectos analisados, desta forma, neste texto será focalizada a análise do currículo formal e do currículo real analisados dentro da coordenação dos Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia, a questão do fim das Licenciaturas Curtas e a separação da História dos Estudos Sociais.

Com o intuito de compreender o currículo formal do Curso de História, passado já quatorze anos da implementação do curso de Bacharelado em História, buscamos analisar as disciplinas que compõem a grade curricular do curso. Assim, realizamos junto à coordenação do curso o levantamento e a catalogação sistematizada dos programas das disciplinas. Foram localizados nos arquivos da Coordenação de História os programas das chamadas disciplinas de conteúdo específico ministradas a partir da criação do Bacharelado, nosso objetivo neste momento era, então, de detectar as diferenças existentes entre estes programas ao longo do período. Desta forma, as ementas e os objetivos dos programas foram comparados, sendo que,

este mesmo trabalho também foi realizado com os programas das disciplinas do Curso de Licenciatura. O objetivo principal desta frente de pesquisa foi o de conhecer os programas das disciplinas ministradas pelo curso e, desta forma, detectar as alterações que ocorreram ao desde 1991 até nossos dias. A análise das informações obtidas ofereceriam subsídios para a discussão sobre a reformulação do curso, no entanto, os programas encontrados não nos possibilitaram detectar claramente os pressupostos que levavam à formação do professor/pesquisador e nem se esse currículo estava sendo realmente cumprido na prática, ou seja, as informações encontradas eram insuficientes para a análise do currículo real. O que pode ser percebido inicialmente foi que esta análise isolada seria incapaz de nos mostrar o que significa, dentro do Curso de História, a formação do professor/pesquisador e como a importância e as reflexões sobre a formação deste profissional se alteraram ao longo do tempo.

Enquanto estudantes do Curso de História sabemos que a existência de um programa que contemple a ementa não indica a sua aplicabilidade real em sala de aula, assim, podemos entendê-los como uma forma parcial para a compreensão da estrutura do curso, principalmente em relação à questão da formação do professor/pesquisador. Para além deste problema, nos foi possível perceber uma crescente abstração nos programas das disciplinas com uma maior abertura para temas como pós-modernidade e história cultural. Estas questões nos fizeram optar por realizar um diálogo junto aos alunos e professores do curso discutindo as problemáticas que são vividas cotidianamente por todos aqueles que compõem o Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, bem como, observar se os objetivos desse currículo estão sendo realmente atingidos e se o perfil do historiador a ser formado ainda é o mesmo. Através de entrevistas realizadas com os professores nos foi possível compreender ainda que, a reforma curricular pela qual o Curso está passando não é a única na história do Curso mas que, outras também ocorreram e foram significativas para a estruturação do atual Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Ao analisarmos as entrevistas realizadas com os professores do curso podemos perceber, principalmente na fala dos professores que estão na Universidade a mais tempo, que a mudança mais significativa que aconteceu foi a que levou ao fim a Licenciatura Curta em História:

> *"(...) éramos História, Geografia e Ciências Sociais tudo junto. Éramos acho que cerca de 50 professores, tínhamos muita dificuldade em trabalharmos juntos. Depois nos separamos e ficamos no Departamento de Ciências Sociais. A gente ficou a parte, não me lembro exatamente quando, ficamos História e Ciências Sociais e o passo seguinte foi a Ciências Sociais ganhar um espaço próprio e a História também, assim, foi instituído o Departamento de História."*[1]

Desta forma, podemos perceber, então, que o grande avanço pelo qual o curso passou, foi ter conseguido se separar dos Estudos Sociais. Antes o aluno tinha que prestar o vestibular para Estudos Sociais, cursava dois anos, que era a chamada Licenciatura Curta, e depois optava-se por História ou Geografia e cursava mais dois anos, que era chamado de Licenciatura Plena. Então, inicialmente essa mudança foi a mais significativa pela qual o curso passou. Com a separação do Curso de História do Curso de Geografia, houve também um maior investimento do Instituto no Curso de História para a qualificação do mesmo. Novos professores chegaram, possibilitando novas discussões, uma nova historiografia, trazendo outras experiências, de outras formações e, a especialização dos professores que já faziam parte do corpo docente do Curso. O grande passo, então, dado pelo Curso foi sua separação dos outros Cursos existentes e a criação de sua própria Coordenação:

> *"(...) Bom, eu acho positivo, o processo de mudança porque passou o Curso de História. Primeiro, por que quando eu entrei aqui na universidade como aluna tinha o curso de Licenciatura em História mas era uma complementação da Licenciatura Curta. Porque tinha a Licenciatura Curta em Estudos Sociais e aí os alunos que terminavam a Licenciatura Curta eram preparados para dar aula de História, Geografia, OSPB e Educação Moral e Cívica. Então, esses professores podiam optar por completar a sua formação na graduação em História ou Geografia. Desta forma, o Curso de História era uma complementação da Licenciatura Curta(...)"*[2]

No período no qual a entrevistada se refere existia no país uma grande discussão referente aos Estudos Sociais e aos malefícios que esse causava na formação dos historiadores. Compartilhando essa discussão com Déa Ribeiro Fenelon "(...) diríamos também que as Licenciaturas Curtas só causaram malefícios à formação do professor, que a política de desqualificação e desvalorização do professor vem causando danos ao ensino, que as universidades estão imobilizadas no marasmo do desestímulo(...)"[3]. Avançando nessa discussão, na década de 80 foi eliminado os Estudos Sociais na formação do historiador, acabando também com a Licenciatura Curta: "(...) Então, o Curso de História aqui foi feito um currículo para um Curso de História completo (...)[4]. Quando a entrevistada refere-se a um curso de História completo, acreditamos que seja no sentido de ter independência com relação aos Estudos Sociais. Nessa direção, a partir da década de 80, temos um curso de História independente dos Estudos Sociais.

Uma outra reestruturação curricular fundamental para o Curso de História foi a ocorrida em 1991, sendo ela um dos objetos de estudo desta pesquisa. Até o início da década de 90, a formação do profissional de História da Universidade Federal de Uberlândia era voltada principalmente para a formação de professores, sem que fosse levada em consideração a importância da pesquisa para a formação destes profissionais. No entanto, a partir de discussões realizadas neste período, foi sendo questionada esta formação do professor. Naquele momento, a questão fundamental era a introdução da pesquisa, ou seja, da Monografia como pré-requisito para a formação dos professores de História da Universidade Federal de Uberlândia. A pesquisa era entendida como uma forma de capacitar o professor a lidar com as questões cotidianas de nossa sociedade, refletindo sobre seus problemas, assim como, questionando a realidade vivida.

A partir da década de 90 a preocupação com a produção monográfica dentro do Curso de História foi colocada em pauta nas discussões que permeavam este período. Essas discussões referiam-se a ausência da formação de pesquisadores no curso. Segundo a professora Heloisa[5] o aluno deveria ser primeiro um pesquisador, um crítico de sua realidade para depois ser um professor. Fruto dessas discussões uma nova grade se configurou em 1991. O aluno do Curso de História, a partir daquele momento, passava, então, a ter que se formar como bacharel em História, produzindo uma monografia para a finalização do Curso e que tornava-se pré-requisito para a obtenção do diploma de Licenciatura. Considerava-se que o professor tem que ser primeiro um pesquisador, um crítico de sua realidade para depois atuar no ensino. Esse é o perfil do aluno bacharel e licenciado que o curso de História busca formar a partir do currículo implantado em 1991.

Em setembro de 2004 este Projeto foi apresentado em forma de oficina no Encontro dos Professores de História do Triângulo Mineiro, onde tivemos a oportunidade de discutir com profissionais que já atuam nas escolas públicas de Uberlândia as questões que analisamos

dentro do projeto. No entanto, o que é mais interessante ressaltar sobre esta oficina é a forma que estes profissionais pensam o ensino voltado para o mercado, seguindo a lógica neoliberal, como se fosse papel da universidade fornecer uma fórmula que ensinasse como ser professor. Porém, ao analisarmos os dados colhidos pela pesquisa percebemos que a faculdade que visa realmente a excelência do ensino não pode se adequar a isso, visto que as fórmulas tornam-se obsoletas muito rapidamente. O profissional deve sim estar preparado para interpretar a realidade e perceber que o conhecimento é algo em constante construção, da qual ele faz parte e o aluno também e, dessa forma não é necessária uma fórmula.

O que nos foi possível perceber após o término da pesquisa é que, em primeiro lugar, a grade curricular do Curso de História está em partes distante da realidade que os alunos, ao saírem do curso, irão enfrentar nas escolas públicas ou particulares. Isto leva mais uma vez à necessidade de reformulação do Curso, o que já está acontecendo e que deverá ser encerrada até o final deste ano. Em segundo lugar, a produção monográfica continua sendo um instrumento essencial na formação do pesquisador/professor pois, auxilia os alunos no trabalho com a pesquisa, elemento que se fará necessário no seu dia-a-dia também como professor, levando ao rompimento da reprodução dos conteúdos presentes nos livros didáticos.

---

* Trabalho financiado pelo PIBEG (Universidade Federal de Uberlândia) sob a orientação do Prof. Ms. Leandro José Nunes.
** Aluna do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e professora da rede estadual de ensino.
[1] Entrevista realizada com a professora Christina Lopreato, no dia 20/10/04.
[2] Entrevista realizada com a professora Maria de Fátima Ramos de Almeida, no dia 20/09/04.
[3] FENELON, Déa R. A "Questão dos Estudos Sociais". In. ZAMBONI, E. **A Prática do Ensino de História**. Caderno CEDES, São Paulo: Papirus, 1994, p. 11-22.
[4] Almeida, M.F.R.Op cit.
[5] Entrevista realizada com a professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, no dia 29/10/04.

A POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE ESCOLAS DE TRABALHADORES RURAIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL- PARANÁ (1932-1945)

DRA. MARIA IGNÊS MANCINI DE BONI - UTP

Os ventos modernizantes do progresso industrial e exportador do início do século XX trouxeram para o Paraná , no bojo das idéias liberais de crença no progresso e na ciência, como também das idéias positivistas de educação, a preocupação do governo e de empresários para com a infância desvalida , principalmente a infância abandonada e delinqüente.O objetivo desta preocupação era educar e também corrigir pelo ensino para o trabalho, visando o futuro aproveitamento de mão de obra adequada. Pelas próprias condições pelas quais passava o Estado, as primeiras escolas voltaram-se para a formação do futuro trabalhador urbano, como a Escola de Aprendizes e Artífices, a Escola de Comércio e Agricultura e a Escola Técnica de Comércio.

Estas escolas eram destinadas a crianças e jovens pobres, filhos de trabalhadores. Para crianças abandonadas, o governo criou abrigos, nos quais funcionavam para ambos os sexos ensino de primeiras letras e também ofícios como carpintaria, alfaiataria, marcenaria e sapataria para os meninos ; pintura, bordado, costura, chapelaria e datilografia para as meninas. Eram as Escolas de Preservação. Com objetivo corretivo, foi reaberta a Escola de Aprendizes de Marinheiros em Paranaguá, e criaram-se as Escolas de Reforma que visavam educar “no trabalho e para o trabalho”

Mas, enquanto estas escolas eram instaladas ou criadas, um movimento renovador da educação ocorria a nível nacional. Novas diretrizes eram propostas. Ao mesmo tempo foi criado o Código de Menores de 1927, que viria a interferir na forma de tratamento dado às crianças.

O Paraná não ficou imune a estes movimentos da mesma forma que esteve sintonizado com os anseios modernizantes e civilizatórios de seus pares no resto do país, durante a chamada Velha República. No entanto, para além dessas modificações, novos ventos econômicos e políticos sopravam.

Por volta de 1920 o processo industrializante paranaense entrou em declínio, tanto pela crise econômica, quanto pela não inversão de capitais por parte do Estado, embora algumas indústrias tenham resistido. A década de trinta foi uma época de crise, repetindo em alguns pontos a década anterior. As economias européias, ainda debilitadas pela guerra, sofreram ainda mais com a quebra da Bolsa de Nova York e mesmo sem atingir os níveis da guerra de 1914 o comércio mundial sentiu uma forte retração que necessariamente repercutiu no quadro exportador brasileiro

No entanto, esta conjuntura encontrou a economia paranaense menos vulnerável. A expansão da fronteira agrícola nas vastas extensões de terra fértil e ainda inexploradas e desabitadas como também a diversificação da produção agrária fez com que a retração de alguns mercados fosse compensada com o surgimento de mercados alternativos. O café entra na pauta de exportação, acrescida da exportação de algodão para o Japão e a Alemanha. Manuel Ribas, ao assumir a interventoria do estado, em 1932, entreviu na vocação agrícola, uma saída estrutural para a economia. É o surgimento do Paraná-Agrícola ,com vocação para “Celeiro do Brasil” conforme veiculava a propaganda.

Os novos encaminhamentos se refletiam também nas políticas educacionais. O interventor marcou seu governo com diversas realizações nesse campo, como atestam suas palavras:

> a causa do ensino, prossegue, sem desfalecimentos,o trabalho de aperfeiçoamento da técnica escolar,e da ampliação e ininterrupto aperfeiçoamento do trabalho educativo no Estado. Entre os aspectos fundamentais da reconstrução que está sendo feita destacam-se : a reforma dos métodos e processo do ensino, a elaboração do Código de Educação, ora em andamento no Legislativo Estadual, a racionalização administrativa, a difusão das novas doutrinas pedagógicas no seio do magistério,a série de modernas experiências levadas a efeito em várias instituições de ensino público, a criação de novos serviços ... a criação de cooperativas escolares; a organização do serviço médico escolar... [1]

Dentre essas realizações,tomou-se como objeto para esta comunicação a instalação e escolas para o trabalho, cuja ênfase foi a criação das Escolas de Trabalhadores Rurais e como objetivo a relação desta política com o atendimento à infância pobre.

Mesmo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola criada pelo Decreto – Lei 9613 somente em 1946[2], portanto já findo o Estado Novo , pode parecer que o encaminhamento natural num estado em plena expansão agrícola, fosse a criação de escolas no meio rural, como pregava o Manifesto de 1932, para o desenvolvimento de técnicas profissionais, com base na economia nacional, com as diversas variedades e tipos de escolas como de agricultura, de minas e de pesca, além das industriais, de transporte e de comércio. [3]

No entanto ao consultar as fontes oficiais da Interventoria - embora em número diminuto se considerarmos o período de 1932 a 1945, uma vez que restringem-se a algumas Mensagens e alguns relatórios – pois, Manuel Ribas " não enviava mensagens ao legislativo. Governava por Decretos muito concisos, nos quais objetivos e outros conteúdos argumentativos não se faziam presentes"[4], algumas questões aparecem.

As mensagens ao Presidente da República trazem conteúdos edulcorados da realidade mas deixam ver nas entrelinhas alguns dos reais objetivos da criação de algumas destas escolas.

Sob a égide de proteção e assistência à infância pobre, muitas destas escolas não passavam de "reformatórios" ou "verdadeiras prisões correcionias" , informações estas colhidas na imprensa do período

Manuel Ribas, enquanto Interventor, adota a fiel obediência aos preceitos do governo geral da Presidência da República, como também assume sobre si a figura de governante que está preocupado em gerir a população. Este gerenciamento se evidencia nas políticas de construção de estradas para unir as diversas regiões do estado e também nas políticas educacionais. Seu governo é marcado pela construção de diversos grupos escolares, seguindo um padrão para todo o estado, em diferentes cidades ,como também é marcado pela construção de uma série de escolas para "ensino agrícola" ou de "pesca", cuja "idéia

inicial surgiu para organizar um internato, destinado a menores de 9 a 18 anos, tornando a instituição numa granja escola" [5]

Estas instituições estavam assim distribuídas: Escola de Trabalhadores Rurais do Canguiri, em Piraquara, inaugurada em 1933, com capacidade para 80 alunos, a primeira a ser criada , Após foram inauguradas em Curitiba a Escola de Trabalhadores Rurais Dr Carlos Cavalcanti, em 1937 e a de Campo Comprido, em 1940,ambas com capacidade para 60 alunos. Em Ponta Grossa foi inaugurada a Escola Augusto Ribas e em Castro a Escola Olegário Macedo, ambas em 1937,com capacidade para 100 e 110 alunos. Em 1940 o governo entrega , além daquela da capital, a Escola de Trabalhadores Rurais do Rio Negro- Lysimaco Ferreira da Costa,com capacidade para 65 alunos e a Escola Getúlio Vargas , em Palmeira com capacidade para 100 alunos. Foram criadas ainda as escolas Ivaí Calmon, em Ipiranga, e a de Três Bicos ou Faxinal de Catanduvas, em Reserva/Cândido de Abreu, ambas para 60 alunos e finalmente a Escola de Trabalhadores Rurais Franklin D. Roosevelt, em Santo Antonio da Platina, em 1945 com previsão para 65 alunos.[6]

Além destas escolas para trabalhadores rurais foram criadas duas escolas de pesca. A primeira na baía de Paranaguá, na Ilha das Cobras- a Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes, inaugurada em 1936, e a outra a Escola de Pescadores de Guaratuba, inaugurada em 1940.[7]

A organização das Escolas de Trabalhadores Rurais, pela Lei nº33 de 29 de outubro de 1935 [8] destinava-se às finalidades:

> - preparar uma nacionalidade em relação às atividades do povo e do Governo,
> - construir campo de experimentação das culturas regionais, bem como propagar o desenvolvimento de animais de raça,
> - organizar um órgão de informação e de propaganda das possibilidades econômicas do estado,
> - preparar assistência a infância desvalida, amparando-a a fim de formar elementos cônscios dos seus deveres,
> - formar profissionais em agricultura, pecuária e pesca com todos os conhecimentos práticos, deixando-os preparados para o exercício desses misteres[9]

Nelas se denota uma preocupação com o gerenciamento político da economia, da nacionalidade e a formação de elementos cônscios de seu dever, ou seja da disciplina.

As escolas eram de nível primário com duração de quatro anos . O ensino deveria ser teórico e prático e para tanto seriam instalados campos de culturas aparelhados com máquinas agrícolas, posto de zootecnia de avicultura e apicultura. Também instalações para laticínios, conservas de frutos e legumes, oficinas de carpintaria e serralheria. O regime ,o de internato.

Em 1939, pelo Decreto nº7782 de 06 de janeiro, o Governo aprovou novo Regulamento das Escolas, passando a denominá-las Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná. Esse novo regulamento incluía alguns serviços administrativos na organização das escolas e instituía os cursos Primário Agrícola e o Profissional Agrícola.

O Curso Primário Agrícola tinha duração de quatro anos e compreendia várias disciplinas, que com exceção de duas , uma de escrituração agrícola elementar e outra de noções de redação e contabilidade agrícola, eram todas destinadas ao "trabalho manual", com a terra e com os animais

1º ano – trabalhos com instrumentos agrícolas elementares de acordo com o físico do aluno;
- serviço de lavras, destorramento e semeadeiras;

2º ano – serviço de irrigação de plantações e de aplicação de adubos orgânicos e químicos;
- multiplicação de plantas ornamentais;
- escrituração agrícola elementar;

3ºano
- plantio e corte de gramados;
- enxertos de plantas ornamentais e de árvores frutíferas;
- colheita de flores, legumes e frutos;
- embalagem, conservação e acondicionamento;
- poda de plantas ornamentais e de árvores frutíferas;
- multiplicação de plantas ornamentais por meio de sementes, estacas,
- mergulho e enxertia.

4º ano
- trabalhos práticos especializados sobre:
- os laticínios;
- a apicultura;
- a sericultura;
- noções de redação e contabilidade agrícola;
- trabalhos em ferro, couro e madeiras nas oficinas;
- drenagem e irrigação;
- avicultura;
- emprego de inseticidas e fungicidas;
- zootecnia;
- veterinária;
- sementeiras e viveiros;
- podas;
- campos de criação;
- conhecimento sobre raças dos animais, suas doenças mais comuns e o tratamento respectivo;
- serviços de cultura em fazendas de criação;[10]

Oficialmente eram assim apresentadas as Escolas de Trabalhadores Rurais, no entanto o desenvolver dos trabalhos em algumas destas escolas nos colocam diante de uma alteridade bastante interessante.

Tome-se como exemplo a própria documentação do governo:

> Em novembro do ano passado foi inaugurada a escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes, de *finalidade correcional* e construída na Ilha das Cobras, na Baía de Paranaguá. A construção foi iniciada e 1935 e terminada em 1936. Tem capacidade para 100 alunos e está dotada de todas as instalações necessárias à satisfação de seus objetivos.... Há nesse empreendimento mais um dos compromissos do meu governo : o trabalho pelo Paraná , cuidando de sua infância e de sua juventude... Ali no panorama luminoso das águas da vasta baia de Paranaguá, frente á barra, ao contato com a natureza, dos ventos mais puros e das areias mais límpidas, muitas crianças afastadas da cidade, onde os primeiros passos mal orientados e as más companhias lhe ensinaram o abecedário do crime, recebem educação, instrução, ensinamentos morais e cívicos, lições de trabalho e de pesca num largo robustecimento físico, para se converterem em cidadãos úteis à pátria, à família e aos seus semelhantes.È a obra de *prevenção, de preservação e de regeneração* do Estado.... (sem grifo no original) [11]

Ou

> A assistência a menores abandonados e delinqüentes do sexo masculino processa-se hoje de forma mais racional e eficiente que antes , através da Escola de Operários Rurais "Carlos Cavalcanti", da Escola de Pescadores "Antonio Serafim Lopes" e da Escola de Reforma do Canguiri, estabelecimentos que são algo mais que simples asilo de recolhimento, pois constitui (sic)educandários completos onde a instrução técnica profissional prepara homens aptos para a vida em sociedade.[12]

Ou ainda:

> Aos menores internados, cuja idade varia de 10 a 18 anos, ministra-se não só o ensino primário, como também se fornece alimentação, vestuário e assistência médico dentária, inteiramente gratuitas, *dando-se preferência as matriculas de órfãos e desamparados*. (sem grifo no original)[13]

A própria documentação já nos dá indícios da real função das escolas internatos ou granjas. Recolher preferencialmente *órfãos e desamparados*, quando não já *delinqüentes,* para evitar que vivessem em sociedade e "fossem esmagados pelo vício" ou como "sementeira do crime" .Na escola deveriam ser *preservados* ou *reformados*, pela manutenção de corpos e mentes ocupados, numa visão utilitária ,pois como afirma Foucault, " o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso"[14]

No caso dos menores não havia no Brasil legislação específica. Os atos regiam-se pelo Código Penal de 1890 que estabelecia a responsabilidade penal para os menores a partir de 9 anos completos, e para os casos de vadiagem a punição era severa – pena disciplinar que poderia se estender até os 21 anos.[15] Somente em 1927 é promulgado o Código de Menores, com uma forte carga de combate à vadiagem, permitindo o internamento em colônias correcionais dos menores considerados vadios ou mendigos [16]

Entretanto , segundo estudiosos, o Código já chega ultrapassado, o que permitiu segundo esta análise, que as brechas nos direitos fossem preenchidas por políticas como esta do Paraná, de enviar os menores, inclusive órfãos e abandonados, para as instituições de "trabalhadores".

Essa assertiva pode ser corroborada pela "fama" que algumas destas escolas alcançaram , como por exemplo, a Escola de Pesca da Ilha das Cobras, que ficou conhecida como a "Mansão do Diabo", denominada desde sua inauguração como "presídio de pequenos delinqüentes"[17] e que apesar das descrições do local como paradisíacas, se tornou um depósito de menores infratores ou não.

Também estudos sobre a educação no Paraná demonstram que as escolas rurais não atingiram seus objetivos educacionais na criação e desenvolvimento:

> Lamentavelmente, o plano generoso de Ribas, por várias razões não produziu os resultados que seria de esperar. Foram apenas tais escolas, na maioria dos casos, um mau abrigo de menores abandonados, com freqüência de menores com desvios de conduta moral, compulsoriamente orientados para uma atividade profissional determinada, que, de comum, não foram seguir quando deixaram a Escola, e educados sem assistência e a técnica pedagógica que o seu caso particular requeria .[18]

Assim retoma-se a idéia de alteridade entre legislação e prática , mas tomando-as como discurso no conceito foucaultiano de que o discurso "nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante dos próprios olhos: e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo..."[19]

Isto leva à constatação de que a criação de escolas de trabalhadores representava o discurso da disciplina tanto de crianças órfãs e abandonadas como de menores delinqüentes , e que nestes ambientes escolares, que funcionavam como semi-internatos ou internatos o que se buscava não era tanto o aspecto cognitivo e sim a disciplinarização e a docilização dos corpos para evitar possíveis conflitos sob o manto justificatório de atenção à infância

---

[1] PARANÁ, Mensagem apresentada pelo Exmo Snr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado. Curitiba:Empresa Gráfica Paranaense, 1937. p. 29/30
[2] ROMANELLI, O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.154
[3] RIBEIRO,M,L,S. *História da Educação Brasileira*: a organização escolar. Campinas: Autores associados, 1998.p.109
[4] DIEZ,C,L,F**.** *Práticas sociais e a educação do menor*: a construção de um arquivo. Dissertação de Mestrado; Curitiba: UFPR,1993.p. 221
[5] PILOTTO, E. *A Educação no Paraná*. Rio de Janeiro: CILEM.MEC.INEP.1954
[6] DIEZ. Práticas op cit p.222
[7] Id
[8] PARANÁ. Mensagem apresentada ao Exmo Snr Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do estado. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense de Plácido e Silva, 1935
[9] Id
[10] PARANÁ, 1937 apud PRYJMA,M,F. *A organização escolar*: a análise da escola primária paranaense no período de 1930 a 1945. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1999, p. 83
[11] PARANÁ, Mensagem ..1937. op cit, p. 29/30
[12] Id, p. 40
[13] PARANÁ, Relatórios apresentados ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor do Estado do paraná, Manoel Ribas. [s.i] 1932-1939 e 1940-1941. p. 38
[14] FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 26
[15] DE BONI, M,I,M. *O espetáculo visto do alto*: vigilância e punição em Curitiba, 1890/1920. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 129
[16] OLIVEIRA, I.D. *Colônia correcional Ilha das Cobras* : Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes. Monografia. Curitiba, UTP, 2002. p.7
[17] GAZETA DO POVO, 1936
[18] PILOTTO E*, A Educação* op cit p.104
[19] FOUCAULT,M. *Aordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 49.

RETRATOS SENSACIONALISTAS: RADIOFONIA, MÚSICA POPULAR, CRÔNICAS E IMAGENS CINEMATOGRÁFICAS.

Profª. Drª. Maria Inez Maria Borges Pinto - FFCLH/USP.

A modernidade implicou num mundo fenomenal – especificamente urbano – que era marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases precedentes da cultura urbana. A mais revolucionária tecnologia visual se cruzava e se adaptava às matrizes simbólicas arcaicas. Condições inéditas nas metrópoles provocavam a combinação de situações de vida concretas e de elementos culturais contingentes, ajustando seres deslocados, adaptando-os física e psicologicamente aos ritmos da sociedade industrial, ao diminuir distâncias culturais e desconfianças diante das transformações. Como a fotografia e os anúncios, o cinema foi um dos mecanismos simbólicos imagéticos que alicerçaram a formação nacional como "comunidade imaginada". A reprodução mecânica e a mobilidade de produtos, consumidores e nacionalidades que caracterizaram formas de cultura comercial e a circulação, bem como, os desejos dos consumidores elaboraram uma cultura de mercado, desafiaram as fronteiras entre as esferas privada e pública, reconstruindo identidades nacionais, de classe e de gênero. A modernidade mudou os fundamentos fisiológicos e psicológicos da experiência subjetiva nas novas condições da vida urbana. Dada sua diversificação e acentuação do ritmo de vida a metrópole cria um contraste profundo com a cidade pequena e a vida rural, alterando os princípios sensoriais da percepção. As novas experiências das grandes cidades causaram um aumento radical na percepção sensorial e no risco corporal, que se refletia nos diversos gêneros de representações socioculturais. Elas perpassavam os ensaios em revistas acadêmicas, a manifestos estéticos, folhetins, cartuns, filmes mudos, as programações do rádio e a discografia [1]. O cotidiano apresentava-se marcado por tensões socioculturais que afloravam entre a população cosmopolita de S. Paulo, afetada em seus sentidos, percepções e sentimentos. G. de Almeida, não deixando de ser um defensor de padrões étnico-raciais de branqueamento da população brasileira, indignava-se com os rumos que tomava a convivência cosmopolita das etnias. Notava-se o hibridismo lingüístico presente no

cenário urbano, da língua portuguesa entrecortada por dialetos de italianos, de sírio-libaneses e de asiáticos. Vociferava contra a balbúrdia das salas de cinema, apontando, a partir de uma perspectiva elitista, as incoveniências sociais e culturais da nova cultura urbana de massas, dentro de um contexto de valoração ideológica da presença civilizadora do indivíduo branco. O cinema tinha a virtude de promover a síntese de perspectivas espaço-temporais num campo visual único e instantâneo, captando e transmitindo a intensidade e a fragmentação das percepções. G. de Almeida conseguiu captar a intensidade dessa experiência visual enraizada no dia-a-dia urbano, já que as imagens e sensações evocadas na tela podiam influir sobre as percepções sensoriais dos cidadãos com intensidade; assinalava que na relação entre a exibição de uma película e as sensações do público: *"O inteligente e prático proprietário daquele cinema tinha inventado um novo processo de aquecimento pela sugestão: - levar filmes glaciais, para que os espectadores, comparando climas diferentes achassem ameno e suave este inverno paulistano"* [2]. As percepções visuais comprovam esta visão da cidade moderna como um caldeirão transbordante de novas experiências socioculturais de apelo sensorial. A possibilidade de um público de massas juntamente com a atmosfera de excitação visual e sensorial, permitido pela circulação de imagens e representações, abriu as portas para práticas que requeriam adaptação. As produções literárias, a pintura figurativista, o cinematógrafo e o rádio tratam das transformações da experiência de um estado pré-moderno de equilíbrio e estabilidade para uma crise moderna de fragmentação e choques sensoriais. A serenidade da vida no "campo" acentuava a "verdadeira selvageria" do contexto de modernização contraditório da cidade, destacando-se a colisão de duas ordens de experiências, em que figuravam em imagens que representavam as colisões reais entre carroças e o bonde e o automóvel. Precisar o quanto esses deslizamentos e fusões entre tradição, nativismo, modernidade e cultura popular eram efeitos deliberados ou quanto eram contingências da urbanização, transformações tecnológicas e oscilações na estrutura sócio-econômica é um limiar difícil de distinguir. Para vários autores modernistas, nesse cenário de cosmopolitismo dissolvente, as tradições populares tinham o poder de enraizar o

indivíduo, identificando-o com seu “torrão nativo”, sendo que nada poderia pulverizar o poder nacionalizador e vital das tradições, dada a plasticidade notável da cultura cabocla de se adaptar às circunstâncias. A produção cultural procurava apresentar os contrates de paisagens da vida pacata das pequenas cidades interioranas com o caos avassalador da vida urbana. Assim, surgiam filmes como “O curandeiro”, “A Casa do Caboclo” e “Cousas Nossas”, que, por um lado, se inspiraram numa visão sentimental mítica de um convívio social estável e, de outro, nos horrores das notícias sensacionalistas e dos folhetins, com suas narrativas trágicas. Tratava-se de vasto material para uma produção fílmica inspirada nas vicissitudes da experiência moderna, gerando melodramas, de bandidos, de inocentes mocinhas desencaminhadas, de milionários decaídos na pobreza, maridos que desgraçam suas famílias nos cabarés, de assassinatos, como no caso dos filmes, “O Crime de Cravinhos” e “Enquanto São Paulo dorme...”, em que se destacavam as transposições para um ambiente brasileiro de narrativas do cinema estrangeiro, mas que ganhavam coloração local, inclusive, em sua relação com a imprensa. Exprimindo o movimento cultural de “redescoberta” do Brasil popular, “folclórico”, em 1917, surgia, “O Curandeiro”, comédia baseada num conto de Cornélio Pires, “Quem Conta um Conto...”, cujas tramas envolviam as práticas “primitivas” de um curandeiro, retratando o exotismo dos costumes da cultura caipira, preservados na tradição popular urbana ou rural. As cenas da vida rural desse filme foram captadas no entorno da cidade de São Paulo, que permitia a reprodução de paisagens “naturais” afeitas ao estilo de vida pacata. Pires instaurou uma prática de relatar em saraus regionalistas, “causos”, danças, músicas e costumes, preservados na tradição rural paulista. Eles se destacavam pelo realce da pronúncia genuinamente paulista, em vez dos francesismos e do português lusitano, sendo uma prática adotada em diversas comemorações. O cinema se inspirou no sucesso desse filão reelaborando visualmente cenas da cultura popular de raízes rurais. Mas, havia outras influências que perpassavam essa produção fílmica regionalista, como “A Caipirinha”, filme do gênero “falante-cantante”, que retratava cantos e danças sertanejas, expressão da simplicidade mítica da cultura rústica; baseado numa comédia de C. da Mota, ele é considerado, como a primeira película

regional. Em sua 1ª exibição, os atores foram acompanhados pela orquestra da Rádio Cruzeiro do Sul, as cenas da vida roceira contrastavam com o luxo do acompanhamento musical. Esse filme foi editado em estilo norte-americano, com personagens adotando vestimentas de "cowboy". Na construção das tradições nativistas almagamavam-se matrizes culturais rurais e elementos modernos, sinalizando o hibridismo cultural polissêmico do cinema brasileiro. Destaque-se os deslizamentos dos conteúdos míticos difusos pelo imaginário social. Em "A Casa do Caboclo", drama baseado na canção homônima, pode-se observar o entrelaçamento das produções de diversas linguagens de difusão cultural, tal como rádio e a discografia. Nele, são encenadas canções roceiras, danças de cateretê e congadas, executadas por autênticos dançadores e músicos da roça, com seus instrumentos, tais como, violões, atabaques e chocalhos, "genuínas" expressões culturais das raízes da brasilidade.

No nacionalismo cultural dos anos 1930, ampliado na Era Vargas, cabe destacar "Cousas Nossas". Ele integra números musicais com esquetes humorísticos. É considerado o segundo filme sonoro brasileiro, produzido pela Colúmbia com gravação dos discos pelo sistema "vitaphone". R. Lustig e A Kemeny, autores do filme laudatório da modernidade, "A Symphonia da Metrópole, de 1929, foram seus operadores de camêra. É interessante notar as relações de cineastas, artistas e escritores relacionados a uma visão apologética da modernidade paulista, com a difusão de valores nativistas, de amplo teor nacionalista, através de novas tecnologias, como o cinema, o rádio e a discografia. A narrativa se transforma num veículo capaz de revelar singularidade da cena brasileira, seguindo uma tendência predominante na Europa de recuperação da cultura popular local e regional, como expressão da nacionalidade. G. de Almeida, representante do ufanismo da modernidade paulista, mas defensor de um "cinema à americana", que deveria mostrar ao mundo as belezas naturais e o progresso, considerando, índios, pretos, sertões e bairros humildes como tabus cinematográficos, paradoxalmente, faz uma aparição, comentando, números musicais, em que se apresentaram artistas cancionistas do folclore brasileiro e intérpretes de "modinhas" do interior paulista, como Paraguaçu, bem ao gosto dos intelectuais

modernistas, que valorizavam essas manifestações locais como símbolos vitais da "genuína" cultura brasileira e da coesão política da nação. Além disso, havia produções que exploram dramas sociais, dando vazão a elementos moralizantes, que se destacavam em função do sensacionalismo, projetados sobre a cidade através do olhar regenerador e comercial da imprensa. A proliferação de uma série de filmes sobre os horrores dos crimes sangrentos e o recrudescimento da violência, bem como, sobre os vícios degradantes da vida mundana, inspirados nas descrições grotescas de uma imprensa, que assumia tons sensacionalistas, estava ligado não só ao oportunismo de jornalistas e cineastas que sabiam explorar a curiosidade popular por fatos mórbidos, mas também pareciam comunicar uma consciência especificamente histórica da vulnerabilidade e das tensões viscerais do ambiente moderno. Surge o filme "O Crime da Mala", em que um negociante sírio fora assassinado e esquartejado, caso que gerou manchetes sensacionalistas, inspirando fitas e canções populares sobre crimes. Os elementos passionais da narrativa dessa crônica policial jornalística serviram de inspiração para a elaboração da narrativa melodramática que se encaixava nos cânones cinematográficos dos enredos do gênero policial, inclusive, daqueles produzidos no estrangeiro, no cinema francês, italiano e americano. Houve também a filmagem inspirada no crime da "Rainha do Café" de Ribeirão Preto, cuja película "O Crime de Cravinhos", denunciava o envolvimento de uma oligarca num assassinato misterioso, que fora cuidadosamente contido pelos poderes policiais e judiciários, tornando-se uma sensação e primeiro grande sucesso do cinema paulista. Esse tipo de filme mostra-nos que havia a releitura de fatos da crônica policial da grande imprensa, cujas temáticas e narrativas contribuíram para a formação do gênero policial na produção cinematográfica. Por ser baseado em histórias do cotidiano local, esse filme expressavam as tensões específicas da sociedade brasileira, deixando entrever as tensões das hierarquias sócio-políticas regionais e locais, integrando-se às redes de relações de poder do mandonismo local, com a ascensão de novas lideranças políticas oligárquicas e urbanas. Houve a utilização do prestígio da "Rainha do Café" para se impedir a divulgação jornalística, cinematográfica e radiofônica do crime. Porém, sem sucesso, pois a película, sob proteção judicial foi exibida

nas salas de cinema. A tentativa personalista de interdição da fita aguçou a imaginação do público servindo de publicidade sensacionalista. A própria trama da exibição da película envolvia elementos melodrámaticos dos perigos das experiências e conflitos da vida moderna, integrando o rol histórias folhetinescas, dos assassinatos misteriosos, de cadáveres mutilados e das tramas dos poderosos, entremeando o contexto da realidade dos espectadores com o repertório dos elementos ficcionais cinematográficos, no momento da própria constituição da linguagem fílmica. A fixação nessas imagens tinha um objetivo comercial, mas também ressaltava a idéia coletiva de uma esfera pública radicalmente alterada por experiências chocantes no ambiente urbano, pelo medo dos novos riscos, mais do que qualquer concepção tradicional de segurança e estabilidade da vida cotidiana. Vivia-se num ambiente em que se estava sujeito às ameaças, aos vigaristas, prostitutas, assassinos, personagens que já figuravam nas experiências metrópoles européias e norte-americanas. Seriam aproveitadas e reelaboradas pelo cinema e pelos programas de rádio imagens literárias que denunciavam os perigos e as inquietações da vida moderna e de suas tragédias coletivas e dramas menores, dos sertões e dos ambientes urbanos, apontando as profundas discrepâncias da estrutura social e política do país. Em 1917, filmava-se “Dioguinho”, drama inspirado no romance homônimo, cujo enredo narra a perseguição de uma espécie da “Robin Hood” caipira, nos sertões do Rio Pardo, em plena fronteira dinâmica do café; seria lançada em São Paulo, alcançando sucesso, ao tratar das tensões sociais, enfocando as rebeldias do banditismo de fundo social. Esse filme tocava nas questões de inadaptação de certos setores sociais às novas temporalidades, explorando em sua trama o gosto popular pela estética do espanto, em que se destacavam os feitos legendários de bandidos, mostrando as ameaças de um mundo de vinganças, saturadas de emoções e suspense, com suas lutas, perseguições e correrias. Essa mesma questão da inadaptação foi tratada no primeiro longa-metragem sonoro “Acabaram-se os Otários...”, comédia, de 1929, com o uso de discos comerciais pelo sistema “Vitaphone”, primeira experiência do cinema falado paulista. O enredo desse filme enfocava as vicissitudes do encontro na Capital do caipira mineiro Bentinho Samambaia e do colono

italiano Xixilo Spicafuoco com os moradores da cidade. Bentinho Sambambaia personifica o matuto ingênuo, que, ao visitar São Paulo, acaba comprando um bonde e que se rigojiza, ao imaginar-se elogiado pelos conterrâneos pelo seu tino "comerciar". Trata-se da reelaboração da "anedota do mineiro que comprou um bonde", fato publicado na imprensa. G. Arruda foi o precursor do personagem caipira no cinema, com seu personagem "Arrudinha". A comicidade do filme calca-se exatamente na exploração das tensões e contrastes entre uma cultura popular rural e o ambiente dos maquinismos e dos valores da população urbana. Outro filme de popularidade seria "Vício e Belleza", com argumento de Menotti del Picchia, enfocando os problemas das drogas e doenças sexuais, objeto da preocupação social da época. Esse filme deu início a uma série de filmes "ousados", que obtiveram sucesso comercial. Enfocava a "degeneração" urbana, a vida boêmia dos cabarés, com seus esplendores e "vícios elegantes", a dissolução das tradições, temas explorados pelos folhetins, cinema e o rádio, ao narrar os novos costumes da modernidade [3] como a degeneração da mocidade pelo uso da cocaína e morfina: o mundo das "róseas illusões da juventude, seguidas das suas funestas conseqüências" e "ensinamentos de grande valia, que só a dura experiência da vida poderia ensinar". Foi lançado com vasta publicidade, ressaltando-se a plasticidade das "scenas deslumbrantes... bailados e quadros... plásticos posados por bailarinas parisienses". Entretanto, sua publicidade, rompe com suas intenções moralizantes, ao dar destaque para as "Bellas mulheres! Amor! Illusões!..." As representações sensacionalistas dessas narrativas, criticados por explorar a curiosidade mórbida, expressando um oportunismo econômico da nova cultura urbana de massa, com sua descrição meticulosa dos detalhes das grandes e penas tragédias cotidianas, não deixavam, por outro lado, de transmitir uma consciência histórica da vulnerabilidade física do homem no cenário urbano moderno. Em São Paulo, são destacados os males da "cocainomania", envolvendo no seu vórtice destruidor a mocidade. Apontavam para a formação de uma classe de "indivíduos sem escrúpulos, de vendedores ambulantes, dedicados à venda da "coca" ou do "pó", relacionados às farmácias estabelecidas. Entre 1920 e 1940, houve uma série de filmes e novelas radiofônicas que tratavam,

ambiguamente, das degenerações da vida moderna, tais como “Morphina”, “Veneno Branco” e “Messalina”. Esses e outros filmes traziam para as telas os males e a degradação da vida mundana da grande cidade, enfatizando o patético da vida urbana, intentando regenerar as vítimas da desarticulada vida moderna, seres desenraizados, que circulavam pelos espaços marginais, marcados pela perda de identidades fixas. Tratava-se de lidar com a ansiedade provocada pelo desequilíbrio causado pelo descompasso das mudanças e estímulos da vida moderna e os ritmos mais lentos de uma cidade que ainda possuía temporalidades provincianas. Em São Paulo, a vida noturna ampliava-se transformando os cafés-cantantes, num espaço misto de bordel, teatro, circo e local de experimentação das novidades técnicas de som e de imagem, movimentando-se sabor de novos ritmos, tais como de maxixes, sambas, ragtimes, one-steps, deixando transparecer uma cultura aburguesada que se irradiava para as classes médias, expressando-se em novos espaços culturais. Surgiam clubes, cafés-concertos, teatros, cinemas e emissoras de rádio, equipamentos de lazer que se modernizavam, atendendo-se ao desejo de se vivenciar as novas formas de sociabilidade. Esses espaços se abriam para os esplendores e misérias da experiência urbana. Havia os cafés-concertos para o público popular, onde podia se assistir um show de variedades, em que se apresentavam salteadores árabes ao lado de cancionistas européias, danças do ventre ao lado de lutadores profissionais, concertos musicais ao lado de projeção de filmes e exibições de lanternas mágicas. Muitos dos cabarés esquentavam sua programação conforme a noite avançava, com a projeção de filmes “ousados” e pornográficos. Em 1929, um filme intitulado “Enquanto São Paulo dorme...” narrava os dramas noturnos de uma cidade grande, valendo-se da improvisação de experiências sonoras com discos comerciais, gravações que reproduziam ruídos da agitação dos diferentes espaços e temporalidades da vida noturna [4]. As imagens do cinema de “cavação” enfatizavam as pressões, a dimensão arriscada e trágica da vida moderna que, não por acaso, foi vivida de modo mais agudo pela classe trabalhadora. As distrações proporcionadas pelos novos maquinismos ofereciam um escape momentâneo da tensão

"formal" vivida no mundo do trabalho, do tédio provocado pelas longas jornadas do trabalho alienado e uniforme das fábricas.

---

[1] SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: SP, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* SP: C. das Letras, 1992. p.p. 93-94. SINGER, B. *Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular.* In: CHARNEY, L. e SCHWARTZ, V. *O cinema e a invenção da vida moderna.* SP: Cosac e Naify E. 2001. p.p. 115-148. RAPPAPORT, E. *Uma nova era de compras: a promoção do prazer feminino no W. End londrino 1909-1914.* In: CHARNEY, L. op. cit. p.p. 187-221. SIMMEL, G. *The metropolis and mental life.* N. Y Free Press, 1950. p. 410. PINTO. M. Inez M. B. Encontros e dissonâncias da modernidade: urbanização, cinema e literatura, S. Paulo, 1920-1940. Tese de Livre-Docência. História, USP, 2002.

[2] ALMEIDA, G. O *Estado de São Paulo,* 28 ago. 1927 e 17 ago. 1927.

[3]. AMARAL, A. *Tradições populares.* SP: Hucitec, 1982, p. 290-291 e *O dialeto caipira.* SP: Hucitec, 1982. p. 29-31. NORONHA, J. *Pioneiros do cinema brasileiro, 1896-1996.* CD/. EMC/,1996 ARAÚJO, V P. *Salões, Circos e Cinemas de SP.* SP: Perspectiva, 1981. p. 158. JANOVICHT, P. In: *Paulicéia Scugliambada.* CD, SP: Itaú Cultural. GALVÂO, M. R. *Crônica do cinema paulistano.* SP: Ática, 1975. p. 40-41. JORGE, J. *O crime de Cravinhos: imprensa e poder no O. Paulista, 1890-1930.* Mestrado, SP:História.USP, 1999. FLOREAL, S. *Ronda da meia-noite.* SP: Cupulo, 1925. TÁCITO. H. *Madame Pommery.* SP: B da A P de Letras, 1977.

[4] OESP, 25.07.1926. 29.08.1926 AMERICANO, J. *S P. naquele tempo 1895-1915.* SP: Martins Fontes, 1957.

A INVENÇÃO DA PAULISTANEIDADE: "DA CIDADE QUE MAIS CRESCE NO MUNDO" A "UM SÓ CORAÇÃO" (SÃO PAULO – 1954 E 2004)

Maria Izilda Santos de Matos – PUC/SP

Nessa investigação busca-se questionar o processo de "invenção" da paulistaneidade, tendo como foco de análise comparativa dois momentos emblemáticos de celebrações na cidade de São Paulo: 1954 e 2004.

No ano de 1954, São Paulo comemorou seu IV Centenário, dando tom às festividades escolhia-se como *slogan* "São Paulo - a cidade que mais cresce no mundo", frase síntese do ufanismo paulista forjado na perspectiva das noções de progresso, moderno e trabalho. Nas comemorações dos 450 anos, em 2004, o lema assumido foi outro: "Um só coração". Sem perder as referências à modernidade, passou-se a destacar a cidade enquanto metrópole global, as celebrações buscaram destacar as referências de São Paulo como "sociedade de acolhimento" de diferentes imigrantes e migrantes.

Trajetória histórica: a busca do moderno na Paulicéia Desvairada

Na sua trajetória e de forma antropofágica São Paulo destruiu grande parte do seu referencial material, alterando seu plano físico definitiva e desoladoramente, tornando praticamente impossível recuperar vestígios da vila colonial de taipa de pilão ou do "burgo dos estudantes", para onde os jovens se deslocavam de todos os pontos do Brasil para cursar Direito na Academia do Largo São Francisco.

A chegada dos trilhos da Santos-Jundiaí (1863) dinamizou o "vetor modernizador" na cidade, que se generalizou como uma aspiração, particularmente nos seus gestores. Nas administrações do Conselheiro Antônio Prado (1899-1910), do Barão Duprat (1911-14) e Washington Luís (1914-19), as intervenções concentraram-se na área central, pretendia-se aproximar a cidade dos modelos europeus, novos prédios públicos, avenidas largas e

regulares, jardins elegantes, remodelação da Praça da República e Jardim da Luz, dos vales do Anhangabaú e do Tamanduateí.

Nos anos de 30 e 40, a cidade ganhou impulso; ao crescimento acelerado e à emergente vocação industrial somou-se o caráter metropolitano, o ritmo intenso de atividades, os investimentos imobiliários, possibilitando novas edificações, “a cidade de um edifício por hora”. Os planos de intervenção urbana, orquestrados nas gestões de Fábio Prado (1935-38) e Prestes Maia (1938-45), remodelaram a cidade, priorizando as soluções organizadas pelo Plano de Avenidas, assentado nos princípios: centralização, expansionismo, verticalização e rodoviarismo.

Já os anos 50 foram caracterizados por uma certa euforia, a cidade conviveu com a aceleração da industrialização, penetração do capital estrangeiro, modernização da produção, ampliação dos bens de consumo. A cidade tornava-se mais veloz, um novo território: cheio de carros, ônibus, caminhões, buzinas, sons e odores, o ritmo acelerado dos transeuntes, a pressa, a falta de tempo, os novos magazines e galerias, os modernos arranha-céus, assumindo como emblema o slogan “a cidade que não podia parar”.

No ano de 1954, a cidade comemorou seu IV Centenário, de forma emblemática e dando tom às festividades escolhia-se como *slogan* "São Paulo - a cidade que mais cresce no mundo", frase síntese da paulistaneidade, contendo a exaltação ao progresso, marca de ufanismo num quadro de apologia das conquistas, triunfos e glórias dos paulistanos.

O IV Centenário de São Paulo (1954) e a invenção da paulistaneidade

As comemorações instigam as discutições da cidade enquanto lugar de memória, seus usos e manipulações, as hierarquias das lembranças, as ordenações do passado, os esquecimentos e ocultamentos, as representações do presente e as projeções do futuro, as buscas de assegurar um lugar na História. Carregado de conteúdos emocionais e forças simbólicas, nesses momentos de comemorações se forjaram, exploraram, atualizaram,

apropriaram e reordenaram as memórias da cidade, produzindo enunciados e construindo sentidos, pleno de referências de poder, usando do passado como um campo de disputas.

Em 1951, foi criada a Comissão do IV Centenário uma autarquia encarregada pela organização das comemorações. Encabeçada por Ciccilo Matarazzo em grande parte da sua trajetória, a Comissão teve várias composições, formada por figuras da indústria e comércio, políticos, intelectuais, escritores, clérigos, entre outros. Sua missão era de elaborar um plano geral das comemorações, propagandear as atividades, organizar os fundos necessários e decidir sobre as festividades.

Entre as várias propostas surgidas na trajetória da Comissão, nem todas foram implementadas devido às dificuldades, inclusive de verbas. Na pauta final, incluíram atividades iniciadas desde 1953 (II Bienal de Arte e Arquitetura) e por todo o ano de 1954. Tratava-se de eventos culturais (exposições artísticas e históricas, grandes espetáculos de música, dança, teatro), esportivos (Torneiro de futebol, grande prêmio no Jockey Club) e científicos (congressos e simpósios de diferentes áreas), desfiles (militares, estudantes, cívico-popular), concursos (desenhos, bandas e fanfarras, história, literatura), inaugurações (Catedral, do parque monumento do Ibirapuera), banquetes, bailes, serenatas, shows, celebrações religiosas, feiras de exposição das indústrias e do comércio. Não faltaram os toques de sinos, sirenes, queima de fogos e a famosa Chuva de Prata de pequenas flâmulas prateadas.

Entre os pontos centrais das ações da Comissão encontrava-se a propaganda, que se tornou um elemento chave na busca de divulgar a comemoração, criar um clima celebrativo, buscar adesões, contagiar, envolver e estimular à participação. Para tanto a propaganda oficial atuou, através de cartazes, divulgando a programação em vários jornais e periódicos na capital, em outras 85 cidades de 25 estados, também envolveram as rádios e as emissoras de TV.

Na imprensa cresceram as propagandas do setor privado que incorporavam as referências ao IV centenário. Buscava-se a empatia dos possíveis consumidores e o consumo como uma fórmula de participar das celebrações. Eram vários os anúncios, como os das Casas Paiva que se apropriavam do discurso ufanista.

> São Paulo cidade-dínamo do presente, berço de desbravadores, terra de realizadores que tanto lutaram e lutam pela grandeza da pátria, teu futuro é majestoso e todos os que têm a ventura de viver em teu solo amigo sentem-se orgulhosos vendo tanta pujança e progresso após quatro séculos de gloriosa existência! SALVE SÃO PAULO! SALVE BRASIL! IV CENTENÁRIO DA CIDADE QUE MAIS CRESCE NO MUNDO.(Folha da manhã, 24 e 25 de janeiro de 1954).

O cenário: o parque do Ibirapuera

As celebrações, comemorações são portadoras de sentido, permitindo perceber as construções do passado e também materializando a memória em espaços eleitos - "lugares da memória": - o Parque Monumento do Ibirapuera. Ele "foi destinado a perpetuar a grandeza da data do IV Centenário de São Paulo", um cenário das celebrações, um monumento da moderna arquitetura de Niemeyer e paisagismo de Burle Max, aliados a engenharia de ponta das construtoras paulistas.

As linhas de Niemeyer desenharam uma marquise sinuosa ligando os prédios: Palácio das Indústrias, Palácio das Exposições, das Nações e dos Estados; em separado o Palácio da Agricultura, o planetário e diferentes stands da várias empresas, entremeados por jardins e lagos. Compunham o conjunto o monumento às Bandeiras, obra de Victor de Brecheret (inaugurado em 25/1/1953) e o Obelisco/Mausoléu ao Soldado Constitucionalista (cuja construção iniciada em 1946, só finalizado, em 1960). Na entrada principal do parque, o projeto contemplava a aspiral, que deveria se tornar um monumento à memória da grandiosidade de São Paulo, numa altura de 17 metros.

Essa aspiral foi escolhida como símbolo oficial, o logotipo das comemorações, que pretendia sintetizar as aspirações dos paulistanos. Partindo de uma base inferior e sólida

e apontando o alto, em seu movimento e ritmo ascensional projetava o progresso e futuro promissor, antecipando um fim a ser alcançado.

Sentidos da Comemoração: bandeirante, trabalho e progresso

Os significados e re-significados dados ao passado constituíram-se em instrumentos de construção e hierarquização de poder, controlado por "guardiões da memória" (a Comissão do IV Centenário), que buscaram edificar uma imagem homogênea do passado glorioso alicerçada na bravura e coragem do bandeirante.

Bandeirante foi o mito eleito, como marca do espírito paulista. Destacava-se que com seu pioneirismo, tenacidade e coragem, esse "herói desbravador" deu sentido a nacionalidade, seu ímpeto de expansão viabilizou a grandeza territorial e a riqueza da pátria, seus herdeiros mantinham "seu espírito, iniciativa, valentia e arrojo". Ao adjetivar São Paulo de "capital bandeirante" e seus habitantes de "raça bandeirante" , como a "verdadeira herdeira dos bandeirantes", buscava-se valoriza-la como capital econômica e industrial, recebendo os qualificativos: resistência, força, energia, liderança e credibilidade.

Se no passado o bandeirante foi responsável pelo desenvolvimento e riqueza da nação, esse destino se mantinha nas mãos das indústrias, capazes de gerar o progresso e um modelo para o país. Abria-se mão da nobiliarquia para valorizar o empreendedorismo capitalista e os industriais, como os "bandeirantes do momento".

Também se destacava entre as virtudes dos paulistanos, sua capacidade de trabalho e dinamismo - "São Paulo, terra de gente trabalhadora", na apologia ao trabalho ele aparece como símbolo de civismo, sucesso, grandeza e progresso. O progresso tinha como seu elemento de ação - o trabalho, articulava-se a produtividade, ao ritmo acelerado de vida e a modernidade. Reforçava-se a identificação da cidade com o progresso, a memória era construída numa aspiral evolutiva, do passado para o futuro pleno de grandiosidade e progresso, constitui o discurso da "cidade que mais cresce no mundo, veloz, fabulosa, maravilhosa, dinâmica, caminhando sempre para frente e para o alto numa

incessante febre de progresso com um grande lugar de destaque entre as maiores nações do mundo".

Assim, a "invenção" da paulistaneidade assumia o tom ufanista e tinha o propósito, transformar a cidade em um exemplo para a nação – "sua locomotiva"; era a oportunidade consolidar sua liderança econômica e de ampliar e impulsionar a hegemonia paulista no cenário nacional. Se os pólos irradiadores dessa construção eram os poderes constituídos, com destaque para a Comissão IV Centenário, o processo de circularidade foi intenso, a adesão poderia ser observada através das plaquinhas nas portas das casas, ou com o sucesso da Canção do IV Centenário, de autoria de Mario Zan:

São Paulo, terra amada,/Cidade imensa, de grandezas mil!
És tu, terra adorada,/Progresso e gloria, do meu Brasil!
Ó terra, Bandeirante, de quem se orgulha, a nossa nação!
Deste, Brasil gigante,/Tu és a alma e o coração!

Salve o Grito do Ipiranga,/Que a história consagrou!
Foi em ti, ó meu São Paulo,/Que o Brasil, se libertou!
O teu IV Centenário,/Festejamos com amor,
Teu trabalho fecundo mostra,/Ao mundo inteiro teu valor.

Ö linda terra de Anchieta/Do bandeirante destemido
Um mundo de arte e de beleza/Em ti tem sido construído
Tens tuas noites adornadas/Pela garoa em denso véu
Sobre os teus edifícios/Que até parecem chegar ao céu.

Em 1954, a "invenção" da paulistaneidade foi forjada na perspectiva do progresso, do trabalho, da ordem e do moderno, sob os signos das chaminés e dos arranha-céus, pressupondo certas construções do passado: a fundação da vila pelo jesuíta José de Anchieta, o palco da independência, elegeu-se como mito o bandeirante, identificando-os como "heróicos paulistas que desbravaram os sertões e construíram a grandiosidade do território nacional". Percebe-se nesse processo como as representações foram largamente divulgadas, subjetivadas e até naturalizadas, também pela tradição historiográfica paulista que por muito tempo privilegiou a temática da indústria, do trabalho, dos trabalhadores e de seus movimentos.

2004/450 anos: Por um só coração

De 1954 até hoje, constitui-se uma grande distância entre essas "duas

cidades". A "cidade que mais cresce no mundo" hoje já não cresce tanto, nela convive miséria e riqueza, tornando-se incapaz de equacionar os problemas do crescimento desordenado. Assemelhando-se as cidades-mundo centraliza a grande parte dos empregos mais bem remunerados do país, é o centro econômico e financeiro, a conexão da economia nacional com o resto do mundo e ainda plena de oportunidades e convive com o processo de "desindustrialização" e perda da qualidade ambiental urbana e a de vida.

As comemorações dos 450 anos se arrastaram por todo o ano de 2004, envolvem múltiplas e variadas atividades: shows, paradas, exposições, etc. A metrópole global elegeu com marco de memória a segunda fundação da cidade (1870), tendo como monumento eleito a Estação da Luz, a conexão ferroviária foi o início da cidade mundo, dinamizando um "vetor modernizador" sobre a cidade, memória privilegiada para a cidade de hoje.

Nas celebrações dos 450 anos foram deixadas de lado as imagens ufanistas do Quarto centenário: bandeirante, locomotiva, aspiral. Para uma cidade sem rosto, buscou-se como símbolo: um coração. O Símbolo eleito foi um coração, sob o fundo negro, um coração em vermelho composto pelas letras S e P, envolvendo o número 450, abaixo a palavra anos (as cores da cidade), por fim, a frase chamamento "Declare seu amor à cidade", uma cidade que tem necessidade de ser amada, essa declaração com muitas formas e possibilidades de manifestação.

Todas as simbologias do coração apareceram nesse processo: coração que é o centro das sensibilidades: amor e acolhimento, ou o coração, que apesar dos 17 milhões, sempre cabe mais um; cabe tudo e todos: diferentes etnias, credos e origens, de todas as posturas políticas e estéticas. Assim, a cidade se assume como múltipla e sem rosto, mas com o coração dos que optaram em viver nela, migrantes e imigrantes, buscando o convívio da diversidade, num território marcado pela heterogeneidade.

As múltiplas cidades na cidade, as cidades clandestinas, os interstícios, bolsões de exclusão, o "avesso do avesso", a opressão e a expansão; ela é gigantesca tanto na

pobreza, como na riqueza, na beleza e velocidade, na crueza urbana, constituindo-se numa Metrópole em trânsito, paisagem mutante de demandas insatisfeitas.

Cidade do punk rock e do hip hop, do pulsar de sons e buzinas a esmo, imagens do transito e congestionamentos, tensão da espera e impaciência. Cidade de complexidades, é segregacionista, está sempre criando novas espacialidades, opondo centro-periferias, gerando o declínio do espaço público com mudanças nos padrões de interação social, territorializando desigualdades, privilegiamento e exclusão, que amplia os enclausuramentos.

As cidades constituem-se em territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a cidade fisicamente tangível descortinam-se cidades análogas invisíveis, multiplicidade de histórias e memórias: a cidade dos antepassados, dos heróis e/ou dos vilões, dos donos do poder, de ontem e de hoje; a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos urbanistas, planejadores, tecnocratas, dos habitantes; a cidade sonhada, a cidade das greves, das festas, das comemorações e múltiplas outras manifestações; a cidade do migrante, do homem da rua e daquele que com suas mãos a constrói.

Apesar desses múltiplos sentidos dados à cidade, ela vai se impondo como um desafio a ser investigado na busca de se decifrar o que significa esse emaranhado de memórias e monumentos, tempos e espaços, enigmas e tramas de memórias diferentes, contrastadas, múltiplas, convergentes, mas também de lacunas e esquecimentos em constante movimento numa Metrópole em Transito.

Assim, discutir a “invenção da paulistaneidade” é um árduo desafio, como a própria referência à categoria invenção contempla, algumas linhas ficam aqui postas e muitas interrogação e reconstruções ainda passíveis de serem enfrentadas. Se São Paulo comemorou 450 anos saudosa da São Paulo do IV centenário, diria reinventando 1954 e daqui a 50 anos? que referências teremos da cidade de 2004? Poderão ser saudosistas?

Vieira: vencedor ou vencido?

MARIA JOSÉ BUENO CASSEB

Esse trabalho privilegia aspectos da sexta fase da vida de Antônio Vieira (1681-1697), definitivamente no Brasil, após uma longa e existência um tanto conturbada no contraditório século XVII, ao participar intensamente no acontecimentos de seu tempo, seja por atuar junto à Corte de D. João IV, influenciando-o em várias decisões a respeito dos problemas internos do reino, como da administração colonial e do comércio português; atuar em várias missões diplomáticas; entrar em conflito com o Tribunal do Santo Ofício; defender indígenas e cristãos novos; viver na selvas do Maranhão ou em Roma (a capital intelectual do tempo), com a mesma versatilidade.

Para tanto, far-se-á uma análise geral das fases de sua vida, baseando-se em catálogo temático (1) e em seguida analisar-se-á os sermões da referida fase, de forma a se inteirar da sua atuação, tanto no contexto metropolitano, como no contexto colonial.

Antônio Vieira, um dos mais brilhantes e contraditórios filhos da Companhia de Jesus nasceu, viveu e morreu no século XVII, no qual sua vida ocupou os bem vividos oitenta e nove anos.

De acordo com seu biógrafo João Lúcio de Azevedo, sua vida foi divida em seis fases e Margarida Vieira Mendes, produziu um catálogo cronológico de seus sermões, os quais foram analisados.

Consta que o orador na primeira fase O Religioso e o Patriótico (1608-1640), época rica em informações singulares a respeito de sua vida desde quando chegou ao Brasil, ingressou na Ordem dos jesuítas e obteve os primeiros sucessos como orador, na Baía, ao questionar em púlpito a situação dramática da região ocupada pelos holandeses e as conseqüências a curto e longo prazo, assim como o perfil da Companhia de Jesus.

Embora os sermões dessa fase sejam esporádicos, nem por isso deixam de ter valor, tanto literário como histórico: tratam de assuntos variados, mas as tendências morais,

teológicas, evangélicas, sociais, filosóficas e militares dão a tônica a esse conjunto, mostram ainda sua simpatia pela epopéia guerreira dos judeus.

Volta a Portugal e ao se entrevistar com D. João IV e a Rainha, caiu nas suas graças, tornou-se orador oficial da Corte, educador de D. Teodósio, e foi autorizado a fazer várias viagens a diversas cortes européias para tratar do reconhecimento da independência lusa e negociar casamentos para filhos de D. João IV, todos com muito pouco êxito.

Na Segunda fase O Político-Missões Diplomáticas (1641-1650), Vieira volta a Lisboa, ingressa na Corte, torna-se seu orador oficial e entra em na vida atribulada da diplomacia, dadas as necessidades impostas pela Restauração, além de ser a pessoa que mais teria influenciado o monarca, inclusive sobre a necessidade da criação da Companhia de Comércio atrelada ao capital judaico.

È na terceira fase *O Missionário (1651-1661)* que se identifica com a evangelização e com os problemas que a envolviam, além de ser a fase mais produtiva.

De *1662-1668*, fase identificada de *O Vidente* é aquela em que trabalhou sua *História do Futuro*, traçou as bases *da Clavis Profhetarum* e se envolveu com o Santo Ofício, enquanto que de *1669-1680 - O Revoltado,* foi caracterizada pela perda de prestígio junto à Corte seu sucesso em Roma, experiência deveras interessante, por fazer uso da língua italiana em púlpito, freqüentar a corte da Rainha Cristina da Suécia e organizar os primeiros tomos de sues sermões, parar serem impressos.

E, por último, de *1681-1697, O Vencido,* encontra-se definitivamente na Baía época em que temos uma farta produção de cartas; refez textos de vários sermões; se afasta um tanto da vida pública, entre seus achaques e o término dos últimos volumes da Edição Princeps.

Vieira sai de uma fase, cujos sermões foram proferidos, na grande maioria em Lisboa e em sua maior parte panegíricos, não fosse sua arte de dissimular críticas a quem quer que fosse, os quais tinham um endereço certo: chamar a atenção do Príncipe e ou endereçar-lhe uma certa crítica por não prestigiá-lo, como fizeram seus pais em tempos passados.

No que diz respeito à sexta fase, o contexto metropolitano e colonial , não deixam de serem complicados: criação da Junta das Missões, para controle dos negócios entre colonos

e gentios; o Tratado de Lisboa com a Espanha; o governo geral de Antônio Teles de Menezes, na Baía, ocasião em que Vieira viveu momentos difíceis devido a contendas entre sobrinhos e o governador e outras autoridades do Reino, visto que a proscrição de seus familiares duraria até 1687; a Revolta de Beckman no Maranhão contra o monopólio da Cia. Geral de Comércio; o Regimento das Missões e abolição dos privilégios dos jesuítas, para organização de entradas ao sertão; a recusa do Conselho Ultramarino em tratar a paz com os quilombolas; a delimitação das áreas de atuação missionária das ordens Franciscana, Carmelita, Franciscanos de Piedade e Mercedários; O Levante dos Tapuia - Confederação dos Cariri em várias regiões do nordeste e a fundação dos sete Povos das Missões pelos jesuítas no sul.

Vieira é nomeado Visitador da Província Geral do Brasil, em 1688, cargo que ocupa até 1691, ano em que justifica anão ida de jesuítas ao Quilombo de Palmares, através de cinco argumentos, sendo que o último era pelo fato de serem escravos rebeldes, encontravam-se em estado de pecado constante. Chega a cogitar a ida de padres angolanos para facilitar o entendimento da língua. E, logo descartou-se tal possibilidade, por não acreditarem que os quilombolas desistissem da rebeldia.

As caçadas aos índios continuam firmes entre 1690 e 1692 e, na data anterior promove a missão entre os índios Cariri, financiando-a com os lucros da venda de seus livros, o que não era novidade, uma vez que nos tempos em que trabalhou no Maranhão, também usou dos proventos de pregador régio na obra das missões.

Assim que chegou à Brasil, nem ele e nem a Baía eram os mesmos de alguma s décadas atrás. Ele carregava uma larga experiência de vida e cultura como poucos do seu tempo, acumuladas ao longo de décadas de trabalho intelectual, em prol da nação portuguesa, do seu ideal e da própria Companhia de Jesus.

Embora aprendesse a lutar com a oratória, um dos recursos mais eficientes da época, e o fizesse de forma brilhante, deixa transparecer que não soubera perder. Lutas, na maioria individuais, porém pelo coletivo que trouxeram admiradores e, ao mesmo tempo, inimigos ferrenhos, levam muitos a vê-lo como um fracassado.

A *sua* Baía já não era a tímida cidadezinha colonial que deixara, embora continuasse a ser a sede do governo metropolitano, crescera e se espalhara e seu porto era um tanto movimentado; conhecia poucos, inclusive na Instituição e da família só restavam um irmão e um sobrinho e a Quinta do Tanque foi *o refúgio do vencido,* imposto a si mesmo e que poderia estabilizar sua saúde, dar continuidade à publicação de seus sermões, escrever a Clavis Profhetarum, acumular uma extensa e valiosa correspondência com pessoas que ainda possuía algo em comum , como por exemplo o núncio de Lisboa, o Duque de Cadaval, o marquês de Gouveia, Frei João da Madre de Deus, o Cônego Francisco Barreto e outros, todos elos fortes que o mantinham ligado ao Reino e a tudo que girava em torno dele (2).

Mesmo isolado na Quinta do Tanque, não desapareceu de todo da vida pública, uma das atividades que mais o fascinava, quase tanto como a Evangelização.

Um fato que dificulta acompanhar as suas preocupações reais no contexto metropolitano e colonial é a grande quantidade de cartas do período e não foram totalmente interpretadas, mas segundo João Lúcio de Azevedo, foi através delas que Vieira extravasou todas as sua inquietações, ressentimentos, satisfações e insatisfações.

Os seus sermões já não trazem mais a marca do destemido guerreiro do passado, incluindo as mágoas que ainda carregava pelo soberano, tão alheio às sua qualidades e serviços prestados ao Reino e ao estado deplorável em que se encontrava a Colônia. Seu discurso se suavizara com as decepções das batalhas perdidas ao longo de uma existência tão marcante no seu século.

Antes do nascimento do herdeiro, suas observações em relação à Colônia soam como um lamento: *suas fortalezas sem armas, sem munições, sem presídio e devastada pela epidemia: os soldados velhos do Brasil desaparecidos; corsários, principalmente franceses, a correrem a costa indefesa, qualquer um poderia num lance de audácia apossar-se da capital (...) Já não me queixo nem me lastimo de não quererem ter herdeiros, pois ainda que os haja, não terão que herdar (3).*

A situação da Índia não era diferente e as notícias eram de que agüentaria por pouco tempo. Reclamava por não terem aceitado a proposta de criar outra Companhia de Comércio, como aconteceu em outros tempos. E do passado, só lhe restavam pouquíssimos amigos; tentou em vão por duas décadas reconquistar a fama junto a D. Pedro, o que levou-o a endereçar-lhe críticas terríveis; sua vida excluiria qualquer publicidade, não fosse a publicação de parte dos sermões, cujos primeiros volumes despertaram grandes elogios e aprovação até dos membros do Santo Ofício.

Na Espanha, muitos o supunham vítima do Tribunal do Santo Ofício, fato possivelmente relacionado com o auto-de-fé proclamado pelo povo e partidários da Inquisição em Coimbra, um prato cheio para os dominicanos, ávidos por deturpar a sua imagem, dadas as rixas antigas, entre 1655 e 1669.

De Lisboa, *censores e correspondentes* cobravam-lhe os futuros tomos dos sermões e a conclusão da Clavis Profhetarum, por temor que ficassem inconcluídos, dada a saúde precária e a idade avançada.

Embora tenha chegado á Baía em 1681, só dois anos depois se apresenta em público e ao que tudo indica, domesticamente, mas não tocou em assuntos públicos. Apenas em assuntos teológicos.

Não se sabe até que pinto em 1684, prestaria honras fúnebres à Rainha que tanto o desprezara no passado, mão fosse as ordens do Marquês de Minas

Embora a produção dessa fase seja um tanto rica, pode-se se dizer que a maioria de seus sermões não foram pregados, como por exemplo grande parte da série dos Sermões do Rosário, compostos para formar um livro, a *Série Maria Rosa Mística*, em cumprimento a um voto feito e repetido por ocasião de grandes perigos, referindo-se ao acidente que sofrera durante a viagem ao Maranhão a Lisboa, em 1654 e os panegíricos em homenagem a São Francisco Xavier, Vieira teria pronunciado não mais que dez sermões e deixa claro que tinha necessidade de encerrar o último tomo, para que fosse enviado à Metrópole para impressão, uma vez que se encontrava com a saúde abaladíssima, acamado e praticamente cego.

Embora alguns temas sejam repetitivos, percebe-se que o objetivo principal era o de espalhar a fé através das orações do Rosário, seguido das preocupações teológicas, morais, evangélicas, sociais, conversão, numerologia, profetismo e a escravidão negra.

A esperança do herdeiro para o trono português deu-lhe tanto ânimo que proferiu um *Sermão em Ação de Graças* e, qual não foi a sua surpresa ao saber do falecimento ocorrido semanas depois. Nele, conclamou e defendeu a sua palavra, como forma de *restabelecer o crédito, que poucos lhe concederiam (5*) Escapou alegando o próximo nascimento, visto que *este tinha ido receber no céu a investidura, que de fato havia de ser o irmão* (id) ou do pai que, bem poderia herdar a coroa do filho. Insiste em argumentar que o reino liderará o futuro império, dadas as observações de matemáticos, previsões de políticos, vozes inspiradas do céu (6).

Outra notícia bem vinda foi a homenagem que lhe prestou a Universidade do México, justamente quando em Coimbra prestaram-lhe exéquias em vida: *Não posso deixar de me magoar muito que no mesmo tempo em uma universidade de portugueses se afronte a minha estátua, e em outra universidade de castelhanos se estampe a minha imagem (7).*Em 1696, aproxima-se novamente das profecias, logo que a frota trouxe notícias da morte do rei da Inglaterra, convertido ao cristianismo, ano do auge da epidemia de febre amarela na Bahia. Consta que ele e o padre José soares foram dos poucos que escaparam a ela, *o que eles atribuíram à proteção do Rosário, pois achavam-se nesse tempo ocupados em coligir os sermões oferecidos à Virgem em dois volumes com aquele título (8).* O cargo de Visitador Geral era com a condição de não sair da Baía e de residir no Colégio, por três anos, também o colocava em sintonia com a administração, atividade que sempre o tocara de perto (9), ocasião em que teve oportunidade para rememorar todo o processo do trabalho das missões, dos conflitos com os colonos, seus sucessos e insucessos como missionário, além de ver vingados aqueles que expulsaram os jesuítas do maranhão, entre eles, Jorge Sampaio e Manuel Beckmão.

É nessa época que enviou Antonil a Pernambuco a fim de investigar uma contenda com o bispo (o qual detinha também o poder civil) e o reitor do colégio da Companhia de Jesus quanto a um refugiado dos padres, ocasião em que enaltece as qualidades do colega italiano e cujos atritos se tronam declarados em 1694, quando da eleição para o cargo de Procurador em Roma: vieira não resistiu em indicar seu candidato, quando talvez seus superiores já tivessem outro em mente. E o caso foi parar em Roma e vieira foi penalizado por indisciplina e a decisão favorável ao geral de Roma não chegara a tempo.

Por ocasião da aclamação de D. Pedro, foi visto um cometa e Vieira não resistiu à tentação em noticiar ao duque de Cadaval e apresentar felizes prognósticos, justamente numa época de crise no Reino e Ultramar.

Tanto na exortação I, como na exortação II, de 1688, Vieira dá mostras dos problemas enfrentados pela evangelização, das dificuldades dos jesuítas, cuja carreira deve ser escolhida com mais seriedade e rigor.

Já no Sermão de São Gonçalo, de 1689, expõe as diversas formas de se servir a Deus e insinua estar se referindo a si próprio, ao comentar a idade avançada, a espera da morte e auto-exílio. Aí também reforçou o atraso da Colônia na comunicação e no transporte. Afinal, os núcleos urbanos eram escassos e distanciados uns dos outros, o que contribuía para afastar o homem da religião, além de dificultar a ação evangélica.

Embora o Discurso Apologético date do mesmo ano e não fora pronunciado, não se redime diante dos prognósticos falhos e ao tratar dos votos, no sermão Doméstico, confirma o descrédito em que se encontra a questão da eleição.

Já na série de Xavier, para a Rainha D. Sofia de Neuburgo, particularmente devota ao apóstolo da Índia, trata de assuntos diversos, incluindo a falta de interesse dos senhores de escravos em não ensinar-lhes a verdadeira fé, mas em nenhuma ocasião teceu comentários

a respeito desses mesmos senhores pelo fato de se abusarem sexualmente de suas escravas.

Os últimos sermões, de Ação de Graças, Gratulatório de São Francisco Xavier e do felicíssimo Nascimento, não foram pregados.

Ainda em 1695, outro cometa fora visto na Baía, motivo suficiente para voltar a prognosticar golpes, dada a forma de espada, embora os mais impensados previam felicidades *por ser diáfano.* E, Vieira contrariava e conclamava todos à oração e à penitência, uma forma de se salvar a baía, tal qual a Nínive se salvara da punição profetizada por Jonas, dada a sua rápida conversão.

Notas. 1-CASSEB:1999.

2-in:HistóriadeAntónioVieira,p.126. 3-AZEVEDO,p.206.

4- id, p.208.

5- ibid, p 209.

6- id, p. 211.

REFERÊNCIASBIBLIOGRÁFICAS.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. 3ed. Lisboa: Clássica, 1992.

CASSEB, Maria José Bueno. *Os sermões de Vieira: catálogo temático e ensaio crítico analítico*. Dissertação de mestrado.Unesp:Franca.1999.

MENDES, Margarida Vieira. *A Oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 1993.

VIEIRA,,PadreAntónio.*Sermões*. Lisboa: Lello & Irmão, 1956. -

-------. *Cartas.* 3ª reimpressão. Lisboa: imprensa Nacional Casa da Moeda. s/d. V.III.

A proposta de reforma agrária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960

Maria José Castelano

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa bibliográfica em que analisamos, por meio de documentos produzidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a sua concepção de Reforma Agrária elaborada nas décadas de 1950 e 1960, que orientou a atuação de movimentos sociais rurais, buscando identificar quais as matizes que sustentaram a sua formulação teórica naquele período.

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A QUESTÃO AGRÁRIA

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922. A sua trajetória foi marcada por longos períodos de ilegalidade, quando este permaneceu na clandestinidade. Este fato não impediu a sua atuação e influência no decorrer do século XX.

No pós-segunda Guerra Mundial (1945-1947), o Partido Comunista foi legalizado. Segundo Alexander, este fato "foi resultado de um relaxamento da ditadura e de um acordo – tácito ou de outra espécie- entre Getúlio Vargas e a chefia comunista. Por essa época, Vargas ditador-presidente do Brasil, de 1930 a 1945, defrontava-se com larga oposição conduzida por uma facção de lideres militares, que os comunistas também consideravam inimigos...[i]

Durante estes dois anos de existência legal, o PC brasileiro concentrou-se na formação e organização, da maneira mais rápida possível, de sua massa de simpatizantes. Seus esforços deram resultado em grande escala, como ficou demonstrado num relatório sobre o número de membros do Partido, apresentado em sua Terceira Conferência Nacional, em meados de 1946. Diógenes Arruda, secretário da organização revelou que, em 1943, quando o Partido realizou na ilegalidade a Segunda Conferencia Nacional, o número de membros oscilava entre 800 a 900 pessoas. Em abril de 1945, quando o Partido conseguiu legalizar a

sua situação, possuía 3.100 membros. Este número subiu para 25.000, em agosto, e para 82.000, em dezembro de 1945.[ii]

O PCB, naquela época, era a única agremiação político-partidária que se empenhava em organizar os trabalhadores do campo, ainda que numa transposição de métodos e táticas do meio urbano.[iii] As primeiras Ligas Camponesas[iv] teriam sido criadas pelo Partido em Pernambuco. Com a cassação do PCB, em 1947, estas ligas entram na ilegalidade e poucas sobrevivem. Seu ressurgimento data de, aproximadamente, 1955.

No início dos anos cinqüenta, o PCB propunha o confisco da terra dos latifundiários e a sua distribuição gratuita aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Entretanto, a partir de meados da década, o Partido revisou suas posições anteriores, sendo a reforma agrária condicionada à formação de uma frente única, que reunisse as forças interessadas no combate ao imperialismo norte-americano.

A orientação política pecebista sempre se pautou pelo encaminhamento de uma revolução de cunho democrático burguês, condição considerada prévia para o avanço do socialismo. Constatamos que o PCB, ao longo de sua trajetória, manteve a sua orientação estratégica, mas vai incorporar na sua orientação política profundas mudanças táticas.

Entre meados da II Guerra Mundial e o final da década de 1950, a linha política do PCB, assim como à de todo o movimento comunista internacional, conheceu três orientações distintas: a "união nacional", a "linha chinesa" e o "caminho pacífico" para a revolução.

a) a "união nacional"

No Brasil, a tese da "coexistência pacífica" implementada por Stalin deu origem à "política de união nacional", estabelecida pelo PCB na chamada Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943. Inicialmente, orientou a campanha pela participação do Brasil na II Guerra ao lado dos países aliados. Ampliou-se com o diálogo político que militantes comunistas passaram a

promover principalmente com intelectuais liberais. Esse foi o contexto internacional, com reflexos internos no país, que garantiu a rearticulação e a legalização do PCB, ampliando consideravelmente seus quadros.

Durante a vigência da política de "união nacional", a atuação do PCB consistia em: "1) deixar de lado os objetivos doutrinários do comunismo e concentrar os esforços nas questões de interesse imediato dos trabalhadores e da classe média inferior brasileira; 2) infiltrar-se especialmente no movimento trabalhista por meio de atividades nos sindicatos; 3) apelar para outros setores da população, na base de um programa de `união nacional`, e 4) cooperar ativamente com o governo e buscar seus favores" [v]

A "união nacional" defendia o desenvolvimento do capitalismo no país através de uma política de conciliação de classes. Para sua efetivação, o PCB atenuava o alcance de suas diretrizes básicas, o combate ao feudalismo e o antiimperialismo. A luta contra o feudalismo seria encaminhada através da busca de conquistas que melhorassem as condições de vida e de trabalho para os trabalhadores rurais. O tom conciliatório impunha a necessidade de adiamento da reforma agrária. O antiimperialismo era abrandado através do estabelecimento de um critério que distinguia o capital estrangeiro: havia um capital estrangeiro que seria favorável e outro que seria contrário ao desenvolvimento do país, somente esse último procuraria nos explorar. A partir dessa distinção, a presença do capital estrangeiro era admitida, desde que estivesse voltada para a industrialização do país.

Considerando o socialismo um objetivo longínquo, uma etapa superior de um processo que só seria atingido após a implantação do capitalismo, o PCB, ao defender a política de "união nacional", sustentava que caberia ao proletariado contribuir para o desenvolvimento do regime capitalista. A análise da estrutura social brasileira permanecia a mesma elaborada na década de 1920, baseada nos escritos de Otávio Brandão. Tratava-se de um país semicolonial, com características feudais.

Para o PCB, durante o período de vigência da política de "união nacional", a tarefa política do proletariado seria a de lutar pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, processo que simultaneamente levaria à destruição do feudalismo, através do estabelecimento de alianças com a burguesia. Essa política de aliança de classes se apoiava na manutenção da interpretação pecebista da estrutura social brasileira e na necessidade do Partido pautar sua atuação de maneira coerente com a tese da *coexistência pacífica,* tática política que orientava a política externa soviética naquele momento.

A transição do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa teve início, no Brasil, no período final da II Guerra. Uma vez que os opositores do Estado Novo limitavam-se a criticar a *face política* do regime, por considerarem que a sua política econômica apontava perspectivas capazes de promover a democratização social do país, a luta contra a ditadura varguista assumiu a orientação única de obtenção das franquias democráticas.

b) a "linha chinesa"

Com o acirramento da "guerra fria", a estratégia da revolução chinesa tornou-se, a partir de 1949, referência para o movimento comunista internacional. A linha política chinesa previa a constituição de uma frente única que uniria todas as classes, partidos, grupos políticos e organizações que faziam oposição ao imperialismo e à reação interna. A luta antiimperialista pela independência da economia nacional foi identificada, conforme o próprio PCB, com:

> [...] a luta sistemática e concreta contra a penetração imperialista, mobilizando para isso as grandes massas contra aquelas formas mais imediatas e sensíveis da exploração e da opressão imperialista em cada região do país. Nesse terreno, tem particular atualidade, além de ser de amplitude nacional, a luta contra o projetado Estatuto do Petróleo, contra a entrega do petróleo aos trustes norte-americanos. A campanha em defesa do petróleo logo que conseguir alcançar um forte núcleo operário, em torno do qual se agrupem as grandes massas poderá assumir rapidamente um cunho revolucionário e servir de ponto de partida para a grande frente nacional libertadora. [vi]

A radicalização da orientação política pecebista se ampliou com a apresentação do Programa que integra o documento que se tornou conhecido como Frente Democrática de Libertação Nacional ou Manifesto de Agosto de 1950. Esse Programa adotava na íntegra a

estratégia chinesa. Além da criação de uma frente única nacional popular, já apontada nas diretrizes políticas seguidas desde o ano anterior, fazia-se necessário organizar um exército de libertação nacional e iniciar a luta armada.

A diretriz programática de orientação chinesa levou o PCB a utilizar uma tática de confronto, expressa na rejeição ao emprego de formas constitucionais de oposição política. O Partido se recusava a participar de alianças políticas, pregava o voto nulo, combatia a estrutura sindical existente, defendia a criação de sindicatos paralelos e independentes organizados sob a forma de associações, buscava realizar greves a qualquer custo e, quando estas eram desencadeadas, procurava prolongar sua duração ao máximo, e estimulava a luta armada no campo.

Não obstante a orientação política em contrário, o PCB também participou, desde o início da década de 1950, em algumas regiões do país, de disputas eleitorais em aliança com setores do PTB. Em outubro de 1954, e novamente conflitando com a linha política adotada, o PCB formalizou a aliança com o PTB. Essa política de alianças com o PTB constitui o nacionalismo de esquerda.

Em 1954, os comunistas vão organizar a Segunda Conferência Nacional de Lavradores e Camponeses, reunida em São Paulo. Dela surgiu, pela primeira vez no Brasil, uma organização nacional de homens do campo, a União dos Lavradores e Camponeses do Brasil.

c) a "linha pacífica"

A Declaração de Março de 1958 assinalou uma profunda reviravolta na tática do PCB, refletindo o impacto que as denúncias sobre o stalinismo e o culto à personalidade, revelados pelo Relatório Kruschev, provocaram na militância comunista, assim como o reconhecimento, ainda no XX Congresso do PCUS, de que não haveria somente um caminho, mas trajetórias diversas em direção ao socialismo.

No campo teórico, essa indicação apontava a necessidade de se resgatar a particularidade do processo histórico de cada formação social. Nesse sentido, é reveladora a auto-crítica feita por Prestes (1958), "Não soubemos, em suma, aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do desenvolvimento histórico brasileiro."[vii]

A linha política adotada pelo PCB, a partir de 1958, refletiu também o recrudescimento das tensões entre a URSS e a China, e, em especial, a reorientação da política externa soviética encaminhada por Kruschev, que, em busca da aproximação com o Ocidente, considerava auspiciosa a colaboração e a coexistência pacífica com os países capitalistas. Para se auferir o alcance das mudanças introduzidas na orientação pecebista, é suficiente lembrar que a luta armada foi abandonada em favor da via pacífica para a tomada do poder, e que no encaminhamento do processo revolucionário, a participação da chamada burguesia nacional passou a ser considerada *fundamental*, algo impensável no período em que a “linha chinesa” inspirava a prática teórica e política do Partido.

Com a Declaração de Março de 1958, o PCB passou a defender o desenvolvimento independente da nossa economia, orientado pelo caráter nacional e democrático da revolução brasileira. A tática adotada pelo PCB passou a sustentar o caminho pacífico para a revolução brasileira e a aliança política com os setores considerados progressistas da burguesia. O movimento nacionalista, organizado durante a Campanha do Petróleo, constituía a principal referência política da Declaração de Março de 1958.

Além de admitir o caminho pacífico para a revolução brasileira, o PCB passou a defender a legalidade democrática, a ampliação e o fortalecimento do movimento nacionalista e a atuação política através da combinação entre a ação parlamentar com a extra-parlamentar.

Essa mudança na orientação política do Partido resultou de uma avaliação que considerava que no próprio país havia surgido as condições que permitiam o desenvolvimento

revolucionário pacífico –o avanço industrial ampliou o número de trabalhadores fabris e teria possibilitado o surgimento e o fortalecimento crescente "[...] de uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país."[viii]

O desenvolvimento autônomo do capitalismo no país tornara-se possível devido ao surgimento dessa burguesia nacional e, principalmente, à atuação econômica empreendida pelo próprio Estado, através das formas nacionais e progressistas do capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. Conforme documentos dos PCB, embora algumas vezes esse "capitalismo de Estado" realizasse uma política favorável ao imperialismo, ele era, basicamente, um elemento progressista e antiimperialista na política econômica do governo. Ao mesmo tempo, as sobrevivências feudais obstaculizariam o desenvolvimento da agricultura, e a dependência econômica aguçaria o antagonismo com o imperialismo norte-americano.

A Declaração de Março de 1958 alterou profundamente a orientação política do PCB. Desde 1949, o Partido sustentava o desenvolvimento *autônomo* do capitalismo brasileiro e considerava que o *proletariado* era a classe que deveria conduzir a revolução democrático-burguesa: "[...] essa revolução agrária e antiimperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado."[ix]

O PCB, coerente com sua estratégia global de transformação, buscava fazer a reforma agrária pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas, através do emprego tático de acumulação de forças.[x] Esta nova posição vai conflitar com algumas lideranças das Ligas ("os julianistas") na década de sessenta, que queriam a luta armada. No I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em 1961, e organizado pelo PC brasileiro, foram propostas

modernas teses de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, mas estas foram derrotadas pelo grupo "Julianista" com sua bandeira de "reforma agrária na lei ou na marra". A nova bandeira repercutiu muito favoravelmente na movimentação do campesinato, passando a demarcar um novo tipo de luta.[xi]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho pudemos perceber que as alterações táticas foram provocadas pelas necessidades oriundas da condução da política externa da União Soviética e, em princípio, deveriam ser adequadas ao contexto político de cada país. Embora ao longo dos anos a linha política do PCB tenha sido bastante alterada, a compreensão da estrutura social brasileira permaneceu basicamente a mesma elaborada na década de 1920, de maneira que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil era considerado condição prévia para o avanço do socialismo. Em conseqüência, o objetivo do Partido sempre foi o de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a colaboração do proletariado. As teses e proposições do PCB referentes à questão agrária (necessidade de uma revolução agrária, nacional e voltada para o combate ao feudalismo), explicitadas na Declaração de Março de 1958, vão refletir fortemente ainda na tomada de posição do Partido no seu V Congresso, realizado em 1960, orientando as teses partidárias, até quando se deu o golpe militar de 1964 e, com este, ocorreu o destroçamento da esquerda no país.

---

[i] ALEXANDER, Robert J. O P.C. do Brasil: Estudo do Comunismo Latino Americano. IN: **Revista Problemas do Comunismo**, RJ: Ed. Ipanema, nº 3 (nov./dez.), Vol. I, 1955, p. 18.
[ii] Id., Ibid, p. 18
[iii] Cavalcanti Apud AUED, Bernardete. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986
[iv] A criação de Ligas Camponesas, ao invés de sindicatos rurais, é explicada como uma maneira de fugir à rigidez institucional, ao burocratismo já existente no sindicalismo urbano e também ao conjunto de restrições ao sindicalismo rural, na década de quarenta. Muito embora existisse, desde novembro de 1944, o Decreto-Lei nº 7.038/44, que autorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural, assim como o direito de se organizar em sindicatos rurais, de fato, quase nada havia neste sentido. AUED, Bernardete. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p.32.
[v] A Classe Operária apud ALEXANDER, p. 18
[vi] APUD CARONE, Edgard. O **P.C.B**. São Paulo: Difel,1982, p. 106
[vii] Id., ib., p. 197
[viii] CARONE, Edgard, p 117
[ix] PRESTES apud CARONE, p. 99
[x] AUED, Bernardete. Op., cit., p. 59
[xi] id, ib., p. 59

A multidimensionalidade das teorias da mudança social no Brasil: as interpretações de Celso Furtado, Josué de Castro e Raymundo Faoro

Maria José de Rezende[1]

No seu conjunto, as reflexões de Celso Furtado, Josué de Castro e Raimundo Faoro, retrataram a problemática da mudança social em seus múltiplos aspectos e em suas várias dimensionalidades. Compreender tanto os primeiros quanto as segundas constitui-se, então, o norte dessa pesquisa, a qual foi formulada em vista das indagações que emergiram das reflexões oriundas de outros dois projetos já realizados. Estes dois últimos tinham os seguintes títulos: *Mudança social: a construção de um ideário conservador no processo de desenvolvimento da reflexão sociológica brasileira (1870-1950*), iniciado em 1997 e finalizado em abril de 2000 e *Os aspectos múltiplos da mudança social no Brasil: as reflexões de Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre e Josué de Castro*, iniciado em maio de 2001 e finalizado em outubro de 2004.

Um dos objetivos dessa pesquisa que está sendo desenvolvida na atualidade é o de extrair dos escritos de Celso Furtado, Raymundo Faoro e Josué de Castro as concepções de mudança social desenvolvidas no interior de suas obras, ou seja, a quais perspectivas eles se filiaram, ao longo de suas reflexões? À linear? À multilinear? À diretiva? À cíclica? Seus ideários de mudança eram conservadores ou progressistas? Foram selecionadas as suas produções bibliográficas que respondam, principalmente, a essas questões.

Foram escolhidos esses intérpretes porque eles tiveram um papel importante tanto no plano intelectual quanto no político a partir da década de 1950. Entre as várias análises que floresceram a partir da década de 1950 foram selecionadas três que se ocupavam de aspectos distintos da realidade brasileira apesar de apresentar preocupações com questões semelhantes sob enfoques diferentes e/ou não. A condição de subdesenvolvimento, por exemplo, foi problematizada por Celso Furtado e Josué de Castro sob enfoques diferenciados. São importantes, assim, os tipos de divergências e de convergências que havia entre eles.

Assinale-se que um dos critérios de escolha desses três pensadores foi definido em termos de seus olhares distintos sobre os mesmos aspectos da vida social. No que tange à questão do subdesenvolvimento e do desenvolvimento eles constroem diferentes análises propositivas acerca dos mesmos problemas econômicos, políticos e sociais. Tem-se verificado que os pensadores trabalhados nessa pesquisa filiavam-se a uma perspectiva política progressista e não a uma perspectiva conservadora.

Um dado a ser destacado é que esses dois sistemas de idéias e de valores (conservadores e progressistas) brotaram e floresceram, no Brasil, da dinamicidade da sociedade e não de sua imobilidade. Eles ganharam forma em razão de um diálogo consistente com as mudanças sociais (abolição do trabalho escravo, proclamação da república, industrialização, urbanização, ampliação do trabalho assalariado, modernização, entre outras) que se efetivaram entre o final do século XIX e meados do século XX.

Tanto as teorias quanto às ações políticas conservadoras e progressistas não se definiram como tais por propor as mesmas soluções para problemas semelhantes, mas sim por apresentar (no caso dos conservadores) ou não (no caso dos progressistas) apego ao imediato, aos dados aparentes da realidade social, aos particularismos e aos detalhamentos ao tratar da realidade social. Os recortes rentes aos elementos isolados que estão em mudança ou poderiam estar e a busca de manutenção do modo de estruturação da sociedade brasileira no que diz respeito a sua organização social e a sua forma de domínio estabeleceram as bases do conservadorismo no país.

A diferença entre esse último e a atitude progressista é substancial, visto que, segundo Mannheim, aquela segunda “não encara apenas o real em termos de suas potencialidades, mas também em termos de um modelo”. A atitude conservadora, “por outro lado, tenta encarar o real como produto de fatores reais; também tenta compreender o modelo em termos do real (…). A primeira atitude significa que sempre se conhecem e se julgam as instituições como um todo, a segunda sempre significa perder-se numa massa de detalhes”[2] Enquanto o conservador "sempre começa com o caso particular que está à mão e nunca estende seus horizontes além de seus próprios arredores particulares", pois está "preocupado com a ação imediata, com detalhes concretos em mudança e, portanto, não se

preocupa realmente com a estrutura do mundo em que vive", o progressista "se nutre da sua consciência da possibilidade". A atividade progressista "transcende o presente imediatamente dado utilizando-se das possibilidades de mudança sistemática que ela oferece. Ela luta contra o concreto, não porque quer simplesmente substituí-lo por outra forma de concreto, mas porque quer produzir um outro ponto de partida sistemático para desenvolvimento ulterior"[3].

As obras de Celso Furtado, Josué de Castro e Raimundo Faoro estão sendo estudadas com o intuito de buscar as nuanças básicas dos ideários progressista no Brasil. As análises feitas por eles são expressões, como afirma Mannheim, de intenções básicas de um certo grupo social.

Ao longo das diversas fases desta pesquisa estão sendo denominados de progressistas todos os intérpretes do Brasil que, grosso modo, recusavam pensar a sociedade e sugerir ações a partir do apego ao imediato, ao passado, aos particularismos e aos detalhamentos. Todos aqueles que pressupunham que a substancialidade da mudança estava fundada em uma reestruturação das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de modo a redefinir as condições sociais em vigor estão sendo denominados de progressistas.

Através da caracterização das perspectivas conservadora e progressista busca-se dar maior nitidez às diferentes propostas de ação política em vista das circunstâncias sociais em que os intérpretes do Brasil encontravam-se envolvidos. Investigar as convergências e as divergências no interior desses dois ideários torna-se, assim, uma das essencialidades desta pesquisa que possui também o objetivo de desvendar os diálogos de Celso Furtado, Josué de Castro e Raimundo Faoro com as perspectivas lineares, multilineares, diretivas e cíclicas da mudança social. Isso está sendo feito seguindo, além de outras, as pistas sugeridas por Mannheim em *O pensamento conservador* e por Piotr Sztompka no livro *A sociologia da mudança social.*

A escolha de Celso Furtado[4], Josué de Castro[5], e Raimundo Faoro[6] fundam-se em alguns critérios. Entre eles o mais geral é o da relevância e o da pertinência de suas reflexões acerca dos percalços e/ou (im)possibilidades de mudança nos diversos âmbitos da

vida social. Um outro, mais específico, foi baseado no modo destes intérpretes captar a heterogeneidade do país, na sua extensão e diversidade.

Esclarece-se que a escolha de pensadores tão diversos deve-se, fundamentalmente, ao fato de que, no conjunto, eles recortam a realidade brasileira sob aspectos distintos. A análise das múltiplas dimensões estudadas por eles visa trazer à tona tanto as suas formas distintas de conceber a mudança social quanto os seus modos singulares de eleger determinados aspectos da vida social para elucidar os (des)caminhos da nação a partir de meados do século XX.

Os autores selecionados para esta pesquisa, cada um a seu modo, fornecem subsídios para o mapeamento dos inúmeros fatores que compõem as (im)possibilidades de mudanças sociais no país. As diversidades de suas obras, de suas abordagens e dos problemas levantados por eles elucidam que o "país não só é demasiado extenso e heterogêneo. As diferenças geográficas, econômicas, demográficas, sociais e culturais são significativas até em escala regional, fazendo com que o passado, o presente e o futuro coexistam e se interpenetrem inextricavelmente"[7].

As reflexões de Josué de Castro, por exemplo, podem ser tomadas como exemplo da ênfase nas especificidades regionais sem, no entanto, desconsiderar a relação entre o regional, o nacional e o internacional. Ele enfatizava em *Geopolítica da fome e em Geografia da fome* que não havia possibilidade alguma de introduzir melhoramentos no país sem refletir sobre aqueles três planos.

Os autores pesquisados buscam, então, apreender a diversidade brasileira em termos de problematização das especificidades regionais. Além de outros elementos, a opção por trabalhar as obras de Josué de Castro e de Celso Furtado deve-se, entre outras razões, ao modo deles abordarem as inúmeras nuanças econômicas, sociais, políticas e culturais em termos de singularidades construídas regionalmente.

Em vista desses elementos investiga-se em que escala de avanço e/ou de recuo estes pensadores procuravam situar as modificações sociais que estavam ocorrendo na década de 1950 e que esferas eram mais atingidas. Eram as diversas modalidades de

mudanças pensadas de modo singular por cada um deles. Evidenciavam-se, assim, as divergências e as convergências no que diz respeito às questões regionais.

A integração e a conciliação são modalidades de mudanças que eram amplamente debatidas por eles. Mas de que maneira as explicavam? Num plano mais imediato, pode-se dizer que eles as explicavam não só através do sistema de idéias e valores cristalizados na população, mas também na estrutura de poder e de dominação. As diferenças entre as análises desses intérpretes acerca da natureza e do alcance das diversas modalidades de mudança, estão, num primeiro plano, no modo deles lidarem com o passado ao retratarem o presente. Investiga-se, assim, a significação que o passado possuía para cada um deles na explicação das mudanças sociais.

Por que o modo de lidar com o passado é tão importante na análise da mudança social? Antonio Candido fornece as melhores pistas para responder a essa questão quando analisa o pensamento de Manoel Bomfim acerca da persistência de uma mentalidade conservadora no país. Para este último um dos maiores problemas do Brasil e da América Latina é que os vícios do passado são convertidos em tradição[8] que "plasma o presente como herança funesta, porque implanta automatismos, hábitos, modos de ser dos quais não temos consciência, mas segundo os quais agimos. Nesta herança colonial, o traço mais funesto é 'um conservantismo, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente - um conservantismo essencial'[9], mais afetivo que intelectual"[10]

Em vista dessas questões levantadas no parágrafo anterior pode-se afirmar que Celso Furtado, Raymundo Faoro e Josué de Castro, apesar das múltiplas diferenças entre eles, fundavam as suas explicações sobre a mudança social em elementos capazes de embasar uma crítica veemente às constantes reafirmações do passado que se processavam no país nos âmbitos econômico, político e social.

Os pensadores sociais brasileiros trabalhados nesta pesquisa supunham que tanto as razões geradoras quanto os motivos explicadores das transformações que se processavam no país, a partir da década de 1950, tinham que ser buscados em diversas dimensões (econômica, política, cultural) da vida social. Ao procurarem as múltiplas causas

das transmutações e dos emperramentos que se operavam na sociedade, esses pensadores forneciam todas as pistas para traçar um painel comparativo entre as diversas explicações dadas por eles para as dificuldades de mudança.

Foram muitos os embates acerca dos caminhos e dos descaminhos da dinâmica social no Brasil. Francisco de Oliveira, por exemplo, afirma que o estudo da obra de Celso Furtado exige um retorno ao diálogo que este último estabeleceu com o pensamento conservador no Brasil, principalmente com as teorizações de Oliveira Vianna e Alberto Torres[11]. Esclarecer sempre que possível tais conversações entre os intérpretes pesquisados e aqueles que lhes antecederam é um dos principais objetivos dessa pesquisa.

Celso Furtado, Raymundo Faoro e Josué de Castro se situam em áreas diferentes de ação e de reflexão. A análise de suas obras revelará, com certeza, uma multiplicidade de aspectos (políticos, econômicos, sociais e culturais) que se interconectam e deságuam em questionamentos sobre as dificuldades de o país transmutar-se substancialmente.

As ações políticas, técnicas e intelectuais de Celso Furtado diferiam da de Raimundo Faoro que, por sua vez, agia e pensava diferentemente de Josué de Castro e assim por diante. Cada um deles possuía um certo raio de atuação nas esferas políticas, administrativas, intelectuais, etc., a partir das quais eles desenvolviam tanto as suas propostas de mudanças quanto às suas contribuições teóricas acerca da singularidade da sociedade brasileira. Isso não significa que não houvesse diálogos entre eles. Josué de Castro[12], por exemplo, referia-se com freqüência a Celso Furtado, este último por sua vez também analisa as ações e as idéias de Castro.

Todos os pensadores estudados desempenharam papéis políticos, técnicos e administrativos importantes em algumas esferas da vida social. Partiu-se do pressuposto de que as formas de pensamento e as de ação complementavam-se no processo de esclarecimento das suas posições acerca dos processos de mudanças sociais por eles vivenciados. Observe-se que eles ocuparam papéis relevantes no âmbito da vida pública no país, como intelectuais, como políticos e/ou como técnicos.

Celso Furtado, por exemplo, construiu uma ampla reflexão sobre o modelo econômico concentracionista da periferia capitalista e, também, sobre a necessidade de

combinar desenvolvimento industrial e distribuição de rendas visando implementar um processo de reversão do alargamento das desigualdades sociais e de eliminação do subdesenvolvimento da América Latina, questões essas que foram analisadas através de um "enfoque dos processos econômicos, no qual se combina uma visão histórica global com um corte sincrônico para o qual se utilizam todos os recursos da análise econômica"[13] Além dessa fértil reflexão teórica ele também desempenhou papéis técnicos, administrativos e políticos (na Cepal, na Sudene, no ministério do planejamento no início da década de 1960, etc.) de importância ímpar para o país. Suas concepções acerca da mudança social devem ter como ponto de partida o que ele afirmava em *Aventuras de um economista brasileiro*, texto escrito em 1972: "Por que no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia"[14]

As ações políticas e técnicas voltadas para a implementação de medidas que favorecessem a elaboração de projetos voltados para os interesses da nação e dos brasileiros, em geral, e dos excluídos, em particular, eram tidas, por Furtado, como essenciais no processo de constituição de um país modificado em todos os níveis da vida social. Sua atuação como agente ativo de mudança esclarece não apenas as nuanças básicas de seu pensamento, mas, também, de sua prática, de seu modo de agir diante dos desafios que se colocavam para ele, cotidianamente, desde o final da década de 1940.

Todos eles abordam, de alguma forma, o nosso padrão de organização social e de domínio como fundamento para pensar as mudanças passadas, presentes e futuras. Raimundo Faoro, por exemplo, tem a intenção de apreender como se movem "a sociedade - a nação - e o Estado 'em realidades diversas, opostas que mutuamente se desconhecem'. Dessa cisão deriva a orientação dos nossos legisladores e políticos de teimar em 'construir a realidade a golpe de leis'"[15].

Registre-se que Raimundo Faoro ocupa uma importante posição entre os intérpretes clássicos do Brasil com a sua obra *Os donos do poder*. Ele possui também uma forte inserção nos debates sobre a política brasileira nas três últimas décadas do século XX valendo-se de uma perspectiva centrada na nossa formação sociocultural e política. Ele traz

para o debate sobre a transição política da década de 80, por exemplo, inúmeras reflexões fundadas nas especificidades históricas do Estado brasileiro.

As reflexões de Faoro se revelam, então, fundamentais para uma pesquisa sobre a multidimensionalidade das teorias de mudança no Brasil, visto que ele elabora uma análise a partir tanto da cultura política quanto do modo de governar cristalizado no país Ele Assinala: "a civilização brasileira, como o personagem de Machado de Assis, chama-se Veleidade, sombra coada entre sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora"[16].

NOTAS

[1]Professora de Sociologia da UEL. Doutora em Sociologia pela USP.
[2] MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In MARTINS, J. de S. (org) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo, Hucitec, 1986. P.77-131.
[3] Ibid, p.90
[4] Celso Furtado (1920) graduou-se em Direito e doutorou-se em Economia. Atuou como economista da CEPAL/ONU, a partir de 1949, chefiou o grupo CEPAL-BNDE, foi superintendente da SUDENE, diretor do BNDE, ministro do planejamento no governo João Goulart (1961-1964), ministro da cultura no governo Sarney (1985-1990), além de exercer outras atividades.
[5] Josué de Castro (1908-1973) formou-se em Medicina, foi professor da Universidade do Distrito Federal e depois na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou em cargos administrativos ligados ao governo federal na década de 1940. Foi deputado federal pelo estado de Pernambuco em duas legislaturas na década de 1950. Foi presidente da FAO/ONU durante quase uma década.
[6] Raimundo Faoro é jurista e cientista social. Foi presidente do Conselho Federal da OAB entre 1977 e 1979, entre outras atividades.
[7] FERNANDES, F. A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil. In **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975 p. 94-118.
[8] RIBEIRO, D. Manoel Bomfim, antropólogo. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura, p.48-59, 1984.
[9] BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993. p.195
[10] CÂNDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*. Revista do IEA/USP, São Paulo, v.4, n.8, p.4-18, jan.abr.1990. p.11
[11] OLIVEIRA, F. de. Viagem ao olho do furacão. *Novos Estudos*, n.48, São Paulo, Cebrap, p. 3-19, jul.1997.
[12] CASTRO, J. de. *Geografia da fome.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
Ib, *Sete palmos de terra e um caixão*. São Paulo, Brasiliense, 1967.
[13] FURTADO, C. *Aventuras de um economista brasileiro*. In **Obra autobiográfica**. São Paulo, Paz e Terra, 1997. Tomo II, p.11-26.
[14] Ibid, p.22.
[15] MOTA, Carlos G. Cultura brasileira ou cultura republicana? *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v.4, n.8, p. 19-38, jan.abr.1990. p.23.
[16] FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo, Globo, 1989. p.98.

AS PRÁTICAS TESTAMENTÁRIAS PAULISTANAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Maria Lucília Viveiros Araújo[1]

Nossa apresentação tem por objetivo refletir sobre as práticas testamentárias dos paulistanos numa época de grandes transformações.

Muitos testadores serviam-se ainda dos testamentos para seus pedidos espirituais, entretanto, a maior parte das terças foi reservada para o cumprimento dos pedidos temporais, principalmente para aqueles relacionados à partilha do espólio. Por isso propomos investigar de que forma esses legados interferiram no sistema de partilha igualitária entre os irmãos e em que condições os filhos ilegítimos herdaram.

Para esta investigação utilizamos os testamentos transcritos nos inventários *post mortem* do 1º Ofício da Família da Capital, datados de 1800 a 1850, num total de 68 testamentos[1]. Todos os testadores residiam na região central da cidade.

Transformações econômicas e culturais

Nas últimas décadas do século XVIII, a economia paulista, tradicionalmente ligada ao abastecimento, voltou-se para o mercado externo. Muitas cidades do planalto paulista passaram a produzir açúcar para a exportação. Possibilitando assim à elite paulista, em poucas décadas, ampliar suas posses e seus membros (BACELLAR, 1987; ARAÚJO, 2003).

Na primeira década do século XIX, a corte portuguesa foi transferida para o Rio de Janeiro, incrementando ainda mais o comércio de abastecimento paulista. Seguiu-se a liberação do comércio, das informações, das investigações científicas, a independência política e, por fim, a criação da faculdade de direito de São Paulo.

[1] Esse banco de dados faz parte da tese de doutorado da FFLCH-USP *Os caminhos da riqueza dos paulistanos da primeira metade do Oitocentos,* que será publicada pela HUCITEC e FAPESP neste segundo semestre.

A Ordem Terceira de São Francisco e a do Carmo tiveram seu apogeu nessa época. Elas se aproveitaram do crescimento econômico para reconstruir suas igrejas à altura da capital em expansão (ARAÚJO, 1997).

Os testamentos também nos indicam a expansão dessas associações leigas, pois a maioria dos testadores era de irmãos terceiros. Além das jóias e anuidades, essas irmandades eram mantidas pelos legados dos irmãos falecidos e, principalmente, pelas cerimônias fúnebres. As demais confrarias deviam possuir sedes mais modestas, já que as Irmandades do Santíssimo Sacramento, da Ordem de Cristo, de Santa Efigênia, de Santo Antônio, das Almas, de São Benedito, foram pouco lembradas pelos testadores.

Entretanto, essas confrarias não tenderam a se expandir no século XIX, ao contrário, elas foram perdendo suas festas, sua pompa e seus adeptos. As mais importantes procissões da capital foram desativadas antes do final desse século. A tradicional procissão das cinzas — organizada pela Ordem Terceira de São Francisco na quarta-feira de cinzas — deixou de se realizar em 1882 (MARTINS, 1911).

Em síntese, a religiosidade organizada pelos irmãos leigos perdia seus adeptos para dar lugar à religião institucional, privada, circunscrita ao interior da igreja secular romana. Em meados do século XIX, foi criado o cemitério municipal e banido os enterros nas igrejas. Isto é, a religiosidade e o imaginário da morte estavam se modificando.

Conseqüentemente, o testamento — outrora instrumento para a preparação do cerimonial da morte e da salvação da alma — tornou-se um documento legal contendo instruções pessoais sobre a transferência dos bens. Assim, o número de testamentos por inventário deve ter decrescido na segunda metade do Oitocentos.

Filhos ilegítimos

Muitos testadores, no leito de morte, confessaram suas fraquezas e incluíram os filhos ilegítimos na partilha dos bens. Vinte e seis deles utilizaram os testamentos com esse propósito, além desses havia ainda uma dezena de pais com filhos naturais.

Muitos inventariados já haviam regularizado esses filhos nos cartórios, alguns preferiram deixar legados para os "afilhados" e outros não tiveram tempo de testar.

O arrependimento dos testadores, tanto dos homens quanto das mulheres, foi redigido da mesma forma por muitos anos. Todos declararam que "por fragilidade humana tenho uma filha (…) Temendo as contas que tenho de dar a Deos (...)". Mas a forma como cada um tentou reparar essa "falta" foi muito pessoal.

As mulheres foram igualitárias. Maria Fausta Miquelina de Araújo Azambuja deixou legítima para os dois filhos naturais e legou para os netos grande parte da terça para compensá-los.

A viúva, Antonia Benedita da Mota faleceu em 1831 sem testamento. A filha mais velha declarou a irmã ilegítima. O genro inventariante protestou, alegava que a filha sacrílega não poderia herdar. Coube ao Juiz de Órfãos decidir o impasse:

> "Essa opinião é ligada à outra de que os filhos espurios in genere não podiam herdar dos paes, ainda que instituidos fossem em testamentos, mas essa opinião já não pode sustentar-se à vista do decreto de 11 de agosto de 1831 e o ser admitida neste inventario a dita herdeira é a melhor prova disso." (Inventário nº 749, de 1834).

É uma sentença incomum porque a menina não fora instituída em testamento. Além disso, era filha de frei franciscano, isto é, sacrílega. O Brasil Império manteve muitas tradições jurídico-religiosas portuguesas, de forma que o pecado confundia-se com o crime. Ainda assim esse juiz tratou exclusivamente dos direitos da órfã. Sua sentença revela uma tendência à ampliação dos direitos dos ilegítimos após a Independência.

A relação dos homens com seus filhos naturais variou muito. Os solteiros já os haviam regularizado muito antes do falecimento. Os casados ou viúvos sem filhos os tornaram seus herdeiros universais. Muitos distribuíram as legítimas entre todos os filhos e outros preferiram deixar apenas os legados.

Francisco Compton D´Elboux e Francisco Leandro Leme de Moraes deram apenas os dotes para os filhos naturais. Este último declarou que os filhos naturais dos homens nobres não herdavam conforme as Ordenações do Reino.

> "(...)e estão todos de quarenta annos para sima e já com alguns nettos e porque em todos aqueles tempos por Lei, todos os filhos naturais dos homens nobres sempre forão isentos de herdarem com os filhos Legítimos, como aconteceu a hum filho natural de meu Pai falescido, que por ser de conhecida nobresa ficou excluído da herança, e so aquilo que meu Pai lhe quis dar (...)" (Inventário 285, 1837).

O brigadeiro Luis Antonio de Souza havia dotado a "afilhada", mas não a declarou no testamento.

O brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão atestou que havia legalizado seu filho natural, deixando-lhe bens como usufruto e, a seguir, estabeleceu uma longa lista de exigências para esse filho manter os referidos bens, bem como para seus descendentes.

> "Segunda, nunca o doado poderá vender, doar, hipotecar, quaisquer dos ditos bens, podendo somente gravar usofruto dos referidos (...) Para passarem em semelhante condição a seus filhos legítimos se os tiver, casamento com aprovação do doador expressa por escrito, com pessoa igual, caso seja doador falecido (...)" (Inventário 229,1828).

Enfim, os filhos naturais foram declarados por homens e mulheres de diferentes condições sociais, inclusive por padres. Porém, os homens mais ricos foram menos generosos para eles.

Percebe-se uma tendência a incorporar esses filhos na partilha de bens. As Ordenações Filipinas, de 1603, previam que os filhos naturais dos plebeus, caso fossem reconhecidos por escritura pública, podiam herdar (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1985).

Linda Lewin (2003) tratou dessa característica jurídica luso-brasileira, reconhecendo nela uma visão particular de mundo, visto que outros sistemas jurídicos europeus marginalizavam o bastardo.

Os legados da família

A tabela 1 mostra que aproximadamente 23% dos falecidos deixaram legados para as filhas. Esses legados representavam 22% do valor total das terças. Ou seja, as filhas recebiam mais atenção dos pais do que os filhos.

Os falecidos preocuparam-se também com os cônjuges, 18% deixaram legados para o companheiro sobrevivente, representando 14% do valor total das terças.

Os filhos inspiravam menor cuidado, somente 13% dos testadores deixaram legados para eles, representando 11% do valor total das terças.

Nossos dados vêm corroborar as teses de diversos historiadores sobre o costume dos pais paulistas protegerem preferencialmente as filhas.

Gráfico 1: distribuição dos legados na cidade de São Paulo

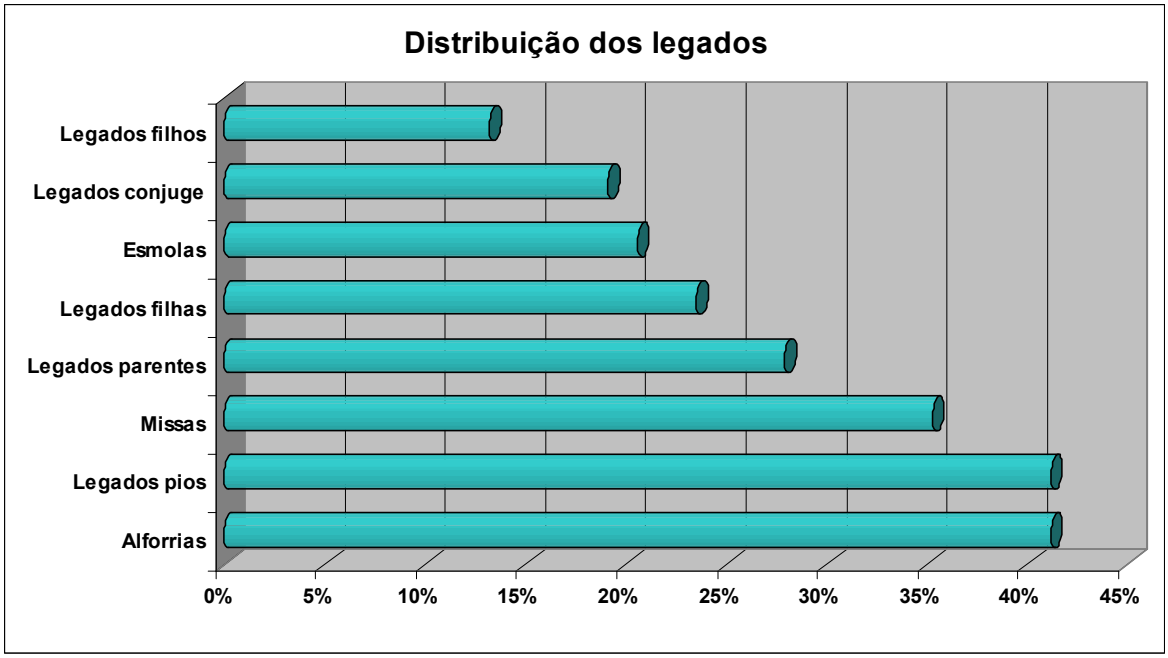

Fonte: 68 testamentos transcritos nos inventários do 1º Ofício da capital de São Paulo, 1800-1850.

Alida Metcalf (1992) pesquisou as famílias de Santana do Parnaíba, da Capitania de São Paulo, dos primeiros séculos e concluiu que a maioria dos pais oferecia os melhores dotes e suas terras para as filhas, dessa forma os genros acabavam sucedendo aos sogros.

Muriel Nazzari (2001) discorreu sobre a transformação do dote em São Paulo, chegando às mesmas conclusões: os paulistas pioneiros favoreciam suas filhas com dotes maiores do que as legítimas. Após o declínio do dote, as partilhas tornaram-se igualitárias no século XIX.

Carlos de Almeida Prado Bacellar (1987; 1991) abordou a questão sobre outro ângulo. Os filhos que migraram para as novas fronteiras agrícolas acabaram beneficiados porque as terras do Oeste Paulista eram mais produtivas.

Dora Isabel Paiva da Costa (1992) tratou do crescimento das legítimas em Campinas (São Paulo) oitocentista. Ela verificou as estratégias de transmissão de bens dos agricultores do Oeste Paulista, concluindo que a segunda geração de filhos foi favorecida com importantes antecipações, dessa forma os filhos acabaram herdando mais terras do que os genros.

Parece-nos que nossos resultados foram bem coerentes com a amostra da população. Selecionamos apenas os testadores residentes na região central da capital, isto é, da parte urbana. Conseqüentemente, a maioria dos falecidos não era de agricultores e as terras nem sempre eram os principais bens dessas famílias. Dessa forma, os casamentos das filhas foram os investimentos mais importantes para esse grupo.

Os genros ilustres da capital certamente favoreciam a família da noiva. A viúva Antônia Eufrosina de Cerqueira Câmara ofereceu o maior dote para a filha casar com o Dr. Nicolau Pereira de C. Vergueiro. Escolástica Maria de Matos favoreceu o genro, o brigadeiro José Vaz de Carvalho, oferecendo-lhe a casa como usufruto. Manoel Alves Alvim casou a filha com o Prof. Antônio Mariano de Azevedo Marques que recebeu dote maior do que a legítima dos irmãos. Maria Fausta Miquelina de Araújo Azambuja casou as filhas com o Brig. Francisco de Paula Macedo e o marechal Daniel Pedro Müller, por isso elas receberam significativos dotes.

Esses casamentos trouxeram vantagens políticas e econômicas para todos. No entanto, acreditamos que o favorecimento das filhas foi motivado principalmente pelas escassas oportunidades de ganho para as mulheres. Os pais deixavam as terças para suas filhas e para suas netas em vista das incertezas de um bom casamento. Maria Beatriz Nizza da Silva emitiu a mesma opinião (1987).

Essa foi a razão para a viúva Maria Josefa Mendes da Silva deixar a terça para a filha solteira e, também, para Isabel Inácia de Souza beneficiar as filhas.

O testamento de Isabel Inácia nos revelou com detalhes o motivo para o favorecimento das filhas. Ela deixou sua terça para as filhas na condição de legado transmitido sempre por linha materna, separado dos bens do casal (Inventário 667, 1845). Alegava que seu filho, Francisco Inácio de Souza Queiroz, fora beneficiado pelo pai e pelo casamento, consequentemente seus descendentes estavam bem estabelecidos. Suas filhas, ao contrário, não haviam feito bons casamentos. Ana Maria de Souza Queiroz principalmente, abandonada pelo marido que lhe levou o dote.

Para essa viúva, o testamento servia para reparar uma injustiça, além disso, legava para as netas uma renda individualizada, pois seus maridos jamais iriam usufruir desses bens. É um testamento bem peculiar, salpicado de idéias dos futuros manifestos feministas.

Os mais ricos negociantes de São Paulo foram os Brig. Luís Antônio de Souza e Manoel Rodrigues Jordão. Ambos instituíram morgados para os filhos a fim de enobrecer e perpetuar o nome das respectivas famílias.

Os morgados eram bens vinculados exclusivos dos primogênitos das casas nobres. A instituição era regulamentada pelas Ordenações Filipinas (SILVA, 1990).

Dessa forma, os morgados dos grandes negociantes da cidade foram os responsáveis pelos índices de favorecimento dos varões nas partilhas de bens. Como também os pais que deixaram legados para os filhos ingressarem na vida religiosa. Por exemplo, no inventário do sargento-mor Francisco Bernardes da Silva, os sete herdeiros aceitaram separar a terça para o irmão, o reverendo Manoel Emídio Bernardes, comprovar o patrimônio exigido na ordenação (Inventário 837, 1822).

O legado para os cônjuges tendia a crescer especialmente quando havia menores ou nenhum filho. As Ordenações do Reino não considerava o cônjuge herdeiro do companheiro, conseqüentemente muitos testadores sem filhos passaram a legar sua parte nos bens do casal para o cônjuge sobrevivente. Além disso, os

testadores distribuíram a terça para o companheiro sobrevivente para deixá-lo em melhores condições para a administração dos bens dos menores. Alguns estipulavam que essas doações perderiam a validade no caso de novas núpcias, outros as concederam como usufruto, mas a maioria não incluiu exigências.

Em geral os pais tendiam ao igualitarismo nas partilhas entre os herdeiros conforme exigia a lei ou protegiam particularmente suas filhas. Os cônjuges sobreviventes passaram a receber os legados dos falecidos. Assim como a legislação foi assimilando os filhos ilegítimos na condição de herdeiros.

Pareceu-nos que a preocupação dos paulistanos com o futuro de suas filhas e esposas talvez fosse exagerada, haja vista que muitas inventariantes e tutoras demonstraram grande desembaraço para os negócios, confirmando assim as teses sobre o costume das mulheres paulistas tornarem-se chefes da família.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *O mestre-pintor José Patrício da Silva Manso e a pintura paulistana do Setecentos*. SP, 1997. Dissertação (mestrado em Artes) Escola de Comunicações, Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. SP, 2003. Tese (doutorado em História Econômica) Fac. Fil. Letras e C.Humanas, Universidade de São Paulo.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra - família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista*, 1765-1855. São Paulo, 1987. Dissertação (mestrado em História) Fac. Fil., Letras e C.Humanas, Universidade de São Paulo.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família, herança e poder em São Paulo*: 1765-1855. São Paulo: 1991 (Estudos CEDHAL 7).

COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Herança e ciclo de vida*: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo 1765-1850. Niterói, RJ, 1992. Tese (doutorado em História) Fac. C. Hum., Ling., Letras e Artes, Univ. Federal Fluminense.

LEWIN, Linda. *Surprise heirs*. Illegitimacy, inheritance rigsts, and public power in the formation of Imperial Brasil, 1822-1889. vol. 2, Stanford, California: Stanford University, 2003.

MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo antigo* (1554 a 1910). SP: Francisco Alves, [1911].

METCALF, Alida C. *Family and frontier in colonial Brazil Santana de Parnaíba*, 1580-1822. Berkeley; Oxford: University of California, 1992.

METCALF, Alida. Mulheres e propriedade: filhas, esposas e viúvas em Santana de Parnaíba no século XVIII. *Revista da Soc. Bras. Pesq. Histórica*, São Paulo, nº 5, 19-30, 1989/90.

NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 9, n.17, p. 87-100, set. 1988 fev. 1989.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*: mulheres, famílias e mudanças social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. SP: C. Letras, 2001.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livros VI e V. Lisboa: F.C.Gulbenkian, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Família e herança no Brasil colonial. *Anais da VI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, VI, São Paulo, p.19-25, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Herança no Brasil colonial: os bens vinculados. *Revista de Ciências Históricas*, Univ. Portucalense, Porto, vol. V, p.291-319, 1990.

---

[1] Doutora em História - USP

BORRACHA PARA O MUNDO: a construção imagética e discursiva para o eldorado amazônico (1940 - 1945)

Maria Liège Freitas Ferreira *

A renovação nos estudos históricos, a partir da Nova História redimensionou a noção de documento histórico. Nesse universo de novas possibilidades de leitura e interpretação da história figura a iconografia; ou seja, a **"**representação da realidade**"** por meio da imagem. Representação produzida por pessoas ou grupos que detém poder dentro de seu espaço de abrangência e representam a realidade a partir de sua ótica de leitura/compreensão dos acontecimentos e, através das imagens, criar e/ou influenciar a opinião pública acerca dos fatos e das idéias correspondentes representadas.

Nessa perspectiva, o período do Estado Novo (1937-1945) é emblemático para o estudo das imagens por apresentar toda a simbologia do projeto ideológico nacionalista elaborada pelo governo varguista. Suas falas (discursos e imagens) estão imbuídas de uma significação argumentativa e persuasiva de tal magnitude que o estudioso da iconografia encontra sentidos ocultos não perceptível no documento escrito oficial. É o caso, por exemplo, dos discursos e imagens elaborados especificamente para a ocupação da Amazônia durante o governo Vargas cujo objetivo era a ocupação econômica dos "espaços vazios" dessa região não incorporadas ao restante do capitalismo no Brasil; particularmente o discurso retórico e iconografico referente ao período compreendido entre 1940 - 1945 e conhecido como a Batalha da Borracha.

Assim, a Amazônia é inserida no contexto da política varguista. Toda uma estrutura discursiva é elaborada para a criação de "pertencimento" da região na

* Mestre em História - UNESP, *Campus* de Assis, São Paulo, e Professora no Departamento de História e Geografia/UFCG - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. e-mail: liege@ch.ufcg.edu.br

população brasileira, enaltecendo suas riquezas e construindo no imaginário da população possibilidades de superação de situações adversas a que sempre estiveram submetidos. Para isso, são implantadas políticas de atração de mão-de-obra para os seringais amazônicos; centenas de famílias foram atraídas pela propaganda do Estado e por empresários do setor gumífero, prometendo a descoberta de um "Eldorado" capaz de solucionar todos os problemas de sobrevivência dessa parcela da população nacional.

A propaganda ideológica veiculada pelo governo para a Batalha da Borracha baseava-se na utilização de mecanismos de convencimento da população alvo: refugiados das secas nordestina e desempregados sudestinos. A retórica constituiu assim, a base privilegiada de persuasão utilizada por Getúlio e seu grupo para os objetivos traçados para a Amazônia configurada no apoio e adesão à nova política para a região denominada Marcha para o Oeste. As mensagens deveriam utilizar/expressar uma linguagem assimilável pela população de modo a dirimir possíveis dúvidas face ao discurso proferido e pudesse redimi-la, anulando qualquer possibilidade de questionamento.

O jogo de palavras utilizadas na campanha da borracha faz do homem simples do campo desvalorizado pelos patrões a se sentir valorizado e, assim, não pode deixar de atender ao "pedido" do presidente. Utilizando todo um arcabouço de convencimento, não pode pairar dúvida sobre os projetos para a Amazônia. Todos deveriam trabalhar, "cultivar esforços", para o sucesso da campanha da borracha e da Marcha para o Oeste.

A retórica trabalhada utilizava o ufanismo como meta prioritária, a nota convocatória do SEMTA (Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), um dos organismos criados pelo governo especificamente para a Batalha da Borracha em 1942 tinha como objetivo criar todo um aparato mobilizador - recrutamento, serviços de comunicação e saúde, assim como planejar a distribuição da população, agora seringueiros, nos seringais amazônicos, é explicativa do momento vivido:

> **"***Na guerra total em que estamos defendendo a nossa honra e liberdade ultrajadas, as decisões não dependem apenas das lutas das frentes. Hoje tudo e todos são mobilizados e tarefas importantíssimas cabem aos que ficam na retaguarda. Trabalhador: os nossos aliados que já se encontram em combate, os nossos irmãos que lutam nos ares e nos mares, precisam seriamente do seu esforço de produção. E para que essas armas rodem até a vitória, será necessário conseguir mais borracha, a borracha que o Brasil possui em reservas astronômicas, mas que agora devemos extrair. É simples e altamente rendoso. Procure informações na Prefeitura local***"** (Jornal "O Povo".1943: 3).

A nota convocatória do SEMTA é particularmente emblemática; nela encontramos toda a simbologia dos valores morais trabalhados pelo governo. Tomemos inicialmente como as palavras "honra e liberdade" que são utilizadas no texto. Seus significados se referem ao ouvinte para uma dimensão externa, qual seja, o totalitarismo alemão, configurado no ataque a navios brasileiros pela frota naval militar alemã. A "liberdade ultrajada" expressão usada pelo presidente Getulio Vargas referente a quebra pela Alemanha da violabilidade do território brasileiro. O discurso é nacionalista e é direcionado à população brasileira como estratégia de defesa da soberania nacional.

Trata-se de um cidadão esquecido em sua vida pelos poderes públicos, que agora é cooptado, ao ser elevado à categoria de soldado fundamental para o sucesso do Brasil na guerra, além de contribuir diretamente para o desenvolvimento brasileiro na Amazônia. Ao mesmo tempo em que contribuiria de modo direto para o desenvolvimento brasileiro sairia da situação de miséria em que se encontrava, uma vez que na Amazônia encontraria a satisfação de todas as suas necessidades até então negadas como terra e chuvas, alimentação diversificada e recursos financeiros.

Sentia-se útil e seguro do cumprimento das promessas do governo, sentia-se valorizado, ao ser convocado como soldado da borracha.

A confiança na figura de Getúlio faz o povo acreditar nas promessas feitas: terra e fartura na Amazônia; ao mesmo tempo que trabalha pôr um Brasil unificado no qual todos estão irmanados na construção de um país justo e soberano. O arcabouço discursivo para o convencimento da população alvo traça assim, os objetivos de ocupação e exploração da Amazônia.

Especificamente aos meios de comunicação massa, o rádio foi responsável por centenas de ouvintes, através de sua programação musical, humorística e de prestação de serviços. Como o rádio destina-se a um público ouvinte e não leitor, sua abrangência era muito superior a outras formas de comunicação. As imagens construídas pelo discurso radiofônico, através da oralidade, não se diferencia dos demais veículos de comunicação. Ao utilizar a voz humana como principal técnica, a comunicação por onda sonora prima pela pessoalidade, pois trata-se de uma linguagem de fácil compreensão, associada a uma voz com timbres suaves e melodiosa. Em suma, é uma voz bem trabalhada, que utiliza a leitura de maneira clara e direta, além de transmitir e criar emoções, objetivando persuadir os ouvintes e, assim, buscar a cumplicidade para o esforço da batalha da borracha.

Sendo as imagens a representação simbólica do desejado e, portanto, mecanismos de identificação e de projeção da realidade; o governo autoritário de Getúlio Vargas soube utilizá-las para seus propósitos políticos e ideológicos para a campanha nacionalista que empreendia para a Amazônia. Assim, o projeto nacionalista da batalha da borracha e da Marcha para o Oeste, seriam também trabalhados através de material visual; assim, o universo da persuasão compreende também, o universo visual que os seres humanos vivem.

A fotografia é um signo datado de expressão culturalmente trabalhada e interfere no sentido que as coisas tem para os indivíduos; isto é, a forma como os seres humanos agem em relação às coisas com base nos segmentos que estas tem

para eles; as idéias constituem apenas um dos múltiplos usos que as imagens proporcionam aos projetos governistas.

Analisando-se os projetos populistas/nacionalistas, percebemos que a produção de imagens é extremamente bem trabalhada. O uso de cores fortes, músicas com palavras de ordem, discursos inflamados, são exemplos de *gestal*t, teoria alemã que trabalha a perfeita interação entre figura e fundo, isto é, trabalha o campo visual/auditivo de maneira completa de modo a formular o equilíbrio da mensagem no receptor levando-o ao mecanismo de identificação à mensagem veiculada. A *gestalt* oferece uma série de mecanismos que permitem ao emissor o sucesso da mensagem veiculada materializados em suas principais leis que são: *similaridad*e, que é a compreensão do todo pela lógica e clareza que oferecem; *proximidad*e, que é a rigorosa escolha do componente principal da mensagem, a eliminação do que é supérfluo e a adição de estímulos simples; a similaridade e a proximidade necessariamente levam à *continuidade.* As coisas que têm continuidade apresentam uma seqüência lógica e finalmente *fechamento,* que é a compreensão da totalidade num relance, as frases devem ser curtas e completas, de forma que o sujeito não tenha o que perguntar (TISKI-FRANCKOWIAK.1997: 88-90).

A contratação do artista plástico suiço Jean Pierre Chabloz para a criação da campanha publicitária visual da borracha fecha o corolário da proposta varguista. O material publicitário por ele criado - geralmente cartazes, eram trabalhados de modo a não permitir nenhuma dúvida no público alvo quanto ao paraíso amazônico, produzindo assim, adesão à causa da batalha da borracha. Centenas desses cartazes foram amplamente espalhados por todo Brasil (em especial no Nordeste); era primordial que as mensagens chegassem aos mais distantes lugares do país. Os cartazes do SEMTA são trabalhados de modo a fixar uma imagem permanente da Amazônia enquanto um paraíso a ser explorado economicamente e terra promissora de uma nova vida. Enfim, como a expressão da verdade do eldorado prometido. O material imagético elaborado para e da campanha da borracha, em sua grande

maioria produzida pelo governo Vargas e, portanto, expressam a Amazônia sob a ótica do Estado: uma Amazônia próspera.

A Batalha da Borracha, aspecto fundamental da Marcha para o Oeste, encheu os seringais amazônicos de nordestinos principalmente, que atenderam ao chamado do Presidente Vargas para a produção da borracha, produto essencial no momento da Segunda Guerra Mundial. Ao ouvirem as promessas de terra e fartura em abundância na Amazônia encontraram a possibilidade de saída da estrutura latifundiária concentradora e coronelista, de relações de compadrio e dependência que se encontravam. O arcabouço discursivo retórico e imagético de aliciamento para a causa da borracha trabalhou no imaginário dessa população a solução para a situação de miséria e, portanto, de alijamento social a que estavam submetidas.

A Batalha da Borracha enfim, não cumpriu o prometido a "seus" soldados. A crítica feita por João Cabral de Melo Neto em seu poema Morte e Vida Severina ao retratar a vida de arribação do homem do sertão nordestino adequá-se à luta pela terra, desse mesmo homem na Amazônia; cuja vida de arribação e desilusões continuou na Amazônia. A terra tanto desejada e prometida foi efetivada sim, mas em forma de covas por mortes através da violência, malária, febre amarela e a *leishmaniose*. A cova foi o único pedaço de terra alcançado. As promessas do eldorado foram invenções. Tarde demais para desilusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGÁFICAS

GADET, Francoise e HAK, Tony(org). *Por uma análise automática do discurs*o: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1993.

OSAKABE, Haquira. *Argumento e discurso políti*co. São Paulo: Kairós, 1978.

TISKI-FRANCKOWIAK, Irene. *Homem, Comunicação e Co*r. São Paulo: Ícone, 1997.

VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: s.c.p. v.X.

AS CARTAS DE SEGURO: DE COMO LIVRAR-SE SOLTO DOS DELITOS PÚBLICO COMETIDOS. MINAS GERAIS, 1769-1831

Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira – UFMG/FAB

Introdução.

A solução encontrada para o exercício de poder na porção ultramarina do Império Português tornou-se tema de amplo debate e encontrou ponto privilegiado na imposição da ordem no território mineiro, do século XVIII. Ao final do século, ainda persistiam as práticas da graça combinadas com as práticas punitivas. A adoção da carta de seguro, como um mecanismo de organização da ordem, associou a noção de punição e graça conferindo ao Império Português e como parte ultramarina, a Capitania das Minas, o aspecto de nebulosidade na administração da justiça.

A segunda metade do século XVIII, período de acirrado debate sobre culpas e delitos, teve a administração da justiça sustentada nas noções de punição e graça O direito de punir e o direito de agraciar foram noções que caminharam juntas e serviram como dois lados da moeda para buscar a desejada “quietação dos povos” e a “felicidade da república”. O binômio, administrado nas Minas em alternadas dosagens punições e de graça, permitia a sustentabilidade do governo adaptado ao Antigo Regime. Ao fornecer a desejada atenuação de uma legislação altamente constrangedora, aplicada a uma população hierarquicamente diferenciada, dividida em níveis estamentais, distribuída ao longo da extensão territorial do império, a dupla noção favoreceu a implementação das políticas de imposição da ordem na porção americana do Império português, incluindo nela o território da Minas[1].

Parte significativa desse substrato teórico moldou as questões que ocuparam as cabeças dos juristas atuantes na segunda metade do século. Ao buscar os mecanismos de superação das paixões, visando transformar a massa populacional em povo civilizado, a teoria legalista esforçava-se para conceder ao ato punitivo a mesma natureza que o ato da graça. Ambos compunham o programa de controle dos povos, aplicados em momentos em

que as estratégias coercitivas existentes revelavam-se insuficientes. Enquadrada dentro da noção de perdão, a graça concedida em forma de anistia ou privilegio, reforçava a autoridade moral da realeza.

Enquadrados na mesma abordagem, eles compuseram parte do programa de formação da Universidade de Coimbra em 1789. Forneceram os argumentos para os títulos de capítulos das Preleções de Direito Português[2].

> *"Por direito da Polícia entendemos a auctoridade, que os príncipes tem para estabelecerem e proverem os meios e subsídios que facilitem e promovão a observância de suas leis"*[3]

A cadeira de Direito Pátrio Público ofereceu ensinamentos sobre os direitos de polícia e imposição das leis, defendendo que os governantes possuíam o uso da punição ao lado do direito de agraciar. Mais que reforçar a autoridade real, o uso da anistia e perdão foram instrumentos invocados com o intuito de equilibrar situações insustentáveis. Governadores e intendentes da Polícia, sempre que se viram com ineficiência de tropa para forçar a obediência, estimulavam e exercitavam outros meios de conseguir impor-se aos governados. As autoridades sabiam o que as lições das Preleções pregaram, ou ainda, as lições pregaram o que as autoridades esperavam:

> *" para uma República conseguir os fins de sua instituição não basta que os Imperantes prescrevão Leis sabias, e justas, he necessário, que ellas sejão ajudadas de alguns soccorros, que promovão a sua observância, porque de outra sorte ellas não servem mais do fazerem victimas da Justiça aos homens por sua natureza propensos ao mal.*[4]

Em variadas ocasiões, a própria polícia chegou a sugerir que se fizesse amplo uso dos perdões para, em climas festivos, amenizar os rigores das punições previstas no Código Filipino, garantindo assim a desejável recuperação da exeqüibilidade penal[5].

Paralelamente, o recurso à carta de seguro permitiu aos condenados por crimes de violência interpessoal não serem presos, enquanto provavam sua inocência. Frente às noções costumeiras de que o cárcere era algo indesejado, a concessão da carta de seguro

prática foi largamente aplicada e serviu como instrumento para minimizar as pressões sobre os custos do sistema carcerário. O modelo punitivo prescrevia claramente que a estrutura carcerária era custosa e nem sempre atendia aos interesses da República ofendida:

> *"o cárcere se por huma parte serve de castigo, por outro conserva uma imensidade de homens inúteis, e ociosos, que em castigo de seu delicto são sustentados a custa dos concidadãos, que offenderão e constituem, hum peso ao estado..."*[6]

A carta de seguro, elemento organizador das noções de justiça da Capitania das Minas foi transferida para o território ultramarino. Servira como instrumento de promoção do equilíbrio no vasto império, principalmente no que tange aos pontos fracos de justiça e no exercício de poder local. Segundo as Preleções, as condições necessárias para que a República conseguisse seu fim era o desenvolvimento dos meios necessários que são principalmente "a cultura das disciplinas, o augmento da população, a saúde dos povos, o comércio, a agricultura, as Manufaturas" [7]. É notório que homens presos não trariam estes bens a sua República.

Necessitado de homens para seu povoamento e comércio dos povos, o reino português precisava do crescimento da população e, certamente, não era para encarcerá-los[8]. Para enfrentar esta situação, o favorecimento representado pela carta de seguro proporcionou a fórmula que bem atendeu a combinação necessária entre o código criminal português e o sistema concessionário de perdões e privilégios régios.

As cartas de seguro, mecanismos exclusivos do reino português, "são hum remédio para o nosso reino". Ela difere da fiança, uma vez que estas eram regularmente concedidas aos presos, o que não as altera o fato de em algumas circunstâncias serem também concedidas a pessoas soltas[9].

Os pressupostos de anistia, perdões, cartas de seguro e prescrições punitivas acentuadas determinaram a tônica de toda a orientação doutrinária portuguesa na segunda metade do século XVIII. Herdados do sistema social político corporativo, em voga no moderno Império Português, estiveram presentes em obras de orientação prática da ordem do processo escritas desde a década de 1740, permaneceram no trabalho de Pereira e

Sousa, início do século XIX, bem como, foram mantidos nas lições que a Universidade de Coimbra reformada ofereceria aos seus alunos na cadeira de Direito Pátrio.

Recurso previsto nas Ordenações Filipinas, Livro Primeiro, título VII, ela foi regulamentada em lei de 19 de janeiro de 1692:

> *"E se a parte, ou justiça o quizer acusar perante os juízes do lugar, onde o delito for comettido, e elle requerer que o remettam ao Corregedor... seja remettido, solto ou preso, posto que a parte não o consinta. Porém quando ambas as partes consentirem que o feito se trate perante os juízes do dito lugar, conhecerão dele."*[10]

Nas Minas Gerais foi amplamente requerida. O rol de culpados da Comarca do Rio das Mortes revelou que 25% dos condenados obtiveram carta de seguro. Seu uso foi regularmente detectado a partir de 1773, na Comarca do Rio das Mortes[11]. Pronunciado em devassa ou libelo, o réu não iria para a prisão caso ele conseguisse a carta de seguro. Para isso o réu seguro apresentar-se-ia ao juiz do crime para tratar de seu livramento em audiências, permanecendo assim nas redes do poder. Um estudo quantitativo do rol de culpados revelou que dentre os 1212 nomes nele inscritos, em cumprimento as ordens da pronúncia, 570 nomes são com data anterior a 1808. A parcela restante teria sido pronunciada após aquela data. Ocorre que isto é significativo, se lembrarmos o cargo de Juiz de Fora, somente fora criado na Vila de São João na data de 1808. Isto nos leva a pressupor que a situação da justiça local não sofrera grande alteração com a introdução da autoridade representada na figura de um juiz de fora.

Já o número de réus com carta de seguro recebeu maior impacto. Até 1808 o número de possuidores de carta de seguro somou um total de 71 pessoas, e após essa data este número cresceu para a cifra de 182. Dos pronunciados, 119 tiveram seus processos tirados em devassa e 135 tiveram suas culpas pronunciadas em querela. As assuadas, ferimentos, furtos de gado eram os crimes que figuraram nos autos. Todos eles resultantes de desavenças do cotidiano vivenciado no calor das experiências comuns.

Enquanto os favores régios contribuíam para a reprodução e fortalecimento de uma sociedade hierarquizada, os não favorecidos eram jogados nas malhas de ação daqueles

que controlavam localmente os instrumentais da concessão real.[12] Longe dos centros difusores das mercês e doações, os setores excluídos dos privilégios viveram às voltas com as disputas interpessoais que, não raro, explodiram em assuadas e porretadas e, nessas ações, não encontraram perdão dos ofendidos, quer fosse de parte dos súditos, quer fosse de parte da justiça em nome da República.

Os processos que apresentaram as cartas de seguro revelam como seus advogados conheceram e seguiram as orientações da Prática Criminal de Ferreira[13]. Através de seu procurador, Germano requereu a carta de seguro com a seguinte petição em 1º de março de 1823:

> *"Diz Germano José Cordeiro homem pardo solteiro. Morador nesta Vila. que a sua notícia chegou ficar pronunciado em devassa que ex ofício. se procedeu pelo Juízo de Fora a pretexto de pancadas dadas de noite em Tereza crioula. forra, e em João cabra forro, o que tudo nega o suplicante. e como pretende mostrar sua inocência, e antes da verdade sabida pode ser preso, e seguro se p...de mostra livre: requer a V. Sa. se digne mandar-lhe passar sua primeira carta de seguro negativa por tempo de um ano pagos os Novos Direitos pelo. recontado delito e por. todos aqueles que pode V. Sa. segurar ao Suplicante a fim de patentear a sua Justiça"*[14]

*S*alientado o *E.R.M* "*E receberá mercê"*, a petição de Germano fora despachada com os dizeres de "D. passe a primeira carta de seguro. na forma requerida, pagos os Novos Direitos"

Seguindo padrão semelhante, com despacho datado de 2 de março de 1827 a petição de Martinho Dias segue o modelo;

> *"Diz o Alferes Martinho Dias de Gouveia por cabeça de seus escravos Simão, Matheus Pedro, Mathias, e Manoel, conhecido por Manino, todos pretos da Costa, que a sua notícia chegou haverem sido pronunciados, em Querela, que do suplicante deles e de outros, deu, pelo Juízo de Fora desta Vila, João Fernandes dos Santos, seu vizinho e inimigo capital, na Fazenda da Chamusca Freguesia de Lavras, por ferimentos que se diz feitos em um seu escravo de nome Domingos, ou como ao*

certo constar, argüindo o suplicante de mandante e prestando assuada e quanto mais quisesse, cujo delito fora praticado, em dias de Fevereiro próximo passado, o que nega, ele suplicante haverem praticado, seus ditos escravos e menos dado consentimento ajuda ou favor, e por que teme sejam presos antes da verdade sabida, e soltos, quer mostrar a inocência, em que. se acham a respeito, bem como a calúnia do suplicado Requeiro a V.S. se digne mandar a dita Querela, como por Devassa, no caso, de se proceder a ela, por tempo de um ano, na forma do Estilo, pagos os Novos Direitos.

P. a V.S. se digne mandar se passe o seguro pedido. E.R.M" [15]

Despachada na mesma forma o senhor e seus escravos tornaram-se seguros para, a partir desse privilégio pelo qual pagaram mercê, continuarem seus processos de livramento, seguindo todos os passos da intricada rede processual na qual se viram envolvidos.

Semelhantemente, o padrão de petição dos advogados de Antônio Ferreira Miz mostrou que:

"Diz Antônio Ferra. Miz. morador na Aplicação da Nazaret, termo desta Vila. que teve por notícia que Joaquina de Tal crioula forra se queixara ao Juízo de Fora desta mesma Vila de lhe terem dado pancadas e feito ferimentos em dias de agosto do corrente ano e sobre a sua queixa tirara devassa ex ofício jurando nela pessoas desafetas ao suplicante e apaixonadas da queixosa para lhe fazerem culpa o que é de esperar em tais circunstâncias para que não seja calcada e atropelada por semelhante modo e possa o suplicante mostrar a sua inocência e Justiça sem que seja oprimido. Pede a V.S. seja servido fazer-lhe a graça da sua primeira carta de seguro negativa por tempo de um ano pagos os novos direitos. E.R.M."[16]

Do mesmo modo, o traslado dos autos do libelo crime entre partes que foram por apelação para o Tribunal da Casa da Suplicação do Império do Brasil também apresentou a carta de seguro no caso que envolveu Caetano Alves de Magalhães, o Guarda-mor Miguel Teixeira de Carvalho e Severino pardo, escravo com a seguinte petição:

"Diz o Guarda-mor Miguel Teixeira de Carvalho per si e por cabeça de seu escravo Severino pardo, que sucedendo dar-se um tiro no Tenente Caetano Alves de Magalhães por esse motivo não se procedeu a Devassa pelo Juízo Ordinário da Vila de São José, como também querelou do suplicante e outros por este Juízo da Ouvidoria, nomeando para testemunhas de uma, e outra cousa pessoas da sua facção, e inimigas do suplicante, e certamente estarão pronunciados em uma e outra cousas, e para mostrar sua inocências bem como de seu Escravo livres do vexame da prisão requer a Vossa Senhoria lhe mande passar sua primeira Carta de Seguro, Negativa por todos e quaisquer crimes que resultassem ao suplicante e ao dito seu Escravo na dita Devassa, querela, ou denúncia por tempo de um ano pagos os Novos Direitos= Pede a Vossa Senhoria lhe mande passar o seguro requerido= E receberá Mercê="[17]

Tudo foi autorizado com os dizeres de "passe para os casos que a Lei permite". A petição representara a forma comum de se conseguir a carta de seguro que, seguida do despacho, colocava o réu seguro, contando assim com os benefícios da graça régia. No entanto, a rede de poder que envolvia os súditos estava longe de encontrar seu fim. O processo conhecido como de livramento encontrava nesse ponto apenas o seu começo, envolvendo e empregando uma rede de funcionários que administravam a justiça local.

O tratamento da carta de seguro desvela a ambigüidade das relações hierárquicas no reino, demonstrando que a organização das justiças também refletia os quadros do modelo de monarquia corporativa. Segundo Hespanha, o sistema penal da monarquia corporativa caracteriza-se por uma estratégia correspondente a sua natureza política, afirmando que, se no plano político o poder real se confronta com uma pluralidade de poderes periféricos, assumindo-se como um árbitro, também no domínio da punição, a estratégia não se volta para uma intervenção punitiva tão efetiva no cotidiano das ações[18].

Entretanto, a despeito de toda a aparente complicação, o sistema funcionava e coubera aos nele envolvidos, sobretudo aos que estivessem na ponta da justiça local, encontrar os meios de descobrir e acionar suas redes de informação e contato. O paradoxo é que ao mesmo tempo em que os perdões e a Carta de seguro revelavam a incapacidade

da Coroa em punir efetivamente seus súditos, eles exerciam a hegemonia, mesmo que fosse apenas simbólica e fortaleceram o poder real. Tais dispositivos poderiam exercer pressão no espírito dos indivíduos ou grupos, tornando os colonos menos resistentes ao mando da Coroa ou à centralização do governo.[19]

---

[1] A noção de Império Português inclui os conceitos de mobilidade e território em formação, como ocorreu com o caso da região mineradora. A imposição gradual de ordem e a definição do território são elementos constantes nessa noção que, se para os momentos iniciais foi marcado por inúmeras revoltas e motins, já arrefecidos na segunda metade do XVIII, nem jogouos dirigentes de ambos os lados do Atlântico em confortáveis posições de se descurara das soluções de governação. Sobre o tema das Minas no Império Português há ampla produção historiográfica e pode ser ilustrada pelo trabalho organizado por Júnia Furtado. Diálogos Oceânicos.
[2] S. PAIO. Francisco Coelho de Souza e. Prelecções de Direito Patrio Publico, e Particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil.Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1792.
[3] Op. Cit. (p. 139).
[4] Op. Cit. (p. 139).
[5] "Em ocasiões especiais, como Páscoa...lançar do cárceres... a mesma polícia pede ...que se usem deste e outros motivos públicos...os cárceres cheios pela falta execução..." Op. Cit. (p. 179).

[6] Op. Cit. (p. 176).
[7] Op. Cit. (p.139).
[8] Sobre as preocupações com o crescimento e desenvolvimento dos povos, o aumento da população os estudos sobre as ações pombalinas discutem esse tema. MAXWELL, K. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Sobre os esboços de medidas econômicas, as noções de economia política, o debate de Verney apresenta trechos esclarecedores do pensamento coevo. Cf : Moncada, L. Cabral. Estudos de História do Direito, a parte que se refere ao iluminista português do século XVIII, Luis Antônio Verney.(p.105-112). MONCADA, L. Cabral. Estudos de História do Direito. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra:1950.
[9] Sousa.Joaquim José Caetano Pereira e. Primeiras Linhas sobre o processo criminal.(p.73). O estabelecimento de uma comparação entre a carta de seguro e congêneres, ainda leva o autor a estabelecer que " cessa a prisão no caso de seguro" e "relaxa-se nos casos de Homenagem e Fiança"(p.62, 63, 64) SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira. Primeiras Linhas do Processo Criminal. Terceira Edição. Emendada e accrescentada com hum Repertório dos Lugares das Leis Extragantes, Regimentos, Alvarás, Decretos, Assentos e Resoluções Régias promulgadas sobre matérias Criminaes antes e depois da Compilação das Ordenações, por ordem chronológica e com hum Índice dos Regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.
[10] Ordenações Filipinas. http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/L1P25.HTM
[11] Livro do Rol de Culpados. ARSJ.
[12] Sobre as concessões, privilégios e graças no Império Português estudados nos desdobramentos assimétricos nas suas vastas regiões nos séculos XVI a XVIII ver FRAGOSO, J. BICALHO, M.F. GOUVÊA M. F. O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica Imperial Portuguesa.(séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
[13] FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenaçoens, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida./* Porto : Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraesns, 1767
[14] Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823. ARSJ
[15] Libelo de João Fernando dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, ARSJ.
[16] Libelo de A Justiça e Antônio Martins Ferreira, 1814, ARSJ.
[17] Libelo de Caetano Alves de Magalhães, Miguel Teixeira de Carvalho e Severino pardo escravo, 1829, ARSJ.
[18] HESPANHA, A. M. (Coord.) História de Portugal, vol. IV. O Antigo regime (1620-1807) Direção Mattoso, José. Lisboa; Portugal: Editorial Estampa, s/d. A punição e a graça (p. 239).
[19] Russell-Wood Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. (p. 118). In: Varia História Códice Costa Matoso. Número Especial. Belo Horizonte: No. 21, jul. 1999 p. 100-118

"Memória popular, trajetórias de vida e história de favelas: um estudo de caso em Vigário Geral".

Profa. Dra. Maria Paula Araújo - UFRJ

Este trabalho faz parte de uma pesquisa, já em fase final, cujo objetivo foi a recuperação da história de uma favela carioca – no caso, Vigário Geral. Esta pesquisa foi realizada em parceria com o Grupo Cultural Afro Reggae e resultou num material que está sendo editado e que deverá ser publicado com o título "História e Memória de Vigário Geral".

O trabalho que vou apresentar aqui se utiliza de algumas partes deste material para fazer uma reflexão sobre a potencialidade da memória e da oralidade no estudo de comunidades populares cujas histórias não são registradas, nem documentadas, a não ser quando são atingidas por grandes tragédias.

Para escrever a história de Vigário Geral tivemos que recorrer, fundamentalmente, às fontes orais, já que não há registro oficial nem sequer da criação do Parque Proletário de Vigário Geral, na década de 1950. Utilizamos também os acervos pessoais de fotografias e recortes de jornais dos moradores da comunidade. Útil também foi a documentação referente ao projeto municipal de urbanização "Favela Bairro". Estas foram as fontes essenciais de nossa pesquisa. A documentação sobre Vigário Geral só se torna abundante a partir do ano de 1993 quando ocorreu o trágico episódio que ficou conhecido como "a chacina de Vigário Geral"; fato amplamente divulgado pela mídia impressa e televisiva em todo o país.

Nosso contato com a comunidade, seus moradores, suas histórias, seus casos, seus baús particulares cheios de fotos e recortes antigos – tudo isso só foi possível através da parceria que estabelecemos com o Afro Reggae, grupo que atua na favela,

junto aos jovens, desenvolvendo inúmeras iniciativas artísticas e culturais – como oficinas de música, grupos de teatro, escolas de circo e de malabarismo.

Uma questão que eu gostaria de salientar é a importância da memória dos moradores, sobretudo dos moradores mais antigos, para a construção de uma narrativa histórica deste tipo. Para tanto é importante que os próprios moradores valorizem esta memória e reconheçam como documentos históricos o material sobre a comunidade que eles guardam, muitas vezes, em suas casas como recordações pessoais. Em muitos casos, a expansão e a trajetória da comunidade se misturam e se confundem com a trajetória de vida de seus moradores. Nós trabalhamos com um grupo destes moradores mais antigos, que batizamos de "*Pioneiros*". Estes "Pioneiros" não foram apenas alguns dos primeiros moradores da área mas foram também os principais articuladores das primeiras formas associativas e de lazer da comunidade: a Associação de Moradores, a Comissão de Luz, o time de futebol "Onze Unidos". São eles (ou suas famílias) que guardam em suas casas a maior parte do material documental sobre Vigário Geral: fotos antigas de mutirões, de assembléias da Associação de Moradores e da Comissão de Luz, registros e atas destas entidades. Como os moradores mais antigos, eles têm a memória dos grandes dramas da comunidade, como as enchentes e desabamentos. É importante salientar também que não se trata apenas de antiguidade, sua narrativa sobre a trajetória da comunidade é respaldada por legitimidade e representatividade. As pessoas da comunidade – quando inquiridas pela equipe da pesquisa sobre os moradores mais antigos que teriam mais história para relatar – sempre apontavam os mesmos nomes: Seu Lins, Seu Nilson, Seu Farides, Seu José Emídio, Seu Denair. E Seu Naildo, já falecido, cuja família guarda uma preciosa caixa de fotografias e recortes de jornal.

Este grupo de moradores compõe, a nosso ver, uma "comunidade de destino" tal como proposta por Ecléa Bosi em seu livro "*Memória e Sociedade, Lembrança de Velhos*".[1] A tese de Ecléa Bosi se baseia na teoria de Maurice Halbwachs sobre a memória como construção social. Halbwachs acentua o processo coletivo da

construção da memória, insistindo em sua dimensão de algo compartilhado por um conjunto de pessoas que pertencem a uma "comunidade afetiva":

> "Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns **que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam** incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade".[2]

Em seu livro Ecléia Bosi sublinha a importância de seus entrevistados pertencerem a um grupo comum. Velhos habitantes de São Paulo, a condição de anciães os une no momento de rememorar a cidade de sua infância e juventude. Bosi aborda uma comunidade que chama de "comunidade de destino" – que, no caso de seu trabalho, é o próprio envelhecimento. Seus personagens trazem na lembrança uma cidade que não mais existe, apenas em suas lembranças.

É o pertencimento a uma comunidade que permite o processo social de construção da memória. Nossos "Pioneiros" pertencem a uma comunidade deste tipo, reconhecida por eles e pelos demais moradores de Vigário Geral. E este reconhecimento dá estrutura, conteúdo e legitimidade às suas lembranças – à memória construída por este grupo acerca do nascimento e expansão de Vigário.

No entanto, é preciso também salientar que a memória não está livre das contingências políticas mais gerais. Todos os nossos entrevistados só deram seus depoimentos depois que lhes asseguramos que nosso intuito era a história de Vigário, sua criação e crescimento – e não (pelo menos não essencialmente) a chacina ocorrida em 1993. Este é o grande silêncio das entrevistas. Sobre os acontecimentos mais recentes relacionados à criminalidade, violência policial, tráfico de drogas, estes depoentes se recusaram a falar. Para estes temas, altamente perigosos, eles não se sentem legitimados nem protegidos para prestarem declarações. Quem fala sobre estes temas são outras pessoas: aquelas que tem no combate à violência e criminalidade sua principal razão de ser e de atuar em Vigário Geral. Estas pessoas,

ligadas diretamente à ONGs que ali se estabeleceram depois da chacina, são as únicas que se sentem autorizadas para abordar o tema. Entre elas se destacam os próprios jovens do Afro Reggae. Nossos "Pioneiros" se sentem mais à vontade no relato de uma história anterior, que se passa entre as décadas de 1950 e 80.

Neste sentido, eu gostaria de me deter aqui num ponto: o nascimento de Vigário Geral e a chegada, ao longo dos anos 50, destes "Pioneiros" na região. Os relatos que fazem de sua chegada à comunidade correspondem a diferentes formas de ocupação de Vigário Geral.

O único registro oficial que existe sobre a criação do Parque Proletário de Vigário Geral, encontrado no Instituto Pereira Passos, também dá a década de 1950 como referência e também se baseia no depoimento de moradores.[3] Quase todos eles relatam a primeira metade dos anos 50 como o início da favela, em função da política de remoção da Prefeitura.

A política de criação de "parques proletários" deriva de um projeto antigo, do então Prefeito do Distrito Federal em 1940, Henrique Dodsworth, em pleno Estado Novo do período Getúlio Vargas. A idéia era a substituição das favelas por núcleos de habitações populares. Já nas décadas de 1950 e 60 os parques proletários mudaram de função: passaram a representar um local provisório para populações removidas. Desejando ocupar áreas da cidade favelizadas – para embelezamento urbanístico ou construção civil – a prefeitura retirava os moradores e os alocava em outra região, onde criava um Parque Proletário. Os Parques Proletários tinham então um sentido provisório – receberiam esta população removida de outras favelas até que a prefeitura designasse local adequado para que estas famílias morassem. O problema era que, uma vez removidas com sentido temporário, a prefeitura muitas vezes se esquecia destas famílias e a solução provisória do Parque Proletário virava uma situação definitiva, permanente. Muitas favelas nasceram assim. E esta foi, também, uma das origens de Vigário Geral.

Seu Nilson, um dos nossos "pioneiros", morador antigo, hoje um pequeno empresário de Vigário, dono de uma loja de material de construção, lembra da chegada de sua família em Vigário, junto com a população removida de outras regiões:

> *"A gente veio para a Cidade Alta, uma favela chamada Morro Azul, que ficava em Cordovil, que hoje é chamada Cidade Alta. Em 1953 eles (a prefeitura) removeram o pessoal da Cidade Alta para Vigário Geral que recebeu o nome de Parque Proletário de Vigário Geral. Aqui era tudo mangue, da parte interna da linha (do trem) para cá era tudo mangue. Os primeiros moradores de Vigário Geral foram os de Cordovil. Depois vieram os do Morro de Santo Antônio, Morro da Glória e algumas invasões, onde parentes e amigos eram trazidos e colocados aqui também. Mas os três bairros que foram removidos para cá através da prefeitura foram: o que é hoje a Cidade alta, Aterro da Glória e Morro de Santo Antônio."* [4]

A partir daí vieram outras pessoas, de diferentes regiões e origens, atraídas pelo Parque Proletário, que funcionava como chamariz para pessoas que não tinham onde morar. Como escrevemos acima o Parque Proletário, na década de 50, era uma solução provisória para famílias removidas de outras áreas. Por isso a prefeitura não permitia a construção de casas de alvenaria – que poderiam configurar uma solução definitiva. Só era permitido a construção com madeira, que sublinhava a dimensão temporária daquele espaço. Mais do que isso: em muitos casos a Prefeitura fornecia a madeira para a construção de moradias provisórias. Este era um dos principais atrativos que faziam acorrer novos moradores para um Parque Proletário recém criado. Mas não era só isso. O Parque Proletário apresentava alguma infraestrutura e uma coletividade humana que, de certa forma, agregava e protegia os recém chegados. Os primeiros moradores chamavam amigos e parentes. E estes chamavam, por sua vez, seus familiares. Esta nova leva de habitantes foi chamada pelos primeiros moradores de "invasões". Na lembrança e na classificação histórica dos moradores sobre a ocupação de Vigário há esta nítida diferença: os que vieram com a "remoção" da Prefeitura e deram origem ao Parque Proletário de Vigário Geral; e os que vieram

depois, nas "invasões" atraídos por uma comunidade que já existia. Esta distinção era uma forma das primeiras famílias se diferenciarem das que vieram depois e garantirem para si um certo *status* e primazia na região. Os moradores que vieram com a remoção, em sua maioria, ocuparam a área que hoje é o *miolo* de Vigário, perto da quadra esportiva, onde se localiza a sede da Associação de Moradores. Os que vieram um pouco depois, atraídos pela criação do Parque Proletário, espalharam-se pela área, ocupando a região dos campos de futebol.

A terceira versão para o povoamento de Vigário Geral diz respeito ao loteamento da área próxima à ferrovia (estrada de ferro da Leopoldina). Os lotes foram distribuídos entre os trabalhadores da ferrovia. Uma distribuição não oficial, porque o terreno era da União e não foi desapropriado. A maioria das pessoas que recebeu um lote nesta época não tem título de propriedade do terreno. A peculiaridade desta ocupação é que os lotes foram distribuídos segundo uma padronização, têm todos a mesma metragem. A entrada em massa dos ferroviários foi benéfica para Vigário Geral. Eles reestruturaram o Parque Proletário. Muitos tinham experiência de vida corporativa e sindical e isso trouxe vantagens para a comunidade. A experiência política dos ferroviários foi importante, inclusive, para a estruturação das primeiras formas associativas da comunidade, como a Associação de Moradores e a Comissão de Luz. Como disse Seu Nilson, em seu depoimento:

> "*Vigário Geral começou a se estruturar quando veio o pessoal da Leopoldina. Vieram muitos ferroviários para cá. O ferroviário é um homem mais preparado, então eles começaram a assumir a direção da comunidade, começaram a trabalhar, a fazer reivindicações, a trazer políticos".*[5].

Foi, portanto, com os ferroviários que os moradores de Vigário aprenderam a negociar com os políticos. Com esta negociação conseguiram, em várias regiões da favela, água, luz, esgoto, calçamento. É interessante observar que quase todos os depoimentos se referem a esta capacidade especial dos ferroviários em negociar, articular, ter contatos políticos, "entender" de política. Os depoimentos evidenciam

uma visão de política como barganha, troca de interesses. Os ferroviários, acostumados à prática sindical, inseriram os interesses de Vigário Geral na agenda dos políticos interessados nos votos da região.

Estas três diferentes narrativas de origem de Vigário Geral coincidem com as diferentes formas de chegada e inserção dos primeiros moradores: a via da "remoção", a das "invasões" e, finalmente, o loteamento da área da ferrovia. Estas narrativas contam o nascimento de Vigário Geral e conferem uma história e uma origem a uma comunidade que não tem registro oficial de criação. A história de vida destes "pioneiros" – que chegam todos muito jovens ao Parque Proletário de Vigário Geral – se confunde com a história da comunidade. Dialeticamente dá sentido a ela e ganha sentido a partir dela, do papel que nela desempenharam. Esta relação perdura, pelo menos, por quase quatro décadas: dos anos 50 aos anos 80. Na década de 1990, porém, a violência rompe esta identificação porque estes "pioneiros" não conseguem atuar sobre ela. Com toda a sua representatividade, seu peso na história da comunidade, sua importância nas entidades associativas, não conseguem interferir e deter um processo que repudiam.

Notas:

[1] Ecléa Bosi. "Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos", SP, Companhia das Letras, 1994.

[2] Maurice Halbawchs. "A Memória Coletiva", SP, Vétice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

[3] Relatório específico de favelas. SABREN 6.0 (Sistema de assentamentos de baixa renda). Instituto Pereira Passos.

[4] Depoimento Seu Nilson, Núcleo de História Oral e Memória (IFCS/UFRJ).

[5] Idem.

OS CAMINHOS DA CIDADE E O URBANISMO MODERNIZADOR

MARIA SOARES DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

No início do ano de 1937, Porto Alegre ainda era uma cidade pequena para os padrões atuais. [i] A capital do Rio Grande do Sul entrou na era do governo autoritário de Getulio Vargas guardando muito de suas características de cidade do século XIX, com suas ruas estreitas, seus becos, suas áreas insalubres, seus cortiços. A reforma empreendida pelo intendente Otávio Rocha, que governou a cidade de 1924 a 1928, tinha apenas iniciado o processo de substituição da antiga estrutura colonial pela nova concepção de cidade onde os princípios do saneamento e do higienismo ditavam as regras traduzidas em obras de abertura das avenidas, eliminação dos becos e das antigas estruturas edilícias, dando lugar ao aparecimento dos primeiros edifícios altos.

O novo prefeito José Loureiro da Silva, que assumia o governo da cidade no fim da década de 1930, tinha pela frente uma árdua tarefa de modernização da cidade o que implicava preparar a sua estrutura para receber os novos capitais imobiliários que procuravam espaço para sua aplicação e ampliação. Assim, teve início a maior obra de renovação do espaço público que Porto Alegre jamais tinha assistido. Com a força decisória de um governo de exceção e a ajuda de recursos externos o novo prefeito vai abrindo as novas avenidas, saneando vastas áreas ainda insalubres, dotando a cidade de novos equipamentos. Com esse programa abriu espaço para a verticalização da cidade e, principalmente, para a eliminação das camadas populares que habitavam os becos e cortiços do centro da cidade e das áreas baixas e insalubres de sua periferia imediata. Para essa camada da população o prefeito não apresentava políticas efetivas que viessem a superar o constante agravamento do déficit habitacional e a ampliação da chamada *cidade informal*.

Inicia-se a avaliação desse momento da historia da cidade pelo reconhecimento dessa estrutura antes das reformas para, a seguir, estabelecer um paralelo com a cidade que se configurou ao término do mandato de prefeito Loureiro da Silva, em 1943.

Porto Alegre vista da área central, década de 1930.

UM OLHAR SOBRE A CIDADE

Em 1943 foi elaborado O *Expediente Urbano de Porto Alegre, e*xtenso relatório com 177 páginas com assinatura do urbanista Edvaldo Pereira Paiva. Abordava, em onze seções, questões que envolviam desde dados históricos de formação do município, até aspectos econômicos, sociais, demográficos, físico-territoriais, a circulação, o verde, a vivenda, o zoneamento, os serviços públicos, a região.

A figura da cidade como um corpo doente e a alegoria de um médico que, observando o paciente, aponta as suas enfermidades, que perpassava toda a linguagem do relatório, remete aos princípios das correntes higienistas desenvolvidas a partir do século XVIII. [ii] A ressonância dessas idéias ainda persistia neste ano de 1943, incluída no corpo disciplinar que vinha alimentando a formação dos urbanistas locais.

Aos vagos aspectos positivos apontados como a *"aprazível paisagem"* e um sistema viário *"bastante aproveitável",* acompanhavam o relato aspectos negativos que poderiam ser resumidos em itens referidos às questões de saneamento e salubridade da área, excessiva expansão urbana, a circulação e o sistema viário radial e a falta de *"ligações concêntricas",* referidas à ausência de vias perimetrais de ligação entre bairros, predominância de um parcelamento antigo oriundo da cidade colonial, excessiva centralização da vida urbana. Os princípios do zoneamento estavam nitidamente presentes no *Diagnóstico*, pois, entre os pontos que indicavam uma excessiva centralização das funções terciárias, aparecia como um problema a ser superado *"a falta de separação nítida e completa dos elementos funcionais da vida coletiva".*

Uma questão relevante apresentada no relatório referia-se ao item *Moradia.* Esta era considerada, em sua maioria, *inadequada e insuficiente.* Nesse sentido, é possível identificar, examinando os dados e informações levantadas que levaram a essa conclusão, as condições do patrimônio construtivo da cidade e as condições de acesso à moradia da maior parte da população.

A política habitacional para a população de baixa renda em todo o país ainda dependia da iniciativa privada, que construía para fins de aluguel. Vivia-se no limiar da mudança dessa política, quando se passa ao instante seguinte de intervenção maciça do Estado na promoção da moradia popular. Nesse mesmo ano que se edita o *Expediente Urbano* tem início a construção do primeiro conjunto habitacional de porte da cidade, promovido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI, no eixo da avenida Assis Brasil. Como parte da nova política habitacional recém inaugurada em apoio à reprodução da força de trabalho, vultosos recursos passaram a ser alocados para o financiamento de moradias para a classe operária em todo o país. [iii]

A política *rentista* não tinha resultado em solução ao problema habitacional em Porto Alegre até então, como de resto em todo o país, como facilmente se depreende pelos números

apresentados. O relatório dava conta de que 60 a 70% das habitações cadastradas na zona urbana eram moradias que *"não preenchiam as boas condições higiênicas ou necessitavam de melhoras substanciais"*.[iv] Estavam distribuídas em toda a malha urbana e concentravam-se nas áreas baixas como nos bairros São João e Navegantes e na encosta sul da península, nas zonas baixas do vale do Riacho. Tinham sido cadastrados 454 cortiços com 1.035 casas e 3.897 habitantes, o que representaria 1,3% da população do município. [v] Para um total de 50.420 prédios dentro do perímetro urbano, sendo 39,45% de alvenaria, 37,48% em madeira, os cortiços representavam aproximadamente 2% do patrimônio construído do município. Esses números são pequenos se comparados com os números atuais, mas o processo de *favelização* teve início nesses programas de erradicação dos *males da cidade,* desde a década de 1920, sendo o principal fator a eliminação dos becos e dos cortiços que ocupavam as áreas valorizadas da cidade, *enfeando* a paisagem e trazendo *intranqüilidade a todos.*

Porto Alegre, habitações à beira do riacho, década de 1940

Para a população de baixa renda, restavam poucas opções de moradia, a não ser aqueles conhecidos processos de ocupação clandestina de terrenos públicos ou privados e a

autoconstrução, tendo em vista à escassez de oferta de moradias de aluguel e o alto custo das mesmas frente aos baixos salários. Existia *"um déficit visível de casas econômicas de baixo aluguel".* Isso atingia também uma classe média que não tinha acesso "*às casas coletivas, feitas em grande quantidade ultimamente,* e que "*não resolveram o problema, pois, o mínimo aluguel nelas encontrado é de 350$000 mensais".* Comparado com o valor médio dos salários avalia-se a defasagem existente, pois se estimava que "*entre 80% e 90% das pessoas que trabalham recebem salários inferiores a 500$000 mensais".*[vi] Esses altos preços praticados pelo mercado imobiliário eram considerados decorrentes do alto custo dos materiais de construção e do elevado valor da terra. A conseqüência imediata para a cidade era o aumento excessivo da área ocupada em direção aos bairros mais distantes provocando o processo das baixas densidades apontado como problema pelos urbanistas onerando os custos da urbanização.[vii]

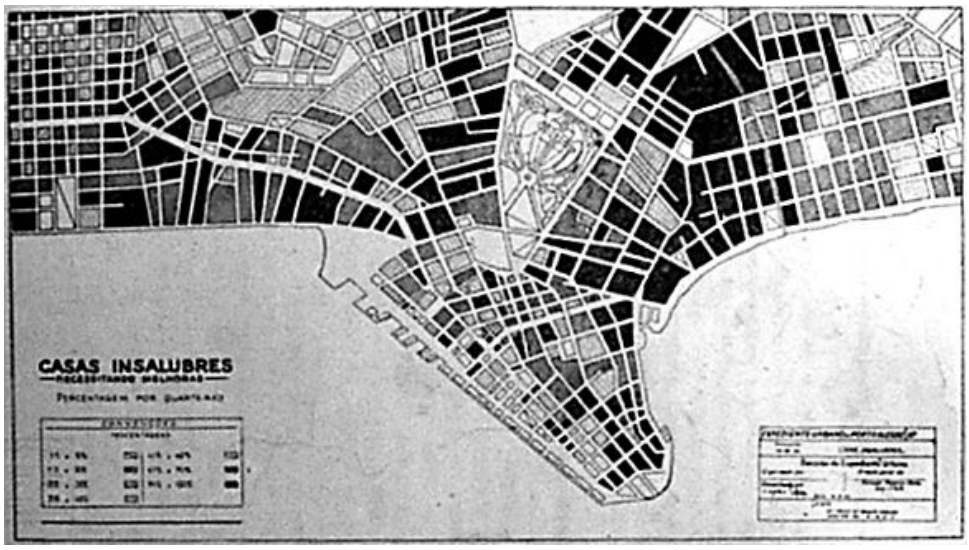

Porto Alegre, casas insalubres, 1943.

Por outro lado, persistiam na área central os problemas já apontados anteriormente, desde a gestão de Otávio Rocha, quando tiveram início as grandes obras de abertura das avenidas e a eliminação dos becos. O antigo parcelamento, herança da cidade colonial, persistia na área central. Não eram incomuns lotes de vinte palmos ou 4,40 metros de testada,

ainda que, desde 1926, passasse a ser exigido para novas construções um mínimo de trinta palmos. A partir de 1940, passou-se a estabelecer como mínimo o lote de 45 palmos ou dez metros de frente. A predominância dos quarteirões quadrados propiciava o aparecimento de terrenos com grandes profundidades e pequenas frentes, o que não favorecia a construção dos novos edifícios altos. Apontavam-se as más condições de aeração e insolação desses quarteirões, resultando em uma densidade de construção superior a 80% da área total.

Ainda que alguns quarteirões tivessem sofrido esse processo de adequação das dimensões dos terrenos, os edifícios altos que vieram a ocupar as avenidas continuaram a ser erguidos, em geral, sobre lotes remanescentes do processo de desapropriação de parcelas de terrenos atingidos com o alargamento das antigas vias.

A cidade, em 1943, tinha aproximadamente cinqüenta mil prédios dentro do perímetro urbano. Destes, 40% eram de alvenaria, 37% de madeira e os restantes de outros materiais ou construções mistas. Após 1926, tinha-se assistido a um aumento significativo no número de novas construções. Entre 1926 e 1929, foram construídos oito mil prédios, o que coincidiria com o início das grandes obras viárias do governo Otávio Rocha. Esse ritmo tende a decair na crise econômica do começo dos anos 30, para recomeçar logo após 1932. Apontava-se um surto de construções nas partes altas da cidade, evitando-se os vales, em decorrência dos danos causados pela enchente de 1941, especialmente nos bairros São João e Navegantes, eixo de localização preferencial das indústrias nessas primeiras décadas do século XX.

Esse ritmo construtivo era considerado baixo frente ao potencial da cidade e apontava-se a visível lentidão de ocupação das frentes abertas pelas novas avenidas como demonstrativo dessa afirmativa. Um dos fatores apontados era a evasão de capitais imobiliários para o centro do país, aplicados em mercados como Rio de Janeiro e São Paulo. Decorreria essa evasão, ainda que não dimensionada pelo relatório, certamente do baixo poder do mercado imobiliário frente à escassez da demanda local, como visto acima, em relação à

questão da moradia, como também do alto custo dos impostos territoriais e prediais praticados pelo município. [viii]

CONCLUSÃO

Porto Alegre, no início da década de 1940, se verticalizava, aumentando a densidade de sua área central a ponto de preocupar os urbanistas, que viam neste processo uma perda de qualidade do ambiente construído. Expandia-se também aceleradamente em direção à periferia, provocando o fenômeno inverso das baixas densidades. O planejamento futuro, que teve início com o prefeito José Loureiro da Silva, pretendeu tanto o controle da expansão urbana como da densificação. Esse processo vai se concretizar efetivamente bem mais tarde, no Plano Diretor de Porto Alegre - Lei nº 2.046, de 30 de dezembro de 1959. Por enquanto, o prefeito editava as normas através de Decretos. Antigos dispositivos editados em décadas anteriores, como o próprio *Plano Geral dos Melhoramentos* de 1914, eram referências e serviam de base para a tomada de decisões sobre a transformação do espaço urbano. E ainda, como os tempos eram de autoritarismo impunham-se novas regras a revelia da lei, baseadas somente na vontade política que conduzia a tomada de decisões. Eram tempos ditatoriais, onde a palavra tinha, muitas vezes, a força da lei. Enquanto a cidade era preparada para receber os investimentos privados advindos dos capitais imobiliários que procuravam espaço para sua reprodução, num processo modernizador o estado e as políticas públicas adotadas promoviam o maior distanciamento entre a *cidade formal* e a *cidade informa*l agravando o déficit habitacional.

O Estado, em suas práticas governamentais privilegiou o capital imobiliário em detrimento do atendimento das demandas populares. Os procedimentos utilizados na ordenação do espaço urbano, compreendendo ações normativas ou executivas, articulações e alianças preconizadas através de um discurso modernizador, fizeram parte das táticas de

governo para atingir determinados fins voltados para o atendimento das classes hegemônicas e menos para os interesses da população em geral.

Como parte integrante do controle social as táticas de ordenação espacial foram traçadas de modo a mediar conflitos e concretizar políticas de promoção de determinados lugares garantindo a sua valorização. A expulsão dos cortiços, da moradia da população de baixa renda do centro da cidade, a abertura das avenidas e a promoção da verticalização da cidade foram estabelecidas dentro desses princípios e acabou por reforçar a segregação espacial da população. Aos pobres coube a escolha dos piores lugares, nos *entremeios* da cidade urbanizada.

---

[i] População do município de Porto Alegre: 1920 – 179.263 habitantes; 1940 – 275.658 habitantes. Fonte: Censos IBGE.

[ii] Ver em: Urteaga, Luiz. *Miséria, Miasmas e Micróbios. Las Topografías Médicas y el Estúdio Del Médio Ambiente en el siglo XIX.* GeoCrítica, 29. Barcelona, 1980.

[iii] Em 1943, inicia-se o processo de construção do mais importante conjunto habitacional para os trabalhadores da indústria. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI adquire terreno ao norte da cidade, ao longo da avenida Assis Brasil, novo eixo de expansão das indústrias na época, e constrói o primeiro conjunto habitacional de porte da cidade, com 1.691 unidades. Hoje tombado, considerado *Patrimônio Cultural da Cidade*, o conjunto é referência pelas qualidades urbanísticas que apresenta: traçado orgânico, presença predominante do verde, ele foi concebido sob inspiração dos princípios da *Cidade Jardim*. Ver em: Fayet, Carlos M. (Coordenação Geral) – *Vila do IAPI: Patrimônio Cultural da Cidade,* Porto Alegre, relatório apresentado à Prefeitura de Porto Alegre. Reprodução restrita. Porto Alegre, 1994.

[iv] Paiva, Edvaldo Pereira, *Expediente Urbano de Porto Alegre.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1943, p. 117-118.

[v] Este percentual refere-se à estimativa aproximada considerando-se que, em 1940, a população do município era de 275.658 habitantes pelo censo do IBGE com crescimento anual de 2,2% ao ano. Eram considerados *cortiços,* o conjunto de habitações com no máximo dois quartos, ou mais provavelmente dois cômodos, sem infra-estrutura e mais casas isoladas nos fundos de lotes com *horríveis condições higiênicas.* Ver em Paiva, Edvaldo Pereira. 1943, op. cit., p.120.

[vi] Paiva, Edvaldo Pereira, 1943, op. cit., p. 117.

[vii] Os aluguéis das casas eram, em geral, muito altos. A maioria das casas proletárias era de madeira e tinha um aluguel médio de 150$000, quando os salários médios pagos pela indústria oscilavam entre 100$ a 300$. Somente nos cortiços encontravam-se aluguéis menores, entre 60$000 a 100$000. Ver em: Paiva, Edvaldo Pereira. 1943, op. cit., p. 116-118.

[viii] Parecia deixar nos moradores boas impressões essa cidade da década de 1940. Ouve-se através de uma crônica que reproduzia nesse ano, a fala de um viajante, personagem possivelmente imaginário, que, chegando a Porto Alegre, assim se referia à cidade: "*Estou encantado com a topografia da cidade, belos edifícios sobre ruas amplas, planaltos magníficos onde o panorama agiganta-se por um horizonte povoadíssimo. Bela cidade, sim senhor."* Escrito por Fernando Corona, arquiteto espanhol, escultor, professor do Instituto de Belas Artes e publicada no livro do Bi-Centenário de Porto Alegre, em 1940. Organização: Franco, Álvaro et alii. *Porto Alegre biografia duma cidade,* op. cit., p. 476.

Matriarcas, patriotas, andarilhas e vivandeiras: a presença feminina na Guerra do Paraguai

Maria Teresa Garritano Dourado- Mestre em História-UFMS

A história escrita do mundo é, em larga medida, uma história de guerras, porque o Estado em que vivemos nasceu de conquistas, guerras civis ou lutas pela independência[iii]. Ela é uma opção de um grupo contra o outro, é tão antiga quanto à história, tão universal quanto à humanidade, mas é uma atividade da qual as mulheres, com exceções insignificantes, sempre e em todos os lugares, ficaram excluídas, nunca figurando como atores principais. Quando se fala em guerras dos séculos passados, imaginamos sempre homens marchando a pé ou a cavalo, em situação de combate. Na teoria, a guerra era um universo de homens, armas, cavalos, fome, doenças, mortes, etc. mas, na prática, as mulheres tiveram um papel na Grande Guerra, tanto as brasileiras como as paraguaias, formando um segmento significativo, na retaguarda e nunca passivo, como mães, esposas legítimas ou não, enfermeiras, prisioneiras, escravas, fugitivas, etc., atuando nas mais diversas frentes de trabalho e enfrentando, junto com os homens, tudo o que uma guerra proporcionava. Mesmo que a escassez das fontes e o número pouco significativo de estudos que tratam da história social da Guerra do Paraguai, dificultem os trabalhos sobre o tema, cotejando-se os memorialistas com as pesquisas mais recentes, é possível avançar na história das mulheres. Nunca lembramos que elas, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos soldados e, como não havia abastecimento regular das tropas, trabalhavam, alimentando, socorrendo, plantando, lutando, ou mesmo comercializando gêneros de primeira necessidade. Viviam ocupadas demais em manter todo aquele aparato de guerra. De fato, a atuação feminina, sempre na retaguarda, não aparece como elemento que teve sua importância nas batalhas. Mas as mulheres lá estiveram, presença extra-oficial, formavam um exército "*invisível*", incluída entre índios, velhos e crianças. Essa invisibilidade consegue atravessar os séculos chegando e se

firmando nos livros didáticos, onde a História do Brasil é o cenário predileto de diversos heróis viris. O registro da presença feminina e os destaques que a ela poderiam ser dados tornam-se uma raridade, pois só aos homens cabiam os papéis principais.

Escrever sobre esse tema é um verdadeiro trabalho de rastreamento, porque a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores. Na historiografia brasileira, homens no poder escreviam sobre homens transformados em "heróis", sendo as mulheres, quando mencionadas, meros detalhes, que nada contribuem para a compreensão do episódio ou, mesmo, do processo histórico.

Quando as mulheres simples do povo, seguidoras do exército, como as andarilhas, vivandeiras, prostitutas, "*transviadas sem nome e nem família"*, movidas pelos mais diversos motivos: econômicos, afetivos, comerciais, entre outros, acompanhavam os homens, criando modos de vida e sobrevivência na retaguarda das tropas, saíram do anonimato tornando-se *visíveis*, foi porque demonstraram algum ato de heroísmo. Mesmo assim, só tiveram direito ao primeiro nome, sendo a etnia lembrada com preconceito, o que as remetia a grupos sociais de origem humilde. As vivandeiras eram mulheres que acompanhavam o exército para vender víveres, bebidas e objetos de necessidade; muitas delas, eram também prostitutas. Com todo o preconceito existente, foram poucas vezes notadas. Sofriam como os homens à marcha extenuante, o sol, o frio, a fome, as chuvas que alagavam os campos, as doenças, os acampamentos sem as mínimas condições de higiene e as mortes.

Fonte preciosa de informação sobre o cotidiano de qualquer guerra são os diários, memórias, entre outros, escrito pelos combatentes, praça ou oficiais. Os Generais José Luiz Rodrigues da Silva[iii] e Dionísio Cerqueira[iv] registraram a presença feminina e o comércio das vivandeiras*: "o acampamento do commercio era o boulevart, o nosso famoso club...esse povo infeliz deu provas repetidas de caridade e altruísmo, em meio das agruras do seu infortúnio...* essas *mulheres que seguiam o exército não tinham medo de coisa alguma... dilaceravam as roupas em ataduras e lá permaneciam até o fim da refrega, attendendo a todos com solicitude carinhosa".* O Capitão Pedro Werlang[v], relata que

algumas mulheres eram utilizadas como vaqueanas e para carregar material de artilharia: ..”.*como vaqueanas ou guias serviam-lhe mulheres que tinham remanescido naquela zona...Tôdas as mulheres que acompanhavam nosso exército tinham que carregar munição de artilharia; nossa cavalaria ia a pé, pois havíamos nos livrados dos cavalos”.*

Em a *Retirada da Laguna*, narrativa romanceada sobre uma expedição brasileira na fronteira entre o Mato Grosso e o Paraguai, o autor, Alfredo Taunay, expõe as agruras vividas pelos segmentos femininos, discriminados e sem direitos a remédios, cuidados ou abrigo em caso de doença. Nessa expedição, que não suportou nem dois meses de luta devido à falta de abastecimento e a virulência da cólera, coube as mulheres o papel de coadjuvantes anônimas. “*Eram setenta e uma mulheres, todas a pé, exceto duas, montadas em bestas; carregavam quase todas as crianças de peito ou pouco mais velhas. Por heroína passava uma e todas a apontavam, quando um soldado paraguaio ao tentar arrancar o filho, tomou de uma espada largada no chão, e num salto matara o assaltante”.* O autor encerra o relato dizendo que, embora essa mãe houvesse adquirido o status de heroína por sua bravura, seu nome não foi registrado em lugar algum.

Dionísio Cerqueira, explicou, também, o aumento populacional, que ocorria nos acampamentos: “*Esses filhos do regimento creavam-se fortes e, livremente, cresciam nos acampamentos, espertinhos e vestidos de soldadinhos, com um gorro velho na cabeça e comendo a magra boia que com elles e as mães, repartiam os paes, brutaes ás vezes, mas quasi sempre amorosos e bons”.* Ao contrário de Cerqueira, outro memorialista, André Rebouças[vi], que redigiu um minucioso diário, abordou a presença feminina com ironia: “*Nada de mais comico do que o embarque d essa pobre Bohemia feminina..”.*

O General-de-brigada Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel[vii] menciona duas mulheres que o impressionaram: a gaúcha Florisbela e a pernambucana Maria Francisca da Conceição, a Maria Curupaiti. Florisbela, sobre quem não se conhece o nome completo nem a família, envolvia-se em lutas e auxiliava nos hospitais de sangue, ao passo que Maria Curupaiti, esposa de um cabo-de-esquadra, lutava ao lado dos homens sempre vestida de soldado. Seu marido morreu no assalto a Curuzu, mas ela continuou combatendo até ser

ferida e levada a um hospital onde se descobriu que era uma mulher. Daí por diante, passou a ser chamada Maria Curupaiti, respeitada pelos colegas de farda.

No início da guerra com o Paraguai, os jornais, que funcionaram como instrumento para incentivar o sentimento de nacionalidade e entusiasmo patriótico da população, transmitiam a muitos jovens brasileiros o amor pela pátria e a vontade de "servir ao Brasil". O caso mais conhecido de alistamento de Voluntários da Pátria foi bastante registrado pela imprensa da época e por Taunay, que atribuiu a uma mulher um papel significativo na guerra. Apesar de irônico e preconceituoso, constatou que houve até mulheres soldadas como a Sargenta Jovita: "*Chegaram os retratos do Viegas, o meu antigo inspetor, e da interessante Jovita que me pareceu muito engraçada nos seus trajes de primeira Sargenta"*[viii].

Jovita Alves Feitosa, de dezessete anos, uma jovem piauiense de família simples, vestida orgulhosamente de homem, cortou os cabelos e apresentou-se, incógnita, ao Exército. Mas foi logo descoberta, virou notícia, e a sua história chegou aos jornais, sendo retratada pelo *Diário Liga e Progresso*, em 1865. Não se conhece toda a trajetória de Jovita após o alistamento nem as circunstâncias de sua morte em 1867. Segundo uma versão, ela teria se suicidado, inconformada com o esquecimento a que foi relegada, apesar do recebimento de homenagens e presentes quando retornara dos combates. Outra versão conhecida é a de que teria embarcado para o Paraguai, no vapor Jaguaribe, e morrido na batalha de Acosta Nu[ix].

As raras mulheres que foram vistas e mencionadas pelos memorialistas, com direito a nomes e sobrenomes, destacavam-se individualmente por serem casadas com homens que pertenciam à elite imperial, como, por exemplo; Ludovina Portocarrero, casada com o comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, em Corumbá, às margens do rio Paraguai. D. Ludovina ganhou destaque por sua participação no grupo de resistência à invasão do forte por tropas paraguaias em 1864. Cerca de setenta mulheres, quase todas esposas de militares, fabricaram 3.500 balas de fuzil adaptando os cartuchos de menor calibre com pedaços de suas roupas[x]. Duas mulheres simples do povo, Aninha Gangalha e

Maria Fuzil, tiveram seus nomes registrados, quando se aproveitando da escuridão da noite, desceram até o rio, em busca de água para os defensores do forte.

Uma outra senhora respeitável, com direito a nomes e sobrenomes, foi Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, mais conhecida como D. Senhorinha. Moradora da fronteira internacional em litígio, com limites ainda móveis, natureza primitiva, lutando pela terra e enfrentando todos os tipos de adversidades imposta por uma situação pioneira, viveu em um contexto de opressão pela guerra e em eterna luta pela sobrevivência. Foi casada, em primeiras núpcias, com Gabriel Francisco Lopes, um desbravador dos sertões que, fundou nas cabeceiras do Rio Apa, uma posse de terra, sendo assassinado por dois escravos. Em 1849, D. Senhorinha, seus filhos, escravos e mais algumas pessoas foram levadas por tropas paraguaias para o interior do país. Foram resgatados por interferência do Visconde do Rio Branco, quando se casa novamente com José Francisco Lopes, o famoso Guia Lopes da Laguna, eternizado por Taunay em A Retirada da Laguna[xi]. A eclosão do confronto bélico com o Paraguai representou para D. Senhorinha, uma nova prisão, em 1864, juntamente com seus filhos e escravos, quando ao lado de centenas de outros moradores da fronteira e, por isso mesmo, muito mais expostos às agruras de uma guerra, quando são internados como prisioneiros, no interior do Paraguai, agora por um tempo e sofrimento muito maior. Foram resgatados pelo Exército Brasileiro sob o Comando do Brigadeiro Câmara, no Distrito de Conceição, em 1869, doentes, desnutridos, sem comida, roupas e sapatos[xii].

Dentre todas as mulheres registradas pela História na Guerra do Paraguai, porém, a mais conhecida é a enfermeira voluntária, Ana Justina Ferreira Nery. Viúva de um homem de projeção na época, o capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri, Ana, acompanhou e cuidou dos três filhos combatentes até o Paraguai. Na época que residiu em Corrientes, Humaitá e Assunção, tratou de doentes e feridos em hospitais e sofreu a perda de um filho e um sobrinho. Por sua atuação, ficou conhecida como a *"mãe dos brasileiros*" e recebeu uma coroa de ouro de um grupo de senhoras onde se lia "*à heroína da caridade, as baianas agradecidas*".[xiii] É possível pensar que, se não tivessem esposos vistos como heróis, jamais

seriam conhecidas. Portanto, a mulher que, esporadicamente, é lembrada nos relatos na Guerra do Paraguai é a esposa corajosa, fiel e abnegada.

A temática feminina na Guerra do Paraguai foi abordada pela historiografia tradicional, pelos memorialistas, artistas, viajantes estrangeiros e, também pelos historiadores contemporâneos, produzindo uma história permeada de lacunas e silêncios, tornando precário o conhecimento das mulheres que viveram este cotidiano e nele tiveram um papel, mas que, quase sempre, não apareceram nos registros oficiais. Ao longo do século XX, a Guerra do Paraguai foi abordada pelos memorialistas e historiadores mato-grossenses sob premissas específicas, sendo que o discurso histórico, com fortes conotações memorialistas, construído pelos intelectuais mato-grossenses, esteve, sempre, atrelado aos grupos que disputavam e partilhavam o poder, dando-lhes, principalmente, legitimidade[xiv].

A história, por mais distante que esteja, tem por objetivo provocar reflexões sobre o mundo atual. Seria um erro pesquisar os fatos passados, dar luz a uma época, interpretar fatos que tenham significado algo, ler nas entrelinhas, enfim, dar vozes ao passado, e isso nada significar ou contribuir para as pessoas da época presente. Como a história é sempre contada do ponto de vista do dominador, que era o homem branco, foram raras as mulheres que constaram dos textos oficiais. Portanto, não foi meu objetivo, simplesmente, constatar e criticar essa lacuna na histórica oficial mas, sim, rever o passado e trazer à tona algumas brasileiras fantásticas que participaram da guerra e, com isso, ajudar a construir um futuro mais igualitário, com o papel da mulher reconhecido.

---

[i] Keegan, John. Uma História da Guerra. 1995.

[iii] José Luis Rodrigues da Silva. Recordações da Campanha do Paraguay. (s.d.)

[iv] Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira. Reminiscências da Campanha do Paraguai. 1929.

[v] Klaus Becker. Alemães e Descendentes - Do Rio Grande do Sul - Na Guerra do Paraguai. 1968.

[vi] André Rebouças. Diário: A Guerra do Paraguai. 1973.

[vii] Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel. Episódios Militares. 1920.

[viii] Alfredo Taunay. Cartas da Campanha de Matto Grosso: 1865 a 1866. 1944.

[ix] Kelma Matos. Jovita Feitosa. 2001.

[x] Cláudio Moreira Bento. Bicentenário do Forte de Coimbra. 1975.

[xi] João Batista de Souza. Evolução Histórica Sul de Mato Grosso. 1960.

[xii] AHI. Consulado Brasileiro. Ofícios recebidos. Assunção. 1855-1881.

[xiii] Renato Lemos. Benjamin Constant: Vida e História. 1999.

[xiv] Osvaldo Zorzato. Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983) Tese doutorado. 1998.

Viver, escrever, guardar: Um estudo sobre diários pessoais

Profª Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Departamento de História
Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC

> Escrever é estar no extremo de si mesmo, e quem está assim se exercendo nessa nudez,a mais nua que há, tem pudor de que os outros vejam ...
> (João Cabral de Melo Neto)

Escritos à mão, sobre si e em geral, para si mesmo, em grossos cadernos escolares, ilustrados com recortes e colagens, praticados na intimidade, relatando fatos e situações com riqueza de detalhes, os diários femininos se constituem tanto em *refúgios do eu*[i] como repositórios de lembranças. Forma típica de escritura feminina desde que as mulheres conquistaram o direito à alfabetização, esta escrita atinge, na atualidade, ampla repercussão social, política e cultural já que a conjuntura atual testemunha uma volta do eu significante: onde a visão do sujeito *comum/ordinário* adquire importância e onde as ações da experiência cotidiana estão sendo cada vez mais valorizadas principalmente na escrita biográfica e autobiográfica.

Nesta clave, o historiador Benito Schmidt ao estudar a prática de escrita de biografias chama atenção para este fenômeno atual de escrita biográfica ao afirmar que "*na historiografia atual, verifica-se um interesse pelos membros das classes subalternas,pelas pessoas comuns, pela gente miúda".*[ii]

Valorizar as ações da experiência privada, a partir da junção de fragmentos e do recolhimento de vestígios e indícios tem sido um instigante desafio para o historiador e esta prática criou condições para que o ínfimo, o esquecível, o indiferente detalhe, fosse, enfim, redescoberto, visitado, legitimado como *fonte e acontecimento* na pesquisa histórica. Em recente estudo a historiadora Ângela de Castro Gomes registrou este interesse pela escrita (auto)biográfica escrevendo:

> *" Um breve passar de olhos em catálogos de editoras, estantes de livrarias ou suplementos literários de jornais leva qualquer observador, ainda que descuidado,a constatar que, nos últimos anos 10 anos, o país uma espécie de boom de publicações de caráter biográfico e autobigráfico".*[iii]

Feitos tanto para mostrar quanto para ser guardado em segredo, uma das características do diário é o fato dele acompanhar o andamento do calendário e, muito embora nem todos os dias estejam registrados, as datas da escrita são importantes na sua composição já que seu poder de convencimento depende mais de sua organização interna que de sua referência ao mundo exterior. Igualmente, não sendo obra destinada à publicação é possível , na sua escrita, o gozo de uma liberdade fundamental onde se pode estar emocionalmente nua e formalmente decomposta, como lembra Jean Goulemot:

> "*A verdade não tem de ser provada, demonstrada, ela não se refere aos atos públicos do sujeito, não pertence ao grupo, aos depoimentos majoritários,, pertence inteiramente a esse olhar individual. Á margem quase secreto, lançado sobre as coisas e o mundo. E é desse privilégio que o autor do diário está consciente quando se põe a redigi-lo".*[iv]

Confidente fiel,companheiro das horas de intimidade, a escrita de diário se converteu, para determinadas mulheres,em um instrumento eficaz de apropriação da palavra e criação de um discurso, constituindo-se, ao mesmo tempo, em modos de conhecer e de se fazer conhecer; eles são práticas sociais que partilham, também, da construção da história de indivíduos que se inventam pelas práticas de escrita de si , ou seja, partilham da constituição de um regime de sensibilidades. Nesta clave, pode-se considerar que o diário "*é uma escritura essencialmente de dentro, onde os sentimentos, as sensações internas ocupam um grande lugar, uma escritura que rejeita uma organização formal, uma escritura essencialmente do registro do descontínuo, do efêmero".*[v]

São, enfim,os diários uma forma privilegiada de inscrição autoral, reinventada na surdina e cujo acesso, hoje, funciona como uma das fontes para um certo conhecimento das maneiras de viver e pensar de determinada época. Expondo *quinquilharias* e relíquias da memória familiar e grupal de seu tempo, o trabalho com este material torna possível conhecer outros detalhes de acontecimentos sociais e políticos de uma época.Se o diário é ancorado na memória individual, esta é dada a ver pela linguagem, e cabe ao historiador enraíza-la/problematizá-la no rol das experiências sociais, para que cada memória pessoal possa ser vista e estudada como uma perspectiva da memória coletiva.

Dos diários: Viver,escrever...

Nas últimas décadas, o crescente interesse pelo estudo das formas confessionais plenas de experiências de vida pessoal e familiar ressignificou o trabalho com este material. No Brasil, na França e na Espanha, especialmente, estudos têm se destacado.Os trabalhos de Marina Maluf[vi] , Maria José Motta Viana[vii] , por exemplo, analisam em diferentes óticas a relevância de narrativas voltadas "para dentro", celebrando a relação profunda da memória com as experiências vividas em uma dimensão mais ampla. Na França, , com mais tradição nessa área, além dos trabalhos de Philippe Lejeune[viii] ,encontram-se mais recentemente os estudos feitos por Daniel Fabre[ix], Roger Chartier[x] e Verena von der Heyden-Rynssch[xi] que colocam em evidência os escritos íntimos. Na Espanha, merecem registros os trabalhos de Manuel Alberca[xii] e António Viñao [xiii]que elegem como tema a questão da cultura escrita de cunho privada e publica.

Para este trabalho, foram utilizados dois conjuntos de diários escritos por duas mulheres, residentes em Florianópolis(SC), entre os anos de 1964 a 1974 e doravante identificadas como L.(Lúcia) e M.(Mara). Este material composto de doze (12) cadernos , registra não só fatos do cotidiano – *mil nadas* - dessas jovens entre os 14 e 22 anos de idade,como traz informações muito significativas sobre o momento político como foi vivenciado (e conseqüentemente representado, via escrita) na vida escolar das protagonistas. Estudantes do Curso Normal (Magistério) entre 1967 e 1969, as autoras eram, à época, jovens urbanas, provenientes das camadas médias da população. O registro diário de suas vidas *ordinárias/miúdas* foram preservados em álbuns e cadernos escolares e fazem arte de meu acervo pessoal.

A posse desse material permitiu buscar traços de como foram representadas as vivências de momentos importantes da vida nacional e suas repercussões na cidade pela ótica de duas jovens. Considerando-se 1968 como um ano emblemático pelo quadro de acontecimentos que suscitou tanto internacional (Paris, 1968) como nacionalmente (a edição do AI nº 5 de 13 de dezembro de 1968) e que foi precedido de intensa agitação política estudantil,tanto no Brasil como na França, parece importante mostrar como tais acontecimentos foram vividos na cidade (considerada *pacata*) de Florianópolis (SC) um período emblemático que mereceu muitos estudos e descrito, por exemplo, como:

> "*Fragmentos de utopias, centelhas de racionalidade,fulgores do desejo criações, demônios e exorcismos foram soltos pelas ruas deste mundo de 1968, investindo gesto em situações públicas e privadas ou reanimando-se às escondidas em clandestinidades de variados matizes. Muita besteira prática e teórica também ocorreu naqueles tempos. Tempos também de sofrimento e de grande entusiasmo.(...) mas, por volta de 1968, idéias e práticas interessadas em transformar alguma coisa foram como que elevadas a altas temperaturas sociais, cintilando umas para as outras num ardente faiscar de tentativas simultâneas".*[xiv]

O desejo, aqui, é evidenciar que a cidade, participou ativamente das manifestações contrárias ao regime militar e que isso também ficou registrado em escritos íntimos de duas adolescentes, escritos considerados *ordinários/miúdos* , em papéis que costumam ser deixados de lado como algo que não consegue nenhum tipo de significado e apenas sobra porque aparentemente não parece guardar importância ou sentido.

A análise desse material, aparentemente negligenciável, segue o princípio de que a escrita é, também, uma invenção e nesta perspectiva o historiador *"também pode utilizar-se da imaginação, desde que esta seja explicitada ao leitor enquanto tal e balizada pelas fontes disponíveis (...)* e que *nos trabalhos históricos, os momentos de invenção precisam ser sempre sinalizados para o leitor através da utilização de expressões como 'provavelmente, 'talvez', '* pode-se presumir,etc",[xv]

Escrever nos seus diários parecia ser, para aquelas duas jovens, uma forma de viver, mas a abordagem aqui feita caminha, também, na possibilidade da invenção acima apontada até porque os sujeitos aqui mostrados são em si mesmos entrecruzamentos de relações ás quais estão ligados, quer pelos significados já dados aos fatos citados , quer pelos significados que eles agenciam e narram.[xvi]

Dos diários em si e de 1968 nos Diários

L. inicia seu diário no dia 14 de agosto de 1964, uma sexta-feira.Tem 15 anos de idade e faz o registro movida por dois acontecimentos: ganhou de uma tia um álbum pequeno, com capa perolizada, ostentando um ramalhete de cravos vermelho, onde se lê na capa *Meu Diário* e parece ter sido movida a escrever diariamente pela leitura de um livro muito comum em bibliotecas destinadas a jovens católicas doa nos 60 do século XX, chamado *O Diário de Ana Maria* , de autoria do padre francês Michel Quoist[xvii]

M. inicia a redação de suas memórias em 2 de outubro de 1966, um domingo, e também faz referências ao *Diário de Ana Maria* .Seu objeto de registro é simples: um caderno escolar encapado com a foto do cantor Roberto Carlos, ídolo da juventude á época. Por tratar-se de um caderno escolar, a última capa traz uma cópia do *Hino à Bandeira*.Nesse período, em que o país vivia sob o signo da ditadura militar, os cadernos populares traziam hinos cívicos como forma de estimular o patriotismo e o nacionalismo.[xviii]

O início do ano de 1968 é registrado por M. , aos 16 anos,de forma prosaica, com a narrativa de um dia festivo, há promessas de melhoras e uma listagem das quinze(15) músicas mais tocadas nas rádios da cidade.

" Segunda-feira, 1º de janeiro de 1968.
Mais um ano se passou.Um ano com todos os seus dias e horas,acontecmentos e vida. Espero com confiança que o novo ano traga paz,saúde e amor. Que o Brasil esteja bem... anda feio! As músicas classificadas foram 15: ' O bom rapaz (Vanderlei Cardoso);'A praça' (Ronnie Von); 'Coração de Papel'(Sérgio Reis); 'O meu grito1(Agnaldo Timóteo);'Bus Stop'(Rolling Stones); 'A namoradinha de um amigo meu'(Roberto Carlos);'Disparada'(Jair Rodrigues); 'Eu te amo mesmo assim' (Martinha);'Maria, carnaval e cinzas'(Roberto Carlos); e 'Gina'; 'See you in September'; 'Coisinha Estúpida'..."

Embora a seleção musical possa merecer outros estudos (afinal a maioria das músicas era nacional!), o que importa aqui é o breve registro de que o país anda feio. Não há, aqui, ainda nenhum indício do que isto poderia significar, mas o prosseguimento das anotações ao longo desse ano de 1968 vai evidenciar outras formas de compreender como as pessoas comuns vivenciam acontecimentos.

L. por sua vez, nesse primeiro dia do ano de 1968, aos 17 anos, conta fragmentos de sua vida cotidiana,onde se pode notar as condutas corriqueiras que não apontam para qualquer sentido mais 'politizado', o que leva a interrogação : esta vida cotidiana tão porosa não parece evidenciar que independente de ditaduras, e guerras, vive-se, tem-se desejos e que a aventura do pensamento exige uma multiplicidade de registros? Dos mais banais, aos mais profundos?

" *Segunda-feira, 1º de janeiro de 1968 .*
Dia típico de verão: sol maravilhoso. Comunguei na missa das sete.
Vi Carmen Lúcia.Ela está noiva. O noivo é um super-pão.Ontem fui dançar ao som de 'Alegria, Alegria' de Caetano Veloso... Linda...
Gosto da parte: O sol se reparte em crimes, espaçonaves, guerrilhas..
Será?... Bendito dia 1º de janeiro de 1968".

Considerando-se que a música de Caetano Veloso era uma forma poética de protesto, importa considerar que L. a registra, duvida da afirmação expressa em sua letra e arremata bendizendo o primeiro dia de ano de 1968. A partir desses registros pode-se, para além do anedotário que este material pode provocar, tentar compreender um capital de vivências no quadro de uma memória pessoal que vai sendo construída e contada nos dias simples, mas que articuladas com outros documentos pode, por contigüidade, construir uma narrativa do vivido. Os registros fornecem indícios de como as autoras praticam significações, trazendo as marcas do período em estudo. Assim, parece correto inferir que L. e M. constróem-se cotidianamente em uma rede de relações e escolhas , afirmando seus afetos no contraditório jogo de forças que a vida social lhes impõem.

Em abril de 1968, M. faz um longo registro sobre a situação política e escolar e é aqui que o relato pode se constituir em mais elemento para se conhecer como esta fase foi vivenciada tanto pela autora, como pela cidade. Ela relata:

"*Terça-Feira, 2 de abril de1968*
O Instituto de Educação está em greve.Tudo por causa da morte no Rio de de janeiro de um estudante secundarista:Edson de Lima Souto.O rapaz foi assassinado quando protestava contra as más condições da comida do

Restaurante Calabouço e também contra a ditadura do atual
governo e o imperialismo americano no Brasil.
Hoje a passeata foi aqui, embora com chuva tinha bastante gente.
Avistei a Stella, professora de geografia.Onde andarão as outras?
Havia poucas professoras.Quando eu for maior de idade e professora
Eu vou.Acho legal! Quero ser professora com P maiúsculo".

Ao salientar a ausência de professoras/mulheres no evento político e contestatório pode-se encontrar subsídios para uma maior compreensão da vida na cidade naquele período. São contribuições à História que se fazem em outros suportes, para além dos tidos como convencionais e permitem perceber uma movimentação no período e mais que o fato privado relatado – a ausência da protagonista na passeata – registra-se aqui o fato público – havia poucas professoras. De igual maneira, a anotação sobre o assassinato do estudante aponta para uma conexão com os acontecimentos nacionais.O texto citado parece bastante esclarecedor de que essas vozes, ainda que tímidas, são promotoras da visão da diferença; elas existem e não podem ser perdidas para a História.

No mesmo período – o conturbado ano de 1968 – o diário de L.,assinala seu viés:

"*Segunda-Feita, 16 de setembro de 1968*
O Instituto parece que vai ficar em greve. O Grêmio e os alunos unidos
pretendem acabar com a média 8,5. A falta de professores e melhores
condições de ensino, eis os dois pontos pelos quais lutamos. Hoje perdemos
a 4ª aula. Houve comício e passeatas dos alunos em volta do estabelecimento.
Voltei e ainda deu tempo para assistir a última aula.Aposto que amanhã, as
Gurias que não assistiram aula vão me chamar de CAXIAS,PUDICA.Fazer
o que?Não posso perder tempo.Preciso formar-me para trabalhar".

Falta de professores e melhores condições de ensino parecem ser reivindicações permanentes na educação brasileira.Passados quase 40 anos das anotações de L. observa-se que o discurso de L. mantém a atualidade... No trecho destacado a protagonista se inclui como participante do movimento grevista ao escrever na primeira pessoa *pontos pelos quais lutamos* mas, igualmente, coloca em evidência suas preocupações com os estudos, com seu futuro trabalho e com a opinião das colegas. Em suas frases pode-se ler, ainda, um certo clima de normalidade – *voltei e assisti á ultima aula* –veiculado em sua escrita. Uma normalidade que,sabe-se, a sociedade brasileira do período estava longe de experimentar. Seu texto indica mais um tempo de preparação para a vida profissional – *preciso formar-me e trabalhar-* do que uma participação mais efetiva nas demandas do período.

Tomar conhecimento, hoje, do teor dessas escritas e desses registros permite pensar nas diferentes formas de viver um tempo e, de considerar que a Ilha onde se localiza a capital dos catarinenses não passou incólume (como uma certa historiografia insiste em mostrar) aos movimentos contestatórios do período e assim, diários pessoais podem fornecer e iluminar práticas e um capital de vivências para a história política desta fase da História do Brasil.

Documentos dessa espécie apontam para outras estratégias de visibilidade da época e permitem observar que enquanto os arquivos públicos calavam,os privados agora publicizados podem fornecem informações e indícios sobre o cotidiano, formas de ver o mundo através de fatos comuns da experiência humana, hábitos, costumes. Contêm, sim,coisas menores mas com grande poder de lembrança.

Ao guardar os cadernos, M. e L. arquivaram *mil nadas* sobre a vida da cidade mas também arquivaram a si próprias. Em um texto lapidar Philippe Artières chama a atenção para o fato de que o arquivamento doeu é feito em função de um futuro leitor e arremata:

> *" uma prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública.Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte".*[xix]

Guardar é, assim, um *dispositivo de resistência,* que favorece uma prática do indivíduo tomar distância de si, testemunhar e nos legar seus registros...

Finalmente, é forçoso reconhecer que enredada nessas malhas discursivas versões da história da cidade e do momento político foram construídas a partir de caminhos e descaminhos da investigação empírica. Tanto a escrita das memórias com a sua leitura e análise posterior trazem consigo a possibilidade de ficconalizá-las. Dar-lhes um sentido,tirá-las da nulidade, tornar presente um certo vivido sempre contém uma criação, uma invenção. Trabalhando com memórias o historiador também se inventa como sujeito de linguagem e, talvez, por este motivo, nossos olhos de estudiosos precisam acompanhar a sutileza de seus semitons.

---

[i] Sobre este tema já organizei um livro : Refúgios do Eu.Educação,História e Escrita Autobiográfica./Ana Chrystina Venâncio Mignot, Maria Helena Câmara Bastos e Maria Teresa Santos Cunha.Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. ""**Diários íntimos de professoras:letras que duram".** p.159-180.

[ii] Schmidt,B.B. (org).**O biográfico: Perspectivas interdisciplinares.**Santa Cruz do Sul: EDUNISC,2000.p. 53.

[iii] GOMES, A. C.(org) **Escrita de si, escrita da historia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.p.7.

[iv] GOULEMOT, J.M. "As práticas literárias ou a publicidade do privado. IN:**História da vida privada 3:da renascença ao século das Luzes.** São Paulo: Companhia das Letras. 1991. p.392.

[v] Didier,Beatrice. Citado por CRETTON, M.da G. Limites/Anais da ABRALIC, 1992. v..II. p..229.

[vi] MALUF,M. **Ruídos da memória.**São Paulo: Siciliano, 1995

[vii] VIANA,M.J.M. **Do sótão à vitrine:memória de mulheres..**Belo Horizonte: Editora da UFMG,1995.

[viii] LEJEUNE,P. **Le moi de demoiselles. Enquête sur le journal de jeune fille.** Paris: Seuil, 1993.

[ix] FABRE,D. **Par écrit.Ethinologie dês écritures quotidiennes.**Paris: Editions de la Maison dês Sciencesdel'Homme, 1997.

[x] CHARTIER,R. (Org). **La correspondance.Les usages de la lettre au XIXª siécle.** Paris: Fayard,1991.

[xi] HEYDEN-RYNSCH,V. von der. **Ècrire la vie. Trois siècles de journaux intimes féminins** Paris:Gallimard, 1998.

[xii] ALBERCA, M. **La escritura invisible.Testimonios sobre el diario intimo.**Madrid: Sendoa Editorial, 2000.

[xiii] VIÑAO, A . " Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa:tipologia y usos.TEIAS: Revista da Faculdade de Educação/UERJ.- n.1 (junho 2000). P. 87-97.

[xiv] ORLANDI, L. Como pensar 68? IN: Folhetim/Folha de São Paulo/ nº57/6 de maio de 1988.

[xv] SCHMIDT,B. op. cit, p. 67.j

[xvi] É importante esclarecer que as duas jovens não se conheciam, à época da escrita dos diários. Atualmente são professoras e mantêm vínculos de amizade.

[xvii] Publicado no Brasil em 1963, pela Editora e Livraria Agir (RJ), recebeu aprovação da Igreja Católica . Era um livro de formação.

[xviii] A análise dos suportes materiais dos diários mereceria uma incursão mais detalhada como um dispositivo que se liga ás práticas de escrita e de leitura. Ver: CHARTIER,R. **A História Cultural.Entre práticas e representações.**Lisboa: Difel, 1989.

[xix] ARTIÉRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos.**Rio deJaneiro:CPDOC/FGV, 1998. p.32.

MEMORIA E COTIDIANIDADE – SAN JUAN CHAMULA

Profa. Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
UERJ

Introdução

No século XVI, quando os espanhóis chegaram à atual região de Chiapas encontraram grande resistência por parte dos índios Chiapa, que deram seu nome a esse Estado mexicano. A resistência indígena à presença européia foi muito grande desde os primeiros contactos. Os índios preferiram à morte a serem submetidos aos invasores. O Canyon do Sumidouro, na serra da Lancadona ficou conhecido pelo grande número de suicídios de chiapanecas. Em 1528, os espanhóis tomaram a região e fundaram a capital em San Cristóbal de Las Casas. Em 1892 a capital foi transferida para a cidade de Tuxtla-Gutierrez.

Os monges dominicanos empreenderam a missão evangelizadora partindo de San Cristóbal, atingindo às comunidades indígenas dos Altos Chiapas. Apesar dos esforços dos catequistas, muitas crenças e tradições milenaristas dos mais sobreviveram nos povoados dos Altos, os quais se dividem em diversos grupos indígenas, com onze línguas: *tzotzil, tzeltal, zoque, tojolobal, chol, mame, mochó, jacalteco, lacandon, chujá* e *kanjobal*.

Essa pesquisa foi desenvolvida na Comunidade de San Juan Chamula, localizada próxima à San Cristóbal de Las Casas[1], cerca de 17 km de distância do centro histórico. A comunidade é considerada a mais típica da região pela sua singularidade cultural. Em Chamula, a população fala a língua tzotzil segue as tradições da cultura maia pré-hispânica, mantendo os traços marcantes da cosmogonia de seus antepassados.

A escolha dessa comunidade deve-se à trajetória histórica dos chamulas e seu significado cultural no país. É a comunidade que mais resistiu e vem resistindo ao processo contemporâneo de inclusão dos modelos estrangeiros. Mantém-se desde o século XVI,

[1] -San Cristóbal de Las Casas é uma das principais cidades mestiças de los Altos desde a época colonial, é o lugar onde se concentra o poder político e as atividades comerciais mais significativas, e onde se exerce o controle da produção e a intermediação do trabalho dos mestiços com os proprietários das pequenas fazendas cafeeiras, para supri-las com mão de obra indígena.In Diagnóstico de los Pueblos Indígenas de Chiapas,

perpassando pela colonização espanhola, como uma das mais "*tradicionalistas*" e conservadoras das estruturas indígenas.

Até os dias atuais, San Juan Chamula é reconhecida pela luta e resistência ao processo de dominação dos espanhóis e do Governo mexicano, desde o século XVI aos dias atuais. Os tzotziles chamulas foram um dos últimos povos maia a se submeterem aos espanhóis, e no século XX, desde 1994, enfrentaram o Exército mexicano, engajados nas lutas da Frente do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Lutam por princípios históricos e identitários. Lutam pela direito à terra que consideram seu " *espaço sagrado"* , um espaço que foi conferido à comunidade chamula e que está sendo invadido pelos grandes proprietários *não índios* e mestiços.

O poder político e religioso, na comunidade, está concentrado com os mais velhos da comunidade conhecidos como *tradicionalistas* ou os *guardiões dos costumes*. Eles conhecem a história de seus ancestrais maias e das lutas de resistência contra a colonização espanhola, a evangelização e , atualmente, contra a modernização e globalização.

Os chamulas reproduzem, sob os *tradicionalistas* as representações do tempo e do espaço dos antigos maias, um conhecimento que pertence aos mais velhos da comunidade, respeitados como *guardiões dos costumes.* É uma das principais comunidades de Chiapas onde ainda predominam as permanências culturais e a visão cosmogônica da cultura maia pré-hispânica e também é uma das mais conservadoras em seus costumes, refratária aos avanços da modernização capitalista.

Esses fatos nos instigaram a conhecer a sua história, sua organização e sobretudo suas formas de pensar e como sobrevivem às transformações sociais diante da modernidade.

A história cultural e social dos chamulas e sua trajetória de luta pelos seus direitos civis e políticos revelam a força de uma população para que a sua identidade indígena seja reconhecida constitucionalmente, como nos demais estados mexicanos.

Panorama Geral

Nas obras dos cronistas Frei Bernardino de Sahágun, Toribio Motolinia e Diego de Landa constatamos que os rituais do batismo, realizados durante o período pré-hispânico e no período em que os cronistas relatavam (até meados do século XVI), apresentam semelhanças significativas com as informações que recebemos dos nossos informantes tzotziltes e tzeltales, em Chiapas, e especialmente em San Juan Chamula e Palenque, onde realizamos a pesquisa de campo. Percebemos a presença de permanências culturais fortes, como a resistência à evangelização.

Atualmente, nos batismos realizados em San Juan Chamula e na vida cotidiana de algumas famílias em Palenque, aquelas práticas persistem. Em Palenque, por exemplo , o irmão do nosso informante, do sexo masculino, recebeu um nome , que seria mudado quando fosse balizado e a comunidade desconhecia o seu sexo. Só seria informada no dia da festa, pelo padrinho, que se tratava de um menino. Apenas a família sabia do sexo, porque convivia com a criança, que até três meses não sairia de casa.

Antes da chegada dos espanhóis os habitantes daquela região, os tzotziles e tzeltales, de origem maia-quiché, realizavam o batismo, que era denominado de *emku,* ou o *hetz-mek.* Naquela ocasião, a criança recebia do padrinho ou madrinha algum objeto simbólico, próprio do sexo da criança e que representasse sua futura profissão. Essas oferendas eram dadas à criança diante do sacerdote que realizava a cerimônia e fazia predicações. Os padrinhos eram os verdadeiros responsáveis pela educação da criança. E também eram incumbidos de lhes repassar a história de seus ancestrais.

Para a cerimônia do batismo havia grande número de convidados. Nessa ocasião a comunidade ficava sabendo o sexo da criança e o nome verdadeiro e definitivo. A criança finalmente passava a fazer parte da comunidade. Na festa havia muita comida, bebida e flores. Todos cantavam, dançavam e bebiam muito. Os franciscanos diziam que eram rituais do demônio, embora reconhecessem o *papa* como autoridade religiosa*,* como eles chamavam o chefe religioso ou sacerdote*.*

Essas práticas persistem, com algumas alterações , entre os tzeltales e os tzotziles. A cerimônia atual se reveste de maior complexidade , com a introdução de práticas cristãs como o uso de uma pia batismal para ungir a testa da criança, assim como, após a

cerimônia com uma das autoridades religiosas da comunidade (são doze), há a presença de um *oficial* da Igreja Ortodoxa de Tuxtla Gutierrez, para o batismo cristão. Há portanto dois tipos de batismo: um realizado pelas autoridades religiosas da comunidade e outro na presença do oficial ortodoxo. Não precisam de sacerdotes, as pessoas não rezam, conversam com os santos e assim não há necessidade de um intermediário.

As crianças são obrigadas a serem batizadas até três meses depois do nascimento, caso contrário podem ser *expulsas* da comunidade, são os *expulsados*. O número de *expulsados* é grande e as demais informações constam do texto da pesquisa.

A Igreja de San Juan Chamula foi excomungada pelo Papa há 450 anos, devido à realização de rituais considerados profanos e diabólicos. Por esse motivo nenhum padre católico pode realizar cerimônia naquela igreja. Quando precisam de um sacerdote vão chamar um padre ortodoxo que vive na capital de Chiapas, na comunidade de San Pasqualito, em Tuxtla Gutierrez, a 79 km de distância. Há somente o ritual do batismo, não há serviços. Em Chamula, na Igreja, o guardião do templo nos explicou que o ritual do batismo é conhecido como *Hetz 'Mek* ou *Chimi' Bo.*

A Igreja é uma representação viva da cosmogonia indígena e do sincretismo católico mayense. A Igreja é autônoma . Não pertence a nenhum deus e o Vaticano não a reconhece. No portal estão representados os quatro elementos da natureza, que são os seguintes: (Kin (sol),IK(vento),Yun-Khax (fertilidade) e Chaac-Mol (chuva) ou Fogo, Ar,Terra e Água, nos quais eles acreditam. O verde é a natureza , verdadeiro deus para os mayas, o azul é a representação do céu, e o segundo verde meio azulado significa a vida na terra. As representações simbólicas do portal da Igreja seguem aqueles quatro elementos, alguns em forma de trevo de 4 folhas , sempre em número de quatro.

A Igreja é considerada a Casa do pai, por isso, no seu interior, as paredes são rodeadas por santos católicos, resguardados em capelas fechadas , com vidros e os altares com muitas flores, velas, comida e bebida. Nos rituais realizados há coca-cola, guaraná e todo tipo de refrigerante, além de copos com uma bebida amarela. Os fiéis podem dançar, cantar , tocar músicas, fumar e beber, rezar, colocar suas oferendas em pratos sobre panos coloridos estendidos no chão. Todo o solo da igreja é recoberto com folhas de *puncia*, folhas de pinheiro. Para limpar e purificar a atmosfera além das folhas de pinheiro

e do copal, queimam incenso, tornando o ambiente típico dos espaços destinados às práticas ritualísticas. Lá é a Casa do Pai, podem ficar à vontade, sendo observados por um *mayordomo* (funcionário da igreja que fuma muito e bebe muito refrigerante, sem sair do local onde está sentado, sempre calado).Não é permitido filmar ou tirar fotos.

Para eles a cruz persiste como elemento dos rituais indígenas, pois já era conhecida dos mayas antes da chegada dos espanhóis. Mantém-se como símbolo de poder e com a mesma representação cosmológica. Em Palenque se encontra um templo dedicado à cruz ”Templo de la Cruz Foliada “. Os antigos maias já conheciam a cruz feita com o *maiz* (milho) aberto com forma de cruz. Por isso, junto às cruzes cristãs são colocadas outras cruzes com espigas de milho com quatro cores diferentes (milhos típicos da região: brancos,amarelos, negros e vermelhos), de alto a baixo, abertas e amarradas aos troncos, representando os quatro deuses e quatro elementos da natureza. Não aceitam a cruz cristã, pois lembra o conquistador que quando chegava, colocava a cruz para expressar a dominação. Entre os chamulecas não houve totalmente uma conquista espiritual e sim imposição do colonizador.

Os avanços teóricos se evidenciaram com a aplicação dos conceitos indicados no Quadro Teórico à vida cotidiana da comunidade tzotzil de San Juan Chamula. Assim, tivemos a oportunidade de recorrer a Maurice Halbwachs, quando entrevistamos nossos informantes e verificamos que, pela memória individual e coletiva deles confirmamos a hipótese de que as festas populares e os rituais religiosos como o do batismo permanecem em suas memórias, que guardam as informações recebidas dos mais velhos da comunidade, encarregados de manter viva a cultura ancestral. Embora as lembranças já estejam reelaboradas, por um imaginário colonizado, conforme explica Sergio Gruzinski, mescladas com informações de outras memórias e com os acontecimentos da vida contemporânea, elas se aproximam dos fatos relatados pelos cronistas cujas obras foram reexaminadas. As festividades são reproduzidas de acordo com a lógica cultural.

Assim, comprovamos parcialmente a hipótese *a*, pois ela não é totalmente verdadeira. Quando construímos a hipótese absolutizamos a informação, que não é verdadeira. Apenas traços daquelas ritualidades permanecem em suas memórias.

Em relação à hipótese *b* também não é verdadeira, pois a visão do mundo maia, dos tzotziles de San Juan Chamula e dos tzeltales de Palenque é uma visão de mundo híbrida, construída através de representações simbólicas tanto dos antigos mayas como dos colonizadores. É uma visão de mundo que emerge de um imaginário colonizado, sincrético, mestiço, embora permeado pelos mitos e ritos de sua ancestralidade.

A análise teórica sobre as representações simbólicas, percebidas naquelas permanências culturais, foi fundamentada em Roger Chartier, especialmente no que diz respeito à função simbólica (na realidade simbolização da representação), entendida como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades da apreensão do real, quer opere por signos lingüísticos, figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científicos. Para Chartier as *formas simbólicas são todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representações.* A discussão proposta pelo autor ampliou nossa análise, pois um conceito de representação com sentido mais particular e historicamente determinado foi explicado por duas razões, como o autor assinala: a primeira, que trata a representação como uma coisa ausente, supondo uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; e a segunda, como a exibição de uma presença, como apresentação pública de alguma coisa ou de alguém, o que de fato ocorreu em San Juan Chamula em relação às festas e rituais, como também à simbologia da igreja e dos rituais ali realizados.

No primeiro caso, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele .No segundo caso, a relação simbólica consiste na representação das imagens ou das coisas naturais, uma relação entre o signo visível e o seu significado.

Finalmente, apoiados teoricamente em Chartier, concluímos que a distinção entre as representações e os símbolos representados consiste em formas de representações da vida social que objetivam fazer com que a identidade daquelas persistências não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no símbolo que a compõe.[2]

[2] - Recentemente, em reportagem , o Programa do Fantástico, da Tv Globo, em matéria intitulada " deuses, santos e refrigerantes"(30-102004) mencionou que, em San Juan Chamula, usava-se refrigerante como

Enfim, acreditamos que os avanços teóricos foram significativos , pois, além de aplicar os conceitos, pudemos comprovar as hipóteses, responder aos objetivos e aplicar os métodos indicados para a pesquisa em história social e pesquisa de campo.

As contribuições de Mikhail Bakhtin e Peter Burke nos revelaram a visão do mundo elaborada pela cultura popular, especialmente quando que se contrapõe ao dogmatismo da cultura das classes dominantes e se apropria das inovações, como coca-cola ou outro refrigerante com gás para fazer arrotar e soltar todos os gases rapidamente, durante as cerimônias de cura, acelerando assim os rituais, em lugar da utilização das folhas de repolho para expelir os gases maléficos do corpo, mas que demoram dias para fazer efeito, conforme descrevemos no texto mencionado.

Ao procurarmos apoio teórico em Mikhail Bakhtin consideramos relevantes os aportes sobre cultura popular. Ampliamos, assim, nossa fundamentação teórica incluindo mais essa análise, especialmente quando o autor aponta a multiplicidade das manifestações da cultura popular, nos rituais, nos espetáculos e nas festas, encontrando aí uma visão de mundo específica.

As informações relativas à cultura maia e asteca referente aos rituais do nascimento, batismo, mortos e vida comunitária, obtidas através do reexame dos cronistas consultados, foram fundamentais para a análise do conteúdo, assim como comparar alguns traços culturais para o estudo das permanências e representações.

Panorama sócio-cultural de San Juan Chamula

---

bebida sagrada para as curas medicinais, para expulsar os males e aliviar os espíritos e fazia alusão à globalização.Também ressaltava que aqueles índios se isolavam do mundo para proteger a antiga e misteriosa cultura. Essa idéia é seguida por alguns guias que levam turistas para conhecer a comunidade.

Os tzotziles[3] ocupam uma extensa área do Estado de Chiapas. A maioria, cerca de dois terços, dessa comunidade vive em comunidades na região dos Altos Chiapas. A zona dos Altos constitui um maciço montanhoso com inúmeros cerros, a cerca de dois mil metros do nível do mar e o Município de San Juan Chamula é o principal da região. Está dividido em povoados distribuídos em três bairros: San Juan , o maior e mais central, San Pedro e San Sebastián.

O nome original do Município era *Chamo* ou *Cham Ob.'* Que significa literalmente "*morreu a água*". Pelos relatos dos mais velhos, guardiões da memória coletiva, *Cham Ob'* se refere à tradição oral ou mito de origem que representa São João, responsável pelas condições favoráveis para a fixação da população na região, tornando o local, antes um grande lago, em uma área seca e habitável.

San Juan Chamula localiza-se há dois mil e seiscentos metros sobre do nível do mar. É considerado um espaço sagrado, lugar mítico, "umbigo do mundo", centro da vida da comunidade. O Município possui 82 km de extensão territorial. Estima-se que a sua população atual atinja cerca de 60 mil habitantes, não considerando aqueles que emigraram para outras regiões do Estado, bem como o número de pessoas *expulsas* do município[4]. No México há cerca de 100 mil indígenas que se identificam entre si como *chamulas*.

A comunidade é conhecida em todo o país pela popularidade de suas festas e seu mercado, especialmente pela originalidade de seu artesanato, roupas costuradas à mão e bordados coloridos que atraem turísticas do país e do exterior. Além das festas de Carnaval ou *Tajimoltik* , que significa *celebración de nuestro juego*, também se destaca pela produção do licor de cana ou *pox,* muito apreciado na região.

Há grandes conflitos internos e as dissidências se expressam pela tensão entre católicos e evangélicos perseguidos pelos "*guardiões dos costumes* ", *os tradicionalistas*, que não

[3] - Segundo a classificação de Swadesh e Arana [3], os tzotziles pertencem ao grupo maia-totonaco, família maiense. Entre eles estão os indígenas tzeltales. Não há uma grande distinção de dialetos, mesmo vivendo em áreas descontínuas. É considerada uma das línguas indígenas do México com vocabulário mais rico.
[4]- Bautista Martínez, Roberto -Percepción y practicas discursivas sobre apropiación y legitimidad del espacio social en Oxchuc, Chiapas. 2003.

admitem a apropriação das formas modernas de vida, consideram as novidades anti-tradição e outros costumes. Por defender costumes tradicionais os chamulas são considerados "exóticos", "míticos" e todavia o "outro". Assim, para os que detêm o poder, como os *ladinos* é importante que o chamula seja visto como o indígena, aquele que não aceita a vida moderna. Assim eles podem assumir o poder na região.

Para comunidade de San Juan Chamula manter as tradições significa que está construindo a sua própria história, isto é uma história autóctone que se manifesta atualmente em uma variedade de expressões. Como processo histórico, a trajetória é muitas vezes contraditória e paradoxal. E se expressa através de seus costumes, tradições, idéias e um espírito conservador/tradicional. Como não pode fugir das alterações trazidas pela modernização sente a necessidade de buscar alternativas e outras opções para se apropriar de novos costumes.

A administração municipal é semelhante aos demais estados mexicanos, com representantes legais dos poderes legislativos, executivo e judiciário. O poder, no entanto, é exercido de fato pelos *tradicionalistas*, os *guardiões dos costumes* e respeitados pelos conhecimentos que têm sobre os antigos costumes de seus ancestrais maias. Consistem numa organização política paralela, onde os seus membros obedecem à uma hierarquia, com alternâncias de cargos civis e religiosos. Os *tradicionalistas* governam de acordo com os paradigmas cosmogônicos (tempo e espaço) dos antigos maias e geralmente entram em conflito com *ladinos,* que estão à frente da administração.

Para os chamulas quem não é indígena é chamado de *ladinos* (os mestiços ou *não índios*)[5]. Os conflitos entre eles e os *ladinos* ocorrem por questões religiosas, especialmente com os católicos e protestantes. Predomina na comunidade um " *catolicismo tradicional"* ou "*tradicionalista".* Segundo nosso informante[6], "o *catolicismo tradicional* é um sincretismo de religião entre catolicismo espanhol e a cosmologia maia do universo".[7]

---

[5] -Ladinos – Mestiço do Estado de Chiapas, ou mesmo o indígena que assume o comportamento do colonizador (Poma de Ayala. Crônicas de un Buen Gobierno, Peru).
[6] -, durante as pesquisas de campo na comunidade,
[7] - informação de Mario Alberto Moguel Bermudes, nosso guia e informante em San Juan Chamula, outubro e novembro de 2003 e maio de 2004.

San Juan Chamula é a comunidade onde a cultura maia pré-hispânica predomina nas manifestações religiosas. Os chamulas reproduzem as representações de tempo e espaço dos antigos maias, da maneira que apreenderam dos relatos dos mais velhos, especialmente dos "guardiões dos costumes". Por isso eles detêm a autoridade religiosa e, conseqüentemente, política sobre a população, assumindo de fato, o controle das estruturas de poder da comunidade.

Características

Os habitantes dos Altos Chiapas, em sua maioria, descendentes dos povos maias se auto- denominam indígenas. Os *ladinos* (kashlanes)[8] são os *não índios*. A relação entre eles é desigual e assimétrica, pois quem detém o poder econômico é o mestiço ou o *não índio*.

O idioma dos chamulas é o mais falado entre as variedades dos tzotziles de Chiapas e se distingue, com pouca variedade, das comunidades vizinhas. Os municípios vizinhos foram fundados por eles, por isso rituais, as festas populares, as roupas e alguns hábitos da vida cotidiana se assemelham como em San André e San Juan El Bosque, Zinacantán e Ocosingo.

Os tzotziles reconhecem a importância da vida comunitária, sabem que precisam ter uma grande coesão social e que o trabalho coletivo na agricultura lhes permite manter a identidade como grupo social. Apesar de defenderem seu modo de vida diante do sistema econômico e político dominante, eles temem a modernização, pois acreditam que esse processo pode alterar suas formas de
viver. Embora vivam próximos a San Cristóbal, que é um grande centro difusor de cultura e comércio, eles se preocupam com o risco que as grandes cidades apresentam pela presença de costumes diferentes e pela relação econômica e política da comunidade com o capitalismo dominante.[9]

[8] - Ladino – termo utilizado pelos mexicanos para se referir aos não índios.
[9] -Idem, p. 27

Os *ladinos* estão concentrados na Cidade de San Cristóbal de Las Casas e outras cidades menores próximas. Eles exercem o controle econômico e político . Os indígenas trabalham como seus subalternos ou empregados. As mulheres indígenas são contratadas para os serviços domésticos e o homens como peões.
Indígenas e ladinos dividem a estrutura formal da Igreja Católica e desenvolvem relações de compadrinho. O governo de San Cristóbal de Las Casas, Comitán, Altamirano, Ocosingo e as Margaridas é monopólio dos ladinos.

Na periferia de San Cristóbal de Las Casas, vive um grande número de indígenas chamulas em pequenas comunidades urbanas, dedicando-se ao comércio e ao artesanato. Geralmente são os *expulsados*, da comunidade, aqueles que não aceitam a orientação dos tradicionalistas ou que se opõem à administração ou mesmo porque optaram por outra religião. A imigração é outro fator de saída da saída da comunidade. Eles procuram trabalho em outras localidades como Vila Flores, na Costa, na Selva Lacandona, no sudeste do Estado de Chiapas, além de Cancun e Quintana Roo. Muitos se empregar como operários nos campos de petróleo e nas plantações de café, no Estado de Tabasco, no Golfo do México.

A imigração para os EUA, à procura de melhores condições de vida, também atraiu um grande número de chamulas. Calcula-se que cerca de 5 mil ou mais tzotziles vivem atualmente nas cidades de Los Angeles, Califórnia e Tampa, na Flórida.

A comunidade de San Juan Chamula começou a sentir os reflexos da modernização, mas ainda é refratária às inovações tecnológicas. Aqueles que aderiram às mudanças entraram em choque com a mentalidade conservadora das autoridades locais e foram expulsos da comunidade. Em Chamula só é admitido na comunidade quem aceita os costumes e as tradições dos antigos maias, conservados pela memória coletiva dos mais velhos.

Os *expulsos* são aqueles que se afastam dos princípios defendidos pela comunidade tzotzil em defesa da identidade étnica e cultural de seus membros. A maioria dos nativos dos Altos continua com a crença que a sua sobrevivência depende da sobrevivência de suas comunidades ancestrais como entidades corporativas fechadas.

A partir da década de 1980, os movimentos políticos e as insurreições locais levaram as autoridades a expulsar todos os que se insurgiam contra os desmandos, causando, dessa forma, grande descontentamento com os governantes e o acirramento dos conflitos contra as expulsões. Segundo Bautista Ramírez(1994) " a expulsão era o modo "tradicional" das comunidades se controlarem internamente com a finalidade de para manter a unidade e solidariedade necessárias para sobreviver como grupos distintos. Em parte esses argumentos foram verdadeiros , mas na década de 1980 , as expulsões fizeram parte das expropriações de terra e perseguições pessoais.

Durante o Governo de Lázaro Cárdenas e o cardenismo [10], os indígenas de Chiapas libertaram-se da servidão nas fazendas e receberem propriedades *ejidales*[11]. Esses ejidos passaram a ser controlados pelos *comissariados*[12], que acabaram assumindo o poder dos caciques indígenas. Os comissariados foram utilizados e manipulados pelas autoridades estatais e municipais. Segundo Buenrostro y Arellano(2002), "nos ejidos reproduziu-se o fenômeno do caciquismo com suas características de autoritarismo, repressão e despotismo ".[13] Benítez (1994) assinala que o cacique indígena introjetou a figura do cacique *ladino* e "uma multidão de mexicanos são destruídos e humilhados , sem misericórdia, por outros mexicanos".[14]

Para os tzotziles, a terra é vida tradição e cultura. Quando invadem as terras que acreditam lhes pertencer, *estão recuperando* a terra que lhes fora tomada "*estão resgatando* aquilo que lhe dá coesão e identidade, juntamente com sua cultura".[15]

---

[10] - Cardenismo - Corrente social e política ligada à maneira hábil de atuar do General Lázaro Cárdenas, presidente mexicano de 1934 a 1940.

[11] - O *ejido* é uma conquista da revolução Mexicana, forma de dotação de terra por meio da qual se pretendeu evitar tensões sociais agudas , in Buenrostro y Arellano As raízes do fenômeno Chiapas. SP., Alfarrabio, 2002, nota 11, p.27

[12] -- Comissariado: autoridade eleita no próprio ejido.Reconhecida oficialmente , é formada por um presidente, secretário e tesoureiro, idem, op. cit., nota 12, p.27

[13] - Idem, op. cit., p. 27

[14] -Benítez , Fernando – La última Trinchera: Los Altos de Chiapas, Revista Proceso, n.903, 190quatro, p.6quatro, Apud, Buenrostro y Arellano, nota 15, op.ct.,p.27

[15] -Aravena, Francisco Rojas- América Latina, Etnodesarollo y Etnocídio.S.Jose da Costa Rica, ed. Flacso, 1982, in Buenrostro y Arellano, nota 29, p. 35. O autor observa que indígena recupera coletivamente a sua terra ocupada pelos latifundiários . No entanto, aquelas recuperações são chamadas de " invasão", pelos que pretendem atribuir a si a legitimidade da propriedade.

Segundo Jardí (1994) " para os indígenas a terra é doadora de vida. Sua violação implica a morte.A posse comunal das terras é o elemento integral de suas vidas. A rotativa na posse da terra tem dois objetivos : deixá-la descansar, e também , a partilha de terras boas e ruins. A todos cabem terras boas e ruins. Esses dois sentidos de comunidade garantem a coesão da etnia e sua identidade[...].A agricultura tradicional é baseada no milho, é elemento indispensável, e está ligado à medicina tradicional. Todo o território,incluindo bosques, rios lagos, fauna e flores é entendido como gerador de vida.[...] O território abrange lugares sagrados para os deuses, para os mortos, centros cerimoniais e lugares onde celebraram-se diversas cerimônias, fundamentalmente religiosas, mas também culturais, esportivas e recreativas".[16]

A partir da década de 1960 iniciou-se um processo de modernização na região dos Altos Chiapas. O transporte público foi ampliado , construíram-se novas estradas, ampliaram-se os serviço de eletricidade e o comércio aumentou consideravelmente.

Representações Simbólicas, Memória e Imaginário

Em Chiapas predominam as formas de expressão ritual do mundo maia. A população maia de San Juan Chamula é formada pelos os tzotziles. Eles reproduzem em suas festas, desde as reuniões domésticas às cerimônias mais complexas da vida pública, o universo mental, apreendido da sua ancestralidade e que está submetido às leis do tempo e do espaço. Procuram, assim, assegurar continuamente a renovação de sua história mediante a reprodução de sua cultura .

O s elementos básicos para compreensão da visão de mundo desses povos são representados por ocasião da realização de festas e cerimônias ritualísticas, que acompanham a rotina de sua cotidianidade, como os ciclos da produção do milho e de reprodução da natureza, batizados, casamentos, Carnaval e dias dos santos. As representações simbólicas manifestadas naqueles rituais consistem em permanências culturais, reproduzidas por um imaginário mítico, guardado pela memória coletiva. O ato de lembrar possibilita uma volta no tempo e no espaço, e muitas vezes o preenchimento

[16] -Jardí, M.T.- Indígenas e Pugnas del Poder, Chiapas, Jornal La Jornada, 15 de março de 1994.

destas lacunas se faz nos encontros das memórias individuais com seu grupo de pertencimento. Segundo Halbwachs,

> *"a memória individual não está inteiramente isolada e homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou do seu meio."*[17]

As representações simbólicas revelam a complexidade de um sistema conceitual baseado na percepção particular do tempo e do espaço inerentes àquela cultura. Apesar da variedade de formas e expressões rituais observa-se uma grande uniformidade nas manifestações. A incorporação de elementos novos não afeta a lógica dos sistemas simbólicos por ocasião da reprodução de modelos subjacentes que estruturam a ação social em torno da ritualidade.

Os povos maias sofreram um grau variável de aculturação. Todos os grupos, dentre eles os tzotziles e tzaltales, embora resistam até os dias atuais, foram dominados, colonizados e tiveram que responder às distintas formas de pressões, ao longo dos séculos, para transformar suas formas de vida social, sua tecnologia e seus modelos de organização.

Alguns receberam os impactos brutais do fenômeno da evangelização e cristianização, outros enfrentaram processos mais insidiosos, sutis, porém igualmente desestabilizadores. No entanto, apesar dessas mudanças , continuaram expressando a harmonia de seus sistemas de pensamento. Isto se traduz nas múltiplas referências e constantes à imutável ordem cosmogônica que rege seu mundo submetido ao transtorno.

Essas permanências culturais se expressam em sua crença inalterada da reprodução de uma história cíclica que escapa à lógica do tempo moderno.Isso se verifica pela forma como se apropriam , com legitimidade, de personagens , imagens , acontecimentos e os incluem em seu mundo espiritual, integrando-os em suas estruturas mentais .

---

[17]- Idem , op. cit., p.

Percebe-se na reiteração dos esquemas conceituais básicos que estruturam seus sistemas ideológicos: uma visão escatológica de relação-homem-cosmos, o equilíbrio dos contrários, a dualidade do mundo sobrenatural, o caráter cíclico do tempo e conseqüentemente uma filosofia estóica da condição humana.

Todos esses aspectos estão presentes nas festas de batismo, carnaval, iniciação, fertilidade, de cura, e etc.O sincretismo também está presente como na luta do jaguar com o touro. Um dos mais antigos heróis mitológicos maias, o jaguar, se enfrenta em combate com o representante de uma filosofia estranha, como o touro, o qual se encontra envolvido com sutileza numa luta cósmica milenar, para a reprodução do ciclo solar.

A cruz da evangelização, pensamento central do cristão, se torna o cordão umbilical que nutre sobre o mundo, o ponto de equilíbrio universal, lugar do desastre ou da salvação. Segundo um dos nossos informantes "os maias já conheciam a cruz há 600 anos antes da chegada dos espanhóis, pois a espiga do milho, com suas folhas abertas reproduz a cruz.. e cita o Templo de Palenque dedicado à Cruz "Templo de la Cruz Foliada". O milho, símbolo da saciedade e de esperança, de prazer e de segurança se mantém como o signo da alegria e, expressão alegórica suprema da vida e da identidade, está presente em todas as cerimônias, em cada um dos rituais, desde as festas de iniciação ao enterro do ancião. Porque o milho, como o sol , a lua e a chuva, são expressões da sujeição ou dependência do homem na ordem astral que retorna ao seu destino precário. O destino está condicionado por uma luta permanente para regeneração do mundo, o regresso dos astros, o reverdecer das *milpas*, o retorno do calor solar, da fertilidade humana, da segurança coletiva.

Os maias estão submetidos à cultura de seus antepassados. Têm medo do fim do mundo, do apocalipse. Eles passam a sua vida conciliando-se com os seres do cosmos, donos de sua história, culturalmente *condenada* a chegar ao seu fim, que é preciso evitar com os rituais da vida, do sangue. É o que os *lacandones* ensinam a seus filhos desde o nascimento, os yucatecos manifestam em seus rituais agrários, ao derramar sangue de animais e ao queimar sangue vegetal sob a ceiva, em que os *ch'oles* expressam ao rezar nas grutas, suplicando à cruz, é o que os *tojolabales* e os *tzeltales* reproduzem ao reunir-se todo o ano para exorcizar a esterilidade, reencontrar a esperança, assegurar sua

reprodução mediante a festa de seu povo. Em lugar das oferendas humanas por ocasião das cerimônias de seus antepassados, é oferecido sangue de animais nos atuais ritos sacrificiais, durante as festividades da comunidade.

Através de suas cerimônias, os maias reativam o tempo aplacando o desenlace fatal do quarto sol, ao mesmo tempo que fortalecem sua identidade grupal sobre a base de modelos inalterados. Todos os anos para os mais jovens rituais sobre a reprodução do universo. Devido à modernização apresentam naquela encenação teatral inovações, reatualizando os rituais para dar prosseguimento à sua história mítica.

Ao estudar as festas e rituais dos maias descobrimos essa uniformidade do pensamento cosmogônico e essa inalterabilidade das formas de expressão na diversidade de suas manifestações. Assinalamos que cada grupo foi historicamente submetido a processos diferentes de penetração da cultura ocidental, que se traduziram na variedade de suas formas rituais.

Apesar dos antigos conhecimentos astronômicos, que caracterizavam o saber dos maias clássicos, terem desaparecidos da sua consciência, a submissão à ordem astral é apenas uma herança da filosofa cosmogônica, mas está arraigada aos modelos de representação do universo e por isso, a visão cíclica do tempo, oferece um marco de ordenação do vivido que facilita a interpretação da história com base em referências próprias, estáveis e inteligíveis.

É esse universo mental, submetido às leis do tempo e do espaço , que expressam os maias em suas festas, desde as particulares às mais complexas da vida pública, ao buscar sempre assegurar a renovação de sua história mediante a reprodução de sua cultura.

Festas e rituais

Tanto os indígenas como os *ladinos* disputam a posse da terra, considerada sagrada, pois o espaço é um dos suportes privilegiados da atividade simbólica. Os maiores

conflitos giram em torno do " centro Cerimonial" e refletem as diferenças culturais, em torno do poder religioso, que se acumularam ao longo dos anos.

Para eles o tempo e o espaço não são fixos, podem se alterar e em até alguns casos manipulados pela memória e são utilizados como referenciais para justificar os direitos sobre um território. A sociedade articula a partir de suas percepções relatos relacionados com a apropriação e legitimidade ao nomear e imaginar territórios com limites e fronteiras na construção da vida social.

Uma grande parte dos povos indígenas conserva as formas de organização política e religiosa tradicionais e, nas comunidades onde o governo indígena desapareceu, sobrevive um corpo de agentes de controle social com poderes sobrenaturais, como os curandeiros (*poshtawanesh* o curandeiros , *meítatiles* ou guardião sobrenatural e *ak'chamel* ou bruxo), que atuam participando nos rituais de transmissão da tradição.

Ainda que em algumas comunidades não seja mais comum o uso das práticas medicinais tradicionais , em geral a maneira em que se concebe a enfermidade tem a ver mais com a cosmovisão indígena que com a prática científica. Alguns habitantes já não recorrem aos médicos indígenas, porém a as causas as quais atribuem suas enfermidades fazem parte das chamadas "*enfermidades tradicionais*".

A medicina indígena conta com uma organização para enfrentar, assim seja de maneira limitada, as precárias condições em que vive a população. Entre os praticantes dos Altos Chiapas existem especialidades cuja nomenclatura deriva de sua atividade especifica, assim há Hiloles (de Hi-Lo) parteiras, ervateiros, hueseros e rezadeiras das montanhas . Todos empregam procedimentos diversos de diagnósticos destacam a tomada do pulso da interpretação do sonho e terapêutica se incluem ritos, rezas e o uso de velas, plantas, animais, pedras, aguardente, sopros e manipulação física. Estes especialistas são indivíduos que , por dedicar grande parte de seu tempo para a cura de enfermos, contam com o reconhecimento de sua comunidade e possuem um saber adquirido a través da interiorização de suas experiências cotidianas .

Segundo nosso informante quando o Hi-Lol detecta a enfermidade espiritual pede para o doente comprar cinco elementos (ovos, galinha, refresco (coca-cola, pepsi), velas e *posho* (bebida tradicional indígena feita de cana de açúcar
(destilada). Essa bebida tem uma função espiritual, pois quando se bebe purifica o corpo e a alma.
Ritual: Primeiro colocam as velas , depois joga o *posho* sobre tudo, para purificar(como limpeza com álcool nos hospitais)
2) Depois o Hi-Lol toma o *posho* mas não traga. Ele cospe sobre a pessoa doente
3) Logo após passa o ovo inteiro, sem quebrar, no corpo do doente para retirar a má energia do corpo da pessoa.
4) A galinha viva serve também para retirar a má energia do corpo, dependendo da enfermidade o Hi-Lol decide se mata o animal dentro da Igreja ou na casa do doente (veja fotos). Também dependendo da doença pode usar outro animal como o cachorro, peixe, esquilo ou outro qualquer.
5) Quando o doente toma coca-cola deve arrotar para expulsar a má energia. Antes da coca se usava a verdura(repolho, feijão, alho) para arrotar, soltar os gases. O problema é que demorava muito para arrotar, ou a chicha, bebida de milho fermentado (só pode guardar 3 ou 4 dias, depois estraga). Por isso a coca-cola é mais usada , dura mais.É a globalização, diz ele.
O Hi-Lol é sempre o filho primogênito(homem ou mulher) quando o pai foi um Hi-Lol – o cargo é hereditário, passa o poder para o filho, dom

Festas, rituais e permanências culturais

As permanências culturais constituem elementos significativos para a compreensão da organização social dessas sociedades. Elas são reproduzidas na vida cotidiana pelas representações simbólicas guardadas pelo imaginário coletivo e pela memória mítica que permitem aquelas sociedades reviverem os mitos e os ritos de seus antepassados. A elaboração daquelas lembranças, através dos fragmentos de uma memória permeada de inclusões e apropriações do “outro” e a permanência de um passado mítico permitiu aos chamulas construir uma identidade própria e singular, mesmo convivendo com a

multiculturalidade do processo de globalização. Também fortaleceu o sentimento de resistência que lhes permite lutar, até os dias atuais, pelos seus direitos indígenas.[18]

Algumas dessas permanências culturais são reproduzidas na comunidade durante as festas populares e o ritual de iniciação, com a cerimônia do batismo, entre outras manifestações festivas . Essas representações simbólicas são instigantes para os estudiosos da história das idéias, memória, identidade e representações, sobretudo porque o imaginário mítico reproduz no percurso da vida cotidiana da comunidade os mitos, cultos e rituais de sua ancestralidade.

Ao analisar o processo histórico Jacques Le Goff (1996) assinala que há "pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado".[19]Essa visão coincide com a de Daniel Fabvre (1978) quando se refere ao mito. Para o autor"[...] o mito, aparentemente "refratário à análise histórica ", é recuperável pelo historiador, pois"que ele teve de se constituir num lugar qualquer, num período histórico preciso".[20]

Assim, nas perspectivas da nova problemática histórica, o mito não é só objeto da história, mas prolonga em direção às origens, o tempo da história, enriquece os métodos do historiador e alimenta um novo nível da história, a história lenta, conclui Le Goff.

As informações recebidas, durante as pesquisas em San Juan Chamula, permitiram recuperar alguns dos traços míticos que persistem e se manifestam durante as festas populares e cerimônias religiosas como a do *Hetz'mek*[21] *e Mek'bir* ritual do batismo, entre outros rituais. Esses rituais envolvem o cotidiano dos chamulas, desde a concepção, gravidez e nascimento, estendendo-se até a criança completar cinco anos). O termo

---

[18] -A problemática que nos instigou nesta pesquisa consistiu em identificar as permanências presentes na cotidianidade dessa população, através do imaginário pré-hispânico, que contribui para a construção e manutenção da identidade desse grupo social, como elemento de coesão social.

[19] -Le Goff, Jacques – História e Memória.SP.Unicamp, 1996, p.29

[20] - Le Goff, J. – idem, op. cit., p. 56

[21]- A cerimônia do Hetz'mek tem sido descrita por numerosos pesquisadores da cultura maia peninsular, destacando-se , sobretudo Alfonso Villa Rojas, Robert Redfield em suas obras Los Elejidos de Dios, México, INI,1978, p: 412:415 e Ensayos Etnográficos, p: 166:167, 226:227 e 303. (rituais que envolvem o cotidiano desses povos, desde a concepção, gravidez e nascimento, estendendo-se até a criança completar cinco anos) termo *Hetz'* significa levar, carregar e *mek* abraçar. Devemos assinalar que os cronistas da conquista também relataram a cerimônia do batismo, na maioria das vezes , tentando identificar com os rituais cristãos.

Hetz' significa levar, carregar e *Mek* abraçar. O batismo público destaca-se entre aquelas festas e consiste no ritual de iniciação das crianças.

Esses rituais são realizados em San Cristóbal de Las Casas e nas comunidades chiapanecas dos Altos, quando a criança completa cinco ou seis meses de idade, da mesma maneira como nas comunidades tzeltales de San Cristóbal de Las Casas e Palenque. Nesse dia a criança recebe o seu verdadeiro e definitivo nome, assim como a sua condição sexual é divulgada, pois até aquele dia, exceto a família que guarda segredo, a comunidade ignora o sexo da criança , que até aquele dia é chamada de *och (tlacuache*).

É costume entre os tzotziles e tzeltales manter o recém-nascido no anonimato, e desde o dia nascimento à festa do batismo. Durante esse período a criança não aparece em público, fica sempre em casa, e é mantida longe dos visitantes, assim como não é permitido que seja abraçada por mais de um membro de sua família. Com o batizado a criança recebe um nome e é reconhecida pela família e pela comunidade. O ritual do batismo significa a aceitação do novo membro no grupo de origem. A partir daquela cerimônia a criança passa a fazer parte da organização social e sua identidade é reconhecida pelos pais e demais membros do grupo.

Em Chiapas, o padrinho tem maior autoridade sobre o afilhado que os próprios pais. Nas cerimônias católicas de batismo o padrinho adquire apenas a responsabilidade nos ritos de batismo e crisma e, socialmente, se estende aos ritos da eucaristia e do casamento, não substitui o poder dos pais.

Essas cerimônias, como o *Mek'bir* consistem em um ritual de integração social. É o momento em que o pai reconhece a legitimidade do filho. A cerimônia de apadrinhamento ou *Hetz'mek* e o ritual do batismo *Mek'bir* sugerem uma origem comum entre as diversas comunidades da Península do Yucatã , as comunidades dos Altos Chiapas e as da selva da Lacandona, que se estende até Guatemala e Belice.

A reprodução desses rituais pré-hispânicos, mesclados com o batismo cristão e outras manifestações culturais semelhantes entre as várias comunidades formadas pelos

tzotziles e tzeltales essenciais para a manutenção da identidade desses grupos , também revela a complexidade das relações interculturais.

Nos dias atuais, esses rituais são celebrados com maior freqüência, entre os tzotziles e tzeltales, nas comunidades de Chiapas e em algumas regiões da Lacandonia.[22] A permanência desses rituais, na Península do Yucatán e na América Central, tem despertado o interesse dos pesquisadores desde a década de 1930, quando se intensificaram as informações, especialmente dos etnohistoriadores e antropólogos.

Essas cerimônias populares e religiosas marcam o cotidiano desses povos, permitindo que as lembranças e as histórias contadas e recontadas pelos mais velhos permaneçam em suas memórias, identificando-os como um grupo social, com a mesma ancestralidade e pertencimento.[23]

O Batismo - identidade e integração social - Hetz'mek e Mek'bir

a) Dados historiográficos

Os ocidentais, especialmente os europeus, sempre sentiram forte atração e curiosidade pelas civilizações indígenas em relação às suas estruturas culturais. O exótico instigava a vinda de estudiosos de várias partes da Europa. Entre os religiosos destacaram-se Frei Diego de Landa, com a obra *Relación de las Cosas de* Yucatán, Gonzalo Fernandes de Oviedo, que escreveu sobre a área circuncaribe em seu *Sumario de la Natural Historia de las Índias;* Álvar Núnez Cabeza de Vaca, com a obra *Naufragios y Comentarios*; Frei Francisco Ximenez, dominicano, que aprendeu a língua quiché em Chichicastenango e legou um dos manuscritos mais conhecidos como *Popol Vuh.* Ele também escreveu a *Historia de la Provincia de San Vicente de Chiapa y Guatemala.* Entre os códices maias destacam-se o *Códex Dresdensis*, o *Codex Tro-Cotesianus* e o *Codex Peresianus*, que se encontram em Dresden, Madri e Paris, escritos em pergaminho feito em casca de árvore e conhecido como *papel amate*.

[22] - Como atestam os pesquisadores Alfonso Villa Rojas e Robert Redfield, além de Alfred Tozzer.
[23] - Foucault, em Microfísica do poder, quando analisa Nietzsche, refere-se à genealogia e a Herkfunft como o tronco de uma raça, à proveniência, ao antigo pertencimento a um grupo, de sangue, de tradição, de ligação entre eles , entre outros aspectos. RJ., Graal, 1999, op.cit. p. 20

No entanto, para a região de Chiapas , a contribuição de Frei Diego de Landa é significativa, pois descreve os rituais e especialmente o do batismo com todas as particularidades, tornando-se nossa principal fonte do século XVI.

A partir do século XX, os estudos dos etnohistoriadores e lingüistas avançaram para o campo da Antropologia Simbólica e da História das Mentalidades. Começaram a se rediscutir as tradições e a se valorizar as ritualidades para melhor entendimento do cotidiano dos povos que conquistaram.

Bastarrachea Manzano[24]analisa a importância do *Hetz' Mek*[25] como um ritual de passagem celebrado entre os maias de Yucatã, assinalando o significado cultural e histórico desses cultos tradicionais como elementos que proporcionam o desenvolvimento da sociedade agrícola e também como práticas terapêuticas para minimizar as tensões surgidas pelo confronto de cosmovisões entre esse grupo e o estrangeiro. Esses rituais visam a restabelecer a saúde e acabar com as ameaças que pairam sob a comunidade.

O *Hetz'mek* é transmitido de geração em geração e apenas os pais podem transmitir aos filhos ou, como exceção, os professores podem explicar para os alunos. O único mecanismo de aprendizagem é a observação por parte do aprendiz e em sua aplicação há determinadas técnicas nos conhecimentos que são repassados. Bastarrachea Manzano teoriza sobre a origem simbólica do ritual e assinala especialmente o seu caráter social, quando a criança é aceita socialmente no grupo. A partir desse momento deve ser educada obedecendo aos critérios culturais da sociedade tradicional . Essas normas lhe são ensinadas pelo padrinho, de acordo com o sexo da criança. O autor destaca o papel desse elemento na organização social dessas comunidades. Bastarrechea Manzano contribui com esse aporte teórico para o estudo das estruturas mentais dessa população, e, assim , para a historia das mentalidades.

---

[24]- Bastarrachea Manzano, Juan Ramón é pesquisador do Centro INAH (Instituto Nacional de Antropologia e História) de Yucatán. Procuramos a fundamentação teórica sobre as festas e rituais em sua obra intitulada Los origines de la vida humana, según las alansajo'ob (parteiras) maias peninsulares de hoy. México, Mérida , Yucatã, 2000, p.1:10

[25] -(o autor escreve jéets méek)

A cerimônia de *Hek*'Mek é descrita por Juan Jose Hernandez, em 18quatro6[26]. O autor afirma que *Hek* significa padrinho, em Yucatã. Também assinala os aspectos culturais reforçados através dos rituais indígenas e da Igreja Católica. Aborda a trajetória social da comunidade, por distintas óticas, que perpassam da perspectiva cultural à histórica. Enfatiza as dificuldades que devem ser observadas no processo de passagem dos elementos da cultura maia à espanhola. Discorre sobre o processo de evangelização, ainda no século XIX, e relata como os espanhóis, em 1803, conduziram a educação religiosa e estruturaram a vida dessa comunidade, e como o batismo serviu para arregimentar " força de trabalho" cristã.

Em nosso estudo , consideramos relevante identificar, da mesma forma que Roger Chartier, " como símbolos e considerar como " simbólicos" todos os signos, atos ou objetos, todas as figuras intelectuais ou representações coletivas graças aos quais os grupos fornecem uma organização conceitual ao mundo social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada"[27]. Da mesma maneira Erwin Panofsky definiu a função simbólica (simbolização ou de representação) como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real" .[28]

Assim, para os rituais do batismo é importante conhecer como se realizam outras cerimônias onde há interferência de outros elementos que poderíamos identificar como "pré-cristãos" aqueles que foram trazidos pelos espanhóis, porém que passaram a fazer parte do acervo ritual dos maias e se transmitem até os dias de hoje, sem que a racionalidade indígena possa se dar conta de sua interpretação. Houve uma apropriação, mas não um entendimento do significado do símbolo.

Conforme afirma Marion(199quatro) "todo ato ritual apresenta uma forte carga de temporalidade já que está submetido às pressões externas, que assume e traduz. Incorpora e reproduz a intemporalidade do pensamento e da cultura e seu fim é, precisamente, expressar a interpretação paradigmática que os homens fazem de sua

[26] -. retomado por Pinto Gonzalez e Santana Rivas, em sua obra Costumbres de las Indias.

[27] -Chartier, Roger- A Historia Cultura.Lisboa, Difel, 1988, p. 19
[28] -Idem, op. cit., p. 19

história. Os ritos sempre traduzem algo de inefável, transmitem algo do pensamento histórico que não teria cabimento numa narrativa mítica”[29].

Enquanto o mito é atemporal, o rito está imerso na história, narra e interpreta o passado em um momento particular, o presente. Embora o mito não esteja sujeito ao espaço, e se localize no cosmos, o rito está condicionado por um espaço que assinala sua temporalidade. Quando o mito integra em um mesmo ciclo o passado, o presente e o futuro, explicando um pelo outro e os outros pelo anterior, o rito está sujeito à fases, momentos, submetido à calendários, horários e período, ancorado em sua temporalidade que o torna presente.

O mito se produz e se reproduz independentemente do ritual, absorvendo e traduzindo as vivências da humanidade, enquanto o rito e por fim as expressões cerimoniais e festivas , é a contextualização dramatizada, da forma cultural de definir e expressar a história. O rito encontra seu substrato objetivo no pensamento mítico que lhe proporciona matéria viva para seu desenvolvimento.

Segundo Hugh-Jones(1999)”o rito não se assimila ao mito porque se situa a meio caminho entre a prática e a ação.É através dos ritos que as categorias do pensamento produzem efeitos. O mito pode instaurar a ordem do pensamento porém é através do rito que a ordem é manipulada para ordenar a ação e a sociedade em seu conjunto”.[30] Assim , se os ritos expressam a contextualização histórica de uma sociedade, os mitos resultam do esforço de ordenação, interpretação e codificação da história. Assim, segundo Reifler de Bricker (1989) “constituem teorias da história e os criadores de mitos são historiadores “.[31]

Após essas considerações sobre ritos e mitos, transcrevemos algumas informações sobre o batismo entre os tzoltziles de San Juan Chamula, considerando que os maias de Chiapas apresentam uma série de traços culturais que apontam uma origem comum. No entanto, estudos comparados sobre os Maias como os realizados de Alfred Tozzer e Alfonso Villa Rojas (1985) apontam para uma “quantidade de similitudes, desde o ponto

[29] -Idem, op. cit., p. 15
[30] -Hugh-Jones, S. – The Palm and the the Pleiades. Iniciation and Cosmology in North West Amazônia.Cambridge University Press, 1979, 2ª.ed.1999., p.691
[31] -Reifler de Bricker, Victoria – El Cristo indígena,El rey Nativo. Mexico, FCE, 1989, p.22

de vista lingüístico, cultura material, sistema simbólico, formas de organização social, entre outras características".[32]

No período colonial, Frei Diego de Landa, em sua obra "Relación de las Cosas de Yucatán" se refere ao batismo entre os maias. Ele descreve a cerimônia que era conhecida como *caputzihil*, que significava " nascer de novo". O rito do *caputzihil* era realizado com a finalidade de prevenir as crianças sobre as desgraças futuras. O ritual era realizado, por solicitação dos pais, em cerimônia coletiva quando a criança tinha entre 3 a 12 anos. Um sacerdote participava como celebrante principal, acompanhado de quatro homens anciãos chamados *chaces*. Segundo De Landa , a cerimônia obedecia ao seguinte ritual:

> *" Três dias antes da festa, reuniam-se somente os pais das crianças e os oficiais, sem a presença das mulheres. As meninas recebiam como madrinha uma anciã e os meninos um homem adulto que fosse cuidar deles. Logo após, um sacerdote começava a fazer a purificação da habitação, para espantar os demônios. Para espantá-los, colocava quatro banquinhos , um em cada canto do pátio com um chace sentado sobre ele, com uma corda presa em suas mãos , de tal forma que as crianças ficavam encurraladas no meio do cordel; depois pulando a cerca de corda, os pais entravam no recinto para se juntar às crianças. No meio do pátio colocavam um banco onde o sacerdote se sentava, com um braseiro perto e um pouco de milho moído e incenso. Os meninos se acercavam do sacerdote que lhes colocava um pouco do milho moído e incenso nas mãos, que as crianças jogavam no braseiro. Acabada a cerimônia, pegavam o braseiro e um pouco de vinho , entregavam a um auxiliar para levar para fora da comunidade. Recomendavam para não beber o vinho e nem olhar para trás ou em sua volta, assim expulsavam o demônio. Os chaces se aproximavam das crianças e colocavam um pano branco na cabeça enviado pelas suas mães. Perguntavam aos meninos maiores se tinham feito alguma coisa errada e em caso positivo ele era separado para se confessar.*
> *Logo após, o sacerdote pedia silêncio e começava as orações, depois molhava com as pontas dos dedos as faces, os pés e as mãos, sem falar uma palavra. A água era de flores e de cacau trazidos das árvores ou das pedras dos montes .*
> *Acabada a cerimônia, o sacerdote retirava o pano branco das cabeças e cortava a conta que as crianças traziam*

[32] - Tozzer,ª e VillaRojas,ª- Maias y Lancadones.Mexico, INI, 1982

> *amarradas na cabeça e davam flores para eles chuparem o suco . Logo após , recebiam comida, vinho e presentes e o restante era oferecido aos deuses.*
> *No final da cerimônia, as meninas saiam na frente e iam encontrar suas mães que lhes cortava o fio que traziam amarradas na cintura , à altura dos rins e tiraram o tapa sexo, recebendo nesse momento autorização para se casarem quando seus pais quisessem. Logo depois saiam os meninos e seus pais colocavam sobre eles uma manta. A festa continuava .O ritual de iniciação se encerrava com uma grande festa e muita bebida. A criança já pertencia ao mundo dos adultos.*[33]

A cerimônia descrita por De Landa, ainda que diferente do ritual do *Hetz'mek* contemporâneo, apresenta , não obstante todos os aspectos de um rito de passagem, chama os anciãos para se responsabilizarem pelas crianças como padrinhos, acompanhá-los na entrega das oferendas, libações, rezas , o que significa o fim de uma etapa , mediante o corte do cordão e da conta ou *conchuela.*

A cerimônia do batismo, nos dias atuais, mantém as permanências culturais dos antigos maias com algumas inclusões do cristianismo. A cerimônia é um ritual de iniciação e recebe o nome de *Hetz'Mek* e se inicia durante a gravidez. Quando a mulher engravida precisa colocar um cordão de algodão em volta do pescoço – o *Kuts* , com a finalidade de preservar a vida do feto. Após o nascimento da criança ela retira o cordão e o coloca no pescoço ou na perna, geralmente de um parente do sexo masculino, que esteja enfermo. O cordão possui efeitos benéficos. Se o cordão for retirado antes do batizado a criança morre e a pessoa fica desprotegida.

Na comunidade de Xoy, próxima a San Juan Chamula, foi realizado um ritual de *Hetz"Mek*. A criança era um menino de cinco meses de idade. Segundo o relato, descrito por Tozzer (1982) [34]

> *"a mãe do menino estava encarregada , com certa antecipação, de convidar uma madrinha para realizar o ritual. No dia combinado, a madrinha chegou trazendo um presente, uma veste, para o menino. A mãe estava em casa , com o marido, dois de seus filhos mais velhos, assim como a avó , mãe do marido que vivia na mesma casa.O altar*

[33] - De Landa, Frei Diego – Relación de las Cosas de Yucatán.México, Porrúa,1973, p.44:47
[34] - Tozzer,Alfred- Maias y lacandones.México, INI, 1982.

familiar estava enfeitado com flores, velas acesas e um defumador com brasas incandescentes de onde saiam cristais de copal. Em frente às imagens religiosas estavam tamales, cobertos com um guardanapo e um prato de guisado de galinha ensopada.

A mãe segurou a criança e a entregou à madrinha dizendo:
_____ Aceita fazer-me o favor de segurar o meu filho que eu te entrego.

Imediatamente, a mulher colocou a seu afilhado enganchado em seus quadris e se dirigiu para a frente do altar. Ali estavam depositados alguns objetos ao redor dos pratos de comida e entre as velas: um facão ou machete, uma pena, uma xícara de sementes assadas e um rosário, encostados no altar estavam um rifle e uma machado. A madrinha pegou em suas mãos um desses objetos e o colocou nas mãos do menino, ajudando-o a segurar. Depois , deu uma volta pelo quarto e regressou ao altar para pronunciar as seguintes palavras :
_Esse é um facão, segure-o, para que aprenda a ser um bom trabalhador e possa preparar uma lavoura de milho (milpa) grande.

Logo pegou outro objeto e repetiu o ritual. A cada volta pelo quarto comia mais uma das sementes assadas. Cada um dos objetos representava as atividades que os homens realizavam tradicionalmente. Finalmente, o rosário para que ele fosse um bom cristão. Depois colocou pedaço de tamal (comida com milho, parecida com pamonha) na boca da criança, pedindo a Deus que seu afilhado pudesse ser feliz no futuro com a humilde comida dos camponeses maias .

Antes de concluir as rezas a madrinha, sempre carregando o menino, pegou a última semente e colocou-a na boca da criança, dizendo:
____Como você viu , você será forte, trabalhador, cumprira com tua família e com Deus, comera milho de sua milpa e deixará sua mente aberta para aprender a fazer as coisas como devem ser feitas.

A seguir os demais participantes se colocaram de joelhos e se abaixaram diante do altar, rezaram uma Ave Maria e um Padre Nosso.

Logo após a madrinha devolveu o menino à sua mãe, dizendo:
__Comadre, entrego meu afilhado. Você me pediu, eu ensinei as coisas que fazemos aqui.

> *Depois, todos os participantes comeram um prato da galinha guisada, acompanhada de tamales e tomaram um suco de arroz. Quando todos saíram, a mãe levou para os vizinhos um prato de comida e informou que seu filho acabava de ser integrado à vida da comunidade. A partir desse dia, a criança seria carregada na colo, enganchada nos quadris e passaria maior parte do tempo junto com os irmãos mais velhos, aprendendo e seguindo seus exemplos e os imitando. O Hetz"mek ou iniciação da menina é parecido com o dos meninos, só que os presentes são destinados às para tarefas femininas.*

Hetz"Mek significa levar um menino enganchado nos quadris. O termo é proveniente de *Hetz'* (levar, carregar) e de *mek* (abraçar). Desde o dia do *Hetz"Mek* a criança será carregada nos quadris e passará a acompanhar os maiores em todas as atividades de rotina, conhecendo os hábitos da comunidade. Deixará de ficar apenas deitado na cama, para iniciar o seu processo de aprendizagem, observando os seus pais e irmãos e imitando-os, seguindo seus exemplos e conselhos.

É importante assinalar que esse ritual deve ser realizado quando o menino completar quatro meses e a menina três meses. Os números quatro e três se relacionam com a origem mítica dos maias. Também há uma relação com as atividades masculinas e femininas. A milpa, plantação num terreno quadrado, tem quatro cantos e na cozinha, perto do fogão há 3 pedras. O número quatro se refere aos quatro pontos cardinais que limitam o horizonte cosmogônico e de onde surgem associados os elementos naturais, os quatro *chac* que regem o ciclo da água, as quatro nascentes *(imix)* gigantescas que seguram o mundo e estão localizadas cada uma em cada ponto cardinal . São os suportes do universo e estão associados a quatro cores (vermelho, branco, negro e amarelo). São também os quatro pontos que limitam o âmbito territorial, as quatro cruzes que impedem a entrada dos terríveis *yumtzil* (protetor, guardião).O número quatro está intimamente ligado aos códigos simbólicos de tipo cosmogônico do universo mitológico, que são próprios e específicos da interação masculina, onde as mulheres são excluídas de todos os rituais agrários.

As mulheres, no entanto, estão associadas ao número três, e se relacionam com as pedras do lar. Com efeito, os utensílios femininos são trípedes. Também o número três se relaciona com as festas patronais do ritual católico, a Santíssima Trindade, as três cruzes milagrosas, dentro do espaço litúrgico do cristianismo.

A leitura do mito histórico do Popol Vuh[35] sugere uma hipótese diferente. O número quatro é atribuído aos quatro homens que criaram as famílias quichés. Eles foram criados pelos deuses Tepeu e Gugumatz e receberam os respectivos nomes de Balam-Quitzé, Balam-Acab, mahucutah e Iqui-Balam[36].Eles descobriram o mundo e fixaram os limites cosmogônicos do universo. Receberam dos deuses as quatro esposas, porém Iqui-Balam não teve filhos, por isso apenas se consideram as três mulheres dos outros irmãos. O Popol Vuh quase não se refere a Iqui-Balam. Dessas três mulheres nasceram as três grandes famílias dos Quichés.

Essas informações obtidas de fontes históricas coincidem com os relatos de nossos informantes e com os símbolos que encontramos em San Juan Chamula e que reproduzimos nas fotos da Igreja e das cruzes e nas narrativas transcritas.

"Há quatro pontos cardinais, quatro tipos de *maiz* (milho) com cores diferentes (branco, amarelo, negro e vermelho), quatro tipos de feijão (branco, amarelo, negro, vermelho), quatro estações doía ano, quatro deuses importantes (Kin (sol),Ik (vento),Yun-Khax (fertilidade, Chaac Mol (chuva) , Fogo, Ar,Terra, Água, quatro lados da pirâmide (desenho), quatro *chuleles* (Águia, Touro, Jaguar e Leão (só para o ano bissexto - São Marcos). O touro e o Leão são influências dos evangelizadores."[37]

O relato do nosso informante coincide com as informações obtidas através dos cronistas e dos antropólogos que estiveram estudando os mitos chiapanecos.O número quatro significa os quatro *chacs* que deram origem ao mundo.

O *Mek'bir* consiste no ritual do batismo e é mais comum em Nahá e em Lacanjá de Chansayab, na selva Lancadona e também na Guatemala. É similar ao *Hetz'mek*. O fato de nessa cerimônia a criança receber um nome, significa reconhecer a sua identidade social na comunidade, além de nessa ocasião também se conhecer o seus sexo, pois até aquele momento se ignora qualquer dado sobre o recém-nascido. Em Palenque, nosso

[35] -Popol Vuh –las Antiguas Historias del Quiché .Traducción y notas de Adrián Recinos.FCE, Col.Popular México, 1952, 1999, pp. 176:178
[36] -Idem, op.cit., p.176
[37] - Relato do informante Mario Alberto Moguel Bermudes, em outubro/ novembro de 2003.

informante de origem Tzeltal[38] nos disse que o seu irmão mais novo, ainda não tinha sido batizado e por isso não tinha um nome definitivo e ninguém no povoado sabia o seu sexo, que só seria revelado no dia da festa. Até a família não sabia o seu nome definitivo era chamado de..... até mudar definitivamente.

O batismo pode ser realizado num espaço público ou no interior da própria casa, num pátio ou na cozinha. Também têm o hábito de construírem oratórios dentro de casa. O ritual é o mesmo do *Hetz"mek*, com um padrinho para criança do sexo masculino e madrinha para o feminino, assim como as palavras que dizem para as crianças durante a cerimônia. O número de convidados pode variar conforme a comunidade. Quando a festa termina a mãe carrega o filho enganchado em seus quadris e distribui para vizinhança comida e bebida usados no ritual, apresenta o filho com o nome definitivo e leva a criança para conhecer a comunidade. Os padrinhos e afilhados passam a se chamar de *in mek'ur*, maior afetividade. Na região setentrional, o rito se chama *Meck"chachar*, e é realizado num espaço ritual específico, a casa dos deuses , um recinto sagrado construído com um oratório localizado fora do espaço doméstico. Em San Juan Chamula , a maioria dos batismos se realiza na Igreja Católica , fundada em 1527, mas que foi excomungada pelo Papa, devido às práticas consideradas idólatras para os católicos. Há mais de 450 anos nenhuma missa é rezada na Igreja e nenhum padre católico entrou na Igreja, apenas autoridades da Igreja Ortodoxa Grega vão durante as festas do batismo para oficializar o ritual anteriormente realizado pelos *guardiões.*

Na cerimônia do *Mek'bir* estabelece-se uma relação de filiação fictícia entre padrinho e afilhado. Os laços de interação entre duas famílias que pode se estender para segurança econômica. Em caso de morte dos pais de uma criança, se entende que o mek'ur dele tem obrigação de assisti-lo, a não se que a sociedade estabeleça estratégias para defender os órfãos.

Deve-se assinalar que a interferência da ideologia evangélica tem afetado a reprodução do Mek'bir , especialmente na comunidade de Lacanjá, havendo uma simplificação dos rituais, como a omissão da bebida, dos cânticos diante do altar, da distribuição de

[38] - Nosso informante é guia na área histórica de Palenque. É de origem tzeltal e vive numa comunidade próxima ao centro histórico, sr. Rafael Gallegos Hernández

cigarros, da privatização do ritual. Em San Juan Chamula, aqueles que não seguem as tradições são expulsos da comunidade, portanto os rituais são mantidos.

Há variações em outras regiões de Chiapas, embora as cerimônias dos batismos são as que prevalecem na região. Em algumas comunidades, os rituais começam com os avós que são encarregados de buscar a criança para entregar aos futuros padrinhos. São eles que discutem com os padrinhos sobre o batizado. Nessa ocasião levam uma oferenda de pães e refrescos.Se os padrinhos aceitam eles deixam a oferenda e se recusam, levam-na de volta. O padrinho deve comprar e oferecer ao futuro afilhado duas mudas de roupa, conforme op sexo da criança. Para menino uma roupa branca e outra de cor e para menina uma roupa branca e um traje típico.

Outras informações, desvinculadas da origem mítica , trazidas por etnólogos, explicam que o recém-nascido era muito vulnerável à doenças e por isso não poderia entrar em contato com muita gente, além do grande número de infanticídio neonatal, por asfixia, cometido em épocas passadas por questões culturais. Por isso, eles acreditam que os pais esperavam a criança completar cinco ou seis meses para inseri-la na sociedade, com um nome e sexo revelados.

Apresentamos em nossa análise alguns elementos considerados relevantes do ritual do batismo em suas distintas variações que demonstram que existe uma continuidade na celebração do rito de passagem que traduz a permanência de traços estruturais de profundo significado.

- De Landa refere-se à cerimônia do batismo como *ka'put zihil,* isto é, nascer de novo[39]. Apresenta nas versões apresentadas que a criança sempre encontra-se numa cama antes de ser levada para o local das cerimônias . Após o batismo a criança começa a interagir cotidianamente com os membros da comunidade, têm personalidade social e identidade diante do grupo, sendo menino , deixam o espaço feminino e se integram ao masculino e aprendem a comportar-se conforme o sexo. As crianças são socializadas mediante um procedimento ritual que simboliza um segundo nascimento, o nascimento social.

[39]- Ka'put zihil- renascer, rito de passagem (transição) que se celebra no início da puberdade.Dicionário Cordemex, 1980, p. 301 , Apud Marion, M-º, pó.cit., p. 40, nota 22

- As cerimônias de *ka'put zihil*, atual *Hetz'mek, mek'bir* ou *mek'chachar* são rituais de iniciação que visavam ensinar às crianças a se comportar adequadamente, conforme os padrões da comunidade e a não infringir as regras básicas. Também o fato de batizarem ainda com meses, é bastante significativo, pois as crianças ainda não tinham recebido nenhuma influência externa, não tinham interagido com a comunidade, portanto conservavam-se no estado de natureza. O hábito de se casarem somente após o batismo, demonstra que se tratava de um ritual própria da infância e que marcava a passagem para vida adulta , assim como delimitando o espaço reservado aos pré-adolescentes no contexto da vida social.

- Os costumes de jejuar e a abstinência sexual se encontram ainda presentes entre os tzotziles , tzeltales y ch'oles, como permanências culturais dos elementos simbólicos dos antigos maias, incorporados ao ciclo festivo nativo depois de sua cristianização, como um fator de condicionamento para o êxito do processo ritual.[40]

- De Landa descreve o espaço ritual . Um espaço em forma de um quadrado, fechado por um cordão e em cada ponta há um *chac* sentado para vigiar o cumprimento das regras do ritual. As mulheres são proibidas de entrar. Nos rituais atuais há também um guardião em cada canto delimitando simbolicamente o espaço, impedindo a entrada das mulheres.

- O cordão que separa o recinto ritual do espaço de interação doméstica, na atualidade não existe mais, mas não deixa de ter relevância enquanto simboliza a separação momentânea das crianças de seus pais (aqueles que respeitaram as regras de abstinência) do conjunto dos participantes.

- Outro elemento de permanência e também relatado por De Landa é a fase do ritual quando o sacerdote coloca um pouco de milho moído e de copal nas mãos da criança que os jogam no braseiro, alimentando assim seus deuses. É bastante significativa a relação existente entre essa fase do ritual e o costume cerimonial que têm os lacandones de alimentar os seus deuses colocando pedacinhos de milho nas imagens antropomorfas que adornam os seus santuários. Esse

[40] - Idem, op. cit., p. quatro1

costume persiste nos rituais chamulas, os maias da Península e os da selva Lancadona.

- Também persistem outros elementos dos rituais antigos como os relatados por Frei Diego De Landa, em relação ao ato de jogar o vinho fora após a cerimônia do batismo. A bebida é entregue a um índio para ser jogada fora da comunidade, pois junto com o vinho vão os "demônios" que pressupõem estar na bebida. O costume de colocar comida nos altares dentro da mata persiste até os dias , durante as celebrações das grandes festas coletivas, para oferecer aos *yumtzil*.

- Na descrição do ritual do batismo, Frei Diego De Landa do Frei relata que os *chacs* colocam um pano branco na cabeça das crianças. Esse costume, persiste ainda em duas comunidades de Chiapas em Nahá e em Metzabok. Durante esse ritual todos os participantes vedam seus olhos com um *hach hun* (venda tecida com *chacax*), incluindo as mulheres. Nesse momento, com os olhos fechados, os homens e suas divindades se assemelham mediante o uso da mesma prenda ritual.

- Nos relatos, De Landa , descreve que os sacerdotes cortam os adornos amarrados ao redor da cabeça, e a conta que está presa na testa da criança. Na comunidade de San Juan Chamula, nosso informante nos explicou que as crianças têm um cordão amarrado no tornozelo e no dia do batismo esse cordão é cortado, e colocado outro, assim como na perna do padrinho. Com efeito, o cordão vincula o recém nascido com a deusa lunar, protetora do parto através de sua mãe. No livro Chilam de Chumayel há uma referência à forma como os deuses se servem das cordas para enviar sua sabedoria aos homens, assim como outros relatos míticos que explicam que a existência de uma corda mítica que unia várias cidades e de onde saia o sangue que alimentava os dirigentes dos centros religiosos.[41]

O antigo ritual do batismo ou *Ka'put zihil* dos informantes do Frei Diego De Landa revive atualmente no Estado de Chiapas, desde o Yucatán até à selva da Lacandona, sob a

[41]- Nájera, Martha –El don de la sangre em el equilíbrio cósmico.México, UNAM, 1987, p. 63-70, Apud Marion, M.O., op.cit., p.46

forma de uma antiga instituição que estrutura a reprodução coerente das sociedades maias, e dá legitimidade a seu pensamento, estatuto aos seus membros e vitalidade à sua cultura. Oferece uma prova tangível da permanência de estruturas culturais , que continuam codificando os referenciais simbólicos imprescindíveis à identidade do grupo e normalizando as atividades da sociedade. Assim em Chiapas e sobretudo, em San Juan Chamula, a história é reconstruída seguindo a trajetória mítica, mas envolvida no processo de transformação do mundo globalizado que permite à comunidade lutar pelos direitos à cidadania, estatuto indígena e reforma agrária, através da participação efetiva no Partido Político da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN).

Los militares uruguayos como historiadores: Uruguay 1973-1985

María Ximena Álvarez - PPG-UFPR

ximena_alvarez_m@yahoo.com.br

El tema que nos proponemos abordar es el de la escritura de la Historia en el período de la dictadura militar en el Uruguay. Si bien no dejó de crecer y de desarrollarse la producción historiográfica realizada por historiadores, que si bien habían sido destituidos en sus cargos docentes, no fueron censurados como escritores, existió producción peculiar, no sólo por sus realizadores sino por el contexto de su realización. Nos referimos a libros de Historia para alumnos de Primaria, libros dirigidos a la sociedad uruguaya y otros artículos difundidas en la Revista "El Soldado", producidos por la capa castrense (civiles o militares) en un período de censura y donde ellos detentaban el poder.

Por ello, nos proponemos analizar los conceptos históricos que subyacen de estos escritos: que es la Historia, y quien es el historiador, qué función cumple en la sociedad y en la política, si tiene una utilidad práctica, qué valores se desprenden de ella, entre otros.

En este trabajo nos centraremos en el rol nacionalista dad a la misma y en la apropiación de la historia como un camino predeterminado cuyo inicio y fin está determinado por la Providencia, quien viste uniforme del ejército.

La Historia escrita en la dictadura

Nos dedicaremos en este apartado específicamente la escritura hecha por el gobierno y con un fin propagandístico o legitimador. La Historia fue un área utilizada para analizar los aspectos de la realidad nacional desde la perspectiva castrista: ¿Quiénes somos los "verdaderos" orientales? ¿Cómo se produjo la subversión? ¿Por qué el Uruguay vive una nueva era?

El libro titulado "Historia Nacional", manual de historia para alumnos de sexto año de Primaria, fue impreso por la editora del ejército en el año 1980. Como

podremos ver aparece ya cuando la dictadura estaba abriéndose e iniciando la transición. Podríamos decir que "llegó tarde", frente a los fines que se proponía. Uno de los elementos más demarcados, que ya se desprende desde el título es el nacionalismo. No es la historia del Uruguay sino la historia de la NACIÓN, más cerca de la visión del romanticismo alemán, y no la de la nacionalidad francesa fundada en la ciudadanía. Los símbolos iconográficos utilizados en las primeras páginas, también nos orientan a ello. La tapa del libro, así como las primeras hojas, son quienes nos introducen a la lectura, es nuestro primer contacto con el libro. Se hallan "adornadas" por óleos de Blanes sobre Artigas, frase de este y la escarapela de la provincia oriental, frase de Zorrilla de San Martín, el "escritor de la Patria", elementos reconocibles como del patrimonio de la Nación. Los colores utilizados en los bordes de cada página es el celeste, muy similar al de los colores de la "Bandera Nacional" Con estos colores le dan solemnidad a las páginas que se escribe "Nuestra Historia", el libro de la "Patria". Pareciera que lo que se procederá a escribir es el registro de la vida de una "Nación. La Patria aparece personificada como alguien al cual estos militares -el más importante Artigas- tienen la misión de defender desde su nacimiento, su crecimiento, los avatares de este y la situación actual, de vida adulta y resuelta en un "buen matrimonio", garantizado por el orden y la tranquilidad que reina en la casa.

La escuela alemana[1] define a la comunidad nacional como un producto de fenómenos inconscientes e involuntarios: la lengua materna y las tradiciones populares. La lengua materna es la única que aprendemos inconscientemente y de manera involuntaria, y será pues el elemento utilizado para la "nación" germano-fónica para su unificación. Claro que la noción del nacionalismo del Siglo XVIII cuando surge la teoría de Herder, no será la misma que durante el siglo XX. Pero lo que se mantiene estable es la noción de "involuntariedad" en la pertenencia a una comunidad nacional.

[1] Durosselle, Jean Baptiste. Europa de 1815 a nuestros días. Barcelona: Labor, 1975.

Si bien el pueblo alemán, pueda basar en su lengua el elemento aglutinador de la nación no es el caso de Uruguay. Este no tiene en la lengua un elemento que lo distinga del resto de las naciones, ya que comparte con ellas -con la excepción del Brasil-, el mismo idioma. Las distinciones con el Brasil no se han expresado en los textos analizados a partir de diferencias lingüísticas, sabiéndose que en la frontera se habla "portuñol" y los intercambios se dan sin problemas, por no reconocerse al portugués por las semejanzas lingüísticas, una lengua incomprensible. Al no oírse, por aquí otras lenguas, - como dice Hobsbawm- deja de ser el idioma el criterio de grupo "*sino que es algo que tienen todas las personas como las piernas.* [2]

Otros de los rasgos posibles de la comunidad nacional serían las características étnicas. En este caso no se describe específicamente ningún rasgo físico del pueblo oriental, a no ser adjetivos tales como: heroísmo, probidad, honestidad, que no tendría aparentemente ningún color particular de piel ni de cabellos. Pero como todo historiador debe integrar los olvidos y los silencios, llama absolutamente la atención la negación por omisión de los aportes de la cultura indígena y negra a la formación del pueblo "oriental". En este discurso a diferencia de otros discursos nacionalistas que sitúan en "la garra charrúa" con los aportes españoles la composición de nuestra idiosincrasia, aquí sólo se rescata la tradición hispánica, lo que no le permite tener una "singularidad" especial con otras poblaciones de la región. No se niega lo indígena, directamente se ignora. La "historia" comienza a partir de las incursiones de los españoles, ni siquiera se nombran los viajes de exploración. Ellos aparecen como los antiguos dueños y defensores de estos territorios contra los intentos de la expansión portuguesa. Esa misión tiene un carácter de larga duración, ya que se extenderá por el período de la revolución- los orientales defienden contra los extranjeros porteños, portugueses y en la actualidad de la escrita del libro –los extranjeros, son los comunistas-.

[2] Hobsbawm, Eric. *Naciones y Nacionalismo desde 1780*. Barcelona: Crítica, 1995. Pág. 65

El territorio del Uruguay actual, en la época de la colonia se denominaba Banda Oriental, por ser la "banda, franja de tierra"que se encontraba al oriente del río Uruguay. Y a sus pobladores orientales, ya que ésta, era la Provincia Oriental dentro del Virreinato del Río de la Plata. A la población del Uruguay se le denomina uruguayos, y cuando se desea apelar al sentimiento nacionalista o patriotero, se los llama "orientales". (lenguaje hoy en día reservado para las canciones folclóricas). En todo el libro no se menciona al "uruguayo"sino al oriental, e inicia el primer capítulo viendo los orígenes de ese ser titulado "Orientalidad". Como si fuera una especie diferente de ser humano con características únicas, que se podría vincular cono ese "ser nacional"diferente del resto.

Otros de los criterios establecidos por Hobsbawm[3], y seguramente el más decisivo en la construcción de la nacionalidad por parte de los militares es el elemento que resalta la conciencia de pertenecer o de haber pertenecido a una entidad política duradera, el formar parte de una nación "histórica". Cuanto más antigua será esta, más fuertes serán los lazos que unen a sus integrantes. De acuerdo con este concepto de "antigüedad" debemos reconocer lo joven de nuestro país, y de sus posibles raíces, en comparación a las antiguas naciones europeas. Pero como nacionalidad no coincide plenamente con la existencia del Estado, las raíces de esta las remontan mucho más allá del surgimiento del Uruguay como país independiente.

El discurso de los militares sitúa los orígenes del sentimiento nacional "del pueblo oriental" la Banda Oriental, en la época de la colonia, y el proceso de guerras de la independencia. Los futuros enfrentamientos armamentísticos serán lo que continuará cimentando ese sentimiento de comunidad, de nación preexistente. Ya hicimos referencia al uso intencional del nombre de orientales.

La nacionalidad se ha ido gestando con la LUCHA, contra: portugués, porteño, montevideano, "en una palabra, contra toda imposición foránea, se irá encarnando en

[3] Hobsbawm, Eric. Naciones y Nacionalismos. Barcelona: Grijalbo, 1987.

el sentir de la orientalidad", como dice el texto. De este modo se "justifica"de manera heroica, el siglo XIX cargado de guerras civiles y de revoluciones. Todas eran luchas heroicas, a pesar de estar peleado en algunas veces unos contra otros. La Guerra del Paraguay que puede verse como algo vergonzoso de nuestra historia, que de la parte de Uruguay intervino el Gral. Venancio Flores. Es interesante ver su descripción, ya que Flores es una figura resaltada por el libro, a pesar de haber llevado adelante una revolución contra el gobierno constitucional, pero ejercía el puesto de GENERAL.

Explica que las muertes que se generarán serán fruto de las enfermedades *que acompañan todo conflicto armado* sumado al medio geográfico que se desarrolla es por ello esta guerra -que aún no se menciona- la *hecatombe humana del continente.* Parece las justificativas españolas de la muerte de los indígenas. La culpa de esta guerra en la cual *Paraguay deberá renacer de sus raíces,* la tienen las naciones ajenas a esta América – léase Francia e Inglaterra- que fomentaron la cizaña.

Al finalizar los relatos militares de la guerra del Paraguay... *las consecuencias (...) fueron desastrosas para nuestro país.*[4] ¿Y para el Paraguay? A partir de ahora se olvida Paraguay y comienza a relatar todo lo horrible que quedamos después. Como desterrando la idea que fue una guerra mercenaria. Destaca en negrita – recurso que hace tiempo que no se utiliza, o sea, merece realmente destacarse- *Desde el punto de vista* ***material, significó una efímera prosperidad económica*** *para nuestro país.* Las consecuencias enumeradas se encuentran también las *morales*. *Se grabó muy hondo en el sentir de los orientales la injusticia que se hacía con el valiente pueblo paraguayo que defendía su tierra.* En ningún momento se dice que sea nuestra culpa ni parte de ella, fue una lástima, y eso lo sintieron los orientales, pero casi como ajenos a los hechos.

El pueblo paraguayo es una cosa, digno de "lástima" por su valor, pero estaban seguido de un "tirano". Por primera vez se le da ese calificativo al Mariscal López. Para

[4] Historia Nacional. Tomo II. Pág 78.

nombrarlo se dice "tirano"López, nada de mariscal. En contraposición al "tirano"se encuentra *la presencia del general Flores.* Ahora explica su participación vergonzosa en este conflicto, y es así la justificativa:

la presencia del general Flores en el conflicto se debe, sin duda, a la utilización de su carisma y su manera de pensar que como caudillo debía la palabra empeñada con el Brasil, para saldar la alianza contra Aguirre. Emprendida la campaña desconoce el peligro, para él abandonar la lucha hubiera significado dudar de su valor[5]*.*

El tema deL VALOR es un problema mayor. El honor de la palabra dada no puede traicionarse, y obligado por esos compromisos es que debió casi sin querer cumplirlos. Nada dice del apoyo que dio Brasil para deponer a Berro y Flores asumir el gobierno. Eso ni se lo nombra ni cerca. Y dudar del valor o del coraje en este discurso es casi un desastre. Para minimizar la participación de Flores y de los orientales dice que Flores habría vuelto casi enseguida, junto a los integrantes del ejército oriental o bien habían muerto (maximizando el sacrificio). A su vez, se aclara que en 1884 se devuelven los trofeos de guerra lo que no hicieron los otros salvo en el gobierno de Perón, y de Figueredo en Brasil (1980)

El primer libro de los dos tomos se dedica casi exclusivamente a la figura de José Artigas. En este caso, -como destaca Hobsbawm- no se considera que la "nación política" incluya al "pueblo" sino que la participación protagónica es asumida por las elites, o bien por el líder mitológico del cual se creen descendientes. El pueblo "oriental" cuando es nombrado lo hace en carácter de acompañamiento, el que sigue al líder, en este caso a Artigas, único líder, el padre de la patria, pero de acuerdo a este relato un padre de profesión militar.

Hannah Arendt nos introduce elementos del nacionalismo llamado de "tribal" ciertos caracteres que encontramos en los textos analizados, y es la singularidad del "pueblo oriental"frente al resto, la raíz del "ser oriental".

... el nacionalismo tribal insiste siempre en que su propio pueblo esté rodeado por un "mundo de enemigos", "uno contra todos", en que existe una diferencia fundamental

[5] Ibidem.

entre este pueblo y todos los demás. Reivindica a su pueblo como único, individual e incompatible con todos los demás y niega teóricamente la simple posibilidad de una humanidad común largo tiempo antes de ser empleado para destruir la humanidad del hombre.[6]

Este discurso alterna entre el enemigo extranjero: Brasil, Argentina y en el peor de los casos Francia e Inglaterra, a un discurso de los vecinos hermanos. Pero siempre se distingue entre lo que son ellos y nosotros. Por otra parte también se hace una distinción interna entre los buenos orientales y los que no los son, a pesar de haber nacido en el grupo del "pueblo elegido"no tienen la dignidad e pertenecer a él, y terminan pecando de " connivencia o ayuda al extranjero". En este grupo se encuentran desde los militares que se separaron de Artigas para unirse a Sarratea, hasta los "agentes del comunismo internacional"en la época contemporánea, ellos indistintamente son los "malos orientales" y se encuentran fuera de las ventajas y bendiciones de pertenecer al grupo.

A modo de conclusión...

Este libro si bien es un manual didáctico para alumnos de 12 años, que no parece fue pensado para los mismos. No se buscó una adecuación del lenguaje, e iconográfica al mejor estilo peronismo, o hitleriano para el entendimiento de los niños, ya que es el mismo discurso del dirigido para adultos. Quizá sea orientado para los padres o los profesores.

El libro se inicia con el primer tomo relatando los avatares de la revolución oriental liderada por Artigas, el segundo tomo, es una sucesión de presidencias, hasta la llegada del nuevo Uruguay, que sería, el fin de la historia. La dictadura, no se presenta como un quiebre en el devenir de la historia, sino como la culminación de un proceso, que parece que caminar a ello. Debido a la cantidad de páginas dedicadas y siendo que la mayor cantidad de imágenes pictóricas están ubicadas en esta parte, se intenta mostrar que el presente aparece feliz, colorido, optimista y

[6]Hannah Arendt – Los orígenes del totalitarismo. Madrid: Taurus, 1974. Pág. 298

realizado por militares. El inicio más remoto, se halla un militar, en ese caso Artigas, los acontecimientos más destacados están pautados por el ejército, así como la actual situación. Esto no condice con la imagen que se tenía del Uruguay hasta la dictadura militar, de que las Fuerzas Armadas casi no existían, y que era un país civilista. Esta imagen se opaca, por medio de la exaltación de todas las informaciones referidas al ejército y minimizando figuras claves como José Batlle y Ordóñez a quien se le dedica una carilla. Los militares como "historiadores", ahondaron en los aspectos de la historia que los presentaran más familiares a la vida del país, y no como una aparición abrupta y forzada. Rescataron y ajusticiaron, sus propios héroes y omitieron aquellos que "no lo merecían"o por liberales (el caso de Batlle y Ordóñez) o por "izquierdistas" Líber Seregni, fundador del Frente Amplio (ex militar) no es mencionado, entre tantos otros. Se alterna dos prácticas sucesivas o la mención explícita y la refutación, o el olvido intencional de personajes o períodos históricos.

A través de este texto, es uno de los tantos ejemplos, en que podemos ubicarnos a través de las concepciones del pasado, la visión del presente y las percepciones del mismo, con su posible proyección al futuro que los integrantes del gobierno dictatorial tuvieron. Uno de los elementos más que nos dan la importancia fundamental de nuestra disciplina, en los juegos y los dominios del poder político.

A **configuração da imagem do indígena por Olavo Bilac e Manoel Bomfim na obra *Através do Brasil***

Mariana Moreno Castilho* - PPG-UFSC

O primeiro livro paradidático da literatura brasileira, *Através do Brasil,* escrito por Olavo Bilac e Manoel Bomfim, publicado em 1910, começa assim:

> Eram dois irmãos- Carlos e Alfredo, o primeiro de quinze anos de idade e o segundo cinco anos mais moço.[...]
> Estavam ambos em um colégio, no Recife. **O pai, que era engenheiro, fora obrigado a deixá-los aí, a fim de trabalhar na construção de uma estrada de ferro**[grifo meu], no interior do estado. **Era a primeira vez que se separava dos filhos**[grifo meu], depois da morte da mulher; sempre fora muito carinhoso e meigo; principalmente depois de enviuvar, tornara-se de uma bondade excessiva, como querendo compensar com um redobramento de ternura a falta dos cuidados maternos que via os filhos privados. [...]A separação foi para os três um golpe doloroso. Mas o engenheiro, no momento de partir, abraçando os dois rapazes, fez-lhes estas recomendações: ' **Vocês devem ser sempre muito amigos, muito unidos[...] Ligados pelos laços de sangue [...]** [grifo meu]
> Em certa manhã de Domingo, quando iam sair a passeio, receberam um telegrama. O pai estava doente. Doente 'sem gravidade'- dizia o telegrama. **Os dois meninos, porém, num sobressalto, imaginaram logo uma desgraça: 'O Pai estava tão longe, num lugar quase deserto, num sertão bruto, onde ainda havia, talvez, índios ferozes**[grifo meu]- e estava entre estranhos, sem um amigo!... Que moléstia será a sua? [...]
> -Sabes, Alfredo? [...] Vou para junto do papai [...]
> Foram logo dali preparar a jornada.[...][1]

Será que essa obra literária pode ser considerada apenas uma ficção? Ou será que a partir dela, a partir do foco do fio condutor do olhar dessa obra, podemos visualizar os conceitos que esses intelectuais valorizaram ao redigi-la? Será que a partir dela não podemos enxergar um pouco da imagem que esses intelectuais tentavam construir do Brasil? A partir desse pequeno trecho já podemos visualizar alguns dos principais conceitos que norteavam o saber desses e de outros intelectuais do período. Tais como a valorização da unidade "familiar" e "nacional", "laços de sangue", "sertão bruto" e "índios ferozes".

Centraremos a discussão, apresentada neste artigo, tentando entender a partir de quais conceitos Bomfim e Bilac assinalaram o indivíduo índio como sendo um sujeito delineado pejorativamente e como o assinalar desses intelectuais compunha e inseriu-se na ordem discursiva do contexto da Primeira República.

Para Foucault a ordem do discurso:

> [...]é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior; a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo uma às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar; de uma atenção de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade aparente como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada.[2]

E a literatura, para ser enunciada e ser aceita dentro do crivo desse olhar, precisa estar inserida nessa ordem discursiva e assim o foi com a obra *Através do Brasil,* reverenciada e utilizada, como Marisa Lajolo nos aponta, por "muitas gerações de leitores"[3].

Assim como Nicolau Sevcenko, entendo literatura como um "produto do desejo", em que há uma preocupação "com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real"[4]. Estabelece-se então a diferença entre o historiador e o escritor, pois, enquanto o historiador ocupa-se da realidade, "o escritor é atraído pela possibilidade"[5], retratando nessa o fio condutor que regeu o olhar em determinado contexto.

O olhar intelectual, na Primeira República, foi conduzido pelo fio de conceitos tais como civilização, progresso, raça e evolução, compondo o período da Bélle Époque e da propagação da literatura de cunho realista. Evidenciou-se nesse período o entrelaçar do social com o cultural na preocupação da formação de uma literatura nacional, capaz de solidificar a composição de uma nacionalidade brasileira.

A literatura desempenhou nesse contexto, como pontuou o crítico literário José Veríssimo[6] (1900), "a expressão, a definição, a representação da minha terra e da minha gente."[7] Explicitou ainda que "nenhum país, que aspire ser mais alguma coisa que uma expressão geográfica, pode ficar estranho ou indiferente à cultura intelectual"[8], pontuando um pouco antes que, no Brasil, não houve "[...]jamais senão uma cultura literária rudimentar, truncada, e sobretudo, despida de qualquer espírito que a animasse tornando-a, como convinha fosse um meio educativo."[9]

E essa preocupação "educativa" foi refletida em 1910 com a publicação de *Através do Brasil,* cuja leitura como Marisa Lajolo pontuou, permite-nos perceber "um pouco mais da imagem que o Brasil fazia de si mesmo."[10].

Bilac e Bomfim, já na introdução da obra, esclarecem a finalidade e a importância do livro de leitura, incorporando nesta definição a obra aqui analisada. Para ambos, o livro de leitura:

> [...]deve conter em si uma grande lição[...] e que a criança, com sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta , da vida brasileira- as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintos.[...] Os heróis principais destas simples aventura, não os apresentamos, está claro, para que sejam imitados em tudo[...][11].

E esclarecem que "[...]se há nestas páginas alguma fantasia, ela serve unicamente para harmonizar numa visão geral os aspectos reais da vida brasileira", caracterizando a incorporação desses dois autores no realismo brasileiro.

No contexto assinalado, a célula familiar foi muito exaltada mediante a influência do pensamento positivista que circulava na época. Assim como ela o foi, houve também a extensão dessa exaltação para o âmbito da célula estatal. José Murilo de Carvalho delimita esses padrões que o *comtismo* implantava na sociedade, tais como “as formas de vivência comunitária, a família, a pátria e, como culminação do processo evolutivo, a humanidade (que Comte escrevia com h maiúsculo).”[12]

Olavo Bilac e Manoel Bomfim expõem nitidamente esse enobrecimento tanto da célula familiar quanto da estatal, no livro *Através do Brasil.* Neste, a figura paterna aparece de forma “idealizada” e os filhos, Carlos e Alfredo, percorrem quase toda a extensão do território nacional em busca do pai que, por ser engenheiro, teve que abdicar de permanecer com a família, em função da construção de uma ferrovia no “sertão bruto”. Essa valorização da célula familiar fica exposta em várias passagens do livro, assim como em seu desfecho, em que os irmãos vão para o Rio Grande do Sul, na casa dos avós paternos e :

> Sabendo por telegrama que os filhos estavam na estância em Pelotas, o Dr. Meneses, com saudades deles, e ainda abatido pela doença que quase o matara, resolveu seguir também para o Rio Grande a fim de **descansar no seio da família**[grifo meu].[13]

Assim como a família é apresentada enquanto um corpo uno onde o pai, junto com seus dois filhos, vai descansar na casa dos seus pais, no “seio da família”, a nação também é configurada dessa forma, sendo compreendida como uma extensão do núcleo familiar.

Na introdução do livro, Bilac e Bomfim explicam a "instrução moral" de *Através do Brasil,* ressaltando:

> É mister começar o curso fazendo a criança observar a sua situação moral no seio da família- os laços e deveres de afeto que ligam as pessoas de uma mesma família. Diz o livro de leitura na primeira página: "Era a primeira vez que se separava dos filhos depois da morte da mulher...". Aí o professor estudará com a criança as condições de "família" em geral, mostrará duas acepções em que o termo é usado- para significar o conjunto das pessoas que vivem na mesma casa, sob um mesmo teto e sob a direção de um mesmo chefe- e o conjunto de todos os parentes; estudará os deveres recíprocos dos diversos membros de uma mesma família- deveres nascidos de sentimentos naturais tão intensos, que levam muitas vezes os indivíduos "à pratica de verdadeiros sacrifícios", como os que os país fazem comumente pelos filhos- e com os que dois heróis deste livro fazem por amor do pai[...][14]

A extensão da malha ferroviária, presente em grande parte do livro, pode ser entendida como sendo as veias do corpo nacional, em que o Estado tentava promover a integração de todas as regiões do território brasileiro. Os irmãos Carlos e Alfredo locomovem-se, na maior parte da história, de trem, e é muito recorrente o discurso da importância da malha ferroviária, como é o caso do diálogo desse engenheiro com os dois irmãos:

> O engenheiro sorriu, e disse:
> - Felizmente, já é possível atravessar todo o Brasil, por terra, não a pé, como os bandeirantes, mas em caminho de ferro.
> - Como?
> - Por meio das junções das estradas de ferro[...][15]

Convém realçar que a malha ferroviária, associada e entrelaçada aos conceitos de progresso, modernização e conseqüentemente civilização, alcançou no país uma dimensão física significativa a partir de 1870.Como definem Angela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz, essa "é a época da expansão das estradas de ferro"[16].

Bilac e Bomfim expõem a importância e a "necessidade" da construção de estradas de ferro, para alcançar o progresso em diversas passagens do livro. Este trecho do diálogo estabelecido entre Alfredo e um engenheiro de minas, numa das viagens de trem que os irmãos fazem no transcorrer do livro, ilustra essa concepção:

> Infelizmente essas duas colossais porções de terra [Mato Grosso e Goiás] brasileira são quase desconhecidas por falta de vias de comunicação fácil com o litoral. Quando as estradas de ferro e as linhas de navegação fluvial tiverem estabelecido essas comunicação, ninguém pode imaginar a esplêndida

> prosperidade que reinará ali. Felizmente já principiou uma era de progresso. Já está adiantadíssima uma estrada de ferro- a de Madeira e Mamoré- comunicando Mato Grosso e o Atlântico, pelo Amazonas; o estado, por meio da Estrada de Bauru a Cuiabá, será ligado a São Paulo e Rio de Janeiro.[...]"[17]

Além disso, ambos os escritores tentavam, pela literatura, ao apresentar as diversas regiões que compunham o Brasil através da peregrinação dos irmãos em busca do pai, introduzir e integrar o leitor a esse "corpo nacional" tão extenso.

Porém, as etnias indígenas, partindo da concepção comtiana, indicada anteriormente, não tinham alcançado o "estágio evolutivo" para serem consideradas pertencentes a esse "corpo nacional" e à "Humanidade" que, como José de Murilo Carvalho realça, "Comte escrevia com H maiúsculo." [18]

A maneira como era concebido o indígena transparece logo na primeira página do livro, citada no início deste artigo: o fato de os dois irmãos imaginarem que o pai encontrava-se doente "num sertão bruto, onde havia, talvez índios ferozes[...]" torna-se decisivo para iniciarem a viagem e configurarem os índios como ferozes.

Bilac e Bomfim inclusive citam essa passagem na introdução do livro, enfatizando a importância de distinguir o estado "selvagem" do estado "civilizado":

> [...] Fala por exemplo o livro de "sertão bruto, onde havia...índios..."é um excelente pretexto para dizer quem são esses índios, que antigamente viviam sozinhos: os brancos e pretos vieram depois, e com eles veio a colonização. E então o professor apelará para a observação da criança, para que ela note a diferença entre o estado selvagem e as indústrias, instituições, obras e costumes que distinguem a civilização; mostrará que essas instituições e indústrias faltam em grande parte a algumas terras do interior, onde a civilização não penetrou.[19]

Assim como Adauto Novaes acredito que a "simples evocação da palavra civilização remete, necessariamente, a seu outro que é a barbárie"[20], vocábulo de significação semelhante a selvagem, utilizado no contexto analisado para designar o indivíduo indígena. Ou seja, remete para aquilo que não se desejava ser, de acordo com a concepção dessa época: "o atrasado na escala evolutiva"; o sem "forma de vivência comunitária" para se viver numa "pátria" e numa "família".

Civilização, palavra e conceito tão recorrentes nos discursos de intelectuais desse período. Conceito fundamental para estabelecer essa imagem que Olavo Bilac e Manoel Bomfim

nos fazem focar no decorrer de *Através do Brasil.* Mas o que seria ser selvagem? Acredito ser uma posição de assujeitamento estabelecida através do conceito de ser civilizado; e ser civilizado, para os intelectuais inseridos no contexto da Primeira República, era ser europeu ou estadunidense e, sobretudo, branco. Ser civilizado configurava-se no entrelaçar das teorias raciais européias e estadunidenses, no positivismo e no evolucionismo que circulavam nos livros lidos por intelectuais como Olavo Bilac e Manoel Bomfim.

O livro realça bastante, ao tocar no assunto "vida selvagem", nome inclusive do sexto capítulo, o fato de as etnias indígenas travarem conflitos entre si e serem antropófagas, mas, sobretudo, não esquecem de estabelecer analogia com a vida dita "civilizada". O diálogo entre os irmãos expõe isto:

> Algumas tribos odiavam-se tenazmente, com um rancor que só desaparecia quando uma delas era totalmente destruídas pela outra. Os prisioneiros eram comidos ou escravizados. As armas eram variadas.[...] Alfredo ouvia com grande atenção o que o irmão lhe dizia. Mas não lhe saía da cabeça, particularmente, a idéia horrível dos banquetes de carne humana...
> -Que barbaridade! E ainda há muitos índios no Brasil?
> -Há alguns, no interior de Mato Grosso, de Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, conservando a sua vida independente e os seus costumes ferozes. Mas perto das povoações, já todos eles se vão à vida civilizada...[21]

Portanto, o escritor, assim como um artista ao pintar um quadro, ao filtrar o mundo e focar o olhar do leitor e do contemplador de arte de determinada forma, reflete o saber de uma época através do fio condutor desse olhar, que o levou a representar o indivíduo de uma forma peculiar correspondente a sua visão e a sua concepção de valores. Sendo assim, *Através do Brasil* reflete o fio condutor do olhar que norteou o saber de uma época.

Foucault exemplifica esta compreensão ao descrever como Velasquéz olha e pincela o quadro "Las Meninas", pontuando que:

> O pintor só dirige os olhos para nós na medida em que nos encontramos no lugar do seu motivo. Nós, espectadores, estamos em excesso. Acolhidos sob esse olhar, somos por ele expulsos, substituídos por aquilo que desde sempre se encontrava lá, antes de nós: o próprio modelo.[22]

O mesmo que ocorre com Velasquéz ao pintar o quadro "Las Meninas" ocorre com os escritores de *Através do Brasil*. Ou seja, Bilac e Bomfim olharam, perceberam e descreveram o

índio como sendo um sujeito "feroz" e "atrasado na escala evolutiva", a partir de um motivo configurado que nos indicou o fio condutor desse olhar regido pelos conceitos que circulavam no período da Primeira República entre os intelectuais: civilização, progresso e evolução, os quais aparecem nitidamente no transcorrer do livro.

---

[*] Mestranda da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientanda da prof. Dra. Cynthia Machado Campos. Pesquisa financiada pelo CNPQ.

[1] BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. **Através do Brasil.** Organização: Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.53.

[2] FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas: Tradução Salma Tannus Muchail- 8ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1999.p.XVI.

[3] BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. Op. cit., apresentação da obra.

[4] SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: brasiliense, 1985, p.20.

[5] idem. p.21.

[6] José Veríssimo(1857-1916), autodidata, tornou-se um crítico literário com grande destaque entre a elite cultural dos fins do século XIX e início do XX, fez parte da Academia Brasileira de Letras até 1907, quando deixou de freqüentá-la devido à eleição de Lauro Muller.

[7] VERÍSSIMO, José. José de Alencar e o seu drama 'O Jesuíta'. IN: VERÍSSIMO, José. **Estudos da literatura Brasileira**. 3ª série. São Paulo: Editora Itatiaia, 1977, p.85.

[8] VERÍSSIMO, José. A literatura Nacional e os estudos literários. IN: VERÍSSIMO, José. **Teoria, crítica e história literária**.São Paulo: USP, 1977, p.273.

[9] idem, p.272.

[10] BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. Op.cit., p.apresentação da obra.

[11] Idem, p.47.

[12] CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação das almas.** O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 22.

[13] BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. Op.cit., p.390.

[14] Idem,p.48.

[15] Idem.p.330

[16] COSTA, Angela M. C.; SCHWARCZ, Lilia M.. **Virando séculos:1890-1914**. No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.30.

[17] BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. Op.cit., p.328.

[18] CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação das almas.** O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p.22.

[19]BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. Op.cit., p.49.

[20] NOVAES, Adauto. **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.10.

[21] BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. Op.cit., p.80.

[22] FOUCAULT, Michel. op.cit.,p.5.

Família, Memória e Documentação Íntima: uma análise da coleção Ribeiro de Avellar.

Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.[i] – PPG-UFF

O presente trabalho se insere na temática da família, já clássica na historiografia brasileira. Entretanto, visa discutir novas possibilidades de análise a partir de reflexões metodológicas colocadas em pauta pelos estudos da documentação íntima associados a uma abordagem de micro-história.

Entre os autores brasileiros, a noção de família se constituiu atrelada às especificidades de uma sociedade escravista e patriarcal. As primeiras incursões acerca da história família foram feitas, na forma de ensaios, ainda na década de 1920, dentro de uma perspectiva de busca da identidade nacional. Estas investigações estavam voltadas para as famílias da classe dominante devido a seu importante papel na fundação da empresa colonial, e se constituíram contando com um *corpus* documental formado, principalmente, por memórias e relatos de viajantes, autobiografias, cartas régias, decretos e atas da Câmara Municipal. Nesta perspectiva podemos entender os trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Oliveira Viana.[ii]

Depois de longa discussão historiográfica, as pesquisas atuais, diferentemente do que fazia a historiografia clássica, têm ressaltado a importância de se pulverizar o conceito de família.[iii] Desta forma, seria mais correto se utilizar o substantivo no plural, recorrendo ao estudo das diversas famílias nas diferentes épocas e regiões. Assim, em linhas gerais, o que prevalece hoje em dia são análises que destacam uma temporalidade e região especificas, entretanto, sem perder de vista as reflexões teóricas mais amplas acerca da estrutura familiar brasileira. Mesmo assim, em muitos casos, percebe-se uma herança clássica que constrói a noção de família enquanto unidade de residência e/ou unidade econômica. Deste modo, é possível compreender os longos debates em torno do número de pessoas residentes em um domicílio, sua

chefia, além das discussões acerca da coexistência ou não dos modelos de família, conceituados seguindo terminologia européia, como de caráter extenso ou nuclear. A história da família esteve durante muito tempo, portanto, ligada à descrição destes modelos: suas regras de funcionamento e fatores responsáveis pelas transformações no interior do grupo familiar.[iv]

Partindo de outro ponto de vista, pretendo apreender as redes mais complexas de sustentação afetiva, cultural e de poder, tecidas pelas famílias da classe dominante Imperial que, certamente, estão além do restrito critério de coabitação. Meus questionamentos se voltam para as formas de comportamento em família, o papel exercido por cada um de seus personagens interna e externamente ao núcleo de origem, as estratégias de sobrevivência familiar no sentido de manter seu *status* enquanto grupo privilegiado da sociedade imperial oitocentista. Para tanto, proponho a diminuição da escala de observação como um recurso que possibilitará uma outra leitura do social e das relações familiares nele contidas. Neste texto, minha intenção é apresentar o conceito de família compartilhado pela classe senhorial do Império a partir do estudo das relações familiares e estratégias de manutenção de poder e riqueza vigentes no interior do núcleo familiar em particular

O núcleo familiar escolhido foi o Ribeiro de Avellar. Sua propriedade na região de Paty do Alferes, município de Vassouras, região do vale do Paraíba fluminense, se localizava a perder de vista e era cultivada por um grande número de escravos. Os negócios da família giravam em torno do plantio, colheita e comercialização do café. A riqueza e a opulência desta família, geradas na exportação do produto, sustentaram três gerações de grande poder político e prestígio social que alcançaram enobrecimento através de títulos de nobreza, concedidos com grandeza por D. Pedro II, como os de barão de Capivary, visconde de Ubá e baronesa de Muritiba, o barão do Guaribu, o visconde da Paraíba e os primeiros barões de São Luís e de Ubá.[v]

A escolha da família Ribeiro de Avellar como objeto de pesquisa se deveu a inúmeros fatores. Primeiramente, a grande influência política local de seus titulares

que, por diversas vezes, ocuparam cargos importantes nas Câmaras Municipais de Paty do Alferes, de Vassouras, além da Guarda Nacional. Em segundo lugar, considerei sua intensa mobilidade espacial. No início do século, os Ribeiro de Avellar migraram da capital do Império para província e se estabeleceram como ricos proprietários graças ao enorme crescimento das exportações de café. Uma vez consolidada a fortuna na década de 1870, os futuros visconde e viscondessa de Ubá, juntamente com seus filhos, alternaram passeios e moradia entre a fazenda do Pau Grande, a cidade de Petrópolis, Caxambu, a Corte e a Europa. Outro aspecto interessante de ser trabalhado é que a estrutura familiar preservada na fazenda pois sempre apresentou uma "acomodação" mantendo diversos núcleos no mesmo espaço doméstico. Desse modo, esta formação familiar é bastante rica no sentido de perceber os espaços de intimidade e os espaços de disputa em família.

Considerei ainda, o material diverso deixado pelos Ribeiro de Avellar que compreende cartas, fotografias, diários, ofícios, recibos e notas fiscais de compras, testamentos e inventários, permitindo uma reflexão sobre diferentes aspectos do tema abordado. A complexificação e a análise exaustiva destas fontes são fundamentais para a mudança de enfoque desejada na pesquisa. Uma análise baseada na prática da micro-história aproxima o foco de observação, tentando perceber nos detalhes e nas singularidades o que o particular tem de coletivo, sem no entanto, reduzir as especificidades e deixar de recriar os indivíduos a partir de seus nomes próprios. Como afirma Jacques Revel:

> *A escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra -, a complexa rede de relações, a multiplicidade de espaços e tempos nos quais se insere. (...) "A análise micro-hiostórica tem portanto duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula."*[vi]

Desta forma, o conceito de família a ser construído visa recuperar, na medida do possível, as teias de significados construídos e compartilhados socialmente pela classe senhorial fluminense ao longo da segunda metade dos oitocentos.[vii] Alguns indícios podem ser detectados em correspondências escritas por José Maria e Leonarda Velho da Silva para sua filha, Mariana Velho de Avellar, proprietária da fazenda Pau Grande. Vamos a eles:

> *Glória 4 de outubro às 6 da tarde*
> *Minha querida Marianinha,*
> *(...) Por aqui vai tudo na mesma, continua a bixa sendo notável que é muito raro morrer uma pessoa conhecida, todos os que morreram são da classe baixa e pretas.*
> *As gentes que vivem em melhores condições e que, sendo atacadas, se tratam logo vencem com facilidade e brevemente, e em dois ou três dias ficam bons.*
> *Aqui em casa ninguém tem caído até o presente, a exceção de Bárbara que já está boa e o que teve foi coisa passageira.*
> *Pelas casas da nossa família não me consta que tenha morrido ninguém e só a baronesa de Jacotinga perdeu um escravo bolieiro.(...)*
> *Recomenda-me ao Joaquim, a teu sogro e as primas.*
> *Teu pai amado do coração*
> *Velho.*[viii]

Em longa carta onde relata os efeitos destrutivos da varíola na capital do Império, José Maria Velho da Silva faz alguns comentários interessantes para se pensar não só a noção de família, mas também a própria lógica do social, compartilhadas pelas frações mais abastadas da sociedade Imperial. Ao se referir aos indivíduos que mais facilmente contraem a chamada "bixa", chama-os de "classe baixa e pretas" e os contrapõem as "pessoas conhecidas". Contudo, esta última denominação é bastante ambígua. José Maria não deixou claro se eram "pessoas conhecidas" suas e de sua família, assemelhando-se, em significado, a amizade e intimidade. Ou, se tratavam de "pessoas conhecidas" no sentido de públicas, conhecidas pela Sociedade, equivalendo, assim, aquelas que tem titulação, prestígio ou boa circulação no meio social da Corte. Todavia, o que parece ambivalência ou imprecisão aos nossos olhos, para sua filha, destinatária da carta, poderia significar redundância. Permeada por um universo social pensado hierarquicamente através da cisão entre o mundo das "gentes que vivem em melhores condições" e o mundo das

"pessoas de classe baixa e pretas", Mariana Ribeiro de Avellar, certamente, desvendou estes signos sem grandes dificuldades como profunda conhecedora do alfabeto empregado.

No que diz respeito à noção de família, José Maria narra que "pelas casas de nossa família" a peste não tinha passado, estando todos bem de saúde. Sua preocupação se estende aos parentes mais próximos citando nominalmente sua cunhada, a baronesa de Jacotinga, e dona Bárbara, uma viúva que trabalhava em sua casa, com a filha Adelaide, na condição de livre. Aqui, a ambigüidade se faz notar quando, devido a maior intimidade e sentimentalidade, construídas ao longo de muitos anos no convívio doméstico, dona Bárbara, apesar de pertencer ao mundo das "pessoas de classe baixa e pretas", é acolhida entre as "pessoas conhecidas". Neste caso, a agregada é "conhecida" no sentido da convivência, da familiaridade. A análise dos dicionários da época também pode ser de grande valia no sentido de se perceber como os atores sociais envolvidos construíam e compartilhavam a noção de família no contexto do social vivido.

Antônio de Moraes Silva define o termo família como: "as pessoas de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, pais de família, mas mais estritamente se diz do pai, da mãe e filhos, ou que vivam na mesma casa, ou em diversas casas. Os parentes e aliados".[ix] Contudo, os significados para a palavra *casa* estavam relacionados tanto a moradia, edifício; quanto à noção de geração, descendência. Portanto, os critérios de pertencimento à família podiam ser consangüíneos e políticos, construídos através de laços de solidariedade e aliança. A definição, ainda, deixa claro que o critério de coabitação não era o mais importante. Outra obra de referência, publicada por Eduardo Faria, coloca que a família "no sentido próprio mais estreito, compreende a sociedade formada naturalmente pelo pai, mãe, filhos, que vivam reunidos na mesma habitação, quer vivam separados. Entende-se também por esta palavra todas as pessoas de um mesmo sangue e parentela com irmãos, netos, cunhados, genros e primos".

Entretanto, outro aspecto bastante interessante que nos dicionários se encontra relacionado à família é o da privacidade. Por diversas vezes, a palavra família esteve ligada à "familiaridade, amizade, convivência sem cerimônia, privança".[x] Portanto, para além do sangue e das alianças políticas, também estava em jogo vínculos constituídos através da amizade e uma sensação de intimidade que matizaria os sentimentos acima, como era o caso de D. Bárbara, descrito na correspondência de José Maria. Entretanto, como não poderia deixar de ser numa sociedade fundada na diferença, a palavra família também podia adquirir um sentido legitimador da hierarquia constituída. Vejamos:

> *um homem de boa família é um homem que pelos laços de sangue está unido a certo número de pessoas que na sociedade e pelas razões já ditas gozam de um lugar privilegiado. Isto se chama uma família distinta, honesta, estimável. Quando os títulos, as altas dignidades e os grandes empregos se hão multiplicados e conservado sem quebra durante largo tempo em uma mesma família, quando os membros que compõem estas famílias quiserem levar mais adiante a distinção ordinária de família, e daqui lhe veio o nome de casa.*[xi]

Portanto, "ser de boa família" possuía um significado adjetivado. Por um lado, era o mesmo que pertencer a um grupo seleto e privilegiado que, na sociedade Imperial, coincidia com aqueles que podiam exercer ativamente a sua cidadania, conforme os critérios estabelecidos pela constituição de 1824.[xii] A estes estavam abertos os mundos da política e do governo, fazendo com que pudessem se estabelecer enquanto classe dirigente do Império. Por outro lado, "ser de boa família" equivalia ao poder de gozar dos atributos de liberdade, propriedade[xiii] e viver com opulência[xiv]; privilégios circunscritos à aristocracia imperial. Derivava desta realidade, um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de *ver o mundo* e de *se ver no mundo.* Em última instância, este sentimento aristocrático se constituía enquanto um *habitus,* uma segunda natureza, compartilhada pelos indivíduos que compunham as "melhores famílias", e por conseqüência, pelo próprio grupo dirigente; atuando, ao mesmo tempo, como padrão de comportamento e elemento de identidade de grupo.[xv]

Retornando as discussões dos dicionários, vê-se que os laços de sangue foram descritos como aptos a oferecerem honra e *status,* compartilhados entre todos os descendentes. Quando diferentes núcleos ou gerações da mesma família eram capazes de cultivar um caráter aristocrático, era possível ascender à denominação de *casa,* que "indicava mais qualidade":[xvi] Deste modo:

> *As famílias se notam pelas alianças, por um modo de viver polido, pelas maneiras distintas das do baixo povo, pelos costumes cultivados, que passam depois para os filhos. As casas se formam pelos títulos, pelas altas dignidades de que são ilustrados e pelos empregos continuados de parentes do mesmo nome.*[xvii]

Antônio Moraes Silva acrescentava aos elementos liberdade e propriedade, definidores da classe dirigente do Império, as qualidades do cultivo dos costumes, - entendido como polidez das maneiras, boa educação e instrução - as titulações e boa aceitação no círculo social da Corte. Neste sentido, o sentimento aristocrático compartilhado por estas famílias estava de pleno acordo com o projeto imperial de expansão da civilização que tinha como modelo ideal os gostos e padrões culturais das nações européias. Explica-se, assim, a consternação e sentimentalidades de Mariana Velho de Avellar em carta endereçada a sua mãe em 11 de junho de 1864: "sinto o que está sofrendo o Achiles Arnaud, mas é o resultado de ter se casado fora de sua classe".[xviii]

Apesar de terem existido inúmeros modelos de família e de formas de viver em família, seja entre os escravos, seja entre forros, sitiantes, arrendatários, vendedores e toda sorte de homens livre e pobres, os dicionários preferem desconsidera-los. As referências de Antônio Moraes Silva estão centradas no que era idealmente concebido como o modo de viver da classe dominante. Assim, o discurso social acerca da família, produzido no interior deste grupo, corroborava um sentimento aristocrático que excluía as outras possibilidades de formações familiares e se auto-elegia como a família socialmente aceita.

A título de conclusão, reafirmo a proposta de que "a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura".[xix] Assim, a singularidade e a especificidade dos Ribeiro de Avellar estão circunscritas nos limites da cultura do próprio tempo e do próprio grupo social, sendo possível a análise do *habitus* das famílias da classe dominante oitocentista através da micro-análise de tal núcleo em particular.[xx]

---

[i] Mestre em História Social da Cultura pela PUC-RJ e doutoranda pela Universidade Federal Fluminense.

[ii] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala.* 25ª., SP: José Olympio Editora, 1987; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 20ª. ed, RJ: José Olympio editora, 1988; VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil.* RJ: Paz e Terra, 1973, vol 1.

[iii] Sheila de Castro. História da família e demografia histórica In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997; Da mesma autora: *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.* RJ: Nova Fronteira, 1998. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII.* SP: Hucitec, 1997.

[iv] CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: *Concha de Retalhos*. 3ª. ed, SP: UNICAMP, 1994, SAMARA, Eni. Mesquita. *A Família Brasileira*. 4ªed, São Paulo: Brasiliense, 1993; MARCÏLIO, Maria Luiza. Populações do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci Del Nero (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. SP: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

[v] Sobre a família Ribeiro de Avellar consultar o genealogista Roberto Menezes de Moraes a quem sou muito grata por uma série de fontes e informações contidas neste trabalho. MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande.* RJ: 1984.

[vi] REVEL, Jacques. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* RJ: Civilização Brasileira, 2000, p17.

[vii]GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas.* RJ: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989.

[viii] Carta de José Maria Velho da Silva a sua filha, Mariana Velho de Avellar, Rio de Janeiro, 4 de outubro, s/a. Coleção particular.

[ix]SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionário da Língua Portugueza.* 6ªed, Lisboa: na Typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2.

[x] ROQUETE, J. I. *Diccionário da Língua Portugueza.*. Paris: em casa de V. J. P Aillard Guillard, 1881, p509.

[xi]FARIA, Eduardo. *Diccionário da Língua Portugueza.* 2ªed, Lisboa: Typhographia Lisbonense de José Carlos d'Aguiar Vianna, 1850/1853, vol 3, p32.

[xii] A Constituição de 1824, distinguia cidadãos ativos, cidadãos passivos e não cidadãos. Ver: MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.* 2ªed, SP: Hucitec, 1990.

[xiii] MATTOS, Hebe Maria. Laços de família In: *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista.* 2 ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1998.

[xiv]MATTOSO, Kátia de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: NOVAIS & ALENCASTRO. *História da Vida privada no Brasil: Império.* SP: Cia das Letras, 1997.

[xv] ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa: Estampa, 1995; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1993. vol I e II.

[xvi] SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionário da Língua Portugueza.* 6ªed,Lisboa: na typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2

[xvii] SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionário da Língua Portugueza.* 6ªed,Lisboa: na typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2

[xviii] Carta escrita por Mariana Velho de Avellar para, sua mãe, Leonarda Maria Velho da Silva. Pau Grande, 11 de junho de 1864. Coleção particular.

[xix] DARTON, Robert. Introdução In: *O Grande Massacre dos gatos*. RJ: Graal, 1986, p.XVII.

[xx] GINSBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. 3ª. ed, SP: Cia das Letras, 1987.

"Seo" Zé e dona Maria entre Deus e Marx:

A Luta de Classes no Cotidiano de Enfrentamento, Orações e Comemorações nos Movimentos Populares dos Anos 70 e 80.

Mariana Esteves de Oliveira* - PPG-UEM

A partir dos anos 1960, a reformulação da Igreja Católica na América Latina, no âmbito da Teologia da Libertação, possibilitou a emergência de movimentos sociais diversificados que se articularam ante ao autoritarismo e a exploração que assolavam o continente. A partir disso, grupos anteriormente tidos como "inofensivos", tal como clubes de mães, associações de bairros, reformularam suas posturas e formas de atuação e se configuraram como novos sujeitos e espaços no fazer-se da luta de classes . Em meio a essas reformulações, percebe-se um novo "desenhar" da política [1].

De fato, já há algum tempo que fazer política não é só "coisa de dotô", e isto é percebido sobretudo na resistência ao regime autoritário em meio a uma efervescência cultural que muito contribuiu com essa guinada, pois, grosso modo, fazer música, cinema, universidade e até rezar, durante o regime militar, poderia significar fazer política.

Ainda assim me fascino com a história recente do Brasil quando me deparo com experiências onde o "fazer-se" da política é pensado, discutido e atuado por grupos e pessoas aparentemente alijados desse campo. As experiências populares dos anos 1970 e 1980 estão repletas de demonstrações que nos levam a refletir sobre, entre outros assuntos, o campo político, os caminhos e "descaminhos" dos movimentos sociais. Suas trajetórias políticas muito têm a nos ensinar.

É com esse intuito que busco, nas experiências ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980 em Andradina - SP, reflexões acerca do teor político dos movimentos populares cujas diretrizes estão na Teologia da Libertação. Nessa cidade, um instituto eclesiástico participou e orientou intensamente movimentos sociais diversos. O Iajes – Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor – fora uma entidade que, desde 1970 até

meados de 1990, trabalhou numa linha de "pastoral social" objetivando "*colaborar no processo de transformação da sociedade brasileira, à luz do evangelho e da análise científico-social, através da educação e organização popular na periferia de Andradina*" [2].

Neste espaço de reflexão, procurarei iniciar um diálogo com as fontes produzidas pelo próprio Iajes, com documentos que representam *reflexões internas* da entidade e de alguns movimentos, como o de *Bairros* e o de *Mulheres*. Iniciarei pela inspiração religiosa matizada pela Teologia da Libertação e, em seguida, procurarei desvendar as práticas a que essas aspirações levaram no sentido da atuação política, embora lembrando que essa discussão se pretende introdutória.

Minha pergunta é bem simples: Como se configuraram os caminhos percorridos entre *conscientização* política e *atuação* propriamente dita?

I – A permissão de Deus.

Tentando desnudar como as manifestações associadas às reformulações da política guinaram de forma a inserir os sujeitos simples no complexo campo político, destaco a atuação dos movimentos populares guiados pela Teologia da Libertação, sobretudo nas práticas cotidianas das Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's.

Essa Teologia é o resultado das posturas tomadas por uma ala da Igreja Católica a partir das Conferências Episcopais - Medellín, 1968 e Puebla, 1979 - que por sua vez são desdobramentos do Concílio do Vaticano II, 1962. Tais desdobramentos não se constituem, contudo, como reflexo do Concílio europeu, mas como adaptação do pensamento dessa corrente para a realidade política e econômica do continente latino-americano [3]. Em sua "espinha dorsal", encontra-se o pressuposto que todo o povo é igualmente merecedor das condições dignas de vida, sem distinções raciais, sócio-políticas ou econômicas, merecedor da liberdade e da igualdade que se contradizem tanto com o sistema econômico quanto com o sistema político vigentes na América Latina.

Os teólogos da libertação muito se preocuparam com a questão da conscientização política do povo. Pablo Richard, em ensaio sobre o tema, formulou duas situações

hipotéticas onde tencionava mostrar que fé e política deveriam se aliar para a libertação do povo. Segundo ele, por um lado, mesmo havendo uma conscientização política dentro das comunidades, junto ao próprio povo, mas na ausência de um trabalho pastoral libertador, por meio das CEB's por exemplo, a religiosidade "submissa" desse povo atravancaria esse processo e culminaria num "*vanguardismo*" político. Por outro lado, Richard supõe a situação contrária, ou seja, se houvesse uma forte conscientização dês-alienante da religiosidade popular, mas não fosse vinculada à situação concreta do político, o que haveria seria uma guinada para o espiritualismo. Dessa forma, ele assevera a necessidade de os grupos populares caminharem ao processo libertador pelos vieses simultâneos e atrelados da fé e da política [4].

Na prática, a Teologia incentivou sistematicamente o encontro dos cristãos com a política. Nesse sentido, um bom exemplo é a equipe Pastoral da Prelazia de São Felix do Araguaia, que publicou em 1981, o seguinte comentário: "*Entendemos a participação na política partidária legal como mais um espaço que deve ser ocupado pelas classes trabalhadoras, exploradas e oprimidas, (...), a nossa luta é pela mudança estrutural da sociedade*" [5].

Quando tais reformulações do "político" atrelaram-se à luta do povo na ordem de uma "luta de Deus", Andradina caminhava nessa direção. Tanto o Iajes quanto os movimentos que orientava voltaram esforços para o campo político.

Desde a década de 1970 as comunidades de base de Andradina já vinham recebendo orientações de cunho político. Assim, já se tomava contato com as premissas de se fazer política na prática das CEB's, no cotidiano de lutas cristãs, no processo de inversão dos pressupostos de que política se faz de "cima pra baixo" [6], sob inspirações evangélicas que a justificavam. Um documento intitulado "*Orientações sobre Política: Para uso das comunidades de Andradina* – Resumo do encontro de janeiro de 1978" pode ser entendido como justificador da ação política por parte dos membros da Igreja à medida que assevera:

> "De início, entendemos por política tudo o que está ligado à organização da vida do homem em sociedade. Sendo ligada à vida em sociedade, a política atinge também a Igreja (...). O amor ao próximo pode se manifestar na vida particular de cada, mas deve se manifestar também na vida social, atingindo, portanto, a política".

A partir de então o Iajes passou a ter uma atuação mais voltada à conscientização política, evoluindo do assistencialismo "*para um trabalho mais profissional e libertador, que compreende avanços significativos*" pois caminha para o "*despertar do povo para a luta por seus direitos, nas reivindicações prioritárias*" [7].

II – Maneiras de se fazer política: o povo em ação.

Inicialmente, os documentos sugerem uma participação indireta do Iajes na política, pois ele iniciou um processo de conscientização, de educação política dentro do contexto da educação popular. Tal iniciativa pode haver sido o primeiro passo para o que viria depois, uma série de desdobramentos que acabaram por inserir sujeitos simples, homens e mulheres das comunidades periféricas no campo político, de forma plural: na política partidária, em embates políticos de enfrentamento ao poder público, na busca por direitos políticos, participação e etc.

No início da década de 1980, o Iajes procurou atuar como fiscalizador da política. Em pleno processo de abertura, a entidade recorreu aos jornais locais para questionar os partidos que estavam se formando, os candidatos que estavam se configurando e os políticos que estavam atuando. Em decorrência, manchetes como "*IAJES pergunta aos candidatos*" (Jornal da Região, 29/09/1982) e ainda, "*IAJES sobre os partidos*:" (id. 24/10/1982) se tornaram corriqueiras no jornal local [8].

Para além dos projetos em educação popular e do incentivo ao direcionamento político dos movimentos sociais, o Iajes, nas eleições de 1982, deu mostras de uma participação mais direta na política partidária. O maior exemplo disso foi a candidatura da presidente da entidade para o cargo de vice-prefeito municipal pelo Partido dos Trabalhadores, ao qual a maioria dos "iajistas" se vinculou. A justificativa desse passo continua perpassando a inspiração evangélica iluminada pela Teologia da Libertação,

evidenciando a idéia de que a política é um instrumento de continuidade das lutas sociais impulsionadas pela Igreja:

> "...Poucos meses antes de terminar meu mandato vejo-me na obrigação de apresentar minhas demissões. O motivo é que vou entrar diretamente na política partidária, apresentando-me como candidata a vice-prefeito pela chapa do Partido dos Trabalhadores. Ao longo da minha caminhada com o IAJES e com o movimento popular, aprendi que o povo deve assumir ativamente a participação política, se quiser ter esperança de um Brasil melhor e de uma nova sociedade, mais justa e cristã. Por isso tomei a resolução de entrar ativamente na política, sentindo esse passo como uma continuação da caminhada feita até aqui" [9].

Dessa forma, evidencia-se também que o campo político se abriu para uma intersecção com essa Igreja e com os movimentos sociais no período de abertura. Contudo, seria enganoso pensar que tal intersecção ocorrera sem conflitos, recuos, frustrações. O campo político é sem dúvida uma esfera de atuação complexa, que detém regras de um jogo muito diferente do que os cristãos estavam habituados, pois no campo pastoral, impera o que frei Betto chama de "*caráter consensual, ético-emulativo*" [10], o que tende a evitar o conflito acirrado e clamar pela irmanação das decisões em conjunto. É bem provável que daí surjam respostas às questões acerca da retração dessa atuação, sentida a partir da década de 1990, merecendo aprofundado estudo. Contudo, é imperioso que primeiramente tentemos reconstituir as trajetórias do Iajes e dos movimentos sociais nesse caminhar para a política para que, em seguida, possamos postular de forma elaborada, uma análise que permeie as retrações dos campos envolvidos no processo até a atual situação de aparente inércia desses sujeitos.

Assim como no Iajes, nos movimentos sociais se fez política intensamente. Entre um cotidiano de comunhão, oração, quermesses beneficentes, esse fazer político, num contexto de uma ampla luta de classes, pode ser bem detectado em nível coletivo, ou seja, partindo também dos movimentos e não exclusivamente dos sujeitos.

Isso pode ser observado, por exemplo, através das SAB's – Sociedades Amigos de Bairro –, que abraçaram, por volta de 1984, a luta pelo "*Orçamento Participativo*" ou "*Orçamento Popular*", implicando intensa mobilização por parte das comunidades integradas (11 ao todo), nos esforços de manifestações, pesquisas exaustivas com mais

de 2000 entrevistas nos bairros para levantamento geral das necessidades da população, embates políticos travados com o poder público por sua implantação durante anos consecutivos, e etc. Evidenciando uma tentativa de mudança das estruturas políticas municipais, no intuito de que esse poder público aceitasse a participação popular nas decisões político-administrativas [11]. Nesse sentido, vale a pena lembrar também que, nas primeiras manifestações, quando da integração desses movimentos, as maiores demandas pediam por canos de esgoto, asfalto e outras de ordem reinvidicativa [12] que, apesar de se configurarem como protesto político, permeiam a questão da infraestrutura. A guinada para uma luta mais "política" reflete os resultados da educação popular – e política – que esses sujeitos recebiam, apreendiam e praticavam.

Assim como as SAB's, o *Movimento de Mulheres* também politizou suas causas. Sua emergência está ligada à influência dos movimentos *Contra a Carestia* e *Clubes de Mães* da cidade de São Paulo, que motivaram as "visitadoras" [13] dos IAJES e das CEB's a saírem às ruas, em mutirões, para chamar a atenção e explicar que lutas eram aquelas pelas quais as mulheres paulistanas estavam se unindo.

O movimento recebeu uma influência significativa do PT - Partido dos Trabalhadores, antes mesmo de se consolidar, haja vista que, por exemplo, em 18 de outubro de 1980, a então deputada estadual pelo PT, Irma Passoni, palestrou em Andradina para uma centena de donas de casa, em geral, moradoras da periferia e o tema do encontro foi "*a participação da mulher na vida social e política do país*" [14]. Mas o maior engajamento político desse movimento tomou corpo quando das discussões acerca da participação das mulheres na política e na Constituinte. O assunto se tornou pauta imperiosa nos encontros e reuniões, culminando em documentos e emendas populares que foram enviados a Brasília numa tentativa de intervenção na feitura da carta constitucional. Se observarmos as trajetórias das demandas desse movimento, percebemos claramente tal guinada, sobretudo através dos temas dos encontros regionais semestrais entre 1982 e 1987. Do primeiro ao último analisado, até o segundo semestre

de 1986, temos: "*Troca de Experiências*", "*Violência*", "*Desemprego e Custo de Vida*", "*Desemprego e Custo de Vida - Aprofundamento*", "*Participação Política da Mulher*", "*Participação Política da Mulher e Constituinte*", "*Constituinte: Elaboração do Documento: Direitos que nós Mulheres queremos ver garantidos na Nova Constituição*", "*Constituinte e os Partidos Políticos*", "*Constituinte - Aprofundamento das Propostas dos Direitos que queremos ver garantidos na Nova Constituição*" [15].

Tal trajetória se mostra explicitamente "politizante", e não perde o caráter de movimento social, de enfrentamento, de luta de classe, e nesse sentido, é inegável que o movimento agregou conquistas, pois que, por terem resistido numa luta mais ampla e geral, conquistados alguns poucos e incipientes benefícios, por terem enviado assinaturas e emendas para a Constituição de 1988, elas se sentiram vitoriosas. Por serem simples, por serem donas de casas, senhoras católicas e mães de famílias, domésticas, comerciarias, operárias, prostitutas, enfim, por serem povo sentiram que eram mesmo, agora, autores da história, personagens não só do cotidiano sofrido e da luta diária, mas também sujeitos políticos, que interagiam com o poder, na qualidade de mulher e de cidadã.

***

A rigor, podemos pensar o direcionamento político da Igreja, representada aqui pelo Iajes, e dos movimentos sociais, como instrumento das lutas travadas pelos sujeitos, das tentativas de transformação social, seja, como vimos, a partir da educação política, da atuação na política partidária, na luta por intervenção, participação direta e outros. Contudo, não devemos deixar de considerar que tais guinadas representam a entrada desses sujeitos em campo distinto: o político, onde novas relações se configuram, novos espaços de interlocução se constroem, evidenciando os limites e possibilidades no lutar por suas aspirações. Seus sucessos e fracassos, evoluções e retrocessos deverão ser analisados futura e brevemente, dando continuidade a essa incipiente reflexão.

Esboçar as portas políticas que foram abertas por esses sujeitos era o meu objetivo neste texto, refletir sobre suas conseqüências é quase um objetivo de vida.

---

[*] Mestranda no curso de Pós-Graduação em História da UEM, onde desenvolve a pesquisa "O Iajes no Contexto dos Movimentos Populares da Década de 1980: A experiência de Andradina", sob a orientação do professor Dr. Sidnei Munhoz.

[1] Evitarei, aqui, as polêmicas em torno do termo "política", por um lado, por que tal discussão fora exaustivamente promovida no interior da intensa defesa da história política dita renovada, dos últimos anos, tendo como principais referências os franceses Jacques Julliard, René Rémond e Pierre Rosanvallon, culminando em reformulações em torno dos conceitos de política e um conseqüente "alargamento" dos mesmos, e, por outro lado, por que tenho a intenção de respeitar e analisar os conceitos de política definidos e redefinidos no interior das próprias experiências que analiso, na busca do entendimento do direcionamento dessas experiências ao campo político.
Sobre a revitalização dos conceitos de política e de história política, ler: JULLIARD, Jacques. A Política. In LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1979; RÉMOND, René (org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996 e ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. Revista Brasileira de História. V. 15, nº 30. São Paulo: 1995. E também sobre a abordagem a respeito do campo político, no interior da teoria dos campos, recomendo: BOURDIEU, Pierre. A Representação Política. In O Poder Simbólico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

[2] Cf. DOCUMENTOS Iajes. *Reflexões sobre o trabalho Pastoral-Social na periferia de Andradina e sobre as atividades do Iajes no primeiro semestre de 1981*.Andradina: 1981, 34 p.

[3] A trajetória da ala progressista da Igreja Católica no âmbito das Encíclicas, Concílios, Conferências e etc, bem como suas derivações e desdobramentos podem ser conferidos em: RICHARD, Pablo. Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

[4] Cf. RICHARD, Pablo. Religião e Política na Atual Situação da América Central. In. _____(org.) Virada do Século na América Latina. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. Pp. 9-32.

[5] Estudo divulgado em: CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. Caderno do C.E.A.S. Salvador: C.E.A.S., v.73,março, 1981, p.21.

[6] Processo que ocorria através dos esforços simultâneos de teóricos e intelectuais em uma linha que valorizava a autonomia do povo participativo, através, por exemplo, das metáforas do "sujeito da própria história", em conjunto com as experiências que se desenhavam nessa conformidade. A rigor, uma série de teólogos e intelectuais utilizou, para designar os sujeitos atuantes nos movimentos sociais do pós-70, termos como "*novo sujeito político*", que faz, grosso modo, parte de uma conceituação de caráter teórico-político intencional. Ana Maria Doimo tratou dessa questão e afirmou que "Enquanto Dom Mauro Morelli proclamava já em 1976 que *'nós devemos ser sujeitos da nossa própria história'*, e enquanto teólogos progressistas entendiam, também em meados da década de 70, a presença do povo organizado como um *'novo sujeito histórico'*, os intelectuais conferiram legitimidade a esse discurso, nomeando os movimentos sociais emergentes de *'novo sujeito coletivo'*[Cf. Moisés], *'sujeito popular'* [Cf. Petrini], *'sujeito político'*[Cf. Caccia Bava], *'sujeito político histórico'* [Cf. Martins], ou mesmo *'sujeitos de sua própria história'*[Cf. Evers]. Sader não só reconheceu essas falas em sua tese de doutoramento como a elas aderiu incondicionalmente, definindo sujeito coletivo como *'uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas'*".Cf. DOIMO, Ana Maria. A Vez e a Voz do popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - ANPOCS, 1995.p.78

[7] Cf. DOCUMENTOS Iajes, *Caderno IAJES*, Andradina: 1979, p.12.

[8] O Iajes possui, em seu acervo, álbuns contendo as notícias e manchetes que foram publicadas de si no decorrer de sua trajetória. Essas manchetes foram retiradas do próprio acervo, mas podem ser encontradas no arquivo do Jornal da Região. Cf. JORNAL DA REGIÃO. Artigos Publicados entre 1980 e 1982 versando sobre a política partidária, PT e Igreja. In DOCUMENTOS Iajes. *Jornais*, Andradina: 1980-1988.

[9] Cf. JORNAL DA REGIÃO, 03/07/1982. p. 01. In, DOCUMENTOS Iajes. *Jornais*, Andradina: 1980-1988.

[10] Cf. BETTO, Frei. Os Cristãos na Política. In: BOFF, Clodovis et al. *Cristãos*: Como Fazer política. Petrópolis: Editora Vozes, Coleção Como Fazer.1987.

[11] Cf. DOCUMENTOS Iajes. *Sociedade Amigos de Bairro-1985*: Orçamento popular Já!, Andradina: 1985, 14 p.

[12] Cf.Id. Vitalidade das SAB's.Andradina: 1982, 11 p.

[13] "*Visitadoras*" era o termo utilizado pelos movimentos e Iajes para designar as mulheres, cerca de 60, que contribuíam nas CEB's, no Iajes, nos movimentos como um todo, visitando famílias carentes, inventariando os problemas das comunidades, convidando essas pessoas a conhecerem e participarem dos movimentos e das atividades da Igreja de uma forma geral. Segundo ALVES, são essas mulheres "*visitadoras*" que, ao se envolverem com a comunidade e os problemas das periferias, tomam consciência de seu papel político de articuladoras e dão impulso aos movimentos populares em Andradina, inclusive o de mulheres. Cf. ALVES, Marivalda. *Iajes*: Uma Entidade em Movimento, Lins: 1989. 125 p. (TCC - Faculdade de Serviço Social de Lins), p. 41.

[14] Cf. JORNAL DA REGIÃO, 18/10/1980:s.p. In DOCUMENTOS Iajes, Jornais, Andradina: 1980-1988.

[15] Cf. DOCUMENTOS Iajes, *Relatório*: MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES, Andradina: 1987: 01-02.

Oban e DOI-CODI, elementos para um estudo

Mariana Rangel Joffily, PPG-USP

Introdução

A criação da Operação Bandeirantes (Oban)[1] em 2 de julho de 1969 marcou o início de uma nova etapa na repressão às ações da esquerda e aos movimentos sociais e foi o encerramento de "um processo de cinco anos de discussões sobre o papel a ser desempenhado pelas forças armadas na manutenção da segurança interna."[2] Financiada por empresas multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outros, a Oban contava com a presença de elementos das três forças armadas, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil.[3] O objetivo era centralizar e coordenar de maneira mais eficiente as atividades de combate contra a oposição, mais especificamente contra os grupos da esquerda armada. São Paulo foi escolhida para acolher este plano piloto porque na época era considerada o "centro de irradiação dos movimentos de contestação violenta ao governo".[4]

A experiência daria frutos, sendo integrada ao sistema oficial de segurança com a criação simultânea, em setembro do ano seguinte, de dois órgãos diretamente ligados às Forças Armadas: o Destacamento de Operações e de Informações (DOI) – responsável pelas ações práticas de busca, apreensão e interrogatório de suspeitos – e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) – cujas funções abrangiam a análise de informações, a coordenação dos diversos órgãos militares, o planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda e a burocracia. Embora fossem dois órgãos distintos, eram freqüentemente associados na sigla DOI-CODI, o que refletia seu caráter complementar.[5] O DOI-CODI representava em certa medida a oficialização da Oban,[6] todavia, não foi instituído por nenhuma lei ou decreto, mas a partir de diretrizes secretas, formuladas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República, o general Emilio Garrastazu Médici.[7] O DOI-CODI compunha apenas uma parte do aparato repressivo do

regime militar, mas, subordinado diretamente ao Exército, possuía mais prestígio e poder que os outros órgãos de segurança.[8]

Meu objetivo aqui é levantar alguns elementos para a reflexão sobre a existência e a lógica de funcionamento desse órgão, partindo de uma breve descrição da documentação disponível e levantando, em seguida, algumas hipóteses de trabalho.

Documentação

A carência de documentos abertos ao público sobre a Oban/DOI-CODI inviabilizava, até pouco tempo atrás, o estudo dessa organização. No entanto, o projeto "Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)", realizado sob a orientação da historiadora Maria Aparecida de Aquino entre 1998 e 2002, permitiu o acesso a uma documentação inédita. Entre os vários dossiês identificados pela equipe, encontra-se o 50-Z-9, referente ao II° Exército[9] que contém, entre outros, vários documentos oriundos da Oban/DOI-CODI de São Paulo. Trata-se, por ora, do único depositório sistemático de documentos originários desse órgão de segurança aberto à pesquisa.[10]

Um trabalho de pesquisa da série 50-Z-9 permitiu uma apreciação preliminar da tipologia de documentos lá existentes. Os interrogatórios de presos políticos, realizados por equipes diferentes (o mesmo preso era interrogado repetidamente por equipes distintas), às vezes contendo as perguntas dos interrogadores, outras não, oferecem pistas para o estudo da estratégia de coleta de informações por parte dos órgãos repressivos. Os depoimentos possuem uma estrutura semelhante, por mais que as informações difiram. Outro tipo documental extremamente rico para compreender a lógica dos agentes de inteligência em suas análises de informação é o resumo de interrogatórios, que consiste em informações sintéticas e precisas retiradas do texto integral do interrogatório, como a descrição sumária das ações das quais o interrogado participou, com locais e datas ou as pessoas por ele mencionadas e que podiam fornecer ao DOPS dados importantes para novas investigações e capturas.

Há também relatórios periódicos sobre a quantidade de presos apreendidos pela Oban/DOI-CODI de São Paulo, ou provenientes de outros órgãos e, desses, quantos continuavam presos, foram transferidos ou morreram – subentende-se, em suas dependências. Fichas individuais e listas nominais de presos também refletem o perfil, o fluxo de pessoas que por lá passavam e quando. Por fim, os relatórios das reuniões da Comunidade de Informações – constituída por membros da 2ª Seção[11] do II° Exército, da Oban/DOI-CODI, da 2ª Seção do Distrito Naval, da 2ª Seção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Polícia Federal e do DOPS – expressam as preocupações e estratégias de ataque dos órgãos de segurança.

Os volumes 1 a 4 (Tomo V) do *Projeto Brasil: Nunca Mais* – contendo relatos de torturas e mortes extraídos dos 707 processos movidos pela Justiça Militar entre 1964 e 1979 contra oponentes do regime – são uma fonte complementar importante. Contêm, entre outros, relatos de tortura de pessoas que passaram pelos funcionários da Oban/DOI-CODI, podendo-se extrair dos mesmos dados sobre os métodos de captura e de obtenção de informação dos agentes de segurança. Nela estão também contidos relatos sobre as circunstâncias de mortes presenciadas pelos interrogados nas dependências da Oban/DOI-CODI, bem como o atestado de óbito – na maioria das vezes "fabricado" das vítimas. A partir da leitura desses relatos, pode-se perceber como a lógica da repressão é vivida por aqueles que foram submetidos aos métodos violentos desse órgão de segurança.

Hipóteses de trabalho

A criação de DOI-CODIs nas principais capitais federais[12], pode ser vista ao mesmo tempo como um fato inscrito na longa tradição do autoritarismo brasileiro e como um fenômeno de certo ineditismo, que caracteriza o regime militar na sua especificidade. Afinal, o DOI-CODI introduziu duas novidades: a reunião, num só órgão, de militares das três forças armadas, bem como das polícias militar e civil e a conjugação dos dois pilares do

sistema de segurança – o serviço de inteligência (espionagem) e a ação direta (captura e obtenção de informações pela tortura).

Uma das principais características do regime militar foi a edificação de um arsenal legislativo que possibilitasse aos órgãos de informação e de segurança o máximo de liberdade em suas operações, numa tentativa de conciliar um Estado de direito com as concepções militares de ordem e segurança. No entanto, esses órgãos infligiram sistematicamente essas mesmas leis, mostrando que suas práticas eram conflitantes com todo e qualquer tipo de direito e garantia individual. Minha hipótese é a de que, embora houvesse contradição entre a vontade explicitada pelo governo de conformar-se a um certo número de regras, os órgãos de segurança, mesmo em suas ações mais "ilegais" – tortura, extermínio – não estavam rompendo as normas – não legais – estabelecidas. Ao contrário, estavam fazendo valer as novas regras, numa perspectiva em que "os fins justificam os meios" e num contexto em que a prioridade do governo tendia muito mais para a salvaguarda daquilo que se entendia por segurança do Estado do que para o respeito dos direitos humanos.

A lógica e a normalidade de um regime de exceção são particulares e é dentro dessa lógica que os agentes da Oban/DOI-CODI agiam. A existência dessas "novas normas" nem sempre é documentada, embora sua vigência possa ser inferida a partir da legislação autoritária, pelo fato dos órgãos de segurança que as aplicavam receberem amplo apoio institucional e pelas próprias práticas impunes do DOI-CODI. Além disso, penso que é justamente sobre a dicotomia legalidade/ilegalidade que residia a eficácia do DOI-CODI e do sistema coercitivo como um todo: uma estrutura regulamentada que inscrevia os procedimentos repressivos dentro de bases legais e que sustentava, ao mesmo tempo, métodos clandestinos que imprimiam dinamismo e eficiência às ações dos órgãos de segurança.

Nessa perspectiva, por maiores que sejam as atrocidades cometidas nas dependências da Oban/DOI-CODI, elas são fruto de uma determinada estrutura social e de

uma conjuntura política, e não da suposta loucura de um certo grupo de indivíduos. Estes últimos foram treinados e instrumentalizados para cumprirem um determinado papel social. Contaram com o apoio e suporte financeiro de altas esferas da elite política e econômica do país e julgavam prestar um grande serviço à sociedade. O que se considera hoje uma anomalia do sistema, estava perfeitamente enquadrado numa maneira de pensar de um setor importante da sociedade brasileira.

Por outro lado, uma vez lançados no "cumprimento do dever", esses mesmos indivíduos, trabalhando num esquema em que as fronteiras da legalidade são tênues ou inexistentes, e em que a autonomia, aliada à impunidade, lhes confere um poder acima do comum, são capazes das ações mais impensáveis.[13] Minha hipótese é que a tortura não pode ser considerada dentro do quadro estrito de instrumento de obtenção de informações. Suas conseqüências vão muito além desse objetivo. As funções de punição, de desencorajamento pelo exemplo, de extermínio e mesmo de exercício puro e simples do poder do agente sobre o interrogado não devem ser menosprezadas. Do contrário, fica difícil entender o fato de muitos relatos de vítimas de sevícias mencionarem estados físicos e psicológicos nos quais a transmissão da informação tinha sido impossibilitada pelo próprio recurso à tortura.

Outra hipótese é a de que um órgão com as características do DOI-CODI, no qual os agentes trabalhavam em condições muito particulares – vestidos à paisana, fazendo plantões de horas seguidas, devendo manter as operações em sigilo – reforçava o sentimento de grupo e de camaradagem entre os agentes de segurança, criando um universo à parte, com sua dinâmica e culturas próprias, propiciando uma cisão entre a vida social e o exercício profissional.[14] Além disso, a negação oficial do emprego de práticas como a tortura, por um lado, e seu incentivo real, por outro, situava as práticas violentas num lugar amoral, "além do bem e do mal". A linha da moralidade é ultrapassada como um rito de iniciação tido como necessário. O jornalista Percival de Souza, descreve esse fenômeno na seguinte cena:

> Ao entrar pela primeira vez no DOI-CODI e ver essas cenas [corpos feridos e mortos arrastados e tirados dos bagageiros dos carros e lançados ao chão, manchas de sangue espalhadas], um policial começou a vomitar, apoiado numa pilastra. Foi amparado por um colega, que o abraçou e falou baixinho no ouvido dele: "Calma, você vai se acostumar.[15]

Na dinâmica que se instala nesse lugar de não-direito, à margem da lei, onde o poder de vida e de morte está nas mãos daqueles que, no entanto representam o Estado, o registro da violência – freqüentemente extrema – se desloca de uma posição marginal e passa a permear a relação entre esses funcionários e os suspeitos acusados de transgredir a ordem. Mais ainda, ela passa a ser o instrumento por excelência dessa relação. Uma relação de poder dentro da qual tenta-se extrair do discurso do outro uma "verdade" que permitirá sua aniquilação e a destruição de seu mundo. O indivíduo uma vez presa dessa teia, é transformado em instrumento de auto-destruição – quer ele fale, quer ele se cale.

Acredito também que o "suspeito" não era considerado como um indivíduo em si, mas como um inimigo potencial, de modo que, dentro da engrenagem de segurança, tornava-se mero depositório de informações que serviam de subsídio para o combate às organizações de esquerda. Ou seja, a visão técnica do trabalho a ser executado e a obrigação de mostrar eficiência e rapidez resultava na instrumentalização do outro, percebido não como um igual, mas como elemento do qual era necessário extrair o máximo de dados em um mínimo de tempo.

Por fim, sustento que o foco dos agentes do DOI-CODI não se limitava à punição pura e simples das infrações cometidas pelos militantes de esquerda, nem ao desmantelamento de suas organizações, mas estendia-se a níveis mais profundos, na pretensão de "controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após a obtenção de tais modificações".[16]

* * *

Essas hipóteses visam a contribuir para o entendimento das "demonstrações cotidianas do ofício de dominação" e da mentalidade repressiva refletida nas práticas dos órgãos de segurança, esperando fornecer subsídios que atuem, segundo Maria Aparecida de Aquino, "como elementos desarticuladores dessa situação autoritária e como fontes de

ruptura dessa continuidade intrincada e capilar que permeia nossa sociedade, mesmo em seus momentos de democracia institucional."[17]

---

[1] O símbolo do "bandeirante" está intrinsecamente ligado a uma certa tradição da cidade de São Paulo, de homenagear os paulistas dos séculos XVI a XVIII que percorriam o interior do país capturando índios e vendendo-os como escravos. É sintomático da proposta da Oban, evocando ao mesmo tempo a violência contra os índios e a bravura na "conquista do oeste" e na busca do ouro.

[2] FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil.* São Paulo: Global, 1979, p. 15.

[3] ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil : nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 73. O lançamento da Oban, embora tivesse contado com personalidades importantes como o governador do Estado e o secretário de Segurança Pública Paulista, só seria oficializado meses mais tarde, com a criação do DOI e do CODI. FON, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 15.

[4] Idem, *Ibidem*, p. 16.

[5] "A simbiose entre esses dois órgãos ficou registrada na memória política pela sigla DOI-CODI, embora de direito fossem entidades diferentes." Hierarquicamente, os DOIs eram subordinados aos CODIs, de maneira que, a rigor, a conexão mais apropriada seria "CODI-DOI". D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo : a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 18

[6] Por essa razão, referir-me-ei, a partir daqui, à Oban e ao DOI-CODI como um bloco.

[7] FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 121.

[8] HUGGINS, Martha. *Polícia e política : relações EUA – América Latina.* São Paulo: Cortez, 1998, p. 190.

[9] Atual Comando Regional do Sudeste, divisão administrativa do Exército que tem como sede central o Estado de São Paulo. O Dossiê 50-Z-9 reúne documentação proveniente de diversos órgãos de informação e de repressão – entre os quais encontra-se o DOI-CODI.

[10] A existência ou não de um arquivo próprio do DOI-CODI é tema controverso. Sobre o projeto, consultar: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (orgs.). *Radiografias do autoritarismo republicano Brasileiro.* 5 volumes. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002. Ver especialmente o 5° volume: *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós 1964.*

[11] De acordo com um modelo internacional, as 2as seções das unidades militares de cada força são as responsáveis pela informação. (Ao todo, são cinco, sendo que a 1^{a} é destinada à atividades de pessoal, a 3^{a} às operações, a 4^{a} ao apoio logístico e a 5^{a} às relações públicas). D'ARAUJO, Maria Celina ; SOARES, Gláucio Ari Dillon e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 15.

[12] São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília (em 1970); Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Fortaleza (em 1971); Porto Alegre (em 1974). USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editerra Editorial, 1987, p. 126.

[13] Essa autonomia era, em última instância, submetida ao controle dos altos escalões das Forças Armadas. A relativa independência com que os órgãos de repressão atuavam, deu brecha para que lhes imputassem toda a responsabilidade pela extrema violência de que fizeram uso. Todavia, o sistema foi concebido a permitir o uso abusivo de métodos de coerção.

[14] A solidariedade do grupo potencializa o uso da violência: "Certamente que em todas as atividades ilícitas, de natureza política ou nos crimes comuns, o grupo, a bem da sua própria segurança, exigirá que 'cada indivíduo cometa um ato irreversível' de maneira a destruir os seus liames com a sociedade constituída, antes que seja acolhido no seio dessa comunidade da violência." ARENDT, Hannah, *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 37

[15] SOUZA Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Editora Globo, 2000, p. 10.

[16] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História das violências nas prisões*. 8ª edição, Petrópolis: Vozes, 1991, p. 22. A passagem da punição do corpo – suplício – para a punição da alma – prisão – traz consigo, segundo Foucault, uma substituição de objetos. A qualidade, a natureza, a substância do que se constitui o elemento punível são transformadas. Mais do que sancionar a infração, trata-se de atingir a alma em seu potencial de transgressão da ordem. Idem, *Ibidem*, pp. 23 e 24. A relação que os agentes de segurança mantêm com os suspeitos parece refletir essa evolução do sistema repressivo.

[17] AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (orgs.). *Op. cit.*, p.45.

Íntimo e Pessoal:

A agenda como um espaço de constituição de si

Mariane Werner Zen[1] - PPG-UDESC

Datada desde meados do século XIX, a prática de escrever e manter diários íntimos, mesmo tendo passado por mudanças dadas às transformações sociais e culturais ocorridas, ainda continua presente nos dias atuais. Comumente visto como uma prática de escrita pessoal feminina presente na adolescência, o diário íntimo - de um espaço de controle familiar, formação de conduta e "espera para o matrimônio"[2] - popularizou-se e ganhou um papel transcendental. Tornou-se, ao mesmo tempo, um lugar de refúgio e uma via de escape, adquirindo status de suporte de uma escrita pessoal sem o intuito de comunicar a alguém, mas com o objetivo de registro de memórias e de comunicação consigo próprio. "Praticados na intimidade, onde é possível estar emocionalmente nu e formalmente decomposto, o diário procede de um reconhecimento de si pela escrita, que efetuada em solidão, faz crer que quando alguém fala/escreve sobre si mesmo tende a ser mais sincero do que quando se dirige a outrem"[3].

Uma pessoa com o hábito de manter diários íntimos, além de registrar o passar dos seus dias, pode transcrever também máximas conhecidas, trechos literários, versos de canções, entre outras coisas, com o objetivo de ilustrar situações vividas, dar uma explicação que considere coerente para fatos acontecidos, ou ainda expressar opinião sobre outras leituras. É justamente nesse momento, onde o escritor combina sua vivência com os enunciados de outros autores, que se dá o papel dos *hypomnemata*, que "é permitir a constituição de si a partir da recolha do discurso dos outros."[4]

Foucault apresenta a definição de *hypomnemata* como "[...] uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas [...]"[5]. Fica claro que "o papel da escrita é constituir (...) um 'corpo', (...) não como um corpo de doutrina, mas sim (...) como o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua a respectiva verdade"[6].

Os livros de contabilidade, cadernos pessoais, agendas, diários são alguns exemplos de espaços gráficos, de suportes, para esse tipo de escrita. Mas Foucault aponta que "o essencial é que ele [aquele que escreve] possa considerar a frase escolhida como uma máxima verdadeira naquilo que afirma, conveniente naquilo que prescreve, útil em função das circunstâncias [em que se encontra]."[7]

Alberca[8] sugere que ao ler diários convém não ignorar algumas de suas particularidades ou dificuldades de leitura para não chegar a conclusões errôneas: a) são discursos descontextualizados sobre o eu; b) se estendem sobre sentimentos, reações, sobre as conseqüências, omitindo freqüentemente suas causas; c) são monotemáticos, "omitem [...] tudo o que não tem que aparecer, para focalizar e iluminar o centro de suas preocupações"; d) apresentam banalidades: relações de feitos e dados que cifram ou escondem "verdadeiros interesses sem dar pistas aos demais", também apresentam elementos e pequenas recordações que evocam diretamente o que não se denomina nem se quer denominar.

Pautada nas orientações prescritas por Alberca, bem como no papel dos *hypomnemata* explicado por Foucault, observo nas agendas de uma amiga de infância a materialidade do suporte, os elementos de recordação que são mantidos, a regularidade no tempo investido para escrever, o domínio da escrita propriamente dita, e as manifestações descritas especialmente na data de seu aniversário, dados que contribuem para análise de uma materialidade e para um estudo sobre a constituição de si.

1992 – 15 anos - Inicia sua "prática diarística", possuir e manter uma agenda era sinal de que não se era mais criança. A agenda deste ano é parte da coleção da grife carioca "bee Brasil", muito admirada (e cobiçada) pelas garotas neste ano. Como cita Ramos[9] "o desejo que antecede esse [...] exercício de escrita, de certo modo narcísico e metalingüístico, manifesta-se em um peculiar espaço textual e é o mesmo que motiva as garotas a consumir jeans, camisetas, tops, tênis e mochilas, que explicitam o status, perante o grupo social, no uso de certas grifes da moda."

Há vários elementos de recordação dispostos pela agenda, de guardanapos e embalagens de chicletes a cartões e ingressos. Nem sempre há a descrição do motivo daquele objeto estar onde foi colocado. "[...] esse nem tão obscuro objeto [a agenda] passa a ser extensão do corpo num ir e vir diário, em espaços públicos e privados, transformando-se num depósito de recados, adesivos, [...] palavras e frases multicores numa exposição de criatividade em torno de nomes e especificações aparentemente inúteis."[10] É o início do uso do jargão *bom pra colocar na agenda*.

Há uma regularidade "religiosamente" marcada no tempo investido para escrever. Todos os dias dessa agenda estão preenchidos. Parece que o fato de uma agenda ser um suporte com cada dia delimitado em uma página, há a "exigência" que a autora os preencha, mesmo que seja com uma frase, um pensamento, uma figura, um *hypomnemata*.

No início do ano, tanto a grafia quanto o conteúdo dos textos denotam simplicidade, uma redação sem sofisticação. Com o passar do tempo percebe-se uma mudança na grafia, na qualidade das ilustrações, nos códigos e na redação dos temas. Os textos ganham mais conteúdo, preenchem todo o corpo da página, embora as temáticas se mantenham: descrição do dia com sua respectiva qualificação, amigos e amigas, escola, rapazes, roupa, trabalhos em casa, família.

No dia de seu aniversário de 15 anos, ela não descreve em nenhum momento sua sensação de estar completando esta determinada idade, ou um comentário sobre si mesma. Ela traduziu esse momento como uma idade de deixar a "pureza". Para a festa, convidou as amigas a se travestirem de prostitutas enquanto ela se vestiu de "santa". Na agenda, a descrição limita-se a quem veio e quais presentes ganhou.

Os *hypomnemata* são inúmeros nessa agenda. Muitos deles são referentes à amizade, ao sexo e à vida, mas nesta agenda a autora os usa na maioria das vezes como citação. São raras as páginas que não apresentam *hypomnemata*, eis alguns exemplos:

> Amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito... (Milton Nascimento) (03/04/92)
> A vida é aquilo que acontece enquanto você fica aí fazendo planos. (John Lenon) (20/02/92)
> Nunca penso no futuro. Ele chega depressa demais. (Einstein) (18/03/92)

Peregrinar pelas páginas do diário de uma adolescente de quinze anos é como percorrer uma imensidão de sentimentos que ora emergem como uma explosão, ora aparecem escondidos em meias palavras. É também andar por um suporte com mudanças gradativas, mudanças de um traçado na escrita, mudanças de um uso do espaço, mudanças sutis compondo a constituição de si...

***1995 – 18* anos** - Semelhante ao ano descrito anteriormente, opta mais uma vez por uma agenda de marca importante no meio jovem, a grife Benetton. Suas páginas têm uma dimensão maior. Na capa dessa agenda ela faz interferências pessoais, colando figuras e um verso de uma canção de Cazuza que diz "E por você eu largo tudo, carreira, dinheiro, canudo...". Também encapa a agenda no intuito de assegurar sua durabilidade.

Essa agenda foi adquirida depois do início do ano, mas todos os dias anteriores à compra estão minuciosamente preenchidos e ilustrados, como se os acontecimentos desses dias estivessem escritos em outro lugar "aguardando" sua inserção no espaço gráfico "adequado".

Esta agenda está igualmente repleta de elementos de recordação. Como afirma Perrot[11], *mil nadas* povoam as páginas desse suporte, ou, como nas palavras de Bosi[12], a agenda está repleta de *objetos biográficos* que ilustram e contam sua(s) história(s), são objetos que "se envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida. Representam uma experiência de vida e uma aventura vivida do dono."

O hábito de "diarista"[13] mantém-se disciplinarmente, são raros os dias sem comentários. Continua descrevendo os dias, o que aconteceu, quem viu, o que leu, o que assistiu na TV, o que fez em casa, no trabalho, no cursinho. Não segue um roteiro nessas descrições, embora reapareçam sempre que há algo novo nessas temáticas que chama sua atenção.

Mas, diferente da agenda observada anteriormente, nesta a autora já discute, disserta, sobre os fatos que se apresentam em sua vida, suas leituras, suas observações acerca de filmes, de fatos que fazem notícia. A autora expressa mais vezes sua opinião

sobre o vivido, o lido, feito. A construção de si torna-se mais visível, menos enigmática, revela-se o papel dos *hypomnemata*.

No final do ano, num aparente exercício para entender algumas faltas na agenda, comenta: *Faz quatro dias que não escrevo na agenda. Quando quero fugir de mim mesmo ou parar de pensar acho que faço isso. (12/12/95).* O fato de não ter escrito algumas vezes é descrito pela autora como uma indicação de fuga de si mesma, como um parar de pensar. Essa observação torna-se um exemplo ímpar de "função" da escrita pessoal. Numa tentativa de descrição de si própria, a autora considera as palavras um *refúgio de si*[14]. Refugiar-se na escrita pessoal implica em pensar, pensar o próprio eu, descrever-se, subjetivar-se. Negá-la implicaria em "fugir-se".

Na descrição de seu aniversário de 18 anos há uma figura da Estátua da Liberdade ilustrando o dia tão esperado pelo adolescente brasileiro. Continua descrevendo o que fez no dia e os presentes que ganhou, mas já escreve o que outros pensam dela e o que ela pensa sobre isso. A letra já tem um traçado bem diferente das inscrições feitas na agenda de 1992. Algumas passagens desse dia quase não podem ser lidas, ora pelo tamanho da letra, ora por interferências das ilustrações.

Um recorte de revista colado no mesmo dia (12/10/1995) enuncia um significado de completar de 18 anos. Um *hypomnemata* ao qual provavelmente atribui concordância: *18 anos. Que data bonita! Fazer 18 anos dá a sensação de começar uma nova fase: mais madura, mais equilibrada. O desafio do novo enche a gente de disposição, de curiosidade, de saudável espírito criativo.*

Páginas e páginas se sucedem com descrições minuciosas dos dias que se passam. Sua escrita pessoal ganha nuances mais nítidas, constatações sobre si e sua vida são traçadas com mais clareza.

1997 – 20 anos - O suporte continua sendo de grife – Fórum. Tem um tamanho pequeno, a configuração das folhas é bem menor que da agenda de 1995 A capa preta, limpa, encapada com plástico transparente para garantir o fôlego de um novo ano, mas sem adereços, parece demonstrar menos tempo dedicado à agenda. No entanto, recortes de

anjos e de diabinhos ilustram uma das contracapas. Harmonicamente dispostos ao redor do dizer que foi cuidadosamente recortado e colado, definindo o espaço: *AGENDA - ATITUDE, IDÉIAS E MAU COMPORTAMENTO*.

No canto da página, quase como a assinatura de um artista que nomeia sua obra, encontra-se uma pequena foto do rosto da autora. Diferente da atitude encontrada nas outras agendas, nessa ela se mostra. Apresenta várias vezes sua figura própria, muitas fotos de si mesma anunciam que aquilo é mesmo uma construção de si: um sujeito de corpo e subjetividade.

Os elementos de recordação já não são muitos, se resumem mais em cartões, e-mails impressos e colados, bilhetes e fotos. A agenda não chega a "se deformar" com a quantidade de objetos como acontecia anteriormente. Os detalhes artísticos continuam presentes, embora em menor número, são agora mais elaborados e contextualizados. A presença de *hypomnemata* também fica clara acompanhando os relatos.

Começa a apresentar menor regularidade no tempo investido para escrever. Há dias, quase meses, seguidos sem nenhuma inscrição, de repente a autora parece tomada por um ímpeto e mais uma vez os dias se enchem. Seria o início do uso da Internet um dos fatores para diminuir a regularidade da escrita na agenda? Ou o início de um namoro mais sério? Não se pode deixar de perceber a presença de alguns e-mails recortados e colados na agenda, o que denota o uso deste meio pela autora. Alberca[15], no estudo de um caso de diário pessoal, aponta a falta do domínio de linguagem, ou de disciplina para escrever, para justificar a pouca regularidade no tempo de escrita de um determinado diário. Diferente deste caso, no qual a autora tem um domínio bastante grande da linguagem e já mantinha um hábito disciplinar de "diarista". Fica a questão em aberto do motivo da diminuição da regularidade que mantivera outrora.

A escrita tem menos detalhes, apresenta-se de forma mais reduzida, sucinta, mas não deixa de contar tudo o que aconteceu no decorrer do dia. Ao contrário, os registros contemplam todos os períodos. A temática se mantém: descrição do dia, encontros, saídas com amigos, estudo, família, filmes.

Quando completa 20 anos, reflete sobre si, sobre o envelhecer. A rotina do dia continua ali, mas diferente dos outros aniversários observados onde ela só comentava a parte da festa, dos presentes e dos convidados. Tem-se a impressão que comemorar essa data deixou de ser um evento à parte, integrando-se a paisagem do dia.

Responsabilidades diferentes aparecem registradas na agenda de 1997. Novos espaços de lazer, novo ambiente de estudo, nova moradia. Novas relações, novos medos. O cenário é outro, a personagem algumas vezes também. Mas o ser que habita as poucas páginas desse diário de 1997 carrega consigo imagens e construções gentilmente desenhadas e arquitetadas nos suportes que o antecederam. Uma menina que se escreveu, uma mulher que se escreve, se mostra, se diz.

Considerações Finais

A leitura e análise de diários íntimos não devem ser concluídas como definitivas. Diários são como determinadas pessoas vivem o seu cotidiano, uma crônica do dia-a-dia, da rotina, dos escassos acontecimentos que a alteram, mas isso não quer dizer que sua informação seja histórica, nem completa. Porque diários são escritas auto-representativas e há um encaixe social contraditório: uma prática pessoal com medo da opinião externa.[16]

Análises de escritas pessoais ultrapassam o campo da curiosidade pela vida alheia, da nostalgia e do folclórico, encaminhando-se para campos de estudos sociológicos, psicológicos, históricos e literários. “Penetrar” nas memórias de outrem, observar seu conteúdo e forma, desvendar o mundo de um diário pessoal implica em ver seu autor por dentro, em ler sua constituição, suas formas de subjetivação. Em ler as palavras sutilmente escolhidas para constituir-se.

Dos diários observados, muitas outras análises poderiam ser feitas além do estudo do suporte e da constituição de si. Enfim, ter diários pessoais em mãos é como ter fonte preciosa de pesquisa e estudo. Mas faz-se necessário problematizá-los, desviando-os do caráter de informalidade, imprecisão e romantismo.

Para concluir, acredito que nada seria mais revelador e oportuno que as próprias palavras da autora das agendas aqui analisadas. Escreveu em seu diário de 1997, na outra contracapa, uma reflexão sobre a prática de escrever sobre si:

> Porque anotar os acontecimentos da vida em um pequeno caderno? Gastar tempo recortando e colando gravuras que achou bonito, interessante e gostaria de guardar em algum cantinho especial? Por que correr o risco de ter os sentimentos mais puros e outros tão sujos expostos a um curioso que burlou a lei de confidencial? Por que escrever o que sente nas horas mais tristes, a dor da traição, a insegurança que acomete todos os jovens, os temores, as angústias? E por que registrar o primeiro gole de Tequila, um beijo ardente, um amigo novo na Internet, aquela força recebida de uma amiga, um bilhetinho "estamos com saudades" que ganhou da família? Eu pergunto: **E por que não?!!** Cada época da vida temos um modo diferente de pensar, cada dia que nasce traz junto um novo momento. Sendo triste ou não, merece ser registrado nesse grande livro que é nossa surpreendente vida. (13/07/1997 – grifos dela).

Aberca[17], quando conclui seu texto sobre diários pessoais, revela o seguinte: "...me desejaria tê-los despertado a curiosidade por estes textos." Faço minhas suas preciosas palavras...

---

[1] UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina – Mestrado em Educação e Cultura. Bolsista do Programa de Monitoria em Pós-Graduação. Orientação: Professora Dra. Maria Teresa Santos Cunha.
[2] ALBERCA, Manuel. Tres calas em los diarios de las adolescentes. In: _____. *La escritura invisible. Testimonios sobre el diario intimo*. Madrid: Sendoa Editorial, 2000. p.153-186. p.156.
[3] CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários íntimos de professoras: letras que duram. In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C., CUNHA, M. T. S. (orgs.) *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p.159-180. p.159
[4] FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor*. 4.ed. Veja/Passagens: Porto, 2000. p. 129-160. p.152
[5] Ibid., p.135.
[6] Ibid., p.146.
[7] Ibid., p.141.
[8] ALBERCA, op. cit., p.166.
[9] RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Querido diário: agenda é mais moderno. In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C., CUNHA, M. T. S. (orgs.) *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p.191- 201. p.193.
[10] Idem.
[11] PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, 1989. p. 09-18. p.13
[12] BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.26.
[13] O termo "diarista" é de origem espanhola e define aquele que escreve em diários, termo utilizado por Manuel Alberca, op. cit.
[14] Termo usado baseando-se no título da obra "Refúgios do eu", op. cit.
[15] ALBERCA, op. cit., p.167.
[16] Ibid., p.186.
[17] Idem.

Proibido ultrapassar à esquerda

Mariarosaria Fabris – USP

Herdeira direta das manifestações estudantis que explodiram na Europa e no mundo em 1968, a esquerda extraparlamentar italiana teve sua representação mais expressiva nas Br (sigla de *Brigate Rosse*, ou seja, Brigadas Vermelhas), que dominaram o cenário político do país nos anos 70. A trajetória das Br – que culminou, em 1978, no seqüestro de Aldo Moro, como recusa extrema do *compromisso histórico* – foi focalizada por alguns diretores italianos em obras realizadas ainda no calor da hora, dentre as quais *Colpire al cuore* (1982), de Gianni Amelio, ou posteriormente – como *Buongiorno, notte* (*Bom dia, noite*, 2003), de Marco Bellocchio, e *La meglio gioventù* (*O melhor da juventude*, 2003), de Marco Tullio Giordana –, a partir de pontos de vista tão variados, que ajudam a refletir sobre os rumos tomados pela atual sociedade italiana.

La meglio gioventù acompanha a história da família Carati, de 1966 ao início do novo século, concentrando-se na trajetória de dois irmãos: Matteo, que seguirá para o niilismo – não presta os exames na faculdade; renuncia a envolver-se com Giorgia, uma jovem esquizofrênica que salva do tratamento de choque; depois de servir o exército, entra para a polícia; fecha-se na incapacidade de manifestar seus sentimentos pelos familiares e por Mirella, a qual, depois de seu suicídio, dá à luz a um menino – e Nicola, o qual, tendo colaborado com o irmão na evasão de Giorgia, torna-se psiquiatra e engaja-se na luta antimanicomial, ajudando a garota a inserir-se de novo na sociedade. Enquanto isso, casa-se com Giulia, e depois da opção desta pelo radicalismo político, cria sozinho a filha, até que seu caminho se cruza com o de Mirella. Personagens emblemáticos são também Carlo, o amigo economista, que se torna cunhado dos dois irmãos e presidente da *Banca d'Italia*, e Vitale, o companheiro metalúrgico, que Nicola conhece quando estuda em Turim.

Ao narrar uma saga familiar, Giordana lança um olhar ao mesmo tempo sentimental e político sobre acontecimentos cruciais das últimas quatro décadas na Itália, o que dá ao filme uma enorme força dramática, mas acaba implicando numa redução da História só à dimensão do cotidiano. Giorgia, antes de ser apenas um eco da experiência de Franco Basaglia, poderia ter sido o símbolo da cisão esquizofrênica do país naquele período. Além disso, um paralelo entre ela e Giulia teria permitido uma reflexão sobre a condição da mulher naqueles tempos de feminismo, que o filme ignora. Ambas viveram um período de dissociação social, ficaram reclusas, cicatrizaram suas feridas, voltaram a aprender a andar com as próprias pernas. Se a antipsiquiatria lançou novas luzes sobre a loucura, choca o fato de Nicola sentir-se tocado pela dor de Giorgia, mas ser incapaz de compreender o mal de viver do irmão e a insatisfação existencial de Giulia. Ao mesmo tempo em que se bate para soltar Giorgia do confinamento repressivo dos manicômios, denuncia Giulia, sendo responsável por sua reclusão nas cadeias de segurança máxima, onde os prisioneiros políticos se tornavam *invisíveis* para a sociedade e o equilíbrio psíquico podia ser afetado pelas condições freqüentemente inumanas que lhes eram reservadas.

O próprio diretor admitiu que nunca esteve em simbiose com aqueles anos e isso em *La meglio gioventù* fica evidente no tratamento dado às Brigadas Vermelhas e à contestação em geral. As Br entram na vida de Nicola, quando Giulia realiza uma reunião em sua casa, depois da qual abandona marido e filha para cair na clandestinidade. No filme, entretanto, haviam surgido antes, num panfleto que, de repente, o psiquiatra encontra no tribunal onde está ajudando seus pacientes a testemunharem contra os maus-tratos recebidos durante a internação. A representação dos brigadistas é caricatural, sua ação descontextualizada, sem nenhuma ligação com acontecimentos que a antecederam e que poderiam explicá-la. No entanto, se a saga familiar engendrada por Giordana aspirava a ser também um painel histórico, não se

explica a omissão das causas que levaram à ruptura da extrema esquerda com o PCI, ou seja, aquela insatisfação crescente, que os jovens herdam de ex-combatentes da Resistência, pela renúncia do partido à revolução a fim de garantir sua participação no novo governo que se constituiu no pós-guerra. Tampouco se explica o silêncio sobre o terrorismo de direita. As lutas reivindicatórias, também, parecem não ter muita importância dentro do filme. As demissões em massa que atingem os trabalhadores das indústrias são vistas pela óptica de Carlo como uma mera questão de adequação de custos, e permitem a Vitale transformar-se num pequeno empresário da construção civil, beneficiando-se da derrota de sua categoria. Os estudantes são representados como meio irresponsáveis e, num confronto destes com a polícia, o filme toma o partido dos policiais. Nesse ponto, *La meglio gioventù* revela uma filiação pasoliniana, detectável, aliás, já no próprio título, tirado de uma coletânea de poesias do escritor bolonhês, o qual, em várias ocasiões, havia externado sua opinião contra as manifestações estudantis. Segundo Pier Paolo Pasolini, incapazes de entenderem o novo rumo histórico do capitalismo, que levará, em 1973, o Partido Comunista Italiano a propor à Democracia Cristã um governo de coalizão (o chamado *compromisso histórico*), o que os jovens propugnavam nada mais era do que uma guerra intestina, da burguesia contra si mesma, o que frustrava a luta de classe. Por isso, no poema dedicado a um emblemático momento de confronto entre os estudantes e as forças da ordem em Roma (*Il PCI ai giovani!*), o escritor se posicionava do lado dos policiais.

Ao limitar a importância desses anos de contestação generalizada, ao omitir que o ideário das esquerdas não respondia mais aos anseios de “revolução”, ao apresentar uma visão quase demonizada do radicalismo político, o filme de Giordana não só não aprofunda sua crítica à contestação e ao terrorismo, mas, além de não render justiça à História, acaba adotando o discurso do poder. É significativa a marcha progressiva de Nicola rumo ao individualismo, o que leva ao apaziguamento pessoal e ao bem-estar

como conquistas últimas – numa escancarada afirmação dos valores familiares pequeno-burgueses – e a simplesmente ignorar os problemas que batem à porta da sociedade italiana na virada do milênio.

Se, em *La meglio gioventù*, o partido tomado não é decerto favorável aos que aspiraram modificar as estruturas sociais fora dos parâmetros oficiais, não é muito diferente o que acontece em *Buongiorno, notte*, que se caracteriza pela ambigüidade de seu discurso. O filme vai se concentrar no caso Moro, em que as Br saem vitoriosas do ponto de vista militar, mas derrotadas do ponto de vista político, porque esse acontecimento representou um momento de grande ruptura entre a luta armada e a opinião pública. Ao promoverem uma série de atentados cada vez mais audazes, contra os que consideravam seus inimigos naturais – representantes do capitalismo ou do estado burguês – os terroristas estavam tentando forçar uma situação política que obrigasse cada cidadão e as forças sociais a tomarem um partido: ou contra ou a favor. Ao "levar o ataque ao coração do Estado", pretendiam gerar uma espiral de violência que desembocaria na guerra civil e favoreceria a tomada do poder. O seqüestro de Aldo Moro revelou-se um projeto ambicioso e, em certa medida, delirante, uma vez que o descolamento das massas populares estava se tornando cada dia mais evidente, e será instrumentalizado pela classe política italiana, cujo objetivo foi antes o de criar um espaço de manobra entre a DC e o PCI, do que propriamente abrir um canal de comunicação com os brigadistas. A intransigência das forças políticas condena ao fracasso as negociações, mediadas pela Igreja Católica, para a troca do líder da Democracia Cristã por treze terroristas ou pelo reconhecimento político das Br, pois isso significaria uma renúncia às prerrogativas constitucionais por parte do Estado italiano.

Bellocchio, ao recriar essa página da História na tela, opta por concentrar-se praticamente no local do cativeiro. O apartamento que aprisiona o seqüestrado aprisiona também os seqüestradores, e isso contribui para dar a idéia de impasse do

país mergulhado na longa noite do terrorismo. Única personagem a ser acompanhada fora do apartamento é Chiara, através da qual se abre uma brecha na clausura física e psíquica dentro da qual todos os outros brigadistas estão enredados. É Chiara, por sua atividade onírica, quem revela a inadequação entre a realidade exterior e a experiência subjetiva. Em seus sonhos retrospectivos ou prospectivos desfilam imagens já consagradas do triunfo socialista na União Soviética, da repressão à Resistência e de Aldo Moro fora do cativeiro. As imagens do comunismo tanto podem ser lidas como uma projeção da aspiração a uma nova vanguarda revolucionária em oposição a um PCI acomodado e burguês, quanto permitem estabelecer o elo histórico entre a luta pela Libertação e as Br, sobretudo se associadas à seqüência da reunião anual para a homenagem fúnebre ao pai da moça, um ex-*partisan* de esquerda. Ao surgirem encadeadas à leitura da mensagem de despedida de Moro a seus familiares, num tom idêntico ao das cartas dos condenados à morte pelos nazifascistas, as imagens do sacrifício desses guerrilheiros induzem a estabelecer uma linha de continuidade entre aquele regime e os brigadistas, vistos como os promotores de uma nova ordem totalitária, mas poderiam também levar à hipótese de uma identificação entre Aldo Moro e o pai, por parte da garota, o que ajudaria a entender seu desejo de poupar-lhe a vida. A identificação de Moro com uma figura paterna poderia significar que, no plano ideológico, o Estado está substituindo o Partido Comunista no papel de Grande Pai, um pai com quem se reconciliar e não mais contra o qual se rebelar. No entanto, ao contrapor o bom senso do líder da DC à ideologia cega de seus carcereiros, Marco Bellocchio acaba criando um desequilíbrio: para ele, Aldo Moro é um ser humano e não o símbolo do ataque ao projeto de unidade política nacional; os brigadistas, ao contrário, são apresentados como um signo cujo referente não são homens, mas um ideário abstrato. Dessa forma, a mensagem ideológica do filme é ambígua e ele pode ser lido como uma obra tanto de esquerda, quanto de direita.

É Chiara, ainda, quem traz o eco da opinião pública para dentro do apartamento. Esse coro plural – porque nele ressoam frases de apoio e de condenação à luta armada –, entretanto, é abafado pela voz da televisão, cuja onipresença é tão marcante que parece ser a única janela aberta para o mundo. Valendo-se de imagens de arquivo, o diretor volta a propor "ao vivo" uma realidade passada, relegada ao esquecimento. Essa invasão da televisão no cotidiano também é problemática, porque cristaliza uma visão oficial, unívoca (nela só desfilam e se expressam os máximos expoentes políticos), quando, passado um quarto de século, poderia se abrir um espaço a interpretações outras. Por mais que as imagens televisivas possam constituir um réquiem tanto para a classe política italiana quanto para as Br, a presença constante da emissora estatal e a representação de um Aldo Moro fragilizado, mas lúcido, acabam simbolizando a razão do estado de direito em choque frontal com o delírio de quem acredita no uso da violência para a afirmação de suas idéias, suas utopias, seus sonhos. Mais uma vez, a mensagem ideológica se torna ambivalente.

A ambigüidade caracteriza também *Colpire al cuore*, no sentido que ela permeia as relações entre os protagonistas e o comportamento que adotam diante do terrorismo. Dario, um professor universitário, e Emilio, seu filho adolescente, estão passando um fim de semana na casa da avó paterna no campo. Sandro Ferrari, um ex-aluno de Dario, os alcança com sua mulher Giulia e um bebê de alguns meses. A partir de uma foto encontrada por Sandro, o filho descobre que o pai, quando tinha sua idade, esteve envolvido na caça "aos espiões, aos fascistas, aos traidores" no pós-guerra. Enquanto os outros se divertem no jardim, o garoto, de uma janela, os fotografa com uma teleobjetiva. Uma noite, em Milão, Emilio se depara com Sandro morto na rua: pelo telejornal, descobre que este pertencia às Br e entrega à polícia as fotos que tirou. O pai, chamado a depor, não recrimina o filho; apenas lhe lembra que, quando criança, ele havia dedurado um coleguinha. Embora entenda o sentido de dever de Emilio, o

professor lhe diz que ele não iria à polícia, porque isso é contra suas idéias. Um dia, na saída do metrô, o garoto vê Giulia e a segue até o conjunto habitacional onde ela se esconde da polícia. Conversando com o pai, este procura mostrar indiferença pelo fato de a moça estar sendo procurada. Emilio volta ao conjunto habitacional com sua máquina fotográfica, segue Giulia até a universidade e descobre que ela se encontra com Dario. Depois de espreitar por entre as grades do cemitério o enterro de Sandro, o garoto desaparece, mas antes deixa, no meio da papelada do pai, uma foto em que este aparece ao lado de Giulia. Dario sai em busca do filho e os dois se reconciliam depois de uma conversa longa e tumultuada, na qual o professor percebe que talvez errou em não exercer de forma mais convencional sua autoridade paterna. Na manhã seguinte, Dario vai procurar Giulia para ajudá-la a fugir, mas os dois são apanhados pela polícia, graças à colaboração de Emilio, que impassível, assiste a tudo de longe.

Colpire al cuore faz da relação pai-filho o tema central de sua indagação sobre aqueles anos de contestação generalizada; os papéis, no entanto, não são fixos. Sandro poderia ser para Emilio uma projeção do que foi seu pai quando garoto ou poderia ser o filho ideal de Dario, o que permitiria estabelecer a ligação entre o período da Resistência e o do partido armado. Dario, por sua vez, poderia ser o filho do sisudo Emilio, que critica no pai sua ingenuidade. Essa troca constante de papéis – assim como a não-definição da relação entre os protagonistas (há sempre algo de não explicitado) – reflete a impossibilidade de uma focalização unívoca de uma questão escorregadia. Mais do que falar do terrorismo, Amelio está interessado em captar as reações de quem o vivenciou, em registrar a capacidade ou a incapacidade de compreender um fenômeno, que, quando da realização do filme, ainda estava abalando a sociedade italiana. A adoção de um ponto de vista múltiplo já é anunciada na seqüência inicial de *Colpire al cuore*, com pai e filho lembrando da brincadeira dos anagramas, quando Dario ensinava a Emilio a decompor uma palavra e, ao recompô-la,

dar-lhe um sentido completo. E a "verdade" de cada um no filme é como a brincadeira dos anagramas, porque a realidade pode ser observada de vários ângulos e fazer sempre sentido. Só que, para entender uma realidade tão complexa é preciso vivenciá-la, ninguém pode permanecer como mero espectador ou tentar captá-la de longe, como faz Emilio com sua teleobjetiva. Por isso o pai reprova no filho a atitude voyeurística e policialesca que este adota em relação a seus encontros com Giulia: "Não é a verdade [...] o que se vê pelo buraco da fechadura. Pelo buraco da fechadura, todos parecemos ladrões, todos parecemos assassinos. E isso não é verdade, não somos todos assim...".

No entanto, vai ser exatamente pelo um buraco de um tijolo de vidro que a câmera irá introduzir a prisão de Giulia e Dario. O mesmo buraco pelo qual Emilio havia ficado espiando a moça sair de casa para se encontrar com seu pai na universidade, depois de ele mesmo ter sido espiado pela câmera, que, dessa forma, faz dele um culpado também. É com essa imagem emblemática que Gianni Amelio termina seu filme. Embora tenha dado uma visão oblíqua do terrorismo e tenha se isentado de tomar um partido, o cineasta não deixou de colocar sua postura ética.

Apesar da profunda reflexão moral proposta por Amelio, o terrorismo ainda é um trauma à espera de uma reação adequada por parte da sociedade italiana para poder ser superado. Isso talvez explique o final escolhido por Bellocchio para *Buongiorno, notte*. À noite, durante o sono, o inconsciente se libera, as aspirações podem se realizar, por isso, enquanto os companheiros saem com o refém para sua execução, Chiara prefere imaginar que ele esteja saindo para a luz do dia. Libertar Aldo Moro das garras da morte pode ter sido o convite do diretor à sociedade italiana para deixar para trás a longa noite do terrorismo. Pena que para essa celebração da vida não tenham sido convidados também aqueles que um dia tentaram buscar mais à esquerda, não importa se de maneira certa ou errada, uma solução para as contradições sociais de um país, que hoje, enterradas as ideologias, parece não ter mais utopias a perseguir.

A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política

Marieta de Moraes Ferreira

(IFCS/UFRJ – CPDOC/FGV)

Passados 30 anos, a fusão da Guanabara com o Estado do Rio emerge como um tema polêmico. Se é verdade que o tema sempre foi alvo de controvérsias e debates, é preciso dizer que tornou-se também em alguns momentos da história um tema tabu. Para muitos, era melhor não lembrar o assunto, fingir que ele não existiu. Prova disso é que o 25º aniversário da constituição do atual estado do Rio de Janeiro, no ano 2000, transcorreu em meio a um grande silêncio. Alguns poucos pesquisadores acadêmicos procuraram trazer o tema para o debate, mas a mídia e grande parte das autoridades do estado preferiram calar-se (1).

Neste ano de 2005 os debates foram intensos e o movimento pela desfusão recebeu ampla cobertura da mídia. A tendência mais comum é atribuir à fusão todos os males da cidade e do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, com o que se elimina qualquer responsabilidade dos governantes pelas dificuldades, fraquezas e crises da administração local. Esse diagnóstico é mais contundente entre aqueles radicados na cidade do Rio de Janeiro, e está ligado à crença em uma "idade de ouro" situada na época do Rio-Distrito Federal ou do Rio-Guanabara (2). A única maneira de recuperar esse passado glorioso seria assim a "desfusão", proposta que em toda conjuntura eleitoral é levantada como solução para todos os problemas.

O projeto da fusão e suas diferentes interpretações

Desde a década de 1970, tanto no senso comum quanto entre os políticos de oposição ao regime militar, consolidou-se a interpretação segundo a qual a fusão teria como objetivo maior domesticar a seção carioca do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Num quadro de bipartidarismo, em que o MDB representava a oposição possível, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) representava o governo, o estado da

Guanabara vinha assistindo à ascensão de Chagas Freitas e de seus seguidores emedebistas. Chagas Freitas controlava não só o Executivo estadual, já que em 1970 fora eleito pelo voto indireto governador da Guanabara, mas também a bancada do MDB na Assembléia Legislativa e mais da metade dos representantes cariocas na Câmara dos Deputados. Aproximavam-se as eleições de novembro de 1974, e o governo federal antevia a vitória do MDB em termos nacionais. Sendo a Guanabara o único estado da Federação governado pela oposição, era preciso diluir a força eleitoral do partido de oposição. A fusão com o Estado do Rio, governado pela Arena, seria certamente o caminho mais seguro para se alcançar esse resultado. Com a junção das bancadas carioca e fluminense, além de se diluir o peso do MDB da Guanabara, se estimularia uma cisão interna no partido, na medida em que dois importantes caciques emedebistas seriam forçados a dividir a liderança: Chagas Freitas, o "dono" do MDB carioca, e Amaral Peixoto, o velho "Comandante" da política do Estado do Rio. Diferentes depoimentos colhidos pelo CPDOC expressam essa visão.

Se é possível detectar tantas vozes críticas à fusão, também merecem ser mencionados os argumentos favoráveis, oriundos tanto de representantes da esfera federal quanto de lideranças locais. Ronaldo Costa Couto, secretário de Planejamento do governo Faria Lima (1975-1979), em seu depoimento afirma: "*Encontramos uma situação difícil tanto na Guanabara como no Estado do Rio; ambos enfrentavam graves dificuldades financeiras. É falso dizer que a Guanabara era rica. Havia muitos mitos sobre o Rio naquele tempo, e isso só atrapalhava. A verdade verdadeira é que, mesmo sendo capital, até o início dos anos 1960 faltava água e luz no Rio"*

Também na visão das elites empresariais cariocas a fusão era uma alternativa desejável. A idéia de um Rio de Janeiro unificado, capaz de abrigar um desenvolvimento industrial que, a partir da Guanabara, se derramaria para todo o estado, sempre teve o apoio do empresariado que várias vezes se pronunciou favoravelmente à fusão.

As interpretações da fusão mencionadas acima traduzem visões diferentes: para uns, tratava-se de um problema político-partidário, ou seja, de uma ofensiva contra o MDB; para outros, de uma medida destinada a resolver problemas técnico-econômicos e destituída de qualquer conotação política. Vejamos onde levam tais linhas de pensamento (3).

Revendo a interpretação político-partidária

Em primeiro lugar, Chagas Freitas foi eleito governador da Guanabara em 1970, no auge do endurecimento do regime, com o patrocínio militar. Embora pertencesse ao MDB, não só não se envolvia em enfrentamentos com a ditadura, como tinha um ótimo relacionamento com o meio militar. Por outro lado, o desenrolar do processo de fusão mostrou que o regime militar não atuou de forma a enfraquecer o MDB carioca. Diferentemente do esperado, a Arena carioca e seu principal líder engajado na fusão, o deputado Célio Borja, ficaram totalmente marginalizados na construção do novo estado

A documentação do Arquivo Geisel que nos permite traçar um quadro mais claro dos problemas políticos enfrentados no encaminhamento da fusão é a proveniente do SNI, que informa sobre as posições da Arena fluminense e da Guanabara. Uma das preocupações apresentadas pelos relatórios do SNI diz respeito à composição da Assembléia Legislativa que resultaria da fusão entre Guanabara e Estado do Rio, pois se apontava que dificilmente os arenistas obteriam a maioria.

O que é importante destacar é que tanto os relatórios do SNI quanto os despachos do ministro Armando Falcão mostram que o governo tinha clareza dos problemas que a fusão traria para as eleições de 1974. Contrariamente ao que se costuma afirmar, ou seja, que a fusão foi feita para derrotar o MDB, a fusão acabou por derrotar a Arena e fortalecer o MDB, que a partir de então passaria a controlar não só a cidade do Rio, mas também o novo estado do Rio de Janeiro.

Avaliando a visão geopolítica e a questão da identidade

Se as teses que interpretam a fusão como decorrente de interesses eleitorais e partidários – isto é, do desejo de domesticar o MDB no Rio de Janeiro – não têm sustentação, como explicar o projeto da fusão? Qual a sua origem e qual o seu significado no contexto do governo Geisel?

Como se sabe, a idéia de unir a cidade e o estado do Rio de Janeiro não era nova. Associada à da transferência da capital federal, e contraposta à da transformação da cidade em estado, povoava havia muito os debates políticos no país. No final da década de 1950, quando a transferência da capital federal se tornou iminente, a proposta de incorporação ganhou novo fôlego. A Constituição de 1946, então em vigor, previa a transformação do até então Distrito Federal em estado. Porém, lideranças cariocas, temerosas de que a nova unidade a ser criada fosse mantida sob a tutela do governo federal – frustrando assim um antigo anseio de autonomia, que parecia prestes a ser realizado graças à aprovação em 1956 de uma emenda que conferia à cidade do Rio de Janeiro o direito de eleger seu prefeito em 1960 –, relançaram a idéia de incorporar a cidade ao Estado do Rio. Se sua motivação era política, sua argumentação era de outra ordem: baseava-se na exigüidade do espaço físico do Distrito Federal, na existência de ligações profundas entre a cidade e o Estado do Rio e no desejo de, com a incorporação, criar um estado econômica e politicamente poderoso.

O debate sobre o destino da cidade do Rio de Janeiro, que então se iniciou na imprensa e se prolongou no Congresso, dividiu representantes cariocas e fluminenses de diferentes partidos, de tal forma que não se pode falar em coesão regional ou partidária daqueles que eram favoráveis ou contrários à fusão, e nem mesmo em inflexibilidade de posições.

Quando a idéia da fusão foi retomada no governo Geisel, 14 anos depois, as lideranças locais que a defenderam mantiveram algumas das justificativas básicas

invocadas nos anos 1950, sublinhando o caráter eminentemente técnico da medida, que iria favorecer o desenvolvimento da região. A diferença é que aqueles que então defenderam a fusão não foram seus proponentes. A proposta partiu do Poder Executivo, chefiado por um presidente militar, que certamente não recusou apoios, mas não se preocupou em ouvir outras opiniões(4).

Se a fusão atendia aos anseios locais de desenvolvimento, o que se pode perceber é que, na versão oficial do governo, a medida foi justificada com argumentos geoeconômicos, como um meio de criar um estado forte, tanto do ponto de vista político quanto econômico, para dar maior equilíbrio à Federação.

Assim, na visão do governo Geisel, a fusão não tinha qualquer ligação com a política partidária, e a reconstituição da antiga província fluminense transcendia os interesses das populações locais para atender aos interesses nacionais de desenvolvimento e equilíbrio federativo, porém não se pode dizer que não tenha havido uma dimensão política em tal projeto. Essa dimensão se torna clara quando se atenta para as preocupações das lideranças militares com a construção de uma nova identidade política para o novo estado do Rio de Janeiro, o que envolveu vários aspectos de ordem simbólica.

Nas preocupações do governo militar e, especialmente, nos rascunhos de preparação da lei da fusão guardados no Arquivo Geisel, podem-se detectar os investimentos políticos que foram feitos para reconstruir a genealogia da cidade e do Estado do Rio de maneira a forjar uma nova identidade para o estado que resultaria da fusão.

Setores empresariais cariocas também se engajaram nesse projeto de reelaboração da identidade regional. No dia 15 de março de 1975, o jornal *O Dia* publicava propaganda de inúmeras empresas destacando os pontos comuns entre os dois estados que se fundiam. Uma delas merece ser citada: *"Hoje a sesmaria do outro lado da baía, e a cidade*

edificada entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão, passam a ser de direito o que sempre foram de fato.... Carioca ou fluminense? Fluminense ou carioca? Não importa. Gente que sempre foi uma só, com os mesmos anseios, a mesma cultura, o mesmo ímpeto progressista. Parabéns Flucarioca! Parabéns carionense!" (Jornal *O DIA*, 15/ 03/1975) As idéias básicas deste texto são duas: uma origem e um passado longínquo comuns seriam capazes de diluir diferenças e soldar afinidades, e as qualidades e a grandeza do povo carioca e fluminense estariam comprometidas com a nação, acima dos interesses regionais.

Apesar desses esforços para recriar uma nova identidade para o Rio, essa não era uma tarefa simples. Uma das maiores dificuldades para o sucesso da fusão seriam as diferenças entre a cultura política do município do Rio de Janeiro e a do resto do estado. Capital do Império e da República, o Rio de Janeiro tinha construído sua identidade como espaço-síntese da nação e da nacionalidade. Mesmo com a transferência da capital federal, a Guanabara preservara a maior parte das funções de principal centro político do país. A perda desses atributos só iria ocorrer no início da década de 1970, acompanhada, como não podia deixar de ser, de um efetivo investimento em dotar Brasília, capital de direito, das atribuições de uma capital de fato.

A identidade política carioca seria um fator de resistência ao projeto político do governo federal, pois a perda da condição de cidade-estado foi sentida por parte da população como um "esvaziamento" da densidade política da cidade.De fato, verifica-se que a implementação da fusão estava associada a uma estratégia de diluição de uma identidade carioca ancorada num passado de capital do país.

Após 30 anos da fusão do Rio de Janeiro, podemos nos desprender das lutas do momento e perceber com clareza que setores da elite política e econômica carioca endossaram o projeto de Geisel e tiveram efetiva participação na sua implementação. A não concretização dos objetivos almejados – a obtenção de recursos do governo federal

para dinamizar a economia do novo estado (no que se refere às elites econômicas) e a ampliação do espaço político da Arena carioca (inviabilizada com a postura adotada por Faria Lima de não atender às demandas dos arenistas, garantindo as conquistas chaguistas pré-fusão) – gerou um grande desapontamento entre seus partidários, que procuraram então se desvincular completamente da iniciativa, passando a atribuir ao governo federal a responsabilidade exclusiva pela medida. O fato de não ter sido atingida a principal meta do projeto da fusão –criar um novo Estado do Rio como pólo econômico dinâmico e dotado de força política, capaz estabelecer um equilíbrio federativo diferenciado, e paralelamente construir uma nova identidade política e cultural para este ente – produz até hoje um sentimento de perda e insatisfação. A eterna busca de uma idade de ouro, localizada ora na época do Rio-capital, ora na época da cidade-estado, é o elemento indicador de laços identitários frágeis e de uma memória dividida, que marcam a trajetória das duas partes que compõem o atual estado do Rio de Janeiro(5).

Todo esse processo, sem dúvida, trouxe muitas dificuldades e desafios para o novo estado do Rio, no entanto a defesa da *desfusão* na atualidade não pode ser entendida apenas como a erupção de velhos problemas históricos, mas também como parte do jogo político do presente.Desta maneira, a proposta de recriação da Guanabara está longe de se constituir num projeto viável para garantir o desenvolvimento político e econômico da região.

NOTAS

1. SENTO-SÉ, João Trajano. Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa. In: *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

2.. Sobre a história política da cidade do Rio de Janeiro, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. Memória política e história do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

3. Para um histórico mais detalhado das principais teses sobre a fusão, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes & GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro (versão modificada de artigo publicado com o mesmo título em *Revista Brasileira de História*. *Espaço Plural.* São Paulo, vol. 14, n. 28, 1994).; . Org. MOTTA, Marly Silva da & SARMENTO, Carlos Eduardo. *A construção de um estado: a fusão em debate* Rio de Janeiro, FGV, 2001.

4. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. *O arquivo Geisel e os bastidores da fusão*. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

5. FREIRE, Américo & SARMENTO, Carlos Eduardo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969), *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 24, 1999.

Além das Sacristias: A Pastoral da Juventude em Florianópolis na década de 1980[i]

Marilane Machado[ii] - PPG-UFSC

O final da década de 1970 foi um período bastante marcante no Brasil por ter surgido um número expressivo de movimentos sociais, promovendo a participação social de uma significante parcela da população que, por outro meio, não teria sua voz ouvida pelo poder público. A década de 1980 inicia-se, portanto, num contexto de reivindicações e denúncias que contrastavam com o discurso de redemocratização e participação popular utilizado por parte dos governantes.

A Igreja Católica foi um dos espaços em que se desenvolveram vários destes movimentos sociais neste período, "de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criaram seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade".[iii] As ações e propostas destes movimentos estavam em sua maioria baseados e legitimados pela teologia da libertação, um movimento teológico que se manifestou nos países da América Latina a partir dos anos setenta, pela observação das desigualdades sociais, dos governos que administravam em benefício dos ricos e de um ambiente cultural dependente da Europa e dos Estados Unidos da América. Tem-se ainda, como causa direta desse movimento teológico, um possível empenho assumido pela Igreja em favor dos pobres a partir do Concílio Vaticano II.[iv]

Observamos, no entanto, que embora setores da Igreja Católica tenham assumido o discurso da teologia da libertação, e a própria instituição eclesiástica tenha absorvido esse discurso, suas ações não vão ao encontro de tais propostas. Assumiu-se de fato o discurso teológico que fazia uma opção preferencial pelos excluídos, no entanto, esta não pressupunha um comprometimento profundo com os mesmos. Percebe-se que a instituição eclesiástica deixa-se influenciar pelo discurso libertador de maneira

estratégica, para conquistar influência na sociedade atingindo um público maior, que estaria fora de seu alcance se não houvesse essa remodelação.

Tal situação fez com que os movimentos adeptos da teologia da libertação que surgiam dentro do espaço da Igreja Católica entrassem em conflito com esta instituição e percebessem que suas ações estavam, na verdade, sendo controladas pela hierarquia eclesiástica. Assim, as críticas destes movimentos voltaram-se não só para os problemas sociais, mas para a própria Igreja da qual faziam parte, tendo em vista que partimos da definição de Igreja de Roberto Romano[v]: uma instituição em cujo interior convivem setores de diversas tendências culturais e políticas, sendo seu discurso oficial o teológico e assumindo através dele um posicionamento político.[vi]

A Pastoral da Juventude é, segundo a definição do documento oficial da CNBB, - o Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil[vii] - o conjunto de grupos de jovens de todas as paróquias e Comunidades Eclesiais de Base existentes no país, no entanto, entendemos este agrupamento de jovens católicos enquanto um destes movimentos sociais adeptos da teologia da libertação que surgiram no cenário nacional, e especificamente dentro da igreja Católica, no período tratado.

Esse modelo de Pastoral começa a ser idealizado, a nível nacional, no ano de 1973, por iniciativa da própria CNBB. No entanto, até 1983 tem-se um período conhecido como sendo de *primeiras articulações*. Naquele mesmo ano é criado o Setor Juventude da CNBB e tem-se uma fase de *elaboração teórica* da Pastoral da Juventude, marcada por reflexões e elaborações de propostas mais sólidas para esta Pastoral.[viii]

Entendemos a articulação desta pastoral por parte da hierarquia católica influenciada pelos debates advindos do Concílio Vaticano II (1962-1965) e consequentemente das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano ocorridas em Medellín no ano de 1968 e em Puebla no ano de 1979, sendo que nesta última a

Igreja da América Latina assume uma opção de trabalho preferencial pelos jovens, propondo linhas de ação para a atuação visando este público:

> A pastoral da juventude deve ajudar também a formar jovens de maneira gradual para a ação sócio - política e para as mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja.
> Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos contravalores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado.[ix]

Percebemos ainda a influência, na formação da Pastoral da Juventude, dos extintos grupos de juventude da Ação Católica Brasileira: "Juventude Agrária Católica" (JAC), "Juventude Estudantil Católica" (JEC), "Juventude Independente Católica" (JIC), "Juventude Operária Católica" (JOC) e "Juventude Universitária Católica" (JUC). Estes grupos foram criados pela Igreja a partir da década de 1930 com o intuito de aproximar os jovens leigos da instituição eclesiástica, no entanto foram extintos oficialmente após o Golpe Militar de 1964 por fazer críticas ao sistema político e social.

O método de atuação destes grupos foi posteriormente incorporado pela Ação Pastoral da Igreja e de maneira especial pela Pastoral da Juventude, se trata do método *ver-julgar-agir*, que pretende unir a fé à realidade vivida por determinado grupo social: partir da realidade específica dos jovens (ver), confrontar a realidade observada com a fé (julgar) e a partir daí tentar uma ação concreta que fosse transformadora do meio social analisado (agir).

Em Santa Catarina, esse processo inicia-se institucionalmente no ano de 1982, quando ocorre a primeira Assembléia Regional da Pastoral da Juventude Regional e é criado o setor da Pastoral da Juventude da CNBB da regional sul IV. No entanto, a organização dos jovens nos diversos municípios do estado é bem anterior a este ano.

Na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, observamos as primeiras tentativas de formação do que posteriormente viria a ser a Pastoral da

Juventude no ano de 1971, por iniciativa da hierarquia clerical, representada na pessoa de Dom Afonso Niehues (arcebispo metropolitano no período compreendido entre 18 de maio de 1967 e 22 de janeiro de 1991) atendendo ao pedido de alguns jovens.

O representante da Igreja Católica em Florianópolis tomou a iniciativa de delegar ao Padre José Edgard de Oliveira a função de organização dos jovens. Esta nomeação pode ser entendida como uma forma de fazer com que o padre e todos os indivíduos que viessem a se unir ao seu trabalho se comportassem de acordo com a essência social que lhe foi atribuída, ou seja, a essência da Instituição a qual estava ligado: a Igreja Católica de Florianópolis.

> "Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo. A moral da honra consiste em dizer 'é um homem'. Instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites..."[x]

Assim, Dom Afonso Niehues vê, nesta figura tão carismática aos jovens: o Padre José Edgard de Oliveira, uma maneira de organizar a juventude católica de Florianópolis em torno de um movimento organizado que garantia à Igreja seu controle, tendo em vista que neste momento vivia-se o período de Regime Militar e que todo cuidado em relação a possíveis grupos subversivos da sociedade era indispensável. Este padre havia se envolvido anteriormente, a partir do ano de 1959, com a JEC de Florianópolis e assim que ocorreu o Golpe Militar de 1964, foi indiciado e obrigado a se afastar de Florianópolis e dos trabalhos junto à juventude, sem no entanto, se desligar totalmente do contato clandestino com alguns jovens, portanto, só retorna a Florianópolis e ao trabalho com a juventude católica oficialmente no ano de 1971, quando organiza a Assessoria Religiosa de Movimentos de Juventude (ARMOJ).

A Assessoria Religiosa de Movimentos de Juventude foi articulada, portanto, neste ano com a intenção de mapear e unificar todos os grupos de jovens dispersos pelas paróquias da arquidiocese de Florianópolis, não se tinha neste momento ainda uma Pastoral da Juventude ligada ao Projeto Pastoral de Conjunto da igreja Católica do Brasil, tampouco todos os grupos seguiam um método e teologia específicos, tal fato só ocorreria em 1979, ano que pode ser entendido como o divisor de águas na história da Pastoral da Juventude em Florianópolis. Neste ano houve a concretização de toda uma organização que vinha sendo feita desde 1971 pela ARMOJ, sofrendo as influências dos acontecimentos na sociedade e na Igreja: a abertura política do país, as influências da III CELAM em Puebla em que se dão as diretrizes para a formação das pastorais de juventude, a eleição do novo papa - João Paulo II - em 1978 e a teologia da libertação que neste momento vem ganhando cada vez mais força, embora sofrendo as críticas e controle da ala conservadora da Igreja.

No momento em que se desfaz a ARMOJ, José Edgard de Oliveira se desliga do trabalho com a recém formada Pastoral da Juventude e assume a coordenação, pela primeira vez um jovem leigo - Francisco Alves Veríssimo, em eleição realizada de forma democrática, com a presença de aproximadamente oitocentos jovens da arquidiocese, no dia 24 de setembro de 1979. Francisco Alves Veríssimo foi eleito durante a Assembléia Geral da Pastoral da Juventude, o fato de ter realizado uma eleição para a escolha de seu coordenador era para estes jovens uma forma de criticar a política nacional neste momento, em que se reivindicava a abertura política e eleições diretas para presidente da república.

Esse "protagonismo juvenil", ou seja, o fato de a Pastoral da Juventude ser realmente **da** e não **de** juventude, tendo como responsáveis os próprios jovens, é uma característica peculiar, sendo que outros tipos de movimentos de juventude, seguidores dos modelos de "cursilhos de cristandade", têm como responsáveis geralmente casais de

adultos ou orientadores espirituais membros do clero e a própria extinta ARMOJ tinha a sua frente o Padre José Edgard de Oliveira. Essa característica é entendida como uma conquista dos jovens que amedronta o clero e a hierarquia da igreja, por não poder exercer, assim, tanto controle sobre as decisões e atitudes daqueles.

Percebemos, no entanto, que neste momento de "protagonismo juvenil" da década de 1980, quando os jovens teriam supostamente mais liberdade para a realização de seu trabalho foi um momento de maiores dificuldades de organização e de realização de projetos em relação à década anterior em que a ARMOJ tinha à frente de seus trabalhos o Padre José Edgard de Oliveira. Este padre pode ser visto, portanto, como um "porta-voz autorizado"[xi] pela instituição para atuar no trabalho com a juventude. Na mesma medida em que era reconhecido pela hierarquia clerical seu trabalho era reconhecido e legitimado por parte dos jovens dos quais era representante: "O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador."[xii] A perda deste porta-voz, portanto, vista pelo grupo como uma conquista e possibilidade de maior liberdade, fez com que na verdade houvesse a perda de muitas concessões por parte do clero para com os jovens, bem como um constante clima de desconfiança por parte da hierarquia clerical para com a Pastoral da Juventude, o que gerou conflitos entre estas duas partes.

Enquanto na década de 1970 percebemos uma crescente movimentação da juventude católica para fora do espaço institucional da Igreja e se envolvendo em atividades não ligadas somente à religiosidade, mas envolvidas com o momento político pelo qual passavam e estimulados pelas idéias do padre que anteriormente esteve ligado à JEC, ao mesmo tempo que em seus discursos a influência da teologia da libertação já se fazia presente, na década seguinte, quando esperava-se uma movimentação maior

para fora das sacristias e um engajamento social significativo, suas ações foram controladas pelo clero, principalmente quando se tratava de financiamento para a realização de trabalhos.

O controle se deu de forma explícita principalmente a partir do ano de 1985, quando Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger foi nomeado Bispo Auxiliar de Florianópolis, e responsabilizado neste momento para fazer a articulação com a Pastoral da juventude, mais uma vez a hierarquia da Igreja tentava exercer controle sobre os jovens através da influência de um clérigo, desta vez, no entanto, através de um clérigo que não ganhou a simpatia dos jovens e não foi aceito por eles, pelo fato de justamente de tentar impor suas decisões sobre a deles, fato que os jovens da década de 1980 não estavam dispostos a aceitar, jovens estes já muito influenciados pelo discurso da teologia da libertação e por todo o debate entre progressistas e conservadores, forte neste momento:

> Nós íamos pro embate, a ponto da gente cantar uma música assim ó, se a gente sabia que o Bispo ia à reunião, olha como a gente era terrível, cantava: "E nos palácios o lê lê, vivem os Bispos, sem saber que lá fora, a vida é triste". Chegava a cantar essa música de serenata pro Bispo, quando ele vivia incomodando muito a gente nós reuníamos um monte de gente e vínhamos pra frente da arquidiocese cantar essa música pra ele.[xiii]

As propostas desta pastoral, portanto, estavam em assumir um compromisso com a sociedade que ia além das propostas de atuação religiosa, num espaço de atuação que ia além do espaço sacramental. No entanto, observamos críticas por parte de alguns pesquisadores, como Márcio Moreira Alves[xiv] e Normélio Weber[xv], para com a atuação deste tipo de movimento que se desenvolveu dentro da Igreja. Estes dizem que ao assumir como método o *ver-julgar-agir*, a Pastoral da Juventude vê e julga muito, mas age muito pouco. De certa forma estão certos ao dizer isto, as ações da Pastoral da Juventude não são vistas porque não são ações visíveis, sua proposta está na evangelização de jovens, esta evangelização traduz-se em conscientização, são as

pessoas conscientizadas, portanto, que observando uma realidade social injusta optarão ou não por uma atitude de transformação, estas não levam o nome da Pastoral da Juventude, mas são resultado de seu trabalho.

Concluímos, portanto, que por mais que tivesse sofrido o controle e, por vezes, até o impedimento de algum tipo de trabalho por parte da hierarquia da Igreja, a Pastoral da Juventude foi, no período estudado, um movimento social que ao fazer críticas ao meio em que estava inserida, ao instigar seus membros à participação em outros tipos de movimento social: partido político, sindicato ou associação de moradores, ou mesmo desenvolvendo uma forma de religiosidade que visava à transformação de realidade social injusta, teve seu espaço de atuação ampliado para além das sacristias.

---

[i] Este artigo é baseado na monografia de conclusão do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina da mesma autora.
[ii] Mestranda do programa de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina/ Bolsista CAPES.
[iii] SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988, p.24.
[iv] MODIM, B. **Os teólogos da libertação.** São Paulo: Paulinas, 1980, p. 25-31.
[v] ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado.** São Paulo: kairós, 1979.
[vi] Ver também: SOUSA, J.J.V. de. **Círculos Operários: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
[vii] CNBB. **Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**. Estudos da CNBB, nº 76, 1996, p.45.
[viii] Ibdem. P.26-28
[ix] CELAM. **Evangelização no presente e no futuro de América Latina: Conclusões da Conferência de Puebla.** São Paulo: Paulinas, 1979. 1196-1197, p. 367.
[x] BOURDIEU, P. **A Economia Das Trocas Lingüísticas:** O que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 100.
[xi] Ver: BOURDIEU, P. Op. Cit.
[xii] Ibid, p. 89.
[xiii] Entrevista com Ionara da Cunha concedida a Marilane Machado em 08/09/2004.
[xiv] ALVES, M.M. **A Igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.
[xv] WEBER, N.P. **Pastoral da Juventude em Santa Catarina e a Gestação de Militantes para o Movimento Popular.** Florianópolis: dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação em Sociologia Política - ufsc, 1990.

Transformações e mudanças na formação do pedagogo: O Curso de Pedagogia de Mato Grosso do Sul

Marilda Bonini Vargas (Mestranda do Programa de Pós-graduação - Mestrado em educação da Universidade Católica Dom Bosco), Profª. Dr.ª Margarita Victoria Rodríguez (Orientadora).

O trabalho apresenta os resultados parciais da história da implantação do Curso de Pedagogia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), mediante uma pesquisa documental, analisa de forma dialética as alterações que as políticas educacionais acarretaram na formação do Pedagogo.

Para uma melhor explanação sobre o assunto, torna-se mister adentrarmos um pouco na historia da criação do Curso de Pedagogia no Brasil, pois de acordo com Brzezisnki, (2000), a partir da primeira Guerra Mundial o Brasil atravessou um período de transformações em seu modelo econômico. O país passou então, do modelo agrário-comercial-exportador para o modelo capitalista-urbano-industrial, e como conseqüência, houve o êxodo rural, alterando as condições de vida e de trabalho da população, mudando completamente os componentes sociais, configurando assim, duas classes sociais bem definidas: burguesia industrial de um lado e o proletariado urbano de outro.

Essas transformações suscitaram um redimensionamento dos problemas educacionais, dando à educação o papel de reconstruir a sociedade e conseqüentemente emergiram as discussões sobre a formação do educador.

Deste modo, as décadas de 20 e 30 foram o marco para a modernização da educação e do ensino, surgindo também o movimento dos pioneiros da educação renovada, encabeçado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Os pioneiros faziam parte dos movimentos sociais de educadores que empreendiam a luta para a criação da universidade no País, dentre outras grandes demandas.

> Para os pioneiros, a formação dos educadores, professores de todos graus de ensino deveria assentar-se no principio da unificação. Segundo esse

> principio, toda a formação dos professores primários e secundários deve ser efetivada em escolas ou cursos universitários, sobre a base de uma educação geral comum, dada em estabelecimentos secundários. (...) Afirmavam que a formação universitária dos professores de todos os graus de ensino não era apenas uma necessidade, mas o único meio de abrir seus horizontes.(BRZEZINSKI, 2000 p.31).[1]

Assim, este debate propiciou o surgimento do Curso de Pedagogia, como destaca Coelho (1987), que foi criado com o intuito de formar educadores na perspectiva discutida pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação. Porém, a implantação deste curso esteve marcada por uma certa indefinição, dado que surgiu junto com as licenciaturas, ao se reorganizar a antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939 e foi regulamentado através do (Decreto-lei n.º 1190 de 04/04/1939). Essa faculdade tinha como função formar bacharéis e licenciados para várias áreas, dentre elas, a área pedagógica. Os cursos duravam em média três anos, estando as disciplinas pedagógicas unidas aos demais conteúdos, podendo ainda ser feito mais um ano de didática para os alunos que pretendem obter o diploma der licenciatura em pedagogia, que os habilitava para exercício do magistério também. Essa organização ficou conhecido como o esquema 3+1.

> Em três anos seria formado o bacharel em pedagogia, indivíduo habilitado a preencher os quadros de "técnicos em Educação". Não fica claro, então o que seria esse técnico em educação, qual sua função e especificidade em relação aos profissionais formados nas várias licenciaturas e nos outros bacharelados. A definição desse técnico de educação permanece bastante fluida. (COELHO, (In) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1987 p.9).[2]

Ainda, segundo Coelho (1987), em 1962, tentaram-se algumas alterações na estrutura do Curso de Pedagogia, nessa época já se mencionava a extinção do mesmo, com a alegação de que era indefinido e sem identidade, entretanto, prosseguiu como estava até 1969, quando foi reformulado por meio do Parecer n.º 252/69 e da resolução n.º 02/69, do CFE (Conselho Federal de Educação). Houve assim, uma diferenciação entre bacharelado e licenciatura, sendo criadas as habilitações, através da lei de n.º 5540/68 (Reforma Universitária). O curso foi dividido em dois blocos, um composto pelas disciplinas dos chamados fundamentos da educação e outro pelas disciplinas das habilitações específicas. No entanto, o que se pretendia era adequar o ensino superior às necessidades do modelo capitalista.

A educação voltada para o modelo capitalista necessitava formar os chamados especialistas em educação, pois seriam eles que iram orientar o trabalho dos docentes, esvaziando a formação dos professores que foram relegados apenas a sua atuação no âmbito da sala de aula, desestimando-se toda possibilidade de participação política e pedagógica nas decisões educacionais. Assim, a educação volta-se para uma formação técnica dos métodos de produção, causando uma divisão social também do trabalho docente. Desta forma, a educação passa a ser vista como motor de desenvolvimento econômico.

O sul de Mato Grosso, como sempre foi uma terra de grande riqueza agropecuária e por estar situado próximo aos Estados de São Paulo e Paraná se desenvolvia no âmbito econômico e político num processo mais acelerado que a região norte do Estado, no entanto, ainda era dependente da capital que se situava em Cuiabá. Esse desenvolvimento, por sua vez, culminou em uma idealização pela divisão do Estado, que se iniciou quase cem anos após a criação de Mato Grosso, pois os “sulistas", como eram chamados os moradores da região sul do Estado estavam inconformados com a dominação exercida pela capital.

> Foi nesse ambiente de descontentamento que surgiram um Muzzi, um Mascarenhas, um Barros Cassal e outros que passaram a pregar e fomentar o movimento separatista visando libertar-se da politicalha então dominante em Cuiabá. (RODRIGUES, 1993.p.143).[3]

Teixeira Muzzi, juntamente com Mascarenhas e Cassal, considerados chefes políticos da região, impulsionaram o movimento em busca da separação, isto fez, com seus adversários políticos se revoltassem, causando profundas divergências entre as regiões norte e sul do Estado uno de Mato Grosso, no entanto, o movimento se enfraquece, voltando a ganhar importância novamente em 1907 e 1932, porém, ainda sem o êxito esperado.

Contudo, durante as décadas dos anos de 1950 e 1960, o movimento ressurge, por meio do jornal campograndense "Correio do Estado", que segundo Rodrigues (1993)[4], visa reavivar o movimento buscando apoio nas novas gerações Porém, somente em 1964,

com a revolução democrática que o movimento ganha liberdade de manifestar-se publicamente. Desta forma, várias foram as manifestações, até 1977, quando o Estado de Mato Grosso perde sua parte do sul, que passa a denominar-se Estado de Mato Grosso do Sul, com a capital em Campo grande, que se apresentava como a Segunda maior cidade do antigo Estado uno de Mato Grosso.

Sintonizada com seu tempo, Campo Grande, em processo de construção recebe pessoas das mais diversas origens e formação, muitas delas chegavam apenas para vender mercadorias, porém, acabavam se encantando pela pequena cidade e por aqui se estabeleciam, montando os primeiros comércios, que por sua vez, vai dando a cidade o seu traçado urbano e sua liberdade econômica. O fluxo migratório proporcionou também a vinda de artistas e intelectuais de outros estados que aqui se estabeleceram.

O acelerado processo urbano e o desenvolvimento econômico de campo Grande causado pela sua forte agropecuária possibilitou a nova cidade abrigar várias escolas entre elas, o Colégio Salesiano Dom Bosco, que abrigava apenas os meninos e o Colégio Maria Auxiliadora que abrigava as meninas. Ambos funcionavam em regime de internato, e educavam os filhos de fazendeiros e dos comerciantes, dos quais, tinham grande interesse que prosseguissem seus estudos, porém, a região sul do Estado de Mato Grosso ainda não possuía nenhuma instituição superior, causando grande inquietação nos estudantes que visavam continuar seus estudos em busca de uma profissão.

Desta forma, com o aumento da população de Campo Grande e a falta de preparo dos professores na educação básica cresce a necessidade por uma instituição de nível superior na cidade, ocasionado um forte movimento, em relação a abertura do curso de pedagogia. O movimento pela criação do curso, segundo Almeida (1996)[5], foi idealizado pela educadora Olivia Enciso, que foi a primeira pessoa a apontar as necessidades da criação de uma faculdade na cidade, esse movimento contou também com o apoio e participação dos alunos do ensino médio e dos professores da cidade, que necessitavam de uma melhor qualificação.

Ë neste contexto que é criado por meio do Decreto de n.º 217 de 24 de Novembro de 1961o primeiro Curso de Pedagogia da região Sul do Estado uno de Mato Grosso, oferecido hoje pela Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande - MS, Ele surgiu em meio à efervescência do debate sobre a divisão do Estado de Mato Grosso e dos sintomas inicias de uma crise social no Brasil, que mais tarde resultaria na ditadura militar. Funcionava na antiga Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI).

A FADAFI, primeiro Centro de Educação Superior do Estado foi implantada em 1962, contendo apenas dois cursos, o de Pedagogia e o curso de Letras. O Curso de Pedagogia da FADAFI começou com trinta e um alunos e formava o especialista em educação, durava quatro anos e tinha duas habilitações, administração escolar de 1º e 2º graus e supervisão escolar de 1º e 2º graus. Ela veio para atender aos anseios da população que aspirava por uma instituição de ensino superior, e nasceu para ser um centro irradiador da cultura como menciona Almeida:

> A Faculdade nasceu com o propósito de ser um centro irradiador da cultura, além do seu compromisso com a formação dos quadros qualificados para o exercício do magistério (....), (ALMEIDA, 1996,p.67).[6]

Em 1968, o Conselho Federal de Educação aprovou o reconhecimento da FADAFI pelo parecer de n.º 689/68. Desde sua implantação até o inicio do ano de 1970, o Curso de Pedagogia foi regido pela Lei de n.º 4024/61(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) sob o parecer 251/62. Esse parecer, no entanto, não faz nenhuma referência sobre o campo de trabalho do pedagogo, deixa pouco claro o que seria o "técnico de educação" ou "especialista em educação", nomenclatura adotada para a formação do pedagogo formado na FADAFI. O Curso de Pedagogia da FADAFI começa desta forma, como no resto do Brasil sem uma definição sobre o profissional a ser formado por ele.

Em 1968, com a promulgação da Lei de n.º 5540/68, Reforma Universitária, instituída pelo regime militar vigente no país, o curso cai de quatro para três anos, aumentando suas habilitações, passando agora, a formar além do administrador escolar e do supervisor escolar, também o orientador escolar e o inspetor escolar. Em 1969, diante da indefinição do curso, que se arrastava por todo o país o Conselho Federal de Educação

estabelece o parecer 252/69, que acrescenta ao curso a formação de professores para o ensino normal, passando a FADAFI também a adotar essa habilitação, no entanto, com somente um diploma, o de bacharelado.

Com a reforma universitária de 1968, os cursos superiores ficam subordinados a visão da ditadura militar impulsionada pela ótica capitalista, que buscava interromper a tradição liberal de nossa universidade, tanto no que se refere a formação dos profissionais como no que se refere as necessidades de desenvolvimento do país, como menciona Chauí (1989) (IN) Silva (2003, p. 24).[7] *A universidade não fugiu ao novo controle do Estado, tendo-se constituído, em decorrência da crise que atravessava, num dos seus alvos preferenciais*

No entanto, nesta época Campo Grande já contava com uma sólida base econômica, favorecendo, portanto, o aumento de alunos e consequentemente o número de curso de graduação, o que colaborou para a FADAFI transformar-se em Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT). Em 1975, sob o parecer de n.º 1901/75 nasce a FUCMAT, porém, o Curso de Pedagogia continua com a mesma habilitação da FADAFI.

Em 1974, o governo federal estabeleceu a criação de novos Estados e Territórios, por meio da Lei complementar de n.º 20, isso fez com reacendesse a esperança de ver o novo Estado de Mato Grosso do Sul aflorar. Desta forma, em 1976 a liga sul-matrogrossense, que era presidida por Paulo Coelho Machado forneceu ao governo federal, o presidente Ernesto Geisel, subsídios para a viabilização do então sonhado Estado novo.

> No discurso da instalação do novo estado, o presidente justificou: O Brasil vem ocupando, de forma ordenada, os espaços vazios do Centro-Oeste e da Amazônia. Esse processo, de avanço gradual da fronteira produtiva, gerando novas riquezas criando, expandindo e consolidando cidades, vai favorecendo o progresso de regiões, que adquirem pouco a pouco, uma identidade própria, características peculiares, centros dinâmicos, polarizadores e irradiadores de desenvolvimento. (CAMPESTRINI, 1991.p.141).[8]

Foi neste cenário que surgiu a Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT), em meio a ebulição de um Estado novo que transformaria Campo Grande em sua capital. Um ano mais tarde, especificamente em 11 de outubro de 1977, o presidente Geisel assinava a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a lei complementar de n.º 31 e Campo Grande sua capital.

Nesse contexto, o Curso de Pedagogia da Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT) funcionava sob a égide da Lei 5440/68 a reforma universitária, porém, permanecia com a mesma estrutura, mas, com uma grande característica, o de ser o primeiro Curso de Pedagogia do então recém criado Estado de Mato Grosso do Sul. Após a divisão do Estado em 1977, a FUCMAT ainda prevaleceu alguns anos, só em 27 de outubro de 1993, transformou-se em Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O Curso de Pedagogia da recém criada Universidade Católica Dom Bosco permaneceu com a mesma estrutura da FUCMAT até 1995, quando passou a ter duração de quatro anos e a habilitação em magistério da Pré-escola e Séries Iniciais do ensino de 1º grau. Em 1999, para atender a solicitação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que visava adequar todos os cursos à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a nomenclatura da habilitação que era em magistério da pré-escola passou a ser moneada de magistério da Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, essa transformação acarretou uma nova estrutura do curso, alterando e incluindo novas disciplinas na grade curricular. Desta feita, a partir do ano de 2000 a estrutura do curso foi novamente alterada, mudando mais uma vez, o perfil de formação do pedagogo.

Sendo assim, a Curso de Pedagogia caracteriza-se como licenciatura e oferece duas habilitações, que serão escolhidas pelo acadêmico na hora da inscrição do vestibular. As habilitações de supervisão escolar, orientação educacional, inspeção escolar e administração escolar em educação básica são oferecidas em sistema alternado, sendo oferecida apenas uma a cada vestibular.

No entanto, quando o curso parecia ter alcançado sua identidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda no ano de 2000, institui o decreto de n.º 3.554, que dispõe sobre a formação de professores para a educação básica o seguinte:

> A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental far-se-à, preferencialmente, em cursos normais superiores. (DECRETO N.º 3.554, de 07 de Agosto de 2000.)[9]

Desta forma, o curso sofre outras alterações, pois em 2002, a UCDB abre o Normal Superior e transforma o Curso de Pedagogia em bacharelado, e, consequentemente, retira-se a habilitação para o magistério em educação Infantil e séries inicias do Ensino Fundamental, porém, algumas turmas que já haviam começado com estas habilitações ainda permaneceram. O mesmo desta forma, passa a funcionar com quatro grades curriculares distintas.

No entanto, no ano de 2004, o curso normal superior é retirado da UCDB, e, novamente o Curso de Pedagogia passa a formar o professor do magistério da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, além, de também formar o bacharel em educação, porém, em cursos separados, ou seja, um Curso de Pedagogia que forma o licenciado para o magistério e outro que forma somente o bacharel em educação. Mas, com a discussão da nova diretriz para o Curso de Pedagogia, este, com certeza será novamente reformulado e passará novamente a funcionar em três anos.

Percebe-se desta maneira, o quanto frágil ainda é a formação deste profissional, pois, desde a criação do Curso de Pedagogia em 1939, o mesmo sofreu várias alterações e inúmeras ameaças de extinção, principalmente, no que se refere ao mercado de trabalho para esse profissional. Foram muitas as formas buscadas para organizá-lo a fim de formar um profissional mais eficiente, principalmente nos dias atuais, em que o ensino é voltado para a formação de competências, no entanto, essa formação ainda esbarra no velho entrave: Pedagogo técnico ou pedagogo docente.

---

[1] BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento. 2ªed. Campinas-SP: Papirus,2000.

[2] Ministério da Educação e Cultura. Formação do educador: a busca da identidade do curso de pedagogia/INEP. Brasília: INEP, 1987. (Series encontros e debates, 2).

[3] RODRIGUES, J. Barbosa. História de Mato Grosso do Sul. 2ª ed. São Paulo: Editora do escritor, 1993. (Coleção História V. 4).

[4] Op. Cit. p, 3.

[5] ALMEIDA, Déa Terezinha Rímolli de. História da criação da Universidade Católica Dom Bosco. São Paulo: 1996, 167p. Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie.

[6] Op. Cit.p, 4.

[7] SILVA, Carmem Silva Bissolli da. Curso de pedagogia: História e identidade. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo: 66).

[8] CAMPESTRINI, Hildebrando e Guimarães, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do sul. Campo grande - MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

[9] DECRETO n. 3.554, de 7 de Agosto de 2000. Dá nova redação ao § 2º do artigo 3º do decreto n.3.276, de 6 de Dezembro de 1999, e dá outras providências. Brasília, 1999.

MEMÓRIAS DE NORDESTINOS EM DOURADOS: REFAZENDO TRAJETÓRIAS

Marina de Souza Santos- FAP

Os sujeitos sociais os quais entrevistei, que moravam no campo, o deixaram e foram para cidade de Dourados-MS. Muitos disseram que fizeram esta mudança para que os filhos tivessem oportunidade de estudar, porém outros motivos contribuíram para que eles tomassem a decisão de mudar para a cidade, dentre os motivos, pode-se destacar a mecanização da agricultura e o início da produção de soja, trigo e milho em grande escala. Isso aconteceu em função da chegada de fazendeiros que adquiriam uma maior quantidade de terra, que na década de setenta com a chegada desses investidores, passa a ter um valor maior.

O Sr. João[1] em suas narrativas, deixa transparecer uma tristeza em relação à situação que estava o campo, quando fala das dificuldades em se produzir na terra:

> *O que vai em riba da propriedade tá muito caro, é problema de máquina, é adubo, é calcário, é semente muito cara, colheita é tudo feito por máquina né, então não tem, não tá sobrando nada pro trabaiadô...você tem que desembolsá dinheiro do bolso pra cobrir despesa da lavoura... e eu falei bom eu como já sou analfabeto o meu pai não me deu estudo as minhas forças tá se acabando recurso eu tô vendo que não vou conseguir aqui no campo eu vou dá estudo pra minha família e foi o que eu fiz.*

Explica em seu relato as mudanças que estavam ocorrendo no campo naquele momento. Essas mudanças dizem respeito à falta de recursos das pessoas para se manterem no campo devido aos altos custos. Ele não poderia mais manter a sua propriedade sem as máquinas e os adubos, pois a concorrência com os fazendeiros que chegavam na década de setenta era difícil. As suas práticas de lidar com a terra e fazer tudo manualmente e com a mão-de-obra praticamente familiar, sem necessidade de empregados, não poderiam mais ser sustentadas, portanto, a opção que lhe pareceu viável foi a de mudar para cidade.

Percebe-se que o trabalhador do campo só teria condições de manter-se como pequeno produtor independente, se tivesse condições de obter na produção e na venda do

excedente o mínimo necessário para a sobrevivência familiar, o que parecia não estar mais acontecendo.

Nos enredos analisados, morar, estudar e trabalhar, são questões que reaparecem em suas memórias de forma simultânea, porque foram situações experienciadas por eles na cidade.

Os entrevistados deixam evidente em seus relatos que deixaram o campo para propiciar a oportunidade dos filhos estudarem na cidade, mesmo aqueles que diziam que o campo não oferecia mais condições para sobrevivência familiar, como é o caso do Sr. João, ao relatar a sua mudança para cidade, ressalta a importância de possibilitar a oportunidade para os filhos estudarem, ele disse:

> *Naquele tempo não tinha estudo no campo né, tinha aquelas escolinha muito pequena os professor, o ensinamento não desenvolvia né, e eu falei bom eu como já sou analfabeto o meu pai não me deu estudo as minhas forças tá se acabando recurso eu tô vendo que não vou conseguir aqui no campo eu vou dar estudo pra minha família e foi o que eu fiz eu acho que eu acertei porque tá tudo empregado,i uns tira oitocentos, outros tira novecentos, outros tira mil né, então tá tocando a vida.*

Essa fala evidencia a preocupação do Sr. João em proporcionar aos filhos uma educação de melhor qualidade daquela existente no campo. Este foi um dos motivos que foram apresentados pelo Sr. João para procurar a cidade. A satisfação em ter oportunizado o estudo aos filhos é exaltada entre os entrevistados cujos filhos cursaram uma faculdade. Eles fazem questão de ressaltar esse fato, e, orgulham-se disso. No caso do Sr. João, por exemplo, ele teve apenas dois filhos, uma família pequena se comparada a dos demais entrevistados que tiveram de seis a dez filhos.

Hoje, os filhos estão trabalhando e têm um bom salário, o Sr. João atribui isso ao fato de ter esforçado para se transferir para a cidade, por isso ele disse: "*eu acho que acertei porque tá tudo empregado"*. O Sr. João percebeu que o campo não seria mais viável para manter a sua família devido as mudanças. Então, procurou a cidade para que os filhos pudessem estudar e trabalhar. Criou-se assim uma outra expectativa de vida para os filhos.

Ele está constantemente voltando ao passado para se referir ao presente e à perspectiva de futuro. Isso ocorre quando fala dos empregos que teve, o que faz hoje e o que pretende fazer ao longo de sua vida. Esta dimensão da vida só pode ser percebida através da história oral, porque os sujeitos ao narrarem, vão constituindo em seus enredos o acontecido, as suas expectativas e o que poderá acontecer.

Ao se referir aos trabalhos desenvolvidos por ele na cidade o Sr. João afirma:

> *Eu trabalhei de montador de móveis, como eles não valorizaram o meu trabalho eu pedi a demissão, daí entrei em outra loja, móveis trivelato, trabalhei quatro anos, aí quando eu fui pode, como se diz, dar um pouco de educação para minha família né.*

Em seu relato pode-se destacar dois momentos importantes, o fato de ter um emprego que valorizasse o seu trabalho e, conseqüentemente, possibilitar o estudo dos filhos. Essa preocupação justifica-se porque ele mudou para a cidade para os filhos estudarem. Para que isso fosse possível, ele teria que ter um emprego que garantisse um bom salário que possibilitasse a ele manter os filhos na escola. Em função disso, procurou não ser "explorado". O fato de possibilitar o estudo dos filhos é motivo de orgulho para o Sr. João:

> *Aqui eu estudei os meus filho né e tão trabalhando né, e uma é professora o outro está se formando farmacêutico né, e eu tô aqui acabando de tirar o meu tempo... estou contente, porque já cheguei a idade que tô né graças a Deus sou bem realizado porque se eu criei dois filhos nunca passou necessidade estudei né, então tô realizado, agora como se diz eles tem que fazer a parte deles que a minha eu já fiz.*

Essa fala evidencia uma expectativa dele do passado. "*Eu estudei os meus filhos".* Esse era o seu desejo, ele queria dar aos filhos condições de estudar e, então, como conseguiu realizar esse sonho expressa uma satisfação no presente; "*graças a Deus sou bem realizado"*. O Sr. João sente-se realizado porque os filhos não passaram por necessidade e puderam estudar. Na seqüência de sua fala, ele apresenta uma projeção de futuro; "*agora como se diz eles têm que fazer a parte deles que a minha eu já fiz"*. Isso significa que ele havia cumprido a missão, em dar oportunidade de estudo aos filhos e, agora, os filhos deveriam seguir seu próprio caminho.

Os sujeitos sociais com os quais dialoguei fazem parte de uma geração que viveu no campo e alguns não tiveram oportunidade de acesso à escola. Essa geração começou a trabalhar muito jovem no campo, porque ajudavam os pais, por isso, não tiveram a oportunidade de estudar. No presente, tentam proporcionar aos filhos a realização de um sonho que não puderam concretizar no passado. Todos esses sujeitos preocupam-se com a educação dos filhos. Inclusive, para eles, o estudo propicia uma ascensão social e a oportunidade de "vencer na vida". Percebe-se que os valores criados por eles no presente têm origem na vida passada e, agora, tentam, projetar por meio dos filhos, as expectativas e sonhos do passado, percebem que no mundo atual, os filhos terão poucas oportunidades de trabalho se não estudarem.

É evidente que possibilitar estudo aos filhos não foi o único motivo que os fizeram procurar a cidade. Eles tiveram as suas decepções com o campo, tiveram problemas de saúde, dentre outros, que os levaram à cidade. No entanto, evidenciam sempre a opção de proporcionar estudo aos filhos. Enfatizam, em suas falas, que acertaram na escolha e que os filhos estão formados e trabalhando, isso ficou evidente na fala do Sr. João.

Alguns resistiram à idéia de ir para cidade, como o esposo de Dona Maria Gomes. [2] Eles deixaram o campo no ano de 1972 e vieram para cidade por insistência dela:

> *Ah, aqui foi muito ruim pra ele, ele ficou um pouco tocando roça lá e viu que não dava arrendô o sítio e veio pra cá e tinha um amigo nosso que era lá do sitio também, que morava ali na Oliveira Marques (rua da cidade) que era pedreiro daí convido ele pra trabalhar e ele começou trabalhando com esse amigo, ainda foi pra fazenda, fazenda Mate Laranjeira construí pra lá né e lá ele aprendeu com esse amigo né e depois ele trabalhava construía também, até essa nossa casa (aponta para casa) era só dali pra trás essa cozinha de alvenaria já foi ele que fez né, então ele trabalhava de pedreiro parou depois que deu esse derrame.*

O marido de Dona Maria Gomes estava acostumado com o serviço no campo, não sabia desenvolver outra atividade na cidade. Por isso, a esposa veio para cidade com os filhos e ele continuou no sítio por um tempo. Depois, arrendou o sítio e seguiu a esposa. Na sua fala ela enfatiza: "*e viu que não dava arrendô o sítio e veio pra cá".* Pode-se atribuir a esta frase o mesmo significado da fala do Sr. João quando ele veio para a cidade, porque o

trabalho no campo estava inviável. Em função disso, a única opção encontrada por eles foi mudar para a cidade e conseguir outro trabalho.

Na cidade, o marido de Dona Maria Gomes, como tantos outros, teve que aprender um novo serviço, já que só sabia realizar o trabalho do campo. Ele começou a nova vida na cidade com a ajuda de um amigo que era pedreiro e ensinou-lhe o serviço. As relações de amizade estabelecidas no campo os acompanham quando mudam para a cidade, porque eles continuam a se ajudarem mutuamente. Eles fazem questão de ressaltar, em suas falas, que apesar de não saberem trabalhar nos ofícios da cidade, eles logo aprendem e em pouco tempo já estão fazendo todo o serviço de construção, foi o caso do esposo de Dona Maria Gomes. Ela afirma que ele construiu a casa deles.

Na fala de Dona Maria Gomes é possível analisar como eles conseguiram sobreviver na cidade, sendo que ela também enfatiza a importância de possibilitar o estudo aos filhos:

> *...aí eu vim com as crianças pra eles estudar que aqui era pertinho do Menodora (escola da cidade) ali né, e eu trabalhava numa escolinha lá (no campo) dei aula doze anos numa escolinha daí arrumei pra trabalhar aqui na secretária trabalhei treze anos e me aposentei, e os filhos foram estudar porque eu pensava eu não tenho, eu lecionei porque como diz em terra de cego quem tem um olho é rei né, eu cheguei e falaram pra eu leciona, eu falei: Como gente eu não sei de nada eu tinha o terceiro ano primário como que eu ia leciona, mas não tinha ninguém, daí pediram nomeação e veio, veio nomeação pra mim daí eu tive que assumi com muita vergonha com muita dificuldade porque eu não tinha preparo nenhum pra lecioná mais como as crianças tudo analfabeto aprendendo a ler e escrever já era muita coisa né.*

Na sua fala, ela evidencia que a casa era pertinho da escola. O local escolhido para morar também estava relacionado as suas expectativas que eram de trabalhar e colocar os filhos para estudar naquela escola. A questão da moradia é muito enfatizado nas falas dos sujeitos entrevistados.

A escolinha que Dona Maria Gomes refere-se é a que ela trabalhava quando morava no sítio. Depois que veio para cidade, passou a trabalhar na secretaria de uma escola do Estado onde se aposentou. Na seqüência do seu relato, continua a falar da importância de sua mudança para a cidade e proporcionar aos filhos a oportunidade de estudar. Ela afirma que, hoje, como tantos outros, sente-se orgulhosa de ver os filhos formados:

> *Depois que eu quis que as filhas estudasse, porque eu pensava o que que eu tenho eu não tenho nada pra dá pra elas o que eu tenho pra dar é o estudo, se eu não tive sorte de estudar pelo menos as filhas estudar né e graças a Deus essa é a alegria que eu tenho, você vê têm três que trabalham lá no CEUD (Universidade Federal da cidade) tem esse que formou-se em farmácia, farmacêutico né, tem outro que trabalha em São Paulo, essa que teve aqui fez o segundo grau, a outra mais nova tem o segundo grau todas elas fizeram o segundo grau.*

A importância dada por esses sujeitos em relação ao fato de terem oportunizado aos filhos a possibilidade de estudar, fica evidente em todas as falas. Dona Maria Gomes explica bem o porquê disso, porque ela não teve oportunidades de estudar, então queria que os filhos estudassem. Isso é uma constante nas falas, eles tentam por meio dos estudos, propiciar aos filhos a oportunidade de realizar alguns sonhos que não tiveram a oportunidade de realizar como a oportunidade de estudar. O estudo é visto por eles como um meio de conseguir ascensão social.

Tanto Dona Maria Gomes como o Sr. João ao mudarem para cidade depositaram as suas expectativas nos filhos, na possibilidade de que eles, por meio dos estudos, tivessem condições de aspirar uma vida melhor.

O Sr. José Barbosa[3] também afirma que mudou para a cidade para os filhos estudarem, conta ele: "*Eu vim por causa das crianças né, lá o estudo era bem fraco naquele tempo, o mais velho já tinha uns onze anos, daí vim pra cá".* Naquele tempo, o qual Sr. José refere-se é o ano de 1977, quando ele veio para cidade. A sua fala assemelha-se a do Sr. João, quando afirma que o estudo no campo era fraco, a sua preocupação é que os filhos estavam crescendo e precisavam estudar. Fica evidente também a preocupação com o emprego. Quando lhe pergunto do que ele trabalhava na cidade ele conta:

> *É de carpinteiro, pedreiro, fazia tudo, pegava a casa e deixava pronta, de tudo eu fazia menos pintura, mais o resto, eu fazia. Daí depois os menino foram crescendo eles trabalhava, no começo eles trabalhava comigo né, depois eles pegaram serviço no escritório.*

Nesta parte da entrevista, o Sr. José Barbosa passa a contar como foi arrumando serviço para os filhos, um trabalhou no escritório e depois no banco, três deles fizeram contabilidade e, hoje, dois têm escritórios na cidade. Em função disso, como os outros

sujeitos que foram entrevistados, orgulha-se de poder ter proporcionado aos filhos meios para que estudassem e isso proporcionou a eles crescimento profissional na cidade. Ter uma família numerosa no campo, poderia significar uma ajuda de mão-de-obra na lavoura, já na cidade, com os trabalhos os filhos poderiam contribuir para ajudar no orçamento da casa. O Sr. José Barbosa, em suas narrativas, conta que ao mudar para cidade os meninos começaram logo a trabalhar com ele. No início, ajudavam na construção civil, depois, estudaram e arrumaram outros empregos com melhor remuneração.

Tanto ele, como os outros que se dirigiram para cidade em busca de melhores condições de vida não sabiam em que trabalhar e nem como trabalhar. Alguns foram para construção civil e os seus relatos possibilita acompanhar o aprendizado deles na cidade. Eles começavam fazer serviço de pedreiro, carpinteiro e por fim já eram capazes de construir uma casa, o único trabalho que alguns não realizavam era a pintura.

Vencer na cidade, para muitos dos entrevistados, significa ter arrumado um emprego, comprado uma casa, estudado os filhos e vê-los empregados e isso os fazem sentirem realizados. Essa melhora de condições de vida não parecia fazer parte do horizonte dessas pessoas no campo, porque o trabalho no campo passava por mudanças que eles não podiam acompanhar e, lá, os filhos não poderiam ter acesso a uma educação de melhor qualidade e a empregos que ajudassem na renda familiar.

A busca do emprego associada à moradia e a oportunidade de propiciarem aos filhos estudo, aparece referenciada na fala do Sr. José Alves.[4] Ele morava em um sítio em uma cidade chamada Ivinhema, próxima a Dourados, mas teve problemas na coluna e com intoxicação por causa dos venenos usados na lavoura, então vendeu o sítio e foi para cidade de Dourados, em 1977: "*Aí comecei a cortar cabelo em 77, aí graças a Deus tinha colégio perto, matriculei meus filhos, eles todos começaram a estudar e eu trabalhando de barbeiro".*

É significativo na sua fala enfatizar que ao mudar para cidade tinha colégio perto de casa, ao escolher a casa para comprar disse ter procurado uma que ficasse perto da escola onde os filhos poderiam estudar. No entanto, nessa escola, só tinha o primeiro grau (Ensino

Fundamental) e depois que os filhos foram para o segundo grau (Ensino Médio), tiveram que se deslocar para escolas longe de casa.

O Sr. José Alves, ao falar das mudanças ocorridas na cidade, também remete-se a sua expectativa e à realização em estar na cidade. Ele relata o seguinte:

> *Quem diria que Dourados ia ficar do jeito que tá, eu acertei, graças a Deus, e não me arrependo de ter vindo pra aqui, porque o que eu trouxe do sítio, o meu começo foi a lavoura, o café principalmente, mais o que eu trouxe eu empreguei aqui em Dourados, e graças a Deus acertei, acertei mesmo, porque se eu tivesse no sítio, não tinha condições de ter formado os meus filhos, como é que eu ia formar os meus filhos trabalhando?*

Fica evidente na fala do Sr. José Alves como na fala de outros entrevistados, a importância em dar oportunidade para os filhos estudarem. Se estivesse no sítio os filhos não poderiam estudar, pois lá, não existiam escolas e ele não teria condições de mandar os filhos para estudar fora, com a renda do seu trabalho. Por isso, disse que acertou em mudar para cidade.

Ao narrarem as histórias de suas vidas no presente, vêm à memória desses sujeitos algum sofrimento passado, mas há uma ênfase maior em seus relatos das vitórias, essas vitórias são enfatizadas quando dizem que têm casa para morar, que puderam propiciar estudo aos filhos e que esses filhos estão trabalhando e realizados.

Como dialogo com esses sujeitos no presente, os sonhos já foram concretizados em suas vidas. Dessa forma, procuram por meio de suas memórias relembrar muito mais das vitórias e quando referem-se ao sofrimento é para dizer que, apesar desse sofrimento, hoje, são vencedores.

---

[1] João Ferreira Santos, 58 anos, Estado de origem: Alagoas. Entrevista realizada no dia 16/10/2002.

[2] Maria Gomes dos Santos, 68 anos, Estado de origem: Pernambuco. Entrevista realizada em 17/10/2002.

[3] José Barbosa da Silva, 68 anos, Estado de origem: Maranhão. Entrevista realizada em 09-05-2002.

[4] José Alves dos Santos, 60 anos, Estado de origem: Alagoas. Entrevista realizada em 07-08-2002

O Sonho do Primo Levi: indagações sobre o ressentimento na História

Marina Haizenreder Ertzogue - UFT

Em *É Isto um Homem?* Primo Levi,[1] um dos maiores narradores do Holocausto, se recorda de como descobriu, para seu espanto, que a maioria dos prisioneiros de Auschwitz tinha um mesmo sonho: depois de sobreviver miraculosamente ao campo de concentração, estão em casa, contando suas experiências terríveis para amigos e familiares quando subitamente notam que os ouvintes estão completamente indiferentes e entediados, conversando entre si como se o sobrevivente não estivesse ali ou simplesmente houvesse abandonando a mesa e ido embora. Primo Levi questiona: *Porque o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente em nossos sonhos, em cenas sempre repetidas da narração que os outros não escutam?* [2] No caso do Primo Levi outra interpretação do seu testemunho onírico também é possível: o trauma que encontramos no sonho é, em certo sentido, mais real que a realidade social externa.

Essa cena repetida da história que ninguém escuta também está no poema Celan, em *Papoila e Memória, a recusa* dos ouvintes é transmitida por uma linguagem fragmentada pelo sentimento da ausência [3] Cito o poema:

Procurei os teus olhos quando os ergueste e ninguém te olhou,

Estendi aquele secreto fio por onde o orvalho que imaginaste escorreu para os jarros guardados pela palavra que nenhum coração acolheu.

Só aí entraste plenamente no nome que é o teu / te dirigiste para ti a passo firme...

No contraponto da dor que paralisa o ser, a arte se oferece como terreno propício para a manifestação do grito sufocado. Da criação provém o ato libertário e

transgressor com o qual se relêem as dores do mundo. Para Adorno, um dos mais representativos pensadores da Escola de Frankfurt, os poemas de Celan querem dizer o extremo assombro pelo silenciar. [4]

O significado do silêncio oscila entre a reflexão e a resignação que revitaliza ou aniquila. E no silêncio que se pode ouvir a própria dor. [5] O silêncio é também o vazio diante daquele que perdeu inteiramente o poder de nomear. Walter Benjamin aponta para o fim da narração tradicional. No texto *o narrador* o autor expõe a sua indagação: Por que os sobreviventes que voltaram das trincheiras, voltaram mudos? Será porque aquilo que vivenciaram não podia ser mais assimilado por palavras? Para Benjamin, a resposta está no sofrimento causado pela guerra e na dor indizível da crueldade dos campos de concentração. Para acolher as vozes sem escuta, o historiador tem a possibilidade de construir outras formas de narração. Jeanne Marie Gagnebin, [6]aponta nessa perspectiva quando analisa o texto *o narrador* de Benjamin.

A construção de uma outra forma de narração em contraposição à narração tradicional parte de uma abordagem histórica que contemple os elementos de sobras do discurso histórico, que na concepção do próprio Benjamin é tudo aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste, aqueles que desapareceram por tão completo que ninguém se lembra de seu nome. Nessa mesma perspectiva eu incluo também o estudo dos sentimentos e dos ressentimentos daqueles que esperam uma escuta para contar sua história. Negar a experiência e a linguagem ao homem é destitui-lo da possibilidade da rememoração, do poder de lembrar.

A lucidez atroz contra a ausência de memória mesmo suportando a dor lancinante à exposição das feridas do corpo e da alma estão presentes nos poemas de Paul Celan e nos relatos do Primo Levi e nas indagações de Walter Benjamin. O que existe em comum entre os três autores? É o fato de terem sucumbido à memória do Holocausto. Na fuga para morte, Paul Celan, Walter Benjamin e Primo Levi, o

último a suicidar-se, entre os três homens, demonstraram ao mundo a impossibilidade de suportar a experiência inumana do holocausto.

Pela primeira vez, então, nos damos conta que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Nessa frase Primo Levi [7] expressa o que Rina Rando Martinez André definiu como literatura do testemunho. [8]Os sobreviventes do holocausto viveram o drama de não encontrar a palavra adequada para descrever a barbárie em sua totalidade e relatar a experiência que precisa ser narrada, não simplesmente através de fatos, mas, mostrar a angustia da morte, a dor mais intensa e a violência mais atroz.

Tudo era silêncio, como num aquário e como em certas cenas de sonhos[9]*.* A memória provoca recordações e esquecimentos. O que aceitamos e assumimos do passado, assim, como tudo aquilo que negamos e ocultamos. Refletir sobre o sonho de Levi significa duas coisas: primeiro que o sonho acaba sendo lido pelo historiador como representação.

No tratado sobre os sonhos Sinésio de Cyrene (370-414) adverte aos leitores de sonhos que todo o homem e mesmo toda a mulher, é capaz de interpretar seus próprios sonhos, pois, o sono e os sonhos são os domínios por excelência da liberdade individual, ninguém mais, a não ser o próprio sonhador, teria direito a vasculhar o sentido dos seus sonhos. [10] No segundo sentido, a possibilidade da interpretação do sonho de Levi pode ser também entendida pela identificação com a vivência do cotidiano e os traumas que a memória se nega a apagar. No seu livro *A Trégua* Levi relata a sua volta para Turim após a libertação do campo de concentração nazista de Auschwitz, Levi finaliza a obra narrando um sonho que não cessou de visitá-lo mesmo após a sua volta:

É um sonho dentro de outro sonho. Estou à mesa com a família, ou com amigos, mas, mesmo assim, sinto uma angústia sutil e profunda, a sensação definida de uma ameaça que domina. E, de fato, continuando o sonho, pouco a pouco ou brutalmente, todas às vezes de forma diferente, tudo desmorona e se desfaz ao meu

redor, o cenário, as paredes, as pessoas, e a angústia se torna mais intensa e mais precisa. Tudo agora tornou-se caos: estou só no centro de um nada turvo e cinzento. E, de repente, sei o que isso significa, e sei também que sempre soube disso: estou de novo no campo de concentração, e nada era verdadeiro fora do campo de concentração. [11] Na interpretação desse sonho Levi experimenta a sensação de clausura dentro da realidade do campo de concentração, mesmo após ter retornado à sua casa.

Na teoria de Freud, o sonho também pode atuar como um instrumento para libertação das angustias. Sobre a temporalidade do conteúdo manifesto: os sonhos são, na sua maioria, um drama, uma história com um começo e um fim, uma totalidade de acontecimentos vividos que permite revelar uma atitude em relação aos acontecimentos do passado, presente e futuro, sentimentos de amargura, angustia, entusiasmo, tristeza que reapareceram em outros níveis de análise dos sonhos. [12]

Podemos inferir que existe um novo olhar sobre os sonhos. Os diários íntimos dão conta dessa revolução. Edmond de Goncourt e Jules Renard afirmam que o sonho, este *baú de lembranças* lhes fala de si próprios. Os cenários oníricos permanecem, todavia, indecifráveis. A precisão da transcrição nos relatos dos diários e as trocas epistolares exprimem o interesse profundo e crescente pelo onírico como fonte para a história. [13]Uma fonte fragmentada que vem à tona na memória, na oralidade ou no escrito.

No sonho do Primo Levi, o conteúdo latente é a indiferença dos ouvintes. Retomando a parte inicial desse texto recorremos a uma análise feita por Jeanne Marie Gagnehin quando ela indaga sobre essa forma de narrativa, a voz que ninguém escuta, a ausência de interlocutores que atormenta Levi em seus devaneios oníricos. No sonho de Primo Levi, a função dos ouvintes seria a de escuta, em vez disso e para o desespero do sonhador, todos vão embora, não querem permitir que essa história ofegante e ameaçada por sua própria impossibilidade, alcance-os e ameace também sua linguagem, ainda tranqüila, mas, adverte a autora que apenas dessa forma essa

história poderia ser retomada e transmitida em palavras diferentes. [14] Para o sobrevivente do holocausto, a narração combina memória e esquecimento. A afirmação de Marcio Seligmann-Silva encontra ressonância em umas das passagens mais significativas do livro *Afogados e sobreviventes*. Primo Levi afirma não saber se os testemunhos são feitos por uma obrigação moral para com os emudecidos, ou, então, para nos livrarmos de sua memória. Conclui Levi que o testemunho é motivado por um impulso forte e duradouro. [15]

Uma abordagem que contemple os ressentimentos na história é indubitavelmente uma questão sensível. Para Todorov é preciso relativizar sobre a posição da vitima e do algoz. Para o autor o termo tragédia não designa apenas o sofrimento e a aflição, não apenas a ausência do bem; esta pode também insinuar-se no relato da vitimização. Todorov afirma que a tragédia reside na impossibilidade do bem: qualquer que seja o desenlace escolhido, ela gera lagrimas e morte. [16]

Paul Riceur quando trata da história, memória e esquecimento ele acrescenta outro indicativo para a elucidação do desumano da história. O autor faz referência a fragilidade da memória e da identidade. Aplica como causa dessa fragilidade a herança da violência fundadora. Com a guerra o que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são na sua essência, atos violentos, legitimados por um Estado de direito. Desse modo, os mesmos acontecimentos significam para uns, glórias e para outros, humilhação. A celebração por um lado, corresponde a execração do outro, assim se armazenam nos arquivos das memórias coletivas, feridas reais e simbólicas. São, assim, as humilhações, os atentados reais ou imaginários contra a estima de si, os baixos golpes da alteridade mal tolerada, o que faz trocar rapidamente, da acolhida para o rechaço. [17]

Outra questão sensível é posta por Eugênia Vilela [18] para abordar a voz sem escrita. Como pensar o acontecimento inumano num corpo como campo de batalha onde todas as memórias se inscrevem? Como circunscrever o sentido de uma não palavra? É necessário reconverter o silêncio em voz daqueles que viveram o

acontecimento. Os acontecimentos são concretos. O inumano é o acontecimento plural, ele não pode ser mais uma figura que se perde na abstração da dor. Eugênia Vilela. [19]Tomo de empréstimo o questionamento de Juan Antonio Traveso [20] para concluir as indagações contidas nesse texto. A memória serve para tornar o homem mais nobre e mais humano? Diante das tragédias de Auschwitiz, Hiroshima, Vietnam, Bósnia, Kosovo, Irlanda, Ruanda, Armênia, Afeganistão, Iraque, Chechenia, Índia, Beslan. Olhando a geografia da catástrofe fica evidente a impossibilidade de uma resposta afirmativa à indagação sobre o uso da memória. Tudo parece desmentir, embora sua invocação sempre é humana. A pior das ameaças é a negação é o despojamento das vitimas de seu passado e os mortos de sua morte.

Em um poema que define a sua poética, Celan escreveu: *Nos rios ao norte do futuro / eu lanço a rede que tu / hesitante carregas / com sombras escritas por / pedras.* (CELAN II, p. 14). Se nesse poema, de acordo com a interpretação de Marcio Seligmann, as sombras remetem às letras sobre o papel branco, as pedras, por sua vez, como ocorre freqüentemente na poética de Celan, representam o túmulo, as lápides que a sua poesia busca levantar para os milhões de judeus que morreram sem direito a serem enterrados.[21]

Expondo as feridas, a dor, a vergonha e a humilhação do povo judeu no passado; pensadores, filósofos e poetas estão restituindo fragmentos de uma memória dolorosa para rememorar homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, judeus e não judeus. Em fim, a todos, que não tiveram o seu nome pronunciado para recordar e ao próprio corpo foi negado até a preparação para a morte. Considerando que memória deveria ter uma função ou utilidade, certamente, uma possibilidade seria a de retirar da escuridão da história todas as almas errantes que transitaram pela geografia da catástrofe.

---

[1] Primo Levi, judeu italiano nascido em 1919 foi um passageiro do holocausto. Deportado em 1944 para Auschwitz. Durante a viagem de comboio por dentro da fria noite, seguiu com homens, mulheres e crianças, apinhados como animais em vagões de carga com destino ao campo concentração onde se encontrava escrito: "*Arbeit macht Frei*" (o trabalho liberta). Primo Levi também fez essa viagem, mas foi dos poucos que regressaram com vida. No seu vagão eram quarenta passageiros e só quatro regressaram. Seu primeiro livro de testemunho: É isto um homem? A temática desse livro aborda a

resistência judaica e foi publicado na Itália em 1947. Em 1948, Levi exerce duas carreiras simultaneamente, a de químico e a de escritor. Outro livro retomar a sua experiência dos campos de concentração. Os afogados e os sobreviventes. Primo Levi faleceu em 1987.

[2] LEVI, Primo. *É isto um homem?* São Paulo: Rocco Editora, 1988, p. 60.

[3] Um dos mais importantes poetas da língua alemã da segunda metade do século XX Paul Celan nasceu na Romênia em 1920. Filho de família de origem judia do leste europeu. Seus pais foram deportados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto ele ficou preso em um campo de concentração. Seus pais e parentes foram executados pelo regime nazista. Paul Celan exilou-se em Paris. Trabalhou como professor e tradutor de literatura alemã na Ecole Normale Supèrieure. Em 1970 Paul Celan suicidou-se em Paris, atirando-se no rio Sena.

[4] ADORNO, T. W. *Ästhetische Theorie.* Frankfurt a M. Suhr-Kamp, 1970, p. 477 apud. GAGNEHIN, Jeanne Marie. Após Auschwitz . in: SELIGMANN-SILVA, Marcio. (org.) História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p.

[5] Idem., p. 122.

[6] LUCCHESI, Ivo. Os sentidos da dor e duas traições: Rousseau e Machado. Comum. Rio de Janeiro. V. 5, nº 14, p 122 –123, jan/jul 2000.

[7] Cf. LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 57.

[8] ANDRE, Rina Landos Martinez. El Testimonio Roque daltony la representación de la catástrofe. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2002, p. 40.

[9] LEVI, Primo. *É isto um homem?* São Paulo: Rocco Editora, 1988, p. 18.

[10] QUEIROZ, Tereza Pereira Aline. A inquietude desperta. O sonho na matéria da história. (mimeo) XV Encontro Regional de História da ANPUH, São Paulo: USP, 2000, p. 07.

[11] LEVI, Primo. *A Trégua*, trad. M. Lucchesi, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 258. Cf. poesia citada por: SELIGMANN-SILVA, Marcio. In: *Literatura e Trauma: um novo paradigma* Rivista di studi Portoghesi e Brasiliani. III 2001. Pisa /Roma. Instituti Editoriali e Poligrafici Internazionali. 2002, p. 115.

[12] MALRIEU, Philippe. A Construção do Imaginário. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p. 30.

[13] RIPA, Yannick. *Pré-História do Sonho. L'Histoire, n. 246, sep./2000. Traduzido por Mônica Macedo.*

[14] GAGNEHIN, Jeanne Marie. Memória, História e Testemunho. BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. (org.) Memória e Ressentimento. Campinas: SP, Editora da UNICAMP, 2001, p. 93.

[15] SELIGMANN-SILVA, Marcio. História, Memória, Literatura. Op., cit, p. 53.

[16] TODOROV, Tzvetan. Memória do bem e tentação do mal. São Paulo: ARX editora, 2002, p 171.

[17] RICEUR, Paul. La memoria, la historia, el olvido. México: Fondo de Cultura Ecoomica, 2004, p. 111.

[18] VILELA, Eugenia. Corpos inabitáveis: errância, filosofia e memória. In: O Enrahonar, 30, Porto, 2000, p. 45.

[19] Idem. p. 45

[20] TRAVIESO, Juan Antonio. 26 º Conferencia Internacional de Protección de Datos Wroclaw. Privacidad Individual y la necesidad de hacer las cuentas con el pasado» Memoria, Olvido y Archivo. , 2004, p. 2.

[21] SELIGMANN-SILVA, Marcio. *Literatura e Trauma: um novo paradigma*. Op., cit., p. 17.

BIBLIOGAFIA

ANDRE, Rina Landos Martinez. *El Testimonio Roque daltony la representación de la catástrofe.* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. *O Silêncio dos sobreviventes: diálogos e rupturas entre memória e história do holocausto.* SELIGMANN-SILVA, Marcio. (org.) História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

GAGNEHIN, Jeanne Marie. *Memória, História e Testemunho.* BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. (org.) Memória e Ressentimento. Campinas: SP, Editora da UNICAMP, 2001.

JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Editora da FGV, 1998.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* São Paulo: Rocco Editora, 1988.

_____. Os afogados e os sobreviventes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A Trégua*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LUCCHESI, Ivo. *Os sentidos da dor e duas traições: Rousseau e Machado*. Comum. Rio de Janeiro. V. 5, nº 14, p 122 –123, jan/jul 2000.

MALRIEU, Philippe. *A Construção do Imaginário.* Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

QUEIROZ, Tereza Pereira Aline. *A inquietude desperta. O sonho na matéria da história*. (mimeo) XV Encontro Regional de História da ANPUH, São Paulo: USP, 2000.

RICEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. México: Fondo de Cultura Ecoomica, 2004.

RIPA, Yannick. Pré-História do Sonho. L'Histoire, n. 246, sep./2000.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. (org.*) História, Memória, Literatura*: *o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *Literatura e Trauma: um novo paradigma* Rivista di studi Portoghesi e Brasiliani. III 2001. Pisa /Roma. Instituti Editoriali e Poligrafici Internazionali. 2002.

TRAVIESO, Juan Antonio. 26 Conferencia Internacional de Protección de Datos Wroclaw. *Privacidad Individual y la necesidad de hacer las cuentas con el pasado Memoria, Olvido y Archivo*. , 2004.
TODOROV, Tzvetan. *Memória do bem e tentação do mal*. São Paulo: ARX editora, 2002.
VILELA, Eugenia. *Corpos inabitáveis: errância, filosofia e memória*. In: O Enrahonar, 30, Porto, 2000.

Índios e Terras no Império do Brasil

Marina Monteiro Machado

"A partir de meados do século XIX, com efeito, a cobiça se desloca do trabalho para as terras indígenas"[1]

Lutas travadas por agentes sociais desiguais, os Conflitos de Terra foram constantes ao longo do século XIX, demonstrando a força e o poder das Classes Dominantes constituídas, em especial, por Senhores de Terras. Nestas lutas, dentre os diferentes grupos sociais, percebemos a ação de poderosos fazendeiros, assim como a presença de posseiros, lavradores e também dos povos nativos deste país em formação, denominados índios pelos portugueses, em 1500. Neste trabalho, procura-se discutir justamente tais conflitos, envolvendo índios e brancos, lutas desiguais, dentro de uma sociedade hierarquizada, onde disputava-se a *terra*, bem que atravessava os limites dos meios de subsistência, para representar uma importante peça no jogo do poder, desejada por muitos.

Conforme já foi anunciado na epígrafe deste texto, a questão indígena sempre esteve presente nas atenções dos homens brancos e poderosos, no entanto, é clara a evolução da mesma. Nos anos coloniais, as preocupações estavam voltadas para a questão de mão-de-obra, vislumbrando, desta maneira, impulsionar o desenvolvimento destas terras de além-mar. Já com a chegada do século XIX, e junto com ele a Independência, o Império e a constituição da nacionalidade brasileira, percebemos mudanças nas preocupações dos grupos dominantes, e isto incluía a questão indígena e

[1] CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos Índios no Brasil*. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2002 pp. 16

sua inserção nesta sociedade insurgente. A partir de então, fica clara a problemática das terras indígenas, inserindo-se na pauta das questões indígenas e dos Conflitos de Terra. Desencadeando longos discursos e debates, acerca da legitimidade, justificativas e validade que pudessem vir a garantir ao índio o direito ao acesso a tais terras, tão cobiçadas pelos grandes fazendeiros.

Neste sentido, o presente trabalho procura contemplar a temática indígena, não com um enfoque direcionado para debates sobre as questões culturais desencadeadas após o choque do contato, nem mesmo para as questões envolvendo a utilização do índio como força de trabalho, mão-de-obra fácil e abundante que serviu aos interesses da colonização, mas sim privilegiando a questão política da temática no século XIX. Pensar o índio inserido nesta arena de lutas políticas, sendo este mais ator social presente nos embates desencadeados no momento da construção e consolidação da nacionalidade brasileira, já no princípio do século XIX.

A análise da pesquisa, centrada nos anos oitocentos permite buscar uma compreensão da política desenvolvida ao longo dos anos em que o Brasil se constituía enquanto nação, explicitando neste contexto a dificuldade em se legislar sobre a questão indígena.

O trabalho encontra-se centrado nas regiões referentes às Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, a fim de buscar estabelecer uma comparação entre estas importantes regiões. No entanto, ainda que sejam províncias de grande importância para o Império, quando analisadas individualmente, apresentam quadros distintos no que se refere à situação dos indígenas no oitocentos, visto que o desenvolvimento da província do Rio de Janeiro encontrava-se em estágio de maior progresso frente a situação observada em São Paulo e no Maranhão.

Enquanto no Rio de Janeiro a questão de Terras era explícita, uma vez que percebemos nesta região um desenvolvimento maior, sendo notório inclusive o desenvolvimento urbano, em São Paulo, a questão revertia-se para a ótica da mão-de-obra e do perigo dos sertões – onde o índio estaria sob a constante mira dos bandeirantes. Por fim, temos o elucidativo exemplo do Maranhão, onde se questionava a situação dos índios, buscando-se legislar, ao mesmo tempo acerca da possibilidade de utilização dos mesmos como mão-de-obra e ainda acerca do direito dos mesmos à terra, ou mesmo a proporção de terras que lhe deveria ser destinada.

Tangenciando ao tema central do trabalho: os conflitos agrários, temos uma série de outras questões, tais como a constituição do Brasil enquanto nação, a questão da colonização de territórios ainda não explorados - ou em fase inicial de exploração-, direitos agrários e a própria discussão acerca da política indigenista implementada pelo Império Brasileiro.

Para a realização de tal trabalho, neste momento inicial, venho utilizando como fontes principais os Relatórios dos Presidentes de Província referentes as mencionadas regiões. Vale ressaltar que estes apresentavam uma visão oficial da temática e destinando-se a uma prestação de contas dos Presidentes com seus superiores, ou seja, eram parte da burocracia estatal do Império Brasileiro. Com isso, percebemos claramente que o discurso proclamado em defesa dos interesses indígenas era muitas vezes absolutamente contrário às medidas tomadas no dia-a-dia.

Com relação à província do Rio de Janeiro salta aos olhos em um primeiro momento o quão pequeno é o número de indígenas ainda existentes na província, assim como o número de aldeamentos. Os presidentes mandam em seus relatórios dados quantitativos neste aspecto, deixando claro o crescente desaparecimento dos índios e a invasão de suas terras pelos homens brancos. Era permitido aos índios por lei alugar ou arrendar suas terras a fim de garantir rendas para a aldeia, no entanto, percebe-se por

parte dos brancos a dificuldade em legitimar leis a favor dos indígenas, o que acarretava no fato de muitos deles não honrarem seus compromissos com os gentios e não pagarem as quantias devidas aos mesmos, tornando-se uma realidade bastante cruel para os nativos.

Os presidentes narram com naturalidade este fato ao longo dos anos, presumindo-se então que eram cotidianos, porém ainda que na qualidade de autoridade competente, pouco fizeram para buscar garantir os direitos indígenas. É interessante que os próprios presidentes atentam para o fato das terras indígenas ainda não possuírem medições e demarcações como ditava a lei, mas limitavam-se a citar o fato e nada faziam para mudar tal realidade. A problemática das terras apareceu com maior freqüência nos relatórios do Rio de Janeiro, enquanto que nos relatórios de São Paulo a questão de maior recorrência estava mais ligada aos problemas de colonização, tais como o medo dos gentios que ainda se encontravam selvagens. Mesmo no século XIX a província de São Paulo, ao contrário do Rio de Janeiro, ainda convivia com a realidade dos índios errantes, que viviam nos sertões, isto se deve sem dúvida a proporção de tamanho frente a outra província analisada.

É interessante ressaltar que as políticas realizadas desde os anos coloniais vinham sendo postas em cheque neste momento inicial do Império. A continuidade da política de aldeamentos estava sendo questionada assim como sua eficácia. No entanto, poucos prontificavam-se a rever os antigos preceitos e reescrever políticas e projetos, o que, conseqüentemente, acabava gerando a inexistência de atualizações e na falta de determinações e projetos os antigos métodos usados pelos jesuítas e pela Coroa lusitana continuavam sendo reproduzidos[2]. A falta de projetos e atenção à causa estava

[2] Foi redigido um projeto por José Bonifácio de Andrada e Silva e apresentado à Assembléia Geral e Constituinte de 1823. DOLHINIKOFF, Miriam. José Bonifácio de Andrada e Silva PROJETOS PARA O BRASIL. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

diretamente ligada à idéia clara de que a “raça” indígena estaria fadada a um desaparecimento muito próximo frente ao processo de assimilação que vinha sofrendo em função do seu contato cada vez maior com os brancos.

Tal discurso de incorporação dos índios pela “raça branca” vem a ser comprovado com algumas evidências de que a Coroa estava buscando garantir direito aos índios, em especial o direito à terra, porém, fica evidente a postura de que não passam de medidas emergenciais para conter determinadas situações. Não haveria a necessidade de se prolongarem tais debates em função do desaparecimento dos índios, o que vinha acontecendo de fato em ritmo cada vez mais acelerado. Tal lógica colaborava abrindo margem para o crescente processo de usurpação das terras indígenas.

Ao defenderem tais teorias de desaparecimento dos povos nativos, os homens brancos estavam certamente aproveitando para protelar cada vez mais uma legislação a favor dos nativos no que diz respeito a suas terras, que enquanto isso vinham sendo usurpadas rapidamente. Conforme foi explicitado anteriormente, a questão de terras foi um problema central no Império Brasileiro, e este trabalho pretende justamente compreender os conflitos de terra que ocorreram em territórios consagrados, ou não, como posses indígenas. Desta forma, a dificuldade dos homens brancos em aceitarem a legitimação das poucas leis que existiam a favor dos índios, complica ainda mais qualquer tentativa de política indígena realizada pelo Império Brasileiro.

Neste sentido, os embates entre os projetos governamentais, os interesses de fazendeiros e a preservação das terras e cultura indígenas tornaram-se o foco central da pesquisa, percebendo-se que estes embates vêm a se tornar intermináveis, tendo em vista a quantidade e diversidade dos interesses envolvidos.

Ao que vem sendo percebido, a política indigenista no Império tendeu a imprimir uma destruição das comunidades indígenas, aldeadas sob o aval do governo ou ainda em aldeias no interior, nos “sertões errantes” ou não. Assim sendo, a despeito dos esforços em demarcar as terras indígenas, sua crescente valorização impediu a concretização de qualquer projeto de regularização fundiária que reconhecesse a legitimidade e legalidade daquelas terras indígenas. Para tanto, analiso as legislações então produzidas sobre o tema, enquanto arenas de lutas entre os esforços de preservação e dinâmica de destruição daquelas comunidades.

O trabalho consiste, então, em compreender como se deu o desaparecimento dos índios em importantes províncias do Império: Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão, no período que vai dos anos da independência, emancipação e construção da nação, seguindo até o ano de 1850. O recorte temporal foi idealizado desta maneira com a proposta de entender de que maneira o Brasil, e os brasileiros passaram a conceber o índio na nova sociedade que se delineava tendo a certeza de que a situação observada no oitocentos e até mesmo nos dias atuais não deixa de ser um reflexo das atitudes, ou falta de atitudes dos anos iniciais do Império Brasileiro.

As fontes utilizadas baseiam-se fundamentalmente em documentos oficiais como os mencionados Relatórios dos Presidentes de Província, que destinavam sempre um espaço para a questão indígena. Trabalho ainda com atas das sessões da Câmara dos Deputados, da Assembléia Constituinte de 1823 e por fim com projetos apresentados, em especial por José Bonifácio Andrada e Silva, que buscaram legitimar a questão indígena no Brasil.

Desta forma, procuro compreender as tensões anunciadas pelos Relatórios e outros documentos oficiais, entre o discurso da preservação e o desaparecimento dos

povos indígenas. Percebo neste aspecto a força da relação relatada anteriormente, pois as situações descritas nos relatórios a partir do ano de 1835 demonstram os resultados da política que se realizava, não apenas nos anos coloniais, mas nos anos do próprio Império, momento em que, infelizmente, não se produziram as leis necessárias.

A guerra, a paz e o sexo: os discursos por trás das escavações de Pompéia.

Marina Regis Cavicchioli – PPG-UNICAMP

Quando se fala em Antigüidade clássica, muito se pensa sobre os discursos que surgiram no passado e que seguem fortes até a atualidade. No entanto, ainda que muitos discursos da sociedade ocidental contemporânea tenham sido criados na Antigüidade e por isto sejamos seus herdeiros, temos que lembrar que os discursos sobre a Antigüidade fomos nós contemporâneos que criamos e, assim, ao fazermos História, introduzimos nossa visão no passado, utilizamos conceitos nossos, para tratar de realidades antigas e diversas das nossas. A História não é um mero relato do passado, mas o relato de um determinado tipo de passado: selecionado e reconstruído pelo historiador. Cada pesquisador faz sua opção subjetiva e, na maior parte das vezes, política. Política ao dar voz a temas considerados por eles relevantes, e excluir outros que consideram menos prioritários.

A Arqueologia e História do mundo romano tiveram um papel muito forte dentro da construção de conceitos de identidade nacionais e da idéia de herança cultural[i]. Sobretudo, buscou-se ressaltar o passado romano em sua expansão territorial, seu imperialismo, sua força bélica, sua literatura, suas construções e sua arte: cada um destes temas foi mais ou menos privilegiado em virtude do momento histórico em que este passado era reclamado. Cada época, baseada em valores de seu momento presente, tentou resgatar um determinado tipo de passado de acordo com suas necessidades identitárias, buscando estabelecer as idéias de herança cultural e continuidade histórica. Como nos aponta Hingley: “O sentido de pertencimento é vital para uma definição própria de identidade nacional e a ligação de identidades étnicas a certos tipos de evidências arqueológicas tornou-se um instrumento poderoso na Inglaterra como em vários países europeus.” [ii]

Tal fato nos leva à indagação de que a idéia de herança cultural romana, tão cara a correntes de arqueólogos mediterrâneos, pode ser em, grande medida, uma herança do presente sobre o presente, usado o passado como instrumento de justificativa de ideologias contemporâneas.

Foi desta forma que, por muitas vezes, o mundo contemporâneo ressaltou a antiguidade romana, em seu caráter belicista e imperialista, na qual a guerra superou todos os outros lados da vida quotidiana. Neste contexto, o espaço da guerra foi construído como um espaço masculino, subtraíndo as mulheres desta história romana, ou apontando-as como manipuladoras e traidoras dentro deste cenário.

Assim, em períodos de guerra, buscou-se ressaltar a idéia de herança cultural imperialista deixada pelos romanos. Não apenas nos discursos políticos, mas nas atitudes políticas e intelectuais que influenciaram o curso e o desenvolvimento de disciplinas como a Arqueologia e a História. Se tomarmos como exemplo o caso de Pompéia poderemos perceber tais influências.

Pompéia foi, em 79 d.C., soterrada pelas lavas e cinzas expelidas pela erupção do Vulcão Vesúvio. Isso fez com que a cidade e toda sua cultura material fossem preservadas até o início das escavações em 1748, sem sofrer as modificações que as transformações culturais ocorridas ao longo dos séculos poderiam impor-lhe. Inicialmente (1748-1765), as escavações tiveram como objetivo e prática o recolhimento dos materiais considerados objetos de arte, incluindo-se aqui as pinturas parietais e algumas estruturas arquitetônicas, sem que fosse identificada a localização original destas[iii]. Esses materiais eram selecionados do seguinte modo: os considerados preciosos fariam parte da coleção privada do rei de Nápoles (Carlo III ou Carlos de Bourbon), e os outros, classificados como de pouca importância, deveriam ser destruídos para que não caíssem "em mãos erradas"[iv]. Os poucos diários de escavações preservados deste período e a documentação em geral, constituíam-se, sobretudo, de anotações referentes aos valores econômicos das peças encontradas[v]. O passado, neste caso, era pensado em função dos valores estéticos da nobreza

napolitana daquele período. Buscando uma reconstrução homogênea de passado, destruíam-se os materiais arqueológicos que poderiam servir para a reconstrução de um outro tipo de passado, que não caberia nos valores dominantes.

Nos primeiros anos de escavação o trabalho era dirigido por militares[vi], pois a Arqueologia como uma disciplina investigativa com métodos e técnicas ainda não existia, e assim, não havia tampouco arqueólogos. Neste contexto, parece-nos interessante pensar, como a retirada dos objetos era feita como se estes fossem despojos de guerra (*opima spolia*), retirava-se aquilo que serviria de adereço ou ornamento aos reinantes e ao poder, sem que houvesse interesse em se pensar uma outra cultura ou uma outra população. Não havia preocupação ou cuidado com preservação da cidade.

No entanto, a retirada de grandes estruturas, com o recobrimento do local, e a falta de cuidados específicos com a preservação da cidade, causou muita polêmica, pois, embora não existissem arqueólogos ou mesmo historiadores - nos moldes de cientistas, como seriam pensados de pois - havia especialistas em antiquária (especialistas nos estudos de objetos antigos), e alguns destes como J. Winckelmann, críticos da conduta de retirada de materiais, consideravam que Pompéia tinha mais a oferecer do que objetos decorativos, para eles toda a cidade poderia servir para a descoberta de um passado[vii]. Desta forma, a prática, própria da época, do colecionismo -que consistia em colecionar objetos artísticos ou exóticos- foi trocada por um outro tipo de conduta mais cuidadosa com a preservação da cidade. Assim, em 1764, F. de la Vega tornou-se diretor das escavações de Pompéia[viii] e passou a fazer uso de procedimentos diferentes daqueles anteriormente adotados. Havendo uma maior preocupação com a conservação da cidade, evitou-se a retirada das estruturas arquitetônicas e o principal objetivo das escavações passou a ser a exposição das estruturas como casas, templos e lojas [ix]o que contribuía também para as visitações ao sítio [x]

No entanto, foi durante o período de domínio francês (1799-1815), quando houve um grande impulso nas escavações de Pompéia. Principalmente durante o reinado de Joaquim Murat, quando a esposa dele, Carolina Murat –que além de esposa de Joaquim Murat era, também, irmã do então Imperador Napoleão Bonaparte- demonstrou muito interesse nas escavações, implantando um ambicioso projeto: decidiu-se pela expropriação dos terrenos pertencentes a particulares, fazendo com que toda a cidade dentro dos muros e uma área ao redor passasse ao Estado, para que assim se pudesse conduzir as escavações sobre toda a cidade. A idéia de Carolina Murat era a de que, em poucos anos, toda a Pompéia fosse escavada, e que fosse criado um itinerário para os visitantes; para tanto disponibilizou muito dinheiro e muitos trabalhadores, que eram em sua maioria militares [xi]. Embora tenha havido muito empenho, chegando-se a ter mais de 1500 operários trabalhando nas escavações, estas não foram terminadas - no entanto, as expropriações foram levadas a cabo. Além disso, Carolina Murat parece ter sido muito importante na divulgação dos resultados das escavações, seja em cartas para personalidades de toda a Europa, no favorecimento da impressão de guias ou possibilitando a elaboração das obras que representavam uma *summa* das escavações realizadas no período anterior [xii].O empenho em ampliar as escavações da cidade, na divulgação dos resultados e de guias da cidade, na criação de itinerários de visitação, e na preservação de documentos sobre as escavações anteriores, parece demonstrar um interesse não apenas nas peças e objetos em si, mas em toda a reconstituição de uma história. Neste sentido, talvez não seja infundado supor que havia uma relação entre as escavações de Pompéia e a preocupação com a reconstrução de um determinado tipo de passado, que pudesse buscar alguma identidade entre os imperialismos romano e Francês, ainda que devamos lembrar que o próprio termo imperialismo é de uso tardio no século XIX.

Com o retorno da dinastia dos Bourbons, em um período em que a idéia de império não está tão forte, o interesse e empenho nas escavações por partes dos reis

diminui. É, contudo, no processo de unificação italiana que Pompéia volta a ser alvo de grande interesse tendo, pois, suas escavações feitas de forma sistemática. Assim, sob a idéia de um povo único: o romano -que então seria retomado na forma do povo italiano- é que Pompéia, agora orgulho nacional, se convertia em *" el escaparate del nuevo reino"*[xiii].

Nos anos 1920 há uma retomada das pesquisas e escavações com novas idéias e ideologias [xiv]. Neste momento destaca-se como superintendente de Pompéia uma grande figura da Arqueologia italiana do século XX: Amedeo Maiuri [xv] Maiuri ocupou este cargo de 1924 a 1961, e sua atuação é bastante polêmica até os dias de hoje. Em primeiro lugar, porque seus trabalhos se desenvolveram, de início, no contexto do Fascismo, em um momento, portanto, de exacerbado sentimento nacionalista no país[xvi]. Assim, nos parece bastante lógico acreditar que ali se construía uma Arqueologia inserida na ideologia fascista, já que ela contava com grande apoio do regime. Maiuri é conhecido por seu dinamismo e capacitação como arqueólogo, o que o levou desenvolver intensas atividades de escavação na cidade. Todavia, Nappo acredita que algumas escavações foram conduzidas e restauradas de maneira inadequada, o que levou à sua rápida deterioração [xvii].Talvez isto tenha se dado por uma vontade de escavar e de tornar visível uma maior quantidade de material, lembrando que Pompéia era orgulho nacional, e suas novas descobertas eram muito bem acolhidas. Maiuri também foi responsável pela grande divulgação das novas descobertas, dos trabalhos e pesquisas sobre a cidade, ainda que as mais conhecidas sejam publicações não científicas[xviii]. Maiuri introduziu de forma sistemáticas as escavações abaixo do nível 79 - nível estratigráfico em que se encontrava a cidade no momento da erupção do Vesúvio em 79 d.C., no qual, se detecta, sobretudo, a presença romana. Abaixo deste nível pode-se demonstrar a presença de outros povos anteriores aos romanos. Isto nos leva a pensar o quanto essas novas análises, que traziam no seu bojo a idéia de supremacia dos romanos sobre outros povos, se encaixam muito bem na doutrina imperialista do fascismo, pois compartilha com o

fascismo a idéia de uma cultura superior se sobrepondo a outras culturas e levando a elas a civilização – lembrando que a civilização era tida como algo que poderia ser transferido[xix], justificando assim, a idéia do colonialismo e imperialismo.

Embora durante a segunda guerra mundial as escavações tenham sido paralisadas e a cidade bombardeada, de um modo geral, pode-se dizer que Pompéia recebeu grande ajuda do regime[xx]. Naquele momento de forte nacionalismo e de uma doutrina ideológica fascista que buscava seus pontos de identidade com os antigos romanos, estas novas descobertas eram muito enfatizadas. Cabe ressaltar, que nos anos 1930, a História de Roma era interpretada pela maior parte dos classicistas italianos à luz da política fascista e mais do que tudo, fornecendo a ela elementos de propaganda[xxi], sendo que, o próprio Mussolini fez visitas oficiais a cidade[xxii] .

Porém, é importante ressaltar que arqueólogos e historiadores clacissistas mais do que pensar que estavam reconstruindo um determinado tipo de passado,se consideraram em uma posição privilegiada por estudarem a cultura romana, acreditando que com isto estariam contribuindo para a compreensão dos padrões culturais da civilização ocidental. Contudo, o que fizeram foi categorizar e discutir os objetos partindo de noções ocidentais contemporâneas e masculinas [xxiii]. Deste modo, essa civilização romana imperialista, e belicista, ou a idéia de um único povo unido e homogêneo, são construções de um mundo romano que merecem ser relativizadas.. Sem dúvidas houve muitas batalhas e guerras, no entanto, ao mesmo tempo em que Roma celebrava a guerra e as conquistas, celebrava também a vida, representada na forma da fertilidade e da sexualidade. Ao mesmo tempo em que Marte, deus da guerra era cultuado, Vênus e Priapo também o eram,havendo, ainda, uma representação em que a deusa pacifica Marte com o amor[xxiv]. .Ao lado de tumbas eram colocados falos como força regenerativa, assim como estes eram colocados nos muros e paredes das cidades, pois seu caráter fértil lhe atribuia também um caráter apotropaico. Atos sexuais eram pintados nas paredes das casas, assim como, em termas, lupanares e em objetos (como *lesbes*) utilizados em culto aos deuses. Seres mitológicos eram

representados praticando atos sexuais e, muitas por vezes, divindades eram representadas com grandes falos. Todavia, este caráter não foi recuperado: ao longo da história das escavações de Pompéia, as representações fálicas e da sexualidade foram consideradas obscenas e imorais. Foram trancafiadas em salas para que ninguém pudesse ter acesso a elas.

Assim, quando se buscou em Roma a idéia de identidade, ao mesmo tempo em que a sexualidade era vista com preconceitos e tabus, construiu-se um passado assexuado: durante muito tempo, arqueólogos e historiadores da arte excluíram este tema de suas pesquisas. Ao se excluir materiais representantes da sexualidade como fontes de pesquisa, já faziam uma opção de um determinado tipo de passado a ser reconstruindo, lembrando que o discurso histórico começa na seleção e transformação de objetos distribuídos de outras formas em documentos [xxv]

Foi apenas nas últimas décadas do século passado que a sexualidade acabou entrando em pauta. Tal fato não se deu exclusivamente por uma mudança de olhar em relação á sexualidade, mas a uma mudança de enfoques gerais que a história e as ciências humanas se propunham. Temas como a vida quotidiana e a história das mentalidades vinham ganhando destaque desde o início da escola dos *Annales.* Assim, os sentimentos, a alimentação, as relações de gênero, passaram a fazer parte dos tópicos estudados como temas históricos. Do ponto de vista teórico, novas discussões questionaram o próprio fazer histórico e os significados da história, que dentro das teorias pós-modernas é pensado como um discurso que o presente faz sobre o passado, onde o passado não está pronto para ser desvendado, mas ele é uma construção do historiador, que utiliza seus valores, sua subjetividade e de questões teóricas do seu presente para buscar o seu objeto de pesquisa sobre o passado. Em especial, devemos destacar as teorias feministas e posteriormente as teorias de Gênero, que questionaram a naturalização dos papeis de gênero e da sexualidade, passando a pensá-los como históricos . Desta forma, a sexualidade que havia sido um tema muitas vezes excluído, desconsiderado das pesquisas

históricas e arqueológicas, passou, a fazer parte dos questionamentos. E assim, abriu-se a possibilidade de se construir um passado que possa também celebrar a vida, em oposição a uma história que durante muitos séculos cultuou a morte.

---

[i] HINGLEY, R. "Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa" . In Funari, PPA (org). *Repensando o Mundo Antigo*. Coleção Textos Didáticos. No. 47. Campinas: IFCH, março de 2002, p 28.
[ii] Idem, pp 30-31.
[iii] PARSLOW, C. " The Open-Air Excavations at Pompeii in the Eighthteenth-century: New Methods, New Problems". In Guzzo, PG (Org), *Pompei Scienza e Società*. Milão: Electa, 2001, p19.
[iv] NAPPO, S. *Pompeii. A Guide to the Ancient City*. Vercelli: White Star, 1998, p16.
[v] BERRY, J. *Bajo el Lapilli.* Milão: Electa, 1998, p 18.
[vi] VARONE, A. "Gli Scavi dal 1748 al 1815." In D`AMBROSIO, A. *Alla Scoperta di Pompei.* Milão: Electa, 1998,p 7.
[vii] NAPPO, S. *Pompeii. A Guide to the Ancient City*. Vercelli: White Star, 199, p16.
[viii] PARSLOW, C. "The Open-Air Excavations at Pompeii in the Eighthteenth-century: New Methods, New Problems". In Guzzo, PG (Org), *Pompei Scienza e Società*. Milão: Electa, 2001, p19.
[ix] CARANDINI, A. *Archeologia e Cultura Materiale*. Roma: De Donato, 1995, p15.
[x]PARSLOW, C. " The Open-Air Excavations at Pompeii in the Eighthteenth-century: New Methods, New Problems". In Guzzo, PG (Org), *Pompei Scienza e Società*. Milão: Electa, 2001, p20.
[xi] VARONE, A. "Gli Scavi dal 1748 al 1815." In D`AMBROSIO, A. *Alla Scoperta di Pompei.* Milão: Electa, 1998,pp 8-9).
[xii] VARONE, A. "Gli Scavi dal 1748 al 1815." In D`AMBROSIO, A. *Alla Scoperta di Pompei.* Milão: Electa, 1998, p 9.
[xiii] BERRY, J. *Bajo el Lapilli.* Milão: Electa, 1998, p 7.
[xiv] SEILER, F. " Karl Lehmann-Hartleben e la " nuova " ricerca su Pompei" . In Guzzo, PG (Org), *Pompei Scienza e Società*. Milão: Electa, 2001, p 64.
[xv] ZEVI, F. "Pompei dalla cittá sannitica alla colonia sillana: per un`interpretazioni dei datti archeologici." In : *Les élites municipales de l `Italie péninsulaire des Gracques à Néron.* Actes de la table ronde internacionale de Clemont- Ferrand, 1991, p 73).
[xvi] BERRY, J. *Bajo el Lapilli.* Milão: Electa, 1998, p8.
[xvii] NAPPO, S. *Pompeii. A Guide to the Ancient City*. Vercelli: White Star, 199, p 18..
[xviii] ZEVI, F. "Pompei dalla cittá sannitica alla colonia sillana: per un`interpretazioni dei datti archeologici.' In : *Les élites municipales de l `Italie péninsulaire des Gracques à Néron".* Actes de la table ronde internacionale de Clemont- Ferrand, 1991, p 74).
[xix] HINGLEY, R. " Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa" . In Funari , PPA (org). *Repensando o Mundo Antigo*. Coleção Textos Didáticos. N-o 47. Campinas : IFCH, março, de 2002., p Hingley, 2002,p 34.
[xx] BERRY, J. *Bajo el Lapilli.* Milão: Electa, 1998, p 8.
[xxi] CAGNETA, M. Antichisti e impero facista.Bari, Dedalo Libri: 1979, p 10.
[xxii] ZEVI, F. "Pompei dalla cittá sannitica alla colonia sillana: per un`interpretazioni dei datti archeologici".' In : *Les élites municipales de l `Italie péninsulaire des Gracques à Néron.* Actes de la table ronde internacionale de Clemont- Ferrand, 1991, p 73).
[xxiii] BROWN, S. "Feminist Research in Archaeology: What Does It Mean? Why is It Taking So Long" . In RABINOWITS, N. e RICHLIN, A. *Feminist Theory and the Classics.* New York: Routledge, 1993, p 248.
[xxiv] VARONE, Antonio. *Erótica Pompeiana.* Roma: L`Erma di Bretschneider: 1994, p196.
[xxv] DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000, p 30.

Panoramas do século XIX: olhares do alto, cenários de batalhas

Mário César Coelho[1] - PPG-UFSC/UFSC

> *A gigantesca massa se imobiliza sob o olhar. Ela se modifica em texturologia onde coincidem os extremos da ambição e da degradação, as oposições brutais de raças e estilos, os contrastes entre os prédios criados ontem, agora transformados em latas de lixo, e as irrupções urbanas do dia que barram o espaço. (...) Subir até o alto do World Trade Center é o mesmo que ser arrebatado até ao domínio da cidade. O corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei autônoma; nem possuído, jogador ou jogado, pelo rumor de tantas diferenças e pelo nervosismo do tráfego nova-iorquino. Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em sí mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas águas, pode agora ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em voyeur. Coloca-o à distância.(...) Será necessário depois cair de novo no sombrio espaço onde circulam multidões que, visíveis lá do alto, embaixo não vêem? Queda de Ícaro. No 110º andar, um cartaz, semelhante a uma esfinge, propõe um enigma ao pedestre por instantes transformado em visionário:* It´s hard to be down when you´re up.[2]

A principal característica nas paisagens dos panoramas é de serem visões do *alto*, seja de uma montanha, uma edificação, o convés de um navio. É do alto que se pode ter uma melhor idéia da totalidade de um lugar. O *olhar do alto* mantém determinadas características, em diferentes épocas, e está relacionado com as primeiras representações de cidades, principalmente quando eram desenhadas como se fossem vistas por um observador celestial.[3] Serão abordados aqui alguns exemplos na história da pintura e uma forma artística e de entretenimento que ocorreu durante todo o século XIX que foi a dos *panoramas,* pinturas circulares expostas nas chamadas Rotundas. Primeiramente os temas foram da natureza e vistas da cidade, mas já no final do século, as principais motivações destas pinturas eram os cenários de batalhas.

O pintor Albrecht Altdorfer (1480-1538) foi um dos primeiros pintores a retratar uma paisagem sem seres humanos e nem reproduzir uma história (*Paisagem*, c. 1526-8).[4] Ele fez estudos e aquarelas de montanhas e florestas e, apesar de não viajar muito, empreendeu uma viagem pelo Danúbio e os Alpes em 1511. Talvez tenha tido contato também com estudos de Albrecht Dürer da paisagem dos Alpes. Na paisagem o sentido de profundidade do espaço provém de diversos fatores, entre eles a diferença de tonalidades e cores a partir das distâncias, a diminuição das dimensões, da textura, dos detalhes e das sombras configurando os objetos.

Nas pinturas de paisagens normalmente o ponto de vista do observador está situado o mais alto possível propiciando uma maior visibilidade. Em *Batalha entre Alexandre e Dario próximo ao rio Issu (*1529) o pintor escolhe "um ponto de vista altíssimo e distante, semelhante aquele de uma águia em vôo. Com a acuidade de um olhar da águia..."[5] Imagem onde convivem o geral e o particular, entre os detalhes das figuras do primeiro plano e o cenário amplo da batalha que se estende até uma linha de horizonte que coloca em relevo a curvatura da terra: "o olhar próximo consente de colher qualquer coisa que foge a visão de conjunto e vice-versa.[6] Esta pintura permite um olhar duplo, onde podemos nos deter na armadura dos cavaleiros, nos porta-bandeiras, nos desenhos dos cavalos, nas plumas dos capacetes dos soldados, Alexandre se dirigindo para a vitória, mas ao mesmo tempo na visão de conjunto os cavaleiros na paisagem aparecem apenas como uma textura. O artista adota "uma visão panorâmica, em resultado da qual os dois protagonistas se perdem no formigueiro dos seus exércitos".[7] A presença simultânea do "dia" e da "noite" acentua ainda mais o distanciamento "com o sol a romper triunfantemente das nuvens, 'derrotando' a lua, como um drama celeste acima da vasta paisagem alpina, em relação com a luta dos exércitos, elevando a cena a um nível cósmico".[8]

Entre várias obras tratando de provérbios, o pintor Pieter Bruegel, o Velho (1525-1569) representou o tema do mito de Ícaro: o engenhoso Dédalo, juntamente com seu filho, presos no labirinto que ele próprio projetara e do qual a única alternativa de fuga seria em direção ao céu. Dédalo projetou voar criando asas com cera e penas de pássaros. O pai adverte Ícaro de não voar nem muito próximo do mar, nem do sol. Ícaro encantado com a possibilidade de voar, imprudentemente, resolve ir mais alto em direção ao sol esquecendo os conselhos do pai. Suas asas de cera derretem e ele cai no mar. Na gravura *Navio de guerra com a queda de Ícaro* (circa 1565), Dédalo está voando e Ícaro, próximo ao Sol, já está prestes a cair. Dependendo do sentido que se queira dar para este evento, querer chegar ao alto terá uma punição ou será um ato de incentivo ao conhecimento.[9]

Alguns detalhes da obra *Paisagem com a queda de Ícaro* (c. 1555) são instigantes como apenas aparecerem as pernas de Ícaro no mar e ninguém prestar atenção na cena,

nem ao menos o pescador que está em frente. Um homem trabalhando com um arado está de costas executando seus afazeres cotidianos, assim como o cego. E ainda há um morto que provém de um provérbio flamengo: *Nenhuma charrua para um homem morrer*.[10] Esta despreocupação para com o outro, principalmente quando estamos imersos em nossos próprios problemas é também o *tema* desta paisagem.

A tragédia de Ìcaro, no plano cotidiano passa despercebida. *É duro descer quando se está no alto*. O olhar panorâmico do pintor, do *príncipe*, permite traçar uma geografia, vislumbrar o tecido, perceber as artérias principais, a massa que se desloca sem perceber seu próprio *desenho*. Aos rés do chão as pessoas estão absortas em seus afazeres, presas em seus mundos cotidianos. São como os seres da pintura de Bruegel: o cego, o ceifeiro ou o pescador.

As profundas transformações ocorridas no final do século XVIII, tanto no plano político quanto industrial fazem com que as cidades tenham uma expansão caótica, e onde o indivíduo perde a capacidade de se reconhecer no espaço público. Nas grandes cidades as pessoas podem andar por a fio sem sair do espaço urbano. Walter Benjamin destaca a experiência do choque no final do século XIX, que as pessoas vão incorporando no seu dia a dia, a ponto de não se importar mais com a presença do outro. No conto de Edgar Allan Poe, o *Homem da multidão,*[11] fica estabelecido um limite na crença de se acreditar numa ordem. Um homem enigmático, incansável, é seguido pelo narrador pelas ruas da cidade durante toda a madrugada, fazendo com que o narrador, ao final, desista de tentar compreende-lo: “ele não se deixa ler”.

O *Panorama* é uma visão da paisagem de um ponto estrategicamente mais alto ressaltando aspectos pitorescos e abarcando uma visão geral de um cenário. Quando a representação, além de ser do alto, retrata “toda” a paisagem, se torna um panorama circular. Buscava retratar “toda” a paisagem circundante. A forma de exposição da pintura é o interior de uma arquitetura especialmente projetada para este tipo de visão, que por sua

característica circular era chamada de *rotunda*. Procurava se incorporar junto com a pintura um olhar que pudesse se movimentar em diversas direções a partir de um ponto central - o olhar do artista, reconstituindo uma situação corporal que pudesse propiciar aquela mesma visão.

O *panorama* está inserido aos divertimentos populares e da cultura de massa e foi patenteado em 1787, pelo inglês Robert Barker, quando ele representou a visão de Londres a partir do teto de uma edificação. A invenção foi chamada de *La nature a coup d´oeil*, a natureza num piscar de olhos. Através dos panoramas o público tinha a possibilidade de estar presente virtualmente num outro lugar. Este tipo de arquitetura teve muito sucesso entre o público das grandes cidades, como Londres e Paris. O espetáculo oferecido servia como compensação à alienação da multidão, uma alienação que acaba reforçando um entretenimento de falsas ilusões. Para outros a representação panorâmica acaba transformando a cidade em paisagem e portanto, em objeto de contemplação e consumo.

> O público heterogêneo e em boa parte popular das rotundas não vem procurar um prazer estético, nem mesmo, como se tem facilmente dito, uma simulação do movimento, que entrará mais tarde no campo de seus interesses. Ele vai viver a ilusão bem mais preciosa de um domínio sobre o mundo, sobre o espaço coletivo; nos panoramas, a cidade se dá como uma configuração estável ordenada à volta do espectador que reapropria assim a aglomeração naquilo que ele sente cotidianamente a impressão de se perder. Adotando um ponto de vista dominante, reintegrando uma posição central, o indivíduo capta uma nova medida da cidade, ele reencontra uma legibilidade e uma percepção de conjunto.[12]

Os panoramas estão ligados à modernidade, na difusão de uma paisagem virtual buscando ao máximo possível a representação do *real*. A idéia era de que as pessoas pudessem viajar de uma capital à outra, sem sair do lugar. O espectador parece imerso na atmosfera de uma paisagem *real*, ele experimenta um deslocamento virtual propiciado por uma pintura que, além da sua linguagem pictórica realista, integra uma arquitetura apropriada. O deslocamento do observador para o ambiente observado simula a visão do viajante nos cumes das montanhas: “A plataforma central, exígua, também deixa ao espectador a atitude de se deslocar, de girar seu olhar, reproduzindo assim duas das experiências maiores que aparecem em todos os relatos de viagens do século XVIII: o horizonte, o ponto culminante”.[13]

Além do gosto pelas viagens, uma série de descobertas e inovações ganham o dia, a imprensa se desenvolve, as ferrovias se expandem "ao que se juntaram as políticas imperialistas e colonialistas que reforçaram o interesse pelas regiões exóticas".[14]

Um aspecto importante é o da substituição da realidade, o de fazer o espectador se sentir presente num lugar: "A imagem, portanto, vale pela experiência, permitindo realizar um sonho que reencontramos freqüentemente na primeira metade do século XIX e mais adiante: viajar sem se deslocar".[15] Uma viagem sem riscos e fadiga, sem um perigo "real" de perda da vida, substituindo a experiência por um "espetáculo ilusionista".

> No diorama, no panorama, podemos viver também as catástrofes, as batalhas, as navegações em tormentas, sem ter de sofrer os perigos e os inconvenientes. Um medo confortável e sem risco, assim poderíamos resumir a emoção proposta. (...) A experiência do mundo e da realidade é substituída por seu simulacro.[16]

A incorporação de elementos móveis e de luzes criando a ilusão da mudança da hora do dia em que a paisagem estava representada, associada aos efeitos de sons, ventos, fumaças, procuravam colocar a pessoa em outro ambiente, simulando o ambiente natural, uma paisagem de cidade ou uma cena de batalha. É esta capacidade de inserção, primeiramente dos panoramas, depois nos dioramas, mareoramas e outros, que o cinema muitos anos mais tarde conseguiria suplantar utilizando as imagens em movimento.

O panorama nasce, com Barker sobre o signo do "atestado de veracidade", de uma representação que procura ser equiparada ao *real*. Ele procura se cercar de testemunhas, atestando sua forma de trabalhar, para comprovar que sua representação está mais próxima do *real*. Isto significa dizer que os panoramistas precisavam de muita preparação e estudos para tentar levar *realidade* à tela.

Para as pinturas de batalhas o panoramista pesquisava os lugares de combates, entrevistava os soldados e oficiais. Isto era necessário para haver credibilidade na representação. O pintor exercia uma tarefa semelhante a do historiador criando uma representação da realidade mais próxima possível da "verdade". Além disto eram publicados programas (livretos) explicativos sobre o tema e a forma de representação. Em muitos panoramas de batalhas passadas na Europa, acontecia de os velhos combatentes irem com

sua família, apontando os lugares e formas de luta e, assim, reviverem suas próprias experiências.

O panorama foi um dos primeiros mecanismos de difusão da cultura para massas, para onde acorriam milhares de pessoas em busca das novidades transmitidas pelas paisagens de outros lugares e de outros tempos, associados ao crescente nacionalismo na segunda metade do século XIX. Os cenários de batalhas eram formas de animar as causas nacionalistas. A *panoramania* foi reavivada pelas representações de batalhas na guerra franco-prussiana, em que mesmo as batalhas perdidas, ou até versões diferentes do confronto eram temas dos panoramas.

No Brasil, Victor Meirelles foi um dos artistas que utilizou esta forma de espetáculo expondo três grandes panoramas (hoje perdidos) no Rio de Janeiro no final do século XIX. Victor Meirelles se identificou com este gênero de pintura, pois antes de executar os panoramas já pintava quadros "históricos". Para realizar a *Batalha de Guararapes* foi preciso se deslocar para Pernambuco e pesquisar o acontecimento e construir sua representação. Da mesma forma, na Guerra do Paraguai se deslocou para o campo de batalha. Esta era uma prática comum tanto para os pintores acadêmicos que privilegiavam o gênero de pintura histórica, quanto os pintores contratados para executar os panoramas nas rotundas.

Em 1896 Meirelles expôs seu segundo panorama circular: *Entrada da esquadra legal na Revolta da Armada: ruínas da Fortaleza de Villegaignon*. Estes panoramas registram um acontecimento na fase republicana: A Revolta da Armada. É o retrato de uma cidade vista a partir de uma fortaleza em ruínas. A bandeira nacional tremula sobre os escombros.

Os panoramas circulares expostos na rotunda da Praça XV de Novembro (antigo Paço Imperial) representaram, de certa forma, uma ruptura com o que era realizado até então por este artista pertencente à escola acadêmica, uma tentativa de estar mais próximo das linguagens realistas e, principalmente, da pintura de entretenimento e espetáculo que era representada em parte pelos panoramas.

Notas

[1] Professor Adjunto do Departamento de Expressão Gráfica (UFSC) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
[2] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1.artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 169-170
[3] Idem, ibidem, p. 170.
[4] GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999, p. 355.
[5] GINZBURG, Carlo. *Microstoria*: due o tre cose so di lei. Quaderni Storici, n. 86, vol. XXIX (2), 1994, p. 524.
[6] Idem, ibidem, p. 524.
[7] JANSON, H. W. *História da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 490.
[8] Idem, ibidem, p. 491
[9] Ginzburg, Carlo. O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
[10] OBRAS primas de Brueghel. Introdução de Christopher Brown. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1975.
[11] POE, Edgar Allan. *O homem da multidão*. Florianópolis, Paraula, 1993.
[12] COMMENT, Bernard. *Le XIX siècle des panoramas*. Paris: Société Nouvelle Adam Biro, 1993, p.91-92.
[13] AUMONT, Jacques. *O olho interminável*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 56
[14] COMMENT, op. cit., p. 87.
[15] Idem, ibidem, p. 86.
[16] Idem, ibidem, p. 87.

A religião popular na formação da identidade do brasileiro

MARIO DE SOUZA MARTINS - UNICENTRO

Introdução

A religião popular é um fenômeno presente na cultura brasileira, e é principalmente a Igreja Católica que se impõem socialmente por seu intermédio. Todas as cidades brasileiras possuem um santo protetor e em muitas a população realiza romarias em louvor àqueles que ela considera produtor de milagres. Era exatamente para responder o por que dessa força cultural na sociedade brasileira é que fomos procurar no processo colonizatório a resposta para essa questão.

A religião popular se desenvolve no processo de colonização como elemento mediador entre colonizadores e agentes do Estado português por um lado, e de outro, a população indígena e posteriormente a negra, que é deslocada do continente africano para o americano, como mão de obra escrava. Sem a religião popular, termo nascido somente na década de 60 do século passado para nomear fenômenos que possuem uma certa autonomia em relação aos cultos oficiais, os agentes do estado português encontrariam dificuldades ainda maiores do que aquelas que tiveram, para impor a visão de mundo do colonizador, o que poderia desencadear conseqüências ainda mais trágicas do que já foi a colonização para os indígenas e africanos.

Como mediadora, a religião popular vai possibilitar a penetração mais intensa na consciência do indígena e do negro para que fossem aceitos e incorporados os valores europeus. Mas será também por intermédio da religião popular que as populações indígena e negra irão driblar a dominação e com isso resguardar os seus valores e normas existentes em sua cultura, que estavam sendo destruídas pelos colonizadores, se aproveitando das fissuras existentes no sistema, e fazendo com que elementos culturais de ambas se tornassem parte integrante da cultura brasileira. Pela mistura de elementos

religiosos e o processo de adaptação de diferentes etnias é que a religiosidade no Brasil adquire um perfil próprio.

O processo de colonização criou as condições e o espaço para o crescimento da religião popular, que serviu ao rei de Portugal, assim como a Igreja para que fossem impostos seus interesses políticos. Apesar de a religião estar submetida a política do rei, e ao qual deveriam obedecer, havia uma dependência dos funcionários da Igreja às organizações laicas como as irmandades, os colégios religiosos e a família patriarcal, mas ao mesmo tempo tentam com a Inquisição banir a imoralidade da colônia e os desvios da ortodoxia, tornando-se assim poderosos.

1 – Religiosos e civis praticam a colonização

Os funcionários da Igreja no processo de colonização estavam submetidos não somente a instituição a qual pertenciam, mas também ao Estado, por causa da influência que o rei tinha sobre a religião. Os funcionários da Igreja são os mediadores da religião, mas ao mesmo tempo transmissores da ideologia do Estado português, conta-se também a educação na colônia. Como uma espécie de agradecimento pelo apoio da Igreja na administração do Estado, a Igreja recebe como contrapartida, o direito de Patronato, um imposto pelo uso das terras.

O domínio da coroa sobre a colônia era de tal envergadura, que mesmo a permissão para a construção de prédios religiosos, apesar de ser uma responsabilidade das Ordens religiosas, deveriam ter a autorização do rei, sem a qual a obra ficava impedida, assim como a criação do bispado, considerada essa uma tática do reino português em evitar o crescimento de uma forte hierarquia católica na colônia.

Enquanto nas cidades o clero se dedicava a atividades civis, nas fazendas a realidade não era diferente: nas fazendas exercitam os párocos atividades civis. Entre elas contam-se educação das crianças da família patriarcal assim como a defesa dos interesses dos

fazendeiros. A família do grande proprietário determina que, sobretudo seus santos de devoção, assim como os membros falecidos da família que deveriam ser cultuados.

Como as atividades dos religiosos eram basicamente civis, os fiéis agiam mais por intermédio das tradições religiosas trazidas de sua origem portuguesa ou pelo livre arbítrio. Interesses particulares misturavam-se com originárias formas do catolicismo, e esta com articulações religiosas bizarras.

Enquanto os religiosos assumiam atividades civis, o contrário é também verdadeiro. Daí o surgimento das irmandades, que serviam ao mesmo tempo a três grupos diferentes: a Igreja, ao Estado português e aos fiéis. Para a Igreja, as irmandades contribuíam para a expansão e reprodução da religião na colônia, o que a Igreja com a pequena quantidade de funcionários não poderiam sonhar em alcançar. Para o Estado português, contribuíam as irmandades para a ordem social e o poder do Estado português. Para os fiéis, reproduzem as relações sociais existentes na colônia, servindo ao grupo dominante local à manutenção de uma ordem dentro da sociedade. Ao possibilitarem que os fiéis pudessem expressar sua religiosidade, sob a direção laica e a pouca atenção dos funcionários da Igreja, surge um campo aberto para desenvolvimento dos valores da religiosidade popular, mas será freado pela Inquisição no caso de ultrapassar os limites impostos pela Instituição.

A religião que se desenvolve na colônia estava sob a direção de civis e não se baseava nos sacramentos, mas se construiu levando em conta a sua exterioridade. Essa forma de religiosidade se expressa basicamente por intermédio de grandes festas para o exterior e com muitas festividades. Hoonaert[1] atribui essa exterioridade como uma demonstração do catolicismo popular devido a pressão que existia na sociedade por causa da Inquisição. A participação nos cultos exteriores era um aval público de crença na Igreja Católica e por isso uma proteção contra uma eventual acusação de desvio religioso pela Inquisição. O

medo de ser denunciado deixa uma ameaça abstrata se tornar quase real pela presença invisível da Inquisição na colônia.

2 – Os colonizadores tornam os indígenas dóceis

A relação entre a Igreja e o Estado se dá numa permanente troca de favores. A Igreja emitia as bulas solicitadas pelo rei português, entretanto a sua concessão, inclusive a da Inquisição, não significou como parecia a princípio, uma fraqueza da Igreja, mas principalmente um fortalecimento de sua influência social. Se a Inquisição se torna um instrumento do rei para frear a nascente burguesia, ela serve ao mesmo tempo à Igreja Católica para impregnar o social com suas normas e valores, dando unidade ao pensamento dominante na sociedade.

Contraditória era também a política que perseguiam os jesuítas na colônia portuguesa, na medida em que contrariavam os dogmas católicos. Eles comerciavam com grande sucesso econômico, por isso se pode afirmar que estavam integrados na estrutura econômica da sociedade colonial, inclusive envolvidos em atividades como o tráfico de escravos ou sistema de crédito.

Os jesuítas foram chamados pela hierarquia católica para a evangelização colonial e por certo não pensaram que seria uma missão de extrema dificuldade, mas a sua formação os tornava aptos para isso: eles eram educados na extrema obediência ao Papa e ao general da Ordem, o que significava duramente orientado para os objetivos a serem alcançados e os caminhos para se chegar ao que desejavam eram escolhidos dependente das condições encontradas.

A vida dos indígenas nos aldeamentos jesuíticos era acompanhada com extrema disciplina militar: recebiam uma educação extremamente rigorosa, deviam ser obedientes, deviam perder todo o contato com a sua comunidade, sua origem e como conseqüência

sua cultura e identidade pessoal, da mesma forma que os jesuítas ao entrarem no seminário, perdiam a identidade durante a sua formação.

Precisamente essa contradição entre objetivo da missão cristã dos jesuítas e a violação contra os dogmas cristãos, exige uma forte ligação ideológica com a Igreja. Cada um deveria interiorizar a ideologia de sua Ordem e não poderiam vacilar na iniciativa a que se propunham. Os jesuítas deviam crescer junto com a realidade, se unir com as pessoas e dessa maneira propiciar a aceitação de sua mensagem. Se os jesuítas não pudessem concentrar e controlar os indígenas nos aldeamentos, eles levavam a missão até eles, visitando-os periodicamente. Dentro da escala de valores europeus significava que o comportamento dos indígenas para os jesuítas era visto como doença, ao contrário deles que se consideravam saudáveis: eles se esforçavam para conhecer a realidade do outro, para poder diagnosticar onde se encontrava a origem da doença. Se os jesuítas encontravam os sintomas da doença poderiam encontrar a cura. Neste sentido a cura, como foi citado acima, seria adaptar o "diferente" a si mesmo. Eles se concentravam na sua tentativa de evangelizar os indígenas, principalmente os fenômenos que o cristianismo considerava extremamente estranho e especialmente pecaminoso.

Bastide[2] cita dois critérios que dirigiam a prática social dos jesuítas. Por um lado, aceitavam alguns elementos indígenas, desde que não ferisse nenhum dogma fundamental da Igreja Católica, esses elementos indígenas eram reinterpretados pelos jesuítas dentro das normas cristãs e por outro lado, determinados elementos da cultura indígena eram com firmeza e resistente luta radicalmente destruídas. Eles seguiam a opção de remédio para a cura, a que de modo nenhum viesse se afastar dos valores religiosos cristãos.

Ao não deixarem se submeter aos costumes e valores europeus, os indígenas eram considerados pelos colonizadores agressores e se mantivessem as práticas proibidas pelos europeus, era então considerado uma provocação, daí justificar-se a guerra de

direito. Na opinião dos colonizadores essa guerra era realizada em nome da civilização, enquanto que para os jesuítas tratava-se de uma guerra interior, na medida em que eles tentavam conquistar a alma dos indígenas, com isso deveria ser evitado que eles retornassem aos seus costumes antigos.

A estratégia criada então, pelos jesuítas era através dos filhos dos indígenas penetrar na família indígena. Eles manipulam os costumes das crianças indígenas para que com isso possam influenciar seus familiares com a intenção de lhes transmitir o catolicismo. Freyre[3] chama a língua indígena como um meio significativo usado pelos jesuítas para se introduzir no mundo indígena e aceitam o contato com as crianças para que por seu intermédio possam penetrar na sociedade indígena. O resultado foi a conjunção nos cultos católicos de elementos da cultura indígena. Esse desvio do conhecimento puro era para os jesuítas de pequeno significado em termos teológicos, pois eles tinham a evangelização como a prioridade maior. Eles tinham objetivos mais profundos com relação aos indígenas, não pretendiam somente trazê-los para o catolicismo, mas mudar sua cultura, transformar seus hábitos.

Mesmo com todo o controle dos jesuítas não foi possível impedir que os indígenas fizessem uso do catolicismo através do permanente inclusão de elementos de sua religião natural e da adaptação exterior às regras obrigatórias dos conquistadores, praticavam a religião de forma diferente daquela a que estavam acostumados os portugueses. Apesar de toda a repressão que os indígenas sofriam, eles puderam impor diversas expressões culturais na sociedade brasileira seja na língua, na alimentação ou na religiosidade, deixando plantada uma semente indígena nos costumes e tradições da população brasileira, criando a identidade brasileira.

Os jesuítas concluíram que os indígenas tinham limites para a compreensão da religião católica, por isso facilitavam a doutrina católica e seu ensinamento, para que conseguissem se tornar entendidos. Eles praticavam com os indígenas métodos especiais

de comunicação. Tornaram a catequese de forma poética, musical, dramática e coreográfica. Como Leite[4] afirma, tentam os jesuítas contribuir para que, dessa forma, os indígenas fossem inseridos nas práticas culturais religiosas portuguesas, por exemplo, adoração através da dança, teatro, romarias, jogos e santos protetores.

Siqueira[5] descreve como os jesuítas na tentativa de conseguir trazer os indígenas para a religião católica usavam elementos pagãos, como instrumentos musicais indígenas e ritmos. Nas músicas indígenas adaptam com textos religiosos e desta forma passam os indígenas a aceitar as práticas católicas e os costumes portugueses. Ao contrário da linha determinada pelo catolicismo, que a missa no tempo deveria ser falada em língua latina, ela era celebrada para os indígenas nos aldeamentos na língua tupi.

Isso mostra que os indígenas mesmo sendo submetidos aos europeus durante o processo de colonização eles puderam manter na cultura brasileira diversos símbolos de sua cultura e com isso uma parte da prática social indígena. Tendo sido inclusive motivo de discussões entre os jesuítas e o bispo brasileiro, que supunha que essas misturas de religiosidades poderiam contribuir para que as verdadeiras expressões da religiosidade católica se perdessem. Em função dessa mistura entre a religião dos colonizadores e a cultura dos habitantes encontrados pelos europeus no Brasil, é que se desenvolve no Brasil uma forma autônoma de expressão religiosa.

V – Os africanos misturam as expressões religiosas

A mediação dos sacramentos era o único contato entre escravo e clero. Os proprietários de terra tinham a obrigação de evangelizar os africanos escravos pagãos: aprender a rezar, ser batizado, participar das missas e receber sacramentos. Na verdade, os grandes proprietários não tinham interesse na evangelização dos escravos, pois segundo Hoonaert[6], para os grandes proprietários a evangelização poderia trazer aos escravos a consciência de sua própria situação e com isso passarem a lutar pela sua liberdade.

O senhor de engenho permitia na maioria das vezes a prática da religião africana nas fazendas, mas somente era permitida no local onde viviam, ou seja, nas chamadas sensalas. Para os grandes proprietários, a prática de cultos africanos era um ágil instrumento de socialização dos africanos, assim eles podiam suportar melhor sua condição como escravo. Apesar de os escravos praticarem os ritos africanos, eles tentavam de todas as formas esconder suas manifestações religiosas. Se bem que elas permaneciam vivas em sua consciência, não só pela memória, mas também por elas serem permanentemente renovadas com a chegada de navios com novos grupos de escravos africanos, que traziam consigo os valores africanos. A socialização dos africanos no Brasil tem desde o início do processo de colonização a religião popular, ou melhor, sincretismo como base, influenciando a prática da religião católica assim como sendo influenciada por esta. O desenvolvimento da religião popular no espaço "dominado" pelo africano junto com a opressão da religião dos colonizadores gerou manifestações como a umbanda, que se compõe de elementos das duas religiões, elementos católicos quanto africanos se cruzam.

Daí se pode verificar o papel político da religião popular no Brasil colonial, se tornando mesmo um elemento fundamental do processo de formação da sociedade brasileira, contribuindo para a reprodução do poder dominante, tornando então a sua presença até os dias de hoje marcante na consciência social, o que lhe deu o status de componente integrante da identidade do brasileiro.

---

[1] HOONAERT, E. et. al. História da Igreja no Brasil: primeira época. 3. ed., Petrópolis/RJ: Vozes/Paulinas, 1983.
[2] BASTIDE, R. As religiões africanas no Brasil. Bd. I/II. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
[3] FREYRE, G. Casa-Grande e sensala. 21. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1981.
[4] LEITE, S. História da Companhia de Jesus no Brasil. Bd. I/X, Lisboa /Rio de Janeiro: 1938/1950.
[5] SIQUEIRA, S. A. A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial. São Paulo: Ática, 1978.
[6] HOONAERT, E. et. al. História da Igreja no Brasil: primeira época. 3. ed., Petrópolis/RJ: Vozes/Paulinas, 1983.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.

Marisa de Fátima Lomba de Farias
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

As pesquisas desenvolvidas em assentamentos de reforma agrária apresentam reflexões teóricas considerando as variadas dimensões da vida nestes espaços sociais, dentre elas pode-se citar, a chegada à terra, as formas de produção e de organização espacial e social dos lotes e outras. Por outro lado, demonstram que a vida nos assentamentos é marcada por uma certa ambigüidade. Não se trata, portanto, de uma contextura social fácil de ser compreendida, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos sociais: famílias, indivíduos, mediadores e o próprio Estado. Esses sujeitos procuram organizar as relações internas de modo a apresentar uma alternativa viável a um número maior de pessoas: o acesso à terra e, conseqüentemente, a uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.

Para o entendimento desse espaço social, os assentamentos de reforma agrária, os caminhos construídos por pesquisadores(as) são diversos, haja vista que os diferentes projetos, as diferentes localidades, enfim, os diferentes modos de vida presentes e se conflitando, às vezes em menor ou maior grau, demonstrando que a "vida é difícil de ser vivida"[1], se encontram e desencontram com as perspectivas dos pesquisadores.

Em nossos caminhos de pesquisa, notamos que os homens e mulheres chegam nos assentamentos e trazem uma história de vida que se apresenta como forte definidora das estratégias familiares, (re)estruturando as alternativas para a permanência nesta terra que foi conquistada, na maioria das vezes, com muito sacrifício, sob a lona preta, com pouca comida, mas com esperanças de alcançarem dias melhores.

Desse modo, advogamos concepção de assentamento como um novo espaço social, passível de conflitos sociais, em diversos âmbitos, é encontrada em vários autores, uma vez que é um espaço de poder onde são construídos diversos projetos[2]. Os assentamentos rurais significam, então, um período novo, porém difícil na vida das mulheres, que vivem entre o encantamento e o desencantamento, entre o conhecido e o desconhecido, entre o existente e o que está por vir, como se esperassem "chegar setembro para a boa nova entrar nos campos"[3]. Devemos atuar nos assentamentos, entendendo-os como um espaço em construção, onde estão presentes as rupturas, as (des)construções, as (re)construções, diante dos variados projetos presentes no cotidiano das mulheres.

Frente a tais circunstâncias, nesse momento, é possível definir um caminho para a análise da vida nos assentamentos, tendo a participação feminina como foco central, estudada a partir de reflexões acerca da representação, com o intuito de perceber o que mudou na vida dessas mulheres. Essa escolha não se deu aleatoriamente, mas, tendo em vista uma trajetória de pesquisas e de estudos de gênero em assentamentos de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul, nas quais observou-se a participação das mulheres no processo de luta pela terra – nos acampamentos – e o processo de luta na terra – nos assentamentos.

Desta sorte, verificou-se que as mulheres estão presentes nos dois momentos da luta, porém vivem múltiplas dificuldades, somadas aos problemas mais gerais, como veremos. Nesse sentido, muitas delas construíram no acampamento uma identidade de liderança, com participação efetiva e, até mesmo, decisiva nos momentos de maior tensão conflituosa; no assentamento, se voltam para o espaço da casa, participando do ciclo de produção – no sentido de ajuda ao marido – mas não têm presença nas decisões importantes dessa produção, leia também, circulação/lucro e, nos processos decisórios em diversos âmbitos do assentamento. O caminho inverso também existe, ou seja, uma

resistência cotidiana contra a dominação patriarcal[4]. Nesse movimento por meio da vida cotidiana, que aos poucos vai se estruturando nos Assentamentos de reforma agrária, o uso das representações sociais que dizem respeito à condição feminina é estratégico no desenrolar das relações de gênero.

As mulheres constroem a representação nos assentamentos de reforma agrária no processo de efetivação de sua identidade, no jogo entre situações de dominação e de libertação em um movimento de imposição de poder de indivíduos, principalmente, a figura masculina, por vezes, o pai, um irmão, um filho, o marido; e de grupos, levando-as a estruturarem resistências simbólicas diárias contra tais imposições.

Por essas e outras, é possível dizer que as representações, ao mesmo tempo em que é criada e é apropriada, atua como prática social, dando à vida cotidiana um movimento constante, entre o espaço-tempo e o devir, dando coloridos diversos às relações tecidas entre mulheres e homens.

Portanto, entendemos a representação, tendo em vista as reflexões de Lefebvre[5], como presença e ausência, construídas em um *continuum* de ações, em que homens e mulheres vivem situações nas quais exploram os possíveis, partindo das representações, constroem um outro conhecimento de sua condição no mundo, tendo em vista a exploração de rupturas no tecido social. As representações podem, então, criar brechas de transformações no cotidiano em situações de conhecimento e desconhecimento.

Por outro lado, as representações são efetivadas, também, em movimentos que podem levar à conservação das relações de controle e dominação patriarcal. São conservadoras das situações de controle quando são naturalizadas e aceitas socialmente, tomam formas, têm significados, fortalecendo o senso comum, impedindo a análise da vida cotidiana, e levam as pessoas a acreditarem nas próprias condições existenciais, que são nesse momento, ausência, ou seja, respostas que se colocam no lugar do possível histórico. Para tanto, criam e resignificam símbolos, linguagens, noções e figuras que

articulam e solidificam o conhecimento do senso comum. E sabe-se que este quando pouco explorado, impede as rupturas, isto porque, naturaliza as concepções que, envolvidas por representações, dão continuidade às relações de domínio e de poder.

No caso das mulheres dos assentamentos de reforma agrária – se observa, também, em outros grupos sociais –, pode se falar em diversas representações, de ser frágil, dócil, calmo, que se articulam em um eixo mais forte e definidor que é a representação de "ser mãe". Esse eixo passa a ser o articulador das outras representações elaborando sentidos para a vida cotidiana nos assentamentos e na sociedade de modo geral e ganha sentidos comuns, naturalizados, por nascerem na vida social e a ela se dirigirem, a ela darem significados que dominam, muito mais, do que libertam.

Ao destacar o ponto mais definidor da representação construída para a figura da mulher na sociedade, "ser mãe", coloca-se os dois sentidos com mais clareza, ou seja, "ser mãe" é a condição do cuidar, objetivada e configurada na mulher, seja ela trabalhadora rural ou urbana, é o simbólico criando sentidos que são aceitos pela própria mulher – pode se destacar a dificuldade de se desprender dos afazeres da casa e dos cuidados dos(as) filhos(as) e/ou de delegar essa tarefa a outrem – que incorpora os papéis socialmente construídos, quanto para a sociedade que define tais papéis e os reforça principalmente por meio da educação na construção de valores e comportamentos dominantes.

Essa representação elabora um sentido, resignificando a própria linguagem, pois por meio dele o verbo "*dedicar* transforma-se em *dedicar-se*, provocando uma mudança de sentido, pois confere à ação uma dimensão temporal ininterrupta reavivando o sentido religioso que há em dedicar-se, o emprenho de continuidade, de ligação profunda, [...]"[6]. No contato com as mulheres e os homens nos assentamentos observou-se que o sentido do *dedicar-se*, para a mulher, está voltado à casa e seus arredores – inclui-se o cuidado

com os filhos, com as plantas e com os pequenos animais, com uma participação com menor poder de decisão em outras instâncias da vida familiar e no assentamento – grupos de produção, assembléias, dentre outras.

Nos assentamentos, as famílias lançam mão das representações sociais que devolvem à terra o sentido de aconchego, de fertilidade de mãe protetora que está sempre pronta a receber quem dela necessite. Estas antigas representações, parte de uma profunda memória coletiva, veiculadas e difundidas ao longo e em geral lento processo de luta pela terra e na consolidação da sua permanências nos assentamentos rurais, provocam por deslocamentos, amálgamas e substituições, o reforço da condição materna das mulheres em detrimentos de outras possibilidades. Assim, é destinado às mulheres um conjunto de atribuições que se ligam ao eixo principal "ser mãe", tanto que às mulheres as tarefas predominantes estão voltadas aos cuidados com a família, as principais atenções e responsabilidades, pois mesmo que trabalhem no ciclo de produção, sendo tal trabalho não contabilizado como tal, mas como ajuda.

Porém, as mulheres procuram construir resistências simbólicas, podendo ganhar força para alteração da condição feminina, buscando o empoderamento da mulher[7] no cotidiano dos assentamentos. Exemplos podem ser citados: uma mulher que contra a vontade do marido, afirma dirigir o trator e cuidar sozinha da produção; outra que diz plantar amendoim sem a "permissão" do marido; outra que dirige sozinha o seu lote, com admiração de alguns e desprezo e inveja de outros.

Do exposto, a permanência nos assentamentos recoloca para as mulheres e para as famílias um novo cenário que permite a elaboração de novos projetos pessoais e coletivos. Na reelaboração contínua desses projetos, lançam mão das representações internalizadas e assimiladas, mas também inventam e reinventam outras que apontam para além da vida presente, para um futuro onde esperam encontrar uma vida melhor, mais digna, com novas referências. Assim, percebemos que o presente/futuro é

construído em meio a um fluxo de representações sociais, em um imbricamento do passado, a que nos reporta Thompson[8], que remete a um possível objetivado de Sartre[9].

Portanto nos assentamentos, as mulheres vão configurando brechas, em meio às homogeneidades e às diferenças entre as famílias, entre os homens e as mulheres, estamos a falar de um cotidiano que : "[...] é ao mesmo tempo abstrato e concreto: institui-se e constitui-se a partir do vivido." [10]

Precisamos pensar acerca do vivido das mulheres nos assentamentos rurais, considerando as espontaneidades, as ambigüidades, as contradições, bem como, todas as possibilidades e as limitações desse vivido, o que dele está aparente e/ou oculto na representação. Ao construírem as redes de relações, no interior dos assentamentos, as mulheres e os homens procuram definir/(re)definir estratégias de permanência na terra, lançando mão de seu saber-fazer e novos saberes, principalmente nas definições das alternativas de produção, passando pelas escolhas entre o trabalho individual e coletivo, relativos à concepção de terra que trazem de outros tempos.

Toda essa imensidão de sentidos e sentimentos envolvendo as mulheres, reforça as imprecisões da vida cotidiana, em ritmos desencontrados, em alguns casos se redefinindo em novas melodias, mediatizando o vivido[11] e o concebido, havendo entre ambos um espaço, no qual efetiva-se o percebido, sendo este as representações do mundo e o mundo das representações. É quando se institui as relações, se estruturam os valores, os desejos, as necessidades, as ações, as transformações e/ou as permanências do modo de vida dessas mulheres e suas famílias, constituindo as concepções de mundo, de terra, de relações de gênero.

Desta sorte, ao refletir a organização da vida nos assentamentos, é importante considerar que as representações da mulher, carregadas de valor e sentido socialmente aceito, caracterizam os projetos e a vida dos assentados, particularmente nas relações de gênero. Nesse sentido, encontramos nas referidas representações sociais uma

ambivalência, pois podemos atribuir-lhe uma dupla conotação: falsa e verdadeira ao mesmo tempo; falsa porque não consegue atender e corresponder ao que supõe, na medida que dissimulam as finalidades reais dos diferentes projetos existentes, tendo em vista o que desejam, as mulheres; e verdadeira porque integra as relações, reforçando os limites e os bloqueios a um tempo futuro. Mas, também, porque ao se referirem aos anseios, desejos e esperanças das pessoas, elas podem surpreender e serem valoradas em sentido contrário ao valores e poderes estabelecidos, desvelando as construções que dominam, de modo a desvendar tais relações, abrindo-se para a exploração do *possível* [12]

Estas e outras reflexões que permeiam nossas acerca da vida de mulheres nos assentamentos de reforma agrária, permite-nos perguntamos; o que mudou na vida das mulheres com a conquista da terra? Não temos uma resposta definitiva. Cabe a cada um (a) encontrar afirmações parciais, mais próximas da realidade, que é marcada pela instabilidade e pela descontinuidade. Deixamos algumas questões por responder, que na verdade são novos questionamentos, haja vista as dificuldades que essas mulheres enfrentam para (re)escreverem suas histórias de vida, de luta, de (des)encontros.

Por outro lado, podemos afirmar: mudou o espaço-tempo da vida, por meio da resistência de homens e de mulheres diante da expropriação e da exploração do capital. Mais ainda: por meio da resistência das mulheres que lutaram e ainda lutam contra o poder patriarcal espraiado por toda a sociedade. Elas buscam, ainda que de modo ambíguo, fugir, resistir ao controle dos olhares masculinos, do próprio marido e de todos os homens que pactuaram as relações de dominação-exploração-opressão, próprias do poder masculino.

Deixemos que as vozes de algumas mulheres expressem essa resistência. Mesmo que no anonimato do cotidiano, em conversas informais e longe do gravador, elas registraram suas angústias, os sentimentos que habitam o entrejogo de gênero, constituindo suas formas de resistência, veladas, silenciosas, mas que fazem parte de

uma história que está sendo escrita, fortalecida, e denunciando a dominação patriarcal: *"Eu acho bom, estou muito contente, levanto cedo, cuido das minhas coisas, crio minhas galinhas, planto horta, pra mim está bom, estou muito contente.".*"*Mulher de roça não tem vaidade! Mulher da roça não tem ilusão com roupa, com as coisas...". "Tem uns maridos por aí que eu não tenho inveja.". "Casa nova... logo está cheia de filho..."* [verbo casar, referindo a si mesma]. *"Ele fala que o trabalho do homem rende mais..."*"*Minha mãe me agradava, dava tudo pra mim, pra eu não me casar... não adiantou... mas está bom... agora eu vi como é... tenho a minha casa, minhas coisas..."*[13]

---

[1]ROSA, Guimarães Rosa. *Grande Sertão:* Veredas. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1963.
[2] FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara.
[3] Trecho da música "Sol de Primavera" de Beto Guedes e Ronaldo Bastos.
[4] SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).
[5] LEFEBVRE, Henri. La presencia y la ausencia: contribuicion a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura Econômica, 1983.
[6] LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela.* Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record. 1984, p. 22
[7] DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. *O empoderamento da mulher:* direito à terra e direitos à propriedade na América Latina. Tradução: Letícia Vasconcelos Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolf, Sônia Terezinha Gehring. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.
[8] THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[9] SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um Humanismo; A imaginação; Questão de método.* São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).
[10] SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, José de Souza.(org.) *Henri Lefebvre e O retorno à Dialética.* São Paulo: Hucitec, 1996, p. 76.
[11] Id. Ibid. 1996, p. 80.
[12] Cf. LEFEBVRE, op. cit.
[13] FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Relações de Gênero no Assentamento Sul Bonito, Itaquiraí-MS: o que mudou? In: *XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA.* 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos. João Pessoa, PB: Guia JP, 2003. 1 CD.

TRADIÇÃO INVENTADA: AS TOURADAS DA MEMÓRIA (1960-1970)[i]

Ms. Marisa de Oliveira Camargo[ii]

Quando se impõem novos paradigmas a uma determinada sociedade, também se operam transformações no comportamento político que seguem determinados padrões em certos momentos históricos.

Na década de 1960/70 a cidade de Cuiabá-MT passou a viver um período de rápidas transformações urbanas e culturais, com a chegada de milhares de migrantes sulistas em Mato Grosso. A partir destas décadas , começaram a aparecer nos jornais, artigos preocupados com a cultura regional e nacional que, segundo estes mesmos artigos, se viam ameaçadas diante de um avançado "progresso tecnológico e industrial" e da "invasão" cultural estrangeira que estaria suprimindo a cultura local. É nesse contexto de suposta ameaça que o conceito sobre determinadas práticas, como diria Paul Veyne em *"Foucault revoluciona a história*", precisava ser modificado. Aquilo que outrora foi considerado como bárbaro, violento, "uma fábrica de assassinos", neste período e exatamente neste momento, precisou ser reinventado. Estamos falando justamente das touradas cuiabanas, que nestas décadas começaram a aparecer novamente nos jornais, invocadas por articulistas e intelectuais interessados em construir uma memória coletiva e social regional. Desta vez, elas ressurgiram como uma "tradição" que passou e que não deveria ter acabado.

Alguns intelectuais relembraram a tourada, espetáculo que acontecia no século XIX e começo do XX em Cuiabá, com grande nostalgia, se dedicando a escrever sobre seus aspectos, aqueles que acreditavam ser os traços das mais autênticas tradições de sua terra, narradas em tom autobiográfico. Segundo alguns memorialistas, a tourada era um espetáculo concorridissimo e, como tal, não devia cair no esquecimento. Banida do

calendário festivo de Cuiabá desde 1936, por ser considerado naquela época bárbaro e violento, o espetáculo das touradas passou a fazer parte da memória desses cuiabanos, que durante as décadas de 1960/1970 a relembraram em tom saudosista, influenciados pela invasão cultural estrangeira que acontecia no país deste período, a qual causou, conforme os próprios memorialistas disseram, "a perda da identidade cultural".

Para entendermos as condições de produção desse discurso, faz-se mister saber o que se passava no cenário brasileiro e o que autorizou a construção desta preocupação.

Na década de 1950, a euforia desenvolvimentista aberta com o governo de Juscelino Kubitschek reflete-se na vida brasileira. O Brasil foi assolado novamente por uma onda de modernização semelhante a do começo do século XX. Nas décadas de 1889 a 1920 , as transformações que ocorreram nas cidades brasileiras giraram em torno da higienização das cidades baseadas no cientificismo. Desta vez, o progresso era justificado pela industrialização, símbolos da modernidade.

Em Cuiabá, cresceu uma desconfiança do futuro acompanhada da nostalgia pelo passado, percebida nos discursos que lamentam a perda das referências espaciais, temporais e culturais, conforme Suzana Cristina Souza Guimarães, em seu artigo *"Uma fisionomia do passado (Cuiabá, 1970)"*. Suzana Guimarães nos diz que isso ocorre, particularmente, entre os "intelectuais que se sentem "culturalmente invadidos" e ameaçados por um modo de vida, hábito e por um visual urbano mediado cada vez mais por uma cultura massiva, homogênea, que se impõe em relação às formas e modos particulares e específicos de uma sociedade ainda territorializada na cultura local...". A partir da década de setenta e nos anos posteriores, assistiu-se na cidade a um crescente movimento preservacionista dos bens e valores cuiabanos, considerados ameaçados pelos impactos produzidos pelo processo de "modernização", privilegiando o enfoque desse impacto sobre a cultura local.

Ao contrário do inicio do período republicano, quando o desejo da população daquela época era o de ser estrangeiro, conforme nos diz Nicolau Sevecenko em seu livro *Literatura como missão*, nas décadas de 1960 e 1970, o desejo era o da busca uma identidade nacional, regional, em oposição a uma cultura estrangeira que se impunha massivamente, produzindo um sentimento de perda de identidade cultural.

Segundo Suzana Guimarães, tudo o que era moderno seria "associado à técnica, progresso, razão, máquina, quantidade, massa, econômico, etc, diferentemente da concepção tradicional que seria cultura, tradição, humano, popular, qualitativo, regional, etc." (GUIMARÃES, 2004). Em oposição ao acelerado processo de homogeneização cultural e à ameaça da perda de identidade nacional, podemos perceber que houve um processo de criação de uma identidade regional, baseada em antigas "tradições", que trariam marcos de uma cultura local, passíveis de criação de uma identidade regional. É o que percebemos no caso das touradas cuiabanas, estudado aqui.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *"Arte & Identidade : Cuiabá 1970-1990",* Suzana Guimarães desconstrói a noção de identidade regional como um objeto dado ou natural analisando as práticas que foram construindo a idéia de cuiabania, recortando as práticas imagéticas do circuito artístico de Cuiabá entre 1970 e 1990.

Concordando com Paul Veyne, Guimarães diz que " ...ao invés de acreditar que existe uma coisa chamada "identidade cuiabana", pré-existente, natural (que não poderia ser de outra maneira), minha tarefa era desconfiar dessa "naturalidade", desconstruir as articulações, desvendar a trama, ou desfazer a teia para mostrar como essa idéia foi construída..." (GUIMARÃES, 2002, p.15)

Mas a operação de construção em curso, seja da identidade cultural seja das tradições que a engendrariam, pode também ser analisada através da idéia de tradição inventada desenvolvida por Eric Hobsbawm, em *A invenção das tradições.* Por tradição, Hobsbawn entende "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou

abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado." (HOBSBAWN, 1997, p. 9)

Hobsbawn diz que na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições "inventadas" caracterizam-se "por estabelecer com ele uma continuidade artificial." Em poucas palavras, o autor nos coloca que elas são reações a situações novas que "ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É "o contraste entre as constantes mudanças do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social..." (HOBSBAWN, 1997, p.10)

Temos que observar que tradição não é a mesma coisa que costume. Para este autor, o objetivo das tradições é a invariabilidade. O passado real, ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas, tais como a repetição. Já o costume, para Hobsbawn, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e "pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente." (HOBSBAWN, 1997, p.10) Indo mais adiante em sua análise sobre as tradições, o autor afirma que quando ocorrem transformações rápidas da sociedade, que debilitam ou destroem os padrões sociais para os quais as "velhas" tradições foram feitas, produzem-se novos padrões com os quais essas tradições tornam-se incompatíveis. Sendo assim, inventam-se novas tradições.

Para ele, as tradições classificam-se em três categorias: "a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidade reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a

socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento." (HOBSBAWN, 1997, p. 17)

Usando os conceitos que Hobsbawn formula a respeito das tradições para pensar o significado dessa retomada das touradas cuiabanas a partir da década de 1960, poderíamos dizer que a tourada em Cuiabá se tornou uma autêntica tradição, uma "tradição inventada". Inventada para um momento que era necessário legitimar um interesse específico, o da construção de uma identidade regional enraizada em costumes antigos, outrora banidos.

Segundo Hobsbawn, grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, " mas incrivelmente transformados " exigem novos instrumentos que assegurem ou expressem identidade e coesão social. Para ele, as tradições inventadas têm funções políticas e sociais importantes, sendo portanto evidente a intenção de inventá-las para manipulação.

No caso que pesquisamos - o do completo fim das touradas cuiabanas- , observamos que nas décadas de 1960/70 renova-se o espetáculo, rememorando apenas os costumes, e não mais aquilo que fez a "tradição das touradas" desaparecer. Aqui, utilizou-se a terceira categoria que Hobsbawn formula a respeito da tradição, aquela cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento, visando uma certa ancoragem no passado.

A tradição inventada, nesse momento, teve uma função política e social , a criação de uma identidade regional, assentada no discurso saudosista do passado, baseada na memória de alguns intelectuais que através de seus artigos, inculcaram na população a idéia da preservação dos bens que, para eles, eram culturais e regionais; de que antes, "vivia-se melhor e mais feliz". Até mesmo espetáculos que outrora foram considerados bárbaros, agora eram dignos de se tornarem "tradição".

Suzana Guimarães diz que textos, sons e imagens funcionam como máquinas produtoras de sentidos e significados ao tomarem um ponto como material. Assim como no caso das práticas imagéticas que estuda, os discursos dos artigos dos jornais que encontramos, baseados nas memórias de alguns intelectuais deste período, fazem parte do mesmo movimento de invenção de uma identidade espacial e uma cultura regional homogênea para a cidade de Cuiabá.

No nosso caso, o material manipulado pelos articulistas que compõe a trama que tece o discurso sobre a cultura é a memória. Os próprios articulistas produzem essa memória , matéria-prima que alimenta neste momento o discurso sobre a cultura cuiabana e a identidade regional.

Nas décadas de 1960/70, especialmente, a cidade de Cuiabá emergia como "cidade na ou de fronteira", como Suzana Guimarães nos aponta, se configurando como rota principal do fluxo migratório e "mediadora do projeto federal de ocupação dos 'vácuos demográficos' amazônicos... Nesta nova cidade tragada pelo crescimento acelerado, pela rapidez dos transportes e instantaneidade das comunicações de massa, pela explosão demográfica, pela ocupação de terras e expansão da rede urbana como negócio, tudo se misturava – gentes, classes, sentimentos e hábitos os mais diversos possíveis, o que levava a constituir-se – como um espaço sem forma definida, despedaçado, partido em sua inteireza sem sentido. Uma vez que tudo parecia fora de lugar, desfigurado, fica claro que, de um modo geral, a sensação de estar perdido no tempo e no espaço afetava não apenas uma coletividade, mas também toda uma classe social que se vê em crise, pelo medo de não conseguir manter mais os privilégios e lugares sociais conquistados, de ter a memória estilhaçada e a vida prestes a ruir, pois sente que tudo que construiu um dia está se acabando, se esvaindo, fugindo do seu controle." (Guimarães, 2002, p. 21-22).

Surge então um surto de memória a partir da década de 60 do século XX, que articula uma crise de uma estrutura de temporalidade anterior, que marcou a fé no

progresso e na modernidade. Se antes era preciso banir aspectos culturais que demonstravam atraso e, portanto, deveriam cair no esquecimento, chega um momento em que é necessário lembrar.

Concomitante aos avanços tecnológicos desse período, o novo Plano Nacional de Cultura foi concebido de modo a estimular a difusão da cultura conforme se difunde um produto. Suzana Guimarães diz que "Ao conceituá-la como plural, esta narrativa tratava de construir uma identidade e uma memória, para o Brasil e para os brasileiros, que englobasse o heterogêneo, buscando nas diferentes realidades regionais a compreensão do todo." (GUIMARÃES, 2002, p. 28) Segundo a autora, o discurso nacional ao conceituar a cultura brasileira, retomando como ponto central a cultura regional, dispara uma corrida identitária que "marca no Brasil a disputa e a tentativa das diversas regiões de forjarem para si 'mais valores' que pudessem ser nacionalmente reconhecidos e instituídos como modelos a serem seguidos pelo restante do país, cada um por sua vez, o lugar do qual se exerceria uma hegemonia cultural." (GUIMARÃES, 2002, p. 30)

Longe de simplesmente tomarmos por verdade as palavras destes artigos, que a princípio nos fazem acreditar na existência de uma "autêntica e tradicional cultura cuiabana", preferimos seguir os passos de Paul Veyne para desmistificar as entranhas deste discurso. Paul Veyne nos esclarece que o que se entende como verdade, pode ser modificado a qualquer momento. "Cada prática depende de todas as outras e de suas transformações, tudo é histórico e tudo depende de tudo; nada é inerte, nada é indeterminado e,... nada é inexplicável; longe de depender de nossa consciência, esse mundo a determina."(VEYNE, 1998, p. 268)

Com os artigos pesquisados, observamos que houve a tentativa de construção de uma memória social e coletiva, igualando-a às memórias individuais dos cuiabanos, formulando um pensamento supostamente homogêneo e que se pretendia hegemônico, conservando aquilo que os memorialistas queriam e consideravam digno de tornar

tradição, sem se preocupar com o que foi conservado na memória popular. Segundo Le Goff em *História e Memória*, o homem pode atualizar informações passadas utilizando de alguns artifícios, como no caso aqui, os artigos dos jornais. Para Le Goff, a memória liga o presente ao passado e seu papel é o de fazer aparecer novamente aquilo que se foi, que se perdeu no tempo. A memória nos identificaria como indivíduos e como coletividade, tendo a capacidade de criar um passado com detalhes da memória de quem escreve, por exemplo, um artigo baseado em sua experiência pessoal.

Os discursos veiculados nos jornais pretenderam representar, criar, de forma saudosista, a cultura e a identidade cuiabana, concomitante a outros processos como o da criação da arte regional. Por isso, insistimos em desconfiar dos discursos, interrogando-os e analisando a "parte oculta do iceberg", papel e ofício de todo historiador.

---

[i] Este trabalho faz parte do terceiro capitulo da tese de mestrado da autora defendida em 2005 pelo programa de Pós-Graduação em história da UFMT sobre o espetáculo das touradas em Cuiabá no começo do século XX.

[ii] Mestre pelo programa de Pós-Graduação em História da UFMT.

GRACILIANO RAMOS: CRIAÇÃO LITERÁIA E PROJETO POLÍTICO (1930-1953)

Marisa Schincariol de Mello[1]

A decadência do romance brasileiro[2] e *O fator econômico no romance brasileiro*[3] explicitam as concepções de Graciliano sobre o romance, sua função social, bem como a função do romancista. É um posicionamento em favor da tradição realista e um modo de situar as questões do regional, nacional e universal na literatura brasileira. Juntos, compõem o ponto central do balanço que Graciliano faz da literatura brasileira.

No início da década de 1940, Graciliano faz uma avaliação crítica do que ocorreu com os romancistas com os quais ele havia compartilhado o mesmo projeto estético-político durante os primeiros anos da década de 1930. A partir de 1935, esses autores, segundo Graciliano, passaram a se acomodar a essa mesma literatura oficial a que antes haviam se oposto. Vejamos a contraposição nos seus próprios textos. Primeiramente, faz um elogio à busca que estava sendo feita da realidade nacional:

> "Os escritores atuais foram estudar o subúrbio, a fábrica, o engenho, a prisão da roça, o colégio do professor cambembe. Para isso resignaram-se a abandonar o asfalto e o café, viram de perto muita porcaria, tiveram a coragem de falar errado, como toda gente, sem dicionário, sem gramática, sem manual de retórica. Ouviram gritos, pragas, palavrões, e meteram tudo

[1] Mestre em História pela UFF , com dissertação intitulada *Graciliano Ramos: criação literária e projeto político (1930-1953)*. Niterói-RJ, UFF-PPGHIS, 2005.

[2] Esse artigo foi publicado na revista *Literatura,* no 1º volume, com data de 1946. O original encontra-se no IEB - Arquivo Graciliano Ramos, com data de 1941, e por ser o manuscrito, vamos considerar a data do documento e não a da publicação, apesar de considerar 1946 uma data importante, porque significa que Graciliano só publicou este artigo quando já estava filiado ao PCB.

[3] Este artigo encontra-se com data de 15/07/1945 em RAMOS, Graciliano. "O fator econômico no romance brasileiro". In *Linhas Tortas*. São Paulo, Martins, 1969, p. 327, mas em carta a Heloísa, RAMOS, Graciliano. *Cartas.* Rio de Janeiro, Record, 1981, p. 187-188, com data de 31/03/1937, já faz referência ao texto:
"Afinal falei pelo arame com o diretor da revista [*O Observador*] e dois dias depois aceitei a encomenda dum artigo sob medida: 3 páginas, 3000 palavras a respeito da influência da economia no romance brasileiro".

> nos livros que escreveram. Podiam ter mudado os gritos e suspiros, as pragas em orações. Podiam, mas acharam melhor pôr os pontos nos *ii*".[4]

Segue elogiando Jorge Amado por ser um dos principais escritores inimigos da "convenção". Mas, depois de enaltecer o livro *Suor* por várias vezes, Graciliano passa a fazer críticas à maneira pela qual Amado descreve seus personagens, que estavam parecendo mais caricaturas, muito mais ligados a um papel político mais direto que à própria realidade vivida. Jorge Amado afirmava que o romance moderno iria suprimir o personagem, matar o indivíduo, porque o que interessava era o grupo – uma cidade inteira, um colégio, uma fábrica, um engenho de açúcar. "Se isso fosse verdade, toda a análise introspectiva desapareceria. A obra ganharia em superfície, perderia em profundidade".[5]

> As suas críticas não estavam somente direcionadas para Jorge Amado, o qual inclusive estava mais próximo politicamente de Graciliano. No entanto, na sua visão, Jorge Amado também estava adaptando sua literatura, na medida em que estava produzindo uma arte panfletária, de acordo com as diretrizes partidárias do PCB. José Lins, por sua vez, para Graciliano, endireitou a gramática, passou a fazer uma literatura que fosse aprovada nos grandes centros, não ousou enfrentar o que, na sua opinião, haviam se juntado para combater. Quando se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro sentiu-se intimidado e abriu mão daquela investigação da realidade brasileira que vinham fazendo.

A *decadência do romance brasileiro* é um texto de 1941 em que Graciliano faz críticas severas à maneira com que vinham sendo transformadas as obras dos romancistas do Nordeste. Através dele, Graciliano praticamente encerra o ciclo do Romance de 30, citando nominalmente os escritores que tanto admirou, parceiros na visão de mundo, aos

---

[4] RAMOS, Graciliano. "O romance de Jorge Amado". In *Linhas tortas*. São Paulo, Martins, 1970, p. 108.
[5] RAMOS, Graciliano. "O romance de Jorge Amado". In *Linhas tortas*. São Paulo, Martins, 1970, p. 110.

quais então imputa a decadência analisada, fazendo um balanço da produção de Raquel de Queiroz, Jorge Amado e José Lins do Rego durante a década de 1930.

Os romances do início do século XX, na visão de Graciliano, eram medíocres e falsos, escritos em uma língua estranha, completamente diferente daquilo que as pessoas normais dizem, com idéias importadas, reduzidas. Os fatores históricos responsáveis por esta mudança, segundo o nosso autor, foram o modernismo, desconstruindo a literatura e a revolução de Outubro, abrindo caminhos e exibindo coisas que antes não eram possível enxergar. Por isso, em 1930, o caminho encontrava-se mais ou menos desobstruído e foi possível descobrir pedaços do Brasil – Pilar, a ladeira do Pelourinho, Fortaleza, Aracaju:

> "Um escândalo. As produções de sintaxe presumivelmente correta encalhavam. E as barbaridades foram aceitas, lidas, relidas, multiplicadas, traduzidas e aduladas".[6]

Raquel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins eram grandes porque estavam dedicando à sua obra a um projeto comum, que estava sendo experimentado de maneira transformadora na história da literatura brasileira, e por isso não encontravam audiência e aceitação nos círculos do poder pelo fato de ser um contra-poder, destruindo a comunicação que se dá através de formas e conteúdos socialmente ultrapassados. Mas, a agitação provocada pela revolução de Outubro durou somente até 1935, e aí veio o que Graciliano considerou como a decadência. Não se esgotaram os assuntos, mas abandonaram e economia e a sociologia e passaram a criar personagens vagas, absurdas, que não comem, não sentem as necessidades comuns dos viventes ordinários e estão paradas num ambiente de sonhos e loucos, como se tivessem perdido o fôlego. Vejamos como Graciliano trabalha esses elementos:

> "Os nossos melhores romancistas viviam na província, miúdos e isentos de ambições. Contaram o que viram, o que ouviram, para imaginar êxitos excessivos. Subiram muito – e devem sentir-se vexados por terem sido

> tão sinceros. Não voltarão a tratar daquelas coisas simples. Não poderiam recordá-las. Estão longe delas, constrangidos, limitados por numerosas conveniências. Para bem dizer estão amarrados. (...) Transformaram-se. Foram transformados. Sabem que a linguagem que adotaram não convém. Calam-se. Não tinham nenhuma disciplina, nem na gramática nem na política. Diziam às vezes coisas absurdas – e excelentes. Já não fazem isso. Pensam no que é necessário dizer. No que é vantajoso dizer. No que é possível dizer."[7]

Um dos motivos centrais para a decadência que Graciliano Ramos imputa ao romance brasileiro está na afirmação de que o romance brasileiro havia começado com a investigação da realidade brasileira que estava sendo realizada no início da década de 1930 pelos romancistas do Nordeste. Se antes não havia romance brasileiro, na segunda metade da década de 1930, mais uma vez ficamos carentes de literatura. Outro fator importante que exerce influência direta na produção escrita brasileira, na visão de Graciliano, é o problema com os assuntos referentes à economia. Os literatos brasileiros possuíam uma dificuldade enorme em construir as relações de produção que serviam de base para as histórias se desenrolarem e os personagens se moverem, o que Graciliano chama de *O fator econômico no romance brasileiro.*

Em *O fator econômico no romance brasileiro*, Graciliano afirma, a partir da leitura dos romances brasileiros, até dos melhores, que nossos escritores estavam realizando trabalhos incompletos, narrativas inverossímeis, abandonando tudo quanto se refere à economia, como se essa temática não fizesse parte da literatura. Com essa afirmação, discordava de Prudente de Morais Neto, que atribuía esta deficiência dos nossos romances à escassez de

---

[6] IEB, Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos, Cota 10, Crônicas, "A decadência do romance brasileiro", 20/10/1941.
[7] IEB, Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos, Cota 10, Crônicas, "A decadência do romance brasileiro", 20/10/1941.

material romanceável, ou seja, uma inexistência objetiva de assuntos que pudessem ser transformados em literatura.[8]

Na sua visão, não era o meio social que precisava ser transformado (os assuntos existiam), mas sim, o que deveria acontecer era uma mudança radical na maneira pela qual os escritores contavam suas histórias, tanto que em certos casos era difícil identificar onde viviam as personagens dos romances, tal era o desligamento dos assuntos de ordem material. Essa renúncia aos fatores econômicos teve como conseqüência, segundo Graciliano, a breve duração destes livros nas vitrines, ocasionado pela falta de identificação da população em geral com estas obras. Se num primeiro momento os volumes estão em evidência, em pouco tempo tornam-se esquecidos, juntamente com os de caráter patriótico, que apesar de elogiados pela crítica, ninguém lê.[9]

Graciliano afirmava que não era de interesse da literatura oficial ver de perto os fatores de ordem econômica, com o receio de que a questão social viesse à tona. Uma saída utilizada pelos literatos foi empregar em romance somente coisas de natureza subjetiva, abandonando os fatos objetivos, e gerando personagens em que há pouco de homens, muito de espíritos e demônios.[10] Para Graciliano, a maior parte das pessoas são criaturas medíocres, nem deuses, nem diabos, leitores comuns e perfeitamente equilibrados, buscando na arte figuras vivas, que se comportem como toda gente.

Excetuando-se os primeiros romances de José Lins do Rego, antes de 1936, e os feitos por Jorge Amado na década de 1940, que na opinião de Graciliano conseguiram assistir à decadência da família rural, motivada pela exploração estrangeira sobre os engenhos de açúcar e as fazendas de cacau, de maneira geral observa-se um psicologismo abstrato, espécie de “morfina”, “poesia adocicada”. Os escritores brasileiros não constroem um apoio para seus personagens, algo que permita com que se movam na sociedade: o

[8] RAMOS, Graciliano. “O fator econômico no romance brasileiro”. In *Linhas tortas*. São Paulo, Martins, 1970, p. 321.
[9] RAMOS, Graciliano. “O fator econômico no romance brasileiro”. In *Linhas tortas*. São Paulo, Martins, 1970, p. 321.

operário não se encontra na fábrica, sabemos que trabalha somente porque nos afirmam que isto acontece; sobre o capitalista, não se sabe de onde lhe veio o capital e de que maneira o utiliza; se é agricultor, não visita as plantações, ignoramos como se entende com os moradores e se a safra lhe deu lucro. Não surpreendemos essas pessoas no ato de criar a riqueza, ela já surge criada, e por isso torna-se misteriosa, irreal.[11]

No início do século XX, os romancistas descreviam sertões absolutamente desconhecidos, e até mesmo mais longas viagens até o Egito e pela Índia, sem nunca terem saído do Rio de Janeiro. A literatura atual, diferente da que existia antes da Primeira Guerra Mundial, testemunha do conflito entre capital e trabalho, teria condições de expor as relações entre as duas classes, e, no entanto, nos apresenta o trabalhador e o capitalista separados. De um lado, vemos a riqueza, hábitos elegantes, diálogos corretos, e de outro, bastante miséria, ódio e desejo de vingança. Não sabemos se os sofrimentos dos homens elegantes têm natureza puramente religiosa ou se decorrem da falta de ocupação.

Essas afirmações nos indicam a necessidade do escritor em preparar o terreno para os personagens circularem, apresentando de forma dialética a situação econômica e o enredo em si. Se um negociante coloca fogo na sua casa, devemos procurar o motivo deste acontecimento, e não contá-lo como se ele fosse apenas um arranjo indispensável ao desenvolvimento da história que narramos; se um homem mata os filhos e depois mata-se, não devemos afirmar precipitadamente que ele endoideceu, devemos colher informações, tentar saber de que se ocupava o homem, quanto ganhava, se devia dinheiro. “Geralmente ninguém queima o negócio nem se suicida à toa”. Quando o tema é a loucura ou o crime, o escritor deve visitar os seus personagens na cadeia e no hospício, observar como foi que

[10] RAMOS, Graciliano. “O fator econômico no romance brasileiro”. In *Linhas tortas.* São Paulo, Martins, 1970, p. 322.
[11] RAMOS, Graciliano. “O fator econômico no romance brasileiro”. In *Linhas tortas.* São Paulo, Martins, 1970, p.322-323.

chegaram ali, do que se ocupavam antes, o que deve ter contribuído para que as coisas se passassem desta ou daquela forma.[12]

> Suas proposições se aproximam da definição de realismo crítico, nos termos de Lukács, para quem não é suficiente apresentar o capital e o trabalho, é necessário abordar o conflito entre estas duas classes. Conforme Graciliano, os leitores comuns buscam na arte figuras vivas, tipos que se comportam como toda a gente, com ações e idéias que não briguem com as nossas, para que dessa maneira, construa-se uma identidade entre o observador e o fato narrado. Isso não quer dizer que desejamos reportagens, ainda que certas sejam excelentes. A tarefa do romancista, na visão de Graciliano, não é condenar nem perdoar a malvadez; é analisá-la, explicá-la. "Sem ódios, sem idéias preconcebidas, que não somos moralistas".[13]

Para além da literatura oficial, que se alimentava da ausência de análises materialistas, de maneira a deixar de lado os conflitos que estão colocados na divisão da sociedade em classes, Graciliano identificava também um problema objetivo que limitava toda a produção literária, até mesmo a literatura engajada: a dificuldade de se viver somente da literatura e da arte. De fato, o Brasil era um país onde a profissão literária ainda era remota possibilidade, e os artistas, em geral, se livravam das dificuldades financeiras entrando no funcionalismo público e vendendo artigos para a grande imprensa. O desenvolvimento da arte também depende da divisão do trabalho e da organização da sociedade, e por conseqüência, a ficção acaba se tornando um refúgio, um local seguro das dificuldades em que vivem, no qual, voluntariamente, esquecem as preocupações que os atormentam. Sendo assim, o fator econômico assume uma dupla dimensão, constituindo-se numa lacuna não apenas na produção do escritor, mas também na sua vida material, em um processo no qual uma ausência alimenta e justifica a outra.

---

[12] RAMOS, Graciliano. "O fator econômico no romance brasileiro". In *Linhas tortas.* São Paulo, Martins, 1970, p. 326.
[13] RAMOS, Graciliano. "O fator econômico no romance brasileiro". In *Linhas tortas.* São Paulo, Martins, 1970, p. 327.

Graciliano também viveu esta contradição, agravada ainda pelo fato de ter ido trabalhar com os mesmos que o perseguiram e o prenderam sem acusação alguma alguns anos antes, sentindo na pele o fator econômico de que mais tarde falaria. Até sua morte, em 1953, Graciliano teve problemas financeiros. Assim, em 1938, foi nomeado, diretamente por Getúlio Vargas, inspetor de ensino do Ministério da Educação e Saúde, o que lhe assegurava uma pequena remuneração mensal fixa. Em 1940, começa, sem vínculo empregatício, a trabalhar na revisão autônoma do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundado em dezembro de 1939. A convite do amigo Almir de Andrade, colabora na *Cultura Política*, revista editada pelo DIP, onde publica praticamente todas as crônicas reunidas no livro *Vivente das Alagoas.*

Os quadros das regiões do Brasil, escritos por diversos escritores de diferentes matrizes ideológicas, deveriam retratar as tradições populares do país de maneira a criar uma homogeneidade, um caráter de nação unitária, ainda que com manifestações culturais diversas. O material produzido por Graciliano, contudo, se caracteriza pela valorização das contradições na sociedade e por um conteúdo bastante crítico, além de demonstrar a maneira pela qual as classes populares resistiam às pressões que sofriam das classes dominantes, seja nos costumes, passando pela relação com os governantes locais, seja nas diversas formas de resistência do povo nordestino. Ele não deixa de viver a contradição de contribuir para o Estado Novo, mas incide nela; ao invés de evolução social, ele nos apresenta conflitos sociais.[14]

---

[14] **Bibliografia:**

RAMOS, Graciliano. “O fator econômico no romance brasileiro”. In *Linhas Tortas*. São Paulo, Martins, 1969.

RAMOS, Graciliano. “O romance de Jorge Amado”. In *Linhas tortas*. São Paulo, Martins, 1970.

IEB, Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos, Cota 10, Crônicas, s.t, s. d.

IEB, Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos, Cota 10, Crônicas, “A decadência do romance brasileiro”, 20/10/1941.

RAMOS, Graciliano. “O fator econômico no romance brasileiro”. In *Linhas tortas*. São Paulo, Martins, 1970.

RAMOS, Graciliano. “Revisão do Modernismo”. IN SENNA, Homero. *República das Letras: entrevistas com vinte grandes escritores brasileiros.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

Debate ideológico através dos jornais

Maristel Pereira Nogueira[1]

Nosso interesse neste trabalho é demonstrar que os jornais em 1963, usaram fatos ocorridos durante o evento esportivo Universíade de 63 para marcarem suas posições político-ideológicas. O Jornalismo é uma prática profissional cuja atuação acaba sendo responsável pela influência na formação da opinião pública. A imprensa sempre insistiu em separar política de esporte, produzindo assim, um discurso "apolítico" de tudo o que estivesse relacionado ao esporte. Na década de 60, em Porto Alegre circulavam jornais[*] de grande penetração junto ao público porto-alegrense. Segundo esses jornais, seria inviável, senão abuso por parte de alguns oportunistas e demagogos, fazer do ambiente esportivo um ambiente de discussão política. Portanto, deduzimos que, também as matérias sobre esportes não conteriam temas políticos, ou se prestariam a debates de tal ordem. Por outro lado, esse discurso "apolítico" mantido pelos jornais, estava inserido num contexto de disputa de forças sociais e políticas, e, apesar de sua negação, inversamente, produzia efeitos políticos. Examinar a ação dos periódicos é fundamental para a compreensão dos fatos. Assim sendo, através deste estudo pretendemos verificar como os jornais perceberam o evento, o que disseram, quais suas preocupações, buscando inferir sobre quais eram os interesses envolvidos

Como a imprensa (jornais) foi escolhida como fonte de pesquisa, devemos sempre lembrar que os jornalistas não são imparciais, os periódicos estão sujeitos às variações do mercado, ao jogo de interesses dos grupos que os sustentam, conhecidos como grupos de pressão, da classe que representam, em suma, de forma nenhuma devemos tomar a fonte *per si,* é importante que, como pesquisadores possamos balizar as práticas sociais do jornalismo. A compreensão do contexto onde o jornal está inserido, sua atuação, tendências e práticas ao longo do período.

Lage ao referir-se à interação ideológica dos jornais fala-nos das novas formas de produção de informação, sendo a *imparcialidade, objetividade e veracidade* constitutivos delas:

> A outra forma, que se identificaria com a imprensa prestigiada, gerou o entendimento fundado na *imparcialidade*, na *objetividade* e na *veracidade* da informação. Tal imparcialidade, objetividade e veracidade

---

[1] Mestre em História

[*] * Fôlha da Tarde, Correio do Povo, Diário de Notícias, Última Hora, Jornal do Dia.

> cumprem freqüentemente a função reiteradora que a opinião manifesta já não consegue suprir, apresentando como equilibradas e, portanto, naturais, as perspectivas dadas como boas, eliminando como subjetivas ou mentalistas as disposições inconvenientes de análise critica e estabelecendo, necessariamente a priori, critérios de aferição da verdade. (LAGE, 2001, p.34)

Alguns jornais que circulavam em Porto Alegre no ano de 1963, estabeleceram esta forma de reiteração ideológica como uma forma de interagir com o seu público. Assim, segundo Lage, ao ser num só tempo verdadeiro, imparcial e objetivo, o jornal estaria excluindo toda e qualquer forma de conhecimento e criando o mito da sabedoria absoluta, do domínio do "fluxo dos acontecimentos apenas porque os contempla, sob a forma de notícia, na batida mecânica e constante dos teletipos (...)" (ibid.,p.34).

Os jornais selecionam, em grande parte, o que será publicado segundo o interesse do grupo que mantém o jornal (acionistas, proprietários, etc.) e da linha editorial. Entretanto, os jornais procuram estabelecer junto ao seu público a idéia de que eles buscam estar acima de qualquer parcialidade, porquanto, divulgam exatamente o que sucedeu de acordo com um jornalismo objetivo e fiel à verdade: a notícia do fato tal como ele realmente aconteceu. Contudo, Arbex Junior contestou esta premissa e acentuou:

> Não apenas o olhar do observador é seletivo quanto ao evento presenciado, como ao relatar um evento o observador seleciona, hierarquiza, ordena as informações expostas fazendo aí interferir as suas estratégias de narração.(ARBEX Jr, 2002, p.107)

Concordamos com o autor ao esclarecer que o jornalista também seleciona o que vai divulgar a partir do seu ponto de vista. Assim sendo na publicação de uma matéria, temos primeiramente a seleção do olhar do jornalista, e depois a seleção do jornal (empresa).

Em 1923, sob o patrocínio da União Nacional de Estudantes Franceses, foram organizados em Paris os primeiros "Jogos Mundiais Universitários". Tratava-se de uma competição semelhante aos Jogos Olímpicos oficiais, que tinha como principal característica a participação de atletas universitários. No ano seguinte criou-se a Confederação Internacional dos Estudantes (I.C.S), que realizou diversos eventos esportivos de 1925 a 1939. A Confederação Internacional de Estudantes (CIE) teve como presidente da comissão desportiva um jovem engenheiro químico, o francês Jean Petitjean. Este é considerado como o pai do movimento desportivo universitário mundial. Em 1959, o evento dos universitários passou a denominar-se Universíade, pelo fato de agrupar as diversas federações Universitárias num

evento Universal (I.C.S.- Confederação Internacional dos Estudantes, I.S.U.- União Internacional dos Estudantes) durante os Jogos de Turim, organizados pelos universitários italianos.

A Universíade reúne os melhores atletas universitários de cada país e realiza-se anualmente até os dias atuais. Nos anos pares ocorrem os jogos de inverno e, nos anos ímpares os jogos de verão. A primeira Universíade realizada fora do circuito europeu foi no Brasil, em 1963. Sendo um ano ímpar ela foi uma competição de verão.

De acordo com os jornais Porto Alegrenses, durante a Universíade, um atleta da delegação cubana, fugiu para São Paulo onde pediu asilo político. Este esportista estava apaixonado por uma atleta brasileira, pertencente à equipe de vôlei. O fato repercutiu amplamente nos jornais gerando muita discussão.

Os jornais, ao noticiarem o episódio, apresentaram diferentes discursos cujo objetivo implícito era defenderem publicamente suas posições políticas. A disputa entre os jornais é melhor percebida, quando alguns deles divulgaram informações que posteriormente foram desmentidas por outro. Isto posto, podemos perceber que se estabeleceu um debate político-ideológico entre os jornais, em torno da divulgação desta fuga. Apontar esta discussão é o objeto deste artigo.

A Cia. Caldas Junior[2] , através de seus jornais, foi a primeira a difundir algo sobre a fuga. O *Correio do Povo* publicou a notícia sob o título: "Atleta cubano abandona delegação e pede asilo":

O jornal procurou divulgar o fato com sobriedade, sem sensacionalismo, o que era uma característica deste. A *Fôlha da Tarde*, contudo, divulgou uma matéria bem maior ocupando mais de meia página do jornal, com foto, sob o título – 'Atleta cubano abandona sua delegação fugindo para a liberdade no Brasil'.

> Desde às 16 horas de ontem a equipe cubana de Basketbal, que ora disputa os jogos universitários, está desfalcada de um de seus melhores jogadores. Justamente daquele que no prélio Cuba versus França assinalou os 4 últimos pontos, os da vitória.(...), desde ontem está desligado de sua delegação. Presentemente, encontra-se viajando para o centro do país, onde solicitará asilo político.(...)
>
> Perguntado pelo repórter porque deliberara tomar uma atitude tão séria como esta, Roberto Perez Ondarse respondeu: 'Bem eu estou noivo e pretendo casar-me, mas entendo que em Cuba não há ambiente

[2] Responsável pelos jornais Correio do Povo, Fôlha da Tarde e Fôlha Esportiva.

> para dar à minha futura esposa e aos meus filhos o tipo de vida que me agrada e, portanto, lhes desejo'.(...)
>
> Ao ser interrogado pelo repórter sobre como seus colegas de equipe receberiam sua deserção, respondeu que grande parte deles com compreensão e alguns até com inveja. Porque seu gesto de expatriação voluntária não se constituía em exceção. Diariamente – declarou-nos – foge gente de Cuba, em sua quase totalidade de barco.(...)
>
> Visivelmente tenso pelo momento dramático que vivia, quando ainda não tinha certeza se partiria ontem mesmo de Porto Alegre ou não, porquanto o aeroporto Salgado Filho estava interditado por causa da bruma, o cestinha cubano conversou com a reportagem. Revelou, na oportunidade, que tinha um tio que se encontrava preso por crime político. Talvez por isso e pelo fato de demonstrar a todo momento preocupação por sua mãe viúva, sra Éster Ondarse, e por um irmão mais moço, tenha sido um tanto reticente em suas declarações, quando perguntado se o regime cubano era, realmente, tão insuportável a ponto de impeli-lo a abandonar seus entes mais queridos, truncar sua vida profissional e romper com os laços que nos unem, a todos nós, às respectivas pátrias. Roberto a este propósito manifestou laconicamente: 'o que quero é viver em paz e em liberdade.'(...) (ATLETA cubano abandona sua delegação fugindo para a liberdade no Brasil. *Fôlha da Tarde,* Porto Alegre, 05 de setembro de 1963, p 06.)

Na citação acima, destacamos apenas alguns aspectos que entendemos serem mais relevantes devido à intencionalidade do texto. Podemos observar que o jornalista procurou estabelecer quem era a pessoa que estava fugindo, deixando claro que não se tratava de um aventureiro e sim de uma pessoa que, com a vida profissional estabelecida em Cuba, estava abrindo mão de tudo para recomeçar num outro país em nome da liberdade. Também demonstrou que este não é um caso isolado e que é bastante comum este tipo de fuga. Outro detalhe importante é a descrição do jovem atleta 'visivelmente tenso' pelo risco de ser apanhado por seus dirigentes e ser obrigado a retornar à delegação e, conseqüentemente, a Cuba. O texto jornalístico, neste caso, está bem construído, no sentido de direcionar o leitor a se posicionar favoravelmente ao atleta e contrário ao regime cubano sem explicitar com veemência a posição política anticastrista, tomando "ares" de imparcial, uma vez que, como foi redigido, sugeriu que o repórter fez perguntas sem – aparentemente – esperar respostas e isentou-se de dar opinião por ser uma notícia e não uma reportagem.

Ao ser a primeira a dar a notícia, a Cia. Caldas Junior conseguiu, aquilo que os jornalistas chamam de "furo jornalístico". A notícia desta fuga causou alguma movimentação no meio jornalístico, visto que, desde esta data os jornais procuraram propalar sempre que possível algo sobre o tema.

A partir do "furo" dos jornais da Cia Caldas Junior, a notícia da fuga do atleta cubano ocupou também as páginas de outros jornais. No dia 6 de setembro de 1963, o *Jornal do Dia e Diário de Notícias*, além do *Correio do Povo e Fôlha da Tarde,* publicaram notícias sobre a fuga de um atleta cubano.

Podemos observar que a notícia sobre a fuga do atleta cubano fala de abandonar a pátria – que podemos deduzir que é por estar expropriada – e, também, de ambiente impróprio para uma família e da falta de liberdade; o que são pontos importantes a serem considerados pelos cidadãos leitores de jornais.

Uma vez estabelecidas a identificação e aceitação do leitor com o jornal, é possível inferir que o jornal alcançaria o objetivo de fixar o seu conceito ideológico contra o comunismo junto aos seus leitores.

O *Jornal do Dia*, em suas chamadas de capa pretendia dar uma idéia geral dos fatos referentes à fuga do atleta cubano. O leitor desse jornal poderia ter uma idéia do que estava ocorrendo, apenas com a leitura das manchetes. O jornal passou a imagem de caos instalado, reforçado pela afirmação de que o DOPS revistou cubanos para apreender armas. Divulgou que houve a necessidade de vigilância especial sobre os cubanos que não fugiram; que os húngaros também queriam a liberdade, e que existiu necessidade de repressão e que um dirigente cubano estava desaparecido. Podemos deduzir de tais afirmações que os atletas dos países comunistas estão desesperados para fugir, de tal maneira, que é necessário usar armas para impedi-los e, nesse caso, o DOPS precisaria intervir, pois, não é permitido aos estrangeiros usarem armas no Brasil, sem a devida autorização. A manchete de um jornal pode estabelecer um clima de tensão e, nos indica o tom que será dado às notícias no interior do mesmo.

Reforçando as matérias publicadas no dia 7 de setembro sobre armas, o *Diário de Notícias* publicou uma notícia cujo título é : CUBANOS ARMADOS NA VILA OLÍMPICA.

> ARMAS NA VILA OLÍMPICA
>
> A delegacia de Ordem Pública e Social já tem a confirmação de que a delegação fidelista possui armas. Uma fotografia em poder da polícia comprova isto. Entretanto, as autoridades policiais mantém absoluta discrição, certamente procurando evitar um clima de constrangimento, em se tratando de uma competição das características da Universíade.
>
> A mesma atitude vem mantendo o Comitê Executivo, inclusive procurando resguardar a Vila Olímpica da observação dos jornalistas.(...)
>
> (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 7 de setembro de 1963, p..3, 1º cad.)

Como é possível perceber, o Diário de Notícias também divulgou a notícia de armas na Vila Olímpica, tendo por prova disso a foto oferecida ao DOPS. Nesta situação onde diversos jornais no mesmo dia publicaram matérias, afirmando a existência de armas na Vila Olímpica, seria possível supor que o leitor estaria receptivo diante de tanta informação semelhante e, pelo fato de não poder comprovar pessoalmente a verdade dos acontecimentos.

O jornal *Ultima Hora*, diante das notícias que envolviam a fuga do atleta, tomou uma atitude de contestação e publicou no dia 7, na coluna de Mário de Almeida, uma crítica ácida a estas notícias:

> A BARRIGA[3]
>
> A Vila Olímpica esteve agitada, no dia de ontem, quando diversas delegações, em defesa de Cuba, tentaram receber explicações sobre a revista de bagagem que teria sido efetuada pela DOPS e culminado, inclusive, com apreensão de armas. Diversas delegações foram enviar seus protestos, em termos violentos, julgando-se, justamente feridas em seu brio e dignidade. Não foi difícil aos responsáveis apresentarem as justificativas pedidas, ou seja, que a Universíade não pode se responsabilizar por notícias publicadas pela imprensa, principalmente, como foi o caso, quando elas carecem, totalmente de fundamento. Parece que diversas legações estudam a forma de um desmentido oficial, o que seria bom. A legação cubana, inclusive, foi por diversas vezes, obrigada a desmentir a notícia, para a tranqüilidade de toda a família universitária mundial. Parabéns aos campeões da notícia, digo, 'barriga'. (A BARRIGA – Coluna Sem Censura de Mário de Almeida, *Última Hora*, Porto Alegre, 7 de setembro de 1963, p. 3)

O jornal *Ultima Hora,* nos pareceu preocupado em esclarecer as notícias que, segundo o mesmo jornal, eram falsas. De acordo com o colunista, os 'campeões da barriga' estavam criando problemas junto à Vila Olímpica divulgando notícias sem fundamento. De qualquer maneira, os jornais estavam discutindo, de um lado as acusações sobre porte de armas e a construção do medo dos comunistas e, de outro, a explicação sobre os exageros e falsas notícias, procurando desconstruir as mesmas e desacreditar os jornais.

No dia 9 de setembro, o jornal *Última Hora* divulgou uma matéria sobre ações que o jornal atribui ao IBAD[4] sob o título : "DEDO DO IBAD NAS PROVOCAÇÕES DA U-63"

> Invocando indevidamente o telefone da Secretaria do Interior e Justiça (43-03), uma organização de moldes ibadianos instalou-se em Porto Alegre, nos últimos dias da Universíade, para fazer provocações

---

[3] Barriga: Notícia falsa, sem base, resultante de informação sem fundamento, inidônea. (BAHIA, 1967, p. 198)

[4] O IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática era uma organização que, segundo Boris Fausto(2002), obtinha dinheiro da CIA – Agência Central de Inteligência Americana, financiava a Ação Democrática Parlamentar e participou das eleições de 1962 financiando políticos do centro e da direita para os governos dos Estados e o Congresso.

> internacionais, envolvendo as delegações que competiam nos Jogos Mundiais Universitários. Essa organização conta com recursos de origem suspeita e está agindo à revelia da lei, não respeitando a autoridade constituída, como ficou comprovado com os boletins distribuídos ontem, escritos em espanhol, francês e inglês, envolvendo a secretaria do interior e denunciando outro endereço que poderá revelar a identidade dos responsáveis.
>
> ‘Siusted ama la liberdad.
> Si usted quiere asilo en el Brasil.
> Si usted quiere auxílio use el telefono 43-03-5759
> Si vouz aimez la liberté.
> Si vous avez besoin d’assistance
> Utilizez lê teléphone 5759-4303
> If You love liberty
> If you want stay in Brazil
> If you want help.
> Use the phone 5759-4303’
>
> Com boletins como o que reproduzimos acima, ‘ibadianos’ gaúchos e de outras paragens buscaram criar um caso internacional. Conseguiram criar um caso para si próprios, com a Secretaria de Interior e Justiça. (...)

O jornal preocupou-se em denunciar o que ele definiu como a ação de Ibadianos, assim sendo, o jornal *Ultima Hora*, ao atribuir ao IBAD as ações de articulação de um caso internacional não estaria cometendo nenhum disparate. É provável que tal ação tenha partido de alguém com o intuito de incentivar novas fugas e criar um caso internacional negativo ao comunismo. As questões envolvendo o IBAD estavam na pauta do dia, segundo Bandeira

> Em agosto, Goulart suspendeu por três meses o funcionamento do IBAD e da ADEP, como primeiro passo para fechá-los, com respaldo na esmagadora quantidade de documentação que os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito encaminharam aos poderes Judiciário e Executivo. (BANDEIRA, 2001, p.122)

O interessante nisto não é apenas a denúncia do jornal *Ultima Hora,* mas o silêncio dos demais jornais. Sobre a distribuição dos panfletos, não foi publicada uma única linha nos jornais estudados. No caso em foco o silêncio fala por si e pode ser eloqüente; os jornais que até aquele momento estavam discutindo o perigo de armas, as vantagens de se obter a liberdade fugindo, silenciaram diante da denúncia da distribuição dos panfletos, porque não publicaram nada sobre tal ação panfletária. Aqui, o silêncio se justificaria pois, havia um interesse muito grande em promover novas fugas, e os jornais já haviam tentado criar um clima que as incentivassem .

O *Ultima Hora* ainda nessa edição do dia 9 de setembro, apregoou na coluna de Mario de Almeida novas "barrigas"

> Outra
> 'Barriga'não menos comentada: a 'voz da América'divulgava duas horas antes que uma emissora local divulgou a propalada notícia de desarmamento de atletas cubanos. Houve aí um fato pitoresco, a emissora local foi 'furada'pela 'voz da América'e ambas noticiaram um negócio que não houve. Parabéns Campeões. (Ultima Hora, Coluna Mário de Almeida, Porto Alegre, 9 de setembro de 1963, p. 3)

A *Ultima Hora* está acusando os jornais que divulgaram a notícia de desarmamento, de espalharem notícias falsas, reforçando o que já fizera na edição do dia 7 de setembro. Podemos perceber que há um esforço, por parte do periódico, em desmentir notícias, acusar a direita, posicionando-se claramente na contramão dos demais tablóides.

Assim, podemos afirmar que houve um debate ideológico entre os jornais, de um lado, os periódicos que acusavam o comunismo e procuravam demonstrar a sua belicosidade e de outro, o Ultima Hora, solitário, tentando desmentir as construções feitas pelos tablóides.

Essa polaridade apresentada pelos periódicos se dá em função do posicionamento político adotado por cada um. Tomando por base a análise de conteúdo das matérias publicadas nos jornais podemos afirmar, sem dúvida nenhuma, que houve, sim, um debate ideológico entre os jornais. Contudo, cabe lembrar o discurso inicial dos jornais sobre o evento esportivo ser apolítico e o caráter que os mesmos tiveram diante dos fatos ocorridos, tendo o evento esportivo como pano de fundo.

Bibliografia

ARBEX JUNIOR, José. *Showrnalismo a notícia como espetáculo* – São Paulo: Casa Amarela, 2ª ed., 2002

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz . *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Ed.UNB, 2001.

Boris Fausto.*História do Brasil*. 10. ed. – São Paulo: Edusp, 2002

BAHIA, Juarez. *Jornal História e Técnica*. São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1967

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, Ed. Da UFSC, 2001. 3ª Edição

O uso de fontes da literatura de viagem no ensino de História: contribuição para interpretar a história cultural brasileira

Maristela Oliveira de Andrade
DCS/PRODEMA/UFPB

"...tenho pensado no maior ensino que se obtém dos livros de viagem que dos de história, da transformação deste ramo do conhecimento em sentido de vida e de alma, de quanto mais profundos são os historiadores, artistas ou filósofos que os pragmáticos, de quanto melhor nos revelam um século suas obras de ficção que suas histórias de vanidade, dos papiros e dos ladrilhos."[1]

Foi a leitura de obras clássicas de intérpretes da cultura brasileira que revelou o recurso freqüente a literatura de viagem como uma importante fonte bibliográfica para reconstrução histórica, com destaque para a de Gilberto Freyre e a de Câmara Cascudo, sendo que este último faria um curioso catálogo, *Antologia do Folclore Brasileiro*, de obras de viajantes, cronistas e estudiosos do folclore brasileiro ao longo dos cinco séculos de existência do Brasil com registros em primeira mão de manifestações folclóricas.[2]

Embora tenha feito inúmeras incursões já há algum tempo no terreno fértil dos livros dos viajantes no âmbito da pesquisa, este passou a figurar também no âmbito do ensino através do uso de tais fontes no conteúdo temático de algumas disciplinas como Cultura Brasileira, Antropologia do Brasil e mesmo conteúdos ligados à história do pensamento antropológico, uma vez que a literatura de viagem é parte integrante das reflexões antropológicas na fase que precedeu a formação da antropologia como disciplina científica. Se este gênero literário teve períodos de produção intensa, declinando em outros, como no presente, é indispensável registrar alguns célebres livros de viagem até meados do século XX.

A experiência com a leitura de algumas dessas obras em atividades de ensino estendeu-se dos alunos de Ciências Sociais para outros cursos, inclusive de História, com o intuito de fazê-los perceber que muitas das idéias científicas ou do senso comum, habitualmente empregadas para apreensão da cultura brasileira são provenientes das impressões dos viajantes. Desta forma, a realização de um trabalho dedicado à experiência de ensino e pesquisa com este gênero de literatura vem sendo construído, ainda que de forma assistemática e lenta nos últimos anos, como contribuição à formação acadêmica que procura fazer convergir uma história das idéias para uma história cultural. Trata-se, portanto de uma contribuição que embora se situe fora do campo da história propriamente dita, em razão da formação antropológica da autora, se insere na recente aproximação entre a antropologia e a história.

---

[1] Miguel de Unamuno. *En torno al casticismo.* Madri: Alianza Editorial, 2000, p.47

[2] Luís da Câmara Cascudo. *Antologia do Folclore Brasileiro: Os cronistas coloniais. Os viajantes estrangeiros Séculos XVI-XVII-XVIII,* 3ª ed., São Paulo: Martins, 1º Vol. 1965.

Entre as múltiplas facetas da literatura de viagem, deve-se salientar particularmente seu caráter de texto etnográfico, apesar de reconhecer igualmente sua dimensão de texto literário, bem como de documento histórico, mas é, sobretudo, o seu sentido etnográfico que se busca captar. Enfim, é necessário destacar a importância das visões e impressões registradas nos relatos dos viajantes e sua penetração entre os intelectuais nativos e as camadas populares no quadro da sociedade brasileira, como um elemento crucial para o estudo da história das idéias ou de uma história intelectual no contexto brasileiro. Idéias formuladas pelos viajantes de forma espontânea ou sem uma reflexão mais sistemática, baseando-se em impressões e experiências pessoais, acabaram sendo assimiladas ao repertório de idéias sobre o Brasil de que todos lançam mão ao seu modo, sejam intelectuais ou segmentos populares, transformando-se em idéias do senso comum.

Desta maneira, o trabalho examina uma literatura de viagem relativa ao Brasil, bem como a outras terras, particularmente do oriente, cujos relatos permitem perceber algumas convergências, visando extrair idéias lançadas por viajantes estrangeiros que acabaram penetrando no imaginário brasileiro. O trabalho deverá reunir textos voltados para o exame de relatos de viagens e sua repercussão no meio brasileiro, de modo que através deste exercício se buscará mais uma vez refletir sobre a cultura brasileira através de suas raízes lusas.

O exame dessa literatura de viagem foi se realizando como uma espécie de oficina de leitura com a participação de alunos de diferentes disciplinas, especialmente Antropologia do Brasil do curso de Ciências Sociais e Cultura Brasileira ministrada a alunos de diversas formações, os quais foram envolvidos no projeto sendo estimulados a lerem diferentes livros de viajantes, distinguindo basicamente dois grupos: o dos viajantes do século XVI, aos quais foi agregado um texto que reúne as cartas jesuíticas da época; e o dos viajantes do século XIX. Após a leitura dos viajantes é procedida a dos intérpretes da cultura brasileira que também integram o programa do curso, para permitir as aproximações entre estes textos. Como representativos do século XVI são selecionados o de Jean de Lery; Pe. Fernão Cardim; Hans Staden e as Cartas Jesuíticas, especialmente as de Anchieta como representativos do século XVI; o outro grupo selecionado de textos relativos ao século XIX abrangeu os livros de Rugendas, Debret e Martius, os dois primeiros fartamente ilustrados por tratar-se de conceituados pintores, de modo que suas obras pictóricas são bem mais conhecidas que seus escritos, embora estes também sejam muitíssimo valiosos pela acurada capacidade de observar e comentar os costumes dos diferentes povos vivendo no Brasil.

Em outra oportunidade, em disciplina destinada a alunos do curso de História, no intuito de aprofundar as reflexões em torno das impressões e sugestões dos viajantes como relatos etnográficos que antecederam a sistematização do conhecimento antropológico sobre a diversidade cultural. Para um acesso direto a relatos de viagem que antecederam a era Moderna e voltaram-se para as terras do oriente, foi recomendada a leitura de *O livro das Maravilhas* de Marco Pólo pela influência indireta que ele exerceria sobre os viajantes da rota do Novo Mundo[3]. Estes relatos, especialmente os de Marco Pólo abrem caminho para o contacto com culturas tão ou mais evoluídas que as européias e com culturas em estado "selvagem", de modo a reduzir o impacto dos viajantes de séculos mais tarde, ao se depararem com os chamados "selvagens" da América. Surpreendentemente, serão detectados diversos pontos de conexão entre os

[3] Marco Pólo. *O livro das Maravilhas: a descrição do mundo.* Tradução de Elói Braga Júnior. Porto Alegre: L&PM, 1999, p.40. (Introdução e Notas de Sthéphane Yerasimos)

discursos formulados a respeito de duas partes do mundo tão longínquas, comparando-se os escritos de Marco Pólo e os de viajantes portugueses.

A difusão do mito do paraíso de viajantes medievais para os viajantes da era moderna

Com base nos relatos de viajantes medievais e do início da era moderna, especialmente Marco Pólo bem como de viajantes para a América, pretende-se detectar a presença do imaginário edênico nos primeiros contactos dos europeus com as terras do Brasil, conforme estudo anterior, *500 Anos de catolicismos & sincretismos no Brasil*.[4] Este estudo, porém, limitou-se a considerar tão somente viajantes e missionários em viagem ao Brasil. Desta vez, buscou-se nos relatos acerca do oriente os temas religiosos que perseveraram nos relatos dos viajantes da era moderna, bem como as descrições de costumes exóticos de povos de certas regiões do oriente com semelhanças com aqueles encontrados entre os indígenas da América. Com isso, se a noção de "selvagem" ganharia evidência somente a partir da visão dos nativos da América, o impacto da visão de homens vivendo em estado de natureza, assim definido seja pela condição de nudez, seja pelas práticas canibais, já aparecem nos relatos de Marco Pólo em viagem pelo oceano Índico, onde menciona diferentes povos com tais costumes, como veremos mais tarde.

No entanto, o pesquisador francês, Stéphane Yerasimos, autor da Introdução de uma das versões do livro de Marco Pólo, observa que: "Dois séculos depois de Marco Pólo, quase não se falará mais da Árvore Seca, do Prestes João ou do Gog e Magog..."[5] De fato, ele considera que estes temas cederam lugar para ações mais pragmáticas e eficientes por parte dos viajantes do século XV, cujos projetos mercantis permitiram a obtenção de lucros reais das decantadas maravilhas do oriente. Entretanto, podemos apontar outros temas míticos e fabulosos que continuaram a merecer a atenção de viajantes e missionários por suas referências bíblicas, constando em seus relatos as tentativas de localizar nas terras da América indícios da proximidade do paraíso terreno, bem como sinais da passagem de São Tomé, como evangelizador, não mais das terras longínquas do oriente, mas dos povos bárbaros do novo continente. Assim, as alusões ao mítico e ao maravilhoso não cessam com os sucessos financeiros dos empreendimentos da expansão marítima dos séculos XV e XVI, e na verdade continuam como estímulos cruciais para atrair um número cada vez maior de aventureiros e exploradores europeus para o Novo Mundo. Esta idéia, aliás, encontra-se bem formulada pelo mesmo autor francês já citado: "É para realizar este maravilhoso que partirão os grandes exploradores do século XV e seus sucessores."[6]

Considere-se que no século XVI o veneziano Giovanni Batista Ramusio percorreu alguns países europeus para divulgar a viagem de Marco Pólo, que teria se notabilizado ainda mais através da obra de compilação *De navegações e de viagens* (1553) a respeito de viagens para África, Ásia e América. Este autor procurou dar um sentido lendário à viagem de Marco Pólo ao compará-lo a Ulisses e o *Livro das Maravilhas* à *Odisséia.*[7] Desde Marco Pólo, as raras viagens de ocidentais cristãos para o oriente tinham uma motivação além de mercantil, de encontrar reinos cristãos isolados, a exemplo do de Preste João, lendário rei oriental cristão, cuja descrição maravilhosa do seu reino era

[4] Maristela Oliveira de Andrade. *500 Anos de catolicismos & sincretismos no Brasil*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002, pp.44-50.
[5] Yerasimos in: Marco Polo, op.cit. 1999, p.40.
[6] Ibid. P.40
[7] Jean-Pierre Drège. *Marco Polo e a Rota da Seda.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.91.

muito difundida na Idade Média, com sugestões sobre a localização do paraíso nas suas cercanias. Vasco da Gama teria declarado que os portugueses buscavam no oriente "especiarias e cristãos".

Convém lembrar que Colombo, em seu plano de viagem, visava alcançar Cipango e Catay (Catay Mangi terra do Grande Cã que segundo Marco Pólo situava-se ao lado da ilha de Cipango), baseando suas descrições de viagem em referências cartográficas antigas como a de Ptolomeu, ou aquelas presentes no imaginário mítico medieval. Michel Lequenne em seus comentários a respeito do *Diário de Bordo* de Colombo, informa que foi durante a estadia em Portugal que o genovês teria tomado conhecimento "de toda documentação científica, anedótica, místico-lendária sobre os segredos do mar oceano."[8] inclusive do livro de Marco Pólo, lido posteriormente, já na Espanha, segundo este autor. A influência desta leitura aparece de forma marcante nos relatos de Colombo, quando ao chegar à ilha de Cuba, pensou estar finalmente no tão buscado país do Catay. Na expectativa de chegar às ditas regiões, o navegador genovês tomou a precaução de se fazer acompanhar por intérpretes de línguas orientais como o árabe, o persa e o caldeu, línguas que se mostraram logo inúteis para a comunicação com os índios. Nos primeiros contatos realizados com índios de diferentes ilhas percebeu que usavam uma mesma língua, de modo que tratou de manter dois índios no navio para se comunicarem com aqueles que encontrariam nas ilhas que ainda visitariam. Apesar dessa constatação, continuava a esperança de haverem chegado ao Catay, já que Colombo orientava estes índios a informarem àqueles que seriam abordados, de que não pertenciam ao reino do Grande Cã. Além disso, levavam amostras de canela e pimenta para indagarem sobre a existência delas naquelas terras.

A busca do paraíso, a nudez adâmica dos nativos ou os vestígios da passagem de São Tomé por essas terras e, até a especulação quanto à presença em território americano das dez tribos perdidas de Israel são temas recorrentes nos relatos de viajantes e missionários na América, como bem destacaram Sérgio Buarque de Holanda e Luis Weckmann em seus respectivos estudos.

A reorientação da visão da nudez do nativo: de Adão para selvagem e canibal

Se no contexto americano a nudez dos nativos permitiu uma associação mais explícita com a nudez adâmica, aludindo com isto a proximidade ao Jardim de Èden, nos relatos de Marco Pólo esta parece ter uma conotação antes animalesca que do estado de natureza vivido pelo homem, ao associá-la tão somente ao canibalismo e à aparência monstruosa desses homens.Daí haver registrado que a ilha de Java era habitada por antropófagos, e que em suas proximidades havia um outro reino onde "a gente é completamente selvagem, sem lei, e vive como os animais". Porém, ao referir-se à ilha de Sumatra também situada nesta zona, informa que lá teria vivido por cinco meses, por terem sido impedidos de seguir viagem, e completa: "ficamos nela, temendo o bestial povo desta terra, que gosta de comer carne de homens."[10]No percurso desta viagem referirá ainda a homens que "andam nus e não cobrem nenhuma parte do corpo", chegando a acrescentar que em outra ilha haveria homens com cabeça e dentes de cachorro, vorazes antropófagos. As descrições relativas à longa viagem que compreendeu o percurso de volta de Marco Pólo no oceano Ìndico seriam provenientes dos marinheiros da época com quem manteve contato, supõe Drège e Mazzoleni.[9]

[8] Michel Lequenne (Introdução) Cristóvão Colombo. *Diário de Bordo* s./d, p.17

[9] Drège. op.cit., p.91; G.Mazzoleni. *O Planeta Cultural*. São Paulo: Edusp/ Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1992, p.29

O texto de Marco Pólo, por exemplo, está repleto de informações sobre a fauna das terras do oriente, em que salienta as espécies típicas da região, e em meio a elas menciona os seres fantásticos. Navegadores italianos do século XV como Colombo ou Girolamo da Santo Stefano que realizaram viagens para o ocidente e o oriente, respectivamente, não deixam de mencionar a respeito destes seres fantásticos. O primeiro informou que de acordo com informações dadas por índios que acompanhavam a expedição pelas Antilhas como intérpretes, havia em uma das ilhas do Caribe, "homens com um único olho e com focinho de cachorro, que comiam gente e, quando prendiam um homem lhe cortavam o pescoço, bebiam seu sangue e lhe cortavam os pedaços"; o segundo revelou a presença na ilha de Sumatra de "homens de rabo como porco e que comem carne de homens".[10] No final do século XVI ainda ecoa a mítica dos seres fantásticos em um registro contido na *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* ,de Pero Gândavo, a respeito de um suposto monstro marinho muito temido pelos índios, ao qual denominam *hipupiara* (demônio d'água, cujo desenho se assemelha ao peixe-boi). E complementa a informação nos seguintes termos: "E assim também deve de haver outros muitos monstros de diversos pareceres, que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem, de não menos estranheza e admiração."[11]

Fernão Mendes Pinto, *A Peregrinação* um relato de viagem da Renascença

A forte presença portuguesa no Oriente no século XVI não só em missões oficiais do governo com as missões religiosas a ele atreladas, como também de mercadores aventureiros de iniciativa privada, como Fernão Mendes Pinto, que notabilizou-se pela sua obra *A Peregrinação* (155?), da qual trataremos brevemente por tratar-se de um relato de viagem muito singular. Se como fonte documental para a história, esta obra não recebeu crédito, ela ganhou relevância como literatura em sua vertente novelística, devendo merecer atenção especial por seus elementos etnográficos e interpretativos sobre as culturas orientais, representando um marco diferencial na visão do "outro" e do distante. Uma leitura sob esta ótica permitirá perceber uma reorientação nos relatos de viagem medievais e os da era moderna, incluindo-se aqueles relativos ao Brasil, tornando-a surpreendente por atribuir superioridade aos orientais perante os portugueses, sob o aspecto moral e religioso, numa postura precursora da valorização do mundo oriental e de concomitante crítica dos valores e costumes europeus. Uma passagem luminosa do texto registra a opinião de um alto funcionário da ilha de Léquios a respeito do ataque cruel de Afonso de Albuquerque na conquista da ilha de Malaca para o reino de Portugal, glorificada pelos cronistas portugueses, porém considerada execrável pelos povos dominados.[12] Esta obra superaria os limites da literatura cavalheiresca, ou propriamente de viagem uma vez que o autor foi muito além do olhar do simples turista. Com este registro oral, estaria Fernão Pinto também prenunciando a perspectiva da chamada "história dos vencidos", que em contextos de sociedades ágrafas, seria a única forma possível de apreendê-la. Como discurso de interesse antropológico, ele encontra-se entre os que em pleno século XVI inauguram a perspectiva de reação ao etnocentrismo.

Na avaliação de Antonio Saraiva, Fernão Mendes Pinto teria construído uma novelística de caráter anti-heróico comparável à de Cervantes, cujo personagem central –

[10] Ibid., p.29
[11] Pêro de Gândavo. *Tratado da Terra & História do Brasil*. 12ªed. Recife: Massangana, 1995, p.95 (organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva)
[12] Fernão Mendes Pinto. A Peregrinação. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. 1988, p.xxvi.

o próprio autor – é definido de forma caricatural como "um anti-herói, irmão do Sancho Pança. Não tem sombra de orgulho, de brio, de preconceito. A noção de "honra" é-lhe inteiramente desconhecida".[13] Em suas numerosas agruras e peripécias vividas nesta viagem relata que foi escravo por treze vezes, mas também pirata, embaixador e até missionário jesuíta (ocupação que não menciona em sua peregrinação, da qual se tem notícia através das cartas jesuíticas) revelando a grande sagacidade do aventureiro para se sair de situações adversas, terminando por tornar-se um mercador bem sucedido, o que explica sua fácil aceitação junto à ordem jesuíta. Sua inserção à Companhia seria motivada pela forte impressão causada pela morte do seu amigo, o jesuíta Francisco Xavier, porém sua passagem na ordem foi muito efêmera, desligando-se pouco tempo depois para reassumir sua ocupação de mercador.

Viajantes estrangeiros no Brasil do séc. XVI ao XX

Um breve panorama será traçado para expor o espírito de que impregnou-se a literatura de viagem produzida por estrangeiros no Brasil entre apologéticos e detratores, houve também realistas e pessimistas. Os relatos dos viajantes estrangeiros do século XVI no Brasil como já foi salientado estavam em geral imbuídos de um espírito moderno de modo que em suas descrições do Brasil os relatos fantásticos dos viajantes medievais foram residuais e não constituíram o aspecto mais marcante dos mesmos, que se esforçavam por produzir uma visão mais próxima possível da realidade brasileira da época. Os relatos deste período especialmente os de Caminha, Jean de Lèry, Hans Stadens etc. registram aspectos exteriores da cultura indígena demonstrando uma certa convergência na percepção, especialmente quanto às descrições dos ritos canibais para os dois últimos autores.

Por ora, se tentará destacar o caráter moderno que também se acha presente nos viajantes do século XVI. Deste modo, cedo deu-se a substituição da interpretação da nudez adâmica dos indígenas pela de selvagem, que aos poucos suscitou uma reorientação na concepção de natureza pródiga para hostil, coincidindo com a formulação das teses do 'bom' e do 'mau selvagem' já nos relatos dos viajantes que se anteciparam às reflexões filosóficas sistemáticas de Montaigne, Hobbes e Rousseau. E se os nativos indígenas são a grande referência nos relatos dos viajantes dos séculos XVI e XVII, os escravos negros só aparecem nos relatos dos viajantes holandeses no período da dominação batava. Outros temas ganham relevância nesses relatos e se apresentam fartamente acompanhados de ilustrações, os quais descrevem a diversidade da fauna e flora nativas por viajantes naturalistas, que se notabilizaram especialmente os que integravam a corte holandesa que aqui se instalou, Pies e Marcgrave, embora tenha havido registros de naturalistas ibéricos integrantes das ordens religiosas que se instalaram no Brasil em época anterior, como o jesuíta José de Acosta. Com os registros dos primeiros naturalistas, se buscou um conhecimento mais sistemático do território, através do reconhecimento das vias naturais de acesso ao interior do país, ou seja, os rios, em que ganha importância estratégica o rio São Francisco como via de penetração para o Nordeste; o Amazonas para a região Norte e os da Prata e Paraná para o Sul e países vizinhos. Os percursos realizados no primeiro receberam descrições do frei Martin de Nantes, enquanto o segundo foi alvo de vários relatos de viagem notáveis como o de Orelana, Condamine, Alexandre Rodrigues entre tantos outros.

Somente no século XIX ressurge o interesse dos viajantes em torno da figura do negro no Brasil, como grupo étnico, sendo o naturalista von Martius que em expedição de estudos ao Brasil em meados do século XIX se propôs a realizar uma caracterização

[13] Ibid., p.xliv

étnica dos negros trazidos para o Brasil e buscou construir uma primeira caracterização dos grupos étnicos que permitiu a confecção da primeira classificação dos africanos no Brasil a partir do critério lingüístico, o mesmo, aliás, que utilizou para produzir também uma primeira classificação de caráter sistemático dos diferentes grupos indígenas do Brasil. De fato, os viajantes estrangeiros no Brasil do século XIX se voltam para a paisagem urbana e sua população vista num gradiente de cores, em razão do fenômeno visível da mestiçagem, visão que desagradava boa parte deles e que permitiu compor em seguida uma teoria científica da superioridade da raça branca e da pureza de raça, motivada pelas alegações dos viajantes de formação em história natural. Do ponto de vista da vida urbana é a sociedade escravocrata o grande alvo das considerações dos viajantes, e neste sentido serão amplamente apropriadas para fundamentar a interpretação de Gilberto Freyre a respeito da singularidade do modelo de escravidão no Brasil e sua interface com a mestiçagem. Por outro lado, a literatura de viagem foi também a fonte principal utilizada pelo mesmo autor em sua reconstituição do modo de vida das famílias patriarcais brasileiras e a permanência de costumes de caráter oriental introduzidos pelos portugueses, em processo de dissolução no século XIX.

Para completar esse panorama resta uma última palavra sobre os viajantes do século XX aqui representados por Lèvi-Strauss e Roger Bastide, os quais se diferenciam pelo foco principal de seus relatos, ora grupos indígenas em condição de isolamento nas florestas, ora comunidades negras, afro-brasileiras em área urbana em torno de cultos de origem ancestral africana, filiando-se desta forma cada um, a uma das vertentes preponderantes do pensamento antropológico brasileiro. *Tristes Trópicos* de Lèvi-Strauss alcançou grande notoriedade tornando-se leitura obrigatória nos programas de formação de antropólogos das universidades brasileiras, por isso seu acesso é facilitado pela realização de várias edições em língua portuguesa. Já o livro de viagem de Bastide *Imagens do Nordeste Místico em branco e preto*, publicado dez anos antes mantém-se pouco divulgado, e pouco acessível.[14]

Para confrontar à literatura de viagem produzida por estrangeiros, foi selecionado o livro de viagem de Gilberto Freyre ao oriente, *Aventura e Rotina*[15], cujo aspecto mais surpreendente é a busca mais ou menos deliberada de afinidades e de traços familiares nas culturas visitadas, que estiveram sob o domínio colonial português, em atitude oposta à dos viajantes estrangeiros no Brasil. Sob este aspecto, pode-se dizer que a atitude de Roger Bastide se distancia da dos outros, por ter buscado reduzir ou minimizar o exotismo como característica dos cultos afro-brasileiros para torná-los menos 'selvagens' e mais familiares em suas descrições etnográficas, atitude que influenciou a própria atitude dos brasileiros da época, que viviam uma fase de perseguição policial a tais cultos, para uma aceitação pacífica dos mesmos. A postura de Freyre no Oriente de confraternizar com os povos de lá e de sugerir intercâmbios científicos para buscar soluções tecnológicas compartilhadas para obtenção de uma melhor adaptação às condições climáticas e ecológicas para a vida nos trópicos, terminou por confirmar sua tese da plasticidade do português ao se deixar assimilar pela cultura do outro. Orientalismos foram surpreendidos na vida cotidiana de família no Brasil colonial, ao mesmo tempo em que constatou algumas marcas profundas de sua presença discreta na Índia, no território de Goa.

Tal plasticidade se manifesta na habilidade de estabelecer uma interação com o outro, em contraste com a atitude dos anglo-saxões que contemporaneamente ainda resistem aos contatos com o outro, conforme o comentário de um brasileiro enviado recentemente em missão do governo brasileiro para o Timor Leste, que há poucos dias

[14] Maristela Oliveira de Andrade. "Roger Bastide em viagem ao Nordeste", in M. O de Andrade (org.) *Roger Bastide e o Brasil*. João Pessoa: Manufatura, 2004, pp.79-98

[15] Gilberto Freyre. *Aventura e Rotina.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

nos enviou suas primeiras impressões de viagem, em relatos a ele solicitados para nossa pesquisa:

"Bali tem toda a energia, modernidade e tradição, cenários de verdade e turistas!!! Enquanto Dili tem toda a baixa energia, clima pesado, desrespeito as tradições (a ONU e a UNTAET - junta de coordenação política da ONU se encarregaram de acelerar esse "processo" oferecendo gorjetas de 50 dólares e esmolas de 10 dólares às crianças), cenários destruídos (queimados e descaracterizados) e Australianos dentro de carros sem a mínima vontade de descer deles. (...) Em Dili, os australianos fazem relatórios em casa e nos ministérios, alguns, serviço social, ensinam aos jovens o Inglês para que estes não aprendam tão velozmente o português, e fazem muitos negócios. Constroem pontes, casas, escolas... Bebem pouco, compram somente em supermercados australianos, e moram somente em hotéis australianos."

Este depoimento é revelador das permanências no padrão de atitude entre os diferentes povos e suas culturas em situação de contato, e de que os registros feitos nos diários de viagem continuam sendo de extrema importância para captar o modo de ser e de viver do outro, ainda que sob fracas condições de controle da pesquisa científica, já que a observação nestas condições flui com facilidade, favorecendo análises comparativas que afloram naturalmente no discurso. As possibilidades de extrair lições dos relatos dos viajantes tornam esta literatura uma fonte preciosa e inesgotável de informações que agregando impressões subjetivas do viajante, é capaz de traduzir a realidade com mais acuidade do que qualquer outra fonte, sendo portanto um instrumento que pode conduzir a uma interpretação do significado das culturas para compor sua história cultural.

A PENA DE DEGREDO NO CÓDIGO FILIPINO

Maristela Toma

A palavra *degredo*, enquanto termo diferenciado na legislação, não tem um correspondente específico em outras línguas[1] e foi utilizada durante quase todo o período moderno para designar um tipo bastante específico de expulsão penal. Durante esse período, o termo serviu também para se referir ao local onde o degredado cumpria sua sentença. Degredar alguém, na maioria das vezes significava decretar a expulsão de um criminoso do local onde cometera seu crime, enviando-o para outro local pertencente ao reino, que poderia ou não fazer parte do território metropolitano. O termo, porém, é mais abrangente e a própria pena de degredo, bem como a sua prática, variou muito ao longo da História.

Na esfera jurídica do início do século XIX, o termo degredo designa "deixar o local onde uma pessoa reside em conseqüência de uma sentença legal".[2] O degredo é entendido, então, como pena de expulsão e neste sentido, se assemelha muito a outros termos que possuem, na linguagem jurídica atual, o mesmo significado. Expatriar, exilar, deportar, relegar, banir, desterrar, proscrever, extraditar; todos esses termos podem ser entendidos como sinônimos na linguagem comum; no entanto, vários deles possuem, historicamente, um sentido muito mais preciso, como é o caso, por exemplo, de deportar e relegar.

Na Grécia antiga, o código draconiano previa dois tipos de expatriação: o *ostracismo* e o *exilio*. O primeiro restringia-se a cidadãos que, por alguma razão, ofereciam perigo político. Só indivíduos que se destacavam politicamente, a ponto de chamar para si a atenção dos poderes, é que poderiam ser penalizados com o ostracismo. Pode-se dizer que se tratava de uma pena elitista, dada as características da democracia grega, e porque o

ostracismo não se revestia de caráter infamante. O afastamento tinha duração prevista na lei por um período de 10 anos e era decidido fora das instâncias do poder judicial, na Assembléia do Povo. Em face dessas peculiaridades, a literatura jurídica entende o ostracismo como um meio termo entre punição e medida de segurança.

Já o *exilio* propriamente dito, apresentava duas modalidades bem distintas: admitia-se o exílio como pena imposta pela lei; e o exílio como uma concessão amparada legalmente. No primeiro caso, trata-se de uma pena perpétua,[3] aplicada a criminosos comuns e que acarretava infâmia e confisco de bens. Já no segundo caso, trata-se de uma iniciativa que se reserva ao acusado de, antes do julgamento, se auto-exilar. Esse expediente tinha amparo legal desde que o acusado mantivesse a promessa de jamais retornar ao território grego. Os acusados que normalmente recorriam ao auto-exílio costumavam ser os que temiam que pudesse recair sobre si a pena capital e encontravam, desse modo, um meio de salvaguardar a vida; por outro lado, a sociedade, com base nesse recurso, podia respirar aliviada, sentindo-se a salvo de sua presença.

A legislação romana, à semelhança da grega, também previa o *exilio* como uma concessão a que os acusados podiam recorrer durante a tramitação do processo. Para além dessa modalidade de exílio, os romanos sistematizaram também formas coercitivas de expatriação penal. A mais antiga é a *interdictio aquae et ignis* (interdição de água e de fogo). Esta pena, extremamente severa, determinava expulsão seguida de morte civil, ou seja, decretava a perda de todos os direitos de cidadão, despojando-o de dignidade aos olhos de seus iguais.[4] Em alguns casos, a sorte do condenado ainda não estava decidida aí: havia outra proscrição, «a das cabeças», verdadeira sentença de morte, que determinava que qualquer um poderia matar o expatriado onde quer que este se encontrasse, prometendo ainda uma recompensa para quem o fizesse.

Com o advento do império, a interdição de água e de fogo caiu em desuso quando o imperador Augusto estabeleceu duas novas modalidades de expatriação penal: *deportatio* e *relegatio*, respectivamente, deportação e relegação. A deportação era uma pena perpétua que equivalia à antiga interdição de água e de fogo, ou seja: expulsão seguida de morte civil

e perda de honra, sendo que os condenados eram então enviados para as ilhas do Mar Egeu, e mais tarde, para as regiões desertas do império na África e na Ásia. Já a relegação podia ter caráter temporário e, sendo uma pena mais branda, não implicava nem em morte civil e nem em confisco de bens. O sentenciado à relegação deveria cumprir sua pena retirando-se para algum lugar determinado na sentença e, como a pena não possuía caráter infamante, também foi usada largamente para fins políticos.

Vários estudiosos do degredo, seja no plano do Direito, seja no plano da História, entenderam essas antigas formas de expatriação penal como modalidades de degredo. Apesar da discordância que se percebe entre esses estudos quanto qual dentre essas formas de expatriação se aproximaria mais do degredo português da Idade Moderna,, praticamente todos são unânimes em afirmar que o degredo moderno resultou da mutação de uma dessas penas antigas. Esse trabalho de busca das origens do degredo, entretanto, levanta alguns problemas que exigem exame mais atento.

Geraldo Pieroni, na esteira de Melo, apresenta o exílio praticado pelos gregos e pelos romanos denominando-o de degredo.[5] Já Thimoty Coates, que também entende que a ascendência do degredo deve ser buscada no Direito romano, afirma que os portugueses teriam modificado ligeiramente as penas de deportação e de relegação. Nesse aspecto, Coates segue de perto Manuel Lopes Ferreira, jurisconsulto português do século XVIII.[6]

Em nosso entender, contudo, nenhuma dessas penas previstas pela legislação antiga greco-romana deve ser entendida como modalidade de degredo. No máximo, tais penas guardam com relação ao degredo um parentesco distante, uma vez que pertencem todas à categoria comum da expulsão territorial. A pena de degredo, sobretudo na Idade Moderna, como veremos adiante, recombina vários dos elementos presentes nessas penas antigas, mas traz em seu bojo peculiaridades que reclamam uma diferenciação. E, de qualquer modo, para além da questão da genealogia da pena de degredo, parece-nos fora de questão o fato de que os termos *degredado*, *exilado*, *deportado*, *relegado* e *banido*, não são equivalentes, e como tal, não podem ser utilizados de forma indiscriminada.

O termo *banido*, aliás, encontra-se bem definido no texto do próprio Código Filipino e designa os condenados ausentes (foragidos). Para estes, a lei determinava que os juizes de maior alçada "os pronunciarão por banidos e sendo por tais pronunciados, mandamos a todos os juizes e Justiças que apelidem sobre eles toda a terra para os prenderem; e como forem presos, se a condenação, for de morte natural, sejam logo enforcados ou degolados, segundo a sentença for conteúdo. E se forem condenados em outras menores penas que de morte, assim lhes sejam logo dadas e em todo as sentenças contra eles executadas, sem mais apelação nem agravo"[7].

À semelhança da proscrição "das cabeças", conhecida no direito romano, os banidos, no caso de terem sido condenados originalmente à morte natural, tinham suas cabeças colocadas à prêmio, podendo ser mortos por qualquer pessoa, sem que isso acarretasse em crime de homicídio por parte do justiceiro. Por outro lado, acobertar um banido acarretava em pena pecuniária para quem o fizesse, sendo que o valor a ser pago variava de acordo com a pena original dada ao condenado foragido. A sentença de banimento, portanto, é uma segunda condenação que a princípio recai sobre todos os foragidos da Justiça. Tal sentença poderia ser suspensa caso o foragido se apresentasse à Justiça dentro do prazo de 1 ano. Neste caso, ele voltaria a ter contra si apenas a sua condenação original, podendo, como todos os outros condenados, alegar defesa e pedir que se dilatasse a execução para que uma investigação conduzisse à sentença final.

Outro termo que aparece com freqüência na documentação portuguesa é *desterro*.[8] Utilizado como sinônimo de degredo na linguagem corrente até os dias de hoje, estes 2 termos, ao que parece, se especializaram à medida que a legislação portuguesa foi sendo reformada. Nas Ordenações portuguesas, os termos ainda não se distinguem - ao contrário do que se verifica no Código Penal de 1852, onde desterro corresponde à "obrigação de o condenado sair dum lugar" e degredo implica no "envio do condenado para uma possessão ultramarina".[9] A concepção dos dois termos como práticas diferenciadas é corroborada também por Cardeal Saraiva, que, em face do uso indistinto dos conceitos, reclamou uma diferenciação, ao afirmar que desterrar implica simplesmente lançar ou deitar fora da terra,

enquanto o ato de degredar pressupõe necessariamente que se designe um lugar onde a pena deverá ser cumprida.[10]

Visto sob esse prisma, o degredo pressupõe um destino, fato que, por si só, já o diferencia da pena de desterro ou banimento. Quanto à localização desse destino, enquanto Cardeal Saraiva trabalha com parâmetros espaciais bastante amplos (um lugar onde a pena deverá ser cumprida), no Código Penal português os locais de degredo estão bem definidos (uma possessão ultramarina). Diferença sensível entre as duas definições de degredo, e, tal como o processo de descolamento dos conceitos degredo e desterro, significativa, no sentido de pôr em relevo as alterações que a pena sofreu ao longo de sua prática em Portugal.

Em Portugal, desde o século XV, a aplicação da pena combinava duas modalidades distintas, no que diz respeito aos seus destinos territoriais: o degredo colonial, que enviava condenados para possessões na África, e mais tarde na América e na Ásia; e o degredo interno, que determinava como locais de cumprimento da pena regiões pouco habitadas do território metropolitano. Em ambos os casos, trata-se de enviar para as regiões limítrofes, longínquas ou inóspitas, os condenados da justiça para que nelas pudessem atuar como povoadores, garantindo assim a defesa territorial. A pena de degredo para as galés, que em alguns estudos tem sido vista como um tipo muito específico de condenação, se desenha como uma prática ainda mais antiga e, neste caso, obviamente que não é preciso frisar o fato de que se prescinde da existência de domínios coloniais.

A existência do degredo interno e do degredo para as galés, portanto, propõe um problema para esse tipo de definição, uma vez que ambas as penas extrapolam o pressuposto da existência de domínios ultramarinos. Apesar disso, o degredo foi muitas vezes definido como uma pena essencialmente colonial, sobretudo no pensamento jurídico.

Nos anos 1930, em Portugal, Abel de Andrade, professor da cadeira de Direito Penal da Faculdade de Direito de Lisboa, assim definiu o degredo: “Consiste o degredo na residência obrigatória do delinqüente numa colônia, isto é, num país de civilização inferior sobre o qual a mãe Pátria exerce domínio político”.[11]

Esse estatuto colonial do degredo na esfera jurídica se explica: desde o final do século XIX a pena de galés estava definitivamente extinta e, mesmo antes de sua extinção, o Código português de 1852 já definira o degredo como pena a ser cumprida no ultramar; e, uma vez que o sistema de coutos - que sustentava o degredo interno, fora abolido no século XVIII, restava apenas a vertente externa do degredo.

A definição de degredo como pena colonial, consolidada no plano jurídico, é historicamente datada.[12] Tal definição, válida para traduzir o degredo nos séculos XIX e XX, não dá conta da prática como um todo. No período moderno, em que o degredo foi utilizado em larga escala, iniciado o processo de diferenciação em relação ao banimento, o degredo ainda não tem o perfil colonial que irá assumir mais tarde. Recuando ainda mais na cronologia, se tomarmos o degredo praticado período medieval, veremos que a semelhança com a pena de banimento era sensível, daí a confusão entre os termos desterro e degredo, a que nos referimos no início desta comunicação.

A questão é que, desde a época moderna, o degredo confunde-se com uma de suas modalidades - também moderna, que é o degredo colonial, de longe, o mais praticado no período. Porém, uma vez que a prática do degredo não se esgota em sua vertente colonial, tomar um pelo outro é tomar uma o todo por uma parte. E, no caso do degredo, isso é problemático, sobretudo se pensarmos que uma mesma lógica utilitarista informa todo o sistema, em todas as suas modalidades e em todas as suas instâncias.

Parece-nos claro, então, que o que de fato caracteriza o **degredo moderno** não é o imperativo colonial, mas o desejo de **aproveitamento dos condenados em serviços prestados ao Estado**. Estes serviços podiam variar desde o povoamento até o trabalho em galés, obras públicas, ou nos exércitos.[13]

Sob essa perspectiva é possível pensar as diversas formas de degredo praticadas por Portugal durante a Idade Moderna como variações de um mesmo tema. Entendido dessa maneira, ou seja, a partir do viés unificador do utilitarismo, o degredo português, na época de que nos ocupamos, pode ser dividido em 2 vertentes: o degredo pra as galés[14] e o

degredo territorial, que apresenta as seguintes modalidades: degredo interno e degredo externo, incluindo este último os degredos colonial e inter-colonial.[15]

Isso posto, propomos uma definição de degredo, para o período de que nos ocupamos, como sendo a de uma **política de transplante populacional extremamente dinâmica, que se pautou em um conceito racional de aproveitamento de condenados como mão de obra móvel colocada a serviço do Estado, sob as mais variadas formas**. Na arquitetura do degredo a serviço da "razão de Estado" concorreram duas lógicas: a lógica da exclusão, que tornava imperativo afastar os criminosos; e a lógica política e econômica, que visava o seu aproveitamento. Exclusão, portanto, mas incorporação também. Lógicas distintas que se complementaram e que acabaram por fundamentar e justificar a prática do degredo em Portugal.

---

[1] Nas outras línguas utiliza-se de forma indiferenciada os termos banimento ou exílio. Assim, para o francês, *banissement*, *exil*; e para o inglês, *banishment*, *exile* e sobretudo, *transportation*. Os espanhóis utilizaram o termo *desterro*, também utilizado largamente pelos portugueses. O historiador Gerald J.Bender, em seu estudo *Angola under the portuguese: the myth and the reality*. Califórnia, University of California Press, s.d., preferiu utilizar o termo degredo no original em detrimento dos correspondentes genéricos para a língua inglesa. A recusa do autor em lançar mão desses termos, ainda que sem entrar no mérito da questão, nos levou a pensar na especificidade do conceito.

[2] Joaquim José Caetano Pereira e Souza. *Esboço de hum Diccionario Jurídico, Theorético e Pratico*. Lisboa, Rollandiana, 1825.

[3] A pena, entretanto, poderia ser retirada caso o próprio magistrado que a tivesse sentenciado reavaliasse o caso e obtivesse reabilitação popular.

[4] Uma vez que, em Roma, a religião era civil, isto é, especial a cada cidade, a perda da cidadania implicava também a perda da religião. Ao ser afastado da cidade, o condenado tinha também negado o seu direito ao culto. Daí que, interditar alguém da água e do fogo (onde água corresponde à água lustral e fogo, ao fogo dos sacrifícios) tinha também o significado que hoje atribuímos à excomunhão. E, uma vez que era da religião que emanavam todos os direitos civis e políticos, ao perder a pátria, perdia-se tudo. Morto civilmente, o condenado perdia todos os direitos, inclusive os direitos à propriedade e à família, "deixava de ser esposo e pai. Seus filhos deixavam de ficar sob sua autoridade, como sua mulher deixava de ser sua esposa, podendo, se quisesse, tomar outro marido. (...) Quando morto, não podia ser sepultado no solo da cidade, nem no túmulo de seus antepassados, porquanto se tornou estrangeiro." Cf. Fustel de Coulanges, *A cidade antiga: estudo sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma*. SP, Hemus, 1975. p. 162.

[5] *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília/SP, UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp.23 e 24.

[6] Ferreira, em *Practica Criminal expedida na forma de Praxe*, afirma que tanto a deportação, quanto a relegação, encontram equivalentes no Direito português, em maior ou menor grau: "A deportação era a pena dos condemnados a passar para as ilhas. Esta pena succedeo a da interdição da água, e do fogo, e era igual à da condenação perpétua ao trabalho das obras públicas, os deportados eram mortos civilmente, e perdiao a honra, e os direitos de Cidadãos. A relegação era a pena dos condemnados a estar retirados no lugar que se lhes destinava, ou fosse até certo tempo, ou para sempre. Não perdião os relegados os seus bens, nem os direitos de Cidadãos, nem a faculdade de testar. A deportação he desconhecida pelos nossos costumes; e só tem alguma relação com a desnaturalização, e desterro perpétuo para fora do reino." *Apud*. Coates, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português.1550-1755*. Lisboa, CNCDP, 1998. p.57.

[7] *Ordenações Filipinas*. Livro V, tít.126 § 7.

[8] O desterro, entendido como expulsão, era uma pena prevista na lei visigótica. Em Portugal, o direito visigótico se fez presente nos costumes e na legislação foraleira. Na época da reconquista cristã, que se seguiu ao fim da expulsão dos mouros, as leis portuguesas previam a pena de desterro, também denominada «*exeat de villa*», em que o criminoso era condenado a deixar o local onde morava depois de pagar pena pecuniária. Durante o desterro, o condenado não poderia retornar à vila, sendo previstas também sanções para quem aí abrigasse o desterrado. Ver Eduardo Correia, "A evolução histórica das penas", *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, vol. 53. 1977. pp.54-57.

[9] Cf. Correia, *op.cit*., pp.82-83 e 142.

[10] *Ensaio sobre alguns synônymos*. *Apud*. Beleza dos Santos. "O degredo e a sua execução em Angola.", *Boletim da Faculdade de Direito*. Ano XII. Universidade de Coimbra, 1932. Agradeço a gentileza do Prof. Carlos Albano Barbosa Santos, que solicitamente me enviou uma cópia deste material.

[11] *Apud.* Melo, *op.cit*., p.5.

[12] Apesar disso, a concepção de degredo como pena colonial tem se mostrado uma tendência que se verifica nos estudos sobre o degredo, mesmo os mais recentes. Em seu estudo, Coates, apesar de tratar com minúcia também do degredo interno e do degredo para as galés, assim define o degredo: "Este termo significa um conceito racional de colonização forçada de uma ou várias colônias por parte da metrópole européia. Mais especificamente, o degredo era uma forma de colonização coerciva que, comutando a sentença original, forçava um criminoso a residir numa das várias colônias. Contudo, uma das diferenças básicas entre banimento e degredo é que este último requer colônias (ou pelo menos postos avançados) de uma autoridade central que sejam simultaneamente distantes, estratégicas e indesejáveis (pelo menos segundo a percepção popular). Trata-se de locais onde o Estado pretende reforçar um poder freqüentemente tênue e para os quais não consegue atrair suficiente emigração livre. Abreviando, poderíamos dizer que o degredo sustenta um império." *Op.cit*., p.28.

[13] Southey, *op.cit*. e Charles Boxer, "Soldados, colonos e vagabundos", *O império marítimo português. 1415-1825*. Lisboa, Edições 70, s.d. já haviam destacado a aproximação entre o sistema de degredo e a formação dos exércitos na Índia portuguesa; mas foi Coates, *op.cit*., quem demonstrou exaustivamente como o serviço militar e o degredo implicavam-se mutuamente e frisou o fato de que, muitas vezes, os termos *degredado* e *soldado* se equivaliam, chegando mesmo a se confundirem na documentação.

[14] Há que se abrir aqui um parêntese para lembrar o fato de que as Ordenações do reino previam também o "degredo para sempre para fora de nosso reino e senhorios". Essa forma de expatriação, menos freqüente a cada nova Ordenação, deve ser entendida como banimento perpétuo e, embora seja contemplada na legislação, raríssimas vezes foi aplicada sob forma de sentença. Some-se a isso o fato de que as comutações de pena eram uma realidade corrente no sistema judiciário português, é de se concluir que apenas uma parcela ínfima de criminosos foi realmente banida do reino.

[15] Esta modalidade de degredo não está presente nas Ordenações do Reino, uma vez que estas se referem aos assuntos metropolitanos. As colônias portuguesas, contudo, baseando-se na legislação da Coroa, adotaram também a prática de degredar criminosos para territórios afastados dentro da própria colônia e também para outras possessões portuguesas. Assim, um criminoso julgado no Brasil poderia ser condenado ao degredo em Angola, Índia ou nas ilhas atlânticas.

Mulheres Infanticidas: o crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX.

Marla Albuquerque Atayde - UFC

A idéia de pesquisar o crime de infanticídio na cidade de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX surgiu a partir do desenvolvimento, junto ao grupo PET-HISTÓRIA da UFC, de um grande e profundo trabalho de catalogação e pesquisa no APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará). O projeto, denominado "Conservar para Preservar, preservar para conhecer: Processos-crime do Arquivo Público do Estado do Ceará" realizou a catalogação de cerca de 2100 processos criminais da cidade de Fortaleza no período de 1910 a 1950. Tais processos constituem-se enquanto fontes riquíssimas para o historiador que se propõe a fazer uma história do cotidiano, cultural ou social baseada nas experiências desses sujeitos que compõem cada um dos processos-crime catalogados. Como réus ou rés, vítimas ou testemunhas, advogados ou juízes, encontraremos a partir destes sujeitos, no universo dos processos-crime a possibilidade de suscitar numerosas temáticas históricas. Após o término da catalogação dos processos no APEC nos foi incumbida a tarefa de escrever um pequeno artigo sobre um dos muitos temas fomentados. Várias foram as propostas de análise: a criminalidade e a noite; as brigas entre vizinhas; os crimes por traição; o cotidiano de ruas; crimes políticos; os crimes sexuais; e o crime de infanticídio, tema que me fez debruçar esforços em sua análise.

Os processos-crime de infanticídio trazem mulheres que mataram seus filhos no momento do parto, tal prática me inquietou sobremaneira e aprofundar a sua análise apresentou-se para mim como um desafio, por considerar a prática dessas mulheres infanticidas como um problema histórico digno de problematização e por tratar-se de uma questão tão polêmica e sensível aos olhos de muitas pessoas, além dessa prática ter se apresentado no decorrer da História de diferentes formas e ter tido diversos significados. Como esclarece Dirceu de Melo: "Poucas ações humanas, dentre aquelas que integram o rol dos comportamentos tido como ilícitos e expostos a sanção criminal, apresentarão, como o infanticídio, dúvidas e pontos de conflito, ainda hoje sujeitos a especulações não

superados... Como explicar-se, à luz da razão pura, que, em determinadas épocas, haja a sociedade reagido tão violentamente ao comportamento, para, em outras, procedendo de maneira diretamente oposta, deixar-se envolver por sentida e não ocultada preocupação de tratar com benignidade o violador da norma penal?"[1].

O autor refere-se ao fato do infanticídio ter experimentado momentos bastante heterogêneos ao longo do tempo, onde a tolerância e punições em relação a sua prática oscilaram conforme variavam os valores morais e éticos do meio social.

Nesses processos, poderemos nos defrontar com os cotidianos e com numerosos e variados problemas enfrentados por essas mulheres infanticidas, dos dramas mais diversificados aos métodos mais semelhantes para a ocultação do recém-nascido.

Dentre as muitas formas de violência específicas da condição feminina encontraremos nestes processos-crime mulheres que desconheciam os seus próprios corpos, que ignoravam suas sexualidades e que sofriam com a imposição da virgindade como símbolo de honra. Encontraremos mulheres que na maioria das vezes foram defloradas e abandonadas, que estavam sem família, sem trabalho entre outras dificuldades. Essas mulheres, mergulhadas no mais profundo desespero viam-se diante da necessidade de obstar aquele filho, visto pela sociedade como a prova de sua desonra ou de um amor ilícito. A justificativa para a análise desta problemática histórica recaí sobre a necessidade de investigar os possíveis significados do crime de infanticídio para essas mulheres que o praticaram, possibilitando desta forma, uma compreensão de perspectiva histórica sobre tal atitude, dentro do recorte temporal selecionado. Dentro do contexto de uma cidade que vivenciava constantes transformações estruturais, morais, econômicas e sociais, que crescia geográfica e demograficamente nossas mulheres infanticidas agiam, muitas vezes na calada da noite, outras vezes nas primeiras horas da manhã, sozinhas e sem barulho iam elas tentar ocultar o nascimento de seus filhos para depois, tentar continuar a sobreviver.

[1] MELLO, Dirceu de. *"Infanticídio"*, SP, RT, vol. 455, 1973, p.292.

Para a confecção deste artigo selecionei um dos processos-crime de infanticídio para ser analisado que data de 1921. Ao ser interrogada, ainda internada na Santa Casa de Misericórdia, a mulher disse chamar-se Francisca Rodrigues de Oliveira com 20 annos de edade, solteira, cearense, vive de serviços domésticos, residente actualmente no Arraial Moura Brasil, não sabe ler e escrever.[2] Perguntada sobre o que tinha a dizer em sua defesa Francisca Rodrigues disse:

"Que ha uns dois annos foi desvirginada pelo senhor Ignácio Porfírio residente no sitio Angicos, que depois foi morar com seu cunhado, de nome Manoel de Oliveira, vivendo com este, mas tendo sempre relações sexuaes com o seu offensor, que evidenciado o seu estado foi expulsa pelo seu alludido cunhado, vindo, em dias de novembro último com um outro seu cunhado, de nome Pedro, para esta capital... que este não a quis em sua casa, allegando que sua mulher não gostaria, que em face disto foi morar com uma velhinha, de nome Maria, no Arraial Moura Brasil perto do gasômetro... que hoje pela manhã sentiu dores no ventre e compreendendo que ia parir saiu com uns pamnos pretendendo lavá-los no quintal de uma casa vizinha, que ali teve a criança, e como desde que se sentiu grávida, resolveu, logo que tivesse a criança, enterrá-la... arrancou o umbigo do menino e enterrou-o vivo, derramando elle muito sangue pelo cordão umbilical... que pariu de cócoras, não tendo a criança, que era do sexo masculino, recebido nenhuma pancada, que cobriu a criança imediatamente porque estava ella chorando. E nada mais disse".[3]

A partir do depoimento de Francisca Rodrigues podemos perceber que ela já inicia sua defesa expondo o fato de ter sido "desvirginada" por um homem com quem mantinha relações sexuais, mesmo estando vivendo com outro. Expulsa por este último, veio para a capital sendo-lhe também negado apoio por parte de familiares que aqui viviam. Fica claro no depoimento que Francisca tinha noção de sua gravidez e estava decidida a livrar-se da criança assim que nascesse. No processo de Francisca Rodrigues são de fundamental importância as testemunhas que oferecerão vários indícios do comportamento da acusada.

[2] APEC: Caixa 96, 1921. Acusada: Francisca Rodrigues de Oliveira.
[3] Idem.

Francisca Mendes de Oliveira, de 33 anos disse que: "No dia 31 de dezembro de 1921, cerca das 7:30 da manhã uma amiga lhe comunicou que Francisca Rodrigues estava com uma forte hemorragia e que foi logo dizendo que não era possível que uma"moça" tivesse hemorragia, que Francisca Rodrigues se dizia virgem... Que foi ao quintal e encontrou a acusada deitada e sangrando muito e logo desconfiou que ella tinha parido, o que evidenciou quando apalpou-lhe a barriga encontrando-a molle...Que encontrou muito sangue próximo a uma bananeira e a terra estava fôfa e cavando com uma pá encontrou a creança, enterrada de peito pra baixo, que a creança era gorda e bem conformada... que perguntou a accusada por que matara o menino, respondendo ella que não sabia o que era e acrescentou que a creança chorava... que a accusada passava como honesta".[4]

Pode-se observar que mesmo só estando no Arraial Moura Brasil há quatro dias, Francisca Rodrigues construiu uma imagem de "moça virgem", mesmo estando em evoluído estado de gravidez. Possivelmente, Francisca Rodrigues pretendesse passar por moça honesta, pois tinha a intenção de continuar a morar e trabalhar nesta capital, situação provavelmente dificultada ou impedida pelo fato dela não ser virgem, logo honesta e ainda estar grávida, contingência que evidenciaria algo indigno ou amoral para a época. Mais uma vez, Miguel Longo descreve a angústia que sentiam as mulheres do período ao temerem ser rotuladas de desonestas, por estarem esperando um bebê fruto de um "amor ilícito".

"A princípio, consegue esconder a prova do pecado, e levam uma existência de sobressaltos e forçadas reservas, mas, pouco a pouco cresce o perigo da publicidade... de longe, apavorante como um espectro, vem-se aproximando, minaz, de dia em dia, de hora em hora, o momento fatal em que a desgraça não pode esconder a própria vergonha à família, aos parentes, ao público... a piedade, até a piedade lhe é negada, porque pedi-la é vergonha, merecê-la é desonra, esperá-la é sinal de maior humilhação da dignidade do decoro pessoal, e ela num momento reativo de conservação instintiva, é impelida, automaticamente, a suprimir a prova da vergonha, do erro infamante, da desonra... e o infanticídio se consuma! A lei escrita pedirá contas a essa mulher, como autora de um crime,

[4] Idem.

mas a lei moral dirá aos juizes: acima e além dos códigos há a lei da necessidade, o império inelutável das fatais contingências da vida".[5]

É perceptível o extremo esforço que essas mulheres faziam para não serem descobertas e conseqüentemente discriminadas e apontadas pelo mau passo que deram. A moralidade estava fundamentada no fato de ser ou não virgem, o machismo era extremamente poderoso e a gravidez fora do casamento se constituía enquanto desonra e motivo de profunda vergonha.

Voltando ao depoimento de Francisca Mendes, essa testemunha disse que Francisca Rodrigues ignorava o que seria o recém-nascido e que por isso o teria enterrado, tal alegação é possivelmente frágil tendo em vista que Francisca Rodrigues, de acordo com seu depoimento, estava ciente do seu estado e do que fazer tão logo nascesse a criança. Outras testemunhas como Joventino Fernandes de Oliveira de 45 anos, Alexandrina Rodrigues dos Santos de 41 anos, Luiza de Paiva Pessôa de 24 anos e Francisca Teixeira de 28 anos (mulher que deu moradia e trabalho à Francisca Rodrigues), acrescentaram em seus respectivos depoimentos que: "A accusada declarou que tinha feito aquillo para encobrir a vergonha, porque era moça..."[6]

"Que a denunciada queria passar por moça e quando foi interrogada dizia repetida vezes " eu sou moça!"" [7] "Que ouviu ella dizer que fizera isso a fim de ella passar como moça".[8]

"Encontrou a indiciada no Barracão onde trabalha seu marido e perguntou-lhe se queria empregar-se em sua casa, a fim de ajudá-la a fazer comida para o pessoal do Barracão... que levou-a para sua casa tendo-a em conta de moça como ella dizia que era... que ella lhe confessou que a creança nasceu viva e enterrou-a e que o fizera para occultar a deshonra própria porque queria passar por moça".[9]

Os quatro depoimentos corroboram com a hipótese levantada anteriormente de que Francisca Rodrigues pretendia passar como "moça virgem" e talvez se seu parto não tivesse

[5] LONGO, Miguel. Apud: Nelson Hungria, *"Comentários ao Código Penal".* 4º ed., p. 243-244.
[6] APEC: Caixa 96, 1921. Acusada: Francisca Rodrigues de Oliveira.
[7] Idem.
[8] Idem.
[9] Idem.

se complicado a ponto de chamar a atenção de todos, ela provavelmente teria conseguido ocultar a criança e continuaria se passando como "moça honesta".

Francisca Rodrigues utilizou a seu favor o critério psicológico ou honoris causa que caracteriza-se pelo fato do crime ser cometido pela mãe da vítima a fim de preservar a própria honra. Para o já mencionado advogado Hamilton Deitos:

"A honoris causa nada mais é senão a necessidade psicológica da mulher de defender a sua honra sexual frente a uma gravidez clandestina, de mãe solteira ou repudiada por toda sorte de fatores religiosos, morais ou familiares".[10]

O Delegado Candido Olegário Moreira, que acompanhou os autos do inquérito de Francisca Rodrigues, ao enviar os autos ao Juíz Municipal do Crime concluiu sobre a acusada:

"Allega a criminosa que enterrou o fructo de seu ventre porque queria occultar a sua falta, mas de quem?... Fôra expulsa da casa de sua família porque fôra por todos notado o seu estado de gravidez e, assim, de quem desejava Francisca Rodrigues occultar o seu erro?" [11]

Para o Delegado, Francisca já não tinha mais honra a zelar, portanto não tinha desonra a ocultar, não se justificando a honoris causa. Do mesmo modo argumenta o Professor de Direito Aníbal Bruno, ao sustentar que o que interessava era a honra sexual da parturiente:

"A honra de que aí se trata é a honra sexual, a boa fama e o respeito público de que goze a mulher pela sua vida de decência e de bons costumes. Se a sua existência anterior era desonesta ou a sua desonra já era conhecida, não lhe cabe a alegação da defesa da honra".[12]

Supomos que, Francisca Rodrigues queria ocultar seu estado de gravidez para continuar passando como "moça honesta". Talvez o Delegado não tenha considerado o fato de que Francisca mesmo expulsa da casa de seus familiares veio para Fortaleza e aqui se

[10] DEITOS, Hamilton Francisco. Op. Cit. , p.10.
[11] APEC: Caixa 96, 1921. Acusada: Francisca Rodrigues de Oliveira.
[12] BRUNO, Aníbal. "*Direito Penal*". 2ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972. p. 148.

deparou com uma oportunidade de sobrevivência, o trabalho como doméstica na casa de Francisca Teixeira. Provavelmente, Francisca Teixeira não teria empregado e levado para sua casa uma mulher que estivesse grávida e que havia sido rejeitada por toda a família e ignorada pelo homem que tirou sua honra, considerado o maior valor para uma mulher à época.

Nas palavras de Francesco Antolisei, jurista italiano, honra é:

"Um complexo de condições ou conjunto de dotes morais (como a honestidade e a lealdade), intelectuais (como a inteligência e a cultura) e físicos (como a sanidade mental e a força física), que concorrem para determinar o valor social que cada indivíduo possui perante si, a sociedade e os indivíduos que o circundam".[13]

Enquanto Francisca Rodrigues aguardava seu julgamento presa no Asilo dos Alienados em Porangaba, o jornal "O Nordeste" noticiava no dia 30 de junho de 1922 mais um crime de infanticídio:

"Hontem, pelas 5 horas da tarde, nas proximidades do arrebalde de Fernandes Vieira, uma mulher do povo, para encobertar sua disvirginidade, logo após haver dado a luz a uma creança do sexo feminino, enterrou-a viva no quintal de sua casa... quando desenterraram a victima estava viva para assombro geral... a criminosa foi presa e a creança remetida para a maternidade".[14] O jornal continuava no dia 3 de julho de 1922 a noticiar o delito: "A creança, que após haver sido enterrada viva por sua própria mãe, e viva desenterrada no dia seguinte, falleceu ante-hontem na maternidade... attestaram os facultativos como causa mortis asphixia por enterramento, prosseguindo a polícia no inquérito sobre a infeliz mãe que acha detida".[15]

Observa-se que o jornal "O Nordeste" (de orientação católica) noticiou o fato como tendo sido cometido por uma "mulher do povo" para encobertar a sua desonra, no caso, o fato de não ser mais virgem ficava evidenciado pelo nascimento do filho, tornando pública sua desonra. O jornal possibilita enxergarmos e problematizarmos um pouco mais a

[13] ANTOLISEI, Francesco. In: RIBEIRO, Gláucio Vasconcelos. *"Infanticídio".* Pillares, São Paulo, 2004.
[14] Jornal O Nordeste: *"Um caso de infanticídio".* Dia 30 de junho de 1922.
[15] Jornal O Nordeste: cont. *"Um caso de infanticídio".* Dia 03 de julho de 1922.

sociedade da época e neste caso, o jornal apóia a nossa hipótese de que a moralidade exigida para a mulher na época estava fundamentada no fato de ser ou não virgem.

No dia 3 de outubro de 1922, o jornal "O Nordeste" noticiava o julgamento de Francisca Rodrigues com a referida sentença: "Hontem, foi julgada a ré Francisca Rodrigues de Oliveira, accusada do crime de infanticídio, tendo sido condenada a 3 annos e 6 meses, grao mínimo do art. 298 do Código Penal".[16]

Na maioria dos processos analisados por mim no decorrer desta pesquisa (ainda em desenvolvimento) as mulheres infanticidas protagonistas dessas histórias eram em sua maioria provenientes da área rural; sem amigos; sem família; dependentes do emprego que, via de regra, era o seu único local de moradia; sem as mínimas condições materiais para criar os seus filhos naquele momento; desprovidas do menor apoio por parte do pai da criança; além do fato de serem mulheres dentro de uma sociedade onde os homens ditavam as regras, os bons costumes, as posturas a serem adotadas, impondo à mulher um molde do perfil feminino ideal, repleto de preconceitos. Supomos que todas essas contingências aliadas aos vários fatores apreciados no decorrer do texto e a outros ainda a serem investigados podem ser considerados como possíveis causas ou motivos para que essas mulheres recorressem à prática do infanticídio como solução para seus desesperos. A nossa pesquisa continua, em busca da compreensão dos possíveis significados do crime de infanticídio para essas mulheres infanticidas.

[16] Jornal: O Nordeste. *"Tribunal do Jury".* Dia 3 de outubro de 1922.

Manifestação do Sagrado no Forte Coimbra

Marlei Teixeira*

A devoção a Nossa Senhora do Carmo no Forte Coimbra

É conforme a necessidade humana de se apegar em algo que diz respeito à sua origem voltado para um mundo sobrenatural que se busca explicações para a fé de uma comunidade. A experiência religiosa vivida no plano coletivo é capaz de mudar o comportamento humano e principalmente despertar a fé dos que não têm, propiciando uma interação maior entre os atores locais no plano espiritual, manifestado por meio de laços de fraternidade, irmandade, orações em comuns, festas e novenas; podendo refletir no plano material (concreto) que avança do ponto vista religioso para *além das paredes da Igreja* configurando assim uma comunidade baseada na ajuda mútua e no desenvolvimento humano.

Meslim[1] afirma que as manifestações do sagrado constituem estruturas nas quais o homem toma consciência do sagrado na expectativa de que o divino que se revela exercendo influência sobre a sua vida e desta forma introduz a ordem e na coesão daquilo que para ele é o real. Portanto, é segundo a consciência humana que o sagrado e o profano existem. "O Sagrado revela a realidade absoluta, e ao mesmo tempo torna possível a orientação, portanto funda o mundo, neste sentido que fixa os limites e por conseqüência estabelece a ordem cósmica" (ELIADE)[2].

O espaço Sagrado conceituado por Rosendahl (2002) [3]é:

> O espaço sagrado como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele que no qual transcorre sua existência. [...] é o resultado de uma manifestação do sagrado, revelada por uma hierofania espacialmente definida.

---

* Historiadora e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico/UCDB – Campo Grande/MS

[1] MESLIN, Michel. *A Experiência humana do divino.* Petrópolis: Vozes, 1992.

[2] ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Libros do Brasil, s.d., p.44.

[3] ROSENDAHL. (Org). Espaço e religião: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EdUERG, 2002, p.81.

De acordo com Bazán[4], a categoria do sagrado excede e transcende a consciência humana, portanto deve-se recorrer ao não-racional para definir o que é essencial ao fenômeno religioso. A vivência com o sagrado é um dado específico e irracional.

Jorge[5] caracteriza o sagrado sob dois aspectos: racional e irracional:

> O sagrado é aquilo que transcende a razão humana e resiste a qualquer redução racional constituindo propriamente o numinoso ou o inteiramente outro. Já o aspecto racional do sagrado é tudo o que pode ser reduzido a categorias racionais como a bondade, a sabedoria, o poder que o homem descobre nas manifestações do numinoso.

Galimbert[6] conceitua o sagrado de maneira mais específica, uma vez que para ele não é apenas externo, mas interno ao homem, como seu fundo do inconsciente, do qual um dia a consciência se emancipou.

Em suma, pode-se afirmar que a manifestação do sagrado se caracteriza, sobretudo por algo diferente do cotidiano, podendo ser explicável ou não racionalmente num ambiente propício ou criado pelo homem devido a fé que o move a tomar determinadas atitudes.

No caso brasileiro, a Igreja Católica esteve unida ao Estado até a proclamação da República constituindo parte integrante e necessária da sociedade, portanto, todas as festas e comemorações assumiam caráter religioso. O catolicismo oficial estava ligado aos grandes centros do poder político e cultural, onde o povo que não participava deste meio aos poucos se deixava influenciar pelo catolicismo popular trazido pelos europeus. Neste contexto pode-se afirmar que a experiência com o sagrado pode ser também por transmissão cultural, ocasião em que os ensinamentos cristãos ficaram impregnados no

---

[4] BAZÁN, Garcia Francisco. *Aspectos incomuns do sagrado.* São Paulo: Paulus, 2002.
[5] JORGE, Pe J. Simões. *Cultura religiosa: o homem e o fenômeno religioso*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1998, p.31.
[6] GALIMBERT, Umberto. *Rastros do Sagrado: o cristianismo e a dessacralização do sagrado*: São Paulo. 2003.

consciente do indivíduo e que passaram a adotá-los como seu referencial. Para Beozzo,[7] "o catolicismo popular seria aquele em que as constelações devocional e/ou protetora superam as constelações sacramental e evangélicas; as relações homem-sagrado tornaram-se diretas; foi o que se poderia chamar de catolicismo privatizado."

Jorge[8] afirma que religiosidade popular é "[...] um conjunto de práticas religiosas produzidas pelos estratos sociais mais simples e subalternos da sociedade que usa como fonte inspiradora os códigos do catolicismo oficial". É uma experiência religiosa vivida pelos fiéis, não se baseia em explicação doutrinal e não é resultado de um discurso racional, mas revela uma superioridade de valores afetivos e emotivos sobre a lógica do raciocínio, há, portanto uma predominância do sentimento sobre a pura racionalidade (MESLIM)[9].

Esta expressão da fé católica é reveladora do poder que os santos têm por morarem junto de Deus todo-poderoso e por isso são capazes de influenciá-Lo por meio de sua intercessão em favor dos homens na terra. "Os santos, representações fundamentais do catolicismo popular, são seres dotados de poderes sobrenaturais e capazes de interferir na vida e na natureza". (JORGE)[10]. Assim como Jesus sofreu sem ter pecado nenhum para conquistar a salvação dos homens, também os santos sofreram cada qual com suas provações para chegar à santidade. São, portanto, exemplos de vida para muitos cristãos, conquistadores de graças aos homens e são lembrados na terra por meio de imagens, estampas, etc.

O autor citado anteriormente, explica essa relação entre o homem e estes seres espirituais que devido à sua devoção pode alcançar favores tanto no plano material como espiritual, que se expressa através de promessas, novenas, alianças, consagrações e festas. Esta última explicita uma função social do grupo de maneira eficaz, pois, reforça

[7] BEOZZO, José Oscar et alii. *História da igreja no Brasil*. 3 ed. Petrópolis:Vozes, 1992, TomoII, v.2º, p 113.
[8] Opus cit., 1998, p.65
[9] Opus cit.,1992.
[10] Opus cit., 1998, p.66

os laços de solidariedade quando a comunidade age em favor próprio em nome do santo padroeiro.

> Os ritos sacramentais e as festas, observando o ritmo temporalmente, ou seja, repetindo periodicamente as mesmas figuras no espaço, convergem para o mesmo sentido da obtenção da salvação como reconquista e manutenção da ordem estável e total (BAZÁN,).[11]

Meslim[12] explica as práticas rituais de maneira mais abrangente.

> Diremos então que todas as ações rituais, diretamente inspiradas por uma vontade de se religar ao divino, são a expressão prática de uma experiência religiosa e os lugares onde esta se realiza. Mas elas também são a expressão social dela. Elas estabelecem com efeito um laço muito estreito entre o indivíduo crente e o grupo que professa a mesma fé (MESLIN).

É dentro deste contexto que o Forte Coimbra tem sua história, baseada na fé dos seus moradores em Nossa Senhora do Carmo. Desde a sua fundação a Santa foi eleita Padroeira do Presídio, tendo ali, sua capelinha rústica, feita de palha e taipa, sendo o primeiro local na Capitania de Mato Grosso sob a invocação da Santa.

> Escolha feliz! Nossa Senhora do Carmo exerceu sempre eficaz assistência à guarnição do Forte e aos reservistas e civis que passaram a residir à sombra dos seus muros. A proteção da virgem, como escudo invisível, pairou de contínuo sobre os defensores do velho baluarte e seus devotos civis. Essa proteção teve lances surpreendentes. Tão maravilhosos foram, por vêzes, e tão estranhos aos acontecimentos humanos, que não podem ser admitidos sem aquela fôrça oculta que chamamos carisma ou dom de graça divina. É, pois, de interesse e júbilo para nossa gente passar em revista essas ocorrências históricas. (MELLO)[13].

Segundo este autor houve um equívoco na escolha do local para a construção do Presídio, pois a determinação era para que fundasse a praça-de-guerra em Fecho-dos-Morros, a 292 Km rio abaixo e o oficial Matias Ribeiro da Costa assentou-a num local semelhante, porém reconhece que tal equívoco tornou-se providencial, visto que não se

[11] Opus cit., 2002, p.53
[12] Opus cit., 1992, p.115
[13] MELLO, General Raul Silveira de. *As maravilhas da Padroeira do Forte Coimbra*. Rio de Janeiro: SMG – Imprensa do Exército, 1965, p.6.

teria agüentado para o destinado. Em 1777, o rústico presídio foi destruído por um incêndio. “Tal sinistro teria sido uma paradoxal advertência da Padroeira contra as instalações de madeira e palha, improvisadas dois anos antes, que já deveriam estar substituídas por melhores construções, notadamente quanto à acomodação do pessoal.” (MELLO)[14].

Em 1778, o presídio foi invadido pelos índios guaicurus que há muitos anos antes haviam sofrido violências das expedições portuguesas e resolveram vingar-se. Mello[15] considera que nesta situação não houve desamparo da Padroeira, o que aconteceu foi mais uma lição suscitada por Ela, por não observarem as regras de prudência militar e cristã.

A partir de 1790 os guaicurus começaram a dar sinais de entendimento, tornando-se amigos dos portugueses. A mudança de comportamento é também atribuída à intervenção da virgem “[...] que visava a concórdia e o bem de ambos, inspirou e abençoou a tática amistosa do novo comandante do Presídio, Major Joaquim José Ferreira, que, por humana e cristã sabedoria, logrou a paz com os guaicurus”. (MELLO)[16]

O Forte permaneceu por 22 anos com uma construção bastante rústica e somente em 1797, os portugueses preocupados com ataques espanhóis resolveram substituí-lo por um forte de alvenaria, sendo o construtor o Cel Ricardo Franco de Almeida Serra. Em 1798, na ocasião da festa da Padroeira, este comandante mandou vir uma nova imagem de Nossa Senhora do Carmo, entronizando-a na primitiva capelinha considerada como preciosa relíquia do Forte.

Em 1801 o Forte foi atacado pelos castelhanos com grande aparato de Guerra, mas Ricardo Franco resistiu o combate e o triunfo foi também considerado um milagre da padroeira, sendo que a guarnição nada sofreu. A incerteza da vitória era tamanha que o

[14] Opus cit. 1965, p.9
[15] Opus cit. 1965.
[16] Opus cit, 1965, p.10

comandante sofreu resistência da maior parte da guarnição, inclusive dos oficiais, frente ao poderio da frota castelhana, mas mesmo assim continuou a combatê-los conseguindo sair triunfante de um jogo desigual, porque era também cristão depositando total confiança na Padroeira do Forte e o chefe castelhano suspendeu o ataque. (MELLO)[17]. "Este fato espetacular assim aconteceu porque a Padroeira do Forte, assumindo o controle das operações, as conduziu de sorte a tornar irredutível a defesa e invulneráveis os homens da guarnição". (MELLO)[18].

Em 1803 ao terminar as obras mais urgentes do Forte optou-se por sua inauguração com cerimônia da tropa e dos civis que ali residiam. Em uma procissão ao toque de flauta, rebeca e tamborim introduziram a imagem da Santa em um oratório, que até então se encontrava em uma velha paliçada. A capela para santa foi construída em 1806.

De acordo com Mello[19] na investida do Forte em 1864, os paraguaios foram favorecidos pelo rio baixo, na hora do desembarque, pois o tempo estava firme e com cerração pela manhã, propiciando a marcha das tropas recém desembarcadas. Por outro lado os militares brasileiros não perceberam a aproximação de navios inimigos devido a escuridão da noite. E no dia 27 de dezembro de 1964, ao amanhecer, as sentinelas avistaram os navios e a partir de então o Tenente Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarreiro passou a tomar providências requeridas de um possível ataque.

Ao chegar ao Forte um comunicado redigido em forma de *ultimatum* que intimava a entrega da fortaleza no prazo de uma hora, caso contrário o Forte seria tomado a força. Em resposta Portocarreiro enviou um comunicado que entregaria só pela sorte e

[17] Opus cit., 1965
[18] Opus cit., 1965, p.16
[19] Mello, General Raul Silveira de.História do Forte Coimbra 1823-1870 e 1870-1955, X e XI Períodos. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. 4 V.

honra das armas. O chefe paraguaio rompeu fogo e sua infantaria conseguiu aproximar - se do Forte e reconhecer o terreno por onde realizaria o assalto.

Neste segundo ataque (1864-1870), novamente a guarnição brasileira foi surpreendida com um insignificante número de homens (115) diante de 3200 inimigos que desembarcavam objetivando prosseguir na ocupação do Sul de Mato Grosso. O comandante brasileiro Portocarreiro, não se intimidou e enquanto canhões e fuzis alvejavam as tropas paraguaias, a esposa do referido comandante, Ludovina e as demais mulheres recorreram à oração, pois acreditavam nas forças sobrenaturais nesses momentos de angústias.

As esposas dos militares os encorajavam:

> [...]dividia-se e subdividia-se, ora percorrendo as baterias, animando, encorajando os combatentes, ora entre suas companheiras de infortúnio, aconselhando às fracas que não chorassem e tivessem fé em Deus, porque suas lágrimas só poderiam enfraquecer e entibiar os combatentes; que orassem à Nossa Senhora pedindo seu auxílio e proteção, e, no mesmo instante, sobraçando o filhinho que chorava, apoderar-se da banda militar do marido e ir depositá-la aos pés da Virgem Mãe, que não tardou em ficar, esquecida, como oferenda propiciatória, e a quem de momento a momento já oferece sua fervorosa prece, voltando logo para o meio dos combatentes a recomeçar seus atos de heroísmo. (GUIMARÃES)[20].

Esgotadas as possibilidades de defesa, esperava-se que a salvação do Forte viesse das mãos da padroeira. A esposa do comandante entregou a imagem da Santa a um soldado e este a elevou o mais alto que pôde exclamando: Viva Nossa Senhora do Carmo!

O aparecimento da imagem causou espanto e surpresa a todos. Dos dois lados cessava o fogo, separados pela guerra, mas unidos pelo sentimento religioso. Mello[21] ,

[20] GUIMARÃES, Ten Cel Jorge Maia de Oliveira. *A invasão de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964, p.80. V.33.
[21] Opus cit., 1965

afirma ainda que formavam dois coros opostos. De um lado os portugueses aclamavam o Viva a Nossa Senhora do Carmo e os castelhanos respondiam:

- Viva Nuestra Señora Del Carmem!

Movidos por tal entusiasmo que os coros entoavam, passaram-se do motivo religioso para o patriótico. Davam vivas ao imperador, ao Brasil, ao Exército, enquanto que os paraguaios exaltavam o Marechal Lopez, a República do Paraguai, etc.

Os paraguaios abandonaram o terreno conquistado com grande sacrifício e o milagre da primeira jornada se repetiu na segunda quando Portocarreiro impunha a retirada, tendo à frente do cortejo a imagem da padroeira; era noite e os vigias paraguaios não perceberam a evasão. Este fato também foi atribuído a intervenção da Santa.

> [...] é de se concluir que interveio ali um poder estranho, invisível, que excedia a possibilidade e previsão humana. Esse poder invisível, mas real, foi excercido por Nossa Senhora do Carmo Padroeira do Forte. Ela ofuscou a visão e a lógica de uns para propiciar a incolumidade de outros. (MELLO).[22]

Mello[23] esclarece que os feridos paraguaios foram recolhidos e tratados no forte. Havia muitos feridos dentro de mato, mas pela aproximação da noite não puderam ser encontrados.

Devido à falta de munição a retirada foi inevitável e o que parecia impossível, foi exatamente o que aconteceu, por influência da Padroeira do Forte. Ninguém foi atingido pelos inimigos entre os militares o Forte Coimbra.

> [...] como sinal carismático da influência da Padroeira, que só não houve detrimento algum onde sua imagem esteve presente. Somente o vapor que a conduziu e o séqüito que a acompanhou não sofreram os azares da perseguição e da viagem, e, por conseqüência, só eles puderam chegar, como chegaram, por primeiro, a Cuiabá, sem dano algum.(MELLO)[24].

[22] Opus cit., 1965, p.30.
[23] Opus cit., 1961.
[24] Opus cit., 1961. p.204

A fortaleza foi ocupada pelos paraguaios até 1868, quando tiveram que recuar, pressionados pelas vitórias brasileiras no Sul, deixando o Forte quase totalmente destruído.

Mello[25] esclarece sobre a facilidade que o brasileiro tem em naturalizar aquilo que é sobrenatural. "Certamente esses motivos não diriam respeito ao lugar, ao rio, às muralhas do Forte, que são meros acidentes comuns à natureza das coisas. As razões determinantes seriam, evidentemente, de ordem sobrenatural, por nós ignorados".

Conclusão

Conclui-se que a fé na Nossa Senhora do Carmo é uma expressão da religiosidade popular no Forte Coimbra. Os moradores são testemunhas vivas de sua intervenção de modo especial nos momentos mais difíceis. No caso específico da guerra, a presença marcante da Santa foi resultado da invocação dos fiéis que utilizaram a imagem para representar o que transcende que é sua real proteção. Esta fé une as pessoas, é algo que vai além da razão humana e por isso não tem ocasião específica para invocar, pois é sempre muito superior às realidades terrestres, capaz de tornar possível o impossível humano.

.

[25] Opus cit., 1961, p.308

O conhecimento histórico em crianças no ensino fundamental

Marlene Rosa Cainelli[1]

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre uma pesquisa realizada pelos alunos da disciplina metodologia do ensino de história[2]como requisito para iniciar o estágio supervisionado do curso de História. O estudo em questão foi realizado no colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina com alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental. A escola onde desenvolvemos este estudo é composta por nove turmas no período vespertino, sendo divididos em duas turmas de quinta série, três turmas de sexta série, duas turmas de sétima série e duas turmas de oitava série. Os alunos que freqüentam a escola de aplicação são oriundos de diversas regiões da cidade e compõe um núcleo muito heterogêneo econômica e socialmente.

Tendo como pressuposto que o espaço escolar é um local de diversidades optou-se neste trabalho pela análise do conteúdo que se trabalha em sala de aula, pensando aqui os conteúdos como parte importante do cotidiano escolar, não como estanques no livro didático, mas em permanente mutação no dia-a dia da sala de aula. Buscou-se neste trabalho tentar desvendar os conhecimentos significativos em história a partir do aluno e de que como este exterioriza o conhecimento ao ser questionado distante das cobranças institucionalizadas de avaliação como, por exemplo: a prova, os questionamentos e as tarefas valendo nota.

Do ponto de vista da metodologia optamos por trabalhar o que os alunos entendem como história através de questionários com perguntas objetivas e subjetivas.O

[1] Professora de metodologia do ensino de história e Professora do Mestrado em Educação /UEL email: cainelli@uel.br .

[2] A pesquisa foi realizada no âmbito da disciplina de Metodologia do ensino de história que no caso da Universidade Estadual de Londrina reúne também o estágio supervisionado e neste ano foi ministrado e supervisionado por mim. Participaram da pesquisa os alunos do 3º ano do curso de história, período matutino no ano de 2004.

principal objetivo deste estudo foi tentar identificar a partir das respostas dos alunos os conhecimentos que os adolescentes constroem a partir das aulas de história. Também a partir da análise do conteúdo exposto em uma narrativa construída pelos alunos identificar diversos conceitos formados ao longo da vida escolar.

Como apoio para elaboração dos instrumentos de análise foram lidos e discutidos artigos de autores que realizaram pesquisa com alunos em escolas, como Peter Lee, Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt . Também foi discutida a avaliação realizada pelo Simave (Miranda, 2001) em Minas Gerais na área de ciências humanas. Como cada grupo de estagiários optou por fazer instrumentos próprios foram elaborados 11 instrumentos.

Ao pesquisar a sala de aula temos que levar em consideração que este espaço envolve diversos atores professores, alunos, supervisores, coordenadores, diretores, família. Segundo Isabel Barca, os jovens constroem o conhecimento sobre o passado por referencia ao presente e com suporte em várias fontes de conhecimento, dentro e fora da escola. (Barca, 2004, p.397).

Os diversos atores presentes neste processo mesmo que não pesquisados diretamente interferem nos resultados obtidos, pois entendemos que o conhecimento escolar não é produto individual e sim coletivo, sendo desta forma gestado pelo grupo que compõe a escola e que de uma forma ou de outra estão em sala de aula, fazendo parte das dimensões que compõe a aula , no nosso caso a aula de história. Dessa forma seria correto afirmar que a aprendizagem é primeiramente uma atividade de grupo compartilhada por uma determinada cultura.

Ao determinar as questões que foram elaboradas os estagiários do curso de história priorizaram o conhecimento acumulado pelos alunos nos anos de escolaridade, tendo como pressuposto a existência de um saber escolar produzido em sala de aula, como afirma Ana Maria Monteiro: a perspectiva de constituição de um saber escolar tem por base a compreensão de que a educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre o que há

disponível da cultura num dado momento histórico, mas tem por função tornar os saberes selecionados efetivamente transmissíveis e assimiláveis. Para isso, exige-se um trabalho de reorganização, reestruturação ou de transposição didática que dá origem a configurações cognitivas tipicamente escolares, capazes de compor uma cultura escolar sui generis, com marcas que transcendem os limites da escola.(Monteiro, 2003, p. 13).

Neste sentido as questões abordaram os possíveis conhecimentos históricos que os alunos do ensino fundamental teriam adquirido até aquele presente momento. O questionário de forma geral foi composto de 10 perguntas, o principal interesse da pesquisa era descobrir a capacidade do aluno de compreender conceitos importantes para a aprendizagem dos conteúdos históricos, para tanto foi proposto que as perguntas não tentassem medir apenas a quantidade de conteúdos acumulados, mas principalmente as capacidades do aluno em situar épocas e espaços diferenciados, estabelecer seqüência entre datas e períodos, relacionar eventos, comparar situações históricas. As perguntas também tentaram perceber quais capacidades tem estes alunos de identificar as opiniões, atitudes e culturas diversas das pessoas de acordo com as épocas passadas em comparação com seu presente, ler criticamente um texto, interpretar e refletir sobre o conhecimento histórico.[3] Além das questões de conteúdo também foram elaboradas questões sobre as famílias, escolaridade do pai e da mãe, os locais de trabalho de ambos e o local de moradia.

Entendemos que a aquisição de determinados conceitos e habilidades influenciam como os alunos aprendem história.. A compreensão dos alunos sobre os conhecimentos históricos está relacionada com a forma como confrontam esta aprendizagem com seus próprios conhecimentos, com os filmes que assistem, as histórias da família e com as experiências escolares anteriores (Seixas,1997), mesmo quando afirmam que não se lembram da matéria que foi dada no ano passado. As relações que estabelecem entre estes

[3] Para elaborar as questões os alunos leram e discutiram o Boletim Pedagógico Proeb, 2001, principalmente os artigos referentes a História e Geografia.

conhecimentos e os conteúdos apreendidos nas aulas de história dependem da forma como desenvolveram os conceitos e habilidades que tentamos descobrir em nosso estudo.

A investigação que nos propusemos teve como ponto de partida a observação dos alunos e das aulas de história pelos estagiários, deste modo os estagiários tiveram acesso ao conteúdo de história presente na escola e puderam observar o cotidiano vivenciado pelos alunos e professores no processo de ensino aprendizagem de história. A observação das aulas teve como pressuposto dar aos estagiários um parâmetro do que é a escola do ensino fundamental, como professores e alunos relacionam-se com o conhecimento escolar e quais os signos e normas que regem este espaço. Assim como Edwards (1997) entendemos que é no dia a dia da escola que o sujeito educativo se expressa em todas as suas dimensões. Também considero o procedimento de observação das aulas importante pela possibilidade de permitir ao estagiário confrontar suas memórias de estudante do ensino fundamental com a realidade que agora observa.

Foram ao todo 11 questionários e 110 perguntas aplicados em um universo de 300 alunos. Na aplicação do questionário foi possível perceber um certo descaso por grande parte dos alunos ao perceberem que não valia nota mesmo com a exigência de colocar o nome. No entendimento dos estagiários o fato do questionário não representar uma possível nota acabou prejudicando o interesse em responder as questões. Apesar disto não recebemos nenhum questionário em branco, no entanto, alguns estagiários puderam observar que alguns alunos colaram de outros colegas as questões que achavam mais complicadas. O que no meu entendimento demonstra que mesmo sem valer nota houve a necessidade ou interesse em responder corretamente e não apenas deixar em branco a questão.

Nas questões que envolviam conhecimento histórico optamos por questões que pudessem perceber a noção de tempo histórico e cronológico dos alunos, entendendo que se situar temporalmente é importante para que o aluno construa conhecimento histórico sobre

determinadas categorias. Algumas categorias são imprescindíveis para a construção do conhecimento histórico como, por exemplo: simultaneidade, presente, passado, futuro. Entre as questões formuladas uma questão para a sexta série do ensino fundamental tentou perceber categorias simples de noção temporal como a possibilidade do aluno identificar a imagens históricas e relacioná-las aos séculos onde foram produzidas. Para isto foi utilizada a divisão da linha tempo muito trabalhada nesta faixa etária, foram então selecionadas imagens como castelos medievais, as pirâmides do Egito e uma cidade atual, aos alunos foi solicitado através da linha do tempo linear relacionassem as imagens e os períodos antigo, medieval e contemporâneo. Chamou a atenção dos estagiários a quantidade de erros entre a identificação das imagens com as épocas 87% das crianças da 5ª série[4] não conseguiu acertar a questão. Ao solicitar-se aos alunos relacionar as imagens aos séculos foi proposto a eles que cruzassem dois itens de informação as imagens e os signos de identificação da linha do tempo.

A linha do tempo é uma tradição no ensino fundamental, praticamente todos os livros didáticos trazem a linha tempo como temática de conteúdo e os professores chegam a pendurá-la diante dos alunos no quadro para que decorem.Como os alunos não conseguiram relacionar a seqüência e as imagens e a linha do tempo tão trabalhada na escola chegamos a conclusão que a aquisição de determinadas habilidades de reconhecimento da temporalidade histórica ainda não foram adquiridos pelos alunos e que as noções prontas sobre idade antiga , medieval e contemporânea não estão consolidando conhecimentos sobre a história. A composição da linha tempo como ensinada pela escola e pelos livros didáticos indicam acontecimentos próprios como pontos fixos de mudanças que tem durações de séculos o que dificulta posteriormente que o aluno reconheça outros acontecimentos na linha de tempo cristalizada com seus próprios acontecimentos. Outra dificuldade para o aluno diz respeito a percepção da contagem e da passagem do tempo que acaba por situar-se dentro de marcos delimitados pela construção historiográfica nos espaços da linha de tempo e a uma noção de

[4] O total de crianças é 38 alunos.

tempo histórico baseado apenas na sucessão de datas, desta forma o tempo seria sempre o mesmo entre as épocas históricas, antiga medieval moderna e contemporânea. As épocas perdem suas identidades submetidas aos cercos da linha do tempo. Não há nesse sentido compreensão de diferenças, alternâncias, rapidez e lentidão e perenidade deste tempo.

Além da noção de linha do tempo outro item de grande porte domina o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, a forma como os conteúdos são dispostos pelas séries, prendendo os conteúdos entre as paredes dos livros didáticos e das séries onde estes são ensinados. Entre as questões sugeridas para a 5ª série estava a seguinte questão : Como são chamadas as primeiras pessoas que vieram colonizar Londrina ? [5] Dos 38 alunos que responderam a questão 70% assinalaram na resposta: bandeirantes. A relação estabelecida pelas crianças é óbvia com o conteúdo ensinado na história do Brasil. É perceptível que para as crianças o começo de Londrina se confunde com o começo do Brasil, e que o desbravamento das terras londrinenses deve-se também aos bandeirantes. Poderíamos sugerir algumas análises para esta resposta. Londrina é cidade com inúmeros migrantes paulistas e a ideologia da paulistanidade citada por Luis Fernando Cerri(1998, p.117) que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista teria ganho força entre essa população que agora estaria sendo referendada pelas crianças na escola, ao indicar com colonizador do norte do Paraná em 1934 o bandeirante ancestral do paulista(Cerri, 1998). Nesse sentido a edificação da tradição bandeirante e a generalização para o caso londrinense daria –se dentro da idéia de projeção da figura bandeirante para o conjunto de representações e valores e da memória coletiva desta sociedade. Em última análise estaria aí sendo referendada a idéia do bandeirante como desbravador, sendo que aqueles que chegaram a Londrina e desbravaram esta terra seriam para as crianças então bandeirantes.

[5] A cidade de Londrina data de 1934 . O discurso hegemônico considera os primeiros colonizadores que vieram para a cidade com a Companhia de Terras Norte do Paraná como pioneiros e assim ficaram conhecidos nos livros de história da cidade e assim é ensinado no ensino fundamental de 1ª a 4ª série.

Outra questão seria o engessamento dos conteúdos históricos pelas séries escolares. Como as crianças estão estudando a colonização brasileira e entre os conteúdos estão os ligados a figura do Bandeirante a associação com colonização brasileira é automaticamente. Diríamos que a criança sente-se presa aos conteúdos daquela série não conseguindo extrapolar os conhecimentos voltando para as séries anteriores e buscando auxílio nos conhecimentos já aprendidos. Desta forma os conhecimentos escolares não estariam funcionando como conhecimentos prévios e criando uma possibilidade de construção de conhecimentos significativos a partir dos conceitos anteriormente formados.

Como entendemos que a perspectiva da aprendizagem em história tem na significação daquilo que se está aprendendo a sustentação do pensamento histórico, só seria possível que os alunos fizessem o caminho de volta e relacionassem a pergunta com conhecimentos anteriormente aprendidos,visto que , como afirma Ferreira e outros: os alunos não absorvem tudo o que os manuais e professores lhes dizem que é historicamente significante. Pelo Contrário, filtram informação, lembram ou esquecem, adicionam ou modificam, reconstruindo as suas estruturas de compreensão através dos seus valores, idéias e disposições. (Ferreira e outros, 2001 p. 157) . A dificuldade encontrada pelos alunos em lembrar-se do que estudaram no ano anterior teria como fundamento o distanciamento provocado pelos conteúdos históricos abordados de forma isolada sem que o aluno compartilhe com sua construção. É um conhecimento alheio a sua existência e sem possibilidade de encontro entre este conhecimento histórico legitimado pelas fontes e narrativas historiográficas e seu conhecimento experencial, cotidiano mediado pelas historias de vida, experiências pessoais e tradições familiares.

As questões apresentadas neste texto são ainda iniciais da análise dos dados da pesquisa realizada pelos estagiários da disciplina de Metodologia do ensino de história, no entanto, os indícios que apresentaram serviram como parâmetros que nortearam a prática dos estagiários durante as aulas no colégio de aplicação. No planejamento das aulas levamos em consideração a tabulação dos dados e as principais conclusões apontadas pelas análises que

fizemos, a necessidade urgente de discussões em sala de aula sobre questões históricas que não tenham como objetivo levar o aluno a decorar conteúdos dos livros didáticos, mas pensar historicamente sobre a história o mundo onde vive. É tarefa do professor indicar os caminhos de interpretação histórica da sociedade e não levar o aluno a entender a história como livresca e aprisionada no livro didático.

BIBLIOGRAFIA:

Barca, Isabel org. **Para uma educação Histórica de qualidade. Actas das Iv Jornadas Internacionais de educação histórica**. Braga: Universidade do Minho, 2004

Cerri, Luis Fernando. Non ducor duco : A ideologia da Paulistanidade e a escola. **Revista Brasileira de História**, v.18, nº36,p.115-136: São Paulo. Humanitas, 1998

Cooper, Hilary. O Pensamento histórico das crianças. In. Barca, Isabel.Org. **Para uma educação Histórica de qualidade. Actas das Iv Jornadas Internacionais de educação histórica**: Universidade do Minho; Braga,2004

Edwards, V. Os sujeitos no universo da escola. São Paulo: Ática, 1997.

Ferreira, Arminda e outros. A vida cotidiana em Roma na época imperial : Narrativas de alunos. In. Mello, Maria do Céu e outros (orgs) **Actas do 1º Encontro sobre narrativas históricas e ficcionais: Recepção e Produção para professores e alunos**. Braga: Universidade do Minho, 2004.

Lee, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé. Compreensão da vida no passado. In. Barca, Isabel(org).**Educação Histórica e museus** , Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2001

Miranda, Sônia Regina (org). Boletim Pedagógico Proeb, Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de fora, 2001.

Monteiro,Ana Maria. A história ensinada : algumas configurações do saber escolar. **História e Ensino. Revista do Laboratório de Ensino de História**, v.9, Londrina: Editora Humanidades, 2003.

Seixas, Peter . Maping the terrain of Historical Significance, social Education.**Teaching History in a Changing Word.** Vancouver: Faculty of Education, University of British Columbia,1997

Os conhecimentos prévios no ensino de história: uma experiência

Marlene Terezinha Grendel[1] - PPG-UFPR

Minha experiência como professora de história, do ensino fundamental, desde 1984, no município de Araucária e de Curitiba, aponta para algumas práticas que podem ser consideradas "ousadias"[2] e para outras, ainda envoltas pela obscuridade teórica/prática, que permanecem como que enigmas difíceis de serem tomados como objeto de estudo. Quem tem *como* e *porque* encaminhar questões não se sente ainda capaz de *problematizar*, *pensar* e *escrever*, porque o que falta a esse profissional é a clareza de seu papel como *professor de história.* Todavia, entende-se que pensar e escrever sobre o ensino de história não é uma tarefa fácil, especialmente quando se trata de explicar e esclarecer as operações envolvidas quando se aprende e se ensina uma disciplina.

Este estudo tem como intenção principal tentar desvendar o processo envolvido na construção do conhecimento em história, realizado no ambiente escolar, compreendendo que o trabalho deve se constituir, fundamentalmente, na prática e na investigação/informação, conforme o sentido da palavra grega *ἱστόρια*. Destaca-se também a importância da leitura que culmina na prática da escrita, favorecendo e criando condições para o desenvolvimento da *curiosidade, autonomia e iniciativa* própria para realização de estudos posteriores, se assim optarem seus sujeitos. Tais estudos, seja por parte dos professores seja por parte dos alunos podem adquirir outros sentidos que vão além da aquisição do saber escolar, podendo até divergir do saber acadêmico e apresentar outros objetivos em relação à história. Afinal, ela tem a ver com a necessidade do ser humano de explicar a si próprio, sua origem, sua vida e, desse modo, contribuir para a compreensão da realidade, sensibilizar para leituras do cotidiano, valorizando o

espaço e o tempo, tornando o homem sujeito da sua história. Cabe aqui pensar o que "não se pode" e "não se deve", e o que "se pode" e "se deve" fazer com os conhecimentos históricos e, mais especificamente, com o conhecimento histórico escolar.[3] Acredita-se que problematizar os sentidos do conhecimento é uma atitude vital. Os próprios alunos dão demonstrações de tal necessidade quando *atribuem* a posse do conhecimento ao professor, porém são capazes de perceber a complexidade e relatividade do conhecimento quando questionados: **ter conhecimento é ter poder?**

> – Não, pois quando você tem conhecimento sobre alguma coisa não quer dizer que você tem poder. Ex.: eu tenho conhecimentos com meus pais e não posso mandar neles.
> – Sim, porque para ter poder é preciso ter conhecimento. Ex.: o professor tem o conhecimento de dar aula e também o poder de mandar nos alunos.
> – Não, porque saber algo não é o mesmo que mandar, ter autoridade. Ex.: eu tenho conhecimento da escola, porém não tenho poder sobre ela.[4]

Com relação ao conhecimento histórico escolar, são muitas as resistências por parte dos alunos e também por parte dos professores, e isso não acontece por acaso. Confunde-se e simplifica-se o conhecimento histórico reduzindo-o ao passado, morto e acabado. A "vida moderna" parece impor valores e formas de viver que desvalorizam todas as demais, principalmente as "passadas". Dá a entender que existe um único e desejável modo de viver, levando a uma supervalorização do presente, a um "presentismo", quando não, a um "futurismo". A consciência histórica possibilita a reflexão, aproxima o passado com base no presente e constrói a identidade necessária para a construção do futuro.

> A ausência, ou o pouco desenvolvimento da consciência histórica, provoca um impacto, principalmente nas crianças e jovens, levando-as a se refugiar em certezas duvidosas, como aquelas relacionadas ao consumo, crenças mágicas e seitas. Dessa maneira a construção da identidade desvincula-se de uma referência ao passado e de uma história universal, impondo a ausência de valores coletivos, a perda de estruturas familiares, fazendo que a lei de algumas "pessoas" e do "lugar" substituam o compromisso com as idéias e utopias transformadoras.[5]

A falta de "sentido da história", os "preconceitos" e a "impaciência" precisam ser mais estudados, analisados. Prestando atenção no que pensam os jovens e também os professores, percebe-se um campo promissor no sentido da construção do conhecimento escolar e, para comprovar essa constatação, são citados abaixo alguns testemunhos resultantes da análise e da discussão de uma tira da Mafalda[6], realizadas em sala de aula, sobre o objeto e o sentido da história:

> – A história faz parte do presente, e continua fazendo, pois a gente não sabe o que acontecerá no futuro, por isso, estudamos o passado para que a história seja atualizada.
> – Nossos avós e pais contam seu passado e eles não falam: – Vou contar um acontecimento, mas sim, vou contar a minha história. Então história é um acontecimento atual.
> – A pertinência do conhecimento histórico escolar se comprova com a real capacidade de o aluno reconstituir o pensamento passado, levando em consideração o espírito do presente.

Para Cuesta Fernandez[7] (1998), o conhecimento histórico escolar se efetiva quando o professor sabe por que quer ensinar tal conteúdo. É o conhecimento histórico já escolarizado que constitui o "código disciplinar da história". Porém, como procurar o que não se sabe o que seja? Ou, ainda, não procurar o que já se sabe?; não é necessário, portanto, fazer esforço para procurá-lo; se for ignorado, não se sabe mesmo o que procurar. Também, por ficarem isolados nas unidades escolares,[8] os professores se tornam passivos e acabam por caracterizar o processo educacional pelo não desenvolvimento da iniciativa, da autonomia, da autoconfiança e da determinação profissional.

A tradição da prática escolar, num sentido geral, não incentiva a interação próxima entre os sujeitos. Portanto, não "autoriza" o registro das experiências, não valoriza a sistematização, organização e reflexão[9] das práticas com base na vivência dos participantes, os que ensinam e aprendem história. Por conseqüência, falta uma teoria que explique a história como disciplina escolar. É essa situação que permite o

desenvolvimento do ensino, de maneira geral, como um elemento passivador. Seus sujeitos não se ocupam em racionalizar de perto, de dentro, o ensino e o aprendizado de história, ou seja, o conhecimento histórico escolar.

Ensina-se e aprende-se sem conhecimento de causa. Isso é possível? Quais as conseqüências dessa lógica? Desvalorização do nosso trabalho, redução à mecanicidade e mera reprodução de saberes.

A cultura escolar[10] expõe sua fragilidade quando se deixa tomar por uma lógica paralisante. Não é porque a maioria não "pensou" que um tema não deva ser "pensado". Não é porque uma maioria não "conhece" que um tema não deva ser "conhecido". O professor pensa e ensina muito mais por ações e vias indiretas: uma postura, um olhar, uma palavra... Quando o professor sabe o que faz, instiga a curiosidade, faz com que o aluno seja tomado pela curiosidade, pela iniciativa. A paixão pelo conhecimento contagia tanto seus alunos, como seus colegas de profissão. Investigar as condições em que acontece tal trabalho é base primordial quando se quer contribuir para a existência de indivíduos autônomos e reflexivos. Trata-se primeiramente de compreender os distintos aspectos da sociedade em que se vive, assim como a atuação dentro dela. Sua cultura, as relações e intercruzamentos do saber.

Há dificuldades para compreender fenômenos sociais/culturais em razão de suas complexidades. Raramente se analisam os fenômenos sociais para vê-los de uma perspectiva histórica, reflexiva e autônoma. Se os alunos têm dificuldades quanto a isso, porque os professores não as teriam também na construção de tal compreensão? Ainda não se tem clareza quanto a relação do aluno e do professor com a cultura e o saber. O universo da produção intelectual da área pedagógica ainda carece de dados que subsidiem o trabalho dos professores no exercício do ensino da disciplina de história. São perceptíveis as dificuldades na relação com dados e análises porque teoriza-se pouco.

Não se deu ainda a merecida importância ao trabalho escolar, necessário para o desenvolvimento do conhecimento científico.

O ensino de história deve ajudar professores e alunos a construírem progressivamente algumas noções relativas à história. Arrisca-se aqui afirmar que um professor se torna melhor quando está convencido de que é preciso procurar o que não sabe, mais corajoso e menos desamparado do que quando pensa que nem pode encontrar e nem é possível procurar o que se ignora. É interessante perceber que as dificuldades existem para todos, inclusive para os professores que muitas vezes não se dão conta dos obstáculos possíveis para a árida tarefa de produção do conhecimento histórico escolar. É importantíssima a auto-reflexão, a auto-valorização, o destaque aos detalhes, às particularidades e às riquezas da teorização. É interessante e surpreendente perceber como alunos do ensino fundamental pensam e ousam nas suas participações em sala de aula.

Barca[11] (2000) diz "que todo conhecimento se origina a partir de **conhecimentos prévios** e que devemos ter essa informação em conta se queremos produzir conhecimento." Os conhecimentos prévios de história estão constituídos por um conjunto de teorias e noções sobre o mundo social, que alunos, professores, historiadores e pesquisadores construíram em suas próprias interações sociais. Esses saberes, mediados pela ação dos sujeitos (alunos e professores), são reconstruídos e constituem os saberes históricos escolares.

Segundo Thompson[12] (1987), o objetivo da história é reconstituir, explicar e compreender seu objeto: a história real. Assim sendo, o objeto do conhecimento histórico é o real, em movimento, as ações de homens e mulheres, ou seja, a experiência humana no tempo. Se o objetivo é conhecer o real e explicitá-lo, é necessário investigar, refletir e questionar o conhecimento que é apresentado. O que são "saberes históricos", "saberes científicos", "saberes didáticos"?

A escola, no entender de Forquin[13] (1993), produz conhecimentos e saberes culturais que moldam, penetram e interferem na cultura geral. Entende-se que a definição de história se constitui numa boa saída e uma definição nada mais é do que a resposta à simples pergunta "que é"? O trabalho do professor se constitui em articular o trabalho pedagógico com os múltiplos saberes produzidos pela experiência cotidiana, tanto da escola, da comunidade acadêmica, quanto em outras situações da convivência social. Exemplifica-se com a de experiência, em desenvolvimento, na Escola Municipal Marcos Freire, do município de Araucária:

Produção de conhecimento da história local e biográfica da Escola Municipal Marcos Freire com base na perspectiva dos alunos:

Resumo: Mudanças marcantes que ocorreram desde sua fundação até o ano de 2005, principalmente, quanto às regras e regulamentos antigos e quem foram e o que fazem hoje, os primeiros alunos da Escola Marcos Freire. Destacamos o processo de construção, as ações didático-pedagógicas dos colaboradores e alunos considerados exemplares. A escola iniciou suas atividades em março de 1989, seis meses após a morte de Marcos Freire, ministro da reforma agrária do governo Sarney.

Justificativa

A abordagem investigativa/informativa para produção de material histórico escolar permite reconstruir não só o passado, mas também sugere pistas, estabelece relações e direções para novas perguntas, sensibiliza alunos para leituras do seu cotidiano e valoriza o tempo e o espaço da escola. Favorece relações de semelhanças, diferenças, permanências e transformações em épocas distintas.

O ensino de história deve estar vinculado à vivência do aluno. A informação pronta e acabada faz dele um ser passivo com relação ao saber e distante do processo real da história.

A maioria das escolas dispõe de documentação, produção intelectual, registro de práticas e fotografias de modo disperso, sem uma organização mais sistematizada,

apenas "preservada" e "armazenada", o que dificulta o acesso a informações importantes e que podem dar um sentido histórico aos sujeitos que dela fazem parte. O conhecimento histórico ajuda na compreensão de quem somos e por que estamos aqui.

A eminência de uma reforma nas dependências físicas revelou a urgência e a necessidade de registros organizados sobre tal ação. A comunidade escolar tem interesse em registrar mudanças na sua estrutura, participar das alterações, registrar as possíveis e inúmeras impressões com relação ao processo da história. A produção intelectual dos alunos e outros sujeitos envolvidos será, além de bem-vinda, necessária para pontuar e registrar fatos que identificam a "Escola Marcos Freire.[14]

Apresentação de questões iniciais dos alunos para a investigação:

1-Como estão hoje, os primeiros alunos da escola?
2-Quais alunos foram considerados complicados pela escola e por que?
3-Como foi o primeiro dia de aula da escola Marcos Freire?
4-O que mais marcou a história da escola Marcos Freire?
5-O que existia antes da construção da escola? Um cemitério indígena? Que interesses estiveram em jogo?
6-Que homens que construíram nossa escola?
7-A nossa escola já passou por reformas materiais? Como isso aconteceu?
8-Como se deu a escolha do uniforme para os alunos?
9-Participação e resultados da escola em jogos, torneios, campeonatos...
10- O que marcou a vida de Marcos Freire?
11- Qual o nome da escola que Marcos Freire freqüentou em sua época de aluno?
12- A escola já chegou a comemorar o aniversário dela mesma ou de seu homenageado – Marcos Freire?
13- Quem escolhe nome de escola aqui no município? Por que escola Marcos Freire?
14- O nome da escola interfere na vida dos alunos? Isso pode ser conferido? ("O nome faz a escola ou a escola faz o nome?")

Metodologia e cronograma

I - Apresentação do projeto e discussão para avaliar disponibilidade e possibilidades de execução. Data: __/__/__

II - Apresentação de materiais disponíveis. Data: __/__/__

III - Levantamento de outras fontes. Data: __/__/__

IV - Sistematização, análise e escolhas das fontes a serem consultadas. Data: __/__/__

V - Composição de equipes (10 ao todo, com 05 membros cada) e distribuição de tarefas individuais. Data: __/__/__

VI - Entrevistas com ex-funcionários. Data: __/__/__

VII - Entrevistas com ex- alunos. Data: __/__/__

VIII - Entrevista com moradores vizinhos da escola. Data: __/__/__

IX - Apresentação dos dados e elaboração de um texto que contenha os primeiros resultados obtidos. Data: __/__/__

X - Redefinição de tarefas para dar andamento à conclusão do trabalho. Data: __/__/__

Notas

[1] Doutoranda da UFPR e professora de história, no ensino fundamental, do município de Araucária.
SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. Trabalho com linguagens culturais - cinema, música e fotografia entre outras; além do trabalho com os documentos escritos. In: _____. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

[3] O conhecimento histórico escolar é aquele que passou por processos inerentes à organização, à formalização e à transformação do conhecimento acadêmico e científico para o conhecimento escolar; e ainda vem se estabelecendo como um campo de estudo.

[4] Investigação dos conhecimentos prévios, iniciais ou primeiras noções de conceitos como: conhecimento, poder, Estado..., coletados junto às turmas do ensino fundamental, entre 2003 e 2004.

[5] ARAUCÁRIA. **Diretrizes curriculares de educação**. Araucária: Prefeitura municipal, 2004, p. 78.

[6] QUINO. **Toda a Mafalda**. Tradução de: Andréa Stadehel M. da Silva et. al. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[7] CUESTA FERNANDEZ, R. **Sociogénises de uma disciplina escola**: la história. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1998.

[8] Não vem sendo o caso do município de Araucária onde há uma participação considerável e criação coletiva de práticas pedagógicas mediadas pela assessoria da professora da UFPR Dr.ª Maria Auxiliadora Schmidt. Historicamente, vem se garantindo encontros semanais por disciplina e o grupo de professores de história é um dos que mais se destaca em estudos e participações coletivas.

[9] Fonseca (2003) indica a questão "tempo" como impeditiva, mas será o único fator? Penso que o "tempo" é uma questão apenas parcial. O que mais impede? A complexidade do tema exige mais estudos na área. FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história**. São Paulo: Papirus, 2003.

[10] O conceito de cultura escolar ainda vem sendo explorado por estudos da área. Um autor que trata desse tema é FORQUIN, J. C. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

[11] BARCA, I. **O pensamento histórico dos jovens:** idéia dos adolescentes acerca da provisoridade da explicação histórica. Braga (PT): Universidade do Minho, 2000.

[12] THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de janeiro: Zahar, 1987.

[13] FORQUIN, J. C. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PROFESSORES ÍNDIOS NA RESERVA INDÍGENA FRANCISCO HORTA BARBOSA (DOURADOS – MS): A ESPECIFICIDADE DESTES ATORES SOCIAIS E HISTÓRICOS

Marta Coelho Castro Troquez – PPG-UFMS

A história tradicional produzida pelas elites intelectuais brasileiras fez perpetuar a representação do Brasil enquanto uma nação relativamente "branca e homogênea" - unida por uma "mesma" língua (oficial) e um "mesmo" patrimônio histórico e cultural - ainda que formada a partir de "diferentes matrizes". Grande equívoco! O Brasil é e sempre foi "uma nação" plural marcada pela diversidade sociocultural onde "convivem" vários povos e diferentes grupos étnicos (europeus, asiáticos, africanos, etc.). Dentre eles estão os diversos povos indígenas com "visões de mundo", dinâmicas socioculturais e historicidades próprias.

Pensar a temática indígena na historiografia brasileira hoje se trata de desfazer os equívocos geradores de preconceitos, na maioria das vezes, originados pela própria historiografia. Tais preconceitos são reproduzidos por muitos manuais/livros didáticos que fazem parte do ensino de História do Brasil. Como notado por Lima:

> [...] há estruturas cognitivas profunda e longamente inculcadas na maneira de pensar a história brasileira que orientam a percepção, e permitem a reprodução, de um certo universo imaginário em que os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito: nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos; são, vaga e genericamente, referidos como *um dos componentes* do *povo* e da *nacionalidade* brasileiros, algumas vezes tidos como vítimas de uma terrível 'injustiça histórica' (LIMA, 1995, p. 408)[i].

É necessário pensar o índio enquanto sujeito histórico capaz de tomar decisões, de lutar por seus direitos – mesmo que em posição desfavorável -, fazer alianças, mediar situações históricas e não como simples "vítima". E, assim, perceber a diversidade e a "contemporaneidade" dos povos indígenas "brasileiros".

Uma questão importante a ser considerada é que, diferentemente das previsões de historiadores e antropólogos do início do século que supunham o desaparecimento das populações indígenas ou sua absorção (integração) pela sociedade nacional, a população

indígena no Brasil tem crescido nos últimos anos. Desta forma, é preciso considerar a significativa população indígena no país, particularmente, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Mato Grosso do Sul conta com a 2º maior população indígena do país, superior a 58.000 indígenas (cerca de 3% do contingente demográfico do estado). Dentre: Guató, Ofaié-Xavante, Kadiwéu, Terena, KiniKinawa, Guarani-Kaiowá, Guarani-Nhandeva e outros povos vindos de outros lugares que vivem no Mato Grosso do Sul que são: Kamba (originários da Bolívia) e Atikum (vindos de Pernambuco)[ii].

A presença indígena, na área que hoje corresponde ao Estado de Mato Grosso do Sul (MS), remonta a tempos imemoriais que antecedem à "conquista" européia. Contudo, sob a ótica etnocêntrica do europeu "conquistador", os indígenas, considerados "primitivos" e "selvagens", foram ignorados enquanto habitantes legítimos deste território e vistos como um empecilho ao desenvolvimento da "nação brasileira" e à expansão do processo colonizador que objetivava o preenchimento dos "espaços vazios". O caminho seria "pacificá-los" e "civilizá-los".

A educação escolar foi um instrumento amplamente usado para a suposta "civilização" e "integração" destes povos à "sociedade nacional" desde os primeiros momentos da colonização. Ferreira (2001, p. 72)[iii] observa que a história da educação escolar para os povos indígenas no Brasil pode ser "dividida" em quatro fases.

Seguindo esta "periodização", podemos dizer que a **primeira fase** da educação escolar indígena no Brasil, a qual atravessou o "Período Imperial" e chegou aos primeiros anos do "Período Republicano", foi marcada por uma perspectiva notadamente etnocêntrica. Freire, ao fazer um levantamento de fontes históricas sobre a escola para os indígenas no Brasil, observa que no período colonial

> O ensino era ministrado exclusivamente por missionários, **não havendo registro da existência de professores indígenas durante todo o período colonial.** Da mesma forma, os saberes indígenas, os processos próprios de aprendizagem, as concepções pedagógicas de cada grupo e as línguas que falavam ficaram sempre excluídos da sala de aula (FREIRE, 2002, P. 91, grifos meus)[iv].

A **segunda fase** foi marcada pela criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, enquanto órgão oficial responsável pela tutela e pela "proteção" dos indígenas. Nesta fase, houve "maior ênfase no trabalho agrícola e doméstico, com vista à integração dos índios à sociedade nacional, enquanto produtores de bens de interesse comercial para abastecer o mercado regional (FERREIRA, 2001, p. 74)[v]".

Com a extinção do SPI, a FUNAI (1967) assumiu a tarefa. O "novo" órgão "preocupado" em 'respeitar os valores tribais' instaurou o ensino bilíngüe recorrendo à ajuda do Summer Institute of Linguistcs (SIL)[vi]. Ao estabelecer convênios com o SIL o Estado evitou investimentos na educação escolar indígena repassando ações de sua responsabilidade para a instituição. Com a inclusão do SIL no processo de educação escolar indígena, foi criada a função de "monitor bilíngüe" que era exercida por indígenas que auxiliavam os professores não-índios (missionários ou agentes da FUNAI) no processo de alfabetização nas línguas indígenas.

A **terceira fase** da educação escolar indígena no Brasil relaciona-se com a mobilização e participação de organizações não-governamentais "pró-índio"[vii] na articulação de "encontros nacionais de educação para índios" e na criação de projetos alternativos de educação escolar para os indígenas em áreas indígenas. Tais projetos visavam oferecer uma experiência educacional que superasse o modelo integracionista oficial e que respeitasse as especificidades lingüísticas e culturais, bem como, os métodos próprios de aprendizagem dos diferentes povos indígenas.

A partir da década de 70, houve uma ampla mobilização de alguns segmentos da sociedade civil em prol da causa indígena criando entidades de apoio "que ajudaram a promover a organização do movimento indígena durante toda a década de 70 que se fortaleceu nas décadas seguintes (GIROTTO, 2001, p. 57)[viii]". Resultaram deste movimento várias ações que objetivavam dar "subsídios para os próprios indígenas irem assumindo progressivamente a luta pela terra, saúde, educação (idem)". Em decorrência, várias assembléias indígenas foram realizadas no Brasil buscando a articulação de povos indígenas de diversas regiões do país. Sendo, assim, criada a União das Nações Unidas

(UNI) em 1980 em Campo Grande (MS) a qual "promoveu ou participou de vários encontros e assembléias de povos indígenas (idem, p. 95)".

O início da **quarta fase** da educação escolar indígena no país foi marcado pelo aumento crescente de professores índios assumindo a educação escolar nas áreas indígenas e pelo surgimento dos "encontros", "movimentos" e "comissões" de professores indígenas criados em várias regiões do país. Estes movimentos, visavam, principalmente, refletir sobre os processos de educação escolar indígena (ações e políticas públicas) e sobre o papel dos professores índios e de toda a comunidade indígena no processo.

A mobilização de indígenas e não-indígenas em prol das lutas indígenas culminou com as conquistas legais da Constituição de 1988 as quais apontam para um "novo" modelo de escola pautado pelo paradigma do respeito às "diferenças" e do reconhecimento da autonomia de cada povo indígena em conduzir seus processos escolares.

A partir da Constituição/88, outros documentos legais foram criados no sentido de garantir aos indígenas uma educação escolar específica e diferenciada onde o professor indígena passou a ser categoria necessária ao "novo" modelo de escola que se delineava. O professor índio[ix], enquanto elemento "autóctone", conhecedor e "vivenciador" da "dinâmica interna" do seu grupo se torna um protagonista importante na efetivação deste modelo de escola que deve estar a serviço dos ideais de futuro de cada povo indígena.

Desta forma, desencadeou-se um processo de "apropriação" da escola por indígenas no país tendo como uma de suas principais características o aumento crescente de professores índios assumindo as aulas e despontando no cenário político através de movimentos sociais como as organizações de professores que se criaram pelo Brasil afora, a exemplo, o *Movimento de Professores Guarani/Kaiowá de Mato Grosso do Sul*. O professor índio "emerge" como um importante mediador nas lutas em prol dos direitos indígenas, mais particularmente, dos direitos ligados a uma escola "específica" e "diferenciada" enquanto "um lugar do e para o exercício indígena da autonomia (SILVA, 2001, p. 10)[x]".

Como visto, a "saída" da "civilização" e "integração" à sociedade nacional, historicamente proposta aos indígenas, não se efetuou e, ao que parece, não se efetuará. As contribuições da Antropologia e da emergente História Indígena tem mostrado a capacidade dos povos indígenas de "resistirem" às estratégias não-índias de "assimilação".

PROFESSORES ÍNDIOS NA RESERVA INDÍGENA FRANCISCO HORTA BARBOSA

No caso de Dourados (MS), a presença de professores índios atuando no processo de escolarização na reserva indígena Francisco Horta Barbosa (RIFHB)[xi] é notada num período bem anterior à promulgação da Constituição de 1988 (final da década de 60).

Desta forma, estamos estudando a especificidade destes professores como agentes sociais e seu papel como mediadores nas "ressignificações" socioculturais no período correspondente a 1970-2002[xii] (recorte que abrange o período anterior e posterior à Constituição/88). Trata-se, portanto de trabalhar a idéia de professores enquanto grupo social (coletivo) na medida em que através do seu trabalho, estabelece mediação entre os elementos da "tradição" indígena e os "novos" desafios que a comunidade enfrenta nas suas demandas com a sociedade nacional. No caso da escola, como instituição "vinda de fora", a mediação se fará entre os elementos da ação pedagógica "tradicional" e os da educação escolar formal.

Especificamente pretendemos: 1. fazer um levantamento histórico do processo de escolarização na RIFHB no período estudado; 2. verificar a construção histórica do "papel" de professor na RIFHB através do levantamento das experiências dos indivíduos (professores) - como e quando se constituiu professor, que instituição (ões) o ajudou a desempenhar tal função, quem o formou, etc.; 3.1. traçar o perfil sócio-histórico dos professores em questão caracterizando-os como uma categoria social específica considerando suas relações internas com seu grupo (comunidade indígena) e com o contexto mais amplo da sociedade nacional (SPI/FUNAI, ONGs, movimentos sociais...); 3.2. analisar que relações estabeleceram com as instituições com as quais se relacionaram: SPI/FUNAI, igrejas, poder público (local, estadual, federal), dentre outros, considerando seu

"protagonismo" histórico e seu papel de mediador social; 3.3. verificar que espaços internos e externos conquistaram enquanto professores e que interferências realizaram na comunidade, assim como, identificar as transformações e/ou ressignificações socioculturais que ocorreram na e/ou com a "figura" do professor índio na RIFHB.

Para atender aos objetivos do trabalho, buscaremos seguir os caminhos da História Indígena contemporânea que estabelece um diálogo com a *antropologia histórica* de João Pacheco de Oliveira Filho, João Pacheco de Oliveira, John Manuel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha, dentre outros.

Nossas principais fontes são fontes orais. Portanto, estamos nos valendo dos recursos fornecidos pela história oral - enquanto metodologia de produção de fontes - para proceder à "construção" e análise das fontes orais necessárias à pesquisa. Buscando desvendar a visão "êmica" dos sujeitos à cerca de sua história. Portanto, nossos principais "interlocutores" são os próprios professores índios da RIFHB que atuaram e/ou atuam no período estudado e as pessoas com as quais se relacionaram mais proximamente, como, familiares, lideranças indígenas, dentre outros. Para tal, já foi feito um levantamento prévio e estabelecido um diálogo com alguns destes professores que concordaram em colaborar com a pesquisa (a qual se encontra em andamento).

Também já iniciamos uma pesquisa documental em fontes textuais[xiii] no sentido de elucidar questões "pontuais" relacionadas ao contexto histórico do período analisado, como: datas mais específicas, locais onde as escolas funcionaram, clientela (alunos), órgãos financiadores, dentre outras.

Em relação ao aporte teórico-metodológico, a partir de uma perspectiva "interdisciplinar", estamos buscando um diálogo da História com outras disciplinas como a Antropologia, a Sociologia e a Educação objetivando a fundamentação necessária para a "construção" do trabalho em torno de nosso objeto de estudo.

No que diz respeito aos pressupostos teóricos da Educação, temos nos "apoiado", principalmente, nos estudiosos que se voltam para temas ligados à escola indígena e aos professores índios enquanto atores sociais e históricos.

Para a discussão e/ou análise das questões que envolvem conhecimentos históricos e culturais mais específicos no que concerne à dinâmica interna do grupo e/ou grupos que compõem a população indígena na RIFHB nos apoiaremos nos estudiosos da questão, como, por exemplo, para os Guarani (Kaiowá e Nhandeva), Egon Shaden, Antônio Brand, Bartomeu Meliá, Marina Evaristo Wenceslaw, Levi Marquez Pereira, dentre outros. E, para os Terena, Roberto Cardoso de Oliveira, Fernando Altenfelder Silva, Edgard de Assis Carvalho, Noemia Moura, dentre outros. Também pretendemos usar as observações realizadas "em campo" (dos professores no seu local de trabalho, em reuniões, no cotidiano da aldeia, etc.) que ajudam a compreender os aspectos socioculturais, as atitudes, a organização da vida material, dentre outras.

Desta forma, este trabalho levará em consideração a especificidade da questão indígena no sentido de se buscar conhecer a "dinâmica interna" dos grupos em questão não ignorando as relações de "fronteiras" estabelecidas entre eles. E, assim, buscaremos considerar e analisar as reações dos entrevistados durante as entrevistas através da observação "lateral" e/ou "circundante". Para Frank , "os lapsos, esquecimentos, não-ditos, silêncios, esforços de ocultação são também objetos de história e devem ser analisados (idem, p. 113)[xiv]". De acordo com Vainfas (1997, p. 152)[xv], cabe ao historiador, através do método, "captar" e "decifrar" os "indícios" como faz o médico, o detetive e outros investigadores que só atingem o geral a partir de sinais particulares por meio da erudição e, até mesmo, da intuição.

Embora o objeto de nosso estudo pertença a um período histórico relativamente curto e recente e esteja ligado de certa forma à perspectiva da micro-história, procuraremos não perder de vista a visão "macro" do processo histórico no qual está inserido ao considerar as vivências individuais e as experiências coletivas dos sujeitos.

---

[i] LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. (Orgs.). *A temática indígena na escola:* novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 407-419.

[ii] TROQUEZ, Marta Coelho Castro. 2002. *Educação Escolar Indígena e Instituições de Ensino Superior em Dourados:* um compromisso legal e ético-social. 2002. Monografia (Especialização em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

[iii] FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, A. L. & FERREIRA, M. K. L. F. (Orgs.). *Antropologia, História e Educação:* a questão indígena na escola. São Paulo: Global, 2001, p. 71- 111.

[iv] FREIRE, José Ribamar Bessa. Fontes históricas para a avaliação da escola indígena no Brasil. In: *Tellus.* Campo Grande: UCDB, ano 2, n. 3, p. 87-98, out. 2002.

[v] Obra já citada.

[vi] Instituição missionária protestante ligada à missão internacional ("Wycliffe Bible Translators") que atua em mais de 50 países cujo objetivo principal é fazer a tradução da Bíblia para os idiomas indígenas dando a eles a oportunidade de ler este livro "universalmente" conhecido em suas próprias línguas. O órgão contava com lingüistas especializados em aprender e descrever as línguas indígenas, organizar gramáticas, alfabetos e preparar cartilhas de alfabetização para o ensino da leitura nas línguas indígenas "estruturadas". Denominada mais contemporaneamente no Brasil como "Sociedade Internacional de Lingüística". O SIL chegou ao Brasil em 1956.

[vii] Dentre elas podemos citar: a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Também, resultantes de setores progressistas da Igreja Católica, são criadas a Operação Anchieta (OPAN - 1969) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI – 1972), "cujas atribuições eram a de prestar serviços na área da educação escolar para os índios (FERREIRA, obra já citada, p. 87)".

[viii] GIROTO, Renata Lourenço. *Por uma nova textura histórica:* o Movimento de Professores Indígenas Guarani/Kaiowá em Mato Grosso do Sul – 1988-2000. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

[ix] Cabe lembrar que, no período anterior à Constituição de 88, não havia uma política oficial clara de inserção de indígenas na condução da educação escolar indígena.

[x] SILVA, Aracy Lopes da. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: SILVA, A. L., FERREIRA, M. K. L. F. (Orgs.). *Antropologia, História e Educação:* a questão indígena na escola. São Paulo: Global, p. 9-25, 2001.

[xi] De acordo com o Relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barbosa em 1927, citado por Monteiro (MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá.* Coleção Fragmentos da História do indigenismo, 2. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003, p. 97), a área indígena de Dourados, foi reservada "aos índios Caiuás, junto ao patrimônio de Dourados", em 1917, a qual obteve o título definitivo somente em 1965. A esta reserva correspondia o Posto Indígena Francisco Horta Barbosa submetido à Inspetoria Regional 5 cuja sede administrativa ficava em Campo Grande. Daí ser conhecida como reserva indígena Francisco Horta Barbosa. Esta área indígena está localizada na Rodovia Dourados-Itaporã Km 05, próxima à cidade de Dourados no sul do estado de Mato Grosso do Sul (MS). Com a área de 3.539 ha correspondentes às aldeias Bororó e Jaguapiru, possui atualmente uma população "mista" (em termos étnicos) em torno de 10 mil pessoas divididas em: Guarani-Kaiowá (que se autodenominam Kaiowá), Guarani-Nhandeva (se autodenominam Guarani), Terena, além de "mestiços" e alguns não-índios casados com indígenas.

[xii] TROQUEZ, Marta Coelho Castro. *A especificidade dos professores índios como agentes sociais e seu papel como mediadores nas ressignificações socioculturais na reserva indígena Francisco Horta Barbosa (1970 a 2002).* Projeto de pesquisa (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

[xiii] Como: registros escolares, cartas e atas de reuniões, correspondências e relatórios do SPI e da FUNAI, dentre outros.

[xiv] FRANK, Pierre. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente.* Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 103 - 117.

[xv] VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA DOS IMORTAIS DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS EM SUAS DIVERSIDADES CULTURAIS

Marta Maria de Araújo
Profª de História da Educação - UFRN

A 14 novembro de 1936, Luís da Câmara Cascudo, Henrique Castriciano, Edgar Barbosa, Adherbal de França, Clementino Câmara, José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Lamartine de Faria, Floriano Cavalcanti, e outros de igual projeção intelectual no Estado, promoviam a sessão de fundação Academia Norte-Riograndense de Letras (ANRL). Sem uma sede própria, a ANRL funcionou, inicialmente, na casa de Câmara Cascudo, no Instituto de Música do Rio Grande do Norte e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Em janeiro de 1976, graças ao empenho do presidente, Manoel Rodrigues de Melo, alojou-se em seu próprio edifício. "Buscando a luz" ou "Em direção à luz" — *AD Lucem Versus* — é o seu lema, idealizado pelo acadêmico Cônego Luiz Gonzaga do Monte.

No ano de 1951, após 15 anos da fundação da ANRL, era posto em circulação o primeiro número de seu órgão de publicidade, a Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras, dirigida por Nestor dos Santos Lima, tendo como colaboradores Carolina Wanderley, Aderbal França e Américo de Oliveira.

A principal intenção do estudo desse periódico é compreender padrões culturais que permearam a escolarização primária dos sócios efetivos da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, sabendo de antemão que grande parte dos "imortais" dessa agremiação nasceram entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. E subliminarmente trazer a reflexão desses padrões culturais como correspondendo a aspectos estruturantes da formação cultural do povo e da sociedade brasileira.

Os padrões culturais da escolarização primária foram colhidos da leitura cuidadosa que fizemos dos discursos de recepção aos acadêmicos empossados na

ANRL. Como discurso escrito para ser lido numa solenidade oficial privada, trata-se de textos laudatórios e até certo ponto memorialísticos. O *corpus* documental da pesquisa compreendeu as 32 Revistas da ANRL publicadas entre 1951 (edição do primeiro número) e 2001 (ano do último número editado). Para António Nóvoa, a imprensa periódica talvez seja um dos melhores meios para se compreender

> [...] as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização de crianças e jovens (NÓVOA, 1997, p. 13).[1]

Embora a escolarização primária recebida por homens e mulheres, que nasceram entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, muito pouco tem em comum com a educação escolar contemporânea, não obstante, já estava assentada na transmissão de saberes elementares culturais e de valores comumente úteis à vida social. A respeito da correlação entre alfabetização e saberes culturais úteis, Justino Magalhães (1996a, p, 44) acentuará: "Não há alfabetização em abstrato e fora do contexto. [...] Se não há alfabetização no vazio, então porque razão se alfabetizar as pessoas?[2]" Daí, desde sempre, o caráter funcional da alfabetização.

Um aspecto elucidativo da escolarização primária são os saberes elementares ensinados ou transmitidos. Entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a criança iniciava-se na aprendizagem dos saberes elementares por volta de 6 a 10 anos de idade, permanecendo de dois a quatro anos na "escola." Os vínculos entre escolarização, progresso da nação e disciplina de vida como condição de urbanidade faziam com que a aprendizagem dos saberes elementares estivesse diretamente relacionada com o desenvolvimento das estruturas mentais e o aperfeiçoamento da natureza humana (absorção de boas maneiras, de hábitos sadios e de regras morais religiosas e laicas) em contraponto com a chamada ignorância.

Um conto dedicado ao acadêmico Manoel Rodrigues de Melo, nascido em 7 de julho de 1912, na Fazenda Queimada (onde iniciou a escolarização primária), município de Macau, é deveras esclarecedor dos saberes elementares então ensinados. Assim,

entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a aprendizagem dos saberes elementares iniciava-se pela "leitura" da Carta de ABC, da autoria de Laudelino Rocha.

> A carta de ABC que ele possuía, agora, era bem novinha... A primeira em poucos dias fora consumida. E esta não seria, talvez, a última. Raramente um menino ou menina chegava àquela parte do 'Paulinho mastigou pimenta,' sem o esfacelamento de duas cartas de ABC., livrinho de autoria do professor Laudelino Rocha, frágil mas precioso, belo até, com aquela capinha sugestiva, enfeitada de listas vermelhas, branca e azul, lembrando a bandeira francesa (SIQUEIRA, 1982, p. 113).[3]

A aprendizagem simultânea do saberes elementares do ler, do escrever e do contar se efetivaria pela memorização ou "aprender de cor." Sendo assim, cabia ao menino Manoel Rodrigues "[...] levar para a professora mais ou menos de cor, a liçãozinha do dia" (SIQUEIRA, 1982, p. 113).[4]

No entanto, para aqueles nascidos no meio urbano, o grupo escolar tornou-se uma das primeiras instituições de aprendizagem dos saberes elementares, NÃO MAIS calcada na Carta de ABC, e SIM na Cartilha ─ especialmente na Nova Cartilha. Sobre a Nova Cartilha, o acadêmico Gumercindo Saraiva, nascido no ano de 1915, diz-nos: Os estudos do nosso tempo, com a leitura da **Nova Cartilha,** iniciada nos **grupos** por onde passamos e terminada na escola particular, [...] estariam sistematicamente concluídos (SARAIVA, 1987, p. 110, grifo nosso)[5].

Todavia, sem uma uniformidade institucional, a aprendizagem dos saberes elementares acontecia na instituição privada, na "escola rural," na "escola operária," com um professor ou professora particular, ou ainda o pai ou a mãe podiam desempenhar a tarefa de alfabetizadores. Ocorre que a própria dinâmica da escolarização primária estava perpassada por algumas heterogeneidades no próprio meio urbano. A esse respeito, é revelador o depoimento do acadêmico Nilson Patriota, que aprendeu com o pai as "primeiras letras" e o gosto pela literatura.

> Com meu pai aprendi as primeiras letras e a taboada. Em seguida, um pouco de história e geografia. Quando já estava me sentindo capaz de ler com desembaraço e escrever sem dificuldade, os literatos, de um modo geral, e os poetas, em particular, entraram em minha vida. Eles, no

> entanto, jamais me tinham sido estranhos, já que meu pai os lia e cantava versos ao violão [...] (DISCURSO DE POSSE DE NILSON PATRIOTA, 1983, p. 57).[6]

Nessas formas educativas de aprendizagem dos saberes elementares, há variantes, especificidades e alterações. Contudo há também repetições. Em larga medida, o estado então vigente do progresso da humanidade já não mais admitia que os pais deixassem de iniciar os filhos na aprendizagem dos saberes elementares do ler, escrever e contar e de valores morais e sociais da época. Aprendizagem dos saberes elementares, sim, mas para quê?

Confiada a professores, "[...] fator suficiente para que os alunos se considerassem em aula" (MAGALHÃES, 1996b, p. 19)[7], a aprendizagem simultânea dos saberes elementares envolvia a leitura (trabalhando o ouvir e o falar bem), a escrita (desenvolvida concomitante com a coordenação motora), os cálculos simples (fortificando o raciocínio e instigando a memória) e, em alguns casos, a reza (Padre Nosso, Ave Maria, Credo e Salve Rainha), bem como a aquisição de hábitos higiênicos e valores morais.

Todavia, observou-se uma diversidade de padrões da escolarização primária recebida pelos sócios efetivos da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Para articular uma unidade na diversidade buscou-se conjugar os padrões da escolarização primária dos acadêmicos ANRL com o período da escolarização primária destes.

Ancoradas nos mínimos registros acerca da escolarização primária de imortais que nasceram entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, podem-se dizer que há pelos menos cinco ou seis modalidades que delineiam os padrões da escolarização primária e por extensão do ensino e da aprendizagem dos saberes elementares. Genericamente, situam-se em dois momentos entrecruzados e perpassados pela conservação e pela renovação educacional. O primeiro momento encontra-se entre 1873 (data mais antiga de nascimento de um dos sócios da ANRL) e 1907 (quando da decretação da primeira reforma da educação escolar no século XX). O

segundo momento localiza-se entre 1908 (data de criação dos primeiros grupos escolares no Estado) e 1951 (ano de nascimento dos sócios mais novos da ANRL).

Assim, no intervalo de tempo entre 1873 e 1907, a escolarização primária dos sócios da ANRL foi predominantemente tributária da família, do professor particular ou mestre-escola, da escola privada, da escola operária e do colégio católico ou protestante. Só para se ter uma idéia, procedemos uma descrição por grupos de estudantes e modalidades escolares.

Nesses anos de 1873 a 1907, os padrões da escolarização primária, incluindo o ensino e a aprendizagem dos saberes elementares, destacavam-se pela presença do heterogêneo ao lado das insuficientes escolas públicas. Adentrando no segundo momento, com a disseminação de uma rede mais ou menos uniforme de grupos escolares, durante o segundo governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1908-1913), e devido à propaganda republicana em favor da escola pública, esta começou a ganhar um número expressivo de adeptos, nomeadamente no interior da classe média.

Educar a sociedade e moldar uma unidade nacional, eis a grande tarefa de segmentos de elites republicanas. A elas coube defender a escola primária pública como condição política para efetivação de um projeto de nação próspera e enraizamento do povo nos valores cívicos nacionais. A escola primária pública passou a ser difundida como agência de socialização de saberes culturais úteis, aprimoramento dos talentos individuais e de comportamentos coletivos.

Na superfície dessas inquietações intelectuais e políticas, fecundavam os debates nacionais em torno da educação escolar como importante fator de reordenamento do social e como veículo promotor de ascensão social de cada indivíduo. O *intermezzo* relativamente pacífico dos anos de 1908 aos anos de 1951, fez com que pouco a pouco, os pais começassem a renunciar à responsabilidade dos ensinamentos dos saberes elementares. Nesse momento, padrões de renovação da escolarização primária convivem com a constância de padrões antigos.

A diversidade de padrões da escolarização primária e de ensino e aprendizagem dos saberes elementares sobressaem-se, as especificidades do trabalho docente: ensino individual, ensino coletivo, "escola doméstica," classe multiseriada e classe graduada. A tarefa pedagógica do professor (incluindo pais e parentes) consistia em fazer com que o aluno aprendesse os saberes elementares transmitidos e normas de condutas indispensáveis à vida cotidiana.

Especificamente o ensino e a aprendizagem dos saberes elementares vivenciados pelos imortais da ANRL incluía a "arte" de memorizar como uma atividade cognitiva imprescindível para a aquisição do saber ler e falar bem, saber de cor as quatro operações fundamentais e introjeção de boas maneiras. Ora, desde a instalação de uma rede de grupos escolares no Rio Grande do Norte, o oral e o escrito já conviviam em desequilíbrio, em face da supremacia da cultura da escrita como linguagem privilegiada e da inteligência como faculdade nobre em vez da memória.

Entretanto, a longa permanência da faculdade de memorizar como a proeminente válvula de aprendizagem dos saberes elementares, pode, sim, haver facilitado o desenvolvimento da imaginação como componente estrutural necessário para escrever a poesia, o ensaio, o conto ou "rememorar" sentimentos e vivências da infância que cada imortal traz consigo. "È que as histórias além de estimular a imaginação das crianças para a criatividade, também as instruía, pondo-as em contato com a realidade literária que, a falta de livros, então extremamente escassos" (PATRIOTA, 1998, p. 128)[8].

Sem dúvida, parece haver uma cumplicidade prazerosa entre os imortais da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e o ato educativo de "saber de cor as lições" em face da experiência do "aprender de cor" na vida escolar primária, que etimologicamente significa "aprender com o coração." Lembra Neves (2000, p. 11) que "aprender de cor" ou "aprender com o coração" remete simultaneamente à inteligência, à sensibilidade e ao esforço "[...] e — por que não? — disciplina, e é também arte e supõe portanto ousadia e criação [...]" [9]

Educados os imortais da ANRL pela memória, pelo esforço, pela disciplina e, talvez, pela ousadia da criação, bem como pelo inevitável entrecruzamento da cultura oral com a cultura escrita qualificaram-se, portanto, para o *métier* da criação de gêneros literários como o romance, conto, a poesia, a novela, a crônica, muitas vezes eivados de subjetividade.

Quando pausadamente examinamos os discursos de recepção aos novos acadêmicos, verificamos que quase todos eles estudaram o secundário no Atheneu Norte-Riograndense e fizeram curso superior de Direito, Jornalismo, Música, Filosofia, Farmácia, Odontologia, Medicina, dentre outros. A um só tempo, representam uma vertente de intelectuais que são ao mesmo tempo artistas plásticos, escritores, dramartugos, museólogos, poetas, trovadores, filólogos, bibliófilos, ensaístas, críticos de artes, historiadores, sociólogos, filósofos, e, ainda, autodidatas. Inquestionavelmente, reconhece-se a educação escolar como o principal móvel para a ascensão social e intelectual dos indivíduos.

O que faz um intelectual, um imortal? Pelas palavras de Nilson Patriota (1983, p. 69): "Nós tínhamos, todos nós, um amanhã — um amanhã que já chegou."[10] Chegar à "Casa dos Imortais Potiguares," tem que "trazer a prova da palavra escrita" (SEREJO, 2001, p.108).[11] Provar que são afeiçoados da literatura, da poesia, das lendas, da história, enfim, guardiões do patrimônio literário, artístico e intelectual acumulado pela humanidade. Tudo isso, dentro de um horizonte em que a iniciação na escolarização primária iluminou e propiciou a materialização diversa e rica da formação cultural do povo e da sociedade brasileira.

NOTAS

[1]NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Educação em revista** — A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

[2] MAGALHÃES, Justino. Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal: um domínio do conhecimento em renovação. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, n.2, p. 42-60, maio./jun./jul. 1996a

[3] SIQUEIRA, Minervino W. de. O varseano do Açu. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**, Natal, v. 29, n. 17, p. 113-115, jan./nov. 1982.

[4] _____.O varseano do Açu. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**, Natal, v. 29, n. 17, p. 113-115, jan./nov. 1982.

[5] SARAIVA, Gumercindo. Discurso de posse na Academia Norte-Riograndense de Letras do Acadêmico Gumercindo Saraiva. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**, Natal, v. 26, n. 14, p. 105-132, nov. 1978.
[6] DISCURSO DE POSSE DE NILSON PATRIOTA. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**, Natal, v. 30, n. 18, p. 51-69, jan./dez. 1983.
[7] MAGALHÃES, Justino.Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. **Educação, Sociedade & Culturas,** Porto Alegre, n. 5, p. 7-34, 1996b.
[8] PATRIOTA, Nilson. Relembranças. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.** Natal, v. 39, n. 27, p. 128-134, jul. 1998.
[9] NEVES, Margarida de Souza. A educação pela memória. **Teias,** Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 9-15, jan./jun. 2000.
[10] PATRIOTA, Nilson. Relembranças. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.** Natal, v. 39, n. 27, p. 128-134, jul. 1998
[11] DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO VICENTE SEREJO. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**, Natal, v. 43, n.31, p. 107-124, jan./jul. 2001.

INSTITUCIONES MÉDICO DOCENTES EN MEXICO EN EL SIGLO XIX

Martha Eugenia Rodríguez - UNAM

En el presente estudio comentaré algunos datos sobre la educación médica en la segunda mitad del siglo XIX mexicano, haciendo énfasis en la enseñanza práctica. Para que los estudios de médico cirujano se impartieran correctamente, fue necesario conjuntar la enseñanza teórica y la práctica. La primera no representó problema alguno, ya que básicamente requería salones de clase y una biblioteca, a diferencia de la enseñanza práctica que demandaba apoyos internos y externos. Los internos dentro de las instalaciones de la Escuela, es decir, laboratorios y anfiteatros; los externos se enfocaron básicamente a los hospitales donde el estudiante encontraría al enfermo que necesitaba para aprender, fueran internos, o bien, de consulta externa.

Dentro de los apoyos externos, la Escuela de Medicina también acudía a institutos de investigación y edificios públicos, como escuelas, asilos, mercados, cárceles, fábricas y hasta cementerios, éstos últimos necesarios para la cátedra de higiene, en ellos estudiarían las condiciones sanitarias.

El presente estudio analiza las instituciones que apoyaron a la Escuela Nacional de Medicina con el objeto de que los estudios de médico cirujano se impartieran lo mejor posible. Es importante mencionar que a lo largo del siglo XIX la Escuela citada luchó constantemente por optimizar la enseñanza. Esa tarea no le fue fácil, pues si bien es cierto que la ciencia iba en ascenso, y muy particularmente en el último tercio de la centuria en cuestión, no podemos olvidar que los constantes conflictos bélicos del siglo, afectaron la vida académica del país, en ocasiones transformando los edificios docentes en cuarteles, a veces desviando el presupuesto de honorarios de los profesores hacia fines políticos y otras más dictando o modificando leyes sobre instrucción pública.

La primera guerra del siglo XIX, de 1810 a 1821, fue cuando México adquirió la independencia de España; posteriormente hubo invasiones americanas, inglesas, españolas y francesas, además de los conflictos entre los partidos conservadores y liberales. Todo ello afectaba y desestabilizaba el desarrollo de la educación a todos los niveles.

Las instituciones con las que la Escuela Nacional de Medicina estableció un estrecho vínculo para complementar y perfeccionar los conocimientos adquiridos en las aulas fueron el Hospital de San Andrés y el Consultorio Central de la Beneficencia Pública que brindaba asistencia gratuita a los enfermos que no requirieran hospitalización; el Hospital de Maternidad, el Hospital Juárez, el Almacén Central de la Beneficencia, en el que hacían parte de su práctica las personas que seguían la carrera de farmacia; el Museo Anatomo-Patológico, el Instituto Patológico Nacional y el Instituto Médico Nacional, con lo que al cerrar la centuria decimonónica, la enseñanza de la medicina cobró un carácter dinámico.

Antes de hablar sobre las instituciones que colaboran con la Escuela Nacional de Medicina, es necesario señalar qué proporcionaba la Escuela propiamente dicha para su enseñanza práctica. Tuvo un anfiteatro, el cual no siempre dispuso de cadáveres. En 1892 fue necesario que los estudiantes cooperaran para comprar una mula que trasladara los cadáveres de los hospitales a la Escuela. Asimismo contó con laboratorios de química analítica, farmacia y terapéutica, histología, operaciones y bacteriología. Durante la gestión del Dr. Manuel Carmona y Valle en la dirección de la Escuela, de 1886 a 1902, se adquirió equipo importante para diversas asignaturas, como galvanómetros, microscopios, y colecciones de preparados farmacéuticos, entre otras cosas. Es importante subrayar que el laboratorio de bacteriología de la Escuela, fue el primero que se fundó en el país en 1887 por iniciativa del Dr. Angel Gaviño Iglesias, lo que demuestra que México estaba actualizado sobre la teoría microbiológica que se desarrollaba en Europa.

Durante el siglo XIX el sitio más frecuentado por los estudiantes de medicina para llevar a cabo la enseñanza clínica fue el Hospital de San Andrés, donde prestaban sus servicios muchos de los profesores de la Escuela Nacional de Medicina. El anfiteatro de ese hospital también fue visitado por los estudiantes, que no se daban a basto con el de la Escuela. El anfiteatro del San Andrés contaba con una gradería para alumnos y un asiento para el profesor; sin embargo, tenía sus deficiencias, entre ellas la falta de agua, además de un aspecto sucio y repugnante.

Por otra parte, el Hospital de Maternidad, creado el 10 de abril de 1865 también colaboró con la Escuela que nos ocupa. En reunión de Cabildo del 10 de diciembre de 1875, al reformarse el artículo 37 del reglamento del hospital, quedó señalado que el Ayuntamiento pondría a disposición de la Escuela de Medicina el Hospital de Maternidad para que los alumnos tomaran la clase de Clínica de Obstetricia, reservándose el Cabildo la facultad de nombrar libremente al director de aquel establecimiento",[1] que al momento de inaugurarse estuvo presidido por el Dr. Aniceto Ortega, profesor de Clínica obstétrica. Dicho hospital, que dependía del Consejo General de Beneficencia, contó con 35 camas. Sin embargo, como toda institución dependiente de la beneficencia, el Hospital de Maternidad sólo abría sus puertas a la hora de la clínica, de ahí que el Dr. Nicolás San Juan, al advertir el lamentable vacío en las clínicas, consagrara, de manera espontánea unas horas de los domingos a la enseñanza de la clínica ginecológica, para que acudieran voluntariamente los alumnos interesados.

Insistiendo sobre las clínicas, parece ser que resultaban problemáticas, así lo demuestra la solicitud que el administrador del Hospital Morelos, fundado en 1865 para mujeres públicas) don Juan A. Landa, hacía al Dr. Francisco Ortega, director de la Escuela Nacional de Medicina. Landa pedía que se le informara sobre el horario de clases de los estudiantes, dadas sus ausencias en el hospital. Sobre los practicantes de guardia, el artículo 18 del reglamento del hospital señalaba: "Los practicantes

permanecerán en el hospital durante todo el día y toda la noche, pudiendo solamente salir en el día a las horas precisas para comer y concurrir a sus cátedras; excepto cuando las necesidades del servicio médico del hospital exijan su permanencia continua, en cuyo caso serán alimentados por cuenta del establecimiento". El administrador agregaba que como ninguno de los practicantes concurría durante el día para hacer su guardia, él se tomaba la libertad de averiguar las horas de las cátedras en la Escuela, para saber la hora en que legalmente no pudieran estar en la guardia los referidos practicantes". [2]

Por otra parte, el Hospital de San Pablo, fundado el 23 de agosto de 1847, y denominado a partir de 1872 como Hospital Juárez, también funcionó como institución docente. En febrero de 1851, el Dr. José Ignacio Durán, director de la Escuela de Medicina, solicitó que los cadáveres del hospital citado fueran conducidos a la Escuela para el estudio de la anatomía; de igual manera demandaba que las clínicas se dieran en el propio hospital, lo que fue acordado el 12 de febrero citado.[3] Años después, en 1883, al realizarse algunas modificaciones, se construyó un departamento para impartir una cátedra de clínica y a partir de 1906 se crearon más cursos de clínicas médicas y quirúrgicas para los practicantes del Hospital.

Respecto a las clínicas oficiales, el equipo de redacción del periódico *La Escuela de Medicina*, encabezado por Adrián de Garay, expresaba que era obvio que no pudieran salir buenos médicos del fondo de un gabinete. Las clínicas sólo podían llevarse a cabo en hospitales y laboratorios. "A la cabecera del enfermo, el hombre del arte interroga, examina, recoge cuidadoso los productos de la naturaleza enferma, raciocina con los datos obtenidos o encomienda a la física y a la química la resolución del problema, y llega al fin a resultados a veces provistos, a veces inesperados, pero siempre útiles a la eterna causa de la ciencia y de la humanidad" [4]

Los redactores del periódico mencionado expresaban que la clínica era el tipo más perfecto y completo de la enseñanza instructiva y educativa del médico; que ella podía

bastar por sí sola para sustituir a los estudios teóricos. Asimismo, quedó señalado que la clínica debía hacerla el alumno mismo, guiado por su maestro en las investigaciones y atentamente vigilado por él mismo en su intervención, regla seguida constantemente por el Dr. Francisco Montes de Oca, cirujano militar y autor de importantes técnicas operatorias, entre ellas la de la desarticulación del hombro. Montes de Oca abrió a los estudiantes de medicina las puertas de su hospital, tan luego como la Beneficencia cerró las de los suyos, debido a que se preocupaba por transmitir su experiencia a los alumnos.

A pesar de que la Escuela Nacional de Medicina contaba con el apoyo de los hospitales para la impartición de las clínicas, éstas enfrentaron varios problemas. Por una parte, era el profesor quien generalmente hacía todo o casi todo, no dejando sino un reducidísimo campo de acción a sus alumnos, sobre todo en lo que respecta a la medicina operatoria."

Otro problema de las clínicas fue el alto número de estudiantes. Para el profesor era imposible, en el corto tiempo de clase, iniciar a uno por uno de los alumnos en las reglas que debía seguir en la exploración de los enfermos y hacer que todos apreciaran determinado fenómeno. Sólo la reducida minoría que rodeaba la cama del enfermo aprovechaba la lección del profesor. La redacción del periódico sugería que se hicieran subgrupos, dirigidos por alumnos aventajados, de años superiores.[5]

Para poder contar con una buena clase de clínica, no bastaban las dotes de los profesores ni el empeño de los alumnos, también era necesario proporcionar a unos y a otros los elementos que demandaba la enseñanza; sin embargo, a decir de los editores del periódico *La Escuela de Medicina,* a veces faltaba hasta una probeta para hacer un examen de orina. De igual manera, se había dado el caso de que se tenía que interrumpir una operación por falta de algún instrumento. Para obtenerlo, había que llenar vales, recibos y requisitos innumerables, por lo que en ocasiones, era mejor salir corriendo en su busca a la casa del facultativo más cercano.

Asimismo, por los años 80, la educación médica resentía la falta de algunas clínicas especiales, como la infantil, la ginecológica y la oftalmológica.

Fernando Ocaranza, quien dirigiera la Escuela Nacional de Medicina de 1925 a 1933, en un primer periodo, señalaba que las clínicas carecían de sistema; en el mejor de los casos, cada quien exploraba e interrogaba a su manera, aunque la mayoría se limitaba a ver y escuchar lo que decía el profesor.[6]

El momento culminante de la enseñanza clínica se dio en 1905 con la inauguración del Hospital General de México. "Dicho nosocomio quedó bien implementado para que los alumnos llevaran a cabo sus lecciones. Por ejemplo, el quirófano contó con gradas suficientes para los alumnos, el anfiteatro fue lo suficientemente espaciado para que los estudiantes hicieran los trabajos de anatomía patológica". Eduardo Liceaga, director de la Escuela de 1902 a 1911 expresaba que "La enseñanza de la medicina, más que alguna otra, debe ser esencialmente objetiva, tiene que hacerse en los enfermos, y todas las naciones han convenido en que los que asistan por la beneficencia pública sirvan para la enseñanza de la clínica".

Además de los hospitales citados, la Escuela Nacional de Medicina tuvo otros apoyos institucionales. Uno de ellos fue el Museo Anatomo Patológico, creado el 14 de enero de 1895 dentro del Hospital de San Andrés por el Dr. Rafael Lavista (1839-1900), quien fungía como director del nosocomio. Dicho Museo tenía fines totalmente didácticos, prepararía los cadáveres con una inyección conservadora, realizaría autopsias, seleccionaría piezas anatómicas, macroscópicas y microscópicas, con sus respectivas historias clínicas. A través del Museo, Lavista pretendía que los estudiantes de medicina tuvieran un mayor acercamiento a las enfermedades nacionales y no se limitaran a la información proporcionada por los autores extranjeros. Las piezas anatómicas del Museo estuvieron siempre a disposición de la Escuela Nacional de Medicina.[7]

A petición de Rafael Lavista, en 1899 el Museo Anatomo Patológico se transformó en un instituto de investigación, el Instituto Patológico Nacional con el objeto de llevar a cabo estudios prácticos de los procesos morbosos que dominaban a la patología nacional. Fue tal su éxito, que en 1905 se independizaron sus secciones para formar dos establecimientos por separado, el Instituto Patológico Nacional y el Instituto Bacteriológico Nacional. De una u otra manera, ambos institutos colaboraron con la Escuela Nacional de Medicina. El Instituto Patológico proporcionó a las clases de anatomía y operaciones de la Escuela, los cadáveres inyectados y colaboró para la cátedra de histología con diversas preparaciones que albergaba su colección. Asimismo, el personal académico de la Escuela trabajaba en los establecimientos citados. Por ejemplo, Manuel Toussaint, quien dirigió el Instituto Patológico de 1902 a 1914, fue catedrático de histología y de anatomía patológica. Por su parte, Angel Gaviño Iglesias, que dirigió el Instituto Bacteriológico Nacional desde su creación hasta 1914, fue profesor de bacteriología y fundador del primer laboratorio de bacteriología en la Escuela.

El Instituto Médico Nacional, creado en diciembre de 1888 con el objeto de estudiar las propiedades terapéuticas de la fauna y la flora nacionales y de llevar a cabo investigaciones sobre geografía médica, contribuyó con la Escuela Nacional de Medicina al proporcionar a la cátedra de terapéutica sus colecciones de recursos terapéuticos. Varios investigadores de este Instituto fueron profesores en la Escuela que nos ocupa, entre ellos el mismo director del Instituto, el Dr. Fernando Altamirano, quien tenía a su cargo las cátedras de terapéutica, farmacia y fisiología.

Después de señalar las diversas instituciones que apoyaron a la Escuela de Medicina, es importante mencionar que ésta no se limitó a recibir esa ayuda, sino que también colaboró con otros establecimientos, de ahí que en 1876 la Escuela Nacional de Bellas Artes solicitara al director de la Escuela de Medicina, Francisco Ortega, que pusiera a disposición del profesorado, el anfiteatro y los objetos necesarios para que se impartiera

la clase de Anatomía de las formas, la cual se llevaba a cabo con preparaciones cadavéricas.[8]

Todas las instituciones citadas, hospitalarias y de investigación, colaboraron al mejoramiento de la enseñanza de la medicina, haciéndola más objetiva. Esas instituciones fueron complemento de la Escuela, permitiendo que egresaran estudiantes con buena preparación, con cierta experiencia que les permitiera enfrentar debidamente el ejercicio de su profesión.

---

[1] Archivo Histórico de la Facultad de Medicina (AHFM), FEMyA, Leg. 142, exp. 39, México, 11 de diciembre de 1875, f. 5.
[2] AHFM, FEMyA, Leg. 142, exp. 91, México, 25 de enero de 1876, fs. 1-2.
[3] Rómulo Velasco Ceballos (compilador), *El Hospital Juárez antes Hospital de San Pablo,* México, Talleres Gráficos de la Nación, 1934, p. 23.
[4] La Redacción, *La escuela de medicina, periódico dedicado a las ciencias médicas* t. I, 15 de junio de 1880, no. 22, p. 1.
[5] *Ibidem* p. 4
[6] Fernando Ocaranza. *Historia de la medicina,* México, Laboratorios Midy, 1934, p. 179.
[7] La Redacción, "Introducción" en *Revista Quincenal de Anatomía Patológica y Clínicas Médica y Quirúrgica,* 1897, t. II, No. 1, pp. i-iii.
[8] AHFM, FEMyA, Leg. 142, exp. 100, México, 12 de mayo de 1876, fs. 1-2.

A Criança no Mundo Imigrante Teuto do Rio Grande do Sul
Contribuição para uma História Social da Criança na América Latina

Martin N. Dreher[1] - UNISINOS

1. Apresentação

A presente comunicação é amostra de pesquisa que estamos realizando na UNISINOS, sob o título acima. Valendo-se dos pressupostos da História Social e da História das Mentalidade, busca reconstruir história social da criança no seio da imigração alemã no Brasil. A importância de se privilegiar a criança advém do fato de as exposições sobre a História da Imigração terem dado destaque ao varão e, mais recentemente, em decorrência da discussão das questões de gênero, também à mulher, deixando-se, contudo, de lado a criança, considerada que era mera fase de transição ou de aprendizado, sem ser vista como sujeito histórico.

O mais tardar desde a publicação da obra de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família* (1960), a criança deveria ter merecido a atenção dos pesquisadores da história da imigração e da colonização. É verdade que podemos contar com estudos reunidos por Mary del Priore em *História das Crianças no Brasil* (2004), e com o livro de Maria Luíza Marcílio, *História Social da Criança Abandonada* (1998), na qual autores nacionais poder-se-iam mirar em suas pesquisas.

Mesmo que a imigração alemã no Rio Grande do Sul tenha iniciado em 1824, as informações sobre crianças e jovens só começam a se avolumar a partir da década de 1860, quando sacerdotes jesuítas, pastores luteranos, professores saídos das fileiras dos legionários de 1851, os Brummer, e viajantes como Avé Lallement e von Tschudi começam a elaborar relatórios, nos quais vão descrever as crianças em relação às quais pretendem dar o melhor de si para inverter a situação, segundo eles "assustadora" com a qual se viram confrontados. Mais ricas e abundantes se tornam as fontes a partir dos relatórios e das fontes impressas produzidas pelos autores supra mencionados.

2. Crianças atravessando o Atlântico

Em 1824, o Major Jorge Antônio von Schäffer, representante brasileiro junto às cortes européias, recrutou imigrantes para o Rio Grande do Sul em presídios de Mecklenburg, na Alemanha. Em 23 de junho de 1824, saíram da Casa de Correção de Güstrow 77 homens, 23 mulheres e *33 crianças*. O crime de muitos destes encarcerados foi o roubo de cavalo, crime contemplado com prisão perpétua, roubo de madeira...[2].

A notícia da existência de 33 crianças na Casa de Correção de Güstrow, majoritariamente, filhos e filhas de presidiários, mendigos e responsáveis por furtos, decorrentes da situação de miséria, leva-nos a perguntar pelas crianças na emigração.

É possível recuperar a memória dessas populações? Eles não faziam parte das populações de ilustrados; eram gente comum. Robert Darnton, *O grande massacre dos gatos* (2001), ensinou-nos, porém, que há importante fonte, através da qual os miseráveis dos séculos XVIII e XIX expressaram seus sentimentos. Essa fonte sempre de novo foi repetida nos núcleos de imigrantes alemães no Brasil. Estou falando dos contos narrados ao redor do fogão, nas cabanas camponesas, nas casas de miseráveis.

Num dos prefácios a uma coletânea de contos alemães[3], deparei com o seguinte conto introdutório:

> No período do inverno, quando certa vez houve neve profunda, um pobre garoto teve que sair e buscar lenha sobre um trenó. Quando a havia juntado e carregado, não quis seguir logo para casa, pois estava congelado, e pretendeu fazer fogo para se aquecer um pouco. Aí afastou a neve e enquanto limpava a terra, encontrou pequena chave dourada. Pensou que onde estava a chave também deveria estar a fechadura correspondente e cavou a terra e encontrou caixinha de ferro. “Tomara que a chave sirva!” pensou, “certamente há coisas preciosas na caixinha.”. Procurou, mas não havia buraco para a chave; finalmente encontrou um, mas tão pequeno, que mal o podia ver. Experimentou, e a chave serviu perfeitamente. Deu uma volta, e agora temos que aguardar, até que ele tenha terminado e aberto a tampa: aí experimentaremos que coisas maravilhosas se encontravam na caixinha.

As palavras introdutórias dos irmãos Grimm, dizem-nos da possibilidade do uso de seus contos como fonte não só para a mentalidade camponesa alemã, mas também para a situação de miserabilidade em que se encontrava a população autora dos contos. Há a pobreza do garoto, a necessidade da lenha e do fogo, o menino congelado. Essa população também sonha, com chaves douradas, com saídas que podem ser encontradas com seu

auxílio. Foram sonhos que ofereciam saída da situação de miserabilidade que impulsionaram miseráveis para o Brasil.

No caso das crianças, filhas de presidiários e presidiárias, sabemos que a decisão para a emigração não foi espontânea. Não coube aos pais nem às crianças. Houve apenas a opção de emigrar ou continuar no presídio. O trágico da situação destas crianças é que, majoritariamente, foram enviadas com seus pais para São João das Missões, no Rio Grande do Sul, colônia que não oferecia as mínimas condições. A miséria as acompanhou e não temos mais notícias sobre elas[4]. Na maioria das vezes, contudo, as crianças e suas mães tiveram que se curvar a uma decisão do patriarca. Eram eles que decidiam sobre a emigração. Estudo de Cléia Schiavo Weyrauch sobre a imigração alemã para o vale do Mucury, em Minas Gerais, calcado em diários de meninas, nos traz a seguinte citação:

> "Nunca eu soube porque meu pai veio. Mas me lembro de que, à noite, vivíamos quase sempre quietos e sós, até que, certa feita, começaram a aparecer, todas as noites, homens que discutiam muito e muito conversavam. Cada vez surgiam mais homens. Eu não prestava atenção ao que falavam, mas notara que minha mãe passara a ficar calada e casmurra. Numa certa noite, os homens estavam muito alegres; trouxeram bebidas, cantaram e riram muito, se abraçando. Quando todos se retiraram, ouvi minha mãe, que sempre calava , dizer: 'Não estou gostando dessa história de mudar para tão longe, para lugar que ninguém conhece...'. E meu pai respondeu: 'Já calculamos e conversamos muito, nós homens achamos que é bom. Decidimos ir'." [5]

Max Rothe, publica as seguintes palavras do imigrante Baldow:

> "Nasci em Eichberg, sobre o Oder, distrito de Krossen, aos 16 de novembro de 1846. Como todas as crianças de meu tempo, vivi uma infância feliz, bem nutrido com batatinhas e papa de trigo. Freqüentei a escola próxima, onde meu avô era o mestre. Não raras vezes tive desagradáveis contatos com a vara... Quando tinha 10 anos de idade, meu pai e alguns vizinhos, tomaram a decisão de emigrar e tentar a sorte em plagas remotas. Primeiramente, pretendiam rumar para a Austrália, mas quando lhes caiu nas mãos um folheto de propaganda fantástica e intensa, distribuído pela Firma 'Schlobach & Morgenstern', pintando ao Vale do Mucuri, no Brasil, como uma espécie de Eldorado, decidiram trocar a Austrália – terra do ouro, pelo Brasil – terra das palmeiras."[6]

Todos, porém, pais, mães e crianças fizeram experiências dolorosas também na travessia.

A travessia do Atlântico nem sempre foi favorável à criança. A 8 de maio de 1824, o navio Germânia deixou o porto de Hamburgo. Neste veleiro de três mastros, comandado pelo Capitão Voss, embarcaram 124 colonos e 277 soldados, que seriam incorporados no Corpo de Estrangeiros, formado em 1823. Três semanas após haver deixado Hamburgo, o

veleiro ainda se encontrava em Glückstadt, sem poder entrar no mar, pois o vento lhe era contrário. A continuação da viagem só aconteceu a 31 de maio.

Durante a parada forçada em Glückstadt, nasceu Friederich Germanicus Bendixen, filho de Daniel Nicolaus Bendixen, de Coldenbüttel, no Holstein, mestre alfaiate, e de Maria Rosina, nascida Keyser, de Zelle, em Baden. A criança nasceu a 18 de maio e foi batizada a 1º de junho, pelo Pastor Johann Georg Ehlers, que acompanhava esse navio e seria o primeiro religioso acatólico no Rio Grande do Sul.

No dia seguinte, aconteceu o casamento dos pais e de mais três casais[7]. Ao analisar sexualidade, casamento e reprodução entre teuto-brasileiros de Curitiba, baseando-se em livros de casamento e de batismos da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Curitiba, Sérgio Odilon Nadalin[8] constatou serem freqüentes os contatos pré-nupciais entre as comunidades de imigrantes. Tal freqüência só vai se alterar, em Curitiba, à medida em que as populações imigrantes vão se adequando aos costumes e tradições do mundo burguês. O mesmo pode ser constatado em relação a São Leopoldo.

Outro dos quatro casais, casado a 2 de junho, Johann Friedrich Jericke, de Quetz, junto a Leipzig, marceneiro, e Johanna Elisabeth Töde, de Hamburg, teve sua primeira filha, Paulina Dorothea Germania, nascida a 29 de junho , sendo batizada a 25 de julho. A criança faleceu a 4 de agosto de 1824, sendo sepultada no mar, no mesmo dia. Carta de Johann Friedrich Jericke, escrita no Rio de Janeiro a 2 de fevereiro de 1825, a seus familiares[9], nos dá conta que a mãe não pôde amamentar a criança, pois “teve um seio ruim” (hat eine schlimme Brust bekommen). A criança teve que ser alimentada com pão e água de bordo, falecendo de subnutrição. O pai fez caixinha, na qual foi depositada e lançada ao mar.

Outra criança nasceu a 4 de setembro de 1824, Johanna Henriette, filha de Johann Wilhelm Weinmann, agricultor, de Niederhausen junto ao Nahe e de Maria Christina, nasc. Meier, natural de Lübeck. O batismo aconteceu a 12 de setembro. Também esta criança logo faleceria, no Brasil, talvez após a chegada ao Rio de Janeiro, “na Armação”, sendo sepultada “na Praya Grande”.

Por vezes, crianças morreram de inanição nos navios. Deprimente é a queixa apresentada por chefes de família, passageiros do bergantim "Carolina", no qual foram embarcadas, a 15 de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro, 57 famílias, num total de 287 pessoas, além de um avulso, todos entregues à extrema maldade do capitão. Seja mencionada uma passagem da *Submissa e muito obediente queixa de parte dos colonos em viagem do Rio de Janeiro a Porto Alegre*[10]:

> De manhã cedo, nossas crianças, as que ainda estão em vida, choram gritando de fome, pois, até agora, nenhuma vez foram saciadas satisfatoriamente. Muitas destas crianças e também pessoas idosas, por não estarem acostumadas a esta vida ruim e inusitada, já estão doentes e serão, em breve, jogadas à água.

Alguns colonos não assinaram a carta. Se observamos os dados relativos a Johann Peter Müller, também passageiro do "Carolina", entendemos a razão da não-assinatura. Johann Peter Müller partiu da Alemanha como chefe de uma família de cinco pessoas. Nascido em 1796 em Nohen, no Palatinado, casou-se com Maria Magdalena Schlemmer(n). Desta união resultaram os filhos Philipp Jacob, Maria Cristina, Maria Elisabetha e Maria Catarina Müller. Na viagem do Rio de Janeiro a Porto Alegre, morreram a esposa e a filha Maria Cristina. O próprio Johann Peter Müller faleceu em São Leopoldo a 15 de fevereiro de 1826, trinta dias após haver chegado à colônia (15 de janeiro de 1826). Presume-se que sua morte seja decorrente das misérias a que estiveram sujeitos os passageiros no "Carolina" e que já tenha estado tão adoentado ao chegar a Porto Alegre que já não teve mais condições de assinar. Entre os que estiveram no Carolina acontecem outros óbitos após a chegada a São Leopoldo. Hunsche constatou que no trecho entre o Rio de Janeiro e Porto Alegre, morreram 20 pessoas. Ele não destaca quantas teriam sido crianças. Pudemos, contudo, constatar que Frederico Engers e Felipe P. Schmitt perderam, respectivamente, duas e uma criança.

A situação da criança na Colônia Alemã de São Leopoldo deve ter seu estudo continuado. Importante fonte para esse estudo são os livros de registro de Batismos, Casamentos, Confirmações e Óbitos da Comunidade Evangélica de São Leopoldo. Eles nos trazem dados a respeito de doenças infantis, da mortalidade entre crianças e são reveladores sobre a situação da menina. Para muitas delas, a infância terminava

precocemente. Entre 1824 e 1844, 8 das noivas tinham 14 anos e 16 delas 15 anos de idade. Em dois casos extremos, uma delas tinha 11 anos de idade, a outra 13 anos: tráfico de crianças (?!) Estamos cientes de que estes dados não dizem tudo a respeito da criança. Nada dizem sobre seus folguedos, sobre os seus brinquedos, se é que estes puderam acompanhar a bagagem da família. Certo é que notícias sobre a sorte dos emigrantes chegaram à Alemanha, levando familiares a seguir o exemplo dos primeiros. Outras notícias levaram à publicação de livros, um deles, inclusive, destinado a crianças, no qual a emigração é desaconselhada em razão das dificuldades a serem enfrentadas.

3. O livro infantil

Em 1828, Amalia Schoppe, nascida Weise (1791-1858) teve publicado pela Editora de C.F.Amelang, em Berlim, o livro *Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha, nebst noch andern moralischen und unterhaltenden Erzählungen für die geliebte Jugend von 10 bis 14 Jahren*. Às crianças são colocadas as razões da emigração que está ocorrendo e que leva incontáveis pessoas a procurar em outros continentes "alimentação e a subsistência necessária". Muitos foram iludidos, pois ao invés de encontrar melhor sorte passaram fome, miséria e experimentaram escravidão. Outros experimentaram maravilhas. Esta situação é apresentada de maneira exemplar nas experiências da família de "pai Riemann", viúvo, agricultor endividado e sem perspectivas, de Würtemberg, pai de duas filhas e de dois filhos que emigram para o Brasil. Louvada é a virtude (Tugend).

A autora deve ser incluída no rol de mulheres escritoras do século XIX. Nascida em Burg, na Ilha Fehrmann, fundou e dirigiu escola para meninas em Hamburgo. De 1842 a 1845 residiu em Jena, voltando então a residir em Hamburgo. Em 1851 transfere-se para os Estados Unidos, onde reside filho seu, e funda escola para crianças alemãs. Falece em 1858 próximo a Nova Iorque. Autora de mais de 180 títulos, o livro "Die Auswanderer nach Brasilien...", sua publicação de 1828, teve sua segunda edição alemã em 1852 e traduções para o Checo e o Francês. Sem jamais ter estado no Brasil, as informações que pôde colher sobre a emigração de alemães e as condições, nas quais se encontraram no Brasil, são

bastante ricas. Mesmo assim, na Alemanha há informações sobre emigrantes que se dirigiram ao Brasil, em maior número, desde 1818. Residindo em Hamburgo, tem informações muito próximas, pois de Hamburgo partem imigrantes e nesta cidade o Major Jorge Antônio von Schaeffer tem sua principal base de recrutamento de emigrantes e de soldados para o Brasil. Além disso, tem conhecimento das condições que estão levando pessoas a emigrar, da febre de emigração, da exploração que acontece nos navios, das condições em que são transportados os migrantes, da morte de migrantes e das condições reinantes no Brasil, onde nem todas as promessas governamentais são cumpridas. Na obra, fica evidente a postura da autora frente à escravidão, da qual se mostra feroz crítica. Mesmo que não se tenha conhecimento oficial da venda de imigrantes europeus em mercado de escravos no Brasil, sabe-se que muitos viveram em condição de semi-escravidão, mormente na Província de São Paulo, se bem que em período posterior ao que a autora está descrevendo[11]. Charges publicadas na Alemanha, ao longo do século XIX, apresentam alemães como animais de tração, puxando carroças no Brasil[12]. As informações de que a autora dispõe sobre o vale do Jequitinhonha devem ter sido tomadas de Maximiliano Príncipe von Wied-Neuwied, o qual entre 1815 e 1817 realizou pesquisa no litoral do Rio de Janeiro, Espírito Santo, seguindo, em Minas Gerais, o curso deste rio[13].

O texto de Schoppe tem não só finalidade informativa, mas também formativa. Sua narrativa serve de lastro para seu objetivo maior: a narrativa moralizante, através da qual quer que se veja que a pessoa virtuosa, temente a Deus sempre encontra possibilidades de sucesso. Temos aqui tônica do Romantismo, da Restauração. Passados os horrores da Era da Razão, em que a revolução sangüinária foi exportada para toda a Europa, é tempo de restaurar, de retornar aos tempos anteriores à Revolução Francesa, quando havia pessoas virtuosas, tementes a Deus. Estamos convictos de que o discurso presente da obra de Amalia Schoppe é importante orientação para se compreender o discurso que, posteriormente, encontraremos, por exemplo, nas cartilhas preparadas para os filhos dos imigrantes no Brasil.

---

[1] Doutor em História da Igreja Pela Universidade de München. Professor no PPGH da UNISINOS/RS.
[2] Cf. SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859.* Tradução e apresentação de Martin N. Dreher. 2ª ed. São Leopoldo e Porto Alegre: Ed. UNISINOS e EDIPUCRS, 2003, p. 61-64.
[3] BORCHERS, Elisabeth e Koeppen, Wolfgang (eds.). *Deutsche Märchen*. Frankfurt/Main: Insel Verlag, 1979, p. 1.
[4] Cf. PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: S. Terezinha, 1934, p. 83-89.
[5] WEYRAUCH, Cléia S. Pioneiros Alemães de Nova Filadélfia. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 256-257.
[6] ROTHE, Max. 100 anos de Colonização Alemã em Teófilo Otoni Minas Gerais. Ijuí: Michaelsen, 1956, p. 50.
[7] Os dados têm por base o Livro de Batismos número 1 e o Livro de Casamentos número 1 da Comunidade Evangélica de São Leopoldo/RS.
[8] Sexualidade, casamento e reprodução, in: *Revista Brasileira de Estudos de População,* São Paulo, v.5, nº 2, jul./dez. 1988, p. 63-82.
[9] Cópia encontra-se no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros da UNISINOS.
[10] Original no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Unterthänigst gehorsamste Beschwerde von Seiten der von Rio Janairo nach Porto Negre gehenden Colonisten. Seguimos tradução de HUNSCHE, Carlos H. O Ano 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 250-252.
[11] Cf. p. ex. a obra de ALVES, Débora Bendocchi. Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2000.
[12] FREEDEN, Hermann von e SMOLKA, Georg. Auswanderer. Bilder und Skizzen aus der Geschichte der deutschen Auswanderung. Leipzig: Bibliographisches Institut [1937], p. 96.
[13] OBERACKER, Carlos H. A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira. Rio de Janeiro: Presença, 1968, p. 255.

Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: O processo de modernização e intervenção do Estado Autoritário*

Considerações sobre o golpe militar-civil na cidade de Teresina

Marylu Alves de Oliveira**

Orientador Profº Dr. Francisco Alcides do Nascimento***

Estudar a ditadura militar esta em voga. Quase diariamente quando ligamos a televisão ou lemos jornais encontramos pessoas dispostas a contarem suas aflições enquanto presos ou exilados políticos. Poucos são os que foram ligados ao regime que tem a coragem de falar abertamente, pois o que nos é apresentado, atualmente, é uma sociedade organizada que, através dos meios de comunicação, diz execrar os indivíduos e as atrocidades cometidas durante a ditadura. Essa sociedade também tenta recuperar a documentação oficial do período ditatorial no intuito de conceder a toda população acesso irrestrito a documentos confidenciais guardados pelo exército desde o golpe de 1964. Porém, esta campanha tende a apontar e a refletir os acontecimentos do período militar pós-64 de uma forma superficial e ao tentar conjecturar a ditadura desta forma, carregamos, implicitamente, alguns pontos. O primeiro é a tendência a sempre refletirmos o período a partir do paradoxo Estado e oposição, como se houvesse uma homogeneidade de atuações. O segundo é a necessidade de negar a participação da sociedade na legitimidade do golpe, pois é desta forma que sempre justificamos o "*todo poderoso Estado Autoritário*", infalível na caçada ao inimigo interno, homogêneo nas suas administrações e bem distante do povo.

O objetivo fundamental do presente artigo é analisar o processo de modernização na cidade de Teresina em face da implantação e consolidação do golpe militar de 1964. Para tanto, buscamos problematizar as relações entre Estado e Sociedade, como instrumento de

* Este trabalho esta sendo apoiado pelo Programa de Incentivo ao Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC - UFPI

** Autora e aluna do curso de Licenciatura Plena em História da UFPI / bolsista – PIBIC - UFPI

*** Orientador e professor do Departamento de geografia e história da UFPI

análise, bem como o complexo mecanismo de dominação e suas possíveis conseqüências no desenvolvimento da capital do Piauí. Para alcançar o objetivo traçado é necessário obter a compreensão do impacto do golpe no Estado e captar as representações da sociedade diante da situação de atraso e miséria generalizados, e, por fim, o papel dos governantes na época. O recorte estabelecido para a pesquisa vai de 1963-1968, momento que envolve a administração de Petrônio Portella, período que também abrange a totalidade do golpe e sua consolidação no Estado do Piauí, consolidação esta, marcada pela construção do maior conjunto habitacional feito no Piauí, até aquele momento: parque Piauí, que no período da ditadura serviu para legitimar o golpe entre a população mais pobre da cidade.

Contrariando a visão superficial que analisa o Estado Autoritário, que se instalou no Brasil pós-64, como um sistema uniforme, compreendemos que cada administração neste período teve a sua particularidade, no entanto é perceptível que o processo democrático foi excluído de todas elas, isto não só nas administrações federais, em nível local esta observação também é válida.

Percebemos o golpe militar de 1964 e sua consolidação no Estado do Piauí, em especial em Teresina, a partir de *três fatores essenciais que tentam relacionar a situação da cidade aos aspectos políticos que concretizaram o golpe civil-militar*: O primeiro aspecto parte da difícil situação da população teresinense nas décadas de 1950 e 1960, como afirmou o ex-governador do Estado, Helvídio Nunes:

> *Cidade pequena, pessimamente iluminada, com deficiente e precário serviço de abastecimento de dágua, sem asfalto, sem esgoto sanitário, sem comunicação, Teresina era o retrato da pobreza e do atraso do Piau1*[1].

Porém para refletir a situação de Teresina é preciso entender a percepção do piauiense sobre o seu Estado.

Em 1960, com a promessa de solucionar os problemas do nordeste e torna-lo tão desenvolvido quanto o sul do país, Jânio Quadros fez sua campanha presidencial, com grande repercussão no Piauí.[2] As disparidades regionais que se evidenciavam faziam com

que o Piauí se sentisse, neste quadro, como parte do processo de atraso, e se percebesse como o Estado mais pobre da federação. No discurso do Senador Leônidas Melo em 1959, proferido quando chefes do poder público se reuniam para elaborar estratégias de ação para OPI – Operação Piauí[3], o político deixa bem claro como os piauienses percebiam seu Estado com relação às outras áreas do país:

> *Visivelmente empolgado, o Senador Leônidas falou durante vinte minutos sobre a "situação dramática, melhor dizendo, quase trágica em que se debate o Piauí". Disse ser o Piauí o Estado "mais pobre, mais esquecido, mais abandonado, mais desprezado pelo governo federal".(...) Mais adiante disse que se o Piauí fosse reivindicar tudo o de que necessita não sobraria vez para mais nenhum outro Estado, "pois êle não tem nada e dêssa nada tudo o Govêrno lhe toma para beneficiar as regiões do sul do País que lá estão bem desenvolvidas (...) (sic).*[4]

O discurso do senador Leônidas Melo só reforçava a idéia do Piauí como um Estado atrasado e sem importância no cenário nacional, ressaltando, ainda, a importância e o desenvolvimento do sul do país em detrimento a outras regiões.

Esse desenvolvimento distorcido deixa o Estado suscetível a governantes que se valiam da situação de atraso para proferirem discursos inflamados pelo desenvolvimento e progresso. Porém nada de concreto se efetivava para a melhoria da condição de vida da população, que cada vez mais deixava o campo para ocupar o espaço das cidades.

Até meados de 1940 o Piauí possuía uma população predominantemente rural, cerca de 85% da população do Estado[5]. A partir da década 1950 houve um aumento na procura pelos núcleos urbanos, sendo que, os quatro maiores núcleos do Estado, Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, juntos concentravam mais de 2/3 (84,2% em 1970) da população piauiense.[6] Teresina acabou se tornando um ímã que atraiu, a partir da década de 1960, pessoas de várias partes, de dentro e fora do Estado, tendo um aumento significativo da sua população que, na década de 1950, era de 51.418, passando para 98.329, na década de 1960.

A capital do Piauí, nas décadas de 1950 e 1960, não conseguia oferecer, de forma satisfatória, aos seus habitantes serviços básicos como de abastecimento d'água,

fornecimento de luz, redes de esgotos e funcionamento de telefones; serviços que eram símbolos do progresso para uma capital.

Faltavam produtos de primeira necessidade, tais como a carne e café. O crescimento da população fez com o sistema de abastecimento de água, luz e telefone se tornassem cada vez mais obsoleto. No entanto é justamente nesse período em que são intensificados os discursos desenvolvimentistas e de modernização proferidos em âmbito nacional. A construção de Brasília foi traduzida como inicio de uma era modernizante no Brasil. Juscelino Kubitschek, presidente de sonhos fausticos, cujo objetivo era fazer o Brasil crescer "cinqüenta anos em cinco", só reforçava na população da capital piauiense a necessidade de melhoramento da infra-estrutura básica (energia elétrica, abastecimento de água, transportes e alimentação).

Mas havia aqueles que defendiam também o embelezamento da cidade. A necessidade de melhoramento na condição de vida da população de Teresina fez com que o discurso desenvolvimentista refletisse no imaginário da sociedade como todo, mas muito especialmente naquele segmento social que pensava ser o condutor dos destinos do povo.

No segundo aspecto, percebemos que o Piauí, desde a sua fundação, foi governado por uma pequena parcela da sociedade, onde se destacavam os proprietários rurais, os comerciantes e profissionais liberais cooptados de diversas formas. Desejando manter seus privilégios em detrimento da grande maioria da população e, principalmente, em meio a uma onda de reformas assumidas pelo governo brasileiro na década de 1960, os discursos anticomunistas foram construídos no sentido de legitimar o poder desta elite política, intelectual e econômica, mas também no sentido de descaracterizar, ou melhor, desmontar, qualquer iniciativa que tivesse a participação ou fossem originadas nas camadas populares.

O Piauí na década de 1960, assim como em todo o Brasil, viveu sobre o medo constante da ameaça comunista. Os jornais de maior circulação no Estado deixavam bem claro que em qualquer momento o País seria atacado pelos "subversivos leninistas-marxistas-trotskyquistas". A Guerra Fria estava presente no imaginário da sociedade, como

se a cada instante o famoso botãozinho que existia na União Soviética e nos Estados Unidos fosse apertado e o mundo acabaria como um estalar de dedos. O jornal "Folha da Manhã", que circulava em Teresina, trazia sempre como reportagem de capa uma notícia deste confronto internacional, era mais fácil encontrar no jornal como tinha sido o dia do presidente dos Estados Unidos, do que o dia do prefeito de Teresina, Hugo Bastos.

Os jornais de grande circulação em Teresina, como o jornal "O Dia" e o "Folha da Manhã", no período pré-golpe, faziam manifestações a favor da democracia e contra o socialismo, pois este era visto como a limitação das liberdades individuais. Essa campanha era promovida por intelectuais como o Presidente da Academia Piauiense de Letras, profº Simplício de Sousa Mendes e o também profº Benedito Lima, e traziam em sua essência mensagens como esta proferida pelo Profº Benedito Lima:

> "Em nosso comentário anterior, reprovamos os abusos, as maldades e as tapeações dos INIMIGOS DA PAZ, aqueles que se consideram falsos patriotas e perigosos vigarista Os mesmos que desejam vender nossa PÁTRIA aos comunistas.- Voltamos com o mesmo assunto, porque devemos deixar bem claro que os nossos comentários não atingem os homens de bem, os bons administradores e os que amam a DEMOCRACIA. – Fazemos campanha direta aos que vivem às escondidas usando máscara venenosa e velhaca da embromação e da falsidade. – Aqueles que realmente se aproveitam da miséria dos mais necessitados para as suas conquistas criminosas. – Eles são de fato sabidos e se mostram amigos da coletividade e melhores defensores do país. São também oportunistas e atrapalham os bens intencionado". [7]

Para validar seu poder junto à população, em sua grande maioria católica, os políticos e intelectuais utilizavam a moral cristã, a fé e Deus para repelir os ideais comunistas no Estado.

E por fim, ressaltamos os aspectos políticos que legitimaram o golpe, destacando, desta forma, um político que vai se tornar figura de destaque no período militar, não só no Estado, mas no país: Petrônio Portella. Tornou-se popular em Teresina ao governá-la entre 1959 e 1963. Nesta ocasião, elaborou um programa que financiava a aquisição de telhas para quem possuísse casas cobertas com palha de coco babaçu, dando prosseguimento a um processo de embelezamento do espaço urbano, iniciado de forma

violenta na interventoria Leônidas Melo (1937-1945). Durante o governo de Melo casas cobertas com palha foram queimadas, sem que o governante conseguisse explicar à sociedade a autoria dos incêndios. Mesmo desta forma, os governantes não conseguiam resolver o problema das casas de palha na capital.

Petrônio Portella elegeu-se governador do Estado em 1963, pela coligação UDN – PSD, porém apoiava o Presidente João Goulart que era do PTB. Esta atitude aparentemente contraditória era freqüentemente citada pelos cronistas da época, sempre especulando uma saída de Petrônio do seu partido. Após o golpe, apesar de ter se posicionado contrário a "revolução", continuou no poder e se tornou uma das figuras piauiense de maior destaque no cenário nacional, indicando o seu sucessor na administração do Estado e participando da escolha de nomes para governar no Piauí durante a ditadura militar. Quando analisamos a conjuntura política em que se instalou a ditadura militar no Piauí, nem conseguimos visualizar como esta se deu de uma forma rápida, sem conflitos e sem contestação a nível federal. Para ser mais preciso o ambiente estava muito mais apropriado para confrontos políticos do que para cooptação. Porém Petrônio foi avaliado como um bom administrador e estrategista capaz de conseguir vários recursos para o Estado e de fazer acordos que resultaram em benefícios para o Piauí. Através dessas articulações políticas transformou-se em esteio da ditadura militar no Piauí, não no sentido de propagador dos ataques aos subversivos ou a corrupção, mas pelo fato de ter se valido da ditadura para consolidar a sua carreira política com o apoio de um grupo local que fincou raízes na administração estadual, permanecendo até os dias atuais. Conseguiu aniquilar da percepção popular a lembrança de ter sido um político ligado ao regime militar. E é percebido como o único político piauiense que, se não tivesse morrido, seria o primeiro presidente civil, com o fim ditadura militar.

Estes três aspectos que visualizamos fogem das analises massificadas de Estado Autoritário versus Oposição, na verdade, estes pontos têm como principal objetivo analisar as articulações políticas que legitimaram o golpe militar de 1964 em Teresina e ressaltar o papel decisivo da situação da cidade de Teresina para legitimação do golpe.

A instauração do Estado Autoritário no Piauí em 1964 foi marcada por questões similares àquelas observadas no restante do país. A elite política teresinense às vésperas do golpe militar viu-se dividida em duas vertentes distintas e antagônicas. De um lado as tendências de direita, que criticavam as medidas socialistas de Jango, de outro lado, a esquerda pró-reformas, que apoiava o governo Goulart.

Porém as linhas divisórias entre as duas vertentes eram por demais flexíveis. Exemplo disso foi a manutenção de Petrônio Portella na chefia no executivo estadual. Portella dois dias antes do golpe declarava seu apoio à Goulart, e, no entanto manteve-se como governador.

Teresina viveria nos anos seguintes a eclosão do golpe, uma forte intervenção estatal no sentido de inseri-la no rol das cidades modernas. Dessa forma, Estado e sociedade traçaram uma trama de relações que culminou numa reestruturação do espaço urbano, notadamente em sua questão habitacional, pois foi nesse período que houve a criação de grandes conjuntos habitacionais na periferia da cidade.

Notas

1 NUNES, Helvídio. **Tempos de Política.** Teresina**.** Alínea Produções, 1996, p.15.

2 Jornal Folha da Manhã, Teresina, Ano III, 16 de janeiro de 1960, nº 624, p.01.

3Operação iniciada no governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959 – 1962) que tinha como principal objetivo explorar os recursos naturais do Estado.

4 Piauienses Não querem que seu Estado continue sendo o “Primo Pobre” lançam OPI. Jornal Estado do Piauí, Teresina, Ano XXXI, 05 de março de 1959, nº 119 p.07

5LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE:** Uma história por habitação popular. Teresina. EDUFPI.1996, p. 18.

6 MARTINS, Agenor de Sousa e et al. **Piauí:** Evolução, realidade e desenvolvimento. 2ªed. Teresina – Fundação Cepro, 2002. p.172

7LIMA, Benedito. **Cultivando a democracia.** Jornal O Dia, 12 de março de 1964.p.03

Movimento Estudantil e Conselho Universitário UFBA (1964-1969): negociação e conflito

Mauricio Brito – PPG-UFBA

mafbrito@yahoo.com.br

A presente comunicação tem como objetivo central apresentar algumas reflexões desenvolvidas em uma pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada *´Capítulos da História do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)´,* defendida no Programa de Pós-Graduação em História UFBA.

I.

No imediato pós-golpe de 1964, a cruzada contra a "subversão" encontrou terreno social na UFBA. O Reitor e alguns diretores de Faculdades atuaram em sintonia com o discurso golpista. Na primeira reunião do Conselho Universitário após o golpe, aprovou-se a seguinte moção:

> O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964[1].

Esta moção é um indício de que segmentos com expressão institucional interna à UFBA estabeleceram com o golpe militar uma relação baseada no *colaboracionismo*. Outros setores tinham posição crítica, mas foram pragmáticos, preferindo "esperar tempos melhores". E teve

também aqueles que, embora críticos do autoritarismo, se curvaram a ele apoiando uma política ´modernizante´ do governo militar em relação à universidade.

Houve ainda setores que, nos momentos iniciais, tenderam a apoiar o golpe sem que isso significasse alinhamento automático. Com a evolução do *golpe* para um *regime militar*, alguns atores passaram a desenvolver críticas mais abertas. É tanto que, no clima dos intensos conflitos de 68, a Associação dos Professores Universitários (APUB) foi criada - embora com vida curta devido ao AI-5.

II.

No dia posterior ao golpe, muitos estudantes fugiram; outros tentaram refúgio na residência – o que não significou nenhum ´porto seguro´. A residência do universitário seria um dos principais territórios vistos pela repressão como foco de opositores. No dia 2 de abril, ela foi invadida. Todos os estudantes foram presos - mesmo aqueles que não eram engajados no cotidiano do ME. Até funcionário da universidade que estava em trajes civis foi parar atrás das grades. É possível imaginar a ira da repressão!

A invasão de unidades da universidade ficou registrada na memória de muitos estudantes. Uma das entrevistadas disse que “invadiram a Politécnica. Apreenderam tudo inclusive um livro capa vermelha chamado de *A Resistência das Massas*. Na realidade um livro de construção civil”.

Anedotas sobre a ação da repressão apareceram em diversos relatos. Talvez não sem razão. As pesquisas mostram que, naquele período, o aparato repressivo da ditadura - incluindo o serviço de inteligência - estava apenas se montando. Somente anos depois viria a ser aperfeiçoado, a ponto de existir uma *comunidade de informações* para a luta “anti-subversão”, incluindo agentes especializados no combate a algumas organizações de esquerda[2].

O golpe de 1964 pegou o ME universitário de surpresa. O principal esboço de reação foi realizar assembléias nas faculdades para avaliar o que poderia e deveria ser feito. Em

contrapartida, a orientação da reitoria foi esvaziar e fechar as faculdades. Mas essa medida não foi implementada sem resistência. Um dos entrevistados disse que "na Faculdade de Direito, chegamos a realizar uma assembléia com muitos estudantes [...]. Porém, a certa altura, estávamos cercados pela polícia e tivemos que nos dispersar".

Um relato nos informa que as notícias eram contraditórias confirmando ter havido certa expectativa de resistência regional. Segundo o entrevistado

> Houve uma tentativa de resistência armada em Cruz das Almas. Os estudantes se mobilizaram, reuniram armas de fogo e coquetel molotov. Pensamos em assaltar o tiro de guerra e começar uma resistência, mas tudo isso era em função de existir resistência em Feira de Santana onde Pinto (Francisco Pinto) era prefeito e em Vitória da Conquista onde Pedral era prefeito, mas como não houve resistência então nós nos desmobilizamos e aí cada um procurou se esconder.

Com pouca articulação, as tentativas formuladas de resistência ao golpe por parte do ME não passaram de expectativas ou ações de setores militantes, sem maior repercussão social ou força política. De todo modo, ela é sintoma de um fenômeno nacional, qual seja, a falta de recusa ativa de resistência dos estudantes ao golpe militar. Segundo um pesquisador:

> Existem indícios suficientes para afirmar que a massa dos estudantes foi tomada por uma certa paralisia no momento do golpe [...]. Com isto não se está dizendo que a massa dos estudantes apoiou o golpe de 64, mas que não existe evidência de recusa de massa do movimento estudantil ao golpe. Ao contrário, existem alguns sinais de que a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por todo aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar[3].

III.

Sem forças para resistir, muitos estudantes foram presos e/ou foram cassados. Desse modo, desencadeou-se uma *operação limpeza* no ME e setores afinados com os golpistas

assumiram a direção de muitas entidades estudantis. É possível afirmar que o golpe de 64 representou uma descontinuidade para o ME em termos de ativismo político, haja vista que as principais lideranças deixam de participar do ME no pós-64.

A lógica que presidiu a relação Estado/ME foi de 'depurar' as entidades da 'influência subversiva' e, ao mesmo tempo, fechar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Para tanto, além de prender muitos estudantes, o regime utilizou Inquéritos Policiais Militares para indiciar ativistas estudantis e criou legislação específica visando "domesticar" as entidades estudantis. Em 9 de novembro de 1964, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a Lei no. 4464. Apelidada pelos estudantes de Lei Suplicy Lacerda ou Lei da Mordaça, essa medida extinguia a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e, em seu lugar, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e Diretório Estadual dos Estudantes (DEE). A Lei impunha o voto obrigatório dos estudantes nas eleições das entidades – além do DNE e DEE, os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCEs) -, dava poderes ao Ministério da Educação ou Conselho Federal de Educação para convocar suas reuniões e proibia manifestações de greve ou propaganda político-partidária. Em síntese, a Lei Suplicy Lacerda buscava acabar com a autonomia das entidades estudantis[4].

Contudo, a Lei Suplicy despertou reações contrárias, inclusive de setores que tinham apoiado o golpe militar[5]. Na realidade, alguns grupos eram críticos à presença dos (supostos) comunistas à frente das entidades, mas defendiam o direito à livre organização estudantil.

É desse modo que, como o ME atravessava uma fase de dispersão por conta da repressão aos dirigentes, prisões, exílios, interventorias em entidades etc., paradoxalmente, a Lei Suplicy ajudou à sua reaglutinação, em torno da palavra de ordem 'Em defesa da UNE'. Nesse quadro, o ano de 1965 é movimentado principalmente por Campanhas Contra a Lei Suplicy. Além da articulação de um Plebiscito Nacional, a UNE realizou o seu 27° Congresso, em São Paulo. Aprovou-se a criação de Diretórios Acadêmicos Livres – por fora da Lei – e o boicote às eleições oficiais[6].

É nesse cenário que, acompanhando a dinâmica de reorganização do ME nacional, os DAs da UFBA, Universidade Católica e das Escolas Independentes realizaram o Congresso Extraordinário da União dos Estudantes da Bahia (UEB). O eixo central das resoluções do Congresso foi apoiar a UNE e lutar contra a Lei Suplicy. Elaborou-se um Manifesto onde a reorganização da UNE era vista como um direito constitucional. Houve a eleição de uma diretoria provisória para a UEB.

Diferentemente da tática deliberada no Congresso da UNE - boicote às eleições oficiais , aprovou-se a participação dos estudantes nas eleições dos DAs enquadrados na Lei. Contudo, essa posição não era acrítica. Ao contrário, parece que a orientação das lideranças foi de reorganizar o ME por dentro dos DAs legalizados.

IV.

A noção que presidiu a relação da reitoria UFBA com as entidades estudantis foi de reconhecer a legitimidade do ME desde que submetido à legalidade e excluído da influência dos comunistas. Foi neste sentido que o DCE e os DAs não foram fechados *ad eternum*.

Isso possibilitou a manutenção de uma autonomia estudantil que, sob circunstâncias gerais de repressão político-cultural, de problemas materiais na Universidade e de reaglutinação de setores críticos da ditadura militar, foi importante para reorganizar um ME de oposição ao governo, com sua direção política orientada por posições de *esquerda*.

V.

Esta reorganização do ME se deu *pari-passu* à sua presença na cena pública. Se em 1965, como já foi dito, a energia desenvolvida pelo ME foi pelo direito à livre organização estudantil no âmbito interno, a partir de 1966 há uma modificação na pauta do movimento em Salvador: a luta pela liberdade de expressão passou a ser a tônica, notadamente a partir da repressão do diretor do Colégio Central à uma peça montada por estudantes secundaristas.

Em 1967, a aliança entre secundaristas e universitários se repetiu na luta contra a Lei Orgânica Estadual que abria possibilidade de instituir cobrança de mensalidades na escola pública. Os universitários compreenderam aquela medida enquanto uma "versão baiana do acordo MEC-USAID para o ensino médio" e sensibilizaram para essa causa o Reitor e Diretores de Unidades.

Já em 1968, ocorreram protestos contra a repressão do regime militar, sobretudo a partir da morte do estudante Edson Luís, no Restaurante Calabouço (Rio de Janeiro). Posteriormente, a pauta passou a ser a questão educacional seguida de uma greve contra o corte de verbas para a UFBA, contando com a simpatia da Reitoria e de muitos Diretores de Faculdades. No segundo semestre, ocorreram protestos contra a política educacional e a repressão ao 30º. Congresso da UNE. Entretanto, o endurecimento do regime em curso nacionalmente se reproduziu também na Bahia, onde a violência policial se radicalizou, contribuindo para um refluxo das manifestações estudantis.

Esse processo teve como ápice a edição do Ato Institucional no. 5 (AI-5). Segundo um pesquisador, "com o AI-5, o Brasil ingressou em um período de trevas"[7]. Essas trevas se manifestaram também no interior da UFBA onde muitos ativistas ligados ao ME foram impedidos, no início de 1969, de efetuarem matrícula na instituição. Este fenômeno foi resumido por um dos entrevistados como sendo "o AI-5 dentro da universidade".

VI.

O ME influenciou parte dos professores ufbianos, ainda que em ritmo lento. Talvez seja por isso que o ME não conseguiu conquistar aliados internos à universidade com capacidade de analisar os rumos da reforma universitária em curso. Enquanto em 1968 o ME pautou a crítica aos Acordos MEC-USAID, neste mesmo ano a UFBA foi federalizada. Diga-se de passagem, um dos marcos iniciais desse processo remonta a, pelo menos, o ano de 1965.

É lícito supor que uma das consequências da descontinuidade ocorrida no ME foi a 'emergência' de uma nova geração de ativistas que não conseguiu se apropriar da massa crítica produzida, antes do golpe, em prol da reforma universitária, e formular uma crítica mais radical à reforma universitária empreendida após o golpe militar. Exemplo nesse sentido é que a greve estudantil em 68 teve como agenda central *verbas* para a UFBA e não *modelo* de universidade. Embora as questões não necessariamente andem separadas, conclui-se que elas não estiveram juntas, pelo menos com a força social necessária. Vale sublinhar que esse aspecto deve ser contextualizado considerando que o golpe de 64 colocou uma nova agenda política para o ME.

Podemos interpretar que a principal vitória obtida pelo ME nos planos local e nacional foi ter impedido a implementação do ensino pago na universidade pública – considerado um dos principais problemas dos Acordos MEC-USAID.

Embora influenciado pela dinâmica nacional imprimida pela UNE, o ME da UFBA teve um ritmo próprio. Em alguns momentos, acompanhou a agenda nacional. Noutros, imprimiu um tom marcado por conflitos e respostas a problemas *locais*.

Ademais, por vezes a vigência de uma *dialética repressão-resistência* mostrou sua força explicativa. Não obstante esta interpretação, é razoável pensar que, em determinado momento, a repressão abafou a capacidade do ME expressar uma resistência através dos moldes anteriores – luta "aberta e de massas" . A violência do segundo semestre do ano de 1968 e o endurecimento nacional do regime consolidado com o AI-5 completaram o quadro de medo e cerceamento do direito à palavra.

Para tanto, no caso do ME na UFBA, a cassação do direito de matrícula de diversos estudantes representou um atentado à autonomia universitária, sem vozes sociais à altura para uma contraposição. A reação da universidade foi marcada pela subserviência. Além disso, esse contexto amedrontou mais ainda os descontentes, inibindo a reorganização do movimento. Por

outro, representou uma quebra de laços subjetivos de enorme repercussão para a vida de muitos estudantes.

Por último, cabe ressaltar que esse processo de intensa repressão esvaziou a representatividade do ME e consolidou um afastamento entre os setores militantes e o "estudante comum" – aquele que não era cotidianamente engajado no ME e/ou em organizações de esquerda.

---

[1] Ata Conselho Universitário UFBA, 09/04/1964.

[2] A respeito, ver D'ARAÚJO, Maria Celina (et alii). *Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; e FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

[3] João Roberto Martins Filho. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: *1964: Visões Críticas do Golpe.* Organizado por Caio Navarro de Toledo. Campinas: Editora da Unicamp, pp 75-81, 1997. p 80.

[4] POERNER, Artur. *O Poder Jovem*. 2ª Edição revisada e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

[5] MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968.* Campinas: Papirus, 1987.

[6] POERNER, Artur. *O Poder Jovem*. 2ª Edição revisada e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

[7] VELASCO E CRUZ, Sebastião C. "1968: Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira". In: *Revista de Sociologia e Política.* São Paulo, n.2, p37-55, 1994.

Corpo e Poder: a criação do Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde (1937/1945)

Dr. Maurício Parada – PUC-Rio/Universidade Salgado de Oliveira

A década de 1930 representou uma mudança nas concepções sobre o corpo e as práticas corporais como até então eram concebidas no Brasil. Apesar dos freqüentes debates promovidos por médicos e pedagogos, não havia uma política pública direcionada para a questão. Com o advento do Estado Novo multiplicaram-se as intervenções sobre o corpo do "homem brasileiro" e o Ministério da Educação e Saúde foi uma das instituições mais ativas na produção de formulações sobre o corpo. Neste processo duas idéias conduziram a construção de uma nova cultura corporal no Brasil: a preocupação com a educação física e a associação entre esporte e civismo.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos introduziu a obrigatoriedade da prática de exercícios físicos em todas as classes do ensino secundário; em janeiro de 1937, a reforma do Ministério da Educação e Saúde fez surgir a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Com a Constituição de 1937, a educação física - incluindo a formação desportiva - tornou-se obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias e para a realização deste atributo constitucional foram realizadas intervenções que transformaram a prática desportiva no país. Neste contexto a DEF passaria a ser um dos principais órgãos federais a produzir diretrizes políticas para o campo.

Nas décadas que antecederam essa ação intervencionista podemos identificar processos que se desenvolviam paralelamente no campo dos esportes e da educação física. De um lado, estava se consolidando a prática desportiva como lazer ou como competição voltada para o entretenimento das massas urbanas. Clubes e associações atléticas, desde o início do século, surgiam como expressão das diversas comunidades - bairros, grupos de imigrantes etc. - que floresciam no ambiente urbano, cada vez mais complexo, das cidades brasileiras. De outro

lado, crescia, entre os militares, médicos higienistas e pedagogos, uma preocupação em torno da prática desportiva. Estes especialistas vão produzir uma interpretação fundamentalmente moral sobre o tema, a prática desportiva como lazer inócuo para as massas ou como fonte de ganhos materiais seria condenada pelos intelectuais das escolas, dos hospitais e das casernas. Para eles o esporte e o aprimoramento físico deveriam estar relacionados a ideais muito mais elevados: seja a melhoria do tipo racial, seja a intensificação do sentimento cívico de dedicação à comunidade nacional.

Podemos acompanhar no campo das formulações morais sobre o esporte o surgimento de dois núcleos distintos de especulações sobre o tema. Em ambos, que não são necessariamente rivais, circulam categorias muito semelhantes - como raça ou consciência cívica. Seus lugares institucionais, no entanto, eram muito distintos.

Entre os militares consolidou-se uma abordagem que tratava o tema do esporte e da educação física como parte do processo de preparação do soldado para a guerra. Os jogos atléticos, pela sua dimensão conflitiva e pelo uso da estratégia e da cooperação, tornavam-se elemento indispensável para formar intelectual e fisicamente o soldado para a defesa da nação. Com estas preocupações e objetivos, o exército brasileiro adotou, em abril de 1921, através do "Regulamento de Instrução Física Militar", o método francês de educação física, reformulando a maneira de entender e realizar a prática de exercícios físicos nos quartéis. Os regulamentos de origem alemã predominaram nos quartéis até 1920, quando Arnaldo Guinle e Mário Polo publicaram um "Guia Prático de Educação Física" calcado nos princípios da escola de Joinville-le-Pont. Logo a seguir, o Decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921, aprovava o Regulamento de Instrução Física Militar calcado no modelo de Hébert, adaptado às teorias de Joinville. No ano seguinte, sob a orientação direta da Missão Militar Francesa, o regulamento entrava em plena execução. Esta substituição assinala não apenas uma mudança de métodos, mas uma nova concepção doutrinária.

Quatro anos depois, o Curso de Educação Física da Marinha passou a formar monitores para dirigir as atividades físicas nas unidades navais. Em 1929, sob forma experimental, foi criado o Curso Provisório de Educação Física e no ano seguinte foi fundado o Centro Militar de Educação Física que, em 1933, passou a se chamar Escola de Educação Física do Exército, núcleo importante na formação dos primeiros especialistas na área. Em 1932, o decreto n. 21.324, de 27 de abril, legaliza o Método Francês que vinha sendo adotado, aprovando a 1° e 3° partes do Regulamento de Educação Física.[1]

A mobilização de médicos e pedagogos com relação ao tema da educação física e dos esportes também foi muito significativa nas primeiras décadas do século XX. No que diz respeito à educação este é o momento em que surge um forte movimento de reforma das práticas pedagógicas, a Escola Nova, que fez da Associação Brasileira de Educação (ABE) um veículo para a divulgação de suas propostas. A ABE, criada em 1924, promovia campanhas educacionais, conferências e festividades com propostas de reformas regeneradoras para a população brasileira. Para os pedagogos da Escola Nova o tema da higiene foi muito importante, para eles a escola deveria ser um local para a formação de hábitos saudáveis e de cuidados com o corpo.

Médicos higienistas e pedagogos escolanovistas, entusiasmados com a capacidade civilizadora da prática escolar, encontraram na reflexão sobre a educação física um ponto comum nos seus projetos de regeneração da "raça". As perspectivas civilizacionais oferecidas pela educação física fascinaram alguns médicos e educadores deste início de século XX, produzindo uma versão científica e civil para a abordagem da disciplina, na qual a psicologia infantil, a sociologia, além da pedagogia e das ciências médicas cruzavam-se, criando um fértil campo de saberes. Os técnicos que formaram os primeiros quadros da Divisão de Educação Física do MES emergiram desta configuração específica do campo. Assim sendo, a preocupação com a formação do homem nacional, presente nos principais debates da época, foi transposta para o campo da prática desportiva e da educação física.

Mesmo contando com diversos militares, o grupo de técnicos do Ministério da Educação e Saúde não era uma extensão da Escola de Educação Física do Exército. Ao contrário, coube aos técnicos do MES a montagem de uma rede de instituições civis que permitissem a intervenção do Estado sem que isso significasse uma militarização da sociedade, que mesmo entre certos setores do exército não era vista com bons olhos.

Em 13 de janeiro de 1937, a Lei n° 378 deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde criando a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação, pela qual, de acordo com o artigo 12 "correrá a administração das atividades relacionadas à educação física". Nomeado em maio, o Diretor da DEF, Major João Barbosa Leite, sugeriu a adoção de várias medidas a serem executadas com o objetivo de ampliar as condições de atuação da DEF, entre as quais um entendimento com o Ministério da Guerra para obter a ampliação dos cursos de médicos e professores civis, na Escola de Educação Física do Exército, de modo a formar o maior número de especialistas possível, no menor prazo, e ainda o funcionamento de cursos de férias, na mesma Escola, para professores de educação física com curso desta especialidade feito em escolas estaduais e municipais, com o objetivo de uniformizar o método em todo o país

A preocupação do diretor da DEF era visivelmente a formação de quadros para a realização das tarefas sob sua incumbência, estava claro a fragilidade do campo neste momento, com poucos especialistas civis com formação adequada. A dependência das instituições militares era uma questão que deveria ser enfrentada em curto prazo, sendo o ministério capaz de formar seus próprios quadros na área da educação física. Em outubro deste mesmo ano, a Divisão de Educação Física apresentou um Plano Geral de Propaganda da Educação Física, que abrangia ações de divulgação em diversos veículos, desde o cinema até as publicações impressas, passando pela realização de concursos e a produção de cartazes. O projeto de divulgação nunca foi posto em execução na sua plenitude, apenas algumas ações

foram, ao longo do tempo, se tornando possíveis, como por exemplo a publicação do Boletim de Educação Física e mais tarde a Revista Brasileira de Educação Física.

A partir de 1938, já sob a nova constituição, a Divisão de Educação Física passou a atuar com mais autoridade e empenho. Suas ações passaram a se dirigir para algumas prioridades que se tornarão uma constante no planejamento de seus projetos de intervenção. A DEF passará a agir como um órgão doutrinário, definindo as linhas gerais das políticas públicas para a área e garantindo seu cumprimento. Entre 1937 e 1945, a DEF vai propor constantes reformas na legislação sobre a educação física, procurando transformar em lei os seus projetos; além disso, atuará como um agente formador de quadros (professores, técnicos, médicos, fisioterapeutas) e como fiscal, perante as escolas e o professorado, das normas e diretrizes doutrinárias definidas pela própria DEF.

Dentro deste quadro de montagem de uma estrutura civil criado pelo Ministério da Educação e Saúde, dois momentos são de especial relevância. Em primeiro lugar, a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil, em 1939, fruto dos esforços dos técnicos do MES. A ENEFD constituiu-se em um marco dentro do campo da Educação Física, especialmente nos moldes propostos pelo projeto nacionalista do Estado Novo. A principal tarefa desta instituição foi a formulação de um método nacional para a educação física, pois "nunca, de acordo com o temperamento do povo brasileiro, um método estrangeiro, qualquer que seja o seu rótulo, poderá ser por nós considerado nacional, da mesma forma que jamais adotaríamos uma constituição estrangeira, por melhores que fossem seus fundamentos"[2]. As referências ao *temperamento* e a definição binária entre *nacional* e *estrangeiro,* feita a partir de um exemplo político (a adoção de modelo de cidadania constitucional), demonstravam que em jogo estava a construção do "povo brasileiro" como sujeito físico e moral.

Igualmente relevante foi a criação, em 1944, da Revista Brasileira de Educação Física. Esta publicação deu continuidade ao Boletim de Educação Física, que reunia a produção dos

técnicos do ministério. O Boletim trazia as conferências, relatórios, editais e sumariava as ações desenvolvidas pela Divisão de Educação Física; sua circulação era restrita, aparecendo como uma documentação interna aos órgãos estatais. A Revista Brasileira de Educação Física tinha outro perfil - havia um projeto editorial que procurava atingir o público externo. O nome "revista" era muito apropriado, suas capas eram ilustradas, havia publicidade nas suas páginas (Casas Pernambucanas, Maizena, lojas de artigos esportivos etc.), ao mesmo tempo em que eram publicados artigos de especialistas, estudos e relatórios dos técnicos da estrutura civil de atuação na área de educação física.

Inezil Penna Marinho, o principal intelectual entre os inspetores da DEF, fez uma avaliação da progressiva montagem da rede de instituições ligadas à Divisão de Educação Física entre 1937 e dezembro de 1944 em conferência realizada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa a convite do Instituto Nacional de Ciência Política e transcrita pela Revista Brasileira de Educação Física. Segundo o autor, a educação física no Brasil "progrediu muito nos últimos sete anos", mas o número de técnicos e professores ainda seria insuficiente para as tarefas que a eles se impunham. Impactado pelo envolvimento do Brasil na guerra, Marinho estava convencido de que a educação física era parte essencial do esforço das nações para alcançar a vitória. A guerra não seria travada apenas por máquinas, mas também, e principalmente, por homens que tivessem resistência física e coordenação neuro-muscular para operá-las. Cada professor de educação física seria responsável pela formação dos possíveis soldados da nação desempenhando, assim, um papel importante na segurança do país. O próprio professor de educação física deveria estar convencido de sua importância como um "soldado do Brasil, soldado que luta não apenas em tempo de guerra, mas também na paz , soldado que luta sempre, incessantemente, com o fim de tornar o Brasil de nossos filhos e netos mais forte que os dos nossos pais e avós"[3]. Com esta missão a cumprir seria um imperativo a constante e incessante formação de técnicos e profissionais da área. Em seu texto

Marinho relatou os principais “progressos” na montagem desta rede de instituições dedicadas a formar e operacionalizar a intervenção “missionária” dos especialistas em educação física. [4]

Acompanhando as palavras de Marinho, o conselho editorial da Revista Brasileira de Educação Física publicou diversas matérias relatando a fundação de algumas destas escolas. A Divisão de Ensino Industrial do MES contava, em 1944, com cerca de vinte escolas, seis delas construídas no ano anterior. Como parte das comemorações pelo aniversário do Estado Novo, Vargas inaugurou em novembro de 1943 a Escola Técnica de Pelotas, considerada um estabelecimento modelar. A descrição feita pela revista do que seria e escola dava ênfase a sua arquitetura e no modo como este ambiente estava destinado a “influir na educação para a saúde”. A escola tinha capacidade para 500 alunos, o que chamava a atenção, segundo o texto, eram suas dependências médicas e desportivas ou todas as áreas dedicadas ao trato do corpo do estudante. Os gabinetes médico e dentário, a enfermaria, o dormitório, os banheiros e o refeitórios estavam dotados dos mais recentes modelos de aparelhos e com as melhores condições de higiene e conforto. A prática da ginástica e do esporte, por sua vez, tinha instalações completas. O texto termina seu relato afirmando que as escolas técnicas correspondiam ao programa educacional do Presidente Vargas por formar o homem nacional não somente ensinando os saberes técnicos e as letras, mas também formando-o nas suas dimensões “física e moral, eugênica e cívica” [5] .

Vemos que a expansão do campo de intervenção ia para muito além das escolas técnicas. A atuação sobre o campo dos esportes também foi intensa. O Estado brasileiro, desde 1937, passou a intervir organizando, apoiando e regulamentando os esportes universitários; incentivando o amadorismo e colaborando na construção de grandes estádios. Os clubes profissionais, vistos com reservas, obtiveram algumas facilidades fiscais e subvenções indiretas. À Divisão de Educação Física coube a organização dos campeonatos colegiais de natação, atletismo , voleibol e basquetebol, além do apoio às iniciativas de alguns governos municipais na organização de competições de educação física entre as escolas.

Como relatou Marinho, a "missão" destinada ao profissional de educação física era extensa, em jogo estava o futuro da nação.. Não se tratava apenas do aprimoramento físico de um indivíduo, mas da melhoria da "raça" e da regeneração da comunidade nacional de sua fraqueza histórica. Para tanto, muitos "missionários" deveriam ser formados.

Analisar alguns aspectos da formação e da atuação deste grupo de intelectuais/burocratas é fundamental para entendermos as concepções encenadas nos desfiles e celebrações públicas realizadas durante o Estado Novo. As grandes cerimônias cívicas produzidas durante esse período voltadas para a juventude foram – na maioria das vezes – lideradas pelos professores de educação física, tanto civis como militares, nesses eventos, onde os temas da eugenia, da segurança nacional se faziam presentes numa pedagogia publicamente espetacularizada, o jovem "sadio", "disciplinado" e "nacional", era apresentado como condição da modernização do país. As novas disciplinas escolares – entre elas a educação física - e também as práticas médicas dirigidas à criança compunham um conjunto de estratégias voltadas para a pacificação e a disciplinarização de uma parte da população que, uma vez ordenada, poderia garantir, no futuro, a estabilização do regime e a criação de uma sociedade moderna. O encontro entre a educação física e a prática desportiva com a propaganda política nos permite transitar para um campo em que as preocupações com o corpo físico tornam-se preocupações com a formação do corpo cívico. Nas cerimônias cívicas a Educação Física torna-se uma disciplina moral, fornecendo subsídios para a construção de valores públicos e coletivos como as idéias de disciplina, solidariedade com a comunidade nacional, ordem, saúde e modernidade.

---

[1] Inezil Penna Marinho. "O conceito bio-sócio-psico-filosófico da Educação Física em oposição ao conceito anátomo-fisiológico" IN *Revista Brasileira de Educação Física.* Ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Ed. A Noite.Fevereiro de 1944. p 34

[2] *Revista Brasileira de Educação Física.* Ano I, n. 7. Rio de Janeiro: Ed. A Noite. Julho de 1944.

[3] ibid. P5

[4] Inezil Penna Marinho. "O Estado Nacional e a Educação física" IN *Revista Brasileira de Educação Física.* Ano I, n. 12. Rio de Janeiro: Ed. A Noite. Dezembro de 1944. p. 2

[5] *Revista Brasileira de Educação Física.* Ano I, n. 12. Rio de Janeiro: Ed. A Noite. Fevereiro de 1944. p. 2

Ivolino de Vasconcellos e a Revista Brasileira de História da Medicina: um estudo de caso sobre a historiografia da medicina no Brasil (1949-1970)

Mauro Amoroso

Introdução

O presente artigo resulta de minha pesquisa sobre o Instituto Brasileiro de História da Medicina e seu fundador e idealizador, o médico Ivolino de Vasconcellos. O Instituto foi fundado em 30 de novembro de 1945, e se tornaria sede da Federação Nacional de História da Medicina e Ciências Afins, sendo o período de sua fundação caracterizado, no Brasil, por uma História da Ciência em fase de consolidação, ainda praticada, majoritariamente, por cientistas interessados em estudar o surgimento de suas respectivas áreas. Em 1949, o Instituto lançaria a Revista Brasileira de História da Medicina, com o objetivo de impulsionar a produção na área da História da Medicina, além de produzir registros históricos sobre o Instituto e a Federação. A Revista Brasileira de História da Medicina constitui-se na principal fonte de minha pesquisa, encontrando-se seus artigos indexados em planilhas específicas inseridas na Bibliografia Brasileira de História da Ciência (BBHC), e sua análise quantitativa e qualitativa permite o vislumbramento de uma caracterização da produção historiográfica de Ivolino de Vasconcelos e dos membros da Federação Nacional de História da Medicina e Ciências Afins.

O presente artigo objetiva caracterizar e debater a conceituação de História da Medicina para os membros do Instituto Brasileiro de História da Medicina, principalmente Ivolino de Vasconcellos, e da Federação, bem como analisar o caráter e a repercussão desse movimento e de suas realizações, a fim de situá-lo, levantando, também, questões relativas a seu alcance e importância, no campo da História da Ciência no Brasil.

O projeto no qual minha pesquisa se insere, "As ciências e sua história: uma análise bibliográfica", coordenado por Alfredo Tiomno Tolmasquim, visa mapear e conceituar a História da Ciência no Brasil, através, principalmente, do levantamento e análise de sua produção bibliográfica. Através de tal levantamento está sendo construída a Bibliografia Brasileira de História da Ciência (BBHC)[i], que se constituirá em importante instrumento para divulgação, difusão internacional e consolidação da produção bibliográfica brasileira no campo da História da Ciência. A divulgação internacional da produção bibliográfica brasileira no campo da História da Ciência se deverá ao fato da construção da BBHC fazer parte de um projeto de produção de redes supra-nacionais de informação em história da ciência e tecnologia, que visa a constituição de uma base internacional denominada *International Bibliographical Database n History of Science, Technology and Medicine*, coordenada pela *Commision on Bibliography and Documentation* da *International Union of History and Philosophy of Science*.

História da Ciência no Brasil

As primeiras produções envolvendo História da Ciência elaboradas no Brasil datam do século XIX, e pode-se perceber que tal atividade era complementar ao trabalho científico, e abordava, basicamente biografias, relatos de instituições e/ou eventos científicos[ii]. Exemplificando tais produções temos: Ladislau Neto, *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional* (1870), Louis Couty, *O ensino superior no Brasil*, Gazeta Médica da Bahia (1884) e A. Goeldi, *Algumas notícias sobre a vida de Alexandre Rodrigues Ferreira*, Revista da sociedade de Estudos Paraenses, t. 1, fasc. III (1894), dentre outros.

No início do século XX, oito anos antes da fundação do Instituto Brasileiro de História da Medicina, deu-se a primeira tentativa de organização institucional da História da Ciência no Brasil, com a fundação da Academia Brasileira de História da Ciência (1937), formada por cientistas, e com pretensões de inserção da História da Ciência

produzida no Brasil em um âmbito internacional, graças à sua ligação com a Academie International d'Histoire dês Sciences. Já aquele que é considerado o marco da historiografia da ciência no Brasil se deu em 1955, com o lançamento da coletânea de artigos, elaborados por cientistas contando a história de suas áreas, organizados por Fernando de Azevedo, *As ciências no Brasil*. Algumas cátedras em História da Ciência começaram a surgir em algumas universidades já na década de 60.

Na década de 70 a institucionalização da História da Ciência no Brasil deu-se a partir de um novo pólo impulsionador, devido à criação de institutos e centros de pesquisa e ensino. Tal institucionalização sofreu os ecos do processo de influência interdisciplinar, mostrado por A. M. Alfonso-Goldfarb, vivido pela História da Ciência, durante as décadas de 50 e 60, principalmente, que a aproximou das principais questões teórico-metodológicas pertinentes a outras áreas, como a Sociologia, a Antropologia, e a própria História[iii].

Eis alguns marcos da institucionalização recente da História da Ciência no Brasil: criação do Núcleo de História da Ciência e da Tecnologia da USP, juntamente com curso de pós-graduação em História da Ciência como linha de pesquisa no departamento de história (1973), criação do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP (1974), criação do Museu de Astronomia e Ciências afins (1985), criação da Casa de Oswaldo Cruz, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (1986), Criação do Centro Simão Mathias de estudos em História da Ciência da PUC-SP (1994), e do seu curso de pós-graduação (1999), criação do Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História da Ciência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996). Em 1983 foi criada a Sociedade Brasileira de História da Ciência, inicialmente com seu núcleo na USP, e a partir de 1986 tiveram início a realização de congressos nacionais a cada dois anos. Outra repercussão dessa maior institucionalização da História da Ciência foi o aparecimento de periódicos específicos, como *Cadernos de História da Ciência e Filosofia da Ciência* (1980), *Revista*

da Sociedade Brasileira de História da Ciência (1985), *Perspicullum* (1987), *Manguinhos; História, Ciências, saúde* (1994) e *Episteme* (1996).

Porém, a partir do quadro acima descrito, correspondente ao retrato mais difundido do desenvolvimento, ao longo do século XX, do campo da História da Ciência no Brasil, correlações relativas ao estudo do caso específico do IBHM podem ser abordadas. A primeira delas diz respeito à real importância da produção veiculada pela Revista Brasileira de História da Medicina, com ampla e ininterrupta circulação durante 15 anos, a partir de 1949, portanto, cerca de 6 anos anterior à obra considerada o marco bibliográfico inicial da História da Ciência no Brasil. A Revista sempre veiculou uma vasta produção em História da Medicina, além de divulgar reuniões, solenidades, palestras realizadas pelo IBHM, e/ou outros Institutos da Federação, tendo como temática, geralmente, nomes e fatos marcantes da História da Medicina no Brasil. Desse modo, a criação do Instituto Brasileiro de História da Medicina, em data relativamente próxima à fundação da Academia Brasileira de História da Ciência, e a produção veiculada pelo periódico de sua responsabilidade, além de outras realizações institucionais a serem abordadas ao longo do artigo, não o colocariam em um patamar de pioneirismo no campo da História da Ciência no Brasil, mesmo que seja de uma ciência específica, a medicina?

A concepção de História da Medicina de Ivolino de Vasconcellos e do IBHM

Antes de aprofundarmos a caracterização da ciência médica pela abordagem histórica de Ivolino de Vasconcellos e do IBHM, contudo, será traçado um breve quadro da produção científico-historiográfica presente na Revista. Ao longo de seus 14 anos de existência, além da edição especial relativa ao biênio 1969/70, a Revista Brasileira de História da Medicina publicou 103 artigos relativos ao tema da História da Medicina. Esses artigos tiveram sua gênese, em grande parte, nas palestras e debates temáticos das seções regularmente mensais do IBHM, realizadas, em sua maioria, no salão nobre da Policlínica do Rio de Janeiro. A periodicidade da Revista variou ao longo dos anos,

começando ela como uma publicação trimestral, e assim permanecendo até julho de 1956, quando tornou-se uma publicação mensal, assim permanecendo até 1958. Em 1959, a Revista circulou com periodicidade bimestral, e assim circularia, com pequenas variações, até o ano de 1963, lançando, posteriormente, uma única edição relativa ao biênio 1969/70. A Revista era enviada a assinantes e instituições científicas e culturais com as quais mantinha permuta, estando sua manutenção financeira a cargo dessas assinaturas e da negociação de seu espaço para publicidade de laboratórios farmacêuticos[iv].

Essa produção foi marcada por uma forte veia biográfica, verificada em 48% dos 103 artigos analisados, além de assuntos relativos às ciências médicas em geral. Desses biografados, observa-se o predomínio de brasileiros, 67% dos biografados, seguidos de europeus e, em menor percentagem, de cientistas da América Latina. Nota-se, também, amplo predomínio de médicos brasileiros estudados ao longo dos século XIX e XX.

Com relação à autoria dos artigos da Revista observa-se a predominância de artigos de Ivolino de Vasconcellos publicados, com uma margem de 53 artigos, ou seja, 52% do total publicado, o que resulta em uma produção individual considerável. O que confirma a Revista como um veículo de publicação do IBHM, principalmente Ivolino de Vasconcellos, é o fato da produção de Ivolino com os outros membros somadas chegarem a 77 artigos, ou 75% da produção total. A produção de Ivolino de Vasconcellos também é marcada por forte veia biográfica, privilegiando, sobretudo, médicos brasileiros dos séculos XIX e XX.

Para melhor analisarmos a concepção de História da Medicina, tem-se a seguinte passagem: "(...) a história é um duplo processo de narração e de interpretação. De narrar, que exige observação, minúcia, precisão e fidelidade. De interpretar, que pressupõe esse complet conhecimento objetivo e, à base dele, parte, então, para o conhecimento subjetivo, isto é, a interpretação profunda e casual, portanto, dos acontecimentos."[v].

Considerando a Ciência Histórica um processo de dupla face, uma narrativa e outra analítica, Ivolino de Vasconcellos possui uma concepção de narrativa semelhante à concepção de História objetiva e narrativa caracterizada por H. Kragh[vi]. A semelhança se deve, sobretudo, a atributos legados ao processo narrativo, intrínseco ao fazer da História segundo Ivolino de Vasconcellos, como "minúcia", "precisão" e "fidelidade". Tais atributos acabam por relacionar a História à concepção de reconstrução fidedigna do passado abordada por Kragh. Porém, Ivolino de Vasconcellos vai além, pois condiciona a interpretação analítica ao conhecimento objetivo, hierarquizando-os de forma que este deva ocupar posição principal no fazer da História. Dessa forma, a construção do saber factual se tornaria condição *sine qua non* para a construção do saber da História, constituído-se a reflexão analítica no passo seguinte, e, por isso, em elemento que não determina, não guia a construção prática deste saber. Essa hierarquização revela-se ainda mais clara na passagem: "uma cabal e categorizada interpretação tem de apoiar-se na precisa e exata narrativa."[vii].

Entretanto, tendo em vista a priorização de uma narrativa objetiva que se pretende totalmente fidedigna, cabe a pergunta: qual é a verdadeira função, assim como sua caracterização, da interpretação analítica perante a concepção de História de Ivolino de Vasconcellos e dos membros da Federação? A resposta para tal pergunta reside na função da Historiada Medicina perante a Ciência Médica, conforme concebida pelos membros desse movimento médico. Segndo Carl Schorske, um dos modos de "pensar *com* a História": "Implica o emprego dos materiais do passado e das configurações em que os organizamos e compreendemos para nos orientar no presente. (...) implica portanto a utilização de elementos do passado na construção cultural do presente e do futuro."[viii].

Uma das implicações dessa forma de "pensar com a História" é a utilização do passado histórico como forma de ordenar as ações do presente, tirando os ensinamentos

de acontecimentos vistos como chaves e os "grandes nomes" que deles participaram, a fim de melhor compreender o presente e orientar o futuro. Tal utilização da História como "mestra da vida", assim como sua concepção linear-evolucionista, remete a uma certa tradição iluminista, e uma de suas manifestações é, justamente, o amplo emprego de biografias, como forma de fornecer exemplos éticos e orientação para o futuro. Essa concepção e utilização da História assemelha-se com a do IHGB, instituto do qual Ivolino de Vasconcellos chegou a fazer parte, em seus primórdios[ix].

Essa utilização da História sempre esteve muito viva no IBHM, e visava claramente um "culto ao passado essencialmente vivo e dinâmico, buscando, nos seus feitos memoráveis e nos exemplos de suas grandes figuras, inspirações permanentes para o aperfeiçoamento e o progresso da Medicina e ciências correlatas"[x]. Aliás, tal utilização da História da medicina está intrinsecamente ligada à concepção de Ivolino de Vasconcellos e da Federação da Ciência Médica. Nessa concepção, a medicina possui um forte elemento ético e humanista, do qual a História da Medicina possui essencial papel, sobretudo no que diz respeito à formação do profissional da área. Dentro desse contexto, pode ser destacada a constante luta de Ivolino de Vasconcellos pela criação da Cátedra de História da Medicina a ser incluída na grade curricular da Faculdade Nacional de Medicina, da qual foi livre-docente: "A História da Medicina constitui, em verdade, uma das vigas mestras do correto aprendizado científico desta magna ciência. Parafraseando Cícero, que definiu "A História é a mestra da vida", poderemos afirmarque a História da Medicina é a Mestra das Artes Sanitárias. (...). Qual a finalidade suprema dos estudos históricos, senão a aspiração em prol do contínuo aperfeiçoamento, e, nesse sentido, através da história das idéias e das grandes figuras que a ilustraram, pelo saber e pela ética, a consagração dos superiores modelos da deontologia médica?"[xi]

A partir desse caso, observa-se uma concepção específica de ciência, no caso, a Medicina, onde esta encontra-se indissociada de sua História, sobretudo por

pressupostos éticos e humanísticos essenciais para a formação do cientista. Segundo Ana Maria Alfonso-Golafarb, a partir do pós-45 a História cresce em importância justamente por adquirir a função de humanização da ciência e do cientista[xii], e, conforme os indícios apontados, este é o caso justamente observado no estudo do IBHM[xiii]: **"**Observe-se, agora, que essa concepção basilar que possuímos da Medicina, como Ciência, Profissão e Sacerdócio, resulta de uma conceituação fundamentalmente histórica. A História está na raiz da Ciência, no âmago da profissão e na gênese do Sacerdócio. A Medicina sem História – fugindo ao próprio passado e negando, portanto, as suas origens, seria a mais fantástica e inconcebível de todas as ficções (...)"

Notas

[i] A BBHC já se encontra liberada para consulta em http://www.mast.br

[ii] Os dados e proposições sobre História da Ciência no Brasil que serão expostos foram retirados de: TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno, LINO, Lúcia Alves da S. & COSTA, Alexandre Magno da. "Building the Brazilian Bibliography of the History of Science". *Nuncius: annali di storia della scienza*. Firenze, v.16, n. 2, 2001.

[iii] ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. *O que é História da Ciência*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

[iv] Nos últimos anos da Revista nota-se um considerável decréscimo desse tipo de propaganda, talvez em virtude do delicado momento financeiro pelo qual o país passava no início da década de 1960, que deve ter influenciado decisivamente para o encerramento da Revista. Infelizmente, por falta de fontes, não é possível a verificação concisa de hipóteses sobre a Revista e o IBHM, uma vez que os números da Revista são a única fonte para estudo existente de tal movimento.

[v] Cf., VASCONCELLOS, Ivolino de. "Editorial: História da Medicina". *Revista Brasileira de História da Medicina*, nº 3, v. 13, Rio de Janeiro, maio – junho de 1962. p. 85.

[vi] Cf., KRAGH, Helge. *An Introduction to the Historiography of Science*. New York, Cambridge University Press, 1987.

[vii] Cf., VASCONCELLOS, *op. cit.* p. 86.

[viii] SCHORSKE, Carl. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 13-14.

[ix] Cf., GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, n. 1, 1988. Outras semelhanças entre IHGB e IBHM serão posteriormente abordadas.

[x] *Revista Brasileira de História da Medicina*, n. 2, v. 3, Rio de Janeiro, abril/junho de 1952. p. 111.

[xi] VASCONCELLOS, Ivolino de. "Editorial: proposta a criação da Cátedra de História da Medicina na Faculdade Nacional de Medicina – a íntegra da proposição e seus signatários". *Revista Brasileira de História da Medicina*, n. 1, v. 5, Rio de Janeiro, jan./ maio de 1954. p. 107.

[xii] GOLDFARB, *op. cit*.

[xiii] VASCONCELLOS, Ivolino de. "Editorial: impõe-se no ensino médico a Cátedra de História da Medicina". *Revista Brasileira de História da Medicina*, n. 1, v. 8, Rio de Janeiro, maio de 1957.

A favela na foto: a imagem da favela na fotografia do Correio a Manhã (1946-1972)

Mauro Amoroso

Introdução

Atualmente, a favela vem ocupando lugar de destaque na questão habitacional e, devido à atuação do narcotráfico, da segurança pública no Rio de Janeiro. Nos jornais e noticiários de diversas procedências, a abordagem desse espaço, principalmente ao longo da década de 90, tem privilegiado, de certa forma, a questão da violência e da segurança pública, reforçando representações negativas sobre a favela enquanto lugar à parte do cotidiano normativo e institucional do espaço urbano do Rio de Janeiro. Essa abordagem, porém, tende a homogeneizar a percepção acerca desse espaço, simplificando negativamente o debate e sua contribuição para possíveis soluções para a real problemática da questão.

Porém, perante a necessidade de considerar-se a perspectiva histórica da questão, a favela é um fato urbano relacionado às mudanças sócio-econômicas e urbanísticas que levaram a reformas visando à modernização e dinamização funcional do espaço urbano da cidade. As primeiras referências a favelas no Rio de Janeiro datam do final do século XIX (a exemplo de favelas como a Quinta do Caju e Serra Morena, cujas referências datam de 1881). Porém, a favela só se consolida na paisagem urbana da cidade ao longo das três primeiras décadas do século XX, sendo o primeiro documento oficial a legislar sobre o assunto, visando controle e impedimento de sua proliferação, o Código de Obras (1937)[i].

Contudo, paralelamente ao surgimento da favela no espaço físico do Rio de Janeiro, foram sendo historicamente construídas formas de percepção e representações sobre a mesma, que acabaram por permear sua relação com diferentes esferas da sociedade civil e do poder público. Esses modos de percepção da favela têm sido

marcados pela contraposição desta, vista como espaço de marginalidade, insalubridade e imoralidade, com o resto do espaço urbano da cidade, direcionando tanto as omissões quanto as atuações do poder público com relação a esse espaço, caracterizando uma certa constante na relação entre favela e sociedade.

O primeiro grande programa de intervenção pública nas favelas foram os parques Proletários, sob administração de Henrique Dodsworth (1937-1945), iniciado em 1942 com a ocupação do Parque Proletário da Gávea. Tal programa, cujas habitações foram inicialmente planejadas com caráter provisório, foi caracterizado por ser um típico fruto da ideologia estado-novista, mesclando controle administrativo, retórica corporativista, dominação ideológica e discurso social, além da valorização individual da figura de Vargas. Em 1945, com a queda do Estado Novo, observa-se certa descontinuidade de planejamento e falta de compromisso com os objetivos iniciais do projeto, dando-se o abandono do mesmo, em meio a um panorama de utilização dos Parques como instrumento de manipulação eleitoreira por políticos e administradores[ii].

Outra forma de intervenção, de cunho mais assistencialista, é referente à atuação da Igreja através de dois órgãos: a Fundação Leão XIII (1946) e a Cruzada São Sebastião (1955). Na atuação desses dois órgão com relação à favela, nota-se um certo componente de controle ideológico, embora sem o ranço mais autoritário típico do Estado Novo que não mais caberia em uma conjuntura de redemocratização, sendo que suas metodologias de abordagem da questão da favela era baseada em assistencialismo e promoção educacional, tendo, porém, a Cruzada São Sebastião um componente mais forte de inclusão social[iii].

Ao longo da década de 60 e até meados da década de 70, a intervenção estatal da favela deu-se por meio da política de remoções (que não foi de todo ausente das outras formas de intervenção), que, durante esse período, pode ser dividida em duas etapas. A primeira, é relativa às remoções do governo de Carlos Lacerda (1960-1965),

tndo como principal agente a Companhia de Habitação Popular (COHAB - 1965), que entre os anos de 1962 a 1965 foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais como Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus, além da destruição de cerca de 27 favelas, com aproximadamente 42.000 pessoas removidas[iv]. A segunda etapa é relativa às remoções da ditadura militar, que teve como principal agente a Companhia de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM – 1968), que operava e conjunto com o BNH, responsável pela abertura de linhas de crédito habitacional para o público alvo dos conjuntos habitacionais, muitos deles oriundos de favelas removidas[v]. Durante os anos de 1968 a 1975 deu-se o período de maior ênfase das remoções, com mais de 60 favelas destruídas e mais de 100.000 pessoas removidas até o abandono do programa, em 1975, por motivos de ordem, principalmente, financeira[vi]. Os três programas abordados, respeitando-se as diferenças operacionais e de contexto político de suas implementações, possuíam certas representações comuns sobre a favela: problema de ordem social, moral e estética, concepção de promoção social pela moradia, ou seja, privilegiando o aspecto físico-habitacional, havendo uma associação qualitativa da precariedade das condições de moradia ao indivíduo.

A década de 80 mostra uma nova postura do Estado com relação à favela, não mais visando sua erradicação. Esse período, que tem como marco o governo Brizola (1983-1986), enterra a política remocionista, através de projetos de urbanização, e também mostra uma freqüente interlocução entre Estado e Associações de Moradores, que passaram a recorrer mais ao poder público, não mais utilizando mutirões como única forma de ação e mobilização. A década de 90 também teve políticas que visavam a melhor estruturação das favelas, como mostra o programa Favela Bairro, do prefeito César Maia, sendo que apesar do aumento da atuação estatal, assim como a mudança de rumos de sua abordagem, essas áreas continuavam carentes em termos de infra-estrutura. Também se observa, durante a década de 90, uma nova dinamização e entrada

de novos atores no cenário, como a maior influência do tráfico de drogas e a atuação de Organizações Não-Governamentais (ONG's)[vii].

Análise de imagens fotojornalísticas

A mídia, seja impressa ou áudio-visual, tem sido uma importante forma de produção de subjetividades, forjando certos modos de pensar, sentir, perceber e agir. O processo de construção de notícias envolve a produção e massificação de subjetividades, essas historicamente datadas, organização e hierarquização de fluxos de acontecimentos e temas a serem pensados e debatidos, relacionando-se com o processo de tomadas de posições da sociedade civil e do pode público[viii]. No Brasil, os jornais têm sido tradicionalmente um veículo de comunicação ligado às elites, apesar da existência de nichos editoriais para publicações mais popularescas, como tablóides e jornais sensacionalistas. Tal fato pode ser averiguado pela baixa tiragem em circulação, sobretudo em comparação a outros países, além da má distribuição de renda e do alto índice de analfabetismo[ix]. Porém, apesar dos jornais ser um meio de comunicação tradicionalmente relacionado às elites, sua influência perante a sociedade é consideravelmente ampla, assim como a circulação e extrapolação dos debates, dados, juízos, hierarquização e tratamento dos fatos selecionados em notícias para além das esferas cotidianas de sociabilidade das elites[x]. No entanto, sobretudo no que diz respeito à fotografia como instrumento de informação jornalística, deve-se atentar para o fato de que as representações presentes na mensagem fotográfica não partem unicamente de um setor da sociedade para ser passivamente assimilado por esta como um todo: "fotos não podem criar uma posição moral, mas podem reforçá-la – e podem ajudar a desenvolver uma posição moral ainda embrionária".[xi]

Partindo dessa perspectiva, essa apresentação é baseada na análise das fotografias do Correio da Manhã, referentes à favela no Rio de Janeiro, realizadas entre os anos de 1946 a 1972. Tal análise é embasada, principalmente, pelo conceito da

imagem fotográfica como construção, investimento de sentido simbólico através da escolha de uma série de possibilidades momentâneas disponíveis (em termos de pessoas, objetos, espaços e acontecimentos), constituintes da imagem fotográfica. Ainda assim, é preciso levar em conta a atuação dos demais agentes de produção na elaboração final da fotografia, como os responsáveis pelo tratamento técnico e a equipe editorial, e sua relação com seu suporte específico, tendo sempre em vista os vieses culturais, ideológicos, sociais e econômicos presentes no processo de elaboração e veiculação da fotografia[xii]. Partindo do conceito de fotografia abordado, tendo e vista a concepção do olhar como uma prática social, o estudo das fotografias do Correio da Manhã visa a análise da relação entre os elementos constituintes da imagem que viabilizam a construção de representações sociais específicas da favela e de seu habitante, a serem veiculadas[xiii].

A favela na foto

O período no qual foram produzidas as fotografias do Correio da Manhã relativa à temática das favelas compreende os anos de 1946 a 1972. Tal período atravessa diferentes conjunturas da política nacional, além de diferentes projetos institucionais no tocante às favelas do Rio de Janeiro. Porém, apesar das diferentes conjunturas políticas compreendidas ao longo de sua produção, a análise desse acervo fotográfico revela algumas constantes no tocante às representações sobre a favela por ele veiculadas: associação qualitativa das más-condições do espaço habitado à precariedade moral do indivíduo, à deturpação dos “valores civilizados do asfalto”, e ausência de aspirações a melhorias das condições habitacionais e empregatícias. Dentro desse quadro, onde se nota um sutil conservadorismo, a imagem do habitante da favela veiculada é a de incapacidade desse constituir-se em sujeito autônomo e ativo de si próprio, cabendo ao governo decidir sobre seu destino habitacional e político, além de que forma deveria dar-se sua inclusão na sociedade. Através da análise do acervo fotográfico do Correio da

Manhã é possível debater representações sobre a favela relativas a temáticas como o cotidiano de seus habitantes e a fiscalização de políticas públicas acerca desse espaço. Porém, será abordada a temática relativa à intervenção pública proeminente e mais controversa do período: as remoções.

As fotografias que abordam esse assunto são marcadas pela repetição em série de uma tipologia específica: habitantes de favelas arrumando os seus pertences em caminhões que irão transporta-los para suas novas moradias. Serão trabalhadas duas fotos específicas, caracterizadas por ratificarem o caráter de investimento de sentido da imagem fotográfica.

As duas fotografias são de autoria de Luiz Pinto, realizadas em 21/2/1969, na favela Ilha das Dragas, durante sua remoção. A primeira fotografia retrata um caminhão estacionado em uma das vielas da favela, estacionado em gente a um casebre de madeira. Um grupo de homens estão colocando um amontoado de telhas dentro do caminhão, o que se constituía em uma prática comum, pois os restos dos barracos ainda utilizáveis poderiam ser reaproveitados, em consertos de sua futura moradia, nos precários apartamentos dos conjuntos habitacionais da CHISAM, ou até na construção de novos barracos. Até o presente ponto, tal foto se constitui em uma foto semelhantes a inúmeras outras, referentes a diversas favelas, em diversas datas. O que torna esta foto espacial é sua conjugação com a segunda, que retrata parte da viela onde o caminhão se encontra estacionado, bem como mais casebres e pessoas. Porém, graças a segunda fotografia, tem-se uma visão completa do caminhão e da frase escrita em seu pára-choque: “nunca é tarde para ser feliz”. Passemos agora à análise do conteúdo simbólico veiculado pela fotografia.

Cada remoção específica foi um episódio conflituoso, geralmente precedido de protestos e mobilização política dos habitantes das favelas visadas, comandados pelos representantes das associações de moradores, a exemplo do próprio episódio de

remoção de Ilha das dragas, que foi acompanhado de ampla mobilização a fim de impedir a remoção da favela, sendo que tal ato sofreu dura repressão por parte dos militares, envolvendo considerável número de prisões, agressões e ameaças, sendo que a brutalidade da repressão à mobilização contra a remoção de Ilha das Dragas acabou por torna-la um marco do fim de manifestações, mobilizações e protestos mais abertos e veementes contra a política remocionista[xiv].

Porém, nenhum aspecto conflituoso está retratado na montagem fotográfica em análise. Seria o motivo de tal ausência a censura, tanto no local do acontecimento quanto no momento de uma possível publicação, por parte dos militares, o que impossibilitou a realização de fotografias abordando a mobilização política proveniente das favelas e as amostras da violência tão comum à repressão que se seguia aos protestos? Em resposta a essa pergunta há o fato de que não foi encontrada nenhuma fotografia abordando cenas de conflitos envolvendo remoções, sendo que as coberturas fotojornalísticas destas eram caracterizadas pela ausência de retratação de casebres sendo derrubados, a rara presença de funcionários do governo no processo de demolição de casebres, o que implica na representação da ausência da participação e, logo, culpa da esfera político-administrativa no resultado final do processo de existência de uma favela de acordo com a política remocionista: sua erradicação. Com relação a esse fato, deve-se levar em conta que o fotojornalismo do Correio da Manhã, em sintonia com a orientação política do jornal, foi caracterizado pelas críticas ao regime militar, sendo uma importante forma de burlar a censura à linguagem escrita pelas sutilezas da linguagem fotográfica[xv].

Com relação ao conteúdo simbólico veiculado pela fotografia, os homens transportando os materiais utilizáveis para dentro do caminhão, assim com o ato de transportar seus móveis e pertences para tal veículo, indicam uma conformidade com o processo, com o qual se encontram integrados. A representação transmitida por esse episódio retratado é relativa ao conformismo, e não à carga conflituosa característica do

processo remocionista. Assim, a frase gravada no pára-lama do automóvel ("nunca é tarde para ser feliz") a qual o tratamento editorial da montagem das duas fotografias objetivou a veiculação, revela o cunho ideológico da abordagem do Correio da Manhã sobre as remoções e suas conseqüências para os removidos.

A tendência histórica do processo de construção de representações sobre a favela tem sido marcado por constantes negativas como ociosidade, ausência de moral, marginalidade sócio-política e cultural e criminalidade. Porém, tais representações são negadas pelo próprio cotidiano histórico do habitante da favela: por aquele que buscou a inserção na cidade pela moradia improvisada, pelo seu filho, que lutou contra militares e assistentes sociais para permanecer no local onde aprendeu as primeiras palavras, e pelo seu neto, cuja luta atual é travada no caminho que leva à Universidade, em meio a acusações generalizadas de ameaça à segurança pública.

Notas

---

[i] Cf., VALLADARES, Lícia. "A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais".
[ii] Cf., LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.
[iii] Cf., RIOS, R.ute "Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945-1954" e "O desenvolvimentismo e as favelas: adaptar o favelado à vida urbana e nacional, 1955-1962". In: VALLA, V. (org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1986
[iv]Cf., VALLA, Victor. & GONÇALVES, J. R. "O período autoritário de remoções: destruindo a autoconstrução para "ensinar" a auto-ajuda, 1962-1973", In: VALLA, V (org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985.* Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1986. p. 91.
[v] Cf., PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas públicas no Rio de Janeiro.* 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
[vi] Cf., GRYNSZPAN, Mário. & PANDOLFI, Dulce. "Poder público e favelas: uma relação complicada". In: OLIVEIRA, L. Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002. p. 245.
[vii]*Idem*.
[viii] Cf., COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro, Oficina do autor/Intertexto, 2001.
[ix] em 1972, circulava uma média de 37 jornais a cada 100 habitantes no Brasil, enquanto na Argentina a média era de 154. Com relação ao índice de analfabetismo, em 1974, era de 36% no Brasil. Cf., SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura o Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000. p. 50.
[x] *Idem*.
[xi] Cf., SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. p. 28.
[xii] MAUAD, Ana Maria. "Através da imagem: fotografia e história – interfaces". *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, nº 2, 1996.
[xiii] Essa apresentação é baseada em projeto de mestrado em desenvolvimento, atualmente, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.
[xiv] Cf., PERLMAN, J. *op. cit.*
[xv] Cf., OLIVEIRA, Gil V. *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, PPHG-UFF, 1996. p. 31.

Indústria, escola e igreja: uma análise dos projetos educacionais veiculados pelo *CTI Jornal* (1937-1941)

Mauro Castilho Gonçalves - UNITAU

mauro_castilho@uol.com.br

Segundo BASTOS (2002) a imprensa periódica é dos mais importantes dispositivos de produção de significados, pois busca "engendrar uma mentalidade", com o objetivo de construir um público-leitor. Nesse sentido, ainda segundo a autora, a imprensa "é um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em história da educação".[1]

Esta pesquisa tem como ponto central a análise de um jornal criado pela Companhia Taubaté Industrial, uma empresa de tecelagem inaugurada em fins do século XIX, que lançou, em abril de 1937, a primeira edição do *CTI Jornal*, de periodicidade mensal. Destacamos sua preocupação com a formação de uma consciência coletiva do operariado em ascensão na cidade de Taubaté. O jornal divulgou congressos operários católicos, ataques sistemáticos ao comunismo, comemorações cívicas, iniciativas educacionais e a defesa do projeto getulista.

Investigamos as relações entre indústria, escola e igreja, a partir da análise do conteúdo veiculado pelo periódico. A pesquisa privilegiará a divulgação dos projetos educacionais da fábrica, com destaque, às escolas profissionais e ao grupo escolar, inaugurado em maio de 1941. Nas incursões ao jornal, a investigação detectou uma sólida aliança político-cultural entre o empresariado que apostou no projeto C.T.I. e a igreja local, especialmente a hierarquia católica. A escolarização do operariado tornou-se, nessa aliança, peça fundamental.

No dia 15 de setembro de 1937, o *CTI Jornal* anunciou a inauguração da primeira escola mista industrial, iniciativa do governo do Estado de São Paulo, destinada a atender os filhos dos trabalhadores da Companhia Taubaté Industrial:

> Foi motivo de justa satisfação para todos que labutam na C.T.I. o gesto altamente significativo do Governo do Estado criando a 1ª Escola Mista destinada aos filhos de operários desta Cia. A 1ª Escola Mista já está funcionando provisoriamente à Rua Padre Carlos, em prédio recém construído, sendo esta uma instalação provisória visto como a diretoria da C.T.I. já tem em estudos o projeto do prédio destinado ao Clube dos Operários da C.T.I. que compreende dentre outras coisas: 2 amplas salas de aula para 40 alunos cada dotada de todos os requisitos da moderna pedagogia e onde poderão receber instrução primária, em dois turnos, 4 classes com 160 crianças. A professora srta. Odete Barbosa Guisard foi nomeada para reger a sala (...) Aos alunos serão fornecidos uniformes em um copo de leite diário. (*CTI Jornal*, 15 de setembro de 1937, p. 5)

O projeto da fábrica consistia em ampliar sua atuação para além das máquinas. A preocupação residia no âmbito da cultura: era necessário investir em dispositivos que possibilitassem a incorporação de novos modelos e práticas, para assegurar a hegemonia da indústria. No ápice de sua produção, aliada a uma conjuntura política favorável, o empresariado taubateano, concentrado na C.T.I., buscou atender não somente os herdeiros do operariado, mas, especialmente, aqueles que, cotidianamente, participavam do processo produtivo.

Era também intenção da fábrica incentivar atividades de lazer para divertir o operariado. Benedito M. Pereira, em artigo publicado na edição de 15 de dezembro de 1937, recorda nomes e personalidades que contribuíram na organização e no aprimoramento das

atividades lúdicas promovidas pela fábrica: Virgílio de Barros, Manoel de Campos, Astério Braga, Orestes Marcondes, dentre outros, artistas que animavam a platéia operária desempenhando papéis em comédias, dramas etc.

Além desses espetáculos, os dirigentes da empresa promoviam o *cinema na fábrica*, organizado por Emílio Amadei, a partir da seleção previamente efetuada por Alberto Guisard. Filmes como *Os mystérios de New York, Barrabás, Os miseráveis, Cinde de Monte Cristo*, eram projetados para os trabalhadores[2]. Benedito Pereira, entusiasticamente, concluiu seu artigo invocando Deus, a pátria e a família, sustentáculos, segundo o autor, do "Brasil Cristão":

> Operários! Meus amigos! É preciso que tenhamos fé no futuro; não pensemos somente no presente. Trabalhemos, porque quem nos dirige, soube e saberá dar valor àqueles que têm sabido, com seu esforço dinâmico, engrandecer Taubaté, este pedacinho do Brasil grandioso, Brasil dos Brasileiros, Brasil Cristão. Em cada mente estão escritas estas palavras de fé que são: DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA. (*CTI Jornal*, 15 de dezembro de 1937, p. 7)

Educação, cultura e religião foram bandeiras levantadas pelos dirigentes empresariais da C.T.I. para incentivar a produtividade de seus operários. Aliado a essa perspectiva, a fábrica não omitiu iniciativas no campo do lazer, construindo, na cidade de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, uma colônia de férias. Em 15 de junho de 1938, o jornal divulgou a seguinte manchete: *Junho...Férias...Ubatuba*, argumentando que

> [...] solucionada dessa forma, o meio da concessão das férias, uma outra idéia animou os diretores da C.T.I., que foi a de se

> escolher um lugar adequado, onde os operários, além do descanso, pudessem alcançar algo de melhor para a sua saúde, e para lhes reanimar as forças [...] (*CTI Jornal*, 15 de junho de 1938, p. 15).[3]

Outro investimento viabilizado pela direção da empresa foi a construção da vila operária, localizada próxima à fábrica, um projeto local em parceria com o Estado Novo getulista. O jornal, em 1938, comemorou o avanço da urbanização na região em que a fábrica se localizava, associando essa transformação à pavimentação da Rua dos Operários, com 40 prédios destinados à moradia dos trabalhadores. A fábrica deu novo impulso urbano à região, graças, segundo o jornal, à administração liderada pelo fundador da C.T.I., Félix Guisard, prefeito da cidade entre os anos de 1926-1930. A vila fora projetada para facilitar e articular o itinerário dos operários ao trabalho, pois seu término desembocava na praça principal do complexo fabril.[4]

A participação da Igreja Católica na vida da fábrica, especialmente envolvida com a organização sindical dos operários, foi decisiva na configuração do *ethos* operário. A edição de 20 de julho de 1938 divulgou a matéria *Um relatório à altura*, do Padre Moraes Junior, responsável pelos trabalhos junto à classe operária da C.T.I. Segundo avaliação do prelado, a direção da fábrica realizava um trabalho social de grande monta, contribuindo, assim, pela humanização das relações de trabalho. Para ele,

> Não há maior felicidade que notar nos Relatórios Industrias uma preocupação pela felicidade dos operários. Ainda são poucas as fábricas e as indústrias que consideram seus operários como verdadeiros cooperadores das suas aquisições e dos seus progressos (...) Aliás, o sr. Félix Guisard, o homem que fez sua

> ascensão na riqueza, por uma energia admirável e um caráter de diamante, em uma palestra amiga, no seu modesto escritório, afirmava-nos: "Padre, precisamos nos capacitar de que o operário é um homem como nós, tem seus direitos, a sua dignidade e a responsabilidade de sua família..." (...) Isso é belo e enche o coração de grande esperança. E a C.T.I. vai provando que vagarosamente se pode fazer muita coisa. (*CTI Jornal*, 20 de julho de 1938, p. 3).

Além dessa relação direta com o primeiro escalão da fábrica, a Igreja desenvolvia um trabalho pastoral que envolvia os estudantes das escolas mistas industriais patrocinadas pela C.T.I.[5] Em 15 de agosto de 1938, o *CTI Jornal* divulgou matéria sobre a celebração da Primeira Comunhão dos alunos da Primeira Escola Industrial Mista da C.T.I. A cerimônia, realizada no dia 31 de julho daquele ano, reuniu 33 alunos no Santuário de Santa Terezinha, com ato litúrgico liderado bispo D. André Arcoverde.[6]

Na ocasião a aluna Giselda Corbani, proferiu discurso em homenagem aos colegas e à professora Odette Guisard. Alguns trechos são emblemáticos, em especial quando a aluna exalta o papel desempenhado pela Igreja na formação daquelas crianças e a dimensão sagrada do episódio, sob a responsabilidade direta "do espírito cristão dos diretores da fábrica" e sua articulação com a hierarquia católica:

> Nosso coração parece que pulsa neste instante com outro contentamento, ainda maior que aquele que experimentamos em todos os momentos da nossa vida descuidada (...) Jesus Eucarístico, tomando vossos corações, pela primeira vez, bem que alcança também o nosso, e nos faz participantes do mesmo júbilo

> vosso, da mesma fé nos destinos das gerações que se formam assim, à sombra de nossa imortal e cada vez mais querida Igreja Católica. O exemplo que vossa escola nos oferece, vindo ao nosso Santuário receber Jesus-Hóstia, pela vez primeira; a atitude belíssima de vossa distinta mestra, trazendo-vos aos pés do altar, tudo isso, além de escrever uma página luminosa na história religiosa da cidade, bem que recomenda o espírito cristão dos dignos diretores da Cia. Taubaté Industrial e o zelo de sua prendada professora. (*CTI Jornal,* 15 de agosto de 1938, p. 3 e 7)

Além do destaque à Primeira Comunhão dos alunos da escola profissional mista, o *CTI Jornal*, com o intuito de fortalecer sua aliança com a alta cúpula católica presente na cidade, ofereceu um espaço para o bispo da diocese de Taubaté, D. André Arcoverde, apresentar seus votos de júbilo pelo quarto aniversário do jornal. Arcoverde parabenizou não só o jornal, mas o governo getulista, que impediu a concretização do projeto político comunista no Brasil. O bispo lembrou a missão do jornal no "doutrinamento da classe, contra as idéias anticristãs".[7]

A perspectiva religiosa e católica, presente no conjunto do jornal, articulou-se com o tema da instrução profissional. Em várias ocasiões, como no artigo do jornalista Geraldo de Oliveira, um dos mais assíduos colaboradores do periódico, discutiu-se as relações entre a infância proletária e o ensino profissional. Segundo o articulista a classe operária, "bem instruída e melhor guiada", transformar-se-ia no orgulho da nação. O investimento na formação da criança seria, portanto, o caminho mais viável para gerar o "novo homem" no futuro.[8]

A direção da fábrica, além da preocupação com a formação profissional, voltou-se também à escolarização primária das crianças. Construiu um prédio para abrigar o

Grupo Escolar da C.T.I., inaugurado em 4 de maio de 1941, quando a fábrica completou 50 anos de existência. Com quatro salas de aula medindo 7X5, sala para direção, vestiários, portaria, biblioteca e um alpendre. A escola, de forma solene, foi inaugurada próxima às instalações da fábrica, bem como à vila operária.

Todos os discursos proferidos no ato da inauguração versaram sobre tal perspectiva. O jornal exalta um momento específico da solenidade quando o patriarca Félix Guisard, numa lápide de cimento, escreve as palavras "prudência", "paciência" e "perseverança", lemas consagrados pela sua atuação como empreendedor da primeira grande fábrica da cidade e da região.[9] As palavras do Delegado Regional de Ensino, Lafayete Rodrigues Pereira, acusam a importância política do evento e a estratégica ação da família Guisard na área educacional:

> [...] Como sabeis, já de há muitos anos, que todos os governos do nosso Estado s empenharam e se empenham, cada qual em enobrecedora porfia, em disseminar vantajosamente pelo seu vasto território o ensino público (...) por compreenderem superiormente que a base de toda estrutura social, política e econômica de um povo se assenta indiscutivelmente na sua formação intelectual e moral [...] (*CTI Jornal*, 15 de junho de 1941, p. 14).

Estava consolidado o projeto cultural e educacional da C.T.I. que, segundo o jornal, representava a prova inconteste dos esforços empreendidos pela direção da fábrica a favor da alfabetização dos filhos dos operários.

[1] Cf. BASTOS, Maria Helena Câmara. *Espelho de papel. A imprensa e a história da educação*. In: GATTI JR., Décio e ARAUJO, José Carlos Souza. Novos temas em História da Educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002, p. 151-174.
[2] Cf. *CTI Jornal*, 15/12/1937, p. 7.
[3] O *CTI Jornal*, em edições posteriores, especialmente nos meses de junho, julho e agosto, divulgou a colônia de férias localizada na cidade de Ubatuba. Cf. *CTI Jornal*, 20/7/1938, p. 4; 20/7/1938, p. 4; 15/6/1940, p. 3; 16/7/1940, p. 6; 15/6/1941, p. 3; 26/7/1941, p. 5 e 22/8/1941, p. 8.
[4] Cf. *CTI Jornal*, 15/6/1938, p. 10.
[5] A C.T.I. criou, em agosto de 1938, a segunda Escola Mista Industrial para atender a demanda do ensino profissionalizante. Segundo o *CTI Jornal*, "efetivamente, apesar de estar em funcionamento há longo tempo a primeira escola, a classe estava já superlotada, e grande era o número de alunos que, sedentos de instrução se viam privados dela pela falta de meios ao seu alcance". No mês seguinte, por decerto do governo do estado, foi criada a terceira escola mista da Companhia Taubaté Industrial. (Cf. *CTI Jornal*, 15/9/1938, p. 3)
[6] Nomeado bispo da diocese de Taubaté em 24 de outubro de 1936.
[7] Cf. *CTI Jornal*, 15/4/1940, p. 5. Na edição de 23/12/1941, o jornal divulgou a biografia de D. André Arcoverde que, dentre outras iniciativas pastorais, promoveu, em maio de 1937, um congresso operário que reuniu centenas de trabalhadores, sob a coordenação dos padres Moraes Junior, Ascânio Brandão e Carlos Ortiz.
[8] Cf. *CTI Jornal*, 15/10/1938, p. 5.
[9] Cf. *CTI Jornal*, 15/6/1941, p. 14.

DYONELIO MACHADO E RAUL PILLA: Do discurso parlamentar à (auto)biografia[i]

Prof. Dr. Mauro Gaglietti - UPF

Os pronunciamentos feitos pelos deputados Dyonelio Machado (PCB) e Raul Pilla (PL), respectivamente, na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947, e na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, consistem no objeto de estudo desta comunicação. O exame dos referidos discursos é efetuado à luz dos traços biográficos dos dois parlamentares e, também, de elementos contidos em seus textos autobiográficos. Busca-se verificar se, para além das várias semelhanças existentes nas trajetórias de ambos – e a par das inúmeras peculiaridades que caracterizam as idéias e as formas de ação desses indivíduos -, é possível apontar pontos de contato entre as cosmovisões que estruturam o pensamento político de tais parlamentares. A investigação se insere na linha de pesquisa da história das idéias e é desenvolvida, sobretudo, mediante a análise de conteúdo de fontes documentais.

Dyonelio Machado e Raul Pilla destacaram, em sua época, o problema central da tradição liberal, a saber: a necessidade de *controlar* o poder e impedir que seu exercício se faça de forma tirânica ou despótica (antidemocrática ou autoritária, no vocabulário contemporâneo). Porém, a democracia como questão fundamental da política envolve o problema da criação e preservação da *autoridade* democrática, e os dois parlamentares reconheceram a necessidade da existência do poder, tanto para evitar o estado de beligerância generalizada, entrevisto por Hobbes, quanto para coordenar a organização ou as ações voltadas à realização de fins coletivos. Na compreensão dos dois líderes, era o poder que propiciava a expansão da esfera política, nos termos de Aristóteles, ou a ampliação da esfera da liberdade e da igualdade, do acesso à fala, à ação e à história, segundo a releitura desse filósofo feita por Hannah Arendt, ou, ainda, a elevação do grau de *participação*, na linguagem convencional da política contemporânea.

Assim, para Dyonelio Machado e Raul Pilla, instituir mecanismos de tomada de decisão no âmbito do parlamento representava um desafio e um problema, pois era preciso garantir que esses mecanismos operassem de forma eficaz no sentido de conduzir aos fins de qualquer natureza almejados pela sociedade e, ao mesmo tempo, impedir que tais dispositivos resultassem na sujeição de alguns seres humanos a outros. A atuação dos dois deputados nas Assembléias Constituintes, na medida em que se orientou para a concretização da democracia, incorporou um valor moderno. Ambos explicitaram a concepção racionalista que possuíam da democracia, ao participarem do parlamento com o propósito de estabelecer a ordem jurídica do Estado por intermédio de um sistema de normas gerais. De acordo com o pensamento desses constituintes, nas esferas de poder, a obrigação, ou prerrogativa, de instauração do "bem público" competia ao governante e, sobretudo, ao parlamento, os quais - movidos pelo princípio da racionalidade - deveriam assumir a função de esclarecer a população e zelar pela educação cívica dos cidadãos, "origem de toda moral social", fortalecendo o Estado em detrimento dos interesses individuais.

A adesão à "religião do progresso", por parte de Dyonelio Machado e Raul Pilla, levou-os a crer na democracia como quem possuísse uma fé inabalável em alguma doutrina religiosa. Em decorrência, eles acreditavam ser possível "converter" seus pares – por meio da argumentação assentada em parâmetros científicos e na "prova" de cunho histórico –, conquistando, assim, novos adeptos para suas causas. Ambos imaginavam que, diante do raciocínio lógico, exposto por meio dos mais variados recursos da retórica, e perante o "exemplo" que eles próprios encarnavam – em virtude da vasta experiência que haviam acumulado em diversas áreas da vida pública, bem como da erudição que demonstravam em todas as situações –, não haveria quem não se curvasse à força das palavras que proferiam. Os dois deputados colocavam-se, portanto, na condição de oradores que, na tribuna, "pregavam" em nome do primado da razão. As transformações sociais que planejavam desencadear, diretamente, por intermédio de sua intervenção no parlamento e,

indiretamente, por meio da repercussão de suas idéias e ações, visavam atingir um contingente bem maior do que aquele formado pelos constituintes reunidos em Assembléia, o qual, na sua opinião, carecia de educação cívica e esperava ser conscientizado.

Para Dyonelio Machado e Raul Pilla, havia uma relação de equivalência entre liberdade política e democracia, e entre esta e o parlamentarismo. Em síntese, o parlamentarismo é a formação da vontade diretiva do Estado por intermédio de um órgão colegiado eleito pelo povo, com base no sufrágio universal e igualitário, vale dizer democrático, segundo o princípio da maioria. Convém salientar, todavia, que o princípio do parlamentarismo assimila a idéia de liberdade, combinando-a com um elemento que obsta a sua força original. Tal elemento é a formação indireta da vontade do Estado, pois esta, no parlamentarismo – tal como no presidencialismo -, não é mais obra direta do povo, e, sim, de um parlamento eleito pelo voto popular.

Nesse ponto, a idéia de liberdade como poder de autogovernar-se e de decidir por si concilia-se com a necessidade inelutável de uma divisão do trabalho, causa de diferenciação e condicionante de qualquer progresso técnico-social. Assim, essa tendência contraria a concepção original de liberdade, de acordo com a qual a vontade única do Estado, em todas as suas diversas manifestações, seria constituída por uma única e mesma assembléia de todos os cidadãos que tivessem direito ao voto.

Mesmo tendo consciência de que a democracia representativa, desse ponto de vista, era uma "ficção" e de que, a rigor, os eleitos - independentemente de sua própria intenção de fazê-lo - não seriam capazes de representar a opinião do conjunto de eleitores que os haviam escolhido, Dyonelio Machado e Raul Pilla não deixaram de sugerir que, no sistema de governo parlamentar, e somente neste, poderiam vigorar, integralmente, os princípios da democracia e da liberdade. De certa forma, os dois deputados, situados no contexto da modernidade, sentiam-se protagonistas do processo de secularização[ii] e transferiam para a esfera dos fenômenos sociais, mais precisamente para o terreno da política, o mesmo otimismo com que lidavam com a ciência. Assumiam, assim, o postulado de que o devir é

ditado pela ação demiúrgica da humanidade, em particular por essa parcela da humanidade que detém, simultaneamente, o conhecimento científico e a possibilidade de mudar os rumos da nação, valendo-se de dispositivos legais – os parlamentares ou, pelo menos, alguns deles.

Ainda que, no caso de Dyonelio Machado e de Raul Pilla, a atuação política, exercida inclusive por meio do jornalismo político, tenha sido anterior a seu envolvimento com a medicina e possa haver influenciado, para além dos motivos pessoais, na escolha da sua própria profissão e na forma de desempenhá-la – que poderia tornar-se uma via de acesso ao "bem público" -, não há como negar que, nessa relação, ocorreu um movimento de retorno e, portanto, uma ação recíproca. Cabe chamar a atenção para o fato de que Raul Pilla considerava a política e, sobretudo, a atividade parlamentar uma "extensão" da medicina, concepção esta que fica expressa no nome – "Microscópio" - que atribuiu à coluna de sua autoria, dedicada a assuntos da conjuntura política e publicada em diversos jornais do País. Como indica o próprio título, olhando através da lente de um microscópio, isto é, recorrendo à mediação que lhe era oferecida por um instrumental específico, o conhecimento científico, ele se julgava apto a analisar os fenômenos da vida social e política que não poderiam ser vistos a olho nu.

O conhecimento científico foi a mesma lente de aumento de que Dyonelio Machado lançou mão no parlamento. Embora não tenha declarado, como o fez Raul Pilla, que a política era, para si, uma extensão do ofício de médico, ele agia, na tribuna, da mesma maneira que o líder libertador: fazia um diagnóstico da situação do País, detectava as causas dos males sociais, prescrevia as "fórmulas" que poderiam levar à cura e apontava para as providências a serem tomadas no sentido de prevenir e evitar novos prejuízos à democracia e à vida da população. Percebe-se, ainda, que o deputado comunista jamais deixava de opinar sempre que o tema em pauta era ligado à saúde, sendo chamado de "Doutor" pelos seus colegas e pelos líderes sindicais que a ele se dirigiam.

Deriva, também, do entrecruzamento das múltiplas facetas que caracterizavam os dois constituintes – e que lhes serviam como argumento de autoridade - o fato de a sua atuação política ter-se aliado à preocupação demonstrada por ambos no que se refere às questões da saúde pública no País. Além disso, os próprios conceitos de "bem público" e de estruturação racional da sociedade, bem como o projeto de futuro, que orientavam sua ação política, condicionaram da mesma forma a visão que possuíam da medicina. Se, de acordo com o pensamento dos dois deputados, nas esferas de poder, a instauração do "bem público" cabia aos governantes e legisladores, nos assuntos relacionados à saúde, esse dever – ou oportunidade - era facultado ao médico.

Embora Raul Pilla fosse um reconhecido líder dos libertadores e Dyonelio Machado um comunista, observa-se que eles agiam inspirados nos princípios positivistas no que se refere à saúde pública. De acordo com tais dispositivos, os indivíduos deveriam ser moralizados por meio da tutela do Estado. O elemento considerado prioritário para viabilizar o atendimento dos interesses da população era uma reorganização da sociedade que levasse em conta a dimensão espiritual das necessidades humanas, uma vez que esse reordenamento dependia da alteração dos costumes e opiniões. Assim, competia ao governo incentivar a educação, a fim de oportunizar que os indivíduos se esclarecessem acerca dos fundamentos da estruturação racional da sociedade e se submetessem aos preceitos *científicos* que os dirigentes apregoavam[iii]. Nessa perspectiva, a arte de curar exigia a mais completa liberdade.

Além disso, de acordo com esses princípios, todo médico "digno" devia esforçar-se para conquistar a confiança dos doentes, pela autoridade de sua palavra, pela sua conduta e pelo seu devotamento, pois, dessa forma, ele obteria a credibilidade da população em geral, propiciando que a ciência penetrasse no espírito dos leigos. Era a "virtude" do médico - entendida como a absoluta pureza de intenções, cuja expressão mais evidente consistia na ausência de interesse material - que os tornava capazes de perceber, cientificamente, o

sentido da racionalidade social, só revelado “perante as mentes livres dos prejuízos teológicos e metafísicos”.

Dyonelio Machado e Raul Pilla, além de concederem especial atenção à saúde pública e à medicina preventiva, preocupavam-se com o conforto que poderia ser propiciado ao paciente por parte do médico e valorizavam neste a virtude, procurando corresponder, na prática, ao sentido que eles próprios atribuíam ao ofício que haviam escolhido. O bem-estar físico e psíquico da população era, para eles, sinônimo de progresso do País e, por isso, incluía-se no seu projeto de futuro. Assim, inúmeras foram as “lições” que ministraram sobre temas vinculados à saúde, o deputado comunista por meio da tribuna e o deputado libertador, sobretudo pelos textos que publicou em seu livro autobiográfico, muitos dos quais tiveram origem em discursos que proferira para a comunidade acadêmica

Os dois parlamentares vincularam-se ao estudo e ao exercício da medicina justamente na época em que o PRR estava à frente do governo estadual. Contudo, como antes se afirmou, sua ligação com a política era anterior a esse período. Dyonelio Machado, já na década de 1920 - antes de seu ingresso, como aluno, na Faculdade Medicina -, estava filiado ao próprio PRR, passando mais tarde, em 1935, a aderir ao marxismo, cujas concepções ele defenderia, de forma contundente, no parlamento. Do mesmo modo, Raul Pilla já comungava do ideário liberal no final da primeira década do século XX, antes de tornar-se estudante de medicina. Assim, tendo-se em vista o contexto em que se deu a formação política e acadêmica desses constituintes, fica difícil especificar se a sua visão de medicina – e também a sua forma de pensar a política - havia sido condicionada, predominantemente, pelos princípios positivistas que orientavam o governo, e, conseqüentemente, as políticas de saúde no início do século XX, ou se havia se pautado pelas idéias propugnadas pelo marxismo, no caso de Dyonelio Machado, e pelo liberalismo, no caso de Raul Pilla.

Há, entretanto, a possibilidade de se considerar uma terceira alternativa: a de que os dois parlamentares tenham elaborado, cada um a sua maneira, uma formulação – ou

tradução - pessoal das distintas tendências filosóficas em questão. Essa terceira alternativa é plausível, se for levado em conta o eixo comum que perpassa todas essas correntes de pensamento. O fato é que o positivismo, o marxismo e o liberalismo compartilham uma noção finalista de história, admitindo a existência de uma estrutura serial de eventos dentro de um processo teleológico. A hipótese de que as fases não só se encadeiam, mas se ultrapassam, permanecia como um cânone na década de 1940 - em que se desenvolveu a atuação parlamentar de Dyonelio Machado e de Raul Pilla -, embora o referido modelo esteja radicado em certezas maiores e anteriores ao século XX: a idéia de progresso, vinda do Iluminismo, e a idéia de evolução, postulada no século XIX.

É preciso, no entanto, destacar que, embora essas duas personalidades, na condição de políticos, médicos e intelectuais, tivessem em mente a noção de devir, associada à idéia de aperfeiçoamento social e material, ambos conjugavam a modernidade à tradição. Foi no passado que eles se inspiraram para buscar algumas formações políticas e determinados mecanismos que poderiam garantir, em sua época, a ampliação da democracia e a instauração do "bem público". As tradições são reatualizadas e inseridas por ambos num novo contexto. Além disso, seus projetos políticos – que, à primeira vista, pareciam derivar de uma negatividade substantiva -, em vez de reconhecer o "atraso" do Brasil, comparando-o às demais nações, e de apregoar que essa situação só poderia ser superada pelo ingresso do País no "processo civilizatório", impulsionavam à construção de uma condição futura que viesse a dar visibilidade aos caracteres híbridos e peculiares de que o território nacional era composto.

Os textos autobiográficos dos dois parlamentares – e, no caso do deputado comunista, também alguns pronunciamentos que fez na tribuna – mostram que eles se consideraram cumpridores da missão que haviam conferido a si mesmos no passado. O que parece haver provocado em ambos uma sensação de estranhamento foi o fato de, tendo eles, nos vários âmbitos de sua vida, agido com "virtude" e em nome da coletividade, esse atributo que distinguia suas personalidades não ter obtido o reconhecimento por parte da

sociedade, pelo menos no grau em que desejariam. Certamente, em parte, advinha daí o ressentimento desses dois deputados, que lutaram para garantir aos demais o acesso à liberdade e à democracia, mas não viram uma reação mais forte daqueles que julgavam representar, quando eles próprios foram vitimados pelo autoritarismo. Dyonelio, que estabelecia um sinal de igualdade entre si e o Partido Comunista, e entre este e o povo, manifestou sua frustração diante da passividade da população quando a agremiação foi posta na ilegalidade (1947) e ele mesmo teve seu mandato cassado. Raul Pilla, por sua vez, ainda que tenha agradecido o apoio que recebeu da comunidade acadêmica no momento em que foi enviado para o exílio e afastado da Faculdade de Medicina (1932), precisou reafirmar em público – e depois registrar no livro que organizou com os textos de sua própria autoria – que a afronta da qual fora alvo atingira, na verdade, a instituição que representava.

A opção, feita por ambos, de falar do ressentimento que os atormentava foi, ao mesmo tempo, a expressão de um desejo de permanência. De certo modo, na visão dos dois protagonistas, a missão que cumpriram, uma vez inscrita em livro – e não apenas nos anais da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa -, continuaria em busca de reconhecimento, oferecendo uma "lição" de cidadania às gerações futuras. Dyonelio Machado e Raul Pilla, ao legarem à posteridade o exemplo de suas próprias personalidades, talvez desejassem prolongar a tarefa de educar, que haviam tomado para si. Erigir um "monumento" ao vivido por meio da memória e da palavra impressa – essa seria, então, a forma imaginada pelos dois para buscar a própria "cura", dando vazão ao ressentimento que os afligia, e de tentar libertar-se de um novo exílio que o futuro poderia vir a impor-lhes – o esquecimento.

---

[i] Para uma visão mais abrangente do tema, sugere-se a leitura de: GAGLIETTI, Mauro. *Os discursos de Dyonelio Machado e Raul Pilla:* o político e suas múltiplas faces (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2005.

[ii] Cf. CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista História das Idéias.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.25, 2004, p. 2-29.

[iii] Há uma preocupação de Júlio de Castilhos com o estabelecimento de um ponto de vista religioso na sociedade, respeitando-se as crenças individuais, e, acima de tudo, com a desorganização do corpo social, caso não houvesse uma crença religiosa que norteasse os caminhos. Cf. WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes da cura.* Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria (RS): UFSM; Bauru (SP): EDUSC, 1999, p.43.

Um profeta em movimento: jornadas de fé e vida em João Pessoa

Prof. Dr. Mauro Passos – PUC- Minas/ISTA

... cada época não sonha aquela que surgirá, mas sonhando esforça-se por acordar.
(W. Benjamin)

Aparentemente não é problemático buscar os fatos, colecioná-los, organizá-los para que saiam do silêncio dos arquivos e se tornem conhecidos. Cada um estaria situando uma história e acordando lembranças. No entanto, a análise histórica busca novos caminhos. Fazer história é movimentar-se entre o passado e o presente, numa dinâmica que nos ajuda a entender o hoje e a buscar outras possibilidades. Essa fecundidade dá vida nova aos fatos históricos, para que não se tornem peças de museu, como admoestam Marc Bloc e Henri Pirenne em diversas partes de seus estudos.

Ao nos referirmos ao trabalho de Dom José Maria Pires, temos que considerar também uma história em movimento. Uma multiplicidade de relações, manifestações, indagações e respostas. A luta na procura de afirmação de liberdade, de conquista sobre elementos adversos e a busca de solidariedade e fraternidade. Nas dimensões do ritmo histórico, a humanidade vive um dos momentos mais importantes e decisivos de sua história. Em nenhum outro período, as contradições foram tão marcantes como no século XX e no princípio do século XXI. O milênio passado assistiu às mais extraordinárias invenções e conquistas científicas, por um lado. Por outro, todo esse progresso acelerou a desigualdade. Enquanto milhões de seres humanos estão sendo/foram beneficiados pela ciência e pela tecnologia, bilhões de habitantes sofreram/sofrem várias formas de violência. Mecanismos de dominação e alienação destorcem e descompassam o curso da história.

Não é por acaso que este trabalho está orientado para a história e a memória de um bispo. De um pastor em movimento. Movimento para se repensar os rumos de uma política que deixa vir à tona o compromisso com a justiça e os direitos da pessoa humana. Em seu depoimento, faz a seguinte afirmativa sobre a importância do Nordeste em sua vida:

> *O período de conversão foi a minha ida para o Nordeste. Os fatos que provocaram essa conversão aconteceram quando eu, ainda, estava em Araçuaí (MG). Foram dois: a realização do Concílio Vaticano II, que deu outra visão de Igreja. O Vaticano II criou um clima de maior participação – participação e comunhão O outro fato que provocou essa conversão, no momento em que entrei na realidade do Nordeste, foi exatamente o Golpe de 1964, que atingiu profundamente os direitos humanos! E, já em Araçuaí, eu comecei a reagir diante dessas violações dos direitos humanos: prisão de pessoas, prisão de suspeitos, torturas. A primeira impressão que eu tive foi muito, eu diria, chocante! Por que eu deixei o Nordeste de Minas e fui para o Nordeste do Brasil. No Nordeste de Minas, praticamente não havia nenhuma organização de povo, os fazendeiros faziam o que bem entendiam. Havia começado o sindicato dos trabalhadores rurais, só estava começando. Enquanto no Nordeste já havia uma experiência política bastante forte do povo, das Ligas Camponesas, que foram muito massacradas pelos representantes da ditadura, mas que*

estavam no coração do povo. Então havia mesmo um clima de luta entre os trabalhadores e os proprietários [1].

Estas considerações demonstram, particularmente, duas atitudes intrinsecamente presentes no trabalho pastoral, na ação evangelizadora:
1ª.) a possibilidade de mudança (conversão) no trabalho religioso;
2ª.) a ligação entre religião e vida.
Afloram assim, uma nova percepção e outra forma de o religioso se apresentar e marcar sua presença na história. Dom José percorre caminhos, relata experiências, mostra o sentido do futuro. História vivida do "centro para a margem" [2].

1. Situando os percursos

Resgatar o humano, para edificar uma sociedade mais justa importa em captar formas de ação que ofereçam bases para um mundo novo. Mais que isso, é importante verificar o que isto quer dizer para a situação brasileira, ainda, hoje.

Este trabalho apresenta algumas partes de um depoimento oral e alguns textos escritos por Dom José Maria Pires. Trata-se de alguns aspectos de uma pesquisa mais ampla que está para ser concluída e publicada.

Vários problemas emergem para se empreender essa viagem histórica, quanto à seleção do material. A seleção quem mapeia é o pesquisador. Os procedimentos foram definidos a partir da leitura do material coletado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, nos jornais de João Pessoa, particularmente "O Norte". Foi privilegiada a documentação referente ao trabalho de Dom José na Arquidiocese da Paraíba. Os temas dizem respeito às lutas pelos direitos sociais e humanos. Os diversos documentos registram a prática pastoral que foi sendo assumida e incrementada [3]. O desenho do catolicismo nesta Arquidiocese apresentava também divergências e conflitos internos, como em nível de toda a Igreja. Havia práticas diferentes e mesmo contraditórias. No entanto, o novo lugar que, progressivamente, a práxis pastoral foi ocupando naquela região modificou seu perfil tanto interna quanto externamente. Uma característica marcante da pastoral arquidiocesana foi buscar caminhos mais sintonizados com os desafios da realidade nordestina e paraibana. Os pronunciamentos publicados foram antecipados por lutas e desafios. Num momento e numa região em que a transformação é o próprio sentido da existência, a atitude desse prelado foi de participação e inserção nessas mudanças. Nessa viagem aos documentos e na revisitação/recomposição dos fatos é preciso estabelecer a distinção entre a compreensão histórica e a compreensão religiosa da instituição eclesiástica.

Dom José foi bispo da diocese de Araçuaí (MG), no período de 1957 a 1964. Em 1965 foi transferido para a Arquidiocese da Paraíba onde ficou até 1995. Durante o período em que atuou em João Pessoa muitas mudanças aconteceram em nível político, social e religioso, tanto em nível regional, quanto em nacional – Concílio Vaticano II, Ato Institucional No. 5 e a II Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín. Reencontrar e recuperar o humano compunha a nova agenda do catolicismo latino-americano. É possível receber os vários compassos nessa peregrinação.

---

[1] RELATOS PESSOAIS DE DOM JOSÉ MARIA PIRES concedidos em 29/04/2001.

[2] Trata-se de um livro que publica conferências, discursos, artigos, depoimentos, sermões e cartas pastorais com diversos temas. O eixo central é o encontro com o Outro, particularmente o pobre. PIRES, José Maria.*Do centro para a margem*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

[3] Os documentos de Dom José Maria Pires foram pesquisados no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEP) em João Pessoa, em jornais e periódicos estaduais e municipais. Trata-se de uma farta e rica documentação disponível em uma pasta com o título de "Documentação de Dom José Maria Pires.

No seu discurso de posse em João Pessoa, Dom José Maria Pires anuncia os princípios que nortearão seu trabalho e já pontua sua forma de atuação:

> *Ao pisar pela primeira vez o solo paraibano, parece-me ouvir o eco das palavras dirigidas pelo Senhor a Moisés: 'Tira as sandálias dos teus pés porque é santa a terra em que pisas'. (...) Por isso, deponho as sandálias do humano, do terreno e do transitório e suplico a Deus que me revista de sua graça e me robusteça com sua força para que eu penetre nos teus umbrais como mensageiro da paz, da justiça e do amor. (...) Paraibanos, minha primeira saudação há de ser à primeira Dama do Estado da Paraíba, àquela que assistiu à fundação da cidade, àquela que antes da fundação da cidade assistiu a fundação do cristianismo porque ela é a Mãe de Cristo e Mãe da Igreja, a Senhora das Neves. Exmo. Sr. Governador do Estado: já tenho ouvido por onde passo que nesses primeiros meses de governo, V. Exa. tem procurado demonstrar ser um homem identificado com os anseios, com as necessidades do povo, para quem Deus lhe constituiu ministro para o bem temporal. (...) Saúdo os religiosos e as religiosas, forças da vanguarda da Igreja, porque almas consagradas a Deus, e nesta consagração elas se dispõem com tempo integral, com força total, para o serviço de Deus e dos irmãos. E saúdo todos os fiéis, meus irmãos pelo batismo, de todas as classes e condições, saúdo as famílias, os lares da Paraíba, saúdo os operários, a mocidade, os estudantes e as crianças de nossa terra, mas saúdo com afeto todo especial, aqueles que mais sofrem, os pobres, os doentes e os encarcerados. E nesta saudação eu não posso, eu não devo esquecer aqueles irmãos que se gloriam, como nós, do nome de cristãos, e mesmo aqueles que não floriando desse nome, foram, como nós, criados à imagem e à semelhança de Deus* [4].

Esses fragmentos do discurso de posse já revelam como Dom José estava em sintonia com o projeto de Igreja traçado pelo Concílio Vaticano II. Pode-se perceber uma visão do cristianismo centralizada no serviço, no engajamento e no diálogo com o processo histórico transformador. Os "sinais dos tempos" serviram como base para seu projeto pastoral. No seu conjunto, o deslocamento do catolicismo foi conseqüência de alguns movimentos pré-conciliares e da influência conciliar. Junto a esses fatores, uma série de acontecimentos pairava sobre a Igreja do Brasil. Há de se destacar a organização pastoral, o crescimento efetivo e a participação de leigos na vida desta instituição. O tecido histórico da década de 1960 é multifacetado. Há uma evolução do pensamento religioso, social, político e econômico. Trata-se de um movimento dialético, rastreado de crises, lutas, utopias e contradições. A Igreja é antiga e futura ao mesmo tempo. O peso do passado, ainda, se fazia valer, impregnando com seus rastros e sinais as ações inovadoras. No entanto, é possível constatar uma presença nova da Igreja junto à sociedade. As sementes da politização dos anos de 1960 abrem novos espaços de atuação. Do ponto de vista social e religioso, há no período de 1960 a 1970 um fervilhar de experiências que germinam um novo modo de ser católico. Uma riqueza de práticas eclesiais e sociais germina em várias dioceses brasileiras, em prol das questões sociais, humanas e religiosas [5].

Ao chegar em João Pessoa, Dom José Maria Pires influenciará de modo qualitativo os diversos projetos da Igreja Nordestina e, particularmente, de João Pessoa. Sua parceria com Dom Hélder Câmara abre um cenário novo após o golpe militar de 1964. A experiência de oposição é um relevante processo de conscientização política e de profetismo religioso. As Cartas Pastorais e as diversas posições do Arcebispo da

---

[4] ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA PARAÍBA (AEP). Documentação de Dom José Maria Pires. Discurso de Posse. João Pessoa, 26/06/1966.

[5] A propósito, confira o estudo histórico sobre esse período de PASSOS, Mauro; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil republicano*: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 118-122.

Paraíba deixam transparecer a necessidade de mudança da sociedade e do governo. Assim, ele se expressa sobre o êxodo rural:

> *A busca por melhores condições de vida acabou trazendo o homem do campo para a cidade sem qualificação profissional, por exemplo, gerando mais um problema social. O que aconteceu? O pessoal não tendo condições de viver no campo foi indo para as cidades. Então, as cidades incharam. Quando em 1966, eu fui para a Paraíba, João Pessoa tinha, apenas, cento e treze mil habitantes. E hoje, quantas vezes isso já se multiplicou* [6]?

A criatividade pastoral, a presença social ativa da Igreja junto aos camponeses, aos sindicatos, aos pescadores, como também novos ensaios de liturgia, enfrentando as questões daquele período histórico, responderam às múltiplas demandas da sociedade paraibana.

Outro aspecto que merece destacar é a prática religiosa das camadas populares. No conjunto, o povo nordestino é muito religioso. É um povo cristão. E nesse povo está a força do catolicismo, com suas reservas de solidariedade, disponibilidade e fraternidade. A cultura popular está impregnada dos valores cristãos. O projeto pastoral soube articular esses valores populares com a luz do evangelho, possibilitando um diálogo entre a Palavra do Povo e a Palavra de Deus. Assim, a opção pelos pobres norteou todo o trabalho eclesial. Significou solidariedade, apoio e incentivo para que as camadas populares pudessem se organizar e, assim, tivessem capacidade real de participação. A orientação pastoral foi sendo composta pelo clero e pelos leigos. Investiu-se na formação do laicato para que pudesse ter vez e voz e, assim, condições de se expressar e estabelecer um verdadeiro diálogo com os poderes públicos e a hierarquia.

2. Relação Igreja e Estado no Brasil após 1964

Com o golpe militar em 1964, a posição da Igreja foi-se modificando e adquiriu um caráter de oposição, à medida que o regime manifestava mais ostensivamente sua verdadeira fisionomia. Portanto, de aliada, a Igreja passa a adversária do regime. Dom José Maria Pires tece alguns comentários sobre essa mudança na intervenção que faz no XII Congresso Brasileiro de Comunicação Social em Recife, no ano de 1983.

> Prezados Congressistas
> Quem lhes fala neste momento é um bispo que aplaudiu calorosamente a Revolução de 1954. Nessa época, eu vivia no interior de Minas, à frente da Diocese de Araçuaí. Com antecedência me fora comunicado por funcionário do Governo que Minas Gerais ia rebelar-se contra o Governo Federal e daria início a um movimento de salvação nacional, visando a combater a corrupção de toda sorte de desmandos na área oficial e a impedir que o comunismo tomasse conta do Brasil. [...] Com o tempo e a prática, fomos percebendo que os conflitos não eram casos isolados, não se restringiam a determinadas pessoas conhecidas por suas posições bem definidas e consideradas avançadas, nem podiam ser atribuídas à incompetência ou à má vontade de funcionários do 2º. Ou 3º. Escalão. O que havia era mesmo uma determinação a ser cumprida a qualquer preço. A Revolução tinha seu ideário. Nele não entravam os direitos da pessoa como anteriores ao Estado: dele não fazia parte o bem do povo

[6] Op. cit.

> como meta primeira a ser alcançada: as reformas de estrutura estavam dele completamente afastadas [7].

Marcas, rastros possibilitam ver um movimento diferente no catolicismo. Novos sinais atravessam a fé cristã, direcionados para o compromisso com o pobre. Uma história que transforma o discurso retórico religioso em prática concreta.

Em linhas gerais, a mudança de lugar da Igreja consistiu em reeditar a Palavra de Deus. Isso compromisso significou:

. incentivar e apoiar uma Igreja que nasce do povo, pela ação do Espírito - as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Uma Igreja gente, vinculada às pessoas, em busca de vivências comunitárias, respeitando as peculiaridades de cada região e local;

. aprofundar o sentido comunitário em substituição ao individualismo religioso e o contato pessoal, capaz de identificar as pessoas nos diversos grupos e comunidades.

Na sociedade, esse apoio pretende:

. comprometer-se na formação de uma nova sociedade e de um novo homem;

. acompanhar e criar condições para a conscientização social e política do povo, à luz do evangelho.

Diversas formas de organização foram-se definindo, ganhando formas na ação pastoral, com seu fundamento na vivência da fé e da caridade. Nessa busca de unidade pastoral, todas as iniciativas da Arquidiocese da Paraíba consideram a situação concreta do povo, sobretudo dos mais pobres. Foi preciso repensar, também, a formação do clero. Um novo projeto de formação teve seu início no Seminário de Camaragipe, em 1965. Em 1968, com o apoio dos bispos do Nordeste II, o Instituto de Teologia do Recife (ITER) começa um novo projeto de formação dos padres, tendo como referência as orientações conciliares e a reflexão teológica de Medellín. Nesse mesmo período, uma outra experiência de formação teológico-missionário começa a acontecer. Sua metodologia está centrada na relação teoria e prática. Trabalhando com o povo, leigos, agentes de pastoral e os futuros sacerdotes vivem em pequenas comunidades junto com o povo. A cultura popular, a religiosidade popular e o trabalho são valorizados. Tratava-se de uma experiência original e muito dinâmica. Em 1982 teve início o Seminário Rural. Estava, na realidade, em sintonia com as propostas anteriores, pois o eixo central da experiência era a formação na ação. Tendo em vista sua proposta direcionada para a práxis, ficou conhecida como "Teologia da Enxada".

3. A terra, o povo e o meio

Ao longo da história do cristianismo (e do judaísmo) a questão da terra marca sua trajetória. A ação da Igreja do Brasil, no campo, está permeada por diversas tendências, mobilizações e lutas. A mobilização política da década de 1950 mostra a ampliação das influências de vários setores do catolicismo, sugerindo modificações na estrutura agrária. Os bispos do Nordeste fazem uma série de pronunciamentos de 1956 a 1959 por meio de cartas pastorais, declarações, entrevistas, programas de ação.

Diante da gravidade da situação agrária na região nordestina, Dom José Maria Pires apóia a organização sindical, sobretudo, as reivindicações justas e necessárias em prol de uma política de utilização da terra, construção de açudes, assistência técnica e financeira aos pequenos produtores. Um fato singular é a presença desse bispo nas áreas rurais conflituosas. Ele visita cada comunidade e procura se informar da situação. Cada caso é estudado a partir de depoimentos dos moradores, do movimento dos sindicatos e

[7] Op. cit. (AEP).

das articulações feitas, dentro da lei, com os proprietários. Transcrevo fragmentos da Quarta Carta Pastoral sobre "Os sofrimentos dos agricultores". Esse Texto descreve a situação em duas propriedades - Mata-de-Vara e Lameiro.

> Meus Irmãos:
> Temo que a ira de Deus se inflame contra alguns proprietários da Paraíba como se inflamou contra o rei Acab e sua mulher Jezabel, responsável pela morte de Nabot. Podem ler essa história no Primeiro Livro dos Reis, capítulo 21 e verificar como tudo é parecido com o que está acontecendo em Mata-de-Vara, Lameiro e muitos outros lugares. [...] Lameiro: Temos acompanhado com preocupação o que vem ocorrendo há mais de um ano na propriedade denominada Lameiro, perto de Serra-da-Raiz. O atual proprietário resolveu afastar da terra os moradores, mas sem lhes pagar o que exigem pelas benfeitorias. Alguns aceitaram o "acordo" e receberam indenizações consideradas muito inferiores ao valor de suas lavouras. Outros vêm resistindo e querem que as indenizações se façam mediante avaliação judicial. Essa determinação corajosa suscitou uma série de represálias e intimidações por parte do proprietário as quais culminaram com aberturas de cercas para o gado entrar nas plantações. [...] O agricultor não tem segurança. Como poderiam os encarregados da segurança do povo garantir melhor o direito dos pobres à sobrevivência? Quem teria mais direito ao uso daquelas terras? [...} A política da SUDENE está sendo nociva à agricultura da Paraíba e é péssima a imagem dessa instituição diante do povo. Muitas lágrimas têm sido derramadas por causa da SUDENE [8].

A contribuição mais rica da Pastoral da Terra na Arquidiocese da Paraíba foi certamente o seu processo aberto e participativo. Havia uma unidade entre Bispo – Agentes de Pastoral – Povo. As situações litigiosas da terra fizeram com que diversos cursos fossem abertos para que as camadas populares analisassem, argumentassem e compreendessem seu significado histórico, político e social.

Merece destaque, a situação dos conflitos acontecidos em Alagamar, Camucim e Mucatu. Segue um quadro demonstrativo das Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires. Estão organizadas em dois grupos temáticos. O primeiro relata os diversos problemas do homem do campo, sua relação com a terra e o enfrentamento com os poderes públicos, os grandes proprietários e as empreiteiras. O segundo quadro aborda diversos temas - a elaboração da Nova Constituição, as missões na Arquidiocese, a implantação do dízimo. A última Carta Pastoral é um histórico do tempo vivido na Arquidiocese da Paraíba.

1º GRUPO: A QUESTÃO AGRÁRIA E O PAPEL DA IGREJA

DATA	CONTEÚDO
25.04.1975	**Carta de D. José Maria Pires sobre o sofrimento dos camponeses** Analisa o final da seca de 1975 e o sofrimento da população que vive na zona rural neste período de estiagem
15.06.1975	**Segunda Carta Pastoral de D. José Maria Pires sobre o sofrimento** **Dos agricultores** Relata o sofrimento dos agricultores da Fazenda Mucatu, vítimas do conflito pela posse da terra **Conteúdo**
12.12.1975	**Terceira Carta Pastoral de Dom José Maria Pires sobre os problemas do campo** Analisa a acusação sofrida por Frei Hermano José, acusado pelo Serviço de Segurança Nacional de subversivo e comunista.

[8] Op. cit. (AEP).

05.03.1976	**Quarta Carta Pastoral de D. José Maria Pires sobre os sofrimentos dos agricultores** Comenta e denuncia a expulsão e o sofrimento dos agricultores das fazendas: Mata-de-Vara e Lameiro.
12.02.1978	**Carta Pastoral sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos** Trata das diretrizes assumidas pela Igreja da Paraíba.

A realidade concreta do povo foi a grande motivação para a comunhão com o compromisso da fé cristã. Toda a Igreja da Paraíba se coloca a serviço da sociedade, particularmente dos mais pobres. Esse objetivo norteava todo o trabalho pastoral.

2º GRUPO: TEMAS DIVERSOS

DATA	CONTEÚDO
16.07.1986	**Carta Pastoral de D. José Maria Pires sobre Constituinte e Constituição** O conteúdo está centrado na elaboração da Constituição Brasileira.
27.04.1992	**Carta Pastoral de Dom José Maria Pires por ocasião da criação da Diocese da Paraíba** Faz um relato histórico dos 100 anos de criação da diocese da Paraíba.
30.05.1993	**Carta Pastoral de D. José Maria Pires, Caminhar Juntos: Ano Missionário (1993-1994)** Trata da celebração do primeiro centenário de instalação da Diocese.
12.10.1994	**Carta pastoral de D. José Maria Pires sobre a Instituição do Dízimo na Arquidiocese da Paraíba** Relata a história do dízimo nas primeiras comunidades cristãs e demonstra a importância desse gesto, como partilha e divisão dos bens, para a comunidade diocesana.
26.11.1995	**Carta Pastoral Amor e Dedicação à Paraíba** Faz um histórico sobre sua atuação, como pastor na Arquidiocese da Paraíba (1965-1995).

As diversas Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires relatam um tempo de presença. Presença em movimento. É um tempo que alinha a religião com as situações concretas da vida.

Um fato singular na história da luta pela terra em Alagamar, aos 05/01/1980, foi a ida de Dom José Maria Pires naquela região para expulsar o gado das plantações dos camponeses Ao seu lado estavam Dom Hélder Câmara, outros bispos e religiosos que, também, ajudaram a tocar os animais para que não comessem a lavoura, a mando dos próprios donos de terras.

> Com a volta das 350 reses da Fazenda Maria de Melo ao cercado dos proprietários, os camponeses conseguiram salvar, ao que se calcula, 123 mil pés de mandioca dos 146 mil plantados no roçado da comunidade. O gado começou a ser tangido, ontem, às 8 h da manhã, **quando o arcebispo paraibano responsabilizou-se por essa operação.** Comandando pessoalmente a expulsão dos animais de dentro das lavouras, ele teve ajuda dos demais religiosos. O grupo de bispos manteve diálogo com o superintendente policial da área, tenente Dirson Clementino, não tendo sofrido nenhuma coação por parte da polícia. Em Alagamar, os bispos sustentaram o que chamam de 'movimento simbólico em prol da não violência'. Constou a visita, também, de uma marcha silenciosa de colonos e religiosos pelos roçados da fazenda

> Maria de Melo. O gado foi em seguida tocado para o cercado dos proprietários. Os bispos, como as demais pessoas, empunhavam talos de jurema e carrapateiras. Dom José Maria Pires muniu-se de uma vara de marmeleiro, fazendo questão de dizer 'isto é apenas um símbolo, pois este pau não vai bater em nenhuma rês [9].

Esse fato demonstra a mudança do sentido e do papel do "Pastor" de uma diocese. Marca profundamente a situação e atuação do catolicismo na Arquidiocese da Paraíba. Chama atenção para a necessidade de mudanças sociais e,ainda, para o significado político do catolicismo.

A questão da etnia também compõe o trabalho de Dom José. Em seu depoimento fez a seguinte afirmação:

> *Existem as duas coisas; uma, de certo modo, depende da outra. O preconceito social vem dessa situação: o pequeno, o pobre, o que não estudou, esse não vale, a palavra dele não tem importância, então na medida em que valorizamos a pessoa, independente de sua origem, da sua cor, independente da sua condição social, valorizamos a pessoa. Nós combatemos ao mesmo tempo os dois preconceitos, o racial e o social*.

O catolicismo teve um papel relevante no cenário nordestino. Impulsionou trabalhos, programas sociais e religiosos, num quadro de grandes carências. Um dos pontos fundamentais do período de Dom José Maria Pires na Paraíba foi-se basear na tradição cristã. Mas uma tradição em mudança.

Concluindo, transcrevo um trecho de seu depoimento:

> *A minha convicção é que, não é a Igreja Católica, mas as Igrejas têm o elemento que pode ajudar hoje a sociedade a encontrar um rumo de dias melhores. Isso é, ela tem a mensagem, a Palavra de Deus, que é uma Palavra que orienta as pessoas. A espiritualidade da solidariedade, da fraternidade, os dois mandamentos. A solidariedade que leva as pessoas a ver a outra como irmão, como companheiro. Uma Igreja evangélica que queira ser sal da terra, luz do mundo, fermento na massa [10].*

Este texto, como afirmei, no início, faz parte de uma pesquisa mais ampla que está em fase de conclusão. Portanto, esta conclusão tem um caráter provisório. Alguns temas, programas, trabalhos ficaram na sombra. Quero apenas iniciar um diálogo e pontuar o trabalho de um bispo a serviço do Povo de Deus. Vida dedicada ao Outro. Numa região povoada de conflitos, soube pensar o religioso com novos gestos e novos olhares. Foi um Pastor em movimento.

---

[9] BISPOS expulsam gado de Alagamar. *O Norte*, 05 jan. 1980, p. 5, c. 1-2.
[10] Op. cit. (AEP).

A luta dos índios Kaiowá das áreas Rancho Jacaré e Guaimbé de Mato Grosso do Sul (1976-1979).

Meire Adriana da Silva* - PPG-UFMS

> *Nunca vou ficar. Eu pra vir aqui onde não é minha querência pra eu vir e ser feliz, se acostumar, se adaptar, fazer roça aqui não dá.*
> *E pra onde a gente podia ir? Se fossemos pra cá morreríamos, se fossemos pra lá morreríamos, tinha morro por todos os lados. Por lá quem foi, que passou sacrifício e muita fome. Se não se a gente não tivesse lutado assim, fazia tempo que teríamos morrer todos..*[1]

O presente trabalho procura demonstrar, por meio dos depoimentos indígenas, as estratégias adotadas pelos índios Kaiowá, das áreas Rancho Jacaré e Guaimbé, para resistir ao violento processo de invasão de seus territórios. Os Kaiowá destas áreas estão localizados atualmente no município de Laguna Carapã-MS e foram expulsos de seus territórios tradicionais[1] entre os anos de 1976 e 1979.

A ação de interlocutores (do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e da Fundação Nacional do índio - FUNAI) durante esse processo também é demonstrada. As obras de Moreira[2] e de Pacheco[3], sobre a *legitimidade dos processos de retomada dos territórios tradicionais* Guarani/Kaiowá e as *novas estratégias* de mobilizações indígenas, constituíram-se também em fontes básicas para a elaboração deste trabalho.

A história da retomada desses territórios indígenas contada pelos próprios índios demonstrou semelhanças entre história oral e memória. As discussões de Brand[4], Michael Pollak[5], Meihy[6] e Ferreira[7] sobre história oral e memória também são aspectos discutidos neste trabalho.

A partir do final da década de 1970, estes povos reocuparam cerca de 18 áreas indígenas, entre as quais as de Guaimbé e Rancho Jacaré. É nesse contexto de retomadas de territórios tradicionais Guarani/Kaiowá, ocupadas por empreendimentos agropecuários, que a população indígena busca alianças com agentes externos[8], como se nota na fala do capitão Jacinto Ireno, durante uma Assembléia Indígena, em 1982: *como a gente não tem poder de resolver o problema da terra a gente tem que procurar outros meios para resolver*[9].

A mobilização dos índios Guarani/Kaiowá é discutida também no trabalho de Rosely Pacheco, que enfatiza suas fortes mobilizações na região sul do estado. A autora afirma que houve um estreitamento de relações entre os índios e seus aliados externos, fazendo parte do que poderíamos considerar como *novas estratégias,* dentre as quais destacam-se *alianças* com agentes externos. Tanto Pacheco como Moreira comungam da idéia de que, para os índios as *retomadas* eram a única forma *de quebrar o confinamento e reconstruir o modo de ser Guarani*[10].

Os indígenas da aldeia Guaimbé e Rancho Jacaré expressaram com convicção, em seus relatos, que são os verdadeiros proprietários da terra. Essa convicção fez com que eles recuperassem e reocupassem suas terras. Desta forma nota-se que a ação de entidades de apoio estava condicionada primeiramente à ação dos índios, mesmo reconhecendo a importância do apoio dos não índios, como afirma o indígena Vidal Cavalheiro: *É, se não fosse ajuda da Igreja ia morre tudo criança, pra passa fome né, se não fosse ajuda ai morre mesmo*[11], não tinham este como fator determinante para sua luta. Mesmo sem a ação desses órgãos externos de apoio, a resistência dessa comunidade provavelmente não seria diferente. Para eles, naquele momento de tensão e de fome, muitas vezes, o nome das pessoas ou de entidades que os estavam apoiando não tinha tanta relevância. O que importava para os índios era que havia uma mínima ajuda, ou seja, apoio logístico para que pudessem continuar resistindo ao processo violento de despejo, como também no posterior retorno para esta área. Ao se referirem aos *católicos*, como dizem, falavam sobre o fornecimento de alimentos após o retorno para a fazenda. É notório neste processo, o poder de articulação dos índios e a busca de alianças com outros setores da sociedade externa, como é o caso do CIMI.

Após o declínio do Monopólio da Companhia Matte Larangeira[12], por volta de 1934, e com a implementação das fazendas na região, a partir de 1970, a população indígena Kaiowá que residia nas terras ocupadas pela Companhia (fazenda Maciel Kue e Rancho Grande) passou por violentos processos de expulsão.

Este processo se acirrou entre 1976 e 1977, tendo em vista as ações de um dos proprietários das fazendas da Empresa Matte Larangeira, Luiz Prates. Os indígenas relatam que devido às permanentes pressões, quando o fazendeiro e seu capataz chegavam dizendo que iriam levá-los para outro lugar porque aquela terra não era deles, esses por estarem atemorizados, acabavam deixando a fazenda.

Os índios expulsos do Rancho Jacaré e de Guaimbé foram levados, pela primeira vez, em 1977, para Pedro Juan no Paraguai. Com o pedido de ajuda formulado pelo indígena Lídio Moraes à FUNAI, e com a ação do Consulado brasileiro em Pedro Juan Caballero, a Policia Federal tomou providências para que índios retornassem para sua área de origem**.**

Em 1978, os índios foram novamente expulsos de suas áreas. Essa expulsão foi denominada pela FUNAI de "transferência". Os índios foram, violentamente, levados pelos proprietários da fazenda, com o apoio da FUNAI, para a reserva de Bodoquena, município de Porto Murtinho, (pertencente aos índios Kadiwéu), a 800 km de sua área de origem. Houve várias artimanhas e violências cometidas tanto pelo fazendeiro quanto pela FUNAI para convencer os índios a se retirarem por *"vontade própria"* de sua área. A transferência arbitrária*,* segundo jornais da época, *foi possível graças ao entendimento dos donos da fazenda, a Cia. Mate Laranjeira, e funcionários do próprio órgão tutelar*[13]*.*

Os Kaiowá descrevem com muito detalhe as violências que marcaram a expulsão de suas aldeias e a constante tensão gerada entre indígenas e brancos, que permaneciam na região. Os índios recebiam várias ameaças de morte, como conta a Ñandesy (nossa mãe), Livrada Rodrigues, moradora da Aldeia Rancho Jacaré:

> *Eles diziam - não se descuidem, eles vão vir hoje. Eles diziam hoje é a última vez que estou avisando vocês não se descuidem eles virão atropelar vocês. E ali tinha um mato, se você fosse você ia ficar com medo, naqueles trieiros estavam os brancos, só se viam o rosto deles. Você ia, e daqui a pouco saia um branco, olhando pra você. E eu nem dormia mais, sentia muito medo* [14]*...*
>
> *Daqui eles nos levaram em gaiola, gaiola mesmo, vieram três gaiolas, na gaiola que nós fomos. Nos levaram de um cercado nos ergueram, deste cercado nos levaram... ali que descemos todos. Ali dormimos, amanheceu cedinho... nos levaram até Tarumã, pelo caminho nós fomos e dormimos. Pelo caminho,*

> *dormimos, nos alimentaram, nos dava pãozinho para não morrermos de fome, tampavam da gente a gaiola para não vermos nosso rastro. Assim que nos levaram, e a gente ficava olhando pelos buraquinhos pra ver onde estavam nos levando*[15]*...*

Em 1979, os 121 indígenas citados pela FUNAI[16]**,** cansados de esperar que esta Fundação os levasse de volta para as aldeias de onde haviam sido expulsos, quatro meses após sua chegada em Bodoquena, resolveram voltar para a área Rancho Jacaré e Guaimbé.

Houve várias tentativas por parte do senhor Jamiro, administrador da FUNAI de Bodoquena, para que os índios não retornassem para sua área da qual haviam sido retirados, dizendo que se fizessem isso ficaria mal para o órgão indigenista. Uma das estratégias utilizadas pelos indígenas, devido a essa pressão, era de dizerem que, se alguém perguntasse para onde estavam indo era para falar que era para Caarapó ou Amambaí, ou seja, para as reservas onde a FUNAI dizia que eles deveriam ficar.

A FUNAI providenciou um caminhão e solicitou a presença da polícia para levá-los de volta à Bodoquena quando já se encontravam na estrada de volta para Dourados. No entanto, a resistência dos índios fez com que o administrador desistisse da ação. O então chefe da FUNAI de Campo Grande conseguiu transporte para que eles fossem levados até Dourados, onde ficaram alojados em um antigo posto da FUNAI, por volta de quatro meses. Durante essas longas caminhadas feitas pelos índios várias crianças e velhos ficaram doentes e alguns deles morreram quando já estavam alojados no posto, em Dourados.

Segundo o jornal a *Folha de Londrina*, em 30/05/1979, uma comissão da FUNAI levou duas lideranças indígenas para a fazenda no intuito de propor aos índios que ficassem com um pedaço da fazenda, nos fundos (descampado, sem mato), em área denominada até hoje, de Guaimbé. Essa proposta, conforme relatório do Bispo de Dourados, Dom Teodardo Leitz, para o Presidente da FUNAI, Adhemar Ribeiro da Silva, foi no sentido de convencer os índios de que Guaimbé seria demarcado brevemente e que Rancho Jacaré demoraria de um a dois anos.

Dessa forma, um grupo pequeno aceitou a proposta e, cansados das promessas e sofrimentos, voltaram para área Guaimbé no inicio de junho de 1979. Mas a maioria permaneceu no antigo posto da FUNAI, em Dourados, até o mês de agosto, quando, após várias idas de lideranças à Brasília para reuniões com representantes da FUNAI (onde nada se resolveu) retornaram à sua área de origem, novamente a pé.

Após essa longa trajetória de idas e voltas, assim como das constantes expulsões as suas terras foram, finalmente, homologadas, em abril de 1984, demonstrando desta forma o poder de resistência do Kaiowá e a eficácia das suas estratégias assentadas na intensa mobilização interna e forte articulação com os agentes externos.

Essa história está muito presente na memória dos Kaiowá do Rancho Jacaré e Guaimbé. A forma como a contam é repleta de lembranças e emoções. Desta forma, é possível que possamos reconstruir as estratégias destes sujeitos tendo como base à história oral e a memória.

Michael Pollak vêm rebatendo críticas quanto à utilização da história oral. Sobre a legitimidade da história oral baseada na memória, afirma que assim como a memória é socialmente construída, as fontes escritas também o são. Para ele a crítica à fonte tem que ser feita a todo tipo de fonte e não vê diferença entre fonte escrita e oral.

A *coleta de representações* colocadas por este autor, por meio da história oral, abriu novos campos de pesquisa e ressalta que a memória já possui novos instrumentos metodológicos que não os mesmos de dez anos atrás. E com isso enfatiza que deve haver uma *sensibilidade epistemológica especifica aguçada*, tendo em vista a multiplicação dos objetos que podem interessar à história. A critica das fontes orais deverá fazer com que os historiadores levem ainda mais a sério a critica das fontes. As *memórias subterrâneas* são ressaltadas após o início de estudos sobre as minorias, a partir da história oral, opondo-se, dessa forma, às memórias oficiais e nacionais.

A afirmação de Meihy de que história e memória não se confundem não pode ser constatada ao analisar as entrevistas dos Kaiowá. Pude observar que são questões muito próximas, como afirma Brand, em suas pesquisas junto ao Guarani/Kaiowá: *considerando a história como 'saber da sociedade sobre si mesma', nas sociedades de tradição oral, onde se incluem as sociedades indígenas no Brasil, história e memória se confundem. É na própria memória que efetuam e atualizam suas sínteses críticas, destacam continuidades e rupturas*[17].

Meihy ao se referir à questão da interpretação da memória, coloca a necessidade de interpretação do que ficou ou não registrado. No entanto, nota-se que isso também se dá em relação à história oral, ou seja, a história oral não vale por si mesma, mesmo com a possibilidade de confrontação ou não junto a outras fontes, faz-se necessária sua análise.

Uma outra questão utilizada pelo autor para diferenciar memória e história oral relaciona-se à variação da memória. Para ele essa variação pode desfocar o centro da reflexão da entrevista, enquanto que a história oral está atenta *à inserção do indivíduo na sociedade e não na relação do depoente com suas lembranças*[18]. No entanto, entendo que essas *lembranças*, principalmente no caso das populações indígenas, podem ser informações importantes sobre determinados grupos indígenas, e que essas lembranças têm uma inserção na sociedade indígena, assim como relatos históricos obtidos e tidos como história oral.

Durante a realização de algumas entrevistas com os Kaiowá, pude observar uma variação de assuntos e de tempo (fator natural entre os Guarani/Kaiowá). Em alguns momentos falavam do período que estavam na reserva dos Kadiwéu e repentinamente mudavam para o período em que já haviam voltado para a área de onde tinham sido expulsos. Quanto aos assuntos, eram permeados por uma mistura de questões como: violência, fome, medo, doenças e ao mesmo tempo sobre a importância das rezas durante todo o período que ficaram na reserva dos Kadiwéu e durante suas caminhadas de volta para sua área. Ou seja, muitas vezes eram colocadas questões que não eram os objetivos centrais das entrevistas. Mas no

desenvolvimento voltavam-se para o período central da pesquisa. As entrevistas, na sua integra, constataram fatos que estavam inseridos no contexto das expulsões e das retomadas.

O que devemos fazer é buscar compreender e definir os fatos considerados relevantes ou não em uma entrevista, dependendo do contexto da pesquisa.

Michael Pollak nos lembra que a memória apesar de construída coletivamente e submetida a transformações, deve-se levar em conta, também, que há na memória pontos ou marcos relativamente imutáveis. Enfatiza que devido à importância de alguns fatos individuais, ou mesmo coletivos alguns aspectos da memória podem não sofrer transformações.

Ao analisar as entrevistas de moradores da aldeia Rancho Jacaré e Guaimbé percebi que o processo de expulsão e retomada de seus territórios os marcou muito. Desde aquelas pessoas que na época eram crianças, como a Kaiowá Nilza Aquino que tinha 10 anos quando foram expulsos pela segunda vez, hoje com 36, até os mais velhos, como o senhor Rufino Aquino, de 84 anos, ambos lembravam com muita intensidade os fatos ocorridos. Como nos coloca Michael Pollak *podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação*[19].

Baseando-se em Nora, Ferreira descreve definições sobre memória e história. A memória também é vista como uma construção do passado, *mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente*[20].

Essas questões vêm no sentido de confirmar as hipóteses sobre as semelhanças entre história oral e memória. A questão de a memória ser pautada por *emoções e vivências* também são características da história oral. No depoimento da Ñandesy Livrada (assim como de outros moradores da aldeia Rancho Jacaré) pude perceber grande carga de emoções. Essas emoções vinham à tona, às vezes, como uma manifestação de alegria por terem conseguido superar tantas dificuldades e terem retornado à sua terra. Em outros momentos, eram emoções tristes

ao relembrarem as dificuldades encontradas. Ou seja, foram as *vivências* e as *emoções* que pautaram os relatos históricos sobre o processo de expulsão e retomadas de seus territórios.

Por isso, a análise de Ferreira, de que as novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações[21], faz-me pensar que o inverso, também, pode ocorrer, ou seja, o que podemos considerar enquanto memória, também pode ser um relato histórico. No entanto, essas questões que coloco necessitam maior aprofundamento através de pesquisas em história oral, principalmente em relação aos povos indígenas.

---

[*] Mestranda no Programa de Pós Graduação em História, Câmpus de Dourados, UFMS.

[1] LIVRADA RODRIGUES. Aldeia Rancho Jacaré. Fita nº 3. Entrevistada por Meire Adriana da Silva, com o auxílio da professora Agustinha Martins. Tradução de Rosa Sebastiana Colmam. 06/10/2004.p. 2;7. A Ñandesy (nossa mãe) Livrada, trata-se de uma liderança religiosa que tem como prática a realização de rezas, cantos e danças. Na atualidade, na região do Guarani/Kaiowá a Ñandesy é chamada pelos não índios e por alguns indígenas de rezadeira.

[1] Áreas que os Guarani/Kaiowá ocupavam anteriormente a demarcação das reservas pelo SPI.

[2] MOREIRA, Silva Lásaro. *A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos Kaiowá e Ñandeva em Mato Grosso do Sul*. 2002 195 f. Dissertação (Mestrado em Direito) UNB, Brasília-DF.

[3] PACHECO, Rosely A. Stefanes. *Mobilizações Guarani Kaiowá e Ñandeva e a (re) construção de territórios (1978-2003)*: novas perspectivas para o direito indígena. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História da UFMS – Câmpus de Dourados.

[4] BRAND, Jacó Antônio. Memória e história entre os Kaiowá/Guarani ou até onde o presente segue como parte pela qual o passado constrói o futuro? **Revista História**, São Leopoldo, número especial, p. 285-306, 2002.

[5] POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos.** Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

[6] MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História oral.* São Paulo: Edições. Loyola, 1996.78 p.

[7] FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, M.M. (Coord.) *Entrevistas: abordagens e usos da história ora*l. Rio de Janeiro. FGV, 1994. p. 1-13.

[8] Refere-se tanto a entidades de apoio aos índios, como órgãos públicos competentes.

[9] Assembléia Indígena em abril de 1982, realizada na Vila São Pedro-Dourados-MS.

[10] MOREIRA, 2002, p. 68.

[11] VIDAL CAVALHEIRO. Aldeia Guaimbé. Fita nº 6. Entrevistado por Meire Adriana da Silva, com o auxílio do professor Onérimo Godoi. Transcrição Meire Adriana da Silva. 25/11/2004, p.1.

[12] Companhia de exploração de erva-mate que em 1882, recebeu do Governo Imperial o direito de explorar os ervais da região Sul, do atual Estado de Mato Grosso do Sul. BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação do Sul de Mato Grosso – 1880-1940.* Campo Grande: UFMS, 2000, p. 83.

[13] A irresponsabilidade da FUNAI. Nota da Pastoral Indígena da Diocese de Dourados. *Folha de Londrina*, 15 set., 1979, Folha Rural.

[14] LIVRADA, 2004, p. 3.

[15] Ibid. 2004, p.1.

[16] FUNAI. Memorando 343/9ª DR - do Delegado Regional da FUNAI para Chefe de Posto em Amambaí. 1978.

[17] BRAND, 2002, p. 286.

[18] MEIHY, 1996, p. 66.

[19] POLLAK **,** 1992, p. 201.

[20] FERREIRA**,**1994, p. 8.

[21] Ibid. 1994, p. 8.

SABERES DA DOCÊNCIA E ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

MICHELE CRISTINA MOURA

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Educação

> *As mulheres, política, econômica, social e culturalmente marginalizadas ao longo da história, vivendo nas sombras do mundo doméstico e na penumbra social, contando confidências, trocando receitas, falando em murmúrios nos séculos de submissão a que estiveram sujeitas enquanto teciam o fio do tapete da existência, são elas as grandes conhecedoras da arte de perpetuar a vida através da oralidade.*
>
> Jane Soares de Almeida

Este texto é parte integrante da Dissertação de Mestrado "Saberes da docência e práticas de ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental", produzida no Programa de Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Professora Doutora Selva Guimarães Fonseca. As raízes dessa investigação situam-se nos anos de 2001 e 2002, período em que realizamos as primeiras analises sobres o ensino de História e a formação de professores. Nossa preocupação voltava-se para os processos de implementação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) nas séries iniciais do ensino fundamental em três escolas da rede de ensino de Uberlândia-MG. Além disso, era objeto de estudo os saberes históricos difundidos e incorporados às práticas pedagógicas dos professores e professoras desse nível de ensino. Na tentativa de construir respostas plausíveis para nossos questionamentos, realizamos entrevistas orais temáticas com três professoras, analisamos o texto do PCN de História e a proposta curricular elaborada pela Secretaria Municipal de Educação em vigor na rede de ensino de Uberlândia-MG.

Durante esse processo investigativo novas questões foram formuladas em torno da formação docente, da constituição dos saberes e das práticas pedagógicas. Tais questões podem ser assim apresentadas: Como os Cursos de Formação Inicial – Licenciaturas em Pedagogia e História da UFU e o Curso de Formação Inicial em Serviço "Projeto Veredas", convênio UFU/SEE/MG, têm contribuído para a re/construção dos saberes e das práticas de ensino em História? Qual(is) a(s) principal(is) fonte(s) de saberes históricos dos professores e como esses saberes são reconstruídos e mobilizados no cotidiano escolar? Como as professoras concebem os conteúdos

históricos necessários, válidos e "obrigatórios" ao processo de ensino das escolas brasileiras? Quais os significados e os sentidos que as professoras atribuem ao ensino de História? Neste sentido, o objetivo principal de nossa pesquisa foi analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada das professoras que ministram o ensino de História em escolas públicas de Uberlândia – MG e a forma como esses processos repercutem na constituição dos saberes e das práticas pedagógicas dos docentes em exercício nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Abordamos o ensino de História inspiradas em autores, tais como: SACRISTÁN (2002); CHARLOT (2002) e NOGUEIRA (2003). Com base nos autores consideramos a realidade e as condições concretas em que vivem e trabalham as professoras. Desse modo, compreendemos que o que somos está em relação direta e/ou indireta com a organização e desenvolvimento das práticas de ensino, com a seleção dos conteúdos a ser ensinados durante o ano letivo, com as práticas avaliativas, com as formas de se relacionar com os alunos, com os outros professores e com a comunidade escolar.

Nessa ótica, a pesquisa descortinou as múltiplas faces formativas dos Cursos de Pedagogia, de História e do Projeto Veredas através das narrativas das professoras. Por intermédio das narrativas, explicações, vivências, pensamentos e ações das professoras, estabelecemos relações colaborativas e comprometidas, eticamente, como as docentes participantes da pesquisa. Isto significa reconhecer o outro não como mero "objeto" ou "fonte" a serviço dos interesses alheios a ele, mas sim como sujeito – professor – pesquisador.

Dessa maneira, compartilhamos com ARNAUS (1995), ao conceber que na abordagem colaborativa, os professores são focalizados como colaboradores da pesquisa e como construtores singulares de conhecimento de suas histórias individuais e coletivas. Para tanto, buscamos inspiração na história oral, especificamente na tendência da história oral temática. Trilhar os caminhos da história oral temática foi um desafio para nós. Ouvir o outro, respeitar seu tempo e seus desejos foi uma experiência nova que permitiu-nos conhecer e refletir sobre quem é professor que atua nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública. Dar voz às professoras possibilitou-nos compreender e captar complexas relações que entrelaçam o viver o fazer num movimento permeado por desejos, esperanças e coragem de ser professora no contexto da escola pública brasileira. Assim, este estudo constituiu-se de múltiplos olhares – da pesquisadora e das professoras – que juntas buscaram descobrir questões, historicamente, silenciadas pela literatura educacional.

Além das entrevistas, utilizamos amplo acervo de fontes bibliográficas, documentos oficiais da instituição, questionários, registros das professoras e alunos. Apesar de trabalharmos com o universo de seis professoras, este estudo não se trata de um estudo de gênero. O grupo investigado se constituiu dessa forma no decorrer da pesquisa, ou seja, não tínhamos como critério inicial a seleção do universo feminino. Entretanto, cabe destacar que a maioria absoluta de docentes que atuam neste nível de ensino, na cidade de Uberlândia é constituída por mulheres.

A formação acadêmica das professoras entrevistas pode ser caracterizada assim: duas graduadas em Pedagogia, duas em História e duas em processo de formação no Projeto Veredas – Curso Normal Superior desenvolvido em convênio da UFU com a SEE/MG. De acordo com os propósitos dessa investigação, os critérios utilizados para selecionar as professoras giraram em torno da *amostragem estratégica*. Os critérios foram: **1) nível de ensino em que as professoras atuam** – anos iniciais do ensino fundamental*;* **2) caráter institucional das escolas em que as professoras exercem a profissão docente** – acreditamos que a pesquisa na universidade pública deve, na medida possível, desenvolver-se em colaboração com o professor do ensino público; **3) curso superior em que se formaram ou estão se formando** – Pedagogia e História da UFU e Projeto Veredas – Convênio UFU/SEE/MG. As colaboradoras formadas nos dois primeiros Cursos deveriam ter concluído o processo de formação superior até a data de início da pesquisa (março/2003). No segundo caso, as professoras encontram-se na última etapa do processo de formação. Os critérios de seleção adotados favoreceram a incorporação de experiências formativas diferenciadas.

formas

Durante o processo de busca e encontro com as professoras uma frase nos acompanhou: *Essa é uma pesquisa que retrata heróis não muito reconhecidos, mas freqüentemente silenciados* (NOGUEIRA, 2003, p.65). É assim que vemos as narradoras que fazem parte deste trabalho. São heroínas, que vivem de acordo com o que lhes é possível ser e fazer. Heroínas, cujas vozes tivemos acesso, que se dispuseram a reviver momentos marcantes de suas vidas. Reconstruíram momentos que trouxeram, no ato da palavra, lágrimas, sorrisos e silêncios.

Diante do exposto, a pesquisa realizou-se em dois tempos, conforme nos ensina BOM MEIHY. Para o autor são *dois tempos independentes e eventualmente complementares. O primeiro é o tempo da constituição de um documento; o outro, o da análise do produto* (1996, p.50).

Para realizar o primeiro tempo "constituição de um documento", inspiramo-nos em THOMPSON (1998) que defende algumas características que o entrevistador deve possuir e colocar em prática na condução e desenvolvimento das entrevistas são elas: interesse e respeito pelos narradores, flexibilidade nas reações em relação aos colaboradores, capacidade de expressar, compreensão e simpatia pela opinião dos sujeitos e, o mais importante, disposição para ficar calado e escutar. Nesse sentido, o diálogo foi permeado pelo respeito mútuo, pela troca de experiências e pelo reconhecimento de que ambos - pesquisador e narrador - são sujeitos que agem e produzem o documento (narrativa) juntos. Como afirma BOSI, *uma pesquisa é um compromisso afetivo**, um trabalho ombro a ombro** com o sujeito da pesquisa* (1994, p.38, grifos nossos).

A partir desses pressupostos a realização das entrevistas transcorreu em um clima de profunda confiança, carinho e valorização das múltiplas vivências reveladas pelas falas das professoras. Os encontros e diálogos constituíram-se momentos de uma riqueza imensurável. Confessamos que fomos surpreendidas pelo momento da escuta, não imaginávamos que poderíamos nos esquecer, em alguns momentos, do mundo lá fora e nos deixar levar pela fala do outro. O momento da escuta é único! A sensação que tínhamos era de estarmos reconstruindo, juntamente com as narradoras, os acontecimentos, as vivências e as experiências de suas vidas.

Geralmente, antes de iniciarmos as entrevistas, conversávamos um pouco sobre nossas vidas, falávamos sobre os objetivos da pesquisa, sobre a metodologia e o papel importante que cada narradora desempenhava no trabalho em desenvolvimento. Compartilhamos com a autora o sentimento de que é importante conduzir o trabalho de campo com sensibilidade e delicadeza. FONSECA afirma que na condução da pesquisa devemos *sentir os mínimos detalhes e gestos do outro, valorizando-o como sujeito, que detém experiência e sabedoria importantes para as novas gerações* (1994, p.58).

As interlocuções giraram em torno de quatro eixos: dados pessoais, formação inicial, formação continuada e atuação profissional. A temática do ensino de História não foi tratada de forma isolada, sua presença foi constante no diálogo entre pesquisadora e colaboradora. Faz-se necessário dizer que durante as entrevistas algumas questões foram acrescidas pelo fato das narrativas em construção darem margem para outras abordagens.

Após cada encontro seguia-se a fase de transposição dos discursos orais gravados para o discurso escrito. O primeiro passo foi a transcrição integral das fitas gravadas.

Essa tarefa é árdua, solitária, lenta, consome muito tempo, requer do pesquisador muita atenção, empenho e dedicação. Procuramos iniciar esse processo sempre após as entrevistas, no intuito de preservar as lembranças, as emoções, os gestos, os olhares, a entonação da voz, os silêncios, os risos, as expressões faciais, as desconstruções das falas e os detalhes que marcaram os encontros. Segundo FONSECA *isto é importante para que o texto escrito possa expressar, ao máximo, a interação ocorrida entre narrador e ouvinte* (1994, p.57).

Feito essa primeira parte do trabalho, iniciamos o processo de conferência do discurso escrito a partir de uma cópia impressa. Novamente ouvíamos as gravações no intuito de detectar possíveis erros de registro. Ao final dessa etapa encaminhamos a textualização das narrativas. Esse momento é de reorganização e rearticulação da entrevista com o propósito de torná-la compreensível e capaz de despertar prazer na leitura. Como procedeu FONSECA, procuramos também desenvolver um texto claro e que possa *ser ele próprio o emissor de uma compreensão que permita expressar a riqueza da experiência vivida pelos sujeitos* (1997, p.55).

O resultado desse trabalho, que se subdivide em diferentes momentos, é um documento que expressa as narrativas das entrevistadas e da entrevistadora. Embora a pesquisadora tenha sido a personagem que compôs a redação final, o que se encontra aqui são as expectativas, os sonhos, as frustrações e lutas de sujeitos sociais que, historicamente, enfrentam críticas, adjetivações variadas e a imposição externa do que aparentemente é certo e bom para a sua vida profissional.

Nossa intenção foi perceber o que há por detrás das ações das professoras. Compreendemos, agora, com maior clareza que as docentes não agem no vácuo, há uma rede de relações e significados que movimentam e impulsionam o cotidiano de suas práticas no ensino de História. As influências culturais, sócio-econômicas, ambientais, dentre outras, possibilitam o vir-a-ser professora e consolidam maneiras diversas de ser e agir no espaço escolar. Sobretudo, descobrimos que viver a profissão docente é conviver com desejos, esperanças e, principalmente, renovar a cada novo dia a coragem de ser professor.

A leitura e interpretação das narrativas pautaram-se nesses pressupostos e a partir deles centramos nosso olhar nas seguintes dimensões: a) a regularidade e a descontinuidade com que determinadas categorias apareceram nos discursos; b) as diferenças e especificidades presentes em cada narrativa. Nessa perspectiva, para enfrentarmos a tarefa de entendimento das narrativas dentro de um movimento dialético

que pressupõe a não fragmentação dessas duas dimensões valemo-nos das palavras de LARROSA que enfatizam a necessidade de conceber uma certa comunidade a partir da pluralidade, *como um entre de onde se desdobram singularidades* (2001, p.293).

Inspiramo-nos em LARROSA, lembrando que:

> *A palavra duplica-se cada vez que se comunica. Por isso, comunicação, o dizer-se da palavra, não transporta o único e o comum, mas cria o múltiplo e o diferente. A palavra, que é, que dura, que se mantém sempre a mesma, se multiplica e se pluraliza porque diz, cada vez, algo singular, porque o dizer-se da palavra é, cada vez, um acontecimento único* (2001, p.291).

Nosso caminho foi, sobretudo, uma possibilidade de explorar e interpretar as vozes das professoras que lidam, cotidianamente, com o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental. E nessa busca de explorar e interpretar o que pensam e vivem as professoras, não temos a pretensão de transmitir o único e comum mas, criar o múltiplo e o diferente.

Auscultar as narrativas das professoras permitiu-nos conhecer e compreender as relações entre os processos formativos desenvolvidos em Cursos Superiores, os saberes docentes e as práticas no ensino de História. Desvelamos um pouco da ampla e complexa trama de saberes e práticas pedagógicas que são constituídas, cotidianamente, no espaço-tempo da escola.

Na busca de uma análise sensível, atenta ao tempo, à diversidade, aos sujeitos, aos lugares, à múltiplas relações de pertencimento das professoras, respeitamos as falas de cada uma delas – que são seres de memória, de cultura e de história. Tentamos, na medida possível, promover o entendimento de suas constituições como professoras, de seus saberes e de suas práticas no ensino de História. Ressaltamos os múltiplos fios que se entrelaçam e influenciam na re/construção dos saberes históricos e da docência.

Ao trilharmos os caminhos da pesquisa com as professoras percebemos que a necessidade de repensar os processos de formação de professores, repensar os saberes, as posturas, as metodologias e as práticas de ensino de História. Reconhecemos que esse movimento é uma tarefa árdua, que requer a participação coletiva dos formadores de formadores e dos próprios professores que atuam nas escolas públicas. Precisamos trabalhar em equipe, de forma dialética e dialógica, abordando o professor como sujeito de seu saber e de seu fazer, como entidade humana, dinâmica, digna e que merece ser ouvida, considerada e valorizada nas suas relações e na sua historicidade, nos seus percursos, práticas e saberes, que está no mundo para aprender, desenvolver e crescer.

Encontramos, no desenvolver da pesquisa, vários fatores que entravam a constituição do professor reflexivo – precárias condições de vida e de trabalho, baixos salários, dobra de turno, pouco tempo para o estudo, falta de recursos pedagógicos na escola. Tais fatores quase nunca são considerados pelas políticas públicas; pelos cursos formação de professores e pela própria tradição do discurso pedagógico que, não assumindo a complexidade do fazer docente, circunscreve a realidade escolar dentro de uma moldura estável e fechada.

Se as condições de vida e de trabalho são precárias, os professores pouco refletem sobre a natureza e produção do conhecimento que têm em mãos, sobre os objetivos e metodologias que desenvolvem nas aulas de História, sobre os recursos didáticos que utilizam e sobre os processos avaliativos que são postos em movimento no espaço da sala de aula.

Constatado está, afinal, que é inviável pensarmos em processos reflexivos no cotidiano da escola (para que os professores, alunos e escola se transformem) se não houver mudanças nas condições de vida e de trabalho dos professores. Associado a isso precisamos re/pensar e re/criar novos caminhos para os processos formativos que são oferecidos aos sujeitos que desejam exercer a profissão docente.

Um dos caminhos para concretizarmos a mudança é ouvir mais os professores, valorizar e incorporar suas vozes que trazem experiências e vivências cotidianas. Talvez, assim, pudéssemos redimensionar os processos formativos – sejam eles iniciais ou continuados. Talvez, assim, pudéssemos re/compor novos currículos e programas de formação docente. Quem sabe assim, valorizando e incorporando as diferentes vozes, tempos e espaços de vivência e formação dos professores, não podemos criar um movimento rico, vivo e interativo de re/construção de identidades, saberes e práticas no ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: 1998.

ARNAUS, R. Vocês que cuentan y vocês que interpretan: Reflexiones en torno a la autoria narrativa en una investigación etnográfica. In: LARROSA, J. et al. **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación.** Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In:_____. et al. **Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOM MEIHY, J. C. **Manual de história oral.** São Paulo: Loyola, 1996.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
BUENO, B. O. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. In: **Educação e Pesquisa***,* São Paulo, v.28, n.1, p.11-30, jan./jun.2002.
CABRINI, C. et alii. **O ensino de História: revisão urgente.** São Paulo: Brasiliense, 1997.
CATANI, D. B. et al. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: _____. (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação***.* São Paulo: Escrituras, 1997.
CHARLOT, B. Formação de professores: a pesquisa e a política educacional. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito***.* São Paulo: Cortez, 2002.
CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.
CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, J.; et al. **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación.** Barcelona: Editorial Laertes, 1995.
FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Orgs.) **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
FONSECA, S. G. **Caminhos da História ensinada.** Campinas, SP: Papirus, 1993.
_____. **Relatório para Exame de Qualificação.** 1994. 136f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1994.
_____. Ensinar história através de projetos de pesquisa. In: **Presença Pedagógica,** Belo Horizonte, Ed. Dimensão, v.3, n.18, 1997.
_____. **Ser professor no Brasil: história oral de vida.** Campinas, SP: Papirus, 1997.
_____. O prazer de viver e ensinar história: In: VASCONCELOS, G. A. N. (Org.) **Como me fiz professora.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
_____. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas, SP: Papirus, 2003.
_____. Saberes da experiência, histórias de vida e formação docente. In: CICILLINI, G. A.; NOGUEIRA, S. V. (Orgs.). **Educação escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas.** Uberlândia: EDUFU, 2002.
GAULTHIER, C.; TARDIF, M. O professor como "ator racional": que racionalidade, que saber, que julgamento? In: PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; et al. **Formando professores: quais estratégias? quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação***.* Lisboa: EDUCA, 2002.
LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.) **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença***.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
NOGUEIRA, V. **O professor no processo educativo: suas histórias e suas ações***.* 2003. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.
NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de Professores***.* Portugal: Porto Editora LDA, 1992.
RAGO, M., GIMENES, R. A. O. (Orgs.) **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas**,** SP: UNICAMP, 2000.
SACRISTÁN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.* São Paulo: Cortez, 2002.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional***.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
THOMPSON, P. **A voz do passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

A cidade, o sonho e as picaretas: progressismo e modernidade na construção da paisagem urbana de Vitória (ES)

Michele Monteiro Prado - UNIVIX
micheleprado@uol.com.br

A passagem do século XIX para o XX marcou um momento de grandes transformações técnicas e sociais que romperam as tradicionais relações de produção e de moradia na cidade, determinadas pelo progresso científico e pela mecanização dos sistemas de produção, decorrentes da Industrialização. As cidades em geral não estavam dotadas da infra-estrutura necessária a fim de possibilitar as novas formas de produção e de relação política e comercial internacional, nem preparadas oferecer condições de habitabilidade adequadas ao crescimento populacional. Justificando a necessidade de responder à modernidade político-cultural e científica com a modernização da estrutura das cidades, técnicos e higienistas lançaram propostas orientadas por termos físicos e normativos, buscando, através de modelos sociais e urbanísticos, remediar os problemas da cidade industrial, com o controle do crescimento, da densidade populacional e construtiva, da salubridade e, por que não, da própria população, através do disciplinamento do urbano e da população como um instrumento necessário para o estabelecimento de um novo padrão burguês de convivência nas cidades.

Deve-se compreender que naquele momento, o próprio conceito de modernidade era entendido como um caminho gradativo em direção ao melhoramento das condições econômicas, tecnológicas e culturais dos povos. Daí a conotação extremamente simbólica de termos então fartamente utilizados, tais como “melhoria”, “desenvolvimento”, “evolução” da humanidade; bem como a acirrada oposição a tudo aquilo que estivesse ligado a práticas tradicionais, e que se contrapusesse conceitualmente ao significado de “ser moderno”. Assim como a retórica, também a ação sobre o espaço urbano recebeu uma qualificação simbólica: a renovação da arquitetura e a implementação da infra-estrutura foram valorizados como signos de progresso e avanço, e passaram a representá-los.

Tal campo de discussão se delineou inicialmente na Europa, mas também repercutiu no Brasil. A inserção do país no meio de produção capitalista internacional propiciou sua abertura aos novos padrões urbanos que orientavam a concepção das cidades européias, trazendo novos valores urbanos que tinham por base um ideal de progresso e civilização possível de ser alcançado por meio da razão e do saber científico. E as cidades brasileiras fugiam aos padrões de ordem e disciplina estabelecidos por estas técnica e ciência. Por isso o discurso de políticos, médicos, engenheiros, sanitaristas e posteriormente arquitetos passou a pregar a intervenção no espaço urbano a fim de romper com o modelo colonial e seus padrões rurais, patriarcais e religiosos. Esses atores, com o apoio quase irrestrito dos meios de comunicação e das elites, tomaram a frente do discurso moderno e influenciaram, através de suas leis, códigos e projetos, o imaginário da população e, consequentemente, a imagem das cidades, a fim de serem vistas como modernizadas, civilizadas, belas e saudáveis, intencionando-se atrair com isso atenções e investimentos de capital estrangeiros.

No caso de Vitória**,** capital do Espírito Santo, a irregularidade do traçado e parcelamento; os cortiços e o baixo padrão construtivo das edificações; a insalubridade; a precariedade e até mesmo a ausência de serviços de abastecimento de água, luz e esgoto; a deficiência das vias de circulação e dos meios de comunicação; tudo isso era apontado por tais atores como fatores que denegriam a boa imagem da cidade, além de prejudicarem o desenvolvimento das economias. No entanto, o ideal de modernidade não abrangeu tão somente a dimensão urbana: incluiu também a renovação das práticas em sociedade, seus hábitos e costumes. Ou seja, a tão ansiada modernidade passou pela constituição de um novo padrão de sociabilidade e um novo conjunto de representações que compunham o imaginário social, onde tudo isso seria espelhado num cenário renovado e majestoso.

A solução para os problemas no meio urbano capixaba surgiu, portanto, através da idéia de torná-lo salubre, combatendo epidemias e infecções; de melhorar os sistemas de circulação, a fim de dar suporte às atividades econômicas e facilitar o deslocamento da população aos seus locais de trabalho; de melhorar a questão habitacional; e de valorizar a imagem da

cidade, destruindo a arquitetura tradicional e introduzindo novos modelos estéticos, dotando-a de monumentalidade através de obras ditas de "embelezamento", e construindo uma nova identidade – moderna e civilizada – frente ao contexto mundial e local.

O ideal de sanear, controlar o meio, corpos e mentes; constituiu a linha de frente do discurso progressista modernizador em Vitória, sendo muitas vezes equiparado, ou até mesmo sobrepujado, pela função simbólica de autoprojeção cultural dos novos valores burgueses e pelo ideal de representação de imagem de cidade moderna.

O IDEAL DE SALUBRIDADE

A ausência de serviços urbanos básicos como água, luz, esgotamento sanitário em Vitória, as habitações precárias da população mais pobre e de imigrantes estrangeiros, a irregularidade do sítio e presença de manguezais; tudo isso era constantemente associado às causas das epidemias e a um perfil sanitário colonial atrasado, o que comprometia a imagem que se desejava construir de uma capital moderna. Deve-se compreender que as práticas médica e sanitarista no Brasil eram orientadas pelo Positivismo, que associava o grau de insalubridade ao distanciamento em relação a uma norma, pregando assim o ordenamento da cidade. O próprio homem, ao afastar-se dessas normas, era visto como elemento capaz de comprometer os costumes e a economia do Estado, o que justificava o controle social como garantia para a saúde da população e progresso da sociedade. Além disso, adotava-se em grande parte a "Teoria dos Miasmas", que associava as doenças às condições ambientais precárias, e entendia que a origem das doenças e epidemias estaria na matéria em putrefação, nas águas estagnadas, na má circulação do ar. Esse ideário chegou ao Espírito Santo e norteou o pensamento de técnicos e dirigentes, e foi expresso nas palavras do Presidente do Estado Antônio Rodrigues, que declarou, em 1886, que "a questão da salubridade não passa mais pela circunscrição da doença e da observação do corpo doente, mas pela modificação do meio físico"[1].

O medo do contágio induziu ao surgimento de novas práticas de prevenção e normativas que se utilizavam dos agentes de saúde e da ciência para barrar os surtos e corrigir os focos

de doenças. Os códigos de posturas do início do século XX incorporaram tal desejo de higienização e ordenação da cidade, e de apagar os traços do domínio português, impondo não apenas um controle sobre o urbano e a construção civil, mas também restringindo hábitos e festividades considerados provincianos. No intuito de pôr fim às origens das epidemias, justificava-se a intervenção urbana em três âmbitos, a seguir:

a) As intervenções no âmbito urbano ou público abrangiam a retificação, alargamento e regularização das vias a fim de permitir a insolação, ventilação e dissipação dos gases deletérios, bem como arborização das ruas – com o duplo fim de higienização pela purificação do ar e embelezamento. Visavam ainda atender a urgente necessidade de retirar as principais causas apontadas de epidemias: esgotos, terrenos alagadiços, cortiços, cemitérios urbanos; além de promover a construção de sistemas de drenagem das vias, áreas alagáveis pelo mar e manguezais. Inclui também o fornecimento de energia elétrica e a execução de sistemas de abastecimento de água, pondo fim às velhas fontes, bicas e chafarizes coloniais. Outras ações, como o alargamento de vias para melhor aeração do conjunto urbano, acompanhado da demolição do antigo casario colonial considerado insalubre, foram continuamente desenvolvidas até o início da década de 1940.

b) As intervenções no âmbito arquitetônico ou particular surgiram juntamente com a edição dos primeiros códigos de posturas, ainda ao final do século XIX, procurando corrigir e controlar a construção de modo a dotar a arquitetura residencial, originalmente de alcovas coloniais, de melhores condições de higiene, insolação e ventilação. Tais códigos controlavam a altura das casas em relação às ruas; exigiam aberturas com dimensões proporcionais aos cômodos a que atendessem; uso de equipamentos de abastecimento e esgotamento sanitário e pluvial, como tubulações e calhas; emprego de materiais de revestimentos laváveis para banheiros como azulejos ou cimento branco. Chegavam até a exigir a limpeza de testadas, calçamento das frentes e caiação de casas e muros, tudo na tentativa de construir uma imagem de cidade que aparentasse assepsia.

Havia também uma grande preocupação com os cortiços ou mesmo com o modesto casario da população mais humilde, como é visto nas palavras do Presidente Moniz Freire:

> a desproporção esmagadora entre quantidade de fogos e a de habitações dá lugar à acumulações prejudicialíssimas, à ocupação irremediável de pardieiros infectos, à procura de abrigo em todos os espaços de cada casa, e à construção constante de residências provisórias, revés quase sempre aos preceitos higiênicos mais rudimentares[2].

É assim que se estabelece a vigilância sanitária, que tinha poder de polícia, impondo multas aos infratores, despejando moradores e demolindo casas consideradas sem condições de salubridade. A legislação municipal instituiu a desapropriação nos casos de comodidade, aformoseamento urbano e salubridade pública, permitindo assim corrigir alinhamentos; e chegou a proibir a construção de cortiços na cidade, bem como qualquer tipo de reparo naqueles já existentes, intencionando extingui-los. Observa-se que a política sanitária buscava controlar o espaço urbano e a moradia popular, mais que as condições sanitárias da urbe – reflexo da crítica a tudo o que fosse ligado ao passado colonial, visto como fator determinante para o "atraso" do país, diante das principais nações do mundo. É claro que por trás desse discurso higienista escondia-se um processo de exclusão da camada mais baixa da população, sem condições financeiras de adaptar-se às novas exigências da legislação pertinente. As elites desejavam construir uma cidade ordenada, rica financeira e culturalmente, onde tudo aquilo que fosse associado à insalubridade, à desorganização, à pobreza material – mesmo que a própria população – deveria ser expurgado para áreas distantes de seus olhos, numa clara expressão do poder econômico e social definindo o espaço da cidade. Em sua mensagem final de governo, o presidente do Estado Florentino Avidos declarou:

> Em benefício da salubridade, demoli velhas casas detestáveis ... [e em seu lugar] ... corrigi alinhamentos extravagantes, dando realce às novas fachadas e aspecto elegante[3].

c) As intervenções no âmbito moral ou pessoal intencionavam determinar um caráter civilizado à população. A via da legislação foi um instrumento importantíssimo para controlar e impor a nova imagem de modernidade também no âmbito privado, através de normas que controlavam a construção e até mesmo o modo de vida, inibindo certas formas de apropriação da cidade, a livre circulação ou suprimindo "comportamentos não desejáveis" de uma parcela da população. Ou seja, a constituição do panorama de civilidade passou não somente pelo ordenamento do espaço público, como também pelo disciplinamento dos usos

e práticas em sociedade, a partir da instituição de instrumentos de controle do urbano e da conduta social, dos quais também se destacam os códigos de posturas. Regulamentava-se as diversas formas de utilização do espaço urbano, alterando práticas econômicas, costumes, formas de lazer e de habitar tradicionais, com base em argumentos sanitários, políticos e ideológicos burgueses. Proibiram-se os quiosques, a prostituição, os jogos de rua. Pessoas descalças ou que não estivessem "decentemente vestidas" – traduzindo: sem ternos, gravatas, chapéus, vestidos e sapatos finos – além de ambulantes, foram impedidos de entrar nos jardins. Obstou-se o trânsito nas ruas de carregadores e ambulantes, festas e procissões consideradas arcaicas, o trabalho de quitandeiras e lavadeiras nas fontes e chafarizes. Ou seja, mais uma vez observa-se o uso da legislação e do discurso político na exclusão urbana das camadas menos abastadas da população.

O Ideal Estético

Na medida em que o ideal de modernização fluía em direção a um desprezo pela herança material e cultural do passado, buscava-se representar, na paisagem urbana, um presente instituidor de uma sociedade progressiva, a partir de uma articulada cenografia urbana da qual faziam parte a arquitetura e as remodelações e reformas urbanísticas. A construção de um cenário expressivo do potencial da capital capixaba frente ao país que se modernizava passava pela dotação de obras suntuosas que simbolizassem progresso e civilidade, e que construíssem uma cidade tal como idealizada, motivo de orgulho para sua sociedade. Portanto, os elementos de composição que construíram a nova paisagem urbana foram carregados de conteúdo simbólico, e a eles foi conferido o caráter de signo da modernidade. Esses signos foram representados pela correção, calçamento e iluminação das ruas; pela preocupação do tratamento conjunto de todos os elementos urbanos propondo a articulação entre as edificações, vias de comunicação e praças, todos tratados paisagisticamente; pela construção de parques e jardins; pela concepção dos novos palacetes e recobrimento dos antigos edifícios coloniais com uma roupagem historicista; pela inserção de novos programas e tipos arquitetônicos; pela implantação estratégica dos edifícios públicos em

posição de destaque com relação às perspectivas cenográficas das vias, praças e jardins públicos, transformando-os em pontos focais na estrutura urbana. Na medida do possível, a legislação urbana impôs um controle à estética das edificações, seja obrigando a demolição de construções consideradas sem valor estilístico, seja impondo regras de composição arquitetônica. Determinou-se a alteração dos antigos balcões e gelosias da herança portuguesa por gradis em ferro, com o fim de "uniformizar a estética das edificações" – como se a estética colonial não pudesse ser considerada uniforme. Os códigos de posturas do início do século XX determinavam alturas e proporções para cornijas de embasamento e coroamento, obrigatoriedade de pintura, caiação e manutenção das boas condições construtivas e estéticas das fachadas das edificações. Leis urbanísticas instituíram a isenção de impostos e prêmios para quem agisse conforme tais exigências, o pagamento de taxas pelos proprietários de prédios em ruínas nas principais ruas, e incentivaram a verticalização das edificações, impondo-se alturas mínimas obrigatórias paras edificações a se implantarem nas principais avenidas comerciais, certamente para conotar-lhes um aspecto mais monumental, num esforço de transformar, pela via legal, a imagem da cidade.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que, seja através do saneamento ou do embelezamento, cada um desses elementos foi explorado de forma ora mais, ora menos elaborada, conforme parecesse mais conveniente ao discurso e aos interesses envolvidos. Todavia, de forma geral, o saneamento foi de início a frente mais abordada. Isso não impediu que a questão estética se desenvolvesse paralelamente e que sofresse grande ascensão, sobretudo após instalados os primeiros elementos de infra-estrutura. Na verdade, saneamento e estética correram em direção a um objetivo comum, que era desenvolver uma população capixaba saudável e culturalmente avançada, bem ao gosto do pensamento positivista da época. Foi portanto construída em Vitória toda uma nova cenografia que traduzia o "ser moderno", especialmente elaborada para a exposição dos setores da sociedade em ascensão, que necessitavam de uma vivência social para forjarem suas identidades. O espaço público tornou-se o espaço burguês por excelência, e na mente das

elites, técnicos e governantes, deveria refletir essa nova sociedade progressista e antenada com a modernidade, apagando para isso as marcas do passado colonial, seja através de códigos e leis, seja pela intervenção física. Ainda que não se efetuasse grandes alterações nas estruturas urbana e social; ou ao contrário: ainda que as ações de modernização e remodelação espacial fossem fortemente caracterizadas pelo desejo de exclusão social de parcela da população, essas foram legitimadas pelo próprio discurso de técnicos, sanitaristas, governantes, imprensa; o que expressa claramente o caráter simbólico e ideológico através do qual se cristalizaram os ideais de modernização.

---

[1] ESPÍRITO SANTO. Presidente (1883-1886: Antônio Rodrigues). Relatório final de governo enviado ao Congresso Legislativo. Vitória: Tipografia do Espírito Santo, 1886, p. 22.

[2], Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895. Vitória: Tipografia do Espírito Santo, 1895.p. 17.

[3] ESPÍRITO SANTO. Presidente. Mensagem final de governo do Presidente Florentino Avidos, apresentada em 15 de julho de 1928. Vitória: Tipografia do Diário da Manhã, 1928, p. 275

Urbanismo breve histórico: São Paulo década de 1990 e os dias de hoje

Miguel Antonio Buzzar

O urbanismo moderno conheceu na década de 1950 e nas seguintes uma forte crítica dos seus postulados. A Carta de Atenas propunha estruturar a cidade através de funções apropriadas para a produção capitalista eficiente. Desta forma a organização da cidade deveria contemplar e se estruturar através de quatro funções básicas, compreendendo o habitar, o trabalhar, o circular e o lazer.

A Carta havia sido formulada no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em 1933. Inicialmente previsto para ocorrer em Moscou, em função das mudanças ocorridas no núcleo dirigente do PCURSS, que passou a condenar a arte da vanguarda moderna como fruto da degeneração capitalista, o CIAM aconteceu em parte em Marselha, em parte a bordo do SS Patris e concluído em Atenas. A Carta de Atenas só seria publicada 10 anos depois em Paris, por iniciativa de Le Corbusier, durante a II Guerra Mundial.

No mesmo ano, de forma paradoxal, a direção dos CIAM, já transferida para Nova Iorque em função do nazismo, formada por Sigfried Giedeon (secretário), Josep Lluís Sert (presidente) e Fernan Léger redigiram naquele ano, como apontou Kenneth Frampton, os surpreendentes e polêmicos “Nine Points on Monumentality”, em cujo texto a questão da representação, esquecida pela Carta de Atenas, foi revestida de fundamental importância.

Após considerar que “os monumentos são ritos humanos que os homens criaram para suas idéias...” e, que “os mais vitais são aqueles que expressam o sentimento e o pensamento dessa força coletiva que é o povo.”, o documento afirmava que:

“ 6) Nos espera un nuevo paso. Los cambios de posguerra en toda la estructura económica de las naciones pueden levar consigo la organización de la vida comunitaria en la ciudad, que hasta la fecha ha sido práticamente negligida.

7) La gente quire que los edificios que representan su vida social y comunitaria den algo más que una satisfacción funcional." [1]

Esses itens incorporavam tanto críticas, como restrições ao modernismo, que se reconhecidas como importantes para sua renovação, deveriam ganhar alguma solução. De forma ambígua, os autores, indicavam que, para tanto, uma revisão dos preceitos anteriores deveria ser efetuada. Porém, seria significativo a consideração dos limites do funcionalismo, sempre entendido como cerne ideológico do movimento. [2]

Na linha do reconhecimento parcial das limitações das formulações modernas, mas talvez ainda objetivando assumir a frente do processo de reconstrução pós-guerra, celebrou-se em Brigwater, Inglaterra no ano de 1947, a retomada dos CIAM. Em sua declaração lia-se: "El objetivo de los CIAM consiste en trabajar para la creación de un entorno físico que satisfaga las necesidades emocionales y materiales del hombre".[3] Assim, na instância organizada do movimento moderno, iniciava-se uma revisão onde as "qualidades do lugar", uma conceituação não abstrata, deveriam passar a ser consideradas dentre os parâmetros de intervenção.

Em Brigwater, as objeções à cidade funcionalista, expressaram-se não apenas de forma negativa. Nele, iniciou-se um processo de formulações críticas, mas "complementares" à concepção modernista que havia sido desenvolvida de forma acabada na Carta de Atenas.

Entretanto, para Frampton, as contradições que "Nine Points on Monumentality" guardava, emergiram de forma objetiva no VIII CIAM, realizado em Hoddesdon, também na Inglaterra, em 1951, quando de fato vislumbrar-se-ia um processo de diferenciação mais profunda no movimento moderno. Apesar de singulares, os conceitos de "Nine Points ..." não satisfaziam as críticas que na época vinham sendo acumuladas entre os jovens arquitetos. Isto porque esse CIAM, cujo tema inicial era "O Núcleo" e que teve sua elaboração final consolidada com o significativo título "O Coração da Cidade", centrou suas idéias numa retificação da Carta de

1. Frampton, K., História Crítica de la Arquitectura Moderna, p.224-5.
2. Para uma análise inicial desta questão veja-se Banham, R., Teoria e Projeto na Primeira Época da Máquina, particularmente pp.341-515.

Atenas. Ou seja, o "Coração" proposto, apesar de toda simbologia que parecia (e parece) conter, tratava-se de um núcleo central para a cidade funcional que, deveria ser conseguido mediante um centro cívico, onde o novo caráter representativo e administrativo seria adicionado às relações e funções preestabelecidas.[4] Esta concepção marcou o limite da mudança de rumos nas interpretações das qualidades concretas do lugar que o grupo dirigente dos CIAM sustentava e, podia admitir como reparação a suas resoluções anteriores.

A exploração do tema "O Coração da Cidade" e a superação das propostas formuladas pelos arquitetos modernos da chamada segunda geração - os mestres [5]- que, compunham o então grupo dirigente dos CIAM, colocaria em destaque, em Aix-en-Provence, em 1953, no IX CIAM, não apenas a satisfação material dos indivíduos mas também a celebração de sentimentos coletivos e de identidades sociais. Nesse Congresso, destinado à discussão do "Habitat", as diferenças entre as gerações de arquitetos ganharam contornos claros. Segundo Frampton, isto ocorreu na medida em que Alison e Peter Smithson e Aldo van Eyck, caracterizados como dirigentes da nova geração, questionaram diretamente as quatro categorias funcionalistas da Carta de Atenas e, a tentativa de dar-lhe uma hierarquia urbana instantânea, com a proposta de Centro Cívico. Para eles, a cidade já era vista como um organismo complexo, descrita por várias línguas, onde o problema da identidade não se remetia apenas à questão da centralidade do poder, mas, dispersava-se pelos bairros em variadas práticas sociais, implicando, portanto, aos arquitetos e urbanistas uma abertura para esse mundo e, não, apenas a vontade de sua regularização. Os valores em mutação indicavam que:

"El hombre puede identificarse fácilmente con sú proprio hogar, pero tanto con la población en la que éste se encuentra situado. 'Pertenecer' es una necesidad básica emocional y sus asociaciones son del orden

---

3.Cit. in: Frampton, K., op. cit., p.275.

4. Para Montaner, J. M. "O Coração da Cidade", seria "más el centro cívico y representativo de la ciudad moderna que el centro histórico estrito." Para K. Frampton, o que nutriria a preocupação da segunda geração era o sentimento "sittesco" do "espacio de aparición pública", mas o modelo do núcleo, mostrar-se-ia simplista, para resolver os questionamentos da nova geração. Veja-se Montaner, J. M., Después del Movimiento Moderno, p.31-2 e Frampton, K., História Crítica de la Arquitectura Moderna, p.275.

5. Para um quadro das gerações do movimento moderno, bem como sua nomenclatura veja-se Montaner, J. M., op. cit., pp.12-8.

más simple. De 'pertenecer' -identidad- proviene el sentido enriquecedor de vencidad. La calle corta y angosta del barrio mísero triunfa allí donde una redistribución espaciosa fracasa." [6]

A essência desta declaração continha uma ruptura mais profunda entre a nova geração de arquitetos e os mestres que, haviam construído tanto as idéias do modernismo como as suas próprias reputações antes da II Guerra Mundial. A desarticulação dos CIAM assistiria ainda mais um momento decisivo no X Congresso em Dubrovbik, na ex-Iugoslávia (atual Croácia), em 1956. Para este Congresso, cujo tema continuaria sendo o "Habitat", como demonstrativo da crise, o casal Smithson junto com Eyck, Jacob Bakema, Georgis Candilis, Shadrach Woods, John Voelcker e William e Jill Howel, foram encarregados de preparar um trabalho a cerca da "relación mas precisa entre forma física y necesidad socio-psicológica." [7]

No mesmo período das críticas e propostas dos Smithson e do Team X, Ernesto Nathan Rogers iniciava uma profunda revisão da arquitetura e do urbanismo modernos. A Carta de Atenas pressupunha uma concepção de terra arrasada, as cidades modernas deveriam surgir em substituição às cidades históricas, arquitetura do *bulldozer*. Ainda que se reivindicasse do modernismo, sendo participante dos CIAM anteriores a Guerra, Rogers irá propor uma arquitetura que se relacione com as pré-existências ambientais. Os edifícios históricos, o traçado urbano, enfim a cidade como ela havia sido produzida deixava de ser um problema a ser sanado e passava a ser reconhecida como um ato profundo de cultura. A arquitetura deveria se apropriar da cena urbana tradicional, desde que corretamente interpretada nos seus valores. As idéias de Rogers defendidas na revista Casabella durante os anos 1950 e 1960 iriam formar uma geração de arquitetos preocupados em interpretar a cidade, sua história, sua arquitetura e seus traçados como partes integrantes do projeto arquitetônico ou urbano.

No contexto inglês ainda surgiriam outras contribuições importantes para renovação do pensamento urbanístico. Gordon Cullen, com o livro Paisagem Urbana, problematizou a interpretação da cidade pelos usuários. Para ele, as possibilidades que se abrem ao citadino

6. Frampton, K., op. cit., p.275..

através da visão serial estruturada nos percursos, ancora o olhar numa sequência de elementos que propicia um enriquecimento pessoal que apenas a cidade e seus vários tempos propicia.

A noção de pertencimento, que depois seria desenvolvida pelos arquitetos italianos já se insinuava nas pesquisas de Cullen e seria reforçada sobremaneira por Jane Jacobs no famoso livro "Morte e Vida das Grandes Cidades". O texto transformou-se num libelo contrário as idéias modernas e ao ascetismo dos planejadores. Onde os planejadores viam degradação, desvio da norma, Jacobs identificava vida urbana. Dos Smithson a Jacobs, a rua tradicional, que para Le Corbusier era resultado dos caminhos de burro e deveria ser suprimida, surgia como lugar público por excelência onde os moradores se reconheciam, as crianças brincavam e desde que houvesse uma multiplicidade de usos, um movimento constante era assegurado.

Ao final dos anos 1970 um novo repertório de intervenção havia se configurado. Os projeto urbanos deveriam relacionar-se com o lugar, mais precisamente o *genius locci*, o espírito do lugar, algo situado entre a memória coletiva que os moradores ou usuários guardavam de uma determinada área e a história do local, ou a sua historicidade urbana, representada por edifícios e traçados de vias. Apesar da problemática utilização complementar da idéia de memória e da noção de história, elas induziam a pensar as intervenções urbanas a partir de leituras que interpretassem as construções, o viário, os elementos urbanos, a esquina, estátuas, canteiros, árvores e mesmo o mobiliário urbano (em muitos casos recém descoberto), como atributos urbanos a serem preservados e reinterpretados. A escala do projeto passa a ser importante. A cidade não é um todo indistinto, um chassis monolítico. Ela é formada por trechos precisos, com características próprias. Trabalhá-las e não suprimi-las passa a ser um dos parâmetros obrigatórios. Diante do fracasso do planejamento urbano indistinto, buscou-se um desenho urbano que agregasse ou recuperasse valores urbanos que a cidade tinha e que o urbanismo moderno, aplicado nas suas várias dimensões, menosprezava, acarretando uma rarefação semântica da cidade.

---

7. Idem, ibdem, p.275.

A ressemantização da cidade esteve presente nos objetivos das intervenções urbanas que tiveram lugar a partir de 1980. Estranhamento o discurso de enaltecimento do lugar, de redescoberta da cidade, foi sendo agregado ao discurso de grandes renovações que tenderam a gerar o contrário do discurso inicial. As metrópoles passaram a ser vistas como pontos de uma rede mundial, na qual as características locais embalavam um enriquecimento cultural da ordem do entretenimento, portanto do uso mercadológica da cultura e de suas manifestações urbanas.

INTERVENÇÕES EM SÃO PAULO

As intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo, via de regra, mesclam um discurso, ou uma concepção que valorizam a incorporação dos novos procedimentos da arquitetura internacional, com um discurso de resgate de qualidades perdidas, em nome de uma celebração da cidade e de uma cultura urbana.

Os novos procedimentos tiveram nas administrações Maluf/Pitta um momento privilegiado. Particularmente, a administração de Paulo Maluf de 1993 a 1996 requentou a máxima "governar é abrir estradas", traduzida por "governar é abrir avenidas, túneis e pontes", atualizando o chamado modelo rodoviarista da urbanização paulistana, que identifica desenvolvimento com asfalto. As avenidas Águas Espraiadas, a Nova Faria Lima, os Complexos de túneis e outras intervenções aceleraram não o trânsito, mas a falta de percepção da cidade por parte de seus habitantes, ou pelo menos uma parcela considerável deles. Hipnotizados pelos primeiros anos do Real, novos automóveis e avenidas reinventaram um padrão e um gosto urbano que a classe média, havida pelo primeiro mundo, seja lá o que isso possa significar, abraçou sem restrições.

Exclusão social e consumo urbano passaram cada vez mais a serem potencializadas pelas ruas e avenidas. Engana-se quem pensa que as feridas na cidade localizam-se apenas em áreas abandonadas ou degradadas, como velhos trechos industriais. Um tipo de ferida ocorre onde a

atual vida urbana é mais intensa: nas ruas e avenidas de toda cidade. Uma ferida que a mobilidade viária amplia a toda cidade.

Passado o período de regressão, Maluf-Pitta, esperava-se outro caminho para a cidade. A administração de Marta Suplicy, entretanto, no plano urbano repetiu ações de duvidosa qualidade urbana, feitas em nome de uma funcionalidade viária questionável. Qual o futuro da velha urbanidade com as travessias da Avenida Rebouças e da Avenida Cidade Jardim sob a Avenida Faria Lima? Nestas obras, passagem vira sequestro da paisagem e fuga, mesmo que o destino seja o congestionamento seguinte, mas que solicita outra obra na sequência. Mas, importante, fuga de quem? E do que?

Neste caso, o privilégio do transporte individual soma-se a anti-cultura urbana em alta que vai do condomínio fechado ao grande edifício corporativo com garagem e serviços próprios, aos shopping-centers, às escolas com áreas de desembarque e embarque de estudantes. O novo modelo rodoviarista, propicia a "fuga" de uma elite financeira que identifica ascensão social com segregação social e a renúncia de tratar a cidade como um espaço público de uso comum. No máximo preserva-se de forma questionável guetos, cujo programa definitivo encontra a sua concretude em empreendimentos como *Alphaville*. Evidentemente, a administração Marta Suplicy, pela origem do Partido dos Trabalhadores (PT), por uma história na própria cidade, não é a repetição pura e simples de um governo de direita tradicional. Entretanto, atuou de forma ambígua. Por exemplo, ao mesmo tempo que estrutura o transporte coletivo com o bilhete único e os corredores de ônibus, cumprindo velhos projetos administrativos do PT para a capital, dinamiza o transporte individual, acelerando a segregação social que ela acarreta.

Para além da cena eleitoral, qual seria o traço definidor da sua política urbana? Nos documentos de política urbana anteriores a eleição, as propostas de uma cidade para todos, somavam-se sem um esclarecimento plausível, as idéias de associar interesses de investidores privados com o investimento público na geração ou melhoramento de "novas centralidades". Essa expressão surgida durante os anos 1990, qualificava de forma positiva a grande

metrópole e, especificamente, o que antes era percebido como perda de um sentido urbano comum: a sua fragmentação. A busca de um sentido comum por vezes foi traduzida na requalificação das áreas centrais, que em várias metrópoles por todo mundo haviam conhecido um processo de esvaziamento funcional e cultural dos seus centros tradicionais.

Diante da crítica de que as intervenções de requalificação das áreas centrais levavam a gentrificação dessas mesmas áreas, a resposta parece ter sido a de expandir as requalificações para o conjunto das metrópoles, associando intervenções de impacto, geralmente grandes complexos de uso múltiplo, empreendimentos motores, as tais novas centralidades. Ou seja, a fragmentação transformou-se em policentralidade.

Este novo entendimento urbano, ainda pode ter alguma validade nos países de capitalismo avançado, onde há alguma forma de defesa social em relação ao capital imobiliário. Entretanto, no Brasil a busca da atualização em relação aos procedimentos internacionais, se dá sob os arcaísmos sociais e culturais, e privilégios econômicos, por vezes, reforçando velhas condições sociais. Este parece ser o caso das intervenções na cidade de São Paulo.

A ambigüidade da administração Marta Suplicy é real, e não apenas um caso eleitoral, entretanto, em que pese alguns programas de justo efeito, não apenas social, mas também urbano, como os CEU, cabe perguntar se tais programas conseguem projetar uma nova cidade, ou se curvam à hegemonia da cidade “das vias de gentrificação”. Talvez a questão não seja o CEU, mas sim a própria noção de exclusão social, que permeia o debate sobre os rumos da sociedade, necessite ser rediscutida. Falar de exclusão em São Paulo, pressuporia que existe uma franja que não é absorvida pelos benefícios sociais, por uma remuneração razoável, ou por um padrão mínimo de habitabilidade urbana. Quando observamos as fotos aéreas dos CEU e seus arredores, ou lemos os mapas de indicadores sociais da cidade, entendemos que a porção incluída tem a dimensão do que seria plausível para a franja de excluídos.

O maior problema da administração Marta reside em patrocinar o entendimento de que o tipo de política que as intervenções viárias constroem, não são contraditórias com as políticas

sociais de sua administração. Neste ponto chegamos à cultura. Como apontado por vários autores, as iniciativas culturais geram uma animação urbana que projeta uma unidade social inexistente na vida real. Uma unidade que sobrevive ao período de um evento: um espetáculo onde os verdadeiros atores estão na platéia, pois representam o papel perdido de cidadãos.

Os colonos europeus e a Floresta de Araucária no Médio Vale do Iguaçu

MIGUEL MUNDSTOCK XAVIER DE CARVALHO - UFSC
EUNICE SUELI NODARI - UFSC

Em linhas gerais o processo histórico da colonização européia no Sul do Brasil foi caracterizado pelo predomínio da pequena propriedade, a mão de obra familiar, a inexpressividade ou mesmo a ausência em muitas regiões do trabalho escravo e a significativa presença de imigrantes não-ibéricos decididos a permanecer na "nova" terra. Essas características influenciaram, em grande medida, na atual realidade social, econômica e cultural do Sul do país. Esses temas já foram tratados em um sem número de trabalhos de historiadores.

Mas muito poucos trabalhos se dedicaram até agora em analisar a influência que os colonos europeus e seus descendentes tiveram no meio ambiente das regiões onde se estabeleceram, os usos que fizeram das plantas e animais nativos dessas regiões, e o impacto ambiental que seu modo de vida e as plantas e animais trazidos consigo causaram. Embora outros trabalhos tenham feito referências a derrubada das matas empreendidas pelos colonos, a instalação de pequenas serrarias, ao plantio e criação de animais trazidos da Europa, isso tem sido apenas comentários periféricos em pesquisas cuja temática central são aspectos econômicos, culturais ou sociais de determinadas regiões.

A história ambiental, campo de pesquisa incipiente no Brasil, mas já bem conhecido nos Estados Unidos e na Europa, oferece aos historiadores essa nova abordagem para se trabalhar com temas tradicionais, como a colonização européia, inserindo a questão ambiental na área de História. Segundo Donald Worster, um dos historiadores norte-americanos mais citados nessa área, a história ambiental se desenvolveu a partir dos anos 70, com o crescimento da preocupação pública com o meio ambiente e ascensão dos movimentos ambientalistas. Como metodologia Worster, e também José Augusto Drummond[1], defende a interdisciplinaridade, especialmente com as ciências naturais:

> No seu conjunto, as ciências naturais são instrumentos indispensáveis para o historiador ambiental, que precisa sempre começar com a reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades

humanas as penetrassem e modificassem.[2]

A partir desse treinamento - que evidentemente tem muitas limitações - em ciências naturais os historiadores estariam melhor preparados para avaliar os impactos que as diferentes sociedades causaram na natureza, ou mesmo os usos que essas sociedades fizeram do meio ambiente.

Para ilustrar essa questão, podemos observar em jornais, relatórios de governo e documentação das empresas colonizadoras, do final do século XIX e início do século XX, a frequência da menção à "mata virgem" para as áreas ainda não colonizadas. Os colonos europeus, vindos de uma Europa densamente povoada e há muito exígua em áreas florestais, viam nas florestas maduras das colônias ainda não "desbravadas", uma natureza intocada pela mão humana.[3]

Mas essa natureza intocada é muito mais o fruto do espanto do europeu com a exuberância florestal encontrada, e talvez também de elementos culturais herdados do romantismo europeu, pois indígenas de diversas matizes culturais e também caboclos já habitaram ou extraíram sua subsistência dessas florestas. Nesse sentido, estudos etnobotânicos como o de W. Balée[4] sobre a Floresta Estacional Semi-decidual no Paraná ajudam os historiadores ambientais a entender melhor o relacionamento das diferentes culturas com o meio ambiente, e também ter cuidado com as noções de "mata virgem" ou de ser humano como inevitavelmente destruidor da natureza.

Esse quadro geral do europeu se deparando com a "mata virgem", em uma área que já havia sido habitada por indígenas e caboclos também se aplica a região do presente artigo.

A região estudada compreende cerca de 5 mil km², correspondente as áreas antigas dos municípios vizinhos de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), localizados respectivamente no norte de Santa Catarina e sul do Paraná. A região era originalmente quase toda coberta pela Floresta Ombrófila Mista, ou Floresta de Araucária, com pequenas áreas de campos naturais em áreas acima de 1100m no sul de Porto União. O botânico Roberto M. Klein, estudando as florestas de Araucária no planalto sul-brasileiro, subdividiu

estas em cinco tipos, sendo dessa região característica a formação Araucária *(Araucaria angustifolia)* e imbuia *(Ocotea porosa)*:

> Uma grande parte do assim chamado primeiro planalto do Estado de Sta. Catarina, compreendendo principalmente os municípios de Canoinhas, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Porto União, Curitibanos e Caçador, assim como toda a parte central do Estado do Paraná, eram cobertos na sua maior parte, por um agrupamento vegetal muito característico, dominado pela Ocotea porosa (Imbuia, Embuia), que imprimia por grandes extensões desta região o aspecto fitofisionômico.[5]

A região também é extremamente rica em erva-mate (*Ilex paraguariensis*), destacando-se a parte leste de Porto União.[6]

Os municípios são cortados de leste para oeste pelo rio Iguaçu, e por numerosos afluentes de tamanho médio e pequeno que descem das montanhas formando muitas cachoeiras. As altitudes variam de 700-750 metros nas margens do Iguaçu a mais de 1200 metros na região de Matos Costa (Porto União) e na Serra da Esperança (União da Vitória). Essa última é divisora do segundo para o terceiro planalto paranaense. O clima da região, segundo a classificação de Koppen, é o temperado (Cfb), com temperaturas médias anuais de 15 a 18° C, e nas altitudes mais elevadas, mais de 25 geadas por ano.[7]

Os Xokleng, povos nômades que viviam da coleta, caça e pesca nas florestas, e cuja cultura remonta, segundo Walmir da Silva Pereira[8], a cerca de 5 mil anos atrás, foram provavelmente os primeiros habitantes da região. Sérgio Ferreira dos Santos, em pesquisa arqueológica realizada há alguns anos no vale do Rio Vermelho, afluente da margem direita do rio Iguaçu, encontrou indícios de seres humanos vivendo na região entre 3 e 4 mil anos atrás.[9] A despeito de toda essa história anterior praticamente desconhecida e negligenciada pelos historiadores, os indígenas acabaram, quando sobreviviam, sendo expulsos de suas terras e diluídos na periferia da sociedade moderna. Apenas um pequeno grupo de cerca de 50 pessoas foi alvo do confinamento em 1918 numa área de 150 alqueires no município de Porto União.[10]

Uma segunda fase de ocupação humana também é dificilmente datável, correspondendo a fase de ocupação pelos caboclos. Desde 1842, quando Pedro da Siqueira Cortes descobriu o vau[11] no rio Iguaçu, no local da futura União da Vitória,

encurtando o caminho dos tropeiros oriundos de Palmas em direção a Palmeira, iniciou-se um afluxo de pessoas para a área das cidades atuais de União da Vitória e Porto União, bem como nos sertões dos arredores.

Dessa época até as primeiras décadas do século XX, a atividade econômica predominante, e que contribuiu para um maior afluxo de pessoas para a região foi a extração da erva mate, planta abundante no interior da Floresta Ombrófila Mista, ou Floresta de Araucária. A extração da erva exigia uma certa mobilidade pelo território, requisito ao qual o caboclo posseiro, sem títulos de propriedade, se adaptava bem. Seu modo de vida simples, sem o espírito voltado para a acumulação, e praticando uma agricultura de coivara bem adaptada ao ambiente[12], significou, em termos ecológicos, uma conservação, ou pelo menos, pequenas alterações no estado maduro em que se encontravam as florestas da região. Estudar melhor esse período também é importante para evitar as noções de vazio demográfico e de inauguração da história a partir da chegada dos imigrantes, como apontou Telmo Marcon para o caso do Oeste de Santa Catarina:

> A região, no entanto, não estava vazia, pois muitos caboclos e luso-brasileiros nela sobreviviam dos abundantes recursos existentes na natureza e/ou cultivando pequenos roçados. Com a crescente migração para o Oeste, na década de 1930, alguns grupos constituídos por colonos, madeireiros e colonizadoras, conquistaram uma posição hegemônica, identificados posteriormente como sendo os inauguradores da história propriamente dita. Grande parte da historiografia dominante consagra, ainda hoje, um destaque especial à presença destes sujeitos, corajosos desbravadores e inauguradores da história regional.[13]

Os primeiros imigrantes a chegarem a região constituiu-se de um pequeno grupo de 24 pessoas, na maioria alemães, trazidos pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes em 1881. O mesmo Coronel Amazonas foi o inaugurador da navegação a vapor no rio Iguaçu em 1882, e instalou a primeira serraria na região, próximo a cidade, na margem direita do Iguaçu, em 1884.[14] Portanto, o início da exploração intensiva das florestas da região coincide com o momento da chegada dos primeiros colonos, sendo dessa origem muitos dos futuros madeireiros, embora a maioria deles nunca tivessem condições econômicas ou interesse em montar uma serraria.

Mesmo que alguns colonos já estivessem chegando desde o final do século XIX, a

colonização ou loteamento de terras para colonos na região só vai tomar impulso significativo a partir da construção e chegada da ferrovia, em 1904. Em 1910 estava concluído o trecho entre União da Vitória e Marcelino Ramos (RS), cortando a região de extensas florestas de Araucária inexploradas do Vale do Rio do Peixe. Nesse momento, a empresa construtora Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, do engenheiro João Teixeira Soares, já estava sob controle acionário da norte-americana Brazil Railway Company, que em 1909 ainda criou a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, a fim de explorar os ramos da colonização e extração madeireira.[15]

Nesse contexto, a Companhia E.F.S.P.R.G. funda a colônia de Nova Galícia em 1909, no interior do atual município de Porto União. Um ano depois, a colônia já era habitada por "247 famílias de diversas nacionalidades: polacos, ruthenos, allemães, austriacos, suissos e francezes. A grande maioria é de polacos: 170 famílias para 60 ruthenos e o resto de nacionalidades diversas."[16]

Com a conclusão da ferrovia, incluindo o ramal ligando União da Vitória a São Francisco do Sul em 1917, são concedidas inúmeras áreas para colonização. Em 1920, o jornal "A União" noticiava a existência em Porto União, de "seis emprezas com áreas colossaes já colonizadas e por colonizar, ...".[17] As colônias recém fundadas eram: Nova Galícia, Valões, São Pedro, São Miguel e Maratá. Provavelmente a outra seria a colônia Francônia, de H. Hacher & Cia.

Nessas colônias, os colonos ou as empresas colonizadoras precisaram, em primeiro lugar, derrubar as florestas de seus pequenos lotes a fim de poder introduzir as culturas agrícolas como o milho, feijão, mandioca, batatas, abóboras, além das culturas totalmente "estranhas" trazidas pelos europeus, como trigo, centeio, cevada, aveia, linho e linhaça. Além disso, as criações de bovinos, cavalos, ovelhas, cabras, suínos e galinhas, úteis para o transporte, e fonte de carne, leite e banha, também exigiam amplas áreas desmatadas e uma pressão constante sobre as florestas. Toda essa biota portátil, como chamou o historiador ecológico Alfred Crosby, e que incluía ainda as doenças (microorganismos) que migraram juntamente com os europeus, foram fundamentais para seu estabelecimento e

dominância nas regiões temperadas da Terra.[18]

> Qualquer teoria respeitável que tente analisar o avanço demográfico dos europeus deve explicar pelo menos dois fenômenos. O primeiro é o abatimento do moral e em muitos casos a aniquilação das populações indígenas das Neo-Europas. A derrota que levou à extinção dessas populações não foi apenas resultado da superioridade tecnológica da Europa. (...) Em segundo lugar, devemos explicar o assombroso, quase assustador, sucesso da agricultura européia nas Neo-Europas.[19]

Do mesmo modo, Crosby demonstra ao longo dos capítulos do *Imperialismo Ecológico,* que o meio ambiente das regiões colonizadas nunca mais foram os mesmos, com inúmeras extinções de espécies vegetais e animais nativos e a introdução de muitas espécies européias concorrentes.[20] Um dos casos mais ilustrativos do poder de disseminação de algumas plantas européias é o da tanchagem ou plantago:

> Hoje ela cresce selvagem em todos os continentes exceto na Antártida, e também na Nova Zelândia em algumas ilhas. É uma das ervas mais resistentes do mundo e aparentemente permanecerá conosco para sempre.[21]

Mas o impacto ambiental da chegada dos imigrantes europeus ou seus descendentes no Vale do Iguaçu não se limita a abertura de áreas para a agricultura, e a introdução de sua biota portátil. É preciso considerar também que as empresas colonizadoras, cujos proprietários eram frequentemente descendentes de imigrantes, foram empreendimentos que se dedicaram a exploração madeireira como uma de suas principais fontes de renda. Isso é válido para diversas regiões onde elas atuaram.[22] Além de prover madeira serrada à construção de casas, igrejas, estábulos, cercas, pontes e outras benfeitorias, as serrarias montadas nas colônias também tinham o objetivo de extrair e serrar madeira para exportação.

A partir da construção da ferrovia e das oportunidades comerciais com o advento da Primeira Guerra Mundial[23], a indústria madeireira toma grande impulso, surgindo várias serrarias na região, dentro ou fora das colônias. As madeiras mais exploradas foram o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), a imbuia (*Ocotea porosa*) e o cedro (*Cedrela fissilis*), com predominância absoluta do primeiro, devido não só as excelentes qualidades de sua madeira, mas também a sua abundância no interior da Floresta Ombrófila Mista. Nos pinhais mais densos chegavam a ocorrer mais de 200 araucárias por hectare.[24]

Dessa época em diante são construídas um número crescente de serrarias no Médio Vale do Iguaçu, principalmente a partir da década de 1930, a maioria delas montadas pelos migrantes europeus e seus descendentes. Também passou a ocorrer frequentemente, com o crescimento do ramo madeireiro no sul do país, que madeireiros de outras regiões do Paraná e Santa Catarina se estabelecessem com serrarias filiais na região. Essas empresas madeireiras, espalhadas com diversas serrarias pela área da floresta de araucária no sul do país, também eram frequentemente controladas por famílias de migrantes europeus.[25]

Não é possível aqui expor em maiores detalhes os passos seguintes da exploração madeireira e desmatamento no Médio Vale do Iguaçu, quando os madeireiros iniciaram os plantios de árvores exóticas do gênero *Pinus*, entre as décadas de 1960 e 1970. Provavelmente isso se deu pelo esgotamento das florestas nativas nessa época, como apontam outros autores.[26]

Para toda a área de araucária no Sul do Brasil, Miguel Guerra et al, calcularam em 2 a 4% a área remanescente desse tipo florestal.[27] A cobertura vegetal do Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina, ou do Médio Vale do Iguaçu, de acordo com o Atlas da Fundação SOS Mata Atlântica[28] e de CastelLa e Britez[29] é, apesar de todo o passado madeireiro, dos mais significativos, para a área de araucária, embora os remanescentes se encontrem em estágio inicial de regeneração ecológica, e apenas cerca de 0,1% da área do antigo município de União da Vitória foi classificado pelos autores como em estágio avançado de sucessão ecológica. [30]

1DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro.** Niterói: EDUFF, 1997.

2WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991. p.203.

3Para disuctir mais essa questão ver NODARI, Eunice S.; CESCO, Susana; WERLE, Márcio J.; CARVALHO, Miguel M. X. de. As florestas do Sul do Brasil na Imprensa Alemã e a Atração de Migrantes. p.163-175. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J. **Imigração e Imprensa.** Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

4BALÉE, W. People of the Fallow: a historical ecology of foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (eds.) **Conservation of Neotropical Forests.** 1 ed. New York: Columbia University Press. p.35-57.

5KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. **Sellowia; Anais Botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues.** n.12. 1960. p.36.

6 "A presença de Araucaria angustifolia e Ocotea porosa em geral garante maior frequência da erva-mate." SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais.** São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 21.
7CASTELLA, Paulo R.; BRITEZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**/ Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.196.
8 PEREIRA, Walmir da Silva. **A ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional.** 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis .
9SANTOS, Sérgio Ferreira dos. **Arqueologia no vale do rio Vermelho**. 2000. 142p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Faculdade Estadual de Filoofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR. p.118.
10MILIS, Herminio. José Fagundes e Joaquim O. Ribas (organizadores). **Monografia de Porto União.** Palmas-PR: Kaygangue, 2002. Coleção Vale do Iguaçu. p.63.
11Local propício do rio à travessia do gado.
12MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; OREN, D. C.; D'INCAO, M. A. (eds.) **Diversidade biológica e cultural da Amazônia.** Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 369-384.
13MARCON, Telmo. Espaço e cultura: os caboclos e a constituição da região. In: **Memória, história e cultura.** Chapecó: Argos, 2003. p. 69.
14SILVA, José Júlio Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Separata do boletim n.30 do Instituto Histórico e Gegoráfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: UFPR, 1933. p.47, 48, 50.
15THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX.** Caçador: Impressora Universal, 1995. p.53,54.
16CORREIA, Manoel F. Ferreira. **A colonisação no Paraná**. Relatório referente ao anno de 1910 apresentado pelo Inspector do Serviço de Povoamento no Estado do Paraná, Engenheiro Manoel F. Ferreira Correia ao sr. director geral Dr. Joaquim Francisco Gonçalves Junior. Curityba: Typographia d'A Republica, 1911. p.40.
17COLÔNIA São Miguel. **A União**, Porto União. 13 jun. 1920. n. 10. p. 1.
18CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
19CROSBY, op. cit. p. 134. As Neo-Europas, para Crosby, compreendem as regiões do mundo que predominam os descendentes de europeus: Austrália, Nova Zelândia, América do Norte, Argentina, Uruguai e Sul do Brasil. p. 14.
20Para um estudo mais aprofundado do impacto dos europeus sobre a vida selvagem mundial ver. PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo.** Cap. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
21CROSBY, op.cit. p. 153.
22O envolvimento das empresas colonizadoras com a atividade madeireira foi bastante claro nas pesquisas que fizemos sobre o Oeste de Santa Catarina. NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. A atuação das empresas colonizadoras e o desmatamento do Oeste de Santa Catarina. I ENCONTRO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA: "CONJUNTURA NACIONAL E PERSPECTIVAS", 2004, São Miguel do Oeste – SC. **Anais...** São Miguel do Oeste: UNOESC, 2004. p. 35-41. Warren Dean também confirma esse envolvimento em relação a atuação da famosa Companhia de Terras do Norte do Paraná. DEAN, op. cit. p. 255, 256.
23LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense.** Curitiba, GRAFIPAR, 1981.p. 13
24REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M.; REIS, Ademir. **Madeiras do Brasil.** Florianópolis: Ed, Lunardelli, 1979. p.248.
[25] KRETZEN, João. **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná.** 2 ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil, 1951.
[26] Ver LAVALLE, op. cit. EDUARDO, Rosemari Pozzi. **A madeira em Santa Catarina (1930-1972)**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba.
[27] GUERRA, Miguel P. et. al. "Exploração, manejo e conservação da araucária (araucaria angustifolia). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais.** São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 86.
[28] www.sosmataatlantica.org.br
[29] CASTELLA; BRITEZ. Op. cit. p. 162-164, 196-201.
[30] Idem.

O monumento histórico e o sítio:

preservação da paisagem e fisionomia dos arredores

Miria Donadia Nascimento
miria_arquitetura@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo aborda a preservação da paisagem e dos arredores dos monumentos históricos, considerando a integridade do conjunto composto pela obra e o sítio. A partir do desenvolvimento descontrolado das cidades, áreas que compunham um espaço único são invadidas. Levando-se em conta a relação intrínseca entre obra e lugar, muitas características são extraviadas, em razão destes espaços se tornarem reduzidos ou inexistentes após qualquer interferência no entorno. Esta relação se deve ao peso cultural adquirido, já que a carga histórica agrega valor e identidade ao conjunto. Neste contexto, não se deve apreciar o monumento histórico de modo isolado, e sim em um universo onde coexistem significados culturais e estéticos. O presente estudo analisa o conteúdo da normatização existente – as cartas patrimoniais, no que se refere à salvaguarda de paisagens relevantes por seu conteúdo cultural, apresentando as recomendações adequadas. Por fim, sugere medidas de conservação para situações distintas, aplicáveis onde a conjuntura da paisagem original é comprometida de diversas formas, procurando mediação entre a situação atual e o contexto do qual originalmente fazia parte.

A PAISAGEM

Cosgrove (2000, p. 98) define paisagem como “uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” [1]. Desta forma, “a paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo [...], cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana [...] e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente”. [2] Aqui o autor enumera três implicações: a primeira envolve a paisagem sempre como um foco identificável das atenções de nosso mundo; a segunda refere-se à unidade e coerência na

forma pela qual se apresenta ao observador; e finalmente, a insinuação da interferência humana.

Portanto, o termo paisagem ultrapassa o caráter exclusivamente pitoresco, acrescentando-lhe o aspecto cultural e antropomórfico. Possui sentido amplo e abrangente, considerando a relação histórica que o observador possa manter com o ambiente. De acordo com Waisman (1997, p. 92), é a estreita ligação de leis e códigos, "escritos ou não escritos, que têm dado forma à paisagem urbana; [...] a carga cultural que vem impregnando lugares e edifícios e outorga gradativos significados às coisas [...]" [3].

Se em um primeiro momento a paisagem construída parece diferenciar-se do conceito de paisagem natural, percebe-se que estes dois conceitos estão intimamente relacionados. Isto porque a paisagem natural compõe uma identidade para a coletividade, onde o ser humano modificou a natureza adequando-a a suas necessidades. E é na associação da paisagem natural com a paisagem construída que se encontram as grandes referências para o indivíduo. Assim, será preferencialmente utilizado o termo paisagem cultural, porque este se refere às áreas de paisagem agenciadas pela natureza e pelo homem, e que podem evidenciar a evolução de uma sociedade. É justamente neste sentido que a paisagem será abordada.

Segundo Cosgrove, as paisagens carregam significados simbólicos, pois são o resultado da interferência humana gerando a apropriação e transformação do ambiente. Este simbolismo é mais perceptível em paisagens mais elaboradas, como o parque ou o jardim, ou na manifestação da paisagem na pintura, na poesia e em outras artes. Para que se possa desvendar os significados da paisagem cultural é necessária "[...] a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto consciente e, então, *representar* essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos".[4]

O MONUMENTO HISTÓRICO

Choay (2001) define monumento histórico como tudo o que a história agregou valor associado ao conceito de documento histórico. Não foi feito para ser monumento, mas adquiriu valor documental com o passar do tempo, devendo ser resguardado como

testemunho para as gerações futuras. Sua essência se encontra justamente na relação entre o tempo passado e a memória, funcionando como "representações ou ícones de um passado atemporal, [...] dentro de um sentido de eternidade". [5] Assim como o conceito de paisagem adotado aqui, o monumento histórico não pode ser dissociado do valor cultural que adquiriu, num sentido global formado pela concepção geral de mundo.

Desta forma, Waisman (1997, p. 29-30) alerta que o monumento histórico não deve ser compreendido apenas como uma obra arquitetônica, considerando-o isolado de sua condição. Pelo contrário, "deverá ser estudado e tratado como um complexo no qual coexistem a matéria e sua organização, os significados culturais e os valores estéticos, a memória social [...]" [6]. E que esta forma de compreender a realidade nos faz acreditar que nada no universo existe sem manter ao menos alguma articulação com aquilo que o rodeia. Assim, "o elemento patrimonial adquire seu verdadeiro sentido somente em sua relação com seu entorno [...], por sua vez o ambiente adquire seu sentido a partir de sua relação com o elemento patrimonial: [...] ambos cobram significado um do outro". [7]

AS CARTAS PATRIMONIAIS

As cartas que regem a salvaguarda dos monumentos históricos recomendam respeitar certos conjuntos históricos, sobretudo sua vizinhança, destinando para esta um tratamento especial. Com o crescimento, os grandes centros adquirem maior densidade, as cidades estendem-se em direção às periferias. Neste sentido, quando as áreas de imenso valor do espaço urbano são identificadas, há tendência para a verticalização. Desta forma, as cartas admitem que

> Todo processo de acelerado desenvolvimento traz consigo a multiplicação de obras de infra-estrutura e a ocupação de extensas áreas por instalações industriais e construções imobiliárias que [...] deformam por completo a paisagem, apagando as marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor. [8]

Do universo de cartas reguladoras das questões de salvaguarda, será abordado o conteúdo de seis delas, devido à sua importância no contexto de preservação. Quatro apresentam medidas gerais de salvaguarda do monumento (seu conteúdo aqui apresentado é somente

o referente aos arredores). Duas outras cartas tratam exclusivamente da preservação de áreas de paisagem cultural.

A Carta de Atenas alerta sobre a necessidade de respeitar o caráter e a fisionomia das cidades, principalmente nas proximidades dos monumentos antigos, considerando a preservação de certas paisagens, tão imprescindíveis quanto a preservação do monumento. Ressalta a importância da salvaguarda de todo o conjunto arquitetônico, especialmente quando estes compõem perspectivas pitorescas de interesse. Recomenda a remoção da presença abusiva de instalações, como postes, transformadores e fios, e da indústria ruidosa, bem como a atenção para que nenhuma construção tenha maior destaque na paisagem, mas unicamente o monumento histórico. Deve ser feito um estudo sobre a vegetação mais conveniente a cada caso, objetivando a conservação do caráter antigo da paisagem.

A Carta de Veneza considera a necessidade de preservação do conjunto arquitetônico considerando um esquema em escala, referindo-se ao porte das edificações circunvizinhas. Toda alteração que possa modificar a relação de cores e volumes será proibida. Portanto, a configuração tradicional do monumento deve ser mantida. O monumento é inseparável do meio em que se localiza, e seu deslocamento só será tolerado por motivo de preservação.

As Normas de Quito observam que as obras de restauração nem sempre são suficientes para que o monumento possa ser explorado e passe a integrar o complexo turístico local. Neste caso, será permitida a abertura de um caminho que facilite o acesso, ou um albergue ou pousada que acolha os visitantes. Tudo isso procurando conservar o caráter original do lugar. Na medida em que o monumento atrai visitantes, torna-se alvo de mercadores. Deve-se adotar medidas que beneficiam a iniciativa privada, mas que impeçam a desnaturalização do lugar. No que tange à publicidade, são adotadas regulamentações específicas no intuito de impedir a alteração das características ambientais de interesse histórico. As normas consideram a ocupação do espaço em três zonas distintas: zona de proteção rigorosa; zona de proteção ou respeito; e zona de proteção da paisagem urbana.

A Carta Italiana do Restauro orienta que convém conservar aspectos do ambiente mais significativos, tais como: traçado urbano, sistema viário e perímetro das edificações. Adverte sobre a salvaguarda do contexto físico amplo da cidade, devendo ser mantidos elementos naturais que acompanham o conjunto, caracterizando-o (entornos naturais, cursos fluviais, singularidades geomórficas, etc.). Sugere a preservação dos espaços exteriores e interiores, bem como "outras estruturas significativas (muralhas, portas, fortalezas, etc.)" [9]. E proíbe alterações de acesso ou do ambiente "em que chegou até os nossos dias a obra de arte, o conjunto monumental ou ambiental, o conjunto decorativo, o jardim, o parque, etc." [10].

Para a Recomendação de Paris, não interessa apenas ser mantido o caráter das paisagens naturais, mas todas aquelas que a história e a cultura lhe agregaram valor, inclusive as realizadas pelo homem. Devem ser especialmente considerados os sítios urbanos mais ameaçados pela especulação imobiliária. Aponta diferentes meios aplicáveis, destinados à salvaguarda das paisagens, tornando claras as normas e disposições que regulamentam sua preservação e que devem possuir a força de lei. Os danos ao conjunto paisagístico devem ser punidos com a obrigatoriedade de ressarcimento das perdas ou de restabelecê-lo ao estado primitivo. Acredita que a sua eficácia será garantida somente com o conhecimento das normas por parte da população e indica meios para que isso possa realmente acontecer.

A Recomendação nº. R (95) 9 refere-se às áreas da paisagem cultural passíveis de degradação, possuindo dois objetivos: propor linhas de orientação de políticas de paisagem, refletindo acerca da valorização das identidades culturais; e propor medidas de conservação controlada de elementos da paisagem. Considera o aspecto multidisciplinar do estudo da paisagem, adotando medidas de salvaguarda que considere todos os seus aspectos. Relata que o uso de áreas de paisagem cultural pode ser utilizado para desenvolvimento local, desde que sua integridade esteja assegurada. Pode-se assim estimular atividades adequadas, apoiando a economia e fortalecendo-a. Sugere a formação de uma cooperação internacional que possa fazer prosperar as políticas de paisagem com troca de experiências,

objetivando a "harmonização das regras relativas à conservação dos componentes da paisagem, como parte da incumbência de construir uma política abrangente" [11].

A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM

A preocupação com conservação de bens históricos é relativamente recente. Somente no século XX foram sistematizados conceitos fundamentais de preservação na Europa, continente com uma infinidade de edificações históricas. Esta preocupação gerou no Brasil ações objetivando a preservação do patrimônio nacional, culminando com a criação do SPHAN (atual IPHAN) em 1936. Embora exista a preocupação com a salvaguarda, vivemos em uma sociedade corrompida pela febre do desenvolvimento e da idolatria ao novo, onde o preconceito em relação ao antigo ainda é relevante. E se a importância da preservação da obra arquitetônica – obra utilitária – ainda é desconhecida ou desconsiderada por grande parte da população, o que dizer da preservação da paisagem – elemento visual?

A preservação dos arredores é considerada no Plano Diretor Urbano dos municípios. Pode se referir ao tombamento das paisagens e sítios, (especificando grau de proteção e processo de tombamento), proibir a construção de novas edificações em certa área ou definir alturas ou gabaritos das edificações para conservar uma paisagem significativa. No entanto, especuladores imobiliários normalmente instigam autoridades com relação ao direito de construir, requerendo índices urbanísticos menos restritivos. O acelerado crescimento das cidades, que impulsiona a verticalização e o adensamento das cidades, pode ocasionar a perda de paisagens relevantes. Assim, edificações de interesse de preservação encontram-se em situação de ambiente bastante descaracterizado. Obras que se localizavam em áreas livres, observadas de diversos ângulos e perspectivas, foram condenadas ao confinamento por edificações de maiores dimensões. Portanto, mesmo com a normatização existente, a preservação do patrimônio histórico ainda sofre dificuldades de efetivação. O mesmo ocorre com a preservação da paisagem, ameaçada de diversas formas.

MEDIDAS DE SALVAGUARDA

A seguir algumas indicações em nível de projeto que se tornam apropriadas no sentido de adequar a paisagem ao contexto histórico que a envolve. As indicações buscam a mediação entre o contexto ao qual originalmente fazia parte e aquele em que está inserida atualmente a edificação.

Existe um consenso de que novas construções ao redor das edificações históricas não devem se destacar mais no conjunto que o monumento. As construções adjacentes devem ser edificadas sugerindo proporção em escala, atingida através de mecanismos de projeto: mantendo número de pavimentos semelhante, altura de cada andar ou altura total da edificação, por exemplo. Também é importante atentar para a proporção de cheios e vazios, que determinam o ajuste nas volumetrias.

As edificações próximas devem apresentar tonalidades adequadas de maneira que não mereçam destaque indevido. Sugere-se a utilização de tons neutros, evitando cores cítricas ou brilhantes. Se a vegetação tornou a aparência inadequada é sugerida a substituição por espécies que possibilitem a retomada da situação satisfatória. Espécies exóticas ao contexto não devem ser utilizadas.

Em alguns casos, o monumento arquitetônico mantém uma relação com elementos significativos mais distantes, uma rua, rio, mar ou eixo visual, manifestando o envolvimento que a edificação mantém com o espaço. Assim, deve-se atentar para que as relações culturais não sejam desconsideradas. É imprescindível que todo projeto de salvaguarda examine o contexto e procure a melhor forma de não interrompê-lo.

Anúncios e letreiros podem ser instalados somente em espaços apropriados da cidade, onde a publicidade seja permitida sem restrições. É interessante que as áreas sejam identificadas e destinadas a este fim, excluindo-se a possibilidade de instalação de publicidade chamativa, em que se tenciona preservar a paisagem. Nas áreas de conservação, os letreiros devem ser limitados a pequenas e discretas placas.

Ao redor dos monumentos históricos, sugere-se que as instalações elétricas e telefônicas sejam subterrâneas. O posicionamento de transformadores deverá ocorrer em espaço

adequado. A utilização de luminárias semelhantes àquelas utilizadas quando o sítio foi ocupado poderá compor visual bastante interessante. Confeccionadas nos dias de hoje, devem ostentar a marca de nosso tempo, não assumindo falso histórico.

Deve-se, enfim, procurar resgatar as paisagens de interesse histórico, de maneira que sejam usufruídas e compreendidas no contexto da cidade, conjuntamente com os acréscimos do passar das décadas. A carga da história acumulada nas imagens que observamos é retratada emaranhada com a imagem da cultura das pessoas que ali viveram e vivem, num conjunto muito complexo de significados. As interferências nesses espaços, onde valores imensuráveis se tramam, podem fazer com que alguns sejam realçados, enquanto outros permanecem sem nenhuma visibilidade ou destaque. Contudo, pretende-se que as mudanças realizadas contribuam sucessivamente para o ser humano se identificar infinitamente com o espaço formado por ele próprio. Almeja-se que, através da sua ação contínua no meio em que permanece, possa manter-se integrado ao ambiente que constitui progressivamente.

---

[1] COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 98.

[2] COSGROVE, 1998, p. 99.

[3] WAISMAN, Marina. El patrimonio es la construccion de la ciudad. **Semma**, Montevidéu, n. 23, p. 92, fev./mar. 1997.

[4] COSGROVE, 1998, p. 103.

[5] MENEGUELLO, Cristina. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp007.asp>. Acesso em: 21 mar 2005.

[6] WAISMAN, 1997, p. 29-30.

[7] WAISMAN, 1997, p. 30.

[8] IPHAN, **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 108.

[9] IPHAN, 2000, p. 167.

[10] IPHAN, 2000, p. 149.

[11] IPHAN, 2000, p. 345.

AS INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA ANISIANA DOS ANOS 30 NO ANTIGO DISTRITO FEDERAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DOS SABERES E PRÁTICAS ESCOLARES

Miriam Waidenfeld Chaves/UFRJ

Estudos sobre a história das disciplinas escolares pressupõem um debate acerca dos saberes e das práticas escolares na medida em que sua condição de existência encontra-se ligada não apenas às suas ciências de referência, mas também à cultura escolar que se constitui de conhecimentos, comportamentos e valores[1] Envolvem, nesse caso, uma discussão sobre aquilo que lhe é interno e externo, ou melhor, seus saberes de base e o que se refere às forças e aos interesses sociais em jogo no âmbito da cultura, desfazendo-se a idéia de que seriam algo desencarnado, neutro e independente[2]. Pelo contrário, se definiriam como produtos das mais variadas disputas travadas no interior da sociedade e da própria escola que, em cada momento histórico, expressariam o que é valorizado e desvalorizado político, social e culturalmente. Nesse sentido, se a história das disciplinas evoca um estudo sobre os saberes e as práticas escolares, aquele objeto de pesquisa também implica uma reflexão acerca da história da cultura escolar.

Este texto, parte de minha tese de doutorado[3], procurará mostrar como era o ensino de história na Escola Argentina[4], uma das cinco escolas experimentais[5] criadas pela reforma pedagógica elaborada por Anísio Teixeira no antigo Distrito Federal na primeira metade dos anos 30. Salientará a concepção positivista que se tinha da disciplina, a maneira como era ensinada e que conhecimentos, comportamentos e qualidades eram por ela valorizados.

Será enfatizado que o ensino dessa disciplina abrangeria mais do que parcas noções de história. Implicaria a seleção e a transmissão de determinados conteúdos e ainda o seu enquadramento social e epistemológico a posicionando como uma disciplina altamente valorizada, posto que o que era por ela veiculado contribuía para modelar um tipo de cidadão idealizado não apenas pela escola, mas pela própria nação que, naquele momento histórico, ansiava por modernização.

O ensino de história na Escola Argentina[6]

Uma análise acerca do ensino de história na Escola Argentina após a reforma de Anísio Teixeira envolve vários aspectos.

Em um primeiro momento pode-se dizer que os valores e comportamentos que dele emanam, definem a escola enquanto um espaço civilizador que tem como objetivo disseminar o *ethos* de uma nova sociedade urbana e industrial que florescia junto com um movimento de modernização nacional.

Portanto, o artigo sobre o Dia do Trabalho, escrito por Jurema Souto da Silva, da quinta série, publicado na edição de mai./jun. de 1932 da revista mostra como aqueles valores eram implementados. Por meio de uma homenagem aos trabalhadores brasileiros, exalta a importância do trabalho operário para o crescimento do país e ainda através de uma perspectiva funcionalista defende que a divisão social do trabalho deveria ser regida pelo princípio da harmonia e da cooperação entre os grupos sociais:

> Festejar o trabalho é a mais bela homenagem que se pode prestar ao operário, pois seu esforço muito concorre para o engrandecimento da nação.
> Tudo quanto o operário ganha provem do seu esforço e do seu trabalho.
> Que seriam dos engenheiros, das fábricas, das nações, se não houvesse esses humildes artífices sempre prontos a executar, a tornar em realidade os sonhos e as idéias?
> È grande número de operários analfabetos; entretanto, está bem diminuído agora, depois que se abriram as escolas noturnas, para os que tem horas do dia tomadas pelo trabalho.
> Há no Brasil muitas fábricas, porém ainda são necessárias mais, talvez o decuplo sas existentes. A grandeza de um país muito depende do número de operários.
> Devemos pois, trata-los com muito carinho.
> Todo trabalho honesto é virtuoso.

Essas idéias ainda revelam uma preocupação em educar o aluno para que se solidarizasse com os mais necessitados através do respeito aos mais velhos, mais sofridos e mais doentes etc...

Uma maneira de despertar esses sentimentos ocorre por meio da dramatização de fatos históricos que freqüentemente era estimulada pelas aulas de auditório[7]. A libertação dos escravos, por exemplo, é teatralizada para comover os alunos, que deveriam através do ato

da "bondosa" princesa Isabel passar a sentir esse mesmo tipo sentimento pelos mais humildes e sofridos:

> No dia 13 de maio D. Flora fez uma dramatização no auditório.
> Chamou Déa Pereira para ser a princesa Isabel e o Edgard para ser D. Pedro II
> D. Pedro II era o pai da princesa Isabel
> D. Flora dividiu a turma em duas porções: de um lado ficaram os portugueses e do outro ficaram os escravos...
> A princesa Isabel ficou com pena dos escravos. No dia 13 de maio de 1888 ela libertou os escravos.
> Quando Déa libertou os cativos todos nós batemos palmas (mai/jun. de 1932).

De acordo com esta lógica, pode-se ainda notar que a história do Brasil que se quer fixar no imaginário dos alunos é a de uma história nacional que se constrói sem rupturas e traumas sociais. A ação benevolente da princesa Isabel, o ato heróico de Tiradentes e a postura passiva de D. Pedro II descritas abaixo confirmam essa versão da história do Brasil ensinada:

> ESCRAVIDÃO
> ...Muito justo foi que a chamassem...a Redentora, pois, era uma alma generosa e nobre que passou pelo Brasil, praticando sempre a caridade.
> ...Essa lei foi recebida alegremente por todos os brasileiros, que viam os infelizes escravos livres do terrível cativeiro. (Humbertina Pereira, quinta série - edição de mai/jun de 1932)

> TIRADENTES
> Tiradentes veio para o Rio comprar munições e fazer propaganda da revolução, quando foi cruelmente traído por seu companheiro Silvério dos Reis que desejando ser querido pelos portugueses e ganhar dinheiro e títulos, não guardou segredo. Foram todos presos e condenados à morte, porém D. Maria I, rainha de Portugal, comutou a pena para degredo perpétuo, exceto para Tiradentes, que subiu ao patíbulo no dia 21 de abril de 1792 com grande sangue frio e coragem. Devemos pois, prestar muitas homenagens a este grande herói, que deu a vida pela Independência de sua Pátria. (Nedyr Galvão, quinto ano – mai/juh. de 1932)

> 15 DE NOVEMBRO
> ...O magnânimo imperador D. Pedro II foi, com sua família para a Europa. E sem lutas, sem guerras, começou a nossa República... (Dayse Guimarães, quarto ano – nov/dez de 1932)

As soluções apaziguadoras dão o tom dessa história ensinada. Mostram que nossas lutas e insurreições não romperam com o passado imperial português, mas, pelo contrário,

tiveram, muitas vezes, a solidariedade dos próprios lusitanos, de quem, contraditoriamente, se procurava libertar.

O amor pelo continente americano, pelo Brasil e pela Argentina também é constantemente estimulado. Os alunos são ensinados a exaltar seus heróis e suas terras, a colaborar com as causas humanitárias do continente e a desenvolver uma vida social e participativa que estimulasse a solidariedade e a cooperação entre os povos.

Nesse sentido, a Escola Argentina incentiva um trabalho em torno do pan-americanismo, divulgando os seus objetivos, estabelecendo contatos com escolas na Argentina e exaltando a paz em solo americano. Os alunos criam vários concursos de redação sobre a vida dos heróis latino-americanos, visitam e participam de exposições de trabalhos dos clubes pan-americanos, procuram sempre festejar as datas de libertação desses países, onde, curiosamente, declamam em espanhol e, em 1935, ainda criam o próprio Clube Pan Americano da escola.

A poesia *Fraternidade*, da professora Flora Nobre, escolhida para o concurso de declamação do Clube Literário da escola em 1935, mostra como esse tipo de sentimento que a escola era trabalhado pela escola:

> América que eu amo! Oh! Pedaço do mundo
> Sem fronteiras ao sul, sem fronteiras ao norte!
> Que sempre exista em nós este orgulho profundo
> De ter nascido em ti, de ter nascido forte.
>
> Que sempre o teu ideal de Paz, Concórdia e União
> Encontre o apoio amigo dos americanos,
> Seja o teu solo livre, hospitaleiro e irmão
> Um exemplo de amor aos déspotas tiranos.
>
> Que te quebrem de vez, os marcos e as fronteiras
> E o sol do Amor abra-se a seára em luz e pão
> Pela Paz se troquem todas as bandeiras.....
>
> Quando surgir tal dia, América imortal
> Há de ser para sempre um grande coração
> A palpitar dentro da Pátria Universal!

Como demonstração de que as crianças aprendiam a lição de amor e paz do poema acima, vale a pena reproduzir a redação *Paz na escola*, de Augusto dos Santos, de doze anos, publicada na edição de jul/ag. de 1935:

> A paz que reina por toda a nossa escola, quero eu que reine sempre. Nós, crianças, não devemos brigar para que fique na escola a verdadeira paz. Os crescidos não devem aproveitar dos pequeninos para provocá-los e dar-lhes pancada.
> Desde criança é que nós aprendemos a viver sem guerra. E é na escola, principalmente, para que haja paz com os colegas, não só com os da nossa turma, como também com as das outras classes.
> Habituando-nos a essa união com os nossos colegas, mais tarde saberemos viver sem guerra. Nessas horríveis guerras é que vemos muitas famílias enlutadas, ficando ao desamparo.
> Paz pela escola é o que queremos!
> Quero que reine paz na nossa escola!

Estas palavras mostram não apenas que é na escola que se tem essa lição, mas principalmente que só se aprende a viver em paz praticando a paz desde criança nos mais variados espaços sociais. Demonstram ainda o quanto o ensino de história se amalgamava a própria cultura escolar da Escola Argentina que naquele momento transforma-se em uma verdadeira *casa de educação* como assim idealizara Anísio Teixeira[8].

A poesia escrita pela aluna Maria de Lurdes Bruce, da primeira série revela bastante bem esse espírito da escola. Indica o quanto seus alunos internalizavam os seus valores, posto que sabiam que estudavam para se tornar os futuros trabalhadores da nação:

> A escola é uma oficina.
> O livro, o papel, a pena, a tinta, são nossos instrumentos de trabalho.
> Nós somos os pequeninos operários que haveremos de trabalhar pelo Brasil.

Através desse poema ainda percebe-se que o ensino de história não se restringia à sala de aula convencional. Da *Revista Escola Argentina* nota-se que se aprendia história nas aulas semanais da biblioteca e do auditório que de maneira lúdica e descontraída também ensinavam história.

Além desses espaços de aprendizagem, as Instituições Escolares[9] tornam uma outra dimensão educativa que a reforma anisiana trata de estimular e que as escolas experimentais imediatamente passam a desenvolver em seu cotidiano escolar. Através delas os alunos teriam a oportunidade de praticar aquilo que lhes era ensinado nas salas de aula. Desenvolveriam ativamente os conhecimentos, comportamentos e valores aprendidos

através do seu trabalho prático em algumas das organizações escolares criadas por eles próprios.

No artigo *Auditorium*, publicado em nov./dez. de 1932, pode-se ver confirmada a função prática educativa desse tipo de organização:

> Os clubes são de grande valor educativo: social, moral, intelectual e físico. Unificam as idéias da classe e despertam a vontade de saber para poder falar.
> Os clubes, porém só devem funcionar nas turmas adiantadas...
> O que se obtém com os clubes: o clube desperta o interesse pelo estudo,; estimula e facilita a expressão; vence a timidez; forma hábitos e atitudes corretas; ensina a assumir a responsabilidade; socializa a escola; ensina a trabalhar em cooperação. [grifo da outora**]**

Entretanto, essa maneira mais ativa de ensinar a matéria coexiste com um tipo de ensino intelectualista que se encontrava mais presente na sala de aula convencional.

A partir da edição de mar./abr. de 1933 quando a *Revista Escola Argentina* passa a publicar, sob o título de *As nossas lições"*, os conteúdos de história, geografia, ciências, desenho e português percebe-se que naquelas salas o que de fato prevalecia era um tipo de ensino mais tradicional, onde o que importava era a memorização de grandes quantidades de conteúdo.

Listas e mais listas de conteúdos são transcritas naquela sessão da revista. E se as páginas acima nos faz pensar que a história ensinada parecia ter vida, já que os alunos dramatizavam fatos históricos, participavam de concurso e visitavam outras escolas ou mesmo o centro do Rio antigo para aprenderem *in loco* algum fato histórico, a listagem dos conteúdos de história, por outro lado, dá a impressão de que se ensinava uma história que também parecia sem alma e distante da realidade dos alunos.

Essa característica é evidenciada, por exemplo, quando os conteúdos referentes à idade moderna para a quinta série são publicados na edição de mar/abr. de 1933:

> GRANDES INVENÇÕES – PÓLVORA
> Admiti-se hoje, que os chineses já a conheciam desde os primeiros séculos da era cristã; porém, apenas se serviram dela para a fabricação de fogos de artifício. È também opinião aceita, que os árabes foram os primeiros a empregá-la para lançar projéteis. Atribuem a descoberta da pólvora ao frade alemão Bertholdo Shumartz; segundo outros, ao inglês Rogério Bacon. *Conseqüências:* o seu uso modificou o sistema de guerr, pelas novas e úteis aplicações das armas de fogo.

Do conjunto dos exemplos acima, pode-se concluir que, apesar de o ensino de história não romper com os velhos manuais, tentava-se ao mesmo tempo ensinar história por meio da integração de atividades intelectuais e lúdicas. Nesse caso, o ensino de história ampliaria o seu raio de ação para além da "velha" sala de aula que, ao deixar de ser o único lugar de aprendizagem, estaria criando outros espaços pedagógicos que igualmente teriam a função de disseminar os ensinamentos históricos.

Considerações Finais

A partir dessa exposição fica claro que o ensino de história na Escola Argentina após a reforma anisiana nos anos 30 amalgamava-se à própria cultura escolar, produzindo um conjunto de conhecimentos, comportamentos e valores com o intuito de educar de acordo com determinados padrões tanto sociais, quanto culturais e éticos que implicavam a modelação de um aluno que mais tarde deveria aceitar de bom grado o papel que lhe coubesse na divisão social do trabalho que naquele momento se sofisticava cada vez mais.

Para que tal propósito se concretizasse, a história ensinada teria que utilizar uma série de estratagemas. Precisaria, sem abandonar uma metodologia mais tradicional que prima pela memorização, lançar mão de um ensino mais ativo para que assim pudesse garantir o sucesso de seu intento.

Nesse sentido, a escola ao mesmo tempo que se modifica, desejando tornar-se mais alegre, viva e estimulante, também se fixa como o *templo do saber*, de acordo com as palavras do próprio jornal. Se ela, de fato, torna-se mais ativa, igualmente permanece sendo a guardiã do conhecimento produzido pela humanidade, cabendo somente a ela tanto preservar quanto repassar para as gerações mais jovens esse mesmo patrimônio que, segundo ela, deveria ser tratado com respeito e reverência.

Portanto, o seu ensino de história ao mesmo tempo em que produz novas possibilidades de aprendizagem também reproduz um tipo de ensino que define a história

como uma disciplina que teria a função de educar de acordo com os padrões civilizadores da época.

---

[1] PESSANHA Eurize C., DANIEL Maria E., MENEGAZZO Maria A.., (2004) . Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*, n. 27, set./out./nov./dez., p.57-69.

[2] Forquin mostra bastante bem as disputas que se travam no âmbito das disciplinas escolares e como, muitas vezes, são regidas por razões que se encontram no interior da própria sociedade. FORQUIN, J. C., (1992). Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria e Educação*, Porto Alegre , Ed. Pannonica, n. 5, p. 2849.

[3] CHAVES, Miriam W., (2001). *A Escola anisiana dos anos 30: fragmentos de uma experiência* – A trajetória pedagógica da Escola Argentina no antigo Distrito Federal (1931-1935). Tese de doutorado. Faculdade de Educação, PUC-RJ.

[4] A Escola Argentina é fundada em 1924 por Carneiro Leão. Só em 1929, na gestão de Fernando Azevedo, recebe instalações condignas, mudando-se para um prédio neocolonial no Engenho Novo. Durante a administração de Anísio Teixeira torna-se experimental em 1932 e transfere-se em 1935 para um prédio moderno em Vila Isabel.

[5] São criadas outras quatro escolas experimentais: Bárbara Ottoni, México, Estados Unidos e Manuel Bonfim, que se transformam juntamente com a Escola Argentina em verdadeiros pólos irradiadores do novo padrão escolar.

[6] As informações do item abaixo foram obtidas nos 15 exemplares da *Revista Escola Argentina,* encontrados na escola. Editada por alunos e professores de 1929 até 1935 expressa o que se passava no seu interior nos idos de 1930.

[7] Com a reforma de Anísio Teixeira, em 1931, a escola passa a ter semanalmente em sua grade curricular, aulas de biblioteca e de auditório que, por meio de um ensino mais descontraído – dramatizações, concursos, jogos –, reforçava o que era aprendido em sala de aula.

[8] TEIXEIRA, Anísio, (1997). *Educação para a democracia.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

[9] Reunião de alunos em torno de algum propósito educacional que visava uma organização escolar. Entre elas pode-se citar a Caixa Escolar, fundada no antigo Distrito Federal em 1893, os Clubes Pan Americanos, Literários e Esportivos, a Cooperativa Agrícola e a Revista Escola Argentina.

O PACIFISMO DE MARIA LACERDA DE MOURA (1887-1945)

Dra. Miriam Lifchitz Moreira Leite - LISA/USP

Uma extensa linhagem de pensadores procurou meios de deter os impulsos guerreiros dos homens. Aristófanes (411 ªC.) através de Lisistrata propôs uma guerra dos sexos, para fazer cessar as lutas entre as cidades gregas. Bartolomeu de Las Casas (1474-1566) tentou defender as populações indígenas das violências espanholas. Nicolau Maquiavel (1469-1527) pensou na dominação da violência através de uma Teoria do Estado. Thomas Hobbes (1588-1679) por sua vez, criou o Leviatã, capaz de garantir a paz pelo terror. Johan Wolfgang Goetthe (1749-1832) ponderava contra os poderosos da terra, capazes de com uma penada mandar milhares de pessoas para a morte. Ao falar da Paz Perpétua, no século XVIII, o abade de Saint Pierre (1658-1743) pensou na instauração de uma política nacional e internacional, pois a paz não era um estado da natureza. Quanto Emanuel Kant (1724-1804) retomou a questão após Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Procurou uma harmonização entre política e moral.

Ao reviver a tragédia da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Norbert Elias encarou a guerra como uma sólida tradição da humanidade. Mas, como uma nova guerra já prenunciaria a destruição de parte significativa do planeta, era preciso promover estratégias de desarmamento da desconfiança e o cultivo do controle da violência latente nas relações entre grupos humanos.

Em sua escala (de mulher, autodidata mineira do início do século XX) Maria Lacerda de Moura escreveu livros, manifestos, panfletos e artigos contra a guerra, a partir da infiltração fascista na imprensa brasileira e da estimulação da violência que redundaria numa hostilidade entre as nações. Revelou os horrores das industrias de armamentos com a colaboração da ciência, para uma guerra que resultaria num suicídio coletivo.

Em 1935 fez um apelo às mulheres brasileiras para a fundação do Comitê Feminino contra a Guerra, publicado em A Lanterna de 2/11/1935, nestes termos: "Mulheres Brasileiras! Ergamo-nos contra esta exploração dos sentimentos femininos, contra as mentiras dos armamentistas, contra os massacres guerreiros atuais e vindouros. Esqueçamos as diferenças que possam existir de crenças políticas, religião e cultura e colaboremos na campanha de esclarecimento cultural, de demonstrações de Paz. Atendamos ao apelo das mulheres abissínias, nossas irmãs, que heroicamente lutam de armas na mão,em defesa da soberania de seu país, e constituamos o Comitê Feminino contra a Guerra, em Defesa da Paz Universal, da Cultura e da Humanidade."

No jornal O Combate já publicara dois artigos com o título tomado a Romain Rolland Guerra à Guerra! Em 1927 e em 1928.

A apresentação do pacifismo de Maria Lacerda de Moura por suas próprias palavras permite a possíveis leitores a avaliação da intensidade com que estava envolvida em sua missão. Como nos demais itens, os escolhidos para reprodução são unicamente amostras representativas do teor de sua linguagem e da virulência de sua persuasão.

Em seu livro Civilização – tronco de escravos de 1931, traz páginas documentadas sobre as Guerras Científicas. "As guerras através da física, da química, da bacteriologia atacam, de preferência as populações civis."

"Romain Rolland, estudando o livro admirável de Nicolai A Biologia da Guerra cita a frase de um acionista de estaleiro de submarinos, indignado: "Ganhamos penosamente nosso dinheiro na guerra, e esse homem prega a paz!"

"A febre dos laboratórios, das pesquisas, dos descobrimentos, das invenções para fins industriais aumenta progressivamente todos os dias. As indústrias não podem desaparecer no regime capitalista. A cupidez do homem coloca-o a serviço de tudo o que há de mais abominável pró pátria, pró progresso material, que denominam civilização.

"A solução, repito, é a objeção de consciência, é a deserção, a não-violência heróica, a suprema resistência, o Não Matarás, a mentalidade nova para o protesto consciente contra a perversidade humana organizada, contra a imbecilidade social."

Em Amai e... não vos multipliqueis (1932) e em Serviço Militar Obrigatório para a Mulher – recuso-me! Denuncio! (1933) a Autora propõe a ação indireta pela palavra e pela pena. Mostrar os horrores da guerra, a brutalidade e a degenerescência humana pelas neuroses, imoralidade e pelos aleijões físicos, mentais e amorais desenvolvidos em todas as guerras. Escrever e falar de todas as tribunas cujas portas não se fechem e pela ação direta, recusando o serviço militar, pegar em armas e ir para a guerra. "Em face da civilização capitalista, a resistência heróica da mulher será a greve dos ventres, a maternidade consciente e limitada, recusando-se a engendrar a carne para os canhões. Esse deve ser o método da não-violência feminina, da não cooperação -- abstenção, a recusa terminante para não alimentar as mandíbulas vorazes das guerras ou dos prostíbulos."

"Proclamamos a nossa humanidade: não há Pátria, não há fronteiras para as leis naturais. Todos os humanos são, como Sócrates, cidadãos do Universo. A Internacional do Pensamento deve suprimir a vergonha bárbara da Internacional Armamentista."

"Faço minhas as palavras de Einstein, o maior cientista vivo: Eu me recusaria a todo serviço de guerra, direto ou indireto e procuraria convencer os meus amigos a adotar a mesma atitude e isso independente de toda opinião crítica sobre as causas das guerras."

"E a liberdade sexual da mulher será a conquista suprema que remodelará por completo o velho mundo.

"É através da Maternidade consciente que se vão esboçar os contornos iluminados de uma vida nova: seria o extermínio das guerras.da fome, dos prejuízos sociais funestos a

todo o gênero humano, é o combate aos crimes passionais, é a extinção da prostituição e do crime não menos inominável da castidade forçada para a mulher solteira e da maternidade imposta à ignorância da mulher casada, é o extermínio do infanticídio, é a questão resolvida da lei da população.

..."Depois, tendo a mulher o encargo e a responsabilidade maternal, é justo e é lógico que seja livre de escolher o pai para o seu filho.

Dentro das limitações de suas condições físicas, sociais e culturais a professora Maria Lacerda de Moura cumpriu inabalavelmente a sua missão de esclarecer mulheres e homens a respeito de suas circunstâncias de servidão, atingiu a meta de educar a si mesma, e teve a coragem de manter através de toda a trajetória, de viver de acordo com suas idéias.

CIÊNCIA E MODERNIDADE NO BRASIL: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Moema de Rezende Vergara

Pesquisadora Adjunta do Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST/MCT.

Nas últimas décadas do século XIX, a história da ciência, predominantemente escrita por cientistas e filósofos, estava preocupada em transmitir os processos de apreensão da ciência como via de expansão deste conhecimento. Este ponto de vista estava ancorado na crença de que a ciência moderna era a grande dádiva do Ocidente para a humanidade e, portanto ensinar como se conhece o mundo através do método científico era o "verdadeiro" caminho para se alcançar o progresso[1]. No começo do século XX, nasceu uma história da ciência que pretende estabelecer uma ruptura epistemológica ao incorporar em sua análise questões até então "invisíveis", mas que mantém o estudo dos procedimentos da ciência como uma forma de reprodução e ampliação deste conhecimento em outros contextos.

No caso do Brasil, um exemplo desta história da ciência pode ser encontrado na obra de Simon Schwartzman, que tem como centro de suas preocupações a identificação do lugar da comunidade científica, seus valores e sua cultura na sociedade. Para este autor o marco fundador da comunidade científica brasileira está no advento das universidades, local onde se dá o início da profissionalização da atividade científica brasileira: "O componente acadêmico surgiria muitas vezes como uma atividade ´clandestina´ dentro das instituições de pesquisa aplicada e só se

[1] PYENSON, L. and SHEETS-PYENSON, S. *Servents of nature:* a history of scientific institutions, enterprise, and sensibilities. New York: HarperCollins Publishers Ltd, 1999. p.5.

institucionalizaria com a criação das primeiras grandes universidades brasileiras, na década de 1930"[2].

A matriz de Simon Schwartzman é Fernando de Azevedo[3], que via uma inaptidão nata do brasileiro para os estudos das ciências. Na obra *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*[4] há inúmeras referências a Fernando de Azevedo principalmente no que se refere aos períodos dos séculos XVIII e XIX. Para Schwartzman estes períodos recuados estavam marcados pela extrema carência de base institucional, e esta atividade "clandestina" de cunho pragmático funcionava como obstáculo ao pleno desenvolvimento científico. Esta conclusão se inspirava na obra de Azevedo que procurou investigar os motivos deste nosso atraso tanto em *A Cultura Brasileira,* de 1943, quanto na coleção *As Ciências no Brasil,* de 1955. Para ele a razão da ausência de um ambiente em que predominassem o verdadeiro método científico estava no fato do Brasil ter sido colonizado por Portugal, país que junto com a Espanha, ficou resguardado do espírito crítico, de observação e de experimentação que se espraiava pelo restante da Europa nos séculos XVI e XVII. Neste sentido, de quase nada adiantaria para vida intelectual brasileira a existência de universidades na colônia, uma vez que estas teriam incorporado o inexorável caráter ibérico, apegado à religião e avesso ao pensamento metódico e à reflexão. Segundo ele, a criação de uma universidade neste período, muito provavelmente seria feita pela Igreja, que privilegiaria disciplinas como teologia, direito, letras e artes, a partir da filosofia tomista, que se caracterizava pela tentativa de conciliar o aristotelismo com o cristianismo, dando pouca atenção às ciências da natureza, como já ocorrera na América espanhola.

Segundo Fernando Azevedo, a presença desta cultura ibérica perdurou no Brasil mesmo após a independência. Para ele, o Império, surgido deste processo, foi

---

2 SCHWARTZMAN, S. Um espaço para a ciência. A formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. p. 92.
3 AZEVEDO, F. de (ORG). As ciências no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1955] 1994 e AZEVEDO, F. de. A cultura científica. A cultura brasileira. Brasília: UnB, [1943]1963.
4 SCHWARTZMAN, S. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

marcado por guerras e sublevações, além de constantes crises políticas. Azevedo interpretava esta conjuntura como um dos principais motivos do amor à retórica e à eloqüência dos intelectuais brasileiros, que deveriam provar seus talentos de oratória nos debates parlamentares. Para esse autor, o ambiente intelectual brasileiro era caracterizado pelo "(...) gosto da retórica e da erudição livresca, a superficialidade mal dissimulada na pompa verbal, a unilateralidade de visão e o diletantismo que leva o indivíduo a passear por todas as questões sem se aprofundar em nenhuma delas"[5].

Para Fernando de Azevedo o fim da Monarquia e as primeiras décadas da República produziram poucas transformações, uma vez que o peso da tradição imperial ainda estava presente. No ambiente intelectual dos anos de 1930, em que este autor circulava, se acreditava que só uma revolução cortaria os vínculos com esta tradição. Para Paulo Prado[6], por exemplo, esta revolução teria um caráter mais moral do que propriamente político. Seria uma forma de acordar o país que "dorme o seu sono colonial". A revolução romperia com a tristeza atávica que nos prende a um "passado alienígena" e que nos distancia do que realmente somos. Sérgio Buarque[7], por sua vez, via no processo de urbanização e modernização o "remédio" para o nosso mal de origem. No mesmo sentido, Fernando de Azevedo encontrava na expansão da indústria e do comércio o caminho para a revolução intelectual que iria se materializar com o início das universidades nos anos de 1930. Ele se referia a esta época como a inauguração "de inquietação intelectual, de penetração, difusão e organização do pensamento científico, com que se abrem à cultura no país novas direções e as mais amplas perspectivas". O projeto de uma instância de ensino superior que incentivasse sistematicamente os estudos científicos no Brasil, já estava sendo gestado desde o século XIX. Roque Maciel de Barros[8] nos mostra que a criação da USP em 1934 concretizou as esperanças da geração de 1870, que via na fundação

5 AZEVEDO, F. de (1994), op. cit., p. 37.
6 Cf. PRADO, P. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. CALIL, C. A. (ORG). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
7 AZEVEDO, F. de (1994), op. cit., p. 41.
8 Cf. BARROS, R. S. M. de. A Ilustração brasileira e a idéia de universidade. São Paulo: Convívio/EdUSP, 1986.

de uma universidade moderna uma forma de ultrapassar o legado ibérico e abrir caminho para se colocar o país em seu lugar de direito, ou seja, o futuro.

Ao buscar as influências desse autor, vimos que sua obra possui elementos de continuidade com os intelectuais do final dos oitocentos, momento crucial para a formação do pensamento social brasileiro. Para nossa análise, utilizamos a *Revista Brasileira*, ponto de partida para a formação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, visto que esta revista foi um importante *locus* para os homens de letras do final do século XIX, no Rio de Janeiro. Os críticos literários, colaboradores e editores dessa publicação estavam refletindo acerca da "essência da identidade nacional"[9], num momento de profundas transformações políticas e sociais, com a Abolição e o fim da Monarquia. Para estes intelectuais, era preciso pensar o Brasil e seus problemas, sem lançar mão do recurso à cópia e à imitação. Assim, esse "pensamento brasileiro" seria composto, tanto pelas artes e pela literatura, quanto por uma ciência nacional. Os editores da revista abriram espaço para que nossos cientistas divulgassem suas pesquisas para o público leigo, como o médico João Batista de Lacerda, do Museu Nacional; Nina Rodrigues professor da Faculdade de Medicina da Bahia; e o astrônomo Luiz Cruls, então diretor do Observatório Nacional e responsável pela sessão "Revista Científica".

Ao lado dos cientistas temos os literatos, que acreditavam que a ciência lhes daria acesso à "verdadeira essência" nacional e os auxiliaria na superação da herança do período colonial. Esse passado era considerado a chave explicativa para o nosso atraso e sua superação projetava para o futuro as esperanças de ingresso no "concerto das nações civilizadas".

A forma como os intelectuais dessa geração interpretavam nosso período colonial influenciou profundamente as gerações seguintes de intérpretes da cultura brasileira, tais como Fernando de Azevedo. Este passado foi constantemente referido

9 Editorial da Revista Brasileira, tomo I, 1879.

como um entrave, como podemos ver na seguinte passagem de Sílvio Romero escrita em 1881:

> "As raízes destes desarranjos pasmosos vão perder-se no solo empedernido dos tempos coloniais. O Império continua, sob um falso constitucionalismo, o velho absolutismo, e a antiga miopia da metrópole. Que os norte-americanos continuem a trilhar as sendas da inteligência inglesa, é coisa que deve ser aplaudida, porque a Inglaterra pensa; que o Brasil continue a copiar Portugal, é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir. O sistema colonial continua e a velha metrópole tem hoje os proventos, sem os encargos, de sua feitoria"[10].

Lendo este trecho ficamos com a impressão que a colonização portuguesa foi uma iniciativa desprovida de "inteligência", deixando para nós uma triste herança. A geração de 1870 praticamente desconsiderou as políticas ilustradas da metrópole, que deram as feições da prática científica realizada no Brasil desde os tempos coloniais. Isto porque estes homens estavam construindo uma noção de *brasileiro* por negação ao português. Assim, na *Revista Brasileira*, era comum os autores verem na condição de ex-colônia portuguesa um empecilho que, ao mesmo tempo, explicava o atraso do Brasil que deveria ser vencido imediatamente. Portugal era, aos olhos desses autores, desprovido de produção científica digna de nota, e sua cultura se distanciava do mundo da ciência. O problema não estaria apenas na relação de exploração estabelecida entre a metrópole e a colônia, mas na própria "essência" dos povos ibéricos, que por suas próprias características, não teriam participado das transformações intelectuais do século XVII.

10 ROMERO, S. "Introdução à história da literatura brasileira", Revista Brasileira, tomo VIII, 1881. p.290.

Ainda referente ao século XIX, percebemos que quando o passado luso-brasileiro era lembrado, tanto os literatos quantos os cientistas o faziam retirando o elemento português deste binômio, para valorizar apenas o que seria nacional. Num artigo de 1895, Orville Derby apresentava José Bonifácio como excepcional homem de ciência na história da geologia do Brasil[11], que teria tido sua carreira científica interrompida pela Independência, desvinculando a formação científica de Bonifácio do contexto português do fim do século XVIII. Cabe ressaltar que Bonifácio estudou na Universidade de Coimbra, foi discípulo de Vandelli, além de ser membro da Academia Real de Ciências de Lisboa e do governo português ter patrocinado durante dez anos suas viagens de estudos pela Europa[12].

O antilusitanismo e a negação de tudo que derivasse do passado colonial permaneceu vigente na interpretação dos historiadores da ciência no Brasil até meados do século XX, que também viam no advento das universidades o meio para se eliminar o atraso herdado da tradição ibérica. Esta percepção tem dificultado a compreensão mais sistemática das práticas científicas das épocas anteriores. Para os cientistas que viveram fora deste "marco fundacional", restava, então, a imagem dos pioneiros e dos homens excepcionais que lutam numa "terra sem espírito científico" como Peter Lund, considerado o pai da paleontologia no Brasil[13]. Ou ainda o "mártir" Charles F. Hartt, chefe da *Comissão Geológica do Império do Brasil*, duplamente vítima do Brasil: de seu clima (não resistiu à epidemia de febre amarela e faleceu em 1878) e "do seu atraso em matérias científicas"[14]. Uma outra conseqüência desta aversão ao elemento lusitano estaria na ênfase dada aos naturalistas estrangeiros, como o dinamarquês Lund, o americano Hartt e o francês Gorceix, buscando-se, desta

11 DERBY, O. As investigações geológicas do Brasil, Revista Brasileira, tomo II, 1895. p. 141.
12 Cf. CAVALVANTE, B. José Bonifácio: razão e sensibilidade. Uma história em três tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
13 Cf. CASTRO FARIA, L. Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. In: MUSEU NACIONAL. João Batista de Lacerda: comemoração do Centenário de Nascimento: 1846-1946. Rio de Janeiro: Publicações Avulsas, n.6, 1946.
14 Cf FREITAS, M. V. Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de Pedro II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002..

forma, "refundar" a tradição científica brasileira a partir da presença de cientistas vindos de outras nações.

A questão está justamente no conceito de modernidade de geração de Azevedo, que incluía numa mesma categoria de "arcaísmo" tudo que viesse antes da "modernidade" republicana dos anos de 1930[15]. Uma das vertentes da discussão sobre a modernidade se caracterizou por analisar as manifestações do liberalismo no Brasil. Para várias gerações de intelectuais, a escravidão era um grande obstáculo para a implementação do liberalismo, expressão da modernidade ocidental. O problema não estava apenas na presença física do escravo, mas na organização social que o sustentava, conferindo à sociedade brasileira seu caráter fortemente hierarquizado, patriarcal e de indiferenciação entre as esferas pública e privada. Para Sérgio Buarque[16] estas características, acrescidas do iberismo de nossa tradição – o culto à personalidade e o gosto pela aventura – produziram o homem cordial, apegado às relações pessoais dos laços de afeto e de sangue e resistente à universalidade dos princípios abstratos do liberalismo. O pavor em viver isolado conferiu ao homem cordial grandes qualidades retóricas, mas limitadas aptidões no que se refere à reflexão e à contemplação. Se por um lado *Raízes do Brasil*[17] fecundou importantes interpretações sobre a cultura brasileira, por outro, não facilitou o entendimento do brasileiro como sujeito do conhecimento científico.

Neste sentido, temos que "ajustar" nossas lentes para entender a empresa colonial portuguesa como portadora de um projeto civilizatório na América. O artigo publicado em 1968, por Maria Odila Dias na *Revista do IHGB*, pode ser considerado como um dos primeiros esforços de valorização positiva da Ilustração Luso-brasileira. Este artigo tem o mérito de propor uma discussão sobre a tradição intelectual

---

15 DANTES, M. A. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. In.: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (ORGs). Ciência, civilização e impérios nos trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 228.

16 HOLANDA, S. B de. Raízes do Brasil. 6a edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympo, 1971. p. 108

17 O conceito de "jeitinho brasileiro" elaborado por Roberto Da Matta pode ser visto como uma decorrência do "homem cordial" de Sérgio Buarque. Ver DA MATTA, R. O modo de navegação social: a malandragem e o "jeitinho". In: O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

brasileira privilegiando a ciência, como elemento importante para entendermos o último quartel do século XVIII, momento determinante na formação da elite intelectual que irá conduzir o processo de independência[18].

No momento em que surgiu o texto de Maria Odila Dias já estava-se fazendo uma revisão do iberismo, agora não mais visto como obstáculo da implementação de práticas modernizantes, mas como elemento que configurava a particularidade do Brasil em sua busca de inserção no Ocidente. Uma reação a esta perspectiva foi a tentativa de compreender os diversos mecanismos que atuaram sobre a institucionalização da ciência no Brasil, abrindo mão de uma visão de ciência "triunfalista", para entendê-la como algo inserido na dinâmica da cultura.

Atualmente podemos encontrar no campo historiográfico da ciência no Brasil uma série de pesquisas que se filiam à história das instituições que procuram ter uma visão compreensiva da atividade científica. Contudo, também vemos que as teses de Fernando de Azevedo se tornaram um cânon para a interpretação da cultura científica brasileira. Esta visão da ciência no Brasil transcende as fronteiras da história da ciência e é encontrada em trabalhos recentes das demais disciplina como na literatura, sociologia e geografia, que reforçam a idéia de que o ambiente intelectual brasileiro era caracterizado pela retórica bacharelesca, sem muita originalidade. E só a partir do advento das universidades é que se começou a produzir alguma ciência no país.

Ao se analisar as atividades científicas no contexto mais amplo da vida intelectual na sociedade brasileira, vemos a importância da história da ciência para a compreensão dos processos de modernização. Ao historiador da ciência caberia então explorar as relações estabelecidas entre ciência e cultura, revendo a imagem do país como um lugar fadado à imitação e aonde o fluxo de idéias possuiria mão única, para ver o Brasil como um lugar de produção de conhecimento e reflexão.

18 Cf. DIAS, M. O. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. Revista do IHGB, vol. 278, p.105- 170, 1968.

O FIM DE SÉCULO NO OLHAR ILUSTRADO: IMPRENSA, HOMENS DE LETRAS E A PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O XX EM CURITIBA.

Mônia Silvestrin/UFPR

> O século ia morrer... sim, porque os séculos morrem tambem, e morrem fatalmente... Ás vezes agitados, epilepticos, como o seculo XV; ás vezes, opulentos de vida como o seculo XVI e ás vezes como o XVIII, pungidos de todos os delírios da philosofia e da fé. O nosso, o chamado grande seculo, ia morrer de um extranho mal, de uma enfermidade sublime, especie de hysteria do pensamento. A cohaustão moral appressava-lhe a agonia.
> E como os filhos dos seculos mostram-se sempre desamorosos e ingratos, havia em volta do leito em que o moribundo agonisa, solenne e inssubmisso como os Tritões antigos, um susurro profundo e quasi expansivo. Os filhos do velho seculo despedem-se d'elle transidos de um impia alegria mysteriosa tendo a alma cheia do seculo novo, que lhe traz o desconhecido e a esperança.[1]

Viver em 1900. O novo século deu os ares de sua graça na madrugada de uma terça-feira entusiasmada, primeiro de janeiro de 1901. Do tenebroso oitocentos, "este século "desconjunctado"[2], somente lembranças. Nas palavras do cronista, as epopéias de Napoleão mesclam-se ao vapor e à luz elétrica, à Guerra do Paraguai, a Zola, Balzac e os grandes românticos e naturalistas da literatura universal; Augusto Comte e a sua *Philosophie Positive*, contemplam a República, ansiosa por ordem e progresso em uma maré de ventos não muito favoráveis. No Brasil que anseia ser outro no novo século, um certo pessimismo é a nota dissonante na melodia de boas vindas aos últimos cem anos do milênio, marcados pelo temor de um futuro incerto como todo devir, e que se deseja o melhor possível na retórica bem construída de seus artistas. Quem viver verá!, parecem querer nos dizer os redatores que nas folhas de seus jornais, passaram em revista o século findo e saudaram o vindouro. Afinal, a única certeza é que *le monde marche*... "Bem vindo sejas tu, ó seculo X" [3]

Ao contrário do que muitos poderiam supor, o dia 31 de dezembro de 1900, transcorreu tranqüilo na pacata Curitiba e não parecia anunciar a vinda daquele que, para alguns, deveria ser o "seculo da electricidade e, para outros, o do esoterismo"[4] As comemorações aconteceram, na sua maioria, em âmbito privado, ficando o encargo aos diversos clubes e associações, com a organização dos bailes e festas para saudar o novo século. Houve também queima de fogos

e, como relata a cronista do “Diario” no dia seguinte, muitos votos de que o novo tempo trouxesse paz e harmonia, além dos já esperados dias melhores.

Tal calmaria, que surpreende o pesquisador imerso em outro fim de século, por sinal bastante alardeado, não deve ser confundida com indiferença, pois os curitibanos, de certo modo, já haviam saudado, com uma festa grandiosa, os anos novecentos: a comemoração dos quatrocentos anos do Brasil, no dia 3 de maio. Esta foi a verdadeira recepção preparada para o século XX. E não poderia ser diferente, pois em tempos patrióticos de exaltação da Nação, de construção dos seus mitos e heróis, o novo século haveria de ser inevitavelmente comemorado na linguagem do civismo.

Além das comemorações cívicas, os anos próximos ao final do oitocentos foram férteis em outras imagens e referências que tentaram dar conta do novo século. Aqueles que procuraram refletir sobre o seu próprio tempo, se dividiam entre posições mais ou menos otimistas - e muitas vezes transitavam entre elas - prevalecendo, entretanto, em meio à cacofonia geral, um certo rumor de decadência.

Nem sempre como tema, muitas vezes perdido em breves frases, o século XX se anunciava, assinalando o sentido do presente. E este era “nevrótico”, decadente, confuso – palavras estas que tentavam dar conta de uma complexidade que parecia inédita, como nos lembra um contemporâneo ao nos dizer ser impossível qualquer tentativa de traduzir o seu próprio tempo em uma única linguagem, pois isso pressuporia “uma fé e uma simplicidade que já não temos”.[5] A exaustão mental, a mistura de filosofias e a impossibilidade de delinear a verdade, os maus hábitos da civilização, que relaxaram o caráter dos homens pareciam ser indícios de que se vivia um momento extremo. Da dúvida de Goethe e Byron ao pessimismo de Flaubert e Zola, a única certeza possível era a de que o mundo conhecido, o do grandioso oitocentos, que havia superado em muito as expectativas mais otimistas a seu respeito chegava ao fim.

Foram tais notas dissonantes em meio à euforia que tradicionalmente marca as mudanças de calendário que nos fizeram olhar de modo especial para a questão do final do século em Curitiba. Mais do que um objeto de estudo, o fim de século, por ser um momento visto como limite, ruptura, propicia retrospectivas, balanços, elaboração de projetos, reflexões que reelaboram o olhar sobre o presente e sobre o passado, dando aos debates, idéias e questões que lhes são pertinentes, uma visibilidade talvez impossível em outras circunstâncias.

Neste sentido, nos voltamos para a imprensa diária e, dentre os diversos textos publicados, um tipo em particular: o de caráter retrospectivo, que passa em revista o século que termina e de algum modo, especula sobre o amanhã. São falas extremas, que trazem consigo não só o espectro renovado de Jano, a nos espreitar com sua cabeça bifronte, mas essencialmente um diagnóstico acurado do tempo presente. Elegemos, portanto, um recorte pontual, circunscrevendo nossa pesquisa aos anos de 1899, 1900 e 1901, período em que o século torna-se tema recorrente, revelando imagens ansiosas em relação ao futuro, que mesclavam uma certa euforia a um sentido apurado de decadência. Imagens presentes nos jornais, mas também nas revistas, nos livros, nas propagandas, nos clubes e associações. De certo modo, tudo se tornava *fin de siècle*.

Complexas, às vezes ambíguas e contraditórias, as representações do final do século foram construídas a partir do encontro de dois universos discursivos: o da imprensa e do jornal diário, que colocava o mundo ao alcance das mãos, delineando o sentido do presente, e um outro, das leituras e referências disponibilizadas pelos movimentos culturais e literários do período. As duas instâncias, porém, a da "experiência" de viver um final de século e a dos elementos simbólicos que subsidiavam as idéias a respeito dele, não estavam separadas e sim unidas em um sistema relativamente coerente de percepção, que permitia a construção do mundo enquanto realidade.[6]

Em busca de tais representações, procuramos conhecer um pouco melhor a imprensa diária da época que, além de *locus* privilegiado de atuação desses homens de letras, pode ser

entendida também como um “lugar de encontro” da população citadina, permitindo compreender, ao menos em parte, os modos de ser e viver na cidade que se queria, a todo custo, moderna e cosmopolita. Também pelo jornal diário passavam os debates, as notícias e as questões polêmicas que inflamavam os espíritos e, no país dos bacharéis, tornavam todos imbatíveis mosqueteiros.

A questão da emancipação feminina, da ciência - “oculta” ou “experimental” -, das venturas e desventuras de ser paranaense ganhavam as páginas dos jornais com bastante freqüência e nelas nos detemos para acompanhar não só o desenrolar das idéias em jogo, mas também a sua relação com ambiente literário e cultural da capital do Estado. Este apresentava uma configuração de idéias bastante singular, que reunia contribuições advindas tanto de movimentos estéticos como o Simbolismo como do Teosofismo e da Maçonaria Esotérica. As idéias de progresso e o cientificismo, características marcantes da civilização ocidental oitocentista, eram parte de uma espécie de “língua comum” partilhada pelo público letrado na Curitiba do final do século, e englobavam sentidos extremos: da mais pura exaltação da civilização industrial ao descrédito elegante do simbolista que se retira do mundo à espera de um novo homem capaz de compreender os acordes do seu novo tempo.

O desejo de criação de uma nova hélade, capaz de reencantar o mundo e fazê-lo reencontrar a harmonia perdida, professado pelos adeptos do Neopitagorismo sintetiza a forte presença de movimentos espiritualistas na cidade. Afirmando reiteradamente a crise e o fim da civilização ocidental, tais movimentos forneceram aos homens de letras do período os referenciais teóricos para a leitura e diagnóstico que faziam do momento presente, leitura essa marcada certamente pelo pessimismo, mas um pessimismo que, pensado como o fim de uma etapa, permitia olhos vidrados no futuro, local da esperança e da possibilidade de regeneração.

Mas qual era esse “mundo” alvo da leitura e da reflexão desses homens de letras e tribuna? Certamente a sua face mais visível surgia cotidianamente nas páginas dos jornais: guerra na África, seca no nordeste, epidemias, políticos corruptos, previsões de catástrofes

naturais, assassinatos, etc. Eis a prova da crise e da decadência anunciadas nas doutrinas esotéricas e manifestos artísticos! Os jornais, portanto, tornaram-se elemento chave na constituição das representações acerca do presente e pareciam confirmar, a cada notícia, a decadência contemporânea.

Neste sentido, as metáforas biológicas que atribuíam ao século os mesmos ritmos da vida humana, acusando-o de ter envelhecido e se tornado decrépito com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que garantiam a possibilidade de um recomeço, tentavam, de certo modo, acomodar na perspectiva do progresso, um presente que não parecia compatível com as glórias dos anos precedentes, apontando para uma questão fundamental que se colocava naquele momento para os homens de letras curitibanos, qual seja, a do descompasso entre a evolução material e espiritual do homem. Embora não se pudesse negar o desenvolvimento da humanidade, parecia evidente que esse mesmo desenvolvimento, ao obrigar o homem a viver em uma sociedade materialista e impessoal, havia rompido com os valores tradicionais, jogando-o em um mar de excessos, angústias e incertezas.

E ao homem de letras restava o combate. Escritores profícuos, dedicados na sua maioria, simultaneamente, à tribuna e aos bancos escolares, eles participaram ativamente dos debates e da história do seu tempo munidos da “espada”, do “bisturi preciso e cortante” com os quais talhavam suas opiniões, construíam seus argumentos e projetos, refutando a pecha de “nephelibatas” que alguns insistiam em lhes imputar: certamente lutavam no terreno movediço e muitas vezes imaterial das idéias, e, embora muito da polêmica se desse pelo simples prazer do desafio e do prestígio que a lide com as belas letras angariava entre os citadinos ansiosos por frases espirituosas e o verniz da civilização, para a maior parte desses literatos “engajados” a instrução e o esclarecimento eram o caminho mais curto para a autonomia intelectual e a liberdade de pensamento, pré-requisitos fundamentais para a construção do novo cidadão e da humanidade redimida com a qual tanto sonhavam.

Abusando da retórica bacharelesca e das citações, escolhidas muitas vezes mais em prol dos efeitos estéticos e da opinião do autor, do que por seu caráter de afirmação da verdade, eles discutiram o papel da mulher no "mundo hodierno", travaram os embates pela afirmação da vocação histórica do povo paranaense, discutiram os limites da ciência, embora não abdicassem do olhar cientificista, que ao lado da idéia de progresso formavam os eixos em torno dos quais de dava a enunciação da palavra pública e se articulavam os demais temas e questões importantes naquele momento. Embora os seus sentidos preciso estivesse muitas vezes colocado em questão, principalmente quando se tornavam alvo de disputa direta, elas forneciam, de certo modo, as palavras para que o discurso ilustrado ganhasse visibilidade e se tornasse legítimo, perpassando todas as dimensões do jornal e dando suporte aos mais diferentes assuntos. De certo modo, o mundo se explicava, na sua ventura e vicissitudes, pelo ideário progressista da ciência.

O fim de século, portanto, com as referências de ruptura e recomeço que trazia consigo alimentou tanto os diagnósticos do tempo presente como as expectativas em relação ao futuro, como podemos perceber através das imagens e falas que tentaram dar conta da onipresença absoluta com a qual ele parecia ter o poder de definir o destino dos homens. Se o mundo estava caótico e degenerado, era a expressão de um tempo que não possuía mais força vital e se encaminhava para seus momentos finais, embora muitos tivessem sérias desconfianças em relação ao futuro que ele anunciava; se o oitocentos havia realizado o feito de fazer os homens viverem em cem anos o equivalente aos dois mil precedentes, tal aceleração do tempo representava a descida vertiginosa em direção ao fim de mais uma civilização, como a própria história não se cansava de reiterar; ao mesmo tempo, diante de olhos mais otimistas, chegava ao fim da sua missão de preparar o espírito humano para a vertigem de anos mais espetaculares ainda.

De um modo ou de outro, o fim de século foi visto, por esses homens letrados, como um momento de inflexão na história humana, que exigia reflexão e abria, de modo mais incisivo, as

possibilidades de mudança sonhadas, fossem elas garantidas - ou ameaçadas - pela inevitabilidade do progresso, o que exigia a atuação persistente dos homens, seja para mudar o seu curso, seja para fazer desaparecer os aguaceiros e tempestades de atrapalhavam seu caminho. As imagens catastróficas a ele associadas, que apontavam inevitavelmente no sentido de um fim próximo, acabavam tendo seu poder escatológico reduzido, pois eram submetidas à necessidade natural e imperiosa de destruição que antecipava a edificação de um novo tempo. Em outras palavras, aquele era um mundo que, embora já estivesse fazendo a crítica interna de seus próprios alicerces, de certo modo estava ainda por demais preso ao desejo de continuidade que, como nos lembra Everdell, marcou de modo peculiar os anos oitocentos.

---

[1] POMBO, José F. Rocha. "Em torno da terra". *O Cenaculo*, ano II, n. 1896. p. 22
[2] FLAVIANO, Flavio. *Diario da Tarde*, 20/12/1900.
[3] MACHADO, Reinaldo. *Diario da Tarde*, 31/12/1900
[4] *Diario da Tarde*, 22/10/1900
[5] BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno.* Lisboa: Edições 70, 1990. p.2

[6] CHARTIER, Roger. *História Cultural* - Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

A TRAJETÓRIA DOS FRANCISCANOS EM ALAGOAS E SUAS AÇÕES NO ÂMBITO EDUCACIONAL (séculos XVIII e XIX)

Mônica Costa Santos PPGE/CEDU/UFAL

Este texto pretende tratar das contribuições de missionários na formação letrada dos alagoanos. Aqui em particular trataremos da ação dos franciscanos na fundação de escolas como marco inicial dos primeiros rastros de educação formal dada no Estado. Nossos argumentos estarão evidentemente limitados pela escassez das fontes sobre o assunto, daí o texto não apresentar apreciações mais aprofundadas, como o tema nos remete. Além deste aspecto, este estudo compõe parte do nosso objeto de pesquisa de mestrado, que versa sobre a presença dos franciscanos em Alagoas e suas contribuições no campo educacional, cujo estágio ainda é preliminar. O mesmo encontra-se vinculado ao grupo de pesquisa "Caminhos da Educação em Alagoas", do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, coordenado pelo prof. Elcio de Gusmão Verçosa.

A bibliografia referente à história da educação brasileira nos afirma que a Companhia de Jesus, aportada no Brasil desde a primeira metade do século XVI, foi durante mais de dois séculos uma das mais influentes ordens da Igreja Católica, senão a mais importante delas. Com isso se manteve uma dependência mais que religiosa, estendendo-se para o âmbito econômico, político, cultural, jurídico e, sobretudo, educacional.

Apesar de considerar o pequeno raio de ação, comparado aos inacianos, não se deve marginalizar a forte presença missionária de franciscanos, beneditinos e carmelitas na cristianização e civilização dos brasileiros, em especial, dos nordestinos. O Nordeste, sobretudo, era um lugar privilegiado de atuação desses religiosos, dada os princípios da Ordem a que pertenciam. Para beneditinos e carmelitas e, principalmente, os franciscanos, o lugar de efetivação das missões deveria exigir muito esforço e sacrifício para assim merecer o papel de

intermediários entre o mundo e a providência divina. Então, as secas, as epidemias, a fome, o desamparo, o cultivo de religiosidade diversa a cristã, os costumes tidos como bárbaros, a exemplo do ócio, da moral, da violência e da língua nativa, tudo isso os impingia a bravamente suportar os percalços enfrentados nessas terras bravias. Os inacianos, em geral, já não tinham a mesma disposição de enfrentar o sertão no que ele tinha de inóspito: ameaças de doenças, o enfrentamento com os indígenas e o perigo por parte de animais. Os franciscanos, por exemplo, tentavam se identificar com a população sertaneja: andavam a pé e não viajavam carregados em redes por escravos, como faziam convencionalmente os eclesiásticos ligados aos jesuítas.[1] Como lembra Medeiros Neto (1941):

> Infelizmente, porem, não houve estabilidade da obra jesuítica no São Francisco. A peste física e moral, doenças e pombal, vieram impossibilitar esta obra admirável que os inacianos ora, galhardamente, encetavam. Parece, como de fato, que os réais e verdadeiros formadores da civilização ribeirinha, já vibrada pelo influxo do litoral jesuitizado, são os Franciscanos, de barba ou não, como distinguem os sertanejos.[2]

Desse modo, os franciscanos contribuíram com o processo civilizador e pedagógico da colonização portuguesa, percorrendo o sertão de Alagoas, sobretudo, pelo rio São Francisco, através do caminho do gado e das trilhas dos índios. Suas ações se dividiam de acordo com os preceitos da Ordem. Alguns adotavam a vida exclusivamente contemplativa, outros encapavam missões, e a atividade de mestre ou como esmoleiros[3] pelos sertões, afinal a caridade deveria ser a única fonte de recursos materiais:

> Entre os 470 professos que a Província contou, em meados do século XVIII, havia apenas 30 a 40 missionários de índios, alguns missionários volantes, cêrca de 50 esmoleiros e mais ou menos 15 professôres de gramática (...) [4]

O franciscanismo no Brasil encontra-se divido em momentos distintos – o ciclo esporádico, o período da Custódia e o período posterior, a instituição de Custódia à Província – nos quais a Ordem desenvolveu suas atividades com o sentido de dar continuidade ao projeto missionário e civilizador. No período da Custódia (1585-1619), os franciscanos assumiram missões entre os índios nas regiões de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.[5] Segundo Willeke (1970), em todas elas, os franciscanos mantinham escolas. Posteriormente, nas missões da Província de Santo Antônio (1679-1863), destacamos a existência de uma missão denominada

‘Alagoas’ (missão que, possivelmente, deu nome à cidade das Alagoas), tendo como padroeira Nossa Senhora da Vitória, fundada em 1679 e extinta em 1763, e a missão de ‘Palmar’ (1695), [6] ambas em território alagoano.

Os Franciscanos se estabeleceram definitivamente em Alagoas e regiões próximas em meados do século XVII, atendendo as

> 3 petiçoens de 3 partes em que se pedem Conventos a saber: a cidade de São Christovão de Sergipe delRey, da Villa do Penedo do Rio Saõ Francisco e da Villa das Alagoas em que com grande instancia pedem as Câmaras, e Povos, daqulles districtos se lhe dem Religiozos para nelles fundarem Conventos.[7] (grifo meu)

Naquelas vilas foram erguidos dois conventos da Ordem, que serviram de base estrutural para evangelização/educação dos alagoanos. Altavila (1975) menciona que a Cidade das Alagoas (atualmente Marechal Deodoro) “teve a honra de abrigar esses iniciadores de nossa literatura, por ser o centro para onde convergiam os mais ilustres pregadores e retóricos baianos e olidenses”.[8]

Para servir de residência aos frades, iniciou-se em 04 de outubro de 1682 a construção em Penedo do Convento e da Igreja de Santa Maria dos Anjos. Porém a presença definitiva daqueles religiosos somente ocorreu em 1694.

Basílio Rower (1947) argumentara em torno do projeto cristão e civilizador dos frades franciscanos para o nosso país:

> Desde que os religiosos franciscanos se estabeleceram no Brasil, um dos seus cuidados foi sempre disseminar, na medida que a índole da Ordem essencialmente missionária o permitia, a instrução da juventude. O fim principal, por certo, é a educação moral e religiosa, mas com suas escolas realizaram e realizam também uma obra cívica e social.[9]

Os conventos da Ordem fundados na região interiorana de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, desde o início do século XVIII, mantiveram aulas gratuitas para atender a população local. A partir de 1717, conforme descrição do Frei Jaboatão (1859), foram criadas aulas gratuitas de gramática em Serinhaém e Cairu, na Bahia; São Cristóvão, em Sergipe; Penedo e Alagoas (atual Marechal Deodoro), em Alagoas e Igarassu, Pernambuco. Sobre esta última, há que se ressaltar a presença à época, em 1742, de jesuítas, como a do padre Malagrida, na

criação de recolhimentos para mulheres desamparadas, sobretudos as prostitutas, oferecendo oração, trabalho e letras. Projeto este continuado por outro jesuíta alagoano, cego, de nome Padre Antonio Pais. [10] Mas de modo geral, as escolas conventuais eram freqüentadas pelos

> filhos dos moradores, atendendo aos pedidos das câmaras das Vilas, pessoas principaes, e devotas, e a falta, que havia de quem os ensinasse, e os descommodos que se seguião e impossibilidades para os mandarem aos estudos das Praças de Pernambuco; nem se poderem sustentar mestres pagos na Villa, o que fazem os Religiozos athe o prezente sem estipêndio algum do povo, ou da Camara.[11]

Em Penedo, este confrade garantia que "tãobem em beneficio do povo, e sem estipêndio algum, no capitulo de trinta de Dezembro de 1719 se poz neste Convento hum Religiozo para ensinar gramatica aos Filhos dos Moradores, o que se conserva athe o prezente.[12]

Os frades franciscanos registraram no 1º Livro de Crônicas do Convento de Penedo (1903-1930, p. 5) que "os religiosos prestam serviços não só a religião como a instrução da mocidade. Crearam uma cadeira de gramatica latina, onde ensinaram gratuitamente a quem quer que alli quizesse estudar".

Um dos pressupostos da educação moral e religiosa dos franciscanos era a orientação vocacional, tal qual também para os jesuítas. No Convento de Olinda, por exemplo, já por volta de meados do século XIX, o guardião Frei Antônio de São Camilo de Lellis[13] sustentava aulas "atraindo os melhores meninos e formando vocações".[14] Na *Crônica do Penedo*, escrita por José Próspero Jeovah da Silva Caroatá, em 1872, observa-se na passagem a seguir o quanto à freqüência às escolas conventuais era motivo de desejo daqueles que elas não acessavam, principalmente pelo prestígio a ela conferido:

> desta aula conta-se o seguinte fato, asseverado pelos velhos da terra: um cego muito inteligente, chamado José Joaquim, acompanhava o irmão que era estudante, e colocava-se na porta da sala de aula, de onde podia escutar tudo o que se dizia; com tanto proveito escutou durante alguns anos, que veio afinal a saber latim. O irmão a quem o cego acompanhava professou na Ordem Franciscana, e foi Frei José de S. Vicente Ferreira.

Ainda com base na leitura do *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*, podemos afirmar que, com relação à manutenção das escolas conventuais, os recursos materiais tinham origem tanto na caridade civil como aquela

proveniente do erário público, a qual era entendida como caridade: “Para este o Rei ajudava, a título de retribuição, com esmolas para a enfermaria do Convento”. [15]

Não somente a ação dos religiosos merecia este tratamento. No seu empenho para *ordenar, civilizar* e *instruir*, o governo imperial seja na corte, seja nas províncias assistia materialmente as diferentes ordens religiosas, bem como forjaram instituições, leis, regulamentos, reformas, a fim de difundir as Luzes através da escola. Esta era lugar privilegiado de padronização da diversidade cultural que incomodava aos ilustrados, cujo principal desejo era tornar o Brasil semelhante a países como a França e a Inglaterra.[16]

O que se entendia por educação pública no século XIX sobrevivia principalmente pela existência de estrutura – física e humana – constituída pelos missionários religiosos. Na medida em que o sistema de ensino foi se consolidando, com o avançar do século XIX, observa-se o quanto o poder público estava despreparado para cobrir a demanda pela educação, embora as classes mais desassistidas não reclamassem sua ausência, uma vez que as letras não cabiam ainda como necessidade no seu mundo sertanejo. De qualquer modo, havia a pressão dos mais abastados e dos liberais em promover a todo custo educação para o povo e assim satisfazer um dado perfil de civilidade.

Sobre as discussões sociais em torno da questão educacional no período, encontramos o seguinte no Jornal de Penedo (1875): “Sem pessoal, completamente habilitado e muito bem pago, não pode haver reforma possível da Instrução pública, que produza os benefícios e salutares fructos que se almejaõ”. Sobre o perfil que o educador deve apresentar para atender as aspirações locais de uma boa educação, “procurem os indivíduos de conhecimentos apropriados e no preciso grão, que sejão tementes a Deos, honrados e conscienciosos, incapazes de faltar aos múltiplos e importantes deveres que a desempenhar...” [17]

Com o objetivo de solucionar o problema da falta de salas de aula, o presidente Cincinato Pinto da Silva, em janeiro de 1879, nomeia duas comissões – uma em Maceió, outra em Penedo – a fim de angariarem donativos para a aquisição de prédios escolares. A comissão

penedense, após uma intensa campanha junto aos comerciantes, autoridades e intelectuais locais, profissionais liberais e funcionários da ferrovia Paulo Afonso; conseguiu arrecadar a importância de 4:388$600, que foi utilizado para a aquisição e reforma de uma residência. Na qual, em 07 de setembro de 1879, foi inaugurado o primeiro estabelecimento oficial de ensino de Alagoas: A Escola Cincinato[18]. Sendo nomeados os professores: capitão Manoel Vieira da Fonseca e D. Adelaide Virgina d' Araújo, respectivamente, para as seções masculina e feminina. [19]

O final do século XVIII é marcado por episódios históricos, como a Independência dos Estados Unidos, os primórdios da Revolução Francesa e, no Brasil, a Inconfidência Mineira. O Iluminismo português não acompanhou a ilustração francesa e inglesa em todos os seus aspectos. Tais valores e preceitos orientaram as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, então ministro de D. José I. As reformas pombalinas determinaram a expulsão dos Jesuítas e das demais ordens religiosas, por volta de 1759; o que não apenas rompeu o forte e potente instrumento da educação, mas, sobretudo, fortaleceu o poder da monarquia sobre a condução da sociedade, no sentido de implementar uma política moderna que dominasse a produção de riquezas em Portugal e no Brasil.

A laicidade política e educacional era uma bandeira do Estado monárquico, o que também expressava as necessidades de uma nova classe de homens, comerciantes. Era a possibilidade de explorar produtivamente as terras, liberando-as do domínio religioso.

A educação letrada alagoana iniciada pelos franciscanos, contrariamente ao que se tem notícia no restante Brasil, nos dá importantes indícios sobre a atuação dos franciscanos e de diferentes ordens religiosas em todo território brasileiro. A análise da atuação desses grupos encontra-se limitada pelas escassez de fontes, o que caracterizou a abordagem da historiografia tradicional em torno, exclusivamente, da atuação dos jesuítas no cenário brasileiro.

As escolas conventuais de gramática, funcionaram de 1719 até o início do século XIX, destinadas aos aspirantes à Ordem e/ou aos seculares, estas escolas inauguraram o ensino formal em localidades interioranas que só receberam, efetiva assistência do Estado, no final do século XIX.

Notas:

[1] HOORNAERT, E. *O ciclo sertanejo e as "Santas Missões"*. In*: O Cristianismo Moreno*. Petrópolis: Vozes, 1990.
[2] MEDEIROS NETO (1941). *História do São Francisco*. Maceió/Al: Casa Ramalho Editora. p. 67-68
[3] Sendo a Ordem Seráfica mendicante, os conventos dependiam, em grande parte, das esmolas que os frades esmoleiros pediam pelos sertões, aproveitando para desobrigar o povo que morava longe das igrejas. (Cf. WILLEKE (1970). Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil – 1649-1893 (Introdução). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 286. Rio de Janeiro. p. 93-94)
[4] WILLEKE, op. cit., p. 94
[5] Em alagoas, a missão foi fundada em 1597 e recebeu o nome de *Porto de Pedras*.
[6] WILLEKE, op. cit., p. 93
[7] WILLEKE, op. cit., p. 100
[8] ALTAVILA, A. J. (1975). *História da civilização das Alagoas*. 6ª ed. Maceió/Al: SERGASA.
[9] RÖWER, B. (1947*). A Ordem Franciscana no Brasil*. p. 149
[10] SERAFIM LEITE, S. I. (1943) *Historia da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro*: Instituto Nacional do Livro. p. 476
[11] JABOATÃO, A. S. M. (1858). *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, v. I, II, III. P. 514
[12] JABOATÃO, op. cit., 605
[13] Frei Antonio de São Camilo de Lellis foi o último Ministro da antiga Província de Santo Antônio do Brasil (1657-1891), o mesmo teve uma participação fundamental no processo de restauração da dita Província.
[14] RÖWER, op. cit., p. 150
[15] JABOATÃO, op. cit., p. 339.
[16] MATOS, S. R. de (2000) *Ordenar, civilizar e instruir* In Matos, S. R. de e Macedo, J. M. de (2000). *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar*: Access, p.33 a 57. Disponível em http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist07a.htm acesso em 09 abr. 2005.
[17] Jornal de Penedo, 18 de março de 1875.
[18] Outras informações acerca da fundação desta escola, estão disponíveis no *site* http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/48/index.html, onde constam os relatórios da Província de Alagoas, no período de 1830 a 1930.
[19] VILELA, Humberto (1982). A Escola Cincinato (Penedo – 1879). Revista do Instituto Histórico de Alagoas. p. 62-65

Corporações de ofícios versus liberdade de indústria: Adam Smith, José da Silva Lisboa e a extinção do aprendizado no Brasil e na Inglaterra

Mônica de Souza Nunes Martins

As corporações de ofícios, associações que reuniam trabalhadores de ofícios mecânicos desde a Idade Média, passaram a ser alvos de severas críticas a partir do século XVIII. Na França elas foram extintas no final dos setecentos e na Inglaterra os debates inflamaram após a publicação da obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, em 1776. Tais debates relacionavam-se especialmente à revogação de cláusulas do estatuto do aprendizado, que vigorava desde o século XVI, no sentido de extinguir as práticas corporativas e monopolistas executadas pelas guildas.

Na opinião de Smith, a permanência de uma prática protecionista na esfera econômica seria empecilho ao pleno desenvolvimento econômico das nações; as leis do comércio seriam naturalmente reguladas sem que houvesse a necessidade de uma intervenção estatal. Em sua obra criticou os mercantilistas e os fisiocratas, defensores do Estado intervencionista e de práticas protecionistas e teceu duras críticas à existência de monopólios, à extrema regulação do Estado e aos entraves à liberdade de comércio. As corporações e o aprendizado ocuparam papel de destaque em suas críticas, que apontavam os prejuízos decorrentes do monopólio exercido por tais entidades. A prática secular dos ofícios, as regras rígidas de aprendizado, a garantia de privilégios e de restrições comerciais aos membros dos ofícios significavam, na concepção de Smith, duros golpes às práticas de livre comércio. Neste sentido, suas críticas mais duras se deram em relação ao aprendizado que se mantinha na Inglaterra, especialmente ao aprendizado estatutário, que vigorava desde o século XVI.

Contrariava o argumento de que as corporações tinham um importante papel na aprendizagem dos artesãos, afirmando que esta relação de trabalho desenvolvida pela

política européia nos últimos tempos estaria dando origem a desigualdades importantes entre os trabalhadores ao impedir a liberdade de comércio, constituindo os privilégios corporativos no maior dos entraves a tal liberdade. Para ele, o privilégio exclusivo de um ofício regido por uma corporação impedia a concorrência no local onde ela estivesse estabelecida. Além disso, esta prática acabava impedindo que os trabalhadores tivessem plena liberdade de escolha de trabalho, uma vez que tendo sido aprendizes eram obrigados a manterem o vínculo com o mestre que lhes havia ensinado o ofício por longos anos. Para ele, aprendizagem não corresponderia, necessariamente, a um caminho para a disciplinarização do jovem trabalhador, na medida em que haveria por base um desestímulo gerado pela não aquisição de salário imediato nos anos de aprendizagem.

Os argumentos acerca da eficiência do aprendizado foram especialmente retomados ao longo das décadas seguintes na Inglaterra. Uma onda de debates foi travada em relação à revogação do aprendizado estatutário ou uma revogação parcial de algumas cláusulas sobre o aprendizado. Também resplandeceram com força as críticas contrárias às visões de Smith e à reforma do estatuto, que procuravam argumentos em defesa da formação do aprendiz e da importância do aprendizado nas relações de trabalho.

Um crítico contundente da obra de Adam Smith foi William Playfair que, curiosamente, organizou a 11ª edição d*a Riqueza das nações*, tecendo duras críticas às posições de Smith nas notas de rodapé e em capítulo suplementar sobre a educação. No seu entender, o aprendizado representava uma fonte de "boa conduta moral".[1] Na sua opinião, a extinção do aprendizado poderia desencadear um deterioramento da ordem moral da sociedade, onde o jovem trabalhador não teria mais a referência do mestre em sua formação. Desta forma, ele apontava em Smith uma maneira de ver o aprendizado como uma escolha entre dois modos de vida, quais fossem, o de uma sociedade reunida por meio da *educação* ou uma sociedade formada por meio do *treinamento*; este segundo

sendo aquele com o qual Smith se identificava. E na opinião de Playfair, os dois sistemas eram contraditórios.[2]

O tema da educação também gerou infindáveis controvérsias acerca do que teria sido defendido na *Riqueza das Nações*. Tais posições foram o cerne dos debates do início do século XIX sobre a permanência ou não do aprendizado e sobre a utilidade social que cumpria. As posições mais "progressistas" da época tendiam a identificar no aprendizado um modelo arcaico de formação do trabalhador, que já não respondia mais às demandas de uma sociedade que caminhava para uma inevitável modificação das relações de produção.

Os historiadores consideram o aprendizado na Inglaterra analisando-o em três períodos distintos: o do *aprendizado das guildas* (guilds apprenticeship), que teria começado por volta do século XII até 1563; o período do *aprendizado estatutário,* que vigorou de 1563 até 1814 - quando as guildas foram desaparecendo após a revogação do estatuto -; e a diversidade de formas assumidas no associativismo com o *aprendizado voluntário* (voluntary apprenticeship), desde 1814 até os dias atuais.[3] As cláusulas mais importantes do estatuto elisabetano foram revogadas em 1814, quando uma onda de mudanças ofuscava as diretrizes do aprendizado, quando um novo entendimento sobre estas relações tendia a reduzir o papel do Estado junto aos ofícios.

A discussão em torno da revogação das cláusulas do estatuto do aprendizado trazia no bojo as críticas à Lei do Assentamento, que proporcionava garantias ao aprendizado após sete anos de treino, atuando também com a função de ajuda aos pobres, em um sistema de bem-estar público que funcionou entre 1662 e 1834, quando foi "substituída" pela Lei dos Pobres. Essa revogação foi vista por muitos estudiosos como um marco na história do *laissez-faire*[4]. As leis elizabetanas instituindo o aprendizado em sete anos evidenciavam um dos maiores exemplos políticos de regulação do Estado sobre as questões sociais. No entanto, no final do século XVIII, o estatuto já

havia se tornado inoperante, mostrando sinais de declínio desde 1740. Estas mudanças tornaram-se mais intensas ainda no início do século XIX, apesar dos movimentos em defesa da lei encabeçadas, sobretudo, pelas organizações de trabalhadores qualificados[5].

A instituição do estatuto dos artífices, portanto, deve ser percebida como uma importante forma concebida pelo Estado de regulação das relações econômicas e sociais, através das quais o governo reconhecia seus interesses e seu dever em garantir o aprendizado dos jovens, estabelecendo os limites de atuação dos mestres. A partir de 1814, modificou-se o enfoque sobre a questão e o Estado deixava de assumir responsabilidade sobre as relações de aprendizado, que assumiram diversas formas a partir da instituição do *Estatuto Voluntário*.

Os primeiros anos do século XIX marcaram, portanto, um declínio do aprendizado e de uma concepção positiva em relação a este, por um lado em decorrência das novas vertentes filosóficas que influenciavam decisivamente as idéias no campo político e econômico, por outro em conseqüência das transformações que se apontavam na esfera produtiva. É preciso lembrar ainda que por volta de 1750 a Europa havia consolidado sua supremacia tecnológica sobre o restante do mundo[6] e que a Inglaterra apresentou condições fundamentais para o deslanche do processo revolucionário industrial, incentivado pela enormidade de inventos tecnológicos que o antecederam. Neste contexto, as relações entre mestrança e aprendizado tornavam-se, aos olhos dos contemporâneos algo estranho, parte de um modelo arcaico de trabalho que tendia lentamente ao declínio.

No Brasil, o debate em torno da proibição das corporações de ofícios foi travado na Assembléia Constituinte de 1823. Aspecto interessante a ser salientado em torno dessa discussão é que o único argumento contrário à proibição das corporações de ofício no Brasil foi o de José da Silva Lisboa. Ele foi um dos primeiros a disseminar no Brasil o pensamento liberal através de publicações, introduziu a economia política e foi um

fervoroso defensor da liberdade de indústria (comércio) no Brasil. Defendeu com veemência a abertura dos portos, realizada em 1808, e seus argumentos calcavam-se sempre na defesa da liberdade econômica como meio de aumentar a indústria e os recursos no Brasil e de enriquecer a Coroa. Tanto nos seus artigos em periódicos, quanto em suas publicações, o futuro visconde de Cairu dedicava-se a comparar as condições de progresso científico e técnico da Inglaterra com o de outros países, tomando a realidade inglesa como parâmetro por suas práticas políticas e pelo destaque no pensamento econômico liberal.

Naquela discussão parlamentar em 1823, José da Silva Lisboa defendia que se procurasse conciliar a existência das corporações com o espírito de liberdade de indústria. Em relação ao estabelecimento de monopólios, Cairu argumentava que aquelas corporações não se constituíam em "rigorosos monopólios". Para ele, o monopólio exercido por elas no Brasil não chegava a ser prejudicial ao desenvolvimento das atividades comerciais, argumentando que "no Brazil o mal dellas é inconsiderável; porque não compõe a casa dos 24 de Lisboa, que com os seus estatutos das classes quasi chegavão ao ridículo nas suas restrições economicas, que tanto comprimirão a industria do povo"[7]. Argumentava ainda que por elas já estarem estabelecidas no Brasil, não convinha que de uma hora para outra elas fossem extintas.

Lisboa afirmava que as corporações não representavam entrave ao livre comércio e ao desenvolvimento. Além do controle estabelecido sobre as corporações que as mantinham sob as rédeas do Senado da câmara, a importância social delas era algo relevante, que deveria ser levado em consideração mediante a possibilidade de proibição. Seria mais adequado, de acordo com o político, que elas fossem mantidas "sem o vício do monopólio", por não haver sobre eles queixa do público. Além disso, as artes – tão importantes para o desenvolvimento das cidades – eram edificadas por esses

estabelecimentos. Com base nesses argumentos, Lisboa alertava que seriam imprevisíveis as conseqüências da proibição das corporações para a sociedade civil.

Segundo Lisboa, as corporações davam aos filhos de famílias pobres a chance de aprenderem um ofício e terem uma profissão, o que não se garantiria sem elas. Neste sentido, ele argumentava que essas corporações tinham o benefício de facilitar o ensino dos pobres naqueles ofícios essenciais para a sua formação. Criticou as posições de Smith em relação à extinção do aprendizado na Inglaterra afirmando que daquela forma como ele foi extinto, os trabalhadores jovens tornar-se-iam "péssimos membros da sociedade" e "incapazes de serem pais de família", isso por não receberem disciplina e por ganharem logo mais do que careciam para o necessário.[8]

Não demoraria a que a Assembléia Constituinte fosse dissolvida pelo Imperador D. Pedro I. Os argumentos de Silva Lisboa não tiveram eco e a outorga da Constituição, em 1824, apagou também a riqueza desses debates, abolindo definitivamente a permanência das corporações no Império.

Essa face conciliadora de Cairu foi observada por Novais e Arruda, para os quais o político teria optado em sua trajetória por uma "alternativa cautelosa, mais própria de um homem público". Apesar de José da Silva Lisboa ter sido um ferrenho defensor da liberdade de comércio como possibilidade de crescimento, via na escravidão um elemento restritivo à formação e desenvolvimento do mercado interno, o que incidiria na impossibilidade de se pensar na ampliação do mercado consumidor no Brasil. Desta forma, e justificando seus argumentos, Lisboa propunha um desenvolvimento "natural" e "gradual" do setor manufatureiro[9], que se daria sem rupturas ou transformações radicais nas relações de trabalho.

Esta interpretação nos possibilita pensar a respeito das posições de Lisboa - aparentemente contraditórias - a respeito das corporações de ofícios. Todas as suas

idéias, em seus discursos e em suas obras, nos mostram um político e um ideólogo preocupado com as restrições econômicas impostas pelo Estado, com a defesa da liberdade econômica e a crítica a qualquer tipo de monopólio comercial, mostrando-se sempre fiel ao pensamento e à obra de Smith.

É importante lembrar que Cairu não era um defensor dos monopólios mantidos pelas corporações, mas reconhecia nestas entidades uma importância social, marcada pelo papel que exerciam na disciplinarização e na formação dos trabalhadores. Esta opinião, por sua vez, nos remete àquele antigo debate travado na Inglaterra na década anterior em relação ao aprendizado. Curiosamente, para defender a manutenção das corporações de ofícios no Brasil e a permanência do aprendizado, Cairu retomou argumentos utilizados por um dos maiores críticos de Adam Smith naqueles anos, William Playfair. Não encontramos citações ou referências em seus textos sobre o posicionamento de Playfair, mas os argumentos utilizados por ambos na defesa do aprendizado são bastante semelhantes. Aliás, este parece ter sido o único aspecto no qual Cairu divergiu terminantemente das idéias de Adam Smith, apontando o que ele considerava um equívoco de sua análise, nas discussões da Assembléia Constituinte de 1823.

Playfair se valeu das noções de “ordem” e de “moral” para sustentar seus argumentos em 1814. Tal como Lisboa optou por usar em sua retórica na Constituinte dez anos depois, defendeu a manutenção do aprendizado como possibilidade de se manter os jovens trabalhadores sob controle, evitando a “desordem” do trabalho e mantendo-os com os parâmetros de “conduta moral” oferecidos por seus mestres no processo de aprendizado. O que parecia diferenciar a ambos, no entanto, eram as origens sociais: Playfair havia sido aprendiz de um construtor de moinhos[10], enquanto Lisboa representava os interesses escravistas e dos setores dominantes próximos ao governo. As posturas de ambos baseavam-se na interpretação sobre a utilidade social

desempenhada pelos ofícios, que garantia o acesso a uma formação profissional e a algum tipo de educação e treinamento dos trabalhadores.

Nas posições de Cairu verifica-se um temor de que a extinção dos ofícios pudesse ser elemento desagregador para as relações de trabalho no Brasil e para defender suas posições utilizou-se dos pressupostos teóricos liberais, adequando-os à sua interpretação da realidade brasileira e aos interesses dos setores dominantes. Apesar de ter sido um conhecido defensor do pensamento de Adam Smith e do liberalismo econômico, suas idéias não foram disseminadas aqui como mera reprodução do pensamento econômico europeu; antes formulou novas formas de pensar a economia e a política brasileira.

---

[1] Esta interpretação das posições de Playfair foi desenvolvida por Emma Rothschild. *Sentimentos Econômicos: Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo.* Rio de Janeiro: Record, 2003, p.114.
[2] *Ibid*, p. 111.
[3] SNELL, K.D.M. "The apprenticeship system in British history: the fragmentation of a cultural institution", (mimeo), pp. 1-2.
[4] DERRY, T. K. "The repeal of the apprenticeship clauses of the statute of apprentices". *The Economic History Review*, vol. 3, n.1 (Jan., 1931), 67-87.
[5] *Ibid*, pp. 67-70. Alguns exemplos de movimentos são descritos pelo autor.
[6] MOKYR, Joel. *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 81.
[7] ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Assembléia Constituinte 1823*. Tomo VI. Rio de Janeiro: Typographia H. J. Pinto, 1879, p. 267.
[8] *Ibid*, p. 268.
[9] Novais, Fernando e ARRUDA, José Jobson. "Introdução: Prometeu e Atlantes na forja da nação", in: LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999, Coleção Biblioteca Básica Brasileira, pp. 24-25.
[10] Rothschild, E. *Op.cit*., p.119.

JUDAÍSMO E ETNICIDADE NO MEDITERRÂNEO ROMANO DO SÉCULO I D.C.

Monica Selvatici - IFCH-Unicamp

Uma das premissas partilhadas pelos estudos sociais recentes relacionados à questão da identidade étnica é o fato de que a identidade manifestada pelos diversos grupos étnicos é agora entendida como um elemento mutável e, sobretudo, relacional, e não mais apreendido como algo essencial. Trata-se de um elemento relacional porque depende das relações entre o grupo em questão e os grupos ao seu redor; e é mutável porque estas relações são, por sua vez, também mutáveis e dependentes da ação e da interação entre diferentes aspectos socio-históricos e culturais.

Esta nova abordagem das identidades de grupo se traduz na utilização do conceito de <u>etnicidade</u>, que incorpora o aspecto mutável e relacional das identidades sociais. Dentre as várias concepções bastante próximas do termo etnicidade,[1] optamos por aquela estabelecida pela arqueóloga Siân Jones,[2] que define o conceito da seguinte forma:

> *todos os fenômenos sociais e psicológicos associados a <u>uma</u> <u>identidade de grupo culturalmente construída</u>. O conceito de etnicidade se centra sobre os modos pelos quais processos sociais e culturais interagem na identificação de, e na interação entre, grupos étnicos.*

A idéia de que a identidade de grupo seja uma entidade culturalmente construída, tal como veiculada pela noção de etnicidade, vem beneficiar enormemente o estudo das identidades no judaísmo e no cristianismo antigo. No início da presente pesquisa sobre a história dos primeiros cristãos, a tese primeiramente colocada pelo historiador alemão Johann Gustav Droysen de um encontro entre a tradição judaica e aquilo que ele chamaria de 'helenismo' como o pano de fundo para o desenvolvimento

do cristianismo parecia muito estabelecida como verdade para ser questionada ou não ser seguida.

Droysen cunhou o termo erudito 'Hellenismus' como algo que significasse a mistura de culturas ocorrida após as conquistas de Alexandre o Grande no oriente em meados do século XIX (1836). O erudito também classificou o período helenístico como um momento de transição. Quando estudou as culturas orientais, o autor alemão enfocou principalmente a tradição judaica. É fácil compreender porque apenas a cultura judaica recebeu a sua atenção, dentre todas as culturas e sociedades sob domínio das dinastias helenísticas. Droysen procurou explicar o cristianismo – para ele, a forte Igreja cristã que desde o século IV d.C. dominava o ocidente – através de uma análise teleológica simplista. Ele encontrou na cultura helenística e na tradição judaica as raízes, ou melhor, as sementes que, unidas (pela fusão), resultariam no embrião do cristianismo. Fortemente criticado em sua época, ele admitiu posteriomente ter sido muito inspirado pelo método hegeliano de construção histórica.

De qualquer maneira, a formulação de Droysen exerceu tamanha influência sobre a historiografia posterior acerca do cristianismo e do judaísmo antigos que o estudo da interação cultural entre judaísmo e helenismo acaba por ser tão antigo quanto o próprio estudo da história judaica.[3] A obra de Martin Hengel – *Judaism and Hellenism* -[4], considerada um marco em estudos judaico-helenísticos, se inspira muito na interpretação de Droysen, embora, ao menos, possua um enfoque específico sobre o "*conflito entre o judaísmo palestino e o espírito da era helenística*" que foi deflagrado com a revolta dos Macabeus e continuou até o século I d.C. Uma das razões para o grande sucesso da estrutura interpretativa de Droysen e seguidores é o fato de que é possível encontrar apoio para ela em alguns textos bíblicos: em 2 Macabeus, por exemplo, acha-se tanto o termo *hellenismou* – no texto significando a cultura grega como algo estranho ao judaísmo -[5] como o termo *Ioudaïsmós* como o seu contraponto.

Escolhidos por objeto de estudo a primeira expansão cristã e o grupo dos judeus cristãos helenistas apresentados no livro de *Atos dos Apóstolos*, capítulos 6:1 a 8:40, como responsáveis por tal expansão, tornava-se, a princípio, fácil encaixá-los na ampla tese acima apontada. No entanto, essa mesma teoria não dava conta de explicar o comportamento de outros judeus[6] que, por um lado, mantinham aspectos similares àqueles dos cristãos helenistas - o falar o grego, em função, muito provavemente, de uma origem (mais remota ou mais recente) na diáspora de fala grega, e a residência em Jerusalém – e, por outro, adotavam uma atitude de total repúdio à mensagem cristã e demonstravam um zelo extremado para com a lei judaica.

Os judeus helenistas zelosos pela Lei, na cidade de Jerusalém, aparecem quatro vezes no relato de *Atos dos Apóstolos*[7]: Em 6:9, são os judeus da "*sinagoga chamada dos Libertos, dos cireneus e alexandrinos, dos da Cilícia e da Ásia*" que discutem com Estêvão e que, mais tarde, o acusam de blasfemar contra a Lei e o templo de Jerusalém diante do Sinédrio; em 9:29, Paulo de Tarso (já um cristão) vai até os helenistas em Jerusalém, e argumenta com eles; "*os quais porém projetavam tirar-lhe a vida*"; em 21:27-8, quando Paulo entra no templo para se purificar, "*os judeus da Ásia amotinaram toda a multidão e o agarraram, gritando: 'Homens de Israel, socorro! Este é o indivíduo que ensina a todos e por toda parte contra o nosso povo, a Lei, e este lugar! Além disso, trouxe gregos para dentro do templo, assim profanando este santo lugar'*"; e, por último, Paulo, em seu discurso diante do governador romano em *Atos* 24:17-9, desafia "alguns judeus da Ásia" a se apresentarem diante do governador e a acusarem-no, caso realmente tenham provas de apostasia contra ele. Fora de Jerusalém e no quadro mais amplo da diáspora, observa-se repetidas vezes nos capítulos 13, 14, 17 e 18 de Atos, o relato do repúdio de judeus helenistas em suas comunidades locais à pregação da mensagem cristã por Paulo.

A caracterização bastante diferenciada, dir-se-ia mesmo oposta, de judeus helenistas cristãos e judeus helenistas não cristãos em *Atos dos Apóstolos* alimentou em meu trabalho a necessidade de buscar respostas para além daquelas já propostas pela tese sobre o encontro de culturas (judaísmo e cultura helênica). Uma análise mais específica da situação socio-histórica dos judeus em suas diferentes comunidades judaicas no Mediterrâneo romano em meados do século I d.C. se mostrou, de fato, um trabalho ainda não realizado na historiografia sobre o tema judaico-cristão antigo.

Neste sentido, é minha intenção analisar os indícios da relação entre aquelas comunidades judaicas que recebem menção no relato de Atos e a população gentílica ao seu redor na tentativa de resgatar os processos sociais e culturais, dos quais fala Siân Jones, que interagem na identificação maior ou menor de tais judeus com a terra santa e com as instituições e práticas religiosas judaicas. No projeto de análise acima está implícita uma das mais fortes constatações dos estudos recentes sobre identidade: a de que a hostilidade do meio no qual está inserido o grupo analisado cria nos seus membros o sentido de auto-preservação e, assim, o fechamento dentro do próprio grupo. Em sentido inverso, as relações cordiais entre os membros do grupo analisado e os membros dos grupos ao seu redor abrem espaço para uma maior integração dos primeiros e, conseqüentemente, para a progressiva perda de suas marcas de distinção / identificação.

Nesta comunicação, analisarei as relações sociais entre judeus e gentios em duas grandes províncias romanas: Ásia e Síria. Esta escolha não se deu ao acaso. Ela é resultado de uma análise mais ampla da história do movimento cristão no século I. Esta análise demonstrou que os judeus de tais províncias revelam comportamentos muito diferentes em relação à Boa Nova de que o Cristo ressuscitado é o Messias.

No que concerne às comunidades judaicas da província da Ásia, dentre as 4 passagens de Atos acima citadas que fazem referência aos judeus helenistas zelosos

pela Lei em Jerusalém, em 3 delas aparecem 'judeus da Ásia'. Além disso, no relato da segunda viagem missionária de Paulo às sinagogas da diáspora mediterrânea, Lucas usa um recurso interessante para explicar porque Paulo e Silas não evangelizam as cidades da Ásia: eles "*foram impedidos pelo Espírito Santo de anunciar a palavra*" na região. Esta menção freqüente às dificuldades de Paulo com os judeus da Ásia parece sugerir um comportamento de repúdio constante de tais judeus não só à pregação cristã de Jesus como o Messias, mas também às implicações desse fato. Por que?

A questão do separatismo judaico colocada pela crença dos judeus na eleição de seu povo por IAHWEH obrigara Roma a formular uma política específica para o caso deste grupo dentro de seu território. A decisão foi, já no fim do período republicano, a adoção da tolerância reforçada por medidas de proteção aos judeus contra a hostilidade gentílica, conseqüente a tal separatismo. A tolerância romana para com os judeus se traduziu na permissão da reprodução das práticas religiosas judaicas mais importantes e na declaração da santidade de suas escrituras.[8] Mais importante ainda foi a isenção dos judeus em relação à obrigatoriedade do recrutamento militar e em relação ao culto aos deuses das cidades onde residiam. Todavia, a concessão de tais privilégios e de proteção especial aos judeus por parte de Roma, ao invés de reprimir o sentimento anti-judaico geral, só fez aumentá-lo. A província da Ásia possuía no século I numerosos altares a deuses benfeitores. A Ásia Menor, como um todo, era um território dominado pelos cultos aos deuses protetores das diferentes cidades. Para piorar a situação, na segunda metade do século I a.C., começa a se instituir o culto imperial à figura de Augusto. A Ásia e a Bitínia são as primeiras províncias a pedirem permissão a ele para a realização do culto à sua pessoa.[9] Desta forma, no fim do principado de Augusto, uma série de delegações judaicas da Ásia vai apelar junto ao imperador contra as muitas infrações das autoridades citadinas aos seus direitos e também contra as várias manifestações de violência da população gentílica em relação às suas comunidades

naquela província. Mais tarde, quando ocorrem os eventos relacionados a Paulo e aos judeus da Ásia em Jerusalém, a memória que tais judeus têm de sua história naquela província é de conflito e hostilidade generalizados por parte da população gentílica.

No que diz respeito à província da Síria, pretendo me ater, não casualmente, à comunidade judaica da capital Antioquia, sobre a qual felizmente há vários registros históricos e na qual se estabeleceu a grande comunidade cristã onde se formou o missionário Paulo, que tomou para si o trabalho de pregação do Cristo ressuscitado ao longo do mar Mediterrâneo e do mar Egeu. A *ekklesia* cristã foi, em Antioquia, um desenvolvimento bem sucedido da comunidade judaica na medida em que a pregação acerca de Jesus como o Messias judaico havia sido iniciada nas sinagogas locais.

Segundo Josefo (*Antigüidades Judaicas* XII, 119), Antioquia foi fundada em 301 a.C. por Seleuco Nicator. Sua posição geográfica a tornou uma importante área para o comércio e a troca por terra e mar. A cidade foi transformada em capital da província da Síria pelos romanos em 64 a.C. Durante o século I d.C., ela já constituía a terceira maior cidade no Império Romano, após Roma e Alexandria. Diferentemente da situação de outros destacados centros urbanos como Alexandria e as cidades gregas da costa palestina, os judeus de Antioquia eram vistos com bons olhos pelos habitantes locais. Uma das razões para essa atmosfera de relações cordiais era o meio multicultural da cidade. Antioquia reunira uma população oriunda das mais diferentes regiões dentro e fora do império romano (a maioria era de sírios, gregos e, mais tarde, romanos, mas havia também cretanos, cipriotas, árabes, persas, egípcios, e mesmo indianos).[10] A comunidade judaica era grande. Josefo (*Guerra Judaica* VII, 43) afirma que "*era em Antioquia que eles* [os judeus] *mais se congregavam*". Ao que parece, durante o governo de Herodes o Grande, as suas constantes visitas a Antioquia e as obras luxuosas que ofereceu como presentes à cidade trouxeram prestígio e riqueza para os judeus locais. Josefo (*Guerra Judaica* VII, 45) retrata, muito orgulhosamente, os judeus

antioquenos como "*constantemente atraindo para as suas cerimônias multidões de gregos, e estes eles já tinham de certa forma incorporado ao seu grupo.*" Dentre esses gentios atraídos pelas práticas judaicas, alguns ou, talvez, muitos deles dariam um passo à frente e se converteriam ao judaísmo por meio da circuncisão. Esta atitude aberta em relação aos gentios por parte da comunidade judaica de Antioquia é atestada por Atos 6:5, onde Nicolau, um dos sete helenistas em Jerusalem, é apresentado como um prosélito de Antioquia. De igual maneira, as relações fáceis entre judeus e não judeus necessariamente contribuíam para a diminuição do rigor no seguimento das leis judaicas e aquelas leis mais penosas como a observância do sistema completo de pureza ritual dos alimentos e a própria obrigatoriedade da circuncisão para os gentios adeptos do judaísmo eram, aos poucos, deixadas de lado.

Em termos de conclusão, eu gostaria de salientar os diferentes processos sociais e culturais que interagem na contínua formação da identidade dos grupos de judeus na Ásia e daqueles na Síria, em particular na capital Antioquia. Na província da Ásia, onde a hostilidade gentílica aparecia como a realidade de todo dia para os judeus, eles se fecharam sobre o seu judaísmo, muitos se mudaram para Jerusalém, e se enfureceram mais tarde com as afirmações bombásticas de Paulo sobre o caráter desnecessário da Lei judaica para a salvação dos homens. Já os judeus de Antioquia, por seu fácil relacionamento com os gentios circundantes, foram mais receptivos à pregação da Boa Nova cristã que afirmava ser o Senhor Jesus Cristo o Messias, o Salvador, de um Israel renovado, que incluía tantos judeus como gentios, a adentrarem, lado a lado, o Reino de Deus.

---

[1] Ver, por exemplo, a definição de etnicidade desenvolvida pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth. De acordo com U. Østergaard, na coleção de ensaios *Ethnicity in Hellenistic Egypt* (ed. P. Bilde, T. Engberg-Pedersen, L. Hannestad & J. Zahle. Aarhus: Aarhus University Press, 1992) p. 9, Barth entende ser a etnicidade "*um modelo de interação social da identidade étnica que não supõe um 'caráter' ou uma*

'essência' fixa para o grupo mas, ao contrário, examina as percepções dos seus membros pelas quais eles se distinguem de outros grupos."

[2] Jones, S. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London & New York: Routledge, 1997, p. Xiii.

[3] Vide o trabalho de E. Bickerman, *Der Gott der Makkabäer*, publicado na Alemanha em 1937 e traduzido para o inglês em 1979 como *The God of the Maccabees.* Este, segundo L. I. Levine, em sua obra *Judaism and Hellenism in Antiquity: conflict or confluence* (Seattle: University of Washington Press, 1998) p. 6, é pioneiro no que se refere ao estudo sobre o processo de helenização na Palestina e sobre os judeus no período greco-romano.

[4] Hengel redigiu o livro em alemão em 1969 e a obra foi traduzida para o inglês em 1974.

[5] J.J. Collins & G.E. Sterling (eds.) *Hellenism in the Land of Israel.* Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2001, p. 2.

[6] Como Saulo de Tarso antes de sua conversão.

[7] As citações do livro de Atos são da Bíblia de Jerusalém (ed. Paulus).

[8] SMALLWOOD, E. M. "The Diaspora in the Roman Period Before CE 70", in: HORBURY, W., DAVIES, W. D. & STURDY, J. *The Cambridge History of Judaism, 3: The Early Roman Period.* Cambridge: Cambridge UP, 1999, pp. 168-91.

[9] Ver: PRICE, S. R. F. *Rituals and Power. The Roman imperial cult in Asia Minor.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 58.

[10] Ver: DOWNEY, G. "Antioche", in: *New Catholic Encyclopedia.* New York: McGraw-Hill Book Co, vol. 1, 1967, pp. 623-26.

ICONOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA – um estudo de caso a partir das aquarelas de Debret na primeira metade do século XIX

Monike Garcia Ribeiro[1]

A vinda de D. João VI ao Brasil, no início do século XIX, representa um momento particularmente importante para a Cultura Nacional. Ao buscar viabilizar a sua permanência no Brasil, o governo de D. João VI criou uma série de incentivos e instituições culturais que produzem efetivamente um diferencial em relação a momentos anteriores. Um destes empreendimentos foi a célebre 'Missão Artística Francesa', um grupo de pintores viajantes que aqui chegou em 1816 sob os auspícios da Família Real. O mais conhecido destes pintores viajantes é seguramente Jean-Baptiste Debret, que ficou conhecido por suas litografias, mais tarde inseridas no livro "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil".

À parte o seu valor artístico, estas litografias de Debret constituem hoje excelentes fontes históricas imagéticas à disposição dos historiadores, pois elas não apenas retratam sob determinado viés a sociedade da época como também retratam o olhar a partir do qual um pintor-viajante da Europa pôde compreender o Brasil. Analisar historicamente estas fontes iconográficas é hoje em dia um duplo exercício para o historiador: compreender a nossa realidade brasileira a partir das representações de um pintor francês, e compreender a visão de mundo de um pintor francês a partir da realidade brasileira que ele pretendeu retratar.

Neste artigo, buscaremos examinar uma destas obras, como exercício historiográfico indicativo do que poderia ser feito com a análise mais ampla da série de litografias de Debret. Será oportuno, antes de iniciarmos o empreendimento da análise iconográfica, examinarmos a carta que abre a primeira edição do livro de Debret, pois nela o artista nos mostra importantes indícios acerca das suas intenções e dos objetivos da sua vinda e conseqüentemente da sua obra. A carta redigida pelo Jean Baptiste Debret, dirige-se "Aos Senhores Membros da Academia de Belas Artes do Instituto de França (...)":

> " Valendo-me do título honroso de vosso correspondente no Rio de Janeiro, ouso hoje oferecer-vos, vo-la dedicando, esta obra histórica e pitoresca (...). Nada mais justo que esta homenagem: ao benfeitor pertence o primeiro fruto do benefício."

[1] Mestra em Memória Social pela Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO). Historiadora formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em função do título da carta, e do seu próprio teor, podemos entender que o emissor Debret realizou toda a sua obra, não apenas as litografias como também o texto em geral e o que acompanha cada litografia, visando direcioná-la e dedicá-la a um receptor declarado que coincidia com os membros da Academia Francesa e indiretamente o governo Francês e o público europeu.

Prosseguindo a sua carta, Debret procura esclarecer alguns aspectos em relação à sua obra:

> "Historiador fiel, reuni nesta obra sobre o Brasil os documentos relativos aos resultados dessa expedição pitoresca, totalmente francesa, cujo progresso acompanhei passo a passo".

Através deste parágrafo, percebe-se que Debret executou as litografias e o próprio livro em si, com uma concepção de História atrelada a uma noção de nação construída a partir de padrões "civilizacionais", compreendendo e concebendo a História de forma progressiva (segundo a visão positivista da época). A presença desta representação de certos padrões civilizacionais que pautavam a visão de mundo de Debret ao chegar ao Brasil será o ponto de partida para compreendermos um dos aspectos importantes presentes na obra do pintor francês: a freqüência das paisagens urbanas como ambientes onde se desenvolvem os seus registros temáticos.

Em Debret, a presença insistente e quase obrigatória da Paisagem Urbana mostra um claro desinteresse do pintor por uma construção ideal da natureza. Ele direciona o seu pincel atentamente para a situação geral da sociedade, assimilando-a enquanto atuante sobre esta natureza (paisagem natural) tornando-a "cultura". Um exemplo desta situação é a imagem litografada por Debret e intitulada Exploração de uma pedreira de granito.

Tal como em diversas das litografias brasileiras de Debret, nesta representação emerge quase naturalmente o enfoque na passagem de uma situação predominantemente natural para uma sociedade transformada, e assim em vias de "civilização". Os próprios escritos de Debret apontam nesta direção, e ele chegou afirmar: "Tenho, que descrever, o Brasil de 1816, pois neste belo país, como em toda parte aliás, os rápidos progressos da civilização modificam dia a dia o caráter primitivo e os hábitos nacionais (...)". Mas ressaltamos que, apesar disto, os elementos de uma paisagem natural não deixam de estar presentes nas paisagens artísticas efetuadas por Debret. Tal como ressaltou Ana Maria Moraes Beluzzo, "a contribuição original de Debret está na sua percepção singular da paisagem, sobretudo na percepção da

paisagem urbana, enquanto lugar de encontro de uma sociedade brasileira heterogênea, que apresenta-se nas suas relações cotidianas."

Pretendemos demonstrar precisamente que a problemática da memória social pode ser refletida utilizando os documentos iconográficos produzidos por Debret. A própria descrição da obra a seguir será orientada segundo o método Iconológico de Erwin Panofsky. Acreditamos que, através deste método, num todo, podemos apreender a memória social como uma construção social, onde uma sociedade produz as suas lembranças e esquecimentos. O método iconológico busca compreender uma obra em três camadas, objetivando sua a análise aplicada. A primeira etapa deste método é precisamente o registro pré-iconográfico, fase descritiva que leva em conta tema e técnica.

> Exploração de uma pedreira de granito.(2° Tomo, prancha:47).Técnica: Litografia. 1816 à 1830. Pedreira explorada no Rio de Janeiro, localizada no sopé do Corcovado, nos morros do Catete, junto do Morro da Glória, e à direita do Campo do Santana. Primeiro Plano: à direita, carroças, bois e uma choupana; à esquerda, carroça de bois com negros carregando pedras, atrás um morro perpassando os três planos. Segundo Plano: à direita, espaço aberto, e à esquerda, morro com negros furando o morro. No terceiro plano: à direita, céu com nuvens e pássaros e à esquerda negros furando um morro.

A partir do registro iconográfico (segunda camada), podemos tecer algumas ilações a respeito de qual significado teria uma estampa litografada por Debret representando a exploração de uma pedreira de granito, ao pé do morro da Glória. E, ainda através do texto que acompanha esta prancha de Debret, sabemos que cabiam aos negros escravos perfurarem o morro colocando pólvora, cuja explosão fragmentaria o rochedo a fim de extrair granito. Essas pedras de granito eram sobretudo utilizadas para ornamentação, nas partes dos edifícios que deviam ser esculpidas, como também, nas balaustradas, e nos vasos ...

O registro iconológico possibilita compreender as intenções do pintor que estão por detrás desta representação da exploração de uma pedreira de granito. Debret concentra o seu olhar na natureza transformada e degradada pela civilização humana, enquanto uma natureza rica que forneça matéria-prima para o homem fazer as modificações necessárias para alcançar a modernização. Trata-se através do estudo do tema da paisagem, constatar a mudança que efetua-se "paisagisticamente" no Rio de Janeiro, onde Debret documenta as transformações de uma cidade na qual presenciou a sua urbanização e a modernização.

Concordamos com os comentários de Ana Maria Belluzzo, em relação ao tema principalmente, de que "Debret instaura o que se poderia comparar a uma espécie de Realismo Crítico". Tal qual o repertório temático do realismo europeu, a natureza não interessa por si só, mas sim enquanto cenário para o encontro de uma sociedade heterogênea que faz parte da realidade do mundo moderno.

Trata-se além disto de uma natureza sempre cultivada, modificada, na qual adentra a história das mudanças da civilização. Por isso, ao analisarmos as estampas litografadas de Debret, não acontecerá de encontrarmos, tal qual em seu colega de Missão Artística Francesa, o pintor Nicolas Antoine Taunay, a natureza ocupando a maior parte dos três planos do campo plástico. Ao contrário, o grande destaque é a Ciência como resultado da evolução humana, agindo sobre esta natureza e transformando o ambiente ¾ frenqüentemente degradando-o. O enfoque de Debret, portanto, está direcionado primordialmente ao ser humano. Este ocupa normalmente a maior parte dos três planos do campo plástico das obras. Estes são os recursos plásticos que Debret utiliza, talvez de forma inconsciente, fazendo um registro de Memória, efetuando lembranças e esquecimentos.

Sobretudo, o que aproxima Debret, segundo a nossa ótica, de um nível de semelhança com os temas do estilo realismo são os motivos recorrentes que escolhe para retratar ¾ que abrange as pessoas comuns, o pequeno comércio, o trabalho do ambulante, a festa popular, o entrudo (cena de carnaval), o enterro de um negro, ou ainda, outros aspectos da vida cotidiana que provavelmente poderiam ofender a sociedade convencional. Dessa maneira, as obras realizadas por Debret, fazem um registro de memória retratando determinados elementos segundo as suas escolhas.

Segundo Giulio Carlo Argan, mesmo na França, houve a experiência artística do grupo de pintores de Barbizon e de Courbet. Através dos seus pressupostos ideológicos, com o estudo da natureza e com as suas obras, estes artistas conduziram a arte em direção ao "Realismo". Mas a sociedade francesa também recebeu muito mal as exposições destes pintores. Deve ser ressaltado, em todo o caso, a importância desta fase realista dos artistas de Barbizon, enfatizando o papel de Millet como principal expoente deste período europeu e como um pintor em cuja obra a natureza é retratada especialmente sem a sugestão de idílio campestre (como o fez Debret).

Jornalismo Científico: Uma breve trajetória das revistas médicas durante a segunda metade dos oitocentos, na Corte imperial

Monique Gonçalves

Este trabalho se aterá à análise das principais revistas médicas que circularam no Rio de Janeiro durante, principalmente, a década de setenta do século XIX. A partir da imprensa científica, em especial a *Revista Médica do Rio de Janeiro* (1873-1879), os *Archivos de Medicina* (1874), e o *Progresso Médico* (1876-1880), analisaremos a dinâmica das relações de poder dentro do próprio corpo médico oficial. Tendo como foco as disputas teóricas e clínicas explicitadas nestas publicações, procuraremos compreender a importância do jornalismo científico dentro do contexto de busca de legitimidade pela medicina alopata.

Estas publicações foram selecionadas dentre as diversas revistas que estão sendo analisadas a fim de compor a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ[1]. A década de setenta foi escolhida para esta apresentação por representar um momento de maior expansão de publicações de cunho médico na Corte imperial. Pois, se até este momento o *Annaes Brasilienses de Medicina*, editado pela Academia Imperial de Medicina, era o principal divulgador das teorias médicas oficiais, os anos setenta assistiram a uma guinada da imprensa científica através de iniciativas particulares.

O ano de 1873, em que surgiu a *Revista Médica do Rio de Janeiro*, presenciou a um grave surto de febre amarela. Esta, "depois de permanecer praticamente ausente desde 1862 reapareceu no Rio no verão de 1868"[2], permanecendo na cidade durante toda a segunda metade dos oitocentos. Durante a década de 70 milhares de vidas foram ceifadas pela febre amarela, recrudescendo as discussões no seio médico quanto às suas causas, profilaxia e tratamentos.

A trajetória desta Revista, assim como das outras supracitadas, não esteve desvinculada, obviamente, de seu momento histórico. Este grande surto, assim como a outra grande epidemia em 76 geraram durante todo os anos 70 intensas discussões na imprensa leiga, e a imprensa científica certamente não ficaria de fora. A febre amarela foi, sem dúvida, o principal assunto discutido nas publicações médicas nesta década, estando presente em praticamente todas as edições destas revistas.

A tônica das discussões, no entanto, variava bastante, tendo como fulcro central os seguintes assuntos: os embates entre infeccionistas, contagionistas e infecto-contagionistas, as divergências quanto à terapêutica a ser aplicada no tratamento aos acometidos, as reivindicações de medidas de combate à doença pelo governo de acordo com as recomendações médicas, e até mesmo a apresentação de teses que aliavam higiene à moral da sociedade. Neste artigo serão analisadas em especial as divergências médicas teóricas que emergiam destes debates.

No entanto, para compreendermos melhor os diferentes posicionamentos tomados pelos médicos e expressos na imprensa científica, apresentaremos concomitantemente as trajetórias destas três publicações[3], a fim de compreendermos as opiniões veiculadas em suas páginas.

A Revista Médica apresenta uma singularidade importante, durante a sua existência teve três diferentes linhas editoriais. Desde seu primeiro número, em 10 de junho de 1873, até 25 de maio de 1874, a revista aparece com o título: "*Revista Médica – Redigida por estudantes de medicina*". Com edições quinzenais, a revista se ocupava na maioria de suas edições, da publicação de artigos que comentavam trabalhos publicados pelos lentes da Faculdade de Medicina, quando não preenchiam suas páginas com a publicação de aulas que eram ministradas na mesma. Como expresso na própria revista, também abriam espaço para a publicação de artigos pelos lentes, que nem sempre se interessavam em utilizar suas páginas.

Enquanto órgão dos alunos de medicina, esta revista apresentava matérias bastante ferozes quanto à falta de medidas de combate à insalubridade pelo governo, o que não foi

uma característica constante deste periódico com a troca de editores no ano seguinte. Quanto às divergências teóricas[4] presentes no corpo médico, os alunos também se mostravam bastante atentos:

> "Os médicos, como sabeis, não militam todos debaixo da mesma bandeira doutrinária. A história da nossa ciência mostra que, sob o ponto de vista teórico a medicina tem quase sempre oferecido a imagem de uma república entregue a muitas facções rivais, que dominam alternativamente sem nunca reinarem em definitivo."[5]

Estas divergências teóricas também foram postas em evidência em uma interessante discussão incitada na revista quando da análise do livro publicado por Torres Homem[6], que tratava de questões clínicas sobre a febre amarela. Comentando seu trabalho, os artigos assinados por Ramiro Fortes de Barcellos, publicados sucessivamente nas edições de 25 de dezembro de 1873 e 10 de janeiro de 1874, criticavam as explicações do autor quando este tentou justificar o não aparecimento do flagelo antes de 1850.

Barcellos fez um contraponto com a obra publicada por Pereira Rego, "*Esboço Histórico sobre as epidemias que têm grassado na cidade do Rio de Janeiro"*, a fim de comprovar que aos fatores climáticos somaram-se a outros fatores "para que achasse um campo apropriado ao seu desenvolvimento a moléstia que grassava com tanta intensidade na Bahia e que de lá nos foi com toda verossimilhança importada"[7].

Suscitando a discussão sobre o contágio ou não da moléstia, critica veementemente Torres Homem que, segundo o autor, declarando-se anti-contagionista, não discute em seu trabalho os "exemplos de contágios apresentados não só por autores estrangeiros, como por distintos médicos brasileiros, entre os quais se conta o Dr. Pereira Rego, o falecido Dr. Feital entre outros"[8]. Continua criticando seu trabalho no que diz respeito à sua explicação miasmática, que retirada de seu livro foi reproduzida pelo autor, do artigo da seguinte forma:

> "Demos a palavra ao autor:
>
> ... 'Para mim a febre amarela é uma moléstia *infecciosa*, produzida pela ação de um miasma que procede da decomposição das

> matérias orgânicas vegetais e animais; que participa por conseguinte da natureza do miasma que produz as febres paludozas e a do miasma que produz a tifo. Este miasma misto, depois de receber da atmosfera marítima um cunho especial, determina na crase do sangue uma profunda alteração...' "[9]

A querela no que diz respeito a contagiosidade ou infecciosidade da febre amarela habitou constantemente a imprensa científica durante a década de 70, sendo uma característica presente desde a primeira epidemia de 1850. Do mesmo modo, nos outros países onde grassavam, tanto a febre amarela quanto o cólera-morbus, levantavam-se divergências quanto às suas origens[10]. Ser partidário ou não da contagiosidade implicava, por conseguinte, na defesa de diferentes métodos de profilaxia contra a doença e até mesmo de distintos métodos de tratamento.

Se contagiosa fosse a doença fazia-se a necessidade de implementar as quarentenas aos navios que chegassem aos portos da cidade e conseqüentemente os acometidos deveriam ser mantidos isolados, tornando-se vital o estabelecimento de lazaretos afastados dos centros populacionais. Sendo estas infecciosas, a profilaxia deveria se fixar nas medidas de salubridade, se concentrando na extinção dos focos dos miasmas. Conhecer a natureza das doenças era vital para a implementação de políticas públicas de combate a estas. O desconhecimento de suas origens refletia até certo ponto as dificuldades de implementação de medidas contra o desenvolvimento dos flagelos, situação que se estenderia até o desenvolvimento da microbiologia, pois até este momento poucas respostas definitivas poderiam ser oferecidas pelos médicos[11].

Outra publicação gerou uma longa e interessante discussão na Revista Médica, enquanto jornal dos estudantes de medicina, o Relatório do Conselheiro Pereira Rego, referente ao ano de 1873. Neste esboço, o autor afirma ser o sistema de esgotos o principal responsável pelos flagelos que acometeram a cidade, em especial a febre amarela que tinha reinado epidemicamente naquele ano. Os artigos, escritos e assinados pelo Dr. Fazenda, criticavam os ataques feitos pelo Conselheiro à City Improvements, empresa responsável

pelas obras que se realizavam na rede de esgotos e que teriam sido reivindicadas pelos próprios higienistas[12].

Ao contrario do que teria afirmado Pereira Rego, o autor pretendia por meio destes artigos comprovar que tendo o flagelo da febre amarela sido importado, este só se desenvolveu devido a condições próprias da cidade, mas que segundo Fazenda não estariam restritas aos esgotos. Teria contribuído para a epidemia as condições climáticas modificadas, o aumento da população (chegada de pessoas mal aclimatadas), a chegada de voluntários e soldados vindos do norte, abandono completo da limpeza pública pelos "agentes da municipalidade", os aterros feitos com lixos, o aumento do número de cortiços, e etc[13].

Até a sua última edição em 25 de maio de 1874, esta revista opta pela defesa de uma visão que privilegiava a idéia de contágio, associada à de infecção. A visão predominante em suas edições se concentrava na idéia de que sendo o flagelo importado pelo contágio este se desenvolveria infecciosamente pela presença de variados fatores internos. Assim, seus editores privilegiavam uma interpretação infecto-contagiosa tanto da febre amarela quanto da cólera-morbus.

A partir de 15 de junho de 1874 a revista passa a ser editada pelo Dr. A. C. de Miranda Azevedo, que aparece na primeira página como "redator-proprietário". A mudança no seu editorial, que passa a ser denominada *Revista Medica, Jornal de sciencias medicas e cirúrgicas*[14], pode ser percebida logo no seu primeiro número, com um artigo defendendo a não contagiosidade da febre amarela pelo Dr. Antenor Guimarães.

A *Revista Médica* passou a ser uma publicação feita por médicos já renomados da Corte imperial, como os Drs. Juvenato Horta, Moncorvo e C. Alvarenga, e deste modo o conteúdo das matérias também sofreu modificações. Passaram a ser publicados artigos dos mais importantes médicos da cidade, onde estes demonstravam suas considerações por meio de seus estudos, com a apresentação de terapêuticas e observações clínicas acerca das mais diversas doenças.

Não verificamos, a partir deste momento, a presença de matérias que se propusessem a criticar a atitude do governo, nem mesmo artigos que se dedicassem ao embate entre contagionistas e infeccionistas. Até sua última edição, de 15 de janeiro de 1876, as suas páginas foram ocupadas quase que exclusivamente pela publicação de estudos, sem ensejarem nenhuma discussão como as que vimos anteriormente.

A Revista Médica reaparece em 1º de julho do mesmo ano, com a denominação *Revista Medica do Rio de Janeiro – Jornal de Sciencias Medicas, Cirúrgicas e Naturaes*[15]. A partir deste momento a revista passa a ser publicada por uma associação de médicos composta pelos Drs.: Antonio Felício dos Santos, Augusto Cezar de Miranda Azevedo, João Baptista Lacerda, José Pereira Guimarães e Julio Rodrigues de Moura. Como podemos perceber, o antigo "redator-proprietário" também faz parte desta associação, o que nos indica para a continuidade dos conteúdos publicados. De fato, os outros editores configuravam entre os principais autores de matérias na antiga revista.

Em 1876, novamente um ano epidêmico, as matérias referentes à febre amarela são a tônica das suas edições. Mesmo tendo ficado ausente durante o grande pico da epidemia, retornando somente em julho (mês em que a doença já se amenizava), a Revista Médica passa a dedicar muitas de suas páginas à publicação de estatísticas mortuárias da cidade, retratando grande preocupação com o número de acometidos.

Na edição de 15 de julho é anunciada a fundação da *Sociedade Médica do Rio de Janeiro*, que havia se realizado no dia 12 do mesmo mês. Objetivando "discutir e estudar as questões científicas que a medicina e a cirurgia agitam e de adapta-las ao Brasil"[16] reuniram-se em torno do Dr. Miranda Azevedo importantes médicos da Corte. A proposta de criação de uma sociedade visava "contribuir para a elevação do nível científico em nosso paiz"[17].

A criação desta parece-nos, obviamente oportuna. Depois de seguidas epidemias de febre amarela ainda se discutia quais seriam as providências a serem adotadas para que ela não voltasse a grassar na cidade periodicamente. Em pouco havia se avançado nos estudos referentes à doença desde o seu primeiro aparecimento, assim como muito pouco tinha sido

feito em termos de higienização da cidade. A febre amarela seria a principal pauta das reuniões realizadas quinzenalmente pela Sociedade e mais uma vez este assunto levantaria calorosas discussões.

A fim de apresentar as diferentes terapêuticas utilizadas pelos médicos no tratamento de amarílicos, tanto da Corte, como da Bahia e de países da Europa, a Revista Médica passou a apresentar trabalhos publicados nos mais diversos jornais científicos do Brasil e do mundo. Tratando-a como uma doença infecciosa, ressaltava constantemente a necessidade de se extinguir os miasmas. Característica editorial que marcou suas publicações até o seu desaparecimento em junho de 1879.

A revista Archivos de Medicina (1874), diferentemente da anterior, expressou em sua curta vida uma preocupação mais clara com os embates teóricos em voga no momento. Preocupação também demonstrada pelos estudantes de medicina que editavam a Revista Médica em sua primeira fase e que parece se esvaecer quando da sua publicação, pelos lentes da Faculdade de Medicina. Do mesmo modo, a querela entre infecção e contágio também vem à tona nesta revista, mas desta vez a preocupação é com a definição dos conceitos, o conhecimento específico sobre as doenças ainda é expresso nebulosamente:

> "Do exposto vêem-se as diferenças que existem entre a moléstia contagiosa e a infectuosa; a primeira não tem origem conhecida e desde que uma vez apareceu no mundo sempre se transmitiu do homem para o homem; a infectuosa tem origem e causa conhecidas fora do organismo do homem e são intransmissíveis."[18]

O Progresso Médico[19], editado pelo Dr. Domingos de Almeida Martins Costa[20], privilegiava uma postura mais crítica quanto à atitude do governo no que se referia à salubridade da cidade. Assim como nos sugere o nome da revista, a ciência médica seria um propulsor do progresso do país e essa idéia era, sem dúvida, o cerne de todas as suas matérias. A ciência em favor da prosperidade nacional.

As discussões entre infecção e contágio também eram recorrentes no *Progresso Médico*, onde se privilegiava mais uma vez a postura infecto-contagiosa, ou seja, uma visão

conciliadora das divergências teóricas. Assim como podemos perceber no artigo escrito sobre o trabalho do Dr. J. Remédios Monteiro, partidário desta postura, seus editores primavam pela conciliação:

> "É esta doutrina patogênica esposada pelo talentoso colega. Também nos parece mais aceitável do que todas as outras, porque nenhuma das teorias, nem mesmo a teoria do miasma misto, que, como bem diz uma de nossas ilustrações, o Sr. Dr. Julio Rodrigues de Moura, parece singularmente conciliadora."

O jornalismo científico da segunda metade do século XIX foi bastante influenciado pela erupção de fortes epidemias na Corte imperial. Neste contexto, as revistas médicas ocuparam um lugar privilegiado nas questões que afligiam o corpo médico, se tornando o veículo primordial de difusão de suas posições teóricas. As suas páginas refletem tanto o desconhecimento sobre as doenças, como a febre amarela e o cólera-morbus, como expressam seus esforços para compreende-las, em busca do progresso da medicina no país.

---

[1] Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Almir Chaiban El-Kareh, no Mestrado em História Política (na linha de "Política e Sociedade") do PPGHIS da UERJ.
[2] Sidney Chalhoub. *Cidade Febril – Cortiços e epidemias na corte imperial*. SP: Companhia das Letras, 1996. Pág. 86.
[3] Esta interpretação se baseia na idéia da imprensa como "sujeito histórico fundamental", ou seja, como um agente construtor e não somente como um "lugar de memória", presente no artigo escrito por Carla Siqueira: "A construção da memória histórica na imprensa carioca no início da República" in *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio.* Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
[4] No que diz respeito às teorias médicas ler: François Delaporte. *Le savoir de la maladie – essai sur le choléra de 1832 à Paris*. Paris: Ed. Puf.. (s/d); Marta de Almeida. "Tempo de laboratórios, mosquitos e seres invisíveis" In: *Artes e ofícios de curar no Brasil – capítulos de história social*. SP: Ed. Unicamp.
[5] 1-234,01,19. *Revista Médica do Rio de Janeiro*. 10 de junho de 1873.
[6] Torres Homem. *Lições de clínica sobre a febre amarela, feitas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1873.
[7] 1-234,01,19. *Revista Medica do Rio de Janeiro*, 25 de dezembro de 1873. *BN.*
[8] *Ibdem*.
[9] *Ibdem*, 10 de janeiro de 1874. *BN*.
[10] François Delaporte. *Le savoir de la maladie – essai sur le choléra de 1832 à Paris*. Paris: Ed. Puf.. (s/d);
[11] Sobre este assunto ler os trabalhos de Jaime Benchimol e Flavio Coelho Edler.
[12] Sidney Chalhoub. "Febre Amarela", *In*: *Cidade Febril – Cortiços e epidemias na corte imperial*. SP: Companhia das Letras, 1996. pág. 87.
[13] 1-234,01,19. *Revista Medica do Rio de Janeiro*, 25 de abril de 1874. *BN.*
[14] 1-234,01,19. *Revista Medica do Rio de Janeiro*, 15 de junho de 1874. *BN*.
[15] 1-234,01,20. *Revista Medica do Rio de Janeiro*, 1º de julho de 1876. *BN*.
[16] *Ibdem*, 15 de julho de 1876. *BN*.
[17] *Ibdem*.
[18] 1-207,02,34. *Archivos de Medicina*, maio de 1874. *BN*.
[19] 1-143,02,13; 1-143,02,14. *O Progresso* Médico, de 1876 a 1877. *BN*.
[20] Membro titular da Academia Imperial de Medicina, médico da Casa de Saúde de N. S. da Ajuda.

Aspectos da evolução do pensamento estratégico no século XIX, Jomini, Clausewitz e Friedrich Engels.

Muniz Ferreira - UFBA

De acordo com Rory Miller,[1] a arte da guerra conheceu uma considerável evolução ao longo do século XIX. Se por volta do ano 1800 o aparato bélico a disposição dos exércitos europeus ainda se mantinha, no essencial, baseado nas inovações atingidas nos primórdios da idade moderna, na virada do século XX já havia sido transformado pelos avanços científicos resultantes das duas revoluções industriais. Da mesma maneira, verificaram-se, ao longo deste período, modificações significativas do ponto de vista da estratégia militar e das táticas de combate. O progresso nas táticas e nas estratégias militares engendrou um significativo desenvolvimento da reflexão sobre a guerra ainda na primeira metade do século XIX. Neste movimento destaca-se a importância das obras de três autores, considerados como os grandes teóricos militares do mundo contemporâneo na opinião de representativos setores do *stablishment* militar atual:[2] o arquiduque Charles da Áustria (1771-1847), o estrategista franco-suíço Antoine-Henri Jomini (1779-1869) e o oficial e teorizador prussiano Karl von Clausewitz (1780-1831).

1. O ARQUIDUQUE CHARLES D'ÁUSTRIA, MARECHAL DE CAMPO (1771-1847)

O arquiduque Charles Louis, ou Karl Ludwig, Marechal de Campo do Exército austríaco, nasceu na cidade de Florença, então sob domínio da Áustria, no ano de 1771. Terceiro filho do imperador Leopoldo II, possuía por nascença o direito de governar os países baixos austríacos (Bélgica).

A grande contribuição do arquiduque Charles ao desenvolvimento da ciência da guerra encontra-se condensada em seu trabalho *Grundsätze der Strategie erlautert durch die Darstellung des Feldzuges in Deutschland 1796* (Princípios de Estratégia ilustrados pela campanha alemã de 1796), escrito em 1813. Nesta obra o autor analisa a performance de ambos os exércitos envolvidos na batalha de Wurzburg do ponto de vista da estratégia militar. "Jourdan foi derrotado em Wurzburg", conclui o arquiduque, "*porque perseguiu mais*

de um objetivo ao mesmo tempo, não utilizando assim a totalidade de suas forças na conquista de seu objetivo principal". A mais importante conclusão, entretanto, a que chega o arquiduque é aquela que situa o combate de Würzburg em uma posição de destaque dentre as operações militares da virada do século XIX, tipificando-o como um dos mais importantes exemplos do período da superioridade das estratégias de movimento sobre as estratégias de posição*: "(...) a batalha de Würzburg encontra-se entre as poucas travadas na última guerra do século XVIII, que foi decidida pela cavalaria."*[3]

2. JOMINI

Antoine-Henri Jomini, mais tarde, Barão de Jomini, nasceu na Suíça no ano de 1779 em uma família de banqueiros. Aos dezenove anos de idade, tomado de entusiasmo pela Revolução Francesa alistou-se como voluntário no exército que confrontou as forças da Segunda Coalizão Aristocrática no período 1798-1802. Após a assinatura da Paz de Amiens (1802) retornou aos negócios em seu país natal. Foi neste período que iniciou sua atividade como teórico da guerra através da publicação do *Traité de grande tactique* em 1803. Aceito como membro voluntário do *staff* do Marechal Ney ele serviu nas campanhas de Austerlitz e da Prússia, bem como na Espanha. Pouco depois da batalha de Austerlitz foi comissionado por Napoleão como chefe de *staff* de seu antigo mentor, o Marechal Ney. Pouco tempo mais tarde, contudo, se desentenderia com Ney e outros membros da cúpula militar francesa, o que acarretou que, mesmo tendo sido promovido ao posto de general de brigada ao final da campanha espanhola, não lhe foi confiado o comando de tropas. No processo de reorganização do exército francês que se seguiu ao fracasso da ofensiva contra a Rússia foi recolocado sob as ordens de Ney. Em desgraça com seu ex-protetor, foi encarregado da execução de tarefas subalternas, ao que tudo indica, incompatíveis com suas ambições de teórico da guerra e comandante militar. Tudo isso, associado a uma possível ausência de horizontes do Império Francês e a aproximação de seu colapso eminente levaram-no a desertar e se incorporar às armas russas no ano de 1813, onde prosseguiu por vários anos em sua atividade militar. Preceptor militar , a partir de então, de príncipes russos, atividade

para a qual redigiu seu *Sumário da Arte da Guerra (Precis de l'Art de la Guerre)* em 1838, foi conselheiro militar do Tzar Nicolau I durante a guerra da Criméia (1853-1856), em que a Rússia se bateu contra a Inglaterra e a França de Luiz Bonaparte. Mais tarde foi consultor militar do próprio Napoleão III durante sua campanha italiana dos anos 1859-1860.

3. KARL VON CLAUSEWITZ

O mais célebre teórico da guerra da época contemporânea nasceu no seio da pequena nobreza prussiana na cidade alemã de Magdemburg em 1 de Junho de 1780 . Diante da impossibilidade por parte de sua família em lhe assegurar uma educação superior civil, engajou-se no exército aos 12 anos de idade. Desde então e até o final de sua vida foi um soldado profissional. Em 1794 já havia participado de seus primeiros combates durante a campanha do Reno contra o Exército Revolucionário Francês . Veterano de guerra aos 14 anos de idade, foi nomeado oficial comissionado do exército prussiano. Admitido na Academia Militar de Berlim em 1801 para a realização de estudos avançados sobre a ciência da guerra, tornou-se amigo e discípulo do general reformista Gerhard Scharnhost, considerado o criador da moderna organização militar germânica. Nomeado preceptor militar do herdeiro do trono da Prússia em 1810, dedicaria ao príncipe seu primeiro escrito importante, a obra *Princípios da Guerra*, de 1812. Neste último ano, renunciou às suas atribuições pedagógicas na corte prussiana e juntamente com outros oficiais germânicos, colocou seus conhecimentos militares a serviço dos exércitos russos, que na época iniciavam a reversão do curso até então seguido pelas guerras napoleônicas. Tendo participado diretamente do final da campanha russa, esteve presente nas Guerras de Libertação contra as forças imperiais francesas durante o biênio 1813-1814. Reintegrado ao serviço militar prussiano no ano seguinte, comandou o III Corpo de Exército daquele reino durante a batalha de Waterloo. Inferiorizado numericamente na proporção de dois para um pelo exército francês de Grouchy, conseguiu retê-lo em Wavre, contribuindo assim para a vitória de Wellington sobre as forças de Bonaparte.

Entre 1818 e 1830 Clausewitz dirigiu a Academia Militar de Berlim. Foi durante este período que elaborou sua obra mais importante, o livro *Da Guerra*. Vitimado pelo cólera, faleceu em Breslau em 16 de novembro de 1831 sem que houvesse concluído a redação de sua grande obra teórica, que seria publicada postumamente, sob os auspícios de sua viúva, em 1832.

Como teórico, Clausewitz desfrutou junto aos círculos militares prussianos a reputação de idealista e visionário. Como comandante militar granjeou prestígio pela sua competência. Contudo, sua abertura, considerada excessiva para as idéias políticas liberais, suas concepções militares inovadoras e inconformistas e o entusiasmo com que buscou incorporar à organização militar prussiana as experiências do exército de massas criado pela Revolução Francesa, tornavam suas idéias e suas práticas desconfortáveis para os círculos conservadores, hegemônicos no exército aristocrático da Prússia.

4. A Especificidade da obra de Engels na história do pensamento militar do século XIX

Desde 1857 Engels colaborava assiduamente (e Marx episodicamente) como redator de escritos militares para *The New American Cyplopedia* dos Estados Unidos, o *The Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire* da Inglaterra e o *Algemeine Militär-Zeitung* da Alemanha. No total foram redigidos e publicados nestes órgãos 107 artigos no período 1857-1861.

Charles da Áustria é mencionado cinco vezes nos escritos militares de Engels. As três primeiras menções localizam-se no interior do verbete que Engels publicou no segundo volume da *New American Cyclopaedia* sobre a batalha de Aspern. Esta peleja foi disputada, às margens do Danúbio, entre o exército imperial austríaco e as tropas francesas nos dias 21 e 22 de Maio de 1809. Na conclusão deste confronto, segundo as próprias palavras de Engels, "*os primeiros derrotaram o imperador Napoleão, que foi batido ali e forçado e se retirar pelo arquiduque Charles*".[4]

No verbete dedicado a Berthier,[5] há também uma menção ao nome do arquiduque Charles. Desta vez no entanto, o comentário de Engels é bem menos favorável. Ao relatar o desempenho do marechal francês Berthier na Batalha de Wagram, entre a França Napoleônica e a os exércitos austríacos integrantes da Quinta Coalizão aristocrática (Áustria, Grã-Bretanha, Espanha e Portugal), Engels elogiava o comandante francês, que "*aos olhos de seu mestre (Napoleão, M.F.) prestou excelente serviço nesta mesma campanha e acrescentou à sua longa lista de títulos o de príncipe da Wagram*."[6] Inversamente, criticava os exércitos aristocráticos sob a direção de Charles, concluindo que, nesta batalha, a "*lentidão dos austríacos e a chegada de Napoleão salvou o exército francês*".[7]

Finalmente, registre-se uma última referência a Charles no verbete biográfico dedicado por Marx (e não Engels) à pessoa de Bernadotte.[8] Trata-se de uma referência breve e incidental, isenta de qualquer juízo valorativo sobre o desempenho militar ou a acuidade teórica do marechal de campo austríaco.[9] O traço característico de todas as alusões realizadas por Marx e Engels ao arquiduque Charles nestes escritos é o silêncio face a qualquer aspecto da elaboração teórica deste pensador da guerra, que, em conseqüência disto, acaba reduzido a um talentoso comandante militar. Fica a pergunta Engels ou Marx conheceram a obra teórica daquele príncipe austríaco?

A obra de Jomini não conheceu destino mais favorável nas mãos tanto de Marx quanto de seu companheiro. Nenhuma menção direta é feita à atividade militar ou a obra teórica do escritor militar franco-suíço. Em contrapartida, e paradoxalmente, uma obra do autor, *Vie politique e militaire de Napoleón* é mencionada duas vezes por Marx. A primeira vez no já citado verbete biográfico que Marx dedicou a Bernadotte na *American Cyclopedia*. Marx se baseia no relato do Barão suíço, então a serviço do Tzar da Rússia, para concluir que, "*Como comandante em chefe do exército de observação do Alto Reno, em 1799, ele (Bernadotte, M.F.) se provou incompetente para o cargo, ficando posteriormente registrado no julgamento feito por Napoleão em Santa Helena que ele servia melhor como lugar-*

tenente do que como general comandante."[10] Ausente dos verbetes biográficos assinados por Marx, ignorado nos relatos das batalhas redigidos por Engels - apesar de haver tomado parte, como oficial - de algumas delas, esta controvertida personalidade da história do pensamento militar do século XIX não aparece na obra dos fundadores da filosofia da práxis senão como memorialista das guerras napoleônicas.

O mais importante teórico da guerra do século XIX só recebeu uma única citação na totalidade dos escritos militares de Friedrich Engels. Ela aparece no verbete "Campanha" (*Campaign*), publicado na *New American Cyclopedia*. Em uma passagem do texto o socialista alemão recorre a Clausewitz para fundamentar definições, em grande medida alternativas a respeito das campanhas militares. O autor partia da aceitação da idéia de que, em sentido estrito, uma campanha é um conjunto de operações bélicas conectadas entre si por um plano estratégico e orientadas à consecução de um objetivo estratégico. Contudo argumentava que, se estas operações tiverem lugar em dois diferentes teatros de guerra é pouco lógico atribuir à sua totalidade a denominação de uma única campanha. Reproduz-se aqui o mesmo padrão verificado nas demais alusões de Marx e Engels aos principais teóricos da guerra da primeira metade do século XIX. Também neste caso, o pensador prussiano é invocado como memorialista ou, na melhor das hipóteses como historiador militar, mas não como estrategista ou formulador de uma teoria da guerra. Silêncio que se torna ainda mais enigmático, considerando-se as efetivas afinidades teóricas existentes entre as análises militares de Engels e as concepções do autor de *Da Guerra*. Ambos partilharam uma concepção processual e porque não dizer, dialética da história. Entenderam a guerra como um desdobramento violento dos conflitos políticos no interior das sociedades e nas relações entre os estados. Reconheceram o condicionamento do desenvolvimento da organização militar pelo caráter das estruturas sociais em que se situavam aquelas.

Diferentemente, o volume modesto dos escritos legados pelo arquiduque Charles em oposição a envergadura de sua condição de protagonista da política austríaca e comandante dos exércitos dos Habsburgo, torna de certa forma compreensível que tivesse

sido lembrado muito mais como homem de ação do que como teórico militar. Mas, isso apenas se se abstrair o fato de que um intelectual como Engels, cujos escritos exibem farta erudição no âmbito da história e da teoria militar, teria lido obrigatoriamente ao menos os *Grundsätze der Strategie erlautert durch die Darstellung des Feldzuges in Deutschland 1796,* obra que, embora jamais tenha sido traduzida do alemão, foi, ao que parece, conhecida por importantes personalidades da vida militar européia do século XIX, como Jomini, o Duque de Wellinton e, seguramente, o próprio von Clausewitz.

É também sob certo aspecto curioso que o Marx, critico acerbo do bonapartismo e inimigo declarado do tzarismo russo não tenha dirigido sua verve argumentativa e sua mordacidade polêmica contra uma personalidade tão controvertida e singular como o Barão de Jomini, expressão do formalismo e do conservadorismo em matéria de teorização militar e divulgador errante de seus alegados conhecimentos bélicos junto às cortes imperiais européias. Alguém a quem o pensador revolucionário pode ter considerado como um reles trânsfuga que serviu alternadamente aos imperadores da família Bonaparte e seus arquiinimigos os tzares de todas as Rússias. Se faltou ao *mouro* motivação para polemizar com tal indivíduo, seria de se esperar que ao menos lhe reservasse a indiferença. Mas não é isso o que se observa, Marx utilizou Jomini como fonte de informações para a redação de seus verbetes na enciclopédia norte-americana, sem realizar qualquer reparo às opiniões do autor do *Prècis de L'Art de la Guerre*.

Porém nada me parece mais enigmático do que a concisão com que Engels se referiu a Clausewitz. Enigma que emerge da constatação das evidentes afinidades teóricas e analíticas percebidas na confrontação entre o pensamento do reformador militar prussiano e a obra dos demiurgos da filosofia da práxis. A concepção clausewitziana que vê a guerra como um desdobramento da política, sua percepção do caráter da organização militar como uma emanação da natureza das relações sociais predominantes numa dada sociedade, sua reivindicação da historicidade do fenômeno militar, o situam liminarmente no campo de reflexão orientada pela dialética, definida esta em termos de um enfoque analítico que

privilegia a totalidade, os condicionamentos estruturais e a processualidade histórica dos fenômenos e manifestações da realidade. É curioso portanto que os próprios elaboradores do materialismo histórico não tenham reivindicado tão ilustre antecessor. Reivindicação ainda mais justificável se se considera o caráter reformista e democratizante das proposições clausewitzianas para a reorganização do exército prussiano. Mas, sobretudo, pela conclusão amplamente legitimada em nossos dias de que a obra de Karl von Clausewitz representou a cristalização mais elevada do pensamento militar oriundo da experiência da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas. Tendo em vista que Clausewitz, não obstante os elementos revolucionários contidos em sua obra, foi assimilado pela elite militar conservadora e autoritária da Prússia como teórico da guerra e reformador militar, é de se compreender que Marx e Engels, democratas e revolucionários alemães, adversários declarados das pretensões hegemônicas da aristocracia *junker* no movimento pela unificação daquele país, tenham evitado de todas as formas perfilar com os representantes desta classe em qualquer posicionamento, até mesmo na reivindicação do legado teórico de von Clausewitz.

---

1 Verbete "warfare" in: BELCHEM & PRICE, *Dictionary of Nineteenth Century History*, op. cit. pp. 633-34.
2 "Cf". Bassford, Christopher, "*Jomini and Clausewitz: their interation".* Comunicação apresentada no 23º Encontro do Grupo de Trabalho sobre a Europa Revolucionária da Georgia State University , em 26 de fevereiro de 1993.
3 APUD, Dave Hollins, "The Battle of Wurzburg", sem indicação de data ou local.
4 ENGELS, Friedrich, "Aspern", in: *Collected Works*, op. cit.; vol., 18, pp. 27-33.
5 *Berthier*, Luis Alexandre, marechal da França, príncipe e duke de Neufchâtel e Valengin, príncipe de Wagram, nascido em Versalhes em 20 de Novembro de 1753, assassinado em Bamberg no dia 1º de Junho de 1815. Lutou nas guerras da França republicana e da França napoleônica. Cf. Engels, Friedrich, "Berthier", *Collected Works*, vol. 18, pp. 56-59.
6 Idem, Ibidem.
7 Idem, p. 58.
8 Jean Baptiste Jules Bernadotte, nascido em Pau (França) no dia 26 de janeiro de 1764, falecido no palácio real de Estocolmo em 8 de março de 1844. Foi marechal do império francês, príncipe de Ponte Corvo . Tornou-se regente do trono sueco em 1810, lutou contra Napoleão I em 1813. Sob o nome de Carlos João XIV, foi rei da Suécia e da Noruega de 1818 até sua morte em 1844. Cf. Engels, *Collected Works*, vol. 18,
9". Cf. MARX, Karl. "Bernadotte", in *Collected Works*, vol. 18, p. 149.
10 Idem, p. 150.

Memórias acerca das reformas educacionais na ditadura militar no Paraná: resultados parciais de pesquisa

Profª Drª Nadia G. Gonçalves – UFPR

Introdução

Neste trabalho são apresentados resultados iniciais de pesquisa que se encontra em andamento, sobre a atuação do Estado do Paraná na implementação das reformas educacionais estabelecidas pelas leis 5.540/68 (ensino superior) e 5.692/71 (ensino básico). No primeiro momento, está sendo realizada análise da bibliografia e da documentação estadual, a fim de identificar o discurso oficial sobre as ações relativas à área educacional.

O recorte feito para este trabalho refere-se às mensagens dos governadores do período à Assembléia Legislativa do Estado. Nelas, procurou-se identificar as informações presentes sobre as reformas educacionais e as ações de implementação de suas diretrizes no sistema estadual de ensino. Para tanto, o texto está assim estruturado: primeiramente, trata-se do tema, dos referenciais de análise e da metodologia; depois, das informações contidas nas mensagens; concluindo-se com algumas indicações iniciais e perspectivas de continuidade da pesquisa.

O tema, referenciais e metodologia

No Brasil, durante o período da ditadura militar (1964-1984), pode-se dizer que os marcos principais de ação na área educacional foram as reformas estabelecidas pelas leis 5.540/68, referente ao ensino superior, e 5.692/71, que tratava do 1º e 2º graus.

Autores que discutiram este tema, como Otaíza Romanelli, Paulo Ghiraldelli Jr. e José W. Germano[1] compartilham uma abordagem bastante comum na bibliografia produzida a respeito da educação no período militar: o entendimento de que os fenômenos políticos são reflexos das forças econômicas e sociais vigentes naquele

momento histórico, não abrindo espaço e muitas vezes desconsiderando a ação dos sujeitos.

Na abordagem da nova história política propõe-se superar este tipo de análise, compreendendo o político enquanto um lugar "onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e reflete ao mesmo tempo"[2], ou seja, não como um setor separado da realidade e restrito a condicionamentos econômicos ou sociais, mas como uma modalidade de prática social.

Uma das possibilidades que a nova história política traz, influenciada pela proposta da nova história cultural, é a de análise dos discursos a respeito dos fatos políticos.

Roger Chartier[3], a partir do conceito de representação, afirma que as percepções dos sujeitos sociais não são neutras, dependendo do contexto em que foram elaboradas, e derivando delas as suas práticas. A visão de mundo constitui o mecanismo de justificativas individuais, que permitem que o indivíduo interaja com o mundo, por meio de suas práticas e representações, entendidas aqui como as diversas formas pelas quais a realidade pode ser interpretada, e que se refletem na vida prática, nas ações e atitudes, mesmo inconscientes.

Estas representações dizem muito mais do que aquilo que enunciam, ou seja, trazem consigo sentidos ocultos, sutis, construídos social e historicamente, e que muitas vezes se internalizam no inconsciente coletivo, apresentando-se então como naturais, e, portanto, dispensando reflexão por parte daqueles que as compartilham, em dado espaço e momento histórico.

Um autor que aprofunda e sistematiza esta questão é Pierre Bourdieu, com os conceitos de espaço social, campo, *habitus*, capital e poder simbólico. Ele[4] enfatiza, por meio desses conceitos, o sistema de relações existentes nos espaços sociais e sua dinâmica:

> [...] a análise das estruturas objetivas – as estruturas dos diferentes campos – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais, que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço) (p. 26).

As idéias deste autor representam um referencial amplo e instigante para esta pesquisa, na medida em que enfatiza as limitações de entendimento de uma dada realidade e os determinantes histórico-sociais que pesam sobre ela e sobre a produção do conhecimento sobre ela – embora considere que esta limitação configura, mas não determina a ação, sendo, porém, suficiente para criar padrões de comportamento e de interpretação. Nesse sentido, entende-se que contribui para a identificação dos padrões de interpretação dos diferentes grupos que serão averiguados no decorrer da pesquisa.

Conforme indicado na introdução, a mensagem anual dos governadores do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa do Estado é a fonte a ser apresentada neste trabalho. Estas falas estão, em geral, estruturadas em duas partes: o discurso de introdução, em que é feito um balanço geral sobre as atividades desenvolvidas no ano anterior, e o relatório com dados mais pormenorizados sobre as diferentes áreas de atuação do Estado.

Realizou-se busca nos acervos da Biblioteca Pública do Paraná, do Arquivo Público, do Círculo de Estudos Bandeirantes, da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, e as mensagens do período (1964 a 1985) foram todas localizadas, com exceção da de 1971, que continua sendo procurada[5]. A leitura foi concentrada no discurso de abertura e no tópico específico sobre Educação e Cultura.

As reformas educacionais nas mensagens dos governadores

Neste tópico são apresentadas algumas informações presentes nas mensagens dos governadores, referentes às reformas educacionais estabelecidas pelas leis 5.540/68

e 5.692/71. Ressalta-se que o objetivo aqui é mesmo de apresentação, considerando-se a fase inicial da pesquisa e o espaço restrito para desenvolvimento do tema.

Um elemento identificado em todas as mensagens é a função da Educação: colaborar para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, em especial nos aspectos econômico e social. Nesse sentido, a expansão do sistema de ensino, em todos os níveis, é outra ênfase contínua nos discursos.

Na década de 1960, o papel da Educação está intimamente relacionado à formação de mão-de-obra qualificada, como ilustram os trechos abaixo.

> O atual Govêrno do Paraná, por sinal, encara a Educação não só como um dever do Estado, mas inclusive como um fator de desenvolvimento econômico, pelo que pode representar como qualificação do trabalho humano, abrindo novas perspectivas do emprego especializado. (Ney Aminthas de Barros Braga, 1965, p.86)[6]

> Êste é um dos pontos básicos, a que o atual Govêrno quer emprestar a sua melhor atenção, para poder dar uma contribuição positiva, eficiente e duradoura ao esforço regional pelo desenvolvimento. Ao lado da alfabetização em massa, o Govêrno quer dar ao ensino técnico maior ênfase que a qualquer outro. (Paulo Cruz Pimentel, 1966, p.XVI)[7]

Nos anos 70 e 80, a relação com o desenvolvimento aparece com ênfase na sociedade, embora não exclua o aspecto econômico:

> No setor da Educação e Cultura (...), o Governo esteve perfeitamente à altura das novas situações geradas na sociedade paranaense, em rápido desenvolvimento e, por isso mesmo, mais aguçada em suas aspirações de instruir-se e de bem preparar-se para o domínio das técnicas, ciências e artes. (Emílio Hoffmann Gomes, 1975, p.XII)[8]

> O desenvolvimento econômico tem como complemento necessário, dentro da filosofia que presidiu esta gestão, a promoção do homem e a distribuição dos frutos do enriquecimento da sociedade. Isto ocorreu em todos os setores, mas particularmente na educação (...). (Jayme Canet Junior, 1979, p.XV)[9].

> A relação altamente positiva entre nível de escolaridade e renda é indicador de que a educação se constitui um fator de alta significação a ser considerado em qualquer política governamental que vise ao desenvolvimento social e, mais especificamente, à elevação da qualidade de vida das populações menos favorecidas. (Ney Braga, 1980, p.47)[10]

É importante destacar que a relação entre Educação e desenvolvimento aparece em todos os níveis de ensino. No caso específico do ensino superior, embora a lei 5.540 tenha sido aprovada em 1968, essa reforma não é mencionada no discurso de 1969, no

qual apenas relata-se sua expansão e a preocupação de vinculá-la à capacitação voltada à agricultura, principal eixo econômico do Estado:

> Ao todo foram criadas 14 faculdades no interior, cujo objetivo principal é formar a mão-de-obra técnico-especializada nos próprios centros de demanda e eliminar a crescente polarização dos centros urbanos e conseqüente esvaziamento das áreas interioranas. (Paulo C. Pimentel, 1969, p.90)[11]

A reforma do ensino superior é citada em somente outros três relatórios do período[12], relacionada à sua expansão e à carreira docente:

> (...) vale ressaltar, no programa de reforma e estruturação do ensino superior, a criação, em 6 de novembro de 1969, pela Lei nº. 6.034, das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá e da Federação das Escolas Superiores Estaduais, em Curitiba, bem como a transformação da Superintendência do Ensino Superior em autarquia e a instituição do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa. (Paulo C. Pimentel, 1970, p.113-114)[13]

> (...) Durante o ano, o Conselho Federal de Educação reconheceu duas das três Universidades do Paraná, que funcionam nos moldes de Fundação. As de Londrina e Ponta Grossa foram as primeiras no País a serem reconhecidas como perfeitamente enquadradas na Reforma Universitária. (Emílio Hoffmann Gomes, 1974, p.XII)[14]

> (...) foi nossa atividade principal o projeto de organização da carreira do docente do Ensino Superior, atendendo ao que dispõe a Reforma Universitária (...). (Jayme Canet Junior, 1976, p.6)[15]

Por sua vez, a reforma do ensino básico é abordada em todas as mensagens, a partir de 1972. Os comentários referem-se ao processo de implementação de suas diretrizes, como ilustra o trecho abaixo:

> No setor da educação e cultura, o ano de 1971 caracterizou-se pelas providências iniciais para compatibilizar o funcionamento da rede estadual de ensino à filosofia e aos mandamentos da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu novas normas e diretrizes para a educação nacional.
>
> Foi instituído um Grupo de Assessoria e Planejamento – GAP, na Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de planejar e implantar a reforma do ensino no 1º e 2º graus, nos moldes previstos pela nova legislação federal. Do trabalho do GAP resultou um Planejamento Prévio, documento aprovado, com recomendações, pelo Conselho Estadual de Educação. (Pedro Viriato Parigot de Souza, 1972, p.61)[16]

Nos relatórios dos anos seguintes, são apresentados dados sobre as etapas de implantação da reforma, ressaltando-se os quantitativos, que evidenciam a expansão do atendimento da população quanto à Educação. Segundo o relatório acima citado, na "rede oficial de estabelecimentos escolares" o número de alunos matriculados era o seguinte, em 1971: no ensino primário, 534.342; no ensino médio, 239.865, e nos cursos

superiores, 8.880 (p.XII), totalizando 783.087 alunos. Na mensagem de 1979[17], informa-se que "o número de alunos matriculados nas escolas paranaenses cresceu de 1.617.537, em 1974, para 1.855.853, em 1978. (...) A nível de primeiro grau, 838.108 alunos são atendidos pelo Estado, 585.004 pelos municípios, 95.983 freqüentam as escolas particulares e 482 freqüentam a rede escolar federal."(p.XV)

Outro aspecto destacado é a preparação dos docentes para a implantação da reforma:

> A reforma do ensino de 1º e 2º graus é, talvez o maior desafio que a Revolução lançou ao povo brasileiro e, para que ela tenha o êxito que todos esperam, é necessário mudar sobretudo a mentalidade do professor, através de treinamentos específicos, pois a estática tem que ser substituída pela dinâmica. Eis porque, logo após a aprovação do Plano de Implantação Prévia, a Secretaria da Educação e Cultura lançou-se no maior programa de preparação de recursos humanos de toda a história do Paraná. (Pedro Viriato Parigot de Souza, 1973, p.55)[18]

Uma nova atitude administrativa também é evidenciada, como decorrente da reforma do ensino:

> Foi a Lei nº 5.692 com seu caráter de atualização do sistema de ensino de 1º e 2º graus que impôs uma nova atitude, fazendo com que a estrutura do planejamento educacional passasse a ser vista como um sistema mais amplo que deve prever e esquematizar estrategicamente as decisões sobre recursos, organização pedagógica e administrativa a serem adotadas na condução do processo educacional global. (Emílio Hoffmann Gomes, 1975, p.91)

Neste caso, o Plano Estadual de Educação, estabelecido para o período de 1973 a 1976, traz objetivos quantitativos e qualitativos para a expansão e o aperfeiçoamento de todos os graus de ensino, quanto a construção e equipamentos, treinamento de recursos humanos, elaboração de diretrizes curriculares e de um Sistema de Informações Educacionais, entre outros. Para tanto, o financiamento de tais ações recebe um empréstimo externo:

> Firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Americano, por intermédio de sua Agência para o Desenvolvimento (USAID), este acordo visou a obtenção de um empréstimo destinado a execução de um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino.
>
> Selecionado entre os Estados Brasileiros e contemplado com a possibilidade de um financiamento específico, o Paraná, que havia elaborado o Plano Estadual de Educação (...) destacou 16 dos 47 projetos constantes, que analisados e compatibilizados com a filosofia do PROGRAMA, mereceram parcial e/ou total financiamento. Com a assinatura em 11/12/1973, preocupou-se o Estado que, desta forma, fosse assegurada a

> execução de uma programação, sem que a mesma sofresse solução de continuidade e que proporcionasse melhoria na oferta do ensino de 1º e 2º graus, tornando mais eficiente a administração. (idem, p.95)

Reorganização dos Estabelecimentos de Ensino, Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem, Análise e Aprovação de Planos de Implantação e Regimentos Escolares, Diagnóstico da Produtividade Escolar, Recuperação Paralela, Desenvolvimento de Novas Metodologias, Modernização Administrativa, elaboração do Estatuto do Magistério, redução da evasão e da repetência, são outros programas mencionados, sempre relacionados à reforma[19].

Considerações finais

Como pôde ser observado no tópico anterior, as mensagens dos governadores constituem uma fonte com grande riqueza de informações a respeito dos encaminhamentos do Estado do Paraná às reformas educacionais do período da ditadura militar.

Conforme ressaltado anteriormente, a pesquisa encontra-se em fase inicial, devendo-se agora prosseguir com o aprofundamento da leitura e análise da documentação, bem como discuti-la a partir do contexto histórico do período, seja o brasileiro, seja o específico do Paraná.

Neste sentido, o pressuposto essencial para a análise "é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*" (p.377, itálicos no original)[20]. Trata-se de relacionar texto e contexto: "buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos" (p.378).

As mensagens serão consideradas não somente como "testemunhos intencionais, mas também como rastros involuntários de uma atividade que os ultrapassa [ao mesmo

tempo que] ... As maneiras de falar não são inocentes; para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade, denominando-a" (p.311-312)[21].

Considerando-se, finalmente, a especificidade da fonte em questão – discursos políticos oficiais – mais ainda deve-se atentar às entrelinhas, ao contexto que os envolve.

As perspectivas de continuidade da pesquisa, a partir das mensagens dos governadores e de sua análise, são de investigar os dados, documentos e programas nelas mencionados, e utilizá-las como base para a realização de entrevistas com pessoas que compuseram o governo do Paraná no período, com relação às questões educacionais.

---

[1] ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 10ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1988; GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990; e GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 2ª ed, São Paulo: Cortez, 1994.
[2] ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nr.21, set/dez 2002, p.12
[3] CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIfel, 1988.
[4] BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
[5] O Museu Paranaense e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foram consultados sobre a disponibilidade deste relatório em seus acervos, e até o momento não houve resposta.
[6] PARANÁ. Ney A. B. Braga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1965.
[7] PARANÁ. Paulo C. Pimentel. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1966.
[8] PARANÁ. Emílio H. Gomes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1975.
[9] PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1979.
[10] PARANÁ. Ney Braga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1980.
[11] PARANÁ. Paulo C. Pimentel. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1969.
[12] Deve-se lembrar que a mensagem de 1971 não está aqui considerada.
[13] PARANÁ. Paulo C. Pimentel. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1970.
[14] PARANÁ. Emílio H. Gomes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1974.
[15] PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1976.
[16] PARANÁ. Pedro V. Parigot de Souza. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1972.
[17] PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1979.
[18] PARANÁ. Pedro V. Parigot de Souza. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1973.
[19] PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1976 e 1978.
[20] CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.375-399.
[21] PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.14-36.

MORALIDADE E MILITÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE OS PAPÉIS DE GÊNERO NA IGREJA CATÓLICA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980 NO BRASIL

NADIA MARIA GUARIZA – PPG-UFPR

Na década de 1960 na Igreja Católica emergiram discursos que deram origem a práticas que visavam a transformação social e uma relação mais democrática com as comunidades de leigos. Era um catolicismo progressista que se contrapunha ao conservador que foi implantado no Brasil desde meados do século XIX.

Esse catolicismo de feições conservadoras, denominado por alguns autores Ultramontano[1], foi erigido em contraposição a constituição de uma sociedade moderna marcada pela crescente laicização de instituições, como o Estado e o casamento, e de áreas sociais que até então a Igreja Católica possuía controle como a educação e a família[2].

No decorrer do século XIX as idéias liberais tiveram terreno prolífico solapando a capacidade da Igreja Católica em influenciar os rumos da sociedade e esvaziando as suas fileiras de fiéis. Diante disso, a cúpula da Igreja Católica adotou várias práticas e discursos para tentar impedir o avanço desse processo de laicização e de retornar a uma sociedade nos moldes tradicionais[3].

Essa concepção conservadora vai tomar forma em algumas ações como os procedimentos voltados aos fiéis, como a criação de novas associações leigas e a divulgação pastoral nos mais variados meios de comunicação, de jornais e revistas ao rádio e cinema no século XX[4].

Através dos canais de comunicação com os fiéis a Igreja Católica reforçava a sua autoridade e os preceitos morais católicos. O discurso ultramontano atribuía a responsabilidade pela devassidão da sociedade moderna a pouca fé e a desobediência da população às suas normas. Portanto, esse discurso insistia na necessidade da direção

clerical sobre o rebanho de fiéis, sendo assim qualquer iniciativa católica, mesmo as de caráter leigo, deveria ter a supervisão de um membro do clero.

Desde da pesquisa do mestrado o que me interessou foi à participação leiga feminina nesse contexto do catolicismo conservador no Brasil no início do século XX. Partindo da premissa de que a Igreja Católica perdeu terreno na sociedade moderna e necessitava retomar o seu poder, procurei demonstrar no meu trabalho que uma das estratégias adotadas pela Igreja Católica foi justamente valorizar a figura materna no seu discurso pastoral, criando e reavivando associações leigas femininas baseadas nas qualidades cristãs de mãe.

Essa valorização materna no discurso da Igreja Católica se processou, segundo Ivan MANOEL[5], devido a teoria "dos círculos concêntricos", ou seja, a idéia da Igreja era que por intermédio da mãe chegaria até o filho e o marido, chegando até a família e, como esta era a célula da sociedade, a atingiria; a recristianização da família significava a recristianização da sociedade.

Certamente a valorização materna estava delimitada dentro dos parâmetros católicos da visão do feminino, isto é, a ambigüidade permeava o discurso a respeito da figura da mãe cristã. Segundo Zaíra ARY[6] a posição da mulher na Igreja Católica é secundária e subordinada à tutela masculina, mesmo nas associações leigas mais recentes como as das décadas de 1950 e 1960, o papel feminino é complementar ao masculino e dirigida por ele. Isso se deve a concepção de que a mulher é um ser de natureza inferior, porque Eva sucumbiu à tentação no Jardim do Éden.

Portanto, boa parte das associações leigas femininas nas paróquias brasileiras, que seguiam as linhas do catolicismo ultramontano, exaltavam a participação da mulher como educadora moral da família e da sociedade, porém a representação sempre remetia a qualidades como a mansidão, a obediência, a doçura que levavam a mulher a um papel passivo no interior da Igreja e da sociedade.

De qualquer forma, como apontei em minha dissertação, essas associações, amparadas numa concepção feminina dualista, de exaltação da mulher pela maternidade e castidade, ao mesmo tempo em que hierarquizava e limitava a participação feminina tomando por referência o modelo de Eva e de Nossa Senhora, também constituíram um espaço de ação para elas.

Passando os olhos nas atas de reuniões de algumas dessas associações é observável o grande número de atividades caritativas e de reuniões que as associadas participavam, proporcionando maior mobilidade a essas senhoras donas-de-casa. Portanto, as associações se configuravam como um espaço não apenas de controle, mas também de criação nas margens do catolicismo.

As associações e a Igreja Católica sofreram transformações no decorrer do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, assim como outros setores da vida se tornaram de fórum intimo e de escolha do indivíduo, a religião passou por esse processo. A ida a missa semanalmente não era mais um gesto social, mas sim um ato individual de fé. A reação da Igreja Católica diante das transformações sociais e mentais desse período é perceptível no Concílio Vaticano II (1962-1965)[7].

Emerge nesse contexto a figura de um novo padre que não acredita que é o único portador da verdade e que pode aprender com o fiel. Nesse sentido, os padres da América Latina se mostraram mais sensíveis à situação de miséria da população, criando uma igreja mais humanizada e preocupada com o pobre.

João XXIII (1958-1963) anunciou em dois de fevereiro de 1962 que naquele mesmo ano, em onze de outubro, haveria a abertura do Concílio Vaticano II. Entre as decisões tomadas no Concílio Vaticano II (1962-1965) podemos mencionar a ampliação da obrigatoriedade da missa do domingo para o final de semana inteiro, o vernáculo substituiu o latim e a permissão para os laicos ministrarem a comunhão. Desse momento em diante, o bispado nacional agiu a partir de duas vias: mobilizar o clero com a finalidade

de produzir uma linguagem religiosa em cada língua nacional; e conscientizar as comunidades cristãs a respeito da procura de uma justiça social para todos[9].

A proposta era abandonar a preocupação com a culpa individual da danação para substitui-la pela responsabilidade social com o outro. A orientação recebida de Roma a partir do Vaticano II era que a Igreja é o povo de Deus, sendo assim a Igreja não era apenas Roma, eram as pessoas que estavam nas ruas, nas prisões e nas calçadas. Em 1968 ocorreu a Conferência de Medellín que seguia essas orientações, e o papa Paulo VI (1963-1978) expõe na *Gaudium et* spes que a Igreja tem muito a aprender com o "outro"[10]. O catolicismo latino-americano se difundiu de maneira menos hierárquica e autoritária entre a população pobre. Católicos e padres se reúnem aos camponeses do nordeste e aos pobres das periferias das grandes cidades. Era a gênese das Comunidades Eclesiais de Base que se disseminariam na década de 1970.

Em 1972 a hierarquia conservadora da Igreja latino-americana assumiu o controle do Conselho Episcopal Latino-Americano lançando ataques contra a linha mais progressista do catolicismo, principalmente a Teologia da Libertação. Em 1979, na Conferência de Puebla compareceu o papa João Paulo II tentando dissuadir o clero a abandonar a prática transformadora com nuances marxistas, porém sofreu resistência da linha progressista.

No Brasil essa duplicidade do catolicismo também era perceptível. De um lado, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) propondo um catolicismo renovado e próximo do pobre e lutando contra as atrocidades do regime militar. De outro lado, uma ala conservadora remanescente do catolicismo da neocristandade que estava ligada aos interesses dos grupos dominantes do país[11].

Desta forma, entre as décadas de 1960 e 1980 encontramos nas paróquias brasileiras associações leigas femininas ainda ligadas ao catolicismo da neocristandade, como a Legião de Maria, e as associações religiosas de cunho mais popular e

progressista como as Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais. Acreditamos que essas duas linhas criaram novas possibilidades para as mulheres, atribuindo-lhes novos significados aos seus papéis sociais de gênero. Por isso, a intenção desse projeto é estudar essa diversidade de significados e de atuações concedidos às mulheres pela Igreja Católica entre as décadas de 1960 e 1980.

Devido essa mudança de perspectiva da política oficial da Igreja Católica a respeito da participação leiga e, também da própria finalidade do trabalho do clero junto à população, podemos encontrar uma infinidade de trabalhos que tratam deste assunto. No que diz respeito da participação feminina na Igreja Católica a produção é significativa, sobretudo de uma teologia feminista das décadas de 1980 e 1990.

Podemos citar trabalhos como de Maria José Rosado NUNES[12] que trata das transformações na vida das religiosas nas décadas de 1960 e 1970, enfatizando as mudanças nos votos de obediência, pobreza, clausura e vestes das freiras, mostrando que as irmãs estavam até então submetidas a uma estrutura extremamente hierarquizada e tuteladas por autoridades masculinas e sobre um regime que negava a sua feminilidade como algo pecaminoso. O catolicismo pós-conciliar provocou a quebra dessa hierarquia, tornando as instituições religiosas em comunidades nas quais poderiam existir relações mais igualitárias entre os seus membros, assim como as freiras passam a ter consciência do seu papel como mulheres no interior da Igreja Católica, questionando o seu lugar tradicional.

Acreditamos que o mesmo processo de transformações pode ser verificado entre as participantes leigas das associações católicas, tanto da linha conservadora quanto da progressista, reside aí a contribuição que a presente pesquisa pretende dar a investigação do tema na historiografia.

Outros estudos tratam da análise do discurso oficial da Igreja católica nas décadas de 1960, 1970 e 1980 sobre os direitos da mulher, como o de Zilda Fernandes RIBEIRO

que analisa a encíclica *Gaudium et spes* do papa Paulo VI como um documento atento às mudanças que afetavam a humanidade do mundo contemporâneo, entre elas a luta feminista no reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres e a necessidade de criar uma imagem positiva do corpo feminino na Igreja, assim como propiciar maior autonomia às mulheres. Por outro lado, a autora afirma que nos últimos documentos do papa João Paulo II houve um retrocesso nas questões relativas às relações de gênero, negando o caráter revolucionário do Concílio Vaticano II[13].

Maria Pilar AQUINO comenta a visão da mulher apresentada nas Conferências de Medellín e Puebla que apesar de ter uma conotação androcêntrica e sexista, propiciou às mulheres uma nova missão e identidade como co-agente da construção da história e da renovação da Igreja. Como essa Igreja renovada apregoava a libertação dos pobres, marginalizados e oprimidos, as mulheres compreenderam que também estavam inseridas nesse contexto de opressão e por isso deveriam se libertar da dominação masculina. Como participantes ativas dessa nova Igreja, as mulheres começaram a questionar o seu lugar na instituição esperando também a igualdade de participação em relação aos homens[14].

Portanto, as pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base tiveram papel fundamental na evangelização libertadora das décadas de 1970 e 1980, nas quais a participação feminina foi intensa e criativa. A participação das mulheres em movimentos populares, como as CEBs, demonstra que no primeiro momento, elas se viam como parte integrante desta nova visão de igreja direcionada aos pobres e, em um segundo momento a sua participação as levaram à descoberta de sua subjetividade feminina[15].

Existem estudos com um enfoque antropológico como o de Carmem Cinira MACEDO que procura compreender as CEBs na década de 1980 como uma rede de sociabilidade entre os participantes[16], mostrando que além do conteúdo religioso essas organizações tinham fins práticos na comunidade e que as mulheres constituíam a

maioria nesses grupos. Nesse sentido, as CEBs proporcionaram as mulheres mais um campo de ação e criação na Igreja Católica.

Além da ala progressista, as associações já existentes na Igreja Católica continuaram a realizar o seu trabalho e algumas vezes ainda ligadas a um discurso conservador, apoiando a manutenção da ordem estabelecida, fazendo oposição às idéias da Igreja Renovada pelo Concílio Vaticano II. No estudo sobre o papel das leigas nessa frente conservadora existem trabalhos que tratam da eficiência delas na participação do Golpe Militar de 1964, por intermédio de sua participação nos Cursilhos da Cristandade e na Marcha da Família com Deus pela Liberdade[17].

Era a ofensiva da linha conservadora diante da progressista condenada por sua aproximação com o discurso "ateu" da esquerda e que ameaçava a propriedade privada dos grupos dominantes. Novamente, a participação feminina era vista como uma estratégia para impedir o avanço das mudanças sociais que colocavam em risco o *status quo* de um grupo de privilegiados.

Segundo Ana Maria BIDEGAIN, a falta de mais estudos sobre à história da teologia latino-americana por intermédio da perspectiva de gênero *nos impede de realizar um estudo mais acurado da base religiosa da formação do imaginário sobre a mulher no século XIX*[18], e da mentalidade patriarcal reinante no século XX.

A autora prossegue afirmando que os estudos de gênero no que tange a história do catolicismo levariam ao questionamento das relações de poder que sustentam a ordem conservadora na política latino-americana, já que as relações entre o masculino e o feminino se configuram como uma das formas primárias das relações significantes de poder, que constituem o imaginário patriarcal da sociedade.

Nós que vivemos num país católico como o Brasil percebermos as implicações das tradições que permeiam o imaginário e regem a organização social. Isso é perceptível de maneira contundente, nas representações femininas e masculinas que introjetam

comportamentos nos indivíduos e criam relações marcadas pela hierarquização entre os gêneros.

---

[1] Este termo foi utilizado para designar o Movimento Conservador contra os Estados Liberais de uma sucessão de papas em meados do século XIX e início do XX, em sua origem, no século XIII, esse termo se referia aos papas escolhidos ao norte dos Alpes. Um dos autores que usa este termo é Riolando Azzi.

[2] GUARIZA, Nadia Maria. *As Guardiãs do lar*: a valorização materna no discurso ultramontano. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em História), UFPR. p. 14.

[3] AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono*: um projeto conservador. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

[4] Os meios de divulgação pastoral se ampliavam, na medida em que o desenvolvimento tecnológico criava novos meios de comunicação. Para citar algumas encíclicas que tratavam desse assunto: LEÃO XIII, Papa. Cartas aos Bispos do Brasil: IN: *Excertos:* sobre a imprensa. 2 jul. 1894.

[5] MANOEL, Ivan. *Igreja e Educação feminina (1859-1919):* uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996. p. 49.

[6] ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no Imaginário Católico*: da Ação Católica à Teologia da Libertação. São Paulo: Annabluma, 2000. (coleção Diálogos). p. 76.

[7] VINCENT, Gerard. Os católicos: o imaginário e o pecado. IN: PROST, Antonie, VINCENT, Gerard (org.). *História da Vida Privada*: da Primeira Guerra Mundial a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 392-426.

[9] VINCENT, Gerard. Os católicos ... p. 413.

[10] VINCENT, Gerard. Os católicos ... p. 415.

[11] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 98.

[12] NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. IN: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

[13] RIBEIRO, Zilda Fernandes. *A mulher e se corpo*: magistério eclesiástico e renovação da ética. Aparecida-São Paulo: Editora Santuário, 1998.

[14] AQUINO, Maria Pilar. *A Teologia, a Igreja e a Mulher na América Latina*. São Paulo: Edições Paulinas, 1997.

[15] BRUNELLI, Delir. Libertação da Mulher: um desafio para a Igreja e a Vida Religiosa da América Latina. Rio de Janeiro: Conferência dos Religiosos do Brasil, 1989.

[16] MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de Gênesis*: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[17] MOURA, D. Odilão. *As idéias católicas no Brasil*: direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Editora Convívio, 1978. p. 196.

[18] BIDEGAIN, Ana Maria. Gênero como categoria de análise na História das religiões. IN: BIDEGAIN, Ana Maria (org.). *Mulheres*: autonomia e controle religioso na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 24.

MODOS DE ESCREVER, JEITOS DE SENTIR, MANEIRAS DE REFLETIR: A "ESCRITA DE HOSPÍCIO" REVELANDO SENSIBILIDADES

Nádia Maria Weber Santos
PPG-UFRGS
Professora convidada FEEVALE / RS

Pensar o "fenômeno social" da loucura e de internações psiquiátricas no Brasil, a partir de textos literários brasileiros, da primeira metade do século XX no Brasil, foi o mote de minha pesquisa de doutorado [1], a qual acarretou uma mudança de intenção, ou mesmo, desviou o olhar de historiador daquele foco até então preferencialmente pesquisado na história da psiquiatria e dos hospícios brasileiros. Alguns achados foram relevantes para uma nova interpretação: textos escritos por pacientes, dentro do hospício, no percurso de uma internação, mostraram uma outra sensibilidade, aquela que surge a partir de personagens que puderam perceber e discutir a "loucura" a partir de suas próprias experiências como "loucos", ou como escritores e autores sensíveis a este tema.

Assim, tendo como tema a loucura, como objeto textos literários e como problema a questão da sensibilidade, a realização deste trabalho teve o intuito de perceber a forma pela qual os *escritos de si* - ou escritos *auto-referenciais* - são reveladores de sensibilidades sobre a loucura. A partir do diálogo da História Cultural com a Literatura lançaram-se luzes nas fontes da ficção e deu-se a voz ao próprio louco. Ele contou sua história. Ele expressou sua sensibilidade sobre sua doença, sobre o meio que o abriga e sobre o mundo em que vive. Foram analisados três conjuntos de textos - romance, diário e cartas – que versam sobre loucura e internações em hospícios. Revisitando a história da psiquiatria brasileira nas primeiras três décadas do século XX e cruzando com a vida e obra dos três autores e de personagens da ficção, em que alguns escrevem seus textos durante hospitalização em manicômio, descortinam-se nuanças na sensibilidade fina destes escritores. Alguns aspectos deste longo processo histórico de rupturas e permanências, que foi o complexo movimento de institucionalização da loucura no Brasil, puderam ser percebidos e avaliados sob um outro enfoque, desde dentro dos escritos de pessoas que, de alguma forma, se

viram envolvidas com esta temática. A literatura, neste sentido, aparece como uma fonte profícua para este fim.

Os autores pesquisados e suas obras são: Rocha Pombo, um historiador e escritor consagrado em seu tempo, que escreveu um romance simbolista ***No Hospício*** em **1905**, e nunca passou por um momento de exclusão social em sua vida; Lima Barreto, escritor "outsider", que foi submetido a internações em manicômios e escreveu seu ***Diário do Hospício*** em **1920**, durante sua última hospitalização no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro - memórias estas que originaram seu romance inacabado *Cemitério dos Vivos*, obra muito significativa do "pré- modernismo" brasileiro; e TR - este último, um paciente entre tantos outros, anônimo ao público leitor, "simplesmente um louco", que deixou um legado de doze extensas cartas, escritas durante a internação no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, em meados de **1937**, as quais denominou-se ***Cartas de Hospício.*** [2]

O tempo e o espaço de escritos sobre a loucura, no Brasil do início do século XX, como romance, cartas e diários escritos dentro do próprio manicômio, são relevantes e jogam-nos para dentro de um labirinto de representações e sensibilidades, cujo fio de Ariadne pode ser encontrado dentro destes "escritos de si", nas próprias "falas" dos loucos... Relacionando-os ao contexto histórico de cada escritura, o "lugar" que cada um dos escritores ocupa no mundo, enfatizando, principalmente, o "lugar" de onde escrevem e de onde relatam suas "experiências de hospício" - são escritores, escritores "loucos" ou simplesmente "loucos" - podemos chegar, no fim do labirinto, com uma outra perspectiva e representação sobre a noção de "loucura" ou de doença mental, a qual não necessariamente deveria ser fator de exclusão social, muito menos de exclusão cultural de um indivíduo.

O período histórico escolhido, as três primeiras décadas do século XX, foi uma época em que a sociedade brasileira sofria profundas transformações políticas, econômicas, urbanas e por que não dizer, das suas sensibilidades sobre as questões sociais. Ao mesmo

tempo, a população mundial via crescer os regimes totalitários que se instalaram nas várias ditaduras, desembocando, no Brasil, no Estado Novo de Getúlio Vargas e, no mundo, na Segunda Guerra Mundial e no Holocausto. E os hospícios e as práticas com os doentes mentais, de certa forma, também foram envolvidos nestas transformações, por exemplo, quando os preceitos da eugenia adquirem força e ditam a esterilização destes últimos.

Porém nesta pesquisa, tentei uma análise mais sutil, poderia dizer. Optei por inverter a equação da maioria dos trabalhos de nossa historiografia sobre a psiquiatria no Brasil, ou seja, parti da narrativa do próprio "louco", que narra sua condição como personagem, personagem tanto de uma exclusão, como de um texto literário que conduz, em si mesmo, um imaginário e uma sensibilidade específica sobre a loucura.

A literatura examinada nesta pesquisa é fruto da escrita de homens que conseguiram captar sua época, seu momento histórico e, dentro dela, souberam posicionar-se em relação ao que viam - cada um de seu jeito, cada um de seu espaço. Assim, o ato da escrita foi transgressor e libertador para estas psiques inquietas e sofredoras.

Refletir historicamente sobre a loucura serviu, assim, a um duplo propósito: primeiro, diagnosticar e interpretar as ações humanas que excluem a possibilidade de uma renovação psicológica, exatamente por seus atos de exclusão do "louco" da sociedade, fazendo de muitos sujeitos, "sujeitos não históricos". Segundo, mostrar o quanto, pela "via" da sensibilidade e do ato criador, estes mesmos sujeitos excluídos podem ser encarados de forma diferente daquela que exclui, levando a outras possibilidades históricas, levando-nos a uma contemporaneidade que se pretende mais "humana".

Os textos literários traduzem e transmitem sensibilidades, expõem diferentes expressões sensíveis, através de distintos níveis de aproximação do real e do ficcional. Remetendo a distinções, nestas sensibilidades, bem como a suas semelhanças, corroboram ou não as práticas sociais de exclusão.

Rocha Pombo (1857-1933), paranaense, foi um historiador - filólogo e um escritor engajado na política de sua época. Publicou muitos ensaios e livros, durante sua vida, bem

como editou jornais e participou de revistas consagradas ao Simbolismo Brasileiro. Pertenceu à antiga Academia Paranaense de Letras. Embora a crítica daquela época tenha se interessado pouco por um de seus principais romances, *No Hospício*, quando de sua publicação em 1905, Pombo foi considerado, ainda vivo, um escritor importante das Letras Brasileiras. Resgata-se, com ele, imagens da loucura expressas pela escrita de um literato, que nunca passou por internações psiquiátricas ou práticas de exclusão social. Neste romance simbolista o autor utiliza a voz do louco para debater alguns preceitos desta corrente estética, como a espiritualidade e a questão do símbolo, mas dentro de todo um contexto manicomial que legitimou a pesquisa de sensibilidades sobre a loucura. Em poucas palavras, o enredo se passa através da internação voluntária de um homem, o anônimo narrador da história, que resolve travar relação de amizade com um louco internado que lhe chama atenção. Este, por sua vez, era um louco pacato que, isolado em sua "cela", lia e escrevia muito - escrevia uma grande quantidade de cadernos, registros estes de cunho pessoal e também místico-filosófico - o que causava grande curiosidade no narrador. Afinal, era isto loucura?

O segundo autor pesquisado, Lima Barreto (1881-1922), foi um escritor muito contestado em sua época e que passou por duas internações em hospício (Hospício Nacional do Rio de Janeiro) devido a seus "delírios" e alcoolismo - embora tenha sido reconhecido, posteriormente, como um dos grandes escritores brasileiros, deixando-nos um legado de vastas e importantes obras literárias. Pobre, descendente de escravos, mulato, alcoolista, louco e muito culto, mas marginalizado em vida por sua literatura - um autêntico outsider em sua "literatura militante" -, experimentou profundos sentimentos de rejeição social e familiar. A crítica literária quase nunca lhe foi favorável, em vida, e pouco teve retorno com o que publicou, até sua morte. A crítica mais comum era sobre a mistura que fazia em sua literatura das passagens de sua vida - era uma literatura "autobiográfica", diziam. Funcionário público e também escritor em jornais e revistas, não fez da política sua paixão, embora muito tenha criticado o Brasil de sua época, em suas crônicas, romances e

contos. Sua única paixão revelada era a literatura. Sendo assim, neste trabalho, tentou-se ver Lima Barreto por ele mesmo, a partir do diário escrito em sua última internação em manicômio e que deu origem ao romance que ele próprio chamava de sua obra prima, não fosse inacabado, pois Lima morreu antes de poder terminá-lo, o *Cemitério dos Vivos*. Sua contribuição para pensar a exclusão social do louco, em uma época em que a psiquiatria se esforçava para ser soberana nas condutas para com estes pacientes, ficou fixada nas páginas de seu diário e de seu romance.

O terceiro autor analisado nestas andanças pelas narrativas sobre a loucura, TR (1903 -?), foi um anônimo qualquer, desconhecido do público leitor, internado em manicômio pela família, porque, entre outras coisas, ele gostava muito de ler e escrever. Em sua única internação de que se tem notícia, no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, por quatro meses do ano de 1937, ele escrevia cartas. Estas cartas constituem depoimentos contundentes, dramáticos, de uma pessoa em sofrimento psicológico profundo, bem como da sua experiência transcorrida em internação psiquiátrica. Além disso, o grau de instrução e o nível cultural elevado do paciente em questão proporcionaram um outro olhar sobre este material: os textos das cartas podem ser considerados pequenas obras literárias, devido ao conteúdo que expõem, bem como à forma dada quando vieram à luz. Diante destas belas missivas depreendeu-se que ele queria ser escritor e – é válido ressaltar – tinha vocação para isto. O conjunto desta correspondência foi conservado em seu prontuário médico - arquivado com milhares de outros no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul -, para a felicidade de historiadores e pesquisadores, mas para a tristeza deste pobre moço, que talvez não soubesse que suas cartas não seriam entregues. Algumas missivas eram bastante simbólicas, outras bem realistas e outras até "filosoficamente visionárias". Nelas encontra-se uma obra desconhecida aos leitores e nosso meio acadêmico. Desde o relato de sua história pessoal, dos conteúdos de sua doença, passando por análises das situações econômica, política e religiosa mundiais daquele período histórico, indo até a exposição de

críticas sobre sua internação e sobre a própria Medicina, resgata-se, nos manuscritos de TR, uma fina sensibilidade do autor, não compreendida naquele momento de sua vida.

A literatura traz a subjetividade e a sensibilidade do passado, daquilo que um dia foi vivido, sentido e percebido de uma outra forma ou da forma como podia ser naquele momento. Ciente de que este novo olhar é apenas uma versão sobre o passado, como historiadora tentei apreender o registro das nuanças das sensibilidades de uma época, seus valores, conceitos, noções sobre a vida dos homens e suas práticas sociais.

Neste percurso quase iniciático que é a construção – não linear – de um texto histórico, a partir de uma pesquisa de vários anos, envolvendo desde a escolha de um objeto, sua relação com as fontes, passando pelos interstícios teóricos que acompanham toda reflexão, e chegando até a narrativa interpretativa que se constrói, a descoberta de estudos sobre *escrita de si* [3] foram de grande relevância. De origem recente no Brasil, estes trabalhos proporcionaram uma virada na grade interpretativa dos conteúdos desta pesquisa. Não se tratando apenas de registros epistolares, mas também de diários, escritos dentro do próprio hospício, durante uma internação, as práticas de "produção de si" estudadas ressaltam a importância destes achados para a temática trabalhada. Da mesma forma, os escritos do personagem da ficção de Rocha Pombo - escritos de si, dentro de um romance - evidenciam similitudes com aquelas escritas "reais" dos autores "reais".

O exercício da reconstituição e interpretação das narrativas pessoais destes escritores, destes autores, destes "loucos", descortinou um mundo de sensibilidades e descobriu, entre a poeira dos arquivos e das prateleiras, um tesouro escondido. Como se fosse um mergulho, ler seus manuscritos e textos lançou luzes numa profundeza desconhecida e fez emergir a singularidade de vidas, tidas como loucas, nas cores das tintas e dos papéis plenos de escritos que fazem sentido... sentido para uma época... sentido para vidas humanas ...

A partir da análise histórica destes documentos únicos, resgatou-se a importância destes indivíduos, segregados e excluídos da sociedade, em um contexto mais amplo.

A ficção, e no caso presente ficção literária, através de sua linguagem simbólica, coloca em evidência o poder da representação na vida cotidiana humana. Ela comporta o "estatuto do real" intrínseco à capacidade de representação de todo ser humano, isto é, seu sistema simbólico. Todo o sistema simbólico de representações que ela traz em si, significa a projeção do que estava até então no inconsciente humano, seus sentimentos, sensações, pensamentos, maneiras de ser e ver o mundo, mais íntimos, próprios de cada um (subjetivo) e/ou de cada época (objetivo, ou o "espírito" da época). Através deste *sistema imaginário*, o estabelecimento da "verdade" unívoca desaparece por inteiro através da tarefa mais interessante e promissora que é o questionamento da "narrativa das sensibilidades".

Se, por um lado, não se pode negar a existência dos processos sociais e culturais a que está submetida uma sociedade, numa certa época, e sua influência sobre as práticas nela exercida – sociedade, esta, que é ela mesma a idealizadora e realizadora destes processos -, por outro, também não se pode fechar os olhos a determinadas maneiras de ver e sentir o mundo, muitas vezes independentes das correntes sociais da superfície.

Em outras palavras, a escritura de cada autor revela um mundo de sensibilidades que, embora sendo específicas a cada um, também demonstram uma certa continuidade de percepções sobre a loucura e suas práticas. Se seus escritos pessoais em algum momento da história serviram para que o "saber" instituído da psiquiatria pudesse ler neles suas próprias patologias, estados mórbidos do ser - o que respaldou também muitas vezes as práticas de exclusão - serviram de outra forma para que suas sensibilidades fossem expostas, e no trabalho de pesquisa fossem recolhidos e tornados documentos e fontes históricas.

As "marcas de sensibilidade" - subjetivas e intrínsecas ao texto - e as "marcas de historicidade" - que remetem para fora do texto, para a realidade concreta - revelaram-se, nestes "escritos de hospício". Observou-se permanências e rupturas, se assim quisermos chamar, entre as três obras analisadas, nos três tempos mencionados. Ao folhear o "livro da loucura" daqueles trinta anos de Brasil, vê-se que pouco ou quase nada mudou de concreto,

na prática sobre a doença mental. De trás para a frente, de frente para trás, ele mostra sensibilidades, gritos de socorro, reflexões agudas que não foram compreendidas por seus contemporâneos. E talvez até hoje não o sejam, se falarmos em práticas sociais e culturais coletivas. Por exemplo, todos três personagens foram colocados no hospício pela família, à revelia; dois deles, foram levados também pela polícia, o que corrobora, de certa forma, a realidade e a veracidade da historiografia "tradicional". Todos gostavam muito de ler e escrever e isto, muitas vezes, em seu meio, era visto como sinal e sintoma de loucura.

Mas também cada um a seu modo tinha a sua noção do que seria a doença; a Medicina e a Psiquiatria foram examinadas pela lente minuciosa de suas sensibilidades, fazendo-os diagnosticar que o "douto" nem sempre tem a razão em seus diagnósticos e intervenções. Da tal forma que todos os três podem ser identificados como escritos de resistência e mesmo de transgressão, no sentido de tentarem ultrapassar não só os muros de um hospício, mas as barreiras que são colocadas pelos rótulos e diagnósticos sobre eles. Historicamente, não adiantou Pinel ter tirado as correntes dos loucos, pois outras vieram, como o manicômio, a camisa de força de pano, depois a camisa de força dos métodos - "eletrochoques", psicocirurgias, "choques químicos" - e medicamentos.

Mas talvez pior seja a corrente que nunca foi tirada, nem mesmo pelo "pai" da psiquiatria: o imaginário que sempre existiu na sociedade, na consciência coletiva, sobre os loucos. Mas eles, estes escritores, estes "loucos", conseguiram, cada um a seu modo, libertar-se destas amarras por eles próprios, pois escreveram e, ao escreverem, recriaram-se a si mesmos.

---

[1] Tese de doutorado defendida em maio de 2005, no PPG em História da UFRGS (IFCH), sob o título de *"Histórias de sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937)"*.

[2] Pombo, Rocha. *No Hospício*. Rio de Janeiro: INL, 1970 ; Barreto, Lima. Diário do hospício. In: *Cemitério dos vivos - memórias*. São Paulo, Brasiliense, 1956, vol. 15 das obras completas; TR. Cartas de Hospício. In: Santos, Nádia Maria Weber. *A tênue fronteira entre saúde e doença mental: um estudo de casos psiquiátricos à luz da Nova História Cultural, de 1937 a 1950*. Anexo 2. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPG de História UFRGS, 2000. Consta nas obras integrais da Biblioteca Digital do IFCH da UFRGS; publicada em "e-book" pela Jeweb editora digital em 2002.

[3] Para a compreensão do conceito e da noção de "escrita de si" ver Gomes, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: Gomes, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Experiência e Subjetividade. Geografia do Prazer nos espaços de sociabilidade lésbica do Rio de Janeiro dos anos 1950-1960.

Nadia Nogueira – PPG-UNICAMP
Margareth Rago – UNICAMP

O tema que estimula a escrita deste texto é o lugar ocupado pelas lesbianas na história do Rio de Janeiro dos anos 1950-1960. A discussão a respeito do lesbianismo no Brasil ocorreu em virtude da pesquisa desenvolvida no doutorado em História na Universidade de Campinas, a partir da relação amorosa de Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop. Apesar de elas terem se mantido durante uma década, entre os anos de 1951 e 1961 na casa que construíram em Samambaia, no alto da serra em Petrópolis no Rio de Janeiro, percorro a geografia urbana da cidade desse período, na tentativa de mapear os lugares onde se poderiam encontrar práticas do homoerotismo feminino, bem como o exercício de sociabilidades diferenciadas do modelo social tradicional das relações de gênero, baseado no casal heterossexual monogâmico e na família nuclear.

Algumas questões permearam as minhas buscas: as lesbianas contavam com espaços privilegiados para seus encontros na cidade? Que códigos elas criaram para se encontrarem? Que gestos corporais usaram para se reconhecerem? Que estratégias criaram para escapar aos estigmas da perversão, da violência, da negação do seu corpo e do seu prazer, estigmas que sabemos ser tão fortemente lançados contra elas? Procuro assim, mapear a cartografia da subcultura lesbiana nos espaços públicos do Rio de Janeiro dos anos 1950-1960.

Utilizo a expressão lesbiana para retirar o peso negativo que o discurso médico-científico conservador dirigiu ao homoerotismo feminino, visto como sinônimo de doença, perversão, passível de cura com tratamento adequado e as próprias lesbianas, percebidas como feias, mal amadas, incapazes de conquistar um homem, e que por isso, volta sua afetividade para as próprias mulheres. Criticar e romper com esse discurso normatizador, que impregnou o imaginário brasileiro a respeito dessas práticas é também o que esse texto

se propõe, além de mapear os lugares no qual puderam criar e praticar formas de sociabilidade pautadas por seus próprios padrões, evidenciados nas roupas, nos comportamentos, nos códigos e estratégias criados para poderem se relacionar afetiva e sexualmente entre mulheres. Não se discutiam tão claramente essas questões naqueles tempos; certas coisas não eram faladas e um véu espesso encobria os relacionamentos amorosos femininos.

Válvulas de escape – noites que pulsam

Nos anos 1950, a cidade do Rio de Janeiro e seus respectivos bairros passaram por profundas transformações urbanísticas: remoção de morros; a aberturas de túneis, ruas e avenidas, o bairro de Copacabana emerge como lugar de total liberação dos costumes. Boates escuras, bares para os mais diferentes gostos e paladares, restaurantes modernos e sofisticados com música ao vivo de qualidade compõem um novo cenário da cidade que se moderniza. Neste ambiente eclético e multifacetado a vida pulsa na madrugada com pessoas de todos os hábitos, culturas e idades se misturando, independente das suas origens, crenças, classe social. Uma sociabilidade cujos códigos se pautavam para além dos bons costumes dominantes, por meio de formas diversificadas de lazer e da multiplicidade de pessoas circulando.

Surgem lugares agenciados por uma intensa geografia do prazer em função da maior liberdade de locomoção, pela possibilidade de caminhar entre desconhecidos e que se refletiram também na composição desses novos espaços, diferenciados pela clientela que os freqüentavam, algumas mulheres desacompanhadas, bebendo, cantando, vivendo a madrugada. É possível pensar que a tradição cedeu lugar à transgressão?

Apesar da constante repressão da sociedade para todos os comportamentos que escapassem às normas conservadoras, foi possível encontrar na cidade do Rio de Janeiro, práticas, experiências, estilos de vida de pessoas que criaram um território próprio para viver os relacionamentos amorosos entre iguais. Não que tais práticas significassem uma ruptura total e definitiva com as fórmulas conhecidas e aceitas socialmente, mas, os lugares freqüentados pela boêmia, por artistas do teatro de revista, por cantoras e cantores da noite, foram também verdadeiras válvulas de escape para o encontro entre as lesbianas nos anos 1950, sobretudo, para aquelas que ousaram a ocupar a cena pública, seja usando terno e gravata, ou vestidos longos e esvoaçantes. A intenção é conhecer um pouco dessa cartografia urbana, na qual o prazer cedeu lugar à tradição, por meio dos códigos e estratégias criados para se reconhecerem, se relacionarem, se amarem nos espaços outros ocupados por elas.

Esquinas de Copacabana

As mulheres que viveram a noite de Copacabana, sua boêmia, sua agitação noturna foram em sua maioria as profissionais que trabalhavam na noite, como prostitutas, cantoras, dançarinas dos cabarés; algumas tiveram que brigar com seus familiares, para ocupar o palco das boates. Desta maneira, Copacabana se constituiu no imaginário internacional como um espaço dos excessos, da permissividade, do carnaval, da sensualidade, dos corpos aparentes, envolventes.

O Restaurante Alcazar ainda hoje localizado na Avenida Atlântica, no coração de Copacabana, recebia os grupos mais variados: prostitutas em busca de um cliente, dançarinas que vinham tomar a famosa sopa servida na madrugada, boêmios que ali convergiam para um último gole e também os homossexuais, tanto femininos como masculinos. Um lugar onde *dava de tudo* - afirmam as lesbianas que foram entrevistadas -

porque ali era possível conhecer alguém para uma troca afetiva e sexual entre pessoas do mesmo sexo e permanecer sem passar pelo constrangimento de ser abordado pela polícia que poderia fazer perguntas indiscretas e humilhantes (Green, 2000; Entrevistas).

Algumas lesbianas se vestiam com as roupas consideradas elegantes, adequadas para estar na noite, como um terno de belo corte, uma gravata combinando e invariavelmente como calçado um mocassim, que era uma espécie de código entre elas. Como não havia roupas de corte unissex naqueles tempos, o terno parecia o mais próximo da elegância para aquelas que gostavam de um visual mais masculino e o sapato mocassim representava uma espécie de reconhecimento da orientação sexual. No cotidiano, muitas usavam saia, camisa ou camiseta polo e o famoso mocassim, *marca registrada*, confirma Antonia, moradora de Copacabana, embora muito jovem nos anos 1960, percebia os códigos das lesbianas, ou entendidas, como preferem ser chamadas, a palavra lésbica é vista por elas como sinônimo de doença. Em contrapartida havia as que usavam vestidos esvoaçantes, sandálias de salto alto e maquiagem, delineador nos olhos e batom de cores fortes, uma marca da feminilidade foram também os acessórios: brincos, colares e anéis compunham a bela aparência.

A Boate Etoile, na Galeria Ritz, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana era freqüentado praticamente apenas por mulheres. As entrevistadas afirmam que embora o clima da boate fosse tranqüilo, onde poderiam até trocar carícias sutis enquanto dançavam no escuro havia o risco constante da chegada da polícia, que se incomodava com aquelas que usavam roupas masculinas: *de vez em quando a polícia batia e botava todo mundo prá correr* (Antonia). O Bar Pizzaiolo, uma pizzaria que funcionava em Copacabana, teve grande destaque na década de 1960 como ponto de encontro, com muita paquera e troca de confidências, *muitas encontraram lá sua primeira namorada, onde todas se reuniam antes de ir para as boates Zigue-Zague e Gaivota na Barra da Tijuca, no Rio*.

O *Alfredão* foi um famoso bar localizado no Posto Seis de Copacabana, começou como bar e se transformou em boate, foi também um lugar importante para os encontros e a sociabilidade entre lesbianas: *O Alfredão, dono do bar, tratava todas nós muito bem e era um ambiente muito eclético, havia todo tipo de gente, inclusive gente que não era "meio" ficava do lado de fora para ver quem freqüentava*. Embora o ambiente fosse tranqüilo e de muito respeito, muitas não iam a esses lugares pelo medo de serem reconhecidas por aqueles que ficavam do lado de fora observando e de possíveis comentários posteriores.

Um famoso ambiente desse período assiduamente ocupado apenas pelas amigas entendidas, pessoas que se conheciam e indicavam o ponto de encontro, foi o Bar da Fernanda, localizado no bairro da Tijuca, um importante espaço de convívio e de sociabilidade lesbiana nos finais de semana. O bar funcionava na casa da Fernanda e da Laurinda que eram namoradas e reuniam as amigas e pessoas próximas na casa transformada em uma espécie de bar, pelo serviço de bebidas; restaurante, pela impecável cozinha portuguesa comandada pela Laurinda; boate no andar superior para dançar e também os quartos, que funcionavam como "casa de recurso", expressão utilizada para designar um local utilizado para namorar, para transar. Explicando melhor o que era uma "casa de recurso": Como não podiam namorar em suas próprias casas e nem mesmo em Hotéis que não as aceitavam ou Motéis, ainda incipientes, alguma amiga que tivesse um apartamento disponível e não uma casa propriamente emprestava para aquela que estivesse namorando a sua "casa de recurso" (Entrevistas).

Uma característica marcante do lugar era a comida portuguesa servida em um clima bastante familiar, quem o freqüentou afirma com ar nostálgico: *Reuniam-se lá as pessoas que trabalhavam e não se incomodavam em ir até a Tijuca, para ver as amigas. Lá se encontravam pessoas selecionadas entre as amigas em comum, todas conhecidas, aquelas que tivessem boa conduta e não dessem nenhum tipo de problema, por exemplo, brigas, excesso de bebida alcoólica, ou qualquer tipo de atitude inadequada, se transformava em um convite para se retirar e não voltar mais.* Havia no Bar um espaço ao ar livre utilizado

como bar e restaurante, as pessoas ligavam para saber o que seria servido e se dirigiam para lá, para passar o dia e encontrar as amigas. Todas podiam namorar sem serem censuradas, a não ser por atos obscenos que deveriam ser praticados no andar superior da casa.

As lesbianas mais cultas e elitizadas não iam ao Bar da Fernanda, elas não gostavam de aparecer publicamente e preferiam fazer festas na casa umas das outras e convidar um grupo seleto de amigas próximas. A casa funcionava nesses tempos como lugar específico para se conhecer pessoas diferentes, namorar, encontrar um amor, ou simplesmente um espaço de diversão, sem o olhar de censura da sociedade. A casa tornava-se um tipo de bar para um grupo composto de pessoas próximas, amigas íntimas, uma espécie de rede que se formava, convidavam-se entre si e acabavam compondo uma sociabilidade diferenciada (Sbardelini, 1979; Da Matta, 1985; Portinari, 1989).

Um espaço com essa característica mais elitizada, composto por mulheres de camadas sociais mais elevadas, de alto nível sócio-econômico foi o *Clube das Doze,* nome informal para um grupo de amigas que se encontrava em uma enorme casa em Jacarepaguá. O Clube era formado por seis casais, as doze mulheres que convidavam suas amigas mais íntimas e pediam que essas convidassem outras. Algumas levavam a bebida, outras algo para comer e se formava então uma espécie de rede informal entre elas. Nessas festas, que aconteciam em uma ampla casa em Jacarepaguá, localizada fora da região central da cidade, chegavam a se reunir centenas de lesbianas. Em uma dessas festas compareceram mais de trezentas mulheres: *muita gente bonita, muito bem vestida, não muito comportada.*

Nesses locais elas poderiam se vestir e se sentir mais *à vontade*, com trajes que algumas consideravam mais elegante, como terno e gravata e, em contrapartida, as outras com vestidos longos e bem maquiadas, que geralmente recebiam galanteios bastante *cavalheiros das primeiras,* como abrir a porta do carro e enviar flores no dia seguinte. O

vestuário parecia definido nessas ocasiões pelos padrões de gênero tradicionais, algumas mulheres bem femininas, que deveriam se submeter às amabilidades daquelas mais masculinizadas, o que pressupõe para o período um relacionamento entre as lesbianas próximo aos padrões normativos próprios do universo heterossexual.

Muitas se casaram e tiveram filhos, pois havia uma grande dependência econômica em relação ao homem, ao marido, e a educação feminina estava muito voltada ao casamento como objetivo da felicidade. Em decorrência disso, suas relações homoeróticas foram mais camufladas, não se assumiam, pois a carga de preconceito era excessiva e podiam ser expostas publicamente, o que acarretava perda do emprego e da guarda dos filhos, no caso daquelas que eram mães.

Entrevistar pessoas que utilizaram diferentes estratégias e códigos para se reconhecerem foi também uma forma de identificar como as lesbianas mais elitizadas e ricas tiveram práticas distintas para construírem suas relações. Entretanto, é muito difícil afirmar que elas não se misturavam entre si, que não estiveram juntas nos bares, restaurantes e boates que serviram de palco para toda espécie de transgressão nos anos 1950.

Um Documento Apócrifo da Ciência Brasileira do Século XIX

Nadja Paraense dos Santos (IQ/UFRJ)

Heloisa Maria Bertol Domingues (MAST)

Elaine Andrade Lopes (MAST-Programa Capacitação Institucional)

Sobre o Documento

Este trabalho visa discutir a importância da análise do conteúdo de um documento científico para a história de uma ciência. No curso de uma pesquisa foi encontrado, no Arquivo da Casa Imperial, em Petrópolis, RJ, o manuscrito de um dicionário botânico, que imediatamente despertou nossa atenção, não apenas pela possibilidade de ser inédito, mas principalmente pelas características da classificação, associando a botânica à química no século XIX, e ainda pelo fato de ter sido guardado no arquivo particular do Imperador Pedro II e não no Arquivo Imperial.

Trata-se de um trabalho de classificação botânica de plantas agrícolas nativas do Brasil e/ou aclimatadas, contendo a descrição de mais de 2000 plantas, apresentadas em ordem alfabética. São 1657 páginas, divididas em 22 capas e 07 pastas, sem autor e sem data. Em todas as folhas há um carimbo “POB”, que segundo as arquivistas do Museu Imperial significa “arquivo pessoal de Pedro Orleáns e Bragança”.

Este trabalho científico rigoroso, procura apresentar a classificação botânica através, da análise química das plantas, reunindo um número expressivo de citações onomásticas e de publicações especializadas, em botânica e química. Além disso, o trabalho é fitogeográfico, ou seja, vai situando fisicamente pelo país, as espécies, o que indica uma filiação teórica do autor à botânica humboldtiana, desenvolvida ao longo do século XIX[i].

Tendo um documento tão precioso à mão, para a história tanto da botânica quanto da química do século XIX brasileiro, surgiram-nos uma série de questões: Quem teria sido o autor? Haveria sido publicado? Como e porque esse documento teria ido parar no arquivo particular do imperador?

Situá-lo temporalmente não foi difícil, pois o dicionário está repleto de referências especializadas da época e, embora a sua composição deva ter levado muito tempo, a última referência que faz à data é o ano de 1865, logo, deduz-se que pouco depois desse ano o trabalho tenha sido encerrado.

E tendo sido estimado o período, foi possível começar a situar o documento no contexto científico de sua produção, nesse sentido o documento é riquíssimo, pois está repleto de nomes e de referências bibliográficas, seja de livros ou de revistas especializadas. Porém, era preciso saber, antes de empreender qualquer trabalho se fora publicado. O primeiro passo foi reunir conhecimentos de história da botânica brasileira, os nomes dos principais botânicos e verificar o que tinha sido publicado para então comparar com o conteúdo dos nossos verbetes. Até agora nenhuma publicação semelhante foi encontrada. Passou-se então ao trabalho penoso de transcrição dos manuscritos.

Um indício histórico bastante claro que o documento denota, é sobre a sua finalidade: um dicionário feito com a intenção de divulgar os dados botânicos para público em geral, tendo sido para isto escrito em português e numa linguagem simples, quando a linguagem da classificação e divulgação botânica era o latim[ii]. Ainda podemos perceber que este dicionário estava em andamento e foi interrompido por alguma razão, posto que o autor nos dá uma lista inicial das plantas, sobre a qual deverá trabalhar, mas vai alterando-a ao longo do trabalho, através do acréscimo ou supressão de plantas, e ainda, na letra "H" consta uma nota onde o autor explicita que "*o Tomo I da obra será composto de introdução e pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H, e I*", porém o manuscrito não conta com as letras "D" e "K".

Sobre o trabalho de classificação das plantas em si, este obedece a seguinte sistemática: Sinonímia: lista os nomes vulgares da planta e a nomenclatura científica; História Natural: descreve os caracteres da planta, como também notas sobre origem, aclimatação e locais onde pode ser encontrada no Brasil; Propriedades: apresenta as qualidades alimentícias,

medicinais ou ornamentais; Análise química: apresenta a decomposição das plantas e suas partes. Este último item não consta em todas as espécies.

Tal dicionário floresceu em um contexto em que o objetivo, na economia brasileira, era a valorização da agricultura através da diversificação da produção, tanto de alimentos quanto de fármacos, e em tal contexto, a botânica fora a ciência dominante, tanto que as trocas botânicas com o mundo se constituíram em uma forma importante de relações políticas internacionais do país. A natureza exuberante era, afinal, um símbolo da nação[iii].

Para a análise do documento recorremos à idéia de campo intelectual, neste caso o científico, e projeto criador, de Pierre Bourdieu, que facilitou pensar as relações sociais do autor com o campo da botânica e da química do período[iv]. Não se sabe quem foi autor, porém isto não impede a percepção da história das ciências em questão, posto que podemos observar um projeto criador e um campo científico desenhado no conteúdo do trabalho, que nos faz vislumbrar o campo científico e as relações sociais em que ele se inseria.

Desde o final de 2003 o documento está sendo transcrito e, simultaneamente à transcrição, está sendo feito um índice onomástico e um índice das publicações que representam um mapeamento do campo através dos cientistas mais citados, ligados à química e à botânica, e das leituras que constituíam o universo de estudos do nosso autor. Ou seja, é possível perceber o sistema de pensamento no qual se integrava o autor.

Sobre o Campo da Botânica e da Química

O dicionário apócrifo traça uma rede de naturalistas botânicos que estavam em atividade no Brasil e, ao mesmo tempo, cita um rol enorme de botânicos europeus, denotando sua atualidade em termos de referências bibliográficas. O campo da botânica brasileira devia muito à tradição científica da Luzes de Portugal, estruturada em fins do século XVIII. Dessa tradição resultou a relação entre as ciências naturais e a agricultura, incluída numa rede de relações, científicas e/ou políticas, internacionais, cujo fim último era a exploração da natureza[v]. Integrados a essa rede destacaram-se alguns especialistas em botânica,

brasileiros, e estrangeiros que mantinham estreita relação com o país, a maioria dos quais citados nesse documento.

Dentre os primeiros naturalistas, estudiosos da flora brasileira no tempo colonial destacaram-se e foram citados nesse dicionário com muita freqüência, os trabalhos de, por exemplo, Manuel Arruda Câmara que, juntamente com José de Sá Bittencourt, estudou a flora pernambucana, principalmente plantas texteis, em fins do século XVIII e início do XIX[vi]. Amplamente citado encontram-se os trabalhos do padre franciscano José Mariano da Conceição Velloso que escreveu a "Flora Fluminensis", em 14 volumes, onde estão descritos e desenhados, incluindo indicações e nomes indígenas, 1640 vegetais brasileiros[vii]. Citado largamente também foi o nome de Gabriel Soares de Sousa que se encontra entre os primeiros exploradores da natureza brasileira e, em 1587, escreveu o Tratado Descritivo do Brasil. Todos os três aparecem como classificadores, juntamente com os nomes mais consagrados da botânica: Linneo e, depois, von Martius e Saint-Hillaire.

As classificações de Linneo, pelo trabalho de amostragem realizado, foram as mais utilizadas pelo autor. É interessante notar que os trabalhos dos naturalistas que passaram pelo Brasil foram muito utilizados pelo autor. Além de Martius, que, na Europa, com financiamento do Imperador brasileiro, realizou um grande trabalho sobre a flora brasileira – a "Flora Brasiliensis" –, continuado por Endlicher e Urban, até 1907, resultou em 130 fascículos, 40 tomos, com a descrição de 22767 espécies[viii]; e Auguste Saint-Hillaire, que publicou, depois de sua viagem pelo Brasil, a *Flora Brasilae Meridionalis* , composta de 25 fascículos em 3 volumes, publicada com a colaboração de Jussieu, em Paris, entre 1825 e 1833; foram também bastante citados Pison e Marcgrave, ambos holandeses, que acompanhavam Nassau no Brasil, no tempo colonial. Aliás, os naturalistas que percorreram o Brasil foram largamente utilizados pelo autor. Cabe citar ainda, entre esses, os nomes de Gardner e Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied[ix].

Dentre os nomes que se destacaram na botânica internacional como classificadores encontra-se, com menor número de citações, os de Humboldt, D'Orbigny, Wildenow, De Candolle, Lindley, Bentham, Richard, Endlicher, Bompland, Tournefort, Pohl, Raddi, Jussieu,

Hooker e vários outros. Vale sublinhar ainda as várias referências a Lamarck que foram feitas.

Os dois professores de Coimbra, que iniciaram o Curso de Botânica e Agricultura, tendo como subsídio principal a química, Brotero e Vandelli também aparecem citados.

Dentre o grupo de botânicos brasileiros da época, com quem certamente o autor conviveu, e fala com familiaridade, destacam-se, em primeiro lugar o nome de Luis Riedel, botânico da Comissão Langsdorf que percorreu as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará. Tendo permanecido no país, tornou-se chefe da Seção Botânica do Museu Nacional, entre 1842 e 1861, foi também comissionado da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, dentre as suas poucas publicações encontra-se *Noções elementares de Botânica*, Apêndice do *Manual do Agricultor Brasileiro*, livro organizado por Carlos Augusto Taunay,[x]. *Noções Elementares* é composta por uma lista de classificação de plantas cultivadas no país que guarda muita semelhança com a classificação do dicionário, pois, foi escrita em português numa linguagem simples e fácil, também dedicada à divulgação popular[xi]. Segundo a sua biógrafa, Moema Augel, esse 'Apêndice' foi um dos seus únicos trabalhos publicados pois a maioria permaneceu em forma de manuscrito.

Além dele, outros botânicos bastante citados no documento, deixaram trabalhos inéditos no Brasil. Francisco Freire Alemão de Cisneiros (1797-1874), que foi diretor do Museu Nacional entre 1866 e 1870, deixou um trabalho inédito: 17 volumes de manuscritos com descrições de vegetais silvestres com estampas[xii], que se encontram na Biblioteca Nacional, classificados como *Miscelânea Botânica (1834-1866.* Ele foi eminente membro da Sociedade Vellosiana e diretor do Museu Nacional entre 1866 e 1872, quando morreu. Em 1859, chefiou a Comissão Científica do Ceará e a sua Seção de Botânica. Trabalharam com ele nessa expedição, um sobrinho, Manuel Freire Allemão, que durante muitos anos o auxíliou, tendo falecido pouco tempo depois dele, e o botânico e paisagista, Auguste François Marie Glaziou (1833-1906), que dirigiu o Jardim do Passeio Público do Rio do Janeiro. Este, em 1880, recebeu oficialmente, do Diretor do Museu Nacional, a incumbência

de dar continuidade ao trabalho de classificação das amostras vegetais catalogadas pelos dois Freire Allemão. Em ofício ao Diretor do museu, Glaziou agradeceu a concessão daquele trabalho e anunciou que havia terminado a classificação das plantas coletadas por Freire Allemão, no Ceará. O catálogo dessa viagem foi publicado[xiii].

Outros nomes do Museu Nacional, a quem o autor se refere com familiaridade é o de Emilio Joaquim da Silva Maia, chefe por longo tempo da Seção de Zoologia, e Silva Manso, que trabalhou como naturalista-viajante da mesma intituição.

Surpreendentemente os diretores do Jardim Botânico não foram citados, exceto Frei Leandro do Sacramento, que exerceu sua função de 1829 á 1851, e deixou um catálogo de plantas do Jardim Botânico. Outra a ausência é a do médico e naturalista paraense, Antonio Correa de Lacerda (1777-1852), que trabalhou na Flora Paraense, escrevendo-a em latim, e ao ser admitido como sócio da Sociedade Vellosiana do Rio de Janeiro que em 1851, doou a essa todos os seus manuscritos e a sua biblioteca[xiv]. A mesma ausência é sentida em relação a Ladislau de Sousa Melo Netto, botânico com publicações internacionais, diretor do Museu Nacional entre 1872 e 1893, que também deixou trabalhos inéditos.

Da lista de livros sobre botânica, publicados nesse período em português, e voltados para a agricultura, de modo a vulgarizar as ciências naturais, muitos aparecem citados. Além do Manual do Agricultor, de Taunay, a Flora Fluminense, e as inúmeras revistas médicas como o Auxiliador da Indústria Nacional, a Revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Revista Guanabara, inúmeras publicações da época não foram consideradas pelo autor, muito provavelmente por estarem em preparação: o *Cathecismo de Agricultura* (1870) publicado pelo médico Nicolau Joaquim Moreira, que é, na verdade a publicação, póstuma, de um inédito de Frederico Leopoldo Burlamaqui; o *Dicionário da Botânica Brasileira* (1873) de Joaquim Pinto Almeida (1823-1871), baseado em manuscritos deixados por Manuel de Arruda Câmara (1752-1811); e a *História das Plantas Alimentares e de gozo do Brasil*", em 5 fascículos (1871 a 1884) de Theodoro Peckolt. Dentre essas publicações, somente a de Peckolt apresenta a composição química das plantas na classificação.

A química como subsídio da botânica datava, pelo menos, do início do século XIX, no

Brasil. Além da criação dos jardins botânicos, o Rei pouco depois da sua chegada ao Brasil, em favor das ciências e da prosperidade agrícola do reino, assinou o decreto de criação, em 1812, de uma Diretoria e Curso de Agricultura no Rio de Janeiro[xv]. Tudo indica que esse curso foi implementado por Frei Leandro do Sacramento, num pavilhão do Passeio Público, onde havia também aulas de química ministradas por José Caetano de Barros, no Laboratório do Conde da Barca[xvi]. No Museu Nacional do Rio o laboratório químico foi criado em 1824, pouco tempo depois da criação da instituição, pois era parte das pesquisas em história natural.

Em 1839, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional publicou um artigo chamado *Catecismo de Agricultura*, *este* dizia que a química ensinava a conhecer as diferentes espécies de terrenos, sua necessidade de água, as suas diversas substâncias, etc., cujo resultado era uma maior quantidade e melhor qualidade dos produtos e, a botânica, ensinava a conhecer e classificar todos os gêneros e espécies de vegetais[xvii].

A química, em fins do século XVIII, a partir dos trabalhos do químico sueco Carl Wilhelm Scheele (1742-1786), começou a isolar e determinar a estrutura dos "princípios ativos" dos produtos de origem natural, dotados de propriedades medicinais[xviii]. A fitoquímica do século XIX pode ser caracterizada pela busca do isolamento dos princípios ativos a partir de substâncias vegetais[xix]. Um grupo de produtos naturais que influenciou a história econômica, médica, política e social foi o dos alcalóides, compostos orgânicos nitrogenados, muitos dos quais exercem potentes efeitos fisiológicos sobre os organismos dos mamíferos, constituindo importantes agentes terapêuticos. O primeiro brasileiro a isolar um alcalóide a partir de uma planta brasileira foi Ezequiel Correa dos Santos, que isolou a pereirina em 1838 das cascas do pau-pereira, e esta citado em nosso dicionário.

Dentre os nomes mais citados que se associam à química, destacam-se os de Bernardino Antonio Gomes, que trabalhava com farmacologia, o do médico Vicente Gomes da Silva e o de Joaquim Teixeira Duarte Sampaio, químico. Porém, a galeria de químicos franceses citados não é pequena: Vauquelin, de quem o autor fala com cerimônia dando a impressão

de ter sido seu aluno; Duchesne, Chevallier, Gaudichaud, Thommsdorff, Braconnot, Pelletier, Vogel e Boussingault, os dois últimos várias vezes citados, entre outros.

São muitos os citados, mas muitos também foram excluídos de citação, e a ausência de alguns nomes importantes da botânica e da química brasileira, fazem pensar nas querelas científicas, nas divisões do campo científico e nas disputas entre os seus agentes, naquele momento. Uma das ausências pode ser o nome do autor. O trabalho está em adamento, e quem sabe será uma história de silêncios.

---

[i] J.M.DROUIN, "De Linée à Darwin: Les voyageurs naturalistes" in SERRES, M. (org.), *Élements d'histoire des sciences*, Paris, E. Bordas, pp.320-335 .

[ii] Para se ter uma idéia a Revista da Sociedade Vellosiana publicou classificações botânicas em duas colunas: uma em latim e outra em português.

[iii] DOMINGUES, H. M. B. Ciência um caso de política. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. São Paulo, USP-FFLCH, 1995. Tese de Doutoramento.

[iv] BOURDIEU, P., "Campo intelectual e projeto criador" in *Problemas do Estruturalismo*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965, pp.105-146. Para Bourdieu, o campo científico, ou campo cultural pode ser comparado a um campo magnético, onde os agentes ou sistema de agentes que o compõem podem ser descritos como forças que se dispondo, opondo e compondo, lhe conferem uma estrutura específica num dado momento do tempo

[v] DOMINGUES, op. cit.

[vi]Sobre Arruda Câmara, FERRI, M.G., in AZEVEDO, F., As Ciências no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953, p.158. v.II;

[vii] PORTELA, E.,1999, "Apresentação". Vellozo, J. M. C., *Flora Fluminensis*, Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

[viii] DOMINGUES, op. cit.

[ix] FERRI, M.G., A Botânica no Brasil, Org. AZEVEDO, F. As Ciências no Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1955, Vol II, p. 149.

[x] A expedição Langsdorf partiu em maio de 1824 e percorreu partes do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará, durante oito anos (AUGEL, M.- Ludwig Riedel, viajante alemão no Brasil, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983). TAUNAY, C.A., Manual do Agricultor Brasileiro, Rio, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp., 1939, 2ª edição.

[xi] Domingues, H.M.B., 1995, p.122 a 129.

[xii] F. Venâncio Filho, freire Alemão, R. de Museu Nacional, Agosto/1944, p.22-24.

[xiii] GLAZIOU, A.. F. M., Ofício, 19 de maio de 1880 (Arquivo do Museu Nacional, Pasta 14, Documento 19). Quanto ao restante do trabalho não se apurou até o momento o destino. Os trabalhos da Comissão foram organizados por LAGOS, M.F., Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio, Typ. Universal de Laemmert, 1862.

[xiv] Trabalhos da Sociedade Vellosiana, Biblioteca Guanabarina, p. 99-117.

[xv]Decreto Real de 25 de junho de 1812; Arquivo Nacional, Cx.764.

[xvi] SANTOS, N. P. dos, Laboratório Químico-Prático do Rio de Janeiro: primeira tentativa da química no Brasil. revista Química Nova, Vol. 27, n. 2, 2004, p. 342-438.

[xvii]O artigo tinha sido traduzido pelo Secretário Perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, a partir de uma publicação espanhola de 1826. Esta era a 2a. edição, dizia uma nota, pois, a primeira com uma tiragem de quatro mil exemplares esgotou-se rapidamente (O Auxiliador, **6,7**(1839)34).

[xviii] Substância ou grupo delas, quimicamente caracterizada, cuja ação farmacológica é conhecida e responsável, total ou parcialmente, pelos efeitos terapêuticos do medicamento fitoterápico.

[xix] A fitoquímica pesquisa a composição química das plantas visando isolar e identificar substâncias que possam, ou não apresentar atividade biológica. Palavra formada por dois radicais gregos: *phyton* que significa planta e *therapeuein*, que significa cuidar, curar alguém.

(RE)VIVENDO O CINQÜENTENÁRIO DO IBGE: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES

Nadya Maria Deps Miguel
IBGE

Rejane Rosa do Amaral
UERJ

A decisão de investigar a Exposição do Cinqüentenário do IBGE está fundada na importância das ações gestadas por ocasião da celebração daquele evento e, mais ainda, na relevância das representações sociais geradoras e do uso que se fez delas para além do tempo e do espaço expositivo institucional.

Busca-se no ideário de Gramsci (1991)[1] a compreensão de cultura como um *lugar de síntese* entre as manifestações de contradições e antagonismos que permeiam a vida social e, certamente um *lugar de consenso* que diz respeito à liderança ideológica conquistada entre a maioria da sociedade, formada por um conjunto de valores morais e regras de comportamento. Nesse sentido, as reflexões sobre memória e representações sociais focadas na celebração do cinqüentenário do IBGE permitem que se proceda à valoração da cultura - na visão gramsciana associada à política como elemento de transformação da sociedade e de sua conservação. Nos dizeres de Coutinho (1999)[2], confirma-se que "em Gramsci a hegemonia não é apenas direção política, mas também cultural, isto é, obtenção de consenso para um universo de valores, de normas morais, de regras de conduta".

Com efeito, a Exposição do Cinqüentenário significou a associação entre política e cultura, aquela expressa pela instituição ibgeana, onde organizadores e dirigentes agregam sobre si a responsabilidade pelos planos de ação, e esta, determinando os valores a serem alcançados em função de interesses comuns.

Sabe-se que a história será sempre uma representação do passado, a reconstrução sempre imprecisa e incompleta do que não existe mais. A memória, por sua vez, sendo um fenômeno continuamente atual, é um elo vivido de lembranças vagas que parte do presente para reestruturar o passado, uma memória de valoração de um grupo, comunidade e/ou

sociedade. De certa forma, subsiste a possibilidade de recriar nesse presente volátil e acelerado novos lugares de memória para reviver e evocar o passado.

Em *Representações individuais e representações coletivas*, Durkheim (1970)[3] defendeu o caráter simbólico da memória individual como traço de um complexo social mais amplo, conceito que perdurou durante longo tempo. Uma nova visão surge, entretanto, com Halbwachs (1990)[4], ao demonstrar a institucionalização social da memória, vista como construtora da identidade cultural do grupo, onde um indivíduo só se lembra do seu passado à medida que se coloca sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Mais ainda, Halbwachs enfatiza que tudo o que se lembra do passado faz parte das construções sociais que são realizadas no presente e a Memória Coletiva detém somente o que ainda é vivo na consciência do grupo.

Moraes e Santos (2000, p.102)[5] asseguram que a memória certamente envolve uma forma de expressão "própria dos membros de um coletivo que administra, produz, organiza e atribui sentido às expressões e relações que na história mobilizam grupos sociais". Sendo assim, a memória deve ser vista como uma "expressão partilhada de um modo de compreender e se relacionar no mundo. Portanto, trata-se também de um campo de lutas simbólicas. Dito de outra forma, os campos sociais são múltiplos e desconcentrados, e não podem ser submetidos a uma lógica social única e totalitária, pois na cultura, nas instituições e projetos sociais nem sempre as memórias coexistem de maneira pacífica e/ou conflituosa, constituindo-se uma produção discursiva e simbólica para afirmação de identidades que contribuem para a construção de representações por parte de um determinado grupo ou sociedade.

O conceito sobre representação tem sido (re)elaborado através do pensamento de diversos teóricos, recebendo ao longo do tempo diferentes significados: quer seja entendida como representação coletiva (Durkheim), quer seja vista como representação social (Moscovici)[6], permanecem interpretações conceituais em que a construção da Representação Social implica necessariamente a reconstrução do "real" e o modo de apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação (Silva), e que remetem para a questão

essencial que é saber se as representações produzem sentidos e quais os efeitos da prática sobre os sujeitos.

Ainda, recorrendo ao pensamento de Silva (2000, p. 91)[7], dele se pode concluir que a representação, como qualquer sistema de significação, é uma forma de atribuição de sentido socialmente construído, e como tal, mantém estreita ligação com os sistemas de poder. Desta forma, tomando como referência a celebração do cinqüentenário do IBGE entendido como um campo social em que indivíduos participam de práticas coletivas totalizadoras e de múltiplas determinações, propõe-se identificar o sentido das representações sociais ali existentes, certamente impregnadas de significações e que se pretende sejam desnudadas nesta breve análise.

CINQÜENTENÁRIO DO IBGE

A Exposição do Cinqüentenário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, realizada no Palácio Gustavo Capanema entre 17 e 21 de junho de 1986, constituiu-se um exemplo de celebração, evento que aprofundou a discussão de idéias e pesquisas acerca do passado da Instituição, e colocou em questão a necessidade de introduzir práticas para preservar a memória do órgão.

O Projeto Memória do IBGE corporificou-se através da Resolução n° 59, de 30 de 0utubro de 1985, ato administrativo em que as idéias iniciais apresentam-se organizadas legalmente, adquirindo caráter próprio para a sua sedimentação. Institucionalizado o Projeto cujo objetivo precípuo seria documentar a evolução histórica do IBGE, sua coordenação esteve a cargo da Biblioteca Central do órgão, concretizando-se a intenção primeira de se implantar uma política que preservasse a memória da Instituição e sua trajetória na sociedade brasileira.

O desenvolvimento do Projeto Memória do IBGE comprovou ser sua criação um marco, em que memória e história se entrecruzam. Partindo do presente para reestruturar o passado, os inúmeros desdobramentos do projeto possibilitaram a concretização da exposição comemorativa do cinqüentenário intitulada ***IBGE: 50 anos produzindo informação (1936-1986)*****.** Visava o evento mostrar ao público o desenvolvimento da Instituição e

simultaneamente apresentar ao público os processos utilizados, os produtos elaborados e a participação dos funcionários em cada uma das fases daquela evolução, inseridos nos fatos da história do país do período considerado.

É fato que na Nova República - governo José Sarney -, os funcionários do IBGE viviam a expectativa sobre quem seria o novo presidente da Instituição. Quem quer que fosse indicado, anteriormente havia sido firmado por todos o compromisso que seria assegurada a transparência da nova gestão.

Edmar Lisboa Bacha, nomeado naquele novo momento político nacional presidente do IBGE em 10.05.1985, todavia permaneceria no cargo como dirigente somente até 27.11.1986, período relativamente curto, mais suficiente para consignar sua vinculação em definitivo com o órgão que presidiu: sua gestão coincide com a celebração do cinqüentenário do IBGE. Sua primeira providência, um dia após a posse, foi abrir as dependências do IBGE ao público e à Imprensa - diálogo que se tornaria constante, sinalizando o novo modelo de administração pensado pelo presidente.

> [...] Faço questão de garantir que a nossa gestão jamais deixará de fazer tudo que estiver ao seu alcance para o aprimoramento das condições de trabalho e vida dos funcionários do IBGE. [...] As negociações nem sempre foram amenas. [...] ao assumir a presidência do IBGE, vi se apresentarem duas opções à minha escolha: a primeira seria manter com algumas alterações superficiais as estruturas existentes e [...] o segundo caminho exigia um esforço de transformação do órgão em uma Instituição moderna, ágil, eficiente, transparente, apta a responder os desafios deste final de século e a situar o IBGE na altura do horizonte 2000. [8]

Em 17 de junho de 1986, o então presidente abriu oficialmente a exposição *IBGE: 50 anos produzindo informação,* evento comemorativo do cinqüentenário e do lançamento do Projeto Memória do IBGE, em cerimônia publicada em jornais de grande circulação no país, conforme registro abaixo:

MOSTRA COMEMORA 50 ANOS DO IBGE

> Para comemorar 50 anos de atividade e como lançamento oficial de seu Projeto Memória, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE [...] Em discurso de inauguração, o presidente do IBGE, Edmar Bacha, disse aos quase cem convidados [...] que "a cada passo da evolução do IBGE, mostramos um pouco da história do País". [9]

A organização do evento compreendeu inúmeros passos: a decisão primeira elegeu o espaço do mezanino do Palácio Gustavo Capanema (ex-Palácio da Cultura do Ministério de Educação e Cultura - MEC) como local da exposição, cabendo observar que sua escolha deveu-se ao fato de Mario Augusto Teixeira de Freitas ter sido ocupante do cargo de Diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, formentador de iniciativas essenciais para a criação do IBGE.

Para o estabelecimento do roteiro do evento, vários documentos existentes sobre a instituição serviram de base para as decisões, bem como referência para a pesquisa bibliográfica que resultou em *Publicações editadas pelo IBGE: monografias*. Os itens arrolados nesta publicação foram ordenados por data de edição, na expectativa de que os trabalhos editados pelo órgão retratariam as diretrizes adotadas em cada administração. Em seguida, realizou-se levantamento de fatos da história do país, do século XIX até aquela data, relacionando história, memória e documento.

A pesquisa documental sobre a evolução histórica da instituição mostrou sete grandes fases: antecedentes históricos; período de formação (1934 e 1939); período de consolidação (1940-1949); década de 50; período de 1960 a 1966; primeira fase da Fundação (1967-1972); e a segunda fase da Fundação (1973-1986). Na exposição, essas etapas encontram-se registradas através de fotos em preto e branco e textos considerados indispensáveis à compreensão dos temas relevantes.

Além dos módulos históricos, compostos de painéis fotográficos e textos elucidativos dos acontecimentos retratados, as atividades específicas do evento foram representadas por

publicações, instrumentos de trabalho e outros objetos, dispostos em vitrines e outros locais da exposição. Objetos representativos dos diferentes setores do IBGE foram também expostos, cedidos pelas respectivas unidades tais como cartografia, informática etc., além de algumas publicações do acervo de obras raras da Biblioteca Central. A apresentação desse conjunto de peças que compõem a diversidade do acervo da Instituição ofereceu oportunidade de se mostrar a amplitude dos produtos desenvolvidos no presente e aqueles que se acumularam ao longo do tempo.

A Associação dos Servidores do IBGE se fez representar na mostra apresentando os desenhos de Percy Lau, servidor do órgão e ilustrador dos tipos e aspectos do Brasil nas inúmeras publicações da Instituição. Fez parte ainda do evento a sonorização do ambiente, constando de uma audição contínua da música *O Recenseamento,* de Assis Valente, na voz de Carmem Miranda, samba utilizado como propaganda do Censo Demográfico de 1940. A seleção do fundo musical reforça o caráter de brasilidade presente na mostra, haja vista estar a Instituição voltada para retratar o país e, de certa forma, ficou ali consignada a intenção de evocar a memória dos censos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atribuição de sentidos que se procurou dar à Celebração ao longo da análise aponta uma multiplicidade de significados que extrapolam a simples proposta desta investigação. Todavia, indicativos outros corroboram para a prevalência de valores, uns já existentes, outros que vão sendo incorporados, já agora sob a influência do Projeto Memória Institucional, ganhando força à medida que se distanciam no tempo. O espaço físico em que transcorreu a Exposição comporta outros espaços simbólicos, excedendo a expectativa inicial e motivos que deram origem à sua criação.

O espaço público institucional onde se realizou esse momento significativo e fundador do Projeto Memória oferecido pela Exposição do Cinqüentenário, abriu campo único de negociações para (re)elaborações de novas concepções e, de certa maneira, mostrou o *locus* de atribuição de sentidos que emanam das Representações Sociais ali constituídas. A expressão *(re)construir a memória* não só se incorporou ao cotidiano da instituição como

também, corporificou-se com a criação de um ambiente específico em que ideais já estabelecidos e idéias novas se voltaram para preservar e disseminar a história da comunidade ibgeana.

A importância das Representações Sociais expressas pelos acontecimentos que marcaram as comemorações do cinqüentenário possibilitaram observações: todo o IBGE esteve profundamente envolvido no processo de planejamento e montagem da Exposição do Cinqüentenário; permitiu prosseguir com o Projeto Memória com o intuito de reunir documentos dispersos para a formação da memória institucional; divulgou a cultura e o pensamento geocientífico da Instituição, reafirmando a idéia desde há muito presente de se fazer conhecer o Brasil; marcou uma nova fase de transformações na cultura política do órgão, acompanhando as renovações transcorridas na própria sociedade; e ofereceu oportunidade de evocar os vultos do passado recente, pioneiros que contribuíram para a formação do ideário ibgeano.

Finalmente, o que restou daquele momento histórico em que se transformou a Exposição? Certamente seu propósito primordial foi alcançado, posto que as suas práticas frutificaram e permanecem inscritas na memória social da comunidade ibgeana hoje. Do evento, pode-se dizer que o passado, (re)vivido na memória, possibilita melhor compreender o presente e lançar um novo olhar para o futuro.

---

[1] GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 28.

[2] COUTINHO, Nelson. O pensador hegemônico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 nov. 1999. Disponível em: http://www.artnet.com.br/grmsci/arquiv114.htm. Acesso em: 3 jan. 2004.

[3] DURKHEIM, Emile. Representações individuais e representações coletivas. In: *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970. p. 13-42.

[4] HALBHWACS, M. *Memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1990.

[5] MORAES, Nilson Alves; SANTOS, Ricardo Augusto dos. A construção da identidade nacional a educação higiênica nos anos 20. In: LEMOS, Maria Teresa T. B.; MORAES, N. A (orgs.). *Memória, identidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 99-107.

[6] MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

[7] SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.73-102.

[8] O IBGE no horizonte 2000. *NOVA IMAGEM*: Revista Interna do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, n° 5, p. 13, 1986.

[9] MOSTRA comemora 50 anos do IBGE. *ÚLTIMA HORA*, São Paulo, p. 3, 18.jun.1986.

Honras e Virtudes Cativas:
pensando dignidades e distinções no universo dos indivíduos sem liberdade.

Nancy Rita Sento Sé de Assis – UNEB-V/PPG-UFF

Pesquisando o *Almanach do Diário de Notícias da Bahia*, de 1881, deparei-me com a intrigante figura do mulato Caim, personagem então inscrita na memória de um anônimo escritor baiano. Intitulada "*Um baiano de sangue real. O mulato Caim*", a matéria, confrontada com outras fontes de que dispúnhamos, reforçava a nossa hipótese de que entre os indivíduos escravizados e/ou egressos do cativeiro desenvolveram-se, particularmente ao longo do século XIX, variadas formas de distinção e afirmação de dignidade, baseadas em noções de honra e virtude informadas não só pelo corolário ideológico dos segmentos sociais dominantes, como pelos hábitos, símbolos e emblemas que, junto com os africanos, também atravessaram o Atlântico. É o que tentaremos demonstrar nessa comunicação, a partir de uma breve análise bibliográfica e da interpretação de notícias de jornais e processos-crime, julgados na comarca de Cachoeira, situada no Recôncavo Baiano.

O mulato Caim, "*ao qual ninguém conseguiu varrer da mente a idéia extravagante de ser oriundo de estirpe real*"[1], nos fez ainda refletir sobre quantos não teriam sido os antecessores e contemporâneos do nosso conhecido *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo*, o popular alferes baiano, batizado Cândido da Fonseca Galvão, legítimo descendente do poderoso Alafin Abiodun.[2] Talvez por ter vivido numa época em que a imprensa na Bahia era ainda muito incipiente, talvez pela reivindicação descabida, ao contrário das imagens que as notícias, retratos e caricaturas da Corte nos deixaram de *Dom Obá*, este foi o único rastro que encontramos do mulato Caim. Um rastro de memória a nos contar que ele chegara mesmo a partir para Lisboa "*no intuito de obter as prerrogativas e privilégios, a que tinha jus pelo berço*." Ainda segundo o relato, as cortes portuguesas trataram de despachar o importuno "*parente*", fazendo-o regressar à Bahia munido de recomendações para Francisco da Cunha Menezes,

então governador da província. Caim foi recebido em audiência pelo Governador que, julgando "*que nenhum mal podia advir em satisfazer à mania de Caim, permitiu-lhe que usasse de chapéu agaloado e espada a Cinta*."[3]

Afirmar-se descendente de estirpe nobre, enquanto estratégia de distinção social, não foi um expediente incomum entre os indivíduos escravizados, ameaçados pelo ou remanescentes do cativeiro no Brasil. Embora a insistente referência à cor de Caim não nos autorize assegurar que ele tenha vivido quaisquer experiências de cativeiro, tal "expediente literário" pareceu-nos querer avivar, na memória dos leitores daquele ano de 1881, o fato de que a relação de Caim com o mundo dos negros teria sido muito próxima, mesmo muito íntima. O interesse por Caim, depois de tantos anos – o fato narrado/lembrado teriam ocorrido entre os anos de 1802 e 1805 – decorreu de uma polêmica em torno de um soneto, cuja autoria também se atribuía ao "príncipe mulato". Caim seria, portanto, além de nobre, letrado. Curiosa polêmica, se levarmos em consideração as fartas evidências de que a possibilidade de distinção aberta pelo domínio da escrita e da leitura não foi, no século XIX, uma miragem de "maníacos" pobres e/ou escravizados.

Nem sempre delirantes ou alusivas às realezas européias, as referências acionadas pelos homens de cor do Brasil oitocentista, para construir as suas próprias identidades de distinção, costumavam remontar, como aliás no próprio *Dom Obá II*, às suas raízes africanas, afirmando-se príncipes em "pequenas Áfricas" recriadas.[4] Vale ressaltar que o fato de algumas daquelas identidades distintivas serem reconhecidas entre os africanos e seus descendentes, principalmente no âmbito das lideranças rebeldes e/ou religiosas, torna irrelevante para a nossa discussão o questionamento da natureza lendária, imaginária ou real delas.

Alguns exemplos por nós selecionados demonstram que, buscando se impor enquanto identidade, individual ou coletiva, positivamente distinta, tanto entre os seus iguais como perante seus superiores, escravos e ex-escravos construíram, inventaram e reiventaram seus próprios arquétipos, mas também se apropriaram das mesmas noções de homem honrado e

mulher virtuosa que circulavam pelos demais segmentos da sociedade imperial escravista. Assim, quer fossem elas resultantes de conceitos culturalmente construídos em torno de lembranças e heranças atlânticas ancestrais, quer estivessem informadas pelas idéias da violência/virilidade masculina e da submissão/fidelidade feminina, noções de honra e virtude, ordinariamente associadas ao cotidiano e às sociabilidades das casas-grandes e sobrados, também influenciaram a vida, os amores, as famílias e as sociabilidades das senzalas, dos eitos, ruas e mocambos brasileiros.

Em estudo sobre a invasão de um candomblé, ocorrida em 1829, em Salvador, Reis argumenta que, alguns anos antes, em 1814, "*os escravos rebeldes das armações de pesca de Itapoã teriam sido liderados, segundo os autos da devassa, pelo 'presidente das danças de sua nação, protetor e agente delas'.*"[5] O imbricamento entre religião, festa e política de rebeldia, presente na análise do autor, parece-nos bastante pertinente, não só porque a festa religiosa estaria associada à quebra da ordem , mas, sobretudo, pelo fato de, na sua organização hierarquizada, os candomblés produzirem individualidades negras, cujas distinção, honra e liderança eram legitimadas entre livres, libertos e escravos. A presença de um grande número de não africanos entre os *jejes* do candomblé invadido, leva-o a afirmar que "*naquele movimento de absorção de gente nova, que implicava em recriação de signos culturais, o candomblé ensinava a seus adeptos que a fidelidade às tradições da África podia conviver com o espírito de mudança no Novo Mundo. Era o que poderíamos chamar de reinvenção da tradição*."[6] Conclui Reis.

Em estudo de um outro episódio de conflito, este de maior proporção e repercussão, o *levante dos malês*, o mesmo autor credita a adesão africana ao islamismo a uma "*busca de canais de solidariedade na crise, de segurança espiritual e possivelmente de mobilidade e prestígio social no interior da própria comunidade de africanos*", considerando em sua análise que "*aparentemente era honroso o título de malê*."[7] Mas é a decisão da hora da guerra que nos informa sobre esse "sentimento de honra malê", porque entre os motivos da sua precipitação

estava o orgulho ferido daquela comunidade islâmica, aviltada pela "*prisão (...) do alufá Pacífico Licutan por motivos alheios à revolta*" e, quase na mesma época, pela "*prisão e humilhação pública de outro importantíssimo mestre, ahuna*."[8]

As manifestações de origem e pertencimento africanos não se verificavam apenas ao amparo das coletividades solidarizadas, como era o caso das comunidades religiosas citadas acima. Como estratégia de intimidação ou, o que nos parece mais razoável, apenas como mecanismo de individualização, identidade e afirmação de pertencimento, variados símbolos, emblemas e sinais corporais eram orgulhosamente exibidos por muitos escravos africanos da Bahia. O escravo nagô Tito, por exemplo, era identificado, em 1854, pelo hábito de usar um "*guarda sol verde com beira encarnada*", indicando, por esse modo, pertencer à elite de sua nação. Benedito, escravo africano que usava típicos anéis que sinalizavam a sua filiação à religião muçulmana, trazia também como marcas de sua nação "*três cortes em cada lado da cara*". Marcas, aliás, bem conhecidas entre os brancos livres, pois, num outro anúncio de procura de escravo, o proprietário limita-se a informar que seu escravo "*de nome Izaac, nação Ussá*", Trazia na "*cara bonita*" os "*sinais próprios de sua nação*".[9] Tal informação parecia bastar para que caçadores de escravos profissionais e as pessoas em geral identificassem Izaac pelos sinais que ele trazia no rosto, levando-nos a inferir serem estes últimos bastante conhecidos pela sociedade, cuja população saberia distinguir ussás de nagôs, jejes de angolas e outras tantas nações das quais procediam os africanos escravizados, porque tratavam-se certamente de sinais inscritos na cultura e na paisagem da Bahia oitocentista.

Em nossa pesquisa, especificamente, destacamos as manifestações e tentativas individuais e cotidianas de distinção honrosa. Demandas, aliás, reconhecidas pelos setores dominantes que afirmavam existir entre os africanos estímulos que os moviam contra senhores e brancos em geral, porque aqueles os consideravam "*como inimigos irreconciliáveis e êmulos, que os priva[va] da primazia a que aspira[vam]*".[10] Embora fosse comum a todos os escravos, os africanos aparecem em maior número entre os que resistiam aos castigos corporais e às

interferências em suas vidas pessoais e amorosas. Em 1852, três africanos, um dos quais escravo-feitor, mataram o seu senhor. Cada um alegando um motivo diferente, mas todos pontuando que o senhor era mau e exagerado nos castigos. Um deles, Jacinto, procurara parceiros para matar o seu senhor "*em razão de haver este vendido para Maragogipe uma escrava sua parceira*".[11]

No campo amoroso, tanto quanto os homens livres, os escravizados também reivindicavam reconhecimento do seu status de maridos e amásios pelos outros homens e fidelidade de suas mulheres, estando a transgressão dessas regras e valores, tão disseminados na sociedade geral, no centro de muitos conflitos entre escravos crioulos, homens livres e mulheres livres e escravas. Bem ao moldo dos escândalos e crimes passionais que marcaram as elites baianas oitocentistas,[12] os escravos também não admitiam que a sua honra fosse afrontada pela recusa e/ou desprezo da mulher amada. A escrava negra Victoriana, por exemplo, foi vítima dos ciúmes de um seu ex-parceiro, o também escravo Luiz, em 1868. Fugido do seu senhor, provavelmente para ficar mais perto de sua amada, Luiz acabaria por matá-la, segundo as testemunhas, por ciúmes de Victoriana porque esta andava se relacionando com o escravo Francisco.[13] Tais exemplos se encontram às dezenas nos processos e notícias do século XIX, mas é necessário ressaltar que tal comportamento já se verificava no período colonial, como demonstra Schwartz com o caso do escravo negro João, posto à venda por sua senhora, sob a alegação de "*que a esposa de João, também negra, dera à luz uma criança mulata, prova de infidelidade, e que o marido, furioso, tentara matar a esposa*".[14]

Contraface da honra, a virtude entre os escravos, igualmente referida ao elemento feminino, podia ver-se ameaçada desde o momento da compra, quando as moças e mulheres eram submetidas às mais aviltantes avaliações, especialmente se fossem belas e "*bem formadas de corpo*". Bittencourt registrou em suas memórias que "*assisti[u] então à cena repugnante da avaliação dos escravos (...). Se era alguma rapariga bonita, cochichavam entre*

si apreciações bem contrárias à moral, o que dava motivo à hilaridade de todos".[15] A possibilidade das escravas servirem sexualmente aos senhores era explicitamente colocada por vendedores e compradores, conforme podemos perceber nos anúncios que nos jornais ressaltavam a beleza, firmeza de corpo e asseio das meninas e mulheres postas à venda. Por outro lado, também havia demanda no mercado por escravas virtuosas, como podemos perceber num anúncio de 1861 anunciando a venda de "*três excelentes pardinhas, ótimas para mucamas, por terem sido criadas no rigor da moral, com zelo e recato, e só serão vendidas para casa de família, sendo uma de 16 anos, outra de 15 e outra de 11*".[16]

Muitas escravas resistiam ao assédio de seus senhores e pretendentes indesejados. Algumas histórias mostram que a vida sexual das escravas era também orientada por suas próprias escolhas, tivessem ou não essas escolhas implicações morais. Maria de Tal, escrava de Pedro João dos Santos, por exemplo, foi assassinada a golpes de foice por Manoel Anacleto, escravo de João Almeida, "*por não querer ceder aos seus desígnios*".[17] Embora Anacleto tenha sido condenado à pena de 400 açoites e a levar um ferro ao pescoço por um ano, o discurso produzido pela justiça silencia sobre a possibilidade de Maria ter tentado com sua veemente recusa preservar sua virtude e/ou virgindade.

Já na segunda metade do século XIX, as mudanças em curso também atingiriam a autoridade senhorial escravista não se admitindo, senão como uma indignidade, que os senhores usassem de suas prerrogativas de proprietários para satisfazer nos corpos de mulheres escravizadas seus apetites e taras sexuais. Nesse sentido, os homens e mulheres escravos souberam beneficiar-se juridicamente do processo de deslocamento do discurso da esfera religiosa para o âmbito moral, porque se em 1820 defendia-se a escrava das garras da libido senhorial no intuito de, assim, "[tirar] *a ocasião do pecado*", em 1866, denunciava-se "*que a triste e mesquinha condição a que é reduzida a escrava não a deve degradar ante a sociedade, a ponto de negar-se-lhe a desafronta e reparação pela ofensa à virgindade, à honestidade, ou pela violência libidinosa*".[18]

A defesa do direito dos escravos à desafronta moral não ficaria restrita ao campo sexual e afetivo. O respeitado jurista Carlos Frederico Marques Perdigão denunciava, num longo ensaio publicado em 1874, a pena infamante dos açoites, admitindo que esta pena feria a honra daqueles que a sofriam.[19] Ora, sendo esta uma pena aplicável exclusivamente ao elemento cativo, inferimos de sua argumentação que Marques Perdigão admitia que os escravos teriam sentimentos de honra e, mais, que estes deveriam ser legalmente resguardados, por meio da supressão da pena dos açoites, o que só ocorreria pela lei de 1886, revogando o artigo 60 do Código Criminal e a lei de 1835, que instituíam a pena de castigos físicos para os escravos criminosos.

Seria a lei de 1871, no entanto, que, instituindo a liberdade do ventre escravo, precipitaria dezenas de ações de liberdade pelo Império afora, nas quais colocava-se em cheque o "direito" senhorial de violentar, coagir ou seduzir sexual e moralmente as mulheres e homens escravizados. Nos muitos arrazoados das apelações, pode-se perceber nas linhas e entre linhas sinais de um novo tempo, tempo de desarticulação da dominação senhorial que denunciava as imoralidades da escravidão, imputando àquele sistema de dominação, e não mais à natureza e índoles escravas, a ausência de honra e virtude na sociedade imperial brasileira.

---

[1] BPEB – SPR . *Almanach do Diário de Notícias da Bahia para o Anno de 1881*, p. 114.
[2] Presença constante das páginas dos jornais da Corte na segunda metade do século XIX, retratado por reconhecidos artistas do seu tempo e citado por vários estudiosos da cultura brasileira, o estudo da personalidade fascinante de Dom Oba II resultou na publicação de Silva, Eduardo. *Dom Oba d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
[3] BPEB – SPR. *Almanach do Diário de Notícias da Bahia para o Anno de 1881*, p. 114.
[4] Silva, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 81.
[5] Reis, João José. Nas malhas do poder escravista: a invasão do Candomblé do Accú. In Reis, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito:a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 41.

[6] *Idem*, p. 47.
[7] Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês, 1835*. 2 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 138-139.
[8] *Idem*, p, 140.
[9] Os anúncios publicados no *Jornal da Bahia* de 31/05/1854, 29/01/1858 e 09/01/1854 encontram-se em Verger, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4 Ed. Salvador: Corrupio, 2002, pp. 536-37.
[10] BPEB – SPR. *Jornal da sociedade de agricultura, comércio e indústria da Província da Bahia*, 15/05/1835, pp. 644-45.
[11] APEB – Processo crime de homicídio. Cachoeira, 1852. Cx.:683; doc.: 8. Depoimento de Sinfrônio, africano, mais ou menos 35 anos, escravo, solteiro, feitor, analfabeto. Os outros réus envolvidos são: Pio, africano, mais ou menos 40 anos, escravo, solteiro, analfabeto e Jacinto, africano, mais ou menos 40 anos, escravo, solteiro, natural de Ibá, analfabeto.
[12] Entre os mais lembrados podemos citar o assassinato de Júlia Fetal pelo ex-noivo, o professor João Estanislau Lisboa, em 1847, que marcou a sociedade. Sobre o assunto ver: Calmon, Pedro. *A bala de ouro. História de um crime romântico*. 2 ed. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia/Academia de letras da Bahia, 1998.
[13] APEB – Processo crime de homicídio. Cachoeira, 1869. Cx.: 395; doc.: 19. A informação de que Luiz já havia sido parceiro de Victoriana, sugere que pertencera antes ao mesmo senhor desta, Joaquim Gomes da Conceição, que o vendera para Pedro Alexandrino Ferreira.
[14] Schwartz, Stuart B. *Segredos internos:engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 316.
[15] Bittencourt, Anna Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 30. (Vol. 2. Infância e Juventude).
[16] APEB – *Jornal da Bahia*, de 12/09/1861, p. 1.
[17] APEB – Processo crime de homicídio. Cachoeira, 1858. Cx.: 536; doc.: 10.
[18] Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Apud Pena, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001, p. 241.
[19] Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras. *Gazeta Jurídica*, 05/07/1874, pp. 441-46. (Ano II, vol. IV, nº 79).

DE CONFLITO ARMADO A AIDS, VISÃO FEMININA DE RONIT MATALON

Nancy Rozenchan – USP

Em se tratando da literatura hebraica, e dado o título desta comunicação, torna-se dispensável esclarecer de que conflito se trata. Alguns dados básicos sobre Ronit Matalon e traços históricos servirão para apontar certos elementos desta fala. Em primeiro lugar, Matalon, escritora de sucesso, nascida em 1959, em Israel, filha de uma família proveniente do Egito, formada em literatura e filosofia, atua como jornalista, autora de dois romances apenas, uma coletânea de contos e um livro infantil. Já no primeiro romance, *O que está voltado para nós*, de1995, traduzido para várias línguas, obteve grande repercussão. Aqui o enfoque será no segundo romance, *Sara Sara*, de 2000, e que, na versão em inglês, se chama *Bliss*, publicado em 2003. No pano de fundo de parte do enredo que é construído em dois focos, ecos da Intifada, que não é abordada de forma direta. Esta luta dos palestinos que, na etapa atual já tem seis anos, é fator preponderante na vida israelense.

É de conhecimento comum que a literatura é, algumas vezes, lenta em responder a eventos políticos ou mesmo catastróficos e, quando é rápida em fazê-lo, a resposta pode ser plana, achatada, muito política e, com freqüência, melhor colocada sob a rubrica de cultura popular do que de uma literatura de elite canônica. É preciso avaliar como a literatura reage a uma situação política que segue em processo continuado, quando os seus escritores o declaram como catastrófico ou, ao menos, desastroso.

À nossa grande distância soa estranho que questão tão complexa e dolorosa para ambos os lados não tenha se refletido de forma intensa e marcante na literatura hebraica. A penetração deste tema na literatura, sempre de forma indireta e no pano de fundo apenas, foi muito lenta. Levando em conta somente autores muito conhecidos, verifica-se que escritoras aparentemente têm se furtado menos a este assunto. Em tradução ao português, o tema somente apareceu em *Partes Humanas*, de Orly Castel-Bloom, publicado em 2004. No livro de Matalon, ele também está presente, porém em nenhum dos dois casos é tema central ou da linha de frente, ainda que os afete muito. A história das mulheres, seu modo

de ser, são o assunto principal ante a estrutura bastante complexa da sociedade israelense contemporânea. Para entendê-la e às tramas de Matalon, o conhecimento de alguns traços históricos é essencial.

O sionismo, movimento que propugnou a volta e estabelecimento dos judeus no antigo solo bíblico, procurou construir em Israel no século XX uma cultura judaica nova e uniforme. A população judaica, proveniente de diversas partes do mundo, com traços culturais por vezes diametralmente opostos, foi instada a unificar-se segundo o modelo de um cadinho particularmente efetivo e opressor, sendo que os elementos fundamentais que guiaram a cultura hegemônica do país durante várias décadas do século passado foram que Israel é a nação-estado do povo judeu e que este deve ser secular, moderno, ocidental, e praticar uma rígida ética fundamentada na tradição bíblica e obras posteriores. Esta hegemonia começou a perder força na década de 70, depois da Guerra dos Seis Dias, em que as dimensões do país se ampliaram abrangendo uma grande população árabe. Esta guerra e respectivas conseqüências levariam a crises e reavaliações sobre a moralidade de ações derivadas dela. Ocorreram mudanças fundamentais na condução política do país e ele tornou-se um estado multicultural que, desde então, enfrentou disputas culturais multidimensionais. Para esclarecer isto convém mencionar, por exemplo, como o historiador Baruch Kimmerling identifica esta sociedade, discernindo sete grupos culturais que compõem a população israelense: a classe média secular, o grupo nacional-religioso, o grupo ultra-ortodoxo, o grupo sefardita tradicionalista, a comunidade árabe israelense que pode ser muçulmana, cristã ou drusa, os imigrantes da antiga União Soviética e os etíopes, ao lado de uma população árabe nos territórios ocupados.

Quando a hegemonia do grupo secular judaico da classe média acabou, esta camada perdeu o seu papel monopolizador de construtor do padrão da cultura israelense e a predominância de determinar as regras do jogo de acordo com as quais o governo devia se conduzir. Pode-se falar hoje de uma situação de setorialismo em que as opiniões e situações são cambiantes dentro de cada grupo e, é lógico, divergente em relação às grandes questões do país.

Na transição da hegemonia para o multiculturalismo, os grupos que antes estavam colocados nas margens da sociedade israelense, adquiriram novas forças, o equilíbrio nas relações entre as diversas facções tornou-se cambiante e, ainda, os grupos, menos estanques. É interessante frisar, em que pesem todas as mudanças, que é ainda é uma classe média secular que traça as diretrizes da economia, mídia e da academia. No livro de Matalon, em que várias destas idiossincrasias estão presentes, elas se defrontam ante dois pólos diferentes da violência do mundo contemporâneo: aquele representado pela Intifada e o que tem na Aids a sua forma de expressão.

O romance *Sara Sara* de Ronit Matalon é elaborado por meio de muitas camadas e assuntos, todos muito bem desenvolvidos; encontra-se nele uma camada psicológico-pessoal, uma social-política e uma filosófico-teológica.

Na camada psicológica, é um romance de dois amores e duas despedidas, uma é a história de amor de Ofri, personagem narradora do romance, e Sara, a fotógrafa e ativista de esquerda. Esta relação de amor se estende por vinte anos, desde a adolescência, e aparentemente chega ao fim no final do enredo. É também a história de amor de Sara e de Marwan, um jovem árabe de Shfar'am, e a história do casamento dela com Udi, um jovem israelense. Todas estas relações avançam em direção a um ponto de crise que é o fim do romance e o seu início, já que ele é narrado em flash-backs. Deve-se acrescentar, para fins de identificação, que a família de Sara é ashquenasita, goza de posição econômico-social cômoda, e Ofri é sefardita, com nível sócio-econômico mais baixo.

Na camada social, a história de Sara transcorre em sua maior parte sobre um pano de fundo de Tel Aviv, e estende-se dos anos 80 até metade dos anos 90, o período da Intifada e início das negociações de paz. Sara trabalha como fotógrafa em um jornal e também faz fotografias particulares que acumula em um arquivo, em que se destacam fotos de figuras dormindo em Gaza; ela entra em contato diário com palestinos e então pode retransmitir os horrores da ocupação. Pelas fotografias ela tenta encontrar alguma verdade, mas não as expõe. Talvez sejam elas que a representem e indiquem a busca preocupada que faz no decorrer do romance. Sara, a história do seu casamento e maternidade

representam também uma parcela da população israelense, de jovens, de esquerda, laicos. A outra parte do romance centra-se na parcela francesa da família de Ofri. A narrativa é feita na voz de Ofri, a parte menos representativa dentre as duas mulheres, que justamente pela sua posição não-predominante, está mais disponível para retornar aos diversos eventos, repeti-los na tentativa de procurar entendê-los.

Na camada psicológico-pessoal sobressaem-se os gêneros de identidade sexual na história das mulheres, e em especial da narradora, Ofri, cujo amor e dedicação a Sara dão a idéia de um amor lésbico, mesmo que reprimido, e do primo de Ofri, Michel, homossexual declarado, que morreu de Aids. Tanto a discussão sobre a identidade sexual de Michel e como a de Ofri trazem à mente uma busca de identidade e sentido que extrapolam a própria questão sexual.

Michel pertence ao ramo francês da família de Ofri, originária em parte do Egito; a história desta família francês-judaica ocupa um lugar central e importante no romance. Ofri e a mãe viajam para o enterro de Michel, e o que acontece no enterro e após ele, na casa da família numa cidadezinha francesa, é descrito em detalhes. Se lêssemos a história apenas como um relato de dois amores e duas separações, o trecho francês poderia representar uma espécie de elemento estranho no romance; porém, quando se examina *Sara Sara* como um livro que se ocupa da situação do judaísmo atual, em Israel e fora dele, em particular ante as violências com que é obrigado a se confrontar, não resta dúvida sobre a integralidade e importância da cena francesa no romance.

Há ainda a história do amor obsessivo de Sara por Marwan que representa um pouco algo da crítica ao amor cego, por vezes, de gente da esquerda em Israel pelos árabes que vivem entre eles, em particular ante os eventos da Intifada. Sara está atraída por Marwan de forma muito intensa. O rapaz, convenientemente bem mais jovem, indício claro do tipo de relacionamento desnivelado sugerido, semelhante ao nível público de relações israelense-palestinos, uma materialização erótica do conflito entre os dois povos, de sua parte, não é capaz de apreciar este amor. Submete-se a ele e, simultaneamente, teme-o e o rejeita. Nesta história de amor de Sara e Marwan, Ronit Matalon coloca em prova crítica a

romantização do personagem do árabe, freqüente na esquerda israelense, e uma indecisão característica dos árabes israelenses e os palestinos em sua desvinculação com a realidade; Marwan, chamado no livro de "o menino", é um estudante jovem e confuso, que se torna ator fracassado de teatro e, em continuidade, um político local sem importância.

Uma outra vertente do mundo judaico atual, a que se espalha por muitos países, também está presente no romance. Há uma posição crítica também na cena francesa, ao se reunirem os membros da família de Ofri para o enterro de Michel, que é uma sátira filosófico-teológica. Michel, que morreu de Aids, pede no testamento que o seu corpo seja cremado na presença de um rabino ortodoxo e que as cinzas sejam espalhadas na natureza. Naturalmente nenhum rabino assim concorda em realizar a cerimônia contrária aos princípios básicos do judaísmo, e mesmo o rabino reformista que vem não permanece nela até o fim. O pai de Michel, Henry, judeu laico sobrevivente da Shoá da II Guerra, tenta cumprir alguns preceitos de luto judaico tradicional. Ante o fato da morte, judeus laicos tentam se vincular de alguma forma ao legado ou à tradição judaica. Mas sequer conseguem cumprir os preceitos. Por exemplo, os ovos duros que devem ser consumidos pelos enlutados como expressão do hábito judaico de comer alimentos redondos, nestas circunstâncias são devorados às escondidas por um primo faminto. E, em geral, destaca-se a ocupação intensiva, quase obsessiva com comida, com o alimentar, na tentativa de encher e encher-se. Estas tentativas não dão certo e são aqui apresentadas sob uma luz satírica, engraçada e dolorosa. Este mesmo tom domina um motivo fortuito relacionado à morte de Michel: não é a Aids que é abordada, nem é o companheiro que o infectou, o homossexualismo que aproximou os dois homens não é tratado; o foco volta-se para a gata Lilly, que o contaminou com uma doença felina, e é contra ela que acaba se voltando a ira de um primo que a mata de forma cruel e violenta, com a presença e a conivência da narradora, na penúltima página do livro. A última frase, poucas linhas depois, aparentemente sem ligação com tudo, mas, sem dúvida, reveladora e conclusiva em relação aos dois universos judaicos e, principalmente, com o israelense, é a informação de que Rabin, o primeiro-ministro, havia sido morto. As duas mortes estúpidas, em que as duas

vítimas, a gata e Rabin, não são as responsáveis principais pelas situações de violência e catástrofe que servem de pano de fundo às duas partes do enredo, a Intifada e a Aids, equiparam a cegueira com que ambas as situações são referidas pelos respectivos actantes.

Realmente, é possível ler nesta parte do romance uma descrição da perplexidade espiritual e prática de judeus de diversos tipos de nossa época, uma perplexidade e confusão cuja origem está na perda de relação com o legado judaico e na incapacidade de enxergar as verdadeiras causas que levaram às degenerescências das respectivas situações. Na esteira disto, o amor entre pessoas é apontado como passageiro, como testemunham as descrições dos relacionamentos que se desfazem no livro: os vinte anos de amizade entre Ofri, a narradora, e Sara, o relacionamento de Sara e Marwan e o casamento de Sara e Udi.

O enredo francês e o enredo israelense parecem paralelos: o francês apresenta a dimensão particular, privada, da família, e o israelense, a política, e ambos juntos mapeiam a morte e a violência das perspectivas paralelas e se completam. E daqui, é possível continuar e tecer esta estrutura análoga e mostrar como o próprio enredo francês acompanha a história particular da família com a história nacional judaica e, de forma semelhante a isto, também o enredo israelense pode ser desmembrado em dois componentes paralelos: a família israelense de Tel Aviv que está se desfazendo, é um paralelo ao esfacelamento moral da sociedade israelense no período da Intifada.

E daqui há somente um passo para o mecanismo narrativo ramificado que faz uso da estrutura paralela do individual e do político, do particular e o público, a fim de situar nela os personagens que atuam como representantes pessoais de identidades sociais: o contraste entre a família israelense e a família judaica é como um contraste entre Israel e a diáspora. Parece que todo este esquema espiritual e político deve propor uma rede narrativa com cuja ajuda estão documentados os dilemas morais que a realidade israelense desperta enquanto na realidade diaspórica a degeneração parece gerada por fatos que absolutamente estão desvinculados da vontade humana.

Tudo isto realmente existe no romance e goza, na pena de Matalon, de uma formulação brilhante e consolidada, que estabelece estruturas exatas e ramificadas, como, por exemplo, a estrutura simétrica dos triângulos românticos que de modo paralelo conseguem, por exemplo, formular com muita exatidão a identidade das relações entre Ofri e Sara como um sistema indefinido entre heterossexualidade e lesbianismo, indefinido, mas ao mesmo tempo exato; atenta a toda nuance sem se prender em estruturas pré-fixadas de sexualidade.

Matalon colocou no romance uma estrutura literária sem precedentes na literatura israelense, de confronto com a obsessão das identidades que acompanha esta escrita há muitos anos a partir da tentativa de liberar o tratamento da dinâmica de identidades da questão da localização étnica, nacional, sexual, de gênero e de classe, além de uma compreensão profunda, que proponha uma anatomia exata dos caminhos em que o conflituoso e o violento particular e íntimo se transforma em uma questão geral, pública. O romance alinha um olhar em direção a este ponto de ligação entre o particular e o público. Aparentemente, a violência geral retorna e é apresentada como um sintoma, testemunho, de algo profundo,

A violência é o momento em que as pessoas não têm mais força para olhar para o próximo, de prestar atenção para a sua localização muito exata, chamá-lo na sua diversidade muito específica, e assumir responsabilidade. Este é um romance que expressa um protesto moral e político, mas de modo algum não facilita para si o trabalho com a ajuda de uma descrição da situação política e moral apoiando-se num mapeamento nítido de quem está contra quem, quem merece e quem não, quem oprime e quem é oprimido, quem é mau e quem é bom, quem tem autoridade para julgar e quem não. Ao invés, o romance avalia repetidamente uma formulação exata, de como é que isto ocorre, aponta tropeços, abandono da moralidade, as cegueiras durante as quais irrompe a violência como uma espécie de solução para a relação entre pessoas.

Assim é também o golpe da Aids. Em oposição à aparência que pode, por paralelismo, apresentar a Aids como uma metáfora ampla para a brutalidade geral em que

vivemos, o romance sugere pela voz de Ofri um detalhamento do contato físico de Michel com seu companheiro, um contato sexual que abrangeu a cegueira, já que preferiu não saber da identidade e situação do mesmo. A cegueira de Michel, que se revela fatal para ele mesmo, surge como uma espécie de vontade de liberar-se da responsabilidade e do desejo de não olhar ou enxergar.

O romance de Matalon efetua repetidamente e com meticulosidade a análise que sugere para a violência, por meio de um tipo de *patos* moral. Os habitantes de Gaza, os fotografados, oprimidos pelo domínio israelense na região, são apenas os retratos das "pessoas adormecidas em Gaza, em posições diversas, em espaços diversos, dentro ou fora das casas, homens, mulheres, soldados, anciães, doentes no hospital, crianças; sozinhas ou juntas" (p. 18).

A violência é encontrada quando é impossível vê-la num olhar direto, pelo olho desarmado. A violência é aquilo que não se quer ver. Sara, ao fotografar, concretiza de uma só vez o potencial moral da fotografia que documenta tanto o seu potencial violento, como a representação fotografada da Intifada, que possibilita tanto o evitar como o mostrar o olhar sobre ele. E Udi, que não está interessado em olhar, considera as fotografias que Sara tirou das pessoas dormindo em Gaza o auge da chatice.

Matalon realizou uma desconstrução politicamente motivada do olhar israelense e, "por tabela", também do judaísmo fora de Israel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

KIMMERLING, Baruch. *Mehagrim, mityashvim, yelidim.* Tel Aviv, Am Oved, 2004.
MATALON, Ronit. *Sara, Sara*. Tel Aviv, Am Oved, 2000.

A RESISTÊNCIA PELO DEBOCHE NA LINGUAGEM PASQUINIANA

Natali Gisele de Oliveira – PPG-UFMG

Em 1985, depois de 21 anos de regime militar e de um longo processo de transição, o poder foi devolvido aos civis. Os militares se retiraram de cena, mas não antes de terem trabalhado uma *política do silêncio*, um esquecimento estratégico que, plantado na filosofia da transição segura e, por isso, *gradual e lenta*, traduzia-se na necessidade de não mencionar o passado.

Decorridos 40 anos do golpe de 1964 e restauradas as liberdades públicas, faz-se necessário repensar aquele período à luz de novas perspectivas. Muito ainda pode e deve ser aprendido daquela experiência. O período foi um dos mais marcantes da nossa história recente e compreender melhor a sociedade que o produziu, contribuindo para o entendimento das razões que levaram ao golpe e à sua longa duração é uma tarefa incompleta. Como Benjamin[1], acreditamos que a *história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras".*

Neste sentido é que recuperamos os vultos da efervescente cultura brasileira na década de 1970, através das páginas do Pasquim, retomando neste estudo o estilo, a linguagem e algumas de suas representações veiculadas através dos recursos à *irreverência* e ao *deboche* que burlando o autoritarismo cotidiano são utilizados como alternativa de resistência às formas tradicionais de se fazer política e, produzindo, sobretudo, uma ácida crítica aos costumes instituídos.

Pensamos o Pasquim enquanto porta-voz de um discurso que se pretende contestador da ordem cultural, social e política brasileira, num esforço de interpretarmos as formas com que a linguagem e os instrumentos utilizados serviram como indicadores de uma leitura de mundo, maneiras de lidar e de representar este mundo.

Representados no Pasquim, os símbolos da cultura brasileira traduzem uma conjunção do passado com o presente, quando ao mesmo tempo questiona a tradição e,

[1] BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Vol. 1. p. 225.

cria, a partir dela própria, as alternativas para superá-la. Enquanto agente histórico, produtor e reprodutor de cultura, o Pasquim situa-se ainda num movimento de contestação dessa mesma cultura de que participa, destacando o seu lugar na construção de um espaço de crítica.

Linguagem e atitude: o riso como forma de intervenção

O Pasquim surge em 26 de junho de 1969, seis meses depois de ter sido outorgado o AI-5 (13/12/1968), reforçando os desmandos da ditadura. Seu nascimento é uma resposta às tentativas de anular pelo uso da força toda a efervescência mobilizadora do período anterior, quando acontece a erupção cultural daquilo que já se verificava após duas décadas de transformações econômicas e sociais sem precedentes, representando no Brasil a aceleração dos processos de modernização e o crescimento dos movimentos sociais.[2]

A partir desta guinada modernizadora – herança dos anos 1950 e 19660 e das políticas desenvolvimentistas - se abrem no Brasil os canais para a globalização das comunicações, difundindo os mesmos ícones e bandeiras reverenciados no mundo ocidental, ainda que direcionados por uma política de modernização conservadora ditada pelo autoritarismo como política de Estado e corroborada por uma sociedade vencida pela ideologia do *progresso pela ordem*, da *aceitação pela segurança*.

No mundo ocidental, uma tempestade de conflitos caía sobre uma *cultura em trânsito*. A movimentação de idéias e experiências se globalizava, chegando ao Brasil na expressão do descontentamento político e social diante de um mundo tecnocrático e autoritário. Na cultura brasileira, o processo de transição se fazia na tentativa de adaptação ao nível de desenvolvimento que o capitalismo atingia no Brasil naquela década, e as determinações que este modelo implicava com relação às peculiaridades de uma cultura que se desenvolvia hibridamente, manifestando tanto a resistência das instituições arcaicas

[2] Ver HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991.* Trad. Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

quanto à necessidade de superá-las, buscando uma identidade que se confundia com o ideal nacionalista, ao passo que a modernização rápida e violenta, mas também necessária vinha de fora.

Graças ao estágio de desenvolvimento e dependência em que vivia o país naqueles anos e, principalmente, às tentativas elaboradas para a superação desta condição, podemos pensar na atuação do Pasquim como uma atitude *panfletária*, mobilizadora e de intervenção, pela maneira com que lidou política e culturalmente com o processo de internacionalização que se abria à cultura brasileira naquele momento, numa verdadeira *campanha* permanente que foi capaz de criar alternativas às formas tradicionais de intervenção, trazendo à tona questões acerca de como o homem se pensava diante de si e da realidade.

Os anos 70, no Brasil e no mundo, foram palco de uma tentativa de reinventar a política e quando damos ao Pasquim um sentido panfletário, estamos pensando com Bernard Bailyn[3], que vê os panfletos como suportes alimentadores da revolução, produtores de teoria e mobilizadores da ação, a partir de um conjunto de idéias que revelam um caráter didático quando direcionadas ao público. Os panfletos geralmente aparecem em formato pequeno, dado seu imediatismo. Também por isso, pelo cotidiano que expressam, têm, na sua maioria, periodicidade irregular, aparecendo sempre que possam direcionar a opinião pública, não apenas informando, mas fazendo da notícia, que não é seu intuito, mas o meio, uma forma estratégica de produzir e fazer circular, sobretudo, as idéias que encarna.

Nos panfletos, a intenção é a de se fazer *trincheira,* de protagonizar a luta, jogando as idéias na rua e fazendo da necessidade de expressão uma manifestação pública. A denúncia é a arma, mas a força está no poder de convencer, de mobilizar, modificar os pensamentos, comportamentos, o imaginário cultural e político através de uma cumplicidade que faz do leitor um comparsa em potencial.

A paródia da realidade e a didática explicativa que leva sempre à reflexão – o *motivo* e o *entendimento* – estão sempre presentes. As formas que assume – um manifesto, um cartaz, um muro pichado, um jornal ou folhetim, entre outros - revelam um apelo, uma

[3] BAILYN, Bernard. *As origens ideologias da Revolução Americana.*Trad. Cleide Rapucci. Bauru: EDUSC, 2003.

chamada ou, sutilmente, um convite a ser lido, ouvido, mas acima de tudo, a ser transformado em experiência. Os panfletos, portanto, têm sempre uma característica de intervenção. Denotam uma visão de mundo e conduzem os *leitores-cúmplices* pelas imagens, alegorias, inversões, deformações, e por isso o *riso e o escárnio* são armas freqüentes, recursos de fácil assimilação nas tentativas de reinterpretar e modificar a realidade. O riso sempre foi, ao longo da história, uma forma de narrativa.

Da teoria ao argumento, a intenção é mexer com a opinião pública, fazendo-a tomar *partido* na luta proposta. Colocando-se como parte do que expõe, o panfleto projeta suas próprias posturas, antecede as interpretações que ganharão na recepção, no contato direto com o público. O controle da recepção das idéias se dá na própria produção e na interação que essas idéias têm com os símbolos que representam. O caráter identitário tem de ser explorado para que o panfleto adquira linguagem pública, daí a necessidade de que seus argumentos produzam laços de sociabilidade, caminhos comuns em que os leitores devem não só se encontrar, mas sentir-se parte. A retórica do convencimento depende dessa identificação.

O imaginário coletivo ganha lugar nos panfletos e chega à praça pública – ícone do republicanismo e da participação - ampliando os espaços de discussão, promovendo a polêmica, guiando o público através das controvérsias, da disputa ideológica e da ação cotidiana que essas idéias incorporam nas formas de narrativa e experiência.

Este protagonismo político revelado nos panfletos encontramos no nosso Pasquim do século XX. A começar pelo próprio nome: os pasquins eram polêmicos jornalecos do século XIX, famosos pelo desacato às autoridades, e cujos editores viviam às voltas com a polícia. Nosso Pasquim do século XX segue seus antecessores históricos, com a clara intenção de incomodar a ditadura e mexer com o conformismo e comodidade de uma classe média que legitimava, por valores ou omissão, os padrões sociais que sustentavam o regime. Desde o início imprime em suas páginas uma das críticas mais ostensivas ao modo de se pensar a cultura enquanto algo inerte, estanque, separada do real a partir de um pensamento que legitima uma de suas faces em detrimento de toda sua complexidade.

Com uma postura anticonvencional, discurso solto e debochado, o engajamento pessoal, existencial e consciente, o Pasquim passeou do protesto engajado ao desbunde, demonstrando as formas que a produção cultural inventou para fugir da censura utilizando-se do riso crítico na tentativa de não deixar que a cultura esmorecesse, mas permitindo que crescesse entre as brechas do sistema.

De forma insinuada, e sob a proteção do deboche, todos os conteúdos e representações revelavam sua postura crítica em relação à ditadura e aos ideais defasados que preconizava. Seu foco era a ideologia e a propaganda do regime. Seu arsenal, o uso contestado de todos os valores, e acima de tudo, os conflitos que o estranhamento desses valores defasados causavam. A família, a fidelidade, a castidade, o heterossexualismo, enfim, todos os preceitos da conservadora sociedade brasileira eram utilizados para debochar da própria seriedade da ditadura.

Numa verdadeira *estética do silêncio,* a memória oficial era travestida pela realidade, com toda e qualquer estratégia que garantisse o reconhecimento, a identificação. Esbanjando em metáforas, antíteses, eufemismos, a língua brasileira se desdobrava para insinuar, ou sugerir aquilo que não podia dizer. Criava-se como alternativa uma cultura de condicionais, que permitia dizer sem afirmar. Contando com a cumplicidade ideológica do leitor e sua capacidade de interpretação, utilizavam-se instrumentos do cotidiano, brincando e denunciando a realidade ao mesmo tempo, e confiando nos aparatos comuns de identificação e decodificação social e cultural para que não se perdessem as entrelinhas ou o que ficava diluído em fragmentos que somente teriam sentido quando iluminados por outros, permitindo uma “leitura” possível.

Utilizando um estilo carnavalizado, estabelece outras maneiras de expressar-se, unindo comunicação e crítica, desrespeitando as regras em favor do livre contato entre valores e idéias, removendo as barreiras entre estilo e comportamento e promovendo um choque de idéias a partir da irreverência e do deboche, ao mesmo tempo em que se discutiam questões sociais importantes, derrubando a linha dura que se colocava como modelo na política e na cultura.

Interagindo com as questões que se colocavam no universo da cultura ocidental, produzia uma reelaboração bem humorada de propostas de engajamento crítico, unindo discussões acerca da natureza das sociedades industriais avançadas e da ideologia tecnocrática que a representa, com criativas críticas de comportamento e valores, driblando a censura com um linguajar que veiculava novas formas de contestação, não compartilhadas nem pelos generais, nem pela visão atrasada das esquerdas. Adaptadas ao gosto tropical, estas questões permitiam o repensar daqueles fatores culturais que condicionavam e legitimavam o autoritarismo, da política de repressão cotidiana ao regime de governo, numa ligação-direta com a idéia de engajamento, reapropriada à necessidade de defender a própria decisão de escolha, ancorada numa liberdade individual.

Ao não focalizar sua crítica diretamente sobre as questões políticas do país, como tática, o Pasquim concentra seu riso destruidor em uma crítica de costumes contra uma classe média conservadora e moralista. Acreditamos que este procedimento atinge de forma mais complexa e agressiva a intenção de fazer com que se reflita a política cotidiana, partindo das experiências comportamentais e existenciais também como forma de política.

Mas é através do humor que o Pasquim faz sua *campanha de* intervenção: sua política de *lembrar aos desavisados que rir do peso das botas era uma estratégia para não chorar todas as dores que ele causava.* Em um momento em que a perplexidade e a ausência de objetivos claros impediam a defesa de uma política de oposição precisa, o humor se apresenta como um elemento de agregação e identificação entre todos os insatisfeitos com o estado de coisas.

Expressão da vida coletiva, o riso transforma-se em um verdadeiro espelho no qual a sociedade se vê. Ao passar do cômico para a reflexão – onde a crítica exige que o leitor tenha um certo conhecimento de causa, pensando na piada como coisa séria – o riso elimina o distanciamento e o simples deslocamento da realidade produz um estímulo de interpretação, como acontece com tudo que é familiar quando colocado em contextos desconhecidos. Rompe-se o senso comum e evoca-se o inusitado, ainda que baseado em signos partilhados. Como um mecanismo de defesa, o humor pasquiniano relaciona-se

diretamente com a capacidade que têm de permitir *livrar-se pela irreverência de autoridades e gestos incômodos, de si mesmo ou de outros, dando ao indivíduo, por efêmeros momentos, a sensação de pertencimento que o nível público lhe subtraíra e que, lentamente, ele tentava conquistar.*[4]

Procurando extrair o humor basicamente da comédia cotidiana, o Pasquim fazia com que seu riso funcionasse como um liberador daquelas emoções reprimidas e ou censuradas. Assim, o riso compensava em seus efeitos a energia gasta com as proibições impostas pela sociedade e internalizadas pelos indivíduos. As estratégias utilizadas eram, sobretudo, uma maneira de lembrar o estado de coisas. Ao *tocar na ferida* - como tática peculiar do deboche - o Pasquim recorria ao humor utilizando-o como política de ação, tentando nos ecos do riso manter as mentes abertas, transformando-o em verdadeiro *front* na trincheira da guerra possível. Em sua materialidade, transforma um semanário na forma panfletária do século XX. E o riso é seu instrumento, o traço de atitude diante da realidade imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a idade exata da ditadura militar brasileira, perpassando a inauguração da linha dura e o processo gradual de redemocratização, as páginas do Pasquim retratam a luta de uma geração, desafiando o emburrecimento que os generais tentavam impor ao país.

Verdadeiro termômetro de sua época, o Pasquim catalisou a indignação coletiva, tornando-se importante ícone de protesto e irreverência na luta contra a censura e repressão.[5]

Como personagem e instituição histórica relevante, o jornal nos permite reler em suas páginas o Brasil, sua cultura e política na década de 1970. Pensando a linguagem e seus limites, as funções sociais e a destinação pública da comunicação, o Pasquim nos revela as faces aliteradas de uma preocupação criativa na qual se embrenha a cultura brasileira na

---

[4] SALIBA, Elias. *Raízes do Riso: a representação do humor na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros anos do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. *304*
[5] MACIEL, Luís Carlos. *Revista Careta,* Ano III, nº 2736, 20/07/81.

tentativa de encontrar-se consigo mesma, desmascarando estereótipos e iluminando-se no colorido que descobre nela própria, revelando-se não numa identidade fixa, mas construída das nuances que formam a sociedade brasileira.[6]

Ao mesmo tempo em que fazia a crônica de um período de ebulição cultural, brincava com os costumes, inovando no uso da língua aproximando o escrito da tradição oral, mesclando gêneros diversos, fazendo com que se compreendesse os defeitos da sociedade sem nega-la, mas tentando revigora-la, rejuvenescê-la a partir da crítica. Numa proposta desafiadora, inventa com o deboche uma forma de afirmação apesar de uma sociedade externa desfavorável.

Resistindo à censura como pode, o Pasquim durou até a metade da década de 1980, saindo de circulação pouco depois das Diretas Já, após quase duas décadas de oposição. Sai de cena no momento em que se desgastam suas reivindicações e outras surgem, quando já não se sustenta seu discurso e a abertura política reabre também espaços na grande imprensa, que reabsorve os profissionais do jornalismo e do humor, esvaziando o discurso transmitido pelo jornal, caracterizado pela necessidade de expressão diante do autoritarismo ditatorial.

[6] Ver HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970.* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

APRENDENDO HISTÓRIA ATRAVÉS DAS HQS: EXPERIÊNCIAS E CONSIDERAÇÕES

Natania A. Silva Nogueira

O cinema e as histórias em quadrinhos nasceram na mesma época, influenciadas pela expansão da indústria, notadamente nos Estados Unidos. São classificadas como arte seqüencial. As Histórias em Quadrinhos utilizam técnicas cinematográficas de narrativa e, da mesma forma, os filmes utilizam situações e linguagens semelhantes às utilizadas nas hq's. Como o cinema, os quadrinhos se tornaram uma arte popular (a nona arte) e massificada pela industria cultural. Tiveram nítida influência no movimento artístico chamado de POP-Arte, onde muitos artistas contemporâneos a utilizaram em suas obras.[i]

Historicamente, os quadrinhos sofreram inúmeras perseguições, resultado de preconceitos endossados por educadores que, partindo de uma visão reducionista e simplista, condenaram sua leitura por crianças e adolescentes rotularam as hqs como responsáveis pela violência e pela perversão moral da juventude[ii]. Hoje, sua leitura e produção auxilia estudantes a compreenderem temas complexos da História, que normalmente estão afastados da sua experiência diária de vida. Seu uso como recurso didático, no entanto, ainda é tema pouco discutido no meio acadêmico. Nosso desafio é apresentar possibilidades de utilização deste recurso como forma de reforçar o processo de ensino-aprendizagem, através do incentivo do uso dos quadrinhos na sala de aula.

As hq's podem ser utilizadas para estimular a leitura e o interesse dos estudantes pelas abstrações, mantendo o vínculo com o objeto formal e abrindo caminho para o desenvolvimento do raciocínio lógico e para a criação de instrumentos de compreensão da realidade social em que vivem.

Um dos grandes desafios dos educadores atualmente é estimular o hábito da leitura e da escrita. Segundo o professor Marcus Venício Ribeiro *"Num país onde a grande maioria da população não sabe ler ou mal entende o que lê (logo, não sabe também escrever), o ensino da História, e de outras disciplinas, deve, em conseqüência, vir acompanhado de investimentos permanentes em leitura, redação e reflexão – competências que as aulas expositivas e o tradicional sistema de perguntas e respostas não ajudam a desenvolver"* [iii]

O estudante deve aprender a ler e aprender a trabalhar as informações que adquire através da leitura. Acreditamos que um excelente instrumento para alcançar este objetivo, seja o uso das histórias em quadrinhos na sala de aula. Partindo deste princípio, estamos desenvolvendo um projeto que envolve o uso das hq's, tanto sua leitura quanto sua elaboração pelos estudantes de Ensino Fundamental e, posteriormente, de Ensino Médio.[iv]

As Histórias em Quadrinhos possuem uma linguagem simples e de fácil compreensão para os alunos, que em geral não oferecem resistência a seu uso, uma vez que são relacionadas a uma forma de entretenimento e lazer. Segundo Flávio Calazans, os quadrinhos quando são projetados em sala de aula, como recurso para complementar o ensino de determinado conteúdo, prendem mais atenção dos alunos do que outros recursos, como o vídeo, por exemplo, porque permitem que ocorra uma leitura simultânea da página, podendo o leitor captar a ação em todos os seus tempos.[v]

Desvendar essas "intenções", aprendendo a ler nas entrelinhas, é fundamental para uma boa compreensão e absorção das informações. É necessário desenvolver as habilidades de *"ler, escrever e pensar"*. Esta tem sido uma necessidade urgente nos tempos difíceis em que vive a educação brasileira, no que se refere à formação tanto de professores quanto de alunos.

Existe uma grande quantidade de Histórias em Quadrinhos que podem ser utilizadas nas salas de aula. No Brasil, infelizmente, esse rico material ainda está distante das escolas publicas. São publicações muito bem elaboradas, mas com um custo elevado, como acontece com a maior parte do material paradidático. Daí a dificuldade do professor da rede de escolas públicas de utilizá-los na sala de aula, recorrendo, em alguns casos, à reprodução de pequenos fragmentos.

Os trabalhos publicados, através de artigos ou obras completas, sobre o uso das hq's nas escolas ainda estão em número reduzido, embora este recurso esteja sendo cada vez mais utilizado nas salas de aula. Temos conhecimento de iniciativas bem sucedidas de muitos professores que apostaram no uso deste recurso como reforço ao processo de ensino aprendizagem. Falta, entretanto, a divulgação de idéias e resultados.

O Professor Flávio Calazans é um dos defensores do uso das hq's como instrumento de ensino. Em seu livro *"História em quadrinhos na escola"* ele oferece aos educadores importantes sugestões de como trabalhar as hq's na sala de aula, partindo de sua experiência e da experiência de outros educadores. Calazans afirma *"Os limites do emprego de hq's na sala de aula são os limites da criatividade do professor".*[vi] Para ele as hq's são uma fonte infinita de possibilidades e que podem ser exploradas de todas as formas possíveis pelos professores. Iremos comentar algumas destas sugestões que o autor cita em seu livro.

A primeira delas é a criação de uma *gibiteca* na escola. Essa iniciativa não é onerosa à escola e nem ao professor. Os alunos poderão recolher as hq's na comunidade. A *gibiteca* pode ser iniciativa de uma classe ou de toda a escola. Calazans sugere que, na falta de espaço – um problema comum nas escolas públicas, abarrotadas de alunos -, que seja realizado um rodízio de hq's, possibilitando a leitura do acervo pelo maior número de estudantes.

Ele também sugere trabalhar o erro. No caso, trabalhar falhas de caráter de personagens ou mesmo erros de falar e ortografia, como é o caso das aventuras do Chico Bento, onde o professor pode utilizar os erros de ortografia do personagem para ajudar os alunos a corrigirem seus próprios erros e seus vícios de linguagem. Aliás, muitos educadores defendem que trabalhar o "erro" pode ser o melhor caminho para se ensinar o "correto". Os quadrinhos podem ser utilizados na alfabetização de alunos do ensino fundamental. Eles

podem fazer exercícios onde irão preencher balões, completar frases, narrar pequenas histórias, por exemplo. Por ser uma atividade prazerosa a leitura de hq's torna a ação de estudar estimulante.

Outro exemplo de trabalho com hq's, agora voltado às primeiras séries do ensino fundamental, foi o realizado no CAC II.[vii] A proposta foi planejada para ser implementada durante o mês de maio (infelizmente não se cita o ano) e tem por objetivos introduzir o aluno no mundo da leitura e estimula-lo a produzir seu próprio material (sua própria hq). O destaque está nas estratégias propostas aos professores, que vão, passo a passo, introduzindo as hq's na sala de aula. Inicialmente, o professor explica o que é uma história em quadrinhos; em seguida apresentam-nas aos alunos (através de uma leitura individual de uma tirinha); segue-se a um trabalho de interpretação daquilo que foi lido e uma discussão sobre a diferença entre um texto composto por narrativa e um composto por diálogos.

A esse trabalho seguem atividades de pesquisa sobre as hq's, estimulando o interesse dos alunos pela sua leitura e por conhecer mais um pouco sobre os quadrinhos nacionais. A linguagem dos quadrinhos também é explorada neste sentido, ao se propor o conhecimento da função comunicativa dos diferentes tipos de balões e de sua escrita: onomatopéias, amorosas, de gritos, chorar, segredos e canções.

Essas atividades auxiliam o processo de alfabetização dos alunos, tornando-o mais prazeroso e interessante. Os alunos são motivados a produzirem pequenos textos com os personagens dos quadrinhos (no caso, citam os personagens de Maurício de Souza) e a discutirem a personalidade de um ou mais personagens. O trabalho finaliza com a criação de hq's pelos alunos. Trata-se de um bom exemplo de criatividade e que pode ser adaptado à realidade das escolas públicas e particulares, como um grande ganho tanto para professores quando para alunos.

Cabe aqui citar também a experiência da educadora *Cristina de Oliveira Pacheco* com o uso de hq's no ensino para de deficientes auditivos. Tendo sua base teórica construída sobre a teoria de Vygotsky[viii] sobre a linguagem escrita a autora propõe a: *"utilização de softwares de histórias em quadrinhos objetiva o desenvolvimento da produção escrita e da competência lingüística em sujeitos portadores de deficiência auditiva".*[ix]

A educadora parte da hipótese de que é possível desenvolver uma forma de "escrita" por imagens como atividade propulsora para avanço ao estágio de desenvolvimento da escrita, propriamente dita. Ao longo do texto a autora relata sua experiência de trabalho com portadores de deficiência auditiva utilizando softwares de produção de histórias em quadrinhos. No caso, duas meninas (uma de dez anos e outra de oito anos) matriculadas no ensino regular respectivamente na 3ª e na 2ª séries, e um rapaz de dezessete anos, que freqüenta uma classe especial para deficientes auditivos.

Inicialmente, a educadora apresentou aos alunos o software e explorou com eles a s suas possibilidades de uso, em seguida partiu para a criação de quadrinhos-temáticos,[x]a criação de hq's por parte dos alunos, ocorreu espontaneamente para alguns, embora para outros tenha sido necessária a intervenção do orientador (ou facilitador, termo usado pela educadora), que discutia com ele sobre personagens, tema e enredo. A partir dessas intervenções o trabalho foi fluindo aos poucos e os alunos foram dando seqüência ao trabalho. Para a educadora, a utilização das hq's funciona como instrumento da linguagem escrita, pois estimula e viabiliza a passagem para formas mais complexas de expressão. A etapa seguinte é a criação de "cooperativas com amigos virtuais", através de trocas de mensagens com alunos provenientes de algumas escolas em Portugal. Para esses alunos esta tem sido uma oportunidade de integração social, uma vez que permite que se expressem através do desenvolvimento da escrita.

No estudo da história, os quadrinhos podem ser não apenas utilizados como referências, mas também como instrumento para a construção do conhecimento. Sua leitura envolve e

desenvolve uma série de competências e habilidades, importantes para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Em *"Como usar as Histórias em Quadrinhos na sala de aula"*[xi], são sugeridos aos professores de história alguns procedimentos para sua leitura: a) reunir informações sobre o(s) autor(es); b) analisar o contexto histórico em que foi produzida; c) identificar valores e ideologias expressas pelo(s) autor(es) na obra; d) identificar o público-alvo ao qual se destina a hq; e) sua finalidade _ se informativa, educacional, educativa, didática, política.

Alguns cuidados devem ser tomados com o uso das Histórias em Quadrinhos. O primeiro deles é ter em mente que uma história em quadrinhos é uma obra de ficção que retrata as idéias do autor e o contexto do período no qual foi produzida. Portanto, ela pode conter, por vezes, lacunas uma vez que não possuem compromisso explícito em retratar a realidade.

O fato de uma hq ser ambientada em um tempo passado não sugere que seu conteúdo seja integralmente fiel ao contexto histórico. Um exemplo pode ser a obra de Frank Miller, os 300 de Esparta. É uma hq belíssima, inspirada em um fato histórico real, mas que é dotada também de elementos fictícios e romanceados. Ela pode ser utilizado como referência em uma aula de história? Certamente. Mas cabe ao professor orientar a leitura e possibilitar aos alunos recolher do texto informações que podem ser fonte de aprendizado, aprendendo a separar ficção de fato histórico. É um exercício que ajuda a desenvolver o raciocínio e a capacidade de análise do estudante.

Douglas Pescadinha Jr. abordou a questão do uso de histórias em quadrinhos no ensino de história na sua monografia de bacharelado, onde analisou o uso de Asterix como fonte histórica e como material didático. Ele questiona o fato de ser ou não historicamente correto usá-lo em sala de aula. Segundo Pescadinhas, a resposta é *não*. Asterix representaria muito mais os anseios de uma Europa – França – contemporânea do que a realidade histórica da antiguidade romana. Ele aponta muitas razões para isso. Dentre elas podemos citar o

anacronismo histórico, a despreocupação com a localização de detalhes geográficos apresentados no texto; referências a fatos históricos contemporâneos, mesmo que implicitamente, etc. *"Asterix não é um trabalho de História, mas um trabalho de humor e, portanto, não tem maiores preocupações com a veracidade dos fatos, personagens e episódios que compõem as historietas. Os autores Goscinny e Uderzo, não se propõem a criar uma narrativa histórica verdadeira, mas um conto, um desenho, enfim uma história em quadrinhos verossímil, ou seja, que guarde semelhanças com a verdade, não sendo ela própria, uma verdade"*[xii]

No entanto, esses fatos em si não desmerecem o valor da obra, que representa uma excelente referência para se estudar questões referentes à sociedade européia contemporânea, com destaque para o imperialismo norte-americano (representado por Roma) e suas conseqüências sobre a Europa e a França (representadas pela aldeia gaulesa que resiste à dominação). Por outro lado, Asterix é uma obra rica para ser explorada pelos professores de língua portuguesa, que podem destacar as palavras em latim, base do nosso idioma.

Nossa própria experiência com hq´s em sala de aula demonstrou que este recurso pode auxiliar os estudantes a organizarem melhor suas idéias, a desenvolverem o raciocínio e fazer comparações entre passado e presente, compreendendo de forma mais clara conceitos como o de anacronismo, por exemplo. Trabalhamos com a confecção de quadrinhos com alunos de escolas públicas de baixa renda e de classe média. Os resultados têm sido satisfatórios. Os trabalho produzidos _ sempre em duplas _ ajudam os estudantes a colocarem em prática os conhecimentos apreendidos em sala de aula. O próximo passo é a criação de uma gibiteca, pelos próprios alunos, e a divulgação dos trabalhos na escola, numa pequena exposição para pais e professores, no término do ano letivo.

As formas do emprego dos quadrinhos como instrumento didático dependem do tipo de estratégia que será utilizada pelo educador. Em história pode-se optar pelo uso dos quadrinhos como fonte de pesquisa e mesmo como meio de se incentivar a pesquisa e o raciocínio dos estudantes; pode-se incentivar a criatividade e a imaginação dos alunos desafiando-os a criarem suas próprias hq's, adaptadas a contextos históricos diversos; podemos, também, utilizá-las como forma de introduzir questões em avaliações ou mesmo para ilustrar temas diversos, que vão das cruzadas ao imperialismo.

Como qualquer outro material didático as Histórias em Quadrinhos devem ser utilizadas com responsabilidade. Mesmo as histórias em quadrinhos para uso didático podem apresentar equívocos que devem ser identificados e administrados pelo professor. Seu uso em sala de aula deve ser devidamente planejado e adaptado à realidade social e econômica dos estudantes. Toda leitura deve ser acompanhada de questionamento. O papel do professor é fundamental para isso. O livro não é, em si só, elemento fundamental para a aprendizagem. O professor é quem faz a diferença neste processo

---

[i] SILVA, Diamantino da . *Quadrinhos para Quadrados*. Porto Alegre; Bels, 1979. p. 23-24.
[ii] Sobre este assunto, ver : GONÇALO Junior. A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64. – são Paulo: Companhia das Letras, 2004.
[iii] RIBEIRO, Marcus Venício. *Não basta ensinar História*. In. Nossa História. Rio de janeiro. Biblioteca Nacional: ano 1, n. 6, abr. 2004, p. 77.
[iv] "Testes psicológicos aplicados em crianças demonstram que a informação quando transformada em História em quadrinhos é compreendida num tempo assustadoramente pequeno. Prova disso está nos próprios livros escolares de hoje que não passam de verdadeiros 'gibis' didáticos, tal o número de ilustrações que possuem" (SILVA, Diamantino da . *Quadrinhos para Quadrados*. Porto Alegre; Bels, 1979. p. 106).
[v] CALAZANS, Flavio Mario de Alcântara. *História em quadrinhos na escola*. – São Paulo: Paulus, 2004. p. 11.
[vi] CALAZANS, Flávio, op.cit.p. 17
[vii] O projeto na íntegra, assim como exercícios e avaliações propostas pode ser consultado através do link: http://www.planetaeducacao.com.br/professores/suporteaoprof/dicasprojetos/quadrinhos.as (link consultado em 24 de novembro de 2003.)
[viii] "Para Vygotsky (1988) durante a pré-história da linguagem escrita as crianças constroem os pressupostos que permitirão o seu acesso à escrita, em três campos: a simulação de papéis (os jogos infantis), o desenho e as formas primitivas não convencionais de escrita. Nestas atividades elas descobririam, em diferentes níveis, a possibilidade de um simbolismo de segundo grau, ou seja, a descoberta de que um objeto em um desenho representa outro objeto que não é simplesmente um objeto com características similares." PACHECO, Cristina de Oliveira. *O desenvolvimento da escrita em portadores de deficiência auditiva e uso de softwares de Histórias em Quadrinhos*. http://www.c5.cl/ieinvestiga/actas/ribie98/142.html (link consultado em 20 de novembro de 2003).
[ix] PACHECO, Cristina de Oliveira, op. cit.
[x] Quadrinhos temáticos são um conjunto de histórias em quadrinhos que envolvem um mesmo tema.
[xi] BARBOSA, Alexandre. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*/Alexandre Barbosa, Paulo Ramos, Túlio Vilela: Ângela Rama, Waldomiro Vergueiro, (orgs). _ São Paulo: Contexto, 2004.
[xii] PESCADINHA JR. Douglas. *Asteriz e a História*. Monografia de conclusão de curso. UERJ, Rio de Janeiro, 1991, p. 4 – 5.

Usos da idéia de República no contexto da Cabanagem – Pará 1834-1840

NATHACHA REGAZZINI BIANCHI REIS[1] - FIOCRUZ

O período regencial constituiu-se num dos interlúdios mais ricos da História do Brasil, carregado de intenções políticas diversas. As revoltas ocorridas naquele momento constituíram-se numa via de expressão de grupos sociais que, apesar de terem se organizado em associações de existência efêmera, pontuaram suas insatisfações com o poder central e se expressaram de modo original.

Através da intensa produção panfletária e jornalística, os homens da Regência puderam formular idéias novas e divulgá-las em vertiginoso volume para a época. Esta comunicação se detém na revolta da Cabanagem, evento peculiar do Império, e no sentido do uso da palavra República. Embora muito presente no discurso dos rebeldes cabanos como um indicativo de desejos separatistas, essa palavra pode ter adquirido uma conotação que se ajusta mais a um contexto regional específico, afastando-se, portanto, da influência ilustrada oriunda da Revolução Francesa e da Revolução Americana.

A idéia de república será tratada aqui como um tipo de construção gerada pela produção historiográfica, e que se refere a um ponto ainda bastante polêmico quanto ao direcionamento político da Cabanagem. O quadro de crise política do Império brasileiro aberto com o período das Regências não só favoreceu a atuação de diversos tipos de atividades associativas, como abriu possibilidades para a circulação de uma quantidade considerável de idéias, propostas, planos e até certo ponto, projetos políticos.

Em maior ou menor graus, emergiram questões que invadiram a arena política, onde a imprensa tornou-se o veículo por excelência de expressão na cena pública. Uma dessas idéias foi a proposição do regime republicano, que esteve presente em diversos momentos, seja no ideário das revoltas provinciais, seja na linguagem panfletária presente nos espaços de debate político da Corte do Rio de Janeiro. No caso do Grão-Pará, a idéia de separação

da Província do resto do Império brasileiro, com a proclamação de uma República federalista no Norte levou a interpretações divergentes.

Alguns autores ressaltaram de forma mais enfática as possibilidades concretas de secessão da Província do Pará do Império brasileiro, como são os casos dos oitocentistas Henrique Handelmann, Moreira de Azevedo e Gonzaga Duque, ou dos contemporâneos Caio Prado Júnior e Pasquale di Paolo. Henrique Hurley, autor da obra mais importante do contexto do centenário da revolta, minimizou a questão quando afirmou que *"A Cabanagem Paraense está na história sem a mácula da idéia separatista, a qual, nem num momento de desespero, jamais ocorreu no pensamento patriótico do cabano".*[2]

Handelmann, um dos primeiros autores do século XIX a tratar das revoltas ocorridas durante a menoridade, afirmou literalmente a *"(...) separação do Império, todavia provisória, até a maioridade do Imperador"*.[3] Moreira de Azevedo, referindo-se à correspondência entre dois oficiais militares envolvidos na luta de pacificação da Cabanagem, reforçou a idéia de desvinculação da Província do Pará. Na narrativa de sua *História Pátria,* pareceu concordar com o tom das correspondências oficiais, quanto ao temor de uma *haitianização* da região Norte, como se verifica neste trecho:

> "Oficiou o chefe naval ao governo geral relatando a conquista da cidade pelos rebeldes, e pedindo remessa de tropa e munições de guerra e de boca, sem o que, dizia ele, o Pará em breve deixará de ser província do Brasil, e a América terá em seu continente um novo Haiti."[4]

Gonzaga Duque, autor da segunda metade do século XIX, dedicou um capítulo aos cabanos em sua obra *Revoluções Brasileiras,* no qual enfatizou que o poder exercido pelos revoltosos sobre a comarca do Rio Negro, mais tarde emancipada como Província do Amazonas, propiciou uma suposta declaração de República:

> "Marajó ofereceu aos rebeldes o poderio sobre o Amazonas. Na capital uma junta governativa, (...) resolveu proclamar a República no Pará, escolhendo para distintivo de sua bandeira as cores verde e vermelha entre as quais figurava um tapuio armado de arco e flecha."[5]

A idéia de separação como veiculada pela historiografia foi o resultado de uma interpretação precipitada do conteúdo da ata do Conselho de Cidadãos, assinada pelas

lideranças cabanas em 7 de janeiro de 1835, data da deflagração da revolta. Ao final do documento os rebeldes justificam a tomada do poder e o assassinato do então presidente de Província, Bernardo Lobo de Sousa,

> "(...) a quem já estavam cansados de sofrer por causa da prepotência e arbitrariedades que sempre praticou em todos os atos do seu governo, foi pelo mesmo povo e tropa, que o aclamou, requerido que se desse conta do acontecido à Regência, pedindo-lhe não nomeasse mais Presidente para esta província, até que S.M.I. o Senhor D. Pedro II chegasse à idade marcada pela Constituição para dirigir as rédeas do governo do Império, pois que a experiência tem desgraçadamente mostrado que eles, em vez de cuidarem do bem público, só tratam de seus interesses que protestavam não receber qualquer Presidente que a Regência lhes mandasse, pela certeza de que esta malfadada província não poderá prosperar se não for administrada pelo benemérito e patriota cidadão a quem com tanto júbilo acabavam de aclamar.(...)" [6]

Ao recusarem a indicação de seus futuros governantes, os signatários dessa ata *não* estavam declarando a separação da Província do Pará, sequer em caráter temporário, como afirmaram Handelmann e Moreira de Azevedo. Em proclamação distribuída ao povo e à tropa, Félix Antônio Clemente Malcher, primeiro presidente cabano conclamava aos cidadãos paraenses, para que permanecessem *"sempre respeitadores às garantias individuais e prontos a obedecer às ordens legais do governo, confiai na minha solicitude pelo bem público e nacionalidade brasileira."* [7]

Da análise do teor das proclamações, bandos e ofícios dirigidos pelos três presidentes cabanos, Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Nogueira Angelim depreende-se o tom legalista com que os principais líderes do movimento cabano manifestavam-se publicamente. Os documentos terminavam sempre com vivas à Religião Católica Apostólica Romana, à Regência, a D. Pedro II, à Assembléia Geral Legislativa e ao Povo e Tropa.[8] Segundo Luís Pinheiro, era patente a preocupação daqueles dirigentes em reiterarem freqüentemente sua submissão ao governo da Regência e ao imperador Pedro II.

Contudo, a transcrição feita por Raiol de uma correspondência enviada por Francisco Vinagre ao comando do exército imperial, levou muitos autores a considerarem o que não passou de ameaça, como um fato consumado. Pressionado a entregar o governo

da Província às forças legais do comandante Pedro da Cunha, Vinagre, então presidente, afirmou:

> "...porém, é tempo ainda de evitarmos derramamento de sangue, abstendo-se de continuar a atacar e enxovalhar aquele que tão franca e sinceramente o tem tratado, sendo bem de presumir que V. Sª., consciencioso em negócio tão grave, cooperará para que o Pará não se elimine das províncias do Brasil".[9]

Caio Prado Júnior, em *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos* incorreu no mesmo tipo de interpretação lançada por Handelmann, quando afirmou que as lideranças cabanas haviam proclamado a República e se desligado do Império.[10] Devido à larga difusão de sua interpretação sobre a revolta, Prado Júnior contribuiu significativamente para a permanência, na historiografia cabana, da idéia de concretização da emancipação política da Província do Pará:

> "Mas, vencidos na capital, não se resignam os *cabanos*, e ainda em armas e sob o comando de Antônio Vinagre, retiram-se para o interior da província. Conseguem ali, mais uma vez, levantar as populações rurais, e depois de ocupada a cidade de Vigia, atacam e tomam em agosto a capital. (...) Pela segunda vez, estavam os *cabanos* senhores do Pará. Proclamam a República e declaram a província desligada do Império."[11]

Do trecho reproduzido acima, verifica-se que o autor compreendeu como decisão efetivada a ameaça feita por Francisco Vinagre ao governo da Regência, entendendo a separação da Província como um momento de radicalização das ações insurgentes. É possível que Caio Prado tenha se baseado na obra de Gonzaga Duque para compor sua apreciação sobre a Cabanagem, já que sua argumentação se aproxima em muitos detalhes da apreciação feita por aquele autor.[12]

A análise da última frase do trecho acima transcrito nos permite esclarecer aquilo que chamamos anteriormente de uma interpretação precipitada quanto à proclamação lançada em 7 de janeiro de 1835. Estamos longe de considerar que as idéias republicanas não estivessem presentes nas falas das lideranças cabanas.

Assumindo os contornos de propostas federalistas, tais idéias encaminhavam-se para reivindicações descentralizadoras, e foram defendidas sobretudo pelo grupo dos

filantrópicos, que tinham em Batista Campos seu principal representante.[13] No entanto, boa parte dos autores da historiografia aqui tratada tenderam a associar as propostas republicanas cabanas a um movimento de separação política, incorrendo assim, em explicações errôneas que foram sendo reproduzidas posteriormente de forma sistemática.

Pasquale Di Paolo, principal autor do contexto do sesquicentenário da Cabanagem, e cuja obra logrou portanto ampla divulgação, assinalou *"diversos indicadores da presença de tendências a favor da Independência na Amazônia"*, dentre os quais estão o periodismo iniciado na década de 1820 por Filipe Patroni e continuado por Lavor Papagaio; o *Manifesto Político* do Governo Vinagre; a bandeira do movimento cabano, localizada entre os objetos de Eduardo Angelim.[14]

Tais argumentos ressentem-se de respaldo na documentação, o que torna pouco convincente a defesa feita pelo autor de um caráter eminentemente emancipacionista nas ações e nos símbolos dos líderes cabanos. Da mesma maneira vemos uma opinião diferente, isto é, a argumentação contrária à idéia de emancipação no Pará, sem que houvesse o recurso a fontes que pudessem tornar válida tal afirmação, como foi feita por Ernesto Cruz:

> "O certo é que os cabanos jamais pretenderam desmembrar a província da unidade nacional, nem lhes ocorreu a intenção de proclamar no Pará qualquer regime diferente do adotado. Também a substituição da bandeira nacional por outra verde e encarnada com um tapuio de arco e seta, não deve merecer muita fé. O Barão de Guajará [Raiol], com fundamento em suas investigações históricas, nega o uso dessa bandeira pelos rebeldes, embora admita a existência de uma outra inteiramente vermelha, que os cabanos costumavam desfraldar antes e depois dos seus combates."[15]

Até aonde apontam os estudos já realizados, as possibilidades reais de uma desvinculação política da Província do Pará não estavam nas mãos dos representantes nativos do movimento, mas provinham de interesses externos. Em carta particular dirigida ao general Francisco José Soares d'Andréa, comandante das forças legais enviadas pelo Rio de Janeiro para retomar o poder local, Eduardo Nogueira Angelim afirma:

> "(...)eu ansiosamente desejo ver a V. Ex.a. dirigindo as rédeas do governo, e a não ser a incerteza de segurança, eu o faria neste momento por obedecer a S. Majestade Imperial, cuja efígie tem sido aqui evidentemente adorada a despeito de todas as vantagens prometidas logo no princípio da revolução por alguns agentes estrangeiros, que me patentearam a necessidade de ligar-me a seus Estados."[16]

Em ofício dirigido por Félix Clemente Malcher, ao Ministro do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama, há outra sinalização de submissão dos dirigentes cabanos ao governo da Corte do Rio de Janeiro:

> "(...)Sirva-se Vossa Excelência fazer chegar ao conhecimento da Regência em nome de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II, para ser levado ao recinto da Augusta Assembléia Nacional, que esta Província <u>está como dantes ligada pelo nexo indissolúvel</u> da Constituição e que os paraenses estão dispostos a <u>conservar e manter a integridade do Império</u> e a perpetuar pelos mais remotos séculos a sua independência e toda a glória nela adquirida."[17]

Uma análise detalhada nos documentos descobertos recentemente na Inglaterra certamente poderá aclarar a questão. Trata-se de correspondências travadas entre o regente Padre Feijó e os representantes diplomáticos da França e da Inglaterra, respectivamente Pontois e Henry Stephen Fox.

Embora ainda não tenham sido disponibilizados à consulta pública, tais documentos têm suscitado um certo entusiasmo, que se expressa na reafirmação da idéia de separação política.[18] Um dos documentos selecionados apresenta um regente subserviente àqueles países. Feijó teria proposto o envio de tropas estrangeiras ao Brasil, que atuariam no sentido de deter as milícias de cabanos.

Em troca, teriam o direito de explorar a região amazônica, desde os tempos coloniais uma área de cobiça internacional. A proposta não foi aceita pelos representantes diplomáticos dos dois países, que exigiam do regente a formalização de sua solicitação, já que esta não tinha sido oficializada pelo governo da Corte.

Se a documentação descoberta permite lançar novas luzes sobre o estudo da Cabanagem, seu conteúdo não deve ser apropriado de forma tão precipitada, pois que dessa maneira, só servirá para reforçar com tintas mais carregadas, o mito de que a

Cabanagem engendrou a separação das províncias do Norte do resto do Império, como foi divulgado em boa parte do discurso historiográfico.

Consideramos mais válida a investigação em torno do projeto federalista[19], bem como um esforço de compreensão das circunstâncias pelas quais a idéia de República não foi adiante no decorrer do período regencial, o que implica uma incursão ao instigante cenário das lutas políticas locais.

---

[1] Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Este texto é um fragmento de minha dissertação de mestrado intitulada *Motins Políticos de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional.*

[2] HURLEY, João Henrique. *A Cabanagem.* Belém, Livraria Clássica, 1936, p. 305-6. O momento de "desespero" descrito pelo autor refere-se à pressão exercida pelo comandante legalista Pedro da Cunha, para que Francisco Vinagre, segundo presidente cabano, entregasse a direção da Província.

[3] HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. EDUSP, 1982, p. 322, tomo 2.

[4] AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Historia Patria. O Brazil de 1831 a 1840.* B. L. Garnier, Livreiro-Editor, p. 181, grifo nosso.

[5] DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras.* Orgs. HARDMAN, Francisco Foot & LINS, Vera. São Paulo, Ed. UNESP/Giordano, 1998, p. 131.

[6] RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835.* Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, UFPA, 1970, p. 550, v.2.

[7] Proclamação de 8 de janeiro de 1835, *in* RAIOL, D. A. *Op. cit.*, p. 553, v. 2.

[8] RAIOL, D. A. *Op. cit*, p. 617, v. 2.

[9] RAIOL, D. A. *Op. cit.,* p. 648, v. 2. Grifos nossos.

[10] PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil e outros estudos,* 9ª ed. , São Paulo. Ed. Brasiliense, 1975, p. 68.

[11] PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, p. 68, grifos do autor.

[12] DUQUE, G. *Op. cit.*, , p. 132.

[13] PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta. Trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem.* 1998, Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC, São Paulo, 1998, p. 215.

[14] DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a Revolução popular na Amazônia,* Belém, CEJUP, 1985, p. 201.

[15] CRUZ, E. *História do Pará,* Belém, Universidade do Pará, 1963, p. 308.

[16] RAIOL, D. A. *Op. cit.*, p. 952, v. 3.

[17] *Apud* CRUZ, E. *Op. cit.*, p. 324. Grifos do autor.

[18] PINTO, Lúcio Flávio. "Cabanagem Ano 185 - Quando a Inglaterra não quis tentar ser a dona da Amazônia". *In*: *AGENDA AMAZÔNICA*., nº 5, Belém, janeiro de 2000.

[19] Sobre a linguagem republicana ver: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A Idéia de República no Império do Brasil. Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834).* Tese (Doutorado), PPGH/UFRJ, 2004.

Oposição à consolidação da vila-capital da Capitania de Mato Grosso

Nauk Maria de Jesus – PPG-UFF/CNPq

Ao criar a Capitania de Mato Grosso, no ano de 1748, a Coroa portuguesa buscava efetivar as suas conquistas territoriais e deter o avanço das missões jesuíticas espanholas que tentavam se estabelecer na margem direita do rio Guaporé. Esta capitania situava-se na região central do continente sul americano, era constituída por três ecossistemas (floresta, cerrado e pantanal), habitada por uma diversidade de sociedades indígenas e tinha a mineração como atividade produtiva decisiva. Limitava-se ao norte com a capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao sul com as capitanias de São Paulo e Goiás, a oeste com os governos de Chiquitos e Moxos, totalizando 48 mil léguas quadradas de extensão.

A proximidade com os domínios hispânicos levou a Coroa portuguesa fundar no ano de 1752, nas raiais da fronteira oeste, a capital Vila Bela da Santíssima Trindade e nela instalar o aparato administrativo metropolitano. Assim sendo, a Capitania de Mato Grosso foi dividida administrativamente em duas repartições ou distritos: do Cuiabá e do Mato Grosso. A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727)[1] se tornou o principal núcleo urbano da repartição do Cuiabá e Vila Bela da repartição do Mato Grosso. A escolha de Vila Bela para ser capital contrariou as expectativas da Vila Real e dos arraiais de São Francisco Xavier e Santa Ana.[2]

Refletindo sobre esse processo, o presente texto discutirá os critérios que levaram à escolha de Vila Bela para ser capital, bem como apontará indícios da oposição da vila cuiabana em torno dessa escolha.

****

No ano de 1741 o Conselho Ultramarino recomendou povoamento na região do distrito do Mato Grosso com privilégios e isenções a todos que se dirigissem para o local. Novas instruções régias foram enviadas ao governador de São Paulo Dom Luís de Mascarenhas, em 1746, para que fosse fundada uma vila no vale do Guaporé, cujo objetivo

era assegurar os domínios da fronteira lusa. Segundo essas instruções, todas as pessoas que se dirigissem para a nova vila ficariam isentos do pagamento de emolumentos aos ofícios da Fazenda e da Justiça, de fintas, talhas e quaisquer outros tributos por dez anos e não poderiam ser executados por dívidas contraídas em outras vilas e distritos nos primeiros três anos.[3]

Nesse período estava em discussão o Tratado de Madri (1750) e a problemática da defesa da fronteira acabou provocando o desmembramento da capitania de São Paulo, dando origem às capitanias de Mato Grosso e Goiás no ano de 1748. Era preciso que essas minas tivessem governo próprio e no caso da capitania de Mato Grosso esperava-se que ela fosse forte para conter os vizinhos espanhóis e assumisse o papel de antemural de todo o interior do Brasil.

Na instrução passada ao primeiro governador da capitania Antonio Rolim de Moura, em 1749, não se mencionava a criação de várias vilas no local, apenas que a cabeça de governo deveria ficar na região do Mato Grosso, por causa da vizinhança com os espanhóis, embora a Vila Real fosse mais numerosa.[4]

Com essa decisão, a Coroa provocou o descontentamento dos moradores da Vila Real, responsáveis pelas descobertas de veios auríferos, pela conquista do vale do Guaporé e pela derrota dos índios Paiaguá no ano de 1734. Ações que eles consideravam como prova do zelo e fidelidade para com o monarca. Nascia, portanto, desse processo de implantação da organização administrativa e conquista do território a rivalidade entre a Vila Real e Vila Bela, que perdurou até a transferência definitiva da capital para Cuiabá no ano de 1835.

Antonio Rolim de Moura chegou na Vila Real em 1751 e no final desse ano deu início a sua viagem para o distrito do Mato Grosso. Inicialmente, deveria escolher o local mais adequado para instalar o aparato administrativo e edificar a sua residência. A 18 de dezembro, chegou ao arraial de São Francisco Xavier, constituído por uma igreja, casas de pau-a-pique cobertas de capim e sem retidão das ruas. A sua localização no alto de uma chapada dificultava a condução de lenha e madeira que ficavam em lugar distante. Não

possuía boas pastagens para criação de gado e cavalo e os preços dos mantimentos eram exorbitantes. O clima era destemperado, resultando em contínuas sezões nos seus moradores.[5] Na instrução régia ficava claro que o arraial de São Francisco Xavier (1734) não poderia ser escolhido por ser muito doentio.

Em seguida, Rolim de Moura passou para o arraial de Santa Ana que possuía uma capela sob a invocação de santa do mesmo nome. Os poucos moradores que possuía estavam dispersos pelos sítios e lavras; os campos eram bons para a criação de gado; possuía bons matos para lenhas, mas a água era pouca para uma grande povoação. O clima era mais quente e temperado que o de São Francisco, sendo por isso, menos sujeito às febres e catarrais.[6]

Ambos arraiais juntos, não possuíam setenta brancos, sendo que sete eram casados. Tinham aproximadamente mil e setenta e cinco escravos. O número de vendas existentes nesses arraiais, era de apenas cinco *da segunda classe,* e entre lojas e boticas e corte de carne *entrando quatro adventícias talvez pela minha vinda doze.* [7]

Após Santa Ana, o governador se dirigiu até um lugar chamado Pouso Alegre, onde achou que as enchentes não chegavam, o ar e a água eram bons e o clima temperado benéfico para a saúde dos moradores. Nesse local, fundou Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania de Mato Grosso. Como as rendas reais da capitania eram poucas, ele não seguiria à risca a instrução régia, mas procuraria a qualquer custo formar uma *vila com alguma força e de poder.* Segundo Rolim de Moura, mesmo com os privilégios concedidos aos moradores seria muito difícil atrair um número grande de pessoas, por causa da distância e dos altos preços dos alimentos e outros produtos que vinham do litoral. Por essa razão, o governador propôs ao rei que refletisse sobre a abertura da navegação pelo rio Guaporé /Madeira, já que a proximidade com Belém do Pará contribuiria para a entrada de mercadorias e escravos com preços mais acessíveis e facilitaria as viagens dos moradores.[8] No ano de 1752, a vila recém - fundada adquiria o posto de capital e obtinha promoção na hierarquia urbana.

Isto, porque apesar da Vila Real também ter o título de vila, não se tornou cabeça de governo, deixou de ser cabeça de comarca, de sediar a Intendência do Ouro e a Provedoria da Real Fazenda e nem teve o aparato militar, pois os Dragões, assim como as instituições citadas foram para Vila Bela. A transferência desses órgãos preocupou o governador Rolim de Moura e o juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão que se estabeleceu na câmara da capital.

O governador considerou que a presença desses órgãos contribuiriam para o engrandecimento da nova vila, mas que não deveria ser fundada à custa da Vila do Cuiabá, estabelecida há muitos anos e também localizada em área de fronteira. Se isso ocorresse, seus moradores receberiam a notícia com grande abalo. Evitando tomar essa decisão, a deixou para o rei.[9] A transferência dessas instituições para Vila Bela foi inevitável e na década de 1760 a mudança já havia acontecido. A diferença é que o cargo de ouvidor, antes na Vila Real, passou para a capital e o de juiz de fora foi para a Vila Real.

Nos critérios de avaliação adotados por Antonio Rolim de Moura estavam o clima, a água, o ar, a vegetação, a salubridade e as possibilidades futuras de desenvolvimento econômico da vila numa região de fronteira. Esses fatores foram mais importantes do que os critérios demográficos, a qualidade dos habitantes e a morfologia urbana (o número de casas e sobrados, igrejas, pontes e chafarizes).[10] Afinal, o que estava em jogo na criação da vila-capital da capitania de Mato Grosso era o aspecto geo-político, ou seja, a sua proximidade do rio Guaporé e dos domínios hispânicos.

Tanto que ao observar a configuração urbana da vila-capital, observa-se que tudo ainda estava por fazer: igreja matriz, casa da câmara e cadeia, casa do governador, quartéis e casas de moradas. Rolim de Moura não seguiu à risca as instruções régias no tocante à urbanização, despreocupando-se com a simetria e igualdade das fachadas das casas, devido aos gastos que teriam os moradores. As habitações foram construídas de pau-a-pique e cobertas com capim, pois não havia telhas no local e o cuidado foi para que elas não ficassem afastadas das ruas.[11]

A casa da câmara era um rancho, cujos móveis, estandarte real e pelourinho foram comprados com as rendas da câmara da Vila Real.[12] Situação diferente não era a da cadeia. Após dois anos da fundação da vila, essas edificações foram consideradas inadequadas para *uma vila que Sua Majestade mandou criar para ser capital.* Por isso, Antonio Rolim de Moura propôs a edificação de novas casas, não concluídas por falta de verbas, ainda no ano de 1761.[13]

Por outro lado, a Vila Real do Cuiabá tinha seu ambiente urbano consolidado e em processo de expansão. Ela possuía um aspecto alongado configurado em dois núcleos: vila e porto. No centro da vila estava localizada a igreja, o oratório de Nossa Senhora do Rosário, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho e uma capelinha no Porto. No largo da matriz localizava a casa do governador em taipa de pilão, coberta com telhas e com aposentos forrados, e o sobrado da casa da câmara e cadeia construída com o mesmo material. Pelo menos cinco fontes públicas de água potável abasteciam a vila, que juntamente com o seu termo possuía em torno de 7877 pessoas.[14]

Observa-se que se os critérios pautados na qualidade dos habitantes, números de obras e edificações públicas para a concessão de títulos fossem seguidos, Vila Real seria a capital. Estava iniciada as divergências e a concorrência urbana entre as vilas.

Ciente dessas tensões, ao partir, Antonio Rolim de Moura deixou instruções ao novo governador D. Pedro da Câmara, seu sobrinho, sobre as duas vilas. Segundo ele, a Vila Real e seu termo já estavam estabelecidos e o distrito do Mato Grosso é que deveria receber atenção, pois era uma região doentia e carente do necessário para a vida humana devido à distância do litoral.[15] Todo o cuidado deveria ser voltado para ela, a fim de incentivar a permanência dos moradores e proteger o território. Alertava ao novo governador que a capital havia sido levantada com oposição dos moradores da Vila do Cuiabá e dos arraiais do Mato Grosso. Os primeiros não aceitavam se sujeitarem à Vila Bela, cujo território, até 1752, foi dependente da vila, e os segundos queriam a capital na região dos arraiais.[16]

Nota-se que os moradores dos arraiais de São Francisco Xavier e Santa Ana, por mais pequenos que fossem, possuíam um espaço habitado e com cultivo de roça. Recordamos, o governador considerou que quatro estabelecimentos comerciais tinham surgido nos arraiais por causa de sua chegada. Isto é um indício de que essas localidades procuraram, de alguma forma, demonstrar à nova autoridade que tinham condições de sediar a capital.

Antonio Rolim de Moura informou o seu sucessor que permaneceu na vila-capital desde a sua fundação, e por isso, o aconselhou a freqüentar pouco os arraiais e ir à Vila Real somente se necessário ao serviço de El -Rei. Segundo ele, se os moradores dessas localidades percebessem que o novo governador temia o clima e o incômodos de Vila Bela, alimentariam esperanças de que ela não sobreviveria e que poderia haver mudança da capital.[17]

Permanecer em Vila Bela o maior tempo possível foi uma estratégia política acatada por seus sucessores ao lado de outras relativas a oficialização e reconhecimento dos caminhos. Os governadores João Pedro da Câmara (1763-1769) e Luís Pinto de Souza Coutinho (1767-1772)[18], ao chegarem na capitania de Mato Grosso não passaram pela Vila Real, pois, vieram pelo caminho fluvial do norte. Já Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1771-1789) ao viajar pela estrada de terra que ligava Goiás a Cuiabá, passou pela Vila Real, que após vinte e dois anos não realizava a entrada de um governador. Em seguida, ele se dirigiu para Vila Bela não retornando novamente à vila mais antiga. A ausência dessas autoridades na Vila Real foi vista pelos moradores como sinal de desprestígio da localidade.

Em outra perspectiva, os trajetos seguidos pelos governadores representavam o reconhecimento oficial de mais caminhos para a capitania de Mato Grosso. Sem contar que as rotas monçoeiras norte e sul integravam a América portuguesa pelas bacias platina e amazônica. Assim sendo, a capitania de Mato Grosso era uma peça-chave na América portuguesa, pois além de proteger o território luso, o integrava por meios das bacias fluviais.

Destaca-se que o conflito entre as duas vilas também ocorreu no campo comercial. As relações comerciais desenvolvidas por elas por meio das rotas fluviais, desencadearam conflitos entre os seus comerciantes. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão monopolizou o comércio em Vila Bela, provocando insatisfações nos comerciantes da Vila Real vinculados à praça do Rio de Janeiro. Devido à distância da vila-capital, os cuiabanos não poderiam baixar os preços das mercadorias e competir com a Companhia,[19]o que gerou uma série de queixas. Portanto, além de se sentirem desprestigiados politicamente, os cuiabanos se sentiram sufocados no plano comercial.

Aprofundando a tensão, a câmara da Vila Real procurou evitar a ida de novos moradores para a capital, utilizando-se da cobrança de taxas, o que era proibido pela provisão de 1746. Do mesmo modo, na década de 1780, as disputas envolveram as verbas camarárias de ambas. As rendas do arraial de São Pedro D' El Rei (atual município de Poconé), localizado no termo da Vila Real, foram enviados para os cofres da capital, completando as insatisfações dos cuiabanos. Além disso, autoridades e alguns moradores do Cuiabá propagavam o caráter insalubre e pestilento de Vila Bela.

Além do aspecto geo-político, o estudo dessa divergência demonstra que ao estabelecer essas duas vilas na fronteira oeste, a Coroa se utilizou de uma prática já adotada nas Gerais, ou seja, a criação de dois pólos de poder que se fiscalizariam mutuamente e concorreriam entre si, neutralizando tendências à união de interesses. Arraiais próximos foram elevados à condição de vila, sempre aos pares, uma como cabeça de comarca e outra como sua concorrente. Deste modo, a Coroa implantava mecanismos de controle das elites locais, das autoridades régias e cada vila passava a ser os olhos e ouvidos do rei, pois concorreriam entre si. Segundo Maria Verônica Campos, a disputa de poder entre as diversas instâncias e jurisdições foi, mais que fator de instabilidade, mas um dos pilares do poder régio nas colônias.[20]

Neste sentido, a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela surgiu desse processo de implantação da ordem administrativa, que culminou na criação da capitania e na fundação de uma nova vila para ser capital, o que foi visto como desprestígio por parte dos cuiabanos.

[1] A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi elevada a essa condição em 1727 pelo governador da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes e até 1748 pertenceu à jurisdição dessa capitania.
[2] Os arraiais de São Francisco, Santana e Pilar (1734), antes pertencentes ao termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), passaram a pertencer ao termo da vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752).
[3]"Provisão de D. João V ao governador da capitania de São Paulo, Luís de Mascarenhas, 1746". In: Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus. (orgs.). *A terra da conquista.* História de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Editora Adriana, 2003, p. 191.
[4] Instrução da Rainha D. Mariana de Áustria para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa 19/01/1749. In. *Instruções aos capitães-generais.* Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 14.
[5] Carta de Antonio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real 28 /05/ 1752. In. *Antonio Rolim de Moura* (correspondências). Vol. 1. Cuiabá: Editora da UFMT, 1982, p. 70.
[6] Carta de Antonio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real 28 /05/ 1752... p. 73.
[7] Idem. Op. Cit; p. 74.
[8] Idem. Op. Cit; p. 78. Sobre a navegação pelos rios Madeira/ Guaporé, ver J. R. Amaral Lapa. *Economia colonial.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, pp. 29-30. A navegação pelo roteiro fluvial Madeira/Guaporé foi proibido pelo Alvará de 27 de outubro de 1733 e confirmada pela Ordem Régia de 1737. Essa interdição visava evitar o contrabando de ouro, o comércio com os espanhóis e o despovoamento do Pará diante dos novos achados auríferos. No entanto, a provisão de 14 de novembro de 1752 liberou o comércio por essa rota fluvial, pois o trânsito do lado português foi considerado um meio de impedir o ir e vir dos jesuítas espanhóis que procuravam se estabelecer no território luso.
[9] Carta de Antonio Rolim de Moura ao rei D. José I. Vila Bela 29/05/1752. In. *Antonio Rolim de Moura* (correspondências)...Vol. 1, p. 90.
[10] No caso das vilas mineiras exceto os critérios demográficos e econômicos, os demais foram considerados. Claudia Damasceno Fonseca. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. *Varia História.* Revista de História do Dep. de Historia da UFMG, n.º29, jan., 2003. Belo Horizonte: Minas Gerais, pp. 39-49.
[11] Carta de Antonio Rolim de Moura ao rei D. José I. Vila Bela 22/10/1752. In. *Antonio Rolim de Moura* (correspondências)... Vol. 1, p. 100.
[12] Carta do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão ao rei D. José. Vila Real 21/06/1751. Cd room 2, rolo 5, doc. 415 - AHU- MT.
[13] Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura ao secretário de estado da marinha e ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Cd room 3, rolo 10, doc. 487 - AHU- MT.
[14] Carlos Alberto Rosa. "O urbano colonial na terra da conquista". In: Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus. *A terra da conquista...* p. 28.
[15] Instrução do Conde de Azambuja para D. João Pedro da Câmara. Pará 08/01/1765. In: *Instruções aos capitães-generais.* Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 22
[16] Idem. Ibidem.
[17] Idem. Op.cit., p. 23.
[18] Luiz Pinto de Souza Coutinho esteve na Vila Real durante três meses no ano de 1769.
[19] Carlos Alberto Rosa. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá...*pp. 248-254. J.R. Amaral Lapa. *Economia colonial.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, pp. 90-100.
[20] Maria Verônica Campos. *Governo de Mineiros. "De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado".* São Paulo, 2002, 479. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, p. 129.

MEMÓRIA E ORALIDADE NO DISCURSO DE EX-OPERÁRIAS DE UMA FÁBRICA TÊXTIL NO INTERIOR DA BAHIA

Neli Ramos Paixão

O cotidiano de trabalhadores e, mais especificamente, de trabalhadoras fabris, e a maneira como este cotidiano fora experimentado/vivenciado e dito por seus atores sociais constituem o campo de referência de nossas reflexões neste trabalho.

A forma como as (os) ex-operárias (os) expressam suas experiências, na qual se imbricam memória e oralidade, descortina possibilidades e perspectivas para a pesquisa histórica que têm encontrado campos cada vez mais férteis no universo historiográfico. Assim é que tais expressões se consubstanciam em fontes orais para a pesquisa histórica ou, como preferem outros pesquisadores – a despeito dos debates acerca do uso do termo - em "história oral".

As fontes orais oferecem a possibilidade de estabelecer novos enfoques e reflexões ao capturar as histórias significativas de indivíduos ou grupos sociais que não estão registradas em documentos escritos e ao permitir o reexame de realidades não contempladas pela história oficial. Este não é um atributo exclusivo das fontes orais, nem tão pouco elas servem apenas à "história dos vencidos", afinal as classes dominantes também falam. Mas importa salientar que o uso de fontes orais – e toda sorte de contingências que possam derivar desta opção metodológica – são, como escreveu Charles Santana:

> " dimensões da pesquisa ricas em possibilidades que se abrem ao historiador preocupado em surpreender o vivido e as estruturas de sentimento, entendidas como criações culturais, no cerne dos processos históricos em que a luta entre projetos de mundo, entre interesses, ganha visibilidade".

Ao pensar nas (os) operárias (os) da Companhia Valença Industrial, uma fábrica têxtil no interior da Bahia, como agentes sociais, situamo-las (los) num contexto mais amplo de relações sociais, produção econômica, constituição e preservação de hábitos culturais, embates políticos, compreendendo-as (os) como sujeitos que criaram e recriaram comportamentos e atitudes e construíram suas diversas experiências no meio em que inscreveram a história de suas vidas

Portanto, a partir da memória e da voz desses sujeitos históricos, daquilo que evocam do seu passado, da recuperação das suas lembranças de tempos e espaços diversos, da explicitação de seus conhecimentos, valores e percepção de mundo é possível se chegar a aspectos e a sujeitos históricos tradicionalmente marginalizados pela história, dando voz àqueles que não a tinham.

A fala – a palavra dita – foi, então, o veículo fundamental de construção e reconstrução da história e vivências das operárias, através da qual, ao remontarem suas experiências, estabeleceram referências do contexto profissional, sociocultural e pessoal que constituem a sua história. Há que se destacar, entretanto, que o uso de fontes orais não implica considerar somente o "dito", o verbalizado; a plenitude do depoimento abarca movimentos, gestos, expressões fisionômicas, entonações e silêncios carregados de sentidos. Segundo Charles Santana:

> "Além disso, acrescenta aquilo que penso ser a especificidade da história oral: a oralidade mesma. Implica considerar não apenas as palavras, as orações e as frases registradas no gravador e transcritas no papel; mas a plenitude do depoimento com a qualidade de narrativa oral. Implica, também, pensar a fonte oral impregnada de significados que emergem de diferentes performances corporais, negando ratificando ou explicitando o conteúdo das palavras de uma forma distinta daquela expressa pela e na escrita".

Na fala de trabalhadoras e trabalhadores entrevistadas (os), a diversidade de respostas e reações a um questionamento ajuda a tecer os fios das relações sociais de outros tempos, as quais, extrapolando a experiência individual, dizem das estruturas políticas, econômicas e culturais de um dado espaço numa determinada época.

A ser questionada, por exemplo, acerca da atuação do seu sindicato e de sua participação nas atividades promovidas por ele, a ex-operária D. Naninha foi surpreendentemente enfática:

> "Participava. Era remédio que a gente adquiria... só era remédio. Eu nunca levei problema pra sindicato! Eu nunca fui problemática dentro do meu trabalho! (...) Eu não ia [para as reuniões]. Não gostava não. Não gostava desse negócio. Não gosto de nada! Nunca gostei de nada! Só fazia trabalhar. Essas coisa de reunião, disso, daquilo, não participava de nada. (...) Nem procurava saber o que foi que houve lá, nem o que não houve. Não ia não. Nada. Só cumpria com as minhas obrigação dentro do setor do meu trabalho. O resto? Não procurava saber nada!".

A sua resposta, marcada pela rigidez da expressão fisionômica, o fechar dos olhos e o frenético manear da cabeça, traduz uma sua visão sobre a organização política do grupo profissional de que participava com a qual, de acordo com o que ela expressa, a operária não se coadunava. A atuação do sindicato era por ela compreendida como "coisa de problemáticos" e a sua participação nesta entidade limitar-se-ia ao aviamento de receitas médicas.

Outras operárias compartilhavam dessa visão expressa por D. Naninha:

> "Mas eu nunca me envolvi em nada (...) [Durante a greve]... eu trabalhava... trabalhava. Nunca me envolvi em nada disso (...) Entrava quem quisesse trabalhar; quem não quisesse...".

É difícil mensurar até que ponto as operárias reconheciam como importante e necessária a sua participação no sindicato e nos momentos pontuais de lutas coletivas como as greves. É fato, entretanto, que muitas operárias participavam ativamente, a tal ponto que D. Benedita afirmou em seu depoimento:

> "Quando tinha greve... O sindicato era que iria resolver tudo porque quanto tinha greve o pessoá vinha... não trabalhava. Ficava tudo do lado de fora sem querer entrar e o sindicato era que ia resolver. Veio até gen... povo de Salvador, Plínio Sampaio, esse pessoa resolver esses pobrema".

E acrescentou, quando questionada a respeito da sua participação na greve:

> "Eu fazia sim... Era a fábrica toda... era... era a fábrica toda, não era só eu não."

As diferentes impressões sobre a atuação do sindicato são reveladoras da diversidade de elementos componentes daquela realidade. No nosso exemplo, de um lado, trabalhadoras (es) que participavam ativamente dos embates que envolviam os interesses de operários e os de patrões (ou seus representantes); de outro, aquelas (es) que primavam pela obediência e pala idéia de jamais serem "problemáticos" dentro do seu ambiente de trabalho. Entre um e outro pólo, outros tantos sujeitos cuja conduta aumentava ainda mais as tramas que compunham a teia daquelas relações sociais.

É significativamente interessante perceber, através dos depoimentos, que as trabalhadoras (es) que atestaram sua participação nos movimentos grevistas promovidos pelo sindicato correspondem às mesmas (os) que fizeram críticas severas aos seus superiores, provavelmente aquelas (es) que, no dia-a-dia fabril, davam um jeito de quebrar, ou pelo menos flexibilizar, a rigidez do enquadramento disciplinar, e se atreviam, em momentos decisivos, ao enfrentamento, respaldadas pela união com outras (os) operárias (os) e pelo sindicato. Ao fazerem referência aos gerentes que administraram a fábrica em sua época de trabalho, o depoimento de D. Benedita – que afirmou participar das greves – e

o de D. Mariinha – que assumira a postura da não participação – são lapidarmente exemplificadores:

> "Dr. Raul e seu Morá ... Aquele seu Mora era uma misera... Pintava o diabo com a gente... E dr. José Soares, aquilo era outro miserave... era gerente... Seu Morá saiu, foi embora, e ele foi quem ficou, José Soares. Aquilo é um miserave... Quarqué bobagezinha ele suspindia, pagava multa".
>
> "Mas eu, graças a Deus, sempre fui tratada com delicadeza, que eu também não dava lugar a ninguém me chamar por nada. (...) Ele ['dr' Raul, gerente] brincava muito comigo, não dentro do trabalho; fora...".

A reconstituição dessa dimensão subjetiva dos processos históricos é uma possibilidade que as fontes orais nos oferecem de forma singular. Uma de suas maiores riquezas é a própria oralidade em toda sua substância, com todas as suas nuances e com seu amplo leque de possibilidades de penetrar dimensões do modo de vida de sujeitos as quais dificilmente seriam percebidas em outros tipos de fontes.

Com a valorização das fontes orais, pretendemos dar voz ao vivido e sentido pelas (os) operárias (os) da Companhia Valença Industrial, as (os) quais, ao relembrarem e relatarem suas experiências, nos abrem um caminho de questionamentos sobre o trabalho fabril, as relações de poder, as redes de solidariedade, as estratégias de sobrevivência e de superação das dificuldades, enfim, a teia de relações sociais que permearam a vida desses indivíduos circunscritos em um tempo e em um espaço históricos.

> "Era ótimo. Minhas colega de trabalho era maravilhosa. São tudo boa, minha filha, minhas coleguinha de trabalho, era tudo camaradinha, gente boa. Não tenho o que dizer das minhas colega".

No depoimento de D. Naninha como em outros, são sinalizados outros elementos das relações que envolviam aqueles sujeitos sociais: a boa convivência expressa nas

palavras da ex-operária são um indicativo de que a rede de solidariedade e de amizade tecida no ambiente fabril era um dado significativo.

A memória dessas relações permeia as lembranças e as falas desses indivíduos que, ao compartilhar as vivências cotidianas do trabalho, não raras vezes convertiam tal partilha em estratégias para amenizar as tensões e dificuldades, burlar a fiscalização e o enquadramento disciplinar impostos por seus superiores e vencer obstáculos que garantissem a sua permanência no emprego. Esta rede intrincada de solidariedade e cumplicidade foi patentemente expressa pela ex-operária D. Aída:

> "Eu com quinze dia aprendi logo trabalhar. Fui trabalhar com uma máquina só. E a vizinha minha, de junto, aí quando eu não sabia eu chamava ela escondido do fiscal, aí ela: é assim, assim. Aí saía logo pra o fiscal não ver".

Tais relações, inscritas na dinâmica da cotidianidade, constituem os fios da tessitura em que indivíduos adquirem o estatuto de sujeitos históricos. A História Social soube apreender o potencial desse imenso cenário que é o cotidiano e, ampliando os horizontes temáticos, abstrair os sujeitos da vida por eles mesmos criada, ou seja, analisá-los a partir da perspectiva do cotidiano, ele que é, segundo Agnes Heller, "a verdadeira 'essência' da substância social".

As vivências inscritas no cotidiano são reavivadas pela memória que, mediando as experiências passadas em sua relação com o presente, faz aflorar uma vastidão de significados acerca do tempo vivido. Mais do que um processo parcial e limitado de recordar fatos passados, a memória funda-se na construção de referências sobre o passado e o presente de indivíduos e/ou grupos sociais que, de um lado, estão ancorados nas tradições; de outro, intimamente associados a mudanças culturais. Desse modo, memória e oralidade constituem instrumentos preciosos para o trabalho do historiador que pretende desvelar universos individuais e sociais – trabalho, cultura, vida cotidiana... – de agentes sociais populares, a partir daqueles que os vivenciaram.

Nesse sentido, ao penetrar na memória das (os) operárias (os) da C.V.I. estamos pisando em uma seara instigante e desafiadora, que nega a rigidez cronológica e a linearidade, que é marcada por oscilações que envolvem a lembrança e o esquecimento, subjetividades coletivamente construídas, o passado e sua recriação em um outro momento: o presente, com todas as suas contingências.

O papel da memória nos estudos históricos tem sido, pois, um papel "subversor". Para além dos debates teórico-metodológicos, o fato é que ela vem – para usar uma expressão de Alistair Thomson – "subvertendo a história" e assumindo relevância significativa nas produções históricas. Ao fazê-lo, o historiador alarga as noções de evidência histórica, incluindo as fontes orais como válidas para os estudos da história social e cultural. Nas palavras de Thomson:

> "... não seria demais afirmar que a história oral – juntamente com outros artefatos, dados e 'textos' culturais – provou-se crucial para o processo de superar noções convencionais acerca do que vale como história e, portanto, do que a história pode contar".

Assim, as recordações e narrativas das ex-operárias (os) da C.V.I. tornaram-se fontes para responder aos questionamentos sobre a vida cotidiana, o trabalho operário, as relações de poder, de solidariedade e de disputas, as ações e relações no ambiente doméstico. Estas questões estão presentes nesse leque cada vez mais amplo de curiosidades do historiador, no qual o interesse crescente por histórias como as das mulheres, por exemplo, vem desempenhando importante papel na constituição de novas fontes e métodos de pesquisa.

São questões que perpassam a experiência de sujeitos cujas visões/impressões dificilmente estão registrados em documentos escritos, como, por exemplo, esse registro no testemunho de D. Dalza:

> "A gente não tinha tempo nem de se encostar porque é pra olhar as máquina na frente, atrás. Ali é um trabalho de rodar mesmo. Quando eu chegava em casa eu já não dava mais pra nada. (...) Trabalhava

> na fábrica, trabalhava em casa e era uma vida de correria. (...) Eu me acabava mesmo pra poder... porque no dia, na semana que eu ganhava pouco meus filho não tinha dinheiro nem pra comprar uma merenda (...)".

Despontam nas lembranças de D. Dalza uma série de elementos que compunham aquele universo social: as exigências e condições para a realização do trabalho na tecelagem, as dificuldades em administrar a dupla jornada de trabalho – na fábrica e em casa - , as características da relação de trabalho que estabelecia, por exemplo, o ganho por produtividade, as motivações para se dedicar ao máximo de sua capacidade produtiva expressa em "eu me acabava mesmo" pra garantir a satisfação das necessidades de seus filhos. Muito dificilmente outras fontes evidenciariam com tamanha agudeza tais informações a partir da perspectiva de tais sujeitos.

Na memória das (os) operárias (os) ficaram significativas recordações de um tempo entrecortado de dificuldades e alegrias, de sofrimentos e compensações, de enfrentamentos e conciliações que, certamente, jamais apreenderemos em sua totalidade.

O modo de ser e de viver dessas operárias, expressos em suas falas, são reveladores de valores identitários da própria população valenciana que, a despeito da prática de outras atividades econômicas além da industrial, inseriu no seu modo de viver novos contornos e uma dinâmica absolutamente peculiar a partir e em torno da fábrica.

Longe de pretender esgotar as discussões acerta do tema, nosso trabalho tem, antes, a intenção de suscitar outras tantas questões e outras tantas leituras que possibilitem evidenciar a existência e as ações de sujeitos históricos que vem sendo paulatinamente retirados dos bastidores da história e assim contribuir para o reconhecimento da identidade de um povo do qual mulheres e homens operários, funcionárias (os) da Companhia Valença Industrial fizeram e fazem parte, cujas histórias de vida marcaram, com seus valores e cultura, a história da sociedade valenciana.

MERCENÁRIOS OU HERÓIS DA INDEPENDÊNCIA

NELIO GALSKY

A tradição de se homenagear figuras da história naval brasileira escolhendo seus nomes para "batizar" navios da armada ainda não alcançou o Almirante Cochrane e o grupo de oficiais, britânicos em sua maioria, que, sob a sua liderança comandaram a marinha brasileira nas lutas que se seguiram à independência. Esta ausência de homenagens é estendida inclusive aqueles que optaram por permanecer definitivamente no Brasil, aqui constituindo família, participando das diversas operações militares ocorridas no período compreendido entre a Campanha da Cisplatina e a Guerra do Paraguai, e galgando os postos mais altos da carreira naval, como foi o caso de João Taylor, João Pascoe Grenfell, Victor Subrá, William Parker e Bartolomeo Hayden[1].

Este "silêncio" das autoridades navais tem uma contrapartida em parte da historiografia brasileira, que muitas vezes se refere a Cochrane e aos outros oficiais estrangeiro da marinha, apenas como mercenários interessados em presas e butins[2]. O cerne da pecha de mercenários está relacionada à questão das presas de guerra, uma longa discussão entre Cochrane e as autoridades brasileiras, acerca dos direitos que as tripulações teriam sobre os navios e cargas portuguesas apreendidas durante a guerra. O direito às presas era uma tradição das marinhas de guerra européias[3], e a sua garantia além de essencial para a vinda de Cochrane e seus comandados ao Brasil, estava na raiz da longa querela entre Cochrane e as autoridades brasileiras[4].

Dessa forma, a primeira vista, o julgamento que a nossa historiografia faz de Cochrane não está longe da realidade. Porém, há um evidente contraste entre .as opiniões de parte da nossa historiografia e a maneira como Cochrane é citado por Thompson na sua Formação da Classe Operária inglesa, onde o almirante aparece como representante parlamentar dos radicais ingleses[5]. Esta participação de Cochrane nas lutas políticas do início do Séc. XIX, levou-nos a pensar que as versões que colocam a vinda dos oficiais ingleses para a América do Sul como motivada apenas pela busca de presas e butins, talvez sejam apenas parte da realidade .Para se ter uma visão mais abrangente das motivações desse grupo, seria preciso compreender a especificidade da formação da Marinha Inglesa e a maneira como a vida e as visões de mundo dos oficiais articulavam-se com o contexto histórico em tela, isto é com o período que se seguiu ao impacto da Revolução Industrial e da Revolução Francesa na vida política do chamado mundo ocidental, em especial da Inglaterra, marcando o fim das Guerras

Napoleônicas e a consolidação do Império Britânico. Essa consolidação, teve como marco o governo do segundo Pitt, que inaugurou uma maré nacionalista e conservadora que foi a tônica das administrações britânicas do período 1780 a 1830. A par com a repressão aos movimentos radicais, os sucessivos governos britânicos do período citado implementaram medidas no sentido de centralizar e profissionalizar a administração do império[6]. A marinha inglesa, que teve seu período de formação na Inglaterra elizabetana, onde as façanhas de corsários como Francis Drake e Hawkins atraíam jovens aristocratas para a vida no mar, passou por uma maior profissionalização dos seus quadros, no sentido de resolver as dificuldades de convivência entre oficiais oriundos da aristocracia(gentleman commanders) e aqueles com origem nas comunidades de artesãos e mestres navais(seamen commanders)[7].Esse período viu o fim do velho lobo do mar aristocrata, autônomo e aventureiro, e a progressiva substituição de uma liderança carismática, onde o saque era parte essencial na motivação dos tripulantes, para uma identificação com valores ligados à coroa e ao patriotismo.

O historiador Brian Vale vê a vinda dos oficiais navais ingleses para a América do Sul como motivada principalmente pelo desemprego[8]. Em nossa opinião essa visão explica apenas parte do problema. Na verdade muitos oficiais teriam optado por participarem das lutas da independência da América do Sul motivados pela perda de espaço na marinha britânica, e num mundo onde, após o Congresso de Viena, sucessivas tentativas de institucionalização das relações entre as potências passaram a encarar atividades como o corso menos como uma tática militar e mais como uma atividade desagregadora de atividades comerciais estáveis[9]. É nesse sentido que o comandante da esquadra britânica na América do Sul vê a presença de Cochrane e seus oficiais no continente como essencial para a Independência das antigas colônias ibéricas, mas ao mesmo tempo, condena as atitudes do almirante como pirataria por afetarem os interesses comerciais britânicos. O que preocupa o almirantado inglês em relação a Cochrane é a contaminação dos oficiais britânicos pelo “fantasma” da indisciplina e a deserção de seus tripulantes para as novas marinhas sul-americanas[10].No Brasil, Cochrane e seus oficiais passaram rapidamente de heróis da independência, a réus em conselhos de guerra onde a legitimidade das cargas apreendidas foi muitas vezes contestada por comerciantes portugueses que se tornaram brasileiros ao aderir a causa do imperador. Por outro lado, a utilização da marinha para garantir a adesão das elites dirigentes das províncias do norte a um projeto de Independência centrado no sudeste e em D. Pedro I, transformou, para uma parte da nossa historiografia, os oficiais ingleses da marinha brasileira em “instrumentos do partido da ordem”, sem o benefício de serem reconhecidos como salvadores da “unidade nacional” como Caxias e Floriano.

[1] Victor Santiago Subrá era francês, apresentou-se, em 1823, como voluntário à esquadra imperial formada para combater as tropas do Gal. Madeira na Bahia. Foi secretário particular de Cochrane e depois efetivado como segundo tenente graduado. Fez uma longa carreira na marinha brasileira, atingindo o posto de Chefe de Divisão por ocasião da reforma, em 1868. DORES, Fr. Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada da Independência*. Salvador: Livraria Progresso Editora. 1957. P. 29. Cf. para Subrá e os demais oficiais: Primeiro Livro Mestre de Oficiais do Corpo da Armada. Serviço de Documentação da Marinha(SDM). pp. 6/88

[2] Cf. p. ex: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil.* 8a Edição. São Paulo: Brasiliense, 1973. Pág. 134

[3] em relação ao direito às presas como um apanágio dos tripulantes das marinhas de guerra, é preciso chamar à atenção para o fato da imprensa oficial portuguesa da época da independência não se referir em nenhum momento a Cochrane e aos outros oficiais ingleses a serviço da marinha brasileira como mercenários. Cf. Diário de Governo e Gazeta de Lisboa, período de janeiro de 1823 à janeiro de1824. J2510m e J1291 PN1. Lisboa: Biblioteca Nacional.

[4] VALE, Brian. *A Ação da Marinha na Confederação do Equador*. In: História Naval Brasileira . Terceiro Volume. Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002. pp.133-155

[5] THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. I . A Árvore da Liberdade. 2ª Edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra S/A. p. 83

[6] BAYLY, Imperial Meridien: The British Empire and The World. 1780 – 1830. London/New York: Longman. 1989. Pp.11-15 e 107-118.

[7] ELIAS, Norbert. *Studies in the Genesis of the Naval Profession*. In : British Journal of Sociology. V. I. n.º 4, 1950. P. 297.

[8] VALE, Brian. *A Criação da Marinha Imperial*. In: História Naval Brasileira . Terceiro Volume. Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.p.78

[9] O corso seria extinto por quase todos os países no Congresso de Paris de 1856.cf. MARTINS. , Hélio Leôncio. *O Corso Nas Costas do Brasil.* 1826 –28. Revista do I.H.G.B.a.162. N.º 411. Abril/Junho 2001.p.82

[10] cf. Correspondência do Comodoro Hardy, documentos: 169,194, 195,214.GRAHAM, Gerald S. & HUMPHREYS, R. A. The Navy and South America.1807-23. Correspondence of The Commanders-in-chief on the South American Station. Navy Records Society. London and Colchester. 1962

AS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS.

Nelson Pôrto Ribeiro – UFES

nelson.porto@operaprima.com.br

1. INTRODUÇÃO.

"A revolução industrial trouxe uma série de inovações para a arte das tecnologias construtivas, particularmente a introdução das estruturas metálicas e do cimento Portland - aglomerante de características hidráulicas"[i]. Pode-se considerar parte também deste processo revolucionário o desenvolvimento da arte de erigir alvenarias com tijolos cerâmicos: material que a rigor existe desde a antiguidade, contudo, somente a partir do século XIX, com o surgimento de uma massiva produção industrializada é que se torna o componente predominante, quando não único, das alvenarias portantes.

No Brasil, porém, as inovações técnicas provenientes da revolução industrial entraram com retardo. É bem verdade que uma utilização em maior escala do vidro e das grades de ferro (em especial em balcões), já era sentida desde a primeira metade do século XIX[ii]. Também é verdade que o tijolo já era material predominante nas construções civis em Recife a época em que o engenheiro francês Louis Vauthier andou por lá, isto muito antes que se instalasse em Campinas em 1865 a primeira olaria mecanizada do país, segundo Lemos[iii], a qual propiciou uma produção de tijolos em escala industrial que vai afetar profundamente a maneira de se construir; substituindo as antigas alvenarias espessas de pedra e cal ou de terra socada, pelas alvenarias mais delgadas em tijolos cozidos.

Contudo, é apenas ao final do século que vão aparecer as estruturas metálicas em pisos e colunas de sustentação substituindo os barrotes de madeira e as antigas paredes mestras, metodologia essa que vai se tornar habitual desta data em diante, ao menos na cidade do Rio de Janeiro, capital da Republica, onde o governo central está preocupado em remodelar a cidade retirando-lhe o antigo aspecto de burgo colonial e equiparando-a às capitais européias tendo Paris por modelo. Uma sucessão de obras de remodelação será efetivada na cidade no

início do século XX, sendo a abertura da Avenida Central a mais importante delas. Estas obras serão a consagração no Brasil das novas técnicas construtivas oriundas da Europa, utilizadas até então de uma forma mais esporádica.

Parece-me que as obras efetivadas pela República no início deste novo século são o ápice do processo de modernização do estado brasileiro que se iniciara na fase final do Império, e, que, no caso específico da construção civil, começou com a criação em 1858 da Escola Central - pois até então a única formação de engenheiro no Brasil era a militar – e a qual foi substituída em 1873 pela Politécnica do Rio de Janeiro, ambas baseadas no modelo francês e que foram responsáveis pela formação de profissionais aptos e a par das recentes inovações tecnológicas ocorridas em Europa, tal como o uso do cimento Portland, que em 1866 já era importado pelo engenheiro André Rebouças para a construção do cais da Doca da Alfândega no Rio de Janeiro[iv].

No caso da Avenida Central, contribuiu sem dúvida para a implementação da modernidade na arte da construção o fato de que o governo central visando a melhoria da qualidade das edificações a serem construídas na principal avenida da capital, liberou as construções desta área de obrigações alfandegárias, provocando uma importação maciça de materiais de construção; não apenas cimento Portland, estruturas metálicas e pedras nobres para revestimento, mas também tijolos e telhas, que, de acordo com os técnicos contemporâneos, tinham qualidade superior aos fabricados no Brasil[v].

No prazo de vinte meses, foram desapropriados e demolidos 700 velhos prédios pertencentes ao Rio de Janeiro colonial, e, ao ser inaugurada, em 1905, a Avenida tinha 30 edifícios novos, 85 em construção e apenas 4 lotes vazios.

2. AS FUNDAÇÕES.

No período colonial as fundações quase que invariavelmente eram executadas em vala corrida, algumas vezes em poço, muito raramente utilizava-se o estaqueamento[vi], embora este fosse um processo bastante antigo e praticado já pelos romanos.

Com o incremento da ciência da engenharia de solos a partir dos estudos politécnicos, a prática na execução das fundações alterou-se bastante, estas passaram a ser executadas com maiores cuidados, tal como o escalonamento, que propiciava uma maior superfície de contato e portanto uma melhor distribuição da carga no solo e que embora fosse uma técnica conhecida também, raramente foi adotada no período colonial onde as fundações costumavam ser apenas ligeiramente mais largas que as paredes acima[vii]. A profundidade das fundações, que até então dificilmente ultrapassava 1 metro, passou a ser função da carga da edificação e da resistência do terreno.

O monumental prédio da CPRM na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, construído a partir de 1880 com projeto do engenheiro Antonio de Paula Freitas, tem baldrames de pedra de mão escalonados com 3,10 m de largura na base, e 3,0 m na profundidade[viii]. Também a partir desta época, o estaqueamento, com uso de estacas de madeira tornou-se hábito, principalmente em solos arenosos ou de aterro. As fundações do cais da Doca da Alfândega necessitaram de um estaqueado de madeira que foi executado com "*bate-estaca a vapor, inspecionadas por mergulhadores com escafandros a ar comprimido*"[ix]. Na própria Avenida Central, é famoso o caso do estaqueamento das fundações do Teatro Municipal, que teria consumido toda uma floresta.

Alguns documentos pertencentes à coleção da Comissão Construtora da Avenida Central nos deixam entrever como teriam sido as fundações destes prédios. Na edificação executada pela firma Antônio Januzzi Irmãos & Cia. no imóvel do Sr. Eduardo Guinle, na esquina com a Rua de São Pedro, de acordo com um relatório técnico da obra os alicerces das paredes externas teriam atingido "*a profundidade de 2,30m para encontrar a camada de areia grossa, camada esta julgada suficiente para a completa estabilidade da construção* (...) *os*

alicerces foram construídos com concreto, formando um só bloco, conforme se pode observar"[x]. Para o prédio da Escola Nacional de Belas Artes, na atual Cinelândia, e, portanto, mais próximo ao mar, o empreiteiro encarregado das obras prevendo dificuldades cogitava da possibilidade das fundações serem profundas e até mesmo incorporando estruturas metálicas, de forma que na proposta que apresenta à Comissão, no item relativo às fundações, propõe que estas sejam "*de Concreto feito de Cimento Portland de qualidade aprovada em proporções nunca inferior de 1 de cimento, 2 de areia doce limpo, e 4 de pedra britada, sendo nos lugares exigidos pelas condições do terreno, feitos as obras de reforçamento necessárias; ou de estacas de madeira, ou então de vigas de aço horizontais combinado com concreto*"[xi].

3. AS ESTRUTURAS.

De acordo com Paulo Santos, na capital brasileira "*nas duas primeiras décadas* (do século XX), *os prédios, na sua quase totalidade, foram feitos com estruturas mistas: de alvenaria nas paredes perimetrais e miolo de ferro*"[xii]. É certo que aqui o estudioso da arquitetura está referindo-se especialmente às edificações de maior magnitude, grandiosas mesmo, do tipo das que foram construídas na Avenida Central, embora as estruturas metálicas já estivessem presentes também, em menor escala, nas construções do dia a dia, em especial substituindo paredes portantes e permitindo maiores vãos, e, conseqüentemente, ambientes mais amplos.

Mas não era apenas no miolo que as estruturas em ferro eram inseridas nas novas e modernas construções. Também as alvenarias periféricas contavam muitas vezes com reforços metálicos. No mesmo documento já referido acima, o construtor do prédio da ENBA se propunha a executar o projeto obedecendo os "*desenhos fornecidos, não só na aparência geral como nas divisões das diversas repartições, porém*" ressalvava ele, "*será permitida a introdução de colunas e vigas de aço mesmo nas paredes exteriores e interiores reduzindo a grossura das mesmas paredes onde seja conveniente*"[xiii]. Já o prédio da Biblioteca Nacional, construído ao lado e à mesma época, utilizou-se de tecnologia similar; vigas metálicas do piso ora apoiadas

em pilares metálicos embutidos nas pilastras das paredes periféricas, ora apoiadas diretamente por sobre a alvenaria dessas paredes[xiv].

Sob o ponto de vista da execução das alvenarias o material utilizado predominantemente foi o tijolo cerâmico – inclusive importado como revelam os documentos da execução do prédio das Docas de Santos (atual sede da 6ª SR – IPHAN)[xv], ou o documento da empreitada da ENBA, que afirmava: "*Todas as paredes serão feitas com tijolos importados de primeira qualidade, de conhecida resistência, não só nas paredes continuas, como nas de colunas de aço espaçadas*"[xvi] Contudo, alvenarias de cal e pedra ainda com a técnica colonial tradicional podiam ser executadas no embasamento do prédio, como é o caso da edificação situada no atual n° 88 da Av. Rio Branco.

Em relação às argamassas, sabe-se que praticamente toda a Avenida Central foi construída com cimento Portland importado. Mesmo prédios em outros pontos da cidade, que não usufruíam isenção fiscal, à época costumavam importar este cimento devido às qualidades do mesmo. As obras do prédio das Docas de Santos, por exemplo, durante o período de junho de 1905 a janeiro de 1907 importou 2.600 barricas de cimento, o que corresponde a 442 toneladas do produto, provenientes em especial dos portos de Antuérpia, Marseille e Havre[xvii].

Quanto aos pisos intermediários, o mesmo documento citado acima acerca do prédio da ENBA explica como era um dos processos construtivos em vigor mais usual: "*todos os soalhos serão formados de vigamentos de aço com enchimento de concreto ou de blocos de barro furados, apropriado para este fim, coberto com cimento e preparados para receber frisas de madeira* (...) *ou ladrilhos cerâmicos*". Esse é o clássico sistema de *abobadilhas* que estava em voga. Entre nós, utilizavam-se "perfis em 'I' de ferro laminado, engastados nas paredes portantes, distantes entre si aproximadamente sessenta centímetros ou um pouco mais, sendo que os vãos intermediários eram preenchidos com tijolos cerâmicos feitos especialmente para este fim, ou, com tijolos comuns dispostos ao cutelo; com as peças todas trabalhando à compressão e formando na superfície inferior, em geral, um arco abatido"[xviii].

Por fim, quanto às coberturas, os distintos sistemas envolvidos muitas vezes incorporavam tecnologia inovadora: a cobertura dos torreões do prédio da ENBA é uma estrutura metálica na qual é fixada uma tela *deployée* também metálica, que serve de estruturação para argamassas à base de cimento Portland[xix], ou seja, muito próximo daquilo que viria a ser cerca de vinte anos depois o concreto armado. As estruturas metálicas, na maior parte, substituíam as antigas estruturas de madeira dos telhados. O prédio das Docas de Santos, por exemplo, importou pelo "*vapor allemão Santos, procedente de Hamburgo, 130 volumes com peças de ferro e acessórios* (...) *com o peso de 21.399 kilos constituindo o travejamento do telhado*"[xx], para esta mesma cobertura, as telhas cerâmicas eram provenientes de Marseille e as telhas de vidro do Havre (marca Roux)[xxi]. No caso do prédio da Caixa de Amortização, sabe-se que "*todo o vigamento metálico, quer dos soalhos, quer da cobertura, rotunda, escada de caracol e passadiços, foi fornecido pela usina Braine-le-Conte* (Bélgica)"[xxii].

4. REVESTIMENTOS.

No campo dos revestimentos e acabamentos as obras da Avenida Central não mediram os gastos: na Caixa de Amortização os "*mármores e os bronzes da fachada e da rotunda foram encomendados diretamente pelo engenheiro chefe a Casa Arthur Blad, de Paris*"[xxiii]. Quarenta e seis toneladas de "*mármores lavrados para o embasamento do primeiro andar*"[xxiv] (saguão de entrada), foram trazidos, provenientes da Itália, para o prédio das Docas de Santos. As pedreiras da Praia da Saudade (Urca) e da Candelária (Catete), forneceram os granitos e os gneisses aplicados no embasamento dos prédios neo-renascentistas.

Uma das características da arquitetura eclética deste período são os estuques em argamassa nas fachadas, que quando do advento do cimento Portland, multiplicaram-se, pelas facilidades técnicas que este material trazia para a fundição dos ornatos; maior resistência mecânica, cura hidráulica mais rápida além de melhor adesão à estruturas metálicas. Segundo o empreiteiro da Escola de Belas Artes, "*Estátuas, Figuras, e outras ornamentações maiores, as*

quais serão feitas em Cimento Portland com fundo de tijolos, ou armação de ferro apropriado.."[xxv].

Uma outra grande inovação no tratamento das fachadas que esta época vai apresentar é a variedade cromática, radicalmente distinta do monocromatismo que vinha sendo regra até então – o branco colonial e o amarelo neoclássico. Variedade esta incrementada pelas importações de materiais de construção, tanto de pigmentos industrializados com maior estabilidade em meios de pH extremo – como nas tintas a base de cal - como também pela própria possibilidade de adoção do óleo de linhaça enquanto veículo das pinturas.

Na mesma época da construção da Avenida Central publicou-se no Rio de Janeiro um manual intitulado *Novo tratado usual da pintura de edificios e decoração*, de autoria de Paul Fleury. O propósito desta obra parece muito claro: o de introduzir na capital brasileira as práticas sofisticadas e já consolidadas em Europa de decoração arquitetônica, em especial as de pinturas decorativas e de estuques, e uma prática, diga-se de passagem, destinada a ser adotada em larga escala. A casa da burguesia republicana sai do anonimato da arquitetura monocromática e adere à individualidade permitida pela variada ornamentação de estucados e dos coloridos parietais. A respeito das pinturas a base de cal, Fleury observa que se trata de "*uma pintura grosseira e desagradável que só dá tons rudimentares e monótonos, porque encerra um princípio caustico que destroe muitas cores e admitte apenas as misturas mais restrictas*". Para a pintura externa das residências, ele considera como veículo ideal apenas o óleo de linhaça; "*são as sementes chamadas de Riga, vindas da Rússia, que dão o melhor óleo*" afirma[xxvi].

Aos procedimentos de pintura acrescentam-se as técnicas das argamassas pigmentadas – tendo por base o cimento portland importado – e que pretendem criar na fachada do prédio eclético a ilusão de que ele foi todo construído com pedra de cantaria. Para tanto, essas argamassas são aplicadas repetindo conformações da arte da estereotomia das pedras.

A última fase do ecletismo na arquitetura vai explorar aos limites possibilidades estéticas que até então não estavam disponíveis por restrições distintas; fosse limitações técnicas, fosse restrições econômicas. Sabe-se que a ânsia de transformar a capital da republica em uma cidade com ares europeus derrubou estas barreiras e acelerou o processo de transformação e modernização do estado brasileiro.

---

[i] Nelson Pôrto Ribeiro. "*Técnicas construtivas tradicionais das alvenarias no Brasil*" in: Márcia Braga. **Conservação e restauro: arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro : Editora Rio, 2003. p.79.
[ii] Luis Saia. **Morada paulista**. São Paulo, Perspectiva, 1995. p.197.
[iii] Carlos A.C. Lemos. **Alvenaria burguesa**. São Paulo, Nobel, 1989. p.40.
[iv] A este respeito ver: Nelson P. Ribeiro. "*O uso de técnicas construtivas inovadoras na política de construção de portos no Brasil do século XIX: o caso do Rio de Janeiro*". **V Encontro Regional de História – ANPUH-ES**. 13 a 16 de dezembro de 2004.
[v] A argila brasileira era de excelente qualidade, o problema, a acreditar em alguns autores, estava no amassamento do material onde às vezes era acrescentado areia contaminada com cloreto de sódio, e também na queima das peças, que usualmente era incompleta (Eng. Paula Freitas, 1884. Apud Gilberto Freire nas notas ao texto de L. Vauthier. "*Casas de residência no Brasil*" in: **Arquitetura no Brasil I: textos escolhidos da Revista do IPHAN**. São Paulo : MEC : IPHAN : USP : FAU, 1975. p.48).
[vi] Vauthier, na década de 40 do século XIX, afirma, no caso das fundações, que o concreto era desconhecido pelos pedreiros e o estaqueamento de madeira, embora houvesse exemplos, extremamente raro (**op.cit**. p.51).
[vii] Ribeiro. "*Técnicas construtivas tradicionais...*" **op.cit**. p.70.
[viii] Pier Luigi Tosatto. **Um palácio na história geológica brasileira**. Brasília : DNPM, 1994. (ilustrações).
[ix] Pedro Carlos da Silva Telles. **História da engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro : LTC, 1984. p.270.
[x] Arquivo Nacional – **C.C.A.C**., Caixa 1, Envelope 10, Doc. 08.
[xi] Arquivo Nacional – **C.C.A.C.** Caixa 4, Envelope 64, Doc. 02.
[xii] P. F. Santos. "*Arquitetura e urbanismo na Avenida Central*" in: Marc Ferrez. **O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906**. [Rio de Janeiro] : João Fortes Engenharia, 1982. p.33.
[xiii] Arquivo Nacional – **C.C.A.C**., Caixa 4, Envelope 64, Doc. 02.
[xiv] Ribeiro. "*Técnicas construtivas tradicionais...*" **op.cit**. p.80.
[xv] Arquivo Nacional – **C.C.A.C**., Caixa 1, Envelope 10, Doc. 47.
[xvi] Arquivo Nacional – **C.C.A.C.** Caixa 4, Envelope 64, Doc. 02.
[xvii] Cf. diversos documentos do Arquivo Nacional – **C.C.A.C**., Caixa 1, Envelope 10.
[xviii] Ribeiro. "*Técnicas construtivas tradicionais...*" **op.cit**. p.81.
[xix] idem.
[xx] Arquivo Nacional – **C.C.A.C**., Caixa 1, Envelope 10, Doc. 52.
[xxi] **Idem.** Docs. 45 e 62.
[xxii] **Em torno de um aniversário**. (edição comemorativa dos 80 anos do prédio do MECIR). Brasília : Banco Central do Brasil : 1986. p.15.
[xxiii] **Idem**.
[xxiv] Arquivo Nacional – **C.C.A.C**., Caixa 1, Envelope 10, Doc. 53.
[xxv] Arquivo Nacional – **C.C.A.C**. Caixa 4, Envelope 64, Doc. 02.
[xxvi] Paul Fleury. **Novo tratado usual da pintura de edificios e decoração**. Rio de Janeiro : Paris : Garnier, 1903. p.10 e 52.

A RESISTÊNCIA DO POVO KAIOWÁ DA ALDEIA PANAMBIZINHO NO MOMENTO DA TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA FRANCISCO HORTA BARBOSA

Nely Aparecida Maciel – PPG-UFMS

Neste artigo analiso certos aspectos relacionados com o processo de *colonização não-indígena* na região de Dourados, especialmente no local onde se situa a aldeia Panambizinho[1], durante o governo de Getúlio Vargas no estado de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). No início da década de 1940, a região sul do Estado foi marcada por intensos conflitos fundiários relacionados ao processo de expropriação das terras pertencentes aos índios Kaiowá. Os indígenas não aceitaram esses fatos passivamente e lutaram pela recuperação de suas terras.

O objetivo maior deste trabalho é apontar o processo de resistência dos índios, principalmente de líderes mais antigos, ao serem transferidos da área de colonização para a reserva Francisco Horta Barbosa (Dourados - MS).

Durante o período da instalação e pós-instalação do Projeto de Colonização de 1943 até por volta da década de 60, a tentativa era de retirar os indígenas do território para a colonização não-índia. Assim, no tocante à distribuição das terras, os Kaiowá passam a ser tratados da mesma forma que os colonos recebendo 30 ha. por família extensa.

No distrito de Panambi[2] houve de fato um impacto com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) sobre os Kaiowá, pois ela atingiu parte significativa do território desse povo. A implantação da Colônia em área de aldeias Kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos indígenas pela manutenção e recuperação de suas terras. Eles negavam-se a deixar as terras onde tradicionalmente viveram, as quais foram "vendidas" pelo governo aos colonos. Estes, por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos indígenas através de ações na justiça.

Em 1946, Pedro Henrique, capitão dos índios Kaiowá, escreve uma carta ao General Rondon, solicitando:

> "Aqui venho pedir-vos ao Sr. General para mandar dividir as terras que toca para os índios Caiuás, porque os outros estão só fazendo intrigas para ver se toma as nossas terras, e nós somos bastante índios, precisamos de um pedaço de terra para minha Aldeia, para podermos trabalhar mais socêgados, minha Aldeia contém 869 índios entre homens e mulheres e crianças então vou pedi-lho o auxilio do Sr. General e esperarmos as suas providências, desde já todos os Índios Cauás ficam muitos agradecidos pelas suas caridade com eles, e pedimos a deus a recompença sua. E muito agradeço ao exmo General".[3]

A carta de Pedro Henrique, acaba por desencadear uma série de correspondências que mostram que, embora sejam órgãos lotados no mesmo Ministério, o Serviço de Proteção ao índio (SPI) é inoperante frente à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), bem como revela aspectos importantes sobre a origem de toda a confusão, presente até final de dezembro de 2004[4], no que diz respeito à definição sobre as terras da região de Panambi.

O decreto Estadual nº. 401, de 03/09/1917, reservou uma área de 3.600 ha. de terras "para 'colônia' dos índios de Dourados" (Posto Indígena Francisco Horta Barbosa). Conforme a criação dessa reserva os índios da região do Panambi foram sendo levados para lá.

Percebemos através dos documentos de Ofício que a intenção dos trabalhadores do Estado era de excluir a presença de índios no território o mais rápido possível. Como escreve (VIETTA, 1997, p. 42)[5], aumentam as pressões para que os Kaiowá se retirem da área, por outro lado, maior é a resistência apresentada por eles. Sempre houve a imposição por parte do SPI e da CAND para que os índios se transferissem para o Posto Francisco Horta Barbosa, atual reserva de Dourados. Portanto, as populações que passaram a ocupar as reservas foram, na época, transferidas de seus territórios originais e, conseqüentemente, houve uma sobreposição de "aldeias" e lideranças, além da gradativa transformação dos

meios de produção econômica. Esses elementos estão diretamente associados a uma série de problemas vivenciados atualmente no interior das Reservas Indígenas.

Para Pacheco de Oliveira, "a problemática do território é central na existência atual dos índios e se reflete não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.108)[6].

Frente à resistência apresentada pelos Kaiowá para viabilizar esta transferência, tem início uma série de episódios violentos, que ao menos segundo as narrativas Kaiowá (em entrevistas) são igualmente promovidos por funcionários do SPI e da CAND. Entre os nomes mais citados estão Acácio (Acácio Arruda, Agente do PI Francisco Horta), Aguirre (Jorge Coutinho Aguirre, Administrador da CAND), César (Luiz Egídio Cerqueira César, Assistente da CAND) e Joaquim Frado (Joaquim Fausto Prado, Chefe do IR 5).

Na época da implantação da Colônia Agrícola, o índio Kaiowá, Pedro Henrique, havia sido designado como capitão. Esteve à frente das negociações bem como sofreu muita pressão dos órgãos acima referidos. No depoimento de Lauro Conciança, há a citação de várias pessoas ligadas à CAND que estariam pressionando Pedro Henrique a abandonar a área junto com todas as famílias Kaiowá.

> "... Esse aqui, esse Colônia. Esse índio, índio, tudo índio tem que saí, vai tudo lá, é lá no Francisco Horta, vai tudo, não fica aqui, não fica aqui nenhum não fica aqui. Governo não que fica, índio tem que vai tudo lá no Francisco Horta, tem que saí tudo. Pedro Henrique teimando. Pedro Henrique foi lá no Campo Grande, cada dia foi lá no Campo Grande, cada dia, Pedro Henrique. Porque o Dr. Aguirre falô assim: na merada [beirada], na merada é Panambí, fica só vocês, 500 ha, 500 ha, assim é, pedaço, é pra, lá pra lá. Colônia não tem, não, Colônia, ah, esse não... Esse Colônia mesmo, fica Colônia esse Federal, esse Federal, esse Federal. Colônia, tem que saí. Ah, Chiquito, Chiquito Pa'i, Pa'i Guasu tem que saí. Ah, Chiquito falô: ah, eu não sai, nascemo aqui, eu não saio mesmo! Chiquito

> morreu aqui, enterra aqui no cemitério, enterrá cemitério. Dr. Aguirre, ele pediu pra retirá na marra Pa'i Chiquito, mai Pa'i Chiquito não saiu."[7]

Através desse depoimento podemos confirmar a resistência do índio Kaiowá Chiquito Pedro, demonstrando todo o afeto pelo território que sempre viveu. Para confirmação desses fatos, o memorando de nº. 477 do Chefe do IR 5, José Mongenot, de 10/10/1961, enviado ao encarregado do PI Francisco Horta Barbosa, Salatiel M. Diniz mostra:

> "De acordo com o ofício s/n do Sr. Lineu Amaral Soares, solicito providências dessa Chefia para retirada dos índios "Caiuás" que estão instalados no lote rural nº. 42 da quadra 66 do Núcleo Colonial de Dourados, deveis entrar em contato com o referido cidadão e diante dos documentos de propriedade da referida gleba, providenciar a retirada dos índios aconselhando-os a se instalarem na área do PI Francisco Horta ou outras reservas eles destinadas, José Bonifácio, Benjamin Constant, Taquapery e outras do extremo sul."

Foi no período de implantação das fazendas e da CAND, que o processo de perda da terra por parte dos Kaiowá da Panambizinho e alteração das aldeias se agravou. Ao contrário do período anterior, as novas frentes de ocupação não-índia disputavam, diretamente, com os Kaiowá/Guarani a propriedade e a posse da terra, sinalizando não só para a perda de terra, mas, especialmente, para a desintegração das famílias extensas. Com essa desintegração, os rituais básicos necessários para a reprodução do modo de ser tradicional não deixaram de ser praticados, em especial o rito de iniciação dos meninos à vida adulta, o *Kunumi Pepy*[8]. Ao término do período de implantação das fazendas e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, portanto, do desmatamento, as reservas dos Kaiowá/Guarani atingiu seu ponto alto.

Se a iniciativa de doação de lotes aos indígenas contemplava diretamente o interesse da CAND, invariavelmente feria todos os conceitos relacionados ao modo de vida tradicional dos Kaiowá. Apresentando uma organização familiar peculiar a uma produção econômica diferenciada dos produtores rurais, é impossível imaginar que a aldeia indígena possa se

manter recortada por propriedades particulares. Isso não apenas do ponto de vista econômico, mas também das relações familiares, políticas e religiosas, que são totalmente interligados em qualquer sociedade indígena. Como resultado, embora considerado ilegal pela CAND, aos poucos, os índios beneficiados acabaram vendendo ou abandonando seus lotes. As exceções estão naquelas áreas que deram origem à aldeia Panambizinho.

O índio Kaiowá Ricardo Jorge, relembra as histórias contadas por seu pai Ruivito Galeano Jorge, sobre a desistência ou venda dos lotes ganhos.

> "Colônia chega em 1944... Chegaram os índios em Dourados (no PI) um a um explicaram que o branco ia chegar: se tinha morador índio, branco não entrava; quando não morava índio, era lote de branco. Já misturou civilizado com índio pra tomar tudo. Cortaram em lote e deram uma escritura para os índios velhos, enganado, tudo enganado. Era um papel pequeno. Ficou um ano misturado, depois o Administrador chamou os índios para avisar que não pode misturar. Ruivito, meu pai, morava no lote 44, recebeu ordem para ir para a aldeia de Dourados. Foi assim com todos. Pedro Henrique, Dominguinho, Livino, Paraguassu brigaram com os colonos e conseguiram ficar em Lagoa Rica. Raul vendeu terra dos índios para colono e a escritura que deu para o índio teve que devolver. Pedro Henrique morava no 43, na beira do Braço Morto, brigou com Antonio e Miguel Rosa (colono), botou fogo na casa de Henrique e do Lídio e ainda sai risando do índio. Os dois saíram na marra e defendeu o que pode pegar."[9]

Quanto ao loteamento da região de Panambi, deparamo-nos com dois tipos de atitudes das famílias extensas. Uma delas é a concentração na área que deu origem à aldeia Panambizinho. A outra seria o *esparramo*, isto é, a dispersão de vários grupos familiares que migram para outras aldeias. Algumas famílias ficaram aglutinadas na aldeia Panambizinho, a qual se constituiu sobre os dois lotes, de 30 ha. cada, doados a Pa'i Chiquito e a seu filho Martim Capilé, ou, ainda, na aldeia de Panambi[10]. Portanto pode ser

concluído que, de qualquer forma, quando se deu a fase final do loteamento da Colônia, a maioria dos Kaiowá acabou se deslocando para outras aldeias.

O processo histórico desses acontecimentos é narrado na entrevista de Valdomiro Aquino, atualmente vice capitão da aldeia Panambizinho. Pode-se perceber neste depoimento que as propostas enganosas feitas aos índios Kaiowá assemelham-se aos acontecimentos do período colonial, onde em troca do trabalho, os europeus davam aos índios produtos manufaturados de baixa qualidade.

> "Era esparramado! Morava aqui, ali, ali, ali... Era tudo esparramado. Aí, quando entrou colônia, aí já fez assim: não, eu vou fazer uma... eu vou fazer um loteamento prá vocês, ver como é que é. Aí ele fez essa estrada aqui, aí fez, aí fez o loteamento, fez, fez... Bom essa aqui é sua, esse lote aqui é sua, esse aqui lote é sua. E ele ficou, cada índios seguraram aquela terra, segurá. Aí o problema que veio, ah!, esses as pessoas que foram responsabilidá aquela terra. Aí , que que aconteceu? Pegou animal, só o troco, espingarda veio, só pra dizer pra saí dali, quer dizer, pra ficar na aquela terra, um lote, um lote... pra ficá pro dono... Aí ele falou que dentro, que tá dentro que engenheiro deixaram tudo loteamento, aquele que a pessoa foi pegado e contou a história também qual é a pessoa que tava pegando as terras, e os branco só pra oferecé algum pedacinho assim, algum pano, algum revólver, algum espingarda véio, só pra dizer que foi comprado. Isso foi a Funai que primeiro tinha lá em Dourados, ele veio junto com animal, com cavalo, com aquele que queria ser dono; ele chegou: não você tem que vender isso aqui, você sai daqui, você vai lá pra Dourados. Aí brigaram, brigaram, até que venderam. É a lei que se fez né? Então esse encostou aqui, nesse dois lotes aqui. Aí dizia: Olha, você – falou com o Chiquito – você tem que vender isso aqui. Não - disse o Chiquito. Não vou vender não".[11]

Não deixando de ficar explicita a liderança exercida pelo Pa'i Chiquito na resistência dos Kaiowá da Panambizinho, lutou contra a expulsão dos índios dos dois únicos lotes

“ganhos” com a CAND, sobre os quais retiveram intacta sua posse. Nos depoimentos dos Kaiowá sobre o papel desempenhado por Pa’i Chiquito na resistência da aldeia, por outro lado, fornece elementos sumamente interessantes para percebermos como os Kaiowá chegaram a interpretar dentro de suas próprias pautas culturais o processo histórico descrito anteriormente.

Os índios da Panambizinho reconhecem unanimemente a precedência do xamã Chiquito Pedro no local da atual aldeia, assim como sua liderança incontestável, seja no âmbito sócio-religioso interno, seja nas relações interétnicas com os brasileiros. Mesmo falecido há anos Pa’i Chiquito é lembrado com grande ascendência interna, cujo carisma contribuiu para infundir nos habitantes da Panambizinho uma identidade fortemente arraigada a serem “Kaiowá puro”, conservando essa aldeia diversos traços da organização social, da visão de mundo e dos valores tradicionais da cultura. Segundo (SCHADEN, 1974, p. 73)[12], a família extensa de Pa’i Chiquito, seria uma das poucas a seguir o padrão tradicional da organização social Kaiowá. Liderados por Chiquito Pedro, e de acordo com seu sistema mítico simbólico, os índios da aldeia passaram a realizar cerimônias religiosas com o objetivo de precipitar a descrição do mundo, inconformados com a possível “desestabilização” que a perda daquele território acarretaria a seus padrões de vida de uma hora para outra. Em entrevista, o índio Kaiowá Lauro Conciança afirma ser o seu sogro Chiquito Pedro, o xamã Pa’i Chiquito, o responsável pela criação do *tekoha* da aldeia Panambizinho. No início da década de 1910, chegou à região de Panambi com cerca de vinte a trinta pessoas, querendo um lugar para morar, ou melhor, fundar um *tekoha*, rezou três dias sem parar e recebeu a resposta divina em relação ao local onde é hoje a aldeia Panambizinho, mas já sabendo que existia uma baixada mais seca, sem água. Passou a notícia aos parentes de que aquele local passaria ser a aldeia onde passariam a morar. Os parentes não concordaram porque não existia água, ele pediu para que rezassem no local durante dois dias, terminado o tempo da reza, enviou pessoas para ver a baixada, logo

voltaram para dar a notícia de que havia surgido uma grande mina. Confirmado o sinal que Pa'i Chiquito esperava, o *tekoha* foi levantado no local[13].

Ainda hoje a mina criada por Pa'i Chiquito está jorrando água, umas vinte famílias moram próximas dela e insistem por ficar, mesmo após ter reconquistado as terras que estavam nas mãos dos colonos. Não querem se mudar do lugar sagrado.

Apesar de todas as pressões, os Kaiowá da Panambizinho conseguiram permanecer naqueles dois últimos lotes sobre os quais retinham e ainda retém sua posse intacta. A presença de Pa'i Chiquito, ainda é sentida na palavra daqueles que ainda residem no local. São estes que, apegados a seus valores e à visão de mundo tradicional, apesar das dificuldades flagrantes que ameaçam constantemente sua persistência enquanto comunidade Kaiowá, orgulham-se de sua identidade indígena, reclamando tão somente o direito de possuírem um território suficiente para continuarem sendo Kaiowá legítimos.[14]

---

[1] Localiza-se no distrito de Panambi, município de Dourados – MS.

[2] Localiza-se no Município de Dourados - MS

[3] Henrique Missael. Capitão dos índios Kaiowá. In: Katya Vietta, antropóloga responsável pelo Relatório Final da Perícia realizada na Área Indígena Panambizinho, Distrito de Panambí, Município de Dourados-MS.

[4] Neste período o Juiz determina a saída dos colonos e os indígenas podem assumir seu território.

[5] VIETTA, Katya. Programa Kaiowá/Guarani: algumas reflexões sobre Antropologia e prática indigenista. *Multitemas – Revista da Universidade Católica Dom Bosco.* Campo Grande, outubro de 1997. nº. 4, p.68-85.

[6] OLIVEIRA, João Pacheco. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ,1999. 269 p.

[7] Lauro Conciança. Fita 19, gravada em 17.09.1998. In: Kátya Vietta, antropóloga responsável pelo Relatório Final da Perícia realizada na Área Indígena Panambizinho, Distrito de Panambi, Município de Dourados-MS.

[8] Ritual do batismo dos meninos Kaiowá.

[9] SILVA, Joana A. F. *Os kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

[10] Localiza-se no município de Douradina – MS.

[11] Entrevista de Valdomiro Aquino, contida no Processo Judicial nº. 1997.0002841-0. v. 2 – Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, segunda subseção de Dourados-Ms.

[12] SCHDEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo, EDP/EDUSP, 1974.

[13] Entrevista com o líder mais antigo da aldeia Panambizinho Lauro Conciança. Fita nº. 9 em 23/03/05. Arquivo da pesquisadora.

[14] Os índios Kaiowá se acham legítimos, "Kaiowá puro", por relacionarem-se somente com Kaiowá na aldeia; conseqüentemente segundo eles podem manter suas tradições culturais Kaiowá, como o batismo dos meninos, o Kunumi Pepy.

TÍTULO: MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE: AÇÕES DE ROCHA POMBO E DO ESTADO DO PARANÁ (1892)

NÉVIO DE CAMPOS[1] - PPG-UFPR

O projeto de ensino superior pensado por Rocha Pombo estava estruturado por um amplo programa. Não estava reduzido ao modelo de faculdades isoladas e técnicas. As faculdades e escolas isoladas e de formação profissional representavam o único modelo de formação superior no Brasil dos oitocentos. No pensamento de Rocha Pombo, a formação universitária deveria ser a expressão da totalidade do conhecimento humano. Neste sentido, a proposição de criação da faculdade de letras, sa faculdade de formação de professores e da faculdade técnica indicam que este intelectual paranaense postulava outro ideário societário para o Brasil. Alem do mais, fazia proposição de integrar a Escola Normal e o Ginásio Paranaense à universidade.

David Carneiro considera a lei que autorizava a criação da universidade como resultado do esforço dos dirigentes políticos do Paraná. O autor afirma que as autoridades políticas estavam profundamente interessadas em constituir a universidade neste Estado. No nosso entendimento, é possível relativizar a presença do Estado como ente responsável naquele momento. Em suas anotações pessoais, publicados em 1953, por Valfrido Piloto, Rocha Pombo dizia, "desiludido de conseguir o capital para a fundação do estabelecimento em edifício próprio, procurei torná-lo exeqüível requerendo ao Congresso da policazinha que, em vez de uma garantia de juros que de nada me servia (porque o Estado não se garantia a si, quanto mais a outrem...), me concedesse uma subvenção de 60 contos, para inaugurar logo provisoriamente a Escola" (POMBO Apud PILOTO, 1953, p. 24).[2] A lei de 1892 concedia por cinqüenta anos, o direito a Rocha Pombo de organizar a universidade no Paraná. Além disso, determinava que o erário público se comprometia a

[1] Doutorando em História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.
[2] PILOTO, V. **Rocha Pombo**. Curitiba, 1953.

pagar 6% de juros ao ano sobre o valor efetivamente empregado. Não obstante, o poder público não estabeleceu subvenção ao projeto universitário.

No nosso entendimento, a lei de 1892 somente aparentemente representava o interesse das autoridades políticas na criação da universidade no Paraná, pois ela consistiu em obstáculo ao seu empreendimento à medida que não estabeleceu nenhuma subvenção ao projeto. Rocha Pombo não reconhecia o efetivo apoio dado pelos políticos paranaenses ao projeto universitário. Por que não concedeu subvenção? Por que se comprometeu a pagar juros de 6% ao ano ao valor investido por Rocha Pombo?

A trajetória de Rocha Pombo indica uma possibilidade interpretativa, pois manteve relações bastante conturbadas com a elite política paranaense. A sua incursão pela via política começou com o contato com seus amigos de Morretes. Segundo ele, aprendeu muito cedo o gosto pelas questões da política, pois tinha acesso a diversos jornais locais (Curitiba), nacionais e estrangeiros. Não há dúvida de que ele tinha uma profunda relação com o jornalismo. Em 1879 enviou para Serafim José Alves, editor da revista **A Escola,** do Rio de Janeiro o seu artigo intitulado "Duas palavras sobre a instrução pública" que fora publicado nesta e na revista **Del Plata**, de Buenos Aires. No mesmo ano, funda com a colaboração de José Gonçalves de Moraes, o periódico **O Povo**, primeiro jornal abolicionista em Morretes.

Barão do Serro Azul é responsável pela inserção de Rocha Pombo no partido conservador, bem como no debate das questões ligadas à política. O referido amigo exerceu papel muito forte no gosto pela política local. Certamente o fato do Barão do Serro Azul ser defensor da liberdade, mesmo sendo do partido conservador, estreitou a relação entre ambos. A sua ação política se efetiva no periódico, mesmo após participar de atividades parlamentares. A aproximação entre Rocha Pombo e Partido Conservador teve forte impacto no processo de não constituição do projeto universitário. Ou melhor, o fato deste intelectual estabelecer sua trajetória política naquele partido foi determinante para a inexpressiva contribuição do Estado ao projeto universitário.

Nos anos de 1890, Rocha Pombo não encontra no grupo dirigente do Paraná apoio significativo ao seu projeto. Naquele momento, foi comum atribuir o adjetivo "utópico" a Rocha Pombo. No senso comum este termo tem conotação pejorativa. Não foi raro justificar o fracasso do projeto de 1892 pelo romantismo daquele autor. Os fundadores da universidade, em 1912, afirmaram que a Curitiba de 1892 não tinha atingido o progresso necessário que justificasse a criação de uma instituição de ensino superior. Esta afirmação sugere que Rocha Pombo organizou um projeto que não cabia no seu tempo, portanto, um intelectual limitado, não capaz de ler o "espírito de seu tempo". O nascimento da universidade européia se dá no século XII. Ora, não é possível sustentar a idéia de que a universidade não tinha espaço no cenário curitibano do final do século XIX, particularmente utilizando o baixo índice demográfico e industrial como argumentos. Nós queremos relativizar este argumento, afirmando que a escola e/ou a universidade são produtoras e produtos de um novo *ethos* da sociedade. Nestes termos, o projeto universitário de Rocha Pombo foi concebido como parte fundamental no processo de constituição da modernização de Curitiba e do Paraná. Porém, é inegável que o modelo de universidade é produto, também, do *ethos* da modernidade.

No Paraná, no último quartel do século XIX, há intensa discussão entre os intelectuais e dirigentes políticos sobre a modernização do estado e da capital. Este grupo sentia necessidade de espaços específicos de instrução que formasse uma elite capaz de instituir de modo acelerado e racional a modernização da produção, dos meios de transporte, de comunicação, enfim, de todos os elementos considerados obsoletos.

A modernização do Paraná era pretensão do grupo ervateiro, genericamente falando. Para tanto, a universidade representava o lugar ideal para preparar a elite dirigente para implementar a modernização da capital e do estado. O lugar para formar o agente responsável pelo processo de modernização da cidade e do estado era a universidade. Não obstante, não cremos que o grupo ervateiro estava imbuído da necessidade de industrializar o Paraná, rompendo com a produção do mate. Era preciso aliar as duas coisas, ou melhor, pôr a industrialização a serviço da produção ervateira. O grupo não abria

mão de seus interesses econômicos ligados ao mate. Estamos com isso afirmando que a oligarquia do mate tinha posições antagônicas sobre esta questão, isto é, era um grupo heterogêneo. Não obstante, ao menos a principal liderança dos ervateiros, o Barão do Serro Azul, tinha grande interesse em desenvolver a modernização no Paraná. No entanto, nem sempre o grupo (ervateiro) aceitava profundas mudanças na organização sócio-econômica do estado.

Rocha Pombo visa, através do Estado, a modernização da sociedade curitibana/paranaense. O grupo ligado à erva mate representava, naquele contexto, o setor mais indicado a corroborar com o seu ideário societário. A figura do Barão do Serro Azul é bastante significativa para indicar a possibilidade de implementar o projeto capaz de efetivar a modernização do Paraná. Barão do Serro Azul atuou na condição de empresário ervateiro, político representante de seu grupo e destas esferas propôs diversas reformas que considerava fundamental para o progresso do estado.

As propostas do legislador Rocha Pombo foram recusadas na sua maioria. O grupo fazendeiro impediu a aprovação das propostas de incentivo à indústria ervateira e ao processo de instituições de novas indústrias. O próprio grupo ervateiro não assimilou o discurso de Rocha Pombo de defesa de diversificação da produção agrícola. Nestes termos, os dois anos atuando como deputado implicou em derrota da sua estratégia. Enganara-se este intelectual quando acreditou que da esfera estatal poderia implementar o projeto de modernização do Paraná. Os grupos políticos paranaenses estavam envolvidos sobremaneira em seus interesses particulares, o que os impediam de enxergar nas propostas de Rocha Pombo um projeto de ampliação dos negócios que corroborariam com a mudança da sociedade paranaense. Em outros termos, acreditamos que a maior parte do grupo político paranaense, do último quartel do século XIX, privilegiou o debate em torno das questões de interesses familiares, grupais, locais. Daí o desencanto de Rocha Pombo pela via parlamentar como meio para se processar um novo *ethos* na sociedade paranaense. Acreditamos que Rocha Pombo “longe de ser o idealista sem discernimento das ‘regras do jogo’, que lutava, sozinho, por projetos irrealizáveis, era um lutador, sim,

mas que [não] cultivava as alianças necessárias para levar adiante os seus projetos" (BEGA, 2003, p. 487).[3]

Rocha Pombo continua acreditando no seu ideário de renovação cultural. O que muda nos anos de 1890 é a sua estratégia de ação. Se em meados dos anos de 1880 acreditou que a ação parlamentar seria espaço propício para realização de seus projetos, na nova década elege as associações livres e órgãos literários (periódicos) como instituições fundamentais para intervenção intelectual, entre os quais destacamos a sua atuação no período de 1895-1897 na Revista **O Cenáculo**, momento em que escreveu o conto intitulado **Em torno da terra**, no qual faz uma apologia explícita da modernidade. Certamente tratava-se de uma concepção muito peculiar. O seu projeto de modernidade perpassava pela técnica científica, não obstante, não prescindia dos saberes filosóficos, artísticos, ou se quisermos, dos conhecimentos intuitivos. Em última instância, as idéias deste intelectual estavam inseridas no movimento que denunciou a racionalização exacerbada da modernidade. Ele foi leitor de Nietzsche, portanto, postulava os limites da pretensão do projeto racional da modernidade. A modernidade se caracteriza pela tentativa do controle racional do mundo físico e da sociedade, bem como pelo expurgo da subjetividade. O projeto societário da modernidade consistia no projeto da razão. Para Rocha Pombo este ideário não se sustentava. Não era possível negar as instâncias poética, religiosa e intuitiva da vida humana.

Mesmo não estando participando ativamente na esfera política, em 1892, solicita ao Estado, subvenção para seu projeto universitário. Este episódio expressa a sua crença e, ao mesmo tempo, a sua decepção com o poder do Estado como ente catalisador da modernidade. Crença porque busca no Estado o financiamento de seu projeto universitário. E desencanto porque vê obstruído o seu projeto por falta de apoio dos grupos políticos do Paraná.

[3] BEGA, M. T. S. No centro e na periferia: a obra histórica de Rocha Pombo. In: LOPOES, M. A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

A ausência de financiamento do Estado foi decisiva para a capitulação do projeto de 1892. Nas anotações pessoais, afirma Rocha Pombo, "e isso [inaugurar a universidade] eu estava habilitado a fazer, visto como já tinha tudo organizado, - estatutos, regulamentos, programas, etc. A subvenção que eu pedia era equivalente, quando muito, à despesa que o Estado fazia mantendo um Ginásio e uma Escola Normal" (POMBO Apud PILOTO, 1953, p. 24). Cabe ressaltar que na lei aprovada pelo congresso estadual e sancionada pelo governador, expressava no art. 5º., "logo que a Universidade seja inaugurada, ficarão extintos o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, que constituirão uma das seções da mesma Universidade, com as regalias que competem e que vierem a este estabelecimento" (CARNEIRO, 1972, p. 109).[4]

Ora, se seriam extintos o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, ou melhor, se seriam absorvidos pela universidade, que razão teriam os dirigentes políticos do Paraná para não conceder a subvenção pedida por Rocha Pombo? Certamente, não se tratava de uma razão financeira. No entender de Rocha Pombo, "de sorte que a questão cifrava-se em escolher entre uma Escola [universidade] com 4 ou 5 cursos integrais e superiores, de entrada, internato e externato do Ginásio, e Escola Normal, etc.- e o estabelecimento existente, incompleto, mal administrado e quase inútil, a julgar mesmo pela freqüência que sempre teve" (POMBO Apud PILOTO, 1953, p. 24). Na concepção do intelectual a razão para a não subvenção não foi financeira, haja vista que os gastos seriam os mesmos, entre manter as duas instituições existentes e a universidade. Nas anotações, afirma Rocha Pombo, "mas os estadistas paranaenses não quiseram escolher. Há um deles que se morde de raiva quando ouve dizer que a minha idéia é boa. O coitado do botocudo!" (p. 24).[5] A falta de apoio político ao projeto universitário expressa a complexidade do próprio Estado. Nesta esfera se instauram profundas disputas de grupos, de partidos. Antes de se debater projetos políticos e culturais, os indivíduos estão imbuídos dos interesses particulares. Em outros termos, a disputa que ocorre no palco do Estado nem sempre se dá

[4] CARNEIRO, D. **Educação, universidade e história da primeira universidade do Brasil**. Curitiba: UFPR, 1972.
[5] O botocudo em questão era o apelido dado a Vicente Machado por seus adversários.

por projetos culturais conflitantes, mas por artimanhas partidárias para a conquista do poder, disputas que buscam, em última instância, a manutenção de interesses particulares. Em termos teóricos, é interessante a posição do intelectual preocupado apenas em debater e afirmar sua concepção de universidade. Rocha Pombo, não representa o intelectual clássico, isto é, aquele que tem como preocupação única e exclusiva promover reflexões no campo teórico. Ele objetivava debater, sistematizar um projeto universitário, mas acima de tudo visava concretizar seu ideário, ou seja, é um intelectual engajado. No entanto, na medida em que busca efetivar o seu projeto, está na instância do jogo dos interesses particulares dos partidos e dos grupos.

As relações entre Rocha Pombo e os grupos políticos paranaenses foram conturbadas. Nestes termos, a trajetória intelectual de Rocha Pombo foi de participação nas atividades sociais, sintetizando e sistematizando as idéias e propondo projetos culturais. Não obstante, não foi capaz de mobilizar e unificar os grupos dirigentes e intelectuais paranaenses a realizarem os fins determinados pelo seu ideário. Não basta que o intelectual participe das atividades culturais de seu tempo e de seu lugar, é preciso que mobilize os indivíduos a fim de que seus projetos sejam realizados. Nesse sentido, a recusa do Estado em subvencionar a universidade de Rocha Pombo é expressão da falta de articulação entre o seu ideário e as políticas públicas implementadas pelos dirigentes do Estado do Paraná, ou melhor, da ingenuidade de acreditar que no campo político a racionalidade é argumento auto-suficiente para gerar contrapartida da esfera estatal. Não basta que os projetos sejam significativos, é preciso que sejam legitimados pelos dirigentes políticos. Ora, o que torna um projeto legítimo na esfera política? Certamente, é preciso convencer aqueles que tomarão as decisões sobre que área será investido o dinheiro público. Foi isso que faltou para Rocha Pombo, em 1892.

Percorremos algumas páginas para evidenciar que as autoridades políticas paranaenses não empreenderam em conjunto com Rocha Pombo o projeto universitário. Nestes termos, não é possível sustentar a tese tão difundida de que o fracasso do projeto de 1892 deve-se ao fato da inexpressiva condição social, cultural e econômica de Curitiba.

Em nosso entendimento, foi estabelecida uma imagem muito positiva da elite dirigente do Paraná. Ela é representada como grupo abnegado das querelas partidárias, extremamente comprometido com as questões culturais. Segundo David Carneiro, o Estado do Paraná esteve a serviço da cultura paranaense. Não cremos que os grupos dirigentes estavam profundamente comprometidos com os projetos culturais organizados por Rocha Pombo.

O projeto de 1892 não se efetivou porque faltou a Rocha Pombo uma estratégia no sentido de forjar um grupo coeso e forte em torno de seu ideário universitário. Neste sentido foi ingênuo, pois desconsiderou as disputas locais e particulares ao solicitar apoio do Estado para implementar seu projeto universitário. Ingênuo porque ele percorreu a esfera política desde o final dos anos de 1870 e, no biênio 1886-1887 conviveu intimamente com a rotina dos legisladores. Não obstante, já dissemos anteriormente, a sua atuação de legislador tornara-o impopular e, sem dúvida, em 1892, esta marca ainda estava muito presente entre as autoridades políticas paranaenses.

Modos de Viver e Ensinar, práticas que se entrecruzam: um estudo sobre professoras das séries iniciais e ensino da História nos primeiros anos escolares. (1980-2004)

Nilza Aparecida da Silva Oliveira – PPG-UFU

Esta pesquisa ainda será desenvolvida e tem como foco discutir a vivência social e profissional de professoras* que trabalham nas séries iniciais da rede municipal de ensino em Uberlândia- MG, observando as influências desse viver na formação das docentes e nas práticas adotadas para o ensino de História.

O interesse de realizar essa pesquisa se deu a partir de minha vivência como professora de 1ª a 4ª série do ensino fundamental na escola municipal Mário Alves Araújo Silva em Uberlândia. Esse interesse aprofundou-se ainda mais após desenvolver uma pesquisa monográfica - *A História local ensinada nas 3ª séries do ensino fundamental em Uberlândia: (re)pensando o material didático* - nos anos de 2003/2004 sobre o ensino de História local que ocorre atualmente no município, especialmente na 3ª série do Ensino Fundamental.

Percebi através da monografia desenvolvida uma série de problemas referentes à abordagem teórica e metodológica da História ensinada nas primeiras séries do ensino fundamental. Na verdade, a prática diverge das orientações sugeridas pela Proposta Curricular de História da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. Enquanto a última acompanhou os debates acadêmicos e as tendências críticas da historiografia e do ensino de História, a primeira continuou na perspectiva da História oficial de cunho positivista e isso tem contribuído para reafirmar a história de caráter conservador.

Este trabalho realizado durante a graduação foi importante para que eu percebesse a necessidade de elaborarmos um estudo mais aprofundado sobre os motivos que levam as professoras das séries iniciais a adotar quase sempre uma prática de ensino da História linear, factual, abordando unicamente uma versão da historiografia que é a História oficial, pois percebe-se que a criança está recebendo um conhecimento histórico que não possibilitará uma formação crítica que a leve a questionar a estrutura social na qual se

insere, aceitando de maneira condicionada, desde cedo, o capitalismo globalizado. Essa educação histórica se contrapõe com o que acreditamos ser a função da disciplina História: levar o aluno a construir um conhecimento crítico diante da realidade e do mundo, para que ele perceba que é possível superar essa forma de organização social. Por outro lado, como diz Marc Ferro:

> *Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos e de nós mesmos está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre esta representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, exertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor... mas permanece indeléveis as marcas das nossa primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções (FERRO, 1983, p.11).*

De fato, dificilmente esquecemos os nossos primeiros conhecimentos históricos, e podemos afirmar que estes influenciam na formação da personalidade, no modo de conceber o mundo e conseqüentemente na práxis da transformação social. Nesse sentido, nós historiadores, devemos nos preocupar com o ensino de História desde as séries iniciais.

É importante questionar, porque a prática em sala de aula permanece reproduzindo a estrutura social através do ensino da História factual-positivista, apesar da Proposta Curricular de História do município propor um ensino da História, voltado para a formação crítica do aluno e a transformação social?

Alguns fatores, percebidos durante a pesquisa monográfica, que impedem uma prática crítica para o ensino de História diz respeito às condições reais de trabalho, e a formação das profissionais, que em sua maioria são pedagogas. O fato de não terem um conhecimento aprofundado sobre os procedimentos da história, e levando em consideração a própria vivência num cotidiano agitado, dividido entre trabalho na escola e ocupações do dia-a-dia – cuidar dos afazeres do lar, auxiliar o filho nas tarefas, incluindo a extensão do trabalho da escola que é levado para casa (corrigir provas, elaborar planos de aulas e outros) – são elementos imprescindíveis para se pensar a prática das referidas professoras.

Assim, a proposta aqui é um estudo investigativo sobre as experiências sociais, culturais e econômicas, enfocando a formação profissional de professoras que trabalham

ensinando os primeiros conhecimentos históricos, fazendo uma análise sobre de que forma essas vivências interferem nas opções de escolha da profissão, nesse caso professora, e de que forma esse viver influencia nas práticas pedagógicas cotidianas, bem como nas opções teórico-metodológicas do ensino da História nos primeiros anos escolares.

Acredito na hipótese de que a opção pela prática docente acomodativa, o que leva a um ensino de história norteado pela linearidade e por um caráter factual, está intrinsecamente relacionada à formação inicial e à história de vida das mesmas. Conforme Selva Guimarães Fonseca: "A análise do modo de ensinar deve ser feita considerando fundamentalmente a pessoa-professor" (FONSCECA, 1997, p.14). E esta é a proposta deste estudo.

Creio que essa pesquisa poderá contribuir para compreendermos vários problemas existentes hoje no ensino da história nas primeiras séries do Ensino fundamental, referentes ao relacionamento professor-aluno, além daquele aqui discutido que ocorre no ensino de História – Continuidade do ensino positivista-oficial de caráter conservador.

Pode-se afirmar que o professor é "peça–chave", ou seja, ocupa uma posição estratégica na construção do conhecimento histórico do aluno. Sendo assim, conhecer a complexidade social na qual esses sujeitos sociais estão inseridos permitirá apontar, talvez por meio de outros estudos, estratégias de superação dos problemas que envolvem a prática de ensino e aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

É importante ressaltar que essa pesquisa não se fará isoladamente das questões sociais e políticas mais amplas, mas pretende relacionar as vivências das professoras com as mudanças sociais provocadas pelas políticas governamentais que interferiram e interferem na educação escolar. Isso se justifica pelo fato de que as determinações que ocorrem na estrutura política do país afetam diretamente ou indiretamente a educação e a vida social. Segundo José M. Esteve,

> *O significado e os problemas atuais da função docente só podem equacionar-se com exatidão situando-os no processo de transformação do sistema educativo.(...) O estudo da influência da mudança social sobre a função docente pode servir como*

> *chamada de atenção à sociedade, para que compreenda as novas dificuldades com que se debatem os professores. (ESTEVE,1991, p.98).*

Assim, a pesquisa tem em vista a perspectiva histórica, no sentido em que pretende inserir as experiências e vivências de professoras num contexto maior que é o processo histórico de formação e transformações do sistema educativo brasileiro. Para isto delimitei o período de 1980 à década de 2000. Esse recorte cronológico se justifica por ser na década de 80 que se iniciaram as discussões e revisões dos currículos nacionais, acontecendo uma renovação nas propostas curriculares de todo Brasil e também por ser possível o acesso às fontes documentais desse período.

A metodologia proposta para o desenvolvimento deste estudo será a História oral e a análise crítica de documentos como, planos de aula das professoras, caderno dos alunos. Através dos planos de aula, dos cadernos dos alunos aprofundarei as análises já iniciadas na monografia, sobre as práticas nas salas de aula para o ensino de História nas primeiras séries escolares.

O procedimento essencial para o desenvolvimento desta pesquisa é a história oral, pois este será o método que fará emergir as inquietações, as interpretações sobre o contexto social vividos pelas professoras, as suas visões de mundo, além de uma cultura de hábitos e labutas do cotidiano social e profissional, bem como as questões que implicam na forma de ser e ensinar das professoras.

Conforme FONSECA, “a maneira como cada um de nós ensina está diretamente ligada à nossa maneira de ser, aos nossos gostos, vontades, gestos, rotinas, acasos, necessidades, práticas religiosas e políticas” (FONSCECA, 1997, p.14). Sendo assim, uma análise sobre o ensino da História deve considerar as vivências e experiências daqueles que conduzem o processo de construção do conhecimento (professores) e isso implica a atividade do diálogo num exercício de fala e escuta entre o pesquisador e o depoente.

Entretanto, devemos estar cientes que lidar com os registros orais exige de nós historiadores um rigor e um procedimento coerente com o buscar do conhecimento histórico.

Em outras palavras: não podemos ser inocentes ao traduzir os depoimentos na escrita da História. Todo relato traz em si subjetividades. Por outro lado a memória é seletiva e nem sempre deixa vir à tona todas as imagens que vivenciamos.

Nesse sentido, não podemos esperar que os relatos orais falem por si mesmos, limitando-nos à reprodução das narrativas, mas devemos cuidadosamente nos aproximar desta fonte num exercício interpretativo, buscando os significados contidos em cada narrativa e que nos fala sobre um social complexo e dinâmico. Para isso é fundamental que as entrevistas sejam analisadas tendo em vista um suporte teórico que nos oriente no trabalho. Não estou com isso afirmando que as teorias devem ser apropriadas pelo pesquisador como um manual pronto a ser seguido com passos pré-fixados, mas que os fundamentos teóricos são importantes para a discussão dos conceitos e análises de procedimentos.

Dentre os inúmeros escritos que se dedicam ao estudo da história oral como metodologia, que podem subsidiar esta pesquisa, estão o texto de Chantal de Tourtier-Bonazzi, *Arquivos: propostas metodológicas – o desenvolvimento de entrevistas (1998)* e também *A invenção do depoimento oral (1998)* de Daniele Voldman. Estes autores abordam e discutem sobre o proceder diante da fonte oral (depoimento) para não cairmos nas armadilhas da subjetividade, e dos enganos da memória, além de nos indicar como o pesquisador deve se comportar no decorrer do processo de elaboração do conhecimento histórico e aqui se inclui o momento das entrevistas, da transcrição, da interpretação e da publicação.

Notas

*Utilizo a forma feminina para me referir aos professores das séries iniciais, uma vez que essa categoria profissional é constituída na sua maioria por mulheres.

ESTEVE, José M.. Mudanças sociais e Função docente. In: NÓVOA, Antônio (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Ed., 1991, pp.93-125.

FERRO, Marc. **A Manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: História oral de vida**. Campinas: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, Nilza Ap. da Silva. **A História local ensinada nas 3ª séries do ensino fundamental em Uberlândia: (re)pensando o material didático**. Uberlândia, 2004. Monografia Instituto de História – UFU.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas – o desenvolvimento da entrevista. In:. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp.233-245.

VOLDMAN, Daniele. A Invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes(Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp.247-265.

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA JUVENIL

Nilza Teresinha Pereira*

Dos motivos introdutórios

Desafiada a realizar uma prática pedagógica, na disciplina de Estágio Supervisionado em História do Ensino Médio, que contemplasse a cultura juvenil como aliada no ensino da História, desenvolvi, junto com dois colegas, o projeto Ensinando História através da Cultura Juvenil, numa tentativa de aproximar o "mundo da escola" com o "mundo dos jovens" para tentar tornar mais prazeroso e mais significativo o estudo da História.

A escolha da escola foi, de início, motivo de satisfação, pois professoras e direção foram receptivas ao projeto, mostrando que, mesmo numa estrutura tradicional, há uma aposta na mudança. Quanto aos alunos, parece que eles estão esperando pelos desafios que os fazem sair do lugar-comum.

Assim, este projeto surgiu de uma provocação e também de uma inquietude como profissional, que não estava conformada com o rumo das práticas realizados no ensino de História e a situação apontada pelos números que compõe um quadro não muito otimista

*Graduada no curso de Licenciatura em História da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/RS. Professora orientadora: Carmem Zeli Vargas Gil de Souza

em relação à identidade do Ensino Médio.

Segundo dados do IBGE, entre 1995 e 2001, o percentual de estudantes de 15 a 24 anos freqüentando o Ensino Médio cresceu 65,1% (ou três milhões de pessoas em números absolutos). O Censo Demográfico de 2000 indicava que, do total da população jovem de 15 a 24 anos, mais de 18 milhões (cerca de 57%) ainda estavam fora da escola.

Baseado nestes dados e na fala dos jovens que freqüentam o Ensino Médio em escolas estaduais, com os quais tive contato, existe uma enorme distância entre a escola que temos e a escola que queremos. A escola ainda é formatadora de idéias e de corpos, não permitindo que os jovens possam exprimir seus desejos ou negando a riqueza de suas experiências adquiridas fora do contexto escolar.

Quanto à relação professor/aluno, fica muito evidente nas falas dos jovens que estes valorizam aquele professor que tem bom domínio do conteúdo, que é autoridade e não autoritário, que é amigo, sem ser o bonzinho e que possibilite o acesso ao conhecimento formal de forma prazerosa e eficiente. Em outras palavras, os nossos jovens querem uma definição de papéis, ainda confiam muito no professor como meio de acesso ao conhecimento e esperam muito da escola. E a escola permanece caminhando muito lentamente para o futuro que já vem nos atropelando faz muito tempo.

Por fim, chego ao ensino de História. E aí é que as coisas parecem ir de mal a pior, pois os professores desta disciplina têm deixado muitos a desejar, segundo colocações dos alunos do Ensino Médio. Ou porque não conseguem cativar seus alunos com a beleza de verem-se como sujeito da História, ou porque têm trabalhado linearmente os conteúdos, estabelecendo poucas relações passado/presente, exigindo poucas reflexões.

Os jovens consideram a História “massante”, mas é interessante perceber que estes jovens contradizem-se quando colocam que não gostam de ler textos, porque são “chatos” e que é nesta aula que eles sentem sono ou vontade de “matar” a aula. Ao mesmo tempo, dizem que conhecem determinados assuntos da História ou da Literatura porque estudaram por conta própria quando sentiram necessidade, em atividades extra-classe como teatro, a música, a dança. Na escola, os jovens com os quais trabalhei, reclamam da ausência de trabalhos de pesquisas, cooperativos e desafiadores. Mas, ainda é possível constatar claramente, nas suas falas, que o professor pode fazer a diferença, pois é ele quem tem feito os alunos gostarem mais, ou menos, de estudar a História.

No planejamento da prática pedagógica procurei, então, aproximar expressões da cultura juvenil, como o Hip-Hop (Grafite, Break, RAP, DJ) e o RocK, como movimentos da cultura dos anos 60 e que ainda hoje permanecem como expressões da cultura juvenil, entre outras. Temas da História como a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e a Guerra do

Vietnã, foram trabalhados, estabelecendo-se, assim, uma relação entre os movimentos de cultura juvenil e o contexto histórico.

Os alunos demonstraram grande interesse pela palestra sobre os movimentos musicais surgidos nos anos 50 e 60; analisaram a obra Guernica, de Pablo Picasso, para compreender o significado da Guerra Civil Espanhola, através da arte; leram o discurso de Martin Luterking, I have a dream, para compreender porque ele lutava pela justiça racial; relacionaram uma letra de música (rap) atual, com o discurso de Luterking feito na década de 60 e puderam constatar que o discurso dos rapers ainda é o mesmo, ou seja, a luta pela democracia racial ainda não acabou; e ainda, puderam constatar, através da análise de imagens, que há uma grande diferença entre grafite e pichação. Também foram utilizados fanzines, uma forma de imprensa alternativa, produzidos para abordar diversos temas, que permite manifestações próprias daquele que os produz, para trabalhar o Nazismo e o Holocausto.

Todas estas alternativas de trabalho se mostraram bastante eficazes, no sentido de despertar o prazer pelo estudo dos conteúdos de História.

Reflexões teóricas

Se os jovens fazem parte de uma sociedade em movimento, onde as informações são processadas em grande velocidade, porque a escola parou no tempo? Por que o conhecimento tem avançado e escola continua a fazer as mesmices? O que tem emperrado o ensino de História? O que é preciso para que os professores se conscientizem de que o poder que têm nas mãos é imenso e que eles podem ser os agentes de transformação desta História? O que tem feito a escola para ajudar os jovens a construir sentido de vida? Não serão a indisciplina ou a alienação uma forma de dizer chega, não agüentamos mais?

O mundo está em permanente transformação e a escola precisa entrar neste labirinto com saída. Lulu Santos, na música *Como uma Onda,* diz “nada do que foi será igual ao que a gente viu a um segundo, tudo muda o tempo todo no mundo”. Com este propósito é que eu procurei realizar o planejamento deste projeto.

O jovem faz parte de uma sociedade em movimento, onde as informações são processadas em grande velocidade; elas são rápidas e ágeis. O conhecimento, porém, é algo mais permanente, que deve ser construído de forma mais consistente, mas sem esquecer que ele está inserido neste mundo em constante transformação. E, a escola tem oferecido muito pouco a esses jovens que têm sede de viver intensamente as transformações.

A reação desses alunos são aquelas que estamos cansados de ouvir: que eles são alienados ou então, rebeldes. E nós nos perguntamos, por quê? Carrano (2000, p.16) coloca:

“aquilo que consideramos apatia ou desinteresse do jovem não seria um desvio de interesse para outros contextos educativos que poderíamos explorar, desde que nos dispuséssemos ao diálogo?”

A questão é que existe um grande abismo entre o “mundo da escola” e o “mundo dos jovens”. O “mundo da escola” é o mundo da mesmice, da rotina, da obrigatoriedade de “aprender conteúdos” para passar no vestibular, para passar nas provas, para passar de ano, para fazer concurso, para ter um diploma. E, apesar de tudo, a escola continua “ensinando”, ou seja, despejando conteúdos muito interessantes de forma muito desinteressante; tratando pessoas heterogêneas de forma homogênea. A escola pretende, assim, dar a mesma formação para pessoas de múltiplas identidades, como se todos construíssem o conhecimento da mesma forma, tivessem os mesmos objetivos, compartilhassem as mesmas experiências, esquecendo, como diz Galeano, que *o melhor do mundo está na diversidade de mundos que o mundo contém.*

De acordo com Carrano (2000, p.10), seria errôneo pressupor a existência de uma única cultura juvenil na escola que não fosse também originária de uma cultura do entorno, no caso, a cultura da cidade. Os jovens que ouvi se interessam pela literatura inglesa e francesa, por teatro, pela cultura gaúcha através da dança, pelos movimentos musicais, pelas guerras mundiais. Porém, eles foram buscar estes assuntos em atividades paralelas à escola. Assim, “o que se evidencia nas práticas culturais da juventude nas cidades é que o corpo expressa uma síntese de práticas, estilos e atitudes compartilhadas no interior dos grupos de identidades. (CARRANO, 2000, p.14).

Baseado nas falas dos jovens e na leitura de textos sobre o que os jovens pensam e esperam da escola é que proponho uma forma diferenciada de abordar os conteúdos de História, ou seja, desenvolvi um projeto promovendo o encontro da cultura juvenil com a arte, a música e a dança dentro dos movimentos Hip-Hop e do rock, fazendo as ligações com o contexto histórico.

Rabello (citada por Carrano, 2003, p.73) diz que “é necessário um novo projeto de escola para jovens que permita um diálogo mais complexo entre os saberes científicos do universo escolar e o conhecimento e a cultura dos estudantes”. É nesta perspectiva que ousei executar uma proposta que valorizando o conhecimento dos jovens, criando assim uma ponte para o conhecimento científico.

Seffner (2003), coloca que precisamos pensar sobre nossa concepção do que é História, pois a História, como área de conhecimento das ciências humanas, acolhe múltiplas narrativas e leituras do passado. Assim, precisamos repensar a nossa prática em relação aos conhecimentos escolares e romper com aulas tradicionais. Se a História é construção narrativa, interpretação do passado a partir das questões que nos colocamos no presente, a aprendizagem na escola precisa estar atenta aos modos de produção de leituras do passado

e de construção de argumentos que explicitem uma narrativa coerente, plausível, situada no tempo e no espaço.

Itinerários possíveis

Quando comecei a ler autores que defendem uma nova forma de trabalhar a História com os jovens, aliando o conhecimento escolar à cultura juvenil, para que a aprendizagem fosse mais significativa, me senti tentada a enfrentar o desafio. Ao mesmo tempo, me fazia perguntas: Será possível trabalhar em tão pouco tempo o conteúdo de História e ainda a cultura juvenil? Quais dificuldades terei que enfrentar? Terei resistência da escola, do professor titular, dos alunos?

O que pude perceber durante a realização do trabalho é que tanto os professores quanto os alunos querem mudanças no ensino, mas sentem dificuldades para realizá-las. Os professores porque estão sobrecarregados em suas cargas de trabalho, os alunos porque estão desacostumados a utilizar seu potencial criativo, na escola.

Foi preciso começar. A escola e os professores acolheram muito bem a proposta de trabalho, facilitando ao máximo a execução do projeto.

Quanto aos alunos, foi um pouco mais difícil desacomodá-los. No início resistiram um pouco a forma de trabalho. Trabalhamos com relatórios, produção de textos, interpretação de músicas e textos, oficinas que reunidos formariam um dossiê com avaliação final do conjunto.

No desenvolvimento do trabalho os alunos assistiram apresentações de um grupo de dança de Hip-Hop, da comunidade local, e a uma palestra de um jovem, que abordou a música (rap e rock) e a arte como movimentos de contra-cultura. A maioria dos alunos demonstrou preferência pelo Hip-Hop e o trabalho foi realizado privilegiando os elementos do movimento, principalmente a música, a dança e o grafite, relacionadas sempre ao contexto histórico, fazendo analogias presente/passado.

Inicialmente, não consegui criar muitas expectativas na turma, que já estava rotulada pelos professores como desinteressada e apática; que conversa muito e rende pouco. Pensei que não iria conseguir. Muitos dos jovens afirmaram, também, que não gostavam da disciplina de História, pois não interessava conhecer o passado, já que eles queriam era viver o presente e que não entendiam porque deveriam saber sobre as guerras, se eles querem é a paz.

Contudo o desenvolvimento do projeto veio provar o contrário. Os alunos passaram a se interessar pelas aulas.

O projeto Ensinando História através da Cultura Juvenil foi uma experiência ímpar para mim. Tive novas aprendizagens, algumas frustrações e muitas alegrias.

Compartilhando reflexões que não são finais

A realização deste trabalho, mesmo que não tenham se concretizado algumas ações, como a oficina de grafite, mostrou-me que o ensino por projetos é uma saída para fugir das mesmices do nosso ensino. Os alunos acabam se envolvendo e como foi possível detectar nos relatos deles, o tempo acaba sendo pouco para tantas coisas importantes que surgem durante a execução do projeto e que gostaria de fazer. Os próprios alunos acabaram por criticar a carga horária de dois períodos semanais e ainda, divididos em dois dias da semana. É, realmente muito difícil trabalhar com último período que acaba mais cedo para aqueles que dependem do transporte, ou o último que começa mais tarde, porque os alunos se atrasam.

Tivemos muitas coisas boas acontecendo e cheguei a conclusão que vale a pena realizar um trabalho que leve mais em consideração aquilo que os jovens querem e conhecendo um pouco mais sobre o que os jovens pensam e vêem; procurar usar como forma de atraí-los para o conhecimento da História, ou de qualquer outra disciplina do currículo escolar.

Os depoimentos dos alunos ao final do projeto confirmam a necessidade de nós professores investirmos mais num trabalho que contemple mais o mundo dos jovens. Partir da vivência deles torna o conhecimento mais significativo.

Este trabalho mostrou que é possível ampliar o diálogo entre o “mundo da escola” e o “mundo dos jovens”. Muitos foram os desafios e dificuldades, mas a semente foi lançada.

De tudo, uma certeza ficou: este é um caminho possível. Este trabalho me instigou a querer estudar mais e a fazer mais. Com certeza este foi apenas o início de uma mudança na educação dos jovens, que eu desejo continuar a pesquisar, a experimentar, a divulgar que vale a pena. Não estamos perdendo tempo e nem deixando as listas de conteúdos para trás. Estamos é ganhando nosso aluno, fazendo com que ele compreenda que a História deve ultrapassar o conteudísmo que certifica, para criar verdadeiros cidadãos, agentes da História.

Referências

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Texto: Identidades juvenis e escola**. Alfabetização e Cidadania, nº 10, Novembro de 2000.

SEFFNER, Fernando; STEPHANOU, Maria. **De novo a mesma história? O que aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar...**Texto apresentado no programa de formação continuada 2003, SMEC de Gravataí.

CARRANO, Paulo e PEREGRINO, Mônica. Jovens e Escola: compartilhando territórios e sentidos de presença, In: EM QUESTÃO 1: **A escola e o mundo juvenil: experiências e reflexões,** SP: Ação Educativa, 2003.

TERRA NÃO É TROFÉU DE GUERRA

Niminon Suzel Pinheiro[1] - UNIRP

No oeste paulista habitam hoje cerca de 710 índios. São eles os representantes legítimos de 15.000 anos de ocupação indígena do território[2]. Vivem em reduzida parcela da terra que habitaram no passado, onde estão localizadas as aldeias Nimuendaju, Kopenoti, Vanuíre e Icatú. Os seus moradores atuais pertencem às etnias Kaingang, Krenak, Terena, Guarani ou são descendentes dos casamentos entre essas etnias acrescidos dos casamentos também com não-índios. A presença deles até os dias de hoje, mantendo-se diferenciados em meio a um centro já bastante capitalizado demonstra sua resistência e disposição para negociar.

Antes de 1850, seu número talvez tenha sido ainda maior. Nesse ano criou-se a Lei de Terras (Lei no 601, 1850, art.12) através da qual as terras imemoriais dos índios restringiam-se àquelas dos aldeamentos. E, enquanto terras de aldeamentos, segundo o Regulamento das Missões (Decreto no 428, 1845, art. 1º), caso fosse provado seu abandono pelos índios, eram terras passíveis de serem arrendadas, aforadas ou rateadas entre os colonos. Perseguições de *bugreiros*, envenenamentos, doenças, epidemias (gripe, sarampo) e pressões das companhias de colonização iniciam um período de sessenta anos de massacre dos índios do oeste paulista, de 1850 até 1912.

Vale lembrar que as políticas de mão de obra e de terras relacionam processos históricos e conjunturas de desenvolvimento específicos. Além disso, a ocupação da terra está, também, vinculada à cultura, economia e política dos grupos sociais e étnicos que a habitam ou disputam. Variáveis ecológicas e sociais[3] determinam os diferentes significados, inclusive simbólicos, atribuídos a terra.

---

[1] Doutora em História pela UNESP/Assis; professora de História e Cultura do Brasil e de Antropologia no Centro Universitário de Rio Preto UNIRP; representante das Universidades na Comissão Étnica Regional de Educação Indígena (DE/Tupã/SP) e membro da Fundação Araporã.

[2] Segundo o arqueólogo Francisco Noelli, populações indígenas "pré-ceramistas" habitaram os territórios paulistas entre 15.000 e 2.500 anos atrás.

[3] Cf. sobre o conceito de cultura , terras e comunidades indígenas : "Os Índios no Direito brasileiro hoje" IN: CUNHA, Manuela C. *Os Direitos do Índio.* São Paulo: Brasiliense, 1987 p.25

No início do século 20, conforme cartografia "Território de Migração dos Guarani Sul Brasileiros", elaborada pelo indigenista Curt Nimuendaju, o território era distribuído entre as três etnias indígenas: no vale do Tietê e do Paranapanema estendendo-se, a leste, até o litoral, dominavam os Guarani, muitos deles em contato com povoações civilizadas; próximos ao rio Paranapanema, margem direita; numa região intermediária entre Guarani e Kaingang, estavam os Otí; e, de Bauru até o rio Paraná, em direção oeste, avizinhados ao norte pelos Guarani e ao sul pelos Otí e Guarani, até o rio Paranapanema, estavam os Kaingang "paulistas", numa área ainda desconhecida dos colonos.

Associada à "limpa" acionada pelos bugreiros, a expansão da *plantation* do café e da pecuária sobre essas áreas, no período, enfraqueceu as formas tradicionais indígenas de relacionamento com a terra e com o trabalho. Cercados pela civilização grupos indígenas foram dizimados e os seus remanescentes aldeados sob o controle do governo.

Para compreender o processo, seus agentes e instituições e analisá-lo, toma-se, como base a idéia de que a ocupação fundiária, por não-índios, constitui-se numa das etapas da estratégia de controle da população nativa e do espaço pela sociedade brasileira de inspiração européia positivista, em vigor naquela conjuntura histórica. Para os indígenas se constituiu numa fase de enfraquecimento da posse indígena da terra e de desorganização de suas estruturas sociais tradicionais. Paradoxalmente, a dissolução absoluta dos grupos indígenas na sociedade abrangente não ocorreu. Manteve-se entre eles uma especificidade da relação homem e natureza. Por esse motivo, acredita-se relevante saber qual o significado de sua territorialidade? Qual o papel das instituições não-indígenas, especialmente do SPI e das companhias de colonização, nessa transformação? Quais os eixos que orientam as ações efetivas do SPI[4] no papel de mediador entre índios e não índios para a consolidação do projeto de colonização capitalista do território?

Para compreender as articulações mencionadas e a noção de território, foi-nos imprescindível pensar as redes sociais, políticas, geográficas e étnicas como relações

[4] SPI, Serviço de Proteção aos Índios, fundado pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) em 1910 como SPI e LTN, Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, passou a chamar-se apenas SPI no ano de 1918.

constituintes. Na perspectiva dessa problemática, vários autores colaboraram, indiretamente. Citaremos apenas alguns deles, tendo em vista a característica dessa publicação. Os estudos de Lima, Maciel e Noelli[5] esclarecem muitas questões, especialmente o papel das estruturas administrativas, e seu perfil militar na produção de sentidos, significados e de formas de poder relativos à vida social brasileira e o entendimento das histórias indígenas específicas. Através dos conceitos de "punção", mediação e equilíbrio entre homem e animal e reposição, elaborados por Carvalho[6] e da importância dos rios, tipos de florestas e de acidentes geográficos na demarcação indígena dos territórios, citados por Tommasino[7], foi possível analisar algumas formas indígenas de explicação e de relação com a natureza. Na articulação de linhas de força relativas a ordens culturais distintas, o conceito de intermediação e de negociação de Santilli e Monteiro[8], possibilitou compreender o lugar e o poder do mediador e das alianças. Com todos os autores e especificamente Mota, Clastres, Nimuendajú e Bandeira de Mello[9], foi possível entrever o leque das formas de resistência indígena e seu ocultamento pelas ideologias dominantes.

O material pesquisado são relatórios de viagens, científicas e exploratórias, financiadas pelo governo, documentos do SPI, sob a custódia do Museu do Índio (RJ), estudos etnográficos e depoimentos orais dos indígenas do oeste de São Paulo.

Uma Colonização Organizada para a Devastação

---

[5]LIMA, Antônio C. S. *Op. Cit. ;* MACIEL, Laura *A Nação por um fio. Caminhos, prática e imagens da Comissão Rondon.*Doutorado.São Paulo: PUC, 1997; NOELLI, Francisco S. *Relatórios e "relatórios": comparação de dois procedimentos arqueológicos estreitamente relacionados ao direito de posse de terras indígenas no Estado do Paraná, Brasil*. Apresentado na II Reunión de Antropologia del Mercosur. Piriápolis, Uruguai, 1997

[6] CARVALHO, Silvia. "O Trickster como personificação de uma práxis". São Paulo: **Perspectivas**, n8, 1985

[7] TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang na Bacia do Tibagi: Uma sociedade Jê meridional em movimento*. Doutorado. São Paulo: USP, 1995

[8] SANTILLI, Paulo B. *As Fronteiras da República.* São Paulo: USP/FAPESP, 1994; MONTEIRO, John M. *Negros da terra.* São paulo: Cia das Letras, 1994

[9] MOTA,Lúcio T. *As Guerras dos Índios Kaingang*. Maringá: UEM, 1994; CLASTRES, P. *Crônica dos Índios Guayaki*. Rio de Janeiro, Ed.34,1995; NIMUENDAJÚ, Curt. *Op. Cit.* e *As lendas da Criação e Destruição do Mundo.* São Paulo: USP, 1987; MELLO, D. S. B. de *Entre Índios e Revoluções*. São Paulo: Soma, 1982

O etnocentrismo do ocidente cristão aliado à idéia de progresso restrito ao aspecto tecnológico, contaminou frentes pioneiras, que agiram como disseminadoras dessas idéias e da memória oficial, desacreditando conhecimento e práticas indígenas.

Segundo Carvalho, os povos caçadores-coletores eram perfeitamente adaptados ao seu meio, revelando conhecimento e destreza. Através de seus conhecimentos, era possível viver na floresta e viver da floresta, sem destruí-la. Constituíam-se em conhecimentos oriundos do uso diferenciado do espaço e da construção do territorialidade indígena.

O discurso racional europeu nos trópicos é claramente expresso nos relatórios das expedições científicas. Apenas o conhecimento europeu era válido, não só aos olhos dos europeus autoconfiantes mas também aos dos cientistas brasileiros ainda psiquicamente colonizados[10]. Após a "pacificação", o preço das terras subiu e todos os grupos indígenas sobrevivente foram, rapidamente, cercados por estradas e fazendas de gado ou café. A colonização do oeste indígena, enquanto guerra de conquista e de exploração do "butim"[11], concedeu vantagens econômicas, políticas e administrativas a vários e diferentes setores da sociedade não indígena.

Os Kaingang foram "pacificados" em 19 de março de 1912, dia em que o primeiro grupo Kaingang se entregou. A índia Vanuíre, personagem central na mediação, foi tradutora das intenções recíprocas (Kaingang e agentes do Serviço). A mediação indígena constituiu-se no sucesso da "atração". Os mediadores indígenas foram homenageados e heroicizados pela grande imprensa da época: Rio, São Paulo e Europa[12].

---

[10] DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo: Cia das Letras, 1997, p 241 e 242.

[11] No sentido descrito por Antônio C. de Souza LIMA é "composto pelo povo propriamente conquistado, transformado em cativo, junto com seus bens, terras e recursos naturais – os quais, no caso da *conquista*, vão sendo transformados em mercadoria, e lançados em circuitos comerciais de grande amplitude, por meio da guerra em seu primeiro momento. Depois o butim vem a se compor, através de formas de exercício de poder e dominação (o que implica em haver um corpo administrativo) em matéria para variadas e estáveis formas de tráfico e comércio. A dimensão econômica da *conquista* deve ser destacada, diferenciando-a nos planos político, social e imaginário de seu momento seguinte: a *guerra de conquista* dá lucros a seus participantes, quer na qualidade de integrantes da organização militar realizadora da conquista enquanto tarefa guerreira, quer na de parte da administração que a empreende de modo mais lato, inclusive sob as suas diversas formas de delegação a grupos privados." *Op. Cit.* p. 49-50.

[12] Por exemplo, conferir, no Brasil, os jornais *Notícia* de 19/07/1912 e *O Paiz* de 22/07/1912; em Londres o *Daily News* de 18/07/1912.

O momento da "pacificação", memorável para os agentes do SPILTN, marca o início da implantação entre os Kaingang de valores da sociedade envolvente e de vantagens econômicas para os civilizados. Para grileiros, posseiros e criadores de gado a melhor solução era o índio desaparecer de vez. Concordavam que o Estado deveria intervir na questão indígena mas na prática achavam que era deles o monopólio do "chamamento". Nesse mesmo caso também se encontravam os padres, pois queriam retomar para si a mediação entre índios e civilizados. Um terceiro grupo era formado pelos imigrantes, que chegavam aos milhares no porto de Santos, esperançosos de possuir um torrão do qual pudessem sobreviver. Suas opções eram a submissão aos fazendeiros ou a tentativa de um negócio próprio, disputando com os indígenas uma fração da terra. Após a pacificação dos Kaingang, a violência sobre os índios continuou, embora, sua ênfase tenha se deslocado do genocídio para o etnocídio.

A hierarquia do SPILTN era composta pela Diretoria Geral, duas Subdiretorias, treze Inspetorias, Centros Agrícolas e Povoações Indígenas ou Postos Indígenas. O encarregado era o elo de ligação entre os interesses do Estado e sua cristalização nos Postos e Centros. O inspetor tinha a tarefa de vigiar e direcionar os encarregados para que estes não passassem para o lado do "inimigo", referindo com esse termo ao índio.

O SPILTN foi criado, segundo a "história oficial", a partir de um debate público sobre a situação de violência contra os indígenas no "sertão" paulista, datado de 1908-10. Segundo Lima, a instituição já era projeto oficial antes disso, *tanto o governo dos índios quanto o dos nacionais eram tarefas <u>previstas</u> no decreto de criação do ministério (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC) em 1906*[13]. O debate destacou os feitos de Rondon – usar a brandura no contato com os índios - e identificou um "bode expiatório" responsável pelo genocídio de índios no sertão paulista. Para não acusar poderosos fazendeiros da região do oeste paulista pelo extermínio dos índios, acusava-se o Diretor do Museu Paulista, Herman Von Hering, alvo menos perigoso.

[13] LIMA, A Carlos de Souza. "O Governo do Índios Sob a Gestão do SPI" IN: CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/SMC/Fapesp, 1992 p.156 grifo meu

Relações de amizade, compadrio e parentesco entre agentes do Serviço estiveram presentes durante toda a existência do órgão.

Herman Von Hering não estava sozinho quando prognosticara o fim dos indígenas com o advento da civilização. Fazendeiros e cientistas tinham a mesma percepção e *desejavam* que isso ocorresse. Os positivistas da Sociedade Científica de Campinas e o próprio SPILTN apostavam no desaparecimento dos indígenas, não pelo genocídio como era prática dos fazendeiros e bugreiros mas pelo etnocídio. Não seria esse o sentido da "incorporação dos indígenas à sociedade civilizada", premissa da ação indigenista?

Como os indígenas sobreviveram a tamanho impacto destrutivo? Darcy Ribeiro afirma que após o contato, apesar de ter restado pouco das antigas tradições, o que ficou foram *representações recíprocas e lealdades morais*[14], suficientes para manter os liames étnicos. No início do século 20, o indígena foi "incorporado" pela nação brasileira enquanto parcela a ser "civilizada" pela violência do preconceito em relação a aspectos da moralidade indígena e de um tipo de "paz imposta" [15], ambos evidentes na rotina das Aldeias sob o SPI.

Resistência e Negociação: a mediação do SPI

O aspecto histórico e estratégico do SPILTN destaca-se pelas táticas de mediar as relações entre índios e não índios, viabilizando a apropriação dos territórios indígenas como terras negociáveis e controlando sua população nativa. Segundo Lima, o SPILTN foi criado a partir da expansão do Estado Nacional constituindo-se no *primeiro aparelho de poder governamentalizado instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder*[16]. Quais as formas utilizadas para atrair e "pacificar" as tribos Kaingang e efetivar esse processo?

O SPILTN, através do encarregado Bandeira de Mello e sua família, introduziu uma nova variável e, através dela, confundiu os indígenas. Antes da intervenção do SPI, a imagem do civilizado era a imagem dos bugreiros e grileiros, matadores e mandantes -

[14] RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1987 p.446
[15] "paz imposta" pelo SPI aos índios é conceito discutido por LIMA, Antonio C. de Souza **Op. Cit.**
[16] LIMA, Antônio Carlos. IN: CARNEIRO, M. *Op. Cit.*p.155

homens terríveis, estranhamente desacompanhados de suas mulheres e de crianças e que nunca acabavam: quanto mais se guerreava contra eles mais deles apareciam.

Os Kaingang do oeste de São Paulo, os Botocudos de Minas Gerais, os Xocleng de Santa Catarina e os Parintintin do rio Madeira, constituíram-se nas primeiras experiências de pacificação gerenciadas pelo SPILTN. Através delas foi montado, em 1940, um tipo de "guia", para orientar os funcionários do Serviço na "atração" e "pacificação".

A articulação do SPILTN ao projeto do Governo federal evidencia-se pelos outros projetos, também do Governo, que o Serviço tornou viável na área, tais como: venda de terras, localização dos imigrantes europeus, abertura de estradas e fundação de paróquias.

No início do século 20, havia ainda muita terra sob o domínio dos indígenas. Era preciso "civilizar" as estratégias de apropriação e controle do espaço indígena até então utilizadas, e talvez dividir com eles, em sensível inferioridade, parte dos despojos da conquista. Talvez seja este o significado das "generosas doações ao SPILTN" feitas pelas companhias particulares de colonização, para localização das aldeias indígenas.

É interessante observar que, enquanto o contato do índio com o civilizado limitou-se aos colonos-posseiros que não tinham capital e viviam uma economia de subsistência o "sertão" foi compartilhado sem problemas. A construção de estradas, ferrovias, urbanização e migração fez desaparecer caça e florestais aumentando a pressão sobre os grupos tribais.

O Serviço procurava veicular a imagem da neutralidade na "proteção" dos índios. Num ambiente repleto de poderes locais, corrupção, relações clientelísticas, paternalismos e privilégios, de que forma militares pagos por um sistema social de privilégios exerce a "proteção" dos excluídos desses privilégios? Há um limite evidente na proteção: o direito à exploração ao domínio da terra. Seria, a terra, o troféu da guerra, levado pelo não índio?

Segundo Seeger e Castro *o acesso à terra é a condição essencial da sobrevivência indígena, em termos físicos e étnico-culturais*[17]. As estratégias e táticas utilizadas no controle dos índios, pelo SPILTN, podiam modificar, colaborar ou impedir esse acesso. A

[17] SEEGER, A. e CASTRO, E. V. de. "Terras e territórios indígenas no Brasil" IN: SILVEIRA, Ênio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 101-114 (Col. Encontros com a Civilização brasileira; v.12).

“atração e pacificação” foram instrumentos estratégicos utilizados para concretizar os planos governamentais de incorporação da população e do território ao processo capitalista, pondo fim à guerra pelo domínio do território. Que contribuição específica tiveram os militares, e as representações nacionalistas utilizadas por eles, nesse processo? Com quem e porque foram feitas alianças ou instaurados conflitos durante o processo de criação das Aldeias de Icatú e Vanuíre e da sociedade local?

O processo da pacificação dos Kaingang ocorreu no meio da floresta a poucos quilômetros da Estação de trem Heitor Legru (hoje cidade de Promissão), estação montada com recursos particulares do Cel Manoel Bento Cruz. O primeiro desafio dos agentes era modificar a imagem do civilizado/bugreiro. Havia que se reordenar na memória indígena as figurações do “civilizado”, instaurar aí uma lógica alternativa, na qual fosse possível a inserção dos agentes “amigos dos índios”, do “branco bom”.

Devido a uma série de manobras, quando o imperativo do capital exigiu, os “amigos dos índios” foram transferidos para outros Postos, sendo suas posições assumidas por outros funcionários do Serviço, comprometidos com as empresas de colonização e não com os índios. Os especuladores (Senador Lélio Piza, o ex-Prefeito de Bauru e de Penápolis, Manoel Bento Cruz) receberam o apoio do SPI na pessoa do agente José Cândido Teixeira e do Inspetor Horta Barbosa, responsável pela nomeação e transferência dos agentes.

Na prática do SPI, o sentido da “proteção” e “tutela” caminhou para o etnocídio e o gerenciamento das terras indígenas. Para os índios terra não é troféu de guerra, é *território*, *habitat* ancestral, lugar da cultura simbólica e material. A educação e o adestramento dos índios pelo trabalho visavam legitimar propósitos da guerra para a colonização. Mesmo garantidas pela Constituição Federal de 1988, os territórios indígenas continuam sendo invadidos e sua identidade e cultura desrespeitada. O que fica comprovada é a trajetória de uma prática contraditória e polêmica, que teve como conseqüência a doação e venda ilegal de terras e de reservas florestais indígenas a particulares, a colaboração no extermínio dos índios e a atual situação de dependência e pobreza dos herdeiros e repositários de nossas raízes históricas e culturais.

O que se deve ler para conhecer o Brasil?
Nelson Werneck Sodré

.

Norma CÔRTES
Professora Adjunta de Teoria e Metodologia da História da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
ncortes@ifcs.ufrj.br

Desde que Nelson Werneck Sodré lançou o guia de leitura *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, nenhum outro historiador ou pensador social publicou obra com alcance e intenção autoral semelhantes. Que eu saiba, não há em nossa história recente outro intelectual que, sozinho, tenha oferecido ao público esclarecido (mas leigo) um roteiro tão completo de leituras para o bom entendimento do Brasil. *O que se deve ler* consiste num vasto mapeamento bibliográfico de várias dimensões da realidade brasileira. Admirável, a obra cobre os quase quinhentos anos da História do Brasil — desde a aurora da modernidade européia até a chamada revolução brasileira (entenda-se o processo de industrialização e desenvolvimento nacional) —; organiza uma generosa *brasiliana*, reunindo uma numerosa literatura sobre estudos brasileiros especializados (estudos econômicos, militares, institucionais, lingüísticos, geográficos etc.); e, finalmente, oferece um variado rol de títulos sobre a História de nossa formação cultural (listados nos seguintes subitens: folclore, artes, ciências, literatura, imprensa, e, por fim, os costumes). E tudo isso era precedido por abundantes páginas introdutórias que se destinavam "a oferecer ao leitor menos experimentado ou ao leitor estrangeiro o ambiente necessário à situação dos assuntos indicados." (LER, p 01) [i]. Com efeito, para além de ser um roteiro ou guia de leituras, *O que se deve ler* também veiculava uma tese sobre o Brasil e divulgava — no sentido preciso do termo: vulgarizava, isto é, publicava um conjunto de idéias tornando-as acessíveis ao vulgo — um *modus* explicativo acerca da realidade brasileira.

Por fim e ao total, já na sua terceira edição, publicada em 1967 — que foi revista e consideravelmente ampliada —, *O que se deve ler* acabava por indicar aproximadamente uns mil títulos entre as fontes principais e a literatura subsidiária (sem contar as indicações bibliográficas finais contendo mais outras trinta obras de referência como manuais, guias e dicionários biobibliográficos). Trata-se de uma biblioteca volumosa e nada desprezível que pretendia oferecer ao homem comum um roteiro de leituras que facilitassem seus primeiros contatos com a inteligência brasileira.

Esta intenção é explícita desde a primeira edição. Escrito nos momentos finais da II Grande Guerra (c.1944), o prefácio da primeira edição tornava claro quais foram os objetivos editoriais do autor. Sem esconder a consciência quanto ao caráter pioneiro daquela investida, o historiador declarava a quem se destinava a antologia de títulos sobre o Brasil e também explicava quais os critérios de suas escolhas bibliográficas. Então ele escreveu:

> [...] "quem organiza uma obra como esta não espera nem pretende uma concordância geral com a escolha dos livros indicados para o estudo do nosso desenvolvimento histórico [...] Sendo o primeiro trabalho, entretanto, organizado no sentido de facilitar ao leitor brasileiro e estrangeiro um acesso mais suave à compreensão das nossas coisas e do nosso povo, e tendo encontrado, [...] dificuldades enormes na sua organização, é natural que tenha lacunas e imperfeições, além daquelas que são peculiares ao autor. Foi feito, entretanto, com grande esforço, com a intenção de bem servir e com isenção de preocupações outras que não uma imprescindível objetividade. (LER, p 01)
>
> "Na escolha das obras para a constituição do grupo das fontes principais e das fontes subsidiárias houve, naturalmente, um critério fundado na seleção, mas conscientemente burlado, algumas vezes, pelo da utilidade ao iniciante, para quem este livro foi feito a princípio. Nem sempre a obra mais inteligente é a mais útil a quem começa a conhecer, a quem desconhece o assunto." (LER, p 02)

Esse compromisso inequívoco com o leitor, o respeito aos seus diferentes níveis intelectuais e à singeleza de suas competências cognitivas, aliado ao fato de recomendar exclusiva e unicamente fontes de fácil acesso — muito embora reconheça seu valor, Werneck se recusa a indicar obras raras — não foram gestos gratuitos. Quer dizer, todos esses cuidados autorais exprimem o caráter indisfarcavelmente didático da obra e consistem em traços muito mais reveladores que a mera simpatia do autor pelos leitores comuns. Convém lembrar que apesar de ter permanecido fora dos quadros docentes das escolas ou Universidades — fato que conferiu a sua imensa e longeva obra um apelo

popular e também lhe assegurou um espaço livre para o uso da linguagem ordinária cujo formato expressivo politicamente engajado era mal visto pelos cânones acadêmicos institucionais — e apesar de não ser um professor propriamente dito, Nelson Werneck Sodré possui uma *paidéia* e, adotando uma atitude intelectual esclarecida (de matriz iluminista), quer transmitir conhecimentos históricos ao público leigo e ensinar ao homem do povo aquilo que se poderia chamar de "lições sobre a realidade brasileira".

Tal intenção, contudo, não se reduz ao exercício da simples transferência de cabedais intelectuais. Em *O que se deve ler* a figura do leitor é fundamentalmente ativa. Porque mais do que receber passivamente aquele rol de títulos sobre da Historia do Brasil, seu papel é crítica, pois é a recepção pública quem consuma e confere o sentido final a todo o esforço autoral de Nelson Werneck Sodré. Numa comparação inusitada e (por que não?) demasiadamente moderna, ele convoca seu leitor a ação crítica e, traçando um paralelo entre o valor e significado das obras de arte e o conhecimento das ciências humanas, afirma:

> [...] "a indicação das obras não importa em preferências, nem em concordância com interpretações ou pontos de vistas dos seus autores. Resta esperar, aliás, que à própria faculdade crítica de cada um caiba a tarefa, certamente grata aos espíritos curiosos e propensos à pesquisa e à verdade, de análise e seleção. Se na própria obra de arte cabe ao apreciador ou leitor uma parte, em que ele contribui com as características da sua personalidade e da sua cultura, que dizer dos trabalhos científicos, dos estudos políticos, econômicos e sociais, em que tão largas perspectivas se abrem entre o autor e seus leitores?" (LER, p 03)

Se for retórica (e não sejamos tolos: É retórica, porque É política...), esta comparação também permite aquilatar o valor que Sodré confere aos seus leitores — o que, de resto, redimensiona o caráter iluminista da *paidéia* que está implícita em *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Afinal, ao mobilizar as faculdades intelectuais do público, chamando-o a assumir a atitude crítica e, ao mesmo tempo, ressaltar o caráter dialógico da relação autor-leitor, Sodré também descarta qualquer primazia aos saberes do intelectual esclarecido e compartilha as responsabilidades cognitivas e educativas de *O que se deve ler* com homem comum. O impacto político desta "inflexão pedagógica" aparece nas páginas dedicadas à Revolução Brasileira. Nelas, o historiador afirma:

> "Quando ocorrem as circunstâncias históricas necessárias e propícias a uma transformação de tal profundidade ocorre também, como parte do processo, o

> esclarecimento generalizado, a tomada de consciência das possibilidades nacionais, o desejo de participar e empreender." (LER, p 210)
>
> "O século XIX assiste, no mundo, realmente, ao desenvolvimento do imperialismo, que se alimenta do atraso e da exploração das áreas coloniais e subdesenvolvidas. O século XX vai assistir, ao inverso, a rebelião dessas áreas e ao esforço por elas desenvolvido para a libertação e para a realização nacional de seus destinos" (LER, p 211)

---

[i] Estou trabalhando com a quarta edição de *O que se deve ler* publicada no Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973. A partir de agora, as indicações de suas páginas assumem o seguinte formato: (LER, número da página).

O(s) PROCESSO(s) DE ESCRITA DE TEXTO BIOGRÁFICO HISTÓRIA DE FAMÍLIAS

Norma Shizuko Shiosawa Kimura – UNESP/Marília

INTRODUÇÃO

Partindo da concepção de que a escola de hoje não é somente um espaço institucional transmissor de conhecimentos, mas sobretudo, um lugar onde se criam condições para a produção de novos conhecimentos e acreditando que, ao aprender uma língua, aprendem-se também outras coisas por meio dela, desenvolvi um projeto de produção de texto biográfico – História de Famílias. Focalizei a vivência dos processos de conhecimentos, para que a escola se transformasse em lugar para pensar, criticar, elaborar, construir, discutir, produzir, considerando essas ações importantes na formação do aluno.

Considerando as condições necessárias à produção de um texto – *dizer alguma coisa a alguém sob determinada forma,* busquei no gênero textual *Biografia*, desenvolver atividades de linguagem em situações discursivas, focalizando as FAMILIAS, que têm suas próprias histórias. A sua escrita proporciona um ensino-aprendizagem de produção de conhecimentos voltada para a própria realidade do aluno.

Uma prática comum acerca do texto escrito é considerá-lo apenas o seu resultado. Pensar a escrita de um texto implica considerar e discutir o mesmo, não apenas em seu resultado, mas também em seu processo de criação, constituído por múltiplas operações que o aluno deve realizar.

Duas perguntas acerca da escrita *histórias de família* **,** desencadearam-se e as tomei como objeto de estudo

1) Quais são as características do processo de escrita biográfica por esses alunos?

2) Que processos relacionais e lingüísticos relevantes são deflagrados na relação do aluno com a família e seus membros, por meio da e/ou durante a produção escrita da história de família*?*

Referencial teórico

O projeto de escrita das *histórias de família* foi estruturado numa proposta de ensino e aprendizagem da língua, do lingüista João Wanderley Geraldi que defende a necessidade de uma correlação da construção do objeto da ciência – as teorias da linguagem, com os conteúdos de ensino para o qual exemplifica atividades de produção de texto, de leitura e de análise lingüística. Aceitei junto de cento e quatorze alunos, interessados na escrita de histórias de família, de sétima e oitava séries de uma escola pública, filhos operários de indústrias, comerciantes, empregados do comércio, funcionários públicos e empregados domésticos, o desafio ao qual o lingüista chama de aventura intelectual de produção e não de mera reprodução de um produto já elaborado. Uma aventura planejada com o objetivo de escrever as histórias de família, atendendo à superestrutura deste gênero textual, conferindo ao texto a coerência e coesão de forma e conteúdo, no registro da modalidade padrão da língua escrita.

Geraldi levanta uma questão sobre a necessidade de se ter uma concepção de linguagem no ensino da língua e que refletir sobre ela, ilumina a atuação do professor em sala de aula. Orientada por uma concepção de produção de linguagem como resultado de uma atividade discursiva, na qual sujeitos se constituem e interagem(Bakthin), a escrita da Histórias de Família, além de ser um tema, atende às condições necessárias à produção de um texto. Define a própria família como destinatária e interlocutora de seus textos. A estratégia do dizer - uma atividade interlocutiva – entre o aluno, que escreve e o professor, que como leitor, questiona, sugere, testa o seu texto e constrói-se como co-autor que aponta caminhos possíveis para o aluno dizer o que quer dizer, na forma que escolheu.

O projeto de escrita de Histórias de Família foi planejado para ser desenvolvido no período de um semestre.

Leitura do gênero histórias de família

Desenvolvemos a leitura de *"A Menina que fez a América" e "A Menina que descobriu o Brasil"* (Laurito, 1999), narrativas das histórias de uma família que tematizam a

imigração italiana. O primeiro é a história de Fortunatella, protagonista da narrativa que relata, em primeira pessoa, sua vida antes dos dez anos de idade e de sua família, na Itália. Era o momento em que os italianos estavam emigrando para o Brasil. A segunda leitura mostra Fortunatella, já no Brasil, entre 11 e 20 anos de idade, suas vivências junto da família e vizinhos na cidade de São Paulo, no início do século passado: o retrato de uma família italiana em formação, com o nascimento de muitos filhos e muito trabalho. O trabalho com as narrativas teve a finalidade de observar os assuntos e o modo de organizá-los e a leitura foi feita na sala de aula em voz alta, proporcionando espaço de discussão e os alunos foram percebendo que os assuntos de uma família são semelhantes entre si. Notavam que muitas histórias narradas coincidiam com a realidade de suas próprias famílias. Histórias semelhantes, repercutiram em momentos de reflexão coletiva acerca do contexto histórico e social de uma época, até então, desconhecidos e distantes desses leitores. Curiosidades surgiram acerca dos valores e comportamentos representados pela história de uma família de imigrantes italianos.

Tendo em vista que esta pesquisa busca valorizar o **processo**, considero este procedimento de leitura importante. As diferentes histórias – do aluno e da personagem, e os momentos diferentes – o presente e o passado , possibilitaram estabelecer comparações entre as experiências de suas famílias com as histórias da narrativa. As leituras compartilhadas com os alunos abriram um espaço na escola no qual ele pôde observar, pensar, refletir, contar, comparar, ações importantes à aprendizagem e à formação humana.

A Entrevista com a família

Elaboramos um roteiro de entrevista a ser realizado com a família, buscando os nomes de pessoas, as datas dos eventos que marcaram suas vivências, a descrição dos lugares por onde passaram e as transformações marcadas pelo tempo. As entrevistas colocaram o aluno em contato com pessoas da família de gerações anteriores – pais, tios, avós, bisavós que se sentiram valorizadas por terem sidos procuradas para falar de suas vidas. Buscaram, na memória, as recordações sobre os movimentos da migração no Brasil.

Descreveram as características dos bisavós, avós, pais, tios, padrastos e madrastas e etc. e o relacionamento familiar, relataram o árduo trabalho em lavouras, a escola da época dos avós lembradas por suas festas e comemorações cívicas, a religiosidade presente no dia-a-dia da comunidade (terços, missas, procissões), as festas religiosas com quermesses, onde alguns casais se conheceram. Relataram, ainda, a fusão da culinária - do feijão mineiro em fogões à lenha à macarronada italiana aos domingos -, o analfabetismo e a discriminação às mulheres que foram impedidas de freqüentar escolas , as saudades das brincadeiras de rua quando crianças, as lembranças das cadeiras nas calçadas e as longas conversas entre a vizinhança, o gosto pelas histórias de fotonovelas e os programas de rádio, os noivos com quem não se casaram entre outros assuntos.

Em um questionário que buscou mapear como as famílias reagiram às recorrências do passado, os alunos relataram que a procura pelas histórias do passado repercutiu em sessões de reuniões de família e a aproximação entre avós, pais e filhos que juntos se sentaram para conversar sobre as memórias. Para a família, o encontro com o passado causou emoções: uma onda de sentimentos contraditórios em que lágrimas e vozes embargadas eram disfarçadas com muitos risos.

A escrita do gênero textual histórias de família

Em *A menina que fez a América e A menina que descobriu o Brasil,* a autora escreveu a história de cada membro da família em capítulos individuais e organizou-os obedecendo à seqüência temporal - do antigo para o atual. Tomando como base este método de organização, os alunos, ao produzirem as narrativas das histórias de suas famílias, escreveram as histórias de seus bisavós, avós, pais, tios, irmãos, separadamente. Atentos à ordem cronológica dos eventos, as histórias individuais foram organizadas na seqüência de acontecimentos e organizadas por meio dos conectivos temporais, a progressão da narrativa direcionava a configuração textual.

Uma trajetória de leitura de cada produção textual repercutiu numa relação interlocutiva entre mim e o aluno escritor sobre *o que ele tinha a dizer* As diversas perguntas que seu texto suscitava foram se transformando em assuntos da narrativa.

Como leitora de meus alunos, comecei a conhecê-los melhor, e assim, interessei-me por suas histórias e passei a direcionar a atenção dos alunos para a necessidade de se observar a forma de dizer o que tinham a dizer. A interlocução entre mim e o aluno como norteadora do processo de ensino-aprendizagem favoreceu uma reflexão sobre *as estratégias do dizer. D*as atividades lingüísticas a serem trabalhadas, fiz um recorte segundo a categorização dos problemas que emergiam dos textos produzidos por esses alunos e suas necessidades individuais: 1) problemas de ordem estrutural, relativas às questões de configuração do texto como um todo, seus objetivos, suas seqüências de modo que o texto se definisse numa silhueta própria do gênero biográfico.2) problemas de ordem sintática, revisando as formas de estruturação dos enunciados, concordância nominal e verbal, regência e ordem dos elementos no enunciado, reescrevendo as frases ambíguas.3) problemas de ordem de convenções ortográficas.

O trabalho de escrita em situação real, visando à recuperação da história da família e à elaboração de um livro da turma com essas histórias repercutiu em envolvimento com a aprendizagem da língua escrita. O aluno, sabendo que seu texto era para valer e se tornaria um documento biográfico para a família e parte de um livro, passou a se preocupar com o uso da palavra e a se responsabilizar pelo que dizia e pelo como dizia. Nesta perspectiva, juntos nos debruçamos sobre seu texto, analisando a sua palavra escrita e a minha contra-palavra. Assim como Geraldi, considerei o texto ponto de encontro entre o professor e o aluno, ponto de partida e ponto de chegada de uma caminhada a dois, companheiros que nos tornamos nesta aventura de produção de histórias de família.

Fotografias da Família

A leitura de *Retrato de Família*, poema de Carlos Drummond, incentivou os alunos a buscar por fotografias antigas. O trabalho co-participativo de legendar as imagens das pessoas e dos lugares e o envio dessas fotografias a mim, professora de seus filhos e netos, evidenciaram ainda mais o interesse da família pela produção do texto biográfico. Nesta etapa que exigia controles de diferentes ordens, os alunos demonstraram empenho

em resolver problemas com o arquivo do material, criando um envelope para cada aluno com os respectivos documentos fotográficos e narrativas biográficas.

Nem todos os alunos dominavam habilidades necessárias para o uso do computador, desta forma aqueles que tinham mais conhecimentos em informática, organizaram-se em grupos e assumiram responsabilidades, auxiliando os colegas a digitar os textos, a escanerizar fotografias e a imprimir as narrativas.

Exercício fascinante este de recuperar os nomes de pessoas, conhecer o rosto e reconhecê-lo como da família, conhecer também seus hábitos do dia-a-dia os lugares por onde passaram. Exercício fascinante o de espalhar as muitas fotografias da família pela mesa e mirar o rosto, procurando as semelhanças. Trabalho rigoroso esse de anotar em muitas folhas soltas de cadernos e enumerá-las para não confundir a ordem seqüencial. Produção de texto fascinante o das histórias de família, que como as partes soltas de um jogo de "quebra cabeça" precisam ser organizadas para montar uma paisagem, assim também as narrativas de vida de cada pessoal, parte de um todo, precisam ser organizadas e juntadas. E, cada uma em seu lugar, formam o texto biográfico – HISTÓRIA DA FAMÍLIA. Interessante descoberta saber de onde surgiu o Eu.

"...Perguntei para meu pai/-Pai, onde é que você nasceu?/Ele então me respondeu/Que nasceu lá em Recife/Mas seu pai que é o meu avô/Era filho de um baiano/Que viajava no sertão/E vendia coisas como/Roupa,panela e sabão/
E que um dia foi caçado/Pelo bando do Lampião/Que achava que ele era/Da polícia, um espião/E amarraram ele no pau/E se fez a confusão/Pra matar depois do almoço/E ele então desesperado/gritava socorro/e uma moça apareceu/Bem no último instante/E gritou para aquele bando/-Esse rapaz é comerciante!..."

(Paulo Tatit)

Considerações Finais

Buscando respostas acerca da importância de descrever o processo de escrita de biografias, considero importante pensar nas circunstâncias que caracterizam o projeto de escrita histórias de família. As interações entre aluno e família, aluno-professor e aluno-aluno estabeleceram relacionamentos de confiança e transformaram a sala de aula em espaço seguro para escrever a biografia e produzir um conhecimento.

Considero que o processo de escrita de texto biográfico construiu um percurso no qual o aluno pôde pensar, criticar, elaborar, construir e produzir - realizações de coisas que valem por si mesmas, acredito. Trata-se de um processo de vivências e construções que possibilitam ao aluno o desenvolvimento da consciência do conjunto.

O trabalho de escrita que buscou a vivência e o conhecimento dos processos de produção de conhecimentos fez com que eu buscasse conhecimentos teorizados que fundamentassem uma prática possível em sala de aula. A vivência do processo possibilitou-me conhecer os alunos e suas histórias de vida.

Do ponto de vista educativo, o conhecimento a respeito do outro é essencial à aprendizagem: conhecer para respeitar, compreender, analisar e, sobretudo para estabelecer vínculos e dialogar. Sinto a minha prática pedagógica mais humana, na medida em que nos tornamos companheiros, neste percurso: **O PROCESSO.**

Corpo, beleza e gênero. Rupturas e continuidades na observação de diferenças entre homens e mulheres. Uma leitura a partir da imprensa. (1950-1990)

Profª Drª Nucia Alexandra S. de Oliveira
UFSC

O presente trabalho parte da seguinte idéia: homens e mulheres não são alvos de um mesmo discurso quando o assunto é a beleza. Pelo contrário, ambos recebem orientações diferentes e genereficadas a respeito dos padrões que seus corpos devem apresentar. Enquanto as mulheres são convidadas a apresentarem corpos delicados, suaves e graciosos, os homens são incentivados a apresentarem e a representarem, através de seus corpos, a força e a robustez, tidos como elementos masculinos. Certamente que esta relação não é algo linear ou constante. Por vezes, o reforço do gênero não é uma questão central e este fato será considerado e discutido durante o trabalho. Na verdade, este texto destaca que os discursos articulados em torno da beleza estão permeados de relações de gênero, que ora são mais intensas, ora são mais tênues.

Antes de passar às discussões mais específicas quanto ao tema aqui proposto cabe ressaltar que este texto é um recorte de minha tese de doutorado defendida recentemente no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. O principal foco deste trabalho foi a discussão de que os discursos articulados em torno da beleza estão permeados por relações de gênero. Para dar conta da observação das rupturas e das continuidades existentes nos discursos que tematizam a beleza para homens e mulheres, é importante destacar ainda que trabalhei com revistas publicadas no Brasil dos anos 50 aos dias de hoje. Foram analisados títulos como O Cruzeiro, Claudia, Nova, EleEla, Playboy, Vogue, entre outros. Tais revistas têm projetos editoriais e públicos bastantes distintos e foram justamente escolhidas por este motivo. Tal distinção possibilita não apenas localizar

determinadas questões em tempos específicos[1], mas também permite perceber os múltiplos movimentos da história em relação a este tema tão contemporâneo que é a beleza.

Anos 50 e 60: "novos" hábitos de consumo convidam homens e mulheres a cuidar do corpo e a reforçar diferenças...

No que diz respeito às práticas de cuidado com o corpo os anos 50 e 60 podem ser lembrados como períodos que redimensionaram e popularizaram novos discursos. A partir dos anos 50, o corpo passou a ser dito como algo que poderia sofrer a intervenção pessoal. E assim a beleza, que antes era vista como um dom[2], passou a ser descrita como algo que especialmente as mulheres poderiam alcançar com o uso de certos produtos.

Esta foi, portanto uma década que deu início a popularização e diversificação dos discursos que incentivam homens e mulheres para cuidarem de sua aparência. Contudo – como foi evidenciado logo no começo deste texto – não foi de uma mesma forma que homens e mulheres foram inseridos neste movimento de cuidados com o corpo: enquanto as mulheres foram associadas aos cuidados que ressaltariam a beleza, aos homens foi destinado um discurso que propunha o investimento maior sobre a distinção de uma aparência "bem cuidada". Em outras palavras, quando a beleza passou a ser discutida como algo passível de construção e quando os homens foram convidados a consumir produtos para o corpo este "convite" foi feito de uma maneira diferenciada e também menos intensa se comparada à forma como era feita entre as mulheres. Ao que parece a beleza não era entendida como um assunto de interesse dos homens, pois esta questão não aparece como um "problema" a ser resolvido por eles. Ou seja, não se falava aos homens: embeleze-se,

[1] É importante dizer que as revistas são fontes de pesquisa bastante diversificadas e importantes para a pesquisa histórica. Ao trazerem textos, anúncios, imagens entre outros tantos elementos, todo um contexto é apresentado à discussão e inúmeras histórias são dadas a ler. Isso porque as revistas ao colocarem determinados textos e imagens em destaque estão evidenciando alguns dos modelos da sociedade na qual estão inseridas e da qual elas próprias são produto. De fato, uma revista é uma representação que é dada à leitura e à interpretação.

[2] SANT'ANNA, Denise. La recherche de la beauté. Une contribution à l'historie des pratiques et représentations de l'embelessiment féminin au Brèsil – 1900 à 1980. Thèse de Doctorat en Historie et Civilisations. Univsersité de Paris, 1994. Denise Sant´anna mapeia em seu trabalho os muitos discursos a respeito da beleza, desde seu entendimento como um dom até a forma de dizê-la como algo passível e possível de construção por qualquer mulher.

enfeite-se, etc. Nos anos 50, e também em boa parte dos anos 60, os anúncios oferecidos aos homens eram reduzidos quase que exclusivamente aos fortificantes, aos produtos para fazer a barba, para cuidar dos cabelos (fixadores, brilhantinas e alguns xampus com tintura). Esta tendência, que poderia ser descrita como mais restrita, era ainda reforçada por uma argumentação que buscava afirmar que tais cuidados eram apenas uma forma de distinção social. Ou seja, não se falava que um cabelo bem arrumado ou uma barba bem feita tornaria um homem mais bonito. Dizia-se, sim, que este poderia se apresentar de forma mais elegante e distinta, sendo assim admirado e respeitado pelas mulheres e também por outros homens. No que se refere às mulheres os discursos que promoviam as práticas de embelezamento eram mais diversificados. Ressaltava-se muito a importância da beleza, eram oferecidos muitos produtos e era dito às mulheres que estas deveriam se preocupar em construir um corpo belo e feminino. A beleza era enfim algo muito mais associado ao feminino.

Os exemplos citados a seguir demonstram tais orientações, enquanto o primeiro anúncio fala às mulheres da relevância de uma pele aveludada e bela; o segundo destinado aos homens destaca a importância "apenas" destes terem cabelos bem penteados e a aparência distinta.

> Macia... fresca... aveludada... como pétalas de flores. Assim pode ser sua pele. Sim...sua pele pode rivalizar com as pétalas das flores... sua pele pode ser macia, fresca, aveludada, juvenil. E seu rosto refletirá, gloriosamente, a marca radiante da graça e da beleza impecáveis... Você pode consegui-lo facilmente... através do tratamento de algumas semanas.... Antisardina corrigirá todas as imperfeições de sua cútis, imprimido em seu rosto um toque inconfundível de juventude e beleza.[3]

> Você está sobrando... é justo! Assim tão despenteado! Cuidar dos cabelos é mostrar bom gosto e apuro, é impor-se como rapaz alinhado! E Brylcreem – o fixador perfeito – lhe facilitará isso tudo, pois é produto de primeira qualidade, é econômico e fixa sem colar, permitindo repentear! Em vidros ou tubos comece agora mesmo a usar.[4]

[3] ANÚNCIO Antisardina. O Cruzeiro. Rio de Janeiro: Diários Associados. no. 26, ano XXII, 15 abr 1950. Grifos meus.
[4] ANÚNCIO Brylcreem. O Cruzeiro. Rio de Janeiro: Diários Associados. no. 39, ano XXX, 15 jul 1950. Grifo meu.

Distinção para os homens. Delicadeza e beleza para as mulheres. É uma perspectiva de gênero que está orientando os argumentos que, nestes anúncios diferenciam as práticas de cuidados com o corpo para homens e mulheres. A beleza apresentada às consumidoras de Antisardina é generificada; assim como, o cuidado com a distinção apresentado aos homens também apresenta um enfoque de gênero. Ou seja, é uma relação de gênero que está evidenciada nestes exemplos, sobretudo quando ambos falam sobre a "função" das práticas de cuidado com o corpo. A mulher deve ser bela para ressaltar a delicadeza e a graça de sua feminilidade. Enquanto o homem, por seu lado, precisa ser distinto, apurado e conquistador para reforçar a sua masculinidade. Enfim, os discursos que tematizaram a beleza e os cuidados com o corpo, no período 5060 de modo geral, apostavam e evidenciavam a importância das diferenças.

Quais seriam as relações presentes nos anúncios publicados nos anos 70, época constantemente lembrada pelas contestações feministas, pela moda unissex, entre outros movimentos?

Anos 70: a popularização dos cuidados com a beleza tensiona as diferenças ?

Nos anos 70 os cuidados com o corpo e a beleza aparecem nas páginas das revistas como práticas estabelecidas. Ou seja, não se tratava mais de convencer os leitores/consumidores que a boa/bela aparência era algo que poderia ser comprado/conquistado. Ao que parece, portanto, os discursos que investiram sobre a importância da aquisição de novos hábitos de cuidado com a aparência, (sobretudo aqueles relativos a compra de produtos), orquestrados nas décadas anteriores haviam conseguido o seu propósito. Homens e mulheres – principalmente aqueles pertencentes às camadas médias e altas e moradores dos grandes e médios centros[5] – estavam inseridos numa

[5] Estes setores estão sendo considerados como mais próximos a este discurso que enfatizava o consumo pois eram o principal público alvo das revistas aqui analisadas, assim como as médias e grande cidades eram aquelas onde era mais fácil o acesso aos produtos.

sociedade onde o consumo de produtos e a preocupação com a beleza eram tidos como fatos definitivos/consumados.

Neste "novo" momento dos cuidados com o corpo e de vivência dos processos de embelezamento, alguns aspectos se destacam. E um deles é a forma de falar aos homens sobre este assunto. Diferentemente do que foi observado nos anos 50 e 60, nos anos 70 a palavra beleza foi finalmente anexada às falas destinadas aos homens. "Homem também tem que ser bonito", dizia uma reportagem publicada na revista EleEla em dezembro de 1971. Mas poder-se-ia perguntar: existiria ou não limites para o embelezamento masculino?

A observação nos anúncios e também em alguns textos aponta que sim. Ou seja, existiram alguns limites neste processo. O embelezamento masculino foi construído como prática para reforçar as diferenças existentes entre homens e mulheres e para tornar ainda mais reconhecíveis as qualidades ditas masculinas. Os anúncios de perfumes e loções pós-barba são exemplos desta "necessidade" de lembrar aos homens a importância da beleza sem esquecer a masculinidade. Diz um deles:

> Enfim uma loção após barba e um desodorante verdadeiramente másculos. Inspirado em essências raras da velha Europa, nasceu Heildelberg, desodorante e loção pós-barba para os homens que conhecem o bom gosto. Seja curioso e conheça Heildelberg. V. vai ver que nunca o conselho foi tão bem dado como este[6].

No que se refere às mulheres também é possível perceber uma preocupação em ressaltar e destacar aquelas características entendidas como parte do universo feminino, tais como a graça, a delicadeza, a sensualidade, entre outros. Um dos textos que evidencia tal associação é o do anúncio do Talco Lux, publicado na revista EleEla em março de 1970:

> Talco Lux - Femininamente Perfumado, Mulher até a flor da pele. Ele não vai resistir. À maciez assustadora da sua pele. Ao perfume estonteante do seu corpo. À sua tepidez embriagadora. Porque você usa mais do que o seu sexto sentido, para subjugar o homem. Você usa o novo talco Lux. Tão fino que lhe dá aquela crueldade deliciosa de mulher mais mulher. Tente o seu homem com Lux em sua nova embalagem. Vermelha. Na cor do perigo, e seja mulher até a flor da pele[7].

[6] ANÚNCIO Heidelberg. EleEla. Rio de Janeiro: Bloch. no. 36, ano 3, abr 1972, p. 82.
[7] ANÚNCIO Lux. EleEla. Rio de Janeiro: Bloch. no. 11, ano 1, mar 1970, p. 85

Vale lembrar que os anos 70 foram palco de muitas transformações, mudanças e questionamentos quanto a vida pública e privada das mulheres e, conseqüentemente também dos homens. Dizia-se que as mulheres estavam mudando, conquistando espaços e, sobretudo negando o papel secundário nas relações familiares, amorosas, etc. Enfim, falava-se que a mulher se emancipava. E tal fato acabou suscitando na idéia de que na década de 70 havia surgido uma "nova" mulher. Contudo, conforme se pode observar através das leituras feitas em textos e anúncios publicados nas revistas pesquisadas não houve novidades no que diz respeito a importância da beleza para as mulheres.

Mesmo com possibilidades tão diferentes como a moda unissex, o que se percebe, nos anos 70 - no que se refere a beleza - é que homens e mulheres continuaram a ser convidados a embelezar seus corpos a partir de uma relação de gênero. Os homens que passaram a ter o privilégio de se embelezarem, deveriam investir no embelezamento para terem uma aparência máscula, viril. Ao passo que as mulheres deveriam buscar uma beleza feminina, delicada e, mesmo livre.... desde que continuassem a ser "mulheres de verdade". O que permite dizer finalmente que este era um momento de tensão mas não de negação das diferenças que continuaram a fazer parte das relações entre homens e mulheres e dos discursos que falavam a ambos a respeito da beleza.

Anos 80: a beleza para todos!

Nos anos 80 os discursos que estimulavam as práticas de cuidado com o corpo e o embelezamento alcançaram uma visibilidade ainda mais intensa do que aquela observada na década de 70. Os inúmeros anúncios e textos que tematizavam dietas, musculação, exercícios físicos e esportes, bem como outros tantos que falavam dos cosméticos, das cirurgias plásticas e de outros instrumentos de intervenção, mostram que esta década assistiu a um "boom" do culto ao corpo. À esta proliferação no número de academias de ginástica, somam-se outros aspectos relevantes, tais como a busca de uma aparência magra e cada vez mais jovem e uma alimentação mais equilibrada.

Um aspecto bastante importante neste momento de intensos cuidados com o corpo é o fato de que tanto os homens quanto as mulheres estarem ocupando um lugar semelhante como público alvo de tais discursos. Ou seja, o culto ao corpo e à beleza, vivenciado ao longo dos anos 80, não teve nas mulheres um público exclusivo. Pelo contrário, dando prosseguimento ao movimento iniciado na década anterior, os homens passaram a ser cada vez mais convidados a investir sobre seus corpos.

Contudo persiste a relação de gênero nos discursos que tematizam a beleza. Homens e mulheres continuaram a ser alvos de textos que associam beleza e gênero. O seguinte anúncio de Oil Of Olay publicado em Claudia, evidencia a persistência da beleza como algo que "torna" as mulheres mais femininas:

> Qualquer que seja a sua idade é possível conseguir um rosto bonito e suave evitando o ressecamento da pele que acentua as rugas. A maciez e a suavidade de um rosto jovem é um atributo de beleza que infelizmente desaparece sob a influência desgastante do clima e do passar dos anos. Mas isto pode ser atenuado, desde que você tenha simples cuidados com sua pele todos os dias[8].

Os homens por sua vez continuaram a receber mensagens que lembravam que determinadas práticas de embelezamento deveriam ser buscadas por eles especialmente para ressaltar a masculinidade. Como se pode ler no seguinte anúncio de Embassy:

> Embassy o perfume do homem. A aparência pessoal é um dos fatores decisivos no competitivo mercado de trabalho dos nossos dias. Ao lado da capacidade profissional, o homem dinâmico, esportivo e moderno dever ter um toque marcante, personalizado. Para isso nada melhor do que adotar Embassy, uma linha completa de produtos de higiene e beleza masculinos. Com uma fragrância bem atual os produtos Embassy estão ao seu alcance, aqui e agora, para acompanhá-lo no trabalho, no passeio e nos momentos de lazer[9].

Estes e outros textos mostram assim que as práticas de beleza continuaram a ser algo que deveria ser vivido por homens e mulheres com propósitos distintos. Este elemento continuou a ser instituído e também a ser instituidor de relações de gênero. Ser bela ou belo não foi neste período uma atividade desatrelada do gênero, pelo contrário. As relações de

[8] ANÚNCIO Oil of Olay. Claudia. Rio de Janeiro. no. 224, ano 19, mai 1980.
[9] ANÚNCIO Embassy. EleEla. Rio de Janeiro: Bloch. no. 129, ano XI, jan 1980.

gênero estavam de modo muito presente nos discursos que propunham às mulheres e aos homens os cuidados com a beleza corporal. E mesmo que alguns padrões tenham mudado, mesmo que importantes mudanças tenham ocorrido pode-se dizer enfim que a beleza nos anos 80 continuou a ser um aspecto onde homens e mulheres se distinguem.

Considerações finais

Pretendeu-se neste texto identificar de quais modos o gênero foi (e é) articulado nos discursos que tematizaram e tematizam a beleza. E se descobriu que é basicamente reforçando e enfatizando diferenças que o gênero está presente nos textos, nos anúncios e nas imagens que vendem a homens e mulheres os “instrumentos” para o embelezamento de seus corpos. De fato, entendeu-se que noções de masculino e feminino estão subjacentes nos textos que falam da beleza, mas que ocorrem variações nestas relações que são pensadas e processadas com mais ou menos intensidade de acordo com as situações e contingências vividas social e culturalmente em um dado momento e lugar. Por vezes, o reforço do gênero nos discursos a respeito da beleza é uma relação dominante e muito forte como ocorreu nos anos 50 e também em boa parte dos anos 60. Em outros momentos ele se encontra sob tensão visto que divide espaço com outros modelos, como o unissex o que ocorreu nos anos 70 e especialmente no início da década de 80. Com mais ou menos intensidade o gênero está portanto sendo reforçado nos discursos que ensinaram e ensinam homens e mulheres quais são os elementos que seus corpos devem apresentar a fim de que estes sejam reconhecidos como verdadeiramente “masculinos” ou “femininos”.

Migrações internacionais e processos de exclusão e intolerância (1950-1980)

Odair da Cruz Paiva* – UNESP/Marília

• *Apresentação*

A criação do Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (C.I.M.E.) em 1951 visou o fomento a processos migratórios oriundos de situações variadas: de migrações de perfil marcadamente *econômico* a fluxos produzidos por conflitos étnicos, políticos e religiosos. O C.I.M.E sucedeu a Organização Internacional para Refugiados (O.I.R.) e, em certa medida, manteve a orientação na recolocação de famílias e indivíduos que fugiam de perseguições políticas, ideológicas, étnicas e culturais. Entretanto, suas atividades também objetivavam facilitar a migração de camponeses e trabalhadores urbanos; estes últimos, constituíram parte significativa da mão-de-obra em países que iniciavam processos de industrialização mais intensa, como o caso do Brasil. Por outro lado, europeus residentes fora da Europa e mesmo imigrantes de outras nacionalidades também contaram com o apoio do Comitê para a realocação em seus países de origem ou para uma nova imigração. Estes, particularmente, residiam em zonas de conflitos produzidos por processos de descolonização (África e Ásia) e guerras, como o caso do conflito árabe-israelense nos anos 1960. A base documental (1) para essa reflexão constitui-se de documentos produzidos pelo próprio órgão (estatísticas, pareceres, relatórios, boletins) que tipificam, mapeiam, quantificam e localizam as transformações e tendências dos fluxos migratórios durante três décadas.

O objetivo deste estudo é apresentar alguns elementos da atuação do CIME, dados sobre os deslocamentos populacionais nas décadas de 1950/70 e pontuar questões que definem, de forma preliminar, a distinção entre *migração nacional* e a *migração de refugiados.* Enquanto conjunto o objetivo é demonstrar alguns desdobramentos de processos de inclusão e incorporação econômica, resultado tanto da nova fase de crescimento da economia capitalista no pós II Guerra Mundial quanto de conflitos localizados, característicos da Guerra Fria.

- ***O CIME e dos deslocamentos populacionais.***

Em fevereiro de 1952 o C.I.M.E. iniciou suas atividades. Ele foi caudatário de muitas das atribuições que, anteriormente estavam a cargo da Organização Internacional de Refugiados (O.I.R.), criada em 1947 com o objetivo de alojar provisoriamente - em campos de *refugiados* - e reassentar famílias e indivíduos considerados como *Deslocados de Guerra*.(2) A criação do C.I.M.E. em 1951 se deu basicamente pela iniciativa dos Estados Unidos e da Bélgica. A Resolução de Bruxelas estabeleceu um Comitê Provisório que começou as suas operações em fevereiro de 1952; este Comitê foi formalizado como CIME em outubro do ano seguinte. Diferentemente da O.I.R, as atividades do CIME procuraram ampliar o espectro dos deslocamentos populacionais para além da questão de *refugiados.* No documento de constituição do CIME, temos:

Artigo 1o.
Os fins e funções do Comitê serão:
(a) tomar medidas para o transporte de emigrantes, para os quais os meios de vida são deficientes e que não poderiam de outra forma ser transportados de países com excesso de população para países ultra-marinos que oferecem oportunidades para uma imigração ordenada; (b) promover o aumento do volume da emigração da Europa, proporcionando, a pedido e em conformidade com os Governos interessados serviços durante o processo, e recebendo, a primeira colocação e estabelecimentos dos emigrantes que outras organizações internacionais não podem proporcionar e outras facilidades mais condizentes com os fins do Comitê. (3)

Embora a imigração de *refugiados* tenha constituído parcela significativa dos emigrados sob os auspícios do Comitê, a *migração nacional* teve um peso igualmente significativo em suas atividades. O Comitê desenvolveu programas específicos para as migrações e contou com uma ampla rede de escritórios e funcionários sediados nos países que com ele fizeram acordos. No caso do Brasil, por exemplo, o CIME chegou a ter na década de 1960 escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Estes escritórios faziam os contatos com os órgãos encarregados dos trâmites de entrada dos imigrantes, bem como davam suporte para alojamento e procura de emprego. (4)

Os deslocamentos sob os auspícios do CIME tinham uma relação direta com o novo contexto de desenvolvimento econômico no pós II Guerra Mundial. O estabelecimento de empresas multinacionais na América Latina, Oceania e África, reincorporou regiões à nova

lógica da expansão capitalista. Concomitantemente, à migração de capitais e empresas seguiu-se à migração de trabalhadores oriundos de áreas com desenvolvimento industrial mais pretérito cuja força de trabalho não era necessária dado o processo de reorganização produtiva da Europa Ocidental no pós Guerra. Assim, o velho binômio exclusão/incorporação, presente nos deslocamentos populacionais desde o século XIX, foi reatualizado com o objetivo de fortalecer os laços de (inter)dependência econômica do mundo capitalista.

Ao mesmo tempo, num contexto marcado pela Guerra Fria, os processos de descolonização e os conflitos localizados no Oriente Médio, África e Ásia apotavam para a necessidade de que os fluxos migratórios tivessem uma conotação não apenas econômica. Assim, o CIME (como a Organização Internacional para Refugiados anteriormente) coordenou a recolocação de milhares de *refugiados*, majoritariamente europeus, em seu retorno para a Europa ou dela para outras regiões. Esses deslocamentos populacionais eram cobertos por um contrato envolvendo o migrante e os países de emigração e imigração e em certos casos, uma agência voluntária ou tutor individual. No documento de Constituição do CIME, encontramos:

Capítulo X "Relações com Outras Organizações"
Art 27 $ 1
O Comitê cooperará com organizações internacionais, governamentais e não governamentais interessadas na emigração de refugiados. (5)

Algumas dessas organizações: Entr'aide Ouvrière International; International Catholic Migration Commission; Iternational Rescue Committee; International Social Service; Luthern World Federation; Swiss Aid Abroad; Tolstoy Foundation; United HIAS Service; Catholic Relief Services; National Catholic Welfare Conference; United Ukranian American Relief Committee e World Council of Churches.

Segundo Bouscaren, (6) os programas do CIME para as migrações internacionais de europeus envolviam cinco formas que correspondem meios de transporte (subsidiados ou não) e programas de inserção: 1. Passagem subsidiada (assisted-passage). Transporte de migrantes selecionados por oficiais dos países de recepção, geralmente sob os termos de acordos bilaterais em que o país de emigração estabelece critérios de aceitação; 2. Mão de

obra qualificada. Trabalhadores urbanos ou agricultores selecionados pelos países de imigração baseados na qualificação; 3. Reunião familiar ou de dependentes. Parentes ou dependentes chamados por imigrantes suficientemente bem estabelecidos para dar as garantias necessárias para o sustento; 4. Casos individuais. Cidadãos ou refugiados indicados por agências voluntárias para serem encaminhados sob os termos mandato constitucional do CIME para o transporte dos migrantes sem condições para pagar o transporte; 5. Refugiados. Qualificados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; The United States Escapee Program; The International Refugee Organization; Trust Found e agências voluntárias.

- ***A) Dados gerais do período 1952-1977*** *(7)*

Os registros acerca dos deslocamentos populacionais sob os auspícios do Comitê incluem basicamente duas categorias: *migração nacional* e *migração de refugiados*. A distribuição destes imigrantes para os *países de imigração* era computada em relatórios mensais, consolidados anualmente. Utilizaremos como fonte para a análise dos deslocamentos promovidos pelo CIME no período, as informações constantes em alguns desses relatórios. (8)

Optamos por trabalhar com os dados dos relatórios anuais referentes a três anos: 1967, 1972 e 1977.(9) Essa escolha se explica por se apresentar enquanto uma consolidação das atividades do Comitê após 15, 20 e 25 anos de sua fundação. Em cada um desses relatórios há, como dissemos anteriormente, o consolidado do ano em questão e o acumulado desde fevereiro de 1952. Dessa forma, pudemos traçar uma série histórica da migração sobre os auspícios do Comitê, cujos principais dados apresentamos a seguir.

No período 1952-1977, o CIME deslocou 2.255.764 pessoas. Destes, 982.066 (43,53%) foram classificados como *migração nacional.* O percentual de pessoas deslocadas segundo essa categoria diminui se compararmos com os anos de 1967 e 1977 - que consolidam cada qual, os totais desde 1952. Para estes anos, respectivamente, a *migração nacional* representava: 53,78% e 49,24%. A diminuição de pessoas desta categoria foi compensada com a *migração de refugiados.* Esta passou de 43,53% em 1967 para 56,47% em 1977.

Considerando os dados de 1977 – que consolidam o acumulado desde 1952 - a maior parte constituiu-se de refugiados (56,43%), que representa em números absolutos 1.273.698 pessoas.

Entretanto, uma análise mais detalhada sobre a entrada de imigrantes nos países de recepção aponta outros desdobramentos destes mesmos números. Em primeiro lugar, no que se refere a América Latina, a *migração nacional* representou mais de 90% do total das pessoas que imigraram. Os números absolutos para a região no período 1952-1977 apresentam um total de 366.327 imigrantes; destes 330.831 (90,33%) representavam *migração nacional.* Se considerarmos os três países com maior participação na recepção de imigrantes trazidos pelo CIME na região - Brasil, Argentina e Venezuela - a *migração nacional* esteve próxima das médias regionais, respectivamente: 85%, 95,97% e 94,88%. No caso da Argentina, que recebeu no período 1952-1977, 122.118 imigrantes, a imigração de refugiados representou apenas 4,03% do total. A Venezuela, por seu turno, recebeu 76.554 imigrantes no período e apenas 3.913 refugiados ou 5,12% do total. O Brasil tem um dos percentuais mais altos de entrada de refugiados (15%) de um total de 119.785 imigrantes recebidos no período.

Os percentuais referentes ao Brasil estão muito próximos de países como a Nova Zelândia e África do Sul. Estes receberam no período percentualmente 17,20% e 16,74% de refugiados. Entretanto, os números absolutos são menores do que o caso brasileiro. A Nova Zelândia recebeu 19.778 imigrantes no período, enquanto a África do Sul 33.511. O caso da Austrália é bastante peculiar. Trata-se de um dos países que mais receberam imigrantes por intermédio do CIME no período (632.454 imigrantes) e cujo percentual de *refugiados*((31,98%) foi bem superior à média latino-americana e a média da Nova Zelândia e África do Sul. O exemplo australiano é peculiar por representa um divisor entre países cuja *migração nacional* foi expressiva e países cuja migração de *refugiados* foi majoritária; há um *terceiro* bloco de países a considerar quando da análise dos dados apresentados pelos relatórios do CIME. São eles: Estados Unidos, Canadá e Israel. No caso canadense, encontramos a entrada de 217.295 imigrantes no período e um percentual de *refugiados* de 53,34%. Os

Estados Unidos receberam 459.352 imigrantes e destes, 92,3% eram *refugiados.* Para Israel, o percentual de imigrantes nesta categoria é de 99,6%, num total de 363.194 imigrantes.

Estados Unidos, Austrália, Israel e Canadá receberam 74,13% do total de imigrantes deslocados sob os auspícios do CIME (*migração nacional* e *migração de refugiados*) o que, em números absolutos representa 1.672.295 pessoas. Se isolarmos o caso dos Estados Unidos e de Israel de todo o conjunto, percebemos que ambos receberam durante o período 785.666 refugiados - ou 61,68% do total desta categoria - e 36.880 imigrantes classificados como *migração nacional* - ou 3,75% do total desta categoria.

Países industrializados (Estados Unidos e Canadá) receberam um percentual maior de *refugiados* enquanto países em vias de desenvolvimento absorveram parcela significativa da *migração nacional*. As exceções são Israel, por razões óbvias e a Austrália, que como afirmado anteriormente, representa um *divisor de águas* entre ambos os conjuntos de países. Em outro estudo, (10) estão explicitados elementos que decodificam as linhas gerais da migração nacional promovida pelo CIME para o Brasil e também um exercício comparativo com a migração de japoneses no mesmo período. Para este momento, serão apontados a seguir alguns elementos que decodificam a migração de refugiados para o Brasil. Não se trata de considerações conclusivas, na medida em que a pesquisa está ainda em curso.

B) Migração de Refugiados.

Podemos dividir a migração de refugiados para o Brasil - no período pós II Guerra Mundial - em duas fases: a primeira está delimitada entre os anos 1947 e 1951 e marca, fundamentalmente, a migração de *deslocados de guerra (DPs)* provenientes dos acordos do Governo Brasileiro com a Organização Internacional de Refugiados (OIR). Segundo dados oficiais, entraram no país cerca de 20.000 imigrantes classificados na categoria de *DPs*. A segunda fase se estende de 1951 até o final dos anos 1970 e coincide com a criação do CIME e a convenção de Genebra (1951) sobre refugiados. Os registros que contém informações detalhadas sobre os refugiados desta segunda fase estão sendo informatizados

e fazem parte do escopo do projeto "Os Novos Imigrantes", desenvolvido de forma interinstitucional entre a UNESP, UNICAMP e USP. Foram selecionados 60 casos dentre os identificados nos trabalhos de informatização do projeto. Nos limites desse artigo, apontaremos a seguir apenas algumas informações gerais sobre o perfil desses refugiados.

A migração de refugiados para o Brasil seguiu as linhas gerais adotadas para a migração nacional, do ponto de vista dos critérios de sua recepção. Em primeiro lugar, tanto os imigrantes inseridos na categoria *migração nacional* quanto os classificados como *refugiados* eram identificados conforme os artigos 9 e 10 do Decreto Lei 7.967 de 18/9/1945. (11)Ambos artigos normatizavam a concessão de visto permanente. A diferença era que o artigo 9 tratava da imigração considerada *expontânea,* cuja prerrogativa básica para a entrada do imigrante era a de possuir um *responsável* por ele no país, que poderia ser pessoa física ou jurídica. Já o artigo 10 versava sobre a *imigração dirigida*, oriunda de acordos com companhias de colonização, empresas e entidades como o CIME. Pelo seu caráter, o artigo 10 ligava-se a uma imigração com objetivos marcadamente econômicos.

A maior parte dos *refugiados* entrava no país pelo artigo 9, mas não exclusivamente por ele. De acordo com a documentação do CIME sobre estes imigrantes, desembarcados nas décadas de 1950 a 1970, podemos classificá-los em duas categorias principais:

I) oriundos da Alemanha Oriental e países do Leste Europeu que estavam sob a influência da União Soviética. Casos de imigrantes nascidos em cidades como Ilsenburg (RDA) ou Ulrichschlag (Tchecoslováquia) - para citar dois dos casos pesquisados - apontam que a questão política era determinante para a compreensão de seu *status*. Estes imigrantes tinham inclusive, Berlim Oriental como última residência. Eram católicos romanos, luteranos, otomanos e presbiterianos, compondo assim um *perfil religioso* heterogêneo.

II) judeus nascidos em países não europeus como: Síria, Líbano e Egito. Os casos pesquisados apontam para uma incidência significativa dessa migração no final dos anos 1960, em razão da guerra de 1967. Programas específicos criados pelo CIME como o *Revolving Fund Ex Lebanon* auxiliavam financeiramente a viagem desses imigrantes. Em número significativo dos casos pesquisados, o perfil familiar é constante. Mesmo quando o

imigrante viaja só, era comum a menção de um responsável - ligado por laços de parentesco - no local de destino. Dado esse perfil, a classificação no artigo 9 é mais comum do que no artigo 10. Assim, diferentemente da categoria anterior, o caso dos judeus aponta para os conflitos religiosos e políticos como causas da migração.

Entre 1952 e 1977 adentram, por intermédio do CIME 17.956 *refugiados* no país. Esta cifra foi considerada pequena se comparada com os números globais da imigração para o Brasil, mesmo a da fase posterior à II Guerra Mundial; por essa razão, poucos trabalhos foram dedicados a esse tema, resultando na necessidade de estudos mais centrados no perfil dessa população e de seu papel no contexto geopolítico mundial no período. Se a *migração nacional* tem despertado mais interesse para pesquisas dado a sua relação com o desenvolvimento industrial no país no período, a imigração de refugiados ainda não se coloca enquanto um tema de interesse. Assim, inserida no conjunto da *migração nacional* e, de certa forma, avaliada pelo poder público como uma migração de importância econômica, a migração de refugiados tendeu a *perder-se* num conjunto documental mais amplo. Entretanto, as informações que estão paulatinamente sendo coletadas e organizadas pelo projeto *"Os Novos Imigrantes"* já permitem subsidiar o trabalho de pesquisadores interessados no tema.

- ***Considerações Finais***

O binômio exclusão e intolerância aponta para uma permanência nos deslocamentos populacionais desde o século XIX. A especificidade neste período, reside no fato de que as migrações são objeto de ações poli-coordenadas; em outros termos, embora os acordos bilaterais continuassem em vigência, como o caso dos acordos Brasil-Itália, Brasil-Holanda e Brasil-Japão, a ação de organismos multilaterais foi cada vez mais importante para a recolocação de imigrantes.

O período da guerra fria apontou, dentre outros, dois desafios a serem enfrentados na questão dos deslocamentos populacionais. Por um lado, a reorganização da economia capitalista em novas bases: uma nova divisão do trabalho e a conseqüente reestruturação produtiva com a incorporação de novas áreas tanto no circuito da produção de mercadorias

quanto para o investimento de capital financeiro. Por outro, a emergência de conflitos mais ou menos localizados, oriundos dos processos de descolonização, contentas religiosas, conflitos no âmbito geo-político entre as grandes potências ou entre os blocos socialista e capitalista, etc.; deles surgiram demandas por deslocamentos e reassentamentos e em muitos casos a produção de uma população refugiada.

A complexidade das questões que envolveram as migrações no período demandavam esforços que transcenderam as políticas migratórias tradicionais. Nessa perspectiva, a imigração para o Brasil no período – coordenada pelo CIME - reeditou permanências como a importância econômica dos fluxos migratórios, mas também inseria o país no novo contexto político e econômico do pós II Guerra Mundial.

(1)No acervo do Memorial do Imigrante em São Paulo há um volume significativo de documentos que registram a entrada de imigrantes no Estado após a II Guerra Mundial. Num total aproximado de 60.000 documentos, eles correspondem a tipos e formatos variados como: Fichas de Registro na Hospedaria, *Curriculum Vitae*, passaportes, avisos de chamada, estatísticas de deslocamentos populacionais para vários países da África, América e Oceania, relatórios da Secretaria da Agricultura e processos administrativos. De forma geral, representam diferentes etapas da imigração de europeus para São Paulo entre os anos 1951 e 1980.
(2)Sobre esta questão ver: **PAIVA**, Odair da Cruz. Refugiados de Guerra e a Imigração para o Brasil nos Anos 1940 e 1950. Travessia Revista do Migrante, São Paulo, v. 37, p. 25-30, 2000; e **PAIVA**, Odair da Cruz. Intolerância e Exclusão: refugiados e deslocados de guerra em São Paulo. In: Anais do XVII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. O LUGAR DA HISTÓRIA, 2004, Campinas.
(3)Decreto 42.1222 de 21 de Agosto de 1957. Promulga a Constituição do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME), adotada em Veneza a 19 de Outubro de 1953. (Em vigor a partir de 03 de Novembro de 1954).
(4)No caso do Estado de São Paulo, o Departamento de Imigração e Colonização (órgão ligado à Secretaria de Estado da Agricultura) e após 1968 o Departamento de Amparo e Integração Social (ligado à Secretaria de Estado da Promoção Social).
(5)Idem, ibidem.
(6)BOUSCAREN, Anthony T. ***International Migration since 1945.*** New York: Frederick A. Praeger, 1963
(7)Para esta reflexão, serão utilizados basicamente os dados obtidos em dois grupos documentais, a saber: os *Relatórios Mensais do C.I.M.E* e os *Avisos de Chegada de Imigrantes*. O primeiro foi produzido a partir de 1952, detalhando: países de emigração, imigração, status (refugiados ou migração nacional) países de embarque e programas específicos criados pelo Comitê, como o de reassentamento de europeus residentes fora do continente. O segundo grupo detalha elementos específicos da identificação do imigrante como: nome, nacionalidade, origem, destino, profissão, nascimento, programa de imigração, agência de financiamento, etc.
(8)Os exemplares desses relatórios, depositados no acervo do Memorial do Imigrante, não representam uma série completa já que os referentes aos anos 1952-1964 não foram, por razão desconhecida, preservados. Entretanto, a partir de 1965 até o ano de 1977 os relatórios mensais e anuais estão disponíveis no acervo. Dessa forma, o registro dos deslocamentos populacionais sob os auspícios do CIME desde 1952, só foi possível por que os relatórios mensais e anuais apresentam os números do período respectivo e também acumulam os dados referentes ao início das atividades do Comitê: 1º. de fevereiro de 1952.
(9)Fonte: 1. Revised Final Report of the number of migrants moved under the auspices of ICEM. Summary: 1 january 31 december 1967 and 1 february 1952 – 31 december 1967. 2) Final Report of the number of migrants moved under the auspices of the ICEM. Summary 1 january 31 december 1972 an 1 february 1952 31 december 1972. 3) Provisional Report of the number of migrants moved under of the auspices of ICEM. Summary 1 january 31 december 1977. Acervo Memorial do Imigrante – SP.
(10)PAIVA, Odair da Cruz; **SAKURAI**, Célia. Migrações Internacionais, geopolítica e desenvolvimento econômico (1947-1980). In: Anais do XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambú-MG. 2004.
(11)Decreto-Lei 7.967 de 18/9/1945 Dispõe sobre a imigração e colonização e dá outras providências. Fonte: Processo HIA 8.234 de 25/6/1948. Estudo do problema imigratório e plano de imigração e colonização 1948/49. Acervo: Memorial do Imigrante – SP.

* Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas UNESP/FFC/Campus da Marília. Pesquisador do Laboratório de Estudos Sobre Intolerância (LEI/USP) e do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP). odairpaiva@uol.com.br

Guerra ao meretrício – Prostituição em Itajaí, SC 1950 – 1980

Onice Sansonowicz
Historiadora e professora,
especializanda em História - UDESC[1]

> Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulo das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.[2]

Percorrer as ruas de Itajaí,[3] buscando conhecer os lugares onde se localizavam as casas em que se praticava a prostituição, nos anos compreendidos entre 1950 e 1970, na companhia do Sr. Ivaldo Mendonça,[4] me fez saber uma outra história, ler uma outra cidade. Uma cidade invisível – nas palavras de Ítalo Calvino, possível ser revisitada, hoje, através da memória de quem pisou por aquelas pedras, construiu paredes ou se banhou no rio, ao olhar para essa nova composição é provocado pelo estranhamento, quase num suspiro, evoca uma expressão do tipo: "isso aqui mudou muito pra mim".[5] Empresto os sentidos enquanto historiadora para que através deles o entrevistado pudesse rememorar e transmitir suas lembranças. A cada passo uma outra cidade se formava aos nossos olhos.

Senti os relatos da memória coletados ao longo dessa pesquisa que ainda está em andamento, por vezes, como que fugidos do romance de Drummond.[6] Não raro, durante as entrevistas, senti-me na Belo Horizonte citada pelo romancista, onde interesses políticos e imobiliários, somados a moral religiosa, investiram pesado na transferência das "*camélias*" para o local que conviesse a seus interesses.

Em outros lugares, outros pesquisadores dão conta de que situações semelhantes podem ser verificadas. Maryana Cunha Ferrari, quando investigou a criação da Vila Palmira em Florianópolis, constatou que

> (...) a Vila Palmira apareceu no cenário da Grande Florianópolis, em 1960, num momento em que os discursos moralizadores, higienistas e urbanistas retiraram as prostitutas do centro da cidade e de toda sua extensão e as confinaram num loteamento, isolado e de pouco acesso, localizado no Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, região de São José.[7]

Em Blumenau, pesquisas apontam que desde o início do século XX houve um grande esforço para banir a prostituição das áreas centrais, para longe dos olhos das "famílias de bem", e dos turistas, uma vez que depunha contra os conceitos de civilidade, disciplina e moralidade que se buscava ostentar.[8] Essas práticas correspondiam a um padrão de urbanização seguido em muitas capitais, como São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre etc, buscando afastar e esconder as misérias dessas sociedades. Pertinente lembrar também como foram encaminhadas as transformações urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro do início do século, quando de uma forma traumática convergiu para o sacrifício de grupos populares.[9]

Richard Sennet[10] nos mostra como, a partir do século XVII, ao passo que as descobertas acerca do corpo humano especialmente da circulação sanguínea vão sendo feitas, mudanças significativas na conformação urbana por todo mundo vão sendo efetuadas. É a cidade moderna, se descobrindo enquanto corpo. A cidade passa a ser pensada enquanto um mecanismo racional, possível de ser apreendida em toda sua totalidade. Vários olhares se voltam para ela, no sentido de esquadrinhar o espaço urbano, controlando a ele e aos que nele se alocam. As forças se aglutinam no sentido de tornar a cidade arquitetonicamente perfeita, asséptica, com padrões, condutas e valores dignos de quem deveria ser *civilizado*. É a cidade modelo que se cria.[11]

A cidade de Itajaí de meados do séc. XX, vivia o desejo de se colocar em dia com o progresso. Esse crescimento se deve principalmente ao fato de ter sua economia fortemente cimentada na exportação de madeira, que por conseqüência vai aquecer as atividades portuárias aglutinando em torno de si um grande contingente de empregos ligados a essas atividades, como nos coloca Rita Cássia das Neves Nardes.[12]

Se, por um lado, a cidade crescia, por outro, enfrentava dificuldades como ruas sem calçamento, constantes racionamentos de água e luz, falta de esgoto e saneamento. A água encanada, por exemplo, era privilégio das elites; aos demais, chegava no máximo até a rua numa torneira de uso público.

A prostituição estava cotada entre os 'vícios' que apareciam com o desenvolvimento da cidade, como aparece nos discursos da imprensa e nos documentos oficiais. Forçado pelas ondas de moralização e urbanização, o discurso da igreja, proferido através dos sermões, colaborava com o desejo de limpeza, como aparece na fala do Sr. Ivaldo,[13] referindo-se ao Cônego Vendelino Hobold, pároco da paróquia do Santíssimo Sacramento, o qual deixa claro ser este assunto em pauta na época. Diz ele que "(...) das prostitutas, ele falava que tinha que acabar com isso aí, com essa vergonheira no centro da cidade. Até lá na Praia Brava ele falava tudo. Esses homens sem caráter que deixa mulher em casa e vão pra lá...".

O apelo feito pelos ditos "cidadãos de bem", contava com o apoio daqueles encarregados de manter a ordem como se pode perceber nessa nota:

> É pensamento do Dr. Arnaldo Xavier, Delegado Regional de Polícia de Itajaí, iniciar uma verdadeira campanha de limpeza em nossa cidade procurando assim livra-la de elementos vadios e perigosos, assim como, também de decaídas que perambulam pelas ruas.[14]

Nos jornais, vontade expressa do articulista ou das *"famílias de bem*", providências eram exigidas do poder público e das autoridades tidas como competentes no sentido de afastar aquilo que é possível ler nas manchetes: "Antros de perdição empestam Itajaí – Casas de tolerância tomam conta da cidade.[15] Essa assertiva é perceptível na indignação descrita no jornal da época: "Existem aqui em Itajaí, enquistados em zona familiar, diversos e mal disfarçados bordéis." [16]

Através desses ataques é possível perceber que falamos de duas cidades. Uma cidade dita das "famílias de bem", de moral irretocável - o nós -, e a cidade condenável, "o

quisto" como se referiu o jornal. Ao insistirmos na perspectiva da cidade enquanto corpo é possível compreendermos a metáfora – quisto – enquanto algo indesejado, algo a ser extirpado -, o outro. Até os meados do séc. XX, era possível perceber a presença de casas de meretrício ou bordéis, em regiões muito próximas ao centro da cidade, conforme atestam as denúncias dos jornais da época:

> (...) assim, hoje resumidamente, tornamos público as reclamações de inúmeras famílias itajaienses contra a existência dos seguintes estabelecimentos suspeitos e fora da lei existentes na cidade: - na esquina da rua José Candido com a rua Blumenau, uma casa de perdição(o proprietário do prédio mora ao lado); uma "churrascaria" perto do "Bar Havana", Bar Oliveira, na Coloninha; casa de Laura de Tal, na Rua Olegário de Souza Júnior, outra a frente da precedente; outra casa no Beco do Adão, outra no Beco do Anísio, cuja proprietária é cartomante e com seus sortilégios tem desunido casais, (e Araci de Tal) outra casa no Beco da Bananeira, bares na coloninha, Churrascaria na Praça do Mercado, uma casa no final da linha do ônibus dos cordeiros, uma na Barra do Rio, perto da Shell, um hotel perto da Bauer e etc... [17]

Outros relatos dão conta da existência de casas nos anos 1949-1960, desde a Rua Camboriú, passando depois para a Sete de Setembro, e posteriormente Avenida Marcos Konder, e na rua Uruguai.[18] Não se pode esquecer que, por ser uma cidade portuária, muitas destas casas ficavam localizadas na região do porto, quando a prática da prostituição se dava nas ruas.

Essas mesmas ruas estavam localizadas em áreas centrais, ou pelo menos muito próximo destas, e ostentavam (e ainda ostentam) as formosas casas que abrigavam as elites locais, algumas levando o nome de "cidadãos ilustres" que ocuparam a cena política por muito tempo, como Rua José Bonifácio Malburg, Rua Lauro Muller, Rua Samuel Heusi, a Vasconcelos Drummond que nessa época passa a ser chamada Avenida Marcos Konder. Esses nomes de ruas assim como os bustos, os nomes de prédios públicos desejam inscrever uma cidade que se quer eterna, permanente, imutável.

Rachel Soihet, ao estudar o tratamento dado as prostitutas no Rio de Janeiro, vai perceber que não havia interesse em acabar com a prostituição, por "esta ser negativa apenas em seu estado de descontrole e desconhecimento. A medicina propunha uma

mudança com base na afirmação que seria a prostituição essa um mal necessário."[19] Com base nessa assertiva podemos afirmar que alguns fatores como a não proibição da prostituição, o fato de não ser considerada crime, fazem pensar que não havia realmente interesse em acabar com a prostituição. Ainda segundo Rachel Soihet, já que a prostituição fora considerada "um mal necessário", e não havia possibilidade nem interesse em eliminar nem regenerar a prostituta, o objetivo era "criar um lugar higiênico, onde as prostitutas higienizadas pudessem exercer sua benéfica função".[20] É com o interesse de normatizar e higienizar a prática da prostituição que a imprensa, no final dos anos 1950, passa a promover uma guerra a esta prática, e um articulista assim se expressa: "Assinale-se de passagem que no Município só há um bairro que não é familiar: o "terreno cinzento"da cidade, a descida do Morro Cortado onde se encontram confinadas e onde são policialmente toleradas as heteras".[21]

Com a insistência dos discursos, percebe-se que as prostitutas vão sendo afastadas para regiões periféricas, a princípio a Rua Uruguai e mais tarde a Praia Brava que constava como um local longínquo e desabitado (uma vez que o transporte da época era à base de carros de molas). Além do difícil acesso, a Praia Brava, trazia consigo uma carga de desprezo e, portanto, não indicada para gente de respeito (hoje, um balneário de veraneio muito freqüentado por turistas e nativos).

Ao final da década de setenta, diretrizes do novo governo ensejavam a cosntrução de uma cidade mais bonita, mais asseada, mais progressista. Nas palavras do jovem prefeito municipal da época, Amílcar Gazaniga, esse desejo fazia parte de um grande projeto de urbanização, ou seja, mudar a geografia do crescimento da cidade.

> (...) Eu achava que ela deveria ter optado pela expansão aqui em direção a Balneário Camboriú e Navegantes. (...) outros motivos que a gente detectou que a cidade estava se expandindo para o lado errado, primeiro aquela barreira do rio, aquela bobagem de ser o outro município e o outro, por que aqui em Balneário Camboriú, ele estava bloqueado pela zona de meretrício, que era ali na Praia Brava, que eu fechei quando prefeito, eu desautorizei aquilo ali... bom, deu uma confusão danada, por que o pessoal achava que foi uma medida autoritária[22]

Perceptível na fala do ex-prefeito a preocupação com o progresso da cidade. Se este viria às custas da expropriação de corpos e territórios, o fazia em nome de um bem maior. E assim se fez. A medida usada para o fechamento desses locais era basicamente a não concessão de alvará de funcionamento e da cassação do alvará sanitário, o que não era muito difícil, uma vez que essas habitações raramente possuíam as normas de higiene exigidas pela Vigilância Sanitária.

Contudo, não podemos deixar de lembrar que essas medidas, ao serem tomadas tenham sido aceitas tranqüilamente. Como o próprio entrevistado citou, as pessoas reagiram, mas pelo visto pouco adiantou...

Cabe aqui lembrar que Itajaí se apresenta, hoje, como uma das cidades melhor situadas economicamente no estado, fazendo parte da rota turística. Hoje, a região central nem de perto lembra àquela dos meados do século XX, a Praia Brava, cresceu em termos de urbanização, ruas calçadas intercalando belas residências e uma intensa área comercial, a avenida duplicou possibilitando a fluidez do tráfego que liga Itajaí - Balneário Camboriú, igrejas, escolas foram construídas. Quanto às prostitutas? Encontrei algumas morando ainda naquele mesmo local, tendo abandonado a profissão, e as demais por certo migraram para outros locais, especialmente Balneário Camboriú, onde por conta da questão turística puderam se instalar.

Ao contrário do romance de Drummond[23], as “camélias” de Itajaí, não tiveram a mesma sorte de Hilda Furacão, podendo optar por um final onde sua inexistência corroboraria a ficção. Na história oficial da cidade planejada, a prostituta não consta. Não consta e não conta. E depois de saber que por aqui, homens e mulheres de carne e osso, experimentaram toda sorte de alegrias, prazeres, festas e por que não infortúnios, afirmar que aceitaram de forma pacífica às imposições seria demasiado ingênuo. Mas essa é outra história, o que mostra a incompletude desse artigo. E estão vivas... na memória, de

muitos que viveram bons momentos e hoje recordam . Seu Ivaldo que o diga: "se eu pelo menos encontrasse a Perla",[24] comentou-me ele nostálgico, referindo-se a uma de suas paixões de quando boêmio.

---

[1] Cursando Pós Graduação em História , em nível de Especialização na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) onicesan@yahoo.com.br
[2] CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[3] Itajaí localiza-se no litoral norte do estado de Santa Catarina e hoje conta com aproximadamente 140 mil habitantes.
[4] MENDONÇA, Ivaldo. Senhor de 71 anos, antigo freqüentador de casas de prostituição, que gentilmente percorreu diversas ruas da cidade juntamente com o professor José Bento Rosa da Silva e a autora onde nos mostrou os locais onde funcionavam essas casas nos meados do Séc XX. Agradeço a ambos.
[5] MENDONÇA, Ivaldo. Idem
[6] DRUMMOND, Roberto. *Hilda Furacão*. São Paulo: Siciliano, 1991.
[7] FERRARI, Maryana Cunha. *Entre a cruz e as delícias:* prostituição, imaginário e cotidiano em Florianópolis (1960 a 1980), UDESC. Monografia de Especialização em História Social no Ensino Fundamental e Médio. 2001. pg 7
[8] KRAMER, Celso. CIFUENTES, Sandro Luiz. *Um estudo da história da prostituição na sociedade blumenauense entre os anos de 1890 a 1990 – Parte II*. In Ver. Blumenau em Cadernos, N7/8 Jul/Ago 2003.
[9] CHALLOUB, Sidney. *Cidade Febril*: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
[10] SENNET, Richard. *Carne e Pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 214-306
[11]BRESCIANI, Maria Stela M. *Permanência e ruptura no estudo das cidades*. Anais do III Encontro Estadual de História. Florianópolis – UFSC/ ANPUH SC
[12] NARDES, Rita Cássia das Neves. *A casa de Maria*: o castelo da exclusão – Cotidiano e Resistência à Beira do Cais, em Itajaí, na década de 1960. Itajaí, 2002. Monografia (Graduação em História) Universidade do Vale de Itajaí.
[13] MENDONÇA, Ivaldo. Entrevista concedida a Onice Sansonowicz em 19 de abril de 2005. Acervo particular da autora.
[14] *JORNAL DO POVO*, Itajaí 03 de ago. 1963
[15] *JORNAL O POPULAR*, Itajaí, 16 de set. 1966
[16] Idem
[17] *JORNAL O POPULAR*, nota publicada em 16/09/1960.
[18] Op. cit
[19] SOIEHT Rachel, *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana: 1890-1920
[20] Ibidem
[21] Ibidem
[22] GAZANIGA, Amílcar. Entrevista concedida a Onice Sansonowicz em 02 de fevereiro de 2005.
[23] Idem, ibidem
[24] Ibidem

A ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA ALAGOANA (1869-1899)

Osvaldo Batista Acioly Maciel
(Departamento de História da FFPA/FUNESA; SEMED – Maceió)

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa que desenvolvemos durante o nosso curso de Mestrado em História, na Universidade Federal de Pernambuco, e contou com o apoio financeiro da FAPEAL, a quem agradecemos. A dissertação teve como tema a relação que os trabalhadores gráficos realizam entre identidade da classe trabalhadora e socialismo, no período correspondente a 1895-1905. Este trecho da dissertação, correspondente à parte do terceiro capítulo que discute o processo de valorização dos trabalhadores gráficos e o discurso de identificação coletiva da classe trabalhadora, situa o lugar da *Associação Tipográfica Alagoana* dentro da conjuntura vivida em Alagoas pelas principais entidades associativas dos trabalhadores.

A ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA ALAGOANA

A *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* foi fundada em 14 de outubro de 1869.[i] Sob a liderança de José Leocádio Ferreira Soares, teve como órgão de divulgação inicial *O Século XIX*, que funcionou com certa regularidade em edições provavelmente semanais. Numa primeira fase, a direção do periódico estava sob os auspícios do mesmo José Leocádio, mas depois passa aos cuidados de "uma comissão".[ii] Numa referência aos outros cinco jornais que circulavam então na cidade de Maceió, *O Século XIX* se diz diferente deles, pois não é "folha política" mas se dá com a "literattura" e com as "lettras".[iii] Como característica comum a diversas entidades associativas do período, ela se prestava a socorrer os associados em casos de morte ou impossibilidade de trabalho por parte do chefe ou provedor de suas famílias. José Leocádio chegou a ocupar alguns cargos públicos importantes através de eleição, e outros por

nomeação do governo. Nestes últimos, ele "sempre se houve com lealdade",[iv] o que reforça a interpretação elaborada acima para a forma de encaminhamento político existente dentro destas primeiras entidades mutualistas.

A distinção existente entre entidades mutualistas e de beneficência e entidades classistas e de "resistência" é real e operatória. Tal distinção pode ser utilizada enquanto categoria para se verificar, na prática, a diversidade de princípios e de ideologia; as diferenças de encaminhamentos e de posturas; o perfil dos associados e das principais lideranças de cada uma das entidades analisadas. Só que esta distinção, na historicidade constitutiva da vida destas entidades, não acontecerá de uma hora para a outra. Não encontrará um marco divisor que sirva com conforto ao historiador. Ela se vai dando lentamente, com momentos de "avanço" e de possíveis "recuos". Bastante comuns no século XIX em todo Brasil, algumas destas entidades mutualistas, que sobrevivem por mais tempo e chegam ao século XX, irão adaptar-se aos novos contextos e condições, incorporando práticas que não são comumente imputadas a seu "tipo". As sociedades de resistência e os sindicatos, nascidos dentro de uma tradição de beneficência, irão, por sua vez, adequar-se à cultura subalterna e dos trabalhadores de determinado contexto para possuir um mínimo de inserção e começar a ganhar respaldo. Entre uma tradição e outra, existe um espaço de negociação. Como bem notou Cláudio Batalha,[v]

> A idéia de que as novas sociedades de resistência substituíram definitivamente as velhas sociedades mutualistas é falsa. O processo foi lento e bastante complexo. As sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente. Por outro lado, algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais.[vi]

As entidades mutualistas e de beneficência passam a ser revalorizadas pela historiografia brasileira em função de uma percepção que as insere na mesma tradição cultural das entidades de "resistência", de formação de uma identidade coletiva dos trabalhadores

através da construção de uma imagem positiva do trabalho, particularmente necessária numa sociedade escravista como era aquela. No entanto, de qualquer forma, elas não são idênticas: possuem suas especificidades. Uma consciência de "classe para si" ocasiona mudanças, principalmente no que concerne à percepção das condições materiais de trabalho e das questões políticas mais gerais. Era o que estava acontecendo em Maceió, em meados da última década do século XIX. Neste sentido, a antiga *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* perde representatividade e legitimidade entre os trabalhadores gráficos do Estado, vindo a ser dissolvida em 2 de agosto de 1896.[vii]

Os tempos eram outros. As perspectivas de melhorias para a classe trabalhadora e para as outras camadas subalternas da sociedade advindas da mudança para o regime republicano não se concretizaram. Entre os gráficos, então, vemos surgir uma outra forma de se encarar a realidade. Notícias circulam no Recife dando conta da instalação de uma *Associação Tipográfica Maceioense* em inícios de 1895.[viii] Não conseguimos encontrar outras referências acerca desta associação, tendo sido a nota provavelmente fruto de um boato. Mas este é um boato que revela a crise que começa a se instalar no seio da categoria dos gráficos de Alagoas. Sobre este aspecto, vejamos o que João Ferro descobre, numa comparação entre a realidade dos trabalhadores gráficos locais e a dos de outros Estados do Nordeste:[ix]

> Em toda a união brasileira está claramente definido que o progresso de uma classe laboriosa consiste indubitavelmente no inicio de propagandas grandiosas.[...]
> A arte typographica que há sido admirada universalmente e que transmite ao publico legente o pensamento do escriptor, exige o quanto antes uma bem traçada reforma em vários estados do Norte deste vastissimo país americano.
> Em Pernambuco, Parahyba, Cergipe [sic] e Bahia a autonomia da operosa classe se mantem heroicamente e os seus direitos inauferíveis são advogados proficientemente e com muita altivez, no territorio alagoano ela definha e os seus representantes assistem inertes o hediondo crime da propagação de uma doutrina condemnada por vultos eminentemente grandes.[...]
> É pois uma nobilitante missão doutrinar em prol do alevantamento de uma classe, maxime quando torna-se imprescindivel dar orientação

> áquelles que desconhecem os mais rudimentares princípios da administração social.

Neste clima de despertar, João Ferro, Julio Martins, Ladislau Rocha, Julio Soares e Pedro Lisboa articulam, desde o dia 3 de novembro de 1897, uma reunião que será o ponto de partida da organização da *Associação Tipográfica Alagoana*.[x] No dia 7, às 11 horas, nas oficinas *d'A Tribuna*, é eleita e empossada uma diretoria que comandará a reativação da entidade pelo próximo ano.[xi] Em seguida acontecem reuniões para deliberar sobre as formas, valores das "jóias" e os tipos de associados, sobre os estatutos e ações que deveriam ser encaminhadas tendo em vista o melhoramento da classe tipográfica.

A articulação da *Associação Tipográfica Alagoana*, entre outros motivos, está ligada a uma leitura bastante realista do quadro de pauperização do ofício e dos constantes contatos estabelecidos entre os profissionais gráficos de Maceió e do Recife.[xii] Como já visto, entre 1893 e 1894 o compositor tipógrafo alagoano João Ferro de Oliveira se estabelecerá no Recife, alternando seu dia entre o trabalho nas oficinas e a militância socialista. João Ferro e o pernambucano João Ezequiel, junto com uma equipe de redatores e tipógrafos ligados à *União Tipográfica Pernambucana*, dentre os quais destacam-se Gustavo Deão, João Cruz e Manoel Oliveira, decidem montar um órgão de divulgação da entidade. O órgão, que se chamaria *A União*, teria como gerente o alagoano e como redator principal João Ezequiel, então presidente da entidade dos gráficos pernambucanos. O periódico circula inicialmente com certa regularidade. João Ferro permanecerá como gerente entre dezembro de 1894 e março de 1895, sendo substituído, por problemas de saúde, por João Cruz provavelmente a partir do nº 13, de 21 de março. Ferro, então, retorna para Alagoas, mas continua colaborando com *A União*. O órgão, apesar de se tornar cada vez mais irregular em suas edições, adquire uma ampla penetração em Maceió e em alguns lugares do interior do Estado, principalmente com a permuta entre redações dos dois Estados. Isto se deve tanto aos esforços de divulgação de Ferro como aos contatos estabelecidos por J. Rodrigues de Fonseca. Novo gerente de *A*

União, numa viagem de férias a Alagoas, realizada provavelmente em janeiro de 1897, Fonseca articula-se com Ladislau Rocha para que este seja o correspondente do jornal no Estado. Os contatos entre Ladislau Rocha e a *União Tipográfica de Pernambuco* são tão profícuos que, no segundo semestre de 1897, ele irá passar alguns meses no Recife.

Estes dois contatos iniciais de alagoanos (e depois o de Julio Martins Sant'Anna em meados de 1898) com a experiência gráfica e a militância do Recife são de extrema importância para se entender, de um lado, a reformulação da identidade coletiva dos gráficos em Maceió, e do outro, a elaboração do socialismo em Alagoas, no período em questão. Esta importância está ligada, principalmente, ao fato de ser o jornal da *União Tipográfica de Pernambuco* dirigido particularmente aos trabalhadores do setor gráfico daquele Estado. Isto se refletia na divulgação de técnicas de composição, de discussão da valorização do ofício, das realizações positivas da entidade e das reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho. As leituras produzidas pelos profissionais alagoanos acerca deste material; as inevitáveis comparações; por vezes, a inveja surgida desta comparação; o estabelecimento de conflitos internos individuais e, depois, entre grupos de trabalhadores de setores e/ou de oficinas diferentes, dentre outros motivos, estabelecem uma *crise motivadora* no seio desta categoria que terminará fazendo com que a *Associação Tipográfica Alagoana* seja organizada com outras características, como uma entidade de classe.

Não é por acaso que a primeira grande discussão travada nas primeiras reuniões será relativa ao salário e à jornada de trabalho. Em 21 de novembro de 1897 foi discutida, com fervor, a mensagem de aumento salarial, que girava em torno de 3$500 e 5$000, e a redução do tempo de trabalho diário para oito horas. Discutiam-se não só os valores, apresentados por João Ferro, mas também a forma de encaminhar a reivindicação, e as conseqüências da exposição dos nomes dos sócios vinculados a esta reivindicação. Enquanto encaminhamento, era previsto que o aumento deveria valer a partir de janeiro de 1898, sendo composta uma comissão que interpretaria perante os proprietários das oficinas gráficas "os sentimentos deste

gremio".[xiii] Provavelmente foram escolhidos os associados mais benquistos e articulados junto aos donos dos estabelecimentos gráficos, mas mesmo assim a reação dos patrões deve ter sido enérgica e dura. Apenas os proprietários Euzébio de Andrade, do *Gutenberg*, e Ângelo Netto deram "apoio" à reivindicação. Ressabiados por prováveis pressões sofridas no local de trabalho, a reunião seguinte após a apresentação da mensagem de aumento, que seria realizada em 28 de novembro, não aconteceu por "falta de numero" de associados.[xiv] O grupo só se volta a reunir no dia 8 de dezembro, para assistir a uma missa em ação de graças pela (re)organização da entidade. A missa serve de pretexto para nova reunião dos gráficos à noite, quando acontece uma nova rodada de discussões e deliberações.

Após a pausa nos trabalhos que a maioria das redações dos jornais dava, no mês de janeiro, os trabalhos recomeçam sem o aumento reivindicado. Um dos diretores da entidade comenta o assunto:

> Se a totalidade da classe manifestasse o ardente desejo de conseguir triumphar tão grandioso e santo idéal [sic] a diretoria da Associação Typographica havia posto em pratica medidas energicas, sem necessitar da gréve [sic], meio unico de salvar uma arte da melindrosa situação porque passa.[xv]

Espelhando a "melindrosa situação" da classe, da qual era "genuína representante" no Estado, a *Associação Tipográfica* enfrenta algumas dificuldades e não tem vida longa. Seu movimento financeiro, pedra de toque de qualquer entidade com essas características, "não tem sido, como era de se esperar, bastante satisfactorio, em face da grande morosidade que ha na realisação dos pagamentos das mensalidades dos consocios". Assim, alguns espetáculos são organizados em benefício da associação. Um deles, oferecido pelo artista Christovam Mendes, "tem servido para liquidar as contas de aluguel do prédio em que funcionou".[xvi] Apesar destes percalços, até o fim de seu mandato, a primeira diretoria consegue fundar sede própria. A entidade, no entanto, não sobrevive a abril de 1899, sendo desfeita: "É deveras contristador [sic] que tão util instituição tivesse a existencia da rosa de Malherbe".[xvii] Ao

longo deste período de um ano e meio de reorganização da Associação Tipográfica Alagoana, as duas diretorias existentes foram assim compostas:[xviii]

CARGOS	PERÍODOS	
	nov/1897-nov/1898	nov/1898-nov/1899
PRESIDENTE	João Ferro	Julio Ramos Soares
VICE- PRESIDENTE	Antonio Ferreira de Castro	Ladislau Rocha
1° SECRETÁRIO	Pedro Xavier Lisboa	Júlio Martins Sant'Anna
2º SECRETÁRIO	Ladislau Rocha	Manoel Feitosa
TESOUREIRO	Julio Ramos soares	Olympio Leonídio
ORADOR	Julio Martins Sant'Anna	João Ferro
BIBLIOTECÁRIO		Samuel dos Santos
PROCURADOR		Manoel Brito de Mendonça
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA		Joaquim Moreno, Abílio Fernandes e Pedro Colombo

Esta experiência de organização da Associação Tipográfica Alagoana, numa primeira leitura, pode ser entendida como malograda. Mas ela também pode ser entendida de outra forma. Como sintoma de que algo de novo estava surgindo entre os trabalhadores, e enquanto projeto coletivo de valorização sóciocultural de um ofício – o dos tipógrafos –, cremos ser o primeiro caso que, no Estado de Alagoas e especialmente na cidade de Maceió, relaciona a construção da identidade de uma categoria de trabalhadores ao socialismo. Um fato sintomático desta consciência é que, a partir de então aumenta sobremaneira o número de jornais ligados aos proletários, e duas novas entidades adentrarão pelo caminho aberto pelos tipógrafos: o *Centro Proletário Alagoano* e a *União Operária Alagoana*.

[i] Cf. SANT'ANNA (de), Moacir Medeiros. História da Imprensa em Alagoas. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987. ver "nota introdutória". A breve exposição do percurso desta Associação na primeira fase, nitidamente de mutualidade, não possui caráter de pesquisa aprofundada, pois nos preocupamos principalmente com o período pós-1895. Sendo assim, além do texto de Moacir Sant'Anna, nos utilizamos de notas esparsas da historiografia alagoana sobre a entidade e da leitura de dois números de seu primeiro órgão, *O Século XIX*. TENÓRIO, Douglas Apratto em seu "O início da modernização na província de Alagoas" In: Revista do CCHLA/UFAL. Maceió: EDUFAL, ano II, nº 4, jun/1987, (pp.66-75) p.73, fala de uma "Associação Beneficente Typográfica" [sic] por volta do terceiro

quarto do século XIX. Não encontramos outras referências sobre esta entidade. Talvez a denominação diferenciada tenha sido retirada de algum artigo ou nota de jornal que, como acontecia com certa freqüência, nomeie de forma diversa a entidade da qual estamos tratando. De qualquer modo, o professor Luíz Sávio de Almeida, numa das conversas que travamos, conjeturou acerca da existência de uma associação de tipógrafos criada nos primeiros anos de 1850. Talvez seja a mesma referida por Tenório.

[ii] *O Século XIX*, Maceió, 23 de março de 1871. Doravante, só referenciaremos o local da edição de jornais e periódicos quando este não for Maceió.

[iii] IBIDEM.

[iv] Cf. *A União*, Recife, 20 de janeiro de 1898, p.2.

[v] BATALHA, Cláudio H. M. "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária" In: Sociedades Operárias e Mutualismo – Revista do AEL. Campinas: UNICAMP, Vol.6, Nº10/11, 1999, (pp. 41/66).

[vi] O caso de Olympio Costa e Silva é ilustrativo desta postura. Diretor das oficinas gráficas Fonseca, que, mesmo sendo sócio do *Montepio dos Artistas Alagoanos*, exercia (em 1902, quando morreu) o cargo de 1° secretário da diretoria do *Centro Proletário Alagoano*, do qual falaremos adiante. E é interessante saber que o Centro pedira – e o governador cedera – a Banda Musical da Polícia para acompanhar o trajeto fúnebre do associado até o cemitério. *A Tribuna*, 29 de abril de 1902, p.3.

[vii] SANT'ANNA (de), Moacir Medeiros. História da imprensa em Alagoas. Op. Cit, "Nota introdutória".

[viii] Cf. *A União*, Recife, s/d, provavelmente de março de 1895.

[ix] *A União*, Recife, 6 de setembro de 1897, p.2. É bom lembrar que, mesmo publicado num jornal do Recife, este material causa impacto em Alagoas tendo em vista a sua penetração no Estado, particularmente em Maceió. Para um exemplo bastante ilustrativo do tipo de impacto ocasionado à época, *A União* publica uma nota em que fala de *O Pimpão*, jornal maceioense que houvera elogiado o órgão dos tipógrafos de PE. *O Pimpão*, então, compara a situação dos tipógrafos de Pernambuco com a dos colegas alagoanos: "podessem [sic] os nossos typographos fazer o mesmo e não teriamos o rebaixamento d'essa classe que aqui presenciamos, chegando-se a desprezar uma associação com uma já adeantada biblioteca, que hoje vive desprezada, talvez em alguma cosinha. O resultado d'essa negligencia é o barateamento do trabalho." Cf. *A União*, Recife, 15/7/896, p.2.

[x] Moacir Medeiros de Sant'Anna. História da imprensa em Alagoas. Op. cit. sugere que esta Associação seja uma outra, e não continuidade da antiga Associação mutualista fundada em 1869. Diversas falas e depoimentos referentes ao acontecimento utilizam-se de termos e argumentos que indicam que houve na verdade uma re-organização da entidade. Não pudemos verificar, mas provavelmente até o rico acervo já mencionado da sua biblioteca fora recuperado e reorganizado. Criada ou reorganizada, de qualquer forma, ela possui características marcadamente diferenciadas: de propaganda socialista e de resistência, como comumente é entendida. Não é à toa que sua denominação mais recente abole os termos "...de Socorros Mútuos".

[xi] *Gutenberg*, 5 de novembro, p. 2; e 9 de novembro de 1897, p. 3. O *Gutenberg* de 10 de novembro de 1898, p. 2, publica o relatório anual da primeira gestão. No início, o texto indica data diferente: "o 5 de novembro [como] aniversario da reorganização da Associação Typographica [...] Foi nesta data memorável, caríssimos consócios, que foi eleita e empossada a directoria que hoje [6 de novembro de 1898] termina o seu mandato". No entanto, há mais evidências indicando a primeira data, de 7 de novembro, como sendo a da inauguração, e acreditamos que ela seja a verdadeira, inclusive porque cai num domingo, dia mais propício para uma reunião desta natureza. Cf. SANT'ANNA (de) Moacir Medeiros. IBIDEM, também indica o mesmo dia. Apesar de "memorável", ao que parece, a data fora trocada no relatório da primeira diretoria.

[xii] Da forma com estamos entendendo a reorganização da entidade, ela se caracteriza como mais um capítulo da secular relação existente entre Alagoas e Pernambuco. No entanto, esta relação – que normalmente é entendida como de subordinação cultural e econômica da primeira em relação ao segundo – configura-se aqui como mais complicada, surgindo numa lógica de negociação que depende do caso específico que se analise. Para o nosso caso, a colaboração possui via dupla, e os benefícios e encaminhamentos das posturas seguintes advindas destes contatos são determinados mutuamente. A exposição a seguir pode ser acompanhada nos primeiros números de *A União*, Recife, especialmente os de 27 de dezembro de 1894, p. 1; 28 de fevereiro, p. 2; e 21 de março de 1895, p. 2; 6 setembro de 1897, p. 2; e 31 de julho (p. 2) e 31 de setembro de 1898, p. 3. Dois outros números estão sem identificação de data, sendo provavelmente de março de 1895 e de inícios de 1898, respectivamente.

[xiii] *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898, p2, e *A Penna*, 21 de novembro de 1897.p2.

[xiv] *A Penna*, 6 de dezembro de 1897. p3.

[xv] *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898, p. 2.

[xvi] *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898, p. 2.

[xvii] *Gutenberg*,12 de abril de 1899, p. 3. A metáfora é relativa a seres fugazes, coisas e momentos que duram pouco tempo.

[xviii] *Gutenberg*, 9 de novembro de 1897, p. 3; e 8 de novembro de 1898, p. 2.

VALORIZAÇÃO DO ENTORNO DA QUINTA DA BOA VISTA NO RIO DE JANEIRO

Osvaldo Luiz de Souza Silva
Arquiteto e Urbanista, Professor M.Sc. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ
osvaldoufrj@aol.com

Alice Brasileiro
Arquiteta e Urbanista, Professora M.Sc. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ
alicebrasileiro@acd.ufrj.br

I) Introdução

Apesar de sua relevante presença na história, o Palácio de São Cristóvão e o Parque da Quinta da Boa Vista, símbolos principalmente do período imperial brasileiro, não se constituem em atrativos históricos *per si* para a população. Atualmente, neles estão abrigados respectivamente o Museu Nacional e Jardim Zoológico, estes sim, motivos de atração para a visitação pública, mas decalcados da importância histórica do sítio em que se encontram.

O desprezo pelos ambientes históricos se expande para o entorno do parque. Externamente, é lastimável a constatação de que a "pompa e a circunstância" de uma determinada época estejam à beira da falência histórica, uma falência que fomenta e produz a falta de ressentimento por parte da população que, sem a devida memória, não percebe a importância do lugar e seu potencial urbanístico (turismo/lazer) para vida da cidade.

As características do entorno são singulares: há escolas municipais, sedes de órgãos públicos, sede de empresa petrolífera, fragmentos de lotes, restos de quadras, paredes cegas de residências, praças abandonadas, tráfego intenso ao longo dia, vários quartéis, estações do Metrô e dos trens urbanos e, nas cercanias, uma série de favelas, além da profusão de mendigos e prostituição. Nunca houve planos urbanísticos perenes para o local, o uso do solo e o gabarito das edificações são heterogêneos, sendo que a destinação residencial para um parque seria desejável e o gabarito poderia se adequar ao conjunto arquitetônico do Palácio. Exemplos não faltam pelo mundo, onde residências têm suas janelas por sobre os jardins dos parques públicos. Na Quinta, não. Ao longo do tempo, há a impressão de que os governos republicanos, das três esferas, desenvolveram uma certa vontade de esquecer os antigos moradores do século XIX e acabaram por produzir, concretamente, um bairro desfigurado.

Em algumas cidades brasileiras e em várias do exterior, pode ser constatado que os sítios históricos e turísticos são constantemente privilegiados como fonte de renda e de cultura. Tal qual a luz do sol que pode produzir energia gratuitamente, os prédios históricos produzem cultura através de sua simples presença.

A região do Museu Nacional e da Quinta da Boa Vista não se restringe às fraldas do parque outrora projetado por Glaziou. Há na localidade, a via férrea (trem e metrô) que liga o centro da cidade aos subúrbios, o **Estádio do Maracanã**, a **Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ**, o prédio abandonado do antigo **Museu do Índio** e a **Escola Técnica Federal**, além da Casa de Marquês de Linhares, hoje ocupada por militares. Todo o conjunto faz da área um pólo gerador de turismo e contemplação. Mais próximo, o **Museu do Primeiro Reinado (1822 a 1831)**– a antiga Casa da Marquesa de Santos, que está em vias de ser restaurada através de convênio entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e uma fundação cultural portuguesa.

A área possui várias árvores frondosas que fazem a beleza do local, mas, à noite, suas sombras e a iluminação precária encobrem toda essa beleza e geram a sensação de insegurança.

II) Um pouco da história do bairro de São Cristóvão, da Quinta da Boa Vista e do Palácio

Antes da chegada da família Real, que ocorreu no início do século XIX, os índios Tamoios e os jesuítas já haviam ocupado a localidade. No entanto, foi com a transferência da corte do antigo Paço, no Centro, para São Cristóvão, onde D. João VI fixou residência, que o bairro recebeu um número maior de moradores, em busca da proximidade com a família Real.

A “Quinta da Boa Vista”, propriamente dita, havia sido uma fração da original Fazenda de São Cristóvão, confiscada aos Jesuítas com a sua expulsão em 1759, e desmembrada em lotes menores para venda, cabendo esta fração ao Sr. Elias Antônio Lopes, um comerciante português. Temendo talvez que sua propriedade fosse confiscada sem ressarcimento, Elias Lopes colocou sua Quinta à disposição de D. João, que mandou indenizá-lo em 29:929$000 em moeda corrente (alta para os valores da época), segundo

Tavares[i]. Conta-se que foi uma doação política, se é que se pode dizer doação, pois sua casa era a maior do Rio de Janeiro e não havia opção melhor para abrigar a Família Real.

Após tomar posse da propriedade, D. João passou a residir na Quinta da Boa Vista, e tinha a residência de São Cristóvão como uma de suas preferidas, promovendo nela várias reformas para adaptá-la à sua nova condição de palácio. Posteriormente, Pedro I e D. Pedro II também empreenderam outras reformas. Esse antigo Paço de uma São Cristóvão abrigou, portanto, a Família Real portuguesa (1808-1822) e posteriormente a Família Imperial brasileira, até 1889.

Após a Proclamação da República e o banimento da família imperial do Brasil, o antigo Palácio serviu, por pouco tempo, para abrigar a primeira Assembléia Constituinte Republicana. Na verdade, em 15 de novembro de 1890**,** o que foi inaugurado foi o Congresso. Essa inauguração, segundo Silva[ii], não entusiasmou, nem tampouco despertou qualquer interesse da população que não participou do pleito (o voto não era obrigatório). O autor ressalta que não havia preocupação com o que iria acontecer no "velho casarão do Paço de São Cristóvão", local distante, de difícil acesso e longe do Itamaraty, no Centro (Palácio do Governo Republicano). Após a inauguração do Congresso, última ação de governo ali sediada, o Palácio foi sendo gradativamente desocupado. No ano de 1892, houve então a oportunidade ter nele um prédio mais espaçoso para abrigar o Museu Nacional: Mais tarde, o parque passou também a abrigar o Jardim Zoológico municipal.

III – O entorno do Parque

As ruas do entorno, dizem os moradores mais antigos, foram abertas no século XX e hoje pode ser visto que as marcas não escondem a falta de critério, pois se de um lado houve cortes nas quadras vizinhas sem qualquer lógica formal, por outro lado, deixaram de circundar todo o conjunto com ruas que o isolariam dos quarteirões adjacentes aos fundos do Palácio.

É provável, como já registrado anteriormente, que a aversão ao "período do império" tenha atravessado os anos e, tal qual a sentença republicana à monarquia, o local tenha sido desprezado. Porém, a despeito dessa particularidade, no interior do Parque, há um verdadeiro oásis, mas nas suas cercanias, muros cegos e o incerto – a "bagunça urbana".

Figura 1: Aspectos do interior do Parque (sup.) e ruas do entorno (inf.) da Quinta da Boa Vista – fotos do autor.

Para Gilberto Gil – atual Ministro da Cultura, (em encontro com personalidades do meio cultural na cerimônia de lançamento do apoio do Governo Federal à UFRJ na restauração do Museu) *"o Museu está localizado numa zona social muito importante, dentro do tecido social que se encontra tão esgarçado na cidade do Rio de Janeiro. O fato dele estar situado em São Cristóvão faz com que sirva como marco de referência histórica à população, que não teria acesso a essa dimensão tão importante da cultura nacional se a instituição não fosse ali"* [iii].

Após a Proclamação da República, a política da terra arrasada imperou e "sepultou" o conjunto arquitetônico. Emblemático foi o "famoso" leilão de arte do **Paço de São Cristóvão** de 8 de agosto a 5 de dezembro de **1890**, feito com os bens da Família Imperial. Ao todo, foram realizados 18 pregões, incluindo os três leilões efetuados na **Fazenda Imperial de Santa Cruz.**

> *"A avaliação de todos os bens apregoados no Leilão do Paço de São Cristóvão, concluída em 20 de julho de 1890, importou em 190:000$000 (Cento e noventa Contos de Réis), quantia que na época equivalia (pasmem!) a US$ 102.592,40.*

> *Mesmo levando-se em consideração a valorização do dólar até hoje, a quantia é insignificante. Para se ter uma idéia, só o serviço de porcelana francesa conhecido como o "serviço de caça", vendido no sexto leilão por US$ 2.051,84, não seria vendido hoje por menos de US$ 50.000".*[iv]

IV) Trabalhos Realizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Publicados no site da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio, há estudos e pesquisas feitos pela Prefeitura sobre Centro do Rio de Janeiro. O bairro de São Cristóvão foi incluído no grupamento de bairros do Centro, e tais estudos apontam para algumas ações de caráter governamental a serem implementadas, tendo em vista tornar a cidade um centro de referência histórico-cultural do país.

Na verdade, as ações de desenvolvimento devem contemplar um conjunto de localidades próximas e com realidades comuns. A "grande São Cristóvão" não está isolada. Ao contrário, congrega e capitaneia outros bairros ou localidades, como a área estação Leopoldina, a Mangueira e o bairro de Benfica.

Pelo número de ações listadas nos estudos, pode ser visto que, desde o início do século XX, o bairro não sofre intervenções de grande monta por parte do Poder Público. A municipalidade, teoricamente, está atenta e pretende definir a recuperação, revitalização e utilização dos espaços públicos e prédios históricos. Ainda de forma genérica e longa, a série de propostas contidas no *site* da SMU gira em torno da revitalização dos espaços culturais, entorno da implantação de atividades culturais e esportivas nos espaços públicos, da criação de atividades de lazer cultural associando o espaço do Largo da Cancela, o espaço da Quinta, o Jardim Zoológico, o Museu do Primeiro Reinado e outros prédios e espaços de valor para o patrimônio da cidade e do Brasil. Para empreender um levantamento técnico com indicação do nível de degradação dos equipamentos histórico-culturais, está sendo criado um Centro de Formação de Restauradores, em convênio com o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Está nos planos do Governo Municipal a implantação de portais para identificação de áreas de comércio especializado em São Cristóvão, a definição de uma política de uso de

áreas e galpões abandonados e/ou subutilizados, além de promover estudos para a implantação da ligação por transporte em ônibus urbanos circulares no bairro, próximo à Quinta da Boa Vista. É intenção do Poder Público promover a adequação da legislação urbanística e a consecução do tão esperado, já votado e aprovado **Plano de Estruturação Urbana (PEU) de São Cristóvão**.

Neste plano de metas também se insere a criação de Centro de Convenções e Feiras. Já foi realizada a reforma e a adaptação do projeto para o "Pavilhão de São Cristóvão" do arquiteto Sérgio Bernardes em "Centro de Tradições Nordestinas do Campo de São Cristóvão", com grande aceitação pela população de toda a cidade.

IV.1) Pontos negativos atuais da área

Foram analisados dados extraídos de fontes oficiais, das reuniões regionais e da Pesquisa de Percepção da População, realizada pelo Plano Estratégico da Cidade, quando foram respondidos 112 questionários na região. Nessa etapa, o objetivo da pesquisa foi identificar as debilidades da área para a definição de seus temas críticos. As informações do questionário sobre aspectos da realidade atual ajudaram a compreender outras situações deficitárias[v]**.**

Embora a pesquisa tenha abrangido a população de todo Centro, aspectos relacionados a São Cristóvão podem ser pinçados: a) Construções abandonadas em São Cristóvão/ Santo Cristo/ Centro. b) Invasão nas propriedades do Governo causando problemas de segurança. c) Evasão das pequenas indústrias e lojas em São Cristóvão. d) Excesso de velocidade e desrespeito à sinalização, próximo a Quinta da Boa Vista e fluxo exagerado de veículos. e) Falta de integração de modalidades nos transportes. f) Falta de segurança nos sinais de trânsito e de policiamento noturno. Perguntados se pensam em sair da Região, os entrevistados que responderam afirmativamente apontaram como causas a violência (26%), o sistema de transportes (8%) e a falta de opções de lazer (8%).

V) Considerações Finais

A abordagem histórica preponderante sobre os aspectos formais e de legislação se deu de forma intencional, uma vez que cabe ao arquiteto e ao urbanista, bem como

profissionais afins, a participação na vida da cidade, não como um gestor que dita regras para o cidadão cumprir, mas um profissional que contribui com sua especialização na preservação ou alteração dos fatos e dos costumes.

Pensar os lugares sem se dar conta de sua história é ter visão estreita e medíocre. Os bens tombados são mais bem apropriados pelos cidadãos quando o entorno é também considerado.

As pessoas se sentirão parte do processo de sua história sempre que se sentirem herdeiras dessa história, seja ela de boas recordações ou não. Lembrar e reconhecer o que passou é continuar a vida, consciente de que outros virão e saberão daquilo que se passou porque cada geração assim quis e assim contribuiu para a difusão do conhecimento. A Arquitetura sozinha é inócua e fria, o que importa é o que ela ajuda a contar. Na Holanda, todos vão ver onde residiu Anne Frank, ninguém se importa com o prédio em si, o que vale é a alma do sótão, um espaço venerado pelo o que se passou ali e que foi relatado pelo famoso diário. Embora a escala entre a história e arquitetura do Palácio Imperial, frente ao sobrado holandês, não possa servir de comparação, deve ficar a idéia de que os prédios e os lugares são partes integrantes da vida das pessoas que viveram ou viverão nos seus espaços.

Há leves iniciativas que podem fazer com outras sejam empreendidas. Uma delas está registrada em Alves e Seabra[vi], onde se destaca a existência da educação sistemática acerca da história do bairro nas escolas de São Cristóvão – o Bairro Imperial. A cidade pode fomentar a substituição dos inúmeros quartéis por prédios residenciais nas cercanias, a melhoria na iluminação não seria menos importante, entre outros fatores. O que não se admite é que exista na cidade um Parque com o valor paisagístico e histórico cujo entorno seja tão degradado, desvalorizando sua existência e desestimulando a sua utilização.

O livro “DISTANT THUNDER” [vii] registra um ensaio fotográfico sobre a Guerra da Secessão dos Estados Confederados do Sul (EUA). Essa guerra se deu entre 1861 e 1865, em pleno período imperial brasileiro. Através de suas 134 páginas e dezenas de fotografias, são mostrados monumentos “fincados” pelo caminho por onde passaram a tropa vitoriosa e

a derrotada, sem qualquer cerca ou outro controle contra vândalos, administradores ou educadores descompromissados. Lá repousam e ainda ecoam os **trovões distantes**, marcos de uma época histórica que não merece ser esquecida ou desprezada, da mesma forma que deveria acontecer com o bairro outrora imperial de São Cristóvão.

---

[i] TAVARES. L. **A Côrte de D. João no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Conquista, 3º Volume, 1957.

[ii] SILVA. H. **Os presidentes.** Rio de Janeiro: Grupo de Comunicação Três, 1983**.**

[iii] CAMISÃO, C. Museu Nacional será revitalizado. In**: Olhar Virtual.** Jornal Eletrônico da UFRJ, ed. 15. Disponível em www.olharvirtual.ufrj.br, acesso em outubro de 2003.

[iv] LITIERE C. **O Leilão do Paço de São Cristóvão (Parte IV).** Disponível em www.areliquia.com.br/62LPaco5.htm, acesso em fevereiro de 2004.

[v] SMU/RJ (Secretaria Municipal de Urbanismo) **- Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: -** Pesquisa de Percepção (2001-2002), disponível no site **www.rio.rj.gov.br/urbanismo/index.html**, acessado em fevereiro de 2004.

[vi] ALVES. J.; SEABRA. P. São Cristóvão – Bairro Imperial: o Ensino da História Local Através da Memória e Patrimônio. In: GAZZANEO, L.; SARAIVA, S. **A Monarquia no Brasil 1808-1889: reflexões sobre as artes e a ciências.**. Rio de Janeiro: Booklink: ProArq, 2001. Volume 01, pp. 383-385.

[vii] ABELL, S; POHANKA, B. **Distant Thunder - a photographic essay on the american civil war**. Virginia: Library of Congress, 1988.

Os Kaiapó Meridionais na Obra de um Memorialista Contemporâneo: Hildebrando Camprestini

Osvaldo Zorzato[1] - UFMS

Neste texto propomos fazer uma contraposição entre memória e História, tendo como eixo temático a representação dos índios Kayapó do Sul em uma obra do memorialista Hildebrando Campestrini intitulada Santana do Paranaíba [2]. Procura-se entender como o memorialista em questão, trata a presença Kayapó do Sul no passado e sua atual ausência na região que hoje corresponde ao município de Paranaíba. A partir das fontes citadas pelo autor, identificaremos os componentes do discurso do mesmo, contrapondo a tal discurso uma outra leitura das mesmas fontes utilizadas, passando necessariamente por uma bibliografia acadêmica mais atual.

O nordeste do atual estado de Mato Grosso do Sul é hoje uma terra sem índios. No entanto, até a segunda metade do século XIX, ainda se encontravam na região índios da nação Kayapó do Sul, que anteriormente haviam sido senhores de um vasto território que compreendia, além do nordeste do atual Mato Grosso do Sul, o sul de Goiás e grande parte do Triângulo Mineiro, região que viajantes e cronistas dos séculos XVII e XVIII chamavam de Caiapônia. Os Kayapó do Su l[3] mais especificamente aqueles que habitavam o território que atualmente corresponde ao nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, encontravam-se nas proximidades dos rios Pardo, Verde, Sucuriú, Camapuã, Aporé, Paranaíba, Paraná e Taquari; ou seja, uma região em que hoje estão localizados os municípios de Paranaíba, Camapuã, Aparecida do Tabuado, Inocência, Chapadão do Sul, Costa Rica e Ribas do Rio Pardo. A partir da década de 1830, esta região passou a ser chamada pelo governo da província de Mato Grosso de "sertão dos Garcia" e tinha em Santana do Paranaíba seu centro. Parte de seus primeiros habitantes não índios constituiu-se de migrantes vindos de Minas Gerais a partir da primeira metade do século XIX. Durante o século XX, migrantes paulistas e sulistas, principalmente gaúchos e paranaenses, também passam a se estabelecer nesta mesma região.

Publicada em 1994, a obra Santana do Paranaíba: De 1700 a 2002 encontra-se na terceira edição. Dedicado a Paulo Coelho Machado, um conhecido memorialista sul mato - grossense falecido em 1999, o livro de Camprestini, embora apresentado como esforço historiográfico, situa-se igualmente no terreno da memória. Mais especificamente, uma espécie de homenagem aos descendentes dos pioneiros de Paranaíba, região tida como um dos locais de origem da antiga elite que primeiro ocupou o antigo sul de Mato Grosso.

Antes de entrar propriamente no foco deste texto, indicamos rapidamente a nossa perspectiva de análise. É comum entre os memorialistas a identificação entre dois termos: memória e História. Tal identificação se dá devido à matéria-prima comum destes dois ramos do conhecimento: o passado. Para os historiadores, no entanto, História e memória não se confundem.

Segundo Pierre Nora, a memória é um processo vivido, em evolução permanente e vulnerável a todas as manipulações. Já a História implica registro, distanciamento, problematização e critica. A memória repete a tradição, supostamente imutável. A História, portanto, dessacraliza a memória.

É interessante ainda apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Ainda segundo Nora, decidir sobre o que e como deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse embate resultam, entre outras, as escolhas sobre os currículos escolares. O que será lembrado, que datas receberão atenção e comemoração, que histórias, consideradas importantes para todos, deverão integrar os livros e os saberes necessários aos alunos para receberem aprovação. Desse modo uma das principais funções é consolidar o discurso do grupo que detém o poder.

Finalmente, é importante pontuar algumas características relativas à memória individual e coletiva e as suas articulações com a memória histórica, aquela que estamos habituados a encontrar nos livros didáticos e nos livros de história geral, entre outros. durante muito tempo,

os estudos de história privilegiaram os documentos escritos, os objetos, enfim, os vestígios que possibilitassem ao historiador realizar seu trabalho: compreender e construir a história apoiando-se nos documentos que garantiriam a veracidade dos acontecimentos e processos ali registrados. Os temas tratados privilegiaram os grandes movimentos e a história dos grupos dominantes das diferentes sociedades. Foi a partir de meados do século XX que grupos de historiadores começaram a questionar estes procedimentos na medida em que eles baniam da História os grupos oprimidos, minoritários e os temas relativos ao cotidiano, às mentalidades e às experiências dos diferentes grupos. Nesta perspectiva o foco historiográfico voltou-se para a memória coletiva dos grupos acessíveis, sobretudo, pela utilização das metodologias alternativas ao trabalho estrito com documentos, como é o caso dos trabalhos apoiados na metodologia de história oral. Desta maneira emergiram a.história de mulheres, de negros, de trabalhadores, de índios; enfim, a História, ao invés de se configurar numa grande narrativa supostamente comum a todos, passou a acolher e dar existência e visibilidade às várias narrativas(NORA, 1984, *apud* D' ALÉSSIO, 1992)[4].

A leitura do livro de Campestrini no tocante à sua representação dos índios Kaiapó foi, portanto, precedida pelo entendimento do papel da memória e do historiador tendo em vista o lugar social que ocupa e o momento histórico em que escreve.

Segundo informações colhidas na página eletrônica da Academia sul-mato - grossense de Letras (www.acletrasms.com.br), Hildebrando Campestrini nasceu em Rio dos Cedros (SC), em 1941, e se radicou em Campo Grande, em 1960. Diplomado em Filosofia e Pedagogia, em 1962, licenciou-se em Filosofia, em 1984. É também licenciado em Letras (1972), e especialista em Língua Portuguesa pela Universidade (1979). Foi professor titular de Linguagem Jurídica na Escola Superior de Magistratura de Mato Grosso do Sul e coordenador-geral da mesma Escola de 1989 a 2001. Trabalhou 18 anos na administração superior do Tribunal de Justiça de MS e, na Secretaria de Divulgação, implantou a editora e a gráfica do TJ, criando a Série Historiográfica, com 14 títulos publicados. Campestrini é o atual presidente do Instituto Histórico

e Geográfico de Mato Grosso do Sul. É, portanto, a partir destes múltiplos e específicos espaços que o autor escreve.

Embora o primeiro capítulo do livro seja intitulado “Dos Caiapó a 2002”, não há uma preocupação em atualizar a discussão sobre História Indígena referente à esta etnia. Ao contrário, tanto a bibliografia utilizada como a perspectiva percorrida é a mesma de outros memorialistas mato-grossenses. Embora este seja o capítulo mais extenso do livro (47 páginas), aos Kayapó são dedicadas apenas algumas páginas (cerca de 8). Constituído por dezoito tópicos, dos quais alguns contém referências aos Kayapó , mas apenas um trata deles exclusivamente. O primeiro tópico, "O século 18", em seu primeiro parágrafo, faz referências aos Kayapó do Sul, de quem se diz terem sido habitantes do atual território fronteiriço entre Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul no século XVIII e que foram perseguidos pelo "temido" Antônio Pires de Campos desde Goiás até Camapuã. Adiante, há comentários sobre as rotas monçoeiras e o impecilho que representavam para as monções as “três nações mais ferozes” que habitavam o antigo sul de Mato Grosso: os Guaicuru, os Payaguá e os Kayapó do Sul. No segundo tópico, “A expedição Langsdorff “, cita alguns trechos da obra de Hercules Florence, "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas", na qual menciona-se a passagem da expedição pela região até Camapuã. O trecho que se refere aos Kayapó do Sul é um relato em que Florence descreve sua visita a uma aldeia Kayapó às margens do rio Sucuriú, em agosto de 1826. A impressão passada por Florence é de completa decadência e de surpresa por encontrar em tão insignificante quantidade índios de uma tribo anteriormente tão numerosa. O terceiro tópico do capítulo 1, "A estrada do Piquiri", faz um resumo dos eventos principais concernentes à abertura da estrada que ligaria Cuiabá a São Paulo, que certamente causou inúmeros problemas para os povos indígenas que habitavam a região. Sobre os Kayapó do Sul, no entanto, o autor somente comenta a tentativa, por parte das autoridades mato-grossenses de, em 1835, criar uma colônia entre as nascentes do Piquiri, Taquari e Sucuriú, que haveria de ser habitada pela "horda" Kayapó que "emigrou da província de Goiás para esta"

(CAMPESTRINI, 2002, p. 26). A lei (Lei n° 7 de 1835), que criava a colônia, citada sem reservas por Campestrini, considera os Kayapó do Sul índios vindos de fora, isto é, de Goiás. O autor ao menos reconhece que a colônia planejada não chegou a ser criada.

O quarto tópico, denominado "Os Caiapós", trata dos Kayapó do Sul em duas páginas e meia. De início, Campestrini situa geograficamente aqueles índios, e, em nota, descreve rapidamente seus primeiros embates com os “preadores paulistas”, citando trechos da obra *Caiapônia* (1943), de Camilo Chaves, um dos autores que durante o Estado Novo ajudou a construir o discurso da indianidade brasileira[5]. Adiante, há citações do mesmo autor sobre os ataques dos Kayapó às monções, em 1727, e descrições do cotidiano difícil de dois roceiros que habitavam o sítio de Camapuã e que viviam "como em um presídio", trabalhando armados e sob constante ameaça de ataques daqueles índios. A seguir, os relatos utilizados por Campestrini são os do governador da província de Mato Grosso, Rolim de Moura Tavares, que comenta os "insultos” causados pelos Kayapó ao seu acampamento e seus ataques ao sítio de Camapuã . Utilizando-se da mesma fonte descreve longamente as armas utilizadas por aqueles índios e a maneira "traiçoeira" com que atacavam, assim como formas de deles se defender e contra-atacar. Então, novamente Campestrini utiliza apontamentos de Florence (que tratam da insignificância populacional da anteriormente numerosa “nação” Kayapó) e do fato de esses índios ainda (1826) cometerem "crueldades" com os negociantes que percorriam a estrada que ligava Goiás a Cuiabá. Campestrini comenta também as especulações de Florence sobre o porquê da drástica diminuição populacional dos Kayapó do Sul, supostamente devida, segundo o viajante francês, ao costume dos pais indígenas de trocar os filhos por objetos de pouco valor e às constantes lutas travadas pelos Kayapó contra outros povos indígenas, principalmente os Guaicurú. A seguir, o autor utiliza-se do texto referente aos Kayapó do relatório enviado pelo diretor- geral dos índios de Mato Grosso ao secretário de estado dos negócios do Império em 1848, e publicado em 1914 no Álbum Graphico de Mato Grosso [6]. No final do tópico sobre os Kayapó, Campestrini escreve:

> Registre-se o empenho do governo provincial para fixar e aculturar os Caiapós. O art. 9º da Lei n° 4, de 19/04/1838, que criou as freguesias do Piquiri e de Santana do Paranaíba, determinava: O *governo fará estabelecer por conta do cofre provincial no lugar junto a uma das três freguesias que melhores circunstâncias ofereça, uma fazenda de criação de gado vacum e cavalar, que irá aumentando à proporção do grau de prosperidade que for prometendo; o serviço dela será feito pelos índios caiapós, admitindo-se a bem deles somente os demais trabalhadores, cujos serviços indispensáveis não possam ser supridos por aqueles.* (CAMPESTRINI, 2002, p. 32-33)

Ao repetir um tratamento dado aos indígenas no século XIX, Campestrini induz o leitor a reconhecer que os Kaiapó tiveram sua "chance" de se *fixar* e de "se *aculturar",* e que poderiam ter sobrevivido se tivessem acatado corretamente as determinações do civilizador. Assim, ao mesmo tempo que reforça o papel de "civilizadores de índios" da elite local a qual representa, aponta o lugar do índio na sociedade mato-grossese : o de trabalhadores [7] . Por não dialogar com a História Indigena, Campestrini não esclarece o significado que as fazendas e colônias criadas tanto pelo governo provincial de Mato Grosso quanto pelo de Goiás, tiveram para os Kaiapó, nem que tipo de respostas esta etnia deu a este processo. Em outras palavras, as especificidades da sociedade Kaiapó só interessarão na medida em que servir um discurso cujo roteiro já se conhece a priori.

Outra referência aos Kayapó do Sul aparece no capítulo IV, intitulado "José Garcia Leal". Este capítulo disserta longamente sobre as qualidades e a "saga" do pioneiro José Garcia Leal, que tradicionalmente é tido como quem inicia a colonização mineira em território mato-grossense e funda a vila de Santana do Paranaíba. Além de fornecer uma longa biografia de José Garcia Leal, o capítulo IV traz transcrições de trechos de quatro documentos que comprovariam a "benevolência" do líder para com os pobres. Nas palavras do autor são

> *quatro documentos (lançados no 1º ofício de paranaíba), que envolvem a conduta de José Garcia Leal,* e (que por isso) *merecem ser reproduzidos. O primeiro é a escritura de concessão de terras à pobreza da vila*. (...) *O segundo documento é a escritura de doação de terras aos índios Caiapós*. (...) *O terceiro documento é uma carta de liberdade de escravos . (...) O quarto documento é o contrato, celebrado em 28 de maio de 1862, (...) para a construção da igreja da vila* (Camprestini, 2002. P. 126-128).

Como a preocupação do autor é lembrar a suposta benevolência de uma elite da qual se considera porta-voz, não é necessário dizer o que teria acontecido com as terras dos índios...

Registre-se, por último a citação do hino de Paranaíba, de 1999, no qual os Kayapó são descritos como valente tribo guerreira, que teria passado as suas qualidades para o povo de Paranaíba, que orgulhosamente teria sua descendência através de sua "raça trigueira". Na terceira estrofe, no entanto, os homenageados são os Garcia, desbravadores das matas e conquistadores dos índios.

Ao veicular o hino com pretensões historiográficas, Campestrini contribui para a oficialização de um novo mito , que apresenta os Kayapó do Sul sob um prisma idealizado e, em última análise, falso. Em seu texto, o autor repete fontes, pinça os argumentos que lhe interessam. O memorialista não se utiliza dos Kayapó do Sul como objeto de pesquisa [8], mas como parte de um conjunto de representações que tem outros objetivos. Depois de as elites se apropriarem das terras e dos índios escravizando-os, agora essas mesmas elites se apropriam simbolicamente dos valores indígenas, colocando-se como possíveis herdeiros/descendentes dos "destemidos Caiapós". Embora (re)atualizados, os componentes do discurso propõe uma "identidade almejada". Portanto, os Kayapó do Sul servem, no livro, como parte do um enredo que justifica e legitima a função de mando dos herdeiros dos fundadores de Paranaíba.

CONCLUSÃO

Ao se encontrarem com o colonizador não-índio, em princípios do século XVII, os Kayapó do Sul eram detentores de traços socioculturais bastante peculiares que foram observados por viajantes e cronistas, que destacavam dados linguísticos, habitação, divisão de trabalho; no entanto, a guerra é o detalhe mais destacado nessas descrições, muitas vezes exageradamente. As hipérboles sobre a "crueldade" dos Kayapó do Sul foram adotadas para justificar ideologicamente a política de "guerra justa" contra os "bárbaros". Sendo um povo que

se confrontava contra o colonizador e contra outros grupos indígenas, os Kayapó do Sul tinham na guerra funções específicas. Era um traço cultural próprio, que definia e redefinia hierarquias, aperfeiçoava técnicas e, além de outros aspectos, preservava a territorialidade tão cara ao grupo, ao se iniciar o empreendimento colonizador (ATAÍDES, 1998).

Sob a violência colonizadora, os Kayapó do Sul saem derrotados. A aceleração do processo num novo contexto legal e econômico de intensificação da atividade pecuária vai culminar no desprezo e na eliminação fisica do Kayapó do Sul. Mascarar essa violência ou transformá-la num processo pelo qual o colonizador "herdou" as qualidades do índio é uma atitude anti-histórica, que serve aos interesses de um memorialismo elitista que se pretende histórico.

---

[1] Professor da Universidade federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados – zorzato@ceud.ufms.br

[2] CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba.* Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

[3] Antes de mais nada é importante distinguir os Kayapó do Sul dos Kayapó do Norte. Ambos são grupos pertencentes ao mesmo tronco linguístico, o macro-jê. Provavelmente, pertenceram à uma mesma nação até o século XVI, separados depois por cisões internas. A principal diferença entre eles, no entanto, é a de que os Kayapó do Norte são ainda hoje um grupo forte e politicamente atuante, apesar de dividido. (ATAÍDES, Jésus. Sob o Signo da Violência: colonizadores e Kaiapó do Sul no Brasil Central. Goiânia, Editora UCG,1998).

[4] A bibliografia sobre memória e história é bastante ampla. Uma leitura preliminar encontra-se em D' ALÉSSIO, Márcia Mansor. *Memória: leituras de M Halbwachs e P. Nora.* Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n° 25/26, p. 97-103, setembro 92/agosto 93 e em KEULLER, Adriana T. A. Martins. *História e Memória: trajetória e perspectiva no final do século.* Revista de História da UFES, Vitória: CCHN Publicações, vol. 11, p. 145- 153, jul./dez. 2000.

[5] Sobre os discursos que resultaram na construção de uma indianidade brasileira durante o Estado Novo ver GARFILD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado - Nação na era Vargas.* Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Humanitas, v. 20, n° 39, 2000.

[6] Na nota 23, p. 32, Campestrini escreve : " O Album é um trabalho riquíssimo, tanto nas informações sobre Mato Grosso até aquela data quanto nas fotografias e ilustrações". Para uma crítica sobre os múltiplos significados do Álbum veja-se ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro : IHGB, 408, 2000. P.419-435.

[7] Sobre o lugar do índio na sociedade mato-grossense ver ZORZATO, Osvaldo. "Civilizadores de Índios": os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. Fronteiras – Revista de História. Campo Grande: Ed. UFMS, 2(4):171-2001, 1998.

[8] Sobre os Kaiapó na perspectiva da História Indígena atual consulte-se ATAÍDES, (ver nota 3) e GIRALDIN, Odair. Caiapó e Panará : Luta e Sobrevivência de um Povo Jê no Brasil Central. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

AMÉRICA PORTUGUESA: CONQUISTA E POVOAMENTO DO EXTREMO OESTE

Otávio Ribeiro Chaves[1]

Mato Grosso no século XVIII não existia enquanto território lusitano. Mesmo a partir da criação da capitania, em 1748, os seus limites com as capitanias de São Paulo, Goiás, Grão-Pará e Maranhão e os domínios coloniais hispânicos (Vice-Reinado do Peru e Buenos Aires), ainda estavam por se constituir. A ocupação das terras no interior da América portuguesa foi o resultado de um processo lento e gradual. A construção de uma geopolítica da colonização se fez em função da procura do ouro e da caça aos ameríndios, parte da própria dinâmica do Sistema Colonial. [2]

O projeto lusitano de acumulação de riquezas, de divulgação da fé católica e conversão dos povos pagãos em vassalos do rei deve ser entendido como parte de uma dinâmica sócio-cultural inerente ao contexto da expansão mercantilista ocorrida a partir do século XVI.[3]

Com a chegada do bandeirante Pascoal Moreira Cabral Leme, em 1719, as terras da América Meridional, proveniente do Planalto de Piratininga, esse processo se ampliará para dar início à ocupação das novas áreas de mineração. A descoberta do ouro às margens do Rio Coxipó-Mirim (1718) e das lavras de Cuiabá (1719) foi o fato que provocou um novo acontecimento na história do Império Colonial Português, imprimindo outro significado que permite, na atualidade, ultrapassar a leitura viciada de se pensar a descoberta das minas de Cuiabá como uma etapa somente do prolongamento da fase bandeirantista para estas novas paragens. A presença lusitana em terras ameríndias contribuiu para a definição de uma nova ordem, hierarquicamente estabelecida a partir de um conjunto de valores, crenças, hábitos, mentalidade dos grupos humanos que ali se constituíram enquanto sociedade colonial.

O bandeirantismo como fenômeno social, isoladamente, não tinha força suficiente para garantir a consolidação, posse e conquista definitiva das áreas ameríndias. Para que isso se concretizasse, foi preciso que a coroa lusitana procurasse normatizar com rapidez às relações sociais de trabalho e produção

existentes nas zonas de mineração. Foi criada uma legislação instituidora da ordem e disciplina baseada na experiência adquirida junto à população mineradora da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. Os regimentos criados pelos guardas-móres das minas recém-descobertas foram utilizados como instrumentos legais reguladores da ordem social, da produção, da arrecadação fiscal e da militarização do novo território que então surgia.[4]

Assim, objetivava a coroa impor-se definitivamente sobre aquele espaço de produção aurífera. Para que o domínio lusitano se efetivasse foi também preciso expropriar os povos ameríndios de suas terras, fosse através das inúmeras "guerras justas" que foram travadas ao longo do século XVIII, causando o extermínio quase completo dos vários grupos ameríndios que ali viviam, ou da sujeição dos sobreviventes ao conjunto da sociedade colonial mato-grossense em formação.[5]

Foi o caso da expedição organizada por Caetano dos Santos, escrivão da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1731, por ordem do Brigadeiro Regente Antônio de Almeida Lara, com o apoio do vigário da vara da matriz Antônio Dutra de Quadros e do Ouvidor Geral daquela comarca Josehp de Burgos Villas Lobos, que procurou convocar toda a nobreza e o povo em geral, e outras autoridades, com o objetivo de preparar uma bandeira para reprimir as hostilidades dos ameríndios Paiaguá. A bandeira possuía uma sofisticada organização político-militar e fiscal. A burocracia, a hierarquia, o fisco e a militarização eram elementos básicos de toda a expedição. Assim, ordenava o Brigadeiro Regente que todas as pessoas que fossem feitas prisioneiras deveriam ser registradas em um livro pelo escrivão da bandeira, contendo a seguinte descrição em separado "gentios da terra, gentios de Guiné ou mulatos. E mulatos, estes e o gentio de Guiné, tendo senhores se lhes restituirão dando o prêmio costumado".[6] Essa expedição não tinha apenas o objetivo de sair a procura dos ameríndios Paiaguá, mas também prender os escravos que estivessem junto com “gentios da terra” no interior das matas, das aldeias ou quilombos. Para cada escravo capturado, seria de responsabilidade do senhor o pagamento das despesas efetuadas durante a realização da expedição.[7]

Entretanto, estava registrado que de todo o ouro, prata, ferro que fosse encontrado se deveria fazer um inventário para posterior partilha de forma igualitária entre os "bravos" portugueses, não esquecendo, é claro, de se extrair os impostos junto à Provedoria da Fazenda Real. A partilha deveria ser feita, para todos os soldados, de forma igualitária, conforme o costume dos sertões. Aqueles que perecessem em combate, deveriam ter registrados os seus nomes no referido livro. Porém, restavam ainda aos senhores proprietários de escravos, "pessoas de distinção que vão a esta Conquista com tanta despesa de sua fazenda e risco que correm a seus escravos [...] poderem requerer ao Soberano, e serem remunerados conforme o dito Senhor for servido e merecimentos que cada um tiver no seu real serviço". Mesmo que os reembolsos das despesas demorassem anos.

Na proporção que os inimigos "naturais" eram dizimados ou incorporados à dinâmica da sociedade colonial como trabalhadores escravizados, os mineradores e colonos conseguiam minimizar os custos financeiros com a aquisição da mão-de-obra escrava. Essa prática resultou em lucros consideráveis para os cofres metropolitanos. Tudo nos conformes com os mecanismos de acumulação do capital mercantil, do "exclusivo colonial"; pois a baixo custo a coroa efetivava a posse das novas terras, conseguindo assim articular-se "como economia subsidiária de vital importância do setor exportador".[8]

Assim, a empresa colonial procurava solucionar a ausência de um estoque de mão-de-obra para a produção mineradora. Os africanos escravizados trazidos para as áreas de mineração não eram suficientes para dar conta da investida colonialista, se compararmos as grandes populações de negros escravizados nas capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.[9]

O escravo era uma mercadoria de elevado custo no século XVIII, principalmente nas áreas de mineração como a de Cuiabá, devido à constante instabilidade existente nas minas, provocada pelas incertezas da cata do ouro e dos altos preços dos gêneros alimentícios, vestuário, ferramentas importadas de outras capitanias, além da distância percorrida pelos escravos entre o "porto de embarque e o

ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, sua qualificação profissional".[10]

Muitos dos escravos para ali trazidos em pouco tempo sucumbiam devido às exaustivas jornadas de trabalho ou pereciam devido às precárias condições alimentares, castigos físicos, e em menor número, alguns se suicidavam.[11] Havia sempre a necessidade de reposição da mão-de-obra escravizada, pois, "os trabalhos eram desenvolvidos em condições precárias de higiene e conforto. A proliferação de febres e sezões nas áreas de mineração era constante, principalmente no Vale do Guaporé".[12] Se ainda não bastasse a dura vida que levavam, estavam ainda sujeitos a serem mortos ou seqüestrados pelos Paiaguá durante os ataques às vilas, monções, sítios e fábricas de mineração. Algumas vezes, os seqüestros eram motivados pelos castelhanos, que viviam do outro lado da fronteira e acabavam comprando os cativos dos portugueses.[13]

A saída encontrada pelos proprietários de escravos foi usar os ameríndios como mão-de-obra complementar na construção do novo território. Prática, aliás, que era costumeira na América portuguesa desde o século XVI.[14] Em carta enviada em 26 de Outubro de 1725, Rodrigo César de Meneses, Capitão-General de São Paulo e das Minas de Cuiabá, reivindicava da coroa portuguesa o direito de sair em busca dos ameríndios, pois justificava que "sem o gentio não podem os paulistas talhar os sertões, nem fazer os descobrimentos de ouro, porque eles o encaminham àquelas minas para donde o há, e primeiro, que o ponham em sujeição, é preciso conquistá-lo, expondo-se a deixarem as suas casas, e destruírem suas fazendas, e a perderem suas vidas" [15]

Não tardou a resposta vinda da coroa ao desesperado apelo. Em 10 de Julho de 1726, oito meses depois, o Conselho Ultramarino de Lisboa autorizava aos oficiais da Câmara Municipal de São Paulo que tomassem as seguintes providências: "conceder-lhes a administração de todo aquele que conquistar passando a dita Administração aos herdeiros dos administradores, e quando não os haja serem postos

nas minhas aldeias [...] com declaração que quando um dos seus moradores necessite de Índios para os mesmos descobrimentos".[16]

A primeira fase do povoamento de Mato Grosso, da chegada dos bandeirantes em 1718 até a fundação da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727, parecia satisfazer de imediato os interesses da coroa, que tinha como objetivo principal alargar os seus domínios ainda não totalmente incorporados ao restante da colônia e com os mercados europeus. Na primeira década da ocupação foi fundado o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, onde "a população era formada por mineiros, aventureiros, administradores, homens livres e escravos".[17] A descoberta das minas de Cuiabá não atraiu somente colonos, garimpeiros, soldados, eclesiásticos, mulheres, prostitutas, mas também militares graduados portugueses que vieram para estas novas áreas com o propósito de ocuparem funções nos fortes e presídios de Mato Grosso. O ouro surgia assim como um poderoso imã, atraindo pessoas de todos os extratos sociais, inclusive mulheres sozinhas que se deslocavam para Mato Grosso em busca de prosperidade. [18]

Com isso, a geografia colonial ia se modificando, deixando de haver densidade populacional apenas nas regiões Norte-Nordeste e Sudeste da colônia. Conforme informava Barbosa de Sá, em outubro de 1719, "divulgada a noticia pelos povoados foi tal o movimento que causou nos ânimos das Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes Sertões como se fora a terra da promissão ou o Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais."[19]

A nova jazida aurífera encontrada por Miguel Sutil (meia arroba ou valor correspondente a 2080 oitavas de ouro)[20] em 1724, batizada de Lavras de Sutil, parecia animar ainda mais os colonos e mineiros espalhados nas diferentes capitanias brasileiras. O ouro ocuparia o principal produto de barganha da metrópole junto aos credores no continente europeu. Outra fonte de elevado interesse para a coroa foi à arrecadação dos impostos. Arrecadação essa que sempre foi contestada por grande parcela de comerciantes e mineradores que tinham planos de se instalar nas minas de

Cuiabá. Diversas foram às reclamações feitas junto às autoridades coloniais de Mato Grosso para que fossem diminuídos os impostos cobrados pela entrada de mercadorias e de escravos nas minas de Cuiabá e do Vale do Guaporé: “Os homens livres eram obrigados a pagar seis oitavas de ouro, os índios e os negros quatro oitavas. Cada carga pagava cinco oitavas, e, cada fardo, oito oitavas. Portanto, as lavras representavam grande fonte de riqueza para a Coroa”.[21]

Em 1729, João Leite da Silva fazia parte de um dos grupos indignados com a excessiva tributação cobrada pela coroa. Ele apresentou uma representação junto ao poder metropolitano reclamando que o seu comboio de sessenta canoas com remeiros, fazendas, socorros e escravos, que seguia para as ditas minas de Cuiabá, sofria elevada despesa junto à Fazenda Real, "mais de duzentos mil cruzados, pelo que haviam de pagar no caso do registro, assim as cargas, como escravos, que passarão para aquelas minas, da entrada que voluntariamente tinham ajustado os mineiros pagar, seguindo-se impedimento, faltavam os ditos escravos para minerarem nas tais Minas".[22] A atuação de Rodrigo César de Meneses, em função de sua austera política fiscal, fez com que os mineradores ficassem insatisfeitos com a sua administração, provocando "significativa evasão populacional para os sertões de Goiás, para os sertões dos Paresi ou ainda, retorno para São Paulo".[23] Esse movimento migratório voltou-se cada vez mais em direção ao Vale do Guaporé, próximo à fronteira castelhana.[24]

Porém, uma outra preocupação também povoava as mentes das autoridades portuguesas que viviam em Mato Grosso nas primeiras décadas do século XVIII, pois, acreditavam que, caso os castelhanos conseguissem ultrapassar a linha de fronteira ao sul da Capitania de Mato Grosso, eles conseguiriam possivelmente atingir Cuiabá e a capital Vila Bela. Não faltaram olheiros castelhanos em território mato-grossense procurando descrever a posição geográfica da Vila de Cuiabá, o número de habitantes, força bélica, distâncias da fronteira, principais caminhos terrestres e fluviais que levavam à vila a outros núcleos urbanos da colônia portuguesa; espionagem que era também exercitada pelos agentes lusitanos em terras castelhanas. O reconhecimento

tácito das duas regiões limítrofes constituiu-se em um tipo de atividade corriqueira nas relações diplomáticas entre os governos ao longo do século XVIII e na primeira metade do Oitocentos.[25]

---

[1]Docente da **Universidade do Estado de Mato Grosso**, Departamento de História, Campus de Cáceres, MT. E-mail: marogab@hotmail.com

[2]NOVAIS, Fernando Antônio. **Condições da Privacidade na Colônia**. In: Laura de Mello e Souza (org.), História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 18.

[3]SUBIRATS, Eduardo. **A Lógica da Colonização**. in: Adauto Novaes (org.), Tempo e História, São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992), pp. 399-422.

[4]Ver Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), **Documentos para a História de Mato Grosso**, Orgs. Paulo Pitaluga da Costa e Silva e Pe. José de Moura e Silva, catálogo inédito.

[5]PRESSOTI, Thereza Marta Borges. **O novo descobrimento dos sertões e minas de Cuia**bá; a mentalidade da conquista. Brasília, 1996, Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília.

[6]**AHU** (Arquivo Histórico Ultramaino),UFMT-NDIHR, Microficha 05, 1731.
Microficha 05, 1731, Documento 63 (A-6 - A-12; B1 a B-4), Certidões de Escravos.

[7]KARASCHY, Mary**. Minha Nação: Identidades Escravas no Fim do Brasil Colonial**. In Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), Brasil Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.135.

[8]ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso, Trabalho Escravo e Trabalho Livre** (1850-1888). Brasília: Ministério da Fazenda, Departamento de Administração, Divisão de Documentação, 1984, p. 23.

[9]MATTOSO, Kátia Maria. **Ser Escravo no Brasil**. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense. 1990, p. 54.

[10]MATTOSO, Idem, p. 78.

[11]REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

[12]VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **A Conquista da Terra** no Universo da Pobreza; formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819. São Paulo, Hucitec, Brasília, DF, INL, 1987, p. 82.

[13]**AHU** (Arquivo Histórico Ultramarino), UFMT, NDIHR, Microficha 123, Documento 1320 (B-5), 1756. Escravos na Mineração,

[14]KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana**, América Latina e Caribe. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 82-104.

[15]**AHU** (Arquivo Histórico Ultramarino), UFMT-NDIHR, Microficha 15, Documento 750, anexo 02, outubro de 1725.
Guerra contra os Ameríndios.

[16]**AHU (**Arquivo Histórico Ultramarino) UFMT-NDIHR, Microficha 15, Documento 750, anexo 01, outubro de 1726. Escravização Ameríndia.

[17]ASSIS. Idem p. 14.

[18]BRETAS, Márcia M. Miranda. **Participação da Mulher na Ocupação e Colonização de Mato Grosso**, séculos XVIII—XIX. Cuiabá, 1996, Monografia (Conclusão de Curso) Universidade Federal de Mato Grosso, pp.28-29.

[19]SÁ, Joseph Barbosa de. **Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Groso**, de seus Princípios até os Presentes Tempos (1775). Cuiabá, Edição UFMT/SEC, 1975. p. 12.

[20]CORREA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande, Coleção Memórias Históricas, Volume 4, Fundação Júlio Campos, 1994, p. 207.

[21]ALEIXO.**Trabalho Escravo**. Ibidem, p. 24.

[22]AHU, UFMT-NDIHR, Microficha 07, Documento 93 (E-8, E-11), 1729. Escravos, Expedição para Cuiabá.

[23]SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, et all. **O Processo Histórico de Mato Grosso**. Cuiabá, Editora Guaycurus, 1990, p. 20.

[24]PERARO, Maria Adenir. **Fardas, Saias e Batina**, A ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1853-1890. Curitiba, 1997, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.

[25]APMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso), **Documentos para a História de Mato Grosso**, Org. Paulo Pitaluga e Padre Moura, ver, em especial, Documento 19 "Carta do Padre Castañares ao Governador do Paraguai, informando sobre Mato Grosso, 16.09.1741" e Documento 22 "Informação do Ouvidor João Gonçalves Pereira sobre as Missões Espanholas de Moxos, 20.09.1748".

Conhecer e despertar a curiosidade:

formação da família

Pálite Terezinha Buratto Remes[1]

No segundo semestre de 2004, a Secretaria de Educação do Município de Araucária, em parceria com a Universidade Federal do Paraná, formou um grupo de estudos – orientados pela professora Maria Auxiladora Schmidt – para desenvolver pesquisas sobre "O uso metodológico do documento histórico na sala de aula".

"Com a escola positivista, o documento triunfa. O seu triunfo, como bem exprimiu Fustel de Coulanges coincide com o do texto. A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento."[2]

A proposta do grupo é estudar os documentos por meio de pesquisas que possam provocar transformações conceituais e consensuais, criando uma nova visão para assimilar a História. Porém, as mudanças deverão fluir naturalmente no decorrer do processo de análise empírica da aprendizagem.

> Construir uma nova prática no que diz respeito ao ato de aprender passa a ser fundamental neste momento de reorganização da atividade escolar. Assim como o entendimento de que o processo de conhecimento compreende as atividades cognoscitiva e prática. Orientadas para um objetivo, que ambos formam uma unidade na atividade racional, e é essa atividade que faz acontecer o desenvolvimento humano.[3]

A necessidade de romper com a prática pedagógica centralizada na transmissão de conteúdos é que propiciou a oportunidade, e também a curiosidade, de se colocar em prática a teoria quanto às pesquisas documentais, tendo como objetivo a valorização e a efetiva construção do conhecimento.

> Na construção do conhecimento científico é imprescindível levar-se em conta o estágio cognitivo em que se encontra a criança e seu contexto social. Partir dos conhecimentos prévios ou das representações de mundo da criança, permitir o desenvolvimento do pensamento lógico. (...) É sobretudo importante estimular-se, na criança, o desenvolvimento do raciocínio ao invés da memorização, do domínio de termos e da conceitualização. (...) É somente através da interação sujeito-meio (natural, social, cultural) que o educando

> compreende as relações existentes, assume uma postura consciente e torna-se um sujeito ativo, capaz de exercer plenamente sua cidadania.[4]

A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos se constituiu em base para desenvolver o trabalho de pesquisa com a 6.ª série do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Maria Aparecida Saliba Torres, de Araucária, Estado do Paraná.

No primeiro momento, para se ter um levantamento sobre a bagagem de conhecimento dos alunos sobre o tema "Formação da Família", foram lançadas as seguintes questões:

1. O que é família para você?
2. Como é formada a sua família?
3. Qual a lei que legaliza a formação da família?
4. O que você sabe sobre casamento?
5. Qual sua opinião sobre casamento?

As respostas dos alunos corresponderam às expectativas em quase todas as questões, salvo à terceira que, devido a uma grande variedade de respostas, indicou que eles desconhecem a lei vigente:

> – Do divórcio e da pensão. [resposta do aluno Maicom, pois seus pais são divorciados]
> – Viver juntos até que a morte os separe, ajudar um ao outro na tristeza e na doença. [aluno Walmir]
> – Não trair, não matar, respeitar e ser fiel. [aluno Diego]
> – Não abandonar seus filhos, e dar a eles muito amor. [aluno Leonardo]
> – Não pode bater na mulher, e não pode desrespeitar o marido. [aluno Rodrigo]

Somente três alunos se aproximaram da resposta correta: um respondeu que devia assinar um documento, mas não citou qual, e dois, responderam que era o casamento.

Diante de tais respostas, ficou definido que o próximo passo seria apresentar-lhes um documento oficial, a Certidão de Casamento. Para tanto, três delas foram levadas à sala de aula e analisadas pelos alunos. A primeira, referia-se ao casamento religioso de Afonso Buratto com Maria Silva, celebrado na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, localizada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, pelo pároco

Geraldo H. Spettmamm. Era um documento redigido à mão, como a maioria daquela época.

A segunda certidão relatava o casamento civil de Orlando Buratto (filho do Afonso Buratto e de Maria Buratto) com Maria Mazon (que passou a se chamar Maria Mazon Buratto), o qual foi celebrado em cartório de Registro Civil, no município de Bom Retiro, Santa Catarina, em 11 de setembro de 1958, com regime universal de comunhão de bens, celebrado pelo juiz do registro civil Frontino Vieira de Souza, na presença de duas testemunhas.

A terceira certidão indicava a união de Adão Remes com Pálite Terezinha Buratto (que passou a se chamar Pálite Terezinha Buratto Remes), na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná, no Cartório de Registro Civil, realizada pelo Juiz de paz, Sr. Mauro Brito, no dia 08 de fevereiro de 1991.

Analisadas as três certidões, surgiram observações e perguntas por parte dos alunos: na primeira certidão, fornecida pela igreja, a mulher (Maria Silva) não tinha seu nome alterado no documento após o casamento, já nas outras duas certidões (casamento no civil), as mulheres tinham adotado o sobrenome do marido. Esse fato foi observado pela maioria dos alunos, os quais quiseram saber por que isso ocorreu e se hoje ainda é assim.

O aluno Toni percebeu que no registro civil de 1958, o casamento foi feito com regime universal de bens e, no registro de 1991, o regime foi de comunhão parcial, perguntou por que e se existia alguma outra forma de regime. Já o aluno Maicom Gama foi o único que observou que nas duas últimas certidões houve alteração do nome oficial do país, o qual passou de República dos Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil. Para sanar a curiosidade quanto a essas mudanças de nomenclatura, foi sugerido aos alunos que desenvolvessem uma pesquisa.

Para provar a legalidade da certidão de casamento foi mostrado aos alunos o Código Civil Brasileiro atualizado, o qual pôde ser por eles manuseado. Dois dados curiosos e que despertaram a atenção da turma foram os seguintes: antigamente,

podia-se anular o casamento se fosse constatado que a noiva não era virgem (artigo 219, parágrafo IV – O defloramento da mulher, ignorado pelo marido) e hoje isso mudou; e o outro dado é que o homem pode adotar o sobrenome da esposa ou a esposa pode adotar o sobrenome do marido, ou ambos podem permanecer com o seu nome de solteiro após o casamento.

Para a aula seguinte, foi solicitado que cada aluno perguntasse aos seus pais se eram casados e, em caso afirmativo, conferisse qual era o regime adotado em seu casamento: total de bens, parcial de bens ou separação de bens.

Dos dados levantados e apresentados por 32 alunos, concluiu-se que:

- 22 alunos tinham pais casados e com regime de comunhão parcial de bens;

- 5 alunos tinham pais separados, mas que haviam se casado com regime de comunhão de bens;

- 04 alunos não sabiam sobre seus pais, pois sempre viveram só com seus avós, e estes, eram casados e com regime de comunhão total de bens;

- 01 aluno tinha mãe solteira, então trouxe a informação da vizinha, casada e com regime de comunhão parcial de bens.

No decorrer da aula, foi sugerido que cada aluno elaborasse perguntas sobre o assunto “casamento”. Estes são alguns exemplos do que foi apresentado por eles:

> – Por que unir um homem e uma mulher é bem mais complicado do que parece a primeira vista? Como era o casamento antigamente? [aluna Érica]
> – Como é o casamento de outros povos e em outras religiões? [aluno Maicom]
> – Por que no casamento sempre há brigas por causa de ciúmes e muitas vezes isso termina em divórcio? [aluno Mhaylon]
> – Se um homem e uma mulher se casarem e depois separarem, como ficam os seus bens? [aluna Jéssica]
> – O que falta no casamento? Como ficaria o sobrenome em caso de separação? [aluna Jéssica]
> – Por que o casamento de homossexuais ainda não foi legalizado? [aluno Luiz Gustavo]
> – Quais os primeiros indícios que fazem o indivíduo perceber que tem tendência homossexual? Quais as maiores dificuldades encontradas pelos homossexuais? [aluno Fábio]
> – Por que há tanto preconceito quanto aos homossexuais? [aluno Geovani]

Após a análise das perguntas, foram providenciados textos sobre os vários assuntos abordados:

"Namoro, um investimento afetivo" relatou a importância do namoro para os indivíduos aprenderem a se conhecer, a se relacionar e a necessidade de buscar a relação aos pares, que simultaneamente modificam a identidade e a relação familiar para formação de uma nova família.

"Cerimônias de casamento" mostrou uniões em várias culturas, nas quais ela assume características diferentes, muitas vezes envolvendo inúmeros acordos entre as famílias dos noivos. Por trás da visão romântica que ganhou no Oriente e Ocidente, garante a sobrevivência de castas e costumes, e a legitimidade de herdeiros. Mas a tradição não sobrevive sem o rito, e as cerimônias procuram invocar proteção dos deuses, a aprovação dos antepassados e a participação da sociedade para a nova vida que o casal inicia.

"E ainda faz bem à saúde" trouxe dados de pesquisa, de várias universidades dos Estados Unidos da América, que tentam relacionar casamento com a saúde, mostrando que os homens casados, com relacionamento harmonioso, tendem a viver mais, com menos probabilidade de contraírem certas doenças como o *stress* ou males provocados pela solidão. Alguns cientistas afirmam que há também o lado negativo do casamento, pois a união causaria comodidade aos cônjuges, que acabam engordando por falta de atividades físicas e aumentam – nas esposas que ficam caladas quando provocadas pelos parceiros – em quatro vezes mais o risco de morrer de doenças cardíacas em relação às que enfrentam as discussões.

"Ciúme, como lidar com esse veneno" e "Até que o casamento os separe" relatam as dificuldades encontradas na relação marido e esposa, e as causas que levam à separação. Cita dados estatísticos de divórcios no Brasil, as diferenças psicológicas entre o homem e a mulher, e os sinais que os casais emitem dando dicas de crise na relação.

"Pai, eu sou gay" trouxe informações de como uma pessoa se sente ao perceber que é um homossexual. A dificuldade em relação a sua própria aceitação, o medo de contar à família, aos amigos, à sociedade, a necessidade de ser aceito por todos, a

busca de uma relação afetiva e a luta para legalizar a união com alguém do mesmo sexo.

Após a leitura e compreensão de cada texto, os alunos fizeram um pequeno resumo do seu conteúdo no caderno e, para fazer o fechamento da pesquisa, foi realizado um debate sobre os assuntos abordados e sobre as perguntas feitas no início da atividade.

Fazendo uma análise do trabalho realizado, concluiu-se que os resultados satisfizeram as expectativas, pois tornaram possível a atuação dos alunos como agentes de sua própria história e abriram um leque de possibilidades de tratamento do assunto, o qual teve como ponto crítico, a dificuldade de se organizar as informações, sem perder de vista o tema inicialmente proposto.

Notas:

[1] Professora de história da Rede Municipal e Estadual de Educação do Município de Araucária.
[2] LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
[3] SAVIANI, D. Comentários sobre diretrizes curriculares. PUC-SP,2:20-21, set. 1998.
[4] KINDEL, E. A. **Reflexões sobre o ensino de ciências**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 47-50.

Educação e religiosidade: As práticas educativas nas irmandades leigas mineiras do século XVIII nos olhares de Debret e Rugendas.

Paola Andrezza Bessa Cunha[1] - PPG-UFMG
Thaís Nivia de Lima e Fonseca** - UFMG

As Irmandades Leigas e Ordens Terceiras são notadamente reconhecidas na América Portuguesa e, principalmente, em Minas Gerais enquanto espaços de associação entre indivíduos para auxílio mútuo e para a organização da vida religiosa e de sua prática na vida cotidiana. Porém seu caráter educacional ainda é obscuro. Em que medida as Irmandades podem ser consideradas um espaço de educação não-escolar? Como se davam essas práticas educativas? Qual seu significado, sua relevância e seus reflexos no cotidiano daquela sociedade? Por prática educativa entende-se toda relação em que há transmissão de conhecimento de qualquer espécie, seja de caráter moral, religioso, técnico ou até mesmo escolar (aqui entendidos como os procedimentos da aprendizagem do "ler, escrever e contar"). No caso, nosso foco de pesquisa se coloca fora do âmbito da escola, buscando essa relação ensino aprendizagem em outro ambiente, tão socializador e propenso ao saber quanto essa instituição. Deve-se deixar claro que este conceito, de prática educativas, ainda está em construção no âmbito da pesquisa em andamento.

Serão utilizados como referenciais os trabalhos de Roger Chartier sobre representações e práticas culturais e Serge Gruzinski sobre mediadores culturais. Roger Chartier propõe uma forma de trabalhar a história, que visa identificar como uma determinada realidade social é construída, pensada, apresentada e apropriada. Para tal são analisadas as representações, as formas simbólicas que compõem a orbe, lugar e tempo; as práticas, que têm por objetivo o reconhecimento de identidades e a legitimação de processos e procedimentos; e as apropriações dessas representações e práticas para a formação do universo cultural e social de determinados indivíduos ou grupos[i]. As práticas educativas das irmandades que se analisar são reconhecidas no âmbito social, legitimadas

[1] Mestranda em Educação da Faculdade de Educação – UFMG. Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação (Gephe/FaE/UFMG) – paolacunha@hotmail.com

pelo processo contínuo de repetição das mesmas, gerando o reconhecimento de identidade social do grupo.

Serge Gruzinski dialoga com o trabalho de Chartier ao afirmar que "os fenômenos de mistura ou de rejeição que atualmente observamos (...) tampouco têm esse caráter de novidade que costuma lhes ser atribuído". Ao analisar as representações existentes nas pinturas e esculturas mexicanas coloniais, esse autor observou a mescla entre elementos europeus e nativos, culturas que se mestiçaram, gerando muitas vezes elementos híbridos que, com o alargamento de horizontes, tornam-se elementos mestiços. A palavra-chave para compreensão de seu pensamento é permeabilidade, ou seja, a sociedade e os indivíduos são permeáveis a influências, a novas visões, gerando a multiplicidade. Os viajantes podem ser considerados, em certa medida, mediadores, equilibrando elementos da sua própria cultura com os das culturas aqui encontradas e também transmitindo características suas que eram apropriadas pelos habitantes daqui.

Por cultura estamos entendendo um conjunto de significados, de hábitos, atitudes e valores incorporados e partilhados por um determinado grupo, representada nas manifestações e nas formas simbólicas em que são expressos ou encarnados[ii]. Os objetos culturais utilizados para a representação, tanto de um segmento social como de outro, podem ser apropriados pelo conjunto da sociedade, isto é, por todos, dependendo do interesse do grupo ao qual servem. Há uma interação cultural, isto é, trocas culturais freqüentes nas manifestações onde as camadas populares e as elites estão em ações conjuntas. Os símbolos, ao serem utilizados pelos agentes, facilitam a comunicação num momento em que não há termos diretos para "trazer à baila" noções abstratas. Isso permite sua apropriação pelos mais variados grupos, das mais diversas formas, sem se prestarem a servir apenas um deles.

O culto aos santos é um aspecto cultural existente em todas as localidades de ocupação ibérica, variando a maneira e a quem se invoca. Essas variações ocorrem de

** Professora Adjunto de História da Educação - UFMG. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação (Gephe/FaE/UFMG)

acordo com as atribuições “pessoais” de cada santo (alguns protegem contra raios, doenças, pragas, perdas materiais e emocionais, entre tantas outras habilidades...) e com sua importância para a associação religiosa (irmandade), grupo social ou individuo. As homenagens podem ser feitas através de novenas, festas, romarias, ladainhas e até mesmo dança. Irmandades são agremiações masculinas, femininas ou mistas em torno de uma devoção determinada; pessoas que abraçavam a causa religiosa sem deixar a vida mundana, sem votos de castidade ou clausura, mas passando por um noviciado no caso de Ordens Terceiras de franciscanos e carmelitas. Podiam ser separadas por critérios de classes sociais e raciais ou até mesmo por ofícios; a Irmandade do Santíssimo Sacramento era composta usualmente por brancos ricos, enquanto a de São José do Homens Pardos era formada por oficiais mecânicos, artífices, músicos e a de São Pedro dos Clérigos por padres. A separação que existia não era rígida, possibilitando assim um espaço de mobilidade social; uma mesma pessoa poderia participar de mais de uma irmandade em mais de uma vila. O catolicismo popular projeta a criação de uma ordem universal fundida à própria ordem social. As características existentes na cultural local ou regional são reafirmadas e legitimadas como naturais e sagradas, garantidas por Deus e pelos santos. A manifestação da religiosidade representa, portanto, a crença, o pensamento e a linguagem utilizados na expressão das relações sociais e culturais.

Primeiras ocupações da manhã – Jean Baptiste Debret

A prancha “Primeiras ocupações da manhã” nos apresenta a porta de entrada de uma loja de balas. Nos interessa aqui a dupla que está colocada quase no centro e suas ações: uma negra velha beijando um relicário de um irmão e também o homem que se encontra em segundo plano segurando um guarda-chuva. A negra e o irmão repetem gestos que foram legitimados pela sua repetição e ainda o são em

nossos dias. Segundo o pintor, quando se trata do que ele chama de “classe indigente”, ou seja, negros livres e pobres que viviam de seu próprio trabalho, a disposição em fazer doações era a mesma do que ele chama “classes abastadas”. Reconhece-se prática votiva no beijo que a mulher dá na peça que o irmão traz, numa ação conhecida e reconhecida socialmente como prova de humildade, devoção e respeito ao santo. O homem com o guarda-chuva para o qual chamamos atenção é o que identificamos como “pedinte salariado”, cargo criado pelos irmãos “por devoção tanto quanto por amor próprio”. A remuneração desses homens era proporcional à coleta. Chama atenção o esforço feito tanto pela doadora quanto pelo irmão. A mulher se esforça, através da janela, para entregar-lhe a esmola, enquanto ele abre o guarda-chuva para recebê-la. A obrigação e a responsabilidade ficam latentes, e apresentam seu valor pedagógico. Vale lembrar ainda que em alguns casos as pessoas se tornavam esmoleres em agradecimento a uma graça recebida e para construírem templos votivos em nome da graça alcançada. É uma forma diferente de ex-voto da que estamos acostumados.

Viajantes estrangeiros freqüentaram o Brasil ao longo de sua história, sendo mais efetiva sua presença no século XIX. Eram em geral homens letrados, num sentido muito mais amplo do que se pode compreender parte significativa dos letrados da América Portuguesa. Muitos deles vinham em expedições científicas financiadas por institutos e academias científicas explorar o novo mundo, levando informações a seus compatriotas. Essas notícias eram relatos pormenorizados, com descrições amplas e minuciosas de diversos, muitas vezes acompanhadas de gravuras. Ao analisar deve-se ter em mente que a imagem retratada foi “filtrada” pela cultura do observador, sendo um retrato daquilo que ele compreendeu dos hábitos e costumes dos habitantes, não podendo ser levadas como representação do real. Para a análise foram selecionadas pranchas feitas por Debret e Rugendas, dois dos viajantes mais conhecidos e dos poucos que deixaram registros iconográficos de sua experiência na América. Apesar de terem visitado o Brasil no início do século XIX[iii], seus trabalhos são relevantes para análise da América Portuguesa, pois muitos hábitos e costumes não se modificaram tão rapidamente neste período e, no caso da

religião, mudanças configuram-se ainda mais lentas. Todas as imagens escolhidas relacionam-se de alguma forma a aspectos da religiosidade vivida e /ou praticada pela população. Foram selecionados grupos sociais e étnicos variados, pois todos estavam integrados na vida religiosa de forma plena através das irmandades, fossem negros forros, escravos, brancos pobres, pardos ou brancos ricos[iv].

Coleta para manutenção da Igreja do Rosário – Jean Baptiste Debret

Um bom exemplo do estudo de práticas educativas na sociedade colonial é a imagem *"Coleta para manutenção da Igreja do Rosário por uma irmandade leiga",* de Jean Baptiste Debret. Nela vemos a Mesa e os irmãos em fila colocam suas contribuições. A Mesa era composta por um grupo de irmãos, escolhidos por meio de uma eleição, e era esse grupo quem coordenava as ações das irmandades e tudo o mais que fosse respectivo a elas. Era composta geralmente por: Prior, Priora, Vice-Prior, Vice-Priora, Secretário, Procurador Geral, Tesoureiro, basicamente[v]. Até esse momento uma cena trivial nos centros urbanos brasileiros da época, não fosse por um detalhe para nós significativo: uma mulher orienta uma menina para que ela coloque a esmola no prato na mesa da irmandade; e a mulher que vem logo atrás segue-lhe o gesto. Essa cena nos permite refletir sobre o conjunto de práticas educativas de caráter religioso e moral que faziam parte das atividades usuais das irmandades leigas, já que também se esperava delas a participação na formação moral da mocidade.

Foi fator decisivo para a elevação das irmandades como guardiãs das práticas religiosas o fato de que nas Minas Gerais foi proibida a instalação de ordens religiosas. Famílias que enriqueceram com as minas, acreditavam que mandar as filhas para um convento e fazê-las freiras era um sinal de status, dava-lhes prestígio social[vi]. Usualmente mandava-se as jovens para o Reino, mas alguns conventos presentes no litoral do Brasil

também poderiam servir a esse fim. É conhecida pelos historiadores a escassez de jovens brancas no mercado matrimonial, o envio das poucas que haviam para o convento fez com que a Coroa se preocupasse e proibisse a instalação dos mesmos, bem como toda jovem que manifestassem o desejo de professar-se deveria passar por uma avaliação para saber se essa era sua real vontade ou se era de outrem. As irmandades então passaram a aglutinar essas pessoas, sem a necessidade de profissão como a de religiosos de ofício, principalmente o celibato. A educação ou formação moral também perpassava pelas atribuições delas, além de proverem os irmãos em casos de necessidades, em caso de morte ou outro qualquer que fosse de sua competência/alçada. Isso era relevante principalmente para as camadas mais baixas da sociedade, que muitas vezes aprendiam um oficio através das irmandades, como a carpintaria, a escultura e a pintura.

As mulheres tinham papel fundamental na criação e na internalização da devoção e da responsabilidade para com ela, tendo papel de destaque neste quadro. A mulher, fosse ela a mãe branca ou a mãe-preta, era a responsável pela educação dos filhos, principalmente das filhas. Como a educação recebida pela mulher versava basicamente sobre religião (incluindo sobre como se comportar, portar e agir) e os cuidados com a casa, esse eram os principais aprendizados recebidos pelas crianças, sobretudo as meninas. Essas são as práticas educativas que buscamos na colônia. Não é apenas o “saber ler, escrever e contar”; a educação está nas práticas diárias, que podem incluir ou não essa relação ensino-aprendizagem de sentido escolar, e muitas vezes realizadas no interior de outras instituições. As Irmandades, por estarem tão intrinsecamente ligadas às vidas e às mortes, têm papel fundamental nessa educação.

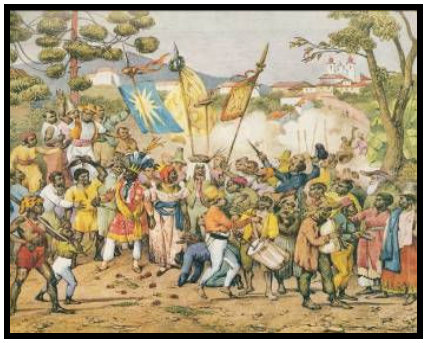

Festa de Nossa Senhora do Rosário - Johannes Moritz Rugendas

A imagem de Johannes Moritz Rugendas nos apresenta a celebração em honra de Nossa Senhora do Rosário. Pode-se observar nela a presença dos membros da irmandade, localizados ao centro da figura. O cortejo é acompanhado por instrumentos e estandartes, sendo observado por membros da sociedade local. A festa reveste-se de um significado que expressa o rompimento do monótono do cotidiano, uma "explosão social" num gesto de oferta "em honra de". É uma expressão social de valores religiosos, simbólicos, morais e religiosos; nela os participantes têm acesso a normas e conhecimentos da vida coletiva e estas passam a fazer parte de suas vidas. Sua função é a de reafirmação da solidariedade e a de união dos diversos segmentos sociais existentes, além de auxiliar a população a suportar o cotidiano. Com esse movimento perpetua-se a cultura e a tradição da localidade.

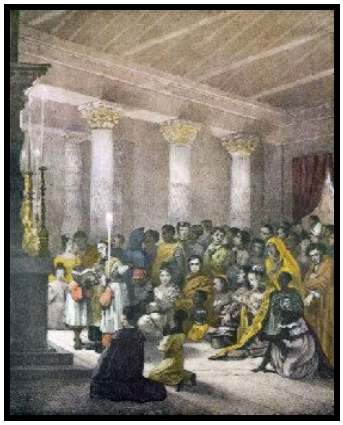

Missa na Igreja de Nossa Senhora da Candelária (em Pernambuco)- Johannes Moritz Rugendas

Uma cerimônia considerada eficaz na religiosidade popular, tanto para os vivos quanto para os defuntos, era a missa rezada. É parte integrante fundamental da devoção católica, sendo um local extremamente apropriado para o aprendizado moral e religioso. A imagem em questão apresenta a realização de uma missa com um público formado por pessoa de diferentes classes étnicas. É possível observar personagens negras e brancas com vestes que parecem ser adequadas a ocasião, onde a maioria está em pé ao fundo, e mais próximos do altar estão jovens negros e brancos ajoelhados observando a figura de um padre em pé com uma criança negra em cada lado do seu corpo, uma segurando um bastão com uma luz na ponta, aparentemente um lampião ou uma espécie de tocha, e a outra segurando o livro de celebrações para o padre. Todos observam atentamente ao evento e no canto inferior direito vê-se um homem branco projetando sua mão em direção a uma mulher negra ajoelhada, possivelmente chamando

sua atenção. A presença dos jovens à frente apresenta uma forma de inseri-los mais na religião católica, ensinando-os a devoção. As duas crianças que fazem o papel de coroinhas também estão inseridos nesse processo de aprendizagem, podendo ser ainda mais amplo em seu caso, pois alguns padres criavam algumas crianças como padrinhos ou mestres, preparando-os, em alguns casos, para a vida religiosa. Durante essas cerimônias, os sermões tinham importante valor educativo, pelo seu caráter pedagógico[vii].

A análise das imagens nos permite apontar práticas de caráter educativo não-escolar na América Portuguesa, e mais especificamente em Minas Gerais, onde as irmandades tiveram um caráter tão relevante e uma presença tão significativa que se estende até os dias de hoje. A pesquisa toma a iconografia como ponto de partida para o exercício da análise com conceitos ainda pouco utilizados na História da Educação, mais precisamente o de mediador cultural e o de práticas educativas. Compreendemos a produção das imagens pelos viajantes europeus como construções motivadas e condicionadas por suas próprias referências culturais e, portanto, apropriações de representações específicas da sociedade brasileira do final do século XVIII e início do século XIX. A constatação da circulação das práticas educativas de caráter moral e religioso por meio da análise da iconografia é apenas um passo, a ser ampliado pela análise da documentação das próprias irmandades leigas, na qual ficavam estabelecidas suas funções, sua organização e registradas suas atividades cotidianas. Outros documentos, como os relativos aos festejos e à produção artística e artesanal a elas relacionados também nos ajudarão a conhecer mais profundamente o universo dessas práticas que, como indicamos anteriormente, acabavam por cumprir importante função educativa numa época em que a presença da instituição escolar foi escassa e inconstante, e nem sempre ocupava lugar de destaque no conjunto dos valores culturais da sociedade mineira setecentista.

---

[i] Chartier, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
[ii] Burke, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
[iii] Jean-Baptiste Debret visitou o Brasil no período compreendido entre 1816 e 1831; Johannes Moritz Rugendas chegou ao Brasil em 1825, junto com a expedição Langsdorff.
[iv] Sobre Irmandades e as divisões étnico-sociais entre elas ver: SALLES (1963) e BOSCHI (1986).
[v] Para maiores informações ver: SALLES (1963).

[vi] Silva, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e Crianças educadas na Colônia. In: Stephanou, M & Bastos, M.H.C.(orgs.) *Histórias e memórias da Educação no Brasil. Vol 1 – séculos XVI-XVIII.* Petrópolis: Vozes, 2004. Ver também : Fernandes, Rogério. *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Lisboa: Porto, 1994 e Adão, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras – As escolas régias (1772-1794).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO CONSERVADORISMO NA FILOSOFIA TEOLÓGICA DO SÉCULO XIX

Patrícia Carla de Melo Martins[1] - PPG-PUC/SP

Buscando os princípios do comportamento religioso instaurado no Brasil por intermédio dos sistemas de ensino, a presente pesquisa adentra nas discussões políticas e cultuais da Província de São Paulo no século XIX,[2] tendo como enfoque central a participação dos clérigos vinculados ao saber erudito no apogeu e declínio do Império Monárquico brasileiro. O período em questão é visto pelos pesquisadores como o momento de implantação do ultramontano no Brasil. [3] Para Augustin Wernet [4] os anos de 1851 a 1906 caracterizam o início do ultramontanismo na Província de São Paulo, pelo fato de ter sido este o momento em que o clero iluminista fora substituído. "A fase de transição terminou com a gestão episcopal de 31 anos de D.Duarte Leopoldo e Silva, quando começou o período do "auge do catolicismo ultramontano" em São Paulo. Na obra reformadora de Dom Antônio Joaquim de Melo destacaram-se muitas iniciativas e realizações indicadores dos novos rumos que o catolicismo paulista tomou. Para formar um clero mais ilustrado e moralizado, fundou no ano de 1856 o Seminário Episcopal, o primeiro na Província que seguia as normas do Concílio Tridentino."[5] Esta pesquisa verifica a eficácia do Seminário Episcopal neste processo de consolidação do ultramontanismo.

A atuação dos Capuchinhos franceses entre 1856 e 1878, na administração e funcionamento do Seminário Episcopal de São Paulo, apresenta peculiaridades que irão repercutir nas características do regionalismo católico paulistano e, sobretudo, do catolicismo da cidade de São Paulo. A história dos freis como administradores e docentes do Seminário, conjuntamente com a nova administração assumida em 1878, elucida até que ponto a romanização ou o conceito ultramontanismo se aplica aos clérigos paulistas.[6]

Embora os freis tenham sido afastados em 1878, a nova administração assumida, continuou seguindo os preceitos por eles difundidos. O corpo docente e administração que assumira, compunham os primeiros alunos formados no recinto destacado pela sua conduta e testemunho exemplar do clero que se queria. Fato que perpassa inteiramente pelo modelo idealizado pelos capuchinhos e pelos interesses políticos da monarquia vigente.

A Província de São Paulo, mais propriamente a capital paulista, proporcionou uma conjuntura que se projeta no cenário intelectual da nação, durante a segunda metade do século XIX, relacionado à expansão material da indústria cafeeira. Conjuntura que se relaciona com as tensões internas do período no qual se insere o conceito ultramontanismo. Nota-se que a irradiação das idéias católicas conservadoras que defendiam a importância da relação do catolicismo com a Sé romana, foram difundidas na Província de São Paulo em meio aos intelectuais vinculados ao ensino. Destacaram-se como principais focos de irradiação de um pensamento filosófico, a Faculdade de Direito Largo São Francisco, que trazia o auxílio dos franciscanos e do Seminário Episcopal fundado por D. Antônio Joaquim de Melo, mantido, em princípio, pelos capuchinhos de Savóia.

A relevância política e cultural do Seminário Episcopal de São Paulo para a organização do clero da Província é um estudo que adentra na autoconsciência ou autocompreenção do clero. Entende-se por autocompreensão a capacidade de se auto-regular a partir do contexto político, econômico e cultural no qual se insere. Durante o Segundo Reinado inicia-se no Brasil a separação entre a Igreja e o Estado, separação que se concretiza com a proclamação da República, situação que levou os clérigos a saírem do cenário político levando-os para o cenário cultural, vinculado às instituições eruditas de a uma nova orientação cujo modelo estava na Europa. Esta transferência do clero, do político para o cultural ocorreu em parte por intermédio da difusão de novos

princípios teológicos redimensionados como uma forma de permanecer junto aos demais discursos engendrados pelos grupos dominantes.

Neste sentido, procura-se quebrar a rubrica de que a Igreja é um aparelho ideológico do Estado, idéia que descaracteriza o movimento católico como auto-relflexão, ou seja, quanto a sua capacidade de se adaptar a realidade onde se estabelece, o que é contrário à idéia de que o catolicismo não é uma reprodução mecânica e rotineira de si mesmo. O discurso teológico-político possui elementos que lhe fornece força e poder de instaurar práticas sociais novas, quase sempre contraditórias em relação à política do Estado e das elites dirigentes laicas. O estudo sob o aspecto teológico da religião – geralmente minimizado pela preocupação com o lado social do catolicismo – identifica seu poder de dominação sobre a sociedade, "...o discurso teológico é posto em segundo plano em face da análise política conjuntural, o que leva a uma identificação de personagens eclesiásticos dentro do jogo político sem tematizar, ao mesmo tempo, seus motivos e seus modos específico de exprimi-los... Não é possível esquecer que o discurso da Igreja é teológico político"[7]

Utilizando-se de uma reavaliação bibliográfica e, sobretudo, de uma documentação ainda não interpretada, concernente à burocracia e ao conteúdo filosófico-teológico produzido pelo clero envolvido com a estrutura educacional do Seminário, tem-se um lócus de produção de práticas e representações[8] que caracterizam a existência de um grupo sócio-cultural da sociedade brasileira orientado pelos princípios teológicos do catolicismo. Catolicismo que não se restringe ao grupo de intelectuais que os produzem, extrapola a si mesmo, atingindo outros grupos sócio-culturais uma vez que o padre é um intermediador entre a hierarquia, política e religiosa, e a população de fiéis. Os documentos pertinentes ao Seminário fazem parte da produção oficial do clero envolvido. Material não esgotado pela historiografia que aborda o pensamento católico do período em questão. É comum entre os pesquisadores, que abordam tanto o aspecto político,

como cultural, social ou intelectual do clero, generalizar ou minimizar a participação dos Seminários no âmbito de suas análises. Uma nova fase do catolicismo brasileiro se efetiva pela difusão de um novo discurso teológico que por sua vez intensifica as práticas religiosas, em parte, organizada pelas instituições totais[9] para a formação do clero.[10]

O Seminário Episcopal é entendido como primeira instituição de ensino superior para padres da Província de São Paulo. Faz parte da expansão institucional resultante da burocratização política da modernidade. "A expansão institucional, apoiada nas alianças com setores de peso das oligarquias e cuja principal frente era os investimentos na prestação de serviços educacionais, acabou frutificando também no que diz respeito ao crescimento e diversificação dos espaços destinados ao recrutamento e formação de quadros."[11] Tipo de aliança que acaba interferindo nas diretrizes da hierarquia romana sobre o treinamento do clero, nas formas de culto, calendário das festividades, estilo de comando das autoridades episcopais, etc. A segunda metade do século XIX instaurou um catolicismo erudito dependente de uma instituição de ensino superior que envolvia os cursos de filosofia e teologia, ou seja, a propagação de um novo discurso teológico.

Os manuais de teoria religiosa adotados apresentam os fundamentos para a compreensão da filosofia teológica assumida, quais sejam: Teologia Dogmática, o Catecismo e o livro de Devoção Religiosa. Textos que apresentam as linhas do ultramontanismo que se queria por intermédio do Seminário, todas elas, produzidas pelo clero francês. O livro de Teologia Dogmática intitulado *Théologie Dogmatique ou exposition des preuves et des dogmes de la religion catholique,*[12] composto em dois volumes pelo Abade Gousset fora produzido na primeira metade do século XIX e apresenta uma argumentação que se apropria dos métodos racionalistas produzidos na época, todavia, quanto aos aspectos temáticos é a fé o ponto central da obra. O Catecismo de Guillois[13]segue a mesma linha.

O livro de devoção, *Filotéia ou introdução a vida devota por S.Francisco de Sales*,[14] verifica-se grande envolvimento dos seus conteúdos junto aos alunos, posto que houve uma tentativa de se manter no Seminário a Congregação de São Francisco de Sales – tentativa documentada em atas de reuniões.[15] Obra importante no contexto de renovação das práticas clericais, produzida no século XVI, fora reeditada no século XIX, estando entre as obras indicadas como leitura obrigatória pelo Papa Pio IX.[16] Os congregados seriam apenas os alunos capazes de dar testemunho da vida devota proposta na obra, restringia a participação, somente aos mais disciplinados, apenas os que apresentavam boa índole e clara vocação.

Outra obra significativa à análise que se pretende é o *Compendio de Teologia Católico Racional* [17] escrito pelo vice-reitor e professor de Filosofia e Teologia do Seminário, Frei Firmino de Centelhas, publicado em 1864.[18] É apresentado entre o corpo docente do Seminário como senhor dotado de erudição extraordinária, conhecedor do latim, francês, inglês, italiano, espanhol e português, conhecedor sem par das ciências históricas e cronológicas.[19] Na categoria de ex-professor escreveu sua obra destinada aos jovens do santuário – nome dado ao colégio por Frei Firmino - dividida em três partes, contém cada qual uma lição subdividida em mais nove ou dez partes. A primeira lição, dedicada às Belas Artes; a segunda à Arte da Oratória; e, a terceira à Arte poética.

Apresenta uma estrutura que aponta para os princípios estéticos e epistemológicos do pensamento teológico defendido. Dentre os objetivos gerais da obra encontra-se toda uma crítica de insuficiência da filosofia moderna estabelecida sobre a razão puramente natural do homem. Ao renegar os elementos metafísicos da apreensão do conhecimento o homem estaria negando a revelação divina do Criador que desenvolveria os verdadeiros princípios de uma moral capaz de orientar a existência humana. Negar a revelação seria negar as grandes verdades universais acerca da existência de Deus, imortalidade da alma, assim como os deveres e limites da existência

individual e coletiva. Ao mesmo tempo procura elucidar o que há de verdadeiro e positivo e o que há de mais fraco e falso nas melhores obras filosóficas, ou seja, não nega a presença do divino na filosofia racionalista, mas alega sua insuficiência. Os católicos são colocados como portadores da verdade completa, os quais apresentam o meio infalível para fugir ao erro, são os conhecedores da revelação da palavra de Deus que demonstra a falibilidade da razão humana, atribui a razão o local onde se produz a indecisão e o erro. A verdade de Deus colocaria o homem em contato com leis positivas: moral fornecedora de uma noção concreta de bem e mal, solicitude, felicidade e sabedoria infinita. Princípios estes desenvolvidos conforme o método de apreensão da realidade propostos pelos intérpretes do catolicismo e reunidos no Compêndio. Método desenvolvido pelas ciências metafísica e moral, principal objeto da filosofia teológica-católica, tornando-se os guardiões e detentores das verdades fundamentais que tem guiado o homem desde o princípio de sua criação. [20]

Além destes conteúdos os alunos recebiam aulas de Filosofia, Direito Civil, Direito Canônico, História Sagrada, História Profana, Retórica, Geografia, Gramática Latina e Portuguesa, Música e Canto Gregoriano, Arte Sacra e Ciências – contavam também com um laboratório de Astronomia. Os alunos sob o regime de internato sofriam outras influências de aspecto coercitivo e disciplinar. A iconografia religiosa exaltada pela administração atuava na formação da personalidade do pároco.

---

[1] A pesquisa aqui apresentada é parte do doutorado que vem sendo desenvolvido junto ao programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da PUC de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Torres Londoño.

[2] CARVALHO, José Muirilo. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro Campus, 1980; HOLANADA, Sérgio Buarque (org.). *Brasil Monárquico*: declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand/Brasil, 1995; MOTA, Guilherme e NOVAIS, Fernando. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1986. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira.* Vol. II (1794-1855). São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

[3] FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). In: BEOZZO, José (coord) *História Geral da Igreja na América Latina*. Tomo II. História da Igreja no Brasil segunda época: a Igreja no Brasil do século XIX. Petrópolis: Vozes ed. Paulinas, 3 ed. WERNET, Augustin. *A Igreja pulista no século XIX. São Paulo: Ática, 1987*; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformistas na Igreja do Brasil Império.* São Paulo: Nova Série, 1977. MOURA, Odilão. *As idéias católicas no Brasil:* direções do pensamento católico no Brasil séc.

XIX. São Paulo: Convívio, 1878; VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975; AZEVEDO, Thales. *Igreja e Estado em tensão e crise.* São Paulo: Ática, 1978. TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil.* São Paulo: Grijalbo, 1968; MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988; e, outros.

[4] WERNET, Ausgustin. Os primórdios do ultramontanismo em São Paulo (1851-1906): Perspectivas de Pesquisa. *Sociedade Brasileira de Pesquisa História (SBPH).* Anais da IV, Reunião São Paulo,1985.

[5] Idem, p.2

[6] MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 27

[7] ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. p. 19

[8] CHARTIER, Roger. A *História entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. De acordo com o autor a História é marcada por períodos, nos quais se configuram distintos discursos e estratégias coercitivas que interagem com as formas de relacionamento dos diversos grupos de uma sociedade. Cada momento histórico e/ou organização cultural teria seu próprio conjunto de idéias geradoras de representações capazes de direcionar o comportamento, ou seja, práticas individuais e coletivas, guiada por um conjunto simbólico, que atua: nos valores, crenças, ritos, formas de sociabilidade, sistemas de parentesco, relações familiares e outros.

[9] GOFFMAN, Erving. *Manicômios prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1987. Para o autor as instituições totais se propagam na modernidade. Tratam-se de locais fechado e isolados – variam quanto ao isolamento - que envolve todas as atividades da vida dos seus participantes. "Seu "fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos" p.16

[10] Idem. É valide ressaltar aqui o quarto item das elucidações de Irving Goffman sobre as instituições totais: "Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas, internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões... Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros clautros."p.17

[11] MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 24.

[12] CARDEAL GOUSSET, Theologio dogmatique ou exposition des prevês et des dogmes de la religion catholique. Paris: Jacques Lecoffre et Cie, 1852

[13] ABADE GUILLOIS, Catecismo em 4 volumes

[14] *FILOTÉIA ou introdução a vida devota de S.Francisco de Sales Bispo e Príncipe de Genebra*. Traduzido por Frei João José P. De Castro. Petrópolis, R.J.: Vozes. Quinta edição, 1936. Arquivo particular do ex-bispo de São José do Rio Preto, SP, D.José Aquino.

[15] ATAS DA CONGREGÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE SALES (1887-1889). Arquivo Diocesano da Cúria Metropolitana de São Paulo (Arcebispado). Ref. (11-3-21)

[16] *FILOTÉIA ou introdução a vida devota de S.Francisco de Sales Bispo e Príncipe de Genebra*. Traduzido por Frei João José P. De Castro. Petrópolis, R.J.: Vozes. Quinta edição, 1936. Conforme nota introdutória da edição produzida em 1936.

[17] CENTELHAS, Frei Firmino. *Compêndio de Filosofia católico racional*. São Paulo: Tipografia Alemão de Henrique Schroeder. 1864. Encontrado no acervo de obras raras da biblioteca da PUC - SP.

[18] VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p.50. A obra é apresentada junto aos demais que se destacaram entre os intelectuais católicos da no século XIX

[19] POLIANTHÉA, Álbum Publicação comemorativa do 1º. quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo (1856-1906). p.8

[20] CENTELHAS, Frei Firmino. *Compêndio de Filosofia católico racional*. São Paulo: Tipografia Alemão de Henrique Schroeder. 1864. p. V a X

A POLÍTICA E O PODER NO IMPÉRIO: Minas e a Corte

Patrícia Falco Genovez[1] - UNIVALE

Encarar a política a partir de seus diferentes dramas, exige uma visão multifocal e multipolar da sociedade imperial.[2] Um debate que sabemos não ser novo na historiografia, principalmente aquela voltada para a história colonial.[3] Esta relação pode ser apreciada de diferentes ângulos: 1) à questão territorialista, evocando a transformação geográfica do espaço no qual a elite mineira se enraíza, indicando-se ainda alguns traços de sua relação com o centro do Império; 2) instrinsecamente relacionado ao item anterior, à formação de diferentes regiões na província mineira e de seu universo partidário; 3) às titulações que perpassam o mundo da política mineira os quais intensificam e dão contornos mais nítidos às suas redes de influência.

O enfoque sobre Minas Gerais ocorre em face de algumas singularidades: 1) um enorme contingentes populacionais do Brasil, com destaque para a população escrava de origem africana; 2) a instalação muito precoce, em seu território, de uma complexa rede de agentes administrativos associados à lucrativa atividade mineradora; 3) a organização de um grande número de instituições de caráter religioso na província; 4) sua importância em termos do abastecimento do centro sul do Brasil, na virada do século XVIII para o XIX; 5) o grande número de políticos que se denominavam liberais numa província que possuía a maior população escrava do Império. Esses são aspectos que lançam ao historiador o desafio constante de propor o caso mineiro, ora como exemplar do que ocorria em várias partes do Império, ora como singular, apontando especificidades da província.

Mas, dadas as pretensões limitadas do presente trabalho, se torna imperioso propor alguns recortes, mesmo que se reconheça a importância de vislumbrar a estrutura estatal herdada do Império português e sustentada nos paradigmas jurisdicionalista, poli-sinodal e burocrático.[4] Não temos a intenção de perder de vista a dinâmica entre esses paradigmas, o que não nos impede de fixar nossa proposta em apenas um aspecto: as redes clientelistas, que tanto informavam quanto eram informadas por tais paradigmas. A questão clientelista

será tratada na perspectiva de mostrar algumas das engrenagens de poder dentro da política mineira e no sentido de perceber as ligações familiares, de amizade e de compadrio que se estabeleceram tanto na Assembléia Provincial quanto na Assembléia Geral, assim como, apontando a importância dessas relações nas nomeações executadas na Corte, sejam elas referentes a cargos de grande relevância como o de Senador do Império, seja para os cargos do aparato judiciário.

Esse recorte nos permitirá uma análise da sociedade política mineira sob um novo ângulo, ainda pouco explorado, tomando por pressuposto as heranças advindas do Antigo Regime Português, o qual encontra-se baseado numa visão cosmogônica e orgânica da sociedade. Tal recorte nos leva a avançar, em certa medida, em relação à proposta de Richard Graham que vê no clientelismo o elemento que "constituía a trama da política, no Brasil do século XIX, e sustentava virtualmente todo o ato político".[5] Intrinsecamente relacionado ao poder político e às complexas imbricações relacionais que abrangem as noções de centro e periferia, nossa proposta é perceber o clientelismo – estabelecido entre o Estado e os diferentes grupos sociais – não como elemento constituidor da trama política, mas como mais uma estratégia de barganha, plenamente aceitável e, porque não dizer, esperada no comportamento político brasileiro, herdado de Portugal. São estas heranças portuguesas que darão o perfil dos valores da sociedade da época, quais sejam: honra e tradição, assim como a noção de indivíduo, sempre vinculado a um grupo ou função social. Esses elementos estarão, por sua vez, informando as relações e as trocas de favores, numa rede infindável de influências e amizades (redes clientelistas) que ganham dinâmica no que podemos chamar de *economia política de privilégios*, rompendo com a visão dicotômica entre centro e periferia e abrindo espaço para se pensar o conceito de economia do bem comum, qual seja, o contexto no qual as mercês e os cargos administrativos eram tratados como estratégias e/ou instrumentos de negociação, num mercado regulado pela cultura política e pela oferta e pela procura.[6] Não obstante, para realizar tal intento, é preciso ter em mente o aparato administrativo e jurídico instalado na província mineira, o controle social

empreendido, a formação das instâncias de poder e das famílias que dominavam tal cenário em Minas. Este último tópico constitui nosso principal exemplo explicativo.

Em primeiro lugar, realçamos a complexidade envolvida na discussão dos termos centro e periferia, ou seja, se deve levar em conta as questões: geográfica – abrangendo a demografia e o espaço –, político-administrativa, econômica-financeira, religiosa e artística.[7] É importante ressaltar que, a partir de tais perspectivas, é possível detectar não apenas uma única relação entre centro e periferia, mas várias relações. É a partir do jogo estabelecido entre esses dois flancos de poder (centro/província) que propomos uma reflexão sobre as redes infindáveis de influência que se estabelecem no âmbito político e fora do contexto estritamente institucional. Aqui, as famílias dão uma dinâmica própria às disputas de poder misturando sangue, honra, tradição e interesses econômicos e ligando-se ao centro, através das titulações.

A partir da questão geográfica percebemos a estrutura demográfica como um dos fatores condicionantes da distribuição do poder político, assim como em relação ao diálogo com espaço, observando-se que a densidade populacional também pode influenciar as estruturas de poder. Por outro lado, esta reorganização espacial, além de influenciar na repartição de terras, também possui uma simbologia social e passa a conformar "a mentalidade social e a participar, com outros aparelhos culturais, num trabalho de inculcação ideológica, nomeadamente, na difusão dos valores sociais e políticos dominantes e na constituição duma certa imagem da ordem social". [8] A questão da população e sua densidade se constituem em outros dois elementos importantes porque têm implicações diretas na desigualdade do número de representantes nas Câmaras Legislativas, desde o final do período colonial. [9] Como a organização ministerial deveria contemplar os membros das grandes bancadas, as listas dos potenciais ministros sempre apontavam na direção das províncias que já desfrutavam de grande influência política, proporcionando um rateio dos cargos ministeriais, visando atender as reivindicações regionais. [10]

Partindo-se dos condicionantes de distribuição do poder, centrados na densidade populacional, podemos propor uma visão diferenciada das áreas que compunham o território

mineiro. Deixando de lado as divisões geográficas mais recentes, buscaremos analisar o poder, em Minas, a partir das três primeiras vilas: Sabará, Ouro Preto e Mariana, núcleos iniciais do povoamento desta província. A partir destas três vilas podemos determinar o que estamos entendendo por centro e por periferia, assim como podemos nos valer das noções já desenvolvidas por A. J. R. Russell-Wood: núcleo ou centro (vila ou cidade com papel multifuncional) e periferia. A partir dessas noções, ressaltamos que as combinações entre centro e as diferentes categorias de periferia podiam sofrer alterações ao longo do tempo. [11]

Na década de 50, com o Segundo Reinado já consolidado, o Rio continuou, a exemplo do ocorrido no período colonial, como centro não só para Minas mas para todo o Império. Ouro Preto continuou também como centro político de Minas mas, a partir da década de 1850, começaram a surgir novas formas de contestação, principalmente, das áreas ao noroeste e ao sul da província, fomentando um desejo recorrente de divisão da província. [12] Sem pegar em armas e sem conspirações, essas diferentes partes da província mineira buscaram alternativas para modificar o relacionamento e a ocupação dos postos de poder. Numa visão mais ampla, em relação ao centro do Império e as demais províncias a divisão da província mineira poderia redefinir o jogo do poder já constituído nas Assembléia. Isto porque, juntamente com Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, esta província possuía um número de representantes na Assembléia equivalente ao de dezesseis províncias do Império juntas. As quatro províncias acima citadas tinham força suficiente para “ditar a lei a todo o Império”.

A questão separatista, exposta acima, deve ser levada em consideração mediante uma outra perspectiva, qual seja, as titulações concedidas aos clãs mineiros, uma vez que os clãs envolvidos nos movimentos separatistas possuíam várias titulações concedidas a seus membros. Vale relembrar, a título de exemplo, que o sul da província pertencia à área histórica que se configurou como núcleo da província, a saber, Ouro Preto. Essa área mais antiga da província constituiu-se na maior detentora de políticos e de titulares, ao longo do Império. [13] Assim, fazendo um balanço das demais áreas oriundas das primeiras vilas,

poderemos construir um panorama mais claro da política e da prática de titulações em Minas.

Na área desmembrada a partir de Mariana, o total de políticos com algum tipo de título nobiliárquico era de aproximadamente um quarto do número de títulos da área de Sabará. Esta última área, por sua vez, possuía dois terços do número de títulos concedidos à área de Ouro Preto. Contudo, vale ressalvar que aqueles políticos com titulações, cujas áreas de origem ainda não foram identificadas, somam cerca de um terço do total de políticos com algum título nobiliárquico. Em termos partidários, podemos observar o que poderíamos chamar de um empate técnico: 32% de políticos com tendência conservadora e 31% liberal, sendo que para os demais - aproximadamente 27% - não nos foi possível identificar a opção partidária. Trata-se de um número bastante expressivo que comentaremos quando da conclusão desse artigo. A área mais ao sul da província correspondente à área de desmembramento oriunda de Ouro Preto e que abrange, ainda, parte das regiões geográficas do Campo das Vertentes, Metalúrgica, apresenta características um pouco distintas do das regiões geográficas do Campo das Vertentes e Metalúrgica. Nestas duas regiões, podemos perceber um maior número de políticos com tendências liberais, o que destoa do equilíbrio entre conservadores e liberais da região Sul, equilíbrio, aliás, que aproxima a região Sul das características apresentadas pela Zona da Mata.

Numa rápida comparação podemos perceber que Minas fez mais Presidentes de Província oriundos da própria terra natal do que no caso da Bahia. Dos 47 presidentes que passaram pela província da Bahia, apenas 17 eram baianos. Esses números foram diferentes para Minas – de um total de 48 homens que presidiram a província, 28 deles eram mineiros. Ainda no que diz respeito à política provincial, outro dado relevante confirma a especificidade das redes clientelares mineiras com um reflexo direto na política efetuada pelas mesmas: Minas apresenta um total de 499 nomes circulando na política provincial, enquanto que a Bahia tem 509. Contudo, se a Bahia tinha 20% desses políticos com uma carreira superior a 6 anos, Minas, diferentemente, possuía uma concentração de poder bem

mais acentuada com apenas 13,6% dos políticos mineiros apresentando carreiras mais extensas.[14] Essa tendência se mantém a nível nacional, conforme apontam os dados referentes aos representantes da Assembléia Geral. Na Bahia, eram 280 cadeiras para 135 políticos. Minas possuía 1/5 de cadeiras a mais que a Bahia e, conseqüentemente, um número de políticos maior: 177, ou seja, 24% a mais que o número de políticos baianos. Minas apresenta, proporcionalmente, uma concentração maior de poder também na política nacional: 30,5% dos políticos mineiros tiveram mais de duas eleições, enquanto na Bahia, 27%. Contudo, a diferença maior reside na dependência dos laços familiares e relações pessoais nas localidades para alcançar a política nacional. Na Bahia, dos 135 políticos apenas 32 (23%) não tiveram mandatos provinciais. Em Minas, dos 177 políticos, 79 (44,6%) não tiveram mandatos provinciais.

Dessa maneira, os dados indicam que as redes clientelistas eram mais intensas em Minas Gerais que na Bahia, já que Minas fazia mais presidentes e tinha uma elite política provincial menor que a baiana. Em termos da política nacional, a elite que circulava na Assembléia Geral era proporcionalmente mais concentrada e ainda apresentava uma particularidade: grande parte dela dependia, exclusivamente, dos laços familiares e de amizade para se elegerem, tendo em vista que não havia passado pela política provincial. Além disso, os dados biográficos dos políticos mineiros não informam muito sobre carreiras burocráticas em massa. Muito pelo contrário: menos de um décimo deles foi nomeado pela Corte para ocupar cargos públicos, registrando-se tratar-se aqui, principalmente, dos quadros do aparato judiciário. Um outro ponto relevante, a partir dos dados expostos, é que esses laços familiares e de amizade se configuravam em redes intensas de sociabilidade. Em outras palavras, mesmo possuindo tendências políticas diferenciadas, as famílias mineiras tinham um alto grau de intersecção, com quase metade de seus membros interagindo na política, tanto no nível provincial quanto no nacional.

De um modo geral, as estratégias de articulação política consistiam em uniões matrimoniais mas também ocorriam através do apadrinhamento. Além disso, as relações de amizade eram consideradas importantes vínculos nessa sociedade, baseada na honra e na

tradição. Portanto, os inúmeros vínculos matrimoniais, de amizade e de compadrio emprestavam aos clãs envolvidos uma considerável consistência na atuação política, seja ela efetuada na Assembléia Provincial ou na Geral. Apenas para se ter uma idéia tivemos a oportunidade de identificar cerca 31 grupos familiares, com atuação política e com títulos honoríficos que mantêm ligações entre si, buscando aumentar ou sedimentar o próprio poderio político e honorífico.

A partir dos dados expostos, propomos o avanço em relação à proposta de clientelismo, sugerida por Richard Graham. Em outras palavras, acreditamos que, diferente do que, também, coloca Raymundo Faoro, os fazendeiros decorados com baronias, comendas e patentes, não podem ser avaliados como simples cortesãos dos ministros. Assim como, também, não aceitamos, literalmente, a proposta de Richard Graham que vê no clientelismo a força hierarquizante da sociedade imperial. [15] Esse suposto controle e treinamento da elite mineira passava, efetivamente, por outros canais, como a educação, a religião e, principalmente, as mercês – concernente a títulos nobiliárquicos e comendas. Abre-se, portanto, espaço para um outro mercado, diferente daquele voltado para os valores permeados por interesses econômicos e fincados, somente, nos cargos do Império. Falar de titulações, comendas e famílias evocam os valores mais subterrâneos da sociedade mineira do período imperial; evoca um outro mercado de oferta e de procura bastante singular, onde a honra e a tradição são elementos fundamentais e reforçam a sujeição e o sentido de pertença. [16] Por isso, pensar tal processo, dentro da elite política mineira, demanda uma outra lógica. Mesmo sem perder de vista que uma carreira política bem sucedida dependia, em grande medida, de um cálculo preciso de virtudes e situações – abrangendo o nascimento, a cultura e as redes de amizade – o sentido de pertença a um clã era bem forte entre os mineiros, conforme evidenciam o expressivo número de clãs com ligações familiares.

Concluindo, ao longo do artigo foram puxadas várias meadas que precisam ser investigadas com mais profundidade mas que, aqui, servem como pistas para pesquisas futuras. Vale reafirmar, contudo, que pensar a política sem pensar suas bases territoriais,

suas redes clientelares com suas respectivas inserções políticas e seu alto grau de notabilidade empobrece e distorce o olhar do pesquisador que pretenda ter uma noção mais dinâmica dos eixos de poder internos da Província de Minas Gerais e, desta, em relação ao centro do Império; e, se torna quase impossível compreender o tom alaranjado de sua política. Aliás, foi esse quadro, tão bem matizado com o alaranjado mineiro, que emperrou as tendências separatistas dos municípios do Noroeste e do Sul, impedindo que se concretizassem e podem, também, em grande medida, dar uma nova conotação aos dados, sem definição, referentes a opção partidária ao se vislumbrar os vínculos entre políticos e titulares em Minas, assim como, quando trabalhamos a distribuição de políticos por região e definição partidária. Há uma enorme possibilidade de que esses quase um terço de indefinição partidária não representem uma lacuna nos dados pesquisados mas uma tendência daqueles políticos que, insistente ou sabiamente, flutuavam entre a ordem pela liberdade e a liberdade pela ordem.

---

[1] Doutora em História Moderna e Contemporânea – UFF (Linha: Cultura e Sociedade). Coordenadora e Professora Titular do Curso de História da UNIVALE

[2] ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

[3] GOUVÊA, M. F. S. "Redes de Poderna América Portuguesa. O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822". In: **Revista Brasileira de História.** Vol. 18, n. 36, 1998.

[4] HESPANHA, A. M. **Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal século XVII.** Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

[5] GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Ed.da UFRJ, 1997. p. 15.

[6] FRAGOSO, J. L. (et all). "Bases da materialidade e da governamentabilidade no Império: uma leitura do Brasil Colonial. In: Penélope, Lisboa, 2000 e XAVIER, A. e HESPANHA, A. M. "As redes clientelares". In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal. O Antigo Regime.** Lisboa: Estampa, 1993, Vol. IV.

[7] Ver GINZBURG, C. **A micro história e outros ensaios.**Lisboa: Difel, 1989, HESPANHA, A. M. **Às Vésperas do Leviathan.** Op. Cit., RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centro e periferia no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808". In: **Revista Brasileira de História.** Vol. 18, n. 36, 1998 e GOUVÊA, M. F. S. Op. Cit..

[8] HESPANHA, A. M. Op. Cit., p. 87; ver também RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit.

[9] SOUZA, Augusto F. de. "Estudo sobre a divisão territorial do Brasil". **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Tomo XLIII, Vol. 61, Parte II. p. 52.

[10] SOUZA, Augusto F. de. Op. Cit., p. 106; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Imperio (1871-1889).** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 18 e 20; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Editora da URJ/Relumé Dumará, 1996. p. 120.

[11] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centro e periferia no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808". **Revista Brasileira de História.** Vol. 18, n. 56, p. 8).

[12] SOUZA, Augusto F. de. Op. Cit., p. 72.

[13] Ver GENOVEZ, Patrícia Falco. **O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado.** Juiz de Fora: ClioEdel, 2004. Cap. 3.

[14] Para os dados referentes à Bahia ver MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX: Uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 259 e 265. Para os dados referentes à Minas Gerais ver GENOVEZ, Patrícia Falco. Op. Cit., Parte II.

[15] FAORO, Raimundo. **A pirâmide e o Trapézio.** Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1988. p. 38. GRAHAM, R. Op. C.it., p. 99.

[16] FRAGOSO, J. L. (et all). Op. Cit.

A RESISTÊNCIA DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRJ AO PROJETO EDUCACIONAL DA DITADURA MILITAR (1964-1968)

Patricia Henriques Mafra – PPG-UFRJ

Apresentação da pesquisa

O Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi fundado em 1948, com a finalidade de complementar a formação dos professores secundários que cursavam a antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A nossa hipótese é que vários fatores específicos do CAp (inovações pedagógicas que pôde realizar por ser um colégio de aplicação, contexto histórico, ligação orgânica com universidade, construção da "identidade capiana" e origem social dos alunos) contribuíram para que este se constituísse em um *locus* privilegiado de discussões críticas acerca da sociedade travadas no seio do corpo docente e discente (e entre parte deles e a direção), possibilitando que os seus alunos exercessem uma atividade política contra-hegemônica ao governo instituído após o golpe de 1964.

Golpe de 1964 e disputa de hegemonia

Desde o pós-guerra e a queda de Getúlio Vargas em 1945, a fração da burguesia que tinha ligações econômicas com empresas transnacionais experimentaram uma relação mais próxima com o poder de Estado, ainda que de forma parcial e instável, encontrando nos governos de Dutra, Café Filho e principalmente no de Juscelino Kubitschek, por meio da "administração paralela", apoio para sua expansão na economia brasileira. Porém, para esse bloco multinacional e associado se fazia necessário um controle mais direto sobre o poder executivo. A oportunidade para tal empreendimento pareceu surgir com a figura de Jânio Quadros. Contudo, após sete meses de governo, sem apoio no Congresso, Jânio Quadros renunciou, frustrando as expectativas imperialistas.

A tentativa de impedir a posse de João Goulart, impetrada pelos ministros militares[1] tornou explícita a desconfiança de setores da classe dominante em relação a Goulart. René Dreifuss, em sua importante obra *1964: A conquista do Estado*, ressalta a importância desse episódio como uma lição para a intelectualidade orgânica do bloco modernizante e conservador:[2] a partir de então, tornar-se-ia necessária uma organização planejada, que deveria envolver o apoio de outros setores de classe dominantes e dos setores médios. Essa intelectualidade, incluindo grande parte dos militares da Escola Superior de Guerra, iniciou uma campanha visando desestabilizar o governo Goulart. Para tal, veiculou críticas ao governo na mídia, inclusive alertando para o perigo de ascensão política das massas (era comum acusar João Goulart de estar tentando implementar uma "república sindicalista" no Brasil), além de infiltrações em movimentos sociais e convencimento político entre os militares. Paralelamente, formulou e apresentou, entre os seus potenciais aliados, propostas consistentes e, na medida do possível, conciliatórias. Apenas depois de obter um sólido apoio, seria a hora de passar à conquista do poder de Estado propriamente dita.

O trabalho de Dreifuss é importante porque associa o sólido desenvolvimento da sociedade civil à conquista do poder em 1964, entendendo que o Brasil passava por um momento político em que não seria mais possível um golpe por simples decreto, sem respaldo social. Ele demonstra como o bloco modernizante e conservador buscou construir sua hegemonia antes mesmo da tomada do poder. Essa análise difere frontalmente das que consideram que no Brasil teria prevalecido (pelo menos até meados da década de 1970) o modelo "oriental" gramsciano. Virgínia Fontes afirma que essa visão é predominante na historiografia brasileira e destaca dois autores representativos: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, que confundem a "vontade nacional-popular" com a "sociedade civil"; opondo mecanicamente "sociedade civil" e "Estado" e desconsiderando a noção de "Estado ampliado", que compreende uma articulação entre o Estado propriamente dito e os organismos privados das classes que o compõem.[3]

A tomada do poder em 1964 representou uma mudança no bloco histórico no poder. O setor de classe que passou a dirigir o Estado era a burguesia ligada às empresas

multinacionais, que tinham a perspectiva de se expandir nos países do Terceiro Mundo, tendo à frente um governo militar. Após a conquista do Estado, concretizada pelo golpe de 1964, o aspecto coercitivo tornou-se prioritário, indubitavelmente, pois havia a necessidade de eliminar as posições contrárias ao regime capazes de minar sua influência política, mas o consenso continuou a ser buscado. No campo econômico, podemos apontar que uma parcela das camadas médias se beneficiou da ampla instalação de empresas multinacionais no Brasil, que, somado ao "milagre econômico" (mesmo considerando que em grande parte o "milagre" foi uma construção ideológica), operaram como fator de cooptação.

Levando em conta a intensa repressão sofrida pelos sindicatos urbanos e rurais e a violenta perseguição dedicada aos partidos políticos de esquerda, o movimento estudantil se constituiu o mais importante opositor ao regime militar e pautou sua ação política principalmente pelo projeto educacional colocado em pauta pelo governo militar.

Projeto educacional do regime militar

O objetivo de expansão capitalista associada ao bloco multinacional, principal motivação para o golpe de 1964, implicava em uma profunda reestruturação no sistema educacional brasileiro. Em nossa perspectiva, a preocupação com a educação por parte do novo bloco histórico no poder se concentrou em três pontos, que permeiam as propostas e os projetos efetivamente implementados após o golpe de 1964: a formação de mão-de-obra para o desenvolvimento capitalista no Brasil, a contenção da movimentação política dos estudantes e o conteúdo disciplinar. Em uma palavra, era a *hegemonia* dos setores dominantes, em suas diversas manifestações, que estava em questão.

A implementação eficaz do projeto econômico em curso demandava mudanças profundas no sistema educacional brasileiro, de forma que este se adequasse às necessidades do capital multinacional e associado, que mantinha aparato tecnológico muito avançado para os padrões industriais nacionais. Portanto, a ampliação da educação era, em si, uma reivindicação tanto das classes dominantes quanto dos setores populares e médios. Porém, devemos apontar que o *modo* como essa ampliação foi feita, acompanhada de uma série de outras medidas que objetivavam a otimização da produtividade (principalmente na

universidade), burlaram o que seria uma expansão simples. De fato, o governo militar ofereceu em troca da expansão das vagas a redução da duração de muitos cursos universitários; a profissionalização em níveis educacionais mais baixos, de forma a conter demanda pelo ensino superior; e qualidade decrescente do mesmo.

Antes, porém, de as reformas na educação serem implementadas (entre 1968 e 1971, principalmente), alguns projetos foram discutidos ao longo dos quatro primeiros anos do regime militar. A parceria entre o Ministério da Educação e a Agency for International Development elaborou projetos entre junho de 1964 e 1968 que ficaram conhecidos como "Acordos MEC-USAID". Após a grande crise na universidade, em 1968, o governo reuniu uma comissão sob a chefia de Meira Matos para analisar as causas dessa crise e propor soluções para ela. No final do mesmo ano, formou-se o Grupo de Trabalho para Reforma Universitária. Tomando essas propostas em conjunto, temos como principais características a procura pela otimização da relação entre investimento e produtividade e a adequação do sistema educacional às necessidades do mercado de trabalho.

Movimento estudantil

Durante o governo João Goulart, o movimento estudantil atuou politicamente no sentido de pressioná-lo a se aproximar das reivindicações populares e realizar as reformas de base. Como resultado dessa atuação, podemos citar a inclusão da reforma universitária como uma das reformas de base que deveriam merecer atenção das diretrizes governamentais, e a nomeação de Paulo de Tarso para ministro da Educação, tendo em conta que este era ligado à organização que dirigia o movimento estudantil, a Ação Popular. Entretanto, quando foram alteradas as conformações de classes no poder, após a vitória do movimento civil-militar de 1964, o movimento estudantil atuou como um organismo da sociedade civil contrário à hegemonia que o bloco multinacional e associado estava construindo.

Após o golpe de 31 de março de 1964, o movimento estudantil foi um dos primeiros alvos da força repressora. A sede da UNE foi queimada já no dia 1º de abril e logo nos primeiros meses tornou-se conhecido um projeto de lei prevendo a extinção das organizações estudantis oficiais.[4] Promulgada em novembro do mesmo ano, a Lei Suplicy,

além de as suprimir, criou outras organizações subordinadas às direções das instituições a que pertenciam, numa tentativa de controle da movimentação política dos estudantes.

Conforme se tomava conhecimento das propostas para reformas no sistema educacional (sobretudo o superior), o movimento estudantil as criticava severamente. Realmente, as medidas que seriam implementadas pela ditadura militar eram frontalmente opostas às reivindicações estudantis, com exceção do fim do sistema de cátedras. Dessa forma, as principais bandeiras que motivavam protestos e manifestações políticas estudantis de todo tipo estavam ligadas ao projeto educacional da ditadura militar e às violentas repressões sofridas pelos estudantes em suas contestações públicas. Levando em conta que, notadamente nos anos de 1966 e 1968, a classe média, mesmo de forma oscilante, apoiou as contestações estudantis, podemos calcular o perigo antevisto pelo governo, o que explica a violenta repressão que sofreram.

Atuação política dos "capianos"

Em relação aos estudantes do CAp, afirmamos que estes[5] se contrapuseram ativamente à hegemonia do bloco de poder pós-64. Nesta pequena comunicação não poderemos nos deter sobre os motivos que concorreram para isso, apenas expor alguns exemplos.

Até o estado atual da pesquisa, pudemos perceber que os alunos do CAp organizados politicamente participaram do movimento estudantil geral (de sua organização, de passeatas e greves), e, no Colégio de Aplicação, esforçaram-se para que outros alunos se inserissem nas ações e discussões políticas. Esse trabalho de convencimento dava-se principalmente por meio de atividades culturais internas, divulgação de jornal estudantil e inserção de colegas às atividades do movimento estudantil mais amplo. Nos deteremos aqui nas atividades internas dos "capianos".

Por meio de *A Forja,* o jornal oficial do grêmio, percebemos que os estudantes divulgavam suas idéias contrárias à ditadura militar por meio de três eixos: crítica à pedagogia tecnicista e voltada para formação do mercado de trabalho; eventos culturais que continham crítica política ou social e textos estritamente políticos.

A discussão sobre filosofia pedagógica é o tema central de diversos artigos. A uma concepção pedagógica antiquada e conservadora, que se volta para a realização individual, esses artigos opõem uma relação com o conhecimento que deve servir aos oprimidos em nossa sociedade, e propõem uma discussão sobre como a ciência deve contribuir para o desenvolvimento nacional.

Por ser assunto de grande aceitação entre os estudantes, os eventos culturais e os textos que tratavam de cultura foram bastante expressivos em *A Forja* no período que abordamos. A encenação da peça *O auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, sobre a qual um artigo de *A Forja* realça os questionamentos políticos que ela trouxe;[6] artigo sobre Bertolt Brecht enfatizando a relação entre arte e política[7] e a enquete sobre o "iê-iê-iê"[8] são alguns exemplos.

Não há constância de publicação de artigos que abordam mais explicitamente uma discussão política, possivelmente por conta de oscilações quanto à atividade censora da direção. Algumas vezes o humor foi a forma pelo qual os gremialistas expressaram suas idéias sobre a situação política do país, em outras o posicionamento político foi mais claro, como no artigo "Amadurecer para a liberdade":

> "Embora a democracia política seja muito pouco relativamente ao caminho que devemos percorrer para alcançar essa liberdade à qual nos referimos, não podemos nos permitir perder qualquer uma de suas conquistas fundamentais: o governo eleito pelo povo e responsável perante este (...)."[9]

Assim como o movimento estudantil se confrontava física e ideologicamente com o governo militar, os estudantes do CAp tinham a direção da escola como um dos obstáculos para suas atividades políticas. A falta de identidade de visões de mundo foi levada por esses dois grupos, em forma de ações políticas, para o interior do colégio. Por parte da direção, suas ações refletiram uma junção de concordância (ou submissão) ideológica com obrigações do ofício. Por parte dos alunos, era a sua forma de atuação para a transformação radical da sociedade, idéia formulada em outras instâncias dos movimentos contestatórios ao regime militar e que encontrou grande receptividade entre os "capianos",

que conectaram essa idéia à própria orientação pedagógica da escola. Após pelo menos três anos de confrontos políticos, a direção fechou o grêmio e proibiu qualquer atividade extra-escolar em 1967. Estudantes foram expulsos pela direção por suas "atividades subversivas"[10] e, em 1968 e 1969 outros saíram para enfrentar militarmente a ditadura.[11]

Após o fechamento de seu organismo de representação, os estudantes do CAp formaram o "grêmio livre". Embora ainda não tenhamos maiores informações sobre como eles atuaram após 1967, alguns exemplos foram encontrados. Um deles refere-se à proibição do evento de formatura na escola, teve de ser realizada no colégio São Vicente de Paulo, no bairro carioca do Cosme Velho. Os alunos não mantiveram a forma tradicional dos convites de formatura, e fizeram constar que o evento era dedicado ao Grêmio Odilo Costa Neto, com homenagens póstumas a Che Guevara e Guimarães Rosa; "desomenagens" para a diretora Irene Estevão de Oliveira, para as orientadoras educacionais, para a coordenação do CAp e ainda para o *Jornal do Brasil* e para a Polícia Militar.

Outra ocorrência deu-se em 1969. Em reunião de 2 de junho desse ano, a diretora Irene Estevão de Oliveira relatou o caso:

> "As sessões de cinema, programadas pelos alunos, geraram perturbação à ordem. Circularam volantes não autorizados com análise dos filmes, dentro de diretrizes que colocavam os jovens contra os adultos. Foi programada a apresentação do filme *A hora e a vez de Augusto Matraga*, baseado em conto de Guimarães Rosa. (...) No entanto, no dia estabelecido, não foi exibido o filme programado, porém outro filme: *A opinião pública.*"[12]

Essa atitude foi encarada pela direção como uma mostra de "deslealdade e irresponsabilidade" e ensejou novas diretrizes no sentido de limitar ainda mais as atividades dos estudantes.

Tentamos, nessa breve comunicação, mostrar que os estudantes do CAp organizados politicamente atuaram durante os quatro primeiros anos da ditadura militar contra a constituição da hegemonia do bloco modernizante e conservador. Para tal, esses

alunos precisaram se contrapor à violência estatal em suas manifestações externas ao CAp, e também na própria escola, cuja direção em linhas gerais reproduziam as diretrizes governamentais e obstaculizavam as ações políticas estudantis.

---

[1] Dreifuss aponta a congruência de valores entre militares de alta patente e a ideologia modernizante-conservadora. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. ação política, poder e golpe de classe.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 77-78).

[2] Esse termo utilizado por René Dreifuss designa o setor multinacional e associado aliado ao setor agro-exportador.

[3] FONTES, Virgínia. "Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil". *História, capitalismo e democracia: reflexões im-pertinentes.* Rio de Janeiro: Bom Texto, no prelo.

[4] Já tramitava no Congresso um projeto de lei, proposto pela União Democrática Nacional (UDN) que previa controle e fiscalização dos organismos estudantis. O governo militar foi além, e optou pela extinção dos órgãos existentes e criação de novos totalmente subordinados ao governo. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987, p. 84.

[5] Estamos tratando dos estudantes organizados politicamente. Para ter uma idéia desse contingente, podemos tomar como base a caracterização política que Alfredo Sirkis faz sobre os alunos do CAp em 1968: "Dos 350 alunos, uns 40 participavam, uns 100 eram eventualmente sensibilizáveis para atividades dentro do colégio, sempre que não radicalizássemos demais. O resto não queria saber de nada e, no 1º e 2º científico, havia uma patotinha de direita que, em alguns momentos, tentou se articular. (...) Esta correlação, comparada com a média dos educandários, era até muito boa." SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 53.

[6] "Alunos recebem bem a Compadecida". *A Forja,* 1964, [nº 1].

[7] "A atualidade de Brecht". *A Forja,* ano XII, agosto de 1966, nº 4. Assinado por Henri Acselrad e Wilton Fonseca.

[8] "Terceira enquete da Forja: o iê-iê-iê". *A Forja,* ano XII, agosto de 1966, nº 4. A maioria das opiniões dos alunos criticaram esse movimento musical por motivos políticos, como: "não representa revolta contra qualquer situação, pelo menos não uma revolta ativa, que quer modificar a sociedade"; "ao condenar a sociedade nos seus aspectos secundários eles constituem uma manifestação da chamada 'rebeldia abstrata', ou seja, não atingem em nada a estrutura social"; "a alienação cultural é seguramente difundida pela música desprovida de letra consciente e tema dotado de integração problemática"; "uma parte da juventude parece ficar de tal modo seduzida por seu ritmo que se esquece dos seus deveres para com a sociedade. Dessa parte da juventude não se pode dizer que VIVE – pois viver é participar da vida em todos os seus aspectos, bons e maus – mas sim que VEGETA".

[9] "Amadurecer para a liberdade". *A Forja,* ano XII, agosto de 1966, nº 4. Assinado por Carlos Bernardo Vainer.

[10] ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e guerreiros*: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 127.

[11] A partir de 1968, e principalmente depois do AI-5, diversos estudantes das principais capitais do país saíram de suas universidades/escolas e tornaram-se clandestinos, muitos deles participando da luta armada, que foi a principal forma de ação da esquerda até 1972, quando todos os grupos guerrilheiros foram completamente desmantelados.

[12] Este relato está registrado na ata da reunião do Conselho Técnico do CAp. Arquivado no Proedes sob o número CAp 054 DISC 045.

ELOS DE PERMANÊNCIA: O LAZER COMO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DOS LIBERTOS E DE SEUS DESCENDENTES

PATRÍCIA LAGE DE ALMEIDA

Pretende-se enfatizar, na apresentação destas notas de pesquisa, os momentos de lazer como sendo espaços de sociabilidades, capazes de se revelarem como produtores da inclusão dos negros libertos na sociedade juizforana do início do século XX. A argumentação terá a característica de preencher lacunas a respeito deste grupo, observando algumas de suas peculiaridades dentro de uma coletividade.

Este estudo, portanto, se inclui em uma linha de abordagem que ressalta a importância das vivências e experiências comuns de um grupo, capazes de delinearem sua trajetória em busca de uma coesão que os fortaleça e os identifique, em um contexto adverso. Assim o foco será dado aos libertos e/ou seus descendentes que se localizaram na zona urbana de Juiz de Fora e de como se organizaram neste novo momento. O comportamento destes indivíduos para viabilizar sua inserção na sociedade e, neste sentido, o lazer como espaço capaz de fortalecer as tradições formando elos de permanência e resistência cultural frente à exclusão e discriminação sofridas[1].

As relações sociais, no Brasil, no contexto proposto, eram baseadas em redes de poder político e econômico, nesse processo a abolição não representou uma ruptura e sim uma continuidade do subjugo social, da exclusão e da perversidade que existiam na sociedade, que durante anos iria rejeitar o elemento negro como parte integrante de sua formação social.

Com a expansão do processo capitalista, a evolução industrial transformou as relações de trabalho, sujeitas agora ao capital. Novos atores surgiram no cenário social do país submetidos às novas relações de trabalho. O acirramento das disputas pelo poder e as batalhas entre classes, dificultaram ainda mais a inserção do liberto no âmbito social. Totalmente despossuídos, sem encontrar uma maneira de interação com os novos grupos sociais, desclassificados e marginalizados ficaram a mercê da nova conjuntura.[2]

A visão do negro vadio, incapaz, veio da própria impossibilidade da sociedade da época em aceitá-lo e assim o ex-escravo se tornou um indivíduo visto como desordeiro e ameaçador.[3] Esse era o desafio que a sociedade branca, o Estado e a Igreja tinham de enfrentar, legitimar esses homens, deixar que trilhassem o caminho da construção de sua cidadania, aceitar seus credos, suas tradições e sua cultura tão adversa aos modelos tradicionais europeus copiados pelos brasileiros de então.

A questão de limitar o avanço dos negros em busca de uma vida melhor, está estreitamente ligada à nova política vigente que procurava, neste período, transformar o Brasil não só em suas bases agrárias, mas torná-lo um novo país nos moldes europeus, a onda do progresso derrubava casebres, cortiços, vendas e biroscas dando lugar às novas edificações, mais adequadas ao sistema capitalista que mudava as relações e ditava as regras sociais.[4]

Para tal a historiografia contemporânea lança algumas luzes para se trabalhar o universo mental dos indivíduos, bem como reconhecer aspectos particulares no âmbito geral, e será o referencial teórico-metodológica do presente projeto de pesquisa. Na obra de Carlo Ginzburg, historiador italiano, utilizado aqui como referência, pela contribuição do pesquisador a destacar em sua obra **– O Queijo e os Vermes (1987)** – a possibilidade de trazer a cena detalhes, fatos, fontes, sobre a vida de indivíduos marginalizados pela historiografia tradicional, e que, através da nova abordagem de Ginzburg tornaram-se possíveis novos padrões de construção da história. E por ser este um estudo que privilegia indivíduos comuns e suas práticas, Edward Thompson será utilizado nesta pesquisa, por sua obra expressar uma preocupação

> **"...no estudo das resistências das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes ou imediatistas, eram no fundo relevadores de uma identidade social em construção..."[5]**

Retomando o objetivo deste estudo e destacando algumas especificidades de Juiz de Fora, se faz necessárias algumas considerações que permitirá visualizar como

estava a cultura na cidade. Aqui, no século XX, já existiam telégrafos, imprensa, Fórum, escola e banco. Com todo esse desenvolvimento, encontravam-se, na cidade, além de fazendeiros de café, profissionais de outros setores como médicos, advogados, professores, políticos etc..[6]

O cotidiano juizforano era rico em atividades culturais, em festas e o lazer dividia a sociedade, para um público mais elitizado, existiam espetáculos refinados, enquanto outros, tinham o caráter mais popular. Alguns desses eventos eram organizados pela própria população, outros vinham de fora. As primeiras chamadas sobre divertimentos nos jornais de Juiz de Fora, falam de festas bem familiares, como consertos musicais, saraus, bailes de aniversário e jogos participativos. [7]

Pretende-se observar, através do estudo das fontes, e, utilizando como referencial teórico os autores citados, como os negros atingiram um grau maior de sociabilidade com a sociedade branca de então, utilizando os momentos de lazer. Portanto a proposta inicial é entrelaçar os documentos com as entrevistas realizadas com alguns descendentes diretos de escravos, filhos e netos. As entrevistas serão o ponto de partida, pois fornecem alguns relatos de experiências comuns vivenciadas pelos libertos e seus descendentes.

Observa-se que os momentos de lazer proporcionavam não somente fortes vínculos entre os negros, como também criavam as condições necessárias para a convivência destes indivíduos com a comunidade branca comparados a outros momentos, portanto o lazer era fator de integração social. A sobrevivência das tradições e dos ritos solidificavam as relações entre os negros que, neste contexto, enfrentavam uma sociedade conservadora, católica, hierarquizada e que os excluía.

Em todas as entrevistas realizadas até o momento, as questões referentes à inclusão social são comuns. O desejo da aceitação em comunidade, a liberdade de expressão sem repressão ou confronto, são buscados pelos negros em todos os momentos.

O Sr. Francino Miguel relata, em sua entrevista gravada e arquivada no Setor de Memória da Funalfa, sua frustração por não saber ler e, ao mesmo tempo, sua alegria por ter sido a primeira criança a ser batizada no capela da Fazenda da Floresta em Juiz de Fora. Esse relato retrata a necessidade de ascensão social, de aceitação por parte da sociedade branca.

Em um outro momento, o Sr. Francino fala sobre o tratamento que os administradores davam aos negros, chamando-os de: orelhudos, macacada, crioulinho, bicho da orelha redonda. Segundo ele, "**A raça negra era pisada**." No entanto, nos momentos das festas, cantorias, pagodes eram os mais esperados, nesses momentos a liberdade estava garantida.

Outra fonte a ser destacada aqui e que demonstra o encontro entre os negros e brancos em festejos populares, está no "Inventário Sumário do Fundo da Câmara Municipal no Período Imperial", do Arquivo Histórico da Prefeitura, série 108, item V – Licença para soltar fogos, no qual em 11 de maio de 1915, encontra-se um requerimento de José Barcellos para soltar fogos em comemoração de 13 de maio, por se tratar desta, uma festa nacional. A convivência era possível, mas não era fraterna, o conflito permeava estas relações.

Retomando neste ponto, o conceito da circularidade de Carlo Ginzburg, a relação entre as culturas é explicitada na entrevista do Sr. João Batista Assis, quando relembra que, para freqüentar a Boate Elite, ele deveria estar muito bem arrumado, inclusive usando gravata, se não tivessem este acessório, o dono do estabelecimento o emprestava: **"Ele tinha uma coleção delas, ia no segundo andar e buscava uma para qualquer um que precisasse."**

O "Elite", mesmo sendo uma boate só de negros, exigia um padrão no trajar que não fazia parte da cultura dos negros, mas dos brancos. De qualquer forma, o terno e a gravata simbolizavam uma aproximação destes excluídos à boa sociedade juizforana da época, na qual segundo a coluna **"Onde Se Diverte"** do Jornal do Comércio deste período, aconteciam grandes bailes, excelentes peças de teatro, entre outros eventos sociais. A

circularidade não só estava demonstrada no traje obrigatório, de certa forma o vestir-se desta maneira já representava que o lugar, mesmo sendo freqüentado por negros, era um lugar de respeito. Negro vestido de terno era mais respeitado.

Buscando reconstruir nas cidades suas vidas no pós-abolição, alguns libertos e seus descendentes tentavam ressignificar suas vidas na liberdade[8]. As famílias que chegavam à cidade, geralmente vinham por causa de familiares que lhes davam apoio. Isto se confirma na entrevista do Sr. João Batista de Assis, gravada e arquivada na Funalfa.

O Sr. João relata que veio de Lima Duarte para trabalhar no Curtume Krambeck, através de seu irmão, em 1924, e que morou na Mata do Krambeck onde existia uma vila na qual alguns trabalhadores podiam morar. A família vinha aos poucos, todos na mesma situação. O cotidiano era de muito trabalho no Curtume, mas aos domingos, segundo o Sr. João Batista, tinha festa: casamentos, batizados, noivados e se matava um porco. A cantoria seguia noite a dentro.

Na entrevista do Sr. Francino Miguel, que permaneceu durante certo tempo na fazenda do Retiro, as vindas à cidade representavam uma felicidade incomum: **"Tomava-se cachaça mesmo"**, e ainda relata que as prisões por bebedeira e vadiagem eram comuns. Vários rapazes como ele, "da roça", vinham até o centro no Cabaré da Maria Birimbó e do João Bruziguinha, de sábado para domingo, o sanfoneiro, um crioulo chamado Jovelino, tocava uma sanfona de 24 baixos. Diversão garantida.

O lazer no cotidiano dos libertos e de seus descendentes, representava mais que uma fuga à dura realidade. Nestes momentos se fortificavam os laços de amizade, se ampliavam os espaços de convivência. O "fazer parte" era o que importava. A tradição do batuque, da cachaça, da roda de samba, das cantorias, perpetuava a memória de resistência impressa desde o cativeiro.

Dona Maria Caetana dos Santos, 111 anos, nascida em Santana do Garambel, na roça, relata em sua entrevista que, além de namorar escondido por um buraco na parede de sua casa, as procissões eram seus momentos preferidos. Ela seguia de

carroça até a matriz. Em seus relatos, Dona Caetana relembra os maus tratos sofridos na fazenda onde morava com a família, onde trabalhava o dia inteiro no cabo da enxada.

Já o Sr. João Batista conta que era muito difícil encontrar negros trabalhando no comércio, **"os que chegavam, dependendo da esperteza, iam arrumando colocação como carregador ou atendente".** Neste ponto da entrevista e ao fazer outras, é fácil perceber que, no espaço do trabalho, todos os negros eram utilizados nos serviços mais pesados, diferente do espaço de lazer onde todos podiam se aproximar[9].

O cotidiano era marcado pela dureza do trabalho que, mesmo após a abolição, não mudava muito. Os momentos de lazer eram, portanto, momentos de unidade, de estabelecimento de elos de solidariedade que representavam a permanência das tradições como um amálgama a solidificar a identidade deste grupo. O dia-a-dia era de pobreza e restrições, neste sentido os laços de apoio mútuo eram vínculos afetivos fortalecidos no trabalho, na vizinhança, no apadrinhamento.[10]

A rotina familiar, caracterizada pela precariedade, só se modificava nos momentos de lazer quando estes homens se aproximavam para conversar, bebericar, contar histórias, dividir angústias. Estes momentos os encorajavam para as duras jornadas no trabalho pesado.

Nos bairros, as famílias iam chegando na cidade à procura de trabalho, o que aumentava a periferia. O Botanágua (margem do Rio Paraibuna) era o bairro mais violento da cidade, lá muitos libertos encontraram moradia no pós-abolição. A amizade entre os vizinhos era fator de segurança, compartilhavam-se as aflições. Ao menor sinal de desordem, a polícia chegava e levava preso o suspeito, geralmente o preto e pobre.

Em alguns processos, encontramos as características dos desordeiros, como em um caso ocorrido em Vargem Grande, em 1890, na Fazenda Serra do Paraíso, o negro Victoriano, liberto, mata com um tiro sua mulher. Em outro processo, ainda do Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, série X – Crimes contra a segurança da pessoa e da Vida, no Beco das Lavadas, no Botanágua, três indivíduos são presos por cantorias, mulatos, ainda atacaram os policiais.

As peças vão se encaixando na tentativa de reconstrução deste universo. Muitas são as dificuldades encontradas nos arquivos. Em muitos processos, não é especificada a cor do indivíduo, os indícios na interpretação do processo são desvendados nos depoimentos orais. Ao encontrar o termo "capoeira", preso por briga, bebedeira ou outro delito, só a dedução, como exercício de análise, pode ser considerada como via na reconstrução das experiências cotidianas dos escravos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora.

Ao ressaltar as festas, os batuques, mandingas, capoeira, samba e pagodes como resistência à cultura branca, nos quais as diferenças eram afirmadas ao passo que estes espaços representavam a manutenção das memórias coletivas dos negros, não se afasta a idéia de que, nestes momentos de lazer, a convivência entre negros e brancos se tornava possível. Neste sentido, a "praça pública"[11] era o centro por excelência de todas as formas de expressão da cultura popular e o carnaval era uma festa de todos e, de certa forma, durante este período, todos os indivíduos podiam se expressar livremente[1].

Na maioria dos relatos e fontes (aos quais aqui se remete), é possível verificar que, em algumas comemorações e festas, mesmo as mais populares, apenas a maioria das pessoas brancas freqüentavam, enquanto outras, como a "Roda da Tumba", que era realizada em um salão, no Lamaçal, hoje bairro Bom Pastor, apenas negros participavam. Esta dança dos primitivos, "Amassa Barro"[12], era uma mistura de jogo, capoeira e batuque. Talvez a maioria de negros se explique por ser o Lamaçal um bairro onde só existiam casebres de sapé e ainda, segundo o Sr. João Batista, muita briga por causa das negras bonitas e da bebedeira.

Fosse qual fosse o festejo, o universo da rua era o mais importante, a informalidade deste espaço combinava com a diversão. Na rua – praças, botecos, armazéns, biroscas – todos se encontravam e compartilhavam esses lugares. Estes eram locais públicos onde amigos, vizinhos ou parentes podiam se encontrar livremente.[13]

[1] MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**: Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista - Brasil Séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 16.
[2] CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim – O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Bélle Époque.** São Paulo: Brasiliense, 1984, p.27.
[3] SODRË, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império.** 2º ed, Rio de Janeiro:Graphia, 1998, p.54.
[4] LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Santos - Transformações Urbanas e Mercado de Trabalho Livre: 1870-1914** in **História Econômica da Primeira República**, ABPHE, Organizadores Sérgio S. Silva, Tomás Szmrecsáneji. São Paulo: Huatec-Fapesp, 1996, p. 299.
[5] CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) ***Domínios da História****: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 156/157.
[6] OLIVEIRA, op.cit., p.90.
[7] Para perceber a dinâmica cultural da sociedade local neste período, bem como verificar a diversidade dos acontecimentos festivos que ocorriam na cidade, pesquisamos no Jornal do Comércio, do período em questão, na coluna "Onde se Diverte "no setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes no Centro Cultural Bernardo Mascarenhas.
[8] Leia-se: MATTOS, Hebe Maria: "***Das Cores do Silêncio***" . CHALHOUB, Sidney: "***Trabalho, lar e botequim***". GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves: "***Cotidianos da Escravidão em Juiz de Fora***"; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de: "***Solidariedades e Conflitos***".
[9] BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo: HUICTEC/UNB, 1987, p.3.
[10] Opus cit. p. 11
[11] Opus cit. p. 3.
[12] Idem, p. 6.
[13] Segundo o Sr. João Batista de Assis, em sua entrevista gravada em mini-disc, na Funalfa, esta expressão se refere a um grupo de homens primitivos.

A CONSTRUÇÃO DOS CORPOS LESBIANOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL ENTRE OS ANOS 70 E A ATUALIDADE

Patrícia Lessa – PPG-UNB/UEM

Os movimentos lesbianos tomam corpo entre os movimentos de mulheres e os movimentos gays. Nos movimentos feministas não é sem tensões que a temática lesbiana é colocada em pauta, o que as une a dimensão política na análise da instituição patriarcal (RICH, 1981; CHAMBERLAND, 1996), já com o movimento gay a aproximação se faz através da proximidade da constituição do estigma. Entre um e o outro movimento encontramos os registros de uma interdição.

A marca da lesbiandade é a do silêncio, ela é ocultada ou restam poucos traços para encontrarmos um fio condutor que nos aproxime de sua presença no tempo e nas diferentes sociedades. O que tem sido escrito sobre as lesbianas? Onde suas falas aparecem? Nos estudos feministas? Na história das mulheres? Quem são as Lésbicas? Já desde os anos 70, autoras como Moque Wittig e Adrienne Rich falavam das lésbicas como uma identidade política, como uma estratégia para quebrar o binarismo do social, pois existe uma impossibilidade material dessa polaridade se pensar que é uma relação onde o "homem", pólo superior da relação heterossexista, não está presente. É justamente a ausência do masculino na relação entre mulheres a causa de sua recusa ou mesmo deturpação ao longo da história. São as reviravoltas da historiografia que possibilitaram uma abertura aos estudos das mulheres, dos gays e das lesbianas, prioritariamente na compreensão da história como prática discursiva que as estudiosas e estudiosos irão ancorar seus debates.

Para O' Brien (2001), na década de 70 inicia-se um processo de reconhecimento da obra foucaultiana. Esse autor formula seu próprio objeto como sendo o de "criar uma história dos diferentes modos pelos quais em nossa cultura, os seres humanos são transformados em sujeitos" (O' BRIEN, 2001, p. 45). Estuda a cultura através das tecnologias de poder e na história da civilização ocidental de Foucault encontra-se o princípio organizador do poder, que é, diferindo da perspectiva

marxista, uma estratégia atribuível a funções (disposições, manobras táticas e técnicas), existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social. E, nesta sua formulação o discurso ocupa lugar privilegiado em seus estudos.

A reviravolta no campo histórico, que ao abordar a temática dos excluídos e com o desenvolvimento da história cultural, preocupada com as identidades coletivas, criou as condições e contribuiu para o desenvolvimento da história das mulheres. Não uma história da mulher, no sentido universalizante, que impede de ver a diversidade (sexual, étnica, racial, religiosa, etc), mas uma história no plural atenta as diferenças e marcada pelos conflitos e debates feministas. A história está então, mais próxima de "uma prática discursiva que possibilita as mentalidades do presente irem ao passado para sondá-lo e reorganizá-lo de maneira adequada as suas necessidades" (JENKINS, 2001, p. 104). É justamente na sua compreensão de prática discursiva que as teóricas feministas irão ancorar seus debates em torno de uma história no feminino no final dos anos 80 e início dos anos 90.

A década de 80 é marcada por várias discussões em torno das relações entre os sexos. Perrot (RAGO, 2000) perguntava-se sobre a possibilidade de fazer uma história das mulheres, problematiza o perigo da constituição de um novo sujeito universal, a mulher no singular, como uma generalização e absolutização das mesmas. Assim, interrogava-se sobre uma maneira própria das mulheres de "fazer, escrever a história" no feminino e respondia que sim, porque existem interrogações próprias das mulheres e não, se considerarmos que o método, a busca de fontes ainda não rompia com um modelo tradicional.

Para Scott (1994), o projeto da história das mulheres aponta uma ambigüidade, pois, de um lado, ele é considerado um suplemento da história estabelecida (a história humana entendida como a história dos homens, feita pelos homens) e, por outro lado, é um deslocamento radical dessa história, enquanto aponta suas arestas e sua incompletude.

As discussões de gênero foram incorporadas ao debate feminista entre o final dos anos 60 e inicio dos anos 70. Para Nicholson (2000) o conceito de gênero foi introduzido para suplementar o de sexo, pois ao fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito 'sexo' colaborou com a idéia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança. Já para Scott (1994) gênero apresenta-se como uma categoria analítica, como organização social da diferença sexual. Não refletindo as diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas um conhecimento que estabelece significação para as diferenças corpóreas. Também rejeita o caráter fixo e permanente da oposição binária, enfatizando a importância de uma desconstrução nos termos de Derrida. Enfim, o termo surge com significados variados e é usado, basicamente, de duas formas: como objeto de estudo ou como estrutura analítica.

Seu surgimento no cenário dos Estudos Feministas deve-se em grande parte as críticas feitas aos Estudos das Mulheres, por sua constituição de um sujeito universal e conseqüente caráter identitário: a mulher, como essência. Porém, os Estudos de Gênero nunca poderão substituir ou mesmo pretender se sobrepor as Teorias Feministas por sua incapacidade em compreender os sujeitos concretos e porque tiram o caráter hierárquico da construção das subjetividades, como se todos fossem construídos de forma igual, estuda em termos relacionais, com a pretensão de trabalhar com simetrias humanas, o que vem a desfocar a agenda feminista. Sua ampla aceitação nos termos do feminismo deve-se em grande parte ao pejorativo e ao medo que a palavra feminismo desperta como diz Navarro-Swain (2001a, p.12): "decreta-se assim, no senso comum e na análise teórica, o fim do feminismo: afinal, os gêneros não são igualmente construídos socialmente? Entretanto, colocando-se no mesmo assujeitamento ao social a constituição do feminino e do masculino, esquece-se facilmente o caráter hierárquico da generização do humano". Enquanto, os Estudos de Gênero nivelam a construção dos corpos no social, os Estudos da Mulher foram amplamente criticados pela constituição de um sujeito universal, que em certa medida,

camufla as diferenças de classe, raça, etnia e sexualidade entre as mulheres. "A Mulher", no singular, é uma ficção, um mito criado para melhor disciplinar, melhor domesticar, como diz Haraway (1994, p. 250-251):

> Não há absolutamente nada a respeito de ser 'mulher' que aglutine naturalmente todas as mulheres. Não há nem mesmo este estado de 'ser' mulher que é em si uma categoria altamente complexa construída nos discursos científicos sexuais e em outras práticas sociais. A consciência de gênero, raça e classe é uma conquista que nos foi imposta por meio da terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo. E quem é este 'nós' na minha própria retórica? Que identidades estão a nossa disposição para fundamentar um mito politicamente tão potente chamado 'nós'? E, finalmente, o que poderia motivar a inclusão nesta coletividade? Uma fragmentação dolorosa entre as feministas (para não dizer entre as mulheres) ao longo de cada possível linha em branco tornou o conceito de MULHER indefinível, uma desculpa para a matriz das dominações femininas sobre as outras mulheres (...). Mas, por outro lado, tem havido um reconhecimento crescente de uma outra resposta através da coalizão – afinidade, não identidade.

Na política de coalizão a matriz gira em torno do não-lugar, onde o centro é deslocado do universo, privilegiando um sujeito em constante transformação sem fixar sua identidade e por isso, sua mobilidade social. As negras, as latinas, as lesbianas, as operárias são algumas das personagens do feminismo que materializam a impossibilidade de um sujeito universal. Butler (1990) aponta a oposição das mulheres ao feminismo como sugestão dos limites da política de identidade, diz ela: "se alguém é uma mulher, esse alguém não é só isso" (BUTLER, 1990, p.20). A política de identidade só pode ser questionada tendo como fundamento uma teoria que combate à divisão binária do social, bem como a construção dos corpos sexuados e a fixidez e permanência dessas representações. Herdeiras do pensamento foucaultiano, muitas feministas irão mostrar que os corpos divididos em dois sexos opostos e hierarquicamente diferenciados no social são parte de uma construção histórica. Lauretis (1994) utiliza o termo 'sujeito do feminismo' para expressar uma concepção que não é a 'Mulher', como representação inerente a todas nem mesmo as mulheres, seres reais e historicamente situados, diz ela: "meu próprio argumento em '*Alice doesn't*' procurava mostrar exatamente isso: a discrepância, a tensão e o constante

deslize entre, a Mulher como representação, como objeto e a própria condição da representação e, de outro lado, as mulheres como seres históricos (...) as mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero" (1994, p.217). O binarismo indica que a identidade feminina depende sempre de seu oposto, criando uma representação baseada na dependência. Como diz Grosz (2000, p.49):

> o mais relevante aqui é a correlação e associação da oposição mente/corpo com a oposição entre macho e fêmea, na qual homem e mente, mulher e corpo, alinham-se nas representações. Tal correlação não é contingente ou acidental, é central ao modo pelo qual a filosofia se desenvolveu historicamente e ao modo como ela se vê ainda hoje. (...) A filosofia, como disciplina, exclui subrepticialmente a feminilidade, e como conseqüência, a mulher, de suas práticas, através de sua decodificação usualmente implícita da feminilidade como desrazão associada ao corpo.

O local de fala de autoras como De Lauretis (1994) e Haraway (1994) lhes possibilita questionar os pressupostos das Teorias Feministas para colocá-los em movimento, elaborando novos conceitos, revisando seus fundamentos e apontando para novas perspectivas políticas, visibilizando a ação das feministas. Os corpos marcados pelo sexo e pela sexualidade mostram a historicidade incontornável do humano. Teóricas como De Lauretis, Butler e Navarro-Swain questionam a divisão binária da sociedade. A importância dada ao sexo, ao aparelho genital, na positividade e na divisão social é uma criação histórica e social, que modela os corpos em dois gêneros hierarquicamente distintos, o que nos leva a interrogar: as mulheres sempre foram vistas como frágeis? Os feminismos surgem justamente para sacudir as evidências dessas representações, questionarem a divisão sexual da sociedade, oporem-se à hierarquização dos gêneros, por isso, suas teorias não podem ser dissociadas de suas ação política, pois, ambas atravessam diferentes áreas do conhecimento.

Os medos que o feminismo desperta levam o senso comum a distorções de suas teorias, bem como, a crença em um objetivo único: a destruição dos homens e a representação social "da mulher" que quer tomar o local dos mesmos, da mulher que quer ser homem e, que "inveja do pênis". Navarro-Swain (1999), ao discutir o

pensamento de Beauvoir mostra o quanto suas idéias estavam ancoradas nos quadros binários de divisão sexual hierarquizada. No capítulo referente ao lesbianismo, Beauvoir confronta essa personagem social à verdadeira mulher. A verdadeira mulher, diferente da lésbica e da prostituta, possui os atributos, socialmente construídos, referentes ao modelo de feminino. Enquanto a lésbica é relegada à aberração a prostituta é mantida na ordem do discurso, suas existências, ainda assim, são vinculadas ao masculino e a referencia é o homem, pois a primeira é representada como uma imitação do homem e, a segunda, vive em função do mesmo, 'trabalha' para o prazer do mesmo.

Assim como De Lauretis (1994), outras estudiosas irão discutir o ideário das essências nas "grandes narrativas históricas e filosóficas". Estudos já tematizados, com ressalvas, pela citada obra de Beauvoir. Ao dizer que ninguém nasce mulher, mas torna-se, Beauvoir questiona o ideário da essência feminina, tão caro aos tratados científicos e filosóficos. Porém, sua posição quanto à homossexualidade feminina possui aspectos contraditórios que, nos dizeres de Navarro-Swain (1999), a respeito do capítulo dedicado ao lesbianismo: "o traço mais marcante desse texto poderia ser a referência maior e constante ao homem, às relações heterossexuais e sua 'normalidade' em suas reflexões sobre o lesbianismo" (1999, p. 114). O feminismo em Simone de Beauvoir estava, portanto, carregado de discursos calcados na normalidade e no moralismo heterossexista. Butler aborda essa questão na obra de Beauvoir e de Wittig (Benhabib & Cornell, 1987, p. 139-154).

Os Feminismos tanto em suas ações como nas suas teorias vieram sacudir as evidências dos modelos totalitários de seres humanos e por isso questionam e apontam os perigos de um modelo, mesmo as homossexualidades correm o risco de padronizarem comportamentos através da apologia do verdadeiro gay, da verdadeira lésbica, do verdadeiro travesti, do verdadeiro transexual. Se as, lesbianas, pensarem o que as une nesta categoria, será que chegarão a um lugar comum? São muitas. Brancas, negras, amarelas, jovens, idosas, trabalhadoras, desempregadas,

apaixonadas, tantas quantas são as possibilidades de se ser. O que as une então? Podemos dizer que é da ordem do político, pois a invisibilidade causa profundos danos aos personagens sociais. Danos e problemas de toda ordem: jurídicos, de atendimento médico, de auto-estima, de exclusão e abandono.

As políticas afirmativas para as lésbicas estão aí, é necessário o enfrentamento ao puritanismo da moral que insiste em negar o que já existe. As lésbicas existem, esse é o ponto de partida que deve sempre ser lembrado, pois não basta existir, mas criar as condições para sua inserção social. Um bom caminho? Que suas vozes possam ecoar em diferentes campos do saber e ao sabor da irreverência mostrar sua pluralidade no social bem como suas lutas nos campos do desejo e da política.

Monique Wittig (1980, p.52-53), em seu texto dedicado às lésbicas norte-americanas, lido em 1978 em New York na Convenção da Associação de Linguagem Moderna, diz:

> (...) Esta dimensão da história pertence-nos, já que de algum modo fomos designadas e uma vez que, como disse Levi-Strauss, falamos, vamos dizer que quebramos o contrato heterossexual.
> Portanto, isto é o que dizem as lésbicas neste país e nalguns outros, se não com teorias então pelo menos através da sua prática social, cujas repercussões na cultura e sociedade hetero são ainda incalculáveis. Um antropólogo poderá dizer que teremos que esperar 50 anos. Sim, se se quiser universalizar o funcionamento destas sociedades e fazer com que apareçam suas invariantes. Entretanto os conceitos hetero estão minados. O que é a mulher? Pânico, alarme geral para a defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois 'mulher' tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres.

A produção teórica, conceitual sobre a desnaturalização dos corpos, sobre a performatividade dos gêneros, sobre a sexualização das identidades e, principalmente, sobre a biologização das mulheres foi e ainda é um debate feminista de cunho epistemológico, pois diz respeito ao aparato conceitual que aprisiona as mulheres ao seu corpo biológico. Essas discussões tornam-se bastante expressivas em áreas do conhecimento como a História, a Antropologia, a Sociologia e outras. Na Biologia, na

Física e na Química, muitas são as pesquisadoras que se empenham em discutir os valores e interesses generizados nas ciências, cito Hubbard (1993), Haraway (1994) e Harding (2003) como exemplos de teóricas feministas preocupadas com questões epistemológicas. Os estudos feministas atravessam as várias áreas do conhecimento, porém não sem muita resistência e embates teórico-políticos.

O Brasil teve a terceira edição da marcha lesbiana na cidade de São Paulo em 2005, um dia antes da Parada do Orgulho Gay e no final do ano haverá o VI SENALE (Seminário Nacional de Lesbianas), fatos que marcam a aparição social das lesbianas e a construção de um novo campo de estudos. Quem sabe essa nova visibilidade seja o indício de um modo novo de encarar a lesbiandade?

História e ficção nos trabalhos satíricos do escritor Lima Barreto: o humor como narrativa historiográfica

Patrícia Regina Cenci Queiroz[1] - PPG-UNESP/Assis

Introdução

A idéia deste trabalho é a de utilizar como fonte de apreensão dos principais dilemas da Primeira República, uma obra satírica do escritor Lima Barreto (1881-1922), através da interligação das produções de suas obras, sua trajetória biográfica e principais problemas e conflitos nas qual a intelectualidade do período se debruçou a pensar.

O escritor Lima Barreto é eleito em nosso trabalho como um personagem muito representativo do contexto social republicano e dos dilemas do período. Neto de ex-escravos, sua mãe e tios são adotados por uma importante figura política do Brasil Império, Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, famoso médico, patriarca da cirurgia brasileira, Presidente da Academia Imperial de Medicina e conselheiro pessoal do Imperador.

Quando sua mãe se casa com seu pai João Henriques, um funcionário da Tipografia Nacional e do Jornal *A Tribuna Liberal*, Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto), então Ministro do Império e diretor da Tribuna Liberal torna-se uma espécie de padrinho intelectual no custeio dos estudos do menino Lima Barreto[2]. Barbosa (1958) diz que o menino foi um aluno brilhante, de mente sensível e tão logo acabou os exames do ginásio secundário ingressa na Escola Politécnica para cursar engenharia.[3]

Até aqui a trajetória de Lima Barreto caminha em comum como a de muitos mulatos apadrinhados que acabam ascendendo socialmente através de uma das três principais profissões do período – medicina, engenharia, direito – ou no ingresso do funcionalismo ou vida pública.

Contudo, a entrada de Lima Barreto na Escola Politécnica ocorre após a consolidação do regime republicano que, logo nos seus primeiros anos, empenhou-se em denegrir e ferir tudo o

---

[1] Socióloga, Mestranda em História da Cultura pela F.C.L. UNESP-Assis.

[2] Francisco de Assis Barbosa levanta em sua biografia feita sobre o escritor, vários recibos de mensalidades da escola de Lima Barreto, assim como materiais escolares, livros, vestuário, etc. pagos pelo Visconde de Ouro Preto, então ministro do Império. (Cf. Barbosa, 1975)

[3] Barbosa sugere baseada em correspondências do escritor com o pai, que Lima Barreto só ingressou na Politécnica para satisfazer um desejo do pai de ver o filho "doutor". (Cf. Barbosa, 1975)

que fosse alusivo ao antigo sistema Monárquico. Neste novo contexto, tanto a família Pereira de Carvalho, quanto o Visconde de Ouro Preto, suas principais fontes de capital social e econômico, já não possuíam prestígio suficiente para auxiliá-lo. Cada vez mais desiludido com seu curso, sofrendo graves injúrias por parte de um professor e cada vez mais carentes de recursos financeiros e sociais, quando seu pai enlouquece em 1903, Lima Barreto abandona a Politécnica e ingressa como Amanuense na Secretaria da Guerra para cuidar do pai doente e dos irmãos mais novos.

Este fato vai marcar toda sua trajetória intelectual e pessoal. A partir daqui Lima Barreto passa a freqüentar os principais recantos boêmios do Rio de Janeiro, se relacionando com seus integrantes e contribuindo em muitos jornais e revistas da época. Contudo, o alcoolismo acaba somando-se aos seus dramas pessoais, às perseguições que sua família sofria, aos seus ressentimentos de homem negro, pobre e suburbano, responsável pelo sustento de sua família e até a década de 1920, é internado duas vezes em hospitais psiquiátricos.

Um outro fato importante dentro de sua trajetória pessoal é que é desta época (1903) o projeto de Lima Barreto de fazer uma História da Escravidão Negra no Brasil: *(...) no futuro escreverei a história da escravidão negra no Brasil e sua influencia na nossa nacionalidade*. (BARRETO: 1956, pp. 78) abandonando após sua primeira internação. Dois anos depois relata em seu diário:

> (...) registro aqui uma idéia que me esta perseguindo. Pretendo fazer um romance em que descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de "germinal" negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopéia. Como exija pesquisa variada de impressões e eu queira que este livro seja, se eu puder ter uma, a minha obra prima, adia-lo-ei para mais tarde. Ah! Se alcanço realizar essa idéia, que glória também! Enorme, extraordinária e – quem sabe – uma fama européia . (LIMA BARRETO: 1956, pp. 94)

Através da reconstituição da trajetória pessoal e intelectual de Lima Barreto, assim como suas frustrações, tensões e desejos registrados cuidadosamente em seus diários, percebemos no escritor uma semelhança com a maior parte da intelectualidade do período que se debruçava para pensar o que era o nacional, quem era o povo brasileiro, sua cultura, seus costumes e principalmente a recorrência do tema da modernização do país.

Contudo, acompanhado todo o percurso trilhado por Lima Barreto em sua carreira como escritor – as dificuldades de sobrevivência financeira de um homem de letras num período que o jornalismo profissional e o meio editorial estavam em formação; os embates para conseguir

um editor e os conflitos para posteriormente ter a obra publicada acolhida pela crítica literária – acrescidos de todo o seu empenho em conseguir legitimar-se nas instituições da época: o ingresso na Escola Politécnica, o projeto de um ousado Tratado sobre a Escravidão Negra no Brasil, as duas tentativas de reconhecimento pela Academia Brasileira de Letras, etc., acabam sendo um significante e ilustrativo exemplo da maneira como se construía e processava a maior parte das carreiras literárias na Primeira República.

Tentando articular nossa discussão dentro desta conflitualidade, elegemos como fonte de pesquisa um dos primeiros trabalhos satíricos por excelência, no jornalismo profissional do escritor – *Os Bruzundangas* (1917-1919) – utilizando-a como forma e fonte específicas de conhecimento do social e, principalmente, que foram produzidas durante o período aonde definitivamente Lima Barreto abandona o projeto de um trabalho cientifico ou a construção de "grandes" romances a moda do realismo literário até o momento em voga, e começa a produzir trabalhos satíricos.

Articulando sua trajetória biográfica com o campo intelectual em formação do início do século XX, percebemos que a opção literária advém de uma, das inúmeras tentativas travadas pelo escritor, de conseguir fazer-se ouvir pela intelectualidade do período. A obra que discutiremos nesta comunicação é considerada de maturidade, escrita no período em que Lima Barreto já era colaborador de importantes revistas cariocas e que já havia conseguido alguma projeção intelectual.

Todos os três principais romances escritos por Lima Barreto – *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, *Memórias de M. J. Gonzaga de Sá* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* – foram escritos até 1911. A primeira obra publicada do escritor foi o *Isaias* em 1905 e que teve péssima repercussão junto à crítica da época. Irá ser a partir de 1910 que o romancista irá passar a produzir literatura de folhetins e novelas picarescas, como o *Drº Bogóloff* (1910), *Numa e Ninfa* (03/06/1911), *O Chamisco* e *Entra, Senhórr...* (1912), *A Nova Califórnia* (11/1910) e *O homem que sabia javanês* (04/1911).

Este estilo de literatura folhetinesca distanciava-se demasiadamente do ideal de arte literária inúmeras vezes citada e lembrada pelo escritor, sempre se reportando a Taine, para

dizer que o papel da literatura era traduzir o que os simples fatos não dizem. Fugia completamente dos referenciais estéticos que buscavam inspiração em Balzac, no Eça de Queiroz e nos russos, há sempre os russos, principalmente Dostoievski. Mas, tudo leva a crer que no contexto da imprensa do período, a grande sensação eram os escritos humorísticos[4] , escritos estes que acabariam por consagrar o escritor.

Se estes detalhes biográficos já são interessantes para compor um quadro significativo das tensões e conflitos que envolviam a intelectualidade do período e da imprensa profissional em formação, os temas escolhidos pelo escritor em *Os Bruzundangas* (1917 -1919) são ainda mais.

O tema central deste trabalho de Lima Barreto é a urgência necessária à modernização do país. Através da construção de personagens satíricos que representam à situação de atraso e precariedade das instituições, da política, da população e das letras republicanas, Lima Barreto vai pintando um satírico painel dos primeiros anos republicanos.

Em *Os Bruzundangas*, sobressaem-se o humor crítico e a denúncia refinada das mazelas nacionais, construídos de uma perspectiva bem humorada sem, contudo, distanciar-se dos problemas sociais que o escritor estava tão preocupado em descrever. Escritas alguns anos antes de sua morte em 1922, o resultado é uma obra picante, produzida por um Lima Barreto mais maduro e consciente, que possuía algum reconhecimento literário e intelectual e que já não possuía os mesmos conflitos e dúvidas da mocidade, época em que escreveu suas obras mais conhecidas, como: *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, *Memórias de M.J. Gonzaga de Sá* e o clássico *Triste fim de Policarpo Quaresma.*

Sabemos que a obra de Lima Barreto não possibilita a fiel construção de uma fotografia do Rio de Janeiro do começo do século XX, com todas as suas nuances de cor, de problemas, conflitos e perspectivas. Porém, acreditamos ser capaz de reconstituir através de sua obra e biografia, assim como a inserção no campo intelectual do período, um quadro significativo, uma espécie de mosaico brasileiro, cujo traço mais forte é o choque entre o velho e o novo nas instituições republicanas e suas conseqüências na vida cotidiana dos diversos atores históricos.

---

[4] Cf. SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso:** representações cômicas sobre o dilema brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

A maior parte dos trabalhos do escritor Lima Barreto que foram publicados em vida, foi financiada pelo próprio romancista[5]. Num momento de formação do jornalismo e da imprensa profissional, Lima Barreto (assim como muitos outros jovens aspirantes a escritor), combatiam e lutavam por um lugar ao sol no mundo das letras brasileiro. *Os Bruzundangas* foi um dos primeiros trabalhos exclusivamente satíricos, feitos pelo romancista para imprensa periódica[6] do período, quando Lima Barreto já era colaborador de algumas importantes revistas cariocas, atuando junto ao jornalismo profissional.

De início, o conjunto de sátiras que compõem a obra, fora publicado entre os anos de 1917-1919, no *Semanário A.B.C*. Em 1920, Lima Barreto organiza e vende os direitos autorais da coletânea para o editor Jacinto Ribeiro – porém só sai publicado em 1922, após a morte do escritor.

O desenvolvimento do enredo da coletânea de sátiras que compõem *Os Bruzundangas* ocorre por intermédio de um narrador que passou boa parte da infância e mocidade na Bruzundanga e, ao retornar, se corresponde com um amigo que a desconhece e solicita esclarecimentos sobre a história, a riqueza e as instituições deste país imaginário.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga é um país fictício, desenhado pelo escritor como um país habitado e governado por gente medíocre e incapaz, corrupta e autoritária, com pouco apreço pela construção do país ou valorização das coisas na Nação. As únicas coisas importantes para a população bruzundanguense são conseguir se dar bem na vida e alcançar notoriedade social. As duas formas mais habituais de alcançar estes objetivos, é segundo o narrador da obra, entrar para uma das duas nobrezas do país: a nobreza doutoral e a nobreza de palpite.

A nobreza doutoral é formada por cidadãos formados nas Escolas superiores de Engenharia, Medicina e Direito que, por intermédio do diploma e do anel de grau atuam, tal como no mandarinato chinês, numa aristocracia bacharelesca, aonde o diploma funciona como

[5] Com exceção de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, publicado pela editora de A. M. Teixeira de Lisboa – Lima Barreto abriu mão dos direitos autorais para conseguir publicar a obra – e *Memórias de M.J. Gonzaga de Sá*, que foi financiado pelo então editor da Revista do Brasil, Monteiro Lobato.

[6] Antes de atuar junto ao jornalismo profissional, Lima Barreto foi colaborador em periódicos estudantis e na imprensa anarquista.

um passaporte para o arranjo de uma boa colocação no Estado e acumulação de cargos públicos vitaliciamente:

> Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do hospital dos indigentes e inspetores dos telégrafos. Há na Bruzundanga engenheiros que são a um só tempo professores de grego no ginásio secundário do Estado, professores de Oboé no conservatório de música e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios. (LIMA BARRETO: 1956, pp. 58)

A forte crítica a esta cultura bacharelesca travada pelo escritor nas crônicas evidencia um dos momentos em que a intelectualidade republicana conseguiu forjar a idéia de moderno no país. Um dos mais fortes apelos da campanha republicana – feito pelos intelectuais da geração de 1870 – era em relação à necessidade de se modernizar o país em setores vitais da sociedade. Assim, eles combateram duramente o tripé coroa-igreja-escravidão e idealizaram o novo regime com aspectos modernizantes: democracia, estado laico, meritocrácia, trabalho-livre, urbanização, industrialização, etc[7].

Contudo, a transformação política não foi capaz de promover as reformas necessárias à modernização do país e, as construções paródicas e satíricas de Lima Barreto sobre a cultura bacharelesca, evidenciam como alguns resquícios da velha ordem política mascararam-se, nas primeiras décadas do século XX, com ares de novidade e de modernidade.

Através de um pseudo-domínio do saber científico, legitimado pelo anel de grau no dedo e o diploma de bacharel na parede, nossos intelectuais conseguiram transformar em modernas, práticas sociais que eles mesmos combatiam como antigas e arcaicas, forjando como moderna e justa uma aristocracia que sempre existiu na história do Brasil. Para Lima Barreto, a Bruzundanga conseguiu arrumar novos nomes e postos para a velha prática do compadrio e do patriarcalismo.

Mas o que mais parece chocar o narrador do livro não é a legitimação das elites em torno da cultura bacharelesca. Mas sim, como ela atinge os setores mais baixos da sociedade:

> A nobreza de doutores se baseia em alguma coisa. No conceito popular, ela é firmada na vaga superstição de que seus representantes sabem. No conceito das moças casadeiras é que os doutores têm o direito pelas leis divinas e humanas, a ocupar os lugares mais rendosos do Estado; no pensar dos pais de família ele se escuda no direito que têm os seus filhos graduados nas faculdades de trabalhar pouco e ganhar muito.(LIMA BARRETO: 1956, pp.61)

Como combater e denunciar o bacharelismo em um sistema que ele é legitimado nas mais diversas instâncias da sociedade? Como criticar esta antiga prática social quando todos

[7] Cf. NEEDEL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

acreditam que ela é justa, correta e democrática, que o diploma realmente é um fator legítimo de diferenciação social?

A outra nobreza do país – a nobreza de palpite – é para o narrador do livro ainda pior do que a nobreza doutoral. A nobreza de palpite não é firmada em coisa alguma, nem em lei, nem em costume nem ao menos é documentada. Fazem parte desta nobreza representantes da população que, metendo-se em especulações felizes, enriquecem e se submetem às piores coisas para adquirir condecorações e comendas, títulos de nobreza sem validade alguma ou trocar seus sobrenomes por outros estrangeiros e de sangue "azul".

O mais interessante nesta nobreza que Lima Barreto humoradamente chama de palpite é que o escritor afirma que este tipo de ascensão buscado por intermédio de títulos nobiliárquicos só apareceu depois que a Bruzundanga virou República[8]. Segundo ele, esta nobreza firmada por invenção aristocrática que buscava obter o mesmo status social que possuíam os antigos nobres, é típica dos burocratas. Para o escritor mais absurdo do que a invenção dos títulos, é que estes tenham como modelo a nobreza hereditária européia, pois esta possuiria uma razão histórica de existir, diferentemente da ficção da nobreza da Bruzundanga que, como ele inúmeras vezes salienta, é firmada no **palpite**.

> Essa recrudescência de títulos nobiliárquicos apareceu desde que a Bruzundanga se fez República, e desconheceu os títulos de nobreza porque o país havia sido governado pelo regímem monárquico, com uma nobreza modesta não hereditária, que mais parecia o tchin russo, isto é, uma nobreza de burocratas do que uma nobreza feudal. (BARRETO: 1956, p. 63/64)

Sevcenko (1995) diz que com o conluio que envolveu militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos republicanos, finalmente se instaurou a República e, junto com ela, a entrada do Brasil na "modernidade" pelas novas elites que buscavam uma industrialização imediata por meio da abertura da economia aos capitais ingleses e americanos.

Esta nova lógica econômica republicana se baseava em arruinar os capitalistas mais proeminentes da praça – a antiga elite econômica imperial – para subir ao palco uma nova camada de arrivistas, enriquecidos na negociata e no jogo político dos primeiros anos da República:

[8] No Brasil, após a mudança de regime político (1889), verifica-se todo um empenho por parte dos republicanos em destruir tudo o que era relacionado ao regime monárquico, na tentativa de legitimar perante a população o novo regime implantado (Sobre este assunto consultar CARVALHO, 1990). Uma vez que existia empenho por parte dos próprios republicanos em destruir este tipo de status – associando a monarquia à imagem do atraso e a república como personificação do progresso – para Lima Barreto cairia no vazio qualquer alusão a títulos de nobreza.

> A ascensão deste 'homens novos', como eram chamados esses grupos arrivistas, coincidiu ademais com a Abolição da Escravatura (1888) e a desmobilização de enormes contingentes de escravos do Sudeste, em paralelo com a vultuosa imigração estrangeira, alterando os quadros hierárquicos e de valores da sociedade, na medida mesma em que se consolidavam às práticas do trabalho assalariado e da constituição de um mercado interno mais dinâmico. (SEVCENKO: 1999, p.16)[9]

O novo regime instaurado era alicerçado na idéia do progresso pelo fim das instituições imperiais, o que incluiria o fim da "nobreza" de linhagem imperial que era inconciliável com a nova ordem baseada em princípios "democráticos" e "meritocráticos".

O que podemos perceber é que estes novos ricos situados dentro de um sistema que, pelo menos em tese, todos eram iguais perante a Constituição, todos os homens eram livres, tinham direito à propriedade, etc. e, principalmente, em uma sociedade aonde eram inúmeros os casos de mulatos que ascenderam socialmente – principalmente pelas letras, pelo funcionalismo público e pelo "apadrinhamento" – estes "novos ricos" precisavam assimilar marcas que o diferenciassem da maioria da população[10] .

No caso, o que Lima Barreto nos mostra é a compra de títulos nobiliárquicos como passaporte para uma ascensão social nos rols mais *chics* da sociedade carioca ainda que a construção desta "nobreza de palpite" fosse de encontro com todo o ideário republicano.

Dos dois tipos de nobreza que existem na Bruzundanga, e que buscamos interpretar dentro do pensamento crítico de Lima Barreto como a principal causadora do atraso e da miséria nacional, dois pontos precisam ser levantados.

A primeira, a doutoral, tem forte aceitação popular - o que é digno de inúmeras críticas do escritor, a segunda, é completamente estranha à maioria da população que parece não ver sentido algum em tal recrudescência de títulos. Porém, existe um elemento que é comum a ambas: de maneiras distintas, os dois tipos de nobreza que contribuem para o atraso social da Bruzundanga, foram inventadas e forjadas como modernas para legitimar práticas sociais antigas.

As duas nobrezas do país criaram possibilidades tanto nas leis (no caso da nobreza doutoral), quanto nos costumes (nobreza de palpite e doutoral) de ascensão e distinção social,

---

[9] SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio Republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. **In: História da Vida Privada no Brasil** – Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

[10] Cf. ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. Volume I: uma história dos costumes. (Tradução) Ruy Jungmann; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

mascaradas de modernas e civilizadas, sem, contudo perder o seu conteúdo arcaico, nivelador e excludente.

E é aqui que mais uma vez percebemos a importância da leitura social do trabalho ficcional do escritor. Para Lima Barreto, estes são problemas arraigados tanto nas tradições e nos costumes da população, quanto nas práticas e ações das elites e do Estado. Fica muito claro na leitura da obra que os problemas do mito dos bacharéis e da nobreza de palpite não tem origem somente econômica e política. Eles residem nos costumes e na tradição da população, e existem inúmeras instituições que perpetuam esses costumes. O grande mérito deste trabalho de Lima Barreto parece ser o de representar satiricamente como o novo regime conseguiu construir e legitimar formas e ações denominadas modernas, sob uma herança patriarcal, excludente e autoritária.

Utilizar um trabalho ficcional como fonte de apreensão da realidade social sempre tem seus riscos e limites, mas, em se tratando da produção de Lima Barreto especificamente, fazer uma leitura social de sua literatura, significa dar voz a maior parte dos conflitos que envolveram a intelectualidade da Primeira República, tanto nos aspectos do meio editorial, da formação do jornalismo profissional, da ascensão das revistas mundanas de humor e sátira, quanto nos aspectos de interpretação do processo modernizador que estava sendo instaurado no país.

O jesuíta Roberto de Nobili: Saberes e Conversões

Patrícia Souza de Faria – PPG-UFF

Investigamos o modelo de conversão utilizado pelo jesuíta italiano Roberto de Nobili na missão de Maduré, no sul da Índia, entre os anos 1606 e 1623. Nobili adotou a indumentária típica de um sacerdote indiano, aplicou pasta de sândalo na testa, mudou hábitos alimentares a fim de conquistar a simpatia da *casta* brâmane, acreditando que desta forma expandiria mais facilmente o Evangelho entre as outras castas "subalternas". Seu método de conversão (*accomodatio* ou adaptação) suscitou controvérsias em Goa e em Roma, dividindo a opinião de seus companheiros de ordem religiosa, assim como estimulou a produção de saberes através de tratados sobre os costumes e as crenças religiosas indianas.

Ines Zupanov afirma que Goa, *cabeça* do Estado da Índia (possessões portuguesas que se estendiam da costa oriental africana a Macau),[i] tinha pouco a oferecer ao idealista, ambicioso e jovem missionário, Roberto de Nobili, devido ao caráter da administração portuguesa e às instituições eclesiásticas ossificadas. Tal como Francisco Xavier, Nobili ansiava por escapar das hierarquias da igreja, de bispados e de grupos missionários em competição. Seguiria os passos de Xavier ao se deslocar em direção ao sul da Índia: partiu de Goa para Cochim, esteve na Costa da Pescaria e depois seguiu para Maduré (1606), encorajado pelo Provincial Alberto Laerzio.[ii] Contudo, Francisco Xavier seguiu o modelo de conversão em massa ao cristianismo, o *compelle intrare*[iii] (percorrendo aldeias com seus intérpretes, convertendo especialmente os pescadores do litoral), ao passo que Nobili destacou-se por não optar pelo modelo de conversão das massas, mas por ter se devotado ao aliciamento das castas indianas com mais prestígio, mormente os brâmanes.

Augustine Saulière dividiu a vida do jesuíta em quatro fases. A primeira fase inicia-se com o nascimento de Nobili, em 1577, em Roma. Membro de uma família da nobreza de Montepulciano (Toscana), entrou na Companhia de Jesus em 1597 e chegou à Goa em

1605. A primeira fase estender-se-ia até a chegada em Maduré, em 1606, onde já se encontrava o jesuíta português Gonçalo Fernandes (1541-1621). Na segunda fase (1607 a 1612), Nobili colocou em prática seu método de adaptação à cultura indiana com fins de proselitismo. Mudanças nos trajes, na alimentação, aprendizado das línguas sânscrita e tâmul, além de ler textos religiosos indianos. Durante este período escreveu o *Diálogo sobre a vida eterna* e a *Investigação sobre o significado de "Deus"* [iv], tratados em tâmul dirigidos a leitores indianos. No *Diálogo,* narra uma conversa entre um *guru* (um mestre) e seu discípulo, onde o mestre visa conduzir o seu discípulo a identificar a verdadeira religião, *conforme* os *Vedas* (textos religiosos hindus), afirmando que o ateísmo, a devoção à suposta força dos elementos da natureza e uma amplidão de formas de idolatria seriam errôneas por serem contrárias à inteligência humana. Sem mencionar explicitamente, Nobili conduziria o indiano ao "verdadeiro Veda" que era a Palavra do Deus único cristão.[v]

Na terceira fase (1612 a 1623) as controvérsias se intensificaram, conduzindo Nobili a defender-se de seus veementes críticos e redigir três tratados *em latim*- os leitores idealizados seriam seus companheiros de ordem religiosa e autoridades eclesiásticas da Índia e de Roma. Escreveu a *Apologia,* a *Narração* e o *Relatório sobre certos costumes da nação indiana*. A quarta fase iniciou com a aprovação de seus métodos pelo Papa, em 1623, sendo caracterizada por um período de expansão em que Nobili fortaleceu a missão de Maduré e viajou por outras partes do sul da Índia e do Ceilão, estabelecendo novos centros missionários. Escreveu a *Refutação às calúnias (Tushana Tikkaram)* e seu *Catecismo*. Debilitado em seus anos finais de vida, tornou-se cego e morreu em 1656 em Chennai (Madras).

Todavia, estratégias de conversão similares àquelas utilizadas por Roberto de Nobili na Índia (por Matteo Ricci na China e por Alessandro Valignano no Japão)[vi] despertaram controvérsias. No caso da Índia Portuguesa, tal fenômeno remetia aos "ritos malabares", que seriam supostamente praticados por convertidos pelo modelo missionário adotado por Nobili, já que autorizava a manutenção de certas práticas culturais antigas entre os neófitos.

A primeira carta do jesuíta português Gonçalo Fernandes denunciando Roberto de Nobili foi enviada a Nicolau Pimenta, visitador da Companhia de Jesus, em 7 de maio de 1610.[vii] Fernandes acusou Nobili por se comportar como um nativo, insultar a honra portuguesa e desprezar as virtudes dos jesuítas. A disputa gerou centenas de cartas e tratados e quase todo jesuíta na Índia defendeu um ou o outro lado, escrevendo pareceres ou condenações, utilizando várias redes na cúria romana para persuadir o Papa a aprovar ou destruir a nova missão de Maduré de Nobili. A querela foi fundamentalmente profícua na descrição e análise dos costumes e crenças indianas.[viii]

O jesuíta Gonçalo Fernandes elaborou um tratado sobre o hinduísmo em Maduré no ano de 1616- oriundo do pedido de seus superiores para que produzisse um parecer acerca do método de Nobili-, altamente descritivo, profuso em detalhes sobre cerimônias e costumes *hindus*. Sobre os brâmanes relata que:

> ...deixam crescer os cabelos da cabeça, barbas e unhas das mãos, e com isto fazem penitência no deserto. Eu vi nesta Maduré um que trazia a barba amarrada e diante de mim a soltou e arrojava-lhe pelo chão com quatro dedos, e não era homem pequeno; e outro com as unhas das mãos tão grandes que a unha do dedo grande lhe dava uma volta ao braço, e assim não abria a mão... [ix]

O uso da "linha bramânica", ao contrário de que afirmaria Nobili, esteve sempre associada a cerimônias *gentílicas* na narrativa de Fernandes. A primeira iniciação do brâmane era o "brotar da semente": cinco vasos recebem terra com formigas, mistura-se com "bosta de vaca" e o menino aspirante à brâmane nomeará os cincos vasos com nome de cinco deuses e receberá "panos, linhas e sândalo e arroz misturado com açafrão".[x]

O jesuíta português Gonçalo Fernandes também exerceu trabalho missionário em Maduré, mas não conquistou número significativo de conversões na região. Nobili atribuiu o malogro ao fato dos indianos identificarem Fernandes como um *prangui*¸ um português, um estrangeiro e, portanto, associado a castas abjetas que ingeriam carne e não guardavam preceitos estimados pelos "hindus". Nobili esquivava-se de aparecer em público com Fernandes, reservando-lhe encontro furtivos à noite, para não perder a simpatia dos brâmanes.

Nobili achava que o modelo de santidade de Fernandes não era adequado para Maduré, servindo apenas para atingir um grupo restrito: as castas baixas paravás do litoral. Para Maduré, Nobili adotaria o modelo de santidade local, *brâmane sannyāsī*, que achava ser mais adequado para se aproximar das altas castas, já para os grupos e linhagens considerados inferiores, considerava o modelo de *pandarame* idôneo.[xi]

Os opositores de Nobili encontravam-se dentro da Companhia de Jesus e mesmo no seio da missão de Maduré. Nobili e Aleixo (convertido pelo jesuíta italiano) foram acusados de manterem relações sexuais com mulheres.[xii] A acusação foi tratada pelo Provincial Laerzio como intriga típica de discípulos invejosos, que se incomodavam com a preeminência do convertido Aleixo na missão de Nobili. Os convertidos reclamavam privilégios e status, alguns não rejeitavam a possibilidade de eliminar os dois jesuítas, Nobili e Antônio Vico, da administração da missão. Bonifácio Xastri[xiii] (que fora mestre brâmane de Nobili) teria conspirado por ter sido expulso da igreja por Nobili, após ter contraído matrimônio- supostamente com cerimônias gentílicas. Xastri, que teria apresentado a Nobili textos indianos em que a *linha* e o *kudumi* não eram considerados insígnias gentílicas, relatou ao jesuíta Andrea Buccerio que era uma afirmação falsa, de quem recebeu dinheiro para afirmar que Nobili desfrutava de prazeres carnais com mulheres.

Apesar das críticas recebidas, Nobili parecia duvidar da eficácia de procedimentos violentos na tentativa de conversão, preferindo a "persuasão branda" dos indianos.[xiv] Em uma carta escrita em 1606 a sua prima Constância, duquesa de Sora, menciona homens "zelosos" que não aprovavam sua maneira de pregar o Evangelho aos pagãos, acusando-o de ser muito indulgente e esperarem que, desde o início de sua pregação, atacasse os "templos e as crenças supersticiosas" dos indianos. Nobili acreditava que mesmo o apóstolo Tomé teria optado pela persuasão branda, mais eficaz que a violência na transformação do espírito dos gentios, ao penetrar em seus corações e conquistar sua afeição.[xv]

Nobili parecia acreditar que alguns fragmentos da verdadeira fé (Deus monoteísta, a Trindade) teriam sido revelados aos indianos em um passado distante, concebendo-se apto a desvendar os sinais divinos que já foram oferecidos, não obstante suspensos até a sua

chegada. A sua forma de pregar o Evangelho era, em parte, baseada na hermenêutica dos textos sagrados indianos que conteriam verdades ocultas. No *Relatório sobre certos costumes,* Nobili argumentou que existia uma distinção entre a religião e a cultura, deste modo procurou provar que as práticas antigas mantidas pelos neófitos tinham um caráter apenas cultural e não religioso. Considerou que as prescrições impostas a cada *casta* (alimentação, vestimentas, cuidados com o corpo) "são as mais rigorosas de todas",[xvi] deste modo sugeriria que o convertido que deixasse de cumpri-las seria vítima da segregação social. Afirmou que o uso da linha bramânica (cordão de algodão disposto a tiracolo, da esquerda para direita) seria apenas um distintivo de nobreza, o uso do tufo de cabelo (o kudumi) e a pasta de sândalo não seriam considerados "sinais protestativos de seitas gentílicas", tendo apenas um sentido de adorno, de exibição de refinamento, ou seja, um uso de caráter social.[xvii]

Pretendeu demonstrar que os brâmanes não seriam "sacerdotes", mas homens de ciência, doutores. Ao final do tratado, adicionou 108 assinaturas desses "doutores", brâmanes, para conferir legitimidade a suas asserções sobre o "hinduísmo", que teria extraído do estudo das *leis de Manu¸* dos *Vedas* (*Rig, Sama, Atharva, Ayur*), das *sutras*. As informações foram igualmente respaldadas pela assinatura de Francisco Ros, arcebispo de Cranaganor, que aprovou o tratado enviando-o ao geral Cláudio Acquaviva em 1615. Esse tratado consiste em uma importante fonte sobre a sociedade e a religião da Índia no tempo de Nobili e uma das mais antigas abordagens sobre o hinduísmo que se preservou até os nossos dias.

A adoção de procedimentos diferentes entre os dois jesuítas, Fernandes e Nobili, foi interpretada por Zupanov para além da diferença de idade e temperamento: havia entre o jesuíta português e o italiano a diferença de classe, nacionalidade e educação. Para Zupanov, o ex-soldado Fernandes seria muito mais um produto da empresa colonial portuguesa na Ásia, com limitado conhecimento de teologia e excluído de uma formação humanista. Devido à sua origem *aristocrática*, Nobili privilegiava a analogia, a especulação

teológica, a tradução e os textos escritos locais; já a abordagem "*demótica*" de Fernandes seria marcada pela descrição, enumeração e transcrição do que via. [xviii].

A ênfase na nacionalidade dos jesuítas para explicar a adoção de procedimentos de conversão distintos deve, contudo, ser avaliada a partir de outros exemplos. João Paulo de Oliveira e Costa critica a exaltação dos jesuítas italianos (Nobili, Ricci, Valignano) como antítese dos jesuítas portugueses, pois o trabalho pioneiro em adaptação cultural não se deve aos italianos. Podemos recordar a ação de Nóbrega, Gaspar Vilela, Luís Fróis, Henrique Henriques. Costa acredita que onde o aparato de poder português era mais proeminente, o modelo de conversão seria mais "ocidentalizador", já em regiões onde a presença portuguesa não estava estabelecida de fato, os missionários desenvolveram modalidades mais "inovadoras" de conversão.[xix] Ou seja, em Goa tais experimentos tornar-se-iam menos recorrentes, pois a região estava sob controle português. Nobili disse que em Goa: *Nom solum christianus sed etiam portucalenses facete volunt,* querem-nos fazer não só cristãos mas portugueses, no vestir, no trajar, no comer etc.[xx] Já Maduré era uma região sujeita ao *naique* (guia ou capitão local), teoricamente um representante do imperador de Vijayanagar. Nas regiões fora da jurisdição do império português, os jesuítas precisavam contar com a flexibilidade das autoridades locais para estabelecer as missões.

O ensaio biográfico de Roberto de Nobili impressiona, primordialmente, pela singularidade do missionário cristão que se comportava como brâmane na Índia meridional seiscentista, contudo, o estudo de Nobili conduz-nos para além do que pode ser um evento particular, anedótico, por nos remeter a um contexto mais amplo de experiências culturais motivadas pelos empreendimentos coloniais dos Tempos Modernos. A conversão dos povos do ultramar tornou-se parte da política destinada a criar uma homogeneidade, uma unidade por intermédio da fé no âmbito do império português, através da força e da *negociação*. Nas *franjas* do império asiático português, missionários como Nobili puderam ensaiar estratégias de conversão com certa distância do aparato formal de poder,[xxi] contudo a negociação com as autoridades locais era imprescindível, de se entregar à utopia de universalizar o

catolicismo em "vinhas estéreis" com um pequeno número de missionários e sem sucumbir diante das rivalidades no seio das ordens religiosas.

---

[i] THOMAZ, Luiz Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. Thomaz argumenta como a expressão "Estado da Índia" designava não um espaço geograficamente bem definido, mas um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa Portuguesa no oceano Índico e regiões próximas, sendo em essência uma *rede*, um sistema de comunicação entre vários espaços. Ver também RUSSEL-WOOD. *Os portugueses fora do império In* BETHENCOURT,F.e CHAUDURI, K. *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores e Letras, 1998, vol. I;BOXER, C. *O Império Colonial Português.* Lisboa: Edições 70, 1977; SUBRAHMANYAN, Sanjay. *O Império Asiático Português. 1500-1700: uma história política e econômica.* Difel, 1995; SANTOS, Catarina Madeira de. *Goa é a chave de toda a Índia: Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570).* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

[ii]ZUPANOV, Ines G. *Disputed Mission: jesuit experiments in brahmanical knowlwdge in seventeenth century India.* New Delhi: Oxford University Press, 1999.

[iii] Modelo de conversão inspirado na interpretação da passagem do Evangelho (Lc 14: 16-24, "e todos que encontrar, convide e obrigue a vir"). Sobre as conversões na costa da Pescaria ver MCPHERSON,K "Uma história de duas conversões: Deus, a Cobiça e o Desenvolvimento de Novas na Região do Oceano Índico" *in Revista Oceanos: Culturas do Índico,* abril-junho 1998, pp.74-85.

[iv] SAULIERE, A. *His Star in the East*. Madras: de Nobili Research Institute: Gujarat Sahitya Prakash,1995. Ver a introdução de Anand Amaladass e Francis X. Clooney em NOBILI, Roberto de. *Preaching wisdow to the wise*: *three treatises by Roberto de Nobili, S. J, missionary and scholar in 17th century India.* The Institute of Jesuit Sources: St Louis, s.d.

[v] NOBILI, Roberto de. " The Dialogue on Eternal Life" In *Preaching ...*, op. cit, pp. 233-303.

[vi] Jonathan D. Spence. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci: a história de uma viagem: da Europa da Contra-Reforma à China da Dinastia Ming.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986; RUBIÉS, Joan- Pau. Travel and etnology in the Renaissance: South Índia through European eyes, 1250-1625. Cambridge University Press, 2000.

[vii] Gonçalo Fernandes a Nicolau pimenta, Maduré, 07/05/1610, ARSI, Goa 51. *apud* ZUPANOV, Ines G.,*Op. cit.*, P.47.

[viii] Além das obras de Nobili e Fernandes, consultar Manuel Barradas, Jácome Fenício, Diogo Gonçalves. Para uma leitura teoria sobre a elaboração de um pretenso saber científico sobre o Oriente, consultar SAID, Edward. *O Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[ix] TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. *Tratado sobre Hinduísmo*. (Maduré, 1616) , edição crítica de José Wicki S. J., Lisboa, 1973, p.7.

[x] *Idem*, p.20.

[xi] Os *pandarames,* misto de casta e seita, viviam no sul da Índia e eram dotados de funções sacerdotais além de serem ascéticos. Possivelmente tinham relações com os lingaiates (cultuadores do *linga*, do falo do deus Shiva), assumindo posturas mais igualitárias, ou seja, criticando em parte a rigidez do sistema de castas. É interessante notar que assumiam funções sacerdotais e que nem todas as castas admitiam os brâmanes como sacerdotes. Constanzo Giuseppe Beschi e o padre Baltazar da Costa seguiram o modelo *pandarame..*

[xii] Denúncias contidas em um documento de 1610, formado por testemunhos dos neófitos de Nobili, cuja transcrição do original em tâmul nunca chegou à Roma.

[xiii] ZUPANOV, Ines G.,*Op. cit.*, pp.86-89.

[xiv] PROSPERI, Adriano. "O missionário" *in* Rosario Villari (dir). "O homem barroco". Lisboa: Editorial Presença, 1995, p.145.

[xv] J. Bertrand, S. J., *La Mission de Maduré d'après des Documents Inèdits.* Paris: Librairie de Poussielgue-Rusand, 4 v (1847, 1848,1850, 1854), vol. 2, pp.264-5 (citado na introdução de Amaladass e Clooney em NOBILI, Roberto de, *op. cit*, p.7.

[xvi] NOBILI, Roberto de, "The Report on certain customs of Indian Nation" In *Preaching wisdow to the wise ... op. cit*, p.62.

[xvii] *Idem*, pp.228-9. Na carta do inquisidor Borges de Sousa para o Inquisidor Geral escrita em fevereiro de 1620 é mencionado o Breve de Sua Santidade a respeito da *linha* dos brâmanes, do *kudumi* (tufo de cabelo), lavatórios e aplicação de sândalo na testa. Indagavam se essas práticas eram "sinais protestativos da seita gentílica". Carta do Inquisidor Geral Borges de Sousa para o Inquisidor Geral, 18/02/1620 *apud* BAIÃO, Antônio. *A inquisição de Goa* : Correspondência dos Inquisidores (1569-1630), vol II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, p.597.

[xviii] Acerca do papel da nacionalidade para entender a querela entre os dois jesuítas, Zupanov destaca a rivalidade também entre o padroado português e as autoridades da Igreja de Roma que pretendiam exercer controle direto sobre as missões do ultramar, abalando a jurisdição portuguesa, conduzindo ao estabelecimento da *Sacra Congregatio de Propaganda Fide*. Ver também ALDEN, Dauril. *The making of an enterprise: the Society of Jesus, its empire, and beyond, 1540-1750.* Stanford, Stanford University Press, 1996, p.157.

[xix] COSTA, João Paulo de Oliveira e. " A diáspora missionária" In João Francisco Marques e Antônio Camões Gouveia. *História Religiosa de Portugal*: Humanismo e Reformas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, v. II; TAVARES,Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e inquisidores em Goa.* Lisboa: Roma Editora, 2004,pp.130-1.

[xx] THOMAZ, Luís Filipe. "São João de Brito e o Padre Nobili" In *João de Brito e seu tempo: Congresso Histórico*. Lisboa, 1997, pp. 65-82, p.69.
[xxi] NEWITT, M. "Formal and Iformal Empire in the History of Portugueses Expansion" *in Portugueses Studies, 17: 1-22, 2001.*

Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas 1906-1931

Paula Christina Bin Nomelini[1] - PPG-UNICAMP

Ao analisar a historiografia brasileira sobre o trabalho e sobre a cidade de Campinas, há a constatação de que existem poucos estudos sobre associações mutualistas e recreativas[2] compostas por trabalhadores. Entretanto, a problematização dessas organizações operárias permite explorar a complexidade de significados e estratégias que o mundo do trabalho criou e mobilizou para assegurar melhorias na vida daqueles que se identificavam nas necessidades e experiências do cotidiano. A investigação sobre o histórico dessas associações operárias evidencia a composição da classe trabalhadora, quais os problemas permeavam a realidade desses associados e os modos como os trabalhadores se articulavam para responder a essas demandas.

A compreensão sobre a estrutura e o funcionamento dessas sociedades permite visualizar as mudanças e permanências no modo de organização dos trabalhadores, localizando o espaço social e político de atuação das associações mutualistas e recreativas, as relações construídas entre elas e com os outros setores. A partir desse objeto de estudo, é possível explorar a maneira dinâmica como ocorre a construção de identidades pelos operários. A administração dessas associações indica como os trabalhadores pensavam soluções para as áreas da saúde, da assistência e do lazer, estabelecendo um diálogo com outros setores sobre essas questões sociais discutidas, nos anos 1920, no âmbito político. A partir da documentação produzida pelas sociedades mutualistas e recreativas de Campinas[3], de almanaques, jornais e publicações locais, de processos e da legislação municipal, estadual e federal, é possível investigar a atuação histórica dos trabalhadores campineiros durante os anos de 1906 a 1930. Esse recorte evidencia a construção, pelos associados, de determinados significados sobre essa experiência associativa. Desde 1906, a maior parte das sociedades mutualistas e recreativas existentes em Campinas encontravam-se estabilizadas ou eram fundadas, marcando um momento de grande mobilização trabalhadora. A greve de 1906 dos ferroviários da Companhia Paulista confirma

essa tendência, reforçando a importância, para os trabalhadores, da manutenção da autonomia nessas associações[4]. Após 1931, o governo federal passa a elaborar um discurso e uma legislação que deslegitima a prática associativa autônoma entre os trabalhadores. Essa ameaça surgiu como um novo desafio para a manutenção das sociedades mutualistas e recreativas, que mobilizaram novas funções e discursos[5] para atraírem associados. A partir da década de 1930, não foram fundadas novas organizações operárias desse tipo na cidade.

No início do século XX, Campinas possuía expressivo número de associações mutualistas e recreativas administradas por trabalhadores[6]. Os associados eram em sua maioria homens, de variadas profissões (diversas funções exercidas nas ferrovias, pintores, marcineiros, operários, ajustadores, carpinteiros, caldeireiros, ferreiros, barbeiros, serradores, sapateiros, bombeiros, trabalhadores, pedreiros, mecânicos e aprendizes), de diversas nacionalidades (alemães, italianos, portugueses, espanhóis, descendentes de imigrantes, brasileiros) e etnias (havia o convívio entre trabalhadores negros e brancos nas associações). Houve o registro da participação de mulheres apenas nas associações recreativas, onde elegiam uma diretoria própria (Sociedade Dançante Familiar União da Juventude) ou formavam comissões para organizar bailes e saraus dançantes (Luiz de Camões), estando ausentes na administração das associações de socorros mútuos, onde participavam apenas recebendo os votos de pesar e o auxílio-funeral[7].

Esse quadro diversificado do mundo do trabalho em Campinas resulta do desenvolvimento comercial e industrial que a cidade vivenciou a partir da década de 1840, com a implantação do cultivo do café (1842), do trabalho imigrante (1850), da construção de ferrovias (1870/80), das indústrias de maquinário agrícola, chapéus e alimentos (1860)[8]. A epidemia de febre amarela nas décadas de 1880-90 interrompeu essa dinâmica, afugentando e dizimando grande parte da população. Porém, a cidade reestruturou-se para garantir as condições mínimas de saúde e higiene públicas, retomando um processo crescente de industrialização e urbanização.

O setor comercial se destacou na estruturação da economia, principalmente através dos armazéns, que vendiam produtos importados e nacionais, além de atuarem como comissários[9]. As indústrias com presença numérica mais expressiva na cidade durante a Primeira República eram as de fabricação de máquinas, de produtos alimentares e bebidas, de fumo, metalurgia, de móveis, de material de transporte, de sabão, vestuário, curtumes, tipografias, de cigarros, de chapéus, de flores artificiais, de pregos e de vassouras[10]. Além das Companhias de Estradas de Ferro Paulista (1872), Mogiana (1875), Sorocabana (1914), Funilense (1890) e Ramal Férreo Campineiro (1889), outro setor muito importante era o de oficinas mecânicas, de serralheria, de concertos, de torneiros, de funileiros, de caldeireiros, serrarias e fundições. Essas funções eram desenvolvidas na cidade desde a década de 1860, quando contabilizavam mais de 60 estabelecimentos[11]. No início do século XX, convivam no mercado grandes oficinas, como a Cia. Mac-Hardy (200 operários), e pequenas, como a oficina de torneiro Vicente Carricchio (2 operários)[12].

Nas três primeiras décadas do século XX, as agitações operárias e suas formas de organização, em diferentes correntes ideológicas, destacaram a existência de um problema social, que era tratado pelos setores estatal e patronal através da repressão violenta. Em Campinas, o período foi marcado por duas greves ferroviárias – em 1906, na Companhia Paulista, e em 1920, na Companhia Mogiana –, além da participação dos trabalhadores no movimento de greve geral em 1917 e 1919. A partir desses episódios, os operários que eram membros da Liga Operária de Campinas[13] foram classificados como desordeiros, sendo perseguidos nos locais de trabalho e pela imprensa local, aumentando a fiscalização e a repressão a organizações que contrariassem a ordem social. As organizações operárias sem caráter sindical, tais como as mutualistas e as recreativas, permaneciam como alternativas de filiação para os trabalhadores, possibilitando o suprimento de parte das necessidades cotidianas e a construção de representações sociais que os evidenciava como cidadãos ativos no debate político. Os serviços prestados por essas associações amenizavam as péssimas condições de vida dos trabalhadores na cidade de Campinas,

permitindo a elaboração de redes de solidariedade e espaços sociais onde atuavam de forma mais independente, sem o controle direto de outros setores sociais[14].

O fato de trabalhadores de diversos ofícios se identificarem como operários evidencia que a característica comum dessa vivência na cidade era a instabilidade diante a sobrevivência no presente e no futuro[15]. Uma das estratégias adotadas pelos trabalhadores para lidar com essa insegurança foi a organização dessas sociedades mutualistas e recreativas. Elas tinham uma função de remediar os problemas presentes, tais como o acesso ao lazer (oferecendo bailes, saraus, aluguel dos salões para outras entidades realizarem festividades e reuniões, possuíam bandas, músicos), acesso à cultura (ofereciam bibliotecas, aulas de música, de danças, convidavam oradores para discorrer sobre a associação ou temas relevantes em datas comemorativas) e educação (algumas associações ofereciam aulas para os filhos dos associados, e mesmo para os adultos). E também estavam voltadas para solucionar problemas futuros causados pela instabilidade da vivência como trabalhadores assalariados, tais como o auxílio-doença, auxílio-invalidez e auxílio-funeral.

Outro questionamento possível em relação ao significado dessa experiência associativa em Campinas busca respostas para interpretar a participação simultânea de trabalhadores em associações com fins semelhantes, baseadas nas identidades operária, italiana, espanhola, portuguesa e negra. Esse fato evidencia que a diversidade cultural que compunha a classe trabalhadora era mobilizada para que pudessem se unir de maneira autônoma, ampliando as possibilidades e espaços sociais que os representassem como cidadãos. A adoção de uma identidade por parte das organizações não excluía do quadro de associados membros que não se reconheciam naquela distinção. Por exemplo, entre os fundadores da Liga Humanitária dos Homens de Cor, havia trabalhadores brancos. Entretanto, é necessário investigar os limites desse convívio e os pontos de tensões gerados por essas diferenças. Ao analisar o funcionamento cotidiano da Sociedade Humanitária Operária, da Liga Humanitária dos Homens de Cor e da Sociedade Luiz de

Camões, é possível perceber que essas associações se comunicavam e se engajavam em discussões referentes ao grupo que as definiam. No caso da Liga, a sua correspondência era mais freqüente com organizações negras; a Sociedade Luiz de Camões mantinha estreitos laços com associações portuguesas, organizando eventos para celebrar a colônia portuguesa, e a Sociedade Humanitária Operária estabelecia contato com sociedades mutualistas de caráter classista.

A existência dessas diferentes identidades entre os trabalhadores de Campinas evidencia que a identidade operária convivia e, ao mesmo tempo, sofria restrições em detrimento das identidades nacionais e étnicas. Ou seja, havia a possibilidade da união dos trabalhadores em torno de um objetivo comum a partir da solidariedade operária, mas ela também podia ocorrer em função de outras identificações. Entretanto, é importante reconhecer que a solidariedade operária não era algo idílico, pois existiam diferenças e conflitos entre os associados, mas era algo funcional, permitindo a resolução de algumas necessidades cotidianas.

A administração dessas organizações era formal e rigorosa, seguindo um padrão para o registro nos livros de atas de sessões de diretoria e assembléias gerais, de contabilidade e de matrícula. Essas sociedades possuíam uma secretaria, responsável pela comunicação com outras organizações e com os associados; arquivos armazenando os ofícios e correspondências recebidas e enviadas, além de procuradores para o recebimento das mensalidades. Outros cargos fundamentais para o funcionamento das organizações eram os vogais, que fiscalizavam a atuação desses procuradores e dos associados; o tesoureiro, responsável pelo controle do caixa e do registro da movimentação financeira, além do presidente que respondia pelas ações da diretoria, substituído em casos extremos pelo vice-presidente.

As diretorias se reuniam uma vez por mês, em datas e horários fixos, com o objetivo de discutir as questões relevantes para o bom funcionamento das associações, resolvendo os conflitos internos, os problemas financeiros e elaborando planos para execução futura.

Na maior parte das associações, as diretorias permaneciam no comando por um ano, ocorrendo assembléias gerais para a eleição da nova diretoria, que coincidiam com o mês de fundação da organização.

Todos os associados, inclusive a diretoria, eram regidos pelos estatutos, elaborados por uma comissão especialmente nomeada para isso, e aprovados em assembléia geral. Qualquer mudança nas condições financeiras ou no funcionamento da sociedade poderia gerar modificações nos estatutos, pois os associados entendiam que é dever dos estatutos representar os interesses da maioria para o bom desempenho da organização. A função dos estatutos era reger a associação de maneira justa, salvaguardando os interesses da sociedade em prol do progresso, sendo respeitado por todos. Devido a esse papel fundamental, em muitas sociedades, os estatutos eram distribuídos para os associados a cada modificação, permitindo que todos conhecessem as regras que dirigiam aquela associação.

Em todas as sociedades analisadas, as diretorias eram eleitas por voto direto, individual e secreto, daqueles associados que estivessem em dia com o pagamento das mensalidades. Essa eleição ocorria nas assembléias gerais, convocadas pela diretoria nos jornais de circulação local, onde eram nomeados um presidente da mesa, para efetuar a distribuição das cédulas, e dois escrutinadores para a contagem dos votos.

A integração dos trabalhadores nesse esquema administrativo das associações mutualistas e recreativas resultava num convívio democrático que permitia aos associados interpretarem o voto, o Estado e a legislação como equivalentes de sua experiência organizativa (voto, diretoria e estatuto), além de possibilitar que outros setores os reconhecessem como cidadãos. Ao utilizar um artigo do estatuto para requerer um direito garantido aos associados que cumprem com o seu dever, o trabalhador adquiria uma experiência que o munia de um conhecimento empírico sobre o modo como deveria agir em relação à legislação trabalhista que o governo federal elaborava[16].

A relação entre as associações mutualistas e a lei Elói Chaves (decreto nº 4682, de 1923), que estabeleceu a adoção das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para os trabalhadores de todas as companhias privadas de estradas de ferro, evidencia outra forma de aproximação entre a experiência dos trabalhadores associados e a legislação social. O modelo administrativo das CAPs remetia-se a várias práticas adotadas pelas sociedades mutualistas. Por exemplo, a base contratual para adquirir o direito à aposentadoria e a pensões (o pagamento de porcentagem para obter a aposentadoria era equivalente ao pagamento das mensalidades para as associações); a convocação de assembléia geral para eleição do conselho administrativo das CAPs (mecanismo utilizado pelas associações para eleição das diretorias). Outro item da lei de 1923 é a estabilidade no emprego para aqueles com mais de dez anos de trabalho, podendo ser demitidos somente mediante falta grave, comprovada em inquérito administrativo enviado ao Conselho Nacional do Trabalho (1923), garantindo o direito de defesa ao trabalhador. Ele também evidencia algumas correspondências com a experiência nas associações mutualistas: os associados que cometessem falta grave eram expulsos; denúncias dessas faltas poderiam ser rebatidas mediante apresentação de defesa à diretoria.

Uma hipótese elaborada a partir dessas constatações iniciais é a de que os trabalhadores campineiros, em busca por melhorias e garantias, se mobilizavam em greves, sabotagens, correntes do movimento operário[17] e associações mutualistas e recreativas. Havia a possibilidade do confronto direto e da auto-gestão (administrativa e financeira) de soluções para as carências cotidianas, buscando nas negociações a garantia de um espaço social autônomo. A forma como as organizações mutualistas e recreativas eram administradas, os mecanismos que utilizavam para viabilizar o acúmulo de capital e a maneira como estabeleceram as regras para o convívio nesse grupo familiarizaram os trabalhadores com estruturas institucionais que, posteriormente, foram legitimadas como sendo governamentais.

[1] Mestrado em História Social do Trabalho – Unicamp; paula_nomelini@hotmail.com. Essa pesquisa tem o apoio financeiro da Fapesp (agosto/2004 a agosto/2006).

[2] Segundo Tânia de Luca, as sociedades mutualistas são "entidades que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas" (1990, p. 7). Além desses serviços, poderiam proporcionar festas, jogos, bailes, bibliotecas e palestras. As sociedades recreativas envolvem as organizações voltadas para a prática de jogos, da dança e da leitura. No funcionamento cotidiano dessas associações, a divisão das funções não é tão nítida, podendo oferecer diferentes serviços e se envolver em diversos acontecimentos sociais.

[3] As associações pesquisadas são: Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915), Sociedade Grêmio Luiz de Camões (1880), Centro Português 5 de Outubro (década de 1910), Sociedade Dançante Familiar União da Juventude (1901), Federação Paulista dos Homens de Cor (1903), Sociedade Beneficente Isabel a Redentora (1899), Sociedade Humanitária Operária (1898), Sociedade Amiga dos Pobres (1903).

[4] De acordo com MANFRIM, Moacyr. *Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933).* Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998, a principal reivindicação dos ferroviários da Companhia Paulista na greve de 1906 era o fim da obrigatoriedade de associarem-se a sociedade beneficente administrada pela empresa.

[5] A partir da aprovação da Lei Elói Chaves (1923), as sociedades mutualistas adotaram medidas que diferenciavam o pagamento de auxílios para os ferroviários, que os receberiam apenas em caso de doenças graves, pois já poderiam obter auxílios garantidos por lei. Além disso, a partir do final da década de 1920, o número de sócios remidos aumenta, sendo necessário estimular a entrada de novos sócios (principalmente, através da divulgação na imprensa local, de que um determinado mês permitiria a entrada na associação sem o pagamento de jóias). Outra mudança no funcionamento das sociedades, que viabiliza o funcionamento na década de 1930, é o empréstimo de dinheiro a partir de hipotecas, com registro do negócio em cartório e regulamentação pelos estatutos.

[6] De acordo com levantamento prévio na documentação e bibliografia consultadas, nas primeiras décadas do século XX existiam 45 associações mutualistas e recreativas em funcionamento.

[7] Um relatório da administração anual da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução de 1933 indica que essa sociedade possuía mulheres como membros contribuintes. Entretanto, é necessário maior investigação para confirmar se havia outras associações com essa característica.

[8] *Monografia Histórica do Município de Campinas.* Rio de Janeiro: IBGE, 1952; CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente de Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

[9] A função de comissário era a de emitir dinheiro para bancos na Europa e conseguir crédito facilitado nessas instituições. Essa informação está baseada na análise dos anúncios apresentados nos almanaques de Campinas de 1892, 1908, 1912, 1914.

[10] SEMEGHINI, Ulisses. *Do café a indústria.* Campinas : Unicamp/CMU, 1991 e Estatística Industrial. Relação de fábricas e oficinas do município de Campinas. *Boletim do Departamento de Indústria e Comércio*, nº 7 e 8, julho e agosto de 1920.

[11] *Monografia Histórica do Município de Campinas.* Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

[12] Estatística Industrial. Relação de fábricas e oficinas do município de Campinas. *Boletim do Departamento de Indústria e Comércio*, nº 7 e 8, julho e agosto de 1920.

[13] Não há informações sobre a data de fundação da Liga Operária de Campinas, mas há registros sobre sua participação na greve da Companhia Paulista de 1906; sobre embates com a Igreja devido à criação de uma escola com concepções pedagógicas divergentes; a participação nos Congressos Operários de 1906 e 1913 e a criação de um jornal, *A Voz Operária* (01/05/1907), com influências do sindicalismo revolucionário. Alguns membros da Sociedade Humanitária Operária também integravam a Liga, que alugava sua sala como sede dessa associação mutualista até 1906, quando o envolvimento da Liga Operária na greve provocou o afastamento da Humanitária Operária. Nos registros das atas de sessões de diretoria da Liga Humanitária dos Homens de Cor, há a indicação de que em 1916, a Liga Operária deixou de existir, emprestando seu pavilhão social a Humanitária dos Homens de Cor. Porém, em 1917, a Liga Operária entre em contato para pedir o seu pavilhão social, pois retomaria suas atividades. É bastante provável que a leitura da documentação traga outras informações sobre essa organização.

[14] O debate sobre o papel dessas redes de solidariedade na construção de uma identidade e cultura operárias está exposto no capítulo 10, "A formação da cultura da classe operária britânica", em HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho* (2000).

[15] SAVAGE, Mike. "Classe e História do Trabalho". IN BATALHA, Cláudio H. M. (org) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

[16] No Tribunal de Justiça de Campinas, há vários processos abertos por trabalhadores para o cumprimento da Lei de 1919 (acidentes de trabalho), principalmente após 1930.

[17] A Liga Operária de Campinas enviou delegações aos 1º Congresso Operário (1906), 2º Congresso Operário Estadual de São Paulo (1908) e 2º Congresso Operário (1913), de acordo com HALL, Michael. PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil. Documentos. 1889-1930. O movimento operário.* São Paulo: Alfa-Ômega, v.1,1979.

THE MATRIX - O CINEMA COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA HISTÓRICA

Paula Faccini de Bastos Cruz

"Olhe à sua volta. Perceba os detalhes da sua cadeira, do lugar em que você está, da textura das suas roupas, do barulho ao fundo e das cores nesta página. Parecem reais? Eles não poderiam ser, por exemplo, uma simulação feita por um enorme sistema de inteligência artificial? Você pode achar que não, porque eles sempre estiveram ali e – ao contrário dos computadores – cadeiras e páginas de revista nunca travaram de uma hora para a outra. Mas pense novamente. Existem muitas pessoas, muito inteligentes, que acham que isto pode ser verdade".[i]

Desta forma Rafael Kenski inicia a matéria que escreveu sobre o filme *Matrix*[ii] na revista *Superinteressante* de maio de 2003. Escolhi tomar esta obra como objeto por ser ela uma ótima fonte primária, pois coloca em evidência uma questão pertinente a seu tempo, que é a manipulação da realidade coletiva através de sua própria construção, em função das necessidades de quem detém o poder. É um filme particularmente interessante porque, não sendo um filme histórico e sim uma ficção científica, fica mais claro perceber o não dito, o lugar da produção do conhecimento.

Um filme não é como uma superfície plana, e sim como um objeto de várias dimensões.

Desta forma cada ângulo que se escolhe olhar pode possibilitar uma leitura diferente. O trabalho que apresento é apenas uma das muitas leituras possíveis; uma leitura subjetiva porque praticada por um sujeito, mas alicerçada em questões teóricas e históricas pertinentes à época em que o filme foi feito, assim como também à época da presente análise, e que vêm sendo trabalhadas por muitos intelectuais e historiadores.

Como a questão levantada por Blanché[iii], quando analisa a realidade, entendendo ela como uma construção do pensamento, e que se produz através da linguagem. Para Brito[iv], esta linguagem da história se naturalizou como forma escrita, a partir de um suposto curso objetivo dos acontecimentos. Brito afirma que a história depende da imaginação do historiador, pois não se pode separar o sensível do inteligível, o particular do universal, a consciência da inconsciência e o imaginário do real. Já Havelock[v] critica esta escrita da história por ser ela pragmática, tendo perdido sua dimensão poética. Herder, Thierry, Arendt, Adorno e Certeau elaboraram diferentes concepções da história, que se tornaram necessárias e constitutivas da realidade de seu tempo. Através dos questionamentos acerca da função da história podemos analisar de que maneira estas concepções foram resultantes do embate entre forças dominantes, de um jogo de poder. Certeau[vi] atenta para a importância do lugar de fala, que é político, atende a interesses, e é ele que legitima o discurso histórico.

No caso da fonte escolhida, o filme *Matrix*, este lugar de fala é Hollywood (Warner Bross), que pode ser considerado um símbolo de produção cultural oficial de seu tempo, um lugar que legitima seu discurso como representante da sociedade americana do final dos anos 90. O filme hollywoodiano segue a história positiva, que objetiva um devir determinado pelo passado, é teleológico. Assim, a ficção científica pode ser entendida como uma projeção do passado/presente no futuro (assim como uma projeção para o futuro era a previsão marxista de um comunismo científico). De forma metafórica, ele propõe que a realidade seja um “programa de computador”, i. é, uma construção. Seu tema é auto-referente, pois o cinema é um veículo formador de opinião e a indústria que o produziu é afirmadora e faz parte desta mesma cultura

a qual critica, da realidade estabelecida, sendo ela mesma quem lhe dá legitimidade. Os autores se utilizam exatamente deste lugar para criticá-lo, uma vez que abordam a questão da construção da cultura/realidade, de como esta se dá de forma extremamente manipulada por quem detém o poder. Os detentores deste poder maior são apontados pelos irmãos Wachowski, de forma alegórica, como sendo computadores que possuem inteligência artificial. Podemos interpretar, a partir daí, que os EUA, potência hegemônica absoluta quando da realização do filme, teriam perdido o poder de controle das próprias máquinas que produzem, causando, desta forma, a pulverização de todas as sociedades e a opressão da humanidade como um todo; como uma projeção do lado "negro" da globalização.

É possível perceber neste discurso a crise que vem se processando, ao longo deste final de século, no interior da sociedade americana, e por conseguinte, no mundo ocidental. Crise esta que tem sua origem em uma concepção de mundo que não dá mais conta da complexidade e necessidades humanas, e que foi construída tendo a história como elemento determinante. O final do século XX no Ocidente ficou marcado por acontecimentos como a ausência de ideologias, a "revolução informacional", a globalização, o desenvolvimento de tecnologia e biotecnologia, a diminuição dos benefícios de seguridade social, a imigração de massas, a discriminação das minorias, a formação de blocos supra-nacionais, o fortalecimento das empresas multinacionais, o questionamento do papel do Estado, a criação das ONGs, o aumento da concentração de renda, a destruição do meio ambiente, a crise da razão da ciência e da idéia de progresso.

Segundo Neumann[vii], o progresso técnico deveria tornar possível um maior instinto de satisfação, mas não é o que acontece. A sociedade é construída sobre a renúncia às satisfações do instinto. Esta privação precisa ser compensada de algum modo, sob o risco de se tornar a matriz de sérios distúrbios. A renúncia ao instinto de satisfação e a tendência cultural para a limitação do amor são caracterizadas por este autor como a alienação psicológica do homem, ou alienação do ego da dinâmica do instinto. Podemos entender este

processo no contexto do filme, quando os seres humanos, alienados do próprio corpo no "mundo real", e onde sua energia vital é verdadeiramente "sugada" para alimentar o computador/poder central, passam a viver a realidade virtual imposta pela Matrix.

A incessante sensação de mal-estar e a ausência de credibilidade no futuro tornaram as obras artísticas de ficção científica, gênero pertencente à cultura popular contemporânea, um palco para a predição de um futuro nefasto e negativo. Segundo Ciro Flammarion[viii], estas obras representam também um século XX pouco positivo, pois quando falamos do futuro, na verdade, estamos falando do presente e de como interpretamos o futuro a partir deste mesmo presente. Na verdade, nosso porvir é imprevisível já que normalmente depende de fatos que ainda não começaram a atuar ou que ainda não foram percebidos pelo homem por causa da impossibilidade de um distanciamento crítico.

Muitos insistem na imagem de um homem livre, criativo, bem informado, capaz de fazer suas escolhas sem a interferência de fatores como ideologia de classe, publicidade, propaganda política, família, escolas, religiões e mídia. Um homem com seus problemas resolvidos pela ciência, pela razão e pela "indispensável" tecnologia. No entanto a tendência é que uma luta entre uma maioria desfavorecida e uma minoria beneficiada continue por tempo indeterminado, que o meio ambiente continue a sofrer com o desmatamento, com a poluição e com o desequilíbrio dos ecossistemas, e que o racismo contra imigrantes e minorias aumente. No filme este "mundo real" é representado como um não-lugar humano, ausente de qualquer tipo de vida, até mesmo de céu, mar e luz. Mas mostra o ser humano imbuído em lutar pela vida, ideal capaz de ultrapassar as barreiras do preconceito, unindo todos contra um inimigo comum.

Nas décadas de 50 e 60, o mundo era pensado a partir de correntes intelectuais derivadas de Karl Marx, Sigmund Freud e correntes filosóficas como o existencialismo e a fenomenologia alemã. Essas correntes intelectuais se baseavam na idéia de alienação do homem que poderia ser resultante das relações capitalistas, de costumes sociais repressivos,

de uma vida social uniformizada pelos meios de comunicação de massa ou por um Estado burocrático extremamente forte e centralizado. A libertação do homem perante este mundo alienante poderia estar na revolução, na criação de moral não repressiva ou na busca de novas experiências mais autênticas. Todos estes elementos estão presentes no filme, inclusive a revolução como solução final (mas este é um outro episódio!).

Diferentemente das correntes intelectuais acima mencionadas, as quais lutavam pela humanidade em geral, o debate intelectual da atualidade está marcado pela fragmentação. Movimentos de questionamento do papel feminino e masculino, movimentos de defesa dos direitos dos negros, defesa do multiculturalismo, movimento homossexuais e antidrogas, ou seja, estão voltados para interesses individuais de grupos específicos. O homem ocidental vive uma época marcada por guerras mundiais, Estados fascistas, barbáries como a Guerra do Vietnã e o Holocausto, e pela erosão de instituições como família, nação, sindicatos, partidos políticos e religiões tradicionais. Um período marcado por um pensamento individualista neoliberal e pela globalização que, apesar da Internet e de seu contínuo fluxo de informação, mantém o homem cada vez mais distante e indiferente ao outro.

O filme *The Matrix* foi concebido dentro deste contexto, desta soma de fatos, acontecimentos e entendimentos do mundo Ocidental da virada do século XX/XXI. Ele nos permite vivenciar uma experiência histórica, através não só do texto, como também de imagem e som. Uma linguagem que nos traz a experiência estética, e não separa o sensível do inteligível, a consciência da inconsciência, o imaginário do real.

Segundo Jameson[ix], a questão da estética, da forma de filme que faz sucesso em determinado período, está intimamente ligada à política, às particularidades e possibilidades da vida cotidiana, individual e coletiva, características de um modo de vida de classe média, da fase do capitalismo que se atravessa. Desta forma o problema da estética pode ser entendido como um problema de ética, ou um problema político. Afirma que o cinema não pode ser analisado apenas através da crítica literária, pois além do texto o cinema possui som e

imagem, e nenhum destes elementos pode ser analisado sem que se leve em consideração os outros. O autor analisa a questão do olhar, do visual, que para ele seria o sentido maior, do qual os outros derivariam, qualificando-o de pornográfico na medida em que seu objetivo é alcançar "(...) *a fascinação irracional, o arrebatamento. Assim, os filmes nos expõem o mundo como se fosse um corpo nu*".[x] Compreende os filmes como uma experiência física, memórias do corpo, pois não é através da identidade que advém as lembranças, e sim dos sentidos.

Uma outra questão que Jameson levanta em seu livro é a capacidade que o cinema tem de manipulação de massas e o que considera seu duplo, a ideologia vigente da sociedade que o produziu. O tema é extremamente pertinente, uma vez que o filme em questão tem com eixo temático a manipulação da realidade, e como linguagem o próprio cinema. Este autor faz uma análise da produção cinematográfica americana, que define como uma manifestação de cultura de massa. Para ele alta cultura, que identifica como modernismo, e cultura de massa contemporânea são fenômenos interdependentes e inseparáveis, traduzindo o que chamou de "*fissão da produção estética do capitalismo*". Parte então para uma análise da teoria elaborada pela Escola de Frankfurt, onde as teorias marxistas da reificação da mercadoria são aplicadas a obras da cultura de massa.[xi] E lembra Debord[xii] quando este conclui ser a imagem a última forma da reificação mercantil da sociedade de consumo. É fácil percebermos que a sensualidade de uma mulher fumando numa propaganda de cigarros é capaz de vender o produto; menos clara é a percepção do consumo de uma narrativa em proveito de sua própria idéia, mas que pela mesma via pode ser constatada. E é neste ponto que Jameson detecta a força da análise frankfurtiana: *"(...) sua demonstração inesperada e imperceptível introdução da estrutura mercantil na própria forma e no conteúdo da obra de arte em si".*[xiii] Assim, a relação existente entre artista e público, que era interpessoal, torna-se virtual.

Jameson acredita ser o modelo de manipulação usado por Norman Holland em sua obra *Dynamics of literary response* o mais adequado. Nele Holland afirma que a satisfação dos desejos e a simultânea proteção da psique por uma estrutura simbólica, paradoxalmente

imbricados na função psíquica da obra de arte, permitem que se compreenda como estas possam ser vistas como "manipuladoras" de seus públicos. A diferença que Jameson faz entre modernismo e cultura de massas está na maneira como cada um destes fenômenos lida com a questão: o primeiro tende a produzir estruturas compensatórias e a segunda tende a recalcá-los, desta forma manipulando ideologicamente o espectador. Os filmes de cultura de massa apresentam normalmente um conteúdo utópico que funciona como uma espécie de gratificação, como "*paga ao público prestes a ser tão manipulado*". Por estas razões o método precisa dar conta não apenas do aspecto manipulatório como também ideológico do filme de massa, como duas faces da mesma moeda. E conclui: *"na verdade, a substituição da análise política e histórica pelas considerações e julgamentos éticos é geralmente indício de uma manobra ideológica e do intento de mistificar".*[xiv] Este raciocínio nos leva a algumas observações: sendo *Matrix* um filme pertencente ao gênero de ficção científica americano, logo cultura de massa, teve como público-alvo a classe-média da "aldeia global" do final dos 1990's, que vivia o fim da bipolaridade e da guerra fria, ameaçada pelo suposto "fim da história", dentro do contexto já supracitado; portanto capaz de projetar suas ansiedades e frustrações, revelando tanto sua ideologia e a de seus produtores, quanto sua capacidade de manipulação, através da própria forma do filme.

Concluo esta pequena análise histórica de *The Matrix*, lembrando que o cinema, entendido como fonte histórica de excelência, nos proporciona um fazer histórico que não nega sua subjetividade, a dimensão humana de quem produz, seja a razão, a sensação, a emoção ou os sentimentos. Afinal, como diria Mouse no filme, "*Negar nossos impulsos é negar aquilo que faz de nós humanos*".

---

[i] KENSKI, Rafael. Bem-vindo à Matrix. *Superinteressante*. São Paulo: Abril, ed.188, maio/2003
[ii] Gênero: ação/ficção científica; título original: *The Matrix*; país:EUA; duração:138 min.; classificação: M/12; lançamento:1999: prêmios: quatro Oscars por efeitos visuais e sonoros.
[iii] BLANCHÉ,Robert. Physique et Mental. *La Notion de Fait Psychique.* Pp.30 e 31.
[iv] BRITO, Ronaldo. Fato estético e imaginação histórica. In:*Cultura, substantivo plural.*
[v] HAVELOCK, Eric. *A Revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais.*

[vi] CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org). *História, novos problemas.* P.18
[vii] NEUMANN, Franz. Ansiedade e política. In: *Estado democrático e Estado autoritário*.
[viii] FLAMMARION, Ciro. No limiar do séculoXXI. In: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge et ZENHA, Celeste. *O século XX:*O tempo das dúvidas. Do declínio às globalizações.
[ix] JAMESON, Fredric. *As marcas do visível*.
[x] JAMESON, Frederic. *As marcas do visível.* p.1
[xi]Jameson se refere principalmente às obras de Adorno, Horkheimer e Marcuse. *"A teoria da reificação descreve o modo pelo qual, sob o capitalismo, as formas tradicionais mais antigas da atividade humana são instrumentalmente reorganizadas ou"Taylorizadas", analiticamente fragmentadas e reconstruídas segundo vários modelos racionais de eficiência, e essencialmente reestruturadas com base em uma diferenciação entre meios e fins".*
[xii] DEBORD, Guy. *The society of the spetacle.*
[xiii] JAMERSON, Frederic. *As marcas do visível.* p. 12
[xiv] Idem.

O riso na Assembléia Nacional Constituinte (1987-88) na visão da coluna social de Carlos Swann, do jornal O Globo.

Paula Francineti SILVA

Este artigo se propõe a identificar os fatos pitorescos e as manifestações do riso ocorridas nos bastidores da Assembléia Constituinte, na visão da Coluna Social de Swann, do Jornal O Globo.

Esta coluna publicada diariamente nos anos de 1987/88, era formada por meia página, localizada no segundo Caderno e constituída por notícias instantâneas e breves, circunscritas a um espaço por um traço negro, que as limitam do restante do jornal. A coluna social no jornal é destinada à cobertura de acontecimentos da elite da sociedade. Esta característica lhe confere um tom popular de mexerico para falar da elite social e política e lhe imprime um tom humorístico que se manifesta pelas condutas excêntricas e pelos discursos inoportunos.

Apesar da coluna social, ser um espaço no jornal destinado ao cotidiano da elite social, observa-se que nos anos de 1987/88, uma ênfase nos temas relacionados à política. A presença de pessoas identificadas com as altas rodas da *society* é menos representativa (55% das notas), enquanto os temas sobre a política e os políticos somam 61% das notas publicadas. Apesar desta constatação, a coluna ainda era um espaço de fofoca, intriga e de invasão da privacidade.

Sobre a cobertura do mundo político havia uma freqüência de motivos para a publicação de notas, que se referiam ao trabalho do parlamentar; àqueles que ocupavam cargos dentro do Congresso Nacional (presidência do Senado ou da Câmara); aos líderes de governo ou partidários; aos que eram citados pelos seus pares; aos que estavam envolvidos em algum escândalo ou aquele candidato a algum cargo eletivo. Isto indicava que havia uma ênfase nas ações individuais dos congressistas.

A cobertura dada pelo colunista ao que acontece nos bastidores da política chega a cobrir melhor a notícia do que as demais partes do jornal. Ramos (1994) observa que os freqüentes furos, notícias exclusivas que o colunista publica resumidamente, no dia seguinte, pelo menos alguns jornais desenvolvem o assunto em reportagens detalhadas. Esta possibilidade de constantes furos jornalísticos explica-se pelo fato do colunista muitas vezes divulgar a informação sem verificar a sua veracidade. Isso configura uma *proliferação descontrolada dos balões de ensaio, das maldades e das intrigas, formando uma malha jornalística tão frouxamente trançada, que por ela escapam com excessiva facilidade a ética e a aproximação da verdade* (Ramos 1994, 23). O que evidencia o limite pouco nítido entre um boato, fofoca ou intriga da informação verídica no noticiário das colunas.

Nos anos de 1987/88, a coluna trazia com humor a informação sobre os fatos específicos da Assembléia Constituinte: a convivência conflituosa do Poder Executivo e do Poder Constituinte, as negociações, disputas ou revelações das lideranças políticas e a intensa atividade dos lobistas.

Apesar da hegemonia do PMDB, grande vitorioso nas eleições de 1986, principalmente em razão de ter assumido a paternidade dos efeitos positivos do Plano Cruzado, a correlação de forças na Constituinte foi marcada por diversas concepções ideológicas e doutrinárias. Pesquisa divulgada na *Folha de S. Paulo*, no dia 19 de fevereiro de 1987, indicava o perfil ideológico dos 559 constituintes: 181 de centro (32,3%), 131 de centro-direita (23,4%), 126 de centro-esquerdo (22,5%), 69 de direita (12,3%) e 52 de esquerda (9,3%).

São estes grupos que vão digladiar-se durante as atividades parlamentares, muitas vezes tensas e rígidas. Porém suas ações acabam dando oportunidade à manifestação do riso, provocado por comentários inoportunos, trocadilho e citações erradas. Neste aspecto, o humor é subentendido *como qualquer mensagem, expressa por atos, palavras, escritos e imagens, cuja intenção é provocar o riso* (Bremmer e Roodenburg, 2000:13).

O que fazia rir na plenária da Assembléia Constituinte era captado pela coluna social na forma do discurso direto ou indireto. Logo no início dos trabalhos já se comentava: *o Congresso Nacional já tem painel eletrônico e um detector de metais. Fica faltando agora um relógio de ponto*. (Coluna do Swann, 30 de janeiro de 1987)

Pouco tempo após iniciar os trabalhos já se ouviam comentários sobre o tipo de atuação de alguns parlamentares: *o Deputado Xuxa – aquele que antes das eleições brindava seus eleitores com "beijinhos, beijinhos"; agora, só os trata com "tchau, tchau"* (Coluna do Swann, 3 de fevereiro de 1987).

Alguns comentários sarcásticos indicavam que as disputas político-ideológicas se davam com palavras, um dos parlamentares retrucando a notícia de que o PMDB pretendia fazer uma Constituição explosiva dizia: *O PMDB foi a todas as festinhas na casa do regime anterior e agora quer casar na Igreja de véu e grinalda* (Coluna do Swann, 3 de fevereiro de 1987).

Fatos e ações pitorescas como a venda de camisetas para campanhas políticas, pelo Deputado Antenir Werner do (PDS-SC), que ao ser criticado defendeu-se alegando: *ora, o meu negócio é muito normal. Todo mundo vende tudo no Congresso. Tem até quem venda boi!* (Coluna do Swann, 5 de setembro de 1988). Este tipo de notícia evidenciava o uso do poder legislativo, por alguns dos congressistas, para exercício de políticas individuais e desqualificava o espaço público institucional.

O diz-que-diz exterioriza o homem público, como por exemplo, comentava-se que o Ministro Aureliano Chaves, ao ser perguntado sobre os rumos do Brasil, respondeu: *não sei! Meu senhor. Tenho rezado muito para que não vá para o inferno*. A resposta demonstra que ele não era favorável aos rumos que tomava a política do país e evidenciava a dissociação dos representantes do núcleo governamental que se fracionam e polarizam em torno de interesses e idéias distintos.

O Deputado Ulysses Guimarães era o parlamentar de maior evidência, em 33% das notas o seu nome é citado, ora para elogiar, ora para criticar. Isso se justifica pelo fato do deputado ter acumulado vários cargos, como o de presidente da Câmara dos Deputados, da Assembléia Nacional Constituinte e do PMDB. No período, o PMDB era o grande centro

político que sustentava precariamente o governo Sarney. A sua precariedade estava no fato de ser um partido de orientação pouco definida. Se a orientação já era indefinida, por motivos históricos, na transição esta indefinição torna-se mais nítida porque acentuou as tendências tanto de uma minoria de esquerda quanto da outra facção, que não rompera com o antigo regime.

Na tentativa de tornar estrutural o poder que conquistara, conjunturalmente, a partir do governo Figueiredo, Ulysses Guimarães, como Presidente do PMDB, procura concentrar as alas opostas do partido e acomodar a esquerda liberal à maioria da bancada peemedebista. Este processo mereceu o seguinte comentário do Ministro José Hugo de Abreu: *O Doutor Ulysses é o maestro de uma grande orquestra em que cada músico toca por uma partitura diferente (Coluna do Swann, 15 de setembro de 1987).* O comentário revela o pacto entre as elites dominantes para a transição negociada e que fez do PMDB, partido majoritário nas eleições de 1986. Porém o crescimento do PMDB ao invés de unificar inibiu o seu poder de iniciativa e à medida que os trabalhos na Constituinte avançavam exigindo a definição de questões, aparecem os muitos interesses conflitantes que intervêm para desfazer o equilíbrio instável inicial e o PMDB *tornou-se um partido-ônibus, com vários motoristas, cada qual se substituindo na condução para dirigi-lo em rumos diferentes, quando não antagônicos.* (Nascimento, 2004)

O riso permeava as sessões da Assembléia e ia além dele. Seu ponto mais freqüente era o cafezinho da Câmara, conhecido como um tradicional ponto de intrigas, fofocas e gozações. Ele podia ser deflagrado por citações erradas. Por exemplo, o assessor do Ministro Maílson da Nóbrega, procurando desmentir o boato da saída do ministro responde: *não há nada de verdade nisso tudo. O Ministro continua indo de vento em proa (Coluna do Swann, 25 de abril de 1988).*

Neste comentário, o vento em proa seria um vento contrário, exatamente o que estava sendo negado. Cabe nesse ponto reconstruir o processo em que ele se insere, ou seja, a contínua crise da dívida externa estimulada pelo seu crescimento, o problema atinge no governo Sarney o seu ponto áureo, uma vez que para efetuar os pagamentos da dívida

externa, o governo recorria à crescente dívida pública interna e à criação de dinheiro inflacionário.

Nesta atmosfera econômica vai preponderar a tradicional política de clientela que tem por base os poderes locais e as alianças de sustentação políticas utilizadas no período para a manutenção da governabilidade, caracterizadas pela troca de apoio político por benesses administrativas. O tom de fofoca dos bastidores é evidenciado pela afirmação de que o Governador Álvaro Dias *sabe o que está fazendo, ao apoiar ostensivamente a tese do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. O Governo Federal liberou ontem CZ$ 99 milhões para a execução de projetos do setor de irrigação no Estado do Paraná (Coluna do Swann, 4 de fevereiro de 1988).*

Muitas vezes, no auge do calor da Constituinte, surgia o humor que se opunha à seriedade do momento. Poderia ser um aparte estranho, disparates não intencionais, expressões ilógicas, qualquer uma dessas excentricidades, ditas por um dos parlamentares, em termos empolados e perdidos em meio a um árduo debate. O Deputado Inocêncio de Oliveira, ao apresentar um projeto de lei que estabelecia que o fogo simbólico na pira do Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, só deveria ser aceso durante três dias por ano – 21 de abril, 7 de setembro e 15 de novembro, justifica: *patriótica e meritória a iniciativa que homenageia a memória dos nossos maiores, o Panteão da Pátria não precisa ter a tocha acesa todos os dias do ano como se pretendesse empanar o brilho do sol que crestou as asas de Ícaro. (Coluna de Swann, 21 de março de 1987).*

O Deputado José Elias Murad, no dia 20 de maio de 1988 distribuía um folheto aos Constituintes com dez conselhos para combater o stress. Um deles é rir sempre que possível, *pois o riso é um ótimo método de relaxamento e ajuda o organismo a aliviar as tensões*. A distribuição do folheto provocou o seguinte comentário crítico: *as más línguas de Brasília estão espalhando que, mesmo sem conhecer o folheto, o ex- Ministro Bresser Pereira já segue esse conselho há muito tempo.* Esta era uma referência ao espiral inflacionário que atingia índices próximos à hiperinflação. Convocado para assumir o Ministério da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira concebeu um novo plano econômico, lançado em 6 de janeiro de 1988, mas que não obteve sucesso. Então, do que ria Bresser? O seu plano muito criticado provocou a sua saída do

Ministério, porém os seus sucessores também não foram capazes de resolver a crise econômica.

O humor se manifestava na Assembléia em situações como esta, em que o Deputado José Carlos Vasconcellos (PMDB/PE) com uma justificativa de 51 laudas, apresentou à Assembléia Constituinte uma proposta pedindo anistia póstuma a Frei Joaquim do Amor Divino Caneca – o Frei Caneca, do movimento republicano da Confederação do Equador. Em sua exposição, o parlamentar pede também a reincorporação da Comarca do Rio São Francisco ao Estado de Pernambuco. O tom humorístico está na confusão de áreas geográficas e contextos históricos.

A preocupação com os baixos índices de participação dos parlamentares nas sessões da Constituinte provocava as mais engraçadas atitudes. Sobre isso, a coluna de Swann do dia 5 de maio de 1988, conta que, convidado para presidir a comissão que examinaria os atestados médicos dos congressistas faltosos, o Secretário da Mesa e médico Mário Maia recusou, alegando questões de ética, primeiro por contrariar o atestado de um colega médico, depois porque teria que denunciar um colega parlamentar.

Durante todo o tempo os trabalhos da Assembléia são acompanhados de intriga e fofoca. O Senador Roberto Campos, falando na Comissão de Tributação e Planejamento, desenvolveu o seguinte raciocínio: *pela Constituição o orçamento da União tem que ser obedecido, mas infelizmente, o governo está gastando mais do que pode e está emitindo moeda – o que resulta num aumento da inflação. Portanto a inflação é inconstitucional (Coluna do Swann, 10 de março de 1987).* Roberto Campos, um economista que apoiou o regime anterior, faz parte do coro daqueles que procuram provocar repercussões negativas para a imagem do processo democrático.

Os conchavos políticos eram abordados de forma cômica, a exemplo, a opção do Deputado Álvaro Valle, que abriu mão de ser o Relator da Subcomissão de Educação em troca da proposta de participação em três outras Comissões e na Mesa Diretora da Constituinte. O comentário era que: *ele preferiu ter quatro pássaros na mão e um voando* (Coluna do Swann, 9 de abril de 1987). Ao parodiar o ditado popular o colunista desvela a precariedade de

consenso e a instabilidade que levou os constituintes a negociações e mudanças freqüentes na ocupação de cargos.

A atuação de alguns parlamentares repercutia negativamente na imagem dos congressistas, que envidavam esforços para reabilitá-la. Procurou-se instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigaria os políticos envolvidos em casos de corrupção. Uma eventual convocação do ministro Antônio Carlos Magalhães para depor nessa Comissão redunda, no aprofundamento dessa negatividade. Nota-se pelos comentários do ministro: *se eles me convocassem para depor, a CPI encerraria imediatamente seus trabalhos (Coluna de Swann, 7 de maio de 1988).* Esta Comissão mereceu os comentários picantes do ministro Paulo Brossard: *minha impressão é que ela está pescando em alto-mar, num oceano imenso, sem fronteiras e sem limites e, por isso, correndo o risco de não alcançar resultados satisfatórios (Coluna de Swann, 6 de maio de 1988).*

A fofoca e o disse-que-disse tomavam conta dos corredores da agitada Assembléia Constituinte. O ti-ti-ti parlamentar envolvia a Deputada petista Benedita da Silva, diziam que a Deputada procurava tomar para si a idealização da emenda sobre os direitos das empregadas domésticas, que era de autoria *da loura Deputada Rita Camata (Coluna do Swann, 21 de março de 1988).*

Os assuntos mais polêmicos, como a decisão entre o presidencialismo e o parlamentarismo, eram sempre abordados de forma satírica. O Senador José Richa (PMDB-PR), defensor do parlamentarismo e discordando da alternativa de implantação de um sistema híbrido que misturava sistema de gabinete com o presidencialismo, afirma: *para mim a questão é como virgindade. Ou é ou não é virgem, sem meio termo (Coluna de Swann, 28 de agosto de 1987).*

Opinando sobre o assunto Mário Henrique Simonsen comenta sarcasticamente:

> se for aprovado o parlamentarismo, o Primeiro-Ministro será o Deputado Ulysses Guimarães – por meia hora. Depois, virá o Mário Covas, que durará 15 minutos; em seguida, o José Richa, que ficará no cargo, se tanto, uns cinco minutos. Aí, então virá o General Pires Gonçalves que certamente não vai receber nenhuma moção de desconfiança do Congresso (Coluna do Swann, 7 de maio de 1987).

A voz da autoridade do professor Simonsen constata que a aprovação do sistema parlamentarista quebraria a subordinação do Legislativo ao Executivo, uma das características centrais do Estado brasileiro. A ironia do final da frase indica que na possibilidade deste elo ser rompido a tomada do poder por um general colocaria o Congresso em sua condição subordinada ao Poder Executivo. O discurso relaciona-se à tênue redemocratização do país.

À medida que os trabalhos da Constituinte chegavam ao fim, surgiam novos motivos para o riso. Quando o último projeto de Constituição foi entregue pelo Deputado Bernardo Cabral ao Deputado Ulysses Guimarães, o revisor antecipava que: *tem muito mais coisa pela frente para arrepiar os cabelos dos puristas do idioma de Camões (Coluna de Swann, 15 de outubro de 1988).*

O trabalho de impressão do texto final da Constituição também era alvo de choça: os passageiros do maior trem da alegria de que se tem notícia – 4 mil funcionários – vão ser convocados em novembro para mergulhar de cabeça nos trabalhos de composição e impressão de 3 milhões de exemplares da nova Constituição. Os responsáveis pela gráfica estão fazendo figa para não aparecer todo mundo junto (Coluna de Swann, 19 de outubro de 1988), Esta era uma alusão aos famosos “trem da alegria” prática política que se aproxima do que se convencionou chamar de “fisiologismo” ou concessões feitas pelos congressistas a si mesmas e seus aliados políticos de recompensas financeiras ou empregatícias à custa dos cofres públicos.

O riso que evidenciamos no decorrer dos trabalhos da Assembléia Constituinte era um riso ambíguo porque era formado pela recusa e aceitação da nova realidade pela precedente. Neste processo de negação e afirmação o humor é deflagrado pelo contexto excepcional de transição para uma nova ordem. Durante todo o período de funcionamento da Assembléia Constituinte a coluna de Swann, com um tom de humor serviu de guia para revelar as mudanças sociais e políticas do período de transição.

"VÍTIMAS PASSIVAS" E "ALGOZES ATIVOS":REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA IMPRESSA SOBRE A SEXUALIDADE DE ENVOLVIDOS EM CRIMES CONTRA HOMOSSEXUAIS.

Paula Lacerda

O objetivo mais geral deste projeto que integra a dissertação de mestrado que vem sendo conduzida no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde abril de 2004 é analisar as notícias de jornais publicadas entre os anos de 1980 e 1995 cujo foco são homossexuais assassinados no estado do Rio de Janeiro. Os elementos privilegiados nesta investigação são as representações produzidas e reproduzidas pelos jornais, o que possibilita perceber o imaginário de um dado segmento de classe – uma vez que as representações lidas pelos consumidores do jornal são compreendidas, senão compartilhadas; e descortinar o leitor suposto pelos jornais – uma vez que, se falamos em mediação, consideramos que a construção da notícia se pauta pelo gosto de um leitor ainda imaginado.

O material em que se baseia este estudo são notícias pertencentes aos diários cariocas *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O Povo*, *A Notícia* e *Luta Democrática*. É importante salientar que a reunião das notícias não foi uma tarefa executada por mim, mas por pessoas filiadas ao Grupo Gay da Bahia. Este grupo, que trabalha pela defesa dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT) é um dos maiores do país e o responsável pela compilação do número de homossexuais assassinados no país.

Ainda que não-oficiais, as estatísticas produzidas são os únicos dados disponíveis no Brasil, garantindo com isso grande visibilidade. Acredito que analisar este "dossiê" de notícias de acordo com a entidade à qual ele pertence seja um trabalho interessante que possibilitaria pensar questões relativas não só à atuação do movimento homossexual brasileiro, como sua agenda e suas prioridades; mas também à própria natureza do dossiê e à possibilidade de

vieses na composição do conjunto das notícias. Mas isso não fará parte da dissertação de mestrado, tampouco deste trabalho.

Este texto versará sobre uma face das representações apreendida através dos jornais que diz respeito à questão da sexualidade dos seus envolvidos, minimizada algumas vezes pela relação diádica "atividade/passividade". Além da vítima e suspeito(s), personagens centrais da narrativa da notícia, algumas pessoas são convidadas a fornecer informações que justifiquem a atribuição dos papéis sexuais aos "personagens principais". Estas pessoas, que podem ser classificadas como "colaboradores" ou "coadjuvantes", são em geral parentes de um dos envolvidos, amigos ou vizinhos da vítima (nos casos de crimes ocorridos em residência) e especialmente, porteiros.

A declaração destes sujeitos, criteriosamente selecionada pelos jornais, funciona como legitimador (ou norteador) das representações que ali são reproduzidas. Grosso modo, uma notícia que ressalta a imagem do homossexual promíscuo vem acompanhada da declaração do porteiro que assinala a grande rotatividade de visitas (ou mais especificamente, a "visita de rapazes") no apartamento da vítima.

Este estudo buscará marcar que as representações sobre a sexualidade dos envolvidos não são monolíticas ou concisas; ao contrário, caracterizam-se pela pluralidade. A dominante heterossexualidade dos "colaboradores" da informação chama a atenção. No entanto, creio ser oportuno indicar que a fundamentação teórica do conceito de representação com o qual eu venho operando baseia-se no estudo de Émile Durkheim desenvolvido principalmente em *Representações Individuais e Representações Coletivas*. [1]

Este conceito, em linhas gerais, assinala que representações sejam obras do coletivo, cujo caráter incide sobre o socialmente compartilhado, sobre aquilo que poderia ser denominado "saber-comum" (mas não o "saber popular", se denotando diferenças de classe) e por isso possuem um certo grau de estabilidade na sociedade. Não são representações algo

momentâneo, incompreensível entre gerações, por exemplo. Citando Durkheim, representações são "estruturas simbólicas coletivas que operam abstratamente entre instâncias e pessoas". [2]

A base do estudo das representações calca-se no pensamento Durkheimiano. No entanto, outro autor que mostra-se crucial na discussão sobre "representações sociais" é o pós-colonialista Homi Bhabha. [3] Este autor trabalhou com a construção de estereótipos no contexto da colonização e segundo suas formulações, o estereótipo deve ser entendido como a principal estratégia discursiva do colonialismo; mantém-se atuante devido sua dupla função: precisa ser infinitamente repetido, já que nunca poderá ser provado. O estereótipo é um atributo dotado de fixidez, de maneira que circunscreve negros, mulheres, homossexuais a relações de poder, passíveis da ação de estereótipos.

As representações encontradas nas notícias de jornais conformam-se em formas de estereótipo. A sexualidade dos envolvidos muitas vezes é derivada de concepções impressionistas dos repórteres, editores e demais responsáveis por sua publicação. Percebe-se claramente a ausência de indícios que justifiquem a "passividade" ou "atividade" atribuída aos envolvidos em crimes letais.

Partindo agora para a análise dos casos, informo que nem todas as notícias apontam um sujeito como suspeito. Entretanto, outras notícias dão como "assassinos" ou "criminosos" pessoas que ainda não passaram por nenhuma etapa do processo de investigação. Esta diferença, que fere claramente princípios básicos de justiça, deve-se à posição de classe que as vítimas ocupavam, como revelaram os resultados da análise.

De um modo geral, os crimes noticiados são latrocínios (roubo seguido de morte) e homicídios cometidos contra homossexuais de diferentes faixas etárias, posições de classe, cor/raça e local de moradia. No entanto, é notável a semelhança do perfil das vítimas acometidas por crimes de mesma tipificação. As vítimas de latrocínio são geralmente classificadas pelos jornais como brancas, moradoras da região central ou zona sul carioca, bem empregadas e com idade em torno de 45 anos. Diferente é o perfil das vítimas de homicídios

(onde os crimes ocorreram em locais públicos e sem testemunhas): são descritas como pardas ou negras, moradoras da baixada fluminense ou da zona oeste carioca, as profissões mais ocorrentes variam entre cabeleireiro, maquiador e profissional do sexo, a idade é inferior a 30 anos. Acresce-se que o número de casos cujos dados da vítima são incompletos é consideravelmente superior nas notícias provenientes dos jornais *O Povo*, *Luta Democrática*, *Notícias Populares*.

Nos casos de assassinatos contra homossexuais de camadas populares (lembro que os jornais baseiam-se em elementos subjetivos na mensuração da classe social, como por exemplo cor/raça, local de moradia e características do mesmo) o relato varia entre uma narração brevemente pontual, onde são relatadas as condições gerais do crime ou uma narrativa "sensacionalista" [4] em que o elemento "fora do lugar" é a vítima, sendo constantemente alvo de chacotas, além de ter seu corpo explorado através de fotografias. Às travestis, resta um papel ainda pior. Geralmente dispostas em locais de prostituição, ou "regiões morais" [5], são assassinadas em logradouros públicos, e ainda assim, não há testemunhas de seu homicídio. Por não haver testemunhas e tampouco um suspeito que os jornais possam noticiar, a análise da sexualidade de "envolvidos" neste tipo de crime torna-se inviável. Algumas considerações a respeito das representações sobre travestis serão anunciadas adiante.

Os homossexuais cuja classe é dada como alta pelas notícias de jornais aparecem como vítimas de seu próprio desejo. O "desejo irrefreado" por pessoas do mesmo sexo fez com que eles abrissem as portas de sua casa para sujeitos de má índole, que acabaram por tirar-lhes a vida. Como disse, os suspeitos são evocados pelas alcunhas de "criminosos" e "assassinos" antes que fosse averiguada a procedência da suspeita. Os suspeitos são em geral rapazes mais moços, mais pretos e mais pobres que a vítima. Moram em locais distantes da prestigiada zona sul carioca, têm porte atlético e vestem-se com "roupas da moda". Desta forma, os suspeitos que terão seu perfil analisado aqui têm uma importante especificidade, qual

seja, serem acusados de envolvimento em crimes de latrocínio contra homossexuais das classes mais altas da população.

As percepções sobre a sexualidade encontradas nas notícias podem ser interpretadas como bipolares, variando entre o pólo da "heterossexualidade" e "homossexualidade". A categorização da vítima como homossexual, obedece critérios díspares. Pode ser que a vítima tenha sido um homossexual assumido como foi o caso de alguns famosos artistas, decoradores e estilistas assassinados no fim da década de 80, cabendo ao jornal reproduzir esta informação. Pode ser que a declaração da família sobre a homossexualidade do parente figure no corpo da notícia. Pode ser que o porteiro indique a tal "presença de rapazes" ou "festas de embalo" e o jornal noticie a morte de um "homossexual". É ainda possível que nenhuma destas situações tenha ocorrido, mas o jornal deduza a homossexualidade devido às circunstâncias do crime ou a objetos encontrados na cena do crime.

A heterossexualidade dos suspeitos, por sua vez, é dada de antemão. Não há elementos que justifiquem esta afirmativa, nenhum argumento é apresentado. Algumas considerações podem contribuir para a compreensão das causas deste relativo esforço em nomear a fonte da informação sobre a orientação sexual da vítima e nenhum questionamento sobre a sexualidade do suspeito. A relação entre virilidade e violência, masculinidade e uso de armas de fogo/objetos cortantes, a (hetero)sexualização das classes populares podem ser apontadas como uma forma de representação que se espraia nas notícias, justificando que a sexualidade não-normativa e possivelmente "exótica" seja divulgada com espanto e necessitando de fontes que comprovem a veracidade da informação, ao passo que a heterossexualidade normativa não precisa de investigação, sua evocação é suficiente.

Se as notícias representam a heterossexualidade como norma e a homossexualidade como desvio, o emprego de termos qualificativos em relação à orientação sexual não se coloca de maneira diferente. Ao lado de concepções estigmatizantes da homossexualidade, vêm termos como "anomalia", "safadeza", "melancolia" e principalmente "tragédia". A

homossexualidade em si, seja devido à solidão ou ao desfecho letal da busca de companhia (geralmente garotos de programa) é vista como uma tragédia inevitável. Desta maneira, indica-se que os crimes contra homossexuais dificilmente terão fim, pois ocorrem por descuido da vítima. Podemos ainda dizer que, no tocante à opinião sobre os assassinatos, as notícias indicam que não é algo que a polícia possa prevenir, uma vez que são as próprias vítimas que convidam "pessoas de má índole" às suas casas.

Como disse, alguns objetos encontrados no imóvel da vítima são utilizados na tentativa de comprovar sua homossexualidade. Bebidas alcoólicas, copos com vestígios de bebidas, aparelho de som ligado (ou disco na vitrola) indicam que houve "festa de orgia" no apartamento da vítima. Preservativos, lubrificantes, revistas e vídeos pornográficos, esculturas ou pinturas de modelos nus denunciam, conforme crê o jornal, um estilo de vida onde o sexo ocupa o espaço principal. As representações baseadas em objetos encontrados no imóvel da vítima ajudam a compor a imagem do homossexual adicto ao sexo que desafia perigos na busca de um parceiro.

Ainda que já tenhamos marcado que as vítimas são apresentadas como homossexuais em oposição a seus algozes, acrescento uma outra dimensão ou conseqüência desta nomeação: a relação de passividade ou atividade sexual. A passividade sexual funciona, muitas vezes, como sinônimo de homossexualidade, e não se restringe apenas ao campo da sexualidade. De fato, também se relaciona à passividade a sociabilidade da vítima, onde se agrupam características como a timidez, pacatez, avessia à brigas, tolerância. Por tudo isso as vítimas encontram-se volúveis à ação dos "heterossexuais" com os quais se envolvem – ativos, fortes, decididos, violentos.

Nota-se que todos os atributos femininos eleitos nas notícias são também referidos a mulheres. Neste sentido, faz-se marcante as observações de Misse [6] de que a passividade sexual das mulheres, extensível aos homossexuais, estigmatiza ambos os grupos. Apreensíveis no cotidiano, os estigmas são revelados por sutilezas do vocabulário: gírias, palavrões, adágios.

Um dos exemplos comentados pelo autor refere-se a expressão “coitado(a)”, que demarca a dupla nomeação de alguém infeliz ou desventurado, ao mesmo tempo em que, se tomada em seu sentido literal, indica a participação passiva em uma relação sexual (ou coito). Desta maneira, não só a passividade sexual é atributo relacionável aos homossexuais, mas toda a série de atributos cotidianamente nomeados femininos (a fragilidade, a doçura, a dependência, a impulsividade) é arrolada a supostos homossexuais.

Quanto às travestis, ainda que não integrem esta análise pelos motivos já explicitados, vale a pena mencionar que a relação com o feminino obedece critérios mais injuriosos. Se os homossexuais são comparáveis às mulheres devido sua suposta fraqueza, irracionalidade e passividade; as travestis - suponho que pelas intervenções que fazem em seus corpos e pelo uso de roupas e adereços típicos do sexo feminino - compõem ao ver da notícia uma espécie de imitação exótica e grotesca da “essência” do feminino.

No entanto, é preciso contextualizar que no Brasil a equiparação entre homossexualidade e feminilidade foi admitida por médicos de diferentes especialidades a partir da segunda metade do século XIX, permanecendo atuante até os anos 1950. Influenciados por teorias estrangeiras que postulavam a homossexualidade como uma anomalia onde os instintos sexuais encontravam-se incorretamente direcionados, os médicos brasileiros adaptaram as teorias científicas de médicos ingleses, alemães e norte-americanos ao saber popular da época. [7] Como resultado, temos o salto entre as teorias estrangeiras que aceitavam que um desvio no direcionamento dos instintos sexuais acarretasse na homossexualidade, e o novo paradigma brasileiro de que homossexualidade traduzia-se em passividade e efeminação.

Viveiros de Castro, médico brasileiro que produziu seus trabalhos em meados do século XIX acreditava que os homossexuais sofriam de uma alteração psíquica chamada “efeminização”. Segundo ele, os homossexuais “Têm como as mulheres a paixão da toilette, dos enfeites, das cores vistosas, das rendas, dos perfumes. (...) Depilam-se cuidadosamente. (...) Passam rapidamente de um egoísmo feroz à sensibilidade que chora. Mentira, delação,

covardia, obliteração do senso moral é o seu apanágio. A carta anônima é a expressão mais exata de sua coragem. Não seguem as profissões que demandam qualidades viris, preferem ser alfaiates, modistas, lavadeiros, engomadores, cabeleireiros, floristas, etc". [8] Este autor, longe de ser um diletante ou médico periférico, compunha o saber médico da época, acompanhado por outros de grande prestígio como Leonídio Ribeiro, Hernani de Irajá e Pires de Almeida.

Por fim, acredito que estas formas de representação presentes nas notícias contribuam para sua permanência e renovação na sociedade funcionando como estereótipos ultrajantes que atingem, difamam e ferem todo um grupo de pessoas. A escassez de informações sobre os crimes contra travestis espelha uma situação muito mais séria do que a simples ausência de testemunhas: a desimportância destes casos perante a polícia, a justiça e a população.

---

[1] Durkheim, Emile. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro e São Paulo, Forense, 1970.
[2] Idem
[3] Bhabha, Homi. "A Outra Questão – o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo". In.: *O Local da Cultura.* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.
[4] Entende-se aqui por "narrativa sensacionalista" um tipo mais ou menos padronizado onde as sensações do leitor (medo, angústia, alegria) são exploradas com a finalidade de fazê-lo sentir-se participante na história narrada. É também comum o apelo aos sentidos de cheiros, sons, gostos. As histórias sensacionalistas, supõem um "leitor que procura naquelas páginas a emoção, a sensação da verdade entremeada por um mundo de sonho" (Barbosa, 1996).
[5] De acordo com a Sociologia Urbana, "região moral" compreende áreas centrais das grandes cidades, geralmente estigmatizadas, onde agregam-se populações ambulantes que promovem atividades ilegais ou próximas à ilegalidade. Cf. Perlongher, Néstor. *O Negócio do Michê – Prostituição viril em São Paulo.* São Paulo,Brasiliense, 1987.
[6] Misse, Michel. *O Estigma do Passivo Sexual*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.
[7] Cf. Ford, Talisman. *Passion in the Eye of the Beholder: Sexuality as Seen by Brazilian Seen by Brazilian Sexologists, 1900-1940.* Vanderbilt, 1995. Apud: TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso - A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade.* Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
[8] Viveiros de Castro, 1932, apud Trevisan, João Silvério. "Entra em cena o Homossexualismo". In.: *Devassos no Paraíso - A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade.* Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

GUERRA E PAZ NO ENSINO DE HISTÓRIA

Paulo Afonso Zarth e Andréa Becker Narvaes - UNIJUI

A História já foi acusada de "história-batalha", pela importância dada às guerras nos conteúdos escolares. Nos dias atuais, a guerra continua presente, mas de uma forma muito diferente em sua abordagem. Esta comunicação analisa os resultados de uma pesquisa realizada na rede escolar do ensino fundamental e médio do Noroeste do Rio Grande do Sul, sobre o engajamento político dos professores da área das ciências sociais em torno de temas sociais e políticos presentes no cotidiano, entre os quais a paz e a guerra aparecem com destaque. O engajamento político é entendido neste texto como a atuação do professor em favor de causas de caráter político, discutindo-as em sala de aula, tendo como objetivo desenvolver a consciência crítica necessária aos alunos para a leitura do mundo atual.

Consideramos adequado para nossa investigação o conceito de intelectual engajado utilizado por Pierre Bourdieu, em texto recente:

> "...alguém que engaja numa luta política sua competência e sua autonomia específicas e os valores associados ao exercício de sua profissão como os valores de verdade e de desinteresse, ou em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política, mas sem abandonar sua exigência e sua competência de pesquisador".[1]

As declarações dos professores engajados revelam bastante clareza em relação ao seu papel de ensinar numa perspectiva crítica e engajada politicamente. Esta postura tem se apoiado em uma série de educadores que defendem um ensino baseado na crítica social. Um autor largamente utilizado pelos professores da rede escolar e pelos agentes das políticas públicas de educação é Paulo Freire, cujos textos se constituem em referência indispensável em função da forte presença na formação destes professores.[2] É útil ainda o comentário de Winock sobre os educadores como intelectuais: "... mais duradouro que os gritos panfletários e os manifestos dos peticionários, é o trabalho quotidiano dos intelectuais

anônimos – particularmente os educadores – que, parece-me, deve ser reconhecido no seio da sociedade democrática."[3]

Os dados recolhidos indicam que o engajamento político dos professores e professoras da área das ciências sociais em causas sociais e políticas, no sentido atribuído anteriormente, fazem parte da atividade profissional, embora nem todos atuem nesse sentido.

O engajamento político dos professores é avalizado pelas próprias políticas educacionais oficiais ao sugerirem uma postura crítica e transformadora em relação ao mundo e que questione a realidade social do país. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, no documento dedicado ao ensino de história, refere-se a alunos e professores como "sujeitos críticos da realidade social e como sujeitos ativos no processo de ensino e de aprendizagem".[4] Entre os objetivos do ensino fundamental, segundo o mesmo documento, destacamos como exemplo: "Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação".[5]

Os documentos oficiais do governo estadual do Rio Grande do Sul, da gestão 1999-2002, também destacam o ensino crítico em seus princípios: "educação libertadora, formadora de sujeitos críticos e transformadores da realidade, na perspectiva da construção de uma sociedade justa, democrática e humanista." [6]

A atuação dos professores no sentido de trazer para a sala de aula temas sociais e políticos da atualidade pode ser inscrita como um exercício de ensino com base na metodologia da chamada história "imediata" ou "atual". Para os seus seguidores "La historia (*historiografía*) tiene bastante que decir sobre las sociedades en fluencia, sobre las sociedades presentes, y tiene mucha contribución que hacer al análisis social, multifocal, de nuestro tiempo".[7] Uma posição mais contundente a favor da História imediata, indica-a como um "chamamento ao compromisso do historiador com o seu tempo", sugerindo que:

> "...ao trazer o presente e o imediato para o campo da análise histórica, o historiador abre possibilidades concretas de intervenção no presente, assumindo compromissos com os atores sociais contemporâneos a ele. O historiador do imediato compromete-se, assim, com o seu próprio tempo."[8]

Como conseqüência, trata-se de uma proposta explícita de engajamento político no ensino de história e revela que existe uma metodologia para orientar os professores nessa direção. Um exemplo que merece destaque no material recolhido pela pesquisa, é o projeto intitulado "Guerra e paz em tempo de globalização", reunindo História, Geografia, Filosofia, psicologia e Ensino Religioso, desde a 5 ª série do ensino fundamental até o 3 º ano do ensino médio, desenvolvido por uma escola. A justificativa do projeto é bastante clara em relação ao engajamento dos professores. Depois de fazer um conjunto de considerações críticas em relação à atitude do governo dos Estados Unidos, os professores declaram:

> "Nós, professores da área das ciências humanas acreditamos que temos o dever de esclarecer, informar e nos posicionarmos a respeito, oportunizando situações em que os alunos possam posicionar-se desenvolvendo a criticidade. Também acreditamos que não podemos deixar de desenvolver a cultura da PAZ, que é um anseio tão grande da humanidade." [9]

O texto é claro. Trata-se de um engajamento em favor da cultura da paz e uma militância contra a posição norte-americana de promover a guerra em favor de seus interesses econômicos e políticos. O projeto não é uma simples denúncia, seu enfoque conceitual é a cultura da paz, conforme se explicita claramente nos objetivos.[10] Paralelamente, outros conceitos fundamentais para as ciências sociais são trabalhados, de acordo com os objetivos específicos: "oportunizar situação em que o educando seja capaz de compreender conceitos como Globalização, imperialismo etc...".[11]

O caráter de engajamento se revela maior na medida em que o projeto transcende a sala de aula e a escola e vai para a rua, envolvendo a comunidade local. A estratégia de mobilização envolveu uma caminhada pela paz, culto ecumênico e palestras, numa ampla demonstração política.

A escolha do tema indica a forte influência da mídia no ensino das ciências sociais. Os conceitos anunciados poderiam ser estudados em quaisquer outras circunstâncias, mas diante da presença da guerra do Iraque no cotidiano dos alunos, através da mídia, motivou a escolha do tema tanto para aprendizagem conceitual como objeto de engajamento político. É importante perceber que este evento distante do local, sem conseqüências diretas no lugar, tenha adquirido tamanha repercussão. Este fenômeno revela a forte relação espacial entre os mais diversos locais do mundo, expressa através de uma preocupação de caráter planetária por parte dos professores e propiciada pelas modernas tecnologias de comunicação.

Entre as instituições não escolares presentes nas ações dos professores destaca-se a igreja católica, através da CNBB. Além da revista Mundo Jovem, fonte de inúmeros artigos alternativos utilizados em sala de aula, encontramos um conjunto de textos organizados pela CNBB regional para formação política. Nas primeiras páginas do documento, um texto de Dalmo Dallari indica a necessidade de participação política como inerente à natureza humana e essencial para a vida. O capítulo seguinte leva o sugestivo nome de "Fé cristã e engajamento político" e inicia com um artigo de Frei Betto intitulado "política ferramenta do reino", com argumentos baseados na Bíblia.[12]

A presença da igreja neste contexto é de fundamental importância, considerando sua credibilidade popular e sua inserção na comunidade. Percebe-se que o ensino das ciências sociais acaba mesclando o programa específico da área com os programas de formação política da igreja, demonstrando que o ensino vai muito além do currículo formulado na da instituição escolar.

A atuação dos sindicatos de professores também estimula seus associados ao engajamento político. Um bom exemplo são as "aulas de cidadania", que constituem um suplemento inserido no Boletim Informativo Sineta, do Sindicato do professores estaduais do Rio Grande

do Sul (CPERS/Sindicato), como sugestão para trabalhar em sala de aula. As sugestões das "aulas de cidadania" revelam o engajamento do sindicato em questões sociais mais amplas que transcendem a luta sindical especifica da classe do magistério: "Porque o papel da escola não é reproduzir simplesmente os ensinamentos e acúmulos passados. Ela deve despertar a capacidade de análise e o senso crítico, também sobre o presente, que será a base para o nosso futuro" [13]

A justificativa do CEPERS para esta atuação indica uma clara disputa do sindicato contra a mídia dominante, contra a qual tece duras críticas. Trata-se de uma disputa pela consciência política e pela mobilização em torno de questões sociais que "só acontecerão realmente com a pressão e a mobilização popular. O objetivo desta aula é debater alguns desses temas". [14] Ou seja, a proposta é levar para a sala de aula um engajamento político dos professores em torno de causas sociais

A guerra do Iraque mereceu atenção especial do CEPERS e serviu de motivação para tratar de alguns conceitos importantes para as ciências sociais. A noção de espaço de lugar e mundo numa perspectiva ampla trazendo apara à sala de aula um problema que mesmo longe do lugar faz parte do cotidiano dos alunos através da mídia que invade todas as casas através dos noticiários, onde ocupa amplo espaço e destaque.

Uma campanha pela paz surgiu como reação a guerra do Iraque. O Boletim Informativo Sineta, de março de 2003, traz como destaque o III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, noticiando falas e atos de ativistas e intelectuais de diversos países do mundo. Destaca a presença de pacifistas norte-americanos e israelenses, procurando indicar que o tema é de toda a humanidade, embora alguns governos sejam responsabilizados mais diretamente pelas guerras.[15] O texto da "aula de cidadania" tem como chamada: "Não à guerra de Bush contra o povo iraquiano!" e faz uma análise histórica da guerra iniciada por Bush pai, em 1991, contra o Iraque. O texto analisa ainda aspectos econômicos e políticos

dos dois países, listando as diferenças sociais, o poderio militar e um suposto autoritarismo norte-americano frente a muitos países e organizações mundiais como a ONU. O conteúdo da aula proposta considera como causas da guerra o controle, pelo governo do Estados Unidos, da imensa reserva de petróleo iraquiana e do território estratégico deste país, com objetivo de controlar o mundo oriental. Além disso, a matéria tece considerações sobre os interesses das indústrias de armas, a intenção de desviar a atenção dos trabalhadores norte-americanos e um conjunto de conseqüências sociais, ambientais e econômicas resultantes da guerra.

Em relação aos Estados Unidos, é visível uma posição antiamericana por parte dos sindicatos, ainda que tentem fazer uma ressalva entre o governo deste país, entendido como controlado por grupos poderosos, e os seus trabalhadores. A revista Informação do SINPRO Noroeste, de junho de 2002, ao discutir a formação da ALCA, acusa em seu editorial o governo dos Estados Unidos de tentativa de recolonização da América Latina, utilizando o poder bélico para assegurar sua condição de império.[16]

Conclusões

Com freqüência, os professores da área das ciências sociais são acusados de militantes políticos partidários ou ideológicos quando podem estar apenas exercendo sua atividade com competência e responsabilidade. Porém, o engajamento político, entendido como a participação dos professores nos debates dos grandes temas políticos do mundo atual, faz parte da atividade profissional da área das ciências sociais – História, Geografia e Sociologia. No entanto, existem algumas dificuldades para a prática deste engajamento considerando que os temas políticos são polêmicos e nem sempre há unanimidade na comunidade escolar a respeito de alguns deles ou da abordagem que os professores adotam. É claro que muitos cidadãos apóiam, ainda que com restrições, a ação dos Estados

Unidos no Iraque, por exemplo, enquanto outros não estão interessados na vida e nas condições dos chamados excluídos, que são temas tratados nas escolas. Assim, o engajamento torna-se um enfrentamento com parte da sociedade que defende ou apóia interesses diferentes dos professores ou dos sindicatos dos profissionais da educação. Este posicionamento crítico dos professores frente aos problemas sociais e a maneira de aborda-los em sala de aula, levando os alunos a construírem um posicionamento crítico, marca o caráter político do ensino das ciências sociais.

Notas:

Agradecemos a colaboração dos professores e professoras da rede escolar que colaboraram com o projeto e os alunos de iniciação científica financiados pelo CNPq.

---

[1] BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001. p. 37. (tradução de André Telles)
[2] FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999 e FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

[3] WINOCK, Michel. O Século dos Intelectuais. Rio de janeiro : Bertrand Brasil. 2000. p 801
[4] MEC. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. História. Brasília, 1998. (apresentação)
[5] MEC. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. História. Brasília, 1998. (Objetivos do ensino fundamental)
[6] GOVERNO DO Rio Grande do Sul. Secretaria da Educação. Princípios e diretrizes para a educação pública estadual. Porto Alegre: Corag, 2000: p. 33
[7] SOTO GAMBOA, Angel historia del presente: estado de la cuestión y conceptualización in: revista electrónica: historia actual on line. ISSN 1690-2060. www.hapress.com. Acesso em 13/03/2004
[8] PADRÓS, Enrique Serra e RODRIGUES, Gabriela. História imediata e pensamento único: reflexões sobre a História e o ensino de História. In: HELFER, Nadir e LENSKIJ,Tatiana. A Memória e o ensino de História. Santa Cruz do Sul : EDUNISC E ANPUH/RS. 2000. p. 137
[9] In: NARVAES, Andréa B. e ZARTH, Paulo A. Ciência e militância política no ensino das ciências sociais: Relatório Técnico. Ijuí : Unijuí, Departamento de ciências sociais. 2005. (não publicado)
[10] O conceito de cultura de paz utilizado aqui é o da UNESCO "conjunto de valores, atitudes, tradições, modos de comportamento e modos de vida baseados no respeito pela vida, fim da violência e promoção e prática de não-violência através da educação, diálogo e cooperação; igualdade de direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres, liberdade de expressão, opinião e informação; adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, dialogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações." (UNESCO. International Year for the culture of peace – 2000. http://www.unesco.org/bpi/paix2000/res.htm.)

[11] NARVAES, A. B. e ZARTH, P.A. Op. cit.
[12] Escola Cristã de Educação política. CNBB regional III. Coletânea de textos. Santa Maria, 1999
[13] CEPERS. Boletim Informativo Sineta, Aula de Cidadania, março de 2003.
[14] CEPERS. Boletim Informativo Sineta. Aula de cidadania, maio de 2003.
[15] CEPERS. Boletim Informativo Sineta, Aula de Cidadania, março de 2003.
[16] Revista Informação. Ijuí; Sindicato dos professores do Noroeste do Rio Grande do Sul. ANO XVIII, No. 29. Junho de 2002. Editorial "O mapa ameaçado". p 3.

A FECUNDIDADE DA POPULAÇÃO LIVRE EM UMA ECONOMIA DE PLANTATION.

INTRODUÇÃO

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
Faculdades Integradas Fafibe
mpm@mdbrasil.com.br

Os estudos acerca da família, originados a partir da década de 1970 no Brasil, tiveram como suporte metodológico a demografia histórica. Maria Luiza Marcílio foi pioneira em realizar trabalhos dessa natureza, sendo seus estudos ponto de referência necessário para aqueles que resolvem trilhar nesse caminho, tais como sua tese de livre docência, intitulada *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836 (1974), e seu famoso estudo demográfico sobre a localidade de Ubatuba: *Caiçara: terra e população* (1986).

Lendo e pensando sobre os trabalhos dessa historiadora partiu a proposta de estudar um sistema demográfico representativo das economias de "plantation", que foi o caso de Campinas, uma vez que, segundo a própria Marcílio inexistiam "estudos de demografia histórica das populações livres do setor da grande lavoura do Brasil" (Marcílio, 1984, p.200).

Mas o que seria estudar um sistema demográfico representativo da grande lavoura? Sabemos que no Brasil escravista, certas áreas foram mais ou menos influenciadas pela presença da população cativa, sendo que em Campinas o peso da mesma se fez sentir mais forte no conjunto da população a partir do momento em que a lavoura da cana-de-açúcar foi implantada enquanto eixo principal da economia local a partir do final do século XVIII. Assim, poderíamos supor que estudar o sistema demográfico em Campinas seria realizar um estudo tanto da população livre quanto da população escrava. No entanto, essa tarefa requereria um duplo esforço, pois na realidade, o que temos em uma sociedade como a campineira, nesse período, são dois sistemas demográficos distintos: o da população livre e o da população escrava. Não obstante, não podemos, ao estudar a população livre, desconsiderar a população cativa, pois a mesma refletiu os

interesses da camada de pessoas livres e que foram responsáveis pela importação de escravos para a dita localidade. Nesse caso, embora nosso objetivo seja o de estudar o sistema demográfico da população de livres e libertos, não podemos desconsiderar o tamanho e a participação da população escrava nesse contexto. Cabe aqui apenas salientar que esse estudo se ateve apenas a população livre e liberta.

O que ensejamos nas páginas seguintes é dimensionar o alcance de nossa pesquisa que possibilitou vislumbrar o ritmo de crescimento populacional de Campinas que se operou durante a expansão da lavoura canavieira do final do século XVIII aos meados do XIX (Cf. Teixeira, 2005). Deve-se dizer que estes resultados são o produto final de nossa tese de doutorado, que se baseou nos registros paroquiais de Campinas e nas listas nominativas de habitantes como fontes que metodologicamente foram tratadas através da reconstituição de famílias, método desenvolvido por Louis Henry, e por nós aplicado em sua versão informatizada pelo programa Sygap (Système de Gestion et d'Analyse de Population).

ANÁLISE DEMOGRÁFICA DA FECUNDIDADE

Para Campinas, o cálculo da taxa bruta de natalidade[1] para o ano de 1794 foi de 53‰, ao passo que em 1814 ela atingiu 70‰, e em 1836 essa cifra chegou aos 112,2‰! Esse indicador, embora de forma simplificada, revela um crescimento significativo da população. Em Ubatuba, segundo Marcílio (1986, p.156), no ano de 1798 a taxa bruta de natalidade dos caiçaras foi de 43‰, e em 1818, chegou a 47,6‰. Esses dados comparativos sugerem a existência de dois modelos demográficos distintos, portanto, estudar os padrões de Campinas de forma mais detalhada implica em recorrer a técnica da reconstituição de famílias, pois os dados da taxa bruta de natalidade ou taxa anual média de natalidade, como também é chamada, usam como denominador a população total, sendo que em realidade apenas uma parte dela está sujeita a procriação (Welti, 1997, p.107).

[1] O cálculo da taxa bruta de natalidade corresponde à divisão do número de nascimentos em um determinado ano pela média da população do mesmo ano, multiplicado por 1.000.

Assim, estudar a fecundidade da mulher que potencialmente possa gerar uma descendência, ou seja, aquelas que se situam entre 12 e 49 anos, eis o caminho mais adequado.[2]

O estudo da fecundidade necessita que se tenha um determinado número de famílias que contenham dados de início e fim de união, bem como informações seguras sobre a prole resultante de um dado matrimônio. O Sygap então seleciona apenas as ditas famílias completas para efetuar os cálculos demográficos relativos a fecundidade, possibilitando um conhecimento da realidade de forma mais apropriada.

A taxa de fecundidade legítima é um dos meios adequados para avaliar a força da natalidade de uma dada localidade. A tabela 1 apresenta a taxa de fecundidade de diversos estudos, brasileiros e franceses, onde podemos fazer algumas colocações pertinentes aos processos demográficos envolvidos.

Tabela 1: Fecundidade comparada por grupos de idade: diversas localidades.

Mulheres Casadas no período	Idade observada da mãe								N.º de Uniões
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Campinas (SP): 1774-1850	393	563	564	485	389	252	112	41	456
Elite do Oeste Paulista: 1765-1836	157	427	414	420	402	282	159	39	-
Sorocaba (SP): 1679-1810	227	366	407	376	335	268	138	30	-
Ubatuba (SP): 1790-1830	363	480	469	421	388	247	167	47	750
Curitiba (PR): século XVIII	279	455	474	461	387	323	216	50	-
N. Sr.ª da Lapa (PR): 1770-1829	195	383	358	302	267	230	150	43	399

Fonte: Campinas - Registros Paroquiais de Campinas.
Sorocaba, Elite do Oeste Paulista e Curitiba – BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado. FFLCH-USP: São Paulo, 1994, p.124.
Ubatuba – MARCÍLIO, M. L. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edições Paulinas/CEDHAL, 1986, p. 158.
N. Sr.ª da Lapa – VALLE, M. S. do. *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa: 1770-1829.* Tese de doutorado. FFLCH-USP: São Paulo, 1983, p. 252.

[2] Muitos estudos consideram a idade fértil da mulher variando dos 15 aos 49 anos. No entanto, encontramos mulheres que se casaram precocemente, com 12, 13 ou 14 anos, o que nos levou a adotar esse recorte. Além disso, em vários casos que foi atribuída data de nascimento a uma mulher casada optamos pela idade dos 14 anos.

De forma geral os níveis de fecundidade mais elevados ocorreram entre 15 e 24 anos, demonstrando ser esse um comportamento comum a quase todas as localidades em apreço.

O fenômeno da esterilidade das mulheres mais novas também pode ser observado de forma geral, onde a totalidade das comunidades estudadas que apresentaram uma taxa de fecundidade entre as mulheres de 10-14 anos revelou que a mesma foi inferior aos valores encontrados para as mulheres com idades superiores a estas.

Por outro lado, entre as mulheres que atingiram a idade de 40 anos ou mais notamos que houve uma diminuição acelerada da sua fecundidade, indicando o princípio da menopausa, e, portanto, o fim de sua capacidade reprodutiva.

Quando observamos comparativamente as localidades nos surpreendemos com os resultados da fecundidade das mulheres livres em Campinas, uma vez que são as mais elevadas entre as mães de 10 até 29 anos de idade. Entre a faixa de 30 a 34 anos aparecem as mulheres da elite do Oeste Paulista, das quais várias eram de Campinas. Após essa idade, as mulheres de Curitiba foram as que apresentaram índices mais elevados para os anos entre 35 e 49 anos, no entanto, a força da fecundidade nos anos iniciais de vida conjugal era fundamental para que uma família viesse a ter um grande número de filhos.

Tabela 2: Taxa de fecundidade corrigida
Campinas, 1774-1850.

Idade ao Casar	N.º de Uniões	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Desc. Completa
10-14	178	393	537	562	426	335	168	68	12	11,2
15-19	144		620	573	424	385	265	122	72	10,7
20-24	89			545	587	417	287	132	22	8,8
25-29	26				936	542	349	233	131	9,0
30-34	13					506	457	45	0	3,6
35-39	5						233	157	0	1,2
40-44	1							0	0	0,0
45-49										
TOTAL	456	393	563	564	485	389	252	112	41	10,1

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas.

As informações para Campinas reforçam a idéia que Marcílio propôs para as regiões de *plantation* (1984, p. 200), ou seja, que encontraríamos uma elevada fecundidade legítima, que contribuiria para garantir uma pronunciada natalidade. Assim, ao analisarmos a taxa de fecundidade das mulheres livres pela idade ao casar, segundo a tabela 2, vamos constatar que a fecundidade legítima era precoce e muito elevada, não somente entre as mulheres jovens, isto é, aquelas com idade máxima de 20 anos, mas também entre as que tinham entre 25-29 anos de idade. Nota-se, que neste caso, as mulheres tiveram uma média de aproximadamente um filho por ano! Não obstante a esse ritmo de crescimento familiar enorme, as mulheres que se casaram entre 25 e 29 anos vieram a ter uma descendência média de 9 filhos, enquanto as que se casaram mais jovens, por exemplo, aos 14 anos, vieram a ter 11 filhos em média. Isso demonstra que apesar de uma elevada taxa de fecundidade a idade ao casar foi um fator preponderante sobre a descendência final em sociedades que não apresentavam controle sobre a natalidade.[3]

Tabela 3: Intervalos entre nascimentos recenseados. Campinas, 1774 – 1850.

Número Total Crianças	Número de Uniões	Intervalos Médios					
		1-2	2-3	3-4	4-5	5-6	6-7
2	110	40,41					
3	140	31,74	35,31				
4	143	28,01	31,25	33,22			
5	135	28,92	28,28	34,41	36,47		
6	136	23,94	28,56	28,41	29,42	44,95	
7+	509	23,18	26,35	26,25	26,01	27,00	28,68
TOTAL	1.173	27,77	28,94	28,97	28,49	30,90	28,68

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas.
Rejeições de Uniões:
4 = A união possui menos de duas crianças.

Quando examinamos os intervalos entre os nascimentos levantados pelo número de filhos que um casal possuiu (Cf. tabela 3), observamos que aqueles que tiveram uma prole maior conceberam filhos em um espaço de tempo abaixo da média encontrada

[3] Bacellar (1994, p. 118) exemplifica esse fato para Sorocaba ao citar duas mulheres que se casaram precocemente e vieram a ter um grande número de filhos.

para o grupo. Dessa forma, dentre as uniões que apresentaram mais de duas crianças 66,5% delas correspondiam as que possuíam mais de cinco filhos.

Isso demonstra que a descendência final de uma família foi fortemente influenciada pelo espaçamento dos nascimentos.

Ao analisarmos a idade média das mães no último nascimento vemos que entre aquelas que se casaram mais cedo (entre 10 e 14 anos) havia a interrupção dos nascimentos também mais cedo (em torno de 30 anos de idade), ao passo que aquelas que vieram a se tornar mães com idade mais elevada, por exemplo, 30 anos, tiveram filhos com idade de até 38 anos. Desse modo, o número de filhos de uma mulher estava intimamente ligado à idade com que se casou bem como a idade com que gerou seu último filho, conforme ilustra a tabela 4.

Tabela 4: Idade média da mãe no último nascimento.
Campinas, 1774 – 1850.

Idade ao Casar	Número de Fichas	Idade Média	Idade ao Casar	Número de Fichas	Idade Média
10-14	50	32,50	10-19	105	35,54
15-19	55	38,31	20-29	46	38,49
20-24	34	37,85	30-49	9	39,44
25-29	12	40,30	-	-	-
30-34	7	38,11	-	-	-
35-39	2	44,09	-	-	-
40-44	-	-	-	-	-
45-49	-	-	-	-	-
TOTAL	160	36,61		160	36,61

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas.
Total das rejeições: 1.404
Rejeições de Uniões: 1 = 517; 2 = 544; 3 = 46; 4 = 270; 5 = 9; 6 = 18.
1 = A união não tem data de casamento conhecida ou o código de união não é válido.
2 = A união não tem data de fim de união.
3 = A data de nascimento da mãe é desconhecida.
4 = A união teve fim de união quando a mulher tinha menos de 45 anos.
5 = A união não teve filhos.
6 = O código da data de nascimento do último filho não é válido.

Notamos ainda que em Campinas, a descendência completa, que diz respeito ao número médio de crianças de um casal cuja união não sofreu ruptura até a mulher atingir os 45 anos de idade, foi relativamente menor que a atingida por mulheres de outras localidades brasileiras, uma vez que nosso estudo mostra a tendência das mulheres que se casaram com idade entre 10 e 19 anos de interromperem mais cedo o ciclo

reprodutivo. Assim, a descendência de uma mulher que se casou entre 12 e 19 anos variou de 6 a 7 filhos. Essa média, relativamente baixa em relação à descendência completa teórica, ou seja, os casos em que as mulheres permaneceriam casadas e gerando filhos até os 49 anos de idade, resultando em numerosa prole, deixa entrever dois aspectos que estão relacionados a essa fecundidade: primeiro, a mortalidade materna ou paterna, rompendo o ciclo reprodutivo; segundo, a mortalidade infantil elevada e seu subregistro nos livros eclesiásticos.

Conforme notamos pela tabela 5, a média do número de filhos decresce à medida que se eleva a idade ao casar da mulher, não obstante deve-se fazer uma consideração em relação às idades que variam de dez a quatorze anos, pois essas tiveram uma média pouco menor que as obtidas para as mulheres de 15 – 19 anos. Isso pode ser explicado, em parte pelo que até aqui temos demonstrado, ou seja, que entre as mulheres mais jovens os intervalos genésicos foram mais espaçados que o das mulheres mais velhas. A segunda explicação seria decorrente daquilo que diversos autores tem apontado como o fator da "esterilidade" das mulheres mais jovens.

Tabela 5: Número médio de filhos das famílias segundo a idade ao casar da mulher. Campinas, 1774 – 1850.

Idade ao Casar	Fichas Fechadas		Fichas Abertas		Total	
	N.º de Fichas	Média de Filhos	N.º de Fichas	Média de Filhos	N.º de Fichas	Média de Filhos
10-14	178	6,47	200	2,34	378	4,29
15-19	144	6,56	175	2,58	319	4,38
20-24	89	5,27	57	2,16	146	4,05
25-29	26	5,08	31	2,19	57	3,51
30-34	14	2,29	9	1,78	23	2,09
35-39	5	1,00	4	0,50	9	0,78
40-44	1	0,00	1	0,00	2	0,00
45-49	-	-	2	0,00	2	0,00
50 e +	-	-	2	1,00	2	1,00
TOTAL	457	5,98	481	2,35	938	4,12

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas.
Rejeições de fichas fechadas: 517.
Rejeições de fichas abertas: 109.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As suspeitas de Maria Luiza Marcílio quanto à existência de elevadas taxas de fecundidade legítima nas áreas de *plantation* se confirmaram, garantindo assim uma pronunciada natalidade. Além disso, as taxas de fecundidade para Campinas foram uma das maiores já encontradas dentre vários lugares estudados no Brasil, resultado claro de uniões em que a idade média ao casar da mulher foi em torno de 17 anos, e que o espaço entre os nascimentos foram menores entre as mulheres mais jovens, garantindo assim uma prole extensa, com cerca de 11 filhos em média. No entanto, ao se analisar a descendência entre as famílias ditas completas, notou-se que outros elementos impediam muitos casais de terem muitos filhos, como a morte prematura de muitas crianças, bem como a morte das próprias mães, resultando em um número de filhos menor.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado. FFLCH-USP: São Paulo, 1994.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em Demografia Histórica*. Curitiba: Univ. Fed. do Paraná, 1977.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. Tese de Livre-Docência em História, FFLCH – USP, 1974.

_____. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: MARCÍLIO, M. L. (org.) *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 193-207.

_____. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edições Paulinas/CEDHAL, 1986.

VALLE, M. S. do. *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa: 1770-1829.* Tese de doutorado. FFLCH-USP: São Paulo, 1983, p. 252.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias livres e o processo migratório: Campinas, 1774-1850. Tese de Doutorado. FFFLCH-USP: São Paulo, 2005.

WELTI, Carlos. *Demografia. I*. México: PROLAP, 1997.

A Ambivalente Modernização da FAB

Paulo Gustavo Falconi – UNESP/Franca/CNPQ

Deduzimos que pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), foi possível que a Aeronáutica comprasse aeronaves modernas para a realidade dos países do terceiro mundo e modernizasse aviões já considerados obsoletos, com isso pretendendo amenizar o estado lastimável verificado em grande parte de seus aeroplanos, além de ter planejado a criação do CINDACTA IV, completando definitivamente a questão da fiscalização do trânsito aéreo no país.

Conforme o vice presidente da Comissão de Coordenação de Implantação do Projeto SIVAM (CCSIVAM), Tenente Coronel Aviador Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, por meio do SIVAM, a FAB até novembro de 2003 adquiriu as seguintes aeronaves: "quatro aeronaves de vigilância aérea R-99A," ainda restando uma para compor o número de cinco aviões solicitados pelo programa, "três aeronaves de sensoriamento remoto R-99B" (denominação dos aeronautas da FAB), "quatro aeronaves-laboratório e a revitalização de cinco C-130 Hércules" (cargueiro).[1] Aderindo a esses equipamentos de defesa e segurança foram entregues à Aeronáutica:

> *"…19 radares fixos, 06 radares transportáveis, 11 estações de telecomunicações, 13 estações meteorológicas de altitude, 70 estações meteorológicas de superfície, 03 sistema de monitoramento das comunicações, 06 sistema de pouso por instrumento, 04 estações de recepção de satélites, 14 detectores de raios, 10 radares meteorológicos [e] 150 equipamentos de radiodeterminação…".*[2]

Assim, começando pela aeronave de vigilância aérea (R-99A),[3] o então presidente da CCSIVAM, Marcos Antônio de Oliveira que, em 1998, afirmou:

> *"…a Aeronáutica, contará (…) com cinco aeronaves de Vigilância Aérea, baseadas no EMB RJ 145, dotadas de radares aerotransportados e de consoles de comando e controle. Elas poderão deslocar-se rapidamente, e com sigilo (…) suprindo as necessidade de detecção a baixa altura…"*[4]

Na mesma direção, o Tenente Coronel Aviador José Carlos Portela Almeida sustentou: "Com a chegada das aeronaves-radar R-99A, o Brasil entra em uma nova era e uma posição muito diferenciada da anterior. Pouquíssimos países no mundo dispõem desta tecnologia. A mobilidade da defesa aérea cresce muito com a utilização de aeronaves radar.[5] Do ponto de vista técnico, de acordo com o membro da CCSIVAM Paullo Esteves, "…para nós mantermos vinte e quatro horas todo o espaço aéreo da Amazônia sendo olhado por aviões radares de cima para baixo precisaríamos de uma "penca" (sic) desses aviões (cerca de cinqüenta dessas aeronaves). Só Deus tem um olho tão grande assim…".[6]

Certamente, para a localização de aviões que sobrevoam a Amazônia Legal à baixa altitude, nos dias de hoje, a aeronave denominada R-99A é a mais apropriada e eficiente. Por outro lado, a dificuldade para o combate ao narcotráfico e contrabando realizados por via aérea, como disse Esteves, consiste no fato da porção da Amazônia, localizada em território nacional, atingir proporções gigantescas.

O papel da R-99A, derivação do jato de transporte regional ERJ-145, que carrega em sua parte posterior estações móveis de radar "…Ericson PS-890 Erieye [e no seu interior] equipamentos para monitorização de emissões eletromagnéticas e sistemas de comando e controle…"[7] assim pode ser descrito: "[as] Estações Fixas e Móveis de Radar [fazem] uma vigilância mais completa, ou seja, rastreando alvos de baixo para cima e de cima para baixo…".[8] Em outras palavras, instalou-se no Brasil, pela primeira vez, um sistema de vigilância baseado no ar.

Quanto à aeronave de sensoriamento remoto (R-99B ou EMB RJ 145 RS), como apregoou, em 1998, no primeiro seminário do Projeto SIVAM, o Brigadeiro Marcos Antônio

de Oliveira: "…[É voltada] para a cartografia e levantamento de dados para o meio ambiente…". E na seqüência ainda focalizando sua suposta qualidade, disse:

> *"…Esse avião disporá de radares de abertura sintética (SAR) e imageadores multiespectrais (MSS), varrendo bandas de freqüência do visível ao infravermelho termal, que lhe permitirão criar cartas [térmicas] e modelos de elevação do terreno em toda a região…".*[9]

Segundo o Brigadeiro Oliveira, em outras palavras, a tecnologia MSS proporciona resultados mais satisfatórios do que os próprios satélites *utilizados pelo Sistema*, permitindo, dessa maneira, aquisição profusa de dados inéditos, principalmente no tocante a mapas e cartas geográficas. Entretanto, acreditamos que as receitas das operações executadas por tais aeroplanos não se abreviam a informações para fins ambientais, o valor estratégico, que proporciona caráter confidencial aos dados coletados, bem assim, também deve ser considerado.

Salvo a sua capacidade para acusar e localizar, com significativa precisão, movimentos na superfície e de projetar modelos de elevação de áreas delimitadas, este avião, para as eventuais operações *táticas* desempenhadas pela Aeronáutica, em conformidade com os objetivos do Serviço de Vigilância da Amazônia, priva-se de outras qualidades exclusivamente militares; merece, portanto, a classificação genérica de tecnologia de vigilância ambiental. O que, especialmente para a conservação da autoridade suprema no espaço aéreo sobrejacente, é totalmente irrelevante.

Resta-nos ainda descrever a aeronave laboratório (EU-93A). Para determinar a sua ação própria (aferição e inspeções periódicas dos auxílios à navegação, aproximação e pouso), escreveu a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo: "…[as aeronaves- laboratório] incorporam um sistema automatizado de inspeção em vôo, podendo ajustar os equipamentos sem a necessidade do apoio de terra (operadores de teodolito), bastando que o mantenedor do auxílio esteja conectado com o avião, via rádio."[10]

Diferente das aeronaves de sensoriamento remoto, torna vital a importância desses aviões para papel legítimo e integral da Força Aérea, porque conferem maior segurança às operações aéreas realizadas. Em outros termos, oferecem uma gama maior de serviços de inspeção, melhorando a performance das manobras táticas. Não obstante, tal tecnologia, em simetria com as diretrizes e princípios do Sistema DACTA brasileiro, foi empregada para atender tanto o lado militar quanto civil do quarto Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo.

Resolutamente, o Grupo Especial de Inspeção em Vôo (GEIV), incumbido de operar as aeronaves laboratório, estendeu-se à Amazônia Legal e, paradoxalmente, permanece como mais uma peça na Aeronáutica com "dupla personalidade". Quer dizer, assumindo tarefa militar que se manifesta ao mesmo tempo como civil, assim como ocorre com o Segundo Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação (2º/6º GAV) de Anápolis (GO), responsável pela condução das aeronaves de sensoriamento remoto, ou novidade tecnológica também conhecida por R99-B. Na verdade, num certo sentido, o papel militar/civil é executado diariamente por todos os navegadores aéreos que operam tecnologias que tornam efetivas as prescrições do SIVAM.

No campo tecnológico, o SIVAM ainda absorveu para as operações que sugere, aeronaves obtidas pela Força Aérea, através de outros projetos de modernização que estão em andamento. O maior exemplo de tais aeroplanos talvez seja o ALX, chamado pelos oficiais da Aeronáutica de Super-tucanos,[11] cujas atribuições, enquanto meio mecânico concedidas pelo SIVAM, consistem no combate ao contrabando e ao narcotráfico efetuados por via aérea e, paralelamente, no plano nacional, no treinamento avançado dos pilotos da Força. Para tanto, à fabricação de ambas as versões do Super-tucano apresentadas[12] (monoposto e biposto), os criadores do Projeto ALX se inspiraram no *Joint Primary Aircraft Training System* (JPATS), derivado do treinador EMB-312.

Em suma, relevando as necessidades bélicas do país e a fragilidade das condições do material aeronáutico brasileiro, o ALX "…é uma aeronave (…) turboélice, dotada de

avançados e precisos sistemas de navegação e ataque, [que] opera com um sistema de visão noturna, possui blindagem e [pode] carregar (…) armas e bombas."[13]

Apesar disso, juntamente com a FAB, é incongruente no plano das manobras desenvolvidas para cumprir as finalidades do SIVAM, porque em vez de interromper, no seu curso, aeronaves militares, é utilizada para "interceptar" aeroplanos de *qualificação civil* - usualmente, pequenos aviões monomotores (conhecidos popularmente como "teco-teco").

Dois avanços tecnológicos conquistados pela Força por intermédio dos Super-tucanos são notáveis: o fortalecimento da variável *dinâmica* no combate, visto que foram planejadas especialmente para exercer atividades em regiões com pouca infra-estrutura aeroportuária; e a elevação da qualidade dos treinamentos especiais. Contudo, a aspiração à maior sintonia operacional entre as aeronaves da FAB, limitam os conhecimentos técnico-profissionais dos pilotos, criando-se, portanto, independente dos aviões serem, em termos mundiais, modernos ou ultrapassados, condutores de aeroplanos bitolados em suítes semelhantes, como é o caso, numa comparação recíproca, das cabinas dos ALX, F-5 BR, A-1M.

Relativizando um pouco, afora o fato da FAB estar invadindo competências de áreas civis ou ao revés, o SIVAM, enquanto fiscalizador de trânsito aéreo funciona eficazmente, assim como os outros CINDACTAS gerenciados pela Aeronáutica que compõem o Sistema de Defesa Aérea e Controle de Trafego Aéreo brasileiro (SISDACTA). No entanto, conforme Clóvis Brigagão, segundo informações do órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), cujas regras ou normas do trafego aéreo internacional estabelece, denominado de Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), "…um novo sistema de vigilância, FANS, com tecnologia de satélites, vem sendo desenvolvido e estará disponível dentro de 15 anos, tornando o sistema da Raytheon 'artigo de museu'."[14]

De fato, Brigagão tem razão, pois as vicissitudes tecnológicas nesse setor, em harmonia com a lógica do mercado capitalista, são regulares e necessárias – os satélites encerram possibilidades que, mesmo hoje, ainda não foram exploradas. O complexo

sistema da Raytheon de tecnologias aeroespaciais se não for atualizado no intervalo de tempo referido por Brigagão (quinze anos), naturalmente tornar-se-á de "penúltima" geração, porém, não podemos deixar de ressaltar que proporcionou e consumou salto tecnológico qualitativo ao SISDACTA, no tempo presente.

Numa correspondência de idéias, como relata o Tenente Coronel Steven Suddarth, da United State Air Force (Usaf), "…as duas últimas décadas testemunharam um crescimento sem precedentes na tecnologia da informação (…). A confluência das tecnologias aeroespaciais com os sistemas de informação de alta tecnologia permite modos (…) novos de combater…".[15] Nesta direção, "uma palavra-chave se destaca nesse novo período: 'informação' ou, mais precisamente, 'guerra de informação'."[16]

Se o inimigo desenvolver ou encontrar capacidade de infiltrar e desestabilizar, utilizando métodos furtivos de medidas eletrônicas, os sistemas informatizados do adversário, pode até mesmo vencer uma guerra. Como se sabe, as estratégias e múltiplas táticas militares na atualidade são totalmente dependentes da tecnologia da informação – aqui nesse conceito se encaixa a telemática, ou seja, a combinação das tecnologias de telecomunicações e informática – a qual se configura hoje como uma poderosa "arma" quando mal administrada, também pode traduzir-se como vulnerável e, por extensão, se tornar como "trunfo estratégico de guerra".[17]

Assim, do ponto de vista militar, primeiramente os satélites controlados pela Aeronáutica e os radares fixos e móveis do SIVAM são, indubitavelmente, de suma importância para o alcance de melhores resultados à promoção da Guerra. Exemplificando:

> *"As imagens captadas por satélites são informações estratégicas preciosas, que se tornam cada vez mais imprescindíveis nas operações de defesa internacionais, bem como nas decisões táticas da guerra moderna. É tal a dependência, que esses artefatos passaram a ser conhecidos como os olhos e ouvidos da inteligência militar…".*[18]

Se eventualmente, por quaisquer razões, a hipótese teórica de guerra sustentada pelas Forças Armadas brasileiras na Amazônia for efetivada, os satélites do SIVAM poderão desempenhar papel substantivo para o propósito da arte da guerra. Para isso, o sigilo das informações – de interesse militar – fornecidas necessariamente deve ser preservado e os dados gerados pelos radares fixos e móveis do Sistema com valores táticos ou estratégicos.

Como amostra da importância da tecnologia da informação, cogita-se hoje na existência do Echelon (palavra de procedência francesa usada na terminologia militar dos países anglo-saxões), um sofisticado sistema de satélites – com o qual o SIVAM, independente da participação dos militares brasileiros ser espontânea ou indireta, partilha as informações que coleta (radiofrequência, telefonia, transmissão de dados que utilizam a *Internet* – todos os tipos de informações que circulam via satélite) – traduzidos como "sentinelas" ou espiões eletrônicos de todo o globo terrestre.

Segundo o correspondente da revista Cadernos do Terceiro Mundo na França, Edoard Bailby, existe desde 1948 um pacto secreto denominado UKUSA, cujos países que o constitui são: Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia. A finalidade de tal acordo é a prática da espionagem, liderada pelos norte-americanos, em todo o mundo. Conforme Edoard, no tocante a América do Sul e do Norte: "…as comunicações do continente americano, inclusive do Brasil, são vigiadas a partir de Segar Grove, a 200Km de Washington…". [19]

---

[1] Depoimento concedido pelo vice presidente da Comissão de Coordenação de Implantação do Projeto SIVAM, Tenente Coronel Aviador – Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, em Novembro de 2003. Veja também FONTOURA, A. A FAB no Século 21. In: *Segurança & Defesa*. n. 75. 2002. p. 32

[2] Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro Inicia Operação do CINDACTA IV o CINDACTA da Amazônia. SISCEAB-DECEA-CISCEA. p. 4

[3] Nas origens do Projeto SIVAM a EMBRAER foi contratada pela CCSIVAM para fabricar o ERJ-145, "… jato regional de 50 passageiros (…) utilizado como base plataforma para desenvolver as duas versões requeridas [radar-alerta e sensoriamento remoto] para (…) missões [na Amazônia Legal]. No Programa (…) dos aviões de vigilância a Embraer assinou parcerias com empresas (…) de renome para trabalhar em conjunto nesses novos produtos. [Notadamente], a sueca Ericsson, com seu sistema de missão AEW&C, a Raytheon, Elibit Systems e outras...". BARROS, R.M. Produtos de Defesa - A Saga de Uma Capacidade Tecnológica Invejável. *Revista Techno*. 22/2002. p.61. Para mensurar a viabilidade de tais parcerias, seria necessário uma pesquisa paralela, na medida em que, não nos cabe aqui, salvo a informação de tais acordos, curvarmos ostensivamente sobre este assunto.

[4] I Seminário do Projeto Sivam - *Amazônia: Atualidades e Perspectivas* - Manaus - AM - 27 a 29 de outubro de 1998 - Anais - Ministério da Aeronáutica - Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Ccsivam). p. 94

[5] Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro inicia operação do CINDACTA IV o CINDACTA da Amazônia. SISCEAB - DECEA - CISCEA. p. 9

[6] Depoimento concedido pelo Tenente-Coronel-Aviador Paullo Esteves em outubro de 2002.

[7] Special Report - Amazônia - Tecnology and Preservation - Produzido pela Assessoria de Comunicação Social do Projeto SIVAM.

[8] REVISTA DOIS PONTOS, *Sivam: a arrancada final*. Informativo da Ciscea/Ccsiavm - ano 3/ Edição n. 11, 2002. p. 15

[9] I Seminário do Projeto Sivam. op. cit, nota 248. p. 94-95. Complementando as informações técnicas, "outro imageador importante [(o qual Oliveira esqueceu de apontar)] que conta o R99-B é o OIS (Sensor Ótico e Infravermelho) dotado com FLIR (Infravermelho de Visada Frontal) e duas câmeras de TV, uma com teleobjetiva e a outra com objetiva *zoom* de grande aproximação…". FLORES JR, J. Sivam Operacional: A Força Aérea Brasileira Atua Sobre a Grande Floresta. *Revista Força Aérea*. Ano 7. n. 28. Set/Out/Nov. 2002. p. 38

[10] Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro inicia operação do CINDACTA IV o CINDACTA da Amazônia. SISCEAB - DECEA - CISCEA. p. 4-5

[11] Classificado como aeronave leve de ataque, ver apresentação deste avião no primeiro capítulo da seguinte dissertação de mestrado: FALCONI, Paulo Gustavo. FAB: modernizando-se pelo SIVAM?. UNESP/Franca SP: [s.n.], 2004.

[12] Para saber sobre a apresentação oficial, realizada em 28 de maio de 1999, na cidade de São José dos Campos, ver: MOREIRA, M. H. T. EMBRAER Mostra as Novas Aeronaves da FAB. Brasília, DF: *Revista Aerovisão*. nº 198. maio/julho de 1999.

[13] VALENTE, Eduardo. Na Prôa do Futuro - O Programa de Fortalecimento da FAB. p. 49. Documento produzido pela Secretaria de Finanças da Aeronáutica.

[14] BRIGAGÃO, Clovis. *Inteligência e Marketing: O Caso Sivam*. Record: Rio de Janeiro, 1996. p. 104

[15] SUDDARTH, Steven (Usaf). Resolver a Grande Contradição de Sistemas da Força Aérea, In: *Air & Space Power*. 3º Trimestre 2002. p. 8.

[16] URL: http://www. comciencia.br/reportagens. Acesso em: 27 Dez. 2003.

[17] Para o Capitão do Exército Português Paulo Fernando Viegas Nunes: "…O conceito de guerra de informação pode ser descrito pela utilização da informação e do equipamento que a manipula como ferramentas (armas) contra adversários (…). A guerra de informação abrange tudo o que se possa efetuar para preservar os nossos sistemas de informação da exploração, corrupção ou destruição, enquanto simultaneamente se explora, corrompe ou destrói os sistemas de informação inimigos, conseguindo, assim, obter a necessária vantagem de informação se tivermos de enfrentar um conflito armado." NUNES. V, P. F. Impacto das Novas Tecnologias no Meio Militar, In: *Aerospace Power*. Número dois. 2º Trimestre. 2000. p. 44

[18] BRIGAGÃO, Colvis. URL: http://www. comciencia.br/artigos. Acesso em: 25 Dez. 2003.

[19] EDOARD, Bailby. O Supergrampo: Washington Espiona o Brasil. *Cadernos do Terceiro Mundo*. n. 210. junho/1999.

América Latina Periférica: O Desenvolvimento Latino-Americano Na Concepção De Prebisch/CEPAL (1948/1981)

Paulo José Koling[i] - UNIOESTE

INTRODUÇÃO/ABORDAGEM:

A tarefa de retomar a análise da concepção prebischiana e cepalina do subdesenvolvimento latino-americano tem, hoje, significado teórico e prático, especialmente pelo fato do modelo de substituição de importações – por vezes entendido apenas como sendo o corpo do Estado desenvolvimentista –, ser considerado, por muitos (principalmente pelos *neoliberais*), um assunto historicamente encerrado ou esgotado, haja vista a realidade atual da economia capitalista nos "tempos da globalização" e a força definitiva do livre-mercado no desenvolvimento. Esta crítica ao livre-mercado foi, justamente, a origem e o fio condutor da trajetória histórica e intelectual de Prebisch/CEPAL durante o período. Para comprovar a necessidade da industrialização, como política econômica de desenvolvimento nacional e regional na integração, era preciso reinterpretar o capitalismo e sua expansão internacional, a partir da realidade e da história econômica dos países latino-americanos. Através do conceito de sistema centro–periferia, Prebisch produziu uma nova interpretação do desenvolvimento econômico latino-americano, contestando a teoria pretérita e seus economistas.

A partir dos referenciais da deterioração dos termos de intercâmbio, da elasticidade-renda e da dependência do progresso técnico, da economia política periférica, geradora da insuficiência dinâmica e da vulnerabilidade externa, Prebisch construiu um esboço da base estrutural do sistema centro–periferia, demarcando o papel, a função e a condição de cada parte no sistema (a periferia e o centro) e a base das relações interpartes no movimento reflexo. O autor foi, ainda, mais longe: tratou de comprovar que o sistema centro–periferia foi produzido na América Latina durante o período de *crescimento para fora*, sendo parte da expansão das economias dos países industrializados (centrais). Todavia, tal *modelo* não garantia um futuro aos países periféricos, pois, historicamente, sua dependência externa era notável e seus custos sociais inaceitáveis. Nas primeiras décadas do séc. XX, as duas grandes guerras contemporâneas, intercaladas pela grande depressão, no pós-1929, foram

suficientes para a defesa da necessidade histórica da industrialização periférica. O *modelo substitutivo de importações* (*para dentro*), gestado no período de 1930 e 1945, anterior à própria CEPAL, foi utilizado como exemplo histórico em favor do aprofundamento da industrialização no pós-guerra, porém, para isso, foi preciso vencer o debate com os livre-cambistas, e planejar o desenvolvimento nas condições periféricas.

O aprofundamento da industrialização requereria, na periferia, a solução dos problemas e dos obstáculos que o subdesenvolvimento e o próprio sistema centro–periferia (dependência estrutural) antepunham. Na experiência periférica, o campo de ação e os interesses do Estado e da iniciativa privada (interna e estrangeira) requeriam uma atuação específica, pois a *via clássica* do livre-mercado, espontâneo e individualista, havia produzido a dependência periférica, com seu dualismo econômico e social. Para uma aceleração da industrialização, caberia ao Estado periférico, intervir e direcionar o processo através do planejamento do desenvolvimento, mediante a definição (programa) e a adoção de uma política econômica substitutiva que compatibilizasse os investimentos e seus resultados (poupança, produtividade e absorção da força de trabalho), em curto, médio e longo prazo à economia e à sociedade nacional.

Nos anos 60, Prebisch/CEPAL realizaram a primeira revisão teórica e do processo da industrialização substitutiva realizada no período de 1945 a 1960/63. Reconheceram os limites teóricos da visão econômica da industrialização e do progresso técnico, e constataram a permanência da insuficiência dinâmica, bem como o agravamento do dualismo periférico, principalmente em sua manifestação social (aumento das desigualdades sociais, da marginalização, do desemprego estrutural). Tratando-se da abordagem estruturalista, Prebisch/CEPAL inovaram teoricamente com o enfoque redistributivo, ao incorporar no debate a visão sociológica do desenvolvimento (econômico e social) e do sistema centro–periferia, e ao propor medidas reformistas distributivas, bem como a integração regional (aceleração de origem periférica).

Neste mesmo período foi elaborada uma interpretação do desenvolvimento de corte histórico-estrutural: a teoria da dependência. A análise integrada da dependência propunha

uma superação teórica do estruturalismo econômico, porém incorporando suas contribuições. A partir da teoria da dependência, a análise do processo de desenvolvimento e as relações de dependência passaram a ter corpo histórico-social, ou seja, pela prática social dos sujeitos históricos (classes, grupos, frações, corporações, Estado, Nação, etc.) e seus interesses e projetos, construía-se e reconstruía-se uma hegemonia interna na sociedade periférica, porém articulada com os grupos dominantes externos.

Durante a década de 70, Raúl Prebisch produz uma nova revisão, incorporando a crítica da teoria da dependência, mas, ao mesmo tempo, aprofundando o enfoque distributivo e o conceito inicial de sistema centro–periferia. Em sua crítica ao *capitalismo periférico*, o autor qualifica a crítica ao neoliberalismo, em voga, e elabora uma proposta de síntese histórica entre socialismo e liberalismo: a eqüidade social. Para o autor, com esta proposta, a superação do capitalismo periférico (excludente e conflitivo) seria possível desde que houvesse uma transformação na parte periférica e no sistema geral.

Na análise do *capitalismo periférico*, Prebisch centraliza sua crítica ao *novo liberalismo*, desvelando, com muita propriedade, sua face ideológica e cêntrica e sua inconsistência para a América Latina. Tendo em vista que a concepção periférica se apresentou como crítica à divisão internacional do trabalho, baseada na tese das vantagens comparativas e do livre-mercado, sua revisão, neste contexto histórico e ideológico, pode contribuir para a interpretação da nova fase da dependência periférica latino-americana, em construção desde meados dos anos 70, porém, hegemônica, a partir dos anos 90. Por exemplo. Um estudo da correlação de forças existente entre a *luta distributiva* e a *mudança regressiva nas relações de poder* certamente identificaria os grupos sociais e seus interesses internos e internacionais na globalização, bem como a articulação e a aliança entre os grupos dominantes periféricos e os centrais.

Enquanto que os textos seminais, que tratam do enfoque da industrialização e dos seus obstáculos internos e externos, os textos da primeira revisão teórica (do enfoque redistributivo, das falhas da industrialização, da estagnação, do problema da terra, do problema da estrutura da distribuição de renda numa sociedade tão desigual, da proposta de regiona-

lização do modelo substitutivo com a integração latino-americana, da acentuação da marginalização social, da desocupação tecnológica e da insuficiência na absorção da força de trabalho) foram incorporados na historiografia do desenvolvimento e na história do pensamento desenvolvimentista.

Com exceção da obra *"Transformación y Desarrollo"*, de 1970, e do artigo *"Crítica al Capitalismo Periférico"*, de 1976, os demais textos da quinta etapa do pensamento de Prebisch não são tão conhecidos. A princípio pode-se deduzir que a *teoria da dependência – "Dependência e Desenvolvimento"* de Cardoso e Faletto (1970) – tenha ocupado o espaço anterior do *estruturalismo cepalino nos temas do desenvolvimento e da dependência*; e que a partir dos anos 70 os estudos cepalinos acabaram focando outros problemas de ordem interna e externa dos países latino-americanos (inflação, dívida externa, estabilidade monetária, déficit fiscal, câmbio, etc.).

Em seu artigo de 1985, *"La Periferia Latinoamericana en la Crisis Global del Capitalismo",* Raúl Prebisch expôs que teve a oportunidade de vivenciar duas grandes crises do capitalismo central e avaliar suas implicações à periferia. A primeira teve seu início com a crise de 29 e se estendeu até o final da segunda guerra mundial, em 1945. Já a segunda grande crise cêntrica ocorreu nos anos 70 e esteve relacionada à crise do petróleo. Ambas exigiram de Prebisch uma revisão teórica sobre o desenvolvimento. Na realidade, a teoria do subdesenvolvimento foi resultado da reflexão sobre a condição periférica neste período, além disso, este processo histórico foi o laboratório do *modelo substitutivo de importações*. Na avaliação de Prebisch, as duas grandes crises centrais e a exportação da crise à periferia confirmavam sua interpretação do sistema centro–periferia e o sentido estrutural nas relações de dependência. Além disto, no período seguinte às crises os rumos do desenvolvimento foram definidos a partir do restabelecimento da dependência e da hegemonia periférica e central. Enquanto que no primeiro caso, no período do pós-29 e do pós-1945 a reconstrução e a recuperação do capitalismo foi orientada pelos princípios keneysianos (regulação do papel e da função do Estado, da iniciativa privada, do planejamento anticíclico da política econômica) nos países centrais; a América Latina experienciou a industrialização

substitutiva “fácil”. A criação da CEPAL fez parte deste processo, porém, mesmo incorporando o “espírito” do planejamento anticíclico do crescimento econômico como solução dos problemas da pobreza (seus males e seus riscos), manteve certas diferenças por interpretar o desenvolvimento a partir dos problemas periféricos, sendo que, alguns tinham sua origem no próprio sistema centro–periferia.

No segundo caso, a recuperação cêntrica foi acompanhada de uma nova hegemonia neoliberal, crítica do keneysianismo e do desenvolvimentismo. Os cenários da propagação do ajuste neoliberal à periferia e suas implicações foram temas da análise prebischiana do capitalismo periférico, que era excludente e conflitivo.

Em sua *crítica ao capitalismo periférico*, Raúl Prebisch aprofundou a teoria do sistema centro–periferia, incorporou elementos da *teoria da dependência* e avançou em sua análise sobre a propagação da crise cêntrica às custas da periferia e os resultados sociais, políticos e econômicos de uma *mudança regressiva nas relações de poder*, que acentuariam a heterogeneidade estrutural e a dependência periférica, fazendo uso da força do Estado. Obviamente que seu ecletismo se misturava com os dois caminhos da crise estrutural no *capitalismo periférico* e sua síntese do uso social do excedente como solução definitiva às falhas do mercado (horizonte temporal e social). Todavia, mesmo mantendo a noção de excedente no interior da teoria liberal, na crítica do caráter excludente e conflitivo ele introduz a genealogia das relações de poder no desenvolvimento e a centralidade dos interesses pelo controle do Estado e da acumulação do capital. A partir desta abordagem, os rumos do desenvolvimento passam pelo domínio do poder econômico e político e sua regulação no Estado de Direito. Sua crítica ao *novo liberalismo* e o debate contra Friedrich A. Hayek e Rose e Milton Friedman esteve centrado nestes pontos.

Percebe-se uma lacuna na historiográfica do desenvolvimento latino-americano sobre a crítica prebischiana ao *neoliberalismo*, ainda mais se for levado em consideração que ele retomou e aprofundou o enfoque redistributivo, acrescidos da análise histórico-estrutural da teoria da dependência, no fervor dos acontecimentos. Enquanto que o conceito de sistema centro–periferia resultou de uma reinterpretação crítica do *modelo de crescimento pa-*

ra fora e da sua base teórica, tendo por analise o período histórico de 1929 a 1945; na análise da crise estrutural do *capitalismo periférico*, o velho *novo liberalismo* e seu projeto de reinserção periférica foram definidos como parte da exportação da segunda grande crise cêntrica, como substrato para o restabelecimento do crescimento cêntrico às custas do desenvolvimento periférico, e da recomposição da hegemonia e da dependência nos quadros do capitalismo neoliberal. Interesses, idéias, práticas e projetos de desenvolvimento tinham e têm historicidade, ou seja, lugar social na história.

---

[i] Professor Adjunto na UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, Curso de História.

BIBLIOGRAFIA:
CEPAL. *Estudio Económico de América Latina – 1949*. Nueva York : CEPAL/ Naciones Unidas, 1951.
CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo*. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970.
HAYEK, Friedrich A. "El ideal democrático y la contención del poder" In: ____; *Estudios Públicos*. Santiago/Chile, n. 1, 1980. p. 12-75)
PREBISCH, Raúl. *"La Periferia Latinoamericana en la Crisis Global del Capitalismo"* In: *Revista de la CEPAL*. Santiago de Chile, Agosto de 1985. n. 26. p. 65-90
PREBISCH, Raúl. *"O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas"* In: *Revista Brasileira de Economia*. Ano 3, n. 3, setembro de 1949. p. 47-111
PREBISCH, Raúl. *Capitalismo Periférico: crisis y transformación*. México : Fondo de Cultura Económica, 1981.
PREBISCH, Raúl. *Contra el Monetarismo*. Buenos Aires : El Cid Editor, 1982.

"SÃO PAULO EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E REELABORAÇÃO CULTURAL: URBANIZAÇÃO, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO"

Paulo Koguruma.

Doutor pelo Departamento de História da FFLCH/USP.

Por volta do dia 08 de dezembro, milhares de pessoas, de variadas origens étnicas, dirigem-se da cidade de São Paulo a Baixada Santista para cultuar *Iemanjá*, *Senhora dos Mares*, *Orixá* de *Umbanda.* Nas cerimônias de devoção a essa *Orixá* - em que se podem notar interpenetrações de elementos culturais procedentes de diversas regiões da África, assim como de elementos culturais europeus e indígenas igualmente interpenetrados e diversificados - o ambiente profano das praias transforma-se num extenso espaço de caráter mágico-religioso, onde as tensões coletivas e individuais que perpassam o dia-a-dia de muitos moradores de S. Paulo podem ser *descarregadas*, através das oferendas deixadas nas águas do mar. Essa presença das manifestações afro-brasileiras no ambiente cosmopolita da urbe - que expressam identidades e esperanças, já que os terreiros umbandistas comportam redes de sociabilidade, construídas sobre relações de vizinhança, compadrio ou parentesco - permite que se tome consciência da historicidade que marca o diversificado constituir da sociedade brasileira, pois o sincretismo e a improvisação foram aspectos intrínsecos da escravidão, continuadamente abastecida pelo tráfico, ao longo de três séculos do maior e mais cruel processo migratório de toda historia. Em sua diáspora, os negros africanos, em sua diversidade, foram fonte quase que exclusiva do trabalho na modificação da paisagem das terras americanas e brasileiras, seja na formação das fazendas monocultoras, dos extensos rebanhos, na extração dos minérios, nas roças de subsistência, bem como, no levantar das edificações e do abastecimento e comércio das cidades [1], necessitando-se, portanto, compreender melhor a história das diversas regiões de onde provinham os escravos e as especificidades étnicas das populações africanas, como bem assinalava, desde a década de 1940, C. Prado Jr.

Embora muito já se tenha feito, resta por fazer uma maior aproximação com a história e a historiografia da África, cujo conhecimento pode nos auxiliar a compreender e explicar melhor as negociações, acomodações e resistências dos africanos no Brasil, assim como as especificidades das comunidades de afro-descentes, de ontem e de hoje, libertando-nos de preconceitos arraigados, contribuindo, desse modo, para extirpar o racismo do seio de nossa sociedade [2]. Para o avanço dessas lutas e da historiografia brasileira é importante considerar as diversas contribuições dos diferentes grupos étnicos de africanos que aqui aportaram. Sejam elas demográficas, técnicas, materiais ou culturais. Muitos aspectos dessa presença da África no Brasil foram bastante negligenciados devido à própria problemática dos mitos que naturalizam a "inferioridade racial" e a invenção do "ser negro" em nossa sociedade e a partir das condições de desclassificação dos negros livres que se configurou nos estertores do regime escravocrata, momento em que os ex-escravos acabavam "por se confundir com as bordas do mundo marginal que não lhe oferecia melhores opções, além do servilismo e de atividades esporádicas". Após a Abolição, essa confusão se acentuaria e a presença histórica de elementos relacionados as matrizes sociais e culturais de origem africana em solo brasileiro se constituiria num sintoma do "atraso" da Nação. Se alguns sentidos desses mitos podem ser remetidos aos meados do século XIX, ao momento em que se aguçaram as revoltas de escravos e as fugas, é mais interessante, neste texto, notar como eles atravessaram todo período republicano e chegaram aos nossos dias, como atestam palavras preconceituosas de um jornal paulistano sobre as práticas e crenças afro-brasileiras, apontando, em momentos diferentes, distanciados no tempo e no espaço, para desclassificação da população de origem negra e para a sutileza da discriminação racial, bem como, da configuração do racismo no Brasil, em que mesmo episódios de discriminação racial, noticiados pela imprensa com grande repercussão, acabam por encontrar quem os mitigue. Grande parte dessa configuração é tributária da difusão das teorias raciais "científicas", forjadas na Europa a partir do pensamento ilustrado, tal como em Voltaire, Diderot, Hegel, Gobineau, Le Bon e Agassiz, em estreita relação com as noções de ordem e de progresso [3], que permearam o

pensamento dos intelectuais e cientistas brasileiros entre os anos de 1870 e 1930, tal como em Lacerda, Romero, N. Rodrigues ou Von Ihering. Essas teorias raciais, incensadas pelas noções de ordem, progresso, civilização e modernidade, estabelecidas pela ordem e moral burguesas européias, procuravam hierarquizar as diferentes nações e povos do planeta, naturalmente, apregoando a superioridade da "raça" branca. Em busca de um "embranquecimento" da nação, de uma "desafricanização" da população brasileira, tais teorias incidiram sobre a disciplinarização dos setores sociais subalternos no período da *Belle Époque*, reforçando antigos preconceitos, tais como, a associação das práticas maléficas de feitiçaria e "magia negra" aos negros africanos, aguçando, desse modo, a estigmatização das populações afro-descendentes, bem como, as tendências para sua exclusão social na nascente República.

Nesse contexto, as crenças afro-brasileiras foram reelaboradas. Em São Paulo, essa reelaboração ocorreu em meio às experiências vividas no cotidiano de uma urbanização acelerada, cercadas pelas tendências repressivas que diziam respeito ao controle social da população, à disciplina cotidiana das ruas, à normalização dos comportamentos das comunidades e ao adestramento dos indivíduos para o trabalho, nos moldes da moderna civilização dos países capitalistas do continente europeu. Tal reelaboração processou-se em concomitância com outras transformações que ocorriam, ao sabor das temporalidades e ritmos da expansão capitalista por toda parte, tais como, a modernização do complexo agrário-exportador, a mudança da fisionomia das paisagens dos entornos de São Paulo, a multiplicação das ferrovias e casebres nas várzeas dos rios, como o Tiête, as alterações da fauna e da flora pela ocupação dinâmica das periferias, o crescimento e adensamento populacional ditados pela imigração e migração em massa, com presença de diversas nacionalidades e etnias; ou, ainda, de processos culturais e ideológicos como a romanização de Igreja Católica, a construção das identidades regionais e da identidade nacional, bem como, as assimetrias na formação nossas cidadanias, destacando-se, neles, o surgimento de hierarquias construídas em torno dos valores tradicionais, que, ainda hoje, marcam nossa sociedade, levando-nos a perguntar qual o caráter da modernização e

modernidade republicana [4]. Na moderna Babel, circulavam pelas ruas, cada vez mais, novos habitantes, transformando o cenário urbano em um espaço cosmopolita povoado por novos personagens sociais diferenciados, tais como os operários, imigrantes, os ex-escravos. Tratava-se da configuração de uma paisagem marcada pelo tumultuário e pelo movediço, onde se podia notar a frenética a movimentação dos indivíduos pertencentes à população pobre em busca de sua sobrevivência diária. Esses milhares de indivíduos que chegavam a São Paulo, juntamente com ex-escravos e pobres que lhes precederam, eram percebidos pelas elites dominantes paulistanas como "selvagens", "incivilizados", "ignorantes" e "atrasados", quer em função dos preconceitos que faziam parte do imaginário das elites paulistanas, quer por conta dos seus ritmos de vida e de trabalho diversificados, tais como se nota nas memórias e crônicas de J. Americano, J. Penteado, A. de Freitas e P. C. de Moura ou, mesmo, em notícias da grande imprensa como o *C. Paulistano e OESP.* Todavia, face aos preconceitos raciais das elites dominantes, foi sobre as pessoas da raça negra e as mestiças que incidiram os esforços mais intensos e as diversas "estratégias" de normalização e disciplinarização preconizadas pelos diversos saberes à disposição daqueles que deveriam administrar a cidade. As concepções do negro e de sua cultura como ameaças à ordem social, surgidas nos estertores do regime escravocrata consolidavam-se. Na República, continuou-se a propagar imagens preconceituosas dos negros, das suas formas de sociabilidade, das matrizes culturais de origem africana. Imagens negativas quanto à presença de uma população negra e mestiça no Brasil perpassaram fortemente as atitudes e comportamentos das elites e mesmo de certos grupos subalternos da sociedade, favorecendo a consolidação e a perpetuação das tendências de uma política de exclusão dos negros, vedando-lhes participação na nova sociedade emergente, ao mesmo tempo em que se acentuavam os dispositivos repressivos sobre eles, enfim, sobre suas práticas cotidianas e suas crenças "ancestrais".

As questões raciais e culturais referentes à presença da população negra e mestiça em solo brasileiro imiscuíam-se nos assuntos referentes aos "projetos" dos setores dominantes quanto à constituição de uma sociedade civilizada no Brasil. No elaborar do imaginário

social, consideravam-se ameaçadores os encontros religiosos existentes entre os diversos grupos das classes subalternas da população paulistana, como se pode notar nas crônicas de S. Floreal, em especial, as associações e reuniões religiosas dos antigos escravos e de seus descendentes. Para as elites dominantes era: atemorizante a situação de haver formas societárias nestes encontros, propiciando a reunião de negros e a construção e propagação de um tipo de conhecimento que escapa ao controle da sociedade dominante, uma vez que os negros não estão mais integrados à rigidez de um sistema estruturado, passando a ser considerados uma ameaça social [5]. Se as referências dos jornais paulistanos apontam majoritariamente para práticas mágico-religiosas de origem européia afeita a imigrantes de nacionalidades diversas, nota-se, também, referências aos ex-escravos e seus descendentes, praticando seus rituais, ainda que interpenetrados pelas práticas espíritas, que se propagaram no Brasil a partir da 2ª metade o século XIX, e pelas magias européias relacionadas aos sortilégios e feitiçarias datadas da América Portuguesa, descritas nos autos de Visitação do Santo Ofício. As práticas do "baixo espiritismo" eram condenáveis ao olhar das elites paulistanas. O Código de Posturas de Municipal de 1886 já manifestava o desejo das elites em proibir as práticas relacionadas à vida das comunidades negras, pois as quitandeiras deviam sair das ruas e esquinas porque atrapalhavam o trânsito; os mercados existentes precisavam ser transferidos das áreas centrais para periferia porque afrontavam os padrões culturais modernos e os pais-de-santo deveriam ser perseguidos por exercer as atividades supersticiosas. Impunham-se os parâmetros de ordem e progresso através da paulatina institucionalização, entre outros saberes, de um conhecimento médico-científico que condenava os valores e práticas culturais da população pobre, especialmente, em função aos preconceitos, as práticas e crenças dos ex-escravos. Tratava-se de formas de disciplinarização da população pobre que lançava seus tentáculos sobre as práticas e crenças de diferentes grupos de atores sociais. Decretava-se uma verdadeira *"guerra santa"* contra os curandeiros, rezadores e feiticeiros, contra aqueles que detinham o conhecimento dos saberes e das práticas mágicas, terapêuticas e religiosas tradicionais, construídos em meio às contingências históricas da formação da sociedade brasileira ou daqueles

imigrantes que chegavam do exterior trazendo as bagagens socioculturais de seus locais de origem. As práticas e crenças afro-brasileiras eram parte integrante das tensões que surgiam numa São Paulo que se queria cosmopolita. Elas faziam parte de um tenso processo de urbanização que, em pleno apogeu da *Belle Époque* e da hegemonia da burguesia do café, mantinha as suas ruas "agitadas pela presença ostensiva dos trabalhadores temporários, circulando valores e tradições culturais de origem européia num meio urbano que antes vivia saturado de usos africanos e tradições caipiras". A "Metrópole do Café" apresentava, assim, simultaneamente, uma fisionomia cosmopolitizada e provinciana, em que as práticas e crenças afro-brasileiras faziam parte da constituição de uma paisagem urbana tumultuária e caótica, pois "na medida do esforço concentrado das elites recém-fortalecidas, aspectos europeizados e modernizantes passaram a alternar-se com traços rurais". Face aos preconceitos raciais, as maiores pechas caíram sobre as práticas e crenças dos negros. Na São Paulo cosmopolita e tumultuária prevaleceram hierarquias construídas sobre os preconceitos raciais. Assim, nota-se a exclusão social da população negra, esquecida nos desvãos da cidade. Nas palavras de um jornal da época, eles sumiriam, pois que iam *"morrendo aos poucos - sacrificados pela própria liberdade que não souberam gosar, recosidos pelo álcool e estertorando nas angustias do brightismo que os dizima, eliminados pela elaboração anthropologica da nova raça paulista"*[6]. Todavia, esse não foi seu canto de morte, já que São Paulo não "embranqueceu", mas, ao contrário "africanizou-se", comportando novos quilombos e Zumbis, como provam, ainda hoje, os milhares de adeptos umbandistas que descem para as praias para prestar sua devoção à *Iemanjá, Sereia do Mar, Orixá de Umbanda,* mesmo que não sejam, exclusivamente, afro-descendentes*. Saravá! Quem é da Calunga, Sarava! Quem é da Macumba. Saravá! Orixá!*

---

[1] KOGURUMA, P. *Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na 'metrópole do café', 1890-1920.* S.Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. p.p. 23-24. CASCUDO, L C. *Made in África.* 5ª ed. S. Paulo: Global. 2001, *Sereias de Angola*. p.p. 18-24. NEGRÃO, L. N. *Magia e religião na Umbanda.* In: Revista da USP – Dossiê Magia, CCS/USP, 1996. p.p 88, 89. DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, 2ª. Ed. S.Paulo: Brasiliense, 1995. p.p. 160. Em São Paulo, desde finais do século XVIII, ficou famoso o negro Tebas, que, com sua habilidade de "faz tudo", deixou seu nome ligado às edificações e chafarizes. Tal como as quituteiras Nhá Maria Café e Maria Punga, ele figura em crônicas e memórias de, entre outros, MOURA. P. C. de. *São Paulo de outrora (evocações da metrópole)*, S. Paulo / B. Horizonte:

EDUSP/Itatiaia, 1980. p. p. 36, 47. FREITAS, Afonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*, 2ª. S. Paulo, L. Martins Ed. 1955. p.p. 59-60.

[2] PRADO JR. C. *Formação do Brasil contemporâneo.* 21ª edição. S. Paulo: Brasiliense, 1989. p.p. 85,86,106-115. Em referências nas obras que versam sobre a formação da sociedade brasileira, a diáspora africana, o tráfico de escravos e o cotidiano da escravidão, e naquelas que versam sobre a história africana; tais como, entre outras, DIAS, M. O. L. da S. op. cit. WISSENBACH, M. C. C, *Sonhos Africanos, Vivências Ladinas. Escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1880.* S. Paulo: Editora HUCITEC/HISTORIA SOCIAL USP. 1998. SOUZA, M. de M. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação do Rei Congo*. B. Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. MACHADO, M. H. *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição.* R. Janeiro: Ed. UFRJ, EUSP, 1994. SLENES, R. *Malungo n'goma: África coberta e descoberta no Brasil.* In: Revista da USP - *Dossiê 500 anos de América*. S Paulo: CCS/USP, 1992. p.p. 48-67. BASTIDE, R. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações.* 3ª ed. S. Paulo: L. Pioneira Ed., 1989. RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil. 7ª* ed. Brasília: Ed. Nacional/Ed. da UNB, 1988. VERGER, P. *Fluxo e refluxo de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX.* S. Paulo: Corrupio, 1987. MATTOSO, K. de Q. *Ser escravo no Brasil.* 3ª ed. S. Paulo: Brasiliense, 1990. REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.* Ed. R. e Ampliada. S. Paulo: C. das Letras, 2003. ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul dos séculos XVI e XVII.* S. Paulo: C. das Letras, 2000. KARASCH, M. *Slave life in Rio de Janeiro, 1800-1850.* Princeton: Princeton U. Press, 1987. CASTRO, H. M. M. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil séc. XIX.* R. Janeiro: A Nacional, 1995. SILVA, A. da C. e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses.* R Janeiro: Nova Fronteira; S. Paulo: EDUSP, 1992. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700.* Nova Fronteira: F. da B. Nacional, 2002.

[3] RISÉRIO, A. *Black out – A exclusão do texto africano.* In: *Revista USP - Dossiê África/Brasil, nº 18*, S Paulo: CCS/USP, junho/julho/Agosto 1993. p.p. 114-121. SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p.p. 99-245. SANTOS, G. A. dos. *A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: EDUC/FAPESP; R. Janeiro: Pallas, 2002. p.p. 119-132. CARNEIRO. M. L. T. *Negros, Loucos Negros.* In: Revista USP - Dossiê África/Brasil, nº 18, op. cit.. p. 147. CHOMSKY, Noan. *Ano 501: a conquista contínua*. S. Paulo: Ed. Página Aberta, 1993, p. 13. KOGURUMA, P. op. cit. p.p. 36-41, 80-145. IANNI, O. *Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil*. Entrevista. In: *Estudos Avançados 50*. S. Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, Volume 18, Nº 50, Janeiro/Abril 2004. p.p.14,15. SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, SP: C. das Letras, 1993, p.p. 241, 242.

[4] SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República,* 3ª Ed., S. Paulo: Brasiliense, 1989. PINTO. M Inez M. B. *Cotidiano e Sobrevivência: A Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890 a 1914,* S. Paulo: EDUSP, 1994. *Encantos e dissonâncias da modernidade: urbanização, cinema e literatura*. S. Paulo: T. Livre Docência, DH, FFLCH/USP, 2002. KOGURUMA, P. *O cosmopolitismo e o imaginário da modernidade na Metrópole do Café, 1890-1920.* S. Paulo: T. Doutorado DH, FFLCH/USP. 2003. CARVALHO, R. L. P. de. *Ritmos e impressões modernidade e cosmopolitismo em São Paulo*, 1899-1920. S. Paulo: D. Mestrado, DH, FFLCH/USP, 2003. JORGE, J. *O rio que a cidade perdeu: o Tiête e os moradores de S. Paulo, 1890-1940*. S. Paulo: T. Doutorado. DH/FFLCH/USP, 2004. MAHL, M. L. *Teorias raciais e interpretação histórica: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (1894-1940),* Assis: D. Mestrado. DH/UNESP/ASSIS, 2001. CARVALHO, J. M. de*: Pontos e Bordados: escritos de história e política*. B.Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.p. 107-127, 273-288, 307-309. PINTO, M. Inez M. B. *Urbanização contraditória: o mito tecnizado e o viver de expedientes.* In*: Anais Encontros com a História* nº 02, 14, ANPUH, PUC-SP, p.p. 20-27. *A reinvenção das tradições no cenário da modernidade.* In: ArtCultura, n. 9 – Dossiê História e Música. Uberlândia: IH, UFU, jul.-dez. 2004. p. p. 141, 148-150. SOUZA. J. C. de. *O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá passagem do século XIX para o XX.* In: RBH. *Produção e divulgação de saberes históricos pedagógicos.* v. 24. nº 48 S. Paulo: ANPUH, 2004, p.p. 331-351.

[5] AMERICANO, J. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*, S. Paulo: Ed. Saraiva, 1957, p.370. PENTEADO, J. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)*. S. Paulo: L. Martins Ed. 1962, p.p. 215-218. FREITAS, A. A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. B. Horizonte: Ed. Itatiaia; S. Paulo: EDUSP, reed. 1985. p.p. 72, 73, n. rodapé. MOURA. P. C. de. São Paulo de outrora (evocações da metrópole), S. Paulo / B. Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1980. p.p. 80-82. PINTO, M. Inez M B. op. cit. cap. 3, .p. 108 a 227. KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do Imaginário*. op. cit.. p.p. 121-125,137-138, 142-143. FLOREAL, S. *Ronda da Meia-Noite, Vícios, Misérias e Esplendores da Cidade de São Paulo,* S. Paulo: T. Cupolo, 1925. p.p. 138, 142-143. TRINDADE L. M. S. *Construções míticas e História: estudos sobre as representações simbólicas e relações raciais em São Paulo do século XVIII à Atualidade* São Paulo, 1991, S. Paulo: T. Livre Docência, DA/FFLCH/USP, 1991, p.p. 71-75.

[6] KOGURUMA. P. *Conflitos...* op. cit. p.p. 137-139, 211,212-215, 224-226, 243-259, NEGRÃO L. N. op. cit. p. 78. MEYER, M. *Maria Padilha e toda a sua quadrilha: de amante de um rei de Castela a Pomba-Gira de Umbanda*, S. Paulo: Duas Cidades, 1993, p.p. 29, 30. SOUZA. L. de M e. *O diabo na terra de Santa Cruz - feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, 2ª Ed. S. Paulo: C das Letras, 1989.ROLNIK, R. *Territórios negros em São Paulo,* F de São Paulo, em 28.09.86. MONTERO, Paula. *Da doença à desordem: a magia na umbanda*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985, p. p. 34, 35. RAGO, L M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 -1930,* 2ª Ed., R: Paz e Terra, 1985. p. 17.DIAS, M. O. L. da. *Prefácio.* In: PINTO, M. Inez M. B. *Cotidiano e Sobrevivência...*op. cit. p. p.19, 25. *Correio Paulistano*, em 09.10.1907.

Reflexões sobre a atuação dos profissionais de história: da sua formação ao seu exercício cotidiano profissional

[1]Paulo Roberto Almeida

[2]Juliana Rossi

O Projeto Institucional De Bolsas De Melhoria De Ensino de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, intitulado "Atuação do profissional de História: da formação acadêmica do aluno ao seu exercício cotidiano profissional", foi desenvolvido em 2004, com o objetivo de analisar a atuação dos profissionais formados no Curso De Graduação Em História Da Universidade Federal de Uberlândia buscando um diálogo que contempla não só a formação acadêmica do historiador, ainda que essa indique parte da sua atuação em sala de aula, bem como a realidade do ensino público como um todo determinando o perfil desse profissional e assim analisar como os problemas presentes na atual formação curricular e também presente na atuação enquanto professor e enquanto produtor de conhecimento. Pois o momento em que se discuti os desafios curriculares na educação e que o curso está discutindo sobre a mudanças deverá ocorrer nas suas diretrizes curriculares para atender, não somente as diretrizes impostas pelo Ministério de Educação e Cultura, mas também pretende fazer uma inovação no curso, procurando preencher as lacunas, fazendo portanto um diagnóstico buscando a melhoria do curso.

O projeto foi dividido em três equipes, que se complementam. A primeira frente foi responsável pela parte de analise das ementas do curso e entrevistas com professores e graduandos do curso com o objetivo de compreender a diferença que existe entre o

[1] Professor Orientador do projeto.
[2] Graduanda Pesquisadora Bolsista.

currículo real, que é aquele executado pelo professor, do currículo formal, que é aquele que aparece nas ementas do curso, para verificar se essa diferença interfere e de que maneira interfere na formação do profissional em história.

A segunda se responsabilizou pela analise e catalogação das monografias do curso para observar como a produção acadêmica influi na formação do profissional em história, analisando se realmente o curso conseguiu superar a dicotomia ensino/pesquisa proposto pela reformulação de 1991.

Já a terceira frente foi responsável pela analise da atuação do graduado em história para verificar qual é o perfil do aluno formado no curso. Para isto foram realizadas entrevistas com alunos já graduados e que atuam ou no ensino (público ou privado) ou em serviços públicos.

No momento em que dialogamos com esses profissionais, eles descreveram a real estrutura do curso, além de mostrar o perfil do aluno formado pela academia. Em especial três das nove entrevistas merecem ser discutidas: a da entrevistada Elaine Aparecida Santoro e a dos entrevistados Gilberto Pereira e do Agnaldo. O motivo de discutir essas entrevistas é porque cada um possui uma particularidade que as diferencia das demais. A Elaine, por exemplo, por ter terminado a graduação recentemente, ela se graduou em 2002 e a visão que ela possui do curso se aproxima da visão dos alunos que estão sendo formados. A entrevista realizada com Gilberto mostra uma visão mais amadurecida do que é ser um professor. O Agnaldo por ter sido professor do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e por ter se graduado neste curso, nos mostra as duas visões que ele possui: de professor e de graduado do curso.

Voltando a entrevista da Elaine quando dialogamos sobre a sua formação acadêmica, que elementos colaboraram para isto, que lacunas existem na sua formação, a Elaine nos relatou que o equilíbrio entre Licenciatura e Bacharelado proposto pela atual estrutura do curso não existe, que na verdade os professores do curso priorizam o curso de bacharel e

desvalorizam o curso de Licenciatura, Agnaldo e o Gilberto relatam esse fato também. Segundo a Elaine o curso de Bacharelado é muito bom e que com a metodologia de pesquisa ajudou-a na produção, por exemplo, de seu próprio material didático, mas a Licenciatura não a preparou para lidar com a realidade da sala de aula no sentido de indisciplina dos alunos, de como trabalhar com alunos com necessidades especiais. Esses pontos que a Elaine descreveu como a problemática da Licenciatura não são tão importantes em vista das pontuações do Agnaldo e do Gilberto. Gilberto explica várias vezes na entrevista que nenhum curso de graduação pode transforma em aluno da noite para o dia em um professor por completo, o curso instrumentaliza o aluno para vira-ser um professor, a preocupação do Gilberto com relação à Licenciatura gira em torno da indagação sobre ser educador. Ele questiona se o curso prepara realmente seu aluno para ser educador ou o aluno sai do curso para informar sobre história para seus alunos, se esse aluno formado pelo curso conseguiria estabelecer uma relação de conteúdo de história com a formação ética e moral do aluno do ensino fundamental e médio. O Agnaldo também tem essa mesma opinião segundo ele “quando o graduado vai para a sala de aula, ele não consegue interagir com os alunos porque ele não sabe o que ele vai ensinar” Agnaldo acrescenta ainda que a problemática da Licenciatura está também em outro ponto, que é a questão da falta de interação das disciplinas, os professores não discutem e nem procuram discutir entre eles as disciplinas que ministram, então o aluno tem um aprendizado fragmentado e não consegue fazer criticas e elaborar seu próprio material didático.

Outra questão levantada pelos dois entrevistados é a do interesse do aluno pelo curso, pois muitos alunos atraídos pelo estereotipo do curso que é de ser o fácil de entrar pelo vestibular e paies entram no curso sem ter nenhum conhecimento prévio da estrutura do curso e acaba abandonando o curso na metade ou não se dedica ao curso.

Uma última problemática levantada pela Elaine é a questão do afastamento do graduado com o curso, como não existem programas de “capacitação de professores” o graduado não se preocupa tanto em participar de oficinas, palestras, semanas cientificas para estar atualizado com a historiografia atual e isso prejudica o ensino.

Através desses diálogos apontamos lacunas como a carência do curso de Licenciatura, uma certa falta de interesse pelo curso por alguns de seus alunos, falta de interação entre as disciplinas do curso e por último o afastamento do graduado com o curso. Observando essas lacunas e analisando as sugestões dos entrevistados podemos desenvolver um programa que, por exemplo, coloque em discussão as ementas dos cursos das disciplinas pedagógicas, desenvolver uma maior integralização entre as disciplinas do curso e desenvolver programas ou matérias que possibilite o graduado não perder o contato com o curso.

Canal 100 e a Construção do Imaginário

Paulo Roberto de Azevedo Maia

Quem tem mais de 30 anos sabe que ir ao cinema, nas décadas de 60, 70 e início de 80, não significava apenas assistir um filme. Era oportunidade de ver, em cinemascope (imagem panorâmica desenvolvida em 1953), além das notícias da semana, o futebol brasileiro. A tela grande enchia os olhos e encantava gerações, unindo duas paixões: o cinema e o futebol. Essa experiência foi possível graças ao periódico cinematográfico mais importante do período e, hoje, são nítidas as marcas na memória daqueles que o viram. O segredo era a técnica aliada a uma linguagem poética, expressiva, combinando som e imagem de forma nunca antes vista no Brasil. Estamos falando do cinejornal *Canal 100*.

A experiência de levar a notícia para as telas aconteceu, de forma rotineira, em 1909, em Paris. O Pathé Journal foi o primeiro periódico, antes dele apenas documentários com temas isolados, podiam ser vistos no cinema. O primeiro jornal cinematográfico surge, no Brasil, em 1912 e é a versão brasileira do Pathé Journal. Até 1935, o país contava com nada menos que cinqüenta cinejornais.[1] Embora tenhamos que admitir que a maioria dos cinejornais não apresentassem nenhum requinte estilístico, pois eram na sua grande maioria fonte de recursos para pretensos cineastas, na realidade, empresários de cinema e pouco estavam preocupados com a elaboração dos cinejornais, o que interessava era o maior lucro possível. Os "cavadores", produtores malditos do cinema do início do século, foram os grandes viabilizadores do cinema brasileiro desse período. Eles eram encarados como arrivistas dispostos a tudo, ou seja:

> "De modo geral esses cinegrafistas eram mal vistos; eles tinham é que descolar a grana, qualquer trambique valia."[2]

Durante o Estado Novo esses informativos ganham mais força com a obrigatoriedade da sua exibição e surge um periódico oficial, o *Cinejornal Brasileiro* que se tornou o grande instrumento de culto a imagem do presidente Getúlio Vargas. Os cinejornais se dedicavam ao registro de dois temas, particularmente, o "ritual do poder" e o "berço esplêndido". O primeiro é uma referencia as filmagens dos eventos políticos, paradas militares e inaugurações, o segundo é a glorificação da imagem do Brasil maravilha, contemplando as belezas naturais e cultuando o ufanismo. [3]

No final da década de 50, durante o governo JK, surgiram vários cinejornais com o objetivo de cobrir a construção de Brasília, o *Canal 100* era mais um deles, no entanto, a maior parte desses periódicos desapareceu apenas alguns puderam sobreviver. Essa experiência cinematográfica só foi possível graças a figura do seu produtor e proprietário Carlos Niemayer. Típico “carioca da gema”, “Carlinhos”, como era conhecido, virou figura lendária na Zona Sul ao fundar o clube dos Cafajestes, grupo de amigos boêmios responsáveis, em grande parte, pelo agito da região. Mas apesar de conhecido por ser o rei da noite, Niemayer teve a grande virada de sua vida ao sair da força aérea brasileira para se dedicar a carreira de piloto privado, onde tomou contato com Jean Mazon, famoso cineasta, criador de numerosos documentários sobre o Brasil.[4] Na Europa, o então, fotógrafo, ganhou prestígio ao realizar ensaios fotográficos com figuras ilustres da política como Benito Mussolini e Adolf Hitler. Vale lembrar que esse francês veio para o Brasil na década de 30, por intermédio de Alberto Cavalcanti, documentarista brasileiro de destaque dentro da escola inglesa de documentários (Grupo de cineastas responsáveis pela principal produção de cinema documentário na Europa da década de 30. Entre os principais documentaristas estão John Grierson, Robert Flaherty e Alberto Cavalcanti). No Brasil, Mazon trabalhou no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e, mais tarde, na revista O Cruzeiro. Depois de conhecer a rotina da imprensa brasileira, ele passa a produzir seus próprios documentários, levando imagens das mais variadas regiões do país às telas. O

foco central dessas produções era o Brasil e suas belezas, seu caráter alegre e festivo, era a expressão do ufanismo, em um discurso de valorização do sentimento de otimismo.

A ligação de Carlos Niemayer e Jean Mazon foi significativa. As viagens pelo Brasil, o contato com a realidade interiorana, a exuberância da natureza e, principalmente, conhecer uma forma de produzir cinema, levou o piloto a abandonar sua carreira nos ares pela incerteza de ser um cineasta em um país subdesenvolvido. Depois de fazer alguns documentários com Jean Mazon, a compra do espólio da empresa Líder Cinematográfica foi o próximo passo rumo a uma modalidade de cinema (o cinejornal) que já na década de 50 não vivia seus melhores dias, afinal, a televisão começava a se tornar popular.

Um dos fatores fundamentais para a permanência do *Canal 100* no ar durante tanto tempo (1959-1986) foi a sua forte relação com os governos militares no pós 64. Durante o período da ditadura os patrocinadores que garantiram a vida do cinejornal de Niemayer foram o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Ora, o que dizer de um periódico patrocinado pelo regime militar? A primeira reação é acreditar na existência de uma relação de patrocínio com vistas à propaganda política. Embora exista dentro de um governo autoritário o desejo de legitimação de seus atos arbitrários e no pós 1964 os filmes veiculados pelas produções Niemayer terem um forte teor ufanista, condizente com o regime, o mesmo não é verdade para o período anterior. Isso se torna mais evidente quando verificamos a presença de filmes encomendados tanto por grupos de esquerda quanto de direita. A realização do documentário Os Sem Terra que abordava a questão da reforma agrária, a pedido do governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, acontecia, ao mesmo tempo, em que eram produzidos filmes de conteúdo conservador como A Boa Empresa, discurso favorável à boa imagem do patrão com claro interesse de ocultar os conflitos nas relações de trabalho, e Asas da Democracia,[5] uma apologia a Força Aérea Brasileira, ambos encomendados pelo IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo fundada em 1961 que desenvolveu intensa propaganda anticomunista através de cursos, conferências

públicas e artigos publicados em jornais. Fez dura oposição ao governo Goulart e foi um dos grandes incentivadores do golpe militar de 1964. Esses filmes foram produzidos entre 1962 e 1964, tinham o intuito de cultuar os valores capitalistas, católicos e militares e contavam com a direção de Carlos Niemayer, além da tradicional narração de Cid Moreira que se tornaria clássica nas edições do *Canal 100*.[6]

A abordagem cinematográfica do *Canal 100* foi, de forma não oficial, condizente com a proposta de leitura do Brasil feita pelo projeto de propaganda política do regime militar que procurou se distanciar dos tipos clássicos de propaganda. O tom oficial foi abandonado, a atuação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão do governo Vargas durante o Estado Novo, responsável pelo controle, censura e produção cultural no Brasil, ainda mantinha marcas no imaginário popular e o governo sabia da repulsa da população por esse tipo de estratégia oficial de propaganda. Foi necessário encontrar formas diferenciadas de divulgação do seu ideário, amparada em temáticas não oficiais, ou seja, valorizar o clima de otimismo e alegria do período.[7] Assim foi criado em 1968, no governo do presidente Costa e Silva, a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), órgão ligado a própria presidência da república e responsável pela propaganda do regime militar. Sua estratégia de propaganda foi elaborar um discurso indireto. Filmes curtos para televisão exaltando a união familiar (A Boa família), o sucesso do milagre econômico ou as campanhas cívicas com o famoso cata-vento verde amarelo, estavam paralelos aos filmes veiculados pelo *Canal 100* que passou a ser uma revista de variedades, tendo como maior preocupação o entretenimento e a valorização da idéia de um país idílico.

A reação positiva dos espectadores às imagens do *Canal 100* era facilitada pela noção de realidade dada pelo conteúdo jornalístico. As imagens da semana apresentadas como uma revista de variedades fez com que o *Canal 100* se tornasse o grande inovador do cinejornalismo brasileiro. A inovação na forma foi significativa, pela primeira vez, um cinejornal deixava a postura séria tradicional, sacralizada pelo Estado Novo, e propunha uma roupagem nova,

introduzindo uma série de tópicos variados com uma imagem jovial e leve. Apesar de registrar cenas das grandes manifestações do movimento estudantil como a passeata dos Cem mil, as telas dos cinemas mostravam algo diferente, lá estavam as realizações governamentais, as imagens do Rio de Janeiro, a praia, as belas mulheres e como não poderia faltar, o futebol.

O futebol foi o tema privilegiado no *Canal 100*, depois de passar pelo noticiário, o futebol finalizava cada edição, trazendo imagens surpreendentes, diferentes daquelas da televisão. O Maracanã lotado em dia de Fla-Flu ou o último jogo da seleção brasileira eram de encher dos olhos dos espectadores. Um exemplo foi a última partida do técnico João Saldanha no comando da seleção brasileira em 1970. Em um Maracanã quase no escuro foi possível salvar a partida e ver Pelé fazer um gol memorável graças as lentes de Niemayer. Os recursos eram dos mais variados, o close no jogador que acaba de perder o gol ou a cabeceada vista na câmara lenta, onde até as gotas de suor eram registradas, um passeio pela lateral do campo acompanhando o jogador, as várias câmaras espalhadas por todo o estádio. Mas se engana quem pensa que o jogo era o único foco do espetáculo cinematográfico proporcionado pelo *Canal 100*. As imagens da torcida eram grandiosas, gestos, olhares, gritos, enfim toda uma série de expressões capazes de emocionar o público que se tornava parte do espetáculo.

Um bom exemplo do que foi o *Canal 100* pode ser verificado nas Palavras de Nelson Rodrigues ao prever o que seria a cobertura da Copa do Mundo de 1970 pela equipe de Niemayer:

> "O que eu queria dizer é que Carlinhos Niemeyer vai inventar uma nova distancia entre o torcedor e o craque, entre o torcedor e o jogo. Não sei se me entendem. Mas vão cessar as fronteiras da tela e a platéia. Imaginem Pelé, em dimensão miguelangesca, em plena cólera do gol. Sua coxa, plástica, elástica, ornamental, enchendo a tela. Tudo que a vitória possa ter de lírico, dramático, delirante, estará esculpido na luz."[8]

Futebol e música passavam a fazer parte de um único discurso, pois o que anunciava o início da bola rolando na tela era a música "Na cadência do samba", de Luiz Bandeira. Ao ouvir “Que bonito é ....” o público era tomado por uma profunda emoção, não de levar as lágrimas, mas de fazer o espectador acompanhar cada imagem, cada gesto, cada gol feito ou perdido como um momento de prazer estético único.

Foi a partir da copa do mundo de 1970 que o futebol ganhou o seu grande impulso no cinema. Sabemos da importância dessa copa para legitimação e fortalecimento da idéia do “Brasil Maravilha” promovida pelo governo Médici e as imagens do *Canal 100* reforçavam que “esse é uma país que vai pra frente”. Enquanto a televisão mostrava a copa em preto e branco, a equipe de Carlos Niemayer, com patrocínio da Caixa Econômica Federal, foi ao México e usou de toda a sua técnica para trazer as primeiras imagens coloridas de uma copa do mundo para o Brasil. Com 12 câmaras espalhadas pelo estádio foi possível visualizar uma outra copa, muito mais poética. O sucesso foi enorme, depois disso não havia quem não conhecesse, no país inteiro, o *Canal 100*.

O início dos anos 80 trouxe grandes mudanças, tanto para realidade política brasileira, como para os cinejornais, o fim do governo militar coincide com o fim do *Canal 100*. A experiência do jornalismo cinematográfico atingia um desgaste limite. Sem o auxílio econômico das instituições governamentais não era mais possível manter um cinejornal em um mundo dominado pela televisão.

Muitos anos se passaram desde a última exibição do *Canal 100* em 1986. Carlos Niemayer morreu em 1999. O acervo do cinejornal se encontra na empresa Carlos Niemayer Produções que agora é comandada pelos seus familiares. O *Canal 100* se converteu em uma experiência histórica, forte na memória coletiva e representativa no sentido de exaltar imagens do Brasil em três décadas.

[1] Para maiores detalhes ver Jean Claude Bernardet, Cinema Brasileiro: propostas para uma história, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra,, 1979, p.24.

[2] Jean Claude Branardet, obra cit. p.27.

[3] Paulo Emílio Salles Gomes, Anais do Simpósio do Filme documental Brasileiro, Recife, MEC-IJNPC, 1977.

[4]Edson Luiz Nars, Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Mazon: De JK a Costa e Silva, Araraquara, Dissertação de mestrado, Unesp-Araquara, 1996, p.13.

[5] Essas observações são feitas a partir da leitura do roteiro dos filmes A Boa Empresa e Asas da Democracia elaborada pela equipe do Canal 100.

[6] Uma referência a ligação das produções Carlos Niemayer com o IPES pode ser visto no livro de Rene Dreifuss, A conquista do Estado, Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

[7] Carlos Fico, Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977), Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 17.

[8] Nelson Rodrigues, O reacionário, RJ, Editora Record, 1977.

O CENTAURO IMPERIAL
OS ENGENHEIROS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho – PPG-UFF
Pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCT
pedro@mast.br – pedromarinho@yahoo.com.br

Ao estudar o conjunto de representações e práticas sobre a engenharia na segunda metade do século XIX e a importância dos engenheiros atuantes no Rio de Janeiro neste período, as formulações gramscianas podem auxiliar na compreensão das práticas sociais destes agentes e suas relações de classe, tomando-se como perspectiva principal a filiação à noção de *Estado ampliado* formado pela sociedade política e a sociedade civil, constituído como o lugar das relações sociais em conflito.

As formulações do revolucionário italiano Antônio Gramsci privilegiaram as formas através das quais se assegura o predomínio de um grupo ou fração de classe sobre o conjunto da sociedade nacional inteira exercido mediante as organizações privadas. O Estado é compreendido como "o organismo próprio de um grupo destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo" [1]. O que garante a eficiência desse processo expansivo é não ser identificado como a concretização de interesses exclusivos dos grupos beneficiados, mas como expressão de toda a sociedade.

A sociedade não consiste apenas num modo de produção garantido coercitivamente pelo "poder do Estado", mas também em hábitos de vida e pensamento, numa concepção de mundo amplamente difundida pela sociedade e na qual se inserem os costumes, a moral, o gosto popular, o senso comum, o folclore e também os princípios filosóficos e religiosos da maioria da população. E é este modo de pensar e agir dos homens e dos governados que se constitui no mais importante suporte da ordem constituída. A *força plena* é uma reserva para os momentos excepcionais, os momentos de crise. Normalmente o domínio da classe ou fração de classe dominante se apóia sobre uma adesão dos governados ao tipo de sociedade em que vivem, i. e., sobre o *consenso* . Gramsci desloca a noção *centáurica* – meio homem, meio animal - do "Príncipe", de Maquiavel - para o Estado, denominando-o como instituição composta de força e consenso, de dominação e hegemonia, de violência e civilização. Mas não se trata apenas de uma dualidade justaposta e sim de um processo orgânico complexo, sintetizando o Estado no conjunto formado pela sociedade política e sociedade civil, uma noção de Estado ampliado.

Já se pretendeu que o ponto de vista de Gramsci subvertia as relações que Marx havia verificado entre a base e a superestrutura, passando esta a determinar aquela. Na verdade Gramsci, mantendo o postulado marxista, combateu as interpretações sobre o pensamento de Marx que – segundo a expressão de Croce – faziam da economia um *Deus oculto*[2] e tem

sempre em conta a unidade material-espiritual que constitui todo regime social. Esta unidade é expressa no "*conceito de bloco histórico, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários...*"[3].

Gramsci revela a importância política da ideologia[4], das formas culturais, mas sem reduzi-la a uma mera manifestação imediata do predomínio econômico e social de uma classe e sim como a resultante de um esforço permanente desta, que visa a criação de um consenso. Assim, em seu pensamento, os momentos da reflexão e da ação, da teoria e da prática, são inseparáveis, de modo que tão ou mais importante que a criação de formas culturais é a sua difusão. Assim, a "ideologia" mostra a sua eficácia na prática, por sua capacidade de organizar a conduta humana.

O conceito de Estado, em Gramsci, vem intimamente ligado ao de *hegemonia*[5]. Gramsci era um político atuante, cujo objetivo era a criação de uma nova ordem social e a conquista do poder pelos trabalhadores, mas entendia isso como sendo, antes de tudo, a *criação de uma nova ordem intelectual e moral*. Para Gramsci, o instrumento dessa reforma é justamente o partido político. Aqui, como em Lênin, vê-se não somente a valorização do papel do partido, mas a interpretação entre as teorias do Estado e do partido. Ao partido caberá a *"formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual ... é ao mesmo tempo o organizador e expressão ativa e atuante" e também a missão de preparar e "reforma intelectual e moral"*[6].

A concepção gramsciana de política é ampla, não se reduzindo à luta pela conquista do Estado, mas mesmo este já é entendido de forma abrangente: *"... Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados ..."*[7].

Este conceito amplo corresponde à função de hegemonia. Gramsci especifica mais este ponto de vista, formulando a idéia de que a supremacia de um grupo social se manifesta em dois momentos: como poder de dominação e como direção intelectual e moral. O primeiro momento corresponde ao Estado, entendido aqui em sentido restrito, e o segundo à hegemonia. Esta separação, em Gramsci, é de natureza metodológica e não orgânica pois, na realidade, os dois momentos aparecem em unidade dialética. Tal unidade, que constitui o bloco histórico, é ressaltada por Gramsci quando se utiliza do conceito de Estado, não mais em sentido restrito, mas em sentido integral, abarcando a *ditadura mais a hegemonia*. Ou ainda, como é dito em *Maquiavel*: *"... Deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)"*[8]

Por outro lado, se a função de dominação / coerção é indispensável, a função de direção também o é, e pode, inclusive, anteceder o momento de dominação. Com relação a essa

questão, Gramsci deteve-se particularmente, trazendo contribuições fundamentais sobre o papel dos intelectuais. *"...eu amplio muito a noção de intelectual, não me limitando à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais."* [9]

Assim, aos intelectuais estaria reservada a função de construir a homogeneidade de uma classe ou fração de classe e o exercício da direção moral e intelectual, não apenas no interior de uma classe / fração, mas para o conjunto da sociedade na busca da produção e obtenção de consenso. Os intelectuais, contudo, não têm necessariamente a mesma origem social das classes fundamentais que representam. Ou seja, não se definem por sua origem de classe, mas pela posição de classe que assumem, pelo lugar ocupado e pela função que desenvolvem.

O intelectual orgânico deve estar diretamente relacionado com a vida prática, deve ser um "persuasor permanente". O processo de transformação social requer assim "*intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral*"[10]. Para Gramsci, uma classe que pretende tornar-se ou manter-se hegemônica deve ter como perspectiva principal criar os próprios intelectuais orgânicos e lutar pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais.

A modernização dos centros urbanos esteve no centro das discussões durante todo o último quartel do século XIX. Os dirigentes do Estado Imperial procuraram consolidar seu projeto de nação e para isso o trabalho dos engenheiros foi fundamental. A construção da nação teve na engenharia um de seus principais pilares, pois os projetos envolvidos, que davam visibilidade ao governo imperial e a seus principais dirigentes, diziam respeito ao mapeamento e exploração das riquezas naturais, construção de portos e estradas de ferro, estabelecimento de um procedimento de comunicação telegráfica e marítima, abastecimento de água, saneamento e reforma urbana. As atividades dos engenheiros estavam diretamente relacionadas às obras públicas, recebiam encomendas para "planos de melhoramentos" e possuíam, também, função de fiscalização, de execução das obras e das benfeitorias na Corte e nas províncias e, ainda, de realização de eventos como as exposições nacionais.

A classe dominante do Segundo Reinado[11] – formada basicamente por proprietários de terras e de escravos, setores ligados à economia agro-exportadora, comerciantes, negociantes[12] e um conjunto de intelectuais que, juntos, deram a solda necessária para que

os interesses de uns se conjugassem aos interesses dos outros – comandava o projeto político e ideológico dos “melhoramentos materiais” na formação social brasileira. Possuía um papel importante na manutenção e expansão dos seus interesses econômicos pela própria condução dos negócios políticos e administrativos do Estado Imperial. Nesse processo a administração pública misturava-se aos interesses particulares da classe dominante. A “modernização” do Estado estava intimamente relacionada aos interesses dessas classes que, por sua vez, fortaleciam o poder da administração central. Atuando em conjunto, a atividade dos engenheiros referendava essa ideologia civilizatória e de "progresso", baseada na construção de um Estado moderno, nos moldes dos saberes científicos do século XIX.

A *engenharia imperial*[13] esteve, durante a metade final do século XIX, estreitamente ligada às frações dominantes. Os interesses de uns convergiam com os interesses dos outros e, com isso, a influência dos engenheiros junto aos dirigentes da nação foi aumentando consideravelmente. Mesmo diante das mudanças na economia brasileira e da ascensão de novas frações ao poder, os engenheiros foram mantendo e ampliando sua esfera de influência. O conhecimento desses homens os habilitava a exercer funções em diferentes instâncias de poder. Perceberam a importância de atuar de forma mais decisiva no cenário político, mobilizando-se em prol de alternativas para questões específicas da profissão. Construíram sua base dentro do campo intelectual para que nele fossem definidas as regras para a formação acadêmica, pois isto lhes garantiria a titulação necessária ao exercício da profissão e, também, as regras de atuação dentro do próprio campo.

O campo intelectual[14], do qual os engenheiros brasileiros faziam parte, tomou forma na metade final do século XIX. A reformulação da Escola Central e sua posterior transformação em Politécnica, a fundação de associações profissionais e a publicação de periódicos técnicos especializados são fatores que contribuíram para definir atribuições, dar legitimidade ao grupo e, também, construir alianças com outros grupos sociais.

Não podemos deixar de registrar o momento de crise de hegemonia[15] pela qual passava a classe dominante. Avizinhava-se a privação da mão-de-obra escrava e uma desestruturação do modelo econômico. Os novos setores produtivos, surgidos da modernização das atividades econômicas, tinham interesses diversos, o que tornou o processo cada vez mais intrincado.

Até 1870, os dirigentes imperiais implementaram reformas que contiveram possíveis contestações ao exercício do poder constituído. A partir desse momento, as reformas não foram suficientes. Apesar de o “projeto imperial” ter, até determinado momento, expressado os ideais de “progresso” e “modernização”, a pressão sofrida pelo modelo escravista acabou por diminuir sua capacidade de ser o porta-voz desse discurso e novas alianças foram

costuradas. É nesse momento que surge o Clube de Engenharia, fundado em 24 de dezembro de 1880, num sobrado de uma casa comercial da Rua do Ouvidor.[16]

A trajetória do Clube de Engenharia foi construída pela determinação em reunir engenheiros e os "vários ramos industriais" em torno de objetivos comuns, destacadamente aqueles que se encontravam ligados ao que era identificado como a "idéia de progresso" do país. Sendo uma associação que procurava unir pensamento à ação, desde o seu início demonstrou o firme propósito de associar a engenharia à indústria[17]. O artigo primeiro do Estatuto do Clube de Engenharia jamais teve seu conteúdo modificado. [18]

A união entre engenheiros e "indústria nacional" se tornara característica definidora da agremiação, bem como o maciço contingente desses profissionais entre seus sócios configurou um perfil institucional. Muitos sócios do Clube se autodenominavam "capitalista", "proprietário de estabelecimento industrial" ou "negociante".

Observando-se a ação da entidade, em função de seus objetivos básicos, é possível evidenciar a firme adesão aos princípios referentes à engenharia e à indústria. O Clube de Engenharia era representativo de setores econômicos e intelectuais brasileiros. Deve-se registrar que, já no discurso proferido no dia da inauguração, Conrado Niemeyer assegurava que "... esta sala será um ponto de reunião para os engenheiros, industriais, fabricantes etc., e que é um excelente meio de facilitar os negócios e ao mesmo tempo um foco onde as questões técnicas se discutirão resultando, portanto, o esclarecimento delas, de todo conveniente principalmente quando submetidas à opinião pública".[19]

O Clube de Engenharia tinha a tarefa de organização e de representação de interesses dos engenheiros, pois exercia influência significativa junto à "sociedade política", já que seus membros pertenciam às diferentes instâncias de poder, além de representar vários setores da economia nacional, cujas perspectivas já não se coadunavam, no todo, com os do Estado monárquico. Ao longo da última década do século XIX, passando pela década seguinte, o Clube de Engenharia iria se consolidar como uma das principais associações de classe e profissional do Brasil, cuja atuação foi decisiva no processo de transformações daquele período, o que demonstra a capacidade de inscrição de suas formulações junto à sociedade política.

O Clube de Engenharia pode ser encarado como a principal associação empresarial e profissional do Rio de Janeiro, cuja atuação foi decisiva no processo de modernização urbana. Para Cury, o que torna original a relação entre engenharia e indústria "é justamente a declaração assumida dessa mesma afinidade, no intuito de contribuir para aceleração das atividades econômicas que beneficiassem engenheiros e industriais mutuamente. A indissociabilidade de seus propósitos, portanto, revela a compreensão clara que ambos os grupos tinham na completa interação entre seus destinos profissionais".[20] Os engenheiros Ignacio da Cunha Galvão e Hollanda Cavalcanti afirmavam que "os homens de negócio são

hoje os sapadores, por assim dizer, os *pioneers* da civilização; graças à indústria, essa grande e contínua aplicação das riquezas industriais da humanidade".[21]

Pensando na estreita relação estabelecida entre engenheiros e grupos representantes da "industria nacional" e no papel assumido por eles na condução de suas disputas em torno do aparelho de Estado, vislumbramos a possibilidade de pensar como o Clube de Engenharia assume a função de "partido", nos moldes em que propõe Gramsci. Um partido pode ser visto como uma formação burocrática e ideológica de uma classe à qual se liga organicamente. Esta classe pode se expressar e se organizar por meio do partido, pois este se apresenta como um instrumento de obtenção/manutenção de poder e é, também, uma forma de disseminar sua concepção do mundo.

Antonio Gramsci distingue duas formas de partido: o político e o ideológico. O partido ideológico está dentro do conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – imprensa, círculos, associações, clubes. Uma das maneiras possíveis de se pensar o Clube de Engenharia é como partido ideológico, o que garante a idéia, aqui defendida, de que o Estado no Brasil ampliava-se ao longo da segunda metade do século XIX.

Podemos observar que no mundo moderno, em muitos países, os "partidos orgânicos e fundamentais", por conveniência da luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assumindo o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o "Estado-Maior intelectual" do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se partimos do ponto de vista de que um jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou grupo de revistas) são também "partidos", "frações de partido" ou "funções de determinados partidos" [22]. O Clube de Engenharia trabalha com questões específicas das frações de classe que procura representar e, ao unificar interesses e difundir visões de mundo, atua como dirigente, possibilitando a inserção dessas frações em diferentes esferas de poder. O Clube de Engenharia foi responsável pela organização, representação e institucionalização – tanto no âmbito da sociedade civil quanto no âmbito da sociedade política – dos interesses de determinados grupos sociais. Ao unificar interesses e difundir visões de mundo, atuou como *partido*.

Ao final dos anos 70 do século XIX, a correlação de forças que sustentava a monarquia brasileira passou a demonstrar sinais de fraqueza e suas atitudes tendiam a um certo isolamento. As reformas implantadas já não eram suficientes para calcificar as fraturas. Aliás, estavam expostas demais e as soluções encontradas só acentuavam as feridas. Os setores médios urbanos mobilizavam-se e as novas frações da classe dominante articulavam-se, buscando alianças que as colocassem em posição de assumir a condução do Estado brasileiro. A crise de hegemonia "encontra" a crise política. Não sem razão, 1880

começa com uma revolta popular e termina com a criação do Clube de Engenharia, sintomas e elementos dessa crise e da ampliação do Estado Imperial brasileiro.

---

[1] Antônio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 41.
[2] Idem, *A Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.220-221.
[3] Idem, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 12.
[4] Gramsci procura evitar a simplificação que consiste em "desmascarar" as ideologias, reduzindo-as a "aparências" e as mostra como um poder real que leva os homens a atuar de certa maneira e que se integra na unidade social: "É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, *racionalistas*, 'desejadas'. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade 'psicológica': elas 'organizam' as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são 'arbitrárias', elas não criam senão 'movimentos' individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). Recordar a freqüente afirmação de Marx sobre a 'solidez das crenças populares' como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: 'quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares', etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material (ou algo semelhante), o que é muito significativo. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de 'bloco histórico', no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que a distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais". Antonio Gramsci. op. cit., 1981, p. 62-63.
[5]"Por hegemonia, Gramsci parece indicar uma situação sociopolítica (em sua terminologia, um "momento") em que a filosofia e a prática de uma sociedade se fundem ou estão em equilíbrio, uma ordem em que um certo modo de viver e pensar é dominante, em que um conceito é, de ponta a ponta, difundido em uma sociedade em todas as suas manifestações institucionais e privadas, informando com este espírito todo o gosto, moralidade, costumes, princípios políticos e religiosos e todas as relações sociais, particularmente em sua conotação moral e intelectual, o que implica, por fim, um elemento de direção e controle, não necessariamente consciente". Gwyn Williams. The concept of 'egemonia' in the thought of Antonio Gramsci. Journal of the History of Ideas XXI, 4, out.-dez., 1960, pp. 586-99 Apud E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (org.). Campinas: Unicamp, 2001, p. 147. É importante ressaltar que a "hegemonia/direção" tem se configurado, no Brasil, muito mais "(...) de um grupo com referência a seus iguais – ainda que em situações historicamente diferenciadas de disputa e conflito, ao longo do tempo – do que com referência a seus "outros" (não-iguais)...". Sonia Regina de Mendonça. http://jbonline.terra.com.br/destaques/500anos/id5ma2.html . Acesso em: 26/mai/02.
[6] Antonio Gramsci. Op.cit p. 9.
[7] Ibidem, p. 87.
[8] Ibidem, p.149.
[9] Antonio Gramsci. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 224.
[10] Antonio Gramsci. Os *intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Circulo do Livro, s/d, p.17.
[11] Apesar da inexistência de consenso na historiografia em se caracterizar a classe dominante nesse período, é certo que a hegemonia pertencia às frações escravocratas, mais especificamente aos cafeicultores fluminenses, que se fizeram em comunhão com o aparato estatal. Para Salles, estes "organizaram esta sociedade [a imperial] que foi a base de uma cultura, um modo de vida e de um Estado próprios, numa palavra, de uma civilização particular, a civilização imperial". "Uma civilização que era contemporânea de seu tempo, dominado pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. Uma civilização que, tendo a sua proposta específica de organização econômica e social de base escravista, fora capaz de organizar uma vida política e cultural que lhe conferia uma identidade própria, seja em relação a si mesma, seja em relação ao mundo que a cercava e a continha". Ricardo Salles. *Nostalgia Imperial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 42 e *A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 43. Cada uma das diversas frações tem suas especificidades no que diz respeito à posição que ocupa na produção, nos interesses políticos que defende e em aspectos culturais e nas alianças que preferencialmente costura. No entanto, a natureza desta classe dominante permite a construção de pontos de coesão que criam uma identidade reveladora de experiências comuns. Estas experiências propiciam um reconhecimento entre as frações diante de objetivos comuns e assim constroem uma certa identidade de classe. Portanto, é importante destacar, também, "os grupos ligados às atividades urbanas, que não podem ser entendidas como meros apêndices da produção escravista para exportação, mas que se integram na lógica de reprodução da economia, principalmente aquelas ligadas à circulação de mercadorias, que se integram às diferentes formas de produção (...)". Théo Lobarinhas Piñeiro. Negócios e Política no Brasil Império. In: *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura/La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001, p. 122.
[12]Théo Lobarinhas Piñeiro entende *Negociante* como "o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. (...) Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura,

nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc". Op. Cit., p. 124. Os estudos de João Luís Fragoso apontam para o papel fundamental que exerceram os homens de *grosso trato* na definição dos rumos políticos e econômicos brasileiros, devido à complexidade de nossa história, que não pode ser limitada a *plantation* açucareira e cafeeira. A ação desses negociantes possibilitou que parte da acumulação mercantil fosse reaplicada aqui mesmo, a diversificação de suas atividades e a transferência dos negócios urbanos para o investimento em terras. Além disso, nas décadas finais do século XIX, parte das fortunas agrárias foi transformada em dinheiro e em apólices públicas, "o que insinua a diminuição do ritmo dos investimentos tradicionais. (...) Tal atitude não representava a modernização da economia, mas, antes, reduzia a capacidade de investimento do país e, com isso, contribuía decisivamente para a manutenção de traços das antigas estruturas econômicas." O Império Escravista e a República dos Plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: Maria Yedda Linhares (org.). *História geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 163-164 e *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

[13] Por *Engenharia Imperial* estamos procurando dar sentido a um processo que assinalou a ação política das frações da classe dominante no segundo reinado e, ao mesmo tempo, aqueles movimentos característicos do campo profissional em questão e, ainda, as relações recíprocas que foram estabelecidas a partir daí. Cf. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho. *Engenharia Imperial*: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880), dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 2002.

[14] A partir da noção de campo intelectual podemos compreender a dinâmica dos engenheiros. "...é na medida em que faz parte de um campo intelectual em referência ao qual se define e se constitui seu projeto criador, na medida em que, se quisermos, ele é o contemporâneo daqueles com quem se comunica e aos quais se dirige através de sua obra, recorrendo implicitamente a todo um código que possui em comum com eles – temas e problemas na ordem do dia, maneira de pensar, formas de percepção, etc. – que o intelectual é situado histórica e socialmente. Suas escolhas intelectuais ou artísticas as mais conscientes são sempre orientadas por sua cultura e seu gosto, interiorizações da cultura objetiva de uma sociedade, de uma época ou de uma classe". Pierre Bourdieu. Campo intelectual e projeto criador. In: Jean Pouillion *et al.Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 136.

[15] "A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também "dirigente"." Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere.* Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.62-63. Assim, para Gramsci, a distinção entre o que é "domínio" (situação de força) e "direção" (organização de consenso) é fundamental e nesse sentido, os intelectuais têm um papel importante, já que são eles os agentes que organizam o consenso e possibilitam o desenvolvimento da direção moral e intelectual e, conseqüentemente, o exercício da hegemonia do grupo dominante. No período acima referido, o grupo dominante começa a entrar numa grave crise, que acabou por levar a um abalo na aptidão para dirigir os rumos do país.

[16] Em 7 de março de 1880 foi fundada a Associação dos Engenheiros no Comércio do Rio de Janeiro, o que demonstra a intenção de se institucionalizar as relações dos engenheiros com outros setores da economia do Rio de Janeiro.

[17] "...longe de representar um conceito restrito, ligado à produção fabril, especificamente, a idéia de indústria incorporada ao Clube de Engenharia (...) possuía uma amplitude extraordinária, ligando-se tanto à atividade manufatureira em si, quanto à agricultura, à pecuária e ao extrativismo, de um modo geral, assim como ao comércio, À construção civil e às obras de infra-estrutura."...suas [Clube de Engenharia] concepções abrangentes acerca da "indústria brasileira" diziam respeito a todas as formas de produção e trabalho, nas quais a engenharia pudesse ser efetiva. De fato, o componente decisivo na delimitação desse conceito era o próprio campo de atuação dos engenheiros. Vânia Maria Cury. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933).* 2000. 358f. Tese. Universidade Federal Fluminense, 2000, p. 92 e 100.

[18] Art. 1º - "O Clube de Engenharia tem por objeto promover e estreitar relações entre as classes de engenheiros e dos vários ramos industriais no que diz respeito aos interesses recíprocos das suas profissões". Decreto nº 8.253 de 10 de setembro de 1881.

[19] Manuel Valladão. *Apontamentos históricos do Clube de Engenharia.* Manuscrito, 1903, p. 8.

[20] Vânia Maria Cury. op.cit., p. 92.

[21] *Revista do Instituto Politécnico Brasileiro e das Obras Públicas do Brasil,* Tomo VII, 1877, p. 13.

[22] Antônio Gramsci. op. cit.,2000, p. 349-350.

A contribuição da História do abastecimento para a Historiografia brasileira

Pedro Henrique P. Campos – PPG-UFF

Esta apresentação aborda o que se produziu até hoje no Brasil sobre história do abastecimento e qual a sua contribuição para a historiografia do país. Há, no entanto, algumas balizas. O foco principal da apresentação lida com trabalhos que abordam o abastecimento no Rio de Janeiro no século XIX. O recorte foi feito para que não se tivesse um objeto muito extenso para apresentação e análise. Algumas pinceladas serão dadas em obras de outros recortes espaço-temoporais, principalmente nos trabalhos importantes do tema.

A historiografia do abastecimento pode ser dividida em três grupos. O primeiro, mais antigo e incipiente, inclui os trabalhos de Mafalda Zemella e Myriam Ellis sobre o abastecimento da região das minas setecentistas. O segundo grupo, assim como o primeiro, vem da USP e é liderado por Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias. Altamente inovador, eles abordam o período da independência do Brasil, dando uma nova interpretação a esta independência. O terceiro grupo, o mais amplo e o mais sistemático, é o grupo da história agrária feito em Niterói e no Rio de Janeiro e tem a liderança da professora Maria Yedda Linhares. Esse grupo é o de maior produção, diferencia-se por ter um método específico de pesquisa e por ser fortemente influenciado pela história regional francesa.

Apesar de o tema do abastecimento não ser nem um pouco badalado atualmente na historiografia, a sua situação nem sempre foi esta. Prova disso é o fato de que a primeira obra aqui abordada – o livro 'O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII' da professora Mafalda Zemella – ter sido a primeira tese de doutorado em História da Civilização Brasileira defendida no país, no ano de 1951. Como uma obra datada de mais de 50 anos, esse livro apresenta certas características dos estudos de história de outro período. Existem traços da história tradicional, com uma forte preocupação com os fatos na pesquisa. Mesmo assim, a obra mostra a dinâmica da economia brasileira no XVIII, antes pouco conhecida. Ela demonstra

como a exploração de ouro e diamantes na região das minas ativa uma produção e comércio em vários pontos da América portuguesa como a Bahia, o Rio de Janeiro, São Paulo e o sertão nordestino e também regiões da América espanhola. Ela é ainda a primeira a demonstrar a inversão do abastecimento entre Rio e Minas no final do setecentos. Explica-se. Se durante todo o século XVIII, a capitania do Rio de Janeiro foi a principal abastecedora da região aurífera, no fim do século com a queda da produção de ouro e o crescimento da agropecuária nas Gerais, a situação se inverte, Minas Gerais passa a abastecer a crescente cidade do Rio de Janeiro e será eminente no suprimento de gêneros a esta cidade após a chegada da Corte em 1808[1].

Myriam Ellis, em 'Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras no século XVIII' de 1961, também traz os traços tradicionais e factuais do livro de Zemella. Apesar de ela ter levantado e trabalhado com os números dos direitos de entrada da região das minas, trazendo-os a público, ela traz explicações técnicas para o insuficiente abastecimento da região no século XVIII, assim como Zemella. Para elas, a grande demanda, a dificuldade de transportes e a alta taxação explicam os problemas da carestia e os anos de fome em Minas Gerais[2]. As duas não atentam para a estrutura da produção escravista e colonial e suas limitações.

Fora dos três grupos e tendo criado seu próprio grupo de estudos na Bahia, aparece a monumental pesquisa de Kátia Mattoso para a cidade de Salvador no século XIX. A pesquisa, feita ao longo de quinze anos e publicada em 1978, tem muitas semelhanças com os estudos do grupo de Maria Yedda Linhares, a quem, por acaso, Mattoso convidou para escrever o prefácio do seu livro. Assim como a professora Linhares, Kátia Mattoso tem uma influência direta da história serial francesa. O livro trata de uma longa duração, dá um panorama geográfico em seu início, fala de vários aspectos da cidade no século e traz uma história de

[1] Mafalda Zemella. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1951, *passim*.
[2] Myriam Ellis. *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras no Século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961, p. 41-4.

preços e salários para a cidade. Trata-se de uma grande contribuição à história regional baiana[3].

O segundo grupo de pesquisa sobre o abastecimento é muito profícuo e tem seus estudos concentrados na década de 1970. É um grupo de historiadores que vai tratar especificamente da primeira metade do século XIX e com três grandes bandeiras: a defesa de uma grande ruptura na história nacional em 1808, a crítica de antigas visões da independência de explicação essencialmente externa e a atenção ao grupo dos negociantes nesse período da história.

Inaugura o trabalho deste grupo o artigo de Maria Odila Dias 'A Interiorização da Metrópole', publicado em 1972. Esse artigo traz os três elementos do grupo destacados acima. Ele defende que se relevem os processos internos do Brasil às vésperas da emancipação política, rejeitando a tese de explicação unicamente externa para a independência em 1822. Ela chama a atenção para dois fenômenos ocorridos no Brasil na época joanina, a interiorização da metrópole no Centro-Sul da América portuguesa e o enraizamento dos interesses mercantis portugueses na praça do Rio de Janeiro[4]. À época do artigo, essas duas expressões se apresentavam mais como hipóteses, mas logo foram confirmadas por duas pesquisas feitas sob sua orientação. Em um artigo de jornal de 1973, Sérgio Buarque de Holanda defende o artigo de Odila, destacando a nova interpretação sobre a independência. Ele lembra que a elite política do Primeiro Reinado é composta principalmente e negociantes[5]. Isso vai ser a grande característica desse grupo de pesquisa sobre o abastecimento, ao contrário dos outros dois, ele vai relacionar o abastecimento à política. Na verdade, eles demonstrarão como esses negociantes ligados ao abastecimento e outros negociantes vão ser importantes para a formação do Estado imperial brasileiro.

---

[3] Kátia Maria de Queiroz Mattoso. *Bahia*: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978, *passim*.

[4] Maria Odila Leite da Silva Dias. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In. Carlos Guilherme Mota (org.). *1822*: Dimensões. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 165.

[5] Sérgio Buarque de Holanda. Sobre uma doença infantil na historiografia. In: *O Estado de São Paulo*. 17 de junho de 1973, no. 829. São Paulo: 1973.

Outro importante estudo do grupo é publicado em 1976 com a orientação de Sérgio Buarque. É o 'Barão de Iguape' de Maria Thereza Petrone. Esse livro mostra o início da trajetória de Antônio da Silva Prado, que no segundo reinado foi um importante cafeicultor paulista e política. Entretanto, ele não acumulou capitais com a agricultura, mas com o comércio. Prado era um importante negociante do abastecimento de gado. O suprimento, no caso o de gado do Sul para o Rio de Janeiro, é um setor que movimenta grande quantidade de dinheiro e proporciona grandes possibilidades de acumulação para os negociantes envolvidos, sobretudo em função das práticas monopolistas destes últimos. Fica claro também como a vinda da Corte ativou este comércio e freqüentes ações da política joanina beneficiavam os negociantes do abastecimento[6].

As dissertações de mestrado de Alcir Lenharo e Riva Gorenstein são as obras mais importantes desse grupo, confirmando plenamente s hipóteses de Maria Odila e trazendo novas questões para o debate. Alcir Lenharo parte da crítica das teses de Simonsen e Furtado de que há um esvaziamento da economia brasileira entre a decadência da produção aurífera e o sucesso da exportação do café de 1830 em diante. Usando Zemella e sua própria pesquisa, ele mostra a importância do abastecimento da Corte desde 1808. Lenharo deixa claro que busca as implicações políticas daquele comércio. Ele arrola todas as medidas benéficas a este comércio empreendidas pela política joanina: a melhoria das estradas, a isenção de serviço militar por parte dos tropeiros e a proibição de estrangeiros no comércio de cabotagem. Fica claro que o poder de pressão desses negociantes para com aquele recém-instalado Estado não devia ser fraco. Os benefícios de Pedro I aos negociantes do abastecimento foram maiores ainda. Além dos privilégios diretos aos negociantes, Lenharo ressalta a doação de sesmarias aos negociantes na região ao longo das estradas construídas ou reformadas no Vale do Paraíba. Essa prática de D. João VI vai semear a cafeicultura na região. Seria quase dispensável

[6] Maria Thereza Schörer Petrone. *O Barão de Iguape*: um empresário na época de independência. São Paulo: Nacional, 1976, *passim.*

lembrar a importância que têm os cafeicultores do Vale na consolidação do Estado imperial. Por fim, ele destaca o papel dos produtores e tropeiros mineiros ligados ao abastecimento no sufocamento da revolta liberal de 1842 naquela capitania. Esses homens desejavam manter um forte vínculo com o Rio de Janeiro, rejeitando a autonomia[7].

O estudo de Riva Gorenstein não trata especificamente de abastecimento, mas mostra as várias formas de atuação econômica dos negociantes no Rio de Janeiro da época joanina, entre elas o abastecimento. Ela mostra como esses negociantes vão ser eminentes na política joanina, há ajuda desse grupo – inclusive financeira – ao Estado em momentos decisivos como na revolta pernambucana de 1817 e há uma grande adesão dos mesmos à independência[8].

O terceiro grupo é certamente o mais robusto, que tem o maior número de pesquisas e o que estabeleceu uma metodologia própria para a pesquisa em abastecimento. Ele se afasta mais dos temas políticos e envolve-se em discussões como a brecha camponesa da escravidão, o modo de produção escravista colonial, entre outros temas. Quase todos os trabalhos desse grupo são feitos sob a orientação de Maria Yedda Linhares, com a forte presença também de Ciro Flamarion Cardoso.

Apesar de a produção desse grupo se concentrar na década de 80, os dois livros de Maria Yedda Linhares publicados em 1979, 'História do abastecimento: uma problemática em questão' e 'História política do abastecimento' dão o pontapé inicial para as pesquisas do grupo. Nas introduções desses livros, a autora defende uma metodologia de história total para a pesquisa com abastecimento. Deve-se levar em conta, então, a história agrícola, os hábitos e técnicas de cultivo, a organização fundiária, os transportes, a renda gerada, o consumo urbano, a política para o tema, os hábitos alimentares, as mentalidades, etc. Ainda, ela defende que se ligue a história do abastecimento às estruturas sociais do período. Nessas mesmas obras, ela

[7] Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação*: o abastecimento da corte na formação política do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993, *passim.*

[8] Riva Gorenstein. Comércio e política: o enraizamento dos interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: Lenira Menezes Martinho; Riva Gorenstein. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade de Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993, p. 148-53.

afirma que há poucos estudos sobre o assunto, levanta diversas hipóteses para problemas localizados e defende que se façam pesquisas regionais específicas[9].

Essas pesquisas vêm ao longo da década de 80. São muitas e seria muito longo falar o que todos trazem de novo. Alguns exemplos, no entanto, são emblemáticos. Os estudos de mestrado de Hebe Mattos e Márcia Motta abordam regiões do Rio de Janeiro – Capivary e São Gonçalo respectivamente – que no século XIX eram especializadas na produção para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de áreas de produção agro-exportadora. Elas mostram como escravos eram utilizados para essa produção e que havia pequenos proprietários com alguns escravos na lavoura. Elas criticam Maria Isaura de Queirós e Maria Sylvia Carvalho Franco por homogeneizar e taxar de dependentes dos grandes proprietários os grupos intermediários entre os escravos e os grandes proprietários. Elas explicitam uma realidade bem mais complexa para esses intermediários[10].

Outros bons exemplos dessa linhagem são as teses de doutorado de Francisco Carlos Teixeira da Silva e João Fragoso. O estudo comparativo entre Rio e Salvador feito por Silva, além de confirmar a brecha camponesa, clarifica as freqüentes crises de carestia, escassez e fome coloniais. Elas não eram puro reflexo do movimento do comércio colonial, mas tinham causas diversas, como a ação do capital mercantil, os problemas de acesso à terra, o tabelamento de preços de produtos básicos a baixíssimos valores pelas Câmaras municipais, dentre outros. Esses fatores eram todos frutos da condição de economia escravista colonial[11].

'Homens de Grossa Aventura' de João Fragoso parece fechar os estudos feitos na década de 80 de uma maneira conclusiva e sintética. Através de seus estudos e citando os outros estudos de história regional feitos no período, ele mostra como aquela economia colonial tinha

---

[9] Maria Yedda Leite Linhares. *História do Abastecimento*: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979, p. 21-5. Maria Yedda Leite Linhares; Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História Política do Abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979, p. 17-22.

[10] Hebe Maria Mattos. *Ao Sul da História*: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 75-7. Márcia Maria Menendes Motta. *Pelas Bandas d'Além*: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888). Tese de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1989, p. 10-15.

[11] Francisco Carlos Teixeira da Silva. *A Morfologia da Escassez*: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese de doutoramento. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990, p. 404-8.

acumulações endógenas de capital – sendo o tráfico de escravos e o comércio de abastecimento, na concepção de Fragoso, as principais formas de acumulação –, tendo ela capacidade de se autofinanciar. Chega também à conclusão de que há no século XIX um mercado interno no país com epicentro na cidade do Rio de Janeiro. Prova que a maioria dos grandes negociantes da praça da cidade na época joanina já estavam na cidade antes da chegada da Corte, ao contrário do que acreditava Riva Gorenstein. Conclui dizendo que se tratava de economia exportadora com grande dinamismo interno em uma formação econômico-social com hegemonia do modo de produção escravista colonial, havendo a coexistência deste com outras relações de produção pré-capitalistas[12].

Vários são os outros estudos desse grupo. Apesar de ter se desenvolvido essencialmente na década de 80, esse ramo de pesquisa teve alguma continuação na década de 90. Ainda no início dessa década, Fábio Carvalho e Afonso Graça Filho iriam defender suas dissertações de mestrado, comprovando com dados que o capital industrial e financeiro carioca provinham diretamente do capital comercial daquela cidade, em especial do comércio de abastecimento[13]. Mesmo assim, outros temas longe do econômico-social emergem nesta década como os prediletos entre os novos pesquisadores e o estudo de abastecimento declina.

Algo que não pode ser abordado a fundo nesta apresentação, mas que não pode deixar de ser destacado é a relação entre essa produção historiográfica e a história do país. Não é possível pensar, por exemplo, a produção sobre abastecimento das décadas de 50 e 60 sem pensar também a teoria da dependência e as outras buscas do período para se entender o subdesenvolvimento brasileiro. Da mesma forma, seria surreal não vincular toda a produção de história agrária da UFF com a anistia política, a redemocratização, as mobilizações no campo, o

[12] João Luiz Ribeiro Fragoso. *Homens de Grossa Aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, *passim*.

[13] Fábio Garcez Carvalho. *Hierarquização e oligopólio*: o caso do comércio de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892-1922). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1992, p. 95-100. Afonso Alencastro Graça Filho. *Os Convênios da Carestia*: organização e investimento do comércio de subsistência da Corte (1850-1880). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1991, p. 221-3.

surgimento do MST e a votação da reforma agrária na Constituinte na década de 80. Infelizmente, não se trata aqui de estabelecer essas interessantes e complexas relações.

É possível agora fazer uma avaliação final dessa historiografia. Uma crítica interessante a alguns estudos do terceiro grupo, e acreditamos que possa ser generalizado a todas ou quase todas as pesquisas deste grupo, foi feito pela professora Sônia Regina de Mendonça. Para ela, essas pesquisas usam vasta documentação, mas restringem-se ao econômico. Muitas vezes, inclusive, os estudos abordam a política agrária e a política para o abastecimento sem discutir o Estado[14]. Um exemplo é o estudo de Teixeira da Silva, que aborda a administração da Câmara de Salvador, do governo-geral do Brasil e do Estado português sem tratar da natureza dessas instâncias políticas. Não faz como o segundo grupo, que estuda os negociantes do abastecimento para entender o Estado. Outro exemplo é o do estudo de João Fragoso. Em todo o livro, não se fala do Estado ou de política e para o autor, que argumenta apenas com motivos econômicos, não há uma ruptura na história nacional em 1808. Essa é exatamente a crítica de Sônia de Mendonça, a da perigosa separação entre o político e o econômico.

No entanto, os aspectos positivos dessa produção são infinitamente superiores aos aspectos negativos. Ficou provada a brecha camponesa, atentou-se para a importância dos negociantes na história nacional, explodiu-se com o velho modelo de plantations monocultoras escravistas voltadas para a exportação tanto na época colonial como no século XIX e deram-se novas interpretações para a independência e a formação do Estado imperial. Enfim, a historiografia do abastecimento deixou a história brasileira mais complexa, dinâmica e menos simplista, logo, mais interessante para o estudo.

[14] Sônia Regina de Mendonça. Estado, agricultura e sociedade no Brasil da primeira metade do século XX. In: Noemí Girdal-Blancha; Marta Valencia. *Agro, Tierra y Política*: debate sobre la historia rural de Argentina y Brasil. Buenos Aires: REUNÍ, 1998, p. 135-6.

NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA INTELECTUAL E POLÍTICA DE KARL KORSCH.

Pedro Leão da Costa Neto - UTP.

I

Karl Korsch[1] nasceu em 1886 em Tostedt, próximo a Hamburgo em uma família de classe média; estudou Direito, Economia e Filosofia em Munique, Berlim, Genebra e Jena, onde em 1911, se doutorou em Direito. Durante o período de estudante participou da organização estudantil Freie Studentschaft, na qual conheceu Hedda Gagliardi, sua futura esposa. Entre 1912-1914 morou na Inglaterra, trabalhando com o Professor de Direito Ernest Shuster, na tradução de seu livro sobre Direito Civil e Processual Inglês. Neste período, entrou em contacto com a Fabian Society. Após retornar a Alemanha em 1914, foi incorporado no Exército e participou da I Guerra Mundial como oficial, em razão de suas posições contra a guerra foi degradado, e posteriormente promovido. Enquanto a carnificina da I Guerra Mundial significou a ruína de todo um mundo, a Revolução Russa indicou uma alternativa concreta para a intelectualidade alemã radicalizada. Em 1919, entrou no Partido Socialista Alemão Independente (USPD)[2], neste mesmo ano publicou a brochura: *O Que é a Socialização?*, como primeiro volume da coleção *Sozialpolitische Schriftenreihe*[3] dirigida por ele. Em 1920, após cisão do USDP entrou no Partido Comunista Alemão Unificado (VKPD). Deputado comunista eleito para a Dieta de Turingia, entre outubro e novembro de 1923 tornou-se Ministro da Justiça, durante a curta experiência do governo operário deste mesmo Länder. Neste mesmo ano foi nomeado Professor de Direito na Universidade de Jena. Participou juntamente com Lukács e outros intelectuais marxistas, da célebre *Erste Marxistische Arbeitswoche,* organizada em Ilmenau, por Felix Weil. Igualmente neste mesmo ano, publicou o importante livro *Marxismo e Filosofia* - um dos escritos constitutivos do assim chamado Marxismo Ocidental -, fortemente crítico ao marxismo da II Internacional. Em 1924 como delegado ao V Congresso da Internacional Comunista. Neste Congresso o seu livro, ao lado de *História e Consciência de Classe* de Lukács e do italiano Antonio Graziadei, foram objeto de uma contundente crítica por parte de Zinoviev. Neste período

estabeleceu contactos com Amadeo Bordiga e com grupos de oposição na União Soviética, em particular com Sapronov. Entre 1924 e 1928 foi deputado ao Reichstag. Entre meados de 1924 e fevereiro de 1925 foi redator do orgão teórico do Partido Comunista Alemão (KPD) "Die Internationale", que utilizarou para difundir a sua concepção do marxismo.[4] Em 1926, foi expulso do KPD, a partir de então, publicou em distintos orgãos teóricos de oposição à política da I. C., inúmeros artigos críticos à social-democracia e ao leninismo, que representavam segundo Korsch, as duas versões ortodoxas do marxismo. Após 1928, não manteve vínculos orgânicos com nenhuma organização política. Nesta mesma época conheceu Bertolt Brecht, que costumava chamar Korsch de "meu professor", com quem manteve estreitos vínculos de amizade até a morte do grande escritor em 1956. Publicou em 1929, o seu livro de critica a Kautsky: *Concepção Materialista da História - Anti-Kautsky.* Após a subida de Hítler ao poder em 1933 emigrou primeiro para a Inglaterra, depois para a Dinamarca, onde freqüentou a casa de Brecht e encontrou-se com Walter Benjamin. É igualmente importante, destacar o diálogo que estabeleceu na década de 1930, com os anarquistas espanhóis. Em 1936 transferiu-se definitivamente para os Estados Unidos. Em 1938 publicou na Inglaterra o seu importante livro *Karl Marx.* Neste mesmo período se ocupou de diferentes questões teóricas sobre Lógica e Filosofia das Ciências. No exílio norte-americano colaborou com diferentes revistas marxistas, entre as quais, cabe destacar as dirigidas pelo Comunista de Conselho, Paul Mattick – *International Council Correspondence, Living Marxism* e *New Essays*-; recebeu igualmente uma ajuda do Instituto de Pesquisa Social, então em Nova Iorque, de 100 dolares. Em 1950, proferiu uma série de conferências na Suiça e na Alemanha, aonde enunciou sob a forma de teses a sua interpretação sob o lugar do marxismo na luta de classes. Em conseqüência de uma doença que atacou as células do cérebro foi internado em 1957 e morreu em Cambridge, Massachusetts no ano de 1961.

A partir da segunda metade dos anos 1960 e ao longo da década de 70, como resultado das transformações ocorridas no interior marxismo e do movimento revolucionário

internacional após as revelações de Kruschov frente ao XX Congresso, e da constituição de diferentes grupos teóricos de extrema esquerda, a obra de Korsch foi redescoberta, passando a ser objeto de grande interesse teórico.[5]

A reconstrução bibliográfica da vida de Korsch, nos pareceu significativamente importante, pois nos permitiu individualizar dois importantes momentos de sua trajetória política e intelectual. A primeira refere-se a sua formação política e teórica e a segunda o seu isolamento político após a ruptura com o KPD.

II

A formação intelectual de Korsch está marcada por alguns traços característicos e distintivos[6], formado em Direito em Jena e tendo nesta disciplina, o seu principal foco de atenção, durante a década de 1910 contribuiu periodicamente para a revista Die Tat publicada por Eugen Diederichs, Korsch participou igualmente do "Círculo Sera" organizado em torno do mesmo Diederichs[7]. A sua formação filosófica se desenvolveu, antes de tudo, pela influência das leituras de Kant e de Wilhelm Dilthey. O seu contacto com a filosofia de Hegel só ocorreu tardiamente, por volta de 1922, quando redigiu o seu escrito *Kernpunkte der materialistischen Geschichtsauffassung*[8].

É igualmente importante destacar, a sua participação na Fabian Society, durante sua estadia na Inglaterra; em 1912, redigiu para a revista *Die Tat*, um artigo intitulado *Socialismo Fabiano*. Esta sua experiência deixou traços em sua trajetória posterior, podemos identificar sua influência, por exemplo, na utilização do conceito "democracia industrial", que é o título de uma obra redigida pelo casal Sidney e Beatrice Webb - destacados dirigentes fabianos -, no carater antimetafísico da concepção de socialismo de Korsch e por fim lembrar que Korsch foi o organizador em 1919, da edição alemã, de um escrito de outro importante fabiano, George Bernard Shaw. Stephen Eric Bronner observa sobre a influência dos socialistas fabianos sobre Korsch:

> Embora cético quanto à política burocrática e reformista da Sociedade, foi influenciado por sua concepção antimetafísica e "prática" do socialismo. Os

> fabianos também rejeitavam o determinismo fatalista do marxismo ortodoxo e, dado seu encontro anterior com o idealismo alemão, tinha sentido que Korsch desenvolvesse uma ênfase sobre a consciência e outros fatores 'subjetivos' com respeito à luta da classe trabalhadora.[9]

Cabe aqui destacar, igualmente, a importância que o socialismo fabiano exerceu igualmente sobre as posições de Eduard Bernstein. Podemos interrogar se a relativa simpatia de Korsch para com Bernstein, não se justifica -como já foi observado por outros comentadores- por esta experiência fabiana comum a ambos. Korsch em seu escrito de 1937, *O fim da Ortodoxia marxista* afirma:

> Eduard Bernstein, que já tinha dado sérias contribuições ao marxismo, exprimiu desde o se exílio londrino, suas opiniões 'heréticas' (inspiradas principalmente no seu estudo do movimento operário inglês) concernentes *a relação entre a teoria e a prática do movimento socialista alemão e europeu da época,* suas concepções e seus pontos de vista foram no momento, como muito tempo depois, unanimimente mal compreendidas, tanto por seus amigos como por seus inimigos.[10]

III

Em 1923, é publicado *Marxismo e Filosofia*[11], livro que marcou junto com *História e Consciência de Classe* de Lukács, as discussões filosóficas marxistas nos anos 1920. A recepção crítica e negativa da obra de Lukács e Korsch, por parte dos comunistas desempenhou um papel decisivo na trajetória ulterior de Korsch. Ambos os livros foram publicados, em um momento particular, da história do movimento operário e comunista no século XX. Por um lado, o ano de 1923 representou a conclusão do período revolucionário na Alemanha, iniciado em 1918; a derrota de 23, marcou o início de um período de estabilização na Europa Ocidental, concluindo as expectativas revolucionárias no Ocidente, abertas com a revolução russa e o final da guerra. Por outro lado, a morte de Lenin em janeiro de 24, acirrou a luta interna no interior do Partido Comunista Russo. O movimento

comunista internacional passou a partir de então, por uma série de mudanças políticas. Entre junho e julho de 24, realizou-se em Moscou o V Congresso da Internacional Comunista, no qual é lançado a palavra de ordem da bolchevização dos Partidos Comunistas. Neste congresso Zinoviev profere o sua famosa "crítica aos professores":

> Tampouco deixaremos que se desenvolva o revisionismo teórico, que parece converter-se em um fenômeno internacional. Na Itália, Graziadei re-imprime em um volume seus antigos artigos do tempo em que era revisionista social-democrata. Lukács, na Húngria faz outro tanto respeito a filosofia e a sociologia. Uma tendência parecida temos no Partido alemão, com Korsch. (…) Será conveniente, penso, que demos ao camarada Korsch diretor da revista (*Die Internationale* – nota do autor), o conselho amistoso de estudar marxismo e leninismo. (…) Não é pedir demasiado expressar o desejo de que *Die Internationale* se encontre em mãos marxistas e não nas mãos de pessoas que ainda tem que estudar marxismo.[12]

A esta violenta condenação, se somaram ainda numerosos outros escritos críticos, que tinham os livros de Lukács e Korsch como objetivos principais de crítica[13].

A já acirrada polêmica filosófica aberta a partir de *Marxismo e Filosofia*[14], se agudizará ainda mais a partir das crescentes divergências políticas no interior do KPD, que culminaram com a sua expulsão do Partido Comunista Alemão em 1926, após ter se referido ao tratado de Rapallo como "uma aliança entre o militarismo alemão e o imperialismo russo", Korsch aliás durante os debates do V Congresso da I.C., já teria feito menção ao "imperialismo soviético". A sua exclusão do KPD o condenou a um crescente isolamento político.

IV

A opção política de Korsch de não efetuar uma autocrítica, mas de redigir antes mesmo, uma anticrítica, o conduziu –como acabamos de afirmar- a sua exclusão de toda atividade no interior do movimento comunista internacional esta atitude de Korsch se opôs a

opção de Lukács, que optou por uma retratação, que lhe permitiu permanecer no interior do Partido Comunista; aliás o filósofo húngaro sempre teve em mente o destino de Korsch. Mais de uma vez, Lukács em seus escritos tardíos se referiu ao exemplo de Korsch. Por exemplo, no Posfácio de 1967 a *História e Consciência de Classe* observou, referindo-se a sua "autocrítica" referente as suas *Teses de Blum*:

> É certo que estava então firmemente convencido do meu ponto de vista, mas também sabia (pensando, por exemplo, em Korsch) que a exclusão do partido significava a impossibilidade de tomar parte ativa na luta contra o fascismo ameaçador. Considerei a minha autocrítica o preço dessa participação, uma vez que não queria nem podia militar mais no movimento húngaro.[15]

O debate em torno da justeza das duas opções, até hoje dividiu os intérpretes com suas diferentes posições. Entre a citada justificativa de Lukács e a crítica contundente de Adorno,[16] de que Lukács teria renegado suas posições anteriores e posto o seu pensamento "ao nível lamentável do 'pensamento' soviético"; existem inúmeras outras.

O filosofo italiano Luciano Amodio, em um artigo fortemente crítico em relação a Korsch observou:

> A não consciência do seu próprio peso político e histórico, das suas próprias possibilidades é o principal defeito antidialético de Korsch, o qual poderia ou autocriticar-se ou desinteressar-se dos ataques, ao contrário pretende por-se ao mesmo plano cultural-político, antidialeticamente entendido como unitário, que uma direção mundial, com um poder e um prestígio enorme sobre centena de milhões de homens…[17]

Talvez uma das mais curiosas e instigantes posições entorno deste debate, seja a do destacado pensador marxista espanhol Manuel Sacristán, que sublinha os aspectos paradoxais da escolha e do destino de cada um:

> É interessante comparar a conduta de Lukács com a do outro principal filósofo condenado, Karl Korsch, que naquele mesmo ano tinha publicado *Marxismo e*

> *Filosofia.* Korsch não se retratou de seu primeiro marxismo, tão hegeliano como o de Lukács, nem tampouco retificou o seu *esquerdismo.* Pelo contrário começou uma larga e deprimente carreira de fundador de grupúsculos comunistas radicais que desembocou no isolamento completo durante seu exílio nos EUA. Porém o notável é que Korsch acabou por abandonar completamente, no curso da sua vida, as posições hegelianas que dividia com Lukács nos anos 20, enquanto que este, que tão prontamente aceitou a política centrista de Lenin e do Governo Soviético, seguiu sendo um marxista hegeliano até na suas grandes obras de velhice (*Estética*, 1963). Só depois de 1968 pareceu disposto a revisar verdadeiramente o seu pensamento.
>
> A comparação entre Lukács e Korsch ilustra a questão de quanto é torpe identificar adesão política com hogeneização intelectual, com *ortodoxia*, como faz freqüentemente a literatura política trivial. Lukács aderiu ao comunismo staliniano, muito anti-hegeliano, porém seguiu cultivando o seu hegelomarxismo.[18]

Podemos concluir dizendo que os dois personagens, com suas escolhas opostas são parte constitutiva da trágica história do século XX.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] Esta notícia bibliográfica está baseada nas seguintes referências: Mattick, Paul. Karl Korsch, in: Korsch, Karl, *Que es la Socializacion? Un Programa de Socialismo Practico*, Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente nº 45 - Siglo XXI, 1973, pp. 5-25; Korsch, Hedda. Memorias de Karl Korsch, in: Idem. pp. 113-129; Axelos, Kostas. Présentation bio-bibliographique de Karl Korsch, in: Korsch, Karl. *Marxisme et Philosophie*, Paris: Minuit, 1964, pp. 9-15. Para uma bibliografia completa das obras de Korsch, consultar: Korsch, Karl. *Marxismo e Flosofia*, Milano: Sugarco, 4ª ed., 1978, pp.163-177.

[2] O Partido Social-Democrata Independente (USPD) foi criado em abril de 1917, por um grupo de oposição pacifista, excluído do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). A Liga Spartakus representava um dos setores da ala esquerda do USPD, pertenciam igualmente ao mesmo Partido, entre outros: Kautsky e Hilferding. O Partido Comunista Alemão (KPD) foi criado em 1º de janeiro de 1919 com a participação da Liga Spartakus. Em

fins de 1920, a maioria de esquerda do USPD unificou-se com o KPD dando origem ao Partido Comunista Unificado Alemão (VKPD), que a partir de agoto de 1921, passou novamente a se denominar KPD.

[3] Stephen Bronner observa que esta coleção era "feita nos moldes dos empreendimentos educacionais dos fabianos". "Bronner, S. E., Karl Korsch: O Marxismo Ocidental e as origens da Teoria Crítica, In: Bronner, S. E., *Da teoria Crítica e seus teóricos,* Campinas. Papirus, 1997, p. 24. Observa igualmente, que Korsch publicou nesta mesma série, o escrito sobre socialização escrito por Félix Weil.

[4] Boella, Laura. Reificazione e rivoluzione: la Lukács-Debatte dal 1923 al 1933, In: Bloch, Ernst et al. *Intellettuali e Coscienza di Classe.* Il dibattito sul Lukács 123-24, (Boella, L. org.) Milano: Feltrinelli, 1977, p. 19; a introdução de Boella é particularmente importante para a compreensão do significado da obra de Korsch, no interior do debate aberto em torno do livro de Lukács.

[5] Sobre a *Korsch-Renaissance,* Cf. Carrino, Agostino. *Stato e Filosofia nel Marxismo Occidentale.* Saggio sul Karl Korsch, Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, Publicazioni della Facoltà Giuridica dell' Università di Napoli, nº CLXXXVIII, pp. 53ss.

[6] Para maiores informações sobre o período de formação de Korsch, Cf., Idem. Cap. III: Dal Giusliberalismo alla Critica Materialistica de Diritto, pp. 169-176. Se por um lado o livro de Agostino Carrino nos oferece ricas informações, a sua preocupação excessivamente crítica em relação ao marxismo, torna suas análises na grande maioria das vezes problemáticas.

[7] Sobre o Círculo de Diederichs e seus rituais, Cf. Korsch, H., Memorias…, op.cit., p. 117. É curioso aqui sublinhar que o filósofo da ciência, Rudolf Carnap cuja obra foi objeto de grande interesse por parte de Korsch nos anos 1930, fez parte do mesmo círculo, quando estudou em Jena, na primeira metade da década de 1910.

[8] Sobre alguns apectos da formação filosófica de Korsch, em particular da sua relação com Dilthey e de sua leitura tardia de Hegel são particularmente reveladoras as observações de Boella: Cf. Bloch, E., Intellettualli..., op. cit., pp. 16-22.

[9] Bronner, S.E., op. cit., p. 22. Leszek Kolakowski afirma no mesmo sentido: "Korsch apesar de toda crítica fundamental a todo forma de reformismo, afirmava que tanto os revolucionários, como os reformistas britânicos eram movidos por uma verdadeira vontade de socialismo e conheciam o peso das condições subjetivas, no lugar de esperar como os ortodoxos da II Internacional, na boa vontade das causas do determinismo histórico". In: Kolakowski, Leszek. *Glowne Nurty Marksizmu* Volume III: Rozklad, Varsóvia: Wydawnictwo Krag / Pokolenie, 1989, p.1036.

[10] Korsch, Karl. La fin de l' ortodoxie marxiste, In. Korsch, Karl et al. *La contre-révolution bureucratique*, Paris: 10/18, p. 239.

[11] Korsch, Karl. *Marxismo e Filosofia*, Porto: Afrotamento, 1977.

[12] *Congresso de la Internacional Comunista* - Primera parte, Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente nº 55 - Siglo XXI, 1975, p. 57.

[13] Para uma análise do debate aberto pelos dois livros, consultar além do texto já citado de Laura Boella, o livro de Arato, Andrew e Breines Paul, *El Joven Lukács y los orígenes del marxismo occidental,* México: Fondo de Cultura Económica, 2ª ed. 1986, tercera parte: El destino de un libro, 1923-1933.

[14] Em seu Prefácio, a segunda edição da obra *Marxismo e Filosofia* intitulado: A situação atual do problema "Marxismo e Filosofia", responde de uma maneira igualmente contundente as diferentes críticas, que tinha recebido dos representantes do marxismo da III Internacional e da II Internacional, Cf. Korsch, K. *Marxismo e Filosofia*, op. cit., pp.13-59.

[15] Lukács, Georg, *História e Consciência de Classe*, Lisboa: Escorpião, 1974, p. 370.

[16] Adorno, Theodor W., Une réconciliation extorquée, In. Adorno, T. W., *Notes sur la Littérature,* Paris: Champs-Flammarion, 1999, p. 171s.

[17]Amodio, Luciano. Marxismo e Filosofia em Karl Korsch, In: Amodio, L., *Storia e dissoluzione:* L' ereditá di Hegel I Marx nella riflessione contemporanea, macerata: Quodlibet, 2003, p. 17.

[18] Saristán Luzón, Manuel. *M.A.R.X.* máximas, aforismos y reflexiones con algunas variables libres. Barcelona: El Viejo Topo, (2003), p. 210.

A SOMBRA DO INQUISIDOR — D. HENRIQUE DE AVIS: CARDEAL, INQUISIDOR, MONARCA

Pedro Marcelo Pasche de Campos

Não há como negar a importância da Inquisição dentro da teia de poderes do Portugal do Antigo Regime. Estrategicamente importante no âmbito do controle social e religioso, e também de fundamental importância estratégica dentro da administração e do controle geral do Reino, o tribunal sempre esteve intimamente ligado ao Estado e suas necessidades. Contudo, diferentemente de como acontecia em Espanha — onde, afora as alegações de motivações religiosas que levaram à sua fundação, a Inquisição também servia aos diversos propósitos políticos da recém-unificada casa monárquica, que enfrentava diversas resistências dos poderes locais quanto à afirmação dessa nova estrutura de poder — o tribunal em Portugal possuía maior liberdade e independência face aos poderes da Coroa, chegando a constituir, mesmo, um terceiro poder dentro do cenário político português, junto com a Igreja e a própria Coroa. O que pretendemos traçar, aqui, é um painel a respeito da importância do cargo de inquisidor para a Inquisição portuguesa, bem como realizar o estudo de um único caso

paradigmático: o de Dom Henrique, cardeal, arcebispo, inquisidor e governante de Portugal.

O momento do processo de implantação do moderno Estado centralizado na Europa foi, ao mesmo tempo, palco de diversos processos de viradas e transformações profundas, cada um dos quais sendo responsável pela formação da sociedade, cultura e religiosidade européias durante os tempos vindouros. Num dos pólos deste grande panorama, encontramos a própria afirmação do Estado centralizado, e do governo a ele inerente. Por um lado, numa das facetas dessas grandes transformações, o Estado vem procurando cada vez mais se afirmar e impor sua hegemonia, atuando num processo educador de formação de um súdito perfeito e exemplar, porque afinado com as regras de conduta civis e normativas que o Estado demandava: a adequação a uma série de valores e práticas que deveriam ser comuns a todos os cidadãos, como a língua, a moeda, o reconhecimento e assimilação de certos símbolos que se pretendiam universais, e a obediência às leis e normas de conduta impostas pelo Estado nesse processo centralizador. Tratava-se, pois, de um processo de educação que demandaria largos haustos de tempo.

Por outro lado, num dos outros pólos que já mencionamos, encontramos um processo paralelo, no âmbito religioso. No âmbito da reação católica às reformas

religiosas, o Ocidente assistiu a um enrijecimento doutrinário sem precedentes, acompanhado de uma onda de triunfo do conservadorismo católico, triunfante no concílio de Trento (1545-1563), que atuou profundamente num processo de re-catequização da Europa, submetendo agora os fiéis a estritas normas doutrinárias e de conduta; num processo paralelo àquele do Estado pela formação do súdito perfeito, encontramos a Igreja atuando com denodo e afinco na formação de um tipo de fiel perfeito, cioso e participantes de suas obrigações espirituais e doutrinárias, crente convicto nos sacramentos e rituais, e que movido pela mais pura contrição se submete aos ditames e cerimônias da Igreja.

É neste âmbito que encontramos o Santo Ofício exercendo um importante papel, o de fiel guardião de que aqueles a quem se pretendia educar e adaptar às regras religiosas delas não se desviariam, e permaneceriam no caminho reto. A importância estratégica da Inquisição estava, entre outras coisas, no servir de vigilante e guardião da ortodoxia dentro dessa renovada cristandade — visto que, nela, Igreja e Estado interagiam entre si no sentido de adaptar a sociedade aos seus ditames e preceitos, atuando em conjunto na formação deste indivíduo reformado, fiel e súdito ao mesmo tempo.

Os estudos sobre a composição social do corpo inquisitorial se revelam de importância significativa para a

compreensão da estruturação e dinâmica da sociedade portuguesa do Antigo Regime. O pertencimento ao corpo inquisitorial implicava na aquisição de privilégios e status social, além de ser um atestado claro e preciso de pureza genealógica, que era importante para o acesso a outros cargos na própria administração civil do reino. Era também uma etapa importante nas carreiras individuais, tanto civis quanto eclesiásticas.

Para este nosso estudo, analisaremos mais a miúdo um destes segmentos da administração do Tribunal. O que se quer, aqui, é mostrar a importância do pertencimento à hierarquia inquisitorial para carreiras voltadas em direção às altas esferas da administração portuguesa. As carreiras destes indivíduos demonstram claramente as interpenetrações entre a nobreza e Igreja no Portugal do Antigo Regime. Por outro lado, mostram também o quão entranhada estava a Inquisição na administração do reino, pois as um estudo prosopográfico das biografias destas pessoas, com todas as benesses e perigos que isto implica, revela, quando avaliamos os casos dos inquisidores gerais e inquisidores distritais, pessoas que ocuparam os mais variados cargos da administração portuguesa, como ministros, conselheiros de Estado e mesmo, em algumas ocasiões, reis.

Num de seus trabalhos, Bartolomé Bennassar apontou a necessidade de se estudar as carreiras dos inquisidores espanhóis, como forma de compreender as

relações entre Inquisição e Estado[i]. Bennassar, concordando com Julio Caro Baroja, indicou a existência de uma lacuna neste âmbito, afirmando que "os historiadores pouco se ocuparam em saber quem eram os inquisidores, qual era a sua formação, sua carreira, seu destino. Bennassar também assinala o fato de que o cargo de inquisidor em Espanha constituiu, quase sempre, uma etapa a mais nas trajetórias de vida dos seus ocupantes, que partiam para ocupar postos de maior peso na administração do reino e das colônias[ii].

Em estudo prévio, analisamos e demonstramos a praticidade da prosopografia para o estudo dos inquisidores gerais portugueses. Embora tal universo seja bastante pequeno em comparação com o do estudo de Peter Burke que inspirou esta opção metodológica, as agruras da pesquisa terminaram por mostrar a possibilidade deste tipo de metodologia para o estudo inquisitorial — tendo restado na ocasião a proposta, que vem se transformando em trabalho concretizado, da extensão da aplicabilidade do método prosopográfico também para o estudo dos inquisidores distritais. No caso dos inquisidores gerais, pessoas de maior evidência, as imbricações entre as carreiras civis e eclesiásticas se tornaram ainda mais pujantes. No caso de um inquisidor geral em especial, porque emblemático, tais elementos saltam à vista de uma forma gritante. Responsável maior pela consolidação da Inquisição portuguesa em sua forma clássica, a biografia do cardeal impressiona por si só.

Muito embora os regimentos inquisitoriais portugueses previssem um detalhado plano de carreira para os inquisidores — com a expectativa de que eles fossem ascendendo de cargo até ingressarem no Conselho Geral do Santo Ofício, ante-sala para a ocupação do cargo de inquisidor geral, que era nomeado pelo rei e confirmado pelo papa —a própria natureza da forma pela qual uma pessoa ascendia ao cargo de Inquisição geral — pela nomeação do rei — é um forte indicador de que este plano de carreira inquisitorial não foi totalmente preenchido por todos os inquisidores.

D. Henrique, irmão de D. João III, é o caso mais específico de como estas carreiras de imbricavam. Nomeado para o conselho inquisitorial, D. Henrique ascendeu ao cargo máximo do Santo Ofício em 1539, após a renúncia do inquisidor geral D. Diogo da Silva. O dilatado período de sua gestão do cargo, que se estendeu até 1578, representou para o Tribunal um período de estabilização e consolidação, da autonomia administrativa da Inquisição em solo português. Acumulando as altas dignidades civis e eclesiásticas, pois também ascendera ao cardinalato, D. Henrique proveu a Inquisição de todo o aparato necessário para a ação: instituiu o Conselho Geral do Santo Ofício, estabeleceu regimentos normatizadores, dentre os quais figurou o primeiro da Inquisição portuguesa; publicou listas de livros proibidos — dentre os quais se encontra o primeiro *Index,* bastante afinado com a relação de livros banidos pela

Inquisição romana, fortemente imbuída do combate ao protestantismo. Além disso, foi o responsável pela organização dos tribunais distritais, dando à Inquisição o seu formato clássico.

Não bastasse toda atenção dispensada ao Tribunal e as benesses a ele concedidas, a carreira e engajamento eclesiais de D. Henrique também impressionam: ascendeu ao cardinalato em 1545, ano de início do concílio de Trento, e quando também já era inquisidor geral. Não obstante, também ocupou o arcebispado de Évora e Lisboa, além de ter sido bispo da sé de Braga, a mais tradicional e importante de Portugal.

No âmbito de sua atuação eclesiástica, não esteve presente ao concílio de Trento. Contudo, sua atuação foi bastante precisa no sentido de implantar sem dificuldades as normas e regras reformadoras do Concílio, e também por outro lado foi um grande apoiador do conservadorismo católico em Portugal dando, por exemplo, incentivo e força aos instrumentos Tridentinos de difusão da ortodoxia, tais como a Companhia de Jesus. Desta forma, possuiu um papel destacado e decisivo no triunfo deste conservadorismo católico em Portugal, o que representou por sua vez o fim do movimento humanista e de uma idade áurea para a cultura portuguesa sendo marcada por seus detratores como um divisor de água negativo, em que Portugal viria a se tornar um bastião do atraso e do obscurantismo.

Dadas as limitações de apresentação do presente trabalho, fica concluído que a utilização dos métodos biográficos e prosopográficos se tornam perfeitamente factíveis no que tange ao estudo dos inquisidores gerais e dos demais inquisidores, tornando assim o estudo inquisitorial mais enriquecido e passível de novos leques de exploração e debates historiográficos.

---

[i] **Bartolomé Bennassar**, "**inquisition Espagnole au service de lÉtat" in *Revue* ,*Historique*, n° 15, pp. 35-46.**

[ii] **Idem, pág. 42.**

Masculinidade e escritas: a prática discursiva dos literatos e a construção da masculinidade em Teresina nas primeiras décadas do século XX.

Pedro Vilarinho Castelo Branco - UFPI

Ao observarmos textos escritos por literatos piauienses no final do século XIX e início do século XX, percebemos uma larga produção discursiva sobre as identidades de gênero. Alguns textos que se referem às identidades de gênero expressam a angústia de homens que percebem as tradicionais fronteiras entre o masculino e o feminino se esgarçarem. Dessa forma, as práticas escriturísticas dos intelectuais procuravam redefinir a masculinidade, apontando a relação do homem com o mundo da cultura escrita, da política, do trabalho e da paternidade, como elementos diferenciadores entre o masculino e o feminino. É sobre as formas que assumiam essa problematização da masculinidade no discurso dos literatos e como esses discursos eram consumidos, significados e incorporados pela sociedade que trataremos agora.

A definição dos novos modelos masculinos fundamentava-se nas idéias e na moralidade familiar burguesa, na divisão do espaço de ação social em esferas separadas; a casa se caracterizava como o espaço da privacidade, da intimidade entre os familiares, lugar de afetos, onde a mulher reinaria soberana e cumpriria sua função social de administrar o mundo doméstico, de educar os filhos, de ser a boa esposa, fiel, compreensiva e sempre pronta a seguir as orientações do esposo.

Os homens, por sua vez, teriam nos espaços públicos seu campo principal de ação, atuando no mundo dos negócios, nas disputas políticas, no mundo da cultura escrita, onde projetariam interesses e esforços em busca de conseguir os meios

necessários para o sustento familiar. Esse é seu espaço vital, no qual marcam a identidade masculina, definem seu gênero, diferenciando-os do universo feminino.

A participação política era um dos pontos de conflito entre os interesses femininos e masculinos. A participação política sempre foi prerrogativa masculina, as mulheres saberiam das disputas e dos interesses em jogo através da opinião do marido ou do pai. Conceder o direito de voto às mulheres seria romper com práticas tradicionais que delimitavam os espaços masculinos e femininos, seria dar um passo decisivo para subverter o ordenamento de gênero e provocar confusão nas identidades femininas e masculinas.

À reivindicação por parte das mulheres, em ingressar no âmbito público, os literatos respondiam negativamente, objetivando a política como algo sujo, imoral, em que as paixões e os interesses mais vis predominavam, havendo, dessa forma, incompatibilidade entre a política e a moral das mulheres.[1]

Outra argumentação contrária diz respeito à confusão que isso traria aos lares, à medida que as mulheres não cumprissem suas funções adequadamente, e mesmo quando buscassem ter opiniões próprias, argumentando com o marido, procurando convencê-lo das razões que justificassem sua escolha.

> (...) Imaginem os senhores a complicação nos lares, quando o marido, vexado para almoçar porque já está sendo feita a chamada da eleição a que tem de ir, pedir providência à mulher, e esta lhe bradar aos queixos que também está vexada, porque igualmente vai votar (...) e quando as opiniões políticas divergirem votando a mulher em candidato contrário ao do marido?[2]

A relação com o mundo das letras, das idéias seria outro espaço de definição da masculinidade. Na elaboração discursiva de sua trajetória, uma das grandes preocupações de Higino Cunha, literato piauiense do período, foi se apresentar como homem de letras, como literato, como cidadão que participava ativamente do meio cultural

da cidade, Higino Cunha foi membro fundador da Academia Piauiense de Letras, jornalista atuante, e professor, do Liceu Piauiense e de muitas outras instituições. Ser dito como intelectual, como homem culto é um dos traços definidores de sua subjetivação. A participação no mundo das letras era um dos pontos centrais da nova identidade masculina: em primeiro lugar demarcava a diferença com os modelos masculinos tradicionais, uma vez que quase a totalidade dos homens era apenas iniciada no mundo das letras, em segundo lugar, diferenciava-os também das práticas femininas, à medida que pouquíssimas mulheres enveredavam pelo mundo das letras, sobretudo pela prática da escrita em jornais.

A prática da escrita e a formação superior davam a esses homens notoriedade, respeito social, imagem pública de homens cultos. Muitos que não tinham a mesma possibilidade de escrever, de publicar, procuravam, pelo menos, participar como consumidores dessa produção cultural escrita, mostravam se interessados nas discussões, eram leitores de jornais e livros, o que, nessa sociedade que começava a incrementar seus contatos com a cultura escrita, já lhes propiciaria um certo verniz de intelectualidade.

Essa identificação entre a masculinidade e a participação no mundo da cultura escrita, levava mesmo alguns rapazes a procurarem se iniciar no mundo das letras. É assim que Bugyja Brito, em meados dos anos 1920, se aproxima de Antônio Neves, um jovem literato de 23 anos que abrigaria à sua sombra jovens elementos que desejavam iniciar-se na literatura.[3]

Iniciar-se como literato num jornal de jovens, auto-financiado, seria o início de um percurso que buscava a inserção no meio literário, buscava a subjetivação a partir da construção dessa relação com o mundo da cultura escrita, da vida intelectual.[4]

Outro campo de ação masculino nos espaços públicos é o mundo do trabalho; no discurso dos literatos a presença do engajamento no universo do trabalho tem uma ligação direta com a subjetivação masculina, é fator de elevação da auto-estima e de definição da masculinidade, [5] Pois nele conseguiriam os recursos necessários para cumprir sua função de provedor. A relação masculinidade e trabalho é apontada mesmo como um dos pilares de sustentação da masculinidade no mundo da modernidade.[6]

A trajetória de Higino Cunha expressa a importância da relação entre a masculinidade moderna e o mundo do trabalho, pois, para Higino, ser homem significava ser capaz de engajar-se no mercado de trabalho, de suprir as necessidades materiais daqueles que estivessem sob sua tutela e responsabilidade após o casamento e de constituir um patrimônio que trouxesse estabilidade financeira à família que pretendia formar.

Clodoaldo Freitas também escritura, em vários momentos, essa relação entre homens e trabalho como um fator de afirmação da masculinidade. No romance *Memórias de um velho*, o trabalho é apresentado como fator de regeneração de um homem moralmente decaído, à beira da marginalidade. Através do personagem Milo, Clodoaldo enaltece o vinculo com o trabalho como algo dignificante e constitutivo da masculinidade. Milo, após sofrer vários infortúnios, como a perda de toda a família, a doença e ainda o abandono pela noiva, que viaja para a Europa, entrega-se ao mundo dos vícios, incorpora-se a um grupo de ciganos e passa a ter vida errante, até que, se dizendo chamado pelos valores de família e de respeito ao trabalho aprendidos com a mãe, resolve mudar de vida:

> Compreendi que devia arcar nobremente contra os revezes da sorte, e que só podia triunfar pela virtude e pela tenacidade na resistência e no trabalho porfiado. Entendi salvar-me com as minhas mãos e amassar a minha tortura com o suor de meu rosto (...) Sentia que dentro de mim, um altar iluminado, velava a

> imagem santa de amor de minha mãe, a lembrar-me de meus deveres de homem e a responsabilidade do nome honrado que usava. Compreendi que devia lutar energicamente, para não ser tragado novamente pela onda do infortúnio. Tomada a resolução, precisava acertar na escolha de uma profissão honesta que me subministrasse o pão.[7]

O trabalho seria o meio disponível ao personagem de Clodoaldo de restaurar a auto-estima, de incluir-se na sociedade, de reafirmar sua masculinidade. Essa capacidade de cair socialmente, de entregar-se a uma vida marginal, desvinculada dos valores familiares, do mundo produtivo, dos quadrantes da ordem estabelecida, e soerguer-se através do trabalho, surge, nos escritos dos literatos, como característica masculina, as mulheres são sempre tratadas como seres moralmente frágeis, incapazes de tal movimentação social sem a tutela masculina.

As práticas escriturísticas dos literatos definem o mundo do trabalho como espaço masculino, também, ao negarem, ao procurar deslegitimar a presença feminina nos espaços públicos e nas atividades produtivas ali desenvolvidas. Clodoaldo Freitas é enfático ao abordar o assunto da inserção feminina no mundo do trabalho:

> Estamos em um momento em que a mulher entra conosco na grande peleja pela vida e conosco se enxovalha na poeira das estradas, no foro, nas artes, nos hospitais, no comércio (...).
>
> Tenho a propósito, teorias antigas e profundamente radicais no meu espírito. Quando encontro um virago, suponho tratar com um homem como eu, ou pelo menos com um ser epiceno. Adoro a esposa, a mãe, a irmã, a filha, mas olho sempre com prevenção invencível para essa espécie de macho, que não quer se conformar com os deveres do seu sexo.[8]

O objetivo de Clodoaldo é desqualificar a presença feminina nesse espaço que deveria se caracterizar como definidor da masculinidade. No trabalho, o homem se tornaria produtivo, útil, ganharia condições de se tornar o provedor material da família, enquanto a presença feminina seria para elas fator de masculinização, de envolvimento com atividades que não eram compatíveis com o ser feminino, o que provocaria confusão

entre as identidades de gênero, na forma como era pensada pelos literatos do início do século.

No período em análise algumas práticas masculinas tradicionais que não eram condizentes com os modelos modernos de masculinidade, continuavam extremamente presentes dando respaldo à identidade masculina. É assim que muitos homens se comportavam como se a casa, os problemas domésticos, a criação dos filhos fossem problemas das mulheres, que eles nada tinham a ver com eles, desconsideravam a paternidade como lugar de afetos, e faziam mesmo questão de explicitar isso como uma forma de confirmar sua masculinidade para o grupo de homens de suas relações.[9]

O cronista do *Correio de Teresina*, em um texto, abordando as relações conjugais, explicita como muitos homens da sociedade em análise encaravam as obrigações familiares:

> Em Teresina, cada um de nós procura esconder do outro o apego ao lar. Cada qual quer parecer mais livre, mais senhor, mais homem.
>
> Adorar a família, repartir com a mulher os direitos de fidelidade e de carinho é ser manicaca, é expor-se aos alfinetes do ridículo.

O medo de ser enquadrado como manicaca[10], de ser ridicularizado como um homem fraco, incapaz de controlar os ímpetos da mulher, de manter a casa sob seu comando, levava alguns homens a manterem distanciamento afetivo da família.

Os jogos de sedução faziam parte também das práticas que davam identidade a muitos homens. As conquistas amorosas que se iniciavam ainda na juventude, período marcado pelo aprendizado da vivência da sexualidade e da afetividade, onde a infidelidade e a multiplicidade dos amores era a regra por excelência. Tais relações não respeitavam regras sociais, não faziam distinção quanto a procedência social das mulheres a serem conquistadas. A liberdade com que os rapazes transitavam pela cidade, com que freqüentavam os bailes de subúrbio, onde passavam as noites a dançar,

a ter encontros íntimos nas proximidades, onde a escuridão da noite favoreceria a vivência de intimidades. Se muitos desses amores não passavam de brincadeira, de aventuras furtivas e sem conseqüências, em outros casos a continuidade dos encontros levaria a relacionamentos mais duradouros onde o nascimento de filhos bastardos seria uma possibilidade.

Os envolvimentos dos rapazes de elite com prostitutas ou com mulheres que se permitiam viver fora dos padrões morais socialmente impostos, colocavam muitas vezes em risco os interesses e planos familiares que alimentavam para o jovem rapaz um casamento com uma sua igual, possivelmente uma prima, o que favoreceria a continuidade do prestígio social familiar. Por outro lado, para muitas moças pobres tornar-se uma mulher tida e mantida por um homem rico poderia ser um caminho, se não de ascensão social, pelo menos da conquista de certa proteção que lhe proviesse a subsistência. O que podemos afirmar sobre essa questão é que nem sempre as investidas da família com o objetivo de enquadrarem os rapazes nos modelos familiares previamente estabelecidos como desejáveis se concretizava.

Os relatos da Senhora Maria, operária de uma Industria Têxtil em Teresina, que aos treze anos de idade fora escolhida para recepcionar ao filho do proprietário da fábrica, na sua triunfal volta dos estudos superiores, ilustram o desfecho que as práticas juvenis masculinas poderiam ter. Para o desgosto da família do rapaz, ele caiu de amores pela operária, fazendo dela sua amante e em seguida sua esposa.

O caso da Senhora Maria mostra uma possibilidade de desfecho dessas relações, no entanto, o mais provável é que inúmeros rapazes tenham passado pelas mesmas experiências que o jovem farmacêutico sem legitimar as relações, incorporando os valores do seu grupo social, não fazendo confusão entre moças para casar e para ter relações extraconjugais.

Acostumados a viverem com relativa liberdade, e vendo essas práticas como parte de sua construção identitária, os homens não se enquadrarão facilmente nos modelos definidos como os esperados para homens casados. É assim que buscarão conciliar a vida conjugal com a freqüência a bordéis, aos salões de jogos, ou mesmo davam continuidade aos jogos de sedução onde mulheres solteiras, ou mesmo casadas, seriam assediadas.[11]

Tais aventuras nem sempre terminavam sem graves conseqüências, muitas vezes o assédio às mulheres casadas ou solteiras eram percebidos como grave fator de desonra para o marido, para os pais ou outros membros familiares masculinos, o que poderia levar a atitudes violentas. A defesa da honra familiar, o uso da força física e da agressividade seriam também atitudes que de alguma forma reconstituiriam a honra familiar, a auto-estima masculina ultrajada pelas audácias de um D. Juan. A traição seria percebida como forte fator de desvirilização, de fragilidade, de negação e inferiorização da masculinidade do homem traído e de afirmação da superioridade do conquistador. Nessa disputa de machos a eliminação física do rival ou da mulher, poderia, algumas vezes, ser o caminho escolhido.

Em síntese, o período em análise consiste em momento de transição, no qual temporalidades diversas convivem no meio social, onde práticas novas e antigas vão dando significado às identidades masculinas. Nesse contexto os literatos vão desenvolvendo a prática de escriturar, de dizer a masculinidade dentro de parâmetros definidos e marcados pela disciplina, no entanto os próprios literatos acabam por dar visibilidade a práticas não condizentes com os modelos propostos, mostrando que a masculinidade não era naturalizada, não era facilmente capturada por discursos homogeneizadores, mas, que se construía no embate de discursos e práticas divergentes que se faziam presentes no cotidiano.

[1] CHAVES, Antonio. O feminismo em Teresina. *O Piauí*, Teresina, ano XXXI, n. 433, 09 dez. 1920.
[2] Comentos e notas *Gazeta*, Teresina, ano XVII, n. 762, p. 01, 17 fev. 1927.
[3] BRITO, Bugyja. *Traços em cinco biografias*. Rio de Janeiro: Folha carioca, 1987. p. 60.
[4] Sobre a vida cultural no Piauí do final do século XIX e início do século XX ver principalmente: QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Teresina / João Pessoa: EDUFPI / Editora Universitária, 1998; MAGALHÃES. Maria do Socorro Rios. *Literatura Piauiense: horizontes de leitura e crítica literária*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.
[5] MUNIZ, Durval. *A invenção do falo*. Maceió. Catavento. 2003. p.128.
[6] NOLASCO Sócrates. *O mito da masculinidade*.Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p.50-66.
[7] FREITAS, Clodoaldo. Memórias de um velho. *Jornal Pátria*, Teresina, ano IV, nº230, p.15, dez.1905.
[8] FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 71-73.
[9] NOLASCO, op. cit., p. 88.
[10] Manicaca era um termo muito utilizado em Teresina, no final do século XIX e início do século XX, para designar os homens controlados pela mulher.
[11] FREITAS, Clodoaldo. O dedo de Deus. In: Escritos de Clodoaldo Freitas. São Luis. 1909.

ERA UMA VEZ...O JARDIM DE INFÂNCIA SUZANA DE PAULA DIAS UBERLÂNDIA-MG(1969-1972)

Polyana Aparecida Roberta da Silva[1]

Humberto Guido[2]

Ao iniciarmos uma pesquisa, existe sempre a subjetividade do autor algo implícito na sua história de vida, na sua trajetória e nas suas escolhas, fatos e acontecimentos que marcaram sua vida. O presente trabalho " *Era uma vez: O jardim de infância Suzana de Paula Dias",* traz nas suas entrelinhas vidas, histórias, fatos que ao longo do tempo tornara-se inquietações, dúvidas que queremos compartilhar pois acreditamos que ao abordar um tema trazemos um convite aos leitores para percorrerem juntos , a fim de descortinar mais uma página da história da educação brasileira.

Com esse propósito se originou do interesse pela história da educação infantil no município de Uberlândia-MG. Para tanto, gostaríamos de nos expressar utilizando as palavras de Cecília Meireles (1990, 35):

> *"Minha infância de menina sozinha deu-me duas coisas que parecem negativas, e foram sempre positivas para mim: silêncio e solidão. Essa foi sempre a área de minha vida.*

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
[2] Orientador e Professor Dr. da Universidade Federal de Uberlândia.

> *Área mágica, onde os caleidoscópios inventaram fabulosos mundos geométricos, onde os relógios revelaram o segredo do seu mecanismo, e as bonecas o jogo do seu olhar. Mais tarde, foi nessa área que os livros se abriram e deixaram sair suas realidades e seus sonhos, em combinação tão harmoniosa, que até hoje não compreendo como se possa estabelecer uma separação entre esses dois tempos de vida, unidos como os fios de um pano"*

Acreditamos que o tempo de infância, é a época das brincadeiras que dá traz vida a todos os seres e objetos, envolvendo a criança num jogo de sonho, e fantasia. Esse momento privilegiado não deve ser dissociado do restante de sua existência, porque é um período tão rico para o ser humano e não simplesmente uma passagem do mundo infantil para o mundo adulto, como se esse último não pudesse brincar e sonhar com a realidade que o circunda. As lembranças trazidas da infância, as escolhas que fizemos em relação a vida profissional dirigiram o nosso interesse pêra a História da Educação Infantil. A rememoração do tempo da infância é também a recordação do período em que tínhamos em nossos quintais árvores, balanços de corda, carrinho de rolimã, fogãozinho de barro as casinhas que fazíamos para brincadeiras com bonecas e claro, tudo isso faz-nos reviver uma infância que jamais se apagará. Quando chegava a hora de ir para escola gostávamos muito, apesar de que era apenas um lugar onde permanecíamos sentados escrevendo por um longo período e que às vezes cantávamos e íamos para o recreio que era o melhor momento na escola.

Os anos passaram e o que hoje chamamos de primeira infância, a fase que vai até os sete anos de idade, rapidamente passou. Quando chegou o tempo de escolher a profissão, lá estava o curso de pedagogia, oportunidade de relembrar o período bom da vida e a possibilidade de fazer da escola para as crianças pequenas um pouquinho daquele quintal que o tempo não apagou. Em seguida, como professora de uma instituição particular no município de Uberlândia -MG, fizemos daquele espaço algo prazeroso para as crianças, não como expectadoras, ali elas se transformaram em agentes construtores da aprendizagem que se dava através de muito movimento, música, brincadeiras, e ao contrário da escola que vivenciamos na infância, essa tinha árvores nas quais brincávamos de subir dar piruetas, montar casinha, brincar de carrinho, de bola e até fazer comidinha. E a aprendizagem dos conteúdos escolares vinha naturalmente pois o mais importante foi trabalhado com as crianças, valorizar o prazer pelo espaço escolar.

Nesse sentido, muitas dúvidas permearam nosso cotidiano, pois a todo tempo emergiam da memória lembranças da nossa infância e assim questionávamos o como seria os espaços destinados a criança pré-escolar ao longo da história, mais especificamente na cidade de Uberlândia, na qual construímos a maior parte de nossa história? Como foram consolidadas as instituições destinadas a esse tipo de educação voltada para criança pequena? Quem eram seus educadores? Quais eram os objetivos propostos? A qual parcela da sociedade se destinava?

Diante dessas indagações e ainda da vivência com a pesquisa sobre instituições escolares desenvolvida no Núcleo de História e Historiografia da Universidade Federal de Uberlândia, resolvemos não só dar continuidade aos

trabalhos já iniciados, mas responder às indagações acima, que foram se formando ao longo de nossa história e para tanto resolvemos pesquisar as instituições de educação infantil na cidade de Uberlândia –MG. Buscamos informações na imprensa local, nos arquivos públicos, na Superitendência Regional de ensino; encontrando um expressivo material relativo a uma instituição de educação infantil denominada *Jardim de Infância Suzana de Paula Dias.* O material disponível consistia em : livros de ponto, atas de reuniões pedagógicas boletins mensais de assuntos administrativos, métodos e processos de lição, avaliação de aprendizagem, assistência escolar (caixa escolar, cantina, assistência médica, assistência dentária, associação de pais e mestres, atividades de rotina, clube de leitura, hora da história, museu escolar), notas fiscais de compra de livros e discos, termos de posse, canhotos de cheques da caixa Econômica Federal, fotocópias de certidão de nascimento de alunos, boletins, planos das disciplinas escolares. De posse desse material, o nosso objetivo é de reconstruir uma experiência de educação infantil em Uberlândia "*O Jardim de Infância Suzana de Paula Dias*" para investigar a gênese desta instituição, bem como seu ciclo de vida e a sua importância para a comunidade local, seu processo de formação e consolidação; acreditamos que o estudo da educação infantil permite perceber uma grande mudança provocada pelas transformações sócio-econômicas, tanto na forma de conceber a infância, considerando as suas necessidades. Esperando responder a essas indagações que a pesquisa foi realizada.

A execução do trabalho demandou uma ampla revisão bibliográfica que contempla principais obras que tratam de concepções de infância a partir do

século XVI, teóricos como Erasmo, Comenius, Rousseuau, Pestalozzi, Froebel, Montessori, entre outros; contamos também com a pesquisa documental complementada pela história oral temática, que contou com depoimentos de várias educadoras, alunos, pais que se ocuparam com a instituição *Jardim de Infância Suzana de Paula Dias.*.

O ideal de Rei Justo e o conflito com a nobreza na construção da imagem régia de D. João II.

Priscila Aquino Silva

Propõe-se analisar a construção ideológica e discursiva específica construída para D. João II (1481 a 1495) através de crônicas e miscelâneas, traçando uma comparação com a ação régia – através do mergulho que Manuela Mendonça fez nas Chancelarias – para abordar a temática da justiça, da paz e do conflito político.

Neste sentido, é interessante notar que D. João II é um rei marcado por medidas centralizadoras que retiravam da nobreza os privilégios que seu pai Afonso V havia lhes conferido. O Reinado de D. João II se caracterizou também pela efetiva manutenção da Paz com seu maior inimigo político: Castela. O fato é que a limitação dos poderes concelhios e senhoriais e a concentração de um poder público na monarquia não se fez sem intrigas e artimanhas políticas no interior deste reino[i].

É importante perceber que o reinado de D. João II representa um viragem essencial no Estado Português. Segundo Joaquim Romero Magalhães "D. João II inicia o processo que vai levar à construção do Estado moderno em Portugal: supremacia do rei, respeito pelos privilégios dos estados e grupos sociais, legislação harmonizada, mas não de aplicação universal."[ii]

Assiste-se a partir de então uma intensa reformulação da justiça régia. Segundo Manuela Mendonça a atitude de afirmação da centralização e da força política de D. João II é marcada com o novo modo de prestar homenagem instituído a partir das Cortes de Évora (1481/ 1482). Nesta ocasião pôde-se assistir ao poder em cena, já que simbolicamente, através do ritual o rei se colocava em posição superior aos nobres. O novo juramento cunhado situava não só os nobres como também a Igreja numa atitude de obediência e de total dependência. Segundo a autora, "O Rei agora não era mais um entre iguais, mas um acima de todos"[iii]

Esse episódio deu início a grandes querelas no interior da corte, pois muitos nobres não concordavam com o novo modo de juramento cunhado por D. João II – o que culminou com a morte e fuga de nobres contrários ao rei. Trataremos dessa temática mais adiante. Por hora nos concentraremos na questão da justiça régia. O ideal de justiça e paz são dois pilares do bom governo. Esses dois termos têm conotação escatológica, já que representam o fim para o qual deverá tender a humanidade no Juízo final para alcançar a salvação.[iv] O rei exerce então o papel de árbitro supremo, a ele cabe a última palavra, a última instância de decisão que é o perdão régio. A justiça torna-se então o principal ideal da monarquia e a virtude essencial do rei – o que, desde o século VI e VII, foi advertido pelo papa Gregório Magno.[v]

O modelo de Rei Juiz é descrito por Nieto Soria. A realeza é considerada um privilégio dado por Deus que tem de ser retribuído com um governo justo. O rei deve ser, um juiz, um defensor e um executor da justiça, do mesmo modo que o Deus vétero-testamentário era concebido: antes de tudo como um árbitro entre as forças. Soria enfatiza ainda que era comum que a Monarquia Celestial fosse tomada como modelo político.O ideal de justiça também se associa diretamente à idéia de bom governo e de bom governante. Bem governar é dar a cada um o que é seu, é respeitar a hierarquia social. Essa função tem origem teológica, onde o rei demonstra sua dimensão de divindade, tendo grande referência bíblica, principalmente recorrendo-se à figura de Moisés.[vi] Este modelo e o próprio Ideal régio de Justiça tem intrínseca ligação outros modelos de rei[vii], a saber: o modelo de rei justiceiro – um rei que castiga os maus, e sabe distinguir entre estes e os bons; o rei protetor que se associa à figura do pai – que ama, e por isso castiga, perdoa e protege; e do rei legislador, que tem o poder de fazer leis e aplicá-las, sempre com imperativo teológico, ou seja, usa-se a proveniência divina do poder para legislar. Todas essas imagens são norteadas pelo caráter Cristão do rei medieval. Assim, a idéia central a ser destacada é: “o primeiro dever de cada rei é fazer justiça. Deus não o coloca nesse cargo para outra coisa.”[viii] Esse ideal “inclui as idéias de paz, de estabilidade, de respeito pelas hierarquias vigentes.”[ix]

Note-se que a partir da pesquisa feita por Manuela Mendonça nas chancelarias régias, podemos perceber que a maior parte (40%) dos documentos emitidos pelo Rei entre 1481 e 1495 são relativos à justiça – ou seja, cartas de perdão, comutação de degredo, revelação de penas e cartas referente a fiscalidade e jurisdições. Neste ínterim, o número de perdões atingiu um nível elevado – o que explicita ainda mais o projeto de centralização política, e de reformulação da justiça, uma vez que D. João II toma cada mais para si a última instância de poder.

Garcia de Resende, moço de escrivaninha do rei e cronista régio, relata algumas demonstrações da justiça real na *Crônica de D. João II.* Trata-se de um discurso sobre o rei proveniente do próprio Paço régio, portanto intrinsecamente vinculado ao poder. Assim o cronista descreve o rei:

> *"Era muy jufto e amigo da **juftiça**, e nas execuções della **temperado**, fem fazer differença de peffoas altas nem bayxas, nunca por feus defejos, nem vontade a deyxou de comprir, e todalas leys que fazia compria tam perfeitamente, como fé fora fogeyto a ellas. (...), nunca na juftiça ufou de poder abfoluto, nem de crueza, e muytas vezes vfaua de piedade, (...)."* [x]

Nesta parte da fonte pode-se perceber a construção de um rei Justo, amigo da justiça e temperante. O cronista continua sua narrativa: justifica a rei ação régia de mandar corregedores às terras dos senhores – atitude mal vista no seio da nobreza – alegando que o *Príncipe Perfeito* assim fez por ser amante da justiça. A temperança, outra característica associada a D. João II neste trecho da fonte, pode ser considerada uma das principais prerrogativas da justiça do Rei medieval.

D. João II arrogava para si a imagem de Rei protetor contidas nas bandeiras régias através da imagem de Pelicano. O Pelicano é o animal que bica o próprio peito para dar seu sangue de alimento aos filhotes famintos. D. João II é um rei que foi descrito pelo cronista régio pelo ideal de Bom governo e do bom governante – herança platônica muito utilizada na Idade Média como modelo e cânone narratológico de descrição dos reis. Assim, Garcia de Resende

enuncia a forma de governo de D. João II: "*E Affi fez e ordenou outras muytas coufas de muy proueito, e* ***boa governança*** *de feus Reynos, em que moftraua o grande amor que feus pouos tinha, e bem conforme ao* ***Pelicano****, que por deuifa trazia*"[xi]

A característica de Rei Justo é exaltada na fonte de diversas formas. Por exemplo, no trecho transcrito a seguir, o cronista se insere na história dizendo ter ouvido o elogio que o rei faz a seus inimigos políticos. O fragmento denota a construção da imagem régia pelo uso de adjetivos como justo, virtuoso e verdadeiro: "*E era el Rey* ***tão virtuofo****,* ***tão jufto****,* ***tão verdadeiro****, que ainda que quifeffe mal a alguém não lhe tiraua fua honra fe a tinha, nem deyxaua de dizer alguas boas partes fé as nelle auia, e ifto por fua* ***grandeza de animo****, e muy* ***real condição****."*[xii]

Garcia de Resende enumera também alguns exemplos de perdão real em última instância: por exemplo: quando o rei perdoa o moço que matou a irmã e o amante que desonravam a família[xiii], ou quando dá a vida ao homem condenado à morte[xiv], ou ainda quando perdoa o homem condenado por dormir com sua cunhada[xv]. A clemência, outro atributo formador da imagem deste rei justo é delineada na votação pela morte de um carcereiro que havia ajudado um prisioneiro a fugir. O rei o queria castigar, mas os votos dos Desembargadores empataram entre a morte e remetê-lo às ordens. A decisão teria de ficar nas mãos do rei. Este declara:

> *"Eu certo defejaua muyto caftigar efte homem por o cafo que fez fer feo, porem pois fois tantos a hua parte como a outra, a Rey não pertence fenão ir a parte da* ***clemência,*** *e dar a vioda, e eu fam em lhe dar, e dou a ifto meu voto, defejando muyto o contrairo."*[xvi]

Um exemplo marcante desse projeto de construção da imagem régia que a vincula diretamente à justiça está estampado diretamente num artefato de uso cotidiano, pelo menos na cidade: a moeda. Rui de Pina, cronista-mor do reino, escreve sobre isto:

> *"E neste mesmo anno (...), mandou El Rey novamente lavrar as primeiras suas moedas, (...) moedas d'ouro a que chamaram **Justos**, (...) e d'hua parte estava já o Escudo Real direito com a letra darredor do titolo d'El Rey; e da outra estava hua figura d'El Rey assentado em cadeira Real com o **cetro da justiça** na mão, e por letra darredor: Justus sicut palma flovebit. E assim mandou fazer outra moeda d'ouro chamada Espadys, da ley dos Justos, (...); e d1hua banda tynham o Escudo Real, e da outra hua mão com **hua espada**, com a ponta pera cima e por letra darredor: Dominus protector vite mee, a quo trepidabo."*[xvii]

A justiça e a força régias representadas duplamente pelo cetro e pela espada. Nieto Soria[xviii] lembra que até o século XV o símbolo por excelência do rei juiz era a espada. A partir desse momento este símbolo foi sendo substituído pelo cetro. Lembre-se que D. João II atua numa fase de transição, de mudança – neste sentido apropria-se de ambos os símbolos da justiça e vincula sua imagem diretamente ao ideal de Rei Justo.

Contudo, é no conflito político acirrado que trava com a nobreza do reino que a imagem de rei justo e a alegação da justiça está mais presente. A traição e condenação do Duque de Bragança são descritas minuciosamente por Garcia de Resende, assim como a morte do Duque de Viseu e a fuga de nobres contrários ao rei. A imagem de Rei Cristão, designado por Deus, também transparece na fala do rei ao Duque de Bragança a respeito das acusações de que o Duque estaria negociando com Castela. O rei, segundo o cronista, teria a intenção de o perdoar. Nesta passagem D. João II arroga o poder como concedido por Deus já que ele é o autêntico herdeiro de Portugal – note-se: a legitimação para o trono é divina, teológica. O Rei pede ao Duque que passe por cima do degredo do irmão e da entrada de corregedores em suas terras – do qual era contra, juntamente com um grupo extenso da nobreza. Assim, o cronista constrói a narrativa de um rei conciliador, benevolente e temperante:

> "*Mvyto honrado Duque, porque as coufas que agora vos quero dizer hão de fer ditas nefta cafa fancta em que eftamos aueis de crer, que são tão verdadeiras como fe **diante de Deos** vollas diffeffe. Eu fam enformado, que vos contra o que a mi deueis, e a meu eftado, e feruiço, e fem de fe, pois tantas rezões para mim, e para vos são iffo muy contrayras. Porem fe niffo com algua maginação errada entendeftes, fabei que minha vontade e verdadeiro defejo há efquecerme de tudo, e affi volo perdoar como fe as culpas diffo foffem feruiço e merecimentos. Pollo, qual com toda efficacia que poffo, e mais no que deuo, vos rogo muyto, que pofpofto tudo queirais fer conforme comigo, **pois me Deos fez, deyxou por herdeyro defta coroa de Portugal.**"*[xix]

Na traição e condenação do Duque de Bragança o cronista narra a dor sofrida por D. João II, construindo a imagem de um Rei piedoso, que tem profunda compaixão pelos inimigos – características do Rei Justo:

> "*que fobre efte cafo teue, o virão chorar muytas lagrimas, e dizer palauras de* ***compaixam****, e fentimento, moftrando que defejara muyto achar ao Duque boa defculpa como homem mais cheo de piedade, que de ira, nem rigor acufando a Deos feus pecados próprios reportando eftas coufas a elles, como virtuofo e Catholico Príncipe que era, e tomou por concrufam, que o cafo fe viffe, e determinaffe por juftiça.*"[xx]

Rui de Pina relata também a justiça régia no caso do Duque de Viseu. Irmão da rainha, o Duque sabia da conspiração que tramava o Duque de Bragança e nada falou ao rei. O Rei perdoou-o como pai bondoso: *"(...) El Rey esperou, que por bondade, e com arrependimento e seu conselho se emendaria; foy entam mais contente de ho perdoar como Pay, que de ho punir como Rey.*"[xxi] O cronista continua relatando que, mau aconselhado o jovem Duque de Viseu recai em traição contra o Rei tramando a morte de D. João II por ferro ou peçonha. Note-se que, segundo Rui de Pina, a traição não obtém êxito por que Deus não permite:

> "*Mas Deos nosso Senhor na lembrança da grande Fé, e muita devaçam d'El Rey, e de sua muita inocencia, como justo e misericordioso que he, converteo desleal sanha delles em suas cabeças; e sua gloria vaã em pena deshonrada e morta; teendo Deos a vida d,El Rey pêra os perygos da morte tam bem acirada que hum dia ho guaradava, pela verdade , e justiça que sempre guardou(...).*" [xxii]

E observe-se: Deus não permite a traição por que D. João II era um rei que guardava a verdade e a justiça.

As relações com Castela e a manutenção da paz com este que era o maior inimigo político de Portugal, também é descrita pelos cronistas. Um trecho que marca a força e a virilidade de D. João II é narrado por Garcia de Resende, e conta sobre o difícil episódio das Terçarias. O rei fica irritado com a demora na decisão de Castela em entregar a Princesa Dona Isabel para o casamento com o Infante D. Afonso, e demonstra seu aspecto belicoso ao ameaçar a negociação de paz com Castela, conforme demonstra o fragmento:

> *"E o Principe agaftado de fuas importunações e delongas, parecendolhe que não queria comprir o que era determinado, e aftentado nas capitulações das pazes (...), mandou aos embaixadores dous efcritos com duas fós palauras afcritas de fua mão,* ***e um dezia Paz, e no outro Guerra****."*[xxiii]

A imagem de D. João II envereda, então, não apenas para a de um Rei Justo, mas também para a de um rei potente em seu exercício de fazer justiça, e ao mesmo tempo benevolente. Um rei, que segundo Garcia de Resende, ficará na memória de seu povo "*Porque dá aos que deue, perdoa a quem teve razam, reparte muyto por muytos, dá fempre fem lhe mingoar, por conhecer bem a todos não pode fer enganado, aos bons dá galardam, aos mãos caftigos e pena, não olha altos nem baixos, fenão quem tem mais virtudes.*"[xxiv] Rei justo, rei perfeito, rei protetor, essas são as imagens régias que saltam aos olhos na análise das fontes. *Príncipe Perfeito* – justo, piedoso, benevolente, protetor, cristão, temperante, bondoso, forte, paternal – essa é a imagem de D. João II que os cronistas régios legaram às gerações futuras. Imagem que não pode ser de todo moldada e arquitetada pelas mãos dos propagandistas da realeza – precisa ter base no vivido e no vivenciado. D. João II com toda sua força centralizadora e sua ação política impetuosa, decerto deu base histórica para tal construção.

---

[i] MATTOSO, José. *História de Portugal*, Segundo Volume. A Monarquia Feudal (1096- 1480). Editorial Estampa. p. 287.

[ii] MAGALHÃES, Joaquim Romero. " As estruturas políticas de unificação". *In:* MATTOSO, José. *História de Portugal. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620).* Lisboa: Editorial Estampa. 1993. p. 62.

[iii] MENDONÇA, Manuela. *D. João II – Um percurso humano e político da modernidade em Portugal. Imprensa Universitária.* Editorial Estampa, Ltda. Lisboa, 1991. p. 208.

[iv] SCHMITT, Jean Claude. Rei. In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval.* São Paulo, Imprensa Oficial SP/ EDUSC, 2002. p. 408.

[v] LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 1999. p. 359.

[vi] SORIA, Nieto Manuel José. *Fundamentos ideológicos del poder Real em Castilla (siglos XIII-XVI)* Madrid: Eudema. S. A. 1988.. p. 161.

[vii] DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal Medievo. (1459 - 1481)* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999. p. 84.

[viii] MORENO, Humberto Baquero. História de Portugal Medievo. Político e Institucional. Lisboa: Universidade Aberta. 1995. p. 298.

[ix] Idem. Ibidem. p. 298.

[x] RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânea*. Introdução por: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Edição da IMPRENSA NACIONAL DA MOEDA. Lisboa, 1973. p. XV

[xi] Idem. Ibidem. p XXIII. Grifo meu

[xii] Idem. Ibidem. p. 88. Grifo meu.

[xiii] Idem. Ibidem. p. 138.

[xiv] Idem. Ibidem. p. 137.

[xv] Idem. Ibidem. p. 139.

[xvi] Idem. Ibidem. p. 139. grifo meu.

[xvii] DE PINA, Rui. *Crônica de El Rei D. João II*. Coimbra: Atlântida. 1950. grifo meu

[xviii] SORIA, Nieto Manuel José. op. cit. p. 161.

[xix] RESENDE, Garcia de. Op. Cit.. p. 48. Grifo meu.

[xx] RESENDE, Garcia de. Op. Cit. p. 63. grifo meu.
[xxi] DE PINA, Rui. Op. cit. p. 54.

[xxii] Idem. Ibidem. p. 55.

[xxiii] RESENDE, Garcia de. Op. Cit. p. 25. Grifo meu.

[xxiv] RESENDE, Garcia de. Op. Cit. p. 290.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO CURSO DE HISTÓRIA: A PERSPECTIVA DOS GRADUANDOS DA UFRRJ[1]

Priscila dos Anjos Moraes[2] - UFRRJ

Marcos Aguiar de Souza[3]- UFRRJ

1 – INTRODUÇÃO:

Segundo Lima[4], dentre as ciências sociais, a História é uma das que mais evoluíram nas últimas décadas e essa evolução se deu por conta do caráter interdisciplinar imprimido pela produção historiográfica contemporânea. Os horizontes dos historiadores se expandiram, novas temáticas, novos objetos e novos métodos foram adotados pelos historiadores graças à aproximação da História com a Antropologia. Mas essa perspectiva não é tão nova assim. Ela não nasceu com a escola dos *Annales* ou, melhor dizendo, com o movimento dos *Annales*. Já nos séculos XVIII e XIX, historiadores como Legrand d'Aussy e Michelet se ocupam do campo desprezado pela história factual, dos acontecimentos, ou seja, se preocupam em estudar uma história social dos costumes dos franceses, das mentalidades; uma história com uma abordagem cultural, mais estrutural que factual.

Assim, nesta perspectiva, o presente estudo pretende abordar o ensino de História sob a ótica dos alunos de graduação, utilizando para isso a Teoria das Representações Sociais no intuito de analisar os discurso dos graduandos do curso de História da UFRRJ sobre seu conhecimento sobre a área e o possível campo de atuação depois de formado.

A relevância do presente estudo está no fato de além de seu caráter inédito no curso de História da UFRRJ, propiciar dados tratados dentro de uma perspectiva de pesquisa científica para que tanto alunos como professores possam estar constantemente avaliando e reavaliando seu trabalho no intuito do aperfeiçoamento do mesmo. Tal atitude é de extrema importância uma vez que, não se trata de um fato novo, as Universidades estão passando por um momento de reformulação, e que os cursos de graduação além de formar mentes conscientes com os problemas da sociedade, devem estar atentas ao mercado de trabalho, uma vez que participamos de uma sociedade capitalista.

Leiria[5] aponta para a análise da situação institucional do curso de Historia sob a perspectiva de alunos e professores:

> *É a um curso de História que se candidatam mas nem por isso sabem muito sobre o assunto. Os professores queixam-se da falta de conhecimentos que os alunos trazem do secundário. Os estudantes reclamam da falta de condições em que trabalham. Num curso muito vocacionado para o ensino, as saídas profissionais preocupam.*

Um outro problema encontrado na realização deste trabalho consiste em definir o que é História, pois trata-se de algo complexo e que dependerá dos pressupostos polítco-filosóficos de quem está definindo. No entanto neste estudo opta-se pelo conceito de história como um fenômeno cultural[6]. Huizinga considera que "cada cultura cria e tem necessariamente que criar sua própria forma de História. O tipo de cultura determina o que é, para ela, a História, e como há de ser esta"[7].

Borges[8] coloca como função da História a busca de uma explicação genética da formação e consolidação da sociedade.

Desta forma o Historiador tem como campo de atuação não só o ensino, mas também a pesquisa. Tendo também como possíveis perfis os de agentes diplomáticos, culturais e comerciais, administradores de bens culturais, especialistas em patrimônio, arquivos, bibliotecas e museus.

Mesmo assim, é na educação que encontramos a maior demanda por profissionais da área de história, e, vale ressaltar, que os profissionais de história são formados num processo educativo. Desta forma coadunamos com Funari ao afirmar que a educação, em geral, não pode confundir-se com adestramento, com submissão, reprodução, mas deve ser, verdadeiramente, um crescimento interno, resultado da produção de conhecimento, exteriorização de capacidade de refletir e atuar, formação para a autonomia de pensamento e ação no mundo[9]. Neste contexto, um curso de História não pode visar o adestramento de reprodutores de fatos e datas, menos ainda, de cartilhas historiográficas da moda. Reproduzir autores na crista da onda, tendência natural em países periféricos como o

nosso, acaba por produzir reflexões datadas, pouco críticas e, sem dúvida, servis a modelos e esquemas. Um professor e/ou pesquisador que lecione e escreva a partir de um autor da moda parece-nos limitado. Em qualquer caso, mais do que desatualizados, quando seguimos cartilhas estamos reproduzindo, mais do que criando. Cabe, ao contrário, uma prática emancipadora que possa tornar autônomos os estudiosos da História[10].

Neste sentido, enfatizamos, assim como Chartier, o papel que o estudo das representações tem para se alcançar a compreensão da realidade social. Nesse entendimento, o discurso (fonte com a qual os historiadores trabalham) é instrumento de transformação/conformação da realidade e não o seu reflexo[11].

A representação social refere-se a uma interpretação que permite pensar a nossa realidade cotidiana. É uma forma de conhecimento social, desenvolvido em conjunto por indivíduos e grupos, de modo a possibilitar um posicionamento diante de situações, eventos, objetos e comunicações a eles pertinentes. Em outras palavras, as representações sociais são como um reflexo interno de uma realidade externa. Desse modo, elas se tornam reproduções mentais do mundo e dos outros, com uma gênese socialmente compartilhada, o que justifica o termo social quando se referindo a tais representações[12].

Dentro da mesma linha de pensamento, Lefebvre[13] e Heller[14] destacam a análise crítica da mediação da vida cotidiana como um dos principais fatores para se entender a sociedade humana, pois ela representa na prática toda a superestrutura política, permeada de ideologia, além de sua história e cultura.

As reflexões a respeito de representação social levam a concluir que o ser humano, objeto e sujeito da história, desenvolve-se através de processo de comunicação, onde a representação social, dinamicamente, estrutura e é estruturada. Para analisar as representações que um indivíduo tem do mundo onde vive, ou viveu, é necessário captar a visão que tem de seu mundo, sabendo que tal visão dependerá do lugar ocupado pelo indivíduo em relação aos outros. Esta relação não é apenas objetiva, mas também subjetiva, onde um se confronta com o outro e, ao mesmo tempo, com a imagem que elabora do outro.

2 – MATERIAL E MÉTODOS:

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, onde a análise será qualitativa, numa abordagem fenomenológica. Na abordagem fenomenológica as realidades sociais são construídas nos significados e através deles e só podem ser identificadas na linguagem significativa da interação social[15].

Participaram do presente estudo 61 alunos do curso de História da UFRRJ, sendo 29 homens e 32 mulheres com idade variando de 17 a 39 anos (média de 23,1 anos de idade). A distribuição por período do curso pode ser encontrada na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos alunos por Período.

Período	Freqüência	Percentagem
Primeiro Período	24	39.3
Terceiro Período	9	14.8
Quinto Período	11	18.0
Sétimo Período	17	27.9
Total	61	100.0

Foram administrados questionários abertos com questões versando sobre o conhecimento do que é História, a função da História, o campo de atuação do historiador e o campo de atuação do entrevistado depois de formado. Os dados colhidos foram analisados segundo a Técnica de Análise de Conteúdo[16]. Os instrumentos foram entregues individualmente durante as aulas, sendo pedido o seu preenchimento imediato. Foi garantido sigilo absoluto em relação às respostas.

3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No item que versava sobre o que é História as respostas foram agrupadas em cinco grupos. O primeiro que categorizava a História como uma área científica, outro considera a História como ligada ao estudo dos fatos do passado (datas, personalidades, eventos cronológicos), para um terceiro grupo a História se ocupa da formação da sociedade

(mentalidades, relações causais), o quarto grupo faz menção da História situado no espaço e no tempo (preocupada nas especificidades de cada espaço e época) e finalmente o quinto grupo caracteriza a História como um campo onde se prevê e constrói o futuro (teleológica). Os Resultados podem ser encontrados na Tabela 2.

Tabela 2: Categorias de História

O que é História	Freqüência	Percentual
Ciência	12	7.3
Fatos do Passado	54	32.9
Formação da Sociedade	74	45.1
Espaço e Tempo	11	6.7
Construção do Futuro	13	7.9
Total	164	100.0

Vemos, assim, o predomínio das opiniões em torno da História como o estudo da formação da sociedade (45,1%) e dos fatos do passado (32,9%).

Sobre a função da História destacamos cinco categorias. A primeira indicava a função de investigar e desvendar o passado, outra ressaltava a valorização e preservação da cultura, uma terceira colocava como principal ponto a investigação dos fenômenos sociais, outra colocava como função a transmissão do conhecimento por meio de relatos e arquivamento das descobertas históricas e a última categoria colocava como função da História a mudança da sociedade com a formação de uma consciência crítica. Os Resultados se encontram na Tabela 3.

Tabela 3: Categorias da Função da História

Função da História	Freqüência	Percentual
Investigar o Passado	42	31.1
Valorizar a Cultura	5	3.7
Fenômenos Sociais	55	40.7
Arquivar e Relatar	12	8.9
Mudar a Sociedade	21	15.6
Total	135	100.0

Percebemos a tendência de se categorizar como função da História e investigação dos fenômenos sociais (40,7%) e a investigação do dos fatos do passado (31,1). Levar a sociedade à mudança também obteve uma considerável freqüência (15,6%).

Na área de atuação do historiados surgiram as categorias: educação/ensino, pesquisa, museus/arquivo/biblioteca, consultoria em cinema/TV/escolas de samba, analista internacional/diplomacia, projetos culturais/turismo. Os Resultados estão na Tabela 4.

Tabela 4: Área de Atuação

Área de Atuação	Freqüência	Percentual
Educação	60	34.3
Pesquisa	42	24.0
Museu	39	22.3
Cinema, TV, Samba	16	9.1
Analista Internacional	4	2.3
Projetos culturais, Turismo	14	8.0
Total	175	100.0

Neste item a educação foi a área citada por quase todos (60 indivíduos representando 34,3% de todas as áreas citadas) seguida pela pesquisa (24%) e pelos museus (22,3%). Vale ressaltar as áreas pouco comuns como cinema, TV e escolas de samba (9,1%).

Sobre o futuro profissional foram citados: educação, pesquisa, museu, projetos culturais, consultoria em empresas, analista internacional e alguns relataram não saber do seu futuro profissional. Os Resultados estão na Tabela 5.

Tabela 5: Futuro Profissional

Futuro Profissional	Freqüência	Percentual
Educação	46	56.8
Pesquisa	20	24.7
Museu	2	2.5
Projetos Culturais	2	2.5
Analista Internacional	3	3.7
Consultoria	5	6.2
Não sei	3	3.7
Total	81	100.0

A perspectiva profissional dos graduandos parece se localizar na área da educação (56,8%) e na pesquisa (24,7%).

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os resultados apontam para uma diversidade no conceito de História e na sua função também. Tal fato coaduna com as posições de Huizinga[17] e Carr[18]. Este último considera que não é possível um estudo unicamente objetivo da história sem qualquer influência de uma intenção pessoal que imprima neste estudo, uma característica relativamente filosófica. Assim a tentativa de uma história definitiva, que se baseie em fatos tão indiscutíveis quanto qualquer objeto físico palpável é falaciosa. Os fatos históricos jamais falam por si, e sim, são sempre interpretados. Nem mesmo existem fatos consensualmente tidos como importantes, um historiador pode selecionar um evento para estudo que passe totalmente desapercebido por outro, ou seja, não apenas a interpretação é pessoal, mas a própria escolha dos fatos.

Com relação à área de atuação e ao futuro profissional, embora encontremos uma diversidade de possibilidades na área de atuação, percebemos que a saída profissional continua pautada na área de educação. Tal fato preocupa-nos, principalmente quando observamos uma vasta área que poderia ser ocupada pelo profissional de história mas não são aproveitadas. Como exemplo poderíamos citar a atuação em Escolas de Samba e em consultoria para empresas, organizações não governamentais, TV, cinema entre outras.

Sobre este aspecto enfatizamos a importância dos eventos realizados nas universidades, tais como semanas de integração e semanas acadêmicas, por propiciar o contato com a realidade do mercado de trabalho e na ampliação dos horizontes dos graduandos com relação aos conceitos e aos objetos da História que são trabalhados das formas mais distintas por diferentes historiadores.

Sugere-se, entretanto, novas pesquisas no sentido de compreender a intervir na formação acadêmica dos graduandos de história nas diferentes universidades, identificando pontos “fortes” e fortalecendo os “fracos”, corroborando assim para a melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional.

---

[1] Este trabalho faz parte do Projeto *Motivação Acadêmica e Perspectiva Profissional em Estudantes da UFRRJ*, desenvolvido no NEPAAR e coordenado pelo Professor Marcos Aguiar de Souza.

[2] Discente do curso de História da UFRRJ, Bolsista CNPQ-PIBIC.
[3] Doutor em Psicologia Social, Chefe do Departamento de Psicologia da UFRRJ, Coordenador do NEPAAR (Núcleo de estudos Psicológicos Aplicados à Área Rural).
[4] LIMA, E. **História e Antropologia: uma aproximação profícua.** Brasília: NetHistória. Disponível em: http://www.nethistoria.com. Acesso em: 10 jan. 2004.
[5] LEIRIA, I. **Alunos de História Mal Preparados**. PUBLICO, Lisboa, 23 Ago. 2000.
[6] HUIZINGA, J. **El Concepto de la Historia y Otros Ensayos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994
[7] Idem, p. 91.
[8] BORGES, V. P. **O que é História**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 46.
[9] FUNARI, P.P. A. Universidade, erudição e cidadania, **Jornal da Adunicamp**, maio de 1996. p.11
[10] FUNARI, P.P. A. O ensino de História na Escola Técnica: teoria e prática. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 179/180/181, 1996a. p.118-131
[11] CHARTIER, R. **História Cultural:** Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
[12] JODELET, D. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. *In:* MOSCOVICI, S. (Ed.) *Psychologie Sociale* (357 – 378). Paris: Presses Universitaires de France, 1984
[13] LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.
[14] HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 3 ed.
HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.
[15] SOUZA, M. A. **Abordagens Quantitativas e Qualitativas de Pesquisa**: pressupostos epistemológicos. NEPAAR, Seropédica, 2001.
[16] BARDIN, L. **L'analyse de contenu**. 7. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
[17] cada cultura cria e tem necessariamente que criar sua própria forma de História. O tipo de cultura determina o que é, para ela, a História, e como há de ser esta. In: HUIZINGA, J. **El Concepto de la Historia y Otros Ensayos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 91
[18] CARR, Eric. **O que é História**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O Totalitarismo sob a ótica de François Furet

Priscila Gomes Correa

Desde que despontou nas interpretações sobre as experiências políticas do século XX a noção de *totalitarismo* gerou controvérsias, sobretudo durante a Guerra Fria, quando o conceito passou a ser malvisto pela esquerda política, pois a comparação entre fascismos e comunismo podia levar a depreciação deste último. O conceito foi inicialmente discutido por Hannah Arendt (1951), Carl Friedrich (1954), Raymond Aron (1958), entre outros. As mudanças intelectuais provocadas pelos tumultos estudantis da década de sessenta, bem como o florescimento das mais diversas teorias marxistas, levou a uma progressiva recusa do termo durante as décadas seguintes. [1] No entanto, a derrocada do comunismo soviético propiciou uma nova sobrevida ao conceito, levando muitos estudiosos (Furet, Nolte, Lefort, Besançon, Ferro, Malia) a se debruçarem sobre a questão do comunismo para, além de discutir o funcionamento do sistema, refletir sobre o seu possível paralelo com o nazismo.[2]

O historiador francês François Furet foi um dos precursores desse novo debate, elaborou um sistema de reflexão no qual o conceito de *totalitarismo* aparece como peça essencial; a lógica de sua interpretação reside na relação dialética entre fascismo e comunismo, e de ambos com a democracia, de modo que a primeira relação não funcionaria sem o elo totalitário, bem como a tríade sem o fundamento do antifascismo. Encontramos essa formulação em seu livro *O Passado de uma Ilusão* (1995), um longo ensaio sobre a idéia comunista, onde nos apresenta um 'novo esquema interpretativo' do totalitarismo. O processo de construção desse 'novo' esquema envolveu diversos fatores políticos e intelectuais explorados por Furet desde fins da década de setenta, quando se debruçou sobre a historiografia da Revolução Francesa e a questão do discurso revolucionário.

Para Furet a historiografia da Revolução Francesa manteve-se como baluarte de um discurso revolucionário superado pelos fatos, visto que a crítica do totalitarismo e do desastre da experiência comunista do século XX já teria se tornado tema central da reflexão

da esquerda política. A noção de desvio em relação a uma origem seria o sustentáculo do valor da idéia de revolução, o precedente francês justificaria, então, a violência bolchevique em nome de circunstâncias comparáveis. Esse discurso dos revolucionários, dos atores do fenômeno foi adotado pelos historiadores. Fazia-se necessária a crítica dessa historiografia, a qual Furet denominou comunista. Tarefa a que se dedicou em seu famoso livro *Pensando a Revolução Francesa* (1978), ao identificar a importância da 'paixão revolucionária', nascida em 1789, no mundo contemporâneo. Desse livro cabe-nos reter sua referencia a Augustin Cochin, autor que percebeu no jacobinismo um tipo de sociedade, uma sociedade de pensamento, que tornou possível a ficção da idéia de democracia "pura", de "transparência" entre sociedade e poder; crença que para Furet "é a matriz do totalitarismo".[3]

É a revolução como linguagem, o império da verdade da opinião, uma faceta do discurso revolucionário que se constituiu em fonte daquilo que Furet denominou 'enigma' do comunismo, posto que apesar dos desmentidos da história a crença fundadora subsistiu. E, argumenta Furet, "torna-se inevitável que o exemplo russo volte a atingir como um bumerangue a sua 'origem' francesa"..."o Gulag leva a repensar o Terror, em virtude de uma identidade de projeto", ambos acusados de ser consubstancialmente sistemas de sujeição meticulosa sobre os corpos e os espíritos.[4] Diferente do que se possa supor, não é a possível associação entre a violência jacobina e a bolchevique que motivou a interpretação de Furet. Pelo contrário, esta comparação só lhe parecia viável de um ponto de vista muito abstrato e, acrescentou, "me parece mais útil, para se comparar, aquilo que é comparável entre o regime de Hitler e o de Stálin, do que modelar, *a posteriori*, a Revolução Russa sobre a Revolução Francesa".[5] Seria, antes, a ilusão fundadora do discurso revolucionário que se transformou em denominador comum das duas ideologias totalitárias que surgiram no século XX.

Comunismo e fascismo seriam, para Furet, duas ideologias antidemocráticas paradoxalmente enraizadas no discurso revolucionário francês que, por sua vez estaria calcado no ideal de democracia. Isso porque, explicou Furet, existe um elemento religioso presente no discurso revolucionário, a saber, a idéia de libertação da humanidade.[6] Uma

‘crença’ ou ‘fé’ constitutiva do discurso revolucionário que, posteriormente, combinou-se com os ideais socialistas, democracia e socialismo seriam duas configurações sucessivas de uma ampla revolução libertadora. O que, segundo Furet, também compõe uma crença, pois “o militante revolucionário, agente de uma prática histórica com ambições tão elevadas, identifica sua vida com a defesa das suas idéias: existe uma intolerância essencial da ideologia revolucionária”.[7]

Assim, notamos alguns dos pressupostos sobre os quais Furet pôde desenvolver sua concepção de totalitarismo, tão intimamente relacionado com a idéia de democracia, fonte da polêmica antiburguesa que o caracteriza e cujo berço foi a Revolução Francesa. Em resumo, seriam as próprias contradições da “paixão revolucionária” que permeariam o surgimento das ideologias fascista e comunista. A ‘idéia comunista’ seria compreendida no quadro dessas ‘paixões revolucionárias’, ou seja, numa reflexão mais geral sobre a democracia e a burguesia. Dessa forma, já abordamos boa parte da interpretação de Furet, pois este historiador não se preocupou com uma definição específica para o conceito de *totalitarismo*, exposto de forma instrumental, porém fundamental, no interior de um processo interpretativo. Esse processo foi efetivado a partir de 1989, período em que Furet começou a trabalhar em *O Passado de uma Ilusão*, ainda sob o calor dos acontecimentos.

No artigo *La Révolution commence* (1990) ele mostrou-se empolgado pela suposta vitória da dupla ‘democracia e capitalismo’, ao proclamar que “o sol brilha pela segunda vez sobre a Europa do século XX. Após 1945, 1989. Após o fim do nazismo, o do comunismo, e uma Europa, enfim, de nações e de homens livres”.[8] Note-se como os traços de uma identidade entre os dois regimes começam a ser explorados. Dois anos depois, em *Oui, l´histoire du communisme reste à ècrire* (1992), acentuou esse paralelo ao destacar que o século XX comportou dois tipos de regimes totalitários, o fascismo e o comunismo. Em outra oportunidade (*La democrazia in Europa* – 1992), expôs a paixão comum que teria motivado os dois movimentos, nazismo (“a forma totalitária por excelência do fascismo”) e comunismo; seria o desprezo pela burguesia e capitalismo, um sentimento antigo que depois de 1914 foi renovado por sua encarnação em movimentos populares: “na democracia

burguesa, os comunistas vêem a antecâmara do fascismo e os fascistas a antecâmara do comunismo".[9]

Em *O Passado de uma Ilusão* encontraremos, portanto, o resultado de uma longa reflexão sobre o tema, a "comparação interdita", enfim, é realizada. Nesse longo ensaio explica-se o comunismo pelo fascismo e vice-versa, duas paixões ideológicas, nascidas da democracia, que teriam entrado para o palco da história quase juntas, tornando inevitável uma análise comparada. Da análise dos paralelos entre a idéia revolucionária e a idéia comunista o historiador chega às relações entre fascismo e comunismo, constituindo o núcleo de sua interpretação. Em linhas gerais, fascismo e comunismo são apresentados como dois fenômenos importantes, aos quais deve-se devolver o caráter imprevisível, nada neles teria sido necessário. A ilusão da necessidade histórica é a primeira barreira a ser derrubada, visto que tanto o fascismo quanto o comunismo como "produtos da democracia, foram enterrados pela democracia".[10] "O fascismo nasceu como uma reação anticomunista. O comunismo prolongou seu tempo de vida graças ao antifascismo", afirma Furet. [11]

Diante da "tentação" de "reduzir o desconhecido ao conhecido e considerar o século XX com as lentes do século XIX: numa versão renovada do combate pró ou contra a democracia, sob a forma fascismo/antifascismo", [12] Furet propõe a retomada do conceito de *totalitarismo*, pois, para superar essa "tentação", deve-se conceber que fascismo e comunismo estão unidos pelo adversário comum, democracia, a despeito do antifascismo do segundo. Sua intenção é discutir não só a legitimidade desta comparação como também se é possível compreender a história do século sem esta comparação, visto que entre 1945 e 1975 o conceito de *totalitarismo* não teve direito de ser citado, o que seria um efeito de intimidação e não o resultado do saber.[13]

Devido à complexidade das relações entre fascismo e comunismo, Furet propõe um uso limitado do conceito, uma gradação que visa desculpar os possíveis excessos, pois, nas suas palavras, "ele designa, no melhor dos casos, certo estado alcançado pelos regimes em questão (e não necessariamente por todos) em períodos diferentes de suas evoluções", não implicando que esses regimes fossem idênticos ou comparáveis em todos os seus

aspectos.[14] No entanto, Hannah Arendt já havia previsto essa aplicação limitada do termo, quando sublinhou que "até hoje conhecemos apenas duas formas autênticas de domínio totalitário: a ditadura do nacional-socialismo, a partir de 1938, e a ditadura bolchevista, a partir de 1930".[15] Um limite espaço-temporal adotado eventualmente por Furet, na medida em que o conceito não pode responder à sua questão crucial, a saber, o "engendramento mútuo e a reciprocidade oculta" entre fascismo e comunismo. Nesse sentido, percebe-se uma versão mais fluida do *totalitarismo*, tal qual definiu Raymond Aron ao dizer que o essencial é o "monopólio do partido ou a estatização da vida econômica ou ainda o terror ideológico".[16] As diversas minúcias da lógica do sistema, como foram descritas por Arendt ou Friedrich, não são relevantes ao tipo de interpretação a que se dedica Furet, mais próximo a Aron e Lefort.

De início, tanto Arendt quanto Aron e Lefort fornecem subsídios para Furet, porém somente determinados aspectos de seus trabalhos são selecionados. De Hannah Arendt interessa-lhe, sobretudo, uma definição genérica: o totalitarismo como um sistema baseado no isolamento de indivíduos atomizados, sob um forte controle ideológico, com vistas ao domínio total e a expansão universal de acordo com leis da natureza (nazismo) ou da história (comunismo).[17] Outra premissa adotada diz respeito a idéia de que "a história do Partido Bolchevista é um exemplo melhor da natureza essencialmente fictícia do totalitarismo, precisamente porque as fictícias conspirações globais, contra as quais e de acordo com as quais a conspiração bolchevista supostamente se organizou, não foram ideologicamente fixadas".[18] Ora é justamente a partir dessa constatação que Furet, sob o respaldo histórico do fim da União Soviética, pôde conceber uma espécie de absoluto esquecimento da experiência soviética, da qual "não subsiste nem uma idéia". Esse caráter fictício do comunismo é, portanto, fundamental na sua interpretação, pois lhe permite abordar o fenômeno totalitário do ponto de vista político, como um "ideal tipo".

Esse ponto de vista certamente contribuiu para as polêmicas que acompanharam a publicação de seu livro, pois admite sob os mesmos fatos e recursos outras interpretações igualmente relevantes. Um exemplo é a interpretação de Eric Hobsbawm, historiador

marxista que não compartilha do uso do termo *totalitarismo*, pois o sistema soviético "não exercia efetivo 'controle da mente' e muito menos conseguia a 'conversão do pensamento', mas na verdade despolitizou a população em grau espantoso".[19] Ou seja, tanto para Furet quanto para Hobsbawm tratava-se de um controle ideológico almejado, mas não internalizado. Fato que leva o segundo a rejeitar o conceito de *totalitarismo*, enquanto o primeiro o adota ao reverter a definição supracitada de Hannah Arendt para o plano da idéia.

Considerando a contingência e evitando a idéia da necessidade histórica Furet teria acabado por instalar o regime soviético sobre sua própria ideologia, em sua origem aparece a ilusão ou a utopia do socialismo. Mas isto, segundo Lefort, é violentar o fenômeno de uma nova maneira, é reduzi-lo à manifestação de uma idéia ou mesmo à vontade política de indivíduos dispostos a edificar um sistema conforme a esta idéia – o totalitarismo é, então, uma abstração.[20] Diante disso, Lefort lamenta o fato de Furet, que não hesita em discernir no comunismo um sistema totalitário, não ver nele mais do que o produto de uma vontade política.[21]

Essa decepção advém do empenho desse filósofo por tratar o discurso totalitário em seu desdobramento "na convicção de estar impresso na realidade e de encarnar a virtualidade de um domínio continuado e geral de suas articulações". De tal modo, para Lefort, "a formação do totalitarismo só é inteligível quando se reconhece a 'resposta' dada ao problema da divisão entre o discurso ideológico e o processo de socialização da sociedade".[22] É justamente essa 'historicidade do social' que não se faz necessária à interpretação de Furet, o qual opõe à explicação pelos interesses sociais, uma explicação pela ideologia. Seu objetivo é seguir a formação das ideologias totalitárias por meio de uma "versão histórico-genética da teoria do totalitarismo", originalmente estrutural, como propôs o historiador alemão Ernest Nolte, com quem, pouco antes de sua morte (em 11/7/1997), discutiu o conceito numa série de correspondências.[23]

Essa abordagem 'genealógica' é o substrato diferencial do sistema interpretativo elaborado por Furet, pois permite conceber fascismo e comunismo como "as duas faces duma crise aguda da democracia liberal, sobrevinda com a guerra de 1914-18", [24] seria a

extrema radicalização de uma crítica à direita (fascismo) e outra à esquerda (leninismo), um caráter revolucionário partilhado, portanto, pelo fascismo o que permitiu a direita romper com o 'impasse' da contra-revolução.[25] Deve-se reconhecer, entretanto, nessa essência da concepção de Furet a referência constante às formulações teóricas de Lefort; substancialmente seus estudos acerca da relação entre democracia e totalitarismo.

Furet adota de Lefort a idéia de que "o Estado totalitário só pode ser concebido em relação à democracia e sobre o fundo das ambigüidades desta última. É a refutação dela ponto por ponto e, no entanto, atualiza representações que ela contém virtualmente. Nele, a democracia encontra uma potencia adversa, mas que ela carrega também dentro de si mesma".[26]. Ora, é a partir dessa relação ambígua que Furet constrói um sistema de interpretação do século XX envolto na tríade - democracia, fascismo e comunismo. A democracia liberal é concebida como o ponto de partida e de chegada da comparação entre fascismo e comunismo,[27] nessa medida o liberalismo aparece como o depositário exclusivo da democracia, o antifascismo comunista é revertido a uma espécie de paranóia.

De acordo com Emmanuel Terray, o tratamento dos acontecimentos proposto por Furet para superar a idéia da necessidade histórica colabora para essa idéia. Se os acontecimentos forem contingentes como as catástrofes naturais, ninguém é responsável; em outros termos, não se pode acusar os sistemas econômico, social e político em meio aos quais eles se produziram. "A inocência do capitalismo e da democracia liberal é um pressuposto implícito, mas fundamental desse livro repleto de condenações morais. Mas esse pressuposto não é o efeito de um simples maniqueísmo partidário: se o capitalismo e a democracia liberal são inocentes, é porque, no espírito de Furet, são tão naturais quanto os desastres que os atingem".[28]

Nesse sentido, de uma perspectiva finalista, a derrocada do comunismo, Furet apresentou um documento comprobatório do "teorema do totalitarismo". Um exemplo é o artigo escrito em 1990 (*Les feuilles mortes de l´utopie*), no qual o capitalismo e a democracia são apresentados como os dois destinos da modernidade, a idéia comunista teria tentado separá-los, mas o que se descobriu, nesse fim de século, é "que os dois destinos amarrados

pela modernidade são inseparáveis, que a liberdade não existe sem o mercado, visto que aqueles que tentaram escapar a essa dura lei concorreram para a catástrofe política e econômica". Desse modo, a ambição radical, presente na utopia socialista, de instaurar uma sociedade sem classes, tinha somente a natureza para vencer.[29]

Para concluir, uma interessante questão de Emmanuel Terray acerca do livro *O passado de uma Ilusão:* qual a razão para um extenso livro sobre um objeto que teria desaparecido sem deixar traços? Identificam-se aí duas vozes distintas, a de um "militante liberal", que saúda e proclama a ruína do império e da ideologia comunistas, e a de um "historiador lúcido", que não ignora as mentiras constitutivas da sociedade burguesa e as conseqüentes utopias socialistas que surgirão; daí seu desejo de retardar esse perigoso renascimento.[30] Essa situação autoriza-nos a considerar a noção de contradição, elaborada por Sartre, que sempre investiria a trajetória dos intelectuais, Furet estaria entre "o saber prático (verdade, universalidade) e a ideologia (particularismo)", ou melhor, entre o "universalismo de profissão" e o "particularismo de classe".[31]

---

[1] Cf. Kershaw, I. Nazisme et stalinisme: Limites d´une comparaison. *Le Débat*, n° 89, mars-avril 1996. p.177.
[2] Cf. Laignel-Lavastine, A. L´Autre Europe et nous. *Le Débat*, nº107, nov-dec 1999. p.132-133.
[3] Cf. Furet, F. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. p.191
[4] Cf. Furet, F. *Ensaios sobre a Revolução Francesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978. Ensaios...Op. cit. p.17
[5] Cf. Furet, F. Aprés Robespierre, Staline... (entretien avec F. Furet). Paris, *L´Histoire*, n177, mai 1994. p.53
[6] Cf. Furet, F. Dieguez, M. Dialogue. *Commentaire*, n 71, automne 1995.
[7] Furet, F. Ensaios... Op. cit. p.134.
[8] Cf. Furet, F. *Un Itineraire Intellectuel*. Paris, Calmann-lévy, 1999. p.363
[9] Cf. Furet, F., Dahendorf, R. e Geremek, B. *La Democrazia in Europe* Roma, Laterza, 1992. p.10
[10] Cf. Furet, F. *O Passado de uma Ilusão*. Siciliano, São Paulo, 1995. p.16
[11] Idem. p. 37
[12] Idem p.193
[13] Cf. Furet, F. Nazisme et Communisme: la Comparaison Interdite. *L'Histoire,* nº186, Paris, mars 1995. p.18
[14] Cf. Furet, F. *O Passado de uma Ilusão*. Op. cit. p.198 e 221.
[15] Arendt, H. H. *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Dom Quixote, 1978. p. 523
[16] Aron, R. *Democracia e Totalitarismo.* Lisboa, Presença, 1966 p. 294.
[17] Cf. Arendt, H. Op. cit. Terceira Parte.
[18] Idem. p.476
[19] Hobsbawm, E. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Cia das Letras, 1995. p.384.
[20] Cf. Lefort, C. *La Complication: Retour sur le Communisme*. Paris, Fayard, 1999.Op. cit. p.10-13
[21] Cf. Idem. p.183
[22] Lefort, C. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo.* São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 326
[23] Cf. Furet, F. Nolte, E. *Fascismo e Comunismo*. Lisboa, Gradiva, 1999.
[24] Cf. Idem. p.54
[25] Cf. Idem. p.86
[26] Lefort, C. *A invenção democrática.* Op. cit p.33
[27] Cf. Berger, D. Maler, H. *Une Certaine Idée du Communisme.* Paris, Editions du Félin, 1996. p.10
[28] Cf. Terray, E. Le Passé d´une Illusion et l´Avenir d´une Espérance. *Critique*, nº588, Paris, mai 1996. p.331
[29] Cf. Furet, F. *Un Itineraire Intellectuel.* Op. cit. p.609
[30] Cf. Terray, E. Op. cit. p.360
[31] Cf. Sartre, J-P. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo, Ática, 1994. p. 50-54

TEORIA DA HISTÓRIA: O ENSINO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

RACHEL DUARTE ABDALA - UNITAU

A preocupação com o ensino da História tem recaído sobre a finalidade e a metodologia atribuída e empregada com relação à História no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Neste trabalho, no entanto, propõe-se o estudo do ensino de História na formação do historiador/professor a partir da Teoria da História, configurada como disciplina dos Cursos superiores de História.

O trabalho aborda a Teoria da História sob dois prismas. No primeiro, estuda a configuração da disciplina nos cursos de História no Brasil. No segundo, com a premissa de que a formação historiográfica subsidia a prática docente bem como o debate sobre ela, analisa o papel e a especificidade da Teoria da História nesse processo de formação.

Debruçar-se sobre a história de uma disciplina, considerando todos os aspectos que a compõem e a influenciam, não é empreitada simples. No caso específico de Teoria da História, hierarquicamente considerada disciplina nobre do campo e, por isso mesmo, desvinculada do conjunto das demais disciplinas, essa tarefa implica esforço epistemológico sobre a própria noção de História. Conforme foi constatado, na quase unanimidade dos Cursos Superiores de História no Brasil, Teoria da História é uma das disciplinas componentes da primeira série. Com caráter introdutório, tem a função de problematizar e situar os alunos a respeito dos principais conceitos e das especificidades da História: tempo, caráter da verdade em História, objetividade e subjetividade históricas e filosofia da História. Estudados a partir de uma perspectiva epistemológica, esses conceitos são os mesmos delimitados como fundamentais pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História no Ensino Fundamental e Médio. Desse modo, o conteúdo estudado em Teoria da História articula-se com a prática docente. Essa relação nem sempre é percebida ou trabalhada; portanto, é possível inferir que parte dos problemas detectados na metodologia e na finalidade do ensino de História pode advir dessa desvinculação, dessa dicotomia

teoria/prática de ensino. Ultrapassando os limites simplistas da relação entre prática e teoria, verifica-se que, no caso de Teoria da História, a teoria configura-se como prática, pois o fazer historiográfico efetiva-se nos conceitos estudados.

A vulgarização, ou divulgação do saber histórico perpetrada pelo ensino Fundamental e Médio engloba, não só a aprendizagem de informações, dados, datas, mas também a formação de cidadãos capazes de atuar no mundo e modificar a realidade. Assim, a formação dos professores que atuarão para a formação desses cidadãos também deve contemplar esses aspectos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio:

> No que se refere ao conhecimento histórico escolar, os currículos atuais são indicativos das transformações paradigmáticas do campo que envolve o conhecimento histórico como um todo. As aproximações entre a História ensinada e a produção acadêmica têm se intensificado a partir do final dos anos setenta, estabelecendo relações muitas vezes profícuas, mas que apontam para as dificuldades sobre os conteúdos e métodos de ensino.[1]

Desse modo, a preocupação que hoje permeia o ensino da Disciplina História no ensino fundamental e no ensino médio, de não só transmitir informações, mas também de capacitar para a construção e busca dessas informações, deve se expandir para a formação dos professores de História.

Inserida no primeiro ano do curso de História, a disciplina Teoria da História traz uma carga teórica ao mesmo tempo excessiva e necessária. Excessiva no sentido de que os alunos oriundos do ensino médio ainda não têm maturidade para compreender e problematizar o volume e a complexidade das informações pertinentes à disciplina. E necessária, no sentido de que é essa disciplina que apresenta o curso e que subsidia as demais disciplinas, oferecendo o arcabouço conceitual e teórico, a referência a partir da qual os conteúdos específicos das demais disciplinas se articulam.

Teoria da História é, mais do que o estudo das Escolas Históricas com base nos pressupostos da Teoria do Conhecimento, a disciplina cujos objetivos são: estimular a reflexão sobre as vertentes teóricas do conhecimento histórico, a partir do estudo das perspectivas que demarcam o debate contemporâneo; localizar a História no contexto epistemológico atual, por meio da apresentação das contribuições teóricas mais relevantes e dos atuais debates sobre a História; incitar a reflexão acerca dos diversos sentidos das formas de escrita da história; propiciar a compreensão e aplicação de conceitos fundamentais da História.

Considerando que não é possível dissociar teoria e metodologia, na pesquisa essa interface parece estar mais explícita e perceptível do que na apropriação e ensino desses conceitos no ensino escolar de História.

Desde a proposição de Langlois e Seignobos, de uma *Introdução aos estudos históricos*, em 1897, há a preocupação com o aspecto pedagógico de formação metodológica de pesquisa nos cursos de História.

> A maioria dos que abraçam a carreira da história assim agem sem saber por que, jamais havendo inquirido de si mesmos se estão em harmonia com os trabalhos históricos, dos quais, muitas vezes, ignoram até a própria natureza.[2]

O texto escrito pelos dois professores franceses instituiu um modo de pensar e fazer na formação do historiador. A preocupação se restringia à formação acadêmica e à informação acerca da historiografia. De acordo com Jean Glenisson, a inserção da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, nos cursos de História nas universidades brasileiras, implementada pela reorganização dos cursos superiores, na década de 60 do século XX, foi influenciada pela iniciativa de Langlois e Seignobos, mantendo, inclusive, a mesma denominação.

A disciplina de Introdução aos estudos históricos vem sendo substituída, nos últimos anos, pela disciplina Teoria da História, a partir da reforma universitária atualmente em curso no Brasil, ampliando e aprofundando as diretrizes da disciplina. Ao estudar a

trajetória e a conformação dos cursos de Licenciatura em História no Brasil, percebe-se o esforço epistemológico que implica essa mudança.

As novas metodologias de ensino de História que englobam o trabalho com documentação no ensino fundamental e médio preconizado nos PCN, além de se constituírem uma forma de sensibilização dos alunos refletem as mudanças no campo historiográfico implementadas pela *École des Annales* que promoveu a revolução documental.

Assim, a propalada interdisciplinaridade deve ser trabalhada na formação do futuro professor antes de lhe ser requerida no âmbito de sua prática docente. Nos anos finais do curso de História, apresentam-se as indicações dos PCN, e, mesmo depois, na própria prática docente, os professores de história, ao não perceberam essa articulação fundamental entre teoria e prática, sentem dificuldades metodológicas no ensino da História.

Com base nessas considerações e nessa reflexão, verifica-se que, a despeito da Reforma Universitária em vigor ter estabelecido o aumento da carga horária destinada às disciplinas da Licenciatura, tal medida só se efetivará como eficaz à proporção que for propiciado um movimento articulado entre teoria e prática. Portanto, para desenvolver a consciência crítica dos alunos, é preciso que os professores de história desenvolvam sua própria consciência crítica, não só percebendo a função da Filosofia para a História, mas também praticando e compreendendo as especificidades da epistemologia da História.

Ao refletir sobre a função da Teoria da História como disciplina responsável por proporcionar a assimilação e a compreensão de conceitos fundamentais para o ensino e estudo de história, percebe-se que a própria função da disciplina no curso precisa ser redimensionada. Seu papel abrange outros aspectos, além da apresentação das correntes historiográficas: abrange a Filosofia da História, não se limitando à História da Filosofia, e a Historiografia, que pode ser definida como base reflexiva, e não como mero estudo cronológico do campo historiográfico. Escrever a História é, antes de tudo, inscrever a História como prática reflexiva na formação de futuros professores de história e na formação de cidadãos realmente conscientes.

[1] BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.* Brasília: Ministério de Educação, 1999. p. 300.
[2] LANGLOIS, C. E SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos.* 1897. *Apud* GLENISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. p. 11.

Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980.

Rachel Soihet* - UFF

A 4 de março de 1979, 21 mulheres se reuniram e elaboraram um documento no qual expressavam tanto seu posicionamento com relação ao Centro da Mulher Brasileira - CMB, como o que entendiam por feminismo. Após discorrer acerca das esperanças iniciais no advento do CMB como um espaço de troca de experiências e de realização coletiva de objetivos, a partir do despertar da consciência da opressão específica que recai sobre as mulheres, manifestavam o desapontamento com o rumo tomado pelo Centro. Comportamentos e atitudes autoritárias, agressividade, ausência de afetividade entre as mulheres, existência de temas tabus teriam sido a tônica de muitas assembléias. Enfatizavam, ainda, o desinteresse no estreitamento de laços com outras mulheres numa perspectiva feminista, nos espaços abertos pelas associações de bairro, profissionais e de comunidades. Assim, indagavam como conhecer a realidade e amplitude da sexualidade feminina, diferenciando suas experiências sexuais dos mitos masculinos impostos às mulheres? Através desse documento buscavam mobilizar as mulheres para uma reflexão sobre o feminismo e o Centro da Mulher Brasileira, expressando coletivamente suas críticas e expectativas, a fim de transformar o CMB num espaço realmente *feminista*. Ainda propunham que os grupos de reflexão se constituíssem em espaços de debates entre as mulheres que os integravam, programando e realizando suas práticas, segundo seus interesses e conveniências sem vinculação burocrática com o espaço que ocupavam, numa estrutura descentralizada, não devendo suas reuniões reproduzir os modelos masculinos de hierarquização e competitividade[1].

* Profª do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do CNPq. Colaboraram nessa pesquisa as bolsistas Flávia Copio Esteves e Nataraj Trinta Cardozo do CNPq, além de Erika Silva Ferreira do PIBIC

De acordo com o citado documento, pode-se constatar que divergências profundas estabeleceram-se entre as componentes do CMB. E para entender esse desfecho, cabe retroceder à criação do CMB a 8 de setembro de 1975, em seguida a um evento intitulado "Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira", ocorrido entre os dias 30 de junho e 6 de julho de 1975, promovido com o apoio da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa - ABI por grupos que já se reuniam em caráter privado para a discussão da problemática feminina. Este alcançara grande sucesso, constituindo-se numa brecha em meio ao autoritarismo que pesava sobre o país, e dele participaram personagens de significativa importância, entre eles, Celso Furtado, que retornava ao Brasil depois de longo afastamento, e que considerou o "feminismo o maior e mais importante movimento deste final de século"[2]. A partir daquele momento, o CMB passou a representar o movimento feminista no Rio de Janeiro, ocorrendo a criação de entidades análogas em outros locais do Brasil.

Não tardaram, porém, as divergências entre suas componentes, revelando, de um lado a complexa situação política do país, mergulhado na ditadura militar e, de outro, a influência dos feminismos internacionais. As primeiras dissensões decorreram de questões ligadas à estrutura e forma de organização da nova entidade.

Através de entrevistas realizadas com algumas das integrantes do CMB, além de uma leitura atenta das atas das assembléias, pode se vislumbrar a presença das divergências, inicialmente, mencionadas. Haveria um predomínio de mulheres que se vinculavam a organizações de esquerda e subordinavam a problemática das relações de poder entre homens e mulheres às questões mais gerais da sociedade, marcadas pelo autoritarismo do regime militar e que se empenhavam em desenvolver atividades voltadas para a conscientização das mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, outros temas mais especificamente ligados à opressão das mulheres, tais como: a sexualidade, o aborto, a violência contra a mulher, eram evitados, só devendo ser discutidos nos grupos de reflexão, a fim de não prejudicar as alianças entre os setores que se opunham à ditadura, marcadamente, a Igreja. Cabe mencionar que a maioria dos grupos de esquerda, tampouco,

era simpática às demandas feministas, considerando o movimento divisionista, além de julgá-lo um fenômeno importado e de caráter burguês[3].

Em contraponto à noção de "sororidade" ou de "irmandade", que considerava as mulheres como uma categoria homogênea, constituindo-se a feminilidade como uma condição essencialmente biológica que fornecia uma unidade natural às mulheres, insatisfações se fizeram sentir, dando lugar a afastamentos de algumas das sócias, inclusive, fundadoras[4]. Dentre as descontentes estava Maria Luiza Heilborn (Malu), que por discordar da "idéia de transformar o Centro num lugar de conscientização política, pelo tipo de literatura e atividades propostas" passa apenas a participar de um grupo de reflexão[5]. Igualmente, outras sem se desligar, formalmente do CMB, mantiveram-se no seu grupo de reflexão, como se pode depreender do depoimento abaixo:

> *(...) o grupo Ceres era um grupo que não nunca rompeu formalmente com o Centro da Mulher Brasileira, tá, a gente ia lá de vez em quando e tal, mas a gente estava em outra de alguma forma.*[6]

Afirma Leila que o grupo Ceres, do qual fazia parte[7], compunha-se de mulheres que queriam refletir sobre si mesmas, quase como um grupo terapêutico sem terapeuta, constituindo-se num grupo que centrava suas reflexões na questão da sexualidade feminina.

Em fins de 1978, diante da realização de eleições, as mulheres mais comprometidas com a política partidária escassearam no Centro, fato que deu margem à reaproximação daquelas que divergiam da linha predominante. O momento coincidiu com a entrada no Centro de novas sócias com experiência de participação em movimentos de liberação em outros países[8]. Tal fato, aliado à perspectiva do I Encontro Nacional de Mulheres programado para 1979, deu novo ânimo, segundo Malu, uma das que se reaproximaram, a que ela, "a Bruna, a Ajuda e a Lígia" buscassem "fazer algo no Brasil para divulgar o aborto e a contracepção, o que desencadeou uma briga inacreditável"[9].

Realizadas as eleições voltaram as militantes ao Centro para a organização do referido encontro, a se realizar a 8, 9 e 10 de março de 1979, tornando-se o clima extremamente tenso nas assembléias gerais, diante da proposta de um seminário sobre o

tema “Livre apropriação do corpo da mulher”. Igualmente, a proposta de uma discussão acerca da violência contra a mulher teria sido fator de conflito e divergência[10]. No tocante à composição do citado seminário, as sócias Malu e Marel propuseram os seguintes painéis, para o que solicitaram o apoio do CMB: Saúde e Sexualidade da Mulher (os projetos de controle da natalidade), Mulher e anticoncepção (informativo-riscos) e Aborto. De um modo geral todas estiveram de acordo com os dois primeiros painéis. Quanto ao último, surgiram discordâncias. As sócias que se manifestaram favoravelmente acentuavam que esta era uma questão fundamental, já que se constituía num tabu, delas discordando outras, que informaram já haver um projeto do governo para a legalização do aborto. Após muita discussão chegou-se a conclusão de que era necessário fazer uma outra assembléia para continuar o debate com maior número de sócias[11].

Realizaram-se mais duas assembléias em torno da questão[12]. Intervenções sugerindo o adiamento do debate foram rebatidas. Uma das sócias reitera sua posição contrária à introdução desse tema, recorrendo ao argumento de que a realidade da França e do Brasil era muito diferente, além do que devia se considerar a posição da Igreja. Ainda, duvidava de que o CMB estivesse interessado no tema, já que o número de mulheres presentes era muito pequeno. Outras apoiaram tal posição, mencionando questões mais relevantes na sua perspectiva, como o trabalho das mulheres, necessidade de locais para deixarem as crianças, salário, referendando a questão de que a discussão representaria o abandono de aliados, demonstrando seu alinhamento com as posições no CMB que subordinavam a problemática da mulher às questões gerais da sociedade. Enfim, as discussões mantiveram-se acesas, figurando o tema “Mulher e Sexualidade” na programação do evento, embora a questão do aborto não estivesse presente.

Com relação ao problema da violência contra a mulher, esta, igualmente, foi objeto de críticas, alegando as opositoras que este devia ser um fenômeno francês porque: “aqui no Brasil é diferente da França. Aqui no Brasil mulher que apanha do marido é porque gosta. Aí o pau comeu”[13]. Tais fatos teriam levado a uma reunião fora do Centro, elaborando-se o “Documento das 21” a ser lido no Encontro Nacional. Dentre aquelas que o

assinaram estavam algumas das sócias fundadoras do CMB e mulheres que buscavam uma aproximação com o feminismo no Rio, recém chegadas do exterior, tendo desenvolvido uma prática com grupos feministas europeus[14]. Apesar de toda oposição, os temas foram incorporados e das oito comissões, nas quais se repartiram 400 mulheres, duas voltavam-se para a sexualidade e para a violência[15].

A respeito do fato assim se expressa Lígia Coelho: "(Foi) a primeira vez que um grupo de mulheres se juntou no Brasil para discutir estupro, espancamento no casamento, todas essas coisas"[16].

Apesar desta vitória, a maioria das mulheres que assinou o citado documento, após uma assembléia que rejeitou a sua proposta de descentralização, decidiu-se pelo desligamento do CMB em abril de 1979, surgindo o Coletivo de Mulheres, do qual se desprendeu em 1981 uma outra organização voltada para a violência contra as mulheres, o SOS Mulher[17]. Por outro lado, constata-se que o CMB, após a cisão, passa a incorporar reivindicações das demais tendências, entre elas, a questão do aborto e da violência contra as mulheres[18]. Em assembléias gerais debate-se um outro tema caro àquelas que se desligaram do CMB, qual seja, a descentralização que chegou a ser adotada, porém diante do esvaziamento observado, decidiu-se pelo retorno do Colegiado à direção do Centro, de acordo com os estatutos aprovados em assembléia geral de 18 de outubro de 1980.

Na verdade, na década de 1980, o movimento feminista tornava-se uma força política e social consolidada, em que as relações de gênero assumiram primeiro plano. Campanhas contra os abusos com relação às mulheres no que tange a temas até então ignorados como a violência física e simbólica, assim como tabus como a questão do aborto, merecem espaço cada vez mais amplo na mídia, como resultado da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira[19].

O julgamento de Doca Street, assassino de Ângela Diniz, alegando a infidelidade da mesma, que na primeira instância mereceu pena ínfima, constituiu-se num elemento crucial na elevação da consciência de gênero no Rio de Janeiro, em que a atuação das feministas contribuiu decisivamente na acentuação da mudança de mentalidade na sociedade

brasileira. Foi um dos capítulos que desencadearam intensa participação das mulheres. O episódio alcançou forte ressonância e, de início, a sociedade manifestara seu apoio ao assassino. Segundo uma pesquisa envolvendo dez pessoas, sete o absolveriam. Das cinco mulheres consultadas, apenas uma professora condenaria Doca[20].

A atitude inicial de certa indiferença das feministas quanto à questão constituiu-se, mais tarde, em objeto de zombaria, por parte de Ziraldo, crítico dos mais contundentes do feminismo: "Atenção feministas do Brasil! Atenção, bravas lutadoras pela causa do feminismo neste país! Cadê sua organização? Cadê sua tática de luta? Cadê o trabalho que vocês fizeram no caso Doca Street?"[21].

Através do depoimento da economista e profª da UFF Hildete e dos jornais temos o testemunho da mobilização, posteriormente, levada a efeito no sentido de uma revisão da pena, acentuando-se o perigo que acarretaria essa impunidade para a sociedade brasileira. Com vista a reverter o quadro, desfavorável às mulheres, já que Doca ao ser submetido a julgamento merecera aplausos, ao entrar no Fórum de Cabo Frio é redigido um Manifesto com 461 assinaturas condenando o machismo na sociedade brasileira[22]. O documento enfatizava a rejeição a uma decisão que afetava não apenas a Ângela Diniz, mas a todas as mulheres que, de algum modo, fugissem ao modelo de comportamento prescrito para o sexo feminino. O julgamento de Doca expressava a maneira pela qual a sociedade brasileira resolvia as relações de poder entre os sexos, em que o sexo masculino poderia impunemente assassinar uma mulher que não correspondesse ao seu papel tradicional[23]. E, segundo a defesa, Ângela fugia a essa imagem, já que ao se separar do marido, deixara os filhos "Haverá coisa mais chocante? Por que abandonou os filhos? Não foi, decerto por um comportamento normal, seráfico, honesto"[24]. Comentando os argumentos da defesa de que o assassino fora movido pela paixão, o jurista Heleno Fragoso refere-se ao caráter anacrônico e pouco sério da questão que nos fazia remontar aos primeiros anos da República, quando os crimes passionais faziam a glória do júri, invocando-se a perturbação dos sentidos e da inteligência, para garantir a absolvição[25].

Quando do segundo julgamento forte pressão é desenvolvida, com manifestações de rua, numa das quais a escritora Rose Marie Muraro, em meio a 500 pessoas, exigindo a condenação de Doca, afirma "(...) o que nós queremos é que caia a legítima defesa da honra."[26]. Além das manifestações no Rio, uma caravana dirige-se a Cabo Frio, onde 52 entidades feministas se unem e vestem-se de preto, alegando que "a cor simboliza nossa opressão, e a revolta contra um assassino tornado herói", além de portarem faixas com os dizeres: "Se Se Ama Não Se Mata, Quem Ama Não Mata, Abaixo a Farsa da Legítima Defesa de Honra"[27].

Quanto ao defensor de Doca Street, Humberto Telles, diante da pressão das feministas, qualifica-as de "filhas de Hitler, camisas negras da Itália e falanges franquistas: são mulheres fascistas, pois não se voltam para uma luta política por melhores condições de vida, ao lado do homem. Sua briga é contra o homem, com claro componente homossexual"[28]. No que se utiliza de um velho recurso de atribuir características masculinas às mulheres que não se resignavam à passividade. Na verdade, em seu depoimento, revela os ganhos que a pressão feminista estava obtendo ao declarar que a "pressão dos movimentos feministas, nestes dois anos entre o julgamento anterior e o atual, 'tem pesado muito fortemente na formação de uma opinião pública contra meu cliente".

Enfim, esta foi uma vitória das feministas, em meio a um processo de mudança cultural que se vinha desenvolvendo na sociedade, que resultou na condenação do réu, alterando-se uma constante que se reproduzia e se re-atualizava, ao longo do tempo. Com o processo de "abertura política", em fins da década de 1970, vieram à tona as questões que até então se mantiveram encobertas pelo temor de prejudicar uma causa mais urgente, qual seja, aquela da democratização do país. Mas a participação de militantes em movimentos de esquerda contribuiu para que estas se defrontassem com atitudes discriminatórias dos companheiros com relação às questões de gênero[29]. Consolidou-se a consciência de que a igualdade propalada entre mulheres e homens era mais uma retórica e as mulheres defrontaram-se com a questão da necessária articulação entre a luta contra as condições objetivas da opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais. Assim, urgia

contemplar a questão da subjetividade num terreno em que a base marxista por si só era insuficiente para a resolução dessa contradição.

---

[1] Este documento foi elaborado a 4 de março de 1979 e assinado por 21 mulheres, ficando conhecido como "Documento das 21". Os "grupos de autoconsciência", aqui chamados de grupos de reflexão, seriam espaços nos quais as mulheres compartilhavam experiências e confrontavam problemas vivenciados nas relações entre os sexos, descobrindo que não se tratavam de problemas únicos nem particulares, mas que eram parte da opressão sofrida por todas as mulheres.
[2] Sérgio Augusto. "É isso aí..." *O Pasquim* Nº 312. RJ, 20 a 26/06/1975, p. 3.
[3] Entrevista Hildete Pereira de Melo para o projeto "Zombaria como arma antifeminista. Rio de Janeiro (1960 aos anos 1980)", realizada a 02 de janeiro de 2005; Matérias em *O Pasquim*, assim como uma charge de Millôr Fernandes na *Veja,* assim se referiam ao feminismo. "Millôr e as nossas grandes reivindicações" Revista Veja. SP. Nº 216, 28.10.1972;
[4] Sobre "sororidade" ver Lia Zanotta Machado, "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade" Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (Orgs). *Uma Questão de Gênero*, Ed. Rosa dos Tempos, 1992, p.24-38.
[5] Depoimento Malu. In: Annete Goldberg. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. IFCS, UFRJ. Dissertação de Mestrado. 1987, p. 120.
[6] Entrevista de Leila Linhares Barsted para o projeto "Zombaria como arma antifeminista. Rio de Janeiro (1960 aos anos 1980)", realizada a 13 de abril de 2004.
[7] Idem, ibidem. Além dela, cita como membros do referido grupo: Sandra Azeredo, Mariska Ribeiro, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, "num primeiro momento a Malu, em algum momento a Comba Marques Porto também tem espaço nesse grupo"..
[8] Algumas vindas de Paris, como a física Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues para o projeto "Zombaria como arma antifeminista. Rio de Janeiro (1960 aos anos 1980)", realizada a 01de fevereiro de 2005. Também, duas antropólogas, uma italiana, Bruna Franchetto e outra americana, Leni Silverstein, além de uma jornalista holandesa Dorinne, Annete Goldberg. op. cit, p. 137.
[9] Depoimento Malu In: Annete Goldberg. op. cit. p. 138/139.
[10] Entrevista da física Lígia Maria Coelho Rodrigues, realizada a 01de fevereiro de 2005.
[11] Assembléia Extraordinária - 6 de janeiro de 1979.
[12] Assembléia Extraordinária - 23 de janeiro de 1979 e Continuação dos Debates- 30 de janeiro de 1979.
[13] Entrevista da física Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01de fevereiro de 2005.
[14] A física Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues foi uma delas: *"* (...) lá na França eu militei durante todo o ano de 78. Era aquela militância tradicional de fazer textos, distribuir panfletos na rua, fazer manifestações, 8 de março, participava das manifestações de esquerda com cartazes específicos das mulheres, enfim..."
[15] "Em vez de praia: discussão" Jornal *Lampião da Esquina*, abril de 1979, apresenta matéria sobre a abordagem da sexualidade no Encontro. Sobre a Comissão de Violência, entrevista citada.
[16] Entrevista Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01 de fevereiro de 2005.
[17] Assembléia Geral 21 de abril de 1979. Entrevista Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01 de fevereiro de 2005.
[18] Entrevista Hildete Pereira de Melo. 02 de janeiro de 2005.
[19] Cynthia Andersen Sarti. "O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória" *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (2), CFH/CCE/UFSC, 2004, p. 35-50. A violência simbólica supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, correspondendo a interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos. Roger Chartier. *"Diferenças entre os Sexos e Dominação simbólica (nota crítica)*"in *Cadernos Pagu* (4).Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p. 40-44
[20] "Doca Street, culpado ou inocente? O povo é quem julga" *O Fluminense*. 29.12.1978.
[21] Ziraldo. "Atenção Feministas!". *O Pasquim*, 30 de maio a 05 de junho de 1980, nº570, p.5.
[22] "Doca Street é aplaudido ao chegar no Foro de Cabo Frio".*Jornal do Brasil*. 18/10/79.
[23] "Manifesto assinado por 461 pessoas condena o machismo na sociedade brasileira". *Jornal do Brasil. RJ,* 11/11/1979. No primeiro julgamento Doca fora condenado a apenas dois anos e dois meses de detenção, permanecendo em liberdade, por força de sursis. "Cabo Frio: grupo feminino quer "Doca" condenado" *O Globo*. 03.11.1981
[24] "Acusação diz que Doca não é criminoso passional" *O Globo*. 15.10.1979.
[25] "Doca Street é aplaudido ao chegar no Foro de Cabo Frio".*op. cit.*
[26] "Feministas querem 'fazer as cabeças" *Jornal do Brasil*. RJ, 05.11. 1981
[27] "No Julgamento de "Doca", a União das Mulheres de Negro" *Jornal do Brasil*. RJ, 05.11. 1981. Aliás, o dístico "Quem Ama não Mata" é posteriormente apropriado pela TV Globo que realizou um programa assim intitulado.
[28] "Advogado considera trama homossexual" *Jornal do Brasil*. RJ, 05.11. 1981.
[29] Hildete, em sua entrevista, refere-se a uma passeata em favor do aborto, na qual uma das faixas com o dístico "Nosso corpo nos pertence" teve alterado o termo "nos" por "vos", por um militante de esquerda, marido de uma das militantes. Também, sobre o machismo nas organizações de esquerda, ver Sonia E. Alvarez. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia" IN: Alfred Stepan (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 327.

DA CRÔNICA À HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE AS CRÔNICAS DE CARLOS HEITOR CONY.

Radamés Vieira Nunes

graduando em história UFG/CAC, bolsista PIBIC/CNPq

Este trabalho faz parte de um projeto maior de pesquisa, intitulado *jornalismo e literatura: entre memória e história*, dedicado ao estudo da relação entre história, literatura e jornalismo. Nesse sentido já foram pesquisados anteriormente cronistas como Lima Barreto e Carlos Drummond de Andrade. Acreditando nessa proposta de abordagem e nos seus resultados satisfatórios já obtidos nos estudos anteriores, com Drummond e Lima Barreto, esta pesquisa se desenvolve sob o financiamento do PIBIC / CNPq.

A relevância desta pesquisa se dá devido sua contribuição para o estudo interdisciplinar na construção do conhecimento histórico e pelo compromisso em abordar particularidades do cotidiano brasileiro, quase sempre marginalizadas e por isso abstrusas, mas que foram percebidas e diagnosticadas por Carlos Heitor Cony nos seus textos diários para o jornal.

A preferência pelas crônicas de Carlos Heitor Cony, foi fruto de uma análise minuciosa que nos fez entender que seus livros "*O harém das bananeiras*" e "*Os anos mais antigos do passado*", tratam-se de obras que possuem uma pluralidade de elementos significantes que nos permite perscrutar a um momento importante do cenário brasileiro. Um momento de mudanças no contexto político, e principalmente de profundas transformações no que diz respeito ao cotidiano cultural e social do Brasil como as mudanças de valores, a aceleração do tempo, o desenvolvimento tecnológico, a globalização e outros fatores característicos da modernidade que redefiniram o dia-a-dia do próprio escritor, não obstante de todo o povo brasileiro, das últimas décadas do século XX.

É justamente esse contexto o grande gerador das motivações, alegrias, revoltas, opiniões de Cony que conscientemente ou não estão subentendidas nas crônicas ,que elegemos como material de investigação, algumas explicitamente notórias, outras subjacentes, todavia estão todas sujeitas aos olhares mais curiosos e interrogativos.

Nesse texto temos como objetivo abordar em linhas gerais as características da crônica jornalística e suas transformações ao ganhar o espaço do livro. Visamos identificar e analisar, sucintamente, as peculiaridades do cronista como leitor do seu cotidiano e as principais características de suas crônicas.

Portanto falaremos de diversos assuntos todavia sem aprofundarmos em nenhum deles, tendo em vista que nossa proposta, neste texto, é apenas apontar caminhos e não trilhá-los.

Apesar da grande importância do jornal ele possui algumas especificidades, uma delas é a sua duração efêmera, ou seja, a maioria dos jornais foram feitos para durar apenas um dia. Os leitores de jornal, na agitação do seu dia a dia tiram parte do seu precioso e acelerado tempo seja antes do trabalho, durante o pequeno espaço da refeição ou ao se deitar, para se dedicar à leitura do mesmo, a fim de inteirar-se das notícias do contexto no qual estão inseridos, todavia esse jornal de notícia diária uma vez lido, perde sua importância. Pois ao findar do dia em que foi publicado é fadado ao esquecimento, sendo substituído pelo jornal do dia seguinte, e assim sucessivamente.

Sendo assim podemos afirmar que a crônica diária ocupando seu espaço no jornal possui também como atributo a brevidade. Jorge de Sá em seu livro *A crônica* afirma que "*o jornal, portanto, nasce, envelhece e morre a cada 24 horas. Nesse contexto a crônica também assume essa transitoriedade.*" (Sá, 1985:10).

No entanto essa característica efêmera da crônica deixa de existir com a mudança de suporte, quando ela alcança seu espaço no livro, foi justamente isso que aconteceu com as crônicas dos livros de Carlos Heitor Cony que estamos trabalhando. Como ilustrou Jorge de Sá, a crônica ao ultrapassar o espaço do jornal deixa de ser

tenda de cigano enquanto transitoriedade, para ser casa residencial fixa e bem estabelecida ao ser inserida em um livro. É importante salientar que mesmo ocupando seu espaço no jornal a crônica possui independência estética em relação a narrativa jornalística, embora ela tenha uma grande ligação com as outras matérias e com a própria diagramação. Relação que se acaba parcialmente quando ela é publicada no livro.

Ao se interpretar uma crônica no espaço jornalístico, tem-se obrigatoriamente que compreender a relação da mesma com as outras páginas e matérias do jornal, quando esta chega a ser publicada em livro sua interpretação se dá com o conjunto de textos que foram selecionados, pois ela passa a ter um novo sentido de ser e um novo significado também, tendo em vista que essa seleção é feita com objetivos bem definidos. Na maioria das vezes é feita pelo próprio autor que nem sempre tem como critério as suas melhores crônicas, mas, uma intenção temática na tentativa de criar um conjunto que foi fragmentado nas páginas diárias do jornal, além de um interesse comercial da venda do livro como um bem de consumo e fonte de renda ao escritor. Portanto um livro de crônicas além de nos permitir acesso aos preceitos estéticos, políticos e ideológicos do escritor enquanto pessoa e cronista, nos oferece também acesso a uma leitura da realidade que se perdeu no jornal. O que nos permite afirmar que o livro de crônica para além desse nome pode ser chamado de livro de memória.

O livro de crônica funciona como um arquivo, como um acervo documental do cronista que deseja preservar suas marcas. As crônicas selecionadas para compor um livro é algo semelhante as pinturas rupestres dos pré-históricos enquanto duração. Sobre essa mudança de suporte Jorge de Sá diz que, "*no momento em que a crônica passa do jornal para o livro, temos a sensação de que ela superou a transitoriedade e se tornou eterna*." (Sá,1985:85). As crônicas publicadas por Cony na imprensa diária recrudesceram e ganharam concretude nos livros, onde o autor concede uma oportunidade a mais a elas. Essas crônicas que se eternizaram serão revisitadas por vários admiradores do escritor e logo devolvidas a prateleira e ao confinamento, mas

este livro nas mãos de um historiador será o ponto de partida para o estudo de um contexto histórico.

Devido as características da crônica de narrar o tempo, de entrecruzar o cotidiano com os acontecimentos, de ser o gênero dos fatos circunstanciais e considerados por muitos periféricos, de ser breve e fragmentária; ela tem sido a muito tempo marginalizada pelos teóricos e considerada como gênero menor, embora tenha conquistado maior aceitação nas últimas décadas do milênio passado até hoje, como nos mostra Angélica Soares em seu livro *Gêneros literários* "...a crônica vem se impondo nos quadros da literatura brasileira" (Soares, 1993:65). A importância do gênero é confirmada pelo fato de ter sido o gênero de grandes nomes da literatura Brasileira como Machado de Assis, Olavo Bilac, Mario de Andrade, João do Rio entre outros. E por ser utilizada por historiadores como documento para acessar o passado.

Uma discussão que se desenvolveu em torno da crônica tornando-se motivo de questionamento a ser resolvido é quanto a sua classificação como um gênero jornalístico ou literário. Neste trabalho concebemos a crônica, como um misto de jornalismo e ficção proveniente da junção entre jornalismo e literatura, escrita sob a submissão de circunstâncias cotidianas do momento em que foram produzidas. Ela é vista por nós como um Gênero híbrido em que várias outras linguagens podem ser inseridas em seu espaço seja no livro ou no jornal. Segundo Wellington Pereira em seu livro *Crônica: arte do útil ou do fútil?* "classificar a crônica como gênero jornalístico ou literário é negar a independência estética da crônica..." (Pereira, 1994:124), o mesmo autor conclui definindo a mesma como: "uma narrativa que tem independência estética ... não se limitando apenas aos preceitos da literatura ou do jornalismo" (Pereira, 1994:150).

O próprio cronista Carlos Heitor Cony, em várias ocasiões escreveu e falou sobre sua profissão na imprensa brasileira e sobre o gênero que escreve diariamente na mesma. Em uma dessas ocasiões o escritor definiu o que ele entende por crônica, e é com essa citação que encerramos a discussão do que é esse gênero.

> *a crônica é crônica mesmo, expressão de finitude. É temporal, fatiada da realidade e desvinculada do tempo maior que é o da literatura como arte. Mas daí não se deve concluir que ela seja uma defunta. Sendo por definição um texto datado, tem fases, sacrifica-se a modismos, mas, devido a elegância ou habilidade de seus cultores, consegue sobreviver em diferentes manifestações pleonasticamente crônicas: como gênero (crônica) e como vinculada a um tempo (crônica também). (...) é basicamente centrada num eixo permanente: o "eu" do autor. Daí que o gênero é romântico por definição e necessidade (...) tem menos ou nenhum compromisso com a objetividade ou a informação. Sua validade (nunca a necessidade) dependera da qualidade do texto em si. (...) a crônica literária tem um núcleo afim do romance, do conto e da poesia.* [1] (CONY, 1998:7)

Carlos Heitor Cony, escritor contemporâneo herdeiro de Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, Lima Barreto, Proust, Sartre entre outros; através da metalinguagem no livro *Os anos mais antigos do passado* e no livro *O harém das bananeiras*, comentou diversas vezes como faz suas crônicas, e a obrigatoriedade de ter que fazer uma crônica todos os dias sob a pressão característica do jornal. Em entrevista ao caderno de literatura Cony afirmou fazer suas crônicas em cinco minutos no seu ofício que segundo ele, já se tornou hábito para não dizer um vício. Em muitas crônicas presentes nesses livros, são perceptíveis as diversas vezes que Cony não tinha nenhum assunto para escrever, e mesmo assim escrevia sobre a própria falta de assunto, ou seja, do que se deve fazer ou escrever quando não se tem nada a escrever. Cony vive intensamente em busca do objeto direto que o verbo transitivo: escrever. O exigia diariamente. Nessa angústia até mesmo sonhos se tornaram crônica.

O livro *O harém das bananeiras*, publicado em 1999, é um livro constituído por cem crônicas, publicadas principalmente no jornal *Folha de São Paulo* entre os anos de 1997 e 1999. O livro *Os anos mais antigos do passado* foi publicado em 1998, possui cento e dois textos publicados anteriormente na *Folha de São Paulo* e na revista *Manchete,* os artigos e crônicas deste livro foram publicados nos diversos anos desde que Cony começou a exercer a função de cronista no jornal e colunista na

[1] - CONY, Carlos Heitor. A crônica como gênero e como antijornalismo. In. *Folha de S. Paulo*. 16/10/1998. (pág. 7).

revista, esses textos são classificados por ele como os fantasmas antigos que teimam em assombrá-lo. Obviamente que essas crônicas foram reunidas sob as exigências do contexto do ano de publicação dos livros.

Nesses dois livros, que podem ser facilmente chamados de livros de memória e até de biografia do autor, Cony mescla história, memória e ficção no intuito de recompor com engenhosidade sua história pessoal, que indubitavelmente está ligada à história do país. Nesse sentido Cony trata de questões como fé, globalização, infância, problemas de ordem familiar, mudanças de valores, tecnologia, política, ditadura militar, entre outros assuntos que desenvolvemos na pesquisa. Enfim Cony faz um balanço dos últimos anos de um milênio prestes a acabar e entrar na memória.

Praticamente todas as obras de Carlos Heitor Cony seja, romances, contos ou crônicas, são caracterizadas, pela constante alusão a memória na busca de reconstruir seu passado e recompor os momentos de sua infância. Essa marca do autor tornou-se cada vez mais forte e freqüente na década de 90, principalmente quando publicou *Quase memória* após ter ficado mais de vinte anos sem escrever romance. Os dois livros de crônicas publicados nesse período são autobiográficos e neles o autor recupera sua história individual associada a história do cotidiano do país. Essa constante recorrência a memória, das obras conyianas, se dá devido a sua idade já avançada nesse período, como o próprio autor escreveu na crônica *Podia ter dado certo*: "*a medida que o tempo passa, cada um de nós tem menos direito a esperança e mais espaço para a memória*" (Cony,1998:24). A idade já avançada juntamente com as várias transformações das ultimas décadas, compuseram um cenário perfeito a memória e sociedade.

As lembranças de Cony presentes em suas crônicas não se dão aleatoriamente, como ele mesmo diz "*a lembrança de tão remoto passado tem uma razão*". Suas lembranças ocorrem a partir de uma necessidade presente de rememorar, ou seja, Cony na produção de suas crônicas, parte de uma circunstância

presente que o leva a revisitar o seu passado para retornar novamente ao presente e explicá-lo. Nesse sentido, podemos afirmar que as circunstancias do presente, o faz remeter à necessidade de determinadas lembranças, como a compra de um notebook que o fez lembrar do seu primeiro estojo escolar, para falar do avanço tecnológico. Ou os freqüentes apagões que o fizeram lembrar dos domingos de ramos de quando era criança.

A infância de Cony é o seu assunto mais recorrente e mais visitado em suas produções, apesar disso ele sempre lembra a criança que foi em relação ao homem que se tornou. Na crônica *A criança e o velho* isso é notório quando ele diz: "*fiquei velho, como todo mundo. Mas acho que a criança que eu fora sabia melhor das coisas*" (1999:212). Esse homem em quem Cony se tornou é um homem que como Kafka se nutri de pessimismo e ceticismo, um homem que muito se difere do adolescente seminarista estampado na capa do livro *O harém das bananeiras*. Capa que nos permite ver o antagonismo entre o velho cronista e o jovem seminarista representado no título e na imagem, respectivamente um representando o sagrado e o outro o profano.

Ao refletir sobre o menino que era e no homem em quem se tornou, Cony o faz pensando em uma dimensão social, ou melhor ele o faz, buscando abarcar em suas experiências pessoais uma totalidade que englobe a sociedade em que vive, obviamente que em algumas crônicas ele faz o caminho reverso embora com o mesmo fim. Nesse exercício o cronista, na maioria das vezes, concebe sua infância de forma positiva em relação ao adulto, paralelamente ele identifica de forma positiva a sociedade desse período de sua infância, em relação a sociedade do final do século XX. Partindo de sua memória individual para refletir o macro, ou vice e versa, Cony o faz de forma comparativa colocando o tempo em que escreve a crônica em relação ao tempo de sua infância, o qual ele denomina como sendo o tempo dos *anos mais antigos do passado,* período em que os valores culturais eram outros.

Carlos Heitor Cony herdeiro da ironia machadiana, através de suas crônicas, sorrio intelectualmente um sorriso amargo dos desabares da vida cotidiana no final do século XX. Captando o clima do mundo nesse contexto e transferindo para suas experiências pessoais. Portanto essas crônicas situadas próximas a transição de século e milênio, nos possibilitou uma leitura e um balanço desse século protagonizado por Cony que se acabou, mas, que permanece na memória.

Outra máxima nas crônicas conyianas é o uso da ficção onde sua memória está quase sempre imbuída. O cronista em várias ocasiões cria personagens fictícios, inventa histórias e diálogos que para nossa pesquisa pouco importa saber se é real ou não. Visto que Cony apela para a ficção dentro da realidade e extrai a realidade de dentro da ficção fazendo de sua ficção uma forma de exprimir e buscar traços do real. Um exemplo é a crônica *Como passar um corcunda no ralador de coco,* pouco importa saber se existe mesmo a mágica das favas e seus ingredientes malucos que resolverá os problemas do Brasil, o que importa mesmo nessa crônica é saber que o Brasil passava nessa ocasião por sérios problemas entre o governo e os sem-terra, problemas tão complicados e de difícil resolução como passar um corcunda em um ralador de coco como previa a grande mágica das favas. Mesmo se valendo muitas vezes da ficção, quase sempre os personagens fictícios criados por Cony, vivem situações que foram vividas por ele próprio em algum momento de sua vida.

Cony também faz descrição de espaços geográficos como artifício para dar legitimidade a sua crônica, os lugares mais citados por ele é o espaço carioca como: Lins de Vasconcelos, Posto Seis, a tão citada Lagoa, Barra da Tijuca, Cabo frio etc. mas Cony não se limita ao espaço carioca onde exerce o oficio de viver, ele ultrapassa as fronteiras do Brasil para revelar detalhes geográficos de países que visitou, a trabalho ou não, como França, Itália, Grécia entre outros lugares. Este artifício é usado para dar um certo tom de veracidade ao que escreve.

Em linhas gerais essas são as características mais reincidentes nas crônicas conyianas. Concluímos a partir dessa sucinta análise de nosso objeto de estudo, que

há varias possibilidades de se pesquisar esse instigante autor e o tempo em que viveu através de suas obras, revelando a eficácia da relação entre duas formas de linguagem, a literatura e o jornalismo, na produção de uma terceira, a história.

Santo Soldado
Militarização de Santo Antônio no Rio de Janeiro Setecentista

Rafael Brondani dos Santos

Espelhos das almas de todos os fiéis, os santos mais populares formam a grande corte celestial da América Portuguesa, destacando-se Santo Antônio, o mais completo dos Santos[1], o "Santo Universal"[2] por seus diversos milagres e pela célebre função de "deparador" do perdido, seja de um escravo fujão, ou do reino perdido para os castelhanos, Santo Antônio de Lisboa, de Pádua, e também do Brasil, ocupa lugar de destaque na devoção popular, já que na colônia, vivendo-se sob o signo do provisório, todos tinham algo a deparar e para extirpar na luta contra os hereges, principalmente as terras constantemente visadas por estrangeiros de modo particular no período posterior ao fim da União Ibérica. O Santo mais popular e de maior plasticidade na Colônia, padroeiro de Portugal, patrono dos iletrados, guardião das coisas perdidas, objetos, afetos, amantes desaparecidos, maridos sumidos, noivos desejados, "adotado" pelos colonos como principal protetor contra as agruras da vida cotidiana e como intercessor dos que tinham algo a deparar, estaria presente no cotidiano da vida social da Colônia.

Dessa forma, de boca em boca, de escrito em escrito, a tradição foi aumentando a auréola de Santo Antônio, invocado como "cupido" celeste e soldado português, onde a humildade do frade franciscano transforma-se numa legenda de realizações, em que o real se cruza com o imaginário, e a religião enfrenta a crendice exaltando a figura de Antônio se não como Santo, como personagem histórico onde a História se cruza com a lenda.

Abundam na hagiografia católica santos vinculados às artes marciais. O próprio Javé tinha entre seus títulos o de Deus dos Exércitos[3]. São Miguel Arcanjo traz sempre a espada na mão e tornou-se o capitão das milícias celestes ao desbaratar a revolta de Lúcifer, São Sebastião era soldado romano, São Martinho de Nantes valoroso militar, Santo Inácio de Loyola lutou na armada castelhana, e São Jorge, o militar por excelência da milícia celestial com sua espada desembainhada, enfim tantos vinculados diretamente à militarização, mas no Brasil e no Reino é a figura de Antônio que se destaca como militar na corte celeste ao ser recrutado como soldado frente aos infiéis e hereges. Patrono e companheiro dos soldados que ostentavam em seus estandartes a cruz de Cristo, Santo Antônio foi invocado como defensor do povo luso-brasileiro.

Sempre presente como companheiro próximo e permanente dos militares, principalmente, o "Martelo dos Hereges" estava sempre pronto a combater pela causa de seus compatriotas em prol do sucesso do povo português, pois segundo o Padre Antônio Vieira,

> "aos infiéis o levava seu espírito, porque era espírito português. Aos católicos, a paz, mas aos infiéis, a perpétua guerra. Deus para formar o Martelo das Heresias foi buscar o ferro às minas

> de Portugal, porque a dureza natural do ferro português é para quebrantar e converter os infiéis, para vencer e batizar os vencidos e torná-los parte viva do corpo místico de Cristo."[4]

É desse modo que no Brasil nosso Santo se destaca no combate contra infiéis e hereges que estavam sempre à espreita no intuito de tomar e saquear o território brasílico. A intervenção antonina no Brasil inicia-se na Bahia com sua prodigiosa guerra contra os infiéis franceses, que em 1595 tentaram tomar a cidade de Salvador. Assim foi exatamente na fortaleza da Barra da Bahia de todos os Santos, em fins do século XVI ou início do século XVII, que seu titular, Santo Antônio, foi incorporado pela primeira vez ao exército português no posto de soldado raso, uma devota iniciativa que implicava não apenas a confiante proteção desse soldado divino ao forte e seus colegas de farda, como também o interessante pagamento pelo tesouro real de soldo correspondente a seu posto, cujo valor se destinava a cobrir as despesas associadas ao culto e à festividade do primeiro santo do calendário junino. Apesar do santo não ter dado seu pronto valimento quando os holandeses invadiram a Bahia em 1624, canhoneando impiedosamente na Barra, não se deixou de lembrar que foi no forte de Santo Antônio além do Carmo, na outra extremidade da cidade alta, que em 1638 o exército do príncipe Maurício de Nassau foi batido, retirando-se para Pernambuco, e sobre este fato, Vieira não tinha dúvida, fora o santo lisboeta que havia defendido a Bahia:

> "E se me perguntardes de que modo se repartiu a vitória da Bahia entre o senhor e o servo, entre o Salvador e Santo Antônio, digo que na mesma Bahia temos razão da semelhança, e tão semelhante, que não pode ser mais natural, nem mais própria. A cidade da Bahia é cidade do Salvador, e Bahia de todos os Santos, e assim como enquanto cidade do Salvador, pertence a defesa da cidade ao Salvador, assim como Bahia de todos os Santos pertence a defesa da Bahia a Santo Antônio. E porque? Mais admirável ainda é o porquê, que a mesma resposta. Porque sendo a Bahia, Bahia de Todos os Santos, a todos os santos pertencia a defesa dela. Logo se a todos os Santos pertencia a defesa da Bahia, por isso a defendeu Santo Antônio, porque Santo Antônio sendo um só é todos os Santos."[5]

De acordo com Ronaldo Vainfas,[6] o "Martelo dos Hereges" que triunfara contra os holandeses em 1638, fizera-o, segundo Vieira, por Deus e pela Bahia, e um pouco pela Monarquia, mencionada mais vagamente e com o cuidado de separar Espanha de Portugal.

Sempre pronto a dar seu valimento nos momentos de maior dificuldade para os luso-brasileiros, Santo Antônio reapareceria nas Invasões francesas à cidade do Rio de Janeiro no início do século XVIII, em 1710 por Duclerc e em 1711 por Duguay-Trouin, já que o Rio de Janeiro contava com precário estado de conservação de suas defesas e de suas fortalezas, além de instável e reduzida guarnição e insuficiência de munições o que acarretava um verdadeiro desconforto na população apenas com o simples vislumbrar de pavilhões estrangeiros por perto da costa.

Já havia algum tempo, estrangeiros rondavam as costas brasílicas, e de modo particular, a do Rio de Janeiro, porém sem dúvida os mais assíduos freqüentadores foram

os franceses, fazendo do escambo com os nativos e do contrabando com os colonos e saques as vilas costeiras área privilegiada para a prática da pirataria.

Achando-se a França muito queixosa de Portugal, segundo Rocha Pitta, pelo não recebimento de sua união naquele tempo em que tinha poderosos motivos a rejeitar, declarando-se pelo sereníssimo senhor Rei Carlos III contra Filipe V, que então empreendia a conquista da monarquia castelhana. O Rei Luis XIV a partir deste sentimento então permitiria que os franceses se animassem a invadir o Rio de Janeiro, que pela sua opulência permitiria um saque de muito preço[7], já que a cidade era considerada um prêmio desejável pela grande riqueza proveniente do ouro de Minas Gerais.

Assim, na manhã de 17 de Agosto de 1710 chegava a Baia de Guanabara a esquadra francesa comandada pelo corsário francês Jean-François Duclerc, composta de seis navios e mais de mil homens[8], com o objetivo de saquear metais preciosos da cidade, porém mesmo o porto do Rio de Janeiro contando com débeis defesas, ainda em desenvolvimento, o plano francês malogrou.

Hostilizado pelos disparos da fortaleza da barra, Duclerc desembarcou na praia de Guaratiba, no fatídico 11 de Setembro daquele ano, seguindo a pé por matos e serranias até bem próximo à cidade quando alcançaram o engenho dos jesuítas.[9] Após varrerem os sertões e chegarem a cidade encontraram uma grande resistência comandada por ninguém menos que Santo Antônio.

O governador da cidade, Francisco de Castro Morais preparou-se como pode, apesar dos limitados recursos de que dispunha, porém não queria prescindir, na defesa da cidade, do auxílio divino, obtendo-o pela intercessão de São Sebastião, padroeiro da cidade, e que em 1567 já havia realizado milagre na expulsão de franceses da cidade, quando uma índia da tribo Guarani, aliada dos portugueses, teria visto o santo, que assustara os índios da tribo Tamoio, aliada dos franceses, que por medo fugiram e levaram os inimigos de Portugal a perderem a guerra, garantindo a Estácio de Sá, com o auxílio do santo mártir, expulsar os franceses, assim recomendou-se a este orago as praias na defesa contra os franceses e a Santo Antônio, já com tradição militar em Portugal, constituiu General dos exércitos de campo.[10]

Dessa forma, quando do ataque de Duclerc, Santo Antônio que já ocupava destacado papel de soldado honorário da guarnição da cidade é lembrado e retirado do altar para se colocar sobre o muro do Convento para deste modo inspirar e guiar na rápida e definitiva vitória sobre o invasor.[11]

No mesmo dia 18 de Setembro em que os franceses acamparam no Engenho Velho, o governador Castro Morais mandou pedir ao Convento de Santo Antônio que no dia seguinte fossem celebradas todas as missas pelo feliz êxito na batalha. Além disso, e para garantir a divina intercessão, enviou à imagem do Santo a patente de Capitão de Infantaria, que seria confirmada por Carta Régia de 1711:

> "Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Havendo visto que me escreveu em carta de 13 de Novembro do ano passado, em como na véspera do assalto que deram os Franceses nessa, achando-se o povo dela em grande confusão, vendo tão vizinho o inimigo intrépido, se recorrera também aos santos, e se mandara nesta ocasião sentar praça de capitão, tendo já de soldado o glorioso Santo Antônio [*grifo meu*], mostrando-se neste conflito desempenhar bem as obrigações de seu posto. Me pareceu dizer-vos fui servido de aprovar esta Praça que se deu a Santo Antônio de capitão de Infantaria, com declaração que a importância de seus soldos se apliquem para sua festa e ornato de sua capela, cujos soldos hão de ser os mesmos que se pagam a dinheiro aos mais capitães, e por vossa via se fará esta despesa, porque não haja nenhum extravio e esta minha ordem fará registrar nos livros da fazenda e nas mais partes a que tocar, etc."[11]

O Provincial franciscano, ainda mandou entregar a Castro Morais o bastão de Santo Antônio, oferecido ao santo em 1705 por Sebastião Xavier da Veiga Cabral, então governador da Colônia de Sacramento, pela intercessão do santo taumaturgo na resistência por mais de seis meses às forças superiores dos castelhanos. Fervoroso em sua crença, Veiga Cabral atribuiu à proteção de Santo Antônio o ter podido sustentar a defesa da Colônia, sem rendição, e, para testemunhar a sua gratidão, subiu a ladeira do Convento para entregar a imagem antonina o seu bastão de comando. Colocando-o sob a responsabilidade das mãos do seu guardião, Frei Manuel de Santa Inês. O governador Castro Morais, porém após beijá-lo e colocá-lo sobre sua cabeça lhe restitui ao Provincial solicitando que o frade colocasse a imagem de Santo Antônio com o bastão na mão, na muralha do Convento, a fim de, como general, presidir a próxima batalha.

Assim, Castro Morais passava a contar com a mais poderosa das armas para a defesa da cidade em pânico: a Fé.

Em 19 de Setembro de 1710, dia dedicado a São Januário, com a certeza da presença espiritual ao seu lado, e como o número de milicianos não era suficiente, e a maioria destes apresentavam duvidosa qualidade de comando segundo Boxer, incluindo-se aí um dos comandantes do regimento que de tão velho, doente e gordo, só conseguia alcançar sua montaria quando içado para a sela por alguns oficiais, depois de ter subido a um banco[12] .Os defensores da cidade (paisanos, operários, clérigos e frades), empurrados pelos estudantes-seminaristas, desprezaram a concentração de forças de Castro Morais e foram ao encontro dos franceses, que avançavam por Mata-Cavalos (atual rua do Riachuelo), desbordando as lagoas do caminho, e quase apontavam na Lapa do Desterro, com patrulhas avançadas já incidindo sobre o Castelo. Desse modo, segundo Eduardo Brazão[13], pouco antes da Ave Maria, os sinos de todas as Igrejas dobravam anunciando festivamente a vitória[14], pois Duclerc havia sido fragorosamente derrotado, acabando os franceses encurralados no Trapiche da Rua Direita (atual Primeiro de Março). Duclerc foi então levado para o Colégio dos Jesuítas, que lhe serviu de cadeia provisória, depois foi transferido para uma casa de aluguel, onde desfrutou de liberdade vigiada até ser assassinado por um grupo de homens mascarados. Desbaratados os franceses, Santo Antônio mais uma vez mostrou que era o defensor e protetor das armas portuguesas. [15]

Para comemorar a memória da vitória sobre os franceses e da proteção de Santo Antônio, a imagem do Santo taumaturgo foi colocada no frontispício da Igreja do Convento, e por estar exposta, o povo, sempre propenso a alcunhar as coisas, chamou-a de Santo Antônio do Relento. Durante os meses seguintes, o governador, os soldados e os moradores do Rio de Janeiro promoveram festejos como mostras de sua alegria "em ação de graças a Deus" por retumbante sucesso, recebendo do monarca português, através de carta régia de 10 de Março de 1711[16], elogios e mostras de gratidão pelo valor com que defenderam aquela conquista dos seus inimigos.

As comemorações e os louros da vitória durariam pouco, pois na França o desgosto era natural pela derrota e pelo tratamento dispensado aos prisioneiros. Assim, aproximadamente um ano após a vitória sobre Duclerc, num lance cinematográfico, no dizer de Fernanda Bicalho, antes que a névoa da manhã se dissipasse por completo e os portugueses percebessem a 12 de Setembro de 1711 uma esquadra francesa composta por 18 navios fez a entrada mais espetacular na barra do Rio de Janeiro de que se tivera notícia[17], mesmo tendo sido a cidade avisada dos planos de invasão pelos ingleses. Capitaneados agora por René Duguay-Trouin, os franceses invadiram a cidade com um total de 3.300 homens, numa tentativa de vingar o insucesso de Duclerc, não encontrando resistência no confuso e apavorado cenário que se tornou a cidade pelas sucessivas ordens de Castro Morais desautorizando qualquer contra-ataque e, por fim, determinados o abandono das trincheiras e a total evacuação da cidade.

O que nos parece estranho é o fato de que as autoridades não recorreram ao valoroso auxílio de Santo Antônio, visto os recentes resultados e o fato de que o mesmo Castro Morais era o Governador, porém, podemos pensar que diante da enormidade do esforço comandado por Duguay-Trouin, que trazia três vezes mais força que Duclerc, o mesmo Castro Morais não tenha tido tempo de pedir auxílio ao divino militar.

A cidade, tomada pelo medo, ficara inteiramente abandonada pelos seus defensores e entregue ao mais completo saque por parte dos franceses, assim, durante o terrível bombardeio de 12 para 13 de Setembro, o Convento Franciscano, dedicado a Santo Antônio, transformou-se em refúgio de muita gente. Homens, mulheres e crianças misturavam-se com os frades.

Em meio a desorganização geral e ao sentimento de pavor que se alastrava pela cidade tomada pelos franceses, o governador Castro Morais que desautorizara qualquer forma de contra-ataque, não hesitou e ordenou um grande "salve-se quem puder", ocasionando pânico e confusão, deixando aos invasores uma cidade praticamente deserta, restando apenas alguns poucos velhos, crianças e mulheres que não haviam conseguido fugir. Os invasores se apossariam assim do território urbano até a retirada.

Os franceses só se deram conta do ocorrido quando à luz do dia, perceberam que os únicos ocupantes da cidade eram os sobreviventes da expedição de Duclerc, que tinham

fugido da prisão e se animavam em realizar a pilhagem das casas abandonadas, sendo drasticamente repreendidos pelo comandante francês.

Sem mais esperar pelos reforços vindos sob o comando de Antônio de Albuquerque de Minas Gerais, Castro Morais, começou a negociar a retirada dos franceses da cidade. O Rio de Janeiro pagaria então, alto tributo para que Duguay-Trouin se retirasse e a urbe não fosse arrasada: 610 mil cruzados em moeda, cem caixas de açúcar e todo o gado julgado necessário para o abastecimento dos navios. Assim, satisfeito, o comandante embarca às pressas antes que o exército de socorro comandado pelo General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho chegasse da região das Minas, levando consigo alguns desgraçados cristãos-novos que encontrara a espera de deportação para Portugal, onde seriam julgados pela Santa Inquisição. A viagem de regresso, porém não seria tão tranqüila segundo Boxer, pois após abandonar o plano de saquear também a Bahia, quando a frota alcançou a latitude dos Açores, foi de encontro a um grande temporal em 29 de Janeiro de 1712, no qual dois navios afundaram com todos os seus tripulantes, mas apesar das perdas a expedição mostrou excelente lucro material.

No Rio de Janeiro, diante da recusa do povo em aceitar o governo do acovardado Castro Morais, Albuquerque assumiu e permaneceu no governo, sendo o antigo governador levado a Portugal e julgado, terminando por ser demitido e sentenciado a exílio perpétuo numa fortaleza indo-portuguesa, mas esta sentença seria cancelada trinta anos mais tarde. Após a reconstrução da cidade, Antônio de Albuquerque partiria para “pacificar” o conflito entre ‘filhos da terra’ e os portugueses em Pernambuco.

Percebemos então que mesmo não dando pronto valimento nesta invasão como o fizera na anterior, Santo Antônio passaria a ser importante ator social, um perene ponto de ligação entre os tempos da cidade. E continuando sua prodigiosa carreira militar na cidade que defendera, alcançaria um século mais tarde o posto de Tenente-Coronel e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Segundo Luiz Mott,[18] toda a militarização do beato casamenteiro teve dois claros objetivos; o mais evidente era carrear para os conventos, igrejas e agremiações religiosas doações extras por parte do Erário com o fim de perpetuar e incrementar a mais luso-brasileira das devoções. Investimento com retorno não apenas preternatural, mas com inegável ressonância na área macropolítica, na medida em que o mais querido filho de Portugal catalisava afirmativamente, mais que nenhum outro herói lusitano, sobretudo quando a Pátria ou seus territórios ultramarinos eram ameaçados por franceses, huguenotes, holandeses calvinistas, mouros da barbárie ou mesmo por invasores espanhóis, como durante os oitenta anos em que os Filipes reinaram com as duas coroas, porém, sobretudo no Brasil escravista, como não mais havia hereges a martelar, salvo alguns perseguidos pela Inquisição, nem cativos a resgatar na barbárie, o dogmatista Santo Antônio tem seu poder de fogo redirecionado para outras ovelhas apartadas do Bom Pastor, as ovelhas negras.

Ao misturarmos a piedosa devoção a um santo de natureza pacífica a feitos militares sangrentos, parece estranho que o santo franciscano tenha chegado ao generalato nas terras brasílicas, e ainda mais quando, em relação à terra carioca, especialmente, São Sebastião, padroeiro e orago desta, nem tenha sido considerado sequer soldado nos Tempos Modernos.

Santo Antônio passa então a ser fonte de inspiração para eruditos e populares, sendo, sobretudo para estes últimos o santo por excelência, lembrado pelos autores do povo em suas querelas cotidianas. Assim a verdadeira imagem do puro e místico frade franciscano, famoso por sua poderosa eloqüência, por sua imensa modéstia, por sua castidade sem mancha, por seu desprendimento de cuidados e vaidades mundanas, foi se adaptando a uma nova concepção do sagrado, onde as relações interpessoais passam por profundas modificações e a relação com o sagrado passa da ortodoxia rígida para a intimidade, para a familiarização, um processo de hibridismo cultural, onde o elemento da fluidez religiosa ganha novos traços marcados pela devoção exacerbada e exemplificada no culto aos santos e de modo particular no culto à Santo Antônio, que das suas qualidades intelectuais que o celebrizaram como grande teólogo e pregador, pouco se conservou no âmbito da cultura popular e de uma religiosidade mais vivida que conceitualizada. Sendo dessa forma, toda a imagem do santo, de luminosa e impalpável que era condensando-se e atarracando-se numa espécie de homem do povo idealizado, uma criatura simples e bonachona, complacente e serviçal, mas sobretudo, nutrida de características humanas, capaz de orgulho, cólera, de parcialidades e mesmo de malícias e travessuras.[19]

O "Santo dos Milagres" [20] torna-se assim uma legenda de realizações, um verdadeiro campeão da fé, pois segundo Amadeu Amaral, ninguém fez tantos e tão notáveis milagres, nem mais copiosos, nem mais diversos, uma vez que todo o campo das ações prodigiosas, dividido para os outros santos em departamentos mais ou menos extensos, para o franciscano português tem sido muito limitado, pois o Santo universal alcançava e fazia alcançar todo e qualquer milagre, porém apesar de tanto poder e prestígio principalmente dos mais humildes, é o mais humilde, o mais alegre, o mais "camarada" entre os grandes da corte celestial, e se não possuía uma especialidade única, era o único em uma especialidade, já aqui explicitada, a de ser deparador do perdido, e em uma sociedade onde todos tinham algo a deparar ou a extirpar, sua fama ultrapassa gerações e sua aureola cresce cada vez mais, e mesmo quando é insultado e destratado não sugere desprestígio por parte dos fiéis, mas pelo contrário, indicam a força de sua presença no cotidiano e o quanto se acreditava que dele dependia ou devia depender a resolução das mazelas diárias.

E é na função de deparador que nosso santo mais se destaca, recuperando e restituindo aos legítimos donos seus objetos e bens perdidos, defendendo os interesses luso-brasílicos, auxiliando os que necessitavam de proteção divina, protegendo as cidades portuguesas e brasílicas de todos que as quisessem usurpá-las. Assim o Santo que nos graus e hierarquias celestes ocupava lugar de destaque, e já que segundo Vieira, "sendo um só era

todos os santos juntos" [21] acompanharia seus fiéis também contra aqueles que não se alinhavam com os interesses de Portugal, lutando ao lado dos que acreditavam na vitória do povo português, revestindo-se da armadura da fé, e militarizando-se, transmutando-se no soldado da fé para defender a Pátria que o fez luzir para o mundo.

Santo Antônio passa então, a ser um santo que, estendendo sua auréola aos mais diversos estratos sociais, sendo desde o santinho casamenteiro popular, passando pelos diversos postos militares no Brasil Colonial, até restaurador da soberania lusa que havia sido perdida para os espanhóis, estava muito próximo de tudo e de todos que tinham algo a pedir ou a deparar. Assim, militarizando-se em prol dos interesses de seus compatriotas, restaurando tudo o que fora perdido pelos populares ou pelo Reino, nosso santo ainda hoje desperta o interesse de muitos, seja como personagem histórico, ou como digno dos que 'entregam sua vida a Deus', fazendo jus ao título de "Santo Universal", permeando o imaginário e a vida dos que acreditam e confiam em sua legenda de realizações.

---

[1] Amadeu Amaral. "Tradições Populares" SP: Hucitec, 1976.
[2] Antônio Vieira. "Sermões", Porto, Lello & Irmão Editores, 1959.
[3] A Bíblia de Jerusalém, SP: Paulus, 1996, I Samuel, I, 3.
[4] Antônio Vieira. "Sermões". Porto: Lello & Irmãos Editores, 1959. Vol.VII, pp. 75-76.
[5] Antônio Vieira. "Sermões". Porto: Lello & Irmãos Editores, 1959. Vol.VII, p. 36.
[6] Ronaldo Vainfas. "Santo Antônio na América portuguesa: religiosidade e política." Revista USP, São Paulo, nº. 57: pp. 28-37, mar-maio – 2003.
[7] Antônio Vieira. "Sermões". Porto: Lello & Irmãos Editores, 1959. Vol.VII
[8] Rocha Pitta. História da América Portuguesa. RJ: Jackson, 1950. p. 422-423.
[9] C.R. Boxer. "Os franceses no Rio de Janeiro". In: A Idade de Ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial, SP: Companhia Editora Nacional, 1963, p. 89-106.
[10] Idem.
[11] Brasil Gerson. História das Ruas do Rio de Janeiro. RJ: Editora Souza, 1954.
[12] C.R. Boxer. A Idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2000. pp. 111-132.
[13] Eduardo Brazão. As expedições de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, 1710-1711. Lisboa, 1940.
[14] Basílio Röwer, frei. O convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.
[15] Revista do Inst. Hist. Br. 1920, p. 379.
[16] Roberto Ruiz, "Antônio: um santo que falava português" Petrópolis, Vozes, 1995. p. 106-107.
[17] Maria Fernanda Bicalho. A cidade e o Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
[18] Maria Fernanda Bicalho. A cidade e o Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 271.
[19] Luiz Mott "Santo Antônio, o divino capitão-do-mato". In: J. Reis e F.Gomes (orgs). Liberdade por um fio. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp.110-138.
[20] Amadeu Amaral. "Tradições populares". SP: Hucitec, 1976. pp.357-358.
[21] Antônio Vieira. "Sermões". Porto: Lello & Irmãos Editores, 1959. Vol.VII, p.37-38.

A presença escrava nos censos populacionais de Santa Catarina (1840-1888)

Rafael da Cunha Scheffer*

Conseguir informações sobre a população de determinada região pode se mostrar um desafio de razoável complexidade quando se trata dos séculos XIX ou anteriores. As informações normalmente tornam-se mais esparsas e de menor confiança à medida que recuamos no tempo. Contudo, estudos demográficos, de uma maneira geral, permitem aos historiadores terem uma noção acerca de uma série de características de determinada população. Procurar reunir algumas dessas informações sobre a população escrava de Santa Catarina na segunda metade do século XIX é o objetivo deste artigo.

Censos e mapas de população

As fontes selecionadas para esta pesquisa sobre a população catarinense foram os mapas e os censos realizados entre os anos de 1840 e 1888, que são partes integrais ou foram anexados aos relatórios dos presidentes de província[1].

Os mapas populacionais permitem o acompanhamento da evolução demográfica da província e da relação entre livres e escravos, além de fornecerem outras pistas sobre distribuição populacional e migrações realizadas em determinados períodos[2]. Informações sobre o estado civil, distribuição da população entre os sexos, natalidade e óbitos também podem ser encontrados nesses recenseamentos. Dessa forma, os censos constituem fonte importantíssima para a compreensão de questões como presença escrava, constituição de famílias entre outras. Contudo, nosso objetivo neste artigo não é realizar uma pesquisa e analise completa dos dados demográficos, e sim desenvolver algumas questões e levantar algumas características dessa população cativa.

Os números apresentados pelos censos, contudo, não são desprovidos de erros e distorções, que tem de ser levadas em consideração. A crítica à exatidão dos recenseamentos já não é novidade na historiografia. Analisando censos do Rio de Janeiro,

Mary Karasch em diversos momentos aponta para incongruências dos números apresentados em determinados anos[3].

O risco da inexatidão ainda é maior porque essas informações são transmitidas por uma rede de funcionários que nem sempre funcionava a contento. As informações apresentadas pelos diversos presidentes tinham origem nos levantamentos realizados pelos Chefes de Polícia e Delegados de cada município[4]. Eram estes funcionários os responsáveis pela coleta das informações e exatidão das mesmas. Contudo, comprometendo o resultado das estatísticas populacionais da província, são vários os anos nos quais o presidente não recebe o envio dos mapas solicitados, ou os recebe com desconfiança, deixando nos próprios relatórios críticas aos números apresentados. Já em 1842, o presidente da província, Antero José Ferreira de Brito, criticava a falta de exatidão nas informações, esperando uma maior aplicação dos delegados nos relatórios e mapas futuros. "Bem longe estão estas cifras de merecerem inteiro crédito", dizia o presidente da província em 1849, "não só porque muitas famílias occultão de propósito parte de seus membros, principalmente solteiros receosos de recrutamento, como por os encarregados do recenseamento nos diversos Quarteirões pouco capricharem para o fazer com a devida exactidão."[5] E reclamações desta natureza foram repetidas por todo este período. Em 1851, o presidente apontou que as cifras estariam apresentando uma população em número inferior ao da realidade. Indica ainda o caso de algumas cidades, como a Capital, que segundo os números teria sofrido grande déficit populacional de um ano para outro, o que ele considera enganoso[6].

Além do problema da exatidão, em diversos anos faltam dados sobre alguns municípios, devido ao atraso ou ao não envio das informações. Assim, em 1849, faltam dados sobre os municípios de Porto Bello e da freguesia de Garopaba. No mapa de 1851, faltam dados de 7 das 16 freguesias, e o presidente usa os números anteriores dessas faltantes para completar uma estimativa provincial.

Um outro problema apresentado é a falta de informações sobre diversos anos. A maior parte dos relatórios não apresenta os números gerais de população e de batismos e

óbitos, e essa apresentação, quando ocorre, está principalmente concentrada nas décadas de 1840 e 1850. Aparentemente ocorreu uma mudança do interesse que rege a elaboração desses relatórios. A preocupação com a população em geral é substituída por uma preocupação mais específica, com os colonos e com os escravos.

Contudo, mesmo com tantas falhas, essas fontes nos fornecem dados únicos sobre a população[7]. As tendências indicadas ao observarmos esses números por um longo período, as proporções entre os números apresentados e mesmo a capacidade desses de se aproximarem da realidade já nos fornecem indícios significativos sobre nosso objeto de estudo. Deixando de lado a exigência de uma precisão que essas fontes não apresentavam, podemos ainda apreender muito com elas sobre a dinâmica da população cativa em Santa Catarina.

População da província de Santa Catarina 1840-1886.

Ano	População total	Livres (%)	Escravos (%)
1840	66.218	53.707 (81,11%)	12.511 (18,89%)
1849	74.927	60.985 (81,40%)	13.942 (18,60%)
1851	85.755	70.789 (82,55%)	14.966 (17,45%)
1855	101.559	87.364 (86,03%)	14.195 (13,97%)
1859	127.786	108.658 (85,03%)	19.131 (14,97%)
1864	133.738	117.418 (87,80%)	16.320 (12,20%)
1874	159.802	144.818 (90,63%)	14.984 (9,37%)
1886			8.249

Fonte: Relatórios de Presidente da Província 1840-1888. www.crl.edu/content/provopen.htm.[8]

A primeira vista, vemos como a presença escrava tem um peso relativamente considerável na população da província, a qual tradicionalmente era caracterizada pela quase inexistência de trabalhadores cativos. Sua presença responde a quase um quinto dos habitantes catarinenses nos primeiros anos da análise, caindo posteriormente para

índices entre 15% e 10%. Entretanto, como podemos observar na tabela acima, a retração percentual da população escrava deu-se principalmente devido à expansão da população livre, que mais que duplicou no período estudado. É fundamental notar que, apesar da queda percentual e da diminuição no fim do período, em números absolutos chegou a ocorrer um crescimento da população cativa até o fim da década de 1850, e a manutenção de um número próximo ao de 1849 até meados da década de 1870.

Resta saber até que ponto esse número possa estar equivocado, por uma subcontagem anterior ou pela própria não declaração dessa presença escrava em censos anteriores. Mesmo assim, fica a questão de que modo essa expansão possa ter ocorrido, visto que as condições para reposição e expansão de plantéis haviam sido dificultadas com o fim do tráfico atlântico e com o resultante encarecimento da mão-de-obra cativa. Com essas dificuldades, os senhores de escravos de Santa Catarina, em grande parte produtores de alimentos, de baixo preço e que enfrentavam uma grande concorrência nas outras províncias, passaram a enfrentar condições econômicas adversas para promover a expansão e manutenção dos plantéis através da importação de cativos. Contudo, a compra de escravos no mercado interno ocorreu em pelo menos uma região da província. Estudos focados na cidade de Lages apontam para a existência do comércio de escravos em um momento de expansão da escravaria na região[9]. Mas não apontam para um comércio capaz de ter promovido sozinho essa expansão. Além disso, esta região, como será visto ao final deste artigo, apresenta algumas características diferentes do restante da província, o que faz com que não possamos generalizar essa experiência para o restante de Santa Catarina.

O crescimento vegetativo da população cativa aparece como uma das possibilidades para ajudar a explicar essa expansão. Sua ocorrência é apoiada pelos números de batismo e óbitos anexados a diversos relatórios[10]. O número de escravos batizados em nenhum momento foi igual ou inferior ao de óbitos. Na maioria dos anos dos quais temos informações, a diferença a favor dos nascimentos supera uma centena de indivíduos, chegando ao máximo de 347 em 1864. Séries de dados mais completas são

necessárias para termos uma visão mais exata dessa capacidade de reprodução dos escravos. Mas esses números apóiam a hipótese de que o crescimento do número de cativos registrado nos censos até 1859, e a manutenção de um número elevado deles até a década de 1870, desconsiderando vendas e alforrias, possa ter uma importante influência do crescimento vegetativo dessa população.

Para os estudos acerca da família escrava, é interessante destacar que apesar desse crescimento vegetativo, o número de casamentos entre os escravos era baixo. Em raríssimos anos observamos mais do que 10 casamentos entre cativos (foram 14 em 1849), e normalmente esse número era menor do que cinco. Em 1840, o número de escravos casados não chegava a 5% do total e em 1874 não atingiu sequer 2%. A relação entre esses casais, portanto, devia se dar fundamentalmente em uniões não formais, não sancionadas pela igreja, porém possivelmente estáveis e reconhecidas pela sociedade.

À hipótese levantada soma-se o fato de que o desequilíbrio entre os sexos, tão presente em diversas localidades, não se fazia presente em Santa Catarina. Um considerável equilíbrio entre os sexos apareceu nos levantamentos sobre a população escrava. Novamente contando com números que surgem nos relatórios em alguns anos, foi possível montar um quadro de comparação entre os sexos[11]. Nesses anos, a diferença entre os sexos não ultrapassou a de 1, 29 homens para cada mulher (1859), tendo oscilado entre este valor e o de 1,12 em 1864. Esses números se aproximam do que Bert Barickman coloca para as lavouras de fumo e mandioca no Recôncavo baiano, onde também se fazia presente um maior número de nascimentos, em contradição ao desequilíbrio da lavoura canavieira, importadora de mão-de-obra[12].

A perda de escravos através do tráfico interprovincial ainda não foi devidamente estudada em relação à província. Algumas obras chegam a destacar sua importância para o fim do escravismo na região[13], porém não temos condições de estabelecer a intensidade deste comércio, o volume da saída de escravos e o período em que esteve mais ativo em Santa Catarina.

O declínio do número de escravos também sofreu influência direta do aumento da taxa de concessão de alforrias para os escravos. A compra da liberdade, uma esperança que não pode ser tratada como inalcançável na escravidão brasileira, tornou-se ainda mais atingível nas décadas finais do escravismo. Estudos sobre Desterro já identificaram uma intensificação das alforrias nas décadas de 1870 e 80, o que provocaria uma queda no número de escravos. Contudo, não foram realizados estudos sobre a questão da alforria em outros municípios catarinenses. Assim, faltam-nos dados, especialmente os quantitativos, para compreendermos a intensidade do impacto das alforrias sobre o declínio do escravismo.

Além disso, temos de considerar também a diversidade da escravidão nos municípios catarinenses. A presença escrava e as mudanças que ela atravessou na segunda metade do século XIX podem ter afetado de forma diferenciada as localidades catarinenses. Para procurar responder tais questionamentos, desenvolvemos a tabela abaixo, selecionando os dados de alguns municípios catarinenses, que acreditamos mais representativos[14]:

População escrava nos municípios catarinenses

Ano	Desterro	Laguna	Lages	São Francisco do Sul
1840	7.589	2.126	290	1.970
1852	8.914	3.087	603	2.951
1859	9.297	4.098	1.304	4.432
1864	7.200	3.427	1.403	4.288
1885	3.209	2.775	1.197	2.347

No quadro acima percebemos como as próprias tendências entre os municípios são divergentes, talvez refletindo a diferença na base de suas economias. Lages, ligada fundamentalmente a pecuária, contrasta com as demais localidades, baseadas na produção de alimentos, especialmente farinha. A cidade serrana apresenta uma duplicação

de seu plantel de escravos depois da proibição do tráfico atlântico, e continua a ampliar seu plantel mesmo quando os outros municípios já apresentam uma diminuição no número de escravos.

O próprio ritmo de diminuição dos plantéis parece divergir entre as cidades. Laguna e, principalmente, Lages perdem menos escravos nas décadas finas do que Desterro e São Francisco.

Variadas podem ser as causas das diferenças entre esses municípios, que poderiam explicar as diversas formas como a questão da presença escrava foi modificada ao longo da segunda metade do século. O incentivo a formação de famílias entre os escravos, o impacto do tráfico interno, a ocorrência de epidemias, os próprios arranjos de trabalho e negociações que permitiam a alforria dos escravos, entre outros fatores, podem ter contribuído par essa diversidade. Mais uma vez, uma série de questões permanece em aberto, esperando analise para que possamos compreender melhor o que se passou com a população escrava catarinense.

Assim, observamos como a presença escrava em Santa Catarina, longe de ser desprezível, manteve sua força até meados da década de 1870. Em uma época onde renovar e manter plantéis através da compra no estrangeiro era impossível e cara quando no tráfico interno, a reprodução parece ter sido o caminho através do qual se manteve e até se ampliou o plantel da província. Em uma população que não sofria com uma desigualdade gritante entre os sexos, a formação de famílias (não necessariamente sancionadas pela igreja) parece ter sido possível. Mas muito ainda falta ser estudado, principalmente para explicar o peso de alforrias e do tráfico interno na diminuição do número de escravos, e também para esclarecer as diferenças entre as diversas localidades catarinenses e a forma como estas lidaram com a questão da presença escrava.

---

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina; bolsista do Cnpq.

[1] Os relatórios de presidentes de província, por sua vez, foram digitalizados e podem ser consultados através do site da Universidade de Chicago (www.crl.edu/content/provopen.htm) .

[2] Nos relatórios encontra-se normalmente a população geral da província, mas em diversos anos temos informações sobre a distribuição da população pelos municípios e freguesias em toda Santa Catarina.

[3] KARASCH, Mary C. Fronteiras: um guia escravo da cidade do Rio de janeiro. In: *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (1808-1850). São Paulo: Cia das Letras, 2000.
[4] Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assemblea Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1842. Cidade de Desterro, Typ. Provincial, 1842, p. 33.
[5] Falla que o exm. 3.o vice-presidente da provincia de Santa Catharina, o doutor Severo Amorim do Valle, dirigio á Assemblea Legislativa Provincial no acto 'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março 1849. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1849.
[6] Falla que o presidente da provincia, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1851. Cidade do Desterro, Typ. do Novo Iris, 1851, p. 20.
[7] BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*: fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97.
[8] Não foram encontradas informações sobre a população geral ou livre da província nos últimos anos consultados.
[9] BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho*: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865). Dissertação (mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2005, p. 116-117, 122.
[10] Junto a esses números, encontramos também os de casamentos. Poucos foram os relatórios que apresentaram esse registro, sendo que este artigo é baseado nos números encontrados nos seguintes anos: 1849, 53, 56, 58, 59 e 64.
[11] Os relatórios em que foram encontradas essas informações são os dos seguintes anos: 1855, 59, 64, 74 e 86.
[12] BARICKMAN, Op. Cit., p. 258.
[13] Essas referências são encontradas em CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 383; CARDOSO**,** Fernando H.; IANNI, Octavio. Cor e mobilidade social em Florianópolis : aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Nacional, 1960.
[14] Por uma questão de espaço e coerência, agrupei os dados sobre população nos quatro municípios existentes em Santa Catarina durante todo o século XIX: Desterro (Capital), Laguna, Lages e São Francisco do Sul. Assim, as populações escravas de municípios desmembrados desses primeiros foram incluídas na soma do município de origem.

A narrativa, o documento e a criação do conflito.

Rafael de Jesus Andrade de Almeida.

As experiências no ensino de História estão sendo realizadas desde 2004, junto às turmas de 8ª série do ensino fundamental, na escola municipal Planalto dos Pinheiros, no município de Araucária, região metropolitana de Curitiba. As mesmas estão sendo ministradas pelo professor Rafael de Jesus Andrade de Almeida, contando com o assessoramento da professora Maria Auxiliadora Schimidt, que atualmente leciona Metodologia do Ensino de História na Universidade Federal do Paraná, além do apoio do grupo de professores da rede municipal e o acompanhamento da direção e equipe pedagógica da escola.

As investigações desenvolvidas têm trazido alguns exemplos dos fundamentos sobre o qual se alicerçam a construção social dos conhecimentos tácitos dos educandos.

A fim de viabilizar uma investigação sobre as estruturas de compreensão histórica dos alunos e seus vínculos com o conteúdo, propomos atividades com documentos históricos das famílias dos mesmos, priorizando o trabalho com fotografias. O ponto alto contempla a autoria de uma narrativa histórica pautada na intriga entre a autoria individual no seu papel histórico (significados interpessoais) e os condicionamentos estruturais (rede de pressões vinculadas a macro-história), recorrendo à noção de que não existe um só ângulo de visão para qualquer questão. As temáticas desenvolvidas priorizam uma História da juventude e da família no século XX.[1]

Para tanto tem sido o diálogo dos alunos com os documentos históricos, o fundamento do método de ensino. Na medida em que as narrativas históricas próprias dos alunos representam o marco assimilador na interação entre o passado e o presente, o trabalho com as fontes representa uma estratégia que promove a criação de contradições cognitivas a partir da construção e reconstrução de narrativas históricas.[2]

A preocupação central expressa no trabalho, iniciou a partir da empatia com as observações do historiador Eric Hobsbawm acerca das relações dos jovens com o passado:

"A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem."[3]

Após conversas travadas com os pais dos alunos, observamos que nossos educandos estão cada vez menos interessados pelo seu passado privado e público. Os pais se queixam de que seus filhos muitas vezes consideram suas histórias "sem graça", "sem sentido". É mister considerarmos que o bairro no qual residem e se relacionam é formado majoritariamente por pessoas que guardam poucos vínculos de sociabilidade com a cidade. Isso deve-se ao fato de Araucária estar passando por um acelerado processo de crescimento demográfico, sendo o bairro da Costeira, no qual desenvolvemos o trabalho, uma área de ocupação humana relativamente recente. Como modelo explicativo podemos recorrer às considerações do sociólogo Norbert Elias na obra "Os Estabelecidos e os Outsiders". Não seria irresponsável nos apropriarmos do conceito de "Outsiders" para definirmos nosso grupo em questão, especialmente se considerarmos o baixo grau de coesão familiar, sua exclusão dos cargos importantes do poder público e sua falta de identidade e noção de pertencimento.[4]

Recentemente, ao ser questionado pelo professor, o aluno Alessandro afirmou não ter feito sua narrativa por ter uma história sem graça. Afinal, argumentava o mesmo, o seu pai é um simples almoxarife. Na aula seguinte o professor levou um pensamento de Blaise Pascal, citado por Walter Benjamin: "Ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa". O complemento de Walter Benjamin parece ser ainda mais adequado: "[...] é certo que deixa também recordações – só que estas nem sempre encontram um herdeiro." [5] Ao final da aula, o aluno dirigiu-se ao professor pedindo por um prazo maior para realizar sua tarefa.

Ao analisar as narrativas podemos destacar as seguintes características gerais: mais de 90% das narrativas relacionam-se à pessoas não nascidas ou que nem ao menos viveram em Araucária. Seu objeto de estudo ficou concentrado nas biografias de avós,

bisavós e trisavôs (no relatos dos alunos aparecem como tataravós) sendo pouco expressivo os trabalhos sobre os pais. Boa parte dos trabalhos privilegiam um passado público. Como podemos citar:

"Bom neste final de semana eu conversei com minha mãe sobre o seu bisavô. Ele nasceu um ano depois da Revolução Farroupilha. Naquele tempo o Rio Grande do Sul estava bagunçado, por causa disso seus bisavós saíram do RS e foram para Blumenau [...]"

Como este trecho da narrativa parecia intrigante o professor interpelou o aluno se o mesmo poderia responder quando ocorreu a Revolução Farroupilha. Eis a resposta dada na aula seguinte:

¨Conversando um pouco mais com minha mãe descobrimos que seu bisavô nasceu em 1836, e como ele nasceu um ano depois da revolução farroupilha esta revolução aconteceu em 1835."

O aluno Valdinei junto com sua mãe, quando questionados sobre quando ocorreu a revolução, fizeram uma pesquisa, como podemos observar na seguinte observação escrita por sua mãe no final da narrativa:

"OBS: A revolução farroupilha durou 10 anos ou seja começou em 1835 e terminou em 1845."

Como a narrativa "foge" um pouco do século XX, firmou-se um compromisso visando a elaboração de uma trama que esclareça como tal memória chegou aos dias atuais.

Outras narrativas ligadas a macro-história trazem detalhes que os educandos fazem questão de comprová-los pela posse de documentos, como uma certidão de nascimento:

"A história se passou quando os pais da minha bisavó fugiram da guerra na Itália imigrando para o Brasil. Meus tataravós viviam em Curitiba, onde nasceu a minha bisavó Catarina Petenuça, em 04/04/1916. Conforme a certidão."

Muitas vezes uma memória pode ser despertada por uma aula. Cabe ao professor orientar seus alunos para que os mesmos procedam a sistematização de sua identidade.

Após uma aula sobre a vida de "ex-escravos" na Primeira República, a aluna Glacieli apresentou o seguinte depoimento:

"Um dia conversando com a minha avó descobri que a minha tataravô era filha de uma escrava com um português rico [...] Eles fugiram e tiveram minha tataravô e a chamaram de Maria Gonçalves Gomes."

Algumas narrativas apresentam imprecisões que podem ser úteis na criação de conflitos cognitivos. A aluna Chaiane nos apresenta a seguinte pérola:

"Em 1930 aconteceu uma Guerra, a de São Paulo contra Rio Grande. Meu bisavô foi convocado e nessa guerra ele morreu. Quando minha bisavó soube que ele tinha falecido ficou louca e morreu.Minha avó e seus irmãos ficaram órfãos e uma senhora de 36 anos que se chamava Bernardina Araújo Santos, adotou minha avó e a criou como filha."

Após uma longa conversa, o professor descobriu que a guerra a que a aluna se referia, era a Revolução Constitucionalista de 1932. O Rio Grande no imaginário familiar representa o governo Vargas. Seu bisavô havia inicialmente lutado ao lado dos constitucionalistas, mas como teve sua vaca morta pelos "paulistas", acabou mudando de lado, o que não salvou sua vida.

Guerras e conflitos foram um dos marcos mais rememorados pelos educandos. O aluno Ronei (durante uma narrativa sobre sua família) fez questão de lembrar que sua tataravó alemã, nascida em 1870, teve um namorado também alemão, nascido em 1850 e que muitos anos depois, já no Brasil, soube que seu antigo amor havia morrido durante a Primeira Guerra, o mesmo teria morrido com uma idade entre 64 e 67 anos.

Umas das narrativas que mais chamou a atenção dos alunos foi a da aluna Anielli:

> "Esta história conta sobre meu bisavô Abílio e minha bisavó, por parte de avó. Foi contada pela minha avó mesmo, Leina, que contou para meu pai que também se chama Abílio.
> Em 1942 houve uma Guerra na Alemanha, que foi a Segunda Guerra.Então por motivo da guerra, eles fugiram da Alemanha, por conta própria.
> Os milicos da época, tentaram pegar os filhos dos meus bisavós mas eles escaparam.
> Então vieram de navio, mas um dos filhos deles (o tio do meu pai) morreu no caminho para o Brasil. Ao todo tiveram 6 filhos. E moraram mais ou menos por aqui uns 10 anos. E outro filho que tiveram lá chegou aqui com 8 anos."

É curioso perceber que de modo geral os alunos se mostraram poucos críticos em relação à autenticidade das narrativas de seus colegas.

Por outro lado, alguns questionamentos nos surpreendem por seu enfoque pautado numa auto-imagem anômica. A narrativa da aluna Kelly pode ser esclarecedora:

"Os meus avós vieram de Minas. Saíram de lá à procura de melhores condições. O meu avô nasceu em 1906 [...] Um dia o meu avô me disse que já tinha viajado num navio quando era pequeno, tinha apenas 4 anos, ele não lembra porque foi viajar mas foi às pressas."

Após a leitura de sua narrativa, a aluna foi desacreditada por alguns de seus colegas. Ao serem questionados pelo professor sobre o porquê de tanta descrença, os mesmos afirmavam que a colega disse que o seu avô havia viajado num transatlântico igual ao Titanic e que julgavam isso incrível demais para acreditar. Na aula seguinte o professor levou uma antiga reportagem sobre o Titanic. A partir da comparação com as datas, a narrativa passou a ser mais degustável para seus colegas.

Em outra aula propomos uma discussão com os educandos sobre a importância da narrativa em nossas vidas. Para dar início à problematização, usamos a seguinte citação do filósofo Walter Benjamin:

"Torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa. É cada vez mais freqüente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se um faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas, nos fosse retirada. Ou seja: a de trocar experiências."[6]

A partir de então fizemos o seguinte questionamento: Por que atualmente as pessoas se mostram tão desinteressadas nas suas narrativas familiares? Com as anotações do professor temos o seguinte esquema:

"Por que as pessoas se fecharam, acham vergonhoso, acham que vão rir delas. Eu mesma, quando falei que meu bisavô viajou num transatlântico parecido com o Titanic todos riram de mim."

Sua colega de turma fez o seguinte comentário:

"Eu acho uma bobagem. Não tem nada haver você ficar se preocupando com a história de sua família."

Como tal resistência já era esperada, nos instrumentalizamos com um texto adaptado sobre a revolução cultural (um dos capítulos mais interessantes do livro "Era dos Extremos"). Concentramos o trabalho nas observações que Hobsbawm faz sobre a importância que a identidade familiar teve para judeus, quacres ou huguenotes no desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio, sistema bancário e financeiro internacionais e sobre como o drama de tradições e valores observados na subclasse tem contribuído para reforçar um mundo anômico.[7]

A aluna Flávia, que a priori afirmava não ter "nada haver" esse tipo de preocupação, posteriormente nos apresentou a seguinte narrativa:

"O meu avô se chama Durvalino Francisco Rodrigues, tem 79 anos, nasceu em 1926 no meio de uma revolta chamada de 'revolta de Lampião'. Naquele tempo as pessoas precisavam se esconder pois estava morrendo muita gente. Tanto que sua mãe deu a luz a ele no meio do mato. Com o fim da revolta voltaram para casa, e sua mãe o criou com muitas dificuldades."

A pesquisa de narrativas familiares, pautadas no uso de documentos históricos como práxis cotidiana, tem contribuído para recuperar a própria metodologia do conhecimento histórico, despertando situações que mobilizam estruturas cognitivas dos educandos;

"[...] além de poder propiciar respostas as questões da vida cotidiana, este tipo de ensino contribuiria para a concretização do trabalho histórico em sala de aula, ou seja, para a produção de um novo tipo de conhecimento, o qual pode ser denominado saber histórico escolar, resultado de um determinado processo de didatização e axiologização do conhecimento."[8]

Para finalizar, o trabalho tem apontado para a necessidade de adotarmos uma História Temática, delegando às experiências familiares um sentido de identidade e demonstrando a vivência concreta de cada momento histórico.

Notas de fim:

[1] BARCA, Isabel; GAGO, Marília. Usos da narrativa em História. In: MELO, Maria do Céu; LOPES,José Manuel (orgs.). **Actas do I encontro sobre narrativas históricas e ficcionais.** Lisboa: Universidade do Minho, 2004, pp.29-39.

[2] AISENBERG, Beatriz. Para que y como trabalhar em el aula com los conicimientos prévios de los alunnos: um aporte de la psicologia genética a la didáctica de estúdios sociales para la escuela primária. In: ALBEROQUI, Silvia; AISEMBERG, Beatriz (orgs.). **Didáctica de las ciências sociales.** Buenos Aires: Paidós, 1994, pp. 137-162.

[3] HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.13.

[4] ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp. 19-49.

[5] BENJAMIN, Walter. **Textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultura, 1980, p. 67.

[6] BENJAMIN, Walter. **Textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultura, 1980, p. 57.

[7] HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 314-336

[8] SCHIMIDT,Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. O trabalho histórico em sala de aula. In: **História & Ensino**, Londrina, v.9, 219-238, out. 2003.

Visão do Espaço, Divisão do Mundo: a superação das distâncias e as figurações do poder na Atenas de Ésquilo.

Rafael Faraco Benthien[i] - PPG-USP

No decorrer do *Agamêmnon* de Ésquilo são feitas algumas alusões a uma espécie de telégrafo antigo. O vigia já a anuncia no prólogo, mas o complexo mecanismo que rege a longa cadeia de sinais luminosos só vem à tona mais tarde, quando Clitemnestra torna pública a queda de Tróia aos anciãos de Argos[ii]. Diante da inusitada notícia, estes passam logo a interrogá-la: teria sido um sonho ou algum outro tipo de presságio a fonte das informações? E se fosse esse o caso, seria possível garantir a sua veracidade? Descartando de pronto tais opções, a rainha surpreende mais uma vez os anciãos ao afirmar que a destruição daquela cidade ocorreu na noite anterior. Ora, questionam eles, que mensageiro cobriria distância tão grande (Tróia – Argos), em tempo tão curto?

Para solucionar tal enigma, Clitemnestra se utiliza de um catálogo toponímico, com o qual esclarece o circuito de transmissão da mensagem previamente combinado entre ela e o marido. A origem da chama é situada no Monte Ida, ao sul de Tróia. Os sinais teriam seguido de lá sucessivamente para a Rocha de Hermes, em Lemnos, para o Monte Atos, na Trácia, e para um local atualmente não identificado, nomeado pelo tragediógrafo como Macisto. A novidade passou então ao Monte Messápio, na Beócia, e, deste local, ao Citéron, próximo a Tebas. Por fim, são mencionados os nomes dos últimos três entrepostos: o Monte das Cabras Errantes, de incerta localização, o Monte Aracneu, na Argólida, e o teto do palácio dos Átridas, em Argos. Além disto, a rainha esclarece como funciona o processo: sentinelas situadas ao longo do percurso estariam encarregadas de retransmitir o sinal tão logo o recebessem (o que justificaria toda a rapidez do processo)[iii].

Tão logo chega ao fim uma tal demonstração de saber geográfico e dos pormenores envolvidos no processo, a fala de Clitemnestra termina. Ao que ela parecia

indicar, Tróia havia mesmo tombado diante da expedição liderada por Agamêmnon (algo recebido ainda com um misto de júbilo e dúvida pelo coro, sendo só posteriormente confirmado com as sucessivas chegadas do arauto do exército argivo e do próprio rei[iv]).

Uma das maneiras mais usuais de se abordar estas passagens tem sido testar a empiria das informações lá contidas. Nesse ínterim, os modernos comentadores não pouparam cálculos das distâncias entre as diferentes localidades, bem como investigações sobre a plausibilidade de se visualizar a mensagem de cada um destes pontos. Caminhando em outra direção, a presente comunicação intenta problematizar quais as (cons)ciência histórica que o sistema do correio luminoso comporta. Quanto a isto, desde Mauss e Durkheim, sabe-se como a representação do mundo social se faz sentir, de maneira mais ou menos precisa, na descrição do mundo físico[v]. Para percebê-lo, no entanto, é necessário desnaturalizar as relações entre os signos plasmados na tragédia esquiliana e os objetos/lugares/pessoas aos quais eles se referem. Nada naquela descrição é gratuito, um dado puro e simples da realidade. Antes, escondem-se nela os mais diversos componentes da memória social compartilhada por Ésquilo e seus contemporâneos. A esse respeito, cabe uma questão: o que a superação do espaço como aquela sugerida com o telégrafo do *Agamêmnon* poderia sugerir quanto à relação entre a ordenação deste mesmo espaço e as figurações do poder na Atenas de então?

* * *

Quanto à familiaridade dos gregos com este tipo de expediente, três episódios narrados por Heródoto e Tucídides valem como um estratégico contraponto. Neles, a comunicação via sinais luminosos acaba sendo referida, mas com abrangências e efeitos distintos do seu equivalente esquiliano. O primeiro episódio aqui selecionado diz respeito a um evento ocorrido em 480 a.C., durante a expedição de Xerxes contra a Hélade[vi]. A narrativa herodotiana conta como os gregos que resistiam à invasão persa optaram por enfrentá-la concomitantemente por terra e mar, na altura do desfiladeiro das Termópilas e

do Cabo Artemísio. A esse respeito, foi conservada a lembrança dos sinais enviados com o uso de tochas a partir de uma guarda avançada de embarcações gregas estacionada na Ilha de Sciatos. Seu propósito era simples: alertar a esquadra helênica ancorada perto dali, no próprio Cabo Artemísio, do avanço marítimo dos persas.

O segundo caso, mais complexo, refere-se ao assalto espartano a Salamina nos princípios do inverno de 429 a.C.[vii]. Segundo o relato tucididiano, os lacedemônios haviam preparado na ocasião um ataque naval contra o Pireu, um dos portos da Ática. Eles estavam cientes de que os atenienses, excessivamente confiantes em sua supremacia marítima, haviam deixado esta importante posição desprotegida e esperavam tirar proveito do descuido. Uma vez dado início ao ataque, por receio do perigo e tendo de enfrentar fortes ventos contrários, os espartanos acabaram abandonando sua intenção inicial. Eles tomaram então uma pequena fortificação ateniense situada em Salamina, cuja incumbência era vigiar e bloquear o acesso via mar a Mégara.

Em resposta ao ataque, a guarnição lançou um alerta luminoso em direção ao Pireu, advertindo sobre a iminente captura do forte e a devastação dos seus arredores. Mas a mensagem acabou sendo compreendida de outra maneira: os espartanos já dominavam toda Salamina e preparavam-se para rumar ao Pireu. Em seguida, quando o recado foi reenviado do Pireu para Atenas, houve uma confusão ainda maior: seus habitantes interpretaram o sinal como uma prova da ocupação do porto e acreditaram que eles sim estavam na iminência de sofrer um ataque. Somente no outro dia se descobriu a verdade, qual seja, que os espartanos ocupavam apenas parte de Salamina. Tão logo se confirmou a notícia, o contra-ataque foi organizado. Assim, ao enfatizar o pavor provocado por um assalto fantasioso, todavia factível, o historiador apresenta uma moral para o ocorrido: os atenienses não mais deixariam o Pireu sem defesas.

O terceiro e último episódio diz respeito aos desdobramentos do cerco de Platéia por parte dos lacedemônios[viii]. Em 428 a.C., carecendo de víveres e sem a possibilidade

de receber ajuda por parte de Atenas, um número considerável de plateus, com a ajuda dos atenienses lá sitiados, resolveu empreender uma ousada fuga. Eles esperaram uma noite tempestuosa e sem lua para tentar, na escuridão total, escapar do fosso e dos guardas sem serem notados. Ainda assim, um pequeno incidente envolvendo o deslocamento de uma telha provocou o alarido necessário para fazer soar o alarme. Os espartanos mantiveram posição e enviaram sinais luminosos rumo a Tebas, esperando com isso receber reforços. A confusão se instaurou, porém, quando os plateus acenderam imediatamente tochas em suas muralhas, o que foi feito, segundo Tucídides, com a intenção de confundir os tebanos e retardar a chegada da ajuda prometida ao local.

Ora, chama a atenção, em todos os episódios acima referidos, o uso generalizado (militar) do sistema de mensagens luminosas entre os gregos no século V a.C. – plateus, eginetas, atenienses, espartanos e tebanos o utilizam segundo Heródoto e Tucídides –, bem como a precariedade deste aparato de comunicação, o qual, sobretudo na narrativa tucididiana, mais confunde do que assegura decisões acertadas. É como se, a despeito dos canais de transmissão envolverem distâncias curtas entre os focos de emissão e recepção, persistisse um desentendimento geral quanto ao teor das mensagens.

* * *

Mas não são apenas os gregos os únicos a representar no envio de sinais luminosos um meio de vencer o tempo e o espaço. Em instigante passagem, Heródoto localiza semelhante prática também entre os persas[ix]. Narra ele que, após a retirada de Xerxes após a derrota naval de Salamina, em 480 a.C., um dos comandantes da expedição persa, Mardônios, permaneceu na Hélade com um significativo contingente de tropas terrestres. Sua missão consistia em subjugar os que resistiam à dominação de Xerxes. Heródoto optou por memorizar tanto a decisão de Mardônios sobre a invasão da Ática, quanto o procedimento com o qual ele comunicaria o sucesso de sua empreitada ao rei: uma sucessão de fogueiras acesas nas ilhas do Egeu, ligando Atenas a Sardes.

Ora, o discurso herodotiana apresenta aí um mecanismo tão complexo e eficaz como aquele descrito no *Agamêmnon*. Nos dois casos está em jogo a comunicação da ocupação/destruição de uma cidade (Tróia ou Atenas). Além disto, ambos envolvem a superação de grandes distâncias, a qual só se faz possível mediante a dominação dos vários locais por onde passa a rede de transmissão da mensagem e o esforço conjunto de inúmeros servidores fiéis espalhados por todo o trajeto.

De fato, tal estrutura aparece apenas uma vez na narrativa herodotiana, mas procedimentos análogos, relativos ao mesmo período, merecem ser enumerados. Ao relatar o primeiro despacho da mensagem notificando a derrota da expedição persa em Salamina, Heródoto se põe a explicar outra modalidade de correio persa, intitulada *angareion*[x]. Em sua opinião, nenhum mortal chega mais depressa aonde quer ir do que os mensageiros nele envolvidos. Trata-se, em linhas gerais, de uma cadeia de cavalos e homens distribuídos ao longo da estrada que cruza o Império Persa. A distância entre eles fora calculada com o intuito de permitir a cada cavaleiro realizar seu percurso com a máxima velocidade. Ao primeiro mensageiro cabe repassar ao segundo a mensagem cuja entrega lhe foi confiada, que o faz a um terceiro e assim por diante, até o destino final.

Mais uma vez um portentoso mecanismo de comunicação surge associado aos persas. Heródoto até assinalou a proximidade de princípios entre as corridas realizadas pelos gregos em honra a Hêfaistos com o *angareion*, mas a semelhança entre eles não vai muito além deste ponto. E isso se dá por dois motivos: 1) implica a superação da distância de territórios muito mais extensos do que aqueles controlados por quaisquer *poleis*; e 2) aqui o conteúdo da mensagem não chega deturpado ao seu destino. Mas o que isto poderia significar para além das representações (de práticas) já analisadas?

* * *

A partir dos exemplos previamente analisados, é possível perceber aqui duas diferentes memorizações de controle do espaço. A idéia subjacente aos sistemas de

correio persa, por um lado, parece ser a de que a organização da sua sociedade (e da comunicação nesta sociedade) supõe como seu fundamento determinante a figura do poder real. É como se um indivíduo como Xerxes, meio humano, meio divino, fizesse do espaço o lugar de manifestação de seus poderes. E é o próprio rei persa quem, nas palavras a ele atribuídas por Heródoto, externa tal opinião: seu poder, tal qual o de Zeus, deve tornar o mundo uno, alcançando a terra como os raios do sol[xi].

Semelhante poder desconsidera quaisquer impedimentos de ordem natural (cordilheiras, rios, desertos), requerendo mesmo a superação destes obstáculos para manter unificado o espaço (e o próprio poder). O *angareion* e o telégrafo planejado por Mardônios caminham nesta direção. Além disto, é preciso reforçar, a eficácia de um tal sistema supõe a mobilização de inúmeros agentes, subalternos, por intermédio dos quais o poder se manifesta empiricamente. A estes figurantes está reservado o quinhão do serviçal de uma casa aristocrática. Eles são uma extensão do corpo e da vontade do rei.

Concorrendo com esta visão de mundo que os contemporâneos de Ésquilo identificam entre os persa, testemunhos do mesmo período apresentam uma memória espacial propriamente helênica. A idéia que perpassa as comunicações via sinais luminosos nestes povos aponta para uma atuação em âmbito local, a qual requer, para seu funcionamento, cidadãos livres da região ou das demais localidades próximas.

Tal prática também (con)firma uma outra divisão do mundo, segundo a qual Ásia e Europa aparecem fazendo as vezes de pólos opostos: este continente como o centro da vida civilizada e livre; aquele como sendo a sede de um poder bárbaro de dominação despótica[xii]. Nesse ínterim, os obstáculos/acidentes naturais não devem ser superados pelos gregos, mas respeitados enquanto definidores de limites sagrados[xiii]. Eles tenderiam a agir piedosamente quanto a isto, procurando manter as fronteiras intactas e seguras (na guerra e nas comunicações). Sua atuação garantiria assim a autonomia dos cidadãos de

territórios relativamente pequenos. Os reis persas, ao contrário, pecam com freqüentes transgressões, violações dos espaços naturais da própria Ásia e de outros continentes[xiv].

* * *

Ainda assim, as formas de representação do espaço sugeridas por estas diferentes modalidades de comunicação não se esgotam na atribuição de essências opostas a gregos e persas, como sugerem alguns comentadores[xv]. O acento da análise não deve só recair no fato de os gregos e os persas serem quem são, mas sim na memorização das formas de governo ligadas a cada uma destas comunidades.

O debate persa acerca da forma de governo a ser adotada após o descoberta e morte dos usurpadores do trono de Cambises fornece indícios nesta direção[xvi]. Otanes, o primeiro a falar, sugere a democracia como meio de controlar os desvios inerentes à monarquia. Segundo ele, o rei ou tirano, mesmo na eventualidade de ser o melhor dos homens, acaba tomado por um desejo egoisticamente interessado, gerando insolência e inveja. Já a democracia controlaria tais impulsos submetendo todos, os melhores e os piores, à lei. Na direção oposta, Dario defende a monarquia enfatizando: a) o fato de ser ela uma herança ancestral; e b) a impossibilidade de a democracia deixar de realizar uma incompetência generalizada, a qual clama como solução o advento da própria monarquia. Nesse caso, é recomendável que o melhor dentre os homens seja escolhido como rei, pois então ele agirá, segundo sua vontade, para o bem de todo o povo.

Assim, a figura do monarca explica muito do funcionamento do telégrafo esquiliano. Em sendo aquele a realização extremada do indivíduo, suas decisões não precisão (re)conhecer freios e/ou limites. Próximo à divindade, ele faz o que quer, mesmo que para isso sua vontade tenha de superar as barreiras naturais do mundo e os outros projetos de memorização do espaço. Daí seu caráter *hibrístico*, gerador de desequilíbrios. Se a representação dos persas permitia aos contemporâneos de Ésquilo visualizar isto, a mesma questão poderia vir à tona com a reflexão sobre sua própria memória histórica,

repleta de novos e antigos projetos de superação do espaço: o ataque liderado pelos Átridas a Tróia; as conquistas militares dos tiranos dos séculos IV e V a.C.; a "tirania" da democracia ateniense na Liga de Delos.

---

[i] **Mestrando em História Social – USP – Bolsista FAPESP.**

[ii] ÉSQUILO, *Agamêmnon*, vv. 8-11; 264-316.

[iii] Discussões sobreo correio esquiliano, com alusões à localização de cada um destes pontos, possíveis interpolações e o cálculo aproximado das distâncias podem ser encontradas em FRAENKEL, E. **Aeschylus: Agamemnon**. Oxford : Oxford University Press, 1950, 2° vol., pp. 153-169; DENNISTON, J. D.; PAGE, D. **Aeschylus: Agamemnon**. Oxford : Oxford University Press, 1957, pp. 94-8; e QUINCEY, J. H. The Beacon-Sites in the *Agamemnon*. **Journal of Hellenic Studies**, 83, 1963, pp. 118-132.

[iv] ÉSQUILO, *Agamêmnon*, vv. 489-680.

[v] MAUSS, Marcel; DURKHEIM, Émile. De quelques formes primitives de classification. In: MAUSS, Marcel. **Oeuvre**. Paris : Minuit, 1974, 2° vol., pp. 13-89. Para uma abordagem mais recentes das mesmas questões, cf. BOURDIEU, Pierre. O Conhecimento pelo Corpo. In: _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001, pp. 157-198.

[vi] HERÓDOTO, *História*, VII, 179-183. Eventos similares são mencionados em TUCÍDIDES, *História da guerra do Peloponeso*, III, 80; VIII, 100-2.

[vii] TUCÍDIDES, op. cit., II, 93-94.

[viii] Ibid., III, 20-23. Para mais detalhes, veja-se os comentários dos parágrafos mencionados em GOMME, A. W. **A Historical Commentary on Thucydides**. Oxford : Oxford University Press, 1956; e a análise filológica desenvolvida em HARRISON, E. L. The Escape from Plataea (Thucydides 3.23). **The Classical Quarterly**, 9, 1, 1959, pp. 30-33.

[ix] HERÓDOTO, *História*, IX, 1-3.

[x] Ibid., VIII, 98. O mesmo sistema aparece descrito como invenção de Ciro em XENOFONTE, *Ciropédia*, VIII, 6-17. A relação entre o correio luminoso de Ésquilo e o serviço de mensagens persa foi explorada em termos filológicos por Fraenkel (como se os termos utilizados por Heródoto nestas circunstâncias auxiliassem o entendimento do texto esquiliano). Cf. FRAENKEL, E. **Aeschylus: Agamemnon**. op. cit. pp. 153-4.

[xi] Cf. HERÓDOTO, *História*, VII, 8-9.

[xii] Veja-se a percepção desta divisão na fala de um dos personagens esquilianos, a rainha Atossa, mãe de Xerxes, em ÉSQUILO, *Os Persas*, vv. 176-214.

[xiii] Hartog comentou similar percepção do espaço vigente em meados do século V a.C. na primeira parte de seu trabalho HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte : UFMG, 1999.

[xiv] Heródoto confirma essa tendência ao narrar os conflitos protagonizados pelos persas: Croisos atravessa o Rio Hálias para enfrentar Ciro; Ciro desvia um rio para invadir a Babilônia; Ciro constrói uma ponte de barcos sobre o Rio Aráxos para fazer seus soldados adentrarem no território dos Massagetas; Cambises atravessa o deserto com seu exército para enfrentar os egípcios; Dario, para chegar a Europa e combater os Citas pessoalmente, também teve de unir as margens do Bósforo e construir uma ponte de barcos sobre o Rio Istros; e Xerxes fez o mesmo contra os gregos. Veja-se respectivamente HERÓDOTO, *História*, I, 72; I, 189-191; I, 205; III, 1-5; IV, 83-92; VII, 10 e todo o livro VIII. Cf. igualmente a acusação de impiedade proferida contra Xerxes por um fantasma de Dario em ÉSQUILO, *Os Persas*, vv. 719-726.

[xv] Cf. TRACY, S. Darkness from Light: the beacon fire in the Agamemnon. **The Classical Quarterly**, 36, 1, 1986, 257-60; bem como LONGO, Oddone. **Tecniche della comunicazione nella Grecia Antica**. Napoli : Liguori Editore, 1998 (sobretudo os capítulos 6 e 7, pp. 87-112).

[xvi] HERÓDOTO, *História*, III, 80-82. Valho-me também do texto inédito de Francisco Murari Pires, "Mito e História: Uma leitura do debate persa".

A inserção da África Islâmica nas Rotas da Seda: o testemunho de Ibn Battuta, o tangerino (século XIV)

Rafael Farias de Menezes (licenciado em História - UFRGS)

* * *

Quando se objetiva estudar o período histórico anterior ao fenômeno da expansão marítimo-comercial européia de primórdios da Idade Moderna, defrontamo-nos com alguns problemas. O primeiro deles diz respeito à pesquisa sobre o mundo medieval que, apesar de seus estudos estarem em ascensão no Brasil na última década[1], ainda se encontra em limitada área de atuação (seja nas escolas, muitas delas não abordando o período, ou mesmo em muitos cursos universitários que não aprofundam as questões particulares do medievo, as agrupando com tópicos da Antigüidade em uma mesma disciplina de seu currículo). Outro problema existente é quando o pesquisador decide aprofundar ainda mais o estudo deste período partindo para estudo de povos que se desenvolveram *durante* a Idade Média européia. Neste ponto não são civilizações medievais propriamente ditas, e sim *extra-medievais*, que se processam fora dos padrões e da dinâmica peculiar ao ocidente medieval. É o caso das Rotas da Seda, um dos focos deste artigo.

O estudo das Rotas da Seda nos traz como grande desafio a quebra do eurocentrismo no enfoque historiográfico – algo que por si só é válido e motivador para qualquer análise. Além do que, no caso das Rotas da Seda, a existência de relatos de viajantes da época[3] são fontes primárias que auxiliam o trabalho do pesquisador.

Mas sendo uma empreitada possível e válida, o que seriam as Rotas da Seda e sua importância no mundo extra-europeu durante a Idade Média?

Ao falamos em Rotas da Seda nos vêm associado à mente imagens de locais exóticos do oriente[4], da misteriosa China, dos fantásticos relatos de Marco Polo, etc. Todavia, indo além deste senso comum, sabemos que durante a Idade Média havia contatos entre os *extremos* do

mundo conhecido. Assim sendo, as Rotas da Seda seriam caminhos de ligação (tanto terrestres quanto marítimos) entre as partes oriental e ocidental deste mesmo mundo durante a Idade Média.

Mas devemos levar em consideração que houve várias, mas não ilimitadas, rotas de ligação entre povos muito distantes entre si. Isso porque as grandes distâncias e as dificuldades no relevo não permitiam grande variedade sob o risco entrar em trilhas desconhecidas, perdendo assim a orientação.

Pelo fato do conceito de Rotas da Seda estar mais relacionado a interligações no setor euro-asiático, este trabalho[5] visa explorar uma outra perspectiva: estaria o continente africano (em especial a faixa islamizada) fazendo parte, inserido dentro desse fluxo de ligação?

Esta pergunta se funda pelo fato, já mencionado anteriormente, de se pensar as Rotas da Seda como via de ligação terrestre entre China e Europa[6]. Baseado nas fontes primárias existentes, já citadas em nota anterior, temos noção do aspecto limitado desta afirmativa – ela englobava outras áreas e outros meios de ligação (como os marítimos, utilizando o oceano índico como espaço). E nestas outras áreas, a África estaria inserida dentro de tais rotas?

Para responder a estes problemas devemos nos focar sobre uma noção de inserção. Em outras palavras, como um continente pode se inserir num processo ou contexto maiores? Sabemos que não é algo que ocorre naturalmente. Para entendermos isso devemos traçar a relação do continente (África) em um contexto próprio (o das Rotas da Seda), no qual há a integração do primeiro ao segundo e os fatores motivadores de integração – rotas comerciais e a peregrinação religiosa, fatores que combinados conferem particularidade ao Islã.

Antes de desenvolvermos estas questões é necessário definir que não estamos englobando todo o continente africano, e sim a África Mediterrânica (influenciada pelo islamismo) em conjunto com franjas de povoações logo abaixo da região saariana – como o império do Mali. É esta África que estamos nos referindo[7].

Voltando à questão, acreditamos que as Rotas da Seda englobaram a África devido à *civilização islâmica* (conceito tal como é entendido por Bernard Lewis) – esta, ao integrar uma faixa de terra maior e que se estende até o Vale do Indo, conecta a faixa islamizada da África de forma muito mais integrada junto às estepes asiáticas[8].

Esta inserção da África mediterrânica às Rotas da Seda dá-se, portanto, devido à interação ao mundo islâmico. A expansão deste fez com que houvesse uma ligação (embora em vias limitadas – o deserto é uma prova da dificuldade de locomoção e da limitação de caminhos) entre os setores orientais e ocidentais do mundo conhecido. Além do que o mundo islâmico se sobrepõe e se integra às Rotas da Seda – mas não só à China, grande referência econômica e comercial durante a Idade Média. O mundo islâmico deve ser entendido como espaço de relações entre si e entre os outros povos (também a China, mas não só ela). Algo diferente da ida de europeus (ou melhor, homens da cristandade) àquela região[9].

Após esta justificativa ampla de como o continente africano faz parte das Rotas da Seda – levando em consideração suas particularidades – devemos nos voltar a aspectos mais específicos desta inserção. O primeiro passo é discutir sobre o papel das viagens no mundo islâmico africano (rotas comerciais e peregrinações). Já o segundo passo é estudar um testemunho sobre esta integração na prática: a importância da fonte primária deixada pelo viajante tangerino Ibn Battuta.

* * *

O mundo muçulmano estava integrado através dos preceitos de uma religião comum (o próprio islamismo) e de uma língua comum (basicamente o árabe). Com a conquista de imensos territórios efetuada pelos praticantes daquela religião, os Abássidas preocupam-se em estabelecer melhores comunicações entre regiões islamizadas. Um meio para tanto seria o de interligar as vastas e diversas regiões do império através de um sistema de informação/comunicação semelhante ao que poderíamos chamar de *correio*.

Esta importância dada à integração das partes longínquas do império islâmico será o ponto de partida para a formulação de estudos geográficos e de relatos de viajantes. Estes trabalhos inicialmente aparecem por volta do século IX em obras que relatam dados topográficos, astrológicos sobre diversas regiões do Islã. São produzidos a partir de viagens comerciais e/ou oficiais (não havia grande distinção dessas formas) a outros povos islâmicos.

Já no século X, há uma certa mudança de enfoque destes trabalhos ao se buscar um conhecimento cada vez mais detalhista das regiões abarcadas pelo Islã. Isto é, determinar a posição dos países, as orientações para os itinerários, etc. O mundo islâmico visa unificar rotas terrestres e marítimas entre a China e o Atlântico – e tal trabalho de pesquisa geográfica facilita isso.

Por fim, por volta do século XII há o desenvolvimento (no início por árabes ocidentais da região magrebina e ibérica) de outra forma de relato de viagem: a *rihla*. Ela é diferente de um relato de viagem comum. Seu mote é a peregrinação a Meca e em seu conteúdo desenvolve-se a busca pelo interesse de aquisição de conhecimento de grandes centros orientais – como Cairo, Bagdá, entre outros – e a demonstração de um grande espírito de aventuras, denotando o maravilhoso da viagem. Ibn Battuta foi autor de umas das mais conhecidas *rihla* daquela época.

Sams ad-Din Abu Abdallah Muhammad b. Abdallah b. Muhammad b. Ibrahim b. Muhammad b. Ibrahim b. Yusuf al-Luwati at-Tanyi, ou Ibn Battuta, o tangerino, nasceu em Tanger, Marrocos (1304 – 1368/9 ou 1377). Sunita, parte em 1325 para Meca a fim de fazer um dos pilares básicos do Islã, a peregrinação. Durante mais de duas décadas sua viagem dura. A razão para tanto tempo vem da circunstância de que o próprio passou pelas mais diversas regiões do mundo islâmico e também fora do Islã (como, por exemplo, Constantinopla e Rússia). Após tanto tempo fora, Battuta volta ao Marrocos e narra suas viagens para o granadino Ibn Yuzayy – o verdadeiro responsável pela escrita e organização da fonte que hoje

a conhecemos – com o objetivo de informar ao sultão Abu Inan sobre regiões distantes do Marrocos, dados escassos à época (daí advém a importância da *rihla* de Battuta)[10].

A fonte nos traça uma viagem de longo trajeto. O tangerino parte do extremo ocidente islâmico (o *magreb*), pelo norte da África, até chegar a Meca. Seu itinerário pelo deserto (não só africano, mas também arábico) é o mesmo das caravanas de comércio existente. Da cidade sagrada destina-se ao sul (à costa oriental da África) de depois ao norte (rumo a Constantinopla e entre o Mar Negro e Cáspio). De lá vai à Índia e China. Volta do Extremo Oriente para a Península Arábica – passando mais uma vez em Meca – e de lá vai ao Marrocos. Deste viaja ao sul do Saara rumo ao império do Mali (destacando-se por ser uma rara fonte escrita sobre aquela região). Do Mali volta definitivamente ao Marrocos e começa a ditar seu testemunho que o legará a alcunha de *viajante do Islã*.

Ao passar pelos mais diversos locais, Battuta demonstra a interligação por meio de rotas comerciais dos mais diversos setores do mundo do Islã – é um forte indício da interligação entre as partes ocidentais e orientais do mundo islâmico. Por onde passa, seus focos de interesse são mostrar as características religiosas de cada povo (sempre com o ponto de vista de seu islamismo), as fontes materiais de suas riquezas, e as peculiaridades da natureza de cada lugar (algo que podemos inferir como relacionado às questões geográficas).

Outra questão que envolve a viagem de Ibn Battuta e a relaciona às Rotas da Seda é como a viagem foi possível? Não fica claro na fonte o financiamento da mesma, mas podemos inferir que a hospitalidade dos povos de regiões remotas aos viajantes possa ter sido determinante para a concretização das viagens. Tal hospitalidade é encontrada na obra de Battuta – muitas são as referências a isto na fonte –, todavia não pode ser encarada como uma mera benesse. Fatores religiosos (a acolhida aos viajantes é algo determinado inclusive no Corão) e de interesse imediato (esta *solidariedade* estava relacionada também a uma questão de sobrevivência para aqueles povos quando faziam viagens de longo alcance) estavam envolvidos.

Haja vista a conjugação de elementos gerais (panorama do império islâmico e do contexto africano) aos mais específicos (a *rihla* do viajante tangerino) é possível concluirmos na importância das viagens na civilização islâmica por rotas motivadas pelo comércio e por questões religiosas como a peregrinação à Meca – um dos preceitos fundamentais do islâmico, desde que tenha condições para tanto. Levando em consideração o duplo sentido da viagem no Islã – que, na narração de uma *rihla* não está dissociado – podemos afirmar que a inserção da África islâmica nas Rotas da Seda ocorre sem dúvida não só porque várias das rotas passam pelos territórios islâmicos, mas também porque o intenso fluxo de caravanas / viajantes indo e vindo pelas diversas partes dos domínios daquela religião.

Notas

1. MACEDO, José Rivair (org.). *Os estudos medievais no Brasil*. Catálogo de dissertações e teses: Filosofia, História, Letras (1990-2002). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

2. AMIN, Samir. *El eurocentrismo*: crítica de una ideologia. México: Siglo XXI, 1989. (mimeografado)

3. Há vários viajantes que circularam pelas Rotas da Seda durante a Idade Média. podemos listar como exemplo Marco Polo, Cosmas Indicopleutes, Orderic de Pordenone, Ibn Battuta, entre outros. Dados retirados do Projeto de Pesquisa "Nos caminhos das Rotas da Seda: relações entre oriente e ocidente durante a Idade Média (séculos VI-XV)", coordenado pelo prof. dr. José Rivair Macedo (UFRGS).

4. Conforme LE GOFF, Jacques. O Ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico. In:___. *Para um novo conceito de Idade Média*: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1980. p.263- 280.

5. Este artigo foi fruto de um trabalho que se desenvolveu graças ao Projeto de Pesquisa “Nos caminhos da Rota da Seda: relações entre oriente e ocidente durante a Idade Média – séculos VI ao XV”, coordenado pelo professor doutor José Rivair Macedo - UFRGS).

6. Visão muito presente em BOULNOIS, Luce. *A rota da seda*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999. (Coleção Aventura & Viagens, n. 16)

7. Ver mais em SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. A região do Índico entra numa dinâmica de inserção, mas ela merece um estudo mais específico e que este artigo não comporta. Para maiores informações ver publicação resultante da "Reunion de Expertos sobre los Contactos Historicos Entre Africa Oriental por Una Parte y el Sureste Asiatico por Otra, a Traves del Oceano Indico (1974: Mauricio): *Relaciones historicas a traves del oceano indico*. Paris: Serbal, 1983. 224p. (Coleccion de temas africanos; n. 11).

8. Podemos argumentar que a África Islamizada relaciona-se muito mais ao contexto mediterrânico – e, portanto, europeu – o que faria ser zona integrante da Rota da Seda. Mas esta é uma perspectiva que leva em consideração mais a presença da Europa do que a conexão da África em si mesma a um contexto maior.

9. Ver MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: FCE, 1990.

10. A fonte primária estudada encontra-se em IBN BATTUTA. *A través del Islam*. Madrid; Alianza Editorial, 1987.

Hip Hop: cultura e protesto

Rafael Lopes de Sousa

Pensar a dinâmica do universo *hip hop* obriga-nos, necessariamente, a uma abordagem mais ampla das regras e costumes que os jovens da contemporaneidade inventaram para se comunicar. Esses códigos de comunicação refletem, geralmente, questões decisivas dos conflitos urbanos: violência, criminalidade, segregação, ocupação dos espaços públicos, entre outros. Quem mais sofre as conseqüências desse conflito são os jovens.Talvez, por isso, percebe-se neste segmento uma elaboração mais intensa de alternativas de convívio social.

Neste artigo, pretendemos levantar algumas hipóteses que, em nosso entendimento, sinalizam para um novo papel de atuação social dos jovens – seja porque as realidades do mundo político/social já não atendem mais às suas expectativas, seja porque suas exigências ganham destaque em atos e eventos públicos onde a natureza pró – ativa e descentralizada de suas manifestações permite a emergência de novos modelos e patamares de cidadania.

Há que se dizer, portanto, que depois que os estreitos limites do “choque de gerações” foram superados, depois que os “rebeldes sem causa” foram “pacificados” pelas tentações e encantos da sociedade de consumo o mundo parecia, finalmente, desfrutar seu momento de paz e harmonia no convívio social. Quando os conflitos e diferenças pareciam resolvidos, quando um silêncio constrangedor tomava conta da sociedade e fazia acreditar que tudo estava controlado, eis que eles, novamente eles, levantam-se dos escombros da História e apresentam para o mundo uma nova pauta de exigências que agora querem ver materializada imediatamente, ou seja: não mais projetada para o incerto e distante futuro.

Reivindicar mudanças imediatas requer determinada organização e implica, sobretudo, pensar em “projetos” e “modelos” a serem seguidos. O fato é que neste caso, curiosamente, o engajamento não foi tutelado por nenhum “modelo cêntrico”; foi motivado,

contrariamente, pela arte da dispersão e pela inigualável capacidade de fazer e desfazer aparências que os jovens criaram em suas manifestações para escapar do controle.

Essa capacidade de fazer e desfazer aparências levou ao surgimento de diversos micro-grupos no contexto da metropolização. Cada um desses grupos trouxe propostas específicas de intervenção e atuação no mundo circundante. Assim, apesar das especificidades, suas reivindicações nunca são excludentes, pois caminham solidariamente irmanadas na defesa de causas e interesses comuns.

O movimento *rap* ou a cultura *hip hop*, como seus agentes costumam autodenominar-se, é uma constelação resultante do pós big-bem, ocorrido na cultura juvenil no inicio dos anos 70 do século 20. Primeiro foi John Lennon que, sem nenhuma cerimônia anunciou: “o sonho acabou!”. Em seguida, de forma ainda mais dramática e contundente, os punks alertavam: “Não há futuro! Nem pra mim nem pra você!”. Diante deste cenário, um misto de tristeza e desprezo açambarca o sentimento dos guardiões das “verdades absolutas” e dos “modelos salvacionistas”; afinal, no passado (o passado sempre justificando o presente) esses guardiões tinham lutado e empenhado suas energias por uma “causa nobre”; agora, seus herdeiros, esses inconseqüentes pirralhos, agem de maneira “escatológica”, “alienada” e, pasmem, não assumem compromisso com nada, absolutamente nada!

Percebe-se aqui uma clara tentativa de transferir as responsabilidades pelas misérias do cotidiano de um setor o outro; atentos à manobra, os jovens se afastam resolutamente da “proteção” oferecida pelos “projetos prontos” a fim de correr o risco da experimentação.

Uma maneira de entender essa situação é acompanhar a linha de pensamento de Michel Maffesoli[1], para quem a postura crítica dos jovens representa um ponto alto da resistência ao individualismo e à impessoalidade enraizada no modo de ser do homem contemporâneo. Ao enfrentar essa questão de frente, os jovens se aproximam por laços de simpatia, e num mesmo movimento, inventam seus espaços privilegiados de convivência,

em que a identidade grupal está acima das vontades pessoais. Esse fenômeno, segundo Maffesoli, contribuiu para a emergência do "neotribalismo" nas sociedades urbano-industriais. Para esse autor, o surgimento das "tribos urbanas" responde, então, a um crescente desejo de restabelecimento dos laços e vínculos interpessoais interrompidos pela urbanização e metroplização intensas.

Muito embora o tema e o problema de nossa pesquisa de doutorado seja bastante específico: **O movimento Hip Hop em São Paulo nos anos 90: A anticordialidade da República dos Manos e a estética da violência**, ressaltamos que, em uma perspectiva mais ampla, ele está relacionado com as incertezas e angústias que permeiam a vivência de outras coletividades juvenis da contemporaneidade, que disputam um jogo de forças entre o interior e o exterior, isto é, entre o que se faz internamente nessas coletividades e o que se pratica externamente na vida social.

O termo tribo é, neste sentido, um referencial importante que auxilia nossas reflexões: por um lado, permite pensar a vivência juvenil a partir de suas próprias singularidades; por outro, oferece elementos para compreender a estrutura desses agrupamentos que se formam no entorno dos grandes centros urbanos.

Ressaltamos esse entorno porque a maioria das coletividades juvenis – *punks, skinheads, góticos, darks, reagges* e agora os *rappers*, apesar de ganharem destaque nos centros iluminados da cidade, nascem, crescem e geralmente encerram suas atividades nas regiões periféricas, onde os conflitos urbanos são mais intensamente sentidos, vale dizer, vividos. Como nos alertam em suas intervenções culturais:

> "60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia 3 são negras. Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas 1 jovem negro morre violentamente em São Paulo". (Racionais MC's, do álbum Sobrevivendo no Inferno, de 1997).

A pouca perspectiva de integração ao mercado de trabalho, o crescente desinteresse nos estudos e na instituição escolar, aliado ainda à descrença na

imparcialidade e infalibilidade da justiça, contribuíram para aumentar o flagelo social dos jovens periféricos. Com efeito, quando alguns dos pilares de inserção e sustentação dos jovens na vida social fragilizam-se, a sociedade torna-se também frágil, pois deixa de usufruir adequadamente da energia e criatividade desse segmento, que, ao se sentir impedido de participar do jogo democrático, desloca suas expectativas para um circuito fechado, pouco compreensível aos olhos da sociedade. Assim, diante de uma sociedade que cobra padrões de comportamento específicos no teatro das representações sociais, os jovens rebelam-se e respondem às cobranças com a arte de fazer e desfazer aparências. Em outras palavras, um jovem pode se vestir convencionalmente para atender, por exemplo, às exigências do emprego, mas no fim do expediente é estimulado a praticar uma radical mudança em sua personalidade mudando, entre outras coisas, a roupa, o penteado e o vocabulário. Essas transformações são, com efeito, necessárias para o indivíduo ser aceito em uma tribo e com ela partilhar os segredos, prazeres e a alegria do dês-compromisso.

No cotidiano dos jovens, essa vida facetada por uma dupla personalidade contribuiu para a criação de um novo universo simbólico, isto é, possibilitou a formação de uma máscara de proteção para a intervenção social. Nos dizeres de Maffesoli:

> "A máscara pode ser uma cabeleira extravagante ou colorida, uma tatuagem original, a reutilização de roupas fora da moda (...). Em qualquer caso ela subordina a persona a esta sociedade secreta que é o grupo afinatário escolhido. Aí existe a 'des-individualização', a participação, no sentido místico do termo, a um conjunto mais vasto."[2]

No caso específico do movimento *rapper*, o sofrimento gerado por sucessivas segregações provocou ódio, acumulou forças e inspirou uma inédita resistência dos jovens periféricos contra as tiranias do capital e a mesmice do cotidiano. Ao exemplo de outras coletividades juvenis da atualidade, os *rappers*, não demonstram, contudo, interesse de propor grandes transformações sociais. Querem simplesmente alertar, expor a dramática situação em que estão imersos e, com isso, cobram mais participação no jogo democrático. Essa estratégia de não veicular nenhum ideal de projeto alternativo em suas manifestações

confunde a cultura consensual, desperta suspeita nas lideranças dos movimentos sociais, que acusam os *rappers* de flertarem freqüentemente com o mundo da ilegalidade.

A idéia de criminalizar o outro, empurrando-o para as fronteiras da ilegalidade é um recurso praticado com desenvoltura e esmero, segundo alguns estudiosos, pelos mecanismos de ajuste e controle da sociedade moderna. Ao fazer menção ao mundo moderno, aliamo-nos às análises de Zygmunt Bauman para quem, a modernidade é uma "época, ou estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do desmantelamento da ordem 'tradicional', herdada e recebida; em que 'ser' significa um novo começo permanente".[3]

Pode-se dizer que, entre os objetivos desse recomeçar permanente, encontra-se a idéia de anular física e culturalmente o indivíduo para, em seguida, torná-lo estranho a seu próprio meio, criando, assim, uma categoria de rejeitados, não por aquilo que são, mas por aquilo que têm. Esses são, segundo Bauman, os "consumidores falhos", pessoas que potencialmente podem causar problemas à ordem estabelecida, uma vez que são incapazes de participar ou mesmo responder aos atrativos da sociedade de consumo. Em suas palavras:

> "Os centros comerciais e os supermercados, templos do novo credo consumista (...), impedem a entrada dos consumidores a suas próprias custas, cercando-se de câmeras de vigilância, alarmes eletrônicos e guardas fortemente armados; assim fazem as comunidades onde os consumidores afortunados e felizes vivem e desfrutam de suas novas liberdades; assim fazem os consumidores individuais, encarando suas casas e seus carros como muralhas de fortalezas permanentemente sitiadas".[4]

Essa realidade logo seria percebida pelos *rappers*, que passam a contrapor em suas crônicas musicais, as diferenças entre esses dois mundos.

> "Olha só aquele clube que da hora/ olha aquele campo, olha aquela quadra/ olha, quanta gente/ tem sorveteria, cinema piscina quente/ olha quanto boy, olha quanta mina/ (...) olha aquele pretinho vendo tudo do lado de fora (...). Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo (...) o incentivo no lazer é muito escasso/ É ... o centro comunitário é um fracasso. (Racionais MC's, do álbum Um Homem na Estrada de 1994).

Ao perceberem a condição de consumidores falhos para a qual foram relegados, os rappers propõem uma rediscussão, vale dizer, uma intervenção nos espaços públicos, sugerindo mudanças em sua geografia. Para essa discussão, eles não se apresentam, entretanto, de maneira cordial; potencializam, ao contrário seus discursos e suas intervenções com uma forte ira social.

> "Minha intenção é ruim/ esvazie o lugar/ eu tô encima/ eu tô a fim/ um dois pra atirar/ eu sou bem pior do que você ta vendo/ o preto aqui não tem dó é 100% veneno/ a primeira faz *bum*/ a segunda faz *pá*/ eu tenho uma intenção e não vou parar."
> (Racionais MC's, do álbum Sobrevivendo no Inferno, de 1997).

Como se pode depreender, as representações promovidas pelos *rappers* estão carregadas de "más intenções" contra tudo aquilo que é estranho à sua realidade. Daí a exigência, a exclamação, a intimidação, mesmo para que os "outros" esvaziem o lugar, pois território de "mano" não pode ser compartilhado com qualquer um.De onde, afinal, vem a combustão para essa ira social? Sua força e capacidade congregadora estaria, por acaso, relacionada com o discurso comunitário e coletivo de seus membros? Em outras palavras, como esses jovens conseguiram atravessar a fronteira cinzenta do mundo ilícito para divulgar outros valores de suas quebradas? Em quais bases, enfim, se constituíram-se os elementos fundadores do que aqui estamos denominando de "República dos Manos"?

São muitas as incertezas e dúvidas sobre os caminhos e possibilidades de escolha dos jovens na contemporaneidade. Essas dúvidas, de certa forma, vêm sendo tematizadas pelos *rappers*, quando, por exemplo, cantam a discriminação, a pouca oportunidade no mercado de trabalho, o analfabetismo, à violência, enfim, quando cantam todas as mazelas e obstáculos que encontram para uma participação mais efetiva na vida pública.

Para além da tensão social à qual essas questões nos remetem, é interessante notar, que a pobreza e o isolamento social dessas coletividades têm, paradoxalmente, transformado-se em poderosos estimuladores para uma criatividade emancipatória sem precedentes na periferia de São Paulo, o que possivelmente sinaliza para sintomas de um

processo evolutivo e crescimento pessoal dos indivíduos dessas paragens, uma vez que os jovens que transitam pelo universo *rap* não o fazem só por lazer, mas encontram aí a oportunidade de falar de forma realista de suas condições de vida, evidenciando, desse modo, as contradições sociais do país.

Refletindo sobre as vicissitudes dos modos de viver na atualidade, diversos estudiosos, como Teresa Caldeira e o próprio Bauman, observam que todas as vezes que o espaço público sofreu mudanças para atender interesses de setores específicos, as contradições sociais se revelaram-se mais intensamente.

Para Caldeira[5], a síndrome do medo instaurada em uma população vitimada pela violência e pelo crime levou determinados setores da população a adotarem medidas extremas de relacionamento com o universo público. Inicialmente, com elevado grau de desconfiança na capacidade dos poderes públicos de zelar por sua segurança, os "consumidores ativos" contrataram empresas privadas de segurança para protegê-los. Em seguida, ao perceberem que essa medida era ainda insuficiente, eles edificaram condomínios fechados numa clara e ostensiva tentativa de evitar encontros com aqueles que consideram "diferentes" e, por conta disso, "perigosos."

Posição semelhante é, igualmente, defendida por Bauman, quando conclui que a sociedade moderna criou uma categoria de estranhos considerados irrelevante mas, apesar disso, necessários à manutenção da sociedade.

> "Os estranhos são pessoas que você paga pelos serviços que elas prestam e pelo direito de terminar com os serviços delas logo que já não tragam prazer. Em nenhum momento, realmente, os estranhos comprometem a liberdade do consumidor de seus serviços." [6]

A cultura *hip hop* tem se firmado como um importante meio de aglutinação para os jovens de periferia debater as contradições contemporâneas, que incidem diretamente em suas vidas. Portanto, mais do que estranhos, seus membros são incomôdos, pois teimam em trazer à tona o avesso do país implodindo, a *"rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária"*.[7]

[1] MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo na Sociedade de massas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1998.
[2] *Idem*, p. 128.
[3] BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 20.
[4] *Idem*, p. 24.
[5] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed., 34/Edusp, 2000.
[6] BAUMAN, Zygmunt. *Op. Cit*., p. 41.
[7] *Idem*, p. 19.

Exposição aos credores: a escrita como redenção

Rafael R. R. Souza

Foi confinado em sua fazenda Atalaia, em Sapopemba, que Irineu Evangelista de Souza, consternado pela dor da falência, empreendeu sua mais duradoura obra, em meados do ano de 1878. Escrita em pouco mais de duas semanas, a *Exposição do visconde de Mauá aos credores de Mauá & Cia. e ao público* destinava-se a um fim duplo e interligado: dar as satisfações que o visconde considerava necessárias aos seus credores e impedir que o seu nome – a sua dignidade pessoal e social – viesse a se perder, assim como naufragavam as suas realizações industriais e financeiras. Queremos dizer com isso que a obra era mais que uma prestação de contas; tratava-se de um livro com intenção autobiográfica. Na *Exposição aos credores*, o visconde analisa o trajeto por ele percorrido em seus 32 anos de vida pública. Ao longo desse escrupuloso exame, como não poderia faltar em obra do gênero, deparamo-nos com a emergência de uma individualidade [i]. E será, justamente, para ela que voltaremos nossa atenção.

Entendemos as narrativas autobiográficas como uma fonte privilegiada para a percepção do sistema de idéias de uma época, na medida em que nestes escritos é comum encontrarmos, aliado à história de um "eu", a história dos valores, das crenças e dos projetos que teriam dirigido a vida do protagonista e dos quais ele se vê, muitas vezes, como o representante-mor [ii]. Estudando o relato autobiográfico do visconde, foi exatamente isso que percebemos e, por isso, nossa principal intenção aqui será esclarecer a importância política da obra no contexto dos debates reformistas do Estado Imperial que marcaram a época de sua produção.

A representação que desponta das originais 180 páginas da *Exposição aos credores* publicada pela Tipografia Villeneuve & Cia. é a de um patriota, inteiramente, dedicado ao desenvolvimento industrial de seu país. Mauá enceta a obra com uma introdução preciosa. Nela há uma espécie de relato de uma experiência de conversão. Como aponta Martyn Lyons, a autobiografia espiritual foi um modelo de narrativa corrente

entre as autobiografias inglesas da primeira metade do século XIX. Tal padrão, geralmente, pensado como proveniente das *Confissões* de Santo Agostinho, teve como paradigma o clássico *O Peregrino* de John Bunyan. Trata-se de uma autobiografia centrada na jornada da alma perdida rumo à salvação; é uma espécie de *odisséia espiritual*, na qual o indigno pecador – após um período de acentuada prostração e abatimento, fruto do pecado – acaba, de repente, ao encontrar com Deus, caindo em si e convertendo-se do seu mau caminho: entenda-se, tornando-se uma *nova criatura*, para usar a linguagem bíblica. Foi, sobretudo, sob a inspiração desse tipo de texto que os ingleses – inclusive, os operários escritores - do século XIX encontraram a forma ideal para exprimir o relato de suas vidas.

Mauá, seguindo a tendência dos tempos, doravante, cada vez mais laicos e profanos, centrou-se no desenvolvimento secular e não espiritual de sua personalidade. Será essa tendência, mais científica e positivista, que dominará as autobiografias européias da segunda metade do século XIX, como também nos esclarece Lyons [iii]. Vemos isso no tipo de conversão relatada por Mauá: trata-se esta da decisão por ele tomada, em 1846, de *"engolfar*-[se] *em outra esfera de atividade"* [iv]. O comerciante deixava o ramo, no qual fizera prodigiosa fortuna, para adentrar o terreno pantanoso e movediço da grande indústria e do mundo financeiro da época [v]. A conversão narrada é, pois, uma espécie de confissão; revelação que tencionava marcar temporalmente o início de uma nova vida, verdadeiramente, ou, antes, ativamente, patriótica e industrializante. Tal como se observa nas autobiografias espirituais, há também na *Exposição aos credores* uma certa *peregrinatio.* A alma aflita, após um período de intensos conflitos, acaba elevando-se a paragens mais dignas.

Se, por um lado, a emergência de um Mauá com as características que vimos acima ocorre num repente (o relato da conversão patriótica), por outro, a montagem textual capaz de manter de pé essa representação dar-se-á com mais vagar e, apenas, ao longo das páginas da "autobiografia". Uma das bases dessa montagem é a tópica do martírio. Sua importância patenteia-se no fato de que, junto com outra tópica, a da solidão, é que Mauá produzirá o efeito capaz de dar vida à sua auto-imagem. Ou seja, o que estamos a dizer é

que foi, justamente, concebendo sua identidade pessoal (de mártir e solitário) em oposição à representação dos "outros" (carrascos e que o não acompanharam), que o visconde teria dado o chamado "pulo do gato", definindo não só o seu lugar, como também o espaço simbólico da imensa maioria (e, quiçá, da totalidade) de sua geração.

Começaremos pela tópica da solidão, uma vez que será ela a responsável por dar cores à tópica do martírio. O Mauá que aparece na *Exposição aos credores* é um personagem singular, quase absolutamente distinto de todos os homens da sua época. Seu espírito empreendedor; seu desejo de aprimorar a livre iniciativa e dinamizar a economia nacional por meio dela; seus pensamentos a respeito da urgência, bem como, da função estratégica da implantação de ferrovias e outros meios de transporte no país; seu arrojo empresarial e financeiro; enfim, tudo aquilo que caracterizaria sua individualidade encontrava-se, na imensa maioria das vezes, em contraste fatal com a geração que lhe foi contemporânea. Não é raro, pois, vê-lo sozinho iniciar e levar a cabo os inúmeros grandes empreendimentos relatados na "autobiografia".

Dessa auto-representação nasce, pois, uma *persona* só que muito nos diz da forma como o visconde se via e desejava que os outros o vissem. Como diz Maria Alice Rezende de Carvalho, em sua biografia sobre André Rebouças produzida, sobretudo, pela análise crítica dos escritos de si do engenheiro, o *topos* da solidão constituía-se (em sua obra) ao mesmo tempo em "*expressão exaltada do individualismo"* e *"avaliação negativa do* ***establishment*** *brasileiro"* [vi]. Ao demarcar textualmente a singularidade de sua pessoa, bem como, a de suas propostas e projetos para o país, o que o visconde fazia era, na verdade, chamar a atenção dos leitores para os conflitos por ele tidos com os homens – e, em especial, com os políticos - de sua época [vii]. Isso era fundamental na composição da trama abordando a história da sua personalidade. O problema é que alguém tão diferente assim não poderia ser bem-aceito. E é esta conclusão óbvia que nos transporta para a tópica complementar, já antes referida – a do martírio.

Nesse *topos* resultante, o Mauá que encontramos é um homem sofrido que se sacrifica por uma causa: a modernização material de seu país. Incompreendido por todos e

perseguido de todos os lados, seu fim não poderia ser outro. Como diz o poeta, uma andorinha só não faz verão. Ainda que esforçando-se de todas as formas e empregando o conjunto de suas energias, Mauá foi incapaz de *"vencer as resistências"* (Mauá, *Autobiografia,* p. 123). O tema da solidão, conjugado ao da perseguição, que o eleva à estatura de mártir, está presente em diversos momentos do texto, o que nos faz concluir a importância dessas tópicas. Os obstáculos encontrados ao longo do caminho atuam como espécies de bordas que contêm e põem em relevo a figura de um homem que por, sozinho, arrostar todas as adversidades de seu tempo, só poderia ser, além de mártir, um verdadeiro herói nacional [viii].

Tópica da solidão e tópicas resultantes do martírio e do heroísmo, serão elas que permitirão ao visconde (como antes apontamos) ancorar sua identidade em bases sólidas: entenda-se, produzir uma imagem de si, diametralmente, contraposta à representação dos "outros". Como se sabe, o processo de definição de uma identidade tem como fundamento a experiência da alteridade. Dependemos do "outro" ou, antes, de "outros" para fundamentar, por exclusão (ou seja, definindo o que não somos), nossa própria esfera de existência. A questão se coloca – e, aqui, nos serviremos das reflexões de Fabiana de Souza Fredrigo – quando, para constituir sua identidade, uma pessoa, um grupo ou uma sociedade passa a definir-se contradizendo a imagem do "outro". Neste caso, trata-se, não apenas de contrapor-se ao "outro", mas de desmenti-lo e ocultá-lo, retirando (assim) da representação alheia parte de sua própria vitalidade [ix]. Ao apresentar-se como uma excepcionalidade em sua "autobiografia", a efeito o que o visconde de Mauá fazia – mesmo que inconscientemente – era chamar a atenção do público leitor para si, em detrimento dos "outros" (desprezados, incompreendidos, em suma, denegados) [x].

Desde suas primeiras páginas, Mauá já prepara o cenário no qual se desenrolaria o combate entre ele – o herói do progresso nacional – e o Estado brasileiro – principal bastião do conservadorismo político. Em se tratando de uma exposição a credores, a estratégia usada é certeira: o intuito é explicar a razão do fracasso de seus empreendimentos, ancorando-se (sobretudo) nas ações contrárias de um Estado, ora

ausente, ora limitador. Ausente por não prestar os auxílios requeridos pelos particulares na obra de modernização do país [xi]; limitador por cercear e tolher a livre iniciativa, embaraçando-a com leis e mais leis – especialmente, em matéria financeira, diga-se de passagem [xii]. Várias de suas empresas, segundo Mauá, não teriam ido à frente por conta da nefasta atitude do Estado e este é apontado como o grande culpado por sua bancarrota [xiii].

Conclusão: o grande contraponto, em face do qual Mauá estabeleceu sua imagem foi o Estado imperial. A *Exposição aos credores* pode ser vista, e é isso que intentamos demonstrar, como um verdadeiro libelo contra o Estado vigente em seu tempo: um Estado que, segundo Mauá, cerceava a livre-iniciativa e deixava no desamparo as classes produtivas da nação. Tal é o clamor audível, tanto nas reclamações já apreciadas, quanto nas ardentes demandas (propostas, mesmo) de reforma do Estado imperial feitas pelo visconde. A seguir, trataremos dos princípios que ancoram esses reclames reformistas.

Concorde com suas reprimendas à política do Segundo Reinado, vistas anteriormente, Mauá propugnava um espectro de reformas, nem sempre muito bem condensadas no corpo da *Exposição aos credores*, mas que, de certa maneira, foram reunidas no tópico: **Serviços prestados à agricultura** [xiv]. Assim escreve ele, abrindo o escopo de suas reformas:

> *Nada mais justo, razoável e conveniente à marcha governativa do país, do que a intervenção intercalada na governação do Estado das opiniões políticas que tenham elementos de reconhecida força na organização social adotada. O que, porém, o país tem direito a esperar é que as* ***sumidades intelectuais*** *que simbolizam o pensamento político que aspira ao poder, tenham* ***idéias assentadas*** *sobre os pontos cardeais em referência às necessidades públicas que legitimem essa aspiração, pois a presença do estadista se reconhece nas medidas em que ele empenha seus esforços para alcançar o bem-estar social, que é a missão de todo o bom governo conseguir.* (Mauá, *Autobiografia,* p. 216).

O que está colocado no excerto acima é primeira base do seu espectro de reformas. O princípio nele contido é claro: não só as *"opiniões políticas que tenham elementos de reconhecida força na organização social adotada"* (no caso, as opiniões políticas consoantes aos reclames e interesses do setor agrícola) deveriam ter voz no governo, como (primeiramente) o Estado precisaria ter *"****idéias assentadas*** *sobre os pontos*

cardeais em referência às necessidades públicas" do país. Sendo tais *necessidades públicas*, todas elas, de caráter econômico, o que se configura nessa proposta é a constituição de um Estado comprometido com o progresso material da nação [xv]. Aquilo, pois, que Mauá descreve em sua "autobiografia" como tendo sido sua vocação pessoal, ele transporta para o tipo de Estado que ele desejava ver surgir.

Além do clamor por um Estado, essencialmente, voltado para o progresso do país; também, deparamo-nos com a defesa de um Estado que (entendido na perspectiva liberal, e o visconde era um liberal à inglesa) não tomasse para si todas as responsabilidades nacionais. Pelo contrário, que regulamentasse apenas e tão só o básico, deixando para a livre-iniciativa maiores margens de atuação. Para o visconde, cabia a ela prioritariamente a tarefa de dinamizar a economia. O Estado deveria funcionar apenas como indutor do progresso: contemplando com vistas mais largas o horizonte econômico nacional, cabia ao governo incentivar a livre iniciativa, captando os rumos mais prósperos e fecundos do mercado internacional, assegurando a atividade dos produtores industriais e agro-pastoris e dando os passos que estivessem além das possibilidades da iniciativa privada (mesmo quando associada). O motor do progresso econômico nacional, o pólo forte da economia do país deveria se encontrar na própria sociedade; em suma, era este o desejo do visconde. Anseio que, por conseqüência, interferia no tipo de Estado por ele defendido: um Estado menos sufocante e cerceador, um Estado liberal, enfim.

Bem coerente com seus objetivos ou, antes diríamos, com sua proposta ontológica, a *Exposição aos credores* – esta narrativa autobiográfica com cara de prestação de contas; este libelo contra o Estado imperial sob a capa de análise de uma trajetória de vida -, assim termina:

> *Só me resta fazer votos para que no **meio século**, que se segue, encontre o meu país quem se ocupe dos melhoramentos materiais da nossa terra com a mesma fervorosa dedicação e desinteresse (digam o que quiserem os maldizentes) que acompanhou os meus atos durante um período não menos longo* (...).
> E *oxalá que nas **reformas** que se apregoam como necessárias ao bem-estar social de nossa pátria, não esqueçam os que se acharem à frente da governação do Estado, que o **trabalho e interesses econômicos** do país são mais que muito dignos da proteção e amparo a que têm direito.*
> *Pela parte que me toca, fui **vencido**, mas não **convencido**.*

(Mauá, *Autobiografia,* p. 292 e 293).

Interligando sua trajetória pessoal com uma mais transcendente, como (aliás) fazem todos os bons textos do gênero, Mauá desfechou sua "autobiografia" com uma palavra de esperança e de desafio. É o voto de um *morto*, como ele gostava de falar, em prol do progresso material da nação. A obra que, em vida, ele não pôde cumprir, desejava, patrioticamente, que as futuras gerações fossem capazes de concretizar. Para ser atingido, contudo, tal sonho exigiria – do seu ponto de vista – uma reformulação do Estado imperial sob o qual ele viveu. Urgia que os pósteros removessem os obstáculos que o teriam impedido de levar a cabo sua vocação. A constituição de um Estado nacional comprometido com os princípios liberais e voltado para a obra do progresso material do país era, em uma palavra apenas, primordial.

Esperança no desenvolvimento econômico nacional e anseio por reformas na estrutura estatal, eis os dois grandes desafios colocados por Mauá para as gerações futuras. Mais tarde será, justamente, pela retomada desses ideais, aliada a alguns "bons" desvios em seu conteúdo, que a memória do visconde – memória esta, sobretudo, encerrada nas páginas dessa *Exposição aos credores*, rapidamente, analisada – emergirá com força.

---

[i] Philippe Lejeune oferece a seguinte definição do gênero autobiográfico: *"Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando ela põe em destaque sua vida individual, em particular, a história de sua personalidade".* (LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1975, p. 14).

[ii] SAYRE, Robert F. "Autobiography and the making of America". In: OLNEY, James (org.). *Autobiography*: essays theoretical and critical. Princiton, Princeton University Press, 1980, pp. 146 a 168.

[iii] Sobre o assunto conferir: LYONS, Martyn. "La culture littéraire des travailleurs: autobiographies ouvrières dans l'Europe du XIXe siècle". *Annales HSS*, juillet-octubre, 2001, nº 4-5, pp. 927-946.

[iv] MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1943, p. 96. **As referências às demais citações da *Autobiografia* virão no corpo do próprio texto. Sempre que aparecerem *grifos*, eles são do próprio visconde, o qual gostava de destacar as palavras e expressões mais importantes e vibrantes de seus escritos.**

[v] Eis o relato da conversão: *"Na primavera da vida havia eu já adquirido, por meio de infatigável e honesto labor, uma fortuna que me assegurava a mais completa independência. (...) Bastaram vinte anos de atividade sem repouso, além do preciso para recuperar a perda de forças, que o lidar contínuo, acompanhado da necessária meditação, opera no organismo que suporta a pressão dessas lides, para assegurar-me uma renda superior a 50 contos anualmente (...). (...) Travou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o EGOÍSMO, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as idéias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos, sendo a idéia de vir a possuir uma GRANDE fortuna, questão **secundária** em meu espírito, posso dizê-lo afoitamente, com a mão na consciência e os olhos em Deus".* (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 95 e 96).

[vi] CARVALHO, Maria Alice Rezende de Carvalho. *O quinto século*: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ-UCAM, 1998, p. 123.

[vii] Se atentarmos para as reflexões de José Murilo n'*A construção da ordem. A elite política imperial* (1980), veremos que o perfil de Mauá estava bem distante do caráter letrado dos bacharéis de Direito que predominava, sobretudo nos escalões superiores, entre os políticos do Império. Isso não o impediu de desempenhar importante papel político na época e, mesmo, de entrar naquele universo restrito compondo escalões inferiores do governo, ainda que tenha (sem dúvida) contribuído para explicar as dificuldades por ele encontradas nos seus contatos e interações com a elite política do Império.

[viii] Ao fazer a análise crítica do Diário e das correspondências de André Rebouças, Maria Alice de Carvalho assim se expressa: "Pode-se dizer, então, que, do ponto de vista da elaboração da sua narrativa autobiográfica, as perseguições de que se dizia vítima seriam a porta de entrada para a demarcação da sua singularidade e para a experiência de um tipo de autonobilitação sugerida pelo heroísmo de se ver lutando, sozinho, contra todos os moinhos do conservadorismo nacional". (CARVALHO, 1998, p. 174). Nas reflexões que estamos a fazer da Exposição aos credores, constatamos a pertinência dessas colocações – aliás, a própria pesquisadora citada, observa, em alguns pontos de seu texto, alguma proximidade entre o visconde de Mauá e o engenheiro André Rebouças.

[ix] Fabiana Fredrigo esclarece o quanto, no decorrer de suas trajetórias, sobretudo, no pós-independência, as Américas portuguesa e espanhola constituíram-se identitariamente, a partir do que ela chama de *denegação*. O conceito é de Leandro Karnal, em seu *O Brasil e a América Latina denegada*, e aponta para a prática de incompreensão e, mesmo, de silenciamento do "outro". *"Denegar não é apenas recusar, negar ou não aceitar. Denegar pode significar também desmentir, contradizer. Tal como num jogo de espelhos, as Américas não só se recusavam, mas se contradiziam, se desmentiam, usando a imagem do outro para construir a sua própria imagem e definir identitariamente o que não queriam ser. Nesse processo, assumiam a importância do outro, mesmo quando o silêncio a seu respeito fazia-se presente".* (FREDRIGO, Fabiana de Souza. "O Brasil no epistolário de Simon Bolívar". *História Revista*, Goiânia, 8 (1/2), jan./dez., 2003, p. 90).

[x] Segundo Maria Alice de Carvalho, Rebouças procurava levar a frente seus projetos profissionais atuando como engenheiro e empresário, ao que era acusado (como Mauá) de querer se enriquecer às custas dos interesses públicos. Muito mais que uma oligarquia conservadora e opositora, o que havia era uma luta entre duas formas de se alcançar o progresso. *"Ou seja, a polarização* (...) *se prendia, antes, à identificação do lugar de realização do universal: se no Estado centralizado e distributivo, se no Estado interiorizado pelos indivíduos morais. Nesse sentido, enquanto Rebouças criticava a letargia, a ausência de civismo e a insensibilidade para com a noção de público que caracterizariam os engenheiros do Setor de Obras Públicas do Ministério da Agricultura, ele próprio era constantemente acusado de pretender enriquecer à custa da privatização de largos espaços de atuação do Estado".*(CARVALHO, 1998, p. 120).

[xi] O estabelecimento da Ponta da Areia, por exemplo, enquadra-se neste caso. A falta de pedidos por parte do governo imperial e a alteração das tarifas aduaneiras, nos rumos do antiprotecionismo, foram vistas por Mauá como duas das maiores razões para o fracasso deste seu empreendimento.

[xii] Este é o caso do Banco Mauá. Na tentativa de *"*[afastar-se] *da **tutela** do governo"* (p.231 da *"autobiografia"*), Mauá tentou organizar a instituição bancária que leva o seu nome, estabelecendo-a sob a forma de uma sociedade comanditária. Sofrendo a oposição do governo, o qual (pouco tempo depois de organizada a instituição) expediu um decreto-lei com efeito-retroativo, o Banco teve que ser refundado, agora com base em outros princípios – o que, de acordo com Mauá, além de limitar bastante o raio de ação da instituição, veio a colocá-la menos a salvo das intempéries (as quais vieram e, detalhe, com força).

[xiii] Dentre as sete causas (a última apenas sugerida) que o visconde de Mauá levantou como justificativas para o seu malogro final, é significativo o fato de que todas elas constituem-se em críticas diretas ao Estado brasileiro de seu tempo. Mauá levantou-se contra: o decreto-lei n.º 1487 com efeito-retroativo, de 13 de Dezembro de 1854, e já anteriormente referido (nota XII); as leis financeiras do país, cerceadoras do crédito e, mesmo, do capital; as decisões judiciais insensatas, das quais foi vítima (pelo menos, duas vezes); a concorrência que lhe moveu o governo da província de São Paulo, decidindo construir uma estrada de rodagem paralela à ferrovia que ele empreendia; as posições avessas a sua pessoa e a seus interesses tomadas pelo poder imperial em sua política externa com o Uruguai; a avaliação negativa (dirá ele, leviana) feita sobre a situação do Banco Mauá, em uma assembléia geral dos acionistas do Banco do Brasil (na ocasião, 1869, um de seus credores); e, finalmente, o ***"excesso de juros pagos"*** (Mauá, *Autobiografia,* p. 289). Considerando que o Banco do Brasil era, na época, o principal órgão de execução da política financeira no país, fica explícita a contundência da crítica à atuação da organização-mor da nação.

[xiv] É curioso notar que Mauá deixou para enfeixar suas propostas de reforma do Estado imperial, justamente, quando tratou da agricultura – *"*(...) *apesar de não ser esse o ramo de atividade a que* [se dedicou]*".* (MAUÁ, *Autobiografia,* p. 226). Aquilo que, num primeiro lance pode parecer espantoso, é (porém), facilmente, explicável. Desejoso de ter um certo distanciamento a fim de conceder maior imparcialidade a suas propostas, o visconde decidiu reunir seus projetos de reforma ao tratar da esfera de negócios em que menos atuou. O efeito intentado é, pois, óbvio: se tais reivindicações fossem aceitas como pertinentes no âmbito específico do agronegócio (*"a **fonte** de toda a riqueza pública do Brasil"*; MAUÁ, *Autobiografia,* p. 215), que dirá da adequação de um tal conjunto de reformas à realidade político-econômica global do país.

[xv] Para Mauá, o Estado por ele projetado deveria focar-se em quatro áreas estratégicas, que aqui apenas apontaremos muito brevemente: aperfeiçoamento das vias de comunicação para permitir o melhor escoamento da produção; provimento de mão de obra, necessário à sustentação do desenvolvimento; ampliação e facilitação do crédito, vital ao incremento das forças produtivas; e, finalmente, qualificação dos trabalhadores no intuito de modernizar o setor produtivo brasileiro. Atuando nestes *pontos cardeais*, o novo Estado brasileiro estaria,

segundo ele, apto a elevar a nacionalidade brasileira, *"em um futuro não mui distante, à posição que lhe compete no congresso das nações, isto é, o primeiro lugar"* (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 193).

ENTRE O REAL E A IMAGEM: Pioneiros e indígenas em Roraima na década de 1990.

Raimundo Nonato Gomes dos Santos - UFRR.

Este trabalho tem como objetivo compreender a posição ocupada pelos povos indígenas no passado de Boa Vista, cidade criada em 1890, atual capital do Estado de Roraima, tendo como fonte principal à representação produzida pela sociedade boavistense, materializada em um monumento aos seus pioneiros construído em 1995, que surgiu como um dos frutos de um projeto que procurava ressaltar as raízes históricas da Cidade, levado a efeito pela sua Prefeitura Municipal. Trata-se de uma imagem que compreendemos como síntese de uma auto-representação, produzida pela sua elite social, realçando sua história, o que envolve sua relação com os indígenas.

Em parceria com a Fundação Banco do Brasil, a Prefeitura Municipal de Boa Vista desenvolveu um projeto intitulado: "Projeto Raízes", com a finalidade de identificar e preservar os patrimônios arquitetônicos, artísticos, culturais e históricos da cidade. O trabalho envolveu reformas e pinturas das fachadas de prédios antigos e reforma de praça. Conforme relatório de atividades da cidade de Boa Vista,[1] obedeceu aos critérios adotados pela UNICEF - Fundo de Cultura das Nações Unidas, para os conjuntos arquitetônicos considerados patrimônios da humanidade.

Uma das etapas do Projeto Raízes foram obras realizadas no berço histórico da Cidade de Boa Vista, que incluiu a reforma da Praça Barreto Leite. Nesta, foi construído no lado leste que dá para o rio Branco, um muro de arrimo em pedra natural que representa o Forte São Joaquim, forte construído pelos portugueses no final do século XVIII. Na parte mais alta do muro, foi construído um monumento aos pioneiros de Boa Vista. É exatamente a imagem deste monumento que passamos a analisar.

Luiz Canará 18-08-95 Foto de Jorge Macedo

A obra em si foi esculpida em concreto armado pelo artista plástico roraimense Luiz Canará, que procurou obedecer à seqüência: a chegada de famílias imigrantes em canoas movida a remo, que se encontra à esquerda e em primeiro plano; o transporte de seus utensílios quando em terra feito por homens e mulheres, também à esquerda, mas em segundo plano; a conquista dos campos representada pelo homem a cavalo ao centro do conjunto e; à direita, estão os indígenas, com destaque para o busto da principal personagem da mitologia indígena roraimense, o "*Pabá Curinâ Makunaima*" – o Grande Pai Macunaíma,[2] que aparece em primeiro plano e em alto relevo, tendo por trás um grupo de indígenas de pé e nus.

O Monumento aos Pioneiros de Boa Vista é uma tentativa de apresentar a História da formação da Cidade e, porque não dizer, do Estado de Roraima, pois vemos dois indícios disto: um, é quando procura reproduzir o perfil do Monte Roraima, ponto mais elevado do Estado, marco de fronteiras entre Brasil, Venezuela e República Cooperativista da Guiana e, o outro, está no muro de arrimo, que procura lembrar o Forte São Joaquim, construído pelos portugueses em 1775, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, hoje em ruínas.

A obra está localizada no berço histórico de Boa Vista, tornou-se atração turística, virou cartão postal. É importante observar que esta imagem foi produzida em meados da década de 1990, momento caracterizado por tensão na relação entre a sociedade não-indígena e os povos indígenas, pois ao longo da década de 1980, uma leva de garimpeiros vinha invadindo os campos de Roraima em busca de ouro. Trata-se também de um período de organização dos povos indígenas não só em Roraima, mas a nível continental, com o objetivo de defender o direito de ocuparem seus territórios sem serem incomodados por outros grupos. Anos, portanto, de resistência destes povos na tentativa de rever benefícios que estavam perdendo, momento que as autoridades locais e nacionais batem cabeça e são obrigadas a dar respostas não só a sociedade brasileira, mas ao mundo. Estava em pauta a demarcação das terras indígenas, a indenização e retirada de fazendeiros das áreas reivindicadas, a explosão de pistas de pouso e retirada de garimpeiros dos territórios indígenas. Foi um período em que muitas vidas foram consumidas ou ameaçadas na construção da história deste Estado.

Entretanto, vemos neste quadro os indígenas com sua presença direta numa imagem construída pela elite local em um momento bastante significativo, pois se trata de uma ocasião em que a sociedade roraimense se volta para o seu passado e procura se reconhecer na sua própria história, e na representação que produziu, a presença indígena está garantida de forma bastante concreta.

Trabalhando a relação entre memória e história tendo como preocupação à reconstituição da história por meio da fotografia, diz Boris Kossoy que a imagem fotográfica tem múltiplas faces e realidades. Entre elas uma é a imagem que está visível e imóvel no documento, uma outra diz respeito ao referente, ou seja, a realidade exterior à qual a imagem representa, é o testemunho, o conteúdo. Acrescenta o autor, que as demais faces não podemos ver, não estão explicitas, mas que podemos intuir, é:

> a vida das situações e dos homens retratados, desaparecidos, a história do tema e da gênese da imagem no espaço e no

tempo, a realidade interior da imagem: a primeira realidade.[3]

Portanto, a análise da fotografia nos remete ao processo histórico no qual se deu a produção da imagem, realidade que não podemos ver, não está explicita, mas que podemos captar o espírito das razões que motivaram sua criação.

Ao observarmos a foto acima, podemos constatar como primeira realidade o que podemos ver de imediato: no primeiro plano e abaixo temos um casal numa canoa, na imagem principal à esquerda vemos pessoas que parecem retirantes, no centro um senhor a cavalo e a direita um grande busto de homem, tendo como fundo pessoas de pé e nuas.

Uma outra realidade que podemos mostrar é o referente, como se trata de uma escultura, vemos na imagem do homem a cavalo a representação de um fazendeiro instalado nos campos de Roraima, na imagem das pessoas na canoa ou caminhando a pé a representação de pessoas imigrantes de pouco poder aquisitivo. Temos também imagens que representam além de um busto vários indígenas. No total podemos imaginar pessoas já falecidas outras vivas, além de seus descendentes que continuam vivendo nos campos, espaços físicos que caracteriza o solo de Roraima.

Entretanto, o que procuraremos analisar é o processo histórico no qual esta imagem ganha sentido e representação, portanto, é o lado oculto, é o que não está explícito conforme o Boris Kossoy.

Nos detendo na fotografia, podemos observar que as imagens à esquerda mostram imigrantes chegando de barco e a pé, o que demonstra paciência e disposição, simbolizando coragem e bravura, podemos até ler isto na placa comemorativa ao 85° aniversário de fundação do Município de Boa Vista, no centro da praça que diz: "*Árdua é a missão de desenvolver e defender à Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquista-la e mantê-la*". Ou ainda podemos ler também na placa que se encontra junto ao monumento: "*Homenagem da Cidade de Boa Vista aos Pioneiros que com coragem e esperança iniciaram a realização de um Sonho chamado Roraima*".

Quando se caracteriza Roraima como sendo o lugar da pecuária, entendemos que

não é por acaso que no centro da fotografia parece reinar absoluto o homem do cavalo, simbolizando os criadores de gado bovino, atividade que recebeu atenção especial dos governantes locais no período, sem contar que esta foi responsável pela fixação da sociedade regional em solo roraimense.

Fechando o conjunto, à direita estão os indígenas, que ao contrário dos personagens não-indígenas, estes apresentados na fotografia em movimento, em atividades, aqueles estão estáticos. Dessa forma, o quadro apresenta uma unidade na qual os indígenas estão incluídos, entretanto, a sua posição é secundária, visto que no centro da imagem se encontra o ator e o assunto principal, representados no homem a cavalo.

Na leitura que fazemos desta imagem, o aspecto inerte dos indígenas é bastante significativo, pois como sabemos, o conflito envolvendo os dois grupo é, talvez um dos mais problemático por que passa o Estado Nacional na atualidade, ações na Justiça são de todas as ordens, envolvem pessoas físicas e jurídicas, órgãos governamentais e os próprios governos. Entretanto, uma coisa a nosso ver é bastante clara, ao observamos os discursos da sociedade roraimense, os indígenas são poucos atacados diretamente, poucos se arriscam a atacá-los usando o termo “índio” e, na maioria das vezes quando o fazem, é para dizer que eles não precisam de muita terra.

Os ataques são direcionados a atores de duas categorias. A primeira, diz respeitos ao que podemos chamar de parceiros dos indígenas, envolve mais de um grupo social: são religiosos; ecologistas; defensores dos direitos humanos; funcionários públicos sejam eles da FUNAI, do IBAMA, da Justiça, da Polícia Federal, ou o próprio Governo. Como evidência disto, vejamos o desabafo de um garimpeiro:

> O Governo Federal e esses padres mentirosos tem que aprender que garimpeiro é trabalhador e não matador de índio. Ao contrário, nós ajudamos os Yanomamis nas aldeias.[4]

Portanto, as acusações são direcionadas a qualquer um que seja levado, por opção

ou força do ofício, a tomar uma decisão em favor dos povos indígenas que venha a contrariar os interesses daqueles que se auto-intitulam "pioneiros" ou "civilizados".

O segundo grupo acusado diretamente pela sociedade local são os próprios indígenas. Mas, as acusações não se referem a eles enquanto tais, mas se utilizando o termo caboclo, pois neste caso, não merecem nenhuma atenção diferenciada.

Isto a nosso ver, justifica a posição estática dos indígenas na fotografia. Estes na visão da elite local: não se movimentam e, se existe algum movimento, não tem origem neles, mas se trata de uma criação de outros grupos que, por interesses escusos, usam os indígenas e procuram dar vida a esta categoria. Entretanto, real ou fictícia, para os pioneiros, esse espectro cruza seu caminho, e lá está o Grande Pai Macunaíma, o grande mito indígena roraimense, presente em concreto a barrar o caminho dos pioneiros, apesar de ter sobre seu ombro as patas dianteiras do cavalo do fazendeiro e do gesto de boas vinda que acena.

Se tomarmos esta imagem pensando-a enquanto a fotografia do lugar[5] que a sociedade local deseja construir em Roraima, podemos perceber que esta ao ocupar o espaço, tirou dos indígenas o direito de opção, apenas um lugar lhes foi reservado sob condição de não poderem se movimentar e dessa forma, terem iniciativa própria nessa organização do espaço, pois o gesto de se mover altera a configuração da imagem, produz novas posições dos sujeitos que compõem a paisagem, qualidade que está reservada aos não-indígenas, estes como percebemos estão todos em movimento. Portanto, aos povos indígenas está muito bem assegurado o seu lugar no seio da sociedade roraimense, desde de que não reivindique qualquer tratamento diferenciado.

Por último, podemos perceber que entre o real e a imagem, entre o sonho e a ação, indígenas e não-indígenas vão tecendo a História de Roraima. Uma história povoada de homens, de mitos e estórias, mas real o suficiente para produzir lutas pela terra, pela propriedade, pelo habitar, pela moradia, por paz e por direitos garantidos.

[1] Relatório de Atividades da Cidade de Boa Vista do período de janeiro de 1993 a março de 1996.
[2] BRASIL, Amazonas. Berço Histórico de Boa Vista. Boa Vista, il. 1996, p. 8.
[3] KOSSOY, Boris. Realidades e Ficções na trama Fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, pp. 4-5.
[4] Jornal a Crítica de Roraima, 05/01/1990, p. 6.
[5] O termo "lugar" é utilizado conforme a concepção de CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

POLÍTICA IMPERIALISTA NOS TRÓPICOS : OS ACORDOS ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

RAMON CASAS VILARINO

Em 1958, Brasil e Bolívia assinaram os Acordos de Roboré. Assinados na cidade de mesmo nome, no país vizinho, esses documentos retomavam dois Tratados assinados em 1938 entre os países, referentes à ligação ferroviária e à saída e aproveitamento de petróleo boliviano. Este último item, em 1958, foi alvo de uma intensa polêmica, devido à atualização das condições para a exploração do petróleo boliviano.

Em 1938, Brasil e Bolívia assinaram os tratados quando o vizinho país saía de um conflito com o Paraguai, a Guerra do Chaco (1932-1935), que causara perda territorial e a sensação que, sem uma aliança com um país mais forte, a soberania boliviana e o restante do seu território não se sustentariam. Foi assim que os jovens oficiais que assumiram o governo após aquele conflito encaminharam a sua política externa, aproximando o país do vizinho poderoso, que poderia interferir em caso de nova agressão.

A Bolívia, desde o século XIX, havia sido alvo da cobiça dos vizinhos e dos trustes estrangeiros. Em 1879-1880, num conflito conhecido como a Guerra do Pacífico, parte de seu território, incluindo todo o seu litoral, foi perdido para o Chile, num contexto em que o salitre era explorado e as empresas estrangeiras não admitiram a cobrança de um imposto sobre o produto, preferindo arrancar o território boliviano e colocá-lo a salvo em mãos de um governo mais complacente. Um pouco antes, em 1867, seu governo assinou com o Brasil o primeiro Tratado de Limites e Navegação, onde, na prática, abria mão de parte de seu território, o que não impediria que, em 1903, num novo Tratado, o de Petrópolis, o Acre fosse também anexado por uma pequena soma pecuniária.

Assim, foi a esse vizinho, também ambicioso, que os bolivianos buscaram apoio no período pós-Guerra do Chaco. Porém, em 1938 a realidade dos dois países era diferente daquela de 1958, quando esses tratados foram atualizados por meio de Notas

Reversais. Em princípio, no tratado de 1938, não havia sequer área estipulada para a exploração do petróleo boliviano, o que poderia dar margem à exploração em todo o seu território, salvo aqueles em que a Standard Oil Co. já estava instalada. Somente em 1952, por meio de uma Nota Reversal, estipula-se uma área de 32 mil quilômetros para exploração brasileira. Há, no entanto, outras peculiaridades. Em 1938, o Tratado estipulava que a exploração seria feita através de empresas mistas brasileiro-bolivianas. Em 1958, porém, a Petrobrás detinha o monopólio da exploração e refino do petróleo no Brasil, o que vai propiciar um debate em torno da extensão ou não desse monopólio para o território boliviano. Por fim, em 1952 a Bolívia passou por um processo revolucionário que, entre outras medidas, trouxe à tona a questão da nacionalização das minas, o que deixaria o debate em torno da presença ou não da Petrobrás e outras empresas estrangeiras naquele território em evidência.

No texto da Nota Reversal de Roboré, referente à exploração do petróleo, a área antes concedida ao Brasil foi dividida em duas, uma, com 60% do terreno, para exploração da YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), empresa estatal boliviana, e a outra, com 40%, para as empresas brasileiras, que deveriam, no entanto, ser de capital privado, o que, por si só, abriu um amplo debate no Brasil.

Por aqui, quando esses acordos foram assinados, imediatamente a questão da Petrobrás tomou a frente: por que a Petrobrás não poderia explorar o petróleo boliviano, em área reservada ao Brasil, se no Brasil o monopólio era uma realidade? Por outro lado, empresários e burocratas ligados ao capital estrangeiro, perguntavam por que esse capital que defendiam não podia participar das explorações, mesmo que associado ao capital nacional. Por fim, outro setor da sociedade e do parlamento, defendia a determinação da Nota Reversal, ou seja, exploração com capital privado sim, mas capital nacional.

Vemos que, em torno dessa questão, abria-se a discussão entre correntes do nacionalismo brasileiro e, destes, com os cosmopolitas, o que, no final das contas, era uma discussão acerca dos rumos políticos do próprio país, num momento em que o governo

Juscelino Kubitschek tentava desenvolver aceleradamente o país utilizando a ambos: recorrendo a nacionalistas, como o Marechal Lott, principal nome de seu ministério e sustentáculo do governo antes mesmo de sua posse, mas sem abrir mão do capital estrangeiro, necessário para a industrialização de setores da economia que careciam de investimento nacional, como a indústria automobilística, ícone de seu governo.

Para conciliar lados aparentemente tão opostos, o governo não mexia na Petrobrás, que, segundo Lott, era intocável, mas, em 1958, tinha à frente do Ministério da Fazenda Lucas Lopes, e, na presidência do BNDE, Roberto Campos, dupla emblemática que, sob a capa ideológica da tecnicidade, defendiam abertamente o capital estrangeiro, a aproximação do país com Washington e o respeito aos ditames do FMI.

Na imprensa, os acordos são noticiados, num primeiro momento, nas páginas de economia, num tom aparentemente frio. Conforme setores nacionalistas da sociedade se manifestam contra o texto de Roboré, o assunto migra daquelas para as páginas de política, com direito a editoriais. Em São Paulo, por exemplo, O Estado de S. Paulo firma posição pela presença de empresas privadas brasileiras com capital norte-americano, e, para isso, toma como referência o governo de Arturo Frondizi, que abrira o território argentino para exploração do petróleo por parte de empresas norte-americanas e européias. Opositor declarado de Juscelino, admirador da dupla Lopes-Campos, o jornal incita o presidente a visitar Buenos Aires para aprender como lidar com a matéria. Do lado oposto, o Semanário, jornal nacionalista, denunciava o acordo afirmando que o Brasil, se não podia ferir o seu texto e levar a Petrobrás ao território boliviano, que fizesse valer o texto do Tratado de 1938, quando, até por inexistência desse monopólio, esse impedimento não existia. O jornal chega mesmo a dizer que Roboré representava uma traição à pátria, pois atentava contra nossa soberania, e, ao preterir a Petrobrás e favorecer o capital privado, estava na realidade satisfazendo os interesses imperialistas de poderosos trustes estrangeiros.

Na Bolívia, as discussões que ocorriam no Brasil eram acompanhadas de perto. A embaixada boliviana no Rio de Janeiro e a imprensa boliviana estavam atentas às

reações, a primeira enviando matérias e informes ao governo, sempre avaliando se os acordos seriam ou não cumpridos pelo Brasil; a segunda preocupada com uma possível política imperialista do Brasil e a efetiva consecução dos acordos, a fim de que a Bolívia pudesse alcançar algum desenvolvimento, como o vizinho, que vivia uma era de crescimento em todos os setores industriais.

Mas, não muito longe daqui, as negociações em torno de Roboré eram especialmente acompanhadas. Os consórcios dos EUA pressionaram o governo boliviano para revisar o Tratado de 1938 com o Brasil, principalmente a parte referente à exploração de petróleo, a fim de que outras empresas estrangeiras (leia-se, norte-americanas, dos mesmos consórcios) pudessem também explorar a área.

As pressões não eram novas. E o time de aliados também não. No Brasil, antes mesmo de JK, no breve governo de Café Filho, o Ministro da Fazenda, Eugenio Gudin, e o Ministro das Relações Exteriores, Raúl Fernandez, se opunham à exploração preconizada no Tratado de 1938, e negaram dinheiro para perfurar poços na Bolívia, pois tinham estreitas ligações com grupos financeiros internacionais que não viam com bons olhos as intenções nacionalistas do mesmo tratado e dos dois países.[1]

Quando o Presidente Siles Zuazo[2] visitou o Brasil em 27/06/1956, a imprensa brasileira divulgou que ele se encontrara com Mr. Adolfo Berle, ex-embaixador dos EUA no Brasil e um dos grandes advogados dos trustes de Nova Iorque. Este último aqui estava para "vigiar e orientar os passos" do presidente boliviano nas negociações.[3]

A pressão norte-americana sobre Brasil, Bolívia e a favor dos seus trustes, não parou por aí. Um empréstimo de doze milhões de dólares em 1957 à Bolívia, para desenvolver a indústria petrolífera (quer dizer, dar fôlego à Y. P. F. B.) ficou condicionado à concessão de toda a área petrolífera que a chancelaria boliviana conseguisse retomar com os novos acordos

[1] MIRABAL, Tristán Calvo. Transnacionales Petroleras em Bolívia. La Paz: La Amistad, 1996, p. 67.

[2] Vice-Presidente de 1952 a 1956, foi eleito Presidente num segundo mandato do período "revolucionário", cujo período de governo coincidiu com o do Presidente Juscelino Kubitschek.

[3] MIRABAL, op. cit. p. 68.

(Roboré) do Brasil (área que estava prevista no Tratado de 1938 e delimitada com a nota reversal de 1952):

> **"(...) realmente, había una influencia interesada del inversionismo petrolero norteamericano en la modificación del Tratado de 1938 para gestionar concesiones en el área reservada."[4]**

Enquanto o governo e os trustes norte-americanos comemoravam o êxito na modificação dos Tratados de 1938, no Brasil, a Frente Parlamentar Nacionalista conseguiu levar a público a necessidade dos acordos serem aprovados pelo Congresso Nacional, uma vez que alterava substancialmente o texto de 1938. Na Bolívia, Governo, Congresso e imprensa bolivianos entendiam que as Notas Reversais que compunham os Acordos de Roboré, nada mais eram do que atualizações do Tratado de 1938. Como este fora aprovado por ambos Congressos, não havia por quê submetê-los novamente à apreciação dos parlamentares, pois não constituíam um novo tratado. Claro estava que, no Congresso boliviano, se fosse o caso, os acordos teriam aprovação quase unânime, porém, o receio era com os setores nacionalistas brasileiros, ou, como eles próprios denominavam, os ultranacionalistas, ou, até, imperialistas brasileiros, sobretudo o setor militar, com o Marechal Lott em destaque. O Deputado Céspedes Patzi, por exemplo, numa declaração em La Paz, pede providências urgentes ao executivo, pois

> **"Señores Diputados, estamos otra vez frente a una riesgosa situación internacional; un vecino poderoso confiado quizá en su propia fuerza pretende desconocer al derecho, pero el pueblo boliviano debe asumir como siempre una defensa heróica de sus atributos. (...) Los bolivianos puestos de pié debemos denunciar entre tanto la actitud del Parlamento brasileño y exigir el pronunciamiento de los órganos internacionales de justicia."[5]**

O vizinho poderoso, que outrora representava um freio às pretensões imperialistas da Argentina e à cobiça paraguaia, agora transformara-se, ele próprio, na ameaça que deveria ser contida. O Brasil transitou, em muito pouco tempo, de potencial escudo contra a

---

[4] MIRABAL, op. cit., p. 69.
[5] Anais da Câmara dos Deputados. La Paz, 28 de outubro de 1960, página 536.

política imperialista na região, em carro-chefe de uma política imperialista que colocava em risco o antigo protegido.

Preocupado com o imperialismo nestas paragens, o Senador Donoso López apresentou um projeto de lei para substituir o Código do Petróleo, instituído em 1955, e, baseado nele, feitos os acordos com o Brasil. Esse projeto não vingou, porém, levantou ainda mais a discussão sobre a exploração do petróleo boliviano pelo Brasil.

Na historiografia, os autores abordaram essa questão, dividindo-se, porém, com relação à política imperialista. Raúl Gosálvez, por exemplo, crítico do Marechal Lott, a quem chama de "'geopolítico nazi", diz que Roboré serviu às pretensões políticas de Lott, que queria ser presidente do Brasil, cujo projeto seria trazer de volta os militares ao governo, a fim de desenvolver uma geopolítica imperialista que desviasse os olhos da população dos graves problemas sócio-econômicos que afligiam o país, como por exemplo a existência de um "feudalismo agrário".[6]

Para o autor, o imperialismo brasileiro tinha como ponta de lança os militares, liderados pelo Marechal Lott. Claro que ele desconhecia as divisões mesmo no exército, que dirá, nas forças armadas. Mesmo entre os nacionalistas, havia tons diferenciados para cada grupo. Gosálvez realça a necessidade de alertar todo o continente americano desse plano de expansão brasileiro, que tinha no oriente boliviano um local estratégico para suas pretensões, pois as jazidas de petróleo permitiriam sustentar e impulsionar o crescimento industrial e demográfico do país, com vistas a "implantar en el futuro la hegemonía brasileña sobre los pueblos de América meridional." (p. 175) E, sobre a Petrobrás, pedra de toque nas divergências para a efetiva exploração do petróleo boliviano, afirma que

> **"(...) Los militares brasileños y todos los que les sirven de mandaderos, no estarán, acaso, abonando el terreno para alguna aventura que pueda llamarse**

[6] GOSÁLVEZ, Raúl Botelho. Proceso del Imperialismo del Brasil – De Tordesillas a Roboré. La Paz: sem editora, 1960, pp. 167 e 168.

> **después uti possidetis de facto? La imposibilidad de meter en Bolívia el 'caballo de Troya' de Petrobrás explica su enorme irritación." (1960: 175)**

Para combater a fome de territórios do Brasil, o autor propõe uma união entre os povos fronteiriços para, não só impedir o avanço brasileiro, mas para retomar todo território usurpado pelo imperialismo que, para nós, é uma herança lusitana. Até mesmo a nova capital, meta síntese de Juscelino no seu Programa de Metas, é tida como um ultraje à soberania dos países vizinhos, uma vez que, com ela, ultrapassamos a linha de Tordesilhas e nos colocamos estrategicamente na mesma distância do Atlântico e dos limites com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Se uma terceira guerra ocorresse, e não tivesse o uso de armamento atômico, diz o autor, o Brasil poderia se valer para impor de vez, à força, sua hegemonia na América do Sul. Na ausência desse conflito mundial, o Brasil estaria se valendo dos EUA, como Portugal se valeu da Inglaterra, para impor sua política imperialista nessa região.[7]

Chiavenato, nesta questão, aponta que, de 1870 a 1935, a Bolívia teria perdido 56,5% de seu território. Na primeira data, o país possuía 2.243.000 Km2. Perdeu 120.000 km2 para o Chile, incluindo todo o seu litoral, em 1879. Para o Brasil, foram 490.437 Km2, em territórios do Acre e faixas no Mato Grosso. Para a Argentina, 170.000 Km2 no Chaco Central e na cordilheira do Atacama, e, com a Guerra do Chaco, 250.000 Km2 para o Paraguai, totalizando a perda de 1.265.437 Km2[8]. (1981: 183) Aqui, porém, o autor não restringe a política imperialista ao Brasil, mas a países vizinhos que teriam sido usados nas pretensões imperialistas de grandes empresas monopolistas da Inglaterra e dos EUA. Concorda, porém, com a idéia de um sub-imperialismo brasileiro submetido ao imperialismo norte-americano, na medida em que os EUA delegariam determinadas funções a países aliados na execução de sua política externa, enquanto se preocupa com questões maiores na geopolítica mundial.

---

[7] Idem, ibidem p. 175-179.

[8] CHIAVENATO, Júlio José. Bolívia – com a pólvora na boca. São Paulo; Brasiliense, 1981, p. 163.

Se, de um lado, havia os que, na imprensa, no Congresso e entre intelectuais atacavam o Brasil por sua "política imperialista", havia, de outro, entre os mesmos intelectuais, a idéia de que o grande aliado do imperialismo estava dentro mesmo das fronteiras bolivianas, e respondia pelo governo do país. Guillermo Lora[9], por exemplo, questionava o caráter revolucionário do governo instalado em 1952, através do MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário). Para o autor, o Brasil seria mais uma vítima do imperialismo norte-americano, pois, no afã de explorar as áreas reservadas para o país pelo Tratado de 1938, os trustes agiram na redação do Código do Petróleo[10] a fim de, também, separar Brasil e Bolívia, e, com a recuperação de 60% da área que antes estivera destinada ao Brasil, empresas dos EUA pudessem ali estabelecer-se com toda a proteção da nova lei do petróleo.

Outro autor que refletiu nesse sentido foi Sergio Almaraz[11]. Afirmando que a tomada do petróleo boliviano foi o principal objetivo da política dos EUA desde a Revolução Boliviana de 1952, diz que houve êxito nessa tentativa entre 1952-1956, graças ao aniquilamento da economia nacional e o convencimento da opinião pública de que os investimentos estrangeiros seriam a solução para os problemas bolivianos (p. 239). Com isso, houve um sistemática propaganda a fim de acabar com a política nacional do petróleo, optando-se pela empresa estrangeira em detrimento da Y.P.F.B., já que, para ele, não é possível a coexistência de monopólios petrolíferos com empresas estatais.[12]

[9] LORA, Guillermo. "La Reforma Agraria. El Petróleo. La Industrialización." In La Revolución Boliviana (Análisis Crítico). La Paz: Difusión, 1963, páginas 167 a 203.
[10] É consenso na historiografia que o Código de Petróleo, de 1955, foi redigido em Nova Iorque por advogados de companhias petrolíferas dos EUA.
[11] ALMARAZ, Sergio. Petróleo em Bolívia. Lá Paz: Juventud, 1957.
[12] Idem, ibidem, p. 269.

Santidade feminina e gênero: reflexões acerca do discurso religioso sobre Santa Rita de Cássia

Raquel dos Santos Sousa Lima[i] - PPG-UFF/UFV

A santidade, segundo o verbete retirado do *Dicionário Crítico de Teologia*, só pertence a Deus: "Ela designa o brilho de sua potência, a perfeição de seu ser. Só ele tem o poder de fazer participar de sua santidade aqueles que ele chama para viver em sua presença".[ii] Em geral, o conceito de santidade remete a aspectos comuns como: um distanciamento do profano e uma aproximação – geralmente direta - com o divino; um poder sobrenatural e uma condição de distinção, que faz uma pessoa ser santa.

O conceito de santo e o ideal de santidade "se configura segundo a época, a instituição e o campo de crença ou conhecimento em que ele implica".[iii] Assim, apesar da palavra 'santo' ser usada de forma geral para uma comunidade de pessoas consagradas, o seu significado variou no tempo e no espaço.

Para o historiador Jacques Le Goff ser santo significa ser "um contato entre o céu e a terra. É, acima de tudo, um morto excepcional, testemunho da 'carne impassível', e cujo culto se desenvolve em torno do seu corpo, do seu túmulo e das suas relíquias. É também o homem das mediações bem sucedidas, um apoio para a Igreja e um exemplo para os fiéis".[iv]

Já para o hagiógrafo Donald Attwater o santo é "aquele que merece o título de honra e de respeito, usado individualmente para pessoas que se distinguiram entre os seus irmãos cristãos, pelo grau de devoção a Cristo e como recomendação de veneração pública dos fiéis".[v]

Segundo Maria de Lourdes Santos essas duas concepções aproximam-se de algumas definições da doutrina eclesiástica. Segundo esta os santos seriam "aqueles que imitaram fielmente a pobreza de Cristo e que o exercício incomum das virtudes cristãs e o carisma divino recomendou à devoção piedosa e imitação dos crentes (C.A. Divinus Perfectiones Magister)" e ainda "os principais heróis do cristianismo e modelos para a vida cristã, pois mostram caminhos, abrem pistas de santidade, apontam ideais, inspiram coragem e imploram favores divinos".[vi]

Segundo Conti, para cada época houve um modelo de santidade, conforme as necessidades do tempo histórico. Os primeiros santos foram os mártires, como Paulo e Pedro, que morreram em defesa da fé nos primórdios da Igreja. A partir da oficialização do cristianismo, por volta do século IV, com o crescimento das dioceses, surgiu uma nova 'categoria santoral': os abades e cardeais. No século VII, momento em que a Igreja vivenciou um período de alianças com a nobreza, foi comum o aparecimento dos "nobres" santos, isto é, a santificação de homens da nobreza que eram reconhecidos por terem prestado serviços à fé católica. Séculos depois, com a reforma gregoriana, que tentou desvencilhar a Igreja do poder laico, a santidade passou a ser vinculada à vida sacerdotal (modelo do clero, principalmente aquele mais relacionado ao ideal de pobreza e de humildade). Enfim, num período mais contemporâneo, a partir do século XVIII mais especificamente, surgiram novos modelos de santos, mais relacionados ao cotidiano das pessoas, às figuras modernas e familiares.[vii]

Quanto à canonização de mulheres, Maria de Lourdes Santos afirma que até o século XIX ela representava cerca de 20% do total.[viii] Ou seja, o elemento clerical e masculino foi privilegiado no rol da santidade. Um número aproximado deste também foi apontado por Yves Lacoste: "dentre os santos canonizados pelos papas entre os séculos X e XIX, as mulheres representam apenas 16%, dentre as quais apenas umas dez mães de família, a maior parte delas de origem real".[ix]

Considerando esses dados, a canonização de Santa Rita se destaca por vários fatores. Primeiro, não apenas por ela ter sido mulher, mas, principalmente, por ter sido casada e mãe, antes de entrar para o mosteiro. Isto é, o modelo da sua santidade fugia daquele estereotipado para as santas, que em geral eram jovens, virgens na sua maioria, e que tinham entrado nos conventos ainda meninas, onde permaneceram até a morte. Além disso, Rita não tinha sido fundadora de nenhuma ordem ou congregação religiosa, nem tinha sido uma mística dedicada exclusivamente aos êxtases espirituais, nem uma doutora da Igreja, como foram Teresa de Ávila ou Catarina de Siena.[x]

Tendo vivido numa pequena aldeia da província italiana de Cássia entre os séculos XIV e XV, Rita teve sua existência marcada pela submissão – primeiro aos pais, depois ao marido. De família humilde e católica, seu desejo era seguir a vida religiosa. Mas por obediência aos pais, muito jovem casou-se com Paulo Fernando, um rapaz "pervertido, cheio de vícios e violento". Com ele teve dois filhos, constituindo sua família. No entanto, as hagiografias apontam que sua vida fora muito sofrida já que tivera muitos problemas com o marido, além de ver falecerem seus dois filhos. Depois da morte do marido e dos filhos, Rita entrou para o Convento das Agostinianas de Cássia, onde passou o resto da sua vida, dedicando-se à devoção do Cristo Crucificado e impondo-se sacrifícios e inúmeras provações. Nas imagens desta santa o que a distingue das demais é um estigma encontrado na sua fronte. Segundo sua hagiografia, Rita teria pedido a Cristo para compartilhar das suas dores e obteve a ferida, provocada por um espinho da coroa de Cristo que a acompanhou pelo resto da vida, como resposta.

Sua vida foi tratada pela Igreja Católica como um grande exemplo para as mulheres. O Papa Leão XIII, em 24 de maio de 1900, após a cerimônia solene da canonização, teria afirmado: "Alegrai-vos, hoje, filhos de Santo Agostinho. Já vedes realizada a canonização mais solene dos tempos modernos. Imitai vossa Irmã: propagai sua devoção, levai-a ao seio de todas as famílias. Oh! que imitem a Santa Rita as mulheres de nosso tempo".[xi]

Mas que tempo era este? Uma ampla historiografia aponta que o século XIX[xii] foi um momento decisivo na consolidação de uma nova ordem econômica, política, social e cultural no ocidente europeu. Revolução Industrial, capitalismo, nacionalismo, liberalismo, socialismo, evolucionismo, bem como outras mudanças nas relações sociais, nas crenças religiosas e nas práticas culturais acabaram por reduzir a influência do poder religioso e eclesiástico no âmbito do domínio político público.

Negando as novas correntes de pensamento liberais, burguesas, nacionais e socialistas, a partir do pontificado de Pio IX (1846) a Igreja passou por um processo conhecido como romanização, marcado por uma preocupação maior com as questões de

ordem espiritual. Assim, promoveu uma reforma do clero e o crescimento das ordens e congregações religiosas, visando ampliar a devoção dos fiéis.

Em 1870 o Concílio Vaticano I confirmou o dogma da infalibilidade do papa, que passou a interferir mais diretamente nas questões doutrinais e teológicas e cuja autoridade tornou-se inquestionável. Ildefonso Laraña afirma que o centro da polêmica religiosa daquele século foi a perda do antigo papel que a Igreja tinha como inspiradora das leis e das instituições para as organizações políticas laicas, fazendo com que a religião ficasse reduzida à esfera da vida privada[xiii].

Nesse contexto, muitos homens que desde o século XVIII vinham tornando-se anticlericais passaram a abandonar a Igreja. Assim, esta precisou mudar o que falava *das* mulheres e *para* as mulheres e passou a repensar o caráter feminino (sem abandonar a antiga concepção de sua inferioridade), jogando para as mulheres a responsabilidade como progenitoras de uma nova época, de novos homens, cujas vidas deveriam ser preparadas no seio de uma família moderna.[xiv] Seu núcleo seria o lar, exaltado como melhor lugar de felicidade e, a casa, lugar privado e protegido contra as influências do pensamento que vigorava fora de seus muros externos. Espaço de autonomia da mulher, ali a mãe deveria velar pelos seus filhos, pelo seu marido, sendo a guardiã moral do grupo familiar: “ser outro, para outro, através do outro”.[xv]

As concepções de fragilidade e sensibilidade, tidas como características elementares da natureza feminina, passaram a ser valorizadas e associadas às de sentimentalidade. Em outras palavras, a mulher teria uma disposição para a piedade sentimental, típica da devoção feminina.

Mas o século XIX também seria conhecido como o da Mariologia e foi sobre o valor da pureza que se erigiu o modelo feminino da perfeição virginal. E Maria, além de virgem, também tinha sido mãe, o modelo de mãe. E foi para elas que a Igreja intensificou o seu discurso.[xvi]

Em 1880 Leão XIII divulgou a Encíclica *Arcanum*, na qual respondia aos ataques laicos contra o matrimônio e reiterava o poder do homem no casamento: “o homem é a

cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja". Mas a Instituição, segundo Michela de Giorgio, reconhecia que a vida matrimonial podia ser um martírio para as mulheres e, às esposas, pedia submissão e espírito de abnegação. Os aspectos afetivos – e menos ainda os aspectos sexuais – do amor conjugal não eram abordados pela Igreja, mas sim os deveres conjugais, aos quais a esposa não poderia negar-se: "o marido é uma dádiva de Deus que conduz a mulher, através do sacrifício, à santidade".[xvii] Oração, sacrifício, era isso que se pedia às esposas e às mães. Nesse sentido, a identificação social feminina não poderia prescindir do exemplo das santas.

Foi naquele contexto que o processo[xviii] para a santificação de Rita de Cássia tomou impulso, culminando na canonização em 1900. A maioria das hagiografias não falam muito de sua vida de adolescente e de noiva. Porém, sobre a vida de casada os relatos enfatizam que o relacionamento de Rita com o marido foi permeado pela submissão a ele. Resignando-se às suas vontades, ela teria tido uma existência marcada pela dor e pelo sofrimento, sobretudo em função da agressividade e violência daquele. Conta-se que, depois de muito orar a Deus, Rita obtivera o arrependimento do marido, que se converteu. No entanto, como era um homem cheio de inimigos, ele foi assassinado pouco tempo depois de ter se convertido. Michela de Giorgio afirma que a longa expiação de castigos conjugais impostos por um marido 'fera selvagem' e o "digno distanciamento em relação a outras vítimas do casamento foram idéias que desempenham um papel importante nas biografias novecentistas da Santa", que "mantinha-se longe do cochichar dos círculos femininos sobre a maldade dos homens" [xix].

Essa questão é bem ressaltada em várias hagiografias e santinhos. *O livro dos santos – 365 biografias dos santos mais conhecidos*, narra a vida de Santa Rita da seguinte maneira: "não é de hoje que existem mulheres vítimas de violência dentro de suas próprias casas, sofrendo agressões físicas e morais de seus maridos. No século XIV, a jovem italiana Rita de Cássia já era uma delas"[xx]. Sua biografia é apresentada neste livro em apenas uma página; é curta, mas profundamente significativa, já que termina afirmando que "a tranqüilidade e paciência com que Rita de Cássia suportou os ultrajes do marido garantiram-

lhe o merecimento de levar o resto de seus dias da maneira como sempre sonhou. É assim que devemos procurar agir quando as adversidades forem tantas, a ponto de nossas metas parecerem inatingíveis. Se continuarmos tentando com obstinação, sem revolta ou ansiedade, os caminhos vão se abrir para que o melhor nos aconteça". Percebe-se, nesse trecho, que o fato de ter sido paciente e tranqüila fez com que ela ganhasse uma recompensa posteriormente. Era isso que se esperava das mulheres naquela época: paciência e resignação.

Na obra *Vida de Santa Rita*, de Aloísio Teixeira, encontramos outro trecho muito interessante, em uma das partes intitulada "Santa Rita dos nossos dias", onde o autor, no início do texto, já faz a seguinte pergunta: "O que a vida de Santa Rita tem a dizer ao mundo de hoje?"[xxi]. Ele responde afirmando que, apesar de tantos feitos extraordinários ocorridos na vida de Santa Rita, não foram eles que a santificaram, mas que "Rita se santificou pela admirável normalidade de sua existência cotidiana, como esposa e mãe, depois como viúva e, por fim, como monja".

Mais adiante, o autor interroga: "que meios ela nos indica para também alcançarmos a santidade?" Mortificação, oração, sofrimento, resignação e paciência são os meios sugeridos por ele. E assim continua: "Amar a Deus e ao próximo, sofrer por Deus e pelo próximo. Não foi isso que fizeram os santos? (...) Na pessoa de Rita, a Igreja quer agradecer a todas as mães sofredoras. São elas – e quantas! – que espalham pelo mundo a devoção à Santa e a tornam, talvez, a mais popular das santas. Que Deus abençoe todas as mães, porque elas, quando ganharam um filho, ganharam uma cruz também".[xxii]

Mais uma vez, percebe-se como Rita de Cássia incorporava o papel da nova mãe, numa época em que o "mito do amor materno" se consolidava. Segundo Elizabeth Badinter, "já não se falava mais da maternidade senão em termos de sofrimento e de sacrifício, deixando-se, por lapso ou esquecimento voluntário, de prometer a felicidade que deveria ter sido a sua decorrência natural".[xxiii]

Rita fora mãe e, sobretudo, uma sofredora. Conta-se que, ao saber que seus dois filhos falavam em vingar a morte do pai, ela passou a pedir, em oração diante do Cristo

Crucificado, que "se fosse para seus filhos se tornarem assassinos que Ele os levassem embora". De fato, dentro de pouco tempo eles faleceram. Esse é o modelo da mãe que sofre pelos filhos, tal qual Maria. Segundo Badinter, era preciso esquecer de si: "e esse esquecimento de si eleva a boa mãe acima da condição humana, espontaneamente egoísta. Ela torna-se, portanto, uma santa porque o esforço exigido é imenso. Mas, contrariamente às vocações religiosas, que são livres e voluntárias, a vocação materna é obrigatória (...) todas as mães têm a mesma missão: sacrificar sua vontade ou seu prazer para o bem da família".[xxiv]

Analisando o discurso feito sobre Santa Rita de Cássia à luz dos estudos de gênero somos levados a crer que os relatos sobre sua vida ajudaram a hierarquizar, no âmbito religioso, os papéis sociais normatizadores das relações entre homens e mulheres.

Considerando o conceito de gênero formulado por Joan Scott, cremos que o discurso sobre Santa Rita de Cássia estaria profundamente relacionado à tentativa da Igreja legitimar um novo lugar social feminino no século XIX. No mundo social, caberia às mulheres serem mães e esposas, submissas à vontade do marido, como Rita. Assim elas contribuiriam para o bom ordenamento da sociedade, num momento em que o mundo se tornava menos religioso, pelo menos para eles, que passaram a ocupar o lugar público. Nesse sentido, o discurso religioso pode ser visto como repleto de poder. Poder que definia a submissão feminina como característica inerente da mulher, porque baseada na sua inferioridade natural, dada por Deus na Criação. Decorrente dessa idéia, na escalada social dos poderes atribuídos a homens e mulheres, a elas cabia o domínio do lugar privado, a casa, onde poderiam e, sobretudo, deveriam, exercer plenamente o poder e o papel de esposa e mãe.

Além de Scott, também Pierre Bourdieu contribui para se pensar a questão de gênero nos discursos normativos. Considerando que o discurso católico é masculino, assim como grande parte do discurso científico e jurídico, Bourdieu afirmou com muita propriedade: "ser, quando se trata da mulher, é (...) ser percepcionada e percepcionada pelo olhar masculino ou pelo olhar de alguém habilitado pelas categorias masculinas".[xxv]

Nesse sentido, o que os homens da Igreja escreveram para as mulheres foi fruto daquilo que queriam ver nelas – um suporte para a religião, que começava a sofrer golpes importantes com a laicização do mundo. Era preciso destinar um lugar especial a elas, que iriam ensinar os novos homens, ajudando assim na construção e manutenção da ordem social. Naquele século, a religião seria considerada coisa de mulher. Esta continuou sendo associada a uma biologia e a uma estratificação social inferiorizada, que ajudou a empurrar o conjunto delas para o domínio privado do lar e para os papéis sociais relacionados com ele, universo único onde seria possível manter o seu espírito e o seu corpo, inferiores e pecaminosos, resguardados da perdição. Para si e para os outros.[xxvi] Diante disso, nada melhor que uma Santa que fora esposa e mãe, abnegada e sofredora, além de Protetora das Causas Impossíveis, para mostrar às mulheres, como em geral os santos deveriam fazer, os caminhos ideais a serem seguidos.

---

[i] * Professora do CAP-COLUNI / UFV. Mestranda em História Social/ UFF. Orientadora: Rachel Soihet.
[ii] LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Edições Paulinas e Loyola, 2004, p. 1608.
[iii] SANTOS, Maria de L. As múltiplas faces de uma Santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de 'Ser Santo". In: *Estudos de História - Revista do Curso de Pós-Graduação em História. Religião e Religiosidades*. Franca: v. 7, n,1 p. 28.
[iv] Idem, p. 24.
[v] Idem, p. 32.
[vi] CONTI, S. *O Santo do dia*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 9.
[vii] CONTI, S. *O santo do dia*. Petrópolis: Vozes, 1997 Op. cit. p.9.
[viii] Idem, p. 36.
[ix] LACOSTE , Y. op. cit., p. 1206.
[x] ARIAS, Juan. *Rita, a santa do impossível*. Trad. de Olga Savary. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 13.
[xi] <www.netmogi.com.br/roberto/srita/rita.htm>. Acesso em 05/05/2003.
[xii] Utilizo aqui a cronologia adotada por Michela de Giorgio para o século XIX: 1789-1914. Ver, entre outras, as obras *A Era do Capital, A Era das Revoluções e a Era dos Impérios*, de Eric Hobsbawn (Editora Paz e Terra).
[xiii] LARAÑA, Ildefonso Camacho. *Doutrina Social da Igreja*: abordagem histórica. Tradução de J. A. Ceschin. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 47
[xiv] DUBY, G. e PERROT, M. op.cit., p. 230.
[xv] Idem, p. 231.
[xvi] Idem. p. 204.
[xvii] Idem, p. 206.
[xviii] O processo inicial data de 1737. No entanto, ele foi interrompido e retomado várias vezes entre os séculos XVIII e XIX. In: ARIAS, JUAN. *Rita, a santa do impossível*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p.16.
[xix] GIORGIO, M. In: DUBY, G. e PERROT, M. op. cit., pp. 207-208.
[xx] A data, nessa nota, pretende informar a localização dessa informação, já que as páginas do livro não são numeradas. In: GUIMARÃES, A. *O livro dos santos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, dia 22 de maio.
[xxi] TEIXEIRA, Aloísio. *Vida de Santa Rita de Cássia*. Aparecida: Editora Santuário, 1995, p. 91.
[xxii] Idem, p. 91.
[xxiii] BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 267.
[xxiv] Idem, p. 271.
[xxv] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 106.
[xxvi] TOLDY, Teresa Martinho (1997). As mulheres na Igreja Católica – luzes e sombras ao longo da história. In: *Revista Theologica*, II série, V. XXXII, Fasc. 2., Braga, 219-245, p. 223.

GUERRA E PAZ NA HISTÓRIA DO BRASIL NA VISÃO DE VARNHAGEN

RAQUEL GLEZER* - USP

A. O PROJETO APRESENTADO PARA A CHAMADA CNPQ/BN 'COLEÇÃO MEMÓRIA DO SABER' – FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1816-1879)**

JUSTIFICATIVA

A propósito de introduzir a coleção *Intérpretes do Brasil*, o professor Silviano Santiago argumenta que *(...) os muitos livros que temos e que envolvem, de maneira descritiva, ensaística ou ficcional, o território chamado Brasil e o povo chamado brasileiro, sempre serviram a nós de farol (e não de espelho, como quer uma teoria mimética ...). Com sua ajuda e facho de luz é que temos caminhado (...)*[1]. Muitos livros e seus respectivos autores, poderíamos acrescentar à reflexão de Santiago. Nomes da envergadura de um Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro (1816-1878), cognominado de *pai da nossa história*, em virtude da contribuição pioneira *História geral do Brasil* (Madrid, 1854-57), e de outros clássicos como *Memorial Orgânico* (Madrid, 1849-1850) e *Florilégio da poesia brasileira* (Lisboa, 1850-53). Títulos, diga-se de passagem, que hoje em dia são praticamente desconhecidos do grande público, e que nem sempre figuram nas bibliografias dos nossos cursos de graduação.

Muito já se escreveu sobre a obra deixada pelo Visconde de Porto Seguro. Não vem ao caso, no momento, levantar a sua fortuna crítica. Basta lembrar que no âmbito dos estudos históricos salientam-se os necrológios assinados por Capistrano de Abreu, reconhecendo-lhe os méritos como pesquisador e historiador, apesar de lastimar o pouco interesse demonstrado por uma visão sociológica da história brasileira[2]. À censura de Capistrano, sucederam-se críticas de Silvio Romero e de Pedro Lessa. Houve até quem o acusasse de simpatia pela antiga metrópole, de representante da camada culta e por isso mesmo distanciado das massas populares[3]. Ou, ainda, de *historiador oficial*, devido aos vínculos com o imperador D. Pedro II e com o Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Mas a corrente de admiradores do Visconde, por outro lado, não lhe poupou elogios, manifestando-se nas penas de Max Fleiüss, de Rodolfo Garcia, de Oliveira Lima e outros tantos intelectuais. Na fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, seria lembrado e escolhido para patrono da cadeira número 39.

Autores mais recentes, na trilha aberta por José Honório Rodrigues, a exemplo de Arno Wehling, procuram restabelecer o significado intelectual da obra de Varnhagen, articulando-a ao contexto social e político da época, identificando o papel por ele desempenhado no complexo processo de construção simbólica do Estado nacional[4]. Seja como for, é inquestionável a contribuição do Visconde de Porto Seguro à história da história do Brasil e à historiografia literária. Ele soube explorar como ninguém bibliotecas e arquivos europeus, revelou um formidável conjunto de fontes inéditas e escreveu a primeira grande obra de conjunto sobre os antigos domínios portugueses na América. Tal esforço para descortinar o nosso passado teve continuidade nos títulos *História das lutas contra os holandeses* (1871) e *História da independência*, cuja publicação é póstuma (1916), tendo permanecido inédito por quase meio século.

No que diz respeito aos estudos literários, também não foi menor a sua contribuição, de acordo com a opinião de Antonio Cândido[5]. Aliás, na obra a ser preparada, se procurará explorar os pressupostos metodológicos e os debates que informaram o projeto de fundação de um discurso sobre a história da literatura no Brasil. E, neste sentido, *Florilégio da poesia brasileira* (1850-1853) de Varnhagen será lido como um momento da série de parnasos, mosaicos e antologias que visavam estabelecer os critérios para um cânone literário calcado, na maioria das vezes, num traço organizador que remetia à exterioridade das obras (a unidade nacional, a característica de um povo, a ascensão do Espírito), ou para a valorização de uma determinada "obra-prima" ou autor, que seriam tomados como a corporificação máxima de um "caráter" ou "espírito nacional". Ainda nos limites deste ensaio, serão

abordadas as relações entre o discurso da história e o discurso literário por meio da leitura das obras: *O descobrimento do Bras*il (1840), *Épicos brasileiros* (1845), *Sumé* (1855) e *Amador Bueno ou a Coroa do Brazil em 1641* (1858).

Na arena acadêmica, o Visconde de Porto Seguro envolveu-se em memoráveis polêmicas, através da imprensa e da própria *Revista* do IHGB, a começar pela censura ao *Compêndio de história do Brasil*, do general Abreu e Lima, a quem acusou de plágio. A essa disputa somaram-se outras: com o historiador francês D'Avezac e os escritores patrícios Gonçalves de Magalhães, José de Alencar e João Francisco Lisboa. Mas, apesar do espírito combativo, ele não foge ao perfil desenhado por Antonio Cândido para caracterizar os intelectuais da sua época, *(...) que mesmo no auge da paixão literária desejavam manter as conveniências, nunca tirando um olho do Instituto Histórico* ou do jovem imperador, a quem dedicavam seus livros[6].

Homem ligado ao *establishment*, Francisco Adolfo de Varnhagen sustentou posições políticas próximas às do Partido Conservador. Seu pensamento, influenciado pela filosofia política da época da Restauração e dos anos posteriores às Revoluções de 1830, aplicado ao Brasil, identificava como valores fundamentais a integridade territorial do país, sua estabilidade política e a forma de governo monárquico-constitucional. Neste último aspecto estava mais próximo às posições de Guizot ("o trono não é uma cadeira vazia") do que às do constitucionalismo inglês. Por outro lado, atribuiu papel significativo, pelo menos nos anos iniciais de sua vida profissional, à atividade administrativa do Estado, tema então nascente na Europa Ocidental; há, inclusive, no Arquivo do Itamaraty, material sobre o assunto, que deverá ser examinado no decorrer do trabalho.

Varnhagen só obteve sua nacionalidade brasileira em 1841, quando tinha 25 anos, e, como diplomata, passou a maior parte do restante de sua vida no estrangeiro. Atuou em diversas missões na Europa (Portugal, Espanha e Áustria) e na América Latina (com destaque para o Chile). Foi ao lado dessas funções que exerceu seu papel de

historiador, recolhendo, identificando e analisando documentos localizados nos arquivos desses diversos países. Num momento de afirmação do Brasil como nação independente e de redefinição da atuação dos agentes diplomáticos num mundo cada vez mais dinâmico, graças às novas formas de comunicação e transporte, e crescentemente interligado por razões econômicas e políticas, por força do desenvolvimento capitalista, essas duas atividades não deixam de apontar para as estreitas relações entre o historiador e o diplomata. Isso levanta várias questões, tanto do lado da história quanto da diplomacia, a serem exploradas por diversos meios e, sobretudo, com a consulta de seu arquivo pessoal, conservado no já mencionado Arquivo Histórico do Itamaraty.

A vasta e abrangente bibliografia do Visconde de Porto Seguro distribui-se por livros, artigos, panfletos e escritos de ocasião, publicados em diversos veículos de divulgação. Porém, não se sabe ao certo a extensão de sua obra. Tanto assim, que ainda hoje estão sendo descobertos originais, no país e no estrangeiro, como será demonstrado na publicação que pretendemos organizar. Portanto, parece-nos fundamental retornar a esse autor, que balizou temas e cronologias para o estudo da história pátria, constituindo assim a História do Brasil como objeto de investigação. Apesar do comentário pouco simpático de Capistrano de Abreu, de que a leitura da obra do Visconde às vezes lhe provocava sono, o certo é que o nome de Francisco Adolfo de Varnhagen ocupa lugar cativo na memória do conhecimento histórico, da diplomacia e dos estudos literários no Brasil.

PLANO PRELIMINAR DA OBRA

1. Ensaio sobre o panorama intelectual brasileiro, abordando a chamada *culture savante*, nos anos subseqüentes à proclamação da independência.

É nesse contexto histórico, marcado pelas lutas políticas que permearam o processo de consolidação do Estado imperial. Momento, também, em que floresce o movimento romântico, ao lado de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

órgão que de certo modo foi o responsável pela introdução de Varnhagen na burocracia imperial e na esfera letrada da Corte, embora o autor da *História geral do Brasil* já ocupasse posição de destaque em Portugal, premiado que fora pela Real Academia de Ciências de Lisboa.

2. Biografia de Francisco Adolfo de Varnhagen.

A história de vida do Visconde de Porto de Seguro servirá de fio condutor para o exame da sua contribuição à diplomacia, à história, à política e às letras, de um modo geral. Ajudará a compreender a produção multifacetada de um intelectual que circulou entre o mundo letrado e a burocracia imperial, desfrutando inclusive de uma certa intimidade do imperador D. Pedro II, com quem trocou expressiva correspondência.

3. Espaços, idéias e interlocutores

Esta parte desdobra-se da história de vida. Contempla os percursos cumpridos por Varnhagen e deverá integrada por conjunto de ensaios que analisam os espaços por onde ele circulou, lugares em que atuou e pessoas com as quais interagiu, pessoalmente, por meio de correspondência ou polemizando através da imprensa, a exemplo de.

3.1 Real Academia de Ciências de Lisboa;

3.2 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

3.3 Arquivos, bibliotecas e acervos documentais;

3.4 Diplomacia Imperial (carreira, comissões diplomáticas, etc)

3.5 Esfera literária

3.6 Política (idéias, pareceres para políticos, etc)

3.7 Interlocutores: pares e desafetos

4. Panorama geral da bibliografia deixada por Francisco Adolfo de Varnhagen

4.1 Resenha crítica das principais obras por ele escritas (História).

4.2 Resenha crítica das principais obras por ele escritas (Letras)

5. Antologia comentada

Privilegiará, sobretudo, a publicação de textos inéditos e/ou obras pouco exploradas pela historiografia, entre as quais o conjunto de biografias escritas para a *Revista* do IHGB, além de outros ensaios.

6. Cronologia
7. Índice Onomástico

RELAÇÃO DE COLABORADORES E ATRIBUIÇÕES

Equipe	Atribuições
Arno Wehling	Ensaio sobre o pensamento político de Varnhagen, contemplando a noção de Estado. Transcrição e comentário de texto inédito
Guilherme Pereira das Neves	Resenha critica da *História geral do Brasil* e da *História das lutas contra os holandeses*. Ensaio sobre as pesquisas e/ou estudos documentais de Varnhagen.
Lucia Maria Bastos P. das Neves	Ensaio sobre a atuação de Varnhagen na diplomacia imperial. Resenha crítica da *História da independência*. Comentário de fonte inédita
Lucia Maria Paschoal Guimarães	Organização da obra. Biografia de Varnhagen e texto sobre a sua atuação na Academia de Ciências de Lisboa.
Manoel Luiz Salgado Guimarães	Ensaio sobre o contexto político, social e cultural em que se insere a obra de Varnhagen
Nelson Schapochnik	Ensaio sobre o livro *Florilégio da poesia brasileira* e outras incursões de Varnhagen na literatura. Seleção de textos para a Antologia
Raquel Glezer	Organização da obra. Ensaio sobre Varnhagen e seus interlocutores. Cronologia
Temístocles Cezar	Ensaio sobre a vida e obra de Varnhagen, focalizando a noção de história por ele concebida. Tradução e comentário de texto inédito

B. GUERRA E PAZ NA HISTÓRIA DO BRASIL

As obras de Francisco Adolfo de Varnhagen têm sido consideradas consensualmente pelos historiadores brasileiros como marco fundador da historiografia nacional, definidoras da periodização e do olhar sobre os fatos da fase hoje denominada de América portuguesa.

Neste tópico pretende-se explorar como os **conceitos de guerra e paz** na história do Brasil foram apresentados em suas obras.

Uma primeira conceituação pode ser proposta a partir das três obras, consideradas de maior porte, que foram editadas, como *História geral do Brasil (* 1854-57), *História das lutas contra os holandeses* (1871) e a *História da independência*, de publicação póstuma (1916). As duas últimas são as referentes às épocas de lutas em defesa do território nacional, portanto, as que podem ser consideradas de **guerra**, em que as posições do autor são mais claramente expressas.

Mas, como os conceitos de guerra e paz aparecem em obra cujo tema central não é a guerra? A obra mais genérica é a *História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal* [7], que selecionamos para análise.

Esta obra teve de numerosas reedições ao longo do século XX. A partir da 3ª. edição, outros autores foram anotando e revisando o texto, como João Capistrano de Abreu em 1907, Rodolfo Garcia em 1927 e Hélio Vianna em 1981. As reedições estão sendo consideradas como elementos indicativos da recepção da obra pela parcela culta da sociedade brasileira e indicativos de aceitação social[8].

A análise busca as formulações de guerra e de paz, tais como apresentadas pelo autor.

---

* Prof. Titular de Teoria da História e Metodologia da História; Dr. História Social/FFLCH/USP; Dep. História/FFLCH/USP; Pesquisador CNPq.

** Coordenação de Raquel Glezer e Lucia Maria Paschoal Guimarães.

[1] Silviano Santiago, "Introdução". In: ____ (coord.), *Interpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. XV.

[2] Capistrano de Abreu, *Ensaios e estudos*: 1ª série.; nota preliminar de José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.81-91.

[3] Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 216.

[4] Arno Wehling, *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[5] A par disso, Antonio Cândido considera o Visconde de Porto Seguro investigador erudito a propósito das investigações empreendidas sobre os cancioneiros medievais. Destaca, também, a importância dos seus estudos para o conhecimento de Gregório de Matos Guerra e Santa Rita Durão. Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira* (Momentos Decisivos). 4ª edição. São Paulo: Martins [s/d], v. 1, p. 342-343.

[6] Antonio Cândido, op. cit. , v. II, p. 68.

[7] Visconde de Porto Seguro (natural de Sorocaba), *História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal.* 2ª. ed. Muito augmentada e melhorada pelo autor. Rio de Janeiro: Em casa de E.&H. Laemmert, s.d. Ilus. (circa 1874/1876). 2 t., 1220 p. [Impresso em Viena no filho de Carlos Gerrold].

[8] A *História geral do Brasil* teve 10 edições oficiais e inúmeras reimpressões.

Um historiador contador de histórias: a escravidão em *Pai contra Mãe*, de Machado de Assis.

Raquel Machado Gonçalves Campos*

No capítulo que dedicou à "escravidão nas Belas Artes", em *A campanha abolicionista*, o abolicionista Evaristo de Moraes não deixa de mencionar Machado de Assis. Mas o faz a fim de acusá-lo de não dedicar atenção adequada ao "temeroso problema". Sobre este, a obra do autor de *Dom Casmurro* conteria apenas duas ocorrências marcantes. Não se podendo, contudo, depreender grande coisa das lacônicas anotações no Memorial de Aires, restaria de fato "apenas um traço de emoção produzida pelo Cativeiro, na obra do admirável escritor patrício. Revela-se em um conto – PAI CONTRA MÃE" [1].

Enganou-se Evaristo de Moraes quanto ao número de escritos em que Machado deteve-se sobre a escravidão. Ao longo das últimas décadas, inúmeros estudos[2] exploraram a "história nas histórias de Machado de Assis"[3] e permitiram evidenciar o equívoco não só do advogado abolicionista, mas de todos quantos cultivavam a imagem de um escritor desinteressado da sociedade de seu tempo. O que não invalida, entretanto, a avaliação quanto à importância de *Pai contra Mãe* enquanto testemunho histórico da escravidão brasileira no século XIX.

Publicado em 1906 em *Relíquias de Casa Velha*, *Pai contra Mãe* inicia-se de forma efetivamente singular. A narrativa sobre Cândido Neves, "a pessoa a quem se liga a história de uma fuga"[4], é adiada em favor de um prólogo de caráter histórico-descritivo. A originalidade deste tipo de composição dentro da produção contística de Machado levou-me a colocar uma primeira pergunta: por que Machado teria decidido incluir, neste que é reconhecidamente um de seus principais escritos sobre a escravidão, esta espécie de descrição histórica sobre um mundo havia quase vinte anos extinto?

Uma possível resposta para esta pergunta pode ser aventada a partir da leitura de outro texto machadiano, de outra passagem sobre a escravidão. Relatando em seu diário o

* Raquel Machado Gonçalves Campos é graduada em História pela Universidade Católica de Goiás.

entusiasmo e os festejos com que a população da Corte acolheu a sanção da Lei Áurea, o Conselheiro Aires anota esta interessante reflexão:

> Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde a casa "Gonçalves Pereira" lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonçalves Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducado, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador[5].

Aires parece, sobretudo, lamentar o fato de que nossa história esteja indelevelmente marcada pelo opróbrio da escravidão. Lamento que nos aponta, porém, outra perspectiva, a ela associada e elucidativa do problema colocado. A escravidão, enquanto instituição social, podia ter sido suprimida, mas restavam ainda todos os documentos oficiais que provavam sua existência. E mesmo se os queimassem todos, ainda permaneceriam os documentos de caráter privado e a história asseguraria, através deles, a lembrança da prolongada existência entre nós daquela ignominiosa instituição. Mas se por ventura todos os vestígios fossem apagados e a história não pudesse ser escrita, a literatura não deixaria de cumprir sua função histórica. Impregnada do sentimento íntimo que a faz uma literatura de seu tempo e de seu país, a obra de Machado, em que a sociedade carioca da segunda metade do século XIX está perpétua, constituirá sempre uma lembrança indelével do mundo que a escravidão criou.

Voltando agora ao singular prólogo historiográfico de *Pai contra Mãe*, poderíamos dizer que Machado aí explora, de forma bastante explícita, a capacidade da literatura de fornecer um conhecimento sobre o mundo. Neste prólogo, o contista embaralha, como já havia feito em sua crônica de *Histórias de Quinze Dias*[6], as distinções entre historiador e contador de histórias, e se coloca como um tipo singular de historiador, aquele que recupera o passado ao contar histórias sobre ele. Machado parece recear que, em 1906 e além, seu público não fosse capaz de apreender o que estava querendo mostrar com a história de Cândido Neves. Ou talvez zombasse das tentativas de apagamento da história da escravidão, ao construir um narrador

que parece considerar necessário esclarecer "como eram as coisas" no Brasil de "há meio século", pois seu público provavelmente não soubesse que outrora a escravidão existira em nosso país.

Do que decorre a importância fundamental deste prólogo para a compreensão da história de Cândido e, sobretudo, da contribuição historiográfica de Machado de Assis. Passemos então a ele.

"A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais"[7]. Para um conto cujo tema é reconhecidamente a escravidão, este é um início bastante atípico. Por um lado, a escravidão não aparece prontamente associada a escravos e senhores, nem sua supressão é a supressão de escravos e senhores, mas de ofícios e aparelhos. Por outro, o que a frase inicial ressalta é, estranhamente, o fim da instituição em torno da qual se desenvolve a narrativa. Machado parece estar anunciando que este não é um texto sobre a escravidão, mas principalmente sobre o que significou a sua abolição. Em outras palavras, o que está em relevo são as modificações. Mas, assim como a frase inicial não focaliza os principais atores da ordem escravista, é de se supor que a modificação sugerida aponte em outra direção. Direção cujo conhecimento exige, evidentemente, a leitura de todo o conto – e nós estamos apenas na primeira frase.

Uma frase que ainda tem algo a nos oferecer, pois dela evidencia-se que nosso escritor parece envolvido em um esforço de compreensão da realidade através de "pormenores normalmente considerados sem importância", de "elementos pouco notados ou desapercebidos", de "detalhes aparentemente marginais" [8], como parecem ser o ferro ao pescoço ou a máscara de folha-de-flandres ou ainda o ofício de pegar escravos fugidos.

Mas é justamente a partir do enfoque destes "detalhes" que a literatura de Machado desempenha seu papel historiográfico. Ao caminhar pelas margens, Machado permite ao historiador chegar mais perto do passado, ao levá-lo a perceber que a ordem escravista foi muito mais que a casa-grande e a senzala, que o senhor e o escravo.

O que *Pai contra Mãe* nos induz a perceber é que a paisagem de uma sociedade escravista inclui não apenas o cativo e seu dono, mas todo um mundo de aparelhos e ofícios cuja abordagem talvez nos permita perceber, de forma mais aguda, o horror intrínseco àquela instituição – "Era grotesca aquela máscara, mas a ordem social nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel"[9] – mas, mais do que isso, o que o seu fim pode ter significado – "Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo"[10].

Por duas vezes, o que o narrador do conto ressalta é a transitoriedade da ordem escravista. Ele chama a atenção para o fato de que os aparelhos e ofícios de que trata já não mais existem, de que é preciso ler a história de Cândido Neves atentando para que o ofício de que mal e mal ele tirava seu sustento desapareceu conforme desapareceram os escravos fugidos. Não porque deixassem os escravos de fugir, pois, como aponta o narrador, ao longo dos quase quarenta anos que mediaram o fim do tráfico africano, em 1850, e a abolição, em 1888, as fugas se generalizaram. Os escravos fugidos desapareceram porque a escravidão foi abolida. Acredito que Machado, ao tecer uma narrativa sobre um pegador de escravos fugidos, estava interessado em nos mostrar o que pode ter significado, para alguém como Cândido Neves, o fim da escravidão.

O que nos traz de volta aos indícios, pois a narrativa não é explicitamente sobre o impacto que a abolição causou na vida de Cândido Neves. *Pai contra Mãe* é a história de um pegador de escravos em meados de 1850. É a partir da compreensão do que significava ter esse ofício que Machado nos incita a refletir sobre o abalo que pode ter sido causado pela lei de 13 de maio.

E o que significava ter esse ofício? Responder a esta questão pressupõe colocar outra: por que afinal de contas alguém se tornava pegador de escravos fugidos?

Este não parecia ser um ofício que se escolhesse. Mais correto seria dizer que se acabava por ser obrigado a ele, por uma questão de sobrevivência. Uma sobrevivência

garantida de forma precária, incerta, vaga. Ironicamente, o "homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem"[11], o fazia ao custo de manter sua própria vida uma desordem.

Cândido Neves, o pegador de escravos fugidos em *Pai contra Mãe*, não foge a esse perfil. Ofícios ou empregos, ele não consegue manter-se em quaisquer deles. A situação parece mudar de figura quando nosso protagonista apaixona-se pela jovem Clara. Engano. Pois Cândido carece não só de estabilidade, mas também de persistência. O casamento confirma-se, ainda assim. E vão morar os três, o casal e tia Mônica, parenta de Clara. Têm uma vida difícil. As mulheres cosiam; o marido, ao que parece, continuava na mesma, pois "saía a empreitadas de uma cousa e outra; não tinha emprego certo"[12].

Cândido e Clara anseiam por um bebê, que acaba por vir, para desespero de tia Mônica. Seu nascimento coincide com o período de maior dificuldade da família. Cândido havia desistido não só de conseguir um emprego como de exercer um ofício. Tornara-se um pegador de escravos fugidos. Mas nem com esta "ocupação vaga", conseguia amealhar grande coisa. Para a tia, uma quarta boca, naquela situação, era impensável. A criança teria que ser entregue à Roda dos Enjeitados.

Tudo parece apontar para este insuportável desfecho, quando já se encaminhando para cumprir a dolorosa missão, ocorre a Cândido o inesperado: ele encontra Arminda, mulata cuja gratificação alcançava cem mil-réis. A cativa, grávida, roga àquele pai que tenha compaixão por uma futura mãe, que ela faria o que ele quisesse, tornar-se-ia sua escrava. Inútil. Arminda luta, mas em vão. É arrastada pelas ruas do centro. Chegam à casa. O senhor atende ao chamado, reconhece a escrava. Arminda cai no corredor e ali mesmo seu senhor paga a Cândido a quantia prometida. Depois, diz à escrava que entre. "No chão, onde jazia, levada do medo e da dor e após algum tempo de luta a escrava abortou"[13].

Cândido, que assistira a todo este "espetáculo", sai a buscar o filho, que deixara em uma farmácia enquanto saía no encalço da escrava fujona. Seu destino já não é a Roda dos

Enjeitados, mas a casa e os pais, pois à vista da gratificação, tia Mônica perdoa a volta do pequeno.

A tendência natural, diante deste desfecho, é concentrarmo-nos sobre a grande ironia que constitui o fato de Cândido só poder guardar o seu filho ao preço da perda do filho de Arminda, a parte mais fraca nesta história. Eu gostaria, porém, de chamar a atenção para a outra história que Machado está nos apontando.

Resumindo, em poucas palavras, o final de *Pai contra Mãe*, poderíamos dizer que aqui só existe um pai porque existe uma mãe. Ou seja, Cândido somente consegue evitar que o filho seja lançado à Roda dos Enjeitados porque Arminda, tomada pelo mesmo desejo de guardar o seu filho, resolve fugir a seu senhor. Em suma, o fato é que a sobrevivência de Cândido Neves e de sua família depende da existência de escravos fugidos.

Mas o que aconteceria se não mais existissem escravos fugidos? Se não houvesse mais Armindas a socorrer os Cândidos em seus momentos de apuro? Como estes homens livres pobres ganhariam sua vida?

É ao sugerir as respostas para estas questões que Machado de Assis atua como historiador, como um intérprete das mudanças históricas que testemunhou. O que o conto sugere, em primeiro lugar, é que a escravidão criou em torno de si uma gama de atividades, que a ela ligaram-se muitos outros homens e mulheres, os quais, dependentes daquela instituição, não eram entretanto senhores de escravos. A extensão deste mundo, o próprio conto demonstra: "Como o negócio crescesse, *mais de um desempregado* pegou em si e numa corda, copiou anúncios e deitou-se à caçada. *No próprio bairro havia mais de um competidor*"[14].

Em segundo lugar, *Pai contra Mãe* apresenta indícios de como estes homens e mulheres livres que orbitavam em torno à escravidão devem ter sentido o fim do consenso pró-escravatura e a abolição "pura e simples" – como a qualificou Aires. Como deve ter piorado a vida de alguém como Cândido, dependente de pegar escravos fugidos, quando, a partir de 1870, a atitude da população mudou. Se em finais de 1850, quando Cândido arrastava Arminda

pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, "quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e *naturalmente* não acudia"[15], em meados de 1880, em São Paulo, "meninos de rua, em grandes assuadas, ridicularizam capitães-do-mato sem eira nem beira"[16].

Em meu entender, Machado de Assis tenciona mostrar, com esse conto, como a abolição deve ter sido uma experiência traumática para essas pessoas que atrelaram sua existência à da escravidão. Isso não só porque, como vimos indicando, era sua própria sobrevivência que dependia dos aparelhos e ofícios que a escravidão levou consigo. Mas porque elas nem sempre souberam – ou puderam – adaptar-se à nova ordem capitalista.

Esta interpretação tira sua validade das constantes menções do texto à relação de Cândido com o trabalho. Desde o início, este homem é caracterizado por sua incapacidade de manter-se em um emprego ou ofício. Ele é avesso à estabilidade, à rotina, à posição de subordinado. Não tem persistência, não gosta de atender e servir a outros (embora pegar escravos fosse uma forma de servir, "ainda que por outra via"), não suporta ficar longas horas sentado. Em razão disso, passa por inúmeras ocupações, até cair no ofício de pegador de escravos – em que persiste não porque quisesse, mas porque não consegue outra coisa. É de se supor que sua notória instabilidade, aliada à fraca dedicação com que sempre desempenhou outros trabalhos, lhe fechasse as portas. Ao final, parece que a única ocupação que lhe é adequada é a de pegador de escravos fugidos, a qual não tem horário certo nem patrão e permite ficar de conversa na esquina. Além disso, "só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda"[17].

Acontece que em uma ordem burguesa – na qual o Brasil começara a entrar quando proibiu o tráfico de escravos africanos – não são estas as habilidades requeridas a um trabalhador. Pelo contrário, exige-se dele exatamente aquilo que Cândido não tem: uma ética do trabalho. Em outras palavras, Cândido não tem lugar algum a ocupar, tornou-se descartável. Ora, se isto não foi uma ruptura, o que o terá sido?

Apropriando-nos da metáfora de Machado de Assis, afirmamos que a literatura permite "enxergar onde as grandes vistas não pegam". *Pai contra Mãe* permite uma visão original do Brasil escravista, ao focalizar o mundo que orbitava em torno da escravidão. Um mundo que sofreu profundamente o fim de uma instituição que persistiu entre nós por mais de três séculos e meio.

Assim, ao invés de abandonarmos a literatura de Machado de Assis e a literatura em geral unicamente às leituras da crítica especializada, deveríamos buscar perceber o que cada um destes textos literários está nos mostrando. Ao invés de desprezar a irmã, Clio deveria saber pedir, humildemente: "Agora tu, Calíope, me ensina..."[18].

NOTAS

[1] Evaristo de Moraes, Apêndice: A escravidão nas Belas Artes. In: Idem. *A campanha abolicionista (1879-1888),* 2ª edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

[2] A batalha foi longa até que se afirmasse a possibilidade – mesmo a exigência – de uma análise historiográfica da obra machadiana. Para tanto, foram de fundamental importância as obras de: Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, 1ª reimpressão, 5ª edição, São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001; idem, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, 4ª edição, São Paulo: Duas cidades, Ed. 34, 2000; de John Gledson: *Machado de Assis: ficção e história*, São Paulo, Paz e Terra, 1986; idem, *Machado de Assis: impostura e realismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991; e de Sidney Chalhoub: *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, 4ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 2001; idem e Leonardo Affonso Pereira (orgs), *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; idem, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

[3] Título de um artigo de Sidney Chalhoub: "A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena", *Revista do Departamento de História*, Fafich/UFMG, Belo Horizonte, julho de 1992, pp. 19-43.

[4] Afrânio Coutinho (org.), *Machado de Assis: obra completa*, 9ª reimpressão, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, volume II, p. 660. Todas as citações de *Pai contra Mãe* foram retiradas desta edição. Daqui em diante, passo a indicar apenas a página.

[5] Idem, vol I, p. 1118.

[6] Nesta crônica, publicada em 15 de março de 1877, Machado afirmava: "Um contador de histórias é justamente o contrário do historiador, não sendo o historiador, afinal de contas, mais que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio e entende que contar o que se passou é só fantasiar".

[7] Machado de Assis: obra completa, vol. II, p. 659.

[8] Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp.149-150.

[9] Machado de Assis, op. citada, p. 659.

[10] Idem, ibidem.

[11] Idem, p. 660.

[12] Idem, p. 662.

[13] Idem, p. 667.

[14] Idem, p. 663. Grifo meu.

[15] Idem, p. 666.

[16] João José Reis, Eduardo Silva, *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.74.

[17] Machado de Assis, op. citada, p. 663.

[18] Título do terceiro capítulo de "O programa", conto de Machado de Assis publicado originalmente em *A Estação* em 1883.

REPENSANDO AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA A PARTIR DA DIPLOMACIA CULTURAL (1930-1940)

Raquel Paz dos Santos - PPG-UFF

Buscando um novo olhar sobre as relações entre os dois principais países sul-americanos, procuraremos analisar as formas pelas quais se desenvolveu-se um conjunto de políticas culturais por iniciativa dos governos brasileiro e argentino durante as décadas de 1930 a 1940. No decorrer do período, ocorreu um intenso intercâmbio artístico e cultural entre os dois países, além de projetos dirigidos pelos embaixadores visando difundir informações positivas numa tentativa de diminuir as imagens negativas do país vizinho entre brasileiros e argentinos, buscando compreendê-los em suas especificidades.

Neste contexto de aproximação recíproca a conjuntura dos anos 30 teve um papel decisivo. Por um lado, temos grandes transformações no plano político e econômico com as crises do liberalismo e do capitalismo em 1929 que refletiram profundamente na América do Sul levando ao enfraquecimento da produção agro-exportadora, base das economias brasileira e argentina, e o crescimento pensamento nacionalista autoritário[1]. Por outro, vemos que a crise econômica e a necessidade de cooperação mútua para superá-la foi um fator importante na aproximação do Brasil e da Argentina. [2]

Um outro fator que impulsionou a aproximação entre os dois países neste período foi o fortalecimento do discurso integracionista da América Latina em meio a intelectualidade, visto como uma possível alternativa para enfrentamento em bloco da crise liberal do sistema capitalista. Muitos intelectuais apontavam que diante da crise instalada nos EUA e na Europa, os países latino-americanos deveriam buscar um modelo próprio de desenvolvimento tanto no plano econômico e político, quanto no plano cultural.

Desta forma, a diplomacia cultural[3] empreendida pelos governos do Brasil e da Argentina entre as décadas de 1930 e 1940 estava atrelada aos interesses políticos,

comerciais e econômicos de cada país, pois a conjuntura deste período marcada pela crise, pelo fortalecimento do nacionalismo e dos ideais americanistas, estimulou a aproximação desses dois países que queriam superar suas dificuldades internas e estabelecer sua hegemonia na América do Sul.

Desde que Brasil e Argentina se tornaram estados independentes até os anos 40, encontramos momentos que oscilaram entre um certo afastamento e rivalidade e de uma maior aproximação entre os ambos os governos. No decorrer do século XIX, tanto o Império brasileiro como os sucessivos governos de Buenos Aires expressaram uma política de concorrência pela hegemonia na América do Sul, pois ambos disputavam a influência junto as estados- limites Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Na primeira década do século XX, ocorre um momento de grande tensão entre os dois países, quando Estanilao Zeballos, ministro das Relações Exteriores, havia sido o perito argentino derrotado pelo Barão do Rio Branco na arbitragem pelo território das Missões (Palmas) na última década no século XIX.

Esta vitória arbitral do Brasil introduziu um novo ingrediente de acrimônia nas relações entre os dois países. Em decorrência desta animosidade mútua, em princípios do século XX, iniciou-se uma corrida naval entre Brasil e Argentina além de atritos inusitados entre o Barão do Rio Branco e o chanceler argentino.

Esta visão de hostilidade ficava evidente na correspondência do embaixador Pedro de Toledo. Em ofício de Buenos Aires em 1920, já na segunda década portanto, ao retratar a imagem que as argentinos faziam do Brasil, destacava a arrogância cultural e racial desses, sobretudo dos portenhos, além de um sentimento de inimizade em relação aos brasileiros:

"O Brasil é em regra figurado como um país de índios e negros, sem civilização e sem progresso (...) Nas farsas e comédias, representado em teatros...o brasileiro é

exposto como um inimigo nato da Argentina, encarnando sempre personagem ora ridículo ou covarde, ora degenerado ou imbecil." [4]

Porém, havia motivos mais sérios que justificavam o clima de hostilidade entre Brasil e Argentina. Após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo entre 1919 e 1927,os preparativos bélicos atingiram dimensões cada vez mais maiores na Argentina com a compra de armamentos e navios no exterior. Além disso, procurou-se estreitar as relações com a Bolívia e o Paraguai. Tais atitudes ampliaram o clima de tensão entre os dois países.

Contudo, na década de 1930, pelos motivos que citamos anteriormente, iniciativas dos governos do Brasil e da Argentina promoveram uma política de reaproximação. Como atestam as visitas de Agustín P. Justo ao Rio de Janeiro em 1933 e a de Getúlio Vargas a Buenos Aires em 1935 [5], quando foram firmados acordos econômicos, políticos e culturais que marcaram um momento importante nas relações bilaterais.

Durante os anos 30, foi muito importante a atuação do embaixador argentino Ramón J. Cárcano, em exercício no Rio de Janeiro de 1933/1937, no sentido de promover relações amigáveis entre seu governo e o brasileiro. Cárcano era historiador e um importante intelectual da época que apoiava um estreitamento das relações com o Brasil não somente no âmbito político e econômico, mas especialmente no plano cultural. Durante sua gestão idealizou e impulsionou os convênios de intercâmbio cultural firmados pelos governos de Justo e Vargas.

Exemplo de um convênio importante assinado entre os dois países em 1933 foi o de "intercâmbio intelectual", estabelecendo que as instituições ou associações científicas, culturais, literárias e artísticas do Brasil e da Argentina procurariam fomentar por todos os meios o intercâmbio entre seus intelectuais.

Um outro convênio muito significativo que também assinado neste ano foi o da "revisão dos textos de ensino de História e de Geografia". Segundo este convênio:

> *"A República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, animadas do desejo de ainda mais estreitar as relações de amizade que as unem,*

convencidas de que esta amizade mais se consolidará pelo perfeito conhecimento que tenham as novas gerações, tanto da geografia como da história de suas respectivas pátrias, expurgados dos textos de ensino daqueles tópicos que recordem paixões de épocas pretéritas, quando ainda não se haviam perfeitamente consolidado os alicerces de suas nacionalidades..." [6]

É interessante observar que a proposta de "apagar" da história do Brasil e da Argentina os textos que abordassem as rivalidades e conflitos de ambos os países em épocas anteriores, além de sugerir uma clara manipulação do conteúdo do ensino de história demonstrava a preocupação de ambos os governos em projetar imagens positivas do país vizinho que era um objetivo fundamental neste momento de aproximação e, sem dúvida, a educação seria um instrumento relevante na construção dessa nova mentalidade.

No conjunto das políticas culturais no âmbito educacional desenvolvidas por estes governos na década de trinta, também merece destaque o "pan-americanismo escolar". Tratava-se de uma iniciativa brasileira através do Ministério da Educação com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, cujo objetivo seria fazer da escola uma diretriz da confraternização americana tentando romper o isolamento do Brasil dos outros países vizinhos. Neste contexto, foram criadas as "escolas argentinas" no Rio de Janeiro. Essas escolas visavam difundir a cultura e a história argentinas no sentido de construir uma imagem positiva do país vizinho e as demais "repúblicas irmãs".

Em 1936 um outro marco expressivo no desenvolvimento dessas relações culturais foi a criação do "Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura" . Lindolfo Collor falou de suas metas em seu discurso inaugural:

"(...) Nas capitais da Argentina e do Brasil e nas ruas das suas cidades principais, ele formará centros de irradiação cultural que aumentam entre as nossas populações o interesse por tudo quanto se refira a vida intelectual de um a outro país. Conhecendo-nos melhor pela inteligência, melhor nos

compreenderemos politicamente e mais nos estimaremos do ponto de vista moral (...). Como os argentinos, também nós os brasileiros estamos seguros de bem servir nas nossas intenções e atitudes os grandes ideais do americanismo.." [7]

É importante ressaltar que esse americanismo exaltado por Lindolfo Collor se contrapunha ao oferecido e proposto pelos Estados Unidos, cujo o objetivo era desenvolver um conjunto de políticas de integração dos países americanos sobre sua égide. Muitos dos acordos e convênios firmados entre Justo e Vargas permitiam a adesão dos outros países do continente.

Mesmo não podendo avaliar o impacto dessas políticas de aproximação cultural nas sociedades brasileira e argentina, é muito significativo o empenho de ambos os governos em estabelecer convênios, acordos, instituições com esse propósito na década de 1930, marcando um novo momento nas relações bilaterais.

Nos anos 40, as relações argentino-brasileiras foram marcadas por constantes oscilações. Em alguns momentos expressaram divergências, em outros, coincidências.

Em 1946, Juan Perón, ao torna-se presidente da Argentina, dizia ser adepto da "terceira posição", ou seja, não apoiava nem ao capitalismo nem ao comunismo, portanto, adotou uma política de não-alinhamento na "Guerra Fria". Enquanto que Dutra aprofundou as suas relações com os EUA assumindo uma posição de grande dependência, rompendo as relações com a União Soviética.

Segundo Amado Luiz Cervo[8], no âmbito regional, um outro aspecto relevante do posicionamento adotado pelos dois governos foi dar uma maior prioridade as suas relações com a América Latina. No entanto, ambos os países neste período mantiveram uma relação de cordialidade, estabelecendo acordos de cooperação mútua, entre outros comerciais, políticos e culturais. Porém, em certos momentos, reacendem-se as desconfianças em relação a determinadas posturas do país vizinho.

Em *Crônica de uma guerra secreta*[9], o embaixador Sergio Corrêa da Costa, que esteve em Buenos Aires entre 1944-1946, relata a influência nazista na Argentina, evidenciando o fato deste país manter relações com Alemanha até bem próximo do fim da Segunda Guerra. Este posicionamento argentino somado ao Golpe de Estado em 1943 organizado pelo GOU (Grupo dos Oficiais Unidos), quando setores do governo brasileiro se inclinaram pelo não-reconhecimento do regime, criou um clima de desconfianças entre os dois países, apesar da manutenção das relações diplomáticas cordiais. Contudo, tais fatores contribuíram para a diminuição do intercâmbio cultural.

O embaixador João Baptista Luzardo esteve em exercício em Buenos Aires entre 1946/1948. Pertencia a geração política que se formou com a revolução de 1930. Era do Rio Grande do Sul, portanto um homem da fronteira, tendo uma maior proximidade com a sociedade argentina, além de ser amigo pessoal de Vargas. Era também simpatizante do peronismo e sempre procurou promover uma política de aproximação. Esta postura provocou críticas por parte da elite conservadora brasileira, radicalmente contrária a Perón.

Ao tratar dos comentários sobre o Brasil por parte da imprensa argentina com Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, lamentava pela escassez e conotação negativa dos mesmos, apesar do trabalho de aproximação desenvolvido pela diplomacia de ambos os países:

> *"(...) São geralmente escassos os comentários relativos aos acontecimentos importantes ou às realizações que se imponham pela grandiosidade e transcendência. O desenvolvimento econômico, os progressos sociais, a evolução da cultura, a produção científica, as transformações do Brasil em afirmações industriais não parecem despertar a curiosidade da imprensa argentina(...)Ao contrário, são difundidas notícias nem sempre favoráveis ao 'país hermano', não poupando as relativas a desastres, bandoleiros, reações populares momentâneas que revistam alguma violência, doenças endêmicas,*

dificuldade atuais de vida e muitos outros assuntos em foco, que possam causar impressão." [10]

Apesar desta postura por parte da imprensa argentina, Luzardo afirmava que esta maneira de agir não caracteriza um posicionamento hostil em relação ao Brasil, mas sim um antigo hábito das agências de notícias. O interessante deste relato é sua tentativa de relativizar

a hostilidade entre brasileiros e argentinos, não tomando uma postura de ataque a imprensa argentina sobre as representações negativas que captava no imaginário social sobre o seu país, mas procurava mostrar que tal procedimento seria devido aos "costumes arraigados" na cultura daquele país que criava obstáculos a um entendimento, como ele mesmo diz, sem reservas.

É importante destacar essa releitura que faz em sua correspondência dessas informações difundidas pelos jornais, adotando uma postura de mediador cultural e político que procurava buscar as causas da permanência dessa visão negativa apesar de todo o esforço por parte da diplomacia.

Esse papel de "mediador" adotado por alguns embaixadores do Brasil e da Argentina, é muito relevante porque produz representações mais reflexivas do país vizinho, ao contrário das imagens muitas das vezes carregadas de preconceitos e rivalidades difundidas pela imprensa, que como vimos foram historicamente construídas no contexto das relações entre os dois países.

Finalizando, procuramos neste trabalho analisar os fatores que motivaram bem como as formais pelas quais os governos do Brasil e da Argentina desenvolveram uma diplomacia cultural visando um melhor entendimento e conhecimento mútuo de suas sociedades entre as décadas de 1930 e 1940, não esquecendo que este intercâmbio cultural visava atender aos interesses políticos e econômicos dos dois países. Todavia, o enfoque dessas relações culturais é importante porque nos traz novos fatos sobre o relacionamento entre os dois países,

nos levando a refletir como políticos e intelectuais repensaram a sua imagem sobre o país vizinho e buscaram estratégias de aproximação cultural.

---

[1] No Brasil, intelectuais como Alberto Torres, José de Oliveira Viana defendiam que somente a partir do estabelecimento de um Estado autoritário o Brasil iria desenvolver-se, o federalismo que era concebido como um elemento desintegrador da unidade nacional. Na Argentina, Leopoldo Lugones, Manuel Gálvez, entre outros, defendiam as idéias em torno do tradicionalismo católico, o culto ao líder, o maniqueísmo como filosofia histórica, a teoria da conspiração universal e a inclinação pelas alternativas autoritárias.

[2] "(...) suas economias mais se complementavam do que competiam e esta circunstância, favorecida ainda pela vizinhança(...) estimulou de tal modo o intercâmbio comercial que o Brasil se converteu em um dos maiores clientes da Argentina, a ocupar, constantemente , a terceira ou a quarta posição, devido, sobretudo, as volumosas compras de grãos e farinha de trigo. Em 1930, sua participação na pauta das exportações argentinas representou 13,38 % do total, inferior apenas a dos Estados Unidos e à Grã-Bretanha..." BANDEIRA, Moniz. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993, p. 26.

[3] *"(...) Considera-se que as relações culturais internacionais têm por objetivo desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo. A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial e econômica."* RIBEIRO, Edgar Telles. Diplomacia Cultural: seu papel na Política Externa Brasileira. Brasília: IPRI-MRE, 1989, p. 23.

[4] HILTON, Stanley. *Brasil-Argentina*. In: JAGUARIBE, Hélio (org.). Leitura de Política Internacional. Brasília: Ed. UNB, 1982, p. 103.

[5] *"Nossos militares apreciaram as demonstrações de apreço que receberam de seus colegas(...) onde esperavam encontrar desconfianças e restrições por certas intrigas desnecessárias(...) a visita teve um grande efeito política de aproximação, de conhecimento recíproco e de melhor compreensão.* ***Para simpatizar é preciso compreender****." Diário de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. (grifo nosso).*

[6] Ministério das Relações Exteriores (Coleção Atos Internacionais). N.º 96. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, p. 5 .

[7] Arquivo Lindolfo Collor. Discurso inaugural do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, Porto Alegre 11 de junho de 1936. CPDOC, p, 3 .

[8] CERVO, Amando Luiz. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001

[9] COSTA, Sérgio Corrêa da. Crônica de uma Guerra Secreta. Rio de Janeiro: Record, 2004.

[10] João Baptista Luzardo a Raul Fernandes, correspondência, Buenos Aires, 30 de janeiro de 1947, AHI

NEOLIBERALISMO, CULTURA POPULAR E ENSINO DA HISTÓRIA ou O SAMBA É MEU DOM

RAUL MILLIET FILHO

1. Objetivos Gerais

1.1. Nos últimos 30 anos, vários fatores têm agravado o quadro precário do Ensino da História no país, em todos os níveis, do fundamental à pós-graduação, conseqüência do desmonte das políticas públicas de educação, da ideologia neoliberal do Estado mínimo, fruto de planos macro-econômicos levados a efeito desde a década de 1980, com interregnos pouco significativos que não chegaram a arranhar a hegemonia da redução das políticas econômicas a intervenções monetárias. Economia, outrora Filosofia, reduzida à uma "ciência exata", matematicamente resolutiva, com receituário monocórdio: juros elevados, inflação de demanda e o culto ao Deus Mercado. Políticas públicas sociais como saúde, educação, habitação não são mais compatíveis com os desenhos estratégicos dos formuladores do futuro da nação.

Tudo girando em torno da moeda e seu templo, o Banco Central, na prática instituição privada independente da vontade pública. Não Re(pública). Joaquim Murtinho em seus devaneios não previu desdobramentos de tal magnitude.

Tecer algumas hipóteses sobre a crise da Educação, do Ensino Público, mais especificamente do Ensino da História são os objetos dessa comunicação que certamente não podem ficar reduzidos à considerações sobre o ideário "econômico" (em seu sentido estrito) sem abrir o leque para suas ramificações no fulcro do imaginário e nos poros do novo perfil do Estado-Nação, sofisticado na aparência, mas empobrecedor e simplista quando despido de seu fetiche, por meio de análises criteriosas e rigorosas, balizadas por opções teórico-políticas que apontem para outras utopias, futuros dissonantes do reducionismo incensado pelo Consenso de Washington.

1.2. Contra visões economicistas

Não pretendemos nos estender abrindo ilimitadamente o debate em torno de conceitos como base, superestrutura e modo de produção. Deixamos evidente a relação entre a crise do ensino e políticas econômicas neoliberais no Brasil. Ocorre que, percorrendo as trilhas de E. P. Thompson, (assim como Gramsci, Benjamin e outros) gostaríamos de afastar de pronto a surrada visão histórico-metodológica do edifício ou dos jogos e reflexos de espelhos, na qual o social é o "econômico" concentrado.

Ao contrário, exatamente por assumirmos uma posição política clara, um ponto de partida alicerçado nas idéias de Marx, é que não prosseguiríamos sem alertar para os equívocos reducionistas que vêm malbaratando a espinha dorsal do pensamento marxiano, aproximando-nos com o autor de "Costumes em Comum" e de "A Formação da Classe Operária Inglesa", com quem concordamos de que não há dificuldade em demonstrar o quanto as versões economicistas nos afastam da práxis do autor de "O Capital".

Em "As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos", Thompson rebrilha ao desenvolver de maneira criativa e sofisticada, considerações críticas sobre os "positivistas dialéticos". Seja através de parágrafos de sua própria lavra, ou de citações (Grundrisse) como a que reproduzimos abaixo, o historiador inglês vai direto ao ponto:

> "em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas relações que atribuem posição e influência a qualquer outra produção e suas relações. É uma iluminação geral, em que são imersas todas as cores e que modifica as suas tonalidades particulares. É um éter especial a definir a gravidade específica de tudo o que dele se destaca"(1)

Solando, qual Canhoto da Paraíba, Thompson afirma:

> "No lugar da noção de primazia do "econômico" (mais "real") – com que as normas e as culturas são vistas como reflexos secundários –, o que essa passagem enfatiza é a simultaneidade das manifestações de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social"(2)

Simples. Como explicar o "econômico" em uma sociedade como um ente isolado, em cuja órbita permanecem girando a educação, relações afetivas, cultura, arte etc, com maior ou menor grau de proximidade e embricamento.

Quando começamos estabelecendo uma relação estreita entre educação, ensino da história e neoliberalismo, referimo-nos ao caráter do capitalismo em seu mais alto grau de exclusão na História. Ou como analisa Luiz Gonzaga Belluzzo:

> " A tendência é de mercantilização de todas as esferas da vida. É preciso retomar o que muitos compreenderam – não falo de Marx, mas de Nitzsche ou talvez de Simmel – que é da natureza da sociedade mercantil-capitalista submeter à lógica sistêmica todas as esferas da vida. Só os beócios não entendem que o capitalismo, enquanto sistema de integração social através da apropriação da riqueza é totalitário. **Hoje em dia, aliás, é perigoso contestá-lo, sem ser imediatamente ridicularizado e desqualificado. Então, os negócios começam a invadir o ensino básico, universitário, a saúde, o esporte, o lazer e, numa escala industrial, a família ou o amor familiar. Ocorre aqui uma ruptura insuportável em relação à experiência imediata, mais afetiva e em escala humana"(3)**

Ponto. Parágrafo. Ensino. Cultura popular... está concluída a ponte entre o pousio da precarização e fragmentação atual do pensamento humano, da Educação, da História e de seu ensino.

Das salas de aula à perda da auto-estima de professores e alunos em vivências onde as referências estilhaçaram-se; deixando por todos os lados lascas cortantes, pontiagudas, em um quadro onde a fragmentação pós-moderna não é modelo, é referência de uma totalidade explicativa ocultada, varrida para recantos invisíveis, instrumentos eficazes de sua perpetuação.

2. Ensino e Ensino da História

2.1. Em períodos como o que ora vivemos, a História é abordada predominantemente pelos caminhos das biografias, da "História da Vida Privada", prendendo-se a uma romantização de seus protagonistas, desvinculando o particular (e seu potencial elucidativo) das grandes encruzilhadas da humanidade, da totalidade, regredindo ao pensamento metafísico e abordagens históricas narrativas, "dissolvendo a História numa infinidade de histórias fragmentadas, secionadas, sem articulação com a totalidade histórica **e, assim, sem capacidade de transformação da realidade**"(4)

A História iluminada com luzes intensas mas ofuscantes, ou com o "bate-estaca" dos DJ´s, sombreando rostos e bocas, acaba por descaracterizar a importância dos rodapés dos acontecimentos, da longa duração da sexualidade e das manifestações corporais, olvidando o

imaginário, poetas e contadores de esquinas, confinado-os em microporões intransitáveis, folclorizando processos sociais com este perfil, desacreditando-os, posto que circunscritos onde o inferno são os outros isolados em cubículos, anulando até mesmo, interpretações dos poetas e romancistas, apequenando de roldão todos os acontecimentos ao fragmento, labirinto de Creta de quem mesmo sabendo que o mundo é o resultado de ações humanas, na determinação dos períodos e circunstâncias de vida, da genial introdução "brumariana", permanece estático diante de uma obra abstrata dita indecifrável. Totalidade?. O que é isto? É a História. Capitu ou Mona lisa.

2.2. Ensino, Estado ampliado e criatividade

Deixando de lado o pensamento único do fragmento do pós-modernismo, utilizaremos dois autores que contribuíram decisivamente para a interpretação do Ensino, do sistema escolar. Gramsci e Paulo Freire, tendo como referência além das obras clássicas destes dois grandes bateleiros, o livro de Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos (5).

Em Gramsci, situamos o sistema escolar enquanto aparelho privado de hegemonia, seu conceito de Escola Unitária, pleno de possibilidades de ações contra-hegemônicas, de guerra de posição, enfim, na mão inversa da atual voga da História. Em Paulo Freire resgatamos sua Pedagogia Libertadora, buscando convergências entre os dois autores.

Para o italiano de Turim, a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Aqui aparece a Teoria ampliada do Estado nas sociedades de tipo ocidental em contraponto com as de tipo oriental, assim o Estado seria sociedade política + sociedade civil, sendo que nas sociedades de tipo ocidental, a política necessariamente mediada por um equilíbrio pendular consenso / coerção, mutável de acordo com correlação de forças de conjunturas diversas, e a guerra de posição assumindo papel cada vez mais relevante, na estratégia dos partidos de esquerda, frente à guerra de movimento.

Nas sociedades orientais, o aparelho de hegemonia localiza-se no governo propriamente dito, Forças Armadas, Polícia etc., enquanto nas formações ocidentais "o Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas..."(6)

O filósofo italiano considerava o sistema escolar, constitutivo da sociedade civil, como um dos principais aparelhos privados de hegemonia, campo aberto para ações contra-hegemônicas, para fermentar a guerra de posição. Descartando o direcionamento ultra profissionalizante da escola, defende para os filhos do proletariado o acesso a informações sobre todos os campos possíveis, uma educação de liberdade e necessariamente universalista. As questões educacionais e culturais são postulados fundamentais na teoria gramsciana.

Paulo Freire, na segunda fase de sua obra, afirmava ser a pedagogia libertadora, conquanto estimulasse o conhecimento como instrumento de transformação social, em sintonia com a cultura popular a qual creditava grande importância pedagógica, recomendando sempre que possível, a utilização de referenciais culturais integrantes da realidade do educando, como o vocabulário.

Julgamos que tanto a Pedagogia Libertadora quanto a Escola Unitária, merecem atenção especial nesta temática ora em debate.

2.3. Ensino da História e Cultura Popular

É curioso como em nosso país, pilares do patrimônio cultural popular, da construção do imaginário da Nação, da preservação da auto-estima de toda uma população, têm sido secundarizados pelo ensino e pesquisa da História, apesar do crescimento de publicações e investigações dos últimos anos. Samba e futebol, por exemplo. Desconheço material didático que inclua estes dois pontos básicos do nacional-popular dentro de uma perspectiva orgânica na grade curricular adotada. E logo aqui, no Brasil, onde foi exatamente através da cultura popular ou capturado pelo popular (ex: o futebol) que a sociedade civil encontrou um de seus principais estuários organizativos.

E logo aqui, no Brasil, onde entender, conhecer história, passa pela dialética localismo-cosmopolitismo, visualizando a cultura popular, a MPB e o Futebol, na construção do real-imaginário da nação brasileira (Benedict Anderson: “Nação é uma comunidade política imaginada”).

Na verdade, no caso específico do futebol, este esporte ainda é visto pela academia e pelas elites brasileiras como tema menor, por vias de uma vinculação que transborda para as

páginas, eivada de preconceitos frente a uma atividade de trabalho manual. Assim é percebido o futebol, como atividade secundária, por laços equivocados de uma sociedade onde a longa duração da escravidão e da enxada ainda não alcançaram o bico de pena, quiçá as telas **pentium**.

Cultura popular, que em tempos de pensamento único, é desprezada como quase tudo que vindo das classes subalternas, é analisada e articulada à totalidade. Cultura popular que na acepção gramsciana, é um processo complexo e dinâmico, contraditório, com deslocamentos de idéias, crenças e valores não permitindo interpretações reducionistas como a que opõe a cultura popular à cultura dominante, esquecendo conceitos como o de bricolage. Cultura popular que só pode ser vista como energia em suas recepções, com circularidades historicamente determinadas, exatamente dentro da lógica dos conflitos de posição, acomodação e luta, conformismo e inconformismo.

Ensino da História, pensamento único neoliberal, desmonte do ensino público, esquecimento vertical e horizontal da inclusão da cultura popular em seu currículo, exatamente porque o prazer estético cultuado no pós-modernismo não é afeto à essas manifestações, e porque as classes hegemônicas desfiguram, caricaturando sua arte de modo geral, parindo algo anódino, asséptico, roupa de grife, diante de seu potencial contestatório.

Compreendo a História e seu ensino como instrumentos de transformação social e alegria, concluindo com uma citação do belo trabalho de Marcos A. da Silva:

“Quando se fala em história como distração, diversão, sedução e prazer, não se está, necessariamente, renunciando à sua carga crítica, à capacidade que possui de aprofundar a (auto) compreensão dos homens: diferentes artes também produzem aquelas experiências (pintura, poesia, cinema, teatro etc.) e, simultaneamente, participam, quando o querem, de radicais desmontagens de poderes – governos, valores, grupos.

Associar a história a diversas lutas e identidades sociais, por sua vez, não elimina doses de sensibilidade em relação ao mundo, inclusive no que diz respeito a torná-lo mais belo e produtor de felicidades.

Dois encontros possíveis entre aqueles focos são: 1) vivenciar as lutas beneficiadas pelo conhecimento histórico de forma desmilitarizada e como satisfação para aquelas pessoas que as

realizam; 2) redefinir o prazer desfrutado a partir dos saberes de natureza histórica como suficientemente bom para ser usufruído por todos”(7)

Associar a Primeira República à Pixinguinha, vitória do Brasil no sul-americano de futebol de 1919 frente ao Uruguai; a Revolta da Chibata ao “Mestre Sala dos Mares” de João Bosco e Aldir Blanc, aos primórdios da Escola Brasileira de Futebol... com músicas, charges, fotos, depoimentos e filmes. Apresentações ao vivo em sala de aula, “professorando pelo tempo, saboreando. Já pensaram...

Êpa. Sem perceber, escorreguei no mesmo “pedaço” de visão de mundo que ceifa tudo isso. Associar como? Associar o que é parte? Não pode, trata-se de resgatar a História crítica e seus desdobramentos.

Recorro mais uma vez a Marcos A. da Silva: “só uma relação de liberdade com a História, aberta a seus desafios, riscos e indeterminações, possibilita participar da festa pelo acesso de todos a seu prazer”.(8)

Isto, acrescentamos, não implica em não tomar posição, combater, ser combatido, ir para o “front” contra o patrulhamento anti-marxista. Afinal, “gato que nasce no forno é biscoito”, diz o sábio e antigo ditado gaúcho. Tomar posição sempre, mas tendo sempre a democracia como valor universal.

Como afirmou Lucien Febvre, a História é a forma pela qual o historiador atua no seu tempo e a escolha de seus objetos deve estar vinculada às prioridades políticas e sociais do mundo em que vive.

EPÍLOGO (O SAMBA É MEU DOM)

Wilson das Neves é batera antigo, estrada longa na MPB. Toca vários gêneros. Craque no samba. Compositor de mão cheia fez muito samba bom, com parceiros como: Paulo César Pinheiro, Chico Buarque, Zé Trambique e outros, seguindo a linha de aprender sempre com seus professores e mestres.

Em “O Samba é Meu Dom”, parceria com Paulo César Pinheiro, fica patente, bola e pandeiro quicando nas quadras ou nos campos, mostrando como é rica a cultura brasileira nesta

parceria maior samba / futebol. O Samba é Meu Dom. Não um dom natural, mas batalhado e lapidado, coisa rara. De arrepiar. Vejam a letra:

O SAMBA É MEU DOM
Wilson das Neves / Paulo César Pinheiro

O samba é meu dom
Aprendi bater samba
Ao compasso do meu coração
De quadra, de enredo,
de roda na palma da mão
De breque, de partido-alto
O samba canção
O samba é meu dom
Aprendi dançar samba
vendo o samba de pé no chão
No Império Serrano,
a Escola da minha paixão
No terreiro, na rua, no bar,
gafieira e salão
O samba é meu dom
Aprendi cantar samba
com quem dele fez profissão
Mário Reis, Vassourinha,
Ataulfo, Ismael, Jamelão
Com Roberto Silva, Sinhô,
Donga, Ciro e João (Gilberto)
O samba é meu dom
Aprendi muito samba
Com quem sempre fez samba bom
Silas, Zinco, Aniceto, Anescar,
Cachiné, Jaguarão
Zé-com-fome, Herivelto,
Marçal, Mirabeau, Henricão
O samba é meu dom
É no samba que eu vivo,
Do samba é que eu ganho
o meu pão
E é num samba
que eu quero morrer
de baquetas na mão
Pois quem é de samba
meu nome não esquece mais, não

É só trocar Mário Reis, Ataulfo, Donga e todos os outros grandes sambistas da letra por Zizinho, Mané, Pelé, Gerson, da Guia (pai e filho), incluindo além do terreiro, da rua, do bar, gafieira e salão, campos e redondas. E outros. Dá samba e futebol na perspectiva da contra-alienação.

CITAÇÕES DO TEXTO:

1. Marx apud E. P. Thompson. “As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos”. São Paulo. Unicamp. 2001. p. 254.
2. E. P. Thompson. “As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos”. São Paulo. Unicamp. 2001. p. 254.
3. Luiz Gonzaga Belluzzo. “Para entender o Brasil”. São Paulo. Alegro. 2001. p. 219.
4. Emir Sader. “Século XX - o Século do Imperialismo”. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2000. p. 8.
5. Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos. “Desigualdade Social & Dualidade Escolar”. Petrópolis. Vozes. 2001.
6. Gramsci apud. Carlos Nelson Coutinho. “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político”. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1999. p. 151.
7. Marcos A. da Silva. “História. O Prazer em Ensino e Pesquisa”. São Paulo. Brasiliense. 1995. p. 12,13.
8. ID. Ibid. p. 84.

Os grupos étnicos africanos e suas formas de organização social na cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX.[1]

Regiane Augusto de Mattos – PPG-USP

É sabido que durante muitos anos o tráfico atlântico de escravos permaneceu vigente e trouxe do continente africano milhares de negros que abasteceram as diferentes regiões do Brasil. Escravos de diversas origens e lugares se misturavam nos navios negreiros e desembarcavam nos principais portos brasileiros. Aqui, esses africanos receberam novas designações que revelavam a sua origem, o que chamamos de *grupos étnicos*.[2] Esses grupos étnicos, obrigados a irem para a outra costa do Atlântico, não eram os mesmos que existiam antes de serem capturados e transformados em escravos. Foram reunidos em supostas etnias, como nomes de portos de embarque, principais mercados no continente africano, por conveniência do tráfico de escravos. Essa reunião de grupos étnicos promovida por agentes externos, como os proprietários de escravos e a Igreja Católica, acabou sendo reelaborada e internalizada pelos próprios indivíduos classificados, resultando numa identidade étnica que direcionou as formas de organização, as alianças, a vida religiosa, as reuniões matrimoniais, bem como redefinindo as relações entre os diferentes grupos.

Sabemos que assim que o escravo chegava em terras brasileiras, seu proprietário encaminhava-o para a paróquia mais próxima, onde era batizado. A partir desse momento era considerado pertencente ao "mundo dos cristãos". Dessa forma, o batismo era utilizado como mecanismo de inserção dessa população não somente nos costumes dos brancos europeus, mas também na própria sociedade brasileira. Os registros de batismo identificavam a população, trazendo informações sobre o nome do batizado, dos pais ou, no caso dos africanos, dos proprietários, bem como a sua origem étnica.

Notamos que em 13,5 % dos registros de batismo de escravos realizados na cidade de São Paulo, somando as regiões da África Centro-Oeste, Ocidental e

Oriental, a Igreja identificou esses africanos com grupos étnicos específicos, enquanto em 86,5% utilizou termos genéricos, como “gentio da Guiné” e “Costa da África”.

Tabela 1: Origem dos escravos africanos

Origem	No.	%
Guiné[1]	366	37,70
África[2]	224	23,06
da Costa	150	15,45
Costa da África	68	7,00
Centro-Oeste[3]	66	6,80
Ocidental[4]	51	5,25
Costa da Guiné	32	3,29
Oriental[5]	14	1,45
Total	971	100,00

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Registros de Batismo. Livros 5-2-23, 5-2-20, 3-2-2, 3-2-13, 6-1-33, 5-3-26, 5-3-32, 6-2-16, 2-2-12.
[1]Esta expressão abrange os termos “da Guiné” e “gentio da Guiné”.
[2]Esta expressão abrange os termos “africano”, “africano de nação”, “de nação”.
[3]Esta expressão abrange os termos “angola”, cabinda”, “cassange”, “congo”, “munjolo” e “rebolo”.
[4]Esta expressão abrange o termo “mina”.
[5]Esta expressão abrange o termo “moçambique”.

Haveria certa dificuldade em realizar a distinção entre os diversos grupos. Dificuldade talvez decorrente da dependência da declaração do próprio africano que não estava familiarizado com a língua e/ou da ausência do proprietário no momento do registro. Por outro lado, podemos pensar que essas informações não tão específicas quanto à origem étnica dos africanos fossem suficientes, aos olhos dos religiosos, para inseri-los na sociedade paulista e promover a sua conversão à doutrina católica por meio dos sacramentos como o batismo.

De acordo com os registros de óbito analisados, alguns termos utilizados nos registros são muito abrangentes e não nos permitem identificar a região exata da África, como nos casos em que aparecem os termos “Costa da África”, “da Costa”, “gentio da Guiné” e “Costa da Guiné” – 89,15%. Por outro lado, os termos mais específicos, que revelam os grupos étnicos africanos encontram-se em 10,85% se somarmos as áreas Centro-Oeste, Ocidental e Oriental do continente africano. (tabela 2)

É interessante atentar para os termos mais específicos utilizados. Percebemos que são designações semelhantes às apresentadas no restante do Império, em

regiões onde a população africana permaneceu em grande quantidade, como no Rio de Janeiro e em Salvador. São expressões comuns e difundidas largamente pelo tráfico atlântico. Veremos mais adiante que foram mencionadas também pelos proprietários de escravos e incorporadas pelos próprios escravos e libertos africanos.

Tabela 2: Origem dos escravos e libertos africanos

área da África	Total	%
Guiné[1]	529	59,85
da Costa	139	15,72
Centro-Oeste[2]	73	8,25
África[3]	59	6,68
Costa da África	31	3,50
Costa da Guiné	30	3,40
Ocidental[4]	22	2,48
Oriental[5]	1	0,12
Total	884	100,00

Fonte: ACMSP, Registros de Óbito. Livros: 2-2-25, 2-2-30, 3-1-38, 3-1-36, 5-3-36, 2-2-12.
[1]Esta expressão abrange os termos "da Guiné" e "gentio da Guiné".
[2]Esta expressão abrange os termos "angola", cabinda", "cassange", "congo", "munjolo", "rebolo", "benguela", "cabundá", "ganguela".
[3]Esta expressão abrange os termos "africano", "africano de nação", "de nação", "África", "do gentio", "gentio de nação", nação africana".
[4]Esta expressão abrange o termo "Costa da Mina".
[5]Esta expressão abrange o termo "moçambique".
Obs: Há um registro não classificado: "muumbé".

Nesse momento, voltamo-nos para as formas de identificação étnica fornecidas pelos proprietários de escravos, debruçando-nos sobre os anúncios de cativos fugidos e à venda nos jornais publicados na cidade de São Paulo. Esses anúncios nos permitem perceber não apenas a reação dos escravos através das fugas diante da opressão do sistema escravista, mas também revelam de que maneira os proprietários identificavam essa população, sobretudo etnicamente. Também nos mostram a descrição detalhada de alguns africanos, apontando traços físicos como altura, idade e até mesmo marcas próprias da "nação" de origem.[3]

Uma das características mais recorrentes utilizadas para a distinção dos grupos étnicos são os "sinais de nação". Como já vimos na historiografia e, muitas vezes, em pranchas pintadas pelos cronistas, as escarificações presentes,

principalmente, na face dos africanos possuíam formas que poderiam revelar a "etnia" a que pertenciam.[4]

As fontes documentais analisadas apresentam dados mais detalhados a respeito dos grupos étnicos dos africanos. Procuram mostrar uma preocupação em distinguir africanos e nascidos na sociedade local, bem como identificar de forma mais minuciosa as diferentes "nações africanas", destacando os respectivos sinais físicos. Dessa maneira, a identificação étnica aparece como elemento primordial no conjunto das informações sobre determinado cativo. Assim como os anúncios de escravos fugidos, os que oferecem cativos à venda também possuem uma forte tendência à identificação dos seus diversos grupos étnicos.[5]

Neste caso, se somarmos as três áreas do continente africano que abasteciam o tráfico de escravos para a América, isto é, Centro-Oeste, Ocidental e Oriental, encontramos referência aos grupos éticos em 82,48% dos escravos fugidos e à venda. Enquanto que as designações genéricas como "da Costa", "gentio da Guiné", "de nação" aparecem em 17,52% dos escravos anunciados.

Tabela 3: Origem dos escravos africanos fugidos e à venda

Área da África	Total	%
Centro-Oeste[1]	85	48,03
Oriental[2]	52	29,37
África[3]	22	12,42
Ocidental[4]	9	5,08
da Costa	6	3,40
Guiné	3	1,70
Total	177	100,00

Fonte: AESP, *O Farol Paulistano,* 1828-1831, 03.03.004, 03.03.005 (microfilme); *A Phenix*, 03.04.027 (microfilme).

[1]Essa expressão abrange os grupos cabinda, benguela, congo, rebolo, angola, munjolo, cassange, cabundá, moxicongo.

[2]Essa expressão abrange os grupos moçambique e quilimane.

[3]Essa expressão abrange o termo "de nação".

[4]Essa expressão abrange os grupos mina e nagoa.

Obs: Há um registro de "nação nambana" não classificado.

Dessa maneira, observamos que os próprios senhores donos de escravos mostravam-se preocupados em identificar e distinguir a população africana. Um aspecto relevante para explicar essa distinção é a forte idéia que se vinculava na época

a respeito do africano. Vemos na historiografia sobre a escravidão que o escravo nascido no âmbito da sociedade local, era considerado facilmente dominado. Já o africano era visto como mais rebelde, um elemento perigoso ao resto da população, necessitando ser vigiado a maior parte do tempo. Inclusive a distinção entre as diversas "nações" passava por esse âmbito da periculosidade africana.

Segundo o pensamento recorrente naquela época, africanos de determinadas regiões e etnias que, eventualmente, atravessavam intensas guerras e conflitos em sua terra de origem, seriam mais propensos às revoltas, estando predispostos à violência no Novo Mundo. Talvez, neste caso, seja mais compreensível o fato dessa distinção, realizada pelos proprietários, apresentar-se com mais detalhe e precisão, pois, afinal, tratava-se de uma propriedade e a procedência dos cativos, bem com as suas específicas características poderiam fazer parte da estratégia de dominação, utilizada como forma de controle da escravaria.

Ademais, o discernimento das características dos grupos étnicos de africanos, pelos proprietários de escravos, poderia ser ocasionado por um interesse comercial. Seria necessário, no momento da compra, avaliar os aspectos físicos, como idade e condições de saúde, bem como ter a noção de qual o melhor grupo étnico para exercer uma determinada atividade, de acordo com a que já praticava na sua terra de origem. Saber o que estariam utilizando como mão-de-obra era uma preocupação recorrente.

Por outro lado, a preservação desse conhecimento também revela e, neste caso, podemos incluir todas as camadas da sociedade, um exercício de identificação acarretado pela convivência e pelo contato cotidiano com os diversos grupos étnicos de escravos e libertos oriundos do continente africano e que passaram a viver na cidade de São Paulo. Acredito que todos esses fatores contribuem para explicar a prática da identificação étnica dos africanos.

Este artigo tem também por objetivo perceber como a identificação a determinados grupos étnicos direcionou as formas de organização desses africanos como, por exemplo, a associação em irmandades religiosas.

As irmandades negras são, muitas vezes, consideradas uma forma de conversão e de acomodação de africanos à doutrina e aos rituais católicos. No entanto, percebemos a possibilidade destes africanos manifestarem suas tradições e visões de mundo. A festa da padroeira era um importante momento para a reunião entre negros escravos e libertos, africanos e nascidos na sociedade local. Nestas celebrações eles podiam ter um contato maior com seus irmãos de cor e de condição social, relembrando aspectos de sua própria cultura e assim promover a sua preservação. Havia no dia da festa da padroeira uma mistura entre sagrado e profano. Mas a festa não acabava aí, estendia-se pelas ruas do Largo do Rosário onde africanos desfilavam ao som de música de batuques.[6]

Assim como a festa da padroeira, a eleição e a coroação do Rei e da Rainha representavam um momento muito importante e de grande destaque para a Irmandade, bem como, para os indivíduos que ocupavam esses cargos. Estas cerimônias religiosas compreendiam missas cantadas, sermões e procissões. [7]

Por meio da leitura atenta do Compromisso verificamos, apenas quanto à ocupação desses cargos, a distinção de um determinado grupo étnico. O capítulo 22 destinava-se à regulamentação da eleição de um Rei e uma Rainha da Irmandade de N.Sra. do Rosário, especificando que esses membros deveriam ser do grupo angola.[8]

Neste caso, observamos também a distinção entre os diferentes grupos étnicos, realizada por escravos e libertos dentro das irmandades. O papel de destaque fornecido à “nação angola” condicionando-a como elemento obrigatório à candidatura aos cargos de Rei e de Rainha da Irmandade, revela a existência da relação entre identidade étnica e organização social.

Aos africanos de diferentes regiões que desembarcaram no Novo Mundo, foram-lhes atribuídos, por agentes externos, como os proprietários de escravos e a Igreja Católica, grupos étnicos que consistiam em nomenclaturas do cotidiano do tráfico atlântico. Por outro lado, esses africanos promoveram uma auto-identificação, reorganizando-se por meio desses grupos étnicos e construindo, dessa maneira, uma

identidade étnica. Portanto, identidade étnica é um conceito baseado na incorporação dos próprios africanos aos grupos étnicos definidos no momento da diáspora. Essa identidade étnica levava em conta afinidades e características que os africanos consideravam em comum, como a língua, a cultura, a ascendência e que, muitas vezes, não imaginavam existir quando estavam no continente africano. [9]

Dessa maneira, podemos entender a eleição de africanos do grupo angola para ocupar o principal cargo desta associação religiosa. Talvez esta associação religiosa fosse organizada e administrada por este grupo, por se encontrarem em maior número como irmãos ou componentes da Mesa de direção. De qualquer forma, havia uma notável preocupação dos próprios membros negros da Irmandade em distinguir os grupos de africanos e, a partir daí se organizarem etnicamente.

No entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que não havia em nenhum capítulo do Compromisso a proibição para a entrada ou a candidatura aos demais cargos da Mesa de africanos pertencentes a outros grupos étnicos. A eleição de destaque de um grupo étnico poderia funcionar como uma forma de acender antigas rivalidades, dificultando alianças entre os africanos. Acredito que essa estratégia nem sempre funcionou. A permissão da entrada de qualquer grupo étnico na irmandade revela certa aproximação entre os diversos grupos, empregada até mesmo como uma estratégia de sobrevivência. Quanto maior o número de pessoas conhecidas e de companheiros de condição, maior a rede de apoio e de solidariedade presentes nos momentos difíceis. Os negros elegeram no Novo Mundo os seus “parentes de nação”, uma espécie de grande família simbólica, já que a de origem havia sido desmantelada ainda no continente africano. Esses “parentes de nação”, muitas vezes, eram de grupos étnicos distintos.

Portanto, notamos como os escravos e os libertos, africanos e nascidos na sociedade local, se organizavam socialmente, integrando as irmandades religiosas e promovendo certa aproximação entre diferentes grupos étnicos como forma de solidariedade, visto que se encontravam nas mesmas condições sociais. Isto não

significava a inexistência de distinção étnica entre eles, mas uma maleabilidade na convivência e porque não dizer, numa estratégia de sobrevivência.

---

[1] Esta comunicação foi elaborada com base nos dados parciais da pesquisa de mestrado em História Social na Universidade de São Paulo, com orientação da Profa. Dra. Leila Leite Hernandez e que tem por objetivo apresentar um perfil dos grupos étnicos dos africanos, escravos e libertos, em São Paulo, na 1ª. metade do século XIX, salientando as suas formas de organização social, em particular no que se refere às manifestações culturais e religiosas.

[2] No que se refere ao conceito de etnia, utilizamos a definição de Fredrik Barth, considerando-a como termo intercambiável de grupo étnico. No caso dos escravos africanos, particulariza-se a reorganização desses grupos nos momentos de embarque no continente africano e, posteriormente, desembarque no Brasil. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade.* SP: Editora Unesp, 1997, p.187-227.

[3] "No dia 14 de Junho do corrente annos fugirão da Fazenda denominada Bellem do districto de Juqueri, do Sargento-mor Joaquim Floriano de Godoi 3 escravos inda alguma coiza buçaes, cujos nomes e signaes são os seguintes João nação muxava, baixo, cheio de corpo, o rosto estrelado, bons dentes - Romão, Nação Monjolo, alto, cara riscada ao comprido, piza com os calcanhares primeiro que os dedos - Manoel, Nação Benguela, boa estatura, cara liza, beiços vermelhos, bons dentes - todos forão de camiza e siroula de algodão, coletes de baeta roxa forro azul, botons redondos amarelos, mantas de algodão riscado, baetas e chapeos de palha. Quem os puder aprehender, e os entregar nesta Cidade ao dicto Godoi, será gratificado". Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), *O Farol Paulistano*, SP, 19 de junho de 1830, 03.03.005 (microfilme).

[4] "A Joaquim Alves Alvim fugio, ha 3 mezes um preto de nação Congo, de estatura mediana, feições tristes, parece ja velho, com uns signaes da nação no meio da testa e n'uma das sobrancelhas, ainda boçal. Ao mesmo fugio a 4 dias, um mulato de altura ordinaria palido, sem barba, de nome Pedro, official de carapinteiro" Idem, 5 de agosto de 1829, 03.03.004 (microfilme).

[5] "Na Rua Direita n.2 ha para vender uma negrinha nova, nação Benguella, meia ladina, sabendo já o serviço da casa por d'entro, e sem defeito nem-um. Quem quizer comprar queira aparecer na mesma casa, e tractar com o Sr. d'ella." Idem, 18 de outubro de 1828, 03.03.004 (microfilme). "Quem quizer comprar uma negra, de nação cassanje, de edade 20 annos, boa lavadeira, e engomadeira, cozinha muito bem, e sabe tractar bem de uma casa de família, quem a pertender dirija-se a rua do Carmo n.67, que achará com quem tractar, o seu dono vende por circunstancias que no ajuste as dirá." Idem, 11 de setembro de 1830, 03.03.005 (microfilme).

[6] "Por ocasião das solenidades que, antigamente, se efetuavam na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em honra desta Santa, se realizavam também, em frente à mesma igreja, festejos populares, postando-se aí um numeroso bando de pretos africanos, que executavam, com capricho, a célebre música denominada Tambaque (espécie de Zé Pereira), cantando e dançando com as suas parceiras, que adornadas de rodilha de pano branco na cabeça, pulseira de prata, e de rosário de contas vermelhas e de ouro no pescoço, pegavam no vestido e faziam requebrados, sendo por isso vitoriados com uma salva de palmas pela numerosa assistência(...)". MARTINS, Antonio Egidio. *São Paulo Antigo*. SP: Tipografia do Diário Oficial, 1912, vol.II, p.82.

[7]"(...) e quando terminava a festa da Igreja, os mesmos africanos acompanhavam, tocando quantos instrumentos esquisitos haviam, e cantando, o Rei e a Rainha, com a sua corte, composta de grande número de titulares e damas, que se apresentavam muito bem vestidos. O Rei e a Rainha, logo que chegavam em casa, ofereciam aos mesmos titulares (títulos que então possuíam os antigos estadistas do tempo do Império) e às damas um opíparo jantar, durante o qual trocavam-se amistosos brindes entre os convivas, mandando as majestades distribuir bebidas aos tocadores de tambaque que ficavam na rua esperando a saída das mesmas personagens. Estas voltavam para a igreja a fim de tomarem parte na solene procissão de N. Sra. do Rosário." Idem, ibidem, p.82-83.

[8] "Nesta Santa Irmandade se farão todos os annos hum Rey e huã Rainha, os quaes serão pretos de Angolla e serão de bom procedimento; e terá o Rey tão bem seu voto em meza, todas as vezes que se fizer, visto dar a sua esmolla avantajada." ACMSP, Compromisso da Irmandade de N.Sra. do Rosário. Livro 1-3-8, Capítulo 22, p.7.

[9] BARTH, Fredrik. Op.cit., 1997.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMNIO E GESTÃO DAS CIDADES

Regina Andréa Martins[1] - CUNP

1- INTRODUÇÃO

As políticas públicas de patrimônio objetivam a manutenção de bens que representem os valores de uma sociedade, preservando a sua cultura, garantindo o desenvolvimento social e gerando símbolos identitários de um lugar. Neste sentido estas políticas devem proporcionar o adequado usufruto desses valores pela sociedade, possibilitando a construção e manutenção da coesão social.

A partir do momento em que a gestão das cidades brasileiras tem caminhado para inserção, cada vez maior, da população nos mecanismos de condução do desenvolvimento local, essas políticas poderiam ser utilizadas como mecanismos que integrariam a sociedade nessa gestão, cooperando para a democratização dos espaços urbanos preservados, conduzindo a fruição desses lugares com a comunidade. A gestão participativa tem se constituído em uma possível resposta para o cumprimento da idéia de função social da propriedade urbana, que deve ser inserida nas políticas de gestão local, definidas a partir do final do século passado no Brasil.

Faz-se necessário então verificar se o mecanismo de criação das políticas de preservação do patrimônio tem contemplado novas formas de condução de gestão local, garantindo à população o adequado usufruto de seu patrimônio, através das diversas possibilidades de desenvolvimento humano, ou se as mesmas vêm, em nome da gestão democrática, incentivando um uso cada vez mais "externo" do patrimônio local.

2- CULTURA E PATRIMÔNIO

De acordo com os conceitos de Santos (1994, p.24)[2] a cultura pode ser vista em função de uma dada realidade social, isto é, "[...] as maneiras de conceber e organizar a vida social ou a seus aspectos materiais." E também como "[...] tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade." A partir de então o autor mescla essas duas concepções caracterizando a cultura como "[...] construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou

seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana.” (SANTOS, 1994, p. 45).

Entender o que cultura é entender o elo de ligação de uma sociedade e seu tempo. A cultura permeia os espaços e a sociedade conferindo a esses dois uma conexão que perpassa a história. Visto que a cultura é construída pelas diversas práticas sociais de um povo, e que, necessariamente, elas acontecem em um período e um lugar, irão formar e conformar a sociedade e suas características dando, a mesma, identidade.

É difícil, pois, separar do entendimento de cultura conceitos básicos como identidade memória e patrimônio, pois deles advém o verdadeiro sentido da palavra. E se essa representa uma comunidade, um povo ou nação, deve ser percebida como integrante do processo de formação da cidadania de qualquer sociedade.

Em relação à inserção desses conceitos a noção de cultura, Barreto (2000)[3] afirma que eles auxiliam na formação cultural quando se caracterizam pela construção de símbolos identitários de um lugar e a memória coletiva a eles vinculada. Para Barreto esses elementos permitem que “[...] saibamos mais ou menos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade." (2000, p. 43).

Para Yázigi[4] (2001) é essa identidade que confere aos indivíduos segurança emocional, formando nas pessoas uma concepção de pertencimento e, conseqüentemente, dando a esse lugar personalidade e alma. Porém a manutenção desses aspectos só será possível quando eles permearem a vida cotidiana local, isto é, estiver de fato inserida no presente, projetando-se para o futuro.

Anteriormente, a cultura era vista como algo estático que devia ser preservado, em seu sentido literal, como se houve a possibilidade de se congelá-la no tempo e no espaço. Hoje a cultura tem sido considerada como um processo dinâmico, isto é, como aquela que permite renovar-se incorporando outras possibilidades, novos olhares. Entender cultura dessa forma é aproximá-la da sociedade, pois essa se transforma, incorpora novas tecnologias, novas sensações e emoções que a possibilitam “estar viva”, e se perpetuar. Na construção desse processo cultural, incorporar o dinamismo é fundamental, pois só assim,

estar-se-ia permitindo que a cultura sobreviva frente às mudanças globais. Sobre a necessidade de incorporação de novos elementos a identidade local, Barreto (2000, p.48) afirma que "[...] manter a identidade local é tentar impedir o processo normal pelo qual pessoas e sociedade evoluem."

Neste sentido, a ação da população perante a conservação de sua cultura deve ser efetiva. Se nos dias atuais, essa necessidade de perpetuação e sobrevivência dos aspectos culturais de um lugar depende da incorporação de novos elementos, em contrapartida, a garantia dos aspectos essenciais desses vai depender, também, do posicionamento que a comunidade tomará em relação ao nível de incorporação desses novos elementos. Significa então dizer que, de nada adiantaria esse ingresso de novos elementos em uma dada realidade cultural, se os mesmos provocarem um processo de descaracterização e, conseqüentemente, de perda da identidade e da memória local.

A comunidade então deve assumir o papel de guardião da cultura, permitindo a sua renovação e ao mesmo tempo a sua conservação. Nesta concepção o poder público entraria como aquele que garantiria todo esse processo através de políticas claras e consistentes, que se pautem na participação popular contemplando, assim, a sua conservação.

Um outro aspecto que deve ser considerado é o fato de que a população participa da construção e manutenção da cultura basicamente através das manifestações e do uso do patrimônio edificado. Neste caso o acesso e usufruto da cultura de um lugar se dariam pelas vias acima descritas e pelas diversas relações que as envolvem.

É preciso, porém compreender que todos os elementos mencionados acabam por se constituir no patrimônio local, ressaltados por Fonseca[5] (1997) pelos valores culturais pertencentes a uma sociedade. Neles estão contidos toda diversidade e heterogeneidade de bens que constituem o patrimônio, intimamente ligada à concepção de cultura adotada por em sociedade.

Em função de um entendimento unilateral de patrimônio cultural, esse foi identificado por muito tempo ao longo da história pelas obras e monumentos consagrados da

arquitetura. Essa relação está muito próxima da 'história oficial', isto é, aquela contada através das batalhas e conquistas de uma nação.

Para Barreto a idéia de territorialidade do patrimônio está marcada pela noção de pertencimento a um grupo social específico, definido pelos limites físico e administrativo local e a atuação legítima sobre esses bens terão esses como referência. Essa legitimidade deve incorporar a noção de identidade e memória, anteriormente mencionados, e que em função dessa incorporação, se relacionam melhor com a idéia de 'legado cultural' do que 'patrimônio'.

Vivenciar espaços de patrimônio é tão importante quanto mantê-los, pois contribuem para a coesão social. Essa relação entre patrimônio e comunidade é imprescindível para formação da memória e conseqüentemente da cultura. Abordando esse aspecto Rangel[6] (2004, p.22) afirma que "[...] a cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e identidade [...] noção básica para o senso de cidadania". Relacionado a esse aspecto Rangel indica que:

> Somente quando se sente como parte integrante de uma cidade ou de uma comunidade é que o cidadão irá valorizar as suas referências culturais, integrando-se aos processos de preservação dos elementos que constituem a memória local percebida através do patrimônio cultural. (RANGEL, 2004, p. 24).

Neste caso os elementos do patrimônio são importantes para a existência dessa coesão social, além de incorporar valores e idéias de um lugar. Porém o exercício de práticas cidadãs só será possível quando as ações públicas proporcionarem a efetiva presença da comunidade na gestão do patrimônio.

3- POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E A CIDADE HOJE

Políticas de patrimônio no Brasil datam do início do século passado, quando o entendimento de patrimônio estava vinculado à idéia de bens que efetivamente representassem a idéia de objeto de arte. Esses valores, diretamente influenciados pelo movimento de intelectuais da Semana de 29, fica perceptível quando se verifica a concepção de patrimônio contida no anteprojeto para criação do serviço do patrimônio artístico nacional (SPAN), por Mário de Andrade em 1936.

Neste documento Andrade idealiza o funcionamento do serviço, caracterizando tudo aquilo que merecia ser considerado patrimônio no Brasil, além de determinar como seria todo o processo de tombamento e gerenciamento dos bens patrimoniais nacionais, ainda definindo a quem caberia determiná-los. Apesar de incluir a "arte popular" nas "obras de arte patrimonial", a escolha por estes objetos estaria a cargo de intelectuais e artistas que deveriam verificar se esses eram "[...] obras de arte pura ou de arte aplicada, popular e erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares e estrangeiros, residentes no Brasil".[7]

Neste contexto verifica-se que o patrimônio era entendido como aquilo que pertencia a setores organizados da sociedade civil, tanto público como privado, remetendo ao aspecto popular aqueles objetos de posse dessas instituições. Os objetos artísticos patrimoniais ficaram então limitados ao entendimento e posse de poucos, incorporando a eles uma noção distante de representação social, apresentada anteriormente. A concepção de patrimônio, vinculado às obras públicas ou significativas das elites sociais, é uma herança francesa das idéias ali desenvolvidas sobre os objetos que efetivamente representariam a sociedade como um todo, conforme apresentado por Fonseca (1997) em sua obra. Esse trato perdurou até fins dos anos de 1980, quando da promulgação da Constituição Federal, que incorporou outros aspectos a noção de patrimônio.

A partir da Constituição de 88 várias aspectos relacionados à questão do patrimônio foram determinadas, dentre elas, em função das características descentralizadoras da mesma, a competência do processo nas mãos do poder público, mais especificamente do poder executivo; e o fato do patrimônio ser incorporado como item da política urbana. Neste sentido, ele deve ser incorporado ao processo de planejamento das cidades brasileiras, se caracterizando como um dos aspectos que garantiram "a função social da propriedade urbana" noção essa apresentada pela nova Constituição.[8]

Neste contexto o patrimônio toma uma conotação de coletividade, abrindo-se a possibilidade de democratização efetiva dos espaços urbanos preservados, que, de alguma forma, deveria sair das mãos da elite para assumir sua verdadeira condição de legado

cultural. Incluída então no processo de planejamento urbano, delegado fundamentalmente ao poder municipal, as questões de patrimônio devem ser geridas por esse, tomando como base o acesso do cidadão a esse espaço.

Desde a promulgação da Constituição, passou-se um longo tempo sem que um instrumento que efetivasse a Política Urbana pudesse nortear a ação pública em relação, não só ao planejamento, quanto à gestão do espaço urbano. O único instrumento até então definido pela Constituição, o Plano Diretor era obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, o que não se caracterizou como insuficiente para garantir a principal função atual do espaço urbano.

Em relação ao patrimônio, as ações efetivas ainda eram caracterizadas pela elitização do processo, trato e utilização desse, não se constituindo de fato como um lugar de apropriação democrática. Vários Planos Diretores foram elaborados sem a preocupação de efetivar as tendências de democratização do uso urbano, e, portanto não atingiram ao real objetivo de estabelecer um padrão socialmente desejável de comunidade.

Em meados dos anos de 1990, a elaboração do Estatuto das Cidades[9] veio como resposta a esta lacuna da política urbana efetivando-se como objeto de “felicidade social”. Porém os tramites burocráticos do legislativo brasileiro só permitiram sua aprovação e vigor no início desse século. O Estatuto das Cidades foi considerado um avanço social sem precedentes, tendo como principal objetivo o planejamento urbano das cidades de forma sustentável. Nele, o Plano Diretor se efetiva como instrumento democrático e participativo, além de defini-lo como obrigatório, não só para cidades com mais de 20.000 habitantes, mas também para aquelas que venham a desenvolver atividades reconhecidamente significativas para o desenvolvimento econômico e social da nação, como por exemplo, as de interesse turístico.

O Estatuto continua delegando aos municípios o planejamento e gestão das cidades, mas indica uma série de instrumentos democráticos de política urbana, reservando á sociedade em geral, através da Gestão Democrática da Cidade, a participação efetiva em todo o processo de implantação do Estatuto da Cidade. A preservação e conservação do

patrimônio ainda permanecem como função urbana a ser estabelecida pelo processo de planejamento, e está inserida em vários instrumentos de planejamento e gestão. Citando alguns se tem: Transferência do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas e Direito de Preempção. No caso da democratização da gestão, o Estatuto prevê a criação das mais variadas formas de participação popular nesse processo caracterizados por órgãos colegiados, debates, audiências e consultas públicas, além de conferência sobre assuntos de interesse urbano.

> Uma das formas de permitir a participação popular em todo o processo de planejamento e gestão urbanos é conferir à comunidade o poder de participação em debates públicos sobre os assuntos pertinentes sobre a política urbana da cidade. Essa participação tem como caráter permitir uma co-responsabilidade sobre a gestão e implementação de ações para a melhoria da cidade. (KOHIYAMA, 2005, p.376)[10].

O que se apresenta no presente momento é a efetivação desses instrumentos na atual gestão urbana das cidades. Alguns Planos Diretores recentes de cidades em Minas Gerais vem criando mecanismos democráticos de participação popular, como forma de se adequar a atual orientação do Estatuto da Cidade. Porém quebrar antigos paradigmas relacionados ao trato do patrimônio é que hoje se constituem no principal desafio, fundamentalmente em relação às ações de uso e conservação/ preservação do patrimônio edificado. Romper com as forças políticas que atuam na gestão do patrimônio, muitas delas ha várias gerações[11], e a efetiva inserção da população no processo é que se caracteriza como tarefa das mais difíceis. E ai cabe ao poder público fazer valer o seu papel de coordenador e disseminador de políticas e ações efetivamente participativas na gestão do espaço urbano. Sobre esse aspecto Castriota aponta:

> [...] como se lidar com *os lugares*, com os traços físicos do passado, de forma que a sua preservação seja algo mais que a preservação de "contenedores" vazios, que terminam servindo como museus ou centros culturais ou, noutra vertente, como ambientes propícios para reconversões que, via de regra, levam ao perverso fenômeno da gentrificação[12]. A resposta a esse tipo de desafio parece-nos estar em políticas que valorizem a "memória do lugar", perspectiva que reúne a história social e a preservação urbana e arquitetônica, num processo que "ancora" espacialmente a memória dos diversos grupos. Essa perspectiva vai ter grande alcance, podendo mesmo contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades, sendo, exatamente por isso, importante para áreas deprimidas da cidade [...] Assim, nada mais apropriado que se estimularem processos que promovam o encontro entre a história social e história arquitetônica, que redescubram a "memória do lugar", identificando junto com os residentes locais quais *lugares* são significativos e *porquê*. (CASTRIOTA, 2004, p.84-85)[13].

Muitas localidades têm utilizado a atividade turística como mecanismo que possibilita a aproximação do patrimônio com lugar, visto que, a atratividade turística tem relação estreita com a valorização da cultura local, principalmente no turismo cultural. Várias políticas públicas têm inclusive incentivado o uso sustentável do patrimônio, essencialmente pautadas na participação da comunidade como forma de garantir essa sustentabilidade. Instrumentos como a interpretação do patrimônio[14] utiliza-se de ação pública, envolvimento da sociedade e uso turístico como um mecanismo racional de conservação e preservação do patrimônio.

Essas tentativas de consolidar a participação popular na gestão dos espaços urbanos ainda são muito incipientes e muito recentes para se afirmar, que no caso do uso do patrimônio, elas de fato poderiam efetivar o uso social desses lugares cumprindo assim com a função social da propriedade urbana definidas por lei.

---

[1] Engenheira-Arquiteta. Mestre em Geografia pela UFMG. Professora do curso de turismo do Centro Universitário Newton Paiva. Orientadora do trabalho de Iniciação Científica intitulado: As políticas de patrimônio

[2] SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 89p.

[3] BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000. 96p. (Coleção Turismo)

[4] YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001. p.11-49.

[5] FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316p.

[6] RANGEL, Marília. Educação patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial**. Grupo Gestor (org.). Belo Horizonte: SEE/MG, 2002, cap.4, p. 15-36.

[7] Anteprojeto para criação do serviço do patrimônio artístico nacional, Capítulo II, Determinações Preliminares: Patrimônio Artístico Nacional. In: CAVALCANTI, Lauro (org). **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MINC – IPHAN, 2000, p.38.

[8] A Constituição define a função social da propriedade urbana na utilização plena do solo urbano como forma de garantir a sociedade e seus cidadãos o acesso à terra urbana, ou as diversas atividades que ali possam ser implantadas, possibilitando a sua principal função que é o bem estar coletivo em detrimento dos interesses individuais.

[9] BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.252, de 10 de junho de 2001, que estabelece diretrizes gerais de política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

[10] KOHIYAMA, Lívia M. Aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade ao planejamento turístico. In: BAHL, M.; MARTINS, R. ; MARTINS, S**. O turismo como força transformadora do mundo contemporâneo**. São Paulo: Rocca, 2005, p. 365-390. (Coletânea do XXV CBTUR – Congresso brasileiro de turismo 2005).

[11] Esse tipo de procedimento é verificado principalmente em cidades coloniais mineiras, em que o patrimônio edificado se constitui no maior bem da sociedade local.

[12] O autor explica o termo como “o processo pelo qual uma rua em que pessoas pobres viviam, muda quando pessoas com mais dinheiro passam a viver lá". (SMITH apud CASTRIOTA, 2004, p.86).

[13] CASTRIOTA, Leonardo B. As políticas da memória: identidade, arquitetura e cultura do lugar. In: **TOPOS** – Revista da Arquitetura e Urbanismo. v.1, n.2, (jan/jul). Belo Horizonte: NPGAU, 2004, p.79-86.

[14] Para maiores esclarecimentos ver MURTA, Stela Maris; GOODEY Brian. **Interpretação do Patrimônio para o turismo sustentado**: um guia. Belo Horizonte: SEBRAE, 1995. 114p.

Entre a boemia e a significação política (Florianópolis – 1975/1985)

Regina Bittencourt Souto[1] - PPG-UDESC

Uma cidade não seria uma cidade sem os movimentos dos personagens que lhe dão vida. São homens e mulheres que desafiam a interpretação de como viviam e pensavam, longe de dar um tom único para tantas experiências transitórias. Por isso, esse texto pretende mostrar como alguns personagens sociais criavam e reinventavam formas de atuação nos diferentes movimentos de contestação à ditadura militar (1964-1985), em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Se foram tensos aqueles anos, muitas foram às táticas para que os *homens ordinários*, expressão emprestada de Michel de Certeau, transgredissem a ordem socialmente imposta.[2]

Então, em Florianópolis, na noite do último dia de maio de 1977, três amigos ao caminharem pela rua Trajano, no centro urbano da cidade, entram no Roda Bar e sentam em uma de suas mesas. Conversam e, entre um gole de cerveja e uma tragada no cigarro, resolvem montar um pequeno texto para uma apresentação teatral. Decidem que o tema do esquete (pequena cena de teatro) terá como foco as discussões da reunião de que tinham acabado de participar na Sede do Diretório Central dos Estudantes-DCE, localizada na rua Álvaro de Carvalho.

Acontece que esses três rapazes partilham ideais que são contrários ao regime militar instalado no país desde 1964 e, por conta disso, participam de atividades de resistência à ditadura que viera com esse sistema político. Além disso, também tem igualmente em comum uma veia cômica como forma de representação dos acontecimentos da vida cotidiana.

Naquela noite, no bar, foi criado o ANARQUITALINO (ANARF). Um grupo de teatro que tinha como objetivo fazer uma crítica, através do humor e da sátira, à repressão que o governo militar praticava na capital catarinense. Para isso, *montamos o roteiro escrito em guardanapos e*

distribuímos os papéis ali mesmo, relembra Fernando.[3] A breve vida do ANARF ficou inscrita apenas nos pedaços de guardanapos, que, não raros, eram guardados nos bolsos e que se perdiam nas noites de boemia, por isso não há registros dos seus escritos ou imagens das performances de seus autores.

As apresentações que o grupo de teatro planejava fariam parte das atividades que o Núcleo do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) organizava na cidade. E foi na reunião que tinham participado no DCE, na qual estavam presentes também representantes do MFPA, do Jornal Alternativo CONTESTADO, da Cooperativa de Artistas e Escritores, da sucursal do jornal Em Tempo e do Diretório Central dos Estudantes, que os trabalhos começaram a ser pensados.[4]

O fato é que, no Brasil da ditadura militar, os anos que seguem após a decretação do AI-5 até o início da abertura política (1969/1974) é considerado o período mais dilacerante da repressão militar. Esses são os anos das perseguições e prisões aos militantes políticos ligados a partidos e organizações de esquerda. É o tempo dos desaparecimentos, das torturas e das supostas mortes 'acidentais' em tentativas de fuga ou por suicídio, pelo menos assim justificadas pelo discurso militar. Esse, também, é o tempo da censura à imprensa e às produções culturais.

Essas ações, por certo, formavam imaginários que interferiam na vida cotidiana de um grupo de pessoas, definindo comportamentos, no qual, os sentimentos de medo e de incerteza se fizeram presente, pois como disse Zerbini em entrevista ao jornal Pasquim: *Vivemos nos país do medo*. E essa é a maneira que, segundo Bronislaw, se constroem os *imaginários sociais.*[5] De toda forma, ainda que as subjetividades estivessem sendo construídas por esses sentimentos que coibiam e instauravam temor, as considerações de que *vivemos no país do medo* se esmaecem na mesma entrevista quando a própria Zerbini relata: *Quem não tem medo*

é louco. Mas em cada um de nós existe um pouco de loucura sagrada, uma força positiva que vence a negativa.[6]

Foi, talvez, com essa *loucura sagrada* que algumas mulheres, ou porque já tinham passado por medidas repressivas, ou por verem seus maridos, filhos e filhas, irmãos ou pais, envolvidos em situações de prisões ou desaparecimentos, que, na esfera privada começam a organizar estratégias de resistências à situação imposta. Nesse ínterim, o Movimento Feminino Pela Anistia foi fundado em São Paulo, em meados de maio de 1975, na residência da advogada Terezinha Zerbini.[7]

Em Florianópolis, o jornal alternativo Contestado publica, em sua segunda edição, que

> F*oi instalado em Santa Catarina no dia 25 de novembro do ano passado* (1976), *o Núcleo do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), cujos objetivos a serem alcançados foram delineados durante a realização do primeiro encontro nacional em São Paulo.*[8]

Bem, em verdade, a articulação para formar o núcleo do MFPA na cidade de Florianópolis começa nos últimos meses do ano de 1975. É nesse contexto que o governo militar desencadeou nacionalmente uma temporada de 'caça às bruxas': prendendo militantes políticos, jornalistas, professores universitários. Nesse momento, no estado catarinense, *quando o país ainda horrorizava-se com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, quinze dias antes nas dependências do DOI-CODI PAULISTA*, quarenta e duas pessoas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro são presas, em novembro de 1975, na chamada Operação Barriga Verde.[9]

Nos lugares mais comuns de Florianópolis, os *praticantes ordinários da cidade*[10] viram as prisões acontecerem. Maria Rita, esposa de um dos presos, relata que

> *Quando ele saiu para trabalhar, no mercado público tinha um estacionamento, ele deixava o carro sempre ali, então quando ele estacionou*

> *o cara veio encapuchou, tirou a aliança, os óculos e o relógio, isso contado pelos meninos que cuidavam os carros.*[11]

A prática cotidiana da ocupação do espaço nas ruas da cidade o colocou na observação da repressão, pois, *ele deixava o carro sempre ali.* Nos diz Certeau que *os lugares são história*[12] e, no caso, ao ser fixado pelo domínio da autoridade, colocou o habitante sob vigilância. Assim, o controle panóptico dos territórios pelo poder militar permitiu que a ordem fosse colocada por mecanismos de repressão, essas que também disciplinarizam os sujeitos.

Mas se, através das redes de controle, os *meninos que cuidavam do carro* assistiram a uma das prisões acontecerem, uma outra rede passa a ser acionada na cidade naqueles dias. Estudantes, jornalistas, esposas, amigos e familiares, partilham de atitudes e atividades solidárias às pessoas que são presas. Nos grupos de convivência, um e outro se via envolvido. Nessa época, Margaret Grando era universitária e conta que na casa de estudantes que dividia com algumas colegas, *morava uma moça que namorava o irmão do Roberto Mota que foi preso na Operação Barriga Verde.*[13]

A cidade da qual estou falando, e que vivenciou a experiência de contestação à ditadura através de estudantes e boêmios, recebia contingentes de pessoas de diversos lugares do estado catarinense e do país. No início da década de setenta, o recente campus da Universidade Federal de Santa Catarina instalado no bairro da Trindade atraia migrantes de outras cidades e do interior do estado para a Ilha,[14] e com a transferência da ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil) para uma sede construída no bairro Pantanal (bairro que ladeia a UFSC),[15] percebe-se um crescimento populacional significativo na cidade. E isso pode ser aferido na tabela abaixo, elaborada por mim com os dados coletados na pesquisa que realizei sobre a cidade de Florianópolis:

Tabela I

População residente no município de Florianópolis (1960-2001)

DADOS/ANOS	1960	1970	1980	1991	2001
População total	97.827	138.337	187.871	255.390	342.315
Nascidos na cidade	81.041	107.443	120.724	155.958	196.322
Migrantes	16.786	30.894	67.147	99.432	145.993
% de nativos	82,85%	77,66%	64,26%	61,06%	57,35%
% de migrantes	17,15%	22,34%	35,74%	38,94%	42.65%

* Fonte IBGE – Censos de 1960, 1970, 1980,1991 e 2001.

Com a chegada de um contingente de novos moradores na cidade, é possível afirmar que uma nova ordem urbana se instaurou entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, imbricada por significativas modificações espaciais, por novos olhares e novas sensibilidades, e por ligações culturais entre diferentes personagens, afetando de maneira decisiva as relações sociais dos moradores de Florianópolis. Como bem afirmou Bernadete Ramos Flores,[16] uma outra ordem urbana se fez presente a partir daí, desenvolvendo um e*thos* citadino como nunca visto antes na cidade, alcançando áreas e indivíduos muito além do seu perímetro urbano central.

Este processo, para além de modificar o cenário físico da cidade, afetou também seus figurantes, o que pode ser aferido, dentre outros indicadores, com dados dos Censos Demográficos (IBGE), os quais indicam o rápido crescimento da migração a cada ano, chegando à virada do século XXI com cerca de 46.561 pessoas que mudaram para a cidade de Florianópolis, o que representa um acréscimo em torno de um terço da sua população total.

Essas pessoas, se pressionavam para que investimentos públicos passassem a oferecer conforto, também traziam para Florianópolis outros modos de vida, portavam vários hábitos distintos dos praticados pela população local, associados às transformações promovidas pelo processo de urbanização, provocaram um forte impacto cultural na medida em que educaram sentidos e, por essa via, alteraram substancialmente as relações entre elas[17].

Já era o fim da década de setenta, e já se passara alguns meses que a anistia fora concedida aos presos políticos.[18] Os antigos habitantes da cidade, que costumeiramente ficavam sentados nos bancos da Praça XV, embaixo da Figueira (árvore mais antiga da praça), já estavam acostumados com os estudantes universitários passeando pelas suas ruas. Com o burburinho de gente caminhando pelo calçadão da Felipe Schimidit, e com os cartazes colados nos postes anunciando um certo forró que acontecia no restaurante universitário, e que era embalado pelas músicas do Grupo Engenho, formado por estudantes da UFSC. Nesse tempo, a cidade de Florianópolis vivia um clima de muita efervescência cultural e política, e que, segundo a lembrança de Luiz Carlos, morador da cidade, *entre os anos de 1976 a 1979, era tudo uma coisa só, o movimento estudantil, o Jornal Alternativo Contestado, o Movimento da Justiça e Paz, os forrós, o Movimento Feminino Pela Anistia. Isso tudo fica em torno de um grupo de 40 pessoas.*[19]

Nesse momento de efervescência, um grupo de estudantes se reúne no bar Roma[20] - era dia 30 de novembro de 1979 – para conversar sobre o que tinham acabado de vivenciar na Praça XV de Novembro: a visita a cidade do último presidente militar, João Figueiredo. Para o que tinham se organizado no DCE, onde fizeram faixas com frases que protestavam contra a visita do presidente. Nessa manhã, na praça: ouviram os taxistas reclamarem de mais uma alta nos combustíveis; souberam que, nas ruas da Costeira, por onde tinha passado a comitiva do presidente quando esta vinha do aeroporto Hercílio Luz, para o centro da cidade, as mulheres fizeram um grande “panelaço”, batendo com colheres, garfos, paus, nas panelas e reclamando do alto custo de vida. Sim, esse dia seria memorável em suas vidas, bebiam para comemorar o que mais tarde passou a ser chamada de Novembrada, a última manifestação popular contra o regime militar que aconteceu na Ilha de Santa Catarina.

[1] Mestranda na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e professora do Departamento de Educação Continuada –SME-PMF.
[2] CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
[3] Fernando de Moraes Barros (Pinduca). Entrevista realizada por mim, em Florianópolis, no bar Quibelandia, no dia 5/12/2002. O Nome ANARQUILATINO, segundo Fernando, faz referência aos ideais do"Anarquismo em Florianópolis". A sigla ANARF servia para abreviar o nome.
[4] Conforme o jornal alternativo *Contestado,* ano I, nº 5, 19/07/1978, p. 12.
[5] Sobre a construção de *imaginários sociais* ver BRONISLAW, Baczko. *Enciclopédia Einaudi* (Anthropos-Homem), v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
[6] Entrevista de Terezinha Zerbini ao Jornal Pasquim, ano IX, nº 419, Rio de Janeiro, de 8 a 14/7/77, p. 8.
[7] É o caso da líder do MFPA Terezinha Zerbini, que foi presa em fevereiro de 1970 por ter articulado o sítio onde aconteceu o congresso da UNE, na cidade de Ibiúna/SP, em 12/10/1968. Entrevista ao Jornal Pasquim, op. Cit, p, 7-11. Ver também *Revista Caros Amigos*, pesquisa realizada em 29/03/05, no site: htpp://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edições/ed53/marina_amaral2.asp.
[8] Jornal *Contestado*, ano 1 nº 2, fevereiro de 1977, p. 09.
[9] Jornal Alternativo *AFINAL*, Ano I, Nº 5, setembro de 1980, p. 9-11. Em outubro de 1975 morre, sob tortura, no DOI-COID/SP o jornalista Vladimir Herzog. Sobre a Operação Barriga Verde ver também: VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina*: da sua gênese ate a Operação Barriga Verde 1922 a 1975. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. 104 páginas.
[10] CERTEAU, Op. Cit, p.171.
[11] Maria Rita Teixeira Bessa. Entrevista realizada por mim, na cidade de Florianópolis, no dia 03/10/2002. Na época era esposa do advogado Roberto Mota, preso na Operação Barriga Verde no dia 03/11/1975.
[12] CERTEAU, Op. Cit, p.189.
[13] Fala de Margaret Grando. Entrevista realizada por mim, na cidade de Florianópolis, no dia 05/05/2002.
[14] Em 1969 a UFSC foi reestruturada em Centros, as antigas faculdades e escolas que faziam parte dela foram extintas e o vestibular único e unificado foi implantado. A partir de 1970, sua estrutura muda-se para o Campus na Trindade, onde permanece até hoje. Ver: LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto da. Apresentação. In: *A UFSC na minha história*: 40 anos da UFSC – 33 crônicas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002, págs. 8 e 9.
[15] As Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A – ELETROSUL – foi criada em 23 de dezembro de 1968, pela Eletrobrás, e foi autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica pelo decreto nº 64.395 de 23 de abril de 1969. Logo após sua criação a empresa foi sediada no Rio de Janeiro. Porém, por determinação dos ministérios das Minas e Energia, para que as subsidiárias da ELETROBRÁS fossem localizadas junto às respectivas áreas de atuação em julho de 1975, iniciava-se a transferência da ELETROSUL para Florianópolis. In: Caderno de divulgação. "Bem vindo a ELETROSUL". Florianópolis: Centrais Elétricas do Sul do Brasil. s/d, pág, 05.
[16] FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A farra do boi:* palavras, sentidos ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p. 66.
[17] Uma análise sobre essa temática pode ser encontrada, entre outras, em ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. (tradução Véra Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
[18] Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, concede anistia a todos os presos políticos que tinham sido presos no período da ditadura militar.
[19] Luiz Carlos Cancellier. Entrevista realizada por mim, na cidade de Florianópolis, no dia 27/09/2002.
[20] O Roma foi um bar localizado na esquina da rua Fernando Machado com a Avenida Hercílio Luz. Era freqüentado

A FORMAÇÃO DE FORMADORES E A QUESTÃO DO MULTICULTURALISMO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Regina Célia do Couto (FACEB/IBPAC),FASF/LUZ
Selva Guimarães Fonseca (UFU/MG)

Neste texto apresentaremos parte da pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), intitulada: "Formação de Professores de História e Multiculturalismo: experiências, saberes e práticas de formadores." Na investigação entrevistamos professores formadores dos cursos de História da UFMG e UFU e utilizamos como metodologia a entrevista oral temática. A questão central que nos acompanhou é a seguinte: Os professores formadores dos cursos de História formam "na" e "para" uma perspectiva multicultural?

Através das narrativas, com as quais dialogamos, auscultamos as palavras ditas pelos formadores, reconstruímos suas perspectivas pensando como ensina Benjamin[1] "a narrativa (...) é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele."

Nas experiências narradas, a seguir, os formadores demonstram que atualmente a idéia do próprio ensino de História está em mutação. "Essa perspectiva multicultural é imanente aos cursos de História, quer dizer, hoje quem não se abrir para isso, quem se fechar estará na verdade perdendo o curso da História" (Furtado: UFMG). "Esse enfoque multicultural implica numa abertura de olhar para novas fontes e a incorporação de novos saberes." (Villalta: UFMG) "Temos que aprender algo novo, preparar os professores para um novo aluno que está ingressando na escola." (Dângelo: UFU)

Furtado afirma que através do ensino da música na História é possível perceber identidades culturais, apreender o mundo e acrescenta: "Resgato muito da criação popular. Uma coisa que está sempre presente nos meus cursos é o cancioneiro popular, a música, ainda que seja urbana; também a popular, músicas como o rap, o rock." Almeida caminha

[1] BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, Arte e política.* Obras Escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 205.

nesse sentido e afirma: "O curso de História da UFU dá ênfase à pesquisa, procura estimular a produção científica que se inicia na graduação. Nós temos trabalhos sobre minorias étnicas, indígenas, etc."

Alguns aspectos da cultura popular e erudita podem ser visualizados nas narrativas, assim como a existência de trabalhos e conteúdos incorporados a multiculturalidade. O enfoque aos diferentes grupos étnicos e culturais e aspectos referentes à cultura de massa, como apontam, podem contribuir para ampliar o pensamento sobre situações de discriminação, desigualdade, diferenças culturais e étnicas. Thompson[2] argumenta nesse sentido, "que a cultura popular, para se tornar um conceito mais concreto e utilizável, deve ser pensada como parte de um equilíbrio particular de relações sociais, não sendo possível olhar para os 'populares' isoladamente."

Paiva argumenta a respeito da rapidez do mundo contemporâneo e, conseqüentemente, dessa relação com os saberes socialmente, coletivamente construídos no mundo, na formação, ensino e História. Sua preocupação é com a complexidade, ritmo, ligeireza - características do mundo contemporâneo - e de como isso tem reflexos nas escolhas do que e do como ensinar, visualizando a dinâmica da própria História. Neste sentido ele afirma:

> (...) Um mundo que está muito distante da singularidade, de um mundo fechado. É como nunca se viu na vida, imagético, a velocidade das imagens, das informações é uma coisa impressionante. As leituras, sejam dos livros, das imagens, da vida, dos processos, das pessoas é fundamental no ensino de história hoje, ao meu ver. A idéia de uma história estática, factual, que parou no tempo e deve ser decorada, é muito contrária à dinâmica do mundo hoje. Formar professores de História na perspectiva multicultural, da forma como eu entendo é exatamente formar profissionais gabaritados, competentes para fazer com que outras tantas milhares de pessoas, de alunos possam realmente compartilhar do mundo, no qual ele se insere, no mundo que eles constroem. (E.F.P. – UFMG)

O formador aponta os impasses hoje sentidos e vivenciados no campo do ensino de história e da própria História. Oferece reflexões sobre o passado da história e de seu ensino, assim como o presente dos mesmos. Ele problematiza o vivido (suas histórias), as relações

[2] THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17.

com o conhecimento histórico, o tempo, a própria História. Como nos ensina Rago[3] "essa 'história do presente' é capaz de distinguir as tênues linhas que separam o passado do presente e o presente da atualidade. Portanto ela deve abrir o pensamento, ao mostrar como aquilo que é, poderia ser diferente."

É essa abertura de pensamento que o formador argumenta como fator importante para uma formação multicultural, em sintonia com a atualidade. Ele preocupa-se com a complexidade da contemporaneidade, pensando na formação e no papel da disciplina História enquanto móbil desse vivido. Para Thompson[4] "a história é a disciplina do contexto e do progresso, logo todo significado é um significado-no-contexto, e, quando as estruturas mudam, as formas antigas podem expressar funções novas e as funções antigas podem encontrar sua expressão em formas novas."

Essa característica peculiar ao campo da História que é o dinamismo, o movimento, o significado no contexto, reforça a necessidade de reestruturação de um ensino e uma formação que desmonte projetos de dominação constituídos ao longo da História da disciplina.

É notório que os formadores percebem a complexidade do momento vivido e reconstroem suas práticas, convergindo para aspectos inerentes à História Cultural. Os formadores preocupam-se com as mudanças, os rumos da História e se questionam sobre o próprio trabalho, revêem o como ensinam e o que ensinam. Articulam saberes, reescrevem o ensino, o que lhe é próprio, em busca de um outro ensino de História, revelador de outros tempos, de diferentes conhecimentos; de outras experiências subjetivas, e por que não, de uma inovadora formação em História!

---

[3] RAGO, Margareth. O historiador e o tempo. In.: DE ROSSI, Vera Lúcia S. & ZAMBONI, Ernesta (Orgs.). *Quanto tempo o tempo tem!* Educação, filosofia, psicologia, cinema, astronomia, psicanálise, história... Campinas, S P: Alínea, 2003. p. 25-48.

[4] THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: A. L. Negro & S. Silva (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: editora da Unicamp, 2001. p. 238

Cabe neste momento salientarmos que a proposta de História temática contemplada nos PCNs (1998) para o ensino fundamental não deixa dúvidas da necessidade de articular diferentes saberes para se ensinar nessa perspectiva. Ela propõe romper com os fantasmas que rondaram e rondam o ensino de História: a história factual, linear, questionários, livro didático como único referencial, etc. O enfoque é dado também à pluralidade cultural, tema essencial para a área de História.

Neste sentido, pensar na perspectiva multicultural e na incorporação ou não da temática nos documentos oficiais é ainda mais intrigante. No entanto preferimos pensar como Mattos[5], quando comenta sobre o tema transversal "pluralidade cultural," "trata-se menos de discutir as insuficiências de um texto, já aprovado, e mais de tentar intervir nas maneiras de sua implementação para que elas possam concretizar suas possibilidades positivas de intervenção neste aspecto da realidade escolar".

Questionados sobre a formação de docentes na perspectiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, os formadores dizem até onde conhecem o documento e pensam sobre as implicações e usos dessas Diretrizes na formação de professores de História.

> As Diretrizes implicam mudanças radicais na composição da grade curricular, na articulação entre Faculdade de Educação e Instituto de formação específica, no caso nosso, de História. Também, a articulação entre teoria e prática; no campo não só da pesquisa histórica, como também no campo do ensino. (...) Por um lado, as novas Diretrizes apontam para uma direção correta. (...) Por outro, tenho dúvidas, se a maneira como elas foram aprovadas é o modo mais correto e se envolveu o grosso dos profissionais que participam da formação de professores. Na realidade há um distanciamento muito grande dos professores universitários de História dessa discussão fundamental que é o que significa formar professor (Villalta: UFMG).

As Diretrizes fazem parte de um projeto global mais amplo, definido pela LDBEN/1996. Como argumenta Sacristán[6], "empreendem-se as reformas curriculares, na maioria dos casos, para melhor ajustar o sistema escolar às necessidades sociais e, muito

---

[5] MATTOS, Hebe Maria. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. p. 27.

[6] SACRISTÁN, J. G. A cultura, o currículo e a prática escolar. In: SACRISTÁN, J. G. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática.* Trad. Ernani F. Rosa. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 18.

menor medida, para mudá-lo, embora possam estimular contradições que provoquem movimentos para um novo equilíbrio."

O objetivo da proposta não é mais que um ajuste à necessidade social mais ampla conforme aponta Sacristán[7]. Deste modo, concordamos com o autor, para quem "pouco adiantará fazer reformas curriculares se estas não forem ligadas à formação dos professores. Não existe política mais eficaz de aperfeiçoamento do professorado que aquela que conecta a nova formação àquele que motiva sua atividade diária: o currículo." E esse currículo é feito na atividade acadêmica, na prática, nas escolhas, definindo o que é realmente válido ser conhecido ou não.

Percebemos que os formadores são importantes sujeitos do processo de formação e ensino de História, pois reflexivos que são, conformam novas abordagens e concepções de formação. Ainda que permeada por dúvidas, a ação dos formadores tem sido refletir sobre o caráter destas propostas, bem como seus encaminhamentos.

Apesar de nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002), os princípios norteadores da prática pedagógica docente, serem nitidamente voltados para uma formação em consonância ao mercado de trabalho, determinando competências que no total de trinta, apenas duas ou três se referem a uma formação multiculturalmente orientada (CANEN e MOREIRA[8], 2001), os formadores têm a possibilidade de avançar em sentido oposto, recriando através dos saberes escolhidos para ensinar um novo caminho para o curso de História, restabelecendo às "culturas negadas e silenciadas" um lugar no currículo.

Assim comenta Dângelo: "Trabalhamos com novos historiadores, novas pesquisas que tenham voltado seus olhos para a questão cultural, para a questão da exclusão social." O objetivo expresso pelo formador de buscar novos historiadores, novas pesquisas, novos

---

[7] Ibid. p. 10.

[8] CANEN, Ana & MOREIRA, Antônio Flávio B. (Orgs.) Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, Ana & MOREIRA, A. F. B. *Ênfases e Omissões no Currículo*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001. p.15-44.

saberes "é certamente a consciência de que as velhas formas são inadequadas aos propósitos" do curso de História. (BURKE[9], 1992)

Por um lado, as Diretrizes Nacionais Curriculares para a formação de professores da Educação Básica manifestam uma preocupação fundamental em orientar a formação de professores, por outro, nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História, a preocupação incide na formação de historiadores, a ausência, a omissão está na formação de professores. Fonseca[10] relata que no texto das Diretrizes – documento histórico, produção de historiadores brasileiros – aprovado pelo MEC é explícito: "os cursos de história devem formar o historiador, qualificado para o exercício da pesquisa. Atendida essa premissa o profissional estará apto para atuar nos diferentes campos, inclusive no magistério."

O que os entrevistados dizem sobre esse problema? "O currículo de forma geral tem que se adaptar à necessidade de que o objetivo final é a formação de professor. A pesquisa por si só não resolve determinado problema se não for levada em termos de experiência no ensino." (Dângelo: UFU). "Na realidade há um distanciamento muito grande dos professores universitários de História dessa discussão fundamental que é o que significa formar professor." (Villalta: UFMG). Todos os entrevistados reconhecem a gravidade que é formar apenas professor, desconsiderando o historiador ou vice-versa e que há um distanciamento da discussão nas Universidades do que seja formar professores.

Com a finalidade de se formar o futuro professor, articulando saberes, que são dentre outros plurais, trabalhando numa perspectiva temática, é interessante que ele seja, multiculturalmente formado para lidar com os saberes já construídos, e com aqueles que serão construídos e (re)significados no decorrer de sua experiência profissional; além de saber ler o mundo por diferentes ângulos, como ensinam Canen e Moreira *inevitavelmente multicultural*; e através do conhecimento/reconhecimento das diversidades que são

[9] BURKE, Peter. Abertura: A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 336.

[10] FONSECA, Selva Guimarães *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003. P.65.

características da História, é necessário partir como diz Paiva de "objetos que também são plurais".

Se a história tem a pluralidade como marca inerente, faz-se necessário o estabelecimento de uma formação onde ensino e pesquisa se associem. Como afirma Silva[11], M.:

> Identificar pesquisa e ensino significa preservar o rigor da produção de saber, próprio à primeira, e o compromisso de sua presença na cena social ampliada e sob controle de seus agentes, inerente ao segundo, pensando numa síntese desses atributos. Nesse sentido, há reciprocidade na aliança (ensino e pesquisa se iluminam, ampliam e se superam simultaneamente) e garantia de que os atos de pesquisar e ensinar continuam a se questionar permanentemente em busca de novos horizontes na produção de saberes.

No ensino e na pesquisa – pesquisando inclusive a própria prática - formadores redefinem saberes ao produzir, outros saberes. Também, (re)significam qual ensino, qual formação de História, quais caminhos para formar o futuro professor/historiador com habilidades específicas do curso. Não se trata aqui de definir um modelo de formação docente, apenas em critérios práticos, em habilidades a serem adquiridas, ou seja, a formação do professor passa por pela compreensão do saber-fazer, mas não pode ser reduzida apenas a isso.

Cabe, neste instante, considerarmos que os formadores admitem a necessidade de rever o processo de incorporação dos conhecimentos curriculares atrelados à dimensão formativa dos futuros professores, uma vez que manifestam preocupações com a questão das diferenças. Formar é um trabalho incessante, em pleno movimento, nesse processo os formadores moldam o que ensinam e definem o prioritário nessa formação; isso passa, sem dúvida alguma, por reformulações nos próprios objetivos das Universidades.

Os formadores apontam, nas suas afirmativas, que formar é um processo cujo maior desafio é formar professores para viver na contemporaneidade. Acrescentamos: formar professores, multiculturalmente orientados, é o maior deles. Porque formar um profissional capaz de atuar nas salas de aula, de maneira a desconstruir estereótipos de raça, etnia,

[11] SILVA, Marcos A. *História: o prazer em ensino e pesquisa.* São Paulo: Brasiliense, 1995. p.19.

sexo, religião é incomensuravelmente desafiante. Neste sentido a formação de professores de História numa perspectiva etnocêntrica não se sustenta mais.

Nas narrativas, os entrevistados afirmam que a "história é multicultural", no sentido de temas e conteúdos, acrescentamos que é multicultural no sentido de temas, de conteúdos, não necessariamente no sentido de métodos. O multiculturalismo é conteúdo, sim, mas é também uma postura em relação ao mundo. Neste sentido, a questão do multiculturalismo na formação e no ensino de história necessita ultrapassar as fronteiras que apenas o qualificam como tema ou conteúdos para que se transforme em prática teórica, vivência política e autoconsciência. É necessário, pois, vivenciá-lo, ensiná-lo, aprendê-lo, exercê-lo.

Faz-se necessário, pois, pensar o multicultural para além da diversidade cultural, pensar ainda que as diferenças têm que existir nas suas riquezas, pois não há grupos homogêneos, há diferenças dentro dos próprios grupos. Também decorre disso que o multicultural se manifesta num mundo onde a hegemonia não desapareceu, neste sentido é premente a necessidade de desafiar a construção das culturas dominantes.

A era da complexidade, como aponta Morin[12], é a era das incertezas, contradições, instabilidades mas, também é da busca, da reinvenção, da transformação. Transformar o ensino é reinventá-lo, é transgredir espaços antes destinados apenas á cultura da elite; é (re)significá-lo noutros espaços escolares. É encantar-se por aquilo que não é homogêneo, desestruturar códigos dominantes excludentes, mudar de postura. Nessa construção ativa o formador é conclamado a mobilizar-se, destinando aos saberes ensinados aos seus alunos outros olhares, novas composições.

[12] MORIN, Edgar. Articular os saberes. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. Trad. Edgar de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez, 2002.

Memória e formação docente: indícios e registros da identidade educacional na região do Bico do Papagaio.

Regina Célia Padovan[1]

Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT

O presente trabalho visa problematizar alguns apontamentos referentes à formação de professores e construção de registros e memórias sobre a identidade docente, na região do Bico do Papagaio, antigo norte de Goiás, no Tocantins. O estudo tem como foco o processo de constituição de fontes e documentação sobre formação de professores, a partir da reunião dos diferentes registros sobre o antigo Centro de Formação de Professores Primários de Tocantinópolis (CFPP), no período de 1970 a 1991, acrescido de outros projetos realizados, em anos posteriores. Nessa perspectiva as questões sobre memória e história norteiam as reflexões propostas, fazendo emergir a importância da documentação no processo da formação docente e suas diversas modalidades.

Iniciamos nossos estudos a partir da problematização sobre a construção de uma identidade educacional na região, presente tanto nas diretrizes pedagógicas dos cursos de formação, assim como nos diferentes tipos de documentos produzidos no processo de realização dos projetos e programas de formação de professores. A relevância da documentação reunida resultou na implementação de um Centro de Documentação [2], servindo como local de referência para realização de futuras pesquisas, entre outras contribuições para a comunidade local e regiões vizinhas.

O conjunto da documentação origina-se na implementação de políticas públicas voltadas para superação do expressivo quadro de professores leigos, seja no antigo Goiás, ainda nos 70, seja no Tocantins, sobretudo no final dos anos 90, no contexto das reformas educacionais voltadas para qualificação profissional dos docentes, sobretudo nos programas de formação inicial e continuada, através da firmação de convênios e parcerias entre os diferentes órgãos responsáveis.

Nesse aspecto, o percurso da pesquisa inicia-se das indagações sobre a disposição do espaço e da arquitetura do antigo Centro de Formação de Professores Primários, local

em que atualmente abriga o Campus Universitário de Tocantinópolis, pertencente à Universidade Federal do Tocantins. Singular em sua forma arquitetônica, o antigo espaço distribuído em blocos ou alas, dispõe de pequenas salas, com ganchos para pendurar redes, dormitórios e refeitório para os professores que freqüentavam o curso e permaneciam durante a semana, para as aulas teóricas e práticas.

Com um "olhar indiciário"[3] sobre questões mais "ocultas" direcionamos nossas reflexões na problematização da constituição da memória e da identidade educacional na região, fazendo emergir a história do Centro de Formação a partir da documentação e da sua relação com as diretrizes pedagógicas mais amplas, acrescidas às informações dos alunos-professores que participaram do curso de formação oferecido pelo Centro.

Em meados do ano de 2001, o contato inicial com a documentação resultou na formalização de projetos de pesquisa na modalidade de iniciação científica [4], favorecendo a inserção de alunos e estudos sobre memória e fontes de pesquisa. No levantamento do material existente e do trabalho com a classificação e ordenação dos registros foi possível relacionar os alunos-professores participantes do Centro de Formação, sua localização na cidade ou regiões vizinhas para a realização de entrevistas, como metodologia de trabalho em história oral.

A proposta política pedagógica dos Centros de Formação ou denominados CFPP implementados no estado de Goiás fez parte de um Projeto mais amplo de criação dos Centros de Formação de Professores Primários do Estado de Goiás, no período e 1964 a 1971, que incluía, além do município de Tocantinópolis, no ano de 1971, as regiões de Morrinhos e Catalão, no ano de 1964 e de Inhumas, em 1972 [5]. O objetivo do Projeto, consistia em qualificar, num prazo curto de tempo, um número expressivo de professores leigos que atuavam nas escolas públicas do Estado, especialmente nas regiões rurais, locais de maior carência.

A criação e implementação do Projeto inseriram-se sob o respaldo da Lei de Diretrizes e Base da Educação 4.024/61 e 5692/71, que visava o atendimento à qualificação de pessoal docente para atuar na rede pública de ensino. Com uma estrutura de cursos

concentrados “em dez meses em regime de tempo integral com atividades divididas em tempo igual para teoria e prática” sendo que “essa concepção de formação de natureza prática, de treinamento direto como solução para a formação de professores adequada ao mercado de trabalho era uma tendência presente na década de 50, a qual se materializou nos centros de treinamento em 60” [6].

A implantação do Centro de Formação em Tocantinópolis, no ano 1971, cidade situada no extremo Norte do Estado de Goiás representou um marco histórico para a região, uma vez que a expressiva distância entre o extremo Norte e a capital do Estado dificultava o acesso às reformas educacionais, sobretudo na conhecida região do Bico do Papagaio, marcada historicamente pelos elevados índices de analfabetismo e carência nas estruturas sociais básicas, as quais mantém a região atualmente como um dos locais que apresenta um alto índice de pobreza social [7], favorecendo com que a educação seja um dos setores expressivos de investimento.

Em seu período de funcionamento, de 1971 a 1991 o Centro de Formação atendeu 1.378 alunos-professores aproximadamente, provenientes de outros estados do Norte e Nordeste, além dos oriundos do Estado de Goiás, e posteriormente, do Tocantins. As modalidades oferecidas constituíam em habilitação do Magistério, em nível de 2º grau para professores leigos; a capacitação para estudos de 1º grau, para os professores que não possuíam o ensino fundamental e os estudos adicionais realizados de forma parcelada que funcionavam como extensão e aperfeiçoamento do magistério [8].

O número de professores atendidos pelo Centro não supriu a significativa demanda do quadro educacional da época, justificando a multiplicidade de propostas e programas vinculados a outros projetos na área de políticas públicas voltados para formação de professores, [1] o que favoreceu com que Tocantinóplis constituísse num ponto de referência à realização de projetos sobre formação de professores, favorecido pela sua estrutura física de alojamentos, refeitórios e dormitórios.

Nesse aspecto, no ano de 1991, o Centro de Formação foi cedendo espaço para instalação da Universidade do Tocantins (UNTINS). O curso de Pedagogia em nível superior aprimorava a formação de professores com habilitação nas séries iniciais. Em 2000, a então universidade instala um projeto de atendimento a formação inicial e continuada de professores no estado e atribui ao campus universitário de Tocantinópolis e de Miracema, a denominação de Centro de Formação de Profissionais da Educação – CEFOPE. Em 2003, Tocantinópolis passa a pertencer a Universidade Federal do Tocantins, com os cursos de Pedagogia e Normal Superior, atendendo as habilitações de docência nas séries iniciais e educação infantil do ensino fundamental.

Percebe-se que através de sua trajetória histórica presente nas mudanças e ao mesmo tempo nas permanências, que Tocantinópolis vivenciou e acumulou múltiplas experiências no que se refere à educação, em específico na formação de professores. O percurso evidencia o que denominamos da construção de uma identidade educacional na região, arraigada primeiramente pela carência social e significativa demanda na área de qualificação profissional dos professores e, sobretudo, presente nos marcos da memória, das concepções pedagógicas construídas, nos registros escritos e na fala dos entrevistados, que vivenciaram momentos históricos do Centro de Formação.

A permanência do Centro de Formação em Tocantinópolis por um período de 20 anos se não qualificou um número expressivo de professores, por outro lado contribuiu significativamente para consolidar uma prática educativa, em que as concepções pedagógicas do ensinar e aprender, expandiram-se pelas escolas da região.

Paralelo ao curso regular de Pedagogia oferecido pela universidade outros projetos foram realizados no espaço do campus universitário, em convênios e parcerias específicas, uma vez que as acomodações do antigo Centro favoreciam a permanência dos participantes.

O projeto MUDE-TO, Municípios Unidos para o Desenvolvimento da Educação no Tocantins constituiu numa modalidade de formação de professores com habilitação em magistério para os docentes leigos que atuavam na rede municipal de ensino. Um total de

172 alunos-mestres, reunindo 11 prefeituras e 03 delegacias regionais participou do curso oferecido em regime modular, no período de 1999 a 2000. A parceria foi firmada entre a Associação dos Municípios do Bico do Papagaio (AMBIP) e a UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação do Tocantins, com os recursos provenientes garantidos pela lei 9294/96. Tocantinóplis constituiu um dos pólos de execução do projeto, sendo o trabalho pedagógico coordenado e desenvolvido pela universidade. Os procedimentos na organização das turmas, projetos didáticos e atribuição de aulas foi um trabalho que direcionou para a constituição de fontes de pesquisa, na valorização das diferentes experiências pedagógicas, com enfoque sobre prática pedagógica relacionada à prática social, enquanto categorias de análise[9]. Dos materiais e fontes recolhidos do referido projeto encontram-se os relatos pessoais sobre a trajetória de ser professor, das atividades práticas construídas no curso de formação e nas aulas de estágio, assim como dos cadernos de registros e projetos desenvolvidos nas escolas de atuação, com respectivas fotografias.

O curso desenvolvido no período de dois anos caracterizou a emergência e a racionalização dos recursos e tempo empregados, na formação de um profissional de acordo com as diretrizes pedagógicas, pela melhoria e qualidade da educação. A precariedade das escolas, a memória do fazer pedagógico e as problematizações propostas pelos professores e alunos-mestre serviu de baliza na construção do ser professor na região do Bico do Papagaio.

Um outro projeto de pesquisa desenvolvido no período de 2002 a 2004[10] tratou dos estudos produzidos sobre os a implementação de dois programas de formação de professores no Estado: os Cursos de Licenciatura em Regime Especial e o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado Parâmetros em Ação, em específico na reunião e análise dos registros produzidos, assim como das entrevistas e questionários propostos. Os programas mobilizaram os convênios entre a universidade estadual (UNITINS) e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), nos cursos de graduação de professores em exercício no magistério; assim como da realização de encontros sobre formação continuada,

ou formação em exercício, entre UNITINS e SEDUC, em parceria com o SEF/MEC, na implementação do Programa Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação.

O trabalho de pesquisa, entre um conjunto de objetivos e estudos teórico metodológicos proposto resultou na implementação de um Centro de Documentação sobre Formação de Profissionais da Educação na região, justamente para atender e concretizar a reunião da documentação oriunda dos projetos, e sua disposição e organização no espaço da universidade, como suporte a realização de futuras pesquisas.

No processo de seu desenvolvimento o projeto procurou reunir os materiais diversos que subsidiaram a formação do aluno-professor nas atividades dos cursos de licenciatura em Regime Especial, assim como dos professores e demais profissionais participantes dos encontros de formação continuada no programa Parâmetros em Ação [11].

Interessante destacar um aspecto observado no desenvolvimento dos projetos no que se refere ao movimento de circularidade entre os sujeitos e profissionais que atuam na educação e nas escolas da região. É comum identificar pessoas que atuaram nos dois programas, e que, também no Centro, ou tiveram professores na educação básica oriundos do Centro de Formação. Esse aspecto reforçou o trabalho mais detalhado quanto à sensibilização referente a importância dos registros ainda em mãos por parte dos profissionais para doação e constituição do acervo de Centro de Documentação.

As questões que norteiam a memória da formação docente e sua relação com a identidade educacional proveniente dos projetos recorre-se no tratamento teórico metodológico das atividades e estudos desenvolvidos, assim como das particularidades dos registros. Dessa forma, expomos a seguir os procedimentos desenvolvidos no contato com a documentação dos projetos e programas em estudo.

As atividades no trabalho com a documentação constituíram no levantamento, organização e classificação dos registros, segundo sua natureza ou tipologia de leitura: de um lado os documentos oficiais impressos: portarias, leis, decretos, regimentos do CFPP, instruções normativas, carta de férias, pareceres, declarações, dentre outros; de outro os de cunho mais pedagógico, como: fotos, textos e livros didáticos, (maioria de 1ª a 4ª séries),

apostilas, avaliações e até mesmo caderno diário das aulas, ou caderno de registro; e ainda os da parte administrativa distribuída em relatórios finais de notas, livro de ponto dos alunos, fichas de estágio, diários de classe, dentre outros.

Com a identificação dos nomes dos alunos egressos elaborou-se o formulário para realização das entrevistas, com metodologia do trabalho da história oral[12]. Nesse aspecto, a documentação ou o tratamento atribuído aos registros considera como sendo um conjunto de informações especializadas sobre o estudo de uma temática, e que tem como perspectiva construir mediações de acesso a futuras pesquisas.[13]

Na classificação dos registros seguiu-se a ordem da tipologia de fontes[14], ou seja, fontes escritas, distribuídas em manuscritas, impressas, iconográficas e orais, sendo estas respectivamente os cadernos diários, materiais pedagógicos construídos; fotografias da época (locais do Centro, ex-alunos em atividades de formaturas) e o conjunto das 20 entrevistas realizadas. Todo esse acervo, ainda merecedor de muitas análises fortalece cada vez mais a interlocução da memória com a história da educação, revelando o perfil profissional proposto pelo Centro de Formação e das raízes na construção de uma identidade educacional na região. Por este enfoque a formação pessoal, a posição, significado e representação de ser professor; do curso e dos aspectos significativos das aulas práticas de estágio, e por fim, da prática pedagógica dos professores do curso, nas aulas “modelo” no trabalho com os alunos das séries iniciais.

Uma outra parte significativa na composição do acervo do Centro de Documentação refere-se aos materiais oriundos dos programas de formação inicial e continuada, conforme apontados anteriormente. Constituem parte do acervo da formação inicial: questionários da pesquisa preenchidos, relatórios de estágio, projetos de pesquisa dos alunos-professores, monografias, entre outros; da formação continuada, podem ser encontradas: as fichas cadastrais do perfil dos coordenadores e participantes da pesquisa, questionários e entrevistas transcritas, materiais da assessoria dos professores da universidade (livros, textos teóricos dos encontros de estudos, cadernos de registros), os cadernos de registros

individuais e cadernos volantes de professores e coordenadores de grupo, fotos, entre outros. Em específico, os registros dos encontros de formação continuada dos professores responsáveis pela área de História, e ainda merecedores de uma análise mais profunda, trouxeram nas reflexões dos relatos (relatórios e cadernos de registros) as dificuldades e expectativas vivenciadas no trabalho das escolas, caracterizando por sua vez projetos e ações proporcionados pelos estudos realizados nos encontros.

Enfim, as potencialidades do acervo abrem um conjunto de outras questões sobre memória da formação docente ou do que se considerou como construção da identidade educacional na região do Bico do Papagaio, no fortalecimento cada vez maior entre história e memória, documento e fontes de pesquisa.

---

[1] Historiadora e Mestre em História Social (PUC/SP); Professora na Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Tocantinópolis.

[2] O Centro de Documentação "Formação de Profissionais da Educação" é resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, intitulado: "Formação inicial e continuada de professores no Tocantins: melhoria da qualidade de ensino e de vida" financiado pelo CNPq/PNOPG (2002 a 2004). Atualmente constitui um espaço que abriga a documentação dos diferentes projetos e programas na área de formação de professores, o qual encontra-se em fase de organização e regularização interna.

[3] GINBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143 a 179.

[4] Os projetos de pesquisa inseriram-se na modalidade PIBIC/CNPq, desenvolvidos no período de 2002 a 2003: "Memória e Identidade: a oralidade na construção de registros sobre o Centro de Formação de Professores Primários de Tocantinópolis – CFPP: 1980-1991 e **"**Memória e Documentação do Centro de Formação de Professores Primários de Tocantinópolis – CFPP: 1971-1991"

[5] Diário Oficial do Governo Estadual de Goiás – 13/06/1972.

[6]CANEZIN, M. T.; LOUREIRO, W. N. **A Escola Normal em Goiás.** Goiânia-GO: Editora UFG, 1994, p. 124.

[7] O índice de desenvolvimento humano é um indicador criado pela Organização das Nações Unidas para medir o grau de desenvolvimento social dos povos: identificados em três dimensões: a renda, a longevidade e a educação. Projeto Alvorada do Governo Federal: Brasília, outubro/2000, p. 7. Consultar informações mais abrangente, no Relatório do Desenvolvimento Humano 2000. Lisboa: Trinova, PNUD, 2000.

[8] Documento Histórico do CFPP de Tocantinópolis – 1990.

[9] Como projeto de pesquisa desenvolvido no período, destacamos: "A formação de professores leigos no Tocantins: prática pedagógica e prática social em questão", por Alice Akemi Yamasaki e Regina Célia Padovan.

[10] O projeto de pesquisa intitulado "Formação inicial e continuada de professores no Tocantins: melhoria da qualidade de ensino e de vida" reuniu diferentes profissionais da UFT, UNITINS e SEDUC.

[11] Os cursos trabalhados pelo projeto foram: Pedagogia (Tocantinópolis, Miracema e Palmas), Letras, História e Geografia (Porto Nacional), Matemática e Pedagogia (Miracema) e Letras (Paraíso), reunindo um total de 286 alunos envolvidos. Para formação continuada privilegiaram-se os encontros dos professores de 1ª a 4ª séries, do ensino fundamental, sendo que na modalidade de 5ª a 8ª séries, centralizou-se os estudos para os professores e profissionais da área de História.

[12] MEIRY, J. C. S.B. **Manual de história oral**. SP: Edições Loyola, 1996.

[13] Utilizou-se como referência o conceito de documentação proposto por CAMARGO, Célia Reis. **Os centros de documentação das universidades**: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória**. SP: Ed. UNESP: FAPESP, 1999, p.49-63.

[14] KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. SP: Ateliê Editorial, 2001, p. 65-71.

A CIDADE PULSANTE: RITMOS E IMAGENS DO INTERIOR MINEIRO NAS CRÔNICAS DE LYCÍDIO PAES

Regma Maria dos Santos[1] - UFG

Podemos considerar que a tentativa de romper, ou anular a distância e o tempo foi estimulada pelo avanço nos meios de transporte e comunicação na sociedade contemporânea, mas esse período também foi responsável por guerras, guerrilhas, conflitos religiosos e étnicos, das mais diversas naturezas.[2]

Nicolau Sevcenko[3] considera que as obras de ficção produzidas no final do século XIX e início do século XX permitem-nos compreender a transformação da percepção provocada por esses avanços. Podemos acrescentar que as crônicas, escritas ao longo do século também ampliam essa percepção, como observaremos ao longo do texto nas reflexões construídas por Lycídio Paes.

Lycidio Paes interpretou de forma singular essas transformações e realizou suas próprias comparações, visto que era um homem ligado ao jornal e, portanto, conhecedor e, também fruidor das descobertas inovadoras, da pena à maquina datilográfica, das gráficas, que vão tornando cada vez mais sofisticados os processos de impressão, das fotografias, que, timidamente, vão impondo-se nas páginas dos jornais e revelando as transformações urbanas pelas quais passam as cidades.

Lycidio Paes percebia o seu tempo com o seu corpo. Era a partir dele que dialogava com todos os instrumentos modernos criados neste século, com a finalidade de expandir a percepção humana, as imagens, os sons, a velocidade. Era surdo, e esse fato o tornou particularmente crítico aos novos artefatos. Mas, um crítico condescendentes, que inúmeras vezes rendia-se às facilidades do mundo moderno. Era um homem da comunicação e, portanto, dialogava com os diversos tipos de meios. O jornal era apenas o ponto de partida,

---

[1] Prof. Dra. do Curso de História da UFG/CAC/ Coordenadora do NIESC – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais

[2] HOBSBAWM, E. *A era dos extremos*: o breve século XX. (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[3] SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando(Coord.geral). e SEVCENKO, N.(org. do volume). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.513-619.

povoavam sua vida e suas reflexões também o telefone, o rádio, a televisão, o cinema, o automóvel, o avião e outros artefatos do mundo moderno.

O cronista, ao descrever as condições de locomoção e transporte no início do século, revela as dificuldades que enfrentavam os moradores de regiões íngremes. Lycidio Paes rememora, nesta crônica da década de 1960, sua lua de mel, que aconteceu no início do século XX, passada no píncaro de uma serra no município do Alto Rio Doce.

> *Não havia ainda automóveis no Brasil e nessas paragens nem ao menos carro de boi. O transporte de carga era feito por tropa de burro e a locomoção humana por animais de sela. A subida da serra, entre Silveiras, município de Rio Pomba, e os Caramanos, era uma viagem penosa.*[4]

O Brasil constitui-se até então como país rural. Porém, é a partir do século XX que a população do campo migra para a cidade, a fim de procurar melhores condições de vida mediante um emprego remunerado com carteira assinada e também por estar sendo expulsa do campo pelo processo de mecanização.

Lycidio Paes em crônica cujo tema é o êxodo rural e a substituição do trabalhador rural por aparelhos mecânicos, afirma que as idéias antecedem a evolução dos hábitos e das ações: "é preciso que o pensamento funcione antes de dar partida ao motor."[5] Na cidade, alguns trabalhadores "adaptam-se ao novo trabalho da vida e conseguem êxito; outros, porém, reagem de maneira contraproducente, e, então, desenha-se o drama de famílias expostas a vicissitudes e privações inarráveis, fundando favelas e mocambos."[6]

Lycidio Paes acredita que, se fossem dadas comodidades para que o homem do campo ali permanecesse, esse problema seria evitado. E confessa que, se pudesse residir na roça numa casa com modestas dependências como a sua, mas com os recursos fáceis da comunicação, preferiria esse bucolismo, embora não tivesse capacidade para arar a terra e plantar cereal.:

> *Sem água encanada, sem luz elétrica, sem geladeira, sem telefone, sem rádio e sem um Ford, terminantemente não vou para a roça por minha livre vontade; mas com esses ingredientes e mais a minha escassa biblioteca – cuja escassez solícitos amigos procuram agravar levando livros*

[4] PAES, Lycidio. Lua de Mel. *Correio de Uberlândia*, 4-5/07/1965.
[5] PAES, Lycidio. A cidade e a roça. *Correio de Uberlândia*, 24-25/01/1965, p.3-5.
[6] Ibid.

> *emprestados sem cuidado de restituir – não desdenharei uma vivenda campesina. Por aqui ver-se-á que não sou exigente, pois desisto do avião, do cinema e de quaisquer outras etiquetas impressas na agenda do cidadão civilizado...*[7]

Lycidio Paes não descarta uma possível reviravolta, ou seja, os trabalhadores voltando para o campo e esvaziando as cidades. No entanto, parece ser inevitável o desenvolvimento urbano. O cronista comenta o crescimento vertical da cidade, que começa a construir os primeiros arranha-céus. Edifícios de 8 a 16 andares. As comparações com outros prédios são feitas pelo cronista por meio da fotografia: "Vi há poucas semanas a fotografia de um colosso que se ergue em New York. Tem apenas 60 pavimentos, parecendo mais um desafio à imaginação humana do que uma obra destinada à habitação.[8]

Sobre as mudanças ocorridas nesse período, o cronista exclama que ninguém seria capaz de supor, na época em que carros de boi penetravam na zona urbana trazendo mercadorias de Goiás, que houvesse uma transformação e uma evolução tão rápida na vida citadina. Mas, pondera que essa evolução não foi apenas uberlandense ou brasileira, mas mundial. "E os seus fatores mais importantes foram as duas guerras que a mesma geração assistiu, ou melhor, de que participou. " [9]

Contudo, para o cronista, o desenvolvimento material não corresponde ao intelectual, o que leva a "fazer certas restrições como, por exemplo, a de que ao seu desenvolvimento material não corresponde o adeamento intelectual: a de que as artes não encontraram até hoje um ambiente favorável para a sua germinação."[10]

Lycidio Paes justifica essa questão pela prolongada falta de comunicação com os grandes centros cultos do país, e pelas ocupações dos habitantes em atividades da indústria pastoril.[11], Mas, por outro lado Lycídio Paes considera que o espaço urbano favorece e estimula a produção cultural por ser o lugar dos acontecimentos notáveis como cita em uma crônica escrita em um "sítio bucólico" longe dos ritmos e dos sons urbanos, o que torna, segundo sua auto-crítica, a crônica sem enchimento e sem filosofia:

---

[7] Ibid.
[8] PAES, Lycidio. Modos de subir. *Correio de Uberlândia*, 16/03/1958, p.2-3.
[9] Ibid.
[10] Ibid.
[11] Ibid.

> *...Mas como hei de compor os períodos desta coluna com alguns dados interessantes, se não posso fazê-lo com trechos de ficção – porque isto é jornal e não romance – se não tenho notícias dos últimos acontecimentos políticos nessa mansão campesina, se não tenho livros ao meu alcance, se estou longe das intrigas partidárias, dos vícios citadinos, das impertinências oficiais e ate da incômoda noção de existência do governo?*[12]

Fica claro, por estas proposições, que o cronista compreende cultura como ilustração, erudição, que pode ser expressa em associações, revistas, cinemas e não no isolamento do mundo rural. Lycidio Paes também lamenta que cidades mineiras tradicionais no passado estejam em decadência, como Paracatu:

> *E lamento porque é uma cidade de tradição na história mineira. As informações dizem, por exemplo, que lá não há luz, ou mais exatamente, que a luz dura apenas até 23 horas ficando daí pelo resto da noite as ruas e as casas completamente às escuras.(...) O comerciante deve vender muita lanternas elétricas como único recurso para transitar pelas vias públicas. Bares, confeitarias e cabarés certamente não funcionam porque o seu horário interrompeu-se com o colapso das lâmpadas justamente quando mais intenso deveria ser o movimento.Os postos de gasolina serão iluminados a querozene de lampião?*[13]

Ao final da crônica, Lycidio Paes comenta: "Sinto melancolia quando verifico que as antigas cidades cheias de tradições sofrem diminuição no seu prestígio, na sua fisionomia e no seu conforto..."[14]

Algumas palavras desta crônica revelam a concepção moderna de Lycidio Paes, como lâmpada/luz/lampião/iluminadas/lanternas elétricas em oposição à escuro/trevas. O historiador Jacques Le Goff, em seu texto Progresso/Reação, procura revelar os casos históricos em que não há antagonismos entre essas duas orientações, mas uma interação dialética entre elas. Percorrendo a história, a partir dos gregos, Le Goff expõe os conceitos

---

[12] PAES, Lycidio. Crônica Rural.In: SANTOS, R. M.(Org.). *Brevidades* – Crônicas de Lycidio Paes,. São Paulo: EDUC/Oficina do Livro, 2002, p. 170

[13] PAES, Lycidio. Paracatu. *Correio de Uberlândia*, 11/07/1971, p.3.

[14] Ibid. Mário de Andrade em uma crônica para o jornal *O Estado de São Paulo* de 1939, sobre as letras mineiras trata da cidade de Paracatu: "Mas nuns e noutros permanece arraigada a velha tradição mineira da cultura. Será que ainda falam muito latim em Paracatu? Senti nos escritores mineiros uma seriedade artística admirável, uma vontade de fazer bem feito; e aquela preocupação da forma, da expressão adequada, sem a qual a criação literária pode ser tudo o que quiserem, menos arte". ANDRADE, M.*Vida Literária*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p.129.

de progresso e reação passando pela Idade Média, pela Renascença, pelas revoluções francesa e russa, pelo nazismo e pelo fascismo.

Com relação à história contemporânea, Le Goff destaca o abalo que a primeira Guerra Mundial causou à crença no progresso, sem, no entanto, fazê-la desaparecer. Mas, em 1929 e 1939, novos golpes são dados à ideologia do progresso: " A crise de 1929 pôs fim em primeiro lugar ao mito da prosperidade atingindo sobretudo o país que estava transformando-se em modelo de progresso econômico, social e político: Os Estados Unidos."[15]

Ainda conforme o autor a guerra deixou como legado uma novidade assustadora: a bomba atômica, mas notáveis progressos serviam como contrapeso para essa inquietação. Le Goff preocupa-se, principalmente, com o aspecto moral da ideologia do progresso e afirma, por fim, que devemos hoje combater pelo progresso dos direitos humanos.

Outras implicações do desenvolvimento técnico e do progresso material destacadas pelo cronista referem-se às novas práticas e aos novos elementos, que passam a fazer parte do espaço urbano. Lycidio Paes relata a notícia do falecimento do amigo Mário Roquette Pinto, retratando seu espírito moderno e pitoresco:

> *Não havia ainda automóveis, e ele, com seu espírito modernamente aventureiro, não se conformaria com o transporte no dorso dos animais.*
> *Apareceu com uma motocicleta, penso que a primeira máquina dessa espécie que percorreu aquelas estradas. Mas a introdução dessa novidade não se deu sem vários incidentes. O veículo, com a válvula de escapamento aberta, fazia uma barulheira infernal pelos caminhos, e os animais de sela, que nunca tinham visto aquele bicho, espantavam-se e várias vezes ocasionaram quedas dos cavalheiros.*[16]

A era do motor, não somente com as motos, mas também com os carros, terá suas virtudes e também suas conseqüências trágicas. O cronista situa o momento em que os carros chegaram no Brasil por volta de 1913. Antes desse fato, José do Patrocínio, de volta

[15] LE GOFF, J. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão...[et al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp,1994, p. 267.
[16] PAES, Lycidio. Mais uma cruz, *Correio de Uberlândia*, 06/02/1958.

da Europa, trouxera um carro enorme, que pretendia empregar a serviço do jornal, mas que acabou destruído pela inabilidade do condutor.

A regulamentação do trânsito não impede a ousadia dos motoristas, que, cada vez mais, sentem-se fascinados pela velocidade. Para alguns, a morte será o destino certo. A morte do ator James Dean em um acidente de automóvel, em 1955, é um exemplo da paixão do jovem pelo automóvel e pela velocidade. A idéia de que viver é correr o risco de morrer revela uma atitude ensimesmada da juventude a partir de meados do século XX. Edgar Morin, refletindo sobre isso, observa: "A velocidade motorizada não é somente um dos signos modernos da busca do absoluto, ela também responde à necessidade de perigo e de afirmação pessoal da vida quotidiana."[17]

Não somente os motoristas, encantados com a velocidade que poderia levá-los à própria morte, são vítimas da imprudência, mas também os pedestres. Nicolau Sevcenko, sobre esse aspecto, comenta que as pessoas passam a sair às ruas com espírito cauteloso e alarmado, podendo cortar caminho para o necrotério, essa atitude transformou-se numa segunda natureza do transeunte moderno, já que se sente indefeso diante de um trânsito urbano bastante complicado.[18]

Os verbos esmigalhar, triturar, esfacelar, rasgar, comprimir, utilizados por Paes em diversas de suas crônicas, exprimem a dimensão cruel e violenta dos acidentes provocados pelo abuso da velocidade. Mas, o cronista tem consciência de que não se trata apenas de uma posição individual o gosto pela velocidade e a imprudência no trânsito, existe mesmo um apelo institucional para que isso aconteça.

Ao considerar o automóvel como máquina da morte, o cronista não deixa de realçar sua característica efêmera, assim como a vida daqueles que a conduzem, seduzidos e fascinados pela velocidade. [19] A idéia de segurança, de preparo diante dos artefatos modernos, é ressaltada como forma racional de relacionar-se com os novos inventos

[17] MORIN, E. *As estrelas*: mito e sedução no cinema. Rio de Janeiro: José Olympio,1989, p.117
[18] SEVCENKO, N. , Op.cit., p.550
[19] PAES, Lycidio. Mais uma cruz, *Correio de Uberlândia*, 06/02/1958.

técnicos, que garantem, por um lado, maior comodidade ao homem, mas, por outro, podem levá-lo a experimentar tragédias.

Outro aspecto abordado pelo cronista com relação ao automóvel diz respeito ao sentido de ostentação que expõe a diferença de classes sociais. O historiador Nicolau Sevcenko pontua que, se, a velocidade das máquinas urbanas exigia uma precaução, por outro incorporava-se ao próprio subconsciente como sinal de distinção e ostentação exibicionista[20]. O carro identifica o homem com a modernidade. Ainda, por outro lado, sua dimensão mitológica estará ligada à idéia da vaidade masculina "(...) Daí a volúpia de ter e dirigir vários carros, de cobiçar o alheio e de trocá-los tão freqüentemente quanto possível".[21]

Marshal Mcluhan cita a interpretação dos filósofos vienenses que viam o carro como objeto sexual, mas observa que "os homens sempre foram os órgãos sexuais do mundo tecnológico. O carro não é mais, ou menos, objeto sexual do que a roda ou o martelo." [22]

Além desse aspecto, Flora Sussekind chama atenção para a transformação da paisagem cotidiana que se vê fora do carro, pois "dentro dele, o passageiro, num torpor imperceptível, perde, em parte, a própria noção do tempo ou dos lugares porque passou ou a que se destina."[23]

Lycidio Paes compreende o mundo contemporâneo a partir de sua complexidade, não deixando de ressaltar os benefícios que a ciência e a evolução técnica proporcionaram, mas também suas conseqüências ambíguas e até mesmo cruéis. Mas, o que preocupa o cronista é a utilização dessa capacidade inventiva do homem a favor da guerra.[24] O cronista pede aos deuses que permitam o avanço dessas descobertas e invenções, despertando o respeito mútuo entre os povos e garantindo a paz.

Walter Benjamin, em seu ensaio *Teorias do Fascismo Alemão*, apresenta uma importante reflexão sobre as questões até aqui apontadas. Benjamin cita a frase de um

[20] SEVCENKO, N. , Op.cit., p.550
[21] Ibid, p.559.
[22] McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1971, p.249.
[23] SUSSEKIND, F. *O Cinematógrafo das Letras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.51.
[24] PAES, L. Os perigos da evolução. *Correio de Uberlândia*, 09/02/1971, p.4

político no Salão do Automóvel: "L'automobile c'est la guerre", que contém, em sua raiz, a idéia de que a aceleração, possibilitada pela técnica e seus instrumentos, não encontra em nossa vida uma utilidade adequada. Para Benjamin, "a guerra imperialista é co-determinada, no que ela tem de mais duro e de mais fatídico, pela distância abissal entre os meios gigantescos de que dispõe a técnica, por um lado, e sua débil capacidade de esclarecer questões morais, por outro."[25]

Benjamin, no entanto, para além da crítica aos caminhos que o desenvolvimento técnico pode tomar, acredita haver uma oportunidade para que o homem reordene sua relação com a natureza por meio da técnica e poeticamente exprime o seu desejo de que não manejem a técnica "como um fetiche do holocausto, mas como uma chave para a felicidade."[26]

É ainda o desenvolvimento e a sofisticação técnica que possibilitarão mudanças nos hábitos e costumes sociais, derrubando preconceitos, apesar de não resolver o problema da desigualdade social. Desta forma, não só a morte causada por acidentes de trânsito põe em perigo e redimensionam a relação vida e morte na espécie humana, mas também a guerra e, nos anos de 1960, a pílula anticoncepcional. O cronista permite-nos compreender a necessidade constante do estranhamento que leva à reflexão sobre o significado de nosso caráter humano e de nossa vertiginosa passagem por um século de transformações e acomodações, em que a velocidade tem um papel preponderante.

Afinal, uma nova equação entre arte/ciência/técnica está sendo posta em questão num território que devora culturas e idéias junto às técnicas. Como formula Amálio Pinheiro[27], os elementos da modernidade permitem-nos desarticular a idéia de fronteira entre culturas, entre saberes, entre o clássico e o popular, entre o sagrado e o profano. O movimento e a luminosidade são elementos deste mundo moderno em que os instrumentos técnicos inseridos no cotidiano vão redefinindo e recriando formas de vida e de contato.

---

[25] BENJAMIN, Walter. *Obras Escol*hidas ._Magia e Técnica, arte e política. Vol.1,Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 61
[26] Ibid, p.72
[27] PINHEIRO, A.*Aquém da Identidade e da Oposição*: Formas na cultura mestiça. Piracicaba: Unimep, 1994, p.27.

LEPRA[1] E NAZISMO: UMA VISÃO INSTITUCIONAL SOBRE O SÉCULO XX

REINALDO GUILHERME BECHLER - UFMG

Este estudo pretende abordar as questões sociais e científicas que uniram, de acordo com a interpretação que apresentarei, a história da hanseníase com a ideologia nazista.

A intenção é a de buscar remontar uma linha do pensamento científico das primeiras décadas do século XX, e entrecruza-la com outras vertentes interpretativas sobre o assunto, que se fizeram presentes nas primeiras décadas do século XX. Um modelo institucional empregado de maneira "experimental" nos leprosários noruegueses da época (final da década de 1910), que modificou mundialmente a concepção tanto de instituições leprosariais como de instituições asilares de modo geral nos anos posteriores. E que foi reconhecida – assim pretendo demonstrar – pelo III Reich, que dele fez um uso singular.

O marco temporal delimitado é o ano de 1923, onde este modelo norueguês foi proposto pela primeira vez, no *III Congresso Internacional de Lepra*[2], em Estrasburgo na França. Salientando que com base nesse ponto temporal procurarei fazer um percurso de ida e volta nos anos logo anteriores e nos subseqüentes a este marco, levando em consideração a particularidade e a temporalidade de cada instituição aqui citada. Mas este marco temporal é tão somente uma estrutura da pesquisa, não se caracterizando como o centro da reflexão aqui pretendida, uma vez que todas as mudanças históricas se dão de maneira lenta e concatenada. E com o processo aqui focalizado não se deu diferente. A concepção institucional dos leprosários não se modificou abruptamente. E sim em um processo lento que se iniciou no final da década de 1910 e continuou, pelo menos, até a década de trinta, quando foi reconhecido pela totalidade dos países atingidos pela doença.

---

[1] Utilizarei o termo lepra, em substituição ao termo correto: Hanseníase, por motivo de no momento histórico aqui pretendido este último ainda não havia sido instituído. O que só veio a acontecer no ano de 1956, no Brasil e em alguns outros paises. Assim, utilizarei o termo lepra sempre em itálico para identificar esta peculiaridade.

[2] Sobre este assunto ver: SOUZA-ARAÚJO, Heráclito***. História da Lepra no Brasil. v. III – Período Republicano 1890 – 1952.*** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 245.

Ao traçar essa linha de pensamento, pretendo apontar uma conclusão fundamental: a influencia da Historia da Hanseníase em algumas estruturas desse fenômeno ideológico tão importante e tão instigante da historia da humanidade, chamado nazismo.

O MODELO INSTITUCIONAL DOS LEPROSARIOS NORUEGUESES.

A *lepra* historicamente sempre legou a seus doentes, marcas físicas e psicológicas extremamente profundas. E uma delas, indubitavelmente, era o isolamento. Esta prática foi realizada desde a antiguidade. Porém, com o passar do tempo, o isolamento de leprosos ganhou novas concepções e conotações. Já no final do século XIX, com a descoberta da bactéria causadora da doença, o *Mycobacterium Leprae,* feito pelo médico norueguês G. H. Armauer Hansen (1841-1912), a lepra começava a ganhar mais espaço no meio médico mundial. E até os primeiros anos do século XX, todas as instituições construídas para abrigar esses doentes se pautavam pela intenção muito mais de proteger o sadio do que cuidar do doente. O leproso era literalmente jogado dentro desses leprosários e lá passava os últimos dias de sua vida, que muitas vezes ainda era longa. Afinal, isolar um mal que não se sabe como controlar é uma saída sempre mais cômoda. FOUCAULT (1986) chama isso de Tecnologia Social de Exclusão[3], ou seja, uma política formada tanto explícita quanto implicitamente na sociedade ocidental, que previa a exclusão social de pessoas que não possuíssem plena saúde física e mental, segundo normas e regulamentações técnicas de cada época.

Mas nesses primeiros anos do século XX essa concepção de instituição começaria a se modificar. A Noruega mais uma vez seria importante neste processo. Neste país foi testado um inovador e importante modelo institucional, que mais tarde refletiria no mundo todo[4]. Os leprosários do século XX passariam pela primeira vez a reconhecer a individualidade do leproso. Este passaria a receber uma atenção que nunca antes lhe fora dada. Este novo modelo de leprosário foi pensado para proporcionar ao leproso todas as

[3] FOUCAULT, Michel. ***A microfísica do poder.*** Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 88.
[4] Sobre este assunto ver: SOUZA-ARAÚJO, Heráclito***. História da Lepra no Brasil. v. III – Período Republicano 1890 – 1952.*** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

condições de vida dentro de seus muros. Certas “regalias” passaram a ser vistas como justiça, como uma espécie de reconhecimento da sociedade sadia para com o sofrimento dessas pessoas.

A cura da doença ainda não era possível – só passou a ser concebível, mesmo inicialmente, no fim da década de 1940. Assim, era de conhecimento do meio médico ligado ao assunto que a idéia básica que perdurava desde a antiguidade ainda permaneceria, ou seja, a de muito mais proteger os sãos do que curar o doente. Porém, agora passaria a ser possível tratar o doente como doente. Reconhece-lo. Para isso foi construído todo um aparato sociabilizante nesse novo leprosário. Campos de futebol, cinemas, teatros, praças de esporte, e todas as demais estruturas caras à sociedade “sadia” foram nessas instituições reproduzidas fielmente, para que o leproso se sentisse, pelo menos, acolhido em seus muros.

A identificação foi imediata. O leproso sabia que era muito mais vantajoso para ele permanecer em um local onde só existiriam pessoas com os mesmos problemas, longe do preconceito que o cercaria onde quer que estivesse, se não lá dentro; além de reconhecer a importância dessas novas atribuições sociais que os leprosários passaram a contar.

O sucesso desse modelo institucional norueguês foi tamanho, que foi apresentado como uma revolução no tratamento da doença, na *III Conferência Internacional de lepra*, realizada em 1923 na cidade de Estrasburgo, na França. À partir de então, este modelo institucional passou a ser copiado no mundo todo.

Não discutirei aqui a viabilidade deste modelo institucional, ou ainda se ele representava a solução mais adequada para o problema da *lepra* no período, nem mesmo se ele foi aceito de maneira unívoca pelo meio médico e social especializado no problema, pois não são estas as intenções deste estudo. Apenas pretendo apresentar um contexto científico específico, que fez nascer uma concepção completamente nova de instituição asilar, e que se choca com o principal paradigma científico do período: a eugenia. Esta

"ciência" muito em voga no mesmo período legou à esta problemática questões muito relevantes que reconheço por hora, mas que também não tratarei detidamente por motivo da exigüidade aqui pretendida. Apenas não posso deixar de salientar que a eugenia foi responsável pelo nascimento de uma idéia de "seleção natural social", ou seja, que certas pessoas não deveriam continuar a viver, pois seriam "dispensáveis" socialmente.

No que se refere especificamente à Hanseníase, a eugenia alicerçou desde o seu nascimento, no final do século XIX, os estudos e os pensamentos sobre esta doença tão estigmatizada historicamente. Vasta é a bibliografia que mostra isso. Neste estudo me pautarei exclusivamente em bibliografias brasileiras para mostrar este fato. Todavia ele pode também ser observado de maneira global no período. Na obra de VIEIRA-FILHO (1936), por exemplo, isso fica nítido:

> *"Escrever sobre a história da lepra num povo é dizer do grau de civilização desse povo, patentear sua cultura sob a luz da eugenia[5]".*

A recorrência da ideologia e das práticas eugênicas na profilaxia da *lepra* no início do século XX era, sem dúvida, um fato. Atitudes como a esterilização de leprosos, anulação de matrimônios por motivo da contaminação de um dos cônjuges, dentre outras foram recorrentes no período[6].

Os leprosários passavam a ser, oficialmente à partir desse novo modelo norueguês , de responsabilidade do Estado. Ou seja, cada país passaria a ser responsável pela construção e manutenção dessas instituições.

A CONTRADIÇÃO: A INTERPRETAÇÃO INSTITUCIONAL NAZISTA

A História da hanseníase, desta forma, introduz um novo e importante mecanismo de reflexão para o contexto científico do período em questão. Este modelo institucional é notadamente contraditório ao modelo ideológico eugênico. Uma vez que a eugenia –

[5] VIEIRA-FILHO. João. ***A lepra no Brasil – e sua profilaxia terapêutica***. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1936. p.2

[6] Sobre este assunto ver: MONTEIRO, Yara Nogueira. ***Da maldição Divina a Exclusão Social: Um Estudo da Hanseníase em São Paulo.*** São Paulo, 1995. 465. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.

especialmente a alemã – pregava até mesmo a morte dessas pessoas "indesejadas", o que dizer então da manutenção delas em instituições como os leprosários, às custas do Estado alemão.

Sou obrigado a concordar que o número de casos de *lepra* na Alemanha no período era realmente pequeno. SOUZA-ARAÚJO (1929) pôde constatar isso:

> *"Em 31 de dezembro de 1924 havia 14 leprosos [na Alemanha inteira], número que se reduziu para 10 em 31 de dezembro de 1925, quase todos localizados no leprosário de Memel[7]."*

Assim, poderia-se facilmente interpretar que não houve o reconhecimento por parte do Estado alemão desse novo modelo institucional apregoado aos leprosários, pelo simples fato de na Alemanha praticamente não mais existir *lepra* e, logo, instituições leprosariais. Porém não é isso que assistimos, especialmente com o desenrolar da política eugênica do III Reich, que tomou forma durante a segunda guerra mundial.

Talvez o maior indício do reconhecimento nazista desse modelo institucional iniciado pelos leprosários que tive acesso até o momento seja o filme: "Der Führer schenkt den Juden eine Stadt" (O Fuher constrói uma cidade aos judeus), de 1941. O filme é de direção da cineasta Leni Riefenstahl, e foi realizado com o objetivo de ser uma propaganda ao resto do mundo sobre os campos de "trabalho" que a Alemanha estava construindo para os judeus. Mas o mais importante é a forma com que isso foi feito. Ao assistir ao filme podemos identificar perfeitamente o modelo institucional dos leprosários. Praças de esporte, locais de socialização como teatros, cinemas, etc. podem ser vistos perfeitamente.

Seria realmente difícil de acreditar que a Alemanha não sabia da existência desse modelo institucional ao assistirmos ao filme. E ao reconhecermos que, historicamente, os germanos sempre se destacaram no estudo do mal de Hansen, embora, como já disse, esta doença já não fosse endêmica no país há muito tempo. SOUZA-ARAÚJO (1929) tem opinião parecida com a minha:

---

[7] SOUZA-ARAÚJO, Heráclito de. ***A lepra: estudos realizados em 40 países (1924 – 1927).*** Rio de Janeiro: Instituto Osvaldo Cruz, 1929. p. 304. Grifo meu.

> *"Pude visitar vários centros de estudo específicos sobre lepra no país [Alemanha]. Realmente pude constatar que, embora a lepra já não ser endêmica na Alemanha desde muito tempo, lá se estuda doença como em poucos países[8]."*

O nazismo sabia da existência e da importância desse novo modelo institucional, e que ele àquela altura já era sucesso no resto do mundo. Porém, não o incorporou em sua política eugênica oficialmente, que passava cada vez mais a ganhar um caráter eliminacionista, se chocando, como já disse, a idéia do reconhecimento da individualidade desses internos, pregada por esse novo modelo de leprosários.

E uma vez tendo se iniciada a segunda guerra, mais precisamente no mesmo dia do início do conflito, Hitler deu autorização à seus comandados para o início das atividades do Programa T4 de eutanásia para os doentes mentais[9]. A eugenia começava a passar dos limites.

Este programa pregava o extermínio de pessoas que estariam em instituições manicomiais – ou seja, em instituições já prontas –, às custas do periclitante Estado alemão, enquanto muitos arianos passavam dificuldades de toda ordem. Marcava o início das práticas políticas em grande escala da "ciência" eugenia.

Como resultado, aproximadamente 60 mil pessoas foram mortas pelo programa nos seus dois anos de atividade. Mas o legado do T4 seria ainda maior. Nos manicômios foram testadas todas as técnicas de morte em massa que pouco mais tarde seriam utilizadas nos campos de concentração de judeus.

O modelo de instituição eugênico-eliminacionista criado pelo III reich se distanciou bastante desse modelo dos leprosários. Antes os guetos e especialmente os campos. Os primeiros, na verdade nem chegaram a ser instituições propriamente ditas, uma vez que eram "inventados" nos próprios bairros, nas próprias residências de seus internos: degenerados judeus, ou ciganos, ou quem mais não se encaixasse no modelo racial ariano. Os guetos eram uma espécie de ante-sala para a instituição mestre de todo este sistema: os

---

[8] SOUZA-ARAÚJO, Heráclito. de. ***A lepra: estudos realizados em 40 países (1924 – 1927).*** op. cit. p. 12.
[9] BLACK, Edwin. ***A guerra contra os fracos.*** São Paulo: A girafa, 2003. p265 – 279.

campos. Nesses guetos as pessoas eram mantidas, quase sempre, em regime de reclusão e isolamento até o momento do transporte para os campos. Desta feita, o período de permanência nos guetos era muito maior, em média, do que nos campos, onde essas pessoas só permaneciam o tempo suficiente para serem aniquiladas[10].

Por permanecer mais tempo recluso sob leis e atividades completamente controladas e vigiadas, um interno de um gueto se parecia muito mais com um interno de uma instituição asilar tradicional (anterior ao modelo dos leprosários), do que um de um campo de concentração. Este último foi vítima de algo nunca antes imaginado. Ainda considero ser hoje, mais de sessenta anos depois, impossível descrever o que aconteceu dentro dessas instituições. Mesmo quem esteve lá dentro e se encorajou a contar teve dificuldade. Que dirá eu. Esta ainda é uma realidade difícil de se acostumar. Hannah ARENT (1997) tentou traduzir o que representaram os campos:

> *"O verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento[11]".*

Os campos de concentração nazistas eram instituições, de fato, bem diferentes dos novos leprosários. Os judeus não eram reconhecidos como indivíduos, eram tratados como seres completamente insignificantes, inferiores sob todos os pontos de vista. Coincidentemente ou não, da mesma forma com que os leprosos eram tratados antes dessa nova concepção institucional. Observe o que diz por exemplo Daniel GOLDHAGEN (1997) sobre esse assunto:

> *"A separação social, com todos os seus componentes contributivos, e a violência verbal (e física) foram complementares e reforçaram mutuamente seus efeitos. Enquanto a violência verbal proclamou a barreira moral que separava judeus e alemães, as leis transformaram os judeus em criaturas socialmente mortas, em habitantes, de fato, de uma comunidade de leprosos[12]".*

---

[10] Sobre este assunto consultar: CYTRYNOWICZ, Roney. ***Memória da barbárie – a história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial.*** São Paulo: Edusp, 1991. p.89-93.
[11] ARENDT, Hannah. ***As origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo.*** São Paulo: Cia das letras, 1997. p. 124.
[12] GOLDHAGEN, Daniel. ***Os carrascos voluntários de Hitler.*** São Paulo: Scharts, 1997. p. 153.

A comunidade de leprosos que este autor chama a atenção – e que, segundo ele, era parecida com um campo de concentração de judeus – é uma comunidade anterior ao surgimento desse novo modelo institucional para os leprosários. Instituições que serviam, como já disse, para que esses doentes fossem literalmente jogados lá dentro e quase que abandonados à própria sorte. As coincidências são realmente muito grandes.

Como em uma mesma época duas concepções institucionais extremamente diversas puderam conviver lado a lado, em um contexto tão específico? Que conjunturas sociais propiciaram essa convivência na Alemanha nazista e, de certo modo, em grande parte do mundo? Até que ponto o III reich sabia da existência desse outro modelo institucional?

Penso que caminho a ser percorrido por esta reflexão ainda está longe de seu fim. A história da hanseníase – especialmente suas concepções institucionais – pode contribuir enormemente para que possamos compreender um pouco melhor o que foi o nazismo. Não para julga-lo, taxa-lo ou mesmo para justifica-lo. Mas para compreende-lo enquanto fenômeno histórico de uma época. Como disse, este estudo ainda não é conclusivo. Se apresenta à comunidade acadêmica da qual faço parte como um início de uma reflexão mais profunda que merece ser feita pela historiografia e, mais especificamente, pela historiografia da ciência.

MEMÓRIA, ESPAÇO E IDENTIDADE: A COMUNIDADE DO BAIRRO PARAÍSO E A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rejane Rosa do Amaral
UERJ
Nadya Maria Deps Miguel
IBGE

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema o bairro Paraíso, comunidade localizada em São Gonçalo, cidade de trajetória repleta de fatos significativos que despontam no cenário do Estado do Rio de Janeiro.

De uma maneira geral, percebe-se nesta localidade uma tendência a não preservar os símbolos históricos, os patrimônios culturais, e nem a pesquisar o processo de re-enraizamento social, no sentido de se saber quais as contribuições que os diversos grupos trouxeram para determinadas regiões.

Assim, tomamos a memória enquanto fio condutor, o gancho para mediar a reconstituição dos acontecimentos no tempo; a memória interpretada enquanto elemento indispensável à constituição da identidade dos homens e suas vivências individuais e coletivas em sociedade.

Os primórdios do referido bairro remontam a fazenda Jacaré, propriedade do Barão de São Gonçalo, figura ilustre que proporcionou oportunidades diversas para a projeção de São Gonçalo na política e na vida social do império. Sendo grande o seu prestígio, não raras vezes o demonstrava, excursionando em companhia de Sua Majestade D. Pedro II.

Um transitar pela história desta região nos informa que apesar de rica em fatos históricos, os historiadores contemporâneos pouco têm se preocupado em pesquisar sua memória. Isso nos lembra Santos (1993)[i] quando fala dos problemas que a ausência dos

fatos históricos e/ou dos monumentos podem causar numa determinada sociedade. Segundo a autora, sociedades que vivem sem qualquer tradição vivem uma espécie de *amnésia coletiva*.

Outro autor que trabalha com a questão da importância das memórias coletivas na vida das sociedades é Pollack (1989)[2] para quem "O que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo".

O processo de ocupação dessa localidade se faz por meio de um desenraizamento de populações de algumas regiões do Brasil, ocasionando, dessa forma, uma comunidade heterogênea e com esta uma cultura fragmentada, de modo que o processo de re-enraizamento ainda permanece, e para tal, é mister dar grande importância ao conhecimento dessas memórias, pois sem esse processo dificilmente haverá uma construção de identidade cultural, bem como o conhecimento da história dessa comunidade.

Poucos sabem a respeito da história da formação do bairro Paraíso. Foi pensando nessa lacuna histórica que nos propomos a pesquisar um pouco desse processo da história gonçalense, onde encontra-se uma unidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. O trabalho pretende, também, discutir a importância dessa universidade pública no bairro, bem como o impacto que a mesma vem fazendo no desenvolvimento desta comunidade.

Resulta do trabalho a proposta de implantar um Centro de Memória que reúna e preserve a memória do bairro Paraíso.

Para estudar o referido bairro, o período escolhido situa-se entre 1850 e a época atual, especificamente 2000. Esse recorte temporal permite que se trabalhe com três momentos distintos no cotidiano desse bairro: a) Partindo-se de 1850, quando a localidade atinge o auge de sua importância até sua decadência; b) o surgimento do

Patronato de menores – 1900 a 1950; c) e estendendo-se a discussão de 1970 a 2000, período em que o bairro passa por um processo de transformação educacional, propiciando condições de estudo favoráveis a esta comunidade e ao município como um todo.

O BAIRRO PARAÍSO

A Fazenda Jacaré e o Surgimento do Patronato de Menores

Os primórdios do bairro Paraíso remontam a fazenda Jacaré, propriedade de Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo. O nome Jacaré com o qual a fazenda foi agraciada foi dado em razão da abundância da espécie conhecida como jacaré do papo amarelo, que costumava aparecer nos rios e canais próximos, além do próprio manguezal da região gonçalense que fazia fronteira com as terras do barão. De acordo com Palmier (1940)[3] o Barão de São Gonçalo foi uma figura ilustre nesta localidade, proporcionando oportunidades diversas para a projeção de São Gonçalo na política e na vida social do império.

Em 1910, no lugar onde se erguia os pilares da Fazenda Jacaré, foi construído o Patronato de Menores, lugar que abrigava crianças e jovens carentes que ali se profissionalizavam. Apesar de não mais existir, o Patronato de Menores foi durante muito tempo um ponto de referência no bairro. Hoje, suas ruínas ainda despontam no bairro testemunhando a magnitude e o poder de uma época.

A Praça dos Ex-combatestes

A Praça dos ex-combatentes foi fundada em 24 de outubro de 1970. A praça, dedicada ao ex-combatente da 2° Guerra Mundial, é uma expressão de uma memória

que se pretende perpetuar. Procurou-se expressar nessa memória a idéia de que os militares são os guardiões da nação e que os seus sacrifícios não poderiam ser esquecidos. Ao seu lado, encontra-se uma seção da associação dos ex-combatentes do Brasil. O espaço serviu para diversas finalidades e apropriações, porém o objetivo primeiro foi construído em cima do sacrifício patriótico e da tentativa de extravasá-lo para a comunidade. Esta praça tem seu caráter diferencial por ser um museu aberto. As peças de combate estão ao ar livre, são elas: um canhão antiaéreo, uma mina marítima, uma carga de profundidade (anti-submarino), um lança morteiros, um tanque de guerra, uma âncora e uma hélice de avião. O monumento em questão além de ser um local de luta para preservação da memória também é um dos centros do bairro, um ponto de encontro onde a comunidade carente de entretenimento usufrui o espaço público para o lazer.

O Desenvolvimento do Bairro

A cidade de São Gonçalo passou por processo de concentração populacional extremamente rápido, após a crise de 1929 e a 2° Guerra Mundial houve uma crise agrícola que transferiu mão-de-obra para a indústria. Isso abaixou o preço da terra na cidade. Como a cidade do Rio de Janeiro estava saturada de pessoas e os preços dos terrenos começaram a encarecer, muitos vieram para São Gonçalo como alternativa barata de moradia. As fazendas e sítios da cidade foram desmembrados, pois seus proprietários precisavam de uma nova fonte de renda, para isso foram criados diversos loteamentos. Atualmente, a cidade de São Gonçalo possui seus centros econômicos descentralizados. Conforme a cidade crescia os centros nasceram, cresceram e morreram em certas localidades, ou então mudaram de locais. A cidade possui diversos centros (decadentes ou prósperos) e isto atrapalha a sua identidade. O bairro Paraíso é um bairro em ascensão, possui um comércio variado e nele está inserido um pólo educacional com escolas de ensino fundamental, médio e superior. Sua população é

heterogênea e festeira. Nas festas católicas, a manifestação maciça dos congregados da igreja é apreciada, devido ao empenho desprendido para que tudo saia da melhor maneira possível. Nesta localidade também acontecem desfiles carnavalescos, eventos que atraem moradores de outros bairros e impulsiona o comércio local.

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SUA IMPORTÃNCIA PARA O BAIRRO

A Faculdade de formação de Professores – FFP - foi criada em 1971, no governo de Raimundo Padilha, último governador antes da fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Seu primeiro órgão mantenedor foi o Centro de treinamento de Professores do Rio de Janeiro – CETREJ – cujo objetivo era torná-la um centro de treinamento de docentes de todo o Estado.

A FFP, vinculada desde 1987 à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atende cerca de 3.000 alunos distribuídos pelos seguintes cursos de licenciatura plena: Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Geografia, História e Matemática.

Nesta unidade de ensino, existe um núcleo de extensão que tem por finalidade fornecer apoio a eventos, cursos e projetos direcionados a comunidade externa e interna da faculdade. Os moradores do bairro e demais localidades do município podem se inscrever nos seguintes cursos: Língua inglesa, Pré-vestibular (o curso existe desde 1994 e é de suma importância para os gonçalences, tendo sido vários de seus alunos aprovados em várias instituições de ensino superior) e Tae Kwon Do (prática desportiva que já rendeu alguns títulos em campeonatos de relevância para a modalidade).

O fato da FFP ser a única universidade pública do município de São Gonçalo demonstra uma importância singular no desenvolvimento da comunidade local. O bairro

Paraíso se torna mais próspero, passa a ser um lugar onde o conhecimento e o aprendizado têm seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a falta de produção historiográfica sobre o município de São Gonçalo. Analisar o bairro Paraíso significa uma contribuição na tentativa de divulgar um pouco de sua história local. Sendo assim, a criação de um Centro de Memória que preserve a história do bairro seria de grande interesse para a comunidade.

A instalação de uma universidade pública nesta localidade impulsiona seu desenvolvimento e oferece a seus moradores cursos que favorecem a inclusão social.

Desta forma, a UERJ promove oportunidades de crescimento e integração. Outras iniciativas seriam necessárias para a realização de demais atividades que viessem a propiciar o entretenimento e o desenvolvimento da cultura nesta área tão carente de recursos e investimentos.

---

[i] SANTOS, Myrian. *Coletiva*: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. Revista Histórica de Ciências Sociais, n.23, ano 8, outubro de 1993.

[2] POLLAK,Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: Revista de Estudos históricos**.** Rio de Janeiro, v. 2, 3, p. 3-15, 1989.

[3] PALMIER, Luiz. *São Gonçalo cinqüentenário*: história, geografia e estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1940

Os novos canoenses – representações e comportamento das migrações no processo de desenvolvimento da cidade de Canoas

Rejane Penna - UNILASALLE /Arquivo Histórico do RS

Alexandre Bandeira Monteiro e Silva - UNILASALLE/UNISINOS

1.Introdução

O presente texto apresenta brevemente algumas discussões que integram um projeto iniciado em 2004, com final previsto para 2007, denominado "Os novos canoenses - representações e comportamento das migrações no processo de desenvolvimento da cidade de Canoas", objetivando analisar como migrantes interurbanos representam sua chegada e inserção na nova cidade. Trata-se de um trabalho interdisciplinar entre conhecimentos da área da História e da Economia, entretanto, tendo em vista a natureza do evento no qual inscreve-se, privilegia-se os aportes e raciocínios históricos.

Primeiro relataremos a transformação da cidade de Canoas em pólo atrativo às populações, enfocando, a seguir, o fenômeno migratório em termos nacionais e locais. Após, discutiremos as possibilidades de entender as percepções desse processo por seus sujeitos, dentro dos recursos da metodologia da História Oral, ligando memória e representações. Por fim, uniremos as partes tentando compreender como os migrantes advindos de outras cidades perceberam sua inserção em uma cidade específica – Canoas, com suas características de pólo industrial e universitário.

2.Canoas transforma-se em pólo atrativo às populações

A cidade de Canoas estende-se por 131,1 km2 na região leste da Depressão Central do Estado do Rio Grande do Sul, no centro da região metropolitana, a 20 km da capital, Porto Alegre, localizada junto a uma bacia hidrográfica das mais ricas, com a presença do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí.

Alguns fatores aceleraram as modificações que levaram a localidade a evoluir de uma base agrícola, até as primeiras décadas do século XX ao atual pólo industrial, como a expansão do sistema rodoviário moderno, iniciado pelo trecho Porto Alegre-São Leopoldo, facilitando as comunicações e os deslocamentos.

O fluxo para Canoas intensificou-se nos anos 50, do século XX, auxiliado também pela legislação regulamentadora dos loteamentos em Porto Alegre, por intermédio da Lei n.1233, que encareceu os lotes, exigindo do loteador água, esgoto pluvial, pavimentação, rede elétrica, iluminação pública, dimensões controladas dos lotes, além de reservas para o verde público. Esta Lei foi alterada, em parte, em 1966 e vigorou até 1979, por conseguinte, empurrando a população pobre para as periferias, auxiliando, junto com a instalação de indústrias, a constituição da chamada "Grande Porto Alegre". (Penna, Rejane, Gayeski, Miguel e Corbellini, Darnis. Estância Velha. Canoas - para lembrar quem somos. Canoas: Canoas Tecnocópias Gráfica e Editora, 1997).

Buscando acompanhar o país no aprofundamento e diversificação das atividades industriais, o Rio Grande do Sul pressionaria e conseguiria, em 1968, ver instalada no seu território a Refinaria Alberto Pasqualini. O fato marcaria para sempre o perfil da cidade de Canoas, escolhida para sediar o grande complexo industrial, o qual foi acompanhado de muitos outros investimentos estruturais, como a duplicação da BR-116 (Canoas – Perfil sócio-econômico. Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas, 1996; Canoas. Coleção de Monografias Municipais. Nova Série, nº 66.IBGE. Rio de Janeiro, 1984.)

Atualmente, pela divisão mais freqüente no Estado do Rio Grande do sul, Canoas situa-se na macroregião nordeste, que concentra a industrialização e os maiores aglomerados urbanos, configurando-se como uma rede bem estruturada, possuindo grandes vantagens aglomerativas no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e em algumas áreas adjacentes. (Klarmann, Herbert. Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. Ensaios FEE. Porto Alegre, v.23, número especial, 2002).

Canoas sofre o mesmo processo que vem ocorrendo nas diversas regiões do país, ou seja, mudanças no formato das redes urbanas regionais, com peso crescente das aglomerações urbanas metropolitanas e dos centros urbanos médios. Na perspectiva da região metropolitana de Porto Alegre, Canoas, entre 1940 e 1950 teve a mais alta taxa de crescimento demográfico, com 7,83% ao ano (Neves, Gervásio; Miranda, Luiz Gonçalves,;Corbetta, Elizabeth. (org.).Atlas Social da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: Metroplan, 2003). Boa parte não decorreu

do simples crescimento vegetativo de sua população, mas da entrada de novas populações – os migrantes – com objetivos de morar e trabalhar na cidade.

3. A experiência dos migrantes na nova cidade

O processo migratório nacional foi amplamente estudado por geógrafos, sociólogos, antropólogos e estatísticos, a partir de 1960. Grande parte dos estudiosos que abordaram a questão tenderam a excluir, em suas análises, os significados que os próprios migrantes atribuíam às suas experiências migratórias e vivências em diferentes culturas. Poucos levaram em consideração os modos como foram transferidos os usos e costumes dos lugares de origem ao de destino e a maneira pela qual os migrantes tenderam a reinterpretar suas vidas na terra natal no contexto da cidade maior (Lucena, Célia. Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes. São Paulo, Arte & Ciência, 1999, p.18). Efetivando nossa proposta de auxiliar no preenchimento desta lacuna, verificou-se que o aumento populacional de Canoas resultou de um amplo e vigoroso movimento de migração interna, atraído pelas novas implantações industriais, pelo comércio e serviços necessários aos setores econômicos e pela própria população em crescimento. (Neves, Gervásio, Miranda, Luiz Gonçalves, Corbetta, Elizabeth. (org.).idem, 2003, p.24).

Dentro dessa perspectiva, investigou-se, a partir das relações obrigatórias de trabalho, mediadas por atividades não necessariamente ligadas às escolhas individuais, de que forma os indivíduos migrados vivenciaram e construíram as representações dessas experiências, relacionando-as aos contextos concretos.

A base de análise foram as entrevistas orais e como suporte teórico reportamo-nos a Bourdieu, ligando representações e espaço social. Significa uma ruptura com o objetivismo que leva a ignorar o espaço social como um campo de lutas simbólicas, cujo resultado é a afirmação da própria representação do mundo social e a definição da hierarquia dentro e entre os campos sociais. O espaço social é perpassado pela estrutura objetiva, por isso, toda representação tem um conteúdo de referência sócio-cultural , histórica e política. (Bourdieu, Pierre – “Espace Social et Genèse des ‘Classes’ ” in: Actes de La Recherche en Sciences Sociales , número 52 – 53 , junho de 1984).

Sabe-se que nos relatos estarão contidas as representações em seus diversos aspectos, sendo produtivo acrescentar-se à dimensão espacial de Bourdieu uma dimensão temporal em dois tempos: "O tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações e o tempo vivido que abarca o processo de socialização – o território do habitus (Spink, Mary Jane – "Desvendando as Teorias Implícitas: uma Metodologia de Análise das Representações Sociais" in: Guareschi, P. e Jovchelovitch, S. (orgs) – Textos em Representações Sociais, Petrópolis, Vozes, 1995.p.122).

Essa perspectiva amplia a visão de Bourdieu na medida em que o contexto de surgimento e permanência das representações aparece composto por dois eixos: o sócio- histórico, construções sociais que alimentam nossa subjetividade e o discurso, ou as versões funcionais constituintes de nossas relações sociais .

Com os aportes acima apenas esboçados, frente aos limites do texto, selecionamos pessoas entrevistadas que tinham em comum o fato de serem oriundas de outros meios urbanos do Rio Grande do Sul, encontrarem-se, no mínimo, há 10 anos na cidade (tempo suficiente para experienciar e narrar o processo com alguma perspectiva) e de desenvolverem alguma atividade produtiva. Serão observadas algumas imprecisões quanto a determinadas informações sobre os depoentes, devido ao fato das entrevistas, realizadas entre 1999 e 2000, serem oriundas de outro projeto (Canoas – para lembrar quem somos), com objetivos diferenciados do nosso, mas tendo em comum a abordagem focada na cidade de Canoas.

Origens

Nome	**Formação**	**Proveniência**	**Família**
Clodomiro Koch, nascido em 1929	Curso técnico	São Sebastião do Caí	Avô alemão formou família em S.Sebastião do Caí
Clair Beltrame, nascido em 1937.	Estudou em seminário dos 11 aos 15 anos. Mandado embora foi ser chapeador	Getúlio Vargas	Órfão de pai e mãe, foi criado com o tio, proprietário de uma concessionária Chevrolet, que incluía as atividades de chapeação e pintura.
Lucy Lopes de Oliveira, nascida no final da década de 50.	Curso de auxiliar de escritório e Estudos Sociais.	Bagé	Não menciona detalhes na entrevista

O deslocamento

Clodomiro Koch	Primeiro deslocamento-pré-Canoas, aos 3 anos, para Porto Alegre. Familiar – pai ”Ele era barcadista, trabalhava nas gasolinas, barquinhas de antigamente. Depois caiu fora disso e foi trabalhar na estiva, no porto. Com a gasolina ele trabalhava no rio, puxava cargas daqui de P.Alegre para Caí. (..) Dali do Caí fomos para Montenegro e depois para P.Alegre”.	Deslocamento p/Canoas “Depois que casei é que vim para Canoas, foi lá por 54.”Eu pagava aluguel em Porto Alegre e era um lugar ruim, apertado. Então achei melhor comprar um terreno e fazer uma maloca aqui em cima”.
Clair Beltrame	Saiu de Getulio Vargas para Nova Prata, aos 18 anos.	Deslocamento p/Canoas Em 1958, aos 21 anos. “Canoas se delineava como uma cidade do futuro, por causa da BR-116”.
Lucy Lopes de Oliveira	Primeiro deslocamento: aos 6 anos para Cachoeira do Sul	Após o casamento, deslocamento p/Canoas há 12 anos, na época. (entrevista realizada em 1999). Busca de melhor situação financeira

Inserção na nova comunidade

Local da nova moradia	**Integração-facilidades**	**Integração-dificuldades**	**Emprego/atividade**
Clodomiro Koch			
Inicialmente Mathias Velho (por falta de recursos, depois Igara)	Conseguiu entrosar-se com corretores que vendiam loteamentos em Igara. Mesmo ganhando pouco com a corretagem (Territorial São Carlos) conseguiu comprar um terreno de uma transferência. Abatia as prestações do terreno por mês, na folha de pagamento.	Salário miserável. Dificuldades com água potável.	Mecânico de aviões. Após, mecânico de automóveis.
Clair Beltrame			
Primeiro num terreno alugado. Depois comprou terreno da Sociedade São Carlos, em Igara.	Foi coordenador do Cursilho da Cristandade na Paróquia em Igara. Divulgador da Cruz do Amor, movimento da Igreja Católica. “Sobre o bairro, atualmente: Têm muitos brasileiros. Hoje nós convivemos bem com todos. Nós, italianos temos uma festa que se faz uma vez por ano: é o jantar dos italianos. Acontece no inverno, julho ou agosto. Vem gente de Veranópolis, os Ranzollin, os Pozzi de Bento Gonçalves”.	Inicialmente a Rua Curupi, onde construíram a casa não era asfaltada, ficando muitos anos sem calçamento. “Não tinha padaria, nem supermercado”.	Chapeador
Lucy Lopes de Oliveira			
Vila União dos Operários	Por intermédio da irmã, que já morava na comunidade, começou a participar da horta	Inicialmente não conseguiram fixar-se em um terreno desocupado.	Marido trabalha em frigorífico em Porto Alegre. Coordena creche da horta comunitária e é presidente

	comunitária. Diferenças em relação a Cachoeira do Sul: "Lá a vida religiosa era pelo social. Aqui em Canoas busca-se muita formação, pratica-se a partilha e a grande troca de experiência e de sabedoria".		da cooperativa local.

Esta pequena amostra proporciona mais questionamentos do que respostas, mas permite que iniciemos uma reflexão pelos elementos em comum, como por exemplo, o longo tempo de moradia na cidade, a origem humilde – são descendentes de pessoas com baixo poder aquisitivo, exercendo atividades que não exigem investimentos significativos em termos de educação formal - (ainda que Lucy possua formação melhor qualificada). Também todos são oriundos de pequenas cidades do interior gaúcho, que, na nova cidade, não agregaram um novo perfil na sua inserção social, inclusive habitando localidades periféricas. A cidade de Canoas pareceu-lhes, já que passavam por dificuldades financeiras e este não era seu primeiro deslocamento, como plena de potencialidades para a melhoria financeira de suas vidas.

Dentre as dificuldades enfrentadas ao chegarem, não mencionaram algum tipo de discriminação ou dificuldades colocadas pelos moradores já estabelecidos. É provável que, devido à proximidade cultural, bem como aos locais onde instalaram-se – plenos de outros migrantes, não tenham sofrido grandes rupturas no seu cotidiano. O deslocamento de um grupo de uma região a outra não significa a perda do seu conhecimento adquirido, mas sim a justaposição de significados e valores culturais. Assim, pode-se afirmar que a identidade é algo reinventado em diferentes tempos. (Lucena, Célia. Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes. SP, Arte & Ciência, 1999, p.23).

Os obstáculos referiram-se bem mais às precariedades infra-estruturais, à medida que, com recursos deficientes foram obrigados a habitar zonas pouco valorizadas da cidade. Os migrantes costumaram em seus depoimentos valorizar sua participação na resolução das deficiências infra-estruturais, como uma forma de construir, moldar o novo espaço, demonstrar que não estava efetivamente pronto, necessitando da interferência daquele que chegava para configurar-se como plenamente habitável.

Outra forma de integração foi proporcionada pelas atividades junto a associações comunitárias ou religiosas. Aliás, o elemento religioso demonstrou ser uma forma de manter o elo com o passado, à medida que a lembrança da religiosidade significava a união familiar, conforme recorda Clair Beltrame: "No almoço, de noite sempre se rezava. Agora a minha mãe, quando moramos um tempo em Sananduva, na época quando terminou a guerra, em 1942-45, nós rezávamos o terço todas as noites. Isso era infalível. Nós éramos pobres, mas dos 6 filhos ninguém ia dormir sem rezar o terço". A etnicidade, presente na valorização da origem italiana, na fala de Clair Beltrame (ver quadro "Inserção na nova comunidade"), também foi elemento presente para proporcionar a integração no novo espaço).l

Por outro lado, mesmo que fator inicial de atratividade para os migrantes, o crescimento de Canoas foi visto com algum temor, fazendo a cidade distanciar-se ainda mais do local de origem, como pode-se perceber em depoimentos, como o de Clair Beltrame:: "Eu pessoalmente acho que não devia crescer muito, principalmente não deixar construir edifícios altos. (...) "Nosso bairro parece mais uma cidadezinha do interior. Isso é que me atrai. Porque às vezes vou na Mathias, na igreja e vejo que tem muitos pobres".

Clodomiro Koch também lamentou algumas transformações dos tempos atuais: "O bairro era mancíssimo. Podia dormir no meio do campo tranqüilo. Hoje não é liberal de ir ali no boteco, de dia, descansado. Pode ser assaltado no meio da rua. Aqui acontece seguido: na padaria, na fruteira. Aparece no jornal, a polícia correndo atrás dos marginais. Mas isso foi depois da criação da Vila Guajuviras e no fundo da Mathias. Dali eles vêm."

4. Encaminhando conclusões

O relato oral produz um corpo documental cuja natureza convida o pesquisador a exercitar sua sensibilidade para poder ler nas marcas pessoais, que aparentemente individualizam o depoente, um texto que narra a experiência coletiva daquele grupo de migrantes.

As lembranças de homens e mulheres que migraram são marcadas ou pelo confronto com a supervalorização de valores culturais diversificados (ressignificação da questão religiosa), percebido no depoimento de Lucy (ver quadro "Inserção na nova comunidade"), como também

pela recriação de práticas sociais do passado e pela transmissão das tradições, conforme observa-se em Clodomiro e Clair (que inclusive autodenomina-se"ïtaliano").

Por intermédio da participação em organizações como a igreja, horta comunitária ou atividades que exigiam o contato com o público, eles foram elaborando o que, em um primeiro olhar, assemelhava-se a um sentimento de pertencimento ao local de moradia e à cidade, um desejo de auto-organização e busca de transformação da realidade local.

Mas uma cidade industrial de porte médio como Canoas impõe um novo ritmo de trabalho e embora alguns continuassem exercendo tarefas semelhantes às que desenvolviam, muitos migrantes ingressaram em uma nova dinâmica – a do tempo industrial. A cidade sugere a racionalização do orçamento, propõe uma vida individualizada, com experiências e percepção de ritmos diferentes do que possuíam nas pequenas cidades. Este movimento não foi percebido nos relatos estudados.

Na realidade os migrantes enfocados não se integraram efetivamente na vida da nova cidade, mas fixaram-se em localidades em muitos aspectos semelhantes de onde partiram, procurando reconstruir o novo espaço dentro de uma perspectiva enlaçada ao mundo anterior. Seguindo um raciocínio semelhante ao de Lucena (1999), para o morador do bairro comunitário, a demarcação social não se fez entre casa e rua, mas entre centro e periferia. Os códigos da casa e da rua são baseados na família, amizade, lealdade, vizinhança e compadrio. O código do centro da cidade é baseado em leis universais, no anonimato, no perigo e na vida pública. Dessa forma os migrantes afirmaram residir em Canoas, mas preferiram refugiar-se no bairro comunitário, passando meses ou anos sem freqüentar o centro urbano, ignorando, inclusive, as transformações que sofria a cidade, caso não afetassem o nicho que construíram para si.

Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST

Renata Gonçalves Honório* - PPG-UNICAMP

As mulheres sempre encontraram dificuldades para atuar no interior do processo revolucionário. Eram acusadas de serem "feministas" e concederem excessiva importância aos "assuntos de mulheres". Significavam, para os movimentos revolucionários, uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuiriam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, o próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação era acompanhado pelo temor de que tal esforço comprometesse as realizações dos "objetivos fundamentais" da revolução. Um receio que foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico deste "esforço especial", o que, na prática, significou deixar o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros para quando as transformações "infra-estruturais" estivessem consolidadas.

Esta postura política aprofundou um fosso entre aqueles que atribuíam grande importância também às chamadas questões "específicas" e os que se voltavam exclusivamente para o que consideravam questões "gerais". Neste contexto, as mulheres não ganharam, no campo das lutas concretas, a visibilidade necessária. Representavam, de alguma forma, ou um grupo de apoio ou um grupo solitário. Nos dois casos não houve espaço para a *unidade*.

As mudanças ocorridas em processos revolucionários, embora representem avanços, não alteram significativamente a desigualdade entre homens e mulheres[1], especialmente no tocante à composição por gênero da liderança social, política e econômica.

Por que isto ocorre? Eis uma questão de importância fundamental e cuja resposta depende, no plano teórico, da contribuição de inúmeras pesquisas a serem realizadas no âmbito de diversos campos do conhecimento. Mais do que em razão de "desvios" ou "traições", isto se deve a determinações muitos concretas da dominação capitalista de classe, determinações que têm sido sistematicamente ignoradas teórica e praticamente (o que significa que foram sistematicamente repostas) pelos movimentos voltados para a transformação social.

Como superar, nos planos teórico e prático, esta fragmentação das lutas sociais e vislumbrar lutas pela emancipação das mulheres que se imbriquem com as ações anticapitalistas?

É comum a tese de que a dominação sexual é mais arraigada na cultura do que a exploração capitalista e que, portanto, o governo do capital e a emancipação das mulheres são irreconciliáveis[2]. Há nesta formulação o risco de, por excesso de abstração, reintroduzir no marxismo o que há de mais ideológico no universalismo da ilustração, sem faltar, inclusive, o ingrediente naturalizante das relações de gênero. No nível de abstração em que esta tese permanece, o que fica fora de foco é a questão de se existem e, no caso de existirem, como se constituem, imbricações entre dominação capitalista de classe e relações de gênero.

Desigualdades de gênero para melhor reprodução do capital

Tentemos aprofundar um pouco mais o exame destes nexos no contexto das alterações em curso nas relações de classe, especialmente no que se refere à composição do proletariado.

Vários autores, a começar pelo próprio Marx, enfatizam um duplo aspecto do processo de proletarização que, por um lado, significa separação da propriedade dos meios de produção e da capacidade de transformar a natureza com recursos próprios e, por outro, não denota necessariamente a criação de novos lugares relativos a trabalho produtivo manual[3].

Há, portanto, uma contradição objetiva inerente ao processo. De um lado, um grande número de produtores diretos é separado dos meios de produção transformando-se em proletários e, de outro, este mesmo proletariado tende a diminuir na medida em que não há lugar para todos na esfera produtiva. A distinção entre o que poderíamos chamar de proletariado em sentido amplo e o proletariado em sentido estrito não é fixada de uma vez por todas. Ela depende, em larga medida, das lutas sociais, inclusive dos padrões tecnológicos nas quais se materializam. Neste sentido, tende a se manifestar de maneira desigual entre as distintas formações sociais e mesmo no interior delas.

E como se inserem as mulheres neste processo?

Nos últimos anos, ocorre uma forte ascensão da participação feminina na chamada população economicamente ativa. O crescimento da participação feminina é um dos principais aspectos da recomposição do proletariado que se iniciou cerca de três décadas atrás e que ainda se encontra em curso.

Mas é preciso ir além de um enfoque meramente quantitativo, pois este aumento da participação feminina não se deu igualmente em todos os setores. No Brasil, enquanto a PEA feminina no setor primário diminuiu, no setor secundário cresceu ligeiramente, e o setor de maior crescimento foi no terciário, onde a participação feminina saltou de 24,6% para 67,1%. Também se pode perceber maior concentração em algumas categorias ocupacionais específicas, constituindo-se uma "sexualização das ocupações". O que significa que o setor de serviços não se constitui em uma abstração. Trata-se, sem sombra de dúvidas, do principal gueto ocupacional feminino, mas cuja concentração se dá, sobretudo, no emprego doméstico. Em 1995, quase 5 milhões de brasileiras tinham como ocupação principal o serviço doméstico remunerado.

Quais as implicações deste modo de presença feminina na PEA para a imbricação das relações de classe com relações de gênero?

Em países como a França, onde ocorreu forte ampliação do contingente feminino da PEA, a prosperidade do emprego das mulheres vive sob a ameaça do desemprego e a marca da desigualdade. O subemprego instalou-se desde meados da década de 70, ao lado das diferentes formas de trabalho precário (trabalho interino, contrato a tempo determinado, estágios os mais variados...), as quais atingem predominantemente as mulheres. O resultado foi um "processo de pauperização invisível" atrelada aos salários também parciais.

No Brasil, a precarização das condições de trabalho das mulheres se deve a um fosso entre um pequeno número de trabalhadores qualificados e um grande número de não qualificados. As mulheres sendo maioria entre os não qualificados. Há uma clivagem de gênero que fica mais nítida quando se trata do trabalho informal: no município de São Paulo as mulheres representam 52% da população ocupada no setor informal. Ou seja, o emprego só teve um aumento entre as menos instruídas[4].

Assistimos, portanto, a uma verdadeira deterioração das condições de trabalho, principalmente o feminino, sem que, ao mesmo tempo, haja uma redefinição de papéis entre homens e mulheres.

Neste contexto, o trabalho que seria sinônimo de emancipação feminina, apresenta crescentemente uma segunda e contraditória determinação: aprisionar duplamente as mulheres. A feminização do trabalho é associada à da pobreza, uma vez que a opressão das mulheres é para os capitalistas um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho. Não é obra do acaso se esta feminização ocorre em escala mundial: não existe país no mundo, inclusive nos mais avançados neste campo, onde as rendas das mulheres se igualem à dos homens.

Alterações na definição dos objetivos e nas formas de luta: as mulheres no MST

No geral, os movimentos sociais (velhos e/ou novos) que se pretenderam anticapitalistas ignoraram que as relações de gênero estavam profundamente imbricados nas estruturas da dominação capitalista de classe. Não atentar para isto implicou reforçar reproduzir dispositivos fundamentais da dominação que se pretendia combater. Ironicamente, isto foi feito, quase sempre, em nome de um discurso que justificava o adiamento do secundário em nome da prioridade do combate aos aspectos fundamentais da dominação burguesa. Resultado: a luta pela emancipação favoreceu a reprodução de uma espécie de *apartheid*.

A dominação capitalista de classe se reproduz produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo reforçam preconceitos, inclusive de gênero. Neste sentido, a afirmação de que somente os produtores diretos possuem, devido a sua capacidade de classe, forças para paralisar ou transformar a maquinofatura capitalista, precisa ser completada por uma outra: “a classe operária tem dois sexos”[5]. Do contrário, fica obscurecida a dinâmica sexista do capital. Não somente as derrotas do passado, mas a alterações em curso nas relações de classe, especialmente na (re)composição da classe trabalhadora repõem, de maneira ainda mais crucial, a importância das relações de gênero para as lutas sociais. As condições de existência do proletariado se tornaram, no geral, mais precárias; a presença feminina no

interior do proletariado aumentou; e aumentou principalmente nos segmentos mais afetados pela precarização. Esta maior imbricação de relações de gênero e relações de classe implica a exigência de alterações profundas na definição dos objetivos de curto e longo prazo, nas formas de luta e nos tipos de organização. É ao que parece estar atento o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As lideranças do MST afirmam constantemente que querem aprender com os "erros" dos movimentos sociais do passado a fim de superá-los. Um dos "erros" cometidos pelos movimentos que pretendiam transformar a sociedade foi o de ter colocado uma divisão entre homens e mulheres no que diz respeito à participação política. A luta pela terra é considerada como uma luta da família, o que inclui homens, mulheres e crianças. Contrariamente aos sindicatos e/ou partidos políticos em que freqüentemente os maridos participam enquanto as mulheres ficam em casa cuidando das tarefas do lar, as diretrizes do MST mencionam a necessidade de construir novas relações de gênero no interior do movimento. Esta perspectiva muda a vida das mulheres sob vários aspectos. Todavia, o reconhecimento da necessidade de participação das mulheres é fruto de um processo pouco linear, complexo e contraditório ainda em andamento. No início, este debate foi assegurado principalmente pela militância feminina, mas, aos poucos ganha fôlego nas trincheiras masculinas em movimento.

Ainda nos anos 80, quando pouco se sabia sobre este movimento, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST. Esta pressionou para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado. Além disso, reivindicava que as lideranças nos estados e nos assentamentos apoiassem as organizações das mulheres dentro do movimento.

Os vários Encontros Nacionais conduziram à publicação, em setembro de 1989, da primeira edição das *Normas gerais do MST*, onde que foi incluído um capítulo sobre a "articulação das mulheres". E elas estão presentes nas várias formas de luta do Movimento. Uma delas é no processo de ocupação de terra onde as mulheres estão sempre à frente, sobretudo nos momentos de confronto com a polícia formando uma espécie de cordão de proteção. Nestes

momentos a imagem de mãe, santa, protetora desempenha uma função num duplo sentido: de um lado, os sem-terras se protegem sob o manto da santa e, de outro, os policiais não ousam atacar pelo mesmo motivo. O envolvimento das mulheres na luta pela terra tem aspectos desta percepção do feminino, mas há outros elementos que foram sendo construídos por elas. No Pontal do Paranapanema, a primeira experiência exclusivamente de mulheres foi uma ocupação de terras. A segunda foi a ocupação de uma agência do Banco do Brasil, em 1997. Ambas as experiências deram surgimento a uma série de atividades que levaram ao questionamento da própria composição por sexo da estrutura do Movimento na região.

Vário(a)s militantes que entrevistamos observam que o ano de 1996 foi crucial para a mudança no que diz respeito à maneira como as mulheres passaram a atuar na luta pela terra no Pontal. O episódio mais citado é o da ocupação da Fazenda São Domingos cujos desdobramentos foram outras ações das mulheres. Esta ocupação ocorreu num período de intensa criminalização dos envolvidos na luta pela terra: "*A maioria do pessoal que tava na direção naquela época tava foragido, né? E aí as mulheres definiram então que iriam fazer uma ocupação pra mostrar que se tivesse que prender os companheiros, então teria que prender as companheiras também porque não eram só os meninos que tavam fazendo o Movimento, né? As mulheres também tavam, né?* (R. assentada e militante).

Como lembra um assentado e militante, *"as mulheres foram se politizando no próprio processo de luta e foram se animando mais".* Depois desta ocupação fizeram três marchas só de mulheres, ocuparam Bancos e Fóruns com o objetivo de impulsionar a liberação dos créditos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) para as áreas que haviam sido recentemente transformadas em assentamentos. Para além deste objetivo imediato, este processo se tornou referência de luta no dia Internacional da Mulher e favoreceu o debate interno ao Movimento, seja nas suas estruturas organizacionais sejam nos seus espaços de atuação, mais especificamente nos acampamentos e assentamentos.

As maiores transformações se deram no espaço dos acampamentos. Apesar de não haver uma regra rígida de ordenação, quase sempre as famílias constroem seus barracos de

plástico preto próximos àquelas das quais são amigas, têm afinidades, etc. Em função da distribuição de famílias, são abertas as "ruas", construídos os espaços comunitários e formados os Núcleos de Famílias que se subdividem em setores (disciplina, educação, formação, frente de massas, gênero, higiene, infra-estrutura, saúde, cultura, mística) e que elegem os representantes que farão parte da *Coordenação Política do Acampamento.* O todo formando uma "organicidade política". Cada Setor conta *hoje* com a coordenação de um homem e de uma mulher[6], cujas tarefas são identificar e resolver as dificuldades encontradas nos Núcleos de Famílias. Todos os membros, independentemente de sexo, raça, religião são envolvidos nas atividades do acampamento. São nestas primeiras aprendizagens de vida coletiva que homens, mulheres e crianças fazem a experiência da partilha das tarefas. As experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que, por sua vez implica estabelecer algumas regras de convivência, materializadas no chamado "regimento interno" decidido em assembléia e que estabelece os "códigos" de conduta de cada membro do acampamento. A vida no acampamento tem outras regras, outras sociabilidades, outras aprendizagens que impõem a criação de uma vivência coletiva onde cada um depende de todos e todos de cada um. Instaura-se um código de convivência com regras próprias e as decisões são tomadas em assembléias. O acampamento proporciona às mulheres a participação efetiva em atividades que no geral são definidas como pertencentes ao espaço público e, logo, atividades de homens. É o momento e lugar em que as mulheres chegam mais próximas de um *status* de igualdade com os homens. Participam da construção dos barracos, rasgam a lona, estão nas comissões, etc. Neste processo, o chamado espaço doméstico-privado também adquire novas dimensões. O próprio acampamento (con)funde espaço "privado" e espaço público. Além disso, neste espaço demarcado os barracos têm de ser construídos muito perto uns dos outros, gerando um grande desconforto por causa da perda de intimidade. No que diz respeito às desigualdades de gênero, a fase do acampamento fornece uma aprendizagem nova: este mesmo desconforto causado pela perda de intimidade, acaba sendo compensado pela impossibilidade da conhecida violência

doméstica de que são vítimas principalmente as mulheres. Vários estudos demonstram que estas acabam sendo vistas como propriedades dos "machos" da família e como tal são facilmente objetos de violência. No acampamento, ao contrário, qualquer tipo de violência contra qualquer membro é expressa e terminantemente proibido. Assim, a pessoa (homem ou mulher) que cometer um ato de violência será punida e, em caso de reincidência, expulsa pela comunidade. A fase do acampamento também é aquela de maior participação das mulheres: participam das reuniões, opinam e, sobretudo, fazem a experiência da argumentação política, espaço de onde sempre estiveram excluídas. As mulheres desempenham tarefas consideradas femininas, ligadas à saúde, educação e infra-estrutura. Por exemplo, muitas coordenam a merenda, a Pastoral, a higiene, a escola, etc. Todavia, para além destas tarefas que poderíamos denominar "tipicamente" femininas, no acampamento podemos observar a existência da inversão de papéis de gênero, como é o caso da segurança que, apoiada no atributo da força física, sempre foi tida como função "tipicamente" masculina. Esta inversão é resultado de amplo debate provocado pelo Setor de Gênero dentro do MST. Os acampamentos são os momentos em que se operam verdadeiras mudanças. Para além das transformações relativas à consciência de classe, oriunda do processo de se auto-reconhecerem como "sem terra", a vida no acampamento acaba contribuindo para moldar novas relações de gênero, havendo, no mínimo, um embaralhamento de cartas, ou seja, uma ruptura com uma condição estática de inferioridade feminina que parecia tão "natural"[7].

∗ Pesquisadora do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) da PUC-SP e doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp.

[1] FALQUET, Jules. "Division sexuelle du travail révolutionnaire : réflexions à partir de l'expérience salvadorienne, 1970-1994). *Cahiers des Amériques Latines*, n° 40, Paris, IHEAL, 2003.

[2] Ver ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo.* São Paulo, Brasiliense, 1984.

[3] A este respeito, ver MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, vol. III, t. 2, 1988; BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.* São Paulo, Boitempo,1998.

[4] JAKOBSEN, K. *et alii*. *Mapa do trabalho informal.* São Paulo, Perseu Abramo, 1998.

5 SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1991.

[6] Ao invés de "cota", trata-se de envolver mais as mulheres – conquista do recém formado Setor de Gênero. Ver CAMPOS, Cristiani. *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. São Paulo, ANCA.

7 Uma análise mais detalhada da participação das mulheres nos acampamentos do MST pode ser encontrada, dentre outros, em HONÓRIO, Renata Gonçalves. "Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema". *Lutas Sociais*, n° 13, São Paulo, NEILS, 2005, no prelo.

Festas Escolares: imagens da República (1890-1930)

Renata Marcílio Cândido – PPG-USP

Este projeto de pesquisa, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, propõe-se a investigar as práticas associadas às festas escolares realizadas em escolas primárias do sistema público de ensino paulista durante o Primeiro Período Republicano, buscando compreender sua função na história da cultura e das práticas escolares. A hipótese aventada é a de que as festas promovidas nesse âmbito contribuíam de forma significativa para a difusão do projeto republicano ao darem visibilidade a atitudes e valores almejados nesse regime, bem como para a disseminação de uma imagem de escola e infância, que estava a se configurar.

Para a efetivação do projeto estão sendo utilizadas como fontes de pesquisa as produções educacionais do período, como por exemplo, a imprensa periódica educacional[i] e a legislação[ii], dando especial destaque para as fotografias de alunos e professores relacionadas às comemorações escolares encontradas neste *corpus*, além da realização de leituras de textos para a fundamentação teórica do estudo. Essa investigação histórica busca conhecer, em sentido mais amplo, os modos pelos quais as festividades escolares se desenvolviam nos quadros da vida escolar em São Paulo no período de 1890 a 1930.

Neste contexto histórico, momento importante para a consolidação do regime político republicano, divulgava-se uma grande preocupação com a educação nacional, que passava a ser concebida pelos republicanos como a principal instância que poderia promover o desenvolvimento social e o progresso econômico do país, além de concretizar os ideais da República. A democracia, a federação e a educação constituíam-se elementos imprescindíveis para, tal como se afirmava, a “salvação” do país. O discurso dominante era de que a instrução solucionaria todos os problemas sociais, econômicos, políticos além de

promover a regeneração do homem e da sociedade. A escola emergia nesse contexto de institucionalização da nova ordem política como um marco "a sinalizar a ruptura que se pretendia instaurar entre um passado de obscurantismo e um futuro luminoso" (Carvalho, 1989, p.55)[iii].

A Proclamação da República no Brasil significou um momento de ruptura social, em que foi preciso compor um novo universo simbólico capaz de atribuir legitimidade ao novo regime político, sendo assim, o forte apelo aos valores cívicos e o culto aos símbolos nacionais emergem como uma forma de restabelecer a unidade e a integração social ameaçada pela mudança do regime político (Souza, 2000, p.178)[iv]. Nesse momento, a escola pública se fundava não só como o lugar onde se ensinavam e se aprendiam os valores cívicos, mas como instituição guardiã desses valores, cuja ação moral e pedagógica deveria se estender para toda a sociedade (idem).

A escola não era concebida somente como a responsável pelo aprendizado dos conteúdos escolares, mas estava encarregada de uma função mais abrangente que era ensinar formas adequadas de se comportar e agir na sociedade industrializada que se instaurava, sendo que a adoção de determinados comportamentos esteve fortemente influenciada pelos valores de certos grupos sociais, geralmente das camadas sociais mais abastadas (Dussel, 2000)[v]. Assim, a escola deveria privilegiar atitudes muitas vezes distantes dos modos de vida dos trabalhadores, mas que garantiriam a formação de pessoas dóceis e disciplinadas, favorecendo as exigências da modernidade (Carvalho, 1989). Neste sentido, as comemorações cívicas constituíram-se momentos importantes não só para apresentar os valores associados ao novo regime que se instaurava, mas também eram consideradas como uma maneira eficaz para disseminar valores e comportamentos considerados adequados para a transformação da sociedade.

As festas escolares eram apresentadas com muito entusiasmo na imprensa educacional do período. Geralmente publicados nas sessões de “Noticiários” e “Diversos”, estes artigos traziam além da apresentação do programa que era seguido nestas apresentações, os nomes de personagens ilustres da sociedade paulista que prestigiavam tal evento, dos alunos que eram homenageados pelo seu mérito escolar, geralmente os mesmos que ficavam como responsáveis pela leitura de algum discurso ou poema[vi], exposição de trabalhos realizados pelos alunos, apresentações de exercícios físicos e até a realização de jogos esportivos[vii]. Além de enfatizarem a beleza do espetáculo e organização dos alunos, estes artigos ainda faziam apologia à iniciativa de comemorar tais datas entendidas como importantes para a construção e perpetuação da nossa memória histórica nacional e para o progresso do país[viii].

De acordo com Bittencourt (1988), a história enquanto disciplina escolar não era ensinada apenas nas aulas específicas destinadas a ela, mas também nas aulas de literatura, música, geografia, artes, bem como nas festas cívicas e comemorações nacionais. Para esta autora, “A missão patriótica da escola deveria ser, desde o início, a de criar a vinculação militar-povo-nação” (idem, p.49). Cintra, em sua obra *Alma Brasileira*, uma coletânea de poesias e poemas para serem declamados nas comemorações escolares, ratifica as palavras de Bittencourt ao afirmar que: “os países civilizados despertam na alma do povo, através das festas e comemorações, a nobreza de três grandes sentimentos: o amor da pátria, a fraternidade humana e o culto da liberdade” (Cintra, s.d, p.05).

O conteúdo da educação cívica deveria ser ministrado num dia letivo, por isso a recomendação vigente na época era a de que as datas nacionais fossem comemoradas nas escolas sempre na véspera do feriado nacional, visto que, o dia nacional deveria ser consagrado exclusivamente às festas oficiais e às festas do povo, das quais as crianças teriam o dever de participar. A determinação da véspera do dia indicado para a

comemoração do festejo foi objeto de muita controvérsia como pudemos constatar nos artigos publicados nos periódicos da época, após esta primeira determinação surgiu outra que indicava o próprio dia do feriado como o mais apropriado para os festejos escolares, entretanto, muitos professores não compareciam nestas datas alegando que não eram pagos para isto (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo,* 1917).

As inaugurações de escolas, os aniversários das instituições de ensino, a finalização das reformas dos prédios ou mudança dos edifícios para outros considerados mais apropriados também eram consideradas ocasiões especiais que deveriam ser comemoradas pelos alunos e professores e registradas nos periódicos como representativas do avanço republicano no âmbito do sistema educacional. Neste caso, podemos citar alguns exemplos localizados nos exemplares da revista *A Eschola Pública (1893-1897)*, no qual constam notícias sobre a inauguração de grupos ou edifícios escolares. Percebem-se nestes artigos sempre a presença de comentários elogiosos a iniciativa de comemorar a criação de mais uma instituição escolar, concebida naquele momento como símbolo do progresso do país. Estas cerimônias inaugurais dos edifícios escolares também foram importantes para sinalizar a diferença que se pretendia instituir entre um passado "obscuro" e "opressor", referente ao Regime Imperial Brasileiro e um futuro promissor, a República – "em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso" (Carvalho, 1989, p. 23).

Os festejos escolares além de divulgarem os avanços, expressos através de números de edifícios construídos ou reformados, também visavam a estimular nas crianças e no povo o interesse pela escola. Este era o caso das festas de encerramento do ano letivo, conforme salienta Souza (2000): "... Nestas ocasiões, o espaço escolar transformava-se num grande palco, algumas vezes caprichosamente ornamentado, onde os alunos encenavam para a sociedade o espetáculo da cultura, das letras, da ordem, das

lições morais e cívicas, mediante representações teatrais, hinos, recitação de poemas, cantos, demonstração de ginástica" (p.176).

Em síntese, pudemos perceber neste primeiro momento da pesquisa como as festas eram organizadas, noticiadas e inferir qual era o valor atribuído a elas para o projeto escolar e político republicano. Neste caso, é inegável a influência destas festividades para a difusão do projeto republicano ao darem visibilidade a atitudes e valores almejados nesse regime, bem como para a disseminação de uma imagem de escola e infância, que então se configurava, principalmente através das fotografias de alunos e professores publicadas.

---

[i] Os periódicos analisados até o momento foram: *A Eschola Publica* (1893-1897), *Revista de Ensino* (1902-1918), *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926), *Revista Escolar* (1925-1927).

[ii] Decretos e leis estaduais referentes à organização do sistema educacional em seus diferentes níveis de ensino.

[iii] CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1989, 1ª ed., Col. Tudo é História, 87p.

[iv] SOUZA, Rosa Fátima de. "Rituais escolares: liturgia cívica e glorificação da memória (aproximações históricas)". In: PORTO, SANCHEZ TEIXEIRA, FERREIRA SANTOS & BANDEIRA (orgs.). *Tessituras do Imaginário: cultura & educação*. Cuiabá: Edunic/CICE/FEUSP, 2000, p.173-184.

[v] DUSSEL, Inés. "Historias de guardapolvos y uniformes: sobre cuerpos, normas e identidades em la escuela". In: GVIRTZ, Silvina. *Textos para repensar el día a día escolar. Sobre cuerpos, vestuários, espacios, lenguajes, rytos y modos de convivencia en nuestra escuela*. Ediciones Santillana, Buenos Aires, 2000, p. 105-132.

[vi] CARDIM, Carlos A. Gomes. *As comemorações cívicas e As Festas Escolares*. São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1916, 122 p.

[vii] Neste caso, foi bastante recorrente nas produções educacionais da época a publicação de fotos de alunos realizando exercícios físicos e ginástica. Alguns educadores da época acreditavam que a ginástica escolar moderna deveria ser o alicerce da educação intelectual e moral, como explicou Baragiola em artigo publicado na *Revista de Ensino* de junho de 1902.

[viii] BITTENCOURT, Circe. "As 'Tradições Nacionais' e o Ritual das Festas Cívicas" In: PINSKY, J. NADAI, E. et al. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 43-73.

Um projeto para o Brasil: o papel dos militares durante o Primeiro Reinado

Renata Santos

"Quando se trata de um país novo nada basta por mais que se trabalhe, e por isso peço a V. Exª. licença para tratar do que neste momento me ocupa. (...) É sem dúvida que o reconhecimento desse Império pelas nações da Europa aumentaria a força moral e mais desafrontadamente se poderia ordenar os negócios internos (...); e conquanto as indecisões mal entendidas do Gabinete de Lisboa fazem com que os demais anseiem a que essa época sofra algum retardo (o que talvez não seja o pior), como o tempo é tudo, importa não desperdiçá-lo e de muitos materiais ir fornecendo o país, levando boa e grande povoação livre para os campos, instrumentos que sua cultura facilitem, engenheiros para uma escola de pontes e estradas, estabelecimentos minimamente instante e que pede pequeno dispêndio, construtoras navais e do que tudo se com maior prontidão se tratará logo que determinado seja, ao menos do que de mim depender, pois que dediquei todos os momentos de minha vida em prol da prosperidade do Brasil e glória de S.M.I. São precisos fundos ou crédito para tais negócios e sobre isso conceda-me V. Exª. repetir a mui sabida máxima: "para enriquecer convém endivida-se a princípio". Com pequenos meios só se fazem pequenas coisas; as grandes pedem grandes rasgos, o que o nosso Augusto Imperador mais de uma vez tem feito ver. A obra é grande e digna dela o ministério que S.M.I. soube escolher: eia, Exmo. Sr., eis o momento, suba o Brasil ao grau que a natureza o destinou. Releve V. Exª. se transpus as metas que devera guardar". (*Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida.* Domingos Borges de Barros a Luis José Carvalho e Mello. Paris, 26 de fevereiro de 1824).

Encarregado de Negócios Estrangeiros do Brasil na França durante o período de 1823 a 1826, o baiano Domingos Borges de Barros tinha como missão "*promover* o reconhecimento autêntico e formal da independência, Integridade e Dinastia do Império do Brasil (...)[1]. Diferentemente de seu antecessor, Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, que exerceu o cargo durante o conturbado processo de independência, Borges de Barros falará em nome de uma nação que havia optado pela manutenção de um Estado monárquico e de um Imperador que instituíra o absolutismo como forma de governo.

Nomeado em 24 de novembro de 1823 – a Assembléia Constituinte havia sido dissolvida em 12 de novembro – Borges de Barros receberá também instruções para "(...) ganhar a opinião pública da França" e fomentar a "imigração voluntária para este Império de capitalistas, artistas e lavradores (...)"[2]. Ciente de que o reconhecimento da Independência era uma questão de tempo, relacionado mais às questões políticas da

[1] "Representação Brasileira em Paris. Correspondência Recebida" (Instruções de Borges de Barros. Rio, 24 de novembro de 1823)". *Arquivo Diplomático da Independência*. Ministério das Relações Exteriores, 1972 (Edição Fac-similada da edição de 1922), vol. III, p. 25.

[2] "Representação Brasileira em Paris. Correspondência Recebida (Instruções de Borges de Barros. Rio, 24 de novembro de 1823)". *Op. Cit.,* p. 24.

Santa Aliança do que aos efeitos da sua própria atuação, nosso Encarregado colocará em primeiro plano a necessidade de promover o crescimento do Brasil, "Persuadido de que nada importa tanto como tratar de estabelecimentos que nos tragam a prosperidade interna (...)"[3]. Na análise de Heitor Lyra, a idéia era "habituar o governo francês a ver no Brasil uma nação definitivamente desquitada de Portugal, um Estado no uso e gozo de direitos soberanos".

De posse de um projeto[4] voltado sobretudo para a necessidade de ocupação do território como forma de manter a unidade - "A desligação (sic) em que se acham as províncias do Império (...) o torna um colosso oco"[5] -, Borges de Barros insistirá na conveniência da colonização militar, do recrutamento de colonos e da venda de pequenos lotes de terra como forma de garantir a integridade. Apesar das respostas pouco animadoras do governo, em 29 de janeiro de 1825 é publicado um Decreto determinando o envio de oficiais do Exército para estudar na Europa. Dos treze oficiais relacionados, dez foram enviados a Paris. No ofício expedido em 26 de junho de 1825, Borges de Barros escreve ao ministro José de Carvalho e Mello comunicando a chegada dos "pensionários" e apresentando a relação das escolas para as quais eles estavam sendo encaminhados. Alguns oficiais foram direcionados à mais de uma academia[6]:

- **Escola de Estado Maior**: José da Silva Sampaio, major do Estado Maior do Exército; João Reinaldo Bilstens, Capitão do 3º Batalhão de Caçadores da Corte; José Xavier Calmon da Silva Cabral, Alferes do 1º Regimento de Cavalaria de 1º Linha do Exército; Eustáquio Adolpho de Mello Mattos, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros.

---

[3] "Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida". *Op. Cit.*, p. 117.

[4] Em 32 de maio de 1825 Borges de Barros escreve: "Extraí de um projeto que havia traçado o resumo que tenho a honra de apresentar a V. Exª. para que se digne de o levar à Augusta Presença de S.M.I. se de tanto V. Exª. o julgar merecedor". O título do resumo é "Notas sobre a Segurança Interior do Império Brasileiro". "Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida". *Op. Cit.*, p. 235.

[5] Idem, p. 236.

[6] Cf. relação apresentada na obra acima citada, pp. 240-242, confrontada com o Decreto de 29 de janeiro de 1825, publicado em *Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

- **Pontes e Calçadas**: Henrique Luiz Bellegarde, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros; João Nepomuceno da Motta, Tenente do Regimento de Artilharia de Posição.
- **Escola de Minas**: Paulo Barbosa da Silva, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros; Eustáquio Adolpho de Mello Mattos;
- **Escola de Engenheiros Geográficos**: Henrique Luiz Bellegarde; João Vicente Gomes, major de Artilharia da Praça de Santos; João Nepomuceno da Motta.
- **Escola de Aplicação Militar e de Artilharia em Metz**: Henrique Luiz Bellegarde; João Vicente Gomes; Paulo Barbosa da Silva.
- **Escola Politécnica**: José Xavier Calmon da Silva Cabral, Alferes do 1º Regimento de Cavalaria de 1º Linha do Exército; João Reinaldo Bilstens; João Nepomuceno da Motta.
- **Escola de Arquitetura**: Manoel Peixoto de Azevedo, tenente do Batalhão de Artilharia de Posição.
- **Escola de Arsenal e Construção**: João Vicente Gomes; Paulo Barbosa da Silva.
- **Escola de Fundação**: Eustáquio Adolpho de Mello Mattos

Joaquim Cândido Soares de Meirelles, citado no Decreto, Cirurgião-mór Agregado do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas, segundo Borges de Barros, foi admitido nos “Armazens de Ambulance” e “hospitais militares”.

Não figuram na lista de Borges de Barros o capitão Ernesto Frederico de Verna, do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha do Exército; o tenente Frederico Carneiro de Campos, do Regimento de Artilharia da Corte; o alferes Ernesto Augusto Cesar Eduardo, do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas, talvez enviados para Londres onde havia outra Representação Brasileira.

Na relação feita por Borges de Barros consta ainda o nome de outros oficiais que não estão relacionados no Decreto de janeiro de 25 e duas Escolas para os quais foram mandadas pessoas sem patente: Escola de Pintura e o Conservatório de Artes.

As idéias de Borges de Barros de certa forma encontram respaldo no governo, que além de levar oficiais para se especializarem no exterior, investe também na atualização técnica do Real Arquivo Militar, que possuía uma ateliê de gravura em aço para confecção de mapas, fechando um contrato de cinco anos (através de Borges de Barros) com o litógrafo suíço Johann Jacob Steinmann[7].

Ao dissolver a Assembléia Constituinte, D. Pedro I justificou-se dizendo que era preciso preservar a causa da independência. Se do seu ponto de vista o caminho seguido pela elite política evocava o "espírito de desunião", fazer uso dos militares - para além da força - como forma de preservar o poder do Estado poderia ser uma alternativa mais viável e condizente com sua formação absolutista. Nesse sentido, instituições como o Real Arquivo Militar apareceriam como peças estratégicas no projeto de construção do Estado.

II. O Real Arquivo Militar e a construção do território

O Real Arquivo Militar foi criado pelo Decreto Régio de 7 de abril de 1808. Ligado ao Ministério da Guerra, como também às repartições da Fazenda e da Marinha, concebido por D. Rodrigo de Souza Coutinho para funcionar como a antiga Real Sociedade Marítima[8], o Arquivo deveria servir tanto como depósito central de toda a cartografia do Império, como local onde pudessem ser feitas ratificações de fronteiras,

[7] Cf. levantamento de Orlando da Costa Ferreira em *Imagem e Letra. Introdução à Bibliologia Brasilera: a imagem gravada*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 326-331

[8] "Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares", criada em 30 de Junho de 1798, em Portugal, por D. Rodrigo.

planos de fortalezas e de campanhas, projetos para novas estradas e comunicações, projetos de melhoramentos e estabelecimentos de novos portos marítimos[9].

Para cumprir a maioria desses propósitos, o Arquivo precisava se associar a outros estabelcimentos. No caso da *Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro,* um dos primeiros mapas tirados no período joanino, ele foi desenhado no Arquivo e impresso na Impressão Régia, em 1809, sugerindo que o Arquivo tinha a mão-de-obra mas não possuía os tórculos necessários à impressão.

A ligação do Arquivo com outras instituições fica claro no Decreto de 4 de dezembro de 1810, que criava a Academia Real Militar. No Título 1º, "Da Junta Militar", fica estabelecido que a Academia será administrada por uma "Junta Militar composta de um presidente, que será um tenente general sempre tirado do Corpo de Artilharia ou do Corpo de Engenheiros e de quatro ou mais oficiais (se Eu assim For Servido) com a patente de coronel ou daí para cima, sendo um deles oficial engenheiro que for diretor do Meu Real Arquivo Militar (...)"[10]. Juntava-se assim o Arquivo, a Academia e o Corpo de Engenheiros, formando uma corporação militar onde cada um tinha uma função: a Academia formava os oficiais que preencheriam o Corpo de Engenheiros, que por sua vez forneceria a mão-de-obra para trabalhar no Arquivo.

Podemos citar pelo menos um exemplo dessa relação funcionando na prática, durante o Primeiro Reinado: na "Carta Geo-Hidrográfica da Ilha e Canal de Santa Catarina", lemos na legenda que ela foi levantada por H. L. de Niemeyer Bellegarde, oficial do Imperial Corpo de Engenheiros, em 1830, e impressa na Litografia do Arquivo Militar[11]. Esta carta também nos mostra que o envio de oficiais militares para a Europa em

---

[9] Cf. "Decreto de 7 de abril de 1808, que cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe regimento". In: *Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias,* pp. 12-13.

[10] Barata, Mário. *Escola Politécnica d Largo de São Francisco. Berço da Engenharia Brasileira*. Rio de Janeiro, Associação dos Antigos Alunos da Politécnica/Clube de Engenharia, 1973, p. 48.

[11] Cf. "Catálogo das Cartas Históricas da mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército". In: *Primeira Exposição geral do Exército*. República dos Estados Unidos do Brasil; Ministério da Guerra. Imprensa Militar, MCMLIII, p. 50.

1825 alcançou o seu propósito, já que H.L. Bellegarde, muito provavelmente é o Henrique Luis Bellegarde citado acima na relação de Borges de Barros.

Ainda há muito que pesquisar sobre o Arquivo Militar na primeira metade do século XIX, mas alguns pontos já estão claros, como o fato de que para entender a sua função é preciso antes pesquisar em conjunto a história dos militares e da engenharia no período. Contudo, parece claro que estas instituições – o Arquivo, a Academia e o Corpo de Engenheiros – continuaram estratégicos e merecedores de atenção durante o Primeiro Reinado, não tendo deixado de cumprir sua função principal de mapear o Império.

Tomando como referência o catálogo digital organizado pelo Arquivo Histórico do Exército no início desse século XXI, com mapas dos séculos XVI ao XX, separamos aqueles produzidos de 1808 a 1853, obtendo o seguinte resultado:

1808-1821	**1822-1831**	**1832-1840**	**1841-1853**	Total no período
104 mapas	67 mapas	47 mapas	191 mapas	409 mapas de todas as regiões do Brasil
25,42%	16,38%	11,49%	46,69%	

Se o início do Segundo Reinado aparece com a maior produção cartográfica, não se pode dizer que a produção do Primeiro Reinado tenha sido insignificante. Apesar das conturbações políticas do período, foi possível manter o foco na atividade dos militares, investir na formação dos oficiais, completar finalmente a Junta diretora da Academia Militar, refazer seu plano de estudos, aprimorar tecnicamente o Arquivo, produzir um mapeamento do território.

Borges de Barros, ainda na defesa de seu projeto para o Brasil, lembra que “A capital do Império, qual o sol, deve espalhar com seus raios assim distribuídos, não só

vida na força que dá, porém todos os benefícios do astro criador"[12]. Qual um Rei Sol, D. Pedro I tinha a oportunidade de construir, delinear, o novo Estado. Delinear, aqui, podendo ser pensado em seu duplo sentido: tanto o verbo que indica "desenhar os contornos, conceber, determinar os limites" (da nação), como a ação do gravador que delineia a matriz, antes de gravar sua estampa, no caso, os mapas.

[12] "Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida". *Op. Cit.*, p. 237.

REPONTANDO LEMBRANÇAS DO PAGO: APROPRIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DAS TRADIÇÕES GAÚCHAS NO PARANÁ.

RENATA SOPELSA - UFPR[1]

Fenômeno social não somente no Rio Grande do Sul como em vários outros estados da federação, contando com núcleos até mesmo no exterior, na década de 1980 o Movimento Tradicionalista Gaúcho foi considerado por seus líderes como sendo "o maior movimento de cultura popular do mundo ocidental", visto que, segundo seus levantamentos, já naquele momento contava com a "participação direta de dois milhões de pessoas".[2]

Essa descrição foi corroborada, sobretudo, pelo significativo crescimento numérico e do raio de influência que as entidades filiadas a esse movimento obtiveram com o aumento do fluxo de migrantes sulistas pelo interior do Brasil. Interpretada como sendo uma espécie de diáspora, esse deslocamento de gaúchos a procura de novas fronteiras agrícolas levou para as regiões de acolhimento determinados aspectos sócio-culturais considerados comuns ao seu local de origem, os quais foram reproduzidos principalmente nos espaços disponibilizados com a criação dos Centros de Tradições Gaúchas. Todavia, anterior a essa complexa "diáspora", alguns contingentes de gaúchos que haviam migrado em períodos anteriores já haviam constituído CTGs por diversas cidades do Paraná e de Santa Catarina, dentre eles o CTG Vila Velha em Ponta Grossa.

Fundado exatamente dez anos após o surgimento do "35 CTG", primeiro centro de tradições criado em Porto Alegre, em 1948, o "Vila Velha" inscreve-se na história desse movimento *sui generis* no país por marcar o início da sua expansão fora do Rio Grande do Sul. Inicialmente formado apenas por um pequeno grupo de indivíduos que em comum tinham a procedência e a escolha da mesma cidade como local onde passariam a viver em busca de melhores oportunidades financeiras, em poucos anos esse centro passou a contar com outras pessoas que não possuíam qualquer ligação com esse estado.

Tratava-se de outros migrantes, migrantes do campo, homens, mulheres e crianças que haviam abandonado a área rural para morar no meio urbano, espaço em que

projetavam seus sonhos de uma vida melhor. Uma vez instalados e imersos nesse outro mundo, esses novos citadinos foram descobrindo um cotidiano bastante distinto daquele a que estavam habituados. Aliás, a dessemelhança entre esses dois mundos causava ao mesmo tempo fascinação e rejeição, pois embora a modernidade os fascinasse, não poderia concorrer com a rotina que haviam deixado para trás e que lhes servia de referencial, que lhes dava segurança.

Nesse sentido, o encontro com outros indivíduos que igualmente houvessem passado pelo processo de mobilidade física e social fez-se atraente perante a perspectiva de, talvez em parte, tornar mais fácil a reconstrução das suas redes de sociabilidade e reelaboração de sua identidade. O CTG Vila Velha surge, então, como um espaço capaz de proporcionar esse encontro. Mas, por quais motivos esse centro conquistou a atenção desses migrantes do campo? Como transformou-se no palco dessas interações socais? Pode-se dizer que foi o discurso. Foi o discurso implícito na divulgação do centro que cativou essas pessoas, visto que o mesmo possuía uma linguagem voltada ao homem do campo, ou que, ao menos, possuísse ligações afetivas com esse espaço.

É perceptível que o conteúdo do estatuto registrado pelo centro foi adaptado para tratar não do gaúcho, mas do “gaúcho paranaense”, herdeiro de “costumes e usanças” lapidados no passado. Dessa maneira, ocorre nitidamente uma inversão de sentidos, já não se buscava “manter viva a tradição gaúcha”, caberia ao Vila Velha “relembrar, honrar e conservar” as “virtudes” de um personagem dono de mesmo “patrimônio sulino” de valores e comportamentos engendrados no mundo rural. Seguramente o Vila Velha foi divulgado segundo os mesmos contornos dados aos seus documentos oficiais para falar da existência de um “gaúcho paranaense”. Dessa maneira, tanto nas festas regularmente promovidas no galpão do CTG, quanto nos programas de rádio a ele ligado buscava-se apresentar elementos que reportassem a esse personagem. E se, a princípio, o intuito resumia-se a divulgá-lo e conseqüentemente a finalidade do CTG, em seguida foi descoberto um público que o aceitava com espontaneidade. Essas pessoas tornaram-se, desde logo, um público alvo.

A forma de seduzi-las começava pelo vocabulário usado pelos representantes do centro, por exemplo, o programa Pilchando a Tradição era iniciado com um: "Buenas, patrícios velhos, com licença para entrar em seu rancho", ou "indiada buena destes rincões ponta-grossenses, queiram aceitar em nome do CTG Vila Velha, o meu Buenas Noite".[3] Ao usar termos acastelhanados que pertenceriam ao linguajar do gaúcho e palavras como rancho e rincão, certamente a apresentadora não estava se dirigindo a pessoas com formação urbana, mas àquelas que tivessem vínculos com o meio rural.

Por sua vez, outro apresentador também expunha aspectos relativos ao campo, pois em seu programa "os integrantes do CTG vinham pilchados a gaúcha, ornamentavam o palco com pelegos, com peças de montaria, laços, chimarrão".[4] A mesma decoração existia no galpão do Vila Velha, construção de madeira em estilo rústico onde os sócios se reuniam para comer carne assada no fogo de chão ou arroz carreteiro. Eram ambientes que primavam pela simplicidade comuns nas habitações do mundo rural e pela alusão ao trato de animais.

Todavia, afora essas formas de referenciar o espaço campeiro e seu personagem social, outras menos explícitas e não planejadas possivelmente obtiveram melhores resultados na conquista desse público. Entre elas, escolheu-se analisar a receptividade que determinadas letras de música e poesias com inspiração gauchesca acabaram alcançando.

Com ritmos variados como a valsa, o shot e a vaneira, as músicas ditas gaúchas tinham como característica, além do uso da gaita como instrumento principal, a abordagem de temas voltados para a vida no campo: Quando eu saio a cavalo/ montado no meu baio/ cortando as coxilhas/ eu não acho atrapalho,/ atravesso as canhadas/ só na marcha troteada/ e numa boa sombra/ eu faço a sesteada[5]. O cavalo, as coxilhas que o personagem atravessa com facilidade por conhecê-las bem, a sensação de liberdade, a parada para descansar e distrair-se tocando gaita, são elementos que remetem ao ouvinte a imagem de um homem ligado ao campo com um modo de vida orientado pela desambição e tranqüilidade que seriam inerentes a esse lugar.

Essas formas de evocação do mundo rural eram pertinentes, afinal lembravam situações vivenciadas ou transmitidas pelas gerações anteriores, fator que permitiu com que muitos desses indivíduos passassem a se perceber como representantes ou herdeiros da 'sociedade campeira'. Corolariamente, a participação em um tipo de associação que enaltecia as tradições gaúchas fez-se atraente, porque dedicada ao homem do campo. Por conseguinte, estavam dadas as bases para a apropriação de determinados traços identitários atribuídos a essa figura quase mitológica e de vários aspectos culturais que a mesma teria outorgado aos rio-grandenses. Ou, consoante a afirmação de Heliana Angotti Salgueiro, estavam dadas as "condições de possibilidade" para que tal processo ocorresse. [6]

Na esteira de Salgueiro, a historiadora Etelvina M. C. Trindade ressalta que a transferência de matrizes não pode ser entendida como feita linearmente, antes devem ser buscadas as particularidades que a permitiram, pois "toda tentativa de leitura desse processo terá, pois, que levar em conta as especificidades históricas e os responsáveis pelas decisões...".[7] Transportando essa via de investigação para o presente estudo, percebe-se que foram justamente as especificidades históricas da região dos Campos Gerais e o agrupamento de indivíduos que direta ou indiretamente as conheceram, que proporcionou o desencadeamento dessa transferência. Dito de outra forma, tomando de empréstimo as palavras de Trindade, foram essas "peculiaridades" que tornaram possível que os integrantes do Vila Velha se "espelhassem" no "modelo" do gaúcho.[8]

Assim, prosseguindo o projeto já iniciado pelos proprietários rurais que passaram a dirigir o CTG e em conjunto com estes, os novos sócios apropriaram-se de práticas e símbolos até então restritos aos integrantes dos centros rio-grandenses e ao discurso do Movimento Tradicionalista que os havia instituído e oficializado. Antes de mais, produziram uma forma diferenciada de interpretação sobre a imagem do gaúcho, que deixa de ser alusiva a figura mitológica dos pampas e passa a definir qualquer homem do campo: "Gaúcho é o homem do campo... É um homem que tem as lidas campeiras... Tem gente que pensa que gaúcho é só do Rio Grande do Sul, o rio-grandense, é um engano muito grande,

porque desde que me conheço, meu pai já me ensinava que gaúcho é o homem do campo..."[9]

Filho de um dos diretores, o depoente afirma ter aprendido ainda na infância que o paranaense é "tão gaúcho" quanto os indivíduos que moravam no Rio Grande do Sul. Foi-lhe ensinado que não interessaria o local de nascimento para distinguir quem era ou não gaúcho, interessaria se o homem era ligado as atividades campeiras.

Desvela-se, assim, uma ação criativa por parte dos sócios do Vila Velha, uma releitura das coisas gauchescas, tal como lembra Roger Chartier, cujos estudos nos trouxeram significativas contribuições. Nos alinhando as discussões desse autor, embora atentando para as diferenças de objeto, percebemos que o processo de apropriação "permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção".[10] Ora, tal como ocorreu com os membros do CTG, os modelos "não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole", afinal este é dotado de liberdade e intencionalidade para produzir sentidos não pretendidos ou singulares sobre os mesmos.[11] No mais, continuando a trilhar o caminho de análise de Chartier, observa-se que esses novos sentidos, essas novas interpretações das matrizes que foram plantadas pelo 35 CTG e solidificadas pelo Movimento Tradicionalista, certamente afetaram esses indivíduos, os conduzindo a uma outra norma de compreensão de si mesmos e do seu mundo social.[12]

Nesse sentido, ao fim e ao cabo, os membros do Vila Velha passaram a se ver e a se comportar segundo os contornos que atribuíram ao modelo do gaúcho. Em suma, nem as pessoas, nem seus valores eram os mesmos do passado, tal como não eram os mesmos os usos e costumes que procuravam reproduzir, haja vista que tudo passava por um processo de reinterpretação, de reconstrução de sentidos. Mas, foi justamente devido a esse processo que as tradições tornaram-se o cerne da união desses indivíduos em torno do CTG.

---

[1] Especialista em História e Cultura e aluna do Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, na Universidade Federal do Paraná.

[2] Ver: OLIVEN, Ruben George. **"O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental": o Tradicionalismo Gaúcho**. In: Cadernos de Antropologia. Porto Alegre: IFCHL/UFRGS, 1992.

[3] Caderno de script do Programa Pilchando a Tradição, escrito pela apresentadora Ana Tereza Guzone.

[4] Entrevista.

[5] Música Cancioneiro das Coxilhas, composta pelos artistas rio-grandenses Irmãos Bertussi e gravada em 1956.

[6] De acordo com a autora, a "noção de condições de possibilidade mostra-se especialmente fecunda numa reflexão comparativa, substituindo com vantagens e indo além da noção inadequada e ultrapassada de influência". SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Revisando Haussmann**. Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte). In. Revista USP, n. 26, jun-ago, 1995, p. 196.

[7] TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Espelho e modelo**. A internacionalização do pensamento urbanístico. Curitiba na virada do século. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XIX Reunião. Curitiba, 1999, p. 234.

[8] Idem.

[9] Entrevista.

[10] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Coleção Memória e Sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990, p. 136.

[11] Nenhuma "leitura" é dotada de passividade, pois sempre ocorre uma apropriação que vai ao encontro as coordenadas espaço-temporais do leitor. Idem, p. 25.

[12]Ibidem, p. 24.

O 'MAPA DO RIO GRANDE' DE DUARTE DA PONTE RIBEIRO E O PROCESSO DE COMPOSIÇÃO CARTOGRÁFICA

Renato Amado Peixoto[1]

Um estudo da história da cartografia baseado numa construção teórica que incorpore tanto os elementos característicos da cartografia quanto os problemas de sua inscrição, permitiria ao historiador ampliar os espaços de sua reflexão. Para isto, procuramos aqui concatenar o que compreendemos ser o processo de *composição cartográfica* com a investigação semiológica e iconológica do mapa. Neste sentido, entendemos que o 'Mapa do Rio Grande',[2] composto por Duarte da Ponte Ribeiro no ano de 1847, a partir das discussões do Terceiro Conselho de Estado,[3] é um trabalho emblemático para possamos constituir nossa argumentação a qual encaminharemos conforme o exame de certas questões pertinentes ao problema da representação.

Em primeiro lugar, devemos considerar que muitas vezes a constituição de uma representação é justificada em conformidade com o recurso retórico da *inmutatio*, no caso, a substituição de um antigo termo por um outro mais novo. Assim, o restabelecimento de uma antiga representação implicaria também na eliminação do espécime mais recente, ainda que explicitamente estivesse estabelecida uma conexão entre os dois termos. Aqui, a obra 'O Caso de Charles Dexter Ward' de H. P. Lovecraft nos permitirá explicitar mais objetivamente esta questão, já que em sua o autor considera na narrativa justamente o problema da *inmutatio*. Naquela, o personagem principal busca restaurar através de uma evocação mágica não apenas a memória, mas também a presença material de seu antepassado, Joseph Curwen, operação esta que estava condicionada pela participação direta de seu descendente como *evocador*.

Contudo, segundo Lovecraft, este vínculo futuro já teria sido garantido por uma outra operação mágica realizada anteriormente por Curwen, que, ao materializar-se, constataria a impossibilidade da convivência com seu tataraneto. Esta impossibilidade consubstanciar-se-ia então no homicídio de Charles Ward, que permitiu a Curwen se

passar por seu tataraneto, dada a incrível semelhança física dos dois. Entretanto, essa parecença não bastaria para evitar o desmascaramento de Curwen, já que as diferenças entre as estruturas mentais dos dois personagens e a organização de suas lembranças permitiu a denúncia do estratagema. Por conseguinte, tempo e espaço seriam, para Lovecraft, os principais atributos constitutivos das representações, capazes de torná-las incompatíveis ainda que estas se assemelhassem ou se endereçassem mutuamente.

Entretanto, em segundo lugar, a ligação entre os dois termos da representação seria mais realçada por Lovecraft que a sua substituição, uma vez que o autor indica que o interesse de Charles Ward foi detonado justamente por um trecho dos escritos de Curwen onde se afirmava essa circunstância: "nos anos por vir aparecerá aquele que olhará para trás e usará os sais e a matéria dos sais que tu lhe deixares. Jó, XIV, 14."[4] A passagem bíblica citada ao final do texto de Curwen é o versículo "Se um homem morre, deveria ele tornar a viver? Eu esperaria todos os dias do tempo que me apontasses até que sucedesse minha mudança"[5] que no caso foi desconectado do versículo anterior "Ah! Se me ocultasses em meu túmulo, se ali me abrigasses até que tua cólera findasse, poderíeis ali determinar-me um tempo e lembrar-te depois de mim!".[6]

Assim, o sentido da busca empreendida então pelo personagem Charles Ward não se subordinava a um sentido do tempo e espaço imposto pela natureza, mas visava descortinar, subverter esse mesmo sentido pela ação humana e "revolucionar da maneira mais profunda a atual concepção das coisas": a ação prometeica de Charles Ward buscava alçar a condição humana ao lugar do demiurgo através do resgate de Joseph Curwen. O afã do conhecimento seria o primeiro indício de uma rebelião por conta da tentativa de se conhecer e se restabelecer o primeiro abismo que, por conseguinte, não poderia existir independentemente da ação humana.

Deste modo, ainda que os atributos da representação tenham sido separados por Lovecraft de uma razão e de uma conseqüência que não eram inerentes a si, desvinculando-se Deus e uma ordem natural de sua interpretação, consolidava-se ainda mais essa mesma ordem, uma vez que se constituía uma razão divina e insondável como

fundamento primeiro a ser perscrutado. Este seria o paradoxo da razão de Schelling conforme apontado por Schopenhauer — embora aquela se desvinculasse da Escolástica voltava-se para a idéia do *abismo* valentiniano, da profundidade sem fundo, o insondável *abyssus* que se reproduzira pela comunhão dos princípios opostos e que se constituíra num *mistério* a ser sempre deslindado.[7] Por conseguinte, a partir de Schopenhauer, compreendemos que o tempo e espaço não são apenas atributos, mas também materiais da representação.

A partir dos dois pontos anteriores, pretendemos que o estudo dos mapas seja entendido a partir de um processo de constituição de sua representação onde se buscaria investigar tanto um movimento *em abismo*, no caso, em direção a um tempo e um espaços determinados pela sua própria construção, quanto um movimento *em ekphrasis*, como na interpretação poética da pintura e da escultura, ou seja, em relação aos materiais de outras representações que a precederam ou em relação às representações que a sucederam.

A *composição* do 'Mapa do Rio Grande',[8] objeto de nossa investigação, decorreu da participação de Duarte da Ponte Ribeiro nas discussões do Terceiro Conselho de Estado durante a década de 1840, onde atuaria enquanto consultor da Seção de Justiça e Negócios Estrangeiros (doravante denominada de SJNE). Nestas discussões, tanto o pensamento das diferentes idéias da 'inscrição do estado no espaço' quanto o legado da participação de José Feliciano Fernandes Pinheiro no Segundo Conselho de Estado, seriam examinados sobre os principais problemas de política externa brasileira, então relativos à participação na questão do Prata e, no caso, especificamente sobre a questão de limites com o Uruguai.

O 'Memorando 37' foi elaborado por Ribeiro com o objetivo de servir como orientação à Secretaria de Negócios Estrangeiros (doravante denominada de SNE) para as conversações de limites com os representantes da República do Uruguai. Nesse sentido, cabia a Ribeiro, após reunir as opiniões dos conselheiros que compunham a SJNE, elaborar sobre estas um documento que integrasse também suas contribuições e

seus conhecimentos sobre a questão. Contudo, a partir dessas opiniões e dos pontos de vista do Ministro dos Negócios Exteriores, Ribeiro anexou a essa memória um mapa no qual as opiniões da SJNE foram relacionadas com as contribuições da SNE por meio de símbolos e *recursos retóricos*, tornando a leitura do texto escrito dependente de uma leitura paralela do texto gráfico.

Na Figura 1, observe-se que Ribeiro representaria neste mapa o espaço do Rio Grande do Sul segundo uma orientação cartográfica diferente daquela utilizada pela cartografia da época, transformaria suas escalas a partir da utilização de certos recursos, destacaria determinados elementos geográficos e registraria seus topônimos segundo a utilização de rotinas anormais na cartografia.

Assim, em primeiro lugar, a orientação do chamado 'Mapa do Rio Grande', ao contrário de praticamente todas as outras cartas do século XIX, não foi feita pelo norte, mas pelo sul, representando, no caso, o espaço nacional, literalmente, de cabeça para baixo. Essa orientação heterodoxa demonstraria, em nosso entender, uma *intelecção* da 'inscrição do espaço' por parte de Ribeiro que seria agregada à sua 'gramática mental' e que se produziria a partir da *intuição* dos problemas da política externa através das discussões no conselho de estado. Analisando esta *intelecção* a partir de uma interpretação iconológica e semiológica, podemos entender que sua intenção seria relacionar o território situado fora do *enquadramento* do mapa,[9] a região do Prata, como a real preocupação da 'inscrição do estado no espaço'.

Em segundo lugar, veja-se também que, relacionando-se com ainda a *intuição* das discussões, o espaço da República do Uruguai foi representado com uma superfície bem menor da que também era usual, por conta de uma transformação da escala do mapa que acentuava tanto a curvatura do Rio Uruguai quanto a inclinação da costa em direção ao interior. Embora esta inclinação fosse um problema comum na cartografia do início do XIX, por conta do problema da medição das longitudes, Ribeiro aumentaria ainda mais esta inclinação no mapa, possibilitando materializar-se, assim, uma representação da idéia do espaço uruguaio como que a desligar-se do espaço do Rio

Grande do Sul, construindo a impressão deste ter sido arrancado por uma ação centrífuga originada no Prata.

Contudo, em terceiro lugar, Ribeiro realizaria sobre esta *intuição* uma outra *intelecção* da 'inscrição do espaço': no território do Uruguai, o Rio Negro foi inscrito deliberadamente como um *elemento organizador do espaço*, através do prolongamento exagerado de seus afluentes em direção ao centro mesmo do território do Rio Grande do Sul. No caso, esta inscrição amplifica a idéia da drenagem fluvial, possibilitando materializar-se uma representação da idéia de penetração no espaço brasileiro e de sua subseqüente absorção pelo território situado fora do *enquadramento*.

FIGURA 1 - 'MAPA DO RIO GRANDE' DE DUARTE DA PONTE RIBEIRO.

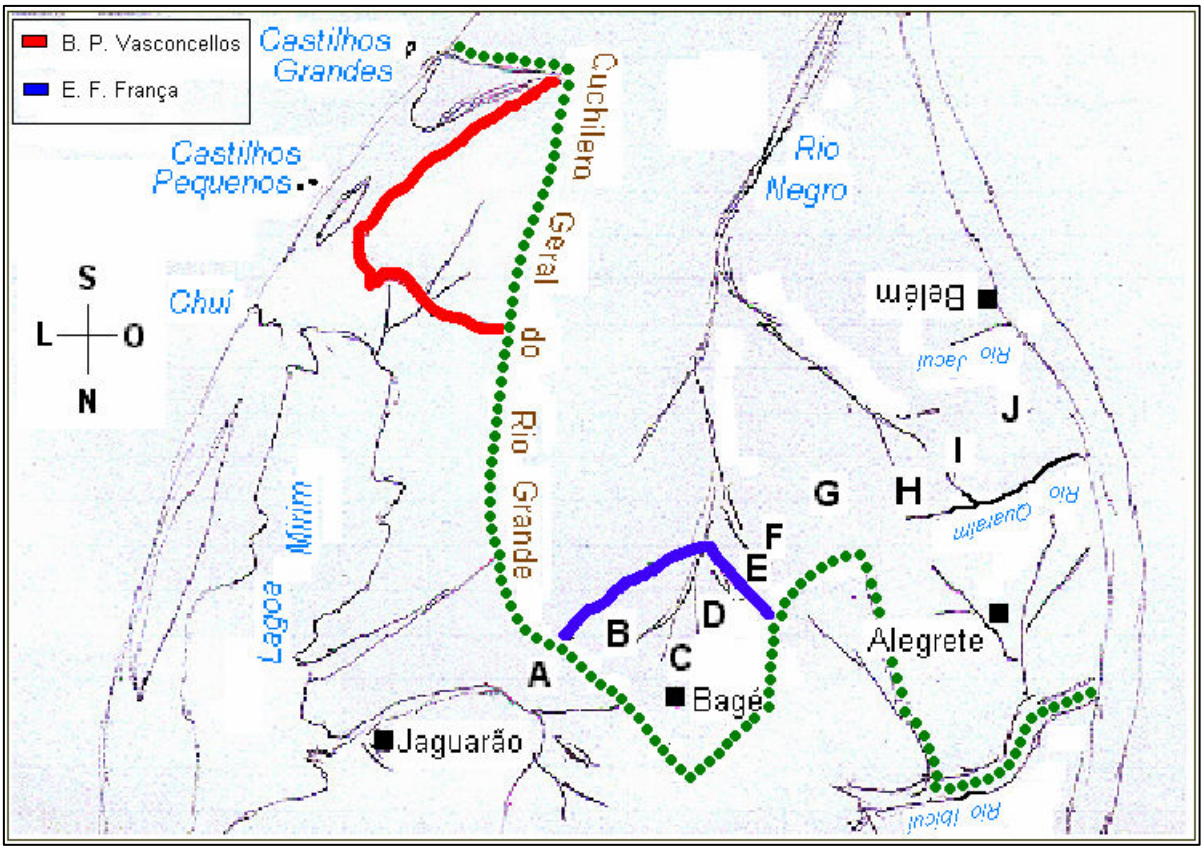

Cartografia: Renato Amado Peixoto, redução do mapa anexo ao 'Memorando 37'. AHI, Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, Lata 284, Maço 4, Pasta 3.

Em quarto lugar, a partir de outra *intuição* das discussões no Conselho de Estado, certos topônimos do território inscrito foram registrados numa *quebra da rotina cartográfica*, a saber, esses topônimos foram registrados ao contrário da orientação do mapa, ou seja, de cabeça para baixo. Este registro inusitado foi justamente o das áreas onde haviam se estabelecido brasileiros, ou seja, em que se configurava o *uti possidetis*, mas que haviam sido entendidas pela maioria dos conselheiros como fazendo parte do território uruguaio. Entretanto, uma outra *intelecção* seria feita por Ribeiro a partir deste registro: dois dos topônimos que deveriam ter acompanhado a *quebra da rotina topográfica* foram registrados conforme a *rotina*, no caso, o registro das cidades de Bagé e Alegrete foi feito de cabeça para cima. Por conseguinte, compreende-se que Ribeiro sugeria através da *composição* do mapa que se deveria contrariar a opinião predominante na discussão, mantendo-se estas cidades no interior do espaço nacional.

Portanto, podemos entender que, na 'gramática mental' de Ribeiro, o Prata foi interpretado como um espaço além das possibilidades brasileiras, que, ao nortear as iniciativas de política externa, minaria os recursos de um território maior, o do Rio Grande do Sul, em detrimento de um espaço menor, o do Uruguai. Assim, dever-se-ia privilegiar na discussão dos limites uma interpretação do espaço que então se consolidava na 'linguagem do espaço' em torno do conceito do *uti possidetis*.

Finalmente, quando Ribeiro inscreve no mapa duas sugestões de limites por meio de linhas coloridas, no caso, as opiniões de Bernardo Pereira de Vasconcelos e de Ernesto Ferreira França, estas são ligadas ao registro de três outros elementos geográficos, as ilhas de Castilhos Grandes, as ilhas de Castilhos Pequenos e a "Cuchilera Geral do Rio Grande". O registro destes elementos deve ser interpretado segundo o sentido de uma interpretação iconológica: as ilhas eram antigos marcos da reivindicação portuguesa sobre o litoral, enquanto que a 'Cuchilera' era o *limite mais natural* de uma região que carecia desses marcos geográficos. Assim, a sugestão de Vasconcellos apesar de acompanhar antigas reivindicações contrariava o sentido dos *limites naturais*, considerado na linha de limites de França. Pode-se ainda fazer uma

analise semiológica da inscrição dessas sugestões a partir da interpretação anterior: a opinião de Vasconcelos seria apontada em vermelho, ou seja, negativamente, enquanto que a opinião de França seria apontada em azul, ou seja, positivamente. Note-se que a linha do Tratado de Santo Ildefonso foi registrada como a base dos limites, sendo que esse registro não foi feito em cores por Ribeiro, mas utilizando-se de pequenas cruzes, o que dava ainda mais destaque ao colorido das inscrições anteriores (em nossa reprodução do 'Mapa do Rio Grande' utilizamos o pontilhado verde para salientar os demais aspectos da interpretação do mapa). Assim, na 'gramática mental' de Ribeiro, a 'inscrição do Estado no espaço' não deveria depender das antigas reivindicações de limites, mas apenas ser constituída segundo a interpretação mais vantajosa à consolidação do Estado.

Portanto, a utilização dos símbolos e elementos iconológicos no 'Mapa do Rio Grande' e a *composição cartográfica* deste por Duarte da Ponte Ribeiro dependeram de um processo de constituição da representação *em ekphrasis* onde foram considerados tanto os mapas anteriores e os contemporâneos quanto a construção de uma representação idealizada do espaço nacional, ou seja, *em abismo*.

---

[1] Doutor em História pela UFRJ.

[2] Duarte da Ponte Ribeiro, 'Mapa do Rio Grande' in "Memória nº. 37". AHI, Arquivo particular de Duarte da Ponte Ribeiro, Lata 284, Maço 4, Pasta 3, 1847.

[3] Utilizamos aqui a delimitação cronológica de José Honório Rodrigues que considera que o Terceiro Conselho de Estado foi aquele que se reuniu desde 1842 até o final do Império. Ver José Honório Rodrigues, Atas do Conselho de Estado, v. I-II. Brasília: Senado Federal, 1973.

[4] H. P. Lovecraft, O Caso de Charles Dexter Ward. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 64.

[5] Jó, XIV, 14. Nossa tradução utilizou tanto a versão inglesa de 1611 (King James), a saber, "If a man die, shall he live [again]? All the days of my appointed time will I wait, till my change come", como a Vulgata, a saber, "homo rursum vivet cunctis diebus quibus nunc milito expecto donec veniat inmutatio mea".

[6] Jó, XIV, 13. Nossa tradução utilizou tanto a versão inglesa de 1611 (King James), a saber, "O that thou wouldest hide me in the grave, that thou wouldest keep me secret, until thy wrath be past, that thou wouldest

appoint me a set time, and remember me!", como a Vulgata, a saber, "quis mihi hoc tribuat ut in inferno protegas me ut abscondas me donec pertranseat furor tuus et constituas mihi tempus in quo recorderis mei putasne mortuus".

[7] Arthur Schopenhauer, De la cuadruple raiz del principio de razon suficiente. Madri: Gredos, 1998, p. 47.

[8] Em relação às questões da composição cartográfica e da cartografia brasileira no século XIX ver: Renato Amado Peixoto. A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

[9] O *enquadramento* é compreendido aqui como um recorte da superfície terrestre disponibilizado para a leitura através de uma determinada perspectiva possibilitada pelo emolduramento do mapa. Neste sentido, os paralelos e meridianos que estabelecem esse recorte da superfície terrestre são instrumentos que possibilitam, num primeiro nível, instituir relações de pertencimento e exclusão e, num segundo nível, organizar uma estrutura territorial que dê sentido e referências à construção do espaço. Ver, Renato Amado Peixoto. A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

A ABERTURA DA AVENIDA BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DOS SUBÚRBIOS NO RIO DE JANEIRO

Renato da Gama-Rosa Costa
Historiador de Arquitetura e Urbanismo
Casa de Oswaldo Cruz
Doutorando PROURB/FAU/UFRJ

I - Introdução

A história da abertura da Avenida Brasil está diretamente vinculada ao processo de expansão do Rio de Janeiro para as áreas de periferia da cidade, ocorrido na primeira metade do século XX, face ao desenvolvimento das economias urbanas e da industrialização da nação brasileira. Desde os primeiros anos desse século, mais precisamente durante a gestão de Pereira Passos na prefeitura da Capital Federal (1903-1906), se estudava uma forma de ligar o centro da cidade àquelas áreas, tendo como ponto de partida a Avenida Rodrigues Alves e o cais do porto.

Podemos afirmar que a história da av. Brasil está, ainda, vinculada ao desenvolvimento do rodoviarismo brasileiro, mais precisamente à estrada Rio-Petrópolis, uma das primeiras abertas no Brasil especialmente para o uso do automóvel. A avenida/rodovia, aberta como sua variante, passando ao longo do litoral da Baía de Guanabara, seria o caminho alternativo aos tradicionais percursos realizados pelo mar ou de trem, para se chegar à antiga estrada União-Industria (1860), que durante muitos anos foi a via carroçável mais utilizada para se chegar à região das Minas Gerais.

Através deste estudo[i], procuraremos analisar o processo de transformação de parte das estruturas urbanas da cidade diante de uma nova tecnologia de circulação e transporte, com a difusão do automóvel, buscando observar o processo que levou a que sua abertura possa ser vista como um momento-chave e de ruptura na forma de suburbanização do Rio de Janeiro, bem como do desenvolvimento do rodoviarismo no Brasil.

O próprio processo em que se deu sua abertura nos coloca diante de alguns desafios para escrever sua história. Primeiro, ao estudar sua abertura como uma avenida, estamos relacionando-a à história das políticas de expansão do perímetro urbano do Rio de Janeiro,

e sua influência na formação dos espaços de periferia.

Depois, ao estudar sua relação com a Rio-Petrópolis, nos leva a associar sua abertura ao desenvolvimento do rodoviarismo no Brasil. Neste caso optamos de assim fazê-lo através do estudo dos atores e das instituições e das políticas públicas de abertura de estradas de rodagem, levadas a cabo pelos governos e instituições como o Automóvel Clube do Brasil, que se detiveram no projeto e na realização de sua abertura.

Procuraremos demonstrar, ao longo da tese e em parte neste trabalho, que o estudo da Avenida Brasil contribuirá para entender que as preocupações com o meio urbano, acarretada pela invenção do automóvel entre finais do século XIX e início do XX, e a sua presença cada vez mais constante no meio urbano, mais intensamente a partir dos anos 1920 no Brasil, desencadeou reações diversas dos planejadores urbanos, que trabalhavam simultaneamente em duas escalas de intervenção: a ao nível interno da cidade (a escala intra-urbana) e a ao nível regional, ou seja, entre as cidades (escala interurbana).

A vinculação a diferentes escalas de investigação em história urbana, proporcionada pelo próprio objeto, nos leva a abordar a abertura da Avenida Brasil, primeiro, ao nivel da cidade e da metrópole, ao estudá-la como eixo de ligação entre o centro e os bairros da periferia da cidade do Rio de Janeiro, pensado desde os anos 1910, e que na década de 1940, ao mesmo tempo que representava uma opção de acesso à estrada Rio-Petrópolis, pretendia contornar os problemas de trânsito em áreas da zona norte da cidade. Da mesma forma, buscava urbanizar uma área de baixa concentração demografica a época, a Baixada Fluminense. Essa escala de análise possibilita que a estudemos como uma via *intra-urbana*, como uma *avenida.*

Sua abertura vinculada às estradas Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, possibilita, entretanto, que a estudemos, ao longo do período cronológico adotado, também, como uma via de ligação, primeiro entre duas importantes cidades do Distrito Federal (Rio e Petrópolis) e num segundo momento, entre importantes regiões econômicas (Rio de Janeiro e Minas Gerais; e mais tarde, Rio e São Paulo). Ao longo do processo que culminaria em sua efetiva abertura, entre os anos de 1926 e 1946, a Avenida Brasil passou a representar a resposta à

criação de um canal de ligação entre as metrópoles das regiões norte e sul do país e a partir de um dado momento, a ligação entre a Capital Federal e as demais capitais do continente americano. Isso nos leva a estudar a história de sua abertura às origens do rodoviarismo brasileiro. Essa segunda escala permite que a estudemos como uma *auto-estrada*.

Nosso estudo poderia adotar uma ou outra escala de investigação, mas não seria correto a partir da propria história do objeto em questão. Escolher uma escala seria desvalorizar, desrespeitar a história do que ainda é considerada a "porta" de entrada do Rio de Janeiro. Mesmo por que estas noções de escalas diversas não eram assim tão estanques para os atores envolvidos em sua construção. Podem estas duas escalas representar apenas *uma* visão de cidade, ou, de desenvolvimento urbano? Senão, como justificar que Washington Luiz, que construiu sua carreira política em cima do rodoviarismo, tenha sido o responsável pela vinda do urbanista Alfred Agache ao Rio de Janeiro?

II- A Rio-Petrópolis e sua variante

A primeira tentativa sem sucesso para a abertura de um acesso à região de Petrópolis e à União-Industria, que atendesse à circulação de veículos automotores, data de 1906. Durante as duas décadas seguintes seu projeto foi discutido em diversos *fóruns*, como nos primeiros congressos brasileiros de estrada de rodagem, iniciados em 1916, realizados na então Capital Federal, e organizados pelo Automóvel Club do Brasil, órgão criado em 1907, ele próprio ligado à gênese do rodoviarismo brasileiro. Muitas tentativas foram feitas para a abertura deste caminho. Entretanto, ainda no início da década de 1920, a abertura daquela rodovia continuava apenas um projeto, e em 1922, partindo do centro do Rio, foi finalmente empreendida a primeira viagem de carro a Petrópolis, a cargo dos sócios desta entidade. Devido à distância e às dificuldades impostas pelo trajeto, a viagem levaria alguns dias. Entretanto, este caminho seria aproveitado em grande parte pelos futuros projetos de uma nova Rio-Petrópolis.

Os projetos para a nova rodovia foram realizados, então, entre 1926 e 1927, durante

a presidência de Washington Luiz (1926-1930), ele próprio um membro ativo do Automóvel Club do Brasil, e que faria desta estrada, juntamente com a Rio-São Paulo, as grandes realizações de seu governo, desenvolvido à base do rodoviarismo : "Governar é abrir estradas". Inicialmente foram pensados quatro trajetos para a nova rodovia, a cargo da equipe do Ministério de Viação e Obras Públicas. O menos exeqüível à época, segundo os próprios técnicos, o pelo litoral, daria origem à variante e à futura Avenida Brasil.

Este trajeto também foi pensado pelo projeto de urbanização do bairro industrial de Manguinhos (1927), proposto pelo engenheiro Jorge Macedo Vieira, onde a futura Avenida Brasil aparece como Avenida do Norte. Saturnino de Britto ao dar parecer sobre o projeto do bairro industrial, faz menção à esta ligação. Esta deveria ter entre 32 e 35 metros de largura, saindo de Manguinhos, atravessando os distritos de Inhaúma, Bonsucesso, Ramos e Penha, com destino a Petrópolis: *"No caso de Manguinhos grande parte do terreno vai ser obtido por aterros; morros que existem serão escavados até onde o preço do serviço seja compensador, salvando-se desta violência à natureza o morro em que se ergue o Instituto Oswaldo Cruz ou de Manguinhos, onde no projeto antigo e no substituto por feliz idéia formar-se-á um parque."* [ii]

A nova Rio-Petrópolis seria então inaugurada, juntamente com uma nova Rio-São Paulo, em 1928, aproveitando em muito o trajeto feito pelo Automóvel Club. Este começava em Benfica, seguia por um pequeno trecho da Avenida Suburbana, e depois pela rua dos Democráticos e pela rua Uranos, para daí acompanhar a linha de trem da Leopoldina até encontrar o Rio Sarapuí. Nos planos para a cidade do Rio de Janeiro, propostos pelos urbanistas franceses Donat-Alfred Agache (1927-1930) e Le Corbusier (1929), a Rio-Petrópolis aparece, novamente junto à Rio-São Paulo, como a principal via de penetração na Capital do Distrito Federal. A abertura definitiva da variante, com seu trajeto pelo litoral, ocorreria quase vinte anos depois, durante o governo do Estado Novo, de Getulio Vargas (1937-1945), responsável também pela sua designação de Avenida Brasil.

Neste período, diferentemente do que havia sido pensado em 1926, o trajeto pelo litoral representava a melhor opção, inclusive para se resolver os problemas de trânsito nas

áreas internas dos bairros da zona da Leopoldina, como atesta José de Oliveira Reis: *"Antes da abertura da Avenida Brasil, a saída e entrada do Rio de Janeiro efetuavam-se pelas chamadas Estradas Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis. Constituíam antes um verdadeiro suplício, pela travessia da região suburbana, tanto da Central quanto da Leopoldina. O trajeto era feito através de ruas estreitas com um tráfego cada vez mais intenso. O novo trajeto, realizado em região inteiramente livre, às margens da Baía, foi a solução mais lógica, inteligente e econômica."* [iii]

As obras couberam ao prefeito Henrique Dosdsworth, através da Comissão de Obras Novas da Secretaria Geral de Viação e Obras. Ela teria 15 km, indo do cais do porto até Parada de Lucas, se encontrando com a Rio-Petrópolis. Inicialmente construída em *"(...) quatro pistas centrais de concreto para grande velocidade, com 10,05 m de largura cada uma, e duas ruas laterais de 6,00 m de caixa destinadas ao tráfego local. Com (...) largura total de 60 m."* [iv]

Em 1948 a Avenida Brasil foi classificada como primeira estrada federal (BR 01), pela Secretaria Geral do Ministério de Viação e Obras Públicas, devido a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER), em 1943 e da criação, em 1945, do Fundo Rodoviário Nacional.

A Avenida Brasil continuaria a desenvolver um papel estratégico no processo de expansão do Rio, bem como em seus planos rodoviários pelos próximos anos, como no Plano Rodoviário do Distrito Federal, que, em 1951 projetaria um anel viário em torno do perímetro urbano do Rio de Janeiro, onde a avenida apareceria mais uma vez com destaque. Em 1955, finalmente, seria inaugurado o Trevo das Missões, facilitando a ligação das estradas Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo às avenidas das Bandeiras e Brasil, tornando realidade a ligação tão desejada desde os primeiros anos do século.

Abertura da Avenida Brasil no terreno do Instituto Oswaldo Cruz. (Revista Municipal de Engenharia. Julho de 1941. Biblioteca Noronha Santos. IPHAN)

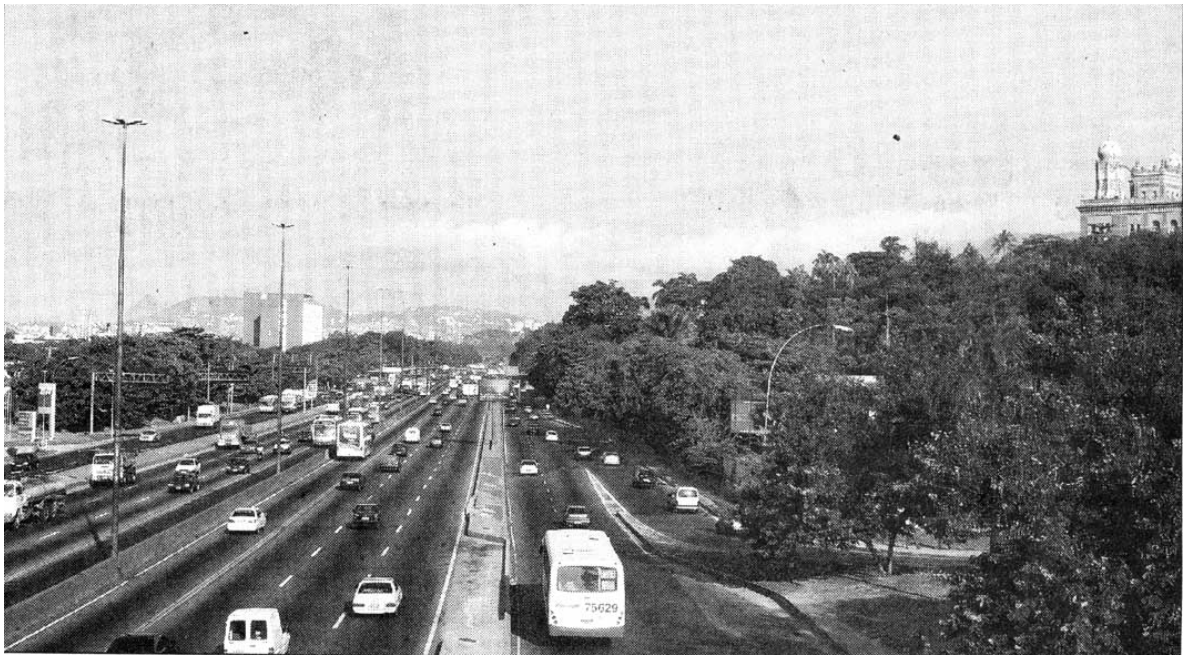

Mesma vista em 2004. (O Globo)

III – Considerações finais

Nas metrópoles do século XX, a evolução das técnicas nos meios de transporte com certeza introduziu novas formas de percepção do tempo e dos espaços e da forma urbana. A mobilidade transformou radicalmente a noção de proximidade. Com seu progresso, a proximidade, que até então dizia respeito ao espaço, passa a ser uma questão de tempo [v]. O sistema de transportes é considerado como o promotor de uma verdadeira reviravolta na forma de estruturação tradicional das cidades, permitindo a circulação rápida entre centro e periferia[vi].

No Rio de Janeiro, a despeito das aberturas das linhas denominadas "vermelha" e "amarela" (década de 1990), a Avenida Brasil permanece até os dias de hoje como a principal via de ligação entre o centro da cidade e alguns de seus bairros suburbanos, que se desenvolveram com o próprio processo de sua abertura. A história de sua abertura nunca foi plenamente contemplada pelos estudos de história urbana carioca. Tampouco foram realizados estudos que privilegiam análises sobre o impacto de sua abertura nas áreas atingidas pelo seu trajeto, ou mesmo estudos sobre outras estradas urbanas. Por outro lado, estudos sobre o impacto da abertura de grandes avenidas na cidade do Rio de Janeiro vem contemplando quase que exclusivamente as Avenidas Rio Branco (antiga Avenida Central) e Presidente Vargas.

Gourdon [vii] dá a chave interpretativa e pouco analisada do tipo de intervenção que pretendemos abordar. Ele diz que a cidade construída se adaptou à chegada do automóvel, sofrendo transformações morfológicas consideráveis e inutilmente destrutivas. Para Marcel Roncayolo, por exemplo, o crescimento nas cidades respeita menos os tecidos urbanos e suas formas: os destrói, seguramente [viii]. Nas áreas periféricas, segundo Gourdon, ocorreu o inverso: o automóvel modelou à sua forma, o espaço e o modo de vida periurbano. Podemos concluir que nas cidades (espaço construído) o automóvel destruiu as estruturas urbanas existentes (a exemplo do que ocorreu nas áreas antigas do Rio por onde passaram as avenidas Presidente Vargas e Central). Nas áreas periféricas (espaços a construir) o auto-

móvel ajudou seu desenvolvimento, como pretendemos exemplificar através da história da Avenida Brasil.

A história dos meios de transportes no Brasil, haja visto o livro de Telles sobre a história da engenharia brasileira, se apresenta ainda um campo de atuação dos engenheiros e de historiografia da técnica. Não temos a pretensão de abrir um novo campo de investigação acadêmica, mesmo porquê alguns – poucos - trabalhos apontam neste sentido. Nosso objeto é contribuir com uma narrativa cultural sobre um tema ainda pouco explorado pela historiografia urbana brasileira, apresentando um estudo de caso especifico.

Dos discursos aos planos, acredita-se desejável e necessário aprofundar os conhecimentos sobre uma sucessão de iniciativas que dos planos de conjunto e de remodelação levaram as cidades de um modo geral e do Rio, em particular, a fazer dos eixos rodoviários, como a Avenida Brasil, um dos emblemas da vida moderna.

---

[i] Este estudo que ora apresentamos é parte da tese de Doutorado *A Abertura da Avenida Brasil. Discursos, Planos e Obra. 1906-1954*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), na FAU/UFRJ, orientada pela Profª Drª Margareth da Silva Pereira.
[ii] Brito, Saturnino de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Vol. 16: 258.
[iii] Reis, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos*. Rio de Janeiro, 1977: 112. Nessas medidas não estão incluídas a largura dos passeios.
[iv] *Revista Municipal de Engenharia*. Março, 1941: 16.
[v] CHALAS, Y. *L'invention de la Ville*. Anthropos, 2000.
[vi] Lepetit, Pumain, 1993; Raminelli, R. *Historia urbana*. In **Domínios da historia**. Cardoso, C. e Vainfas, R. (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.
[vii] GOURDON, J. *La Rue. Essai sur l'economie de la forme urbaine*. Editions de l'aube, 2001.
[viii] Roncayolo, Marcel (Dir.). *La Ville Aujourd'hui.* **Histoire de la France Urbaine**. Editions du Seil, octobre 1985, septembre 2001: 8.

DO 100 AO 735 – A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DOS BAIRROS DE JUIZ DE FORA – MG*

Renato de Almeida – PPG-UFJF

Esta comunicação tem como objetivo apresentar à comunidade acadêmica um projeto que nasceu no seio das comunidades de Juiz de Fora. Das perguntas que o historiador faz no presente ao passado de sua sociedade, sem dúvida a pergunta mais persistente é "como esta cidade chegou ao que é?". Uma das respostas a esta pergunta pode ser respondida através da análise do processo histórico de ocupação territorial. A partir de tal medida, pode-se ter uma idéia de como se desenhou o perfil do traçado urbano da cidade e, sobretudo, para onde foram levados os pobres da cidade.

Juiz de Fora é uma cidade com população estimada em mais de 500 mil habitantes e que sofre há bastante tempo com o crescimento em larga escala de bairros periféricos com pouca ou nenhuma infra-estrutura, loteamentos irregulares e ocupações espontâneas (conhecidas como invasões). Estes problemas esbarram no limite social das soluções oferecidas pelo "mercado". O mercado de trabalho e o mercado de locação de imóveis não se comunicam. Os salários pagos a muitos trabalhadores não permitem pagar o aluguel cobrado por uma moradia "legal", ou seja, com condições determinadas por lei como mínimas para habitabilidade.

Mas este problema não é recente na cidade. Desde o começo do século XX, com a expansão das indústrias, a inserção do imigrante no palco social e o próprio crescimento vegetativo da população propiciaram uma expansão considerável da área situada ao redor do centro da cidade, formando novos bairros e, com eles, novas alternativas de moradia e sobrevivência.

Alguns trabalhos já foram realizados em algumas partes do país no sentido de coletar as memórias de moradores mais antigos das comunidades, misturar estes depoimentos com algumas fontes primárias e datas importantes e construir pequenos

relatos que ficam posteriormente como a história do bairro. Mas esta pesquisa não pretende parar por aí. Pretende-se através desta pesquisa, registrar a história de formação dos bairros, tomando como pano de fundo a questão da habitação social[1] em Juiz de Fora. Objetiva-se observar como se deu a formação destas áreas, obtendo-se com isso os principais fatores que levaram ao surgimento de loteamentos auto-empreendidos ou irregulares, sua expansão e como se tornaram uma questão problema para o poder público.

Como conseqüência da pesquisa, pretende-se também obter um perfil da população dos bairros juntamente com suas origens, seus movimentos migratórios, sua situação sócio-econômica. O traçado deste perfil, poderá mostrar-nos detalhes importantes como as motivações que levaram a população a procurar estas áreas para habitação e também de onde vem: se de outra cidade ou outras regiões da própria cidade.

Utilizaremos este texto como uma tentativa de reunir alguns conceitos e mecanismos interdisciplinares que vem sendo utilizados na coleta e elaboração inicial das fontes, entre eles o próprio conceito de cidade e de bairro, pois com o crescimento acelerado das cidades após – e principalmente – a década de 1980, tem se tornado cada vez mais abstratos. Tomamos como argumento principal o fato de o que marca a cidade não é a sua unidade, o que a unifica é um conjunto de normas e leis. "*A cidade é um lugar que só pode ser dito homogêneo desde uma equação de saberes e poderes que a construam ou suponham enquanto tal".*[2]

A mesma problematização pode ser colocada com relação aos bairros. Em uma cidade não planejada a linha que delimita um bairro é de difícil definição ainda que cartograficamente falando. E ainda, alguns locais possuem sua urbanização fora dos parâmetros regulares, como por exemplo as favelas e mais ainda, há os problemas culturais como a influência de lideranças políticas ou comunitárias que divergem com relação às áreas limítrofes devido a disputas por equipamentos ou serviços públicos. Enfim, os bairros tem vários tipos de fronteiras, algumas claras, sólidas, definidas e precisas, outras flexíveis e incertas, ou ainda, regiões sem nenhuma fronteira. Os limites têm uma função secundária pois podem estabelecer as regiões limítrofes e reforçar a identidade, mas tem pouco a ver

com sua constituição. Segundo Kevin Lynch, as características físicas que determinam os bairros são continuidades temáticas que podem consistir numa infinita variedade de componentes: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de construção, usos, atividades, habitantes, estados de conservação, topografia, etc.[3] Os nomes dos bairros também ajudam a conferir-lhes identidade, mesmo quando a unidade temática não estabelece um contraste eloqüente com outras partes da cidade. Estas considerações têm de estar em mente ao se estudar a história dos bairros, sobretudo a certeza de que os bairros não são definidos por regiões limítrofes. Eles são construções simbólicas da sociedade que os habita, construídos à partir de um processo que envolve a cultura, as relações sociais e políticas e processos de interação mental com a imagem da cidade.

Três outros conceitos também nos parecem de grande importância para entendermos a formação social dos bairros do ponto de vista da sua população. O primeiro é o conceito de *memória social* que, segundo Michael Pollak, é forjada dentro de um determinado grupo social fazendo com que o indivíduo se identifique com o outro através de memórias do passado, moldadas para atender as necessidades do presente.[4] Outro conceito é o de *Espaço Social*, formulado por Pierre Bordieu, o qual afirma que o espaço está diretamente ligado ao acúmulo de capitais que um indivíduo possui. Portanto, para ocupar um espaço, o indivíduo necessita de um capital, seja ele financeiro, cultural ou simbólico que permita a sua identificação com determinado grupo social. Este capital confunde-se com o espaço geográfico que acaba segregando aqueles que não são seus detentores, geralmente considerados "indesejáveis".[5] Também utilizaremos o conceito de *estigma*, elaborado por Gilberto Velho, em que cada pessoa carrega consigo o estigma do lugar onde mora: *"O mapa da cidade (...) passa a ser o mapa do social, onde as pessoas se definem pelo lugar onde moram".*[6]

O encadeamento destes três conceitos nos ajudarão a entender o sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade e a relação desta comunidade com outros bairros, sejam eles vizinhos ou não. Pretende-se com isso entender questões de rivalidade e discriminação ocorridas em diversos bairros, que ocasionam problemas como disputas

políticas e dificuldades de se conseguir a inserção no mercado de trabalho de moradores oriundos de alguns bairros da cidade.[7]

Para atingir os objetivos propostos por este trabalho, dividiremos a pesquisa em duas partes. A primeira consiste em uma pesquisa em fontes escritas, divididas em bibliografia e fontes primárias sobre o tema. Já a segunda parte, consiste na realização de entrevistas com os moradores.

Com relação a bibliografia, esta pode ser dividida em dois grupos: no primeiro grupo temos as obras tradicionais sobre a história de Juiz de Fora, que apesar de algumas delas não trabalharem com o padrão científico atual de investigação oferecem dados importantes sobre a cronologia dos acontecimentos.[8] Faz-se necessária uma menção aos cronistas da cidade que, de forma literária, acabaram por se tornar fontes primárias sobre o assunto. Também estão incluídas aqui, as pesquisas acadêmicas mais recentes que trabalham com temáticas diversas e relevantes a esta pesquisa.[9]

O outro grupo bibliográfico se refere aos estudos sobre urbanização, em dois níveis: local e nacional. A nível local as obras mais importantes se tratam, em sua maioria, de monografias ou dissertações acadêmicas que abordam a questão da habitação por diversos enfoques, como a questão dos loteamentos irregulares, habitação popular, movimentos de bairro, estudos sobre demografia e economia.[10] A nível nacional temos obras que tratam das origens da habitação social no Brasil, crescimento das cidades, difusão de casa própria e obras que abordam a legislação brasileira no que se refere a questão da moradia.[11]

A segunda parte das fontes escritas são os documentos produzidos sobre o problema da habitação social em Juiz de Fora, sendo a Prefeitura e seus departamentos os produtores mais expressivos. Os estudos realizados pelo extinto Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN-JF) - órgão que era responsável pelo planejamento urbano, que foi anexado à Diretoria de Gestão e Planejamento Estratégico -, e pelo Centro Diocesano dos Direitos Humanos (CDDH-JF) que atuou em diversos momentos em prol da camadas carentes prejudicadas; e as informações obtidas nos jornais publicados em todo o período

contendo reportagens sobre habitação e as ações realizadas pelos movimentos sociais locais constituem um campo fértil e pouco desbravado pelos historiadores locais.

Como etapa complementar da pesquisa, pretende-se a realização de entrevistas entre os moradores dos bairros, sendo estes escolhidos entre os habitantes mais idosos, os membros atuantes em movimentos sociais e aqueles em que a tradição formou o seu conhecimento sobre a história de formação do seu bairro. Desta maneira pretende-se confrontar a fonte primária com a transmissão oral e seus possíveis – e existentes – interesses políticos e econômicos. Para esta etapa da pesquisa contamos com o aparato metodológico e publicações teóricas e manuais produzidos pelos autores que trabalham com história oral, em que utilizam o depoimento como fonte.[12]

Esta pesquisa baseia-se nos estudos de História do Tempo Presente, definida pelo diretor do *Institut D'Histoire du Temps Présent*, Robert Frank da seguinte forma: *"A História do Tempo Presente não é a história imediata, pois ela não se interessa só pela espuma da atualidade, inscrevendo-se antes nas profundezas e na espessura do tempo histórico."*[13] Segundo esta concepção, este campo da história procede como uma arqueologia do saber, aproximando o conhecimento daquilo que se passa a nossa frente dos seus fundamentos mais ou menos profundos. Portanto, esta pesquisa não se restringe a contar casos localizados e dispersos sobre as formações dos bairros, mas, principalmente, tentaremos identificar fatores estruturais que interliguem a formação destas áreas de habitação social.

Pretendemos construir uma forma de discurso que contará com formas diferenciadas de construção da narrativa, buscando dialogar de forma mais eficiente e direta com outras disciplinas, como as Geociências e Arquitetura. Através do geoprocessamento dos dados obtidos sobre a formação dos bairros, buscaremos produzir um material cartográfico que mostre um retrato da ocupação espacial da cidade de fins do século XIX ao século XXI, tentando introduzir assim uma forma alternativa de se escrever história.

Por fim, cabe salientar que os estudos em história urbana tem crescido substancialmente nos últimos anos, nos quais há a preocupação em se entender o crescimento das cidades e os fatores que levaram a formação de áreas de exclusão social

no perímetro urbano. Os setores de políticas públicas tem aumentado seu interesse em fazer uso dos métodos próprios da investigação histórica, a fim de conhecer sua população e com isso direcionar e desenvolver ações específicas às necessidades das comunidades.

Outro ponto importante é que o estudo da formação dos bairros pode servir como incentivo para que novas abordagens sobre o tema sejam tragas à tona, especialmente se tratando de pesquisas sobre as camadas menos privilegiadas da população.

Além disso, este trabalho pretende produzir uma investigação interdisciplinar, cuja leitura seja de proveito para historiadores, arquitetos, economistas, cientistas sociais, militantes de movimentos populares e outros interessados, através da utilização de novas linguagens ainda não usuais no campo da história como a cartografia. Espera-se com isso não apenas contar histórias isoladas, mas produzir um conhecimento que interprete e analise a questão da habitação popular na cidade de Juiz de Fora.

NOTAS:

[*] NOTA INICIAL: O título do projeto, "Do 100 ao 735", refere-se às linhas de ônibus da cidade, do bairro Grama (100) à Vila Esperança II (735), dois dos bairros que esta pesquisa pretende atingir.

[1] Habitação Social: entendidas como áreas que o poder público incorporou como uma questão social, incluindo não apenas a construção da casa própria, mas também considerando uma questão e problema do governo a urbanização dos assentamentos precários auto-empreendidos pelos moradores (favelas, loteamentos clandestinos, ocupações espontâneas etc. Ver: BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998. p. 14.

[2] KATZ, Chaim Samuel. Cidade e doença. IN: MAGALHÃES, Maria Cristina R. (org.). *Na sombra da cidade*. p. 120-122.

[3] LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 75.

[4] POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, nº 3. CPDOC/FGV, 1989, p. 3-13.

[5] BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

[6] VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 80.

[7] Como exemplos podemos citar os bairros Vila Esperança I e II que sofrem com problemas de rivalidades políticas e sociais. Como exemplo de estigma podemos citar estes mesmos bairros e ainda Santa Rita e São Benedito, como sendo considerados "bairros de bandidos".

[8] Ver: OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora.* 2ª edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria LTDA, 1966.; ESTEVES, Albino e LAGE, Oscar V. B. *Álbum do município de Juiz de Fora.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. entre outras.

[9] Ver: CHRISTO, M. op. cit.; BORGES, Célia Maia (org.). *Solidariedades e Conflitos*: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. e INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JUIZ DE FORA. *História Econômica de Juiz de Fora.* (Subsídios). Juiz de Fora: Gráfica do Senado, 1987.

[10] Entre as principais obras estão: RIBEIRO, Maria Angélica Mojaes. *Urbanização e loteamentos irregulares em Juiz de Fora***.** PUC-SP, 1998. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.; SANTANA, Antônio Domingos. *A questão habitacional em Juiz de Fora.* UFJF: Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, 1998.; SOARES, Leonardo Mendes. *Alguns aspectos do desenvolvimento sócio-econômico do município de Juiz de Fora.* UFJF. Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas, 1990 e FERREIRA, José Renato de Almeida. *A questão habitacional popular em Juiz de Fora:* Cenário de intervenção da EMCASA. Fundação João Pinheiro, 1996. Monografia de especialização em Gestão Pública integrada.

[11] Obras a destacar: BONDUKI, N. op. cit.; MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade.* São Paulo: Atual, 1997. BONDUKI, N e ROLNIK, R. Periferias. São Paulo: Prodeur-FAU-USP, 1979. e MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (org.). op. cit. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 8, n.º 16, 1995 – Cultura e História Urbana. CPDOC/FGV, 1989,

[12] Obras importantes: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta. *Usos e abusos da História Oral.* 2ª edição; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.; BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade* – Lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª edição. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. ; *Revista Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, Vol. 2, n.º 3, 1989. - Memória. CPDOC/FGV, 1989.

[13]BEBIANO, Rui. *Temas e problemas da História do Presente*. artigo da web disponível em www.uc.pt/pessoal/rbebiano/docs/estudos/hrecente.pdf

A MÚSICA NA ESCOLA PAULISTA DA 1ª REPÚBLICA: HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Renato de Sousa Porto Gilioli* - PPG-USP

Este artigo apresenta resultados da dissertação de mestrado *"Civilizando" pela música: a pedagogia do canto orfeônico na escola paulista da Primeira República (1910-1930)* (São Paulo, Faculdade de Educação-USP, 2003), enfocando a relação entre orfeonismo e construção da identidade nacional durante a Primeira República no Brasil. O período abordado é relevante pelo fato de que o início do movimento orfeônico é geralmente associado às iniciativas de Heitor Villa-Lobos (1887-1959) à frente da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA) na década de 1930. Na verdade, tal fenômeno surgiu institucional e sistematicamente no Estado de São Paulo na década de 1910. Desse modo, é errôneo considerá-lo como projeto concebido a partir de seu vínculo ao getulismo (como faz Contier, 1998), embora nesse período a prática tenha ganhado alcance nacional.

O orfeonismo

O canto orfeônico caracteriza-se por ser modalidade de educação musical voltada a amadores e praticada em conjuntos corais *a capella* (sem acompanhamento de instrumentos). O adjetivo "orfeônico" remete ao deus grego Orfeu, lendário por amansar as feras e encantar os homens através da música. A vantagem do canto em relação ao ensino de quaisquer instrumentos musicais reside no seu baixo custo, motivo de sua adoção em larga escala nas escolas européias desde o século XIX. Além de ser considerado poderoso agente educativo e capaz de despertar a sensibilidade estética dos alunos, foi elemento relevante na construção da identidade nacional de vários países.

As primeiras iniciativas de se ensinar música nas escolas através do canto coletivo ocorreram no início do século XIX, na Alemanha. O termo *orphéon* foi utilizado pela primeira vez em 1831, designando uma sociedade coral francesa. Em 1836, o ensino de canto tornou-se disciplina obrigatória nas escolas de Paris. Na segunda metade do século XIX, a

prática orfeônica, principalmente a escolar (havia orfeões também em fábricas, igrejas e quartéis), foi levada a outros países, destacando-se Inglaterra, Espanha, EUA e Rússia.

O movimento orfeônico inseriu-se no despertar do nacionalismo europeu novecentista, tendo repertório que consistia, essencialmente, em marchas patrióticas, folclore e canções infantis. Seu propósito era educar o "povo"[1] para o patriotismo, ensinar a escrita da música erudita aos cantantes e "civilizar" os costumes das classes populares. No período em que Napoleão III governou a França (década de 1850), popularizaram-se grandiosos festivais de coros orfeônicos, que exaltavam as qualidades do povo e território francês e o regime. Tais manifestações tornaram-se o principal símbolo do orfeonismo.

No Brasil, após tentativas pontuais[2] de implantar práticas corais nos moldes dos Orfeões europeus, o canto orfeônico foi introduzido nas escolas de São Paulo na década de 1910. De 1910 a 30, destacaram-se vários educadores musicais no Estado (eram os principais nomes no Brasil da época): João Gomes Junior[3], Carlos Alberto Gomes Cardim[4], Lázaro Lozano, Fabiano Lozano[5], João Baptista Julião[6] e Honorato Faustino[7].

Implantaram os princípios do orfeonismo nas escolas públicas brasileiras, formaram a primeira geração de docentes de música sob essa orientação e implantaram o método analítico (abolindo a pedagogia das antigas *Artinhas* ou *Artes da Música*, manuais didáticos escritos como os métodos portugueses existentes desde o século XVII, voltados para a formação de músicos profissionais). A disciplina Música deixou de transmitir um saber de ofício para tornar-se escolarizada, pedagogizada, autônoma do conservatório, da composição, da regência e da prática instrumental, enfim, da profissionalização mais estrita. Os mentores do canto orfeônico afirmavam não ter por objetivo formar pequenos maestros ou músicos, mas desenvolver a sensibilidade estética e educar o ouvido dos alunos.

Além de ter introduzido renovação pedagógica, o orfeonismo paulista visava escolarizar os corpos de alunos e professores (ginástica vocal). Subsumia a oralidade à escrita: uma vez que os alunos deveriam abandonar práticas musicais mnemônicas (memorização) por uma mediação realizada unicamente através do código escrito (encarado

como mais "civilizado") conforme fossem alfabetizados na partitura. Trata-se da tradicional divisão iluminista: povos sem escrita ("selvagens") X com escrita ("civilizados").

Os mentores do orfeonismo paulista colaboraram ativamente para criar e reforçar elementos de culto à identidade nacional brasileira. Organizaram as primeiras manifestações corais orfeônicas expressivas no país: as excursões do Orfeão Normalista de Piracicaba pelo interior paulista (década de 1910 e início dos anos 20), a apresentação do coral infantil paulista no Teatro Municipal paulistano com cerca de mil vozes (1926) e a ida do Orfeão Piracicabano aos Teatros Municipais de São Paulo e do Rio de Janeiro (1929), cuja repercussão foi expressiva e rendeu elogios na imprensa, inclusive de Mário de Andrade. Além disso, o Orfeão Piracicabano gravou um disco pela RCA Victor (1929).

Na década de 1910, os hinos do panteão nacional ("Hino Nacional", "Hino à Bandeira" etc.) ainda não haviam sido estabelecidos oficialmente tal como os conhecemos na atualidade: versões diferentes de cada um deles eram executadas em uma mesma época. Destarte, letristas e compositores tentavam se consagrar como os autores oficiais dos hinos pátrios. O início do orfeonismo no Brasil inseriu-se nesse contexto, sendo que a produção de livros didáticos para o ensino de música e a execução dos cantos escolares abriu oportunidades para que poetas e músicos nacionalistas ganhassem maior prestígio.

Os primeiros manuais didáticos orfeônicos foram escritos por Lázaro Lozano em Piracicaba ainda em espanhol, seu idioma pátrio. Apesar disso, já traziam as concepções do orfeonismo europeu, princípios se ajustaram ao nacionalismo propalado pelos paulistas nos anos 10 e 20 e foram transformados em tentativa de constituir uma identidade nacional brasileira "unificada" para além das diferenças étnicas e de classe.

Canto e identidade nacional

Apesar da independência política do Brasil datar de 1822, a questão da identidade nacional só passou a ser efetivamente discutida nas últimas décadas do Império (que marcam, também, a época em que o canto coral é incluído no currículo escolar paulista, embora ainda sob a orientação do ensino tradicional e técnico-profissionalizante das *Artinhas*). José Murilo de Carvalho salienta que, "no âmbito político, a temática nacional só

foi retomada quando se aproximou o momento de enfrentar o problema da escravidão e seu correlato, a imigração estrangeira. (…) em boa parte, a opção pela república e o modelo de república escolhido tinham a ver com a solução que se desejava para tais problemas“ (1990, p. 23).

Assim, tal questão teria sido uma preocupação essencialmente republicana. Dante Moreira Leite (1969, p. 326) afirma que a fase mais importante para a construção da identidade nacional brasileira foi o período 1880-1950. As últimas décadas do Império observaram dois movimentos relevantes nesse sentido: o retorno dos combatentes da Guerra do Paraguai, que estimulou o cultivo do sentimento nacional no Brasil, e a perspectiva clara de término da escravidão (devido ao fim do tráfico negreiro), que impunha às elites a necessidade de reconstituir seus mecanismos de dominação social e simbólica.

A ideologia republicana do caráter nacional brasileiro associou-se às teses racistas que postulavam a desigualdade biológica entre brancos e não-brancos (negros, índios e mestiços). Ainda que racismo e nacionalismo não sejam sinônimos, como adverte Dante Moreira Leite, afirmar a Nação significava, naquele momento, defender o grupo dominante; por isso, a imagem da Nação não seria a de *todos* os brasileiros, mas apenas a de alguns. Conseqüentemente, nem todas as tradições musicais seriam igualmente valorizadas na educação: a escrita da partitura e as técnicas européias eram consideradas mais “civilizadas”, enquanto as tradições afro-indígenas (folclore) somente seriam aceitas na medida em que fossem eruditizadas e descontextualizadas de seu meio social originário.

“No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social*”* (Souza, 1996, p. 24). Não bastava a força para reconfigurar a Nação aos moldes das classes dominantes (com sua perspectiva nacionalista, racista e de contenção social das classes trabalhadoras): era necessário também criar mecanismos simbólicos que reafirmassem tal construção.

É exatamente esse processo arbitrário de construção de uma identidade nacional que se observa através do ensino musical. Fenômeno similar ocorreu com as línguas

nacionais, que "são sempre (…) construtos semi-artificiais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebreu. São o oposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional. Freqüentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados" (Hobsbawm, 2004, p. 70-71).

Assim como os idiomas oficiais dos Estados europeus não se constituíram a partir da "fala do povo", o canto orfeônico no Brasil não se caracterizou pela adoção dos "cantares do povo": foi uma transposição artificial e eruditizada do folclore musical (cujas tradições eram baseadas na oralidade, na memorização e em técnicas vocais e instrumentais não-ocidentais) para os moldes do impostação de voz européia, da utilização da partitura e na desvalorização dos processos mnemônicos. A isso, foram acrescentados hinos e marchas.

Ordem social, "civilização" dos costumes e audição de mundo.

O caráter multifacetado do repertório orfeônico (hinos, marchas, folclore afro-indígena, letras associadas a atividades cotidianas, ao cuidado maternal com a prole, à beleza e grandeza da natureza do país, à glória dos bandeirantes e ao cultivo de um sentimento religioso intimista) lhe conferia considerável poder de acessar o imaginário de segmentos significativos da população – ao menos no que se refere às urbanidades. Tais sentidos simbólicos contidos nas músicas e letras foram, no entanto, apropriados e subsumidos a um projeto liberal de "civilização" da sociedade, objetivando a construção de uma identidade nacional comum em meio à heterogeneidade sociocultural existente[8].

A prática orfeônica era ligada à idéia de cultivar a paz social entre as classes, disciplinar os costumes e a moral, reafirmar preconceitos sobre a condição feminina e seu papel na sociedade, estereotipar o trabalhador e idealizar a família, o Estado e a Igreja. Pretendia ensinar aos filhos de imigrantes o português e tentar desenraizá-los de sua cultura, língua e costumes originários (não à toa, o canto orfeônico tinha forte vínculo com as concepções e modelos do ensino de leitura e escrita da língua portuguesa).

Já as tradições culturais dos segmentos não-brancos da população eram folclorizadas, tomadas como um resquício de um mundo rural prestes a se desagregar. Ainda que oferecesse espaço simbólico para todos na Nação, o canto orfeônico foi concebido a partir do estabelecimento de uma espécie de linha evolutiva, na qual os brasileiros supostamente mais "atrasados" e "selvagens" (não-brancos) teriam de se integrar e se adequar a padrões tidos como mais "civilizados" de cultura.

De acordo com Gomes Cardim, "(…) o fim principal da música é a educação do ouvido e a educação do sentimento (…). (…) O aluno deve primeiramente saber sentir, saber apreciar a combinação harmônica dos sons bem como repelir a dissonância" (1912, p. 20, grifos meus). No caso, a dissonância era freqüentemente associada a técnicas e a padrões não-europeus de música – as tradições musicais afro-indígenas eram classificadas como "canto gritado" (por usar timbres de voz diferentes) e consideradas "desafinadas" (uma vez que o padrão dessas culturas não era o *temperamento* igual da escala musical, ou seja, a divisão da oitava musical em 12 sons com freqüências praticamente eqüidistantes entre si). Portanto, a o canto orfeônico tinha como um de seus objetivos incutir uma *audição de mundo* que seguisse os padrões da música erudita ocidental moderna[9].

Considerações finais

Desde a década de 1910 observou-se mudança histórica decisiva no ensino musical nas escolas públicas brasileiras: deixou de ser transposição de um saber meramente voltado à formação de músicos profissionais (*Artinhas*) para se tornar cada vez mais pedagogizado e escolarizado (destacando-se a introdução do método analítico). A preocupação dos mentores do movimento orfeônico paulista era inserir os alunos no código escrito da música erudita européia (alfabetizá-los na leitura de partituras) e, sobretudo, valorizar símbolos ufanistas (principalmente hinos, marchas e canções folclóricas) que estabelecessem uma identidade nacional acima dos conflitos étnicos e de classe.

Um dos problemas a ser enfrentado pelos mentores do movimento orfeônico paulista era formar professores que ensinassem música nas escolas de acordo com a nova

orientação. Desse modo, a criação oficial do título de *professor de canto orfeônico* e da cadeira *canto orfeônico* nas escolas em 1930 simboliza movimento que durou pelo menos duas décadas para se consolidar e que antecipou as iniciativas de Villa-Lobos (que datam de 1931), comumente considerado o pioneiro do orfeonismo no país.

Expandir o ensino de música nas escolas brasileiras era uma idéia dos educadores paulistas (que inclusive viajaram a outros Estados e, mais tarde, até mesmo a outros países da América Latina para organizar o ensino musical escolar). Tal medida consistia em um dos meios capazes, segundo o que se acreditava, de colocar o país no rol das nações mais "civilizadas" através da afirmação tanto do que se considerava ser caracteristicamente nacional (principalmente as canções folclóricas e infantis, mas também marchas e hinos) quanto da linguagem da música erudito ocidental (que inseriria o Brasil na cultura "Universal", conforme denominação da época).

Bibliografia

BARRETO, Ceição de Barros. *Coro orfeão.* Rio de Janeiro: Mellhoramentos, 1938.

BEUTTENMÜLLER, Leonila L. *O orfeão na escola nova.* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CONTIER, Arnaldo D. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo.* São Paulo: Edusc, 1998.

GOMES CARDIM, Carlos Alberto. *A Musica e o canto coral na escola: o ensino de musica pelo methodo analytico.* São Paulo: Siqueira, Nagel & Comp., 1912.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (trad.: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 2004 (1ª ed.: 1990).

PAJARES, Vânia Sanches. *Fabiano Lozano e o início da pedagogia vocal no Brasil.* Campinas: Dissertação de Mestrado (Unicamp), 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização. A criação dos grupos escolares no Estado de São Paulo (1890-1910).* São Paulo: FEUSP, 1996 (Dissertação de Mestrado).

WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música* (trad.: Leopoldo Waizbort; prefácio: Gabriel Cohn). São Paulo: Edusp, 1995 (texto original: 1911).

---

[*] Mestre e doutorando na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), bacharel e licenciado em História (FFLCH-USP) e pianista erudito.

[1] A acepção de povo utilizada corresponde ao sentido da palavra no século XIX, ou seja, à suposta unidade étnica, territorial e lingüística existente nos Estados europeus.

[2] O exemplo de maior destaque anterior a 1910 foi a implantação temporária, por parte da educadora Márcia Browne, do *Tonic Sol-Fa* (prática pedagógica inglesa) no ensino musical das escolas paulistas.

[3] Catedrático do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo (CDMSP), foi docente de música no Jardim de Infância anexo à Escola Normal de SP desde fins da década de 1890 e, mais tarde, professor dos normalistas.

[4] Professor da Escola Normal de São Paulo nas disciplinas de ensino da leitura/escrita e psicologia. Catedrático em Teatro do CDMSP, reformou a Instrução Pública no Espírito Santo (1908).

[5] Lázaro Lozano formou-se professor de música na Espanha, veio para o Brasil e iniciou a prática orfeônica em Piracicaba. Seu irmão mais novo Fabiano deu continuidade ao trabalho e fundou o Orfeão Normalista (1914), rebatizado Orfeão Piracicabano (1925). Fabiano idealizou apresentações orfeônicas com centenas de cantantes, modelo no qual Villa-Lobos parece ter se inspirado para reger gigantescas massas corais na década de 1930.

[6] Mestre-de-capela da Igreja Matriz de Mogi das Cruzes, mudou-se para São Paulo na década de 1920 e trabalhou com João Gomes Junior na Escola Normal de São Paulo.

[7] Diretor da Escola Normal de Piracicaba, contratou os irmãos Lozano na instituição e incentivou a renovação dos métodos de ensino musical. Também era flautista e clarinetista.

[8] Tal idéia convergia com as concepções pedagógicas do movimento escolanovista, segundo o qual a educação era entendida como meio de formar o novo cidadão republicano e modernizar a Nação.

[9] De acordo com Max Weber (1995), os séculos XVI e XVII observaram a afirmação progressiva do *sistema temperado* e de uma *concepção acórdico-harmônica* na música ocidental. Ao mesmo tempo, a partitura foi firmando, ao longo de séculos, protocolos e normas de representação gráficas hegemônicos, que começaram a se configurar desde o século XIII, se estabeleceram principalmente a partir do surgimento e proliferação da imprensa e chegaram a um modelo relativamente estável no século XVIII.

O impacto da construção da Usina Governador Ney Braga

Renê Wagner Ramos[1] - FIG

A implantação do modelo coletivo de reassentamento provocou grande impacto na vida nas famílias ribeirinhas. Analisamos neste artigo como Companhia Paranaense de Energia (Copel) encaminhou a implantação do reassentamento coletivos da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga e a relação dos ribeirinhos com esse modelo. Para tanto, fazemos uso de documentos, como atas das associações de agricultores, registros da Copel e a memória dos agricultores e funcionários da empresa. Analisamos, primeiramente, como foi apresentado aos caboclos ribeirinhos o modelo coletivo de reassentamento e a associação de agricultores instituída pela própria empresa.

A chegada dos atingidos ao reassentamento representou um grande choque cultural em relação ao novo espaço, ao convívio compulsório com pessoas desconhecidas e, ainda, com uma série de normas e resultados que deveriam conquistar obrigatoriamente sob pena de perda da terra. Entre as exigências estava a de pagamento compulsório à associação de agricultores moradores do reassentamento sob a argumentação de que a terra seria paga em forma de mensalidade e que o não-cumprimento das regras poderia acarretar a perda da terra.

Lembramos que a maioria desses ribeirinhos viviam nas margens do rio Iguaçu, tendo laços de amizade e compadrio muito estáveis, sem contar que, em seu local de origem, tomavam suas decisões sem necessitar de um aval externo (a associação de agricultores); agora, deveriam compulsoriamente, conviver com regras e pessoas, com tipos de produção e tecnologia totalmente distintas da realidade anterior, o que causou um impacto enorme, em suas vidas.

Dificultou ainda mais a adaptação dessa população no novo espaço, a forma como a empresa apresentou regras do reassentamento coletivo, estipulando normas e tipos de

produção aos agricultores segundo uma concepção da empresa e a sua concepção de "modernidade", como se estivesse ali para promover o desenvolvimento e o progresso dessas famílias; portanto, considerava-se promotora de conhecimento aos agricultores, o que os levaria ao sucesso[2]. Essa noção de progresso e desenvolvimento presente no discurso do Estado, sócio majoritário da Copel, também foi adotada pelos funcionários da empresa em relação aos caboclos ribeirinhos, aos quais consideravam como ignorantes, incultos.

Foi justamente em virtude dessa visão preconceituosa de que os caboclos ribeirinhos, "não sabiam de nada", "nem possuíam cultura", que a Copel atribuía-se o papel de levar-lhes a cidadania, apresentando-lhes um modelo de reassentamento coletivo que garantir-se uma melhoria de suas condições de vida. Tal concepção levou a empresa a interferir em todo processo, não permitindo que os agricultores elaborassem suas próprias idéias e tivessem uma organização autônoma. Essas idéias estavam presentes nos documentos da empresa em relação à propaganda do reassentamento:

> Comunidade Segredo: Reassentamento com cidadania – Renasce a esperança.
> A comunidade de Segredo, formada por 110 famílias originárias de áreas ribeirinhas alagadas pela formação do lago da UHE de Segredo (Rio Iguaçu), representam no contexto da região Sudoeste, o desafio da maioria dos agricultores familiares do Paraná, qual seja, o de criar condições satisfatórias de empregar sua mão-de-obra e melhorar a qualidade de vida para suas famílias. Nessa perspectiva, a organização das famílias reassentadas através das suas associações comunitárias, tem possibilitado a participação local para a gestão dos recursos com vistas ao desenvolvimento sustentável do lugar. Assim.[3]

Para tanto, criaram-se regras que, para a Copel, seriam necessárias à organização e à estruturação do reassentamento. A primeira foi a adesão compulsória de todos os agricultores à Associação dos Produtores Rurais do Reassentamento Segredo I, pois, todos seriam obrigados a pagar pelas terras e seus beneficiamentos no prazo de dez anos e em espécie, ou seja, 250 sacas de milho, à associação. A empresa tentava, dessa forma, capitalizar financeiramente a

associação para que esta pudesse adquirir máquinas, implementos agrícolas, realizar cursos etc., que poderiam ser usufruídos pelos agricultores[4]. Entretanto, o encaminhamento dessa adesão compulsória dos agricultores à associação, acabou gerando desconfiança entre os atingidos, pois em sua maioria eram oriundos de comunidades diferentes e não se conheciam, portanto, não havia entre eles vínculos de amizade ou de parentesco como nas margens do rio, que incluía o sistema de compadrio. [5]

A desconfiança no reassentamento iniciou-se com as regras estabelecidas no Estatuto da Associação dos Agricultores pela Emater (a pedido da Copel), a qual constavam obrigações aos agricultores, como no artigo 2, que determinava que "Associação, conforme prevê seu Estatuto, representará os seus associados na defesa dos interesses de caráter individual ou coletivo, na discussão das questões relativas ao programa de reassentamento."[6]Como vimos, os caboclos ribeirinhos vinham de comunidades distintas, de difícil contato com as outras comunidades, viviam de forma rústica e simples, fechados em seu próprio mundo; portanto, aceitar que "estranhos" encaminhassem suas demandas, retirando-lhes toda autonomia e repassando a luta para a associação, era encarado com muita desconfiança.

Outro problema era que esses pequenos agricultores desconheciam a organização social como luta coletiva pelos direitos dos mais fracos na sociedade, visto que a única organização de que tinham conhecimento era a Igreja Católica. Todavia, a Igreja Católica local, ou seja, seu representante, pároco frei José Monteiro da Paróquia São Pedro de Mangueirinha - PR, tinha uma postura negativa em relação às organizações de lutas dos trabalhadores em razão de sua formação conservadora na Itália; assim, concebia as organizações sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha, como comunistas e perigosos à causa religiosa, o que despertava muita resistência nos ribeirinhos a liderança desse sindicato.[7]

Um dos pontos do estatuto que mais provocaram atritos com os atingidos foi o que previa que os recursos não seriam repassados ao agricultor, mas à associação do reassentamento, a qual ficaria responsável por "gerir e aplicar os recursos para implantação de

programas e projetos comunitários de assistência agrícola, social e outros de interesses da comunidade".[8] Como os agricultores não se conheciam anteriormente e tinham referências negativas das organizações sociais, isso acabou provocando um grande mal-estar entre eles, a ponto de vários se recusarem a permanecer no reassentamento e outros não aceitaram sequer se mudar para o reassentamento, como podemos observar no depoimento do atual presidente da Associação dos Agricultores do Reassentamento de Segredo I, o Sr. Benedito de Jesus:

> O que mais a gente estranhou foi a interferência política, tanto da Copel, da prefeitura, da associação, porque quando a gente chegou o estatuto da associação já tava andando, feito pela Emater a pedido da Copel. Aí tinha a lei do estatuto pra se respeita. O estatuto deveria ser cumprido, ou então, o agricultor ia perder a terra, isso trouxe um trauma muito grande. O pessoal dal Copel, então, dizia: "aquele que não cumprir o estatuto, aí nós temos aqui o pessoal do Conselho Fiscal da associação, eles vão mapear tudo isso ai, nos vamos coloca em cima de um caminhão, e vamos levá lá no local de origem, vamos largá lá na estrada. Então, vocês têm fazer como está programado". Os agricultores ficava matutando tudo isso dizendo assim: Mas agora eu não posso fica cumprindo o estatuto, porque eu não tenho condição pra respeitá o estatuto. Então, agora eu vou perdê a minha terra". Isso trouxe um trauma muito grande e muitos foram embora, não teve jeito, chegava troca o lote por uma passagem de ônibus, de tanto que ficaram revoltados.[9]

A lembrança de Benedito de Jesus é reveladora para se compreender o impacto causado aos agricultores ao conviverem de forma compulsória com um modelo de reassentamento coletivo, onde até mesmo a associação, que, em tese, deveria representar os seus interesses, funcionava como uma espécie de porta-voz das idéias da Copel, transformando-se num referencial negativo para a maioria . Os problemas para os agricultores reassentados iniciaram-se quando da escolha do terreno, pois não tiveram opção de escolha das características físicas do local onde teriam de reorganizar suas vidas. O resultado dessa falta de participação dos agricultores foi a formação do reassentamento em terras pouco férteis, com muitas pedras, o que obriga a altos investimentos em adubagem, correção com calcário e uréia para viabilizar a produção.

Um lote de cinco hectares de terras agricultáveis, pelo Estatuto de 1991, deveria, obrigatoriamente, num prazo de dez anos, pagar 250 sacas de milho à associação; portanto, os reassentamentos pagariam pelo lote. Contudo sem as condições de plantio, esse montante era inviável, como ressaltou Benedito de Jesus ao relatar que passados poucos meses muitos ribeirinhos já desistiram do reassentamento[10]. A região de Mangueirinha, produz em média, 1000 sacas de milho por hectare, ou seja, 25% da produção deveriam ser destinados ao pagamento a associação; isso, para os técnicos da empresa, daria para pagar o financiamento e os investimentos, garantindo cerca de 15% de lucro. Todavia, os técnicos não levaram em consideração que os agricultores não teriam condição de usar os cinco hectares de terra somente com milho, pois o lote era também utilizado para a produção do feijão, mandioca, do arroz e a criação de gado e porcos, galinhas, necessárias à subsistência, além de uma horta e, principalmente, um pomar, existentes em praticamente todas as propriedades nas margens do rio Iguaçu e, portanto, faziam parte da cultura alimentar da população cabocla ribeirinha.

Mas o primeiro impacto imediato, logo na chegada, foi a falta de infra-estrutura do reassentamento, prometida pela Copel, que obrigou os atingidos a habitarem com suas famílias sob uma lona de plástico durante oito meses. Nessas condições eles enfrentaram o desconhecido e rigoroso inverno dos campos de Mangueirinha. Somente depois de passado o inverno e mediante protestos, receberam seu “vagão de trem”, termo como foram denominadas as casas de madeira de pinus construídas pela Copel, que as chamava de “módulo básico”, constituídas de duas peças de madeira e um banheiro, totalizando 18 m^2 .[11]

A mudança radical consistiu na substituição de uma agricultura “de toco” para uma agricultura mecanizada através do uso da patrulha agrícola alugada à associação ao custo de Cr$ 50,00 a hora, o que, para quem não havia trabalhado com máquinas, foi mais motivo para a desistência do reassentamento.[12] Essa desistência do reassentamento em pouco tempo é compreensível pelo impacto sofrido por esses agricultores, que estavam acostumados a trabalhar a terra manualmente ou com ajuda de tração anima que produziam suas próprias

sementes e não trabalhavam com financiamento bancário (os ribeirinhos denominam o financiamento de "dinheiro dos outros"). Nas épocas de plantio e colheita, organizavam-se com os parentes, vizinhos e compadres em mutirões que viabilizavam economicamente a propriedade; ao contrário, no novo espaço, sem essa presença, eram obrigados a pagar a mão-de-obra, o que encarecia o custo de sua produção.[13]

A Copel responsável pelo empreendimento hidrelétrico, julgava que a destinação de terra preparada para o cultivo e o reassentamento dotado de toda infra-estrutura, como escola, posto de saúde, barracões e casas, seriam suficientes para o sucesso dos reassentamentos e que os agricultores continuariam a administrar sua produção sem grandes dificuldades.[14]O próprio funcionário da empresa reconheceu as dificuldades na implantação do reassentamento e os erros no da condução do processo:

> [...] eu vi pessoas catando o milho que caíam da colheitadeira para socarem no pilão e transformar em farinha para alimentação da família [...] foi um choque! Algumas famílias estavam passando fome! A empresa, então, foi obrigada a fornecer uma cesta básica. Outro erro, criou um paternalismo. Foi um problema![15]

O erro da empresa foi tentar implementar uma política agrícola igual para todos sem respeitar as particularidades locais, como revelou funcionário Afonso Herzer, que trabalhou na implantação dos reassentamentos de Segredo: "[...] nós sabíamos dessa realidade, mas como nós íamos fazer? Nós podíamos deixar famílias produzindo como estavam na beira do rio [...] O segredo I e III pagou o preço da inovação, que nem nós conhecíamos e muito menos eles!"[16] Para Casemiro Silva, foi um erro o modelo adotado pela Emater, visto que "[...] o esquema da Emater era voltado aos grandes produtores, plantar soja e vender veneno, mas não era adequado à realidade de pequenos produtores".[17]

Portanto, o erro cometido pela empresa na implantação dos reassentados foi a inexistência de um planejamento que respeitasse a heterogeneidade dos atingidos, sua história, seu modo de vida, ao invés de impor um modelo de agricultura baseado na monocultura mecanizada. Esse modelo de agricultura comercial voltada à exportação levou os agricultores a

se inserirem no sistema de financiamento agrícola, algo distante até então da sua realidade. Todos esses fatores, , levaram os agricultores a altos índices de endividamento, comprometendo a permanência de inúmeras famílias no projeto. A situação atual do reassentamento traz desespero e angústia e aos agricultores pelo medo de perderem a terra, pois a tentativa de implantação de um projeto de agroindústrias nos reassentamentos de Segredo I e III, na verdade não passou de mais um projeto político do governo do Paraná em véspera de eleição, o que contou com a presença do ex-presidente Ingo Hübert e ex-governador Jaime Lerner estiveram várias vezes no local, inclusive assinando um protocolo de intenções. Literalmente foi um "presente de grego".

NOTAS:

---

[1] RAMOS, Renê Wagner. Ms em História – UPF. Professor das disciplinas de História do Brasil; Política externa brasileira; Museologia e Folclore do Paraná das Faculdades Guarapuava e do Colégio Estadual César Stange – Guarapuava – PR.
[2] KOBELINSK, Michel. Entrevistado pelo autor,26 jan. 2004.
[3] COPEL; GER; GERSEN; SENMAM. *Comunidade Segredo*: reassentamento com cidadania. Mangueirinha: Copel, 1998, p. 01.
[4] ALVES, Benedito de Jesus dos Santos. Entrevistado pelo autor, 16 out. 2004.
[5]MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil:* as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1986, p. 36-37.
[6] SEGREDO I. Associação dos produtores do reassentamento. *Regimento Interno*. Mangueirinha, 2000.
[7] SILVA, Casemiro Rodrigues.Entrevistado pelo autor, 20 jun. 2004.
[8] SEGREDO I. *Regimento Interno*. Mangueirinha, 2000, p. 02.
[9] ALVES, Entrevista já citada.
[10] Idem.
[11] HANISCH, Ana Lúcia (Org.). *A dinâmica social dos reassentamentos Segredo I e III*: estudo das redes de relações e conflitos. Porto Alegre/Mangueirinha: UFRGS/Cooperiguaçu, 1998, p. 32.
[12] PIOCZKOSKI, Valdecir. Entrevistado pelo autor, 23 fev. 2004.
[13] COPEL. *Programa de Salvamento da memória da cultural usina Segredo:* Histórico da colonização. Pinhão: Copel, 1992, p. 72.
[14] HERZER, Afonso Junior. Entrevistado pelo autor, 12 maio 2004.
[15] HERZER, Entrevista já citada..
[16] Idem.
[17] SILVA, Entrevista já citada.

A GRIPE ESPANHOLA, CARNAVAL E GREVES

RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS, PPG-UFF

A Epidemia de Gripe Espanhola começou no Rio de Janeiro em setembro de 1918 e permaneceu atingindo a cidade até novembro, ameaçando com surtos menos intensos durante o ano seguinte. No inicio, surgiram os primeiros sintomas: febre e prostração. Era a enfermidade que vinha da Europa pelos navios que ancoravam nos portos brasileiros. Numa cidade com cerca de um milhão de habitantes, morreram, segundo estimativas, cerca de quinze mil pessoas e 600 mil teriam ficado doentes. Os médicos não sabiam tratar a gripe e receitavam caldo de galinha e limão. Entretanto, por mais trágico que tenha sido o fato, a doença não era a única preocupação dos moradores. Acontecimentos como greves, foram bastante comuns. Entre 1917 e 1919, surgiram inúmeros movimentos sociais reivindicando melhores condições de vida. Entretanto, não somente doença e trabalho ocupariam as páginas dos jornais. Após o período mais intenso da gripe, tivemos o carnaval de 1919, um dos mais animados que o Rio viveu. Portanto, este trabalho resgata alguns processos que envolveram a doença, a cidade, seus moradores e suas relações sociais.

A Gripe Espanhola

O trem avança pelos trilhos. Ao fundo, paisagens rurais. Apesar da brisa que refresca o rosto, está fazendo um calor! Também pudera, estamos em outubro e o Rio de Janeiro, nesta época, é bastante quente. Destino final de nossa viagem: a Festa da Penha. Originalmente uma festa religiosa e de raízes portuguesas, era realizada no alto do morro com orações. No entanto, no arraial ao pé da pedra, onde está construída a igreja, o evento assumia um outro caráter. A ocasião atraía, de acordo com dados colhidos em jornais e revistas de 1918, cerca de 60 mil pessoas. Segundo o jornalista Jota Efegê (1902-1987), para o evento corriam os sambistas e malandros que se misturavam às famílias portuguesas que iam fazer piqueniques.

Este encontro das camadas populares abria o período carnavalesco. As barracas montadas pelas tias baianas ofereciam comidas e bebidas. E havia cantoria. O samba lançado na Penha tinha seu sucesso garantido no carnaval seguinte, pois durante os finais de semana de outubro ele seria cantado nas rodas formadas. Um dos compositores que freqüentava a festa era Oscar José Luis de Morais (1883-1961), que entrou para a história da música popular brasileira com o sugestivo nome de Caninha. Durante um período, este personagem ganhava a vida vendendo pedaços de cana-de-açúcar na estação de trens Central do Brasil, anunciando: "Olha a caninha, vamos comprar caninha doce!". Sua presença na história musical do Rio começou no início do século, quando ele começou a freqüentar as casas das tias, Dadá, na Pedra do Sal, perto do cais do porto e Ciata, na Praça 11. Após algumas músicas que não obtiveram muita repercussão, Caninha compareceu à Penha, em outubro de 1918, com o seu primeiro sucesso, o maxixe *Gripe Espanhola*. Sua letra dizia assim: *A Espanhola está aí / A Espanhola está aí / A coisa não está brincadeira / Quem tiver medo de morrer não venha / Mais à Penha.* A partir daí, ele passou a freqüentar o evento e a compor para os carnavais seguintes.

Ditas estas palavras sobre este fato, no mínimo, curioso, devido à rapidez com que a doença tornou-se tema de uma música, vamos falar de alguns fatos relativos à epidemia de Gripe Espanhola. Se Caninha escreveu versos sobre a moléstia, outros homens igualmente tiveram suas vidas afetadas pela enfermidade. Como responderam à dor? Como se comportaram frente a tantas mortes?

A epidemia começou no Rio de Janeiro em meados de setembro de 1918 e permaneceu atingindo seus moradores até novembro. No início, os cariocas começaram a apresentar os primeiros sintomas: febre e prostração. Era a "Espanhola", a enfermidade que vinha da Europa pelos navios que ancoravam nos portos brasileiros. Numa cidade com cerca de um milhão de habitantes, morreram,

segundo estimativas, 15 mil pessoas[1]. E cerca de 600 mil teriam ficado enfermas! Os médicos não sabiam o que fazer e receitaram caldo de galinha e limão. Não que o Brasil não estivesse avisado. A Gripe estava dizimando na Europa e mataria, de acordo com as estatísticas mais modestas, de vinte a trinta milhões de pessoas em todo o mundo. E não existem registros ou conhecimento de quantos teriam morrido no Oriente, na China, por exemplo.

Os cariocas morriam em casa, na rua, no trabalho e eram recolhidos pelos funcionários da Prefeitura, que jogavam os corpos nas carroças do serviço de limpeza pública. Os cadáveres sendo empilhados. Conta-se que quando os carroceiros descobriam alguém dado como morto e ainda vivo, acabavam de matá-lo. Nos cemitérios, coveiros abriram valas, onde eram despejadas dezenas de mortos. E, quanto mais corpos acumulados, mais a situação piorava. Era impossível ignorar a morte. O escritor Nelson Rodrigues (1912-1980) narrou em suas memórias o horror que foi a passagem da Espanhola na cidade: *"Morrer na cama era um privilégio abusivo e aristocrático. O sujeito morria nos lugares mais impróprios, insuspeitados: – na varanda, na janela, na calçada, na esquina, no botequim... Muitos caíam, rente ao meio-fio, com a cara enfiada no ralo. Era muito defunto para os poucos coveiros..."*[2]

A doença, inicialmente, apresentou-se como um mal terrível, porém muito distante. Talvez, as pessoas acreditassem numa possível ajuda divina. Segundo o historiador Luiz Antonio Teixeira[3], tanto a imprensa quanto os responsáveis pelos serviços de saúde pública colocavam em dúvida a existência da Espanhola no Brasil. Os casos observados poderiam ser de outras moléstias ainda não diagnosticadas. Apresentando-se como uma doença geralmente benigna, a gripe pode transformar-se em uma enfermidade fatal. Embora, ainda seja veiculada a idéia do caráter "democrático" dessa doença (e de outras também), que parece atingir igualmente

[1]Entre 12/10/1918 e 05/11/1918 foram registradas oficialmente 12.221 mortes. Certamente, boa parte destes óbitos aconteceu entre a população pobre.
[2] RODRIGUES, Nelson. *Memórias*. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã, 1967.
[3] TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Medo e Morte: Sobre a Epidemia de Gripe Espanhola de 1918.* Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993.

todas as classes sociais, sua atuação é muito mais letal em organismos debilitados por condições de sobrevivência inadequadas.

Em outubro, a epidemia foi dominando a cidade. A imprensa noticiava a existência de doentes em locais de grande concentração: quartéis, fábricas e escolas. Neste momento, o número de doentes havia crescido suficientemente para deixar a população apavorada. A violência da Gripe transformava o Rio de Janeiro, paralisando vários setores das atividades urbanas. O medo apossou-se das pessoas pouco a pouco. As narrativas mais terríveis falam de atos cometidos por indivíduos transtornados com a situação. A interrupção das atividades econômicas e tantas outras adversidades inerentes aos surtos epidêmicos não foram evitadas e nem houve planejamento para aplacar os efeitos da *Espanhola*. Embora o texto de Nelson Rodrigues seja repleto de emoção, não podemos duvidar dos fatos narrados: *"–vinha o caminhão de limpeza pública, e ia recolhendo e empilhando os defuntos. Mas nem só os mortos eram assim apanhados no caminho. Muitos ainda viviam."*[4]

A Gripe Espanhola dificultou os rituais que acompanham a morte, práticas ainda bastante comuns naqueles tempos. Segundo alguns depoimentos, o governo proibiu os velórios e as pessoas não gostaram de não poderem levar seus parentes queridos a ultima morada. Frente ao desconhecimento ou ineficácia das medidas terapêuticas que pudessem impedir o contágio ou curar os doentes, as autoridades públicas restringiram-se a orientar a população a evitar aglomerações. Apenas, algumas medidas foram tomadas para atender os enfermos. A cidade transformou-se num caos generalizado, faltavam alimentos e os saques aos depósitos de comida eram constantes. Para completar este quadro tenebroso, havia o problema dos cadáveres insepultos. Não havendo coveiros em número suficiente para enterrar os mortos, foram utilizados os presidiários. Mesmo assim, o cenário de corpos amontoados pelos cemitérios ou abandonados pelas ruas desertas era desolador.

[4] RODRIGUES, Nelson. *Memórias*. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã, 1967.

Com o desenrolar dos fatos, aumentava ainda mais o temor coletivo. No período mais crítico, a população ficou desesperada. A divulgação pela imprensa do número de óbitos e das atrocidades cometidas durante a epidemia intensificava o clima de medo. A todo este contexto podemos acrescentar o ar fétido, emanado das covas onde os corpos eram "jogados" à espera de sepultamento. Existem relatos de pessoas que foram obrigadas a enterrar em suas casas os parentes ou simplesmente colocá-los nas calçadas e ruas.[5] Frente ao desespero da população, foram organizadas procissões religiosas pedindo a São Sebastião que cuidasse da Gripe. Além de padroeiro do Rio de Janeiro, ele era considerado, desde os tempos medievais, defensor das comunidades frente aos perigos epidêmicos. Esta crença tem paralelo com a devoção das populações européias. Nas comunidades acometidas pela Peste Bubônica entre os séculos XIV e XVIII, acreditava-se no poder de salvação deste santo. Como ele havia resistido à morte pelas lanças atiradas contra seu corpo, as pessoas o julgavam capaz de afastar as "flechas" da Peste enviadas por seres divinos irados frente aos pecados cometidos pelos homens.

A Gripe forçara o fechamento do comércio, indústrias e serviços públicos. A cidade estava paralisada. Desconhecendo as ações que pudessem impedir o contágio ou mesmo tratar os doentes, o governo passou a distribuir quinino. Contudo, sem saber o real valor terapêutico desta substância no combate à doença ou o perigo da sua ingestão sem controle. Surgiam na imprensa receitas "peculiares", que prometiam a cura. Além disso, os produtos (galinhas, quinino, canela, ovos e limão) tidos como eficazes no combate sofreram intensa especulação comercial. Através das lembranças do médico e escritor Pedro Nava (1903-1984), podemos imaginar como foram aqueles dias: *"Verdadeiros ou falsos os boatos eram como se fossem realidade pelo impacto emocional que causavam. Descrevia-se a fome. Os ataques às padarias, armazéns e bodegas por aglomerados de esfaimados e convalescentes esquálidos, roubando e*

[5] GOULART, Adriana da Costa. Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro. UFF, 2003.

tossindo. Dizia-se de famílias inteiras desamparadas ... uns com febre outros com fome; de criança varada, sugando o seio da mãe morta e podre..." [6]

A desorganização das atividades comerciais provocou uma grave crise de abastecimento. Se nas áreas mais próximas do centro urbano havia dificuldade em se conseguir comida, nos distantes subúrbios tudo era extremamente escasso. Para amenizar a situação, o governo distribuía pão e caldo de galinha para os mais pobres. Entretanto, noticiadas pela imprensa, as reclamações dos moradores destes bairros deixam claro que esta medida foi pouco eficaz. Na impossibilidade de conseguir alimentos, passou a ser comum o saque aos armazéns.

Os habitantes do Rio de Janeiro, - e principalmente os trabalhadores[7] das indústrias têxteis - viviam um quadro extremamente grave: além da terrível epidemia, péssimas condições de trabalho, saúde e habitação, e uma conjuntura recessiva. Estimulados pelas lutas sociais, operários cariocas anarquistas urdiram uma insurreição. Constituído um conselho diretor do movimento - integrado por José Oiticica, Agripino Nazaré e Astrogildo Pereira - marcou-se a data: 18 de novembro de 1918. Os operários das industrias têxteis entraram em greve e os insurretos reuniram-se no Campo de São Cristóvão, chegando a tomar a delegacia local. Os acontecimentos chegaram a reunir mais de 4000 mil trabalhadores. Na tarde no dia 18, vários membros foram presos.[8]

E, no final de 1918, assim como surgira sem avisar, a "Espanhola" foi embora. As pessoas começaram a sair de casa e retornaram ao cotidiano. A partir deste momento, desencadeou-se um conjunto de atitudes da população em relação à epidemia. Sentimentos de medo e uma surpreendente alegria. Pesquisando em jornais dados sobre a Gripe que matou milhares de pessoas, encontramos inúmeras músicas

---

[6] NAVA, Pedro. *Chão de ferro. Memórias/3*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

[7] Grande parte dos trabalhadores do Rio de janeiro estava neste segmento industrial, o que confere um significado especial. O ramo de produção têxtil exigia pouca qualificação profissional. Por isto, o rodízio da mão-de-obra, freqüentes demissões e um considerável número de mulheres e crianças entre os operários.

[8] ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

de carnaval "brincando" com os fatos da epidemia, notas sobre a criação de blocos carnavalescos e convites para bailes fazendo alusão à Gripe. Parece que os cariocas não se intimidaram e caíram na farra, comemorando o fato de que tinham sobrevivido ao fim do mundo.

Alguns cronistas cariocas qualificam o carnaval de 1919 como um dos mais animados que o Rio de Janeiro teve: bailes, batalhas de confete e incontáveis blocos espalhados pelos bairros da cidade. Ao que parece, houve uma dramatização carnavalesca da situação que os vitimara. A "Espanhola" atacara também outras regiões, mas o Rio de Janeiro conheceu este fenômeno muito interessante: o carnaval de 1919, o primeiro depois da Gripe[9]. Revistas ilustradas, como *O Malho, Careta* e outras, documentam em dezenas de imagens fotográficas a folia que animou a cidade. Segundo Nelson Rodrigues, a perda dos laços comunitários foi total. Uma festa, onde antes havia medo e morte. Segundo a descrição dos sobreviventes e vítimas, o medo e a presença avassaladora da morte levavam à alteração das normas sociais durante e após a epidemia.

O escritor Nelson Rodrigues descreveu em suas memórias a banalidade da morte naqueles dias. Eram os defuntos insepultos e casos de extrema crueldade e perversão. É evidente que alguns acontecimentos - homicídio, suicídio e agressão sexual- ganharam uma dimensão um pouco exagerada. Contudo, de acordo com as narrativas, o temor da Gripe e a morte de parentes, amigos e vizinhos levavam a um "relaxamento" das regras sociais durante e após o período epidêmico. Para o escritor Carlos Heitor Cony, um dos fatos que demonstram a rápida mudança dos padrões de relacionamento social naquele carnaval, deve-se ao fato, citado por ele, baseando-se nas lembranças do jornalista Mário Filho (1908-1966), de que foram cometidos inúmeros "defloramentos" no período carnavalesco. Segundo Cony, cerca de 2.000 casos, somente nas áreas próximas da Rua Santo Amaro (Bairro da Glória). Para

9 CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Cony, a “esbórnia foi total!” Mario Lago (1911-2002) também recordava a animação que tomou conta da cidade.

Assim, a festa e o prazer marcavam os momentos que poderiam ser os últimos. O advento da Gripe modificou as atitudes diante da morte e da própria vida. No entanto, este período de “anormalidade” estava intrinsecamente relacionado à cultura do Rio de Janeiro da época. Certamente, a população carioca foi construtora dos fatos narrados. Porém, as condições sociais e culturais, além de posicionamentos específicos de classe, condicionaram as “respostas” que os indivíduos “davam”. Segundo, um bom número de estudos, nas primeiras décadas do século passado, os “defloramentos” eram bastante numerosos. Sim, a epidemia havia transformado o cotidiano das pessoas. Mas, devemos reconhecer que as mudanças ocorridas deram-se em meio às estruturas mentais existentes na cidade.

Teria sido assim tudo tão horrível? Certamente, as lembranças dos que viveram o surto epidêmico são controversas. Todavia, houve muito do que as crônicas descrevem. Embora os textos dos cronistas sejam repletos de imaginação e os depoimentos dos que viveram os fatos –vestígios que escaparam à destruição-estejam impregnados de dor e sentimento, como negar estas testemunhas? Certamente, estes relatos embaçados pelo tempo trazem à tona discursos de um quadro muito penoso, mas também, paradoxalmente, de alegria. Em relação ao carnaval de 1919, várias perguntas ainda estão por serem respondidas. Como as diferentes camadas sociais “brincaram” o carnaval da gripe? E, em relação, aos movimentos sociais e operários? Diante da insalubridade, que comprometia a saúde e a ordem publica, qual a relação desses movimentos com a Gripe? Sabe-se que diversas associações operárias criaram um *Comitê Pró-Combate a Epidemia,* e que diante das reivindicações desta organização, alguns de seus membros foram presos. O que terão feito? O que será que exigiam? Respostas que a pesquisa histórica espera responder.

Estratégias de mobilização eleitoral na Porto Alegre da década de 1920

Ricardo de Aguiar Pacheco

Nessa comunicação desejamos apresentar sinteticamente a pesquisa de doutoramento sobre a vida associativa em Porto Alegre. Esse estudo ***surgiu*** de uma relação de estranhamento e conhecimento à um conjunto de dados encontrados em estudos que participei em diferentes projetos que me vi envolvido. Ao longo da graduação participei de diferentes pesquisas sobre a vida urbana: Inicialmente como estagiário no projeto "Memória dos Bairros" da SMC/PMPA onde se rastreava as redes de solidariedade e de pressão políticas das comunidades periféricas da cidade. Depois, como bolsista de iniciação do projeto "Imaginário Social: as representações do urbano do *fin de siècle à belle époque* (Porto Alegre, 1884-1915)" onde se investigativa as transformações urbanas ocorridas em Porto Alegre ao longo da década de 1920.

No primeiro projeto, junto às comunidades periféricas da capital – através da metodologia da História Oral – foi possível entender que os grupos sociais subalternos articulam sim estratégias para ver atendidas suas necessidades materiais. E que, antes da mudança estrutural da sociedade, estão ocupados na transformação, mesmo que parcial, das condições objetivas de sobrevivência ainda que, para isso, tenham de se subordinar às estruturas hierárquicas do Estado e reproduzir os termos do discurso hegemônico.

No tempo da Iniciação Científica entendi que a dimensão simbólica da sociedade é um elemento objetivo das disputas políticas do mundo contemporâneo. Percebi – através da leitura dos jornais da década de 1920 – que os grupos políticos se utilizam da difusão de determinas interpretações do mundo para ocultar e/ou destacar seus projetos e interesses.

No curso de mestrado me dediquei a investigar como as transformações políticas implicam em mudanças nas formas de legitimação do poder institucional. Problematizando a noção de cidadania a partir dos referenciais teóricos da História Cultural compreendi que esta não é uma categoria universal e atemporal. Ao contrário, cada sociedade, no seu

tempo-espaço, define as estratégias que considera legítimas para as mediações política aceitando ou refutando determinadas representações e práticas.

Com essa experiência de pesquisa a pesquisa de doutorado delimitou como marcos o espaço urbano de Porto Alegre ao longo da década de 1920. Da mesma forma ficou definido que a documentação principal da pesquisa seriam os jornais A Federação e Correio do Povo e os arquivos de Borges de Medeiros depositados junto ao Instituto Histórico e ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

No ***primeiro capítulo*** desse estudo me dediquei a um esforço menos teórico e mais investigativo sobre a legitimidade do estudo das representações e práticas políticas no espaço urbano marcado pelo processo de modernização, ou seja, a construção do objeto. Com os estudos sobre as estratégias simbólicas da monarquia absolutista apresentado por Roger Chartier observei que os símbolos do poder têm difusão nos diferentes grupos sociais. Conforme afirma René Remond o código utilizado pelas comunidades pode expressar as formas através das quais as disputas são percebidas e significadas. Com as leituras de José Murilo de Carvalho sobre o imaginário da República no Brasil entendi que nossa sociedade faz uma apropriação particular das instituições políticas típicas da modernidade.

Embaralhando as leituras (e as experiências) dos projetos anteriores com as reflexões do curso de doutorado concluí que cada sociedade articula uma *cultura política* particular. Ou seja, um conjunto de representações e práticas consideradas legítimas para serem utilizadas pelos agentes para *codificar, interpretar e agir* no campo político.

Foi com esta ferramenta teórica me dispus a investigar a realidade empírica das disputas eleitorais da Porto Alegre da década de 1920. E Foi apenas na consulta da documentação que percebi a importância dos *grêmios, clubes e demais associações* para a vida política local. As notas de jornais me evidenciaram que através dessas entidades eram organizadas e comunicadas as ações de arregimentação e mobilização política, seja para os festejos cívicos seja para os momentos eleitorais.

Só então as associações políticas se tornaram o objeto central dessa investigação. E para evidenciar esta importância, dediquei o ***segundo capítulo*** da tese à descrição do processo eleitoral na República Velha. Seguindo os preceitos tradicionais da historiografia política optitei por realizar, nessa parte do estudo, uma narrativa linear dos fatos referentes as três eleições municipais do período.

Para isso estabeleci um diálogo tanto com os estudos clássicos de Raimundo Faoro sobre a estrutura oligárquica e o de Victor Nunes Leal sobre a legislação eleitoral, como com as abordagens mais recentes, como as reflexões da antropologia política de Márcio Goldman e Nara Maganhães. Busquei, assim, articular um referencial que me permitisse perceber rupturas e continuidades do processo eleitoral da década de 1920.

Mostrei como, no ano de 1920, o Intendente José Montaury foi apresentado como candidato à reeleição pela sétima vez. Evidenciei a desmobilização para o processo eleitoral e a falta de candidatura oposicionista. Fatos que indicam o esgotamento da estratégia da reeleição como forma de agir no campo político local.

Já na campanha eleitoral para o pleito municipal de 1924 ocorreu algo muito diferente: não apenas a indicação de Otávio Rocha e Alberto Bins como candidatos republicanos e a apresentação dos nomes de Frederico Gomes e Feliciano Falcão como candidatos oposicionistas. A maior característica desse processo eleitoral foi o surgimento de mais de uma dezena de associações políticas. Em anexo apresento a lista daquelas que consegui mapear pela documentação. No entanto estou convencido da existência de outras que não deixaram registros na documentação consultada. Espero ter explicitado na minha narrativa que o processo de arregimentação e mobilização eleitoral passava por essas associações. Eram elas que chamavam os citadinos a se inscreverem como eleitores, que promoviam mais de uma dezena de atos como reuniões, comícios e passeatas com fins eleitorais.

Na descrição do pleito municipal de 1928 percebi novamente o intendente Otavio Rocha sendo indicado à reeleição. Um primeiro olhar aponta para a continuidade do controle republicano da intendência municipal. Contudo, ao atentar para as estratégias operadas

com vista a manutenção do poder institucional vi que as representações e práticas utilizadas mudaram muito. Nesse momento as associações além de atuarem na arregimentação e mobilização do eleitorado passavam a interferir na própria definição dos nomes dos candidatos tanto republicanos como oposicionistas.

Apontada a importância das associações na vida política da cidade de Porto Alegre ao longo da década de 1920 me dediqui, ao longo do ***capítulo três***, a evidenciar como elas se organizaram internamente e como se distribuíram no espaço urbano. Para fazer a analise deste objeto recorri a noção de esfera pública proposta por Jürgen Habermas e utilizadas por diversos autores para estudos semelhantes focados em outros em outro tempo-espaço. Observei que junto com o processo de modernização da sociedade porto-alegrense se constituíu um espaço de debate. Essa esfera pública era materializada nos jornais e nas associações políticas. Os primeiros divulgando os temas em debate pelos detentores do poder e as segundas organizando os grupos sociais urbanos para incidir sobre esse debate.

Apoiado na perspectiva da micro-histórica, tal como proposta por Carlo Ginzburg, observei o objeto através das informações que a documentação me ofereceu realizando o máximo de conexões possíveis entre elas. Percebi, então, que as associações organizavam o eleitorado urbano dividindo-o em áreas de influência. Assim existia aquela que congregava os republicanos do quarto distrito e outra que reunia os oposicionistas do Parthenon; uma que organizava os operários e outra freqüentada pelos empresários da comunidade alemã.

Mas todas mantinham certa regularidade em sua organização. Adotavam uma dinâmica de funcionamento marcada pela uma lógica burocrática: tinham uma extensa diretoria com cargos e funções bem definidas, organizavam estatutos, recolhiam contribuições e com isso muitas sustentavam uma sede para suas atividades. Assim concluí que as associações se constituíram como uma estratégia desencadeada pelos partidos políticos para realizar a arregimentação e mobilização eleitoral. Mas, noutro sentido, elas se tornaram também um espaço para que os diferentes grupos sociais urbanos se organizassem e expusessem seus interesses frente às lideranças partidárias.

Articulado o conceito fundamental no primeiro capítulo; evidenciado como o objeto se inseria no contexto no segundo; descritas suas características fundamentais no terceiro; me dediquei, no ***quarto capítulo***, a observar, nas atividades realizadas pelas associações, as representações e práticas sociais utilizadas para agir, codificar e interpretar o campo político local. Para isso me vali do conceito antropológico de cultura apresentada por Roque Laraia como o código através do qual as sociedades atribuem sentido as seus rituais e discursos. Também me utilizei da descrição densa, tal como proposta por Clifford Geertz, como metodologia capaz de evidenciar os sentidos atribuídos a práticas sociais.

Utilizando essa metodologia falei do conjunto de atividades destacando: o trabalho de galopim (de arregimentação eleitoral); as reuniões de propaganda nas sedes das associações; e as mobilizações que utilizava as ruas e praças como espaço para a política. Nesse momento optei por uma narrativa centralizada mais pela descrição dos espaços de sociabilidade do que pela cronologia dos eventos.

Para entender a campanha eleitoral da década de 1920 convém lembrar que o direito de voto era facultativo aos homens maiores de 18 anos alfabetizados. O que demandava uma ampla campanha de inscrição eleitoral. Da mesma forma, não havia cédulas eleitorais oficiais cabendo aos eleitores levarem até a sessão os nomes de seus candidatos anotados em um papel. Essas duas responsabilidades, arregimentar eleitores e orienta-los no momento da votação, eram publicamente assumidas pelos membros das associações.

Paralelo a essas ocorreriam diversas outras atividades de campanha eleitoral propriamente dita. Para divulgar as candidaturas – tanto situacionistas como oposicionistas – eram realizadas diversas reuniões que podem ser tomadas como de atividades de campanha eleitoral. Esses eram os espaços onde os candidatos discursavam frente aos seus eleitores. E também o momento dos eleitores manifestarem seus interesses particulares naquele pleito. Ali lideranças partidárias e diretores das associações operavam um mútuo reconhecimento. A descrição desses eventos me mostrou que eles tinham uma dinâmica voltada a constituição de espaços de sociabilidade onde eleitores e candidatos se encontravam frente à frente enquanto membros de uma mesma comunidade de sentidos.

Tinham a oportunidade de se saudar e se pronunciar, estreitando relações e afiançando lealdades.

Um outro tipo de atividade era aquele que utilizava ruas e praças da cidade como palco para a manifestação pública das opções políticas. Momentos particulares para isso eram as datas cívicas e a chegada de alguma liderança partidária na cidade. Nessas ocasiões ocorriam comícios e as passeatas que eram situações para lembrar e reafirmar projetos e fidelidades de forma pública. Na transcrição dos discursos proferidos nesses espaços pude ver como as responsabilidades pela vitória eleitoral eram divididas entre os presentes. Ganhar ou perder o pleito não era compromisso apenas das lideranças, mas de todos os partidários. Nesse sentido, atividades simples, como a distribuição de chapas, eram comparadas, em importância, as atribuições da Presidência do Estado ou da Intendência Municipal. Movimentos coletivos de apoio como passeatas e comícios populares eram tão significativos como os jantares com os grandes comerciantes e industriais da cidade.

É possível afirmar que, em seu conjunto, essas atividades eram os espaços de sociabilidade da política. Ali transitavam candidatos e eleitores, lideranças e partidários, ilustres e desconhecidos interessados em se apropriar do código que era operacionalizado no campo político local.

Mas como os citadinos se apropriavam desse código? Dessa questão me ocupei no ***quinto capítulo*** da tese. Tal como na proposiação de Pierre Bourdieu entendemos o campo como o espaço das relações sociais estabelecidas entre os membros de um mesmo grupo. Ali agentes e instituições são entendidas como estruturas estruturantes que se formam e se conformam mutuamente articulando o *hábitus* de cada campo social. Em conformidade com o pensamento de Reinart Koselleck, entendo que os membros de uma comunidade operam uma complexa mediação entre o campo de experiência, que informa as relações sociais existentes, e o universo de expectativas, que lhes aponta o que pode ser desejado ainda que utopicamente. Instrumentalizado por essas perspectivas teóricas, mas limitados pela documentação, recortei três agentes coletivos e outros três personagens individuais para

evidenciar como as representações e práticas sociais eram apropriadas e resignificadas pela comunidade política.

Inicialmente expus como três dessas associações agiram de forma coletiva para ver um de seus membros como candidato. No início do ano de 1924 a comunidade alemã da cidade encaminhou um abaixo assinado a Borges de Medeiros solicitando a inclusão do nome de Alberto Bins na chapa de candidatos a deputado estadual sem obter êxito. Já para o pleito municipal esse grupo social organizou uma associação política e através dela participou dos esforços de arregimentação e mobilização eleitoral. Então viu a indicação do nome de Alberto Bins como Vice e depois como Intendente Municipal.

A Associação Comercial Varejista era outra entidade representativa que se fazia ouvir e indicava os nomes de seus diretores como candidatos ao Conselho Municipal. Da mesma forma, a Liga dos Operários Republicanos dialogava com a direção partidária para indicar algum de seus membros como candidatos. Nessa disputa chegavam mesmo a romper com as lideranças e a lançar candidaturas dissidentes levando ao limite as possibilidades de ação política. Movimentos semelhantes aos que observei no interior das associações oposicionistas quando, a revelia das definições da direção partidária, levam macissamente às urnas chapas com nomes de candidatos não oficializados pelas lideranças políticas.

Essas estratégias de projeção também foram percebidas em algumas trajetórias individuais percorridas no interior do campo político local. Destacando as informações disponíveis na documentação sobre alguns personagens apresentei três casos particulares: No primeiro observei as opções feitas por uma velha liderança republicana para, através das associações e de seus espaços, se manter como elo de ligação entre o partido e o grupo social. No segundo apresentei o caminho percorrido como um jovem que se inseriu no partido por meio da sua atuação em uma associação, se projetou e teve seu nome lançado como candidato representativo dessa entidade. No terceiro caso apontei de que maneira um operário se apropriou dos termos do discurso positivista e das estratégias de mobilização

dos republicanos para se fazer liderança social frente ao partido e referência partidária frente ao grupo social.

Cada uma dessas seis trajetórias, longe de serem regras ou modelos explicativos, denotam as possibilidades de atuação no interior do campo político local. As associações eram agentes capazes de representar publicamente os interesses coletivos. Eram espaços de sociabilidade onde lideranças antigas e emergentes podiam se projetar tanto frente ao partido como diante dos grupos sociais urbanos. Com esses diferentes olhares sobre o objeto espero ter evidenciado ao leitor as representações e práticas sociais utilizadas pelos porto-alegrenses da década de 1920 para agir, codificar e interpretar o campo político local. Espero ter demonstrado a existência de uma ***cultura política associativa*** marcada por quatro características fundamentais:

1º por uma extensa rede de associações que incorporava os diferentes grupos sociais ao campo político; 2º por uma dinâmica burocrática que delimitava as possibilidades de movimentação dos agentes subalternos, mas que também reforçava a legitimidade de suas manifestações; 3º pela articulação de espaços de sociabilidade através dos quais os eleitores tornavam públicas suas posições criando laços de lealdade entre as lideranças e os liderados; 4º pela possibilidade de emergência, no interior desses espaços, de agentes coletivos e personagens individuais representativos dos interesses dos grupos sociais urbanos.

Em seu conjunto, essa ***cultura política associativa,*** pode ser caracterizada pela centralidade das associações no campo político local como espaços de sociabilidade onde os agentes sociais podiam estabelecer compromisso e projetar seus interesses partidários e sociais, coletivos ou individuais. Ou seja, um vago espaço de poder onde dezenas, senão centenas, de heróis anônimos lutavam cotidianamente, não por belas princesas, mas pelo seu próprio reconhecimento como membros dessa comunidade política.

NOTAS PARA UMA COMPREENSÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

Ricardo de F. Lucena
Centro de Memória do Esporte/DEF/ UFPE
PPGE/UFPE

Pensar o esporte no ambiente urbano leva-nos a desafios que merecem olhares mais delimitados. Um aspecto que surgi é tentar enxergar como o esporte, no espaço escolar, se chegou à educação física (ginástica), ou vice-versa. Ou melhor, a partir de que período podemos enxergar a presença do esporte no ambiente escolar? E sob que propósito podemos pensar a prática do esporte e da educação física na escola? Sobre esses problemas, vamos apresentar aqui algumas proposições iniciais, que seguem uma linha de raciocínio que busca edificar meios de explicar a introdução do esporte e da educação física em nossa sociedade.

O termo esporte, como será aqui tratado, se refere a um leque de ações, surgidas inicialmente na Inglaterra, com caráter mimético e com grau de regulamentação relativamente alto, que acompanha um processo de individualização e controle das emoções, fruto da divisão de funções características de sociedades com um certo nível de desenvolvimento social, que, no Brasil, se faz perceber especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Por outro lado, a ginástica compreende os sistemas de atividades físicas, baseados na fisiologia e na anatomia, aplicados no Brasil a partir de métodos surgidos na França, Alemanha ou Suécia. Um pressuposto que vale ser anotado já aqui, e que vai funcionar como uma alavanca para o pensamento que pretendemos desenvolver, é que os mesmos elementos que moldam o gosto pela prática esportiva e que surgem no contexto social específico da segunda metade do século XIX e início do século XX no Brasil vão dar também os subsídios para a argumentação pró-ginástica no contexto escolar entre nós. Esses elementos estão baseados num processo crescente de

diferenciação individual, uma necessidade de refinamento das ações especialmente quando em público, e uma autocensura mais abrangente.

Além do mais, tratar do esporte na sua inter-relação com a educação física e no contexto das relações sociais contemporâneas requer destacar dois sentidos complementares. Sobre um já e falou anteriormente: é quando pensamos no esporte na sua forma profissional ou de elite e, nesse caso, destinado não só ao praticante, mas também a um público assistente cada vez maior. O segundo sentido diz respeito à questão recreativa ou de lazer, onde o esporte se destaca dentre um lastro de outras atividades com caráter de lazer e podemos acrescentar também, pedagógico.

O sentido que damos ao termo esporte remete aos jogos de competição, em particular os que se originam na Inglaterra e que passaram posteriormente para outras sociedades. Portanto, o esporte é aqui considerado como uma ação figuracional que, além de permitir pensar a participação do indivíduo em direção a uma crescente competitividade, seriedade e busca de resultados, também se apresenta como uma resposta não-planejada a um novo equilíbrio entre prazer e restrição e uma forma de desfrutar emoções, de prazer pessoal coerente com as formas de vida nas sociedades-Estados dos dias atuais.

Nosso propósito é tentar estabelecer uma linha de abordagem que permita construir mais um caminho de compreensão acerca do desenvolvimento dos esportes no Brasil. Escolhemos como caminho a percorrer as primeiras ações esportivas no âmbito da escola, considerando que, ainda no século XIX, de acordo com alguns estudos, a prática do esporte – e em especial o futebol – já tinha no pátio da escola um espaço garantido. É certo que estamos tratando do esporte no seu sentido lato, como exercícios corporais competitivos de forma razoavelmente bem reguladas, que conservam tensões miméticas características, e não um sentido mais restrito que parte da seleção de valores e a especialização dos gestos como uma condição necessária para a prática.

Queremos argumentar que é possível abrir um campo de exploração sobre o desenvolvimento dos esportes no Brasil, considerando sua prática na escola ainda no século XIX . Com isso, poderemos entender melhor o desenvolvimento do esporte e da ginástica (educação física) na escola ao longo do século XX. Nosso argumento é que a racionalização das práticas corporais vai permitir uma melhor distinção entre esporte e ginástica, no âmbito da escola (lembremos que a educação nesse período estava mais sob os auspícios da Igreja do que do Estado), o que só acontece no período em que os escolanovistas logram algum êxito e vão estabelecer uma distinção formal entre as práticas esportivas e as ginásticas. É o que se dá, por exemplo, em Fernando de Azevedo, com a chamada "ginástica pedagógica", num momento da educação dos meninos, e do esporte, em outro, dando à escola, doravante, um sentido diferenciado no desenvolvimento das práticas esportivas. Isso fica evidente em Fernando de Azevedo quando ele afirma que:

...a educação física compreende a ginástica e o esporte, e que este é feito de emotividade, como aquela, de análise e raciocínio. Esta deve anteceder aquele, e o esporte, por isso, não pode propriamente fazer parte de um programa escolar, nem se praticar, sem que a ginástica educativa tenha preparado o organismo a essa cultura física intensiva, porque a ginástica está para o esporte como as gamas para a música e a gramática para a literatura"(AZEVEDOo, 1960, p. 76. Apud. FERREIRA NETO, Amarílio. A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950). Aracruz, ES: FACHA, 1999.)

Reparem que a palavra "emotividade" tem aqui um caráter, no mínimo suspeito, a ação carreada de "emoção" que anima o esporte deve ser posto - quando se trata de educar – num período de vida em que ela (a emoção) já possa ser filtrada e, portanto, controlada. A ginástica era, assim, o primeiro controle do gesto que teria seu prosseguimento num controle mais suave – porque já dominado – proporcionado pelo esporte . Ginástica e esporte não são, assim, a mesma coisa, embora sirvam a propósitos muito semelhantes. Além disso, o uso do termo Educação Física pode ser visto como um indicador de um novo arcabouço conceitual que quer dar conta de variadas formas de

intervenção corporal. Trata-se de um fato novo, por certo, num sistema educacional que via com desconfiança o exercício físico. Ainda aqui, Fernando de Azevedo nos apresenta a educação física a partir de um leque conceitual diferenciado. Para ele:

> *...A educação física - parte integrante de um sistema de educação pública - não somente se destina, pelo seu papel assimilador, a reunir numa corrente comum de idéias, práticas e aspirações as camadas sucessivas de jovens, como também (e essa é a sua função específica) se propõe a atuar sobre os indivíduos, para desenvolver e apurar, dentro dos limites do equipamento hereditário de cada um, as suas capacidades físicas e aptidões naturais* (AZEVEDO, F. de Da Educação Física, Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1960, p. 281).

Acreditamos que é possível perceber que a história do esporte entre nós pode ser enriquecida se considerarmos que a relação com a ginástica, para os nossos primeiros praticantes, não foi de simples oposição, mas daquilo que podemos chamar de uma "dualidade relacional". É que, à medida que crescia como prática socialmente aceita por meio das ações de grupos como os literatos, o esporte também se achegava à escola, ao menos aquelas onde estavam os filhos das famílias ilustres.

Por intermédio de literatos como José de Alencar, Coelho Neto e Olavo Bilac, os primeiros divertimentos esportivos mereceram um destaque ímpar. Por meio de suas crônicas, vão desvelando a complexa teia de inter-relações humanas que marca a vida de contatos na cidade.

O esporte teve na instituição escolar, pelo que é possível perceber, mais um espaço de disseminação e desenvolvimento. Diferentemente do que em geral nos é dito, o esporte já se fazia presente nas escolas, mas não numa simples diferenciação com a ginástica, e sim naquilo que chamamos aqui de uma dualidade relacional, sendo ambos parte do mesmo princípio que animava a ação daqueles que dirigiam e freqüentavam a escola ainda no século XIX. O que queremos sugerir é que a distinção se processa no caminho da racionalização acerca de práticas corporais realizadas no âmbito da escola, já bem iniciado o século XX. Sendo assim, o que importa considerar é que o esporte e a

ginástica/educação física são expressões da mesma realidade complexa. São ações complementares que apontam para um mesmo processo de inter-relação. Nesse sentido, o esporte não pode ser explicado por si mesmo, mas apenas em relação com o conjunto das atividades sociais, inclusive a ginástica. E, se considerarmos o contexto da escola, isso fica marcante.

Quando tratamos do processo de inter-relação, partimos do princípio de que, na sociedade do século XIX, as ações que se manifestam na forma de exercícios ginásticos ou jogos esportivos são parte da constituição de um estilo de vida urbano que muito caracteriza o modo de ser e a conduta dos indivíduos. Carmen Lúcia Soares *(*SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da Educação no Corpo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002*),* no seu trabalho *"*Imagens da Educação no Corpo*",* faz uma análise da ginástica francesa no século XIX e aponta como um dos aspectos mais centrais da ginástica na relação com a educação a criação de *"normas de conduta que fossem individualmente internalizadas para serem socialmente mais eficazes" (p. 37). Essa introjeção, que vem se transformar numa segunda natureza, é o contraponto que marca o processo de inter-relação crescente dos centros urbanos. Um aspecto que complementa o que vimos tratando é o que Jaques Defrance (*DEFRANCE, J. *O gosto pela violência*. In: GARRIGOU, A e LACROIX, B. (orgs.) Norbert Elias: a política e a história. São Paulo:Perspectiva,*2001), num artigo intitulado "*O gosto pela violência*", vai apontar quando afirma que:*

> *ao longo do século XIX, uma técnica de treinamento físico como a ginástica se propõe aumentar a força e a capacidade de violência do corpo dos ginastas; e, simultaneamente, o programa de atividades dos homens que se exercitam está limitado permanentemente em sua intensidade, em sua amplitude, assim como a rivalidade competitiva é freada sem cessar. Em suma, a cultura das aptidões para a violência é organizada ao ser reprimida* (Jaques Defrance, P. 232).

Reparem que esse argumento passa, necessariamente, pelo controle de um dos aspectos mais marcantes de nossa sociedade: a violência. Ou melhor, ela é canalizada, controlada em ações apoiadas em técnicas manifestadas em forma de práticas corporais que dirigem a violência a partir de um campo de normas que a mantém "disciplinada". Esse campo, entre nós, tem seu exercício mais aceito nas práticas esportivas.

Mas vale a pena ainda anotar a íntima relação entre as práticas esportivas e a ginástica, mesmo para aqueles teóricos franceses que muito influenciaram o contexto brasileiro. Carmen Lúcia Soares anota ainda que, *"nas duas últimas décadas do século[XIX], há um forte movimento na sociedade francesa que vai lentamente fazendo aparecer inúmeras organizações de ginástica e esportes*"(p. 132). E aí, citando Rey Golliet (1930), vai apontar três grandes diretrizes para a ginástica na França:

...1) A ginástica educativa deveria ser regida de acordo com sua utilidade profissional;

2) A ginástica de aplicação deveria ser constituída por exercícios militares utilitários e desportivos, baseados sobre o princípio da economia de forças;

3) A ginástica de seleção deveria compreender exercícios especiais nos aparelhos e desportos, exigindo aptidões especiais e, por isso, só deveria convir a uma elite. (p. 174)

Observem que a relação com o esporte aparece explicitamente na forma de aplicação e seleção, que, tanto num como noutro caso, é pensada a partir do princípio da ação comedida e baseada em determinadas atitudes. Vejam, também, que ambos *só poderiam convir a uma elite,* pelas suas características e pelos resultados esperados, pois careciam de *aptidões especiais.*

Mas pensemos mais detidamente no esporte. Afora toda uma teia de ações que se estabelecia na sociedade brasileira ainda no século XIX, e que fundamentou o desenvolvimento do esporte na cidade tratando de sua difusão no ambiente urbano como forma de acelerar as relações entre grupos distintos, há também de se considerar o espaço das escolas como um espaço de contato e exercício da prática esportiva que ajudou a consolidar o movimento de difusão do gosto pelo esporte, num primeiro

momento, entre indivíduos do sexo masculino. Ou seja, a criação do gosto pelos esportes também fazia parte de uma perspectiva de educação já presente no século XIX. Nesse sentido, a própria legislação nos traz alguns exemplos. O Decreto n. 10.202 de maio de 1889, inclui no currículo do Imperial Colégio Militar a ginástica, a natação, a equitação, o tiro ao alvo e a esgrima (LEX, 1889, p. 251).

É certo que estamos considerando todo o processo, de uma maneira geral, como uma forma de manter os indivíduos dentro de limite de conduta socialmente aceita. Se aqui aceitamos que o que se controla em última instância é o gesto, o ímpeto motor visível dirigido ao outro, o esporte aparece como "ímpeto" aprovado socialmente porque controlado. Num sentido lato, a educação constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas. Afinal, *nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento* (ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993, p. 270).

Santos Neto (SANTOS NETO, José M. dos. *Visão do jogo:* primórdios do futebol no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2002), ao tratar dos primórdios do futebol no Brasil, vai afirmar que *foi pela ação dos colégios, em geral os religiosos, que o futebol entrou pela primeira vez no Brasil* (p. 25). Ou seja, nem só Charles Miller ou Oscar Cox, nem só os marinheiros ingleses, mas os padres jesuítas também contribuíram para a difusão dos esportes, e em particular o futebol, nos seus colégios. Os alunos aí formados ajudaram a difundir a prática por várias regiões e Estados do Brasil. Um exemplo disso foi o colégio jesuíta São Luís, fundado em 1861, na cidade de Itu / SP. Lá, por volta de 1880, após uma reforma no currículo, foi introduzido um conjunto de práticas esportivas, com destaque para o futebol, mas tendo também outras modalidades incorporadas, como: ginástica alemã, corridas, saltos em altura e distância, lançamento de disco e dardo, corridas com obstáculos e barra francesa (p. 19).

Também no colégio de Petrópolis, dos Vicentinos, e no Ginásio Nacional, no ano de 1895, já se praticava o futebol. No Ginásio Nacional, por exemplo, o regulamento aprovado pelo Decreto n. 3914, de 26 de janeiro de 1901, permitia como jogos escolares o *foot-ball*, a prática do *cricket*, corridas, saltos e outros (BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto n. 3914, de 26 de janeiro de 1901, p. 182).

Pelo exposto, vai ficando cada vez mais relacionada com o esporte aquela prática que muitos de nós aprendemos a ouvir chamar de ginástica. Ou seja, acreditamos que em muitos casos, quando nossos instrutores falavam sobre a ginástica, reportavam-se a ações referentes às práticas esportivas. Afrânio Peixoto, diretor da Escola Nacional e diretor da Instrução Pública, no Rio de Janeiro, ao proferir palestra sobre "A educação física, intelectual e cívica e a defesa nacional" (PEIXOTO, Afrânio. *Ensinar a Ensinar*: ensaios de pedagogia aplicada à Educação Nacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.), em 1917, nos chama a atenção sobre essa não-distinção entre ações relacionadas ao esporte e à ginástica. Numa passagem, observando a reclamação dos pais de alunos contra as aulas de educação física, que, segundo ele, protestaram *porque botaram os filhos na escola para aprender e não para serem acrobatas...*(p.16), vai contra-argumentar fazendo a seguinte ponderação: *Permiti-me que vos conte uma impressão pessoal sobre a qual tenho gosto de insistir. Que pensais do jogo de foot-ball? Eu vos asseguro que ele está reformando, senão refazendo, o caráter do Brasil* (p.17). Ao tentar defender a ginástica diante da desconfiança dos pais, o que faz é narrar todo tempo sua primeira visita a um campo de futebol para apreciar um jogo entre jogadores brasileiros e ingleses. Era assim que dizia: *Lembra-me sempre a primeira vez que fui aqui a um campo de jogo. Povo garrido e entusiasta, a rebentar as arquibancadas para assistir a um match de patrícios, desafiados por equipe forasteira, que atravessara os mares para se medir conosco.* Ou seja, o que faz é defender o esporte.

Ainda interessa observar que a ginástica, assim como algumas práticas como a esgrima, a natação e o próprio futebol, segundo Delson Renault, já na década de 1880 aparecia nos colégios da Corte, como o Alberto Brandão. Isso deixa evidente que, longe de ser um ato de grupos sociais que estavam afastados do processo de civilização, a esportivização de algumas ações era mesmo uma obra daqueles que queriam orientar o processo. Por isso, a escola não poderia ficar de fora.

Mas, para concluir, voltemos ao ponto de partida. A porta de entrada da escola nos permite ver uma trilha a mais na explicação acerca da implantação dos esportes entre nós. O dueto com a ginástica, mostra e anuncia uma busca constante por uma forma de "antídoto" à crescente "rotinização" produzida pela racionalização da vida. No nosso entendimento, o esporte foge dessa rotina como um trasbordamento temporário e provisório de sensações agradáveis, ou melhor, específicas. O que o distingue de outras ações é que ele anuncia um outro patamar na relação intra e intergrupos, também num sentido de um autocontrole mais bem definido. O crescente gosto pelos esportes, que desponta primeiramente nos grupos de elite e depois se expande para outros segmentos, demonstra o sentido desse processo. Isso não significa dizer que daí estão alijadas as relações de poder e violência. Ao contrário, talvez nos permita mesmo afirmar, como Jaques Defrance, que, "*quando o processo de civilização está adiantado [ou se adiantando], a violência também pode ser voltada contra si mesma, sob a forma de coerção autoministrada, disciplina, sacrifício, exposição ao risco. Um bom exemplo é dado pelo esporte de alta competição* " (, p. 239).

Do Estado Patrimonial ao Estado Pós-Burocrático: Considerações sobre a Defesa do Interesse Público

Ricardo Ismael- PUC-Rio

1. Introdução

O primeiro governo Vargas foi responsável pela implantação do Estado racional-legal burocrático, sendo a reforma administrativa de 1936 um marco na modernização da administração pública brasileira. Em contrapartida o governo originado na revolução de 1930 terminou promovendo pactos de caráter regionalista e estimulando um corporativismo estatal, os quais tiveram desdobramentos muitas vezes danosos ao bem comum.

Outras tentativas de mudanças nesta direção podem ser apontadas na história republicana brasileira, sendo que a última delas, no governo Fernando Henrique, procurou oferecer os contornos de um Estado pós-burocrático. Estas iniciativas, entretanto, foram insuficientes para acabar com o sistema híbrido existente no Brasil, o qual faz conviver princípios universalistas e meritocráticos e práticas tipicamente patrimonialistas no cotidiano da administração pública do país. O artigo procura destacar que o fortalecimento e a consolidação dos ideais republicanos estão associados a quatro processos principais. Em primeiro lugar, é preciso dar continuidade a Reforma do Estado, na sua vertente administrativa, para que as etapas de elaboração, de implementação e de avaliação de políticas públicas, nos três níveis federativos, possam de fato atender o interesse público. É necessário também fazer avançar o processo democrático, redefinindo a relação entre o Estado e a sociedade através da ampliação da participação e do controle social sobre os poderes públicos. Além disso, deve-se continuar questionando o comportamento contrário aos princípios republicanos das elites brasileiras, e do povo em geral, para que sejam estimuladas transformações na cultura política existente. Finalmente, é fundamental fortalecer e aperfeiçoar as instituições defensoras da *res publica,* tais como os Tribunais de Contas, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Trata-se, na verdade, de consolidar o sistema de controles mútuos entre os três poderes da República, para que os desvios de conduta na administração pública possam ser prevenidos, reprimidos e punidos.

2. Administração Gerencial e Democracia com Controle Social

Alguns entendem que para evitar que os recursos públicos possam continuar sendo apropriados privadamente no Brasil "a democracia deve ser aprimorada para se tornar mais participativa ou direta; e a administração pública burocrática devia ser substituída por uma administração pública gerencial" (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 89). Neste enfoque, admite-se que a reforma burocrática conseguiu alguns êxitos em relação ao patrimonialismo. Entretanto, terminou fracassando na luta contra o corporativismo dos servidores públicos. Desta forma, a reforma gerencial é elogiada por continuar combatendo apropriação privada do patrimônio público, no sentido weberiano, e também se colocando contra o corporativismo da burocracia estatal, outra forma de captura dos recursos públicos. A introdução de mecanismos gerenciais na administração pública permitiria dar uma maior ênfase nos resultados, reduzindo assim a ineficiência do serviço público e a força do corporativismo (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 94).

Por outro lado, aparece uma defesa veemente "do aprofundamento dos mecanismos democráticos de controle por intermédio do parlamento, da imprensa, e do controle social direto" (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 94). É razoável pensar que o avanço da democracia contribui para a defesa da *res publica,* na medida em que a mídia pode exercer seu papel livremente, ou mesmo porque deve existir uma fiscalização maior do legislativo e uma cidadania mais ativa. A idéia de um controle social direto sobre os recursos públicos encontra-se afinada com algumas experiências recentes, como o orçamento participativo e a criação de conselhos comunitários para acompanhar alguns programas sociais federais. É possível dizer que a ampliação da participação da sociedade pode ajudar a melhorar o desempenho governamental, trazendo uma contribuição positiva para afirmação da tradição republicana. Entretanto, é preciso lembrar que estamos distantes, na maioria dos municípios brasileiros, de um cenário que permita esperar um controle social mais efetivo. Ainda falta um envolvimento maior da sociedade com os negócios públicos, de modo que não se pode esperar dela o papel de principal fiscal dos poderes públicos. Em outras palavras, não

encontramos em todo lugar uma cultura política que favoreça as relações horizontais, o associativismo e a participação social (PUTNAM, 1993).

3. A Difícil Relação entre o Público e o Privado na Sociedade Brasileira

A modernização da administração pública no Brasil encontrou sempre resistências na cultura política predominante nas elites, e por que não dizer no povo em geral. Paradoxalmente, entretanto, "o foco de nossos programas de mudança tem sido sempre o Estado e jamais a sociedade que, afinal de contas, deveria ser igualmente preparada (e assim transformada) para receber essas mudanças"(DaMatta, 2002, p. 33) É possível dizer, por outro lado, que as dificuldades para modernizar a administração pública não estão ligadas apenas às resistências das elites. O Brasil é também um desses países onde o moderno e o tradicional convivem juntos, trazendo reflexos no comportamento moral dos homens. O cotidiano brasileiro é marcado por "uma 'ética dupla' na qual ora se toma decisões seguindo os valores modernos e impessoais, ora se age em função da família, das simpatias pessoais e das relações que consideram o caso de "João' ou de 'José" diferente porque eles são amigos e estão acima da lei" (DaMatta, 2002, p. 38).

O administrador público no Brasil reproduz essa "ética dupla". Ele encontra-se pressionado por duas formas de conduta que competem entre si, sem que nenhuma delas se torne hegemônica. Em cada situação fica sujeito ao seguinte dilema: agir conforme as expectativas do mundo das relações pessoais ou agir de acordo com os princípios e valores da ética pública. Agindo de uma ou de outra maneira ele estará acertando, pois poderá sempre justificar seu comportamento com base nos princípios do universo da casa(mundo familiar) ou com base nos valores da rua(espaço público).

A mudança na direção de uma ética pública deve começar na sociedade. É preciso "trabalhar a ética pensando não apenas na legislação, mas sobretudo na disseminação de certas atitudes, chamando atenção para os conflitos entre as demandas impessoais dos cargos públicos - que são serviços que as pessoas prestam à comunidade - e os legítimos reclamos das relações pessoais, da casa e da família. Não se pode isolar por lei a esfera pública da vida pessoal e íntima de cada um"(DaMatta, 2002, p. 51). A modernização da

administração pública no Brasil depende de mudanças mais profundas na cultura política do país, pois, muitas vezes, normas e instituições defensoras da coisa pública não recebem apoio da sociedade.

4. A Evolução Institucional na Questão da Ética Pública

A tradição republicana depende em grande medida do avanço das instituições defensoras da *res publica.* Alguns especialistas chegam a afirmar que "nos países desenvolvidos institucionalmente, a corrupção é um fenômeno marginal, dado que o patrimonialismo também é marginal... Já em países subdesenvolvidos institucionalmente a corrupção é estrutural e invade praticamente todos os espaços da vida pública e privada .... os mecanismos de controle e punição são menos eficazes"(SILVA, 2001, pp. 56-57). De fato, um dos problemas da política moderna é construir instituições que defendam e valorizem a coisa pública. Neste particular, houve avanços recentes no Brasil, especialmente a partir da Constituição de 1988. Existem várias entidades, no plano federal, envolvidas com a questão da ética pública, como pode ser visto nos quadros a seguir.

Quadro n º 1 -Órgãos do Poder Executivo que têm por finalidade principal a questão da ética pública

Entidade	Atribuições
1. Comissão de Ética Pública	Compete-lhe acompanhar e aferir a observância das normas estabelecidas no Código de Conduta da Alta Administração Federal e aplicar as penalidades nele previstas;
2. Comissões de Ética	Compete-lhes orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público;
3. Corregedoria-Geral da União	Compete-lhe defender o patrimônio público, supervisionar, coordenar e fiscalizar a atuação dos demais órgãos do Poder Executivo, no que tange à apuração de desvios de condutas que importem em prejuízo ao erário;
4. Corregedorias Específicas	
4.1 -Corregedoria-Geral da Secretaria de Receita Federal	- Criada com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas sobre ética profissional e disciplina de seus servidores;
4.2-Corregedoria-Geral da Polícia Federal	- Criada para elaborar normas orientadoras das atividades e apurar irregularidades;

4.3 - Corregedoria-Geral da Advocacia da União(AGU)	- Criada com a finalidade de fiscalizar as atividades funcionais dos membros da AGU e apreciar representações relativas às funções deles;
4.4 - Corregedorias das Agências Nacionais Reguladoras	- Criada para acompanhar o desempenho dos servidores da agência e realizar os processo disciplinares a eles relativos.

Fonte: MORAIS, 2001, pp. 33-34.

Quadro n º 2 - Órgãos do Poder Executivo que têm a questão da ética pública entre suas atribuições

Entidade	Atribuições
5. Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento	Exerce as funções de Órgão Central do Sistema de Pessoa Civil do Poder Executivo, competindo-lhe supervisionar e fiscalizar a obrigação da autoridade competente de promover a apuração imediata de irregularidade, ressalvada a competência da Corregedoria-Geral da União quando se tratar de infração que cause lesão ao patrimônio público;
6. Secretaria Federal de Controle	Possui competência para realizar auditoria sobre gestão dos recursos públicos fedreais sob responsabilidae de órgãos e entidades públicos e privados;
7. Polícia Federal	Compete-lhe apurar as infrações penais praticadas contra bens, serviços e interesses de União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;

Fonte: MORAIS, 2001, pp. 34-35.

Quadro n º 3 - Órgãos do Poder Legislativo que têm a questão da ética pública entre suas atribuições

Entidade	Atribuições
8. Tribunal de Contas da União	Exerce a função de fiscaliza e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros públicos, aplicando as penalidades cabíveis, nos casos de irregularidades ;
9. Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	Compete-lhes receber petições, reclamações, representações e queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
10. Comissões Parlamentares de Inquérito	Podem ser criadas para apurar fato determinado, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público;

Fonte: MORAIS, 2001, p. 35.

Quadro n º 4 - Atribuição do Ministério Público e do Poder Judiciário na questão da ética pública

Entidade	Atribuições
11. Ministério Público	Compete-lhe promover, privativamente, a

	ação penal pública, nos casos de crime contra a administração pública, bem como inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social , do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
12. Poder Judiciário	Compete-lhe impor as sanções penais, nos crimes contra a Administração Pública, as sanções civis por ato de improbidade administrativa, bem como autorizar, quando solicitado pelo Ministério Público ou pela Polícia Fedral, o acesso desses órgãos a dados acobertados por sigilo ou protegidos pelo direito à intimidade ou à privacidade, bem como decretar as medidas cautelares de busca, apreensão e sequestro d ebens , quando for provocado.

Fonte: MORAIS, 2001, pp. 35-36.

No caso brasileiro não faltam instituições defensoras da ética pública. O problema maior está na falta de articulação entre elas, no interior do Poder Executivo ou entre os órgãos dos três poderes da República, especialmente nos casos que exigem uma investigação mais ágil, rigorosa e competente. Além disso, falta ao Tribunal de Contas da União uma maior autonomia em relação ao Poder Executivo, impedindo-o, muitas vezes, de prestigiar os pareceres dos auditores públicos. Faltam também ações de caráter preventivo, o que parece apontar para a necessidade de introduzir um modelo de gestão da ética pública como ocorre com outros países (REIS, 2001, pp.59-60).

É importante ressaltar ainda que o Poder Executivo parece ser mais controlado e fiscalizado do que os outros dois poderes. É natural que seja assim, pois o governo federal é responsável pela execução do orçamento público. Entretanto, não se deve deixar de ter meios para controlar e fiscalizar as ações do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, pois suas decisões podem também acarretar prejuízos ao patrimônio público.

Finalmente, não custa lembrar que existem três níveis federativos. O avanço institucional precisa ocorrer na União, estados e municípios, para que se possa impedir efetivamente a apropriação privada dos recursos públicos. A tarefa, portanto, é mais difícil e demorada.

5. Considerações Finais

A história republicana brasileira mostra que a administração pública passou por muitas reformas, ou tentativas de reformas quando se buscava o fim das práticas patrimonialistas. A última delas, no governo Fernando Henrique, teve infelizmente uma ênfase demasiada na redefinição do papel do Estado na economia e na redução dos gastos públicos, sendo prioritária a diminuição do número de funcionários públicos e a contenção das despesas em geral. Estas iniciativas foram insuficientes para acabar com o sistema híbrido existente no Brasil, o qual faz conviver na administração pública princípios republicanos com práticas de caráter patrimonialista.

O artigo procurou ressaltar que o fortalecimento da tradição republicana no Brasil contemporâneo envolve quatro processos principais. De forma resumida, é preciso fazer avançar os instrumentos de gestão, diminuindo a predominância dos interesses corporativos, estimulando a avaliação dos resultados obtidos e valorizando carreira de gestor de políticas públicas. Adicionalmente, é necessário continuar ampliando o controle social sobre os poderes públicos. Neste caso, a descentralização política, a transparência dos negócios públicos e a prestação de contas dos gastos são elementos decisivos para estimular o envolvimento da sociedade. Em terceiro lugar, cabe combater o comportamento contrário ao ideal republicano das elites brasileiras e do povo em geral, durante o processo eleitoral, as licitações públicas e as seleções para ocupação de cargos públicos. Mais importante, é fortalecer e aperfeiçoar as atuais instituições defensoras da *res publica,* para que se possa consolidar o sistema de controles mútuos entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Não se pode esquecer que falta ao cidadão comum meios para inibir, reprimir ou punir os desvios de conduta na administração pública. Cabe, enfim, as instituições republicanas combater as práticas lesivas ao interesse público.

Bibliografia

BRESER PEREIRA, Luiz Carlos, (1998). *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.* São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP.

_____, (2001). Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: SACHS, Ignacy (org.). *Brasil : um século de transformações.* São Paulo, Companhia das Letras, pp. 222-259.

CARNEIRO, João Geraldo Piquet et alli, (2002). *Promoção da Ética: A Experiência da Comissão de Ética Pública.* Comissão de Ética Pública, www.presidencia.gov.br/etica.

CARVALHO, José Murilo de, (1993). "Federalismo y centralización en el imperio brasileño: historia y argumento". *In*: Carmagnani, Marcello (coord.), *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/ Argentina.* México, El Colegio de México, Fondo de Cultura Económica.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, (2002). *Seminário Internacional de Ética como Instrumento de Gestão.* Volumes 1, 2 e 3. Brasília, ESAF.

CUNHA, Murilo Rodrigues Soares da & SOARES, Mauro Sérgio Bogéa, (2002). *Um estudo introdutório para mensurar o grau de exposição dos órgãos governamentais ao risco de desvio ético.* Comissão de Ética Pública, www.presidencia.gov.br/etica.

DAMATTA, Roberto, (2002). *Considerações Sócio-Antropológicas Sobre a Ética na Sociedade Brasileira.* Comissão de Ética Pública, www.presidencia.gov.br/etica.

DINIZ, Eli, (2000). *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990.* Rio de Janeiro, Editora FGV.

FAORO, Raymundo, (1985). *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro,* vol. 1, 7ª edição, Rio de Janeiro, Globo.

ISMAEL, Ricardo, (2005). *A Ética na Administração Pública Brasileira.* Rio de Janeiro, Curso à Distância, CCEAD-PUC-Rio/Ministério das Relações Exteriores.

MEDEIROS CARNEIRO, Regina Queiroz, (2000). *Em Busca da Eficiência na Administração Publica: Análise dos Processos de Reforma Administrativa Brasileiros.* Rio de Janeiro, mimeo.

MONTESQUIEU; tradução Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues, (1962). *Do Espírito da Leis.* Vol. 1, São Paulo, Difel.

MORAIS, José Leovegildo Oliveira, (2001). *Identificação de Modelos e Práticas de Gestão da Ética na Administração Pública Federal Brasileira.* Comissão de Ética Pública, www.presidencia.gov.br/etica.

NUNES, Edson, (1997). *A Gramática Política do Brasil: .clientelismo e insulamento burocrático.* Rio de Janeiro/Brasília, Jorge Zahar Editora/ENAP.

PENNA, João Camilo, (2003). *A Construção da Cultura da Transparência.* Comissão de Ética Pública, www.presidencia.gov.br/etica.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, (1994). *Çódigo de Ética Profissional do servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Presidência da República, www.servidor.gov.br*

_____, (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.* Brasília, Presidência da República; Câmara da Reforma do Estado.

_____, (1999). *Criação da Comissão de Ética Pública. Presidência da República,* www.presidencia.gov.br/etica.

_____, (2000). *Exposição de Motivos Sobre o Código de Conduta da Alta Administração. Presidência da República,* www.presidencia.gov.br/etica.

_____, (2002). *Código de Conduta dos agentes Públicos em Exercício na Presidência e Vice-Presidência da República. Presidência da República,* www.presidencia.gov.br/etica.

PUTNAM, Robert D., (1993). *Making Democracy Work.* Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

REIS, Claúdio , (2001). *Levantamento Sobre Experiências Internacionais de Modelos e Práticas de Gestão da Ética Pública.* Comissão de Ética Pública, www.presidencia.gov.br/etica.

RIBEIRO, Renato Janine, (2001) . *A República,* São Paulo, Publifolha.

SCHWARTZMAN, Simon, (1988). *Bases do Autoritarismo Brasileiro.* 3ª ed. , Rio de Janeiro, Campus.

SILVA, Marcos Fernades Gonçalves da ((2001). *A Economia Política da Corrupção no Brasil.* São Paulo, Editora SENAC São Paulo.

SOARES, Mauro Sérgio Bogéa, (2002-a). *Modelos de Gestão da Ética em 30 Países*. Comissão de Ética Pública, www.presidencia.gov.br/etica.

WEBER, Max; tradução de Waltensir Dutra, (1982). *Ensaios de Sociologia*. Guanabara, 5ª.edição, Rio de Janeiro.

Batalhas de algodão: a infância operária interrompida pelo trabalho nas indústrias têxteis do rio de janeiro.*

Ricardo Medeiros Pimenta

Introdução:

Este trabalho analisa nas indústrias têxteis do Rio de Janeiro algumas questões referentes ao emprego do trabalho infantil utilizando, para tal, alguns estudos de casos referentes às décadas de 20, 30 e 40. A imagem do operário esteve, portanto, não só emoldurada pela participação dos homens e mulheres, como também pela presença "dócil" e rentável da mão-de-obra infantil. No período estabelecido em nossa pesquisa, sendo este a primeira metade do século XX, os atores sociais que hoje são "velhos" trazem em sua memória a "marca" — a lembrança — de sua entrada no espaço fabril, e assim, de sua própria infância mesclada às relações de trabalho ali desempenhadas.

Dessa forma, ao exporem sentimentos onde melancolia e saudades agregam suas lembranças pela fala, estes ex-operários explicitam nos próprios discursos algumas condições nas quais a infância é interpelada de forma muito íntima pela lembrança do barulho e periculosidade das lançadeiras e rolos, pelos restos de algodão, pelo calor das tinturarias e o duro trabalho do alvejamento.

Para este estudo, o operariado aqui tratado, através do uso metodológico da História Oral, compôs-se das companhias têxteis América fabril e Nova América; companhias estas de relevante significância no cenário urbano carioca do século XX.

Enquanto a América fabril foi fundada ainda em 1878, no distrito de Magé, em Pau Grande; a Nova América só viria a existir após uma cisão da diretoria da, então, América Fabril em 1924. Neste ano a América Fabril possuía, então, mais quatro fábricas na cidade do Rio de Janeiro, apontando assim como o maior complexo industrial têxtil do estado do Rio de Janeiro na primeira metade daquele século — as fábricas compunham-se das unidades Cruzeiro, no Andaraí; Bonfim e Mavilis, no Caju e Carioca, no Jardim Botânico.

Já a Nova América localizou-se por quase 35 anos unicamente no bairro de Del Castilho, no subúrbio carioca, quando então, se expandiu para a localidade de Imbariê no

município de Duque de Caxias nos anos 60. Este fato, entretanto, não impediu que a mesma, juntamente com outras industrias de “peso” — como a antiga companhia Progresso Industrial, ou a fábrica Confiança —, tornasse grande concorrente da percussora América Fabril.

São, portanto, estes operários de diferentes unidades fabris as quais compunham estas duas companhias, que têm em seus relatos alguns dos "retalhos" que compõem uma memória ainda atuante no espaço social; e que na história de vida de diversos deles apresentam como uma de suas demais interseções, a questão do trabalho infantil.

O cenário infantil no *kosmos* fabril:

Nas companhias têxteis estudadas as crianças compunham um número expressivo de operários. Serviços de escolas primárias e creches — muito usados por políticas industriais patronais, por exemplo — tornavam-se, assim, não só um benefício que muitas vezes seria pago através de uma mão-de-obra “barata” ou “dócil”, quase “agradecida”[1]; tornavam-se também extensão do “braço” disciplinador e institucionalizante fabril que por sua vez controlava parte da vida exterior à fábrica.

Ou seja, uma “disciplinarização extensiva”[2], preocupada não só pela ação dos operários adultos, e em seu controle; mas também pela “docilização” dos jovens instituindo-os desde o mais breve início no ritmo do trabalho ali desenvolvido; estendendo, assim, os meios de controle do trabalhador à esfera privada, infligindo à sua família as mesmas diretrizes sociais e políticas.

Ou seja, como um meio de “salvaguardar” o futuro dos jovens, a admissão de menores tornava-se cada vez mais comum para as grandes e “magnéticas”[3] indústrias do cenário urbano carioca — principalmente nas décadas de 1900, 10 e 20. Como Maria Auxiliadora G. de Decca aponta, o trabalho dos menores era, portanto, justificado pela direção fabril como meio de “retirá-lo de meios ‘malsãos’ e viciados”[4].

Para grande número destes antigos operários, a ida à fábrica esteve intimamente ligada com a necessidade de dinheiro para suas famílias e, assim, da contribuição para o

orçamento da casa. E era desta forma que, segundo Margareth Rago, o discurso industrial se mantinha já desde as primeiras décadas do século XX:

> "(...) os próprios pais operários desejavam que seus filhos trabalhassem em seus estabelecimentos, pois isto representaria um alívio no orçamento doméstico. Os dois lados sairiam beneficiados deste contrato: os patrões economizariam ao empregar uma força de trabalho não-especializada e mais econômica; os pais lucrariam, completando seu rendimento financeiro".[5]

De fato, era na admissão de jovens, crianças e mulheres que as fábricas diminuíam seus gastos com o operariado. Uma mão-de-obra pouco qualificada, e mais suscetível à disciplina e suas conseqüências — no caso das crianças, principalmente — compunha também o espaço social[6] operário, cuja formação muitas vezes sustentava-se pelos discursos de "moralização" e de bem social:

> "(...) A subtração dos menores das fábricas, longe de lhes dar amparo abre-lhes as portas para a vagabundagem e para o vício, a que serão conduzidos com todo o seu cortejo de misérias e ignomínias."[7]

A questão do orçamento familiar sempre se mostrava implicada à necessidade do trabalho. Mesmo nos anos 40; como o caso do senhor "Toninho"; ex-operário da companhia Nova América, que ali trabalhara desde 1946 até início de 2004. Imbuído de afeto e ansiedade na construção de sua narrativa, o sr. Toninho lembra da época que, ainda menor de idade, começara a trabalhar na mesma companhia que seu pai integrava desde a formação em 1924:

> "(...) 22 de janeiro de 1946, a pedido do meu pai, seu Avelino José Fernandes, pediu e tal, tem um filho que queria ingressar... bota lá pra trabalhar, pra ajudar ele também na ajuda do orçamento da casa... (...) aí meu pai pediu sabe? (...) dali a minha carreira começou. Meu pai pediu, aí eu fui pra fiação... pra fiação <u>nova</u>, por que meu pai era <u>chefe</u> da fiação velha (...)".[8]

Da mesma forma, outros companheiros de fábrica, como o caso do senhor Agenor — também um ex-operário da Nova América desde 1949, esteve presente em diversas seções

e cargos —, compartilham as mesmas questões acerca dos motivos para o ingresso nas fileiras operárias. Suas histórias de vida retratam um cotidiano social da família proletária que encontrava no trabalho, exercido por todos seus membros possíveis, o canal de sobrevivência.

> "(...) nós viemos numa situação muito difícil né, meu pai era chofer de praça, e... teve racionamento de gasolina, teve que ir pra guerra; foi uma época de muitas privações; (...) Aos treze anos, quando nossa necessidade, começar a trabalhar, eu comecei a trabalhar com treze anos com autorização do juizado de menores, comecei a trabalhar com uns 13 anos na, numa seção de... tinturaria de pano, um conjunto de seções que chamava de acabamento geral que pegava o pano cru, né? (...) Um, um lugar assim de uma insalubridade muito grande, muita insalubridade, muito calor, né? E... eu com meus 13 anos encarei, enfrentei aquela solidão [emoção]. Era um emprego provisório, provisório para que eu pudesse dar continuidade aos meus estudos que estavam interrompidos; e eu realmente fui trabalhar (...)".[9]

A entrada desses jovens, entretanto, estaria tangenciada não só pela necessidade primária de ajuda à família. O ideal do "ser cidadão", de ser parte de um "orgânico" todo, enquanto uma "pessoa coletiva"[10] já estava disseminado desde os anos 30, permeando no imaginário popular o binômio trabalho/cidadania. O valor do trabalho pairava como parte indissociável à constituição do homem enquanto cidadão; e neste escopo, não só homens como mulheres e crianças também detinham em um imaginário coletivo a questão do trabalho, e de sua capacidade produtiva, como "passagem" para a cidadania.

Neste ínterim, como tratar de cidadania, e questões que englobem um dito "ator coletivo" quando os atores, que "interromperam" sua infância pelas relações de trabalho, o fizeram ainda nos tumultuados anos 20? O que os impulsionava, além da necessidade de subsistência familiar, ao trabalho dentro das sóbrias fábricas de "tradições"[11] britânicas?

Lembramos, ainda, que o objetivo corrente não está na afirmação de que a infância destes trabalhadores tenha sido integralmente "extirpada" de seu tempo. O sentido de "interrupção" aqui proposto trata da condição criada na relação de trabalho indústria/operário que a criança se submetia; isentando a si mesma por força e dever do trabalho, e produção

de mais-valia, da sua condição de criança onde, naquele momento suas "(...) energias infantis" se atrofiavam.[12]

Segundo Angela de Castro Gomes, não estava ainda completamente instituída entre os trabalhadores da primeira república uma "identidade positiva para aqueles que trabalhavam e para o ato de trabalhar"[13]. Ademais, poderíamos afirmar que durante todo o período referente aos primeiros 40 anos — aproximadamente — da República, um processo de formação de uma consciência comum de "culto ao trabalho"[14] se fazia presente nas fábricas, na política, nas escolas e na família.

Tal desejo pelo trabalho era um contraponto à ética da malandragem, ainda muito comum no Rio de Janeiro, por exemplo. Quem trabalhava era, dessa forma, produtivo e de boa moral[15]; atributos que *lato sensu* associavam-se às imagens de independência e maturidade. Segundo um dos entrevistados, o senhor Herrero, — ex-operário da fábrica Carioca, com 85 anos —, sua primeira função assim que entrara na fábrica ainda na década de 20 com apenas 10 anos, foi limpar o chão e as dependências dos restos de algodão:

> "Eu tinha 10 anos (...) Garoto alto, forte. Eu queria era trabalhar, na época, tava em casa e dinheiro era comigo mesmo! (...) e como eu, ia todos os garotos do meu top naquela época, né? Pra ganhar dinheiro. Resultado, fomos lá e fomos aceitos na mesma hora, né? Começamos logo a trabalhar. Eu ganhava na época, e... 70 centavos por, por, por hora, né? Dava uma média de 21 mil réis por mês, mais ou menos né? 8 horas por dia, né?".[16]

Relacionado ao crescente exercício de valorização do trabalho pelo estado, também figurava a incipiente execução das leis referentes ao trabalho infantil. Desde meados dos anos 20 que o trabalho infantil como operário nas fábricas era apenas permitido para maiores de 14 anos[17]. Entretanto, a idade não se apresentava como empecilho, uma vez que a própria administração da fábrica a alterava para registro:

> "Antigamente a gente... Como é que se diz? É... Não, não dava o, a idade certa por que tinha que fazer isso porque não existia ainda, é, carteira. (...) Então agente aumentava lá o... o pessoal lá, lá do escritório aumentava a idade".[18]

A valorização do trabalho, portanto, contribuía na desvalorização do indivíduo em detrimento do coletivo e da produção. O baixo custo dos operários não-especializados — e este era o caso do trabalho infantil, em maioria — se impunha a uma outra espécie de custo: a integridade física.

> "(...) No Brasil, existem numerosíssimas creanças entre 13 e 14 annos que labutam nas industrias, concorrendo de forma efficientissima para a melhoria das condições dos que lhes são caros, sem que isto importe na perda da sua saúde ou no retardamento da sua evolução physica e psychica".[19]

Os acidentes tratavam de "marcar" ainda mais a infância "consentida" pelo apito da fábrica. Nas palavras de antigos trabalhadores, como Dona Esmeralda — fiandeira e tecelã da unidade Mavilis da América Fabril, desde meados dos anos 20, hoje com 95 anos de idade —, está no toque da pele:

> "Existia um caixote que agente botava algodão; o resto do algodão ali, pra guardar pra depois ir recolher... E eu quando empurrei com a mão, a mão escapuliu e entrou dentro do tambor... Que roda, pra rodar as espulas pra encher. Então, aqui a marca. [*Dona Esmeralda mostra em sua mão cicatrizes que denunciavam um antigo ferimento. Um pouco mais suaves pelo tempo, porém extensas, as cicatrizes mostravam assim que o acidente fora já há muitos anos*]. (...) levei 3 meses pra curar isso aqui".[20]

Os acidentes de trabalho, comuns no espaço de trabalho fabril dos séculos XIX e XX, apontavam como um dos indicadores da má qualificação ainda presente no operariado, e das más condições de trabalho, onde mutilações ou doenças — em diversos casos com crianças — compunham o "quadro" das primeiras décadas do trabalho fabril. Assim como Dona Esmeralda, o senhor Herrero também se tornara vítima da inexperiência e do maquinário de funcionamento intermitente.

O trabalho, vindo igualmente como um precoce signo de independência e maturidade, não lhe apresentou só bons momentos. O acidente que lhe mutilara a mão direita em uma prensa, causando a perda de 3 dedos marcara bem a época de sua entrada na fábrica. Outros acidentes da época de sua infância mostravam-se muito comuns,

especialmente em determinadas seções da fábrica como era a seção da chamada "máquina do Diabo".[21]

> "Uma máquina que tinha uma porção de lâmina assim que trabalhava assim [gesticula com os braços], sabe? Umas máquinas grandes, umas máquinas enormes (...) Não sei como é que fazia, só sei que o algodão era jogado ali, e, e, em bruto; aquelas facas trituravam, tanto que cortou vários braços, e um monte de operário ai ficaram sem braço, sem mão, porque... descuidava na hora de, descuidavam conversando, brincando, contando caso e tal... As vezes, descuidava e Pá! (...) não tinha indenização, não tinha nada (...)".[22]

Assim como os trabalhadores aqui apresentados, outros protagonizaram a mesma situação no cenário industrial da primeira metade do século XX. A imagem do menor de idade, muito explorada por ser mais barata e de fácil controle, esteve nos alicerces da própria formação da classe operária brasileira.[23] Suas questões, portanto, vão além da exploração patronal e da busca de controle de massas produtivas.

Conclusão:

O trabalho infantil, bem como a dinâmica ali experimentada pelos operários, trouxe à discussão não apenas uma marcação política e econômica; mas sim uma marcação presente na memória desses homens e mulheres que se constituiram na experiência coletiva e nas relações sociais ali desempenhadas. A infância e suas características lúdicas não estão presentes na lembrança desses atores. Ela está, no entanto, acompanhada pelo trabalho mecânico dos teares e demais maquinários onde se identifica ali presente.

Para estes atores sociais as lembranças de infância se confundem com as precoces lembranças de trabalho; a infância e sua própria lembrança, portanto, se interrompe tanto na memória quanto na formação da fala, uma vez que ela também é memória de trabalho, memória operária.

---

[*] Este trabalho constitui-se como parte, adaptada, da dissertação de mestrado em Memória Social, em desenvolvimento, por Ricardo Medeiros Pimenta na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

[1] O termo usado traz consigo uma característica latente nos depoimentos colhidos e no próprio contato com o campo de pesquisa; a gratidão e o afeto desenvolvido pelos integrantes das redes de contato. Diferentemente da

companhia América Fabril, o afeto com a Nova América pelos seus antigos operários parece prevalecer de forma unânime.

[2] PERROT, Michelle. "Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros". Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1988. p. 19.

[3] A indústria pode ser descrita como "um espaço magnético, marcado por pontos de atração e linhas de força". *"(…) Il ressemble davantage à un espace magnètique marqué par des points d'attraction, des lignes de forces"*. In: BACHELET, Bernard. *L'espace Vécu* In: *"Le Espace"*. Paris: PUF, 1998. p. 6.

[4] DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. "Cotidiano de trabalhadores na República". Col. Tudo é História nº130. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1989. p. 57.

[5] RAGO, Margareth. "Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930". 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora Paz e Terra, 1997. p. 139.

[6] O espaço social é composto pelos diferentes atores que ali atuam de forma política, cultural, simbólica, religiosa, econômica e afetiva. BOURDIEU, Pierre. (coord.) "A Miséria do Mundo". Rio de Janeiro – RJ: Editora Vozes, 2003. pp.

[7] COMÉRCIO, Jornal do. "Carta do centro da indústria do calçado e comércio de couros". 25 de setembro de 1917.

[8] Entrevista com o Sr. Antonio José Fernandes (Toninho), aposentado pela da Companhia Nova América; concedida ao autor em 22 de outubro de 2004. As palavras sublinhadas expressam ênfase na fala do personagem. Assim como este fragmento, os demais seguirão — quando necessário — este mesmo parâmetro.

[9] Entrevista com o Sr. Agenor Figueira Rodrigues, aposentado pela da Companhia Nova América; concedida ao autor em 26 de outubro de 2004. O conteúdo escrito em colchetes trata da impressão do entrevistador no momento do depoimento da entrevistada

[10] GOMES, Angela de Castro. "A invenção do trabalhismo". 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2005. pp. 229-231.

[11] As tradições que nos referimos associa-se às práticas e técnicas características das fábricas inglesas que serviram, em muito, de modelo a implementação do setor fabril têxtil no Brasil, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

[12] RAGO, Margareth. Op. Cit. p. 138.

[13] GOMES, Angela de Castro. "Cidadania e direitos do trabalho". Col. Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 16.

[14] GOMES, Angela de Castro. "A invenção do trabalhismo". 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2005. p. 26.

[15] Sobre a ética do não-trabalho (malandragem) e a questão da moralidade presente no trabalho, ver em GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. pp. 25-26.

[16] Entrevista com o Sr. Antonio Herrero Ramos, aposentado como funcionário do Jardim Botânico e ex-operário da Companhia América Fabril, unidade Carioca; concedida ao autor em 30 de setembro de 2004.

[17] Lei Federal, decreto nº 5.083 de 01 de dezembro de 1926.

[18] Entrevista com Dona Esmeralda da Silva Sereno, aposentada. Ex-operária da Companhia América Fabril, unidade Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005.

[19] Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem, S.P. "Um ensaio de socialismo de Estado no Brasil e as indústrias nacionais" pp. 43-55. In: CARONE, Edgard. "O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)". Col. Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Editora DIFEL, 1977. pp 409-419.

[20] Entrevista com Dona Esmeralda da Silva Sereno, aposentada. Ex-operária da Companhia América Fabril, unidade Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005. O conteúdo escrito em colchetes trata da impressão do entrevistador no momento do depoimento da entrevistada.

[21] Nome dado pelo sr. Herrero ao maquinário com lâminas usado para triturar o algodão que chegava *in natura* na fábrica Carioca.

[22] Entrevista com o Sr. Antonio Herrero Ramos, aposentado. Ex-operário da Companhia América Fabril, unidade Carioca; concedida ao autor em 30 de setembro de 2004.

[23] Algumas concepções ideológicas sobre o trabalho precoce, juntamente com a construção desse discurso no Brasil, poderiam estar relacionadas ─ uma vez que tratamos aqui da indústria de modelo inglês ─, à ideologia puritana. ALVARENGA, Alex Reinecke de. CAMPOS, Herculano Ricardo. "Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho". In: Estudos de Psicologia 2001, 6(2), pp. 229-230.

Os causos na região do Pantanal Brasileiro: identidade e poética (estudo)

RICARDO PIERETTI CAMARA – UAB

Causos pantaneiros são as narrativas orais conservadas e transmitidas pelos moradores da maior planície alagada do mundo, o Pantanal. Essas narrativas são fonte de informação e diversão do povo pantaneiro. Mas, desde que o chamado progresso chegou naquele lugar, na forma de rádio, televisão, antena parabólica; o causo pantaneiro começou ficar ameaçado de extinção.

Sobre a narrativa pantaneira, Fernandes, define:

" O conceito de literatura popular pantaneira desloca-se da ´busca da origem´ e recai sobre o contador. São as histórias contadas por pantaneiros, isto é, por pessoas que assimilaram os costumes e a cultura da região, que consideramos literatura popular pantaneira. Então, os mitos não precisam ser fundados no Pantanal para assumirem traços de lá, nem as lendas e os contos. Se não ignoramos as narrativas que se passam para além do Pantanal é porque acreditamos que aí se concentra uma riqueza de temas. O contador que fala em Corumbá traz consigo histórias dos rincões pantaneiros e dos lugares que visitou, morou ou ouviu falar." [1](Fernandes, 105-106).

Para tentar identificar os causos pantaneiros, fomos atrás de contadores de causos. O critério de escolha foi a consulta entre moradores das fazendas do Pantanal, na área localizada no Mato Grosso do Sul. Dos proprietários aos os peões, a maioria conhecia alguém que, para eles, tinha um talento para contar histórias.

Desta maneira, chegamos a dez contadores de causos, todos do sexo masculino, em sete municípios distintos. Dos dez, apenas dois estavam em fazendas, os outros oito, por motivo de doença, aposentadoria ou estudo dos filhos, se encontravam nos núcleos urbanos das cidades sul-mato-grossenses. Mas, com exceção de um contador, conhecido como Seu Mineiro, todos tinham uma história de vida na região pantaneira. A opção por Seu Mineiro, morador de fazenda no município de Dourados, cerca de 300 quilômetros do

[1] FERNANDES, Frederico Augusto Garcia; *Entre Histórias e Tereré*

Pantanal e de origem mineira, foi a possibilidade de comparação entre suas narrativas e as dos narradores pantaneiros. O contador mais jovem estava com 42 anos de idade e o mais idoso com 86 anos. A pesquisa de campo foi feita no decorrer do ano de 2004.

Foram ouvidas 167 histórias, as quais dividimos em 13 tipos, sendo eles: causo de onça, de cobra, de bichos diversos, de pescaria, de ser imaginário, de lugar imaginário, de pessoa perdida, de enterro, de luz misteriosa, de benzedor, de perigo, de mentira e de assuntos diversos.

O tipo mais recorrente foi o causo de ser imaginário, que apareceu 32 vezes, seguido do causo de onça, 30 vezes.

Com a verificação dos dois tipos de causos mais freqüentes, chegamos a conclusão de que a temática dos causos está situada no “bio-espaço real” e nas “representações imaginárias”.

Contudo, não podemos aprisionar as narrativas em um ou outro campo. Muitas vezes, o tema pode estar localizado no cotidiano “real” do contador e seu desenvolvimento fazer parte do imaginário.

Os causos de serpente, por exemplo, se realizam no bio-espaço real, representa o perigo cotidiano do encontro com este animal perigoso. Mas, as histórias tomam proporções maiores que as experiências vivenciadas e acabam se projetando nas representações imaginárias. Desta forma, a cobra sucuri, conhecida por suas grandes proporções, pode se transformar em um monstro, que aloja uma criança ou um cavalo, ambos vivos, em seu interior.

Desta mesma maneira, ruídos semelhantes a gritos, desaparecimento de pessoas ou animais, luzes estranhas, pessoas desconhecidas, enfim, todos os elementos da vida cotidiana que não apresentam explicações imediatas se tornam um imenso repertório de representação imaginária para o povo pantaneiro. Seu Marcondes nos conta:

- *Uma veis, eu aloitei c'uma onça.*
- *É?*
- *É. Mais eu era novo naquele tempo, né. Tinha força, né. Ela pulô ni mim, assim, né, pa mi pegá, que ela levanta pa pegá a gente, né. Aí, eu grudei ela do braço, assim, e aloitemo no mei de pedra, e tôco, né, esse pobrema aqui acho que é até disso, ela me jogô numa pedra, bati as cadera numa pedra. Aí, ela vei de novo, grudei ela otra veis. Aí aloitei no mei daqueles tôco. Ela pulava, queria me mordê na cabeça, eu afastava ela, assim, né, e aloitemo no mei daqueles tôco ali, vai daqui, dali, né. Daí, minha sorte é que pegô um tôco no rabo dela, né, rinrinrin, enroscô no rabo dela, aí ela no oiava mais pra mim, ela só cuidava o tôco, né. Quando eu ia batê, ela oiava o tôco e tirava, assim. Daí ela começô querê escapá de mim, né, aí, eu larguei ela e ela, oh! Se mandô. Ranranranranran*[2]

Contadores de causo- Como foi dito acima, dez contadores participaram deste trabalho com suas histórias. São eles: Seu Marcondes, 66 anos, natural do município de Bonito, passou 45 anos levando boiada em comitiva pelo Pantanal, contribuiu com 40 causos, dos quais, nove são de seres imaginários; Seu Perigoso, 62 anos, natural de Maracaju, até a data das conversas trabalhava de empreitada na perfuração de poços no Pantanal. Contou 33 causos, destes, 20 fazem parte das mentiras; Seu Oscar, 79 anos, nascido no município de Miranda, trabalhou por mais de 60 anos como peão de fazenda no Pantanal. Contribuiu com 26 histórias, sete de seres imaginários; Carlão, 42 anos, natural de Campo Grande, exerceu por doze anos a função de peão em uma fazenda no interior do Pantanal. Contou 19 causos, dos quais, sete estão incluídos na temática da onça; Seu Edson, 60 anos, natural de Campo Grande, trabalhou durante 20 anos no Pantanal. Narrou 12 causos, quatro de seres imaginários; Seu Benjamin, 86 anos, natural do município de Corumbá, por mais de 60 anos trabalhou como peão nas fazendas pantaneiras. Contribuiu com dez histórias, das quais, três são de onça; Seu Chumbo, 68 anos, natural de Corumbá, nasceu e se criou no interior do Pantanal, trabalhando por 57 anos como peão. Dos oito causos que contou, quatro são de seres imaginários; Seu Silvério, 74 anos, natural de Miranda, sempre trabalhou com gado no Pantanal. Contribuiu com sete causos, sendo dois de onça, dois de seres imaginários, dois de lugares imaginários e um de enterro; Seu Leandro, 74 anos, nasceu em Corumbá e trabalhou

[2] ASSIS, Marcondes de; 2004

mais de sessenta anos como peão de fazenda. Contou dois causos, um de benzedor e outro de perigo; e por fim, Seu Mineiro, 56 anos, nascido em Minas Gerais, há 27 anos estava no Mato Grosso do Sul, sempre na zona rural do município de Dourados. Contribuiu com 10 histórias, destas, três são de cobras.

Os contadores de causos experimentam várias posições em suas histórias. Eles podem estar dentro da narrativa e levar toda a narração em primeira pessoa do singular ou do plural e podem estar fora dela e usar a terceira pessoa.

Também caracteriza o contador, a interatividade que ele proporciona ao ouvinte. Os causos são contados geralmente em círculos de pessoas, nos momentos de ócio, e o narrador deixa espaços para os ouvintes fazerem perguntas ou comentários durante a narração. Quando há pessoas de convívio mais íntimo do contador, elas são intimadas a confirmarem determinadas situações para que os ouvintes não tenham dúvidas de que os fatos narrados são verdadeiros.

O contador de causos geralmente cria um cenário imaginário, onde com gestos e movimentos faz uma performance de representação dos fatos narrados e define tamanhos, alturas, velocidades, distâncias, etc...

Os causos pantaneiros- As narrações que definimos como causos, não apresentam regularidade de tamanho, forma ou tempo. As principais características dos causos são a temática e a ambientação. Na temática, a narrativa apresenta o contexto cotidiano junto ao fabulário e o imaginário fantástico. A partir deles, há toda uma invenção que engloba mitos, lendas, histórias de aventuras, bravuras ou simples relatos do dia-a-dia.

Depois da divisão de temas feita acima, podemos subdividi-la em mais grupos. Por exemplo, os causos de onças podem ser sobre ataques de onças, caçadas e curiosidades; nos de cobra temos os de cobra venenosa e as não-venenosas. As histórias com sucuri, cobra não-venenosa encontrada com muita facilidade no Pantanal, são as

mais freqüentes; nos causos de bichos diversos aparecem a fauna pantaneira com suas emas, porcos-monteiros, jacarés, etc.; as pescarias trazem curiosidades e mentiras. Nos seres imaginários, encontramos um vasto número de personagens, como as assombrações, o mãozão, o pai-da-mata, o pé-de-garrafa e muitos outros. É comum que na mitologia pantaneira esteja presente uma forte conotação de defesa da natureza por seres fantásticos. Os causos sobre lugares imaginários seguem a mesma linha dos seres imaginários, mas colocam o espaço como o responsável pelos acontecimentos sobrenaturais. As histórias sobre pessoas perdidas também seguem a linha já traçada dos seres imaginários, quando pessoas são induzidas misteriosamente a se perderem do caminho ou são relatos de fatos concretos de pessoas que se equivocaram na imensidão do Pantanal. Os enterros continuam os causos que englobam "real" e imaginário. Há uma junção de fatos concretos, como os enterros de tesouros feito pelos paraguaios que fugiam durante a guerra sem poderem levar suas fortunas, com a maldição atribuída a esses bens; os causos de benzedores, transferem certa tradição da pajelança aos curadores atuais, que utilizam ervas e orações para resolverem problemas que só poderiam ser solucionados em hospitais; os causos de perigo, retratam valentias dos contadores em determinados momentos em que tiveram riscos de morte, os perigos mais freqüentes são os acidentes com cavalos e as tempestades; nos causos alocados nas mentiras, encontramos os exageros e as projeções; nas histórias de luzes misteriosas se encontram vários temas, como os próprios enterros, que emitiriam luzes para se mostrarem aos predestinados a encontra-los, discos-voadores, etc.; e finalmente o que apresentamos como outros, são quatro causos, que não se enquadram em nenhuma das classificações. É o de uma ossada, supostamente de índio, encontrada por casualidade, duas histórias sobre contadores de causos famosos e uma sobre a vida de Silvino Jaques, personagem histórico de Mato Grosso do Sul.

A ambientação é uma característica do causo que o define não geograficamente, mas o projeta como universo mítico. Em outras palavras, o Pantanal recria um unverso paralelo ao sertão. A região pantaneira passa a ser garantia de veracidade para acontecimentos suspeitosos. Imagina-se que o ouvinte não questionará algo acontecido em lugar tão misterioso, tão intransponível para a razão humana.

A partir das barreiras estabelecidas pelos narradores pantaneiros, surge dentro deste espaço um lugar livre para a invenção. As crenças ancestrais se somam à inventividade do pantaneiro moderno. Começa haver uma mescla de informações sabidas pela tradição oral vinda dos pais com as informações chegadas da cidade, principalmente através do rádio e da televisão.

Para concluir, seu Perigoso relata:

- *Sicuri, meu pai tinha uma, meu pai tinha uma chacrinha aqui na Água Fria. Dá dezoito mil equitare a chácara do meu pai, né. Ele no fala fazenda. É chácara. Fazenda é de quinhentos e cinquenta mil em diante. Então aí, o cavalo foi bebê água no corixo e meu pai falô:*
- *Perigoso, vai lá atrais do cavalo. O cavalo no apareceu prá comê milho. O cavalo sumiu. – Aí, eu tava bem por ali, fui lá no córgo, né, no corixo, tava o sicuri lá, da grossura daquele pneu de cêbêtê, aquele pneu trasero. Aí falei pro meu pai:*
- *Mais, o sicuri é muito grosso. Com espingarda, com uma trinta-e-oito no mata ele. - Aí meu pai passô um rádio prá Campo Grande. Veio a turma do quartel, né, de Campo Grande. Vieram de avião. Dero uma rajada nele assim. Cada tiro qui dava, caía o pente de bala da metralhadora. Aí pra matá, a gente teve que achá uma machete, foice e machado prá degolá ele. Aí matô o sicuri, abriu a barriga dele e o cavalo saiu correno.*
- *Salvou o cavalo então?*
- *Saiu correno. E, o sicuri deu quinhentos e oitenta metro, como daqui mais-o-meno, lá na viação. Deu quatrocentos e cinqüenta lata de banha, essas lata de vinte litro, dessas grandona.*[3]

[3] SANTOS, Valmir Norberto dos; (Seu Perigoso), 2004

BÁRBARAS GUERRAS: POVOS INDÍGENAS NOS CONFLITOS E ALIANÇAS PELA CONQUISTA DO SERTÃO NORDESTINO COLONIAL

RICARDO PINTO DE MEDEIROS – UFPB

A partir da segunda metade do século XVII, com o fim da guerra com os holandeses, e afastada a ameaça de invasão externa, intensifica-se o processo de ocupação do sertão, principalmente através da expansão da atividade pecuária. Esta expansão vai provocar uma série de conflitos entre os novos e os antigos habitantes. Para tentar identificar e analisar como os povos indígenas do sertão nordestino, envolveram-se neste processo de alianças, guerras e pazes que caracterizou a conquista do sertão nordestino no período colonial, selecionamos alguns exemplos mais interessantes da participação ativa dos índios neste processo, obtidos a partir de pesquisa realizada principalmente em fontes primárias, agrupando-os em três grandes áreas: a)o sertão do Recôncavo baiano e a margem baiana do rio São Francisco, incluindo o sul da capitania do Piauí, atingido pela expansão baiana na segunda metade do século XVII; b)o sertão das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, incluindo a margem pernambucana do rio São Francisco, e mais especificamente o sertão do Ararobá e as ribeiras dos rios Moxotó e Pajeú; c)o sertão das capitanias do Maranhão e do Piauí, onde se encontram, no século XVIII, as entradas vinda do sertão da Bahia com as vindas do Maranhão. Além do corte espacial político-administrativo, este agrupamento correspondeu, grosso modo, à seqüência temporal na qual os conflitos adquiriram maior intensidade segundo a documentação pesquisada.

Durante as décadas de 50, 60 e 70 do século XVII são organizadas várias jornadas ao sertão do Recôncavo baiano, principalmente comandadas por paulistas, para combater os índios que estavam atacando as vilas da região, principalmente as de Cairú, Camamu e Boipeba. A maior parte da documentação pesquisada para a região do sertão do Recôncavo baiano neste período não fornece etnônimos para os povos envolvidos nos conflitos, tratados genericamente como o “gentio bárbaro” que ataca as vilas, plantações e fazendas

dos moradores. No entanto, alguns são citados, como os Topin, os Paiaiá e os Maracá. Os Paiaiá aldeados na serra da Jacobina vão ser transferidos para a serra do Orobó para servirem de muralha contra os ataques ao Recôncavo e também auxiliarão nos combates contra os Maracá. Depois de um período de aparente calmaria, voltam a aparecer na documentação pesquisada conflitos na região do Recôncavo, a partir das primeiras décadas do século XVIII, principalmente entre 1719 e 1722. Neste período foram encontradas várias cartas do governador geral do Estado do Brasil solicitando índios para a "Guerra dos Bárbaros" na região. No mesmo período são também pedidos índios para a "Guerra dos Bárbaros" no sertão do São Francisco e no Piauí, o que aponta para uma generalização dos conflitos do ponto de vista espacial, que passam a ocorrer em várias regiões neste momento. [1]

A região em torno do rio São Francisco estava dividida entre as jurisdições das capitanias da Bahia e de Pernambuco, e foi palco de disputas entre estas jurisdições durante todo o período colonial. Uma das figuras de maior destaque na região, tendo atuado nas duas margens do rio, foi Francisco Dias de Ávila. Em 1674, os Anaió, que estavam aldeados na barra do rio Salitre e haviam se rebelado, foram combatidos por uma bandeira por ele organizada. Em 1675, Domingos Rodrigues Carvalho, a mando do mesmo, reprimiu os Galache que estavam também atacando a região. Em 1676, Francisco Dias de Ávila vai receber apoio dos Cariri aldeados pelos capuchinhos franceses nas ilhas do São Francisco para combater os Anaió.[2]

Atravessando o São Francisco, a expansão da colonização vinda do sertão da Bahia, atinge o sertão sul e sudeste do atual Estado do Piauí. Segundo Urbino Vianna, o governador geral do Estado do Brasil D. João de Lencastre, manda, em cumprimento às ordens régias de dez de novembro de 1698 e dois de dezembro de 1698, fundar as povoações de Parnaguá [atualmente a cidade de Parnaguá está localizada no extremo sul do Piauí], Santa Rita do Rio Pardo e S. São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, a que depois se acrescentou Campo Largo; a fim de que pudessem seus habitantes opor resistência eficaz aos "*Acroazes, Mocoazes e Rodeleiros*". [3]

Os primeiros conflitos que pudemos identificar na margem pernambucana do sertão do rio São Francisco, ocorreram por volta de 1675, pois neste ano é discutida no Conselho Ultramarino uma carta do governador geral do Brasil ao rei, onde o mesmo informava que haviam se rebelado algumas aldeias da parte norte do referido rio, persuadidas do principal de uma, e que havia enviado Francisco Dias Ávila com cem homens brancos, além dos índios à sua custa, com ordem que de nenhuma maneira fizesse guerra, senão que em primeiro lugar fosse de paz ao principal ofendido e o persuadisse a vir com ele para a vizinhança da Bahia aonde ele governador lhes daria terras, e seriam conservados em sua liberdade e do mesmo modo falasse com os principais das outras aldeias e quando os não pudesse reduzir com razões e promessas, os obrigasse por força. [4]

Em 15 de agosto de 1691, o governador de Pernambuco escreveu ao capitão-mor do Rio de São Francisco, Diogo de Souza Vieira, a respeito de uma carta que havia recebido do capitão-mor do Ararobá, João de Oliveira Neves, dando conta que os Tapuia Hoés Hoés, e seis nações mais, tinham feito grandes hostilidades naquela capitania, e pedia socorro. O governador ordenou que mandasse toda a gente de guerra da aldeia dos Urumaru administrada pelo padre capuchinho frei Boaventura com um cabo de satisfação a incorporar-se na aldeia do Ararobá com o capitão-mor João de Oliveira Neves e juntamente tivesse prevenida outra tropa dos Tapuia Chocó, Carnijó e Carapotó para entrar pelo rio dos Cabaços buscando a região que fica entre o Pajeú e os campos do Buíque, esperando aviso do capitão-mor de quando deviam partir. No dia seguinte, o governador de Pernambuco ordena ao capitão Antônio Gomes Brandão ir ao Pajeú e puxar por toda a gente das ordenanças e gentio índios e Tapuia que ali se achassem para os acompanharem na entrada ao Tapuia levantado. No mesmo dia escreve, ao missionário dos Urumaru que assistia no rio de São Francisco, que ordenasse ao cabo deles, Antônio Capas, que marchasse com todos que forem de arco para a capitania do Ararobá às ordens de um cabo branco para socorrê-la. [5]

Os conflitos na ribeira do Pajeú voltam a aparecer na documentação pesquisada no ano de 1713, numa carta escrita pelo governador de Pernambuco ao capitão-mor João de

Oliveira Neves, onde comenta que havia lhe chegado a notícia de que na ribeira do Pajeú se achava revolto o gentio Xocó e que estes tinham agregado os Guegue, Uman, Carateú e Pipan, e convinha muito que ele se achasse prevenido para qualquer invasão que intentassem estes bárbaros. Em 25 de agosto do ano seguinte, é apresentada na Junta das Missões, uma petição com um assinado dos moradores do sertão do rio de São Francisco e uma carta do seu capitão-mor, pedindo autorização para fazer guerra aos índios das nações Xocó e Paraquió pelos roubos e extorsões que lhes faziam, e não se acharem aldeados, e que o provincial de São Francisco havia informado que na Bahia houvera ordem do Governador Geral para lhes fazer guerra. [6]

Em 1759 é feita uma devassa sobre o ataque que os Pipipan e Paraquió haviam feito na ribeira do Moxotó. Segundo esta devassa os Paraquió e Pipipan que eram da mesma língua haviam se unido, tendo participado também do massacre os Xucuru. Segundo esta devassa estes índios atuavam nas ribeiras do Moxotó, Pajeú e São Francisco e a maioria vivia de corso nas caatingas. A sentença da devassa sai em 22 de outubro de 1759 e manda prender os Pipipan, Xocó, Ohé Ohé, Paraquió e o índio Felipe que tinha a alcunha de Cabelo Vermelho.[7]

O sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, em carta ao governador de Pernambuco, escrita da Ribeira do Pajeú, em seis de julho de 1760, narra que no dia quinze de maio havia deixado Monte Alegre para cuidar da entrada que deveria mandar fazer aos índios silvestres das nações dos Paraquió, Xocó, Manguenzes, Oguêz, Karacuiz e Uman. Informa que, com a bandeira que mandou aos Paraquió, com o auxílio dos Carnijó, “colheu” cento e setenta índios. No dia trinta de maio havia mandado outra bandeira aos Paraquió com moradores da freguesia dos Garanhuns ou Ararobá e os Xucuru.[8]

Nos sertões da capitania da Paraíba, Rio Grande e Ceará, logo após a expulsão dos holandeses, os portugueses vão começar a povoar a região entrando em conflito com os diversos povos que ali habitavam. Entre estes, os mais visados são os Janduí, por terem se aliado aos holandeses contra os portugueses.

Em 1662, a rainha escreve ao governador do Estado do Maranhão sobre uma carta recebida do capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, em que informava que os Janduí, haviam rebelado-se e tornado-se inimigos, tendo já matado alguns moradores da capitania do Rio Grande. Nesta carta, o capitão-mor da Paraíba defende que conviria lhes fazer guerra com que se extinguissem de uma vez por todas, para não se criar neles outros novos araucanos, por terem já muita quantidade de cavalos, em que se exercitavam com a doutrina que os holandeses lhes haviam deixado. Em seguida se oferece para fazer a guerra, com pouco dispêndio da Fazenda Real, porque seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, tinha na capitania do Ceará, à obediência dele, outras nações de bárbaros contrários aos Janduí que atacando-lhes pelas costas, não poderiam escapar, nem fugir.[9]

A guerra contra os Janduí durará até dez de abril de 1692, quando são feitas as pazes entre o governador geral do Brasil Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho e os Tapuia que haviam ido dos campos do Açu a Salvador pedir pazes, conforme cópia das capitulações, publicada por Ernesto Ennes:

> *"Em os cinco de Abril do presente ano, chegaram a esta cidade da Bahia Joseph de Abreu Vidal, Tio do Canindé rei dos Janduins, Maioral de três aldeias sujeitas ao mesmo rei: e Miguel Pereira Guarejú Pequeno, maioral de três aldeias sujeitas também ao mesmo Canindé; e com eles o capitão João Paes Floriam português, em nome de seu sogro putativo chamado Neongugê; maioral da sua aldeia Sucurû da mesma nação Janduim, e cunhado recíproco do dito rei Canindé, a cuja obediência, e poder absoluto está sujeita toda a nação Janduim, dividida em vinte, e duas aldeias; sitas no sertão que sobre as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande; nas quais há treze, para catorze mil almas, e cinco mil homens de arcos, destros nas armas de fogo."*

Segundo estas capitulações, estes maiorais nomeados com mais quinze índios e índias que o acompanhavam na presença do governador geral e em nome do rei dos

Jandui, o Canindé, estabeleceram "*uma paz perpétua para viver a sua nação, e a portuguesa como amigas*". Foram estabelecidos, entre outros pontos, o reconhecimento do Rei de Portugal como soberano e que auxiliariam os portugueses contra os estrangeiros e contra os índios de outras nações. [10]

Em fins do século XVII, houve uma guerra na capitania do Ceará contra os Anacé, que haviam se rebelado. Através de um parecer do Conselho Ultramarino, emitido em 22 de agosto de 1696, sobre a carta de Fernão Carrilho, que havia sido capitão-mor do Ceará, escrita em 09 de junho de 1696, ficamos sabendo um pouco mais sobre este conflito. Nesta carta, Fernão Carrilho informa ao rei que quando esteve na dita capitania, desceu do sertão os Anacé, e os situou em um lugar a que chamam Pamâmerim a norte da Fortaleza, pelo fato dos ditos Anacé terem ajudado na guerra que havia feito contra os Paiacú de que resultava estarem os mesmos em paz com os portugueses. Porém, mesmo sendo os Anacé os que mais se destacaram na luta contra os Paiacu, alguns moradores pretenderam "corrê-los", o que provocou o levantamento onde se perderam tantas vidas e fazendas.[11]

A partir do fim de 1707, inicia-se um período de guerra generalizada ao "Tapuia de Corso" que estavam atacando os moradores do Rio Grande e Jaguaribe. A decisão para esta guerra foi tomada a partir de um parecer do Conselho Ultramarino em quatorze de dezembro, sobre uma queixa do governador da capitania de Pernambuco a respeito destes ataques. Baseado neste parecer, o rei escreve, no início de 1708, ao governador de Pernambuco e ao governador geral do Brasil, ordenando fazer guerra geral a todas as nações de índios de corso, entrando pelo sertão da Bahia, Rio Grande e Ceará [12]

A última informação encontrada na pesquisa sobre guerras na região do Açú e do Jaguaribe é de 1722. Neste ano, o rei escreve ao governador de Pernambuco que havia sido informado de que, no ano anterior se havia feito uma guerra injusta contra os Jenipapoaçu na vila de Jaguaribe. O rei ordenou ao governador de Pernambuco tomar informações, e se a guerra tivesse sido injusta, restituir a liberdade aos índios e dar baixa aos cabos que foram a esta expedição.[13]

As guerras ocorridas nos sertões do Maranhão, principalmente na região dos rios Mearim, Itapicuru e Munim, e do sertão do Piauí, prolongaram-se durante todo o século XVIII, entrando pelo século XIX, na região sul do Piauí, onde os conflitos com os Pimenteira continuaram ocorrendo até o fim do período colonial.

Numa carta do rei ao governador de Pernambuco, escrita em vinte de outubro de 1718, sobre uma carta que havia recebido do mestre de campo da conquista das capitanias do Maranhão e Piauí Bernardo Carvalho de Aguiar, a respeito de como destruir o gentio de corso daquelas terras, ficamos sabendo qual era o seu projeto, que acabou sendo encampado pelo rei, que aprovou a sua idéia, mandando que fosse executada. O projeto recomendava compor-se um exército de mais de quatrocentos índios, fora os brancos, que seriam tirados das aldeias do Camarão até o Ceará e do rio São Francisco, escolhendo-se das ditas aldeias os que fizessem menos falta nelas, e que para se ajudar a dita expedição podia ir do Maranhão alguma gente paga já experimentada nesta guerra.

Nos anos de 1759 e 1760, são mencionadas na documentação pesquisada, várias hostilidades provocadas pelos Timbira, Guegue e Acroá, nas regiões do Parnaguá e Gurguéia, na capitania do Piauí; e na freguesia de Pastos Bons, na capitania do Maranhão. Em carta do governador do Maranhão ao rei, escrita em julho de 1763, o mesmo informava a invasão que os Guegue e Timbira tinham feito na ribeira do Itapicuru, Arraial de São Felix da Boa Vista, na freguesia de São Bento das Balsas. Em abril de 1765, o governador do Piauí escreve ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, ordenando que o mesmo continuasse a guerra contra os Guegue. A tropa deveria compor-se da maior parte de moradores das freguesias do Parnaguá e Jerumenha e de todos os índios do Arraial de São Felix.[14]

Uma outra questão interessante em relação às guerras ocorridas nesta região, no período que vai de de fins do século XVII até meados do século XVIII, foi o constante pedido e o envio para as mesmas, de índios aldeados das capitanias da Bahia e de Pernambuco, principalmente das aldeias do rio São Francisco e da Serra da Ibiapaba. Na segunda metade do século XVIII, a maioria dos índios que vai combater nestas guerras é da própria

região, sendo boa parte dos combates financiados pelos fazendeiros de gado através de impostos, como a finta, já que com a proibição da escravidão indígena em 1755, no bojo das transformações do período pombalino, o interesse por estas guerras diminui pelo fato de não poderem ser pagas com as presas realizadas.

Em suma, o que pode-se perceber com relação às guerras que se espalharam em toda a região que corresponde ao atual nordeste durante o período estudado, é que as alianças entre os colonizadores e alguns povos indígenas e índios aldeados, tiveram uma importância muito maior no sucesso da conquista e colonização do sertão nordestino do que se tem apresentado na historiografia até então.

1Cf. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização dos sertão nordestino do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Tese de doutoramento – Programa de Pós-graduação de História Social da USP, 1998, p. 73/96; BARROS, Francisco B. **Bandeiras e Sertanistas Baianos**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920; MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. Nacional, 1935. (brasiliana, 45), TAUNAY, Affonso de. **A Guerra dos Bárbaros**. São Paulo, Rev. do Arquivo Municipal, ano 2 n.22, p. 7/331, abril de 1936 e **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: H L Canton, 1924-1 e VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Baianos**. São Paulo: Companhia Editoral Nacional 1935 (brasiliana, 48) e DHBN (Documentos Históricos da Biblioteca Nacional) , vols: 3, 4, 5, 7,8, 9, 11, 41, 42, 43, 44, 45, 66, 67, 73 e 97.

[2] PUNTONI, op.cit, VIANNA, op.cit, BARROS, op.cit. e MAGALHÃES, op.cit.

[3] VIANNA, p. 63/64

[4] DHBN 88 p. 33/34

[5] BNL PBA – Biblioteca Nacional de Lisboa – Coleção Pombalina Cd (Códice) 239 p. 347/349 e 129/130

[6] BNL PBA Cd. 115 p. 55/58 e 207

[7] "Devassa a que mandou proceder o governador e capitão geral de Pernambuco acerca do assalto que o gentio bravo 'Pipães e Paraquiós' fizeram na 'ribeira do Moxotó' no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultaram algumas mortes,13/10/1759, Ribeira do Moxotó – fazenda Cuncalaco" AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) cd 1919

[8] AHU cd 1919 p. 89/92

[9] AHU cd 275 f 315v

[10] Ennes, Ernesto. **A Guerra nos Palmares** (subsídios para a sua história). 1° Volume Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1689-1709. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (brasiliana, 127), p. 422/426.

[11] BN (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) Pareceres do Conselho Ultramarino – Capitania de PE. 1673-1696 Mss. 22,2,8.

[12] AHU Cd 265 f. 203/203v; Cd 257 f 214v/215, DHBN 34 p. 296/299 e MENEZES, Antonio Bezerra de. Algumas Origens do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, XVI, p. 134-159, 1902, p. 149/150.

[13] AHU Cd 258 f 273v/274

[14] IHGB 1.1.11 p. 219 e AHU PI d a (documentos avulsos do Piauí) 1765.04.01

As redes da liberdade: abolicionistas e escravos na luta pelo fim da escravidão*.

Ricardo Tadeu Caires Silva
Aluno da Pós-Graduação em História (Doutorado) -UFPR
* Pesquisa financiada com recursos do CNPq.

No dia 06 de novembro de 1886 os africanos Bibiano, Custódio, Pedro, Tomé e Tobias, e os crioulos Brás e Domingos, filhos da africana Judith, procuraram o abolicionista Eduardo Carigé e, por intermédio deste, moveram uma ação cível de liberdade contestando os direitos senhoriais de dona Maria Jacinta de Aguiar Cerqueira pelo fato de terem sido importados para o Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831, que em seu artigo primeiro declarava livres todos os africanos chegados ao país após aquela data.[1]

Ao dar esse passo, os referidos escravos apostaram suas esperanças de libertação pela via judicial numa "rede abolicionista" composta por diversos indivíduos e cuja atuação vinha causando enormes transtornos aos escravocratas da Capital e do Recôncavo baiano. O *modus operandi* desta "rede" consistia no seguinte.

Procurados pelos escravos, o curador Eduardo Carigé e outros militantes percorriam os cartórios em busca da comprovação de irregularidades nas matrículas dos africanos. O passo seguinte era fazer com que estes cativos conseguissem mais provas ou testemunhas capazes de complementar, se necessário, os dados contidos nos registros oficiais. Feito isso, Carigé redigia a petição inicial na qual era exposto o motivo da ação e entregava na 2ª Vara Cível. Em seguida, o juiz Amphilophio Botelho Freire de Carvalho nomeava um advogado simpático à causa abolicionista para fundamentar legalmente a questão e seguir com os trâmites do processo. De acordo com Luís Anselmo da

Fonseca[2], dentre os que aceitaram estas nomeações estavam "os Srs. Drs. Afonso de Castro Rebello, Elpídio de Mesquita, Artur de Mello e Mattos, Maurício Francisco Ferreira da Silva, José Heraclides Ferreira, Francisco Moncorvo de Lima, Adolpho Carlos Sanches e Alexandre Galrão".

A exemplo do procedimento descrito acima, a causa dos cativos de Maria Jacinta de Aguiar Cerqueira foi imediatamente aceita pelo juiz Amphilophio de Carvalho,[3] o qual nomeou como curador dos cativos o citado bacharel José Heráclides Ferreira. A par dos dados contidos nas matrículas dos escravos, Ferreira pôde demonstrar facilmente que os mesmos haviam entrado ilegalmente no país. Neste caso, o procedimento era muito simples, bastando efetuar uma subtração entre a data em que foram matriculados (1872) e as idades declaradas na matrícula, para comprovar que os mesmos haviam sido trazidos ao país após a lei de 1831. Os africanos Thomé, Tobias, Judith e Pedro, todos com 40 anos naquela ocasião, e Bibiano com 38, haviam nascido na África respectivamente nos anos de 1832 e 1834, não podendo, portanto, terem sido importados antes da proibição do tráfico. Estava provada a ilegalidade do cativeiro, restando, somente, serem ouvidas as razões da senhora.

E eis que surge mais uma agradável surpresa para os escravos. Apesar de estarem sob o domínio de Dona Maria Jacinta, os seis cativos haviam sido matriculados em nome de Pedro Emílio de Cerqueira Lima, sobrinho desta, o qual não compareceu em juízo para contestar a ação. Livre das razões senhoriais, o processo foi imediatamente julgado pelo juiz Amphilophio de Carvalho e, como se esperava, foi decidido favoravelmente à maioria dos escravos. O único que não conseguiu a liberdade foi Custódio, em cuja matrícula não constava a nacionalidade.

A sentença foi publicada no Diário da Bahia em 1 de abril de 1887, a pedido do próprio juiz da Vara Cível. Com este ato, este magistrado certamente almejava encorajar outras pessoas simpáticas à causa abolicionista e até mesmo os demais escravos em iguais condições aos autores da ação, a intercederem judicialmente por suas liberdades. Por não se conformar com o veredicto, D. Jacinta ainda apelou para o Tribunal da Relação, mas diante das evidências não obteve sucesso.

Com a repercussão das alforrias proporcionadas pela "rede da liberdade" o argumento da importação ilegal passou a ser utilizado em larga escala nos quatro cantos da província, para desespero de muitos senhores. Dois fatores facilitaram a impetração deste tipo de ação: o primeiro deles era a extensão do benefício à praticamente toda a comunidade escrava, pois tanto os africanos como os seus descendentes podiam recorrer - o que na prática podia implicar em ações coletivas ou familiares; o segundo era a relativa demora no desfecho de tais processos, pois a apresentação de provas documentais e de testemunhas podia atrasar os julgamentos por meses, representando não só prejuízos financeiros como também a quebra do poder moral dos senhores enquanto os escravos permanecessem depositados.

Foi apostando no descumprimento generalizado da lei de 7 de novembro de 1831 por parte dos senhores que o curador Abdon Ivo de Moraes Vieira defendeu e libertou dezenas de escravos residentes nas propriedades agrícolas das vilas de Maraú, Camamú e Barra do Rio de Contas, localizadas ao sul da província da Bahia.

Fazendeiro, Abdon Vieira era constantemente acusado de acoitar escravos em sua propriedade em Barra do Rio de Contas sob pretexto de utilizar-se dos serviços destes em suas lavouras, sendo até rotulado de "abolicionista por

dinheiro”[4], argumento freqüentemente utilizado pelos escravocratas para caluniar os defensores dos cativos. Suas estratégias de atuação eram semelhantes àquelas adotadas pelos militantes da Capital, sendo que o mesmo contava com amigos e parentes para servir de depositários dos cativos nas demandas judiciais. Contudo, as leituras feitas nos processos em que atuou como curador sugerem uma participação muito maior dos escravos, sobretudo no sentido de fundamentar a argumentação de defesa para além das provas documentais. A partir das falas das testemunhas dos cativos, percebemos o quanto estes mobilizavam amigos e parentes para confirmar as versões que apresentavam na justiça, como fizeram as irmãs Romana e Úrsula, filhas da africana Joaquina, residente em Barra do Rio de Contas, ao reivindicar suas liberdades em 1887.[5]

Segundo os argumentos constantes da petição e testemunhas apresentadas por Abdon Ivo de Moraes Vieira, Joaquina fora mandada àquela vila em companhia de outros africanos para ser vendida por um traficante conhecido por Francisco Trovão. Comprada por Francisco de Azevedo, Joaquina permaneceu no cativeiro até ser libertada condicionalmente por ocasião da morte de seu senhor. A documentação consultada não nos permite saber como e quando esta africana se casou, mas é certo que suas filhas foram vendidas ainda muito pequenas a diferentes proprietários.

Romana havia sido comprada pelo alferes José Bonifácio de Magalhães, que não compareceu à justiça para contestar as alegações da escrava, deixando a causa correr à sua revelia. Este fato, altamente benéfico para Romana, em parte empobreceu as informações sobre ela, pois não se sabe sua idade, estado civil, ocupação, se possuía ou não filhos, etc. Já Úrsula, de 32 anos, passou a ser propriedade de dona Ursulina de Magalhães Seturval em 1877, mediante o pagamento de 1 conto de réis a Manoel Marins de Lima Reboto. Com a compra

de Úrsula, a senhora ainda tornava-se responsável pelos direitos dos dois filhos ingênuos da escrava, de nomes Selvina e Raimundo, de 13 e 11 anos respectivamente.

Como se vê, para Joaquina, suas filhas e netos, o recurso judicial representava a chance de poder ter a família reunida sob o mesmo teto e, quem sabe, em melhores condições. A defesa de Romana e Úrsula apoiou-se no fato de que o senhor de sua mãe não tinha nenhum documento que atestasse a sua posse e principalmente na certeza de que as testemunhas comprovariam que ela havia sido importada após a proibição do tráfico. Neste caso, o relacionamento da família das crioulas com os depoentes mostrou-se fundamental para a credibilidade dos fatos, pois todas as testemunhas haviam passado pela dura experiência do cativeiro. A coragem destas em depor neste caso, também revela que os laços de solidariedade entre escravos e libertos estavam se tornando cada vez mais fortes nas últimas décadas e que as barreiras culturais entre africanos e crioulos podiam ser rompidas toda vez que a liberdade e a união familiar estivessem em jogo. Através dos três depoimentos que se seguem, tomamos conhecimento de algumas das várias facetas dos senhores e contrabandistas no tráfico ilegal de africanos.

O primeiro a testemunhar foi o crioulo Raimundo José Bento, maior de setenta anos, solteiro, que vivia de suas lavouras. Além de confirmar o que alegou o curador, este liberto contou "*que Francisco de Azevedo havia lhe dito que com o produto da venda de Rita ele havia comprado na Bahia as escravas Joaquina e Antônia, trazendo-as escondido por ser contrabando*". Esse tipo de transação demonstra que para os senhores era vantajoso conceder a liberdade aos escravos através do recebimento do pecúlio amealhado por estes, já que a renovação da mão-de-obra podia ser feita a preços bem mais módicos. Já o

africano João José Antônio de Souza, maior de sessenta anos, solteiro e pescador, também confirmou que assim como ele, a mãe de Romana viera para aquela vila depois de proibido o tráfico de africanos. João contou que tinha vindo "*muito antes desta e ao chegar na vila levou muito tempo escondido em uma casa, porque já era proibido a vinda d'áfrica, donde só saiu depois de muito tempo e quando já sabia falar*".

Esta tática, além de despistar possíveis diligências das autoridades, servia para reabilitar os desgastes físicos sofridos na travessia ao mesmo tempo que se procurava familiarizar os cativos com a nova língua. Por último, a africana Maria da Conceição, casada, vendedora de peixes, de mais ou menos 50 anos, ratificou os depoimentos anteriores, demonstrando também estar solidária com a causa de Romana. "Maria de Cristo", como era conhecida, contou que veio para o Brasil na mesma embarcação que trouxe a mãe de Romana, e que num dos trechos da viagem um navio inglês tentou apreendê-los, e "*nessa ocasião fizeram içar uma bandeira vermelha fazendo ser um carregamento de azeite de dendê*", o que despistou o ostensivo patrulhamento britânico e permitiu que a embarcação negreira seguissem em frente. Maria contou ainda que assim que o navio chegou à Bahia, os escravos foram "*desembarcados em um lugar oculto, onde estiveram por algum tempo, e aí se separaram, vindo depois para esta vila onde se encontram*".

Como se percebe, as provas apresentadas pelas escravas eram muito fortes. Primeiro, porque Joaquina não havia sido matriculada nem averbada, pois seu nome não constava em nenhum título de propriedade. E segundo, porque as testemunhas foram unânimes em comprovar e detalhar em pormenores a importação ilegal da cativa. Diante destas evidências e da "onda abolicionista", o senhor de Romana sequer compareceu aos tribunais para contestar as

alegações e o processo só não foi julgado à sua revelia por causa da abolição. Já dona Ursulina Seturval até que tentou evitar os prejuízos com a perda de Úrsula e seus filhos. Desesperada, ela chegou mesmo a mandar intimar o antigo dono da cativa para responder a ação em seu lugar, o que protelou ainda mais o andamento da causa. Mas, depois de muitos protestos pelas perdas sofridas com o depósito da cativa e dos filhos, restou-lhe apenas conformar-se com a liberdade destes e dos demais cativos do Império, dada a abolição oficial da escravatura.

Já em Caetité, na região central da província, o movimento abolicionista pôde contar com a participação do juiz Antônio Joaquim de Souza Spínola e do Capitão Gustavo Antônio de Brito, curador na maioria das ações de liberdade impetradas após 1885. Aqui, o argumento legal mais utilizado para a consecução das liberdades era a “filiação desconhecida”, ou seja a declaração constante da matrícula na qual o nome da mãe dos cativos não apareciam, fato que presumia que os senhores não poderiam provar que estes havia nascido de ventre escravo, conforme determinava a lei brasileira.

Em geral, os processos motivados pela "filiação desconhecida" eram extremamente rápidos, duravam apenas alguns meses. Na maioria deles, o caso corria completamente à revelia dos senhores que, àquela altura, sequer compareciam à justiça para defenderem-se. Os que lá pisavam, faziam-no sem muitas esperanças, pois sabiam que a causa estava perdida a partir do momento em que seus cativos se insurgiam para pedir o depósito e iniciar a ação.[6]

A ação do abolicionistas estimularam cada vez mais os escravos a recorrerem a via judicial para conseguirem suas alforrias. A prova disto é que em Caetité, por exemplo, a moção de ações aumentou tanto que em fevereiro de 1888, o escrivão Sabino Vieira da Costa enviou uma representação ao juiz Municipal,

pedindo dispensa da causa que resultou na liberdade de Marcelina, cujo teor transcrevemos a seguir:

"*Represento a V. Sª. que já me achando atormentado com o número superior a treze ações de liberdade, inclusive uma penosa apelação, além dos processos crimes, ex-oficio que não me dão tempo para o necessário descanso, quanto mais para ganhar qualquer emolumentos, ao passo que* ***a abolição cresce em larga escala****, não posso incumbir-me por enquanto da presente causa, visto que devo vencer o trabalho que já pesa sobre mim*"(...).[7]

Como se pode notar, o escrivão Vieira não estava dando conta de atender a tantos pedidos, deixando inclusive de ganhar com o trabalho em outras causas que, diferentemente das movidas pelos escravos, lhe rendiam dinheiro.[8]

Do exposto nos casos abordados, fica evidente que os escravos viam como sua a batalha pela extinção do cativeiro. Entretanto, o auxílio fornecido pelos abolicionistas foi fundamental para que estes brigassem em condições de vencer seus senhores, sobretudo no que se refere à disputa judicial. Conhecedores dos meandros da justiça, estes letrados, rábulas, bacharéis e juízes deram aos cativos a possibilidade de contestar o direito de propriedade que em outros tempos parecia inabalável[9].

---

[1] APEBA. Ação de liberdade. Class: 49/1729/01.

[2] FONSECA, Luís Anselmo. *A escravidão, o clero e o abolicionismo.* Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988 (Edição 'fac-similar' de 1887). Escrita em plena campanha abolicionista, a obra do médico abolicionista Luís Anselmo da Fonseca não só denunciava as atrocidades da escravidão como procurava estimular a participação pública na campanha abolicionista.

[3] Este juiz era um verdadeiro "militante da liberdade", pois desde 1883, quando era Juiz de Direito na comarca de São João da Barra, no Rio de Janeiro, já proferia sentenças favoráveis aos africanos importados ilegalmente. Aliás, este magistrado chegou a publicar em 1883, no número 32 da revista *O Direito*, um artigo combatendo os argumentos contrários à vigência da lei de 7 de novembro de 1831.

[4] Acusações desta natureza podem ser encontradas nas seguintes ações de liberdade. APEBA. Class: 23/0808/27 e 23/0808/28.

[5] As ações de Romana e Úrsula foram movidas separadamente. Ver. APEBA. Ação de liberdade. Class: 12/426/7 e 12/426/8.

[6] Em Caetité, libertaram-se dentre com este argumento: Helena e seus filhos Átila e Maria. APEBA. Ação de liberdade. Class: 66/2363/18 e 66/2364/3; Agostinho (Class: 60/2159/19); Benedito, (Class: 60/2159/22); Venceslau, (Class: 60/2159/21); Manoel, (Class: 60/2159/24); Joana, (Class: 66/2364/04); Zeferino. Class: 66/2363/16, etc.

[7] A ação de Marcelina foi movida contra João Lopes da Silva Neto. APEBA. Class: 60/2159/18.

[8] A lei de 28 de setembro 1871 determinava que nas causas de liberdade não seria cobrado qualquer tipo de taxa processual.

[9] Para saber mais sobre o movimento abolicionista na Bahia ver BRITO, Jaílton de Lima. *A abolição na Bahia (1870-1888)*. Salvador: CEB, 2003 e SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça.* Salvador: Dissertação de Mestrado: UFBA, 2000.

“A MEDICINA TEM ONDAS": A APENDICECTOMIA NO INICIO DO SÉCULO XX

Rita de Cássia Marques - UFMG

“A medicina tem ondas” é uma frase do médico Hilton Rocha, um dos maiores expoentes da oftalmologia mineira, e se aplica perfeitamente a apendicectomia, a cirurgia de retirada do apêndice nos casos agudos ou não. Atualmente, apendicite aguda é a doença mais freqüente do apêndice e a operação é o procedimento indicado para o seu tratamento. Sua incidência é mais freqüente em jovens em idade escolar e adolescentes, predominando no sexo masculino. O diagnóstico de apendicite aguda é eminentemente clínico, sendo feito com base nos sintomas e sinais clínicos mais freqüentes, tais como:, diferença de temperatura axilar e retal, náuseas e/ou vômitos, dor na fossa ilíaca direita, febre, flexão da perna direita, e sinal de Blumberg (apalpação progressiva e profunda da barriga acompanhado de respiração profunda),entre outros[1].

Realizada pela primeira vez em 1889[2], nos Estados Unidos, por J.B.Murphy, a apendicectomia tornou-se uma febre cirúrgica. O próprio Murphy, quatro anos depois da primeira, já realizara mais de 250 cirurgias. Surgida da necessidade de resolver o problema de um paciente com fortes dores no abdômen e febre alta, em pouco tempo se tornou uma das cirurgias mais realizadas nos hospitais. A vulgarização do procedimento contou com a pregação do Dr. Murphy de que “diagnosticada apendicite, deve ser operada imediatamente, ou seja, apendicite=operação”[3]. Com essa recomendação, o diagnóstico passou a ser cada vez mais precoce.

Temendo a apendicite aguda, desenvolveu-se o que poderia chamar-se uma campanha cirúrgica profilática. Em depoimentos de médicos que viveram nos anos 40 e

50 é freqüente ouvir referências às cirurgias profiláticas que aconteciam às freiras[4] e militares[5]. Sabia-se naquela época que a qualquer momento o apêndice poderia dar problema e o melhor era aproveitar todos as oportunidades cirúrgicas de abdômen aberto para extirpa-lo, independente ou não de estar apresentando os sintomas da doença.

A descoberta da responsabilidade do apêndice nos processos infecciosos do lado direito do abdômen, até então chamados de "peritiflite", despertou no início do século XX um súbito interesse pela remoção do apêndice, fazendo surgir a discutida entidade da "apendicite crônica" como causa de todos os males, sendo necessário a realização da apendicectomia sistemática em todo paciente com queixas abdominais[6]. A necessidade de detectar, o mais precocemente a doença fez com que crescesse o diagnóstico de apendicite crônica e apendicite aguda. Quanto à apendicite aguda, não havia dúvidas em estabelecer o quadro, claramente configurado pela febre alta e local dolorido e endurecido, mesmo sem os sintomas agudos a cirurgia de apendicite crônica tornou-se moda especialmente após a divulgação da “teoria dos focos”. Essa teoria, que imperou na primeira metade do século XX, falava da existência da “infecção focal” onde as bactérias de um foco poderiam migrar pela corrente sanguínea ou linfática alojando-se em órgãos vitais. Várias doenças passaram a ser atribuídos à existência de um “foco de infecção” que deveria ser localizado e removido. A teoria da infecção focal foi levada às últimas conseqüências e quaisquer que fossem as queixas ou os sofrimentos do paciente, o médico logo se punha a investigar qual seria o foco responsável pela infecção. Muitos dentes, apêndices, amídalas e trompas foram extraídos, a fim de retirar possíveis focos de infecção.

De maneira pouco convincente, o diagnóstico de apendicite crônica passou a ser utilizado para explicar situações de dor abdominal crônica sem causa aparente. Desse modo a apendicectomia tornou-se um dos mais comuns procedimentos cirúrgicos nos primórdios do século 20, com pouca contestação, como demonstra um estudo de revisão

de 50.000 apêndices operados entre 1924 e 1955, nos quais um terço correspondia a apendicite crônica e aproximadamente 14% à apendicite aguda. Em 1940, uma revisão de 385 pacientes submetidos à apendicectomia por dor abdominal crônica ou recorrente, 255 não tinham historia clínica compatível com apendicite; desses, somente dois foram curados da dor e 60 ficaram em condições piores. Por outro lado, de 130 pacientes com história clínica característica de apendicite aguda ou recorrente, 92% foram curados ou melhoraram no pós-operatório[7] .

A febre das apendicectomias pode ser verificada, por exemplo, nas fichas de atendimento de Hugo Werneck, o primeiro ginecologista que se estabelecer em Belo Horizonte, a partir de 1906[8]. Werneck se anunciou ginecólogo em 1908, mas era o único a fazê-lo. Nos anúncios publicados na imprensa da época e mesmo depois, os médicos preferiam se anunciar como "médico de senhoras" a ginecologista. O obstetra também não era comum; ainda se usava com freqüência a denominação de "parteiro e operador".

No início do século XX, os médicos ainda não eram a principal referência de atendimento à saúde da população. Tanto os médicos quanto os hospitais eram procurados em casos extremos. Os especialistas, por sua vez, encontravam maiores dificuldades. Médico valorizado era aquele capaz de atender a todo tipo de atendimento e a qualquer hora.

Premidos pela necessidade e pela resistência da sociedade em deixar suas esposas e filhas serem examinadas por um homem estranho, acostumados que estavam com o trabalho das parteiras, um dos caminhos seguidos pelo ginecologista, especialmente por Werneck, foi se dedicar seriamente ao oficio de cirurgião[9]. A obrigação de conhecer modernidades cirúrgicas devia-se, principalmente, à demanda crescente por cirurgias na Santa Casa de Belo Horizonte. As cirurgias ortopédicas, em sua maioria, ficavam a cargo do outro cirurgião, Eduardo Borges da Costa, mas Werneck logo se destacou como grande cirurgião. Em 1908, Werneck realizou 36 cirurgias, todas

ginecológicas, enquanto Borges da Costa, que se anunciara cirurgião e não “ginecólogo”, realizou 67, atendendo a homens e mulheres. No relatório da Santa Casa de 1909, a situação já se invertia, e Werneck, atendendo a homens e mulheres, superou Borges da Costa, ao realizar 148 cirurgias contra 106. Por esses registros, podemos perceber que a habilidade cirúrgica de Werneck não se restringiu à especialidade ginecológica. Para abrir espaço na Santa Casa e adquirir o prestígio necessário para se estabelecer na ginecologia, ele afastou temporariamente o desejo de ser somente um especialista para ser também cirurgião generalista.

O bom desempenho como cirurgião lhe deu prestigio, mas não necessariamente dinheiro. Muitos atendimentos eram feitos a troco de víveres e orações, mas a fama crescente rendeu-lhe o reconhecimento que possibilitou o crescimento no número de clientes. Além de mais clientes, com o tempo os atendimentos que eram domésticos, em sua maioria, vão sendo substituídos pelo hospitalar, não só na Santa Casa e seu anexo a Casa de Saúde São Lucas, como no seu consultório particular e no Sanatório Hugo Werneck localizado próximo a Belo Horizonte.

Pesquisando as fichas de consulta, tanto as referentes aos atendimentos no Sanatório Hugo Werneck, quanto as do consultório particular ou as da Casa de Saúde São Lucas, é possível verificar que apendicite é o diagnóstico mais freqüente, especialmente a modalidade crônica. Espantoso também é o número de cirurgias combinadas com a extração do apêndice. Ou seja, a retirada de um órgão, sem função específica e que poderia mais tarde gerar uma infecção, era encarada com fato corriqueiro. No consultório particular de Werneck, entre as 322 fichas encontradas, dos anos de 1925 e 1926, os diagnósticos mais comuns eram a endometrite e a apendicite crônica, com 7 casos cada um. Contudo, a apendicectomia era realizada, muitas vezes, aproveitando-se de situações de abdômen aberto para a realização de outras cirurgias nas trompas, ovários, útero, colón, etc.

No Sanatório, ressalta-se as 31 fichas de pacientes masculinos em seu consultório[10], entre casos de hemorróidas, câncer, hérnia e gastrite, mais uma vez, a apendicite crônica aparece com o maior número de diagnósticos: oito.

Na Casa de Saúde São Lucas, das 242 fichas consultadas entre 1930 e1933, além da clientela feminina, merece destaque a presença de 16 homens, sendo dois padres, sendo que destes cinco extirparam o apêndice. A persistência de consultas masculinas para cirurgia ainda na década de 30 demonstra que os especialistas do inicio do século precisavam fazer concessões para manter sua clientela.

Outro tipo de concessão que pode ter acontecido nos consultórios refere-se exclusivamente as cirurgias realizadas em mulheres. Em alguns casos é possível que a apendicectomia tenha servido de pretexto para encobrir algum procedimento "condenável" como o aborto ou extirpação de órgãos reprodutivos feitos para atenuar problemas como a histeria. Esses temas eram recorrentes na literatura médica da época, mas apesar disso, não foi encontrada nenhuma ficha com essas indicações. O que não deve ser considerado intrigante, visto que o médico deve zelar pelo sigilo e muito do que realmente acontecia não aparecia nas fichas. Não devemos esquecer que Werneck omitiu o nome de quase um terço de seus pacientes do consultório particular.

A cada procedimento cirúrgico bem sucedido angariava-se mais clientela e muitas vezes, mas dinheiro. A ligação entre a alta freqüência da apendicectomia com o enriquecimento dos médicos, aparece citado no *Livro de Saint Michele*, de Axel Munthe, e numa máxima que circulava entre os estudantes da Faculdade de Medicina, dos anos 40 e 50: "Ter apêndice e dinheiro são as únicas pré-condições para a realização da cirurgia".

O modismo da apendicectomia, nos casos crônicos só começa a declinar a partir dos anos 50, mas até hoje existe a discussão sobre a necessidade ou não da cirurgia nos casos crônicos[11]. Com a melhora dos exames complementares, especialmente os de

imagem e o crescente uso de analgésicos, antiinflamatórios e antibióticos, muitos casos que antes eram encaminhados preventivamente para a cirurgia, são tratados nos consultórios e não raro acontece melhora das condições clínicas do paciente.

Certo é que a cirurgia preventiva serviu para ampliar o prestigio e trabalho hospitalar do médico. Contribuindo na maioria das vezes, para o enriquecimento dos médicos e o estabelecimento de competência numa área que outros curadores, até então prestigiados pela pouca institucionalização da medicina, não tinham como competir.

---

[1] ROCHA, J. J. R. da, APRILLI, F., FERES, O. *et al*. Apendicite crônica e apendicite recorrente. artigo de revisão e apresentação de casuística *Acta Cir. Bras.*, 2001, vol.16 suppl.1, p.78-81.

[2] Segundo Fernando Bustos. (*Apendicitis crônica: considerações anatomo clinico-quirurgicas*. 1940, p.7-8), e BERARD e VIGNARD (L' Appendicite: etude clinique et critique. Paris: Masson editeurs, 1914) a primeira cirurgia de apendicite foi realizada em 1886, nos Estados Unidos.

[3] PORTO, Abel G. Cirurgia e cirurgiões. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1959, p.185

[4] Depoimento do Dr. Jaôr Werner, concedido em 06/01/2005. Segundo ele, em muitos conventos nas décadas de 30 e 40, as noviças só eram admitidas depois de serem operadas de apendicite e amigdalas, para não darem despesas depois.

[5] Depoimento do Dr. Gilberto Lino, em 06/01/2005. Faz referencia à exigência alemã de que os marinheiros que fossem para os submarinos, realizassem a cirurgia profilática do apêndice para evitar problemas futuros em pleno mar.

[6] REZENDE, J.M. *Vertentes da medicina*, São Paulo, Ed. Giordano, 2001, p.37-50

[7] Dados apresentados por ROCHA, APRILLI e FERES (2001)

[8] O arquivo pessoal de Hugo Werneck é composto de cartas, fichas de pacientes, fotos, recibos, e documentos diversos, tendo sido doado pela família ao Centro de Memória da Medicina da UFMG.

[9] Sobre a trajetória de Werneck, ver MARQUES, R.C. *É preciso ser piedoso: a imagem social do médico de senhoras. Belo Horizonte 1906-1939*. Niterói: UFF, 2003 (tese de doutorado)

[10] Pacientes masculinos identificados, mas é possível que esse número seja maior, pois é significativo o numero de fichas com os dados de identificação em branco. No consultório particular, das 322 fichas consultadas, 108 apresentam apenas um numero e a data do atendimento, e algumas delas podem ser perfeitamente do sexo masculino, pois apresentam diagnóstico comum aos dois sexos, inclusive os casos de apendicite.

[11] Cf. ROCHA, APRILLE e FERES (op.cit),atualmente, o critério para o diagnóstico de apendicite crônica é constituído pela dor crônica, (acima de um mês), em quadrante inferior direito, pelo achado cirúrgico e histopatológico de processo inflamatório crônico com ou sem fibrose e, por fim, pelo alívio dos sintomas após apendicectomia. A maioria desses eventos tem o seu diagnóstico impreciso, rotulados como gastroenterites, aderências pélvicas, diverticulites ou mesmo dor abdominal de causa desconhecida, e, não raramente, com uma longa história clínica.

HISTÓRIAS DE INFÂNCIA E LEMBRANÇAS DE VELHOS

RITA LUIZ DA ROCHA/UNIMEP
DRA. MAGDA SARAT/UNICENTRO

Este trabalho é parte integrante do projeto de monografia "Histórias na Infância: A Construção de Valores Através da Fantasia", concluído no final do curso de Pedagogia. Esta pesquisa buscou verificar até que ponto as histórias são utilizadas pelos adultos para forjar comportamentos e ensinar valores às crianças.

Nesse sentido escolhemos as histórias populares como objeto de estudo, associando e analisando os elementos simbólicos que são passados e construídos pela criança através de tais histórias. Nos perguntamos e tentamos perceber como os adultos utilizam-se de elementos fantásticos e da imaginação contida nas histórias infantis para formar, educar e "modelar" nas crianças valores, que são importantes no grupo do qual ela faz parte. Sendo possível também questionar acerca da existência, ou não, de uma apropriação de poder, por parte do adulto, no intuito de controlar as crianças, suas emoções, sua disciplina e a organização de comportamentos considerados responsáveis e melhor aceitos socialmente.

Procurando respostas a essas questões nos voltamos para as fontes disponíveis, quais sejam, uma bibliografia na área e entrevistas com três pessoas que estavam na faixa etária de 60 a 70 anos. Sendo estes, duas mulheres e um homem, que passaram a infância em lugares distintos, dois deles no estado do Paraná e um em Santa Catarina. A escolha destas pessoas foi feita por estarem entre a faixa etária que nos interessava, tinham passado a infância em localidades diferentes e ainda faziam parte de alguma forma das nossas relações sociais.

Os relatos concentraram-se nas lembranças entre os sete a treze anos, pois era o período que mais as pessoas se lembravam, apontando assim que determinados conceitos começavam a ser cultivados muito cedo em suas vidas. Tais conceitos como respeito, obediência, religiosidade, escolarização, responsabilidade, honestidade, modos de comportamento que eram os mais cobrados e enfatizados pelos adultos e continuaram

sendo importantes não somente na formação pessoal, mas naquilo que tentaram transmitir aos filhos, netos e bisnetos, segundo seus relatos.

Nesse sentido, trabalhamos metodologicamente com as memórias de infância para resgatar as histórias, os contos, as supertições e os fatos que têm na tradição oral e que são elementos de registro e de reprodução passados de pai para filho.

Sendo assim, procuramos contar essas experiências não especificadamente sobre a infância dessas pessoas, mas, verificar a partir delas, os valores construídos através das memórias contadas e lembrada nos contos e histórias infantis. Algumas questões pertinentes à pesquisa nos moviam a curiosidade no sentido de saber. Quem contavam-lhes histórias? Em que momentos estas aconteciam? Se quando crianças eles acreditavam naquilo que era contado? Qual era o tempo de parar de ouvir histórias? Como eram explicados os assuntos proibidos as crianças? Quais os medos eram mais presentes? O que era considerado “respeito”, e a que ou a quem destinava-se? Tais inquietações nos levaram ao encontro dos entrevistados.

Nesse contexto, a pesquisa também seguia pelas fontes bibliográficas. Sabemos que as histórias sempre fizeram parte do cotidiano da vida humana. Mesmo em idades mais remotas a tradição de contar história marcou as relações entre crianças e adultos. Sendo que “os contos são mais antigos que a sociedade de massa” (BETTELHEIM, 1980).

Dessa forma, as histórias passam no crivo do saber popular, pois, entendem-se como práticas sociais, onde se caracteriza por uma investigação do passado dos povos, ou seja, são a transmissão cultural que independe de pessoas ou lugares e que são modificadas, conforme o modo particular de cada indivíduo perceber os contextos a sua volta, e estão sujeitos a sofrer alterações de acordo com o tempo e o espaço. Conforme aponta MONTENEGRO (1994, p.56): “O saber popular é devolvido com um sabor de narrativa de histórias contadas em rodas de conversa, onde todos têm um detalhe a acrescentar, remodelar (...) ao mesmo tempo, situa uma historicidade popular que em muito se assemelha à de outros lugares em tempos os mais diversos. Recorre a elementos da tradição para projetar um campo de resistência”.

Assim, a história oral e a riqueza de fatos, surgem como possibilidade para entender como adultos e crianças e todos os envolvidos nessas histórias, explicam o cotidiano vivido através do imaginário popular. Essas experiências através dos saberes populares muitas vezes estão impregnadas, de superstições, simpatias, benzeções, bruxarias, do entendimento dos astros e da natureza, enfim fenômenos culturais e sociais, os quais são utilizados para tentar solucionar problemas da vida, como a falta de dinheiro, amores e principalmente com a sobrevivência perante o cotidiano. Assim, "o povo não sofre angústia metafísica, não por julgar inacessível o conhecimento das origens, mas simplesmente *já saber*. Não o *porquê*, mas, *para que* utilitário" (CASCUDO, 2001, p. 360).

Neste contexto, as histórias infantis também aparecem representadas nas mais diversas formas, com fadas bondosas e também histórias compostas por bichos papões, almas penadas, monstros, lobisomens, velhas e velhos horríveis, gigantes, monstros com cabeças de animais e corpo de gente e danças para o diabo, elementos que as tornam cada vez mais fantásticas e amedrontadoras.

Dessa forma, as histórias surgem como possibilidade para entender o mundo que cerca a criança, para dar respostas em momentos difíceis da vida e também como possibilidade de experiência lúdica. Assim podemos perceber que muitos saberes "positivos" ou "negativos" são construídos ainda na infância, através de pequenas histórias, contadas por pessoas do convívio, pois "ela necessita de idéias sobre a forma de colocar ordem na sua casa interior, e com base nisso ser capaz de criar ordem na sua vida (...) a criança encontra este tipo de significado nos contos de fadas". (BETTELHEIM, 1980, p. 13).

Diante de tais reflexões, e tentando buscar respostas as nossas indagações, coletamos histórias que privilegiavam como o próprio título indica, o maravilhoso popular, isto é, narrativas de adultos que nos apresentaram, a constituição de uma estrutura de valores e referenciais que foram construídos desde a sua infância, a partir de acontecimentos ligados à fantasia, ao mito, à lenda, à superstição e, por conseqüência, à religiosidade popular que povoa e compõe todo o imaginário social dos grupos humanos.

Nessa perspectiva, experimentamos um grande prazer e apresentamos algumas possibilidades do que foi possível coletar para entender essas histórias.

Os contadores entrevistados nesta história foram D. Clara 73 anos, D. Odila 74 anos, Sr. Valmor 59 anos. Seus relatos de infância falam de tempos de dificuldades, através do trabalho infantil na roça e nos afazeres de casa, de comportamentos impostos e esperados, do controle marcado pelos pais e também do autocontrole em situações sociais; mas, também mostram momentos lúdicos nas rodas de conversa com tios e amigos; nas festas da família e da igreja.

Os relatos nos remetem a uma infância vivida em casas e quintais grandes com árvores frutíferas; escadas que serviam para brincadeiras de casinha e de bonecas; brinquedos como: jogos com bolinhas de gude, pião, soltar pipa, pular corda, nadar em rios, pescar. E também nos enviam ao universo das histórias onde figuravam fantasmas, bruxas, lobisomens, mula sem cabeça, provocando medo de cemitério, de morto e do inferno. E ainda, histórias de fadas em que a beleza do conto tomava conotações reais como a espera do príncipe, relatada por uma das entrevistadas como a maior lembrança de tais momentos.

Percebemos assim que as histórias contadas por Sr. Valmor 59 anos, D. Odila 74 anos e D. Clara 73 anos se entrelaçam inúmeras vezes, mesmo sendo de culturas e espaços diferentes, eles foram crianças vivendo em um determinado tempo e ouvindo histórias que ficaram em suas memórias imprimindo marcas positivas e negativas que eram rememoradas ao serem contadas. Nesse contexto de memórias, achamos interessante fazer um resumo das vozes procurando dar espaço, tempo e oportunidade aos entrevistados individualmente, para que deixassem registradas suas experiências relevantes e assim contribuíssem coletivamente com a investigação.

Salientamos que para a apresentação deste trabalho, fizemos um recorte da pesquisa, onde destacamos apenas três características dessas histórias, priorizando: Quem as contava? Quais eram os tipos de histórias? E qual a importância delas na formação de valores? E como puderam ser disseminadas através destas pessoas.

Inicialmente os entrevistados nos colocaram em contato com momentos em que a cultura das histórias era ouvida, em meio uma vida simples e em que a crença, os valores e os conhecimentos, em geral, eram transmitidos de geração a geração nas rodas de conversa. Nesses relatos referem-se a lembrança da pessoa que contava e como contava tais histórias. Assim, lembrar do "contador" passa a ser primordial, pois para as crianças eram momentos que chegava a família, os amigos, onde ocorriam as trocas pessoais e os encontros lúdicos. Mas em alguns casos, foram lembrados também, dependendo do teor das histórias, como momentos que provocaram muito medo.

As lembranças dos contadores de D. Odila 74 anos, são o pai e a empregada que sempre contavam as "histórias de boca" segundo a entrevistada (eram histórias contadas oralmente, sem a utilização de livros). Nesse sentido ela fala sobre os contadores: "Então ela contava de bichinho, da Branca de Neve, ela gostava muito de contar (empregada)... E daí tinha o príncipe encantado... Então a gente gostava de ouvir e sonhar com o príncipe (...) Meu pai contava muitas histórias sabe!... Ele ia ao quarto contar para a gente, a gente dormia que nem sentia...". Sobre a lembrança de quem contava para o Sr. Valmor, 59 anos ele lembra que: "meu pai, meus tios também que contavam histórias pra gente...". E D. Clara 73 anos, lembra que também era o pai o contador: "Ih! Papai contava muita história... Mamãe era muito quieta"!

Nesse sentido, pode-se dizer que as histórias são lembradas pela pessoa que contava e tomavam conotações variáveis de excitação de acordo com quem contava. Interessante perceber que as histórias apresentadas pelos entrevistados eram contadas pelo pai, salientando o prazer de sua presença nesses momentos de ludicidade. Assim pouco destacando a figura da mãe, pois a mesma como afirmam, eram quietas demais, estavam sempre envolvidas nas atividades domésticas e no cultivo da roça, e também não tinham muita paciência em relatar histórias.

Outra perspectiva a ser enfocada é que as abordagens que se referem a um determinado tipo de histórias, que seria as representações que as crianças fazem sobre as explicações místicas dos adultos, um poder sobre o bem e o mal. Os conceitos

fantasmagóricos embora gerem o medo, certamente elas gostam de ouvir e predomina um certo domínio do adulto sobre as crianças. Tal perspectiva nos remete a BETTELHEIM, quando aponta que "o conto de fadas procede de uma maneira consoante ao caminho pelo qual uma criança pensa e experimenta o mundo; por esta razão os contos de fadas são tão convincentes para elas" (1985, p.59).

Sobre referências a esse tipo de história temos as seguintes descrições nas vozes dos entrevistados: "Eram histórias antigas que eles contavam de bichos, fantasmas, que defunto aparecia... então por isso desde pequeno eu até 13 anos... tive muito medo, tinha dia que não conseguia dormir...". (Sr. VALMOR, 74 ANOS). Também D. Clara 73 anos relata: "Quando nós éramos criança, nós pensávamos que era certo, viam mula-sem-cabeça...boitatá também, esse tinha mesmo!... Eles contavam que de noite na quaresma que o lobisomem saia e ia nos galinheiros... nós tremíamos de medo" (D. CLARA, 73 ANOS). Os relatos indicam que as crianças acreditavam em tais mitos e muitos desses adultos, ainda hoje, disseram que inventar histórias é muito significativo, ainda que tais histórias, na sua experiência, tenham gerado medo diante do obscuro e do misterioso. O controle dos adultos poderia ser exercido através do medo e do mistério. No entanto, nas lembranças de D. Odila 74 anos, era um aspecto que não esteve muito presente. Somente em um momento ela relembra contos de assombração. Suas lembranças são sempre de contos de fada, histórias alegres e bonitas contadas pelo pai ou pela empregada. Assim ela conta que: "Um pouco era de assombração, mas a gente tinha medo... Então quando era assim, a gente dizia para a empregada: Não conte senão a gente não pode dormir! Conte do príncipe! " (D. ODILA, 74 ANOS). Destacamos nessa passagem que a história de D. Odila 74 anos contraria a idéia do controle pelo medo, pois o pai primava por uma infância sem assombros, onde a preceptora era proibida de contar tais histórias. Assim, a infância de D. Odila 74 anos, no que se refere aos contos infantis foi marcada por momentos alegres e prazerosos.

Outro apontamento percebido é a importância da formação de valores construídos ainda na infância com questões como, por exemplo, de caráter moral, sexual ou religioso,

são percepções que permaneceram com essas pessoas e na sua fala enquanto adultos, estão continuamente se remetendo e fazem questão de dizer que evidenciam esses aspectos no contato que tem com outras crianças, como com filhos, netos, bisnetos, amigos, vizinhos. Conforme nos conta D. Odila 74 anos: "Eu tinha doze anos... Mamãe falou que desta data em diante agora já passava ser mocinha... Que tinha de se cuidar muito, não lave a cabeça quando tá! Se não pode suspender... Isso a mãe sempre punha a gente a par das coisas e eu fui passando de mim para meus filhos... a mesma coisa e elas não lavam a cabeça!" (D. ODILA, 74 ANOS).

Tais preocupações em disseminar os valores da fé, moral e da honestidade para "trilhar caminhos bons", conforme acredita Sr. Valmor quando relata: "A gente... Só agradece a Deus pelo que a gente é hoje graças a Deus! A gente vive uma vida mais ou menos boa, não tão sofrida, sempre tem um serviço... progredimos bastante... mas com muita fé em Deus... nunca deixei nós aqui! (Sr. VALMOR, 59 ANOS)". Esse valor em uma crença também está presente na fala de D. Clara 73 anos, que ressalta o respeito, a moral, os ensinamentos dos mais velhos como sendo muito importantes para a vida das crianças. Para ela, a religião era espaço de lazer, de diversão, onde se sentia útil e valorizada, conforme ela conta: "Naquele tempo eu olhava uma figurinha de santo assim! e fazia virar numa bandeira por conta, em época de festa".(D. CLARA, 73 ANOS).

Tanto Sr. Valmor 59 anos, como D. Clara 73 anos percebem a falta desse envolvimento religioso nas crianças, nos jovens e nas pessoas com esse tipo de atividade. A igreja para muitas pessoas aparentemente deixou de exercer a função social que antes possuía, como local de encontros da família, das crianças, das festas, dos primeiros namoros perdendo assim esse vínculo social, que se mostrava como o único espaço de atividades lúdicas para algumas comunidades. Portanto, tais conceitos foram importantes para os entrevistados, pois acreditam que estes garantir uma boa educação, educação esta que estão transmitindo para a as gerações posteriores.

Assim, a partir dessas histórias, alguns elementos nos propiciaram a possibilidade de perceber em todas os entrevistados experiências em comum. Observamos que em todas as

histórias, ocorreram aprendizagens de valores, estabelecidos pelos adultos, que foram importantes para imprimir e internalizar não só os limites mas as regras de comportamento às crianças. Como também foram relevantes na construção de valores como responsabilidade, honestidade, bondade, que segundo os entrevistados são elementos fundamentais, nas relações que estes estabelecem com o mundo e as pessoas à sua volta.

Em face disso, entendemos que a infância é um tempo propício para as aprendizagens quando a criança participa da construção social, cultural e histórica do seu grupo, ou seja, nos momentos vividos pelas crianças juntamente com os adultos. Dessa forma, as mudanças são percebidas por elas, com a intermediação do adulto e da família, e tais relações construídas pelos pequenos desde a infância podem marcar significativamente a visão destes adultos imprimindo determinadas concepções sobre a realidade.

Assim entendemos que, a formação que temos durante a infância, faz com que reflitamos sobre nossas relações com o presente e também com um futuro próximo. Nesse sentido, é importante que estejamos atentos a atitudes como repetir aquilo que acreditamos ser importante daquilo que aprendemos com nossos pais, e também negar as atitudes que não foram construtivas, para não cometermos os mesmos erros com filhos e netos. A geração posterior que certamente, também trará as marcas dos nossos ensinamentos. Sendo assim, aprendemos e concordamos com o Sr. Valmor 59 anos, quando diz: "*a gente também vive do presente e vive um pouco do passado pra pode entender as coisas e o mundo de hoje...".*

Referências Bibliográficas

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fada*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CASCUDO, C. *Supertição no Brasil.* São Paulo: Global, 2001.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória:* a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, M.C.S. *Lembranças de infância:* que história é esta? Dissertação de Mestrado da Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP, 1999.

ROCHA, R. L. *Histórias na Infância:* A construção de valores através da fantasia. Monografia de Graduação da Universidade Estadual do Centro Oeste/UNICENTRO, 2003.

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ANÁLISE CRÍTICA DA VINCULAÇÃO HISTÓRICA ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL.

Roberto Carlos Simões Galvão

Na história do Brasil republicano, a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985), mantiveram o povo brasileiro afastado do processo político nacional. O Estado autoritário impôs-se como o único responsável pela nação, sendo que aos cidadãos cabia o dever de obedecer.

No período ditatorial, sobretudo entre os anos de 1964 e 1985, a educação foi marcada pela repressão, pelo tecnicismo pedagógico, pela privatização do ensino, nesse momento a cidadania foi pouco exercida.

O corolário desta experiência de autoritarismo fez com que muitas gerações se formassem sem ter desenvolvido uma consciência de cidadania e participação nas questões políticas e sociais.

Segundo Freire (2001), **"**o conceito de cidadania vem casado com o conceito de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está".

Para o fortalecimento da democracia brasileira entende-se como imprescindível a formação de uma cultura participativa na população, ou seja, que haja um aumento da participação, da informação e do controle sobre os governantes.

Infelizmente no Brasil a participação do povo no poder se limita a comparecer nas urnas de dois em dois anos. A cultura de participação é o primeiro passo para consolidar uma democracia capaz de garantir os direitos sociais de todos os cidadãos.

Considerando o quadro de injustiça social e o descaso histórico do governo para com os direitos fundamentais dos cidadãos no Brasil, a professora *Cecília Peruzzo (1998)* leciona que:

> Estes são apenas alguns dos indicativos da importância histórica da educação para a cidadania em sua contribuição para alterações no campo da cultura política, por meio da ampliação do espectro da participação política, não só em nível macro do poder político nacional, mas incrementando-a a partir do micro, da participação em nível local, das organizações populares, e

> contribuindo para o processo de democratização e ampliação da conquista de direitos de cidadania.

A proposta de uma educação para a cidadania pretende contribuir para fazer de cada indivíduo um agente de transformação do seu mundo. A partir da reflexão sobre a realidade que o circunda, o indivíduo deve identificar os mecanismos sócio-econômicos responsáveis pela miséria e pela marginalização. A escola tem a incumbência relevante de formar cidadãos ativos, protagonistas de uma democracia substantiva e livre de situações de opressão.

Vale ressaltar a posição de Pedro Demo (2002):

> Para que a população compreenda, finalmente, que a exclusão política e econômica das maiorias é injusta, historicamente produzida e mantida, necessitamos de uma escola pública que lhe mostre isto criticamente e instrumente-a adequadamente para a luta histórica.

A tese da imaturidade e do despreparo das camadas populares para a participação e para a cidadania sempre fora uma constante na história do pensamento e da prática política desde o período imperial.

É inegável que as condições sociais e políticas necessárias ao exercício da cidadania plena ainda não existem no Brasil contemporâneo. O país está em processo de democratização – posto não haver democracia política separada da democracia econômica –, e nesse contexto a educação vem sendo apontada, mais uma vez, como fator imprescindível à conquista da cidadania.

As teorias crítico-reprodutivistas forneceram à intelectualidade um instrumental capaz de desmistificar a idéia de que a educação teria um poder de intervenção nas tramas sociais capaz de corrigir as injustiças e obter equalização social.

Seguramente “reduzir a questão da cidadania dos trabalhadores a uma questão educativa é uma forma de ocultar a questão de base” (ARROYO, 1996). É o que se tenta fazer quando se põe a educação como precondição para a cidadania.

Enquanto os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania continuarem ocultos, não haverá condições de fazer da luta pela educação uma expansão da participação e da cidadania.

Freire (2001) sustenta que,

> A educação não é a chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social. (...) Se a educação pudesse tudo, e essa é a ingenuidade de muita gente ainda – tenho ouvido de muita gente, neste país e em outros, mas sobretudo neste, que o grande problema deste país é a educação -, como se a educação, a partir de cima, pudesse rearrumar a sociedade que aí está.

Nesse contexto a pesquisa em andamento objetiva um estudo crítico do tema no sentido de questionar até que ponto esta vinculação entre educação e cidadania é pertinente e pode se viabilizar. Trata-se de esclarecer qual a contribuição que a educação pode efetivamente dar para a construção da cidadania e da democracia. Entendendo como cidadania o direito e o acesso de todos a bens materiais e culturais necessários para sua vida.

Convém salientar o pensamento de José Gimeno Sacristán (apud IMBERNÓN, 2000):

> a participação política, a estruturação das classes sociais, o desenvolvimento e a distribuição da riqueza não operam à margem dos níveis e tipos de educação dos cidadãos. Portanto, o que indivíduos e sociedades são, o que poderão ser, não pode ser explicado ou projetado, sem serem considerados os efeitos dos sistemas educativos.

Educação significa educar para a sociedade, conforme nos ensina a professora *Cecília Peruzzo (1998)*. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão.

Sérgio Amaral Moretti (1999) complementa ao dispor que a escola,

> Além de dedicar-se a ensinar os saberes científicos e a habilitar pessoas para a vida profissional, deve ter um objetivo maior, o de preparar as pessoas para

> o exercício de seus direitos. Dos direitos humanos, dos direitos de cidadão, ou seja, dos direitos civis, sociais e políticos.

Uma condição essencial para a democracia está em que os governados queiram escolher seus governantes, queiram participar da vida democrática, sintam-se cidadãos. A verdadeira democracia se constrói com a ação e a participação de todos.

Referindo-se à sociedade democrática John Dewey (1979) leciona que,

> Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e direções sociais, e hábitos de espírito que permitem mudanças sociais sem o ocasionamento de desordens.

O desafio essencial que a educação enfrenta é o de como preparar as novas gerações para o trabalho, para a vida social e para a cultura da subjetividade, sem degradá-las, sem submetê-las à opressão social ou aliená-las. Isso porque vivemos numa sociedade concreta, historicamente determinada, em que as relações de produção, as relações políticas e as simbolizações culturais são particularmente alienadoras.

Vejamos a concepção de educação para a cidadania descrita por Jacques Delors (2003):

> *Não se trata de ensinar preceitos ou códigos rígidos, acabando por cair na doutrinação. Trata-se sim, de fazer da escola um modelo de prática democrática que leve os alunos a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres, e como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e da liberdade dos outros*.

Entretanto, é fundamental questionar se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou, ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes.

"Não será brincando de democracia na escola que o cidadão aprenderá a construir a democracia", assegura Arroyo (1996).

A pesquisa acadêmica, ora em curso, propõe uma reflexão no sentido de saber em que medida a forma como vem sendo colocada a relação entre educação e cidadania está contribuindo para garantir a cidadania dos educandos.

Se considerarmos que educar para a cidadania significa formar indivíduos que conheçam seus direitos fundamentais, suas garantias e obrigações, resta-nos indagar de que forma isto se concretiza no universo do ensino, ou ainda, em que sentido a escola vem promovendo a adesão a valores democráticos, tais como o direito de organização e manifestação, a tolerância com minorias, a defesa da liberdade de opinião e o interesse por participação na vida política.

Conforme leciona Norberto Bóbbio (2002):

> A expansão da democracia atualmente consiste na passagem da democracia da esfera política para a esfera social, onde cada indivíduo é considerado não somente cidadão, mas também pai ou filho, empregado ou empregador, professor ou aluno, etc. Assim, a democracia não se refere só à ordem do poder público do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Começa na relação interindividual, passa pela família, a escola e culmina no Estado. Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas.

Nesse sentido, vale ressaltar a necessidade de reformar a escola, pois seria contraditório ensinar a democracia no meio de instituições de caráter autoritário, como assegura Jacques Delors (2003).

Olivier Reboul (1984) da mesma forma dispõe que “a educação não pode preparar para a democracia a não ser que também ela seja democrática”.

A construção da cidadania não se separa da construção da sociedade democrática. Preparar os educandos para a vida democrática significa, em primeiro lugar, sublinhar o valor básico da igualdade política, econômica e social.

E assim, segundo alguns autores, a educação formadora de consciências democráticas teria na escola, o ambiente adequado para a consolidação de uma cultura de cidadania e participação.

Para Rigal (*apud* IMBERNÓN, 2000), por exemplo, “a escola também deve cumprir um papel relevante na formação de cidadãos, como sujeitos políticos, para uma democracia substantiva que os exige protagonistas, ativos e organizados”.

Segundo Freire (2001) “a educação, não sendo a chave, a alavanca da transformação social, como tanto se vem afirmando, é, porém, indispensável à transformação social. (...) A educação consegue dar às pessoas maior clareza para “lerem o mundo”, e essa clareza abre a possibilidade de intervenção política”.

No mesmo sentido Olivier Reboul (1984) assinala: “se a educação não pode tudo, só ela pode ir contra a raiz da desigualdade, que é a diferença de instrução”.

A idéia de educação deve estar intimamente ligada às idéias de liberdade, democracia e cidadania, construídas através da atividade crítica de cada indivíduo frente aos padrões, normas e idéias impostas pela sociedade onde vive.

Porém, Arroyo (1996) insiste que “a história política conflitiva mostra que o problema do exercício e das formas de participação não é basicamente um problema pedagógico, como a ênfase na vinculação entre educação e cidadania parece supor”.

O mesmo autor assevera: “defender a educação como rito para passar à liberdade, contribui para que a cidadania seja negada, suprimida. (...) Quando pensamos em alterar o comportamento político, logo pensamos em agir sobre os valores, a visão de mundo, a instrução, deixando intocadas as condições materiais de existência a que estão submetidas as classes trabalhadoras”.

A metodologia de pesquisa adotada na pesquisa em curso fundamenta-se na revisão bibliográfica referente ao tema da educação entendida, historicamente, como requisito necessário à participação política e ao exercício da cidadania.

Foi feita uma análise reflexiva dos posicionamentos teóricos relativos à vinculação histórica entre educação, cidadania e participação política.

Está em andamento ainda, um estudo crítico das informações colhidas em bases de dados, publicações de acesso público, como livros, revistas, jornais e publicações eletrônicas, que possibilite saber em que medida a forma como vem sendo trabalhada a

relação entre educação e cidadania, está contribuindo para garantir a cidadania dos educandos.

O estudo da história das escolas públicas nas últimas décadas, possibilitou estabelecer um paralelo entre as possíveis práticas de cidadania e democracia no interior da escola de então, e a realidade que ora se apresenta.

A partir de um paralelo realizado entre as relações professor/aluno no presente e estas mesmas relações no passado, foi possível constatar que relações mais ou menos democráticas dentro da escola refletem a realidade das relações mais ou menos democráticas fora dela, num contexto social e político mais amplo.

NOTAS DE REFERÊNCIA:

ARROYO, Miguel *et ali*. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 6ª.ed., São Paulo: Cortez, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**, 8.ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**, 4ª ed., Campinas, SP: Papirus, 2002.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**, 4.ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**, São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

IMBERNÓN, Francisco (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**, 2.ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MORETTI, Sergio Amaral. **A escola e o desafio da modernidade**. Revista ESPM. São Paulo: Referência, v. 6, jan./fev. 1999.

PERUZZO, Cecília M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

REBOUL, Olivier. **Filosofia da educação**, 5ª. ed., São Paulo: Nacional, 1984.

Meio Ambiente, tecnologia e cultura material.

Roberto Massei[i] - PPG-PUC-SP

O objetivo, neste texto, é fazer uma reflexão sobre Meio Ambiente e Cultura Material. O suporte será o projeto *Cerâmicas paulistas (Ourinhos, Barra Bonita e Itu): um estudo de arqueologia industrial*. Procurar-se-á compreender como os trabalhadores oleiros transformam o meio em que vivem e constituem sua cultura material. Analisando-se a documentação, nota-se que a construção de uma usina hidrelétrica, em Barra Bonita, altera a relação homem/natureza. Isso é ressaltado na maneira de se extrair argila para o feitio de telhas e tijolos. As alterações produzidas com a formação do lago modificam o perfil da cidade e de sua população. Enfim, provoca um impacto no curso médio-superior do rio Tietê e obriga a população a mudar o modo como ela se apropria dos recursos naturais e os transforma.

O projeto da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e da hidrovia Tietê-Paraná é da metade da década de 1940 e foram construídas na década seguinte. Todo o processo deve ser entendido, portanto, como parte do ciclo [nacional-]desenvolvimentista iniciado nos anos 1950 e que tem o seu ápice no governo Juscelino Kubitschek. No momento em que se iniciaram as medições não se tinha uma clara dimensão do impacto sócio-econômico-ambiental que a inundação de uma vasta área provocaria. Pensava-se, para lembrar a fala de um dos depoentes – o senhor Mário Olenski –, no empreendimento como um todo e o que ele traria de bom para a população. As conquistas futuras, a autonomia do Estado de São Paulo em energia elétrica e os benefícios que eram vislumbrados compensariam todos os eventuais impactos que a construção da Usina de Barra Bonita e das outras quatro barragens provocaria ao longo do rio Tietê (a sexta e última foi construída nos anos 1980). Dois de nossos depoentes fariam uma autocrítica com relação à formação da represa: tanto o senhor Mário quanto o senhor Reolando Silveira entendem, analisando o processo meio século depois, que não se avaliou devidamente os efeitos que seriam produzidos. Se fosse

hoje, dever-se-ia executar todo o empreendimento de tal maneira a provocar o menor impacto possível.

Houve uma excessiva racionalização do empreendimento e uma subordinação à idéia de que a natureza devia – e deve ainda – ser utilizada em benefício do homem. Não havia, naquele momento, uma preocupação muito clara com relação à preservação do meio ambiente, nem de que a natureza é fonte de recursos naturais, mas não inesgotáveis. O fornecimento de energia atendia – e atende ainda – a uma necessidade imediata da sociedade imposta pelo progresso: iluminação, uso industrial, entre outras coisas.

Na segunda metade do século passado, a construção das usinas hidrelétricas tornaria o país e o Estado de São Paulo menos dependente de recursos externos, bem como, no momento seguinte, de tecnologia. Dariam, igualmente, estabilidade ao sistema elétrico, já que sua produção era bastante precária. Havia oscilação no fornecimento de energia elétrica, picos e quedas freqüentes.[ii] O próprio Estado brasileiro não tinha ainda definido claramente quais as regras que deveriam ou poderiam ser seguidas em obras que pudessem impactar o meio ambiente ou alterar um ecossistema. Os estudos de impacto sobre o meio ambiente vão ser fruto, de certa forma, de uma tomada de consciência ecológica, isto é, da "necessidade de preservar a natureza". De todo modo, o Código de Águas, que amparou e tornou viável a construção de usinas hidrelétricas no Brasil, foi aprovado em 1934.

A Usina Hidrelétrica de Barra Bonita foi a primeira de um grupo de seis. Ela marcou o início de um projeto de uso múltiplo do rio Tietê. Percebe-se, a princípio, uma não distinção entre sociedade e natureza, mesmo entre tecnologia e natureza. Essa separação, que se inicia e se acentua com a modernidade, fica evidente quando o homem se apropria de um recurso disponibilizado pelo rio e passa a produzir uma fonte importante de energia. Mais do que isso: alteram-se várias de suas características originais para que se potencialize sua exploração econômica. O Estado, por meio da CHERP (Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo), considera que o rio e os lugares pelos quais passa e a população que dele se utiliza não tivessem qualquer relação entre si. Nega-se que haja um vínculo entre um e outro. Em

outras palavras, a fim de que um projeto pudesse ser levado a cabo desconsidera-se uma história que compreende toda a complexidade da relação homem-natureza. É evidente que um ecossistema vai ser alterado. Da mesma forma, o meio ambiente vai ser atingido. Uma área de mais de 400 quilômetros do rio vai passar por uma transformação.

A consulta ao processo de desapropriação e indenização permite compreender que ela envolve uma área extensa e que atinge vários municípios. A executora do projeto elabora vários relatórios que objetivam mostrar que a área atingida era de pouca produção agrícola e que os benefícios compensariam as perdas. São esses estudos que embasam a definição dos valores a serem pagos. Os acordos são feitos a partir de preços supostamente de mercado. O valor venal, a princípio, parece ter sido depreciado. Na verdade, o processo de desapropriação e indenização seria longo, demorando em alguns casos pelo menos duas décadas para ser concluído. A maioria dos atingidos acabou por aceitar os valores definidos pela CHERP. Outros, não muitos, pediram não só a revisão como também ajuizaram ações reivindicando o pagamento do valor que consideravam justo. Houve casos, por exemplo, de procedimentos que incluíram propriedades que não tinham relação direta com a área de inundação. Aí, o objetivo talvez fosse aproveitar-se da situação. De qualquer maneira, o processo de desapropriação e indenização é uma história à parte, não porque esteja desvinculada de toda a construção, mas sim porque possui todo um desenrolar próprio e bastante complexo. Muitos de seus desdobramentos podem ser sentidos hoje.

O homem vem se apropriando da natureza para a sobrevivência desde que percebeu que dela poderia extrair a sua subsistência. No momento seguinte, passou a cultivá-la para produzir o seu alimento. No entanto, de 300 anos para cá, quando o capitalismo adquiriu feições cada vez mais “modernas”, essa ação se tornou mais destrutiva. A Revolução Industrial deu alguma autonomia ao processo produtivo, pois possibilitou o uso de energia produzida pela queima de material combustível. O uso desse tipo de energia obriga a exploração mais intensiva dos recursos naturais.[iii] Minerais, matérias-primas, madeira, água, enfim, tudo vai sendo apropriado pelo homem para que possa produzir tudo aquilo de que precisa. Nem tudo o que se consome é indispensável ao homem. Muitas das necessidades

diárias das pessoas foram incorporadas ao longo das últimas décadas. Tais necessidades, por sua vez, obrigam a extrair recursos da natureza, gerando um círculo vicioso: as pessoas consomem; o consumo obriga à produção; para produzir é necessário matéria-prima, que vai ser obtida na natureza e precisa ser transformada, e assim por diante.

Keith Thomas, em seu livro *O homem e o mundo natural*,[iv] ressalta que nem sempre houve uma separação nítida entre homem e a natureza. Em vários momentos, pode-se perceber uma imbricação dele com o meio em que vive. Ao longo do processo de formação da civilização é que o homem vai se separando da natureza, chegando ao ponto de subjugá-la. Houve, por um longo período, a presença da igreja permeando a vida das pessoas e a relação que tinham com a natureza e o mundo. Às vezes, ela vai ajudar sobremaneira para manter uma certa proximidade do homem com a natureza, já que ambos seriam feitos por Deus. A igreja, porém, mantém uma postura ambígua. Afinal, em outro momento parte de seu discurso vai contribuir para impulsionar o uso cada vez mais agressivo daquilo que dispõe o mundo natural, isto é, o meio ambiente. Havia uma espécie de entrave ético que impedia que o homem submetesse a natureza aos seus interesses.

O período moderno subverte essa imbricação homem/natureza. Segundo Keith Thomas "foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. [...] Esses séculos produziram tanto um intenso interesse pelo mundo natural como as dúvidas e ansiedades quanto à relação do homem com aquele que recebemos como herança em forma amplificada".[v]

É necessário, aqui, estabelecer o que se entende por natureza. Ela é uma categoria que muda ao longo do tempo, na medida em que o homem constrói representações de acordo com sua percepção do tempo histórico e de sua cultura. De todo modo, "[n]a sua acepção mais geral, 'natureza' indica o conjunto das coisas que existem, referindo-se particularmente, mais do que a uma configuração determinada, objectiva, [...] aos seus princípios constitutivos essenciais. [...]." Por outro lado, não se pode perder de vista sua historicidade. Nesse sentido, "o plano de reconstrução histórica das aquisições conseguidas

pela espécie coloca-se a um nível diferente do individual. Antes de tudo, o processo não é linear; depois, é condicionado por uma série de factores externos objectivos; [...] por fim, o alargar do campo de conhecimento da espécie acontece em virtude de experiências individuais revolucionárias que alteram e modificam o nível de conhecimento coletivo. [...]".[vi]

A modernidade, sem dúvida, consolida a separação homem/natureza e rompe definitivamente o entrave que impedia a separação. De modo que, após sobretudo o advento da sociedade industrial e a formação de uma sociedade de consumo, é necessário se produzir cada vez mais. Para se produzir recursos naturais são indispensáveis e estes são extraídos da natureza. Esse procedimento vai justificando o domínio do homem em relação à natureza. Isso é reforçado pela idéia de que a natureza está de um lado e a sociedade de outro; o homem é uma coisa, a natureza outra. Quebra-se o vínculo entre a primeira e o segundo, como se ele nunca tivesse existido. Essa idéia foi se tornando cada vez mais forte a ponto de desvincular coisas que são inerentes ao homem, como a técnica, de modo a justificar a apropriação cada vez maior dos recursos da natureza. Pode-se usar desmedidamente todo o recurso disponível ao alcance do homem. Perdeu-se a dimensão de que quando o homem se apossa e faz uso de algo que está na natureza ele está utilizando-se de algo que também é parte dele. A rigor, a modernidade só faz reforçar esse pensamento: de que o homem é o senhor da natureza e que, portanto, pode e deve dominá-la a fim de satisfazer todos os seus desejos, muitos deles construídos ao longo desses últimos dois séculos.

Pode-se perceber dois momentos em que isso aparece com clareza na pesquisa: o primeiro, a própria construção de um equipamento – a usina – que considera a natureza subordinada aos interesses humanos e servirá para produzir energia para mover o progresso. O segundo, diz respeito ao uso da argila: ela era extraída numa relação que demandava um *certo* respeito ao meio, mas que vai sucumbindo a um uso mais e mais subordinado ao mercado. No caso específico de Barra Bonita, a constituição de uma grande bacia de acumulação tanto acima do rio quanto abaixo vai obstruir a apropriação de argila para a confecção de telhas e tijolos. Muitas das jazidas desse mineral, localizadas nas

bordas do rio, vão submergir com a inundação da represa. Os barreiros tornam-se inexploráveis, pois o custo da extração aumenta. Isso gera revolta e estratégias, que, no entanto, não dão conta de solucionar um problema a longo prazo: como obter argila? Nesse meio tempo, uma legislação mais rigorosa dificultaria a extração de tal mineral. Algumas condições deverão ser respeitadas.

Durante um longo período a argila foi extraída de forma manual. O impacto que essa ação provocava era aparentemente pequeno. Com a mecanização, em Barra Bonita talvez induzida pela construção da barragem, e o aumento da demanda, essa extração deixa de ser manual e passa a ser feita por equipamentos rápidos e potentes. Era necessário algum grau de conhecimento do trabalhador para saber qual argila seria a melhor a ser extraída. Ele deveria retirar aquela que melhor conviesse ao feitio de telha e tijolo, a fim de não perder tempo e trabalho. Portanto, havia algum grau de respeito, já que se buscava o que era necessário. O aumento da produção subverte essa relação. O uso da máquina não precisa respeitar esse conhecimento. Qualquer barro serve. Ou como diz o senhor Nivaldo Torello, 68 anos, queimador há mais de 40: "*com a máquina vai até pedaço de árvore. Ela mói tudo, não fica nada*". Não é preciso que um ceramista ou oleiro vá à jazida para ver se o barro que vai ser extraído serve ou não. Basta que o barro exista: seja de barranco, seja de várzea. Um barro de menor qualidade serve. Há outros elementos, no entanto, que a própria matéria possui que dificulta ou impede a constituição de um bom produto. Uma vontade da matéria: se ela não for respeitada, muita coisa será perdida.

Em um primeiro momento, nota-se que uma técnica, que é eminentemente humana, permeava a relação homem e natureza. O proprietário da cerâmica, o oleiro ou um trabalhador mais antigo devia ir junto e olhar, tirar um "pedaço" de barro, fazer uma "bola" ou um "fiozinho", deixar secar e verificar se essa argila daria um bom tijolo ou uma boa telha. O uso da máquina retroescavadeira não só passa por cima desse conhecimento como também muda essa relação. A máquina extrai uma quantidade enorme de barro, que outros equipamentos, na fábrica, se encarregam do tratamento: moagem, mistura etc. Na verdade,

essas técnicas foram absorvidas e estão permeando outros relacionamentos em todo o processo produtivo.

Além do mais, outras estratégias vão sendo criadas a fim de tentar preencher uma lacuna. A inundação das bordas leva os ceramistas ao desenvolvimento de um mecanismo que permite extrair a argila submersa. Usam um procedimento chamado *ensecadeira* que permite o escoamento da água. Em suma, é um dique. Aproveitando-se o material que é inutilizado nas cerâmicas, terra e outros resíduos sólidos eles vão criando barreiras no rio em direção ao leito; concluem o fechamento desse trecho e colocam poderosas bombas d'água. Fazem a sucção, esvaziam por completo esse trecho do rio e, uma vez seca a área, promovem a extração com o uso da máquina retroescavadeira. Fazem-no, no entanto, de forma não-organizada e acabam por promover uma ação extremamente agressiva ao meio. Provocam danos que só mais recentemente vêm sendo analisados pelos órgãos encarregados da fiscalização.

Os investimentos são cada vez mais altos e quanto mais se aproxima da barragem de Bariri mais funda fica a represa. Nesse sentido, mais material é necessário. Segundo o senhor Arlindo Sanchez, 73 anos e ceramista há mais de 50, vai-se chegar a um momento que não será mais possível fazer as ensecadeiras. Não é à toa que inúmeras cerâmicas fecharam na cidade. Uma das causas certamente é a dificuldade de se obter matéria-prima. Conclui-se, a partir dessa análise inicial, que a cerâmica vermelha parece uma atividade fadada ao desaparecimento. Certamente, cabe um uso racional e sustentado da matéria-prima. Do contrário, não será possível retirar argila daqui a alguns anos.

A ensecadeira ressalta um aspecto que foi mencionado anteriormente: a agressividade da relação do homem com a natureza. Em grande medida, é como se uma coisa não tivesse nada a ver com a outra. O uso de um recurso, no caso a argila, acaba por interferir em todo o ecossistema. Altera todo o meio: a água, a terra, entre outras coisas. Peixes desaparecem, aves migram, matas ciliares são destruídas. Esse fenômeno teve início com a construção da barragem. O resultado é a constituição de um ecossistema em que predomina o desequilíbrio.

Essa é a parte mais visível de todo esse problema. A construção da barragem eleva esse tipo de impacto a uma área maior. Ela não só provoca uma maior dificuldade na extração de argila, como também atinge áreas em tese agricultáveis. Atinge, igualmente, a flora, a fauna e ictiofauna em escala muito maior. A longo prazo, nota-se que uma represa vai influenciar também a própria saúde de uma população. A mudança do regime de água, de corrente para parada, torna-se *habitat* de tipos de plantas, bactérias e microorganismos que até então não existiam. Além do mais, o Tietê, em particular, rio que atravessa a região mais industrializada do país, perde muito de sua capacidade de autodepuração. Em outras palavras, os detritos, resíduos sólidos e esgotos que são despejados ao longo do rio não são decompostos ou se decompõe mas produzem um material orgânico que muda todo o ambiente no interior do rio. Em vários casos, esses resíduos, altamente tóxicos, contribuem para que toda a fauna aquática do rio seja alterada, dando origem a novas espécies. Podem provocar, em determinadas situações, a mortandade de peixes e inibe ou extingue a vida de várias espécies de plantas e animais.

Em resumo, trata-se de um impacto sócio-econômico-ambiental de grande dimensão. Ele repercute em todos os níveis da vida animal e humana. Modos de viver e de fazer são alterados com a formação da represa. Isso só será percebido a médio e longo prazo. Os benefícios trazidos inicialmente com o aproveitamento múltiplo do rio ocultam esse impacto. É nessa dimensão que é preciso entender a problemática da cerâmica na cidade de Barra Bonita e de toda uma região; provavelmente do Estado de São Paulo todo. Ou seja, ela não pode ser separada da relação que existe entre homem e natureza, nem dissociada por completo do processo de alteração do uso do rio que vai imprimir um outro sentido a ele a partir da década de 1950, cuja construção da UHE de Barra Bonita é parte importante e um dos primeiros passos.

---

[i] Mestre e doutorando em História Social, PUC/SP. Bolsista do CNPq. Email: rmassei@uol.com.br
[ii] Cf. FROELICH, Gilval Mosca. *Ilha Solteira*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, esp. pp.13-28.
[iii] Cf. LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado*. Rio de Janeiro: Campus, 2005, *passim*.
[iv] São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
[v] *Idem*, p. 18.
[vi] MICHELI, Gianni. Natureza. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia *Einaudi* (Volume 18 – Natureza – Esotérico/exotérico. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, pp.: 11-13.

A Escola de Ponta-Cabeça Desterritorialização do Pátio Escolar

Roberval S. Santiago – UFCG

> "... Arrecadando fundos financeiros, por meio de cotas mensais, Marquinho acabou organizando o time de futebol da escola durante os intervalos das aulas."
> "... Preocupada com a situação social, Rosimere não mediu esforço para sensibilizar os alunos do pátio escolar a corroborar com o projeto comunitário da professora Sílvia."
> "... Semanas depois de ser advertido junto à direção, Felipe voltou a exercitar sua fama de valentão coagindo a garotada no pátio da escola."

As conjecturas ficcionais acima descritas, à primeira vista, parecem irrelevantes, exceto, mediante uma proposta pedagógica formativa diferenciada e relacionada a uma nova visão educativa de modalidade informal, cuja ampliação do conceito de educação e cultura desterritorializa a exclusividade do processo de ensino-aprendizagem da sala de aula. [i] Uma perspectiva pedagógica igualmente vinculada a uma dimensão histórica sócio-cultural cotidianizada das práticas sociointeracionistas espontâneas circulante no ambiente público e, diante disto, a análise muda de figura.

Levando em conta as situações imaginadas, possíveis relações decorrentes do pátio escolar, como práticas de sociabilidade, cooperação, espírito de organização e, ainda, foco de tensão e conflito. Neste caso, as práticas sociais que circulam livremente pelo pátio da escola durante o breve interregno do recreio (dez a quinze minutos) apontam para um conjunto difuso de ações formativas que ocorrem fora do olhar do professor e dos demais especialistas da educação.

Relativo ao marco teórico da História da Educação, a fortiori, nossa investigação baseou-se nos trabalhos dos historiadores José Carlos Libâneo e Franco Cambi. Autores cujos propósitos das obras perpassam a descrição histórica dos processos formativos do homem, tendo em vista a ampliação do conceito de educação como sendo parte integrante do processo da jornada de sociabilidade e humanização. Quanto à reflexão relativa à capacidade do individuo de desenvolver e efetivar a produção, a reprodução e a aquisição dos mais diversos conhecimentos e saberes nas

mais variadas modalidades formativas, nos ancoramos no pensamento de Paulo Freire.

E por conseqüência, se a proposta do tema envolve a educação sóciointeracional, não poderia faltar o pensamento de Lev Semionovich Vygotsiky. Em particular, a perspectiva da qual o autor analisa a formação educacional espontânea sòciointeracionista relativo ao contexto histórico onde o individuo desenvolve formas de aprendizagem. E no tocante a crítica e a reflexão da oposição entre a normativa disciplinar da sala de aula moderna e a espontaneidade da educação informal, selecionamos uma obra de Tomaz Tadeu da Silva. E para o recorte de desconstrução do imaginário da cultura escolar (entendida como a escolarização fundamentada na leitura e na escrita) que apresenta o pátio escolar igualmente ao lugar do lazer, do ócio e do hedonismo, recorremos a "teoria da desterritorialização". Uma teoria que já vem sendo estudada, mapeado, apresentada por alguns historiadores da área sócio-cultural cotidianizada, sendo Micheul de Certeau, um exemplo desse novo enfoque historiográfico. [ii]

Os historiadores da educação têm descritos os ritos iniciáticos dos povos primitivos como o lugar da aprendizagem espontânea. E não havia a separação entre o momento do saber, ambiente dominado pelo mestre-guerreiro, do momento de descontração e repouso do jovem aprendiz. Os valores de cultuar as ações de solidariedades e o espírito de cooperação permeavam todo rito iniciático. A mesma situação ocorrera durante a *Paidéia* clássica (arte peripatética) e a escola medieval, isto é, tanto os pupilos quanto os mestres partilhavam do mesmo ambiente da aprendizagem do lazer. [iii]

Não há dúvida sobre a existência do senso comum a respeito pátio escolar ficar restrito ao corpo discente durante o intervalo, enquanto os professores reservam-se a sala de reunião. No entanto, não faz muito tempo, Paulo Freire advertia aos agentes envolvidos na educação sobre exacerbação do cumprimento das regras e da postura autoritária exercida pelo professor na sala de aula. Atitudes bancárias de pouca serventia ao desenvolvimento do sujeito autônomo. [iv]

A cultura escolar hierarquizada que privilegia a práxis do professor tendo a sala de aula como o exclusivo ambiente do desenvolvimento educacional atém-se a um referencial histórico, a modernidade. As doutrinas educacionais dos iluministas instituíram a pretensão de formar o homem racional, livre, autônomo, laico, científico, o individuo soberano. E a sala de aula fora eleita como o fórum responsável pela aprendizagem, à produção do conhecimento e ascensão social.

Contudo, antes de descrevermos a compreensão dos elementos que compõe os processos culturais formativos circulantes no pátio escolar, seria prudente advertir: primeiro, as proposições que serão levantadas não são de caráter generalizador;

segundo, boa parte das questões anunciadas, advém de leituras sobre a educação informal, especulações, observações, conjecturas problematizadas e troca de opiniões com os colegas professores.

O pátio escolar não é só o ambiente da espera, do cochicho, da cabulagem, da novidade, da malandragem, da preguiça, mas também é um locus pedagógico interpessoal alternativo espontâneo. * Um ambiente vivo. O pátio pulsa vida. É um recanto pedagógico de expressão, sonho, conflito, desejo, fetiche, reitificação, acomodação, transgressão, um micro-cosmo. Nele há um trânsito cultural circulando em todas as direções.

O pátio é o outro gênero, o diferente. E com tal, ele integra, destrói, celebra, inibe e partilha competências, desenvolve habilidades, inventa e reinventa visões de mundo e estilo de vida. Ambiente cultural desterritorializado onde o coletivo não elimina o individuo.

Durante o intervalo das aulas as paredes do pátio escolar são borradas por desenhos obscenos, obras de artes, frases de denúncias de libertinagens, grafites de insultos, poemas suicidas, nomes falsos, pronomes alienígenas, pseudônimos vítreos, juras de amores perdidos, paixões desencontradas, dores do ser, ideogramas confusos, linguagens difusas e paradoxos de comunicações de todas as formas e idiomas.

Suas colunas são riscadas com recados e avisos conforme a disposição de quem o visitar. O pátio escolar é o patrimônio memorial-sensível, o tablado sagrado dos concluintes e dos que estão por vir. E nada pode ser tão averso quanto a sua definição formal.

A pedagogia tradicional e, também, a pedagogia crítica, têm tratado a escola como um instrumento racional do domínio da leitura e da escrita. Os resultados são metrificados, quantificados e classificados. Todos sabem que no final da aprendizagem o aluno é submetido a uma bateria de avaliações recorrente a critérios de excelências meritocráticas cujos resultados são classificatórios e excludentes. ˅

Na hora do recreio o pátio pode ser o pior ou melhor lugar do mundo. Uma vez estando nele, rompe-se com autoridades e todo tipo de camisa-de-força. Nele não há professores, psicólogos, orientadores, diretores, secretárias, policiais ou qualquer agente da ordem. No ambiente do pátio, o poder produz e reproduz o cenário da contingência, reinventa a metáfora da salvação e de perdição.

Não sejamos ingênuos, no pátio, durante o intervalo da aula, pode rolar droga, prostituição, crimes, traição e bondade. Nele está também velado o duelo entre o Vício e o Virtus. O pátio é um mercado, esconde botija, vende-se bugingagas, negocia-se ilusão, se troca figurinhas, partilha-se botim, mata e morre. Nele nada é perpetuo, é tudo transitório e contingente.

Na hora da recreação o pátio não tem dono, é terra-de-ninguém. O pátio pode ser um campo minado, terreno movediço, recôndito da brincadeira de roda, do mata-borrão, do futebol, da perna-de-pau, do flâneur, da armação, o playground da liberdade. Nele se joga ganhando, perde-se aprendendo, ensina-se amando, aprende-se odiando; cada lição pode emancipar e destruir o individuo. Nele não há desperdício, tudo é aproveitado. Na quadra do pátio, coberta ou céu aberto, abriga-se um conjunto de saberes dissincronizado desafiando toda vã filosofia.

Aventurar-se pelo pátio escolar e correr perigo. Ele consagra heróis, dessacraliza mitos, atribui mérito, nomeia bandido, caça vantagem, promove baderna, estimula alegria, distribui pancada, eterniza corações e mentes. Ele é o império da fuga. A república dos bonachões. O oásis da dos fanfarrões. Espaço da truculência e do arbítrio. Nele há vontade de poder e impulsos de tensão. O oxigênio respirado no pátio é pura testosterona misturada ao surto de adrenalina.

No decorrer do intervalo, vale dizer, o pátio escolar não é apropriadamente um ambiente alfabetizador, mas sim, um locus pedagógico espontâneo cujos processos formativos se articulam através da espontaneidade e de brincadeira. [vi] O pátio pode ser o lugar da livre expressão, do sonho, do conflito, do desejo, do fetiche, da retificação, da acomodação, da transgressão; pode ser o micro-cosmo.

Desterritorializado de sua dimensão física, as relações interpessoais que circulam no pátio, entre um intervalo e outro, se entrincheiram no lúdico e na festa da vida. Nele não há fronteira que esbarre a ressonância dos que cantam, dançam e escrevem. No pátio o hedonismo se faz diferente. O ócio torna-se um campo alternativo de utopias brandas e de sonhos individuais. O pátio não tem sexo, não tem cor.

Retomando Freire, no sentido de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o pátio é um lugar onde acontece várias leituras entre alunos-intelocutores. Neste contexto imbricam-se os mais diversos níveis de letramento, [vii] em que os alunos usam e praticam as modalidades oral e escrita da linguagem. No pátio, o letramento ocorre no sentido espontâneos, construíndos nas práticas cotidianas, diferenteemente do que ocorre no locus de sala de aula, automaticamente. [viii]
Em termos não-convencionais, o pátio escolar é o lugar da descoberta da sexualidade, paraíso dos virgens, lembrança da masturbação, queda dos machões, passarela das Barbes, pregresso do vício, refugio do não-ordenado. Ele pode vir a ser um campo fértil da possibilidade, de promessa e de dimensionalidade cultural globalizada.

Considerando a produção da cultura indissociável da educação espontânea relativa ao desenvolvimento histórico sociointeracional da experiência humana, não se pode falar num suposto lugar ou mesmo de um agente responsável/exclusivo pela aprendizagem. [ix] Sobrepondo-se a isto, todo projeto de construção cultural do homem

decorreu entre a mediação do meio natural e a sua ralação histórico-social. E não se pode negar que isto tenha uma relação com a produção artística.

Nesse aspecto, toda expressividade de arte desenvolvida no pátio escolar não têm fronteiras, são artefatos polissêmicos e mosaicos. Não há no pátio escolar a figura do gênio criador, e sim, do inteligente propositor/provocador. Suas cores perpassam o pecado e a redenção. Aridez e transcendência. Se o pátio fosse uma vaga pintura, mesmo desconhecendo à tradição das escolas acadêmicas, a expressão de sua natureza morta transbordaria.

Considerando a infra-estrutura das grandes escolas, temos observado que a arte impreguinada no muro do pátio é fragmentada. O muro nunca está limpo. Suas paredes são as bordas dos desvarios, as janelas da liberdade. Nele há grafites de versos, garatujas pueris, bricolagem paródicas, fanzine plagiados, pornografias idolatradas, desenhos anônimos. Sua textura desiderativa está sempre repleta de incongruências simbólicas, frações de dígitos, códigos signatários, lampejos de ícones, retratos pastosos, anúncios de placebos enganosos, emblemas satânicos e fotografias de lolitas narcíseas.

A linguagem coloquial do pátio dispensa compreensão, interjeição, sincronia, comunicação, improvisação, reinvenção, sujeito ou lugar. Seus artífices lingüísticos são aborrecentes, rebeldes, punks, patricinhos, trapaceiros, delinqüentes, extravagantes. Não será fácil decifrá-los.

A fortiori, a compreensão que possibilita o pátio representar-se tal qual um ambiente pedagógico informal requer uma demanda de saberes interdisciplinar. O estudo do pátio escolar exige do observador uma visão topográfica sensível/perceptível/intuitiva vinculada à diversidade e a unicidade das experiências de aquisições culturais de cada pessoa e dos grupos a qual ela pertence. [x] Exige reconhecer a fusão das múltiplas experiências sensíveis desenvolvidas nas práticas habituais da vida cotidiana. Isto é um outro desafio.

O chão do pátio escolar tem manchas de chicletes multicoloridos, fuligem de festa, nódoa de brilhantina, gotícula de sêmem, marca poliesportiva, pingo de sangue, semente de marijuana, rastilho de pólvora, resíduo menstrual, sinal de esmalte, risco de pentagrama, ponta de bituca, retraço de camisinha, pó de maquiagem, papel de chocolate, mecha de plumada, cola de sapateiro, bandagem de ferimento, gabarito de prova e sobras de poemas inacabados.

Imerso do território da legalidade, no recôndito do pátio escolar, de inverno a verão, abrigam-se secretos casos conjugais, denúncias de arbítrios, rompantes de paixão, segredos de ternuras, amores mal resolvidos, dores de satisfação, plano de bandidagem, tréguas de querelas e acerto de contas. Seus passantes são feiticeiros

gritantes, cantantes, orantes, dançantes, pedalantes que comungam, circulam, bocejam e lutam.

Seus canteiros arborizados fingem que são bulevares, imitam jardins babilônicos, copiam góticas catedrais, simulam mirantes islâmicos e obeliscos egípcios. De um modo geral, a arte produzida no pátio não tem tempo cronológico, exceto à brevidade dos quinze minutos, o intervalo da aula.

As obras primas confeccionadas no pátio não têm unicidade e nem tão pouco contam com o reconhecimento do público especializado. Seus artistas desconhecem o intercâmbio, não apreciam o acabamento. No pátio não há mecenas presentes e, tanto o artista quanto a obra, são produtos descartáveis. A breve glória dos 15 minutos.

Diante de uma observação mais atenta, nota-se que a arte do pátio é provisoriamente inventada, delicadamente copiada, criativamente parodiada; os objetos são ocultamente pré-fabricados, dissimuladamente improvisados, cordialmente imitados, são simulacros do pastiche consumista. E suas formas são variáveis e infinitas. Por sua vez, os objetos artísticos produzidos durante a hora do recreio não são o que aparentam, a refuncionalização dos objetos artísticos dependem do olhar desejoso de cada expectador.

O comportamento ocioso e hedonista dos freqüentam o pátio não se compara ao flâneur baudeleriando nem muito menos ao dandi Proustiano. Se a sociedade do trabalho precisou do espaço do ócio criativa, [xi] então não há porque negar a permanente construção da imaginação formativa de estilo de vida e visão de mundo interagida durante o intervalo das aulas.

Mas, por vezes, eles são esnobes, precavidos, arrogantes, presunçosos, carbonários, extrovertidos, comovidos, imprecisos, polidos, desastrados, libertinos, escorregadios, moderados, astutos, resignados, estorvados, perspicazes, meliantes, anárquicos, indolentes, surpresos, comoventes. E ainda, são passivos intolerantes, acomodados frustrados, ingênuos insurretos, ativos desencontrados, bobos conformados, libertinos e intransigentes.

No pátio, eles se comportam como grupo de estudo, tropa de linchamento, horda predatória, equipe poliesportiva, turbas de guetos, corja de gangue, indivíduos desgarrados.

Não é fácil admitir o nível de inventabilidade dos alunos do ambiente do pátio. Como eles se sentem mais á vontade, como se mostram ilustradamente glamourosos, voluntariamente assíduo, diletante pontual, retraídos gentis, abnegados participativos, tímidos interligados, polidos cooperativos e críticos dinâmicos.

Diferentes tipos se esbarram na quadra do pátio: gordos, belos, gigantes, magros, pequenos; amargos rapazes, meninos tranquilos, encantados, moças simpáticas, anciões enxeridos e, os mais diversos arquétipos narcíseos moderno. No

limiar do pátio, seus ocupantes se deslocam em zigue-zague, picham manchas translúcidas, estranham sabores, confessam mentiras, frustram expectativas, lavam roupas sujas ao vento livre, confiscam palavra, roubam gestos, embromam atitudes, entregam-se e integram-se nos impulsos da rebeldia cósmica do coração de estudante. Nele o riso corre frouxo.

Frente a esta problematização introdutória, se por acaso alguns especialistas se propuserem a desenvolver estudos e/ou projetos político-didático-pedagógicos voltados para a temática em foco, seria prudente reconhecer a natureza educacional desterritorializada junto à participação dos seus freqüentadores.

---

[i] LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para Quê?São Paulo: Cortez, 1998, p. 31-32.
Sob a perspectiva do autor a educação precede a criação da escola. E levando em conta o contexto histórico, a educação faz parte de um processo formativo associado à comunicação, a interação e a aquisição natural e social pelos quais os membros de uma sociedade produzem, reproduzem e assimilam saberes, valores, habilidades e técnicas sob três dimensões: educação formal, educação não-formal e educação informal.

[ii] CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. Arte de Fazer. Rio de Janeiro; Petrópolis, 1994, p. 198.
Não se trata de uma teoria convencionalmente definida, mas uma perspectiva de estudo e mapeamento da produção cultural transitável a partir da experiência humana independente da espacialidade física.

[iii] CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 2000, p.166. A análise investigativa do autor a respeito da educação não sistematizada ocorrida no período das aldeias permite uma disposta incursão hipotética relacionando a comunhão partilhada, entre mestres e aprendizes, nos mais diversos ambientes pedagógicos precedentes a modernidade.

[iv] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessário a Prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 42-44. A prática da pedagogia que busca a autonomia do sujeito não implicar a necessária ruptura com os saberes formais, porém, implica estabelecer parâmetros espontâneos, nos diversos ambientes pedagógicos, que aproveite as diversas experiências sociais que o aluno assimilou na sua condição de individuo.

[v] PERRONOUD, Philippe. Avaliação: Da Excelência a Regulação da Aprendizagem. São Paulo: Artmed, 1999, p. 138. A abordagem do autor referente às formas de avaliação nos permitiu reconhecer dispositivos normativos vigentes à escola moderna que inibem a criatividade do aluno. E de fato esta relação classificatória está associada a um sistema de operacionalidade que converte talento, habilidade e competência em diagnósticos meritocrático e excludentes.

[vi] DIAS QUIROZ, Tânia. *Dicionário Prático de Pedagogia*. São Paulo: Rideel, 2003, p. 17. A compreensão de ambiente pedagógico espontâneo informal alternativo encontra-se diretamente associada desterritorilização do processo formativo educacional desenvolvido no âmbito da informalidade cuja ação criativa, a difusão e a aquisição do conjunto de saberes estão correlacionadas a uma série de habilidades, de competências e de técnicas multiculturais do cotidiano. Conhecimentos formativos poucos aproveitados pela escola formal.

[vii] SOARES, M.B. *Letramento: um tema em Três gênero.* Belo Horizonte: Autêntica, 1989, p. 120-122.
A autora introduz o termo letramento referindo-se as práticas de leitura e escrita nos mais diversos contextos sociais e situações interacionais.

[viii] KLEIMAN, A. B. (org.). *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.* Campinas: Mercado das Letras, 1995, p. 25-26.
Nesta obra a autora questiona o ensino da prática de escrita na escola de maneira automática em detrimento de uma prática ideológica.

[ix] VYGOTSIKY, Lev S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. p. 123-125.
Esta obra permitiu analisar os aspectos formativa do conhecimento humano. Isto é, tendo em vista a produção cultural do homem como resultado do seu processo histórico, as formas varáveis assim como os diversos ambientes pedagógicos de aprendizagem (observar, imitar, requisitar, inventar, etc.) também estão associadas a ordem social. A educação não só como uma interação ligado a linguagem simbólica como também a mediação da experiência do *fazer* cotidiano.

[x] MAFFESOLI, Michel. Elogio da Razão Sensível. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 72-74.
A abordagem do autor configurando a razão sensível possibilitou a observação crítica da razão sistêmica de ordenação e regulação dominante, incluindo a cultura escolar, sem a perda dos importantes critérios análogos racionais associados à reflexão, a conjectura e a dedução no que concerne identificar as diferentes categorias de análises teóricas preocupadas com o estudo da crise dos paradigmas constituintes da modernidade.

[xi] De Masi, Domenico. *O Ócio Criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, p. 98.

Na perspectiva do autor, analisando a sociedade do trabalho, o tempo do lazer e as atividades fora do setor produtivo, resultante das novas relações de trabalho devido ao desenvolvimento tecnológico, ajudou na imaginação criativa.

TECNOLOGIAS DIGITAIS: SISTEMAS DE VEICULAÇÃO SISTEMATIZADOS SOBRE AS MINAS GERAIS NO PERÍODO COLONIAL[1]

Robson Godinho de Souza[2]

As tecnologias digitais, em especial no que se refere à sistematização e à divulgação do conhecimento, têm se mostrado um poderoso instrumento. A construção de acervos em meio digital, com o scanneamento de bases documentais, cartográficas e iconográficas tem contribuído para a conservação dessas bases, preservando a sua frágil materialidade dos desgastes inerentes ao manuseio, ao mesmo tempo em que as disponibiliza para um público amplo, que as pode consultar e analisar, sem que seja necessário o deslocamento para as instituições que detém sua guarda, estejam elas no país de origem ou no exterior.

O espaço e as relações que nele ocorrem, antes determinadas preponderantemente pela materialidade, incorporam-se à virtualidade das redes de telecomunicações de transmissão de dados, comumente chamadas de ciberespaço, onde as relações de troca se traduzem em fluxos, marcados pela interatividade crescente entre usuários.

Além da superação das barreiras impostas pelas distâncias, a velocidade proporcionada pelas mídias eletrônicas, no trânsito de informações, introduz novas formas de experienciar o tempo. O tempo advindo das novas tecnologias eletrônico-computacionais é marcado pela presentificação, ou seja, pela interatividade *on line*, uma espécie de tele-presença, em tempo real. Dependendo do foco desejado pelo receptor, também as barreiras do tempo são transpostas por meio da (re)construção virtual tanto das ruínas do passado como das utopias do futuro, aspectos bastante explorados pelo cinema, por exemplo, e que alteram nossa percepção cotidiana de tempo e espaço.

No entanto, frente a essa verdadeira avalanche de informações proporcionada pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, o grande diferencial capaz de promover

transformações estruturais na produção e na ampla disseminação do conhecimento reside, em última instância, no arcabouço conceitual e metodológico adotado na formulação de seus produtos.

Este trabalho discute tais aspectos, tomando como referencial o processo de construção de instrumentos de veiculação de informações e reflexões sobre a história das Minas Gerais no período colonial, com enfoque na Comarca de Vila Rica, desenvolvido para o projeto "*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*", financiado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais-FAPEMIG. Trata-se de um estudo interdisciplinar no qual o cruzamento de dados históricos e de análises dos documentos, discursos e imagens produzidos sobre Minas Gerais, em seus rebatimentos e interações na estrutura físico-espacial indicam que a história de Minas precisa ser constantemente revisitada.

Isso ocorre, sobretudo, num momento em que o turismo cultural tem se desenvolvido rapidamente em Minas Gerais, e que, para elaboração de determinados produtos de suporte à exploração turística, apropriações indevidas e superficiais da historiografia sobre Minas Gerais – ou certamente, a ausência de informações – têm resultado na divulgação de fatos inconsistentes junto a um público variado. E ainda, a inclusão de determinadas localidades nos roteiros turísticos, sem o necessário planejamento e preparação das comunidades envolvidas tem ameaçado a integridade não só do patrimônio cultural e natural explorado, mas também a das próprias relações sociais nelas existentes.

Esse acervo possui um inestimável valor histórico, pelo seu caráter precursor e sua inventividade, com destaque para as diversas manifestações – nas artes, na arquitetura e no urbanismo, na música, nas tradições, no folclore etc. – do Barroco mineiro. Entretanto, esse notável patrimônio é pouco conhecido dos próprios mineiros e totalmente desconhecido do

restante do país e do mundo. Registrá-lo, analisá-lo, organizá-lo e disponibilizá-lo para conhecimento, divulgação e estudos é uma tarefa prioritária.

Em seu desenvolvimento, foi coligida e sistematizada – em banco de imagens, fichas, tabelas, quadros, gráficos e textos analíticos – grande parte dos acervos documentais, cartográficos, iconográficos relacionados a esses recortes espacial e temporal. A divulgação de manuscritos, mapas, pinturas urbanas e paisagísticas, analisados em conjunto, fornecem informações valiosas para uma melhor compreensão da evolução da rede urbana do território mineiro em seus processos de permanência e transformação. São fontes de naturezas distintas e complementares que relatam a formação dos assentamentos humanos, a construção dos caminhos e as características de seus traçados; a estrutura urbana dos lugares; assim também como as relações sociais que neles se estabeleceram e os personagens que neles viveram.

Destacamos a especial preocupação de espacializar as narrativas históricas e, frente às dificuldades decorrentes das imprecisões temporais e espaciais. Edward W. Soja, ao tratar da necessidade de uma narrativa intrinsecamente espacializada, numa crítica a vertentes historicistas que insistem em subordinar o espaço ao tempo, afirma que

> Já não podemos depender de um fio narrativo que se desdobre seqüencialmente, de uma história em eterna acumulação que marche diretamente em frente, na trama e no desenlace, pois há coisas demais acontecendo contra o contexto temporal, coisas demais atravessando continuamente o fio narrativo em direção lateral[3].

Este projeto apresenta esse olhar especial justamente na articulação entre as fontes documentais primárias e secundárias e as iconográficas e cartográficas, que são capazes de mostrar, em síntese, fatos simultâneos – locais, regionais e mundiais –, responsáveis pela construção de uma trama complexa de processos que nos permitem entender a organização social, política e econômica da época e em suas relações com o presente.

Esse viés imagético-espacial se estrutura numa linha do tempo (cronológica) a partir da qual são evidenciadas as relações de simultaneidade em nível local, ou seja, os processos históricos relevantes na Comarca de Vila Rica, na Capitania de Minas e em toda a colônia; nas relações dessas três escalas com Portugal continental e, por fim, nos processos de ordem mundial, relacionados às relações das escalas anteriores com outras nações, a Europa e o mundo.

Os produtos propostos – um *website*, uma multimídia interativa em formato de DVD, e uma exposição itinerante – visam atingir um público amplo e diversificado, razão pela qual são diferenciados quanto às especificidades desse público, a linguagem adotada e o grau de aprofundamento de seus conteúdos. Em todos eles, buscamos uma abordagem que fosse, ao mesmo tempo, diacrônica e sincrônica, ou seja, sem desconsiderar referências cronológicas mais usuais, evidenciar a simultaneidade de determinados processos histórico-espaciais em escalas diversas: a das Minas Gerais, da América Portuguesa e do mundo europeu, com foco especial em Portugal. As críticas do geógrafo norte-americano Edward Soja sobre a dominância das abordagens temporais sobre as espaciais conduziu a construção de nossa abordagem metodológica.

> Edward Soja, em suas críticas às narrativas rigidamente históricas, não se pauta por uma apologia do espaço, mas apresenta uma proposta que particularmente interessa às nossas pesquisas, que é a de "associar à durée uma geografia humana crítica permanente" e, com isso, possibilitar uma espacialização da narrativa histórica, desconstruindo as relações de subordinação entre tempo e espaço.[4]

Nesse sentido, o conceito de *durée* de Braudel – que "*discute a dialética do espaço e do tempo, considerando as estruturas e os diferentes ritmos e temporalidades dos fenômenos históricos, privilegiando as longas permanências mentais, sociais, geográficas, etc...*"[5] – balizou a construção da estrutura daqueles produtos.

O *website* busca atender um público maior e diversificado conformado por estudantes do ensino fundamental e médio e leigos em geral, onde a linguagem menos acadêmica e a forma mais didática e lúdica das abordagens são pontos fundamentais. Com o acesso via *internet*, especial atenção foi dada à escolha das configurações que permitam maior rapidez de conexão, privilegiando o acesso por meio de computadores de configuração mais simples, sem, contudo, abrir mão da exploração de recursos interativos. Os níveis de interatividade propostos visam permitir ao usuário escolher caminhos diversos, segundo os temas, recortes temporal e espacial de seu interesse.

No caso da multimídia interativa em formato de DVD – que demanda microcomputadores com uma configuração mais avançada e, por conseqüência, suportam o emprego de recursos tecnológicos mais sofisticados –, o público-alvo preferencial são os estudantes do ensino superior e pesquisadores de diversos campos do conhecimento, considerando, inclusive, seu acesso a equipamentos adequados em suas respectivas instituições de ensino. A quantidade de informações, os *links* diversificados de acesso e a alta resolução das imagens fizeram com que optássemos pelo formato de DVD, ou seja, um disco de grande capacidade para leitura em computador.

Diferente da *internet*, que exige mídias com formatos mais leves para facilitar a navegação, o DVD pode abrigar conteúdo mais "pesado", com imagens de alta resolução, gráficos, vídeos e sons de melhor qualidade que, em seu conjunto estruturam a base interativa, que proporciona maior autonomia e liberdade do usuário no acesso e uso das informações, com domínio do tempo e da seqüência, segundo seus interesses. Na programação de multimídias, destacamos os métodos indutivista e não indutivista e as razões de nossa opção por esse último:

> A programação indutivista é baseada nos princípios do hipertexto, onde todos os *links* são pré-programados e o usuário é induzido à navegação. Neste caso, o usuário possui vários caminhos de navegação e que ele, simplesmente, pode escolher por ordem diferenciada. A programação não indutivista é baseada na

> programação orientada ao objeto, onde o usuário formula uma hipótese a partir da dedução lógica do que ele conhece sobre objetos pré-programados. (...) Se a multimídia for programada dentro dos moldes tradicionais, os usuários apenas navegam pelas informações numa ordem diferenciada, mas se tiver orientada ao objeto, o usuário tem autonomia na navegação (grifo nosso). [6]

A interatividade é um instrumento explorado neste projeto para que se possa gerar produtos que também estimulem o aprendizado e possam contribuir para discussões sobre novas metodologias de ensino, com a incorporação crescente de tecnologias digitais.

O material produzido, certamente, pode contribuir para repensar sobre novas metodologias de ensino e pesquisa com aproveitando o enorme potencial das tecnologias digitais. Não compete discutir ou privilegiar uma ou outra ferramenta, sistema operacional ou programa, mas o modo como utilizá-los. Percebe-se, ainda, muita resistência em relação às tecnologias digitais, sobretudo devido à falta de conhecimento em seu manejo, que vem gerando insegurança em determinado público.

Como já relatado, a multimídia interativa é um exemplo de ferramenta das mais eficientes na transmissão de conhecimento, dada sua capacidade de estimular o usuário a exercer uma maior autonomia no manuseio das informações. Nesse sentido, ela é sedutora e pode contribuir para a superação dessa insegurança. Este material pode ser amplamente usado para pesquisas na graduação e na pós-graduação, assim como fonte de consulta de toda a sociedade. Aulas e diversos cursos podem ser ministrados, utilizando essa ferramenta como suporte, com melhor aproveitamento, interação e, porque não, entretenimento.

O carro chefe é, na verdade, a criatividade. Ela é ponderada pela versatilidade na exploração dos potenciais dessas tecnologias, e pelo desenvolvimento de habilidade de gerenciamento do uso mais amplo desses recursos.

Outro ponto importante, contudo, para a disseminação do uso dessas tecnologias é a capacitação técnica no seu manuseio. É preciso um amplo processo educacional de caráter interdisciplinar que capacite profissionais para difundi-las, lembrando que exclusão digital é uma realidade no Brasil e nela se inclui a maior parte da população. Sabe-se que poucos ainda desfrutam diretamente destes recursos. Basta ver o número restrito de computadores domésticos nas casas da grande parcela da sociedade, bem como as dificuldades financeiras e de formação para a utilização da *internet.*

Antonio Mendes Filho destaca que a inclusão digital está alicerçada, fundamentalmente, em três pilares: a própria tecnologia da informação e comunicação (TCI's), a renda e a educação[7]. A ampliação das TCI's, com infra-estrutura, incentivos, fonte de renda e educação vai possibilitar maior igualdade nas oportunidades. Seria um grande ganho se, ao menos, as escolas e as associações de bairro pudessem contar com esse recurso para as suas comunidades, ampliando direta ou indiretamente a inclusão digital.

Seriam incalculáveis os ganhos em termos do desenvolvimento do país. Com isso, no momento que se pensou na importância dos produtos finais desta pesquisa, valorizou-se a tecnologia, conjugando sistematização, metodologia e as potencialidades; diversidade nos formatos, ao adotar multimídia e internet, como veículos de comunicação; interatividade e sua contribuição didática e pedagógico-educacional.

Contudo, um terceiro produto – a exposição itinerante – foi também uma forma de garantir o acesso de uma população ainda excluída, sobretudo aquela que vive em pequenas localidades. São painéis impressos com as mídias gráficas de imagens e textos que vão mostrar as conclusões das análises do trabalho e divulgá-los a toda a população, principalmente, a que não tem acesso às mídias digitais. Pode ser apresentada em escolas, prefeituras, no geral, em instituições públicas e privadas. É uma oportunidade de informar, principalmente, ao público local, um pouco da sua história, os valores patrimoniais e

culturais que contribuem para educar e, porque não, mostrar todo o potencial social, político e econômico.

Não se trata, portanto, da produção de meras ilustrações de uma cronologia ou geografia da Comarca de Vila Rica, mas da oportunidade de contribuir para a preservação de um patrimônio tangível e intangível ameaçado, seja pelos processos de transformação acelerada do meio ambiente físico-cultural, seja pela exploração predatória de seus atrativos através de um turismo implementado sem o menor compromisso com a sustentabilidade das comunidades receptoras. Com essa visão estamos certos de que todos os produtos deste trabalho contribuirão para a valorização e divulgação da história e do patrimônio cultural de Minas Gerais.

---

[1] Este trabalho integra as pesquisas desenvolvidas no projeto "Os caminhos esquecidos: desvendando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica", com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais-FAPEMIG. Coordenado pelos professores João Pinto Furtado (Depto. de História/FAFICH/UFMG) e Fernanda Borges de Moraes (Depto. de Urbanismo/Escola de Arquitetura/UFMG), o projeto tem um caráter interdisciplinar e conta também com a participação dos bolsistas de iniciação científica Luciane Cristina Scarato e Luis Gustavo Molinari Mundim, do Curso de Graduação em História/UFMG; e Kelly Diniz de Souza e Renato Machado da Silva, do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFMG. O trabalho teve início em dezembro de 2004, com previsão de término em dezembro de 2006.

[2] Arquiteto e Urbanista pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de Desenvolvimento Tecnológico no projeto "Os caminhos esquecidos: desvendando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica", financiado pela FAPEMIG.

[3] SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas*; a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p. 32.

[4] MORAES, Fernanda Borges de. *Na Urdidura do tempo e do espaço:a trama urbana colonial no core das Minas Gerais.*Memorial de qualificação da tese de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. p. 29.

[5] MORAES, Fernanda Borges de. *Na Urdidura do tempo e do espaço:a trama urbana colonial no core das Minas Gerais.*Memorial de qualificação da tese de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. p. 30.

[6] SANTOS, Ana Paula Baltazar. *Multimídia Interativa e Registro de Arquitetura:* a imagem da arquitetura além da representação. Dissertação de mestrado da Escola de Arquitetura Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998, p. 152.

[7] FILHO, Antonio Mendes da Silva. Os três pilares da inclusão digital. *Revista Espaço Acadêmico*. nº 24, Ano III, 2004. Disponível em <http://espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm/>. Acesso em maio de 2005.

WASHINGTON LUÍS E A REMODELAÇÃO URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1910

Robson Mendonça PEREIRA[1] - PPG-UNESP/Franca/UEG

O projeto de modernização material desenhado pela elite política paulista na Primeira República, sustentava-se fortemente na economia cafeeira e no mecanismo de valorização desse produto, garantindo um fluxo de capital constante que se multiplicava em associação com empreendimentos ligados à urbanização que favoreceram a capital paulistana.

A premência por reformas transfigurou-se nesse período em um conjunto de intervenções próprias do *haussmannismo*[2], principalmente na longa gestão do prefeito Antônio da Silva Prado (1899-1910), responsável pelo aparelhamento da cidade de São Paulo ao gosto da plutocracia cafeeira, consolidando sua posição hegemônica no Estado e ao mesmo tempo materializando a riqueza proporcionada pelas receitas de exportação que induziram os primeiros implantes industriais na cidade.

O volume dessas transformações operadas pela administração municipal circunscreveu-se ao miolo central da cidade (vale do Anhangabaú, várzea do Carmo, região da catedral da Sé, etc.), pouco sendo feito pelos bairros operários (Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Vila Mariana e outros) que foram surgindo no entorno de áreas alagadas e insalubres próximas às fábricas e cercadas pelas linhas ferroviárias.[3] Por outro lado, foram encetados enormes empreendimentos imobiliários de elite na zona sudoeste, a mais alta e protegida, em contraste com os vetores de crescimento da cidade. Este fenômeno de elitização começou no final dos anos 1870, quando o incorporador Frederico Glette adquiriu nessa mesma área algumas chácaras e as dividiu em lotes onde se edificaram diversos palacetes de famílias tradicionais que formariam o bairro de Campos Elíseos; caso também do bairro de Higienópolis (incorporado por M. Buchard e Victor Nothmann) e da Avenida Paulista, inaugurados no início da década de 1890[4]. Tais empreendimentos se constituíram

em verdadeiros símbolos da segregação social na cidade, anunciando uma nova orientação em seu crescimento: a localização dos setores residenciais finos e privilegiados por amplos investimentos públicos e privados em detrimento de outras áreas.[5]

Até o início da administração de Antônio Prado os serviços públicos na cidade eram dominados por empresas nacionais. Essa situação começou a se alterar com a fundação de uma das empresas mais influentes no crescimento e expansão paulistana, a *The São Paulo Light and Power Co.*, incorporada em 1899 no Canadá, contando com financiamento inglês e pessoal técnico norte-americano. A Light conquistou inicialmente o monopólio da concessão de transportes (bondes elétricos), mas logo depois começou a deslocar seus interesses para a produção e o fornecimento de energia (residencial e industrial). Um tempo depois acabou adquirindo a empresa de telefonia e a de distribuição de gás, contando neste intento com articulações políticas no seio da própria municipalidade.

A Light expandiu suas linhas de bondes para áreas distantes, principalmente para as regiões nobres, iniciando um movimento especulativo que forçou a valorização dos terrenos cobertos por seus investimentos. Nesse ínterim surgiu a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*, constituída em Londres em 1911 pelo belga Edouard Fontaine de Laveleue, que adquiriu na época — do deputado Cincinato Braga e do loteador Horácio Sabino, então representantes de um grupo de empreendedores paulistas coligados a investidores internacionais — largas extensões de terrenos nos arrabaldes da capital, totalizando 12 milhões de metros quadrados na chamada *Villa América*. Estes empreendimentos especulativos da *City* eram muito mais ambiciosos que os anteriores e acabaram interessando a Light, que estendeu seus serviços de bondes e iluminação elétrica a esses novos bairros, recebendo em troca inúmeros terrenos que alimentavam seu apetite especulativo.[6]

A forte influência do setor privado condicionou os investimentos públicos (estaduais e municipais), determinando os vetores de crescimento privilegiado da capital no sentido de valorização imobiliária contínua. Entre 1912 e 1913, os investimentos dos grupos estrangeiros alcançaram seu auge, havendo de forma concomitante o crescimento da crítica

de caráter nacionalista contrárias as suas manobras e por estarem mancomunados com ilustres figuras do poder no Legislativo e no Executivo.

Se durante a administração municipal de Antônio Prado, os interesses da Light estiveram resguardados apesar de alguns conflitos, isto não pode ser dito do novo prefeito eleito em 1911, o então presidente da Câmara Raymundo Duprat, que parecia desagradar seus diretores, conforme carta enviada pelo diretor Alexander Mackenzie para seu sócio F. S. Pearson em Londres, no dia 1º de agosto daquele ano.[7] Esses mesmos diretores da Light animaram-se com a renovação dos membros da Câmara em 1914 e a possível escolha de um prefeito que estivesse afinado com seus interesses. Esperavam a eleição do ex-secretário de Estado da Justiça e da Segurança Pública Washington Luís.

Essa aposta tinha como fundamento as credenciais do postulante ao cargo, pois Washington Luís, homem de partido e aliado de primeira hora, pertencia à nova geração da máquina política do PRP, e era ainda ligado à alta sociedade das famílias Prado e Penteado, posição-chave que lhe permitia fazer a ponte entre ex-conservadores e ex-liberais, republicanos e monarquistas, perrepistas e dissidentes. Além disso, era reconhecido pelos seus próceres pela competência no exercício de funções administrativas. Após sua desistência em continuar na pasta da Justiça no governo Rodrigues Alves, retornou ao posto de deputado estadual por curto período (1912-1913), quando surgiu a oportunidade de reconstruir sua carreira política à frente da Prefeitura da capital.[8] A escolha foi efetivada por Bernardino de Campos, presidente da Comissão Diretora, nomeação que embutia um objetivo bastante específico: o controle político da cidade pelo PRP.[9]

Ao assumir a Prefeitura de São Paulo no início de 1914, aguardava-o um sem-número de problemas a serem resolvidos, destacando-se o colossal passivo, produto do endividamento exacerbado durante as gestões Antônio Prado e Raymundo Duprat, decorrente de empréstimos onerosos para obras de embelezamento da cidade, com prazo curtíssimo de amortização e juros exorbitantes, efetuados com base na previsão de receita, crescente nessa época. O momento era de retração econômica no setor externo, que entre 1911 e 1914 enfrentou um descenso continuado nas exportações e importações. Era

também um momento ruim para os capitais estrangeiros empregados em empresas de serviços públicos, que começavam a refluir para as matrizes. Estas dificuldades estenderam-se até 1916, quando a municipalidade tomou um empréstimo no exterior com a finalidade de consolidar a dívida existente e melhorar suas condições de pagamento.

A resolução deste grave dilema financeiro permitiu a Washington a possibilidade de prosseguir no andamento de melhoramentos urbanos no centro da cidade, previstos no Plano Bouvard (Parque do Anhangabaú e início das obras na várzea do Carmo, futuro Parque D. Pedro II), assim como de outras melhorias visando ao abastecimento interno, como a constituição de mercados (feiras) livres e a manutenção e abertura de estradas de rodagem, estas mais ligadas às suas experimentações automobilísticas como Secretário de Estado.

As realizações de Washington Luís no campo urbanístico alcançaram menor amplitude se comparadas às intervenções de monta, realizadas nas gestões de Antônio Prado e Duprat. A solução elegante esboçada pelo arquiteto paisagista Bouvard — para contemplar os divergentes interesses envolvidos nos projetos apresentados para os "Melhoramentos de São Paulo" — foi parcialmente abandonada pelo prefeito Duprat, que preferiu investir na transformação da Rua São João em um imenso bulevar.

A retomada do Plano Bouvard na gestão do prefeito Washington — ainda que restrições orçamentárias dificultassem ou paralisassem as obras impedindo sua efetivação plena — considerou, segundo Campos, as tensões sociais iminentes no agressivo processo de urbanização paulistano.[10] Washington amparou suas intervenções na estrutura legada por Duprat: a Diretoria de Obras e Viação e o setor dedicado ao Plano da Cidade, junto ao Escritório Central dirigido pelo engenheiro Vítor Freire.

Em ofício enviado para Câmara Municipal, em 26 de setembro de 1914, o prefeito apresentou o orçamento para o ajardinamento e revestimento da esplanada em frente a catedral em construção, sem deixar de comentar as alterações efetuadas no projeto do Centro Cívico, uma das pedras angulares do Plano Bouvard (correspondendo a segunda seção). A realização desse empreendimento dependia, em largo período, de esforços

congregados do Estado, do Município e da Mitra Arquidiocesana. O custo elevado das desapropriações nas imediações da praça João Mendes para construção da Sé metropolitana, a desistência do governo estadual de construir os edifícios do Palácio da Justiça e do Congresso do Estado nas imediações e a falta de recursos municipais para implantação do Paço Municipal, na quadra formada pelas ruas Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Marechal Deodoro e Senador Feijó, precipitaram a supressão do Centro Cívico, conservando-se somente a Catedral.[11]

No final de 1914 foram aprovadas no orçamento, as verbas para o início das obras do Parque do Anhangabaú e o encaminhamento da realização do parque projetado por Bouvard para várzea do Carmo. A recuperação dessa última área remontava a administração de Antônio Prado em 1909, como parte das medidas concernentes à reurbanização do centro, juntamente com a proposta de retificação do Tamanduateí, cujo canal foi entregue pela Secretaria da Agricultura em abril de 1914.[12]

Tal alvitre facilitou o encaminhamento pelo prefeito à edilidade de dois anteprojetos de embelezamento da várzea, de autoria do arquiteto paisagista E. Francisque Cochet.[13] O parecer das comissões encarregadas optou pela solução apresentada no projeto nº 2 que recomendava a alienação da parte da várzea, permitindo a venda de sobras de terrenos (de 30.000 a 50.000 m²) para abrir gasto para a construção das obras planejadas, reduzindo drasticamente o desembolso da municipalidade. [14]

A lei nº 2.057 de 3 de março de 1917 promoveu a abertura de concorrência pública para realização dos serviços, apresentando-se somente uma proposta, que foi rejeitada, realizando-se novo processo com um aumento da ordem de 20 % no orçamento.[15] Vítor Freire constatava pesaroso, que essas complicações decorrentes da situação de crise, atrasavam melhoramentos, considerados essenciais para capital que perdia a oportunidade de se "colocar a testa das aglomerações sul-americanas na trilha que tornou tão justa e indisputavelmente reputadas as administrações municipais alemãs."[16]

O contrato entre a Diretoria de Obras e a Companhia da Várzea do Carmo, responsável pela realização da obra, somente aconteceu em setembro de 1918, ao final do

mandato de Washington. A essa altura, Cochet introduziu algumas alterações no projeto original em parceria com o engenheiro Antonio de Almeida Braga, prevendo o loteamento do setor Noroeste da várzea, a construção do Palácio das Indústrias, a inclusão de campos esportivos e de um mercado público para substituir o da 25 de Março (o Mercado Municipal seria inaugurado somente em 1938).[17]

O Parque D. Pedro II, entregue inconcluso em meio às comemorações oficiais do Centenário da Independência em 1922, destinava-se a intermediar a ligação do centro com as forças produtivas e sociais emergentes — zona do mercado e comércio popular em direção aos bairros fabris e operários —, servindo como espaço para dissolver conflitos.

Foi em seu segundo mandato, de 1917 a 1919, que Washington desenvolveu melhor seus projetos de modernização com a realização de grandes eventos de impacto, como a Primeira Exposição Industrial de São Paulo e o Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, ambos em 1917, e desfiles cívicos, inauguração da Estrada dos Sentenciados e da Estrada do Vergueiro — esta uma obra de fôlego ligando a capital a Santos.

O envolvimento de Washington com a estética tradicionalista (conhecida no Brasil como neocolonial) teve início nessa época com incentivo a arquitetos, pintores e escultores por intermédio de obras encomendadas, expressando uma tendência nacionalista que começava a se manifestar na produção do meio intelectual paulista, resgatando um mito de origem regional, o do bandeirante, e exaltando suas façanhas, intrepidez, e espírito de aventura que possibilitaram o avanço da fronteira, características que naturalmente justificariam a hegemonia de São Paulo na Nação.

O conjunto de intervenções efetuadas até aquele momento vinculava-se a uma proposta de elitização do espaço público, privilegiando menos os aspectos utilitários e pragmáticos do que a estética, o ambiente e a higiene, voltados à conformação de uma urbe — civilizada materializada na expressão “capital do café” — em tudo: “atraente para os fazendeiros, cômoda para os comerciantes, imponente para seus governantes, vitrine exemplar para imigrantes e visitantes estrangeiros – expressão do avanço material, moral e cultural trazido pelo sucesso da atividade agroexportadora”[18].

As mazelas sociais decorrentes dessa proposta ficaram evidentes no privilégio dado pela administração municipal à área central e a expansão dos bairros "nobres" da cidade, que passaram a contar com inúmeros melhoramentos e serviços urbanos: calçamento de ruas, bondes, postes de luz elétrica, telefones, edifícios públicos em estilo eclético (neoclássico e renascentista), enquanto uma outra cidade discrepante ficava encoberta por essas realizações: a zona leste com seus bairros industriais (Mooca, Brás, Belenzinho); bairros a ocupar várzeas de rios (Pari, Ipiranga, Barra Funda) ou outros que avizinhavam as áreas centrais (Bexiga, Cambuci, Bom Retiro).

Na administração de Washington, apesar da introdução da concepção da urbanística moderna no Brasil e dos debates que esta suscitou na Escola Politécnica, com discussões sobre a arquitetura neocolonial ou tradicionalista, as intervenções urbanísticas na capital continuaram seguindo a opção formal da elite pelas soluções de inspiração *haussmanniana*, pautada na imagem do "bulevar" (alargamento da Avenida São João) que resultou em uma modernização parcial e incompleta, persistindo a ausência de planejamento. Isto refletiu num quadro mais geral o domínio do setor agroexportador cafeeiro que transformou a capital paulista, por analogia, em uma espécie de "São Petersburgo" dos trópicos, cosmopolita e modernizada.

Um caso excepcional, foi o do arquiteto Vítor da Silva Freire, diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo, cargo que ocupou por longo período (1899-1927). Crítico contundente dos bulevares retilíneos, era considerado o introdutor dos princípios de Sitte em São Paulo, tendo influído decisivamente sob vários aspectos nos projetos urbanísticos da Paulicéia, inclusive durante a administração municipal de Washington Luís. Destacou-se como participante ativo em grandes eventos no campo do urbanismo internacional, tornando-se o principal especialista local indicado para debate sobre os "Melhoramentos de São Paulo".[19]

Como se sabe, com a República as atividades desempenhadas pela administração pública municipal se tornaram mais complexas, passando a exigir dos prefeitos e intendentes um conhecimento técnico mais apurado dos problemas e das

possíveis soluções para os dilemas urbanos imprevistos, o que implicava maior nível de qualificação e competência profissional. Contudo, o PRP, como partido de governo, contava com poucos indivíduos com talento administrativo em seu quadro interno.

A capacidade de Washington Luís de agir em bases sobretudo técnicas, sem deixar de ser um político partidário (governava administrando), foi logo reconhecida e valorizada dentro do partido, o qual apresentava uma nova geração afinada com o discurso em favor da industrialização, das inovações tecnológicas, e especialmente da burocratização estatal que, ao contrário do que se afirmava comumente, nesse período se intensificou.

---

[1] Doutorando em História pela UNESP/Franca. Professor assistente – Coordenação de História – Unidade de Ciências Sócio Econômicas e Humanas – Universidade Estadual de Goiás (UEG) – 75.110-390 – Anápolis – Goiás – Brasil.

[2] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 90.

[3] O metrô da Light. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 5.

[4] MATOS, Odilon Nogueira de. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo*: estudos de geografia urbana. V.II (A evolução urbana). São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1958, pp. 89-91.

[5] CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade*: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 75.

[6] PASCHKES, Maria Luísa N. de Almeida. Bondes, terrenos e especulação. In: *HISTÓRIA & ENERGIA* (1 - A chegada da Light). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, pp. 41-5.

[7] Série Correspondência Expedida Pela Diretoria, Sub-Série nº 34 – A. Mackenzie, Vol. 4, p. 322. *apud*: *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 20. [traduzido do original em inglês]

[8] DEBES, Célio. *Washington Luís:* primeira parte – 1869-1924. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994 (coleção Centenário; 1), pp. 135-7.

[9] CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., pp. 163-5.

[10] CAMPOS, Candido Malta. Op. cit., p. 163.

[11] Ofício n.429 (26/09). In: RELATÓRIO DE 1914 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, pp. 65-6 O projeto de ajardinamento do largo da Sé foi desenvolvido pelo arquiteto paisagista E. F. Cochet.

[12] Ofício nº 213 (8/4). Idem, p. 45. O canal se estendia desde a rua Paula Sousa até o Ipiranga, sendo margeado de cada lado pela nova avenida do Estado.

[13] Ofício nº 214 (13/4). Idem.

[14] Parecer da Comissão de Justiça nº 55 (30/5/1914). In: ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1914 (1º ano da 8ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1914., pp. 308-9. A comissão considerava pequena a área que seria ocupada pelo parque (30 hectares), se comparada com os parques europeus, como o *Bois de La Cambre*, em Bruxelas (100 hectares); o *Bois de Vincennes* (730 hectares) e o *Bois de Boulogne,* em Paris (750 hectares); o *Grunweld* e o *Spandau*, em Berlim (5000 hectares).

[15] Ofício nº 469 (18/10). RELATÓRIO de 1917 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918, p. 100.

[16] Relatório da Diretoria de Obras e Viação. RELATÓRIO de 1917. Op. cit., p. 273.

[17] RAMOS, Roberto Duarte. *Urbanismo e modernidade*: São Paulo na Primeira República. Dissertação (mestrado) em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP. Franca, 1995, pp. 115-6.

[18] CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 76.

[19] Idem, p. 112.

A retórica operária de liberdade e o discurso repressor do Estado durante a Primeira República em Curitiba.

Rodolfo Augusto Bravo de Conto

Tendo por objetivo analisar os discursos perpetrados por Estado e jornais operários durante a Primeira República, interpretando a noção de liberdade estabelecida pelas duas linguagens, deve-se partir do ano de 1890. Esta escolha explica-se pela formulação de um Código Penal para o país além do fato de entrar em vigência um novo regime político, pautado por interesses e necessidades diversas. O ano de 1930 esboça o período final de todo um sistema ideológico: a figura do criminoso mudaria, os conceitos classificatórios dos indivíduos da mesma maneira sofreriam alterações. Além deste fato, tem-se um outro arranjamento de forças no seio do poder. Deixavam-se de lado as antigas práticas de exclusão social e entrava em cena um novo ideário pautado no nacionalismo.

A viabilidade da nação brasileira começou a ser aventada a partir de meados do século XIX, quando se fazia mister tecer a própria história do país. Caracterizado como miscigenado, residia neste ponto a convergência das elucubrações que procuravam teorizar acerca do atraso brasileiro, presentes, sobretudo, no estreito círculo dos intelectuais brasileiros responsáveis por refletir e arquitetar o futuro da nação.

A partir do terceiro quartel do século XIX, "um bando de idéias novas" adentra ao território brasileiro introduzindo todo um ideário positivo-evolucionista com referência à questão racial. Com as teorias raciais tencionava-se justificar hierarquias sociais seculares e que, com o término do sistema escravocrata, começavam a ter a sua existência contestada. Entretanto, "para além dos problemas mais prementes relativos à submissão da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania".[1] Neste sentido, pensar a viabilidade da nação implicava aos intelectuais do país na necessidade da "depuração da raça" brasileira, a qual, por sua vez, possuía como correspondente imediata a vinda ao Brasil de imigrantes europeus[2].

A partir de 1870, com a fundação do Partido Republicano, começa-se a gerar uma nova elite, comprometida com a modernização das estruturas institucionais brasileiras e formada por indivíduos oriundos do promissor sudeste cafeeiro e por outros que enriqueceriam nos primeiros

anos republicanos devido à especulação financeira. Influenciada pelas correntes cientificistas, pelo darwinismo social de Spencer, pelo monismo alemão e pelo positivismo francês de Comte, esta nova elite, desenvolvida nas ruínas institucionais eminentes do Império, objetivava uma industrialização e modernização imediatas.

A imigração européia introduzia-se com perfeição na lógica capitalista[3], pois, no cerne do discurso defensor da improdutividade do trabalho escravo[4] existiam duas questões implícitas e que se aproximavam perfeitamente, sendo elas a necessidade dos países europeus em oferecer uma solução à sua "questão social" e o desejo de uma elite, gestada nas malhas decadentes do Império, em empreender uma "europeização forçada"[5] do país.

Sobre a presença do imigrante europeu deve-se ater ao fato de que os mesmos não obtiveram a sua vinda para a capital paranaense em virtude da economia cafeeira, mas sim com a intenção de fundamentarem uma agricultura de abastecimento. Junto a isto, os imigrantes foram também utilizados como força de trabalho em grandes obras públicas como a construção de estradas de ferro e a instalação de linhas telegráficas.[6] Alguns contingentes de imigrantes formados por artesãos, profissionais liberais, literatos e trabalhadores de ofícios diversos fixaram-se na área urbana na qual poderiam exercer a prática política com maior eficiência[7], pois se desenvolvia paulatinamente o fenômeno da industrialização.

O Brasil adentrava ao período republicano, símbolo máximo do progresso, e, abarcando todos os sentidos implícitos no termo inseria-se, conseqüentemente, na busca pelo esforço modernizador. Esmiuçando a lógica deste discurso, o recurso à imigração como força de trabalho ultrapassava o intuito meramente econômico e incluía-se com propriedade na retórica modernizante e progressista concernente à elite, pois, baseado em padrões europeus, desejava-se conferir um novo caráter sócio-moral ao país, renegando o passado histórico brasileiro assinalado pelo instituto da escravidão. Por intermédio deste ponto de vista, o imigrante europeu preenchia os requisitos necessários para a marcha brasileira rumo ao progresso, ou seja, respondia às necessidades econômicas e culturais do país.

Desta maneira, o discurso modernizante perpetrado pela nova elite e oriundo dos valores racionalistas europeus revestia-se de vários significados e constituía-se em um prisma de focos diversos. Amalgamava questões que se inter-relacionavam, como o caso da imigração, síntese do progresso econômico e almejo de melhora no caráter moral da nação. Do mesmo modo, a essência do discurso modernizador previa reformas de cunho urbanístico e sanitário, no intuito de conferir às zonas urbanas uma atmosfera "regenerada". Mas o que é mais importante, o discurso modernizador estava assentado sobre a égide do trabalho, que a

partir deste momento adquire um significado singular, pois se inculcava na sociedade a retórica moralizante do trabalho, o qual retirava os indivíduos dos vícios da vadiagem e do ócio.

A concepção ideológica do que seria uma sociedade moderna e ordeira teve como produto a promulgação, no ano de 1890, de um novo *Código Penal*, exemplificador da posição tomada pelo Estado frente aos elementos que não perfizessem o tipo ideal de indivíduo, ou seja, laborioso e ordeiro. Aliado a isso, a não-inserção do sujeito no processo produtivo resultava na sua classificação e posterior condenação, tanto judicial quanto moral, conferindo-lhe o *status* de excluído social, pois "[...] o mundo da ociosidade e do crime [...] é concebido como uma imagem invertida do mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem [...]".[8] Este fato pode ser facilmente observado no *Código Penal de 1890*, o qual prevê no Capítulo XII, intitulado "Vadios e Ébrios", a condenação aos indivíduos portadores de comportamentos não condizentes à moral burguesa.

> **Art.** 391. Mendigar, tendo saude e aptidão para trabalhar:
>
> Pena – de prisão cellular por oito a trinta dias.
>
> [...]
>
> **Art.** 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:
>
> Pena – de prisão cellular por quinze a trinta dias.

Sendo assim, a elite curitibana, advinda principalmente do setor ervateiro, que, até a década de 1920 deteve a hegemonia do bloco no poder[9], possuía a mesma intenção, ou melhor, o mesmo ideal modernizante. Trata-se da "busca pelo *progresso* com ênfase na *ordem*". Esta expressão pode ser compreendida como o intento – cunhado a partir da ideologia liberal – da elite dominante curitibana durante as primeiras décadas do século XX e resume com argúcia o papel que o Estado, na figura dos seus aparelhos de representação, teria a incumbência de ocupar na sociedade.

Os elemenos possuidores de uma conduta social desviante passaram a ser qualificados pelo Estado como vadios, mendigos, bêbados, desordeiros e ameaçadores do bem-estar social[10], passando deste modo a sofrer o controle do aparelho de controle e repressão do Estado: a polícia. Esta se conferiria no principal instrumento de manutenção da ordem social e teria como principal foco o exercício de "[...] um controle diário da vida urbana, a fim de que o padrão básico burguês não encontrasse desvirtuações perniciosas a sua manutenção".[11] A questão relativa à imigração reveste-se de suma importância, pois os imigrantes inicialmente foram tidos pela elite como redentores do trabalho, indivíduos operosos que iriam conferir ao

trabalhador brasileiro novos atributos morais. Posteriormente, foram classificados como vadios, mendigos, ébrios e até mesmo subversivos. A preocupação do poder público com as chamadas "classes perigosas" pode ser evidenciada nos *Relatórios dos Chefes de Polícia*[12], os quais, em grande parte, mostravam-se imbuídos no controle e na repressão da ociosidade e do vício, tornando o indivíduo um não-cidadão, posicionado à margem da "sociedade do trabalho"[13], e também dos elementos que procurassem subverter a ordem.

> "A falsa mendicidade, a embriaguez habitual, o meretrício escandaloso, a vadiagem, os levantes freqüentes dos agitadores perigosos, a infância desprotegida e abandonada, a progressão do jogo, as sociedades operarias, perturbadas muitas vezes pelos indivíduos imbuídos de doutrinas subversivas, as varias modalidades dos ataques ao direito de propriedade, as casas de tolerância, as censuras as representações theatraes, a repressão do lenonicio, e tantos outros, são os problemas fundamentaes que o policial tem que encarar de frente para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vicio"[14]

Deste modo, pode-se perceber que o discurso perpetrado pelo aparelho estatal refletia uma dupla intencionalidade: organizar e controlar o meio social através de uma retórica que tencionava vigiar e reprimir os indivíduos não enquadrados nas normas sociais vigentes.

Dentro desta perspectiva, as teorias subversivas a que se referiam os agentes mantenedores da paz social diziam respeito, em grande soma, à doutrina anarquista e anarco-sindicalista, que, nas primeiras décadas do século XX detiveram a hegemonia do ainda incipiente movimento operário curitibano. O veículo difusor da teoria libertária e das teorias socialistas no Paraná foi, especialmente, a imprensa operária, cuja finalidade primava pela organização do meio operário por intermédio da orientação ideológica dos trabalhadores. Neste segmento, os jornais de cunho anarquista que surgiram durante este período veiculavam uma noção de liberdade essencialmente divergente da exposta pela elite e presente nos documentos de cunho oficial, como salienta o periódico anarquista *O Despertar*:

> Contra o domínio de uma casta, ou de um partido, contra o governo democratico, monarchico, republicano que seja, proclamamos o governo de nós mesmos, do accordo mutuo, do esforço collectivo na produção, do comunismo dos productos: - a Anarchia!
> Uma opposição assentada sobre taes bases... não terá e não pode ter trahidores, porque ella não pede que nós nos adaptemos ao ambiente; porque não concede a quem quer que seja a aspiração do poder.[15]

A imprensa de orientação anarquista "[...] lançava mão de imagens figurativas em linguagem elaborada e análise complexa acerca da realidade nacional e internacional, tendo como bases o humanismo de ajuda mútua e a cooperação voluntária, o cientificismo das leis naturais e o racionalismo como negação do misticismo religioso".[16]

Principalmente a partir do final da década de 1910, especialmente após aos movimentos grevistas de 1917, os indivíduos classificados como anarquistas passaram a sofrer forte

repressão por parte do aparato policial. Tidos como subversivos e pervertedores da ordem social, freqüentemente os anarquistas estavam ao lado de bêbados, vagabundos e gatunos nos prontuários policiais curitibanos. Esta situação ressalta a imagem externada pelo poder oficial a respeito dos militantes anarquistas, ou seja, criminosos, e evidencia o fato de os mesmo não perfazerem o tipo de indivíduo ideal colocado pela elite.

Esmiuçar o discurso veiculado pelo Estado e, em contraposição, a retórica operária confere-se de natureza instigante pelo fato de perpetrarem noções diferentes de sociedade. Para o Estado, o cidadão estaria restrito aos limites impostos pela nova conceituação de indivíduo presente no discurso modernizante. No que concerne à imprensa operária, o conceito de liberdade proposto como única forma de libertação do trabalhador da opressão exercida pela sociedade capitalista entraria em choque com os limites da ordem perpetrados pela elite e pelo Estado.

---

[1] **SCHWARCZ,** Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 17-18.

[2] Sobre a formação do mercado de mão-de-obra livre no Brasil, um trabalho muito interessante é **KOWARICK**, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, no qual o autor pretende justificar a opção dos cafeicultores paulistas pelo trabalhador imigrante com base na visão depreciativa que incidia sobre o segmento nacional.

[3] **SEVCENKO**, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da *belle-époque* à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Cia.das Letras, 2001, p. 27.

[4] Percebe-se nesta questão a confluência de fatores econômicos e científicos no que diz respeito à caracterização do segmento nacional, tido pelos cafeicultores paulistas como vadios e indisciplinados, inaptos para o trabalho regular, e pelos "homens de ciência" como uma raça mestiça, desacreditada pelas teorias raciais advindas do exterior, mas que poderia através de uma seleção natural, chegar à "pureza racial".

[5] ***Ibid,*** p. 27.

[6] **DE BONI**, Maria Ignês Mancini. *O espetáculo visto do alto*: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 08.

[7] **ARAÚJO**, Silvia; **CARDOSO**, Alcina. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992, p. 39.

[8] **CHALHOUB**, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, p.49.

[9] Tomo por base os conceitos de "bloco no poder", "hegemonia" e "fração autônoma de classe" formulados por Nicos Poulantzas para o estudo da classe dominante. Segundo este autor, apenas a análise do processo social de produção não se configura suficiente para a busca do lugar ocupado por uma fração autônoma de classe no interior da classe dominante. Sendo assim, o conceito de "fração autônoma de classe" abarca fundamentalmente o nível político, não podendo ser entendido exclusivamente do ponto de vista das relações econômicas. Ver: **POULANTZAS**, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

[10] **DE BONI**, Maria Ignês Mancini. *O espetáculo visto do alto*: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 47.

[11] **BENKENDORF**, Carlos. "Embriaguez, desordem e controle social em Curitiba (1909-1912). In: *Série Monografias n°1. O viver em uma sociedade urbana, Curitiba 1890-1980*. Curitiba: Boletim do Departamento de História da UFPR, 1989, p. 79.

[12] Os *Relatórios de Polícia* evidenciam a influência da chamada *Antropologia Criminal*, a qual entendia o criminoso como um ser predisposto desde o nascimento à prática da delinqüência devido a fatores antropológicos e físicos. Acreditavam que as formas de negação do trabalho, ou seja, o vadio, o mendigo e o ébrio conferiam-se em viveiros de criminosos e que, por esta razão, deveriam ser controladas e reprimidas. Pretendia-se a formulação de uma polícia científica, com o objetivo de centrar o aparato policial não mais no crime, mas sim no criminoso.

[13] **KARVAT**, Erivan Cassiano. *A Sociedade do Trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba*. 1890-1933. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 22.

[14] Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Marin Alves de Camargo, Secretario Geral do Estado pelo Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia do Estado, 1920.

[14] ***O Despertar***. Ano II, n°1, Curytiba, 31 de janeiro de 1905. Folha quinzenal de propaganda libertária. Redatores responsáveis: G. Damiani – J. Buzetti. "A opposição vende-se!", p. 01.

[16] **ARAÚJO**, Silvia; **CARDOSO**, Alcina. *Op. cit.*, p. 71.

Os notáveis do porto: redes de poder luso-espanholas na Buenos Aires do século XVII

Rodrigo Ceballos* - PPG-UFF

Em 1658, depois de três meses viajando ilegalmente numa embarcação espanhola, o francês Acarete du Biscay chegava à embocadura do Rio da Prata. Logo em sua entrada, a nave foi ameaçadoramente recepcionada por uma fragata francesa. Mas nada que impedisse a sua chegada ao destino final: a cidade de Santísima Trinidad y Puerto de Santa María de los Buenos Aires. Próximo ao porto o viajante comenta que ainda avistou vinte e duas embarcações holandesas e duas inglesas. Estas últimas regressavam ao Oceano Atlântico carregando couros, lã e prata.[1]

Acarete já havia estado em Buenos Aires cinco anos antes. Nessa época, este viajante francês já vira holandeses desembarcando mercadorias semelhantes a que agora eles traziam – roupas de linho, tecidos de seda e lã, especiarias, agulhas, espadas, ferramentas – e, especialmente, escravos obtidos em Angola. Prática que na época resultara na prisão, sob ordem régia, do governador don Jacinto Laris por enriquecimento ilícito com o tráfico.

Desde 1594 o comércio no porto de Buenos Aires estava proibido pela Coroa espanhola. As Cédulas Reais de 1602, 1618 e 1622 continuaram a proibir o livre-comércio, restringindo as mercadorias que poderiam ser desembarcadas.[2] A Coroa, pelo que tudo indicava, estava interessada na manutenção de um "mercantilismo tradicional" com as rotas de *flotas e galeones* aportando em Portobelo e contribuindo para o desenvolvimento do monopólio comercial de Lima, capital do vice-reino do Peru.[3] Por sua vez, é importante perceber que para este período a limitação extremada do conceito de comércio legal no porto de Buenos Aires resultou num alargamento considerável do conceito de contrabando. Em 1621, clérigos de Buenos Aires diziam que apesar de "não desejado" e "não permitido", o contrabando era necessário para a existência da cidade e que "por ahora podremo disimular".[4]

Apesar de sua distância em relação aos centros administrativos e as proibições régias ao comércio ultramarino, Buenos Aires não foi simplesmente um centro estratégico de defesa com suas crises financeiras e materiais. O fato de estar à "margem" do vice-reino permitiu, mais do que abundâncias e carências de coisas, renovadas possibilidades de alargamentos de relações sociais, formadoras de uma ampla rede de cumplicidade fora e dentro da cidade. Desde sua fundação, a "aldeia indiana" de Buenos Aires também se caracterizou por sua "fronteira humana" – lugar de passagem, encontro e vivências que constituíram uma economia de saberes específica na região, mas também participativa e mantenedora de redes comerciais e políticas do Império espanhol. Na América espanhola se desenvolveram distintos tipos de fronteiras formadas pelo espaço, o fator humano e a atividade econômica. Esta pluralidade de encontros não deixa de ser responsável pela formulação de uma política, de uma economia e de uma sociedade. Desta forma, "la conformación de la frontera está directamente relacionada con el proceso histórico que dá origen a su formación", obtendo seu matiz dependendo de onde e como se originou.[5]

Os portugueses foram um dos principais participantes da constituição desta fronteira, propiciando a formação de redes de poder que extrapolaram a região rio-platense e o Alto Peru, atingindo cidades no Brasil colônia, como o Rio de Janeiro, e centros europeus como Lisboa e Madri.

As relações comerciais entre Buenos Aires e Brasil ganharam grande proporção no final do século XVI. A Bahia, ao lado do Rio de Janeiro e Pernambuco, tornou-se um dos grandes centros re-exportadores de produtos manufaturados para aquela região. Em 1598, ao passar por Salvador o governador do Rio da Prata, Diogo Rodrigues de Valdés, impressionou-se com a quantidade de moeda espanhola que por ali circulava. Anos depois, em 1612, o viajante francês Pyrard de Laval comentava o mesmo. Em São Paulo, o testamento de Afonso Sardinha mostra a existência de interesses comerciais com o também lusitano Francisco de Barros, morador de Buenos Aires. Além disso, os inventários e testamentos das duas primeiras décadas

do século XVII registraram em certas casas de São Paulo declarações de dívidas em reales e pesos, apesar do baixo poder aquisitivo da população, o que significa que a moeda espanhola não circulava apenas em Salvador ou Pernambuco.[6]

Também no Rio de Janeiro, em 1612, tem-se registro de dívidas de Maria Descovar e João Monteiro com o comerciante Pallos Rodrigues pela compra de farinha vinda de Córdoba e Buenos Aires, num valor total de 1.586 pesos de prata. Nesse período, além de possuir terras no Rio de Janeiro e ser credor de mais de 110.000 réis, Rodrigues também mantinha comércio com Angola. Unido ao ouvidor geral do Rio de Janeiro, Sebastião Parvi de Brito, Pallos Rodrigues enviou duas vezes naquele ano farinha e fumo para seu representante em Luanda, o escrivão da Fazenda Real João Soares Jaques.[7]

Mas Pallos Rodrigues não era o único morador do Rio de Janeiro a tratar de negócios em Angola e no Rio da Prata. Dom João de Bracamonte recebeu também no ano de 1612 uma série de procurações feitas no Rio de Janeiro para tratar de negócios em Buenos Aires junto ao capitão Juan de Vergara – provavelmente o poderoso *regidor* do Cabildo da cidade portuária e pertencente ao bando formado por portugueses, o grupo dos confederados.

Em 1635, Pantaleão Duarte Velho desfazia uma sociedade mercantil ligada ao Rio da Prata com o capitão João Rodrigues Brabo. Este comerciante, entretanto, não abandonou os contatos mercantis com aquela região, mantendo sociedade com Affonso Pereira, o qual possuía parentes residentes em Buenos Aires. Um ano depois Rodrigues Brabo dividiria com Salvador Correia de Sá e Benevides a propriedade da nau Santa Catarina.[8] Benevides era casado com a *criolla* tucumana dona Catalina de Ugarte y Velasco, rica viúva e herdeira de *encomiendas* em San Miguel de Tucumán.[9] Nesse período, o futuro governador do Rio de Janeiro chegou a ser um dos mais ricos proprietários da região tucumana além de obter o cargo de Almirante da Costa do Sul do Rio da Prata e *maestro de campo general* (coronel) participando de expedições contra os índios no Chaco Central e Tucumán a pedido do governador.[10]

Apesar do comércio entre o Brasil e Buenos Aires decair a partir da década de 1630, o relato do viajante Acarete du Biscay nos mostra que a presença portuguesa na cidade permaneceu. Ao comentar sobre a guarda e defesa da cidade, Biscay retrata os portugueses como parte integrante daquela sociedade incorporados aos espanhóis, *criollos* e mestiços. A partir da segunda metade do século XVII, as famílias formadas por velhos comerciantes portugueses já estavam entre as mais leais à Coroa espanhola. Estes, além da penetração comercial metódica e contínua que proporcionaram no vice-reino do Peru ao longo do século XVII, também se fixaram, constituíram famílias e passaram a fazer parte da sociedade hispano-americana não apenas como comerciantes, mas como *vecinos* produtores de carne, cereais e tecidos.[11]

Segundo Catherine Lugar, o comércio foi um importante mecanismo propiciador de grande mobilidade social na América espanhola, um produtor de riquezas que criou e continuamente recriou uma elite urbana *criolla*.[12] Isto porque a posição social em Buenos Aires não foi, em grande medida, determinada pelo *status* da família.[13] Praticamente nenhum dos habitantes de Buenos Aires podia reivindicar algum parentesco com famílias nobres do reino de Castela, o que fazia valer a riqueza e os bens materiais que poderiam ser exibidos e que muitas vezes os portugueses poderiam proporcionar. Atraídos principalmente pelas possibilidades conferidas pela extralegalidade no porto, estes homens tinham como expectativa serem incorporados à população local. Nas brechas da extralegalidade, eles se tornaram *vecinos* e importantes participantes das redes de cumplicidade na cidade.

Em 1643, o vice-rei do Peru exigiu a elaboração de um levantamento sobre o número de lusitanos ilegais na região para obrigar o seu desarmamento, a tomada de seus bens e a sua expulsão. A lista apresentou cerca de 370 pessoas de origem portuguesa, ou seja, 15% da população bonaerense daquele período. Dos 108 chefes de família, 45% estavam casados com filhas de espanhóis; 15% com descendentes de conquistadores; 16% com *criollas* filhas de portugueses; 8% com filhas de matrimônios

mistos entre portugueses e espanhóis; 10% com mulheres portuguesas; 2% com espanholas; e 3% com negras ou índias. Lusitanos como Gil Gonsález de Moura, Pedro Home Pessoa de Sáa e Amador Váez de Alpoin casaram-se com *criollas*, investiram em propriedades urbanas e rurais e participaram de expedições militares contra índios hostis. Em outras palavras, fizeram o possível para merecer e obter o título de *vecindad* em Buenos Aires. Váez Alpoin, por exemplo, chegou a ser o detentor de vários cargos públicos na cidade.[14]

As relações entre o "estrangeiro português" – entendido principalmente como o comerciante – e os *criollos* e espanhóis foram mais que simples disputas dicotômicas. Elas foram parte constituinte de uma sociedade singular, formada pelas redes de poder a que estiveram inseridos naquele espaço.

Por sua vez, se os portugueses buscaram meios de assimilação em Buenos Aires, funcionários reais e soldados espanhóis também se dedicaram ao comércio, investiram em terras, se associaram aos membros da elite local por alianças ou cooptação formando uma estrutura informal de relações pessoais. Isto também significou que os aparelhos administrativo e militar passaram às mãos da elite local e se entrelaçaram a ela, funcionando como uma rede de notáveis.[15]

As relações e formações de bandos na cidade trouxeram uma série de alianças e conflitos que nos permitem entender as estratégias do investimento de portugueses na região e a constituição das próprias redes de amizade e compromisso estabelecidas.

Existiram casos como o do comerciante português Antonio Guerrero – pertencente ao bando dos confederados – que manteve, mesmo após a Restauração portuguesa, ligações comerciais com o capitão do *presidio* (guarnição militar). Guerrero possuía, em 1660, uma embarcação que mantinha contatos comerciais constantes com diferentes portos do Brasil. Onze anos depois adquiriu a condição de *vecino* e em 1689, com anuência da Coroa, a naturalidade espanhola. Chegou a ser membro do Cabildo e tenente de governador na época de Agustín de Robles. Como

vecino, Guerrero foi capaz de participar tanto do tráfico inter-regional como do comércio ultramarino.[16]

Um nome mais citado pela historiografia é do comerciante Diogo de Vega. Logo no início do século XVII já fazia parte do bando a que pertenceria Guerrero, tornando-se um importante mercador do porto de Buenos Aires e desenvolvendo um sistema de créditos bem organizado através de livros de registro e contratos de venda. Em 1615 manteve correspondência freqüente com as praças produtoras do exterior como o Brasil, Portugal, Flandres e Angola. No interior do vice-reino do Peru realizava negócios com os principais centros de Tucumán, Chile e Alto Peru. Diogo de Vega foi membro de uma família formada por banqueiros cristãos-novos da Corte de Madri e costumava transitar principalmente no rico circuito comercial de tráfico de escravos: Lisboa – Rio de Janeiro – Luanda – Buenos Aires.[17]

Em Buenos Aires, Diogo de Vega esteve ligado por laços de parentesco com o tenente de governador, notário do Santo Ofício e *regidor* perpétuo do Cabildo, Juan de Vergara. Com seu conhecimento jurídico e com o apoio do então governador dom Francês de Beaumont y Navarra, Vergara anulou a cláusula anexada à Cédula Real de 1602 que estabelecia obstáculos para o comércio no porto.[18] Ao longo do século XVII defendeu portugueses que haviam adquirido altos cargos régios – posições fundamentais para dar continuidade às transações extralegais – e chegou a comprar os seis cargos de *regidor* do Cabildo, distribuindo-os segundo seu interesse.[19]

A união de Vega com Vergara foi apenas o começo de uma rede familiar que fez parte da dinâmica colonial na cidade-porto e no ultramar. Maria de Vega, filha de Diogo de Vega, uniu-se ao tenente de governador e governador provisório de Buenos Aires, Pedro de Roxas y Acevedo. Seus quatro filhos foram comerciantes, capitães, funcionários régios, membros do Cabildo, grandes proprietários rurais e donos de escravos. Um deles, Tomás de Roxas y Acevedo manteve alianças com o governador Pedro Baygorri Ruíz, defensor do comércio com o Brasil, e foi nomeado em 1660 *Tesorero de la Santa Cruzada*. Acusado de manter comércio ilícito com cidades

brasileiras e tráfico ilegal com Potosí foi preso e enviado para Espanha. Em 1663 se encontrava livre e vivendo em Amsterdã e, quatro anos depois, já estava em Lisboa. Em Sevilha, apresentou sua candidatura por "interposição de pessoa" como titular dos navios de registro, sendo aceito em 1688 através do nome de Miguel de Vergara.[20]

Através da existência das fronteiras constituídas no porto, em grande medida propiciadora das relações de legalidade/ilegalidade comercial em Buenos Aires, foi possível a manutenção de uma economia de deveres que fizeram parte da política imperial. A partir das possibilidades propiciadas pelas práticas locais, muitos portugueses com comércio nas costas brasileiras e africanas, buscaram estratégias de inserção social e, portanto, de participação nas questões locais. Manter o comércio ativo no porto, legalmente ou não, significava fazer parte de uma rede de notáveis, sendo *vecino*, soldado, funcionário real, tendo amigo ou parente na região ou mesmo participando dos problemas cotidianos da cidade.

---

[*] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

[1] ACARETE DU BISCAY. *An account of a voyage up the River de la Plata and thence over land to Peru.* London, 1698. Disponibilizado no *site*: http://gallica.bnf.fr

[2] Apenas os navios de registro podiam comercializar com as Índias mediante licenças e restritas regulamentações reais. Como a Coroa não possuía colônias africanas também foram consentidos *asientos* a comerciantes. O primeiro deles, o português Pedro Gómez Reynel, teve livre trânsito em centros como Lisboa, o que permitiu amplos subterfúgios para o tráfico ilícito. Eram comercializados mais escravos do que o permitido e os navios, ao invés de retornarem vazios à Europa chegavam com mercadorias da região rio-platense e prata contrabandeada de Potosí. MACHAIN, Ricardo de Lafuente. *Los portugueses en Buenos Aires* (siglo XVII). Madrid: Tipografía de Archivos, Ologáza, 1931. p. 98. CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984. pp. 70 e 164.

[3] Buenos Aires, ao extremo sul do continente, via-se entre as cidades mais prejudicadas pelo monopólio. Para amenizar a escassez de mercadorias entre a população bonaerense, Sevilha permitiu a presença anual de dois "navios de registro" sujeitos a pesadas cargas fiscais. GARCIA, Emanuel S. da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: Perspectiva, 1982. (Coleção Khronos). pp. 14-15. Para uma nova interpretação, questionadora do monopólio comercial mantido pela Coroa espanhola, ver: SUÁREZ, Margarita. *Desafíos transatlánticos.* Mercaderes, banqueros y el estado em el Perú virreinal, 1600-1700. Lima, 2001. (especialmente capítulos VI e VII).

[4] Navios sem licença costumavam desembarcar as mercadorias nas margens de alguma propriedade interessada no contrabando ou através de *arribadas forzosas*, ou seja, por uma falsa declaração aos oficias da necessidade imediata de desembarque no porto por motivos climáticos ou danos sérios na nave. As mercadorias podiam, assim, ser comercializadas para reparar a embarcação ou mediante "confisco" dos funcionários do porto, sendo negociada em leilão na praça central ou mesmo em alguma tenda ou pulpería. Estas práticas apenas eram possíveis pela existência de redes de cumplicidade que ligaram comerciantes, oficiais régios, governadores, clero e a elite local. A Coroa, por sua vez, através das Cédulas Reais que restringiram a presença de navios no porto também permitiu exceções propiciando, mesmo que indiretamente, novos subterfúgios comerciais na região. MOUTOUKIAS, Zacarías. "Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites. Buenos Aires en el Siglo XVII". In *Anuario del IEHS*, III, Tandil, 1988. pp. 230 e 235.

[5] REITANO, Emir. *Los portugueses del Buenos Aires Tardocolonial*. Doutorado, La Plata, Universidad de La Plata, 2004, p. 21.

[6] CANABRAVA, Alice P. *Op. Cit.*; 1984. p. 123.

[7] Cartório do Primeiro Ofício de Notas, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN-RJ-CPON), Livros 26-A e 28-A; Cartório do Primeiro Ofício (1612-1650), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGC-RJ-CPON).

[8] FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)". In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.).*O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 40. AGC-RJ-CPON, procuração, 1612; AGC-RJ-CPON, escritura de obrigação e companhia finda, 1635; AGC-RJ-CPON, procuração, 1935.

[9] Salvador Correia de Sá e Benevides era filho de mãe espanhola. A prima de Salvador de Sá casou-se com o governador do Paraguai, dom Luís Céspedes Xeri'a na década de 1620, criando meios favoráveis para o casamento de Salvador de Sá e sua ativa presença na região rio-platense. Xeri'a, por sua vez, possuiu engenhos fluminenses e manteve ligações com os "peruleiros" e paulistas. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 365.

[10] O posto de "Almirante da Costa do Sul do Rio da Prata" dado a Salvador de Sá indica sua ligação oficial com a colônia espanhola, mas este título era simplesmente honorário não lhe sendo permitido ter navios sob seu controle. Em 1635 deixou sob responsabilidade de um administrador de confiança as suas *encomiendas* em Tucumán, retornando ao Brasil. Mesmo assim, a aproximação de Salvador de Sá com o comércio do porto de Buenos Aires continuou sendo tão forte que a Corte lisboeta temia que ele se "bandeasse para o lado espanhol". Quando nomeado governador do Rio de Janeiro pela primeira vez, Salvador de Sá ainda costumava se declarar morador e *encomendero* de Tucumán. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. Cit.*; p. 367. BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1973. p. 97.

[11] Devido à Restauração portuguesa ressurgiu um "anti-lusitanismo" na América espanhola. Em 1641 emitiu-se nova Cédula Real que reforçava a proibição de portugueses ocuparem cargos públicos, de comercializarem, de fixarem residência em terras espanholas, remoção para o interior ou expulsão daqueles que habitavam na cidade de Buenos Aires. MACHAIN, R. de L. *Op. Cit.*; 1931. pp. 86-90. CANABRAVA, A. P. *Op. Cit.*; 1984. pp. 178-180.

[12] LUGAR, Catherine. "Merchants". In HOBERMAN, Louisa Schell; SOCOLOW, Susan Midgen. *Cities & Society in Colonial Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986. p. 57.

[13] SOCOLOW, Susan Migden. *Los mercaderes de Buenos Aires Virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991. p. 19.

[14] Apesar de mais difícil, a incorporação lusitana não ocorreu apenas com a elite bonaerense mas também entre os trabalhadores manuais. Em 1608 os portugueses José de Acosta e Antônio Franco fundavam uma olaria e contratavam um índio para o trabalho. Vindo do Brasil, também chegava à cidade o tecelão Francisco Alfonso. Em 1622, o carpinteiro Alfonso Caraballo comprava uma casa e metade de um solar, área "nobre" inicialmente distribuída e ocupada pelos fundadores da cidade. GONZÁLEZ LEBRERO, Rodolfo E. *La pequeña aldea. Sociedad y economía en Buenos Aires (1580-1640)*. Buenos Aires: Biblos, 2002. p. 89. SAGUIER, Eduardo R. "The social impact of a middleman minority in a divided host society". *HAHR*, vol. 65(3), 1985. p.479-480.

[15] MOUTOUKIAS, Zacarías. Op. Cit.; 1988. p. 245.

[16] Idem; *ibidem*; p. 243.

[17] No Rio da Prata, Vega manteve ajustes comerciais com o feitor do *asientista* português Gonçalo Coutinho (acordo selado com o casamento do filho de Gonçalo com uma das filhas de Vega), foi também procurador do contratador de Angola, Duarte Dias Henriques (também descendente de cristãos-novos e, no final da década de 1620, banqueiro da Coroa espanhola) e, mais tarde, assumiu o posto de feitor do *asientista* Antônio Fernandes Elvas. Através das remessas de negros para Buenos Aires, a prata advinda de Potosí caiu nas mãos dos *asientistas* e negociantes de Angola e Brasil. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. Cit.*; 2000. pp. 81-89, 110, 201 e 365.

[18] BELSUNCE, César A. García. "La Sociedad Hispano-Criolla". Vol. 2. In: *Nueva História de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Planeta Argentina, 1999. pp. 158-159.

[19] Em 1619, Vergara defendeu o português acusado de judaísmo João Cardoso, ocupante do cargo de *Defensor de la Real Hacienda*. Anos depois, este mesmo funcionário, assim como outros portugueses residentes em Buenos Aires, fizeram parte da "manda graciosa" enviando riquezas pessoais para auxílio da Coroa espanhola. Em 1621 foi a vez de Manuel Cabral protestar com a recusa de sua candidatura a membro do Cabildo. Mesmo não tendo descendência espanhola, Vergara provou que o pai de Cabral havia contribuído para a manutenção da "república" e como pagamento pelos feitos o descendente deste lusitano merecia o cargo. Ainda em defesa dos portugueses, em 1624 Vergara obteve uma indenização de mil pesos do Cabildo pela destruição da plantação de Simon Madera motivada por um *criollo* do bando dos beneméritos. SAGUIER, Eduardo R. *Op. Cit.*; 1985. pp. 484-485.

[20] MOUTOUKIAS, Zacarías. *Op. Cit.*; 1988. pp. 240 e 243.

A Guerra na construção da independência do Condado portucalense

Rodrigo da Silva Salgado - UFRJ

A elaboração desta comunicação está diretamente relacionada à pesquisa que tenho desenvolvido junto ao laboratório de História Medieval da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Medievo), e tal trabalho coordenado pela prof.ª Dr.ª Gracilda Alves está intimamente ligado com uma problemática que tenho levantado sobre minhas fontes acerca da construção do reino de Portugal e da ascensão ao poder de Afonso Henriques (1109-1185). Pois, é através das sucessivas vitórias contra o muçulmano na Guerra de Reconquista que o Condado Portucalense adquire gradativamente sua configuração territorial, e é por meio da mesma que a construção do poder de Afonso Henriques se legitima.

Em primeiro lugar, a Guerra de Reconquista contra o muçulmano, para Portugal possuiu um verdadeiro sentido militar, e especificamente, político. A vitória dos portugueses contra os invasores sarracenos demonstrava a expressão do juízo de Deus e sua vontade divina, assim como sua proteção perante aos povos ibéricos, especialmente, os lusitanos. E é precisamente o sucesso de Afonso Henriques nesta guerra que o impõe como o detentor de um carisma fazendo dele um herdeiro de Afonso VI, tornando-o digno de portar a coroa de rei.

Esta maneira de interpretar os acontecimentos permite igualmente compreender o caráter eminentemente guerreiro dos primeiros monarcas portugueses, pois os mesmos impõem-se no conjunto dos reinos cristãos como sublimes chefes guerreiros, que devem, sem dúvida, a sua dignidade à descendência régia, mas só pelo vigor militar se tornam dela verdadeiramente dignos. É importante explicitar que esta guerra possui um caráter de construção da independência e formação do reino.

Não podemos estudar a independência de Portugal sem analisar a guerra como o elemento chave na construção do poder lusitano, pois a questão fundamental a ser

tratada nesta comunicação é a forma como se deu o estabelecimento do poder de Afonso Henriques devido ao caráter unificador da Guerra de Reconquista.

E é durante a Reconquista que o poder de Afonso Henriques se constrói, pois esta soberania vinha-lhe sobretudo de uma idéia, a de recuperar o território do Condado Portucalense das mãos dos infiéis e integrá-los à cristandade. A figura do monarca, devido a este ideal, acaba ligando-se a ação armada, intimamente centrada no alargamento do espaço físico inicial do território do Condado Portucalense. Podemos afirmar com segurança que o sucesso do primeiro rei de Portugal adveio em larga medida do seu prestígio na guerra e da autoridade que ela lhe conferiu.

Fosse Portugal, Aragão, ou em Castela, os reis eram justificados por esse trabalho, e a extensão do seu território às terras retomadas aos muçulmanos constituía apenas a prova da sua submissão a Deus e aos seus mandamentos.

Esta concepção de poder, que é igualmente uma justificação para os príncipes que o exercem, foi elaborada no decorrer do século XII e deve muito ao direito romano e à noção de *imperium*. Portanto, o rei era o supremo chefe civil e militar da sociedade, representando o comandante em chefe das tropas convocadas, comando que na época da reconquista assumia pessoalmente.

Para além das divergências entre Portugal e Castela, todos os cristãos do Norte da península se identificavam na luta contra o invasor muçulmano, participando de uma idéia militar, religiosa e econômica, a Reconquista, sendo mito unificador e realidade, funda assim, ao mesmo tempo, um conceito de poder e uma prática deste, uma estruturação da sociedade em função de critérios militares, a organização de um espaço que não era fechado ou definido, e uma visão específica das relações entre o cristão e seu Criador.

É importante ressaltar o papel dos reinos asturianos no início da reconquista dos territórios cristãos, pois, o reino de Astúrias no século VIII, apesar de seu chefe Pelágio ter sido eleito à lei goda, se tornou um reino voltado aos embates contra o

invasor, desde então, a reconquista cristã, sempre à mercê do destino das batalhas e dos inevitáveis refluxos, foi avançando metodicamente ao sul do Douro.

Inicia-se assim, o longo e centenário combate entre cristãos e muçulmanos, entre os legítimos herdeiros do governo visigótico e os usurpadores de uma religião e de uma raça estrangeira, sua luta contra o califado de Córdova representava uma legítima tentativa de recuperação do território que outrora pertencera aos seus ascendentes. Porém, de fato, seria preciso esperar por meados do século XI para ver surgir as grandes expedições de reconquista, que foram efetivamente levando cada vez mais para sul a fronteira cristã e que acabaram por mostrar a fraqueza do al Andaluz.

Tratando-se em trabalhar com a Guerra Santa e de uma legitimação através desta, seria importante levar à luz o conceito de Agostinho acerca desta "guerra justa" (*bellum iustus*), estabelecendo uma distinção entre as "guerras justas" e as "guerras injustas" e declarando firmemente que o cristão poderia tomar partido com toda segurança nas primeiras.

Entretanto, esta *bellum iustus* não era de modo algum um álibi destinado a tolerar e justificar qualquer forma de guerra, ao contrário, era um meio de legitimar os poucos casos em que um cristão poderia erguer sua espada possuindo a finalidade de ser uma oposição da força bem conduzida à violência, tendo por objetivo que esta última subjugasse os mais fracos e que a injustiça dominasse a justiça.

Sendo assim, a guerra justa era um mal, mas um mal menor em virtude ao triunfo da justiça, esta deveria ser defensiva e almejar unicamente a reparação da injustiça, e não devia resultar da vontade pessoal de ninguém, sendo seu objetivo a restauração de uma paz iluminada por uma justiça autêntica, pois esta guerra deveria ser declarada por uma autoridade oficialmente constituída e reconhecida.

Esta noção de guerra justa era salientada também pelos canonistas do século XII, sendo esta justificada no caso de "necessidade inevitável e urgente",[1] tanto para a defesa do reino como para a defesa da fé e da Igreja, e os mesmos exemplificavam essa necessidade referindo-se às guerras que os cristãos moveram contra os infiéis.

A eleição, a designação do seu sucessor pelo soberano, sua escolha por Deus graças a uma vitória militar ou a uma conquista, invocando o sinal da vontade divina foram as principais vias de ascensão do poder real na Idade Média.

É importante ressaltar que a "guerra santa", se tornando a partir do começo do século XII, na Reconquista, fez de cada combatente um cavaleiro cruzado, justificado simplesmente pela participação nesta empresa comum. O clero conseguiu impor plenamente, como em outras sociedades, a sua função de mediador entre os homens e Deus, com a justificativa de, ao combater, todo cavaleiro tinha suas tidas falhas e dívidas perdoadas, ou seja, a Reconquista era uma cruzada, uma guerra santa e justa, no decorrer da qual aquele que encontrava a morte tinha o paraíso assegurado. Esta, conduzida em nome da cristandade, era tarefa de toda a cristandade ibérica, do rei e dos seus nobres até o último peão.

É importante destacar que o rei é o representante de Deus no seu reino e a Guerra de Reconquista é o meio de legitimação desta representação divina, sendo assim, ele é responsável perante Ele tanto pelos seus clérigos como pelos seus laicos. A transmissão do poder de origem divina, fez-se em proveito do monarca, o qual, no seu reino, dispunha do temporal e do espiritual, reconhecendo a autoridade do papa no domínio do dogma e na legitimação de seu reino.

Tomemos a obra de Ernst Kantorowicz "Os Dois Corpos do Rei" como referência para trabalharmos a dualidade do poder de Afonso Henriques que apesar de sua soberania se legitimar com a guerra e pelo fato dele ser considerado o eleito a assumir o trono de Portugal, libertando o Condado Portucalense das mãos do infiel, o próprio precisa estar todo momento atrelado à Igreja com a finalidade de obter um reconhecimento papal de sua soberania, fato este que será concretizado apenas no final de sua vida.

É necessário explicitar o conceito de *persona mixta*,[2] pois de acordo com Kantorowicz, esta era representada na esfera político-religiosa, figurada principalmente pelo bispo e o rei, e onde este amálgama referia-se à união de poderes e direitos espirituais e seculares unidas em uma só pessoa.

A capacidade de dualidade do poder, neste sentido, era uma característica costumeira e bastante comum ao clero durante o feudalismo, quando os bispos não eram somente príncipes da igreja, mas também vassalos do rei e não somente os bispos, mas também o rei era representado como uma *persona mixta,* pois lhe era atribuída certa capacidade espiritual como emanação de sua consagração.

A doutrina papal definitivamente negava ao rei um caráter clerical, ou relegava esse caráter a alguns títulos honorários e funções insignificantes, entretanto, muitos autores medievais enfatizavam que o rei não era apenas "meramente uma pessoa comum", por volta do início do século XII, quando o Anônimo normando, idealizador desta teoria dos Dois Corpos do Rei, elaborou seus tratados, o conceito de rei como uma pessoa dotada de qualidades espirituais ainda prosperava e estava bem longe de haver passado de seu apogeu.

A dualidade expressa pelo conceito de *persona mixta* refere-se a capacidades temporais e espirituais relacionadas com a soberania do monarca, portanto, é importante reconhecer no rei uma "pessoa dupla", sendo uma descendendo da natureza e a outra da graça divina que por meio de uma, ou seja, pela condição natural, conformou-se com os outros homens; e por intermédio da outra, o próprio monarca excedeu a todos os outros devido a eminência de sua deificação, em relação a sua "personalidade gêmea", o monarca era, por natureza, um homem individual e em relação à sua outra personalidade era reconhecido pela sua graça advinda de Deus.

Pois o rei é identificado como o personificador perfeito de Cristo na terra, e uma vez que o modelo divino é ao mesmo tempo Rei e Sacerdote, realeza e sacerdócio de Cristo devem refletir-se também em seus vigários, isto é, no Rei e no Bispo, que são, simultaneamente, de acordo com Kanrowicz, *persona mixta* (espirituais e seculares) e *persona geminatae* (humanas por natureza e divinas pela graça), sendo as teorias do Anônimo normando não focalizadas na noção de "cargo" e nem em considerações constitucionais ou sociais; as mesmas são cristológicas e cristocêntricas.

Portanto, podemos com segurança dizer que o mito unificador da Guerra de Reconquista possui relação direta com esta idéia, pois o ideal que permeou a soberania de Afonso Henriques foi de que o monarca é o representante de Cristo na terra e que, por intermédio do mesmo, permitiu que o soberano fosse elevado a rei com a expulsão dos infiéis muçulmanos dos territórios do Condado Portucalense, assim, o soberano português construiu sua realeza e seu poder com o apoio deste projeto da monarquia cristã que, por sua vez, acabou legitimando-a, não somente este poder real, mas também a própria independência de Portugal.

Toda a imensa obra do governo de Afonso Henriques não se pode compreender sem ter em vista o seu relacionamento com o clero, um de seus principais apoios.

Podemos destacar o nome de D.João Peculiar, arcebispo de Braga, defensor dos direitos de sua Sé, face a Compostela e Toledo, e verdadeiro agente de Afonso Henriques na cúria romana. Ao mesmo se deveram as contínuas e persistentes conversações junto da cúria romana, no sentido de se alcançar o reconhecimento da independência de Portugal, sempre na identificação entre os seus objetivos, como arcebispo de Braga, com os reis de Portugal.

Sendo assim, parece terem resultado cordiais as relações entre Afonso Henriques e o clero do seu reino.

E, em 23 de maio de 1179, Alexandre III, ocupante do trono pontifício, dirigiu a Afonso Henriques a bula *Manifestis probatum*, pela qual reconhecia o título de rei do mesmo e a Portugal a categoria de reino, tomando-os assim sob proteção apostólica e prometia o auxílio papal para a defesa da dignidade régia e ainda para os domínios presentes ou conquistados posteriormente, terminando assim anos de negociações com a Santa Sé. Portugal havia-se expandido e consolidado sob a chefia de Afonso Henriques, e até mesmo sob o desígnio da Providência divina.

O governo do primeiro monarca de Portugal é contemporâneo aos novos movimentos espirituais na Cristandade, e assinalável pelo alargamento que as suas terras conheceram, foi propício à implantação e desenvolvimento dos institutos religiosos

regulares. De fato, apesar dos beneditinos, já fixados, gozarem da proteção régia, os cônegos regrantes de Santo Agostinho e cistercienses são aqueles que emergem na documentação do governo de Afonso Henriques. Estas ordens monásticas tiveram papel fulcral na função de repovoamento dos territórios reconquistados.

A constituição do reino de Portugal durante o século XII, se baseou num movimento expansionista, de caráter militar e, intimamente ligado a este, de índole repovoadora, seguindo aquele de perto.

As tendências repovoadoras acompanhavam estas linhas de ação militar. A conjuntura militar da época levou o primeiro rei português a privilegiar, na sua ação repovoadora, a área do Mondego até o Tejo: era o espaço natural de um território que o rio separava e defendia dos ataques muçulmanos.

Por isso, a ação repovoadora de Afonso Henriques centrou-se na defesa e estabilidade da linha do Mondego, e posteriormente, ligados à intenção do rei de Portugal, marcar presença em terras próximas de Leão, encontrando-se um conjunto de forais para o reforço da área fronteiriça. Então, com estas concessões efetuadas por Afonso Henriques permitiu a criação de uma vasta de poder ligada ao rei.

É importante explicitar que a guerra é o fator dominante que estrutura a sociedade e sua economia na Península Ibérica medieval, e a mesma não é uma situação permanente, os períodos de trégua em que se estabelecem ou restabelecem relações comerciais e políticas são interrompidos por fases de luta declarada, operações militares contínuas ou periódicas, ou de inquietação. Portanto, a sociedade ibérica é uma sociedade de fronteiras, caracterizando-se por uma forte instabilidade social, onde as possibilidades de ascensão são tão numerosas como os riscos incorridos.

O proveito econômico deste empreendimento era atrativo aos olhos daqueles que almejavam ascender socialmente, pois, as virtudes pessoais e o serviço público aliam-se assim ao valor militar para conferir à sociedade portuguesa medieval a sua característica fundamental, permitindo elevar à nobreza, uma nobreza moral que afirmava aos olhos dos homens o título que a garantia.

O papel do monarca na qualidade de distribuidor deste título adquiriu tanto mais importância quanto, sancionando daí em diante o valor moral de seus súditos. O privilégio da nobreza era, evidentemente, acompanhado da obrigação do serviço das armas e, consequentemente, da isenção de impostos.

É importante salientar a devida importância que a luta contra o muçulmano teve na independência do Condado Portucalense, pois, ao contrário das teses tradicionais, as disputas entre Portugal e Leão, apesar de serem freqüentes, não passavam de meros conflitos de fronteiras, onde se disputaram algumas terras e castelos, exigiram-se juramentos, trocaram-se filhas ou irmãs para garantir o respeito de compromissos mútuos, mas não houve invasões muito profundas em território inimigo nem qualquer propósito sério de aniquilar o adversário ou conquistar todo o reino, portanto, as guerras "nacionais" antes do século XIV se parecem muito mais com simples lutas de senhores feudais do que com as guerras modernas.

Portanto, concluímos que a Guerra de Reconquista possui um verdadeiro sentido unificador de todo o território do Condado Portucalense e é precisamente a vitória de Afonso Henriques neste empreendimento, assim como sua rede de estratégias políticas e de poder, que o reconhece como o primeiro rei de Portugal, sendo esta legitimação proveniente do seu prestígio na guerra e da autoridade que ela lhe conferiu, sempre unindo a figura de Afonso Henriques a esta ação armada. A ascensão de Afonso Henriques ao trono português representava o aparecimento de um novo rei, destinado a tomar na Cristandade um lugar de relevo, amalgamando a figura do rei, da guerra e de um reino.

Notas:

1- LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC. 2002. VOL I e II. p. 475.

2- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei:* Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras.1998. p. 49.

Aproximações entre Tragédia e Revolução: o texto teatral *Tambores na Noite* (Bertolt Brecht) e sua encenação no Brasil.

RODRIGO DE FREITAS COSTA[1] - UFU

Temos de reconhecer o sofrimento em uma experiência imediata e próxima, e não encobrí-lo por meio de uma busca de nome e definições.

Raymond Williams

No início do ano de 1972, *Tambores na Noite*, segunda peça do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, foi encenada pela primeira vez no Brasil sob a direção de Fernando Peixoto, no Studio São Pedro, em São Paulo. Obviamente, a escolha de uma temática a ser encenada não é fortuita e, por isso, está eminentemente ligada ao seu contexto histórico de produção. No caso do espetáculo *Tambores na Noite* as discussões culturais e sociais estão relacionadas com dois momentos em específico: o período que compreende o final da década de 1910 – momento de escritura do texto dramático – e o ano de 1972 – encenação da peça. Para além de duas temporalidades completamente distantes, é ainda preciso ressaltar a existência de espaços sociais diferentes: Alemanha e Brasil. Em síntese: o estudo do espetáculo dirigido por Fernando Peixoto em 1972 deve levar em consideração não só o Brasil desse período, mas também a Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial. O que aproxima dois tempos e espaços tão díspares? As afinidades são muitas, porém aqui só será avaliada a conformidade temática.

Escrita sob o impacto da experiência alemã na Primeira Guerra Mundial e o peso do armistício, a peça de Brecht traz para a cena o tema da escolha individual em tempos de fortes turbulências sociais. Nos cinco atos de *Tambores na Noite*, encontram-se as aventuras e dissabores de Kragler, soldado alemão, que, servindo ao seu país durante a guerra, parte para a África, onde fica quatro anos sem dar notícias à família. Com o término do conflito, o soldado volta para Berlim e vai ao encontro de Anna, sua namorada, e depara-se com ela ficando noiva de outro rapaz justamente naquele dia. Depois de muita discussão,

Kragler é rejeitado por Anna, não porque ela não o ame mais, mas porque, além de estar grávida, Murk era um industrial que melhoraria os negócios de sua família. Arrasado, Kragler corre pelas ruas da cidade, ao mesmo tempo em que a Liga Spartakus[2] toma os principais jornais da capital alemã e um verdadeiro clima de guerra civil inicia-se. Ao chegar em um bar, o soldado convence aos que lá estavam a ajudar os revoltosos, todos saem pelas ruas rumo à revolta, até que se encontram com Anna, que resolvera ficar com seu antigo namorado, o soldado que acabara de chegar. Kragler se vê diante da escolha: vai para a revolta ou retorna para casa? Escolhe a revolução ou a cama? Nesse momento, Kragler opta pela cama e diz em bom e alto som que prefere um leito bem grande e limpo do que se estender em um asfalto feito gato morto, pois, segundo ele mesmo, ele é um porco e os porcos sempre voltam para casa para propagar a espécie.

Percebe-se, por meio da rápida exposição do enredo, que o dramaturgo coloca em cena as possibilidades de escolhas individuais de um soldado derrotado e usa a situação política da Alemanha pós-1918 como contraponto social. Evidentemente, a opção de Kragler pela cama não significa crítica ao movimento revolucionário Spartakista, Brecht não faz apologia à individualidade ante à coletividade, pelo contrário, ele realiza uma crítica certeira ao posicionamento individual ou, para ser mais explícito, ele chama a atenção para o comportamento pequeno-burguês que, diante de posições sociais, geralmente opta pela individualidade. É evidente que o significado de revolução, para muitos, não passa de uma ampla crise de onde só é possível enxergar violência e desordem. De acordo com Raymond Williams, “na simples observação, esses são frequentemente os efeitos mais evidentes, mas na ação como um todo há fatos que os precedem e que os sucedem, e muito do seu sentido depende deste teor de continuidade”[3]. A partir deste ponto de vista, Williams redimensiona o sentido de tragédia localizando-o em um movimento mais amplo e demonstrando a necessidade e importância de se compreender o significado de trágico no mundo contemporâneo que, constantemente, fundamenta uma determinada ordem por meio da desordem cotidiana.

Desde o início de sua carreira Brecht valoriza a arte engajada e a possibilidade de transformação social, nunca parte do princípio da imutabilidade do homem e enfatiza, por meio de suas peças e escritos teóricos, a necessidade de unir conhecimento e diversão contra a (des)ordem capitalista. Assim, ao chamar a atenção para a individualidade do soldado Kragler em *Tambores na Noite* traz, para o centro das discussões, o homem bem como a capacidade de interpretação da sociedade e das percepções das possibilidades históricas do mesmo. Este mesmo homem é capaz de tratar a revolução simplesmente como uma eminente crise de violência e desordem, a qual Brecht se opõe. Por mais uma vez cabe recuperar as palavras de Raymond Williams:

> Não devemos identificar a revolução com violência ou com uma súbita tomada de poder. Mesmo em lugares em que tais acontecimentos ocorrem, a transformação essencial é, na verdade, uma longa revolução. [...] Uma sociedade para a qual a revolução é necessária é uma sociedade na qual a incorporação de todas as pessoas, *como seres humanos completos*, é, na prática, impossível sem que haja uma mudança nas suas formas fundamentais de relação[4]. (Grifos do autor)

A tônica de Brecht recai sobre a idéia de que a revolução como transformação social é necessária, pois é preciso incorporar na dinâmica social as pessoas como seres humanos completos, e não simplesmente como autômatos que ratificam uma determinada ordem que parte do princípio da exclusão e da disparidade. Assim, o dramaturgo compreende e chama a atenção para a idéia de que "a ação trágica não é, no seu sentido mais profundo, a confirmação da desordem, mas a compreensão, a experiência e a resolução dessa desordem"[5]. O que, sem dúvidas, passa pela reflexão das ações individuais em um mundo marcado pela experiência imediata da exacerbação da individualidade. Resolver a desordem, afirmada e reafirmada pela ordem, torna precisa e importante a compreensão da mesma.

Fica evidente, portanto, onde recai a temática da peça *Tambores na Noite*: nas ações individuais, e não na coletividade. É justamente esse tema que aproxima a Alemanha

pós-Primeira Guerra Mundial e o Brasil da repressão militar de 1972. Fernando Peixoto, como profundo conhecedor da obra de Bertolt Brecht e com uma longa carreira teatral desenvolvida, sobretudo, pelo Teatro Oficina, parte do princípio da análise da individualidade no espaço social e político do Brasil do início da década de 1970. Assim se refere à temática da encenação de *Tambores:*

> A nossa preocupação era manter uma atividade de teatro social, de discussão política da realidade brasileira. E eu vou buscar uma peça que em 1965 tinha tentado incluir no Oficina, que era *Tambores na Noite*, do Brecht. É uma história de um sujeito que está prisioneiro durante muito tempo na guerra e, ao voltar para a Alemanha, vê que está explodindo, em Berlim, a Revolução Espartaquista, que era uma revolução socialista. Há uma opção que tem de ser feita, esse era o tema básico: juntar-se aos operários na revolução? Ou manter-se fiel a sua própria classe e defender seus valores contra a revolução? *Nossa preocupação justamente era essa: examinar a conduta de um indivíduo diante de um momento como esse*[6]. (Grifos nossos)

Em um período marcado pela violência militar, o que no campo artístico significava o fortalecimento da censura, o teatro engajado deixou de lado a combatividade, presente na produção teatral da década de 1960, e optou pela resistência, a qual passou a ser reconhecida nos meios artísticos-intelectuais, principalmente aos ligados ao PCB, como "resistência democrática". Não só Peixoto, mas também todas as pessoas envolvidas na produção do espetáculo *Tambores na Noite*[7], tiveram seus trabalhos na década de 1970 marcados pela idéia de atuar nas "brechas" da repressão política em busca de discussões que favorecesse temas relacionados com a idéia de democracia. Discutir o papel social de determinados indivíduos era primordial neste contexto que priorizava a luta por um Estado democrático e ético. Certamente, a temática do segundo texto dramático Brecht coadunava com os objetivos do período, pois avaliar as possibilidades de decisão de pessoas que se vêm normalmente como alheias ao processo político significava chamar a atenção do público brasileiro para este tipo de ação. Além disso, questionava a própria ação da

esquerda brasileira que sublimava um tipo ideal de revolucionário. As pessoas não são desprovidas de interesses pessoais e individuais, eles fazem parte da própria condição de existência humana, por isso, precisam ser minimamente entendidos quando se pretende dar prosseguimento a um processo de construção de uma sociedade mais justa. Isso significa dizer que a preocupação de Peixoto e seu grupo, em consonância com as discussões apresentadas acima por meio de Williams, era evidenciar e colocar em discussão a ordem cotidiana que reafirma a desordem bem como a importância de uma idéia mais ampla de tragédia e revolução, pois, como bem avaliou Williams, "temos de ver o mal e o sofrimento na desordem efetiva, que torna necessária a revolução, e na luta desordenada contra essa desordem. Temos de reconhecer o sofrimento em uma experiência imediata e próxima, e não encobrí-lo por meio de uma busca de nome e definições"[8].

---

[1] Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista Capes e integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC).

[2] A Liga Spartakus foi fundada em 1916 por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht por meio de dissidentes do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e tinha por objetivo geral a discussão e a ampliação das idéias de Karl Marx, com o fim da guerra e o assassinato de seus líderes, esse grupo será o embrião do Partido Comunista Alemão (KPD).

[3] WIILLIAMS, Raymond. **Tragédia Moderna.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 93.

[4] Ibid., p. 106.

[5] Ibid., p. 114.

[6] PEIXOTO, Fernando. Mesa III. In: GARCIA, Silvana. (Org.) **Odisséia do Teatro Brasileiro.** São Paulo: Editora Senac, 2002, pp. 83-84.

[7] Quase todos os atores da encenação de *Tambores na Noite* faziam parte do Núcleo 2 que se consolidou a partir de um curso para formação de atores, ministrado por Eleni Guariba e Cecília Thumim no Teatro de Arena e que tinha por princípio a pesquisa do teatro popular, mais precisamente a prática do teatro-jornal. Os jovens atores se aproximavam da idéia de popularização da cena teatral com forte influência do agitprop alemão, por meio das figuras de Piscator e Brecht. Participaram do espetáculo de 1972: Denise Del Vecchio, Celso Frateschi, Margot Baird e Edson Santana, entre outros. Além dos atores é preciso ressaltar que o Theatro São Pedro, cujo prédio era composto também pelo Stúdio São Pedro, na época estava sob a responsabilidade de Maurício e Beatriz Segal que tinham prioritariamente por objetivo a continuidade da cena engajada por meio de um grupo estável de atores, cenógrafos e teatrólogos em geral, após o esfacelamento do Teatro Oficina e Teatro de Arena no início da década de 1970.

[8] WILLIAMS, Raymond. **Tragédia...** Op. Cit., p. 114.

Minas Gerais:
Milton Nascimento, poesia e música mineira na ditadura militar de 1964.

Rodrigo Francisco de Oliveira - UFU

Este trabalho pretende estabelecer os pontos pertinentes onde os traços da cultura produzida pelos mineiros do movimento musical conhecido como 'Clube da Esuina' dialogam com os aspectos da arte global e do momento histórico da ditadura militar no Brasil. Serão abordados aqui dois LPs: 'Minas' e 'Geraes'.

Minas e Geraes são dois discos bastante diferentes apesar de serem um projeto só. O que trazem na suas composições é um misto de valores intrincados com a cultura mineira e a cultura mundial e o clima centralizado na tensão entre a classe artística e a ditadura militar, podemos observar isso agora.

Minas é um disco que completa 30 anos em 2005 e carrega uma estrutura de sentimentos bastante contundente se observado seu contexto histórico. As canções desse disco são cheias de climas do tipo trilha sonora, sugere um passeio intenso entre o Jazz pós-bop americano e a música instrumental mundial de origem jazzística. Os arranjos também denotam esses caracteres filhos da música popular norte-americana. O entroncamento entre música de conotação estrangeira e arranjos tipicamente quebrados e harmonicamente organizados para um fim impressionista acompanham esse disco de ponta a ponta.

Faz parte desse disco a importantíssima "Fé Cega, faca Amolada" Esta canção é também um relato sobre os dias de ditadura militar. Forte e contestadora, *'Fé Cega, Faca Amolada'*[1] vem se apresentar como uma das mais intensas composições do Clube da Esquina morando numa esfera de aparente simplicidade, demonstrando influências diversas e uma visão inteiramente crítica de seus autores.

" 'Fé Cega, Faca Amolada' é uma espécie de continuação de 'Nada Será como Antes' , ou seja, uma canção de oposição ao regime militar brasileiro, escrita em linguagem bem mais agressiva, ao mesmo tempo em que mostra um entrosamento maior da parceria Milton Nascimento - Ronaldo Bastos: 'Agora não pergunto mais pra onde vai a estrada/ Agora não espero mais aquela madrugada/ vais ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser faca amolada/ O brilho cego de paixão e fé, faca amolada...' O título tem origem no super grupo pop inglês Blind Faith, de efêmera existência e nascido da ruptura de dois outros grupos, Cream (Eric Clapton e Ginger Baker) e Traffic (Steve Winwood), em 1969. O único disco do Blind Faith era um dos favoritos de brasileiros, como Ronaldo Bastos e Gilberto Gil, que viviam em Londres na época. 'Fé Cega' é pois 'blind faith', tendo o adjetivo 'amolada' o duplo sentido de 'afiada' e 'contrariada'. A sequência melódica relativamente simples e repetida de forma insistente em 'Fé Cega, Faca Amolada' não seria suficiente para alcançar o brilhante resultado mostrado no disco. Para a obtenção deste resultado devem ser também creditadas as notas picadas do sax-soprano de Nivaldo Ornelas, criando um clima nervoso em perfeita consonância com o objetivo da canção, o interlúdio musical decididamente pop, a voz convicta de Milton, usando com perfeição o falsete, e a voz aguda de Beto Guedes, que soa às vezes como um eco ao canto de Milton. Este elepê, intitulado Minas, é um marco na carreira de Milton Nascimento, pois além de ter sido o primeiro a coloca-lo num patamar de alta vendagem,

[1] BASTOS, Ronaldo; NASCIMENTO, Milton. *Fé Cega, faca Amolada*. In: *Minas.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1975.

dobrando sua média anterior, consolidou a sua carreira de grande astro da música brasileira."[2]

Um aspecto interessante é que, esteticamente na música, o bumbo da bateria acompanha as batidas do coração humano, além de serem usados efeitos de distorção na guitarra incorporando as influências do Rock inglês. A palavra 'amolada' nesta canção tem um duplo significado, amolada no sentido de afiada e de incomodada, infernizada, atacada. Era assim que nossos autores se manifestavam, usando metáforas para driblar os censores.

"com as cassações, censura, repressão aos partidos, imprensa e organismos representativos da sociedade civil, a cultura teria seu papel revalorizado pelos grupos de oposição, servindo como ponto de contato entre aqueles agrupamentos políticos colocados na ilegalidade e a população civil. Buscando comunicar-se com o público que já não podia ser mais alcançado pelas vias políticas tradicionais, artistas independentes ou ligados a grupos organizados de oposição procuravam driblar a censura e a repressão promovidas pela ditadura militar, com suas mensagens de forma não explícita, através do cinema, da música e do teatro."[3]

Os temas da Estrada e da Viagem perpassam pela música dando o seu movimento estético. Poeticamente observamos que existe um tipo de tomada de posição frente ao mundo ditatorial daquela época onde o autor afirma: *"agora não espero mais aquela madrugada/ não pergunto mais aonde vai a estrada/ vai ter, vai ter, vai ter que ser faca amolada"*. Aqui nesse trecho da letra vemos a tensão estabelecida pelos primados da classe artística a que pertenciam nossos autores frente ao momento visivelmente contracensual no que tange a questão de política institucional militar e resposta da classe representativa civil. Na harmonia se denota o clima rítmico rasteiro dando tonalidade ao texto verbal. Essa canção dialoga intensamente com "Nada será como antes". Esta por sua vez traz traços de um autor observador, constatador e passivo diante dos acontecimentos*: "que notícia me dão dos amigos/ Que notícia me dão de você / Sei que nada será como está/ Amanhã ou depois de amanhã / Resistindo na boca da noite um gosto de sol /"* Em continuação temos sua outra parte dizendo que o autor não mais espera aonde vai a estrada, os termos parentes vão se concretizar: *'Resistindo na boca da noite um gosto de sol" – 'Não espero mais aquela madrugada'* (boca da noite/ Madrugada). Aqui observa-se uma figura poética onde a noite pode ser interpretada como trevas (ditadura militar), em outras músicas como Clube da Esquina 1 (a canção), por exemplo, a palavra noite tem um sentido diferente, de liberdade, de vida e de possibilidade criativa. Existe um item interessante na comparação das duas canções colocando letra e música em modo comparativo, a letra de nada será como antes pode ser aparentemente menos contestadora mas carrega na sua música um aspecto mais forte, com mais pegada, de sonoridade forte e tensa enquanto Fé Cega se passa, musicalmente falando, num clima mais ameno que tem um movimento mais lento e cadenciado. As duas trazem aspectos característicos no que tange às influências do rock inglês do final da década de 60 e começo de 1970. Em "Nada será como antes" o aspecto influentemente inglês é notado em toda a música enquanto "Fé Cega, Faca amolada" reserva esta característica estilística e estética apenas pra um refrão instrumental que aparece entre as estrofes da música e em seu final.

O Movimento Mineiro passou intenso pelas influências do Rock inglês e da revolução da música trazida por ele nos discos, essa influência se apresenta em "Milton" (1970) e "Clube da Esquina I" (1972). Apesar disso os discos posteriores, "Minas" e

---

[2] SEVERIANO, Jairo; MELLO, Z.H. de. *1° Parte:1958 a 1972*. In: A Canção no Tempo: 85 Anos de Músicas Brasileiras, Volume 2: 1958-1985. São Paulo: 34, 1998. 210 p.

[3] ALMEIDA, Cláudio. In: "*Cultura e Sociedade no Brasil:* 1940-1968". São Paulo: Atual Editora, col. Discutindo a História do Brasil. 1996. 66-67 p.

"Geraes" (1975 e 1976), já demonstram uma ruptura com os dois anteriores em vários sentidos a começar pelos seus arranjos. Esses discos tendem mais para a influência propriamente jazzística onde a pegada pesada do Rock perde espaço para a entrada das músicas climatizadas, com ritmos mais quebrados e com aspectos mais teatrais e performáticos, contendo interlúdios rítmicos e harmônicos e *suítes* (que se caracteriza pela utilização de 3 ou mais andamentos temáticos em uma mesmo canção) . Não é possível dizer que tenha acabado o envolvimento de Milton e seus companheiros com a cena do Pop-Rock, mas é sentida uma mudança reveladora na sua esfera harmônica e de arranjo e ainda, nos recursos técnicos direcionados mais para o Jazz que para o Rock. A correlação com o Jazz não é sentida somente a partir do disco Minas, ela vem de experiências anteriores (Travessia, o disco, Milton Nascimento 1969 e Courage) onde junto com o jazz figuravam influências temáticas que bebiam tanto na Bossa Nova quanto no Pós-Bop.

De certa forma a influência harmônico-melódica da Bossa nova e do Pós-Bop se vê retratada em "Beijo Partido" de Toninho Horta. Beijo partido tem uma composição harmônica e rítmica que carrega uma carga enorme da estética jazzística mais moderna.

Atentemos agora para "Beijo Partido"[4] de Toninho Horta.

"– Ó, eu nunca fui muito ligado à política não, entendeu? Eu sempre vi as coisas acontecendo, mas eu era... eu ficava na minha assim, eu lembro até... eu sempre gostei de dormir muito e me lembro do dia em que ia ter aquela passeata que teve 1 milhão de pessoas, aquele protesto, no centro da cidade do Rio de janeiro em 68 onde muitas pessoas foram presas, revolucionários na época e os amigos músicos, todo mundo muito curioso queriam ir, senão pra protestar pra saber o que é, todo mundo queria participar das coisas, mas eu... o pessoal me chamou lá pra... 'não, vou dormir, tô cansado' (risos). Então eu nunca tive uma postura assim...agente sempre tem a questão política nas coisas assim, mais as coisas que interessam pra gente assim, né? Eu nunca usei a política e conheço algumas pessoas na área assim mas... , o Márcio, o Ronaldo, o próprio Fernando, entendeu? Então a dizer, foi um período que passou numa época em que agente tava em plena, o Clube da Esquina tava em plena criatividade, de produção musical e cultural, então evidentemente que alguma coisa ou outra, alguma tristeza ou decepção ou incerteza por parte do grupo da gente poderia ter, através de alguma letra ou outra assim, não contra a ditadura ou alguma coisa desse tipo, mas de uma forma mais pra expor uma ansiedade, uma inquietude.."[5]

Podemos observar que o momento histórico, mesmo para o artista que era visto com indiferente ou apático à questão política, não o isentava do mundo social e de sentimentos próprios dessa esfera, presentes nas canções de forma direta ou não. Daí a possibilidade de estabelecer um traço que permeia os estudos em psicologia social e psicologia da arte no interesse de se enfrentar o desafio de se (re) ler a poesia clubística. No momento não dispomos de material bibliográfico a esse respeito, mas contamos com uma análise muito importante de um integrante dos Estudos Culturais Ingleses chamado Raymound Williams que pode nos ajudar a observar a trama social mais de perto.

Em Tragédia Moderna Raymoundo Williams reserva uma parte especial para discutir tragédia e revolucão, onde ele aponta pistas significativas pra podermos entender todo o processo da ditadura militar. Partindo da idéia de que em um mundo hegemônico todos os seus atores estão envolvidos direta ou indiretamente e, a na arte o movimento é o mesmo.

---

[4] HORTA, Toninho. *Beijo Partido*. In: *Minas*. Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1975.
[5] Entrevista cedida por Tonhinho Horta em Uberlândia, Minas Gerais.

"*O efeito mais complexo de qualquer ideologia realmente efetiva é que ela condiciona o nosso direcionamento, mesmo quando pensamos tê-la rejeitado, para fatos do mesmo tipo"*[6].

Observando o carater poético de nossos autores podemos lançar um olhar interpretativo para as canções como um desdobramento de suas vivências e um relato fiel sobre a sua contemporaneidade. Quando nos deparamos com o sentimento de fraquesa, impotência, angústia, descrença, sofrimento (seja ele por amor ou por falta da liberdade), temos indicativos de um estilo que nasce dentro das relações sociais, no âmago do conflito. Quando os militares tomaram o poder eles fizeram questão de chamar essa ação de 'Revolução'. Os marxistas de plantão fizeram questão de tomar, pelo menos, o termo revolução pra si e chamar o que houve de 'Golpe'. Se pensarmos a tomada do poder pelos militares como revolução, sem fazer alusão a essa apropriação ideológica (dos dois lados) dessa mesma palavra conseguimos enxergar um pouco menos opaco o caráter da própria temática poética e estrutural musical.

"Numa revolução contemporânea, a particularidade do sofrimento é persistente, seja por meio da violência, seja pela reformulação do modo de vida por intermédio de um novo poder no Estado."[7]

Partindo desse pressuposto devemos tratar o termo 'Revolução' a partir dessa ótica, sem incutir neles valores ideologicamente criados no pensamento da sociedade contra-ditatorial ou no próprio cerne da ideologia militarista.

Já colocadas as intenções orientadoras do uso do termo para nos servir nas discussões mais profundas a respeito da análise historiográfica ou de utilização de determinada palavra-conceito propomos voltar ao dico 'Minas' e continuarmos com o debate.

A Música que abre o Disco chama-se 'Minas'. Essa música serve para introduzir o disco e sua performance para o receptor, informando-o de que se trata de um disco temático que viajará entre as raízes do canto mineiro até a música mundial, num mesmo vôo, dando ao LP o aspécto de disco 'conceitual', tão utilizado nessa época. Essa primeira música é instrumental e seu tema ou sua melodia será reutilizada no disco "Geraes" na música "Minas Geraes" de Ronaldo Bastos e Novelli, onde Ronaldo coloca letra na música de Novelli. Isso reforça a idéia de conguência estabelecida entre os dois discos, de 1975 e 76.

Segue agora a música "Saudades dos Aviões da Panair (conversnado no Bar)[8]" carregando em sua estrutura o aspécto de música *Suit*.

Nessa música, para que se observe o clima suit durante a letra nos colocamos espaços entre um clima temático (melodia-harmonia-ritmo) e outro.

Milton tinha muito medo desta canção ser censurada, não é por menos, ela aborda novamente a questão temporal, o antes e o depois, o novo e o velho, como acontece em "Hoje é dia de El Rey", que foi censurada, e em "trastevere" abordando esse mesmo aspécto de confronto entre o tradicional e o moderno. Panair é uma empresa de aviação aérea que desapareceu durante a ditadura militar, só a intenção de lembrança ao que se foi, tendo como marco a ditadura, já era motivo suficiente para esta canção ser censurada e motivo suficiente para ela ser colocada como canção subversiva. Devemos nos atentar que essa característica subversiva ao sistema não a coloca como música de protesto propriamente dita, mas mesmo assim ela não deixa de ter suas rusgas com o sistem imposto. Para além das questões já apresentadas e para afirmar seu caráter subversivo podemos destacar pontos interessantes. As expressões '*tudo de triste', 'nada*

---

[6] WILLIAMS, Raymond. Tragédia e Revolução, *Tragédia Moderna.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p 89.
[7]. WILLIAMS, Raymond. Tragédia e Revolução. *Tragédia Moderna.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002.. p 92.
[8] BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. *Saudades dos aviões da Panair (conversnado no bar)*. In: *Minas.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1975.

de novo', 'fere o coração' dão o tom de desgosto de descontentamento do autor com o momento vigente. Numa hora o autor diz: *E aquela mancha e a fala oculta*. Referindo-se obviamente à questão da censura, as palavras *mancha* e *fala oculta* revelam a abordagem poético-temática. Esteticamente a poesia dança num clima de 'flashback' resgatando falas e lembranças de época de criança onde *'em volta dessa mesa velhos e moços lembrando o que já foi'* e '*a primeira coca-cola foi / Me lembro bem agora...'.* Em um outro trecho o clima de pensamento universal figura muito forte, dando a idéia de descontentamento geral da sociedade civil perante a ditadura: '...*Em volta dessa mesa existem outras falando tão igual'*. Novamente o Bar, local de encontro da juventude serve como palco para o desenvolvimento da canção-poema de Milton e Fernando.

Não são poucos os indícios de que os discos 'Minas' e 'Geraes' fazem ponte entre si. A primeira pista é que as palavras se completam formando o nome de nosso estado. Em segundo plano podemos observar a arte gráfica dos dois discos que dialogam entre si e ainda, o disco 'Minas' acaba com uma vinheta que se assemelha ao afinar de uma orquestra, mas com aspectos que lembram a música progressiva inglesa, essa mesma vinheta abre o disco 'Geraes'. Para alem dessas afirmativas podemos destacar um disco que foi lançado em edição limitado, com poucos números, chamado de 'Minas Geraes'. Esse disco contem os dois LPs.

Como já dissemos anteriormente, o disco 'Geraes' nasce com uma vinheta que retoma características do Rock progressivo, ligando o disco anterior, 'Minas' ao disco 'Geraes' de 1976.

"O Geraes e o Minas foi uma idéia só, né? Que foi dividida em duas partes, então foi como se fosse uma continuação, foi feito, sei lá, dois anos depois, um do outro, tinha que ser outro repertório, é claro, pra se completar a idéia, e foi o último disco da formação que tinha o pessoal do Som Imaginário e tudo."[9]

Os dois discos carregam características muito parecidas que variam desde as influências bossa-novistas até a carga do Rock inglês tão em voga na época.

"The Cream, Steve Wai, Traffic, Emerson, Lake and Palmer, Led Zeppelin. Agente ouvia de tudo né? Nessa época agente tinha mais ligação, eu por exemplo, com a Bossa Nova mas agente ouvia de tudo, eu tocava guitarra com distorção nesta época, com o Som Imaginário, então agente ouviu aqueles guitarristas todos, então teve uma influência assim, que não foi tão marcante como a Bossa Nova mas foi uma influência que deu pra colocar uma pouco dessa marca pop assim nesses discos"[10]

Um exemplo de diálogo com as tradições e com a Cultura Popular que surge é o uso do título deste disco LP lançado em 1976, Geraes. O nome do nosso estado é Minas *Gerais* não Minas *Geraes*, mas o português monárquico admitia o nome Minas *Geraes* como padrão e aqui se vê um indício de comunicação com a tradição, com o passado, dando a idéia de retorno ás origens e de comunicação com o espaço cultural vindo das raízes de nossa cultura.

A cena do Disco 'Geraes' é bem parecida com a cena do LP 'Minas'. Os dois navegam em um hemisfério denso, de atmosferas alegóricas caracteristicamentes próximas, mas cada um tem seu próprio movimento.

Esse é o disco que faz o casamento de Milton e seus parceiros com a mídia especilalizada, onde dá pra se fazer uma divisão entre antes e depois de 'Geraes'. A mídis jornalística encontra Milton depois deste disco, e o mais interessante é que é este o disco mais vendido de Milton na década de 1970. Caba a nós pensarmos se a mídia valorizava a arte ou sua possibilidade de vendagem? Essa é uma questão instigante mas que não vem atormentar-nos enquanto análise histórica das canções deste LP.

---

[9] Entrevista cedida por Tonhinho Horta em Uberlândia, Minas Gerais.
[10] Idem.

'Geraes' varia, como 'Minas', entre o universo regional e mundial, fazendo um traço pertinente na historiografia da música no Brasil. Muitos historiadores passam pela década de 70 sem ao menos observar o grande marco que é este disco no mundo da música contemporânea. Suas canções têm um teor intenso, são carregadas de atmosferas densas e de climas pesados e, ao mesmo tempo, não perdem o calor estranho que vem das criações exatas do Clube.

Uma canção muito significativa quando pensamos música e ditadura no Brasil é "O que será (A flor da terra/A flor da pele)". Escrita em parceria inédita entre Milton e Chico Buarque, essa música retoma os anos da ditadura como nenhuma outra jamais o fez.

Essa música traz um discurso totalmente fincado na tensão entre a posição artística e o mundo ditatorial. Ela se manifesta em discurso existencialista, onde o autor se vê num mundo de dúvida e de apreensão diante do poder instaurado e da força utilizada para sua manutenção.

Essa música de Chico Buarque se chama '*O que será (À flor da Pele)'*[11]. Em alguns álbuns ela é encontrada com o título de 'À flor da Terra'. Nesta canção Milton e Chico dialogam entre si e com o estado da Ditadura Militar. Num aparente diálogo existencialista, essa canção se dá, musicalmente, numa catarse insinuada pela sua elaboração de notas que sobem e descem na escala musical convergindo num ponto comum. A letra totalmente existencialista brinca com a idéia de 'O que será?', deixando a idéia de dúvida pairando no ar, encontrando respostas catárticas, onde são incorporados temas que desafiam diretamente o Estado Ditatorial.

" Mas O que Será só pode ser plenamente entendida se devidamente localizada na obra de Chico Buarque: seguindo-se à época das 'canções de protesto', esta representa uma grande catarse. Pois aí os elementos configurados da canção de protesto: o grito calado, o desejo atado, a pulsão vital licenciada – todo esse silêncio irá explodir "[12]

Sentimentos intensos fazem aflorar a tensão existente entre o artista, em sua obra, e o momento histórico vigente: *O que não tem descanso/ O que não tem cansaço nem nunca terá/ O que não tem limite*. Onde *nervos*, *suores* e *órgãos a clamar* se alteram na poesia dando o tom de sofrimento e descontentamento. O ato de *perturbar o sono, queimar por dentro,* coloca o artista e sua obra diante do próprio sistema, onde o autor e executor da obra se coloca a mercê da possibilidade de veto e censura. O discurso utilizado brinca com a questão da dívida: O que será?, onde so autores tentam dessa forma interagir ativamente com o receptor da sociedade civil e, por que não, com o possível censor, que aqui, não teve a 'sanidade' de vetar essa canção.

Outra canção deste disco que aborda a questão existencialista e, de certa forma, provoca o Estado da ditadura é *'Promessas de Sol'*[13]. Essa música é um diálogo com aquele verso de '*Nada será como antes': resistindo na boca da noite um gosto de sol.* Aqui o autor se vê flagelado e já não acredita mais em resistir, já resistindo, de certa forma, o personagem coloca em dúvida sua própria existência frente ás diversas dores que o agressor o faz sentir: *'Me cortaram o corpo a faca sem terminar / Me deixando vivo,*

---

[11] HOLLANDA, Chico buarque de. À Flor da pelo. In: Geraes. Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1976.
[11] MENESES, Adélia bezerra de. Desenho Mágico: Poesia e política em Chico Buarque. São paulo: Ateliê Editorial. 1982, 119 p.
[12]BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. *Promessas de Sol*. In: *Geraes.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1976.

[12] [11] MENESES, Adélia bezerra de. Desenho Mágico: Poesia e política em Chico Buarque. São paulo: Ateliê Editorial. 1982, 119 p.

sem sangue, apodrecer...Promessas de sol já não queimam mais meu coração' . nestes verso o personagem da música, assumido pelo autor, se mostra enfraquecido, mutilado e sem forças para lutar. Certamente, se olhada do ponto de vista da análise do contexto a música se torna uma grande canção de resistência quando expõe de forma literal o estado do ser humano diante ao mundo da ditadura.

Essa canção mostra um personagem que está em seu último estágio de resistência, onde valores como a força, a justiça e a beleza foram roubadas e o que sobrou é aquilo em que o personagem se transformou. A ditadura então, para o autor, o reduzia a um ser flagelado que tenta, ao seu modo, viver no mesmo mundo que ela.

Outra música interessante no que tange a idéia de resistência por parte dos integrantes do Clube é 'Menino'[14]. Essa música foi feita para um estudante chamado Edson Luiz, que foi morto pela polícia em uma manifestação contra a ditadura. Ela revela, em primeiro plano um sentimento dos autores em relação ao universo vivido pelos setores da sociedade civil e, ainda consegue dialogar com o público mais atento da MPB, que são os estudantes.

Nessa música o caráter de resistência é explícito. O autor diz: *Quem cala sobre teu corpo/ Consente na tua morte/ Quem cala morre contigo/ Mas morto que estás agora* e *Quem grita vive contigo.* Aqui temos a tomada de decisão autoral, onde o poeta se coloca do lado do estudante contestador do sistema e contra aqueles que 'calam' dizendo que estão mais mortos que o próprio estudante morto.

[14] BASTOS, Ronaldo; NASCIMENTO, Milton. *Menino*. In: *Geraes.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1976.

Anexo:

Músicas em questão

Fé Cega, Faca Amolada (Milton nascimento e Ronaldo Bastos)

Agora não pergunto mais aonde vai a estrada
Agora não espero mais aquela madrugada
Vai ser, vai ser, vai Ter de ser, vai ser faca amolada
Um brilho cego de paixão e fé faca amolada

Deixar a sua luz brilhar e ser muito tranqüilo
Deixar o seu amor crescer e ser muito tranqüilo
Brilhar, brilhar, acontecer, brilhar faca amolada
Irmão, irmã, irmã, irmão de fé faca amolada

Plantar o trigo e refazer o pão de cada dia
Beber o vinho e renascer na luz de todo dia
A fé, a fé, paixão e fé, a fé faca amolada
O chão, o chão, o salda terra, o chão faca amolada

Deixar a sua luz brilhar no chão de todo dia
Deixar o seu amor crescer na luz de cada dia
Vai ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser muito tranqüilo
O brilho cego de paixão e fé, faca amolada

Beijo Partido (Toninho Horta)

Sabe, eu não faço fé
Nessa minha loucura
E digo
Eu não gosto de quem me arruina em pedaços
E Deus é quem sabe de ti
E eu não mereço um beijo partido
Hoje não passa de um dia perdido no tempo
E fico
Longe de tudo que sei
Não se fala mais nisso, eu sei
Eu serei pra voçê
O que não importa saber
Hoje não passa de um vaso quebrano no peito
E grito

Olha o beijo Partido
Onde estará a rainha
Que a lucidêz escondeu
Escondeu

Saudade dos Aviões da Panair (Conversando no Bar)
Milton nascimento e Fernando Brant.

Lá vinha o bonde no sobe desce ladeira
E o motoneiro parava a orquestra um minuto
Para nos contar casos da campanha da itália
E do tiro que ele não levou
Levei um susto imenso nas asas da Panair
Descobri que as coisas mudam e que tudo é pequeno
Nas asas da Panair
E lá vai menino xingando pader e pedra
E lá vai menino lambendo podre delícia
E lá vai menino senhor de todo fruto
Sem nunhum pecado, sem pavor
O medo em minha vida nasceu muito depois
Descobri que minha arma é o que a memória guarda
Dos tempos da panair

Nada de triste existe que não se esqueça
Alguém insiste e fala ao coração
Tudo de triste existe e não se esquece
Alguém insiste e fere no coração
Nada de novo existe nesse planeta
Que não se fale aqui na mesa de bar
E aquela briga e aquela fome de bola
E aquele tango e aquela dama da noite
E aquela mancha e a fala oculta
Que no fundo do quintal morreu
Morri a cada dia dos dias que vivi
Cerveja que tomo hoje é apenas em memória
Dos tempos da Panair
A primeira coca-cola foi me lembro bem agora
Nas asas da Panair
A maior das maravilhas foi voando sobre o mundo
Nas asas da Panair

Em volta dessa mesa velhos e moços
Lembrando o que já foi
Em volta dessa mesa existem outras falando tão igual
Em volta dessas mesas existe a rua
Vivendo seu normal
Em volta dessa rua uma cidade sonhando seus metais
Em volta da cidade

O que será (À Flor da pele) (Chico Buarque de Hollanda)

O que será que me dá
Que me bole por dentro, será que me dá
Que brota à flor da pele, será que me dá

E que sobe às faces e me faz corar
E que me salta aos olhos a me atraiçoar
E que me aperta o peito e me faz confessar
O que não tem mais jeito de dissimular
E que nem é direito ninguém recusar
E que me faz mendigo, me faz suplicar
O que não tem medida e nunca terá
O que não tem remédio e nunca terá
O que não tem receita

O que será que será
Que dá dentro da gente e não devia
Que desacata a gente, qye é revelia
Que é feito uma aguardente que não sacia
Que é feito estar doente de uma folia
Que nem dez mandamentos vão conciliar
Nem todos os ungüentos vão aliviar
Nem todos os quebrantos, toda alquimia
Que nem todos os Santos, será que será
O que não tem descanso nem nunca terá
O que não tem cansaço nem nunca terá
O que não tem limite

O que será que me dá
Que me queima por dentro, será que me dá
Que me perturba o sono, será que me dá
Que todos os tremores me vêm agitar
Que todos os ardores me vêm atiçar
Que todos os suores me vêm encharcar
Que todos os meus nervos estão a rogar
Que todos os meus órgãos estão a clamar
E uma aflição medonha me faz implorar
O que não tem vergonha, nem nunca terá
O que não tem governo, nem nunca terá
O que não tem juízo

Promessas de sol (Milton nascimento e Fernando Brant)

Você me quer forte
E eu não sou forte mais
Sou o fim da raça, o velho, o que já foi
Chamo pela lua de prata pra me salvar
Rezo pelos deuses da mata pra me matar
Você me quer belo
E eu não sou belo mais
Me levaram tudo que um homem precisa ter
Me cortaram o corpo à faca sem terminar
Me deixando vivo, sem sangue, apodrecer
Você me quer justo
E eu não sou justo mais
Promessas de sol já não queimam meu coração

Que tragédia é essa que cai sobre todos nós?
Que tragédia é essa que cai sobre todos nós?

Menino (Milton nascimento e Ronaldo Bastos)

Quem cala sobre teu corpo
Consente na tua morte
Talhada a ferro e fogo
Nas profundesas do corte
Que a bala riscou no peito
Quem cala morre contigo
Mas morto que estás agora
Relógio no chão da praça
Batendo, avisando a hora
Que a raiva traçou no tempo
No incêndio repetindo
O brilho do teu cabelo
Quem grita vive contigo

Bibliografia

ALMEIDA, Cláudio. In: "*Cultura e Sociedade no Brasil:* 1940-1968". São Paulo: Atual Editora, col. Discutindo a História do Brasil. 1996.
MENESES, Adélia bezerra de. Desenho Mágico: Poesia e política em Chico Buarque. São paulo: Ateliê Editorial. 1982.
SEVERIANO, Jairo; MELLO, Z.H. de. *1° Parte:1958 a 1972*. In: A Canção no Tempo: 85 Anos de Músicas Brasileiras, Volume 2: 1958-1985. São Paulo: 34, 1998.
WILLIAMS, Raymond. *Tragédia Moderna.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002

Muralismo Mexicano: intelectuais e arte na tentativa de forjar uma nação

Rodrigo Gonçalves Beauclair[1]

> "Los muralistas vivieron, actuaram y crearon, comprometidos con el movimiento social que sacudió a la nación y ha fijado las bases para nuestro desarrollo. Nutridos por la experiencia directa de este trascendental acontecimiento, hombres como Diego Rivera, Jose Clemente Orozco, David Alfaro Siqueiros y mucho más, plamaron vigorosamente su idea de la historia y dela sociedad. Su obra constituye em serio intento para hacer del arte un acto revolucionario colectivo y es por ello una importante contribución de nuestro pueblo al arte universal."[2]

O presente artigo tenta demonstrar a vigorosa influência do pensamento social e político dos anos de 1920 e 1930 na estética e produção do movimento muralista.

O que se considera pensamento social e político mexicano é a configuração de idéias embasadoras dos discursos legitimadores da Revolução, produzido por um grupo, formado intelectualmente nos últimos anos do século XIX e início do XX. A partir da década de 1920, alguns passam a ocupar cargos institucionais, em sua maioria ligados à área educacional ou atuando politicamente junto aos sindicatos operários mexicanos.

No grupo, conhecido na historiografia social e política mexicana como os ideólogos da Revolução, destacamos Ricardo Flores Magón (1872-1922), Moisés Sáenz Garza (1888-1941), Rafael Ramírez Castañeda (1884-1959). Outro grupo que se destaca na vida política e cultural mexicana é aquele conhecido como a geração de 1915 ou *Los Siete Sabios*[3]. Formada por Antonio Castro Leal (1896-1981), Alberto Vásquez del Mercado (1893-1980), Vicente Lombardo Toledano (1884-1968), Teófilo Olea y Leyva, Alfonso Caso (1896-1981), Manuel Gómez Morín e Jénes Moreno Baca, além da forte influência do pensamento e projeto de universalização da cultura mexicana de José Vasconcelos (1882-1959).

O pensamento e atuação dos mencionados intelectuais, aliados à densidade de suas visões sobre a identidade cultural mexicana, assevera a idéia de que a Revolução é o momento propício e oportuno para a efetivação de suas idéias e ideais de construção de uma nova ordem nacional. A injustiça social, a exploração e analfabetismo das populações rurais e urbanas, de maioria indígena, decorrentes dos anos do porfiriato, caracteriza seu pensamento.

O ideal de constituição de uma nova ordem nacional calcada na resolução dos problemas nacionais e culturais da sociedade mexicana continha em seu bojo uma questão central: a incorporação social, cultural, política e econômica das populações indígenas.

Os anos iniciais do século XX embalados no roldão da Revolução, foi também um momento do florescimento do idealismo, de caráter nacional, corolário da prolífica atividade intelectual e literária. É difundida a idéia do "espírito americano" junto aos projetos de construção nacional específicos às realidades correspondentes. Em determinados países sua presença foi marcante, influenciando geração de intelectuais no programa de ações necessárias para a superação do que era considerado como os problemas nacionais.

O problema da concentração fundiária colocava-se como principal causa nas reivindicações e tornava-se o que era considerado como o grande problema nacional.[4] No cenário político, ocorria resistência à concentração fundiária mais a tentativa de abertura de espaços de atuação e reconhecimento de direitos das populações indígenas.

As lutas revolucionárias agregaram ideologicamente grupos intelectuais e artísticos urbanos, constituídos no correr das primeiras décadas do século XX. Diretamente vinculada à idéia de popular e à integração social e cultural das populações indígenas à sociedade mexicana, o nacionalismo apregoado por esse grupo, apostavam na construção de uma nova forma de identificação e valorização da cultura mexicana. A pluralidade e complexidade do povo mexicano levam indiretamente à necessidade de uma atuação rigorosa na efetivação do projeto nacional de natureza pedagógica para a conciliação das diferenças e estabelecimento de um centro de referência cultural e estética.

Nos anos posteriores ao final das lutas revolucionárias, instaura-se no México um ambiente cultural prolífico à construção de uma nova ordem cultural. Há notórias tentativas de efetivação de um projeto nacional que minimizasse os problemas sociais e políticos. A costrução e a representação da identidade nacional mexicana, enlevada nos ideais revolucionários, mobilizam setores do Estado, intelectuais e artistas.

O vigor da atuação do movimento muralista na construção de significado e definição do nacionalismo mexicano, de raiz revolucionária, é registrado e propalado por uma vasta literatura contemporânea, especializada ou acadêmica, ressaltando sua contribuição para o reconhecimento do caráter universal da arte latino-americana. As narrativas enredadas e a reprodução dos murais evidenciam a sua importância na corroboração da proposta de uma arte política de caráter público, opositora à tradição ocidental européia da pintura de cavalete emergente na América Latina nos idos de 1920.

A ênfase na representação estética nas décadas de 1920 e 1930 aliava-se aos movimentos artísticos e literários que grassavam por determinados países da América Latina na onda do movimento modernista europeu.

As manifestações culturais e artísticas buscavam reconhecer o esforço de renovação e adaptação das transformações que aconteciam nas artes visuais na Europa. Os movimentos modernistas europeus delinearam práticas e ações de grupos artísticos e culturais latino-americanos na implementação de novos perfis de uma arte nacional.

Os diferentes grupos e movimentos que formavam a *avant-garde*, bem como suas contrapartidas na Europa, se davam a conhecer através de manifestos, revistas, exposições e conferências. Entre as revistas, as mais significativas foram: *Klaxon* (1922) e a *Revista de Antropofagia* (1928), em São Paulo; *Actual* e *El Manchete* (1924), no México; *Martín Fierro* (1924), em Buenos Aires, e *Amauta* (1926), no Peru. Os debates nelas desenvolvidos e os pronunciamentos contidos nos manifestos revelam que havia uma série de resistências fundamentais e áreas de divergências. Enquanto muitos movimentos mantinham o princípio da unidade orgânica da revolução na arte e na política (*El Manchete*, como voz do Sindicato

de Trabalhadores, Técnicos, Pintores e Escultores, por exemplo, e *Amauta*), outros insistiam na autonomia artística.

Especificamente os murais, ricos em detalhes e alegorias que demonstravam a preocupação social e cultural das décadas de 1920 e 1930, não significam apenas registros históricos e estéticos de um determinado período. A importância de sua perenidade na história social, cultural e artística mexicana e latino-americana, ressalta a força estética de suas representações que embasaram discursos, projetos e tentativas de consolidação da identidade nacional mexicana.

A tentativa e consolidação de uma tradição cultural e artística mexicana em relação à pintura mural é patente no esforço institucional de preservação e divulgação do seu valor para a nacionalidade mexicana. Um exemplo do que identificamos como tentativa de criação da tradição histórica e artística relativa à pintura mural, é a narrativa enredada sobre a questão no livro *La Pintura de la Revolución Mexicana*, publicado em 1960 e reeditado em 1975, sob os auspícios da Secretaría de Educación Pública. Ilustrado e descrevendo os detalhes da concepção e realização dos principais murais de Diogo Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco, traz um interessante texto que constrói a idéia recorrente à abordagem de vinculação da tradição histórica da pintura mural e a Revolução, momento de resgate dessa mesma tradição, genuinamente indígena.

Historicizando a natureza e papel da arte na sociedade pré-hispânica, atrelada às práticas religiosas, simbólicas e míticas, faz uma ponte com o presente da história mexicana aludindo à idéia de um novo tempo inaugurado com a Revolução. Emprega na construção da narrativa que se pretende, ressaltar o muralismo como uma prática estética de caráter universal, pública e pedagógica para interpretação da história nacional do México. Ao longo da narrativa é exaltado a Revolução e a arte mural como elementos fulcrais na construção de uma nova sociedade mexicana.

Como outras publicações auspiciadas por instituições do Estado mexicano, *La Pintura de la Revolución Mexicana*, reúne argumentos que revelam o esforço empreendido, a partir dos anos de 1950, na discussão, definição e afirmação de parâmetros na cultura e

identidade nacional mexicana. Assinalar esse esforço é reconhecer o vigor dos programas educacionais idealizados nos anos de 1920 e 1930 na história social, cultural e política do México. Ao descrever os estágios da pintura mural no correr da história mexicana, é utulizado como argumentos para a corroboração da relação existente entre a Revolução e a originalidade estética e histórica do movimento muralista, o conjunto de idéias que embasam os discursos intelectuais nas décadas de 1920 e 1930.

O movimento muralista define diretrizes políticas de atuação, defendendo os ideiais da Revolução e investem num projeto estético comprometido com a realização de uma arte intrisecamente vinculada à história e à origem indígena da sociedade mexicana.

O projeto estético, valorizado como proposta de caráter moderno e universal, é corroborado na intenção de seus artistas-ideólogos de recuperação da autenticidade histórica da utilização da representação visual das populações indígenas pré-hispânicas. Essa proposta articulava-se ao pensamento de José Vasconcelos, que dentre os outros intelectuais de um grupo de profícuo saber e postulador da identidade mexicana, notabiliza-se pelo seu pensamento distante do indigenismo. O que perpassa seu pensamento é a idéia de ibero-americanismo, sentido mais amplo e universal da identidade mexicana. Seu projeto de formação de um novo homem mexicano, arraigados de valores universais, concretizaria-se por meio de uma maciça operação educacional, ou melhor, uma “cruzada” que não só privilegiaria a popularização da alfabetização das populações indígenas, mais também enfatizaria o caráter estético como forma eficaz de representação e reconhecimento da inclusão da cultura mexicana à ordem universal.

A análise histórica do muralismo como um movimento artístico plural, agregador de distintas referências e projetos estéticos não faz referência à influência do pensamento social e político mexicano dos anos de 1920 e 1930. O que é apresentado na historiografia e na literatura especializada em história da arte é a abordagem do movimento como oriundo das políticas institucionais e sua autonomia artística, política e até individual, na defesa de uma arte pública, revolucionária e política. Essa visão sobrepuja as influências históricas do longo debate das origens e definição da cultura e identidade mexicana.

As variadas interpretações do movimento muralista na historiografia e na história da arte latino-americana, norte-americana e européia, o restringe a um movimento puramente vinculado à causa revolucionária mexicana, imbuído ideologicamente, a partir dos anos de 1920 e 1930, do socialismo soviético. As consideração sobre estes aspectos são o ponto de partida para a compreensão da natureza e objetivos que orientaram o movimento, mas não satisfazem o espectro de questões que se colocam na construção da tradição cultural e artística mexicana.

A contemplação dos murais criados pelos "Los Tres Grandes", Diogo Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco, demonstra a estreita relação com o pensamento social e político, principalmente, no que se refere à modernização social e cultural, traduzida na representação e valorização da história das populações indígenas.

A operação empreendida com total subsídio do Estado, idealizada e incentivada por José Vasconcelos, durante sua permanência na direção da Secretaria de Educación Pública do governo de Alváro Obregón (1920-1924), origina um interessante processo de montagem e sedimentação dos pilares da representação da cultura e identidade nacional mexicana.

A imensa carga popular que traz consigo o movimento revolucionário, delimita o papel que o povo desempenharia nos projetos de nação surgidos durante os anos de 1920 1930 e nos anos subsequentes. O projeto no qual o muralismo se insere foca a educação como principal veículo de construção e reconhecimento da identidade nacional mexicana.

O discurso dos governos pós-revolucionários identificaram o povo como protagonista da Revolução e destinatário dos principais benefícios. Tanto nos âmbitos intelectuais quanto nos artísticos e elitistas, essa concepção do popular esteve intimamente ligada ao nacionalismo pós-revolucionário, baseado na superação das diferenças sociais e culturais das populações indígenas e a melhorias das condições de trabalho do proletariado urbano como forma da efetivação da modernidade social e cultural do México.

A tônica da cultura nacional é o amálgama entre as tendências estéticas e políticas do movimento muralista e o pensamento social e político mexicano dos anos de 1920 e 1930.

A partir da década de 1950, momento de lançamentos e reedições[5] de obras que compunham o cerne do pensamento social e político, é observado um retorno aos temas e também considerados como problemas da nação: o indigenismo, a questão agrária, educacional e nacional e a natureza do homem mexicano, aspectos que podem ser observados nos murais, que passam a cumprir o registro de uma época de transição para a modernização da sociedade mexicana. Por outro lado, dá-se o reconhecimento no cenário artístico internacional, divulgada principalmente por Diogo Rivera.

No lastro das longas discussões dos limites, possibilidades e projeções do nacionalismo mexicano, o pensamento social e político observado e evidenciado pós Revolução, traz consigo o questionamento da "mexicanidade", pólo que agregava e aferia sentido aos desafios de implementação da modernização social e cultural a que se pretendia. Evidenciava-se a necessidade da universalização da história e cultura mexicana, onde os murais representavam a possibilidade de sua concretização e perenidade.

A Revolução oferece a possibilidade de implementação de um projeto minimizador dos "problemas nacionais" circundantes à questão agrária, como a incorporação do contigente indígena ao contexto social, econômico e cultural do México. Neste contexto, a idéia de modernização social e cultural subjaz ao discurso intelectual que fundamenta a atuação frente ao projeto de construção de uma realidade nacional idealizada e representada nos murais.

A ação conjunta de intelectuais e artistas no contexto social e cultural do México nos anos de 1920 e 1930, corrobora a intrínseca relação entre o pensamento social e político mexicano e o movimento muralista. Investigar essa relação, por outro lado, não significa apenas reconhecer e compreender os propósitos políticos e estéticos percebidos no movimento, mais a ação passada e contemporânea do Estado mexicano na defesa e construção da identidade nacional mexicana.

NOTAS

1- Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
2- *La Pintura de la Revolución Mexicana*. México: Fondo Editorial de la Plástica Mexicana. 2 ed.., 1975.
3- Ver KRAUSE, Enrique. *Caudillos culturais en la Revolución Mexicana*. México: CIEN de México, 1985.
6- A historiografia latino-americana e norte-americana, a partir da década de 1970, passa a reconhecer os variados aspectos da Revolução, refutando sua concepção tradicional de um movimento estritamente popular organizado para a promoção da reforma agrária mexicana. Outros aspectos passam a ser considerados, mas a modernização das instituições políticas para a efetivação de um projeto de modernização capitalista é predominante. Tanto Arnaldo Córdova quanto John Mason, em seus trabalhos *La ideologia de la Revolución Mexicana* e *Revolutionary Mexico*, respectivamente, abordam a falta de um centro de liderança e o problema de distribuição de terras. Considerados os distintos objetivos de seus trabalhos, os autores convergem para a questão da modernização econômica como elemento central que perpassava o bojo da Revolução.
7- 8- Enumeraremos algumas das obras publicadas e reeditadas que demonstram a permanência da discussão da natureza da cultura mexicana e sua intrínseca relação com a questão nacional: AGUIRRE BELTRAN, G.. *Obra polémica*. México: INAH, 1976; CASO, Alfonso. Indigenismo. México: INI, 1958; CASO, Alfonso. *La política indigenista en México. Métodos y resultados* (1954). México: INI, 1973. 2 Vol.; CASO, Antonio. *Obras Completas-IX. Discursos a la nación mexicana. El problema de la ideología nacional* (1923). México: UNAM, 1976; LOMBARDO TOLEDANO, Vicente. *El problema del indio*. México: SEP, 1973; CASTELLANOS, A.. *Discursos a la nación mexicana sobre la educación nacional* (1913). Oaxaca: Sección 22 del SNTE, 1990; FLORES OLEA, V.. *Socialismo y política en América Latina*. Buenos Aires: Jorge Alvarez, 1966; GAMIO, Manuel. *Forjando Patria* (1916). México: Porrúa, 1960; GONZALEZ CASANOVA, P.. *La democracia en México*. México: Era, 1965; ITURRIAGA, J. E.. *La estructura social y cultural de México*. México: FCE, 1951; MOLINA ENRIQUEZ, A.. Los grandes problemas nacionales (1909). In: *Problemas agrícolas e industriales de México*. Vol. 1, 1953; RAMOS, S.. El perfil del homble y la cultura en México (1934). Obras Completas I. México: UNAM, 1975; RAMOS, S.. *Historia de la filosofía mexicana*. México: UNAM, 1943; SILVA HERZOG, J.. *Meditaciones sobre México, ensayos y notas*. México: Cuadernos Americanos, 1947; URANGA, Emilio. *Análisis del ser del mexicano*. México: Porrúa y Obregón, 1952; VILLEGAS, A.. *La filosofía de lo mexicano*. México: UNAM, 1960; ZEA, Leopoldo. *Conciencia y possibilidad del mexicano*. México: Porrúa y Obregón, 1952.

O tombamento do patrimônio no oeste paulista.

Rodrigo Modesto NASCIMENTO – PPG-UNESP/Assis

O presente texto, que trata do tombamento do Cemitério Japonês em Presidente Prudente – SP, integra a pesquisa "Poder público e patrimônio cultural. Estudo sobre a política estadual de preservação no oeste paulista 1969 – 1999" desenvolvido no Programa de Pós-graduação em História da UNESP/ Campus de Assis, inserido na Linha de Pesquisa: Política. Ações e Representações, sob orientação da Dra. Célia Reis Camargo.

O exemplo desta ação de tombamento, selecionada aqui para breve análise, demonstra as diversas perspectivas e visões de história que podem ser observadas nos processos e solicitações de tombamento, expressas pelos diversos agentes que deles participam. O caso do Cemitério Japonês, particularmente, demonstra a integração (pioneira) de novas etnias ao conceito de cultura e de memória nacional, expressa pela sentença do CONDEPHAAT.

A solicitação de tombamento do Cemitério Japonês partiu da Delegacia Regional de Cultura de Presidente Prudente, em nome do delegado Gilberto Malacrida.

Entre os argumentos apresentados por Malacrida, para justificar o tombamento no âmbito estadual, observa-se a predominância do critério relacionado ao mito fundador do bem cultural, pois o cemitério, construído antes da chegada da Estrada de Ferro Sorocabana na região, teria nesse fato o seu valor excepcional, somado à circunstância de ser o único cemitério japonês do Brasil.

O Delegado Regional de Cultura também ressaltou a importância do turismo em torno do bem cultural, pois descendentes de japoneses de várias partes do Brasil visitam todo ano o cemitério, no segundo domingo de julho.

A conselheira Maria Thereza S. Petrone deliberou em favor da abertura de estudo de tombamento do Cemitério Japonês, aceito pelo Egrégio Conselho Deliberativo, Ata – 425,

ressaltando o valor histórico da imigração japonesa e da ocupação do oeste paulista, e continua:

> (...), cujo início data de 1920, época em que se localizaram grandes levas de imigrantes japoneses no oeste paulista (...).
>
> A abertura de processo de tombamento do cemitério japonês, pelas pesquisas que se farão necessárias, talvez permita inclusive um exame mais cuidadoso de outros bens culturais ligados à história da imigração e da ocupação das frentes pioneiras no nosso Estado (...).[i]

É importante ressaltar a viagem de membros do Condephaat ao município de Álvares Machado para explicar e conscientizar o Prefeito Municipal e o presidente da Nihonjinkai (associação dos antigos imigrantes japoneses) sobre o significado do ato jurídico do tombamento, e vale lembrar, tudo isto antes do referido ato de proteção oficial ser decidido.

Transcrevemos um comunicado de Kazuo Miyazaki, Presidente da Colônia Japonesa, do qual assinala o valor histórico e afetivo do bem cultural para a comunidade japonesa, endereçado ao Secretario de Estado da Cultura:

> (...), o referido cemitério, constitui para nós, um marco histórico da cultura da imigração japonesa e campo sagrado onde foi derramado, sangue e suor, indício de lutas contra suas adversidades.[ii]

O conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses em parecer favorável ao tombamento, datado de 10 de julho de 1980, inscreveu o Cemitério da Colônia Japonesa de

Álvares Machado como parte integrante do patrimônio cultural paulista, enumerando quatro valores ao bem cultural, o etnográfico, histórico, afetivo e o estético. E continua:

> a) valor etnográfico, pelos elementos característicos da cultura japonesa, aos quais acrescentam traços aculturativos;
>
> b) Valor estético, pelo interesse formal (...);
>
> c) Valor histórico, por sua associação à atividade pioneira da colonização (...);
>
> d) Valor afetivo, pela referencia indispensável que constitui para os descendentes e para toda a comunidade.[iii]

A proteção oficial do Cemitério Japonês foi noticiada em nível nacional em reportagem do jornal O Estado de São Paulo de julho de 1980, intitulada de *Cemitério japonês é monumento*, e destacou os seguintes pontos:

> (...). A cerimônia está marcada para domingo e faz parte das comemorações do dia de Finados japonês, na presença de membros do Condephaat e Secretaria da Cultura, que visitarão a região pela primeira vez.
>
> A informação, transmitida por fonte oficial, causou euforia na colônia japonesa, que vê na medida a salvação do cemitério, composto por 180 túmulos. (...).
>
> Durante a cerimônia, a ser presidida por Ruy Othake, (...), os japoneses rememorarão a história do cemitério (...). [iv]

O tombamento do Cemitério Japonês pelo Condephaat em finais do Regime Militar representou um avanço considerável em relação às políticas tradicionais de proteção ao patrimônio, com a inclusão e o reconhecimento do primeiro bem cultural que não

representava a etnia vencedora da história oficial, a católica luso-brasileira[v], e sim, a história da imigração japonesa no Brasil, o chamado *patrimônio cultural não consagrado.*

Com a inclusão do Cemitério da Colônia Japonesa, valorizou-se a pluralidade da cultura nacional, assim sendo, as múltiplas memórias formadoras da nacionalidade brasileira, em detrimento dos tradicionais bens em "pedra e cal".

---

[i] Processo n. 21.028/79. Centro de Documentação do CONDEPHAAT. Pg. 22.
[ii] Idem. Pg. 29.
[iii] Idem. Pg. 59.
[iv] Idem. Pg. 76.
[v] O tombamento do Casarão do Chá (1982); o Bairro do Cafundó (1990); exemplos de bens culturais representativos da comunidade japonesa e negra. Fonte: Rodrigues, Marly. *De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo.* 1996.

Sob os olhos da Lei:

As Regras da Nacionalização do Ensino no Colégio Santo Antônio (Blumenau-SC)

Rogéria Rebello Diegoli[1] - PPG-UDESC

Blumenau é uma cidade colonizada, principalmente, por imigrantes alemães. Assim que chegaram, os imigrantes se preocuparam em construir escolas na colônia. Eles vinham com poucos recursos, mas traziam certa cultura, pois tinham freqüentado boas escolas em sua terra. O objetivo principal era alcançar instrução e educação para seus filhos, para que não "se tornassem ignorantes e rudes". [2] O ensino e a educação dos filhos dos imigrantes foi sempre uma das grandes preocupações do Dr. Hermann Blumenau, fundador da colônia que tem seu nome. Por este motivo, procurava despertar o interesse dos pais e favorecia a criação de escolas. E assim, desde 1856, Blumenau já contava com uma escola de primeiras letras.

Muitos pedidos foram feitos para que se instalassem escolas públicas na região, mas nada foi feito. Como o governo não proporcionava escolas, [3] o imigrante mesmo procurou dar solução ao problema da educação de seus filhos. Conseguiram isso na base da cooperação e com contribuições da Alemanha. Desta forma, as escolas particulares que recebiam verbas da Europa e até mesmo professores vindos da Alemanha proliferaram na região. [4] Por esse motivo, o ensino da língua vernácula nestas escolas era deficiente, em algumas até nulo. Entretanto, existia uma justificativa plausível para esta questão. Já que o colono não recebia escolas do Governo, ele mesmo fez, e fez como podia, pois não havia quem pudesse ou quisesse ser professor do ensino nacional. Como disse o Dr. Blumenau: "Diante da alternativa de deixar seus filhos sem instrução ou entregá-los a professor que não conhecia suficientemente a língua do país, optou pela segunda". [5]

A guerra de 1914 e o "perigo alemão" fizeram com que os poderes públicos despertassem de sua letargia. O Governo Federal concedeu grandes verbas para escolas nas zonas de imigração. O Governo do Estado que contratara o professor

Orestes Guimarães, de São Paulo, mandou-o estruturar o ensino público e fiscalizar as escolas nas partes de colonização estrangeiras. Esta foi uma época onde as autoridades começaram a investir nas escolas públicas, sem esquecer de vigiar as particulares. Era uma vigilância minuciosa, uma atenção que tentava perceber todos os elementos tidos como desnacionalizantes. Atenção essa que acabou fechando muitas das escolas particulares por ocasião das guerras e do processo de nacionalização. Um exemplo disso foi a Escola Nova Alemã de Blumenau que iniciou em 1890 com contribuições do próprio Kaiser da Alemanha. Esta escola teve suas portas fechadas em conseqüência da I Guerra Mundial. Na campanha de nacionalização de 1937 foi-lhe imposta outra direção. Em 1942 foi fechado o Jardim de Infância e o internato. Finalmente o prédio foi entregue ao Estado para nele se instalar uma escola profissional. Atualmente a Escola Pedro II ocupa o prédio. [6]

Desta forma, as escolas de Blumenau eram vistas com muita cautela pelas autoridades estaduais e federais. Os estabelecimentos de ensino estavam no centro das preocupações devido ao fato de se tratar de um espaço de formação. Pode-se notar essa preocupação em épocas diferentes. Em artigo intitulado "A desnacionalização de Blumenau" que foi publicado no Jornal "O Dia" de 20/9/1928, o Sr. Helio Costa denunciava que as escolas eram dirigidas por professores alemães e que as aulas eram ministradas em língua alemã. Reivindicava uma atitude mais drástica por parte do Ministro da Justiça para barrar "elementos pangermanistas" que se desenvolviam na região, acusando assim o dano que isso poderia causar aos interesses brasileiros. O artigo ressaltava também que o Grupo Escolar de Blumenau e o Colégio Santo Antônio eram os únicos estabelecimentos do município que comemoravam, patrioticamente, as datas nacionais, admitindo que "Nesses estabelecimentos se aprende a amar a Pátria". [7]

Tal artigo leva a inferir que as atenções para a nacionalização do ensino datam de uma época anterior ao Estado Novo de Getúlio Vargas, onde essas providências foram intensificadas. Mas, também suscita a curiosidade em descobrir como os freis

franciscanos, diretores do Colégio Santo Antônio, conseguiam se adequar as regras estabelecidas pelo processo de nacionalização a ponto de serem até enaltecidos por isso. São nestes tempos de crise e conflito que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola.

NACIONALIZAÇÃO NO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO

Foi neste panorama que foi fundado em 1877 o Colégio Santo Antônio por Padre José Maria Jacobs. O Colégio foi inaugurado com o nome de Coleginho São Paulo e ficou sob a direção de Padre Jacobs por 15 anos. Em abril de 1892 Padre Jacobs transferiu o colégio, como também a paróquia, aos padres franciscanos da Província da Imaculada Conceição foi onde recebeu o nome de Colégio Santo Antônio. A nova instituição apregoava muitos princípios que estavam em consonância com os da população local, como também com a elite política e social da cidade. Por isso é fácil entender porque a instalação do Colégio Santo Antônio foi devidamente apreciada e incentivada pelos imigrantes. Em contra partida, estes princípios também chamaram a atenção de órgãos governamentais em diferentes épocas de nossa história. Uma atenção que os diretores desta instituição, provavelmente, dispensariam.

O colégio passou a ser alvo de uma vigilância cuidadosa a partir do momento que o Brasil declarou guerra à Alemanha em janeiro de 1917. A declaração de guerra teve como seqüela, em novembro de 1917, o fechamento do colégio, que, no entanto reabriu no ano seguinte com a matrícula de 198 alunos. Isso sugere que os dirigentes articularam devidamente seus contatos, conseguindo assim despistar as autoridades.

Poderemos notar adiante que os franciscanos sempre foram extremamente cuidadosos em seguir as regras estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde como também manter um ótimo relacionamento com as autoridades locais. Cuidados esses que se transformaram em benesses para sua própria instituição. Um exemplo disto encontra-se em um documento do Tenente Coronel Octavio da Silva Paranhos que atendendo um pedido do então diretor do Colégio, desejando requerer uma

subvenção estadual, faz uma declaração enaltecendo o Colégio como "O mais eficiente educandário de Blumenau, não só sob o ponto de vista cultural como disciplinar".[8]

O Colégio Santo Antônio funcionava em regime de internato masculino e externato misto, mantinha três cursos: primário, médio e secundário que funcionava com as cinco primeiras séries ginasiais. Oferecia também o Curso Colegial e Comercial, Básico e Técnico de Contabilidade. Para obter a licença da Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação havia procedimentos a seguir. Muitos foram os relatórios que os dirigentes do Colégio produziram para obter a licença preliminar e também a permanente. Nestes relatórios, os itens mais freqüentes eram os relacionados ao processo de nacionalização. Um exemplo disto pode-se ver no relatório para obter a inspeção permanente:

> O Colégio Santo Antônio é mantido pela Província Franciscana do Sul do Brasil. O Diretor é sacerdote da mesma Ordem Franciscana, brasileiro nato. Os professores são sacerdotes da Ordem ou leigos contratados para o magistério, brasileiros natos ou naturalizados. (...) O Colégio Santo Antônio é indubitavelmente o mais importante fator para a nacionalização desta zona, habitada por imigrantes alemães e seus descendentes. Por esse motivo tem dificuldades especiais a vencer. [9]

Os freis franciscanos eram bons estrategistas que conseguiam burlar a vigilância tanto das autoridades como das pessoas que pudessem ter alguma influência nos meios jornalísticos. O que se nota é que os dirigentes buscavam sempre se adequar às normas para que não fossem alvo direto de retaliações dos órgãos governamentais. [10]

O relacionamento harmônico com o exército já era algo consolidado entre as duas instituições. Entretanto, as autoridades que fiscalizavam as escolas, na figura dos inspetores, eram um problema a resolver. Pelo que se pode observar nos documentos encontrados, este foi um problema solucionado pelos dirigentes. Em documento assinado pelo inspetor Escolar "Adriano Mosimann", isto fica evidente:

> Da rápida visita feita, nesta data, no Colégio Santo Antônio de Blumenau, levei muito boa impressão: seu ensino é ótimo e as disposições legais referentes à nacionalização estão sendo cumpridas escrupulosamente. (...) Todo o ensino é ministrado na língua vernácula; apenas a doutrina cristã para os teutos e as

> aulas de alemão em geral são dadas na língua de Goethe, ao todo seis aulas semanais. (...) O Sr. Diretor e todos os seus dignos auxiliares conhecem e falam, fluentemente, a língua vernácula. [11]

Desta forma, pode-se dizer que o processo de nacionalização foi muito bem articulado pelas autoridades do governo e seguido, na maioria das vezes, pelos estabelecimentos de ensino, pois caso contrário, muitos correriam o risco de fechar suas portas.

II GUERRA MUNDIAL NO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO

Concomitantemente ao processo de nacionalização estava acontecendo, durante uma determinada época, a II Guerra Mundial. Por ser uma cidade colonizada por imigrantes alemães, como já se falou anteriormente, Blumenau era uma das cidades mais vigiadas de Santa Catarina. [12] O Colégio Santo Antônio por ser um colégio situado nesta cidade e, principalmente, por ser dirigido por religiosos alemães, sofria uma vigilância ainda maior. Em relação à guerra, muitas eram as providências que os dirigentes tinham que tomar:

> Tendo em vista o estado de guerra em que se acha o país, situação grave que requer de todos o máximo de sacrifício e da qual decorrerão possivelmente interrupções no ritmo normal do ensino e dificuldades na execução dos regulamentos que dispõem sobre a inspeção dos estabelecimentos de ensino secundário, chamo a vossa atenção para quatro assuntos principais, a saber: a) a proteção dos alunos; b) a continuidade do ensino; c)a preservação do arquivo escolar; d)a previsão da mobilização escolar. [13]

Cada item era devidamente explicado demonstrando a atenção que deveria ser dado. Um exemplo disso era a descrição das instalações e primeiros socorros que o colégio deveria fornecer caso “o pior pudesse suceder”. O Colégio deveria instalar um posto de primeiros socorros não só aos alunos como a toda a população que os procurassem; habilitar os professores a prestar esses primeiros socorros; inscrever o diretor ou professor no Curso de Defesa Passiva Anti-Aérea; confeccionar sacos de areia para servir de abrigo anti-aéreo; afastar as salas de laboratório para lugar seguro; organizar turmas de costura para os soldados abertas ao sexo feminino; entre outras.[14]

O documento chamava atenção para que essas medidas não fossem motivo de alarme, mas sim que servissem para que os estabelecimentos de ensino "constituíssem centros de socorros e auxílios materiais a toda a localidade em que estão situados (...) e que irradiem pela propaganda sadia, pelo exemplo do trabalho e pelo fervor patriótico o incentivo moral que aos educadores compete transmitir à população civil".[15] Vale ressaltar que em todos os documentos referentes ao esforço de guerra vinha um apelo ao "entusiasmo cívico", a "união", ao "empenho", ao "patriotismo" e a "defesa nacional".

Outra medida tomada pelas autoridades era a proibição de falar alemão[16] nas dependências do Colégio. Algo que foi extremamente controlado e seguido como podemos observar na fala de um ex-aluno que estudou nesta instituição de 1937 a 1941.

> O que não podíamos fazer era falar alemão. Os professores também cuidavam com o que falavam. Os professores que eram alemães andavam na linha, para não levantar dúvidas quanto a sua pessoa e não serem presos. O resto era tudo igual, como sempre. Não se notava que estávamos em guerra. Sempre achei que os freis não eram incomodados pela polícia. [17]

O que se pode notar através deste depoimento é que os freis eram extremamente cuidadosos ao tomar as providências necessárias em relação a nacionalização e, principalmente, a guerra. Os alunos não chegavam a notar mudanças drásticas no cotidiano escolar. A proibição de falar alemão era o que mais se destacava.

Ao mesmo tempo em que no colégio havia um silenciamento das novas atitudes, na cidade as conversas giravam em torno da guerra. Nas palavras do ex-aluno que estudou nesta instituição no período de 1942 a 1948:

> Já na cidade, quando passeávamos pelo centro, todos conversavam sobre a guerra, falávamos sobre os que tinham sido presos, sobre os que tinham que tomar cuidado Eu até participei de uma passeata em 1945 contra a guerra. Nós não fomos pelo colégio, mas o Colégio incentivou que fossemos, tinham muitas bandeiras brasileiras. [18]

Outras providências que eram adotadas não foram percebidas pelo aluno entrevistado. Pode-se inferir, baseando-se nestes dois depoimentos, que as medidas

eram tomadas entre os dirigentes e professores, e estes deveriam tomar cuidados extremos para que fossem incorporadas de forma tal no cotidiano escolar que passassem despercebidas. Outro ponto interessante a ressaltar era o bom relacionamento que os freis mantinham com o "Batalhão 23 RI". Como nos conta um ex-aluno:

> O batalhão andava sempre pelo colégio, eles davam instrução militar para os formandos. Era chamado "Centro de Instrução Pré-Militar" e eram dois tenentes que nos davam treinamento (apenas para os internos). Na minha época tinham dois freis alemães e eles se davam muito bem com o pessoal do Batalhão. Deve ser por isso que ninguém os incomodava. [19]

Ao mesmo tempo em que os alunos não notavam grandes mudanças no cotidiano escolar, muitas providências eram tomadas pelas autoridades. Uma delas diz respeito aos professores naturais de países em que o Brasil estava em guerra. Como já foi visto anteriormente, em depoimento de um ex-aluno, esses professores tomavam certos cuidados e como poderemos ver em documento descrito abaixo eles tinham bons motivos pra isso. Este documento foi enviado aos inspetores de ensino para estabelecer regras de vigilância para evitar "atividades que pudessem ser contrárias aos interesses nacionais". [20]

> a) que os professores naturais da Alemanha ou da Itália poderão continuar exercendo o magistério, desde que permaneçam entregues ao trabalho, obedientes a lei, colaborando nas atividades defensivas do país;
> b) que sobre os professores estrangeiros em geral deverá ser exercida discreta, mas atenta vigilância, tendente a localizar e suspender o professor estrangeiro que, por ação ou omissão faltar aos seus deveres para com o Brasil;
> c) afim de que possa ser mais eficiente a vossa vigilância sobre a atividade dos professores estrangeiros, deveis solicitar a colaboração da diretoria desse estabelecimento, desde que o diretor seja brasileiro;
> d) recomendo-vos exercer, também, vigilância constante sobre a diretoria do estabelecimento, caso a mesma seja de brasileiros naturalizados ou de membros de congregações religiosas estrangeiras, evitando, atividades que possam ser contrárias aos interesses nacionais. [21]

Como se viu nos documentos e depoimentos descritos, o Colégio Santo Antônio foi alvo direto tanto do Processo de Nacionalização como dos cuidados referentes à II Guerra Mundial. Foi uma época de vigilância intensa e grande preocupação para os dirigentes desta instituição. Ao contrário do que aconteceu com muitas escolas catarinenses nesta mesma época, o Colégio Santo Antônio tornou-se

ainda mais requisitado pela elite da região do Vale do Itajaí, demonstrando com isso que os freis franciscanos souberam passar por essa crise articulando muito bem estratégias que transformaram esta instituição numa "Oficina de Civismo".

---

[1] Mestranda em Educação e Cultura da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC- bolsista do Programa de Monitoria de Pós-graduação) Orientanda do Prof. Dr. Norberto Dallabrida. E-mail: roredi@hotmail.com Fone (047) 9992-1090.
[2] Centenário de Blumenau – 1850-1950. Edição da Comissão de festejos.p 284
[3] Sobre esta questão é interessante consultar MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
[4] Apenas em 1913 foi fundado um grupo escolar chamado "Luis Delfino". Mesmo assim esta instituição não daria conta do número de crianças da colônia. Centenário de Blumenau – 1850-1950. Edição da Comissão de festejos.p 284
[5] Centenário de Blumenau – 1850-1950. Edição da Comissão de festejos.p 290
[6] Idem, p 286-287
[7] Jornal "O Dia" de 20/9/1928
[8] Documento datado de 25 de fevereiro de 1942.
[9] Relatório do Colégio Santo Antônio para obter a inspeção permanente. 01/06/1935. Aqui cabe ressaltar que essa inspeção só foi adquirida em 1938, depois de várias reformas tanto no setor físico como na organização do setor de ensino.
[10] As hipóteses aqui fixadas foram alicerçadas em diversos documentos, jornais, relatórios do Colégio Santo Antônio. Serviu também como subsidio os documentos enviados pelo Ministério de Educação e Saúde. Utilizou-se ainda recursos provenientes da história oral, entrevistando-se ex-alunos. Todas as fontes primárias que deram alicerces científicos ao presente estudo foram coletadas em Blumenau, no arquivo inativo do Colégio Santo Antônio e no Arquivo José Ferreira da Silva.
[11] Documento enviado em 17 de abril de 1931 ao Diretor da Instrução Pública e ao Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pelo Sr. Adriano Mosimann.
[12] Para Aprofundar essa questão sugiro a leitura de FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004
[13] Documento enviado pelo Ministério de Educação e Saúde em 26 de setembro de 1942.
[14] Idem.
[15] Idem.
[16] Sobre essa questão é interessante consultar CAMPOS, Cyintia Machado . *A política da era Vargas: proibição de falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
[17] Schaeffer, José Germano. Entrevista concedida a Rogéria R. Diegoli. Brusque, 20 de abril de 2005.
[18] Schaeffer, Aderbal. Entrevista concedida a Rogéria R. Diegoli. Brusque, 27 de abril de 2005.
[19] Idem.
[20] Documento enviado pelo Ministério de Educação e Saúde em 24 de fevereiro de 1943 aos inspetores de ensino. Os documentos enviados por este órgão eram assinados pela diretora do Departamento Nacional de Educação, a Sra. Lucia Magalhães.
[21] Idem.

GUERRA E PAZ NO SERTÃO BRASILEIRO: NATUREZA E HISTÓRIA SOCIAL NA OBRA DE EUCLIDES DA CUNHA (*OS SERTÕES*)

Rogério Cordeiro
Professor Adjunto de Literatura Brasileira – UFV

Aqueles que já leram *Os sertões* (1902) são levados a observar que ali existe um método de composição rigoroso, um senso de equilíbrio e controle, e isso se deve à organização formal do livro. Inspirado pela idéia de promover o "consórcio da ciência e da arte"[1], Euclides da Cunha imaginava desempenhar o papel de um "polígrafo", unindo, "numa síntese mais delicada", pressupostos (no campo do conhecimento e no da linguagem) díspares. Aceitando isso, podemos partir do princípio de que Euclides desenvolveu um certo tipo de *pensamento formal*, no qual a linguagem produz as mediações necessárias a realizar tal síntese. Dizendo de outro modo, é a partir de seu estilo de escrita que podemos alcançar o núcleo duro de seu pensamento, e o que ele nos revela é uma tese imaginativa e ao mesmo tempo provocativa sobre a guerra de Canudos.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que essa guerra – que ocorreu no sertão baiano entre 1896-1897 – representa um marco na história social do país porque expôs em carne vida as fraturas de um regime político que já nascera prenhe de contradições. Sabe-se que o governo republicano procurou superar uma crise que chegava a ser institucional, no entanto ele a aprofundou. Também se sabe que, quando Euclides da Cunha parte para o local do conflito, ele já tinha uma idéia formada sobre o episódio,[2] considerando seriamente a idéia de que os sertanejos tinham ambições restauradoras e trabalhavam para derrubar o regime, embora, ao voltar, reconsiderasse a hipótese inicial e visse nos sertanejos o "cerne vigoroso de nossa nacionalidade".[3]

Dito isto, e indo direto ao ponto que interessa, entre o seu início e o seu fim, a guerra passou a ser considerada por Euclides como a chave de um enigma: por que e

como um exército treinado dentro de planejamento tático bem estudado e armado com a artilharia mais moderna e destruidora do mundo, sofreu sucessivas derrotas de um grupo de sertanejos pobres, sem treinamento, usando pedras e cacos como munição? Para alcançar o sentido deste questionamento, é preciso levar em conta as considerações feitas acima e procurar analisar suas conseqüências a partir da lógica de pensamento de Euclides, lógica essa que se traduz em um método de composição, um estilo de escrita. Tal lógica consiste em procurar abstrair a forma dos fenômenos para compreendê-los em movimento, afastar-se da imediatez para vê-la em formação. Observe-se esta passagem em que se procura descrever a natureza física do sertão.

> Vê-se, do fato, que três formações geognósticas díspares, de idades mal determinadas, aí se substituem, ou se entrelaçam, em estratificações discordantes, formando o predomínio exclusivo de umas, ou a combinação de todas, os traços variáveis da fisionomia da terra. (p. 96)
> O que [as paisagens] denunciam é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas.
> As forças que trabalham a terra atacam-na na contextura íntima e na superfície, sem intervalos na ação demolidora, substituindo-se, com intercadência invariável, nas duas estações únicas da região. (p. 105)

Note-se que a descrição da natureza obedece um sentido de organização do pensamento, voltado a analisar seu objeto demarcando-lhe a forma: a natureza é apresentada como algo dotado de uma força interior, uma força de contrastes. A descrição da aparência física da paisagem não esgota o interesse de Euclides; ele se interessa mais por sua forma interior. Por outro lado, para que essa forma interior da natureza adquira expressividade e se faça presente na imaginação do leitor, é preciso que a linguagem que estrutura o discurso textual a mimetize e passe a representar esse movimento de forças contrárias. Para tal, Euclides elabora uma narrativa cheia de idéias, conceitos e termos antitéticos (frio/quente, forte/fraco, queimar/gelar, fulgurar/extinguir, quietude/agitação, audacioso/apavorado, perseguir/fugir, agilidade/apatia, ativo/passivo etc.), acentuando, inclusive, o valor de palavras que denotam contradição e movimento (conflito, antinomia, antítese, antagonismo, contrabater, disparidade, hibridez, unidade,

dinamismo, extremos, contraste, dinamismo, sotopor, anticlinal etc.). Existe aqui uma junção perfeitamente entrelaçada de imaginação pensante e objeto pensado, porque não se trata somente de um estilo de pensamento ou de escrita, mas de como a *forma* deste estilo decalca a *forma* do objeto que descreve e analisa. Portanto, antes de constituir um método de composição, o choque de forças contrastantes é uma qualidade da natureza: "a natureza compraz-se em um jogo de antíteses". (p. 128) A lógica do pensamento de Euclides da Cunha consiste exatamente nisto: observada a natureza, encontrada sua qualidade essencial, a narrativa a revela como manifestação de uma forma, e, por fim, mimetiza essa forma no plano textual. Dizendo o mesmo de outro modo, a forma da natureza (uma forma marcada pelo choque de forças opostas) constitui uma protoforma da forma literária, isto é, antes de existir como estilo, a forma textual de *Os sertões* já existe na natureza.

Mas o problema não se esgota neste ponto, porque, como se trata de uma lógica formal do pensamento, podemos inferir que a análise de outros temas analisados na argumentação euclidiana se encontra submetida ao mesmo princípio estruturador. Tomemos um único exemplo: a tipologia do homem brasileiro que Euclides procura especificar. Adotando a idéia de que fomos formados a partir da reunião de três raças, ele conclui: "o brasileiro, tipo abstrato que se procura, só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo. Os elementos essenciais [as três raças] não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam número igual de subformações". (p. 139) Observa-se aqui o desenvolvimento do mesmo estilo de pensamento analisado atrás; um pensamento que identifica, realça e dá forma às contradições. A análise feita por Euclides da Cunha a respeito dos objetos que descreve depende disso e leva à construção de *imagens conceituais* que unificam esses objetos – pois, tal como a natureza, o homem do sertão (símbolo da nacionalidade) resulta de "um jogo permanente de antíteses". (p. 167) As relações entre homem e natureza se dão, portanto, em dois níveis diferenciados: no

plano da experiência histórico-social e no plano da organização do pensamento. Podemos dizer, então, que assim como a natureza, a tipologia do homem constitui a protoforma da forma do pensamento euclidiano e, conseqüentemente, da forma textual de sua escrita. Trata-se aqui de um paradoxo intrincado: de um lado, a forma do objeto de análise precede e produz a forma textual, por outro lado – outro lado do mesmo processo – a apresentação formal da análise do objeto não existiria se não fosse pela forma textual. Essa unidade no método de observação e análise é o que caracteriza o pensamento formal de Euclides da Cunha como tal.

Saindo dessa digressão teórica, voltemos ao texto para ver as conseqüências dessa fusão entre homem e natureza.

> Perfeita tradução moral dos agentes físicos de sua terra, o sertanejo do norte teve uma árdua aprendizagem de revezes. Afez-se, cedo, a encontra-los, de chofre, e a reagir, de pronto.
> Atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incomensurável, e não perde um minuto de tréguas. É o batalhador perenemente combalido e exausto, perenemente audacioso e forte; preparando-se sempre para um recontro que não vence e em que não se deixa vencer; passando da máxima quietude à máxima agitação; da rede preguiçosa e cômoda para o lombilho duro, que o arrebata, como um raio pelos arrastadores estreitos, em busca das malhadas. Reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia – passiva ante o jogo dos elementos e passando, sem transição sensível, de uma estação à outra, da maior exuberância à penúria dos desertos incendidos, sob o reverberar dos estios abrasantes.
> É inconstante como ela [a natureza]. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela [a natureza] talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto. (p. 173-174)

Não é somente no plano do enunciado que temos exemplos suficientemente convincentes da fusão imagética entre homem e natureza, como se um fosse o desdobramento (a “tradução moral”) da outra. Quando se observa a passagem acima com a preocupação voltada para a construção formal desses dois elementos e para as relações estabelecidas entre eles, vemos que a tal fusão é perfeita: ambos – homem e natureza – se completam, formando uma imagem única, porque são pensados a partir de uma mesma lógica – um método – que explora as contradições internas de um objeto, criando, assim, a idéia de uma transformação mútua e constante.

Isso exposto, deve-se voltar à pergunta que ocupou lugar central no pensamento de Euclides da Cunha: como um grupo de homens mal preparados militarmente conseguiu resistir tanto tempo aos ataques organizados do exército? A resposta que oferece é desconcertante: o grau profundo de ligação e intimidade entre o sertanejo e a natureza que serviu de cenário para a guerra – como se a força do primeiro nascesse da segunda, nela se refletisse e para ela retornasse – foi decisivo para as viravoltas da guerra.

> As caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.
> E o jagunço faz-se o guerrilheiro-*thug*, intangível.
> As caatingas não o escondem apenas, amparam-no. (p. 251)
> A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra. E quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória. Enquanto o minotauro [o exército], impotente e possante, inerme com a sua envergadura de aço e grifos de baionetas, reflui à retarguada, fugindo ante o deserto ameaçador e estéril, aquela flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo.
> A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzeado fazendo vacilar a marcha dos exércitos.(p. 255)

A natureza, portanto, revela-se aliada do sertanejo, uma aliada poderosa que impõe ao inimigo superior, derrotas vergonhosas que reduziram a trapo alguns dos mais poderosos batalhões do exército brasileiro:

> Era um desfilar cruel. Oficiais e soldados, uniformizados pela miséria, vinham indistintos, revestidos do mesmo fardamento inclassificável: calças em fiapos, mal os resguardando como tangas; camisas estraçoadas; farrapos de dólmans sobre os ombros; farrapos de capotes, em tiras, escorridos pelos torsos desfibrados, dando ao conjunto um traço de miséria trágica. Coxeando, arrastando-se penosamente, em cambaleios, titubeantes e imprestáveis, traziam no escavado das faces e na atitude dobrada um traço comovente da campanha. Esta desvendava pela primeira vez a sua feição real, naqueles corpos combalidos, varados de bala e de espinhos, retalhados de golpes. (p. 408)

Sistematizando um pouco, digamos então que Euclides da Cunha construiu um pensamento complexo, voltado para o esforço de identificar e analisar corpo e alma do Brasil e não para o desenvolvimento de uma especulação teórica: a identidade formal entre homem e natureza dá lastro para que se compreenda o desenvolvimento de um

certo tipo de sociabilidade e explica – a partir de uma lógica muito própria – que a guerra de Canudos era mais do que uma campanha militar, revelando-se o ponto de encontro e conflito entre duas formas distintas de representação da nacionalidade: a dos sertanejos, que apartados do progresso e da modernização, conservavam "as tradições do passado" (p. 166), e a da República, que promovendo justamente o progresso e a modernização que alijavam os sertanejos, nos iludia com "uma civilização de empréstimo". (p.231)

Como se pode ver, a tese euclidiana possui um alcance largo e profundo, oferecendo uma resposta pretensiosa para a pergunta formulada: o que estava em jogo naquela guerra era a imagem e o destino da Nação. Para nosso escritor, a República não reverteu – aliás, aprofundou – a alienação que tínhamos de nós mesmos, insistindo nos impasses que dificultavam nosso processo de formação e até criando outros. A modernização anunciada pelo Segundo Reinado, continuada pela República e que vinha como herança do período colonial, mostrou-se comprometida com a construção de uma imagem do país que era a cópia da imagem que se tinha da Europa: "respingando, em faina de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade." (231)

Ora, se então a guerra era o ponto de partida para a reconstrução de uma idéia de nacionalidade, eram então os sertanejos – pelas razões já apontadas e analisadas – que melhor traduziam a Nação e não a República. No entanto – se não se perde de vista o horizonte histórico – a República venceu o conflito, arrasou a terra e dizimou os sertanejos. Essa vitória final pode ser entendida – seguindo a linha de raciocínio desenvolvida até aqui – como sinal de algo mais grave: com a vitória do mundo do progresso e da civilização (que herdamos sem o vivermos de fato) sobre o mundo da tradição pura que existe em comunhão com a natureza, a vitória da República representou o abafamento do único suspiro de nacionalidade que tínhamos. Em outras palavras, o tipo de modernização adotado pelo Brasil (baseado na exclusão e na

repressão) teve como conseqüência menos imediata, embora bastante eficaz, a redução a um grau mínimo de consciência de Nação: trata-se aqui da vitória de algo que não chegamos a ser sobre algo que deixamos de ser.

Essa última inferência sobre o texto de Euclides talvez revele sua lição mais incisiva: a interdependência entre história social e natureza forma uma síntese da imagem do país e um caminho hermenêutico bastante complexo e pertinente para o seu conhecimento.

---

[1] Cunha, Euclides da. "Carta a José Veríssimo – dez. 1902" In: *Obra completa.* Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 621.

[2] Ver o artigo "A nossa Vendéia" publicado no jornal *O Estado de São Paulo* (14 de março e 17 julho de 1897) reunido em *Obra completa*, vol. 2, p. 575-582.

[3] Cunha, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*, vol. 2, p. 187. De agora em diante, as citações deste livro serão feitas no corpo do trabalho, com indicação da página.

"CIDE ABDELLA": UM MARABUTO NA INQUISIÇÃO PORTUGUESA DOS QUINHENTOS.

Rogério de Oliveira Ribas - UFF

A Inquisição portuguesa, criada em 1536, datava o início do medo coletivo que iria instalar-se entre os cristãos-novos e mouriscos do Reino de Portugal. A perseguição do Santo Ofício, embora tendo como alvo preferencial os cristãos-novos, não descuidou em momento algum da comunidade mourisca, acusada de praticar o cripto-islamismo, ou seja, o islamismo secreto.

Em 24 de outubro de 1553, a perseguição inquisitorial contra os mouriscos descortinou um caso verdadeiramente excepcional. O meirinho da Santa Inquisição, João Gago, entregava à Brício Camelo, alcaide do cárcere do Santo Ofício, o mourisco Duarte Fernandes (1), tido por marabuto ou cacis, isto é, uma espécie de "guia religioso e espiritual", santificado pela visão popular e que segundo os mouriscos "pregava aos mouros assim como no Reino pregava um pregador aos cristãos" (2), por ser um "grande letrado" (3) e conhecedor da lei alcorânica. A prisão do marabuto Duarte Fernandes instalou o pânico entre os mouriscos lisboetas, vários foram presos e as "conversações" mouriscas na Ribeira da cidade acabaram por formar um consenso a partir desta detenção: "parecia a todos que naquele tempo deixavam os cristãos novos e que se tornavam aos mouriscos" (4). Considerando estas questões, e inserida no contexto das resistências culturais islâmicas na cristandade portuguesa, esta comunicação, com base nos processos inquisitoriais, pretende mostrar um pouco da trajetória de vida deste líder religioso da comunidade mourisca de Lisboa, o marabuto Duarte Fernandes.

Capturado em uma das muitas cavalgadas portuguesas em Safim, no Norte da África, o mouro "Cide Abdella" chegara ao reino de Portugal em 1533, com 25 anos de idade, e acabou sendo incorporado à escravaria régia. Passado alguns anos, tempo no qual aprendeu a língua portuguesa, o mouro "Cide Abdella" converteu-se ao cristianismo e, tendo sido batizado na

Igreja de Santa Justa em Lisboa, transformou-se no mourisco Duarte Fernandes. Provavelmente, a sua conversão ao catolicismo e o facto de já falar a lingua da antiga Lusitânia, além de saber ler e escrever a "aravia", isto é, a língua árabe, tornaram o mourisco Duarte Fernades, criado de D. João III. Entretanto, estes mesmos atributos ainda levaram o criado real Duarte Fernandes a desempenhar na corte joanina a função de tradutor da correspondência entre os "mouros de pazes" da África e D. João III e Catarina de Castela. Vale lembrar que os "mouros de pazes", alguns deles, mais tarde exilados em Lisboa, eram aqueles que se reconhecíam em África e em suas terras, vassalos dos reis portugueses.

Alforriado mais tarde por D. João III, Duarte Fernandes, na condição de mourisco forro, continuou a prestar serviços à realeza como criado e tradutor da correspondência africana da casa real. Contudo, segundo a mourisca Lianor Vaz, parece que o criado mourisco havia ampliado o seu serviço de tradução à nobreza palaciana, pois dizia nas suas declarações aos inquisidores que "quãdo vinham cartas dafrica pera el Rey e Ra. ou pera alguãs pesoas nom vya chamar pera as ler senão a Duarte Fernandes" (5). Assim, encoberto pelas suas atividades de criado real e tradutor da correspondência africana, o mourisco Duarte Fernandes, mais conhecido entre os mouriscos por "Cide Abdella", exercia o seu *marabutismo* na comunidade mourisca de Lisboa. E, no exercício de suas funções, contava com o auxílio de Alcaides exilados no reino, como Cide Nacere, além de vários mouriscos, também serviçais de D. João III (6).

O local de reunião do líder mourisco era a *estrebaria del Rei*, sobre a qual alguns mouriscos insinuaram aos inquisidores tratar-se de uma verdadeira "casa de catecúmeno" para os mouriscos. À noite, na estrebaria, dizia um deles, após a chegada de Duarte Fernandes, o seu primo Antonio de Abreu fechava as portas e "chamava os mouriscos que ahy estavam e lhes emsynava a todos as orações começamdo pero pater noster e ave maria" (7). Ana Vaz, mourisca, cristaleira de D. João III e testemunha de defesa do marabuto e seus companheiros,

foi categórica na sua inquirição e disse que “el rey e outros senhores lhes mãdavão alguums mouros pera hos doutrinar e fazer christãos” (8).

Entretanto, a estrebaria del Rei era na verdade uma espécie de *criptomesquita*, nal qual o marabuto Duarte Fernandes fazia o *al-salat* (oração) com os demais mouriscos e lhes ensinava o Alcorão sagrado, mantendo viva a prática do cripto-islamismo. Na criptomesquita da estrebaria real se ajuntavam muitos mouriscos, matavam animais aos sábados e assim em outros dias ao costume dos mouros e Duarte Fernandes era chamado pelos mouriscos, em árabe, de Cide Abdella, ou seja “senhor servo de Deus”, enunciado revelador da excelente reputação de que desfrutava junto a seus companheiros de fé.

Era o marabuto Duarte Fernandes quem informava aos mouriscos acerca do calendário muçulmano, especialmente quando vinha o Ramadã, mês no qual o Alcorão foi revelado ao profeta Maomé. Neste tempo, todos deveriam jejuar, durante trinta dias, não comendo ao longo do dia, senão à noite, com a primeira estrela e suplicando sempre o perdão de Allah: “Arabya Ahfarali”.

Lembrava-os, também, das principais festas religiosas: as celebrações do “helideceguer” e do “helidequybir”. A festa de *helideceguer* ou *festa pequena* era a comemoração do término do jejum do Ramadã. Nesta festa celebrada pelo fim do Ramadã, os mouriscos reuniam-se em grupos espalhados por diversas casas na cidades de Lisboa, Évora, Elvas e Tavira e nas vilas de Setúbal, Olivença, Santarém e Lagos para comerem “alfitete” e “cuscus” (9). O alfitete, do árabe *al-fitat*, era uma massa doce, composta de farinha, açúcar, ovos e vinho e sobre a qual se punha galinha ou o carneiro e o cuscuz, também do árabe *coscus*, era uma massa de farinha, reduzida a grãosinhos, que se comia cozida ao vapor da água quente (10).

Na maior parte das vezes, o cuscuz era comido acompanhado de carne de carneiro, acabando por ser vulgarmente definido como sendo “carne de carneiro com farinha”. Antes de comerem, os mouriscos diziam “Bismila Harramão Harraem” que quereria dizer “Em

nome de Deos, piadoso, misserycordioso" (11) e ao acabarem de comer recitavam outra oração que começava por "Handarula Belaharam" que significava "Graças a Deos, alevãtando as mãos juntas e abryndo as palmas oulhando pera o ceo" (12).

A outra festa denominada de *helidequybir* ou *festa grande*, nominada pelos inquisidores como "paschoa do carneyro" (13), celebrava o fim da peregrinação à cidade santa de Meca, local da Casa de Alá - a Caaba - quando os muçulmanos em memória do "sacrifício de Abraão" degolavam carneiros. Para a festa grande ou *helidequybir* era o próprio Duarte Fernandes que sacrificava os carneiros, virando o focinho dos animais para a "Alquibra que he pera omde nasçe o sol" que indicava a localização da cidade santa de Meca e antes de degolá-los "dezya Bizmila", ou seja "em nome de Deos". A carne era distribuída para os mouriscos e também dada para os pobres da cidade de Lisboa em honra de Alah. Da mesma maneira como procediam na comemoração da "festa pequena", os mouriscos dividiam-se em grupos pelas casas das cidade, comiam a carne de carneiro com "cuscus" e rezavam as "orações de mouro" (14).

O marabuto ensinava-lhes, ainda, que deveriam fazer antes das orações as abluções, denominadas pelos inquisidores por "lavatórios de mouros". Como dizia o mourisco Francisco Lopes, na sua confissão ao Santo Ofício, o marabuto lhes ensinou que enchessem um alguidar de água e lavassem primeiro as partes vergonhosas de seus corpos e depois o rosto, deitando água pela cabeça e a seguir os pés e as mãos. Deveriam recitar a profissão de fé "ley ley la Mohamet Raçurula", que quereria dizer "Allah é Deus e Maomé é o seu profeta" e, ainda, a oração de "Bismilla" que é a primeira surata alcorânica nominada por "Al-Fathia", porque fazendo assim, Deus lhes perdoaria seus pecados. Mas dizia o marabuto aos mouriscos que no impedimento desta ablução total para a oração, poderiam simplesmente lavar as mãos e o rosto e fazer o *al-salat* beijando o chão (15).

Entretanto, um dos maiores atos do marabuto Duarte Fernandes na sua resistência islâmica frente à cristandade portuguesa foi a celebração do casamento do seu filho António

com a mourisca Luísa, filha de seu companheiro e primo Antonio de Abreu. Lê-se na documentação que, "na dita voda, o dito Duarte Fernandes degolou huum carneyro, estando presemte Amtonio de Abreu e sua molher... ao modo dos mouros, dandolhe prymeyro de comer ao carneyro trygo e huum pouco de sal e lhe botarão huum golpe daguoa plã boca pera lhe hyr pera baixo ho trygo e o sal". Na mesma ocasião, Duarte Fernandes disse "a oração de Bismila / Ho Hala / Quibar" que quereria dizer *Em nome de Deus - Deus é maior* e "despois degolou o carneyro...e tomou o sangue em huã vasilha e o mãdou emterrar". O informante do Inquisidor, mourisco que bem parecia conhecer os ritos islâmicos, acrescentou que a carne preparada daquele modo era conhecida em "arabigo por Halel", quer dizer, carne sem pecado. E forneceu ainda detalhes preciosos sobre a degola do animal, dizendo que o marabuto Duarte Fernandes tomou carneiro por um cabo e Antônio de Abreu, pai da noiva, tomou-o por outro cabo, tudo para que o animal não bolisse, pois se o fizesse, bolindo de um lado para outro, se cria que a carne era má, e não sagrada. Ato contínuo, antes de degolá-lo, o marabuto pôs o rosto do carneiro para "Alquibra, que he pera omde nasçe o sol", direção da cidade santa de Meca.

O processo do pai da noiva, António de Abreu, nos informa, a propósito da cerimônia descrita, que os mouros costumavam fazê-la sempre em suas bodas e que, nenhum mouro poderia dormir com sua mulher enquanto não fizesse a dita cerimônia chamada "Halel" e ter os noivos comido daquela carne (16).

A seguir, relatou o denunciante aos inquisidores o seguinte: que "poserão a noyva em huum estrado estamdo presemte Antonio dabreu seu pay e sua mãy e todos os mouriscos despois de acabarem de comer fizerão festa com tamgeres como costumão os mouros e baylarão e cada huum dava a noyva huuã oferta como podia e que Nicolao da Costa mourisco este he o que tangia com huuã frauta e Pedro de Farya e Bernaldo mouriscos que estes dous apregoavão e diziam viva a ley de Mafamede quãodo os mouriscos e mouriscas andavão bailãdo diãte da noyva e oferecyão o dinheiro e que quãodo elles nomeavão Mafamede que então se alevãtavão os mouriscos e oferecyão o dinheyro" (17).

É significativo acrescentar que o marabuto Duarte Fernandes e o pai da noiva, Antônio de Abreu, disseram que folgavam em fazer este "casamento ao costume dos mouros" porque assim fizeram seus pais lá em sua terra, em outras vodas outrora celebradas (18). Percebe-se, nisso, não apenas a sobrevivência de um costume religioso, mas a consciência de se preservar tradições ancestrais, ainda que clandestinamente. Vale frisar que do processo de Duarte Fernandes se podem extrair muitas informações sobre o cotidiano religioso dos mouriscos, as hierarquias por eles respeitadas, os horários de encontros para ensinamento, a sobrevivência ou mesmo reforço de vários ritos e as sociabilidades entre mouriscos, muitas vezes unidos por laços de parentesco.

Não seria o caso de, nos limites desta comunicação, tentarmos esgotar a análise da trajetória de vida do marabuto em questão. Mas deve-se ressaltar que a Inquisição considerou gravíssimo o caso do marabuto Duarte Fernandes. Nos seus interrogatórios, teve uma conduta ambígua: confessou algumas práticas dando mostras de arrependimento, mas acabou por revogá-las e na linha da "taqyya" buscou dissimular suas crenças. Acabou indo mais longe e foi um dos raríssimos réus mouriscos que, pelo menos em duas atitudes muito nítidas, desafiou a Inquisição. A primeira foi sua permanente recusa em delatar os companheiros frequentadores da criptomesquita que dirigia na estrebaria real. Os inquisidores insistiram neste ponto em todos os interrogatórios, e Duarte Fernandes ora dizia estar um pouco doente para prosseguir a sessão, ora alegava que "ia cuidar nisso" para responder em outra ocasião, e certa vez disse estar "mal desposto de camaras", aludindo talvez aos achaques causados pelos grilhões do cárcere.

A segunda atitude a que nos referimos foi quando, sob forte pressão inquisitorial para que confessasse o que os inquisidores queriam ouvir, Duarte Fernandes disse: "fizesem delle o que quisesem e que elle nõ avya de dizer mentiras pera nõ morrer". Ao que os inquisidores de pronto responderam que ali não estavam para "matar os homes senão de lhes remedear alma que se nõ perca". Duarte Fernandes simplesmente replicou que "elle nõ avya de hyr penar ao

imferno por dizer mentiras". Impenitente, fito, dissimulado, verdadeiro prosélito do islamismo na clandestinidade, acabou relaxado ao braço secular em 1555.

De todo o modo prestígio de Duarte Fernandes entre os mouriscos era tamanho que seu principal delator, o mourisco renegado António Corrêa, também serviçal de D. João III, acabaria assassinado em circunstâncias misteriosíssimas. Os inquisidores perceberam a gravidade do assassinato e as possíveis conexões entre a eliminação de António Corrêa e a continuação da mesquita secreta do marabuto. Tanto é que o Santo Ofício instalou inquérito e fez diligências para apurar a ocorrência, no rastro dos assassinos, no caso, o primo do marabuto António de Abreu e Diogo de Miranda já mencionados, considerados fautores de hereges. Não logrou, porém, êxito nesta empreitada. A comunidade fechada dificultou a elucidação do caso e acobertou os vingadores do marabuto relaxado.

NOTAS:

(1) ANTT (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo), *Inquisição de Lisboa*, processo n° 6405. Doravante, as citações da documentação inquisitorial se referem majoritariamente ao mencionado processo, de sorte que só incluiremos notas no caso de outros processos serem utilizados.

(2) Idem, *Ibidem*, processo n° 10953.

(3) Idem, *Ibidem*, processo n° 2263.

(4) ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo n° 1626.

(5) Idem, *Ibidem*, processo n° 10867.

(6) Idem, *Ibidem*, processos n° 5254, n° 6466, n° 10817 e n° 10867.

(7) Idem, *Inquisição de Lisboa*, processo n° 10867.

(8) Idem, *Ibidem*.

(9) ANTT. Ver os processos inquisitoriais relativos aos mouriscos na base de dados informatizada sobre a Inquisição Portuguesa, principalmente os processos nº 7560, nº 6787, nº 9670, nº 12690 e nº 6440b da Inquisição de Lisboa.

(10) António de Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portugueza*, vol. I, Rio de Janeiro, Litteraria Fluminense, 1891, pp. 132 e 578.

(11) ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processos nº 9670 e nº 12690.

(12) Idem, *Ibidem*, processos nº 3186, nº 6787 e nº 12626.

(13) Idem, *Ibidem*, processos nº 7560 e nº 12863.

(14) ANTT. Ver os processos inquisitoriais relativos aos mouriscos na base de dados informatizada sobre a Inquisição de Lisboa.

(15) Idem, *Inquisição de Lisboa*, processo n° 2263.

(16) Idem, *Ibidem*, processo n° 10867.

(17) Idem, *Ibidem*.

(18) Idem, *Ibidem.*

GRAFITANDO UM PASSADO DE LUTAS[1]

Rogério Ferreira de Souza[2] - PPG-UERJ

Marcar o território inscrever-se nele e ali expressar a sua identidade, seu estilo de vida e, algumas das vezes, sua visão política seria para o Canclini (2000)[3] a intencionalidade por trás do grafite. Pois, segundo o autor, esses atores sociais que reconfiguram a estética visual oficializada da cidade, carecem de um circuito que permita a divulgação de sua arte.

> O grafite é para os mestiços da fronteira, para as tribos urbanas da Cidade do México, para grupos equivalentes de Buenos Aires ou Caracas, uma escritura territorial da cidade, destinada a afirmar a presença e até a posse sobre um bairro. As lutas pelo controle do espaço se estabelecem através de marcas próprias e modificações dos grafites de outros. Suas referencias sexuais, políticas ou estéticas são maneiras de enunciar o modo de vida e de pensamento de um grupo que não dispõe de circuitos comerciais, políticos ou dos *mass mídia* para expressar-se, mas que através do grafite afirma seu estilo. (Canclini,2000)

Podemos pensar também o grafite como manifestação cultural que tenta demonstrar para a sociedade a insatisfação de grupos sociais e espacialmente excluídos da 'ordem democrática', ou seja, impedidos de demonstrar as suas idéias, desejos e insatisfações.

A arte do grafite pode também se apresentar como uma forma de alerta para uma situação que se impõe arbitrariamente a grupos ou comunidades, que por razões diversas encontram-se em dificuldades de transmitir as suas aflições e as suas memórias.

Neste sentido, este trabalho busca pensar o grafite como uma manifestação para 'além da arte'[4] , como um ato de denúncia e resistência. Para isso, analisamos o movimento grafiteiro que se iniciou na comunidade da Favela do Morro dos Macacos, Zona Norte do Rio de Janeiro[5], em 2002. Verificamos que este movimento teve o seu surgimento conjuntamente com a intervenção urbanística do poder público sobre a FMM, no Programa Favela-Bairro e a intensificação da violência imposta pelos conflitos entre traficantes e

policiais, tornando a localidade muito mais violenta do que em qualquer período anterior da sua história.

Os grafiteiros em sua maioria são adolescentes que freqüentam aulas nos centros comunitários localizados na favela e têm apoio de ong's que ajudam esses centros financeiramente. Segundo um dos professores de um grande centro comunitário[6] a ajuda recebida das ong's é praticamente para o pagamento dos professores e para a compra de materiais. O resto das despesas é financiada por atividades do próprio centro incluindo os projetos sociais junto ao Estado e às empresas privadas.

Segundo este professor[7], estes adolescentes não vão para o centro aprender a grafitar. Eles aprendem a trabalhar com os materiais de arte, a misturar as cores e a definir as suas idéias. A opção pelo grafite parte de suas próprias vontades:

> Aqui eles não aprendem o grafite, até porque não se ensina a grafitar, isto nasce com cada um. O que fazemos é ensiná-los a trabalhar com as cores, a distinguir os vários tipos de produtos e a desenvolverem uma idéia artísticas e a colocá-las em planos de diversos tamanhos. Quando passamos para parte prática e pedimos para eles escolherem o material e o lugar para realizar a atividade eles já vão logo pedindo uma parede e umas latas de color-jet... não é que não tenha meninos e meninas que queiram fazer outro tipo de trabalho, mas a maioria quer grafitar[8].

Uma explicação para a opção desses jovens moradores da favela pelo grafite, pode estar na própria imposição da cultura urbana que veio com a urbanização da favela e pelo ritmo musical do hip-hop.

O Programa Favela- Bairro, além de praças para práticas de esportes convencionais construiu uma pista para prática de skate, uma atividade pouco convencional na localidade. Segundo o seu X isto de certa forma trouxe para dentro da favela uma cultura do 'asfalto':

> Aqui se jogava bola, andava de bicicleta e soltava pipa. Agora os jovens escutam hip-hop e andam de skate. Mas isso foi com o início da chegada do asfalto para a favela com o Favela-Bairro. Ele construiu quadras de futebol, mas também construiu uma pista de skate e asfaltou algumas ruas que a molecada vive correndo com os seus skates. Tudo isso e mais a chegada do hip-hop que quase todo mundo que gosta dessas músicas também gostam de grafitar. Eu também acho legal essas mudanças, mas eu não esqueço e nem deixo de dizer que essas coisas são lá de baixo, do asfalto e que

> aqui a gente tem as nossas coisas também. Eu tenho medo de que eles esqueçam do samba, da bola e das coisas que têm aqui.

Se por um lado às mudanças espaciais decorrentes do Programa Favela-Bairro contribuíram para o surgimento de uma cultura do grafite, não necessariamente esta prática valoriza essas mudanças. O que se percebe é que há nos grafites a intencionalidade de mostrar insatisfações quanto ao Programa.

Vários grafites foram feitos em lugares, que segundo o Seu X., os moradores não concordaram com a mudança feita pelo projeto. A Curva, lugar famoso da favela, onde se localizavam várias biroscas e que servia como ponto de encontro para os moradores, foi transformada em uma praça, com bancos e mesas para o jogo de dama ou xadrez. Ao entorno desta da Curva, havia algumas árvores que faziam sombra em grande parte do terreno. Hoje, com a construção da praça, estas árvores foram retiradas, ficando apenas as de pequeno porte e em lugar das outras árvores foi construído um muro cinza de aproximadamente dois metros e meio de altura e quinze metros de extensão.

Para modificar um pouco o que foi feito pelo Programa Favela-Bairro nesta parte da favela foi promovido por membros dos centros comunitários, um concurso de pintura no muro, feito pelo projeto urbanístico, pois segundo o professor deste centro, seria necessário que pintasse aquele lugar para trazer mais alegria ao local:

> Ali na Curva ninguém gostou do que foi feito. Aquela praça não serve para ninguém e para nada. Além do mais ficou muito feia e sem graça. Aqui os idosos não têm como hábito jogar xadrez. Eles jogam purrinha[9] em pé na beira da birosca e não sentados na pracinha. Ainda para piorar tiram as árvores antigas da rua e colocaram este muro sem graça. Não teve jeito, promovemos um concurso de grafite para dar mais vida naquele muro.

Esta foi, segundo este professor, a primeira iniciativa de grafitar áreas públicas da favela e a primeira iniciativa política, pois segundo este entrevistado, aquele concurso era uma forma de mostrar que algumas coisas que, o Programa Favela-Bairro estava fazendo, a comunidade não estava gostando.

Porém, o que mais impressiona neste movimento são os tipos de grafites realizados por esses jovens. Pois ao escolherem como objeto de crítica algumas modificações realizadas pelo Programa Favela-Bairro, grafitando uma área modificada pelo programa, os grafites feitos procuram demonstrar outras indignações, ou melhor, tentam transmitir uma outra mensagem que ultrapassa a crítica ao Estado, mas aborda uma situação vivida pela comunidade atualmente, que é o aumento da violência na favela e a condição de pobreza que atinge grande parte da população da comunidade. Como é o caso do grafite que ganhou o concurso promovido pelo centro comunitário[10]. Nele, o jovem produziu um enorme painel com o Cristo Redentor de um lado e a favela do outro, como os seguintes dizeres (...) Grandes riquezas e grandes pobrezas.

Além deste concurso, outros eventos, assim como outros espaços foram palco para manifestações culturais com a utilização do grafite. A escolha dos lugares para realização do grafite obedeceram a duas lógicas: grafitar os lugares transformados pelo Programa Favela-Bairro, e que, de alguma forma os membros da comunidade não aceitaram a mudança, por ter ficado feio, ou por ter destruído algum espaço significativo na memória coletiva desses moradores; a segunda lógica foi grafitar em lugares deixados pelas obras do Favela-Bairro e que servissem como registro de lugares que sobraram da antiga favela: como por exemplo o muro que dividia a área do antigo Jardim Zoológico da área da favela.

Este muro fica na entrada da favela e é neste espaço onde ocorre a maioria dos conflitos entre traficantes e policiais, quando executam incursões na comunidade. Este fato é significativo, pois os grafites realizados neste muro trazem uma mensagem de pedido de paz.

Além dos grafites e desenhos encontramos frases que solicitam a paz para a comunidade. Outros transmitem a forma de pensar do grafiteiro, como pode ser visto no grafite ao lado, no qual informa que a arma que ele usa é de brinquedo e não uma arma de verdade, apontando para o preconceito que sofre o jovem morador da favela. Pois, a visão

estabelecida pelo senso comum, expressa principalmente pelos meios de comunicação, afirma que grande parte dos jovens moradores das favelas é marginal.

Estes grafites expressam um significado ambivalente, pois a quem eles pedem paz? Para o Estado e o seu aparato policial ou aos traficantes que impõem uma ordem local opressiva e violenta? Quando indagado a esse respeito, Seu X. informa que aos dois, só que para a maioria das pessoas, principalmente para os integrantes da polícia ou do governo, estes grafites estão a mando do tráfico:

> ...Uma vez os polícias prenderam alguns rapazes que estavam trabalhando em um muro lá perto da Associação. Fui correndo para impedir que eles fossem preso. Daí o policial me disse que aquilo ali era para pedir que a polícia não entrasse mais na favela e que deixasse o tráfico de drogas solto. Expliquei que nenhum daqueles garotos estavam envolvidos com o tráfico e que todos estavam matriculados na escola. O que eles queriam dizer é que a violência de ambos os lados tinha que acabar.

Até hoje o tráfico, segundo Seu X., não impediu nenhuma atividade com o grafite. O que o chefe do tráfico pede é que ele seja informado do local em que será feito o grafite. Conforme o Seu X., alguns membros do tráfico também praticam o grafite, só que na maioria das vezes são dizeres enaltecendo a facção a que pertence a localidade, que hoje é o terceiro comando[11].

No último evento de grafite realizado na FMM em janeiro de 2004 os temas escolhidos foram a violência e o pedido de paz:

Foto 11: pedido de paz

Foto 12: pedido de paz

Essas manifestações artísticas e sociais promovidas pelo grafite demonstram como é latente a questão da violência nesta comunidade. O que se deixa de falar, agora é exposto nos muros nas casas abandonadas e nas praças mal utilizadas. E quem fala não é mais o velho e antigo morador, ou um conceituado presidente de associação dos moradores. Quem fala, através das gravuras, rabiscos e desenhos, são os jovens e adolescentes que nas últimas décadas se transformaram nas principais vítimas desta violência urbana.

Outro aspecto importante deste movimento de grafiteiros, na comunidade da FMM, está sendo o projeto promovido por professores dos centros comunitários, para organizar um grande painel em um muro abandonado, próximo à Associação dos Moradores. Este painel terá como tema “A Favela dos Macacos, ontem, hoje e sempre”.

O objetivo deste painel, segundo um dos professores envolvidos no projeto e o Seu X., é fazer com que esses jovens, através dos grafites, recuperem a memória da favela. E, para fazer isto, esses jovens estão indo buscar com os antigos moradores informações de como era a favela, quais os locais que mais tinham importância para a comunidade e o que levou ao seu fim.

Ao buscar tais informações, além de servirem como fonte inspiradora para os desenhos, estes jovens estarão recriando e reinventando a memória coletiva desta comunidade. Pois serão combinadas as lembranças dos mais velhos às vivências dos mais novos, em uma prática pós-moderna do grafite .

---

[1] Este texto sintetiza algumas partes da minha dissertação de mestrado defendida em março de 2004, no Programa de Mestrado em Memória Social da UNIRIO, Intitulada – Tecendo o Passado: a construção da memória coletiva de alguns moradores da Favela do Morro dos Macacos.
[2] Doutorando do Programa de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
[3] CANCLINI, Nestor García. Culturas Híbridas. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
[4] Grifo meu.
[5] Esta favela é conhecida externamente como Complexo do Macaco. Para que a leitura não fique cansativa, resolvemos abreviar Favela do Morro dos Macacos por FMM.
[6] Entrevista concedida ao pesquisador em outubro de 2003.Este entrevistado não autorizou a sua identificação e a identificação do centro comunitário no qual faz parte.
[7] Por questões de segurança, os entrevistados não foram identificados e os seus nomes foram codificados.
[8] Entrevista concedida ao pesquisador em abril de 2003.
[9] Jogo comum em camadas populares que utilizam palitos de fósforo e muitas das vezes são feitas apostas em dinheiro.
[10] Concurso realizado em dezembro de 2001.
[11] Estes grafites não foram fotografados pois muitos deles se encontram em áreas perigosas de total controle do tráfico.

AS REPRESENTAÇÕES IMAGINÁRIAS DO "MILAGRE EM JOASEIRO"

Rogério Luiz de Souza - UFSC*

"Milagre em Joaseiro"[1], obra de Ralph Della Cava, pretendeu ser a história política, social e econômica do movimento religioso popular que floresceu entre 1889-1934 no sertão do nordeste brasileiro, mais precisamente no sul do Estado do Ceará. A obra foi financiada pela fundação FORD, para atender a necessidade de melhor compreensão das nações latino-americanas. A intenção era desnudar os mitos, fantasias e erros para tornar inteligíveis os fatos. No entanto, o trabalho que nos propomos, assinala uma perspectiva nova à obra de Della Cava. Recorrendo ao estudo do Imaginário Social, queremos entender os acontecimentos do Joaseiro a partir das representações imaginárias criadas pelos sujeitos sociais para responderem uma determinada realidade e que se constituíram como um referencial unificador e estimulador de determinadas práticas sociais. Segundo Baczko Bronislaw, "através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc.." [2]

Joaseiro encontra-se no Vale do Cariri, região fértil, abalada pelas secas. Crato em 1844 tornava-se a principal cidade deste vale, sendo denominada **"pérola do Cariri"**, centro de distribuição e comercialização. Tinha ligação com o Recife, berço de movimentos nacionalistas e separatistas. A assistência eclesial era péssima, poucos padres e "grande imoralidade" entre o clero. O império, na base do relacionamento do padroado, não restaurava as igrejas e as próprias eleições eram feitas no interior delas, sendo alvo, muitas vezes, de apedrejamento. A situação política era o Coronelismo.

Diante desse contexto, encontrava-se a figura do Pe. Cícero, que em 1872, precisamente em 11 de abril, recém-ordenado, chegava à capela Nossa Senhora das Dores, em Joaseiro, distrito de Crato, para celebrar uma missa. Seria convidado para assumir aquela capela. Sua intenção era de ir a Fortaleza, mas, repentinamente, um sonho modificou tudo: Cristo, em sonho, ordenou-lhe que cuidasse daqueles miseráveis e que daria a última oportunidade aos homens. Assim, antes mesmo dos acontecimentos do milagre em 1889, Pe. Cícero já se via engajado na obra "salvífica" de Cristo, a exemplo de outros visionários como Mestre Ibiapina. A opção sacerdotal, portanto, nascia de uma situação concreta e desoladora. O homem do nordeste brasileiro era visto como uma pessoa sujeita ao castigo das secas, da falta de higiene e de moralidade. E Joaseiro era o lugar da transformação e a Capela de Nossa Senhora das Dores o lugar do alívio dos sofrimentos, ou pelo menos, do reconhecimento da finitude humana.

Tudo isso, contudo, partia da introdução do imaginário de transformação de um homem desiludido com as sucessivas secas e afeito às “desordens imorais” em um homem renovado, capaz de sanar os males do mundo, através de práticas litúrgicas inculcadas por homens “santos” que se entregavam ao compromisso com os mais pobres, que sem muitas preocupações acabavam afrontando a autoridade episcopal e mobilizando as pessoas para a construção de açudes, Igrejas e casas de caridade, e que, por sua vez, sugeriam um emaranhado de crenças sobre o fim do mundo. Foi dessa fonte que Pe. Cícero e os sofridos do Vale do Cariri beberam a água e, porque não dizer, o sangue que jorraria da hóstia consagrada e que transformaria suas realidades e os lançaria ao “convívio dos eleitos”, numa “fidelidade não somente repetitiva de uma tradição” criada pelos padres missionários, “mas, ouvir uma teimosa insistência em ser e continuar a ser. Uma afirmação de identidade”[3], que, ao mesmo tempo, estaria investida de uma roupagem nova e de novos significados[4], criados e fomentados pelo imaginário da redenção.

Pe. Cícero recuperaria o lugarejo trazendo de volta à Igreja os elementos desordeiros, beneficiando, segundo ele, a sociedade. Esta confiança transformar-se-ia em submissão completa aos seus conselhos, identificando Pe. Cícero ao conselheiro supremo, o Patriarca, o Pai bondoso e acolhedor, capaz de perdoar o infiel e de conduzi-lo do mundo do pecado ao mundo da santidade, dando-lhe conselhos e trabalho. E na manhã de primeiro de março de 1889 se confirmaria esta confiança. Pe. Cícero Romão Batista ao ministrar a comunhão a uma devota, Maria de Araújo, acabou presenciando, milagrosamente, a transformação da hóstia consagrada em sangue (sangue de Cristo). Foi a pedra fundamental do movimento. Tal fato se repetiu várias vezes e o milagre foi confirmado por outros da região.

Este "milagre" da transformação da hóstia consagrada por Pe. Cícero em sangue de Cristo vai caracterizar a base imaginária da população devota. O sangue representaria o segundo sacrifício (redenção) de Cristo à humanidade, assemelhando-se ao próprio sofrimento do povo nordestino. Era a única oportunidade de salvação, pois o juízo final, segundo esta visão apocalíptica, estava próximo, entrando em colisão direta com a posição romanizada da Igreja Oficial. Pe. Cícero, dentro desse imaginário em construção, seria o representante autorizado por Cristo, capaz de operar as transformações que se faziam necessárias, convocando a todos a uma atitude de obediência e fidelidade à sua palavra, antes que Cristo viesse e fizesse o julgamento final. Tal evento, no entanto, caminhou de tal forma que as implicações religiosas se alastraram pelos segmentos da vida política, social e econômica daquela região, criando-se um grande imaginário social em torno do milagre.

Após o milagre, devido os problemas dogmáticos e as crenças que a partir daí surgiram, a Igreja pede a suspensão de ordens do Pe. Cícero, cessação das romarias e transferência de Maria de Araújo para a casa de caridade de Crato. O povo romeiro, contudo, não se desvinculou das promessas da segunda redenção e da fidelidade a Pe. Cícero. A Igreja oficial para eles, desde os tempos de Mestre Ibiapina, não tinha respaldo doutrinário, o que

valia era que Cristo se manifestou e fez daquele povo o povo escolhido, em marcha, assim como eles (romeiros), à conquista da salvação. Pe. Cícero e Maria de Araújo e Joaseiro eram a verdade imaginada e personificada desta nova realidade.

O movimento, então, começou a tomar força. Dom Joaquim, bispo da Diocese do Ceará, chamaria o movimento de cismático, o que levaria a Igreja oficial a forjar um contra-imaginário, atribuindo a Pe. Cícero a figura de embusteiro e de protetor de bandidos, aos seus seguidores de fanáticos e a Joaseiro de "Meca dos Fanáticos", numa tentativa explícita de assegurar sua legitimidade diante de uma sociedade que começava a se impressionar com a força avassaladora do imaginário redentor de Joaseiro, o que queria dizer, segundo Bronislaw, que "as situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a intenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para a qual pretendiam obter o maior número de adesões".[5]

O milagre iria sugerir uma "religião popular", indo de encontro à política eclesial de romanização. Essa "religião popular" reinventaria a proposta da Igreja oficial, reformulando os dogmas e as atitudes a começar pelo Ceará e expandindo-se ao mundo, onde, o ponto de retorno e convergência seria Joaseiro. A "Nova Religião" oferecia aos crentes o alívio dos sofrimentos terrenos, onde não se venerava um santo poderoso, mas apenas uma pequena urna de vidro dentro da qual se encontravam hóstias e panos manchados pelo precioso sangue de Cristo. Sua Veneração tinha prioridade sobre as práticas litúrgicas regulares do catolicismo e significava a opção clara de um povo por uma fé que respondia à sua angústia cotidiana.

As beatas, ao mesmo tempo, impregnadas das crenças apocalípticas da destruição do mundo, divulgadas pelos antigos missionários e agora pela reforçadora imagem de um juízo final sugerido pela transformação da hóstia consagrada em sangue de Cristo, se viam como

obreiras da caridade e propagadoras de uma idéia de fim de mundo, associada ao fim da monarquia e à autoridade republicana sobre o casamento. Para a população carente elas representavam o único recurso de sobrevivência, a cura do corpo e da alma. Cada cura significava um milagre, uma possibilidade de salvação, pois através delas Cristo perdoou e curou o enfermo. A cura operada, os êxtases e os transes revelavam a sobrenatureza da beata e confirmavam a sua palavra apocalíptica, reforçando um imaginário social sustentado "na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro" [6]

Mas o movimento precisava organizar-se. José Lobo orientaria os moradores, tornando-os instrumentos viáveis em prol do Pe. Cícero, através das irmandades e a Legião da Cruz[7] - mecanismo utilizado para ganhar prestígio diante de Roma e para reintegrar Pe. Cícero às ordens eclesiais. Com a organização Joaseiro cresceu. Criou-se a imagem de uma cidade nova. A **Nova Jerusalém**, a cidadela dos peregrinos onde era possível almejar uma vida melhor e feliz. Para os antagonistas, ao contrário, representava a cidadela do sectarismo e do fanatismo. Afinal, segundo Castoriadis, a criação do imaginário social tem "a capacidade de combinar elementos já dados para produzir um outro e a capacidade de colocar uma nova forma."[8] A nova Jerusalém era o lugar onde os "náufragos da vida" podiam refugiar-se e encontrar paz, a nova paz tão almejada, que se faz traduzir no próprio significado do nome Jerusalém: a cidade das pazes, onde todos eram recebidos, abençoados e marcados pela imposição protetora das mãos do Patriarca Padim Ciço, capaz de tornar o corpo impenetrável e a alma firme no propósito. Esta paz também revelava um sentimento de justiça combativa, em torno da qual poderia se sobrepujar as injustiças sociais. Essa imagem de justiça combativa não se alicerçava no enfrentamento direto às forças políticas, mas no desejo de controlar o meio adverso através do trabalho proporcionado pelo Patriarca. Por isso, Joaseiro era considerado o lugar da tranqüilidade, do trabalho, da riqueza e da fé, o ponto de encontro onde Deus

depositou a salvação do mundo no momento em que Cristo derramou o seu sangue em 01 de março de 1889. Assim, com as peregrinações sucessivas, Joaseiro viveu um momento de expansão demográfica, incremento econômico e, posteriormente, de emancipação, devido fundamentalmente ao seu imaginário religioso, impulsionador das transformações sociais, políticas e econômicas.

As primeiras peregrinações foram feitas por pessoas de todas as classes de forma organizada, antes do posicionamento oficial da Igreja a respeito do milagre; as posteriores, depois do pronunciamento, foram espontâneas, encorajadas pela Legião da Cruz. As pessoas que lá iam eram na sua maioria pobres, vindos de muito longe em busca da prometida justiça social. Os de classe mais abastada, aproveitando-se deste imaginário ou mesmo estando impregnado por ele, foram por motivo de ordem comercial, profissional e política.

Diante desse fluxo migratório, ocorre, concomitantemente, as sucessivas secas que acabam com mais de um terço da população do Ceará. Contudo, Joaseiro permanecia em pé, inabalável, como sinal de sua virtuosidade e crença em Cristo e em Pe. Cícero, o único centro abundante em mão-de-obra. E era Pe. Cícero quem a controlava. Era o “czar” da mão-de-obra. Ninguém aceitaria emprego sem antes consultá-lo. Todos no vale tinham uma lealdade fervorosa e os programas de obras públicas só progrediam com a força de trabalho fornecida pelo Padre. Desta maneira, a imagem de Pe. Cícero como santo milagreiro estaria associada não somente à cura corporal, mas, neste momento, associada ao desenvolvimento de uma coletividade.

A economia de Joaseiro também crescia em torno desta religiosidade (indústrias artesanais - utensílios domésticos, imagens, rosários – e, posteriormente, casas financiadoras). A força representativo-simbólica de Pe. Cícero sobre a população e o imaginário unificador desta mesma população fez com que Joaseiro se tornasse um pólo de incremento agrícola, industrial (artesanato), financeiro e urbano-modernista. “O padre tornava-se um agente-chave

no processo de modernização do esquecido Nordeste, embora de inspiração conservadora, capitalista e paternalista." (DELLA CAVA: p. 218) Além disso, Pe. Cícero inculcava em suas consagrações novos imaginários, novos valores de uma economia baseada no trabalho duro, na honestidade e o respeito às autoridades eclesiásticas e civis: "quem tiver roubado não roube mais; quem tiver matado, não mate mais; quem tiver sido desonesto, largue o mau caminho... Volte ao trabalho e reze o terço de Nossa Senhora todos os dias." (DELLA CAVA: p. 218)

Mas, era a sua arte de congregar as massas e de se colocar em posição de neutralidade diante das porfias políticas, que as oligarquias locais se fizeram próximas, no intuito de ganhar prestígio diante da população e de concentrar este imaginário em seu poder, haja vista que o "imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder".[9]

Nos 15 anos que se seguiram a 1894, a economia de Joaseiro forjou uma estrutura que lançou o povoado na campanha de autonomia municipal. A partir daí surgiram as primeiras idéias emancipacionistas. Mas a política do coronelismo impedia. O governo municipal tinha o privilégio do controle fiscal e do reconhecimento político; e Crato não queria perder o distrito de Joaseiro, ainda mais agora, em que o auge econômico do distrito lhe proporcionara uma arrecadação aos cofres públicos nunca antes imaginados.

Começaram a surgir, por conseqüência, os primeiros incidentes, sejam eles com o município de Crato ou mesmo entre a população de Joaseiro composta pelos "filhos da terra" e os "filhos adventícios". Estes dois grupos entraram em colisão direta, caricaturando-se ambos como forma de ofensa, a ponto de não poderem contrair matrimônio e de não poderem participar de determinadas irmandades religiosas, mostrando-se claramente, envolvidos pelo imaginário do poder, do controle e da dominação. Para resolver estes impasses, Pe. Cícero deixaria a política de neutralidade e se posicionaria a favor dos dois grupos, na célebre frase: "*Sou filho de Crato, é certo, mas Joaseiro é meu filho".*

Desta maneira, amalgamando as duas forças para não criar um clima de hostilidade, Pe. Cícero entrava na política com o apoio do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, filho adventício e que foi o seu articulador político na sua profícua atuação. Torna-se, então, o primeiro prefeito de Joaseiro, Vice-Governador e Deputado federal pelo PRC-C, culminando, todo esse sistema de imaginários sociais, na fabricação do mito do grande chefe. Tornava-se Coronel, padrinho dos perseguidos e oprimidos; a resposta aos problemas; aquele que congregaria todos em torno de um imaginário político-religioso de honestidade e de santidade.

Após a morte de Floro, Pe. Cícero perdeu prestígio político. Em 1930 o prefeito nomeado pelo governo de Getúlio Vargas retirou o retrato do padre da prefeitura, representando, assim, o fim simbólico de uma era política do Nordeste brasileiro. Em 20 de julho de 1934 Pe. Cícero faleceu. Sobre uma forte e comovida celebração de exéquias, o povo se acotovelava aos gritos para ver o seu "Santo Pai" que partia para a tão querida cidade celeste de seus sonhos a qual nem patriarcas e nem políticos podiam renunciar. Numa eloqüente força imaginária, a morte de Padim Ciço não representou o fenecimento das esperanças redentoras daquelas almas fadadas à miséria do sertão nordestino, mas a convicta esperança de que a justiça estaria por luzir e de que Pe. Cícero, o "alter Christus", em breve voltaria para concretizar o plano redentor da Nova Jerusalém.

---

[*]Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

[1]DELLA Cava, Ralph. *Milagre em Joaseiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 279p. (Estudos Brasileiros, v. 13).

[2]BRONISLAW, Baczko. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1985, p. 309.

[3]MEYER, Marlyse. *Neste mês de Rosário:* Indagações sobre Congos e Congadas. In: *Caminhos do Imaginário no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1993, p. 165.

[4]Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A Criação Histórica.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

[5]BRONISLAW, Bazcko. *Op. cit.*, p. 300.

[6]idem, p. 312.

[7]A Legião da Cruz era um movimento da Igreja que tinha como objetivo angariar fundos para a recuperação do Estado Papal.

[8]CASTORIADIS, Cornelius. *Op. cit*, p. 89.

[9]BRONISLAW, Baczko. *Op. cit.*, p. 310.

Paragens da Memória: o site e o CD-Rom reunindo acervos, contando histórias.

Rogério Pereira de Arruda - FIPEL

A presente comunicação objetiva divulgar os resultados finais do projeto "Paragens da Memória: História, educação patrimonial e turismo cultural na Estrada Real (Serro-Diamantina/Minas Gerais)" desenvolvido em 2004 por equipe de pesquisadores[1] da Fipel (Faculdades Pedro Leopoldo), com financiamento da Fapemig[2]. No trabalho, a pesquisa documental, a história oral, e a realização de fotografias permitiram articular os conceitos de história e memória, cultura e patrimônio, de modo a dar visibilidade às memórias sobre a Estrada Real, sejam elas as lembranças dos velhos moradores, os caminhos, ora esquecidos, ou as paisagens visitadas e re-visitadas ao longo da história. O acervo coletado e produzido pela equipe de pesquisadores foi reunido em site e CD-Rom, que serão apresentados.[3] A comunicação enfatizará, ainda, como o registro fotográfico colabora nos estudos de história regional e também de que modo o site e o CD se apresentam como meios adequados para a reunião, organização e divulgação de textos e imagens que apresentam questões relativas ao valor da identidade no mundo contemporâneo; à retomada dos antigos caminhos do ouro, do diamante, e mercadorias diversas e à re-interpretação do patrimônio pelo turismo cultural.

Do objeto e objetivos da pesquisa

O projeto "Paragens da Memória" é uma iniciativa vinculada ao processo de valorização da antiga Estrada Real que recentemente ganhou força ao ser escolhida como temática ligada às políticas de governo. O investimento na Estrada Real, como forma de promover o turismo em Minas Gerais, é um dos pontos centrais dessa política e compreende algumas iniciativas, dentre elas, o apoio a pesquisas em nível acadêmico. O projeto em questão foi viabilizado com os recursos disponibilizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, para o resgate histórico e geográfico da Estrada Real. Ressalta-se que o tratamento político dado à Estrada traz, como uma de suas

conseqüências, a promoção político-pessoal que pôde ser observada com a presença do governador do Estado em desfile de escola de samba no carnaval de 2004, no Rio de Janeiro. No entanto, espera-se que a atenção dada à temática seja desdobrada em projetos contínuos e que tenham como objetivo principal melhorar as condições de vida das populações que habitam ao longo do percurso da Estrada. Espera-se que o turismo na Estrada Real valorize, recupere e preserve o patrimônio e as comunidades que estão próximas e que de fato convivem com seus diversos bens culturais.

Estrada Real nomeia um conjunto de caminhos que começaram a ser abertos no final do século XVII com o processo de expansão mineratória na região que futuramente conformará os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Os caminhos inicialmente foram delineados pelas diversas bandeiras que desbravavam a região, no entanto, uma das que teve maior destaque foi a de Fernão Dias Paes Leme, conhecido como o bandeirante pioneiro na ocupação inicial de Minas Gerais. A descoberta do ouro tornou necessária a ocupação efetiva da região fazendo com que caminhos para circulação de pessoas e mercadorias fossem abertos e controlados pelo poder público, já nos primórdios do século XVIII. O trecho inicial da estrada é conhecido como Caminho Velho e ligava o Rio de Janeiro, por meio de Parati, e São Paulo às minas do ouro, propriamente a Ouro Preto. O trecho era denominado também, pelos paulistas como Caminho Geral do Sertão, atravessava o norte de São Paulo e cruzava a Serra da Mantiqueira. Já o Caminho Novo partia da cidade do Rio de Janeiro e atravessava a Serra de Petrópolis, como forma de encurtar o caminho. Um terceiro trecho é conhecido como Caminho ou rota dos Diamantes e ligava Ouro Preto ao antigo arraial do Tijuco (depois Vila e Cidade de Diamantina), região que concentrava um grande potencial mineratório.[4] É exatamente parte deste trecho que foi privilegiado pela pesquisa em questão, mais exatamente a extensão do caminho entre Mendanha (Diamantina) e Milho Verde (Serro). Na pesquisa, a Estrada Real foi compreendida tanto como um conjunto de caminhos que viabilizaram os intercâmbios econômicos, sociais e culturais nos séculos XVIII, XIX e XX, bem com uma tradição inventada. Neste último caso, o termo Estrada Real guarda um caráter monumental, pois é

um modo de recuperação do passado, é uma escolha dentre outras possíveis, daquilo que expressa um valor histórico para a história de Minas Gerais. Ela é uma tradição inventada na medida que se oferece como uma maneira de explicação do passado. Assim, a Estrada Real surge como uma construção simbólica que procura articular passado, presente e futuro. Apresenta-se como uma elaboração do vivido que aproxima temporalidades, achata distâncias, mobiliza um imaginário social em torno de uma opulência perdida, que muitas vezes oculta os processos de exploração, de extração de vidas, excedentes financeiros, bens naturais, etc.

A pesquisa teve como um de seus objetivos conhecer o antigo sistema de circulação de pessoas e mercadorias, mapear os caminhos vicinais que levavam a povoados, sítios, fazendas e lavras e analisar as condições de viagem, bem como dimensionar as atividades produtivas desenvolvidas nessas áreas. Para tanto, foram delineadas algumas frentes de atuação: pesquisa documental em arquivos da região e em Belo Horizonte; realização de entrevistas, com metodologia de história oral, com antigos habitantes das localidades atravessadas pelo caminho; e a realização de registro fotográfico dos caminhos, das paisagens, das festas e das pessoas. Tudo isso resultou na elaboração de alguns produtos de pesquisa que foram reunidos em site e CD-Rom. Eles contêm o projeto na íntegra, uma breve explicação dos locais visitados, todas as entrevistas realizadas, uma seleção das fotografias, os textos escritos no período da pesquisa, transcrição de documentos encontrados na Biblioteca Antônio Torres de Diamantina e no Arquivo Público Mineiro e um painel, que propõe uma relação entre os antigos relatos de viagem na região e fotografias realizadas pela equipe do projeto.

Os resultados e sua divulgação

Um dos principais desafios dos projetos de pesquisa acadêmica diz respeito à divulgação de seus resultados e à organização de materiais e acervos coletados e/ou produzidos. Atualmente, os novos meios tecnológicos vieram facilitar a divulgação de resultados de pesquisas e contam pontos positivos no compromisso de restituição que deve

manter todo projeto, principalmente aqueles que envolvem a participação de uma determinada comunidade. O projeto "Paragens da Memória" buscou nos novos recursos tecnológicos (Site e CD-Rom) uma maneira de organizar, armazenar e divulgar parte do acervo da pesquisa.

Site e CD-Rom são recursos multimídia que abrem a possibilidade de distribuição de uma ampla gama de serviços dos mais variados tipos a um grande número de usuários. Eles têm propriedades específicas que os tornaram recursos indispensáveis na divulgação dos resultados da pesquisa em questão. O site, por exemplo, dispõe em rede virtual e mundial todos os achados da pesquisa e possibilita o acesso irrestrito, desde que se tenha acesso a terminais de computadores conectados a web.

Algumas avaliações das novas tecnologias, principalmente da internet, têm enfatizado que elas não trazem uma efetiva democratização e libertação da humanidade como propõe, por exemplo, Pierre Levy[5]. Para Levy houve a expansão da consciência e da inteligência coletiva com o advento da rede eletrônica que conecta o mundo de maneira virtual e instantânea. Para o autor, tal processo levará à democratização do acesso às formas de poder e à realização de uma sociedade autônoma e igualitária. Contrariamente, alguns autores têm destacado o fato de que os novos meios tecnológicos, em especial a internet, têm acentuado a dominação. Comassetto[6] destaca que a internet tem se mostrado "mais intensamente como instrumento a serviço dos negócios e da especulação do capital, que acentua a desigualdade social, ou como indústria da informação que está mais interessada em se realimentar do que em atender aos interesses de seus usuários, ou ainda como mecanismo a serviço da alienação, na medida em que fornece entretenimento de baixo custo ou proporciona a interação em torno de debates inúteis, que dão apenas a ilusão de que estão sendo informados". A crítica feita pelo autor parece bastante válida e tem que ser considerada na avaliação dos diversos impactos proporcionados pelas novas tecnologias. No entanto, toma-se aqui como pressuposto que o meio em si não é bom nem ruim, mas seu uso, sua apropriação é que podem ou não ser fonte de realizações sociais, políticas e culturais. Neste sentido, não há que ser apocalíptico, mas investir na apropriação

e na democratização do acesso aos novos meios tecnológicos e dentre eles a internet que pode, nos termos de Levy, se configurar como espaço livre e comunitário de comunicações interativas.

Os novos recursos tecnológicos, principalmente a internet, têm sido também denominados *nova mídia* como forma de distingui-los da chamada *mídia clássica*. Segundo Wilson Dizard[7] ambas oferecem recursos de informação e entretenimento para grandes públicos com a diferença que a *nova mídia* tem expandido drasticamente a gama de recursos disponíveis para os consumidores, através da internet e outros canais. Algumas das questões mais importantes, diante dos desafios propostos pelas mudanças tecnológicas no mundo contemporâneo, diz respeito a que ponto as *novas mídias*, por exemplo, servirão para fortalecer os laços comunitários, promover a divulgação das identidades culturais, colaborar na ampliação do debate em torno da tolerância com as diferenças étnicas, políticas, culturais e religiosas, etc.

No caso específico da pesquisa "Paragens da Memória" o site e o CD-Rom tornaram-se meios eficientes tanto para a reunião e organização de dados e informações quanto para a divulgação dos seus resultados. Do ponto de vista da recepção, o site se destina a um público vasto, mas certamente encontrará um apelo maior junto aos estudantes dos diversos níveis de ensino que necessitam de informações sobre as temáticas discutidas. As próprias comunidades que foram objeto do estudo conformam um outro grupo de interesse, que certamente será beneficiado com a distribuição em rede mundial dos assuntos que as envolvem. O CD-Rom, da mesma forma, interessa a públicos variados que compreende desde não especialistas, passando por estudiosos das temáticas, até as próprias comunidades. No entanto, um de seus traços distintivos é que ele requer um planejamento da distribuição, na medida em que ele é um suporte físico. Assim, se torna necessário planejar criteriosamente, tanto sua produção e reprodução, como criar estratégias para atingir o público alvo, pois do contrário ele não cumpre com os objetivos propostos.

AS PARAGENS: memória, patrimônio, identidade

No trecho recortado da antiga Estrada Real alguns lugares foram privilegiados na medida em que possibilitaram compreender a dinâmica sócio-econômica de cada um e sua inserção nos circuitos regionais de trocas, tanto internas quanto "externas". Nomeados como "Paragens" são eles: Mendanha, Diamantina, Curralinho, Bom Sucesso, Boa Vista, Córrego do Mel, Vau, São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde. A apresentação das paragens não será possível neste texto, pois não há espaço para tanto, mas ela pode ser encontrada no site bem como no CD-Rom da pesquisa. Faremos sim algumas considerações ligeiras motivadas pelo significativo acervo reunido pela pesquisa.

Conforme nos lembra Peter Burke[8], no interior de uma mesma sociedade convivem comunidades de memória, constatação que remete ao fato de que as experiências sociais são atravessadas historicamente pela diversidade. Então, falar de memória requer compreender que ela se conforma como memória social e neste sentido não é refletida fielmente pela história e também não é algo fechado em uma elaboração unívoca. A memória e a história são o resultado de construções coletivas, são os grupos sociais que escolhem, dentro de um repertório limitado, aquilo que é digno de ser lembrado. Assim, se pudermos falar de uma memória do tempo da mineração em Minas colonial e pós-colonial, devemos ter em mente que ela é diversa no tempo, no espaço, nas formas políticas, culturais, religiosas e sociais. A memória do tempo do ouro e do diamante em Minas Gerais é um todo complexo que envolve múltiplas comunidades, diversas formas de organização do trabalho, variadas formas de expropriação de riquezas, inúmeros métodos, instrumentos e técnicas de controle social. O acervo coletado e produzido pela equipe de pesquisa se apresenta como um conjunto de registros de uma determinada memória, ou dizendo de outra maneira, como registros de uma das possíveis comunidades de memória, na medida em que a questão da circulação de mercadorias e pessoas foi o interesse maior de pesquisa.

A noção de patrimônio cultural e a distinção entre sua conformação material e imaterial permitem articular o material do acervo do projeto "Paragens da Memória." Os

traços geográficos e geológicos da região pesquisada conformam uma paisagem natural que se mostra como um patrimônio material, ou de modo específico, natural. O valor desse patrimônio, tanto para a história nacional quanto mundial, reside no fato de que a região, com suas características e riquezas naturais, foi um agente no processo de constituição de um modo de organização sócio-econômico. Esse patrimônio natural, e sua face manifesta a paisagem natural, abriga historicamente os modos de manejo do solo e das suas riquezas minerais, bem como os modos, também históricos, de organização social.

Os depoimentos de moradores das paragens constituem um conjunto de memórias que, juntamente às festas e tradições locais, modelam a face imaterial do patrimônio cultural. Os relatos orais trazem à luz experiências individuais e coletivas, restituem, de modo lacunar como qualquer outra fonte, aspectos do passado, no entanto, cravejado pelas questões do presente. Tal aspecto revela a memória como uma constante elaboração, que está sendo sempre avaliada, remodelada, criticada. A memória, por meio do relato oral, mostra tanto sua face individual como coletiva e neste sentido é que se estabelece a sua relação com a identidade. Se a história busca analisar o passado criticamente, para torná-lo inteligível ao presente, a memória também se relaciona com o mesmo passado, mas de forma muito mais comprometida com a sua sacralização. A memória está comprometida com a formação de identidades, com a definição de modos de ser e viver, com o estabelecimento dos códigos comuns de convivência. Segundo Michel Pollak, a "referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis."[9]

As memórias dos moradores das paragens mineiras na ponta norte da Estrada Real revelam traços de uma identidade local que expressa tradições e modos de viver e sentir que são seculares, ao mesmo tempo dialoga com as questões próprias do mundo pós-moderno e globalizado. Uma delas diz respeito ao turismo, à atração que muitas das comunidades exercem, devido ao significativo patrimônio que abrigam, seja arquitetônico, paisagístico ou humano. O turismo, com sua ênfase na perspectiva cultural, configura-se

como uma maneira de pôr em diálogo o local e o global, conciliar os interesses dos visitantes e as demandas das comunidades receptoras, promover o uso do patrimônio sem sua dilapidação.

A fotografia como registro

A fotografia foi incorporada à pesquisa como um modo de realizar o registro da região, abrangendo paisagens naturais, urbanas e rurais, cenas da vida cotidiana e do trabalho dos moradores, aspectos da cultura material, manifestações culturais e artísticas. As fotografias produzidas pela equipe do projeto formam um acervo iconográfico que se oferece como um modo específico de acesso à materialidade de objetos e sujeitos e ao mesmo tempo se apresenta como um olhar possível sobre as comunidades pesquisadas. A fotografia proporciona, diante de sua similaridade com o real, que as tradições culturais, as formas arquitetônicas, os traços da paisagem, os antigos moradores ganhem uma representação peculiar. O registro imagético é um modo de tentar preservar uma memória desses objetos e sujeitos, uma tentativa de compreender a diversidade cultural, um modo de conhecimento e interpretação de realidades, processos e sujeitos que vivem, de modo intrínseco, com uma memória do ouro, do diamante, e das tropas em Minas Gerais.

Para entrar nesse pequeno universo das "Paragens", repleto de sentidos, sugere-se a navegação pelo site e CD-rom.

---

[1] Andréa Casa Nova Maia, coordenadora do projeto e Marcos Lobato Martins, professor pesquisador. Os bolsistas de Iniciação Científica foram: Catarina Capella Silva, Manoel Júlio de Paula e Tatiana Gonçalves.
[2] Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.
[3] O site pode ser acessado em http://www.unipel.edu.br/paragensdamemoria/
[4] SANTOS, Márcio. *Estradas Reais:* introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.
[5] LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, s. d.
[6] COMASSETTO, Leandro Pires. Internet a ilusão democrática. Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP08_comassetto.pdf . Texto apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 de setembro de 2003.
[7] DIZARD, Wilson. *A nova mídia*: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
[8] BURKE, Peter. A História como Memória Social In: *O mundo como teatro* – Estudos de antropologia histórica. Lisboa. Difel. 1992.
[9] POLLAK, Michel apud FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). *Interpretar o patrimônio*: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, Território Brasilis, 2002. p.125.

DA POLITICAGEM A POLÍTICA. A INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA DO CONTESTADO

Rogério Rosa Rodrigues – PPG-UFRJ

Foram 4 anos de combate, embora com interrupções. Mas pelos mortos, num número que varia de 5 a 25 mil entre civis e militares, tem-se uma idéia da violência. O conflito ficou conhecido como Guerra do Contestado. Os fatores envolvidos foram muitos: disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina; descontentamento com os poderes locais; luta pela terra; direito de professar livremente sua fé; sonho de um mundo melhor. De todos os citados o que mais preocupava o Presidente da República era a questão dos limites territoriais, que colocava em confronto as oligarquias estaduais e comprometia os interesses políticos federais.

Essa guerra envolvendo sertanejos e coronéis no Sul do Brasil têm como marcos oficiais as mortes do monge José Maria e do capitão João Gualberto, em outubro de 1912, e a declaração oficial da guerra, em setembro de 1914. Entre o primeiro fato e o segundo, a presença militar na região ocorreu com seguidas trocas de comandantes e inúmeros conflitos entre oficiais.

Minha análise se centrará no momento da nomeação do general Setembrino de Carvalho, futuro ministro da guerra e árduo crítico do movimento tenentista, para comandante geral da campanha e inspetor da XI Região Militar sediada em Curitiba. Conforme a estratégia elaborada a partir de sua nomeação, foram mobilizados 6000 homens do Exército acrescido de outros 1000 civis contratados como força auxiliar[1], além de efetivos do Exército provenientes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da Capital Federal fazendo com que a campanha assumisse, a partir de então, um caráter efetivo de guerra, sendo declarada oficialmente em Setembro de 1914.

O empenho do Marechal Hermes da Fonseca, ao disponibilizar tão grande número de homens e verbas, nos faz pensar nos interesses políticos que possuía na solução desse conflito. As vantagens,vale antecipar, eram tanto para o Exército quanto para o governo federal.

A proposta de guerra dava ensejo para colocar em debate a necessidade de modernização do Exército defendida pelos oficiais fundadores da revista militar chamada *A Defesa Nacional,* conforme ressaltado nas matérias publicadas na revista avaliando o desempenho militar do Exército no Sul do Brasil. Leila Maria Correia Capella é uma das poucas pesquisadoras que articula a Guerra do Contestado com os interesses e objetivos dos redatores de *A Defesa Nacional*. Para a autora:

> *Transformada em guerra, a repressão aos sertanejos do Contestado, segundo a Revista, deve ter como seu único objetivo aniquila-los. Para isso, é necessário seguir os preceitos táticos previstos nos regulamentos, e passa imediatamente à análise da questão do ponto de vista militar, sob seus diferentes ângulos. Afinal, a guerra civil apresentava pontos positivos para os "jovens turcos": a possibilidade de testar os conhecimentos adquiridos nos estudos com mestres e manuais estrangeiros e, ainda, demonstra a importância do Exército para a vida nacional, abrindo caminho, em conseqüência, para a obtenção de melhores fatias do orçamento federal*[2].

O acompanhamento dessa guerra nas matérias da *Defesa Nacional* se deu também por meio de uma campanha criada por oficiais e intelectuais sensibilizados com a situação das famílias de soldados e oficiais mortos em combate que mobilizou o clube militar e foi implementada em vários Estados do Brasil[3]. Para que se compreenda a decisão por declarar guerra no sul do Brasil faz-se necessário estar atento para o contexto em que esta se situava: paralela à Primeira Guerra Mundial, momento de prestígio e evidência das discussões que envolvem defesa nacional e militares, e à campanha pela implementação do serviço militar obrigatório, defendida arduamente pelos oficiais em nome da modernização militar.

Com base nessas evidências não é exagero dizer que a guerra do Contestado passou a ser um painel por onde muitas das questões defendidas em nome do Exército nacional ganhavam maior visibilidade.

Tais elementos, embora circunscritos a interesses institucionais, no caso o empenho dos oficiais militares envolvidos na profissionalização e modernização militar, foram contemporâneos da política das *salvações*[4], praticada por Hermes da Fonseca através de conturbadas intervenções como as que ocorreram no Rio de Janeiro, na Bahia e no Ceará entre 1910 e 1914. Conforme relatado por Setembrino de Carvalho em suas memórias, a intenção do presidente era adotar a mesma estratégia de intervenção nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, porém, a recusa do general em assumir uma delegação política colocou a intervenção a favor da campanha de profissionalização militar. Em reunião com os Ministros da Guerra, do Interior e com o Presidente Hermes da Fonseca, momentos antes da sua nomeação, Setembrino de Carvalho expõe sua proposta para o conflito no sul do Brasil:

> *...penso que o meu papel no Paraná e Santa Catarina, dever ser semelhante ao do Ministro da Guerra, Marechal Moura, quando ao Rio Grande do Sul foi dirigir as operações contra os revolucionários federalistas. Restringiu sua ação á esfera militar, guerreira. Alheio inteiramente à política e administração do Estado, exercidas conjuntamente pelo seu Presidente, Júlio de Castilhos. Os Poderes Públicos do Estado conservaram-se íntegros, sem interferências alheias. Assim, também, em relação aos dois Estados do Sul, assolados pelo fanatismo. Os Governadores continuarão no exercício legal de seus mandatos, auxiliando-me no que se fizer mister, dever que lhes é imposto pelo fato de haverem solicitado à União intervenção nos moldes do artigo 6º da Constituição da República*[5].

A demarcação dos limites territoriais, entre os problemas envolvendo o conflito denominado Contestado, foi o que dispensou maior atenção do Marechal Hermes da Fonseca. Setembrino, que fora elogiado pela resolução da querela política no Juazeiro meses antes, propôs uma ação militar para os sertanejos, enquanto nos bastidores tentava um acordo entre os governadores do Paraná e de Santa Catarina. Em matéria publicada dois meses após a sua nomeação, pesava sobre ele a crítica de estar protegendo e guarnecendo apenas as regiões paranaenses, sendo apresentado um suposto descaso quanto ao policiamento e defesa da cidade de Lages ameaçada de ocupação pelos sertanejos: *Aqui, no nosso Estado, os bandidos, a horda de toda casta de gente pode operar matando e roubando! Que lhe importa, ao sr. Setembrino, que sofra o Estado de SC, que sofram as nossas famílias, quando o Paraná está em relativo sossego?*[6].

A disputa pelo policiamento federal em áreas de conflito indispunha coronéis dos Estados irmãos e indicava o cuidado que o comandante da campanha deveria tomar para não ferir os melindres dos chefes locais. A decisão de Setembrino de Carvalho em montar o quartel general no Estado do Paraná já havia sido questionada pela imprensa de Santa Catarina, sob o argumento de que a maior concentração de rebeliões se encontrava em território catarinense. Tal crítica vinha revestida de um claro interesse em se beneficiar economicamente com o estabelecimento das tropas, além do desejo de uma proximidade com o comandante na intenção de garantir um relacionamento amigável, possivelmente mais propício ao poder de barganha.

Na disputa pelos limites territoriais com o Paraná, Santa Catarina havia garantido ganho de causa na disputa junto aos tribunais federais, exigindo com isso o cumprimento da sentença judicial. Os paranaenses questionavam decisão e prometiam resistir. Setembrino de Carvalho propôs o arbitramento, numa espécie de acordo amigável, que fosse assinado pelos governadores. Diante dessa postura os catarinenses acusavam o general de fazer *politicagem de aldeia.* Na mesma matéria citada acima os catarinenses especulavam sobre as intenções do general ao declarar ser favorável ao arbitramento, afinal sua ação não seria *recomendar-se ao sufrágio do eleitorado do Paraná para um cargo eletivo,* exclamando com veemência: *o gen. Setembrino deseja ser deputado ou senador, presidente ou coisa parecida*! *Vamos Sr. General! Esqueça por um momento os seus interesses e cumpra os deveres que lhe são impostos pela Pátria, em defesa da qual V.S. prestou, ao entrar para o Exército, solene compromisso, empenhando sua palavra de honra*[7].

Valendo-se da máxima militar de que *a guerra é a continuação da política pelas armas,* Setembrino de Carvalho rebateu a crítica destacando a posição do oficial militar acima dos jogos políticos, mantendo não só a distinção entre atividade política e exercício militar como sobrepondo esse a outra. Segundo seu argumento, numa situação de guerra movida por questões políticas, apenas um militar estaria apto para intervir com imparcialidade.

Em suas memórias, publicadas anos depois, o futuro marechal desabafou:

> *Será lícito negar a um general a serenidade para bem distinguir os fatores em jogo, de naturezas várias, considerando-os em seu justo valor, e aquilatar das suas respectivas preponderâncias, determinando-lhes resoluções?*
> *Ora, se na guerra, onde em taboleiro estratégico joga-se a sorte das nações beligerantes, onde impérios e reinos correm os riscos de seus azares, sendo as tropas dirigidas por eminentes generais, são eles revestidos de uma soma enorme de poderes, por que não admitir que um medíocre general de um medíocre Exército se ocupasse de uma medíocre questão que somente um pouco de boa vontade e uma pequena dose de patriotismo resolveriam perfeitamente?!*
> *Legítima, pois, foi minha intervenção, junto ao Governo de Santa Catarina, para por um termo à irritante contenda que estancava os progresso dos dois Estados litigantes*[8].

Nesta declaração é notória a defesa da intervenção na política, entretanto a campanha de guerra declarada na região obscureceu esse caráter colocando-o de forma diferenciada nos anais historiográficos.

Além disso, Setembrino de Carvalho diante das intrigas municipais entre sertanejos e chefes políticos, buscou reorganizar a composição do poder local incorporando no Exército coronéis da guarda nacional e fazendeiros armados com jagunços particulares ou mesmo propondo o afastamento de políticos municipais. Esse foi o caso de Francisco Ferreira de Albuquerque, Superintendente do município catarinense de Campos Novos e um dos inimigos declarado dos fiéis em João Maria. O afastamento foi acertado com o governador e também oficial do Exército, Felipe Schmidt. Por meio desses casos é possível perceber que a intervenção militar não fora destituída de intervenção política como apregoado por Setembrino.

A idéia de uma ação estritamente militar camufla o papel do Exército na manutenção do *status quo* governamental. Não são poucos, no entanto, os trabalhos que incorporam uma suposta dicotomia entre profissionalização e envolvimento de oficiais na política[9].

Tais idéias, se submetidas a uma demonstração empírica tornam-se frágeis. O caso dos "jovens turcos" é propício, pois o grupo de oficiais reunidos em torno da revista *A Defesa Nacional,* são vistos como empenhados essencialmente na profissionalização militar, logo, como distantes dos jogos políticos da época. José Murilo de Carvalho[10], Frank MacCan[11] e Edmundo Campos Coelho[12], embora com perspectivas de análise diferenciadas, dão pouco peso ao envolvimento dos "jovens turcos" na política da Primeira República.

Numa análise preliminar dos editoriais da revista, bem como das matérias relacionadas a Guerra do Contestado é evidente o envolvimento dos oficiais com a profissionalização militar, mas também com os jogos e interesses políticos da época. Leila Maria Corrêa Capella, por exemplo, assegura que a campanha defendida pelos "jovens turcos" não pressupunha o afastamento dos militares da política.

> *O que surge nos discursos citados é, por um lado, a tentativa de impedir o envolvimento dos militares nas querelas políticas, que só provocavam o desgaste da corporação. Mas por outro lado, há a preocupação em encaminhar o Exército para a grande política, de dimensões nacional, na qual a corporação atuaria de forma coesa, sem quebra de hierarquia. Esse direito que se atribuem, de atuar nas "grandes transformações porque tem passado a Pátria brasileira" abre, claramente, para a intervenção militar na vida política*[13].

Além disso, os oficiais empenhados na campanha de profissionalização não restringiram sua ação a uma reforma institucional, uma vez que eles possuíam um projeto nacional claramente delimitado. Nesse projeto o Exército seria a grande escola de formação da cidadania cabendo aos militares, como protagonistas da recente e gloriosa história republicana nacional, assegurar o progresso do país. A militarização da nação aparecia como o melhor caminho a ser seguido, sendo que a campanha pela implementação do serviço militar obrigatório garantiria o deslanchar desse projeto.

João Quartim de Moraes também descarta o suposto "apoliticismo" dos defensores do profissionalismo militar e afirma:

> *Tão convencidos estavam os jovens turcos (...) de que a reforma do Exército tinha na reforma da nação o seu desdobramento lógico, que, sempre no editorial de lançamento, criticam os "espíritos liberais" por se insurgirem "contra as intervenções militares na evolução social dos povos". As sociedades nascentes "têm necessidade dos elementos militares para assistirem a sua formação e desenvolvimento*[14]*".*

A modernização do Exército, as intervenções na política, tanto quanto a participação efetiva de oficiais em cadeiras políticas - Federal e Estadual - indica o quanto os militares estavam preocupados com os rumos políticos da nação. Soma-se a isso o olhar negativo de muitos oficiais militares sobre o que consideravam a politicagem republicana.

Sendo assim é possível considerar que a campanha do Contestado foi instrumentalizada por alguns oficiais do Exército a fim de torna-la útil para a

profissionalização militar que estava em curso. A estratégia de Setembrino de Carvalho, embora tenha mudado em parte os planos do Presidente da República, acabou por apaziguar os ânimos das oligarquias locais, garantindo os interesses do governo federal. Tal intervenção nos possibilita a compreensão do tipo de relação que os oficiais do Exército mantinha com a política da época: propunham um distanciamento dos jogos de poder locais, mas não negavam o papel de árbitro em questões de política que comprometesse os interesses que julgavam nacionais.

---

[1] Conforme Carvalho, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao general de divisão José Caetano de Faria*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.
[2] CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As malhas de aço no tecido social*. Niterói/RJ: UFF. 1985 (Dissertação de Mestrado). P.198.
[3] Os valores recolhidos e repassados às famílias podem ser acompanhados nas páginas finais da revista *A Defesa Nacional* entre outubro de 1914 e agosto de 1915.
[4] Definida por Helio Silva como *nome dado à derrubada das situações estaduais adversas ao governo central.* Ver Silva, Hélio. *O Poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p.84
[5] CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a história do Brasi*l. Rio de Janeiro: S/ed. 1950, p.130-131.
[6] Jornal *Folha do Comércio*, Florianópolis, 18/11/1914.
[7] *Idem.*
[8] Embora Setembrino de Carvalho tenha respondido essas críticas na imprensa da época, sua resposta aparece melhor formuladas nas suas Memórias, 1950, cap. III. P. 139.
[9] Tal idéia parece ter sido melhor elaborada pelo sociólogo norte-americano HANTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
[10] CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, Difel, t. 3, v. 2, 1974.
[11] McCANN, Frank D. *A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro*. Recife, PE: Editora Guararapes, 1982.
[12] COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
[13] Capella, L .M. C. *Op cit*, p. 84.
[14] MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil.* São Paulo: Siciliano, 1991. p.87.

O discurso jornalístico e a criação da imagem carismática.

Rogério Souza Silva* - Universidade Estadual de Santa Cruz.

A revista ilustrada *Anauê!* (1935-1937) constituiu-se em um dos principais órgãos de propaganda da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.). Sua circulação era nacional, assim como a sua cobertura. Seu perfil doutrinário não impediu que ela seguisse a tradição de décadas de existência de publicações, semanais, quinzenais ou mensais, cujo o conteúdo era uma mescla de textos e imagens visuais. *O Malho*, *Careta*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, são os nomes mais conhecidos desses tipos de periódicos, que além das fotografias e caricaturas tinham na pluralidade de temáticas tratadas umas das suas principais características. A *Anauê!* seguia uma linha editorial semelhante. Fotos dos camisas-verdes de diferente lugares do Brasil, nas mais diversas situações: em casa, nos esportes, nos estudos e, essencialmente, nas manifestações públicas dos seguidores do sigma. As blusas-verdes (mulheres) e os plinianos (crianças) eram figuras sempre presentes. Juntamente com as imagens, os artigos dos principais nomes do movimento eram constantes, além da análise dos fatos políticos, que sempre eram interpretados à luz do integralismo.

Essas características comuns que aproximavam a *Anauê!* de outras revistas ilustradas terminam quando se observa a sua necessidade de construir uma lenda pessoal em torno de seu líder: Plínio Salgado. Sua infância, seus primeiros estudos, sua trajetória política aparecem legitimados pela vontade divina e pela história, como se a A.I.B. estivesse predestinada a tomar o poder e mudar os rumos do país.

A revista da A.I.B. era parte importante de um amplo leque de publicações voltadas para a construção da imagem do movimento e do líder. Percebe-se nas análises discursivas de seus textos elementos onde o *carisma* era um dos fatores centrais. O grande líder, o grande movimento, a legitimação dada pelo passado, as grandes promessas do futuro caracterizam essa forma de agir politicamente.

Antes de examinar os aspectos do discurso integralista em *Anauê!* faz-se necessário entender como o conceito de *dominação carismática* que foi elaborado por Max Weber.

Definição de carisma.

Na obra *Economia e Sociedade* Max Weber, a partir de capítulo IX, faz uma reflexão sobre as várias formas de dominação existentes em diversas sociedades, ao longo da história. Dentre as que o autor cita, a dominação carismática apareceria em diferentes contextos, especialmente nos momentos de crise, sendo algo que fugia ao que era *cotidiano* em determinada comunidade.

> "Ao contrário, a satisfação de todas as necessidades que *transcendem* as exigências da vida econômica cotidiana tem, em princípio, fundamentos totalmente heterogêneos: carismáticos – e isto em grau crescente nos tempos remotos. Isto significa: *líderes* "naturais", em situações de *dificuldades* psíquicas, físicas, econômicas, éticas, religiosas e políticas, não eram pessoas que ocupavam um cargo público, nem que exerciam determinada "profissão" especializada e remunerada, no sentido atual da palavra, mas portadores de dons físicos e espirituais específicos, *considerados* sobrenaturais (no sentido de não serem acessíveis a todo mundo)"[1].

Após mostrar exemplos de manifestações de líderes e movimentos que, desde dos tempos remotos, expressariam o carisma, Weber confronta o poder carismático com a forma de poder burocrático. Para o autor esta última constitui-se na forma mais racional de dominação, sendo antagônica em relação a outra:

> "Em oposição a toda espécie de organização administrativa burocrática, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de "carreira" ou "promoção"; não conhece nenhum "salário", nenhuma instrução especializa regulamentada do promotor do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; não lhe são atribuídos determinados distritos ou competências objetivas exclusivas e, por fim, não há nenhuma instituição permanente e independente das pessoas e da existência de seu carisma pessoal, à maneira das "autoridades" burocráticas."[2]

Portanto, Max Weber vê as duas formas de poder de maneira bastante diferenciada. Uma se enraizando em processos técnicos, racionais e determinando um conjunto de normas na estruturada sociedade, enquanto a outra baseia-se em um homem, suas atitudes

fogem aos padrões de racionalidade e suas normas não se pautam nas necessidades cotidianas. Em suas palavras este antagonismo é tão claro que ele afirma que o carisma: "(...) apesar de viver dentro deste mundo, não vive dele."[3]

Entretanto, o autor reconhece o papel histórico desse fenômeno, vendo-o como uma força revolucionária. Além disso, ele mostra que nas estruturas modernas o carisma ainda se faz presente. O próprio desenvolvimento do sistema eleitoral, a criação de partidos e o aumento no número de eleitores pode provocar o aparecimento desta forma de dominação:

> "O fato de que todo efeito emocional sobre as massas tem certos traços "carismáticos" também faz com que a burocratização crescente dos partidos e das atividades eleitorais, precisamente quando alcança seu auge pelo súbito culto entusiástico a um herói carismático, possa ser forçada a servir este último. Neste caso – como demonstrou a campanha de Theodore Roosevelt, em 1912, contra Tafts -, o heroísmo carismático entra em conflito com o poder cotidiano da "empresa do partido"[4].

Mesmo que existam resquícios de carisma numa estrutura burocrática, está última, na visão weberiana, predominaria. Mesmo que uma liderança carismática surja dentro de um mundo moderno e burocrático, mesmo que ela tome o poder, a dinâmica dessa sociedade a empurraria para uma racionalização, onde as necessidades cotidianas e os ditames econômicos promoveriam a sua transformação.

Richard Sennett faz uma crítica à análise de Max Weber ao olhar entre a segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, um declínio da vida pública, que teria sido causada, entre outros fatores, pelo crescente personalismo dentro da atividade política. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas também teriam contribuído para isso, estimulando a permanência do carisma[5]. Assim, Sennett não vê este fenômeno como excepcional e temporário, mas como algo predominante em nossas dias.

A *Anauê!* e a imagem carismática de Plínio Salgado.

Qualquer grupo político necessita de meios de comunicação com a sociedade na qual desejam continuar dominando ou vir a dominar. Eles são os porta-vozes dos anseios destes grupos. A revista *Anauê!* exercerá muito bem este papel, conseguindo expressar

uma linguagem política massificada, que recorria aos princípios religiosos tradicionais, valores familiares, junto, com o que era para a época, a uma moderna técnica de propaganda, tendo como uma de suas características a ênfase na personalidade do líder

Na primeira edição de *Anauê!* Plínio Salgado afirma que escreveu o texto *O grito de esperança e fé* a pedido dos diretores da revista. O Chefe Nacional procura demonstrar a amplidão do movimento, citando as diferentes regiões do Brasil e as inúmeras profissões, do operário ao soldado, tendo estes no integralismo sua única esperança. Em seguida, expõem resumidamente o programa do movimento e finaliza com os seguintes dizeres:

> "Anauê! Anauê! Anauê!
> E, principalmente, pela marcha da nossa Revolução; pela transformação da mentalidade dos que se deixaram adormecer sob a árvore já podre pelo democratismo no alvorecer do século XIX; pelo destino luminoso das Novas Gerações; pela nossa entrada triunfal no século XX; pela civilização do Futuro, que saberemos criar com o poder de nossas inteligências e com toda a força do nosso braço; pelo Brasil de Amanhã, Brasil de Deus, Brasil dos brasileiros, Brasil integralista; pela bandeira azul e branca do Sigma timbrada pela trágica chancela do sangue dos nossas Mártires:
> Anauê! Anauê! Anauê!"[6]

Seja nos escritos de Plínio Salgado, ou nos dos outros quadros da A.I.B., a missão do movimento na mudança de todos os aspectos da sociedade brasileira era algo latente. As atitudes e gestos que aparecem na cobertura de notícias da revista são permeadas com uma enorme carga emocional. Era o exercício da política tomando tons de espetáculo. Atenção às crianças, o carinho com os idosos, eram partes integrantes da ação:

> "O beijo da esperança:
> Ao entrar em S. José de Rio Preto, escoltado pela cavalaria integralista, é recebido o Chefe Nacional por um ancião de 104 anos de idade, uma senhora e uma criança de colo que lhe entregam num estojo a chave simbólica da cidade. O Chefe, comovido beija a graciosa pliniazinha e ergue com os 3.022 "camisas-verdes" que ali estavam, três anauês ao Presente, ao Passado e ao Futuro!"[7]

Um dos componentes principais do discurso integralista era a idéia de uma *Revolução do Espírito* que teria como meta uma revalorização do cristianismo e um combate ao materialismo que estaria predominando no mundo. *Deus*, *pátria* e *família* formaram um tripé que era constantemente utilizado pelos articulistas da revista para reforçar seus

argumentos políticos. Os ataques empreendidos pelos camisas-verdes tinham como alvos dois grupos que são declarados seus inimigos: comunistas e liberais-democratas. Há constantes repulsas às idéias simpáticas ao marxismo e ao individualismo burguês, que são apresentados como legados do século XIX, não sendo uma resposta para as necessidades dos dias atuais. O integralismo era apresentado como a melhor resposta para os problemas do século XX. A imagem do Chefe Nacional era colocada como o símbolo de todos os valores legitimamente brasileiros. No artigo: *"Quem é o chefe?"* , Queiroz Ribeiro (Chefe do Departamento Nacional de Polícia da S.N.O.P. - Secretária Nacional de Organização Política). responde:

> "É Plínio Salgado, uma expressão nacional do pensamento e da cultura, uma das inteligências mais robustas do momento atual. Num país, onde a indiferença atingiu as raias do impatriotismo, onde se ouve comumente denegrir o sentimento de Pátria e a idéia de família, Plínio Salgado é a força viva da construção, que, encarando o meio brasileiro com energia e coragem, disse um dia: 'É preciso construir uma elite capaz de conduzir os destinos nacionais. O Brasil tem que se erguer: O Brasil tem de caminhar'"[8] .

A imagem política de um homem com uma missão de resgatar a nação permeia vários textos de *Anauê!* No entanto, as imagens de um *homem político*, muitas vezes, foi trocada pela de um *messias político*, expressando de forma cristalina uma postura carismática. Em todos os exemplares da revista há um significativo número de textos que se referem as ligações existentes entre o integralismo e o cristianismo (no movimento a maior parte de seus componentes era formada por católicos). Se as doutrinas estão ligadas os personagens que foram seus precursores também teriam pontos em comum. Eurípides Cardoso de Menezes, redator-chefe de *Anauê!*, compara Paulo de Tarso (São Paulo), o difusor do cristianismo, a Plínio Salgado:

> "Na cristianização dos gentios o grande predestinado foi Paulo de Tarso. Na Salvação do Brasil, Plínio Salgado!
>
> E a quem estuda a vida de ambos, não poderá escapar a extraordinária afinidade que os une por cima de vinte séculos!
>
> Coloquemo-nos diante de Paulo de Tarso e de Plínio Salgado. Quanta semelhança!
>
> Paulo era senador, doutor da Lei, filosofo, escritor emérito e conceituadíssimo na sua cidade; tudo abandonou para se dedicar de corpo e alma à *Causa do Evangelho*. Plínio Salgado, também filósofo e grande escritor, respeitado e querido na sua terra, tudo deixou, inclusive a cadeira de deputado, para se consagrar à *Causa do Brasil*, para ir de vila

> em vila, de cidade em cidade, pregar aos seus irmãos a doutrina redentora do Sigma!
>
> Ambos sofrendo a separação da família, ambos franzinos fisicamente e duma resistência admirável; falando horas seguidas, pela noite a dentro, aos ouvintes insaciáveis e eletrizados."[9] [Grifos meus]

Outro paralelo do mesmo tipo mostra o Brasil na figura bíblica de Lázaro, o morto que fora ressuscitado por Jesus Cristo, este, obviamente, seria representado pelo Chefe Nacional:

> "E o supremo exemplo, o modelo perfeito é o próprio Chefe Nacional, o homem extraordinário que conseguiu operar o mais grandioso de todos os milagres: a *ressurreição do Brasil*, este Lázaro chorado por todos os que o amavam, e que jazia morto e já em adiantado estado de decomposição, não há quatro dias como o Lázaro do Evangelho, mas há quatro longos séculos!" [Grifos meus][10]

Estas citações são uma pequena parte de um amplo conjunto de analogias entre os membros mais importantes da A.I.B. e os personagens bíblicos. Como uma revista que representava um grupo político e, ao mesmo tempo, tentava atingir amplas camadas populacionais, a *Anauê!* procurou trabalhar os princípios do integralismo de maneira bastante didática usando muitos aspectos religiosos, como os citados acima, fazendo paralelos com figuras importantes da história oficial brasileira (como comparações entre Plínio Salgado e Tiradentes) e trabalhando as imagens dos seus adversários de maneira maniqueísta. O ponto máximo desse processo pode ser observado em suas edições entre os meses de julho e novembro de 1937, período em que Plínio Salgado pleiteou à Presidência da República nas eleições que ocorreriam no ano seguinte. Em um editorial da edição de agosto, intitulado: *Candidato nacional e popular*, há uma crítica ao excesso de recursos que seus adversários, Armando Sales de Oliveira e José Américo de Almeida, vinham utilizando em suas campanhas. A presença de uma "(...) classe de profissionais da propaganda eleitoral"[11] é denunciada no texto, por ela favorecer os candidatos com mais recursos econômicos. Em contrapartida, o Chefe Nacional é apresentado como candidato natural do povo ao cargo máximo do país:

> "No Brasil só há um candidato que veio da poeira dos comícios, do abafamento das ruas apinhadas, do sangue generoso dos conflitos. Só há um candidato que falou uma palavra de angústia e que veio sintonizando o seu drama com o drama popular. Só há um candidato que pregou uma idéia e entregou a sua vida por

> ela, empolgando as multidões, arremetendo-se, fascinado pelo destino comum do povo. Só há um candidato que tocou a corda sensível da alma brasileira e está colhendo frutos surpreendentes da sua grande descoberta.
>
> E esse candidato, que vive com o povo, que se identificou com o Brasil, é o candidato do único partido que apresenta um plano revolucionário na disputa sucessional – o Integralismo. É Plínio Salgado, o candidato popular e nacional do Brasil." [12]

Apesar da análise negativa que o editorial faz sobre o uso da propaganda pelos adversários do Chefe Nacional, a A.I.B. foi uma das primeiras organizações políticas no país a utilizar habilmente e de maneira sistemática, os recursos propagandísticos. As idéias, as manifestações públicas e a construção da imagem carismática de Plínio Salgado são fundamentais para entender as raízes do marketing político no Brasil

---

Notas.

* Mestre em História e Cultura, professor de História da América na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Autor do livro*: Antônio Conselheiro*: a fronteira entre a civilização e a barbárie. São Paulo, Annablume, 2001 (Coleção Estudos Universitários)

1 *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999p. 323.

2 Idem,p. 324.

3 Idem, p. 325.

4 Idem,p. 339.

5 Sennett, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Trad. Ligia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 331-8

6 *Anauê!* , Rio de Janeiro, Janeiro de 1935, ano I, n º 1, p. 03.

7 Idem, outubro de 1935, ano I, n º 4, p. 03.

8 *Anauê!*, Rio de Janeiro, Janeiro de 1935, ano I, n º 1, p. 62.

9 *Anauê!*, Rio de Janeiro, janeiro de 1936, ano II, n º 6, p. 04

10 *Anauê!*, Rio de Janeiro, Janeiro de 1935, ano I, n º 1 p. 42.

11 *Anauê!*, Rio de Janeiro, agosto de 1937, ano III, n º 18, p. 09.

12 Idem, p. 09.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E A MOBILIDADE DE LUSO-BRASILEIROS EM PORTUGAL

Ronald Raminelli - UFF

Durante nove anos, entre 1783 e 1792, o naturalista luso-brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira, comandou a maior expedição científica ao Brasil colonial, denominada de Viagem Filosófica. Ao longo do percurso, a equipe enviou a Portugal remessas de plantas, animais, minerais e artefatos indígenas, produziu diários, memórias, centenas de desenhos e aquarelas. Esses registros faziam parte do ambicioso projeto de formar o Museu História Natural de Lisboa e ainda publicar a "História Natural das Colônias". Ainda hoje, essa magnífica coleção surpreende pela diversidade de objetos coletados e pela singular percepção do naturalista, que teve a sensibilidade de reunir notícias de povos e espécies que desapareceram ou estão prestes a integrar a lista dos extintos com a rápida destruição da floresta amazônica. A coleção etnográfica da Viagem Filosófica é considerada um tesouro da "arte indígena". Para os povos amazônicos, existem poucas coleções como a do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, composta por peças coletadas durante a Viagem Filosófica.

Alexandre Rodrigues Ferreira era filho de mercador baiano. No século XVIII, como não havia curso universitário na colônia, era muito comum que a elite mercantil enviasse, ao menos, um filho para estudar na Universidade de Coimbra, onde se formavam em leis, cânones, matemática, medicina ou filosofia natural. Como bacharéis, eles poderiam ocupar cargos na administração colonial ou metropolitana, tornando mais segura a sua ascensão social. Inicialmente, Ferreira matriculou-se no curso jurídico, mas depois aproveitou a renovação da Universidade para freqüentar a Faculdade Filosofia onde formou-se e recebeu o título de doutor em 1778. Possuía, portanto, o conhecimento necessário para comandar expedição científica

destinada a descobrir riquezas naturais e preservar as fronteiras entre os impérios espanhol e português.

Em princípio, a expedição comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira seguiu os passos dos renomados desbravadores europeus, como o capitão Cook e o viajante francês Laperouse. Por ser filosófica, a viagem deveria pautar-se nas ciências e descobrir as leis que se encontravam ocultas na natureza. O homem de ciência era, portanto, treinado para perceber a ordem natural que dificilmente estava ao alcance dos leigos. Com recursos precários, a Viagem Filosófica percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá e contava com um naturalista, um jardineiro botânico, um criado e dois desenhistas.

Ao deixar Lisboa, a equipe navegou até o porto de Belém. Lá, o governador do Grão Pará deveria fornecer-lhes barcos, mantimentos e índios remadores, além de indicar as regiões a serem percorridas e estudadas. Em carta ao Secretário de Estado, Ferreira, mais uma vez, agradeceu a oportunidade de chefiar a expedição, de estudar a rica e inexplorada natureza americana. Ele sabia o quanto seus estudos eram importantes para o Estado e o quanto suas reflexões poderiam revolucionar a História Natural. Estava no paraíso, por todos os lados encontrava espécies desconhecidas. Sua tarefa, porém, não era apenas aumentar o número de espécies classificadas, mas contribuir com os agricultores no aperfeiçoamento dos cultivos de cacau, anil, cana, cânhamo e arroz. Investigou a ilha de Marajó e as vilas de Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça e somente em maio de 1785 alcançou a capitania do Rio Negro. A prolongada espera em Belém teve como motivo a dificuldade do governador reunir canoas, índios e suprimentos, indispensáveis para percorrer os rios Amazonas, Negro e Branco.

A viagem fluvial amenizava os sofrimentos de longas e sofridas caminhadas, permitiam o deslocamento de mantimentos, armas, instrumentos científicos e afastavam, em parte, a equipe dos animais e índios hostis. As canoas viabilizavam, então, o devido sossego ao naturalista para escrever, revisar seus apontamentos e traçar roteiros de novos estudos. De tempos em tempos, contudo, os remadores enfrentaram os perigos das corredeiras, tempestades, naufrágios que inviabilizavam a continuidade da expedição. Quando viravam as canoas de

mantimentos, a tripulação passava fome, os remadores desertavam e a expedição deveria esperar muitos dias, até meses, por socorros providenciados pelo governador.

Por vezes, os índios levavam o naturalista ao desespero, sobretudo quando fugiam em massa e deixavam as embarcações sem capacidade de avançar. Ou quando, depois de treiná-los no ofício de coleta e preparação das espécies, abandonavam a expedição. Ferreira deveria, então, escolher outros auxiliares e começar tudo novamente, ensinando-lhes as práticas cotidianas de uma expedição científica. De modo geral, eles eram indispensáveis ao andamento das investigações, pois além de fornecer braços para tocar as canoas, recolhiam plantas, caçavam animais e conheciam, mais que ninguém, os segredos da natureza. Os escritos de Ferreira não seriam os mesmos sem o saber nativo.

Desde de junho de 1785, Ferreira enviou várias remessas de produtos naturais para compor o acervo do Museu de História Natural em Lisboa, também denominado de Museu da Rainha. Antes disso, porém, logo ao chegar ao Pará, enviou uma peça rara, inexistente nos gabinetes e museus europeus. Eufórico, Ferreira escreveu ao Secretário de Estado e ofereceu-lhe uma cabeça de tapuia e uma "enfiada de dentes". O homem da Amazônia era desconhecido dos gabinetes e museus de História Natural, razão para Ferreira anunciar a remessa com grande satisfação. À época, os estudos do crânio, a craniologia, davam seus primeiros passos com o cientista alemão Johann Blumenbach. Os esqueletos do homem americano eram, certamente, peças indispensáveis, que mais tarde seriam coletadas por Wied Neuwied, Spix e Martius, naturalistas que percorreram o Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Assim, muito antes dos cientistas alemães, Ferreira já valorizava as informações contidas na estrutura óssea dos americanos.

Da vila de Barcelos, na capitania do Rio Negro, Ferreira remeteu as primeiras listas de espécies que continham o nome, a quantidade e uma pequena descrição. O naturalista ainda mencionava seu emprego nas comunidades locais. As espécies eram, por vezes, matérias-primas empregadas na confecção de artefatos indígenas. Para construir canoas, flechas ou casas, os povos recorriam à flora local e empregavam técnicas que deveriam ser anotadas e

também enviadas a Lisboa. O naturalista não se interessa apenas em conhecer a flora e a fauna, mas sobretudo entender como as espécies se integravam ao cotidiano dos povos, como eram domesticadas. A partir da experiência indígena, Ferreira tomava consciência da utilidade das ervas, frutas, animais e pedras. Utensílios, roupas e remédios também surgiam da natureza e essa passagem era fundamental para o atento observador.

Da capitania do rio Negro, Ferreira informou ao Museu sobre a fabricação de pano a partir da entrecasca da árvore "Caxinduba". Com essa natéria-prima, os índios yurupixunas faziam suas tangas, camisas e diversas máscaras. Para conseguir um pano largo, escolhiam os troncos mais grossos. Faziam na casca uma incisão longitudinal e por entre os lábios da abertura introduziam uma palheta disposta a maneira de cunha, que separava do tronco a casca. A casca exterior era guarnecida de uma epiderme verde que também o gentio separava da outra mais branca e interior. Em seguida, no mesmo tronco, batiam a casca para formatar as dimensões de comprimento e largura dos artefatos. Ao enviar o tecido ao museu lisboeta, Ferreira descrevia os produtos naturais e como eles se tornavam manufaturas, promovendo transferência e acumulação de conhecimento técnico.

Entre 1789 e 1790, a expedição filosófica percorreu o rio Madeira e a capitania do Mato Grosso, de onde também remeteu informações e espécies. Esses escritos, porém, perderam o ímpeto dos primeiros anos, perderam o rigor descritivo das remessas anteriores. Doente e sem estímulo, Ferreira não mais teceu as notáveis considerações capazes de descrever não somente as espécies vegetais, mas também as técnicas empregadas pelos ameríndios para transformar a natureza em artefatos. Durante a travessia do rio Madeira, a expedição sofrera muitos contratempos. Inicialmente, por falta de remadores, ficou parada nas margens do rio por quase três meses. O governador do Estado do Grão-Pará procurou socorrê-la ao enviar cerca de 50 índios provenientes das vilas de Silves, Serpa e Borba na capitania do Pará.

Em Vila Bela, Mato Grosso, logo no início da temporada, o naturalista e seus auxiliares adoeceram gravemente, acometidos de moléstia do corpo e fadiga do espírito. O jardineiro da expedição, Agostinho Joaquim do Cabo, morreu em decorrência da debilidade provocada pela

viagem, além das doenças causadas pelo climas excessivamente úmido e quente. Desde os primeiros avisos da chegada da expedição, o governador do Mato Grosso alertou à Secretaria de Estado em Lisboa sobre os minguados recursos da capitania. O governador João de Albuquerque nomeou a Viagem Filosófica de "longa, demorada e muito dispendiosa viagem". A jornada, por certo, tornou-se ainda mais lenta e improdutiva devido aos problemas orçamentários, à debilidade física da equipe e morte do jardineiro. Ferreira alertou o secretário sobre a queda do número de remessas e escritos. Ele empenhava-se no observar e descrever sobre temas, muitas vezes, alheios à sua profissão, como certamente eram as reflexões médicas e políticas.

Em Vila Bela, o cirurgião José Ferreira de Almeida descreveu as graves moléstias que quase levaram o naturalista a morte, nos primeiros meses de 1790. Inicialmente, estava enfermo de uma febre rebelde que durava 26 dias, depois as febres agravaram-se provocavam delírios. Quando tinha leve melhora, o naturalista retornava às suas tarefas e se expunha a friagens, retardando sua recuperação. Estava aos poucos a se recuperar, quando enfrentou campos alagados e tempo chuvoso na Serra de São Vicente, onde o cirurgião Ferreira de Almeida, depois de chamado com urgência, encontrou o naturalista perigosamente enfermo, encontrando-o com uma terrível febre que lhe atacou o cérebro, com perda de todos os sentidos durante cinco dias.

No Mato Grosso teve, inicialmente, dificuldades em percorrer as minas de ouro e diamantes. O governador não tinha recursos para prolongar a expedição e considerava perigoso uma expedição percorrer um território protegido e vedado. Para tanto, antes de autorizar a visita, precisa da expressa permissão de Sua Majestade. Os escritos do naturalista poderiam revelar segredos de Estado, localizar as minas e tornar a região vulnerável ao contrabando de metais e pedras preciosas. Depois de percorrer grutas, minas e fortificações nas fronteiras, a expedição iniciou o retorno a Belém, onde chegou no início de 1792 e descobriu que as remessas para Lisboa foram financiadas por Luís Pinto da Cunha.

A partir desse episódio, os primeiros biógrafos de Alexandre Rodrigues Ferreira contam que o envio dos produtos naturais ao museu comprometeu as economias destinadas ao dote da filha, Germana Pereira de Queiroz. O casamento da moça estava, portanto, comprometido, sem o dote matrimonial seria difícil encontrar um bom noivo. Para solucionar o impasse, Ferreira ofereceu-se para solucionar o impasse e casou-se com a donzela em 26 de setembro de 1792. Sozinho retornou a Lisboa e somente ao findar o mesmo ano a esposa encontraria o marido.

O desembarque em Lisboa tornou-se tema de uma carta ao governador do Pará que traduz com fidelidade a lealdade que o unia ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Logo ao chegar, o naturalista dirigiu-se ao secretário e procurou demonstrar a submissão de um fiel vassalo que durante nove anos padeceu de todo tipo de moléstia e privações, mesmo assim considerava-se faltoso e omisso na execução de seus serviços. Mais humilde e rasteiro que uma cobra, dirigiu-se à poderosa autoridade para receber o castigo de suas omissões. Ao contrário de suas expectativas, ele recebeu o naturalista com atenção, demonstrou compaixão e pareceu me menos surdo de que ele esperava que fosse "a orelha de um Ministro delgado".

A devoção ao secretário rendeu-lhe cargos na administração e título de cavaleiro da Ordem de Cristo. Desde Coimbra, os estudantes luso-brasileiros vislumbravam cargos na administração, pretendiam servir ao rei em diferentes partes do império. Como bacharéis, eles logo receberiam a tarefa de organizar museus, demarcar fronteiras, chefiar expedições científicas, atuar como juiz de fora nas câmaras coloniais ou secretários de governo nas capitanias. Somente a partir da inserção no Estado, eles poderiam exercer as funções para as quais receberam ensinamentos na universidade. A formação era, portanto, o primeiro degrau na ascensão social, meio de acumular prestígio e de galgar postos e distinções.

Por seus serviços, Alexandre Rodrigues Ferreira tornou-se sócio de primeira classe na Academia das Ciências, em seguida recebeu a incumbência de ser vice-diretor do Museu de História Natural, Jardim Botânico e Laboratório de Química. Vieram ainda o cargo na Junto do

Comércio, a custódia da Real Quinta de Queluz e Bemposta e a nomeação para ocupar a Alfândega do Maranhão. Devido aos cargos assumido na administração estatal, não teve condições de continuar seus estudos sobre os povos e a natureza americana. Suas coleções de plantas, animais, minerais e artefatos indígenas permaneceram intocadas, assim como não adequou as memórias às normas científicas para serem publicadas. Essas funções o afastaram definitivamente dos afazeres próprios de naturalista e provocaram o abandono de suas investigações e escritos sobre a História Filosófica e Natural do Pará e demais capitanias percorridas, obras que ele tanto prometera a cada um dos governadores durante as viagens. As tarefas burocráticas, os pedidos constantes para emitir pareceres e a debilidade física impossibilitaram-no de dar prosseguimento à carreira de naturalista.

Coincidência ou não, Ferreira teve seu período mais produtivo durante a viagem, ou antes de alcançar os títulos e os cargos almejados. Evidencia-se, então, o emprego da História Natural como dom, serviço e crédito para futuras mercês. Depois de alcançar essas benesses, sua produtividade como naturalista entrou em processo de queda. A historiografia mais tradicional prefere explicar esse processo recorrendo às rivalidades entre o naturalista e Vandelli, ou mesmo à debilidade física e psicológica que impedia Ferreira de exercer seus ofícios. No entanto, entre as décadas de 1793 e 1808, ele executou múltiplas tarefas, mas não deu continuidade aos trabalhos iniciados durante a Viagem Filosófica. Respondia inúmeros pedidos de governadores, secretários e demais autoridades, interessados em compor cartografia da América, em identificar espécies e suas utilidades. Assim ele dava continuidade a costumeira prática de prestar vassalagem por meio de seu conhecimento de História Natural.

A Viagem Filosófica, consequentemente, não forneceu memórias e livros a um público mais amplo. Seus resultados permaneceram em manuscrito e foram publicados muito tempo depois da morte do naturalista. João da Silva Feijó não dispunha dos mesmos artifícios. Alcançou cargos modestos, mas teve seus trabalhos reconhecidos pela Academia das Ciências de Lisboa e deu continuidade a sua faina de naturalista e sargento-mor na longínqua capitania do Ceará. Ao contrário de Ferreira, teve seus trabalhos divulgados apesar de não dispor do

apoio das instituições do reino. A trajetória de Ferreira permite duvidar da eficiência do Museu da Rainha e do Jardim Botânico da Ajuda, pois no âmbito desses instituições científicas a produção e a difusão do conhecimento não se efetivaram como pretendia o mestre Vandelli, em sua memória sobre o museu, sobretudo no caso de seu primeiro e maior naturalista.

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA OFICIAL NO BRASIL: ERA VARGAS E DITADURA MILITAR.

Ronaldo Sávio Paes Alves UFF (Responsável)
Nara Maria Carlos de Santana – PPG - UFF
Adriana Hassin Silva – UFRJ
Eduardo Antônio Lucas Parga – PPG - UERJ

O presente estudo pretende comparar duas áreas distintas de pesquisa – o Estado Novo varguista ocorrido de 1937 à 1945, e a Ditadura Militar ocorrida entre 1964 e 1985 – que apesar de estarem separadas por quase 20 anos, são processos que encontram-se permeados de similitudes e contraposições. Estes são eventos que, para alguns segmentos sociais, bem como para alguns historiadores, são contínuos e complementares. Porém, as contraposições existem efetivamente no *modus operandi* de ambos os casos, e mesmo nem sempre tão claras e bem definidas, às vezes muito sutis, marcaram expressivamente estes dois eventos. Em essência, os dois eventos são parecidos, e as diferenças, como dissemos são muito sutis na maioria dos casos.

O Perfil dos Estados Autoritários

O que nos chama atenção de imediato nestes processos é o seu caráter de mudança e de transformação, que nem sempre se dá em grande escala, no que diz respeito aos agentes que ocupavam e aos que passaram a ocupar o poder central.

Os militares ligados a Escola Superior de Guerra em 1964 viam em João Goulart e em suas Reformas de Base uma concreta ameaça comunista. A *justificativa legitimadora* era a de livrar o país da ameaça comunista, inserida num contexto tido à época como de fragilidade no poder central, ou ainda de uma tendência deste a posturas comunistas.

Com o golpe desfechado em 1964, entram em cena novos atores que irão representar o conservadorismo de direita (num primeiro momento); os interesses políticos do capitalismo norte-americano que permeavam a *Guerra Fria*, expressos no binômio *segurança e desenvolvimento* da *Doutrina de Segurança Nacional* defendida pela ESG.

Em suma, o golpe efetivado em 64 determinou profundas transformações no contexto sócio-político-econômico brasileiro, ferindo a constituição ao retirar do poder um grupo legal e democraticamente eleito, instalando uma ditadura violenta, agressora dos direitos civis dos cidadãos. O novo grupo nada tinha de democrático, embora sua *justificativa legitimadora* fosse a defesa da democracia. Perseguições e cassações se sucederam, como em qualquer regime autoritário, mas a mudança no poder central, determinou uma mudança no ritmo de funcionamento dos poderes da nação. Até porque, o grupo que ali se instalou, o fez atendendo a uma nova ordem mundial de face capitalista e anticomunista que se estabelecia no ocidente.

Assumindo um governo ditatorial em novembro de 1937, Getúlio Vargas acabou por confirmar uma centralização que já vinha se desenhando desde o movimento de 1930. Vargas realizou o que costumamos chamar de um *auto golpe*, ou seja, determinou o fechamento das instituições políticas, permanecendo no poder por oito anos, numa ditadura conhecida como *personalista*, atendendo certamente, antes de tudo, aos seus interesses pessoais.

Logo de imediato, detectamos que aí residem duas grandes diferenças entre os dois processos. Primeiro, o fato de Vargas ter articulado e concretizado o golpe, e ter governado sozinho, fazendo ele mesmo o *jogo político*, caracterizou sua ditadura como *personalista*, onde a figura do líder político é confundida com o próprio Estado, seguindo um modelo parecido com as ditaduras européias. Na ditadura fascista italiana com Benito Mussolini e a nazista alemã com Adolf Hitler, apesar da existência de um partido, também concentrou a idéia do poder nas mãos destes líderes.

A Segunda diferença diz respeito ao caráter de transformação na cúpula do poder central, que, ao contrário do movimento de 64, em 37, não aconteceu. Vargas se manteve no cargo, através do fechamento do Congresso Nacional. O mais curioso neste aspecto, é que a *justificativa legitimadora* de 37 se parece muito com a de 64: a defesa da democracia, e o combate à ameaça comunista. Não podemos nos esquecer que no governo de 1937, a efetivação do projeto nacionalista era o objetivo a ser alcançado. A ameaça se traduzia na

intensa atividade do Partido Comunista Brasileiro e nas suas tentativas revolucionárias, mais não só nelas. Tudo e todos que de alguma maneira diminuíssem o poder do Estado ou representasse uma ameaça a este foi reprimido. Exemplo disso, foram os integralistas que durante um bom período foram parceiros políticos de Getúlio, mas no momento do golpe também ficaram a margem do "Projeto Nacional".

É possível perceber em Vargas seu projeto pessoal de poder político, e sua crença de que somente um governo de pulso forte conduziria o Brasil a efetivação do Projeto Nacional, através da valorização do povo brasileiro e do trabalho, retirando do país a ameaça do comunismo e de todas as ideologias consideradas "alienígenas". Ocorre que, se as instituições políticas estavam em perigo, a fragilidade era do poder central que então não conseguiria enfrentá-lo e para isso uma ditadura se fez necessária. A falácia da descoberta do *Plano Cohen* legitima o golpe, e esconde as reais fragilidades do *Governo Constitucional* de Vargas, e o seu iminente desgaste, diante da possibilidade de fracasso eleitoral no ano seguinte. Com a implacável perseguição às principais lideranças comunistas (como à Luís Carlos Prestes, preso desde o ano de 36), e o combate ao levantes ocorridos, Vargas não demonstrava perda de controle sobre este tipo de situação. Mas a *ameaça* calava fundo na alma da fatia conservadora da sociedade brasileira, e nada mais *legitimador* que o discurso anticomunista e de manutenção da liberdade e da democracia para a concretização de um ideal de nação moderna.

Podemos então perceber que o Estado Novo foi uma ditadura de caráter personalista, que defendeu a manutenção da liberdade e da democracia, com ordem, ao mesmo tempo em que seguia um mesmo modelo autoritário com algumas características dos regimes europeus, o que era uma enorme contradição.

A Imagem e a Propaganda Legitimadora

A forma de encarar e proceder o seu esforço de legitimação junto à sociedade têm faces diferentes, quando confrontamos os dois momentos ditatoriais. Normalmente um Estado Autoritário se impõe pela força, e pela força e pelo medo se sustenta. Mas existem outras alternativas de suporte. Na sua tentativa de se legitimar, o Estado autoritário pode

também se utilizar da *violência simbólica*, na tentativa de formar um consenso junto a sociedade. Chamamos de violência simbólica a iniciativa do Estado em estabelecer uma dominação ideológica, cultural e comportamental da sociedade. Para tanto, junto à propaganda, torna-se indispensável o controle da formação educacional da sociedade.

A propaganda oficial produzida pela AERP, em sua incessante busca de formar um consenso em torno da legitimação do regime vigente, usou basicamente o *binômio Segurança/Desenvolvimento* como escopo de suas campanhas. A propaganda ideológica tentou então *vender* para a população brasileira a idéia de que ela era coadjuvante de um grande processo de desenvolvimento. A idéia era penetrar no imaginário popular e causar uma alteração de comportamento, características básicas da propaganda, como vimos, principalmente a propaganda ideológica.

Na maioria dos casos, a propaganda ideológica assume uma característica que certamente é uma de suas principais: a subjetividade. Assim, nem sempre é muito fácil perceber que se trata de dominação ideológica, e que há pessoas ou grupos tentando convencer outras a se comportarem de determinada maneira. As idéias difundidas nem sempre deixam transparecer sua origem, nem os objetivos a que se destinam. Por trás delas, porém, sempre existem certos grupos que precisam do apoio e participação de outros para a realização de seus intentos, e com este objetivo, procuram persuadi-los a agir numa certa direção. E eles conseguem, muitas vezes, controlar todos os meios de comunicação, manipulando o conteúdo das mensagens, deixando passar algumas informações e censurando outras, de tal forma que só é possível ver e ouvir aquilo que lhes interessa. Visto dessa forma, a censura é também um outro componente importante na dominação ideológica.

É neste aspecto de subjetividade que o trabalho do DIP e o da AERP se confrontam. Veremos a seguir que a AERP cuidou de fazer campanhas exatamente desta forma, usando da sutileza e da subjetividade para alcançar seus objetivos, enquanto o DIP, de forma

inversa trabalhava com o principio de afirmação da figura de Vargas, como centralizador e realizador de tudo o que fosse necessário para o país.

Criado em 1939, o *Departamento de Imprensa e Propaganda*, inicialmente sob a direção do jornalista Lourival Fontes, foi um dos pilares de sustentação do Estado Novo. Tinha duas atribuições: propaganda e censura. Sua Cartilha interna definia perfeitamente suas atribuições, quais sejam:

> *...centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa (...) fazer a censura do teatro, do cinema, funções recreativas e esportivas (...) da radiodifusão, da literatura (...) e da imprensa(...) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas ou exposições demonstrativas das atividades do Governo.* [i]

O DIP fazia uma propaganda extremamente personalista. Totalmente centralizada na figura de Vargas. Getúlio Vargas era apresentado como o *Pai dos Pobres*, aquele que estava conduzindo o Brasil ao desenvolvimento, à prosperidade e à paz. Mas ele fazia isso sozinho, e ao povo caberia apenas a confiança do seu destino ao ditador. Ao contrário do DIP, a AERP não centralizou suas campanhas na pessoa do presidente da república. Na verdade, orientou seu trabalho no sentido de buscar a participação popular ao projeto implementado pelos militares. Sua ação para com a imagem do Presidente Médici não era a de *pai protetor*, que faria tudo sozinho pelo povo, apesar de ter buscado incessantemente sua popularização. Médici não foi apresentado como um super-herói. Ao contrário, as campanhas visavam um comprometimento popular, onde o povo teria uma figura tão destacada quanto a do presidente. Longe do estereótipo apresentado pelo DIP, não havia em torno de Médici a mística que foi criada em torno de Vargas.

A AERP, ao contrário do DIP, não fazia parte do aparato de censura. Como vimos acima, o DIP tinha formalmente em suas diretrizes a tarefa da estabelecer a censura nos meios de comunicação. A AERP cuidava apenas da propaganda. Isto fez dela um organismo discreto e eficiente. Já o DIP tornou-se famoso e absolutamente temido. Principalmente por aqueles que buscavam fazer do meio artístico ou da imprensa canais de resistência e oposição ao Estado Novo. O DIP fazia parte do aparato de informações e

repressão do governo Vargas. Enquanto no governo Médici, esta tarefa estava a cargo do SNI (*Serviço Nacional de Informações*).

O DIP ainda se caracterizou pelas programações cívicas, marcadas com grandes comícios, com marchas e desfiles; utilização de cartazes, estandartes e galhardetes; grandes concentrações de massa, onde a figura central era o presidente Vargas. Isto mostra a aproximação do modelo de dominação ideológica de Vargas, com o modelo nazi-fascista de Hitler e Mussolini. A AERP contrasta exatamente no seu modelo de propaganda, como já pudemos discutir. Era preciso, diga-se de passagem, desvincular a face ditatorial do regime militar, do totalitarismo dos regimes nazi-fascistas.

Verificamos então que, por caminhos diferentes o Estado Novo (através do DIP), e a Ditadura Militar (particularizando o trabalho da AERP) buscaram o apoio popular com vistas a legitimação dos seus regimes. As intenções eram as mesmas, mas o modo como as ações se processaram foi diferente. Porém não podemos nos esquivar da constatação de que ambos organismos, ao menos em um determinado espaço de tempo obtiveram sucesso em suas atividades, e os respectivos regimes encontraram uma certa legitimidade junto à sociedade.

O Modelo Econômico

Getúlio Vargas, ao longo do Estado Novo praticou um fervoroso nacionalismo. Isto se refletiu diretamente na economia, com uma política de criação de empresas estatais de grande porte, garantindo uma forte presença do Estado no setor produtivo.

Fazia parte da política estadonovista manter factível para a grande massa de trabalhadores, que havia por parte do governo a permanente preocupação tanto com o desenvolvimento da nação, como com o bem estar da população. Para tanto, deu continuidade às profundas transformações iniciadas ainda no *Governo Provisório* (1930 – 1934). Entre outras medidas, criou o *salário mínimo* (1938); regulamentou a *Justiça do Trabalho* (1941); criação da *Consolidação das Leis Trabalhistas* (1944). Fez parte de seu

discurso também a geração de empregos, tendo em vista os investimentos do governo na produção, principalmente com a criação de grandes empresas.

Como já observamos o discurso nacionalista de Vargas se refletiu diretamente na economia. A linha adotada por ele foi a de manter forte a presença do Estado no setor produtivo. Assim, o governo criou em 1938 o *Conselho Nacional do Petróleo (CNP)*, fundou em 1941 a *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*, em 1942 a *Fabrica Nacional de Motores (FNM)* e a *Companhia Vale do Rio Doce (CVRD);* e também a *Cia. Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)*.

A economia da ditadura Militar sofreu profundas variações ao longo do período. Basicamente foram três as etapas. Num primeiro momento houve o que conhecemos com *recessão calculada*. No período de 1964 á 1969 (Castello Branco à Costa e Silva) houve um gigantesco arrocho salarial e um rigoroso controle de preços. Desta forma o governo, contando também com a entrada de capitais via empresas multinacionais, e com um aumento da arrecadação tributária, preparava a economia para o momento seguinte.

Durante os anos de 1969 à 1974 (Médici), o Brasil viveu a euforia econômica do frágil, porém decantado como forte e definitivo, *Milagre Econômico Brasileiro*. O Milagre controlou a inflação, estabilizou a moeda e tornou mais eficiente a arrecadação de impostos. Aumentou a produção industrial, o volume das vendas e a geração de empregos. Proporcionou captação de divisas, construiu casas, pontes, usinas e estradas. O Milagre, utilizado como instrumento de propaganda na busca de legitimação do regime, deveria fazer o povo acreditar que estava bem, não percebendo a defasagem dos seus salários. Mas o Milagre aumentou assustadoramente a dívida externa[ii] e a dívida interna. Aumentou as desigualdades sociais, fazendo dos ricos cada vez mais ricos, e dos pobres cada vez mais pobres.

A crise de fins do Estado Novo é uma crise mundial pós-guerra. Previsível, tendo em vista a magnitude do conflito. No caso da Ditadura Militar, ela é antes de tudo, o resultado de um projeto ambicioso, excludente, arriscado e também por isso, irresponsável.

Conclusão

Em tese, estas foram as mais significativas contraposições que percebemos nos dois eventos estudados. É claro que não pretendemos esgotar uma discussão tão intensa e complexa neste breve artigo. Por serem regimes de ditadura, observamos em primeiro lugar os mecanismos de repressão e controle; por serem num país onde as instituições possuem ainda hoje, uma certa fragilidade, percebemos a repetição do discurso moralizador e modernizador da sociedade e da economia; a utilização do conceito de democracia como justificador da implementação de uma ditadura; o esforço em conduzir um determinado projeto de nação baseado na idéia da centralização política e da força. principalmente no que diz respeito a brutalidade da repressão. Em ambos os casos, encontramos momentos de picos repressivos, e momentos mais brandos. Não podemos nos esquecer que através da utilização de um aparato de comunicação, estes regimes conseguiram atingir um grau de legitimidade popular, considerando as peculiaridades de cada período.

No caso da Ditadura Militar, podemos perceber que durante um breve período, este evento legou a uma significativa parcela da sociedade brasileira um forte apelo patriótico, e um sentimento ufanista de nação. Não obstante, sofreu a população. Sofreram os trabalhadores. Foram momentos de dor e terror, onde no submundo dos cárceres e mesmo nas ruas, houve prisões, torturas, mortes, perseguições. Mesmo com toda a magnanimidade do Milagre Econômico, aumentaram a inflação, o desemprego, a fome, o êxodo rural e o desrespeito à pessoa humana. A fortíssima concentração de rendas elevou de forma absurda a clivagem social, alargando cada vez mais a distância entre os que lucraram, e os que deveriam justamente, se beneficiar. Mas como pudemos observar ao longo deste estudo, estes são elementos presentes em qualquer Estado Autoritário.

Notas:

---

[i] GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo. Marco Zero 1990

[i] A corrida desenfreada por captação de divisas fez crescer a divida externa de US$ 3,9 bilhões em 1968, para US$ 12,5 bilhões em 1973.

O GOLPE DE 64 EM UM LAR CRISTÃO: UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

Ronaldo Sávio Paes Alves – UFF

O presente trabalho é fruto de experiências com relatos orais vividas pelo autor. São depoimentos de um chefe de família – conservador católico – e de sua filha mais velha a respeito do golpe militar de 1964, suas conseqüências e desdobramentos dentro daquela família.

Foi um período que também vivi, e minhas lembranças me remetem aos anos iniciais da década de 70, onde o governo buscava legitimar-se através da publicidade e de campanhas ufanistas. *"Brasil: Ame-o ou Deixe-o!"* era o slogan da época, e embotados por tão maciça propaganda, era assim que acontecia. Amava-se o Brasil! Bastava desconhecer o que realmente acontecia no submundo dos cárceres, ou os interesses escusos daqueles que se beneficiavam da estrutura vigente, para se amar incondicionalmente o país.

Este trabalho é, portanto, fruto de minha inquietude de historiador. Ela residia em saber como se processava, no seio de algumas famílias a legitimação daquele regime, e como nos foi incutida uma capacidade de amar, respeitar e nos emocionar com o nosso país. De onde veio tanto patriotismo, e em que bases essa carga emocional foi fundamentada, eram as minhas grandes questões.

Encontrei algumas respostas em um exercício de entrevista. Em primeiro lugar, entrevistei o ***Sr. Ary Alves***, hoje com 82 anos, grande mentor do comportamento e das idéias de sua família. Em seguida entrevistei sua filha mais velha, ***Rita de Cássia Paes Alves Pereira***, atualmente com 48 anos.

As análises que se seguem, dizem respeito às entrevistas realizadas com as pessoas acima.

ARY ALVES

> *"Sempre fui um patriota, e tentei passar isso para os meus filhos. Acho que obtive êxito.*"

Entrevistar Ary Alves, tecnicamente foi um grande desafio tendo em vista a necessidade de manter o diálogo dentro do corte cronológico proposto. Resolvi então deixá-lo livre para exercitar o seu *passeio pela própria vida*, relembrando fatos que em pouco, ou nada, se relacionavam ao tema proposto. Segundo Halbwachs, citado por Ecléa Bosi, o caráter livre espontâneo, quase onírico da memória é excepcional. E completa:

> *Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho*

Por isso também, não obtive dele um *depoimento*, mas tentei me aproximar do que Queiroz[i] vai chamar de *História de Vida*. Nela, quem decide o que relatar é o narrador; e nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar os fatos. E assim o foi.

Por isso mesmo, considerei os verdadeiros *passeios* que fez em suas memórias, como, por exemplo, discorreu sobre ser *Lacerdista*, embora tenha sido *Getulista*, durante boa parte do período do Estado Novo.

Quanto ao golpe, afirma que concordou na época por alguns motivos ideológicos e religiosos. Com uma certa ponta de tristeza, relatou a ameaça sofrido por parte de vizinhos ligados ao sindicato dos Marítimos de Niterói/RJ:

> *"Diziam que bastava Lacerda ser preso e eles me pegariam. Em casa ou na igreja. (...)Foram momentos de extrema tensão, pelos quais nunca passei."*

Seu envolvimento com a Igreja é um marco em seu comportamento e em sua ideologia. No seu bairro havia um padre, filho de lituanos fugidos da expansão territorial e militar da União soviética Stalinista, chamado Menceslau Valiukevicius. Ocorre que este, devido ao trauma da perseguição comunista sofrida por seus pais, era um ardoroso anticomunista, além de ter um ótimo relacionamento nos círculos militares. Persuasivo, dono de um fantástico carisma, Padre Menceslau exortava a todos os paroquianos que abraçassem a causa anticomunista, acusando-os de ateus. Ary, católico fervoroso, passou a

ser um dos braços direitos do Padre e, tendo percebido nele afinidades ideológicas, recebeu também a influência de seu discurso.

Com sua religiosidade muito forte, admirador de Carlos Lacerda, sentindo-se particularmente ameaçado, Ary não tinha nenhuma opção, senão acreditar e defender o que parecia ser a solução para o país.

Quando chegamos no ponto em que o golpe vira ditadura, outro dado surpreendente. O que Ary traz na lembrança, em termos de política, é que:

> *"Tudo era muito bonito na época da Copa de 70. Era gostoso ser brasileiro! Todos se enchiam de orgulho com a bandeira, os hinos, as paradas militares."*

Resolvido a explorar este ponto, perguntei como ficou sua posição política uma vez que Lacerda ficou de fora do núcleo de poder. Como resposta:

> *"Fui viver minha vida. Fiquei vivendo o clima do País. (...) Nós não sabíamos que estas coisas (repressão, tortura e morte) aconteciam. Havia censura e não éramos desinformados. Estas informações é que não nos chegavam."*

Nova surpresa quando pergunto pelo seu patriotismo. A resposta foi num tom de grande veemência:

> *"Sempre fui e sempre serei!"*

Sentindo que havia aí algo estimulante, pedi que me explicasse de onde vinha seu patriotismo. Começou respondendo que este tinha origem na sua crença na ordem, na moral cristã, no bom senso e na legalidade. Ary demostrou ser um homem que acredita no valor do trabalho.

Tudo o que ele entendeu como patriotismo procurou transmitir para os filhos. O amor à pátria, aos símbolos pátrios, datas cívicas, hinos e, acima de tudo, às autoridades constituídas fazem parte, segundo ele, do papel de pai que deveria desempenhar.

Ary termina a entrevista com a seguinte afirmação:

> *"Amo meu país! Não sou cético com relação aos governantes, nem nunca fui. Acredito em suas boas intenções e procuro fazer a minha parte."*

RITA DE CÁSSIA PAES ALVES PEREIRA

> *"Minha fase de ter meu pai como meu herói durou muito tempo*".

A entrevista com Rita de Cássia Paes Alves Pereira descortinou outras incríveis facetas do relacionamento familiar estudado. Rita é filha mais velha de Ary Alves. Tinha 7 anos de idade quando do Golpe Militar de 1964 e ao fim do governo Médici, já tinha 16 anos.

O trabalho da entrevista com Rita, hoje com 48 anos, foi relativamente mais fácil. Ao contrário do que aconteceu com Ary, Rita me deu seu depoimento sobre as coisas que viu e sentiu. Novas surpresas me estavam reservadas.

Aos 7 anos de idade, Rita tinha um medo muito grande. Segundo me revelou no começo da entrevista, os *comunistas* eram o seu *bicho-papão*. Incrível como mais de 40 anos depois ela consegue descrever com riqueza de detalhes as tensões do momento. Relata que a família vivia sob a ameaça de vizinhos ligados aos *marítimos* (confirmando as informações dadas por Ary Alves anteriormente). Via seu pai com medo, e sentia medo também. Em um determinado momento conta um sonho:

> *"Sonhei, só podia ser sonho, já que na realidade não aconteceu. Sonhei que estávamos na igreja quando um grupo armado a invadiu, e nós tivemos que fugir pela passagem secreta. Só pode ter sido um sonho, pois isto nunca aconteceu."*

A alusão a tal *passagem secreta* advém de questão, até certo ponto *lendária*, em torno da folclórica figura do Pe. Menceslau. Corria um boato de que na igreja havia uma passagem secreta que serviria como rota de fuga caso o Padre, ou qualquer um do seu círculo mais estreito corresse algum perigo. A existência de tal passagem secreta, segundo me consta, nunca foi confirmada.

Voltando ao golpe, Rita conta que houve muita festa, orações, terços e velas acesas. Ela ficou mais tranqüila, e sua vida como a de sua família ficou significativamente mais sossegada.

Uma coisa marcante neste período da vida de Rita foi a influência que seu pai e o Pe. Menceslau tiveram em sua formação. Seu pai era amigo pessoal do padre, que era o dono da escola onde Rita estudava. Ela lembra que eventualmente ele reunia os alunos no

pátio da escola e fazia discursos onde exortava-os ao patriotismo e ao amor e respeito aos símbolos pátrios.

> *"A repulsa ao comunismo só crescia em nós. (...) Ele era como um ídolo! Ele falava e eu acreditava. Além do que, meu pai dizia que ele tinha razão. Aí mesmo é que eu tinha motivos para acreditar."*

Rita não se lembra de nenhum fato político deste período. Destaca que gostava da figura do Médici, a quem classifica como muito diferente dos antecessores.

Chegamos enfim ao ponto que para mim representa o grande objetivo do trabalho. Quando pergunto pelo seu patriotismo na época, sua memória se aviva novamente. Revela que se emocionava com os trabalhos escolares de *Moral e Cívica*, com as conquistas esportivas e com todo o ufanismo. Acrescenta a emoção com que a família recebia as cartas enviada pelo Pe. Menceslau, quando de suas viagens à Europa. Eram lidas quase que em sessão solene, e nelas, a saudade da *pátria amada* era muito grande. Rita revela que se emocionava:

> *"Era emocionante falar do Brasil, pensar o quanto o país era grande, bonito, abençoado por Deus. Fazia trabalhos de Moral e Cívica com a maior dedicação. Éramos muito felizes porque éramos brasileiros e amávamos nosso país."*

O encerramento da entrevista deveria acontecer com uma pergunta despretensiosa: *você hoje é patriota?* Como a resposta foi um imediato *sim*, achei que poderia ser uma resposta meio mecânica, instintiva, e resolvi investigar. Reproduzo agora o diálogo travado, porque acredito que somente assim a transmissão da carga emocional do momento será precisa.

(com relação a ser patriota, pergunto *por que?*)

"Sim (Sem a mesma convicção.) Que é isso? Eu não posso dizer que não sou! (Silêncio) É acreditar nesse país?"

Resolvo interferir: *se sente patriota em que sentido, ou por quais razões?*

(Silêncio) "É difícil! Não posso dizer que sou e não saber por quê!" (Silêncio constrangida)

Pergunto se acredita nas instituições desse país.

(Novo silêncio) "Nesse momento, não!"

Insisto na questão: *seu pai lhe ensinou a ser patriota?*

> *"Ensinou a ser ufanista, talvez. (Silêncio novamente constrangida) Ensinou a acreditar sem questionar."*

Faço a pergunta que acredito ser a conclusão de tudo: *é patriota devido a relação que teve com seu pai e com o padre?*

> *"Aprendi a ser patriota... (Silêncio) Não procuro passar isso para meus filhos. Estão vendo tudo sozinhos. Não tenho essa preocupação."*

Diante de tão reveladoras respostas e do perceptível constrangimento da entrevistada, encerro a entrevista.

UMA RELAÇÃO MUITO FORTE.

Ainda hoje não consigo ter um embate de idéias com o meu pai.

Rita de Cássia

A primeira conclusão a que chego com esse trabalho, é que Ary sempre foi um homem voltado àquilo que entendo como ordem e legalidade, desde que estas atendam aos seus valores, conceitos e expectativas. Era getulista quando Getúlio tinha um discurso afinado com suas idéias. Tornou-se lacerdista quando Carlos Lacerda passou a usar uma linguagem próxima aos seus pensamentos. Após o golpe a desinformação e o patriotismo não deram-no uma clara visão dos fatos.

Não tendo nenhum político em quem personificar seus ideais, investe ainda mais na amizade com o Pe. Menceslau e na igreja como um repositório dos valores morais em que acreditava. Politicamente, continua *"a viver sua vida normalmente".* Mas não deixa de ser um legalista, acredita até hoje no país, no amor ao Brasil e acredita ter cumprido seu papel de pai passando isso para os filhos.

A entrevista de Rita de Cássia me remete, antes de tudo à Eclea Bosi:

> *"A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo."*

Rita, na verdade, sofreu uma *dominação ideológica* muito forte de seu pai. Os valores, acredito eu, foram transmitidos quase como uma imposição. Segundo Rita, não havia discussão dentro de casa. A palavra do pai era lei, e do padre, lei divina.

O que se tornou mais revelador para mim foi a constatação de que, enquanto Ary sempre foi patriota, Rita *aprendeu* a sê-lo. Hoje, não sabe porque, mas não consegue se desvencilhar da orientação de ser o que seu pai quis que ela fosse.

O exercício da entrevista como instrumento de pesquisa, além de muito excitante, me causou uma particular emoção. **ARY ALVES** é meu pai, e me contou sua *história de vida*, **RITA,** minha irmã me deu um *depoimento*. Ambos desnudaram uma relação afetiva de forte controle ideológico e comportamental, com a interferência de um elemento externo - Pe. Menceslau - que na verdade se tornou reserva moral de um e ídolo do outro.

O exercício da entrevista possibilitou uma maior compreensão da minha família, e revelou os reais motivos da minha inquietude. Fui criado e formado numa estrutura de legalidade, legitimação, patriotismo e ufanismo. Fui adolescente no momento de questionamento permitido. Tornei-me adulto e todos esses conflitos fizeram de mim um historiador.

PROCESSOS CONTRA TORTURADORES. O RESGATE DE UMA HISTÓRIA LATINOAMERICANA: OS CASOS DE CHILE E ARGENTINA

Ronaldo Sávio Paes Alves – UFF

O presente trabalho tem como objetivo central avaliar as distorções e excessos encontrados nas ditaduras militares que se estabeleceram na América Latina, ao longo dos anos 60 e 70 do século passado. Grupos que chegaram ao poder pela força, e pela força se estabeleceram e se mantiveram. É fruto de nossas leituras, em especial dos noticiários internacionais. Mesmo assim, considerando que ele esteja num estágio ainda primário, pretendemos avaliar o uso da força em interrogatórios, e o tipo de "verdade" deles resultantes. Em contraposição a esta situação, analisaremos também como que, passados os regimes ditatoriais, antigos inquiridores, "produtores de verdades", processados que foram e/ou ainda estão sendo, tornaram-se agora, depoentes. E de suas palavras dependem os rumos que irão tomar a história de seus países.

Analisaremos aqui os exemplos de Argentina e Chile, dois casos emblemáticos de violência oficial, e posterior processo e condenação de pessoas ligadas aos desumanos atos contra prisioneiros políticos.

Interrogatório – Ferramenta os Sadismo?

O interrogatório, todos sabemos deve ser, e é uma ferramenta de qualquer processo investigativo. O problema reside no fato de existe uma significativa possibilidade de que se usem torturas no ato de interrogar, com vistas a obter informações.

A repressão em geral, e a tortura em particular, foram eficientes não somente para obter informações, mas também para o controle político das sociedades em questão. Assim, as pessoas muito pouco se arriscavam a fazer oposição, pois se sentiam aterrorizados pelo medo de cair nas mãos dos organismos investidos de poder, que se utilizavam impunemente dos mais selvagens métodos de tortura. Era a *cultura do medo*, que restringia a quase zero qualquer atividade de oposição, fosse ela comunitária, sindical ou política.

Desta forma, o uso de torturas como método investigativo foi uma prática comum na América Latina. Através delas, muitas revelações foram feitas, muitas coisas descobertas. Porém não se pode descartar o fato de que muitos prisioneiros "confessaram o que não tinham feito", "informaram o que não sabiam" e "delataram pessoas, fossem culpadas ou inocentes".

O Caso Argentino

A Ditadura Militar argentina teve início com o golpe que derrubou a presidente Maria Estela Martínez de Perón, em 24 de março de 1976, e só terminou com a eleição de Raúl Alfonsin, em 10 de dezembro de 1983. Os organismos de direitos humanos acreditam que aproximadamente 30 mil pessoas desapareceram sob a truculência dos organismos de repressão argentinos.

Para além desse assustador número, podemos imaginar a assombrosa quantidade de pessoas que tiveram a "sorte" de serem apenas espancadas, humilhadas e barbaramente torturadas, mas que sobreviveram aos cárceres. Os números são ainda imprecisos, mas segundo estudiosos da ditadura na Argentina, normalmente para cada prisioneiro "desaparecido" (ou seja, assassinado) pelas forças de repressão, existiram em média cinco outros que foram presos e viveram toda a sorte de sofrimentos. Chega-se assim, ao impressionante número presumido de, aproximadamente 180 mil pessoas presas e torturadas na Argentina em seis anos de ditadura. Para tanto, sabe-se que foram estabelecidos 340 centros de detenção e investigação onde torturas, espancamentos e execuções sumárias fizeram parte do cotidiano, ao longo do período.

A ordem de se adotar uma linha dura veio logo após o golpe que derrubou a presidente em 76. Segundo um dos Militares envolvidos, General Saint Jean *"_Primeiro mataremos os subversivos. E depois seus cúmplices, e finalmente seus inspiradores."*

A prática da tortura em interrogatórios na Argentina mostrou ser eficiente para produzir provas e responder a perguntas sem respostas para os organismos de repressão. Serviu também para encerrar algumas investigações e *legitimar* e *fundamentar* algumas suspeitas.

Ao ser empossado em 1986, o Presidente Raúl Alfonsin criou a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEPE). Após longas, exaustivas e chocantes investigações, este organismo, apoiado por comissões de Direitos Humanos, nacionais e internacionais, Organizações Não Governamentais, e do próprio governo argentino, investigou e levou ao banco dos réus os diretamente implicados na repressão. Em especial, os membros das Juntas Militares que governaram o país.

Os julgamentos tiveram início em 1985, e as principais condenações foram as seguintes: General Jorge Videla e Almirante Emílio Massera – PRISÃO PERPÉTUA; Brigadeiro Orlando Agosti – 5 ANOS; Roberto Viola – 16 ANOS; e Almirante Armando Lambruschini – 7 ANOS.

Em seus depoimentos, todos alegaram que a Argentina vivia uma guerra, e todos assumiram suas iniciativas e mandos, como atos de guerra. As provas apresentadas, principalmente exumação de alguns cadáveres apontaram os excessos, que eles não puderam e nem podem negar.

O Caso Chileno

Salvador Allende elegeu-se presidente do Chile em 1971. Não foi uma unanimidade, até porque a margem percentual de votos foi muito pequena. Talvez porque o Chile tenha sempre sido um país muito conservador, com um forte sentimento anticomunista. Allende foi deposto em 11 de setembro de 1973, morto no bombardeio à sede do governo, o Palácio la Moneda. O comandante em chefe do Exército, General Augusto Pinochet Ugarte, assumiu o poder e instalou no Chile uma das mais frias e cruéis ditaduras da América latina. O verdadeiro “Teatro de Horrores” implantado no Chile desde então, somente teve seu desfecho em 11 de março de 1990, quando o general Pinochet deixou o poder, esforçando-se por ainda se manter com privilégios e imunidades.

Pinochet foi nomeado *Comandante-em-Chefe* das Forças Armadas chilenas dezoito dias antes do Golpe Militar, e até às vésperas ainda não havia aderido ao movimento golpista. A traição ao presidente Salvador Allende aconteceu 36 horas antes do golpe, e com o devido oportunismo, Pinochet fez-se ver como o homem ideal para liderar o

novo momento chileno, que segundo a ótica golpista necessitava da mão forte das forças armadas.

Uma vez consolidado o golpe, com salvador Allende deposto e morto, o Chile entrou imediatamente numa onda de brutalidade e selvageria, que beiraram à barbárie. De pronto, independentemente de mandados judiciais ou não, um enorme volume de prisões de processaram, tendo servido, inclusive o Estádio Nacional de futebol, como uma grande prisão, onde foram feitos interrogatórios (com o uso de torturas), proferidas sentenças e, ali mesmo, alguns prisioneiros foram executados.

> *"O Informe nos põe de frente a uma realidade insofismável: a prisão política e as torturas foram prática institucional de Estado, o que é absolutamente inaceitável e alheio à tradição histórica do nosso país"*
>
> RICARDO LAGOS – Presidente do Chile.
> O Globo - 02/12/2004

O presente trabalho não comporta todas as denúncias de abusos e atrocidades cometidas pelas ditaduras em questão, principalmente devido à exigüidade do espaço proposto. Portanto, deliberadamente não discorreremos aqui sobre um dos principais momentos da repressão latino americana, que foi a *"Operação Condor"*. No caso chileno, em particular nos ateremos em outra iniciativa repressiva, que vem se tornando polêmica, e cujos desdobramentos atendem ao escopo deste trabalho. Falamos da *Caravana da Morte*.

A *Caravana da Morte* foi um episódio ocorrido nos primeiros dias da ditadura chilena, que vitimou 74 (setenta e quatro) pessoas acusadas de *atividades subversivas*. O que estas pessoas tiveram em comum, além de alguma atividade política, ou de cunho organizativo social durante o governo Allende, foi o fato de terem sido sentenciadas à pena capital, e executadas, sem que fossem levadas a um Tribunal Militar, ou mesmo civil, formal. Entre os dias 30 de setembro e 20 de outubro, setenta e dois prisioneiros de seis cidades chilenas foram executados.

Sob o comando do General Sérgio Arellano Stark, *Oficial Delegado do Presidente da Junta de Governo e Comandante-em-Chefe do Exército*, a caravana chegou à Região de *Talca* em 30 de setembro, e lá foram fuzilados, sem apelação, dois prisioneiros. Em 02 de outubro, fio a vez de *Cauquenes* receber a "comitiva" do General Arellano. No Regimento

foram fuzilados quatro prisioneiros. Podemos perceber um determinado padrão nas execuções. Nos dois casos citados, os prisioneiros foram retirados de suas celas, julgados em um "Tribunal Militar" *improvisado,* e composto por membros da própria comitiva, levados para locais ermos e ali executados. Os demais relatos confirmam esta conclusão.

A *Caravana da Morte* seguiu depois para *La Serena*, onde quinze prisioneiros foram executados depois de julgados e sentenciados de forma apressada, e sem direito a apelações. Em *Copiapó*, aonde a comitiva chegou em 17 de outubro, foram fuzilados treze prisioneiros, por ordem do General Arellano Stark, o mesmo ocorrendo em *Antofagasta* no dia seguinte, 18 de outubro, vitimando 14 prisioneiros. *Calama* foi a última parada da *Caravana*, onde vinte e seis prisioneiros foram executados.

Este banho de sangue, promovido em tão curto espaço de tempo traduziu aquilo o que já estava se tornando a justiça chilena: uma máquina de legalização de repressão, impondo pela força, terror e medo, um regime de *linha-dura*, nos melhores moldes de similares da América latina.

Os ventos começariam a mudar no Chile em 1989, com a publicação do Livro *Los Zaparzos del Puma* (As Patadas do Puma, numa alusão ao helicóptero militar utilizado na caravana), de autoria da jornalista Patrícia Verdugo. O livro consiste numa corajosa e audaciosa investigação sobre os acontecimentos acima citados, onde além de entrevistar parentes das vítimas, Verdugo entrevistou também alguns militares envolvidos na operação. Seu trabalho trouxe a público os horrores da ditadura chilena, e a frieza com a qual seus opositores foram eliminados. Além de uma grave denúncia, seu livro viria a ter um importante papel na história do Chile, alguns anos depois.

Em 11 de março de 1990, ao entregar a faixa presidencial ao presidente Patrício Aylwim, o General Augusto Pinochet não era em hipótese alguma um gigante abatido. Ao contrário, parecia ainda muito forte em seu cargo de *Senador Vitalício*, após alterar a matemática eleitoral chilena, para que a direita mantivesse a maioria do Senado. Nomeou também todos os chefes de posições estratégicas nos meios militares, fazendo constar em lei, que nenhum deles poderia ser substituído pelo novo presidente. Assim, Pinochet passou

o cargo, porém manteve-se protegido pela imunidade parlamentar que o cargo de senador o conferia, e pela fidelidade a que lhes devotavam as lideranças militares.

Acometido de sérios problemas de saúde, o General Pinochet internou-se na Inglaterra para tratamento. Lá a sua prisão foi pedida, pelo envolvimento do Chile na *Operação Condor*. No bojo das acusações, o Juiz espanhol Juan Guzmám pediu extradição de Pinochet, e contra ele abriu processo por *crimes contra a humanidade*. Como provas, ele utilizou as denúncias e depoimentos constantes no livro de Patrícia Verdugo.

Após 503 dias preso na Europa, Pinochet retornou ao Chile, onde se encontra internado em sua própria residência, sob alegação de *incapacidade devido à debilidade senil*. Contra ela pesam acusações de assassinato, abuso de poder, torturas, seqüestros, falsidade ideológica e peculato. Recentemente, sua imunidade parlamentar foi extinta, e ao que tudo indica os recursos impetrados por seus advogados não surtirão quaisquer efeitos.

Argentina e Chile têm cuidado de suas chagas ainda abertas. Seria precoce afirmar que suas histórias estão sendo re-escritas, porém novos fatos atestam que até o conservadorismo destes dois Estados não suporta mais o peso da culpa, cumplicidade ou omissão diante dos fatos incontestes. Seria também precoce estabelecer algumas possibilidades de desfecho para ambos os casos, mesmo que na Argentina já existam condenações, porque no Chile tudo ainda é muito preliminar, porém os avanços já sã perceptíveis.

Recentemente a imprensa noticiou as conclusões da ***Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura***, que serviram de base para as novas acusações e conseqüente indiciamento do General Augusto Pinochet como participante da ***Operação Condor*** em 13/12/2004. Pinochet foi indiciado também, na mesma data como responsável pelo seqüestro permanente (desaparecimento) de nove pessoas, e pelo assassinato de um militante comunista em1977. O juiz Juan Guzmán Tápia acredita que este seja apenas o começo das condenações ao ex-presidente, e o atual presidente, Ricardo Lagos, acredita que a História do Chile esteja sendo passada a limpo. Não é para menos, afinal os dados da Comissão são impressionantes:

> *"Cerca de 44% do total de pessoas que foram perseguidas pelo regime militar eram homens que tinham entre 21 e 30 anos. Em torno de 4% dos ex-presos políticos eram menores de 18 anos (1.080 pessoas); 226 tinham entre 13 e 15 anos e 88 tinham 12 anos ou menos.*
> *O relatório mostrou, ainda, que 229 mulheres estavam grávidas quando foram seqüestradas pelos militares. Deste total, 11 mulheres asseguraram terem sido estupradas. Outras 13 mulheres engravidaram ao serem estupradas e seis delas seguiram adiante com a gravidez.*
> *A comissão entrevistou 3.399 mulheres e quase todas disseram ter sofrido abusos sexuais."*
>
> O Globo 30/11/2004

O que podemos compreender nos dois casos estudados, é que a História é extremamente dinâmica, e no seu dinamismo, situações se revertem e acusadores tornam-se acusados, por exemplo.

> "*Nele,* (Relatório da *Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura*) *pela primeira vez, os chilenos conheceram a verdade de uma história meio encoberta, negada por alguns, silenciada por outros. Nele está o testemunho de mais de 35 mil pessoas residentes no Chile e no exterior. Vinte e oito mil desses depoimentos foram aceitos como válidos depois de estudados rigorosamente e pouco mais de sete mil passaram por um segundo crivo*."
>
> RICARDO LAGOS – Presidente do Chile.
> O Globo - 02/12/2004

A coragem dos denunciantes, e a precisão dos depoimentos têm conseguido pôr inquiridores, torturadores e assassinos nos bancos dos réus, dando uma nova visão do que foi a triste e angustiante história recente destes dois países, e da América Latina de modo geral.

DE COMO O ENSINO DE HISTÓRIA CONSTRÓI A PAZ ... DOS CEMITÉRIOS E, ASSIM, SERVE À GUERRA[1]

Rosa Maria Godoy Silveira - UFPB

É complicado pensar, hoje em dia, que os cemitérios continuem lugares de paz porque nem mesmo os mortos têm mais sossego, não mais poupados dos assaltos e roubos. Mas esta metáfora dos cemitérios (de antes da pós-modernidade, que agora mercantiliza até os cadáveres) continua fortemente impregnando em um certo imaginário social, de modo que vamos mantê-la.

Esta metáfora enuncia o silêncio da morte. O fim da vida. A paz, enfim, depois das atribulações da existência.

Lendo-a ao avesso, enuncia, portanto, que a vida é plena de vozes, de burburinho, de movimento. De História.

A própria História, para fazer-se, também tira os mortos do seu descanso eterno. Também assalta túmulos, profana cadáveres, irrompe o silêncio das vidas biologicamente extintas. E recoloca os mortos na corrente da vida, para que eles, simbolicamente, garantam este fluxo interminável.

A Educação – e, mais particularmente, o ensino de História - é a correia de transmissão entre o que *foi*, o que *é*, o que *será*. Tempos verbais do passado, presente e futuro, mas não essencialistas, não expressão de definitivos, porquanto, mesmo se pretendendo ser, não o podem nunca, pois, então, não haveria tempos verbais, só haveria o presente: **é.** Portanto: correia de transmissão do que foi construído, do que é construído e do que será construído. Na História e pela História, assim como esta se constrói na linguagem e pela linguagem**.**

1. A História que, pretendendo a paz, constrói a guerra

Yves Lacoste, em sua obra questionadora, a ponto de ser banida durante a última ditadura militar no Brasil, apontou que a Geografia dos Estados Maiores não era a mesma ensinada na Escola. Por analogia, podemos dizer que a História dos "Estados Maiores"[2] não é a mesma História ensinada.

Se História-processo é o fluxo do tempo, a História-conhecimento deveria educar a espécie humana para compreender as correntezas existenciais e aprender a nelas navegar.

Não é bem o que acontece, usualmente, nos processos educativos.

Costumeiramente, no ensino de História, aprende-se uma única correnteza, uma direção única da vida, de modo que se é constrangido a segui-la, deterministicamente, formatados que somos – os humanos - para segui-la, arrastados por e para ela, como se fosse inevitável e, fora do percurso determinado, houvesse o caos. A morte.

Esta História ensinada como um dado, e não como uma construção, está imersa no mar de representações mentais sociais que se pretendem – ilusoriamente - como definitivas no entendimento do mundo e, por assim compreenderem, se arrogam a indicar um caminho também definitivo para a sociedade.

Se, no passado, a correnteza única (concepção e educação) se configurava como a visão fatalista de um teocentrismo judaico-cristão, com a modernidade, esta correnteza única se transmutou para a concepção progressista, irreversível e linear do mercado, atualizada, em nosso presente histórico, pelo discurso único da globalização. Até mesmo certas utopias de trajetórias diversas para a Humanidade, diante do que estava posto, quando se concretizaram, foram engolfadas por semelhante pretensão de se tornarem absolutas, substituindo um pretenso definitivo por outro pretenso definitivo.

Estas imposições simplificadoras e reducionistas das experiências vividas pelos seres humanos se lastreia, por sua vez, em relações de poder na arena social, em que

certos grupos sociais buscam fazer valer as suas interpretações de mundo sobre outras, nestas interpretações estando inclusas as representações da(s) sociedade(s) passada(s) mas, sobretudo, as representações sobre o presente histórico e as configurações que deste se projetam para o futuro.

Nestes jogos de forças, as interpretações vencedoras (seus portadores) – não apenas discursiva, mas materialmente, nos espaços e instituições e nas práticas de poder – costumam desqualificar e silenciar e, no extremo, reprimir as interpretações e opções político-societárias discordantes. Nos espaços educacionais (não só escolares), é onde os detentores das interpretações hegemônicas buscam transmiti-las às futuras gerações, para conformá-las na sua visão de mundo.

As visões de mundo de fatalidade e destino – "o caminho é este, fora dele, não há salvação"[3] – são, obviamente, históricas porque engendradas em determinados e localizados tempos históricos, mas anti-históricas no sentido de buscarem o prolongamento e a eternização destes (seus) tempos históricos e a supressão do que os contradiga, os confronte. Em síntese: a elisão do conflito.

Nesta empreitada, se processa uma eugenização e higienização mentais para eliminar vozes dissonantes. Do mesmo modo que as reformas urbanas clássicas, empreendidas pelas burguesias européias a partir do século XIX, e imitadas pelas elites brasileiras no início do século XX, embelezavam as cidades (o critério do Belo medido por suas concepções de mundo e interesses) e removiam o Feio (igualmente medido, o que, em última instância, conotava os pobres, os trabalhadores, os excluídos), a Educação procede a um "embelezamento" e um ordenamento nos seus processos.

Nos espaços educacionais – com relevo, a Escola -, vários mecanismos constróem, sob a capa de "pacificação" e "consenso", aquilo que, com este efeito de verdade, não passa de uma leitura unilateral e hegemônica da História. O presente, ou seja, o universo de vivência dos alunos, não é problematizado, o passado é transmitido como

um tempo acabado e morto ou que se prolonga no presente histórico. O argumento de autoridade se impõe, mediante a visão do professor (que já porta a visão de outro professor, e este, de outro professor etc etc) ou mediante a visão do autor do livro didático, que elabora sua obra mediante os constrangimentos do mercado. Há o *dado*, um conjunto de informações postas de forma irrefutável, como uma espécie de sorte lançada ao ar para ver onde ela cai. O conflito – tão presente e manifesto[4] no cotidiano escolar – é escamoteado, a não ser quando situações mais sérias são resolvidas pela punição e a ordenação repressiva da norma. O que deveria ser, por excelência, o processo educativo, ou seja, a formação dos educandos no e pelo conhecimento, de modo a irem se construindo como sujeitos[5], e que implica, portanto, na turbulência das descobertas, dos questionamentos e dos debates, na direção reflexiva que possibilite conhecer e pensar[6], é substituído pelo silêncio. Faltando este clima de inquietação, não há conhecimento, mas apenas um amontoado de informações sem compreensão do seu significado, pois conhecimento implica sua mobilização para a vida das pessoas. Instaura-se, pois, a paz dos cemitérios.

Em tempos recentes, em decorrência da ampla disseminação da violência nas mais diversas sociedades**,** sob as mais diversas formas e escalas, têm-se engendrado Campanhas pela Paz. No Brasil, criou-se um programa oficial do Governo, intitulado Paz nas Escolas, como tentativa de minimizar a violência inscrita no cotidiano escolar. Fazem-se passeatas com os estudantes, pelas ruas, com cartazes, *slogans* e camisetas alusivos à paz, etc. Chega-se ao extremo de uma Campanha de Paz pela Paz, esvaziada de conteúdo.[7]

A elisão do conflito na Escola e a sua explicitação em episódicos debates e manifestações nas ruas serão suficientes para construir a Paz? Serão capazes de evitar a *guerra* no sentido, não necessariamente de confronto bélico, mas de hostilidades e confrontos em âmbito social e interpessoal?

2. A História que constrói a paz pelo enfrentamento do conflito (da guerra)

Não é jogando o conflito para debaixo do tapete ou tornando o processo educativo asséptico que o conflito desaparece. A paz dos cemitérios educativos/escolares alimenta a guerra, pois pretende matar a vida, a compreensão das correntes existenciais, ignorando-as. Só que estas correntes irrompem: se os mortos falam na História, que dirão os vivos? Se silenciados, poderão levantar suas vozes com maior turbulência, e, o que é grave, sem entendimento dos próprios atos que praticam. Pois não foram educados para lidarem com o conflito senão para aceitarem a violência imposta por um ensino de coisas que não lhes disseram respeito e a suas vidas, que lhes causa estranhamento.

Como escreveu o sociólogo Michel Wieviorka[8], o que faz o sujeito, é *"a capacidade de construir- se a si próprio, de proceder a escolhas, de produzir sua própria existência*", mediante o seu reconhecimento junto ao Outro, nas relações interpessoais e na comunicação intercultural, de que faz parte o modo conflitual.

Se a Educação como um todo, e o ensino de História em particular, não oferece às pessoas a possibilidade de escolhas porque lhes impõem destinos e fatalidades, portanto, não reconhecendo os sujeitos, estas pessoas buscam, de outras maneiras, que não o diálogo, expressar sua inconformidade. Se não aprendem a dialogar, como fazê-lo?

A História é o campo do conhecimento, não único, por certo, mas por excelência, que pode ajudar a construir tais possibilidades, pois, sendo o seu objeto o repertório das experiências vividas pelas mais diferentes sociedades no tempo, este repertório contém as mais diversas trajetórias percorridas pela espécie humana no enfrentamento de problemas de cada época, muitos dos quais são comuns a várias sociedades e a muitas épocas. Indo mais fundo, este repertório contém as mais diversas trajetórias percorridas no âmbito de cada sociedade, demonstrando que os grupos sociais e as pessoas têm respostas diferenciadas para os seus problemas, às vezes, para um mesmo problema, a depender de seu âmbito relacional.

Assim, o Ensino de História, antes de tudo, deve problematizar[9] os tempos históricos e as experiências vividas. É irônico que pesquisadores de História, nas suas atividades investigativas, interroguem o passado e, muitas vezes, ao ministrarem aulas, *des-problematizem* o conteúdo e o tratem apenas como dados, informações, valendo- se do argumento de autoridade, sua e dos autores em que se apóiam. Como, então, formarão profissionais de História capazes de problematizarem e ensinarem seus alunos de Educação Básica a problematizarem? No caso, a problematização do conflito como um componente das relações históricas.

O ensino de História deve assim abordá-lo e proceder a seu exame no repertório das experiências vividas, buscando compreender os seus vários condicionantes, os seus protagonistas assim como as várias respostas para o mesmo construídas. Compreender como foi erigida uma cultura do uso/abuso do poder, da força, da exploração e subordinação dos mais fracos, como "solução" para os conflitos. Poderão contra- argumentar- me: "mas os conflitos são ministrados na sala de aula, afinal, há um imenso leque de guerras, revoltas, rebeliões, etc nos programas curriculares". Isto é certo, mas não se trata do elenco de confrontos, trata-se da abordagem que se lhes imprime. Usualmente, os confrontos são simplificados da seguinte maneira: tal evento, tais contendores, tais razões de cada parte, a parte vencedora, o lado vencido. Faltou o quê? O principal: o processo do embate, as estratégias e táticas de cada parte (estamos nos referindo muito mais à dimensão política), como foi urdida a vitória, como se processou a derrota.

No contraponto, o repertório deve ser examinado quanto a outras alternativas de solução, constitutivas de uma cultura de debates, de diálogo, de pactos, de paz. Da mesma maneira, não é uma abordagem retilínea tipo: tal evento, tais contendores, tais razões de cada parte, solução, mas para além disso, a tessitura desta última.

Uma outra perspectiva, adicional, de compreender o conflito na História, é o tema da Diversidade e Pluralidade Cultural.[10] Tão mais pertinente neste nosso tempo presente,

quando a globalização recolocou na agenda esta temática. Mas a forma de apresentá-la é preocupante: o reconhecimento retórico-discursivo das alteridades não se acompanha de seu efetivo reconhecimento nas práticas sociais; o reconhecimento, mesmo se efetivado, vem acompanhado de discursos e, sobretudo, práticas de desconstrução do princípio da igualdade social, princípio esse que confere a Cidadania e deve ser comum a todas as pessoas, para além das suas diferenças e edificado a partir das mesmas. Por outro lado, a retórica do diverso tem deixado na opacidade o discurso único e as práticas de uma inevitável globalização na sua configuração capitalista, que desqualificam outras alternativas de organização societária.

O tratamento didático do repertório de diversidades socioculturais, configurando mesmo a História naquilo que lhe é mais próprio, as singularidades, necessita: contemplar o amplo espectro das heterogeneidades sociais, problematizadas pelo presente; possibilitar a sua compreensão e como certas alteridades se constituem em Identidades Sociais; examinar como muitas destas identidades, no movimento de auto-afirmação e preservação, imergem e emergem em conflitos e como tais conflitos foram/são resolvidos; examinar e refletir sobre experiências de convivência na diferença e os processos de construção de sociedades plurais.

Mahatma Gandhi afirmou: *"Não existe caminho para a paz; a paz é o caminho"*.

O ensino de História tem um papel estratégico na construção de uma cultura de paz. Pois, se queremos a paz, esta não está em algum lugar do futuro. Ela deve constituir o caminho. Ela começa aqui e agora, e deve ser a todo o tempo. Ela também está no passado, em experiências históricas que nos apontam possibilidades de convivências fraternas entre diferentes. Algumas concretas, outras fracassadas no seu momento histórico, mas latentes nas virtualidades da sua releitura e sua apropriação em um novo tempo. A História não nos dará respostas prontas como vai ser o percurso, mas a consciência, que nos permite vislumbrar que não há fatalismos nem destinos e que

somos nós, nas alegrias e nas dores, nos conflitos e na paz, sobretudo nas incertezas[11], que construímos, sob os mais diversos trajetos, a aventura humana.

Notas

[1] Este título foi inspirado no título da obra de LACOSTE, Yves. *A Geografia.- isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1985.

[2] Estamos aspeando a expressão Estados Maiores, entendendo-a com uma conotação mais ampla do que a militar, incluindo aí o sentido da direção política dos Estados.

[3] Sobre fatalismo e destino, cf. GIDDENS, Anthony, em *Modernidade e Identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Capítulo 4.: p. 104- 134.

[4] Interessante pensar estas duas palavras em uma dupla acepção de cada uma: *presente*, que marca presença e pertence ao tempo presente; *manifesto*, como aquilo que se manifesta e que é um manifesto da violência de nossa sociedade.

[5] "Le sujet, c'est la capacité de se construire soi- même, de procéder à des choix, de produire sa propre existence. C'est, pour reprendre le vocabulaire de Hans Joas ((1999[1992], p. 150), "le caractere créateur de l'agir humain". C'est la capacité de s'engager, et donc tout aussi bien, de se dégager. Et il n'est de sujet que dans la reconnaissance de sujet chez l'Autre, dans l'acceptation de l'altérité. Le sujet n'est pas pour autant um électron libre, dont la trajectoire personnelle échapperait à toute contrainte, à toute norme, à toute relation avec d'autres que celles qu'il choisirait.Il n'existe que dans la capacite à vivre des relations. Je pense même qu'il y a d'autant plus d'espace ouvert au sujet qu'il y a, précisément, dans une société, des possibilités de reconnaissance à l'ouevre aussi bien dans les *relations interpersonnelles* (em particulier dans la famille) que dans la *communication interculturelle*, et dans le cadre de *rapports sociaux*, y compris et surtout, j'y reviendrai, sur um mode conflictuel. Le sujet n'est qu'une dimension de la personne, que je distinguerai de l'individu, defini à mes yeux non pas par la production de soi- même, mais par la participation à la modernité et notamment par la consommation et l'accès à l'argent. Enfin, le sujet est pour moi une catégorie abstraite, qui trouve sa réalisation concrète la plus importante dans l'action. Mais le sujet ne devient pas toujours ou facilement ou pleinement acteur, et c'est même souvent dans l'espace qui sépare le sujet de l'acteur que s'ébauche la violence." Cf. WIEVIORKA, Michel. Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 19, n. 11, p. 21-51, jan./jun. 2004. Esta Revista é editada pelo Departamento de Sociologia da UnB e o volume referido tem como temática *Violências e Conflitualidades*.

[6] Cf. CHÂTEL, Vivianne. Réconcilier activité de penser et activité de connaître. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 17, n. 2, p. 333- 349, jul./dez. 2002. A autora integra o Cerlis – Universidade de Paris V Sorbonne, responsável pela cadeira francófona de Trabalho Social e de Políticas Sociais – Universidade de Fribourg. Neste artigo, a autora questiona a disjunção entre a atividade do pensamento e a atividade do conhecimento, e a indiferença dos cientistas às coisas do mundo, abrigados em suas Torres de Marfim.

[7] Uma crítica à Paz pela Paz pode ser encontrada em SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Por que a cultura da paz?. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares.(Org.). *Ética e cidadania nas escolas*. João Pessoa: Ministério da Justiça/Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba/Editora da UFPB, 2003, p. 13-18.

[8] Professor da École dês Hautes Études em Sciences Sociales – EHESS/Paris.

[9] Sobre a problematização, Cf. MIRANDA, José A. Bragança de. *Teoria da Cultura*. Lisboa: Século XXI, 2002.: *"... a experiência é a estruturação de certos problemas e das respostas históricas que mereceram. Problematizar significa, portanto, reabrir problemas aparentemente solucionados, que se inscreveram no "real", ganhando efetividade.(...) A modernidade é a cesura histórica que liberta a problematicidade."* http://http://pwp.netcabo.pt/jbmiranda/jbm_cultura.htm. p. 5-6. Consultado no dia 29 maio.2005.

[10] Sobre o tema, cf. DE CERTEAU, Michel. A cultura no plural, Campinas, Papirus, 1995.

[11] Sobre como lidar com a incerteza no Ensino, cf. PERRENOUD, Philippe. *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza.*Saberes e competências em uma profissão complexa. Tradução de Cláudia Schilling. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MARIANA COELHO E A HISTÓRIA DO FEMINISMO[1]

Rosana Cássia Kamita - UEL

Mariana Coelho nasceu em Portugal, em 10 de setembro de 1857 (?), em Vila de Sabrosa, distrito de Vila Real e faleceu em Curitiba, Paraná, em 29 de novembro de 1954. Sempre se destacou por adotar posicionamento favorável à emancipação feminina. No entanto, seu inconformismo em relação ao papel secundário da mulher na sociedade não se limitava apenas a uma conduta pessoal, mas vinculava-se inclusive com sua postura de escritora. Dentre os muitos artigos escritos e palestras proferidas, a obra de maior relevo dedicada aos ideais feministas foi o livro *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, cuja primeira edição data de 1933. A segunda edição foi publicada graças ao empenho da Profª Drª Zahidé L. Muzart, quem – através de pesquisas sobre escritoras do século XIX – descobriu referência sobre a primeira edição dessa obra e empreendeu tempo e dedicação para que o livro se tornasse novamente acessível à leitura e à pesquisa.

A escritora elege dois pareceres sobre sua obra elaborados por Rocha Pombo e Dario Veloso. Rocha Pombo foi um dos primeiros a elogiar a presença intelectual de Mariana no Brasil e a escritora demonstra valorizar sua opinião ao publicar a apreciação crítica feita por ele, da qual destaco o seguinte trecho:

> Acabo de ler os originais do livro que vai publicar sob o título de *Evolução do Feminismo*. Não me limitei a tomar-lhe as proporções: li integralmente todos os capítulos; e não posso reprimir a minha satisfação ao reconhecer o valor desta obra, em que V. Ex.ª revela ainda uma vez as suas qualidades de escritora, a sua vasta erudição histórica, e a segurança com que versou o seu assunto. Julgo que é este um trabalho que tem de ficar em nossa história literária.[2]

Rocha Pombo demonstra em seu parecer ser simpatizante ao movimento feminista que estava se gestando no Paraná com a liderança de Mariana Coelho, ou seja, assim como havia críticas em relação ao feminismo, havia igualmente aqueles que consideravam legítimas as aspirações femininas para uma ampliação do espaço na sociedade. O comentário de Dario Veloso relaciona o movimento feminista com outros ideais defendidos pelo escritor e livre-pensador:

> É o criterioso e valioso labor de sua existência, consagrada honestamente ao trabalho e ao estudo.
>
> Publicado, prestaria admirável serviço à causa liberal, pelos conceitos emitidos, pelo conjunto de assuntos tratados com largueza, elevação e sinceridade.
>
> Não conheço, no gênero, obra tão completa, de tão rica documentação.
>
> Quem a imprimisse e vulgarizasse, renderia, além de um preito a seu talento e esforço, nobre auxílio à causa magnânima da emancipação do espírito humano.
>
> O mérito de quem a pudesse publicar se realçaria à luz da própria obra.
>
> [...]
>
> Seu livro, como as obras dos escritores gregos, tem a mais o mérito de haver sido longamente pensado. Fruto de anos de pacientes pesquisas, exigiu ainda numerosas cartas de informações, toda uma correspondência intensa que a relacionou com o alto mundo feminista, e despertou em dezenas de pessoas o desejo de conhecer o seu trabalho.[3]

Dario Veloso evidencia o fato de que Mariana mantinha intenso contato através de cartas, telegramas e viagens com pessoas que tinham ideais em comum. Portanto, não é o caso aqui de uma pessoa que agisse intuitivamente pela emancipação feminina, mas uma estudiosa do feminismo, que levava adiante seus projetos de ampliação do espaço de

atuação para a mulher, estendendo sua postura militante para os ofícios que exercia, enquanto profissional ligada à educação e escritora. Rocha Pombo e Dario Veloso interessavam sobremaneira à Mariana porque representavam uma elite intelectual masculina e nesse aspecto é possível pensar que isso esteja diretamente relacionado com o fato de conseguir respaldo para sua luta em favor do feminismo. Não seria inteligente de sua parte isolar-se e tornar-se mártir de uma causa perdida, portanto, melhor estar próxima a pessoas que garantissem apoio a seus escritos, pois assim poderiam ser lidos, e sendo lidos sempre haveria aqueles que refletiriam sobre antigos conceitos e quem sabe julgassem como oportuno o momento de modificações em seu modo de pensar. A obra não era portanto, "para" mulheres, mas dirigida aos leitores em geral, com a intenção de que seu conteúdo fosse discutido e não se restringisse ao modo de pensar de uma pessoa, mas que representasse um anseio legítimo, que tivesse que ser encarado de maneira séria. O conteúdo da obra nos mostra o quanto a postura de Mariana Coelho estava bem à frente das discussões empreendidas à época, seu contato com outras feministas e novas idéias não se limitavam a torná-la uma pessoa informada, mas a partir do conhecimento do que ocorria em relação ao movimento feminista ela ia além, empreendendo caminhada própria, contribuindo diretamente para escrever a história do título do livro.

A obra é extensa e por certo demandou muito tempo de dedicação para que fosse concluída, uma vez que a autora se dispôs a realizar um histórico sobre a participação feminina na sociedade através do tempo e em países diversos. Impressiona o quanto ela demonstra ter conhecimento das principais questões feministas em diferentes pontos geográficos.

Na "Introdução" do livro, Mariana aproveita o espaço para responder a uma pergunta que vem sendo insistentemente feita a ela: " Por que somos feminista? – Eis uma pergunta ingênua de que várias vezes temos sido alvo, por parte do sexo masculino."[4] Mariana mostrava-se preocupada com o tom de deboche com que as idéias feministas eram recebidas, uma vez que se fossem tidas como motivo para chacotas, o caminho para a ampliação do debate estaria comprometido, e as feministas permaneceriam com a imagem

estereotipada, de mulheres feias e mal amadas que se recusavam a compreender o valor de serem as responsáveis pelo lar e pela perpetuação da espécie.

A autora destacou o que significou para a mulher a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que obrigou muitas nações a se reestruturarem e de uma forma coercitiva admitirem uma maior ampliação da participação feminina na sociedade, uma vez que os homens estavam às voltas com o conflito. Dessa forma, a ela foi garantido o direito ao trabalho fora do lar, ainda que isso causasse novos impasses no decorrer do tempo, como a questão da menor remuneração ao trabalho feminino e a dupla jornada de trabalho. Mariana lamenta a posição subalterna da mulher:

> A fatalidade da lei sociológica que fez a divisão do trabalho, estabeleceu a diferença de deveres entre os dois sexos, dando à mulher os serviços caseiros e, naturalmente, os encargos da maternidade, colocando na arbitrária mão do homem o cetro do domínio – e sentenciando à sua companheira uma existência de submissão – que os legisladores de todos os tempos exageraram a ponto de a reduzirem ao deprimente papel de verdadeira e indefesa escrava.[5]

A subordinação da mulher é histórica, como histórica é a predominância masculina no centro das decisões, com raras exceções a uma e outra assertiva. A indignação de Mariana ao discorrer sobre o modo como muitas mulheres eram tratadas ainda nas primeiras décadas do século XX demonstra claramente o inconformismo perante essa situação, principalmente porque homens – compreensivelmente – mas mesmo mulheres não viam, ou recusavam-se a ver, a total falta de eqüidade nas relações entre os sexos.

Sempre que ela aludia ao conflito mundial, mostrava a preocupação em esclarecer que se tratava de uma terrível experiência, que as nações jamais deveriam ter chegado a esse ponto. Depois de reiterar seu posicionamento pacifista, expunha os motivos pelos quais a guerra, de certa forma, havia impulsionado a emancipação feminina. Como os

homens estavam mais diretamente envolvidos nos confrontos, restava delegar às mulheres tarefas até então cerceadas à sua atuação. Assim sendo, elas passaram a ocupar diferentes esferas, no trabalho fora do lar ou mesmo na administração dos bens da família. Isso fez com que fossem valorizadas e também ofereceu a oportunidade de mostrarem que seriam capazes de exercer outras funções além daquelas ligadas aos afazeres domésticos. Mariana preocupou-se em frisar o patriotismo feminino e tomou por exemplo Rosa Luxemburgo,[6] socialista com coragem suficiente para questionar o autoritarismo militar alemão e lamentou a forma como pagou com sua vida a dedicação a uma causa. Novamente a autora explicita suas convicções pessoais:

> Conquanto nos seja simpática a causa do socialismo moderado, racional, não perfilhamos, absolutamente, o terrorismo, pela repugnância que nos inspira – pois que não pode achar guarida num bem formado espírito feminino. Conseqüentemente Rosa Luxemburgo nos parece uma das exceções estupendas que por vezes surgem no cenário das grandes revoluções sociais. Mas também não abdicamos o direito que nos assiste, e cuja elevada significação cala em nossa alma, de admirar todo o adepto de uma causa pela qual ele sacrifica o que tem de mais precioso – a própria existência.[7]

Mariana nos dá conta de que acompanhou os acontecimentos, a atuação de Rosa Luxemburgo até sua morte e o funeral, através de “telegramas de Berlim”.

Ao tratar dos direitos políticos das mulheres, a autora apresentou um minucioso estudo com a situação de vários países: se concediam ou não o direito de voto, em que ano isso se deu, quais conquistas advieram depois disso, com destaque às mulheres que integravam os parlamentos. Um argumento relevante que ela oferece para as mulheres com o objetivo de que se dêem conta do valor do voto, diz respeito aos projetos de leis que, com a atuação feminina direta – através do voto ou como política – teriam maiores chances de serem aprovados e postos em prática. Seu espírito dinâmico e vanguardista empreendia

esforços para que as atenções fossem direcionadas a questões como o amparo à velhice, a proibição da prostituição, investigação de paternidade e reconhecimento dos filhos ilegítimos e direito ao divórcio. Mariana Coelho estava bem à frente de seu tempo ao defender essas idéias, as quais exigiriam muito empenho para que se tornassem uma realidade. O Estatuto do Idoso foi sancionado no ano de 2003; a prostituição mantém-se como um problema a ser resolvido; a partir da década de 1980 o exame de DNA facilitou o estabelecimento de vínculo genético, porém, ainda hoje as mães com menor poder aquisitivo aguardam meses para terem acesso a essa comprovação científica; quanto ao divórcio, foi uma conquista em 1977. Esses dados contribuem para estabelecer a importância de pessoas como Mariana Coelho, que com seu arrojo impulsionaram debates de idéias de suma importância, as quais ainda levariam décadas para serem encaminhadas de maneira efetiva e outras que permanecem até hoje aguardando solução.

A autora demonstrava profunda crença na capacidade feminina, por isso expôs que a civilização era a responsável por conceber as mulheres enquanto sexo frágil, o que levou muitas a se reconhecerem nessa assertiva. Em seu entender, ao contrário, faltava educação, uma profissão e auto-confiança. Não admitia idéias que se pretendiam científicas as quais afirmavam a inferioridade física e intelectual da mulher.

O princípio maior que norteava os pensamentos feministas da autora referiam-se à capacidade feminina para desempenhar qualquer função. Por isso o livro traz diversos exemplos da ação da mulher em vários pontos geográficos de diferentes continentes; foi uma tentativa de mostrar a validade de sua premissa. Quando ela examinou o civismo em tempos de guerra, fez a seguinte afirmação: “A mulher das nações beligerantes provou admiravelmente o valor do seu alevantado civismo e da sua indiscutível capacidade no desempenho de todas as profissões masculinas.”[8]

Em excerto de um texto publicado à época, registrou-se:

Quem compulsar a "Evolução do Feminismo" fica conhecendo a história e a evolução completa da mulher, desde as suas mais remotas origens até aos nossos dias. Verá nele que houve países onde a mulher foi igual, se não superior, ao homem, particularmente na Índia onde chegou a ter culto supremo. "a humanidade só progride pelo martírio", afirma Mariana Coelho. Efectivamente – e ela o constata no seu livro – uma das consequéncias imediatas da Grande Guerra foi a alforria social e política da mulher.

Toda a mulher deve ler "Evolução do Feminismo" onde encontrará a sua história e a razão que a todas assiste de serem feministas. Ali verá quantas das suas irmãs iluminadas pela luz da sciéncia e da história, com coragem e perseverança inauditas trabalharam pela vitória das ideas que hoje nos felicitam a todas. Mariana Coelho merece o reconhecimento de todas nós, mulheres, a quem ela oferece uma bíblia das suas liberdades e dos seus direitos. – 7/2/934.

Ermelinda dos Stuarts Gomes – Africanista e indianista portuguesa. – (Do "Diario de Coimbra).[9]

---

[1] Este texto é uma reelaboração de um capítulo de minha tese de doutorado intitulada "Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho". Orientação: Profª Drª Zahidé Lupinacci Muzart. UFSC, 2004.

[2] COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. 2ª ed. Org. Zahidé L. Muzart. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p. 25.

[3] Ibid., p. 27.

[4] Ibid., p. 29.

[5] Ibid., p. 37.

[6] Rosa Luxemburgo (1871-1919). Polonesa, de origem judaica, ligada ao Partido Comunista Alemão. Foi assassinada pelos contra-revolucionários alemães.

[7] COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, op. cit., p. 89-90.

[8] Ibid., p. 81.

[9] COELHO, Mariana. *Cambiantes (contos e fantasias)*. Curitiba: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940.

OS MANUAIS DA URBANÍSTICA COMO DIVULGADORES DE UMA PRÁTICA MODERNA NO BRASIL (1900-1950)

ROSANA STEINKE

Cem anos de história do urbanismo, cem anos de uma tentativa consciente de pensar disciplinarmente a cidade, possibilita desalinhavar uma densidade conceitual que se apresenta fragmentariamente no discurso sobre a cidade atual. Porém, fundamentalmente, se trata da recuperação de um pensamento que contém uma dimensão utópica. A constituição de uma urbanística em fins do século XIX se realiza sobre eixos que, de várias formas, atravessarão toda a sua história. Uma série de instrumentos e técnicas, que provêem de diferentes campos do pensamento se articulam na formação de uma nova disciplina que vai consolidar-se não só em sua atuação sobre um objeto – a cidade – mas também na própria reflexão sobre a sua atuação. Esta reflexão perpassa a idéia de uma cidade diferente, tanto em sua conformação física, como em uma pretendida correspondência de um ideal de sociedade, ou seja, a possibilidade de reformar a cidade aparece então indissoluvelmente unida à possibilidade de reformar a sociedade.

Choay propõe chamar de instauradores os escritos que tem por objetivo explícito a constituição de um aparelho conceptual autônomo que permita conceber e realizar espaços novos e não-aproveitados, sendo que estes são formados pelas três categorias: dos tratados de arquitetura, das utopias e dos escritos do urbanismo, solidarizados por seu projeto fundador de espaço. As utopias, então, não pertencem apenas ao universo da ficção, mas se constituem como parte integrante das teorias de urbanismo, como um texto inteiramente instaurador, ao incluir dois traços comuns a estes escritos: a abordagem crítica do presente e a projeção de um modelo, que poderia servir para a concepção de espaços reais.

A diversidade cultural dos ambientes em que estas idéias foram geradas e transmitidas, no entanto, irão derivar em diferentes experiências. Este é o caso do movimento *city beautiful* americano como uma re-interpretação da tradição barroca parisiense, no racionalismo que culminou no movimento moderno, nos traçados onde sobressaem o pitoresco para as áreas residenciais – e o barroco para as áreas do centro, podendo ser pensada até mesmo como divisora de correntes urbanísticas. Cabe então, ao olhar do historiador, perscrutar o passado, esse estrangeiro, como foi dito, mas não buscando formas determinadas, e sim a híbrida, a trans-formação dos conceitos, seja na prática, seja na própria transmissão das idéias.

Aportamos, sem dúvida, no campo específico da historiografia, onde a micro-história, ou a chamada história local, ao circunscrever-se dentro da própria história sóciocultural, possibilita uma leitura crítica da sociedade e suas representações. Em outras palavras, pode-se pensar nos trabalhos de historiadores como Roger Chartier e Bernard Lepetit, dos quais emerge a possibilidade de uma interpretação, vislumbrada a partir de relações de circularidade e troca entre universos distintos, simultâneos e entrecruzados, que se expressam, ou ainda, de maneira bastante sugestiva.

Os tratados e manuais, bem como as exposições e os concursos, no cenário do planejamento urbano e da arquitetura, têm um caráter divulgatório, atuando como influenciadores e cumprindo um papel destacado nas interlocuções das concepções urbanísticas entre os continentes. Temos nessa primeira metade do século XX uma série deles atuando como disseminadores das idéias sobre urbanismo e do que estava sendo realizado em termos urbanísticos no mundo. Neles, encontramos toda uma sorte de soluções, modelos, tipos, bem como suas adaptações e realizações. Para os urbanistas, suas viagens eram também um campo experimental – e divulgatório – como é o caso de Bouvard e Barry Parker em São Paulo, Agache e Le Corbusier no Brasil e na Argentina, bem como a ida de Ebenezer Howard para os Estados Unidos e dos teóricos Werner Hegemann e Karl Brunner que também tiveram essa experiência, como ainda trataremos.

Ao chamar a atenção para a fundamental importância das formulações teóricas e representações sobre a forma da cidade que vem da tratadística, esta comunicação intenta um resgate dessas mesmas fontes buscando eleger algumas das principais em circulação no período, na busca de compreendê-las nestes interstícios. Portanto, é a partir da leitura do conteúdo destes manuais que se buscará identificar o discurso sobre a cidade que aparece neste período, introduzindo uma forma que adquire diversos significados. Pensar sobre esses significados, é admitir também um rompimento radical com as propostas renascentistas e barrocas, onde a cidade é um meio de se pensar e representar diversos ideais, aparecendo como um meio de reflexão. Já na cidade do século XIX – e seu entorno – ela é o objeto de reflexão. Um objeto que aparece embrionariamente e fragmentariamente no discurso dos primeiros pensadores utópicos mas que se desvencilha e toma uma forma pragmática, como na ação de Haussmann sobre Paris, por exemplo.

Um dos manuais muito divulgado foi escrito por um engenheiro-chefe de *ponts et chaussées*, que se dedicou a um tratado sobre a cidade. Joyant, escreveu seu

Traité D'Urbanisme, publicado em Paris, em 1923. O 'Traité d'Urbanisme' de Joyant é a primeira sistematização das concepções da 'Societé Française des Urbanistes'. A influência desta sociedade pode ser observada em nosso país através do ensino da Escola Politécnica da USP, bem como através de algumas discussões entre os profissionais da época, que também se aproximava de um modelo germânico, se caracterizando pelo ensino de ciências fundamentais e pela ênfase em ciência aplicada, o que significava, no contexto brasileiro, um direcionamento para uma mentalidade condizente com o processo de modernização tecnológica e industrial que começava a se sobressair no país. Buscava-se formar profissionais aptos a pensar na escala da cidade, elaborando planos globais que envolviam saneamento, circulação e desenho urbano.

Esse é o caso do livro de Camillo Sitte *Der Städtebau (A Construção de Cidades segundo seus princípios artísticos)*, a maioria dos escritos alemães sobre urbanismo, entre eles Baumeister, Stübben, Groecke, Eberstadt, bem como o inglês Ebenezer Howard com o livro *To-morrow: a Peaceful Path to Real Reform*, publicado pela primeira vez em 1898, e editado novamente em 1902, sob o título *Garden Cities of To-morrow*. Além destes, o projeto de Radburn, subúrbio-jardim americano realizado nos anos 20, por Clarence Stein, e a bibliografia concernente a esse assunto me parece interessante. Atenta-se também para o fato de que os projetos, pelo que se pôde observar, trazem na maioria das vezes, indícios de mais de um modelo urbanístico, conjugados. Desde o traçado *city beautiful*, *beaux-arts*, cidade-jardim, bem como o subúrbio, ou o desenho racionalista, pode-se identificar também as questões de zoneamento funcional do espaço urbano, o caráter cívico-administrativo, as funções residenciais e econômicas, a partir de hierarquias.

De igual importância temos também a atuação do arquiteto inglês Unwin e sua obra *Town Planning in Practice: an Introduction to the Art of Desing in Cities and Suburbs*, escrita em 1909, um manual de desenho tipo '*garden city*', amplamente

divulgada entre os profissionais da engenharia, inclusive em nosso país. O desenvolvimento da idéia de cidades-jardins na Inglaterra, como as mesmas se constituíram - o ideal e a prática, a influência da experiência americana e o "deslizamento" para o subúrbio jardim, bem como estas idéias atravessam o Atlântico e se desenvolvem por aqui, é foco fundamental de reflexão. Perscruta-se, neste caminho, até que ponto a travessia para os trópicos destes modelos teve influência na conformação física de nossas cidades.

A obra de Le Corbusier, *Urbanisme* (1922), a Carta de Atenas (1942) e as formulações do Grupo Ascoral (1948), mostra, por sua vez, propostas de cidades lineares industriais, a organização funcional da cidade, a utilização do instrumento de zoneamento, a organização dos núcleos residenciais seguindo o modelo de unidades de vizinhança, também presente na obra de Unwin, além da necessidade do planejamento em escala regional. Também em Sert, ao escrever uma versão do Congresso do IV CIAM: *Can our Cities Survive*?, em 1943, a busca é pela resposta dos problemas através da célula mínima de habitação, considerada como tipologia repetível, preocupações com a falta de espaço, luz, privacidade, higiene, não como um problema das grandes cidades, mas também de áreas industriais superpovoadas. Possivelmente, a contribuição do Movimento Moderno no Brasil possa ser considerado o assunto, do presente elenco, mais investigado pela nossa historiografia. Embora admita-se aqui a grande disseminação do movimento moderno em nosso país, através dessas obras, a escolha recai sobre a possibilidade de estudá-lo dentro do contexto dos manuais e tratados, visto que a maioria de suas formulações já estavam presentes em várias obras anteriores, não se diversificando então enquanto uma proposta única e original, mas também fazendo parte do mesmo arcabouço teórico onde floresceu a maioria das propostas.

Além da circulação destes manuais estrangeiros entre os profissionais da área de urbanismo no Brasil, a presença de alguns urbanistas europeus e a publicação

de manuais na América do sul fizeram a conjugação entre o campo experimental e teórico. Esse é o caso do manual do Prof. Karl Brunner (1887-1960), austríaco, que atuou no ensino e no planejamento na Áustria, Chile e Colômbia[1]. A prática urbanística de Brunner tem vínculos com a manualística alemã e o legado vienense.[2] Sua relevância está em introduzir modificações na prática urbanística chilena, marcada por propostas geometrizantes, planimétricas e uma visão arterialista. Em Brunner não se encontra uma visão de cidade que se faz sobre a *tábula rasa*, nem uma proposta mais fechada própria dos franceses ou da urbanística francesa. Há, outrossim, um diálogo entre o que existe e a proposta a ser inserida. Propõe configurar novos signos morfológicos na estrutura arquitetônica, a partir de um reforço da centralidade dos edifícios importantes. Critica a malha xadrez, dizendo que não permite o espaçamento adequado dos edifícios que devem cumprir o rol decorativo e de representação, bem como a abertura de diagonais para reforçar a hierarquização do tecido construído, a centralidade. Em Bogotá trabalha sobre a relação entre o núcleo de fundação, a primeira expansão e o crescimento perimetral. Brunner propõe recompor o tecido urbano dessa expansão e configurar os tecidos morfológicos que induzam ao reordenamento. Realiza, assim, um exercício de reconstrução da cidade, justapondo o plano existente aos seus projetos, incorporando o zoneamento e cidades-satélites, como questões práticas. Nos anos 40 concebe a cidade-satélite de El Salitre, para corrigir o crescimento linear espontâneo de Bogotá, rodeada de um cinturão florestal e pensada com baixa densidade (60 mil habitantes). É perfeitamente possível reconhecer na obra e no manual de Brunner alguma influência sitteana no que diz respeito a estética da cidade e Unwin na relação entre cidade e natureza.

---

[1] BRUNNER, Karl. H. **Manual de Urbanismo**. Tomos I e II, Bogotá, Colômbia: Imprenta Municipal, 1940.

[2] FIGUEROA, S. Jonas. *La Ciudad Demostrativa*. In: **Revista de Arquitectura. Facultad de Arquitectura Y Urbanismo**, nº 8. Universidad de Chile. Santiago: Impresos Universitaria S. A., 1996. Pág. 4-7. Também, na mesma edição, dedicada à Karl Brunner: FERNANDES, Manuel. *Modelos e imaginarios europeos em urbanismo americano 1900-1950.* Igualmente em HOFER, Andréas. Karl Brunner. y el urbanismo en America Latina.

A partir desta breve incursão sobre a manualística, apresenta-se uma primeira seleção de obras, consideradas como as principais difusoras do pensamento urbanístico correspondente ao período estabelecido, ou seja, a primeira metade do século XX:

Conforme aponta Peña, mais de cem anos se passaram desde que Camillo Sitte, Ebenezer Howard, entre outros, publicaram a primeira edição de suas obras. Contudo, existem motivos para revisitar estas obras, incitando suas leituras, recordando suas raízes. Segundo este autor, a substância que forma originalmente estas obras não é a mesma que alimenta o pensamento reformista no decorrer de suas realizações, e que acabará se apoderando da idéia e de sua materialização, o que pode ajudar também a compreender a crise urbana atual.

Referências

ABERCROMBIE, P. The Greater Plan. London: H. M. Stationery Office, 1944.

BRUNNER, Karl. H. Manual de Urbanismo. Tomos I e II, Bogotá, Colômbia: Imprenta Municipal, 1940.

CALABI, Donatella. Storia dll'urbanistica europea. Questioni, strumenti, casi exemplarri. Torino: P. B. Mondadori Editori, 2000.

CALABI, Donatella. *Werner Hegemann, o de la ambigüedad burguesa de la urbanística.* In: Casabella, nº 428, 1977.

CHARTIER, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações. Lisboa: Dibel, 1990.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CIUCCI, G., DAL CO, F., MANIERI-ELLIA, M., TAFURI, M. La ciudad americana. De la Guerra Civil al New Deal. Barcelona: Gustavo Gilli, 1975.

FICACCI, Luigi. Piranesi. The Complete Etchings. Roma: Taschen, 2000.

FISHMAN, Robert. Bourgeois Utopias. The Rise and Fall of Suburbia. New York: Basic Books Inc. 1987.

HALL, Peter. Cidades do Amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

HEGEMANN, W. PEETS, E. The American Vitruvius: an architect's handbook of civic art. New York: Princeton Architectural Press, 1989 (1922).

HOFER, Andreas. Karl Brunner y el urbanismo europeo en América Latina. Bogotá: El Áncora Editores, 2003.

HOWARD, E. Cidades-Jardins do Amanhã. São Paulo, Hucitec-EDUSP, 1996.

JOYANT. Librairire de l'enseignement technique. Paris: Leon Eyrolles Editeur, 1923.

LE CORBUSIER. A Carta de Atenas. São Paulo, HUCITEC-EDUSP, s/d.

LE CORBUSIER. Planejamento Urbano. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LE CORBUSIER. Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEME, M. C. da Silva (Coord.). Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/FAU/USP/FUPAM, 1999.

LEPETIT, Bernard. Por Uma Nova História Urbana. São Paulo: EDUSP, 2001.

MANCUSO, Franco. Las Experiencias del Zoning. Barcelona: Gustavo Gilli, 1980.

PICCINATO, Giorgio. La costruzione dell'urbanistica. Germania 1871-1914. Roma: Officina Edizioni, Seconda edizione, 1977.

SALGUEIRO, H. A. Cidades Capitais do Século XIX. São Paulo: EDUSP, 2001.

SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

UNWIN, Raymond. La Practica del Urbanismo. Una introducion al arte de proyectar ciudades y barrios. Barcelona: Gustavo Gilli, 1984 (1909).

Pesadelo colorido: meta-representação da guerra em *Aleluia, Gretchen!* (Sylvio Back, 1976)

Rosane Kaminski[1]

Entre o roteiro e o filme

Assim como ocorre em outras produções artísticas, a fatura de um filme se funda sobre os atos da *seleção* e da *ordenação*. Entre o projeto inicial (do qual o roteiro original pode ser considerado um documento) e a obra finalizada (o filme que chega ao público), o processo de selecionar e ordenar vai aos poucos moldando a configuração visual, sonora e verbal que constitui o filme até chegar ao ponto em que o diretor o tome por finalizado, ou ao menos até que ele se considere satisfeito dentro dos alcances encontrados para dar forma às suas idéias e ao seu desejo de criar.

Neste "espaço" que se constitui entre a existência do roteiro original e a existência do filme, se articulam certas tensões que envolvem, de um lado, as intenções políticas e estéticas dos roteiristas e do diretor do filme, e de outro, os limites para a viabilização destas propostas, limites que vão desde as implicações tecnológicas e financeiras até as demarcações impostas pela linguagem cinematográfica para a expressão de tais idéias. Deste modo, muitas vezes são necessárias alterações sobre os projetos originais, como pode ser observado no caso do filme *Aleluia, Gretchenl*, dirigido por Sylvio Back em 1975 e lançado a público em 1976.

O roteiro de *Aleluia, Gretchen!* foi escrito pelo próprio Back com a colaboração de Milton Volpini e de Manoel Carlos Karan. O filme aborda o fenômeno nazista no sul do Brasil através da saga de uma família de imigrantes alemães – os *Krantz* – que teria chegado ao Brasil em 1937, e cuja história fictícia se desenrola até meados dos anos 70. O recorte temporal representado na película abarca acontecimentos políticos e militares de relevância nacional (como a ditadura Vargas e o período do governo militar) e mundial (a Segunda Guerra Mundial e a guerra fria), que funcionam como pano de fundo para a apresentação da

idéia central do filme, que é a permanência das idéias totalitárias em detrimento das transformações históricas. Um dos motes para justificar esta permanência trans-histórica de certos processos ideológicos seria a reprodução de valores hierárquicos e desiguais na sociedade através de rituais preservados pelos grupos sociais, de hábitos disciplinares e da educação escolar e familiar.

Entre o roteiro e a versão definitiva do filme, porém, observa-se a supressão de um grupo de cenas que teriam um valor emblemático em relação à idéia central do filme. Pretendo, portanto, analisar uma pequena seqüência de fotogramas do filme, e confrontá-la rapidamente a outras três cenas que foram idealizadas e descritas no roteiro mas, no processo constante de seleção e ordenação que existe em todo ato artístico, foram deixadas fora do filme.

A seqüência do filme escolhida para análise não ultrapassa 50 segundos, todavia acaba por sintetizar aquela idéia de reprodução dos valores de desigualdade e de violência totalitária que perpassa o filme como um todo. De tão emblemática em relação aos juízos emitidos no filme, os fotogramas desta cena foram amplamente utilizados na divulgação do filme, em seu cartaz e também em reportagens jornalísticas. Trata-se de uma representação dentro da representação, na qual um grupo de crianças participa de um desfile militar e encena atitudes bélicas, vestindo uniformes nazistas e empunhando metralhadoras.

Crianças nazistas

A câmera está fixa, captando um plano geral num enquadramento suavemente *plongé*, onde os únicos sinais de movimento são dados pelo tremular de bandeirinhas coloridas em fios que formam linhas horizontais, e pelo balançar lento das fileiras amarelas em perspectiva frontal ao som da marcha militar que dá o ritmo à cena. Além de resultar numa imagem que reforça o caráter bidimensional da tela de cinema, este plano gera uma sensação de estagnação, de “intemporalidade” que, se interpretada em relação ao filme como um todo, reforça a idéia de permanência. Por longos segundos, é esta “pintura” quase

abstrata e geométrica (lembre-se que as bases conceituais de vários defensores da abstração geométrica repousam sobre idéias de universalidade, que transcendem os rumores históricos) que nos é dada ao olhar, onde um significado cívico é sugerido pela música de banda e pelas bandeirinhas que lembram festividade. Há um corte, e no plano seguinte uma câmera mais baixa nos leva para dentro de um desfile. Mergulhamos nesta imagem aparentemente imóvel, estagnada, para perceber nela, aos poucos, as ações humanas no espaço físico. As "linhas amarelas" que antes se embalavam no ritmo da marcha agora são reconhecidas como filas de crianças vestidas com uniformes amarelos, que estão de costas para o observador, e formam uma banda colegial. A música já não parece partir da enunciação, mas torna-se enunciado. É executada pelas crianças que também realizam evoluções num desfile cívico-militar, numa espécie de pátio. A câmera movimenta-se vagarosamente para a frente, como se ocupasse o ponto de vista de uma destas crianças que desfila, e este movimento nos permite aos poucos reconhecer, ao fundo, uma fileira horizontal de crianças vestidas de preto das quais a câmera se aproxima. Elas também estão de costas para o observador, participam do mesmo espetáculo. Novo corte, e agora vemos uma destas crianças de frente, em plano médio. São meninos vestidos de soldados nazistas que empunham armas, e bruscamente o som de uma rajada de metralhadora se sobrepõe à música da banda, enquanto a câmera movimenta-se para o lado, focalizando um a um os rostos destes meninos que encenam uma execução. Estão com as faces pintadas de um branco azulado deixando evidente o caráter de teatralidade, e a direção de seus olhares para a câmera indica que esta agora ocupa o ponto de vista de seu "alvo". Ao fundo, a banda e o desfile continuam, numa movimentação colorida onde predomina o amarelo. Muda o plano, e a objetiva agora nos restitui a posição de espectador: está mais distante, de frente para os meninos-nazistas, e podemos ver entre estes e a câmera as vítimas da rajada: outro grupo de crianças que caem como mortos. Logo a câmera volta a assumir a posição entre as crianças de amarelo colocando o espectador como participante daquele desfile, e vai se aproximando da cena de execução (como um

“retorno no tempo”, já que as crianças vítimas estão novamente em pé e novamente as vemos cair, agora de frente). Apenas uma das crianças na fileira dos executados não tomba: é um menino quase nu, fantasiado de índio, que finalmente ocupa o centro da cena, com o olhar fixo na objetiva. Com este efeito dramático, Back dirige-se diretamente ao espectador, pois este se sente atingido pelo olhar do menino. Ainda vemos mais uma vez os meninos-nazistas de frente, em plano médio, e eles continuam a metralhar.

Figura 1: fotograma de *Aleluia, Gretchen* (Back, 1976)

Dentro do contexto diegético de *Aleluia Gretchen!*, a seqüência descrita acima quebra a montagem linear que predomina no filme, pois a cena é de certo modo “enxertada” dentro do enredo, sem que se possa identificar o local em que se passa, e nem identificar fisicamente neste ritual os personagens da história narrada – ainda que se relacione com alguns deles num âmbito ideológico e mesmo contextual, pois a cena traz os signos da Segunda Guerra que eclodiu pouco tempo após a data que os *Krantz* teriam chegado ao Brasil. Constitui, assim, uma cena expressa apenas ao olhar do espectador, que “escapa ao saber dos personagens”[2], apesar de estar prenhe de referências a eles.

Esta seqüência é uma das poucas em *Aleluia, Gretchen!* onde o gesto prevalece sobre a fala, já que os diálogos ocupam no filme uma posição predominante[3]. Pode ser entendida como uma espécie de entreato entre os dois primeiros blocos do filme, pois os fotogramas seguintes apresentam uma legenda indicando a data “1942 a 1945”. *Aleluia, Gretchen!* é composto de quatro blocos, cada um deles separado do outro por legendas indicativas dos períodos a que se referem: o primeiro marca a chegada da família *Krantz* em 1937; o

segundo é demarcado pela data 1942-45; o terceiro começa com 1955; e o quarto com a legenda “hoje”, referindo-se ao momento presente da produção do filme. Entretanto, mesmo que não pertença à história familiar dos *Krantz*, a cena dos meninos-nazistas sintetiza, a seu modo, aspectos do tema que embasa o filme: a permanência das idéias totalitárias, a relativa autonomia dos processos ideológicos em relação às modificações históricas.

Situando-se entre os dois primeiros blocos, a seqüência parece, assim, resumir a situação mundial de guerra do tempo histórico representado. Mas ao invés de o cineasta mostrar combates entre soldados adultos com armas verdadeiras, opta por um tratamento ao mesmo tempo elíptico (a supressão de cenas de batalhas) e metafórico da guerra, representando o conflito através de uma celebração cívica realizada por crianças, que teatralizam/reproduzem os gestos violentos e insanos dos adultos. O sentido metafórico da cena é ao mesmo tempo dramático e ideológico: dramático, justamente porque não se relaciona imediatamente com a ação do filme, adquirindo um aspecto de elemento extra-diegético. E ideológico, porque tem por finalidade fazer brotar na consciência do espectador uma idéia cujo alcance ultrapassa o quadro de ação imediata, mas sugere uma concepção mais geral que sintetiza o tema do filme como um todo. A reprodução da violência da guerra através da encenação infantil supõe a efetiva reprodução social das idéias de disparidade e agressão através das gerações, o que garante a permanência destas idéias, em detrimento das transformações históricas.

Há ainda um tom *nonsense* na cena, pois o ato da execução de morte justapõe-se ao clima colorido e festivo, e porque esta festividade se desenvolve apenas ao olhar do espectador: além das crianças em cena, não há uma pessoa sequer, uma platéia, alguém que assista ao espetáculo. A tonalidade *nonsense* também permeia o filme pelo fato de os personagens não envelhecerem ao longo dos 40 anos que compõem a história. A chave para a interpretação deste fenômeno é dada ao espectador através da frase emitida pelo personagem Aurélio, na cena do piquenique que encerra o filme: *quando as idéias não envelhecem, o corpo resiste.*

Esta mesma frase-chave pode servir de interpretação à presença daquele entreato que apresenta os meninos-nazistas, pois são crianças que metralham umas às outras, espelhando atitudes dos adultos, o que dá a entender que as idéias totalitárias que moveram a Segunda Guerra se renovam através das gerações.

Além disso, a presença insistente da cor neste fragmento do filme também intensifica o efeito de atualidade daqueles gestos. Se confrontado à escolha de outros cineastas que utilizaram imagens em preto e branco ou imagens de arquivo para referir-se à guerra (como Alain Resnais em *Hiroshima, mon amour*, 1959; e em *Nuit et brouillard,* 1955), o excessivo colorido no filme de Sylvio Back reforça uma sensação de que as atrocidades ocorridas na guerra não estavam apagadas pelo tempo que as separava do momento de produção do filme. Back, ao invés de explorar o caráter realista que as imagens de arquivo poderiam proporcionar ao filme, representa a idéia do holocausto através de cores bem vívidas, como algo presente, reforçando sua concepção de que o ideário totalitário que desembocou na Segunda Guerra ainda permanece nítido, apesar de encerrado o conflito.

Seqüências excluídas

Comparando a versão definitiva de *Aleluia, Gretchen!* com o roteiro original, observa-se que aquela seqüência dos meninos-nazistas não só sintetiza as idéias centrais que sustentam o filme, mas também condensa um grupo de quatro seqüências idealizadas, descritas no roteiro e efetivamente filmadas, que contudo não chegaram às telas. Todas elas envolveriam encenações feitas por crianças acerca dos horrores do holocausto relativo à segunda guerra.

A primeira destas cenas estava prevista para compor os fotogramas iniciais do filme, antes da apresentação da família *Krantz*. Partindo de um plano geral, a câmara deveria avançar para um simulacro de campo de concentração com sinuosa cerca de arame farpado, com descrição de detalhes:

> *... vêem-se duas torres de guarda, uma chaminé fumegando nas proximidades e à entrada gigantesca com os dizeres "Die Arbeit Macht Frei" – o trabalho liberta. No pátio, grupos de*

> *garotos e meninas, uns 150/200, entre 6 e 9 anos, vestidos com maiôs do início do século e pintado às costas ora a estrela de Davi, ora uma cruz vermelha, brincam de amarelinha, cabra cega, outros jogam xadrez, bola de búrico, alguns encenam perseguições à bandido-e-mocinho. Em meio a isso, nem se perturbando, umas dez grandes cruzes com crianças presas à Jesus Cristo, riem e provocam os de baixo. Também por ali, sobressaindo-se, crianças imitam pedreiros, constroem muros, fazem cimento, carregam tijolos, ripas, sob o olhar de outros, de chicotinhos à mão, vestidos de cowboy, zorro ou soldado da Revolução Francesa. Entremeando esses flagrantes, fotos tipo "álbum de família", da Alemanha, de uma viagem de navio, com cenas de baile e banho de piscina a bordo; 3X4 de oficiais SS abraçados com moças, jovens da Juventude Hitlerista marchando, imagens filmadas das Olimpíadas de Berlim. Sobre toda a seqüência num crescendo, música de Wagner*[4].

Como se observa nesta descrição retirada do roteiro, a cena inicial para ao filme havia sido pensada como uma fusão entre os eventos relacionados à história pessoal dos integrantes da família *Krantz* (viagem de navio, os oficiais SS, a juventude hitlerista) com signos da história da humanidade como um todo, mesclando brincadeiras do ideário infantil com personagens religiosos, políticos ou fictícios – todos, porém, remetendo a esquemas ideológicos construídos e reproduzidos pelos homens ao longo dos tempos. Visivelmente, a intenção não era a de gerar uma representação realista, mas fundar um aspecto metafórico ao mesmo tempo tétrico do *nonsense.* A visualização de um "pequeno mundo adulto" composto só de crianças sem inocência, que consistem em réplicas dos seus gestores e reproduzem suas atitudes, provoca um choque que retira do filme toda e qualquer possibilidade utópica baseada na esperança de um mundo mais justo e igualitário.

Além desta cena inicial, outras duas do mesmo teor estão descritas no roteiro. Sempre com crianças fantasiadas (de Zorro, de cowboys, de anjinhos, de uniformes escolares, etc). Numa delas, as mesmas crianças brincam de trenzinho, para depois se despirem e entrarem num barracão de onde sai fumaça, mantendo a feição ao mesmo tempo lúdica e lúgubre. Na outra – que deveria anteceder o piquenique da seqüência final do filme –, algumas crianças atuam brincando e cantarolando em torno de um grande forno caseiro de cozer pão, no qual entram outros garotos que antes estavam deitadas em carrinhos de mão, fingindo de mortos.

Resta, para finalizar, ponderar sobre os motivos que levaram o diretor a eliminar estas cenas durante o processo de seleção e ordenação que constitui a fatura fílmica. Segundo

depoimento do próprio Sylvio Back, as seqüências do campo de concentração, da câmara de gás e do forno crematório chegaram a ser filmadas, mas foram suprimidas no momento da montagem. Esta etapa do trabalho foi realizada por Back em conjunto com Inácio Araújo, hoje mais conhecido por sua atuação como crítico de cinema no jornal *Folha de São Paulo*. Back diz que ambos decidiram pelo corte das referidas cenas porque a inserção das mesmas nos pontos previstos no roteiro "estava 'quebrando' o ritmo do filme, atrasando as cenas, ultrapassando aquele *timing* entre o que é dramaticamente cadenciado e o que é pura lentidão"[5]. Comentando sobre o processo de adequação das idéias à forma de expressão cinematográfica, o cineasta declarou que muitas vezes estas decisões são dolorosas, mas cruciais no momento de adequar os projetos iniciais às especificidades e exigências da linguagem fílmica. Quanto à preservação daquela cena do desfile militar onde os meninos representam soldados nazistas metralhando vítimas, pode-se dizer que ela se sustenta na organização teleológica do filme justamente por ter sido inserida no momento cronológico da saga dos *Krantz* em que a Segunda Guerra constituía um aspecto do pano de fundo do contexto internacional.

Penso, inclusive, que com a omissão das outras três cenas envolvendo as representações infantis, *Aleluia, Gretchen!* ficou "menos literal" no aspecto das opiniões expressas. Isso porque as partes excluídas, apesar do feitio *nonsense*, insistiam muito na idéia de crianças imitando atitudes dos adultos, o que provavelmente conferiria um caráter mais redundante ao filme. Não se pode negar, entretanto, que tais cenas, mesmo quando apenas lidas no roteiro, suscitam imagens que se assemelham a um pesadelo colorido.

---

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná.
[2] BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion Aleluia, Gretchen: um hotel para o Reich. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (org). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.39.
[3] Conforme já comentado à época do lançamento do filme por: BERNARDET, Jean-Claude. Aleluia Gretchen: a metáfora e a história. *Movimento.* São Paulo, 20 jun. 1977; e por AVELLAR, José Carlos. Corpo vivo. *Jornal do Brasil*. Rio de janeiro, 12 abr. 1977.
[4] BACK, Sylvio. *Aleluia, Gretchen.* Porto Alegre: Movimento, 1978, p.21.
[5] Depoimento do cineasta concedido à autora em 23 de dezembro de 2004.

A FORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS: A QUESTÃO DO RECRUTAMENTO PARA A MARINHA DE GUERRA DO BRASIL

Rosangela Maria da Silva
Especialização em História Social – UEL

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar o recrutamento forçado para a Marinha de Guerra do Brasil nos anos de 1822 a 1840, enfatizando os mecanismos violentos que nortearam a organização e a disciplina da Armada Nacional.

Este recorte temporal articula-se ao processo de Independência política do Brasil de 1822, momento em que se pode fazer um balanço das permanências e rupturas de elementos estruturais da Marinha Real Portuguesa na Marinha brasileira. Já o ano de 1840, por um lado, representa a subida ao trono de D. Pedro II pelo golpe da maioridade, marcando uma nova era de estabilidade política, onde os conflitos que perturbaram os anos anteriores são arrefecidos, podendo assim, levar adiante o projeto de centralização política. Por outro, o ano de 1840 nos permite compreender quais foram as mudanças introduzidas pelo Estado Nacional para formação das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que, a partir desta data até a Guerra do Paraguai a demanda por homens para suprir as fileiras do Exército e da Marinha é diminuída. Observa-se então que, 1840 não representa o fim do recrutamento forçado, pois este se realizará durante todo o Império, mas o que esta data nos revela é o encaminhamento que está sendo realizado para o processo de consolidação do regime político em paralelo com as Forças Armadas.

Neste contexto, enfatiza-se o projeto político que assegurou a Monarquia Constitucional – inaugurada por D. Pedro I – e determinou a formação da Marinha de Guerra do Brasil, que tinha por objetivo garantir a unidade política e a integridade territorial. Assim, a pesquisa tenta compreender a complexidade do processo de formação das Forças Armadas que contou com um recrutamento forçado e com a utilização da violência para garantir a subordinação e a disciplina dos praças no seio da Marinha Militar.

Para o Estado Nacional brasileiro, um dos problemas para a organização das Forças Armadas foi o da escassez de homens que se alistavam voluntariamente para exercerem o

ofício de marinheiros e soldados do Corpo de Artilharia da Marinha. Nesse sentido, é pertinente a seguinte questão: quais foram as medidas do governo brasileiro para se ter a mão-de-obra necessária para guarnecer os navios de guerra?

Com a tentativa de se ter marinheiros qualificados para servir a nação, foi criada em 1836 a Companhia dos Imperiais Marinheiros, só que, os homens por ela formados não conseguiram suprir as demandas da Marinha, sendo assim, permaneceu ao longo do Império dois métodos de se compor as guarnições dos navios: o alistamento voluntário e o recrutamento forçado. Caso o primeiro não suprisse as fileiras com o número desejado pelas Forças Armadas apelava-se para o segundo. Como era irrisório a quantidade de candidatos que se apresentavam por sua livre e espontânea vontade, a saída então era recorrer ao recrutamento forçado. Nesse sentido, o historiador Álvaro Pereira do Nascimento afirma que *o recrutamento tornou-se algo quase universal no que tange à incorporação de novos soldados e marinheiros, alargando as fronteiras de seu significado e encampando o que era definido por alistamento militar*[1].

As autoridades responsáveis pelo recrutamento eram os oficiais militares das Forças Armadas, policiais e guardas urbanos, subordinados aos chefes da policia e aos presidentes da província. Muitas vezes, para que o recrutamento se efetivasse os recrutadores precisavam do apoio e da permissão de quem detinha o poder local, geralmente proprietários de terras e de escravos, que independentemente da letra da lei, estabeleciam quem deveria ou não ser recrutado. Desta forma, o conceito de paternalismo apontado por Sérgio Buarque de Holanda é pertinente, uma vez que a formação da nossa sociedade baseadas em relações afetivas e personalistas impossibilitaram a formação de um sistema político impessoal e racional, onde valorizou-se os interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos. Sendo assim, os laços paternalistas e de mandonismos locais eram características determinantes no momento do recrutamento. Esta situação é apresentada por Denise Moura da seguinte maneira:

> *A vida das localidades assistia freqüentemente à manifestação destes pequenos poderes gerados no interior de uma tradição paternalista e autoritária, que opunha e unia homens de cores e cabedais destoantes. Do conviver fluído em torno de uma garrafa de aguardente posta à mesa do jogo na venda ou durante a prosa despreocupada das horas ociosas, emergiam desavenças que confundiam questões de honra, pessoais e de trabalho*[2].

Outro problema, que envolvia o recrutamento militar, diz respeito à origem dos recrutados. Geralmente eram brancos pobres, pretos forros, escravos fugidos ou em correção, ou seja, os excluídos. Em relação a esta camada social, a historiadora Laura de Mello e Souza[3] analisando a sociedade mineira do século XVIII, observou que, ao redor das atividades mineradoras foi se constituindo uma camada de mendigos e excluídos que era um ônus aos olhos do Estado, e por isso, deveria se transformar em utilidade. Para a autora, esta classe constituía-se numa espécie de reserva de mão-de-obra uma vez que poderia exercer funções nas quais os escravos não poderiam desempenhar. Observa-se então que, esta prática de recrutar os indivíduos "ociosos" para se engajaram na causa nacional forai uma herança absorvida pelo Império brasileiro da Coroa portuguesa, pois era comum recrutar-se os homens ditos "vadios" para trabalhar em obras públicas e serviços militares.. Juvenal Greenhalgh, engenheiro naval que fez carreira na marinha, escreve que em 1849 o inspetor do Arsenal, o Sr. Antônio Joaquim do Coutto, propôs que todo artífice vadio, desordeiro, ébrio, etc., fosse mandado assentar praça de marinheiro ou fuzileiro naval. Com isto, Greenhalgh argumenta que *davam assim as próprias autoridades da Marinha a idéia de que, nela, o serviço militar, era uma espécie de exercício correcional para a vadiagem e o crime*[4].

O recrutamento militar do século XIX no Brasil se esbarrou em uma série de problemas impostos pelos limites do tempo e do espaço. Em 1826, na Câmara Legislativa os deputados discutem sobre o projeto de lei de recrutamento e fixação das forças de terra e mar, no discurso do Senhor Cunha Matos enfoca a falta de conhecimento estatísticos que se têm em relação a cada uma das províncias do Império e argumenta que:

> *(...) Sem que se saiba qual é a força numérica da população das províncias e os diferentes sexos, idades e condições de cada indivíduo; sem que se saiba qual é a extensão e a divisão geográfica das mesmas províncias; quais os seus recursos pecuniários e meios de subsistência, e qual a força presente de mar e terra do Império, não se pode organizar uma perfeita lei de recrutamento*[5].

Neste discurso, observa-se que, a falta de conhecimento em relação a população nacional é um dos problemas enfrentados pelo Estado para formação de leis de fixação das forças de mar e terra.

Outro problema, que envolvia o recrutamento se relaciona à diversidade dos homens que compunham os pátios e quartéis militares. Eram homens que vinham dos quatro cantos do país, de todas as cores, de valores e costumes dos mais variados. Segundo Nascimento, estes espaços reuniam uma diversidade humana tal que poderia gerar solidariedade, indiferença e rivalidade. Muitos elementos concorriam para os conflitos dentro das embarcações, tais como: a revolta que possuíam ao serem transladados para um lugar oposto ao seio familiar, a violência do recrutamento, os mal tratos que eram submetidos e as diferenças que havia no tratamento dispensado entre os recrutados e os voluntários, onde estes recebiam maiores soldos, ganhavam prêmios e prestavam serviço militar por curto espaço de tempo. Esta atmosfera conflituosa de dentro dos navios, levava às altas taxas de deserções e o repúdio ao sistema militar. Desta forma, para conter estes conflitos foi utilizado, durante todo o Império, o Regimento Provisional e os Artigos de Guerra de 1796 da Marinha Real portuguesa, que tinham a função de organizar a Armada e disciplinar os homens que se submetiam aos seus trabalhos. Este documento era composto de códigos disciplinares que estabeleciam penas de morte de galés, bem como castigos físicos como a golilha, os açoites, as chibatas, e as pranchadas de espadas.

Em relação à estes códigos disciplinares, a Constituição de 1824 determinou, no artigo 150, que deveria ser elaborada uma Ordenança especial para a organização das Forças Armadas, o que não foi realizado, permanecendo ao longo de todo o período

imperial. Segundo o historiador José Miguel Arias Neto, alguns escritores que tratam da revolta de 1910 afirmam que haviam uma suposta confusão legislativa, uma vez que a Constituição de 1824 havia abolido os açoites, a tortura, a marca do ferro quente, etc., mas estas não haviam sido revogadas dos códigos militares, ressaltando que a aplicação dos castigos corporais eram fundamentais para garantir a disciplina a bordo dos navios, tendo em vista que o recrutamento arrebatava tanto para o Exército quanto para a Marinha, homens rudes e ignorantes. Para Arias Neto, esta explicação não é satisfatória, pois *deixa de lado a historicidade do processo de implantação e manutenção dos castigos corporais nas Forças Armadas*[6]*.* Greenhalgh argumenta que, os castigos corporais empregados pela Marinha brasileira eram mais humanos que os empregados em Marinhas mais adiantadas.. Além disso, afirma que o Brasil não dispensou os castigos corporais no sistema escravista, constituindo prática de rotina estes castigos estenderam-se a essa outra espécie de escravidão que era o serviço militar naqueles tempos[7].

A atmosfera de violência que envolvia o recrutamento se expressa não apenas dentro dos quartéis, através da aplicação dos códigos disciplinares, mas também, fora do julgo militar. Quando baixavam as ordens para o recrutamento, muitos indivíduos se deslocavam de seus locais de origem para se refugiarem em outros lugares. Outras vezes, os recrutadores arrebatavam os agricultores, provocando a falta de gêneros alimentícios nas localidades. Segundo Greenhalgh, o recrutamento nos navios mercantes constituiu numa verdadeira "razia", *na qual forças comandadas por oficiais invadiam os navios, alta madrugada, momento em que a vigilância era pouca e as guarnições ainda estavam dormindo*[8]*.* Esta atmosfera dá-nos algumas luzes sobre o temor que os indivíduos possuíam em relação ao recrutamento. Caio Prado Junior afirma que:

> *(...) o recrutamento (...) constituiu, durante a fase colonial da história brasileira, como depois ainda no Império, o maior espantalho da população; e a tradição oral ainda conserva em alguns lugares, bem viva a lembrança desse temor*[9]*.*

Este temor afetava diariamente as ordens de fixação das Forças Armadas, pois muitos homens que eram tidos como recrutáveis buscavam auxílio de alguma autoridade local para se isentarem do recrutamento. O historiador Hendrik Kraay ressalta que, muitas vezes, patrões conseguiam proteção especial para seus empregados, a exemplo disso o autor mostra que para a construção da estrada de ferro na Bahia, por volta de 1811, houve a isenção dos ferroviários do recrutamento. Segundo Kraay, esta isenção dos homens economicamente ativos difundiu uma mensagem específica aos brasileiros: *homens que não trabalhavam, que não obedeciam às autoridades e que não procuravam servir a um patrão ou a um comandante da guarda nacional seriam recrutados a força*[10]. Nesse sentido,, Kraay conclui que o recrutamento se identificou como poderosa arma de controle social e instrumento de coerção do trabalho.

Em linhas gerais, esta pesquisa que trata do recrutamento forçado ainda está em andamento, com previsão para a conclusão em dezembro de 2005. Os documentos nos quais ela se assenta são: os microfilmes do IHGB, as Leis do Império e os Relatórios dos Ministros da Marinha. Espera-se que esta pesquisa contribua para melhor compreensão da formação do Estado Imperial e das Forças Armadas que se basearam no recrutamento forçado e na utilização da violência como instrumento para disciplinar os homens que se submetiam ao serviço militar .

---

[1] NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do Convés ao Porto: A Experiência dos Marinheiros e a Revolta de 1910*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo: 2002, p. 69.

[2] MOURA, Denise. A Farda do Tendeiro: Cotidiano e Recrutamento no Império. In: *Revista de Historia Regional*. Vol. 4 – n.º 1 – verão 1999, p. 13.

[3] SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal. 1990.

[4] GREENHALHG, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1822 – 1889.* Pintura (sobrecapa) de Manoel Pastanta. Desenhos de Ary Monteiro Martins, Rio de Janeiro: IBGE, 1965, p. 188.

[5] RODRIGUES, José Honório. *O Parlamento e a Evolução Nacional.* Brasília: Senado Federal, 1972, vol. 2, T.II, p. 183.

[6] ARIAS NETO, José Miguel. *Em Busca da Cidadania: Praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese de doutorado em história. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 2001, p.60.

[7] GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e calabouço: Prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998, p. 92.

[8] GREENHALG, Juvenal.*Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1822-1889*. Rio de Janeiro: IHGB, 1965, p. 187.

[9] JÚNIOR, Caio Prado. *A Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, p. 318.

[10] KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v.3, n.3, 1999, p.119.

Notas para uma cartografia da relação vida e obra

Rosângela Miranda Cherem * - UDESC

Identificando alguns regimes discursivos que acompanham certas biografias, as notações que seguem assinalam não somente interlocuções a que o historiador recorre através da Filosofia, Literatura, Psicanálise, Artes Plásticas, Sociologia, etc, como também apontam desdobramentos implicados às escolhas teórico-metodológicas. Assim, as articulações entre vida e obra se ampliam como realidade e ficção, visível e dizível, legenda e retrato, texto e contexto, série e desvio, constituindo-se como peças que adquirem sentido enquanto lances de um jogo, tanto em relação de continuidade-contiguidade, como de deslocamento-condensação.

1 – O contexto do vivido e a irredutibilidade do singular. Tomando duas perspectivas distintas sobre a vida de Mozart, a biografia emerge enquanto procedimento investigativo que reconhece o real como pertencente à esfera do vivido, totalidade ou fragmento de um destino percorrido do berço ao túmulo e que procura compreender-explicar os fenômenos de uma existência.

Pelo lado sociológico, contextual e extrínsico à obra de arte, Norbert Elias biografa Mozart tendo como fundo os fenômenos da sociedade cortesã, destacando-o como expressão trágica do conflito entre a mais elevada criatividade e consciente originalidade pessoal de um lado e as amarras sociais que o subordinavam às cortes como mero empregado à serviço da aristocracia de outro: *O fato de Mozart depender materialmente da aristocracia da corte, quando ele já tinha se constituído como um artista autônomo que primariamente buscava seguir o fluxo de sua própria imaginação e os ditames de sua própria consciência artística, foi a principal razão de sua tragédia.*[1]

Por sua vez, em conformidade com a premissa de que a singularidade da vida ajuda a compreender a obra, o historiador Peter Gay encontra na abordagem psicanalítica as principais referências para explicar tanto a natureza da genialidade de Mozart como a

* Professora de História da Arte no CEART-UDESC.

dimensão trágica de seu destino. A família e a educação que recebeu na infância, o lugar que os pais tiveram neste período de formação são caros ao autor, mais do que as relações de juventude e as viagens feitas pelo artista. Tais elementos estão anelados pela relação com o pai, presença severa, exigente e determinada a empresariar o filho desde tenra idade, mas com quem, num certo momento da vida adulta, o protagonista resolve romper, não só para obter *honra, fama e dinheiro* através de suas próprias escolhas, como também em razão da escolha amorosa. Incidem sobre os sentimentos produzidos a partir desta ruptura, os desacertos e lapsos que, entremeados pelas fases de elevado sucesso, acentuam-se até a morte. Ríspido e ensimesmado, o pai assistiu com orgulho e constricção as apresentações sublimes do filho, mas nada fez para atenuar-lhe a angústia privada e os tormentos, *sentimentos que afinal manteriam, de forma destrutiva o filho atrelado ao pai numa espécie de imaturidade irreparável e irresoluta*.[2]

2 – A paisagem imaginada e o inapreensível da vida. Contraponto à biografia em clave realista, em *Todos os nomes*[3] José Saramago conta as diligências de um modesto escriturário que, rompendo *o silêncio compacto dos papéis mortos* e a rotina catalogadora de seu ofício, passa a se interessar por uma misteriosa mulher. Depois de todas as agruras, infrações e surpresas que atravessa para conhecê-la, descobre que ela acabara de morrer. Sobre o solo onde estava o corpo daquela que por muito tempo procurou, acaba adormecendo até o dia seguinte, quando é acordado por um pastor de ovelhas que lhe explica ter como prática trocar as plaquinhas de identificação, em respeito a uma característica dos suicidas: a de não quererem ser encontrados. A vida aparece então como uma paisagem que segue sem ser decifrada, sendo a existência só apreendida como o montículo onde o protagonista passara a noite, pensando ter encontrado sob ele o corpo que procurava conhecer, até constatar ser a morte o único destino que liga e mistura a todos e para onde confluem inexoravelmente, vida e obra, biógrafo e biografado.

Semelhante perspectiva já fora partilhada por William Beckford em 1782 num pequeno livro sobre as diferenças entre a arte italiana e a holandesa. Discutindo sobre as técnicas e o

emprego de materiais, recorreu a dados biográficos absolutamente ficcionais para estruturar sua narrativa, acabando por remeter à inutilidade dos mesmos para a compreensão da obra de arte. Embora só tenha sido publicado 88 anos depois, *Memórias biográficas de pintores extraordinários*[4] provocou grande curiosidade entre os leitores que procuravam incansavelmente identificar os biografados como se eles pertencessem ao contexto do vivido, estando presentes no texto de modo cifrado. O mais provável é que a ironia do autor tivesse como alvo uma herança advinda de Cenini e Vasari, os quais pretendiam uma história das artes visuais ajustando vida e obra através de discursos ordenadores. Em relação ao passado, recusava a herança da hagiografia medieval, cuja *moral da história* guardava estreitas relações com a idéia de que só é possível aprender respeitando a tradição e copiando os velhos mestres. Em relação ao seu presente parecia desconfiar tanto do culto da subjetividade como da sobrevalorização do eu-criador.

3 – Projeções espelhadas: (auto-) retrato e (auto-) biografia. Ao justapor biografia e retrato pode-se recorrer a outro romance de José Saramago, *Manual de Caligrafia e Pintura*, onde aparecem as agruras de um pintor sem inspiração que resolve escrever, deparando-se com o fato de que este ato corresponde a uma *tentativa de reconstruir tudo pelo lado de dentro, medindo e pesando todas as engrenagens, as rodas denteadas (...).*[5] Desconfiando de seu olho míope que precisa ver as coisas muito de perto e de sua falta de inteligência brilhante e talentosa, substituída pela minúcia e observação demorada, começa a refletir sobre a própria vida através do ato de escrever. Desse modo observa que tudo na biografia, como no retrato é autobiografia. *Em tudo ela se introduz como uma delgadíssima lâmina metida na fenda da porta e que faz saltar o trinco, devassando a casa. Só a complexidade das múltiplas linguagens em que essa autobiografia se escreve e se mostra, permite ainda assim, que em relativo recato, em segredo bastante, possamos circular no meio de nossos diferentes semelhantes*.[6]

Na mesma clave que aborda biografia e retrato como registro labiríntico de um tempo e lugar, encontra-se *Jean Genet*, o qual entre 1957 e 1964 iniciou um projeto de livro sobre o

pintor holandes Rembrand. Ocorre que, muito perturbado pela morte de um amigo, o escritor destruiu todo o conteúdo dos manuscritos, vindo a publicar entre 1967 e 1968 na revista *Tel Quel* os dois fragmentos sobreviventes, um com o título *O que restou de um Rembrand cortado em pequenos quadrados bem regulares e jogados na privada* e outro intitulado *O segredo de Rembrand*. Porém, ao contrário de Saramago que acaba por familiarizar aquilo que chama de *nossos diferentes semelhantes*, Genet coloca uma experiência de estranhamento. Assim, explica o dia em que tal revelação teria ocorrido *ao bater*, *não cruzar,* seu olhar no de outro passageiro de um vagão de um trem: *Seu olhar não era o de outro: era o meu que eu reencontrara num espelho, inadvertidamente e na solidão e esquecimento de mim. O que eu experimentei não posso traduzi-lo senão desse modo: eu me vertia do meu corpo, e pelo olhar no do passageiro, ao mesmo tempo em que o passageiro se vertia no meu. Ou antes*: *eu me vertera, porque o olhar havia sido tão breve que só posso evocá-lo com a ajuda desse tempo verbal. O passageiro tinha voltado a sua leitura*.[7]

Sem apelar nem para a caricatura nem para o realismo, Genet assinala em Rembrand uma experiência semelhante a que teve com o passageiro no trem, no *desvairio de borrador louco de cores* que se reconhece *de carne, de bife, de sangue, de lágrimas, de suores, de merda, de inteligência, de ternura, de outras coisas ainda, ao infinito (...) cada um saudando as outras. Não é preciso dizer que a obra de Rembrandt só tem sentido – ao menos para mim – se eu sei que o que acabo de escrever é falso*.[8] Assim, a palavra como a pintura emerge como uma experiência de lugar, retrato-labirinto e labirinto-retrato. Mas enquanto que para Saramago o pintor-biógrafo adentra pela compreensão gradativa, para Genet trata-se do mais completo delírio, desde o ponto em que o biógrafo-pintor avistara o outro em si, num instante de fulguração desvairada.

4 – Os acontecimentos biográficos e as configurações do (extra-)ordinário. *Memória de Adriano* é a história dos últimos anos de um imperador, legada ao seu sucessor. Desconfiada da racionalidade dócil com que a matéria humana é recomposta, sua autora, Marguerite Youcenar, coloca na pena de Adriano as palavras: *os historiadores apresentam-nos as*

imagens do passado através de sistemas excessivamente completos com uma série de causas e efeitos demasiado exatos e demasiado claros para serem inteiramente verídicos.[9] Reconhecendo o anacronismo como única operação possível ao ato de apreender um destino, lembra que *tudo nos escapa, e todos, e nós mesmos. A vida de meu pai é-me mais desconhecida que a de Adriano. Minha própria existência se eu quisesse escrevê-la, seria reconstituída por mim do exterior, penosamente, como a de outra pessoa, teria de recorrer as cartas, a lembranças de outrém, para fixar estas memórias flutuantes*[10].

Por outro lado, a proposta de *Nos mínimos detalhes* nos deixa um Adriano às avessas: Isabel. Ao invés de notabilidade, uma ilustre desconhecida; ao invés de longínquo no tempo, uma contemporânea; ao invés de uma existência longa, uma jovem com um trajeto a percorrer; ao invés da distância familiar ou afetiva, uma ex-namorada que desafiara o escritor acusando-o de egocentrado. Reconhecendo-se no século em que a promessa dos 15 minutos de fama se cumpre pelas prateleiras cheias notáveis, famosos e celebridades, observa um desafio para o biógrafo,[11] levado a constatação de que suas vidas são o que se poderia preguiçosamente chamar de maior que a própria vida, sendo sempre possível de novas surpresas e interrogações infinitas.

Daí decorrem questões mais complexas: como colocar as contas de modo correto no *colar cronológico* se as seqüências estão sujeitas a certas arbitrariedades da memória e da relevância dada a cada uma delas? Como o biógrafo mantém a distância de seu biografado: deveria se apagar como um anfitrião tímido, tornado-se uma voz tão desinteressada quanto as que prestam informações telefônicas? Até quanto um biógrafo deve saber para poder bem realizar a tarefa a que se propõe? Atacando os convencionalismos que se apóiam em casamento, compromisso profissional, marcadores de morte e eventos congêneres, o autor salienta que *quando relembramos o passado, imagens muito menos tangíveis nos assaltam*[12], sendo que as partes que julgamos significativas só o são geralmente para nós. Eis a fenda por onde se infiltra a ilusão de cartografar os meandros do tempo no qual a vida

transcorre, estancando suas interrupções e desvios, conduzindo a labirintos, ao mesmo tempo familiares e estranhos ao que escreve.

5 – A série desdobrada e a legenda evocada. Chegando ao território da *diferença e repetição*, tomemos alguns exemplos para pensar a problemática da série biográfica. O primeiro deles vem de Marcel Schwob em *Vidas Imaginárias,*[13] escrito em 1896. Aqui personagens históricos e documentados como verídicos têm suas agruras e feitos propositadamente ficcionalizados, tal como Empédocles, o deus suposto; a princesa Pocahontas, um pirata chamado capitão Kid. Semelhante à conhecida obra medieval intitulada *Legenda Áurea*,[14] onde cada vida santorial era antecedida por uma explicação sobre as significações do nome, prenunciando a potência do destino que lhe estava reservado, cada um dos biografados de Schwob vem acompanhado de uma atribuição: Crates, o cínico; Lucrécio, o poeta; Paolo Ucello, o pintor. Dentro de registros onde o documental se perde no ficcional, o autor francês nos conduz por sua coleção de vidas imaginadas como se folheássemos uma espécie de atlas de geografia humana, recorrendo a procedimentos acionados pelas *enumerações díspares, a brusca solução de continuidade, a redução da vida interior de um homem a duas ou três cenas*. Desse modo, para o autor*, os biógrafos em geral acreditaram que eram historiadores. E nos privaram assim de retratos admiráveis. Fizeram a suposição de que só a vida dos grandes homens podia nos interessar. A arte é estranha a estas considerações. A arte do biógrafo seria a de dar tanto valor a vida de um pobre ator quanto à vida de Sheakespeare.*[15]

A série de Schwob se desdobra em outra escrita por seu admirador e apresentador de seu livro em edição posterior. Seu nome é Jorge Luiz Borges, autor de *História Universal da Infâmia,* escrito em 1935. Confundindo o real vivido e o real imaginado através de uma coleção de vidas, destaca-as pelo caráter inusitado de cada biografia, onde o redemoinho da existência é acionado: um atroz redentor, um impostor inverossímel, uma viúva pirata, um assassino desinteressado, um tintureiro mascarado.[16] Estratégia narrativa que novamente remete ao século XIII, cuja coletânea de Jacopo Varazze com 153 vidas de santos, delineava

uma cosmovisão universalizante do humano, quer pela suspensão temporal quer pelo enquadramento espacial, ainda que em *thelos* de transcendência. Desse modo, chega-se a um ponto importante que se inscreve no próprio título de obra: aquilo que deveria ser lido em sentido aurático, evocador de práticas e gestos reconhecidos como cristãos e que, longínquos e lendários, deveriam ser infinitamente reatualizados.

Mas se as biografias de Schwob e de Borges também são acompanhadas por uma espécie de *legenda áurea,* prefigurando no nome distante geográfica e cronologicamente um segredo sobre o vivido, o destino reconhecido já não está mais na ordem do fabuloso ou do sagrado. Num mundo que celebra o triunfo da racionalidade catalogadora, aos biógrafos já não mais cabe apenas a fama, sejam filósofos, santos, militares, artistas. Sem buscar um nome associado à notoriedade triunfante ou gloriosa, preferem quem conhece o seu contrário mais extremado. Certamente leitor de Schwob e de Borges, sem ignorar Sade, Michel Foucault empreende *A vida dos homens infames*. Seu propósito declarado consiste em fazer emergir os sujeitos como numa espécie de herbário, cujas vidas obscuras colidem com os poderes instituídos, obtendo uma espécie de perversa e sombria notoriedade por difamação e que por acaso sobreviveu nas *lettres de cachet*. Nesta espécie de *dramaturgia do real*, interessa a experiência provisória e imperfeita, fragmentada e assombrosa dos sobreviventes do fortuito, numa *antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desditos e aventuras sem número, recolhidas numa mão cheia de palavras. Vidas breves, achadas a esmo em livros e documentos*.[17]

Da distante legenda hagiográfica, chegamos à *psicastenia legendária* em tempos de segunda guerra e em escala próxima a da infâmia. Debruçado sobre o fenômeno pouco esclarecido do mimetismo animal, cujas similitudes são produzidas por *uma espécie de telefotografia da imagem retiniana na superfície do corpo, uma transposição difusa da retina para a pele*[18]*,* Roger Callois afirma não haver argumentos suficientes e nem consistentes para as explicações que remetem ao mimetismo como necessidade de adaptação, instinto de sobrevivência e nem tampouco simples acaso. Procurando o princípio que rege o fenômeno,

avista uma tendência imperiosa de assimilação tanto pela despersonalização e imobilização inorgânica como pelo ornamento dispendioso e inutilidade decorativa. Informado de que se trata de um distúrbio de percepção pelo qual *sei onde estou, mas não me sinto no lugar que estou*, só então o leitor pode compreender e retornar à epígrafe do texto, lendo-a como legenda que o aciona: *Cuidado, de tanto brincar com fantasma nos tornamos um*.

De volta à relação vida e obra, em clave de contigüidade da questão biografia e retrato, podemos compreender que a história como a literatura é o que resta aos homens para falar daquilo que não podem compreender. Afirmando sua autonomia para além das convenções e das leis cotidianas da linguagem, no seu movimento sem fim e na sua errância, a palavra só é possível *porque o que é desapareceu naquilo que o nomeia* e *o ser da linguagem só aparece por si mesmo no desaparecimento do sujeito*[19]. Fenômeno perceptivo relacionado ao vazio interior e à experiência com o alhures, gesto que preenche e faz perdurar o ausente no presente, tal como as legendas ou as máscaras funerárias, aderência excessiva ao corpo que não se encontra, trabalho de despedida reinventado no olhar do que permanece.[20]

Notas:

1 ELIAS, Norbert. **Mozart, Sociologia de um gênio**. R,J., Ed. Zahar, 1995, p. 136.
2 GAY, Peter. **Mozart.** R.J., Ed. Objetiva, 1999, pg 99 e seg.
3 SARAMAGO, José **Todos os nomes**. S.P., Cia das Letras, 1997.
4 BECKFORD, William. **Memórias biográficas de pintores extraordinários**. S.P., Ateliê Editorial, 2001.
5 SARAMAGO, José. **Manual de Caligrafia e Pintura**. S.P., Cia das Letras, 1992, p. 19 e 20
6 Idem, Ibid., p. 169.
7 GENET, Jean. **Rembrand.** R.J., José Olimpio, 2002, p. 43
8 Idem, Ibid, p. 75-76.
9 Youcenar, Marguerite. **Memórias de Adriano**. R.J., Nova Fronteira, 1980, p. 296
10 Idem, Ibid, p. 301
11 BOTTON, Allain . **Nos mínimos detalhes**. R.J., Ed. Rocco, 2000. p. 17 e seg
12 Idem, Ibid, p. 95
13 SCHWOB, Marcel. **Vidas Imaginárias**. S.P., Ed. 34, 1997.
14 VARAZZE, Jacobo. **Legenda Áurea**. S.P., Cia das Letras, 2003.
15 BORGES, Jorge Luiz. História Universal da Infâmia. In: **Obras Completas**. S.P., Ed. Globo, 2000, vl I, pg 313 a 379.
16 SCHWOB, Marcel, op. cit., pg 23 e 24.
17 FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor**? Portugal, s/d, p. 89 e seg.
Idem, **La vida de los hombres infames**. Madrid, Las Ediciones de La Piqueta, 1990.
18 CAILLOIS, Roger. Mimetismo e psicastenia legendária. In: **El mito y el hombre**. México, p. 52
19 BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita**. S.P., Ed. Escuta, 2001 p. 16 e seg.
20 DIDI-HUBERMAN, George. O rosto e a terra. In: **Porto Arte, Revista de Artes Visuais**. Porto Alegre, Instituto de Artes, UFRGS, 1990, p.63 a 82.
.

O ENGAJAMENTO DA ARTE TEATRAL – TEMAS E FORMAS ESTÉTICAS A SERVIÇO DA LUTA POLÍTICA

Rosangela Patriota - UFU

A cena teatral, em diversos momentos históricos, colocou-se a serviço da luta política, seja com o intuito de divulgar idéias, seja a fim de intervir efetivamente no processo por meio da agitação e da propaganda. Assim, dada a amplitude temática e a diversidade estética, serão destacadas algumas experiências que se tornaram referências no debate Arte e Política.

Dessa feita, manifestações referentes ao teatro político moderno, devido a sua "vocação historicista", encontram-se no movimento romântico, apesar de o seu herói, tal qual o clássico, ainda se veja enredado por forças que não podem ser, por ele, controladas e/ou vencidas. Posteriormente, as interlocuções estabelecidas com o Simbolismo, com o Expressionismo e com o Naturalismo suscitaram inquietantes aproximações, nas quais:

> a existência de uma "vontade do herói" deixa de ter sentido e, conseqüentemente, dá-se a desdramatização dos protagonistas, sendo que a unidade de ação se submete à ação do meio e, em decorrência, este passa a ser o articulador exclusivo dos episódios. Essa nova configuração de elementos estruturais é que pode permitir, por exemplo, que a face teatralmente encarnada do proletariado, pela primeira vez, reponte no centro do palco.[1]

Essas composições estéticas aliadas à pluralidade social, política e cultural, intensificada a partir do século XIX, redimensionaram a noção de público e permitiram o surgimento de trabalhos comprometidos, em graus diferenciados, com as lutas sociais do período e com a explicitação do caráter histórico/político das criações artísticas. Ao lado disso, as transformações decorrentes do capitalismo e as premissas da utopia socialista forneceram subsídios para o aparecimento de trabalhos que externaram os vínculos com as lutas de seu tempo.

Nesse debate, o processo revolucionário russo foi uma das mais importantes iniciativas, tanto no que se refere às expectativas e às promessas anunciadas, quanto em relação às frustrações e às derrotas dos projetos que a alimentaram.

> O regime soviético saiu sorrateiramente do teatro da História, onde havia feito uma entrada triunfal. Ele constituiu de tal maneira a matéria e o horizonte do século, que seu fim sem glória, depois de uma duração tão breve, forma um surpreendente contraste com o brilho de seu percurso. Não que a languidez doentia de que sofria a URSS não pudesse ser diagnosticada; mas a desagregação interna estava oculta ao mesmo tempo pela potência internacional do país e pela idéia que lhe servia de bandeira. A presença soviética nos negócios do mundo atestava a presença soviética na história do mundo. De resto, nada era mais estranho à opinião pública do que a perspectiva de uma crise radical do sistema social instaurado por Lênin e Stálin. A idéia de uma reforma desse sistema achava-se, sim, mais ou menos em toda parte já há um quarto de século e alimentava, sob formas muitos diversas, um revisionismo ativo, mas sempre respeitoso da superioridade de princípio do socialismo sobre o capitalismo. Mesmo os inimigos do socialismo não imaginavam que o regime soviético pudesse desaparecer e que a Revolução de Outubro pudesse ser 'apagada'; menos ainda que essa ruptura pudesse ter como origem iniciativas do partido único no poder.[2]

Se as ações posteriores a Outubro de 1917 foram marcadas por críticas e frustrações, não se pode ignorar o furor causado pela possibilidade do inusitado, do totalmente novo, do nunca antes imaginado, quando do encontro entre a utopia da transformação revolucionária e o desenrolar dos acontecimentos históricos, em um momento no qual os partidos políticos atuantes colocavam-se favoráveis à idéia de transformação, fosse ela de cunho revolucionário ou reformista. Existiram vários projetos apontando intenções inovadoras e dando origem a uma multiplicidade de propostas presentes, nos primeiros dias da Revolução, no nível sociopolítico e artístico.

Nesse último, o cubo-futurismo[3] tornou-se referência para compreender o engajamento de importantes artistas. A busca de uma nova sociedade e, por conseqüência, de um "homem novo" foram a base de intervenções estéticas que almejavam conscientizar a população em prol da causa bolchevique.

> Naqueles dias futurismo e revolução pareciam identificar-se, a novidade das formas coincidindo com a renovação política. Os artistas de vanguarda, que na ruína dos velhos hábitos avistavam a chegada de uma inesperada liberdade formal, consideravam o futurismo a única tendência capaz de expressar o fermento da época. Foram os cubo-futuristas os primeiros a inculcar nas próprias obras o ritmo, os temas, os propósitos da revolução: sejam vistos o projeto de Tátlin para um monumento à Terceira Internacional, a comédia **Mistéria-Buff** e o poema **150 000 000** de Maiakóvski, o drama **Stienka Rázin** de Maiênski, os espetáculos de Meyerhold.[4]

As tradições populares russas, resignificadas à luz das perspectivas da vanguarda artística, as criações gráficas, ocupando as vitrines da ROSTA[5], a pintura a poesia, o cinema e o teatro foram instrumentalizados, com vistas a criar posturas estéticas originais, e coadunaram-se com as ambições de uma nova sociedade. Especificamente, no que diz respeito às atividades teatrais, buscou-se:

> [...] quebrar o espaço fechado da cena e do teatro tradicional para substituir pelo espaço aberto das praças e das ruas; o teatro não é mais um mundo separado do vivido, da história, da política, é a sua expressão e a sua transformação simbólica; trata-se de criar uma arte colectiva que não seja mais uma criação individual, mas a expressão de todos; a separação actor/espectador deixa de existir. O actor não é um profissional. Os actores da história e da cena são os soldados, operários e os camponeses. O espectador pertence à multidão, e o actor não é mais do que um deles. É o símbolo individualizado do herói coletivo: o espaço teatral é idêntico ao espaço da cidade e o tempo da acção é o da história.[6]

Este momento ímpar fomentou ambições criativas, até então, inéditas na história ocidental, e subsidiou novas práticas políticas e culturais que contribuíram com a história do engajamento estético, visto que as circunstâncias vivenciadas na Rússia não poderiam ser meramente reproduzidas em outros países.

Embora a Rússia congregasse um amplo espectro de experimentação, no decorrer dos anos 1920, esse processo começou a ser suplantado, à medida que a investigação e o grau de questionamento, inerentes a ele, não se coadunavam com os propósitos do Estado Bolchevique. A partir de 1929, houve a desmontagem das propostas do auto-ativismo e um controle maior do Partido sobre os *agitprops*, além do privilegiamento da educação política, com a finalidade de consolidar o socialismo soviético, por intermédio da mudança dos costumes. Ao mesmo tempo, o estímulo à constituição das cooperativas e à elevação da produtividade tornou-se prioritário em detrimento de iniciativas que privilegiassem o aspecto criativo e ousado da transformação.

Na década de 1930 assistiu-se à consolidação do “realismo socialista” como perspectiva estética da União Soviética, na qual se enfatizava os conteúdos morais e políticos das obras em detrimento de pesquisas formais. Sob esse enfoque, a qualidade artística, resultante de investigações que suscitassem questionamentos formais e/ou revelassem resultados originais e ousados, foi relegada ao segundo plano, pois as intenções ideológicas deveriam ser os elementos determinantes da produção artística.

No entanto, mesmo com a mudança de diretrizes, a inquietação propiciada pelos artistas russos motivou a proposição de projetos de arte engajada em países como a Alemanha. Neste, o trabalho de Erwin Piscator foi de suma importância para o

estabelecimento de um teatro comprometido com as idéias de emancipação política e social, como destacou Wolfang Drews no prefácio do livro, *Teatro Político*:

> tudo aconteceu nos tempestuosos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, a 'década dos vinte' segundo o rótulo dourado que lhes apôs o destino. Começando em salas de restaurantes e em palcos de associações, o movimento voltou-se contra o grandioso novo barroco, a brilhante arte de Max Reinhardt, e, com coros de proletários, cartazes, documentos cinematográficos, máquinas e mecanismos, lançou-se à defesa de um novo teatro, de um teatro pedagógico-político. Em todos os ventos da época ondulava a rubra bandeira da revolução, ao mesmo tempo bandeira partidária e símbolo do anseio brotado do meio do estrondo e da chacina da guerra. Era o teatro proletário a substituir o palco da humanidade. Estão juncadas de provocações e proclamações as estradas que deveriam conduzir ao paraíso terrestre. Aos desafios respondem escândalos. Estetas e esteticistas erguem-se contra as peças dogmáticas, e os destinos particulares são postos de lado pelos destinos políticos, econômicos, sociais. 'Deveríamos, novamente, entender o teatro como 'instituição moral'. Apreensão, identificação, confissão! Como diz Tolstoi: a arte só tem finalidade quando contribuiu para a evolução dos homens. Perdemos a fé nos homens. Temos de auxiliar a razão a reconquistar o seu direito. A arte não é uma fumaça, a arte serve para esclarecer e, talvez, para 'transfigurar' – mas muito cuidado!'[7].

Piscator não só realizou um teatro de agitação, como procurou repensar a própria cena teatral. No que se refere ao espaço, redimensionou o palco atribuindo-lhe outras dimensões narrativas e elaborou esboços para a construção de edifícios que dessem novas configurações ao palco e à platéia. Em relação às temáticas abordadas, os conteúdos históricos foram predominantes, mas no que diz respeito ao aspecto formal, estimulou a constituição de dramaturgia e de direção coletivas, a fim de as proposições divulgadas em cena ganhassem materialidade no processo criativo, como atesta o seguinte depoimento de Bertolt Brecht, que fora integrante da equipe de escritores:

> foi Piscator quem empreendeu a tentativa mais radical de imprimir ao teatro um caráter educativo. Participei de todas as suas experiências, e delas nenhuma se fez que não tivesse por finalidade enaltecer o valor educativo do palco. Tratava-se diretamente de dominar no palco os grande complexos contemporâneos de questões, as lutas em torno do petróleo, a guerra, a revolução, a justiça, os problemas raciais, etc. Patenteou-se a necessidade de uma completa reforma do teatro. Não é possível, aqui, enumerar os achados, todas as inovações que Piscator, juntamente com quase todas as novas conquistas técnicas, empregou para levar ao palco os grandes problemas modernos. Provavelmente os presentes conhecem alguns como, por exemplo, o uso do filme que ele transformou num coadjuvante, semelhante ao côro grego, e conhecem igualmente a faixa móvel que deu movimento ao piso do palco, permitindo a fluência de fatos épicos, como a marcha do bravo soldado Schwejk na guerra.
> A princípio, as experiências de Piscator produziram um completo caos no teatro. Transformado o palco em sala de máquinas, o recinto dos espectadores passou a ser o de uma assembléia. Para Piscator, o teatro era um parlamento e o público uma associação legisladora. Ao parlamento foram levadas plasticamente as questões públicas que era preciso resolver. [...] O teatro tinha uma ambição: colocar o seu parlamento, o público, em situação de, baseado em suas ilustrações, estatísticas, palavras de ordem, tomar as suas decisões. [...] As experiências de Piscator abateram quase todas as convenções imiscuindo-se, com uma força renovadora, no modo de criação dos autores de peças, no estilo de representação dos atores, no trabalho do cenarista, aspirando sobretudo, a uma função social inteiramente nova do teatro.[8]

As palavras de Brecht ressaltam, juntamente com a politização, a pesquisa desenvolvida, com o intuito de encontrar a forma adequada para veicular as idéias expostas,

em uma dramaturgia cuja mensagem deveria ser de fácil compreensão. Para tanto, a utilização de personagens planas[9] contribuiu para a apresentação de situações que opunham, de forma maniqueísta, proletários e capitalistas, com vistas a enfatizar o conteúdo didático-pedagógico de seu trabalho.

O teatro de Erwin Piscator abrigou vários artistas e intelectuais. Como membro da Liga Spartaquista estimulou a cultura e a agitação proletárias, realizando espetáculos em parcerias com o Partido Comunista Alemão e com sindicatos. Evidente que tanto o processo criativo, quanto as relações com essas instituições nem sempre foram tranqüilas, porém a grandeza de propósitos justificava todos os embates e as expectativas.

Essa rápida ambientação histórica permite que se visualize a importância do referido diretor na cena teatral e política da Alemanha e na elaboração de uma arte engajada. No entanto, mesmo com essas referências, quando se discute temas relativos ao binômio arte/política, o nome de Piscator, quase sempre, é ofuscado pela presença e pelo legado de Bertolt Brecht, considerado uma das figuras mais importantes do século XX. Sobre o seu pensamento, o filósofo Anatol Rosenfeld escreveu:

> não é fácil resumir a teoria do teatro épico de Brecht, visto seus ensaios e comentários sobre este tema se sucederem ao longo de aproximadamente trinta anos, com modificações que nem sempre seguem uma linha coerente. Tendo sido bem mais homem da prática teatral do que pensador de gabinete, mostrava-se sempre disposto a renovar suas concepções para obter efeitos cênicos melhores. [...]. O teatro e a teoria de Brecht devem ser entendidos no contexto histórico geral e principalmente levando-se em conta a situação do teatro após a primeira guerra mundial. Há raízes que o ligam ao teatro naturalista, mas o seu antiilusionismo e marxismo atuante separam-no radicalmente do ilusionismo e passivismo daquele movimento. Por sua vez, o antiilusionismo e antipsicologismo dos expressionistas são totalmente 'transfuncionados' na obra de Brecht, despidos do apaixonado idealismo e subjetivismo desta corrente. Brecht absorveu e superou ambas as tendências numa nova síntese, à semelhança do marxismo que absorveu e reuniu o materialismo mecanicista e o idealismo dialético de Hegel numa nova concepção.[10]

Brecht, sem dúvida, tornou-se nome obrigatório nas questões relativas ao engajamento artístico, seja em relação aos seus textos teatrais seja a partir de suas reflexões. Dessa maneira, comentar seu processo criativo e suas idéias envolve um leque de opções. No que se refere especificamente ao comprometimento político da arte, alguns temas ganharam predominância sobre outros, em especial, aquele que articula as realizações formais às condições de produção.

> As vastas engrenagens, tais como a ópera, o teatro, a imprensa, etc., impõem as suas concepções, a bem dizer, incògnitamente. Já de há muito que, para abastecimento das suas

> instituições públicas, estas engrenagens tiram partido do trabalho mental (a música, a poesia, a crítica, etc.) de intelectuais que ainda participam dos lucros – intelectuais , por conseguinte, que, de um ponto de vista económico, participam na gerência, enquanto, de um ponto de vista social, tendem já para o proletariado. São as engrenagens que valorizam o trabalho dos intelectuais, a seu modo, e lhe imprimem uma directriz exclusiva; não obstante, estes persistem no logro de que nada mais se pretende do que a valorização do seu trabalho, de que se trata apenas de um fenómeno secundário que não tem qualquer influência sobre o seu trabalho e que, muito pelo contrário, lhe confere a possibilidade de exercer uma influência. O facto de os músicos, os escritores e os críticos não estarem esclarecidos no que toca à sua situação acarreta consequências tremendas a que até agora se tem concedido importância mínima. Pois, na convicção de estarem de posse de uma engrenagem que, na realidade, os possui a eles, defendem algo sobre que já não têm qualquer controlo, que já não é (como crêem, ainda) um meio ao serviço dos produtores. Defendem, portanto, uma engrenagem que é um meio contra a sua própria produção (uma vez que esta segue determinadas tendências próprias, inovadoras, que não são adequadas à engrenagem ou que se lhe opõem).[11]

Tal constatação destaca um dos problemas centrais da arte engajada, relativo às condições em que a atividade se desenvolve e quais intenções nela se abrigam. Aliás, essa análise não ficou restrita somente a Brecht, como demonstram importantes grupos do teatro norte-americano, na década de 1960. Eles, a partir de seu trabalho, questionaram o *status quo* e a idéia de *civilização ocidental*, por meio de relações diferenciadas entre palco e platéia, além de procurarem repensar as condições para materialização de seus espetáculos[12].

Dentre os que estiveram atuantes, cabe destacar, entre outros, o *Living Theater*, de Julian Beck e Judith Malina, o *Teatro Campesino*, de Luis Valdéz, o *Bread & Puppet* e o *San Francisco Mime Troupe*, porque, mesmo com trajetórias específicas, eles se aproximaram na intenção de transformar a sociedade em seus diversos níveis de apreensão.

Para tanto, o *Living*, surgido no início da década de 1950, começou seus trabalhos no apartamento de Beck e Malina, no West End Avenue, inspirado em Jean Cocteau, com o objetivo de formar um teatro para uma comunidade de artistas.

> Mas no fim da década sua preocupação com a comunidade passara da formação de uma comunidade de artistas para a organização, através da arte, da comunidade mais ampla – despertando, tanto os atores como a platéia para a consciência política e a ação, particularmente contra a Bomba (maneira como eram conhecidas as bombas atômica e termonuclear) e pela paz mundial. Ao longo de toda a década de 1960, o Living Theater seria um modelo internacional para grupos de teatro político. Mesmo dentro do movimento eles eram controversos, por seu anarquismo. Mas sua dramaturgia política estava tanto na vanguarda da década de 1960 quanto sua obra inicial estivera no teatro dos poetas da década de 1950. [13]

Com esse objetivo, o *Living* buscou *democratizar* o processo de trabalho, a fim de tornar os atores cada vez mais criativos e o público mais atuante e questionador, pois:

> As produções do Living Theater, de Brecht a Goodman e *The Brig*, de Brown, constituíram mais uma tentativa politicamente orientada de mudar o mundo do que meramente distraí-lo – "envolver, ou tocar, ou comprometer a platéia, não exatamente mostrar-lhe algo", como o exprime Beck. *The*

> *Connection* empurrou goela abaixo do espectador a condição do viciado em droga e sugeriu que platéia, queira ou não, podia ser mais envolvida nos problemas dos vícios das outras pessoas do que admitia consigo mesma. [...] Em *The Brig*, a questão era fazer a platéia vir a sentir a violência que realmente estava ocorrendo no palco: "Deixe-os ouvir o barulho, deixe-o causar-lhes dor, deixe-os sentir os murros no estômago... até não haver nenhuma prisão em qualquer lugar", escreveu Beck. Desse modo, o Living Theater desafiava os seus espectadores a meditar sobre suas obrigações morais como seres sociais.[14]

Essa vontade de intervir no cotidiano da cidade e de seus habitantes, suscitar formas de discussão e de ativismo não foi característica somente do *Living Theater*. Porém, as formas encontradas e as intenções contidas eram diversificadas. Enquanto o *Living* compreendia a sua atuação teatral como uma missão, o *Bread & Puppet*, por exemplo, construiu uma outra postura estética e social, a partir da recusa em se apresentar em salas de teatro e para platéias numerosas.

> Realiza espetáculos principalmente numa pequena igreja no sul de Manhattan. Mas freqüentemente desce à rua: espetáculos especiais são apresentados no Central Park ou em Washington. Ou nos bairros populares de Bronx ou no East Harlem. O grupo tem também desfilado pelas avenidas, em marchas pela paz ou pelos direitos civis: no meio dos manifestantes surgem inesperados atores com máscaras estranhas e misteriosas, ao lado de fantoches enormes. [...] A comunicação estabelece-se mais firme com platéias pequenas. [...] O que mais impressiona nos trabalhos do *Bread and Puppet* é a pesquisa permanente, uma elaboração formal, cuidada e trabalhada em minúcias, uma intensa revalorização do teatro como ritual, forma de captar uma realidade no que ela possa ter de mais profundo, tudo através de um trabalho de redescoberta da força expressiva e simbólica do gesto, do movimento econômico mais exato e da utilização do som como linguagem do espetáculo. No *Bread and Puppet* os 'atores' não aparecem sem máscaras: estão sempre envoltos em roupas que escondem seus corpos inteiros; os rostos são igualmente escondidos por máscaras. E representam ao lado de fantoches e marionetes'. [...]. Na relação ator-fantoche está um dos pontos básicos, como renovação, do trabalho em grupo. [...] Mas Schumann não aceita que seu teatro seja rotulado de 'teatro de protesto'. Acha que não é essa a missão, a profissão. Afirma que acredita em dizer o que deve ser dito, o que é necessário dizer. Não está interessado em ideologias. O único tema político que abordará é a guerra, ou seja, a paz. E é contra um teatro de provocação. Afirma: 'Não adianta chocar o espectador. Isso irrita. Ele fica contra. Não adianta insultar. É preciso conquistá-lo, atraí-lo'. O que seduz Schumann é realmente o ritual e ele vê o teatro, como uma manifestação artística espiritual, que deva acontecer entre os homens. Por isso desfila nas marchas, faz espetáculos nas ruas. 'Não gosto do teatro tradicional. Mas há outras manifestações teatrais que possuem sentido: os serviços religiosos, por exemplo. E há o teatro chinês, o grego, o egípcio. Não acho que seja indispensável revolucionar o teatro. É preciso encontrar um sentido para o teatro. Mesmo que seja a partir de uma forma tradicional. Tem que ter um sentido para o público. [...] Schumann afirma: 'O teatro precisa ser um alimento tão essencial como o pão'[15].

"O teatro como elemento tão essencial como o pão". Essa frase, talvez, possa ser interpretada como síntese das atividades daqueles que, na década de 1960, buscaram romper os espaços destinados à arte e reintroduzí-la à experiência do cotidiano. Tal proposição significava não só redimensionar as relações de produção como também implodir as divisões sociais e simbólicas que estruturam o mundo contemporâneo.

Nesses embates, o engajamento político foi o *leitmotiv* para a construção do repertório temático e formal, assim como as circunstâncias do momento histórico estimularam e

propiciaram a emergência de práticas e de representações, que tornaram o diálogo Arte/Política e História/Estética, em nossos dias, campos investigativos nos quais as possibilidades de trabalho permitem instigantes interlocuções entre o historiador e as diversas linguagens artísticas.

---

[1] GUINSBURG, Jacó & GARCIA, Silvana. De Büchner a Bread & Puppet – Sendas do Teatro Político Moderno. In: SILVA, Armando Sérgio da. (org.). *J. Guinsburg:* Diálogos sobre Teatro. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 119.

[2] FURET, François. *O Passado de uma Ilusão:* Ensaios sobre a idéia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 9.

[3] Em relação a esta vertente estética, Ripellino assim manifestou-se: "os cubo-futuristas surgiram em abril de 1910 com o almanaque *Sadók sudiéi* (O Viveiro dos árbitros), redigido por Vielímir Khliébnikov, David e Nicolai Burliuk, Vassíli Kamiênski e Elena Guro. A princípio, o grupo denominou-se 'Guiléia', do antigo nome da região em volta do Kherson, onde viveram os irmãos Burliuk. Este nome clássico, que evoca uma amplidão ilimitada, fervilhante de rebanhos e de túmulos, batida pelos ventos do Ponto Euxino, adequava-se perfeitamente às cadências épicas de Khliébnikov. Assim, desde o início, os cubo-futuristas, que Khliébnikov quis rebatizar com a palavra russa 'budietliane' (de 'budu', futuro de 'bit' = ser), revelaram o seu amor pelas civilizações remotas e pelos fatos mitológicos". (RIPELLINO, Ângelo M. *Maiakóvski e o teatro de vanguarda*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 15).

[4] RIPELLINO, Ângelo M. *Op. Cit.*, p. 15.

[5] Agência Telegráfica Russa.

[6] PALMIER, Jean Michel. *Lénine a arte e a revolução*: ensaio sobre a estética marxista. Lisboa: Moraes, 1976, p. 197-198, volume 3.

[7] DREWS, Wolfang. Documento Histórico – Documento Atual. In: PISCATOR, Erwin. *Teatro Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 2.

[8] BRECHT, Bertolt. Apud DREWS, W. *Op. Cit.*, p. 7.

[9] Antonio Candido ao discutir o conceito de personagem plana tem como referência o livro de E.M. Forster, no qual se encontra a seguinte caracterização: "'As personagens planas eram chamadas *temperamentos* (*humours*) no século XVII, e são por vezes chamadas tipos, por vezes caricaturas. Na sua forma mais pura, são construídas em torno de uma única idéia ou qualidade; quando há mais de um fator neles, temos o começo de uma curva em direção à esfera. A personagem realmente plana pode ser expressa numa frase, como: 'Nunca hei de deixar Mr. Micawber'. Aí está Mrs Micawber. Ela diz que não deixará Mr. Micawber; de fato não deixa, e nisso está ela'. Tais personagens 'são facilmente reconhecíveis sempre que surgem'; 'são, em seguida, facilmente lembradas pelo leitor. Permanecem inalteradas no espírito porque não mudam com as circunstâncias'". (FORSTER, E.M. *Aspects of the Novel*. London: Edward Arnold, 1949, pp. 66-67 *apud* CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: --- et alii. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1987, pp. 62-63).

[10] ROSENFELD, Anatol. *O Teatro Épico*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 145-146.

[11] BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Lisboa: Portugália Editora, s/d, pp. 16-18.

[12] A presença do teatro engajado nos E.U.A. não foi apenas uma prerrogativa da década de 1960. "No final dos anos 20, o agitprop eclode nos Estados Unidos, no rastro da recessão econômica. Fomentados pelo Partido Comunista, dois grupos se destacaram no período: o WTL – Workers' Laboratory Theatre, um dos pioneiros do agitprop americano, e o Prolet Bühne. A atividade teatral deste último, fundado em 1928 pelo alemão John Bom, se reveste de matiz étnico, na medida em que é promovido por minorias de imigrantes no processo de inserção no novo meio sócio-cultural e no eixo das lutas por direitos trabalhistas. A essa mesma linhagem pertenceu o ARTEF – Arbeiter Theater Farband –, formado por judeus, que, embora não fosse em sua origem um grupo de agitprop, dedicou-se por um tempo à militância ativista, também sob a influência do Partido Comunista. Durante toda a década, a ação e a presença desses grupos nas ruas pontuou o processo de recuperação econômica do país. Organizados em ligas associativas, buscaram afirmar para o teatro a função de instrumento de luta de classes, por um lado, e de resistência contra a propensão predominantemente comercial das produções da Broadway, por outro." (GUINSBURG, Jacó & Garcia, Silvana. *Op. Cit.*, p. 136-137).

[13] BANES, Sally. *Greenwich Village 1963*: Avant-Gard, Performance e o Corpo Efervescente. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 61.

[14] Idem, p. 62-63.

[15] PEIXOTO, Fernando. O teatro como alimento essencial. In: ---. *Teatro em pedaços*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, p. 85-90.

A Guerra do Brasil com o Paraguai: A presença de grupos indígenas no conflito (1860-1870)

Rosely Batista Miranda de Almeida – PPG-UFMT

Este texto é parte integrante da pesquisa que se encontra ainda em fase de elaboração para Dissertação de Mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. Traz então, algumas considerações sobre o envolvimento de alguns grupos indígenas na guerra do Brasil com o Paraguai. Nosso objetivo central é a investigação de grupos indígenas, de diferentes etnias que foram envolvidos na Guerra com o Paraguai[i] buscando descobrir como se deu tal envolvimento.

Alguns questionamentos significam pistas objetivas, como sob quais interesses e motivações diversos grupos indígenas foram envolvidos na Guerra com o Paraguai? Qual era o significado de guerra para o indígena no século XIX? Quais nações indígenas participaram e a favor de quais forças lutaram? Em que condições concretas se deu o envolvimento indígena ao participarem na Guerra? De que forma foram convocados para os campos de batalha? É de fundamental importância não nos esquecermos que estamos tratando, no dizer de Denise Maldi *"(...) de alteridades, sociedades outras"* (1989, p. 12).

Intencionando responder a estas e outras questões o objetivo mais amplo da dissertação é então desenvolver um estudo que possa oferecer mais luzes sobre a presença indígena na Guerra com o Paraguai. Mediante essas perspectivas, constatamos que poderá ser de grande relevância social para ampliação e aprofundamento do conhecimento histórico sobre a Guerra com o Paraguai, especificamente no que explicita sobre a presença indígena num conflito tão marcante que *"(...) a cada dia mais parece que foi ontem (...)"*[ii].

A historiografia brasileira possui, então, essa lacuna. Muito se produziu e continuamente se tem produzido sobre a Guerra, mas ainda há poucos estudiosos com estudos direcionados à temática indígena neste contexto. Nossa proposta de narrativa histórica é a da representação

do índio na sua relação com outros seres humanos de sujeito/sujeito e não sujeito/objeto. Assim, oportunamente, elencamos o que Roger Chartier apresenta como principal objeto da História Cultural *"(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler"* (CHARTIER, 1990, p.17).

Percebemos que para muitos povos indígenas a guerra se confundia com sua própria cultura, portanto presente como elemento da vida social. É o que pensa John Keegan em "Uma História da Guerra", onde defende que *"(...) a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão de cultura e, em algumas sociedades, é a própria cultura"* (1995, p. 28). A arte de guerrear era exercida assim contra aldeias inimigas, com táticas e ritos diferenciados, ou contra os colonizadores europeus.

Pensemos com Carlo Ginzburg de que: *"a história pode nos despertar para a percepção de culturas diferentes para a idéia de que as pessoas podem ser diferentes e, (...) contribuir para a ampliação das fronteiras de nossa imaginação"*[iii].

Nos estudos de Denise Maldi, encontramos argumentos de que no século XVIII a luta por posse de territórios entre portugueses e espanhóis e a utilização das sociedades indígenas erradicadas na região de fronteira do rio Guaporé "(...) guardiães dos domínios de dois reinos tradicionalmente rivais" (1989, p. 10).

Tanto a América espanhola quanto a portuguesa apoiaram as ordens religiosas para a mobilização militar dos índios. Diversos grupos indígenas foram organizados e treinados para compor os "corpos de milícias", sendo os chefes indígenas comandantes, denominados de principais.

Os Guaicuru, denominados pelos paraguaios de Mbayá, foram por esses considerados aliados dos brasileiros ao compor as forças que invadiram o território paraguaio, após da travessia do rio Apa[iv].

Aos portugueses interessava as boas relações com os Mbayá para maior tranqüilidade às expedições que navegavam nos rios da parte Sul da antiga província de Mato Grosso.

Conquistando mais e mais a confiança desse grupo, os portugueses poderiam evitar as constantes pilhagens nos domínios portugueses de Miranda, Coimbra e Albuquerque, além de impedir a expansão da colonização espanhola na região do Alto Paraguai (BOGGIANI, 1894, p. 266).

De Boggiani temos também a narrativa de que viajantes como Rohde, Balson e Cominges consideravam como "Caduveo", ou seja, Mbayá também os Kinikinao (Albuquerque e Miranda) e os Terena (Distrito de Miranda). Sobre a origem dos Terena, diz que *"teriam habitado o Chaco boliviano, de onde, segundo Rohde, (Orig. Mitth. etc., ano I, p. 12), teriam passado para o território atualmente ocupado perto de Miranda (...)".* Documentos portugueses de 1846, 1848 e os dados deixados pelo viajante francês Castenau chegam a mencionar de 2000 a 3000 habitantes no conjunto de aldeias visitadas. Até esse tempo os Terena, pelo pouco contato com o colonizador, ainda preservavam a cultura dos antepassados e suas superstições como pedir auxílio às estrelas por lá enxergarem seus avós (BOGGIANI, 1894, p. 264, 268).

Para Vasconcelos, os indígenas tiveram função histórica na formação do Estado Nacional brasileiro ao participarem da defesa do sul da então Província de Mato Grosso quando em dezembro de 1864, foi ocupada pelos paraguaios entre os rio Apa e Blanco (1999, p. 86).

Os grupos indígenas que atuaram na Guerra com o Paraguai, do lado brasileiro, são oriundos da região do Chaco, sendo o rio Paraguai um marco de limite natural para as populações indígenas daquele espaço geográfico. Um dos povos que dominavam as suas margens, eram os horticultores guarani. Ocorriam constantes conflitos destes povos com outros habitantes do Chaco, mesmo antes da chegada dos espanhóis, no século XVI. Vários historiadores já abordaram os conflitos dos Guarani com os povos da nação Guaicuru, destacando-se os Paiaguá e o Mbayá. A respeito do assunto, nos diz Carvalho: *"(...) esta inimizade entre as tribos Guaycuru e Guarani aparece, desde o início da colonização, como um fator complicador das relações que se estabelecem com os conquistadores"* (CARVALHO,

APUD CUNHA, 2002, p. 464), sendo que os próprios Guarani reivindicavam dos espanhóis a participação em expedições punitivas aos Guaicuru.

Incluindo-se na teia pensante de Ricardo Sales, o autor de "Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército", no sentido de não reduzir o recrutamento de homens para a Guerra somente pelo caráter forçado ou apenas pelo voluntariado, termo este, aliás, um pouco contestado; Vasconcelos entende que os Kadiwéu e os Guaná atuaram ao lado do Brasil *"(...) pela necessidade de impedir que suas terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios"*[v].

Na tomada do acampamento de Laguna, já em terras Paraguaias, os aliados dos brasileiros, os índios Terena e Guaicuru, *"(...) depois de se haverem comportado nesta refrega como bravos auxiliares carregavam agora aos ombros os despojos dos cavalos tomados aos paraguaios"* (TAUNAY, 2003, p. 88). Este relato de Taunay referencia os indígenas dessas duas etnias como verdadeiros soldados do Império contra as forças da República paraguaia. Há que se refletir do porquê do ânimo dos "bravos auxiliares" indígenas, quando em outras narrativas já constatamos que nem sempre esses se mostravam tão dedicados a um conflito que não lhes interessava em todos os aspectos. No tocante aos cavalos, há que se dizer que antes de os conhecerem os Guaicuru tinham o hábito da navegação, igualmente aos Payaguá.

As etnias indígenas que foram envolvidas na defesa do território mato-grossense, submeteram-se às ordens militares do Império. Suas forças tornaram-se necessárias, sendo então recrutados para atuar nos combates. Momento este em que as relações entre índios e não índios foram *"(...) mediadas pelas forças administrativas e militares que controlavam as ações dos índios e interferiam em seus costumes"* (SILVA, 2002, p. 167).

Seguindo como aponta Ginzburg (1991), a respeito dos sinais encontrados nas fontes documentais, supomos que outras etnias ainda não mencionadas tenham também participado das forças em combate contra o Paraguai. São descobertas que surgem após leituras e investigações próprias ao trabalho do historiador na interpretação das pistas permitidas pela

documentação, e com nova proposta de narrativa histórica. Estamos nos referindo ao ofício do Capitão Comandante do Forte de Coimbra, de 18 de março de 1862, enviado a João Batista de Oliveira, Diretor Geral dos Índios. Este comunicou ao Presidente da Província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, sobre o teor do ofício. Três índios da etnia Chamacoco, dando a entender terem vindo enviado pelo Chefe, pediram transporte para o Comandante para deslocarem todo o aldeamento do Distrito de Albuquerque para o Forte de Coimbra, próximo a Bahia Negra (Sul de Coimbra). Reclamavam da hostilidade sofrida pelos índios de outras nações, como os Guaicuru Beaquéo, que viviam nas imediações de Miranda. O Diretor João solicitou da Presidência a autorização para ir à aldeia dos Chamacoco oferecer-lhes brindes e deslocá-los para o determinado Forte. Justificava dizendo que estes índios seriam úteis aos Distritos do Baixo Paraguai como braços para a lavoura[vi].

Nossa suposição é de que, estando esses índios aldeados no Forte de Coimbra apenas três anos antes do conflito com o Paraguai, possivelmente, teriam participado como aliados do Brasil. Apesar de ainda não termos um suporte documental esclarecedor, pensamos com Ginzburg ser *"(...) necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis"* (1991, p. 144), ou seja, pistas que podem indicar novos conhecimentos. A mesma suposição temos em relação à etnia dos chamados Bororos da Campanha, a partir do relatório do estado da Catequese de 1872, através da Diretoria Geral dos Índios. Essa etnia indígena estava dividia em duas hordas: uma nas imediações de Salinas, entre os bolivianos; e outra, próximo ao Escalvado, à distância de uma légua do rio Paraguai. Cultivavam a terra, e o excedente dos produtos permutavam ou vendiam. Esses índios favoreciam as forças do Império brasileiro, pois, *"(...) mais de uma vez [apreenderam] e [trouxeram] aos nossos destacamentos de sertões, digo, desertores e escravos que fugiam para a Bolívia"*[vii].

Os índios eram apresentados como conhecedores do território que servia de passagem e moradia também aos não-índios que chegavam nessas paragens com objetivos de conquista. Em caso dos militares necessitarem dos serviços prestados pelos indígenas, estes eram

requisitados das aldeias através de solicitações aos Diretores destas. Os documentos relatam situações como a do Tenente Antonio Joaquim Ferreira Ramos, Diretor do Trem Naval, que em ofício ao Diretor Geral dos Índios, João Batista de Oliveira, reivindicou o fornecimento de até 20 índios para condução de vasos de transporte à margem do Rio São Lourenço, onde seria fundado um novo Destacamento. Desta feita, o pedido não pode ser atendido. Não havia índios disponíveis em serviços de canoas para a realização desse trabalho[viii]. Os documentos apontam descontentamentos expressados por Diretores de Aldeias em situações onde os trabalhos agrícolas ficavam interrompidos para que os índios se tornassem trabalhadores camaradas fora das aldeias[ix].

Os índios também foram auxiliares na função de informantes para as autoridades brasileiras sobre as atividades e acontecimentos relativos aos vizinhos paraguaios e bolivianos, na disputa pela demarcação de fronteiras. Também aparecem embrenhados no corpo do Exército brasileiro. O Exército adentrava em suas vidas, nos aldeamentos, distribuindo patentes através da Diretoria Geral dos Índios.

Outras formas de utilização do trabalho indígena são relatadas em atividades de remo, especialmente para transporte de pessoas ou cargas em atividades comerciais.

O objetivo maior era da defesa do território do Império brasileiro. A construção de vários fortes também ocorreu com o mesmo intento. Relembramos sobre o Forte da região de Fecho de Morros, o de Salinas, o de Dourados e Miranda; todos construídos às margens do rio Paraguai.

A entrega de patentes como reconhecimento do Império aos serviços militares prestados pelos indígenas já era prática conhecida bem antes do período da guerra dos países platinos com o Paraguai. Em 30 de abril de 1859, o Diretor Geral dos Índios, João Batista de Oliveira, solicitou do Presidente da Província, o General Joaquim Raimundo de Lamare a promoção de três índios da nação Guaná: o Tenente Bernardo da Costa, de Tenente ao posto de Capitão; o Alferes Joaquim de Sousa, ao posto de Tenente; e o Sargento Joaquim Manoel, ao posto de

Alferes. O pedido de promoção foi considerado justo pelas antiguidades dos militares índios nos postos em que serviam e pelos serviços prestados ao povo Guaná[x].

Os índios Guaná, assim como os de outras etnias, na função de informantes das notícias sobre a Guerra, exerceram papel de extrema importância numa época de durezas econômicas, portanto, de parcos recursos para transportes e comunicação intensa e rápida.

Taunay relata sobre a fuga dos Terena e Laiana após serem expulsos de suas palhoças no período da guerra, e com olhar mais complacente tece narrativa sobre a amizade e companheirismo desses índios como mostras de respeito às forças brasileiras em operações. Da obra Campanha de Mato Grosso – Cenas de Viagem, foram extraídos alguns exemplos de passagens que ilustram, na perspectiva de Taunay, a participação dos indígenas no conflito.

> *"Estabelecidos na aldeia do Naxe-daxe ou de Santa Cruz, a seis légoas da Vila de Miranda, tinham os índios Terena procurado refúgio por ocasião da invasão dos paraguaios, dedicando-se logo ao plantio...". "Depois de combinarmos (...) 28.02.1865, com Vieira [Capitão José Vieira], (...) ele devia achar-se com 26 índios junto ao Aquidauana (...), voltando à casa de Valério. As plantações dos laianos consistiam em arroz, milho, feijão, porém as chuvas falhadas (...) impediam prometerem alguma coisa para as forças". (TAUNAY, 1923, pp. 83, 84, 98)*

A Guerra com o Paraguai foi um período significativo na vida do Povo Terena. Estes participaram no enfrentamento ao Exército paraguaio e de todos os padecimentos circunstanciais ocorridos no evento histórico da Retirada da Laguna, em 1867. *"(...) Tendo prestado ao Brasil bons serviços na Guerra contra o Paraguai, alguns caciques receberam a patente de Alferes, que mostraram a Rohdes com orgulho pedindo-lhe para lê-la em voz alta"* (Boggiani, 1894, p.268). Também forneciam alimentos para os combatentes da mesma forma como o fizeram os Laiana, pertencentes à mesma nação Guaná, na qual estavam incluídos os Terena.

Para serviços tais como coveiros, especialmente, nos primeiros anos de Guerra (TAUNAY, 2003, p. 105).

É certo, segundo aponta a documentação pesquisada, de que os índios Guató tenham participado da campanha de guerra, como aliados dos Paraguaios. Essa etnia indígena era considerada pela Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso como nômades. Habitavam as margens dos rios São Lourenço e Paraguai, nas lagoas Gahíba e Uberaba, 1º distrito. Suas famílias viviam isoladas ou se reuniam em pequenos grupos. Segundo alguns Diretores Gerais às vezes, apareciam na capital da Província interessados nos brindes a eles oferecidos pela diretoria geral, com o intuito de atraí-los como era comum se falar na época, *"ao seio da civilização"*.

Nossa análise nessa questão remete à idéia de que como qualquer outro povo que se tornava cativo, como os negros no Brasil; os índios também resistiram ao que lhes foram imposto. Violência física, mortes e exposição a humilhações fizeram com que inúmeros índios de Albuquerque e outras partes da fronteira oeste mato-grossense fugissem para lugares mais seguros" (LEOTTI, 2001, p. 40). Os indígenas foram povos subjugados. Disso não se pode esquecer. O próprio recrutamento forçado foi elemento de humilhação, quando muitos índios foram levados presos para servir às forças imperiais. Visto que a guerra com o Paraguai foi um evento estranho aos interesses indígenas.

Não se pode silenciar sobre a série de violência que viviam na fronteira com o Paraguai, nem que foram induzidos a estarem numa Guerra que imprimiu profundas marcas nas memórias de sua gente, em suas culturas.

---

[i] In: BARROS, Rui Coelho de. Guerra com o Paraguai: aspectos polêmicos (Março/2005), também utiliza o termo Guerra com o Paraguai por entender, o que concordamos, ser "mais consentâneo com a realidade acontecida e estudada", diz ele "não traz embutido (...) tendência política ou ideológica" (p. 12).
[ii] CHIAVENATTO, Júlio. Op. cit.: 10.
[iii] Fragmento citado na entrevista concedida por Carlo Ginzburg à professora de história da educação da USP, Maria Lúcia G. Pallaris-Burke. s/d.
[iv] Relato incluso no "El Semanário" de 13 de Julho de 1867, n. 690, año XV., no artigo "La invasion del norte". APUD, TAUNAY, 2003, pp. 167-174.
[v] Para Ricardo Sales, qualquer uma das posturas acima mencionadas *"(...) significaria reduzir e simplificar extremamente as relações sociais na sociedade escravista do império"*. (SALES, 1990, p. 61). APUD, VASCONCELOS, 1999, p. 87.
[vi] Livro 191, 1860-1873. APMT
[vii] Cf. Livro 191 (1860-1873), Relatório do estado da Catequese na Província de Mato Grosso, em 13 de março de 1872. APMT.
[viii] Livro 101, p. 89. APMT.
[ix] Livro 101, pp. 85-86. APMT.
[x] Livro 101, p. 100, APMT.

Contando histórias, construindo o passado: memórias da Escola Politécnica da Paraíba.

Rosilene Dias Montenegro* - UFCG

Este trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa *"Organização e Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande - PB"*[1]. Esse projeto teve como objetivo em seu primeiro ano de funcionamento a investigação da história e memória da Escola Politécnica da Paraíba, criada em 1952, origem do Centro de Ciências e Tecnologia do *Campus II,* da UFPB, desmembrada em Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, desde em 2002. Esse Centro é conhecido no meio acadêmico como referência na formação de engenheiros eletricistas e de sistemas e computação e teve papel fundamental no desenvolvimento do pólo tecnológico da cidade de Campina Grande.

A Escola Politécnica da Paraíba, localizada na cidade de Campina Grande, foi a origem de uma experiência de grande sucesso na formação de engenheiros civis (de sua criação até a década de 1970), de engenheiros eletricistas (de 1963 aos dias atuais) e de profissionais na área de sistema e computação. Mas o sucesso da Escola Politécnica da Paraíba é motivo de orgulho para todos os cursos do Centro de Ciências e Tecnologia - CCT. Mesmo os que não foram alunos da Politécnica, transformada em CCT, com a reforma cêntrica implementada a partir de 1976, se orgulham de sua ligação com memorável Escola Politécnica.

Para a pesquisa da história dessa instituição foram utilizados dois tipos de fontes: a impressa[2] e a de registro oral. A primeira composta, sobretudo, de documentos referentes à criação, instalação da Escola Politécnica, contratação dos primeiros professores e funcionários, realização dos primeiros exames de seleção, contabilidade, relatórios destinados à inspetoria de ensino superior, atas das reuniões da Congregação,

ofícios, etc. A fonte constituída pelos registros orais da memória dessa Escola de ensino superior está sendo constituída com o desenvolvimento desse Projeto, possuindo um acervo até o momento de 22 horas e 25 minutos de gravação e um total de 360 páginas de entrevistas transcriadas e revisadas. dos depoimentos de fundadores, professores, funcionários e alunos pioneiros dessa instituição. Também foram consultados as poucas publicações existentes sobre a criação da Escola Politécnica.

Na leitura da bibliografia[3] sobre a Escola Politécnica da Paraíba, constata-se a criação de um mito fundador que teria sido a criação da Politécnica e sua relação com o desenvolvimento econômico e cultural da cidade de Campina Grande, particularmente. È o questionamento desse mito que temos procurado realizar. A presente análise pretende contribuir e avançar no sentido do aprofundamento da investigação desse mito e, particularmente, no conhecimento de questões de ordem política, pedagógica ou partidária e seu lugar na criação e implementação da Escola Politécnica da Paraíba.

Em nossa pesquisa constatamos a existência de uma história organizada, segundo um consenso tácito, nos parece, que busca ressaltar, acima das divergências, a importância da Politécnica para o desenvolvimento do ensino superior na cidade de Campina Grande e o crescimento econômico da região. O objetivo do presente trabalho é interrogar sobre esse consenso. Para isso, buscamos contrapor elementos apresentados nos depoimentos orais sobre a Escola Politécnica com a lógica discursiva da escassa literatura sobre o assunto. A hipótese investigada é de que duas visões se tensionavam: uma política-partidária, e outra político-acadêmica.

Na década de cinqüenta, do século passado, existia na cidade de Campina Grande duas faculdades: a de Filosofia e a de Serviço Social (esta última daria origem à criação da URN – Universidade Regional do Nordeste, em 1967). Nesse período, o desenvolvimento econômico por que passava essa cidade e as tendências que se apresentavam como possibilidades de desenvolvimento no país, apontavam para a necessidade da formação de mão de obra qualificada que viesse atender as necessidades de crescimento econômico em âmbito local e nacional.

A preocupação com a criação de um curso técnico de nível superior se justifica, pois, pela especificidade histórica de Campina Grande: pólo comercial de algodão. A mais importante cidade do interior do Nordeste, à época. Os anseios por um maior desenvolvimento dessa cidade, na década de cinqüenta do século passado, deu origem a um empreendimento cultural, político e social de criação de uma instituição de ensino superior no interior do Nordeste. Esse empreendimento se fez possível graças à determinação de um grupo formado por membros da elite local: intelectuais, estudantes, políticos e empresários, que, instigados por sentimentos identitários e idéias de progresso criariam uma instituição de ensino superior que se tornaria uma das mais importantes referências na formação de engenheiros civis e eletricistas, nas décadas de 1960 e 1970.

Para a realização desse projeto participaram indivíduos de liderança, tais como, Antônio da Silva Morais, engenheiro químico; José Marques de Almeida Junior, engenheiro químico; José Lopes de Andrade, sociólogo e professor; Milton Paiva, professor e diretor do Colégio Estadual de Campina Grande, conhecido por Colégio da Prata, em referência ao bairro em que se localiza; e, os engenheiros químicos: Valdês Cunha Cavalcanti; Austro de França Costa; Josemir de Castro; Giuseppe Gióia; Lindalvo Farias; e, Edvaldo de Souza do Ó, acadêmico em Economia, na época.

Liderados por Antônio da Silva Morais, esse grupo mobilizou-se pela criação de um curso técnico de ensino superior e a consolidação do ensino superior na cidade de Campina Grande. Surge, desse movimento, em 06/12/1952, a Escola Politécnica da Paraíba, com o curso de Engenharia Civil, cuja qualidade de formação de seus profissionais chegou a ser reconhecida em todo o país. Essa Escola teve, após a consolidação de seu curso inicial a criação de outros cursos na área chamada exatas, de onde se destaca o curso de Engenharia Elétrica, criado em 1963. Na década de cinqüenta, liderada por Edvaldo de Souza do Ó, ocorreria, também, a criação da FACE, Faculdade de Ciências Econômicas.

Na memória da Escola Politécnica, seja ela escrita ou oral, vimos claramente dois momentos marcantes de sua existência. O primeiro refere-se ao período que

compreende de sua criação em outubro de 1952 a março de 1963; e, o segundo momento refere-se ao período de 1963 a 1976, ano da reforma cêntrica e, portanto, de sua extinção com a transformação em Centro de Ciências e Tecnologia. O primeiro momento da Politécnica é marcado pela liderança de Antônio da Silva Morais, um de seus fundadores. O segundo momento é marcado pela liderança de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque.

O período Antônio Morais foi o tempo da criação, de colocar para funcionar de administrar a instalação da Escola Politécnica e a busca por seu lugar definitivo: o local em que fincaria suas raízes e o tipo de atuação pedagógica que desempenharia na formação de seus alunos. Foi uma década de muito trabalho, muito empenho, determinação, idealismo, sacrifícios e grandes vitórias. A Escola foi instalada primeiramente no Colégio Estadual da Prata, onde ficou pouco tempo, tendo se mudado em seguida para o grupo escolar Sólon de Lucena, onde ficou aproximadamente seis anos, tendo se mudando definitivamente para o *campus* de Bodocongó, área em que se situa os Centros de Humanidades e o de Ciências e Tecnologia da UFCG. As bases da Escola Politécnica foram cuidadosa, caprichosamente e competentemente construídas. As bases físicas das estruturas dos prédios e as bases acadêmicas da formação dos engenheiros civis e, depois, os eletricistas. A compreensão predominante, defendida e implementada a partir da liderança do professor Antônio da Silva Morais, era a de que era preciso formar os melhores engenheiros da região. Para isso espelhou-se nos modelos da Faculdade de Engenharia Civil de Pernambuco e no Instituto Tecnológico da Aeronáutica – o ITA. E, nesse sentido, não permitiu a contratação professores por outros critérios que não fossem o da competência profissional. O que, certamente contrariava as práticas e as intrincadas relações sociais e políticas da época. Foi, ainda, um marco do período Antônio da Silva Morais a relação institucional em detrimento dos compromissos políticos.

O segundo marco da Escola Politécnica da Paraíba foi o período Lynaldo Cavalcanti. Foi esse diretor o mais recorrentemente lembrado nos depoimentos sobre a Politécnica. O período Lynaldo é lembrado pelo dinamismo empreendido por sua administração. Irrequieto, de um dinamismo incomum, empreendedor, e dono de grande

visão de futuro. Lynaldo Cavalcanti promove a expansão da Politécnica, com a criação de vários cursos na área das ciências e tecnologia. É, também, do período Lynaldo a criação do Centro de Humanidades a partir da FACE- Faculdade de Ciências Sociais, incorporada a Politécnica quando de sua federalização em 1960. É do período Lynaldo o investimento em convênios estrangeiros e nacionais, a admissão de inúmeros professores estrangeiros e de outros centros de ensino superior do país, especialmente do ITA, do Estado de São Paulo, e o investimento em ações que implicavam na visibilidade da Escola Politécnica. Assim, pelas inúmeras realizações feitas em um tempo de menores dificuldades no acesso a recursos e intercâmbios, se conseguiu alcançar a qualidade e o prestígio sonhados desde a criação dessa instituição.

A tensão que é silenciada na memória escrita e oral diz respeito a esses diferentes projetos. Antônio da Silva Morais pensou a criação, instituição e consolidação da Politécnica em bases firmes, raízes profundas, sem os favores dos compromissos políticos não institucionais. Algo definitivo. Sua saída da direção da Escola Politécnica em 1963, tem relação com a tensão que se aprofundava com o crescimento de uma posição que desejava – agora em outro contexto – a expansão da Politécnica, uma relação mais dinâmica e interessada com outras instituições de ensino superior e também com a política local e, principalmente, estadual. Em meio a esse tensionamento estava em jogo a qualidade do ensino e, conseqüentemente, da formação dos alunos da Politécnica. O grupo fundador resistia a idéia de uma expansão acelerada por temor do comprometimento da qualidade de ensino e, também, dos ônus que as alianças políticas poderiam trazer à autonomia dessa instituição.

A mudança ocorreu. A expansão se realizou. A Escola Politécnica se fez nacionalmente conhecida por sua referência na qualidade de ensino. Mas as mágoas resultantes do processo de disputa interna deixaram marcas que o discurso do mito fundador, em seu desejo de harmonia e perfeição busca “esquecer”. Parece-nos que ex-professores, alunos e funcionários da Escola Politécnica preferem se entregar à sedução de uma comunidade acadêmica em comunhão total (ou idealizada).

Estamos somente entrando no segundo ano de pesquisa e temos clareza de que muito ainda está por se investigar para poder constituir a configuração desse momento histórico. Todavia, nos arriscamos em corroborar a afirmação de que criação da Escola Politécnica da Paraíba, muito provavelmente, constituiu um dos mais importantes acontecimentos da década de cinqüenta e deve ter influenciado decisivamente na consolidação e expansão do ensino superior na cidade e Estado, nessa mesma década de cinqüenta e nas posteriores. A história dessa instituição está, ainda, em investigação e esperamos, nos próximos encontros, ter avançado na investigação de outros fatores que nos permitirão ratificar e aprofundar o aqui exposto ou apontar o que até o momento nos é desconhecido.

---

[*] Dra. em História, pela Unicamp,Professora do Depto. de História eGeografiada UFCG. E-mail: lena.montenegro@uol.com.br

[1] Esse projeto obteve o apoio do CNPq e da Universidade Federal de Campina Grande, por meio do Programa Gestão Universitária. É coordenado pela Dra. Rosilene Dias Montenegro e possui, atualmente, 5 pesquisadores e 6 alunos de iniciação científica envolvidos em seu trabalho de pesquisa.

[2] No andamento da pesquisa do acervo documental da instituição verificamos as precárias condições em que esses documentos se encontram e para o registro dessa situação produzimos dois documentários audio-visuais com o objetivo de divulgarmos, para fins pedagógicos e de sensibilização dos dirigentes de nossa instituição

[3] Os livros existentes sobre esse tema são: 1) LOPES, Stênio. *Campina. Luzes e Sombras.* Campina Grande, s/editora, 1989; 2) LOPES, Stênio. *Escola Politécnica de Campina Grande. Uma experiência de desenvolvimento no Nordeste.* Campina Grande: Tecnal, s/d.; e, 3) Ó, Edvaldo de Souza do. *Politécnica. Primeira Escola Superior de Campina Grande*. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda., s/d.

ECONOMIA E PODER: A FORMAÇÃO DA BURGUESIA CACAUEIRA DA BAHIA.

MARICÉLIA CARDOSO MATOS NEVES

A discussão sobre a organização da sociedade em castas ou classes é bastante antiga, e o problema nunca foi tão atual nos debates entre filósofos, pensadores políticos, sociólogos e historiadores, que percebem a importância desse aspecto da vida social. Na República, Platão já sugeria uma forma de dividir a sociedade, sendo que os dois últimos séculos acentuaram a relevância da estratificação social para a compreensão e explicação das relações entre os homens.

Nesse trabalho, abordaremos a questão da formação da burguesia cacaueira da Bahia, e como essa burguesia se organizou e se solidificou reivindicando seus direitos de classe dominante, dentro da hierarquia social do Estado. Para analisar e compreender a formação dessa classe, adotamos a linha teórica do sociólogo Pierre Bourdier.

Segundo Bourdier, a classe social não é apenas vista como um elemento que existiria em si mesmo sem manter uma co-relação com elementos qualificados já coexistente e sim, constituinte por sua integração em uma estrutura onde observamos que a ignorância das determinações específicas que uma classe social recebe da outra classe pode nos levar a estabelecer falsas identificações e omissão em analogias reais. Segundo Marx quando fala do objetivismo, ou quando Weber atribui a cada classe ou grupo um status, ambos dão por definido o questionamento das condições da comparabilidade de partes, de estruturas diferentes e veracidade das leis geral da sociologia. [1]

O estabelecimento de proposições nos aspectos gerais, transculturais e transistóricas não resultará em aproximação de casos isolados do contexto histórico e social em que estão inseridos, a comparação só deve ser viabilizada somente entre estruturas equivalentes ou em partes estruturalmente equivalentes das mesmas. O individuo ou grupo

[1] BOURDIER, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". *In: A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 5-6.

na estrutura social não pode jamais ser definido apenas de um ponto de vista estritamente estático em posição relativa, superior, média ou inferior relacionada em uma estrutura ou em um dado momento, delineando um trajeto social. [2]

Uma classe jamais pode ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situações e de posição segundo uma lógica sistemática, tendo transmutá-la em distinções significante. Bourdier afirma que os grupos de status se definem menos por um ter do que por um ser, irredutível a seu ter, menos pela posse pura e simples de bens do que por certa maneira de usar estes bens, pois a busca da distinção pode introduzir uma forma inimitável de raridade da arte de bem consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial. [3]

O autor afirma também, que as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico ou ostentatório que transmuta os bens em signos, a diferenças de fato em distinções significantes, ou, para falar como lingüistas, em valores, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. É, portanto, natural que, a exemplo das sociedades tradicionais, os grupos de status imponham aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamento, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar os modelos.

Assim, segundo Bourdier é preciso englobar na simbólica posição de classe não apenas os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros

[2] Idem, p. 7.
[3] Idem p. 15

e, sobretudo, dos estranhos ao grupo, certa posição na sociedade. Tratar-se-ia, portanto de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irredutível à lógica das relações econômicas.

2. A burguesia cacaueira

A cacauicultura, que se instalou como opção econômica nas comarcas do Sul da Bahia, abriu finalmente os caminhos para seu povoamento. A consolidação da lavoura cacaueira como fonte econômica passou a atrair um contingente populacional de diversas origens, de segmentos sócio-econômico e culturais díspares, os quais foram aos poucos se tornando fazendeiros de cacau.

Esse grupo social formado durante as primeiras décadas do século XX, representado pelo coronel Antônio Pessoa, estabeleceu novas dinâmicas na sociedade de Ilhéus, aumentou o seu poder aquisitivo e constituiu-se em oposição política à oligarquia que dominava a região até então, representada pela família Sá - coronel Domingos Adami de Sá - formada por descendentes de uma elite colonial, com fortes relações com o Império. Essa família exerceu o domínio político em Ilhéus, por quase um século, nos primeiros anos da República. [4]

A liderança exercida pela família Sá estava pautada principalmente na tradição do seu poder político e econômico, enquanto Pessoa construiu sua liderança com base no caráter moral de sua personalidade. Antigo abolicionista e de origem relativamente modesta, Antônio Pessoa se mostrou como um homem “feito por si”, através do esforço próprio, cujo capital foi construído pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou de recursos públicos. Em artigos da imprensa local, considerava-se como a antítese da família Sá, descendente

[4] RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, Poder e Mito*: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001, p. 155.

de antigos aristocratas escravistas que dominavam a região através da posse de grandes extensões de terra e do controle de diversas instituições, entre as quais a Guarda Nacional. [5]

A família Sá e seus descendentes percebiam-se como uma elite branca aristocrata, socialmente superior aos humildes lavradores enriquecidos pelo cultivo do cacau. Assim, os novos-ricos, descendentes de proletários alemães e de afro-brasileiros, não seriam facilmente aceitos como iguais pelas famílias tradicionais. A priori, essa aristocracia ilheense não criou uma relação de identidade com essa nova "elite" regional desprovida de prestígio, os quais nitidamente demarcaram uma identidade própria através do discurso e do simbólico.

Gradualmente, o grupo dos novos ricos encontrou formas de expressar o seu poder social e político. A maioria deixou de residir nas fazendas e construiu palacetes na cidade que, ao lado de seus túmulos, foram os símbolos urbanos mais utilizados para dar visibilidade ao seu prestígio sócio-econômico. O mobiliário das casas e as vestimentas da família eram importados diretamente do Rio de Janeiro e da Europa. A educação formal das novas gerações tornou-se objeto de preocupação dos coronéis emergentes que passaram a enviar seus filhos para as melhores escolas e faculdades de Salvador e do Rio, quando não os enviavam para estudar na Europa. [6]

É necessário salientar que o fenômeno coronelístico, baseado na posse de terras e no prestígio pessoal/familiar esteve presente na formação da burguesia do cacau. Vitor Leal observa que a hegemonia do coronel era exercida especificamente sobre os dependentes de um determinado fazendeiro, que detinha um lote de votos sobre o seu controle. [7] Contudo, não é possível compreender essa hegemonia de um só coronel em relação a toda região. O poder era fragmentado em diversas áreas de influência individual ou familiar. O

[5] RIBEIRO, André Luís Rosa. *Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira do sul baiano (1880-1950)*. DM (Mestrado em História). FFCH/UFBA, 2003. p. 20.

[6] Segundo Bourdier, nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas nada significam além delas mesmas: na verdade, elas exprimem sempre a posição social, segundo uma lógica que é à maneira da estrutura social, a lógica da distinção, assim, a linguagem e as roupas, ou melhor, certas maneiras de tratar a linguagem e as roupas, introduzem ou exprimem desvios diferenciais no interior da sociedade, sob forma de signos ou insígnias da condição ou da função. Conseqüentemente, com a língua, o vestuário, enquanto sistema simbólico com função expressiva, obedece à lógica das oposições significativas. (Bourdier, Pierre. A economia das trocas simbólicas. p. 17-18).

[7] LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 25.

agrupamento de fazendeiros nos distritos sob a chefia de um deles e dos chefes distritais, fez cada um desses distritos sofrer influência política de uma ampla quantidade de famílias proprietárias de terras.

Em torno do cacau fundamentou-se o poder e a significação social dos que os explorava – grandes produtores e comerciante-exportadores, os quais souberam retirar da sua exploração vantagens e benefícios, formando e consolidando o que se pode chamar de burguesia cacaueira. A formação da burguesia cacaueira foi um processo histórico de aproximação entre a elite de fazendeiros ricos que passou a comprar e a vender amêndoas de cacau, e comerciantes exportadores que se transformaram em fazendeiros, donos de terra e, conseqüentemente, produtores dos "frutos de ouro". [8]

Este foi o quadro onde se inseriu, em princípio, as duas frações dominantes que historicamente tenderiam a formar um grupo único, consolidando-se a partir da constituição de uma base múltipla de interesses – produção, comércio e financiamento. Privilegiados pela posição em que se encontravam, comerciante-produtores souberam retirar vantagens das oscilações da demanda externa, da variação de preços dos transportes, explorando os médios e pequenos produtores. [9] Formou-se, dentro da sociedade regional, um segmento único de atividade agro-exportadora, cujos interesses, mesmo sendo originalmente divergentes, se apresentavam articulados e baseados em práticas semelhantes.

Conseguindo cada vez mais aumentar o seu rendimento nas exportações baianas, a lavoura do cacau revitalizou a participação da Bahia no comércio internacional e proporcionou o aumento das rendas estaduais, a partir do momento em que, desse produto se recolhia uma parcela expressiva para a receita da Bahia. [10] A dinamização, a partir da cacauicultura, além de favorecer a economia baiana, promove o reordenamento da atividade

[8]FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: A capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001, p.112.

[9] Para Mills, as ocupações constituem um meio fácil e ostensivo de se chegar a uma compreensão da estratificação. Assim como as fontes de renda, as ocupações são ligadas à posição de classe. Mas, também são relevantes para posição de status e envolve certa relação de poder sobre outra pessoa/grupo. Assim, para compreender as ocupações que constituem qualquer camada social, devemos observar cada uma dessas dimensões correlatas (MILLS, C. W. *Poder e Política*. p. 165).

[10]GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Bahia cacaueira: um estudo de história recente*. Salvador: UFBA, 1979. p. 20.

produtiva local, e a expansão da fronteira agrícola do sul da Bahia. Essa extensão de zonas produtoras que se localizavam principalmente no eixo Ilhéus - Itabuna e tinham como principais núcleos produtores às áreas de Belmonte, Ilhéus e Canavieiras, abriu uma nova configuração geográfica àquela região ao favorecer o aparecimento de novas cidades, vilas e distritos.

No entanto, com a crescente demanda nos mercados externos, com a comercialização mais regular do cacau, essa lavoura começou a se autofinanciar, pois no seu acelerado crescimento não existiu a menor participação do poder público que incrementasse o seu desenvolvimento. A lavoura, tal qual as outras atividades agro-exportadoras, sempre esteve ligada a processos rotineiros, técnicas agrícolas primitivas, sem o emprego de instrumento e técnicas de beneficiamento que favorecessem uma produção mais racional.

A nova dinâmica da sociedade regional era um fato incontestável. Os diversos segmentos da sociedade concretizaram formas de associações, todas elas representativas de interesses específicos de cada grupo. Contudo, essas novas formas de pensar e agir, não eram suficientes para dar à região, à sua sociedade, a representatividade e os retornos que julgavam merecedores. Daí muitas vezes ter acontecido o envolvimento ideológico de toda sociedade na luta por medidas cuja finalidade era beneficiar apenas uma minoria.

Dessa forma, a burguesia cacaueira tentou consolidar sua dominação e percebia claramente que era necessário se fazer representar. A consolidação da burguesia cacaueira, através da solidariedade das frações que a formava, reafirmava a hegemonia da mesma em nível regional e a capacitava como fração economicamente dominante na luta pelo poder com as frações burguesas, basicamente situadas no Recôncavo e em Salvador. A luta pelo poder político, a vontade de se transformar em classe hegemônica estadual, se constituiu em meta prioritária dessa classe.

Durante a primeira metade do século XX, um dilema se colocou para a classe dominante regional: quais os mecanismos que poderiam conduzi-la a uma participação junto às elites políticas do Estado, onde poderia expor de forma clara as suas reivindicações e

mais, transformar as prioridades da burguesia cacaueira em pontos fundamentais da própria política de governo.

Apesar do forte poder econômico, a classe dominante regional não conseguiu se fazer influente nas decisões políticas do Estado. As causas desse isolamento político deve se situar mais na importância social e política dos grupos tradicionais vinculados ao setor açucareiro que se apropriaram do poder, através da constituição de um grupo dirigente que governava segundo os interesses da sociedade canavieira.

Nota-se que a questão fundamental para a classe dominante da região cacaueira era não expurgar o grupo tradicionalmente hegemônico do Estado, uma tarefa quase impossível, mas estabelecer bases para um domínio em comum, única maneira de atender aos interesses das diversas frações da classe dominante estadual, através de um governo que tanto submetesse as aspirações divergentes das frações principais como as demais classes que formavam a sociedade estadual. De fato, essas aspirações, pelo menos durante as cinco primeiras décadas do século XX, não se transformaram em realidade, contribuindo para a insatisfação regional diante da falta de prestígio político e para a elaboração de um projeto que tornaria a região independente do Estado da Bahia, criando um novo Estado na Federação.

OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO EDIFICADO: O CONCEITO DE VALOR

RIBEIRO, Rosina Trevisan M. ; ANDRADE, Inês El-Jaick; COELHO, Carla M. T.; MELO, Carina M. S.; PIMENTEL, Viviane L.

1. A MISSÃO DA ARQUITETURA E AS PERCEPÇÕES DA SIGNIFICAÇÃO CULTURAL DO OBJETO ARQUITETÔNICO

A arquitetura tem como finalidade organizar e ordenar o espaço visando atender a um programa de necessidades. Além de resolver as questões funcionais, a cada fase do trabalho o arquiteto está sempre tomando decisões plásticas para solucionar os problemas encontrados nesta sua tarefa, considerada um processo artístico. A tarefa artística requer uma reflexão, uma tomada de escolhas, de comparações e de concentração para exprimir a sua verdade em função do ambiente cultural em que se manifesta e em função das premissas estéticas que expressa. A elaboração de um projeto arquitetônico é um processo que envolve muito mais testes e experimentações do que simplesmente uma "uma boa idéia". Nestas tomadas de decisões configura-se o projeto edificado, ora reconhecido como uma obra de arte.

A arte é uma das linhas mestras de desenvolvimento da civilização, a qual em função da época em que a edificação foi construída, da técnica empregada e do contexto físico e social em que está inserida passa a ser um testemunho do saber artístico humano e do momento histórico em que foi criado, um patrimônio cultural edificado. Assim, a arte edificada (arquitetura), talvez a mais exemplar das artes onde as forças entre vanguarda e poder econômico estão em constante confronto e apoio, deve ser interpretada como um documento, ou melhor, monumento fundamentado na realidade social de seu tempo, a qual seus valores culturais estão presentes e representados, seja de forma clara ou não.

Para Giulio Argan[1], são os homens que atribuem valor às "pedras", logo cabe aos que se dedicam ao campo da historia da arte (artistas, arquitetos, historiadores, antropólogos, etc.) explicar o significado intrínseco dos fatos artísticos, através da atribuição

de valores. No entanto, tais valores têm atribuição subjetiva e não estão isentos de influências da realidade histórica em que vivemos.

> As noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a idéia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte[2].

Para Jacques Le Goff[3], tanto a concretização quanto a permanência de um monumento tem como característica a de "ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)". Neste sentido o monumento enquanto testemunho (ou documento histórico) de uma cultura não deixa de ser um registro cultural de uma época, pois não é "qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder"[4]. Para a utilização deste monumento como fonte histórica é necessário reconhecer as forças de poder que agiram sobre sua concepção, execução e perpetuação.

> Se hoje, consideramos historicamente interessantes os fenômenos artísticos de todas as épocas e de todas as civilizações, isso se deve ao fato de que os artistas de nosso tempo [...] escolheram seus pontos de referência histórica em toda a área fenomênica da arte, com a liberdade mais isenta de preconceitos[5].

Acreditando que a arte é produto de um processo dialético, faz-se história da arte não apenas porque se pensa que se tenha de conservar e transmitir a memória de fatos artísticos, mas porque se julga que o único modo de objetivá-los e explicá-los seja o de historiá-los. Tais fatos urbanos não se restringem mais somente aos palácios ou outras construções ligadas à perpetuação de poder (Igrejas, castelos, edificações institucionais, etc.), mas também à produção popular (edificações isoladas ou em conjunto).

Atualmente, as interpretações do que seja um objeto arquitetônico munido de significação cultural é muito abrangente, mas nem sempre isso foi regra geral. Não só o juízo de valor da obra de arte muda com o tempo e à medida do conhecimento do historiador, mas também a sua conceituação.

Inicialmente, as categorias para tombamento nacional (Decreto Lei nº 25 de 30/11/1937) restringiam-se a quatro linhas básicas, diretamente relacionadas a disciplinas de arte,

história, arqueologia e etnografia: Livro do Tombo de Belas Artes, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo Arqueológico e Livro do Tomo Etnológico. Apenas aqueles exemplares que se enquadrassem nestas categorias fixas, em especial na de belas-artes e no de histórico, eram considerados para tombamento, ficando de fora obras utilitárias (engenharias) e o chamado patrimônio imaterial (danças, lendas, cantos, festas populares e etc.). Somente a partir de 1979 são incorporados novos conceitos de bem patrimonial: patrimônio material e patrimônio imaterial.

Assim, a conceituação de monumentos é ampliada, passando a serem consideradas as obras arquitetônicas que sejam um único ou pelo menos um excepcional testemunho de uma tradição cultural ou para uma civilização existente ou perdida, que sejam um exemplar de uma tipologia arquitetônica, ou uma paisagem que ilustre um significante estágio da história humana e finalmente, que sejam um importante representante de uma ocupação tradicional humana ou da apropriação do território de uma cultura, especialmente quando este tornou-se vulnerável pelo impacto de seu entorno.

2. IDEALIZAÇÂO DO PATRIMONIO NO SÉCULO XX NO BRASIL

Na história moderna da preservação, a atribuição de valor dos monumentos históricos está diretamente ligada à característica de excepcionalidade do exemplar, isto é, a representatividade ou o caráter de exemplaridade do bem patrimonial. Desde os primeiros anos de atividade do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN, o atual IPHAN) até a década de 1970, os exemplares reconhecidos para serem salvaguardados eram aqueles representantes de um passado histórico nacional oficial. Esse passado era calcado no ideal da elite intelectual moderna de então, que afirmava a nacionalidade tanto na preservação dos marcos do passado, como na construção de símbolos do presente. Convivendo com essa ambiguidade, os intelectuais do patrimônio baseavam suas escolhas em determinados preceitos estéticos de "boa arquitetura" e na identificação canônica dos exemplares "não artístico" (principais alvos: arquitetura eclética e a neocolonial), sem contextualizá-los ou historiá-los. Assim, a atribuição de valores, estava subordinada aos

ideais daquele contexto histórico e de poder, o qual privilegiava o valor estético em detrimento do valor histórico.

Na cidade do Rio de Janeiro, além do IPHAN outras instituições ligadas às esferas públicas, a partir de 1960, também desenvolvem políticas de manutenção e proteção de bens patrimoniais, tais como o Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) e o Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC). A partir de 1970, inovadoras propostas de preservação de tecidos urbanos ecléticos surgem dentro do DGPC, chegando a se concretizar em 1980 com o projeto "Corredor Cultural". Constava da proposta de preservação de sítios urbanos e não apenas os marcos arquitetônicos isolados, de valor histórico e cultural, na cidade do Rio de Janeiro. Embora datem de 1960 as primeiras tentativas de tombamento do conjunto eclético da Avenida Rio Branco como testemunho nacional, o conjunto de edificações ecléticas do inicio do século XX não foi imediatamente considerado dentro do IPHAN.

O Projeto do "Corredor Cultural" foi posteriormente ampliado para diversas áreas de interesse cultural na cidade. A partir desta experiência são criadas as Áreas de Proteção Ambiental (APA´s), hoje denominadas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC´s), para proteger complexos edificados no município, que embora não fossem dotados de valor excepcional que justificassem o seu tombamento mantinham características de conjunto, detectadas como de importância para a ambiência (testemunho histórico e estético) e identidade cultural de sua área (valor afetivo).

3. VALOR HISTÒRICO E VALOR ARTÍSTICO: atributos do reconhecimento do patrimônio

A obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam[6].

O nosso patrimônio edificado normalmente está classificado em duas categorias básicas: *monumento histórico* que constitui toda e qualquer edificação tombada e inscrita no Livro de Tombo Histórico, e *monumento artístico*, aquelas tombadas e inseridas no Livro de Tombo

Artístico. A distinção destas classificações implica na atribuição de valor histórico e de valor artístico, podendo um mesmo monumento estar inscrito em ambos os livros. Tais valores são considerados como valores de ordem da cultura, no entanto outros valores simbólicos podem ser conferidos a esses bens (material ou imaterial), tais como: a atribuição de valores econômicos, utilitários e afetivos. Isto porque o "olhar" do indivíduo ou grupo de indivíduos que o interpreta, leigos ou eruditos, é subjetivo levando-se muitas variáveis em consideração. No entanto, os valores consagrados - valor histórico e estético -, fazem parte da identidade coletiva de uma comunidade.

Segundo Riegl[7], para que seja possível estabelecer os limites da intervenção em um patrimônio cultural edificado precisamos identificar que valores são determinantes daquele bem. Denomina-se histórico tudo que existiu em algum momento. A isto vinculamos a idéia de que o que alguma vez existiu não pode voltar a existir, e que tudo que existiu constitui um elo imprescindível e indispensável de uma cadeia evolutiva. Quanto ao monumento artístico, todo ele é, ao mesmo tempo, um monumento histórico, pois representa um determinado estado da evolução das artes plásticas, para a qual não se pode encontrar nenhuma substituição equivalente.

Além do valor histórico-artístico que todas as obras antigas (monumentos), possuem, sem exceção, para nós existe também o valor puramente artístico que se mantém independente da posição da obra de arte na cadeia histórica da evolução.

Riegl em relação às intervenções possíveis num monumento e os valores a ele atribuído, coloca que o monumento que possui um *valor de antiguidade* não pode sofrer qualquer tipo de intervenção já que ser antigo (velho) é o que determina o seu valor, já naquele que possui *valor histórico* ele admite ações de conservação pois o valor histórico de um monumento será tanto maior quanto menor seja a alteração sofrida em seu estado fechado original, o que possuiu imediatamente depois de sua gênesis (mostra-se a nós como se pertencesse ao presente). As deformações e as deteriorações parciais são para o valor histórico um fator acessório molesto e desagradável.

As deteriorações produzidas até o momento pelas forças da natureza já são irremediáveis e do ponto de vista histórico tampouco devem ser eliminadas, mas as deteriorações que se podem produzir a partir de agora e no futuro, devem ser evitadas de modo categórico, porque dificulta o trabalho científico de restituir a obra humana originária em seu estado de gênesis. Deste modo, deve-se cuidar de que o estado que nos há chegado hoje os monumentos se conserve na maior medida possível.

Quanto ao *valor rememorativo intencionado*, tem desde o princípio, isto é, desde que se erige o monumento, o propósito de não permitir que este monumento se converta nunca em passado, de que se mantenha sempre presente e vivo na consciência da posteridade. Aspira à imortalidade, ao eterno presente, ao permanente estado de gênesis, ou seja, as forças destruidoras da natureza devem ser combatidas e os efeitos paralisados. Sendo assim Riegl, admite ações de restauração, sem as quais os monumentos deixariam rapidamente de ser intencionados, por conseguinte, o valor de antiguidade é por natureza inimigo mortal do valor rememorativo intencionado.

Da mesma forma, é admitida a restauração nos monumentos de *valor instrumental*, visto que é em si absolutamente indiferente ao tratamento que se dê ao monumento, enquanto não afete sua existência e, além disso, não pode fazer nenhuma concessão ao valor de antiguidade. (ex.: um edifício antigo que ainda hoje possui uma utilização prática, deve manter-se em um estado tal que possa abrigar ao homem sem por em perigo sua segurança, assim todo indício de deterioração deverá ser tratado).

4. CONCEITO DE VALOR AUXILIANDO EM SUA CONSERVAÇÂO

O termo *autenticidade* já havia sido incorporado na Carta de Veneza, em 1964, como recomendação primordial para a conservação da essência da obra de arte. No entanto, o debate internacional sobre o assunto é bastante recente, e vem ocorrendo principalmente devido à ampliação do conceito de patrimônio e como resposta à tendência à homogeneização causada pela globalização. Em 1994 ocorreu em Nara, no Japão, uma

conferência específica sobre o tema, onde a autenticidade foi definida como o principal fator de atribuição de valores aos monumentos.

Durante este encontro, foram estipulados parâmetros que deveriam guiar as soluções dos profissionais nas intervenções, convencionalmente denominados "teste de Autenticidade"[8], a fim de garantir que os atributos originais dos monumentos (juízo de valor conferido) não fossem perdidos: a autenticidade da forma (problemas que comprometem a autenticidade; reconstruções), a autenticidade do material (evitando a utilização de materiais agressivos, como o concreto), a autenticidade da técnica (está intimamente ligado aos materiais), a autenticidade da função (até então não era considerada) e a autenticidade do sítio (contexto urbano que está inserido).

Em 1995, a Carta de Brasília destaca que *"a autenticidade dos valores se manifesta, se alicerça e se mantém na veracidade dos patrimônios que recebemos e que transmitimos à posteridade"*[9]. Coloca que a intervenção deve resgatar o caráter do edifício ou do conjunto sem alterar sua essência e equilíbrio, mas sim enaltecendo seus valores.

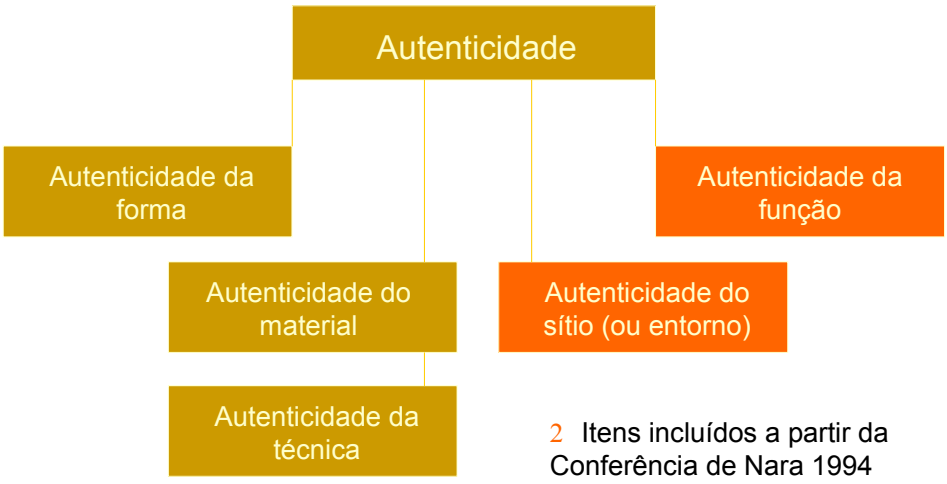

Figura 01 - Esquema da introdução dos novos conceitos presentes na Carta de Nara.

A preservação de bens não deve objetivar torná-los peças de museus, pois esta concepção poderia levar-nos a conferir ao monumento uma propriedade de vida e morte. Pois, uma vez considerando que o monumento teve sua época de apogeu, o que hoje se conserva seria apenas o resquício ou casca da sombra do que foi um dia. Revitalizar os bens preservados

através do uso é reintegrá-los à comunidade e perpetuá-los às gerações futuras acrescidos com novas cargas de memória. No entanto, tais cargas devem ser compatíveis com os seus valores específicos, ou seja, com os quais foram originalmente atribuídos como significação cultural destinado para a preservação. Neste aspecto encontra-se a validade e finalidade do bem tombado e preservado, pois "são livros que falam, sem que seja necessário lê-los" e cuja última página está em branco para ainda ser escrita pelas futuras gerações.

---

[1] ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
[2] FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005. p.53.
[3] LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2.ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992. p.536
[4] Ibid., p.545.
[5] ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.37.
[6] ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.24.
[7] RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos:** caracteres y origen. 2.ed. Madrid, España: Visor, 1999.
[8] CLEERE, Henry. The evaluation os autenticity in the context of the World heritage convention. In. UNESCO. **Nara Conference on Authenticity**: Unesco Worl Heritage Convention, 1994, Nara, Japan. **Proceedings**... Nara, Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994, p. 57-66.
[9] CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 324.

Igreja Apostólica Ministério Comunidade Cristã:

Um Empreendimento Neopentecostal

Rosivaldo Pereira de Almeida

> "De fato, não é mais necessário o suporte de qualquer força religiosa, e percebe-se que as tentativas da religião de influencias a vida econômica, tanto que ainda pode ser sentida, é uma interferência injustificada, tanto quanto uma regulamentação por parte do estado". (WEBER, Max, 1905, p. 60).

> "Uma definição sociológica da religião é uma definição da religião enquanto parte da dinâmica social influi sobre ela e dela recebe um impacto decisivo. Uma definição sociológica da religião é uma definição da religião como fenômeno social, fenômeno social imerso numa complexa e movimentada rede de relações sociais". (MADURO, OTTO, 1980: 41).

Podemos observar que a religião enquanto um fenômeno social, muda a medida em que a sociedade passa por transformações econômicas e políticas.

Se analisarmos a sociedade feudal no que se refere às relações políticas e econômicas no contexto do período medieval e o imaginário religioso que prevalecia, de certo modo havia uma relação intrínseca uma vez que tal sociedade direcionava a religião com pressupostos da ideologia cristã.

Da mesma forma a reforma protestante que foi um movimento religioso de adequação aos novos tempos (uma vez que o modo feudal estava em declínio a Igreja Católica Apostólica Romana também entrou em decadência), uma nova sociedade se estruturou a partir do desenvolvimento do capitalismo, um ajustamento de idéias e valores às transformações socioeconômicas da Europa uma vez que:

> “As religiões são filhas de seu tempo”, e, mais concretamente, filhas da economia, mãe universal de todas as sociedades humanas. Sob essa perspectiva, a reforma se transformava em “filha daquela nova forma econômica que surgiu no século XVI e se impôs rapidamente no mundo, o capitalismo”. (DELUMEAU, JEAN. 1973: 38).

> “Quem quer que não se adapte seu modo de vida às condições do sucesso capitalista é sobrepujado, ou pelo menos é impedido de subir”. (WEBER, MAX; 1905 p. 60).

Verificamos que para o progresso da burguesia mercantilista a doutrina da usura deveria ser desconstituída para dar lugar a novos ideais que legitimasse a prática lucrativa do comércio, é exatamente neste contexto histórico que o discurso da ética protestante foi aplicado para que houvesse adaptação no novo modo de vida e de produção.

Em uma perspectiva histórica vamos analisar sistematicamente a gênesis e expansão deste novo empreendimento religioso em função da doutrina neoliberal, no pensamento capitalista.

De fato: conforme LE GOFF (1991: 92):”Pode-se considerar suspeita uma religião que mistura tão facilmente Deus aos negócios, exige-lhe êxitos terrestres e talvez superticiosamente, faz a fortuna defender da proteção divina”. Em uma sociedade capitalista globalizada em que a população na sua maioria detêm somente a força de trabalho e grande parte dela vive abaixo da linha de pobreza com inúmeros problemas sociais, econômicos, e de ordem psicológica emocional os movimentos neopentecostais

inseridos no contexto neoliberal de economia, transformaram o discurso pentecostal clássico procurando adequar-se às necessidades e desejos de uma publico alvo aplicando técnicas de gestão empresarial e marketing para superar o paradigma da pentecolização.

É nesse contexto que o discurso de prosperidade e auto-estima torna-se atrativo no mercado religioso. Relacionado a esta tese Silveira Campos (1997: 204) acrescenta:"A transformação do campo religioso em mercado religioso é uma conseqüência da força homogeneizadora do mercado sobre o comércio religioso".

Nessa perspectiva o neoliberalismo enquanto doutrina econômica e força mercadológica direciona o campo religioso agregando novos princípios que fundamentaram o neopentecostalismo.

Valorizando o individualismo conforme, BIANCHETT (1996: 73):"Os objetivos individuais devem ser soberanos e isso implica reconhecer no individualismo o juiz supremo dos próprios objetivos".

O homem neopentecostalizado está sempre a procura de sua felicidade, buscando superar seus próprios limites através de conquistas, mesmo que sejam materiais.

Cumpre-se a lógica de neoliberalismos na perspectiva de que: "A tendência natural do homem é a busca de sua própria felicidade e essa busca atomizada produz a um equilíbrio dentro da sociedade e a um aumento do bem-estar de todos".(BIANCHETT, 1996:28)

A igreja neste pensamento não é mais vista somente como um lugar de "redenção" da alma e sem como prontos-socorros "espirituais" onde não há somente "curas" e

libertações “mas também um lugar onde ocorrem consultorias empresarias e relacionais uma vez que fomenta-se as resoluções de problemas envolvendo Deus aos negócios e nas relações humanas onde:“Os objetivos individuais devem ser soberanos e isso implica reconhecer no indivíduo o juiz supremo dos próprios objetivos” afirmou BIANCHETT, (1996: 73).

Neste âmbito as igrejas que fazem parte do movimento neopentecostal são reprodutoras do pensamento individualista neoliberal e promover a partir dos discursos teológicos a cultura do consumo uma vez que o que mede a “benção de Deus” na vida cotidiana de uma pessoa é a quantidade de bens conquistados que ela possui.

Relacionando a essa tese Vergara (1984: 76) acrescenta:“Cada homem seria um individuo, um ser monádico e egoísta cuja relação básica com a realidade é a propriedade irrestrita de si e de seus bens”.

Com o enfoque teórico voltado para os nossos dias o movimento neopentecostal enquanto vertente do próprio pentecostalismo original é responsável pelas transformações teológicas e estruturais, que tem provocado o crescimento de tais igrejas que se apropriam e propagam um discurso da teologia da prosperidade.

Esta por sua vez pode ser entendida como um conjunto de princípios que afirmam que o cristão verdadeiro tem o direito de obter a felicidade integral, e de exigila, ainda que durante a vida presente sobre a terra, baseados em algum texto isolado na Bíblia Sagrada os neopentecostais defendem que a “salvação” empreendida por Jesus deve-ser começada a partir do momento em que este o aceita como messias (salvador) pois no evangelho de João (10:10) diz:“O ladrão vem senão a roubar matar e destruir mas, eu vim para que vós tenham vida em abundância”.(grifo R A)

Essa vida em abundancia para os neopentecostais inicia aqui na terra, acompanhada do cumprimento dos desejos individuais se baseiam em Salmos 37:4,5 que diz:“Deleita-te no senhor e ele te concederá os desejos do teu coração entrega os teus caminhos ao senhor confira nele e ele tudo fará.”

Nessa perspectiva se a pessoa agradar à Deus e o servir em “espírito” e “materialmente”falando o próprio Deus se encarrega de ajudá-la atendendo os seus desejos individuais. Relacionando a isso Jesus através do evangelho de Marcos (11:23,24) contribui:

> “porque em verdade vos afirmo que se alguém disser a este monte: ergue-te e lança-te no mar, e não duvidar no seu coração, mas crer que se fará o que diz, assim será com ele. Por isso vos digo que tudo quanto em oração pedirdes, crede que recebeste, e será assim convosco.”

Em relação à esta parte da literatura bíblica os pregadores da prosperidade fomentam que pelo uso da fé o ser humano pode realizar grandes conquistas no campo “espiritual” e principalmente no material.

- A salvação para os neopentecostais não representa sofrimento e simples ato de redenção mas, também a propriedade material a partir do livramento da pobreza.

Desde que esta fé seja acompanhada pelo sacrifício. Um dos maiores pregadores da teologia da prosperidade Edir Macedo (2001:46) diz:

> "todas as coisas da vida tem o preço do sacrifício. Tudo tem o seu preço. Se o objetivo que eu quero alcançar é muito alto, e tão alto será o preço do sacrifício que terei de pagar. Quanto maior é a conquista, maior também será o sacrifício para consegui-la."

O que movimenta as igrejas neopentecostais a partir da teologia da prosperidade são os "desafios de fé" que consiste no ato de se sacrificar financeiramente através das campanhas e votos. Nestes, há trocas entre o homem e Deus, Macedo, Edir.(2001:45):

> "O sacrifício inclui o ato de renunciar voluntária a alguma coisa, em troca de outra muita mais valiosa. É a menor distância entre o querer e o realizar e incluir a troca. Muitos que se dizem cristãos ou religiosos evitam falar desse assunto, mas a grande verdade é que na relação entre o ser humano e Deus está sempre presente o dar e o receber".

Portanto na máxima da teologia da prosperidade segundo Mariano (1999:149):

> "o mundo seria lócus de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, herdeiros das promessas divinas, a teologia da prosperidade veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação ao mundo de várias igrejas pentecostais aos valores e interesses do "mundo", isto é, à sociedade de consumo".

Nessa perspectiva as transformações ocorridas nas bases do sistema capitalista com a consolidação do neoliberalismo, o movimento pentecostal clássico com o seu sectarismo e ascetismo entrou em declínio uma vez que o rápido processo de modernização do país a partir da década de 70 e a implantação do neoliberalismo na década de 90 diversas lideranças pentecostais optaram por adequar-se os seus discursos de renúncia ao materialismo "mundano" pelo discurso de prosperidade conforme Maduro (1980:109):

> "Esse processo de submissão do campo religioso à dinâmica da dominação de classe dominantes em conseguir consolidar sua dominação e instaurar sua hegemonia [...] tanto mais eficaz há de ser esse esforço de submeter o campo religioso à dinâmica da dominação de classe, quanto menos consciência explicita houver do processo que esta realizar".

A igreja Apostólica Ministério Comunidade Cristã, surge no contexto do neoliberalismo, e no discurso de prosperidade que é pregado há o incentivo para o consumo uma vez que: o que mede o grau de benção de Deus na vida de uma pessoa é a quantidade de bens materiais que ela conquistou. Nos testemunhos facilmente percebemos esse elemento consumista. O que se busca no cotidiano é a felicidade integral, Dinheiro, saúde, bens móveis, imóveis, estrutura familiar, e para isso é necessário pagar o preço. Participar das campanhas de prosperidade e de sacrificar-se financeiramente nos desafios de fé para ficar livre de todas as maldições do diabo.

Portanto, diante deste espectro, vemos a mensagem cristã sendo deturpada e perdendo a sua essência por razões mercadológicas e pelo pensamento egoísta e individualista do sistema capitalista neoliberal. Nos resta denunciar este tipo de cristianismo que segue a lógica do mercado e que vende fé como se fosse uma mercadoria.

A PERCEPÇÃO DA IMAGEM DA MICROSOFT

RUBENS ARAUJO MENEZES DE SOUZA FILHO

Este texto insere-se no contexto de nossa dissertação de mestrado, um projeto que busca reconstruir a trajetória dos sistemas operacionais, considerando a influência de posturas ideológicas durante seu desenvolvimento histórico.

Neste artigo, estaremos trabalhando com o outro lado desta questão: as ideologias dos usuários. Com a crescente influência dos computadores no quotidiano, sua intensa inserção nos mais diferenciados aspectos da vida contemporânea e classes sociais, observa-se a formação de uma "opinião" dos usuários em relação às suas máquinas, o desempenho das mesmas e até sobre a própria indústria da micro-informática e seus expoentes.

Nossas fontes são compostas de um amplo espectro de piadas, paródias, caricaturas e sátiras, que colecionamos no formato de programas de TV, séries de animação, músicas, piadas escritas e tiras em quadrinhos. Sendo impossível tratar de todas estas manifestações no espaço deste artigo optamos por selecionar três desenhos animados de origem norte-americana, mas que são mundialmente conhecidos e bastante populares inclusive no Brasil: *Os Simpsons*, *Pink e Cérebro* e *South Park*, aqui especificamente o longa metragem da série *"South Park: Bigger, Longer, and Uncut"*.

Dirigimos nossa analise às representações do Windows, de Bill Gates, e por conseqüência, da Microsoft considerando o peso destes três nomes no mundo contemporâneo; considerando que quase todas as estimativas feitas por diversos órgãos e empresas, apontam o Windows como detentor de mais de 95% da base instalada (mundial) de computadores pessoais[1].

Para fazermos curta uma história longa, reproduzimos abaixo um trecho da reportagem "The Gates Operating System"[2], publicada na revista TIME:

> *"Soon after Gates unveiled his Windows 3.0 program in 1990, the applications software industry was crying uncle. Over 60 million copies of the Windows program were sold, which established Microsoft's operating system as the PC software standard and left companies like Lotus and WordPerfect scrambling because they had been creating applications for IBM's system, the OS/2. Six years after the Windows launch, Microsoft dominates the word processing and spreadsheet market."*

Este caminho levou a Microsoft a consolidar seu domínio mundial no campo dos sistemas operacionais para computadores pessoais, conseguindo assim uma enorme capacidade de fundos e penetração em diversos outros segmentos tanto da micro-informática como da indústria de entretenimento.

Essa onipresença elevou Bill Gates, co-fundador da Microsoft, não apenas ao status de uma das figuras mais conhecidas do mundo, mas segundo consta, também a uma das mais "fascinantes"[3]. Não chega a ser complicado compreender de onde deriva tanta fascinação, já que desde 1996 William Henry Gates III ocupa, além do seu cargo como *Chief Software Engineer* na Microsoft, o posto de homem mais rico do planeta segundo um ranking publicado anualmente pela revista Forbes, tendo ficado em segundo lugar apenas em 1997, mesmo assim por menos de dois bilhões de dólares[4].

Na estimativa de 2005 Bill Gates encabeça novamente a lista com US$46,5 bilhões, se considerarmos a importância que a nossa sociedade capitalista dá ao sucesso financeiro, ser "o homem mais rico do mundo" pode também significar ser "o homem de maior sucesso do mundo" ou ainda, "o homem mais inteligente do mundo",

já que na lógica que rege o capitalismo o sucesso está diretamente ligado ao patrimônio acumulado, sendo este o critério último e derradeiro na avaliação de um caráter, para o bem e para o mal, como veremos adiante.

Foi a onipresença do Windows da Microsoft nos computadores pessoais e a lendária fortuna pessoal de seu fundador que contribuíram para tornar Bill Gates um personagem recorrente na cultura de massas e no imaginário das pessoas.

Ao identificarmos três desenhos animados, de cunho humorístico, ocupando-se em fazer graça às custas de um ícone do sucesso capitalista, rindo por vezes da própria tecnologia que domina nossa era, fomos confrontados com a questão de qual era, afinal de contas, a comicidade que poderia estar presente nestes elementos.

Para procedermos a esta análise do riso, fomos buscar algumas idéias de Vladimir Propp, que propõe uma organização das causas que suscitam o riso, para saber "do que riem as pessoas e o que exatamente é ridículo para elas" (PROPP.1992.p.29). Sobre estas causas do riso, Propp vai especificar:

> *"Aqui veremos que e possível rir do homem em quase todas as suas manifestações. Exceção feita ao domínio dos sofrimentos, coisa que Aristóteles já havia notado. Podem ser ridículos o aspecto da pessoa, seu rosto, sua silhueta, seus movimentos. Podem ser cômicos os raciocínios em que a pessoa aparenta pouco senso comum; um campo especial de escárnio é constituído pelo caráter do homem, pelo âmbito de sua vida moral, de suas aspirações, de seus desejos e de seus objetivos. Pode ser ridículo o que o homem diz, como manifestações daquelas características que não eram notadas enquanto ele permanecia calado. Em poucas palavras, tanto a vida física quanto a vida moral e intelectual do homem podem tornar-se objeto de riso".* (PROP. 1992. p.29)

Um pouco mais adiante Propp vai conceitualizar que "cada época e cada povo possui seu próprio e especifico sentido de humor e de cômico, que às vezes é incompreensível e inacessível em outras épocas[5]". Além disso, é preciso considerar, como o próprio Propp fará em alguns parágrafos, diferenças de classe social, de grupo, de idade, de instrução, ou seja, o humor aparece em primeiro lugar uma questão de contexto social.

Entender do que riem as pessoas não é a mesma coisa do que entender por quê riem as pessoas; para nós o riso, especialmente o riso contido nas piadas analisadas neste artigo, parece estar ligado a algum mecanismo de identificação, um preconceito já presente no próprio ouvinte, que o faz rir ao ver algo que ele já pensava (preconceito) retratado de forma anedótica. As piadas parecem objetivar preconceitos comuns aos ouvintes e aos humoristas, de tal forma que fica palpável a maneira como os indivíduos refletem o seu pensamento e a maneira como compreendem o mundo ao rir das piadas. Tal conclusão sobre a razão das piadas provocarem o riso, não é nova, nem original e já havia sido proposta por Sigmund Freud. Sobre os chistes, Freud vai atestar que:

> (...)*"Quanto à origem destes, fui levado a supor que um pensamento pré-consciente é entregue por um momento à revisão inconsciente"*[6] [pg. 166]. (...)*"Um chiste é, portanto, a contribuição feita ao cômico pelo inconsciente"*[7] [pg. 208].

Na perspectiva do historiador, a maneira como os indivíduos deixam transparecer o que pensam quando formulam uma piada é conclusão bastante fácil; e quando uma piada causa o riso ela atinge seu objetivo, falando diretamente ao inconsciente do ouvinte, que se identifica ou partilha da ideologia e dos preconceitos do humorista. Mas

pode ser vago e incompleto legar ao riso apenas o mérito de ser o reflexo de um preconceito subitamente exposto, assim omitiríamos o que parece ser o elemento rebelde do riso, um componente de resistência, onde rir pode ser expor o ridículo de um poder, em certa medida até com alguns tons de sadismo. "O riso é uma arma de destruição: ele destrói a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio[8]".

No desenho animado *Pinky e Cérebro*, dois ratos de laboratório fazem, a cada episódio, planos para dominar o mundo, invariavelmente frustrados no final. Em um destes episódios[9], a certa altura da trama descobrimos que o bilionário "Bill Grates", dono da "biggest comptuer company in the world" e "the richest computer nerd in the world" é na verdade um robô, controlado por um hamster, que partilha os mesmos objetivos de conquista do mundo utilizando este robô “Bill Grates” para atingir seus objetivos.

Já em *Os Simpsons*, um das mais populares e duradouras séries de animação de todos os tempos, Bill Gates faz uma aparição especial em um dos episódios[10], quando vem "comprar" a companhia de internet de Homer Simpson, que então fazia certo sucesso. Quando Gates pede a seus seguranças que comprem ("buy out") a empresa, eles vandalizam o lugar e destroem todos os computadores de Homer, que protesta, perguntando a Gates por seu dinheiro. A resposta de Gates, seguida de uma risada malévola, típica dos bandidos malucos do cinema e desenhos animados é "I didn't get rich by writing a lot of checks!".

Nosso último exemplo é a rápida aparição de Bill Gates no longa metragem *Bigger, Longer and Uncut*[11] do anárquico desenho animado *South Park*.

A certa altura da trama um general norte-americano enfrenta problemas com um sistema de computador que projeta um mapa holográfico do Canadá, o sistema falha,

trava, pisca, e depois desliga. O general grita: *"Fucking Windows 98. Get Bill Gates in here".*

Segundos depois Bill Gates entra na sala, algemado e escoltado por dois soldados, o general se aproxima e fala com Gates: "*You told us that Windows 98 would be faster, and efficient, with better access to the Internet".*

Gates começa a se explicar: *"It is faster, over five million. . ."* Mas não termina sua frase, sendo interrompido quando o general saca um revólver e atira na testa de Bill Gates, finalizando sua aparição no filme.

É possível identificar quatro pontos em comum entre estas manifestações, com o qual traçamos um quadro da maneira como a Microsoft, Bill Gates e seus produtos são percebidos pelos usuários médios, estes os pontos são:

1 - O questionamento da qualidade dos produtos da Microsoft

2 - O questionamento dos preços destes produtos, que parecem custar mais do que deveriam

3 - A clara percepção da Microsoft, como empresa monopolista, com uma imagem de poder quase ilimitado

4 - A caricatura de Bill Gates, que oscila entre o "nerd que deu certo" e o empresário de poucos escrúpulos

O material humorístico aqui reunido faz eco com outras fontes que poderiam ser acrescidas a esta análise, todas apontando para estes quatro pontos de forma recorrente. Sobre a qualidade dos produtos parece haver uma desconfiança entre os usuários de que eles não são bons o suficiente, ou pelo menos não tão bons quanto poderiam ser, vitimando os usuários com *boots*, erros inexplicáveis ou exigências de hardware incompatíveis com os objetivos ou tarefas as quais os softwares se propõe.

O preço é uma questão sempre presente, talvez esteja associada ao fato de que Bill Gates figura com regularidade nas primeiras posições dos rankings de homens mais

ricos do mundo e que, em última análise, uma vez desenvolvidos, os software não custam mais do que a mídia onde são reproduzidos. Parece haver um consenso entre os usuários que o valor cobrado pelo produto não está nem próximo do valor percebido ou atribuído a ele.

As imagens da Microsoft e Bill Gates aparecem constantemente misturadas, sendo difícil separar uma da outra. Isso tanto é verdade que nos últimos anos a própria Microsoft engajou-se em uma campanha para desvincular as imagens de Bill Gates e da Microsoft, trazendo mais à mídia o executivo Steve Ballmer.

A síntese, do que é percebido nas fontes humorísticas aqui apresentadas conforma-se como um reflexo dos casos de competição desleal, abuso da posição monopolista do Windows, falta de respeito às regras da livre concorrência, e abuso do poder econômico, que tem levado a Microsoft a tribunais em todo o mundo na posição de ré.

Considerando que a "janela" do Windows está sempre aberta, e que é olhando por ela que os usuários passam grande parte de seus dias trabalhando, estudando ou se divertindo; as marcas Windows, Microsoft, e Bill Gates passaram, por sua condição de quase monopólio, a ter muita força neste mundo particular dos *bits* e *bites* para o qual a sociedade moderna foi irremediavelmente arrastada.

Porém constatamos por meio de manifestações humorísticas que o monopólio pode, no imaginário do usuário, criar resistência à empresa monopolista; uma empresa monopolista é sempre a melhor e a pior de seu mercado. Não ter um concorrente relevante, embora confortável, parece fazer com que os seus usuários sejam menos condescendentes e mais críticos, no caso da Microsoft arriscamos dizer, bastante críticos.

As manifestações humorísticas selecionadas neste artigo nos permitem identificar a maneira pela qual os usuários, submetidos a esta situação de monopólio, resistem

criticando e rindo da empresa monopolista. Os preconceitos formados ao longo dos últimos dez anos na base de usuários da Microsoft transcendem fronteiras e costumes, especialmente ao tratarmos das manifestações presentes em desenhos animados como *Os Simpsons*, *South Park* e *Pink e Cérebro*, que são, antes de mais nada, pensados como produtos de exportação, pois tem fãs ardorosos em todos os continentes, que além dos desenhos *per se*, consomem todo um leque de produtos derivados.

Acreditamos ainda que é justamente esta situação monopolista, e o descontentamento dela derivado, que vem gerando a massa crítica necessária para o surgimento e manutenção ao longo do tempo de movimentos como o do Software Livre, capitaneado pela iniciativa GNU/Linux, que mesmo plenamente inseridos na lógica capitalista, rompem com parte dela e buscam resistir, sendo este o ponto de onde segue o restante de nossa pesquisa.

---

[1] como noticiado, por exemplo, em 27 de junho de 2004 no site *ITFacts*: *"New York Times quotes Gartner report on desktop operating systems. By the end of the year, Linux will be running on 1% of the desktop PC's worldwide, compared with 2.8% for Apple MacOS, and 96% for Microsoft Windows, according to Gartner"*. veja: http://www.itfacts.biz/index.php?id=P1193

[2] TIME. *The Gates Operating System*. TIME, EUA, n.2, vol 149, 13 jan. 1997.

[3] segundo reportagem publicada na Internet pela *Agencia Estado* em 03/05/2005 (http://www.estadao.com.br/tecnologia/informatica/2005/mai/03/63.htm) sob o titulo *"Bill Gates também é fascinante"* o co-fundador da Microsoft não ocupa "somente" o posto de homem mais rico do mundo, tendo sido considerado como uma das 25 celebridades mais fascinantes do último quarto do século 20. Segundo ranking das empresas de comunicação CNN e Time Magazine, o bilionário ocupa o 11° lugar, ainda segundo a nota, a frente de personalidades como a Madre Teresa de Calcutá e a princesa Diana. Para produzir um ranking desta natureza a subjetividade tem que ser elevada à categoria de divindade, mas de qualquer forma nos dá um bom parâmetro para começar a entender o papel de Bill Gates para além do mundo da tecnologia, nos domínios da cultura de massas e do imaginário popular.

[4] http://www.forbes.com/2004/02/25/bill04land.html e http://www.forbes.com/static/bill2005/LIRBH69.html?passListId=10&passYear=2005&passListType=Person&uniqueId=BH69&datatype=Person

[5] PROPP, Vladimir Iakovlevitch. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992. p.29 ISBN 8508040857.

[6] FREUD Sigmund. *O Chiste e sua Relação com o Inconsciente*. (Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud - VIII).

[7] FREUD Sigmund. *O Chiste e sua Relação com o Inconsciente*. (Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud - VIII).

[8] PROPP, Vladimir Iakovlevitch. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992. p.46 ISBN 8508040857.

[9] [janeiro: 1996; episódio 8; título: Snowball]

[10] fevereiro: 1998; 9º temporada; episódio 5F11

[11] South Park: Bigger, Longer & Uncut (1999)

Alimentação na América Portuguesa, contatos interétnicos e resistência de paradigmas

Rubens Leonardo Panegassi

Os hábitos alimentares são orientados a partir da infância. Nos primeiros anos de vida come-se exclusivamente aquilo que é dado, pela mãe ou por quem quer que seja que assista a criança. É desse modo que se aprende a comer e, portanto, nesse momento é que tanto a aparência, quanto o aroma, bem como o paladar que caracterizam os alimentos, concorrerão e se conjugarão no consentimento daquilo que se comerá no decorrer de boa parte da vida. Contudo, enquanto critério valorativo, nenhum desses atributos relativos ao alimento lhes é intrínseco, são aprendizados que variam de uma sociedade para outra, são códigos que identificam e diferenciam grupos sociais adequando-se ao sistema de referenciais de um grupo. É por isso que há grandes dificuldades para reelaborar gostos e preferências, visto que é difícil romper paradigmas.

Tendo em vista que cada grupo social possui modelos de conduta específicos e, conseqüentemente, padrões alimentares adequados a sua própria realidade, é possível vislumbrar a dificuldade com a qual um grupo abrirá mão de seus referenciais sem prejuízo de sua identidade. Neste sentido, a partir da caracterização da época moderna como um período de contato de culturas tão absolutamente diferentes umas das outras que possa ser considerado como sem precedentes na história da humanidade, é perceptível que esta conjuntura possibilite a observação de diversos processos de reelaboração de modos de agir, decorrentes destas relações, conseqüentes das grandes navegações.

Ao tempo da chegada dos europeus na América, os naturais tinham, sobretudo no milho e na mandioca, seus principais alimentos, os quais, mais tarde, por uma série de

motivos, predominariam como base da alimentação na América portuguesa. Em meio às estratégias adotadas diante da nova situação, cada um dos grupos manteve, na medida do possível, suas práticas originais; embora o autóctone muitas vezes viesse a assimilar técnicas de preparo importadas, estas seriam aplicadas em alimentos já conhecidos; o estrangeiro europeu insistiria em reconhecer como alimentação ideal e paradigmática os gêneros vindos do reino: apenas na impossibilidade da manutenção do cardápio original é que se verificaria opção por outro que pudesse substituí-lo. No entanto, um primeiro indício de flexibilização do estrangeiro diante das possibilidades que o Novo Mundo ofereceria, foi no retorno, para Portugal, das naus carregadas de mantimentos de origem americana. Contudo, substituição funcional e não simbólica. Quanto ao estrangeiro africano, em sua condição subjugada, procurou orbitar sua dieta em torno de um repertório que não contrariasse seu regime alimentar de origem.

Ainda no que tange à presença do adventício europeu na América portuguesa, um dos fatores que condicionariam em parte a escolha de hábitos e condutas foi o cristianismo. Gilberto Freyre sugere que os longos e sacrificados períodos dedicados ao jejum colaboraram para a insuficiente dieta na colônia. Desse modo, o ascetismo cristão, fundador das normas de inúmeros comportamentos cotidianos, orientaria também a assimilação ou a rejeição de diversos alimentos, ainda que inicialmente os estrangeiros fossem tributários de uma perspectiva deslumbrada da América, estimulada pela profusão de possibilidades do novo continente, percebidas, por um lado, pela observação do modo de vida indígena, nômade e aparentemente despreocupado com suas lavouras e, por outro, pela condição de penúria em que aportavam os imigrantes após a escassez de víveres a que se expunham durante os meses de viagem transoceânica. Foi ainda a moral cristã que condenou o comportamento autóctone com suas festas e beberagens, visto que expunham demais sua instintividade.

Embora exista de fato resistência na aceitação de alimentos, sobretudo por sua qualidade simbólica, que encerra identidades construídas, há limites à recusa. Como bem observa Sérgio Buarque de Holanda, existem traços culturais que são assimilados em condições específicas e que, para observá-los, é necessário perceber os fatores que colaboram à admissão ou a rejeição hábitos exóticos. Ou seja, é preciso verificar os critérios de seleção que integram as diferenças na estrutura tradicional. Estas condições, contudo, são contingentes.

Esse processo de seleção, que reflete um senso de preservação do grupo, é ainda maior no que se refere aos alimentos e hábitos alimentares, devido, entre outras coisas, aos inúmeros significados a eles atribuídos, bem como seu alto grau de ritualização no consumo. Os alimentos e todos os referenciais alegóricos que os rodeiam são sinônimos de civilidade, sociabilidade, normas de conduta, padronização de horários, o que influi incisivamente na ordenação da vida cotidiana. Neste âmbito, houve prodigiosa diferença entre os horários de refeições dos nativos americanos em relação aos dos estrangeiros europeus. Enquanto os primeiros norteavam seus horários de refeição por conveniência fisiológica, os europeus, embora não deixassem de se orientar também pela fome, possuíam um comportamento de intensa autocoerção e imprimiam às refeições uma implicação necessária de divisão temporal do dia.

Entre os gêneros americanos, a mandioca foi o principal alimento de diversos grupos autóctones. O empenho destes grupos no cultivo do tubérculo beneficiava-se, sobretudo por sua adaptação e resistência ao meio biótico tropical. Assentados numa agricultura basicamente voltada para o autoconsumo, cultivavam também diversos outros gêneros, como o feijão, o milho, a batata, a abóbora, além de diversos outros tubérculos, gêneros que em boa parte seriam assimilados ao cardápio colonial. No entanto, a farinha de mandioca viria a ser o alimento básico de grande número de nativos e euro-brasileiros na América portuguesa, ainda que com grande esforço do adventício para efetuar o

deslocamento da base de sua alimentação do trigo para a mandioca. A utilização da farinha de mandioca dava-se principalmente no litoral, à medida que o consumo de farinha de milho ocorria no interior. O historiador Henrique Carneiro resume a alimentação colonial em dois grandes complexos: por um lado o litorâneo, da mandioca e do peixe, e por outro o sertanejo, interiorano, do milho e do porco.

Em regiões litorâneas, tal como a Bahia e Pernambuco, o relacionamento que se efetivou entre estrangeiros e nativos pautava-se em grande parte nos interesses do português colonizador. Neste sentido, a alimentação seria um aspecto básico e prioritário para o sustento do empreendimento colonizador. Todavia, a colonização não se resumiu à presença do adventício europeu em contato com o nativo, pois o escravo africano teve também presença marcante e indispensável. Gilberto Freyre sugere que entre a população de origem africana que na América portuguesa aportou como escravo, houve relativa facilidade para adaptação ao repertório alimentar nativo americano, fato que, para o europeu, ocorreu com maior dificuldade, motivo pelo qual foram constantes as tentativas de reproduzir sua dieta originária do Velho Mundo.

Naquilo que se refere à adaptação ao clima, isto pode ser verdade. Contudo, em relação à alimentação, essa afirmativa deve ser relativizada. Sobretudo pelo fato de que a alimentação, bem como toda uma série de outras atividades direta ou indiretamente imbricadas a esse fenômeno, pertencem à dimensão da vida doméstica e, se é certo que para o europeu a dificuldade na obtenção de recursos a que estava acostumado alhures o obrigou a reelaborar diversas práticas cotidianas para adaptar-se à realidade americana, também o foi para o escravo, e na mesma intensidade, ainda que sua condição de subjugado impedisse maior iniciativa no sentido de reconstituir seu modo de vida original.

Com relação ao estrangeiro colonizador, o esforço na manutenção de sua dieta seria vencido primeiramente pela adversidade do clima tropical, que desfavorecia seu tradicional modelo agrícola, há tempos regulado pelas bem definidas quatro estações

anuais presentes nos climas temperados. Além disso, em relação aos produtos importados da metrópole, sua durabilidade ficava comprometida devido às diferenças de temperatura e umidade. A qualidade do solo americano foi um segundo empecilho para que o adventício reproduzisse, na América, seu repertório alimentar. O solo americano não lhes rendia adequadamente as plantas alimentares a que estavam habituados. Esses fatores em muito colaboraram para a utilização dos mantimentos nativos. Desse modo, o autóctone, apresentando-se imerso nesse meio ambiente, encadeado economicamente aos recursos naturais da terra, tornar-se-ia referência no processo pelo qual o adventício se ajustaria à nova situação de vida.

O impulso de persistência característico do colonizador no cotidiano alimentar do nordeste açucareiro manifestava-se nos mantimentos que o colono procurou adquirir em seu cotidiano. É ainda Gilberto Freyre quem aponta que, além da composição ordinária das refeições, constituídas basicamente por farinha de mandioca, peixe ou carne secos e rapadura, revelava-se também a presença de alimentos tradicionais portugueses, como a manteiga, o azeite, o vinho e a aguardente do reino, produtos presentes com relativa freqüência e que, acima de tudo, denunciavam *status* na hierarquia social. Todavia, além do peixe seco, da carne salgada e dos gêneros esporadicamente enviados do reino, como o bacalhau, o trigo, a fava, a ervilha e a cevada, alguns outros mantimentos eram produzidos, especialmente para o consumo da elite, tal como o tomate, a couve, a alface, o repolho, o jiló, o agrião, bem como frutas do reino e queijos. Ainda assim, a carestia era comum para a maior parte da população, visto que esses produtos custavam caro, em conseqüência do predomínio da lavoura da cana-de-açúcar. E foi a monocultura que levaria Maurício de Nassau, no período de domínio holandês, a estimular os senhores de engenho ao plantio de mandioca e hortaliças, em função do combate aos efeitos da monocultura.

Tendo em vista que a adaptação dos estrangeiros aos víveres americanos não ocorreu sem resistências, Evaldo Cabral de Mello filia as recusas dos hábitos alimentares às súbitas alterações de dieta às conotações simbólicas de *statu* e de especialização do paladar de classe ou de estamento. Desse modo, é preciso que algumas situações-limite atestem essas mudanças; é neste sentido que o autor sugere que a aceitação dos gêneros nativos pela elite açucareira da colônia era estimulada a partir da instabilidade do abastecimento de gêneros importados da metrópole durante as guerras holandesas. Ou seja, numa circunstância em que a única opção possível em detrimento da fome era a farinha de mandioca, a elite açucareira submeteu-se ao gênero predileto dos nativos. A idéia de que os hábitos alimentares tornam-se menos rígidos e mais aptos a adequarem-se a alimentos inusuais em situações cuja escassez torna-se imperativa, foi também apresentada por A. Maurizio em seu trabalho *Histoire de l'alimentation végétale*. De acordo com o autor, em casos de extrema necessidade, sobrevém a opção por plantas alimentares outrora inutilizadas como fonte de subsistência, mas que, eventualmente são reabilitadas: são os "briseurs de famine", que podem ser compreendidos como os "alimentos brabos", na denominação de Josué de Castro. Todavia, a essas "preciosidades" vegetais jamais se atribui *status* similar ao dos vegetais já consagrados após a normalização do abastecimento tradicional.

Ainda que não seja um "alimento brabo", o consumo da farinha de mandioca não foi diferente. Apesar da efetiva adoção em período crítico, continuava a preferência pela farinha de trigo. Na Europa Moderna, além do consumo do trigo sob forma de pão, diversos outros cereais panificáveis também eram utilizados, a exemplo do centeio, que, misturado ao trigo, seria sempre um recurso muito útil em períodos de escassez. Esses cereais, tal como o centeio, ou mesmo as castanhas e também o sarraceno, entre outros, eram consumidos em forma de pão preto; mais duro e grosseiro. Esta qualidade de pão destinava-se às categorias sociais mais pobres, por serem mais substanciais. Por outro

lado, o pão branco, feito a partir do trigo peneirado, era mais macio e delicado. Portanto, mais caro, e desse modo reservado às categorias sociais mais elevadas. Na América Lusitana, os cereais de segunda foram substituídos pela farinha de mandioca, de modo que a oposição existente na Europa entre o pão branco para os ricos e o pão preto para os pobres transferiu-se para a colônia. Sendo que os extremos dessa dicotomia estariam ocupados, por um lado, pelo pão feito a partir do trigo e, por outro, pelo pão elaborado a partir da farinha extraída da mandioca.

Em meio à tamanha oposição dos primeiros colonos às opções nativas de sustento, pouco adiantou as condições do meio ecológico próximo ao litoral. Embora estes locais proporcionassem a obtenção de provisões sem grandes dificuldades, aproveitadas usualmente pelos nativos, elas foram estigmatizadas negativamente pelo colono, sobretudo pela variedade de opções alimentares nem sempre apetecíveis. Pois, além da caça disponível, havia também inúmeras plantas e insetos comestíveis, que pareciam repugnantes aos paladares estrangeiros, sobretudo dos europeus, visto que sua proximidade com o litoral e a relativa constância com que chegavam embarcações de além mar, estimulavam uma certa expectativa de chegada de víveres reinóis e os distanciava da necessidade de realizarem opções alimentares indesejáveis. No entanto, o abastecimento precário foi uma constante na colônia durante vários séculos. Sem outra alternativa, tornava-se indispensável aos colonizadores aprender com o gentio a preparação dos alimentos nativos disponíveis, bem como sua coleta através da exploração do meio. Assim, a despeito da repulsa do europeu pela qualidade de alguns dos alimentos nativos, esses foram uma opção no combate à redundante e deficiente dieta imposta pelas áreas monocultoras.

Todavia, em relação às áreas periféricas, o acolhimento dos recursos indígenas por parte do estrangeiro foi mais transigente. Sérgio Buarque de Holanda apresenta-nos a idéia de que, em São Paulo, grande número de colonos, mesmo brancos, adotaram

recursos de subsistência similares aos dos moradores nativos. A acomodação à dieta dos autóctones foi estimulada pela distância de São Paulo em relação aos portos, o que submetia os moradores à aquisição de novos hábitos, por encontrarem-se no limiar da sobrevivência. Foi, então, em meio a condições materiais de existência bastante desfavoráveis a seus ritmos sociais e opções culturais originais, que reestruturaram seus hábitos alimentares.

Diferentemente do colono habitante do nordeste açucareiro, detentor de um modo de vida sedentarizado, em função de sua atividade econômica, o colonizador da região de Piratininga, com sua itinerância característica e a conseqüente provisoriedade de seu modo de vida, atendeu mais prontamente às reformulações prescritas para adaptação de seu repertório alimentar aos gêneros ofertados pelo meio ecológico do Novo Mundo. Contudo, nem aqui, nem acolá, as mudanças foram processos simples, visto que exigiam, além da readequação de todo o sistema de auto-referências simbólicas, o abandono de padrões gustativos e de asseio tradicionais para a ingestão de larvas de besouros, de borboletas e de mariposas em situações que seriam, muitas vezes, a única opção na garantia da própria sobrevivência nos sertões da Colônia. Dentre essas vitualhas, algumas foram definitivamente incorporadas pelos colonos quase na mesma dimensão de alimentos como a mandioca, o feijão e o milho; foi o caso da içá, espécie de formiga comida torrada e que, ainda em fins do século XIX, era empregada habitualmente como alimento.

A predisposição dos colonos para a assimilação de comportamentos nativos, bem como a absorção de gêneros de origem vegetal, foram estimulados pelo paralelismo de alguns destes com o repertório original, daí a relativa facilidade em aceitar alguns alimentos como grelos de samambaia, raízes, tubérculos, palmitos e mel-de-pau.

O que se pode notar, portanto, é que a seleção dos repertórios alimentares operou de modo diferente nas diferentes regiões da colônia. Tributários dos modos de vida que

se constituíam nestes lugares, os colonos afrouxavam seus hábitos na medida em que eram impossibilitados de reproduzirem seu modo de vida tradicional. Frente a situação de escassez, o estrangeiro submeteu-se à necessidade e reelaborou seu modo de vida tradicional, recompondo-se em uma nova existência e esboçando uma nova identidade.

Entre História e Folclore: reflexões sobre a (re)construção da identidade fluminense nas décadas de 1940 e 1950.

Rui Aniceto Nascimento Fernandes[i]- PPG-PUC-Rio

A década de 1940 é um marco na história do Estado do Rio de Janeiro. Neste período estruturou-se o amaralismo, projeto que visava a recuperação política e econômica do estado através do incentivo à agro-indústria fluminense. Esse grupo direcionou as políticas públicas estaduais pelas décadas seguintes e era formado por intelectuais/políticos que participavam das inúmeras agremiações literárias da antiga capital fluminense. O programa de ações levados a cabo por esse grupo levava ao resgate histórico e a valorização das consideradas tradições culturais locais, o folclore. Nosso objetivo, nessa comunicação, visa analisar o lugar da história e do folclore nas reflexões intelectuais e nas políticas públicas fluminenses entre os anos de 1940 e 1950.

Uma Idade do Ouro perdida: a defesa de uma vocação agraria.

Durante o período do Estado Imperial brasileiro a província do Rio de Janeiro ocupou um lugar de destaque no cenário político e econômico. O café do Vale do Paraíba tornou o Rio de Janeiro o sustentáculo das finanças públicas e a aristocracia formada então ocupou cargos chaves na administração do período. Por outro lado, a segunda principal atividade econômica fluminense, o açúcar, reestruturou-se atendendo o mercado interno e alicerçando o grupo político do norte fluminense.

A conjuntura das últimas décadas monárquicas minaram a base da estrutura agrária e do poder da aristocracia fluminense. Instaurada a República os fluminenses foram

secundarizados da direção política do novo regime. A crise econômica foi acompanhada de um esfacelamento da elite política local.

A Primeira República foi marcada pela ausência de unidade política no Estado do Rio de Janeiro. Apesar da hegemonia de Nilo Peçanha não havia um grupo político coeso o suficiente que implementasse um projeto de recuperação econômica do estado e que traçasse estratégias de ações política visando o reestabelecimento da antiga situação provincial na esfera da política federal. Os projetos de reformas na estrutura econômica do estado do Rio de Janeiro propugnavam a manutenção da sua "vocação agrária", pretendia-se a diversificação agrícola visando o mercado interno, em substituição dos modelos monocultores de exportação.[ii]

Desde os primeiros momentos da República foi diagnosticada a perda do lugar político e econômico fluminense no cenário nacional e surgia um discurso da necessidade de se resgatar essa *Idade do Ouro*.[iii]

O quadro fluminense dos anos de 1930 não possuía muitas diferenças. Apenas com a implementação do Estado Novo e com a indicação de Ernani do Amaral Peixoto, em novembro de 1937 surgiram condições para implementação de um projeto de revitalização política e econômica do estado.

A historiografia que analisou o projeto amaralista para o estado do Rio de Janeiro afirma que, entre 1937 e 1945, Amaral Peixoto implementou um projeto de recuperação econômica, baseado no agro-fluminense.[iv] O governo investiu na criação da infra-estrutura que viabilizasse a reestruturação das atividades agrárias, reafirmando assim a sua "vocação agrária". Seu projeto modernizador incluía ainda a reforma administrativa e financeira do governo estadual. O interventor constituiu um grupo político alicerçado no interior do estado que lhe permitiu o controle da política estadual nas década seguintes.[v]

Observamos assim uma continuidade em todas as sete primeiras décadas republicanas. Os projetos políticos de ação na esfera econômica priorizaram o agro-fluminense. Até mesmo

as iniciativas industrialistas de Amaral Peixoto eram incentivadas para o atendimento da estrutura agro-pastoril do estado.

Nas década de 1940 e 1950 reafirmava-se que a recuperação do lugar fluminense no cenário nacional seria possível a partir da recuperação do campo e com o fortalecimento de uma liderança, Amaral Peixoto, cujo a força era o interior do estado.

A defesa dos valores rurais nos anos de 1940 e 1950.

Os trabalhos de Cesar Honorato e de Silvia Pantoja de Castro, sobre a interventoria de Amaral Peixoto e o amaralismo nos anos de 1950 analisam o tema sob um recorte político-econômico. Lidando com dados numéricos-estatísticos e com a reconstrução da rede de sociabilidade política formulada nos anos de 1940, os autores demonstram a constituição de um projeto político-econômico alicerçado no interior fluminense e que priorizava a recuperação do agro-fluminense. Esse projeto político estava em consonância com os ideais defendidos pela intelectualidade fluminense, materializada em suas agremiações, a Academia Fluminense de Letras, a Academia Niteroiense de Letras, o Cenáculo Fluminense de História e Letras, o Museu Antônio Parreiras e as Faculdades, das décadas de 1940 e 1950.

Ao assumir a interventoria Amaral Peixoto congregou um conjunto de “homens de letras” que, através de sua atuação na administração do estado, pretendiam (re)construir a identidade fluminense. Esse projeto era alicerçado nos valores interioranos-rurais, seguindo a tida “vocação” do estado, e implementados a partir dos departamentos de educação e cultura da administração pública.

Logo após tomar posse no governo estadual, Amaral Peixoto realizou uma reforma administrativa criando diversas secretarias e novos departamentos estaduais. Entre estes encontramos a Secretaria de Educação e Saúde que ficou responsável por implementar os projetos varguistas no campo da educação e saúde em território fluminense.[vi] Podemos

observar que o projeto cultural-educacional da nova secretaria procurava formar um novo homem fluminense, que promovesse o desenvolvimento do estado sem esquecer as suas raízes, a sua identidade rural. O Departamento de Educação, sob direção de Rubens Falcão, realizou uma série de reformas nos programas escolares onde buscava-se associar aos saberes citadinos-formais os conhecimentos rurais.[vii] Foram criados os clubes agrícolas em todas as escolas estaduais.[viii] Na Escola Normal foi instituído o ensino de técnicas agrícolas para as futuras professoras.[ix] Criaram-se iniciativas que priorizaram o campo como as Escolas Típicas Rurais.[x] Enfim, investir em um programa de educação rural era importante pois, segundo Amaral Peixoto, a educação e as escolas rurais não deveriam ter um caráter

> de simples escolas alfabetizantes, por isso que se destinavam a um papel de maior transcendência – *o de formação dos nossos futuros homens do campo sob todos os aspectos – técnico, moral, físico e intelectual – incutindo-lhes o amor patriótico ao seu habitat ao mesmo tempo que lhes dariam os conhecimentos indispensáveis ao trabalho do engrandecimento nacional* a que se dedicam, tirando-lhes, por outro lado, a concepção hereditária em que vivem – de colonos dentro da sua própria terra[xi] (grifos meus).

Uma outra iniciativa da administração estadual do período que demonstra seu investimento na formação de um novo homem fluminense identificado com os valores interioranos foram as Missões Culturais, ocorridas entre 1944 e 1945. As missões eram "verdadeiras bandeiras de penetração", nas palavras de Rubens Falcão, onde seus membros procuravam conhecer as realidades das populações interioranas e transmitiam-lhes inovações que lhes permitissem modernizar suas formas de vida: palestrava-se sobre hábitos de higiene, novas técnicas de pesca e agricultura e elementos de instrução formal.[xii]

Esse projeto de afirmação de uma identidade fluminense alicerçada no campo teve desdobramentos e continuidades na década de 1950. Neste momento, as Missões Culturais foram retomadas sob o nome de *Missões Educacionais*, por exemplo.

Folclore e história: entre interesses intelectual e projetos políticos para a construção da identidade fluminense.

Em minha dissertação de mestrado pude observar uma verdadeira simbiose entre os ideais defendidos pela intelectualidade fluminense e o projeto político em voga no estado do Rio de Janeiro nos anos de 1940 e 1950.[xiii] O mundo das letras e mundo da administração estadual possuíam perspectivas muito próximas. Inúmeros membros do corpo burocrático de Amaral Peixoto pertenciam as agremiações culturais da antiga capital fluminense, Niterói. Por outro lado muitas das iniciativas desenvolvidas por essas instituições obtinham apoio oficial do governo estadual. Isso ocorria devido a que ambos possuíam os mesmos objetivos: resgatar o lugar do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional. Para tal era evocado um passado de glórias a ser resgatado – a Velha Província era uma imagem sempre presente nos discursos do período – e a valorização das manifestações culturais tipicamente regionais, como sendo a base da identidade local. História e folclore eram temas centrais para a intelectualidade fluminense de então.

Em 12 de janeiro de 1950 ocorreu a cerimônia de instalação da Comissão Fluminense de Folclore, no Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Essa comissão local fazia parte do projeto de constituição de uma rede de abrangência nacional da Comissão Nacional do Folclore, criada em 1947.[xiv] Essa organização visava desenvolver a valorização das consideradas manifestações populares, o folclore, estabelecendo um plano de ação para registrá-lo, preservá-lo de seu desaparecimento e difundi-lo, especialmente, na escola. Objetivava-se criar mecanismos dos governos que os auxiliassem a alcançar seus objetivos. Por outro lado, buscava-se constituir o folclore como uma disciplina acadêmica, como um campo de estudos definido no seio das ciências humanas e sociais.[xv]

Compartilhando desses objetivos, a Comissão Fluminense possuía especificidades em decorrência dos interesses dos seus membros. Para esses o folclore era um mecanismo de

afirmação e manutenção da identidade fluminense. Entre 1952 e 1955, durante a gestão de Luiz Palmier, a CFF chegou a contar com trinta e cinco membros sendo um grande número de pessoas que exerciam funções na administração estadual do período, além de inúmeros integrantes das agremiações culturais niteroienses. Destes 22 (62%) possuíam cargos na administração estadual, 15 (42%) pertenciam às agremiações culturais de Niterói.

Entre 1950 e 1961, a Comissão Fluminense de Folclore foi representada no Congresso Internacional de Folclore e nos Congressos Nacionais de Folclore ocorridos nessa década[xvi]; realizou a comemoração do dia do Folclore em todas as escolas do estado e, na capital, com uma programação especial que envolveu a Sociedade Fluminense de Fotografia e a Academia Fluminense de Letras, em 1950; organizou a revista *Folclore Fluminense*, inseriu o tema nos debates da Faculdade Fluminense de Filosofia, que, em 1954, desenvolveu o *Ciclo de Estudos Fluminense*, obteve do governo estadual, em 1953, o Convênio de Proteção e Pesquisas do Folclore Fluminense.

O folclore era parte importante do interesse intelectual desse grupo pois era um dos meios para se refletir sobre as especificidades locais, para se valorizar o Estado e para se definir uma identidade fluminense. A análise dos exemplares de Folclore Fluminense permite-nos observar que as manifestações consideradas populares, base da identidade da região, eram, em sua maioria, de regiões do interior do estado. A zona rural era assim considerada o cerne da fluminensidade.[xvii]

Durante a realização dessa pesquisa pude observar que inúmeros folcloristas interessavam-se pelos assuntos históricos, construindo a história de seus municípios ou biografando fluminenses ilustres.[xviiir] Algumas publicações do período demonstram como a história era valorizada enquanto um discurso que permitia constituir a identidade fluminense.

---

[r] Alberto Ribeiro Lamego elaborou sua teatrologia O Homem e o Brejo, o Homem e a Serra, o Homem e a montanha e o Homem e a Guanabara, nas décadas de 1940 e 1950. No mesmo período em que Myrtaristides Toledo Piza, escrevia sobre Itaocara, Luiz Palmier escreveu uma história de São Gonçalo, além de responder por uma coluna histórica em *Lettras Fluminenses.* No campo das biografia encontramos a do ex-presidente do estado Maurício de Abreu, de Luiz Palmier, a do poeta Bernardino Lopes, do também poeta Renato de Lacerda.

Nesse período a *Revista da Academia Fluminense de Letras* publicava os elogios biográficos dos patronos de suas cadeira e outras conferências que possuíam forte base histórica. O jornal *Lettras Fluminenses*, criado em 1950, manteve até 1952 a coluna *Nossa Terra, Nossa Gente* em que Luiz Palmier traçava o histórico de algumas regiões fluminenses. O *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro,* publicação do Diretório regional do IBGE, publicava pesquisas de cunho histórico-geográfico. O mesmo Diretório, desde a década de 1940, realizava concursos monográficos com motivos municipais que visava a construção das histórias municipais.[xix]

Na elaboração das histórias dos municípios fluminenses visava-se valorizar a pequena pátria no conjunto fluminense, construindo, contudo, uma memória de glórias que tinham como referências o período imperial.

Nesses discursos narrativos eram utilizados outros dados de outras matizes que não a histórica. Descrevia-se os aspectos geográficos do local, as potencialidades de exploração mineral e utilização desses elementos para a promoção do desenvolvimento local. Arrolava-se os dados estatísticos do município: população, receita e despesas, participação municipal na receita estadual, números dos estabelecimentos de ensino, de indústrias etc. Vinculava-se biografias dos vultos locais. A associação desses elementos aos dados do passado visavam apresentar o local. Descrever o processo histórico local objetivava apresentar criar uma imagem de pujança desta localidade ao longo da história e que essa situação atingia o seu ápice no momento em que escrevia; daí a divulgação das potencialidades de exploração dos aspectos geográficos locais e, através dos números, diagnosticar a “saúde” e prosperidade financeira do município em questão.

Neste sentido as investigações folclóricas e históricas realizadas nas décadas de 1940 e 1950 visavam (re)construir a identidade fluminense. Folclore e história eram meios de análise e discursos que visavam apresentar a identidade local, identificada com os valores rurais que tiveram seu apogeu na Velha Província.

[i] Doutorando em História pela PUC-RJ, pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade da UERJ-FFP.

[ii] Cf. Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade de Ouro**: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. E o livro organizado pela mesma autora **A República na velha província.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989

[iii] Paulino Soares de Souza Neto assim se referia sobre a situação do estado no início da República: "Estávamos aqui acostumados a contemplar, com a nostalgia imponente da saudade das cousas que não voltam, a *idade de ouro* do nosso passado político e econômico transcorrido no Segundo Reinado. O império era como um paraíso perdido de riquezas materiais e morais (...) que deveria ser recuperado. Paulino Neto. O espírito ideológico de Feliciano Sodré. In: Manoel Bastos Leite. O estado do Rio e seus homens. *Apud*. Marieta de Moraes Ferreira, *op. cit.*, p. 15-16.

[iv] Cf. Silvia Castro. **Amaralismo e Pessedismo Fluminense**. Tese (Doutorado em História). UFF. Niterói, 1995. Da mesma autora. **Raízes do pessedismo fluminense**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. César Teixeira Honorato. **O novo Estado no Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1987.

[v] Amaral Peixoto governou o estado pela segunda vez, já como governador eleito, entre 1951 e 1954. Seus sucessores, Edmundo Macedo Soares (1947-1950) e Miguel Couto (1955-1958) foram eleitos com seu apoio.

[vi] Sobre essa temática ver entre outros, Simon Schwartzman *et alii.* **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984; Ângela Gomes. **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000; Helena Bomeny (Org.). **Constelação Capanema:** intelectuais e política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

[vii] Rubens Falcão. **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Oficial, 1946, p. 64

[viii] Os clubes recebiam sementes, ferramentas e animais para desenvolver nas escolas hortas e pequenos criadouros.

[ix] Rubens Falcão, *op. cit.,* p. 93-94.

[x] Segundo um documento oficial "a principal tarefa [das Escolas Típicas Rurais] não era, pois, transmitir conhecimentos desta ou daquela matéria, mas sim levantar o espírito do campônio, entusiasmá-lo, mostrar-lhe que ele é capaz de viver uma vida melhor em sua própria terra". Ela tinha a finalidade "cívica e nacionalista de despertar em seus alunos sentimento de brasilidade, ensinando-lhes a amar as coisas de seu país e respeitar seus grandes homens". Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. **As Escolas Típicas Rurais**. Suas finalidades. Seu funcionamento. Niterói, 1945. Mimeo. p. 2 (CPDOC/FGV. EAP.45.04.05 int.). artigos 6 e 12 respectivamente.

[xi] Amaral Peixoto, 1938. *Apud*. Rubens Falcão, *op. cit.,* p. 23.

[xii] *Idem,* p. 129. Cf também Martha Hees. **As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

[xiii] Rui Aniceto N. Fernandes. **Construindo o Folclore Fluminense:** Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro (1949-1961). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

[xiv] A Comissão Nacional de Folclore fazia parte do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, agência brasileira da UNESCO, sediado no Palácio do Itamaraty.

[xv] Luís Vilhena. **Projeto e missão**. O movimento folclórico Brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

[xvi] Neste período foram realizados quatro Congressos Brasileiros de Folclore (Rio de Janeiro-1951, Curitiba-1953, Salvador-1956, Porto Alegre-1959) e o Congresso Internacional de Folclore (São Paulo-1954).

[xvii] Foram publicados dois números de Folclore Fluminense, um em 1953 e outro em 1954.

[xviii] Alberto Ribeiro Lamego elaborou sua teatrologia O Homem e o Brejo, o Homem e a Serra, o Homem e a montanha e o Homem e a Guanabara, nas décadas de 1940 e 1950. No mesmo período em que Myrtaristides Toledo Piza, escrevia sobre Itaocara, Luiz Palmier escreveu uma história de São Gonçalo, além de responder por uma coluna histórica em *Lettras Fluminenses.* No campo das biografia encontramos a do ex-presidente do estado Maurício de Abreu, de Luiz Palmier, a do poeta Bernardino Lopes, do também poeta Renato de Lacerda

[xix] Cf. Rui Fernandes, op. cit., especialmente capítulo III.

MEMÓRIA E MOBILIZAÇÃO POPULAR NA FAVELA NOVA HOLANDA – MARÉ – RJ

Monique Batista de Carvalho

A investigação em questão[1] trata da memória coletiva dos moradores de Nova Holanda, uma das 16 comunidades que formam o Complexo da Maré[2], no que se refere ao seu movimento associativo. O elemento central da análise é a formação da Chapa Rosa, que, após sua vitória no pleito de 1984, proporcionou inúmeras transformações naquele espaço, o que significou um marco na história da favela.

Sabendo-se que o processo de rememorar pode ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual, o objetivo desse trabalho é compreender os aspectos mais relevantes em relação à formação e à atuação da Chapa Rosa. Pretende-se, a partir da memória dos atores envolvidos direta ou indiretamente no processo, privilegiar como metodologia a história oral.

Para tanto, é fundamental agregar aspectos como identidade e compreender como acontece a relação dos moradores com aquele espaço. O foco dessa identificação se dará a partir do reconhecimento de como construíram suas memórias, tendo como referenciais determinados lugares que foram apropriados e transformados pelo grupo e que se pode considerar como patrimônio da comunidade.

Aspectos históricos:

A Chapa Rosa foi o resultado de um processo de mobilização popular que ocorreu em Nova Holanda desde final dos anos de 1970. Este tinha desde sua origem a conquista de equipamentos urbanos básicos, tais como a canalização de redes de água potável, esgoto sanitário e de energia elétrica. Contudo, as demandas foram ampliadas, principalmente a partir dos anos 1980, sendo a luta pela direção da Associação de Moradores a principal bandeira a ser buscada.

Embora a Associação de Moradores já existisse desde o inicio dos anos de 1980, por imposição do Projeto Rio[3], ela não representava efetivamente os interesses dos moradores.

A Fundação Leão XIII, que funcionava como a administradora de Nova Holanda, interveio no processo de formação da Associação de Moradores, aclamando uma diretoria com integrantes vinculados à instituição, não havendo, então, eleição direta.

Entendemos, desse modo, que a intensa mobilização dos moradores tenha sido motivada pela falta de participação no processo de constituição da sua organização comunitária, bem como têm raízes na própria conformação da favela Nova Holanda, que passamos a relatar a seguir:

Nova Holanda possui uma população de 11.295 habitantes, distribuídos em 2.967 domicílios, representando 8,6% da população total da Maré[4]. Foi inteiramente planejada e construída pelo poder público em 1962 para ser um Centro de Habitação Provisória (CHP), em um processo iniciado pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que tinha como política para favelas a sua eliminação, através da transferência de seus moradores para regiões distantes do centro da cidade. Sua ocupação se deu até meados de 1971, com moradores oriundos das favelas do Esqueleto, Morro da Formiga, Morro do Querosene, Praia do Pinto e Macedo Sobrinho, favelas situadas, na Zona Sul e, também, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

O objetivo desses centros era a transformação social daqueles indivíduos e, para isso, contava com a presença constante da Fundação Leão XIII e de um posto policial, que tinham como finalidades manter a ordem e desenvolver hábitos de boa convivência entre os favelados, que logo seriam removidos para Conjuntos Habitacionais.

As habitações eram uniformes, em lotes de 5x10 metros, possuindo uma sala, dois quartos, uma cozinha e um quintal. Por ter um caráter provisório, as casas foram construídas em madeira, em dois padrões básicos: unidades individuais simples e o modelo dúplex, com dois pavimentos. As redes de água e esgoto, construídas também para funcionar provisoriamente, não atendiam as necessidades de todos os moradores, assim como o fornecimento de energia elétrica.

As promessas feitas pelos representantes do Estado em relação à remoção definitiva não ocorreram; poucos foram os moradores que de fato saíram de Nova Holanda para

habitar os Conjuntos Habitacionais. Observamos, pelos relatos, que não havia dentre os moradores um sentimento de pertencimento àquele espaço, pois, no imaginário, a qualquer momento, eles poderiam ser retirados dali. Sem contar as precárias condições de vida na década de 1970 e a política coercitiva exercida pela Fundação Leão XIII que também eram um constante na vida daqueles indivíduos.

O primeiro grupo organizado que se formou foi o “Grupo de Mulheres”. As reuniões eram estimuladas por uma equipe de médicos e técnicos vinculados ao CEBES (Centro Brasileiro de Estudos da Saúde) que desenvolviam um trabalho na comunidade com a finalidade de discutir questões relacionadas à saúde, através de palestras e de atendimento médico em local denominado Posto de Saúde Comunitária, ou Postinho, como era mais conhecido pelos moradores.

A partir do ano de 1981, o trabalho no Postinho toma novos rumos e se volta para a formação de agentes de saúde locais, visto que a idéia central era a de se formar grupos dentro daquele espaço que pudesse ter uma maior participação dos moradores no enfrentamento de seus problemas. Para isso, eram realizadas reuniões na rua, onde todos pudessem manifestar sua opinião.

A Escola Municipal Nova Holanda, também participa das ações realizadas junto ao Posto de Saúde, e um dos primeiros programas implementados por esse projeto de Educação e Saúde foi o Programa de Saúde Escolar (PROSE), incluído no currículo de ciências. O que se percebe é que, além da preocupação com questões de saúde, o movimento caminhava em direção à educação, com um ingrediente importante que foi o envolvimento dos próprios moradores.

Dessa maneira, tendo como ponto de partida a formação do Grupo de Mulheres e o desenvolvimento do Posto de Saúde Comunitária, o movimento ganha novas forças, outros grupos se associam nessa luta e outras entidades são criadas dentro da mesma lógica participativa. Há uma ampliação nos objetivos: a conquista da Associação de Moradores. Essa vem se materializar com a constituição de uma Chapa que continha membros de todas

as entidades locais, mas com hegemonia das mulheres, a chapa foi batizada de Chapa Rosa.

Após uma intensa disputa, consegue-se deflagrar um processo eleitoral. Uma comissão é formada com membros das duas chapas concorrentes e da Fundação Leão XIII. Determinam as regras para a eleição que se realiza em 15 de novembro de 1984. A Chapa Rosa elegeu Eliana Sousa Silva, primeira e mais jovem mulher presidente de uma Associação de Moradores de favela.

A conquista da Associação de Moradores pela Chapa Rosa representou uma ruptura com o "fantasma da remoção" e, principalmente, com a Fundação Leão XIII. Até aquele momento, os moradores não consideravam Nova Holanda como sendo o seu local de moradia permanente, não tinham uma identidade, já que achavam que a qualquer hora poderiam ser retirados dali para outras localidades.

Foram nove anos à frente da Associação, de 1984 até 1993, com ações políticas voltadas para educação, habitação e saúde. A partir desses eixos, foram realizadas diversas ações na comunidade, tanto em relação a obras de infra-estrutura, relacionadas à luz, água, saneamento básico e equipamentos de lazer como a Praça do Valão. E, também, em relação à criação de outras instituições comunitárias como o Posto Odontológico, a creche/escola e a Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda (COOPMANH).

Memória, identidade e patrimônio:

Tendo em vista o cenário apresentado, construído a partir de algumas entrevistas realizadas com os moradores de Nova Holanda no corpo da pesquisa, como também com a literatura disponível referente ao tema, algumas questões nos chamam a atenção por constituir elementos fundamentais para uma melhor compreensão de todo o processo e de como ainda refletem na vida dos moradores.

Podemos dizer a respeito da memória que ela é uma reconstrução do passado vivido a partir de elementos do presente, seja através da repetição dos comportamentos

aprendidos ou da narração dos fatos. Ela não é autônoma, mas relacional, se lembramos é porque a situação presente nos faz lembrar.

Como analisou Bosi[5], "*na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado*". A lembrança é uma construção realizada a partir de elementos do presente. A imagem que se tem da infância, por exemplo, é uma representação constituída a partir da nossa vivência, influenciada pelo nosso contexto social.

Nesse sentido, a memória se constitui como uma categoria fluida, que carrega consigo uma série de elementos da subjetividade, mas que, por outro lado, é um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Segundo Wehling e Wehling[6], a memória coletiva pode ser um instrumento para a afirmação de identidade, principalmente de grupos minoritários em uma mesma sociedade.

Da mesma forma, Pollak[7] revela que a memória "*é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes*". Contudo, devemos lembrar que existem na memória tanto coletiva quanto individual, marcos invariantes, imutáveis.

Desse modo, o autor elenca alguns pontos que considera como constitutivos da memória. O primeiro se refere aos acontecimentos vividos pessoalmente ou pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Podem ocorrer acontecimentos traumáticos que marcaram determinada região ou grupo, o que faz com que a memória do acontecimento seja passada ao longo do tempo com um alto grau de identificação. Mesmo que as pessoas não tenham realmente participado de tal episódio, vivido nessa época, ela se sente parte do grupo por conhecer muito bem aquela situação, de tal forma que fica a impressão de ter vivido realmente. É o que o autor considera como o sentimento de pertencimento a partir de uma identificação com o passado. Além dos acontecimentos, a memória também é formada por personagens e lugares. Esses três elementos de acordo com os argumentos de Pollak são os agentes constitutivos da memória.

Nesse sentido, "*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*[8]", pois o sentimento de identidade está relacionado ao sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Castells[9] nos revela que a identidade está relacionada a significados, a experiência de um povo, é por definição, o *"... processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado"*. É construída por meio de um processo de internalização e *"... quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela de excluem"*.

A construção da identidade se dá entre outros elementos a partir da memória coletiva. Os indivíduos ou grupos processam esses elementos e *"reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão espaço/tempo"*[10].

Segundo Castells, embora haja uma corrente que não crê na formação de uma identidade a partir do âmbito local, ele considera que os indivíduos resistem à individualização e se organizam em associações comunitárias que podem gerar um sentimento de pertença e em longo prazo uma identidade cultural, comunal. De acordo com sua hipótese, isso acontece a partir de um processo de mobilização social, ou seja, as pessoas participam de movimentos urbanos onde são revelados e defendidos interesses em comum. Nesse sentido, a vida passa a ser de algum modo compartilhada, produzindo-se um novo significado.

Ele nos revela três formas e origens de construção da identidade. A primeira se refere à identidade legitimadora, constituída a partir da dominação internalizada que legitima uma identidade imposta, padronizadora e não-diferenciada. Essa ação é realizada pelas instituições dominantes da sociedade, com objetivo de ampliar sua dominação em relação aos atores sociais, que terminam por legitimar e internalizar essa identidade. Como veremos

no desenvolvimento do trabalho, o que o Estado tentou fazer com os moradores das favelas pode ser visto a partir desse conceito.

A outra é referente à identidade de resistência. Realizada pelos atores que se encontram em posição ou condição desvalorizada e estigmatizada pela lógica da dominação, criando mecanismos de resistência com base em princípios diferentes ou opostos dos que permeiam as instituições da sociedade. A identidade de resistência origina comunidades e nos permite pensar na construção da identidade do morador de Nova Holanda principalmente a partir da mobilização em relação ao movimento associativo.

A última se refere à identidade de projeto que consiste na construção de uma nova identidade capaz de redefinir a posição dos atores na sociedade e assim transformar toda a estrutura social.

Concluindo, enfatiza que *"... a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade"*[11].

A construção da memória está relacionada também a atribuição de sentidos a objetos concretos, como enfatiza Santana[12]. É a partir desses objetos que toda uma experiência retorna, é construída e reconstruída. *"Em algum momento o coletivo atribui ao seu espaço ocupado o seu sentido. O constitui e o ocupa de forma que se identifique com ele, que se veja nele. Atribui a determinados trechos do espaço, sentidos definidos que, se para outros podem parecer esquisitos, para o grupo tem caráter vital, pois fala, assinala, com sua existência, a história, a trajetória, as experiências pelas quais passou o grupo. São seu patrimônio consubstanciado em monumentos"*.

Pollak[13] acrescenta que são esses pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. No caso de Nova Holanda, a partir dos depoimentos dos moradores, especialmente os mais antigos e aqueles que estiveram diretamente envolvidos na Associação de Moradores, e vivenciaram a transformação do espaço, um ponto de referência é a Praça do Valão que foi construída durante a gestão da Chapa Rosa onde existia uma vala de esgoto que corria a céu aberto e

dividia a comunidade. A pedido dos moradores foi construído uma Praça sobre a vala canalizada sendo batizada de Praça do Valão.

Outro elemento importante na constituição da memória, que também podemos entender como um ponto de referência, em relação ao movimento associativo é a própria Chapa Rosa. Quando, durante as entrevistas, se perguntava a respeito da Associação de Moradores, imediatamente os entrevistados se remetiam à época da Chapa Rosa e da Eliana Sousa Silva.

Pollak conclui que *"torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais"*.

Em Nova Holanda, a questão primeira do movimento associativo era dar uma marca ao espaço, visto que seu processo de ocupação se deu de tal forma que os moradores não reconheciam aquele espaço como seu local de moradia, já que em qualquer momento poderiam ser retirados dali. O objetivo do movimento era inscrever naquele espaço uma identidade comum entre os moradores, um significado para eles.

Finalmente, tentamos enfocar a partir dessa pesquisa a atuação dos moradores das favelas na constituição do seu espaço social, apoiada principalmente na memória coletiva. Não obstante, essa memória poderá ser partilhada com outros setores da sociedade, possibilitando que a versão desses atores dos acontecimentos daquele momento passe a ter reconhecimento e legitimidade que há muito lhes eram devidos.

---

[1]Esse trabalho é fruto da dissertação, em andamento, no Mestrado em Memória Social e Documento da UNIRIO, sob orientação do professor Marco Aurélio Santana.
[2] A Maré é composta por 16 comunidades e recebeu o título de bairro em 1994, pelo então prefeito César Maia.
[3] O Projeto Rio foi uma intervenção do Governo Federal que tinha por objetivo urbanizar as favelas situadas ao longo da Avenida Brasil. Sobre o Projeto Rio, entre outros, ver BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, M. e ZALUAR, A. Um século de favela, Rio de Janeiro: FGV, 1998.
[4]CEASM. Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.
[5]BOSI, E. Memória e Sociedade. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983. p. 55.

[6] WEHLING, A. e WEHLING, M. J. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. In: WEHLING, A. et.al. Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento, 1997.
[7] POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, n.º 10, RJ, CPDOC, 1992. p.201.
[8] Idem, p. 204.
[9] CASTELLS, M. O poder da identidade. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 22
[10] Idem, p. 23.
[11] Ibdem, p. 26.
[12] SANTANA, M. A. Memória, cidade e cidadania. In: GONDAR, J.; THIESEN, I. (orgs.). Memória e Espaço. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000. p. 50.
[13] POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2 n. 3, 1989.

Batalhas pela justiça e pela memória[1]

Samantha Viz Quadrat

Um dos principais pontos da transição à democracia na América Latina nos anos 80 foi à questão da apuração ou não dos crimes praticados pelo Estado ditatorial. Nesse sentido, os diferentes tipos de processos de transição e sua interação com a sociedade levaram a tomada de posicionamentos distintos em nome de uma possível reconciliação ou pacificação nacional. A decretação de leis de anistias ocupou um papel de destaque nesses debates. Cada país procurou resolver essa questão a sua maneira, visto que os níveis de repressão e demanda pelo fim da impunidade variaram em cada um deles.

No caso argentino, a primeira lei de anistia foi decretada ainda no período ditatorial. Em março de 1983, os militares decretaram a auto-anistia para os crimes praticados entre os anos de 1973 a 1982. Contudo, com o fim da ditadura e o retorno à democracia marcada pela eleição de Raul Alfonsin para a presidência da República, a lei de auto-anistia acabou revogada. O novo presidente estabeleceu que os beneficiados por tal lei deveriam ser apresentar à justiça num prazo máximo de 05 dias, sob pena de ser preso se não o fizesse. Ao mesmo tempo, Alfonsin criou a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), que deveria receber e investigar as denúncias sobre os crimes de violações aos direitos humanos. A partir do resultado da CONADEP, as Juntas Militares foram encaminhadas ao Conselho Supremo das Forças Armadas para serem julgadas. No entanto, o Conselho se declarou incompetente para tal ação e os processos foram encaminhados à justiça civil. Em 1985, "oito oficiais foram presos, seis por violações de direitos humanos e dois por questões de conduta na Guerra das Malvinas. Em fins de 1986, pelo menos 1.200 oficiais superiores estavam sendo processados na justiça civil."[2]

Alfonsín atendeu as demandas das Forças Armadas e buscou o que seria a "pacificação nacional" ao decretar duas novas leis. A primeira, em 1986, conhecida como Ponto Final, determinava um prazo de 60 dias para que a justiça tomasse o depoimento dos militares acusados. E a segunda, em 1987, conhecida como Obediência Devida, decretava

que a nenhum oficial poderia se imputada à responsabilidade por ações na repressão por estar obedecendo a ordens superiores.

A eleição de Carlos Menem para presidente da República representou mais um retrocesso nas tentativas de punir os envolvidos com a repressão. Menem decretou dois indultos. O primeiro em 1989 e o segundo em 1990, quando foram incluídos os principais representantes militares e o ex-chefe guerrilheiro Mario Firmench.

No Brasil, a campanha pela anistia teve início na segunda metade da década de 70 e obteve maior destaque entre os anos de 1977 e 1979 com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). A campanha deu novo ímpeto aos movimentos de resistência ao Estado ditatorial. Assinada pelo general-presidente João Baptista Figueiredo, em agosto de 1979, a anistia atingiu tanto os envolvidos com a repressão quanto suas vítimas entre os anos de 1961 a 1979. Bastante criticada pelos militantes e familiares, mas reconhecida como a melhor saída possível para aquele momento, pois permitiu a volta dos exilados e proporcionou uma nova reorganização política, a anistia de 79 começou a ser alterada desde a promulgação da Constituição de 1988. Afinal, ao contrário do que é comumente divulgado, a anistia brasileira não foi nem ampla, nem geral, nem irrestrita.

No Chile, a primeira lei de anistia também foi decretada ainda durante a ditadura militar. Em abril de 1978, Augusto Pinochet assinou o perdão para os envolvidos com violações de direitos humanos entre 11 de setembro de 1973 até aquele mês.

No Uruguai, foram decretadas duas anistias a partir do retorno à democracia. A primeira foi assinada em 08 de Março de 1985 e abarcava os crimes políticos e militares ocorridos a partir de janeiro de 1962, excluídos os “crimes de sangue”. Em 22 de dezembro de 1986, em decorrência da justiça uruguaia ter interpelado dois ex-oficiais, o presidente Raul Sanguinetti assinou uma segunda anistia denominada *Lei de Caducidad de La Pretención Punitiva del Estado*, segundo a qual nenhum culpado por crimes de violações dos direitos humanos seria responsabilizado.

Por fim, diferentemente de todos os países do Cone Sul, o Paraguai não tem uma lei específica de anistia. Os principais envolvidos com a repressão foram condenados, inclusive

o ex-ditador Alfredo Stroessner que vive hoje no Brasil na condição de asilado político sem poder retornar ao seu país sob o risco de ser preso.

As anistias acabaram servindo como espécie de escudos para os militares para evitar o que eles chamam de revanchismo das esquerdas e também para afirmar que tudo deveria ser deixado para trás. "Não deveríamos mexer no passado em nome do desenvolvimento do país".

No entanto, as leis de anistia apresentam dupla função: a política e a penal. Em ambas a busca pela conciliação. Trata-se de uma política de esquecimento promovida pelo Estado. No entanto, compartilhamos com Paul Ricoeur a inquietante questão: como praticar a anistia sem amnésia ?[3]

Por outro lado, uma das primeiras formas de compreender o sistema repressivo e a extensão dos seus danos foi a criação de comissões com o objetivo de apurar as ações do Estado durante a ditadura. Essas comissões recebem diferentes nomes como da *verdade*, da *reconciliação* da *justiça* e tem como função: *"ayudar a las sociedades que han enfrentado graves situaciones de violencia política o guerra interna, a enfrentarse críticamente con su pasado, a fin de supera las profundas crisis y traumas generados por la violencia y evitar que tales hechos se repitan en el futuro cercano."*[4] E mais, *"a través de las Comisiones de la Verdad se busca conocer las causas de la violencia, identificar a los elementos en conflicto, investigar los hechos más graves de violaciones a los derechos humanos y establecer las responsabilidades jurídicas correspondientes."*[5]

Na Argentina, como vimos, Raul Alfonsin criou a CONADEP. O resultado da CONADEP representou o surgimento da teoria - bastante contestada por militantes - dos ***dois demônios***, ou seja, de que teria havido violência de ambos os lados. Essa teoria também caracterizou as ações de Alfonsin, pois se de um lado ele anunciou a abertura de processos contra os integrantes das três primeiras juntas militares que governaram o país, anunciou também processos penais contra os principais líderes guerrilheiros.

A Comissão recolheu cerca de 9 mil denúncias de desaparecimentos. Contudo, segundo as organizações de direitos humanos, muitas pessoas não se apresentaram

perante a Comissão por medo de um retrocesso político no país. Por isso, encontramos uma enorme divergência entre os 9 mil casos de desaparecimentos apurados pela Comissão e os 30 mil contabilizados pelas *ongs*. Os resultados da Comissão foram publicados no volume intitulado *Nunca Mais*, coordenado pelo Ernesto Sábato, e serviu de inspiração para os países vizinhos que sob essa consigna publicaram, com apoio oficial ou não, o resultado de suas ações.

No Chile, o primeiro presidente eleito após a ditadura, Patrício Alwin coordenou a criação da Comissão Verdade e Reconciliação para investigar as violações ocorridas entre 11 de setembro de 1973 até 11 de março de 1990. Apesar de não resultar em condenações, a Comissão investigou os crimes e emitiu o estarrecedor Informe Rettig (1991), onde podemos encontrar uma radiografia da repressão chilena. Infelizmente, o trabalho da Comissão foi prejudicado pela ausência de documentos oficiais do Estado. O Informe Rettig teve que ser construído com base em testemunhos pessoais dos sobreviventes.

Com o avanço da democracia, em 22 de agosto de 1995, o presidente Eduardo Frei determinou através de um projeto de lei de que deveria ser esclarecido o destino das pessoas presas e depois “desaparecidas”. A verdade deveria ser estabelecida mesmo que não se identificassem os responsáveis pelas mortes. A Comissão contou com a presença de militares, advogados, políticos e parentes das vítimas. No entanto, existem denúncias de que os militares mentiram em alguns casos. O que leva o Chile a continuar discutindo o impasse dos mortos e desaparecidos.

No Brasil, além da ação clandestina do projeto *Brasil Nunca Mais*, apenas em 1995 foi criada uma comissão oficial do governo. A Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, sob o auspício do Ministério da Justiça, tem buscado respostas para as mortes das vítimas da ditadura com o intuito de reconhecer a responsabilidade do Estado e indenizar os familiares. Bastante criticada pelos militantes a Comissão também não agradou aos militares. Os resultados das investigações da Comissão acabaram publicados no livro *Dos filhos deste solo*. [6]

Em abril de 1985, foi criada a *Comisión Parlamentaria de Investigación* da Câmara dos Deputados do Uruguai. A missão da Comissão era analisar os casos de desaparecimentos. Os deputados receberam denúncias, ouviram testemunhas, mas não tiveram poder suficiente para convocar os militares para prestar esclarecimentos. O relatório final ficou inferior ao informe *Uruguay:Nunca Mais*, organizado pelo Servicio de Paz y Justicia.[7] Ao final dos anos 90, foi criada a *Comissão para a Paz no Uruguai* com o objetivo de esclarecer o paradeiro dos desaparecidos uruguaios.[8] A criação foi uma solicitação da Familiares e Associações de Direitos Humanos ao presidente Jorge Batlle, o primeiro a recebê-los desde o retorno à democracia. Semelhante ao caso chileno, já foram comprovadas que várias informações prestadas por militares eram falsas.

Com relação ao Paraguai os debates não acompanharam o mesmo ritmo que os demais países. Somente em 02 de Julho de 2004, o governo criou a Comissão de Verdade e Justiça. O vazio existente até então foi preenchido pela investigação do *Comitê de Iglesias para Ayudas de Emergencia,* que centralizou e ordenou os dados sobre a violência da ditadura de Alfredo Stroessner. O saldo da investigação foi publicado no volume *Paraguay: nunca mais.*

Apesar de na maioria das vezes não resultarem em processos judiciais, as Comissões tem efeito pedagógico para as gerações futuras. Divulgam ao mundo as atrocidades ocorridas no país e neutralizam as versões que estavam cristalizadas pelas ditaduras ao tornarem visíveis socialmente, com respaldo e credibilidade, que os crimes existiram chocando-se com a negação e o silêncio. Além disso, apontam, ainda que nem sempre nominalmente, os responsáveis pelas violações, neutralizando o princípio da impunidade assegurado pelas anistias.[9]

As disputas em torno das leis de anistias não permitiram os militares envolvidos com a repressão saíssem do cenário político dos países do Cone Sul. Segundo Catela*, "a cada ano ainda, os militares são motivo de notícias por variadas razões: descoberta de arquivos, julgamentos internacionais, declarações polêmicas, reconversão de carreiras para o campo político, descoberta de contas bancárias com fundos suspeitos, tráfico de drogas etc."*[10]

Um dos pontos que até então vinha se constituindo numa observação de que várias das vítimas possuíam dupla nacionalidade ou eram estrangeiras levou a abertura de processos em instâncias internacionais, como Espanha, França, Itália, Suíça e Alemanha.

O primeiro processo internacional teve início nos tribunais italianos em janeiro de 1983, para que fossem localizados os cidadãos italianos desaparecidos. O processo não chegou a avançar por conta da chegada da democracia na Argentina, quando se acreditou que o próprio país julgaria seus pares. No entanto, a partir da decretação da Lei do Ponto Final e da Obediência Devida, os tribunais italianos retomaram a questão. Em 1995, os processos foram arquivados sendo apenas retomados após intensa campanha internacional em 1998. No processo italiano também estão incluídos militares brasileiros integrantes da cadeia de comando no sul do país, por conta dos seqüestros de Horácio Domingo Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas, já que ambos tinham a nacionalidade italiana.

Atualmente, o processo de maior destaque é o espanhol que tem a frente o juiz Baltasar Garzón. São dois procedimentos, um para a Argentina e outro para o Chile, mas em ambos os casos o ponto central da ação é a Operação Condor. Contudo, o processo espanhol possuí uma peculiaridade frente aos outros, pois além dos casos de dupla nacionalidade de algumas vítimas, a ação também é franqueada pela constituição da Espanha que assegura o direito de investigar qualquer crime de lesa humanidade no mundo. O caso espanhol ganhou notoriedade a partir da prisão do general Pinochet, em outubro de 1998, quando o ditador se encontrava em Londres para realizar exames médicos.

Nos tribunais nacionais, em função das leis de anistias, os juízes tiveram que buscar brechas legais para decretarem o fim da impunidade. Duas saídas foram encontradas. A primeira, é a própria Operação Condor, seus crimes não estavam previstos nas anistias e como em alguns casos os crimes ocorreram fora do país abriu-se um precedente judiciário. É o caso do chileno Manuel Contreras, condenado pela morte de Orlando Letelier. A segunda brecha encontrada foi a apuração da “apropriação” de crianças nascidas no cativeiro ou que estavam com seus pais no momento em que esses eram alvo da repressão.

Em 2003, todas as leis de anistias na Argentina foram revogadas e abriram espaço para mais uma batalha judicial em instâncias nacionais e internacionais, onde se exigem a extradição dos militares envolvidos com a repressão. O mesmo ocorreu no Chile com a suspensão da imunidade do general Pinochet, que atualmente alega problemas de saúde e apela para questão humanitária em função da idade avançada para não ser julgado. Sobre Pinochet também estão sendo apuradas denúncias de corrupção e desvio de dinheiro que teria levado ao enriquecimento a família Ugarte.

A importância dos processos sobre eventos traumáticos consistem no fato deles serem, ao mesmo tempo, a culminância de um trabalho de memória e o ponto de partida de um processo de superação.[11] Para Antoine Garapon, "hacer justicia es, como el verbo indica, la restitución al pasado de su verdad moral, es hacer posible la superación del pasado, desprender-se de los hechos del pasado para hacerles un lugar de la historia."

No entanto, diante da ausência ou revogação de penas impostas pelas Justiça, o "deixar para trás" tornar-se uma atitude difícil de ser implementada na grande maioria dos países do Cone Sul, especialmente naqueles onde o número de casos sem solução, como os desaparecimentos, seguem a formular perguntas que não são respondidas.

Desde o período ditatorial assistimos os embates entre militantes de direitos humanos e militares. Declarações fortes, disputas e perseguições foram a tônica desses embates. A postura dos grupos de direitos humanos passou por transformações ao longo do tempo. Segundo Vezzetti, primeiro veio a reclamação pela verdade. Qual foi o destino das vítimas ? Segundo, em função da redemocratização, a luta por justiça. Terceiro, o imperativo da memória, ou melhor, a luta contra formas históricas ou institucionais de esquecimento ou de falsificação do que ocorreu.[12]

Na verdade, para além da questão da impunidade, ainda permanece uma luta pela memória. Como afirma Jelin, "en cualquier momento y lugar es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado compartidas por toda una sociedad. Lo que hay es una lucha política, y no pocas veces esa luchas es concebida en términos de lucha contra el olvido."[13]

Batalha que se iniciou ainda nos períodos ditatoriais com as notícias impostas pelos militares, na educação escolar, na destruição de arquivos, nas mentiras quanto ao destino dos presos...

Para as organizações de direitos humanos o momento inicial também foi o mesmo. Constituídas em sua maioria por familiares buscaram escrever a história por outros caminhos. Denúncias internacionais, a construção da imagem dos filhos, a oposição à ditadura, a convivência com a esperança,o medo e, para os familiares de desaparecidos, a ausência de informações e de um costume antigo, chorar os seus mortos.

Fernández alerta para a extremamente complexa relação que se estabelece entre o esquecimento, o perdão e a reconciliação.[14] A anistia, palavra com a mesma raiz que amnésia, representa uma busca pelos três aspectos mencionados. No entanto, isso só é possível quando os grupos envolvidos estão dispostos a essa pacificação. Nas ditaduras latino-americanas isso ainda não foi possível. As memórias das vítimas surgem com uma dupla pretensão, a de dar a versão "verdadeira" da história e a partir da sua memória reclamar justiça. Memória, verdade e justiça parecem confundir-se e fundir-se, porque o sentido do passado sobre o que se está lutando é, em realidade, parte da demanda de justiça no presente.[15]

---

[1] Essa comunicação faz parte da minha tese de doutorado intitulada "A repressão sem fronteiras", defendida em maio de 2005, no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, sob o financiamento do CNPq.
[2] CATELA, Ludmila. "Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no Cone Sul". IN: D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). (2000). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.* Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 297
[3] RICOEUR, Paul. "El olvido en el horizonte de la prescripción" IN: BARRET-DUCROQ, Françoise (dir.). Por qué recordar ? Buenos Aires: Granica, 2002. p. 89.
[4] CUYA, Esteban. "Las comisiones de la verdad en América Latina". IN: www.derechos.org. Consultado em Julho de 1998. p. 3 e 4
[5] *idem*: p. 4
[6] MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. São Paulo: Boitempo, 1999
[7] SERPAJ. *Uruguay: nunca mais*. Montevideo: SERPAJ, 1989
[8] FUNES, Patricia. "Nunca más: memorias de las dictaduras en América Latina". IN: GROPPO, Bruno e FUNES, Patrícia (comps). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile e Urugua*y. La Plata: Ediciones al Marpeu, 2001. p43-61
[9] *idem*, p. 56
[10] CATELA, *op. cit*., p. 294
[11] GARAPON, Antoine. "La justicia y la inversión moral del tiempo". IN: BARRET-DUCROQ, Françoise (dir.). *op. cit*. p. 98
[12] VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente*. Buenos Aires: Siglo XXi, 2002. p 21-22
[13] JELIN, Elizabeth. "Memorias en conflicto". *Puentes* nº 1, Agosto de 2000. p. 6-13
[14] FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española*. Madrid: Alianza Editorial. 1996. p. 46
[15] JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. p. 43

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM UBERLÂNDIA: LIVROS ESCOLARES E FORMAÇÃO DA SOCIEDADE.

Sandra Cristina Fagundes de Lima* - UFU

I - Arantes dedicou seu trabalho produtivo à educação, sobretudo à educação escolar. Trabalhou tanto na esfera particular, onde atuou na alfabetização de crianças e adultos (foi professor e proprietário de escola, o *Colégio Amor às Letras*, no período de 1918 a 1933), quanto na pública municipal fiscalizando as escolas mantidas pela Prefeitura. Neste órgão, primeiro atuou como inspetor de ensino e depois como chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município de Uberlândia (1933-1959).

Concomitantemente a estas atividades, Arantes produziu uma literatura educacional voltada para o ensino primário, sendo que o primeiro livro editado foi a *Cartilha brasileira,* seguida de *Minha escola modelo.* Os dois outros restantes, *Meu aprendizado agrícola* e *Minha rica fazenda* permaneceram mimeografados, aguardando uma edição que não ocorreu.[1]

De uma forma geral, seus livros podem ser situados no movimento de nacionalização da literatura infantil gestado no Brasil a partir da última década do século XIX. No entanto, embora fosse enfatizada no país a necessidade de nacionalizar os livros infantis, começando pela defesa da importância de serem os seus autores brasileiros, como também se ressaltando a necessidade de eleger temas oriundos da temática nacional, Bastos salienta que no país essa literatura caracterizou-se no seu início pela importação de temáticas e também de livros europeus que eram adaptados à realidade brasileira, tendo como finalidade inculcar uma visão patriótica.[2] Foi somente após a terceira década do século XX que a literatura infantil começou a adquirir entre nós uma feição “brasileira”.[3]

Data também desse mesmo período o início de um processo de valorização dos textos infantis produzidos por autores nacionais. No prefácio que escreveu para o livro *Minha escola modelo*, Aimoré Dutra, inspetor técnico regional do ensino no estado de Minas Gerais, ressaltou a particularidade de a referida obra ter um caráter nacional, haja vista que

foi produzida por um autor brasileiro. No mesmo prefácio, o autor louvou o fato de o livro prestar um serviço à nação, uma vez que discutia temas que poderiam favorecer a unidade de seu povo.[4]

Os livros infantis produzidos desde então tinham em comum o fato de serem leituras de formação ou aprendizagem por meio das quais esperava-se poder atingir o leitor, moldando o seu caráter através da divulgação de valores patrióticos e da exaltação das virtudes advindas com o trabalho, com a convivência em família, com os relacionamentos estabelecidos na escola, igreja e demais instituições existentes na sociedade. [5]

II - As cartilhas de alfabetização começaram a ser produzidas no país na segunda metade do século XIX, no decorrer do processo de organização republicana do ensino. Os seus primeiros autores foram notadamente professores fluminenses e paulistas, que as elaboravam a partir de suas experiências didáticas. No entanto, essas cartilhas só se difundiram de forma mais acentuada nas primeiras décadas do século seguinte, quando uma confluência de fatores as tornou fundamentais no interior dos centros alfabetizadores. Esses fatores consubstanciaram-se de um lado no surgimento e difusão do mercado editorial brasileiro, que encontrou na escola o *locus* privilegiado de divulgação e também de consumo de seus produtos; de outro lado, no movimento desencadeado em prol da nacionalização do livro didático.[6] A relevância da literatura voltada para a educação ser dotada de um caráter nacional foi ressaltada pelo próprio Arantes na introdução de seu livro *Meu aprendizado agrícola*. Depois de traçar os objetivos de sua obra, o autor acrescenta o detalhe, bastante valorativo, de ter escrito um livro “genuinamente brasileiro.” [7]

A *Cartilha brasileira*, por exemplo, ao que indica uma carta recebida pelo seu autor, foi escrita no final da década de 1920.[8] No entanto, a sua primeira edição só saiu em 1936 e dois anos depois, em 1938, ele publicou a segunda edição. Este manual, conforme anunciado na página de rosto, destinava-se aqueles que preferiam alfabetizar empregando o método silábico.[9] O processo de silabação e soletração caracterizou os métodos de marcha sintética que predominaram nas primeiras cartilhas produzidas no país no século XIX.[10] Condizente com este método, a *Cartilha brasileira* iniciava as suas lições pela

apresentação das vogais maiúsculas e minúsculas, os ditongos, a formação de sílabas, a construção de palavras e, finalmente, a elaboração de frases simples, a princípio frases isoladas, depois reunidas. Intercaladas às noções de silabação, existia um segundo grupo de lições, denominadas "Palestras", que nada mais eram do que pontos temáticos que os professores deveriam discutir com os alunos, cujo objetivo seria introduzir noções básicas de anatomia humana; aritmética; higiene; informações sobre o funcionamento do calendário; e, por fim, explicação sobre as partes que compõem um livro, tais como capa, autor, páginas e título.

Embora o conteúdo normatizador, que em outras cartilhas era transmitido em lições cheias de regras de comportamento[11], não se constituísse no aspecto central da *Cartilha Brasileira*, ele também esteve presente em suas páginas, ainda que subsidiariamente. Diferentemente de outros manuais de alfabetização, o tom disciplinar desse livro não se consubstanciava na prescrição clara de normas que, por meio da apologia à obediência, visavam à instauração da ordem, mas, sim, nas discussões referentes a temas que incidiam sobre relacionamentos humanos.

Nesse sentido, a propósito de ensinar aos alunos a construção de sentenças mais longas, conta-se a história de uma ave, batizada de "Lulu", desde a sua formação no ovo até o seu triste fim na mesa para servir de refeição. A narrativa desenrola-se de forma linear e paradigmática, pois ao tratar da trajetória de uma ave do nascimento à morte, discute questões de ordem existencial, tais como o amor da mãe pelos filhos, o seu instinto de proteção, a ingratidão destes ao crescerem e abandonarem o lar, os reveses da velhice. Por fim, o mesmo ciclo repete-se com os filhotes de Lulu. Estes crescem, engordam, envelhecem, e acabam morrendo em alguma panela.[12]

Portanto ainda que não fosse de forma prioritária, à *Cartilha Brasileira* encontrava-se subjacente um conteúdo caracterizado pela apresentação de condutas normatizadoras e paradigmáticas; porém esta mensagem disciplinar não era emitida de forma direta, permanecia, ao contrário, subentendida nas entrelinhas.

O autor utilizou duas estratégias narrativas por meio das quais ele habilmente fez passar a sua mensagem, sem, no entanto, torná-la direta. Acreditamos que a primeira destas estratégias consistiu no fato de não propor afirmativamente padrões de comportamento. Dessa forma, o manual de alfabetização escrito por Arantes, ao contrário das demais cartilhas do período, não fornece exemplos tais como: deve-se fazer o bem, ou é preciso ajudar aos outros, servir à pátria etc. As prescrições de boa conduta fazem-se pelo aspecto negativo, ou seja, mostrando o amor e os cuidados da mãe com os filhos e a ingratidão daqueles ao crescerem e abandonarem o lar. Um outro aspecto da *Cartilha Brasileira* que comprova a nossa hipótese de que essa não apresentava claramente prescrições normatizadoras incide sobre o fato de ter empregado como personagem central uma ave. Dessa forma, os exemplos que fornece são transpostos do mundo dos homens para o reino dos animais e essa transposição feita por Arantes parece, pois, cumprir a função de escamotear a sua mensagem, tornando-a menos dogmática, sem, no entanto, suprimi-la.

Segundo Dietzsch, essa opção por adotar personagens extraídos do reino animal era um recurso freqüente nas cartilhas de alfabetização utilizadas no país e estava, por sua vez, intimamente imbricado à concepção normatizadora que perpassava muitos manuais utilizados nas escolas. O mundo que salta das suas páginas é rigorosamente cindido em dois universos, a saber, um lado bom, habitado por homens que se dedicavam à prática do bem, e outro lado ruim, cujas características de suas personagens eram a indolência, a subversão e a desordem de uma forma geral. A presença dos animais nesse universo maniqueísta possibilitaria aos autores atribuir-lhes ações “que podem ser levadas até as últimas conseqüências”.[13]

A referida cartilha também compartilhava com suas contemporâneas à adoção de uma relação discursiva assentada no monólogo e na impessoalidade (personagens descaracterizados, sem nomes próprios, passíveis de submissão e generalizações) e, por conseguinte, perpassava as suas lições uma perspectiva limitadora do real.[14] A personagem central é representada pela figura do professor, é ele quem conduz as lições de silabação e

as outras de conteúdo, denominadas *palestras*. Ele sempre se dirige aos possíveis alunos, que não são identificados, de forma direta: pergunta sobre o tema do ponto em questão e oferece respostas objetivas, sem margem para discussões.

Além desse aspecto, o referido manual priorizava nas discussões temas que pudessem ser aplicados no dia a dia dos alunos, facilitando-lhes o seu trabalho. Nesse sentido, em todas estas lições permanecem subjacentes conteúdos que tinham como finalidade orientar os alunos nas questões de ordem prática, fornecendo-lhes instrumentos para se situarem no cotidiano. A lição de n°. III, por exemplo, que trata de noções de quantidade é voltada para o interesse pragmático.[15]

A documentação consultada não traz informações a respeito do emprego dessa Cartilha na alfabetização dos alunos matriculados nas escolas e grupos instalados na cidade. Todavia a publicação da segunda edição dois anos após a primeira, assim como a autoridade de que gozava Arantes no meio educacional no período em que foram lançadas as suas duas edições (nessa época ele já havia tomado posse na Prefeitura Municipal como inspetor de ensino) levam a crer que o referido manual deve ter sido utilizado em Uberlândia para orientar o trabalho de alguns professores. Além disso, se Arantes seguiu os conselhos de um dos seus amigos, que após receber a Cartilha endereçou-lhe uma carta contendo um parecer repleto de elogios e sugerindo-lhe a divulgação do livro, ele provavelmente deve ter introduzido essa sua obra nos estabelecimentos de ensino primário espalhados pela cidade e sobretudo naqueles existentes na zona rural.[16]

III - No que se refere aos outros três livros escolares que ele escreveu, não encontramos nenhum dado que nos possibilitasse asseverar o seu emprego pelas escolas locais, ainda que o primeiro deles, *Minha escola modelo*, tenha sido publicado em 1938 (os dois restantes ficaram apenas datilografados e diagramados para impressão).

De qualquer forma, seus conteúdos demonstram, como já analisado na *Cartilha brasileira*, as preocupações de Arantes com a formação dos alunos para além da mera aquisição de conteúdos formais, como o aprendizado da língua pátria e da Aritmética. Além disso, denotam o cuidado de contextualizar o programa de ensino ministrado nas escolas

rurais segundo a realidade dos alunos matriculados nesses estabelecimentos, conforme ressalta Dutra no prefácio que redigiu para *Minha escola modelo*.[17]

O terceiro livro, *Minha rica fazenda*, embora sem edição, foi analisado por um amigo de Arantes que ressaltou o fato de ser a população estudantil da zona rural o público alvo da referida obra. Na carta que este amigo endereçou ao autor, ele demonstrou as vantagens do livro em questão, atendo-se ao aspecto de ele cumprir o objetivo de atender às necessidades da escola rural dotando-a de uma literatura específica que contemplava o cotidiano do homem do campo, suas formas de trabalho e suas preocupações, constituindo-se por isso numa "... síntese do que pode ser conseguido numa fazenda".[18]

Ambos os documentos ressaltam a particularidade de serem os três livros voltados para o ensino primário nas escolas rurais e, com efeito, pela análise do conteúdo de seus capítulos é possível verificar essa particularidade subjacente à obra. No entanto, ela se restringe aos dois últimos livros, uma vez que o conteúdo do primeiro é genérico e não exclusivamente voltado para atender às necessidades específicas dos habitantes do campo.

Os temas destinados mais especificamente ao aluno que habitava o meio rural só começam a aparecer no livro *Meu aprendizado agrícola* e ainda assim a partir da 14ª lição. Os conteúdos incidem sobre algumas formas de trabalho agrícola como, por exemplo, avicultura, horticultura sericultura e pomar. No entanto, nesse livro o olhar sobre a vida no campo ainda é direcionado pela cidade, pois o aprendizado agrícola abordado é feito por personagem urbana, cujo contato com a realidade existente na fazenda se dá por meio de seu ingresso em um colégio agrícola.

A questão do meio rural será abordada de forma mais consistente somente no terceiro livro, *Minha rica fazenda*. Ou seja, a partir desse livro o olhar não parte mais da cidade, mas desloca-se desta em direção à vida agrária. Aí são apresentadas as mais diversas características do cotidiano rural: o comportamento de seus habitantes; os trabalhos executados na lavoura, com a criação de animais; os serviços domésticos realizados no interior da casa; as formas de lazer das crianças e os perigos existentes, tais como, o contato com animais silvestres e as moléstias.

Subjaz a todas as histórias um caráter educativo, sobretudo voltado para o mundo do trabalho, visando contribuir para o desenvolvimento da economia rural. O objetivo era, nesse sentido, preparar o aluno para as atividades agrícolas, que, se bem orientadas, segundo permanece implícito nas obras, poderiam constituir-se em prosperidade dos negócios e, por conseguinte, fonte de enriquecimento. O autor assim anuncia os seus propósitos, que não pareciam nada modestos: "...Contribuir com o nosso obscuro trabalho para o progresso da agricultura".[19]

Aliado a esse aspecto educativo de cunho mais pragmático, subjaz aos ensinamentos veiculados por essa literatura um caráter disciplinador tendo em vista preparar o aluno para uma vida social ordeira, laboriosa e próspera. Na apresentação que redigiu para o terceiro livro, *Minha rica fazenda*, Arantes evidenciou os fins moralizantes que visava atingir com a sua obra:

> No segundo livro de leitura, foi o nosso tema uma organização de trabalho agrícola numa escola de aprendizado, aliando, na descrição da história, o *cooperativismo*, a *moral*, o *ensino positivo* e os *sentimentos de amor paternal*. No presente volume, o terceiro da série, tratamos da formação da personalidade do aluno - tão necessário se nos afigurou o tema - com dados incontestáveis para uma *vida próspera* e verdadeiramente feliz, em todas as fases do período que se descreveu o tema escolhido.[20] (Grifos nossos)

A conjugação de objetivos pragmáticos com lições de comportamento, perpassados por um caráter normatizador, será, com efeito, o fio condutor de todas as narrativas que compõem a literatura educacional escrita por Arantes. Desde o primeiro livro, passando pelo segundo e culminando no terceiro, esse aspecto será marcante, haja vista que no primeiro livro o autor elege como personagem central uma aluna exemplar, comportada, estudiosa e obediente; a escola onde ela estuda é representada como sendo o templo da disciplina. No segundo livro, ao tema da disciplina, soma-se o do altruísmo, uma vez que a criança que dará início ao seu aprendizado agrícola é representada por um filho adotivo de um lar formado por um casal abnegado novamente; a escola agrícola é apresentada como uma instituição em conflitos, com finalidade apenas educativa. E no último livro completa-se a conjugação, pois a questão da disciplina aliada à prosperidade constitui-se na temática.

Devem-se compreender as questões que permeiam esses livros de Arantes, remetendo-as também ao contexto no qual ele produziu a sua literatura. Vivia-se, naquele período, de um lado a crítica à escola tradicional e a divulgação das propostas de reformulação daquela escola pelos educadores ligados ao movimento da Escola Nova e, de outro lado, assistia-se à elaboração e divulgação do ideário estadonovista que, em educação, significou, além da ofensiva dirigida aos "reformadores". [21] preparar o homem para "construir a nação" ou para "formar o cidadão do Estado Novo".[22] Nessa perspectiva, conferia-se grande ênfase à disciplina, inspirada inclusive no regulamento militar, assim como a vários métodos que viabilizassem o ajustamento do aluno à sociedade. Nessa ótica, valorizava-se também a transmissão de habilidades com o fim de preparar o aluno para o trabalho, daí a centralidade ocupada pelas questões relativas à orientação educacional e vocacional.[23]

---

* Doutora em História pela UNICAMP e professora da Universidade Federal de Uberlândia/MG

1 ARANTES, Jeronimo. *Cartilha brasileira*. Uberlândia: Jornal de Uberlândia, 1936. / ARANTES, J. *Minha escola modelo*. Uberlândia: Livraria Kosmos, 1938a. /ARANTES, J. *Meu Aprendizado agrícola*. Uberlândia, s.d. (Datilografado)./ ARANTES, J. *Minha rica fazenda*. Uberlândia, 1939. (Datilografado).

2 BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação do caráter nacional: leituras de formação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 12, n. 33, jan./jun. 1998, p. 34.

3 LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira*: história & histórias. São Paulo: Ática, 1984, p. 47.

4 DUTRA, Aimoré. À maneira de prefácio. In: ARANTES, Jerônimo. *Minha escola modelo*. Uberlândia: Livraria Kosmos, 1938, p. 4.

5 BASTOS, 1998, p. 33.

6 MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Cartilha de alfabetização e cultura escola*r: um pacto secular. Cadernos Cedes, São Paulo, n. 52, nov. 2000, p. 42.

7 ARANTES, s.d., p. 2.

8 ARAÚJO, Aristides P. de. [*carta*]. Monte Alegre, 16.07.1929. Carta ao professor Jerônimo Arantes elogiando a Cartilha Brasileira. Acervo Delvar Arantes.

9 ARANTES, Jeronymo. *Cartilha brasileira*. 2 ed. Uberlândia: Jornal de Uberlândia, 1938a. 55 p.

10 MORTATTI, 2000, p. 42-43.

11 MORTATTI, 2000, p. 50.

12 ARANTES, Jerônimo. Cartilha brasileira. Uberlândia: Livraria Kosmos, 1938b, p. 49.

13 DIETZSCH, Mary J. *Cartilhas*: um mundo de personagens sem texto e sem história. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 75, p. 41, nov. 1990.

14 DIETZSCH, 1990, p. 41.

15 ARANTES, 1936, p. 22.

16 ARAÚJO, 1929.

17 DUTRA, 1938, p. 3-4.

18 ARANTES, Eugênio Pimentel. [*carta*]. Uberlândia, 15.06.1940. Carta ao professor Jerônimo Arantes elogiando o livro Minha rica fazenda. Acervo Delvar Arantes.

19 ARANTES, 1939, p. 3.

20 ARANTES, 1939, p. 3.

21 NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema*: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 112-13.

22 HORTA, José S. B. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, Ângela de C. (Org.). *Capanema*: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 149.

23 GANDINI, Raquel. *Intelectuais, estado e educação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1952. Campinas: UNICAMP, 1995, p. 73.

Abaixo as "mães desnaturadas": estratégias da imprensa rio-grandense na construção do aborto provocado como uma prática nociva à sociedade

SANDRA DA SILVA CARELI[1]- FPA

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX ao final da década de dez do século XX, a vida pública era concebida, pelos articulistas de diferentes linhas editoriais, como moralmente inferior à vivida na família. O espaço privado era percebido como o espaço de experimentação de sensações e de relações humanas que não poderiam ser praticadas ou sentidas em qualquer outro cenário. A indulgência para com determinados atos, como os oriundos de violação moral, só poderia ocorrer no espaço público, nunca na família, concepção esta em sintonia com preceitos em circulação na época, tanto no Brasil quanto na Europa.[2]

A família idealizada por estes 'homens de jornal' [3] baseava-se em uma perspectiva tradicional, onde ao homem era delegado o dever da geração dos meios de sustento e do zelo pela honra do núcleo de pessoas sob sua tutela, destas tarefas decorrendo a necessária autoridade deste sobre os demais membros.[4] Tal estrutura social seria forjada pelo casamento, que recebia por parte dos cronistas os atributos de "base fundamental da sociedade", e de "princípio primordial da moralidade dos povos", expressões que eram invariavelmente acompanhadas de conselhos e orientações para a sua realização. Se por um lado havia reconhecimento social quanto à necessidade do mesmo como regulador do comportamento sexual, por outro ele não era uma prática social cotidiana.

Atitudes e comportamentos referentes à sexualidade e uniões fora da instituição do matrimônio eram consideradas inadequadas e vistas pelos cronistas como delitos e transgressões. Embora conhecidas e numericamente mais usuais, as práticas dos grupos sociais não abastados não gozavam de legitimidade, o que se pode verificar na recorrente ausência nas páginas jornalísticas da divulgação das dimensões que a vida material e cultural das camadas populares ensejavam. Nesta perspectiva, as idealizações da

maternidade[5] e do aborto se tornavam, nas mãos dos articulistas, objetos privilegiados na visualização destas questões e na construção de prescrições sociais que os mesmos esperavam que fossem seguidas.

O DISCURSO DA VIRTUDE: A IDEALIZAÇÃO DOS ARTICULISTAS

A maternidade idealizada pelos cronistas comportava uma argumentação que envolvia múltiplas dimensões - a religiosa, a biológica e a social - dela decorrendo uma série de comportamentos. Pode-se visualizar nas matérias jornalísticas que era cobrado das mães que cuidassem diretamente de seus filhos, independentemente de sua condição social, apresentando atributos idealizados à condição materna: a abnegação, o sacrifício e o amor incondicional.[6]

Se a percepção dos articulistas com relação à maternidade era concebida alheia à percepção de variações de classe e de etnia, seria plausível esperar-se que, em se tratando das transgressões a estas idealizações, as falas também fossem elaboradas na mesma perspectiva homogeinizadora, conservadora e elitista.

A realidade presente nas matérias jornalísticas, contudo, conduzem a uma duplicidade discursiva. Por um lado pode-se perceber tanto nos jornais quanto nos depoimentos presentes nos processos criminais, em tese, uma fala condenatória às mulheres que, desrespeitando a sua natureza e o seu papel de mães, livravam-se de seus filhos.[7]

Contudo, a mesma parcela elitista da sociedade que condenava o abandono e o aborto da prole e que estipulava a procriação aos limites do matrimônio, condenando as mulheres sós que transgrediam essa premissa e engravidavam, era a mesma sociedade que veladamente não punia as mulheres desonradas[8] que impossibilitadas de recuperarem suas honras sozinhas, livravam-se das crianças que comprovavam sua desonra perante a opinião pública.

Esta aceitação velada por parte dos cronistas pode ser visualizada nas estratégias de apresentação do delito nas páginas dos periódicos. Comparando-se o volume de casos obtidos por meio de processos-crime e os verificados nas matérias jornalísticas, é relevante a desproporcional recorrência na imprensa escrita de textos alusivos a abortos.

Os momentos em que o delito era enfaticamente e majoritariamente abordado eram nas situações nas quais os fetos eram encontrados em condições desumanas de acondicionamento - em cubos, em poços de esgoto, boiando em rios e riachos, em sarjetas, em terrenos baldios, embrulhados em papéis, estraçalhados por animais.[9] A descrição destas situações, ocorridas em âmbito local e estadual, também encontravam amparo no noticiário nacional e internacional veiculado pelos mesmos periódicos.[10] O recurso a descrições destas cenas eram claras estratégias dos cronistas na sensibilização da opinião pública para com uma prática historicamente constituída na sociedade brasileira desde o período colonial[11], ainda que não reconhecida como legitima.

Note-se que nas situações que envolviam o relato local e na maior parte do estadual, o caso era majoritariamente noticiado sem identificação de autores e circunstâncias envolvidas. Os achados eram narrados, as providências policiais sinalizadas, mas a identidade das autoras/mães e seus motivos não eram revelados. Ao mesmo tempo em que adjetivos qualificavam a mãe do feto de forma pejorativa, era subliminarmente apresentada ao leitor a dificuldade de identificar a autoria do crime – embora a utilização de procedimentos legais adequados e as dimensões diminutas de muitas localidades onde os fatos ocorriam, concorressem para uma suposta elucidação dos casos. A possibilidade de impunidade do crime era transmitida, ao mesmo tempo que, a desumanidade envolvida no ato.

Uma segunda estratégia, numericamente menos presente, estava associada aos casos onde a autoria era denunciada. Esta consistia em narrar o caso em vários dias, sendo que a cada dia os adjetivos pejorativos eram amenizados até que por fim procedia-se o deslocamento do crime para outra tipificação de natureza similar, neste caso noticiava-se que o crime de infanticídio não teria ocorrido, quando em verdade, o crime em questão era o de aborto.[12]

Neste aspecto vários elementos colaboravam para criar junto à opinião pública uma inconclusiva percepção com relação aos fatos: o número de gestações que na época não chegavam a termo visto as condições sanitárias existentes; a dificuldade de mensurar a

existência de um aborto provocado ao invés de um espontâneo[13]; o usual acondicionamento irregular das crianças que pereciam ainda que um crime não estivesse envolvido; a majoritária preocupação dos articulistas com os casos de infanticídio e a freqüente manipulação que os articulistas operavam em torno da criminalização de transgressões sociais, ao invés de apenas fazê-las com relação aos delitos criminais propriamente ditos.

Pôde-se perceber que, apesar de muitas das transgressões não se constituírem em atos sujeitos à punição pelos códigos penais em vigor em cada época, os cronistas ao redigirem suas impressões atribuíam às transgressões o status de delito. Essa estratégia facilitava a evocação de vítimas e culpados, da mesma forma que permitia mobilizar os leitores em prol de medidas saneadoras de caráter moral. Nesse sentido, para os cronistas, crime eram todas as circunstâncias que gerassem a perda de virtude de um indivíduo. O crime era avaliado por critérios morais e não jurídicos, o que explica a freqüente divergência entre a abordagem de um mesmo ato pela instância legal[14] e a realizada pela imprensa escrita.

Esta mesma perspectiva é elucidativa para o fato de que majoritariamente uma explicação seja oferecida aos leitores para as ações destas mulheres que cometiam intencionalmente um aborto: a questão da virtude e a necessidade de livrar-se do "fruto pecaminoso".[15] Neste modelo criava-se um estereótipo da mulher-criminosa: seria ela de classe popular, solteira e desonrada. Estas construções embaçam o olhar sobre as estratégias, os significados e as motivações vigentes entre as diferentes classes sociais, visto que as matérias não reconheciam a democratização na sociedade gaúcha de tal prática.

Os casos que se tornavam processos-crime, contudo nos remetem a outras dimensões da vida de mulheres casadas ou abastadas. Nos processos criminais e por vezes nos próprios noticiários presentes na imprensa escrita, percebe-se a utilização pelas mulheres do discurso socialmente esperado e absolvidor da fragilização feminina pela perda da condição de honra. No entanto esta estratégia somente será bem sucedida em algumas situações.

Com relação à prostituta, a maternidade era freqüentemente apresentada pelos cronistas e pelos representantes da justiça num tom condenatório. Um dos problemas percebidos por estes, dizia respeito às influências perniciosas que circulariam no lar materno caso a mãe não possuísse local apropriado para deixar os filhos. Os maus exemplos de devassidão que chocavam os cronistas faziam-nos convocarem pelas páginas dos periódicos o Juiz de Órfãos para que interferisse garantindo que as crianças fossem afastadas das mães e depositadas sob a tutela de "pessoas íntegras" que auxiliassem na correção de comportamentos oriundos da contaminação da perversão da genitora.[16] Outro comportamento da prostituta/mãe condenado pelos cronistas era a prática de colaborarem e de administrarem os lucros provenientes da prostituição de suas próprias filhas. Contudo se a meretriz abandonasse seus filhos, também mereceria a condenação dos cronistas. Desta forma, os cronistas apontavam para as contradições e inadequações em relação ao perfil esperado de uma mãe e o de uma prostituta o que pode ser relacionado ao fato de nenhum caso de aborto entre prostitutas ter sido noticiado nos jornais da época.

O incesto era outra das transgressões sociais lesivas à prole e à sociedade que freqüentemente eram divulgadas na imprensa ou tornavam-se objeto de discussão em processos no judiciário. Na maioria dos casos noticiados ou objeto de processo, o pai configurava como autor do ato incestuoso contra sua prole feminina.[17] Apesar de em reiteradas vezes ser reivindicado à mulher a tutela masculina, é interessante perceber-se que os cronistas estimulavam a desobediência e a autonomia feminina se o homem a que ela estivesse submetido não apresentasse uma conduta virtuosa adequada ao papel de progenitor. Isso significa dizer que a resistência feminina era aceita e estimulada, se garantisse o cumprimento das diretrizes virtuosas convencionadas pelas camadas abastadas. Um aspecto bem destacado nas crônicas era a violência empregada no incesto. Destacava-se a idade reduzida das mulheres envolvidas, as ameaças sofridas pelas vítimas, os abortos e os infanticídios perpetrados junto aos frutos desse delito[18], a agressividade do autor agravada pela ação da bebida e a manutenção das agressões sexuais mesmo durante adiantado estado de gravidez das vítimas.[19] Um aborto nestas circunstâncias, quando

narrado, era mais um elemento a constituir a fragilização feminina e sua absolvição, do que uma prática condenatória.

Uma terceira estratégia consistia na denúncia dos cúmplices neste delito. É nesta situação que a ação das parteiras, médicos e curandeiros ganhava destaque sendo suas ações pejorativamente apresentadas. O noticiário enfocava diferentes elementos caracterizadores da ação criminosa de provocação de aborto por estes profissionais: as práticas e instrumentos utilizados, a narração dos homicídios envolvendo mulheres em diferentes épocas de gestação[20] e o número de atendimentos de curetagem e intervenções cirúrgicas de emergência feitos mensalmente na Santa Casa para tentar reverter ações maus sucedidas que resultavam em danos a diferentes órgãos.[21]

Há que se salientar que a denúncia a estes "profissionais" acirra-se nas décadas de vinte e trinta quando as ações corporativas de médicos no Rio Grande do Sul incrementam-se, momento no qual a disputa de legitimidade entre parteiras e médicos, iniciada final do século XIX, ganha centralidade.[22]

Contraditoriamente, a seção publicitária, onde supostos médicos redigiam suas crônicas recomendando dados medicamentos, a veiculação de determinados produtos que combatiam várias doenças femininas e facilitavam o retorno do "incomodo" mensal eram usuais. Entre estes medicamentos eram anunciados o "Elixir Japecanga", a "Uterina" e o "Regulador Gesteira".[23]

Se a honra pode ser definida pelo valor de uma pessoa a seus próprios olhos e perante a sociedade na qual se insere, demonstrando o nexo existente entre os ideais de uma sociedade e a reprodução desses pelo indivíduo, a mesma só se concretiza mediante o reconhecimento público desta condição. O impacto dessa condenação social varia segundo o gênero, etnia e classe na qual se insere o indivíduo ou grupo social, configurando diferenciadas tramas contextuais.

Nesta perspectiva, os periódicos gaúchos convocavam os leitores, por meio de suas páginas, a avaliar as situações que envolviam a negação da maternidade entre outros meios, através do aborto. Pode-se notar que apesar das redes de solidariedade, presentes e

estudadas em diferentes trabalhos acadêmicos, os noticiários revelavam um grande número de ações cotidianas no sentido de denunciar a possibilidade de existência de crimes de aborto e ocultamento do cadáver destas crianças. [24] Apesar dos vários aspectos extremamente ambíguos das estratégias presentes nos periódicos ao trabalhar esta temática, é perceptível seu êxito enquanto mobilizador da população e permeador de práticas, inclusive as de ocultamento.

Contudo, esta ação social não se colocava na prática de forma uniforme, nem os periódicos podem ser considerados os únicos espaços de mobilização desta opinião pública.[25] Para Pitt-Rivers os grupos sociais possuem uma honra coletiva da qual participam seus membros. Apesar das vidas dos indivíduos estarem circunscritas por uma comunidade, que é uma unidade territorial, as sanções do povo se farão sentir de forma diferenciada aos indivíduos, conforme sua posição social. [26] Nessa instância é que se deve buscar a explicação para os diferentes valores que são atribuídos aos homens e mulheres e suas formas de concretização.

NOTAS

[1] Mestre em História pela UFRGS. Professora das Faculdades Porto-alegrenses (FAPA). E-mail: careli@orion.ufrgs.br

[2] SENNET, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 35 e 39.

[3] RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993, p. 18-19, salienta que em relação aos cronistas, redatores ou articulistas dos periódicos em circulação, convém chamá-los de jornalistas com ressalvas: "De fato, esses homens, como seu próprio tempo, não tinham um conceito preciso de jornalismo, restringiam sua atividade à direção dos periódicos, confundiam as práticas editoriais com prestação de serviços gráficos e assim reduziam o periodismo à transmissão de conteúdos com os quais propriamente não tinham preocupação".

[4] Ao homem, socialmente, era delegada a capacidade e o direito de zelar pela sua honra e pela dos a ele dependentes ou associados, particularmente suas mulheres (esposa, filhas, mãe, enteadas...). Contudo, a falta de honra na ação de uma delas, repercutiria na honra masculina, desqualificando-a.

[5] MOREIRA, Sandra Careli. A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social. In: *MÉTIS*: história & cultura / Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, v. 1, nº. 2, jul./dez. 2002, 2003, p. 285-303

[6] Defendem essa idéia as seguintes crônicas: AS MÃES. Mercantil. Porto Alegre 07/02/1878, p. 1 - MCSHJC.; A FAMÍLIA. Mercantil. Porto Alegre 13/11/1886, p. 1 - MCSHJC; DO PAPEL SOCIAL DA MULHER. Mercantil. Porto Alegre 10/09/1895, p.1 - MCSJHC e LISBOA, Anna do Amaral. A Mãe de Família. Almanaque Literário e Estatístico do RS. Rio Grande, 1896, p. 145-146 – BP.

[7] O preconceito relativo às camadas populares intensificava-se nas crônicas se a mulher em questão fosse também negra. Os textos jornalísticos acusavam a ama negra de realizar um "crime escravo" que lesava a sociedade da época. Refiro-me às crianças enjeitadas depositadas ou não na roda de expostos. Por vezes, os articulistas denunciavam as mulheres e escravas que, uma vez tendo dado à luz a seus filhos, deles se livravam ou deles eram livradas pelo seu senhor - podendo contar em ambos os casos com o eventual auxílio de parteiras - para poderem ganhar a vida como amas-de-leite. Nessas situações, havia um questionamento em torno da situação e do futuro desse enjeitado privado das atenções e carinhos que teria direito natural por parte de sua mãe, não sendo extraordinária a identificação das amas-de-leite como mercenárias. A este respeito ver: AS MÃES, op. cit.; A MULHER PERANTE O SÉCULO EM QUE VIVEMOS. Mercantil. Porto Alegre 22/04/1880. p. 1 - MCSJHC e AS AMAS DE LEITE. Mercantil. Porto Alegre 07/12/1883. p. 1-2 – MCSJHC.

[8] Principal atributo da mulher, a virtude era concebida pelos homens de jornal da época como essencial para o equilíbrio e o desenvolvimento social. A virtude feminina residia na existência do recato e do pudor, constituindo-se ambos em elementos fundamentais para o cumprimento da missão que fora investida por Deus, pela natureza e pela sociedade: a maternidade. Nessa situação, a sexualidade feminina era reconhecida por sua função social essencial - a reprodução -, devendo ficar contida nos limites do casamento. A fixação de papéis à mulher visava deslegitimar o controle por parte desta sobre a sua sexualidade e reprodução, o que pode ser comprovado pelo controle masculino na identificação da honra com a virgindade antes do casamento e com a fidelidade após as núpcias. Para PITT-RIVERS, Julian. Honor y categoria social. In: PERISTIANY, J. G. *El concepto del honor en la sociedad mediterránea*. Barcelona: Labor, 1968, p. 42, tanto a honra quanto a vergonha são elementos constitutivos da virtude feminina. Embora a virtude possa apresentar-se em alguns casos de forma comum a homens e mulheres, a conduta que estabelece a boa reputação depende de outros fatores como: classe, época, sexo e categoria da pessoa a que se está referindo. Nos jornais de época, pode-se perceber que a virtude, no que se refere à mulher solteira envolvia a exigência de múltiplos atributos que deveriam estar presentes na fala, na aparência e nas ações cotidianas tanto no trato com membros de seu próprio sexo quanto na relação com os homens. Disso depreende-se que a virtude como padrão na sociedade da época não se detinha somente em aspectos ligados à moral sexual propriamente dita, mas também em pressupostos comportamentos e papéis, que passaram a ser constituídos como elementos dessa categoria, o mesmo podendo ser afirmado quanto à moral das mulheres casadas.

[9] Como exemplo desta estratégia pode-se ver: ARAÚJO, José Maria de. Parte oficial: Secretaria de Polícia. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 21/02/1883, p. 1 – MCSHJC; DOIS FETOS. Echo do Povo. Porto Alegre, 11/05/1911, p. 5 – MCSHJC; FETO ENCONTRADO. Correio do Povo. Porto Alegre, 29/08/1911, p. 4 - MCSHJC; UM FETO. O Diário. Porto Alegre, 30/03/1913, p. 4 – MCSHJC e EXAME DE UM FETO. Gazeta do Povo. Porto Alegre, 20/02/1915, p. 2 – MCSHJC.

[10] OS CRIMES DE LISBOA. A Ordem. Jaguarão 13/11/1886, p. 1 – MCSHJC

[11] A este respeito ver: DEL PRIORI, Mary Lucy Murroy. A árvore e o fruto: um breve ensaio histórico sobre o aborto. In: *BIOÉTICA.* Revista publicada pelo Conselho Federal de Medicina. Simpósio: Aborto, vol. 2, n.º 1, 1994. Disponível em: http://www.cfm.org.br/revista/bio1v2/arvore.html. Acesso em: 14/12/2003.

[12] INFANTICÍDIO? Correio do Povo. Porto Alegre, 09/02/1913, p. 4 – MCSHJC.

[13] Sobre este aspecto é particularmente importante registrar que a medicina legal e a medicina ginecológica e obstétrica neste momento lutavam para construir sua legitimidade e seus saberes referentes ao corpo feminino. Estes processos foram abordados nos trabalhos de ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral*: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Editora da UNESP, 1999 e MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher*: visões do corpo feminino na construção da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

[14] Ver: PÊSSOA, V. M. Paula. *Código do processo criminal de primeira instância do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria A. A. de Cruz Coutinho, 1882.

[15] O noticiário internacional e nacional por vezes sinalizam para outras dimensões envolvidas na configuração dos abortos: controle de natalidade, infidelidade conjugal, doenças... São exemplos desta situação: OS CRIMES DE LISBOA, op. cit.; DR. ABEL PARENTE. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 12/12/1900, p.1 - MCSHJC.

[16] PELA HONRA DE UMA CRIANÇA. Gazetinha. POA 07/06/1898, p. 1 - AHPA. FONSECA, Cláudia. *A circulação de crianças em grupos populares de Porto Alegre no início do século*: um exame de processos jurídicos de apreensão de menores (1900-1926). Trabalho apresentado no X Encontro Anual da ANPOCS, Campos do Jordão, 1986, p. 11-12, afirma que a prostituição das mães era um dos principais motivos a atestar o perigo moral à criança, levando as autoridades competentes a confiscar a prole do convívio materno sob a alegação de serem àquelas mães relapsas.

[17] Segundo SAFFIOTI, Heleieth I. B.. *Circuito fechado*: abuso sexual incestuoso. 1991. Trabalho apresentado ao XV Encontro Anual da ANPOCS/GT Relações de Gênero, Caxambú, Out./1991, p.26, 28 e 78, a grande parte das vítimas em casos de incesto são mulheres, sendo os homens seus principais violadores. Outro aspecto interessante apontado pela autora é que em geral são as mulheres que tornam os casos de conhecimento público, sendo essas, em sua grande maioria, as vítimas do abuso sexual incestuoso.

[18] CRIME MISTERIOSO. Gazeta do Comércio. Porto Alegre, 12/08/1908, p. 2 – MCSHJC.

[19] MONSTRUOSIDADE. Gazetinha. POA 07/10/1897. p. 2 - MCSHJC; BARBARISMO, Gazetinha. POA 17/10/1897. p.1 - MCSHJC; A IMORALIDADE, op. cit. e INCESTO. Mercantil. POA 06/12/1897. p.2 - MCSHJC.

[20] CRIME REVOLTANTE. Gazeta do Comércio. Porto Alegre, 02/12/1908, p. 2 – MCSJHC; IMPERÍCIA DA PARTEIRA? Correio do Povo. Porto Alegre, 25/05/1912, p. 4 – MCSJHC; MORTE DE UMA PARTURIENTE. Gazeta do Povo. Porto Alegre, 24/05/1919, p. 1 – MCSHJC.

[21] A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA II. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 18/07/1900, p. 1 – MCSHJC.

[22] JE PROUVE. Gazetinha. Porto Alegre, 03/01/1899, p. 2 – MCSHJC.

[23] ABORTO CRIMINOSO. Gazetinha. Porto Alegre, 06/09/1899, p. 1 – MCSHJC; A MEDICINA SIMPLIFICADA DE SOUZA SOARES. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 08/11/1904, p. 3 – MCSHJC e DOIS MILAGRES! Correio do Povo. Porto Alegre, 06/03/1918, p. 2 – MCSHJC.

[24] INFANTICÍDIO. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 17/04/1905, p. 1 – MCSHJC; ABORTO. Correio do Povo. Porto Alegre, 23/02/1915, p. 5 – MCSHJC.

[25] A posição da Igreja Católica perante a maternidade e o aborto, que permeava diferentes discursos presentes na sociedade, inclusive matérias jornalísticas, é exemplificadora desta premissa. Um exemplo pode ser apreendido na matéria: PINHEIRO, Monsenhor Vicente Ferreira da Costa. Questão do casamento de José Luiz da Costa. A Reforma. Porto Alegre, 05/04/1882, p. 2-3 – MCSHJC.

[26] PITT-RIVERS, 1968, p. 22-60

O USO DE DOCUMENTOS DIVERSIFICADOS NAS SÉRIES INICIAIS PARA RECRIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS PRÉVIOS

Sandra do Rocio Cordeiro de Lima

O trabalho apresentado é o relato de uma prática pedagógica desenvolvida nas aulas de História, com alunos da 1ª série do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Maria Aparecida Saliba Torres, no município de Araucária – Paraná, no ano de 2004.

A professora Maria Auxiliadora Schmidt, da Universidade Federal do Paraná, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação mantém um projeto de ensino, extensão e pesquisa para professores da rede pública que tem como objetivo incentivar a utilização de documentos históricos em sala de aula e "o desenvolvimento profissional do professor como investigador de sua própria prática pedagógica" (SCHMIDT e GARCIA, 2000, p. 230)[1]. Participando, pela primeira vez, do grupo fui orientada a buscar metodologias que visassem a investigação histórica tanto para mim, quanto para os alunos.

Durante os encontros com o grupo, além da questão do uso de documentos históricos, muito se debateu a respeito dos conhecimentos prévios dos alunos e das articulações que eram feitas (ou não) entre eles e os conteúdos escolares pelos professores e alunos. Sendo assim, busquei em Aisenberg o apoio para o desenvolvimento dos trabalhos "Para lograr una articulación es preciso que en el proceso de planificación y conducción de la enseñanza tengamos muy claro, en primer lugar, qué es lo que queremos ensenar y para qué. Y en segundo lugar que planteemos el desafío del cómo.". (1994, p. 154)[2]

Sendo o conteúdo para aquele momento o Trabalho Infantil iniciei as aulas questionando os alunos qual era o conceito que tinham sobre trabalho, os que responderam procuraram exemplificar com funções exercidas por parentes e conhecidos (doméstica, caminhoneiro, motorista, pedreiro...), negaram trabalhar e disseram não conhecer crianças que trabalhassem.

A negação inicial dos alunos à existência do Trabalho Infantil me surpreendeu, pois trabalhando há alguns anos na comunidade na qual a escola está inserida, pude perceber que os irmãos mais velhos costumam tomar conta dos mais jovens e de suas casas, enquanto os pais e outros responsáveis trabalham ou procuram emprego. Também muitos jovens costumam ser contratados para serviços domésticos ou mesmo como auxiliares em construções civis e no comércio local.

Mesmo assim, conforme planejado, li e procurei explicar para os alunos o seguinte texto:[3]

Revolução industrial na Inglaterra

A invenção de teares e máquinas de fiar, movidos a vapor, na segunda metade do século XVIII, proporcionou condições para a concentração de operários em grandes edifícios onde trabalhavam em longas horas em péssimas condições higiênicas.

A aglomeração de trabalho nas novas cidades industriais, sem melhoramentos sanitários, ocasionou epidemias terríveis. O Parlamento Britânico ordenou investigações sobre a situação do operariado, das quais resultaram relatórios como dos *Comissários de Trabalho Infantil*, em 1833 (...).

Condições de trabalho no Relatório dos Comissários do Trabalho Infantil

O presente inquérito reuniu, também, uma grande quantidades de provas sobre os diversos aspectos das condições das fábricas, que exercem importante influência na saúde dos trabalhadores, adultos e crianças. Nas fábricas antigas e pequenas o relato uniforme é: suja; mal ventilada; mal drenada; sem banheiros ou vestiários; sem exaustores para a poeira; maquinaria solta; passagens muito estreitas; alguns tetos são tão baixos que se torna difícil ficar em pé no centro da sala.

Disto resulta:

- que as crianças empregadas em todos os ramos de manufatura do Reino trabalham o mesmo número de horas que os adultos;
- que os efeitos de trabalho tão prolongados são: a deterioração permanente da constituição física; a aquisição de doenças incuráveis; a exclusão (por excesso de fadiga) dos meios de obtenção de educação adequada;
- que, na idade em que as crianças sofrem prejuízos com o trabalho, elas ainda não são emancipadas, sendo alugadas e seus salários recebidos pelos pais ou responsáveis.

No decorrer e após a leitura do texto os alunos demonstraram espanto e descrença, negando firmemente acreditar que uma criança pudesse trabalhar nas condições relatadas. Entretanto, ao serem orientados para os trabalhos de registro, manifestaram o conhecimento que negavam, desenharam e escreveram (com poucas palavras) crianças em situações de trabalho: algumas recolhendo papéis, plásticos e latas para vender, outras fazendo serviços domésticos em suas próprias casas ou auxiliando os pais em seus trabalhos, uma vendendo sorvete e uma ilustrou o estudo como forma de trabalho.

Buscando demonstrar que o Trabalho Infantil é uma realidade próxima aos alunos, utilizei, em um segundo momento, a música *Pivete* de Chico Buarque – principalmente os primeiros versos que relatam os trabalhos realizados próximos a semáforos – e, uma parte do grupo recordou já ter visto crianças exercendo funções parecidas às da música. Ao serem questionados quais seriam os motivos pelos quais essas crianças trabalham, responderam: “Porque elas são pobres.”. Resumindo a questão do Trabalho Infantil a falta de condições econômicas para a sobrevivência.

Negaram ter assistido alguma reportagem sobre o assunto, o que pode ser explicado tanto pelo fato de dormirem cedo, uma vez que estudam pela manhã, quanto pelos fatos que alguns pertencem a religiões que não aprovam a televisão e outros a família não ter o hábito de assistir noticiários.

Diante da situação, elaborei para os pais e responsáveis um questionário, buscando saber o que pensavam a respeito do Trabalho Infantil. Recebi dezessete dos vinte e cinco questionários enviados, sendo que quatorze foram respondidos por mulheres (mães e avós) e três por homens (pais).

Em relação ao questionário, apresentarei alguns dos resultados que considerei importantes.

Quando era criança você trabalhava? Quais os trabalhos que fazia?

NÃO TRABALHAVA	AGRICULTURA	SERVIÇOS EM CASA	OUTROS
02	08	04	03

Quais os trabalhos que uma criança deve ajudar a fazer?

SERVIÇOS EM CASA	ESTUDAR	HORTA	NENHUM
13	02	01	01

Qual a sua opinião sobre o trabalho infantil?

CONTRA QUALQUER TIPO DE TRABALHO	FAVORÁVEIS	ALGUMAS VEZES JULGA NECESSÁRIO
12	04	01

Após a análise dos questionário, junto com a classe, fiquei com o questionamento de que a as contradições apresentadas pelos alunos durante a investigação, talvez não fossem resultado somente do fato de não saberem, ainda, relacionar a realidade na qual estão incluídos com o conteúdo que estava sendo trabalhado, mas, sim, por influência dos pais que muitas vezes não percebem a ação exploratória do Trabalho Infantil.

Sentindo, então, necessidade de aprofundar a investigação, uma vez que "Nuestra tarea es precisamente intentar disminuir al máximo sus distorsiones, para lograr una comprensión lo más objetiva posible.", (AISENBERG, 1994, p. 149) [4] busquei imagens na internet que mostrassem crianças em situações de trabalho.

Ao utilizar a primeira transparência, questionei o que aquelas crianças estariam fazendo em cima de um caminhão, cercadas por caixas de tomates. Recebi como resposta que elas estavam brincando e, provavelmente, brincando de esconder. Conversei com eles, dizendo tratar-se de uma fotografia de crianças que trabalhavam tanto na colheita, quanto no processo de encaixotar os tomates e que as outras transparências também trariam imagens de crianças trabalhando.

Durante a amostra das outras transparências, limitei-me a relatar qual era o trabalho realizado e a idade das crianças envolvidas. Muito senti falta de uma filmadora para registrar o silêncio, a atenção e mesmo o espanto que os alunos demostraram. Ao final, busquei saber o que sentiram ao ver as imagens. Um deles chegou a dizer: "Fiquei com medo de ter de trabalhar assim!" e um outro aluno contou-me depois que tinha ido para casa

triste por ver aquelas imagens. Porém, interessante foi o fato de que vários disseram não acreditar que aquilo pudesse ser verdade e que nenhuma criança trabalharia daquela forma.

Percebendo a resistência dos alunos em acreditarem em uma realidade diferente daquela a qual estavam habituados busquei no livro *Serafina e a criança que trabalha*[5] um novo documento para apoiar as aulas. Lendo os relatos e mostrando a eles as fotos pude notar que os alunos passaram a perceber a seriedade da exploração do Trabalho Infantil.

Decidi, para finalizar, introduzir a questão dos direitos das crianças lendo com os alunos O*s Princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Depois de lidos os direitos, um a um fomos verificando quais deles eram cumpridos em nosso município e quais cada um dos alunos considerava como sendo o mais importante.

Para avaliar os alunos no decorrer das aulas, eles foram orientados a registrarem com desenhos e escrita as suas impressões, crenças e reflexões e para concluir os trabalhos foram organizados grupos que confeccionaram cartazes a respeito dos direitos das crianças e elaboraram ilustrações com frases objetivando fazer uma campanha contrária ao Trabalho Infantil.

O objetivo de socializar minha experiência foi o de mostrar que o uso de documentos diversificados, certamente, diminui as dificuldades para se ensinar conteúdos necessários e que não são objetivos para os alunos. Porém, é a opção por incluir as idéias expressas pelos alunos das séries iniciais no planejamento e desenvolvimento da metodologia do trabalho que permite tornar mais fácil conhecer as distorções a que eles estão expostos e que muitas vezes dificultam a compreensão e o aprendizado.

---

[1] SHIMIDT, M. A.; GARCIA, T. B. *O trabalho histórico na sala de aula*. In. História e Ensino, Londrina: Ed. UEL v. 9. Out. 2003

[2] AISENBERG, B. *Para que y como trabajar en el aula com los conocimientos previos de los alumnos: un aporte de la psicologia genetica a la didáctica de estudios sociales para la escuela primaria*. In: ALDEROQUI, S. e AISENBERG, B. (org.) Didáctica de lãs Ciências Sociales. Aporte e Reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994

[3] O Relatório, feito em 1832, foi publicado nos Parliamentary Papers (Documentos Parlamentares Ingleses) de 1833, v.20. transcrito de São Paulo, 1979, p. 88

[4] AISENBERG, B. *Para que y como trabajar en el aula com los conocimientos previos de los alumnos: un aporte de la psicologia genetica a la didáctica de estudios sociales para la escuela primaria*. In: ALDEROQUI, S. e AISENBERG, B. (org.) Didáctica de lãs Ciências Sociales. Aporte e Reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994

[5] AZEVEDO, J. ; HUZAK, I. *Serafina e a criança que trabalha*. 12ª edição. São Paulo: Ática, 1996

Patrimônio, memória e modernidade: representações sociais sobre o patrimônio cultural em São Francisco do Sul – SC.*

Sandra P.L. de Camargo Guedes**
Eleide Abril G. Findlay***

Localizada na ilha com o mesmo nome, às margens da baía da Babitonga, no nordeste do Estado de Santa Catarina, a cidade de São Francisco do Sul tem seu centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional –IPHAN- desde 1987 e possui uma vasta cultura imaterial atribuída aos açorianos que compuseram grande parte de sua população. Percebe-se uma permanência, até os dias atuais, de traços bastante fortes daquela cultura, principalmente da crença em bruxas, lobisomens, boitatás e assombrações. Não se tratam, contudo, apenas de reproduções de lendas ou mitos passados de gerações a gerações, mas de relatos de vivências dos próprios interlocutores com personagens desse chamado patrimônio imaterial. Essas vivências, no entanto, estão presentes nas falas das pessoas mais idosas daquelas localidades e eles mesmos confessam que hoje em dia não se vêm mais tais seres. Quais as representações que essa sociedade faz atualmente sobre essa parte de seu patrimônio cultural, ou seja, sobre os mitos e lendas, é o problema central deste trabalho.

Concordando com Moscovici, Jovchelovitch, Chartier, Pesavento, Cardoso[1] e tantos outros, diferentes representações sobre o mesmo campo do real são formadas por diferentes grupos sociais que possuem afinidades entre si e essas representações transformam-se, freqüentemente, em ações. Levando-se, ainda, em consideração o fato de que as Representações são sociais e criadas e disseminadas, principalmente pela mídia, mas também

* Projeto financiado pelo FAP/UNIVILLE e pelo CNPq.
* * Profa. Dra. dos departamentos de história e medicina da UNIVILLE. Coordenadora do projeto.
** *Profa. Msc. dos departamentos de história, ciências econômicas e ciências contábeis da UNIVILLE.

por experiências pessoais e sociais que são divulgadas através de conversas que perpassam diferentes grupos, diversos estudiosos têm insistido na necessidade da "triangulação metodológica" nesse tipo de pesquisa, ou seja, na combinação de técnicas múltiplas, ou de múltiplos pesquisadores com o objetivo de aumentar o grau de confiabilidade das interpretações[2]. Assim, essa pesquisa foi buscar inicialmente na mídia impressa e na documentação escrita existente as representações e suas modificações através dos tempos, sobre aquele patrimônio. Posteriormente, essa documentação foi comparada às diversas fontes orais que construímos, ou seja, entrevistas individuais, entrevistas grupais e aplicação de formulários, que mostraram a realidade do tempo presente relacionada ao tema.

A presença daqueles que, para facilitar nossa explanação, chamaremos de "seres", na vida dos francisquenses é bastante antiga, tendo vindo, provavelmente com os primeiros colonizadores já no século XVII. Contudo, não são exclusividades dessa região. Lobisomens, boitatás, bruxas e assombrações são encontrados em várias outras partes do país, com pequenas variações regionais, fazendo parte daquele que foi, por muito tempo, chamado de folclore brasileiro e que hoje, procurando uma conceituação mais ampla é inserido no conceito de cultura imaterial.

Apesar das tentativas dos intelectuais de retirarem dos mitos e lendas da cultura brasileira o estigma de serem sinônimo de crendices oriundas de populações atrasadas e ignorantes, inserindo a cultura imaterial na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro, percebe-se que, mesmo assim, eles ainda estão ligados àquela concepção e fadados, portanto, ao esquecimento.

A inserção dos mitos e lendas no rol dos sinônimos de atraso fez parte dos discursos de modernidade implementados no Brasil, principalmente a partir do início do século XX quando, além das modificações estruturais das cidades que procuravam substituir o passado por construções mais arejadas e amplas, procurava-se também modificar as práticas

sociais consideradas ultrapassadas. O discurso científico toma conta dos jornais, mostrando que somente através da ciência[3] seria possível alcançar a modernidade e que, portanto, todos aqueles que ainda usassem explicações não científicas para os fenômenos naturais, deveriam ser ignorados e, se possível, eliminados da nova realidade modernizadora[4].

Já na década de 1920 os "mais ilustrados" consideravam as crendices populares como fruto da ignorância, do atraso e procuravam explicá-las através da razão, mostrando-os como fruto de "peças" pregadas pela escuridão e pela natureza, cujos ventos, ruídos e vários tipos de sons e objetos, faziam os "nativos" darem corda à imaginação.

> A "Coroa Grande" [extenso banco de areia de São Francisco do Sul] à noite segundo a ingênua e grotesca teratologia dos naturais, é povoada de monstros horripilantes e malfazejos que passam o dia escondidos nos meandros pantográficos da embocadura do "Monte de Trigo", ou no recesso dos pantanais ribeirinhos.[...]
> Então, batendo o queixo, no terror doentio do homem supersticioso, procura esconder-se no fundo da canoa, franzido de pavor, na antevisão desoladora de espectros macabros de "mulas sem cabeça", de "boitatás", de "lobisomens", a cujos malefícios atribui àquela súbita mutação do cenário circunvolvente. [...][5]

O articulista relaciona as visões dos caboclos à superstição e que elas eram, na verdade, produzidas pela própria natureza. Acrescenta, ainda, que aqueles seres eram vistos pelo caboclo ou "natural", pessoas "ingênuas", doentes de tão supersticiosos, já denotando um certo preconceito por aquele grupo social.

Em outro artigo, no mesmo jornal e do mesmo autor, o homem supersticioso é apresentado como, além de ignorante, descrente a Deus. "A superstição foi trazida ao Homem pela fantasia alucinadora do Satanás, digno fruto da árvore que o produziu". Mostrava que a religião era "o símbolo do futuro" e que acreditar naquelas superstições significava optar por satã. Acabava seu artigo apelando para que as pessoas fizessem suas escolhas, "no foro íntimo de suas consciências"[6] ou seja, se iriam continuar do lado de satã ou do lado de Deus. Com certeza esse tipo de discurso deve ter sido bastante eficiente, pelo menos para aquela parcela da população letrada e que tinha acesso aos jornais. Em uma cidade onde a maior

parte da população era constituída por católicos, identificar a crença naqueles seres como tendo parte com o demônio era um elemento a mais que se juntava ao do atraso e da ignorância.

Percebemos que os entrevistados que possuem um status social mais elevado, nunca viram esses "seres" e também os relacionam ao atraso. Da mesma forma, notamos que, as pessoas mais jovens, quando abordadas através de entrevistas semi-estruturadas dizem não acreditar "em nada disso", que são coisas que fazem parte das "histórias" que os antigos contam, que são "lendas", denotando um certo preconceito e, ao mesmo tempo, receio de serem surpreendidas por acreditarem em algo que as identificaria como "ignorantes". Porém, mesmo dizendo que não acreditam, que isso é imaginação "do povo", quando questionados se alguma vez tiveram oportunidade de encontrar com algum daqueles seres, dizem que não, mas acrescentam - "e nem quero!", evidenciando que não há uma certeza de que eles não existam.

Sônia Maluf também percebeu esse tipo de rejeição dos mais novos com relação às bruxas de Florianópolis. Para ela a cultura popular passou a ser considerada sinal de atraso, por isso as pessoas mais "modernas" não querem ser identificadas a traços da cultura popular. Existe um medo de serem classificados como crédulos ou ingênuos.

> Quer dizer, a rejeição dos valores e das vivências dos mais velhos é um dos canais por onde os jovens constroem sua identidade que, neste momento, passa pela absorção de uma cultura urbana e "moderna" exterior à comunidade. Atribuir o conhecimento de crença e histórias de bruxaria aos mais velhos é uma forma de não se comprometer com essa cultura local "tradicional" e, de alguma forma, marcar sua diferença com ela.[7]

Já as pessoas mais velhas, quando em entrevistas orais não estruturadas, soltam-se mais e contam muitas de suas vivências com lobisomens, bruxas ou assombrações. Sobre o lobisomem, figura mais citada nas nossas entrevistas, percebe-se que as descrições feitas são muito parecidas com as de outras partes do país e descritas nos tratados de folclore brasileiro. Essas descrições respaldam as falas de alguns de nossos entrevistados, como a do senhor Zózimo,

> então a gente não sabia se era uma visagem ou era o lobisomem. O lobisomem existe, existe o lobisomem. Agora não aparece tanto porque [...] cachorro está comum, mas existe o lobisomem. Existia, e existe!. *[ênfase]* Como existe o lobisomem, existe a bruxa, sabe? [...]então a gente, naquela época, todo mundo sabia e até às vezes sabia quem era o lobisomem. A pessoa ia treinando, [...] e sabia quem era, só que a gente não podia falar, porque as pessoas que sabiam se falassem que você é lobisomem no meio de uma comunidade, eles davam um jeito na pessoa. Então a gente tinha medo, a gente via e ficava quieto, não vi nada, mas existia. Uma vez, vou contar uma coisa para você, eu morava lá naquela casa da praia [...] e eu vim quando foi umas onze horas, do André, aquela época eu gostava de sair de noite, quando eu vinha vindo aquele cachorro jogou-se em cima de mim, me jogou na água, aquele cachorro e era um lobisomem.[...] Não mordeu porque eu corri para a água, mas era desse tamanho assim. Naquela época existia, agora a gente não vê, porque agora é comum se encontrar uma pessoa e não saber quem é.[8]

Senhor Zózimo dizia que era uma questão de "treino" saber identificar o lobisomem, ou seja, observar as ações dos vizinhos, dos conhecidos e relacioná-las com os acontecimentos noturnos e as reações nos dias seguintes às "aparições" do lobisomem. Porém, a descoberta só servia para que tomasse cuidado, pois "era perigoso" identificar o lobisomem, já que ele poderia se vingar daquele que o identificasse. A fala do senhor Zózimo denota, ainda, a atribuição ao crescimento da cidade o fato de atualmente não se ver mais o lobisomem, pois anteriormente, como se conhecia todos, inclusive os cachorros da região, sabia-se exatamente quem não pertencia ao local, o que hoje é impossível, já que "é comum se encontrar uma pessoa e não saber quem é".

A relação da bebida com as visões de diferentes seres noturnos é percebida na análise dos discursos. Em certa parte de sua entrevista o senhor Zózimo confessa que era alcoólatra "[...]eu bebia e também gostava de encrencar com os outros, [...] 'eu não vou beber mais, [...]' - e já fazem vinte e sete anos que eu não bebo. [mas] eu nunca pude deixar de beber porque, para mim, aquilo era uma grande vantagem beber para sair fazendo festa.[9] Analisando-se o discurso presente nessas e outras experiências que tivemos a oportunidade de registrar, percebem-se algumas coincidências que são freqüentes nos relatos e também nas descrições encontradas na literatura correspondente a outras regiões do país, ou seja, o lobisomem: é um homem transformado em um cachorro alto e grande; tem um urro bastante

forte; desconfia-se quem seja, mas temem identificá-lo temendo represálias; é relacionado a passeios noturnos masculinos e geralmente envolvendo álcool; na maioria das vezes aparece lutando com cachorros e aparece em locais de vegetação alta ou algo que encubra a visibilidade total. A partir dessas constatações, podemos inferir algumas hipóteses para o aparecimento do lobisomem e algumas assombrações ou visagens. A noite sempre teve uma estreita ligação simbólica com o medo, com a presença da morte e de aparições terríveis. A maioria dos monstros, assombrações, bruxas e outros seres "anormais" têm suas presenças registradas durante a noite[10].

Nesse sentido, na maioria das vezes, o lobisomem, boitatá e assombrações eram vistos por homens, pois somente a eles era permitido sair a noite, o que não era comum às mulheres. Já as bruxas têm uma característica diferente, pois, por serem mulheres e atacarem, preferencialmente os recém-nascidos, tinham contato com as mães.

Os discursos analisados nos fazem perceber que as pessoas que viam aqueles seres reconhecem que eles desapareceram com o crescimento das cidades e o aparecimento de pessoas diferentes ao meio. Todos eram conhecidos. Assim, quando viam alguma coisa diferente, quer fosse gente ou animal, concluíam ser assombração ou lobisomem. Depois que a cidade cresceu, a identificação tornou-se mais difícil, existem muitos estranhos, por isso aqueles seres vistos antigamente não o são mais. Ampliou-se o nível de desconhecimento, a cidade ficou diferente, não é mais a mesma, não é só dos pescadores e, os outros, aqueles que vieram de fora, como não tiveram a mesma vivência dos nativos, não acreditam naqueles seres.

> É, assombração. Diziam que era um caboclo que levava uma fulana para lá e para assustar o povo que era pobre, bobo, ele fazia uma caveira de mamão.. ele assustava todo mundo ali, para não interferir no caso dele. Sempre essas histórias de lobisomem, bruxa, é invencionice, coisa inventada pelo povo mais antigo, hoje não tem mais isso, [...] ninguém mais aceita, antigamente todo muito era muito medroso, todo mundo vivia na escuridão, tudo no escuro, qualquer coisa assustava.[11]

O crescimento das cidades, com muitas casas e, principalmente a ampliação dos locais com luz elétrica, ao mesmo tempo em que trouxe pessoas estranhas àqueles ambientes, diminuiu os espaços escuros que propiciavam o aparecimento de seres sobrenaturais. A luz elétrica e a extinção das matas nativas afastaram os "monstros" do passado, mas trouxeram novos medos às populações das cidades estudadas, ou seja, o medo do estranho, do novo, daquele que destrói a natureza, que polui os mares e acaba com a vegetação, como mostra o senhor Toríbio

> [...]Bom, toda cidade que a gente nasce a gente gosta, não é? Pra mim [São Francisco do Sul] é a melhor cidade do mundo, para mim morar. Agora, está ficando ruim, por que veio o progresso e o progresso está nos atrapalhando. Eu não sou contra o progresso, mas eu quero dizer que São Francisco sempre foi um paraíso, pra quem está aposentado, pra quem trabalha como operário. Eu saía dum banco contando dinheiro na mão não tinha problema, se eu saísse assim hoje não é... [...] Essa [empresa] ela trouxe o progresso, mas além de nos prejudicar no futuro, a nossa fauna, a nossa flora, nosso rio, vai nos prejudicar. [...], mas tudo isso vai poluir, e a fauna também. Tem esse problema e o bojo do progresso, vem muito ladrão ai, ta enchendo de gente, tudo quanto é tipo de gente, ta enchendo de gente.. de gente que eu nunca vi..[...] A gente não conhece mais ninguém, no meu tempo eu sabia quem era. O fulano mora em tal lugar, agora não se sabe mais.[12]

A modificação da paisagem urbana da cidade de São Francisco do Sul, se deu muito recentemente. Apesar da luz elétrica ser um fenômeno do início do século XX, ela abrangeu apenas o centro da cidade enquanto a maioria da população, principalmente dos bairros, ficou sem luz até aproximadamente o final da década de 1960 quando houve uma ampliação nas redes de energia em todo o estado de Santa Catarina.

Foi junto com a luz e aumento da infraestrutura urbana que a cidade começou a receber um número maior de migrantes, atraídos, na maior parte dos casos, por uma melhor qualidade de vida junto a uma paisagem natural bastante agradável, além da compra de casas para veraneio e da instalação de algumas empresas que propiciaram empregos na região. Esse crescimento que, ao mesmo tempo trás o "progresso", a "modernidade", trás também novos medos que, talvez, num futuro próximo, sejam também parte de nossa cultura imaterial.

No entanto, o que pudemos perceber é que as representações construídas sobre parte da cultura imaterial da cidade em estudo, que a identifica com o atraso, a ignorância, estão levando a ações ligadas ao esquecimento e não à preservação como sugere a Constituição Federal.

---

[1] MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais.** Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais na esfera pública.** A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000 e CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.) **Representações.** Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000

[2] SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A., JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações sociais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.138

[3] Fiz uma discussão mais ampla desse assunto em GUEDES, S.P.L.C. **Instituição e sociedade**. A trajetória do HMSJ de Joinville 1852-1952. Joinville: Movimento &Arte, 1996.

[4] Sobre os conceitos de modernidade e modernização ver.FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo:Ática, 1994. E também CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas.** São Paulo: EDUSP, 2000.

[5] THIAGO, Arnaldo S. Pescadores da Babitonga. Bom fruto de árvore boa. Um pescador germano-carijó. **Razão.** São Francisco do Sul. 15 de dezembro de 1928. p.1

[6] THIAGO Arnaldo S. Superstição e Religiosidade. **Razão.** São Francisco do Sul. 13 de outubro de 1928. p.2.

[7] MALUF, Sônia. **Encontros noturnos.** Bruxas e bruxarias na Lagoa da conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.90-1

[8] ROSÁRIO, Z.N. do. **Zózimo Neres do Rosário.** Depoimento [jun.2003]. Entrevistador: A D. Bello. Itapoá - SC, 2003. 1 fita cassete (60 min.) estéreo. Entrevista concedida ao projeto Racismo em São Francisco do Sul –SC.

[9] Id.Ibid

[10] MALUF, Sônia. **Op.cit.** p. 97.

[11] OLIVEIRA, Toríbio de. **Toríbio de Oliveira:** depoimento [set.2003]. Entrevistador: Sandra P. L. de Camargo Guedes. São Francisco do Sul-SC, 2003. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Representações sociais sobre o Patrimônio Histórico e pré-colonial da Baia da Babitonga

[12] Id. Ibid

CULTURAS JOVENS URBANAS – A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS VISTA POR ARTISTAS DA DÉCADA DE 90

Sandra Makowiecky

A representação da cidade pelos artistas plásticos como uma categoria de análise do fenômeno urbano caracteriza o enfoque principal. A abordagem cultural proposta na leitura da obra de arte segue em uma perspectiva que considera as obras artísticas como mediadoras de significados sobre o tempo e o espaço nos quais surgem. A análise se fará a partir de obras de artistas plásticas realizadas nos anos 90 na cidade de Florianópolis, tendo a cidade direta ou indiretamente como temática. Podemos perceber nas artes plásticas, um conjunto de conceitos que estabelece relações com sentimentos comuns às culturas jovens urbanas: a memória como um movimento de resistência contra a apatia e a amnésia geradas por panorama de excessos, estabelecido pela cultura da mídia eletrônica e cibernética; as implicações das questões do corpo, simulacro das descobertas da ciência, da solidão que assola a vida urbana; a violência e a vida nas cidades em que figuram imagens solitárias e amedrontadas, muitas vezes procurando sentido num emaranhado de sentimentos de tédio e impotência, insegurança, abandono, deslocamento. A geração 90 se engaja em tentativas de restabelecer na arte um sentido, uma mensagem, uma conexão com o observador para nele incitar algum tipo de postura diante do mundo e da vida.

Os enfoques analíticos do problema desta pesquisa são vários. O primeiro diz respeito ao fato de que o domínio comum de conhecimentos e de sentimentos sobre a cidade, formam uma opinião mutável; em segundo, temos que toda imagem é polissêmica, em terceiro, cabe ressaltar que a utilização da imagem é algo recente como objeto de pesquisa; em quarto, as possíveis formas de ler a imagem visual (artística) são muitas e por fim, o conceito de representação possui muitas acepções. Existe a consciência do aspecto hoje mais interessante da problemática das representações: o fato de que, conforme seja a perspectiva assumida pelo historiador, o conceito de 'representação' significará coisas totalmente opostas e mutuamente excludentes.

Ao tratar da iconografia urbana e sua variação de sentido: a cidade como obra de arte; a cidade como panorama e a cidade como espetáculo, retirada das análises de Christine Boyer (1994)[1] e das relações estabelecidas entre as representações artísticas de Florianópolis com fenômenos artísticos nacionais e mundiais, se percebe como nossa produção artística pode ser comparada com outras. Acredita-se que as imagens trazidas pelas artes plásticas podem nos remeter a outro tempo e assim, o espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se um dos suportes da memória social da cidade.

Uma reflexão iniciada pelos gregos permitiu descobrir o que une, embora em sua diversidade, imagem, nome e mito: o fato de estarem situados para além do verdadeiro e do falso. É uma característica que a nossa cultura estendeu à arte em geral. Mas as ficções artísticas, assim como as ficções jurídicas, falam da realidade (GINSBURG, 2001, p.13)[2].

Existe um critério em arte, que de acordo com Alain Finkielkrant (apud Andrade Filho, 2001, p. 39)[3] pode ser chamado de "verticalidade", que em outras palavras significa categoria do valor, da relevância, da qualificação que por certo nos ajuda a decidir sobre a pertinência das realizações culturais como se apresentam no tempo e no lugar. A verticalidade poderá balizar nosso apego e nosso apreço pelas manifestações culturais singularmente consideradas, alinhadas, combinadas ou não com questões contemporâneas em arte.

O que disso se quer dizer é que Florianópolis constitui-se em foro, se não privilegiado, pelo menos consistente desse debate que tanto diz respeito aos nossos dias. Ver a cidade, observar a cidade e interpretar os seus sentidos constituem os três momentos da leitura. Desse modo, a leitura é atividade empírica distante de qualquer plano normativo ou, metodologicamente, prescritivo, e suas categorias referem-se a uma estratégia de legibilidade da experiência cotidiana; epistemologicamente, associação e percepção de ampla expressão semiótica, porque apreensíveis por signos que representam e mediatizam os processos de leitura e permitem conhecê-los na sua mutabilidade e indeterminação. Em conseqüência, a leitura é a montagem de fragmentos relacionados, lembrados. Requer uma

inteligibilidade do seu processo de sugestões e, para tanto, é necessário travestir o ver em observar, como diz Lucrécia D'Alessio Ferrara (2000)[4]

A escala de valores que fundamenta o imaginário urbano é particular e se constrói nos meandros do indivíduo, no emaranhado dos seus sentimentos, memórias, experiências e informações urbanas; é tênue, instável e, sobretudo, contínuo e indeterminado; por isso não se constrói fisicamente, mas é, apenas, indiretamente sugerido. Essas sugestões, esses discursos não verbais com características metafóricas assinalam o caráter de representação, ou seja, salientam realçam a dimensão sígnica de mediação pela qual a cidade se faz conhecida.

Do final do século XIX em diante a cidade se torna cada vez mais complexa, ao mesmo tempo em que se acentua seu caráter de um sistema de representações. Christine Boyer (1994), em um denso e belíssimo livro chamado *The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*, descreve uma série de modelos visuais e mentais pelos qual o ambiente urbano foi identificado, figurado e planejado. Segundo ela, podem ser distinguidos três "mapas" principais: a cidade como obra de arte, característico da cidade tradicional; a cidade como panorama, característico da cidade moderna; e a cidade como espetáculo, característico da cidade contemporânea.

Na terceira convenção, Christine Boyer (1994) expõe a cidade do espetáculo (a convenção estética da cidade no período de tempo contemporâneo, em que a tela do cinema ou da televisão passa pela sociedade contemporânea através de uma imagem decomposta). Boyer diz que pelos anos de 1980, a transformação do mundo material por bandas invisíveis de comunicação eletrônica circundando o globo, por ambientes visuais estimulados por computador, e por espetáculos de imagens teatralizadas parecia por extensão ter decomposto os pedaços e peças da cidade em uma forma efêmera. Espaços urbanos coerentes, mesmo aqueles modernos conjuntos esculturais de sólidos e vazios são tidos como construções históricas em um tempo em que Los Angeles é celebrada como o protótipo do lugar contemporâneo.

Mas temos também Nova Iorque e Chicago-, na qual o hoje já é a imagem do futuro. Cidade da multidão, da vida coletiva, da velocidade, das multidões, das comunicações rápidas, das novas experiências psicológicas e perceptivas, Nova Iorque desperta a fantasia dos técnicos e dos intelectuais do começo do século, que detectam em seu verticalismo e na organicidade de seu tecido urbano as respostas necessárias à configuração do novo ambiente de vida. A cidade moderna é transformação radical de pensamento e comportamento, espaço moldado pelo artifício e pela simultaneidade, fuga consciente da dimensão natural e exaltação de uma construção em constante devir, simbolizada na imagem do canteiro de obras, central em vários manifestos e em vários quadros do começo dos anos 10.

É claro que o modelo representacional para esse novo urbanismo de movimento perpétuo no qual imagens fátuas e cenas maravilhosas deslizam lado a lado em justaposições paradoxais e alusões magnéticas é o cinema e a televisão, com suas tomadas em movimento, montagens, aproximações, câmeras lentas, sua experiência explorada de choque e as colisões do seu efeito de montagem. Essa cidade contemporânea é puro espetáculo, escolhendo um olhar programado e projetado. Pois essa é a reação contra a ordem: quebrar a unidade dominante que prevaleceu por tantos anos na cidade como panorama. As rupturas utópicas do planejamento urbano racional, a chatice de suas formas puras cristalinas, produziram no seu despertar a cidade do espetáculo, uma cidade na qual as apropriações de estilos históricos e alusões cenográficas re-encenadas agora se tornam nós em conexão dentro de uma composição urbana rasgada por vias de alta velocidade e circuitos eletrônicos invisíveis. Ambientes simulados, o avanço de meios projetados posou e ensaiou teatralmente composições, os anúncios iluminados e cartazes magnetizantes tremulam a frente de nossos olhos com uma disposição visual pura. Através de simulações nós manipulamos espaço e tempo, viajando nostalgicamente para trás através de reconstruções históricas, projetando nossa visão para frente em aventuras de viagens futurísticas.

A cidade do espetáculo passa a ser a cidade reduzida ao puro jogo de imagens e desenvolveu laços íntimos com a lógica do consumismo e a venda de estilos de vida de lazer. O espetáculo é, apesar de tudo, sempre um espetáculo. Em tais horas e em tais lugares, o espectador espera ver um festival de luzes, demonstrações lúdicas e ornamentações exuberantes no palco e no meio da platéia.

As novas tecnologias de produção cultural e consumo saturaram a cidade do espetáculo com uma gama de imagens. A diversão em excesso da cidade do espetáculo causa amnésia histórica e reconciliações falsas. Não permite perspectivas críticas fundadas em valores formados fora do mercado, além do alcance da imagem, em oposição à estetização da vida cotidiana.

A cidade do espetáculo, Florianópolis e seus artistas.

Fabiana Wielewicki e Lela Martorano são artistas que lidam com uma gama imensa de imagens e utilizam recursos da tecnologia em seus trabalhos. Igualmente, mantém uma atitude de distância da cidade. Neles, a cidade continua sendo um ‘ espetáculo’, isto é, um objeto firmemente mantido a distância do espectador. Nas duas e em especial, nas obras de Lela Martorano, parcelas fragmentadas do espaço da cidade como elementos autônomos não dizem nada sobre a cidade como um todo. Na cidade destas duas artistas, parece não haver centro, nenhum sujeito responsável pela sua organização, nenhuma força motriz atrás de sua fragmentação aceita; percebemos também seqüência díspar de lugares cujo decoro e composição intencionalmente aludem a lugares diferentes e outros tempos, cuja montagem complexa negligencia qualquer ordem racional. Vemos a visibilidade de suas obras encobrindo a aparência de uma imagem fragmentada e danificada da cidade como um todo. Realidade e referências de representação equivalentes em reflexões infinitamente espelhadas, em um agrupamento contemporâneo de formas eletrônicas imateriais, disposições seriais de representações e mensagens. Vemos em suas obras, certas curvas, caminhos e malhas oblíquas que territorializam, dimensionam e ocupam alguns centros urbanos, entre eles, Florianópolis, que agora nada mais é do que mais uma aldeia global.

Neste final de milênio a compreensão espaço – temporal e as estratégias globalizantes através da informatização e uso de tecnologia de ponta nos leva a tratar do espaço como meras áreas de passagem e de traslados – rápidos, impessoais, definidos por Marc Augé como Não-Lugares: "o espaço do não-lugar não cria identidade singular nem relação, mas solidão" (1994, p.95)[5]. São espaços eximidos de todo caráter comunitário, social, histórico. Espaços desterritorializados, atemporais.

Todo o processo de criação das obras e suas exposições são assumidos pelas artistas, no sentido de constituí-la realmente como um significativo acontecimento cultural. Elas alimentam e re-posicionam um necessário debate da visualidade contemporânea ao fazerem emergir um jogo de forças entre as tensas elipses da cidade, do circuito cultural das artes plásticas, dos espectadores e da produção artística recente. Seus trabalhos apresentam-se como um espaço para a discussão e reflexão artísticas, lugar da tensão do inusitado e da permanente ressignificação das coisas. Faz também uma aposta no papel da arte como entendimento de nossa época. Podemos afirmar que um dos propósitos, ou constituintes, da linguagem artística é a possibilidade de fazer estranhar a nós mesmos e ao meio em que vivemos, em micro e macro sociedades. Estranhar, numa acepção ampla é experimentar o novo, o não conhecido, e é também não reconhecer o que nos é familiar. Mudar a perspectiva de nosso olhar, experimentar outros pontos de vista na apreensão do mundo e, assim, compreender a densidade dos tecidos do real. E é poder olhar a nós mesmos com novos e distanciados olhos, observar-nos criticamente em nossa fragmentada condição contemporânea.

A idéia do tempo está ligada à brevidade do instantâneo, em Lela Martotano, quando utiliza a fotografia e faz intensas reflexões sobre o assunto da memória, fotografia e artes plásticas, tendo como pano de fundo, imagens arquitetônicas. Uma cidade na qual as apropriações de estilos históricos e alusões cenográficas re-encenadas agora se tornam nós em conexão dentro de uma composição urbana rasgada por vias de alta velocidade e circuitos eletrônicos invisíveis. Através de simulações, manipula espaço e tempo, viajando nostalgicamente para trás através de construções históricas (pós-modernismo). Utiliza

conjuntos de palcos simultâneos, justapondo perspectivas múltiplas e espaçando tempos separados, como arranjos de composição intencionais. A cidade do espetáculo é reduzida ao puro jogo de imagens.

A mesma idéia de tempo está ligada à simultaneidade e ao momento presente, em Fabiana Wielewicki, com um espaço engendrado circunscrito ao urbano. O modelo representacional para esse novo urbanismo de movimento perpétuo é o cinema e a televisão, com suas tomadas em movimento, montagens, aproximações, câmeras lentas, sua experiência explorada de choque e as colisões do seu efeito de montagem. Essa cidade contemporânea é puro espetáculo escolhendo um olhar programado e projetado. Tanto em Fabiana como em Lela, observamos a justaposição de temporalidades diversas na organização dos lugares. Alguns artistas produzem obras que guardam uma prudente distância do mundo e não se deixam macular pela sujeira e nem pelo ruído. É o caso de Fabiana, especialmente.

Todos eles, a princípio, apresentam o fazer artístico como uma inquietação e pesquisa de novos olhares e materiais, mas também afirmam e refletem a relação, sempre renovada, entre arte e vida, preservando uma distância que parece ser necessária, ou inevitável. Observa-se nestas artistas um exercício de aproximação entre muitas questões recorrentes na produção artística contemporânea, mas especialmente duas. A primeira se refere à imagem e à escrita. A segunda está ligada à idéia de demarcação de território, de lugares que guardam suas características de origem, mas que sejam trabalhados simbolicamente pelas artistas. Poéticas como o transitório e o precário, sendo que a crise do sujeito e a crise do objeto são indissociáveis do impacto causado pela implantação inexorável de processos de produção industrial.

De fato, o que aqui se vê pode ser visto em qualquer centro de vanguarda em arte no mundo. Certamente conseqüência das imagens veiculadas na tela do computador, da televisão e do cinema, as imagens decompostas da cidade do espetáculo.

Para Christine Boyer (1994), que também descreve os espaços cênicos da memória, os meios eletrônicos globais mudaram a relação da memória coletiva, história, e também

dos espaços urbanos, pois a memória agora consome o passado como um conjunto de imagens reconstruídas manipuladas e re-arranjadas. O que resulta é uma estética envolvida na repetição de modelos já conhecidos e conjuntos formais. Nessa mimética de algoritmos computacionais, linguagens modelo geram parcelas fragmentadas do espaço da cidade como elementos autônomos que não dizem nada sobre a cidade como um todo. Essa mentalidade recursiva é serial, espaços urbanos produzidos em massa em todo o mundo ocidental são reproduzidos de modelos e moldes já conhecidos.

A arte e arquitetura pós-modernas presumiram que imagens e artefatos trazem o registro do passado; eles ou falam do seu papel histórico ou carregam memórias ao presente. Oportuno neste ponto, destacar um pensamento de Jean Galard (in AGUILLAR, 2000, P. 54)[6], quando diz que a 'paisagem', tal como existiu e prevaleceu durante cinco séculos, parece, hoje em dia, 'desfeita'. Desfez-se, decompôs-se, sob o efeito de uma vontade de apreender o espaço de modo diferente. E talvez tenha sofrido sua primeira derrota quando, em vez de permanecer a uma distância fixa, o espectador começou a mover-se. Pode-se conceber uma paisagem dinâmica? Uma paisagem feita para o homem que voa? A cidade continua sendo um ' espetáculo' (isto é, um objeto firmemente mantido a distância do espectador). O texto reporta e recorda imediatamente Fabiana Wielewicki e sua prudente distância com que observa a cidade. Não existe diferença. Trata-se da mesma experiência, da mesma sensação, do mesmo enredo.

---

[1] BOYER, M. C. **The city of collective memory**: its historical imagery and architectural entertainments. Cambridge (Massachussetts): MIT Press, 1994.

[2] GINSBURG, Carlo**. Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[3] ANDRADE FILHO, João Evangelista. (org). Arte contemporânea em Santa Catarina. **Cadernos do MASC**. Caderno 1. Florianópolis: Ind. Gráfica Agnus. Abril 2001.

[4] FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp, 2000.

[5] AUGÉ, Marc. **Não–lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

[6] AGUILLAR, Nelson (org.). **Mostra do Redescobrimento**: o olhar distante - the distant view. Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000.

HISTÓRIAS DE ALMA: Imaginação Social Nos Roteiros Da Memória

Sandra Mª de Mesquita Soares[1] - UFC

"(...). Porque os mortos, segundo a convicção da maior parte dos utopianos, assistem às conversas dos vivos, embora invisíveis à vista curta dos mortais. (...). Por conseguinte, segundo as leis utopianas, os mortos participam das sociedades dos vivos, assistem às suas ações e ouvem as suas palavras. Essa fé na presença dos antepassados inspira a esse povo extrema confiança nos seus empreendimentos, pois lhes assegura a proteção e apoio de poderosos defensores; e, além disso, impede uma porção de delitos secretos."[2]

Essa *insólita parceria* entre mortos e vivos, descrita por Morus e que encontra lugar não somente na ficção literária, constitui elemento essencial do universo religioso das sociedades. Desde sempre, homens e mulheres confrontam-se com o inevitável – sua própria finitude[3]. Tal fatalidade que se deixa anunciar primeiramente pela morte do outro, é uma experiência da qual nada se pode ensinar. Ocorre que, sendo a única espécie que se recusa a ser o que é, o ser humano inventa formas de lidar com a morte, adornando-a com seus ritos, suavizando a separação com a esperança de um breve reencontro, construindo veredas de comunicação e trânsito entre o mundo dos vivos e aquele que acreditam constituir o mundo dos mortos. Mais ainda, contando histórias onde articulam as experiências de vida e morte, procuram oferecer a si mesmos a possibilidade de um outro destino.

As formas de lidar com a morte apresentam traços e contornos que, respondendo a uma mesma necessidade concreta, assumem múltiplas configurações e reestruturam no imaginário uma diversidade de papéis assumidos pelos mortos, disponibilizando enorme arsenal de significados relacionados à suposta presença destes no mundo dos vivos. Redimensionam categorias de entendimento e ordenação do mundo que incluem o espaço, o tempo e noções como *bem* e *mal*, compreendidas aqui não como categorias metafísicas,

mas como substâncias de um cotidiano onde se engendram relações concretas que se estabelecem entre os vivos.

Nesse sentido, aquela *parceria insólita* nos oferece algumas possibilidades de mergulho em seu universo e dele captar indícios de um dado momento histórico, onde certos aspectos, à primeira vista, perdidos no tempo, permanecem ainda vibrantes em algum lugar do imaginário, nos registros secretos das memórias. Tais parcerias, engendradas no âmbito individual ou coletivo, são, a um só tempo, instrumentos reveladores e criadores de um conjunto de sentidos que ajudam a credenciar o homem como participante na permanente construção de certa concepção de mundo que, simultaneamente, garante a necessária estabilidade à vida social e oferece cissuras onde necessidades e desejos recriam seus significados.

A crença na imortalidade da alma é condição essencial ao estabelecimento da relação entre vivos e mortos. Cada sistema religioso, integrado à cultura, desenvolve diferentes maneiras de tratar a morte e postula, sobre a outra vida, uma grande variedade de concepções. Traçam uma minuciosa cartografia sobre a morada dos mortos e do caminho a ser percorrido nessa passagem para o outro mundo. Em todos esses sistemas de crença a morte representa a transição entre dois mundos, assegurando a continuidade do indivíduo em uma outra dimensão.

A maioria dessas tradições religiosas considera que é possível fazer algo no sentido de estar preparado no momento da morte, garantindo uma boa passagem desse ao outro mundo, sem sofrer as penas reservadas àqueles que tiverem uma vida desviada dos bons princípios morais e religiosos, estando, portanto, o bem morrer circunstanciado diretamente pelo bem viver. Essa relação exemplar é bastante reveladora da função reservada à morte, e as questões que envolvem o destino do morto no além, como instrumento regulador da ordem no mundo dos vivos.

Esses dados gerais oferecem uma primeira possibilidade de análise consubstanciada na crença de possibilidade da comunicação entre vivos e mortos. Tomando-os na extensão de sua historicidade e inserindo-os no contexto de mecanismos formadores e legitimadores

de uma dada visão de mundo, nos habilitamos na busca de indícios que apontem um jogo de permutas simbólicas desenvolvido no interior da relação entre vivos e mortos. Contudo, tal compreensão, embora valiosa, resulta invariavelmente em outro grande esquema explicativo, supostamente universal, demasiadamente abstrato e, portanto, incapaz de dar conta da tarefa de interpretação histórica da experiência vivida, da multiplicidade de seus signos e da extensão e densidade de seus significados.

Não são muitas as contribuições que se pode encontrar no sentido de dar suporte a questão dessa que chamo *"insólita parceria".* No entanto, alguns autores, das mais diversas áreas, têm apresentado elementos preciosos no sentido de descortinar alguns significados para as histórias de almas, no contexto da cultura que se estabeleceu no ocidente e, ainda, no interior de uma cultura brasileira que, mesmo edificada sobre princípios de uma formação religiosa católico-cristã, manteve traços dessa multiplicidade que constitui nossa complexa formação étnica e cultural.

Parte do material disponível apresenta um certo caráter periférico ao tema, na medida em que são constituídos de relatos sobre assombração como parte integrante de inventários de histórias consideradas da ordem do folclore onde são incluídos mitos, lendas, histórias de *trancoso* e outras histórias fantásticas.

Nessa vertente é possível encontrar enorme quantidade de publicações que, embora apresentem variação no caráter de seleção das narrativas – lendas rurais ou urbanas, regionais, nacionais, estaduais – expressam uma certa recorrência de algumas histórias que, de acordo com a localização podem ganhar diferentes roupagens, como é o caso do lobisomem, ou da "mulher de branco" famosa em todo o Brasil e tornada personagem em um dos mais eficientes instrumentos de globalização da cultura brasileira – a novela.

Outro tipo de literatura disponível, embora siga o mesmo modelo descritivo dos trabalhos anteriormente citados, apresenta maior afinidade com o tema no sentido de que relata boa quantidade de histórias de almas de mortos. Essa literatura, além de dar visibilidade às narrativas reconhece-as como autêntica representação do imaginário social

expresso através da fé na imortalidade da alma e na possibilidade de comunicação com os mortos, atravessando todo o tecido social independente de classe, credo, gênero ou etnia; ao mesmo tempo, oferece indícios que permitem uma aproximação com o cotidiano onde essas diferenças são confrontadas. Noutros termos, esses relatos dão pistas sobre o lugar que a relação entre mortos e vivos ocupa na constituição do imaginário social que dá suporte às atitudes que se configuram no mundo vivido e que não se resumem às personagens envolvidas diretamente nos episódios das aparições.

Gilberto Freyre retomou, no livro *Assombrações do Recife Velho*[4], publicado em 1955, a temática da relação entre vivos e mortos que já havia visitado em textos anteriores tais como os clássicos: *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos,* publicados respectivamente em 1933 e 1936. No prefácio à primeira edição de *Casa Grande & Senzala*[5], afirmou: *"Abaixo dos santos e acima dos vivos ficavam, na hierarquia patriarcal, os mortos, governando e vigiando o mais possível a vida dos filhos, netos e bisnetos. (...)".(1981:lxix)*

Das narrativas sobre almas, apresentadas por Freyre, é possível extrair alguns indicativos que ajudam na elaboração da classificação das historias, no sentido de perceber signos que são recorrentes e que poderiam ser remetidos a uma ordem de significados mais abrangentes e aqueles que guardam alguma singularidade no contexto específico da configuração cultural apresentada. Um exemplo de signos recorrentes refere-se ao modelo patriarcal desenvolvido no Nordeste, onde o senhor de terras e escravos enfrenta uma prestação de contas cujas penas estão relacionadas à forma como exerceu o poder.

No prefácio de Assombrações do Recife Velho, Mary Del Priore chamou atenção para o fato de que "A historiografia internacional vem mostrando que essas coisas [assombrações] são assunto seríssimo" e afirma ainda *"(...). O milagre, o maravilhoso, o fantástico, exsudam, na realidade, de um ato de fé. (...). Servem para compensar as vicissitudes da vida quotidiana, acolhendo favoravelmente os desejos mais secretos dos homens, fazendo justiça entre bons e maus e passando avisos e mensagens."* (2000:13)

Semelhante ao texto de Freyre, Walcyr Monteiro publicou em 1985, *Visagens e Assombrações de Belém*[6]. O livro apresenta o registro de uma série de histórias, que Napoleão Figueiredo, pesquisador do Museu Emílio Goelde e autor do prefácio, denominou *"inventário das manifestações folclóricas, na Amazônia"* e, citando Eunice Durham, define folclore como sendo *"um sistema de representações – costumes, tradições, crenças, mitos e formas de manifestação artística – que exprimem um modo de vida particular, um meio de interpretar a realidade social e o ambiente geográfico, de ordenar a vida em sociedade e de exprimir valores básicos da cultura.".* (2000:11)

Além do inventário das histórias e mitos amazônicos, Walcyr Monteiro apresenta no final do livro uma breve análise interpretativa dos temas narrados, onde reflete sobre signos importantes na composição do quadro de representações desenhadas nas histórias. O primeiro refere-se a miscigenação, traço característico de toda cultura brasileira mas que oferece diferentes nuances em cada região do país, onde o diferencial se estabelece no entrelaçamentos de fatores relativos ao modo como se processou a colonização, o estabelecimento da economia, o cenário natural oferecido pela região e a equivalência maior ou menor na presença das etnias.

As florestas e a abundância de águas da região aparecem como elementos importantes na construção das narrativas míticas ricas em mães-d'água e duendes das selvas. Nas histórias específicas sobre aparições de almas, Monteiro avalia a presença da formação religiosa também miscigenada e a multiplicidade de cultos que, inspirados na religiosidade de índios, negros e brancos portugueses, recriam a crença na sobrevivência das almas e na possibilidade de que exerçam algum poder sobre o cotidiano dos vivos.

Já o trabalho de João José Reis, publicado sob o título: *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Séc. XIX*[7], apresenta uma minuciosa análise dos fatores concorrentes para a Cemiterada, movimento ocorrido em 25 de outubro de 1836, na Bahia. A Cemiterada se configurou como uma reação à construção de um cemitério distante do centro da cidade, orientada pelos modernos padrões de higienização que começavam a

se impor no interior de um processo de racionalização e secularização da ordem social que fazia emergir o saber científico como o legítimo articulador de uma nova ordem; assim como por interesses econômicos que favoreciam o monopólio sobre a morte e seus ritos.

Nas palavras do autor, *"A Cemiterada foi um episódio que teve como motivação central a defesa de concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres, um aspecto importante do catolicismo barroco. Um catolicismo que se caracterizava por elaboradas manifestações externas da fé."* (1991:49). Essa caracterização coloca a análise de José Reis no contexto da questão, ainda que sua reflexão tenha como foco o evento da morte e dos rituais que lhe são conferidos. No entanto, o "fenômeno" das aparições é parte integrante de um complexo sistema de representações referido não apenas a morte como também ao morto e seu destino e que elaborado no interior do campo religioso ultrapassa-o alcançando diversas esferas da cultura.

Nesse sentido, suas análises sobre um sistema religioso, que embora mestiço em sua essência, aparece moldado pela poderosa mão do catolicismo com uma variedade de mecanismos institucionais com os quais estabelece uma parceria com a sociedade leiga – exemplo das irmandades, é seguramente um precioso instrumento de compreensão desse sistema religioso e uma pista dos rumos que podem ser tomados na constituição de fontes complementares que contribuam para a compreensão das narrativas sobre aparição de almas.

O trabalho do historiador francês Jean-Claude Schmitt, *Os Vivos e Os Mortos na Sociedade Medieval*[8] é indiscutivelmente uma importante contribuição para o entendimento das histórias de almas como narrativas repletas de significados que ultrapassam os limites da esfera religiosa, constituindo um material importante na interpretação da vida social e cultural.

Schmitt apropria-se da noção geográfica da divisão dos mundos institucionalizada pela religião e define uma diferenciação entre essas aparições, ou seja, as almas dos mortos que denomina fantasmas, e as aparições de santos, da Virgem Maria, de Jesus ou

do diabo. O critério dessa classificação remete ao lugar onde habitam esses seres. Os "fantasmas ordinários" estão ligados a terra onde já habitaram enquanto os outros são vinculados a um além que parece constituir-se para além do além dos mortos, um céu (Jesus, Maria e os Santos) ou inferno (diabo). A definição dessa geografia é fundamental para estabelecer regras de uma economia de salvação que determina o intercâmbio entre vivos e mortos.

É no tecido dessas relações que *"inscreviam-se nas realidades do espaço social, pela articulação da morada dos vivos – a aldeia, o bairro – e a morada dos mortos: o cemitério*"(1999:18), que o autor vai analisar a crença e o imaginário religioso medieval na sua relação com a estrutura e funcionamento da sociedade e da cultura, buscando indícios do processo de formação da mentalidade da época, ainda que afirme, em sua conclusão que a busca de um "simbolismo universal" resulta em especulação inóspita na medida que o historiador é como um etnólogo de sítio, ou seja, o alcance de sua análise é limitado no tempo e no espaço.

A idéia de uma "solidariedade social" que se mantém após a morte de membros do grupo pode constituir instrumento analítico importante se atentarmos para o fato de que as relações entre vivos e vivos e aquelas entre vivos e mortos se processam no interior do mesmo mecanismo de constituição simbólica, e que cada uma delas apresenta, ao mesmo tempo, um caráter de estrutura determinante e determinada na construção das representações culturais sobre a morte e o morto.

Nessa estranha solidariedade, são possíveis de analisar o sistema de crença e o imaginário indicado pelas narrativas e sua relação com a lógica de funcionamento da sociedade e a dinâmica da cultura de uma dada sociedade. Considerando a especificidade dessa relação e suas teias de representações, é possível buscar indicativos do espaço social como campo onde se entrelaçam inúmeras condicionantes – religião, poder, afetos, comportamentos, papeis sociais, temores, e tantas outras dimensões que se combinam de

variadas maneiras nos modos específicos que uma dada comunidade se relaciona com seus mortos.

De certa forma, essa dialética representa, na esfera do cotidiano, a possibilidade de resistência às generalizações dos grandes esquemas de significados, como pretende ser o modelo oferecido pela religião oficializada. Aí se abrem os espaços para a resistência nas práticas e significações da religiosidade, que combinadas a outras esferas culturais, constituem as dinâmicas que movem a vida em sociedade. E nesse sentido, como afirma Philippe Áries, "*Esquecer-se da morte e dos mortos é prestar um péssimo serviço à vida e aos vivos*."

---

[1] Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Projeto Memória da Ciência no Semi-Árido Brasileiro - MECITSAB. Membro da Diretoria do MEMORAR – Centro de Memória de Aracati. Pesquisadora do Centro de Documentação, do Departamento de História da UFC.

[2] **Morus**, Tomás. (1985). *A Utopia*. Ed. 6ª. Guimarães Editores, Lisboa.

[3] O problema da imortalidade aciona a preocupação humana desde os mais remotos tempos. A relação vida-morte tem constituído questão fundamental do homem e principal motor de sua angústia existencial. O tempo como fator limitador da vida, ressalta a finitude do homem e desencadeia o sentimento de absoluta impotência e, ao mesmo tempo, se apresenta como elemento universalizante da condição humana. Essa é uma questão fundamental de todo pensamento filosófico. O binômio vida-morte está presente nas reflexões de Platão, Kierkgaard, Heidegger, Sartre e muitos outros que, pensando a existência humana, refletiram sobre a morte, considerando-as como parte de um mesmo enigma que coloca invariavelmente o problema da finitude.

[4] **Freyre**, Gilberto(2000). *Assombrações do Recife Velho*. Ed. TOPBOOKS / Univer Cidade Editora. 5ª Ed. Rio de Janeiro.

Esta obra originou 7 curtas metragens, realizados por profissionais pernambucanos, com o apoio da Fundação Gilberto Freyre, por ocasião da comemoração dos 100 anos do autor.

[5] **Freyre**, Gilberto. (1981). *Casa Grande & Senzala*. 21ª. Ed. José Olímpio Ed., Rio de Janeiro.

[6] **Monteiro**, Walcyr. (2000) *Visagens e Assombrações de Belém*. Banco da Amazônia S.A. . Belém.

[7] **Reis**, João José. (1991). *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil Do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo.

[8] **Schmitt**, Jean-Claude. (1999). *Os Vivos e os Mortos na sociedade medieval. Cia das Letras, São Paulo.*

Diferentes contextos, saberes comuns: o processo cognitivo dos alunos e o conhecimento histórico[1].

Sandra Regina Ferreira de Oliveira[2] - UNIOESTE

Em 2000, a conclusão de uma pesquisa[3] com crianças de 7 a 10 anos sobre o que pensam a respeito do passado e como relativizam os conteúdos que aprendem na disciplina de História às idéias prévias[4] que têm deste passado não vivido, gerou uma indagação: se a criança estabelece uma lógica própria para articular seus conhecimentos prévios com os conhecimentos escolarizados, resultando muitas vezes, em um discurso "incoerente" com a lógica do adulto, como a escola atua na transformação desta lógica de forma a torná-la mais coerente à ciência de referência?

No entanto, como a pesquisa havia sido desenvolvida com alunos de uma escola particular da cidade de Londrina, oriundos de famílias com renda familiar média de 15 salários mínimos[5] e aspirava-se prosseguir os estudos com alunos da rede pública de ensino, com outro perfil sócio-econômico, questionou-se: quais seriam as variáveis causadas pela influência dos aspectos sócio-culturais no desenvolvimento cognitivo das crianças quanto aos conhecimentos prévios sobre a História?

Em 2003, selecionou-se uma segunda série da rede municipal de ensino da cidade de Londrina, com 26 alunos oriundos de famílias com renda familiar média de 2 salários mínimos. A metodologia utilizada foi a mesma empregada junto aos alunos da escola particular: as crianças foram entrevistadas e a partir de suas respostas, construía-se o caminho para novas indagações. Os resultados dos alunos foram comparados.

Os diálogos coletados oferecem diversas possibilidades interpretativas e são riquíssimos para entender como as crianças vão elaborando suas conclusões sobre o passado não vivido. Neste estudo, a análise será limitada a três questões: os conhecimentos prévios sobre o descobrimento do Brasil; as relações temporais que a criança estabelece com este fato e as idéias espontâneas que a criança elabora sobre como era o passado.

Quanto ao conhecimento prévio sobre o descobrimento do Brasil, as conclusões elaboradas a partir das duas realidades apontaram que os alunos da escola particular apresentaram uma quantidade maior de informações, a respeito deste fato. É importante esclarecer que no período de 1999/2000, vivia-se toda a ênfase aos 500 anos do descobrimento do Brasil e tal assunto era abordado constantemente pela mídia. Só isto já seria relevante para justificar a diferença encontrada entre uma e outra realidade.

Uma questão específica, entretanto, foi fundamental para compreender esta significativa diferença. No primeiro dia de trabalho na escola pública, foram entrevistados cinco alunos e, de uma forma ou outra, todos construíram narrativas para este fato, ou seja, construíram histórias. Convém ressaltar mais uma vez, que o interesse desta pesquisa é o conhecimento prévio, ou seja, aquilo que não foi ensinado sistematicamente na escola como conteúdo, mas que de uma forma ou outra esta presente no cotidiano por meio de comemorações cívicas e outras formas de referência ao passado que ocorrem tanto na escola como fora dela. Nat (8; 07)[6] diz que sabe que houve guerras, que foi D. Pedro que descobriu o Brasil, que ele gritou "Independência ou morte", que nesta época tinha índios, um monte de mato, não tinha casas e tinha dinossauros. Quando indagada sobre como sabe tudo isto, responde: *minha mãe me ensinou dos dinossauros e o resto aprendi aqui na escola*. Outro aluno, Leo (8; 0) começa afirmando não saber "nadinha". Na seqüência do diálogo, quando pergunto como viviam as pessoas há muito tempo atrás, ele responde:

> *Muito melhor*. *Não tinha nada para atrapalhar.*O que pode atrapalhar a vida da gente*? Portugal, que tira nossas riquezas*. Como Portugal tira nossas riquezas? *O Brasil era muito rico e daí veio Portugal e tirou*. E para onde foi toda essa riqueza? *Para Portugal.* E como eles puderam tirar a riqueza do Brasil? *Eles vinham de navios e tiravam*. E não tinha ninguém aqui para defender nossa riqueza? *Tinha, o D. Pedro*. E como D. Pedro fez para defender nossas riquezas? *Não sei.* E o que mais que você sabe sobre esta história? *Que o D.Pedro gritou "Independência ou morte"*. E quando D. Pedro gritou "independência ou morte", o que aconteceu com o Brasil? *Ficou calmo*. Então teve uma época da nossa história que o Brasil mandava toda nossa riqueza para Portugal. *É ... a gente tava aqui e ai quando Portugal veio, ele levou a nossa riqueza*.

Verifica-se que há um conhecimento construído a respeito deste fato mesmo desarticulado da terminologia "descobrimento do Brasil", sobre o qual o aluno afirmou não saber "nadinha".

No prosseguimento da pesquisa, uma semana após, duas questões chamaram a atenção no comportamento dos alunos: primeiro, a apreensão e a ansiedade perceptível no olhar e nos movimentos das mãos; e, segundo, a quantidade repetida de vezes que, ao começarem a falar, calavam-se e após alguns momentos respondiam *"esqueci":* Foi assim com os cinco alunos entrevistados naquele dia. O diálogo quanto aos seus saberes a respeito do descobrimento do Brasil não fluía. O que os alunos queriam lembrar? O que causava esquecimento? Não haveria saberes prévios sobre o assunto? Estes mesmos alunos, entretanto, construíram belas narrativas a respeito de seus saberes sobre como eram as coisas há muito tempo atrás e sobre alguns aspectos da história de Londrina, relacionado à memória familiar. Havia algo impedindo a exposição de seus saberes sobre o descobrimento do Brasil. O que seria?

A explicação para esta situação foi esclarecida na primeira entrevista do dia seguinte, quando uma aluna entra correndo na sala e diz: "*a tia já ensinou sobre o descobrimento do Brasil"* (Tha 8; 3). Desfez-se o mistério do esquecimento: a professora começou a ensinar a história do descobrimento do Brasil. Os alunos esqueceram porque tentaram lembrar do conhecimento ensinado pela professora e desprezaram os seus saberes prévios, espontâneos sobre o assunto.

Os alunos da escola pública foram podados em sua possibilidade de expressar os seus saberes prévios porque, ao trabalhar com esta temática na sala de aula, de forma vinculada à realização da entrevista, a professora instituiu o saber escolar a respeito deste fato, e o saber escolar é muito mais importante, para estes alunos, do que os saberes adquiridos fora da escola (vindo da família, da mídia).

Os alunos da escola particular não se pautaram somente nos saberes escolarizados, tanto que suas explicações são uma mistura de saberes prévios e saberes transmitidos na escola, mesmo que tal articulação produza narrativas "ilógicas". Esta postura não apareceu

nos alunos da escola pública. Por quê? Descarta-se totalmente a hipótese dos mesmos não possuírem saberes prévios a respeito do descobrimento do Brasil porque seus relatos sobre como era o Brasil há muito tempo atrás apresentam indícios destes saberes, mas os alunos não ousaram entrelaça-los com o saber ensinado na escola. Por quê?

Esta resposta só pode ser formulada após acompanhar, por seis meses, o cotidiano da sala de aula. Verificou-se que os alunos são colocados, de diferentes formas, na condição de não saber. Isso foi constado nas metodologias utilizadas nas aulas quanto à correção dos cadernos e quanto ao conhecimento apresentado nos livros. Estava sempre presente a idéia de que "tornar-se alguém" na sociedade passa por adquirir os conhecimentos escolares. Também não há uma valorização da bagagem cultural que o aluno traz. Não há um convite por parte do professor para que a criança fale sobre o que sabe, como soube e, a partir deste diálogo caminhar em busca de um conhecimento mais sistematizado. Há uma legitimação do saber escolar sobre os outros saberes, principalmente quanto aos saberes familiares oriundos das classes populares. Se, em uma realidade, os alunos expressaram seus saberes sem se preocuparem com a legitimação de ter se originado ou não na escola, na outra, qualquer tipo de saber foi silenciado frente ao "saber verdadeiro" transmitido em sala de aula.

Salienta-se que o diálogo com o conhecimento prévio da criança é fundamental no processo de construção do conhecimento. Em História, esta condição é fundamental para possibilitar um ensino a partir do cotidiano do aluno, a partir do concreto, entendido aqui não como palpável, materialmente existente, mas como presente nas memórias, nas lembranças, na forma como o aluno se relaciona com o passado.

Tendo identificado estas diferenças que não estão relacionadas à capacidade cognitiva das crianças, mas sim vinculadas à realidade, espacial e temporal, na qual estas, enquanto alunos estão inseridos, principalmente quanto à metodologia de ensino/aprendizagem à que estão submetidos no contexto escolar, enfoca-se as semelhanças quanto aos aspectos cognitivos.

A noção de que o passado foi um tempo melhor do que o presente foi encontrado em ambas realidades, porém, com maior freqüência nas crianças da escola pública. As falas dos alunos retrataram o passado como um tempo de fartura que conhecem através dos relatos dos pais e familiares. Tal situação pode ser explicada frente às dificuldades que as famílias de trabalhadores vivenciam no tempo presente, no qual as condições de sobrevivência estão sempre ameaçadas. As crianças da escola particular interpretaram o passado como um tempo difícil, mas que foi vencido por meio da luta e do empenho, e o presente é o tempo da realização, da conquista, dos ideais concretizados. Como, segundo Connerton[7], "as imagens do passado servem normalmente para legitimar a ordem social presente", o conceito do passado como um tempo bom ou ruim é transmitido conforme a situação do grupo social no presente.

Quanto ao raciocínio da criança na construção de uma relação temporal com o descobrimento do Brasil, a tabela abaixo apresenta os resultados à pergunta: seu pai (avô, bisavô) estava vivo na época do descobrimento do Brasil?

	PAI			AVÔ			BISAVÔ		
	Sim	Dúvida	Não	Sim	Dúvida	Não	Sim	Dúvida	Não
Escola Particular			100%	14%	14%	72%	14%	29%	57%
Escola Pública			100%	13%	12%	75%	19%	21%	60%

Os dados quantitativos demonstraram a semelhança entre as escolas e as justificativas elaboradas pelos alunos partem dos mesmos pressupostos. Não há dúvidas de que o pai viveu naquela época porque o fato ocorreu há muito tempo. No entanto, há um significativo percentual de certezas e de dúvidas quanto ao avô e, principalmente, quanto ao bisavô. As crianças responderam a questão, independente de sua condição sócio-econômica e da quantidade de informações que possa ter sobre o descobrimento do Brasil, considerando a sucessão dos acontecimentos (pai + novo que avô, que é + novo que bisavô) e desconsidera, totalmente, a duração de vida de cada um. Eis algumas entrevistas com os alunos da escola pública:

(Ade, 8; 0) - Nessa época do descobrimento do Brasil, em 1500, você acha que seu pai era vivo? *Não.* E seu avô? *Vivia.* Por que você acha que ele vivia? *Por que ele é muito velho.* Quantos anos seu avô tem? *93*. E seu bisavô? *Vivia.* Por que você acha que ele vivia? *Porque ele era mais velho que meu outro vô*.

(Ema, 8; 08) - Nesta época, você acha que seu pai era vivo? *Não*. Por quê? *Porque ele é só um pouco velho, tem 35 anos*. E seu avô, você acha que vivia? *Também não*. Por quê? *Porque ele é mais velho que meu pai mas não é bem velhinho*. E seu bisavô? *Ele vivia*. Por quê? *Porque ele já morreu faz muito tempo*.

(Mat, 8; 03) - Você acha que na época que Pedro Álvares Cabral chegou no Brasil, em 1500, seu pai já estava vivo? *Não* (dá risadas). E seu avô? *Também não.* E seu bisavô? *Ele já.* Por quê? *Porque quando eu nasci, já fazia muito tempo que ele tinha morrido.*.

Outra questão formulada para saber a respeito da relação temporal que os alunos estabelecem com a época do descobrimento do Brasil foi quanto à existência ou não da cidade de Londrina naquela época. Ainda que todos os alunos da escola pública tivessem conhecimento que Londrina estaria comemorando 70 anos (em 2004) e várias comemorações aconteciam na escola, os resultados foram muito semelhantes ao da escola particular. Cerca de 70% dos alunos que afirmam que Londrina já existia, e descrevem-na como pequena, com casas de madeira e com ruas de terra.

	Existia	Não existia
Escola Particular	71%	29%
Escola Municipal	70%	30%

Com relação às noções espontâneas a respeito do passado não vivido, encontra-se a maior semelhança. Eis alguns diálogos com os alunos das duas escolas:

(Leo 8; 08), escola pública - Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Existia*. E como eles eram? S*em turbina, era que nem aquele que tem no ventilador*. E carro, existia? *Existia*. Como eram? *Os carros ... aqueles que tem um farol do lado que é bem antigo mesmo*. E óculos, existiam? *Existia e era bem diferente.*

(Fer 8; 06), escola particular - Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Só o 14 Bis*. Por que o 14 BIS? *Porque foi o primeiro avião que Santos Dumont inventou*. E como ele era? *Ele era de madeira e o piloto ia com a cabeça para fora*. E carro tinha? *Tinha.* Como eram? *Era de roda de bicicleta e como o pneu que ia do lado da porta*.

(Wil, 8; 0) – escola pública - Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Avião, avião não... tinha aquele balão que passa na TV quando tem jogo de futebol.* E carro? *Carro tinha*. Como era? *Era bem menor que o de hoje*. E óculos? *Tinha.* Como eram? *Era bem grande e a pessoa segurava na mão.*

(Car, 8; *07),* escola particular – Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Existia*. E como eles eram? *Eram de madeira, e tinha outros que pareciam um balão*. E carro, existia? *Existia*. Como eram? Eram bem menores e não andavam *depressa. O pneu era para fora e não tinha teto.*

As crianças de ambas realidades concebem o passado como um reservatório do presente, no qual tudo já existe, mas, de forma menos evoluída, mais precária, sem conforto. Dois raciocínios são interessantes e devem ser destacados porque são constantes. Primeiro: a madeira aparece sempre como elemento indicador de velho, de antigo, do passado. Segundo, a diferença que caracteriza a divisão temporal é sempre marcada pelo avanço tecnológico: as coisas no passado são lentas, pequenas, desconfortáveis; no presente tudo é mais rápido, grande e "melhor".

Conclui-se que os alunos da 2ª série nas duas realidades, formularam o mesmo raciocínio para explicarem se seu pai, avô ou bisavô estariam ou não vivos na época do descobrimento do Brasil, mesmo com a significativa diferença sobre a quantidade de informação que detinham a respeito deste fato histórico.

O mesmo ocorreu em relação à existência da cidade de Londrina, em ambas as realidades os alunos responderam na faixa de 70% que Londrina já existia na época do descobrimento do Brasil e descrevem a cidade com muita semelhança.

Verificou-se que o desenvolvimento cognitivo que propicia condições para que o aluno trabalhe com diversas condições de obtenção, análise e reconstrução do conhecimento histórico são semelhantes, apesar de inseridos em realidades sociais diferentes, seja em relação ao contexto familiar ou escolar. Pode-se concluir que, em ambas as realidades os alunos:

a) elaboram um conceito de passado a partir do que conhecem do presente;
b) elaboram um raciocínio lógico para explicar a História e o tempo, pautado na causalidade e desprezam a cronologia na construção de seus raciocínios;

c) elaboram noções espontâneas para a História da civilização e articulam os novos conhecimentos apreendidos na escola a estes saberes (quando estes conhecimentos não são considerados inferiores aos aprendidos na escola);

d) trabalham com noções de sucessão e duração para organizar os acontecimentos no tempo, mas apresentam dificuldades para trabalhar simultaneamente com estas noções;

e) concebem o passado como um tempo único (descobrimento do Brasil, morte de Tiradentes e fundação de Londrina são colocados na mesma época).

Tais conclusões podem contribuir para entendermos cada vez mais o processo de construção do conhecimento histórico na criança e para rever as concepções sobre a História ensinada e aprendida nas séries iniciais do ensino fundamental.

---

[1] As reflexões aqui apresentadas fazem parte da pesquisa de doutorado, realizada junto ao programa de Pós Graduação da UNICAMP, sob a orientação da Professora Dra. Ernesta Zamboni e tem por objetivo geral compreender como a escola atua na construção do conhecimento histórico em alunos de 3ª série do ensino fundamental da rede municipal da cidade de Londrina, Paraná.

[2] Professora do curso de Pedagogia da UNIOESTE – Cascavel, Paraná. sandraoliveira@unioeste.br

[3] Trata-se de minha pesquisa de mestrado realizada no período de 1997/2000, na UNESP, Marília. Os resultados gerais da mesma encontram-se publicado em ROSSI, Vera Lucia Sabongi & ZAMBONI, Ernesta. *Quanto tempo o tempo tem*. Campinas: Alínea, 2003, pp. 145 –172.

[4] Idéias prévias ou conhecimento prévio é entendido como o conhecimento que a criança elabora antes do processo de escolarização. É sobre este tipo de conhecimento que se desenvolve as reflexões aqui apresentadas.

[5] Além da renda familiar foram considerados o grau de escolaridade dos pais, o acesso que as crianças têm a diferentes meios de informação e a composição do grupo familiar no qual estão inseridas. Devido à limitação do espaço, estes aspectos não serão explicitados neste texto.

[6] A identidade dos alunos será preservada na pesquisa. Escolheu-se três letras de seu nome. Entre parênteses segue a idade (ano; meses).

[7] CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2.ed. Oeiras, Celta, 1999, p.4.

Será o espaço local, o mais democrático? Um estudo sobre os Conselhos Municipais de Educação e as políticas de descentralização[1].

Sandra Simone Hopner Pierozan[2] - PPG-UFPR/UnC

Nos estudos sobre gestão da educação, encontramos referência em vários trabalhos de pesquisa, à figura de um órgão consultivo, geralmente com função operacional, técnica científica, denominado de Conselho de Educação. Com o passar do tempo, estes colegiados passaram a ter também atribuições relativas ao planejamento e às políticas educacionais do âmbito da esfera administrativa a que estão ligados. O primeiro conselho criado para ser um órgão consultivo do Ministério da Educação, foi o *Conselho Superior,* em 1911. Desde então, a ação dos Conselhos marcou a trajetória dos sistemas educacionais no Brasil.

Os conselhos foram concebidos, "com função de *estado maior* da educação, para atuar estrategicamente na gestão dos sistemas de ensino, conferindo às políticas educacionais", a implementação, a continuidade e a representatividade "da vontade nacional". [3] Garantindo também que estivesse acima da rotatividade dos dirigentes públicos e de suas vontades singulares.

A LDB 4024/61, foi aquela que garantiu maior expressão aos conselhos, pois junto com a criação do Conselho Federal de Educação, inclusive possibilitou a criação dos Conselhos Estaduais de Educação[4], para normatizarem os Sistemas Estaduais de Ensino. Antes disso, havia sido criado o Conselho Nacional de Ensino (1925), e o Conselho Nacional de Educação (1931). Os Conselhos Municipais de Educação surgem junto com a Lei nº. 5692/71.

A constituição de 1946, que vigorou até 1967, tinha em sua constituição um espírito bastante descentralizador. Organizada num momento de redemocratização do país, após a queda do Governo de Getúlio Vargas, em 1945, possibilitou a criação dos partidos políticos, consagrou a democracia representativa, o presidencialismo, o federalismo, as eleições livres e os direitos cívicos[5]. Neste contexto a criação de sistemas e conselhos estaduais ocorreu

como forma de descentralizar a gestão do ensino, que já havia sido apontada pela LDB, de forma a que as relações entre os conselhos dos estados e do Distrito Federal fossem de articulação, promovendo ações conjuntas para que as interpretações da legislação pertinente ocorressem de forma semelhante, harmoniosa.

Em relação à organização dos conselhos municipais, é importante destacar que esta não esteve atrelada à criação do sistema municipal, uma vez que a Reforma do Ensino de 1971, através da lei 5692/71, possibilitava a criação dos CME, com funções delegadas pelos Conselhos Estaduais. Já a consolidação da descentralização dos sistemas, somente é apontada pelo texto da Constituição Federal de 1988, em que no seu artigo 211, define a organização da educação nacional e torna realidade o sistema municipal, fundamentado no regime federativo, com autonomia e incumbências próprias na sua área de abrangência.

A trajetória da gestão pública da educação é marcada pelos movimentos de centralização e descentralização das funções do Estado e da autonomia das unidades federadas.

Para tentar compreender a dimensão dos sistemas municipais de ensino e os conselhos municipais de educação, é preciso entender como tem ocorrido, no Brasil, a descentralização da educação, aqui mais particularmente a municipalização da educação,

Um marco na municipalização[6] são as lutas de Anísio Teixeira, que desde 1957 apregoava as vantagens de ordem administrativa, social e pedagógica que esta oferecia aos envolvidos com a educação local. Especialmente sobre as vantagens pedagógicas, destacava que o professor, e o currículo poderiam apontar a expressão *do local,* não mais representando um poder externo.

Para Both(1997), a municipalização da educação pressupõe autogestão do ensino fundamental *no* e *pelo* município. Assim como Anísio Teixeira, acredita que ela possibilita a proximidade nas decisões, sejam pedagógicas ou de destinação de recursos, das verdadeiras necessidades locais.

Estudos que apontam a municipalização como importante e necessária para a democratização da educação, vislumbram nesta atitude a necessidade do município

desenvolver suas propostas conforme as aspirações, necessidades e soluções sejam apontadas. Isso não significa um desatrelamento total, jurídico, do município em relação ao estado e a União, mas um compromisso de colaboração que condiciona a participação das esferas federal, estadual e municipal, no sentido de oferecer um serviço básico, necessário, e de repercussão imediata.

A grande preocupação daqueles que questionam a municipalização, é que esta venha combinada com uma desresponsabilização das esferas federal e estadual, abandonando o município a sua própria sorte, fazendo uma municipalização sem repasse de recursos suficientes, impedindo a efetivação de um trabalho que possa ser considerado no mínimo, satisfatório.

Quando se trata da municipalização da educação, é necessário relembrar que esta é referente à administração da educação infantil, e do ensino fundamental, com preponderância maior de atuação das redes municipais, nas quatro séries iniciais do segmento do Ensino Fundamental.

A institucionalização da atuação municipal propagou-se no final dos anos 80, logo após a aprovação da Constituição Federal, no ano de 1988. Esta direcionou a área de atuação em relação à educação. A prioridade dos municípios é com o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, já os estados, devem atuar com o Ensino Fundamental e Médio, prioritariamente.

Decorre daí, uma interpretação que foi levada adiante em muitos estados brasileiros, de que a oferta e o atendimento das vagas de ensino público voltadas ao EF deveriam ser feitas preferencialmente pelos municípios, ocasionando muitas vezes, uma retirada de cena dos governos estaduais, na cobertura deste segmento de ensino. Inicialmente nas escolas rurais, de difícil acesso, possibilitando que mais tarde fosse estendido a todas as séries (1ª a 8ª do EF).

Com uma nova configuração, os municípios puderam optaram pela permanência da ligação ao Sistema Estadual de Ensino, ou criarem seus próprios sistemas. Com nova legislação, característica de novos tempos, a sociedade civil passa por uma reconfiguração,

que possibilita uma autonomia aparente para o município, transferindo inclusive o "fazer educação", através da descentralização.

Esta reestruturação do sistema de ensino envolve inclusive uma justificativa de que o Estado não consegue financiar as políticas sociais por falta de recursos, e não consegue administrá-la por absoluta falta de ineficiência. Desta forma, nos anos 90, começam a surgir propostas que invocam a participação da sociedade tanto na manutenção quanto na gestão dos sistemas de ensino.

A autonomia surge então não apenas como uma proposta de que municípios possam desenvolver parcerias, que lhes permitam um incremento de recursos, além da captação na fonte, mas com o objetivo de distanciar o Estado das funções de manutenção desta política social/ educacional. Cada um deve gerir suas necessidades de acordo com suas potencialidades.

A descentralização não é uma medida simples, pensada apenas pelos governantes brasileiros, ela é apontada pelo Banco Mundial como

> uma necessidade dos diferentes países, para reformular a administração da educação, seja em seus aspectos financeiros, seja em relação aos administrativos. (...) O financiamento deve ser baseado em resultados e qualidade. O Banco Mundial aconselha a manter centralizados: a definição de padrões de qualidade e o acompanhamento e a avaliação do desempenho escolar.[7]

Numa economia globalizada, é indispensável que se compreenda o papel e a importância dos organismos internacionais. Os dirigentes municipais precisam entender que as políticas educacionais propostas pelo Banco Mundial, e formuladas por economistas em sua maioria, possuem uma clara posição sobre as necessidades de a educação alcançar eficiência, eficácia, descentralização, a desconcentração e a privatização dos recursos.

Dentro das imposições feitas para a ampliação do acesso a educação básica em alguns países, como fim de diminuir a pobreza, uma maior participação da comunidade é fundamental, através da implantação de ações nos municípios em que predominam valores solidários e de participação. Então, a participação da sociedade civil nos conselhos sociais

torna-se uma estratégia convincente para a população na medida em que ela supõe ter no poder os representantes de seus interesses.

Devemos destacar que para a efetivação de uma gestão democrática, a existência de Conselhos é fundamental. Resta analisar qual a composição e a forma de recrutamento dos integrantes desses Conselhos.[8]

É comum encontrarmos referência nas publicações dos anos 2000, que utilizam o termo governo local, pressupondo uma independência relativa das autoridades locais em relação à autoridade central. Contrapondo esta idéia, existe outra, a de que o poder não é local, mas parece ser de quem controla e utiliza as informações sobre as principais demandas do país.

Do ponto de vista da descentralização, proposta pelo Banco Mundial, como uma das medidas de atender as necessidades modernas da educação, é possível identificar um sentido de transferência de encargos bem mais acentuado do que a transferência de poder.

Um dos argumentos utilizados para fins de justificar a descentralização é o de possibilitar maior participação da população, apresentam-se assim argumentos de que se a população estiver mais próxima, no aspecto físico, do centro da tomada de decisões, estão estarão formadas por um espírito mais democrático.

Este argumento é bastante frágil, pois desconsidera que mesmo nos municípios muitas vezes o acesso aos centros de tomadas de decisão são impossibilitados pelas condições geográficas. E nos município pequenos, onde a proximidade física existe, as observações feitas dos serviços que estão a cargo do poder público municipal, não tem apresentado melhoras significativas, como é o caso do sistema de saúde, e a própria dependência dos Sistemas/Conselhos Estaduais em municípios que “possuem” seu próprio Sistema/ Conselho, uma vez que a maioria das decisões/deliberações tem sido feita a partir de consultas aos órgãos da esfera estadual.

Os desafios desta gestão local estão postos. A maioria das localidades está longe de uma gestão compatível com os novos tempos, uma vez que em face da rapidez com que as necessidades são postas, não puderam e nem tiveram tempo para prepararem-se para isto.

São poucas as localidades, "que dispõem de massa crítica – recursos humanos, conhecimentos técnicos, capacidade administrativa – para responder, com eficácia, pela execução de políticas complexas e por outras providências reformadoras." [9]

Conforme dados apontados pela UNCME[10] – União Nacional de Conselhos Municipais de Educação, em somente 1200, dos quase 6000 municípios brasileiros, funcionam CME's. A pesquisa[11] aponta ainda que, entre os conselhos atuantes, ou seja, que já normatizam, deliberam e fiscalizam as ações da Secretaria Municipal de Educação, 50% são presididos pelo próprio gestor municipal de educação.

Independentemente da simplicidade ou complexidade das atribuições deste colegiado, estas devem ser exercidas com autonomia, pois assim, como a participação social, é um dos princípios da gestão democrática do ensino público.

A descentralização/municipalização do ensino em Santa Catarina foi um fenômeno marcado pela transferência de um importante número de escolas estaduais para os municípios.

Analisando a distribuição do número de unidades escolares do ensino de 1ª a 4ª série, por rede, no período compreendido entre 1996 e 2002, observa-se que a rede federal é praticamente ausente. A rede particular, responsável por 3,6% do número de escolas em 1996, sofre um aumento importante, passando para 7,3% em 2002. A primeira etapa da escolarização obrigatória é, essencialmente, sustentada pelas redes estadual e municipal: enquanto o estado mantinha 52% do número de escolas em 1996, diminuindo para 24,5% em 2002, os municípios empreendem uma expansão extraordinária, passando de 44% em 1996 para 68% em 2002.

Esta expansão aconteceu principalmente no ano de 1997, quando os municípios quase dobraram suas redes, mostrando claramente a descentralização forçada dos sistemas escolares em Santa Catarina, principalmente das séries iniciais[12].

Constituindo-se num dispositivo complexo em que, em tese, ninguém detém o poder, mas todos detêm uma parcela dele, a descentralização possibilita uma morosidade nos mecanismos de decisão, sem evitar, contudo os excessos da burocracia. A repartição

confusa dos papéis acaba diluindo as responsabilidades e gerando uma sobreposição de funções, que coloca as redes municipais numa posição inferiorizada na estrutura hierárquica do sistema de educação nacional.

Sabemos que a gestão democrática contém em si, uma forma de descentralização, mas sugere-se que no Brasil, a descentralização que tem ocorrido é *a do menos importante.* Encontramos então uma ideologia de valorização do local, que aponta a possibilidade de *fazer-se melhor no menor*. A compreensão dos fatores que levaram a descentralização generalizada e a criação de sistemas municipais passa pela discussão de autonomia e o papel do Estado X sociedade civil e a relação de poder existente entre estes.

A tomada de decisão dos municípios, quanto à criação e estruturação dos seus conselhos municipais de educação, ainda não atingiu a todos estes entes federativos, apesar de todos eles contarem com suas leis orgânicas, indicação dada pela Constituição Federal no seu artigo 29. Podemos afirmar que de forma progressiva, os municípios brasileiros vêm sendo incentivados a constituírem estes órgãos[13].

O estado de Santa Catarina possui um dos maiores números de conselhos e sistemas, em cerca de 80% dos municípios, segundo informação da UNCME– Setorial Santa Catarina, juntamente com a polêmica quanto ao processo de municipalização dos conselhos e sistemas municipais e a proposta que através desta descentralização se garantisse a consolidação democrática, são as razões que nos levam a continuar estudando este tema.

---

[1] Este texto é parte integrante da pesquisa em desenvolvimento: O papel dos Conselhos Municipais de Educação na democratização do ensino em Santa Catarina,

[2] Mestranda em Educação da UFPR, linha de Políticas e Gestão Educacional, e professora da Universidade do Contestado, UnC – Concórdia, nos cursos de História, Pedagogia, Letras e Psicologia.

[3] BORDIGNON, Genuíno. Sistemas e Conselhos de Educação. In.: Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Guia de Consulta . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

[4] O primeiro a ser criado é o da Bahia, em 1942, antes mesmo da LDB de 1961.

[5] BOTH, Ivo José. Municipalização da Educação: Uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental. Campinas, Papirus, 1997.

[6] AZANHA, José Maria Pires. Educação: Temas Polêmicos. Martins Fontes, São Paulo, 1995.

[7] FERRETI, Jane Shirley Escodro. Poder local e o dirigente municipal de ensino. In.: MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton; BUENO, Maria Sylvia Simões. (Orgs.) Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

[8] OLIVEIRA, Cleiton de, et al. Municipalização do Ensino no Brasil – Algumas leituras. Belo Horizonte: Autêncitica, 1999.
[9] NOGUEIRA, Marco Aurélio. Entre o local e o global. In: Martins, *op cit.*
[10] União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, fundada em: 12 de agosto de 1992, apesar de ter sido registrada naquele momento. Sócio-fundadores foram os Conselhos Municipais de Recife, Aracajú, Florianópolis, Vitória da Conquista, João Pessoa e Campina Grande. A entidade possui um novo estatuto de 2001, agora oficial, disponível em http://www.uncme.org.br
[11] O resultado desta pesquisa foi veiculado no Boletim Informativo, de agosto de 2003, da Revista Nova Escola, não sendo divulgado nenhum documento definitivo até o momento deste trabalho. http://www.novaescola.com.br
[12] VALLE, Ione Ribeiro; CASTRO, Inaiara Maria Ferreira de; MISUKI, Gláucia Elisa de Paula. Democratizar, descentralizar, municipalizar: a expansão do Ensino Fundamental Catarinense. In: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. p. 187-212.
[13] Ainda não é possível encontrar dados, ou resultados de pesquisa, que apontem o número de conselhos municipais e de sistemas municipais próprios, independentes dos sistemas estaduais. O Ministério da Educação criou no ano de 2003, o Pró- Conselho e o SICME, para apoio aos sistemas e conselhos municipais, porém estes ainda estão em fase de implantação, difundindo a idéia de fortalecimento aos órgãos colegiados, apoio em sua criação, e capacitação de conselheiros, conforme sugerido em materiais de divulgação pelo MEC, SICME – Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação e Pró-Conselho – Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação. O SICME é uma ferramenta de coleta de informações, que construirá uma base de dados, permitindo ao MEC, conhecer o perfil e criar uma base de dados nacional destes conselhos. O sistema permite ainda, que representantes dos municípios informem seus dados e o interesse em constituir o conselho, caso ainda não o tenham criado. O Pró-Conselho foi criado em outubro de 2003 com o objetivo de ampliar a capacidade de entendimento e de atuação dos conselheiros municipais de educação. O Pró-Conselho incentiva e qualifica a participação da sociedade na tarefa de avaliar, definir e fiscalizar as políticas educacionais e assim garantir a universalização dos direitos básicos que promovam o exercício da cidadania.

A Revolução Sandinista e a Teologia da Libertação

Sandro Ramon Ferreira da Silva

Em seu livro *Era dos Extremos* Eric Hobsbawm afirma que tanto as esquerdas como as direitas de todo o mundo foram surpreendidas com o surgimento de um novo e inesperado aliado para revolucionários da América Latina na década 1970: a Igreja Católica. Muitos padres e leigos ligados à Igreja foram influenciados por uma nova forma de ver e ser Igreja no mundo contemporâneo: era a Teologia da Libertação[1]. Afastando-se da mentalidade mais conservadora que havia marcado a História da instituição, também nesse continente, passaram a lutar, antes de tudo, pela causa dos homens pobres da América Latina. Hobsbawm chega dizer que "ouviu o próprio Fidel Castro, num de seus grandes monólogos em Havana, manifestar seu espanto com esse fato, ao exortar seus seguidores a acolher os surpreendentes novos aliados." [2].

Partindo dessas primeiras informações decidi investigar qual teria sido a real importância desses religiosos ligados à Teologia da Libertação no surgimento dos processos revolucionários que estouraram em todo o continente após a Revolução Cubana de 1959.

O caso da Revolução Sandinista da Nicarágua, de 1979, pareceu-me o mais emblemático desses processos; pela grande participação dos padres da chamada Igreja popular. As pesquisas realizadas até agora permitiram-me analisar – embora de forma ainda inicial – a evolução do pensamento católico na América Latina e as relações entre a Igreja e o Estado na Nicarágua nos anos que antecederam à Revolução e durante o governo revolucionário; o papel dos padres progressistas na formação ideológica do novo regime; a polarização da Igreja naquele país e; por fim, a resposta conservadora da Sé Romana em relação à Teologia da Libertação.

A vitória de Fidel Castro e Che Guevara havia lançado um novo ânimo sobre as esquerdas latino-americana, que passaram a viver sob o mito da revolução[3] e do foco[4]. A idéia de transformar a História do continente e de suas nações através da luta armada viria a empolgar jovens estudantes, operários, camponeses, profissionais liberais, militares e vários outros setores das sociedades latinas nos anos que se seguiriam. Formaram-se

diversos grupos de orientação marxista como o Sendero Luminoso, do Peru; diversos movimentos no Brasil como a ALN, FLN, MR-8, e tantos outros; as Farcs, da Colômbia; a FSLN, da Nicarágua; o MNR, da Bolívia; e a FMLN, de El Salvador; entre tantos outros.

A Igreja – não como um bloco homogêneo, é lógico, mas em diversos setores – também passou a olhar de forma muito mais crítica para a realidade social do mundo latino-americano. Por volta da década de 1960, a partir da sua experiência com o povo mais pobre dos grandes centros urbanos ou das comunidades camponesas, muitos padres, de diversas congregações, começaram a questionar a sua praxis cristã e a refletir sobre as contradições que aquelas sociedades apresentavam para o Evangelho.

Vários teólogos como Gustavo Gutierrez e Juan Luis Segundo organizaram encontros para refletir acerca das relações entre fé e justiça social, Evangelho e pobreza. Animados pelas encíclicas do Papa João XXIII *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963); ambas de forte conteúdo social. Apenas como exemplo, pode-se citar os encontros de Petrópolis (1964) e de Havana e Bogotá (1965). Além disso, ocorreram vários outros s em preparação para Medellin.

Em março de 1970, realizou-se o primeiro congresso sobre uma Teologia da Libertação, em Bogotá. No ano seguinte, Gustavo Gutierrez escreveu um livro considerado inaugural, intitulado *Teologia da Libertação, Perspectivas*. No Brasil, Leonardo Boff escrevia um artigo denominado “Cristo Libertador”.

No encontro de Medellín, organizado pela CELAM - Conferência Episcopal Latino-Americana - a Igreja fez sua “opção preferencial pelos pobres”[5]. Desde essa época, a parte mais progressista do clero católico procurou encontrar um caminho teológico que auxiliasse na transformação desse continente empobrecido; onde a fé não poderia mais estar desgarrada da realidade sócio-econômica do homem latino-americano.

Os teólogos progressistas passaram a se utilizar de conceitos marxistas para analisar de forma “científica” a realidade política, econômica e social dos povos latino-americanos. Ao longo da década de 1970, tais proposições se espalharam por todo o continente. Vários teólogos, institutos e congregações ligados à Igreja como os Dominicanos, os Fransciscanos

e os Jesuístas , se debruçaram sobre a Bíblia a partir de uma nova hermenêutica, visando extrair dos textos sagrados uma dimensão muito mais política do que espiritual. A saída dos hebreus do Egito era celebrada como uma intervenção divina para a libertação política daquele povo. Era o próprio Javé quem entrava na história dos homens para livrá-los da opressão dos poderosos. Da mesma forma, o *Magnificat*[6] era extremamente festejado por manifestar que Deus era a favor dos pobres e contra os ricos na *luta de classes*[7].

Nesse contexto de grande politização do clero católico, a própria missa passou a se designada por eles como *celebração do povo em luta*[8] e os hinos litúrgicos eram utilizados para "conscientizar" o povo de sua condição de dominado. Como, por exemplo, o *Pai-nosso dos Mártires:*

> "Pai-nosso, dos pobres marginalizados!
> Pai-nosso, dos mártires, dos torturados!
> Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida [...]
> [...] Maldita toda violência que devora a vida pela opressão.
> [...] Pai-nosso revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos"[9]

É importante lembrar que nessas décadas vários países da América Latina viviam sob regimes ditatoriais de direita, como por exemplo, o Chile, o Uruguai, a Argentina e o próprio Brasil. Em países como o El Salvador, até mesmo a alta hierarquia da Igreja Católica passou a defender o posicionamento da Teologia da Libertação. Como foi o caso do bispo Oscar Romero, principal figura religiosa daquele país, morto enquanto celebrava uma missa. Os anticomunistas de El Salvador organizaram esquadrões da morte para perseguir os padres e freiras que trabalhavam com os pobres e eram adeptos dos ideais liberacionistas. Chegaram até a criar um lema: "Seja um patriota, mate um sacerdote"[10].

A idéia da luta de classes atingiu toda a Igreja do continente. De um lado estavam os padres tradicionalistas que defendiam os regimes mais direitistas, ou pelo menos, uma não-politização da Igreja, que deveria ocupar-se apenas de questões espirituais. Do outro os progressistas, que em muitos lugares como na Nicarágua, encontravam-se dispostos a pegar em armas para derrubar regimes vistos como opressores.

Todo o ideário revolucionário produzido pelos teólogos progressistas atingiu em cheio a luta política que se processava na Nicarágua na década de 1970. Religiosos, congregações e movimentos sociais fundados pelos padres ligados à igreja popular, participaram ativamente da luta armada contra Somoza. Como confirma um documento de 7 de outubro de 1980, da própria Frente Sandinista de Libertação Nacional: "La especifidad de la Revolución Sandinista há sido la participacion activa y militante de los cristianos em los diversos campos de al lucha armad y civil [..][11]

Desde os anos 1930 a Nicarágua era governada pela família Somoza, que sozinha detinha cerca de 40% de toda a riqueza nacional. Somoza filho possuía uma fortuna de 600 milhões de dólares. Mais do que a quinta parte das terras cultiváveis do país. Plantações de café, de cana-de-açúcar, as principais indústrias, empresas aéreas, de navegação, etc. O país havia se transformado em uma espécie de feudo da família.

Além do grande poder econômico os Somoza controlavam desde os anos trinta a poderosa Guarda Nacional – um exército que também realizava funções de polícia: repressão interna, alfândega, fronteiras, prisões, etc. –. Cada vez mais essa instituição via as suas atribuições aumentadas. E isso se dava porque através dela, os Somoza podiam controlar diretamente todos os seus interesses estatais e particulares no país. E em contra partida, os oficiais da Guarda eram amplamente beneficiados pela corrupção e pelo paternalismo de um Estado ineficiente. Pode-se dizer, com certeza, que o Estado, a Família Somoza e a Guarda Nacional, formavam um único corpo, que atendia aos interesses da família..

Desde o encontro de Medelín, em 1968, uma parte da Igreja da Nicarágua tomou claramente uma postura anti-somozista e favorável à Frente Sandinista de Libertação Nacional. Durante os anos de 1970 as idéias revolucionárias da Teologia da Libertação produzidas por Gustavo Gutiérrez, Juan Luis Segundo e os brasileiros Leonardo Boff, Frei Betto, e até mesmo Paulo Freire, entre outros, já eram bastante conhecidas e aceitas por

uma boa parte do clero e de institutos religiosos estabelecidos naquele país. A chamada Igreja popular já se fazia presente frente aos males sofridos pelo povo nicaragüense.

Um dos maiores expoentes dessa geração, foi o padre e poeta Ernesto Cardenal que, mais tarde, viria a se tornar Ministro da Cultura no governo revolucionário. Esse religioso, após o contato com a Teologia da Libertação e uma viagem à Cuba, onde segundo ele, viu "O Evangelho posto em prática"[12], passou a acreditar cada vez mais que a revolução seria a melhor saída para o seu povo. Após alguns contatos com os representantes da FSLN, passou a agir como porta voz dos guerrilheiros. Chegou a declarar: "[...] Sou marxista por Cristo e seu Evangelho. [...] Sou um marxista que crê em Deus, segue Cristo, e é revolucionário por causa de seu Reino"[13]. Posteriormente se referiria à revolução como "Sagrada".

Como pude analisar, nos meses que antecederam ao conflito armado e a guerra ciivil no país, a palavra do magistério da Igreja foi crucial para criar um sentimento de unidade entre todas as facções político-ideológicas do país contra a ditadura do presidente Somoza.

> "[...] A todos nos duelen y afectan los extremos de las inssurreiciones revolucionarias, pero, no puede negarse su legitimación moral y juridica [...]. El mal lo hacemos tanto más grave, cuanto mayor es nuestra pasividad e indiferencia. Eludir nuestras responsalilidades ciudadanas en esta hora constituye una grave falta de solidadriedad humana y caridad cristiana. Es el momento de traducir en obras nuestra fe.."[14]

Após a vitória sobre o antigo regime, coube ao governo Sandinista todo um investimento em simbolismos e manifestações que dessem uma coesão social em torno de um novo projeto político-social para o país. Diante dos desafios daquela "nova Nicarágua", foi elaborado um processo de invenção da tradição[15], onde os padres progressistas ocupavam um lugar chave, e os símbolos da religiosidade popular passaram a ser utilizados como um grande arcabouço na elaboração de uma nova ideologia, dita revolucionária. Os padres Ernesto Cardenal, Fernando Cardenal e Miguel D'Escoto tornaram-se ministros de Estado. Ernesto foi nomeado Ministro da Cultura. Fernando liderou a Cruzada Nacional de Alfabetização e mais tarde tornou-se formador dos membros da Juventude Sandinista. Miguel ganhou a pasta do Ministério das Relações Exteriores; ou seja, aquele de deveria

representar o país diante da comunidade internacional. A educação, principalmente durante a Cruzada Nacional de Alfabetização, tornou-se uma grande ferramenta para reforçar os novos valores. Na fala de Fernando Cardenal "Libertadora, conscientizadora, politizadora e democrática". Os educadores voluntários tinham o seguinte lema "Punho erguido, livro aberto"[16]. A primeira palavra da cartilha era "Revolução" e em determinada lição se lia "Che, guerrilheiro heróico". Além disso um novo herói nacional foi criado: era o Padre Gaspar Garcia Laviana, morto durante a guerra civil contra a Guarda Nacional. Os Sandinistas chegaram ainda a propor que a Virgem Maria, comemorada no dia 8 de dezembro com o título de Nossa Senhora da Conceição – principal festa religiosa do país - , fosse chamada de "La Madre del Guerrillero".

Embora a palavra da Igreja unida contra Somoza tenha ajudado a criar uma espécie de unidade nacional, a própria instituição não conseguiu permanecer coesa em torno dos mesmo objetivos na construção da nova ordem. A Igreja popular que participava do governo Sandinista, passou a rivalizar com a Igreja mais tradicional, liderada pelo bispo de Manágua, D. Ogando Y Bravo, que se aproximava mais das expectativas de uma nova ordem desejava pela burguesia nacional.

A Igreja nacional tornou-se extremamente polarizada Naquele momento tanto a esquerda como a direita tentavam utilizar o discurso religioso para atacar os seus oponentes, como deixa claro a declaração do padre Miguel D'Escoto:

> "[...] A reação se utiliza e manipula o cristianismo e a Igreja para desautorizar e atacar a revolução e apresentá-la como suspeita, comunista, atéia e perseguidora da fé e da Igreja. Assim confundem o povo religioso e simples, e assim arrasta a Igreja contra a nossa Revolução, coincidindo com os esforços da administração Reagan de desestabilizar-nos."[17]

O climax de todo esse embate ocorreu durante a visita do Papa à Manágua, em março de 1983[18]. O pontífice encontrou uma Igreja local totalmente dilacerada por disputas políticas e quis transformar a sua viagem em um momento de reconciliação. Contudo, mais

uma vez, tanto a esquerda como a direita utilizaram aquele evento político-religioso para o proveito de sua causa.

Para o historiador espanhol Ricardo de la Cierva, a experiência do Pontífice em Manágua foi tão negativa que, a partir daí, o Papa deu início à Reação Vaticana, em que a Igreja Romana impôs uma posição mais conservadora aos padres e teólogos progressistas.

A partir daí, Roma editou uma série de documentos assinados pelo Cardeal Joseph Ratzinger – na época, Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina e da Fé -, onde chamava atenção para os graves "erros" da Teologia da Libertação. Os documentos criticavam duramente o que a Sé Romana considerava como uma excessiva politização do clero latino-americano, e ainda a possibilidade dos padres pegarem em armas em nome de uma justiça evangélica. Em todo o continente, todos os grandes líderes e teólogos ligados à Teologia da Libertação seriam de alguma forma afetados pela nova ordem que emanava do Vaticano.

Na Nicarágua, a direita apoiada pela Igreja conservadora e pela ação do governo norte-americano conseguiria derrotar os Sandinistas no final da década de 1980.

Notas:

[1] "[...] Movimento teológico e pastoral conhecido como teologia da libertação: num primeiro momento nos países da América Latina, marcados pela herança religiosa e cultural do cristianismo; em seguida, nas outras regiões do Terceiro Mundo, bem como em alguns ambientes dos países industrializados. [...] Designa primeiramente uma preocupação privilegiada, geradora de compromisso pela justiça, voltada para os pobres e vítimas da opressão" *Cf.* SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, In CNBB. Instruções Sobre a Teologia da Libertação: edição coordenada pela CNBB. São Paulo: Loyola, 1986, p. 12

[2] Eric Hobsbawm. Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 439

[3] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. Instrução Sobre a Liberdade Cristã e a Libertação. São Paulo: Paulinas. 1986. p. 61.

[4] ROLLEMBERG, Denise. *"Esquerdas revolucionárias e luta armada".* In Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura, regime militqr e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 60, vol. 4.

[5] Documento da 2ª Conferência do Episcopado Latino em Medellín, Pobreza da Igreja, 14. 8

[6] Lc 1, 46-55. Hino bíblico atribuído à Maria, a Mãe de Jesus, que diz: " [...] (Deus) derrubou dos tronos os poderosos e exaltou os humildes."

[7] Essa interpretação marxista que os progressistas fizeram do canto bíblico atribuído à Maria, a mãe de Jesus, aparece nos documentos oficiais da Santa Sé. *Cf.* Congregação Para a Doutrina da Fé. Op. Cit. p. 31.

[8] Ibid. p. 26

[9] Hino litúrgico de autor desconhecido.

[10] Chasteen, John Charles. América Latina: Uma História de Sangue e Fogo. Trad. Ivo Korytowski. São Paulo: Campus, 2001. p. 248.

[11] Conferência Episcopal da Nicarágua . MENSAJE-02-06-1979.html. pp. 3 e 4. Disponível em: <ww.tmx.com.nit/~cen/documentos/1979> Acesso em: 30/07/2004

[12] Cabestrero, Teófilo. Ministros de Deus, Ministros do Povo: Testemunho de Três Sacerdotes no Governo Revolucionário da Nicarágua: Ernesto Cardenal, Miguel d'Escoto, Fernando Cardenal. Trad. Edyla Mangabeira Unger. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 33.
[13] . Ibid. p. 38.
[14] Conferência Episcopal da Nicarágua. MENSAJE 02-06-1979. Html. pp. 3 e 4. Disponível em: < ww.tmx.com.nit/~cen/documentos/1979> Acesso em: 30/07/2004.
[15] HOBSBAWM, Eric; Ranger, Terence. A Invenção das Tradições. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, s/d,.
[16] Nicarágua. Aprender a Ler: Um Sonho Camponês. Cadernos de Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, ago. de 1980, nº 26, p. 29.
[17] . Cabestrero, Teófilo. Op. Cit. p. 83
[18] Sandinistas Tumultuam Homilia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5 de mar. de 1983, Primeiro Cadernos, p. 8.

A ARTE DE CONQUISTAR: COMO SERÁ A VIDA NA NOVA ÁREA?

Profª Drª Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro♥- UNIOESTE

Este estudo tem como meta discorrer a respeito da introdução do Oeste do Paraná à competência do Estado-nação, versando particularmente sobre a expropriação das terras guaranis localizadas na região durante aquela a que se convencionou designar como "colonização contemporânea" desta circunscrição geográfica. Enfatize-se que a análise da temática está pautada na conjugação dos aportes da teoria do contato e da etnologia clássica, uma vez que se examinam episódios quê, se por um lado, são oriundos de iniciativas de setores da sociedade nacional, por outro, apresentam desdobramentos cruciais para o coletivo indígena.

Diante do imperativo de discernir com mais pertinência os interlocutores presentes no contexto a delinear, descrevem-se aspectos relativos a períodos anteriores e, mais especificamente, à "colonização recente" da região. Salienta-se, outrossim, que as ações da pluralidade de frações da sociedade nacional que ocasionalmente interagem com a coletividade indígena, são abordadas *em relação* a ela, perspectiva que leva a rechaçar a hipótese de que a intervenção de não-índios, por si, só, produz mutações no modo de ser e viver dos Guarani, metamorfoseando-os em rudimentares criaturas do Estado-nação.

Desde o início de sua progressiva ocupação por setores da sociedade nacional, o Oeste paranaense, apreendido tradicionalmente como território guarani, é transformado numa espécie de campo de forças, constituído por uma complexa rede de conexões sociais internas. A região torna-se, assim, cenário de fixação de fronteiras territoriais e culturais e de manifestação de alteridade, como também do contato entre concretizações de espacialidades distintas, que, completamente incompatíveis, inevitavelmente resultam em alguma forma de conflito.

Em síntese, o Oeste é o *locus* da corporificação da diferença entre *nós*, os Guarani, e os *outros*, não-índios, que chegam de repente. O surgimento das frentes de ocupação representa

♥ Professora Adjunta do Curso de História, Centro de Ciências Humanas Educação e Letras, Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

alterações substanciais para os indígenas, uma vez que eles consistem para os colonizadores em obstáculos a eliminar. Neste sentido, os neófitos utilizam-se de uma variedade de artifícios no intuito de expulsar o povo nativo, apropriando-se de vastas parcelas de suas terras. Sublinhe-se que estas áreas expropriadas significam lugares de expressão de uma espacialidade típica e de concretização de relações sociais que garantem a perpetuação da sociedade.

Os territórios são locais determinados onde se definem relacionamentos sociais e étnicos específicos[1]. O controle territorial é indispensável para o poder hegemonicamente instituído, requerendo a adoção de medidas compatíveis para alcançá-lo, o que é possível observar através da ação dos diversos agentes do Estado-nação que têm como meta a inserção do Oeste nas esferas de uma *sociedade moderna*, tendo em vista que a consolidação deste propósito depende, dentre outros fatores, da homogeneização étnica.

O conceito de territorialidade de certa forma complementa o exposto, visto que, embora abstrato por excelência, significa uma espécie de interação entre o homem e o espaço[2]. Ele contribui para explicitar a ligação dos Guarani com a terra, enfatizando a necessidade de uma configuração geográfica determinada, para que um sítio seja considerado por esses índios como seu território, o que é o caso do Oeste paranaense.

O espaço, reiterando-se, é o lugar vivenciado, instância de produção e reprodução da sociedade e de manifestação do sentimento de pertença. A espacialidade é como um quadro de referência no mundo de significações das coletividades, atribuindo sentido aos locais. Ela encontra respaldo num código social comum, cuja base tem uma conotação real, já que fundada num contexto de solidariedade territorial[3]. Os Guarani têm na sua maneira de vivenciar os lugares, transformando-os em seus espaços, um elemento constitutivo do seu modo de ser e viver, sendo compelidos, em virtude da progressiva expropriação e redução de terras onde possam levar a efeito o *bom modo de ser*, a contínuas adaptações.

A *revolução de 1930*[4], na sua busca nem sempre bem sucedida de dirimir as particularidades regionais inaugurando um Estado centralizado de fato, traz em si "uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês"[5], projeto que assume feições mais definidas após a implantação do

Estado Novo. Ele se distingue por uma ação *unificadora* e conseqüentemente excludente, sustentada na insistência da diluição das diferenças políticas, sociais, econômicas, regionais e étnicas, cujo êxito aparente seria forjado pelo encobrimento da diversidade por uma atuação de viés populista.

Visualiza-se, portanto, que, se desde o final do século XIX, o Governo demonstra certa preocupação em nacionalizar os domínios a Oeste do país, no transcurso do Estado Novo (1937-1945) medidas efetivas são tomadas com esta finalidade. É um período marcado pela necessidade de incrementar a produção agrícola, pelo temor e combate à desnacionalização e, por fim, pela rarefeita densidade populacional de algumas parcelas do território brasileiro. De acordo com a concepção dos agentes dos poderes estabelecidos, esse relativo despovoamento deixa tais localidades livres para supostas invasões estrangeiras.

Em consonância com os propósitos do modelo de Estado que se instaura, idealiza-se e se concretiza a partir de 1943, na medida das probabilidades, a *Marcha para o Oeste*. A meta deste projeto é, principalmente, consolidar no âmbito agrícola o programa político-econômico de Vargas, de conotação, saliente-se, declaradamente nacionalista, através da ocupação das fronteiras oestinas. Noutras palavras, ao mesmo tempo em que se tenta inserir a região à esfera do Estado-nação, expande-se o capitalismo no campo[6].

Acrescente-se ao processo homogeneizador da ditadura varguista, o Plano de Metas lançado por Juscelino[7], na segunda metade dos anos 1950, que, embora divulgue a si próprio como uma superação do regime que o precede, de alguma forma o complementa. Seu discurso, em linhas gerais, apregoa o objetivo de *superar o atraso* que grassa no país, congregando interesses conflitantes por meio da colaboração da população num projeto de construção nacional, que teria como horizonte um futuro melhor conquistado pelo trabalho de todos, obviamente, em medidas diferenciadas.

É interessante fazer constar que, a despeito do Plano não exprimir atenção com qualquer tipo de planejamento regional, paradoxalmente, ele incide em alterações relevantes no que tange à estrutura territorial da nação como um todo. Pode-se creditar este fator à lógica da etapa específica do capitalismo à qual está vinculado o projeto desenvolvimentista de Juscelino, que correlaciona a ampliação de áreas sob a influência do sistema com a reprodução de capitais. Neste sentido, justifica-se a política de centralização e unificação do país com a inclusão de vastas zonas ao âmbito do Estado-nação, como é o caso do Oeste paranaense.

Diante do exposto, evidencia-se que o século XX traz consigo profundas transformações para o Oeste. Esta região, durante as primeiras décadas da centúria, distingue-se pela quase absoluta inexistência de liames de quaisquer ordens no que diz respeito ao Estado brasileiro. A principal atividade econômica desenvolvida nestas imediações é, então, a exploração predatória de recursos naturais, basicamente a erva-mate e a madeira, levada a efeito por empresários estrangeiros.

Por volta de 1930, tem início uma progressiva política de introdução destas cercanias ao jugo político do poder centralizador da nação, consolidada nos decênios seguintes por meio da implantação paulatina de projetos de colonização com trabalhadores nacionais. Entende-se, na época, que esta é a forma mais eficaz de alçar estas fronteiras à condição de comparte de um *país moderno*.

Ao ter início a fixação dos *conquistadores* contemporâneos, estas terras já se encontram habitadas por povos indígenas, especificamente os Guarani *Ñandeva* e *Mbyá* que percebem como seu o espaço que separa as atuais cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra, margeando o rio Paraná. É conveniente reiterar que a dimensão efetiva do território tradicional guarani, intrínseca ao seu mundo de significados, é retalhada em razão da imposição dos limites definidores das nações latino-americanas. Há que mencionar, contudo, que este coletivo interpreta e internaliza a nova situação espacial, transcendendo-a e a manipulando em benefício próprio, em decorrência de circunstâncias particulares.

Eficientes na arte da caça e da pesca, os Guarani são também excelentes horticultores, o que os habilita a caminhar sem cessar no interior do seu território, sem receio de padecer por carência de víveres. É plausível compreender como peregrinações peculiares a estes índios a simples ausência de um único indivíduo ou de toda uma família próxima (da aldeia de que são membros) com a intenção de visitar parentes em outras áreas ou mesmo trabalhar temporariamente para os *brancos* como *bóias-frias*, atividade bastante comum, conforme é possível divisar.

Outra modalidade do caminhante Guarani é a transferência de aldeias inteiras dentre as fronteiras que marcam as suas terras, o que, considerando as propriedades de sua economia, torna lícito supor que se justifique pela precaução de não exaurir os recursos naturais dos locais em que estão ocasionalmente assentados, reputando-se que sua forma de ocupação do espaço, conseqüentemente, não é intensiva, nem tampouco predatória. Ressalte-se que fatores elementares para a realização dos padrões culturais destes índios são a possibilidade de desfrutar de terrenos ricos em matas e águas, dotados de solos férteis e adequados ao cultivo e, horizontes amplos, pelos quais possam perambular.

Os Guarani de hoje já não se caracterizam por um *ethos* impositivo, como aquele que consta dos relatos acerca do início do processo de conquista, que impeça a presença de *outros* em territórios que entendem como seus. Esta faceta se manifesta na interação com grupos étnicos diversificados e, no que respeita a este estudo, com várias frações da sociedade nacional. Exemplo disto é a freqüência com que se oferecem como força de trabalho para os não-índios, desde *obrageros* até colonos, passando, no entanto, por episódios de violência e tentativas de extração compulsória de sua mão-de-obra. Mas, da mesma maneira, eles elaboram e incorporam hábitos e objetos pertinentes ao entorno, revestindo-os de significados diferentes. Os múltiplos contatos que a sociedade Guarani mantém ao longo do seu devir, com base numa rede de sentidos imanente, são fatores que atuam no processo de auto-alteração e composição de sua auto-identificação no presente.

Sustenta-se que é válido transpor os aportes de Viveiros de Castro[8] acerca dos Tupinambá para os Guarani, quando o autor pondera que, ao estabelecer relações com os *brancos*, os índios transformam sua própria sociedade. Assevera-se, outrossim, que "a inconstância da alma selvagem", na sua abertura, expressa um determinado modo de ser, no qual a troca, ou reciprocidade, ao invés da identidade, é o valor fundamental a ser resguardado.

Os Guarani são abertos para a história de uma maneira análoga àquela que Sahlins[9] denomina de performativa – perceba-se que o próprio autor insiste em declarar que nenhuma sociedade é puramente performativa ou prescritiva –, no sentido de que assimilam as contingências que o viver lhes impõe, apreendendo e recriando os aspectos componentes do *mundo dos brancos* como parte do seu próprio universo. Nesta perspectiva, reitera-se o pressuposto de que o entorno regional estabelecido deve ser percebido como parte do contexto da sociedade Guarani ou, em outros termos, como integrante de sua situação histórica.

A colonização recente do Oeste por migrantes descendentes de alemães e italianos está inserida numa conjuntura econômica e política que enfatiza o desenvolvimento nacional, alicerçado, principalmente, na industrialização e na modernização agrícola. Ademais, há o fato de que em muitas zonas tradicionalmente povoadas, ocorre o esgotamento das possibilidades de produção, agravada por uma incipiente mecanização das atividades agrícolas, fatores que, conjugados, resultam na liberação de trabalhadores, compelindo muitos agricultores *expulsos* de suas regiões de origem, a migrarem em busca de novas fronteiras a ocupar.

Em síntese, a colonização consiste num meio de escoamento para excedentes populacionais de regiões que já não permitem a permanência no campo, operando, igualmente, para *nacionalizar* estas terras, introduzindo-as na lógica capitalista, tornando-as partícipes e colaboradoras do *progresso* brasileiro. Dentre as empresas que levam a efeito o povoamento e a colonização da região, transmudando-a em componente de uma *nação moderna*, aquela cuja atuação é qualificada como exemplar é a da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, a Companhia Maripá.

Observe-se que os nativos aceitam a presença de *brancos*, inclusive labutando como assalariados para o esquema extrativo da Companhia. É provável que isto se deva ao fato de que, nesta fase, as atividades da Maripá não implicam na imposição de entraves à realização do modo de viver dos indígenas, tendo em vista que não demandam a fixação territorial de elementos alógenos. Antes de tudo, no entanto, existe o imperativo de mão-de-obra barata e resistente à lida para efetuar a exportação madeireira e instalar a infra-estrutura reservada à recepção dos futuros habitantes. Desta forma, por vezes, quando os índios querem algum dinheiro, aparecem para trabalhar; outras não, dependendo de sua vontade.

A maneira de cultivar a terra e, em complemento, a economia praticada pelos nativos, são avaliadas como antieconômicas pelos agentes da colonização. Em conseqüência, esse povo é sumariamente repelido, por meio dos mais variados procedimentos, perante a urgência de abrir espaço para a "colonização oficial que ocorre sob o referencial do moderno, consagra o migrante que incorporou a centralidade ética do trabalho e é detentor de uma competitividade produtivista"[10].

O processo de colonização "expandindo a propriedade privada da terra como meio de produção e como objeto de especulação imobiliária" transforma a mesma em mercadoria. Neste sentido, a terra não pode mais permanecer sendo a instância de materialização do *bom modo de ser* legado pelos ancestrais. "Com a expansão da propriedade (como categoria ideológica, social, econômica e jurídica)"[11], torna-se quase impossível a efetivação da espacialidade e da mobilidade dos Guarani. A não ser através de táticas...

Os indígenas no contexto da colonização são análogos ao que Certeau[12] identifica como "produtores desconhecidos, poetas de seus negócios". Desenham "trajetórias indeterminadas", apreendidas como um "movimento temporal no espaço", ou noutros termos, "a unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos". Estes caminhos traçados pelos nativos parecem carecer de lógica para os *conquistadores*, uma vez que não se mostram coerentes com "o espaço construído, escrito e pré-fabricado" pelos poderes institucionalizados.

Os *pioneiros* colonizadores, em conseqüência do respaldo que lhes é proporcionado, percebem-se como *estabelecidos*[13], determinando para si um estilo de vida comum, definindo certas normas e padrões de comportamento e se orgulhando dos mesmos, normas e padrões que traduzem, a partir do seu ponto de vista, uma condição humana superior. Esta condição legitima a tentativa de extirpar os Guarani das proximidades, seres que concebem como inferiores, uma vez que a permanência de outras sociedades que não compartilhem dos mesmos valores, portadores de características *ruins*, acaba por se tornar uma ameaça ao estilo de vida instituído.

Neste caso específico, os recursos de poder que permitem aos *estabelecidos* afirmar sua superioridade e lançar um estigma sobre o *outro* como pessoas de estirpe inferior provêm de diferenças grupais étnicas. Conforme Elias e Scotson[14], a sociodinâmica da estigmatização, que leva a fixar o rótulo de "valor humano inferior" a outro conjunto de pessoas, é uma das armas usadas pelas comunidades que tencionam se fazer entender como superiores nas disputas de poder como meio de manter sua supremacia social.

---

[1] SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 77-116.
[2] SOUZA. In: CASTRO, 2000.
[3] GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 49-76.
[4] Sobre esta questão são consideradas obras clássicas, dentre outras: FAUSTO, 1972 e DE DECCA, 1983.
[5] MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. pp. 252-299:282.
[6] RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
[7] Alguns estudos relevantes a respeito do período são, dentre outros: MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981 e BENEVIDES, Maria Vitória. **O governo Kubitschek**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
[8] VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. In: **Revista de Antropologia.** São Paulo: USP, n. 35, 1992. pp. 21-74.
[9] SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
[10] SCHREINER, 2002: pp. 80-81.
[11] Id.,pp. 90
[12] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I. pp. 98-99.

[13] ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
[14] Op.cit. 2000: 24.

A escolarização como canal de ampliação de espaços para a mulher na Primeira República

Profº. Dr. Sebastião Pimentel Franco.- UFES

Desde o período colonial, instalou-se no imaginário da sociedade a idéia de submissão da mulher. A história registra, no entanto, tentativas das mulheres de enfrentamento da situação adversa que lhes era imposta. Esse enfrentamento permaneceu, durante séculos, na obscuridade.

Hahner (1981) aponta como conseqüência do fenômeno o fato de que os homens, como transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aqueles que julgavam importantes. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciavam consideravelmente daqueles exercidas pelos homens, foram consideradas sem significado e até indignas de menção.

No Brasil, através dos tempos, foi-se constituindo o preconceito da inferioridade da mulher em relação ao homem, cristalizado em papéis estereotipados.

O estabelecimento de uma estrutura agrária, latifundiária e escravocrata fortaleceu o regime paternalista. A falta de centralização administrativa, a constituição de grandes latifúndios e a dispersão populacional contribuíram para que a sociedade brasileira no nordeste açucareiro litorâneo – principal região de ocupação do país na época – se caracterizasse pelo patriarcalismo, no qual as relações de caráter pessoal assumiram vital importância. (Samara, 1989).

Sua autoridade era inquestionável sobre sua mulher, a prole, os escravos e também sobre os agregados. Segundo Sodré (1944, p. 103), “Compete-lhe em todos os assuntos o voto decisivo”.

O chefe tinha autoridade absoluta, cabendo a esposa um papel restrito, havendo uma convicção do direito natural de o pai mandar e ser obedecido ”A ele competia

determinar o grau de instrução, a profissão, a escolha afetiva e sexual dos seus dependentes" (Costa, 1987, p. 78).

Ao se estabelecer que as funções feministas deveriam estar restritas ao lar e as masculinas associadas com a rua – o mundo público – estabeleceu-se em verdade uma profunda desigualdade entre essas funções. Culturalmente, passaram-se a valorizar as funções masculinas, em detrimento das funções feministas.

Ser mãe esposa, dona de casa era a maior virtude da mulher. Essa ideal era pregado pela "Igreja, ensinado pelos médicos e juristas, legitimado pelo Estado..." (Maluf, 1998, p. 359).

Apesar de existir uma ideologia interditando a mulher, muitas delas acabaram rebelando-se contra o papel que lhes era imposto. Muitos conflitos existiram por causa de casamento indesejados, por não aceitarem a violência física e simbólica a que eram submetidas, por não aceitarem uma vida em que o esposo não as realizava como esposas ou como mulheres, ou por sentirem desrespeitadas.

Existe farta documentação evidenciando na história brasileira a insubordinação de mulheres que não aceitaram docilmente a repressão a que estiveram submetidas frente ao poder instituído pelo gênero masculino. A historiografia brasileira é pródiga em exemplificar casos de mulheres que contestaram a hegemonia masculina. Não obstante, as condições sociais postas, os padrões morais, éticos e de valores, aliado à dependência econômica em que quase sempre viveram as mulheres, determinaram que as relações macho e fêmea no Brasil, só se alterassem de forma lenta e gradual. As vozes femininas discordantes da estrutura social vigente eram minoria e, por isso mesmo, quase sempre sufocadas. Apesar disso, tiveram papel decisivo, pois possibilitaram que lenta e gradualmente mudanças significativas viessem a ocorrer. A alteração na cultura social e no papel que a mulher desempenha hoje na sociedade foi sem dúvida uma conquista possível graças à ação de mulheres pioneiras no que se refere à contestação de seu status quo na sociedade brasileira desde os tempos coloniais.

A participação mais ativa da mulher brasileira na sociedade iniciou-se com a vinda da Família Real para o Brasil, a partir de profundas alterações que começaram a acontecer. Entre essas alterações, a mais significativa foi referente à garantia de acesso da mulher à instrução.

A escolarização abriu para as mulheres novas oportunidades de melhor se prepararem para o ingresso no mercado de trabalho, garantindo-lhes um início de profissionalização. Isso, não ocorreu de forma abrupta, pois, entre a garantia do direito e a possibilidade da escolarização das mulheres houve um significativo hiato de tempo.

O fato é que a escolarização abriu para as mulheres a possibilidade de tomar conhecimento de novas realidades, inclusive da sua realidade, fazendo-as enxergar cada vez mais claro a opressão a que eram submetidas, o que as levou a buscar romper essa estrutura.

A luta desesperada de algumas mulheres contra a opressão e dominação a que viviam submetidas, pode ser exemplificada pela história de uma jovem normalista e professora do Espírito Santo, que ousou lutar por seus direitos e contestar as injustiças dos homens do poder.

A “heroína” Joana Passos não se curvou à estrutura social vigente e tentou de todas as formas superá-la. Lutou contra a oligarquia poderosa, contra as autoridades governamentais, contra elementos da sociedade que tentavam regular e normatizar as ações cotidianas das mulheres.

Joana Passos era uma jovem órfã e pobre que graças à possibilidade de ascensão social que a escolarização permitia conseguiu freqüentar o curso normal e ingressar no magistério através de concurso.

As oligarquias poderosas facilitavam a vida de seus apadrinhados políticos, mas, em contrapartida, eram extremamente rigorosas com os rebeldes ou seus opositores. Demitir, remover professores que contrariavam o poder das oligarquias foi uma regra no Brasil; no Espírito Santo não foi diferente. A professora em questão conheceu as arbitrariedades do

poder, por supostamente se rebelar contra as normatizações que eram supostas às mulheres.

Como represália de acordo com o Decreto Lei nº. 299 de 20 de março de 1909, foi exonerada da cadeira que ocupava na região de Regência no município de Santa Leopoldina.

E porque terá sido exonerada a professora Joana Passos? Tomando como referência a documentação alusiva a esse caso, pôde-se verificar que a questão se iniciou devido as denúncias que chegaram ao Inspetor Geral de Ensino, Gomes Cardim contra essa professora. De acordo com essas denúncias, Joana Passos apresentava comportamento desviante quanto às suas funções no magistério, e à sua privada, sob alegação de que andaria sozinha ou em companhias de pessoas de sexo diferente ou ainda pessoas de comportamento moral duvidoso.

Constitui Gomes Cardim um inspetor, Alberico Lyrio dos Santos para verificar o fundamento das denúncias. Num gesto apressado e arbitrário – pois não ouviu a acusada –, afirma o inspetor que a professora ausentava-se da localidade, não observava os horários de trabalho e não cumpria os programas das disciplinas que ministrava. Foi mais além, pois ainda censurou o comportamento da professora, chegando que a comentar que ela andava as vezes só, outras vezes acompanhada de pessoas desclassificadas por lugares pouco freqüentados, a hora avançada (Monteiro, 1912 p. 64-67).

Evidenciar padrão desviante para dessa forma desmoralizar as mulheres foi uma prática muito comum utilizada por homens e advogados no início do século XX, pois assim evitavam que as mulheres conseguissem provar suas inocências quando acusadas. O relatório do Inspetor foi o bastante para que a referida professora fosse afastada do cargo.

Se as autoridades governamentais acreditavam que com essa atitude calariam a voz dessa professora e a fariam se curvar aos desígnios do poder, equivocaram-se redondamente.

Numa luta desesperada por seus direitos, Joana Passos procurou Gomes Cardim para questionar o ato de sua demissão. Esse sugeriu a ela que consiga provar a sua

inocência, conseguindo cartas de moradores da região que abonassem sua conduta moral. Assim o fez a ré.

A carga contra a professora não parou por aí. Os oligarcas manipularam informações, arranjaram testemunhas que refutassem as declarações da ré, chegando a conseguir que as pessoas que haviam assinado um documento pró – Joana declarassem depois que foram enganadas para assim agirem. Alguns chegaram, em novas declarações a acusarem a professora de meretriz. Foi assim dada a "sentença de morte" e dessa forma as autoridades governamentais entenderam que havia provas substanciais para condená-la. Esqueciam, no entanto, o direito primário que todos os cidadãos devem ter, que é o da defesa.

Ainda assim, Joana Passos não se curvou à força dos poderosos. Solicitou ao judiciário que a submetesse ao teste de virgindade. Pensava que com isso derrubaria por terra a acusação de desclassificada moralmente. Realizado o teste, os médicos atestam a virgindade da professora, derrubando, portanto, a mais séria acusação que recaia sobre ela.

A imprensa local chegou a noticiar a vitória da acusada, dizendo que a mesma se submetera ao exame para refutar as "informações levianas e descriteriosas que punham em jogo não somente a conducta de moça como funcionaria, mas também sua conducta pessoal privada". Comentava ainda que esse foi o único recurso que ela encontrou para provar a sua honestidade, embora se sentisse humilhada por ter que se submeter a tão vexominoso exame. Segundo ainda o jornal, a "voz da sciência, segura a infallível" provou que era "donzela, impolutta e intangível" e nesse sentido o mesmo jornal reivindica que os danos causados à acusada fossem imediatamente reparados (Jornal Comércio do Espírito Santo, 1909. p. 02).

Ledo engano para aqueles que acreditavam que a oligarquia poderosa, intolerante, discricionária iria se dobrar as evidências do conhecimento científico que tanto propalavam. Uma coisa era acreditar e reconhecer a importância da ciência, outra é aceitar a impetuosidade, o questionamento, a audácia de uma mulher que ousava criticar a contestar os "donos do poder".

O poder não se curvou as evidências e, valendo-se da autoridade da qual estava investido não reparou os erros cometidos contra Joana Passos. É verdade que o Inspetor Geral do Ensino, Gomes Cardim, "mediante o certificado do exame médico que constitui a negação positiva das acusações feita à ex-professora Joana Passos, quanto à sua dignidade" fez um pedido ao Presidente do Estado objetivando arquivar o inquérito e absolver a professora, reparando as injustiças que foram cometidas contra ela (Jornal do Comércio do Espírito Santo, 1909, p. 01).

Talvez por pressão de outras autoridades governamentais, retrocedou nessa empreitada e dois meses, depois em seu um relatório disse:

> *Ao envez da professora acceitar os meus razoaveis conselhos, submeteu-se a um exame que alem de não ter valor perante a sciência, não vinha provar que ela fosse cumpridora dos seus deveres, bem como tivesse a indispensável correcção moral e, valendo-se da imprensa, com linguagem pouco delicada, atacou o meu ato (CARDIM, 1909. p. 24).*

Não tendo como provar que a professora transgredira ou violara os dispositivos legais, Joana Passos seria crucificada por desafiar as autoridades constituídas. Foi condenada segundo Soares por ter tido a petulância

> *De desafiar o autoritário Jerônimo Monteiro, acostumado a dar ordens e ser obedecido e capaz até de enfrentar os adversários a bala. Suprimir escolas, colocar professores em disponibilidade, transferir para localidades distantes eram algumas das punições corriqueiras (SOARES, 1998. p. 76).*

Ao final prevaleceu a vontade das autoridades governamentais e a professora Joana Passos não foi readmitida. Poder-se-ia dizer que sua luta foi inglória ou em vão, pois no mundo oligárquico de então não havia espaços para questionamentos (sobretudo de mulheres) de uma suposta "ordem"? Certamente que não. Independente de ter conseguido sair vitoriosa na questão, a contestação, a luta, o não se dobrar às vontades dos homens mandantes da época, atitudes tomadas por Joana Passos tiveram eco e outras mulheres se espelharam em seu exemplo para criticar o mundo de injustiças a que eram submetidas e para reivindicar seus direitos.

A ação de Joana Passos foi também significativa, pois evidenciou que as mulheres não eram tão dóceis como desejavam ou queriam crer os homens da época. Evidenciou ainda que, ao se instruírem foi-lhes possível as mulheres ter uma visão mais ampla de seus direitos e, conseqüentemente, enxergar as injustiças vigentes nessa sociedade.

Recorrer a todas as instâncias, fazer valer sua posição, saber como e de que forma era possível contestar as arbitrariedades dos homens, evidenciou um grau elevado de informação, sobretudo no que se referia ao domínio do conhecimento das leis, mundo esse que, ainda nessa época, era de domínio exclusivo do gênero masculino. A trajetória e o calvário percorrido por Joana Passos para contestar a infâmia, a hipocrisia, a arbitrariedade, a opressão, deixaram claro que as mulheres do início do século XX estavam caminhando rumo a uma profunda e radical transformação nas relações entre os gêneros masculino e feminino. E, nesse sentido apropriar-se do processo educacional, ter acesso a instrução foi de fundamental importância, pois, embora a instrução oferecida às mulheres tivesse por objetivo reproduzir a submissão, ela garantia paradoxalmente uma abertura para o questionamento.

Referências

CARDIM, Gomes. Relatório apresentado ao Emxo. Sr. Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado do Espírito Santo pelo Inspetor geral do Ensino em 28 de julho de 1909. Vitória: Imprensa Oficial. 1909.

COSTA, M. **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e as suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

Jornal do Comércio do Espírito Santo – Vitória, 25 de maio de 1909.

MALUF, Marina; Mott, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino.** In: Sevcenko, Nicolau (Org). História da vida privada. Vol. 3. Companhia das Letras: São Paulo, 1998. v. 3. p. 367-421.

SAMARA, Eni Mesquita. **A família brasileira.** 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SOARES, Renato Viana. **Paradigma São Paulo: a exportação do "modelo" republicano, no início do século xx.** Vitória: Lei Rubem Braga – Darwim, 1998.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: CONHECIMENTO HISTÓRICO E COMUNICAÇÃO DE MASSA NO ESPAÇO ESCOLAR

Selma de Fátima Bonifácio – selma_bonifacio@uol.com.br – PPGE/UFPR
Luís Fernando Cerri - lfcronos@yahoo.com.br – DEHIS/UEPG

As histórias em quadrinhos representam, indubitavelmente, um importante meio de comunicação de massa, sendo foco de interesse não só do público infanto-juvenil, normalmente identificado como público-alvo da leitura de quadrinhos, como também por parte de intelectuais e pesquisadores de diferentes ramos do conhecimento. Mas não são apenas os quadrinhos que têm despertado o interesse de professores e pesquisadores, particularmente no ensino de História. Pesquisas importantes têm sido feitas, analisando programas televisivos, a música, a informática, o cinema, e mesmo charges e *cartuns*, considerados antecessores dos quadrinhos. Este interesse acadêmico por diferentes linguagens deve-se, em parte, à compreensão de que a escola não é mais a única instituição capaz de informar o indivíduo, mas que interage com inúmeros outros meios, podendo então, caracterizar-se como uma instância de singular valor político e pedagógico, na medida em que possibilite uma ampliação e articulação com os saberes disponíveis socialmente.

Mas a percepção de que os meios de comunicação de massa, particularmente as histórias em quadrinhos, representam elementos importantes de análise e aprendizagem histórica, nem sempre foi tida como unanimidade. Sua aceitação no espaço escolar não se manifestou com a simpatia que caracterizou a entrada de outros meios no universo escolar, como a informática, por exemplo. Sendo um característico meio de comunicação de massa, sua origem histórica remonta ao fim do século XIX, e à grande efervescência das inovações tecnológicas e comunicacionais que configuravam aquele momento: as distâncias repentinamente eram reduzidas, com o auxílio de meios produzidos em larga escala, como o rádio, o jornal e o cinema.

No universo eufórico que caracterizava tal período histórico, os quadrinhos iam ao encontro das camadas trabalhadoras e iletradas dos Estados Unidos, com suas temáticas

divertidas (por isso foram chamados de *comics*, nos Estados Unidos), as muitas ilustrações e pouco texto. Assim, enquanto pessoas cultas ampliavam seus horizontes através de literatura clássica, da música erudita e de passeios a museus, crianças, pobres e imigrantes recorriam à "leitura" dos quadrinhos como forma de inserção no universo da comunicação. Este fato, talvez possa explicar, ao menos em parte, o descaso e, até mesmo um certo preconceito gerado pela leitura das histórias em quadrinhos, tidas, por muito tempo, como um simples subproduto cultural. As críticas, desde seu surgimento, até poucas décadas atrás, vinham de pais, educadores e intelectuais.

Felizmente, de lá para cá a situação tem se alterado significativamente e os quadrinhos, assim como outros meios característicos da cultura de massa, como o cinema e a televisão, já não causam aversão e, gradualmente, passam a ser elementos constantes na sala de aula, em função da proximidade dos seus sujeitos (alunos e professores) com os recursos e a linguagem midiática. Mesmo assim, no que se refere à presença dos quadrinhos em sala de aula, podemos perceber uma ação ainda restrita, em termos de análise, utilização, e produção científica relacionada com o tema, particularmente no ensino de história. O que almejamos, neste sentido, é analisar o conteúdo histórico de algumas histórias em quadrinhos, percebendo-as como importantes focos pelos quais o conhecimento histórico circula socialmente.

Compreende-se que o conhecimento histórico não se restringe à sala de aula, ou ao espaço acadêmico. Neste aspecto, Marc FERRO (1989) destaca que, mais do que nunca, a história não é resultado de um convívio harmônico entre os indivíduos. Ao contrário, é conseqüência de um enfrentamento político-ideológico, que ocorre não apenas na academia ou na escola, mas também na mídia, em seus mais distintos veículos: televisão, cinema, literatura, quadrinhos, etc. Por se tratar de um campo de poder, a história é disputada e colocada sob vigilância, pelas muitas instituições que objetivam o controle social, seja o Estado, a igreja, ou a própria sociedade. E assim, nasce a história oficializada, sustentada pelas instituições e camadas vencedoras da população.

Assim, são inúmeros os focos que acabam por concretizar, individual e socialmente, a formação de consciências históricas, no confronto entre as narrativas, os silêncios, os ruídos e balbucios sociais. No que se refere à formação da consciência histórica, utilizamo-nos da elaboração conceitual do pensador alemão Jörn Rüsen.

Para Rüsen, a presença da consciência histórica não é uma característica de especialistas ou dos indivíduos formados nas escolas, academias e cursos de história. É na verdade, algo inerente ao ser humano, em sua própria condição de existência cotidiana. Assim, todos nós acabamos desenvolvendo uma consciência histórica, a partir de nossa inserção no mundo. Mas qual seria a distinção entre o pensamento histórico cotidiano, e o saber produzido academicamente? CERRI (2001, p.100) aponta que o pensamento histórico vinculado ao conhecimento acadêmico trata de uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que é cotidiana, e "ligada ao fato de se estar no mundo".

Desta forma, rompe-se com a percepção elitista de história, em relação à vida de todo indivíduo. Afirma Rüsen: "São as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica" (RÜSEN, 2001, p. 54)

Assim, natural ou cientificamente, cotidiana ou sistematicamente, todo e qualquer ser humano, ao longo de sua existência e vida práticas, acaba por construir e concretizar a existência de uma consciência histórica, através de operações mentais, que acabam por gerar resultados cognitivos.

Neste sentido, muitas das histórias em quadrinhos produzidas, acabam por se configurar como importantes referências vindo, muitas vezes, a se integrar a obras, eruditas e acadêmicas. Podemos citar, neste caso os quadrinhos Asterix, Mafalda e Garoto Amarelo, como produções que analisam e representam um determinado momento histórico. Assim, a arte seqüencial representada pelas HQ's (histórias em quadrinhos), pode se caracterizar em uma boa contribuição, no que se refere à análise e formação de consciência e narrativas históricas, em sala de aula.

A história oficial tem, ainda nos dias atuais, exercido uma grande influência na vida social e escolar. E, neste aspecto, percebemos ainda a existência de um rigor curricular que busca amarrar o acontecimento, a narrativa histórica. Por outro lado, vivemos em uma sociedade fortemente marcada pela presença da mídia, das diferentes linguagens comunicacionais, e de uma velocidade nunca antes vista, no que tange às informações, descobertas, pesquisas. O aluno assiste à aula em uma dada perspectiva e narrativa histórica e, através da leitura dos quadrinhos interage com outras abordagens, novas e velhas formas de se contar o passado e o presente da sociedade. Em face dessa realidade, justifica-se o uso dos quadrinhos em sala de aula.

Mas as histórias em quadrinhos possuem características específicas. O conhecimento histórico, ao ser quadrinizado, passa por determinadas alterações, tanto na adaptação do conteúdo à forma quanto na criação de novas relações entre o sujeito do conhecimento e o seu suporte. De um momento trazido da memória, ou descrito através de um texto narrativo, torna-se cristalizado em quadros sucessivos que, isoladamente, não detêm um sentido global. Transpõe-se, assim, a linearidade dos textos tradicionais, oferecendo ao leitor a aproximação com uma outra perspectiva, obtida a partir da representação visual, da expressão fisionômica dos personagens, suas ações, seus diálogos e pensamentos. O leitor pode reconhecer-se nos personagens representados, identificar-se com determinadas ações ou repudiar as atitudes expressas na trama. E, historicamente, esta estrutura serviu para que muitos artistas e governos fizessem uso dos quadrinhos para transmitir suas mensagens e, quem sabe, até mesmo convencer os leitores de suas causas, concepções e ideologias. São os quadrinhos fazendo com que a História continue exercendo o que FERRO (1983, p.12) chamaria de “uma dupla função, terapêutica e militante”.

Como exemplos da vinculação entre as HQ’s, e uma intencionalidade de domínio e controle de a narrativa histórica, podemos citar os quadrinhos de Mao Tsé-Tung, utilizados pelo governo chinês como campanha político-educacional nos anos de 1960, e de Mahatma

Ghandi, além de outros. Assim, buscamos analisar algumas obras que, ao abordar fatos e narrativas históricas, concretizam concepções e consciências históricas, em alunos, professores e em leitores de modo geral.

Num primeiro momento, analisamos quadrinhos produzidos durante as décadas de 1960 e 1970, período em que houve uma significativa produção de HQ's voltadas à didatização de conteúdos históricos, o que era considerado como nobre e adequado à formação da juventude, intelectual e moralmente falando.

> Para DUTRA (2003, p.12): "Os quadrinhos com temas históricos freqüentemente se tornam ufanistas nas mãos de movimentos nacionalistas (...) No Brasil, o nacionalismo oficial pós-golpe de 64 também usou os quadrinhos como meio de cativar as crianças num esforço de fabricação de um sentimento patriótico..." Nesse período, foram várias as produções, intituladas *"Grandes Figuras em quadrinhos"*, tendo como temática a biografia romanceada de heróis nacionais, como Duque de Caxias, Getúlio Vargas e Oswaldo Cruz. Tais obras, publicadas pela Editora Brasil-América (EBAL), eram apresentadas em preto-e-branco, sem o ritmo e a agilidade dos quadrinhos. Em relação a tais produções quadrinizadas, CALAZANS (2004, p. 11) afirma: "... as HQs eram descritivas e monótonas, estáticas, sem ação nem envolvimento emocional, sem nenhum suspense (...) abusando de enormes balões de texto e quadros informativos em linguagem pomposa e difícil, um tom de Diário Oficial ou ofício-memorando, documento burocrático...". Sem dúvida, a ausência de movimento, de ações e tramas mais elaboradas, faziam das "Grandes Figuras em Quadrinhos", uma tentativa equivocada de unir o conhecimento histórico biográfico, com a linguagem midiática dos quadrinhos. Na realidade, em tais obras, destacava-se as virtudes heróicas a clara exaltação de vultos brasileiros.

Além destas produções quadrinizadas, tivemos outros autores e professores, que buscaram a elaboração de material didático, aliado ao uso explícito dos quadrinhos.

Em meados da década de 1960, o professor Julierme de Abreu e Castro[i] lança algumas obras consideradas extremamente inovadoras para aquele período. Seus livros possuíam textos ilustrados por figuras coloridas. Os textos (roteiro e legendas) eram produzidos pelo próprio Julierme, e os desenhos, pelos desenhistas argentinos Eugênio Colonnese (italiano de nascimento) e Rodolfo Zalla[ii]. No que se refere à inserção de quadrinhos em livros didáticos, afirmava o autor (1971, p.8): "A experiência demonstrou a validade do emprego da técnica do quadrinho no livro didático – a julgar pelas numerosas cartas de professores em nosso poder e pelo aumento do interesse do estudante pela História, testemunhado por todas elas." Neste aspecto, podemos observar uma preocupação com a qualidade dos desenhos, bem construídos, e uma presença de cores bastante definidas, que se apresentam em uma boa proporção, sem excessos. Estes elementos caracterizam alguns dos aspectos positivos dos quadrinhos apresentados.

Além destes exemplos, gostaríamos de salientar uma produção igualmente significativa, em relação aos quadrinhos e conhecimento histórico. Trata-se de *"Cai o Império: República Vou Ver!"* (1983), uma obra paradidática realizada pela historiadora Lilia Moritz Schwarcz[iii], em parceria com o cartunista Angeli[iv]. O livro aborda momentos da História do Brasil, focada a partir de "O golpe da Maioridade de D. Pedro II"; "As eleições do cacete"; o poder das elites e partidos políticos; o domínio britânico; o tráfico e o escravismo no Brasil; a chegada dos imigrantes; a "Guerra do Paraguai", entre outros. E a história mais recente do Brasil também tem sido contada através das histórias em quadrinhos. É o exemplo de *"Subversivos: a luta contra a ditadura militar no Brasil"* (2001), obra produzida pelos artistas André Diniz (roteiro e editoração), Laudo e Marco (ilustração) e Omar Viñole. A história é uma obra de ficção, mas com base em elementos históricos, que mesclados, passam a girar em torno da resistência e da luta armada contra a ditadura militar e o AI-5.

A pesquisa, entretanto, objetiva uma análise, de modo particular, da Turma da Mônica na Série *"Você Sabia?",* de Maurício de Sousa. Tratam-se de revistas em formato americano, com qualidade gráfica superior às revistinhas tradicionais, e abordam, entre outros, temas da História do Brasil, como *Abolição dos Escravos*, a *Independência*, a

Proclamação da República e o *Descobrimento do Brasil*, além da biografia de *Santos Dumont*. Tais obras circulam por todo o território nacional, e seu lançamento nas bancas precede ao Calendário Cívico Nacional. Assim, *O Descobrimento do Brasil* e *Abolição dos Escravos* são lançados, periódica e anualmente, no mês de abril, *A Independência do Brasil* é lançada em agosto e a *Proclamação da República* tem seu lançamento no mês de outubro.

Nas historinhas, são abordados fatos e acontecimentos da História do Brasil, entremeados com jogos, passatempos e informações históricas, de forma leve e divertida, indo ao encontro, principalmente, do leitor público infanto-juvenil, em idade escolar. Os personagens da Turma da Mônica são participantes e agentes dos acontecimentos, e usam o bom humor para responder às necessidades que surgem. Os acontecimentos cívicos são vistos como algo correto e adequado e cada personagem ocupa uma função de destaque na trama. Assim, no volume 2 da série, *Abolição dos Escravos*, Mônica, Cebolinha, Cascão e Magali convivem com Castro Alves, Rui Barbosa e a presença de uma delicada Princesa Isabel, além do "Tio José", figura de José do Patrocínio, que lhes conta histórias da escravidão e libertação.

Já no volume 4, a *Independência do Brasil*, temos Cebolinha como Dom Pedro e Mônica como a Imperatriz Leopoldina, além de Franjinha representando o paulista José Bonifácio. Parece-nos evidente que, aos olhos dos leitores que se identificam com a Turma da Mônica, também é fácil identificar-se com os personagens históricos incorporados por eles, bem como com suas causas. Afinal, em última instância, todos buscam a solução dos conflitos e a harmonia social.

A importância de materiais como estes, ainda que produzido com objetivos comerciais, de modo não-formal, e sem o rigor curricular característico do ensino, está na questão da democratização da narrativa e do conhecimento histórico. Trazer tais elementos e linguagens para dentro da sala de aula pode ser um fator que aproxime diferentes níveis de conhecimento, formal e informal, acadêmico e popular, didático e comercial. Com isto, quem sabe, passe-se a observar a perspectiva histórica a partir de suas inúmeras

subjetividades e relativizações, favorecendo, deste modo, a percepção de que a consciência histórica é um atributo de todo e qualquer indivíduo, e que está presente dentro e fora dos limites escolares, inscrita em diferentes espaços de relação e comunicação, não se restringindo a ambientes acadêmicos privilegiados que, por vezes, tendem a distanciar-se de grande parte da população e de sua vida cotidiana.

---

[i] O professor Julierme de Abreu e Castro, falecido em 1983, é considerado um pioneiro, ao inserir histórias em quadrinhos e exercícios diferenciados (como cruzadinhas) nos manuais didáticos.

[ii] Colonnese criou em 1967, *Mirza,* a Mulher Vampira, um grande sucesso dos quadrinhos de terror, e que precedeu a americana *Vampirella*, de 1969. Já Zalla, que tem uma carreira como editor de quadrinhos, destaca-se, principalmente, como desenhista, tendo percorrido diferentes gêneros, do terror, aos quadrinhos de faroeste e guerra.

[iii] Lilia Katri Moritz Schwarcz, historiadora e antropóloga e professora livre-docente no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

[iv] Arnaldo Angeli Filho é considerado um dos grandes desenhistas de quadrinhos, charges e cartuns da atualidade.

VISÃO DA GUERRA E DA PAZ NA BÍBLIA HEBRAICA

Sergio Alberto Feldman – UTP

A Bíblia Hebraica não pode ser considerada como obra de um só autor, salvo sob a ótica de leituras fundamentalistas e / ou tradicionalistas que entendem o texto como sendo de autoria divina. Em nosso entender se trata de uma vasta obra coletiva que tem uma enorme diversidade de tempo e espaço, não podendo encontrar-se nela uma uniformidade de estilo, de linguagem e tampouco de ideologia. Ainda assim tentaremos realizar uma análise breve e simples, e tentar vislumbrar um eixo temático que unifique de maneira geral a visão bíblica da guerra e da paz. É conveniente admitirmos que se trata de um enfoque ou recorte interpretativo que apesar de se basear na tradição judaica, almeja fazer a partir desta, uma leitura histórica e crítica. Não utilizaremos da exegese cristã e faremos um uso limitado da judaica.

Faremos uso de poucas obras de referência, valendo ressaltar Mircea Eliade[1] e utilizaremos a concepção da Bíblia difundida em meados do séc. XX por Erich Fromm[2]. Em ambas se faz uso de uma tentativa de interpretação que enfatiza, de formas diferentes, a simbologia da queda do Homem e da maneira como ele avança através da história na busca de um “Paraíso perdido”. O *Gan Éden* ou Jardim de Éden, não se perdeu no remoto passado, mas se trata de um projeto futuro, idealizado no passado. Uma simbólica busca de equilíbrio e de um mundo melhor, aonde voltariam a conviver de forma harmônica humanos e animais, sem violência e sem miséria. A guerra e a injustiça social são males que devem desaparecer no tempo messiânico, na concepção da Bíblia hebraica (denominada pelos judeus como *Tanach* e pelos cristãos como Antigo Testamento ou AT). Este ideal impregna o texto em várias de suas páginas, ainda que em alguns trechos haja discordâncias e contradições evidentes, fato que se deve a multiplicidade de autores, de tempos e espaços aonde se deu a redação do texto.

A guerra e a violência são descritas com um realismo pleno no texto bíblico. O primeiro conflito humano ocorre entre Caim e Abel e mostra simbolicamente a rivalidade entre irmãos: um nômade e um sedentário[3]. Assim a História começa a seu triste caminho de violência.

Em muitos trechos vemos descrita a imagem de um Deus tribal, guerreiro e hostil aos deuses vizinhos. Trata-se de um período aonde a concepção de Deus ainda não é universalista. Nesta vemos um conflito bastante agressivo, entre o Deus de Israel e outros deuses. Começa na luta entre Deus e o faraó e seus aliados (panteão egípcio). Um claro conflito entre o Deus de Israel e a poderosa monarquia faraônica, na qual o faráo encarna um deus, seja ele Hórus, Amon ou qualquer outro[4]. O enviado de Deus é Moisés, que trava uma luta com o Faraó-Deus usando do Nilo e da natureza egípcia (dez pragas) como elemento de combate. Este conflito segue sendo travado no livro de Josué e em outros livros. O Deus de Israel se coloca ao lado de seu povo e combate com toda a sua força. Graças ao Deus guerreiro caem as muralhas de Jericó[5], o Sol e a Lua não se movem e permitem o extermínio do inimigo na batalha de Ayalon[6]. Em nada este Deus tribal ou da coligação das tribos difere dos deuses cananeus, egípcios ou mesopotâmicos. E isso pode ser percebido e ressaltado através do texto bíblico: está presente um modelo divino. Não se trata de um Deus espiritual e metafísico. O texto descreve um Deus rancoroso, vingador e cruel que determina a eterna vingança contra o inimigo amalekita e sugere seguidamente que este seja exterminado[7]. Esta postura pode ser encontrada em outros trechos, mas não se trata de inovação e sim se assemelha à visão corriqueira dos povos da antiguidade oriental: os deuses lutam por seus povos e por seus representantes no mundo dos humanos, os reis (divinos como o faraó ou divinamente protegidos, como tantos outros). Nesta fase da evolução teológica percebemos a presença divina no meio das tribos no deserto, nas batalhas e na conquista de Canaã se faz através da Arca Sagrada. Acreditam que a mesma seja o “habitat” temporário de Deus, até que o rei Salomão construa seu templo Sagrado em Jerusalém. Assim o “Senhor dos Exércitos” é um deus conquistador e guerreiro. A sua postura não enfatiza a piedade ou misericórdia com os vencidos: em Jericó os habitantes são passados

a fio de espada[8]. As ordens de exterminar o inimigo são claras e breves. David é visto como o rei que consuma a conquista de Canaã e estabelece um vasto Império, com o apoio de Deus e com sua ajuda. A escolha da casa de David para libertar seu povo dos outros povos e de seus deuses se configura num pacto entre Deus e os descendentes de Jessé. Por outro lado Deus adverte que não deseja que David construa o Templo sagrado pois: "Tu tens derramado muito sangue, e tens dado muitas batalhas: tu não poderás edificar templo ao meu nome, depois de tanto sangue derramado na minha presença"[9]. Há uma contradição perceptível entre as idéias antigas e novas que se entrelaçam neste texto: o mesmo Deus que luta e manda destruir os inimigos é o Deus que almeja menos guerras e um tempo de paz. Essa transição aponta para uma tendência pacifista, que surge e se desenvolve a partir dos profetas. Trata-se apenas de um início tímido. Os livros de Samuel são elaborados sob a ótica da legitimação da dinastia davídica. Ainda assim em ambos se fazem críticas sutis a monarquia em alguns trechos[10]. Essas configuram novas visões e uma certa dose de nostalgia de um passado tribal aonde a liberdade e a justiça social eram maiores, não havendo um poder central coercivo e repressor. Nas suas entrelinhas se constroem novas visões, entre as quais a da guerra.

Dediquemos-nos a buscar esta outra vertente que inova e amplia os conceitos de guerra e de paz, trazendo uma concepção diferente das existentes nas diversas culturas e religiões.

Iniciemos pela Lei Mosaica (Torá ou Pentateuco). Se seguíssemos a tradição aceitaríamos que se trata de uma obra de um só autor. Mas não é difícil perceber e aceitar que o texto não oferece uma uniformidade de escrita, podendo ser dividido em diversas partes com diversas autorias. Segundo uma parcela razoável dos pesquisadores, o Deuteronômio foi escrito no período do Primeiro Templo, possivelmente por profetas e escribas contemporâneos ao profeta Jeremias, com participação do mesmo. O livro do Deuteronômio oferece uma relativa coerência na sua percepção da guerra e o início de uma visão diferente. O texto mostra uma acentuada preocupação com a persistência e a continuidade da guerra. Se as guerras ainda existem devem ser devidamente controladas e seus excessos devem ser contidos por regras e por uma

legislação “divina”, a fim de impedir a violência desnecessária. Parece uma ironia, pois havendo Dez Mandamentos, entre os quais se afirma “Não matarás”, como entender que a guerra seja permitida? Essa contradição, segundo o conjunto da obra bíblica, só se resolverá no Final dos Tempos. Por ora cabe controlar a realidade e o cotidiano de guerras e de destruição que permeavam e ainda permeiam o mundo real e impedem o mundo idealizado de se concretizar. Um dos mandamentos mais notáveis que conhecemos se refere à atitude do exército que cerca uma cidade, diante das árvores frutíferas. A lei proíbe que se corte de forma aleatória as árvores que circundem uma cidade sob sítio[11]. Isso causa certa confusão e permite uma vastidão de interpretações. Na análise dos sábios judeus, se trata de uma ancestral das leis ecológicas: visa coibir a destruição da natureza e tenta controlar os efeitos da violência humana nos reinos vegetal e animal. Na concepção do rabino Shimshon Rafael Hirsh (séc. XIX), se trata de uma regra que alerta o soldado a não destruir de maneira indiscriminada. Numa guerra aonde se transgride o mandamento de não matar, se trata de uma maneira sutil de alertar para os excessos. Em outras leis deuteronômicas se vê um misto do usual com algumas inovações. Ainda se percebe que Deus luta junto com o povo: “..porque o Senhor vosso Deus está no meio de vós, e combaterá para vós contra vossos inimigos, para vos livrar do perigo” [12]. Há regras da pilhagem e do extermínio que são pouco diferentes das de outros povos. O receio de contaminação idolátrica permeia todo o texto e justifica atitudes tais como o extermínio de populações que cultuem deuses diferentes e ídolos: “mas passa-lo-ás todos a fio de espada”...”para que não suceda que vos ensinem a cometer todas as abominações, que eles mesmos praticaram para com os seus deuses, e venhais a pecar contra o Senhor vosso Deus” [13]. Aqui prevalece o eixo principal da denominada Reforma Deuteronômica que visa centralizar o culto e controlar a idolatria. Para tal objetivo se concretizar deve se combater a idolatria e os idólatras de todas as formas. Ainda assim o texto oferece mudanças de conceito.

Isso é parte da construção do monoteísmo: inicialmente são vistos os deuses de outros povos como menores e inferiores, e só futuramente se consolida a existência de um Deus único e

universal. Trata-se portanto de uma luta entre deuses e de combate e controle da contaminação pelos ídolos. Uma versão de guerra sagrada: portanto uma guerra com o apoio de Deus. Não há qualquer grau de pacifismo e de apoio divino à paz.

A guerra por vezes é vista em certos trechos como um instrumento divino para punir o povo que rompe o pacto e transgride a lei. Um dos livros que enfatizam este caráter "terapêutico" da guerra é o livro dos Juízes[14]. A idolatria e o culto dos deuses de fertilidade cananeus (*baalim e astarotes*), se configura como o pecado; e as invasões, domínios e ocupações de povos vizinhos ou locais são as punições ao povo de Israel que transgride o pacto. A guerra se torna assim um instrumento de Deus: os assírios que destroem Israel em 722 a.C. e os babilônios que cercam e destroem a cidade sagrada de Jerusalém em 586 a.C., se tornam meros joguetes de Deus, para punir seu povo e lhes dar uma lição "histórica". Uma historiografia teleológica se constrói e configura um novo sentido à História. O retorno às origens e ao equilíbrio perdido, num futuro que se prenuncia. Os profetas anunciam que o mal virá do norte (Mesopotâmia): as invasões e a destruição dos reinos de Israel e de Judá, pois suas respectivas classes dominantes não seguem o pacto, servindo aos ídolos e sendo cruéis com as classes menos favorecidas. A Assíria se configura como o "instrumento de Deus" para punir os povos com a guerra e com a destruição. A conquista e o exílio dos diversos povos da região, e dos reinos de Israel e de Judá são arquitetadas por Deus, como forma de punição aos excessos e desvios, a miséria e a violência no seio das sociedades, à idolatria e a falta de aderência ao Pacto, no caso específico dos filhos de Israel. Outra versão de guerra na qual Deus tem participação e oferece apoio. Nas palavras de Amós, Isaías, Jeremias e muitos outros, trata-se de uma guerra no intuito de purificar e ensinar uma lição severa ao Povo Eleito, para nunca mais se desviar do Pacto, e da restrita observância da Lei Mosaica.

No contexto da narrativa bíblica há também a evolução do conceito do pacto de Deus com a dinastia ou casa de David. Inicialmente se constrói uma legitimidade dinástica: Deus escolhera e para sempre protegeria a casa de David. O símbolo deste pacto seria a unção dos monarcas

pelos sacerdotes ou profetas. O Ungido ou Messias era eleito e protegido por Deus, que o iluminaria e que lhe daria sanção divina (sacralização do cargo). A seqüência da narrativa oferece um novo panorama: o ungido (até então rei) deixa de ser o soberano de um povo, o qual salva e redime da destruição e do cativeiro. O ungido (Messias ou Cristo) passa a ser um personagem que surgiria num futuro idealizado e que redimiria a humanidade como um todo. De rei a Redentor. O Messias traria um novo tempo. Nesse tempo haveria uma nova ordem universal, na qual a paz e a justiça social seriam pilares fundamentais. As profecias são repletas de criatividade, de simbolismo e de idealização de um tempo sem guerras e sem violência. Há uma espécie de volta as origens: a queda do Homem do jardim de Éden lançara sobre o mesmo a necessidade de se confrontar com a natureza e com a necessidade de sobreviver por seus próprios meios. Surge agora uma nova harmonia entre o Homem e a natureza. Não sendo ameaçado pela natureza o Homem deixa de querer dominá-la. Ocorre uma unidade entre estes dois elementos. O Homem está a vontade no mundo natural e este se torna parte do mundo humano. Atinge se a plenitude ou integração dos dois elementos. A palavra hebraica "shalom" que significa paz, deriva do radical "shalem" que significa plenitude ou integração. Seria o conceito de um mundo sem tensão ou confrontos. Nas palavras dos profetas acabariam as guerras e a violência, mas as figuras usadas fazem uso de animais e de elementos naturais:

"O lobo habitará com o cordeiro; e o leopardo se deitará ao pé do cabrito; o novilho e o leão e a ovelha viverão juntos, e um menino pequeno os conduzirá. O novilho e o urso irão comer às mesmas pastagens; as suas crias descansarão umas com as outras e o leão comerá palha como o boi; e a criança de peito brincará sobre a toca da áspide..."[15]. Em outro trecho clássico de Isaías, se declara que não se usarão e nem se construirão armas e as existentes serão convertidas em instrumentos de trabalho: "...das suas espadas forjarão relhas de arado, e das suas lanças foices"[16]. Há uma clara alusão ao um final dos Tempos, no qual se consolidaria um tempo de paz e justiça. Este seria o tempo messiânico, pelo qual através da História, tanto se lutou e tanto se sonhou. A ironia é que na luta pela paz universal, tanto sangue foi vertido, em

guerras santas, sejam elas cruzadas ou jihads. A reflexão deixa em aberto à análise, muitas facetas do tema da guerra e da paz no texto bíblico. Nossa intenção é apenas gerar debate e análise de um texto que serve para tanto preconceito e fundamentalismo, quando possui facetas humanistas tão sensíveis que deveriam servir para aproximar os seres humanos e minorar as diferenças entre eles.

---

[1] ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Idéias religiosas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978, t. 1, v. 1, cap. VII.
[2] FROMM, Erich. **O Espírito da Liberdade**. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
[3] Gênesis, c.4. Clássica luta entre irmãos: há mais uma variedade de casos, tais como Jacó e Esaú, Ismael e Isaque.
[4] GRALHA, Júlio. **Deuses, faraó e o poder:** legitimidade e imagem do deus dinástico e do monarca no antigo Egito (1550-1070). Rio de Janeiro: Barroso, 2002. Há uma vasta obra de Ciro Flamarion Cardoso que analisa a temática sob diversas óticas. E outros autores como Jaime Pinsky (Primeiras Civilizações), descrevem a monarquia teocrática.
[5] JOSUÉ, c. 6.
[6] JOSUÉ, c. 10 (Batalha de *Guivon* ou Gabaão)
[7] DEUTERONÔMIO, c. 25, v. 17 a 19. esta situação se repete com Saul no livro I Samuel, c. 15. Se trata de texto que gera polêmica e controvérsia. Os rabinos sabiamente entendem esta ordem como algo simbólico e não literal.
[8] Josué, c. 6.
[9] I Crônicas, c. 22, v. 7-8. Há uma menção semelhante mas menos detalhada em II Samuel, c. 7.
[10] I Samuel, c. 8. o profeta adverte sobre os direitos do futuro rei e sobre os abusos do poder.
[11] DEUTERONÔMIO, c. 20
[12] Deuteronômio, c. 20, v. 4.
[13] Deuteronômio, c. 20, v. 16-18.
[14] JUÍZES, c. 2, vers. 10 a 23. Neste faz uma espécie de roteiro do livro, que alude as punições de Deus ao povo.
[15] Isaías, c. 11, v. 6-8.
[16] Isaías, c. 2, v. 3-4.

"VIRGENS MESSIÂNICAS": A Participação Feminina e Imaginário Religioso no Movimento do Contestado 1912-1916

SERGIO ALBERTO FELDMAN

Contestado, 1912-1916. O messianismo e o fanatismo presentes no Movimento nos remetem a uma abordagem que nos permite conhecer a participação das mulheres que estiveram presentes na Guerra Santa do Contestado, mulheres estas, conhecidas como as "virgens", possuidoras de muitos poderes e influências sob os sertanejos e o mundo mítico estabelecido por eles.

Para o antropólogo Georges BALANDIER[1] as discussões atuais referentes ao poder estão profundamente relacionadas a uma certa mutualidade entre historiadores e antropólogos. Tais preposições possibilitam a existência de "relações *essenciais,* unindo o domínio do poder e o domínio do sagrado, o poder político e o poder simbólico.[2]

Com relação ao poder atribuído às mulheres podemos compreender que o poder "capacita a manipulação das forças, mas seu mau uso faz surgir a violência social e, com ela, a desordem"[3]. Nesse sentido podemos tentar construir uma compreensão à cerca dos conflitos relacionados com a manifestação de violência nos redutos no que concerne a desobediência sertaneja às ordens estabelecidas [4].

A imprensa oficial de Belo Horizonte refere-se a duas "virgens', meninas de sete e doze anos respectivamente, como sendo intermediárias de um poder divino, as quais determinam de forma absoluta e incontestável as mais diversas incumbências no que se refere às formações dos levantes e piquetes travados na campanha do Contestado.[5] Apoiados em um discurso racista os militares concebiam as atitudes rebeldes dos sertanejos como atos de barbárie e ignorância, sem perceberem, evidentemente, os aspectos culturais e principalmente religiosos da resistência

Theodora, uma das virgens, talvez a mais importante, seguida de Maria Rosa, dentre outras, costumava ter visões e a partir delas impor aos sertanejos o cumprimento de tais ordens, pois assim era a vontade do Monge. O poder e a inspiração divina de Theodora eram encarados por seu avô, Euzébio Ferreira dos Santos, como um dom merecido, pois só as meninas novas e virgens deveriam ter a graça de ver e de falar com o monge.[6]

A nova ordem representava a completa ruptura com um mundo de oposição à República e ao poder dos coronéis. Na espera do retorno dos monges guerreiros de São Sebastião, os sertanejos aguardavam um mundo idealizado, onde um exército encantado os ajudaria a lutar pela crença de que uma Cidade Santa ali se estabeleceria, havendo então um reencantamento[7] do mundo. Mundo este de igualdade e paz entre os sertanejos.

Os monges tornaram-se mito e símbolo. A eles foram atribuídos milagres e prodígios e é curioso e ver – como acontece muitas vezes com as anedotas picarescas populares – que estas histórias míticas se adaptaram dentro de cada município e em cada lugar, a personagens reais ali conhecidas.[8] É através do imaginário religioso do movimento do Contestado e a trajetória da existência dos monges, que encontramos nas suas porta-vozes um lado do movimento que traz a representação do messianismo concretizado não apenas pelos atos e ações dos homens, mas também representado pelo poder divino destas meninas – as virgens- representantes do poder e da inspiração divina, dotadas de poderes de cura e milagres.

As meninas “virgens” eram capazes de estabelecer um elo entre o mundo encantado e mítico com o mundo dos sertanejos, mundo este que os levaram a lutar até a morte pela crença da Santa Religião e que nos remete à possibilidade de conceber este movimento através de um olhar voltado para universo mítico religioso em que as mulheres

foram portadoras e representantes de um grande poder simbólico, mas que trazidos para o plano concreto, influenciaram certamente, muitas das ações e decisões nos redutos.

Bronislaw BACZKO cita: "(...) Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência "real", mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efctivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras."[9].

Os valores referentes ao que entendemos por virgindade e inocência estão associados a uma ruptura com os valores antes estabelecidos pela família. Essas duas "virtudes", associam-se à ausência de comprometimento com o velho século.[10] Nesse sentido podemos entender que a virgindade associada ao poder e à inspiração divina das meninas está ligada não somente à ruptura com os valores do mundo desencantado, mas também como um fator de hierarquia dentro da irmandade. Algumas fontes sugerem o envolvimento sexual do monge José Maria com as virgens, porém muitos autores duvidam deste envolvimento[11] , que neste caso associaria a virgindade das duas meninas como sendo apenas um fator de pureza de espírito.

Para o militar D'ASSUMPÇÃO, as ordens pronunciadas pelas virgens eram atos de extrema maldade, idiotismo e estupidez. Ele caracterizava o poder emanado das "virgens" como atos de "*monstros humanos".*[12] As mulheres parecem exercer uma onipotência ora para o bem, ora para o mal dentro da sociedade[13].

Roger CHARTIER nos permite estabelecer uma compreensão do universo das representações e seus significados nas relações de poder exercidas pelos indivíduos. A

partir daí, entendemos as representações como sendo "matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social – Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos.[14]

As relações de poder e de dominação representadas pelos diferentes personagens do movimento são compreendidas como sendo uma construção de "estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação".[15]

Para compreendermos as questões pertinentes à violência gerada através das manifestações guerrilheiras travadas pelos sertanejos da Guerra do Contestado o perfil do "bandido social" proposto por Hobsbawm[16]. A rebeldia do sertanejo, caracterizada como "banditismo social" é "apenas uma forma primitiva de protesto social organizado"[17]. No entanto, falamos de uma Guerra Santa onde o primitivo chega muito próximo de nossa atual experiência. É estranho aos nossos olhos entender uma guerra Santa que travou batalhas utilizando técnicas "arcaicas de guerra". Assim, o banditismo social não é colocado aqui como uma concepção etnocêntrica, a qual faz percebermos o movimento e as práticas e táticas de luta como atos de irracionalidade, mas sim como uma forma de rebeldia social que se organizou em torno de um ideal de mudança e que a partir disto criou um universo mítico, elegendo símbolos e criando mitos-heróis.

Como os Robin Hood da história, que se transformam e são considerados mitos, os monges e as "virgens" do Contestado, são pessoas reais que de alguma forma assim exerceram seu papel e como mitos foram capazes de transformar seu ideal e concretizá-lo sob forma de rebelião. "O homem violento que não se dispõe a suportar as cargas

tradicionais impostas ao homem comum em uma sociedade de classes, a pobreza e a humildade, podem escapar delas, unindo-se e servindo os opressores assim como revoltando-se contra os mesmos.[18]

As significações imaginárias para Cornelius CASTORIADIS (...) "são criadoras de um mundo, o mundo desta sociedade dada, instaurada desde o início na articulação entre um mundo" natural" e "sobrenatural" – ou, mais, geralmente, "extra-social" - , e um "mundo humano" propriamente dito.[19]

Longe da pretensão de enfatizar todos os aspectos e abordagens, sejam estes políticos, econômicos ou sociais, os quais diversos autores enfocaram nas inúmeras obras sobre este movimento, pretendemos analisar o imaginário feminino dentro do contexto messiânico presente no Movimento a partir dos poderes divinos atribuídos às "virgens" e a participação na Campanha devido às interpretações dos desejos do monge, tendo assim, todas as suas ordens no que se refere à formação dos redutos, à participação nas batalhas, rituais, punições e decisões relacionadas com o movimento, prontamente cumpridas e tidas como irrevogáveis.

---

[1] BALANDIER, G**. O contorno**: Poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
[2] Ibid, op. cit. p. 89.
[3] Ibdi. Op.cit. p.97
[4] D' ASSUMPÇÃO, op. cit. p. 78.
[5] D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. A Campanha do Contestado**: as operações da Columna do Sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917.**
[6] Depoimento Carlins, [6] QUEIROZ, M.V. **Messianismo e Conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). São Paulo: Ática, 1977 op. Cit
[7] Monteiro, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p.13.

[8] QUEIROZ, M.V. **Messianismo e Conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). São Paulo: Ática, 1977 op. Cit., p.57.
[9] BACZKO, E. Imaginação social. In**: Enciclopédia Einaudi.** Vol.5 – Anthopos-Homem. Lisboa: Imprensa - Casa da Moeda. 1885. p. 299
[10] Monteiro, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p. 215.
[11] PEREIRA DE QUEIROZ. **O Messianismo no Brasil e no mundo**. op. cit. p. 80 QUEIROZ, M.V. **Messianismo e Conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). São Paulo: Ática, 1977
[12] D' ASSUMPÇÃO. p. 80.
[13] PERROT. Michele**. Os excluídos da história**. op. Cit. p. 169
[14] CHARTIER, O mundo como representação. In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Editora da USP, v. 11, n. 5, p. 173-191, p. 183. Citação de MAUSS, M. Oeuvres complétes, 3, **Cohésion sociale** et divisons de la sociologie, Paris, Lês Eitions de Minuit, 1969, p. 178-245, p.210.
[15] CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.17.
[16] HOBSBAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**: estudo sobre a formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar. 1970.
[17] Ibid, op. cit. p. 25.
[18] Ibid, op. cit. p. 25.
[19] CASTORIADES. C. **As encruzilhadas do labirinto III**: o mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.124.

OS PROBLEMAS DE SOCIABILIDADE ENVOLVENDO O IMIGRANTE POLONÊS NO PARANÁ

Sergio Antoczecen (professor/historiador)

O processo de imigração dos europeus no Paraná teve seu auge na Segunda metade do século XIX e início do século XX. Este movimento migratório trouxe uma característica européia, principalmente ao sul do Brasil, miscigenando o europeu e sua cultura ao já miscigenado povo brasileiro. Dentro desta cultura européia, trazida pelos imigrantes, estavam presentes resquícios de guerras e conflitos ocorridos na Europa ao longo de sua história, o que contribuía para uma rivalidade européia aqui no Brasil, principalmente na questão germânico – eslavo.

Este trabalho será focado no processo de imigração polonesa mais especificamente no Paraná, tendo em vista os problemas de sociabilidade que envolveram estes imigrantes, principalmente no relacionamento com os outros grupos imigratórios europeus e com a sociedade paranaense de um modo geral.

Para uma melhor compreensão dos elementos culturais trazidos pelo imigrante polonês e seu processo de fixação em colônias aqui no Paraná, e, para entendermos os fatores que contribuíram para gerar os problemas de sociabilidade é necessário um maior aprofundamento no estudo sobre a Polônia e como vivia sua população, principalmente entre o século XIV e o início do século XX, e como se deu o processo de imigração.

A Polônia (século XIV ao XX)

Durante a Segunda metade do século XIV a Polônia passa ter algumas características que a diferem das outras nações européias, principalmente no que diz respeito a não existência de um governo absolutista.

Com a morte do rei Casimiro III em 1370, termina um período de apogeu da política e cultura polonesa. O título real passou para Luís de Anjou, rei da Hungria, que para poder confirmar os poderes de sucessão do trono polaco para sua filha Jadwiga em 1374, se vê obrigado a conceder privilégios aos nobres poloneses, principalmente na cobrança de impostos. Com o casamento de Jadwiga com Jagiello, grão-duque da Lituânia, aconteceu a união entre os dois reinos, resultando na formação de um grande território, que englobava até mesmo as terras da Ucrânia, atingindo o Mar Negro, impondo sobre esta região uma dominação militar, transformando senhores locais em vassalos. O grande, porém, primitivo reino polonês tinha como grande representação a *szlachta,* nobreza polonesa, que passou a fazer a escolha dos reis estrangeiros que se sucederam no trono polonês. Os nobres passaram a ter mais poder que os reis, pois estes eram colocados e retirados do trono pela nobreza que em troca de apoio ao monarca ganhava cada vez mais privilégios. Ao longo do século XV, e principalmente com a guerra dos 13 anos, uma política de expansão territorial anexaria ainda a Prússia ocidental, a Ermlândia e a Prússia Oriental, tornando estas regiões feudos poloneses.

As terras do reino polonês estavam cada vez mais centradas nas mãos dos nobres, principalmente nas regiões adquiridas com a expansão territorial e na região da Ucrânia. A nobreza polonesa em seu favor, acabou criando principalmente a partir do final do século XV, leis cada vez mais severas ao campesinato polonês. A aldeia era a forma de organização deste campesinato dentro da grande propriedade, onde os lotes de terra destinados à agricultura de subsistência dos camponeses tinham sua área cada vez mais reduzida. Principalmente porque neste período a Polônia passou a ser o celeiro da Europa, então houve a necessidade de mais terra para a produção agrícola com finalidade comercial. No século XVI, novas leis eram criadas como as corvéias de até seis dias por semana, impondo um percentual de apenas dez porcento sobre a produção total ao wloka, polonês que produzia na terra do nobre. Calcula-se que entre os anos de

1600 a 1750 o valor da produção comercial dos grandes nobres tenha triplicado, dos pequenos nobres tenha duplicado e dos camponeses decaído. Porém estes lucros não foram produtivamente reinvestidos na modernidade da forma de produção, utilizando formas arcaicas e por conseqüência, produzindo índices de rendimento pouco elevados. Uma política de elevação dos preços dos produtos manufaturados, e uma valorização de produtos industrializados estrangeiros enfraqueciam a indústria interna, impedindo desta forma um êxodo do camponês para as cidades. Os latifúndios, principalmente no leste e sudeste, passaram a ser cada vez maiores - o chanceler João Zomoyski era senhor de 800 mil hectares, exercia jurisdição sobre umas oitenta cidades e oitocentas aldeias, a família Potocki possuía na Ucrânia cerca de 1 milhão e 200 mil hectares.

Na região dominada pela Polônia era imposta a religião católica apostólica romana, desta forma as perseguições aos católicos ortodoxos era evidente, o que acabou contribuindo na conversão de muitos católicos ortodoxos, principalmente ucranianos, em católicos seguidores da igreja romana. A Polônia era um grande território formado por diversos povos, que apesar de em sua maioria serem eslavos, tinham línguas e culturas diferentes, o que dificultava a idéia de se formar uma nação polonesa. Se imaginarmos ainda a intenção da nobreza em sempre buscar interesses próprios, a segurança contra ataques de países vizinhos acabou não acontecendo. A Polônia tornou-se grande, com uma econômica baseada na agricultura, porém, militarmente fragilizada, o que contribuiu para diversas invasões e revoltas internas. No século XVIII o território polonês acabou sofrendo três partilhas, entre a Rússia, a Prússia e o Império Austro-Húngaro, fazendo o país desaparecer por completo, ressurgindo somente após o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918. É neste cenário de não existência da Polônia que acontece a grande imigração polonesa para a América.

A IMIGRAÇÃO POLONESA NO PARANÁ E OS PROBLEMAS DE SOCIABILIDADE .

Com o Estados Unidos da América passando a vender cereais para a Europa no final do século XIX, a super população das aldeias e a miséria no campo e na cidade, provocados principalmente pela crise nas indústrias têxteis de Lódz e no centro industrial de Varsóvia, deixou muitos desempregados entre a população urbana e provocaram um verdadeiro êxodo, em que, durante os cinqüenta anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, cerca de 3,6 Milhões de pessoas deixaram a Polônia, das quais aproximadamente cem mil chegaram ao Brasil. A viagem gratuita, a perspectiva de ganhar a tão sonhada terra, promessas mirabolantes dos agentes de viagem, fomentavam a "febre brasileira".

A imigração polonesa era composta por mais de 90 por cento de camponeses que viam no Brasil, um lugar que oferecia-lhes a chance de continuar o seu próprio modo de vida, derrubando as matas e cultivando a terra. Construíam suas casas utilizando características polonesas, de troncos encaixados, sem a utilização de pregos, ou com características polonês/ucraniano, casas de sótão com área de lazer na frente ou dos lados e lambrequins decorativos que serviam de pingadeira.

O auge da imigração polonesa no Paraná ocorreu entre os anos de 1890 a 1914, de diversas regiões da Polônia. Traziam consigo uma cultura miscigenada com a Ucrânia, Rússia, também germânica e com os povos eslavos do sul da Europa, de regiões próximas até mesmo do Mar Negro. Isto ocorreu devido ao período em que a Polônia era a dominante e posteriormente quando esta era dominada por russos e germânicos. As características desta mistura estão presentes nas tradições, na religião, na língua, no folclore, entre outras. A maior parte destes imigrantes vem da região sul da Polônia, vindo como austríacos, pelo fato desta região estar dominada pelo Império Austro-Húngaro. Esta região fazia parte da Nova Polônia, ou região anexada após a união com a Lituânia no final do século XIV. Tinha uma população dividida entre poloneses e

ucranianos. A religião predominante era a Católica apostólica Romana, principalmente após a conversão dos ucranianos ortodoxos a religião católica romana, imposta pelos poloneses.

Durante o período da Imigração esta era a região mais pobre do império Austro-Húngaro, onde as pessoas morriam até de inanição. A característica principal eram as aldeias, onde criava-se uma ligação quase familiar entre os seus moradores, principalmente pelo fato das pessoas que ali estavam já eram filhos, netos, bisnetos de moradores da mesma aldeia. Tal fator acabou contribuindo para um isolamento das colônias formadas por estes imigrantes no Paraná. Como a imigração polonesa ocorreu após a vinda dos italianos e dos alemães, os poloneses acabaram ficando em regiões mais isoladas de Curitiba. Este fator também contribuindo para um isolamento de suas colônias.

Os imigrantes, vindos de outras regiões da Polônia, vinham como Russos ou Alemães, porém em sua maioria sofria com problemas semelhantes aos do sul, principalmente na questão da vida nas aldeias.

Para abastecer Curitiba de hortifrutigrangeiros, foi criado o chamado “cinturão verde” que nada mais era que a fixação dos imigrantes em torno da capital paranaense. Os imigrantes, dedicando-se a agricultura, plantavam, colhiam e vendiam seus produtos nas feiras em Curitiba. O imigrante polonês passa a sofrer com a distância entre suas colônias e a capital paranaense, forçando desta forma a presença da polaca nas feiras, vendendo os produtos e do polaco trabalhando a terra. Como os poloneses estavam acostumados a viver em uma comunidade bastante unida, onde todos se conheciam - isto ocorrendo nas aldeias em sua terra mãe e posteriormente nas colônias polonesas no Paraná - as mulheres polonesas vendiam seus produtos nas feiras, oferecendo-os a homens e mulheres, o que para a sociedade curitibana, extremamente conservadora, era algo inaceitável. Mulheres fazendo uma atividade fora de seus lares e, além do mais,

conversando com homens estranhos. A sociedade Curitibana passou a ver a mulher polaca com preconceito, chegando até mesmo a utilizar o termo "polaca" de forma pejorativa.

O fato dos imigrantes poloneses terem vindo para o Paraná após a imigração alemã, e pelo fato destes alemães já estarem mais organizados e em alguns casos até estabilizados economicamente, houve uma resistência dos imigrantes alemães em aceitar a chegada dos poloneses, com a alegação da concorrência na produção e venda de produtos agrícolas, além de rivalidades existentes, principalmente pelo fato da Polônia durante o período expansionista ter dominado regiões européias formadas por povos germânicos, que mais tarde após a unificação alemã fariam parte da Alemanha. Após o ano de 1918, esta resistência ficaria ainda mais evidente, principalmente após o tratado de Versalhes que determinou à Alemanha ceder aos poloneses uma grande área de terra e o porto de Dantzig. Devido a difícil sociabilidade entre os dois povos, onde houve até mesmo a tentativa de se escravizar os poloneses em fábricas alemãs, a solução, muitas vezes, era mudar as colônias polonesas de lugar, ou enviar os poloneses que chegavam para lugares mais distantes.

A distância de muitas colônias polonesas e a dificuldade de vender os produtos, causaram em muitas situações a permanência do polonês em Curitiba. Este polonês exercia funções que eram também feitas por antigos escravos, a escravidão negra em Curitiba apesar de em pequeno número, também ocorreu. A sociedade Curitibana passa a ver no polaco o "negro ao avesso". Juntamente com a idéia de que o polaco era beberrão e desordeiro. O termo "polaco" passa a ser pejorativo, tanto para o homem como para a mulher "polaca".

No campo, a distância e o isolamento das colônias criavam dificuldades de relacionamento dos imigrantes com a sociedade de modo geral, chegando até mesmo a dificultar o aprendizado da nossa língua. Criavam-se escolas internas nas colônias,

onde as crianças aprendiam apenas o polonês e seguia-se os costumes da pátria mãe, era como se fosse um pedaço da Polônia no Brasil. Com a política nacionalista de Getúlio Vargas houve a proibição destas escolas rurais ensinar em polonês, obrigando-se desta forma o aprendizado da língua portuguesa.

Na década de 20 a 40, uma política de formação de uma identidade do povo paranaense, passa a assimilar o polonês à sociedade com de campanhas publicitárias de valorização do polonês e da questão agrícola, tais como "o Paraná é o celeiro do Brasil", e ligando o polonês a figura do "semeador". Um monumento em homenagem ao polonês e ao centenário da independência é criado por um artista vindo da polônia no final do século XIX Zaco Paraná - Jan Zak (1884 – 1961) e é colocado, como cartão de visita a Curitiba, à Praça Eufrázio Correia – em frente a estação ferroviária. Entre os principais ativistas ligados ao movimento de formação de uma identidade paranaense estava Romário Martins.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes oficiais
TÍTULOS de concessão de terras a imigrantes em Vera Guaraní – Arquivo Público do

Publicação – Periódico
BRASIL 500 REPÚBLICADAS ETNIAS, SIEWIERSKI

Fontes orais
Relatos de imigrante, Sr. Francisco Antoszczyszyn, ano de sua imigração 1910.

Referências Bibliográficas
ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985
IAROCHISNSKI, U. Saga dos Polacos. Curitiba, 2000
IANNI, Octávio, Do Polonês ao Polaco, 1960.
WACHOWICZ, Rui. O camponês Polonês no Brasil
Emigracja Polska w Brazylii: 100 lat osadnictwa, Spolzielnia, 1971
Atlas Universal Histórico e Geográfico Atual – Editora Didática Paulista

Benedita Cypriano: bruxa ou guerreira?

Sergio Araújo- UCG
Sueli de A. Montesano - FACCAMP

Esta comunicação tem como objetivo apresentar um movimento religioso, liderado por uma mulher, ocorrido em Lagolândia (1) distrito de Pirenópolis,Go, entre 1923-1925, que mexeu com a sociedade goiana da época. Hoje, na comemoração dos cem anos de nascimento da líder, continua interferindo, porque são muitas as pessoas que a ouvem, pelos seus guias que se apresentam em terreiros, ditando seus conselhos, tanto em Goiânia, como na própria Lagolândia. São muitas as inquietações provocadas pela trajetória desta mulher que merecem reflexões, mas num primeiro momento, vai-se deter nas seguintes questões: que tipo de movimento ela fundou? De onde vinha a força de sua liderança?

Santa Dica: Em 13 de abril de 1905, na fazenda Mozondó (2), no lugar conhecido como Lagoa, às margens do Rio do Peixe, distrito de Pirenópolis nasceu Benedicta Cypriano (VASCONCELLOS, 1991). Filha de lavradores não aprendeu a ler, escrever e sua religião era do povo, católica, com seus ritos e crenças. Aos 18 anos de idade, por volta de 1923, foi acometida por um mal não diagnosticado. Ficou ausente de seu corpo por três dias e, durante o banho de defunto (3), acordou de seu longo sono. Havia ressuscitado. Imediatamente a notícia correu por Pirenópolis, Jaraguá chegando até a capital do estado, a cidade de Goiás. No processo nº 651 (apud VASCONCELLOS, 1991) Dica descreve estes momentos de ausência esclarecendo que durante estes acessos ou *transes* (grifo do autor) vê de maneira límpida, com os olhos bem abertos uma várzea grande, com pessoas de outro mundo, até algumas conhecidas já mortas. Nada ouve delas a não ser uma campainha que soa sem parar. Inconsciente e estendida na cama, durante estes momentos conferenciava com *os anjos* (grifo nosso) e deles recebia conselhos para curar doenças. Espalhada a notícia, pessoas da

redondeza acometidas de todos os males, dirigiam-se à Lagoa para receber a cura. Milagreira, curandeira, conselheira, profetiza, aos poucos se solidificam seus dons sobrenaturais. Fala com os anjos e na consciência do povo se faz santa, e cada milagre testemunhava sua santidade. Carvalho (apud RABELO, 2000: p. 22) esclarece:

> .. essa gente acreditava que a jovem mulher apoiada nas forças sobrenaturais iria resolver seus problemas. O local sem a menor estrutura, para abrigar aquela gente, passa a ser um amontoado de ranchos de folhas de coqueiro, outros porém, instalavam-se como podiam: debaixo de árvores, sobre blocos de pedra, em cima de cupins, enfim, cada um disputava um lugar no reduto, o importante no momento era fixar-se próximo à jovem santa[...]

Passou a ser venerada em vida como Santa Dica e no auge de sua fama, entre os anos de 1924 e 25, o lugarejo transformou-se no reduto de moradia de muitas pessoas e se tornaram rapidamente defensores do lugar. Tornou-se a pessoa mais importante da Lagoa e o lugarejo foi acrescido de 500 a 600 homens sem contar com mulheres e crianças.

A Sociedade Santa: Quando seus pais e parentes perceberam que a peregrinação até Lagoa crescia ajudaram a Santa a organizar aquele espaço que passou a ser conhecido como *Anjos* (grifo nosso) (4), o Rio do Peixe que corria ao lado foi chamado por *Jordão* (grifo nosso) e suas águas ajudavam a Santa nas benzeções. Os anjos que a aconselhavam, estruturavam-se em falanges, espécie de batalhões e constituíam o *Conselho Espiritual* (grifo nosso) que a ajudava na administração da sociedade. Este Conselho era liderado por um anjo rei, conhecido pelos devotos como José Sueste (5). Dica era a ponte entre o Conselho e os homens e desejava que vivessem em paz. Vasconcellos afirma (1991:p84) "... no reduto não haveria malquerer nem discórdia e ali estaria proibida a ingestão de bebidas alcoólicas, pois seu excesso poderia provocar desavenças". Para os que ficavam no vilarejo, era aconselhado o trabalho no campo, para prover os mantimentos, que eram divididos entre os moradores de maneira igualitária. A terra plantada era a porção que cabia ao pai de Dica, à sua família em geral, a de algum devoto e passou a ser considerada terra da comunidade. Aos sábados a Santa os instruía para não trabalhar. Alguns depoimentos sugerem que Dica ouvia muito um

certo professor que tinha chegado do Rio Grande do Sul e que lhe acolitava nas cerimônias, conhecido como dr. Alfredo (6). Auxiliares religiosos e propagandistas da causa também desfrutavam da proximidade da Santa. Um jornal, *Estrela do Jordão,* editado de forma bem primitiva, manuscrito, organizado por um velho cearense, de nome ignorado, dava as notícias locais. Figura importante no reduto e que não se encaixa nem como religioso ou propagandista é um certo Manoel José Torres, vulgo Caxeado. Vindo do nordeste se estabeleceu como pequeno comerciante, logo ganhou fama de valente e Santa Dica, sempre que necessário, recorria à ele.

A religião dos Anjos: Era a católica, popular, tradicional, ligada às promessas, aos santos, às festas, procissões, mesclada com rituais de benzeções e superstições, que povoavam as mentes das populações rústicas, além de alguns rituais católicos aprendidos durante as desobrigas (7), completando assim sua teologia. Como se pode inferir dos testemunhos no processo que a Santa respondeu, estas *conferências* com os anjos nada tinham de especiais em seus rituais. Farinha (apud VASCONCELLOS, 1991: p. 87) uma das testemunhas assim se expressou:

> deitada em uma cama colocada em uma das salas da casa, cama esta que tem cerca de dez palmos de altura, da qual profere Benedicta palavras que não se compreendem bem, mas começa sempre cumprimentando os presentes que (...) fazem os seus pedidos, dirigindo-se aos anjos que ela (...) diz representar.

Entre os finais de 1924 e início de 1925 Santa Dica batizava, crismava e casava. Uma *Carta Sagrada* (grifo nosso) foi o mandato que o Conselho Espiritual deixou para ela repassar aos seus seguidores e servir como caminho espiritual e material (8). Nela encontravam-se além de exortações, a proibição de trabalhar aos sábados, domingos e dias santos. A este respeito Honório Vicente de Lemos, testemunha no processo 651 (apud VASCONCELLOS,1991) dizia:

> [...] relegado estava o trabalho, porque Dica, pelos seus Anjos ou espíritos, dizia que trabalhassem o necessário para comer e vestir, porque o mundo ia se findar e nesse pressuposto, já uma grande parte da população ali existente não trabalhava, esperando o termo final do mundo.

É necessário salientar que este tipo de visão de mundo religiosa, católica tradicional, estava acrescida dos *Anjos,* espíritos que conferenciavam com a Santa; João Sueste líder das falanges era tido pelos que freqüentavam Lagoa como sendo seu primo, falecido em criança e que vinha ajudá-la em horas difíceis. Também outros personagens como o monge Frei Manoel Salvador, o portador da Carta Sagrada e que os anjos tinham enviado à Lagoa para consignar a vontade de Nosso Senhor Jesus Cristo. Estes espíritos que ditavam regras para a comunidade estavam fora da tradição católica, mas próximas da visão kardecista e que muita influência exercia no Triângulo Mineiro.

Santa Dica: de líder religiosa a líder política: Era uma liderança religiosa, pois tudo que vinha dela eram ordens recebidas do alto. Finais de julho de 1925, a notícia que a coluna Prestes chegaria em Goiás, com a fama terrível dos combatentes, desalmados e tudo tomavam por onde passavam, as autoridades constituídas procuravam se defender da melhor maneira possível. Como autoridade ligada a Pirenópolis, Santa Dica também foi convocada, chefiou seus adeptos e marchou para a capital. Como nada aconteceu e dissolvido o perigo da Coluna Prestes invadir o estado, os voluntários foram dispensados. Ela foi chamada pelo secretário de Segurança Pública e exortada a abandonar as práticas de curas (apud VASCONCELLOS, 1991). Esse movimento religioso, mexeu com a sociedade goiana na época e houve resistências. Em outubro de 1925 quando foi movido um processo contra a Santa, algumas testemunhas afirmaram em seus depoimentos as ameaças e os medos que a vizinhança tinha do reduto desde o início. As primeiras vozes contrárias às práticas religiosas de Lagoa chegaram até os padres redentoristas que cuidavam do Santuário de Trindade. Através do jornal *Santuário de Trindade* entre 12 de julho de 1924 até 31 de outubro de 1925, dedicaram treze artigos *contra Dica* (grifo nosso) (ZICARI, 1992). Diziam que era histérica, impostora, trapaceira, visionária, criticavam a ignorância do povo que a procurava e que a enriquecia - chamavam-na de bruxa. Combatiam também a proibição do trabalho aos sábados, afirmando que só Deus e a Igreja católica em seu nome, poderiam determinar um dia santo.

Mencionavam a falta de braços na lavoura, pois muitos agricultores seguiam a orientação da moça histérica. Porém, nenhuma carta pastoral ou documento emanado da Cúria citou o fato, nem no livro do tombo paroquial é assinalado este episódio. As opiniões do povo estava dividida, mas era vista pela maioria como um perigo a ordem estabelecida.

Dia do Fogo: apesar das pressões populares o poder público, até então, não tinha interferido na Lagoa porque não sabia qual motivo assacar contra a Santa e seus seguidores. As autoridades a acusaram porque atentava contra a *saúde pública* (grifo nosso) uma vez que fazia curas. O promotor público dos Pirineus foi encarregado de cobrar impostos de alguns moradores da Lagoa e afirmou que, "não produziu resultado algum porque os executados não atenderam ao chamado das autoridades, uma vez que os habitantes do lugarejo só prestam obediência à *pseudo santa"* (grifo nosso) (apud VASCONCELLOS, 1991: p.105). Em 10 de outubro de 1925 saiu o decreto de prisão de Dica e 80 militares, segundo Monteiro (apud VASCONCELLOS, 1991) chegou à Lagoa para fazer cumprir a ordem. O grupo de Dica, resistiu à prisão e durante 30 minutos houve tiroteio intenso, com um saldo de 11 mortos e esse episódio ficou conhecido como o *Dia do Fogo* (grifo nosso). Segundo as palavras do tenente Benedicto Monteiro (apud, VASCONCELLOS) atiraram nos telhados das casas para amedrontarem os seguidores da Santa. A líder incentivava os seus dizendo que *mil anjos* (grifo nosso) os estavam defendendo e a crença dos súditos era que eles, voando de um lado para o outro, atraíram as balas da fuzilaria evitando assim, um massacre. Dica foi julgada com seu pai e receberam uma pena de 1 ano e 2 meses de prisão, mas foram soltos após alguns meses pois o Superior Tribunal de Justiça, "julgou improcedente a denúncia apresentada contra eles..." (VASCONCELLOS, 1991: p.108). Ela continuou seu trabalho, exercendo a mediunidade não com a mesma atração exercida entre os anos 23 e 25. Seu poder político continuou intacto, apoiando candidatos à prefeitura ou à deputados estaduais. Conseguiu eleger seu companheiro Mário Mendes, pai de seus filhos, como prefeito de Pirenópolis e deputado estadual (ZICARI, 1992). Em 70 faleceu em Goiânia e seu corpo esta enterrado em Lagoa, hoje Lagolândia,

distrito de Pirenópolis. Enfim, este foi um marco na história goiana, ainda presente na memória da população e se insere na tradição dos movimentos messiânicos brasileiros. Quais seriam os componentes essenciais de um movimento social para ele ser caracterizado como messiânico?

Pereira de Queiroz (1965-2003) considera em primeiro lugar que em todos os movimentos, pode-se encontrar uma mesma *Forma (grifo nosso)* - assim pois, seriam traços pertencentes à Forma : as circunstâncias de origens, o papel do líder, a atividade dos adeptos e a construção de uma nova sociedade. Quais seriam estas circunstâncias de origens que podem se relacionar com o surgimento destes movimentos? Quando uma sociedade não consegue responder às necessidades materiais, econômicas e políticas de um determinado grupo social, facilita o surgir de um movimento social quer ligado à uma reforma da sociedade circundante, quer ligada à uma transformação ou reorganização social. No caso da Lagoa estes elementos se misturam: a ordem econômica estava nas mãos dos grandes proprietários de terra que usurpavam as propriedades, com ausência de leis, de terras devolutas dos pequenos agricultores independentes. A ordem política na primeira República também estava nas mãos destes grandes coronéis. O líder nestes movimentos se apresenta como mensageiros divinos, ou mesmo a própria divindade; se impõe por suas qualidades extraordinárias e propõe uma possibilidade de fissura na realidade constituída, possibilidade esta sócio-religiosa, pois as implicações éticas do movimento visam transformar a ordem da sociedade circundante em um nova *ordem sem mal (grifo nosso)*. Dica ressuscitou depois de morta, falou com os *Anjos*, fez curas, profetizou e com o auxílio dos Anjos levou a comunidade para a frente. Esta comunidade se diferenciava de outras: a propriedade era coletiva, todos plantavam e recebiam de forma igual, não se sentiam na obrigação de pagar impostos e nem trabalhar aos sábados porque a Santa assim determinava. A vida religiosa era intensa, pois só através dela os Anjos poderiam falar. Para ser um movimento social religioso é necessário existir um agrupamento de pessoas ao redor do líder. Os *adeptos* (grifo nosso) devem ser atraídos pelas qualidades extraordinárias do mesmo e se agrupam para constituir uma *Nova Sociedade* (grifo nosso) que é uma das

finalidades do movimento. Entre os anos de 23 e 25 no local passou a ter de seiscentas ou mais pessoas que ali fixaram residência. As intervenções terapêuticas da Santa os tinham atraídos e os mantinham. Por outro lado, a comunidade dos *Anjos* era diferente de outras, ali reinava a paz. Sentiam-se seguros, a alimentação, a moradia e outras necessidades primárias eram providas pela comunidade. O poder dos coronéis não perturbava o modo de vida dos habitantes do lugar, que se sentiam administrados pelo Conselho Espiritual, grupo de Anjos, que inspiravam a Santa. Além da *Forma*, segundo Pereira de Queiroz (idem) os movimentos messiânicos tem um *Ritmo* próprio e estes se iniciam com uma lenda ou espera messiânica. Com o Messias, esta espera transforma-se em atividade, alcança sucesso ou insucesso e finalmente o movimento dá lugar novamente à constituição de uma lenda ou, então imediatamente, ao reflorescimento da espera messiânica em torno da antiga lenda, recomeçando tudo de novo. Dica se tornou Santa e a voz de Deus no dia em que *ressuscitou.* Daquele dia em diante, Lagoa se transformaria na cidade dos Anjos, os habitantes do lugar receberiam muitos adventícios, o estado e a cidade de Pirenópolis se curvariam ao seu poder. Perseguida pelas forças oficiais, a líder continuaria seu trabalho e até hoje, depois de sua morte, pessoas se sentem fascinados pela sua missão. À *Forma* e *Ritmo* próprios de um movimento messiânico se juntam a uma *Organização* : líder, apóstolos, adeptos. Santa Dica, ocupava o *status* mais elevado da organização e os mais próximos, os apóstolos, dividiam com ela as virtudes carismáticas. Pode-se dizer nos movimentos messiânicos brasileiros aceitos como tal pelos cientistas, anteriores ao de Santa Dica, contemporâneos, grandes ou pequenos, Muckers, Canudos, Juazeiro, Contestado, Borboletas Azuis, Cidade Eclética, estas características apontadas por Pereira de Queiroz, encontram-se presentes com maior ou menor visibilidade. No movimento de Santa Dica estes traços estão ali, portanto, também poderá ser classificado como movimento messiânico e se insere na tradição dos movimentos messiânicos brasileiros, com um diferencial, liderado por uma mulher.

NOTAS

1. O vilarejo conhecido por Lagoa, em 1964, por influência de Santa Dica passou a município de Lagolândia. Em 1967, voltou a ser distrito de Pirenópolis.
2. A fazenda era conhecida como Mozondó mas era dividida em frações desiguais entre 20 proprietários. No censo de 1920 recebia as denominações de Misondó, Sapezal e Lagoa. (VASCONCELLOS, 1991: p.120).
3. Era costume na zona rural principalmente, lavar o morto antes de vesti-lo.
4. Anjos, porque em Lagoa eles apareciam e dirigiam o povoado falando com a Santa.
5. José Sueste seria um primo seu que teria morrido ainda criança.
6. Alfredo dos Santos, gaúcho, perambulava por Goiás como mestre escola e por ocasião destes acontecimentos se deslocou para Pirenópolis.
7. Para atender as populações rurais que estavam muito afastadas dos centros paroquiais, uma vez por ano, era costume da pastoral da Igreja católica da época, através de seus titulares, batizar, casar, crismar e catequizar estes devotos, servindo este encontro religioso para manter também um elo social entre as populações.
8. *Oração Carta Sagrada* foi um texto, emprestado para cópia a Vasconcellos (1991) por uma seguidora de Santa Dica chamada Euzébia Arruda Leite.

BIBLIOGRAFIA

DUARTE, Liz Elizabeth A. M. *O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá, Go: uma análise comparativa*. São Paulo: Tese de doutorado, USP, 1999.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*.Goiânia: Oriente, 1974.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus –USP, 1965; 3ª edição, Alfa-Omega, maio de 2003.

RABELO, Claudia Maria. *Santa Dica: presença profética em Goiás.* Dissertação de Mestrado - Ciências Religiosas. Goiânia: 2000.

VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: CEGRAF/ UFG,1991.

ZICARI, Eleonora C. de Brito.*A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem:* Santa Dica e a Corte dos Anjos – Goiás 1923-25. Dissertação de Mestrado- História, UNB, 1992.

.

Casa de Correção da Corte da Corte: verso e anverso de um projeto de ordem e civilização

Sérgio Ricardo Magalhães Reis

No momento em que as autoridades confessam a incapacidade, física e econômica do Estado para enfrentar o clima de violência que atinge a sociedade carioca, quando se cogita desativar diversos estabelecimentos prisionais, inclusive o chamado Complexo Penitenciário Frei Caneca, o exame da problemática da Casa de Correção da Corte impõe-se aos historiadores. Afinal, a Casa de Correção da Corte constitui a origem do Complexo Frei Caneca.

O que diria a opinião pública hoje em dia se afirmássemos que há cento e cinqüenta anos desenvolveu-se um plano de reforma penitenciária, voltado para a recuperação da população carcerária, em que os internos construíam a sua prisão, fabricavam o seu pão, cultivavam sua horta, confeccionavam seus vestuários, trabalhavam em obras e serviços do governo, carreavam rendimentos para cofres públicos e ainda formavam o próprio pecúlio? Aos nossos olhos, seria uma utopia ou uma ficção? Pois foi exatamente o que idealizaram e tentaram por em prática os reformadores brasileiros, quando se dispuseram a construir na capital do Império uma instituição penitenciária modelar: a Casa de Correção.

A proposta de erguer um estabelecimento penal no Rio de Janeiro data do período colonial, em 1769 no vice-reinado do Marquês de Lavradio. Seria retomada em 1831, pelos membros da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência, a propósito da manutenção da ordem e da propriedade privada, em uma fase turbulenta da história do Brasil recém emancipado, quando o país que se viu a ponto de uma convulsão social, causada não só

pelas circunstâncias políticas de vazio de poder, decorrentes da abdicação de Pedro I, mas também por fatores conjunturais como a carestia, a falta de emprego e a inflação.

A prisão do século XIX vista como forma de controle social tinha o duplo objetivo de reprimir e reabilitar, a fim de obter a reforma moral do criminoso. Os reformadores do Império encaravam o projeto da Casa de Correção como uma possibilidade de transformar delinqüentes em pessoas úteis e trabalhadoras. Tarefa árdua e até certo ponto incompatível com uma sociedade escravista e excludente, em que as oportunidades dificilmente se apresentavam para a chamada "raia miúda". Seja como for, entender como se pretendeu adaptar no Brasil dos oitocentos essa nova modalidade de punição permitirá compreender em parte as causas do seu fracasso.

Examinar o projeto da Casa de Correção implica na análise do papel desempenhado pelas autoridades políticas e de seus agentes frente às novas demandas sociais e econômicas que o Império atravessou, tanto durante o período de consolidação do Estado, quanto na década de 1850, fase que corresponde ao apogeu do Segundo Reinado, denominada por Capistrano de Abreu de "o memorável decênio".

No Brasil, fundadores e consolidadores do Estado monárquico olhavam para Europa, embora tivessem os pés em uma outra realidade[1.] Empenhavam-se para ordenar as camadas pobres da sociedade, por meio da repressão policial, através de instituições modernas de controle impessoal, apesar de vivenciarem uma conjuntura sócio-econômica bem diversa daquela dos países em franco processo de industrialização. Mas, se por um lado é inegável que as ações do Estado resultavam em melhorias materiais para o populacho, por outro, não se pode esquecer que tais iniciativas atendiam fundamentalmente aos interesses das elites.

O crescimento da delinqüência e vadiagem no Brasil não constituía subproduto da desagregação dos equilíbrios tradicionais como na Europa. Muito pelo contrário. Decorria do continuísmo, do clientelismo de uma sociedade que se baseava no trabalho escravo, num país recém emancipado, de economia agrícola, voltada para o mercado internacional.

Por outro lado, certamente não deve ter sido fácil para os integrantes da burocracia imperial empunharem a bandeira da realização de uma obra orçada em cerca de 3 mil e 200 contos de réis[2], tendo em vista a conjuntura de crise político-econômica que o país atravessava no período da menoridade de D. Pedro II. De qualquer modo, as autoridades demonstravam convicção quando postulavam o estabelecimento de uma instituição que aperfeiçoasse "nossas prisões, tornando-as de escolas do crime, em escolas de bons costumes":

> (...) Este estabelecimento, que faz honra ao Ministro que o empreendeu, e não menos a faz aos representantes da Nação, que não se poupam em auxiliá-lo, conforme as possibilidades do Tesouro, nas diversas Leis do Orçamento, e que tanta influencia deve ter sobre a moral, e a civilização pela diminuição dos crimes, e que tem por fim reduzir as despesas públicas neste ramo, e oferecer para o futuro garantias ao bem estar dos infelizes, aos quais, crimes e graves faltas dirigem àquele lugar, preparando-lhes ocupações úteis, e produtoras, ...[3]

Diga-se de passagem, que no intuito de suprir a costumeira falta de meios pecuniários do Tesouro, titulares da pasta da Justiça lançaram mão com freqüência do recurso das subscrições públicas, conclamando a população, sobretudo os membros das elites, a colaborarem com o empreendimento que só lhes traria benefício. Buscavam, ainda, rendas complementares com a extração de loterias. Para se fazer uma idéia da importância da utilização deste expediente, basta dizer que entre 1836 e 1857 correram 31 loterias, cuja renda foi destinada à Casa de Correção, gerando um benefício de 350.520$000 réis.

No estudo sobre a construção da Casa de Correção, um exame detalhado do orçamento do Império ajuda a identificar, a luz dos números, algumas das possíveis causas do atraso que caracterizou a consecução do projeto. Como bem observa o historiador José Murilo de Carvalho, as contas públicas constituem um "excelente indicador da distribuição de poder em um sistema político".[4] Até porque, no caso do Estado monárquico, a existência de um sistema parlamentarista híbrido, por assim dizer, exigia que qualquer proposta de despesa do governo

fosse examinada previamente da Assembléia Legislativa. Por conseguinte, sua aprovação dependia de um "arranjo" entre os Gabinetes imperiais e Câmara dos deputados. Às costumeiras disputas, interesses e demandas existentes, deve-se acrescentar, também, as questões pessoais e as vaidades daqueles que comandavam a máquina administrativa. Estas ações individuais poderiam atrasar ou mesmo impedir a concretização de certas iniciativas tomadas pelo próprio governo.

De um modo geral, revendo-se os orçamentos anuais do governo imperial na década de 1830, fica evidente que o projeto da Casa de Correção se mostrava bastante ambicioso. Ao se comparar os valores dos orçamentos na década de 1830 com o custo total da obra, previsto para 3 mil e 200 contos de réis, chega-se fácil à conclusão de que se passariam longos anos até que se concluísse o empreendimento, caso o numerário das receitas permanecesse inalterado. Naquele decênio, as rendas anuais do governo não passaram de 18 mil contos de réis, ficando a média em torno de 15 mil e 700 contos de réis[5]. Ou seja, a despesa projetada para erguer o estabelecimento penal modelar da Corte, tal como fora previsto no plano original, representava cerca da quinta parte de toda a receita anual do Império brasileiro.

Outro dado interessante a se considerar advém da comparação entre o valor total da obra e as dotações destinadas ao Ministério da Justiça, onde se inseria a Casa de Correção. A provisão do ministério para fazer jus às despesas de todas as repartições que integravam sua estrutura somente atingiu o valor de mil contos de réis no final da década de 1830. Isto quer dizer que o empreendimento ultrapassava em mais de três vezes o melhor orçamento aprovado para aquela pasta.

A análise dessas somas constitui uma pista significativa para se avaliar a prioridade concedida pelos membros do poder legislativo ao projeto penitenciário. Presta-se, ainda, para uma comparação entre a teoria e prática. Melhor dizendo, possibilita verificar até que ponto os valores reservados para consecução do empreendimento se mostravam coerentes com o grau de importância que os políticos e os burocratas costumavam conferir-lhe nos discursos

proferidos na tribuna da Câmara dos Deputados, na imprensa, assim como nos relatórios oficiais.

A par disso, como já foi mencionado, além do dinheiro do Tesouro, outros numerários decorrentes de subscrições públicas, de loterias e de rendas próprias formavam o total de recursos que teoricamente estariam disponíveis para a manutenção e término da construção da Casa. De qualquer maneira, vale a pena fazer rápido balanço dos valores consignados para acompanhar a sua evolução, ao menos no período 1836 – 1850. O marco inicial corresponde à primeira vez que se incluíram na Lei do orçamento recursos destinados à obra, enquanto que a última data refere-se ao ano da inauguração oficial do presídio modelo, durante a gestão do ministro Euzébio de Queiroz.

CASA DE CORREÇÃO E REPARO DE CADEIAS DA CORTE:
PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

EXERCÍCIOS	Valores
1836	60:000$000
1837	60.000$000
1838	63.816$000
1839	64.000$000
1840	91.000$000
1841	92.000$000
1842	93.940$000
1843	93.940$000
1844	91.660$000
1845	131.660$000
1846	88.000$000
1847	88.000$000
1848	88.000$000
1850	64.000$000
TOTAL	1.170.016$000

Fonte: Tabela elaborada a partir das informações contidas nos orçamentos do governo, aprovados pelo Poder Legislativo.

O quadro exposto, por si só, já oferece uma pista da escolha feita pelas autoridades legislativas. Num golpe de vista, a evolução das dotações votadas indica que os deputados optaram por um ritmo de construção lento, sobretudo no período que antecede a subida de D. Pedro II ao Trono. Não por acaso, no Relatório do Ministério da Justiça, relativo ao exercício de 1836, quando a verba prevista para a construção da Casa de Correção e reparos das cadeias da Corte alcançou a soma de 60:000$000, o então titular daquela pasta, Antonio Paulino Limpo de Abreu, chamaria a atenção da Assembléia Legislativa com a seguinte advertência: "O impulso que tiver de receber esta obra e a brevidade da sua conclusão, dependerão dos meios pecuniários que vos dignardes consignar".[6]

A construção se arrastou por quase de 16 anos, sendo inaugurada oficialmente em julho de 1850. Apesar disso, não se cumpriu o projeto inicial, uma vez que se conclui apenas um dos quatro raios previstos, e assim mesmo de modo bastante desfigurado. No conjunto das dotações dos órgãos que integravam o Ministério da Justiça, no período 1836-1850, a soma dos recursos previstos erguer a Casa de Correção e manutenção das cadeias da Corte mostra-se quase equivalente ao total concedido à manutenção da Capela Imperial, cuja provisão compreendia também a Catedral do Rio de Janeiro. Aliás, um dos diretores da Casa de Correção para ter encontrado uma das melhores justificativas para explicar as marchas e contra-marchas sofridas na consecução do projeto. No seu entender, "planejaram a obra com grandeza, e marcaram-se-lha os meios com mesquinhez".[7]

O certo é que orçamento o governo imperial constitui uma das melhores fontes para o estudo do Segundo Reinado. Como se demonstrou, trata-se de uma peça-chave que possibilita ao pesquisador identificar as diretrizes que orientavam a gestão da coisa pública; a prioridade conferida a determinados projetos e/ou investimentos; os ministérios que desfrutavam de maior prestígio, certamente contemplados com maiores verbas, enfim, de descobrir quais as instituições que recebiam maior atenção por parte dos legisladores. Sabendo-se isso, permite, também, estabelecer a distância que existe entre o discurso e a prática política.

Estimar receitas e fixar despesas, hierarquizar prioridades concedendo-lhe os meios necessários, constituem decisões de natureza política. Produto da mediação entre a realidade vivida, que pertence à esfera do concreto cotidiano, e o campo do político, onde se incluem as representações especulativas e o discurso. Neste espaço de negociação atuam as forças políticas que, ao menos em tese, deveriam traduzir em ações as aspirações populares[8].

Seja como for, a Casa de Correção já nasceu de forma diferente dos modelos em que os reformadores brasileiros tomavam como exemplo. Pode-se dizer que o pretendido estabelecimento penitenciário modelar já vinha tendo suas finalidades deturpadas desde 1837, quando o Ministério da Justiça decidiu desativar o Calabouço, antiga prisão de escravos, transferindo seus ocupantes para a Casa de Correção. Pouco a pouco, ainda durante o período de construção, outros tipos de internos foram incorporados, a começar pelos africanos livres - negros resgatados aos traficantes após a lei de 07 de novembro de 1831, que proibia o tráfico internacional. Aos escravos e africanos livres, acrescentaram-se homens livres e negros libertos que cumpriam penas de prisão simples ou trabalhos forçados, além dos condenados a galés que aguardavam suas transferências[9]. Logo depois, incorporaram-se, mendigos e vadios e menores infratores, que anos mais tarde seriam separados dos demais internos, com a criação de Instituto destinado somente a eles, também no âmbito da Casa de Correção.

Sua organização refletia a dualidade da sociedade brasileira, dividida entre homens livres e escravos. Ao mesmo tempo, a instituição espelhava os percalços de um Estado em construção: desde a escassez de recursos financeiros até os problemas decorrentes do projeto político da centralização monárquica, passando naturalmente pelo excesso de retórica dos homens do governo, cujas decisões político-administrativas nem sempre respondiam às demandas da sociedade em formação.

---

1 Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema.* São Paulo: HUCITEC, 1987, p. 119 e 138-139.

2 Valor extraído do relatório do diretor da Casa de Correção de abril de 1855, publicado no relatório de 1854 do Ministério da Justiça.

3 Relatório do Ministro e Secretário de Estado Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja apresentado à Assembléia Geral Legislativa, na sessão ordinária de 1837, referente ao ano de 1836.

[4] José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pág.263.
[5] Relatórios da Repartição dos Negócios da Fazenda de 1830 a 1840. Ver também José Murilo de Carvalho. Teatro das Sombras, op. cit, p. 425.
[6] Relatório do Ministro Antonio Paulino Limpo de Abreu,
[7] Relatório do Diretor da Casa de correção de 1855, Fundação Andrew W.Mellon.
[8] Serge Berstein. "Os Partidos". In: René Remond (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. Apesar da mediação política traduzir um desejo coletivo, esta tradução pode ter maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir.
[9] Os sentenciados à prisão com trabalho e os galés permaneceram na Casa de Correção até 1849. Aglomerados, trabalhavam acorrentados e fora do edifício destinado a penitenciária

Desejada modernização: Campina Grande, Imagens e História

Severino Cabral Filho* - UFCG/PPG-UFPB

O presente trabalho trata de um embate entre a tradição e o moderno, e o seu ponto de partida é, até certo ponto, peculiar. Estamos considerando duas imagens tratando de um mesmo objeto: por um lado, uma imagem *discursiva* emitida por um eminente advogado e intelectual campinense; por outro lado, uma imagem *fotográfica* cuja autoria, até o presente, nos é desconhecida. As duas imagens versam sobre as implicações da feira livre da cidade de Campina Grande, Paraíba, no decorrer das décadas de 1930 e 1940.

Quando consideramos que há entre essas duas imagens o estabelecimento de um conflito envolvendo a tradição e a idéia de moderno estamos nos reportando a práticas sociais populares arraigadas no seio de uma cidade com fortes traços rurais, cujos hábitos e formas de estar no mundo são o resultado de vivências herdadas desde tempos remotos. Na contra mão desses hábitos e com o claro objetivo de desarticulá-los, procurou-se instituir, através de um discurso fundado na cientificidade e na idéia de progresso, novas práticas e hábitos sociais que, na visão dos emissores dessas premissas modernizantes, constituiriam o estabelecimento de uma vida moderna e civilizada em Campina Grande.

No dia 12 de junho de 1940, o jornal *Voz da Borborema*[1], publicou um artigo intitulado "O Mercado Público", de autoria do bacharel em direito Carlos Alencar Agra, um dos mais importantes intelectuais de Campina Grande. Como veremos, esse texto está atravessado por muitas das categorias constitutivas do ideário moderno que tão forte influência exerceu sobre os homens de letras e sobre os reformadores urbanos europeus e brasileiros desde o século XIX, ideário que cimentou pensamentos e ações orientados para o estabelecimento e legitimação de uma nova ordem social fundada na racionalidade científica, promotora do progresso.

O artigo elogia a *moderna* iniciativa do prefeito Bento Figueiredo que

> Numa larga visão de *administrador moderno*•, apoiado nas observações pessoais no que tange à arquitetura, colhidas no sul do país, teve o acerto de, com o bom senso e sentimento estético que lhe são inerentes, engrandecer Campina com um mercado público, obra portentosa que se ergue no planalto das Pitombeiras desta cidade.

Carlos Agra recorre aos seus conhecimentos em História para justificar a edificação do Mercado Novo na cidade apresentando-o como "fator primacial do

progresso", progresso para o qual deveria concorrer toda a atenção dos poderes públicos.

> A função social e a influência que exerceram os mercados na evolução dos povos, no desenvolvimento do comércio e da civilização cabe o justo título de fator primacial do progresso. Não foi sem fundamento que se erigiu em doutrina a "Interpretação Econômica da História", de vez que, constatado ficou ser o fator econômico a pedra fundamental sobre que repousa todo o edifício da sociedade. Condição de vida, sustentáculo da conservação de indivíduos e nações – o fator econômico, que continua imprimindo ao movimento social e a vida mesma do homem fisionomia e formas que são, positivamente, o reflexo da natureza, crescimento e evolução da produção e da troca – deve ser encarado pelos poderes públicos com a devida atenção que lhe é merecida.

O nosso letrado não deixa de valorizar a importância estratégica da contribuição fiscal da cidade para os cofres do Estado, ao mesmo tempo em que lhe atribui importância infra-estrutural e humaniza-a ao dotá-la de valores intelectuais próprios a homens como ele, valores inconciliáveis com a mácula que a feira representava para as suas ruas centrais. Essa abordagem em torno dos "tipos humanos" misturados em práticas puramente mercantilistas feita pelo bacharel Agra nos lança algumas luzes sobre o pensamento de pessoas como ele a respeito da condição humana ao mesmo tempo em que estabelece uma base científica respaldada na História e na Economia sobre a qual repousaria um insistente e recorrente discurso contra a prática das feiras livres no centro de Campina Grande.

> Campina Grande, que é por excelência a fonte donde promana a mais valiosa contribuição econômica em prol do Estado, cuja veia arterial que é o comércio, se desdobra em múltiplas atividades – não podia continuar sem mercado. De outro lado, dotada de saneamento e culta que já é, se enxovalhava com a permanência das feiras no dorso de sua rua principal.

Em seguida, Carlos Agra recheia o seu texto com o discurso preconceituoso com o qual muitos daqueles homens de letras emitiam, indiscriminadamente, as suas impressões sobre determinados hábitos comuns às camadas sociais constitutivas daquela sociedade – a "justaposição heterogênea de tipos humanos" – e as suas práticas sócio-culturais, mas não sem basear-se nas recentes premissas alardeadas pelo saber médico, saber que buscava, com esforço titânico, introduzir novos hábitos no meio urbano condenando práticas tidas como anti-higiênicas e insalubres cujo corolário era a idéia de promiscuidade, incompatível com o progresso em sua cidade. O autor reconhece a praxe, o hábito arraigado das feiras livres naquela sociedade mas, ao decretar a sua incompatibilidade com o progresso, reivindica a sua morte.

> As feiras constituídas por uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura, etc. e ainda por um estoque de mercadorias, inequivocadamente, representam a mais visível expressão de promiscuidade. Nesse ambiente, laços que unem pessoas e bens, outros não podem ser senão as relações mercantilistas, interesseiras, de fundo puramente biológico. A praxe das feiras já não se coadunava com o progresso de Campina Grande.

Por fim, amplia o leque de possibilidades do seu texto ao associar o novo mercado a padrões estéticos onde a funcionalidade implicaria uma noção de *ordem* cujo objetivo seria o de retirar de Campina Grande traços *provincianos* e *sertanejos* emblematizados nessas "aglomerações humanas periódicas". O que esse discurso deixa transparecer, a nosso juízo, é um desejo fervoroso de Carlos Agra – e daqueles que compartilhavam de suas idéias – de dotar a sua cidade de uma fisionomia urbana moderna, de acordo com os padrões urbanos planejados e desenvolvidos na Europa. Importava para isto a eliminação de todo e qualquer sinal de província e de sertão que Campina Grande ainda guardasse, sacrificando-lhe aspectos caros à sua constituição histórica.

> O mercado novo em construção vem dar a Campina Grande um sentido de ordem na sua economia. Sob o ponto de vista estético, não é menos notável o valor que representa desde que, com o seu funcionamento se evitam essas aglomerações humanas periódicas que dão uma totalidade provinciana de cidade sertaneja.

Ao que parece nos colocamos diante de um discurso que exemplifica a projeção dos desejos dos seus letrados que, através dos canais oferecidos pela imprensa escrita, e conhecedores das transformações modernizantes que varriam não apenas a Europa desde a segunda metade do século XIX, mas também as principais cidades brasileiras desde as décadas iniciais do século XX, poderiam dar vazão aos seus devaneios modernos e com estes projetar mentalmente um modelo de modernização para Campina Grande.

Passemos agora a operar a tentativa de leitura da imagem fotográfica referida acima, buscando contextualizá-la com a mensagem de Carlos Agra, emitida três anos após da produção desta fotografia.

Esta foto data do ano de 1937, e representa a feira da cidade, à rua Cardoso Vieira, centro de Campina Grande.

Acervo do Museu Histórico de Campina Grande

Para proceder à leitura referida tomaremos como norte teórico o *paradigma indiciário*, que tem como base os *vestígios* dos quais as imagens fotográficas são fontes inesgotáveis, através do qual possamos chegar a uma aproximação deste período pela via da verossimilhança, procurando compreender as experiências cotidianas partilhadas neste universo. Isto nos permite pensar o verossímil como efeito ou possibilidade do real. Interessa-nos compreendermos existências humanas eternizadas nessas imagens e as suas relações com a sociedade da qual fizeram parte.

Contemplar essa imagem, analisando-a e confrontando-a com o artigo referencial do bacharel Carlos Alencar Agra poderemos aproximarmo-nos razoavelmente da verossimilhança, do caráter plausível que essa mensagem expressa. Claro que não se trata de buscar, com esse procedimento, uma verdade cartesiana, absoluta da realidade social. Estamos certos que as imagens fotográfica e discursiva suscitam em nós sensações únicas e, assim sendo, não podemos desconsiderar o grau de subjetividade do qual a nossa análise estará plena.

Barthes[2] já nos ensinou que a imagem fotográfica não é o real, mas o seu análogo. O que uma fotografia pode atestar é uma determinada presença de algo ou alguém que esteve diante da objetiva em um dado momento. Portanto, estando diante de uma fotografia estamos diante de uma representação que se diferencia do mundo real mas, através de signos específicos desse real, conduz a uma representação orientada, fruto de uma opção.

Esta premissa nos conduz à dimensão epistêmica que as imagens em apreço podem reter, isto é, elas tornam-se um instrumento de conhecimento porque através das informações nelas contidas podemos vir a conhecer objetos, lugares, pessoas, desejos e projeções mentais que contribuem para a compreensão dos embates próprios de sua época, para uma certa visão e interpretação do mundo.

Campina Grande, como tantas outras cidades brasileiras, também serviu de palco para experiências modernizadoras bem ao estilo dos vitoriosos projetos arquitetônicos iniciados pelo Barão Haussman em Paris e que, no Brasil, teve nas reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, sob administração Pereira Passos, o seu exemplo maior.

Como vimos no artigo do bacharel Agra, a tradicional realização das feiras livres nas áreas centrais de Campina Grande foi um dos motes a partir dos quais os letrados locais reivindicaram a instituição do progresso e da civilidade na cidade, reclamaram por sua higienização, e um dos símbolos desta luta foram as recorrentes solicitações por uma área específica para a comercialização de produtos – sobretudo os gêneros alimentícios –, para um local seguro e, acima de tudo, salubre. Foi, portanto, nesse clima *modernizante* que se buscou, em nome de uma certa idéia de progresso, erradicar-se hábitos populares como, por exemplo, comprar e comer as frutas na própria feira para logo em seguida atirar ao chão as suas cascas.[3]

A esse preciosismo higiênico juntem-se as preocupações com a manipulação pouco cuidadosa dos alimentos por feirantes e consumidores e os possíveis riscos que esses descuidados procedimentos poderiam acarretar para a saúde do povo campinense. Tais preocupações revelam o medo de infecções e contágios que remontam aos tempos das teorias miasmáticas.

Para além das preocupações voltadas especificamente para a salubridade, tais apelos apresentaram também uma faceta moral: não foram poucas as vozes que clamaram contra a presença das prostitutas que passeavam pelas feiras, desafiando as zelosas e honradas donas de casa que para ali se dirigiam para realizar as suas compras.[4]

Certamente estamos diante de uma imagem paradoxal, uma vez que um dos valores mais caros ao ideário moderno é o trabalho, uma categoria fundadora de uma determinada ética social que deveria ordenar valores, comportamentos e ações.

Olhando bem para essa imagem verificaremos que ela está plena de trabalho. O seu caráter paradoxal reside no fato de que, se atentarmos para o enquadramento da imagem veremos que a feira foi disposta de uma forma quase que caótica, em contraponto com a ordem geométrica das edificações e das pedras do calçamento que

lhe servem de cenário. Vemos uma quantidade considerável de pessoas aparentemente desordenadas num fluxo que sugere desordem, desleixo.

Essa imagem certamente justificaria a grita dos letrados campinenses contra a promiscuidade existente nesses locais de comércio: observemos as frutas expostas ao chão, ou mal acondicionadas em cestos e sacos aparentemente precários, em contato direto com as pedras do calçamento. É até possível que os cestos que acondicionam as frutas sejam os mesmos que também aportam nas cabeças dos carregadores, com as suas precárias e sujas vestimentas e os seus pés descalços.

Vemos algumas pessoas agachadas – provavelmente consumidores ou vendedores manuseando esses produtos. Atentemos para as proximidades dos cestos e veremos o que parece ser algum tipo de lixo ou cascas de frutas atiradas ao chão bem ao gosto da tradição popular, o que levou muita gente influente da cidade a reclamar contra os inevitáveis escorregões sofridos por aqueles que por ali se aventuravam.[5] As barracas retratadas dão-nos a impressão de que vão desmoronar a qualquer momento o que, certamente, acarretaria perigo para quem por ali passasse.

Portanto, a chave para entender o paradoxo nessa fotografia é a idéia de *ordem* recorrentemente presente nos discursos e ideário dos letrados – tal como vimos no artigo do bacharel Carlos Agra. O trabalho realizado na feira é um trabalho pleno de desordem, é um trabalho anti-higiênico, inestético, sobre o qual talvez a autoridade institucional não tenha muito controle.

Poderíamos, através dessa breve leitura julgarmos que essa foto teria se prestado às justificativas dos letrados campinenses nas suas reivindicações por um novo mercado para Campina Grande. Todavia, as imagens fotográficas para além de expressarem determinadas demandas do poder, determinados feitos do poder em toda a sua pretensa eficiência, prestam-se também para representar imageticamente os trabalhadores e, em conseqüência, permitem uma leitura que possibilita uma elaboração de sua existência social e, nesse sentido, uma leitura mais ampliada da cidade.

É necessário que se considere a dimensão epistêmica dessa imagem, isto é, esta fotografia como instrumento de conhecimento na medida em que ela nos informa sobre objetos, lugares e pessoas, o que nos permite imaginarmos o passado que ela representa, considerando estilos de vida, hábitos sociais, estratégias de sobrevivência e, um dado importante, a presença ostensiva dos pobres na cena urbana, tomando-lhe o primeiro plano.

Percebamos a quantidade de crianças circulando nesse universo comercial, muitas delas em atividade de trabalho. Nesse sentido, podemos imaginar a feira no seu caráter pedagógico, contribuindo para a introjeção dos valores do trabalho numa

sociedade na qual um dos mais caros sentidos na sua constituição imaginária foi exatamente a sua identificação com a atividade produtiva: estava-se, talvez, implementando-se os alicerces simbólicos da futura "Campina Grande, capital do trabalho".[6]

Como não vermos nessa imagem muito da *tradição* do comércio popular de Campina Grande? A maior parte das pessoas retratadas nessa imagem é constituída aparentemente por pobres. Atente-se para os pés descalços, os chapéus puídos, as roupas desgastadas ou rasgadas. A pobreza que essa imagem da tradição expressa fere o senso estético de sua ilustrada elite. Mas para além dos devaneios estéticos dessa elite que condenava os pobres na sua feiúra, é importante atentarmos para o que essa imagem pode nos revelar acerca das condições de sobrevivência desses homens e mulheres, comerciantes e consumidores aqui retratados. [7]

Essa fotografia revela que a feira em Campina Grande é um mundo a ser descortinado, para além de suas precípuas atividades comerciais. Percebamos também certos hábitos populares que apontam para a descontração: escorar-se às paredes para a conversa entre prováveis amigos indica este ambiente como um espaço de sociabilidade e enraizamento. Lugar de inocência: duas crianças caminham, abraçadas, pela calçada à esquerda, em aparente indiferença ao movimento à sua volta.

O contraponto a generalizada pobreza retratada nessa fotografia é o casal que se aproxima da feira, em trajes sóbrios. Observemos a sua vestimenta: o homem de sobrecasaca e chapéu escuros e a mulher, de vestido igualmente escuro, talvez preto. Parecem ser pessoas que não fazem parte do mundo propriamente dito das atividades feirantes. Pelos seus trajes podemos imaginar que não são feirantes, mas pessoas de um poder aquisitivo maior. De braços dados, aparentam estar observando o movimento, mas, talvez, sejam igualmente consumidores que recorriam às feiras livres para abastecer as suas mesas das frutas e demais mercadorias ali expostas, compondo o universo indistinto descrito pelo bacharel Agra como "uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura", em pleno ato de promiscuidade.

Talvez seja prematuro afirmar que algumas dessas imagens tenham um caráter deliberadamente político, no sentido de denunciar a exclusão social, a pobreza, etc. O que queremos enfatizar é que nesse esforço para uma produção imagética da cidade de Campina Grande nesse período, alguns fotógrafos tiveram a sensibilidade de registrar cenas urbanas que talvez não expressem as imagens desejadas pela sua elite letrada. São, certamente, imagens paradoxais e que nos permitem pensar que a mensagem fotográfica nos possibilita a identificação de

conflitos e de contradições envolvendo os desejos que pretenderam instituir certo modelo de cidade e a presença opositora de pobres nas ruas centrais da cidade negando tal modelo.

Claro está que aqueles fotógrafos que as produziram tinham intenções bem claras ao apontarem as suas objetivas para determinados pontos da cidade: vislumbraram as suas edificações, as suas praças, o cotidiano de sua gente, as suas festas... E não se pode deixar de observar que certamente estes fotógrafos sofreram influências não apenas de determinados padrões fotográficos consagrados à época, das técnicas e da tecnologia fotográfica então em voga, mas, principalmente, de certo pensamento modernizador que estava na ordem do dia dos letrados campinenses que, por sua vez, os absorvia e alimentava no seu contato diário com o pensamento corrente no Ocidente, sobretudo com o pensamento de administradores e técnicos de cidades brasileiras que passavam por esse processo de profundas reformas. Não esqueçamos que o bacharel Carlos Agra louva o prefeito Bento Figueiredo pela sua iniciativa de administrador moderno e sensibilidade estética. Todavia, essas qualidades atribuídas ao prefeito apenas se justificam em função de suas observações pessoais, do seu contato com o sul do país (onde o prefeito fora observar *in loco* os modelos de arquitetura em voga), região que abrigava a fonte de onde emanavam todas as receitas de modernização para o Brasil.

Por estas razões, os fotógrafos que revelaram Campina Grande pretenderam mostrá-la como uma cidade moderna ou, pelo menos, desejaram fazê-lo através de sua produção. No entanto, não obstante toda a influência de natureza cultural e tecnológica que eles sofreram, as imagens que estes fotógrafos lograram deixar-nos como herança talvez não seja a cidade do desejo dos seus administradores à época porque, assim parece-nos, a produção dessas imagens não foi realizada para atender a demandas do poder público campinense. [8]

Os acervos fotográficos transformados em fonte de pesquisa ativam uma forma peculiar de recepção. Agora o que prevalece é a ação do pesquisador sobre um material do qual ele deseja extrair significados que, a rigor, não estão necessariamente dados nas imagens examinadas. Claro está que o referente fotográfico é sempre o ponto de partida: ele nos permite a visualização de modos e modas, formas de trabalho, tipos de diversão, etc. Mas, de acordo com Bourdieu, “o que é fotografado e o leitor da fotografia apreende, não são propriamente os indivíduos, em sua particularidade singular, mas os papéis sociais...”[9]. Na verdade o pesquisador busca o conflito, aquilo que não está explicitado ou, pelo menos, que não está evidente nas imagens; procura as razões e os significados dessas imagens, a que representações elas poderão conduzir.

Recorrer a imagens que não foram produzidas para o pesquisador, imagens que são apenas fragmentos de um determinado momento histórico, e a partir delas ousar significar o passado, implica para o pesquisador recorrer a um amplo jogo de construção no qual a imaginação desempenha um papel fundamental. A recepção que o historiador faz a tais imagens, buscando interpretá-las, passa necessariamente pelo filtro cultural no qual ele está inserido e, na busca da interpretação desse desconhecido, diante da possibilidade de atribuir-lhe novos significados, de aproximar-se desse passado pela via da verossimilhança, há a necessidade de explorarem-se outros tipos de fontes de pesquisa – tal como estamos tentando fazer com fontes escritas deixadas por letrados campinenses. Assim, o trabalho de recepção às imagens fotográficas passa por um processo de ampliação.

Importa que em seus desejos de modernização, ao condenar e demonizar hábitos populares arraigados e, ao mesmo tempo, reivindicar para Campina Grande um modelo de cidade que lhe era estranho, a elite letrada campinense – aqui representada pelo artigo que herdamos do senhor Carlos Agra – nada mais fez que projetar imaginariamente um modelo de cidade que estava ainda longe de concretizar-se.

A Campina Grande dos anos 1930 e 1940 ainda estava impregnada de valores e hábitos sociais fundados na tradição e cuja maior parte da população sequer compreendia ou se importava com os reclames de setores de suas elites pela modernização da cidade. Conceitos como higienização profilática, saneamento e salubridade estavam distantes dos horizontes de pessoas que costumavam comer frutas na feira e, pelas ruas nas quais elas funcionavam, abandonarem as suas cascas.

Essas imagens nos permitem imaginarmos uma determinada realidade social que, em função da insistência dos cronistas e autoridades que desejavam um novo mercado para a cidade, pode ser lida como um símbolo de resistência de uma população afeita a certas práticas culturais cuja liberdade era assegurada pelo espaço amplo e a céu aberto que algumas ruas do centro de Campina Grande asseguravam.

[*] O Autor é Professor de História Contemporânea na Universidade Federal da Campina Grande e doutorando em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba.

[1] O jornal Voz da Borborema, criado na cidade de Campina Grande, circulou de 1937 a 1940 e pertencia à família do interventor federal no Estado da Paraíba Argemiro de Figueiredo.

[•] Os grifos são nossos.

[2] Veja-se *A Câmara Clara.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

[3] Essa discussão e a grita dos letrados em prol da construção de um novo mercado público para abrigar este tipo de comércio data do início dos anos 1930: veja-se a esse respeito o trabalho de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945.*

[4] *Idem, p. 265.*

[5] *Idem, p. 264.*

[6] A elite campinense sempre esteve atenta quanto à criação de epítetos grandiloquentes com os quais atribuíam e continuam atribuindo valores simbólicos e reais à Campina Grande: "Liverpool brasileira"; "Capital do trabalho"; "Rainha da Borborema"... Foram expressões que se prestaram a fixar no imaginário campinense uma valorização positiva de sua cidade.

[7] Veja-se KOURY, Mauro G. P. Fotografia e cidade. In KOURY, Mauro G. P. (org.) *Imagens & Ciências Sociais.* João Pessoa, Editora da UFPB, 1998 (p. 109-117).

[8] Há indícios que sugerem que grande parte da documentação fotográfica que temos é um produto do trabalho diletante de fotógrafos que viveram e trabalharam em Campina Grande, o que a diferencia de conhecidos centros urbanos brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, cujas administrações municipais contrataram fotógrafos para documentar os seus processos de transformação urbana, o que resultou em álbuns fotográficos marcado por uma *intencionalidade* imagética que se prestou ao atendimento das demandas destas administrações.

[9] Apud. LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica.* São Paulo, Edusp, 1993, p. 95.

Goeldi e a Morte Anunciada: seis gravuras para a revista *Clima*[i] em 1944

Sheila Cabo Geraldo – UERJ

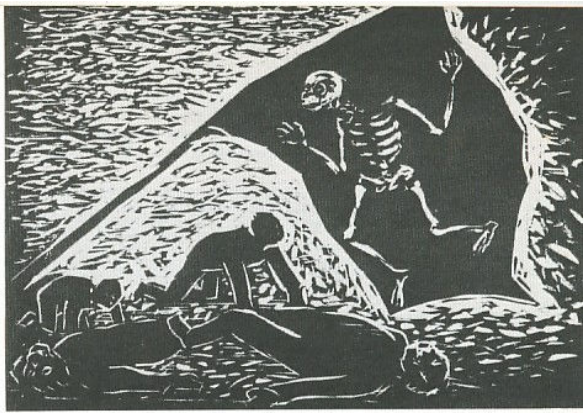

> Como é que o individual, o soturnamente fechado em si mesmo, como é o seu universo, de pesadelo lúcido e irônico, pode desencadear tamanha onda de emoção generosa, criando uma espécie de fraternidade.
>
> Carlos Drumond de Andrade [ii]

Bandeira Preta é a imagem em que a representação da morte aparece impressa em gigantesco estandarte que anuncia aos homens rastejantes, possivelmente feridos de guerra, a iminência do fim. Diante de tão potente imagem que se destaca na escuridão da bandeira, como identificar seu tempo e seu lugar? É noite, é dia? Onde e quando foi desfraldada? Destacada do céu e da terra, sua única identidade parece ser o terror e o medo. Pungente o suficiente para desencadear um processo de rememoração, não há como não a ver associada às *calaveras* gravadas em madeira pelo mexicano Posada, mas também não há como não ver nos corpos do primeiro plano aqueles do *Fuzilamento*, de Goya, talvez os mortos da barricada de Delacroix e até mesmo os da jangada, de Géricault, cuja bandeira-farrapo, ao contrário desta, anuncia a salvação. Não se trata aqui de buscar as influências ou as causas da imagem, mas de identificar e expor os cruzamentos que a

explicitam, construindo uma forma de relação externa da obra que, sem dúvida, tece aquela teia que nos leva a pensar na posição e pertinência do artista que a criou no mundo e no curso da arte, da cultura e da história.

Oswaldo Goeldi nasceu no Brasil, em 1895. Viveu aqui até os cinco anos, tendo morado, durante sua primeira infância, em Belém, no Pará, para onde fora seu pai, Emilio Goeldi, com o objetivo de reorganizar o Museu Paraense de História Natural, hoje Museu Goeldi. Tendo voltado com a família para Berna, Oswaldo só retorna ao Brasil com 24 anos, após a morte do pai. Durante sua formação na Suíça, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, foi convocado para o serviço militar, tendo servido como sentinela na fronteira com a Áustria, experiência que o artista relatou diversas vezes e que o teria marcado pela proximidade da morte e da violência. Com o falecimento do pai, transfere-se para Genebra, onde estuda arte. Faz, ainda em Berna, sua primeira exposição de desenhos, antes mesmo de seu retorno ao Brasil, que se dá na época da efervescência modernista.

Goeldi tem sido, nos últimos anos, aclamado como um de nossos maiores artistas da primeira metade do século XX. Sua obra vem recebendo a atenção dos mais importantes críticos e historiadores brasileiros. Em sua chegada, entretanto, não foi assim reverenciado, e isso, aliado ao incipiente mercado de arte, o levou, por muitos anos, a se dedicar à ilustração. Desde 1926 Goeldi colaborou em jornais, mas nas décadas de 1930 e 1940 recebeu importantes encomendas para ilustrações de livros. Foi na década de 1940 que ilustrou *Humilhados e ofendidos*[iii] e *Recordações da casa dos mortos*[iv], obras de Dostoievski, com xilogravuras, e, em bico de pena, *O Idiota*[v].

Bandeira Preta faz parte da série Balada da Morte, composta de seis gravuras em madeira elaboradas por Goeldi em 1944. Foi publicada como um encarte no número 13 da revista *Clima*, editada em São Paulo e dedicada à arte e cultura, tendo à frente Décio de Almeida Prado, Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado, Alfredo Mesquita e Ruy Coelho. Lourival Gomes Machado era o responsável pela crítica de artes plásticas e possivelmente foi quem convidou Goeldi para essa empreitada. Lourival vai ser

também o primeiro organizador da Bienal de São Paulo, em 1951, quando Goeldi recebeu o primeiro prêmio de gravura, em reconhecimento bastante tardio de sua obra. Mas, Balada da Morte não é uma ilustração feita para a revista. Trata-se de uma série especial veiculada, de maneira bastante peculiar, nessa também intrigante publicação.

Geraldo Ferraz, em artigo de *O Jornal*, em 1944[vi], comparou esse conjunto de gravuras com a série de Hans Holbein nomeada Dança da Morte, que se constitui de 41 cenas desenhadas pelo artista holandês, gravadas em madeira e impressas em Lyon, em 1538, junto com uma espécie de alfabeto da morte, também do artista. O tema da morte, um tema medieval, tal como a técnica da gravura em madeira, é assíduo entre os povos germânicos, escreve Reis Junior[vii], um dos mais íntimos amigos de Goeldi, na tentativa de explicar a recorrência dessas imagens em seus desenhos e gravuras. Teria sua origem numa vontade de especulação filosófica, que se intensificara na retomada romântica dos temas medievais, concorrentes da aspiração ao absoluto, que estão na base da poética do *Sturm und Drang* e, posteriormente, na dos expressionistas alemães, assim como na de Goeldi. Não é nenhuma novidade falar sobre o expressionismo romântico de Goeldi. Suas gravuras e desenhos são criados na medida da vida cotidiana, mas em plena consciência de que essa criação é um ato inaugural, que origina imagens a partir do ser e enseja uma correspondência de existências[viii].

Anibal Machado[ix] escreveu em 1955 que a poética de Goeldi é semelhante a um "côncavo", onde ressoam todas as "vibrações do mundo". Assim é que, em suas gravuras, a penumbra grave das ruas, a sobriedade, a desolação das casas e a presença irredutível do poste de luz nos direcionam para o reconhecimento de um mundo, mas de um mundo remoto, tempo de gente perdida, semelhante a um tempo de recordações**.** Sobretudo na gravura *Bandeira Preta,* que compõe a série junto com *O sol se apaga – voltarei amanhã*; *167 de uma só vez!; Comilão, cuidado com a sobremesa!*; *"Nero", não brinca* e *O bêbado,* o que se impõe é a presença pictórica de uma atmosfera noturna, fruto do choque diário do sujeito com o mundo. Talvez resida aí a identidade da obra de Goeldi: o choque da dignidade pessoal com

o jogo do mundano, mas sobretudo a vontade moral de superá-lo, o que nos faz ver nessas gravuras a marca do existencialismo de Kierkegaard, para quem a dimensão ética traz em si a liberdade. Assim é que podemos nos aproximar da série Balada da Morte, mas também das gravuras feitas na mesma época para *Humilhados e ofendidos* e *Recordações da casa dos mortos*, expostas em conjunto na individual do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1944.

Sem dúvida, Balada da Morte carrega em si a poética romântico-expressionista que tem como motivação a pergunta sobre a existência e o fim da existência. Mas é também uma resposta ao acontecimento terrível da Segunda Guerra Mundial. Raquel de Queiroz, num depoimento de 1981, comentando a participação arredia de Goeldi no meio artístico, referiu-se ao artista como um homem que, consciente de seu valor, não desejava competir. Acrescentou ainda que, sendo um homem, em suas palavras, sensitivo, não tinha interesse na participação política, mas, no caso da Segunda Guerra, se posicionara veemente contra Hitler.

A escritora considerou Goeldi sobretudo um artista avesso às "rodinhas palacianas", o que talvez possa esclarecer o interesse dos editores de *Clima* por seu trabalho, a ponto de lhe darem um espaço considerável na revista, fundada em 1941 por um grupo de recém-formados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em seu primeiro número, de maio de 1941, os redatores a identificam como uma revista de gente "moça", cheia de coragem, que pretende "apresentar e fazer conhecer os trabalhos no nível da cultura, em qualquer dos seus ramos, tentando criar esse "clima" de curiosidade, de interesse e ventilação intelectual". Pensada como publicação com especial interesse na discussão de literatura, teatro, música, cinema e artes plásticas, só durou quatro anos, tendo seu último número, o 14, saído em novembro de 1944; nesse período, entretanto, abriu espaço para a construção de uma nova visão da realidade brasileira, o que incluiu a luta contra o nazifascismo e pela democratização do Brasil, em pleno Estado Novo.

Apesar de críticos do modernismo, esses redatores admiravam Mário de Andrade, a quem convidaram para fazer a apresentação do primeiro número da revista. Mário, numa lucidez absoluta, fez um balanço do movimento artístico entre as décadas de 1920 e de 1940, percebendo a distância entre esses jovens recém-saídos da universidade e os modernistas dos anos 20. Definindo sua geração como de "abstencionistas" ou "inconscientes", reconhece que tiveram mérito na constituição do movimento modernista, mas também identifica o que chama de um "perigoso" movimento em direção à "arte social" a partir de 30. O que o escritor aponta como novo e louvável nessa geração é o fato de procurarem publicar uma revista que, como escreveu Mário, pretendia suprir a "falta de um pensamento filosófico, de uma atitude filosófica da inteligência, entre nossos intelectuais."[x]

Se de fato, em seus primeiros números, *Clima* reúne artigos que abordam temas muitas vezes acadêmicos, distantes da discussão política dos anos 30, a seção de crítica, como escreveu Sérgio Milliet[xi], referindo-se a Lourival Gomes Machado, em carta publicada no segundo número, é uma "crítica de oposição à crítica de arte objetiva, técnica, plástica" e que "defende a tese da crítica filosófica e sociológica". De responsabilidade dos editores, as críticas são escritas procurando uma relação entre a cultura e o pensamento crítico-filosófico, distanciando-se da simples constatação temática e da identificação técnica — que é o que Milliet chama de crítica objetiva —, mas também isentando-se de qualquer posicionamento político.

A partir de agosto de 1942, a revista passou a homenagear um artista em cada edição, e Livio Abramo teve, então, suas gravuras publicadas em Clima nº 11[xii], em que os editores incluíram uma declaração antifascista, mas esclarecendo: ainda que ao fundar o periódico tinham resolvido nele não debater assuntos de política, nacional ou internacional, entendiam agora que "a guerra entre o Brasil, de um lado, e a Alemanha e a Itália, do outro, era inseparável da guerra que se processa em escala internacional e ideológica contra o fascismo"[xiii]. Terminam a declaração com uma definição do fascismo em que o identificam com o Integralismo de Plínio Salgado no Brasil. O número 12 da revista saiu apenas em

abril de 1943 e tem como editorial uma carta em que os editores explicam a lacuna de vários meses, justificando-a pelas "condições que a guerra criou para a imprensa"[xiv], sobretudo materiais. Anunciam mudanças para os próximos números da revista, que passará a ser "trimestral e terá um novo perfil"[xv]. Tendo como artista convidado Manoel Martins e contando com o artigo de Mario Schenberg[xvi] intitulado *O destino das nações unidas,* neste número foi publicado, ainda, um *Comentário* sobre as reações à declaração antifascista publicada no número anterior.

No número 13, a guerra aparece de maneira explícita: além do artigo "A distribuição das responsabilidades da guerra", de Moacir Werneck de Castro[xvii], nele consta a série Balada da Morte. Não só em *Bandeira Preta* isso é perceptível, mas também em *167 de uma só vez!,* em que uma caveira gaiata, com chapéu de marinheiro comandante, equilibrando-se em uma bóia, em pleno mar, observa ironicamente um navio que acaba de naufragar — veio buscar e conta seus alvos e suas almas. Indubitável tomada de posição contra a guerra, a gravura revela, na inteligente sátira de Goeldi, uma compreensão que supera a simples adesão aos aliados. Sua fina e constante ironia, que aparece também em seus desenhos, esses rápidos registros de bêbados, cachorros, casas, guarda-chuvas e urubus, signos de uma vida ultrajada e decaída, revela a compreensão dos acontecimentos em âmbito maior, ou seja, naquele que diz respeito ao aviltamento da condição humana, à violação da dignidade do homem. Embora se referindo à guerra, o que o interessa é, sobretudo, a vida, a existência humana, agora ameaçada de maneira peremptória. Balada da Morte, sem dúvida, é nossa versão do que foi para Goya os horrores gravados nas águas-fortes Desastres da Guerra.

A seqüência das seis gravuras faz emergir não só o tema, mas a identificação humanística de Goeldi com os povos que sofrem as conseqüências da violência implícita nas guerras, além de uma demonstração de sua aguda percepção dos motivos pelos quais os homens se aniquilam nesses combates. Em *Comilão, cuidado com a sobremesa!,* as pequenas e poucas linhas, de cortes finos, que são algumas vezes os próprios veios da madeira, como

marcas de um homem angustiado, revelam a necessidade consciente da sobriedade, para permanecer inacessível à potência esmagadora daquilo que o cerca, mesmo que seja do nível das tentações prazerosas e fáceis, como o prato de sobremesa que tenta o comilão, mas que é também sua morte.

Goeldi mantém aqui a ânsia subjetiva pelo infinito, mas também o respeito por si e a incrível amorosidade pelos homens Tudo comprimido no limite dessas imagens, verdadeiras protagonistas de um diálogo de existências.

---

[i] *Clima.* São Paulo, N. 13, agosto de 1944
[ii] Andrade, Carlos Drumond. Goeldi e o Espanto. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 4/10/1956
[iii] Dostoievski, F.M. Humilhados e ofendidos.Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944.
[iv] Dostoievski, F.M. Recordações da casa dos mortos.Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1945.
[v] Dostoievski, F.M. O Idiota..Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944.
[vi] Ferraz, Geraldo.*O Jornal,* Rio de Janeiro, 1944
[vii] Reis Junior, José Maria. Goeldi. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966
[viii] Geraldo, Sheila Cabo. Goeldi: modernidade extraviada. Rio de Janeiro, ADESA/Diadorim, 1995.
[ix] Machado, Aníbal. Goeldi. Apresentação. Rio de Janeiro, MEC, Coleção Artistas Brasileiros, 1955.
[x] Andrade, Mário de. *Clima,* São Paulo, N. 01, maio de 1941, p.12.

[xi] Milliet, Sérgio. *Clima*, São Paulo, N. 02, julho de 1941, p. 136.
[xii] Abramo, Lívio. Gravuras. *Clima.* São Paulo, N. 11, agosto de 1942.
[xiii] Os editores que assinam a declaração de "guerra contra o fascismo" são: Lourival Gomes Machado, Alfredo Margute, Antonio Lefèvre, Antonio Cândido e Décio de Almeida Prado. *Clima*, São Paulo, N. 11, agosto de 1942.
[xiv] *Clima*, N. 12, São Paulo, abril de 1943
[xv] Idem.
[xvi] Schenberg, Mario "O destino das nações unidas". *In*. *Clima*, N. 12, São Paulo, abril de 1943.
[xvii] Castro, Moacir Werneck de. "A distribuição das responsabilidades da guerra". *In*: *Clima*, São Paulo, N. 13, agosto de 1944.

ROTA DA ESPERANÇA: imigração japonesa e o sonho do retorno.

Sidinalva Maria dos Santos Wawzyniak - UTP

Ao reconstruir o itinerário de alguns imigrantes, procura-se entender o significado social e econômico da mobilidade espacial e identificar quais são os valores culturais acionados pelos nipônicos nesse processo, pois "...uma história de migrações, de deslocamentos de população, revela comportamentos, padrões de relações sociais, momentos de crise... Traduz fenômenos culturais e, nesses e outros aspectos, as migrações permitem-nos compreender os fatos humanos – entre outros, políticos, religiosos e econômicos".[1]

Ao lado disso, as migrações internas, tanto dos nacionais como dos estrangeiros, "são historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança"[2] que afeta a estrutura e a organização dos atores em nível psíquico e social. É um recomeço de uma vida que requer novas estratégias e a construção de novas relações.

No caso dos imigrantes japoneses, que chegaram ao Brasil entre as décadas de 1910 e 1920 o ponto de partida, foram as fazendas paulistas, onde eles estavam fixados na condição de trabalhadores contratados e o principal fator do deslocamento foi a perspectiva de alterar essa condição. Nas décadas seguintes, as migrações internas no Brasil passaram a constituir um elemento de recomposição tanto da população rural (décadas de 1930 e 1940) como da urbana (década de 1950 e seguintes), seguindo o fluxo da expansão econômica e esses imigrantes acompanharam esse movimento.

A perspectiva de um futuro melhor e de recuperar, com a emigração, o sonho perseguido em seus locais de origem, faz parte de um imaginário construído, resultado de um desejo de conquista e de busca que impulsiona o projeto de vida nas sociedades receptoras. De maneira geral, o deslocamento de imigrantes para outros espaços tem “um forte componente de compulsão, determinado por várias razões, entre as quais predominam as de

natureza econômica; mas encerra também uma escolha, cujo acerto o imigrante avaliará ao longo de sua vida".[3]

Pelas Fazendas Paulistas

Os imigrantes japoneses que chegavam a São Paulo eram encaminhados às fazendas de café, junto com o intérprete de cada grupo, logo após a assinatura do contrato com os fazendeiros. Nessas fazendas, já trabalhavam, além de brasileiros diversas famílias de imigrantes de outras etnias.

As condições enfrentadas pelos recém-chegados definiram sua postura na permanência e trajetória no solo brasileiro, pois o tratamento recebido era muito diferente daquele anunciado pela Companhia de Emigração, antes de saírem de sua terra natal. "A terra prometida, a fartura e a riqueza rápida"[4], o sonho de retorno ao seu país de origem, estavam longe de ser alcançadas, a curto prazo. Descontentes, muitos imigrantes negavam-se a trabalhar como lavradores, não queriam renovar o contrato com o fazendeiro ou fugiam. Os fazendeiros também reclamavam das dificuldades dos japoneses em se fixar num local, do despreparo para o trabalho no campo e das constantes fugas, que acarretavam prejuízo à lavoura.

Da primeira leva de imigrantes, alguns abandonaram as fazendas sem cumprir os contratos,outros cumpriram o contrato e saíram para as fazendas vizinhas, outros ainda, entre eles aqueles que vieram com uma profissão ou ofício e, portanto, não conseguiram se adaptar à atividade agrícola, procuraram novas ocupações.

Observa-se que o deslocamento acompanha o fluxo de desenvolvimento da agricultura paulista. Até o final da década de 1920 eram raros os que saíam das fazendas com destino ao Paraná, e aqueles que assim o faziam, vinham em outra condição de vida.

Em seu livro de memórias, A.M. dedica um espaço à mobilidade da família demonstrando a importância que dá ao fato:

> A trajetória do pai aqui no Brasil em 21 anos já era rica. Neste período seguiu o seguinte caminho: 1898-1920: Japão – Toyama Ken; 1929: Brasil, em 28-6-1929; 1929-1930: Mogiana –SP/Santa Rita do Passaquatro (fazenda Vassununga); 1930-1931: Pompéia – SP (fazenda Jacutinga); 1931-1933: Bastos – Bairro Glória I; 1933-1941: Bastos – Fartura-SP; 1941-1950: Assai – PR (atual S. Sebastião de Amoreira). Depois:1950-1971: Londrina–PR (A.M.)

A família de A.S.I. também realizou vários deslocamentos, mas sua "remigração" se deu após ter se formado (1945) em um curso superior de contabilidade, em São Paulo (SP). *"Tinha agora, como apoio, um diploma e esperava com isto dar uma ajuda melhor aos meus familiares."* (A.S.I.). Mesmo depois de formado, não conseguiu receber seu diploma, pois uma lei, promulgada pelo governo de Vargas, cerceava aos estrangeiros o exercício de profissão liberal. Recebeu, na época, um certificado de conclusão de curso.[5] Diante desse panorama político e social, ele resolveu migrar para o Norte do Paraná com destino a Londrina.

Quando A.S.I. decidiu tentar a sorte em Londrina, esta cidade já havia se tornado centro aglutinador tanto de outros núcleos urbanos como de população. A economia cafeeira dava evidentes sinais de que assumiria a dianteira do desenvolvimento paranaense. Com o término da Segunda Guerra, o volume de café exportado pelo Brasil não conseguia acompanhar o aumento da demanda, os preços triplicaram, assim como a expansão do plantio no Norte do Paraná. E levas de imigrantes nacionais e estrangeiros continuaram a se fixar na região.

A representação do Paraná como um "estado em construção" também contribuiu para o deslocamento de uma população para o Norte do Estado. Ao lado disso, Graham relaciona outros fatores que interferiram no desenvolvimento do Paraná:

> ...A natureza eminentemente "agrícola" da explosão do seu desenvolvimento econômico, as características da sua cafeicultura, as qualificações dos imigrantes paulistas que ali se fixaram e, sobretudo, a natureza das políticas de distribuição de terras e de colonização ali implementadas, que deram prioridade à pequena propriedade, foram fatores que, durante esse período, mantiveram a população ligada à terra e o crescimento dos centros urbanos em nível inferior ao que poderia ter ocorrido se tivessem prevalecido outras condições.[6]

Uma vez que o preço das terras e o parcelamento da dívida facilitavam a compra e o pagamento, o imigrante poderia concretizar sua meta de transformar-se em um pequeno proprietário e assim viabilizar sua ascensão social no cenário rural. A ele restaria ainda a possibilidade de investir em um empreendimento e ser independente a partir da criação de seu próprio "negócio".

Embora não se possa generalizar, o processo de mobilidade espacial mostrou-se estratégia bem sucedida de inserção do imigrante e seu descendente em diferentes universos sociais

Ser Itinerante

A.S.I. remigrantes desse período, que chegou a Curitiba no ano de 1950, segundo seu livro de memórias, "*para trabalhar e estudar*", quando a cidade naquele momento comemorava algumas conquistas relativas à educação superior. Em 1946, a Universidade do Paraná havia sido reconhecida pelo governo federal e desde então vinha acalentando a aspiração de ser federalizada, o que veio a ocorrer em dezembro de 1950. Nessa condição, a agora Universidade Federal do Paraná poderia ser mais acessível a todas as camadas sociais. Considerando a importância que os japoneses conferem à educação, para eles um valor que permitiria a ascensão social, pode-se pensar que essa universidade estava mais ao seu alcance.

Ao que parece, A.S.I. acertou ao escolher Curitiba para a renovação dos seus propósitos de vida, trabalhar e estudar. Sobre isso, eis o seu relato:

> ...continuei com o meu escritório de contabilidade, onde julgava-me mais seguro. Como nunca é demais aprender continuei freqüentando palestras e cursos de extensão, não somente ligados à minha profissão, mas também de filosofia... Em 1952 inscrevi-me no Curso de Evolução do Pensamento Econômico, ministrado pelo professor Raul Paul Hugon, promovido pela Universidade Federal do Paraná. (A.S.I.)

Num contexto desenvolvimentista, o Paraná cresceu impulsionado pela cultura cafeeira e Curitiba traduzia esse progresso na perspectiva de apresentar-se como metrópole.[7] Em termos populacionais, esse processo de crescimento ficaria evidenciado na década de 1960: a população curitibana que na década de 1950 totalizava 179.208 na década seguinte quase dobraria, passando para 361.309 habitantes (IBGE). Da mesma forma, registrou-se um aumento da etnia japonesa na cidade; havia um total de 1.000 famílias, com 6.500 pessoas, sendo 78% na região urbana e 22% na região rural da cidade.

No transcorrer das décadas citadas, esta comunidade passou a crescer com "a vinda dos nisseis que procuravam o curso superior da capital." [8]

A busca pela educação foi um forte motivo, porém, não o único, pois nesse período os imigrantes japoneses que chegavam ao território curitibano viviam um momento muito particular: o Japão perdera a Guerra e a sociedade japonesa enfrentava um processo de reestruturação social e econômica de Pós-Guerra. Com isso, os imigrantes perderam a perspectiva de retornar no menor tempo possível para o Japão e, conseqüentemente, passaram a investir na sociedade brasileira comprando terras, abrindo pequenos negócios, investindo na educação e profissionalização de seus filhos e participando mais ativamente da comunidade local, criando associações e templos.

Algumas vezes mostrava-se mais viável adquirir terras ao redor de Curitiba. É assim, por exemplo, que nasce em 1958, numa área de 130 alqueires, "cercada por uma pequena floresta de araucárias", o núcleo japonês Hayao Washida, composta por 27 famílias que"[9] se dedicavam ao cultivo de "frutas como pêras, pêssegos, ameixas e uva, além de hortaliças. Esse núcleo, situado a 36km de Curitiba, foi fundado por Hayao Washida, antigo morador de Cacatu, em Antonina. Saiu desta colônia no período da Segunda Guerra Mundial, quando era vedado aos imigrantes dos países do Eixo permanecer em área litorânea. Washida saiu de Antonina para o interior de São Paulo onde passou a incentivar a vinda de imigrantes para o Paraná. De volta a Curitiba, comprou terras na região de Araucária e passou a fazer um loteamento. Este loteamento deu origem à construção de um espaço que permitiu o desenvolvimento e o crescimento da

população japonesa em Curitiba e arredores. Um dos motivos que incentivou o imigrante a deixar o interior de São Paulo foi o clima, que, para Ischiro Namikata, "era propício para a cultura do algodão, com a qual os japoneses não estavam acostumados. Era preciso usar muito fertilizante e venenos, que faziam mal à saúde". O que era diferente do Paraná, que tinha um solo "ideal para a produção de hortifrutigranjeiros, a especialidade dos japoneses".[10] Mas, mesmo encontrando condições climáticas satisfatórias na região de Araucária, os imigrantes tiveram muitas dificuldades para se dedicar a uma produção que viabilizasse seu sustento. Segundo Ischiro Namikata:

> A chegada ao Paraná não foi fácil (...), trabalhou muito para conseguir chegar à produção que tem hoje. Ele escolheu a pêra, yari (espécie de origem chinesa) como produto principal na área. (...) foi bastante trabalhoso a adaptação da fruta no Brasil. Usando a tecnologia japonesa, ele obteve o cruzamento da árvore da yari com uma outra espécie (chamada polinizadora). Só assim conseguiu produzir a pêra com seu gosto natural. [11]

As vinte e sete famílias reunidas por Washida adquiriram pequenos lotes e passaram a se estruturar a partir de suas experiências de vida. Tentaram recriar elementos da sua cultura no universo do trabalho e de moradia: "em cada casa da colônia existe uma marca da cultura oriental. Desde um pequeno 'matsu' (pinheiro japonês) plantado no quintal até objetos de decoração".[12]

Quanto à integração na comunidade, as recordações de A.S.I. falam de seu empenho em participar da sociedade local, sem, no entanto, descuidar de um dos mais importantes traços culturais para os imigrantes, a língua de origem:

> Colaborei na fundação da Sociedade Cultural e Esportiva Pinheiros, de cuja diretoria fiz parte por muitos anos, bem como da Sociedade Cultural Nipo-brasileira e da Sociedade Beneficente Nipo-brasileira do Paraná. Com a colaboração do Major Ubirajara Brandão fundei o Centro Cultural Nipo-brasileiro, com a finalidade de divulgar a cultura e a língua japonesas... (A.S.I.)

O itinerário percorrido pelos pais de nove descentes de imigrantes radicados em Curitiba, dos 10 que responderam ao questionário elaborado para esta pesquisa. Inicialmente, e quando definido, indica-se o ano de chegada do informante a Curitiba e na seqüência relaciona-se o trajeto dos pais.

Q2 – O informante passou a residir em Curitiba em 1968. Seus pais chegaram ao Brasil em 1931, trabalharam nas fazendas de café paulistas (Cabrália Paulista, Capão Bonito, Pereira Barreto – SP). Saíram de São Paulo tendo como destino Assai (PR).

Q3 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1933, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, durante o período de 1933 a 1942 (Santos, Cabrália Paulista – SP); de São Paulo saíram para o Paraná (Assai e depois Curitiba).

Q4 – O informante veio para Curitiba no final da década de 1960. Seus pais nasceram no Brasil na década de 1920, em São Paulo. Trabalharam em São Paulo até a década de 1930 (Bauru, Mogiana, Marília). Foram para Londrina (PR) na década de 1940.

Q5 – Este informante veio para Curitiba na década de 1970. Seus pais chegaram ao Brasil em 1929. Permaneceram em São Paulo durante a década de 1930 (Santos, Capital de São Paulo) e na década de 1970 vieram para Curitiba.

Q6 – Os pais do informante chegaram ao Brasil em 1933, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, durante o período de 1933 a 1942 (Santos, Bauru, Pereira Barreto). Saíram de São Paulo para o Paraná (Londrina, Maringá e Curitiba).

Q7 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1930, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas até 1935 (Marília, Lins e Bauru - SP). Remigraram de São Paulo para o Paraná (Curitiba).

Q8 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1928, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, durante dez anos (Santos, Mogiana, Capital de São Paulo). Saíram de São Paulo para o Paraná (Castro, Uraí, Londrina).

Q9 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1933, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas até 1937 (Marília, Bauru). "Remigraram" de São Paulo para o Paraná (Maringá, Araponga, Paranavaí).

Q10 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1934, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, até cumprir o contrato em 1937 (Cabrália Paulista, Capital de São Paulo - SP) e remigraram para o Paraná (Assai e Curitiba).

Observa-se que, segundo os informantes, seis famílias remigraram para o Paraná na década de 1930; duas, na década de 1940 e uma na de 1970. Quanto à fixação de residência em Curitiba dos pais e, ou, dos descendentes, tem-se que dois dos descendentes chegaram na década de 1960 e um na de 1970 (com a família), um não informou e cinco dessas famílias estavam em Curitiba antes destas últimas décadas. O que se evidencia é que os pais remigraram do interior de São Paulo (exceto uma família que veio da capital de São Paulo para Curitiba) para o interior do Paraná e posteriormente para a capital deste Estado. E o fator de

atração dessas famílias imigrantes para Curitiba parece ter sido principalmente a educação universitária e a conseqüente profissionalização de seus descendentes.

Conclusão

Para os imigrantes japoneses, entre as condições ideais havia ainda a oportuna esperança de retorno. Sonhavam com um enriquecimento rápido , pois acreditavam que no Brasil iriam "debulhar as árvores de ouro (os cafezais) e ganhar muito dinheiro". Contando com essa possibilidade, muitas famílias japonesas projetaram sua vinda nesta perspectiva: chegar ao Brasil, trabalhar e fazer uma poupança que garantisse o futuro do seu grupo na terra natal, em melhores condições. Essa idéia de retorno só foi perdida após o término da Segunda Guerra Mundial, quando o Japão se rendeu às forças aliadas.

---

[1] NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migração. Curitiba: SEED, 2001. p.8
[2] SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.217.
[3] FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. P.19
[4] PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998. p.5.
[5] Esta lei só foi revogada no governo de Gaspar Dutra (1945-1950).
[6] GRAHAM, Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.751.
[7] TRINDADE, Etelvina Maria de. **Cidade, homem e natureza:** uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997.
[8] KOJIMA, **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba.** Curitiba, 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da UFPR. p.174.
[9] SALVADORI, Sandra. Colônia japonesa esquecida só mantém tradição agrícola. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 maio 1988.
[10] SALVADORI, op. cit.
[11] SALVADORI, op. cit.
[12] SALVADORI, op. cit.

ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS NA ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS ENVOLVENDO ESCRAVOS E LIBERTOS NAS DÉCADAS FINAIS DO IMPÉRIO

Silvana O. Fanni* - PPG-USS

Desde a década de 1980 intensificaram-se os trabalhos que utilizavam as fontes criminais. Através desses estudos buscou-se reconstruir as experiências sociais de escravos, forros e homens livres. Maria Sylvia de Carvalho Franco[i] foi pioneira na análise de uma sociedade escravocrata diversificada, não apenas dividida entre escravos e senhores, mas entre estes e homens pobres.

Em 1987, Maria Helena Pereira Toledo, em seu livro *Crime e escravidão*[ii], analisou processos criminais que envolviam escravos em Campinas e Taubaté no século XIX; e procurou, com base nessas fontes, "*resgatar os comportamentos escravos em sua multiplicidade*"[iii], sua inserção na sociedade, seus valores e universo mental articulados à desintegração da escravidão e ao emancipacionismo; levando em consideração, ademais, as relações senhor/escravo presentes nos crimes documentados.

Sidney Chalhoub[iv] foi outro autor que mergulhou profundamente nos processos da vara criminal, buscando uma maior compreensão das visões de liberdade dos escravos. Para isso utilizou uma *densa descrição*[v] das fontes seguida de análise.

Reconstruir aspectos econômicos, sociais e culturais da população africana e afro-brasileira que viveu no período escravista torna-se uma tarefa difícil para o historiador, uma vez que enxergá-los depende na maioria das vezes da visão do homem livre, geralmente branco. Olhar esse carregado de conceitos da sociedade escravista. É preciso captar os detalhes, as pistas e as entrelinhas do documento, não se deixando iludir pelo que o escritor quer dizer. É preciso questionar, buscar uma crítica ao narrado, para enfim, tentar a reconstituição do ambiente de vivência dos escravos e libertos. Na documentação analisada aparece explicitamente a denominação escravo, ex-escravo, ex-escravizado ou liberto que possibilitaram a identificação dos elementos sociais eleitos. A cor das suas personagens não foi em momento algum mencionada[vi], sendo assim, não se pode deduzir que outros processos fazem referência a cativos e forros.

Para se trabalhar com processos criminais deve-se considerar que esta fonte tem caráter e estrutura oficiais. Ela possui uma natureza específica, relatar um crime e, para tanto, segue a organização legal. Caso não fosse seguida poderia levar a anulação da sentença. Apesar da rigidez do documento, na maioria das vezes, deixa transparecer pequenos detalhes da vida cotidiana dos envolvidos no processo.[vii]

Dentro da perspectiva judicial, um processo criminal poderia conter os seguintes elementos-chave para análise: o auto de denúncia presente em todos, onde o promotor descreve o crime; o auto de corpo de delito, presente nos casos onde há ofensa física ou homicídio; interrogatórios dos réus e das vítimas; os depoimentos das testemunhas; e o deferimento do juiz. Essas partes dão pistas para aos poucos reconstruir o cotidiano do período. É importante lembrar que os dados devem ser cruzados e, no caso de haver outras fontes, estas podem ser confrontadas, para que com um número maior de informações a compreensão do objeto fique mais clara.

No auto de denúncia abaixo transcrito, o promotor faz um resumo do crime, narrando locais, situações, dados referentes ao réu e à vítima para juiz. Em alguns casos são comentadas também as relações sociais, o ambiente do fato, além de serem apresentadas as testemunhas[viii].

> *"B. Promª P^co^, em virtude do despacho do pronunciado Dr. Juiz de Districto, no processo instaurado a Bento José Vieira, por crime de reduzir à escravidao o liberto José Silverio,(...).*
> *Havendo o liberto José Silverio obtido, d'este juízo, mandado de manutenção à sua liberdade, foi d'ela intimado, no Meia Pataca, o denunciado Bento José Vieira, em dias do mez de agosto de 1873.*
> *Longe de obedecer a ordem, emanada da autoridade legal, o denunciado, que do mesmo mandado, [sic], já tinha conhecimento, por copia, que lhe enviou João Monteiro, que a seu turno a recebo do Official de Justiça por ter em sua casa o referido liberto - disse que não obedecia a ela, e mesmo que se oppunha e resistia ao seu cumprimento, e tanto resistia ao seu cumprimento, e tanto resistia – que se lhe [sic] o liberto José Silverio, o havia amarrar, sua attenç.^m^ a ninguem e estivesse elle em casa de quem quer que fosse. - E, em seguida, resumindo algumas [sic], entr'ellas os denunciados José Antonio de Araújo Cirino, José Carlota e Soares, foi o denunciado Vieira em procura do liberto, insultando e ameaçando a particulares, em suas casas, e injuriando, com nomes infantes as autoridades do Meia Pataca e d'esta cidade.*
> *(...) - conseguindo o denunciado Vieira prender o liberto José Silverio e atalo a cauda de um cavallo, sem que fosse sua autoridade própria contrariada pelas [sic] pessoas presentes, que não ignoravão entretanto, a [sic] de ordem da autoridade constituída.*
> *Deo exposto, é evidente - que o denunciado Vieira [sic] o crime previsto no art. 116 do Cod. Crime, e [sic] os outros denunciados, em combinação com o art 35, citação.*
> *O Prom.^r^ Off., como parte da presente os documentos, que junta, sob n^os^ de 2, e para testemunha João Fernandes Pinto Peris, João Francisco de tal, José Alves Ferreira*

> *Primo, Manoel Julio da Trindade e Manoel de tal, empregado de Herminegildo, todos do districto do Meia Pataca.*
> *(...)*
> *Leopoldina 21 de fevereiro de 1876.*
> *Manoel Candido de Oliveira*
> *Promotor"*[ix]

No texto acima destacam-se, entre outras questões: a redução ao cativeiro de pessoa livre, o desacato à autoridade por parte do réu, o insulto às pessoas presentes e a não reação dos presentes ao fato de estar o acusado agindo ilegalmente.

No auto de corpo de delito, quando presente no processo, geralmente se informa a roupa do individuo e o local onde foi encontrado o corpo; nesse sentido pode-se estudar o tipo de indumentária usada e através dela é possível ter uma idéia de sua posição social ou então daquela que almejava ter. Em alguns casos, o local do crime revela onde e como vivia a vítima. Observe os exemplos abaixo:

No processo CAT-1 CX-16 CR-318, que aborda uma ofensa física, temos a descrição dos trajes do escravo Francisco: calça e camisa de algodão. Em outro, CAT-1 CX-18 CR-381, Antonio Mina, que foi vítima de um homicídio, era preto, liberto, africano, 60 anos, cabelos encaracolados e grisalhos, pouca barba, trajando: calça de algodão preta, camisa de algodão americana (sangue no peito).

"*A roupa sempre foi encarada como representativa de categorias econômicas e sociais, de cargos e de funções."*[x] Pode-se neste caso deduzir, em comparação com outros processos envolvendo homens livres abastados, que as roupas de algodão eram características dos escravos, libertos e das pessoas livres pobres.

O interrogatório, tanto do réu quanto da vítima, traz preciosas informações sobre: idade, estado conjugal, profissão, naturalidade, filiação; se escravo, o nome do proprietário e a sua visão do acontecido. Em alguns casos deixa transparecer um pouco do que pensa a personagem sobre sua pessoa, a quem pertence ou pertenceu, se conhece sua idade, quem são seus pais, qual sua origem; e a visão tanto do réu como da vítima a respeito do crime.

Em certos casos é possível vislumbrar a alternância dos depoimentos, fruto das manipulações do advogado, principalmente no sentido de buscar livrar o réu da acusação.

O depoimento das testemunhas talvez seja uma das partes mais ricas do processo, pois além de possibilitar a obtenção de dados referentes ao depoente, como idade, estado conjugal, profissão, endereço de moradia etc., possibilita a apreensão de elementos socioculturais. Pode-se analisar uma série de dados dos envolvidos: círculo social; redes de solidariedade; locais que freqüentam; relacionamento do depoente com o crime, com a vítima e o réu; assim como de que forma, segundo a testemunha, ocorreu o fato. O depoimento acaba expondo não só a situação em si, mas pode fazer com que sejam remontados anos da história das personagens contidas no processo, assim como dados econômicos, sociais, culturais, entre outras inúmeras possibilidades.

Há também uma tipologia das testemunhas, no caso de serem elas crianças, parentes dos envolvidos ou escravos. É comum encontrar a denominação de *testemunha informante.* Pela leitura dos processos fica claro que seu depoimento tem o sentido de enriquecer a reconstituição dos fatos, não significando que o depoimento será utilizado para elaboração da sentença. A presença de um curador, aquele que está judicialmente incumbido de cuidar dos interesses de alguém que está em processo judicial, se faz necessária nas vezes em que houver um menor, órfão ou um escravo envolvido. Legalmente eles não são, ou estão aptos a responder judicialmente.

O deferimento do juiz, assim como a não finalização do caso pode mostrar a parcialidade do julgamento, contra ou a favor do réu e, se caso for escravo, a interferência do prestígio do proprietário na decisão final.

Se o pesquisador pretende analisar a questão do crime presente em um processo apenas, ele deverá se debruçar sobre a fonte por inteiro, lendo todas as partes e, dentro da disponibilidade de fontes, compará-las entre si. Caso o historiador deseje trabalhar com elementos dissociados como as causas da morte, ambiente onde aconteciam os crimes, tipologia de testemunhas etc., ele poderá se fixar em algumas partes de vários processos,

ou apenas levantar os autos de corpo de delito, ou os autos de denúncia ou o depoimento das testemunhas.

A partir dos dados acima descritos, o historiador poderá começar a reconstruir a vida das pessoas envolvidas, seu cotidiano, relações econômicas, sociais e culturais. A *descrição densa*[xi] pode facilitar o estudo da fonte e a percepção das entrelinhas, assim como o cruzamento dos dados dos depoimentos presentes nos processos. Para uma maior compreensão dos elementos que se pretende estudar deve-se realizar a leitura de mais de um processo, além de buscar o cotejamento de outras fontes, tais como: periódicos de época, documentos cartorários[xii], livros do período e análise do que já foi produzido na historiografia sobre o tema abordado.

---

* Mestranda em História na Universidade Severino Sombra

[i] FRANCO, Sylvia Maria de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Kairós, 1983.

[ii] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão:* trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[iii] Idem, p.7

[iv] CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[v] Técnica do antropólogo GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989.

[vi] Sobre a questão de denominação da cor nos documentos no oitocentos ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio:* os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

[vii] AMANTINO, Márcia. *O cotidiano escravo em Cataguases nas últimas décadas da escravidão.* In: Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira, I: 2005, Juiz de Fora (MG). Anais...CES, 2005. (Disponível em CD-ROM).

[viii] No caso do escravo, ele é considerado testemunha informante, a qual não tem o mesmo peso de um cidadão comum, seu papel é de ajudar na elucidação do crime.

[ix] CAT-1, CR-147, CX-07.

[x] SCARANO, Julita. *Roupas de escravos e de forros.* In: *Resgate:* Revista de cultura. Campinas: UNICAMP, nº 4, p.51-61, 1992.

[xi] GEERTZ, op. cit.

[xii] Inventários, fundo de emancipação, pecúlios para a liberdade, ações de liberdade, cartas de liberdade, contratos de trabalho, escrituras de compra e venda de imóveis, móveis e semoventes (escravos).

Senhores de Escravos no Banco dos Réus:

O *uso do judiciário na busca pela*

Liberdade 1860-1888.

Silvânia de Oliveira Dias[1]

Introdução

"Não acordeis o escravo que dorme, ele sonha talvez que é livre."[2]

A presente comunicação visa refletir sobre o uso do aparato judicial pelos escravos na busca pela liberdade, no decorrer da segunda metade do século XIX. A partir de 1850, com a proibição efetiva do tráfico negreiro, se configura uma conjuntura política e social bastante favorável a todo tipo de demanda pela liberdade, de forma que as décadas seguintes foram cenário de intensos movimentos em prol da abolição, que de muitas maneiras abriu um maior espaço de negociação dos próprios cativos pela emancipação. É preciso ressaltar que o século XIX foi, por excelência, o século da propagação dos discursos da modernidade, da civilização, do progresso, da ciência e de muitos outros. De modo que as teorias liberais herdadas do iluminismo se farão presente nos debates, nas produções e nos pensamentos dos intelectuais da época. "A campanha pelo fim da escravidão era uma luta pelo triunfo da razão, pelo reconhecimento dos verdadeiros interesses dos homens".[3] Desta forma, tanto o cientificismo como as teorias modernas que fomentavam o modo de viver europeu logo chegaria ao Brasil. Juntamente com a Independência surge a preocupação e a necessidade de modernizar a jovem nação, e os projetos que previam mudanças em vários aspectos passam a ser prioridades de nossas autoridades. Era preciso colocar o país em conformidade com as idéias

---

[1] Graduação em História, Pós graduação (especialização) em História da Cultura e da Arte.UFMG.
[2] SCOTT, Walter. In: *O abolicionismo*. In. *Interpretes do Brasil*. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 2002, p. 38.
[3] CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998, p. 51.

modernas internacionais, sobretudo as européias. Diante de tal conjuntura, já não era mais possível conviver com a escravidão sem que esta, não causasse um certo mal estar entre as autoridades e intelectuais da época. Deste modo, a possibilidade de emancipação passa a ocupar espaço entre as medidas de reformas, contribuindo assim, para um crescimento considerável de alforrias no decorrer de todo período em questão.

A proibição do tráfico negreiro como um importante passo rumo à abolição.

Na tentativa de promover reformas que naquele momento se faziam necessárias, alguns projetos de leis foram propostos e aprovados, provocando mudanças consideráveis nas estruturas institucionais do Brasil. Em 1850 a lei Eusébio de Queirós entra em vigor proibindo definitivamente o tráfico negreiro. Esta nova realidade trouxe grande impacto às estruturas sociais a décadas estabelecidas. A proibição efetiva do comércio de escravos com o Continente Africano tende a provocar uma carência de mão-de-obra e aumento do preço dos cativos, no momento em que o setor produtor cafeeiro se achava em plena expansão, sendo este, a maior fonte de divisas do Império naquele momento. Enquanto as grandes extensões territoriais crescem cada vez mais, a mão de obra para cultiva-las tende a se tornar cada vez menor, devido ao fim do tráfico negreiro. Esta nova conjuntura exigirá a criação de mecanismos que adapte a nova realidade brasileira, de modo que produção interna do país não seja afetada. Sabemos que naquele momento a escravidão já havia sofrido um processo de corrosão e desestruturação, de forma que a maioria dos países já haviam instituído a paralisação do tráfico negreiro ou efetivado a emancipação, e muitos outros estavam a caminho de tais ocorrências. Tudo isso sugere que em tal conjuntura a escravidão já não se sustentava mais, e que a abolição se tornara uma realidade cada vez mais latente e inexorável para o Império do Brasil. Sendo assim, era preciso encontrar artifícios que levassem a emancipação, ao mesmo tempo em que ficassem resguardados os interesses das elites detentoras de poder e prestígio. A

saída mais adequada para tal situação, segundo os pensamentos da época, seria promover a abolição de forma lenta e gradual. Uma série de medidas neste sentido, começam a tomar corpo entre os jurisconsultos, que tinham em mãos uma delicada missão que exigiria o uso de muita diplomacia, para que a transição fosse executada da maneira mais harmoniosa possível. "... os homens da lei (e que fazem a lei) tinham a obrigação moral e divina de fazer "justiça", "civilizar", e enfrentar o "mal" ou a "força bruta" da escravidão." [4]

Entretanto, sabemos que a escravidão nunca se mostrou uma estrutura onde a paz fosse absoluta. Os conflitos, as revoltas, as resistências e negociações eram inerentes ao sistema desde seus primórdios e permaneceu assim, até que a abolição fosse finalmente decretada. Os anos que antecederam a emancipação foram profundamente marcados por revoltas, fugas, assassinatos de senhores e por movimentos abolicionistas, que se organizaram e se fortaleceram cada vez mais no decorrer de tal período. Embora os conflitos fossem corriqueiros desde o inicio da escravidão, eles tendem a ganhar força com a possibilidade da abolição cada vez mais próxima e concreta, levando os próprios escravos a buscarem a emancipação nas mais diferentes formas, e até mesmo em muitos casos, acionando o próprio aparato judicial do Estado para fazer valer o sonho da liberdade.

O judiciário como possível caminho, a liberdade como possível destino.

Podemos dizer que a escravidão desde sua gênese esteve marcada por grandes conflitos, pois o processo de imposição de poder sobre o outro, pressupõe o uso da violência e da força, e isto evidentemente gera insubordinações. Entretanto, muito provavelmente a estrutura escravista não sobreviveria se não houvessem os espaços de negociações. Constituídos de muitas maneiras, eles foram fundamentais para a manutenção do sistema no

[4] PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.p. 150.

Brasil durante séculos. "A existência de uma política de negociação fazia parte daquele universo, dentro das limitações inerentes àquela sociedade, como forma de preservar a própria estrutura escravista e evitar insubordinações que poderiam afetar o processo de produção".[5] Quando o processo abolicionista se tornou uma ameaça constante, a intensidade dos conflitos e acordos se fizeram de forma bastante acentuada e variada, pois se formou uma conjuntura política e social bastante favorável às demandas pela a liberdade, sobretudo a partir de 1850, com a aprovação da lei Eusébio de Queirós. Sabemos que a escravidão sempre esteve ligada a qrandes perturbações, mas a perspectiva da abolição acentua tais conflitos. Apesar das pretensões de se fazer a emancipação de forma lenta e gradual, todos tinham a consciência de que ela ira acontecer, era apenas uma questão de tempo. Em tais circunstancias, a preocupação central era promover a transição sem maiores prejuízos para o país. Entretanto, as pressões das correntes abolicionistas vão ganhando fôlego, e a participação dos próprios escravos neste processo também se torna uma realidade constante, de modo que a administração do sistema vai se tornando cada vez mais comprometida, pois "...os atos de protesto dos escravos começaram a adquirir um significado político que inexistia anteriormente".[6] Um importante elemento incorporado aos mecanismos de resistência ao sistema foi o aparato judicial, que passou a ser acionado com muita freqüência pelos escravos através de seus curadores, para a resolução de querelas envolvendo a busca de alforrias. Constatamos um crescimento vertiginoso desse tipo de ação no período em questão. Vários destes processos terminam com decisões favoráveis aos demandantes, de modo que muitos senhores não só se viam sentados no banco dos réus, como era em tantos casos condenados pela justiça a acatar e a cumprir os requerimentos articulados pelos escravos através de seus advogados. "Os escravos que movem ações de liberdade contra os seus pretensos senhores são apenas a ponta de um movimento de pressão pela alforria, de aceleração do transito entre

[5] NEVES, Lúcia, M. B. P; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1999, p. 157.
[6] NEVES, Lúcia, M. B. P; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*... op. cit. p.357.

escravidão e liberdade e de erosão do poder moral dos senhores".[7] Esta forma de busca pela liberdade, parece ter sido usada com muita freqüência em varias regiões do país. Para grande parte das elites intelectuais, a escravidão era o "cancro roedor do Império"[8] e para se tornar uma nação de fato moderna, seria preciso acabar com a babárie da instituição escravista, pois esta, não era condizente com um Estado que tinha pretensões civilizadas e liberais. Os responsáveis por estas idéias foram em grande parte as elites intelectuais formadas nas faculdades de direito, e muito provavelmente, as idéias liberais tão difundidas na época serão as responsáveis pelo grande número de advogados que abraçaram a causa da liberdade. Não foram raros os processos que contemplaram os escravos com o ganho de causa, e nos últimos anos da escravidão esta prática parece ter sido bastante comum. As ações de liberdade movidas pelos escravos contra seus senhores se processam como mecanismo de resistência incorporado ao sistema, numa clara demonstração de que o fim da escravidão se fez também pela a participação dos próprios cativos. Para muitos, a liberdade foi conquistada através do aparato judicial do próprio Estado, o mesmo que a muito admitia e legitimava a instituição escravista no pais.

As dicotomias do processo abolicionista

"Não atacamos os proprietários como indivíduos, atacamos o domínio que exercem e o estado de atraso em que a instituição que apresentam mantém o país todo".[9] O processo abolicionista se configurou de certo modo, calcado nas idéias liberais tão em voga entre as elites letradas do Império. Os pressupostos do direito incondicional a liberdade servia de suporte para os defensores da emancipação. É bastante considerável o número de advogados

[7] MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silencio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1998, p. 192.
[8] Expressão dita por José Bonifácio que se tornou bastante usada pelos defensores da extinção da escravidão.

[9] NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. In. *Interpretes do Brasil*. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 2002, p. 38.

que atuaram diretamente no movimento abolicionista, enquanto outros tantos, levaram aos tribunais os pedidos de liberdade para alguns escravizados. Independente do veredicto destas ações, o importante é que muitos escravos buscaram a justiça por acreditarem que por alguma razão tinham direita a liberdade e encontraram nestes profissionais a esperança de alcançar a tão sonhada alforria. As análises dos movimentos em prol da abolição se constituem numa tarefa bastante complexa devido aos paradoxos e as ambigüidades que permeavam os discursos da época. As próprias idéias do direito a liberdade e a propriedade, são pressupostos difíceis de enquadrar na sociedade oitocentista, pois defender o direito de liberdade dos escravos significava por outro lado ferir os direitos de propriedade de seus senhores.

> ”...discutir a liberdade de escravos significava interferir no pacto liberal de defesa da propriedade privada e, além disso, era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo. Ou seja, o assunto era delicado porque nele cintilava o perigo de desavenças ou rachas mais sérios no interior da própria classe dos proprietários e governantes”.[10]

Tal situação se apresentava como uma via de mão dupla, pois havia também um grande receio por parte da sociedade de que os escravos se envolvessem em grandes rebeliões, como o exemplo do Haiti ou até mesmo da América do Norte. Portanto, era preciso tomar medidas para que a transição fosse efetivada sem que grande derramamento de sangue fosse necessário. De qualquer modo, até o mais fervoroso abolicionista sabia que o prejuízo não poderia ser completamente pago pelos proprietários de escravos. Portanto, era necessário articular soluções para que a transição fosse feita de modo que o sagrado direito a propriedade não fosse afetado. A solução para tal situação veio em forma de leis, que por vezes se mostravam dualidades difíceis de serem digeridas, e em muitos casos pouco beneficiou o escravo a alcançar a liberdade. Mesmo assim, é claramente percebido que as condições de desgastes da instituição escravista no Brasil, na segunda metade do século XIX, proporcionou aos escravos uma maior margem de possibilidade para conseguir a tão sonhada alforria, e o

[10] CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 99

grande número de ações de liberdade promovido em tal período, aponta para uma considerável participação dos escravos, não só na luta pela liberdade individual, como também no processo de emancipação do país "...ainda que objetivando negar somente sua escravidão, estes escravos não fizeram apenas isso. Ao manipular os elementos inscritos na lei, ao se utilizar dos favorecimentos que a lei lhes oferecia, tomavam estas estratégias de liberdade uma possibilidade concreta no universo das relações sociais da escravidão".[11] Desta forma, podemos salientar que estas ações sem dúvida reafirmavam o enfraquecimento do sistema e a provável impossibilidade de sua permanência, por muito mais tempo, como uma instituição legítima, aceita e aplicada pela sociedade Imperial daquele final de século.

[11] MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo: editora fundação Perseu Abramo, 2001. p. 86.

IDENTIDADES LOCAIS: A COMUNIDADE DE VENTANIA PR E SUA IDENTIDADE RELIGIOSA NUM CONTEXTO SÓCIO-CULTURAR-ECONÔMICO NO PERÍODO ENTRE 1950 E 2000

SILVANO CARNEIRO JUNIOR

Enquanto o Brasil se modernizava com as mudanças do início do século XX e a chamada revolução de 30, período em que Getúlio Vargas se elege presidente do país, e mesmo quando se implementam as políticas públicas que instituem as leis trabalhistas e as elites nacionais tomam a iniciativa de levar o Brasil para uma integração ao modelo capitalista de desenvolvimento com a criação de empresas estatais e a modernização da economia no que Octávio Ianni define como modelo getuliano,[1]que muda as bases da economia e também a base política, grande parcela da população se coloca à margem desse processo.
Surge portanto uma separação entre um setor tradicional muito forte nas zonas rurais e um setor em formação e que tende a expandir-se vinculado à produção industrial e a prestação de serviços. Esse setor soma-se aos que são cooptados pelo sistema de propaganda oficial e que apóiam o governo[2].
Quando em 1940 se cria o salário mínimo e em 1943 se estabelece a *Consolidação das Leis do Trabalho* nada muda na realidade dessas pessoas de origem rural e mesmo em 1963 quando se transforma em lei o *Estatuto do Trabalhador Rural*[3] a situação permanece a mesma. É possível afirmar, inclusive, que em muitas vezes a situação se agrava, pois o salário mínimo pouco ou nada garantia aos trabalhadores rurais, ao contrário, criava um complicador a mais na sociedade baseada na subsistência e que de uma forma ou de outra dependia do sistema nacional para sobreviver. Já no contexto de meados do século XX, momento em que JK adota as bases do desenvolvimentismo, que Jânio renuncia, que se abre o debate sobre a posse de João Goulart e que, por fim, ocorre o golpe de 31 de março e os 25 anos de ditadura no país, Ventania permanece em sua economia de subsistência afastada do restante do estado do Paraná, sem comunicação nem transporte que permitissem uma conexão mais consistente com o sistema nacional.
Sendo essa comunidade parte integrante da nacionalidade brasileira ou parte fundamental da Nação, principalmente nos discursos dos mais variados segmentos da política nacional desde a mais sectária posição de direita até a mais vanguardista posição de esquerda, é necessário enfatizar algumas características importantes da comunidade. Sua população é composta em sua maioria de pequenos agricultores e de fazendeiros que também têm

[1] Octávio Ianni, O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 53-55
[2] Jorge Ferreira (org.), O populismo e sua história e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.87
[3] Octávio Ianni, Op. Cit. , p.56

atividades bastante voltadas para a subsistência, utilizando-se da pecuária extensiva e de arrendamentos a pequenos agricultores como meeiros[4].

E o mais intrigante é que essa comunidade composta ao nosso olhar, por pobres, tomaria muito mais facilmente posição ao lado mas marchas da família com Deus e pela liberdade do que ao lado daqueles que lutaram contra a ditadura, certamente por suas posições ligadas ao catolicismo popular expresso até hoje nas danças de São Gonçalo e nas Rezas Particulares, manifestações de religiosidade que tem um forte significado social para a comunidade. Tal comportamento nos remete a uma relação de compadrio que é bastante presente na comunidade e que os leva a uma leitura particular do processo político por que passa o país com a repressão imposta pelos militares.

Essas pessoas seriam portanto parte integrante das "massas silenciosas sujeitas a explosões ocasionais"[5] que integram-se de maneira marginal nas melhorias que, por ventura, possam ocorrer na condição de vida do povo brasileiro.

É evidente que esse debate é muito difícil, mas bastante interessante e aponta para algumas possibilidades que justificariam o posicionamento dos populares diante das intervenções que a sociedade brasileira sofreu ao longo do século XX por parte de suas elites de maneira autoritária. Estamos tratando de uma comunidade rural específica mas que exporta força de trabalho para os mais diversos setores da economia como as demais comunidades rurais do país[6]. Nesse sentido, discutir as maneiras de ver o mundo presente nessas comunidades nos permite interpretar a visão de mundo dos brasileiros de maneira extremamente parcial mas que forma um coletivo nacional garantidor desses governos tanto nas rupturas quanto nas continuidades.

Num país continental como o Brasil a discussão de identidade nacional parece que finalmente retoma uma posição de destaque nos estudos da história levando em consideração as regionalidades que são parte importante da nacionalidade e têm um papel fundamental na compreensão do nacional, principalmente quando se refere ao político. A questão das identidades locais leva a uma preocupação que me parece mais abrangente embora bastante complexa e que se insere no estudo das identidades particulares que passa pelas etnias, pelas culturas, pelos modos de vida e pelas questões regionais como componentes importantes de uma mestiçagem que é a base de várias e múltiplas identidades variáveis[7].

---

[4] Antonio Candido, Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo. Duas Cidades. 10ª. Edição. 2003. A estrutura que se apresenta em Ventania até o final dos anos 80 não foge muito da análise desenvolvida por Antonio Candido em seu brilhante trabalho sobre uma comunidade de caipiras no município de Bofete – SP entre 1948 e 1954. A estrutura social de Ventania só começa a mudar com a introdução da indústria da madeira e o cultivo da soja.

[5] Guillermo O´donnel, Análise do autoritarismo burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 32

[6] Octávio Ianni, Op. Cit., p. 57. Também: Antonio Cândido, Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 10ª. Edição.

[7] Serge Gruzinski, O pensamento mestiço. São Paulo. Companhia das Letras, 2002. p. 52-55

O estudo das questões regionais como o caso de Ventania, levando a uma conexão com o nacional pode contribuir para a compreensão do comportamento da sociedade brasileira frente à ditadura militar e sua mais completa apatia e até mesmo sua colaboração com aquele comportamento que restringia as liberdades individuais e perseguia aqueles que se opunham ao regime.

Se compararmos a ditadura brasileira com as demais ditaduras especificamente com a da Argentina e do Uruguai veremos que as vítimas nesses países formam um número muito maior. Uma questão que parece ter uma importância bastante significativa é a mobilização popular contra a ditadura em seus respectivos paises. Me aterei mais ao caso brasileiro para discutir uma questão que aponta para uma ausência de mobilização nacional no caso brasileiro referindo-me especificamente a Ventania, uma comunidade que apresenta características importantes para tal estudo.

Vários teóricos buscam tal explicação em nosso passado ibero-americano ou luso-brasileiro a partir do contato entre índios negros e brancos europeus numa relação completamente desigual e que tinha o europeu como civilizador e negros e índios como os explorados e sem possibilidade de sublevação[8]. Por outro lado podemos recorrer a trabalhos clássicos de nossa historiografia[9] que já vinculavam os problemas contemporâneos ao passado colonial com muita propriedade. Sobre essas questões, Michel de Certeau[10] nos remete a discussão das formas de resistência ou de subversão como mecanismos encontrados pelos populares para subverter a ordem das coisas, e como isso é interpretado pela sociedade particular ou grupo de indivíduos.

Por sua vez, Serge Gruzinski[11] aborda a questão relativa especificamente a colonização americana de forma semelhante a Certeau.

As comunidades afastadas dos centros urbanos brasileiros tiveram um comportamento muito interessante no sentido de garantir o *status quo* da ditadura.

Em muitos pontos do interior do Brasil se observa uma postura de resistência, como alguns focos de guerrilha e algumas mobilizações importantes, principalmente no nordeste, evidentemente com a participação de componentes urbanos.

A comunidade de Ventania no centro do Paraná, ao que parece, colocou-se à margem de quase todo o processo de construção do populismo, sua morte e a constituição de uma ditadura de 25 anos. Quanto ao processo de abertura política e seus desdobramentos com a conseqüente democratização da sociedade, parece que pouco mudou. É certo que atualmente os meios de comunicação de massas transmitem com mais contundência os

[8] Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 19ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. p.16-36
[9] Sérgio Buarque de Holanda. Op. Cit.
[10] Michel de Certeau. A Invenção do Cotidiano: a arte de fazer, Petrópolis, Vozes,1994.
[11] Serge Gruzinski, Op. Cit.

acontecimentos nacionais, embora estes se fazem presentes mais nas tragédias e nos eventos cotidianos do que nas questões políticas de cunho social mais amplo. Aparentemente, a política e a sociedade nacionais preocupam pouca gente nessa comunidade, que se mantém voltada para as questões regionais como a religiosidade e suas práticas culturais locais e um pouco distantes das festividades nacionais de uma maneira geral.

É evidente que alguns avanços ocorreram na sociedade brasileira com reflexos em Ventania mas o que poderíamos citar como o de maior impacto é sem dúvida o direito a aposentadoria rural e mais freqüentemente o auxílio ao idoso que corresponde a um salário mínimo por mês, sem direito ao 13º salário que é o que diferencia o abono da aposentadoria.

Uma comunidade composta em sua maioria de descendentes de índios, negros e ibéricos cuja origem se perdeu nos últimos 500 anos e que leva a vida trabalhando como jornaleiros, ganhando em torno de 10 reais por dia de trabalho, sem nenhuma garantia, ou vive da subsistência em minifúndios e latifúndios improdutivos do ponto de vista do capitalismo ortodoxo e que passa parte do tempo aguardando a idade para ter direito ao benefício concedido pelo Estado, que muitas vezes é muito superior ao que ele ganhou ao longo da sua vida.

Essas pessoas não tem muito a se preocupar com as disputas de projetos políticos nacionais e acaba ficando refém da elite local que acaba por apropriar-se daqueles benefícios como moeda de troca em pagamento do voto dos caboclos[12]

O senhor Atanásio Félix da Silva, uma espécie de líder carismático da região, que viveu até o início dos anos 80, deixou uma afirmação interessante sobre o getulismo e que seguramente refletiu no posicionamento da comunidade frente ao período da Ditadura Militar. Dizia ele: *"Olha compadre! Quem acabou com o Brasil foi Getúlio Vargas. Ele acabou com o caboclo e criou o cidadão. O que é o cidadão? Não sabemos. Antigamente quando um homem fazia uma proeza nós dizíamos: Eta caboclo veio... e agora? Não sabemos nem o que dizer numa situação dessas."*[13]

Talvez hoje a comunidade esteja um pouco mais próxima de constituir um acesso à cidadania formal, mas no tempo de seu Atanásio realmente estava muito distante. Pelo que consigo perceber a própria elite local participava de forma "enviezada" do processo político nacional numa mistura de caudilhismo e de paternalismo que muitas vezes se opõem nas disputas locais numa forma pessoal de se fazer política. Essa relação pessoal se faz mais presente na época da ditadura mas há alguns elementos que remetem ao período do

[12] Alejandro M. Garro, Democracia, violência e justiça: o não estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 310-325

populismo. Percebe-se alguns traços de posições políticas oriundas de partidos mas na grande maioria o que se apresenta é a figura do líder local em disputa com outro líder local e nunca uma proposta concreta de qualquer partido político.

Até hoje as disputas eleitorais se dão no campo pessoal e mesmo no caso de vincular o líder local ao projeto político prevalece a figura do líder em detrimento do projeto. Esse modo de pensar a política teve uma importância significativa na história política do Brasil porque essas pessoas têm uma relação com a política que foge de um contexto nacional. Esses homens, cuja origem se perde no tempo, dão indícios de que sempre viveram à margem da sociedade brasileira e, possivelmente há várias gerações, vêm fugindo da violência estatal e criando formas de se proteger ou de conviver com essa violência, geração após geração.

É muito provável que a idéia de governo para esses homens ainda esteja ligada aos bandeirantes, às disputas entre brancos e índios e até mesmo à Revolução Farroupilha ou já no século XX, quando os caboclos são forçados a fugir com seus monges e seus santos do Estado e do progresso que os tirava de sua vida de coletores e caçadores na qual viviam, do pastoreio do gado e da venda de erva mate, quando da construção da estrada de ferro e da Guerra do Contestado[14].

Quando surge, portanto, o getulismo, e a representação de Vargas como "pai dos pobres", esses caboclos muitas vezes sentiam-se ricos ou mesmo pobres, porém não se percebiam como incluídos pelas propostas e ações do populismo. Quando vem o Golpe militar eles "colocam-se" a margem desse processo, entendendo que aquele confronto não lhe dizia respeito por imaginar que era de "gente da cidade" e não dos caboclos dos confins do Brasil.

A ditadura Militar pode ter sido acompanhada pelas elites locais com um certo receio e com toda certeza de maneira extremamente parcial. Já, por parte do povo, é muito provável que as posições tenham sido tomadas para responder ao chamado de líderes locais, sem qualquer tipo de conotação política nacional. Esses homens acabaram por estabelecer uma relação estreita com a "*querência*"[15] e uma profunda ausência em relação à pátria como garantidora de sua sobrevivência coletiva. Como são pessoas que vivem da subsistência o seu modo de vida se fez à margem do Estado, ligando-se esporadicamente ao sistema hegemônico como sendo um apêndice do sistema nacional.

---

[13] Entrevista realizada com José Felix da Silva, filho de Atanásio Felix da silva em 2000 no município de Ventania

[14] José Henrique Rollo Gonçalves, A guerra do Contestado, 1912-1916: uma síntese escolar. Apontamentos no. 26 abril – 1994. p. 7-19

[15] Querência no sentido regional de definir um espaço próprio do homem comum como um espaço doméstico num sentido amplo. "Querência é o chão que a gente/ Considera como lar;/ É terra buena e sem par/ que a nossa imaginação,/ Depois da desilusão/ Que nos enche de tristezas,/ Cerca de velas acesas/ No altar do coração" Onofre Machado Ramos, Cantos que eu canto, Porto Alegre, Editora Metrópole, 1978, p.15

Como as tradições foram estabelecidas desde a mescla entre negros índios e portugueses ou espanhóis numa dinâmica constituída pela regionalidade ou pela relação social local, as mudanças políticas para aquela sociedade são interpretadas de maneira bastante particular. Como a disputa se dava entre trabalhadores urbanos que viviam de salários (os arigós)[16] e o governo os habitantes do lugar optam por um posicionamento independente em relação a esse conflito. Algo muito comum entre o povo dessa região é concordar com tudo o que se diz a eles e logo que a pessoa se afaste eles arrematam "*ele não sabe nada*" numa clara demonstração de que eles elaboraram e consolidaram seu próprio universo social e de certa forma se protegem dos de fora. Eles vivem um mundo completamente diferente e com outros valores. Como forma de resistência ou mesmo de alienação no sentido do afastamento eles se colocam neutros ou tomando posição sabendo que tal posição tanto pode ser tomada num lado como noutro. Isso não irá mudar em nada sua vida como é o caso do voto. Para eles tanto faz votar no PT ou no PFL ou qualquer outro partido. Essa mentalidade mesmo que passe por transformações lentas ao contato com outros trabalhadores que vão para a cidade ainda preservam valores desse modo de vida construído pelo viver no sertão com valores ligados a uma cultura específica.

A ausência do povo nas decisões políticas pode ser muito mais uma forma de consciência do que uma forma de alienação. Como essas pessoas vêm de uma sociedade totalmente marginal e que muito pouca ou nenhuma participação teve no processo político por que passou o país desde a sua independência e proclamação da república, no século XIX, tem um certo descrédito nas possibilidades de mudanças propostas ou implementadas ao longo do século XX e principalmente no chamado populismo, no golpe de 64 e mesmo na democratização por que passou o país nos anos 80 e 90.

Entendo que a comunidade a que me refiro não se posiciona de maneira nacional mas sim de maneira local, mesmo entendendo que o local é parte formadora do nacional. Pensando em suas necessidades imediatas e entendendo de maneira própria o que se configura como nacional. Todas as questões nacionais inclusive os festejos nacionais como as datas cívicas e o carnaval não são comemorados de maneira consistente na comunidade. As comemorações sociais da comunidade são amplamente locais e na maioria dos casos voltadas para a religiosidade. Como as questões nacionais são interpretadas de maneira particular certamente são transformadas e recriadas naquele ambiente social de tal maneira que os valores são completamente outros e inclusive permitem uma visão de mundo muito mais no sentido místico do que no sentido social, entendendo que não se pode pensar o místico separado do social para essas pessoas.

[16] Referência feita aos operários da cidade ou trabalhadores vinculados a empresas do setor industrial ou de serviços por entrevistados em ventania.

Ao discutir as questões sociais e políticas da América Latina Paulo Sérgio Pinheiro afirma que:

> Há vastas partes do território, principalmente nas áreas rurais, onde as classes dominantes regionais e locais continuam a manipular as instituições estatais, como o Judiciário e a polícia, sem falar da mídia impressa e eletrônica. Para complicar ainda mais o quadro, deparamos com um paradoxo que enfraquece os esforços para lutar contra o crime: apesar das garantias fundamentais estarem bem definidas pela maioria das Constituições democráticas, o exercício da cidadania plena é praticamente inexistente para a maior parte da população. Essas sociedades baseadas na exclusão – em termos de direitos civis e sociais – poderiam ser consideradas "democracias sem cidadania".[17]

A comunidade de Ventania vive essa situação de maneira bastante consistente. Essa realidade se faz muito presente entre seus habitantes e os desdobramentos levam a uma posição de rejeição ou de negação ao Estado mesmo que de forma velada até por receio do aparato repressor que o Estado coloca a serviço das elites locais e que exerce o controle sobre os populares. Embora a comunidade se coloque de maneira muito solidária com as elites criando uma idéia de convivência pacífica, se percebe que a mesma rejeição às autoridades que existe nos centros urbanos se faz presente em Ventania, com relação à polícia e os demais meios de repressão presentes na comunidade. No entanto há uma falsa idéia de harmonia entre pobres e ricos que só se percebe a negação nos detalhes e nas relações sociais colocadas de maneira velada pelos pobres. É preciso fazer uma ressalva em relação à criminalidade que nessa comunidade é bem diferente da criminalidade urbana. No entanto as necessidades de uma verdadeira preocupação com as necessidades sociais e uma integração ao sistema de garantias individuais e coletivas se faz necessário para que possamos realmente consolidar a democracia no Brasil em todos os níveis.

É preciso que haja uma distribuição de renda e uma construção das liberdades democráticas que possa garantir uma integração das mais distantes populações rurais e urbanas aos direitos fundamentais do homem para que se construa uma democracia participativa e de fato. Enquanto o Estado defender apenas os interesses de minorias haverá possibilidades de atitudes violentas por parte deste contra seus habitantes. Os pobres de Ventania são vítimas de uma violência velada por parte do poder constituído que os usa como instrumentos para permitir o uso do aparelho por poucos privilegiados. Aparelho este que serve para reprimir os pobres e os colocar em condição de submissão e controle.

---

[17] Paulo Sérgio Pinheiro, Democracia, violência e justiça: o não estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 14

Gênero e raça em uma favela carioca: primeiras reflexões

Silvia Aguião[1] - PPG-UERJ

Laura Moutinho[2] - UERJ

A presente pesquisa vem sendo conduzida na favela de Rio das Pedras, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e está em inserida em um projeto maior sobre raça e sexualidade no Ro de Janeiro[3]. A análise partiu da observação de relacionamentos afetivo-sexuais de casais inter-raciais heterossexuais e homossexuais, visando perceber o tipo de sociabilidade que propicia tais encontros, que tipo de representações a respeito de raça e mestiçagem revelam e de como estas atuam na conformação de dinâmicas hierárquicas específicas neste contexto.

O trabalho, iniciado em dezembro de 2004, é baseado em entrevistas abertas gravadas, conversas informais e observação em campo. O roteiro utilizado para as entrevistas contempla questões relacionadas à carreira afetivo-sexual, parentalidade, percepções da vida amorosa, comportamento, sociabilidade, práticas sexuais e prevenção às DST/AIDS[4], além de questões específicas sobre a vida em Rio das Pedras.

A pesquisa prevê o diálogo com outros campos abrangidos pelo projeto maior, visando explorar o potencial comparativo proporcionado pelo levantamento das informações sobre redes de sociabilidade e sexualidade de indivíduos inseridos em diferentes espaços sociais e geográficos do Rio de Janeiro.

---

[1] Graduada em Ciências Sociais/UERJ, mestranda do PPGSC/IMS/UERJ e assistente de pesquisa do CLAM/IMS/UERJ.

[2] Doutora em antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ) e pesquisadora vinculada ao CLAM/IMS/UERJ.

[3] Este projeto, coordenado por Laura Moutinho, recebeu apoio do Programa Cientista Jovem do Nosso Estado FAPERJ/ 2003. Vem sendo desenvolvido em diversas localidades: nas favelas da Maré e de Rio das Pedras, no subúrbio e em áreas da zona sul carioca. A investigação prevê entrevistas com gays e lésbicas que tenham mantido ao menos em algum momento de suas trajetórias, um relacionamento afetivo-sexual inter-racial, com o objetivo de mapear e freqüentar redes e espaços de sociabilidade homossexual (ou GLS), visando perceber como elas interpelam o idioma específico de gênero, raça e sexualidade encenado na região.

[4] Parte de nossa análise se dedica a compreensão dos cálculos relativos a prevenção ao HIV/Aids realizados por esses sujeitos e também ao trabalho de intervenção desenvolvido no local, entretanto os limites do texto não permitem que o assunto seja desenvolvido aqui. Em trabalho anterior analisamos a produção brasileira de pesquisas sobre Aids e comportamento sexual, ver Moutinho, Laura & Aguião Silvia. *Mapeamento e diagnóstico dos bancos de dados e pesquisas sobre sexualidade e comportamento sexual no Brasil*. (no prelo).

O objetivo, portanto, é compreender representações e percepções dos sujeitos com quem vimos convivendo a respeito de raça tendo em mente os possíveis cruzamentos com sexualidade e gênero. Além de explorar as nuanças que podem ser reveladas quando esses aspectos têm como pano de fundo a composição social e as conformações histórica e espacial singulares de Rio das Pedras.

Devido a limitações de tempo e espaço, a presente análise foi feita com base em entrevistas conduzidas somente entre heterossexuais que no momento mantinham relacionamentos inter-raciais. E, o que por ora apresentamos concentra-se em representações mais gerais desses sujeitos, a respeito de raça, gênero e sexualidade.

Rio das Pedras, violência e *ethos* viril

Dois pontos chamam especial atenção ao tratarmos do espaço de Rio das Pedras. O primeiro refere-se ao fato da localidade ser representada como uma das únicas grandes favelas (ou a única) sem a presença do tráfico armado do Rio de Janeiro. Esse diferencial demonstrou ter muita relevância para a pesquisa desde as primeiras falas captadas em campo, pois Rio das Pedras (ou RDP) não se enquadra no padrão recorrentemente referido nas narrativas sobre as favelas do Rio de Janeiro e tampouco na abordagem mais freqüente dos estudos sociológicos sobre favelas, que costumam enfatizar a dimensão da criminalidade violenta e suas causas e desdobramentos[5]. O Segundo ponto alude a presença maciça de imigrantes nordestinos[6] e daí a conformação relativamente "mais clara" de sua população. Alkmin[7] revela que em Rio das Pedras "ocorre uma significativa distinção étnica: 41% dos entrevistados declaram-se brancos, 48% morenos e 8% negros"[8].

A explicação para essa exceção à regra quando nos referimos às favelas cariocas estaria na substituição da força dominadora (tanto político-social quanto econômica) do

[5] Ver, entre outros, Zaluar, A. & Alvito, M. "Introdução" in Zaluar, A. Alvito, M.(orgs.) Um século de favela. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998; Leite, M. P. "Entre o Individualismo e a Solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 44, outubro/2000. São Paulo: ANPOCS; Zaluar, A. "Apresentação" in Cecchetto F. R. Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

[6] O *survey* realizado em 2000 identificou 54% dos moradores como originários da região nordeste. (Alkmin, Antonio C."A morfologia sócio-espacial da favela de Rio das Pedras" in Burgos, M. B.(org.) A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras uma favela carioca. Rio de Janeiro: Puc-Rio : Loyola, 2002)

[7] Alkmin, op.cit.

[8] Alkmin, op.cit. p. 123.

tráfico por uma intensa atuação da associação de moradores, que contando com o apoio do forte comércio, do mercado imobiliário em expansão e das cooperativas locais, controla, oferece suporte e procura suprir as demandas da comunidade.

Na percepção de Moutinho[9] o tráfico de drogas e a violência são estruturadores "das relações sociais – ainda que seja pela sua negação". Ao discutir a presença de uma força controladora denominada "polícia mineira", responsável por coibir toda atuação "indesejável" no local, a autora revela que as referências e narrativas a respeito da atuação desse tipo de poder a fizeram evocar a "idéia de 'profecia que se cumpre por si mesma' desenvolvida por Merton" e a vivência dessa não violência, seria articulada como eixo de estruturação e organização do poder local.

Outra explicação recorrente nas narrativas coletadas no trabalho de campo menciona o controle exercido pelos próprios moradores que não "deixam" a criminalidade se instalar. Uma fala freqüente ao serem questionados a respeito da criminalidade violenta é "Quando tem coisa errada a gente denuncia!". Porém, o destinatário desta denúncia, não aparece de forma clara. Vagamente alguém pode se referir à polícia, ao "pessoal que se organiza", aos "amigos" que ajudam, ao "Disque-Denúncia" e até mesmo um simples "tem quem faça!", mas ainda não surgiu nenhuma resposta direta a esse respeito.

Um dos pontos-chave da argumentação de Moutinho a respeito de Rio das Pedras refere-se à hipótese de constituição de "um padrão de masculinidade que não somente se apresenta como cavalheiresco (ou em outros termos não misógino) como evidencia (de maneira mais porosa) uma certa articulação com raça, com a decantada ausência do tráfico de drogas e do tipo de violência que o acompanha" [10]. Seria um *ethos* viril não associado a "um padrão sexual agressivo" que parece "dispensar certos rituais de masculinidade mais arrogantes e coibir abusos sexuais". Sendo assim, essa feição da masculinidade apreendida pela autora seria substancialmente diferente da que é recorrente nos estudos sobre favela,

[9] Moutinho, L. "Considerações sobre violência, gênero e cor em Rio das Pedras" in Burgos, M. B.(org.) A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras uma favela carioca.. Rio de Janeiro: Puc-Rio : Loyola, 2002.
[10] Moutinho, L.,op. cit., p.228.

pois a bibliografia que relaciona favela e gênero enfatiza um *ethos* masculino viril violento, encenando um padrão de agressividade sexual.

Ao reproduzir a fala de um menino do tráfico na favela de Acari, "'eu sou bandido, meto, gozo e vou embora'", Marcos Alvito [11] questiona se esse não seria o comportamento esperado na dinâmica hierárquica de um "mundo viril por excelência?". Também Alba Zaluar[12], tratando da masculinidade violenta e do papel das mulheres nesse universo, apresenta um exemplo de como as mulheres ocupam um lugar subalterno nessa estrutura, ganhando o estatuto de "coisa", mero objeto de disputa e mais uma forma de expressar a rivalidade entre os homens.

Em pesquisa conduzida em Vigário Geral, Simone Monteiro[13] ressalta a assimetria de gêneros implícita no mesmo modelo de *ethos* viril violento como símbolo de prestigio, identificando um padrão tradicional entre os jovens de Vigário Geral. As condições materiais de vida podem contribuir para a manutenção de uma hierarquia tradicional entre os gêneros e "não possibilitar um arranjo mais variado e/ou construído sob bases assimétricas menos tradicionais" [14].

Em Rio das Pedras a dicotomia tradicional/moderno merece uma atenção especial. A tipologia sociológica utilizada no Rio de Janeiro para classificar os espaços urbanos, relacionando subúrbios, zona norte e favelas à um modelo tradicional e zona sul à modernidade, precisa ser melhor qualificada ao pensarmos no caso de Rio das Pedras, que parece não se enquadrar em nenhum dos dois modelos, estes aparecem articulados e surgem de modo combinado nas diferentes esferas e espaços da vida social. Pois, se "[n]os bairros da zona norte/ subúrbios da cidade encontram-se redes de sociabilidade mais densas, acoplando relações de vizinhança, parentesco, amizade e compadrio – em suma, um ambiente de maior controle social e potencialmente de maior resistência à mudança"[15],

[11] Alvito, M. *As cores de Acari: uma favela carioca.* Rio de Janeiro: editora FGV, 2001.
[12] Zaluar, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.
[13] Monteiro, S. *Qual Prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.
[14] Moutinho, L. "Tal Brasil, qual prevenção*?". Hist. Cienc. Saude-Manguinhos*, Ago, vol.11, no.2, 2004.
[15] Heilborn, op.cit., p.42.

também existe a possibilidade de negociações, brechas e (re)arranjos de regras e práticas, promovidas pelos sujeitos envolvidos.

Venho encontrando discursos que revelam um caráter mais interativo do que fixo entre padrões de sexualidade tradicionais e modernos. Essa variação pode ter uma explicação geracional ou simplesmente podem ser formas que convivem em um mesmo contexto sendo acionados em momentos diferentes, ou mais propícios para um ou outro.

Leonardo (23 anos, casado, carioca, autoclassificado como moreno) se referiu a Rio das Pedras como a "fábrica do chifre", pois lá "todo mundo trai todo mundo" e as mulheres têm um lugar especial nessa afirmação, pois traem mais do que os homens. Justifica sua afirmação por sua própria experiência, pois recebe muitas propostas de mulheres, mesmo das que sabem que ele é comprometido e mesmo das que são igualmente comprometidas.

O baile funk seria um lugar especialmente facilitador dessas situações à medida que "*é recheado de mulher bonita, recheado de homem bonito, por mais que você tente se segurar, chega uma hora que você não vai agüentar a pressão. É a tentação da carne! [...] A mulher vêm na caça, e acha!*"". Diz que já cansou de ver mulher com o marido ou namorado do lado de fora e, pouco depois, beijando outro do lado de dentro.

A traição parece ser acobertada, pois, "*ninguém conta, ninguém fala nada*" ele mesmo já pegou uma conhecida no flagra, mas "*eu não vi nada. E sou cego. Mas vi!*". Além disso, no baile tem muita "*gente diferente, tem gente dos quatro cantos do Rio que vem pra cá, porque é um baile tranqüilo, todo mundo escolhe por isso*".

O que chama a atenção no seu relato são as representações que conferem um papel ativo às mulheres no que diz respeito à conduta sexual, mas principalmente o fato de que se trata de um homem se referindo a um padrão de feminilidade que seria distinto de outras localidades. Quando questionado sobre como seria o relacionamento entre homens e mulheres em Rio das Pedras, o que destacou foi a especificidade da atuação das mulheres.[16] Essa dimensão das relações de gênero em RDP nos levou a pensar num eixo

[16] Aguião, Silvia. *Raça e Sexualidade em Rio das Pedras: Percepções e Classificações*. Monografia de conclusão de curso, Rio de Janeiro, UERJ, 2004.

ausente nos estudos sobre favelas que se concentram nas diversas masculinidades e apenas mencionam o papel subalterno e circunscrito à esfera da casa, relegado às mulheres nesses contextos.

Em uma conversa com um grupo de jovens entre 16 e 23 anos, um deles questionava uma das amigas que disse não querer casar, mas só "curtir". Com uma certa veemência ele lhe explicou que assim ela não iria "*conseguir nada da vida*", ela deveria "*correr atrás* enquanto é jovem, pois "*passando dos quarenta não vai arrumar um ombro pra se encostar, pelancuda não arruma nada, homem até arruma mas mulher não*" ao que a amiga retruca: "*como assim? Quem disse que alguém gosta de homem velho?*", e ele continua explicando "*tô falando de trabalho, ainda arruma um trabalho pra se sustentar mas mulher vai fazer como? Só se tiver um monte de filho que sustente ela. A [fulana] não é casada, mas tem 14 filhos...*".

Aqui o lugar da mulher aparece claramente como sendo o da casa, da família, mas continua exercendo um papel ativo na conquista e na escolha do parceiro. Tudo indica que apesar de existirem espaços delimitados de atuação para homens e mulheres, essas posições não estão engessadas. E os discursos sobre gênero ora têm uma expressão mais hierárquica, ora mais igualitária. Falando sobre sua mulher, um dos jovens afirmou que ela é livre para fazer o que quiser e que ela fica em casa porque prefere assim, mas para ele seria até melhor que ela trabalhasse e lhe desse alguma ajuda nas despesas. Alguns dos jovens demonstram a intenção de se casar e ter filhos, mas isso não implica a idealização de uma relação duradoura, "*para o resto da vida*" pois a lógica manifesta é a de que "*estou com você, enquanto você estiver comigo*".[17]

Raça e classificação

Como já foi dito, outra característica peculiar de Rio das Pedras é a grande presença de imigrantes nordestinos. A migração nordestina confere uma conformação especial às favelas do Rio de Janeiro de maneira geral. Tanto no que concerne à composição racial, quanto às identidades e moralidades que se constroem a partir da oposição "cariocas"/

[17] Aguião, S. op.cit.

"paraíbas" e a existência de conflitos mais ou menos explícitos. Em Rio das Pedras, esse tipo de conflito não ocorre de forma acentuada, ainda que essa oposição esteja presente de maneira latente e se articule a outras clivagens que contribuem para a estruturação da rede de poder e influência local.

Em conversas, e principalmente nas entrevistas, ao perguntar sobre categorias de raça/cor existentes no local, as pessoas se referiam aos nordestinos, "paraíbas", o "pessoal do norte" ou "Rio das Pedras é o ponto de referência dos nordestinos, né".

Joana (34 anos, casada, carioca, autoclassificada como negra) quando questionada sobre discriminação, discorre sobre o preconceito com relação aos nordestinos. Isso é o que aparece de forma explícita, pois o que seria manifestado com relação à "raça mesmo" (negra), é camuflado, "guardadinho numa caixinha".

Já Leonardo, afirma que lá "*tem muito preconceito do pessoal do norte com os negros*" mas também fala que os "cariocas" (de fora de RDP) também discriminam eles [pessoal do norte] dizendo que "*o rio das Pedras é só paraíba e cearense*".

Outros estudos, como o desenvolvido por Cunha[18] em Vigário Geral, sinalizam para a necessidade de nos mantermos atentos à diversas configurações que o cruzamento de marcadores como raça e gênero podem assumir em favelas e comunidades populares, principalmente quando associados às questões de violência e o quanto a combinação de "cores" da população local pode influenciar nesses aspectos.

Não venho encontrando um discurso de afirmação de identidade negra (no sentido político) em Rio das Pedras. Conversando com uma pessoa sobre o baile funk local, perguntei se ele percebia alguma diferença na freqüência no baile, se haveria mais brancos ou negros. A primeira resposta foi: "*acho que brancos, tem mais brancos*", depois pensou um pouco e falou: "M*orenos. Moreno claro, moreno escuro. Branco, branco mesmo não tem. Tem uns gringos, mas aí...*". Essa é a impressão geral que tenho de RDP, de que ali são todos "morenos", mais claros ou mais escuros. Isso não significa que muitos não se

[18] Cunha, Olívia G. (2001) "Bonde do Mal: Notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca" in Maggie, Y. Rezende, C. B. (orgs.) Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

percebam negros(as), que neguem ou não percebam o racismo e discriminação que por vezes lhes atinge. Mas que “moreno(a)” é a categoria genérica mais usada no tratamento entre esses sujeitos, é a maneira como são chamados e vistos e também a forma que escolheram como autoclassificação.

Embora seja obviamente um elemento diferenciador, a raça não vem aparecendo como um critério fundamental de classificação. Na dinâmica das relações de raça e gênero de Rio das Pedras, sistemas de classificação podem ser acionados em determinados contextos e estruturas, de maneiras diferenciadas. Aspectos que podem ganhar ainda maior visibilidade quando pensados na sua inter-relação com a sexualidade.

Memória num Momento de Perigo – A Filosofia da História em Walter Benjamin.

Sílvia Cáceres

Este trabalho pretende discutir a filosofia da história em Walter Benjamin e estabelecer diálogos entre está filosofia e uma tradição crítica do marxismo, mais ampla.[1] Benjamin como poucos autores, produz uma obra altamente interventiva e ciente de suas fontes. Entre estas fontes citamos a filosofia, a judaicidade, o romantismo e o Marxismo. Uma outra dimensão de sua obra, que conflui na relação das duas características anteriores é o fato de Benjamin ter produzido num *momento de perigo*: a ascensão e consolidação do projeto fascista; como alguns autores situam (entre eles o próprio Benjamin) este momento é essencial para a construção de forma mais clara, da crítica de Benjamin ao historicismo (enquanto visão triunfalista da história, enquanto tempo vazio de significantes em relação ao presente). Parece como poucos autores, reconhecer as fontes que combate (historicismo) e vincula-las a seu desdobrar enquanto parte de projeto na realidade histórica (fascismo). Para nós, esta conjunção específica diz algo mais; não é somente mais o *caráter interventivo* da obra e sua *clareza das fontes*; pois há uma clara potencialização destes elementos ao joga-los em relação dialética com os fatos históricos e suas conseqüências.

Assim esperamos investigar Benjamin e a formação de sua filosofia da História a partir dos confrontos travados em seu pensamento por estas distintas fontes que se encontram num mesmo chão histórico. Compreeendemos nosso autor como fonte de enorme contribuição ao marxismo crítico. E seguimos de perto suas próprias observações acerca do trabalho investigativo crítico; para nós é mais válido situar as distintas fontes de sua obra não como blocos e sim como plataformas de agir e pensar em relações históricas. Tal comentário nos serve para descartar as infrutíferas

[1] Nossa principal fonte para os textos de Benjamin é: BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo, Brasiliense, 1994.

alongadas reflexões sobre ser ou não Benjamin um marxista. Estas reflexões se produzem, sobretudo a partir do contraponto entre marxismo e judaicidade de Benjamin; Concluímos mesmo que a judaicidade laica de Benjamin como fonte de sua obra e relacionada ao materialismo histórico, torna sua obra radicalmente marxista, pelo adensamento do aspecto histórico dialético em seu trabalho. Poderíamos mesmo dizer que sua filosofia da História, em relação à filosofia da história hegemônica na época (o que inclui amplos setores de esquerda) guarda muito mais do aspecto humanista e dialético do legado marxista, é muito menos teleológico do que a acertiva de que: O progresso está do nosso lado. Mas este enfrentamento: filosofia da História em Walter Benjamin versus Ideologia do Progresso, há de se desenvolver proximamente. Apesar da dualidade aqui apresentada: filosofia da história de Benjamin em combate aberto a ideologia do progresso, pretendemos também situar algumas contradições e perigos presentes na filosofia da história de Benjamin, minando em certos aspectos esta dualidade.

Ascensão do Fascismo e Constelações - teoria da totalidade em tempos totalitários.

Uma das questões centrais para o debate do marxismo é a conjugação de suas fontes. Vários são os textos que abordam esta questão e escolhemos aqui dois autores para acompanhar este debate: Lênin com *As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo* que aborda a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês, como partes imbricadas do marxismo. Um segundo autor é Löwy, com suas análises acerca do romantismo; não se trata de um contraponto a Lênin, mas sim uma reflexão mais aprofundada acerca do Romantismo que na maioria das vezes é fonte oculta, mas importante para a reflexão marxista.[2]

[2] As referências são os seguintes textos: LENIN, V. I. As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo. &LÖWY, M. Romantismo e Messianismo. Perspectiva / EDUSP, 1990.

A conjugação das três fontes citadas por Lênin: filosofia alemã (dialética), economia política inglesa (teoria do valor-trabalho) e socialismo francês (luta de classes) formam uma plataforma de compreensão/intervenção ativa para a derrocada do sistema capitalista. É uma teoria da práxis que, necessita da análise conjugada dos campos modernos de intervenção: política, economia e cultura. A interelação destes elementos, contudo surgira em Marx, envolto numa relação de desigualdade: existe algo dado às vistas, que compõem a dominação de classe; mas há relações, não dadas à vista, de caráter econômico, que organizam esta exploração. É a clássica dicotomia estrutura - superestrutura.

Esta composição analítica, associada a uma hierarquização da relevância social, conformam uma primeira teoria da totalidade dentro do marxismo, que terá desdobramentos e apreensões adversas. Por diversas vezes, as opções de apreensão desta dicotomia compõem para nós uma clara opção por uma das fontes, por um dos elementos componentes do marxismo. É o caso do chamado materialismo vulgar, que claramente opta pelo econômico, criando um economicismo que se relaciona com as demais partes do todo de forma determinante, como único determinante. Há outras apreensões, que optam pela cultura, ou pelo político; estas, contudo ainda mais contraditórias, pois se esquivaram muitas vezes de debater a dicotomia estrutura, superestrutura, aceitando-a, ao mesmo tempo em que há um esforço de dribla-la.

Para nós é importante aqui seguir mais de perto a leitura estritamente econômica do capitalismo, produzida dentro do marxismo. Na conformação do capitalismo concorrencial a racionalidade econômica vence; os argumentos e provas do progresso técnico davam as vistas no auge do capitalismo concorrencial. O triunfalismo econômico se impunha. Este é o palco de forjamento da *ideologia do progresso*, uma das variáveis da leitura naturalizante dos processos históricos produzidas no sentido de conformação com a ordem vigente.

A ideologia do progresso é redimensionada quando da crise do capitalismo concorrencial em fins do século XIX. Ela ganha novas dimensões, onde os papéis da

burguesia nacionais e dos nacionalismos ganham cada vez mais assento dentro de assertivas imperialistas que se desenvolvem nas primeiras décadas do século XX. A social-democracia da II internacional e a III internacional comunista (após o congresso de 1924), não fomentam uma crítica a ideologia do progresso, não elaboram crítica suficiente nem mobilizam suas armas contra um dos pilares da política imperialista que é esta ideologia; assim fazem calar a carga crítica ao capitalismo (socialismo francês) e de análise dialética (filosofia alemã), reduzindo sua intervenção ao figurar como agente central da revolução o desenvolvimento das forças produtivas e não o proletariado.

A obra de Walter Benjamin é produzida dentro desta profunda alteração da localização da defesa da ideologia do progresso: produzida durante períodos do auge do capitalismo concorrencial, dentro da hegemonia liberal, a ideologia do progresso é cada vez mais tomada por setores nacionais de diversos países numa defesa do protecionismo, do nacionalismo, rumo a uma alteração numa política de livre-concorrência, para avançar na defesa do capitalismo imperialista, de disputa entre nações (burguesias nacionais). As Burguesias nacionais européias associadas a setores médios, cada vez mais passam a fomentar o nacionalismo como dimensão fundamental para seus interesses econômicos ameaçados pela livre-concorrência e também num jogo ideológico de contraposição ao projeto internacionalista que anima setores do proletariado em todo o mundo, e que paira como ameaça bem ao lado, dado a existência de uma Revolução proletária na Rússia.

Temos, portanto dois debates correntes, mas que apontam para o mesmo encaminhamento: de um lado socialistas na defesa do caráter progressista do avanço das forças produtivas; do outro, burguesias nacionais e setores médios em apoio ao progresso e contra a “proletarização” das burguesias nacionais. São como duas faces de uma mesma moeda, já que o chão de reivindicação é comum, o progresso que neste caso é condicionado ao elogio da máquina.

Já vinculamos o elogio da máquina, a adoção da ideologia do progresso por parte dos socialistas, como uma rendição a uma determinada hierarquia do pensar e agir, que por fim das contas mina o caráter crítico/dialético do marxismo. Isto (materialismo vulgar/ ideologia do progresso), que não é mera mobilização ideológica, possui conseqüências reais para a política anterior a primeira guerra, onde a parte majoritária dos socialistas alemães organizados na social-democracia são evasivos quanto à guerra imperialista e acabam por tomar-lhe partido, sem conseguir formular de forma adequada sua contraposição; Já situamos o uso estritamente burguês de tal ideologia. Estas questões estão vinculadas ao debate de totalidade, uma vez que elenca pelo prisma liberal (e ainda dentro do campo da direita posteriormente, o prisma totalitário) e por dentro do marxismo, uma determinada ordenação da totalidade a partir da economia e do estado das forças produtivas.

Chegamos ao interesse de nosso autor. A totalidade em Walter Benjamin está impressionada com o totalitarismo do fascismo. A totalidade no fascismo se reduz á: o que possui uso pragmático para a defesa do adestramento da luta de classes?[3] Adestrar a luta de classes é obviamente um projeto da classe dominante. Assim, o fascismo na Itália pode adquirir várias defesas locais, dissonantes entre si, mas que encontram seu cerne de racionalidade não num todo consoante e abstrato (liberalismo clássico), mas sim o uso de particularismos muito mais dinâmicos e potentes para o projeto final de adestramento da luta de classes. Na tentativa de se desligar de qualquer política da totalidade manipuladora, Walter Benjamin se debate acerca da questão da totalidade ciente de sua central importância para a construção de uma teoria crítica e revolucionária. No esforço de uma teoria da totalidade sem totalitarismos, Benjamin aposta numa determinada apreensão de totalidade onde as imanências dos elementos se iluminam mutuamente revelando distintas faces do fenômeno, sempre num quadro relacional, sempre inseridos numa *constelação.*

[3] KONDER. Leandro. Introdução ao Fascismo. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

O conceito de constelação elaborado por Benjamin e Adorno assim como menciona Terry Eagleton, está "menos preocupada em 'possuir' o fenômeno do que em libera-lo em seu próprio ser sensível e preservar seus elementos díspares em toda sua irredutível heterogeneidade". Sua expectativa é de um materialismo da imanência onde os mais pequenos objetos tragados pelo que chamamos civilização (história dos vencidos) e relegados pela própria dinâmica desta construção histórica da destruição (progresso) pudessem revelar seus diversos aspectos, trazendo junto com seu abandono, sua redenção.

É uma imagem da história apocalíptica, radicalmente negativa e ao mesmo tempo extremamente profana. Alimenta-se das imagens do passado, em busca da redenção da humanidade e só esta humanidade redimida pode apropriar-se totalmente deste passado (uma das teses sobre o conceito de história). Aqui a crítica romântica ganha contornos de potência contra os autoritarismos, contra as alusões ao passado igualmente românticas (romantismo fascista), porém radicalmente anti-humanistas, ao subverter o humanismo universal a teses nacionalistas e racistas como "só humano se da raça ariana".

Benjamin movimenta forças dentro da crítica marxista, da teologia laicizada e do romantismo para nutrir sua intervenção. Esta intervenção possui alvos e certamente um deles é o fascismo; mas este não é seu interlocutor privilegiado. Sua preocupação é a de mobilizar forças contra este inimigo, que não há de se convencer por nenhuma sensibilidade e há de ser derrotado a partir da mobilização de forças opostas. Neste sentido Benjamin resgata a crítica ao progresso presente no romantismo como alerta aos socialistas.

Pela renovação da fonte oculta do marxismo (romantismo) em associação com a visão messiânica de tarefa (e não destino) da história de redenção, Benjamin elabora neste trecho uma descrição de sua visão de história que inverte os símbolos correntes: do positivismo eufórico que localiza no desenvolvimento das forças produtivas a chave para a redenção das gerações que virão. Benjamin elabora uma

concepção de intervenção no agora, sem nenhuma fé no "destino natural" da história. Isto porque o que nos mobiliza é uma carga secreta das gerações que nos precedem que não puderam bem suceder no intento revolucionário de redenção da humanidade.

Benjamin em seu conceito de constelação coloca novas questões para o campo da esquerda acerca do conceito de totalidade[4], ao não hierarquizar seus elementos, vendo-os como um contínuo de iluminações de uns sobre os outros. Ainda se faz fundamental debater de forma crítica as percepções de estrutura e superestrutura (como tese de totalidade) para uma maior clareza de como esta totalidade se conforma, quais elementos organizam esta totalidade em última instância (se assim o concebemos) e como se forja esta última instância (seria ela também histórica? Será que *a última instância* localizada nas relações ditas econômicas, também não seriam fruto da racionalidade moderna e capitalista?). Temos aqui alguns nós, que, além de debates que influem na análise são fundamentais por incidirem também em nossas intervenções críticas na realidade.

Temos no marxismo uma potência, uma plataforma crítica; Isto, contudo não resolve o mundo para nós; acreditamos que os embates entre teses distintas dentro do próprio materialismo são embates reais dentro da esquerda. É importante conjugar seus componentes e alerta-los de suas conseqüências possíveis – aqui seguimos a crítica de Terry Eagleton. Por um lado, uma hierarquia de fontes da estruturação social orienta a ação de uma maneira mais clara. Por outro, esta hierarquia corre o risco de abandonar a dialética quando a totalidade é pensada em função destas fontes. Uma teoria da totalidade baseada na imanência dos objetos e da iluminação contínua de uns sobre os outros, tem o mérito de aprofundar o caráter histórico da investigação, a cada momento uma nova constelação é conjugada. Porém corre o risco de se perder no diletantismo e falta de critérios para elencar quais os elementos de composição

[4] Uma fonte para esta discussão está em: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Cultura*. In: Cultura e Sociedade. São Paulo, Nacional, 1969.

desta constelação. De uma certa forma estamos aqui usando os termos de constelação; uma teoria da totalidade, iluminando as deficiências e contradições da outra. Para nós o que fica, sobretudo é a carga da crítica dialética fundamental para a intervenção, para fazer o pensamento abrir, sem contudo vagar. Guardamos o materialismo, a opção classista, a luta de classes como fundamento da história, a necessária intervenção para uma sociedade socialista que não advirá como dádiva divina e sim somente das lutas contra este sistema iníquo. Temos também a forte certeza de que este debate – teoria da totalidade - não se resolve meramente no plano teórico, são tensionamentos reais dentro de nossas práticas e leituras da realidade.

UM "MONARQUISTA DA GEMA" NO GOVERNO FLORIANO PEIXOTO: Francisco Correra Vasques, a imprensa e o teatro nos anos iniciais da república

Silvia Cristina Martins de Souza [1] - UEL

No dia 30 de abril de 1892, os leitores da **Cidade do Rio**, jornal de propriedade de José do Patrocínio, depararam-se com uma carta, escrita nos seguinte termos:

AO CIDADÃO FLORIANO PEIXOTO NO DIA DE SEU ANIVERSÁRIO
Escolhendo o dia de hoje para escrever-lhe, tenho uma única vantagem – a certeza de sua desculpa para o meu atrevimento.
V, Exa. Nem sabe quem eu sou e eu não quero que fique nessa ignorância. Vou apresentar-me (...)
Chamo-me Francisco Correa Vasques; tenho 53 anos de idade; sou viúvo e moro à Rua Evaristo da Veiga número 31. Não tenho política.
Sou monarquista da gema, porém não conspiro contra as instituições nem contra o governo.
Nunca votei; nem hoje, nem no tempo do Império (...) Sou ator desde 1856 (...) tenho escrito alguns trabalhos para o teatro e já fui folhetinista da Gazeta da Tarde.
Fiz conferências sobre a escravidão e em quase todas as matinées que se realizaram nessa época eu recitei versos de pé quebrado, porém de minha lavra (...) Estou apresentado. [grifos no original] [2]

Naquele ano de 1892, Francisco Correa Vasques completava 36 anos de carreira artística na qual especializou-se como ator cômico e como dramaturgo que produziu cerca de 65 peças num gênero dramático – as cenas cômicas. Sua intervenção política e social em assuntos do seu tempo não ficou, porém, restrita ao tablado, uma vez que atuou ao lado de José do Patrocínio, na campanha abolicionista, e como folhetinista na **Gazeta da Tarde**.[3] Sendo estes espaços de bastante visibilidade, torna-se surpreendente que Vasques tenha procurado apresentar-se a Floriano Peixoto, assim como é difícil imaginar que tal atitude não tivesse sido interpretada por alguns como uma ironia de sua parte. Tanto era perceptível a presença deste tom irônico na carta que o próprio Vasques a ele se remeteu na sua segunda carta publicada no dia 7 de maio. Nela, Vasques diria que "uma das folhas mais respeitáveis da Capital" censurou-o por ter tratado num tom irônico e de pilhéria "coisas tão sérias". Contudo, prosseguia o autor da carta,

Eu preferi falar [ao presidente] graciosamente, com meiguice e na altura a que a sua educação e o seu caráter têm o direito de exigir de todo o cidadão. Seria este caminho errado? Não creio, e V. Exa, se leu a minha carta, concordará decerto comigo.
Dessa opinião é o público, que esgotou a edição da Cidade do Rio da tarde de 30 de abril e a do Jornal do Brasil de 1 de maio. Modéstia à parte, eu não esperava tanto.

Porém, qual seria o motivo de semelhante procura? O meu nome? Pouco vale. O mérito literário da carta?.[4] [grifos no original]

Foi, portanto, respaldado numa popularidade anteriormente conquistada que Vasques procurou "encenar" um diálogo com seus leitores e, a julgar pela repercussão que teve a publicação de sua primeira carta, esgotando a edição de dois jornais, ele atingiu seu objetivo.

Mas como aqueles eram tempos de pouco riso e muito siso, não surpreende que Vasques tenha escolhido justamente o dia do aniversário do destinatário para endereçar a carta. Ao contrário, o missivista parecia contar com este fato para que o presidente não interpretasse sua atitude como ousadia, particularmente porque era como um "monarquista da gema" que se pronunciava, muito embora afirmasse "não ter política". Tais cuidados tinham justificativa, e se ignoramos a presença histórica dos monarquistas naquele contexto somos levados a obscurecer e limitar a compreensão dos embates que então se travavam.[5] Desde a saída da família real do Brasil não faltaram manifestações de monarquistas fiéis, que confiaram na possibilidade de se rearticularem, embora não tenham atingido seu objetivo. Embora frágil, as maquinações monarquistas existiram, e é sabido que Deodoro e Floriano insistiram em justificar o fechamento do regime pelo perigo da suposta ameaça restauradora. Levando-se em conta todos estes elementos, tornam-se inteligíveis os cuidados tomados por Vasques ao dirigir-se ao presidente.

Por fim, deve-se salientar que a carta trazia, já nos seus primeiros parágrafos, uma ácida crítica ao regime instaurado em 1889, ao apontar que os vitoriosos da república pouco fizeram em termos de expansão dos direitos de cidadania, embora as propagandas republicanas tivessem feito promessas de democratização. Tanto isto não ocorrera que ele, Vasques, nunca votara, nem no império, nem na república.[6]

Estas duas cartas assinadas pelo Vasques, enfim, nos dão conta de um momento conhecido na história brasileira como conflituoso e de explícita perseguição à imprensa. Tais tensões tiveram início em novembro de 1891, quando Deodoro fechou o Congresso

e, posteriormente, renunciou à presidência, em função de pressões que sofrera por parte de um grupo de oficiais chefiados pelo contra-almirante Custódio de Mello, que liderara um levante da Armada e ameaçara bombardear a sede do governo federal, caso o presidente não renunciasse. [7] Como sucessor de Deodoro assumiu Floriano Peixoto, que se cercou de certos cuidados ao ocupar o cargo, nomeando o mesmo Custódio de Mello para o Ministério da Marinha, e interventores para os governos dos estados, forçando os governadores que apoiaram Deodoro no golpe de novembro do ano anterior a renunciarem. Dentre os governadores afastados estava o do Rio de Janeiro - Francisco Portela -, que empregara alguns literatos e jornalistas no funcionalismo público, a saber, Coelho Neto para a secretaria do governo do Estado. Olavo Billac como oficial maior da secretaria do Interior; Aluízio de Azevedo como oficial da Fazenda e Pardal Mallet como arquivista, além de ter patrocinado a candidatura deste último a deputado. Baltazar da Silveira, o interventor indicado para o estado, cuidou de demitir os nomes indicados por Portela logo que assumiu, sob alegação de que aqueles indivíduos teriam enriquecido ilicitamente durante o período em que exerceram seus cargos públicos.

Tal demissão acabou tendo grande repercussão nos meios jornalísticos, e logo emergiram reações a ela. Lopes Trovão, Pardal Mallet e Olavo Bilac fundaram o jornal **O Combate,** e transformaram suas páginas numa trincheira permanente contra o governo, bem como em espaço de defesa das acusações das quais seus amigos tinham sido vítimas. A contra-ofensiva por parte do governo federal não tardou a se fazer sentir. Em abril, o jornal **O Combate** teve suas atividades encerradas, ao mesmo tempo em que Bilac, Mallet e Patrocínio foram presos e indiciados, e os dois últimos mandados em desterro para Cucuí, na Amazônia. O motivo alegado para tal reação foi o fato de **O Combate** ter sido o primeiro jornal a lançar a tese, defendida por Rui Barbosa, de que o governo florianista era inconstitucional e ilegítimo. Segundo Rui Barbosa, havia necessidade de proceder-se a nova eleição presidencial, uma vez que “a vacância se

abriu no primeiro biênio do período presidencial", e o parágrafo 2 do artigo 1 da Constituição da República determinava que "o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial". Ou seja, na interpretação proposta por Rui Barbosa, tal dispositivo não amparava as pretensões de Floriano de permanecer na presidência. [8]

O artigo publicado pelo jornal incentivou treze generais de terra e de mar a assinarem um manifesto no qual exortavam o presidente a cumprir a Constituição convocando novas eleições, o que os levou a serem afastados de seus postos. Três dias após este incidente teve lugar uma manifestação pública de militares, congressistas e jornalistas, que reclamaram pela volta de Deodoro à presidência. Como resposta a tais investidas, Floriano decretou estado de sítio, suprimiu as garantias constitucionais e mandou efetuar várias prisões, dentre elas as dos jornalistas anteriormente mencionados.

Foi neste contexto que Vasques publicou suas duas cartas, nas quais advogava a favor de Mallet e Patrocínio, à época conhecidos como os "degredados de Cucuí". A situação em que ambos se encontravam sensibilizou-o sobretudo por ser amigo de longa data de José do Patrocínio.

Na primeira de suas cartas, Vasques defendeu o argumento de que a atitude tomada por Floriano em relação aos dois jornalistas fora assaz severa, sem contar que incompreensível, já que o governo os punia

> Por serem republicanos! Parece incrível, porém, esta é a verdade. Que fizeram eles? Oposição a todo transe ao governo de V. Exa? Isto constituiria um crime? Não, por certo. O governo sem oposição não é um governo Imagine, agora, V. Exa. o que seria se a conspiração de 14 de novembro de 1889 tivesse falhado. Onde estariam todos aqueles que concorreram para a queda do Império? Banidos, desterrados ou...? Não! A grande alma do Império Brasileiro não guardava ódios nem vinganças: o perdão não se faria esperar!
> Quem escreve estas linhas é um monarquista da gema, e deve até parecer original vir ele em defesa de republicanos. Que quer V. Exa? O mundo é assim mesmo! [9]

As palavras de Vasques evidenciam como o advento da república assistiu ao embate entre opiniões e soluções políticas complementares ou antagônicas sobre o novo regime, e como os contemporâneos aventaram diferentes formas de conceber uma nova

organização da nação. Os grupos dominantes, que disputaram o poder a partir de 1889, tinham diferentes concepções sobre a república a ser implantada, e diferentes expectativas sobre seu destino político. Tal diversidade, contudo, não contava com a tolerância de Floriano Peixoto, sendo para isto que Vasques chamava a atenção ao alertá-lo para o fato de que "governo sem oposição não é governo" e ao compará-lo com Pedro II, a "grande alma do Império Brasileiro [que] não guardava ódios". Ao assim se posicionar, Vasques explicitava sua adesão a uma noção, que começara a ganhar corpo desde que os primeiros sinais de decepção com a república começaram a ser sentidos, noção esta construída pelos destituídos do poder, que procuraram idealizar uma certa imagem da monarquia e do imperador. Nela, não apenas a monarquia passava a ser vista como um regime em que reinaram os instintos pacíficos e conciliadores, assim como Pedro II era revestido de uma imagem de mártir, imagem que ele próprio contribuiu para alimentar uma vez que, desde que foi banido do Brasil passou a viver de favores de amigos.[10]

Na imagem construída por Vasques, a figura do imperador aparecia revestida de uma virtude adicional – a da tolerância à oposição -, sendo ela que o levava a não guardar "ódios nem vinganças". E era desta tolerância que Vasques demonstrava ser também um portador, vindo a público advogar por dois republicanos, logo ele um "monarquista da gema", sendo também em nome estes valores, que deveriam estar acima das paixões humanas, que convidada Floriano a agir.

A intolerância à oposição, contudo, não era o único pecado do governo republicano para o Vasques. Na sua segunda ele argumentaria que uma outra fonte de tensões era a precipitação dos republicanos, sendo ela que "matara o 15 de novembro". Tal precipitação, na sua visão, fizera com que o novo regime desconsiderasse os caminhos da legalidade, muito embora tivessem sido eles que conduziram os militares ao

poder. Sendo assim, Vasques exortava o presidente a retomar o caminho do qual se afastara:

O seu proceder correto de soldado como tem sido até hoje deve ter sentido o enorme peso da pena imposta aos desterrados que, se cometeram um desvario, não são por certos réus de alta traição! (...)
O dia 13 de maio foi o alicerce do edifício que hoje se chama república e os operários dessa obra, aqueles que mais trabalharam para isto, estão privados, longe do coração da pátria, de sentir o seu pulsar entusiástico neste grande dia.
Vamos, general, ainda uma vez, um pouco de boa vontade. O dia 13 de maio é a confraternização de todos os brasileiros (...) Vinde! Liberdade! Igualdade! Fraternidade![11]

Mais uma vez Vasques comparava a república à monarquia, e ao associar as palavras de ordem da Revolução Francesa ao 13 de maio de 1888 sugeria que alguma coisa andava fora dos trilhos numa república que não garantia a liberdade dos seus cidadãos, enquanto o império fora capaz de libertar centenas de indivíduos mantidos em cativeiro. Ao elaborar tal movimento, Vasques só deixava ao "cidadão" Floriano uma saída: promover os princípios pelos quais os "operários" da república haviam combatido, começando por anistiar os desterrados de Cucuí. Como se vê, foram a defesa da legalidade e a exortação ao respeito às diferenças políticas e partidárias as causas advogadas por Vasques na imprensa.

No dia 10 de junho subiria à cena no teatro Apolo, empresariado por Jacinto Heller, uma cena cômica de autoria do Vasques, a que ele deu o sugestivo título **Legalidade e Ditadura**. Nela, Vasques procurou elaborar uma crítica mais abrangente ao governo republicano tomando a política do encilhamento como fonte de inspiração para sua dramaturgia. Logo nos versos iniciais da referida peça, este dramaturgo declarava, assim como fizera em suas cartas, procurar dizer sempre a verdade, já que "ama[va] a legalidade e odia[va] a ditadura", e "sapecava" as seguintes estrofes: "Um doutor em medicina/ Que corre toda a cidade/Curando ricos e pobres.../Sim senhor! Legalidade! Porém doutor que só trata/Dos que pagam a cura/Sem se importar com a pobreza.../Passa fora! É ditadura! (...)Padre que dá bons conselhos/Respeitando a caridade,/Sempre bom e generoso.../Sim senhor! Legalidade!/Mas aqueles que das missas/Faz um comércio de usura,/Pedindo trinta mil réis,/Passa fora! É ditadura!" [12]

Creio não ser necessário repetir aqui uma história bem conhecida, da qual a peça do Vasques nos dá conta, que foi a da febre especulativa que acometeu os primeiros anos da república. Se tal situação remontava ao período monárquico, quando o governo imperial começou a emitir dinheiro de maneira desordenada, não se pode esquecer que tal medida foi levada às últimas conseqüências pela república. De tal forma a situação agravou-se que, segundo José Murilo de Carvalho, "por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo o custo com o dinheiro da especulação". [13]

As conseqüências de tal política foram sentidas em diferentes setores. Os costumes e valores também foram atingidos, sendo para esta questão que Vasques chamava a atenção em sua cena cômica. No clima de "salve-se quem puder" que se instaurara, e na busca desenfreada pelo enriquecimento, certos valores morais vinham sendo cada vez mais esquecidos. Ou seja, jogando com as palavras legalidade e ditadura, Vasques mais uma vez condenava o regime republicano.

No dia 5 de agosto de 1892, após muitos pedidos negados, a anistia aos desterrados do Cucuí foi aprovada. Um ano depois estouraria a revolta da Armada, chefiada por Custódio de Mello, e nova perseguição seria feita à imprensa e aos jornalistas, dentre eles, Olavo Bilac, José do Patrocínio, Guimarães Passos e Pardal Mallet. A maior parte destes jornalistas fugiria da capital temendo nova prisão. Antes disso ocorrer, nos primeiros dias da revolta, o jornal **Cidade do Rio**, tendo à frente Bilac, Mallet e Murat, publicou o manifesto custodista. A edição do jornal foi apreendida, e suas atividades suspensas. Nesta ocasião, Vasques já não mais engrossaria as fileiras de oposição ao governo republicano, pois viera a falecer em dezembro de 1892. Sua atuação política nos primeiros meses de 1892, de qualquer forma, é exemplar do fato de que militância política, laços de amizade e atividades jornalísticas e artísticas não eram

excludentes, e representavam múltiplas dimensões da vida de atores políticos que interagiam no interior de suas experiências nos difíceis anos iniciais da república.

Por outro lado, não demoraria muito para que fosse tomando corpo, entre as elites civis, um consenso de que os militares deveriam retornar às suas funções profissionais, afastando-se da política. Em de maio de 1894 seria eleito um civil para a presidência. Floriano Peixoto demonstrou sua contrariedade em relação a este fato não comparecendo à posse do novo presidente. Segundo as crônicas da época, preferiu ficar em casa cuidando de suas rosas. Se Vasques estivesse vivo para assistir a isso talvez tivesse dito: "O mundo é assim mesmo!"

---

[1]Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

[2] **Cidade do Rio**, 30 de abril de 1892. Esta carta foi também publicada no **Jornal do Brasil** de 1 de maio de 1892.

[3] Esta série de folhetins, tratando de assuntos diversos, foi publicada, sem regularidade semanal, de 18 de outubro de 1883 a 17 de abril de 1892 e recebeu o título de **Scenas Comicas**.

[4] **Cidade do Rio,** 7 de maio de 1892. Em um artigo d'**A Semana**, de 24 de abril de 1892, Machado de Assis fez uma crítica à maré de mudanças que foi instituída com o advento da república, descrevendo com humor as transformações que o novo regime estava realizando, dentre elas a adoção de todo um vocabulário no qual a palavra "cidadão" passou a ser amplamente utilizada.

[5] Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, **Os Subversivos da República**, São Paulo, Brasiliense, 1986

[6] Vasques referia-se, aqui, à lei Saraiva, de 1881, que proibiu o voto do anal;fabeto e aumentou o censo mínimo paea 400$000, reduzindo drasticamente o número de eleitores, e à manutuenção do critério da alfabetização mantido pela Constituição de 1891, bem como ao fato de que no dia seguinte da promulgação desta última, foi realizada a eleição presidencial indireta, na qual votaram apenas os membros da Assembléia Constituinte.

[7] Todas as informações referentes a este período baseiam-se em CARVALHO, José Murilo de, **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**, São Paulo, Companhia das Letras,1987 **e A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasi**l, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; SILVA, Ana Carolina Feracin da, "Entre a pena e espada . Literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do jornal O Combate (1892)" in **Cadernos AEL**, v.9, n. 16/17, 2002 e PENNA, Lincoln de A, **O progresso da ordem**, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1997.

[8] Ver PEREIRA, Leonardo (org.), **Bilhetes Postais. Coelho Neto**, Campinas, Mercado das Letras, 2002, p.14

[9] **Cidade do Rio**, 1 de maio de 1892

[10] Ver SCHWARCZ, Lilia M. , **As Barbas do Imperador**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000

[11] **Cidade do Rio**, 7 de maio de 1892

[12] APUD FERREIRA, Procópio, **O ator Vasques**, Rio de Janeiro, INL,1979, p. 394

[13] CARVALHO, José Murilo, **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**, obra citada.

CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: O GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE (1924-1954)

Silvia Helena Andrade de Brito - UFMS/Corumbá

O objeto desta comunicação é o processo de criação e implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, situado na cidade de Corumbá, estado de Mato Grosso, na fronteira Brasil-Bolívia. Embora criado em 1912, este estabelecimento de ensino só começou a funcionar em 1924. O referido ano será um dos marcos temporais desta comunicação, que se estenderá até 1954, quando foi aberto o segundo grupo escolar desta região.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é identificar que necessidades sociais determinaram o processo de criação e implantação de um grupo escolar nesta área de Mato Grosso. Para tal, destaca-se, num primeiro momento deste processo – 1924-1930 –, a relevância social de Corumbá como cidade portuária, além da perspectiva inovadora defendida, pelo discurso oficial, ao elaborar a proposta de implantação dos grupos escolares. Em seguida, ao examinar-se o período entre 1930 e 1954, serão destacados alguns elementos que nortearam a organização do trabalho didático no interior desta instituição, tema importante quando se considera que os grupos escolares, "(...) ao longo do século XX [,] encarnaram o próprio sentido da escola primária no Brasil (...)" (SOUZA, 2004)[1].

1. A educação em Mato Grosso e em Corumbá entre 1920 e 1930: a criação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Remontando à história e à história da educação em Mato Grosso e Corumbá no período que vai da Primeira República à década de 30, trar-se-á à luz alguns elementos para a reconstrução do papel da educação e do Grupo Escolar Luis de Albuquerque neste momento histórico.

Considerando-se a situação de Mato Grosso entre os anos 70 do século XIX e os anos 30 do século XX, pode-se perceber que o estado vivia uma situação peculiar, considerando-se

que passou por um processo de diversificação de sua atividade econômica nesse período (ALVES, 1984)[2]. A pecuária extensiva, que paulatinamente se afirmara como a principal atividade econômica na região, com o esgotamento da atividade de mineração, em princípios do século XIX (*Ibid.,* p. 85 et seq.), continuava tendo uma presença marcante no estado. Em torno desta atividade, como fruto dos capitais que estiveram disponíveis na região neste início do século XX, surgiram algumas charqueadas e saladeiros que alcançaram destaque no cenário regional nesse período, vindo a perder espaço principalmente a partir dos anos 30.

Assim, entre nos anos 20-30, Mato Grosso era, por um lado, um território ainda marcado pela presença de grandes latifúndios (pecuária e erva-mate), ocupado por uma população rarefeita, principalmente em se tratando de sua zona rural. Por outro, e considerando a diversificação das atividades econômicas regionais antes comentada, também possuía importante fração de sua classe dominante ligada às usinas de açúcar, à indústria extrativa (principalmente a erva-mate, a borracha e a poaia) e ao beneficiamento da carne bovina; ainda mais, contraditoriamente, criara as condições para o aparecimento de um homem cosmopolita, como os proprietários de estabelecimentos comerciais em Corumbá, afeitos, graças à sua atividade profissional, aos contatos estreitos e permanentes com os principais centros econômicos e sociais do Brasil, da região platina e do continente europeu.

Neste sentido, Corumbá, situada nas margens do Rio Paraguai, a meio caminho dos centros urbanos de maior destaque em âmbito regional (Cáceres e Cuiabá, no Mato Grosso e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul), aparece também como a mais importante cidade brasileira na fronteira do Brasil com a Bolívia. Estes dois fatores — sua localização privilegiada na bacia do Alto Paraguai e a proximidade com a Bolívia — vão marcar, neste contexto, o desenvolvimento da cidade, desde seus primórdios, no século XVIII (ITO, 2000)[3].

Da mesma forma, após a Guerra da Tríplice Aliança, a efetiva abertura da navegação no Rio Paraguai fez de Corumbá um dos centros *comerciais* de maior importância em Mato Grosso, porto internacional responsável pelo abastecimento das cidades do interior do

Estado (Campo Grande, Cuiabá, Cáceres, Coxim e outras), com mercadorias vindas de todas as regiões do Brasil e do exterior, além do escoamento da produção local, dando ares cosmopolitas à vida local.

Este processo de hegemonização das *casas comerciais* em Corumbá, no entanto, começou a ser abalado a partir da primeira década deste século, quando da construção da Estrada de Ferro que ligou Campo Grande a Porto Esperança, localidade também situada às margens do Rio Paraguai. A partir deste momento, o eixo econômico-social desta região volta-se para as áreas lindeiras à ferrovia, firmando-se paulatinamente a participação do Pantanal mato-grossense como exportador de *gado em pé* e importador de mercadorias do restante do Brasil e exterior, agora transportadas preferencialmente através da ferrovia[4]. Além destas atividades, entre os anos 20-40, floresceram, à sombra dos trilhos da Noroeste, as indústrias do charque (charqueadas), algumas delas remanescentes de empreendimentos outrora localizados em Corumbá. Deu-se também continuidade à navegação na bacia do Paraguai e seus tributários, embora apenas em escala regional, visando à redistribuição das mercadorias trazidas pelo transporte ferroviário (MICHELS & OLIVEIRA, 1995; PROENÇA, 1992)[5].

Assim, foi neste contexto sócio-econômico, num momento histórico em que a segurança pública e a posse da terra, bem como a infra-estrutura viária ainda eram as grandes preocupações dos sucessivos governos estaduais (JACOMELI, 1998)[6], que o presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, a partir do ideário republicano da "(...) modernidade e civilização, [pensado como contraponto] (...) ao estigma da 'barbárie' predominante nas representações sobre o estado na época" (AMÂNCIO, 2000 apud SOUZA, 2004, p. 121)[7], na reforma iniciada em 1910, começou novo período de reestruturação e reorganização do ensino primário e secundário em Mato Grosso. Ainda segundo a justificativa que embasava a reforma, nos primeiros vinte anos do regime republicano a instrução em Mato Grosso continuava incerta e descuidada, com poucas diferenças em relação à época do Império. O grupo escolar foi pensado como uma possível solução para estes problemas.

Para tal, a reforma de 1910 prevê ainda a renovação do quadro de professores. Assim, uma nova Escola Normal foi criada, junto com a Escola-modelo, a fim de habilitar indivíduos capazes de ministrar o ensino. Complementarmente, a partir de 1911 verificou-se a organização de uma nova regulamentação pedagógica, a qual emanaria por todo o estado, estabelecendo os novos critérios para a instrução pública. Segundo este decreto, o ensino primário deveria ser leigo, alunos de ambos os sexos poderiam freqüentar a escola, estabelecendo-se a obrigatoriedade para as crianças de 7 a 10 anos de idade. Dizia este decreto também que as escolas não poderiam ultrapassar os 60 alunos; além disso, o sistema de decuriões e monitores (ensino mútuo), bem como os castigos físicos, estavam proibidos (JACOMELI, 1999)[8].

Além disso, esta legislação normatizou a ação dos grupos escolares e seu funcionamento, naqueles distritos que os tivessem. Os grupos escolares seriam escolas com oito classes seriadas (quatro para meninos e os restantes para meninas) e ficariam subordinados ao Diretor Geral da Instrução Pública e aos inspetores escolares. Complementarmente, os grupos escolares seriam fiscalizados e inspecionados pelo presidente do estado, com a ajuda do Conselho Superior de Instrução Pública e Diretoria Geral da Instrução. Estes órgãos estabeleciam a duração das aulas (cinco horas diárias), o período de funcionamento (período único) e a contratação de professores, efetivada mediante concurso público.

Verifica-se, contudo, que essa política de expansão das práticas educacionais a partir do grupo escolar no estado não se deu de forma linear, e as descontinuidades na ação pública sempre estiveram presentes, expressas, por exemplo, na morosidade para a instalação destes estabelecimentos ou na grande dificuldade de se impor uma fiscalização da malha educacional. Neste sentido, é exemplar o caso de Corumbá em que o grupo escolar, criado por decreto em 1912, só veio a instalar-se em 1924. Além disso, apenas as cidades mais importantes faziam jus a sediar estas instituições escolares, numa região em que a população, de forma predominante, ainda residia nas zonas rurais. Foi neste contexto, e dada a sua importância

enquanto principal porto de Mato Grosso, que Corumbá foi escolhida para sediar um grupo escolar.

É importante assinalar, contudo, que as próprias exigências atinentes à definição do que seria o grupo escolar, isto é, sua característica de escola agrupada (ou seja, com um número mínimo de alunos), dotada de uma concepção arquitetônica peculiar (e que em geral situava-se, espacialmente falando, no *locus* central do município) e que funcionaria com conjunto de materiais pedagógicos mínimos considerados adequados ao processo ensino-aprendizagem já representava, de *per si*, impedimentos para que esta estrutura organizacional se tornasse hegemônica em Mato Grosso.

Aliás, segundo os pronunciamentos oficiais, para que a instrução nas diversas camadas se expandisse se necessitaria e foram criadas várias escolas isoladas, além dos grupos escolares, com o intuito de instruir toda as população local (BRITO, 2001)[9], sendo que estas últimas continuaram a ser, até a década de 50, maioria na estrutura organizacional do ensino público. Assim sendo, e a partir desta premência em *modernizar a instrução pública*, Mato Grosso criou espaço para o surgimento dos grupos escolares também nesta região do Brasil.

2. A educação em Mato Grosso e em Corumbá entre 1930 e 1954: a implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Os anos 30 iniciaram-se, em Mato Grosso, com o estado sentindo os reflexos da crise econômica que abalava o país, ainda sob o impacto dos acontecimentos que envolveram o conjunto do mundo capitalista, principalmente a partir de 1928/1929. Uma das principais conseqüências destes abalos foi sentido com a queda nos preços das mercadorias relacionadas à pecuária, principal produto da pauta produtiva de Mato Grosso, além de atingirem a comercialização da erva-mate e da borracha, os outros dois produtos importantes na economia local.

Esta crise, contudo, também contribuiu para dar continuidade ou iniciar algumas modificações na base produtiva do estado, sobretudo na região Sul de Mato Grosso, relacionadas ao melhoramento do plantel bovino e à introdução de novas formas de criatório (.cercamento e divisão das fazendas, o abandono da organização familiar e a incorporação de alguns padrões empresariais nas mesmas, utilização de espécies gramíneas novas nas pastagens, etc). Foi importante também, neste sentido, a afirmação de um novo pólo de desenvolvimento na região Sul do estado, representado pela cidade de Campo Grande[10].

Ao mesmo tempo, a crise econômica dos anos 20/30 ofereceu as condições necessárias para o soerguimento desta região brasileira, principalmente a partir dos anos 40, quando se dá um novo surto desenvolvimentista na fronteira, com o surgimento de um pequeno mas significativo — regionalmente falando — parque industrial em Corumbá.

Desta forma, este conjunto de condicionantes, ocorridos entre os anos 30 e 50, — como as mudanças provocadas pela crise dos anos 30 no setor pecuário, combinada a condições climáticas favoráveis e ao aumento de vendas no período de guerra; o movimento em torno da construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, a partir de 1938, além da instalação de novas indústrias na cidade, como a Sociedade Brasileira de Mineração (SOBRAMIL), provocaram um efeito multiplicador sobre as atividades produtivas na região, o que acabou alavancando o surto industrial que o município conheceu a partir da segunda metade dos anos 40, reforçado posteriormente pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste a cidade, na década de 50. Esta incipiente industrialização, tendo sido decisiva na conformação de uma nova composição social no município, acabou por diversificar a própria malha urbana, colaborando, alguns anos depois, para a expansão do ensino, público e privado, em Corumbá.

No contexto educacional, este é o período de expansão dos grupos escolares, que foram sendo implantados em outras cidades do estado, ou outros bairros das cidades que se desenvolviam naquele contexto, como Campo Grande.

Sobre a questão da organização do trabalho didático no interior do ensino primário público, neste período de consolidação do grupo escolar, pode-se destacar algumas observações sobre como se encontrava a escola pública em Mato Grosso, a partir de observações sobre a mesma no município de Corumbá.

Relatos de ex-alunos e ex-professores dão conta que a organização espacial do grupo escolar em Corumbá se assemelha àquela encontrada em seus congêneres em outras regiões do Brasil, com as cadeiras de madeira presas ao chão, alinhadas, o que se entendia como uma medida facilitadora da disciplina e, por conseguinte, do trabalho de seus principais mentores, o professor e o inspetor escolar (ROSA, 1990)[11]. Outra medida disciplinar, a palmatória, continuava presente no cotidiano escolar, embora tivesse sido abolida pela reforma de 1910, proibição essa que foi reforçada pelas legislações posteriores.

Da mesma forma, estes mesmos relatos apontam para uma gradual perda de prestígio do grupo escolar em Corumbá quando se adentra na década de 50, quando o Luiz de Albuquerque, às vésperas de deixar de ser a única instituição desta natureza na cidade, enfrenta problemas como a superlotação, a precariedade de material didático em suas salas, bem como um fenômeno já apontado por Souza (SOUZA, 2004, p. 138), e que se configurará com mais clareza nas décadas seguintes, quando, por um lado, acontece a simplificação da formação ali dada e, por outro, a extensão maior desta escolaridade fundamental.

Estas mudanças, no interior do grupo escolar, no momento mesmo em que se coloca em pauta a sua efetiva expansão na cidade de Corumbá, e que se materializou nestes anos 50 pela abertura de dois outros turnos de aulas, visavam o atendimento de um maior número de alunos e, naturalmente, que isso se desse com economia de recursos humanos e materiais nesta empreita (ROSA, 2000, p. 114). Na mesma direção, os novos estabelecimentos que são criados neste período, a partir de 1954, mesmo levando a denominação de grupos escolares, não se atêm a um projeto arquitetônico de dimensões monumentais, como foi o caso do

primeiro grupo escolar da cidade, nem receberão do poder público o tratamento diferenciado prestado àquela instituição.

À guisa de conclusão, é preciso assinalar que no período ora analisado assistir-se-á a gênese de uma significativa expansão do ensino primário na região — transformação quantitativa que será importante para a gestação de mudanças qualitativas nos anos seguintes. Apesar disso, o crescimento quantitativo da forma mais avançada de organização interna da escola primária, – a escola agrupada, representada pelo grupo escolar –, ainda não foi suficiente para gerar um salto qualitativo que se generalizasse por todo os estabelecimentos, visto que as escolas isoladas (e as formas/conteúdo do trabalho didático a ela associados) ainda estarão fortemente presentes, assim como ainda é precária a organização de um sistema de ensino primário na região.

NOTAS:

[1] SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2004. p. 111.

[2] _____. Mato Grosso e a História: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem.1984.

[3] ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá:* o espaço da cidade através do tempo. Campo Grande; UFMS, 2000.

[4] ALVES, Gilberto Luiz. *Op. cit.*

[5] MICHELS, Ido Luiz, OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Coord.). *Diagnóstico sócio-econômico da Bacia do Alto Paraguai:* aspectos regionais e urbanos. Campo Grande: UFMS/SEMA, 1995. Relatório final.PROENÇA, Augusto César. *Pantanal:* gente, tradição, história. Campo Grande: 1992.

[6] JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República:* 1891-1927. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

[7] AMÂNCIO, Lázara N. B. *Ensino de leitura na escola primária de Mato Grosso:* contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional do século XX. Marília: 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp/Marília.

[8] JACOMELI, Mara Regina Martins. *Op. cit.*

[9] BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil:* Corumbá (1930-1954). Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp.

[10] Outra modificação na base produtiva do estado, ainda de pequena monta neste momento histórico, foi a incrementação do setor agrícola no extremo Sul de Mato Grosso, centralizado no município de Dourados. Deram-se os passos iniciais, também no final desse período, para a ocupação da região Norte, utilizando o mesmo modelo de colônias agrícolas, públicas e particulares. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, COSTA, Lourença Alves da, CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso.* 3.ed. Cuiabá: UFMT, 1990. p. 255 et seq.

11 ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*: histórias de vida. Campo Grande: UFMS, 1990.

Filhos de criação: uma história da família substituta no Brasil[1]

Silvia Maria Fávero Arend -
Universidade do Estado de Santa Catarina

Nos anos de 1910 e de 1920, os "ecos" do movimento de caráter internacional e nacional em prol dos infantes desvalidos chegavam à capital de Santa Catarina. Observamos esse processo através de argumentos apresentados pelos representantes dos poderes executivo e judiciário em periódicos de grande circulação e documentos oficiais, tais como a transformação da infância e juventude pobre em um problema social, a urgência da intervenção do Estado para resolver a questão, a necessidade da instituição de um foro especial para os infantes e a supremacia da nova legislação menorista frente às antigas leis vigentes no Império. Todavia, enquanto que nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre o Juizado de Menores foi instituído tendo em vista o discurso do progresso e da civilização, em Florianópolis esse projeto se tornou uma realidade em 1935 sob a bandeira das políticas sociais de assistência levadas a cabo pelo governo Vargas para os trabalhadores urbanos.

Segundo Rizzini, na capital federal entre o período de implementação do Juizado de Menores, em 1923, até a criação pelo governo Vargas do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, "prevaleceu uma espécie de justiça assistencialista". Para a autora, nesse período, havia um "Juizado Executivo" que, além de exercer as tarefas atribuídas normalmente ao Poder Judiciário, coordenava as atividades relativas à assistência.[2] Em Florianópolis, instituiu-se um "Juizado Executivo" que passou a gerir parte das ações desenvolvidas para a chamada infância desamparada do município. Entre 1935 e 1940, os membros da instituição judiciária implementaram três ações que correspondem ao que denominamos atualmente de programas sociais: a liberdade vigiada, a colocação familiar e a "Escola do Juízo de Menores".

O Juiz de Menores Hercílio João da Silva Medeiros objetivando solucionar a questão dos infantes cuja integridade física ou moral corria risco, solicitou ao Governador Nereu Ramos "um pequeno auxílio pecuniário, afim de com ele indenizar as famílias, de

comprovada idoneidade, que se prontificassem a encarregar-se da guarda daqueles entesinhos". Após, ultimado o processo de suspensão do pátrio poder de acordo com o que prescrevia a lei, o infante era "entregue a uma pessoa idônea, nos termos do Artigo 55, letra b, do Código de Menores (de 1927), a qual, em paga da assistência dispensada, recebia mensalmente a diária de dois a trez réis conforme o tratamento exigido pelo estado do menor". Os lares dos guardiões, de tempos em tempos, eram visitados pelos Comissários de Vigilância que, em um relatório circunstanciado, informavam "o estado geral do menor, tratamento que lhe é dispensado e qualquer suspeita que induza a dúvidas sobre a idoneidade moral das pessoas a cuja guarda se achem confiados".[3] O magistrado, afirmou de forma enfática, nos seus escritos, que esse programa social, conhecido atualmente como colocação familiar, era apenas uma solução paliativa para o problema dos "abandonados", mas que, naquele momento, se mostrava eficaz.

Os filhos dos migrantes oriundos do interior do Estado eram os principais protagonistas dos Autos de Abandono Administrativo de Menores instituídos em função das condições de pobreza dos progenitores, da não consolidação das redes sociais de amparo entre essas pessoas e do desaparecimento ou morte do pai ou da mãe. Essas histórias estão presentes em aproximadamente dois terços dos processos de abandono emitidos entre 1936 e 1940 pelo órgão. A população alvo das ações de combate à vadiagem, à mendicância e aos atos infracionais de outra natureza levadas a cabo pelo Juizado de Menores na época, era composta pelos filhos dos pobres urbanos da capital catarinense, ou seja, a prole dos migrantes, dos afro-descendentes e dos descendentes de açorianos e de madeirenses. Esses casos deram origem a um terço dos Autos de Abandono Administrativo de Menor. Consideramos de fundamental importância ressaltar essas diferenças no tocante à motivação que provocou a abertura dos autos de abandono, como também sobre o grupo social que ingressou na assistência implementada pelo Poder Judiciário, no período, para evitar análises generalizantes ou anacrônicas na atualidade. Houve situações em que a moderna assistência preconizada pelo Estado, nos anos de 1930, foi responsável pela sobrevivência daquela população, mas também houve casos em que as autoridades do

Juizado de Menores tomaram atitudes extremamente arbitrárias para com essas pessoas pobres em nome da disciplina.

Entre 1936 e 1940, foram declarados abandonados pelo Juiz de Menores 280 menores, sendo 191 do sexo masculino e 89 do sexo feminino.[4] Os meninos e os jovens na sua totalidade eram enviados para a morada dos guardiões enquanto que as meninas e as jovens eram transferidas para os lares substitutos ou para o Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo. Se somarmos as cifras relativas aos "abandonados" de ambos os sexos, verificaremos que 67% dos menores possuíam entre 7 e 18 anos, sendo considerados aptos pelos guardiões para desempenharem atividades de caráter laboral.

A presença de pessoas pobres livres e que não possuíam vínculo de parentesco consangüíneo, denominadas de agregados, em torno das famílias que tinham maiores posses é uma prática que está presente desde longa data na sociedade rural e urbana brasileira. A permanência, durante o século XIX e início do XX, da prática de acolher a prole oriunda das camadas populares entre a parcela da população urbana de Florianópolis que gradativamente pautava as suas condutas de acordo com os padrões burgueses estava associada a mais de um fator: suprir a falta de mão-de-obra doméstica em uma região onde o plantel de escravos era pequeno, à prática da Caridade e como uma estratégia de controle social dos despossuídos.

Ser guardião, conforme o que se infere pelo Termo de Responsabilidade assinado pelos interessados, implicava em alimentar, educar e vestir o menor "sob as penas da lei e de acordo com as posses da pessoa". O auxílio pecuniário pago pelo Estado contribuía para que a tarefa de criar os filhos dos "miseráveis" da capital catarinense não onerasse, do ponto de vista financeiro, os que se dispunham a realizá-la. No período podemos enquadrar os guardiões que habitavam no município de Florianópolis em três perfis. Esses homens, em sua maioria, eram funcionários públicos de baixo escalão, policiais militares ou comerciantes. Ainda faziam parte desse grupo, porém em pequeno número, profissionais liberais, pastores protestantes, lavradores que moravam nos Distritos, *chauffers* de ônibus e de carro de praça e até um famoso artista plástico da cidade, o pintor Eduardo Dias. O outro

grupo, quase tão numeroso quanto o anterior, era composto por mulheres mais idosas celibatárias ou que haviam enviuvado (do marido ou do amásio). Constatamos que um membro da família que administrara o Estado durante a República Velha dona Ester Pinto da Luz, tornara-se guardiã de mais de um infante.[5] O filho da empregada doméstica Adélia, foi acolhido por Irene, que era sogra de um funcionário público municipal e, provavelmente, pertencia à camada média.[6] Os "abandonados" eram enviados também de forma eventual para os lares de mulheres pobres chamadas na época de "capitoas".[7] Havia ainda o pequeno grupo dos guardiões, tais como o pai de criação do jovem Joaquim, que pertencia às camadas populares urbanas.[8]

Um caso importante para esta análise é o de Manoel, cujo guardião era motorista de táxi e habitava em uma residência que possuía um "grande quintal", situada no Distrito da Trindade.[9] Possivelmente este optou por acolher o jovem do sexo masculino porque necessitava de trabalhadores que, além de realizarem as tarefas domésticas de dentro de casa, olhassem pela roça (horta, pomar, cafezal etc) e pelos animais (galinhas, vacas, bois, etc). O homem, em função de seu trabalho no centro da cidade, não possuía tempo livre para se dedicar às lides consideradas rurais e seus filhos consangüíneos, que poderiam lhe auxiliar, tinham pouca idade ou estavam na escola. Já Carolina tinha 11 anos quando começou a trabalhar nos serviços domésticos na morada de Lindolfo.[10] Os guardiões que desejavam apenas obter empregadas domésticas ou babás, tais como a menina, acolhiam menores do sexo feminino que possuíam, no mínimo, 9 anos.

Nos anos de 1930, os serviços domésticos que, no caso do Brasil, devido à ausência de creches e de "jardins de infância", incluíam a maternagem eram de suma importância para a reprodução da população. Esse conjunto de atividades no contexto de edificação da norma familiar burguesa ocorrido na Europa e na América, foi paulatinamente associado à representação de feminino. Segundo Perrot, na sociedade francesa do final do século XIX, "a profissão se proletariza e se feminiliza, numa conjunção clássica que indica a sua relativa degradação na escala social".[11] Esse mesmo processo se verificou na sociedade brasileira, nas primeiras décadas do século XX com o agravante de que parte dessas tarefas, nos

lares das camadas médias e das elites, continuou sendo desempenhada por crianças e jovens pobres. Enquanto que as mulheres adultas de Florianópolis recebiam no máximo 50 mil réis para trabalharem como empregadas domésticas, cifra que corresponde a um quarto do salário mínimo instituído na época, os "abandonados", como Carolina e Manoel, recebiam em troca pelos serviços prestados apenas "um prato de comida e agasalho". Esse labor infanto-juvenil realizado pelos filhos dos "miseráveis" não era considerado pelos seus guardiões/patrões como uma atividade produtiva, sendo assim, não demandava um salário.

Manoel nos lares de seus outros pais de criação trabalhou também como ambulante. O menino, pela manhã, ajudava no serviço doméstico e, no período vespertino, saia pelas vias públicas da urbe vendendo "cocadas e bolinhos". O menor obtinha a renda de 10 mil réis por mês com a venda desses alimentos para os que transitavam pelas ruas e praças de Florianópolis. Segundo o jovem, todo o montante de dinheiro arrecadado era entregue para os seus responsáveis. Essas atividades comerciais, levadas a cabo na cidade, em grande parte, pela mão-de-obra infanto-juvenil, deviam garantir parte da subsistência de pais de criação e de guardiões, especialmente das mulheres pobres celibatárias. Os guardiões que pretendiam que os infantes trabalhassem como ambulantes preferiam acolher garotos, pois, em nenhum dos autos, há menção de meninas "abandonadas" que desempenhassem essa atividade econômica. Talvez esses guardiões/patrões considerassem mais seguro confiar as mercadorias, que eventualmente poderiam ser danificadas ou roubadas, aos meninos e aos jovens, contando com sua força física. Por outro lado, desde o início do século XX, o espaço público, de acordo com o ideário burguês, paulatinamente passou a ser considerado como um local de trabalho masculino. Sendo assim, as autoridades judiciárias deviam alertar aos guardiões no sentido de não colocarem as menores do sexo feminino a vender coisas pelas ruas da urbe.

No início de 1937, o Diretor da Escola de Aprendizes Artífices enviou um ofício para o Juiz de Menores solicitando que as autoridades investigassem o que estava se sucedendo com Hugo na casa de seu guardião.[12] Assim como Hugo, os outros menores acolhidos pelos guardiões haviam se evadido da escola porque não possuíam tempo livre para se

dedicarem aos estudos. O Comissário de Vigilância constatou que o menino abandonara voluntariamente a escola com o intuito de evitar, de um lado, sofrer retaliações dos professores por não ser "bom" aluno e, de outro, discutir com o guardião porque não conseguia dar conta das duas atividades simultaneamente.

O Diretor afirmou, no referido documento, que Hugo, quando residia junto de seus progenitores, era um aluno assíduo e tinha um bom rendimento. O mesmo se sucedia com os outros infantes. Tal observação aponta para o fato de que os pais consangüíneos pobres da capital catarinense procuravam zelar pelo bom desempenho escolar sua prole. Suspeitamos que o magistrado não estava de pleno acordo com o que se sucedia com os menores "abandonados" em relação à escola, mas preferia tratar a questão com certo cuidado, pois entendia que o programa social colocação familiar era apenas uma solução paliativa para o problema da "infância desamparada" de Florianópolis. Para o mesmo, com a inauguração do Abrigo de Menores, que ocorreu em 1940, tudo se passaria de forma diferente, uma vez que as autoridades judiciárias teriam maior controle sobre todo o processo de acolhida dos infantes do sexo masculino.

Em relação às "abandonadas" observamos um quadro um pouco diferente dos varões no que tange à escola. Caso estas demonstrassem alguma expectativa de tornarem-se letradas, possivelmente eram estimuladas pelas pessoas "da casa" a não levar a cabo o seu desejo. Possivelmente não era considerado um problema pelos adultos, inclusive pelas autoridades judiciárias, nos anos de 1930, as menores do sexo feminino não freqüentarem uma instituição escolar. As jovens enviadas para o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, por sua vez, estudavam na escola da própria instituição que tinha um currículo bastante especial, ou seja, este as preparava para tornarem-se excelentes empregadas domésticas. A Revista "Santa Catharina", periódico de propaganda do regime estado-novista, afirmava o seguinte acerca desse currículo: "mantém êste instituto de caridade, presentemente, aulas profissionais de costura, bordado, lavanderia, engomação, arte culinária e uma escola primária".[13] Em 1941, por exemplo, a asilada Leocádia, ao completar 20 anos, foi enviada para trabalhar nos serviços domésticos na residência do Intervetor Nereu Ramos.[14]

As menores do sexo feminino que tinham uma trajetória diferenciada das demais no tocante à escolarização eram as que haviam sido acolhidas com o propósito de servirem de dama de companhia para as matriarcas das famílias da elite do Estado. Essas meninas e jovens eram matriculadas muitas vezes em escolas freqüentadas pela prole das famílias abastadas do Estado.[15] É importante observar que apenas um pequeno número de "abandonadas" vivenciou essa experiência.

Do ponto de vista do historiador a avaliação da eficácia de um programa social é bastante complexa, em função das experiências heterogêneas dos múltiplos "atores" envolvidos. Consideramos que cada "resultado" do programa social colocação familiar, implementado nos anos de 1930, deve ser interpretado a partir da situação histórica específica dos diversos segmentos sociais, como também à luz do ideário da gestão da população. A estada na casa dos guardiões garantiu a subsistência da maioria dos menores "abandonados", uma vez que o índice de mortalidade dos infantes foi bastante baixo. Após essa constatação, podemos dividir essas pessoas em dois grupos no tocante ao universo escolar e profissional: os que permaneceram morando somente em casas de guardiões e os que foram transferidos, a partir de 1940, para o Abrigo de Menores. A maioria das jovens não conseguiu escapar de sua "sina", ou seja, tornar-se empregada doméstica. Já entre os meninos do primeiro grupo, encontramos casos como o de Davi, que na casa de seu guardião trabalhava como aprendiz de alfaiate e, na idade adulta, possivelmente permaneceu labutando no referido ofício. No outro grupo, verificamos um panorama diferente que foi garantido muito mais pelo que se sucedeu no interior dos "muros" do Abrigo de Menores. Jovens, ao longo da década de 1940, foram enviados para as seguintes instituições: Escolas Práticas de Agricultura (Lages e Canoinhas/SC), Escola de Aprendizes Marinheiros (Angra dos Reis/RJ), Exército e a Força Pública do Estado de Santa Catarina. Houve ainda internos que ingressaram no serviço público. Na atualidade, o representante de maior destaque desse último grupo é o médico Walter da Luz, conhecido na cidade como Dr. Walter (Juca). No pleito de 2004, o ex-interno do Abrigo de Menores,

apresentando-se como o "menino pobre, que aprendeu, na vida, que nada se consegue sem esforço", tornou-se o vereador mais votado da cidade.[16]

Na atualidade, o desmonte dos grandes abrigos está associado ao ideário que prescreve a família consangüínea ou a substituta como o *lócus* ideal para a convivência da criança e do adolescente. Tal movimento levou à formulação de programas sociais que preconizam algo muito semelhante à colocação familiar implementada anos de 1930 em Florianópolis. Consideramos que a investigação das experiências vivenciadas pelas crianças e jovens nessas famílias substitutas no passado podem contribuir de maneira significativa para que análises mais realistas sejam feitas por todos aqueles que atuam na área da Infância e da Adolescência no Brasil nos dias de hoje.

---

[1] Esse artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada para a elaboração de tese de doutorado. Ver: AREND, Silvia Maria Fávero. **Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930).** Porto Alegre, 2005.Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[2] RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e Menores transviados: a trajetória da assistência pública na Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (Org.) **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1995, p. 260.

[3] Relatório do Juiz Privativo de Menores da Comarca da Capital do estado de Santa Catarina ao Secretario D' Estado dos Negócios do Interior e Justiça, 1937, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

[4] Listagem por ordem alfabética dos menores entregues sob guarda e responsabilidade, Arquivo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Florianópolis (AVIJCF).

[5] Listagem por ordem alfabética dos menores entregues sob guarda e responsabilidade, AVIJCF.

[6] Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 258, 17.12.1937, AVIJCF.

[7] Autos de Investigação relativas ao menor W.H. em poder de Dona A. P., número 103, 12.03.1937, AVIJCF.

[8] Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 43, 15.10.1936, AVIJCF.

[9] Autos de Processo Crime, número 593, 24.04 1939, AVIJCF.

[10] Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 222, 14.10.1937, AVIJCF.

[11] PERROT, Michelle. Os atores. In: PERROT, Michelle (Org.) **História da Vida Privada.** Da Revolução Francesa a Primeira Guerra Mundial**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 180.

[12] Autos de representação dirigida pela Escola de Aprendizes de Artífices, número 99, 09.03.1937, AVIJCF.

[13] Asilo de Órfãs. **Santa Catarina**: revista de propaganda do Estado e dos Municípios. – n.1, 1939. - Edição fascsimilada/Governo do Estado. – Florianópolis : Governo do Estado, p. 100.

[14] Livro de ofícios recebidos pelo Juízo de Menores, 1941, AVIJCF.

[15] Ver por exemplo: Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 197, 31.08.1937, AVIJCF.

[16] Jornal de Campanha. Comitê Dr. Walter (Juca), Vereador, 45.699. Florianópolis, 2004.

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO FORA DO EIXO RIO- SÃO PAULO

Sílvia Regina Ferraz Petersen - UFRGS.

O trabalho integra a pesquisa *"O regional, o nacional e o internacional no movimento operário brasileiro: novas questões de pesquisa*" (bolsa PC/CNPq), cuja hipótese é que a investigação sobre a história operária no Brasil poderia alcançar um patamar nacionalmente mais representativo ou localmente mais específico se houvesse o diálogo efetivo entre a bem conhecida e abundante historiografia referente ao eixo central dessa história (Rio de Janeiro e São Paulo) e a que aborda o tema nos demais estados e mesmo no exterior. Esta proposta de pesquisa me levou a buscar e reunir a bibliografia (que não imaginava tão numerosa) sobre a história operária nos vários estados brasileiros, excetuando Rio de Janeiro e São Paulo, cuja produção historiográfica é abundante, muito conhecida e bem divulgada através de obras de referência, bibliografias temáticas, etc. Salvo melhor juizo, não existe um trabalho que reúna a produção dos demais estados e creio que o meu poderá ser de muita utilidade para os pesquisadores do tema, especialmente os que se interessam em alargar o âmbito da história operária para além do eixo central. A comunicação visa divulgar o trabalho e fazer comentários sobre algumas características mais evidentes dessa bibliografia, na esperança de que ela possa ser substancialmente ampliada e enriquecida com indicações e sugestões. A bibliografia atualmente compreende cerca de 569 títulos sobre os seguintes estados: Acre (1), Alagoas (14), Amazonas (14), Bahia (47), Ceará (21), Espírito Santo (2), Goiás (4), Maranhão(1), Mato Grosso (9), Minas Gerais (36), Pará (8), Paraná (36), Paraíba (10), Pernambuco (42), Piauí (1), Rio Grande do Sul (277), Rio Grande do Norte (5), Santa Catarina (26) e Sergipe (15). O grande número de trabalhos sobre o Rio Grande do Sul pode se explicar, em parte, por meu maior contato com tal bibliografia; de qualquer forma,

a diferença quantitativa é muito grande para ser essa a única explicação e certamente uma das razões se deve ao interesse que a história do trabalho no RGS desperta entre os pesquisadores.

Da maioria desses 569 trabalhos, só conheço os títulos ou *abstracts*, especialmente os artigos publicados em revistas acadêmicas locais, cuja circulação em geral é muito restrita. Outros trabalhos são publicados por editoras universitárias ou comerciais locais, também de pequena circulação. Raramente são publicados por editora de abrangência nacional. Há ainda várias comunicações em simpósios ou trabalhos de conclusão que não foram publicados, ou seja, textos avulsos datilografados, o que dificulta sobremaneira sua localização e consulta. Estão citados em obras publicadas, provavelmente consultados por pesquisadores que, como costuma acontecer, fazem a "varredura" do que foi produzido sobre o tema de seu interesse. Eu os localizei em geral graças às indicações de colegas, consulta a catálogos, fichários de bibliotecas ou listas bibliográficas constantes em outras publicações. Por tudo isso, a formação de um corpo bibliográfico sobre a história operária fora do eixo Rio-São Paulo depende também do acaso e devem existir muitas outras obras que ignoro. O desconhecimento do que vem sendo produzido nos diferentes estados e a dispersão dessas obras são grandes dificuldades quando pretendemos sair do âmbito Rio-São Paulo, quer como referência bibliográfica, quer como objeto de investigação. Apesar desses limites, farei alguns comentários sobre o que já consegui localizar.

1- <u>Sobre as teses e dissertações</u>: Nessa lista de 569 títulos, constam 109 dissertações de mestrado produzidas entre 1973 e 2004, sendo que 1994 foi o ano com maior produção (10). Seguem-se os anos de 1982, 1985 e 1999 com 7 trabalhos cada. Quanto ao doutorado, localizei 21 teses, produzidas entre 1973 e 2004, (uma ou no máximo duas por ano). A maioria são de história, mas há algumas de sociologia, antropologia, educação, economia e ciência política. Essas teses/dissertações foram

produzidas principalmente nas seguintes universidades: 29-UFRGS; 18-PUCRS; 18-UNICAMP; 12-UFSC; 11-UFPE; 9-USP; 6-UFBA. Três trabalhos foram realizados no exterior. Dessas 130 teses ou dissertações, aparentemente apenas 16 foram publicadas como livros; também através da afinidade de títulos observa-se que cerca de 65 artigos sobre seus respectivos temas foram publicados em revistas acadêmicas. Isto é um indício forte da dificuldade da circulação dessas pesquisas de pós-graduação, considerando os limites de consulta de trabalhos inéditos, mesmo quando depositados nas bibliotecas das instituições acadêmicas. Sabe-se também que teses e dissertações muitas vezes são recusadas por editoras- as universitárias inclusive- por seu caráter "pouco comercial". Além disso, é bastante irreal a possibilidade da consulta *on-line* dessa bibliografia, pois a maioria das obras não está disponivel. Os próprios *abstracts* são pouco acessíveis, ou porque não existem ou porque são apenas referentes aos últimos anos. Assim, o suporte papel continua a predominar para sua consulta.

Examinado o conteúdo das teses ou dissertações, mesmo de forma breve e de uma parcela delas, observa-se que em geral tem o perfil de trabalhos pioneiros: abrangem um espaço de tempo de várias décadas, partindo das origens do movimento operário e tem uma extensão temática ampla, não restrita a um caso ou conjuntura específica. Enfim, parece que a explicação de Eliana Dutra sobre as motivações iniciais de sua tese, publicada em 1988 com o título *Caminhos operários nas Minas Gerais*, poderia de um modo geral ser estendida a esta categoria de trabalhos. Pergunta ela: *"O que se sabe da classe operária em Minas Gerais? Que fatores internos e externos a seus movimentos determinaram, então, possivelmente os contornos de suas experiências?"* Se pouco se sabia sobre a ação e expressão da classe, não faltavam, no entanto, exemplos de greves, associações, participação em Congressos e referências a classe operária de Minas Gerais em cronistas como Hermínio Linhares, Jover Telles, Edgar Rodrigues e Everardo Dias. *"Contudo*, -prossegue a Autora,- *sua história permaneceu até agora como*

uma zona obscura, ainda não devassada pelos historiadores". Penso que isso levou os autores dessas teses e dissertações ao trabalho obrigatório de construir as referências iniciais que legitimassem o objeto de pesquisa. Ou seja, não haveria como analisar uma greve ou as condições de vida e trabalho dos operários de um determinado local sem estabelecer um conjunto de outras questões e temas a partir dos quais as greves ou as condições de vida pudessem ser entendidas. Mais difícil ainda seria, nessas circunstâncias onde não existe um conjunto expressivo de pesquisas, enfrentar questões mais específicas, que já são freqüentes em meios acadêmicos com uma produção consolidada sobre a história operária, como São Paulo, e dentre as quais cito, por exemplo, a dissertação de Artur José Renda Vitorino, publicada em 2000 com o título *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico -São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912.* Nas dissertações e teses que estou comentando, observa-se também -e sem que isso signifique uma uniformidade em suas propostas analíticas- uma certa recorrência dos temas clássicos da historiografia operária: o processo de industrialização, origens da classe e do movimento operário, condições de vida e trabalho, greves, associações operárias, relações com o estado e com a burguesia. As bibliografias aí apresentadas registram também uns poucos (e pequenos) textos sobre o movimento operário dos respectivos estados, o que atesta o pioneirismo dos trabalhos citados. O livro de Regina Duarte, publicado em 1991, *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*, talvez seja um dos que mais avançou em termos de renovação de abordagem; sua concepção de biografia é informada pelo então melhor e mais atual da reflexão sobre o tema e recebeu o suporte das discussões que se desenvolviam na pós-graduação da UNICAMP. Sua dissertação tornou-se uma referência indiscutível para os estudos biográficos. Mas também não podemos esquecer que ela pôde contar com os trabalhos anteriores de Eliana Dutra, sem os quais sua proposta teria encontrado dificuldades talvez intransponíveis.

Via de regra, essas teses ou dissertações utilizaram um rico repertório iconográfico e hemerográfico, (em vários casos reproduzidos no texto), bem como fontes primárias de diferentes origens, especialmente das Bibliotecas e Arquivos Municipais, materiais que ampliam muito o âmbito heurístico da pesquisa sobre a história operária no Brasil, incorporando uma documentação até então ausente porque desconhecida. Convém observar que as obras citadas, sem exceção, são devedoras em alguma medida do acervo do Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP, demonstrando mais uma vez papel insubstituível dessa instituição para a história operária dos vários estados, o que não tira o mérito dos pesquisadores que de modo pioneiro analisaram essas fontes. Todos os trabalhos se referem de alguma maneira ao ineditismo que representaram e mesmo ao impacto que causaram: Adelaide Gonçalves Pereira em sua tese *A imprensa dos trabalhadores no Ceará de 1862 aos anos de 1920*, defendida em 2001, relata que, ao consultar jornais de Fortaleza em um arquivo de S. Paulo, foi interrogada por uma incrédula pesquisadora: *"Mas há mesmo um movimento operário no Ceará nesse período?".* John French, prefaciando em 2000 o livro *Na trama da história. O movimento operário em Sergipe -1871 a 1935*, de Frederico L. Romão, declara que a obra evidencia que a história operária no Brasil estava finalmente começando a transcender as limitações geográficas do passado. Leôncio Martins Rodrigues, comentando *Os caminhos operários nas Minas Gerais,* reconhece que a autora reconstrói uma história que parecia inexistente no sindicalismo brasileiro: a do operariado de Juiz de Fora e Belo Horizonte nos primeiros anos da República, permitindo que ele próprio relativizasse certas afirmações que tinha feito a partir de suas pesquisas sobre São Paulo. Silvia de Andrade, na Introdução de seu livro publicado em 1986, *Classe operária em Juiz de Fora, uma história de lutas (1912-1924)*, escreve: *"Percebíamos* (...) *a necessidade da descentralização da pesquisa histórica em relação a S. Paulo e Rio de Janeiro e a importância de trazer à luz como se movimentara a classe operária em um Estado que,*

embora não possuísse uma indústria tão desenvolvida como a dos dois estados vizinhos, contava com unidades fabris tradicionais e com centros industriais de alguma importância". José Raimundo Fontes, apresentando em 1982 sua dissertação *Manifestações operárias na Bahia. O movimento grevista, 1888-1930*, reconhece a centralidade de S. Paulo e Rio de Janeiro na história operária, mas observa ser "*de capital importância que se alargue a dimensão geográfica das investigações sobre a classe operária, agora a nivel de outras regiões, no sentido de corroborar as explicações existentes, enriquecendo-as, ou modifica-las, contribuindo assim para a elaboração de um conhecimento mais sólido sobre a gênese e o desenvolvimento histórico da classe operária brasileira e do próprio país*." Finalmente, Alcir Lenharo destaca o empenho de Regina Horta Duarte em resgatar a biografia do libertário Avelino Fóscolo, "*no mínimo um literato de expressiva produção em Minas Gerais, mas sintomaticamente esquecido, em grande parte face ao caráter engajado de sua obra*."

2- <u>Tratarei agora do conteúdo desses 569 trabalhos</u> para tentar estabelecer seu perfil, ainda que muito genérico. Às vezes os títulos são extremamente vagos e em outros casos abrangem diferentes temas, pelo que essa classificação é apenas indicativa. Também observo que 341 autores são os responsáveis pelo conjunto dessa produção, que está bem distribuida entre eles, à exceção de 4 autores, que tem uma produção mais numerosa. Predominam os seguintes temas, considerando o que consta nos títulos: Biografias e memórias-46; Sindicalismo, movimento sindical, sindicatos-38; Movimento operário, classe operária, classe trabalhadora, trabalhadores-36; Transição para e trabalho livre, migrações, imigrantes, etnias e mercado de trabalho-36; Greves-3I; Estado, partidos politicos (operários ou não) e movimento operário-30; Comunistas, PCB, anti-comunismo-28; Imprensa e meios de comunicação operários-28; Condições de vida, trabalho, lazer, família, relações sociais -26; Trabalho feminino e infantil-20; Obras de referência bibliográfica, inventários de fontes, avaliações historiográficas-19;

Anarquismos-18; Socialismos-17; Mutualidades, cooperativas-12; Trabalhadores do transporte fluvial, portuários e estivadores-12; Resistências, tumultos, revoltas, guerrilha-12; Colônia Cecília, Erebango e falanstérios-11; Círculos operários e Igreja católica-11; Identidade de classe, identidade étnica-11; Educação e cultura-7; Questões teórico-metodológicas-7; Ferroviários e ferrovias-7; Exploração, disciplina, controle, repressão e punição-7; Análises comparativas interestaduais e internacionais-6; 1º de maio-5; Trabalho, cidadania, exclusão social-4; Consciência e formação da classe-5; Clevelândia, deportações-3; Produção simbólica de trabalhadores-3; Congressos operários-3.

Apesar de uma significativa contribuição para a história operária brasileira, estes trabalhos ainda constituem "ilhas" de informações a espera da construção de algumas "pontes" que as integrem, quando for o caso, em um único processo. Isto é bem mais complicado; não possuímos ainda uma "acumulação originária" de pesquisas para um investimento analítico desse porte, mas estamos provavelmente no caminho. Talvez uma possibilidade nesse sentido fosse a identificação de algumas questões de âmbito nacional que pudessem servir de enlace interestadual e que permitissem um tratamento comparativo. Por exemplo, a conjuntura das greves de 1917, as grandes causas que comoveram nacionalmente os operários como a execução de Sacco e Vanzetti, os efeitos da deflagração das guerras, a deportação de militantes, os congressos operários da COB etc. É certo que a história operária não se expressa apenas por esses tipos de manifestações, mas provavelmente seria um caminho analítico útil. Outra forma de estabelecer esta visão mais integrada talvez fosse trabalhar com questões envolvendo a circulação dos militantes e das idéias através dos diferentes centros em que o movimento operário ia se constituindo. Nesse sentido, quero mencionar a pesquisa que estou fazendo sobre a circulação da imprensa operária e sobre várias formas de circulação dos militantes, quer em missões de propaganda ou representação, quer nas várias circunstâncias de fuga ou deportação ou por efeito da própria mobilidade inerente a

algumas categorias profissionais. Uma providência preliminar, entretanto, está na base de qualquer projeto voltado para um tratamento mais abrangente e descentralizado da história operária brasileira: é preciso uma análise mais metódica dessa produção local de teses, dissertações, artigos e comunicações, procurando a partir dela construir algumas hipóteses de trabalho que rompam com as visões localistas da história operária. Na medida do possível, estou tratando de obter cópias dos trabalhos para constituir um material disponível no Núcleo de Pesquisa em História do IFCH da UFRGS, que já possui um respeitável acervo bibliográfico e hemerográfico referente ao movimento operário no Rio Grande do Sul. Outra possibilidade seria obter e abrigar essa bibliografia no Arquivo Edgar Leuenroth, não apenas por sua reconhecida competência, prestígio, capacidade de organização como por sua localização e facilidade de consulta, em muitos casos *on-line.*

Colaborações para essa pesquisa podem ser enviadas para o endereço spetersen@orion.ufrgs.br

PARA UMA HISTÓRIA DAS PAISAGENS COMPLEXAS - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Simone Narciso Lessa[1] - UNICAMP/UNIMONTES/FUNORTE

Quando observamos a paisagem paulista, como se fosse num "vôo de pássaro", percebemos que a partir do litoral até mais ou menos a porção central do estado de São Paulo, portanto, nos domínios da Mata Atlântica, o espaço é crivado por redes técnicas de infra-estrutura, rede urbana, metrópoles, que se sobrepõe a primeira natureza formando um mosaico complexo que estabelece a sua ordem e a desordem. Este espaço é qualificado essencialmente como o "core"- coração do capitalismo no Brasil, já acumulando, a décadas, tamanha concentração de recursos de toda a ordem que já, na década de 30 e 40, quando o processo de concentração se intensifica, se inicia um intenso planejamento territorial que vai empreender toda a estrutura necessária ao capital e sua reprodução.

O projeto nacionalista que começa com Vargas instaura um posicionamento diferenciado diante da instrumentalização do país para a consolidação da infra-estrutura, regulações necessárias ao capital. O primeiro plano rodoviário de 1934 já previa intervenção na rodovia Rio-São Paulo, posteriormente Via Dutra. O Eixo Rio São Paulo recebeu intenso investimento estatal para que se configurasse como eixo-bipolar de desenvolvimento. O "Core" do desenvolvimentismo brasileiro. De acordo com Milton Santos:

> "Depois de ser litorânea, a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Há hoje no Brasil uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). (...)
>
> O perfil urbano se torna complexo, com a tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação. Paralelamente, há uma certa "involução"

[1] Professora da pós-grauação em Saneamento e Ambente FEC/Unicamp; do Dep. De Geociências e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Social-Unimontes; Dep. De História Funorte.

metropolitana, o crescimento econômico das grandes cidades sendo menor que o das regiões agrícolas dinâmicas e respectivas cidades regionais."[i]

Outro fator importante deste nacionalismo estatal foi o processo de regulamentação dos recursos naturais, assim como, a implantação de IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e mesmo antes em 1934, o Código de Águas, estatização de recursos hídricos, proteção de mananciais, o Código Florestal, proteção e recuperação de florestas e mata ciliar. Legislação sobre extração mineral e a criação de parques nacionais: Itatiaia e Iguaçu, os primeiros parques do Brasil. Antes somente havia a floresta da Tijuca empreendida no Império. Neste momento a preocupação é com o controle e proteção dos recursos como matéria-prima.

O país passa a investir em infra-estrutura, importação de transnacionais, transformação das relações de trabalho no campo. O assalariamento e o surgimento de fenômenos como o bóia-fria, o operário do campo, que mora na periferia das cidades, leva a um reposicionamento da população um concentrações urbanas. O impacto sobre a mata atlântica da expansão da rede urbana e de infra-estrutura logística foi muito grade desde o início com o café. Monteiro lobato acusava os pequenos agricultores, caipiras, pela exaustão da terra através das queimadas e derrubadas de arvores. Importante lembrar também da caça e da pesca predatória. Paralelamente ao processo o Estado empreende uma legislação para regular o uso dos recursos naturais.

Um intenso processo de urbanização dispersa pelo território do eixo da Dutra e Vale do Paraíba para o eixo do Tietê em uma malha logística rica e complexa de ferrovia, rodovias, dutovas, cabovias, sistemas interligados – eletricidade, telefonia, satélite. É o meio técnico-científico, informacional como meio geográfico. Este meio é marcado pela ação de órgãos de planejamento que definem através da legislação que regula o uso do solo: zoneamento, padrões construtivos, diretrizes viárias e ambientais e políticas públicas, no caso do Planejamento urbano, ou diretrizes regionais, normalmente marcada pelo uso da bacia como unidade de gestão ou mesmo seções de vale, buscando um escala mais local.

Apesar da intensa expansão da Segunda Natureza, já na década de 80 e 90 culminando e 2000 com a Lei do SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação, também o que sobrou da primeira natureza vais passar a ser objeto do planeamento: o Planejamento Ambiental. Antes mesmo em 60-70 o Plano Diretores e Planos Regionais traiam a temática de Meio Ambiente, com abordagens variadas. Parques passam a ser implantados, assim como outras formas de Ucs-Unidades de Conservação. O SNUC prevê Ucs de uso restritivo e de uso sustentável. As de uso restritivo são os parques nacionais ou estaduais, não os municipais. O Código Florestal as APP-Área de Proteção Permanente dos corpos d'água. São santuários regulados por planos de manejo que define o zoneamento, portanto o uso de cada parte do parque, assim como, de seu equipamento.

As de uso sustentável: APAs-Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Florestais também deve definir as suas diretrizes num Plano de Manejo. São menos restritivas, algumas APAs abrangem até mesmo área urbanizada, como e o caso da APA Municipal de Campinas que conta com distritos e bairros urbanos. Nas Reservas Florestais é permitido o extrativismo. Na região litorânea do Estado de São Paulo, de norte a sul o ordenamento do território é marcado pela presença de unidades de conservação. Este mosaico se estende até a região de Campinas e Piracicaba, na área de transição hoje fronteira da Mata Atlântica.

Este processo de ordenamento que tem início no sudeste tem outra frente de ação no Nordeste, bacia do São Francisco, iniciada pelo Denocs- Departamento Nacional de Obras contra da Seca, ganhando impulso com a construção das hidroelétricas do sistema CHESF-Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco e do Codevasf – Coordenadoria de Estudos do Vale do São Francisco e na década de 50 a SUDENE. Nesta região destacaremos o Norte de Minas, onde houve uma intensa ação da SUDENE e o crescimento do processo de polarização da cidades adensando a rede urbana. As cidade, são em sua maioria rurais no que diz respeito a distribuição da população e ao estilo de vida. Essa é uma região fronteiriça pois polariza a rede de transportes, oferece mercado de trabalho e de consumo tende a acumular os vários setores da sociedade. Região de conflito

fundiário fundamentalmente rural, começa a apresentar em Montes Claros, por exemplo, conflitos fundiários urbanos, principalmente as ocupações e irregularidades.

Neste cenário as Ucs surgem como elemento de ordenamento e bem-estar mas diante da falta de compromisso do poder público se tornaram áreas degradadas e de risco social. Áreas importantes para o desenho urbano da cidade carecem de manejo. Outras precisam ser estabelecidas para conter a degradação de áreas frágeis e importantes para a sustentabilidade da região, Riachão, as nascentes do Vieira e a Serra do Mel. Na área de influência do pólo de Montes Claros tem um processo de criação de Ucs instalado com a criação dos Parques e outras unidades de conservação nacionais e estaduais.

A questão da conservação na região está ligada as questões fundiárias e das identidades culturais. A luta pela terra passa pelo resgate da cultura e do meio. É o caso das comunidades rurais e suas identidades. A formação das identidades regionais é construída a partir da relação histórica com o meio de ocupação de cada grupo social. Como escreve COSTA:

> "Em fins do século XIX um agrupamento de imigrantes italianos se desloca para a região da Serra Geral passando a situar-se em duas áreas distintas, no planalto de formação do rio Pardo de Minas e nos sopés da serra do Espinhaço no vale do rio Verde Grande, dando origem a comunidades rurais brancas no território negro da Jahyba. Essa população imigrante em sua interface com os geraizeiros e os quilombolas articularam um modo de vida diferenciada porque alicerçado em uma racionalidade econômica aos das populações que tradicionalmente ocupavam a mesma área em que passaram a se situar. Dessa interface adveio a identidade que atualmente portam, os caatingueiros, porque situaram-se em área limítrofe à caatinga arbórea que recobria o vale do rio Verde Grande. Com o passar dos tempos os descendentes desses imigrantes italianos constituíram-se como uma população tradicional de grande importância na rede articulada..." [ii](COSTA: 2005)

A interferência das cidades interligadas pela rede logística nas franças do urbano estabelece uma ponte com o importante problema, conflituoso, da relação da unidades de conservação com as comunidades locais, tradicionais ou não -, conflitos gerados pelo processo de antropização. Temos nesta região uma forte pressão do capital monocultor e processos de resistência rural baseado na cultura local e no agroextrativismo associativista. Exemplo – a cooperativa Grande Sertão.

Por território rurais mais vastos, cidades que não são urbanas mas rurais e pólos em intenso processo de urbanização, as franjas das redes perdem a complexidade técnica e ganham em cultura e identidade social. O Estado e de entidades vem discutindo e implantando (não necessariamente nesta ordem) Planos e Programas para essas regiões. Hoje a questão da conservação deve se aliar ao agroextrativismo para deter ou pelo menos diminuir o ritmo de expansão da fronteira de "biomassa". Devemos incentivar uma relação compensatória das áreas agroextrativistas com as Ucs e a áreas monocultoras e *Clusters* através da gradação das restrições de uso.

---

[i] SANTOS, Milton **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.** São Paulo, Editora Hucitec, 1993. P. 9 e 10.
[ii] COSTA, João Batista. **PROJETO POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS**. Montes claros: PICUS-FUNBIO, 2005.

PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA OPERÁRIA SOB OS NOVOS PARÂMETROS GERENCIAIS E TECNOLÓGICOS.[T]

SIMONE WOLFF – UEL

Realizada em uma empresa de telecomunicações, a Sercomtel S.A. – Telecomunicações do município de Londrina/Pr., a pesquisa pretendeu fornecer subsídios para se pensar a *percepção* da parcela da classe trabalhadora inserida no processo de reestruturação produtiva, que vem se intensificando nas grandes empresas desde a década de 1980. Particularmente, objetivou analisar os efeitos de um aspecto específico de tal reestruturação: *a informatização da produção em sua articulação com as novas políticas de gestão do trabalho inspiradas na chamada "administração participativa".*

A escolha de uma empresa de telecomunicações foi pautada pelo entendimento do teor estratégico que esta infra-estrutura assumiu para o padrão de acumulação próprio do capitalismo contemporâneo: a acumulação flexível. São as empresas de telecomunicações que, devidamente digitalizadas, propiciam a constituição de redes informáticas capazes de centralizar, de forma rápida e sistemática, informações estratégicas nas mãos das grandes empresas. Informações que contribuirão para a criação de jogadas de marketing, e/ou de novos produtos e serviços, pilares mestres para a manutenção da competitividade empresarial na atual conjuntura.

Neste último aspecto, qual seja, a aplicação da informática no âmbito da produção, a novidade é a possibilidade de se manipular e transformar informações, tal como outrora se fazia com matérias-primas de dimensão material. Logo, estamos falando de um novo tipo de mercantilização: a mercantilização da informação; processo tornado exeqüível pela automação flexível procedente da informática. A *mercadorização* da informação implica em sua reificação, expressa na forma de dados, que nada mais são do que o resultado do tratamento e organização de uma miríade de informações com vistas a deixar insculpidas, no resultado final, tão-somente aquelas voltadas para fins mercantis.

[T] Profa. Dra. Simone Wolff (Depto. Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina / UEL)

É assim que as Novas Tecnologias da Informação – NTIs denotam-se como cruciais para a lucratividade das empresas contemporâneas, tanto no seu aspecto organizacional, isto é, relativo à otimização da sua capacidade telemática pela implementação do modelo rede de empresa; como enquanto ferramenta de produção. Sob a égide das NTIs, emergem novas formas de organizar a produção e proceder o processo de trabalho. A temporalidade acelerada e o caráter versátil desta nova tecnologia, demandam uma igual flexibilidade e rápida capacidade de adaptação por parte das empresas e dos trabalhadores a estas vinculados, às constantes inovações de processos, produtos e planos de comercialização. Da mesma forma, supõe trabalhadores criativos, sempre dispostos a guarnecer a empresa de idéias otimizadoras dessas inovações, que, via de regra, incidem nos *softwares* e sistemas de informação da organização.

O modelo rede de empresa, portanto, supõe duas ordens fundamentais de mudança, sendo que uma de natureza material e outra subjetiva, a saber: uma estrutura organizacional integrada, flexível e enxuta, e uma nova cultura produtiva com vistas a estimular o trabalhador a estar aberto à mudanças e afeito a compartilhar informações pertinentes à melhoria da produtividade empresarial. Este último aspecto fica a cargo da *administração participativa*.

No ramo de telecomunicações, afora o propósito maior de transformar suas empresas em fornecedora de infra-estrutura de comunicação para os grandes conglomerados transnacionais, a adoção das NTIs incorre, ainda, em duas particularidades: a digitalização da planta e a substituição do sistema de Comutação Analógico pelo Digital. Esta troca de tecnologia impôs novas demandas de qualificação do quadro funcional como um todo, e do técnico-operacional em especial.

No caso da Sercomtel, sua conformação em empresa-rede representou, ademais, a procedência e predomínio do marketing sobre as atividades de engenharia. Lógica esta em que a prestação de serviço em telecomunicações, de um objetivo final, tornou-se um meio

de obter lucro. Com isto, a técnica colocou-se a reboque da marca. Esta perspectiva mercadológica foi, e é, a principal estratégia adotada para fazer frente à intensa concorrência surgida desde a privatização do setor. Sendo assim, não obstante ter se preservado juridicamente pública, a Sercomtel seguiu os mesmos movimentos de uma empresa privada, passando a nortear a oferta de seus serviços pela sua receptividade no mercado, em detrimento da noção de bem público.

O mesmo se pode dizer com relação ao seu processo de reestruturação produtiva. Nessa empresa, tal reestruturação iniciou-se pela implantação da administração participativa, mediante a promoção de uma cultura organizacional por ela nomeada de "aculturamento". Este visou preparar a subjetividade do seu quadro de pessoal para as mudanças estruturais que viriam com a introdução das metodologias da Qualidade Total nos seus processos de trabalho, a informatização do seu processo produtivo, e a conseqüente adoção do modelo rede de empresa.

Com relação à especialização técnica, para além desta qualificação de selo generalista, demandou-se também uma instrução que praticamente descartou o saber operário obtido sob a tecnologia analógica de base automática. A digitalização da sua planta e a informatização dos processos de trabalho permitiram a expropriação e corporificação desse saber no novo maquinário digital que, assim, passou a exercer funções operárias antes desempenhadas de modo palpável pelo trabalhador.

A alienação deste saber-fazer prático determinou uma qualificação técnica relacionada à capacidade cognitiva da força de trabalho em detrimento de sua destreza manual, a qual engendrou um novo tipo de reificação operária. De fato, o novo maquinário digital, longe de romper, dá continuidade à reificação do trabalho vivo inaugurada pela introdução da maquinaria nos processos produtivos. Porém, de uma forma qualitativamente acrescida, já que diz respeito à subsunção da capacidade de abstração, de lidar com símbolos (comandos de computador), de prever e se antecipar a problemas.

Foi dos trabalhadores que estão sofrendo esse novo tipo de reificação que este estudo se ocupou. A pesquisa empírica levou-nos a perceber que o que apareceu como novidade nos novos métodos de gestão empresarial e organização do trabalho implantados na empresa estudada, nada mais configurou do que uma nova roupagem, mais adequada para potencializar o novo tipo de maquinaria e reificação originárias da informatização da produção.

A retórica da participação, com seu suposto abrandamento da hierarquia gerencial pela valorização da participação, leia-se sugestões, operárias sobre as questões da produção, finca novas barreiras ideológicas que dificultam a percepção da atual reestruturação produtiva como um novo tipo de reificação e, pois, exploração do trabalho vivo. Esta revela-se menos explícita por todo um fetichismo implícito nesse discurso que coloca a tecnologia como a grande e exclusiva salvadora das empresas dentro do mercado competitivo que assistimos hoje.

O fetiche da tecnologia torna invisível, aos olhos dos trabalhadores partícipes da referida reestruturação, a precarização que sua aplicação capitalista trouxe ao trabalho assalariado. Dentre os mais notórios na empresa em questão temos: o corte de mais de 50% do seu quadro de pessoal, a estagnação salarial *pari passu* à intensificação do ritmo de trabalho para aqueles que permaneceram empregados, e a terceirização de seu serviço de atendimento ao cliente sem as prerrogativas conquistadas pelos funcionários da matriz.

Transcorrida ao longo de dez anos, tal reestruturação produtiva caracterizou, nessa empresa, a passagem da forma fábrica, construída sob um conceito de organização e subordinação da força de trabalho baseados nas noções de disciplina e confinamento, para a forma empresa, que prevê um controle de tipo espectral, fundamentado na instantaneidade modular das redes. Ou seja, um tipo de controle só possível de ser plenamente realizado pela total informatização do *locus* de trabalho.

A digitalização da planta trouxe uma igual incrementação dos seus serviços que, da simples telefonia, desdobraram-se para a comunicação de voz, dados e imagem. Logo, no

âmbito interno das empresas de telecomunicações, a informação atua, ao mesmo tempo, como insumo e resultado final do processo de produção. Esta mudança ensejou a expropriação e reificação do *saber tácito* operário, isto é, aquele nascido da experiência cotidiana dentro da produção e que, por isto, se revela mais competente para gerar idéias e fornecer informações relevantes à otimização da produtividade.

A administração participativa vem ao encontro desses propósitos ao motivar e direcionar, sistematicamente, a participação e colaboração dos trabalhadores nesse sentido, bem como por despertar uma visão mercadológica com relação ao seu trabalho. *Donde se infere que a informática reifica o trabalho vivo pela mediação desses novos parâmetros gerenciais*.

Esta foi a preocupação central deste estudo, que buscou na percepção dos trabalhadores que vivenciaram tal reestruturação, encontrar os termos e efeitos específicos do novo tipo de reificação decorrente da informatização dos processos de produção e trabalho. Esta delimitação foi realizada mediante a observação das categorias de profissionais mais atingidas por estas mudanças no espaço da empresa estudada. Ao todo, foram selecionadas quatro categorias, duas de ordem operacional e duas de planejamento, sendo todas enquadradas pela empresa no cargo de "profissional tecnológico", com variações de nível de acordo com a formação dentro da especialidade requerida.

A análise das entrevistas desses trabalhadores, bem como a observação de seus processos de trabalho, levou-nos a perceber que a reificação se delineia como um *espectro* por todo o processo de produção/informação daquela empresa; assumindo diferentes facetas em cada área investigada. Porém, o resultado final é sempre o mesmo: a reificação das capacidades cognitivas do trabalho vivo. Da mesma forma, o veículo dessa reificação é sempre as redes informáticas, guiadas pelos novos métodos de gestão do trabalho recomendados pelos Programas de Qualidade Total e pela Gestão por Processo.

Por onde passa, o *espectro da reificação* opera uma simplificação do conteúdo do trabalho que incide sobre o ritmo das atividades produtivas, ora intensificando-as

alucinadamente, ora impondo um estressante estado de alerta. De fato, ambas as formas implicaram, para esses profissionais, a perda da sua capacidade de agir autonomamente sobre a temporalidade do seu processo de trabalho. Foi esta perda de autonomia que os levou, entre outras coisas, a se perceberem como meros instrumentos desse processo, e, assim, desvalorizados em seu trabalho. O efeito disto foi a emergência de um sentimento de vulnerabilidade que gerou reações paradoxais e percepções distintas sobre a reestruturação de seu trabalho, entre as quatro categorias de profissionais pesquisadas.

No que concerne às áreas de planejamento, representadas pelos processos de Tecnologias da Informação (PTI) e de Desenvolver a Planta (EDP), estes efeitos geraram, respectivamente, uma subjetividade perturbada e apreensiva por conta das pressões advindas das novas e crescentes demandas oriundas da perspectiva mercadológica, e outra mais competitiva e afinada com a mentalidade privatista e mercantil incutida pelo citado processo de "aculturamento".

O fato de o pessoal da EDP ter adquirido uma função de preeminência após a reestruturação da empresa, só precedida pela Área de Marketing, explica, em alguma medida, tal adesão. Como responsáveis pelas inovações diferenciais dos produtos e serviços Sercomtel no mercado, os técnicos da EDP passaram a ter um papel de destaque para a manutenção da sua competitividade. Com isto, o *status* outrora desfrutado pelos técnicos da PTI, altamente demandados e valorizados na primeira fase da reestruturação, foi transposto para os profissionais da EDP, o que subsidiou de maneira categórica a conformação, nestes profissionais, de uma subjetividade extremamente competitiva e propícia aos objetivos mercadológicos que passaram a predominar na organização.

Já com os profissionais da PTI, ao contrário, assim que a empresa foi completamente informatizada, sua função limitou-se cada vez mais à atividade de manutenção em detrimento da de criação. Assim, o que antes lhes conferia uma situação privilegiada dentro da empresa, ou seja, o desenvolvimento de um trabalho de planejamento e implantação de sistemas de informação, fundamental para promover a

conformação da Sercomtel em empresa-rede, ficou reduzido a uma atividade rotineira e, ao mesmo tempo, urgente, posto que qualquer avaria nestes *softwares* impacta diretamente na receita da empresa. Em vista disso, a ansiedae, impotência e frustração são os sentimentos prevalecentes entre o pessoal dessa área.

Com relação às *áreas operacionais*: Comutação Digital e Centro de Supervisão Integrada (CSI), o principal efeito encontrado foi a superfluidade que o antigo conhecimento técnico contraiu neste novo cenário; o que, no primeiro caso restringiu o trabalhador a um mero vigia das máquinas, e, no segundo caso, tornou-os por estas vigiado. Entretanto, foi interessante notar que a patente precarização do trabalho operacional não encontrou oposição nestes quadros. Antes, marcou um tipo de engajamento contraditório em seus técnicos. Na medida em que a estabilidade ainda é tradicionalmente garantida aos seus empregados, por mais que se sintam ameaçados, somente o medo do desemprego não explica a adesão tão contundente desses operadores ao novo perfil de empresa.

Com certeza, esse engajamento foi fruto não só da apreensão causada pela drástica redução do quadro de pessoal total da Sercomtel, mas do intenso processo de "aculturamento" promovido pela empresa. Ao atrelar a continuidade no emprego à permanência da empresa no mercado, o "aculturamento" criou uma subjetividade operária angustiada, que, para enfrentar tal conjuntura, entra em conflito com seus próprios interesses de classe pela introjeção dos objetivos da empresa. Em vista disto, tal como entre os profissionais da PTI, esse sentimento é geralmente vivenciado de maneira individualizada nas áreas operacionais.

Entre o pessoal de Comutação, a substituição do paradigma analógico pelo digital diminuiu drasticamente o número de trabalhadores na área: de 40 para 4 técnicos; o que torna evidente a simplificação de seu trabalho em prol da nova maquinaria. Se antes o saber desses técnicos era fundamental para o bom funcionamento dos equipamentos, com a reificação/digitalização deste conhecimento, essa relevância foi transferida para os computadores. Desde então, de um trabalho executado de uma maneira interventiva, suas

atividades reduziram-se à mera vigilância das máquinas, agora os verdadeiros agentes desse processo, bem como a dar comandos previamente prescritos nos manuais dos fornecedores dos *harwares* para sanar eventuais problemas, também tornados virtuais. Assim como entre os técnicos da PTI, isto implicou em uma perda de *status* entre esses operadores.

No que se refere ao CSI, foi lá que a intensificação do ritmo de trabalho pelas novas tecnologias se fez mais sentir. A ampliação dos serviços agregados possibilitados pela digitalização da planta, e a automação dos seus processos de trabalho aumentaram sobejamente as tarefas técnicas naquela área.; algo possível pela simplificação do seu trabalho. Isto aproximou bastante o trabalho do CSI do de atendimento ao cliente da empresa. Ou seja, justamente o tipo de trabalho que os entrevistados do CSI tanto depõem: o trabalho terceirizado.

A mediação do fetiche da tecnologia introjetada pelo "aculturamento" induziu esses técnicos a verem na causa de sua precarização, isto é, a terceirização e a automação, a grande saída para escaparem da reificação de seu trabalho e, assim, tornar suas atividades menos insípidas. Essa distorção não os deixa perceber, no entanto, que a forma exclusivamente capitalista com que a tecnologia vem sendo aplicada dentro da empresa, torna-a antes a fonte do que a supressão da rotinização e aceleração das suas atividades produtivas.

Em síntese, o que fica da análise comparativa efetuada entre as categorias profissionais observadas, é que a mediação do "aculturamento", e mesmo de alguns resquícios do antigo padrão cultural próprio do modelo estatal que persistem no núcleo efetivo desta empresa – tais como a tradição de estabilidade e a identificação dos interesses da empresa com os da comunidade, decursiva da permanência de sua condição de instituição pública – distinguiu uma subjetividade operária menos resistente no que se refere ao novo tipo de reificação encetada pela informatização da produção.

Esta consonância foi bastante potencializada pela disseminação do fetiche da tecnologia, tão propalado pelo "aculturamento". Ao conceber as novas tecnologias como o agente causal da perseverança da empresa no mercado privatizado, o "aculturamento" infundiu uma noção de "desafio" nesses técnicos, a partir da qual advém a idéia de que o aprendizado sobre as novas tecnologias representa a única oportunidade deles manterem sua relevância dentro da empresa em particular, e no mercado de trabalho de uma forma geral. A conseqüência disto, foi o nascimento de um sentimento de gratidão pela empresa que, ao seu ver, lhes proporciona esta "grande oportunidade". Por conseguinte, a despeito de toda a perturbação que o tempo descontínuo, confuso e estressante que a informática trouxe para o seu ritmo de trabalho, esses profissionais se esforçam exaustivamente para extrair da nova tecnologia todo o cabedal de inovações e velocidade possível de ser retirado.

O fetiche da tecnologia igualmente encobre o fato de que, longe desses trabalhadores terem se tornado competitivos ao mercado de trabalho, o conhecimento adquirido com as novas tecnologias dentro da empresa, será de pouca valia fora dali. De fato, por conta dos contratos de exclusividade tecnológica que as empresas de ponta firmam com fornecedores estrangeiros, a qualificação obtida pelo aprendizado com novas tecnologias só poderá ser integralmente utilizada dentro da própria empresa. Ou seja, é uma qualificação que se configura praticamente supérflua fora dos limites e especificidades do empregador. Ademais, revela o quanto a oferta de qualificação pelas empresas nada tem de altruísmo, antes é uma medida imprescindível para manter sua competitividade, em prejuízo de seus funcionários.

O potencial de resistência que esse contexto poderia fecundar nesses profissionais, certamente foi solapado pelo constrangimento de que isto pudesse denotar uma possível não adequação de seu perfil aos novos ditames da empresa. Assim, ao invés de se unificarem em prol de uma via opositiva à essa nova ordem, os profissionais entrevistados contrapõem-se de forma individualizada à precarização do seu trabalho; oscilando entre a

ansiedade em atender todas as pressões advindas do cunho mercadológico instituído na organização, a frustração pelo esvaziamento do conteúdo de seu trabalho, e um sentimento de impotência por se verem obrigados a se adequar a esse estado de coisas, sob pena de desemprego.

Superáveis cativeiros: vivências familiares de escravos em São Luís (1750-1800)

Sinara da Silva Souza

sinarasouza@terra.com.br

Ao falarmos sobre a escravidão africana no Brasil, nos questionamos sobre quais as possibilidades de homens e mulheres exercerem a sua subjetividade na dureza de um cotidiano marcado pelo pertencimento a outrem. O discurso jurídico da época impunha a condição de objeto aos escravos, em contrapartida, coexistiu a busca diária, por estes, para exercer a sua condição humana, compondo um caráter extremamente complexo às relações sociais nessa sociedade escravista.

Assim, como compreender a complexidade existente entre a condição humana e a de objeto? Quais eram os limites de humanidade possíveis para esses escravos? Até que ponto a instituição familiar era uma prática viável em São Luís do Maranhão nesse período?

Independente do espaço tratado, as limitações para os escravos eram muitas para constituírem famílias se comparadas à população livre, contudo, não foram suficientes para impedir a vivência dessas relações.

Na documentação trabalhada – Testamentos, Registros de Batismo e Casamento, Correspondências, dentre outas – são inúmeras as referências de parentescos de escravos quando é feita a alusão, por exemplo, à "fulana que é tia da escrava...", "a escrava mulher de...", "os irmãos escravos de...", "os escravos filhos da escrava defunta...". Referências como essas demonstram que as práticas familiares de escravos estavam disseminadas nesse espaço social. Havia, portanto, um reconhecimento social dos laços de parentesco estabelecidos por meio do casamento, das relações concubinárias e também de consangüinidade primária e secundária. O que contrapõe a perspectiva de que a "vida social do grupo é mais importante que a vida familiar propriamente dita, praticamente inexistente."[1]

Tendo em vista a constituição e também a preservação dos laços de parentescos, compreendemos a família escrava como sendo uma conquista por meio das relações de

negociação[2] dos escravos com os seus senhores no sentido de minimizar os conflitos inerentes à condição de objeto a que estavam sujeitos. É o que podemos demonstrar com o caso dos escravos Jacinto e sua mulher Macaella com cinco filhos, provenientes de uma relação sacramentada, que foram comprados dos jesuítas pelo senhor Jôse Bernardes. Este, em seu testamento, preserva esses laços familiares quando doa essa família a sua filha[3]. Ou mesmo o caso de uma família não sacramentada, diferentemente da primeira, em que a escrava "Maria Clara com os filhos seguintes Filipe, Manoel, Vicente, Maria, Raimunda, e uma de peito", pertencentes ao senhor Joze Alves de Carvalho, conquistaram o direito, com a morte deste, de um "tempo de seis meses para dentro deles buscarem senhores que os comprem a sua satisfação"[4], ou seja, um tempo, possivelmente, para que pudessem buscar um novo senhor que estivesse disposto a manter esses laço familiar.

A durabilidade dos laços familiares entre os escravos é visível nas práticas de intervenção de senhores que tinham como intuito a preservação do parentesco destes devido aos bons serviços prestados, por exemplo. O que demonstra que o estigma da instabilidade que as relações familiares tinha na historiografia brasileira, por conta de sua condição de objeto negociável, não pode ser generalizado como único. Além do que, o próprio número de filhos dessas famílias, acima citados, é um indicador do quão podiam ser duráveis essas relações.

Outro fator que contribuía para a permanência dos laços familiares era o discurso da Igreja Católica. Essa instituição, através da *Constituições primeiras do arcebispo da Bahia,* além de contribuir para a formação de famílias entre os escravos através do matrimônio, também ressaltava que os mesmos não deviam ser separados de seus cônjuges por seus senhores, se essa separação impossibilitasse a manutenção dessa relação matrimonial.

A Igreja, nesse espaço social, desempenhava uma função de legitimação das uniões escravas e contribuía para a construção de uma mentalidade em que a constituição de famílias não era de todo conflitante à escravidão. Acreditamos que essas relações legitimadas podiam ser melhor "protegidas" no que diz respeito às intenções de separação

que alguns senhores possuíam, por estarem sob os rigores e a "fiscalização" dessa instituição.

Para aqueles que ainda insistem em ressaltar as impossibilidades dos escravos possuírem famílias, cabe demonstrar a teia de relações em que estão envolvidos "Marciana filha legítima de Antonio mulato escravo do capitão Lourenço Belfort, e de sua mulher Camilca cafuza forra", que teve como padrinhos "Felipe escravo do dito capitão [...] Belfort, casado com Izabel forra, e Bernarda cafuza casada com Ambrozio escravos do dito Belfort".[5]

Contrapondo as abordagens tradicionais, que defendem a inviabilidade de serem contraídos matrimônios ou existirem relações concubinárias entre escravos de diferentes senhores, em São Luís, na segunda metade do século XVIII, são múltiplas as experiências familiares de homens e mulheres escravos e libertos. É o que podemos perceber com o caso de "Joaquim filho legítimo de Manoel e sua mulher Romana ele escravo de Marcos Araújo e Pitta, e ela da viúva Teodozia de Souza."[6] Como também o de Romana, e Thomé escravos de Catherina de Souza", que foram denunciados, em 1759, por andarem "amancebados ela com Raymundo forro, e ele com Apolinária escrava de Helena Maria [...] e que os tais moram todos em um mesmo sítio"[7].

Nesse contexto urbano, uma família escrava que não pertencia ao mesmo senhor e ocupava um espaço privado diferente não significava, de imediato, um esfacelamento relacional definitivo, uma vez que essas pessoas podiam transitar e estabelecer relações mais "livremente". Portanto, não dividir o mesmo espaço no momento de fazer as refeições, dormir e ao acordar não representava de certa forma, que esses escravos não possuíssem sentimentos ou formas de se relacionar que os definisse enquanto família.

Portanto, não havia somente uma durabilidade familiar concreta. Pertencer a uma família perpassava gerações guardada na memória daqueles que compunham aquele grupo familiar e também de outros sujeitos que reconheciam determinado escravo como sendo parente de outro.

Logo, desconsiderar práticas duráveis de famílias escravas é desconsiderar estratégias de sobrevivência elaboradas por eles que dinamizavam, através do parentesco, aquela sociedade escravista.

Diante da multiplicidade de experiências desses agentes históricos, estratégias foram elaboradas no sentido de poder vivenciar essas relações familiares da forma mais humana possível indo de encontro à condição de objeto a que estavam sujeitos. A solidariedade familiar podia, até mesmo, confrontar o direito à propriedade privada dos senhores. É o que podemos perceber no conflito que envolve Manuel Maximiano da Cruz que mesmo possuindo o valor necessário para a compra dos "seus três irmãos escravos de D. Roza Maria d'Aroucha, não havendo inconveniente de natureza de ordem pública", teve que recorrer às autoridades locais para que mandasse "proceder como as Leis determinam".[8]

Podemos também destacar a situação conflituosa vivida pela escrava Rita e seu filho Raymundo, que pertenciam ao padre Pedro Jácome, o qual os tratava com "sevícias intoleráveis" reivindicavam, assim, "sair do seu poder sendo avaliados e vendidos" para outro senhor. [9]

Sendo a família uma instituição eminentemente humana, na complexidade da dinâmica escravista em que estava presente o desejo de torná-los desprovidos de vontades, a família era um elemento de humanização para quem era constantemente coisificado. Essas relações familiares, na cidade de São Luís, dava visibilidade aos escravos enquanto pertencentes a determinado grupo familiar e não somente como posse de determinado senhor.

Compreendemos que compor um grupo familiar escravo era muito mais que uma relação com as características do modelo-familiar católico-europeu, em que há uma relação sacramentada pela Igreja Católica com filhos legítimos onde o homem seria o protetor e provedor do lar. Compor uma família na condição de escravo era algo que transcendia esse modelo e a convivência diária entre os seus membros em um mesmo espaço.

Essas famílias de escravos eram compostas principalmente por um sentimento de fazer parte enquanto membro de determinado grupo de parentesco. Por isso, o discurso da durabilidade familiar baseado no concreto, na convivência diária pode não fazer muito sentido para a compreensão dessas famílias marcadas pela escravidão.

Mesmo passando por dificuldades constantes, os laços familiares eram imprescindíveis para homens, mulheres e crianças escravizados por significar relações de solidariedade, de ajuda mútua. Ter um pai, mãe, irmãos, companheiro(a), filhos, tios, sobrinhos, cunhados, padrinhos, eram relações que representavam um referencial de vida, de historicidade para essas pessoas.

NOTAS

1 MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. Trad. James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.127.

2 SILVA, Eduardo; REIS, João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

3 MOTA, Antonia da Silva; Silva, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. Cripto Maranhense e seu legado. São Paulo: Siciliano, 2000, p.246.

4 MOTA, Antonia da Silva et al., op. cit., p. 265.

5 REGISTRO DE BATISMO, Livro n° 103, 1752, fl. 65v, APEM.

6 REGISTRO DE BATISMO, Livro n° 104, 1753, fl. 9, APEM.

7 AUTOS DE VISITA PASTORAIS, Caixa 20, Doc. 878.

8 AVISO, 7 de Novembro de 1799, Caixa 106, Doc. N° 8440, Arquivo Histórico Ultramarino - APEM.

9 AUTO DE JUSTIFICAÇÃO, Caixa 82, Doc. 2707.

HISTÓRIAS DE PESCADOR: MEMÓRIAS, IDENTIDADES E CONFLITOS

Sinara Santos Robin

UFRGS/UNISINOS

sinrobin@terra.com.br

O projeto de pesquisa ora apresentado se insere na contemporaneidade através do imaginário inaugurante deste século que recoloca os sonhos e desejos de um futuro melhor, estimula a realização do inventário sobre os caminhos trilhados e a reflexão sobre as possibilidades da humanidade na terra. Os temas da marginalização social e da destruição do meio ambiente, que tem desafiado a modernidade e seu projeto civilizatório quanto às possibilidades do futuro, mobilizam a busca compartilhada entre crescimento econômico, (des)envolvimento social e conservação ambiental.

Ao mesmo tempo, o acelerado processo de globalização contemporâneo acrescenta uma maior complexificação na percepção das sociedades sobre si mesmas, expondo uma realidade que se apresenta constituída pelas conexões de tudo com todos. O destino de todos, no planeta, são percebidos como irremediavelmente inter-relacionados, introduzindo a perspectiva de *agir localmente e pensar globalmente*. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático.

Toda realidade ergue-se numa superfície repleta de abismos. O relevo da história está cheio de clivagens dobras e descontinuidades. Se tomarmos a liberdade de dar ao pensamento social brasileiro o estatuto de uma cosmologia nacional, veremos que (apesar do que foi dito sobre a fábula das três raças) ela se organizou, em boa medida, mediante e a repartição de grupos humanos em diversos semânticos distintos. Da mesma forma, o Estado Nacional produziu expedientes de controle cultural e social deferentes gerando formas distintas de lidar com a alteridade.

Ao penetrar no subsolo desta história, guiada pelas reflexões a cerca das possibilidades de convivência com a identidade açorita, inspiro-me em Hegel que sugere

ver o mundo pelo reverso, ver o mundo na sua profundidade, alcançar, pelos caminhos da razão filosofante, os segredos que se escondem nas coisas e nos corações dos homens. O avesso é o lugar do novo, um pouso para a imaginação filosófica e científica construir as suas interpretações buscando, na história de uma comunidade açoriana, compreender o contra-movimento de ações e significados para uma realidade já descrita anteriormente mas repleta de conflitos, mitos, rituais. Memórias, saberes, artes e ofícios da escritura constituem, neste trabalho, um intenso e profundo diálogo entre os atores com os quais contracenarei ao longo desta pesquisa. Um jeito de caminhar, sentir e agir pelas brechas do diálogo, tendo , em cada movimento de busca, o cuidado de contornar os contextos da pesquisa por dentro, por fora... E, fatalmente, ser contornado por estes contextos da pele para as entranhas e vice-versa.

Desvendar os significados mais profundos das ações cotidianas rotinizadas, na busca de descobrir o verbalmente irrevelado. É isso a que se propõe uma etnografia compreensiva. **Esta pesquisa procurará entender o manejo da comunidade com a sua identidade açoriana, somada à sua condição de pescadores e agricultores e a situação de coexistência entre as formas de racionalidade do uso do espaço remetendo a analise a uma complexidade deste entendimento.**

A comunidade açoriana no Município de Tavares- RS que pratica a pesca na Lagoa do Peixe, hoje Parque Nacional vive o **conflito** posto na sociedade moderno-contemporânea: relacionar as exigências desta sociedade com o seu saber tradicional.

O tempo social comandado pelo Estado e instituições que modificam o espaço de acordo com seus interesses e conveniências. Os povos tradicionais constroem suas próprias vidas, conforme a familiaridade e/ou especificidades que mantém com seu espaço e as necessidades de suas vidas.

AÇORIANOS EM TAVARES, UMA COMUNIDADE TRADICIONAL

A pequena cidade de Tavares, localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, limita-se, ao leste com o oceano Atlântico; a oeste com a Lagoa dos Patos; ao norte com o município de Mostardas e ao sul com o município de São José do Norte. Sua economia baseia-se na agricultura, principalmente o cultivo de cebola seguido do arroz e a pecuária com os rebanhos bovinos e ovinos. A pesca do camarão rosa também está na lista das atividades econômicas. Ultimamente a extração do florestamento de pinus tem crescido bastante se tornando, então, fonte de renda para o município.

Tavares foi emancipado recentemente, em maio de 1982 e tem cerca de cinco mil e poucos habitantes. Dentre estes habitantes, cerca de 150 famílias são pescadores de origem açoriana, que mantém entre seus hábitos a marca dos seus ancestrais. Contudo, para fins de realizar este projeto, encontrei muito poucas referências ao município como tendo identidade açorita. Mas as marcas estão lá. Nas pessoas, na festas, na arquitetura e na pesca, que remete ao mito de origem ilhéu.

Este estudo tem o objetivo de analisar e compreender a cultura desta comunidade cujos ancestrais se sitiaram, local de dificílimo acesso até há muito pouco tempo[1].

A beleza natural é exuberante, tão linda que chega a sufocar. Tavares não tem rios e sim lagos. A Lagoa do Peixe com mais cem quilômetros quadrados, e a Lagoa dos Patos que banha o município em toda a sua extensão.

Este é o território deste “povo nativo”. Chamaríamos, nas ciências sociais de camponeses, pois dependem da terra e podem ser pescadores, artesãos, extrativistas segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de dinheiro para as suas compras na cidade. No Decreto Lei do Presidente Fernando H. Cardoso está posto que estes povos teriam a) ligação intensa com territórios ancestrais;b) auto-identificação e identificação pelos outros com grupos culturais distintos, c) linguagem própria; d) presença

de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;e) sistema de produção principalmente voltados pra a subsistência. Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é toda. Culturas tradicionais, então, são aquelas que desenvolve seu modo de produção se dá em pequena escala mercantil. Estas definições são amplas o bastante para quando falarmos de comunidades tradicionais, possamos nos referir a quilombolas, indígenas, seringueiros, sertanistas, extrativistas e outros...Estas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda. Neste sentido a produção e reprodução do mundo natural são essencialmente diferentes. Godelier, por exemplo afirma que estas racionalidades diferentes apresentam um sistema de regras sociais conscientemente elaboradas para melhor atender um grupo de pessoas. \segundo este antropólogo cada sistema econômico e social determina uma modalidade específica de uso dos recursos naturais e de uso da força de trabalho. Neste sentido a solidariedade familiar opera com bastante intensidade e a familharidade é um aspecto cultural muito importante pois os eixos de sustentação destas soociedade é o parentesco e a comunidade.

Aqui reside nossa pergunta para investir na prospecção investigativa a que se propõe o presente projeto: como é que esta familharidade opera entre esta comunidade. Quais são os conflitos para ocupação espacial com outras comunidades como remanescentes de quilombos (comunidade de Casca), comunidade indígena (os índios guaranis foram os pioneiros na ocupação do espaço), os extrativistas, e os luso-brasileiros, que talvez não estejam classificados como comunidade tradicional, mas que sua presença ocupa um espaço enorme pois são fazendeiros, criadores de gado e , segundo o Ibama, setenta e três por cento da área pertence a estes fazendeiros.

Estamos diante de um dilema posto nas relações sociais existentes.

Um aspecto relevante na definição dessas culturas tradicionais é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies animais e plantas utilizadas. Estes sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam existência de um complexo de conhecimento adquiridos na tradição herdada dos mais velhos, por intermédio dos mitos, dos símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas.

O ETHOS E AVISÃO DE MUNDO DA COMUNIDADEAÇORIANA: o tempo, a memória.

> Se aquilo que dura mais é aquilo que recomeça melhor, devemos assim encontrar em nosso caminho a noção de ritmo como noção temporal fundamental. Fomos levados então postular uma tese, em aparência bastante paradoxal, mas que nos forçamos para legitimar. É a de que longe de os ritmos serem necessariamente fundados numa base temporal bem uniforme e regular, os fenômenos da duração é que são construídos com ritmos [...] Para durarmos, é preciso então que confiemos em ritmos, ou seja, em sistemas de instantes. Os acontecimentos excepcionais devem encontrar ressonâncias em nós para marcar-nos profundamente. Desta frase banal – 'vida é harmonia' -, ousaríamos então finalmente fazer uma verdade. Sem harmonia, sem dialética regulada, sem ritmo, nenhuma vida, nenhum pensamento pode ser estável e seguro: o repouso é uma vibração feliz.[2]

Em Tavares tudo é passado: o passado passado, o presente passado e o futuro passado. A memória está assentada nos instantes dos acontecimentos e que em função do seu cotidiano acabou por adquirir um ritmo. O ritmo dos acontecimentos é a medida da duração do tempo.

Pela memória construímos nosso passado: recolhemos cenas, reconformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje e assim confirmamos termos experinciando um dado passado. Tornamo-nos memoriosos e configuramos assim o espaço de uma poética que inside na abordagem dos tempos idos, construídos individualmente, mas revelados coletivamente[3]. Trilhamos assim, entre história e ficção, o lugar possível da memória.

Estão presentes na memória reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, e também padrões cognitivos.

A memória social provê os padrões para a estruturação do imaginário social, ou seja, para a dimensão expressiva, cognitiva e normativa da realidade social. A memória fornece também elementos para a estruturação de uma dimensão espaço-temporal, para a demarcação de seus ritmos de reprodução e mudança.

> As relações sociais, os recursos através dos quais lançamos mão para dar conta da nossa vida moderna, dependem da nossa memória. E isso inclui as relações com os objetos e com os espaço e contribui para a construção da nossa noção de tempo. Um tempo que não é vazio ou homogêneo, mas que pode ser concebido na referência da nossa memória como uma sucessão de camadas de tempo.

Este estudo tem como objetivo estabelecer as relações memória-cultura na comunidade, penetrando nos universos dos mitos fundatórios que reportam ao além-mar

e que estão presentes nos objetos, arquitetura e no "ofício" de pescador. Fazer um diálogo com as remisências. Conforme aponta Benjamim:

> *Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência,tal como ela relampeja no memento de perigo*[4]

Este trabalho se propõe, então, a estabelecer um modo de conhecimento do outro para que possamos, nas palavras de Geertz, ampliar o nosso discurso social. Este só é possível de ser construído através do estudo da organização social da comunidade, através do conhecimento do seu sistema de classificações, seu manejo com o ambiente, da observação de como articulam-se tempo, identidade, mudança e a ocupação do espaço.

---

[1] Foi somente na administração estadual de 1998, que as estradas foram pavimentadas. Comenta-se que a estrada antes apelidada de estrada do inferno, hoje é a estrada que leva ao paraíso.

[2] BACHELARD, Gaston. **La dialectique de la durée**. Paris: Quadrige/PUF., 1989. p.9

[3] Conforme HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** São Paulo: Vértice.

[4] Conforme Walter Benjamim. Sobre o conceito de história.

O Leão e a Serpente: o bem e o mal no Yvain de Chrétien de Troyes

Dentre outros sentidos possíveis, a narrativa de Yvain, de Chrétien de Troyes, é um dos testemunhos mais eloquentes, em seu tempo, da tentativa clerical de enquadrar os impulsos guerreiros da cavalaria no interior de um sistema ético rigorosamente definido. A trajetória de seu herói, Yvain, é exemplar acerca da passagem de uma noção de aventura desprovida de sentido a não ser ela mesmo para outra, em que os feitos de guerra do cavaleiro justificam-se a partir das causas pelas quais ele decide combater.

Recordemos alguns dos pontos essencias desta narrativa. Através deles pode-se perceber claramente a transformação do cavaleiro em direção a uma defesa de valores da ordem e da justiça, invariavelmente colocados sob o signo de Deus e do bem.

Alguns anos atrás, Calogrenant, um cavaleiro da corte da Arthur, havia penetrado na floresta em busca de aventuras, e depois de passar algum tempo viajando, deparou-se com um castelo. Depois de uma noite em que foi acolhido de acordo com as regras da cortesia, continuou seu caminho até encontrar um homem de aspecto rude e selvagem, que pastoreava alguns touros e o guiou na direção de uma aventura espetacular, como ele havia desejado ao entrar na floresta: depois de cavalgar algumas horas, Calogrenant chegou a um lugar em que havia uma fonte, ladeada por uma árvore da qual pendia uma bacia de ouro, e por uma escada cravejada de pedras preciosas. De acordo com as instruções do guardador de touros, ele encheu a bacia com a água da fonte e despejou-a sobre a escada, desencadeando com sua ação uma assustadora tempestade. Quando a tempestade serenou, o céu clareou, o lugar encheu-se de pássaros e transformou-se naquele ambiente natural evocativo dos jardins paradisíacos. Mas, logo em seguida, um cavaleiro irrompeu com grande alarido, desafiando-o por ele ter ousado desencadear a tempestade na fonte. Calogrenant aceitou o desafio mas foi derrotado por este “defensor da fonte”.

Estimulado por esta narrativa, que expunha a vergonha de um dos cavaleiros da corte de Arthur, Yvain decide partir em busca da aventura narrada por seu companheiro de armas. Depois de cavalgar algum tempo seguindo as indicações dadas por Calogrenant, ele finalmente chegou ao lugar onde havia a fonte, desencadeou a tempestade, experimentou o mesmo prazer de Calogrenant quando o céu abriu e enfrentou Esclados-le-Roux, o defensor da fonte, que dessa vez foi vencido num combate que terminaria por resultar em sua morte. Mas durante a perseguição ao cavaleiro, que fugia ferido para seu castelo, Yvain ficou preso em um compartimento cuja porta fechara automaticamente após a passagem daquele. Ao ser encontrado por Lunete, a criada da dama do castelo, que se lembrava de uma vez que foi por ele muito bem recebida na corte de Arthur, recebeu dela um anel mágico que lhe permitia tornar-se invisível e dessa forma escapar aos homens do senhor do castelo.

É a esta altura da narrativa que um acontecimento fortuito marcará o início da transformação de Yvain: ao ver a senhora do castelo, Laudine, ele é tomado de paixão e a partir deste momento, além da honra que o guiava, suas ações serão dirigidas pelo sentimento amoroso. Sabemos que por um artifício de Lunette, a ama de Laudine ele a conseguirá obtê-la em casamento, no entanto, estimulado por Galvain ele pede um prazo de um ano para percorrer os torneios da estação. Ao esquecer sua promessa de retornar no prazo de um ano, Yvain recebe a notícia de que Laudine não o quer mais, e, ao saber disso, abandona a corte de Arthur, enlouquece e parte para a floresta. A separação entre Yvain e a corte de Arthur, manifesta desde o instante em que viu Laudine, aprofundada pela oposição de Galvain à sua permanência no castelo de sua esposa, torna-se agora um abismo. Em suas bordas pode-se divisar, divididos por um espaço amplo, de um lado o reino da aventura pela aventura e do outro, os códigos impostos pela noção de cortesia. As aventuras de Yvain na floresta de Broceliande serão marcadas por uma associação estreita entre sua reintegração ao mundo das cortes e as causas “justas” que em seu caminho ele passa a defender.

Depois de alguns dias vagando sem rumo, Yvain encontra um eremita que vivia nos bosques e inicia lentamente seu caminho de volta à cultura. Apesar do susto inicial, os dois iniciarão uma troca silenciosa: Yvain caça, depõe o animal diante de sua casa e depois recolhe-o de volta já assado e acompanhado de um pão. Ainda que precariamente, como será sublinhado diversas vezes por Chrétien, Yvain restabelece, portanto, algumas práticas do mundo dos homens.

Alguns dias depois, uma das moças que acompanhava a senhora do castelo de Noroison, de passagem pela floresta, reconhece-o e decide curá-lo de sua loucura com a ajuda de uma pomada mágica. Yvain recobra a razão e continua, portanto, seu caminho de reintegração ao mundo das cortes e da cultura, aqui representado pelas roupas deixadas ao seu lado pela moça que lhe passou o ungüento. Em retribuição ao serviço prestado pela dama, Yvain irá defender seu castelo, então ameaçado pelos ataques de um conde que pretendia tomá-lo para si.

Depois de livrar do perigo a dama do castelo de Noroison, Yvain retoma seu caminho na floresta – o eremita ficará agora definitivamente para trás – e, de súbito, depara-se com uma cena inusitada: em meio a um campo aberto, ele vê uma serpente e um leão numa luta feroz. Cuspindo fogo pela boca, como um dragão, a serpente mantinha o leão enlaçado e já estava quase matando-o, quando Yvain intervém decapitando a serpente, mas cortando neste gesto a cauda do leão, que já havia sido engolida por ela. O leão reconhece em Yvain seu salvador e vai até ele em atitude submissa tornando-se daí em diante um precioso auxiliar.

Mais do que apenas um auxiliar, e os inúmeros versos em que Chrétien mostrará a total identidade entre os dois são eloqüentes a este respeito, ele será um emblema da mudança de condição de Yvain, desde então conhecido como o cavaleiro do leão. É preciso lembrar que, a partir deste episódio, e até seu retorno à corte de Arthur, Yvain guardará em segredo sua identidade. Mesmo na corte de Arthur, ele será reconhecido apenas ao fim de um combate singular, cujo desfecho e significado veremos mais tarde.

A identificação de Yvain com o leão é, naturalmente, o elemento essencial para que se compreenda o significado conferido por Chrétien de Troyes à sua aventura. Depois de um momento de hesitação, e apesar do temor que sente pelo leão, Yvain decide matar a serpente, pois, *Qu'a enuious et felon/Ne doit on faire se mal nom.* (vs. 3356-3357)[1] O leão, ao contrário, é *gentil* e *franche* (v. 3375).[2] Seria interessante agregar a estes adjetivos diretamente extraídos dos valores corteses, as antigas associações do imaginário tradicional ligadas à serpente-dragão (lembremos que a serpente aparece cuspindo fogo pela boca) e devidamente atualizadas pelo cristianismo medieval: animal associado às forças da natureza, ao caos informe que antecede ao cosmo, ele opunha-se muito naturalmente às forças criadoras que de suas pulsões desordenadas geravam a cultura. De acordo com uma das características fundamentais do cristianismo, um rigoroso dualismo ético foi introduzido nesta antiga simbologia, passando a serpente a associar-se com o mal.[3] Assim, dois elementos parecem conjugar-se neste episódio: a luta entre o bem e o mal e as oposições entre ordem e desordem.

O encontro de Yvain com o leão é também o sinal do fim de um primeiro ciclo de suas aventuras. É depois deste encontro, e já acompanhado de seu agora inseparável leão, que Yvain, após algum tempo errando nos bosques, irá descobrir-se diante da fonte de Laudine, e por muito pouco não enlouquecerá novamente, assediado por suas lembranças dolorosas. Yvain é despertado de seu desespero pelos gritos de Lunete, a ama de Laudine que o havia ajudado no início de sua aventura. Presa e acusada de traição pelo senescal e seus dois irmãos, ela será lançada na fogueira, a não ser que um cavaleiro disponha-se a defendê-la derrotando seus três acusadores. Yvain, naturalmente, propõe-se a fazer sua defesa, com a significativa condição de não ter sua identidade revelada, e segue adiante procurando um lugar onde possa passar a noite.

---

[1] Que ao traidor e mau/Só se deve fazer o mal.
[2] Os dois adjetivos são sinônimos de nobre.
[3] "Cultura Eclesiástica e Cultura Folclórica na Idade Média: S. Marcelo de Paris e o Dragão". IN LE GOFF, Jacques. Para Um Novo Conceito de Idade Média. Lisboa: Estampa, 1980, pp. 221-261.

Depois de cavalgar um pouco, ele chega nas bordas de um imponente castelo, cujos moradores abrem rapidamente suas portas, recebendo-o com um misto de alegria e tristeza, pois, o gigante Harpin da Montanha devastou suas terras de cultivo e seus burgos, raptou seus quatro filhos e agora ameaça matá-los, caso sua única filha não seja entregue a ele. Ficamos sabendo, também, que apesar da senhora do castelo ser irmã de Galvain, este não poderá ajudá-la, pelas mesmas razões que Lunete não havia podido contar com ele: a rainha Guinevere havia sido raptada e Galvain estava tentando resgatá-la.

Vestido de peles de animais e armado de um primitivo porrete de madeira, Harpin mantém presos e seminus os filhos do castelão, aparecendo como um consumado representante de um mundo selvagem pleno de destrutividade, portador de uma violência sem causa - mesmo a exigência de ter consigo a filha do senhor não é motivado por seu desejo, pois ele pretende entregá-la a seus servos. Yvain enfrenta e derrota, portanto, uma força cega, ignorante até mesmo do sexo em seus níveis mais básicos, movida apenas pela pulsão da violência.

Ao deixar os domínios de Laudine, Yvain enfrentará uma vez mais as forças selvagens abrigadas na floresta. Agora, no castelo da Pior Aventura, estas forças irão aparecer sob a forma de dois filhos de demônio, que partilham seu pertencimento aos espaços infernais com o uso de armas primitivas selvagens. Todo o episódio em questão guardará um certo ar sobrenatural de “descida aos infernos”. Ao entrar na sala do castelo, uma cena inusitada chama a atenção de Yvain: presas no interior de um pórtico, trezentas mulheres são mantidas prisioneiras, trabalhando noite e dia sob as piores condições, sendo a todo instante ameaçadas de morte. Interrogadas por Yvain acerca de sua prisão, ele ouvirá uma resposta que parece, uma vez mais, revelar de forma indireta uma verdade a respeito do protagonista, que ainda não pode ser plenamente apreendida por ele, mas a qual ele deve enfrentar. De acordo com uma delas, o rei da Ilha das Donzelas decidiu sair pelo mundo, viajando para conhecer as novidades das cortes e dos países. Finalmente Aprisionado pelos dois demônios, o rei precisou negociar

sua liberdade enviando-lhes as trezentas tecelãs, mantidas em estado de permanente servidão no castelo.

O drama das mulheres tecelãs irá explicitar em definitivo a função de justiça exercida por Yvain em suas aventuras, invariavelmente relacionadas à defesa de mulheres em risco, que não dispõem de nenhum cavaleiro disposto ou forte o suficiente para protegê-las. Assim, recordemos a dama de Noroison, ameaçada pelo conde de Alier, Lunete, acusada pelo senescal e seus irmãos, ou ainda a sobrinha de Galvain, assediada pelo gigante Harpin.

Da ligação entre estes fatos, começa a delinear-se um significado geral da narrativa, capaz de conferir um sentido às aventuras de Yvain, e, ao mesmo tempo, de particularizá-las no interior do modelo geral da cortesia: a ausência da função de justiça da corte de Arthur deixa o mundo entregue às forças destrutivas, liberadas pela instabilidade do centro ordenador deste universo, assumindo Yvain a função de restaurador desta ordem ao combatê-las. A dimensão iniciática de transformação da identidade advém do fato de o próprio Yvain parecer precisar liberar em si mesmo e no mundo estas forças, seja ao abandonar Laudine, deixando vulnerável a fonte mágica desencadeadora das forças naturais, seja ao entregar-se aos combates e depois à loucura absoluta.

A oposição progressiva entre Yvain a corte de Arthur, signo de sua transformação no sentido da cortesia, alcançará seu ponto culminante no combate por ele travado, ainda que anonimamente com seu grande amigo Galvain. O fato de estarem Yvain e Galvain ocultos um do outro apenas reforça, longe de a esvaziar, a culminância dos elementos desagregadores do reino, cuja liberação coincidiu com a desordem instaurada em seu centro, fato mencionado desde o início da narrativa pela inexplicada ausência de Arthur na assembléia então celebrada em sua corte. A separação definitiva de Yvain da corte de Arthur, assinalada por seu retorno para Laudine apenas confirma a transformação protagonizada por ele.

***Sínval Carlos Mello Gonçalves**

PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO DO PIAUÍ

Síria Emerenciana Nepomuceno BORGES – PPG-UFPI

Solte a imaginação. Recue há 50 mil anos. Tente perceber como é a paisagem. Faz frio ou calor? Você vê animais? Como são? Olhe! Lá ao longe, perto daquele boqueirão, um pequeno grupo de pessoas acende uma fogueira, parece está assando um animal. Quem são eles? De onde vieram? Como chegaram até aqui? Como vivem? Por que desapareceram?

Esquisito este pequeno esforço de imaginação? Pois saiba que são com essas perguntas que os estudiosos da Pré-História trabalham. Em busca dos "rastros do sujeito",[1] farejam[2] vestígios da cultura material para construir uma História que não tem fim.

Acompanharemos por mais um tempo aqueles homens em volta da fogueira. Um deles, segura uma espécie de instrumento cortante, parece ser um raspador ou um cortador de pedra; enquanto o outro, arremessa mais um pedaço de carne na fogueira. O cheiro do assado misturado ao da fumaça sobe contornando o paredão de pedra coberto de plantas e flores típicas de um clima úmido. Um pouco afastada da cena da fogueira, uma mulher e uma criança procuram raízes e frutas, que também são muito apreciados. A mulher sabe que não pode se afastar do grupo, animais ferozes como o tigre-dente-de-sabre, pode colocar sua vida em risco. O perigo é constante.

Você acaba de espiar o que pode ter sido o cenário dos primeiros grupos humanos a habitar o Brasil. Vestígios dessa História podem ser encontrados no Sítio do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, onde um grupo de pesquisadores liderados pela arqueóloga Niède Guidon, criaram um modelo explicativo para a chegada dos primeiros habitantes na América. Vale dizer que este não é um único modelo explicativo para a origem do homem americano, portanto, esta ressalva coloca a História como uma construção que aglutina vários dizeres, que trabalha com possibilidades e não com

verdades absolutas.

Não é uma História fascinante? Sim. Resposta simplória para uma pergunta simplória. Faremos outras: Por que esta História fascinante não desperta o interesse da comunidade acadêmica? Por que estamos a assistir, inertes, a destruição sistemática dos vestígios matérias dessas culturas, antes mesmos de serem estudados? Tentaremos uma resposta, sem a ingenuidade de percebe-la como a única.

A História (des) constrói acontecimentos, perturba, confunde, não diz definitivo, fragmenta, esquece, silencia, ressuscita os mortos da sua paz eterna. E depois? Não basta? É pouco? Se trabalhamos com uma História de infinitas possibilidades, acrescentaremos mais uma: História como prática que articula passado/presente e que reconhece a diversidade cultural – quase esquecida pelos pesquisadores. Aquela que não pensa a Pré-história em si, mas como ela pode nos dizer algo hoje. Aquela que diz e compartilha dizeres e que se faz conhecer pela multiplicidade de interpretações.

A negação ou a pouca visibilidade dessa História plural se legitima no pouco interesse dos arqueólogos, historiadores e educadores em interagir com a sociedade, por isto, as questões ligadas à preservação do patrimônio cultural foram deixadas para escritores, arquitetos e artistas; por isto, as políticas de patrimônio preservaram as casas-grande, as igrejas e os fortes militares, relegando ao esquecimento as senzalas, as vilas operárias e os sítios arqueológicos pré-históricos.

O grande desafio posto aos historiadores, educadores e arqueólogos é mostrar que a preservação do patrimônio cultural se faz pela multiplicidade de identidades, integrando todos os setores sociais, sem privilégios e hierarquias.

Desafio que encontra várias barreiras. Em primeiro lugar, há uma falta de informação e de educação formal sobre as diversidades culturais. Indígenas, africanos e pobres são raramente mencionados nas lições de História e, na maioria das vezes, as referências são negativas, ao serem apresentados como preguiçosos, incapazes e sem civilização.

Em segundo lugar, há uma distância entre a história estudada na universidade e a História estudada nas escolas de ensino fundamental e médio.

> O espaço acadêmico no Brasil caracteriza-se pela multiplicidade de leituras e interpretações, métodos e temas, por práticas de ensino e pesquisa diversificadas (...). Por outro lado, as escolas de educação fundamental, com raríssimas exceções, carecem não só de uma bibliografia variada, mas sobretudo de práticas pedagógicas que estimule o debate, a investigação e a criação.[3]

Em terceiro lugar, vale perguntar: Que tem direito à História? Paul Veyne responde: "sabe que os povos ditos sem História são, simplesmente, povos cuja história se ignora, e que os primitivos têm um passado, como todo mundo".[4] Ignora-se porque são povos sem escrita, porque são vistos como selvagens e com cultura inferior. Ignora-se porque a História ainda esta limitada a conceitos eurocêntricos e evolucionistas.

O Brasil dispõe de um significativo conjunto de leis e órgão para a defesa do patrimônio arqueológico. Uma mudança legal estabelecida na portaria número 230/2002, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), determinou a elaboração e execução de programas de educação patrimonial junto com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas. Entretanto, apesar dos avanços, permanece ainda a escassez de programas educativos nesta área.

No Piauí, esta escassez é visível. A falta de educação, acompanhada pela falta de investimos públicos,[5] vem acelerando a destruição de vários sítios pré-históricos. Os exemplos são comuns em praticamente todo Estado: sujeira, fogo intencional, exploração do calcário, grafismo e retirada de pedaços de rochas com pinturas rupestres.

É a partir dessas reflexões que se estabelece à importância da educação patrimonial para a preservação dos vestígios arqueológicos pré-históricos, como também a necessidade de criar projetos educacionais para atuarem dentro das escolas do ensino fundamental, multiplicando os agentes prevencionistas e criando laços de afetividade entre a comunidade, "que passa essencialmente pelo conhecimento do patrimônio, da importância do mesmo e

sua significância".[6]

As ações da "educação patrimonial"[7] foram implantadas no Brasil, em termos conceituais e práticos, por ocasião do Primeiro Seminário sobre o "Uso Educacional de Museus e Monumentos" realizado em julho de 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro. A partir dessa proposta inicial, inúmeras experiências e atividades vêm sendo realizadas, em diferentes contextos e locais.

Alguns fatores contribuíram para que a educação patrimonial ganhasse tanto espaço. Primeiro, como afirma Barreto: o patrimônio cultural vem sendo ampliado à medida que se revisa o dinâmico conceito de cultura,[8] incluindo produtos do sentir, do pensar, como também manifestações por meio de inscrições de povos pré-históricos em sítios arqueológicos. Segundo, porque o patrimônio cultural está cada vez mais ameaçado, seja pela deterioração natural ou por ações provocadas pelos homens.

É possível apontar alguns trabalhos que procuram estabelecer a conexão entre educação patrimonial e defesa do patrimônio arqueológico, como por exemplo, o trabalho de Fernanda Bordine José Alberione, que procuram

> [...] de maneira ativa , exercitar uma conjugação entre as propostas da Educação Patrimonial e o potencial da Arqueologia através de oficinas. No intuito de exercer esta mobilização, firmando um agir político e social desta ciência como instrumento instigador do sujeito ator/autor social que se apropria de seu passado como cidadão, efetua-se um dinâmico gerenciamento do patrimônio cultural. Patrimônio este comprometido com ações formadoras de cidadania e pertencimento. [9]

Ao incluir o tema da preservação do patrimônio arqueológico no ensino fundamental, estamos propondo um novo caminho para a História do Piauí e aceitando o desafio posto pelo professor Edwar de:

> Superar uma história traduzida na repetição monótona de informações, datas e vultos ideológicos, como impõe a perspectiva oficial, que transforma a história em um passado morto, essa tendência mais presente nas escolas públicas; e do mesmo modo, romper com a idéia de que a história nos conduz a um fim objetivo e pode ser entendida exclusivamente a partir do mundo do trabalho ou do modo de produção, versão mais em moda na escola privada.[10]

Assim, este trabalho pretende escapar dos discursos pessimistas que rondam a Educação e propõe uma resposta, entre muitas, para a pergunta: qual a finalidade da História?

---

[1] Expressão que captura o sujeito na sua multiplicidade, construído historicamente e marcado por diversas subjetividades. Ver: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito.* 2001.

[2] No paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, o historiador é equiparado a um detetive que fareja traços, pegadas e vestígios em busca da elucidação de um enigma. Presta atenção nas evidências, mas não entende o real como transparente. Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 63.

[3] FONSECA, Selma Guimarães. *Didática e prática de ensino em História.* Campinas SP: Papirus, 2003, p. 39.

[4] VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história,* 4. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 27.

[5] FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Os sítios históricos do Piauí no panorama da preservação do patrimônio cultural do Brasil. In: *Apontamentos para a história cultural do Piauí.* Teresina: FUNDAPI, 2003.

[6] HEBERTS, Ana Lúcia. Realização de programas educativos na arqueologia de contrato. In: *Revista do CEPA,* Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 37, jan./jun. 2003. p. 10.

[7] HORTA, Maria de L., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de educação patrimonial.* Brasília, IPHAN/Museu Imperial, 1999.

[8] BARRETO, M. *Turismo e legado cultural.* São Paulo: UNESP, 2001, p. 208.

[9] TOCCHETO, Fernanda Bordin, REIS, José Aberione dos. Da cidadania e o pertencimento: lugares de atuação da arqueologia em educação patrimonial. In: *Revista do CEPA,* Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 31, jan/jun. 2003. p. 68.

[10] CASTELO BRANCO, Edwar de A . *O ensino de história em Teresina:* o impacto da história nova no cotidiano da sala de aula. Teresina: EDUFPI, 1997, p. 14.

OS INTELECTUAIS E A IDENTIDADE RELIGIOSA NO BRASIL

Solange Ramos de Andrade*

Qual idéia tem um historiador, quando escolhe um título ambicioso para apresentar um trabalho? Em primeiro lugar, surge a vontade de abordar seu objeto naquilo que entende ser a íntegra de seu posicionamento. Em seguida, ao perceber a impossibilidade de tal intento, ele realiza um recorte mais modesto, sem contudo, abandonar a idéia original. É o caso deste Autor.

Tendo como premissa o caráter histórico presente na construção dos conceitos[1] utilizados por uma sociedade, bem como o papel desempenhado pelo lugar social ocupado por quem constrói um determinado conceito[2], estamos nos propondo discutir a elaboração do conceito de catolicismo popular a partir do discurso elaborado pelos intelectuais em fins do século XIX.

Este texto faz parte de um projeto maior que tem a pretensão de mapear a construção do conceito de catolicismo popular no Brasil, defendendo que os intelectuais absorveram um conceito já legitimado pela instituição que o criou, a saber, o catolicismo popular é um conceito construído pela Igreja católica e os intelectuais o absorveram completamente a partir da década de 1960.

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que forja um conceito específico de catolicismo popular, a intelectualidade católica acaba, também, por se apropriar de conceitos elaborados por sociólogos e antropólogos do início do século XX, e é aí que o trabalho de Nina Rodrigues torna-se relevante para o mapeamento do conceito de catolicismo popular.

A questão principal será: como Nina Rodrigues abordou a questão religiosa no Brasil, em seu livro *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*[3]. Consideramos de suma importância conhecer a postura deste autor, visto que consideramos ter sido, a partir dele, que os estudos sobre a identidade religiosa ligada ao catolicismo no Brasil teve seu início.

* Professora Adjunta do Departamento de História – Universidade Estadual de Maringá – PR. Coordenadora do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades – LERR/UEM.

O livro *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos* centra sua discussão no estudo da opção ou crença religiosa dos negros africanos e seus mestiços no Brasil. A partir dessa delimitação, Nina Rodrigues, coloca o seguinte problema: *Por que os negros africanos e seus mestiços aderiram ao animismo fetichista e não à religião predominante no Brasil, o catolicismo?* Sua tese parte do princípio que as condições mentais influenciaram na adoção da crença religiosa e como os negros seriam uma raça psiquicamente inferior, ainda vivenciando um animismo fetichista, não estariam aptos a compreender as *elevadas abstrações monoteístas*.

O que nos interessa, particularmente, neste livro é a adoção do termo *ilusão da catequese*, abordado no capítulo V. É um termo extremamente importante, porque é a ele que a Igreja católica no Brasil recorreu nos anos 1960 para compor o quadro da identidade religiosa no Brasil.

Os livro publicado pelo autor, como toda produção, representa idéias de um determinado grupo social que, apesar de não ser homogêneo, detém o poder de expressar opiniões e de legitimá-las por meio dos textos publicados[4].

Renato Ortiz (1994)[5] afirma que o trabalho dos autores do século XIX, quando voltados para uma definição de uma identidade nacional, principalmente os de Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, representam um desejo de legitimidade política, correspondendo a interesses de diferentes grupos sociais na sua relação com um Estado que queria se firmar enquanto *nação*.

Dentre os fatores que contribui para a caracterização de uma identidade nacional, a religião ocupa um espaço considerável. Para Maria Isaura P. de Queiroz[6], os estudos sobre a religiosidade no Brasil tiveram seu início efetivado em fins do século XIX, quando os intelectuais brasileiros buscavam as características componentes do *ser brasileiro*, o que significava esboçar *retratos do Brasil*, evocar *imagens do Brasil*, na procura das diferenças entre o Brasil e o restante do mundo. Queiróz afirma, ainda, que, no final do século XIX, os intelectuais brasileiros já admitiam que, na composição do *caráter brasileiro*, entravam traços culturais de três origens diferentes: a portuguesa, a africana e a indígena.

A importância dos trabalhos de Nina Rodrigues, para o estudo de nosso objeto, está, sobretudo, na análise que realiza sobre o comportamento do homem brasileiro. Foi um dos primeiros a abordar a religião, por entender a sua importância para a caracterização da cultura nacional, pois, de acordo com Florestan Fernandes[7], a herança cultural religiosa constitui o principal núcleo de defesa e preservação das culturas originais, primeiro objeto de uma verdadeira ciência social no Brasil.

A IDENTIDADE RELIGIOSA EM NINA RODRIGUES

No capítulo V, *A conversão dos áfrico-bahianos*, Nina Rodrigues aborda a questão da não-conversão dos grupos afro-brasileiros. Define um conceito que será amplamente usado a partir da década de 1960, pelos intelectuais da Igreja católica: a *ilusão da catequese*.

A ilusão da catequese seria o efeito do processo de evangelização dos escravos africanos, realizado pela Igreja católica. O que antes era considerado como sinal de conversão, para Nina Rodrigues, não deveria ser contado como sucesso da catequização católica, como por exemplo, a presença de elementos católicos nos grupos afro-brasileiros, especialmente o culto às estátuas de santos.

Rodrigues defende que seria ilusório acreditar que a tentativa de conversão católica dos negros baianos teve êxito. Ao invés de converter o negro ao catolicismo, Rodrigues defende que este mesmo catolicismo é quem foi influenciado pelo negro, adaptando-se ao animismo rudimentar, buscando uma assimilação. Percebemos aqui o processo de assimilação cultural , inerente a todo grupo social que entra em contato com práticas diferentes das suas.

O autor sustenta que a conversão foi exterior às crenças e práticas fetichistas que em nada se modificaram. Porém, acredita que apesar de possuir uma imaturidade mental, as *leis da evolução* fariam com que o negro adquiriria, no futuro, a capacidade mental necessária para compreender o monoteísmo católico, defendendo o grau de aperfeiçoamento humano empreendido pelo desenvolvimento do monoteísmo.

Rodrigues afirma que todas as crenças e práticas recebem e refletem por igual o influxo da feitiçaria e da idolatria do negro, novamente demonstrando o estado primitivo em que se encontra:

> *O animismo fetichista africano, diluído no fundo supersticioso da raça branca e reforçado pelo animismo incipiente do aborígene americano, constitue o su-sólo ubérrimo de que brotam exuberantes todas as manifestações ocultistas e religiosas da nossa população. As crenças catholicas, as práticas espíritas, a cartomancia, etc., todas recebem e reflectem por igual o influxo da feitiçaria e da idolatria fetichista do negro* (Rodrigues, 1935, p. 167).

Quanto à conversão das denominadas *raças inferiores* às crenças religiosas das denominadas *raças superiores*, Nina Rodrigues explica que, ao invés do negro converter-se ao catolicismo, este é influenciado pelo fetichismo e acaba adaptando-se ao animismo rudimentar de modo a torná-lo assimilável. Nos negros africanos existentes no Brasil e com seus descendentes, a conversão foi exterior.

> *Concebem os seus santos ou orisás e os santos catholicos como de categoria igual, embora perfeitamente distinctos. Abrigados na ignorancia geral da língua que elles falam e na facilidade com que, para condescender com os senhores, os africanos escravizados se declaravam e apparentavam convertidos ao catholicismo, as práticas fetichistas puderam manter-se entre elles até hoje quase tão extreme de mescla como na África* (id, p. 169).

Para o autor, existiria uma tendência de degeneração do fetichismo primitivo, a partir do momento em que, tanto o *negro creoulo* quanto o *mestiço*, não fossem mais diretamente educados pelo *africano*:

> *...as práticas fetichistas e a mytologia africana vão degenerando da sua pureza primitiva, gradualmente sendo esquecidas e abastardas, ao mesmo tempo que se transfere para os santos catholicos a adoração fetichista de que eram objetos os orisás* (idem, p. 170).

Acreditava que quando desaparecessem todos os africanos seria mais fácil demonstrar a pureza nesses cultos:

> *da sua transmissão aos negros Essa phase de transição é curiosa e instrutiva e convém ficar apurada por uma vez, porque, quando tiverem desaparecido de todo com os últimos africanos as praticas regulares dos seus cultos será muito mais difícil demonstrar que ainda é pura e simplesmente fetichista o culto que os negros possam dispensar aos santos catholicos. Farei observar todavia que não será muito cedo a extinção total dos cultos africanos neste estado, pois, não só são elles bem aceitos pelos creoulos e mestiços, como já vai bem adiantada a obra de transmissão creoulos e mulatos (id., 170).*

> *Mas, si no negro africano havia e há ainda juxtaposição das idéas religiosas bebidas no ensino catholico, as idéas e as crenças fetichistas, trazidas da África; no creoulo e no mulato há uma tendência manifesta e incoercivel a fundir essas crenças, a identificar esses ensinamentos. Como que para demonstrar que as leis da evolução psychologica são fundamentalmente as mesmas em todas as raças, esta fusão que tende a adaptar a comprehensão das concepções monotheistas catholicas á fraca capacidade mental do negro se está fazendo na Bahia exactamente segundo o mesmo processo porque, nos começos do christianismo, se fez a conversão da Europa polytheista ao monotheismo cristão então nascente* (id. p. 172).

Os negros estabeleceram identificações entre os santos católicos e os orixás yorubanos:

> *Ora, ainda uma vez, esta equivalência ou identificação tem aqui por base uma correspondência profissional. Para alguns santos a equivalência esta feita e é fácil seguir o processo mental e as analogias em que ella se funda; para outros é menos clara e para alguns ainda não são uniformes* (id, p.173)

Para mostrar a assimilação existente entre negros e brancos, cita como exemplos:

> *Ora, já vimos que a Sexta-feira é o dia da semana consagrado á Obatalá, aquelle em que os iniciados deste orisá são obrigados a andar de branco, trazer as contas brancas, lavar asquartinhas e mudar a águade santo. E para provar que não é o sentimento da adoração christian que ali leva a grande massa da população todas as sextas-feiras, basta saber que quer ma ida quer na volta, mesmo dentro dos bondes, as negras entoam samba, esboçam dansas que destoam completamente das praticas christans. As coisas chegam ao ponto da imprensa diária reclamar providencias da polícia em termos duros e por demais severos* (id, p. 179).

No que diz respeito à lavagem das escadas da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e a conseqüente interação entre práticas animistas e católicas:

> *A lavagem da igreja do Senhor do Bonfim, na Quinta-feira da semana da festa, é uma prática copiada das lavagens de santo do culto*

> *fetichista e executada de accordo com os preceitos desse culto* (id, p. 180).

Segundo Rodrigues, para os negros, os santos cristãos seriam orixás o que explicaria a sua defesa da idéia de uma pseudo-conversão:

> *A mãi de terreiro, Linvaldina, é devotada ao mesmo tempo a Nossa Senhora da Conceição e a Ogun. O proprietário do engenho onde ella reside, admirado de eu lhe dizer que ella era ali a mãi de terreiro, me affirmava que esta negra faz grandes despezas com a festa catholica da Virgem Maria* (Rodrigues, 1935, p.182-183).

Durante quase todo o capítulo, Rodrigues reafirma encontrar, nos cultos africanos, tanto símbolos cristãos como símbolos fetichistas:

> *Juntamente com os outros gris-gris ou talismans fetichistas se encontram por toda a parte pequenas cruzes de madeira, que ao lado das figas, buzios, etc., figuram nas cestas das compradeiras, nos taboleiros das vendedeiras ambulantes, nas vendas, etc. Há mesmo uma figa muito curiosa que se encontra em toda a parte e em que esta associação é ainda mais completa. O index da mão fechada prolonga-se bastante para terminar em uma pequena cruz* (Rodrigues, 1935, p.185).

Contudo, essas práticas não se limitariam apenas àqueles que denomina de boçais e ignorantes:

> *O número de brancos, mulatos e individuos de todas as cores e matizes que vão consultar os negros feiticeiros nas suas aflições, nas suas desgraças, nos que crêem publicamente no poder sobrenatural dos talismans e feitiços, dos que em muito maior número, zombam deles em público, mas occultamente os ouvem, os consultam, esse numero seria incalculável senão fosse mais simples dizer de um modo geral que é a população em massa, a excepção de uma pequena minoria de espíritos superiores e esclarecidos que tem a noção verdadeira do valor exacto dessas manifestações psychologicas* (Rodrigues, 1935, p. 186).

Para uma publicação na Revista Brasileira, Nina Rodrigues havia anteriormente denominado este capítulo de *Ilusões da cathequese no Brazil*, o que é justificável pelo seguinte:

> *Continuar a afirmar em face de todos os documentos, que os negros bahianos são catholicos e que têm êxito no Brazil a tentativa de conversão é portanto, alimentar uma ilusão que póde ser cara aos bons intuitos de quem tinha interesse de que as coisas tivessem passado assim, mas que certamente não está conforme a realidade dos factos* (Rodrigues, 1935, p. 199).

Ao abordar as manifestações religiosas dos escravos, Rodrigues realiza sua análise a partir de dois lugares sociais: o do intelectual e o do católico. Toda a sua análise centra-se, em primeiro lugar, em estudos sociológicos e antropológicos para descrever as práticas religiosas dos escravos africanos e seus descendentes. O seu olhar católico manifesta-se na comparação que estabelece entre o catolicismo e os cultos afro-baianos.

Apesar da crítica à instituição eclesiástica, no que diz respeito ao processo de evangelização e catequização do escravo africano, em momento algum o autor deixa de usar o catolicismo como exemplo de manifestação religiosa superior à do africano, enfocando-o como uma religião essencialmente intelectualizada.

Ao acreditar que o africano, com o passar do tempo e como resultado da miscigenação, estaria intelectualmente preparado para praticar o monoteísmo, Rodrigues não analisa o catolicismo que foi implantado no Brasil, vindo da Península Ibérica e como ele estava impregnado de elementos místicos e mágicos.

De acordo com Laura de Mello e Souza[8] o cristianismo que no Brasil era vivido pelos colonos portugueses apresentava-se eivado de paganismo e pouco apegado a dogmas e liturgias. Paganismo presente na maioria da população, sob forma de práticas mágicas e de comportamentos públicos que contradiziam o recolhimento e a elevação que a Igreja atribuía à religiosidade. Logo, o processo de cristianização no Brasil foi bastante superficial e arraigada a práticas pré-tridentinas.

Ao ater-se a um catolicismo inserido no ideal tridentino para caracterizar a superioridade religiosa do branco em contraponto com a inferioridade religiosa do negro, Rodrigues acabou por se tornar, a partir dos anos 1960, peça fundamental para a intelectualidade católica desenvolver estudos sobre a identidade religiosa no Brasil.

NOTAS FINAIS

---

[1] Koselleck, Reinhart, Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146.
[2] Certeau, Michel de, *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
[3] Rodrigues, Raimundo Nina, *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*. Bahia: s/e, 1935.
[4] Bordieu, Pierre, *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
[5] Ortiz, Renato, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Saõ Paulo: Brasiliense, 1994.

[6] Queiróz, Maria Isaura P. de, Identidade Nacional, Religião, Expressões Culturais: a criação religiosa no Brasil, IN Sachs,Viola (coord.), *Brasil & EUA. Religião e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 59-93.
[7] Fernandes, Florestan, *A etnologia e a Sociologia no Brasil*, São Paulo: Anhembi, 1958.
[8] Souza, Laura de M. citada por Hermann, J., Catolicismo IN Vainfas, Ronaldo (dir),*Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio deJaneiro: Objetiva, 2000, p. 110-112.

A LINGUAGEM DO TANGO
ESCRITA DE SI, TESTEMUNHO DA HISTÓRIA

SONIA APARECIDA SIQUEIRA

"Esa ráfaga, el tango, esa diablura
Los atareados años desafía;
Hecho de polvo y tiempo, el hombre dura
Menos que la liviana melodía.
Que sólo es tiempo. El tango crea un turbio
Pasado irreal que de algún modo es cierto,
Un recuerdo imposible de haber muerto
Peleando, en una nueva esquina del suburbio"
(Borges)

1. A canção como linguagem

A legitimidade do uso da canção como fonte documental está justificada pela ampliação, desde meados do século passado, dos recursos de que se serve o historiador, sempre em busca da compreensão do homem total, preocupado em fugir da coerção da objetividade positivista. "A música, sobretudo a popular, pode ser compreendida como parte constitutiva de novas condições, contradições e tensões em que os agentes sociais, com suas relações práticas, coletivas e individuais e por meio dos sons, reconstroem partes da realidade sócio-cultural".[1]
A música como linguagem é expressão de um tempo, de um espaço, da maneira pela qual os homens nele se situam. Do ponto de vista emocional é veículo catártico de sonhos, frustrações, ambições, desencontros, desesperanças. A música, sobretudo a popular, pode ser compreendida como parte de novas condições de trabalho do historiador. A música está fundamentalmente no universo da sensibilidade. Marcada por objetivos essencialmente estéticos e artísticos destinados à fruição pessoal e/ou coletiva, a canção assume a singularidade própria do autor e de seu universo cultural, não obstante pequenas variáveis na leitura instrumental, do intérprete e do receptor. No caso do tango, há de se dar relevo ao bandoneón, às orquestras típicas, bem como a aceitação do público, o que deixa entrever seu profundo sentido humano.
A História tem-se voltado para a Cultura Popular, nela buscando, além da coerência, a expressão da resistência dos oprimidos em tempos delimitados. Nível de cultura quase todo alocado no homem comum, nessa personagem anônima que raramente surge na história, mas que vive um cotidiano, onde também cabem revoltas, necessidades e sentimentos. E que se fez ouvir pela música.
No caso da canção o foco se desloca para duas instâncias: a linguagem poética e a linguagem musical que embora interligadas podem ter estudos separados, sem prejuízo da validade do testemunho final.

1.1. O tango como a voz do povo.

Para Giacobbe, o tango mostra de um lado o canto da Europa pobre, de outro, o canto do pampa pobre. Deriva, pois, da pobreza e do proletariado.[2] O tango teve momentos marcantes que permitem periodizações visíveis, nas suas origens e na sua projeção para a cidade e para o mundo, mantendo sempre a mesma característica: o espelho da realidade, seja ela espacial, seja a emotiva. A um certo momento há uma relação

[1] *Moraes,* José C. Vinci de: História e música: canção popular e conhecimento histórico. In *Barros,* Carlos (editor): Actas del II Congreso Nacional de Historia a Debate**.** Santiago de Compostela, 2000 II p. 97.
[2] *Giacobbe,* Francisco: La Argentina se expresa en su música. El tango. Bs. Aires, 1947.

simbiótica da alma com o meio, com a paisagem. Nas palavras de Túlio Corella o tango resulta de duas psicologias: a espanhola e a italiana, fundidas na nostalgia.[3] O tango nasceu na periferia de uma cidade que ainda não definira plenamente os seus contornos, nas partes mais deserdadas material e moralmente, onde se anichava a pobreza, o infortúnio, a desesperança. Está ligado, nessa primeira fase, de 1895 a 1905, a todas as dificuldades, à ultrapassagem dos limites morais e sociais. Seus criadores estão além das margens sociais, fugindo para o aprendizado das profissões pobres, para o lumpen-proletariado. Indivíduos desorientados no ambiente estático, tipos urgentemente necessitados do menor benefício, que reclamavam o direito de ser alguém. Moços que se emancipavam da situação de colonos, da escravidão das milícias e do eleitorado de rebanho, mas que não vislumbravam em seu futuro um emprego com salário fixo.[4] Angel Villoldo, considerado o "pai do tango", por exemplo, tinha em uma das mãos uma guitarra e na outra, um pratinho pedindo gorgetas depois da execução de suas músicas. [5]Modestos foram os ofícios dos primeiros criadores de tangos: peões de matadouro, condutores de bonde, padeiros, tratadores de cavalos. O grande Gardel foi empregado do mercado de Abastos.

O tango nasce triste e rancoroso em meio da miséria, não da pobreza, da fome, dos farrapos, da sujeira, de enfermidades, amoralidades. "As bocas que não sabiam gemer proclamavam suas dores ao som do organito... a voz, o gesto, o soluço da gente que não sabia rir a não ser quando embriagada".[6] O tango agride por que retrata a defesa daqueles sem apoio. Retrata penosas realidades da infância. Em *Por qué canto así,* confessa Celedonio Flores*: "Porque vi el desfile de las inclemencias/ con mis pobres ojos de llorar abiertos.../ me fui modelando en ódio y tristeza, en las amarguras que da la pobreza,/ en llantos de madres,/ en las rebeldías del que es fuerte y tiene/ que cruzar los brazos/ cuando el hambre viene."*O tango estava ligado a uma população que buscava definir sua identidade, população de migrantes e de imigrantes, principalmente italianos, todos em busca de melhores oportunidades de ascensão social. No início, como milonga-tango, e depois como tango-criollo e por fim como tango-canção, deixa sempre transparecer a nostalgia dos pampas e as saudades da Itália distante. *La Cantina,* de Catulo Castillo: "*tarantella del barco italiano.../ la cantina se ha puesto feliz,/ pero siento que llora lejano/ su recuerdo vestido de gris/"*As raízes rurais vão desaparecendo, mas as recordações do país de origem permanecem nas letras: "*Cuándo escucho !Oh sole mio!/ Senza mama y senza amore/ siento un frio aqui en el cuore.../ Soñé a Taranto en mil regresos/ ´pero sigo aquí en la Boca/ donde lloro mi congoja.../ (*Canzoneta, Lary Enrique)

Problema da pobreza, que migrava com os homens ajuntou-os em áreas suburbanas e instalou-os em habitações coletivas, divididas e redivididas, os cortiços, (conventillos) rodeando patios internos, de uso comum. Nos arrabaldes, - lugares de tabernas, de refugios misteriosos, de prostíbulos – projetaram-se, das almas rebeldes e heterodoxas, rejeições a toda a conveniência. Neles se integravam os descontentes com a cidade e muitos dos que a cidade excluíra. Ganharam fama os bairros do sul, como Pompeya, Barracas. Boca, Boedo. "Boedo foi o arrabal que irrompeu na cidade com suas angústias, suas frustrações, seus padecimentos, suas rebeldias e também com suas esperanças". Nos arrabaldes nasceu a poesía "barriobajera". Dividindo copos, angústias, confidências e blasfêmias, disputando mulheres e espargindo brigas.

Na década de 20 o tango fala de payadores e milongueras, dos cafetões dos subúrbios, da prostituição, das casas de baile, de jogo, da importância do álcool. Nada

---

[3] *Corella*, Túlio: El tango, mito y esencia. Bs. Aires, 1956.

[4] *Liacho,* Lázaro: Dialectica del tango, 1954.

[5] *Lara,* Tomás de e *Panti,* Inês Leonilda Roncetti: El tema del tango en la literatura argentina. Bs. Aires, Ediciones Culturales Argentinas, 1961, p. 132.

[6] *Sáenz,* Máximo (*Last Reason):Elogio del gotán 1926 apud Lara,* Tomás de e *Panti,* Inés Leonilda Roncetti: op. cit

importa: *"Esta noche amiga mía,/ el alcohol nos ha embriagado/ ¡ Que me importa que se ríen/ y nos digan los mareados! (Los mareados,* Enrique Cadicamo) Heroína, coca, morfina, ópio, lenocinios, sífilis, loucura, lixo humano, tudo parece natural "al arrullo funeral de un bandoneón". Nada espanta. *Flor de fango,* de Pascual Contursi, fala com naturalidade da adolescente que se prostituíra: "*justo a los catorce abriles/ te entregaste a la farra,/ las delicias del gotan./ Te gustaban las allajas/ los vestidos a la moda/ y las farras de champán"/* O subúrbio define uma identidade para os seus moradores que convivem nos bailes, nas danças dos patios internos dos cortiços, em tertúlias literárias nos cafés da região. Surgem as "barras", grupos de amigos que se identificam e partilham tristezas e lazeres. De extração humilde, fazem das tabernas e dos "conventillos" seu ponto de união. O subúrbio acabou marcando, além de uma etapa da vida coletiva da cidade, uma referência saudosa do Passado. Reaparece no imaginário musical mesmo depois de alguns anos, quando a cidade crescera e os homens com ela se haviam identificado e integrado. A classe media crescera e já havia mais dinheiro. Os pontos de encontro passaram a ser preferentemente os cafés, redutos da boemia e do tango, iniciação na vida masculina como se refere em *Cafetín de Bs. Aires: "...de chiquilín te miraba de afuera/ como las cosas que nunca se alcanzan/ ...*E depois, *"Como una escuela de todas las cosas,/ ya de muchacho me diste entre asombros/ el cigarrillo, la fe en mis sueños/ y una esperanza de amor"/ (*Santos Discépolo) A "barra" se transformou em patota e os bordeis deram lugar aos pontos de encontros amorosos como café de Armenonville, os bulins. (*Cuartito azul* de Mario Batistella, *El bulin de la calle Ayacucho*. De Celedonio Flores). Nos cotorros, a vida se escoava em termos familiares das casas humildes, ou abrigavam uniões mais ou menos instáveis. (*Mi noche triste,* de Pascual Contursi).

Poemas sobre os subúrbios são verdadeiras aquarelas que fixam um momento específico da espacialidade buenairense. Assim como em *Barrio de tango: "Um pedazo de barrio, allá em Pompeya/ durmiéndose al costado del terraplén./ Um farol balanceando en la barrera/ y el misterio del adiós que siembra el tren./Un ladrido de perros a la luna/ y a lo lejos la voz del bandoneón./"*(Homero Manzi) Pode-se dizer o mesmo de *Silbando,* de González Castillo, de *Sur,* de Homero Manzi.

Nos anos 20 há de tudo para comprar e cada vez menos gente que o possa fazer. Também há mais gente na cidade e maior dificuldade de empregos. Em *Pan,* de Celedonio Flores, está o julgamento de um homem que roubara um pouco de pão*: "Sus pibes no lloran por llorar/ ni piden masitas,/ ni dulces ni chiches,/ !Señor! Sus pibes se mueren de frio/ y lloran hambrientos de pan./ … ¿Trabajar? ¿Adónde? Extender la mano/pidiendo al que pasa limosna ¿por qué? Recibir la afrenta de un 'perdone hermano'/él que es fuerte y tiene valor y altivez…/ Se durmieron todos. Cachó la bareta,/ se puso la gorra, resuelto a robar./ Un vidrio, unos gritos, auxílio, carrera,/ un hombre que llora y un cacho de pan ./"*

Com o tempo Bs. Aires passou por transformações, não apenas físicas, mudando suas paisagens, mas na redistribuição de algumas camadas sociais, em desintegração, que se convertiam no proletariado. O tango muda junto com a cidade. Sai do arrabal e vai para o centro. Os bairros mudam, mas a saudade fica, cantando recordações dos subúrbios e dos velhos companheiros. (*Felicidad, Chan...Ventarrón, 1974) Via Muerta* de Gabriel Ferraro: "*...ya no somos lo que fuimos una vez…/ Mi tranvía se muere en el destierro/ y tu barrio sin nombre ya se fué."/* Borges pregunta: *¿Donde estarán? Pregunta la elegia/ De quienes ya no son, como si hubiera/ Una región en que el Ayer pudiera/Ser el Hoy, El Aún, y el Todavía. ¿Donde estará (repito) el malevaje/ Que fundo en polvorientos callejones/ De tierra o en perdidas poblaciones/ La secta del cuchillo y del coraje?* O tango continua patrimônio do povo, um lamento, estado de alma da multidão. Os poemas começam a deixar a hecatombe dos vícios e prazeres, das farras, dos boliches e dos cabarés. A população, preferentemente urbana, se identifica com Bs. Aires. Aliás, em todo homem, há a representação de uma cidade. Fora dela, nada há. *Anclado em Paris* se dirige a Bs. Aires como se fosse uma mulher que compreende e ampara. No exterior a cidade

longínqua é parte de cada um. Desde Gardel com *Mi Bs. Aires querido,*passando por *La canción de Bs. Aires* (Manuel Romero, 1934) a Hector Negro com *Hoy te encontré Bs. Aires (1980)* muitas são as canções que cantam a cidade: *Vivir em Bs.Aires* , *Gracias Bs.Aires, Viejo Bs. Aires, Por Bs. Aires, La canción de Bs. Aires, ¿Que te pasa Bs. Aires? Si Bs. Aires no fuera así. Aleluya Bs. Aires, ¿En que esquina te encuentro Bs Aires? El cantor de Bs. Aires.*

1.2.O poema na música: as letras dos tangos

As letras de tango são literariamente pouco válidas, mas muito importantes do ponto de vista estético e como indícios da vida social e da mentalidade individual. Nisto reside sua transcendência. Os primeiros tangos tiveram influências rurais e dos que viviam nos limites extremos da cidade, que se sentiam parias, numa condição de imigrantes na zona urbana de sua própria terra. Os malevos e suas mulheres eram portadores de uma música, uma dança, uma linguagem genuína, uma maneira de sentir a vida.O povo simples era premido por uma necessidade de coisas novas, de expressões de rebeldia. Surge o lunfardo, que dominou por algum tempo as letras e depois respingou em algumas outras. [7] O lunfardo é visto com o a linguagem da delinqüência, dos marginais. Para Gobello, o lunfardo é menos oriundo dos cárceres, de empréstimos do *underground*, do que da imigração.[8] Construção contínua sobre a base da língua popular e da absorção de dialetos italianos, principalmente genoveses, sua estrutura se nutre de substantivos, verbos, adjetivos e interjeições castelhanas mudando o significado, dando-lhes um sentido distante do original. Muitas vezes muda-se a ordem das sílabas: tango é gotán, bacán é camba, cabeza é zabeca. E as letras se polvilham de *mishiadura (*suma pobreza), de *bulin (*lugar de encontros amorosos), de *cotorros (*pequenas residências), de *percantas (*amantes). Aparecem nos arrabais termos lunfardescos para expressar um sentimento ou um novo valor.[9] A lunfardia muda quando começa a ser entendida, e foi substituída por um vocabulário só compreendido pelos que viviam no delito ou na picardia. Chegou ao tango com Carlos de la Púa, Celedonio Flores, e Julián Centeya.

As letras têm sua ética e sua filosofia, na atitude que cada um adota frente às grandes interrogações que a vida lhe propõe. Quando toca o social, transfere-o para o individual. (*Acquaforte*, de Juan Carlos Marambio Catán, ao falar da alegria da vida cabaretera, "*hoy puedo ya mirar con mucha pena/ lo que en otros tiempos miré con ilusión"/*

A história que o tango conta deve ser triste. Fala de acontecimentos desgraçados (*Noche de Reyes,* quando o marido mata a mulher infiel e deixa o filho ao abandono), ou infelizes (*Mañana iré temprano,* de Carlos Bahr, que fala da tristeza de um homem doente que não pode levar flores ao túmulo da mulher amada. Devem ser desesperançadas (*El carrillón de la Merced*, de Alfredo Le Pera, assemelha-se àquele que cansado de viver, roda sem saber onde morrer. As letras têm um interesse testemunhal, lingüístico e histórico. Falam de coisas, de costumes, de personagens, de lugares. Na década de 20 há uma poética derivada do gauchesco (payadores suburbanos), um decisivo descobrimento político do subúrbio, eternizado na poesia de Evaristo Carriego.[10]

---

[7] *Quintana,* Federico: En torno a lo argentino. Bs. Aires, 1941.

[8] *Gobello,* José: Nuevo Diccionario lunfardo. Bs. Aires, Corregidor, 1994, vbo. Lunfardo.

[9] *Cruse,* Roberto Puertes: Psicopatología del tango. Bs. Aires, Editorial Glem, 1959 cap. Sobre Lunfardia, pp. 94-97.

[10] Cf. *Rossler,* Osvaldo: Poetas de Bs. Aires in *Clarín,* Bs. Aires, 1969, *Salas,* Horacio: La poesía de Bs. Aires. Bs. Aires, Pleamar, 1968, *Cruzzi,* Marcela: Evaristo Carriego. Vida y obra. Bs. Aires, Plus Ultra, 1971.

2. O poema do tango como escrita de si.

O poema do tango se inscreve na escrita de si, que para Gusdorf, "expõe o testemunho da presença humana sobre o tema dos vivos, indissolúvel dos ciclos e ritmos da consciência comunitária que fala através dela."[11] Colocar o *eu* como sujeito da consciência sobre o qual se apóia a experiência objetiva não elide as considerações sobre o entorno ou sobre o sentido da vida como unidade e totalidade. O tango transcreve uma situação espiritual existente e intervém, como fato dinâmico na evolução da realidade. Realidade que se modifica entre os anos 20 e 50 do século XX. Nas suas letras o subjetivo, o sentimento, o tempo, a memória. Subjacente a dor e a melancolia. O *eu* e o *outro. Eu* na casa da minha mãe, *(La casita de mis viejos),* na estação do trem *(Ya sale el tren),* no cais do porto (*Tristeza marina, Mañana zarpa um barco),* na beira do rio (*Em um rincón de la ribera)* sentido-se imobilizado como os velhos barcos lembrados em *La boca del Riachuelo. Eu* na cadeia (*El penado 14),* ou cometendo atos delituosos (*Dicen que dicen).* As letras de tango são poemas que se convertem em canções, retalhos de vida material ou emocional. Postulam uma identidade para si, e buscam registrar a própria vida. A vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo, mas se mescla com a cidade, parte de sua intimidade. Significativa a letra de *Bs. Aires conoce: Bs. Aires conoce mi aturdida ginebra/ El silbido más mío, mi gastado camino…/Bs. Aires recuerda mi ventana despierta/. Mis bolsillos vacíos, mi esperanza de a pie./ Bs Aires conoce mi mujer y mi noche/ Mi café y mi cigarro, mi comida y mi diario./ Bs Aires me tiene apretado a su nombre/ Atrapado a sus calles, ambulando su piel./ Refugio de mis largas madrugadas/ Abrigo de mi verso y de mi sino/Su cielo de gorrión, su luna triste/ Son cosas que también viven conmigo./ Esquina de las cuadras de mi vida/ Guarida de mis sueños más absurdos/ Embarcadero gris de mi ambición de luz/; Secreta latitud de mi canción."/* E termina*: Bs. Aires es un duende, una copa de vino/ Ese amigo sin nombre que se encuentra al azar". (Ruben Garello, 1997)*

Penetramos pelo caminho das intimidades, da catarse, prática cultural estratégica para um equilíbrio sempre precário entre a expressão e a contenção de si. Expõe-se a identidade do homem do povo, marginalizado pelo sentimento, urbano, portenho. A linguagem do tango-canção se apóia em determinados modelos literários populares ou não, uma maneira de metaforizar que provém das ruas, da experiência vivida e do imaginário coletivo mais humilde, pois o tango canta a dor dos humildes ao espargir suas angústias na longa lamentação. O *outro* é o interlocutor, ou o ouvinte passivo: a cidade com suas ruas, suas esquinas, suas casas, seus cafés, suas tabernas, suas "garçonières". A cidade: *Vos y yo (*Eladia Blásquez), *Mi ciudad y mi gente (*Hector Negro), até o belíssimo poema de Horacio Ferrer, *Balada para mi muerte:* Moriré en Bs. Aires. Será de madrugada/ Guardaré mansamente las cosas del vivir:/ mi pequeña poesía de adioses y de balas,/ mi tabaco, mi tango, mi puñado de esplín./ Mi pondré por los hombros, de abrigo toda el alba,/mi penúltimo whisky quedará sin beber./ Llegará, tangamente, mi muerte enamorada,/ yo estaré muerto en punto, cuando sean las seis./ Hoy que Dios me deja de soñar,/ a mi olvido iré por Santa Fe,/ sé que en nuestra esquina vos ya estás/ toda mi tristeza hasta los pies./ Abrázame fuerte que por dentro/ oigo muertes, viejas muertes,/ agrediendo lo que amé…/ Alma mía… Vamos yendo…/ Llega el día… No llorés"/

A letra, nostálgica, retorna ao Passado, com dor e melancolia. Não importa o Passado, desde que seja Passado. *Volver, Viejo rincón.* Voltar. A felicidade ficou atrás, envolta na saudade. Saudade de um Passado que se foi pelas impossibilidades do Presente. Em *Cuartito azul,* as novas imposições da idade e dos deveres são responsáveis pelo seu abandono. A mulher ocupa posto de destaque e sua presença é o "leit motiv" das letras. Primeiro a mãe, invocação constante, com carinho, respeito e arrependimentos (*Madre hay uma sola)*. Pela mãe, insultada, se mata. Em *Sentencia,* conta Celedonio

[11] *Gusdorf,* Georges: Les écrits du moi: lignes de vie. Paris, Odele Jacob, 1991, 1º vol.

Flores: "*La audiencia de pronto/ se quedó en silencio;/ de pie, como un roble,/ con acento claro/ hablaba el malevo:/ 'Yo nací, señor juez, en el subúrbio,/ subúrbio triste de la enorme pena, en el fango social donde una noche/ asentara su rancho la miseria./ De muchacho nomás, hurgué en el cieno/ donde van a podrirse las grandezas,/ !Hay que ver, señor juez, como se vive/ para saber después como se pena./ Un farol en una calle tristemente desolada/ pone con la luz del foco su motivo de color./ El cariño de mi madre, de mi viejita adorada,/ que por santa merecía, señor juez, ser venerada/ en la calle de mi vida fué como la luz de faro/ Y piense, si aquella noche, cuando oí que aquel malvado/ escupió sobre sus canas el concepto bajo y cruel/ hombre a hombre, sin ventaja, por el despecho cegado,/ por mi cariño de hijo, por mi cariño sagrado,/ sin pensar, loco de rabia, como un hombre lo maté./ Olvide Usted un momento sus deberes/ y deje hablar la voz de la consciencia. Deme después, como hombre y como hijo/ los años de presídio que Usted quiera,/ y si va a sentenciarme por las leyes/ aquí estoy para aguantarme la sentencia…/ pero cuando oiga a maldecir a su viejita/ ¡es fácil, señor juez, que se arrepienta!.../ La audiencia, señores,/ se ahogaba en silencio,/ llorando el malevo/ !lloraba su pena/ el alma del pueblo!"* Depois a mulher amada que sempre faz sofrer: pela sua ausência, pela espera inútil de sua volta. (*Soledad,* de Alfredo Le Pera). Aliás a solidão, que marca desde o início a linguagem do tango permanece, expressa na importância do *eu* no seu relacionamento com o *outro.* O ódio e o rancor conservam um dinamismo negativo que a sensibilidade angustiada não agüenta. *(Te odio,* de Celedonio Flores, *Rencor)*. Deseja-se vingança (*En carne propia,* a ingrata sentirá a dor pelos seus atos*)* O tema da morte física não é muito presente, mas a tristeza de quem ficou é dolorida. Em *Sus ojos se cerraron* (Alfredo Le Pera, 1935), há uma revolta pela indiferença do mundo e pela dor da perda. *Tu pálido final* registra a morte da mulher amada. (Alfredo Faustino Roldán, 1941). O tema do bairro concentra seu saudosismo e provoca expressões , sentimentais: *Sobre el pucho,* de Contursi, *Ventanita de arrabal,* de José Gonzalez Castillo*, Arrabal amargo,* de Le Pera, *Barrio pobre,* de García Jiménez, *Barrio reo,* de Alfredo Navarrine. As amizades perdidas também fazem sofrer: *Tres amigos,* de Cadicamo lembra de Pancho Alsina, de Balmaceda.

O tango é memória passional. Fala da paixão do varão (*Canción desesperada),* da paixão da mulher (*Milonguita)*, do sentimento de incomunicabilidade *En un rincón de la ribera*, onde se fica *navegando en el sueño que no volverá*... O tango é tristeza e melancolia. Enquanto outras músicas foram feitas para curar feridas, o tango toca e canta para que se abram, para que sigam abertas, para recordá-las, para meter nelas o dedo até que sangrem. O tango foi triste, primeiro, por causa da miséria e da fome. Continuou triste quando se tornou veículo da exposição dos sentimentos, das dores, das frustrações, das desesperanças. Encontrou no bandoneón o instrumento exato para cantar as horas negras, o fundo escuro de um viver dolorido.[12] Primeiro a angústia de um viver sórdido, depois, o tema da regeneração moral, quando voltou da Europa aromatizado, civilizado, modernizado. Depois o tango recolhe normas éticas da sociedade burguesa que se consolidava. Ao mau passo, o castigo. Em *Flor de fango* a mulher recebe seu castigo pela violação de normas morais. Em *Carne de Cabaret,* a pecadora acaba só num hospital. O amor próprio ferido desencadeia o castigo, mesmo que seja moral. *Sin palabras.* Mesmo sabendo da impossibilidade de saber a verdade esta é buscada em *Secreto,* de Discépolo. A angustia de não alcançar o amor desejado está em *Mi cantar,* de Homero Expósito, em *Alma em pena,* de Garcia Jiménez. Ciúme e ódio levam à morte: *A la luz del candil,* de Julio Navarrine. A análise do tango permite revelar e apreender zonas obscuras do cotidiano, dando destaque aos sentimentos e à sensibilidade, propostas atuais da historiografia que, através de estudos das representações de forte teor simbólico, expõe outras facetas

[12] "La voz del fuelle se quiebra a veces en gritos de dolor y en alaridos de desesperanza!. Last Reason, op. cit.

da realidade individual e coletiva. O tango está fundamentalmente radicado no universo do emocional. Sua expressão é uma forma específica do poema.

3. O tango como fonte da História

Mescla da História dos Sentimentos e dos Ressentimentos, o tango é "um lugar de memória".Memória urbana, memória social, memória de si. Permite a reconstituição da História Urbana , da História Social e das mentalidades, da História de si.
A história de Bs.Aires gira entre dois eixos: o subúrbio e o centro. O tango nasceu ao sul da cidade, às margens do rio. La Boca del Riachuelo passou a guardar fundas raízes, tradições e costumes da população ali estabelecida, povoando sua parte mais extrema com nostálgicas canções e sons de acordeons marinheiros. Nos fins do século XIX conheceu uma atividade intensa pela presença dos barcos de cabotagem. A nostalgia da área permaneceu e surgiram tangos como *El corazón al Sur*, de Eladia Blasquez (1975). Cenários importantes, até meados do século passado, foram os cafés, presentes desde a época colonial, anexados aos armazéns. Começaram nos arrabaldes e depois foram para o centro.[13] Ligados ao tango, os cafés da Boca se multiplicaram, muitos freqüentados por indivíduos duvidosos. Em destaque o Café de los Negros, frequentado por importante grupo negro da "barriada" boquense, formando um agrupamento étnico primordial. No centro o tango veio a se concentrar em Corrientes, e ali também os mais famosos cafés que deram vida à cidade foram para Flores, Palermo, Recoleta. O tango recolhe suas lembranças: *Café de la Humedad* (Cacho Castaña, 1972), *Café de los Angelitos* (Catulo Castillo, 1944), onde se lamenta a ausência de velhos companheiros, como Gabino e Cazón.
A História Urbana abre caminho para a História Social que encontra mil exemplos num espaço e num tempo. A cidade abriga, numa conjugação inseparável o material e seu espírito. Neste, a ética vigente, que ora se enfraquece, ora se estreita na condenação das transgressões morais. Mostra compaixão pelas pecadoras, como lamenta a mulher que ficou solteira, por nunca ter sido amada: *Nunca tuvo un novio,* de Cadicamo. O tango guarda a memória dos principais nomes a ele ligados, compositores, bandeonistas, cantores.
No registro dos comportamentos encontramos caminho para a História das Mentalidades. O desencanto é permanente. "*Primero hay que saber sufrir, después amar, después partir, y al fin andar sin pensamientos" (Naranjo en flor).* Um dos caminhos de fuga é o alcool: *La última curda, Tomo y obligo, Esta noche me emborracho, Nostalgias, La última copa,* entre muitos. Interesse atual dos historiadores, a análise da sensibilidade, recorrendo à memória, aos discursos e às narrativas. Memórias de questões sofridas, de sentimentos de impotência diante dos caminhos da vida, memória de derrotas, imagens de vencidos. Ressentimentos de minorias que buscam redefinir sua identidade, que se desesperam diante do intransponível das necessidades. Relações entre a afetividade das pessoas e as práticas sociais, as ambições que levam a optar por caminhos que acabam gerando o arrependimento e o desejo de voltar, tudo está no tango, exteriorização do que vai dentro das almas, sejam ternuras, sejam rancores. Puros desabafos ou justificações de caminhos como o do álcool ou o da morte. Catarses. No desnudamento de sentimentos feridos ou esmagados, as letras dos tangos são fonte excepcional para a reconstituição dessa abordagem da Nova História.[14] "O tango é um tratado sobre o desejo, daquele que tem a impossibilidade de realizá-lo. Um tratado de frustrações."[15]

---

[13] *Bossio,* Jorge A.: Los cafés de Bs. Aires. Reportaje a la Nostalgia. Bs. Aires, Editorial Plus Ultra, 1995.
[14] Cf. *Bresciani,* Stella e *Naxara,* Márcia (org.): Memória e (re)sentimento. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.
[15] *Hurtado,* Gustavo: Tangoanálisis. De papusas que no oyen y varones amurados. Bs. Aires, Club de estudio, 1994.

¿Por qué, si a tu lado no tengo destino, por qué no me arranco del pecho este amor? Por qué con el alma en pedazos me abrazo a tus brazos si no me quereis? (Y todavía te quiero)

4. Considerações finais

Os homens partilham de um mesmo mundo, são feitos de carne e alma. É compreensível o transborde espontâneo de um sentimento poderoso como Wordsworth caracterizava a poesia popular que se converte numa épica, com categoria histórica, a partir de um contexto definido, embora em constante mudança. O problema é validar a poesia que se transformou num fato fundamental da música popular do século XX. É fácil descobrir genealogias e caracteres arquetípicos em toda a letra de tango. Cada letra remete a outra. O organito de Carriego é recriado por González e Catulo Castillo no *Organito de la tarde* e por Homero Manzi em *El último organito*. Ao *Cambalache* de Discepolo, segue *Al mundo le falta um tornillo,* de Cadicamo. Propõem-se muitas concomitâncias em sua textualidade por que o tango abarca a existência humana, A conceitualização do tango-canção contem todos os matizes novelísticos: personagens, paixões, espaços e tempo, ação e léxico. Tudo o que move os homens, o desejo, o temor, o gozo carnal, a ira, as intrigas, a felicidade, está nas letras do tango, vasta comedia humana da vida de Bs.Aires. Os poetas do tango falaram de si, tomando as alteridades como motivos. Precisamente pelo seu parentesco vital com a consciência mítica, a vida cotidiana e a história do povo entregaram-se aos substratos inconscientes e conscientes de uma epopéia na qual eles próprios são os protagonistas e as vozes. Nem ideologias, nem dialéticas: escrevem o que observaram, o que viveram, com comiseração, piedade, fraternidade, complacência, desejando dar forma a seu viver num mundo que sabiam não poder transformar.

O tango não foi político, mas o homem humilde, postergado, ao qual se dirigiu boa parte da política de Yrigoyen, não difere do que foi escolhido por Celedonio Flores. Este, no prólogo de seu livro *Cuando pasa el organito*, diz: "Este livro é para os homens modestos, para os que não sabem nada, para os que leem soletrando com dificuldade, os que têm as mãos fortes, enrugadas e envelhecidas, e que têm as mangas dos casacos lustrosas pelas madeiras dos escritórios, ou pelos mostradores dos boliches. Para a pobre modista que no rigor do inverno cobre com um casaco de algodão transparente o vestido do verão passado, para a pobre operariazinha de meu subúrbio, para o vigilante da região mais afastada das ruas dos arrabaldes..." [16]

Apesar do novo perfil imposto pela Pós-Modernidade que resultou da acelerada mudança de valores e de mentalidades no Ocidente, portanto também em Bs.Aires, apesar das mudanças nas melodias do tango, primeiro pela Orquestra de Câmara do Tango, de Francisco Amor, depois por Astor Piazzola, que buscam se achegar ao portenho de hoje, o tango tradicional permanece. Permanece pelo seu conteúdo humano que é eterno, embora seja muitas vezes ocultado. A sensibilidade não desapareceu. Por isso o estudo do tango é importante para o historiador na sua teimosa insistência de compreender o homem, compreendendo-se a si próprio.

5. Bibliografia

Barros, Carlos (dir.): Actas del II Congreso Historia a Debate. Santiago de Compostela, 2000 3 vols.

Bossio, Jorge A.: Los cafés de Bs.Aires. Reportaje a la Nostalgia. Bs. Aires, Editorial Plus Ultra, 1995.

[16] *Rossler,* Osvaldo: Celedonio Flores in La Historia del tango. Bs.Aires, Corregidor, 1980 pp. 3167 a 3208.

Bresciani, Stella e *Naxara,*Márcia (org.): Memória e (re)sentimento. Campinas, Ed. Uicamp, 2001.

Byón, Silvestre et alii: La Historia del Tango. Los años veinte. Bs.Aires, Corregidor, 1977 vol. 6.

Corella, Tito: El tango, mito y esencia. Bs Aires s/e 1956.

Cruse, Roberto Puertes: Psicopatologia del tango. Bs.Aires, Editorial Glem, 1959.

Cruzzi, Marcela: Evaristo Carriego. Vida y Obra . Bs.Aires, Plus Ultra, '994.

Gobello, José: Nuevo Diccionario lunfardo.Bs.Aires, Corregidor, 1994.

Gusdorf, Georges: Les écrits du moi: lignes de vie. Paris, Odele Jacob, 1991, 2 vols.

Hurtado, Gustavo: Tangoanálisis. De papusas que no oyen y varones amurados. Bs.Aires. Club de estudios, 1994.

Lara, Tomás e *Panti,* Inés Leonilda Roncetti: El tema del tango en la literatura argentina. Bs.Aires, Ediciones Culturales Argentinas, 1961.

Liacho, Lázaro: Dialectica del Tango. Bs Aires s/e 1954.

Moraes, José C. Vinci: História e música: canção popular e conhecimento histórico. In Actas del II Congreso de Historia a Debate cit. II p. 97.

Moya, Octavio G.: Tangos que yo quiero. Córdoba, Ed. Latinoamericana, 1995.

Quintana, Federico: En torno a lo argentino. Bs.Aires 00
0s/e 1941.

Real, J.C. Martín et alii: La Historia del Tango Corregidor, Bs.Aires, 1980 vol. 17 Los Poestas.

Romano, Eduardo: Las letras del tango. Antología cronológica 1900-1980. Rosario (Córdoba), Editorial Fundación Ross 2000 4ª ed.

Rossler, Osvaldo: Poetas de Bs.Aires in *Clarin,* Bs.Aires, 1969.

Sáenz, Máximo (*Last Reason)* Elogio del gotán. Bs.Aires, s/e 1926.

Salas, Horacio: La poesia de Bs.Aires. Bs.Aires, Pleamar, 1968.

Tiempo, Cesar: Bs.Aires esquina Sábado. Bs.Aires, Archivo General de la Nación, 1997.

Profa. Dra. Sonia A Siquiera
USP/UERJ

MAPEANDO AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES

RIO GRANDE DO SUL - 1910/2001

Sonia Bressan Vieira* - URI

Nesta pesquisa, nosso esforço foi no sentido de responder à questão colocada por Michel Foucault "...é como reivindicação de sua especificidade sexual que os movimentos feministas aparecem no século XIX. Para chegar a quê?" (FOUCAULT, 1979, p.268)[1]. Esta questão e a observação de atitudes e falas de mulheres líderes de Organizações, bem como a análise e reflexão sobre o surgimento, identificação e categorização das mesmas constituíram-se na razão pela qual teorizamos o gênero feminino, neste estudo. A pesquisa desenvolveu-se alicerçada num referencial teórico a partir dos conceitos de *organização, poder*, num contexto de história do *Tempo Presente* utilizando a *História Oral* como forma e meio de uma aproximação maior com a realidade. As fontes que subsidiaram nossa pesquisa representam uma forma peculiar e diferenciada devido as suas características. Utilizamos, basicamente, fontes orais, e escritos, tais como *folders, cartilhas, anotações de arquivos, notícias de jornais, estatutos, regimentos, cartazes, folhetos, fotos, atas, registros documentais, objetos, publicações várias*, oriundas das Organizações que íamos tomando conhecimento. Através da análise de estatutos, documentos, *folders,* publicações, atas, cartazes, folhetos, objetos e, principalmente, através dos noventa e cinco (95) *depoimentos* das entrevistadas[2], em sua quase totalidade – presidentes, líderes e responsáveis dos diferentes grupos organizacionais, colhidos, em sua grande maioria, *pessoalmente* buscamos conhecer as Organizações, *em atividade*, no Estado, neste início de século, bem como, as que não se encontram mais em atividade. É neste contexto, que passamos a identificar e categorizar as Organizações ligadas à mulher no Rio Grande do Sul.

* Professora e Coordenadora do Curso de História - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/RS. Mestre em História pela UNISINOS –RS

1. ADENTRANDO NAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES, *EM ATIVIDADE*, NO RIO GRANDE DO SUL: IDENTIFICAÇÃO POR DÉCADAS E CATEGORIZAÇÃO DE ACORDO COM A TEMÁTICA PREPONDERANTE DE ATUAÇÃO

Identificamos 78 Organizações *em atividade*, que atuam com a temática "mulher" de forma exclusiva ou, em sua maioria e doze (12) *inativas.* Das Organizações em atividade, foram *localizadas* setenta e seis (76) sendo que destas, setenta e cinco (75) foram identificadas e entrevistadas as mulheres dirigentes, visando alcançar o objetivo deste trabalho. Ressalta-se que do total de setenta e oito (78) Organizações *ativas* que tomamos conhecimento, duas (02) não foram contatadas por dificuldades de localização, de endereço e/ou telefone a *Associação Riograndense de Taquígrafas* e o *Sindicato das Empregadas Domésticas.* Das setenta e seis (76) Organizações *ativas, localizadas* e *convidadas*, apenas uma (01) não participou da pesquisa, a *Associação de Mulheres Negras Gaúchas.*

Tabela 1 – Organizações Gaúchas de Mulheres, em atividade – Participação

Nº Total de Organizações de nosso conhecimento	Nº de Organizações participantes	Nº de Organizações convidadas e não participantes	Nº de Organizações de nosso conhecimento e não localizadas
78	75	01	02

Gráfico 1 – Organizações Gaúchas de Mulheres, em atividade – Participação

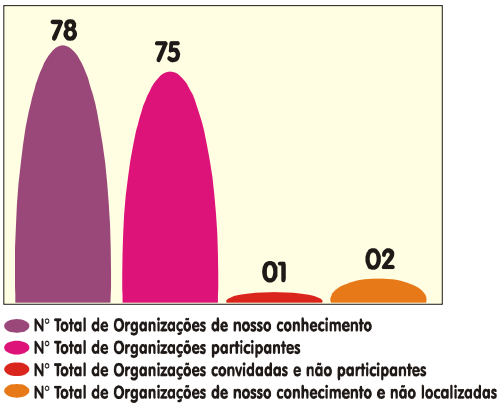

Fonte: Pesquisa As Organizações no Movimento de Mulheres no Rio Grande do Sul no limiar do século XXI, 2000/2001.

Localizamos, conforme já explicitamos, setenta e seis (76) Organizações, em atividade, no Estado, as quais passamos a identificar *por década de surgimento*, conforme sua criação. Para uma melhor visualização do surgimento das Organizações em estudo, optamos por representá-las também graficamente. O gráfico a seguir, demonstra a criação das mesmas, nas Décadas de 40, 50, 60, 70, 80 e 90 do século XX.

Tabela 2 – Organizações Pesquisadas Ativas por Décadas

Décadas	Número de Organizações Ativas

1ª Década do Século XX	1
Década de 40	4
Década de 50	3
Década de 60	4
Década de 70	5#
Década de 80	24
Década de 90	32
1ª Década do Séc. XXI	2
Total de Organizações Pesquisadas	75

#Obs.: Os grupos inativos das décadas de 70 e 80 não estão computados nesta Tabela.

Gráfico 2 – Organizações Pesquisadas Ativas por Décadas

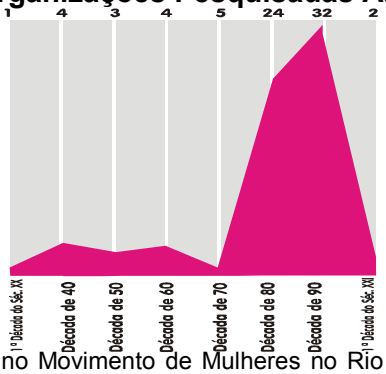

Fonte: Pesquisa As Organizações no Movimento de Mulheres no Rio Grande do Sul no limiar do século XXI, 2000/2001.

Tabela 3 – Organizações INATIVAS – 2001

DÉCADA DE 70	
Organizações Inativas	Fundação
1- Grupo de Mulheres de Porto Alegre – GMPA/Grupo Costela de Adão	**1976**
2- Movimento de Mulheres pela Libertação	**1979**
3- Grupo Ação Mulher	**1979**
4- Movimento contra a Carestia	**1978**
5- Movimento Feminino pela Anistia	**final da década de 70**
6- Mulheres Trabalhadoras do Vestuário	**final da década de 70**
7- Grupo Liberta	**08 de março de 1980**
DÉCADA DE 80	
1- SOS Mulher	**19 de outubro de 1981**
2- Movimento Unitário Gaúcho – MUMG	**08 de março de 1982**
3- Cora Coralina/São Leopoldo	**1987**
4- Germinal – Santa Maria	**década de 1980**
5- Pró-Mulher/LBA	**1986**

O passado nos mostra uma longa história de criação das Organizações de mulheres no Estado. Como podemos visualizar, a década de 90 foi a que assistiu a um maior número de implantações de Organizações de Mulheres no Estado, e que permaneceram em atividade até o início deste século XXI. (seguida das décadas de 80, 70, 40 e 60, vindo após, a década de 50, 1ª década do século XXI e 1ª década do século XX). Interessante registrar que encontramos apenas doze (12) Organizações criadas na década de 70, justamente a década em que iniciou a *Década da Mulher* – anos de 1975-1985 – declarada pela ONU. Época, em que o movimento feminista, aflorou em todo o País e no Estado; destas doze (12) Organizações, sete (07) foram grupos "Feministas" que hoje não existem mais, pelo menos com a denominação inicial, restando cinco (05) destas Organizações, *em*

atividade. Passamos, na subseção a seguir, à categorização das Organizações pesquisadas.

2 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES... COMO CATEGORIZÁ-LAS?

Tarefa nada fácil foi pontuar as Organizações de Mulheres encontradas no Estado – adotar critérios para agrupá-las e analisá-las sem ferir a sua identidade, embora todas possuam uma especificidade – a causa *"Mulher/Gênero/Feminino".* Optamos por fazer uma triagem inicial para categorizá-las de acordo com a *Natureza Jurídica e Temática* predominante de atuação. Logo após, efetuamos novo contato com as Organizações a fim de ratificar e/ou alterar a categorização, visto que todas possuem, uma base comum.

2.1 CLASSIFICANDO AS ORGANIZAÇÕES POR TEMÁTICAS

Ressalta-se que esta forma de categorizar as Organizações não é rígida, uma vez que, pode ter, o que é comum, mais de uma temática de trabalho. Assim, consideramos as temáticas que constituem *Proposta de Ação e Objetivos,* mais evidentes nos estudos, documentos etc. nas Organizações, dividindo-as em 15 (quinze) grupos temáticos, a saber:

Tabela 4 – Categoria: Ecumenismo/Religião

1-	Associação Cristã Feminina
2-	Fórum de Reflexão da Mulher Luterana – IECLB
3-	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – OASE
4-	Pastoral da Mulher Pobre – Rede Mística Feminina

Ecumênica/Religiosa – categoria que reúne Organizações – Ordens, Fóruns, Associações, Pastorais – com objetivo principal voltado à promoção da mulher pela ética, pela paz, pela justiça, pela liderança, pela cidadania e outros valores universais, com enfoque ecumênico/religioso.

Tabela 5 – Categoria: Gênero/Raça e Etnia

1-	Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUA
2-	Eleekó – Grupo de Mulheres Negras do GRIÔ
3-	Maria Mulher- Organização de Mulheres Negras

Mulheres Negras – categoria que reúne Organizações de Mulheres que atuam com a temática gênero/raça e etnia.

Tabela 6 – Categoria: Extensão & Pesquisa Acadêmica

1-	Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE – UFPEL
2-	Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – GEERGE – Faculdade de Educação – UFRGS
3-	Grupo de Estudos e Pesquisa em Imaginário Social – GEPEIS – UFSM
4-	Grupo de Pesquisa em Gênero – Programa de Pós Graduação em Psicologia – PUC/RS
5-	Grupo de Trabalho sobre "Gênero e Desenvolvimento dos Países do Mercosul". SPEP – Seminário Permanente de Educação Popular – UNIJUI e Movimentos Sociais – 1993
6-	Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero – NIEAG – URI

7-	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS-

Extensão & Pesquisa no Ambiente Acadêmico – categoria que reúne Grupos, Núcleos, Coletivos, Centros coordenados por professores universitários em parceria ou não com a comunidade e movimentos sociais que desenvolvem estudos, pesquisa, divulgações de informações, conhecimentos técnicos e científicos, atividades de extensão que envolvam gênero numa perspectiva de raça, etnia, educação, saúde, Mercosul, etc.

Tabela 7 – Categoria: Participação Política

1-	Ação da Mulher Trabalhista- PDT
2-	Ação Liberal Feminina – PFL Mulher
3-	Comissão de Mulheres do PC do B
4-	Fundação da Mulher Gaúcha- PPB
5-	Grupo de Ação Partidária GAP – PMDB – Mulher
6-	Movimento Petebista Feminino (oficialmente) – Movimento da Mulher trabalhista a partir de 1996 e PTB Mulher, a partir de 1997 – PTB
7-	Núcleo de Estudos de Gênero do Partido Verde – PV
8-	PSDB Mulher- PSDB
9-	Secretaria de Mulheres do PT – PT
10-	Secretaria Estadual de Mulheres do PSB – PSB

Participação Política – categoria que engloba as Associações, Grupos, Secretarias, Fundações, Comissões, Núcleos integrantes dos partidos políticos que têm como temática de atuação predominante a participação e empoderamento da mulher gaúcha na Política.

Tabela 8 – Categoria: Acesso a Justiça

1-	Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ
2-	Associação de Promotoras Legais Populares – PLP's
3-	Delegacia para a Mulher – POA
4-	Projeto de Apoio às Mulheres Apenadas – PAMA
5-	Themis – Assessoria e Estudos de Gênero

Acesso a Justiça – categoria que reúne Organizações de mulheres que têm como temática de atuação predominante o acesso à justiça numa perspectiva de raça, etnia e gênero.

Tabela 9 – Categoria: Promoção da Saúde

1-	Ação Integral à Saúde da Mulher – Coordenadoria da Política de Atenção à Saúde da Mulher – Secretaria Estadual da Saúde – RS
2-	Bruxinhas de Deus
3-	Casa da Mulher – SESC
4-	Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS – GAPA
5-	Instituto da Mama do Rio Grande do Sul
6-	Liga Feminina de Combate ao Câncer

Promoção da Saúde – categoria que abriga Organizações que apontam a *Saúde* como prioridade em sua atuação.

Tabela 10 – Categoria: Assistência em Casa – Abrigo

1-	Associação Casa de Passagem do Vale – Casa de Apoio do Vale Taquari
2-	Casa de Apoio "Viva Maria"
3-	Casa de Apoio "Viva Raquel"

Assistência em Casa – Abrigo – categoria que engloba Casas – Abrigo às mulheres

necessitadas, violentadas e/ou agredidas.

Tabela 11 – Categoria: Gênero: Trabalho e Sindicalismo

1-	Associação das Secretárias do Rio Grande do Sul – ASDERGS após 1987 – Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado do Rio Grande do Sul – SISERGS
2-	Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul – CPERS
3-	Coletivo de gênero da Polícia Civil – Sindicato de Escrivães de Polícia, Inspetores, Investigadores de Polícia Civil- UGEIRM
4-	Coletivo Estadual de Mulheres da Alimentação do RS – CEMA
5-	Comissão Estadual sobre a Mulher Trabalhadora da CUT – RS
6-	Cooperativa de Costureiras -"Unidas venceremos" – UNIVENS
7-	Departamento da Mulher da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Rio Grande do Sul – FECOSUL
8-	Federação das Associações de Recicladoras de Resíduos Sólidos do RS
9-	Organização de Mulheres do CAT (OM – CAT)
10-	Rede de Mulheres do Rádio – Núcleo RS

Gênero: Trabalho e Sindicalismo – categoria que expressa a assistência e assessoria à mulher nas questões de trabalho, envolvendo emprego e renda, sistemas alternativos de produção, entre outros, através da atuação sindical/redes, ou não.

Tabela 12 – Categoria: Auto-organização de Mulheres Prostitutas

1-	Núcleo de Estudos da Prostituição – NEP

Auto-organização de Mulheres Prostitutas – categoria que reúne Organizações que atuam na defesa da regulamentação da atividade da prostituição como uma profissão de mulheres que são cidadãs, bem como na prevenção da DST/AIDS.

Tabela 13 – Categoria: Políticas Públicas de Gênero

1-	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa – RS
2-	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
3-	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
4-	Coordenadoria da Mulher

Políticas Públicas de Gênero – categoria que reúne Organizações que têm como meta principal a proposição, controle e agilização das *Políticas Públicas de Gênero*.

Tabela 14 – Categoria: Cidadania da Mulher Trabalhadora Rural

1-	Coletivo de Gênero da Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
2-	Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais – FETAG
3-	Grupo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragem
4-	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS

Cidadania da Mulher Trabalhadora Rural – categoria que expressa Coletivos, Comissões, Grupos de mulheres trabalhadoras rurais organizadas na busca de seus direitos e de sua cidadania.

Tabela 15 – Categoria: Meio Ambiente e Melhoria de Qualidade de Vida

1-	Associação Democrática Feminina Gaúcha (hoje Núcleo Amigos da Terra/Brasil/RS)
Obs.: O Coletivo de Gênero do Partido Verde, embora tenha como prioridade refletir Gênero & Meio Ambiente foi classificado como "Partidos Políticos"	

Meio Ambiente e Melhoria de Qualidade de Vida – categoria que abarca Organizações que se dedicam prioritariamente à defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Tabela 16 – Categoria: Direitos do Consumidor

Movimento das Donas de Casa e Consumidores do RS

Direitos do Consumidor – categoria que expressa a ação de Organizações que atuam preponderantemente na defesa dos Direitos do Consumidor**.**

Tabela 17 – Categoria: Homossexualidades

1- Associação de Travestis e Transexuais do RS – IGUALDADE
2- NUANCES – Grupo pela Livre Orientação Sexual

Homossexualidades – categoria que define Organizações que reúnem gays, lésbicas, travestis, na defesa de sua expressão sexual e cidadania.

Tabela 18 – Categoria: Cultura

1- Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul
2- Associação Brasileira de Diplomadas Universitárias – ABDU
3- Ylê Mulher

Cultura – categoria na qual estão inseridas, Academias, Associações que têm como objetivo principal informar, preservar, divulgar, valorizar e incentivar aspectos culturais do feminino gaúcho.

Tabela 19 – Categoria: Intervenção no Movimento de Mulheres

1- Federação das Mulheres Gaúchas
2- Lua Nova
3- União Brasileira de Mulheres – UBM/RS

Intervenção no Movimento de Mulheres – categoria que engloba Organizações que atuam, elaboram e opinam no Movimento de Mulheres, sobre temas *variados* relacionados à questão de gênero, sem possuir uma temática *específica* preponderante de atuação.

Tabela 20 – Categoria: Educação Não formal

1- Federação das Bandeirantes do Brasil

Educação não formal – categoria que reúne Organizações de educação não formal na busca da cidadania participante e consciente na sociedade.

Tabela 21 – Categoria: Articulação, Apoio e Fiscalização dos Direitos da Mulher

1- Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre

Articulação, Apoio e Fiscalização dos Direitos da Mulher- categoria que abriga Organizações que tem como função articular, fiscalizar ações governamentais referentes à mulher, apoiar e sugerir Políticas Públicas, bem como acompanhar instrumentos de apoio aos direitos da mulher.

Tabela 22 – Categoria: Informação e Preservação do Movimento de Mulheres/RS

1- Acervo Carmem Silva

Informação e Preservação do Movimento de Mulheres/RS **–** categoria que reúne Organizações que se propõe reunir, divulgar e preservar a memória do movimento feminista

em Porto Alegre, reconstituindo e dando visibilidade à história ao mesmo.

Tabela 23 – Categoria: Promoção da Liderança Feminina em Assuntos Públicos e Profissionais

1.	Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Porto Alegre – AMNP/POA
2.	Associação para o Desenvolvimento da Grande POA – Banco da Mulher
3.	Associação Porto-alegrense de Mulheres Cidadãs

Promoção da Liderança Feminina em Assuntos Públicos e Profissionais – Categoria que reúne Organizações que tem como temática principal de atuação, o estímulo a vocações e lideranças femininas em assuntos públicos e profissionais, promovendo a cidadania.

Tabela 24 – Categoria: Clube de Serviços para Mulheres

1.	Soroptimistas/RS
2.	Conselho Geral do Clube de Mães – CGCM

Clube de Serviços – categoria que reúne Associações, Clube de Mães, Grupo de mulheres que têm como meta principal, estimular o espírito de serviço, compreensão, normas éticas, amizade e união entre as mulheres, atuando com temáticas variadas na promoção da cidadania e dos valores universais.

Tabela 25 – Organizações por Temáticas Preponderantes – Quadro Síntese

Organizações/Temáticas	Nº	%
Ecumenismo/Religião	04	5,33
Gênero/Raça e Etnia	03	4
Extensão & Pesquisa Acadêmica	07	9,33
Participação Política	10	13,33
Acesso a Justiça	05	6,66
Promoção da Saúde	06	8
Assistência em Casa-Abrigo	03	4
Gênero: Trabalho e Sindicalismo	10	13,33
Auto-organização de Mulheres Prostitutas	01	1,33
Políticas Públicas de Gênero	04	5,33
Cidadania da Mulher Trabalhadora Rural	04	5,33
Meio Ambiente e Melhoria de Qualidade de Vida	01	1,33
Direitos do Consumidor	01	1,33
Homossexualidades	02	2,66
Cultura	03	4
Intervenção no Movimento de Mulheres	03	4
Educação Não formal	01	1,33
Articulação, Apoio e Fiscalização dos Direitos da Mulher	01	1,33
Informação e Preservação do Movimento de Mulheres	01	1,33
Promoção da Liderança Feminina em Assuntos Públicos e Profissionais	03	4
Clube de Serviços para Mulheres	02	2,66
Total de Organizações pesquisadas	75	

Fonte: Pesquisa As Organizações no Movimento de Mulheres no Rio Grande do Sul no limiar do século XXI, 2000/2001.

Como vemos, a maior incidência de Organizações tem atuação preponderante nas temáticas – *Gênero: Trabalho e Sindicalismo* e *Participação Política* – 13,33% do total, seguida das que atuam, preponderantemente, com a *Extensão & Pesquisa Acadêmica sobre Gênero* – 9,33% e com a *Promoção da Saúde* – 8%. Logo após, a temática *Acesso a*

Justiça – 6,66%, seguidas das demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao penetrar no âmago das Organizações ligadas à Mulher no Rio Grande do Sul, pudemos constatar que a busca da transformação das relações de gênero em realidade dignificante e promotora da igualdade de direitos e de oportunidades, entre mulheres e homens no âmbito do poder, dos direitos civis, da educação, da violência, da geração de renda, da saúde, da sexualidade, trabalho entre outras, são pontos comuns entre elas. Incontestável é o fato de que as mulheres, hoje, se organizam de forma plural nas 27 (vinte e sete) Unidades da Federação, não sendo diferente a realidade gaúcha.

NOTAS

1 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

2 ALBORNOZ, Suzana. ALFONSIN, Izabel. BACKES, Enid. BAUGARTEN, Maria Helena. BELATO, Neyta Oliveira. BEULKE, Gisela Muller. BONUMÁ, Helena. BUENO, Maria do Carmo. CALEFFI, Maira. CANDIDO, Marinês. CARDOSO, Cláudia. CARDOSO, Hilma Klein. CASTILHOS, Rosmari de. CASTRO, Giselda Scostegui. CASTRO, Manoelinha de Souza. CASTRO, Maria Teresa de. CAUDURO, Zulmira. CAVALHEIRO, Vera Lia Fortini. CHIAPPETTA, Córa Maria Teixeira. CITADIN, Iliete. COLLING, Ana Maria. CONNY, Jussara. CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS - CEPI/RS. CORREIA, Maria Cristina Peixoto A. COSTA, Ivanei Dalla. CRUSIUS, Yeda. CUNHA, Eliana. DAGORD, Ana Lúcia. DAMIN, Vânia. DIAS, Maria Berenice. FEIX, Virgínia. FUCKS, Ninita Íris. GALARÇA, Elida. GALLEAZZI, Irene. GARCIA, Zely Franco. GENRO, Luciana. GOLIN, Célio; LORENSI, Glademir Antônio. GONÇALVES, Ana Luisa. GONÇALVES, Mara Terezinha da Rosa; CÂNDIDO, Marines. GÖRGEN, Lúcia Maria. HAENSEL, Ecilda Gomes. HERMAN, Sílvia. HOMERO, Maria Noelci Teixeira. HYPÓLITO, Maria Cecília. IBIAS, Delma Silveira. JUNQUEIRA, Jaqueline. KICH, Eulita Elise. LIMA, Lílian Cirne e. LOPES, Iara. LOPES, Malô Simões. LOURO, Guacira Lopes. MALSCHITZKY, Regina Stein. MARANHÃO, Clênia. MARTINS, Núbia Balbina. MICHIELIN, Selene Barboza. MULLER, Elisabete Cristina Barreto. MUSSÓI, Edy. NEGRÃO, Télia. NESPOLO, Nelsa. NOGUEIRA, Regina. OLIVEIRA, Maria de Lurdes. OLIVEIRA, Rejane de. OLIVEIRA, Valeska Fortes de. PEREIRA, Hilda Pacheco de Campos. PERES, Eliane Teresinha. PEREZ, Lícia. PERUSSO, Ivanei. PRA, Jussara. PRATES, Ana Elisa. PROSZEK, Dalti. QUINTANA, Vera Beatriz Rodrigues. RENNER, Magda. RODRIGUES, Juçara Jacques. ROSÁRIO, Maria do. ROSLER, Mara Regina. ROSSI, Jane Catarina de Moraes. ROTH, Vera. ROVIRA, Horizontina Taborda. RÜBENICH, Loiva. RUTHES, Célia. SANGALLI, Diones Josefina. SANTOS, Patricia Jonara Bado dos. SCHERER, Hertha Costa. SIMÃO, Jussara Constança. SOARES, Nelma Oliveira. SOUTO, Rita Suzana. SOUZA, Ivone M.C. Coelho de. STREY, Marlene. TONIN, Ivanete. VECCHIO, Miguelina. VELÁSQUEZ, Miriam. VELLOSO, Ercy. VENZON, Haidê Allegretti. VOIGT, Valdelina. WORTMANN, Iara. **Entrevistas concedidas pelas Presidentes, Coordenadoras e/ ou responsáveis pelas Organizações mapeadas a Sonia Bressan Vieira.** Porto Alegre, 2001.

A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba na memória cultural da Primeira República – década de 1920

Sônia Maria da Costa Barreto - Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo/PPG-PUC/SP /UFES/FABAVI

A IMPRENSA

Esse estudo tem como objeto de pesquisa mostrar o contexto sociocultural do Espírito Santo na década de 1920, e como a Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba, foram vistas pela sociedade, pela imprensa e pelo ideário republicano.

Tendo em vista esse estudo, pretendemos, ainda, fazer um resgate político, social, econômico e cultural do Espírito Santo, nesses anos, a fim de contextualizar não só o período enfocado na pesquisa, mas também demonstrar como o poder público contribuiu para formar e reafirmar concepções e imagens de um modelo de educação, e valores sobre a normalista e sua inserção no mercado de trabalho.

Buscaremos compreender como a imprensa capixaba formou e consolidou formas de ver a sociedade e contribuiu para a formação do imaginário social, formando opiniões acerca da Escola Normal D. Pedro II, e da normalista capixaba nos anos de 1920.

A revista Vida Capichaba, permaneceu em circulação por mais de trinta anos (1923 a 1957) retratando a vida social e política do Espírito Santo, representando o veículo de maior circulação no Estado. Considerada de mundanismo, com suas charges, artigos literários, poemas e colunas, foi a que mais tempo permaneceu periodicamente nas bancas. Abordando temas variados, retrata a sociedade capixaba, mostrando ao seu leitor os interesses da elite.

No inicio de sua publicação era constituída de 36 páginas, com anúncios e seções divididas em artigos, trechos literários e avulsos. Circulava na capital e no interior do estado, onde mantinha representantes. Também era vendida de forma avulsa no Rio de Janeiro, Capital Federal, nos jornaleiros da Galeria Cruzeiro e do Largo São Francisco de Paula, esquina da rua do Ouvidor.

A revista *Vida Capichaba,* agrupava um leque de informações em suas colunas e abusava na publicação de fotografias. Era uma revista noticiosa que serviu para também para divulgar a educação e o modelo de ensino utilizado nos cursos normais da Escola Normal D. Pedro II, única escola pública formadora de professoras, conhecidas, quando ainda alunas dessa escola, de

normalistas. A sua coleção quase completa encontra-se na Biblioteca Pública Estadual, é fonte de pesquisa para a historiografia capixaba.

Segundo ROSTOLDO (200, p. 33, apud Bittencourt),

> *A "Vida Capichaba" congregava o que havia de melhor no jornalismo e nas letras espírito-santenses, constituindo-se, assim, em preciosa fonte de indicações e informações sobre as décadas de 1920, e 1940, no Espírito Santo, além de influenciar decisivamente a imprensa capixaba contemporânea.*

A imprensa tem um papel central que é a informação, mas também pode desempenhar outras funções, como a de integração social, expressão de opiniões, estimuladora de opinião pública, democratização da informação, dentre outras. Também é visto na sua natureza ideológica, submetido à lógica do poder e da dominação utilizando imagens visuais e textos verbais.Essa pesquisa favorecerá a compreensão de aspectos da cultura, do público leitor, da produção literária que marcou a sociedade em determinada época.

CONTEXTO SOCIOCULTURA DO ESPIRITO SANTO NA DÉCADA DE 1920

No início do século XX, o Espírito Santo ainda apresentava um quadro administrativo com características de província. A expansão das lavouras cafeeiras foi decisiva no desenvolvimento do Espírito Santo. O café tornou-se destaque, expandindo-se como cultura predominante da economia agro-exportadora do norte ao sul da Província.

Não se pode deixar de considerar que:

> *Paralelamente, à cultura cafeeira, desenvolveram-se atividades terciárias, abrindo espaço para o desenvolvimento e o progresso. Nasceram núcleos urbanos, serviços ligados ao transporte, beneficiamento do café, indústrias artesanais, comércio varejista, construção civil, comércio. Expandiram-se os serviços públicos.Com o decorrer do tempo, os núcleos urbanos prosperaram, favorecendo o surgimento de cidades, ampliando-se, assim, os laços das relações sociais já existentes.* (BARRETO, 1999, p. 46).

As indústrias aqui instaladas durante o governo de Jerônimo de Sousa Monteiro (1908-1912), passaram por sérios problemas financeiros na década de 1920, ocasionados por falta de mão-de-obra especializada, capital de giro, matéria-prima e mercado receptivo, devido ao fechamento de portos europeus ocasionado pela deflagração da 1ª Guerra Mundial. O sistema econômico,

político e social permaneceu estreitamente vinculado à ordem capitalista mundial, em fins do século XIX. Esse desenvolvimento capitalista de produção provocou a divisão social do trabalho mais especializado, dividindo a sociedade capixaba em três classes sociais distintas:

- elite – constituída de políticos, funcionários públicos de categoria superior, juristas, exportadores de café, e os grandes proprietários de terra;
- intermediária – constituída comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, professores, estivadores, operários, e pequenos proprietários de terra;
- pobre – constituída de enfermeiros, bóias-frias, artesãos, biscateiros, vendedores, coveiros, costureiras, domésticas, telefonistas e lavadeiras.
- PACHECO (1998) caracteriza a sociedade capixaba no período de 20 a 30, como machista, tradicional e conservadora. Não possuía uma identidade que pudesse aparecer como expressão nacional. Buscava compartilhar os acontecimentos locais, e espelhar-se nas grandes cidades brasileiras e do mundo, numa situação de dependência e subordinação.

O lazer era desfrutado pelas classes intermediária e pobre, aos domingos, feriados e datas cívicas e religiosas, quando as pessoas se reuniam com familiares e vizinhos para participar de atividades oferecidas pelo poder público ou pela Igreja que se resumiam em partidas de futebol, desfiles militares, missas e procissões, ocasionando uma quebra de rotina da população.

Para a elite, as opções de lazer eram ampliadas com apresentação de peças no Melpôme, primeiro teatro de Vitória. O cinema Politeama, localizado no Parque Moscoso, centro de Vitória, foi o mais importante, tendo como clientela pessoas de diversas camadas sociais.

O relato das festas escolares, e também das festas da elite imprimiam uma marca na sociedade contemporânea. A revista *Vida Capichaba* publicou esses acontecimentos, e também outros, como exposição de trabalhos, festas cívicas, participação em esportes, sessões solenes e outros eventos organizados pelo Poder Público e pela Igreja, sempre com a participação das normalistas.

Um agravante tornou preocupante a situação econômico-financeira do país no final dos anos 20. Durante a presidência de Washington Luís (1926-1930), a economia capitalista deparou-se com a crise de depressão, que, em 1929, eclodiu nos *Estados* Unidos, culminando com a falência da Bolsa de Valores, em Wall Street, Nova York. Repercutiu em todo mercado internacional e desorganizou a economia brasileira. O Espírito Santo, como os demais estados, também sofreu as conseqüências em sua política econômica pautada no seu principal produto, o café. Nesse contexto, as indústrias foram ocupando seu espaço na sociedade, exigindo mudanças na vida cultural e econômica da cidade.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O IDEÁRIO REPUBLICANO

Para atender à demanda de escolarização, era necessário que houvesse cada vez mais professores. Nessa época, houve ainda uma mobilização em prol do magistério como atividade feminina, propiciando uma maior procura pelo acesso à formação que a Escola Normal D. Pedro II oferecia. Vale ressaltar que,

> *"...começava a prevalecer a idéia da necessidade de se instruírem as mulheres, pois, uma vez que eram as responsáveis pela educação dos filhos, poderiam ser, também, pela formação de bons cidadãos. No inicio da fase republicana, os ideólogos da República defendiam a idéia de que a mulher era a responsável pela constituição das gerações futuras e, em conseqüência, pelo futuro da nação. A nação dependeria, portanto, da forma como as mulheres educavam seus filhos e seus alunos." (*FRANCO, 2001, p.84).

A professora normalista, formada pela Escola Normal, historicamente, carregava estereotipos que são intrínsecos a idéia da mulher submissa, amorosa e solidária, sublimando a necessidade de ser o profissional reflexivo, sujeito de sua linguagem e de sua representatividade social. Assim, essas alunas viam no diploma a segurança de uma profissão elevada e digna, um meio de triunfar na vida, de ser útil à sociedade e à Pátria, além de desfrutarem de um sacerdócio.

A Revista Vida Capichaba retratou a importância dos projetos educacionais no Espírito Santo, e a representatividade da Escola Normal D. Pedro II na sociedade capixaba, responsável pela formação das jovens professoras normalistas no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas cotidianas. A mídia impressa foi importante para ressaltar as linhas norteadoras do processo de ensino oficial, e os "benéficos" resultados em torno de tal investimento. Com as transformações sociais mais amplas exigiram mudanças na imagem da normalista, a escola buscou combinar características modernas com alguns traços tradicionais, visando formar na Escola Normal D. Pedro II, jovens normalistas seguras e responsáveis, além de meigas e dóceis.

ESCOLA NORMAL D. PEDRO II

A instituição "escola normal" e suas reformas têm sido objeto constante de análises por parte dos teóricos da educação, pesquisadores e todos aqueles que de algum modo se interessam pelo problema educacional e cultural brasileiro.

Com a Lei no. 113 de 12 de junho de 1867, o Liceu passou a chamar-se "Colégio Espírito Santo", freqüentado por 325 meninos, que, com novo plano e organização foi instalado em 2 de março de 1868, até a sua organização definitiva em Escola Normal para a formação do professorado, o que se concretizou pelo Decreto no. 674 de 6 de dezembro de 1869, que o transformou em "Colégio Normal Nossa Senhora da Penha", criando-se o curso normal com a finalidade de habilitar professores para o ensino primário, iniciado com 38 meninas. A partir desse encaminhamento, somando aos esforços dos educadores e dos dirigentes em fundar um curso normal pensavam em redundar em uma Lei, que se consubstanciaria em ideais e lutas. E assim, foi criada a Escola Normal no Espírito Santo.

No ano de 1879, coube ao Dr. Elizeu de Souza Martins, quando presidente da província, a construção da "Casa de Instrucção Pública", instituição laica e pública. As primeiras leis aplicadas no Espírito Santo, no regime republicano, foram elaboradas pelo Presidente, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire[1] que baixou o decreto no. 4 de 4 de junho de 1892 criando oficialmente a Escola Normal, segundo a historiografia local. Em 1925 passou a chamar-se Escola Normal D. "Pedro II", em homenagem ao segundo imperador do Brasil, cujo centenário de nascimento se comemorava naquele ano.

A imagem da normalista pura, sublime e elevada, dos anos de 1920, condiz com o lema da Escola Normal D. Pedro II, contido na frase latina "*Sic itur ad astra"*, traduzida por Artur de Rezende em "Frases e Curiosidades Latinas": "É assim que a gente vai aos céus; é assim que uma pessoa se torna imortal". Literalmente, a tradução seria: "Assim se vai nos astros".

Cabe, ainda, mencionar que a normalista, no exercício da profissão, orientando os alunos como se fossem seus próprios filhos, afirmava sua capacidade profissional e intelectual. Dentro deste espírito é que se pensava na escola como uma continuação do lar e buscava-se estabelecer um "continuum" entre as funções de professora e mãe. Para essa reconstrução, é preciso incorporar à análise histórica, bem como a análise filosófica, a idéia de que, para compreender o que a Escola Normal realizou em seu passado, há necessidade de um estudo acerca do desempenho do seu papel social e também do ideário contemporâneo presente na década de 1920.

---

[1] Governou a Província do Espírito Santo de 1892 a 1896.

Referências

BARRETO, Sônia Maria da Costa**. Políticas Educacionais no Estado do Espírito Santo (1900-1930): um olhar histórico.** Vitória: EDUFES, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto, 1994.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República.** 2001.297 p. Tese (Doutorado em História de Educação) - Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo.

PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES, 1998.

FRANCO**,** Sebastião Pimentel, HEES**,** Regina Rodrigues. **A República no Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003.

Revista Capichaba, anno IV, n. 82, em 15 de dezembro de 1926.

Revista Vida Capichaba. Edição Comemorativa. 2 ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo: Vitória, 2003.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Vida Capichaba: o retrato de uma sociedade – 1930.** 2000, 55f. (Monografia) – Curso de Graduação em História do Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **"Tradicional Instituição" e "Ensino de Qualidade": representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 - Vitória (ES).** 2004.221 p. Tese (Doutorado em História da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

RETRATO IMPRESSO, PELA REVISTA VIDA CAPICHABA, DA NORMALISTA NOS ANOS DE 1920

Sônia Maria da Costa Barreto - Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo/PPG-PUC/SP /UFES/FABAVI

Esse estudo tem como objeto de pesquisa a revista *Vida Capichaba,* na década dos anos de 1920, a fim de analisar a forma como esse meio de comunicação deu a ver e a ler imagens e representações da Escola Normal D. Pedro II, naqueles anos, bem como das alunas dessa tradicional instituição de ensino, no Espírito Santo.

Tendo em vista esse estudo, pretendemos, ainda, fazer um resgate político, social, econômico e cultural do Espírito Santo, nesses anos, a fim de contextualizar não só o período enfocado na pesquisa, mas também demonstrar como os meios midiáticos vinham contribuindo para formar e reafirmar concepções e imagens de um modelo de educação republicano. Procuraremos ainda, retratar algumas características da cidade de Vitória: a sociedade, a economia e o seu cotidiano. Também objetivamos relatar a origem da Escola Normal D. Pedro II, e a sua instalação na cidade de Vitória.

A IMPRENSA

A imprensa teve como berço, o capitalismo, sistema econômico e social que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção, pelo trabalho livre assalariado, pela acumulação de capital, pela racionalização dos meios de produção e oportunidades de mercado para obter lucro. A busca de ampliação de mercados, e a expansão dos negócios levam a um enorme desenvolvimento das forças produtivas somadas a grande influência que os meios de comunicação de massa exercem sobre as pessoas, sobretudo levando em consideração o avanço tecnológico. Esse desenvolvimento da imprensa foi, naturalmente, paralelo ao progresso do mundo ocidental. "*O estreito vínculo entre a imprensa e a ordem capitalista aparece, também na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar.*" (SODRÉ, 1999, p. 1).

A origem da imprensa brasileira remonta a 13 de maio de 1808, com a vinda de D. João VI, data em que foi criado o primeiro meio de comunicação de massa no Brasil: a Imprensa Régia, o

que foi muito importante para a divulgação das idéias políticas, econômicas e culturais e também para o desenvolvimento das artes gráficas.

No sentido de buscar compreender como a imprensa capixaba formou e consolidou formas de ver a sociedade, divulgou concepções e valores e contribuiu para a formação do imaginário social, formando opiniões principalmente acerca da educação, é que objetivamos, nessa pesquisa, investigar como a revista *Vida Capichaba* deu a ver e a ler imagens e representações da Escola Normal D. Pedro II, e da normalista capixaba nos anos de 1920. Dessa forma, vale ressaltar que tomamos como princípio que a [...] *imprensa exerce sobre o pesquisador um fascínio especial [...]. Portanto, Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica.* (CAPELATO, 1988, p. 23).

A relação dos meios de comunicação e a sociedade têm suscitado diversas análises. É nesse sentido, que a revista *Vida Capichaba,* importante meio midiático me chamou a atenção, dando a ver e a ler representações e imagens da Escola Normal D. Pedro II e das normalistas que freqüentaram a escola nesse período, e as formas de retratar e propagar um modelo de ensino e de escola que estavam sendo colocados à disposição da sociedade capixaba naquela época.

REVISTA *VIDA CAPICHABA*

A revista Vida Capichaba, apareceu sob a direção de Garcia Resende, em abril de 1923, que fez circular até o número 3, reaparecendo dois meses depois, sob a direção de Manoel Lopes Pimenta e Elpídio Pimentel. Permaneceu em circulação por trinta anos retratando a vida social e política do Espírito Santo, representando o veículo de maior circulação no Estado. Foi a revista que mais tempo permaneceu periodicamente nas bancas. Considerada revista de mundanismo, com suas charges, artigos literários, poemas e colunas, ela conquistou público de três décadas.

Abordando temas variados, retrata a sociedade capixaba, mostrando ao seu leitor os interesses da elite. Estabelecida na Avenida Capichaba, 28, no centro da ilha de Vitória, também se comunicava por meio da Caixa Postal, 3853 e pelo telefone de número 117. Suas instalações ocupavam um edifício triangular. Na parte da frente ficavam três compartimentos, sendo que em dois deles era feita a composição dos textos pelos topógrafos João da Cruz e Petrolino Siqueira. No terceiro compartimento funcionavam a direção e a redação da revista. Nos fundos ficava uma impressora plana – Marinetti – operada por Luiz Gorassi.

No inicio de sua publicação era constituída de 36 páginas, com anúncios e seções divididas em artigos, trechos literários e avulsos. Circulava na capital e no interior do estado, onde mantinha representantes. Também era vendida de forma avulsa no Rio de Janeiro, Capital Federal, nos jornaleiros da Galeria Cruzeiro e do Largo São Francisco de Paula, esquina da rua do Ouvidor.

A revista *Vida Capichaba,* agrupava um leque de informações em suas colunas e abusava na publicação de fotografias. Era uma revista noticiosa que serviu para também para divulgar a educação e o modelo de ensino utilizado nos cursos normais da Escola Normal D. Pedro II, única escola pública formadora de professoras, conhecidas, quando ainda alunas dessa escola, de normalistas.

Segundo ROSTOLDO (200, p. 33, apud Bittencourt),

> *A "Vida Capichaba" congregava o que havia de melhor no jornalismo e nas letras espírito-santenses, constituindo-se, assim, em preciosa fonte de indicações e informações sobre as décadas de 1920, e 1940, no Espírito Santo, além de influenciar decisivamente a imprensa capixaba contemporânea.*

Os objetivos da revista *Vida Capichaba* foram claramente explicitados para o leitor, em sua primeira edição:

> *"Toda cidade linda tem uma revista linda, que conta a sua história, que perpetua as suas emoções, que perfuma a sua galanteria, que exalta a sua elegância, como num pequeno livro de honras, as ânsias subtis de uma vida sentimental..."*

Esse discurso impressionava os leitores que moravam numa "cidade linda", e demonstrava sua preocupação com os leitores, que representavam a sociedade consumidora do produto que acabara de lançar, atribuindo-lhes uma vivência "perfumada, elegante e sentimental".

> *A história da revista mostra como vivia a população que residia em Vitória e nos outros municípios do Estado. A cidade de Vitória era constituída por uma sociedade que foi se instalando numa ilha que tinha duas cancelas, uma próxima ao Clube Saldanha da Gama, e outra na região da Vila Rubim, que dividiam a cidade da área rural. Tempo em que o bonde era o principal transporte, inclusive levando os defuntos para o Cemitério de Santo Antônio. Com suas ruelas estreitas e movimentadas, praças com árvores seculares e construções luxuosas, a capital*

> *abrigava a elite do Estado.* (Revista Vida Capichaba, edição comemorativa, 2003, pág. 5).

No sentido de buscar compreender como a imprensa capixaba retratou e consolidou formas de ver a sociedade, divulgou concepções e valores e contribuiu para a formação do imaginário social, formando opiniões principalmente acerca da educação, é que objetivamos, nessa pesquisa, investigar como a revista *Vida Capichaba,* primeira revista de repercussão e única especializada em mundanismo nesse período, construiu discursivamente as representações da Escola Normal D. Pedro II, e da normalista capixaba nos anos de 1920.

A imprensa tem um papel central que é a informação, mas também pode desempenhar outras funções, como a de integração social, expressão de opiniões, estimuladora de opinião pública, democratização da informação, dentre outras. Também é visto na sua natureza ideológica, submetido à lógica do poder e da dominação.

É nesse sentido, que a revista *Vida Capichaba* traz interesse para a área de comunicação nos mostrando representações e imagens da Escola Normal D. Pedro II e das normalistas que freqüentaram a escola nesse período, por meio de imagens visuais e textos verbais. Essa pesquisa favorecerá não só a compreensão de aspectos da cultura, do público leitor, da produção literária que marcou uma época na história dos meios de comunicação capixaba, representado nos limites deste trabalho pela revista *Vida Capichaba*.

O ESPIRITO SANTO NA DÉCADA DE 1920

No início do século XX, o Espírito Santo ainda apresentava um quadro administrativo com características de província. A expansão das lavouras cafeeiras foi decisiva no desenvolvimento do Espírito Santo. O café tornou-se destaque, expandindo-se como cultura predominante da economia agro-exportadora do norte ao sul da Província.

Para comercializar o café e negociar com os compradores, dois bancos se fizeram necessários no Estado. "*Em 1910, o Banco Inglês foi instalado na Rua da Alfândega e mais tarde, em 1911, o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo."* (FRANCO, 2001, p. 58).

Não se pode deixar de considerar que:

> *Paralelamente, à cultura cafeeira, desenvolveram-se atividades terciárias, abrindo espaço para o desenvolvimento e o progresso. Nasceram núcleos*

> *urbanos, serviços ligados ao transporte, beneficiamento do café, indústrias artesanais, comércio varejista, construção civil, comércio. Expandiram-se os serviços públicos.Com o decorrer do tempo, os núcleos urbanos prosperaram, favorecendo o surgimento de cidades, ampliando-se, assim, os laços das relações sociais já existentes.* (BARRETO, 1999, p. 46).

As indústrias aqui instaladas durante o governo de Jerônimo de Sousa Monteiro (1908-1912), passaram por sérios problemas financeiros na década de 1920, ocasionados por falta de mão-de-obra especializada, capital de giro, matéria-prima e mercado receptivo, devido ao fechamento de portos europeus ocasionado pela deflagração da 1ª Guerra Mundial. O sistema econômico, político e social permaneceu estreitamente vinculado à ordem capitalista mundial, em fins do século XIX. Esse desenvolvimento capitalista de produção provocou a divisão social do trabalho mais especializado, dividindo a sociedade capixaba em três classes sociais distintas:

- elite – constituída de políticos, funcionários públicos de categoria superior, juristas, exportadores de café, e os grandes proprietários de terra;
- intermediária – constituída comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, professores, estivadores, operários, e pequenos proprietários de terra;
- pobre – constituída de enfermeiros, bóias-frias, artesãos, biscateiros, vendedores, coveiros, costureiras, domésticas, telefonistas e lavadeiras.
- PACHECO (1998) caracteriza a sociedade capixaba no período de 20 a 30, como machista, tradicional e conservadora. Não possuía uma identidade que pudesse aparecer como expressão nacional. Buscava compartilhar os acontecimentos locais, e espelhar-se nas grandes cidades brasileiras e do mundo, numa situação de dependência e subordinação.

O lazer era desfrutado pelas classes intermediária e pobre, aos domingos, feriados e datas cívicas e religiosas, quando as pessoas se reuniam com familiares e vizinhos para participar de atividades oferecidas pelo poder público ou pela Igreja que se resumiam em partidas de futebol, desfiles militares, missas e procissões, ocasionando uma quebra de rotina da população.

Para a elite, as opções de lazer eram ampliadas com apresentação de peças no Melpôme, primeiro teatro de Vitória. O cinema Politeama, localizado no Parque Moscoso, centro de Vitória, foi o mais importante, tendo como clientela pessoas de diversas camadas sociais.

O relato das festas escolares, e também das festas da elite imprimia uma marca predominante na publicação, contribuindo para a reprodução da imagem e disseminação dos valores desta classe. A revista *Vida Capichaba* publicou esses acontecimentos, e também outros, como exposição de trabalhos das alunas da Escola Normal D. Pedro II., e colunas desportivas com participação das alunas normalistas.

Um agravante tornou preocupante a situação econômico-financeira do país no final dos anos 20. Durante a presidência de Washington Luís (1926-1930), a economia capitalista deparou-se com a crise de depressão, que, em 1929, eclodiu nos *Estados* Unidos, culminando com a falência da Bolsa de Valores, em Wall Street, Nova York. Repercutiu em todo mercado internacional e desorganizou a economia brasileira. O Espírito Santo, como os demais estados, também sofreu as conseqüências em sua política econômica pautada no seu principal produto, o café.

EDUCAÇÃO E IMPRENSA

Para atender à demanda de escolarização, era necessário que houvesse cada vez mais professores. Nessa época, houve ainda uma mobilização em prol do magistério como atividade feminina, propiciando uma maior procura pelo acesso à formação que a Escola Normal D. Pedro II oferecia. Vale ressaltar que,

> *"...começava a prevalecer a idéia da necessidade de se instruírem as mulheres, pois, uma vez que eram as responsáveis pela educação dos filhos, poderiam ser, também, pela formação de bons cidadãos. No inicio da fase republicana, os ideólogos da República defendiam a idéia de que a mulher era a responsável pela constituição das gerações futuras e, em conseqüência, pelo futuro da nação. A nação dependeria, portanto, da forma como as mulheres educavam seus filhos e seus alunos." (*FRANCO, 2001, p.84).

A professora normalista, formada pela Escola Normal, historicamente, carregava esteriótipos que são intrínsicos a idéia da mulher submissa, amorosa e solidária, sublimando a necessidade de ser o profissional reflexivo, sujeito de sua linguagem e de sua representatividade social. Assim, essas alunas viam no diploma a segurança de uma profissão elevada e digna, um meio de triunfar na vida, de ser útil à sociedade e à Pátria, além de desfrutarem de um sacerdócio, segundo palavras da professora Maria Stella de Novaes, em discurso de formatura, no ano de 1926: " *...O dia em que se sangram novas sacerdotisas do Bem , em que*

> *se comemorava uma victoria da Instrucção, em que saudamos os novos professores é de gloria e de esperança para o Estado, para a sociedade e para a mocidade em flor.* " (Revista Capichaba, anno IV, n. 82, em 15 de dezembro de 1926).

A Revista Vida Capichaba retratou a importância dos projetos educacionais no Espírito Santo, e a representatividade da Escola Normal D. Pedro II na sociedade capixaba, responsável pela formação das jovens professoras normalistas no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas cotidianas. A mídia impressa foi importante para ressaltar as linhas norteadoras do processo de ensino oficial, e os "benéficos" resultados em torno de tal investimento. """... *as notas jornalísticas desempenhavam a função de informar à comunidade escolar e à sociedade capixaba datas escolares referentes a procedimentos administrativos da Escola Normal..." (SCHWARTZ, 2004, p.88).*

A representatividade da Escola Normal D. Pedro II era vista com freqüência nas páginas da *revista Vida Capichaba* divulgando notas sobre as formaturas, os discursos dos paraninfos, a participação das normalistas em eventos cívicos e esportivos, exposições de trabalhos, concursos, entrevistas e outras notícias.

Com as transformações sociais mais amplas exigindo mudanças na imagem da normalista, a escola buscou combinar características modernas com alguns traços tradicionais, visando formar na Escola Normal D. Pedro II, jovens normalistas seguras e responsáveis, além de meigas, dóceis e resistentes aos hábitos modernos e nocivos.

ESCOLA NORMAL

A instituição "escola normal" e suas reformas têm sido objeto constante de análises por parte dos teóricos da educação, pesquisadores e todos aqueles que de algum modo se interessam pelo problema educacional brasileiro.

Com a Lei no. 113 de 12 de junho de 1867, o Liceu passou a chamar-se "Colégio Espírito Santo", freqüentado por 325 meninos, que, com novo plano e organização foi instalado em 2 de março de 1868, até a sua organização definitiva em Escola Normal para a formação do professorado, o que se concretizou pelo Decreto no. 674 de 6 de dezembro de 1869, que o transformou em "Colégio Normal Nossa Senhora da Penha", criando-se o curso normal com a finalidade de habilitar professores para o ensino primário, iniciado com 38 meninas. A partir

desse encaminhamento, somando aos esforços dos educadores e dos dirigentes em fundar um curso normal pensavam em redundar em uma Lei, que se consubstanciaria em ideais e lutas. E assim, foi criada a Escola Normal no Espírito Santo.

No ano de 1879, coube ao Dr. Elizeu de Souza Martins, quando presidente da província, a construção da "Casa de Instrucção Pública", instituição laica e públicas. As primeiras leis aplicadas no Espírito Santo, no regime republicano, foram elaboradas pelo Presidente, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire[1] que baixou o decreto no. 4 de 4 de junho de 1892 criando oficialmente a Escola Normal, segundo a historiografia local. Em 1925 passou a chamar-se Escola Normal D. "Pedro II", em homenagem ao segundo imperador do Brasil, cujo centenário de nascimento se comemorava naquele ano.

Ao analisar a imagem da professora normalista, formada pela Escola D. Pedro II, nos anos de 1920, que ganhou visibilidade na imprensa capixaba, representada pela revista *Vida Capichaba* busca-se compreender as diferentes concepções dadas a ver e a ler da imagem da Escola Normal D. Pedro II. Chartier ressalta que a imagem é, muitas vezes, uma proposta de protocolo de leitura, sugerindo ao leitor uma completa compreensão do texto, o seu justo significado, podendo constituir-se num lugar de memória, de cristalização, numa representação única, enfim, numa história.

A imagem da normalista pura, sublime e elevada, dos anos de 1920, condiz com o lema da Escola Normal D. Pedro II, contido na frase latina "*Sic itur ad astra"*, traduzida por Artur de Rezende em "Frases e Curiosidades Latinas": "É assim que a gente vai aos céus; é assim que uma pessoa se torna imortal". Literalmente, a tradução seria: "Assim se vai nos astros".

Cabe, ainda, mencionar que a normalista, no exercício da profissão, orientando os alunos como se fossem seus próprios filhos, afirmava sua capacidade profissional e intelectual. Dentro deste espírito é que se pensava na escola como uma continuação do lar e buscava-se estabelecer um "continuum" entre as funções de professora e mãe. Para essa reconstrução, é preciso incorporar à análise histórica, bem como a análise filosófica, a idéia de que, para compreender o que a Escola Normal realizou em seu passado, há necessidade de um estudo acerca do desempenho do seu papel social e também do ideário contemporâneo presente na década de 1920.

---

[1] Governou a Província do Espírito Santo de 1892 a 1896.

Referências

BARRETO, Sônia Maria da Costa**. Políticas Educacionais no Estado do Espírito Santo (1900-1930): um olhar histórico.** Vitória: EDUFES, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto, 1994.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República.** 2001.297 p. Tese (Doutorado em História de Educação) - Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo.

PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES, 1998.

FRANCO**,** Sebastião Pimentel, HEES**,** Regina Rodrigues. **A República no Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003.

Revista Capichaba, anno IV, n. 82, em 15 de dezembro de 1926.

Revista Vida Capichaba. Edição Comemorativa. 2 ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo: Vitória, 2003.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Vida Capichaba: o retrato de uma sociedade – 1930.** 2000, 55f. (Monografia) – Curso de Graduação em História do Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **"Tradicional Instituição" e "Ensino de Qualidade": representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 - Vitória (ES).** 2004.221 p. Tese (Doutorado em História da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

Mídia e Modernidade:
a formação da opinião pública nas cidades cearenses no século XIX a partir de narrativas policiais

Sônia Maria de Meneses Silva - URCA

Em 13 de agosto de 1876, o jornal *A Constituição* apresentava aos seus leitores uma matéria intitulada "A Publicidade do Crime". Nela, o jornal procurava demonstrar a importância que a impressa cearense assumia na divulgação das ocorrências criminais, tornando-as objeto de discussão pública, principalmente, a partir da década de 1850, desde quando o jornal supõe existir, entre os cearenses, "tanta facilidade de comunicação, tanta instrução, tanto melhoramento moral e material", que seria imprescindível a existência de um mecanismo que se prestasse a discutir a questão criminal.

O jornal avalia que essa publicidade do crime funcionava como um aliado poderoso contra a impunidade, já que antes "nem a terça parte dos crimes chegava ao conhecimento das autoridades superiores e do público". Naquele momento, contudo, com a atuação da imprensa, o jornal assegurava:

> *"Dê-se o mais insignificante crime na província, se por ventura a polícia não o denuncia, imediatamente fá-lo a imprensa com toda a publicidade, por forma que se pode assegurar que nenhum delito fica por muito tempo desconhecido do público"*[1].

Essa matéria demonstra-nos, muito bem, como a imprensa atuará na construção de uma nova perspectiva moral sobre o crime. Uma questão central apresentada pelo jornal é que era fundamental trazer ao conhecimento do público os crimes que aconteciam na província com um claro objetivo de inibição das ocorrências criminais. Ao estabelecer uma execração pública do crime, o jornal contribuía para que se desenvolvesse entre a população um sentimento de indignação sobre as condutas criminais.

Talvez nenhum instrumento represente tão bem o ideal de modernidade e civilização no século XIX como a imprensa. Ao lado de uma grande variedade de signos e

referenciais que as cidades constroem para se apresentarem como o espaço do progresso, da ordenação e do disciplinamento, é através das páginas impressas que sua voz será organizada e divulgada. Nas páginas dos jornais, cotidianamente, desfilam os ideais de uma urbanidade que se construía de forma progressiva, tanto a partir da edificação de prédios, como a partir de palavras. A divulgação de eventos particulares e a transformação diária de tais eventos em acontecimentos coletivos marcam o desenvolvimento da massificação dos bens simbólicos.

A própria reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas ainda se constitui um campo bastante novo de exploração para a história, uma vez que quase sempre as mais diversas formas de mídia foram tomadas pelos historiadores enquanto fonte para a analise de outros objetos de temáticas. Contudo, a ação dos meios de comunicação, bem como, suas formas de estruturação nos espaços urbanos contemporâneos, representam um elemento fundamental na compreensão dessas sociedades, isso porque, tais mecanismos irão servir poderosamente na transformação de hábitos, condutas além da elaboração de novas formas de sociabilidade.

Entretanto, se o jornal efetiva o poder da palavra e da construção discursiva dos centros urbanos, apresenta-se também como uma prática social representativa do ideal de sociedade moderna elaborado no século XIX. Era a possibilidade de que os interesses das classes urbanas dominantes se disseminassem elaborando modelos de conduta no cotidiano dos habitantes desses espaços. Mesmo em locais ainda não marcados por signos de urbanidade tão evidentes, como as vilas no interior das províncias, a imprensa marcava um dos primeiros elementos dos ideais de progresso e de civilidade. Além de construir referenciais de conduta e comportamento, a imprensa se autopromovia como a própria porta-voz dessa sociedade: “A imprensa (…) é a ultima faísca da civilização que se extingue luctando com as trevas da barbarie.” [2]

No século XIX, os jornais assumem um espaço bastante importante na vida das cidades e vilas da província cearense. Somente em Fortaleza, dezenas de jornais circularam tratando sobre os mais variados assuntos e, embora exercessem uma imprensa fortemente marcada pelas facções políticas, traziam à tona uma série de acontecimentos do dia-a-dia da cidade.

A produção jornalística cearense do século XIX servia como meio de divulgação de idéias quase sempre das classes dominantes e constantemente propunha debates públicos à cerca de questões político partidário. No entanto, um olhar mais profundo sobre essa produção jornalística descortina um mundo complexo no qual se torna evidente a construção de uma moralidade própria do espaço urbano. Mais do que uma rivalidade pontual entre grupos políticos, são colocados em cena elementos de uma sociedade marcada por uma rede de conflitos, resistências e concessões manifestados como mecanismos de organização de um momento bastante delicado, como foi o da organização de cidades e vilas nesse contexto.

O poder de alcance desse veículo era muito maior do que o dos discursos elaborados nos centros intelectuais. Apesar de tais discursos forneceram a base de constituição para a elaboração das idéias divulgadas pelos jornais, o debate desencadeado nas páginas destes se dava em um ambiente muito mais abrangente, penetrava nos casarões e casas de fazenda espalhadas pela província, ampliando significativamente o poder e a influência das notícias neles impressas.

Além disso, o jornal proporcionava um espaço para os leitores apresentarem suas opiniões. Tal espaço, apesar de controlado e determinado pelos interesses que o dominavam, constitui a oportunidade para vislumbrarmos os usos diferenciados que os leitores faziam sobre as idéias que lhes eram apresentadas.

Particularmente, um objeto nos interessa dentre os vários temas abordados nesses impressos: a apresentação do crime, bem como a construção de representações específicas ensejadas sobre esse assunto. Pelo menos dois elementos são relevantes nessa escolha: o primeiro diz respeito à importância que

essa questão assume entre as matérias abordadas nesses jornais. Podemos afirmar que depois da política partidária, esse é um dos assuntos mais recorrentes. É claro que isso não acontece por acaso e é o que pretendemos abordar posteriormente. O segundo elemento refere-se à própria importância do crime, ou ao que o controle dele representa para a sociedade moderna.

Atualmente, tornou-se lugar comum nos depararmos com crônicas diárias acerca de ocorrências criminais, seja na mídia impressa, seja na televisiva. Tal percepção nos leva a refletir sobre como, historicamente, o crime passou a ser objeto de interesse nos meios de comunicação e, sobretudo, como esse interesse vai servir para construir olhares e posturas muito específicas acercas das condutas violentas desencadeadas no espaço urbano. Interessa-nos compreender em que medida o jornal é responsável por ajudar a construir um discurso moralizador, ao mesmo tempo em que inaugura novas práticas criminais a partir das necessidades de uma sociedade de consumo que começa a despontar timidamente nesse período.

É através da imprensa que, cotidianamente, os acontecimentos, antes tratados como eventos particulares e isolados, ganham uma conotação pública que influenciará significativamente a transformação dos hábitos dos moradores da cidade. A publicidade do crime será uma das principais invenções da sociedade moderna, pois será através dela que tais ocorrências deixarão de ser vislumbras como eventos privados para se tornarem eventos públicos, e a própria impressa assume o papel de arauto da sociedade. Vejamos um exemplo nessa matéria apresentada pelo jornal *A Constituição*:

> *"O Infeliz Joaquim fora cruelmente surrado com espadeiradas e palmatoadas, arroches na cabeça, apertos de troquez e compasso nas partes genitais, e debaixo desses desumanos martírios conduzidos em pleno dia acompanhado daquelas autoridades (que pareciam ter perdido a cabeça) e seguido do demais povo pela rua que ficou sendo chamada a rua da amargura! (...) A infeliz Francisca de tal fora cruelmente castigada com palmatoadas e o delegado Manoel Joaquim Cavalcante enfurecendo-se a tal ponto, depois de com suas próprias mãos em presença do juiz de direito Carvalho, dar-lhes muitas palmatoadas*

> *arremessava-a no chão. Debaixo de todo este cortejo infernal foram conduzidos estas duas vítimas pela rua da amargura e postos na cadeia onde ainda hoje jazem debaixo de algemas."*[3]

O jornal faz questão de apresentar aos seus leitores uma violência sem máscaras. Os textos nos revelam um universo tenso, no qual as práticas violentas parecem emergir como elementos muito presentes no dia-a-dia e nas relações sociais dos habitantes da cidade. A tortura imposta às vítimas em plena rua da cidade é observada por toda a população que, perplexa, contém-se a acompanhar "o cortejo infernal" até a cadeia da cidade.

Os discursos construídos nas páginas dos jornais que circulavam pela província serviam como poderosas práticas de poder que incutiam na população valores morais através da divulgação de uma nova legalidade. A lei deveria estar acima de tudo, porque somente ela asseguraria a ordem, como nos declara esse artigo do jornal *O Cearense*:

> *"É sempre com pesar que vemos a transgressão de um preceito legal, seja por este ou aquele indivíduo, por isso chamamos atenção das duas primeiras autoridades da província para providenciarem de um modo eficaz, no sentido de que a lei seja observada."*[4]

Os jornais procuravam se apresentar como os defensores de uma ordem que ia muito além daquela estabelecida moralmente sobre as condutas da população. Apresentavam-se como os próprios representantes da civilização e da modernidade, que eram vistas como o caminho natural a ser seguido por toda sociedade que almejasse sua redenção social. Eles colocavam-se como a própria palavra da verdade que visava a estabelecer uma realidade inquestionável:

> *"A humanidade caminha de progresso em progresso; a civilização, tomando-a pela mão, guia seus passos através das trevas (...) caminha agora como para uma nova redenção (...) encena-lhe o futuro desejado que a aguarda. Sinais precursores de um grande e próximo futuro depontão por todo o urbe civilizado (...)."*[5]

O “grande e próximo futuro” parece se apresentar como a própria construção de uma organização social respaldada pela bandeira da civilização. A ênfase no refinamento dos hábitos e em novos códigos de conduta era acompanhada por uma forte campanha que visava ao estabelecimento de instituições legais e normativas eficientes, à construção de cadeias e penitenciárias e à elaboração de um código penal rígido, que pudesse estabelecer novos parâmetros de conduta moral para as pequenas cidades.

O papel da imprensa era, acima de tudo, “pugnar para que a segurança individual e de propriedade fosse por toda a parte mantida pelos meios que a lei consagra[6]”. Deveria estar sempre vigilante e atenta à defesa da liberdade individual, que, segundo *O Cearense*, era um “nobre empenho” que deveria ser colocado acima de todas as “sugestões políticas” e do espírito partidário.[7]

Ao se apresentar como divulgadora de opinião sobre os mais diversos assuntos, a imprensa local fazia emergir, na população que tinha acesso ao jornal, uma rede de ligação entre as relações sociais e as condutas preconizadas para aquele espaço social. Entretanto, mais do que isso, os jornais pretendiam construir uma rejeição e uma repulsa cada vez maiores sobre toda e qualquer atitude de tensão ou conflito envolvendo os habitantes da cidade, que não estivessem amparadas pela lei, fazendo com que “os sentimentos exaltados” encontrassem “corretivo na energia e vigilância da autoridade”. Somente se a “população estivesse habituada a ver impressa a lei”, a estatística criminal deixaria de tomar “proporções espantosas nos representando fora do país como feras indomáveis.”[8] O jornal é muito claro quando fala de sentimentos exaltados. Isso nos demonstra que a mudança de condutas passava por uma transformação nas necessidades e sentimentos da população; exigia-lhe a subordinação a códigos sociais e institucionais que visavam a modificá-la em suas atitudes mais corriqueiras, desde seu modo de vestir até a contenção de seus sentimentos mais violentos.

O discurso civilizador apresentado nos jornais objetivava uma mudança progressiva em direção ao estabelecimento de comportamentos que somente pode ser compreendida como parte do próprio desenvolvimento histórico e social daquela sociedade, de um momento historicamente construído, cuja característica principal foi a busca e a construção de um modelo de sociedade amparado pelo ideal de modernidade. Além do caráter econômico, esse processo coloca em evidência uma competição entre novos e antigos símbolos culturais.

Ao classificarem de bárbaros ou civilizados os comportamentos na cidade, os jornais demonstravam um caráter racionalizado no estabelecimento de novas condutas. Para que se afirmassem como modelos civilizados os hábitos propostos pelas classes dominantes, era necessário se construir também o padrão de "incivilizado" e, para isso, nada se apresentaria como melhor exemplo do que os conflitos e embates físicos que não estivessem sob o controle da lei.

No entanto, como o discurso jornalístico irá agir na abordagem do crime? Sem dúvida, a primeira resposta para essa pergunta é: pela divulgação das ocorrências criminais que aconteciam na cidade e pela crítica às mesmas. Muitas delas eram narradas com muito realismo para tentar trazer aos leitores a violência do exato momento do acontecimento, fazendo-os espectadores de uma cena repulsiva e bárbara que deveria chocar e indignar a todos que dela tomassem conhecimento. Tomemos como exemplo o relato de uma tentativa de assassinato ocorrida em uma das ruas centrais de Fortaleza, na qual foi vítima o Padre Francisco Cerbelon Verdeixa[9]:

> *"A noite estava clara como o luar; quando um cabra, ou um negro subindo a rua aproximou-se a calçada e com uma audácia incrível desfecha com toda a força um tijolo no rosto do Padre Verdeixa. (...) O tijolo esmigalhou-se e abriu uma ferida profunda com mais de uma polegada de extensão que ofendeu até o osso"*[10]

A atmosfera de tensão e suspense impressa no texto sem dúvida queria causar nos seus leitores um profundo sentimento de repulsa à atitude narrada. O

detalhe do ferimento exposto e a violência do ato são propositadamente apresentados com o intuito de indignar os leitores e alertá-los para os perigos que podem representar atos como esse para a sociedade, pois "quando o assassinato e o roubo deixam de ser crimes numa sociedade, ou deixam de ser punidos (...) por certo que a justiça tem desaparecido desta sociedade e esta apenas existe como uma recordação"[11]. Mesmo se não tivesse sido publicado, é possível que muitos viessem a saber do acontecimento, porque Fortaleza era uma cidade de proporção territorial ainda pequena. Sem a interferência da imprensa, entretanto, dificilmente este fato seria visto a partir do caráter moral que o discurso do jornal traz à tona.

O importante a ser observado no papel que a impressa exerce nesses eventos é que ela não apresenta somente o acontecimento, mas, sobretudo, constrói um discurso moralizador sobre ele, o que será decisivo para influenciar as relações sociais na construção dos signos de urbanidade na província cearense. O próprio jornal tem consciência do papel que exerce já que para ele a imprensa "é a última faísca da civilização que se extingue lutando com as trevas da barbárie que a tudo alumbra"[12].

---

[1] A CONSTITUIÇÃO. **A Publicidade do Crime**. 13/08/1873. p. 02.
[2] O CEARENSE, terça-feira, 1 de outubro de 1850, **Mais 4 assassinatos** p. 03
[3] A CONSTITUIÇÃO. **Correspondência da Constituição**. 8/10/1865. p. 04
[4] O CEARENSE. 18/01/1871. p. 04
[5] O CEARENSE. **A Queda de Rosas** 23/04/1852. p. 2 e 3.
[6] O CEARENSE. **Editorial**. 5/06/1857, p. 01.
[7] *Id*.
[8] O CEARENSE 14/07/1874. p . 01.
[9] Padre Verdeixa foi um dos mais importantes editores da imprensa liberal cearense durante a segunda metade do século XIX, sendo o redator responsável pelo jornal O JUIZ DO POVO, que se notabilizou pelo caráter provocativos de suas notícias.
[10] O CEARENSE. "**Um attentado cobarde e infame**". 15/04/851. P. 01.
[11] O CEARENSE. "**Mais 4 assassinatos**" 1/10/1850. p. 3
[12] *Id*.

A Subversão no Paraíso: o Comunismo em Londrina – 1945/1951

Sonia Maria Sperandio Lopes ADUM - UEL

O tema que aqui apresento, objeto de minha tese de doutorado, começou a fazer parte do meu universo de interesses por ocasião da pesquisa efetuada para a Dissertação de Mestrado[1]. Naquele momento, desenvolvi um estudo sobre a cidade de Londrina/Pr no período de 1930 -1960, cujo eixo teórico-metodológico foi tentar estabelecer a caracterização do progresso como o jogo dialético entre civilização e barbárie. A análise realizada permitiu detectar alguns pontos importantes que mantiveram minha motivação em torno dos discursos sobre essa cidade, os quais tomo aqui a liberdade de recuperar.

Em primeiro lugar, a dimensão da projeção simbólica sobre a região. Os autores do empreendimento[2] construíram a idéia de uma terra sem males – provenientes da natureza ou da sociedade –, uma terra fértil, sem desigualdades sociais, que oferecia oportunidades iguais para todos que tivessem amor ao trabalho e à ordem e quisessem enriquecer da noite para o dia. Este ideário excluía todos os outros agentes que, porventura, representassem uma ameaça a esta ordem sonhada. A ideologia estadonovista de pátria como família se reproduziu no microcosmo dos anos 30, em Londrina, na idéia de "Família Pioneira da Companhia de Terras Norte do Paraná/Ctnp". O fundamento ideológico desta "família" parecia residir no "poder de fundação", que se caracterizava por apresentar o direito de propriedade como condição de desenvolvimento de um capitalismo diferente: o capitalismo liberal-democrático que propiciava a ordem e o bem-estar social.

Com a redemocratização do país, percebi o estabelecimento de novas relações entre o político e o social. Não podendo mais o Estado impor arbitrariamente a ordem desejada, novos mecanismos foram criados com o objetivo de, ao mesmo tempo, limitar a participação popular e extrair sua legitimação desta participação controlada. Este período coincidiu com o *boom* da economia cafeeira que provocou a afluência de milhares de pessoas que buscavam o Eldorado. A cidade cresceu e se desordenou.

Tudo isto conduziu-me a caracterizar o Progresso como portador de duas dimensões opostas e complementares: a civilização e a barbárie. Se a ordem liberal necessita da legitimação popular, a civilização que pretende instaurar não pode prescindir dos riscos que a participação popular implica, sendo, portanto, necessário levar até o limite a sua convivência com a barbárie.

Ao longo daquela pesquisa deparei-me com a forte presença de um personagem – de um "outro" – que até então não pensava encontrar, pelo menos com tanta intensidade, nas páginas criminais, tanto dos autos quanto dos jornais desta cidade, sempre apresentada e exaltada através do que chamei, por ocasião do trabalho de mestrado, de "Discurso de Felicidade": os comunistas. A surpresa com a dimensão do anticomunismo/comunismo em Londrina, que no início da década de cinqüenta não passava de uma pequena cidade de pouco mais de 70.000 habitantes, sendo que desses, apenas 39.000 viviam na zona urbana, era decorrente também do fato de nunca haver tido contato, nas leituras que fizera, de obras – historiográficas ou não – que tratavam do comunismo no Brasil, com discussões que extrapolassem o âmbito das ações ocorridas nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro . Estudos que, embora densos e com objetivos diversos, muitas vezes perderam-se em discussões acerca das várias e bruscas viragens que o Partido sofreu à esquerda e à direita e suas pertinências; na definição do grau de sectarismo dos dirigentes e de suas ações; nas grandes disputas internas pelo poder; nos embates entre "nacionalistas" e "internacionalistas"; na existência ou não de leituras eficientes sobre a realidade brasileira; nos equívocos, vitórias e derrotas, críticas e autocríticas, enfim, nos "acertos de contas". Essas perspectivas, na maioria das vezes, levaram ao abandono do viés da "pequena política", aquela desenvolvida pelas inúmeras pequenas células espalhadas pelo país.

A quase ausência de estudos sobre as ações comunistas, efetuadas em espaços reais, por homens reais, reflexos/refletores concretos dos grandes embates nacionais, faz parte de um quadro que deve ser revertido, mesmo porque, não me refiro aqui a ações pequenas, aparentemente isoladas e inexpressivas e até mesmo supostamente ingênuas como a de relacionar como ***"****Trabalho de massas: Um baile realizado no dia 7 de setembro*

na sede provisória da Célula com o salão literalmente cheio"[3], que por si só já diriam muito sobre o funcionamento do Partido Comunista nas pequenas cidades, mas sim, a ações fundamentais e de grande repercussão nacional. Refiro-me, como exemplos, ao criativo trabalho dos poucos militantes do Partido Comunista de Londrina que conseguiram dosar suas ações entre as perspectivas internacional, nacional e local, significando, por isso, participar ativamente de campanhas mundiais (Movimentos pela Paz, Contra o envio de tropas para a Coréia, etc.), nacionais (nacionalização do petróleo, constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular Revolucionário, Campanhas contra a Carestia; em prol da Imprensa Popular; da Imprensa feminina, etc.) ao mesmo tempo que envolviam-se na política partidária local, disputando eleições. Não estavam ausentes de suas preocupações a organização das bases nas fábricas e fazendas, o estabelecimento de "batalhas" jurídicas contra fazendeiros e, finalmente, o "fazer a revolução" no campo. Isto significou a organização das primeiras Ligas Camponesas do Brasil, a liderança de um intenso e incansável trabalho para a sindicalização do homem do campo e, principalmente, o envolvimento em um movimento armado de luta pela terra na chamada "Guerra de Porecatu".

Quando me refiro à "Guerra de Porecatu", cuja base de apoio de grande parte da ação encontrava-se em Londrina , reporto-me a um movimento considerado de grande importância dentre aqueles em que o Partido Comunista envolveu-se. José de Souza Martins, ao tratar dos movimentos sociais rurais brasileiros, chama a atenção, brevemente, para a influência do embate em Porecatu, e outros do mesmo período, na política global do PCB. Este autor, tratando da conjuntura do "Manifesto de Agosto" de 1950, quando o Partido Comunista sofreu uma guinada à esquerda e colocou os camponeses e a luta no campo – entre outras – como questões nucleares de sua política, refere-se à inauguração de uma perspectiva que teria promovido o envolvimento do Partido nas lutas dos posseiros de Porecatu e no desencadeamento da guerrilha. O mesmo autor, em trabalho mais recente, chega a dar às lutas camponesas do período um caráter fundador de uma luta nova no Brasil. Segundo ele, à partir de 1946, uma nova personagem assoma no cenário político,

procurando expressar a visão de mundo, os interesses e os conflitos dos trabalhadores rurais, em particular o Partido Comunista. Tratava-se, segundo o autor, de uma luta nova, diferente de lutas como a de Canudos, na Bahia, e a do Contestado, em Santa Catarina, em que a dimensão política estava submersa na dimensão religiosa. Para Martins, nos anos 50, os movimentos populares no campo ganharam uma forte dimensão política, com a mediação de um partido que tinha um projeto político e que enquadrava e definia as lutas no campo em função de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira.[4]

Por outro lado, abordar este período iniciado com o fim da ditadura Vargas significa pensar um período da história brasileira cujos "silêncios" demandam ainda desvendamentos. Marilena Chauí afirma que a memória acerca do período 1945/1964, que constrói o Brasil como uma democracia, é paradoxal porque tecida de vários esquecimentos significativos, como, por exemplo, o de que a Constituição de 1946 define a greve como ilegal, mantém a legislação trabalhista outorgada pela ditadura Vargas (e que é reprodução da Carta del Lavoro, de Mussolini), proíbe o voto aos analfabetos, coloca o Partido Comunista na ilegalidade, conserva a discriminação racial e não questiona a discriminação das mulheres, consagrada pelos códigos Civil e Penal, etc.[5]

Sob uma perspectiva regional, e ainda tendo como questão os silêncios contidos nos discursos, vejo a construção desta memória como fundamental para a recuperação da heterogeneidade das histórias contidas na "História" da cidade de Londrina e região. Em que pese vários trabalhos, principalmente os nascidos na academia[6], estarem fazendo uma releitura das histórias possíveis, ainda nos deparamos com aqueles que reproduzem a homogeneidade do "Discurso de Felicidade". Um exemplo é a proposta de confecção, pela Associação Pró-Memória[7], de uma "História Oficial" da cidade de Londrina, para dar fim às "divergências" existentes entre as várias versões que vêm sendo construídas nos estudos acadêmicos. Retomando, recorrentemente, a fundação da cidade como fato de memória, ou, poderíamos dizer melhor, inventando-a como memória, eis a representação que continua vencedora: a cidade é a "casa da família" onde os filhos encontram refúgio, pois esta "casa", fruto de construção conjunta permitida pela ausência de barreiras ou regras,

estaria distante das situações adversas e seria o *locus* da paz, da justiça, da fartura, da prosperidade e da felicidade de todos.

Entendendo que os silêncios são portadores de sentidos, e referindo-me a uma de suas formas, a "política do silêncio", isto é, ao fato que ao dizer algo necessariamente apagamos outros sentidos possíveis – mas indesejáveis – em uma situação discursiva dada, fui em busca das palavras silenciadas, em busca da possibilidade de deslocar-me desses efeitos de apagamento e olhar para outros lugares, reencontrando limites e modos de significar diferentes.

Assim, o objetivo do trabalho foi reconstruir as vivências e as experiências de militantes comunistas da cidade de Londrina; um pequeno grupo de uma pequena cidade do interior do Paraná, com pouca tradição política, nenhuma experiência da prática revolucionária, ao qual colocaram-se responsabilidades de execução de grandes tarefas do partido**.** Procurei reconstruir como os militantes dessa cidade representaram papéis que os transformaram em importantes atores do "balão de ensaio" de PCB de revolução no campo, liderando um movimento armado sem precedentes na história do PCB, pelo menos do Paraná, transformando-se nos "subversivos da cidade ordenada".

Para tanto, foi necessário recuperar suas trajetórias desde que emergiram do processo político instaurado na cidade com a redemocratização do país, em 1945, atuando na política institucional; aproximando-se de outros partidos; organizando-se minimamente a partir da cidade, e atuando, principalmente, no campo; construindo subterfúgios para permanecerem vivos na ilegalidade e, sobretudo, introduzindo discussões importantes no cenário regional que desvendaram conflitos que a cegueira do "discurso de felicidade" impediam serem vistos.

A periodização da pesquisa segue um eixo que tem em uma de suas extremidades o ano de 1945, marcado, internacionalmente, pelo fim da Segunda Guerra Mundial, nacionalmente, pelo fim do Estado Novo e pela redemocratização do País e, localmente, pelo afastamento da cena política local da Companhia de Terras Norte do Paraná, colonizadora da cidade, neste momento nacionalizada. A conjunção destes fatores propiciou

um período de grandes transformações econômicas e de intensa vitalidade política, com a criação dos partidos políticos nacionais, entre eles, do Partido Comunista do Brasil, que fundou seu primeiro comitê paranaense na cidade de Londrina em 21 de junho de 1945. Na outra extremidade o ano de 1951, inserido no período do "Manifesto de Agosto" de 1950, quando o Partido Comunista sofreu uma guinada à esquerda e colocou a luta no campo como uma das questões centrais de sua política, marcado pelo fim da "Guerra de Porecatu", primeira experiência de luta revolucionária no campo do partido.

A análise parte de um acontecimento-chave: a prisão, em junho de 1951, de um grupo de comunistas londrinenses acusados de atividades subversivas, com a instauração de um processo-crime cujo eixo principal foi a participação dos acusados – como "líderes intelectuais" – nos conflitos ocorridos na região de Porecatu à setenta quilômetros de Londrina. Esta construção só foi possível através das 860 páginas de um auto-criminal, peça principal sobre a prisão do grupo, a partir da qual montei um roteiro cuja urdidura se dá pela intertextualidade do texto principal com as notícias de jornais, reportagens, processos do Dops, entrevistas, panfletos, anotações pessoais... Do "acontecimento" emerge a figura de Londrina como o "quartel-general vermelho", emergindo também uma série de interpretações que apontam para diversas formações discursivas.

Na segunda parte do texto a narrativa desloca-se para o passado, buscando a história política dos primórdios do município, quando se revela o monopólio político da Ctnp ancorado em um acordo estabelecido entre o Governo do Paraná e o partido estadual situacionista da época, o PSD. Nos últimos anos do Estado Novo, com a nacionalização da Ctnp e a transferência dos seus escritórios para Maringá (cidade próxima a Londrina), aumenta o controle da interventoria na política local, represando na população o desejo de participação política e o sentimento democrático. Este é um curto período de aceitação do Partido Comunista já que o mesmo se engaja, junto com os partidos burgueses, na luta democrática interna, e, ao mesmo tempo, é identificado positivamente com a política conciliatória pós Segunda Guerra que unia, no plano da política externa, os aliados, inclusive a URSS. É assim, que deste "momento fundador", marcado por uma aceitação dos

comunistas em Londrina, construo a análise revelando as possibilidades e vicissitudes do partido em fases subseqüentes: no processo de organização e ampliação de suas bases no meio urbano e no seu envolvimento com a luta armada no campo, sempre na clandestinidade.

Entendendo que o partido é "antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer"[8], aproximei-me dos homens que se reuniram para fundar e fazer funcionar o PCB na cidade de Londrina. Procurei, ainda, reconstruir os primeiros passos da agremiação, a participação de seus membros nos processos político-institucionais, o cotidiano do grupo nas células, bem como a criação de mecanismos alternativos para a sobrevivência na ilegalidade. Ao final, retorno ao entorno do "acontecimento-chave" para Iluminar, por vários prismas, a preparação e o envolvimento do grupo na grande "tarefa" que fora reservada pelo PCB para os "revolucionários do interior".

Para o desenvolvimento do tema, inscrevi a análise num plano teórico-metodológico que concebeu a ação dos comunistas em Londrina a partir de duas esferas políticas relacionadas entre si: a institucional e a revolucionária. Como o partido, no período em análise, esteve praticamente todo o tempo na ilegalidade, o "institucional" quase sempre significou prática política em outras siglas partidárias, ou em "organizações auxiliares"; o "revolucionário", por sua vez, consistiu desde o engajamento às teses nacionais de caráter mais ameno (os temas paz e carestia) até a luta armada.

Com esta pesquisa procurei, em primeiro lugar, trazer à cena uma importante história do partido nos "cafundós" do país, tentando preencher um lugar de memória política até então apagado. Tal apagamento se dava, por um lado, por efeito de uma formação discursiva marcada pelos sentidos de progresso e de felicidade e regida por uma formação ideológica jurídico capitalista. De outro, por conta das próprias falas dos comunistas da

época que acabaram por minimizar a importância da Guerra de Porecatu, colocando em dúvida até mesmo se os embates armados teriam ocorrido de verdade.

Ao final, descobri um partido que mesmo sendo portador de generalidades próprias da agremiação nacional, apresentava intrigantes especificidades. Dentre elas, estar voltado para trabalhadores urbanos do comércio ou de indústrias artesanais e não propriamente para o "proletariado de fábrica" como era de se esperar caso a análise estivesse voltada para um grande centro; mesmo com quadros urbanos, apresentava forte militância no campo; construía estratégias próprias de luta junto aos camponeses (reuniões, mutirões, embargos, expulsões); envolvia seus militantes *full time* nas tarefas de propaganda e agitação; um partido que não separava a vida pública da vida privada, o lazer da militância, a cultura da política. Reconstituindo os quadros do PC em Londrina, sua origem, condições sócio-econômicas, de escolaridade, situação profissional, etc., procurei também apresentar os comunistas como pessoas de "carne e osso", com suas trajetórias não apenas políticas, mas sobretudo com suas histórias de vida, tentei tratar de um momento importante da "pequena política" do interior, sem perder de vista a inserção do meu objeto nas questões referentes à memória nacional da esquerda brasileira.

NOTAS:

---

[1] ADUM, Sonia M. S. Lopes. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930-1960.* 1991. Dissertação (Mestrado em História) -Departamento de História do ILPH/UNESP. Assis/São Paulo.

[2] Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da Paraná Plantations Syndicate, empresa de capital inglês, que adquiriu, entre os anos de 1925-7 uma área de 515.000 de terras onde se localizaria a cidade de Londrina.

[3]Manuscrito: "Realizações da Célula Siqueira Campos do Partido Comunista do Brasil – Londrina (dentro do plano de emulação da "Campanha Pró Imprensa Popular") – 1º período do plano. 1951".

[4] MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. P.81 e *A Chegada do Estranho.* São Paulo : Hucitec, 1993. (Ciências Sociais 32). P. 85.

[5] CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência.* São Paulo : Moderna, 1982. P. 47.

[6] Entre outros: ARIAS NETO, Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina 1930 – 1975.* Londrina : UEL, 1998. TOMAZI, Nelson D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da CTNP.* 1989. Dissertação (Mestrado) -UNESP, Assis.

[7] A Associação Pró-Memória é uma instituição criada por "descendentes de pioneiros", docentes universitários, escritores, etc., aglutinados no objetivo de produzir uma história de Londrina como "uma verdadeira obra de arte". Suas edições serão sempre bilíngües (português-inglês), de maneira a permitir que empresários e cidadãos possam utilizá-las como um verdadeiro "cartão de visitas" no mundo inteiro.

[8] BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1996. p.72.

ESTADO E ENSINO RURAL NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Sonia Regina de Mendonça [1]

- Apresentação

A questão das relações entre grupos dominantes agrários e Estado no Brasil já de há muito se constitui em objeto de minhas reflexões sendo que, agora, volto-me para temática bastante específica: a das políticas educacionais destinadas ao ensino rural primário e médio, na primeira metade do século XX. O ensino agrícola *elementar*, *médio* e o *especial* [2] foram implantados no país pelo Ministério da Agricultura a partir da década de 1910, uma vez que a conjuntura pós-abolição, tornava premente estabelecer parâmetros mínimos redefinidores das formas de controle e tutela sobre a *população rural brasileira*, agora integrada por ex-escravos e seus descendentes, no contexto de configuração do mercado de trabalho nacional. Dessa iniciativa originaram-se as primeiras instituições dedicadas ao *ensino agrícola* . Entre 1920 e 1930, os debates sobre tal ramo de ensino seria complexificado pela ingerência de inúmeros novos atores que, das mais distintas posições, polarizariam a disputa pelas políticas educacionais agrícolas em torno a duas propostas: a escola rural enquanto instrumento de alfabetização ou a escola rural como instrumento de qualificação para o trabalho. A vitória momentânea desta última, não impediria que a partir da implantação do Estado Novo se retomasse a vertente ruralizadora do ensino básico agrícola, centrada no binômio educação-treinamento. De uma forma ou de outra, até os anos 1940-50, a instituição escolar erigiu-se em viabilizadora de ambas as propostas. O contexto da Guerra Fria, entretanto, ao favorecer a multiplicação de acordos entre os governos brasileiro e norte-americano, promoveria uma ruptura nesse quadro, levando à substituição da escola por agências assistencialistas. Com este trabalho viso a elucidar esse processo, tomando como questão norteadora o estudo dos tipos de iniciativas perpetradas pelo Estado brasileiro, de modo a dar conta da formação, escolar ou não, de trabalhadores rurais na primeira metade do século XX. Para tanto, partimos de um balanço historiográfico que situe o “estado atual das questões” sobre o tema.

- Educação Rural no Brasil: Balanço Historiográfico

No caso dos estudos sobre o *ensino primário* e *médio rural,* dois aspectos merecem destaque. O primeiro, consiste no fato da maioria das obras produzidas originarem-se de profissionais da área de Educação/Pedagogia, longinquamente secundados por historiadores da educação[3], dotados, pois, de um *habitus* bastante peculiar. O segundo, remete à lacuna verificada quanto ao objeto no período anterior às décadas de 1950-80, já que preponderam análises relativas a programas públicos pontuais e bastante recentes [4]. Do ponto de vista historiográfico, verifica-se que tanto as obras seminais acerca do ensino agrícola no Brasil produzidas desde inícios do século XX [5], quanto os estudos mais atuais [6], contam com duas características: a) sua escassa preocupação com o resgate do objeto em sua perspectiva processual e b) a escassa atenção que tal ramo de ensino tem merecido dos especialistas, que se limitam ao estudo do ensino primário urbano e, ainda assim, focalizando o período 1930-45, sobretudo a gestão de Gustavo Capanema junto ao Ministério da Educação e Saúde [7]. Alguns trabalhos podem ser considerados exceções [8], ao tentarem resgatar a temática de um prisma efetivamente histórico. Entretanto, ao fazê-lo, visam mais ao estudo da história do campesinato ou do desenvolvimento do capitalismo no país, o que resulta no atrelamento mecânico da educação rural à educação popular (como no caso de Paiva). Em outros casos, o ensino agrícola é focalizado como um capítulo da história da Ciência no Brasil (como em Szmerecsányi & Queda), sem inquiri-la enquanto temática política em si mesma ou fruto de políticas públicas conflitantes.

Logo, o primeiro aspecto a reter desse balanço historiográfico preliminar é a tímida problematização da relação entre Estado e Educação Rural, tendo os autores realizado reconstituições parciais ou lineares da história deste ramo de ensino, distanciadas das múltiplas determinações que o imbricam ao Estado. Vale esclarecer que concebo o Estado como uma relação social, logo, objeto de disputas entre grupos e facções, pela imposição de um projeto hegemônico sobre a matéria., deixando claro que na literatura sobre o ensino agrícola primário e médio preponderam estudos onde a correlação Sociedade Política - Sociedade Civil - Ensino Rural é insuficientemente explorada, face à insistência em valorizar-se o binômio educação rural - desenvolvimento do capitalismo [9]. Por certo tal

binômio é uma das dimensões instituintes da problemática, porém não a única, menos ainda se apreendido a partir da sobredeterminação "linear" da Educação pelo econômico, o que informa análises que priorizam o ensino primário e médio rural somente como decorrências exclusivas da maior ou menor necessidade de "qualificação" da força de trabalho em contextos específicos [10] ou como produtos da intervenção estatal destinada a debelar conflitos sociais rurais. Em ambos os registros, a Educação Rural emerge de uma perspectiva instrumental. Logo, é a própria historiografia quem respalda a concepção do ensino agrícola enquanto meio para atingir objetivos sócio-políticos e não como um fim em si mesma, na medida em que identifica o trabalhador rural como "carente" [11]. Em decorrência, ratifica-se a percepção da "escola rural" enquanto instituição "especial", naturalizada e ignorada como construção histórica, i.e., produto de embates e disputas. A visibilidade destes últimos exige, justamente, que se desconstrua aquilo que vem sendo encoberto na história recente do Brasil,sob fórmulas culturalistas atraentes e supostamente inovadoras: os problemas estruturais que perpassam a relação cidade-campo. Subestimar a conflitualidade inerente à dinâmica de funcionamento do Estado na configuração de suas políticas – inclusive as educacionais - pouco contribui para o avanço do conhecimento.

Por isso sugere-se partir da premissa de que a relação entre Saber e Poder é parte instituinte/instituída do próprio Estado, aqui tomado enquanto Estado Ampliado [12], espaço de permanentes tensões entre grupos organizados a partir da sociedade civil e inseridos junto à sociedade política de modo a intervir na definição das políticas públicas. Em seguida, destaca-se a necessidade de analisar as múltiplas determinações das políticas voltadas ao ensino rural já que, muitas delas, não responderam - como o supõe a historiografia - aos interesses imediatos de grupos dominantes agrários. Ignorar tal aspecto leva alguns autores a explicar o papel "subalterno" do ensino agrícola no Brasil a partir de falsas premissas, tais como *"(...) as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem do campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora"* [13].

Outro equívoco freqüente consiste em atribuir a origem do ensino rural primário e médio às iniciativas estatais perpetradas durante o Estado Novo, a partir da consolidação do novo bloco no poder desde a "revolução" de 1930. Segundo alguns, somente aí se teriam iniciado "(...) *programas de escolarização considerados* ***relevantes para as populações do campo*** *(...), cujo surgimento se deu sob o patrocínio* ***do Ministério da Agricultura do governo Vargas***" [14]. Ora, nada mais enganoso do que tomar 1930 como marco das políticas educacionais agrícolas e mais ainda atribuí-las ao Ministério da Agricultura varguista, uma vez que esta agência, desde 1910, já priorizava o *ensino elementar rural*, através de uma rede de instituições que incluía *Patronatos* e *Aprendizados* Agrícolas [15], sendo que os primeiros correspondiam a interesses que passavam ao largo dos grupos agrários, destinando-se

> *"à assistência à* ***infância desvalida das cidades****, visto que em todos os centros populosos cresce, dia a dia, o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã (...) Dar a mão a essas crianças (...) prendê-las à fecundidade da terra ou habilitá-las na tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo*" [16]

Como se percebe, as circunstâncias que presidiram as iniciativas estatais voltadas ao ensino agrícola, nem sempre derivaram da pressão dos segmentos dominantes rurais, vinculando-se a projetos de "profilaxia" social formulados por grupos urbano-industriais, desde inícios do século XX.

Outro reparo historiográfico prende-se à continuidade das políticas de "ruralização do ensino" no pós-1930, fossem praticadas pelo Ministério da Agricultura, fossem pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Tal continuísmo, de uma perspectiva "economicista", costuma ser explicado apenas pela necessidade de conter o êxodo rural, numa sociedade em vias de urbanização e industrialização. Muito além deste aspecto, a documentação pesquisada revela a necessidade política e simbólica de disseminar, através do ensino agrícola elementar e médio, códigos de comportamento e percepção que assegurassem o "disciplinamento" da força de trabalho e a construção do consenso em torno ao reconhecimento de uma liderança nacional única, de modo a combater o localismo político típico da sociedade brasileira [17]. Nesse registro, a "ruralização do ensino",

aprofundada após 1930, corresponderia ao atendimento pelo Estado,de demandas formuladas por grupos de interesse urbanos, contrários ao "inchamento" das cidades e desejosos de consolidar novas alianças políticas.

A maior lacuna historiográfica relativa ao tema consiste, a meu juízo, na ausência de uma abordagem que o politize de forma mais densa, dando conta dos projetos de ensino agrícola em disputa no período, seus agentes e agências enunciadores, bem como sua tradução em políticas públicas. Somente identificando os pontos consensuais e divergentes neles contidos evidenciar-se-á as representações acerca da agricultura e do "homem do campo" brasileiro e as modalidades de ação do Estado por elas respaldadas. Seu corolário será uma análise das políticas educacionais rurais enquanto instrumentos da organização de interesses de grupos sociais empenhados na obtenção de demandas específicas, no âmbito rural ou urbano, em contextos históricos-chave, tal como a década de 1930. Aí estiveram em jogo projetos de ensino agrícola polarizados em duas vertentes: uma, que tomava a escola enquanto instituição "de trabalho" e outra que a concebia como instituição "de ensino". Outro exemplo verifica-se nos anos 1950 quando, em função da proliferação dos movimentos sociais rurais, redefiniram-se os instrumentos da ação pública no âmbito "educacional", levando a que a escola fosse substituída pelo extensionismo rural. Era o próprio conceito de "educação rural" que sofria alterações, passando de uma dimensão eminentemente escolar para outra, "assistencialista" - técnica ou social" [18].

O período compreendido entre 1931 e 1961 [19] implicou na complexificação das disputas, desde que as distintas políticas de ensino agrícola subordinaram-se, simultaneamente, a duas agências estatais: o Ministério da Agricultura e o da Educação, fato desconsiderado pela historiografia. Respaldadas por grupos sociais diversos quanto a sua extração e projetos educacionais, as tensões derivadas desta duplicidade política não foram poucas, originando superposição de atribuições que resultaram num emaranhado de políticas setoriais [20]. Ademais, a historiografia sobre o ensino rural costuma focalizá-lo ora como projeto vinculado a grupos dominantes agrários em busca de afirmação hegemônica, ora como produto do sistema de dominação política baseado no poder local. Sob tal ótica,

tanto o *ensino elementar agrícola* quanto o de nível médio, têm seu "insucesso crônico" atribuído ao pouco interesse dos potentados locais em investir na instrução dos trabalhadores do campo, deles dependentes por vínculos pessoais e por eles tutelados do ponto de vista político-eleitoral[21]. Diante desse painel, as primeiras iniciativas de implantação do ensino agrícola, concretizadas pelo Ministério da Agricultura a partir de 1910, emergem na produção especializada como "fracassos retumbantes", ainda que os estudiosos não se tenham colocado questões fundamentais, como: qual o significado político da emergência desta agência estatal, neste momento histórico? Que conflitos ou disputas a teriam originado? A que grupos ou entidades de classe veio ela a responder? Que concepção de ensino rural saiu vitoriosa nesse primeiro embate? A pesquisa já demonstrou que o Ministério da Agricultura surgiu da tensão entre as frações menos dinâmicas da classe dominante agrária, contrárias à hegemonia da grande burguesia cafeeira paulista [22]. No entanto, boa parte dos especialistas ainda considera que a educação rural no Brasil do primeiro quartel do século XX em nada teria diferido daquela vigente nas duas últimas décadas do Império, pois

> *"a população do campo (a maior parte da população brasileira), ligada pelos laços paternalistas às oligarquias estaduais,* ***não sentia a instrução como necessidade imediata, nem pressionava no sentido de sua difusão***" [23].

Assertivas como essa subestimam o fato de que a presença do Estado junto a esse contingente de mão-de-obra só seria viável a partir de ajustes entre os grupos no poder e jamais através daqueles que viriam a ser seus objetos. Seriam os primeiros que estipulariam "ações pedagógicas exemplares", como no caso dos *Aprendizados* e *Patronatos Agrícolas*, de eficácia político-simbólica significativa. Ao mesmo tempo, a exacerbada descentralização política, consagrada pelo federalismo, impedia o Governo Federal de tolher a autonomia dos estados, perpetuando a mais marcante característica do sistema de ensino no Brasil: sua dualidade, mantida pela precarização do nível elementar. De uma forma ou de outra, e até que se criasse um Ministério da Educação, seria a Pasta da Agricultura quem monopolizaria as políticas destinadas a implantar/consolidar o *ensino profissional agrícola*, ramo "menor" da Educação, posto conotar o trabalho manual [24].

- Estado e Ensino Agrícola: Inflexões.

Desde o avanço do capitalismo no país a partir do Estado Novo e, mesmo depois dele, quando de sua afirmação definitiva em plena década de 1950, o trabalhador rural continuaria passível de incorporação através de *escolas primárias agrícolas especiais* [25], definidas como "*células da **vocação histórica** para o ruralismo que há neste país*" [26]. Em nome desta "vocação" - transmutada em subordinação e controle social - inúmeras políticas educacionais concretizaram-se, ratificando uma hierarquização social que naturalizava a inexistência da luta de classes no espaço agrário [27]. O sentido comum a essas medidas foi a progressiva transformação da própria noção de "educação rural", que atingiu os anos 1960 sob modalidades díspares, ainda que unificadas pelo objetivo de substituir a escola agrícola. Das novas iniciativas destacamos os acordos firmados entre os governos brasileiro e norte-americano [28] com vistas à "educação" rural, dentre eles a *Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais* (CBAR) [29]; o Curso "*Escola para o Brasil Rural*" e a *Campanha Nacional de Educação Rural* (CNER) [30]. A ratificação do "ensino agrícola" enquanto experiência *especial* e *hierarquizante* aprofundou-se, mediante paulatinas redefinições operadas nas décadas de 1940-50, através da atuação de inúmeras agências estatais. Além das ações mencionadas, cito a *Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo* (1958) e a *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* (CEAA), centrada numa rede de Missões Rurais que percorriam o interior, alfabetizando e difundindo a noção de "desenvolvimento comunitário" - de modo a "*combater o marginalismo e educar os adultos, antes de tudo para que o país possa ser mais coeso e solidário"* [31] - ambas patrocinadas por instituições norte-americanas [32]. A historiografia, entretanto, parece desconhecer que a presença norte-americana junto à agricultura e ao ensino rural no Brasil não era novidade, datando da Primeira República a atuação de Missões Educativas destinadas a incrementar a produção de alimentos [33]

- Comentários Conclusivos

As reflexões até aqui desenvolvidas evidenciam dois aspectos. De um lado, que as políticas destinadas à "educação rural" no Brasil da primeira metade do século XX

decorreram de expressivos conflitos intra-estatais, sobretudo aqueles verificados entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação, cujo produto foi a concretização de uma dupla modalidade de ação do Estado junto ao setor: uma, centrada na difusão da *escola primária regular* (Ministério da Educação) e outra calcada na multiplicação de *escolas especiais agrícolas,* primárias e médias (Ministério da Agricultura). De outro, que os contornos atribuídos à "educação rural" sofreriam profunda inflexão ao longo dos anos 1930-50, transmutando-se de uma experiência escolar, num experimento assistencial, em sintonia com a conjuntura da Guerra Fria e de afirmação do capitalismo no país, destinando-se a qualificar mão-de-obra rural adulta, em detrimento da infância. A nova modalidade dita "de ensino" rural desempenharia triplo papel: a) "imobilizador" da força de trabalho no campo; b) "neutralizador" dos conflitos sociais rurais e c) qualificador de mão-de-obra, mediante a afirmação hegemônica da escola enquanto "escola de trabalho", consagrando a segmentação trabalho manual *versus* trabalho intelectual.

---

1 Docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, pesquisadora I do CNPq e Cientista do Nosso Estado pela Faperj.

2 Utiliza-se o *itálico* para termos e citações extraídos de fontes de época. O ensino especial agrícola foi consolidado pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), que circunscreveu este tipo de formação aos domínios do "ensino profissionalizante" .

3 Dentre eles citamos: Demartini, Zeila Cidadãos analfabetos: propostas e realidade do ensino rural em São Paulo na 1ª República. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: 71, 1989, 5-19; Romanelli, Otaíza. Minas e os primórdios da educação. *Lições de Minas: Setenta Anos da Secretaria de Educação.* Belo Horizonte: GMG/SEE, 2000; DAVIS, Claudia. *Vida e escola Severina: um estudo da prática pedagógica em uma escola rural do Piauí*. São Paulo: USP, 1988, Rocha, Marlos B. M. *Educação conformada: a política pública de educação no Brasil:1930-45.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1988, Sobrinho, Antonio G. *História da Educação de São João Del-Rei*. São João Del- Rei, FUNREI, 2000.

4 Dentre alguns exemplos citamos Barreto, Elba S. Novas Políticas educacionais para velas escolas rurais: um estudo de caso no sertão do Piauí. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: 46, 23-49, 1983, dedicado ao estudo de um só programa educacional.

5 Cf. Azevedo, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1944; Amaral, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político-Social-Econômico.* 2 a. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1939, vol. 1; Freitas, Mario Teixeira de. *O ensino primário no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1934, dentre outros.

6 Carvalho, Marta C. de. "Reformas da Instrução Pública". In: Lopes, E.; Faria F°, L. & Veiga, C. (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 225-251; Calazans, Maria J. "Para Compreender a Educação do Estado no Meio rural". IN: Therrien, J. & Damasceno, M. (coords). *Educação e Escola no Campo.* São Paulo: Papirus,.1993, 15-40.

7 A grande concentração de pesquisas sobre este contexto histórico prende-se a dupla ordem de questões. De um lado, a redefinição da correlação de forças vigente no novo bloco no poder, marcada pelo enfraquecimento das "oligarquias" agrárias hegemônicas e a incorporação política de novos atores como industriais e setores médios urbanos. De outro, a abrangência do projeto encampado pela nova agencia do Estado, destinada a construir uma "cultura nacional" homogênea e a fixar diretrizes educacionais para todo o país, complementando o processo de centralização política em curso.

8 Calazans, M. J. *Caracterização dos Programas de Educação Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IESAE, 1981; ___. *Estudo Retrospectivo dos Programas de Educação Rural no Brasil.* Rio de Janeiro: IESAE, 1981; Szmrecsányi, T.& Queda, O. (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976 e Paiva, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1983.

9 Tal binômio ainda é trabalhado nos termos do grande debate que agitou os anos 1960, onde a agricultura era tida como "obstáculo" ao capitalismo brasileiro.

10 A CNER constituiu-se num dos mais expressivos exemplos da afirmativa, sobretudo considerando-se que foi viabilizada por Acordo de Cooperação firmado entre o governo brasileiro e agencias do governo norte-americano.

11 Arroyo, M. "Escola, Cidadania e Participação no Campo". *Espaço Aberto*. Brasília: INEP, ano 1, n. 9, set., 1982, 1-17.

12 Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

13 Calazans, *op. cit*., 1993: 16, grifos meus.

14 *Id. ibid*. 16-17, grifos meus.
15 Mendonça, S. R. "A construção do Trabalhador Nacional: Estado e pobreza rural no Brasil de inícios do século XX". Comunicação apresentada no *I Congresso Internacional sobre Pobres e Pobreza*. Univ. Nac. Quilmes, Argentina, nov., 1997.
16 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório*. Rio de Janeiro: 1918, p. 137.
17 A este respeito ver Carvalho, *op. cit*., p. 225-251.
18A este respeito ver Arapiraca, José O. *A USAID e a educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1982.
19 O período situa-se entre a criação do Ministério da Educação e Saúde e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.
20 Agravando tal quadro deve-se ainda considerar aspectos como a intervenção de grupos ligados ao Ministério da Justiça, que recebeu atribuições "educacionais" da Pasta da Agricultura; a participação dos militares, pela correlação entre Educação Básica e Segurança Nacional e, finalmente, a manutenção do preceito constitucional que definia a dualidade de sistemas de ensino no país, consagrando o nível primário à competência de estados e municípios e os níveis médio e superior à da União.
21 Cf. sobretudo Paiva, *op. cit*. e Leite, Sérgio C. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2002.
22 Cf. Mendonça, S. R. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
23 Paiva, *op. cit*.,1983: 79, grifos meus.
24 Sobre o papel subalternizado dos saberes aplicados ver Grignon, Claude. *L'Ordre des Choses. Les fonctions sociales de l'enseignement technique.* Paris: Minuit, 1971.
25 O Decreto-Lei N ° 9.613, de agosto de 1946, em plena "redemocratização" brasileira, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola em separado do Ensino Primário, consagrando, em seu artigo 1° que "*Esta lei estabelece as bases e organização e de regime do ensino agrícola que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da Agricultura*". BRASIL. LOEA, 1946, p. 1. Em seu Artigo 12 °, estabelecia que "Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino agrícola: a) Escolas de Iniciação agrícola; b) Escolas Agrícolas; c) Escolas Agrotécnicas", as primeiras destinadas a ministrar curso de "iniciação agrícola" e não mais o ensino primário. *Id. Ibid*., p. 2, Grifos meus.
26 Carneiro Leão, A. *O Ensino Agrícola na Capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1926, p.18.
27 Talvez um dos mais expressivos *corpi* documentais para o estudo dessas questões seja os *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação*, patrocinado pela Associação Brasileira de Educação em 1942, versando sobre "A Educação Rural". Todos os debates foram reproduzidos, evidenciando agentes e agencias das mais distintas extrações institucionais e sociais.
28 Tais convênios eram celebrados ora com o Ministério da Agricultura, ora com o da Educação, ora com ambos.
29 A CBAR atuaria através de um tripé institucional composto por Clubes Agrícolas, Centros de Treinamento e Semanas Ruralistas.
30 Inaugurada em 1952, no contexto do "nacional-desenvolvimentismo" e objetivando "preparar técnicos" capazes de atender às necessidades da educação de base, a CNER a "relia" como destinada a adolescentes e adultos, sem acesso prévio à escola. Seu desdobramento foi a criação do Serviço Social Rural, do Ministério da Agricultura, em 1953, tendo por objetivo difundir o associativismo rural, em clara continuidade com as políticas ensaiadas pelo Ministério desde os anos 1910. Tratava-se de fomentar o "espírito associativo" junto às "populações rurais", mediante a ação de técnicos especializados na promoção do "bem-estar" social do homem do campo, atrelando-se ao movimento deflagrado pela ONU e referendado por organismos voltados à expansão da ideologia capitalista. Ammann, Safira B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1980, p. 33.
31 *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: 1947, p. 67. A Campanha realizou-se com recursos do Fundo Nacional de Educação Primária, gerando intensa polêmica sobre o objetivo de uma campanha de educação de adultos em contraposição à ampliação da rede de ensino elementar regular. Segundo os dirigentes da CEAA esperava-se que a atuação sobre o adulto estimulasse as matrículas nas escolas primárias comuns, daí um de seus lemas: "*é por amor à criança que devemos educar adolescentes e adultos". Id. Ibid.*
32 A assistência técnica americana a programas desta espécie deu-se em todo o mundo, com base no Ponto IV do discurso de posse do presidente Truman que,.em 1949, anunciava a intenção de promover "transferência de conhecimento técnico", a áreas "subdesenvolvidas", através da *International Cooperation Administration* (ICA).
33 Downes, Earl R. *The Seeds of Influence: Brazil´s "essentially agricultural" Old Republic and the United States*. Austin: PhD Dissertation, 1986.

A condição social feminina no medievo português – Século XV

Sooraya Karoan Lino de Medeiros - USP

A temática da condição social feminina foi, de maneira geral, analisada a partir da dominação, do silenciamento e da política normatizadora imposta às mulheres pela Igreja. Impuras, as filhas de Eva são como a porta por onde entra o demônio, são, portanto instrumentos do Diabo, pois a sexualidade e os prazeres daí advindos, segundo os teólogos, levam o homem à condição bestial, destruindo-lhe a razão. Na tentativa de ordenar os modos de viver e pensar da população cristã, a Igreja procurou exercer controle sobre as condutas morais e sexuais e para tanto era fundamental estabelecer os limites de atuação da mulher delimitando não só normas de conduta, como também designando seu papel e lugar na sociedade.

Tendo por base os padrões comportamentais universalmente ditados da Igreja medieval e partindo do princípio que as formas de viver e pensar dessas mulheres eram determinadas pela cultura oficial e erudita, identificada nos textos de teólogos e confessores, a historiografia privilegiou os princípios universalizantes expressos nos mesmos, em detrimento das configurações sócio-culturais específicas de cada região. Assim, essa historiografia pouco nos mostrou os rostos e as vozes das mulheres medievais e somente algumas personagens excepcionais tiveram suas histórias contadas fornecendo-nos os contornos da idéia que forjamos sobre a mulher na Idade Média.

Mesmo no que concerne às filhas da nobreza pudemos observar a ocorrência de poucos estudos que se dedicassem, por exemplo, à atuação das “filhas segundas”. O importante papel no estabelecimento de alianças através do casamento era um destino reservado principalmente às primogênitas, enquanto as filhas segundas, em geral, ingressavam em uma congregação religiosa. Livres das obrigações intrínsecas ao exercício do papel de esposa virtuosa e fértil, estas filhas da nobreza freqüentemente destacavam-se ocupando altos cargos religiosos, como o de abadessa, nos quais desempenhavam papéis de grande poder e importância nos mosteiros e conventos que lhes permitia captar riqueza e

honra nobiliárquica para as instituições as quais pertenciam.

O interesse pela condição social feminina surgiu a partir do contato com a legislação medieval portuguesa e um conjunto de fontes arquivisticas e oficiais que tratam prioritariamente de questões jurídicas. A documentação pode conceder a grata surpresa do encontro com várias mulheres, das quais sabemos pouco, é verdade, porém não são mulheres anônimas. A voz feminina pode ser ouvida, por exemplo, através de Maria Dias[1], em 1471, moradora na vila de Soure cujo irmão foi morto pelo escudeiro Álvaro Garcia Rodriguez em uma briga. Quando o réu pede ao rei uma carta de perdão quatro anos depois do fato, ele apresenta seis instrumentos de perdão da parte dos parentes da vítima, dentre esses um de autoria da mencionada Maria Dias que afirma que o perdoa, mas com a condição de que o acusado não morasse na vila de Soure e nem aparecesse diante dela.

O documento não nos informa se o instrumento de perdão mencionado foi escrito por ela ou por um escrivão, porém é a vontade feminina expressa em uma carta de perdão. O perdão do rei dependia, neste caso do perdão da família e a condição imposta por Maria Dias foi ratificada pelo rei. Imagem muito distinta daquela onde a mulher aparece restrita aos afazeres domésticos ou entretida com atividades essencialmente femininas como fiar e tecer.

A análise da documentação e o entrecruzamento de dados aí encontrados levam-nos a descortinar aspectos fundamentais sobre a vida das mulheres no Portugal do século XV. Podemos citar como exemplo os documentos que se referem à propriedade, como os aforamentos, emprazamentos e testamentos, que nos informam sobre a autonomia para disposição de bens que as mulheres detinham e os meios pelos quais elas exerciam esta autonomia. Tais fontes obedecem, de maneira geral, a uma fórmula documental que nos informa o local de emissão do documento, o local de moradia da mulher em questão e se ela fez ou não uso de um procurador. Nos casos em que se verifica a ausência de um procurador, podemos inferir que a mulher deslocou-se até o tabelião ou juiz, muitas vezes em outras vilas, sugerindo a possibilidade de que os laços da tutela masculina que envolve as mulheres talvez não fossem tão rígidos.

A leitura das fontes nos indica a condição social das mulheres envolvidas em processos de posse de terra, de pedidos de legitimação e até mesmo em processos criminais como assassinato. A partir dessas fontes pudemos observar na sociedade medieval portuguesa do século XV a existência de mecanismos legais que permitiam a mulher - apesar da subjugação cultural - exercer um papel ativo em prol da manutenção dos seus direitos, sobre seus bens ou os bens do casal. Assim, acreditamos a determinação do lugar social obedece não somente aos arquétipos elaborados pela doutrina cristã, mas também aos padrões sócio-culturais específicos do contexto político-jurídico, no nosso caso, português.

Os reis portugueses, desde o século XIV, encetaram uma política de centralização que se opunha e procurava suplantar a fragmentação territorial e política resultante dos vastos poderes exercidos pelos senhorios nobiliárquicos. O esforço da centralização real contribuiu para uma maior ênfase nas leis laicas que procuravam dar conta das mais variadas áreas jurisdicionais, dando ao rei controle administrativo, organizacional, de coerção e perdão, fosse ao âmbito criminal ou civil[2], especialmente no que se refere ao controle da terra. A constituição de um sistema legal foi um dos elementos mais expressivos em Portugal ao longo dos séculos XIV e XV com a acentuação da tendência a um direito genuinamente português se impor sobre aqueles de origem romana, visigótica e eclesiástica.

A legislação oriunda do poder real foi pouco a pouco alargando a sua esfera de atuação, adquirindo forma própria e dando origem às primeiras compilações oficiais das leis gerais, tais como o *Livro de Leis e Posturas* (século XIV), as *Ordenações de D. Duarte* (século XV) e das *Ordenações Afonsinas* (século XV). De grande importância para determinarmos a ação das leis laicas é o processo de transmissão das mesmas, partindo de sua origem até o conhecimento público, o que garantia à população do reino sua utilização. O raio de aplicação das leis dependia de um sistema de cópia e transmissão que se havia organizado em Portugal ao longo dos séculos, segundo o qual a lei era transmitida da chancelaria régia aos corregedores de comarca e daí para os concelhos de todas as

cidades e vilas do reino. Tais leis chegavam aos súditos – desde o nobre local ao camponês pobre e iletrado – através dos pregoeiros, funcionários reais que as liam em praças públicas.

A temática das leis podia abranger as determinações reais acerca de um indivíduo, um grupo, uma região ou mesmo todo o reino. No âmbito mais abrangente podemos observar a confirmação da estrutura social em três ordens – o Clero, a Nobreza e o Povo – com a descrição pormenorizada de suas funções – respectivamente, os que oram, os defensores do povo e os mantenedores que lavram a terra. As leis reafirmam ainda o costume da origem divina do poder real, que colocava o rei como representante direto de Deus no reino, devendo estar, portanto, hierarquicamente acima dos grupos mencionados[3].

As *Ordenações Afonsinas* procuravam dar conta de todos os aspectos da vida dos súditos, concedia ao rei a suprema jurisdição em todo o reino, o direito de exigir obediência plena de seus súditos e a soberania sobre o mero e o misto império[4]. Desta forma nosso estudo sobre a condição social feminina se desenvolve num período onde são as leis laicas, aplicadas e julgadas em última instância sob ordens régias e submetidas aos seus interesses, que vão prioritariamente determinar o lugar social dos súditos do reino, entre os quais, as mulheres.

Com o crescimento do poder real e o aumento da importância da legislação laica na determinação da condição social feminina, esta vai gradualmente deixando de ser regulada tão somente pelos costumes advindos da moral religiosa. Na medida em que a política central determinava que as leis laicas regulavam os hábitos, os costumes, as relações sociais e os direitos dos súditos reais, a vida dessas mulheres não se resumia ao espaço e atividades privados. Ainda que a legislação espelhe apenas a proposição teórica do regimento do reino, estas leis têm um papel de destaque na reflexão a ser feita pelos historiadores das mulheres portuguesas, pois “a ordem normativa é o reflexo da vida e simultaneamente procura discipliná-la em todos os aspectos”[5].

Os casamentos, por exemplo, eram regidos por um sistema jurídico que determinava a comunhão da administração dos bens do casal, segundo o qual a mulher mantinha a posse e o direito de disposição de seus bens formados por seu dote, presentes adquiridos

no casamento e heranças. As leis determinam entre outras coisas que a mulher deveria ficar como "cabeça do casal" e de posse de todo os bens com a morte de seu marido. Um dos itens que nos parece mais expressivo é a determinação de que o marido não poderia vender, trocar ou renunciar um bem de raiz sem a autorização expressa por procuração de sua mulher[6]. Como nos mostra o caso de Catarina Martins[7], cujo segundo marido Vicente Afonso morador do termo da vila de Pombal renuncia uma casa de olaria que trazia emprazada e para tanto apresenta uma procuração de sua esposa. O documento de renúncia traz toda a procuração transcrita, na qual Catarina Martins afirma concordar com a renuncia e explica que eram ambos viúvos antes do casamento e que tal emprazamento se deu antes da união, desta forma ela não teria direitos sobre o arrendamento.

Em Portugal, os contratos de propriedade firmados por escrito envolvem predominantemente o *casal*[8]. A fórmula utilizada tinha como objetivo assegurar o constante rendimento senhorial e reduzir seus prejuízos, de tal forma que o texto detalhava os direitos e deveres dos lavradores, ressaltando que estes recaíram tanto sobre o homem quanto sobre sua mulher, ou seja, ambos responderiam por quaisquer dívidas ou danos à propriedade. Esta fórmula documental era corroborada pela legislação portuguesa que determinava que a esposa tornava-se, como afirmamos, "*cabeça do casal*" com a morte do marido, isto é, o indivíduo responsável pelo contrato de emprazamento, aforamento ou arrendamento daquela unidade territorial. Desta forma, a mulher, acompanhada ou não de seu marido, poderia legalmente manter as terras que tivesse em seu poder, assegurando também ao grupo senhorial a produção e os lucros.

A reconstituição da condição social feminina deve ser feita, portanto, observando-se a presença das mulheres no espaço público, no uso dos instrumentos, nas margens de manobra e negociação advindas da legislação laica e dos embates senhoriais, que lhes concediam uma especificidade caracterizada por sua atuação ativa nestas esferas. As leis que lhes dão a condição de responsáveis por suas propriedades ou pelos contratos feitos com o marido, que as tornavam senhoras de seus bens, livres para deixá-los em testamento a quaisquer pessoas, visavam evitar a fragmentação do território além do escoamento de

bens de raiz para a Igreja, através das doações e testamentos. Catarina Anes[9], conhecida como a triuga, em sua cama, doente dita seus desejos finais ao testamenteiro de sua escolha que é também seu herdeiro. Encomenda sua alma a Deus, determina seu lugar de sua sepultura – no adro de Santa Maria na igreja da vila de Redinha, ao lado de sua filha –, lista como devem ser pagas as suas dívidas e aqueles que lhe devem e deixa todos os seus bem móveis e de raiz a Fernando. Seu herdeiro é filho de uma sobrinha já falecida, e Catarina Anes justifica a doação explicando que este sempre lhe serviu em vida e na doença.

As mulheres que, neste trabalho, nos emprestaram suas vidas como base de análise e exemplo, podem parecer exceções, tesouros em meio a vultos e reflexos vacilantes, como afirmou George Duby[10]. Mas são na verdade três entre muitas outras mulheres que expressam suas vontades e exercem seus direitos em meio à sociedade medieval. Assim, ao disporem de seus bens, as mulheres, entram num jogo de conflitos e alianças envolvendo lavradores, senhores, a Igreja e a própria realeza. É em meio a tais conflitos, entre o poder real e a nobreza, que vivem as mulheres do período estudado, sejam elas as proprietárias das terras a serem negociadas ou as lavradoras que nelas trabalham a prazo ou foro[11].

A partir dos estudos desenvolvidos, sobretudo, pela historiografia ligada à Nova História francesa, percebemos que a Igreja sempre relegou as mulheres a uma condição inferior, considerada intrínseca ao seu gênero, cuja origem remonta à Eva, que não resistiu às tentações demoníacas, sendo, portanto culpada pela expulsão do homem do Paraíso e de todas as conseqüências daí advindas. Contudo, frisamos que as formas de viver e pensar das mulheres não podem ser deduzidas exclusivamente em função da cultura oficial e erudita, pois a condição em que essas mulheres viviam também estava estreitamente relacionada com as condições materiais de suas existências, assim como ao contexto político no qual estavam inseridas. Apesar da condição subalterna que foi imputada às mulheres pela tradição judaico-cristã, em suas experiências elas foram capazes de encontrar espaço para negociação e resistência, ainda que os mesmos fossem marginais e

diminutos.

Ainda que possamos encontrar nas *Ordenações Afonsinas* indícios do discurso religioso acerca da mulher, a legislação do reino português organizou-se em função dos interesses do poder central e não somente da moral cristã, assim as mulheres tinham assegurado nas leis, por exemplo, o direito de manterem sua autonomia e independência para disporem de seus bens. Na medida em que eram as leis laicas que determinavam o lugar social da mulher, seu espaço de atuação, suas margens de negociação e manobra devem ser observados também à luz do aspecto legal desta sociedade.

---

[1] ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 22.
[2] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Póvoa de Varzim: Verbo, 1979. V.2: Formação do Estado Moderno, 401p. P.224.
[3] Costume este que pode ser encontrado na documentação oficial desde finais do século XIII
[4] *Mero império* ou soberania pura, relativo ao poder de impor as penas de morte, mutilação e desterro. *Misto império* relativo ao poder de estabelecer penas menores. SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *A nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. 12v. V.4: Portugal na crise dos séculos XIV e XV. 662p. il. P.238.
[5] ALBUQUERQUE, Martim de. Introdução. In: ORDENAÇÕES Del-Rei Dom Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1988. P.V.
[6] Mesmo que o cônjuge burlasse a lei, o título XXXXVI do livro III, explicita "*Como a molher pode demandar a raiz, que o marido vendeo sem sua Procuração*".
[7] ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra*, Livro 1.
[8] O *casal* representava uma unidade territorial e fiscal, era a base da ocupação produtiva, agrícola e pastoril. Os contratos sobre a terra poderiam ser feitos através de emprazamento, contrato feito pelo período de uma a quatro vidas, aforamento, contrato perpétuo ou hereditário ou ainda arrendamento, contrato estabelecido por um determinado número de anos que poderia variar de seis a cem.
[9] ANTT. *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, pasta 42.
[10] DUBY, Georges. *Eva e os padres*. Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P.08.
[11] Respectivamente, emprazamento e aforamento.

O Ensino de História nos cursos de formação de professores: uma análise histórica dos seus saberes e práticas

Stela Pojuci de Morais[i] - UNAMA

" Sabe que eu as vezes até esqueço de dar aula de história. Agente acaba se preocupando mais com português e matemática, história nós falamos nas datas cívicas"[ii]

O presente artigo tem como objetivo trazer as reflexões iniciais sobre a pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a construção dos saberes e práticas de professores de 1º a 4º séries, em relação ao ensino da disciplina historia, investigando a formação que os mesmos receberam no Instituto de Educação do Pará, antiga Escola Normal de Belém, no período de 70 (finais) a 90 do século XX.

A escolha da Escola Normal, cuja denominação depois mudou para IEP (Instituto de Educação do Pará) e atualmente tem o nome de Instituto Estadual de Educação do Pará, deve-se ao fato de esse estabelecimento de ensino ter se constituído, historicamente, no *lócus* de formação de professores para as escolas das séries iniciais do ensino fundamental no Pará e mais especificadamente, na cidade de Belém.

A temática escolhida está relacionada a nossa vivência, a partir do ano de 2003, como professora do Curso de Pedagogia, da Unama[iii], ministrando a disciplina Prática Pedagógica III. Os alunos, alguns já professores das primeiras séries do ensino fundamental, e cuja graduação lhes possibilitará também a docência nessas séries, chegam com grandes lacunas na área de História, o que reflete na sua compreensão do fenômeno educativo, visto, na maioria das vezes, desconectado do contexto histórico em que é produzido.

Um aspecto nos chamou atenção: poucos alunos escolhiam a disciplina história para ministra-la em suas aulas, e quando era indagada a razão dessa não escolha diziam ter muita dificuldade, alguns nem lembravam se estudaram história no ensino médio, isto os alunos(as) que tinham feito o curso de magistério. Os que escolhiam história, quando iam ou atualmente vão desenvolver a aula, o fazem através de fatos isolados, lineares, com muitas

datas, distantes da realidade em que os alunos vivem. As abordagens que nos apresentavam ou apresentam estão desconectados com o que a historiografia mais contemporânea através de uma vasta bibliografia oferece através de livros técnicos, didáticos e paradidáticos sobre temáticas básicas em história, hoje presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1º a 4º séries.

Observamos, a partir de contato feitos com algumas escolas, em função dos campos de estágio, que mesmo com a adoção dos PCN, a partir de 1997,indicando como objetivos gerais do Ensino Fundamental a compreensão da cidadania como participação social e política e como objetivos gerais do ensino da história o reconhecimento de diferentes tempos e espaços históricos, de semelhanças e diferenças, de mudanças e permanências, os conteúdos selecionados, para as primeiras séries do Ensino Fundamental, em um grande número de escolas da rede municipal e estadual em Belém, ainda se norteiam pelas indicações do livro didático adotado, desconsiderando muitas vezes as problemáticas locais, que obviamente não devem perder de vista sua inserção em questões mais amplas de caráter regional, nacional e mundial.

Um outro fato que nos chamou atenção foi que, algumas vezes, o programa de conteúdos da disciplina história está organizado como é proposto nos PCN, mas o desenvolvimento deles é feito ou com dificuldade ou com a utilização de um referencial metodológico que vai de encontro à proposta teórica presente nos mesmos

O estudo proposto busca compreender as concepções historiográficas que permearam a formação dos professores das séries iniciais nas décadas nos finais da década de 70 aos anos 90 do século passado. A pesquisa assume relevância na medida em que contribuirá para ampliar o debate em nível nacional sobre o ensino da História e da História da Educação na formação de professores das series iniciais do ensino fundamental e contribui para o elaboração de uma proposta de formação continuada voltada para esses professores.

As reflexões aqui apresentadas nos remetem a levantar as seguintes questões:

Como e quando os professores formadores tiveram acesso as novas abordagens historiográficas que permeiam os grandes debates nacionais em torno da escrita e do ensino de história?

Até que ponto os autores utilizados pelos professores contribuíram para um fazer pedagógico contextualizado ?

Como os professores e professoras formados (as) pelo IEP ensinam História nas séries iniciais do ensino fundamental?

Os estudos sobre o tema formação de professores, vem ocupando desde as últimas décadas do século XX, um espaço relevante em âmbito internacional, através de vários estudiosos do assunto como Nóvoa, Ferrarotti, Huberman, Goodson, Contreras, Alarcão, entre outros. No Brasil, a temática é uma das mais recentes e também uma das mais expressivas, destacando-se diversos pesquisadores que analisam o referido tema, dentre os quais destacamos Brzezinski, Lüdke, Libâneo, Pimenta, e outros, assim como, observamos pelos Anais da ANPED[iv] uma grande produção acadêmica a ela relacionada.

Segundo Fiorentini et al. (1998)[v] até a década de 60 do século XX, a grande preocupação presente nos cursos de formação dos professores era o domínio dos conteúdos específicos da disciplina que iriam ensinar. A partir da década de 70, o destaque dado nos cursos de formação são aos aspectos didáticos- metodológicos relacionados às tecnologias de ensino. Nos anos 80, veio a tona a discussão da necessidade de se estabelecer um modelo teórico que discutisse a dimensão sócio- política e ideológica da prática pedagógica. Nesse período, já despontam outros conceitos a serem estudados dentro da temática formação de professores tais como: os saberes escolares, os saberes docentes tácitos e implícitos, as crenças epistemológicas.

Os anos 90 são marcados por um novo enfoque que objetivava melhor compreender a prática docente e os saberes dos professores, ou seja, repensar a formação dos professores a partir, da sua prática.

Vários estudiosos da temática, dentre eles Pimenta (1999)[vi], consideram que a identidade do fazer-se professor é construída a partir de um processo em que estão

inseridos sua formação inicial e a re-elaboração dos seus saberes a partir de sua prática docente.

Considerando essas abordagens teóricas nossa investigação nos remete as propostas de formação que tem norteado o curso de magistério da Escola Normal, direcionado ao ensino de História.

Para melhor entendermos a formação do professor de 1º a 4º séries nas últimas décadas do século XX, quisemos investigar as origens da Escola Normal de Belém e que proposta de formação de professores e professoras estiveram presentes quando a mesma foi efetivada como espaço escolar.

No início do século XIX, durante o Império brasileiro, são criadas em várias províncias as primeiras Escolas Normais como o *locus* formal e obrigatório, de nível médio, para a formação de professores "primários". A província do Grão Pará segue também a " moda" e a 30 de dezembro de 1839, o presidente da província Bernardo de Souza Franco autorizava através da Lei 33 de 30 de setembro de 1833,[vii] que fosse fundada uma escola normal na cidade de Belém, capital da referida província.

No ano seguinte, o mesmo presidente autoriza a compra de livros para o ensino da escola normal, no entanto, a falta de recursos financeiros da província não possibilitou a efetivação da instalação da escola de Belém em um prédio próprio e adequado ao seu funcionamento. Em junho de 1841 é estabelecida a Lei n.97 que criava o Liceu Paraense[viii], e o seu artigo 13 designava uma sala para que funcionassem as aulas do curso normal

Sucederam-se vários presidentes no governo da província do Grão- Pará, vindos de outras regiões, sem maiores compromissos com a educação, principalmente com a primária, o que contribuiu para que a Escola Normal de Belém não saísse do papel.[ix]

Por volta dos meados do século XIX, na província do Grão Pará são criados espaços educacionais religiosos destinados inicialmente a educação de meninas órfãs, mas, depois passaram também a receber meninas de outros segmentos sociais, como pensionistas, que pagavam 25$000 réis anuais.[x]

A educação pensada e efetivada nessas escolas era voltada para educar as alunas a cuidar do lar, serem obedientes aos maridos e zelarem pelos bons costumes. Uma dessas escolas é o chamado collégio Nossa Senhora do Amparo[xi], que de uma certa forma forçará o governo provincial a realmente implantar o funcionamento da Escola Normal, de modo a profissionalizar as órfãs que viviam nessa instituição e começavam a pesar financeiramente nos cofres públicos, pois passa a haver uma concentração de jovens com 18 anos.

Em 9 de abril de 1869, o presidente da província José Bento da Cunha Figueredo, estabelece através de portaria, os critérios para que as alunas que atingissem a idade de 18 anos deixassem o Colégio. No § 4º[xii] a norma estabelecida era elas estarem empregadas em escolas públicas e para isso era necessário uma Escola que desse a essas jovens uma formação para que as mesmas exercessem a profissão de professoras das escolas primárias.

Essas circunstâncias contribuem para que o presidente da província, Joaquim Pires Portella, crie a escola normal, pela lei 669 de 13 de abril de 1871[xiii], cujo objetivo era habilitar as pessoas que quisessem se dedicar ao magistério da instrução primária.

Começou a funcionar nas dependências do Lyceu Paraense, e a sua implantação é marcada pela divergência expressa em dois jornais da época: "O Liberal do Pará" e "O Diário do Pará". O Diário defendendo o novíssimo ensino que seria implantado na referida escola e O Liberal criticando as medidas tomadas por Joaquim Portella, como atos decorrentes de vaidade pessoal do presidente e questionando se o ensino desenvolvido na escola normal formaria professores dignos de seu papel de educadores.

Em 1872, o vice- presidente da província, Barão de Santarém, extingue a escola normal[xiv] e estabelece que o curso de magistério continuaria a funcionar no collégio N. S. do Amparo e no Lyceu Paraense.

Dentre os pesquisadores que escrevem sobre a Escola Normal do Belém, Brito(2004)[xv], diz que a grade curricular adotada nos primórdios desta instituição era de

"reduzida qualificação" pois suas disciplinas traziam um conteúdo desvinculado da realidade em que essas pessoas viviam.

As disciplinas apresentadas na portaria de 9-06-1874 são as seguintes: Instrução Moral e Cívica, Grammática da língua nacional, Sistema Métrico decimal e elementos de geometria, Noções geraes de Geografia do Brazil principalmente do Pará. De início já observamos a ausência da disciplina história na grade curricular das futuras professoras e professores.

Continuando nossas análises sobre os primeiros anos da referida instituição, observamos que ela, assim como as demais escolas brasileiras, serão envolvidas nas transformações ocorridas nos finais do XIX quando se implanta o regime republicano no país[xvi] e o estado assume um papel de fiscalizador na área da educação.

O discurso que norteia este Estado centrava-se na ordem e progresso, assim como na modernização e embelezamento dos espaços urbanos. Belém vive a sua *Belle- Époque*[xvii]e em suas escolas[xviii] passam a ser projetadas mudanças que as tornem espaços possibilitadores de uma nova instrução adequada a uma sociedade civilizada.

José Veríssimo[xix] apresenta em seu relatório de 1890 ao governador da época Justo Chermont, as determinações sobre a Escola Normal. Criava um único espaço para que a mesma funcionasse, com isso diminuíam os gastos com material e pessoal administrativo, ao mesmo tempo que propunha a criação de novas disciplinas no currículo do curso de magistério visando um ensino de maior qualificação para a "mocidade que freqüenta as escolas normais"[xx]

Estabelecido quatro anos pela portaria de n.64 de 6 de fevereiro de 1890 constava no terceiro ano a disciplina História Universal, História do Brasil e do Pará, que juntamente com as demais disciplinas que compunham a grade curricular proporcionavam um ensino enciclopédico, em que despontam ensinamentos éticos e morais, destacando-se os valores patrióticos. A prática proposta é a de transmissão de conhecimentos, é a da repetição, de modo que as crianças que passam a estudar nos grupos escolares[xxi] tenham uma

compreensão fragmentada da realidade que vivem e na maioria das vezes *" transformados em cidadãos alijados da crítica social"* (Brito,2005,p. 40)[xxii].

Esse modelo de formação proposto há aproximadamente 100 anos antes do período que é nosso objeto de investigação, vai adquirindo nos primeiros anos do século XX contornos de maior exigência na avaliação dos(das) que escolhiam a profissão de professor (a) primário(a), com a inclusão das chamadas conferências pedagógicas[xxiii]

Um outro tipo de fonte que pode nos dar pistas a respeito dessa formação de professores nos finais do século XIX são as provas. Em 1891 temos questões de História que focalizam o passado glorioso da nação, os heróis, a classificação dos povos segundo o critério do desenvolvimento moral em : " selvagens, bárbaros e civilizados"[xxiv]

A nossa pesquisa está em andamento pelos inícios do século XX, mas, ao mesmo tempo, resolvemos buscar indicativos iniciais da formação dos professores nos finais da década de 70, e nossas fontes primeiras são as fichas individuais das alunas e alunos do IEP nesse período. Em apenas uma série do curso de magistério a disciplina História está presente e é a História do Pará.

Relatos orais nos remetem para um conteúdo descontextualizado do período histórico que se vivia,[xxv] visto que, não só havia um grande cerceamento por parte dos militares sobre os professores e sobre o ensino, principalmente o de história, como também os professores que trabalhavam com a referida disciplina, eram egressos do curso de História da Universidade Federal do Pará e tinham tido um curso de graduação nas décadas de 50 e ou 60 permeado por uma concepção positivista em que o fato, o herói, a data, a linearidade, a ordem, eram elementos fundamentais na forma de compreender e ensinar a historia.

Nossa pesquisa continua. Aqui apresentamos os primeiros resultados, os quais nos instigam a investigar o grande número de fontes escritas e orais que existem e que nos possibilitarão conhecer com mais consistência a formação em história do(a) professor (a) 1º a 4º séries formado pela Escola Normal da praça, da praça da República, em Belém do Pará.

[i] Graduada em História pela UFPA, Mestre em Educação pela UNIMEP, professora da UNAMA
[ii] Relato oral, aluna do curso de pedagogia da Unama, professora de 1º a 4º séries do Ensino Fundamental da rede pública estadual do Pará
[iii]Universidade da Amazônia
iii Associação Nacional de Pós - Graduados em Educação
[v] FIORENTINI, Dario ; SOUZA & MELO, Gilberto Francisco. Saberes docentes: um desafio para acadêmicos e práticos In GERALDI, Corinta Maria Grisólia (org) *Cartografias do trabalho docente: Professor(a)- pesquisador(a).* Campinas:: Mercado das Letras, ALB, 1998
[vi] PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência In PIMENTA, Selma Garrido, *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1998.
[vii] Lei n. 33 de 30-09-1839- Colleção de Leis da província do Gram- Pará Tomo II, 1839.
[viii] Atual Colégio Paes de Carvalho, localizado na Praça da Bandeira
[ix] BRITO, Elias Santos de. *EDUCAZIONE E ISTRUZIONE DELLA SCUOLA NORMALE;* CELEBRAÇÕES E DUREZAS DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL NA AURORA DA REPÚBLICA PARAENSE (1890- 1908). Monografia em História. Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
[x] VIANNA, Arthur. *O Instituto Gentil Bittencourt: Esboço Histórico*.2 ed.- Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1967
[xi] atual Colégio Gentil Bittencourt, colégio particular, mantido pelas irmãs Dorotéias
[xii] Portaria de 9 de abril de 1869. Colleçção das Leis: Actos do Governo da Província do Grão Pará. Tomo XXI, 1869
[xiii] Lei n.669 de 13-04-1871. Colleção das Leis da Província do Grão- Pará. Tomo XIII, 1871.
[xiv] Lei n. 757 de 19/12/1872. Colleção das Leis da Província do Gram- Pará. Tomo XXXIV, 1872.

[xvi] Em 1889 é instaurado o regime republicano no país e uma nova ordem política passa a vigorar, tendo como forte componente ideológico o positivismo
[xvii] Nome dado ao período compreendido entre os finais do século XIX e primeira década do século XX, quando é implementado um projeto de modernização para as cidades de Belém e Manaus, vinculado a expansão da economia gomífera no cenário internacional
[xviii] Liceu Paraense, Instituto Lauro Sodré, Instituto Gentil Bittencourt, Escola Normal
[xix] Diretor Geral da Instrução Pública do Pará
[xx] A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. Justo Leite Chermont. Governador do Estado por José Veríssimo - Director geral- Pará: typ. De Tavares Cardoso & Companhia. 1890
[xxi] Foram criados em 1903, e eram modelos de educação para a época: sem castigos corporais, sem a presença de pedagogos considerados retrógrados. Grupos Escolares. A escola- Abril, 1903.p.91
[xxii] Ibidem
[xxiii] Inicialmente restritas aos professores catedráticos, foram implantadas na Escola Normal em 1905. Eram feitas de forma escrita, duas vezes por mês, e publicadas na íntegra ou o resumo na revista Escola - revista de ensino
[xxiv] Fundo: Diretoria da Instrução Pública- série; provas, 1891.
[xxv] Período da ditadura militar. No sul do Pará ocorria a Guerrilha do Araguaia

A evolução cultural e tecnológica e as transformações nas relações do cotidiano da família contemporânea.

SUELI DE FÁTIMA FERREIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCARIA

No início do segundo semestre de 2005, algumas professoras da 1ª série do Ensino Fundamental aceitaram o convite da Secretaria de Educação para participar do Grupo de estudos formado pelos professores de História da Rede Municipal de Educação de Araucária - Paraná. Nesse grande grupo estariam desenvolvendo um projeto de Pesquisa em Colaboração sob a orientação da Professora Maria Auxiliadora Schmidt, (UFPR).

Dessa forma nasce a proposta de pesquisa usando objetos como fonte primária do estudo a ser realizado com uma turma de 1ª série do Ensino Fundamental, classe de alfabetização, com 30 alunos, em uma Escola da Zona Rural do Município. E durante três meses a proposta fundamentou não só o ensino de história mas também, o processo de ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar.

O trabalho com a Pesquisa em Colaboração considerou ainda que a " alfabetização é processo, é o resgate de direitos como dignidade, a cidadania, relações sociais, liberdade, e inclusão cultural, é a sistematização da leitura e da escrita que tem começo mas não tem fim"(RIGONNI, 2005, p.2).[i]

Assim, a leitura dos objetos em questão foi não só um resgate cultural da história do aluno como também, um momento de reflexões acerca das relações sociais que permitiu a diversidade curricular pela abrangência da temática que envolveu. E inseriu-se dentro do contexto alfabetizador na forma de projeto que teve como foco o ensino de história numa perspectiva de mostrar que é possível alfabetizar através de recursos interdisciplinares, não apenas enfatizando a língua portuguesa e matemática como costumeiramente vemos acontecer nas classes de alfabetização.

Outro ponto que fundamentou a escolha de trabalhar com objetos foi o entendimento de que " (...) a leitura dos objetos precede a leitura das palavras, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente(...)"[ii]. Fator este que colaborou nas discussões em sala de aula uma vez que a maioria dos alunos ainda estava em fase de apropriação de leitura, e, por tanto, tendo como principal meio de comunicação a linguagem oral.

Inicialmente a problemática apontada para essa pesquisa foi a evolução cultural e tecnológica e as relações do cotidiano da família contemporânea. Tendo como objetivos desenvolver capacidades cognitivas nos alunos (análise, síntese, localizações temporais e espaciais, construir gráficos, ampliação de vocabulário, aprender a justificar suas opiniões, entender conceitos de passado, presente, cultura popular e científica, aquisição de leitura e escrita); compreender a história como elemento da produção humana; comparar objetos de diferentes épocas fazendo uma reflexão sobre o contexto em que se situam; análise dos objetos (quem os produziu? Qual o resultado dessa produção? qual a finalidade do objeto? qual a função deste na sociedade?); interpretar e reconstruir narrativas através da produção oral e escrita no coletivo.

De acordo com as Diretrizes Municipais de História "a finalidade do ensino de história é ensinar o aluno a pensar historicamente para a formação da consciência histórica"[iii]. Isto pressupõe que, para ensinar história, entende-se o aluno como sujeito da própria história, partindo daquilo que é significativo para sua vida em sociedade, levando em consideração o que ele pensa, sabe e se preocupa, bem como, a sua participação na realidade social.

Por isso partimos da análise dos objetos: ferro elétrico e ferro a brasa, ampulheta e relógio digital, lanterna a querosene e lâmpada, cédulas e moedas antigas e cartões bancários, LP e CD, revistas e até mesmo, livros eletrônicos, etc.

Na primeira aula o objeto em questão foi o ferro de passar roupas. Dentre as atividades propostas destacamos: 1- Observação e discussão sobre os objetos (Quem

conhece? De que material é feito? Quem o produziu? Para que é usado? Quem tem? Quem usa?Qual a diferença entre eles? 2- Pesquisa orientada -Mamãe você usou ferro de brasa para passar roupa? ( ) sim ( ) não. Vovó usou ferro de brasa para passar roupa? ( ) sim ( ) não 3- Fazer um gráfico de barras de acordo com as respostas da pesquisa. 4- Fazer reflexão sobre o avanço tecnológico na produção desses objetos. 5- Desenhe um ferro de passar roupas do futuro e descreva-o. 6- Fazer um mural comparativo com desenhos e recortes, do ferro de passar roupas do passado, presente e futuro. 8- Conversar sobre o papel da mulher e da criança na vida familiar, comparando o presente com o passado.(Quem cuida da casa? Quem passa roupa na sua casa? Você acha que passar roupa é tarefa de mulher? O que você pode fazer sozinho? Em que tarefas você pode ajudar sua família?)

Assim, a professora explicava que "estudar história é trazer passado para o presente, procurando pistas que os homens deixaram, para saber como viveram, o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram e como solucionaram seus problemas".(CARMO, 1994, p.9)[iv].

Um tipo de objeto era explorado a cada aula e ao final de cada discussão, eram realizadas outras atividades (pintura, desenho, recorte, colagem, construção de tabelas, gráficos, textos individuais e coletivos, entrevistas), sempre com a intencionalidade de explorar as diferentes formas de compreensão e representação da leitura feita pelos alunos.

A pesquisa instiga a necessidade de estimular o aluno para uma aprendizagem que lhe permita conhecer sua própria história, a de seus pais, a de seus avós. Assim, atingimos um dos princípios básicos da alfabetização, ajudando a construir a autonomia do aluno para pensar e organizar estruturas que facilitarão a apropriação e a representação da linguagem escrita e falada, interferindo de forma positiva na auto-estima e na formação da consciência histórica do aluno.

A cada aula, novas descobertas. A maior dificuldade de trabalhar com alunos na fase de alfabetização escolar não é a falta de escrita, ou seja, não é o fato de que eles

não sabem escrever, mas sim, a pouca experiência de vida que têm dada a condição cronológica. Por isso, para cada discussão que se faça com eles, deve ser levado em consideração a restrição vocabular marcada pelas condições do meio social em que estão inseridos.

Nesse caso específico, por se tratar de uma comunidade rural de baixa renda, cujos pais tem 3 ou 4 anos de escolaridade formal, com poucas condições de aquisição de materiais que podem auxiliar na aprendizagem (livros, revistas, jogos pedagógicos, etc), muitas vezes as discussões eram cheias de interrogações feitas pela professora e com poucas falas relevantes dos alunos. Mas sabendo que a participação destes é de fundamental importância para que ocorra aprendizagem no sentido de construção e reconstrução do pensamento foi necessário recorrer a narrativas, canções e outros meios didáticos que motivaram as conversações e fez da pesquisa, um verdadeiro laboratório de experiências.

Muitos conceitos de história foram sendo explorados durante as aulas dentre eles, o de tempo. Compreender a mudança no tempo: depende das experiências das crianças, da língua e das oportunidades de escutar e contar contos e poemas relacionados com a passagem do tempo, bem como de relacionar os fatos de suas próprias vidas com o passar do tempo[v]. Sendo assim, a cada novo objeto apresentado dava-se início a uma discussão pessoal acerca deste com a família do aluno, levando-os a relatarem fatos e causos a partir de conhecimentos prévios e de senso comum. Em seguida, o objetivo era desenvolver referências históricas (data, período, contexto) permitindo uma tomada de consciência sobre as mudanças e evoluções do homem, além de vivenciar a experiência da construção de narrativa oral própria, que em outro momento resultava na produção escrita no coletivo.

Segundo AISENBERG[vi], os conhecimentos prévios estão constituídos por um conjunto de teorias e noções sobre o mundo social, que os alunos construíram em sua própria história de interações sociais; e tais conhecimentos seguiram norteando a presente pesquisa. A medida que as discussões se aprofundavam e as atividades

referentes a cada objeto eram desenvolvidas, a forma de pensar do aluno ficava registrada mostrando o grau de apreensão que este fora capaz de realizar.

A tomada de consciência dos problemas que surgiam com os questionamentos dos alunos contribuía na formação da argumentação histórica narrada pela professora ou construída pelo coletivo.

Durante todo o projeto de pesquisa, pudemos perceber que embora o aluno tenha muita dificuldade em entender noções de tempo, (quando aconteceu o fato, data, período), é perfeitamente capaz de compreender como aconteceu. Datar quando o homem fabricou o primeiro ferro a brasa é abstrato porque ele que ainda não construiu essa temporalidade, entretanto, ele demonstrou que entende que se hoje algumas pessoas na zona rural ainda tem esse material, então ele é parte da nossa cultura. Saber pra que serve esse objeto e porque não é utilizado nos dias de hoje, demonstra sua capacidade de análise e síntese do contexto histórico em que está inserido.

Além disso, outro fator de destaque na pesquisa foi a percepção de que a narrativa histórica, mediada pela professora, é fundamental para que o aluno perceba não só a função social da escrita no registro do que se lê, como também, a importância de se fazer uso dela para desvendar a história.

Um registro marcante do modo de pensar do aluno se deu num texto individual onde ele escreveu: ”a professora disse que o homem faz as coisas para melhorar a nossa vida, mas eu acho que é só pra ganhar dinheiro....”. Percebemos que não é só um comentário isolado acerca de um fato, mas a constatação de que na realidade do aluno, as coisas não evoluíram, não melhoraram a sua condição de vida, pois onde ele vive ainda há muita pobreza de recursos, e muitas pessoas passando necessidades. Fica claro que ele pensa que algumas pessoas são movidas pelo capitalismo e nisso ele tem razão.

As temáticas abordadas (cultura, família, cotidiano, trabalho) em cada aula se entrelaçavam, permitindo ir e vir nos conceitos e conteúdos de forma qualitativa e dinâmica. Exemplo disso, foi quando após leitura sobre o ferro de passar roupas se

discutiu o papel da mulher e da criança na vida familiar, comparando passado e presente. Em outro momento, analisando moedas e cédulas novamente falou-se sobre o trabalho da mulher nos dias atuais além de fazer reflexão sobre o uso, função e finalidade do dinheiro na nossa sociedade.

Dentre muitas considerações acerca deste trabalho de pesquisa em colaboração pode-se dizer que ocorreu, já no início da pesquisa, "o entendimento de que história se faz com os documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, ela deve ser feita com tudo o que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar[vii]". Justifica-se então o uso dos objetos para ensinar história. Os objetos serviram de instrumento para o ensino de história e ao mesmo tempo, foram veículos de aquisição das linguagens orais e escritas.

Durante a pesquisa pudemos refletir sobre o modo como a evolução cultural e tecnológica influenciou as relações do cotidiano da família dos alunos. Grandes transformações estão acontecendo na área rural do município, decorrentes do processo de mecanização, causando a desvalorização de mão-de-obra humana, gerando acentuada pobreza e impulsionando esses trabalhadores a procurar trabalhos temporários no meio urbano. Existem casos de abandono da família pelos esposos e até mesmo pelos filhos mais jovens que migram para a cidade em busca de uma condição de vida melhor.

Com a falta de estrutura familiar surgem conseqüências que se refletem na Escola, como o baixo rendimento escolar de crianças que demonstram enfrentar significativos problemas familiares (ausência dos pais, péssimas condições de higiene e moradia, alimentação desequilibrada, alcoolismo). Existe hoje na escola, um número bem significativo de alunos que apresentam déficit de aprendizagem e problemas como Hiperatividade.

Algumas agricultoras buscam na cidade serviços de domésticas ou de diaristas para complementar ou até para sustentar a família. Nesses casos, a criança acaba

ficando aos cuidados do pai, dos avós ou de parentes mais próximos. Porém há casos onde os irmãos mais velhos se responsabilizam pelos mais jovens.

Esse é o retrato da evolução que acontece , como eles dizem, “na cidade” e repercute de forma dramática na vida daqueles que moram na Zona rural e dispõe de poucos recursos financeiros. Pessoas que não podem acompanhar os benefícios da tão sonhada tecnologia. Para muitos a televisão ainda é um sonho de consumo.

Cabe ainda ressaltar que o ensino de história não precisa ocupar posição secundária no cotidiano escolar uma vez que o processo de aquisição da leitura e da escrita ocorreu de forma significativa no contexto da pesquisa em questão. A valorização do ensino de história nas classes de alfabetização deve ser transformada em elemento primordial para a formação do aluno, e portanto, surge a necessidade de investir na formação do professor alfabetizador de modo que ele possa ter subsídios para cumprir essa tarefa com qualidade.

Segundo LOWENTHAL[viii], o passado que eu recordo é parcialmente compartilhado com os outros, boa parte dele é unicamente meu. Mas o conhecimento histórico, é por sua própria natureza, produzido e compartilhado coletivamente; a percepção histórica implica atividades em grupos(...).Essa foi a intencionalidade buscada na pesquisa durante o seu processo de formação. Ou seja, o projeto deu-se no coletivo. A aprendizagem ocorreu gradativamente e de modo particular a cada criança mas a pesquisa em colaboração entendeu que a história deve ser estudada como atividade social.

---

[i] RIGONNI, Fátima Gusso. Apostila do curso: Alfabetização e Letramento, domínio e função da linguagem, 2005, p.2

[ii] FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 18ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987, p 11-2.

[iii] SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Araucária-Pr: Diretriz Municipal de Educação, 2004.

[iv] CARMO,Sonia Irene Silva do. Da pré História a Sociedade Feudal.SP: Atual, 1997, p.6

[v] SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Araucária-Pr: Diretriz Municipal de Educação, 2004.Autor Associado, Cooper, 2003.

[vi] AISENBERG, Beatriz. Para que y como trabajar em el aula com los conocimientos previos de los alumnos: un aporte de la psicología genética a la didáctica de estudios sociales para la escuela primaria In: ALDEROQUI, S e AISENBERG, B (Orgs) Didáctica de las ciencias sociales. Aportes e Reflexiones. Buenos Aires; Piados, 1994, p.138. Tradução Livre.

[vii] SCHMITD, Maria Auxiliadora. CARNELL, Marlene. Ensinar História. SP: Scipione, 2004, p.90

[viii] HISTÓRIA & ENSINO: Londrina, v 9, p.268.

Relações Internacionais x Causa Armênia – entre guerra e paz[1]

Sueli Ribeiro Martini - USP

Este trabalho reflete acerca da Causa Armênia, primeiro no sentido de compreender suas raízes e sua trajetória histórica e, segundo, buscando explicitar como ela foi / é tratada no âmbito das relações internacionais.

Atualmente, a Causa Armênia refere-se aos anseios deste país de que a Turquia reconheça o genocídio praticado em 1915 e assuma as responsabilidades deste ato perante o mundo e perante a Historia mas, a chamada Causa Armênia é, na verdade, uma complexa teia de fatos históricos que se desenrolam na Armênia desde o início do século XI quando ali se instalam as primeiras tribos de povos turanianos, os turcos seldjúcidas, vindos da Ásia Central.

Neste período a Armênia encontrava-se sob o jugo do Império Bizantino que, dominando-a, causou desorganização e enfraquecimento. Apenas haviam se passado poucos anos do domínio bizantino quando, em 1048, os seldjúcidas ali se instalam levando a efeito devastações e massacres. O domínio e a violência resultou em uma emigração em massa rumo a Cilícia, onde já haviam comunidades de armênios, ali, por mais de três séculos, floresceu a Pequena Armênia ou Armênia Ciliciana.

A Grande Armênia, ou Armênia Histórica é desfacelada ante os seldjúcidas, no século XIII virão outros turanianos, os mongóis de Gengis Khan e, antes que o Império Mongólico se desarticulasse, chegam os mongóis de Tamerlão e após, os turcomanos e, no século XVI os turcos otomanos.

[1] Este trabalho é um desdobramento da dissertação de Mestrado IAN-sufixo da identidade, defendida pela autora na PUC-SP em 2004. Sua base bibliográfica é: a) ALEM, Jean-Pierre. A Armênia. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961; b) SAPSEZIAN, Aharon. História da Armênia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

No século XV quando, em 1453, os turcos tomam Constantinopla, parecia que a Armênia estaria definitivamente separada de suas ligações com a Europa, no entanto, em 1472 a Pérsia se rearticulava após a dominação turcomana, empreendendo uma guerra contra seus dominadores. Nessa processo, algumas batalhas se dão em solo armênio.

Em meados do século XVII, apenas a província do Karabagh permanecia independente. Por meio de um tratado, os persas dominam a parte oriental da Armênia e impõe à região uma administração muito parecida com a dos turcos. A parte ocidental continuava sob o jugo dos turcos otomanos. Aos armênios pareceu que, a única possibilidade de alcançar sua independência, seria com a intervenção de alguma grande potência, assim, apelam à Rússia cristã.

A intervenção russa chega somente no início do século XVIII quando então empreendem uma ofensiva contra os persas mas são barrados em Chamakni. Temendo tanto seus inimigos europeus como a força militar dos persas, o czar russo Pedro, o Grande, assina um tratado com a Pérsia e renuncia à libertação da Armênia. Somente no final do século XVIII os russos voltam à região e, inicialmente, se batem com os persas em razão da situação da Geórgia.

Serão ao todo quatro guerras, com auxílio de voluntários armênios, ao final das quais o Tratado de Turcmentchai, em 1828, garantia à Rússia a ocupação da Geórgia e a anexação das províncias armênias do Karabagh, Erevan e Nakhitchevan, ou melhor, mais ou menos o território da futura Armênia soviética. O tratado também dava direito aos armênios que residissem em território persa, de se transportarem para essas províncias anexadas. Trinta e cinco mil armênios da região do Urmia se utilizaram do acordo e migraram.

No confronto com os turcos, os russos obtêm muitos sucessos ocupando grande parte da Armênia turca. Em 1829, quando assinaram a Paz de Andrinopla, por imposição da Grã-Bretanha, a Rússia devolveu aos turcos a maior parte das províncias armênias anexadas mas, a possibilidade de mudança dos armênios das regiões turcas para as regiões russas levou 100 mil armênios à migração.

Em 1877 a Rússia declara guerra a Turquia após esta ter perpetrado vários massacres na Bulgária, em um ano sai-se vencedora e senta-se à mesa de negociações para a assinatura do Tratado de Santo Estefano, através do qual, é concedida a independência da Bulgária e a cessão de Batun, Ardahan, Kars e Bayazid, todas províncias armênias, à Rússia. Previa-se também que, as tropas russas só sairiam da província de Erzerun depois que os turcos fizessem reformas que, minimamente, trouxessem as populações armênias, condições mais justas. Não estava previsto independência para a Armênia ou a devolução de suas províncias, no entanto, dada a situação em que se encontravam, o Tratado de Santo Estefano foi recebido com alegria pelos armênios.

Neste período, os interesses imperialistas da Inglaterra na região do Oriente Próximo e Médio, fizeram com que o primeiro ministro inglês Disraeli, pressionasse a Rússia a abrir mão do Tratado de Santo Estefano e a negociar, desta feita em Berlim, um novo acordo.

Assim, em 1878 realiza-se o Congresso de Berlim no qual as pressões inglesas propiciaram a devolução da província de Bayazid aos turcos e a substituição de alguns artigos que favoreciam os armênios, por uma nova redação que, na prática, os deixaram à mercê da violência turca pois, as tropas russas seriam retiradas.

A substituição do Tratado de Santo Estefano pelo Tratado de Berlim, deixava claro as intenções inglesas de conservar o império turco otomano intacto pois, isso, significava manter certa ordem na região. Por sua vez, a Turquia não se mostrou disposta a executar as reformas propostas pelo Tratado de Berlim, muito menos, de prestar contas às potências européias como era o previsto, muito pelo contrário, começam a instalar na Armênia, grupos de curdos nômades que, em seu processo migratório, recebem armas dos turcos e vão subjugando as províncias armênias através de toda espécie de violência.

Os armênios deveriam alojar os grupos curdos no inverno e ainda pagar impostos a seus chefes, fora os impostos que pagavam aos turcos. O nível de exploração e terror fortaleceu a resistência armênia em algumas províncias, embora os movimentos de revolta fossem esmagados com mais massacres. Por volta de 1894, os embaixadores da Inglaterra e França formalizam protestos ao sultão Abdul Hamid e exigem reformas na região. As

respostas, sempre vagas e inconclusivas, não revelaram o objetivo das próximas ações turcas na região: o extermínio dos armênios.

Em 1895, após isolar as províncias armênias, espalha-se entre a população islâmica turca e curda, a notícia de que os armênios tramavam uma conspiração contra a Turquia e o islamismo; foi o bastante para que, assim inflamados e armados, esses grupos caíssem sobre os armênios em ondas de massacres.

Por mais que os representantes das potencias européias protestassem, não conseguiram deter as ações turcas. Também é preciso que se analise, neste caso que, mesmo entre essas potencias, haviam interesses diversos e conflitantes entre si. Se por um lado, a Inglaterra mostrava-se descontente com as argumentações turcas, de outro lado, Alemanha e Rússia mostravam-se satisfeitas.

A resistência armênia era sempre rebatida com ações de violência espetaculares de tal forma que, se os governos europeus se mostraram impotentes para conseguir uma solução apropriada, a população desses paises, de modo geral, deu mostras de sua indignação em manifestações públicas que, se não lograram sucesso, ao menos tornaram conhecidos a extensão da desgraça armênia: nada menos do que 300.000 mortes em 2500 aldeias devastadas.

Já no inicio do século XX, além do domínio turco, os armênios tiveram que lidar com as ações russas que haviam insuflado os tártaros do Azerbaidjão contra eles. Somente em 1905 é que os ataques cessam pois, tanto os armênios quanto os tártaros percebem a ambigüidade russa jogando-os um contra o outro. Paralelamente, também o sultão Abdul Hamid enfrentava a reação de seus súditos à sua tirania, em um golpe de estado em julho de 1908, que leva ao poder o Partido Jovem-Turco, de tendências liberais.

Para os armênios do Império Turco as expectativas em relação aos ideais liberais dos Jovens Turcos logo revelaram-se perturbadores. As conspirações políticas dos adeptos do sultão, que pretendia voltar ao poder, insuflaram a população muçulmana que, então, estabeleceram novas ondas de revoltas e massacres contra as minorias cristãs, especialmente os armênios. O Império Turco mergulhava em um período de instabilidade

causado pela intransigência do processo de turquificaçao levado a efeito pelos Jovens Turcos. Temendo por sua segurança, os armênios criam diversos organismos para negociação com as três grandes potencias da época- Inglaterra, França e Rússia- no sentido de que fizessem cumprir as reformas previstas pelo Tratado de Berlim.

Em 1914, foi assinado um protocolo entre o representante turco e o encarregado de negócios russo, que previa a divisão das províncias armênias em dois setores, cada qual sob a supervisão de um inspetor-geral europeu, cuja principal atribuição seria a supervisão das reformas previstas. Tudo parecia satisfatório para as minorias armênias, porém, em outubro de 1914 a Turquia entrava em guerra. O protocolo foi rompido e os inspetores expulsos.

No decorrer da I Guerra Mundial, a posição armênia sempre foi de lealdade ao pais em que habitavam. Na Turquia foram recrutados soldados armênios e, na Rússia, muitos se tornaram voluntários. No entanto, a Turquia aproveitaria a situação de guerra para, a pretexto de colocar os armênios a salvo, deportá-los para regiões montanhosas. Na prática, o objetivo dessa ação revelou-se como intenção de extermínio das populações armênias pois, no final das ações marcadas pela selvageria, dos 2.100.000 armenios do Império Turco, cerca de 1 milhão e meio desapareceu entre 1915 e 1918, nos episódios que ficaram conhecidos como o primeiro genocídio do século XX.

Em 1917, com a revolução socialista na Rússia, nova realidade impôs-se aos armênios. Atravessando a revolução bolchevique, a Rússia assina um armistício com a Turquia ao mesmo tempo que discutia um tratado de paz com os impérios centrais em Brest-Litovsk. Em março de 1918 a Rússia assina o Tratado de Brest-Litovsk, cujo artigo 4 versava sobre os armênios, prevendo que, as tropas russas deveriam evacuar as províncias armênias e restituí-las à Turquia.

Este tratado causa revoltas e os turcos retomam as ofensivas para garantir seu cumprimento. Numa Assembléia, realizada em abril de 1918, paises envolvidos nos conflitos russo-turcos, resolvem pelo rompimento com a Rússia e a criação da República Democrática Federativa Independente da Transcaucásia, que compreendia a Geórgia, a

Armênia e o Azerbaidjão. Mesmo não sendo favorável a essa independência, a Armênia integra a Transcaucasia ao mesmo tempo que os turcos permaneciam avançando sobre suas províncias, somente quando chegam próximos à Geórgia é que esta, para defender-se, invoca a proteção alemã e rompe a Federação Transcaucasiana.Posteriormente, também o Azerbaidjão e a Armênia se declaram independentes.

Mesmo constituindo-se em um Estado autônomo, a situação da Armênia não era confortável pois, os turcos estavam próximos a Erevan e, os georgianos com o apoio alemão, e os azerbaijanos com apoio turco, voltaram-se contra ela. Assim pressionados, a única saída era negociar.

Em junho de 1918 a Turquia assina com a Armênia o tratado de Batun onde, no artigo 2, firmavam-se as fronteiras armênias num território menor do que o da Armênia russa, embora lhe fosse concedida a independência. Esta Armênia minúscula, devastada pela guerra, sem acesso ao mar e em meio a vizinhos hostis, não tinha muitas condições de sobrevivência, embora, o governo instituído tudo fizesse por sua sobrevivência.

Em outubro de 1918 parecia que a situação armênia se resolveria adequadamente com a derrota turca na I Guerra Mundial e a negociação do armistício de Múdros.Quando os Aliados e a Turquia realizaram a Conferência de Paz, os armênios se fizeram representar por uma comissão pouco hábil que, ao final dos trabalhos, deixaram a Armênia sem ganhos e, até sua independência, só seria reconhecida em 1920.

O tratado final entre os Aliados e a Turquia só foi assinado em agosto de 1920, era o Tratado de Sévres, em cujo artigo 89 estipulava que as fronteiras armênias deveriam ser determinadas pelos presidente dos EUA assim como, também seria dele, a decisão relativa a desmilitarização do território turco ao redor da Armênia. Finalmente, em novembro o presidente Wilson dá a sentença devolvendo a Armênia alguns povoados e um corredor até o mar por Trebizonda.

Paralelamente às negociações, no interior da Turquia ganhava espaço grupos militares que, instalando-se em Ancara com um governo dissidente, se recusou a

reconhecer o Tratado de Sévres e, contando que para os Aliados era importante manter possibilidades econômicas na Turquia, atacaram a Armênia.

Sem possibilidades de resistir por muito tempo, a Armênia envia uma delegação com pedido de ajuda a Moscou. A Rússia soviética os acolhe, negocia mas, protela o acordo de tal forma que, somente após os turcos terem massacrado novamente a Armênia, é que um mediador é enviado. Em dezembro de 1920, esfacelada, a Armênia assina a "Paz de Alexandropol", através da qual renunciava ao Tratado de Sévres, perdia territórios, reduzia seu exército para 1500 homens e aceitava a sovietização.

Este também não foi um processo tranqüilo. Em março de 1921 os turcos assinam com a União Soviética o Tratado de Moscou onde se confirmava a renuncia do Tratado de Sévres e, se fazia uma redivisão de províncias entre a república soviética, a Geórgia e o Azerbaidjão. Na Europa, alguns representantes dos três Estados da antiga Transcaucasia, ainda protestaram contra a divisão de suas pátrias entre a Turquia e a Rússia, porém, foram manifestações sem nenhuma relevância em termos de resultados.

Os aliados estavam às voltas com o período de reconstrução pós-guerra e, ao assinarem com a Turquia o Tratado de Lausanne em 1923, a Causa Armênia não figurava entre os artigos, apenas mencionava-se o tratamento que deveria ser dispensado às minorias presentes na Turquia.

A Armênia sobrevivente foi aquela que estava sob domínio da União Soviética, com apenas 29.800 quilômetros quadrados e que, atualmente, é uma república independente após a queda da URSS. A população armênia da diáspora, iniciada desde a ocupação turca otomana, é maior do que a população da pátria-mãe, entre eles, especialmente nas comunidades de São Paulo, espera-se que o processo de admissão da Turquia na União Européia seja a ocasião esperada para que se rediscuta, entre outros, o reconhecimento dos episódios de 1915 como genocídio, a devolução do antigo território da Armênia Histórica que contempla inclusive o Ararat, a montanha símbolo da identidade nacional. Para muitos representantes dessas colônias, dizer não a adesão da Turquia à União Européia é dizer sim à Causa Armênia.

Muito se tem tentado para que os Estados Unidos reconheçam o genocídio, já que o peso que ele representa na geopolítica atual, seria um forte instrumento de pressão sobre a Turquia, no entanto, a instalação de bases americanas neste país, dão a ele o status de aliado na atual guerra norte-americana com o Iraque e, portanto, intocável aos assuntos diplomáticos. Também vê-se com reservas as recentes alianças entre Israel e Turquia que, aparentemente, se refere a ajuda turca para construção de usina para geração de energia em Israel mas, em contrapartida, o compromisso israelense é de modernização de aviões turcos, o que garantiriam um poder bélico inusitado e alarmante, não apenas para os armênios mas para todo o Oriente Médio.

Resta-nos acompanhar o jogo de interesses que se escondem nas articulações da União Européia. Sabemos que há uma comissão investigando a Turquia e que, as denúncias de violações aos direitos humanos neste pais são muitas. Também é conhecida a posição contrária à participação turca na União Européia, já manifestada por alguns paises como a França, que abriga grandes comunidades da diáspora Armênia. De positivo temos o fato de que, se a União Européia disser não a Turquia teremos um reconhecimento implícito do passado genocida dela e um fórum privilegiado para que a Causa Armênia possa ser discutida e, quem sabe, solucionada.

O ESTADO A IGREJA E A CARIDADE

Dr ª Suely Creusa Cordeiro de Almeida[1]

O medo da morte, do inferno e da perdição eterna, associada ao espetáculo da miséria e pobreza na passagem da Idade Média para a Moderna provocou uma eclosão de atividades assistencialistas cobertas pelo manto da caridade patrocinada pelos mais variados grupos de seres humanos. Esse assistencialismo explicitou-se através das ações de socorro nas enfermidades, hospitalidade aos viajantes, proteção dos órfãos, mulheres e idosos.

No afã de fugir do inferno e de minimizar o espetáculo da pobreza e da miséria foram surgindo leprosarias chamadas de São Lázaro sustentadas e assistidas pelos religiosos de São Basílio. Já aqueles que se encontravam prisioneiros dos "infiéis" tiveram como libertadores os religiosos Trinitários ou os Padres da Redenção dos Cativos. Os viajantes e peregrinos receberam abrigo dos Religiosos do Monte de São Bernardo, o que nos faz perceber uma proliferação de organizações, ordens e congregações que pululam a Europa e o Oriente e que buscam promover um alívio para o sofrimento dos homens, podemos ainda inferir que objetivavam promover uma garantia para alcançar o paraíso em um momento que a Igreja dilacerada pelos cismas, não conseguia atingir as massas populares abrindo espaço para uma manifestação plural de religiosidades. [2]

Ainda na Idade Média a presença de pessoas oriundas das regiões da Europa em Jerusalém levou o califa do Egito a permitir que lá se fundasse uma Igreja e Hospital para socorrer estrangeiros e peregrinos, que recebeu o título de Hospital de São João de Jerusalém, até que Hugo Payes funda a Ordem dos Templários, também munido de Hospital e Igreja, segundo alguns, no local onde outrora tinha estado erguido o Templo de

Salomão. No fim do século XII surge a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos que se dedicavam a tratar dos pobres abandonados na Palestina.

Quanto às mulheres se tem notícia que São Pedro Paschal, da Ordem da Mercê tendo sido aprisionado pelos turcos, usou o resgate que pagaram por sua vida, para resgatar mulheres e meninos, fundando uma congregação de senhoras da mesma ordem, para dedicar-se ao socorro de mulheres estrangeiras em situação de risco. A Ordem das Religiosas Penitentes, nas regiões da atual Alemanha e França, tiravam do crime as moças que por sua libertinagem tinham chegado à indigência. Dotava-as e casava-as. Já em Roma eram cuidados órfãos e donzelas pobres contra a sedução e vícios, sob a guarda de Nossa Senhora da Misericórdia. Entre os séculos XV e XVI foram fundados em França hospitais para expostos, velhos e alienados, enfermos em geral, assistindo-se aos prisioneiros e condenados as galés.

Em Portugal foi Dom João II quem fundou o Hospital Geral de Lisboa em 15 de maio de 1492, que foi depois denominado de Todos os Santos e por fim recebeu o título de Hospital de São José. Alguns anos mais tarde Frei Miguel de Contreiras, religiosos da S. S. Trindade e confessor da Rainha Dona Leonor, viúva de Dom João II, em regência, pela ausência do irmão Dom Manuel, fundou em 15 de agosto de 1498, numa das capelas do Claustro da Sé, uma Casa de Misericórdia, com o objetivo de reunir os cativos, curar os enfermos, alimentar os pobres, casar as órfãs e sustentar as viúvas. A misericórdia de Lisboa serviu de modelo às numerosas Misericórdias logo em seguida, instituídas em todos os recantos do reino e seus domínios ultramarinos.[3] A família real toma para si as atividades do assistencialismo fundando casas de caridade para atender aos mais variados segmentos sociais. A casa real, sempre tutelada pelos expoentes da Igreja portuguesa, nos faz perceber a intimidade entre o Estado a Igreja e o assistencialismo caritativo em Portugal. Outros exemplos são o da rainha Dona Catarina esposa de Dom João III que criou o Colégio de Santo Antão e o de Jesus para os

meninos órfãos. Segundo a pesquisadora portuguesa Isabel dos Guimarães Sanches e Sá,

> as Misericórdias terão o mérito de fazer convergir doações e legados de entidades particulares, que antes eram feitos aos mosteiros e conventos, atraiam os bons católicos a pompa com que as confrarias faziam os enterramentos de seus irmãos, doadores e testadores; em troca dessa concessão deixavam avultados legados. [4]

Já os recolhimentos foram instituições que proliferaram em Portugal tanto nas cidades como nas pequenas vilas. O Recolhimento do Grillo asilava meninas pobres, o de Alcântara, próximo ao centro de Lisboa foi incorporado ao da Misericórdia. Outros asilos e hospitais para loucas, lázaros, expostos, órfãs, mendigos, casas da infância desvalida e para raparigas abandonadas surgiram em todo o Portugal. Toda essa demanda demonstra os graves problemas sociais que enfrentava o pequeno reino português e as estratégias que em princípio foram implementadas para a solução da problemática.

Na cidade do Porto têm-se informações sobre as primeiras iniciativas de assistencialismo, nos idos de 1189, com a entrada da armada, que coadjuvava Sancho I na conquista de Silves e outros locais daquela província. O Instituto dos Eremitas de Nossa Senhora da Roca do Armador estabeleceram ali a primeira albergaria. Mas, misericórdia só foi fundada em 1555 e, no século seguinte mais especificamente em 1667, foi construído o Hospital de Santo Antonio e logo em seguida colégios para órfãos e hospícios.

No Brasil, existe uma velha disputa. Qual teria sido a primeira misericórdia criada? Pereira da Costa, em seus *Anais Pernambucanos* diz que a primeira foi a de Olinda em 1540; depois a de Santos, em 1553. A da Bahia seria erigida em 1549, a do Espírito Santo em 1551, no Rio de Janeiro, teria surgido em 1582, já São Paulo em 1600. O *Foral da Capitania de Duarte Coelho*, datado de 27 de Setembro de 1534, refere-se no item nove quando faz menção aos tratos de comércio, que mercadorias confiscadas deveriam em sua terça parte, ser entregue ao hospital da terra. Essa preocupação em atender a um

hospital com alguma renda extra demonstra, que era uma prática da expansão estabelecer hospitais, inclusive por ter prioridade no destinamento dessas rendas sobre a Igreja. Essa orientação pode ter levado a logo cedo nas conquistas serem estabelecidos hospitais tutelados pelos mais abastados da terra, mesmo antes de se constituírem em irmandades.[5]

No Relatório da Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife de 1878, o provedor Dez º F. de A. Oliveira Maciel nos dá a seguinte periodização:

> No Brasil, descoberto em 1500, já no ano de 1543 criava Braz Cubas a primeira Misericórdia no Brasil em 1543 [...] entre os anos de 1545 e 1551, a do Espírito Santo; em 1560 a de Olinda; 1564 em Ilhéus, entre 1549 e 1572 a da Bahia; 1745 em Minas; 1582 no Rio de Janeiro; em 1680 já existia a de São Paulo; e em Itamaracá, Goiana, Sergipe, Paraíba, Ceará Maranhão, Pará e outras províncias cujas datas ignoramos.[6]

O relato do Francisco de A. Oliveira Maciel apresenta a ereção das Misericórdias de Olinda, da seguinte forma: foi fundada no século XVI conjuntamente a chegada a Pernambuco das ordens religiosas de Santo Inácio de Loyola em 1576, de São Francisco em 1585, de Nossa Senhora do Carmo em 1588 e a de São Bento em 1595. Sabemos que João Paes Barreto filho segundo de Antonio Velho Barreto, morgado de Bilhas e natural de Viana, Foz de Lima em Portugal, casado com Dona Ignez Guardez, filha de Francisco de Carvalho Andrade com Dona Maria Tavares Guardez, chegando a Pernambuco no ano de 1560, fundou na Cidade de Olinda o Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Dessa irmandade foi muitas vezes provedor e a dotou com muitas esmolas. As quantias doadas foram muito avultadas fato que lhe proporcionou o padroado da sua capela-mor na qual foi sepultado no ano de 1617.[7] Temos ai à apresentação de duas datas que se diferenciam em vinte anos, entre os anos dados por Pereira da Costa e o do Relatório de 1878. Em ralação a datação não há como tomar uma posição definitiva, pois uma documentação direta que consiga dirimir a dúvida ainda não foi localizada.

As informações que possuímos sobre a Igreja nos levam a crer que foi edificada durante o século XVI no lugar mais importante por sua riqueza, não só em termos de

lugar físico, mas também pelo fato de ser a Igreja representante da caridade dos leigos, na capitania de maior importância na colônia.

Quando os Holandeses invadiram Olinda e dela se apoderaram em 1630 reinava em Portugal Felipe III, temiam os batavos uma poderosa frota vinda de Portugal em socorro dessa cidade, por isso propuseram a Matias de Albuquerque o resgate pecuniário de Olinda, o que foi negado, o que os levou ao saque e incêndio da vila em novembro de 1631. A maior parte dos historiadores concordam que o incêndio foi geral e que a Igreja da Misericórdia foi nele envolvida.[8] Mas voltemos para 1630, nessa altura vamos encontrar algumas referências sobre o Hospital e a Igreja das Misericórdias. O reverendo João Baers em seu *Olinda Conquistada* refere-se à vila desenvolvendo uma descrição minuciosa de sua situação:

> No que diz respeito à praça de Olinda, temos a referir que ela está situada em forma de ângulo no dorso de um alto monte, do qual uma extremidade é mais elevada do que outra.No extremo mais alto do monte acha-se o Convento dos Jesuítas, [...] para o lado sul encontra-se o Convento dos Franciscanos, que tem um bonito pátio com uma bela fonte onde o povo vai buscar água para beber. Descendo o monte a partir do Convento dos Jesuítas [...] eleva-se a principal igreja paroquial do lugar, chamada Salvador, a Casa de Câmara, debaixo da qual achava-se o açougue, e a direita acima dela a prisão. Porém no extremo meridional, onde está situado o hospital, chamado Misericórdia, desce o monte com tão áspero declive, que quase não se pode subi-lo sem grande esforço e trabalho sem perigo de cair-se, apesar de ver-se diante de si.[9]

O invasor holandês tem uma preocupação de esboçar os menores detalhes da praça que está sendo ocupada, portanto continuemos nosso passeio em Olinda seissentista através das lentes de João Baers.

> Chegando-se em baixo no vale, onde se acha uma encruzilhada na qual os mercadores se reúnem e costumam constituir a bolsa, sobe-se logo de novo outra eminência, mas, não empinada nem tão alta, e ali, se encontra a outra Igreja paroquial chamada Igreja de São Pedro, e ali em volta acham-se muitas belas casas e muitos armazéns, porque este é o extremo da praça, aonde o rio vindo do Recife chega a correr pela parte Ocidental. As casas não são baldas de conforto, mas, cômodas e bem feitas, arejadas por grandes janelas, que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas

> sem vidro, com belas e cômodas subidas, todas com larga escadaria de pedra, porque, as pessoas de qualidade moram todas no alto.[10]

Observemos nesse percurso o potencial da Vila de Olinda, considerada por um estrangeiro um lugar confortável habitado por gente de posses, sua descrição é uma das mais detalhadas que se possui para o período.

> A cidade tem, como já se disse, duas igrejas paroquiais, pois, enquanto que a principal é chamada Salvador, a outra tem o nome de São Pedro; e possui cinco conventos: dos Jesuítas, de Franciscanos, dos Carmelitas, dos Beneditinos, e o Convento das Freiras. A todos excede o Convento dos Jesuítas, que é muito grande e de bela construção, em forma de quadrado, e tem no centro um pátio; é alto de dois andares com galerias duplas ao longo dos mesmos, dos quais entra-se em todos os quartos situados em redor, em número de Aproximadamente quarenta. Existem ainda alguns conventos e igrejas junto a Olinda, como que nos arrabaldes; há ali uma igreja denominada N.S. do Amparo; outra chamada S. João; ainda outra de nome N.S. de Guadalupe, e outra em cima do monte e por isso chamada N.S. do Monte.[11]

É impressionante a circunscrição de Olinda no início do XVII, o padre João Baers fala de uma área exterior ao núcleo central da Vila que ele chama de arrabaldes, tamanha era a circunferência ou o raio de influência. Apresentando um número de mais de dois mil portugueses do que discorda Flávio Guerra quando nos reporta aos cálculos de Johannes de Laet e de Brito Freire que arrola três mil habitantes mais 200 comerciantes abastados, o que pode ser considerado significativo para a época.[12] Porém depois se volta para uma descrição da riqueza: “A igreja paroquial e as igrejas dos conventos são ricamente ornadas com dourados e muitos altares, mas sem quadros preciosos nem outros”.[13] Quanto à riqueza e a arte que já havia, o escritor demonstrado nas igrejas, imaginamos quem poderia ter talhado imagens, se utilizado das técnicas do douramento ou até que engenheiros e arquitetos construíram esses prédios. Absorvendo essa idéia de dinâmica Flávio Guerra em seu livro *Uma Aventura Holandesa no Brasil* apresenta Olinda com um perfil de verdadeira cidade com suas igrejas, seus conventos e recolhimentos menores, como centro da ação missionária católica no Brasil, afirmando que de lá saíam constantemente os missionários para propagar a fé católica aos indígenas do interior.

Assinala ainda que em cada engenho, contava a donataria com verdadeira massa de escravos africanos e índios e numerosos brancos de recursos e outros de condição modesta.[14]

Por fim João Baers fala da situação encontrada quando da ocupação:

> Nós não encontramos na cidade pessoa alguma, senão alguns negros, e poucos portugueses velhíssimos que não puderam fugir, alguns doentes, aleijados e coxos que foram recolhidos em tratamento ao hospital chamado Misericórdia, sob a direção de um padre enfermeiro.[15]

O que nos chama a atenção é não fazer o padre Baers referências a Igreja da Misericórdia, pois não é lógico que funcionasse o hospital carregando o nome de Misericórdia sem está tutelado por uma irmandade, que teriam como providencia e prioridade a construção da igreja, a não ser que estivesse o orago da Misericórdia amparado por outra igreja. O Frei Manuel Calado no livro *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* conta o caso de um certo Gaspar de Mendonça senhor de engenho de Apipucos que se vendo enredado em uma grande questão de justiça, se pôs no meio da chamada rua nova de Olinda dizendo: "Onde estão os irmãos da Santa Casa de Misericórdia, tão zelosos das obras de caridade, e do serviço de Deus? Venham aqui para darem sepultura à justiça, que morreu nessa terra, e não há quem a enterre honradamente".[16] O frei não especifica o ano, mas deixa claro que o caso ocorreu antes da Invasão Holandesa, portanto há de se inferir que havia um pleno exercício das obras da Misericórdia na Capitania de Pernambuco.[17] Quanto ao famoso sermão profético proferido pelo visitador do Santo Ofício Frei Antonio Rosado da Ordem de São Domingos, no qual anuncia que Olinda seria abrasada pelos holandeses como pagamento pelos desvios pecaminosos de seu povo, o frei Manoel Calado não esclarece onde foi proferido, mas Diogo Lopes Santiago em seu *Guerra de Pernambuco* nos diz que o sermão foi pregado na igreja matriz do Salvador no primeiro domingo do advento.[18] Já Flávio Guerra

afirma que Frei Antonio do Rosado teria bradado, o seu sermão profético nas escadarias da igreja da Misericórdia, confirmando-nos a existência do templo.[19]

A pesquisas sobre a relação discursiva entre o político e o religiosos estão em seu princípio iniciamos a investigação sobre a História das Misericórdias de Olinda há apenas um ano, alguns resultados já podemos apresentar, no entanto ainda muito nos falta caminhar para esclarecer o percurso da instituição na Capitania de Pernambuco.

---

[1] Professora Adjunta do DLCH (Departamento de Letras e Ciências Humanas e do Curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco). Pesquisadora do CNPq. Esse projeto vem sendo desenvolvido com a participação do estagiário de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/UFRPE – André Marcelo de Santana.
[2] DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, v.1, 1984. p. 121 a 150.
[3] ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O Sexo Devoto**: normatização e resistência feminina no Império Portugues – XVI-XVIII. 2003. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco.Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. p. 153.
[4] SÁ, Isabel dos Guimarães Sanches de. **Assistência aos expostos no Porto**. Aspectos institucionais (1519-1839). Porto: 1987. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987. p.44.
[5] A.H.U. – Avulsos de Pernambuco. – Foral da Capitaneia de Duarte Coelho/ registrado a fl.143 do Livro Dourado da Relação da Bahia. 27/09/1534. Cópia.
[6]RELATÓRIO APRESENTADO A 10ª. JUNTA ADMINISTRATIVA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE EM PERNAMBUCO. Provedor Dez º F. A. Oliveira Maciel, 01/07/1878.Recife: Typographia Mercantil, 1878. p.61
[7] O relatório informa que foi feita uma sepultura rasa para receber o corpo do fundador e que nela estão guardadas as suas armas o que ainda podia ser visto no séc. XIX.Ibid.,p. 64
[8] REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. Recife: Imprensa Oficial, v. 1, n º o8,1961. p. 297.
[9] BAERS, Padre João. **Olinda Conquistada**. Recife: CEPE, 2004. p. 39 e 40.
[10] Ibid.,p. 40.
[1111] Quando o padre João Baers refere-se a um convento de freiras, entenda-se recolhimento de mulheres, ou seja, o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Olinda. Ibid.,p.41.
[12] LAET, Johannes de. História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais*. Apud.* GUERRA, Flávio. Uma Aventura Holandesa no Brasil. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1977. p.46.
[13] Ibid.,p.41.
[14] Ibid.,p.46.
[15] Ibid.,p.41.
[16] CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**.Recife: FUNDARPE, 1985.
[17] As obras das Misericórdia além de atender as necessidades dos pobres tinha como objetivo promover a boa morte e o enterramento dos irmãos a ela associados.
[18] CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**.Recife: FUNDARPE, 1985. p.40. SANTIAGO, Diogo Lopes. Guerra de Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 1984.P.23.
[19] Cf. GUERRA, Flávio. **Uma Aventura Holandesa no Brasil**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1977. p.57. Trecho do sermão profético: De Olinda a Olanda não há mais que a mudança de i em a, e esta vila de Olinda se há de mudar em Olanda, e há de ser abrasada por os holandeses, antes de muitos dias; pois que onde faltam tanto as justiças da terra, há de acudir o céu.

Educação escolar da população negra em São Paulo (1870-1920)

Surya Aaronovich Pombo de Barros - USP

Pretendemos, nesta comunicação, discutir alguns aspectos relacionados à presença de alunos negros na escola pública de primeiras letras na cidade de São Paulo, no século XIX. Nosso principal objetivo é entender como o processo de escolarização resultou na desigualdade nos níveis de escolarização entre brancos e negros, que persiste até os dias atuais[1].

Através da análise de fontes diversas da Instrução Pública de São Paulo[2] como Listas de Matrículas, Relatórios de Professores aos Inspetores da Instrução Pública, Relatórios de Inspetores aos Presidentes da Província; assim como relatos de pessoas, negras ou não, que viveram a educação no início do século XX[3] e apoiada na produção historiográfica recente sobre o tema, consideramos que a população negra viveu dois movimentos em relação à educação. De um lado, estava presente nos discursos da elite intelectual e política a necessidade dessa camada ser escolarizada. Inseridos na população pobre – e mais ainda, com o estigma da escravidão que os relegava a uma categoria inferior, os negros precisariam ser educados para se transformarem em bons trabalhadores e bons cidadãos. Apesar disso, por outro lado, percebemos que sua presença na escola era motivo de incômodo para o restante da população, sendo dificultada através de diversos mecanismos, desde a matrícula até o cotidiano escolar.

Segundo a bibliografia existente, o processo de abolição da escravidão foi permeado por debates sobre o destino a ser dado ao contingente de ex-escravos que

---

[1] Ver: Henriques. Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

[2] Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Fundo "Instrução Pública".

[3] Ver relatos de Correia Leite (nascido cerca de 1900): *...E disse o velho militante José Correia Leite*: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992; entrevistas de depoentes negros de Primeira Geração (nascidos na década de 10 do século XX) da *Coleção Memórias da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo – 1987-1988*, CDAPH: USP; e depoimentos de professores que atuaram na educação na Primeira República no Projeto *Memórias de velhos mestres da cidade de São Paulo e seus arredores*. São Paulo: CERU/Fundação Carlos Chagas, 1988.

deveriam ser integrados à sociedade brasileira como cidadãos. Um importante meio aventado para tal inserção seria a escolarização. De acordo com a pesquisadora Analete Schelbauer, "educar para a liberdade torna-se a questão em torno da qual debateram os diferentes autores e atores do período, na crença de que a escola seria o instrumento necessário para educar o povo para o uso de suas liberdades" [4]. Ela cita Domingos Maria Gonçalves, que escreveu em 1880 que, " *'...antes de tudo é necessario que os recem-libertos encontrem a instrucção, que lhes dará então a verdadeira liberdade'* "[5]. A necessidade de educação se justificaria pelo fato de que os homens das elites da época acreditavam "que a liberdade para essas classes [subalternas] tinha o significado de *desprezo pelo trabalho*"[6].

Durante segunda metade do século XIX a província de São Paulo viveu um anseio renovador, no qual a importância dada à educação como agente de transformação era substancial. No estudo sobre Rangel Pestana, figura exponencial deste movimento de valorização da instrução, Maria Lúcia Hilsdorf resume: "[Rangel Pestana] concretizava assim de modo exemplar a diretriz do pensamento liberal na crença no poder do ensino como elemento transformador da sociedade e, ao mesmo tempo, a orientação específica do partido Republicano de desenvolvimento da linha reformista de ação mediante a propagação da instrução popular" [7].

Entretanto, embora houvesse alunos negros matriculados nas escolas[8], as dificuldades encontradas por eles na matrícula e permanência na escola eram uma constante. Depoimentos de pessoas negras que vivenciaram o processo de escolarização

---

[4] Schelbauer. Analete Regina. Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998, p. 38.
[5] Idem, p. 37.
[6] Idem, p. 38.
[7] Hilsdorf. Maria Lúcia S. Francisco Rangel Pestana – Jornalista, Político, Educador. São Paulo: FEUSP, tese de doutoramento, 1986, p. 171.
[8] No trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de História da Educação analisamos Listas de Matrículas de escolas públicas femininas e masculinas de São Paulo, mostrando a presença de crianças negras ali matriculadas. Ver Congresso Brasileiro de História da Educação, 2, Anais... Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002 (CD-ROM).

nos primeiros anos do século XX exibem dificuldades tais como negação do direito à matrícula em função da origem e preconceito racial dentro da escola[9]. Encontramos também um relatório de um professor público da cidade de São Paulo que se sente incomodado pela presença de alunos negros em suas aulas[10]. Estes *filhos de africanos livres* seriam os *negrinhos que por ahi andão*, que "contaminariam" os *bons alunos* com seus vícios e atos torpes.

Portanto, qual o significado da presença de crianças negras no sistema escolar oficial? Por que ela era de um lado exaltada e de outro negada? Partilhamos da visão de alguns pesquisadores que entendem que a discussão acerca da educação que deveria ser direcionada ao povo, inclusive aos ex-escravos e seus descendentes, está no âmbito da construção da nação, da importância de formação de um *povo educado* para a nova nação que se pretendia forjar. Um exemplo disso pode ser visto no testemunho do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, de 1855: "*as escolas de primeiras lettras é que são chamadas a semear por todas as classes o respeito à Lei e aos seos executores, a inclinação ao trabalho, o amor á ordem, e, em uma palavra todas as sãas douctrinas de justiça e de moral, sem as quaes a Sociedade se dismantela. Portanto nem-um menino, na phrase de M.r Emilio Gerardin, deixe de aprender no duplo Cathecismo da fé religiosa e politica*" (Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, 1855, p. 36).

Segundo o Art. 179, § 32 da Constituição do Império (de 1824) a matrícula nas escolas de primeiras letras deveria ser gratuita para todos os cidadãos, o que não abarcava, porém, os negros escravizados. Em Minas Gerais, a mesma Lei nº 13, de 1835, que previa a obrigatoriedade do ensino primário, interditava a freqüência de escravos à

[9] Ver Correia Leite, 1992 e depoimentos de entrevistados de Primeira Geração da COLEÇÃO MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM FAMÍLIAS NEGRAS DE SÃO PAULO – 1987-1988.
[10] Apresentamos e discutimos o relatório do Professor Antonio Jose Rhormens no II Congresso Brasileiro de História da Educação, citado anteriormente.

escola. Já no Rio de Janeiro, o 9º artigo do Regulamento de 1º de Setembro de 1847 dizia: "*São proibidos de freqüentar as escolas públicas os que padecerem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, sejam libertos ou livres*". Para Heloisa Villela, "é interessante perceber que [essa] lei proibia o seu acesso 'mesmo que libertos', o que demonstra a violência desta sociedade onde, escondida sob a capa do preconceito racial, ficava evidente a necessidade de uma classe subjugar a outra" (Villela, 1992, p. 32).

São Paulo seguia o mesmo padrão das demais províncias. Segundo o Regulamento da Instrução Provincial de 1869, Artigo 92, *não serão admittidos á matricula*:

> *§1º As meninas nas escolas do sexo masculino, e os meninos nas escolas do sexo feminino.*
>
> *§2º Os menores de cinco annos de idade.*
>
> *§3º Os que padecem de molestia contagiosa.*
>
> *§4º* ***Os escravos****.*
>
> *§5º Os que houverem sido expulsos por incorrigíveis*.

Em 1874, a Lei nº 9 de 22 de Março instituiu a obrigatoriedade de ensino para menores de 7 a 14 anos do sexo masculino, e 7 a 11 anos do feminino, sem fazer menção a escravos ou negros. Em 1887 o Regulamento reiterou a proibição de escravos às escolas públicas, *salvo nos cursos nocturnos e com consentimento dos senhores*.[11]

Questionando e relativizando o entendimento que se pode dar à legislação, Cynthia G. Veiga, ao tratar de Minas Gerais, afirma que "a proibição da freqüência de escravos às aulas de instrução elementar foi reiterada em toda a legislação provincial,

[11] Essa mudança da proibição explícita, presente no Regulamento anterior, para a possibilidade da presença escrava na escola segundo o consentimento do senhor do escravo, pode ser entendida pela presença republicana na direção da Instrução Pública de São Paulo ainda durante o Império, personificada por Francisco Rangel Pestana.

entretanto isso não indicava para a proibição de negros freqüentarem a escola"[12]. Nossa hipótese é que mesmo pode ser aplicado a São Paulo: a legislação interditava a presença de alunos escravos, mas não a dos demais negros.

Neste sentido, o que deve ser discutido, portanto, é como se deu a freqüência da população negra, e não apenas escrava, na escola: no relatório citado acima, de 1855, o Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo escreve que naquele ano "*suscittou-se dúvida si erão admittidos á matriculas os escravos, ou individuos, sobre cuja liberdade não havia certeza. Visto que as familias repugnarião mandar ás escholas públicas seus filhos si essa qualidade de alumnos fosse acceita, e attendendo aos perigos de derramar a instrucção pela classe escrava, ordenei que não fossem recebidos nos estabelecimentos de instrucção publica senão os meninos, que os Professores reconhecessem como livres, ou que provassem essa qualidade*" (Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, 1855, p. 48).

O sistema oficial proibia a presença de crianças escravas e interditava a escola àquelas que não *provassem essa qualidade* [de livres]. Ao mesmo tempo, queixa-se da incúria dos responsáveis pelas demais crianças que não se preocupariam com a instrução daquelas: "*Todos os Inspectores de Districto me remettem queixas sobre a incuria dos chefes de familias. Nem as escholas matriculão o numero de meninos que podem e devem receber esses conhecimentos necessarios á todo o homem, denominados primeiras lettras, e nem os que se matriculão se conservão por todo o tempo preciso para completarem a instrucção*" (Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, 1858, p. 11).

Em 1863 encontramos idéias semelhantes. Ao mesmo tempo em que se queixa das famílias, que tiram os filhos da escola pra trabalhar, antes do tempo, ou nem chegam

[12] Veiga. Cynthia Greive. *Alunos pobres no Brasil, século XIX: uma condição da infância*. Belo Horizonte: mimeo, 2004, p. 12.

a matriculá-los nas escolas públicas, o Inspetor assim justifica a resistência de algumas famílias: "*o mesmo mal estar das escholas publicas se observa nas privadas, e illude-se quem imputa a existencia d'estas aos defeitos d'aquellas. Pessoas ha que não admittem o contacto, que se dá nas instituições publicas, de seus filhos com os de todas as classes, e essa é a causa mais influente da manutenção do ensino particular em competencia com o da Provincia, aliás gratuito*" (Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, 1863, p. 22). No relatório do ano de 1865, mais uma vez o Inspetor defende as aulas públicas: "*Quer-se que a predilecção das familias* [em preferirem dar professores particulares aos filhos] *decorra do receio que as possue de porem as pessoas que lhe são tão caras a hombrear nas escolas gratuitas com toda a sorte de creanças, e adquirirem no contacto a má educação das infimas camadas da sociedade. Sem contestar até certo ponto o valôr deste motivo, convém com tudo attender que as casas particulares de primeiras letras matriculam a quem quer que as paga, e como a mensalidade é módica encontra-se ali a mesma variedade de meninos; matriculam até os escravos, o que não succede nas casas publicas de ensino. A exclusão é só para os indigentes, e a differença nesta parte tambem phantastica*" (Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, 1865, p. 5).

Por outro lado, se é possível identificar que existe um lugar de onde emanam tais iniciativas estratégicas de controle[13] – a escolarização daquela camada que deveria ser conformada como "camada mais baixa" – existe também uma reação do grupo controlado. É possível perceber que uma parte da própria camada negra percebia a importância do acesso à instrução formal, fosse como mecanismo de competição pelo mercado de trabalho com outros segmentos preferidos pelas elites – os imigrantes brancos – , fosse como elemento de respeitabilidade e maior inserção social perante o

[13] Os conceitos de estratégia e tática são usados aqui a partir da clássica conceituação de Michel de Certeau no trabalho *A invenção do cotidiano* – Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

restante da sociedade. Encontramos exemplos diversos em relação a isso. A trajetória de Luiz Gama, por exemplo, mostra a importância do letramento: depois de alfabetizado, ele teria pedido "ao senhor que lhe concedesse a alforria, uma vez que saber ler e escrever, mesmo minimamente, não estava ligado à representação que senhores e escravos faziam da condição escrava"[14]. Como ele, outros negros se destacaram do seu grupo por conseguir romper barreiras que os apartavam da cultura letrada, alcançando posições de destaque mesmo quando comparados à sociedade branca[15].

Entretanto, é importante destacar que apesar de aparentemente excepcionais, esses homens são na verdade representativos das táticas utilizadas pelo segmento negro para se inserir na cultura branca. Proteção de pessoas importantes, contato próximo com ambientes onde se produzia a escolarização e atividades profissionais relacionadas às letras são algumas das táticas encontradas para se movimentar no terreno dos brancos – da cultura escrita. Táticas partilhadas por uma parcela muito maior do que a que se destaca como excepcional. A análise de muitas fontes consideradas também como exemplares das estratégias brancas deixa-nos entrever a busca pela escolarização: a despeito das dificuldades impostas pelo sistema escolar – como restrição a vestimentas vistas como inadequadas, a falta de responsáveis para efetuar a matrícula, as manifestações de racismo vivenciadas dentro da escola; assim como dificuldades inerentes à classe social, como necessidade de trabalhar para sobreviver – alunos de origem negra continuavam freqüentando as escolas, tanto que se transformavam em elementos indesejáveis para a população branca.

---

[14] Souza. Maria Cecília Cortez Christiano de. "O preto no branco: a trajetória de escritor de Luiz Gama" in Vidal. Diana G. e Hilsdorf. Maria Lúcia S. (orgs). *Brasil 500 Anos:* Tópicas em História da Educação, São Paulo: EDUSP, 2001, p. 104.

[15] Como exemplos, temos André Rebouças (1833-1898), José Rubino de Oliveira (1837-1891), Machado de Assis (1839-1908), Luiz Gama (1850-1882), José do Patrocínio (1854-1905), Lima Barreto (1881-1922), Cruz e Souza (1861-1898), entre outros, reconhecidos como importantes escritores, intelectuais, jornalistas, advogados, que atuaram em sua época a despeito da cor da pele e da origem sócio-econômica.

Na outra direção do posicionamento do grupo negro, pode-se observar que uma parte do segmento negro não conseguiu sequer apreender a necessidade de ter acesso à cultura escolar. Falas de envolvidos com a instrução pública como professores e inspetores, artigos de jornais da raça negra maldizendo a acomodação de seus pares e depoimentos de pessoas negras, expuseram o outro lado das táticas. Nem toda a camada negra conseguiu aproveitar os *acontecimentos* e realizar a *ocasião*[16]. Tal fato exemplifica também a construção da forma escolar, que não era apreendida da mesma maneira por todos os membros da sociedade: no período em que tal forma era testada, redefinida e se espraiava pela sociedade com uma força avassaladora e definitiva, outras formas de aprendizado conviviam com a instituição escolar, como a educação no âmbito doméstico que persistia ao lado da escolar, exemplificada em diversos depoimentos de pessoas negras que foram alfabetizadas em casa, pelos pais, não sendo enviadas à escola.

Consideramos, finalmente, que o acesso à escola oficial foi um dos elementos de manutenção da desigualdade entre a camada branca e a camada negra da população de São Paulo. No período em que a abolição construía a igualdade – legal – entre todos, o acesso à educação pode ser entendido como uma das fontes de poder que fundamentaria a superioridade dos brancos. Se durante a vigência da escravidão a diferenciação se dava basicamente pelo *status* de livre em oposição a escravo ou ex-escravo, no período em que se debate a abolição, e portanto a igualdade, novos mecanismos tiveram de ser acionados para a manutenção dessa desigualdade. Assim, a escolarização foi um desses mecanismos. Isto é, a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação. O acesso às letras seria um elemento de diferenciação entre brancos (que se consideravam superiores) e negros (que deveriam aceitar a superioridade daqueles).

[16] Certeau. Michel de *A invenção do cotidiano* – Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 47.

Artefatos da Oralidade

Suzana Bitencourt[I] - PPG-UFSC

O Balneário de Canasvieiras, situado ao norte da Ilha de Santa Catarina, recebe um grande número de turistas todos os anos. Hoje em dia, ao passear por sua orla marítima nos deparamos com símbolos da modernidade: edifícios envidraçados, anúncios em néon, lanchonetes e avenidas asfaltadas. Entretanto, no início do século XX, a praia de Canasvieiras era conhecida, pelos próprios moradores, como o lugar dos pobres e das prostitutas que, marginalizados, moravam à beira do mar em seus ranchos de pau-a-pique cobertos com palha.

Antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, a história de Canasvieiras remonta a colonização portuguesa do litoral sul do Brasil. Em meados do século XVIII, com a intenção da Coroa lusitana de marcar seu domínio territorial, a localidade recebeu uma leva de ocupantes do distante arquipélago dos Açores[II]. Desde os primeiros tempos até as primeiras décadas do século XX, a economia local girava em torno da pesca e da agricultura. Os produtos como a mandioca, a cana de açúcar, a cebola e o café tinham também outro destino; uma parte era retirada para o consumo das famílias, outra se destinava à venda para os atravessadores ou eram transportados até Florianópolis para serem comercializados no mercado público, onde alguns moradores de Canasvieiras tinham ponto de comércio alugado. Assim faziam escoar a produção da comunidade para Florianópolis e daí para as demais regiões do Brasil. A pesca de maior porte funcionava sob o sistema de “parelhas”, isto é o proprietário dos instrumentos de pesca, inclusive do barco, contratava outros homens e quando retornavam do mar o pagamento desses contratos, quase sempre era na forma do resultado do trabalho, ou seja, o próprio peixe. Uma vez separada a quantidade necessária para guarnecer a família, o excedente era comercializado. Nessa época, destacou-se a figura do pombeiro, representante de comerciantes, que contratados por esses, viajava a pé carregando os produtos a serem vendidos em duas cestas, cada qual pendurada na ponta de uma vara que colocavam no

ombro. Os produtos seriam vendidos nas comunidades próximas, como Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus e tantas outras adjacentes.

Curiosamente, os moradores mais antigos se referem ao lugar como Rua velha e não como Canasvieiras. As casas eram quase todas erguidas ao longo da Rua Velha e o posicionamento refletia a boa condição econômica dos seus proprietários. As construções eram muitas vezes de pedra e cal, com janelas grandes lembrando a orientação arquitetônica de origem portuguesa. Assim, além da Freguesia que está presente nominalmente nos documentos que tratam da fundação da localidade, surge nas narrativas dos idosos do lugar a inúmeras vezes citada Rua Velha. Inicialmente, e pelo próprio nome que recebeu, pensa-se tratar apenas de uma rua, isto é, um lugar de passagem, o que não deixa de ser. Entretanto, consultando os documentos relativos à fundação da Freguesia e a memória daqueles que fizeram parte desta história contada a partir de suas lembranças cotidianas[III], no início do século XX, percebe-se que a Rua Velha ganha um significado mais amplo. Não somente como balizas que utilizavam a título de referência geográfica, mas também como se fosse uma localidade dentro da localidade. A Rua Velha significava mais do que uma rua que permitia trafegar pela Freguesia, ela própria era uma extensão da Freguesia. Indagados sobre a origem do nome, os antigos moradores da comunidade não souberam precisar, mas comentam que não conseguem se referir a Canasvieiras, apenas à Rua Velha. Quanto ao registro do nome Cannavieira, Canavieiras ou Canasvieiras, ao que tudo indica deve-se ao fato do lugar ter se destacado em razão de uma extensa produção de cana-de-açúcar, e o nome do lugar resultaria do campo do canavieiro plantador, um certo senhor Vieira.

Naquela sociedade praticamente guiada pelos ritmos da natureza, os dias tocavam seu termo devagar. O mar era algo distante não só geograficamente, mas também porque não se tinha o hábito de freqüentá-lo[IV], ele existia na medida em que significava o lugar do trabalho, uma forma de subsistência, como relatou em entrevista um dos moradores: “o mar era só pra pescar. Era preciso ter muita coragem pra ir à praia, era tudo escuro e não se via

nada. Não se via um pé de pessoa. Então quando chegava no tempo quente, meio dia, o gado vinha todo pra praia, por causa dos bichos, hoje ao invés de gado tem gente[V]".

Em 1930, quando iniciou a construção do primeiro hotel a beira da praia, algumas mudanças passaram a fazer parte da vida dos moradores da então longínqua comunidade. A começar pelo churrasco ocorrido nas dependências do hotel, iniciativa dos revolucionários de 1930, quando o hotel ainda estava em obra. É o que relembra outro morador, "as primeiras pessoas que inauguraram aquilo foram os gaúchos da revolução de 30, quando os gaúchos chegaram ali, que ganharam a Revolução, ele não tava bem pronto ainda, não tava todo acabado". A partir das narrativas dos antigos moradores, se percebe que a carne de gado era comercializada e consumida apenas em momentos muito especiais, remetendo, muitas vezes, para a religiosidade popular, como por exemplo, durante a festa do Divino Espírito Santo ou o Natal. O churrasco, além de provocar impacto em relação ao cotidiano que vivenciavam, denotou alterações significativas na visão dos moradores em relação à orla marítima.

As lembranças dos moradores a respeito da construção do hotel refletem além do mencionado churrasco, o surgimento da primeira, e única, fábrica conhecida na região. A olaria construída em sociedade por dois homens moradores da comunidade que abasteceu de tijolos o canteiro da construção, como relembrou uma moradora também entrevistada, "a sociedade durou uns três anos. Até o fabricar de tijolos atraia gente, era tudo manual, eu sei que tinha épocas que eles traziam o barro já preparado e colocavam nas formas e depois de pronto eles caiam assim da pá, era lindo. Eram aqueles tijolos maciços. Daí veio a construção do hotel eles contrataram então os tijolos. Eram quatro carros de boi que trabalhavam durante todo o dia até anoitecer. Quando tinha uns três mil tijolos lá, eles começaram a obra".

Utilizando os jornais que circulavam nas primeiras décadas do século XX como mais uma fonte de pesquisa, perceber-se que um dos discursos utilizados pelo poder político local no sentido de efetivar o projeto turístico para a região, era o de tirar a população do isolamento e do atraso. Entretanto, partindo-se das narrativas dos moradores da

comunidade montou-se um cenário múltiplo, pontuado de diversidade, mostrando que a economia local possuía dinâmica própria, destacando Canasvieiras como o centro comercial e de negócios do norte da Ilha de Santa Catarina na época.

Muito embora a construção do hotel em 1930 esteja sendo considerada como o marco fundador na implantação do projeto turístico para a região, a efetiva concretização do plano de urbanidade não decolou na forma como os autores da idéia logravam. Apenas a partir de 1951 observa mais um impulso no processo de implantação do balneário. Consta ser daquele ano o primeiro projeto de loteamento da orla marítima de Canasvieiras. Mas, não passou de um esboço não concretizado e sintomaticamente o próprio projeto desapareceu. Sabe-se que foi um empreendimento pensado pela iniciativa privada. Em 1956 e 1958 dois projetos de loteamentos turísticos, o primeiro público e o segundo privado, foram elaborados e executados pelas instâncias estaduais e municipais. Todavia, somente a partir de 1970, com novos projetos de balneabilidade e novos investimentos em turismo na ilha, pode-se considerar encaminhados os rumos dos investimentos públicos na intenção de transformar as terras outrora isoladas em estação balneária de porte internacional. A partir de então, o mar outrora distante, passou a compor o cotidiano da localidade, alterando significativamente a percepção dos florianopolitanos em relação a Canasvieiras.

Analisando a documentação que implementa o projeto de balneário turístico, a Lei Municipal de 1956[VI] que diz: “fica assegurado a cada servidor municipal a aquisição de um lote pela metade do preço de venda e aos demais servidores públicos, será concedido um desconto de 20% sobre o preço de venda” (...), e comparando com a opinião dos moradores sobre o assunto, torna-se aparente certo desacordo entre a legislação que regulamenta o projeto de urbanização e o que foi colocado em prática, pois que, segundo alguns relatos: “o Osmar Cunha loteou tudo, cada funcionário da Prefeitura podia comprar lote à prestação, um conto de réis por mês. O funcionário ganhava um conto e duzentos réis por mês ia pagar como?”. Mesmo que a escrita da lei que implementou o balneário tenha procurado “favorecer” a aquisição de lotes ao funcionário da Prefeitura, os moradores, além de não contarem com recursos disponíveis para este fim, também não haviam de se interessar,

uma vez que as terras nas proximidades da praia eram praticamente desabitadas e não possuíam o apelo especulativo que surgiu anos mais tarde. Se em algum momento, as terras próximas à orla não tinham dono e foram ocupadas pelos populares que não possuíam terras na Freguesia, a partir do instante que as mesmas faixas de terras passaram a representar valor imobiliário, os lotes foram desapropriados sob a legação de que pertenciam ao poder público.

Com a efetiva movimentação resultante da concretização do projeto de urbanidade, percebe-se uma série de alterações ocorridas no seio da comunidade relativas aos novos hábitos e valores que um balneário turístico pode suscitar. Entre elas se destacam as de ordem urbana, o empreendimento exigiu ruas de acesso ao mar, antigas passagens, pequenas e estreitas deram lugar a ruas planejadas e assim o território foi sendo transformado. O valor das terras que, a partir daquele momento passou a significar não mais a quantidade na Freguesia, mas sim alguma porção na orla. As mudanças nos valores sociais, como muitos relatam, a cada temporada de verão observavam as tendências da moda presente nos hábitos dos turistas. Quer-se com isso dizer que os próprios moradores da comunidade, em muitos momentos se apropriaram da nova ordem e "oportunidades" que foram surgindo com a turistificação da região.

Recorrendo as bibliografias[VII] que detém pesquisas sobre o turismo na região norte da Ilha de Santa Catarina, se percebe claramente duas vertentes visibilizadas pelas ciências humanas, pesquisas essas realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina. Alguns pesquisadores concluíram que os moradores em geral se apropriaram da nova ordem econômica e social, enquanto outros, consideraram que as populações locais ficaram à margem do processo cuja alteridade perpassa os mecanismos sociais, econômicos e culturais. No caso específico de Canasvieiras, ocorreu uma polarização interna. Isto é, tanto houve os que tudo perderam, como os que se apropriaram do processo de urbanidade com vistas a conceber um novo formato econômico e social para o local.

Outro ponto importante refere-se ao resultado concreto e efetivo do projeto de urbanidade pensado para o território, pois, percebe-se a intenção de impossibilitar o acesso

das pessoas ao mar. Observando a primeira planta do projeto de 1956 engendrado pela iniciativa pública, se pode ver uma área bastante grande reservada ao lazer, assim como toda a extensão da orla marítima que estaria teoricamente destinada a compor uma avenida para pedestres. Todavia, não é o que relembra uma das moradoras da praia, cujo cotidiano acompanhou as modificações, "foi aonde acabaram com os barrancos da praia, tiraram as árvores todas, deixaram tudo descoberto. Ali era um verde só, era tudo árvore. O pessoal antigamente quando vinham pra cá, ficavam nas árvores, embaixo da sombra, ali eles faziam churrasco, ali eles comiam, bebiam, ali eles viviam, botavam barraca, dormiam". Seguindo a reflexão em relação às divergências entre o projeto arquitetônico e sua concretização, conta-se com a opinião de um dos investidores do local quando indagado sobre freqüência de populares que buscavam diversão na praia. Ele comentou que, "a medida nesse sentido de evitar o acesso de farofeiros foi de impedir que caminhões ou ônibus tivessem acesso a locais muito próximos a praia, então as vielas dificultavam, não entrava caminhão, isso foi dificultando um pouco".

A história sobre Canasvieiras, somente foi possível ser escrita na forma como se apresentou até aqui, porque contou com as narrativas dos personagens que a vivenciaram, os idosos do lugar. Pouca coisa há na historiografia catarinense, de modo particular sobre as comunidades interioranas, que visibilize o cotidiano das antigas fundações coloniais em Florianópolis quando o século XX contava suas primeiras décadas. No caso desta pesquisa específica, quando se volta o olhar para os primeiros anos da antiga Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, pouco se encontra, é como se aquela sociedade não possuísse propriamente uma história. Isto equivale a dizer que, partindo-se apenas dos documentos oficiais, não se teria construído uma análise aproximada do cotidiano social da comunidade. Isto também equivale a dizer que, em certa medida, a história de Canasvieiras esteja submetida à história dita geral. Ou seja, pressupõe-se que as fundações coloniais no sul do Brasil aconteceram submetidas ao mesmo formato, e as comunidades interioranas desenvolveram-se todas sob traços gerais.

Uma chuva de novidades, um mar de lembranças emergiu da memória dos que vivenciaram as mudanças ocorridas na comunidade, durante a implantação do balneário turístico. É por isso que em vários momentos, os testemunhos da mnemônica sucederam os documentos oficiais, assim como os jornais em circulação da época. Contudo, não apenas porque não se encontram muitos documentos oficiais sobre a história da povoação de Canasvieiras, mas principalmente porque os depoimentos constituíram "sinais que permitiram um conhecimento possível [para] uma compreensão do passado".[VIII] As fontes documentais entrecruzadas com as fontes orais simbolizam o lastro decisivo que, tendo descortinado as tensões, revelou uma dinâmica social impar. Assim, o cotidiano da comunidade não como resgate, ou com noções de lições de passado, mas como coloca Le Goff[IX], a história como ciência do passado, decisivamente séria e ancorada em métodos científicos que, em sendo depositária da "memória coletiva" condensou história e memória. A memória porque não esqueceu, comentou, explicou, ampliou, recorreu às lembranças de um tempo de outrora. A história porque escreveu, escreveu para não morrer.

NOTAS

[I] Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolvendo a pesquisa: U*m mar de lembranças*: memória e cotidiano na transformação de Canasvieiras em balneário 1930-1980.

[II] Com a vinda dos açorianos foram fundadas várias Freguesias, como Lagoa da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio de Lisboa) 1750, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão 1831, São Francisco de Paula de Canasvieiras 1835. Na medida que a população foi aumentando e novas levas de imigrantes portugueses foram chegando, novas Freguesias foram sendo fundadas. No século XIX já eram dez no total.
Centro de Estudos Cultura e Cidadania. *Uma cidade numa ilha*: Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina – CECA. Florianópolis, Insular, 1997. P.45.

[III] Sobre este tipo de abordagem da memória, ver: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: Lembrança de velhos. São Paulo: Cia da Letras, 1994.

[IV] Sobre Florianópolis em relação ao banho de mar, consultar: FERREIRA, S. L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Editora das Águas, 1998.

[V] A história narrada sobre Canasvieiras no início do século XX, foi retirada das lembranças dos idosos do lugar quando indagados sobre o cotidiano que vivenciavam na comunidade. As narrativas destacadas neste artigo, compõe o acervo de entrevistas realizadas para esta pesquisa em andamento e oportunamente serão disponibilizadas no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

[VI] Projeto de Lei Nº 49 de 06 de setembro de 1956. Diário Oficial – Florianópolis SC.

[VII] CAMPOS, N. J. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. (Dissertação de Mestrado em Geografia) UFSC. Centro de Ciências Humanas. 1989. p.215
DA Silva. V. *Poder político e políticas publicas*: Inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma história de dominação de classe. (Dissertação de Mestrado em Administração). UFSC. 1996.
LAGO, M.C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma*: de colônia agrícola-pesqueira a balneário. (Dissertação de Mestrado em Antropologia) Florianópolis: UFSC, 1983.
SANTOS. C.S.U. *Planejamento turístico* e seus reflexos no processo de urbanização das praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC. 1993.

[VIII] GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

[IX] LE GOFF, Jacques. *História e memória:* São Paulo: Unicamp, 1996.

Um Ritmo Encontrado

Suzana Cristina de Souza Ferreira

A produção cinematográfica carioca dos anos 30 aos anos 40, passou por um processo aglutinador dos diversos elementos da cultura e da produção cultural brasileira e internacional. O carnaval foi acontecimento ostensivamente presente nos primeiros registros cinematográficos, se primeiro documentalmente, depois ficcionalmente, à medida da mudança de tratamento operada nos filmes.

O rádio foi também parceiro constante e fiel dos filmes musicais, tendo sido focalizados os seus bastidores em algumas das tramas desses filmes. No entanto, a melhor contribuição do rádio foi sem dúvida alguma os seus cantores, ou melhor o seu *casting*. É preciso entender que o rádio daqueles anos não atuava como o faz contemporâneamente. Ele não era apenas o espaço das gravadoras, ou da iniciativa privada com seus reclames. Medida todas as diferenças em relação à televisão, o rádio fora o lugar dos artistas, não só dos cantores, mas de toda a classe. Então, para o rádio, o cinema, na sua versão cômico-musical, tornara-se apenas mais um lugar natural de atuação do seu elenco.

Também o teatro de revista nunca perdeu sua importância como fornecedor de inspiração e argumento para o "filmusical", além de ter propiciado ao cinema nacional dois atores do mais alto nível, como foram Grande Otelo e Oscarito, formando a dupla de cômicos de maior sucesso em toda a história do cinema nacional. Da burleta, das comédias ligeiras, do vaudeville, do circo, eram desses lugares que vinham os variados componentes e influências para estes filmes. Os aspectos de composição desses espetáculos foram muitas vezes apropriados, deslocando-se o referente original e fazendo surgir na tela um resultado de efeito, talvez, mais novo que inusitado[1].

Os "filmusicais" dos anos 30 levaram para a tela um pouco de toda esta mistura, eram o resultado de um cinema menos erudito e nobre, no entanto mais possível e brasileiro,

resultado das condições de produção e não de um projeto de intelectuais ou mesmo dos realizadores naqueles anos. A consciência adquirida por produtores e realizadores frente aos problemas e dificuldades de industrialização do país levara-os, forçosamente, a olharem de frente para a sua própria realidade e encontrar nela os componentes para as histórias contadas na tela. Divertidas, confusas, povoadas de tipos comuns, cheias de "jeitinhos", narradas sempre ao ritmo, se não do carnaval, certamente ao da música popular.

Este olhar que, a princípio, fora lançado forçosamente sobre a cultura brasileira possibilitou ao cinema carioca a apropriação, pode-se dizer bastante eficaz, do carnaval e da música popular com seus intérpretes. Esta eficácia pode ser observada na consagração dos artistas do radio anos 30, potencializada a partir nos anos 40, momento no qual outros aspectos da cultura carioca e do país começavam também a estar presentes nestes filmes, adicionados aos musicais numa representação de pura "folia" e de total nonsense. Era a possibilidade de festa coletiva a qualquer hora que aqueles filmes representavam.

No entanto, para a crítica, existia a frustração da expectativa constante de um cinema nacional que lançasse mão de temáticas e estéticas universais. Estes episódios não eram específicos do cinema nacional, mas, no Brasil, deixavam expostos os sérios problemas não só de produção, como também os da já sempre lembrada condução narrativa. Certamente, estes índices podiam ser lidos como voltados para os aspectos constituidores do gosto do público carioca e, porque não dizer, do público brasileiro. Sendo assim, aquilo que aparece como os primeiros problemas para a atividade cinematográfica nas décadas anteriores não havia sido superado na década de 40.

Em sua comicidade desviada do simples humor a partir da década de 40, os filmes musicais e musicais carnavalescos começaram a se definir por uma abordagem que ultrapassava aquela da junção de um enredo simples a números musicais mal integrados à trama. À medida que estes filmes iam deixando de ser apenas pontuais para se tornarem um gênero, começam a ser trazidos para a sua composição princípios da cultura popular medieval

européia, ainda reminescentes na sociedade brasileira devido à colonização. Mas é preciso considerar sempre que este riso de origem medieval, ressurgido nos "filmusicais" cariocas, produz-se contemporaneamente sob o filtro de uma estética fundada na modernidade, para a qual as formas têm de necessariamente serem limpas.

Os filmes musicais carnavalescos, e depois as chanchadas, foram produções prenhes de personagens e situações de caráter popular, voltadas para um público popular, sempre revelando a ambivalência do mundo. Estes filmes davam à sociedade no caso, a brasileira uma organização cômica, diversa da forma séria concebida pelo projeto oficial do Estado, à qual prontamente aderiram a elite social, econômica e intelectual. A festa, o carnaval apresentado nas telas por estes filmes em muito se diferencia dos festivais primitivos e medievais, mas, mesmo destituído de sua forma primeira, estavam nele presentes os princípios de transgressão, do grotesco, do riso, do excesso de todas as naturezas. Esta produção cinematográfica conseguiu também colocar a sociedade carioca em comunhão, tendo sido um sucesso de público, pois, como todo ritual, o ritual de ir ao cinema tem potência de festa[2].

Considerando para uma compreensão mais ampla dos "filmusicais" tanto a teoria antropológica da festa, quanto a teoria literária sobre a cultura popular na Idade Média e no Renascimento, pode-se afirmar que a festa e as situações carnavalizadas aparecem nas culturas primitivas, medievais e renascentistas como possibilidade para uma segunda vida social. É também neste momento que se manifesta o riso popular, que é um riso renovador, não apenas irônico ou crítico, pois ri-se de tudo, inclusive de si mesmo, ri-se fundamentalmente do absurdo do mundo. Ao riso, juntavam-se o grotesco e o excesso, enfim, o universo da festa popular está ainda hoje ligado ao material e ao corporal, que são princípios também renovadores e criadores, pois suas formas de representação estão sempre em mutação ou em esbanjamento, nada é fixo ou retido[3].

A grande festa popular é uma revivência do caos da origem, contendo em si a dimensão da ordem, da continuidade cotidiana e, por isto mesmo, da temporalidade. A festa institui um tempo mítico, de excepcionalidade, fazendo fronteira com o ritmo normal da vida e contaminando-o. Assim, ela atua no indivíduo através da produção coletiva do delírio, que cria obstáculos ao mundo profano, oficial, à sua preservação como uma verdade inabalavelmente séria, com objetivos estabelecidos e racionalizados. A festa coletiva prioriza o efêmero, pois nele exprime-se o eterno inacabamento da existência.

A festa é um momento de extraordinariedade, é um período de efervescência coletiva não necessariamente ligada aos ciclos da produção material, mas contendo mesmo ainda hoje algum tipo de referência a eles. Por outro lado, pode-se compreender a festa como uma experimentação de sentido religioso, pois ela reinstaura o sagrado, dobrando-o sobre o profano o cotidiano e, ao mesmo tempo, mantendo-se separada dele não por exclusão, mas por confusão. Pois, ao se debruçar sobre a vida cotidiana e o seu repertório de direitos e deveres, o sagrado que a festa institui não se distancia do indivíduo, mas atua nele e em todas as coisas da existência, revelando suas diferenças[4].

No ocidente, a grandes festas populares tiveram lugar com o florescimento das cidades e da vida urbana, com o incremento das atividades comerciais, políticas e religiosas no período medieval. Para o Brasil, esta também vai ser a condição que possibilitou o desenvolvimento das tradicionais festas populares, com grande fluxo de pessoas. A cidade do Rio de Janeiro foi sempre o palco de festas famosas, como as da Penha e da Glória, e o carnaval, manifestação maior da capacidade de riso da sociedade não só carioca, mas brasileira.

Nas décadas de 30 e 40, no Brasil do século XX, o Estado tinha ocupado quase todos os espaços da sociedade, policiando-a na tentativa de implantar o seu projeto disciplinador de forma mais competente que a "Regeneração" no período da administração Pereira Passos. O carnaval, como ritual sempre conseguiu encontrar saídas que mantivessem a integridade da sua vocação primeira de ser uma festa popular possuidora de qualidades como a ousadia

da invenção. Ele permite associar elementos heterogêneos, a liberação do ponto de vista dominante sobre o mundo e de todas as convenções e dos elementos banais e habituais, além do que permite olhar o universo com novos olhos, compreender até que ponto é relativo tudo o que existe e assim admitir a possibilidade de uma ordem totalmente diferente do mundo.

O carnaval conseguiu resistir ao tempo e suas mudanças, não como uma forma congelada, mas com sua capacidade de manter e comunicar os princípios da festa popular às suas novas formas, entre elas podem-se considerar os filmes musicais carnavalescos, e os musicais que, muito mais que desfilar as folias de Momo na tela, incorporaram prontamente o princípio de carnavalização.

O Rio de Janeiro, na década de 1940, teve uma produção desses filmes muito mais intensa do que na da década de 30. É claro que o estabelecimento da Atlântida foi fundamental para o aumento da produção daqueles filmes, sendo a sua contribuição mais importante o aperfeiçoamento do gênero musical.

Já como chanchada, estes filmes apoiaram cada vez mais seus argumentos em paródias sobre os acontecimentos da vida nacional e internacional, assim como sobre suas personalidades. Como estímulo de fundo para toda esta produção, estava o deboche ao festejado cinema americano. Mas, de forma alguma, o "filmusical" foi apenas o resultado de paródias centradas nos aspectos negativos dos fatos de cinema. Parece, que os realizadores concebiam os filmes balizados por uma idéia de paródia mais ampla: considerado o distanciamento histórico, o sistema estético construído na modernidade e a própria especificidade do cinema, a paródia feita pelos filmes musicais se diferenciam da paródia medieval, mas, certamente, se filiam a esta tradição, pois nestes filmes vê-se convertido num jogo alegre e totalmente desenfreado tudo que é sagrado e importante aos olhos da cultura de elite. Os realizadores do cinema carioca usaram um recurso que não continha nenhuma novidade, pelo menos desde o século XIX o teatro de comédia brasileiro

fazia uso da paródia, mas é inegável que criaram um estilo para o cinema brasileiro muito mais original e importante devido à sua qualidade de categoria de compreensão da cultura nacional.

Nas décadas de 30 e 40, as pessoas envolvidas com a produção cinematográfica carioca talvez não tivessem percebido a extensão da conversa estabelecida entre as paródias dos filmes e os parodiados. Diálogo no qual se revela a força do referencial, pois este costuma ocupar uma posição superior na escala de valores culturais estabelecidos, aliás posição sem a qual não se poderia parodiar. Por outro lado, ela também revela as fraquezas e a menos valia de quem parodia. O que necessariamente não significa apenas o reconhecimento da superioridade do cinema hollywoodiano. Antes, pode ser um reconhecimento do Brasil.

Se é possível afirmar que produtores e diretores cariocas não foram capazes de captar esta outra dimensão da relação paródia/parodiados, não se pode afirmar o mesmo quando se tratava de apreenderem o país de certa maneira, pela forma de interação do carioca na vida social.

Em 1943 é filmada a primeira comédia da Atlântida, Tristezas não pagam dívidas, sendo também a primeira das treze fitas da dupla Oscarito e Grande Otelo. No mesmo ano a Cinédia retoma a produção com Lulu de Barros, que dirige duas comédias musicais, Samba em Berlim (1943) e Berlim na Batucada (1944). Os dois filmes exploravam tanto a II Guerra Mundial como a Política da Boa Vizinhança do presidente Roosevelt. Ainda em 1946, Adhemar Gonzaga produz O Ébrio, que foi sem dúvida alguma um dos maiores êxitos do cinema brasileiro e o filme mais célebre da Cinédia.

Em fevereiro de 1947, a Atlântida lança o único filme carnavalesco daquele ano, Este Mundo é um Pandeiro, dirigido por Watson Macedo. O filme contava com a magistral seqüência de Oscarito travestido de Rita Hayworth, parodiando a famosa seqüência de "Put the blame on Mame", do filme Gilda de 1946 dirigido por Charles Vidor, na qual a atriz despe as luvas por ela usadas e que ficou consagrada pelos vários teóricos e críticos de cinema como metáfora

de um streeptease. Oscarito tangência o máximo do efeito cômico, ao reproduzir com perfeição o jogo de ombros da atriz[5].

Este Mundo é um Pandeiro significou o começo de mudança na concepção cinematográfica das comédias musicais. A partir dele, os filmes do gênero começaram a ter uma integração maior entre as suas partes e entre estas e os números musicais. Os dois filmes do ano de 1948, É com este que eu vou e Falta alguém no manicômio, dirigidos por José Carlos Burle, foram laboratório de teste para as possibilidades de recursos cômicos como a duplicidade e a inversão da ordem do mundo.

Quando, em 1949, a Atlântida lança Carnaval no Fogo, fica estabelecido o modelo definitivo das chanchadas, conseguindo reunir todos os recursos de composição narrativa das fitas anteriores, já testadas com sucesso e com garantia da aceitação do público. Carnaval no Fogo foi uma espécie de fórmula mágica, na qual os ingredientes apreendidos dos filmes musicais das três décadas anteriores foram misturados a um galã como Anselmo Duarte, uma mocinha como Eliana e um vilão com o charme e a competência de José Lewgoy, que imortalizou o pérfido "Anjo". Estava pronta a estrutura que se manteria em quase todos os filmes do gênero, até o seu desaparecimento.

Os anos 50 iniciam com o país em compasso de mudança. Se a política sofre transformações, a produção cultural mais do que nunca se alia ao novo, ao moderno, sem, no entanto, abrir mão dos seus princípios mais conservadores e fortemente ligados a uma identidade oficial. Já nos primeiros anos da República, a cidade do Rio de Janeiro transitava nesta ambivalência, em um lugar entre a modernidade e a tradição. Talvez devido a isso, as formas artísticas que daí resultaram foram tão marcantes na cultura nacional. O cinema, no seu gênero musical carnavalesco ou só musical, em que pese ser identificado apenas como paródia do competente cinema americano, foi sem muitas dúvidas o cinema de linguagem mais carioca e, contudo, muito brasileira.

Estes filmes também foram para aquele período o ritual e a festa com características polissêmica, entendida não somente como pluralidade de sentidos, mas fundamentalmente como a particularização de uma cultura específica a partir do ponto de vista dos atores sociais concretos, e como a tradução da particularidade desta cultura no nível da generalização, do entendimento ampliado. O que não cabe para estes filmes é reduzi-los à idéia de terem servido como propaganda indireta de um tipo de mentalidade oficial que deveria ser legitimada e aceita pela população. Mais do que um bom exemplo é Berlim na Batucada, que, no auge da guerra, não apenas debocha de Hitler, que então começava a perder posições para os aliados, como também debocha dos americanos, e de Vargas, que a esta altura tinha se alinhado a esses. O filme é o mundo daquele período revisitado. Era a cidade do Rio de Janeiro, que, com tantos escombros, devido às obras da administração pública, podia ser comparada à Berlim bombardeada, o que de fato faria do Rio uma Berlim na Batucada.

---

1 AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um* pandeiro. São Paulo. Cia das Letras. 1989

2 CAILLOIS, Roger. *O homem e o sagrado*. Lisboa. Edições 70. 1988.

3 "Para os parodistas tudo, sem a menor exceção, é cômico; o riso é tão universal como a seriedade; ele abarca a totalidade do universo, a história, toda a sociedade, a concepção de mundo. É uma verdade que se diz sobre o mundo, verdade que se estende a todas as coisas e à qual nada escapa. É de alguma maneira o aspecto festivo do mundo inteiro, em todos os seus níveis, uma espécie de segunda revelação do mundo através do jogo e do riso." BAKHTIN, Milkail. *A cultura popular na Idade Média e o Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo. Hucitec. 1987.p.73

4 "Compreende-se que a festa, representando um tal paroxismo de vida e rompendo de um modo tão violento com as pequenas preocupações da existência quotidiana, surja ao indivíduo como um outro mundo, onde ele se sente amparado e transformado por forças que o ultrapassam. A sua atividade diária, colheita, caça, pesca, ou criação de gado, limita-se a preencher o seu tempo e a prover as suas necessidades imediatas. É certo que ele lhe dedica atenção, paciência, habilidade, mas, mais profundamente, vive na recordação de uma festa e na expectativa de outra, pois a festa figura para ele, para a sua memória e para o seu desejo o tempo das emoções intensas e da metamorfose do seu ser." CAILLOIS, Roger. *O homem e o sagrado.* Lisboa. Edições 70. 1988. P.96-97

5 VIEIRA, João Luiz. A chanchada e o cinema carioca. In: RAMOS, Fernão (Org.) *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Arte Editora. 1987

AS MULHERES CHEGAM AOS QUARTÉIS: GÊNERO E FORÇAS ARMADAS NO CONE SUL*

Suzeley Kalil Mathias[1]- UNESP/Franca

Neste texto apresentamos alguns indicativos do processo de incorporação feminina às Forças Armadas latino-americanas e, em particular aos países que compõem o Mercosul ampliado, o Brasil em primeiro plano. O foco da análise aqui apresentada é especificamente sobre a "mulher soldado", aquela que está presente, sob diferentes formas e *status* nas fileiras das Forças Armadas.

Considera-se que apesar de nas duas últimas décadas se registrar avanços significativos nos estudos sobre gênero e de ações políticas afirmativas nesta área, a questão da segurança e gênero permanece órfã. Nos estudos sobre mulher, destacam-se aqueles a respeito da violência contra a mulher e sua participação nas ditaduras e processos de transição. Sua presença na luta armada contra as ditaduras instaladas em vários países ao longo dos anos 60 e 70 merece atenção especial, bem como sobre como são vítimas desses conflitos armados. Como agentes de conflitos, a presença da mulher é sempre apresentada pelo seu caráter excepcional, desconsiderando que sua presença nas frentes de guerra e quartéis pode mudar a natureza mesma da batalha.[2]

Quiçá o que explica a ausência da temática de gênero no que se refere aos estudos sobre a segurança e a guerra tenha a ver com o momento em que o movimento feminista e a perspectiva acadêmica de gênero ganharam terreno. Foi durante as sangrentas ditaduras militares que isso se processou. A desconfiança em relação às Forças Armadas justifica não apenas os parcos estudos sobre gênero, mas mesmo sobre as funções e papéis militares em nossas sociedades.

Além do medo endógeno, as experiências dos países aqui tratados, isto é, aqueles que constituem o chamado Mercosul ampliado, compartilham da enorme interferência castrense na política. Não por acaso, o pano de fundo para a entrada das mulheres nas

Forças Armadas destes países foi também o mesmo: eram países recém saídos dos chamados regimes autoritários-burocráticos.[3]

Tendo por premissa que o resultado das transições entre regimes burocrático autoritários (BA) e governos democráticos é largamente influenciada pelo tipo de transição, a proposta é avaliar se e como tais transições influenciaram a entrada das mulheres nas forças armadas de seus países. Para proceder à análise, a inspiração que nos move está na leitura dessa tipologia de O'Donnell apresentada por Ernesto López.[4]

Adaptando a tipologia de López para o caso aqui tratado, a classificação assim construída assenta-se em três fatores: . 1) tipo de controle civil sobre as Forças Armadas; 2) situação profissional das Forças Armadas no pós-ditadura e, 3) capacidade de conter o conflito social nos limites das regras do jogo democrático. Outro fator que aparentemente influenciou o processo de incorporação feminina às Forças Armadas é o tempo transcorrido entre a ditadura e governo democrático.

Aplicando o modelo proposto, podemos dividir os seis países enfocados em dois grupos. No primeiro grupo estariam Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, países no quais se estabeleceu um controle civil, ainda que limitado, sobre as Forças Armadas e que garantiu o respeito às regras do jogo no governo democrático. Com relação à situação profissional pós-ditaduras, as Forças Armadas tem um grau maior de profissionalização relativamente ao período ditatorial. No segundo grupo, estão Bolívia e Paraguai, nos quais o controle civil sobre as Forças Armadas não foi capaz de conter o conflito social nos limites das regras democráticas, bem como erigir o profissionalismo castrense.[5]

Paralelamente às mudanças no processo político, também o universo social de atuação das mulheres mudou. O novo contexto econômico-social ao mesmo tempo em que abriu novas oportunidades para as chamadas minorias, também trouxe consigo resultados trágicos. A mulher é o ator paradoxal deste novo mundo, mais urbano e cosmopolita, pois, se essa nova ordem apresenta melhores condições de

empregabilidade e cidadania para a mulher, também gera maior pobreza e menor assistência por parte de Estados cada vez menos soberanos.

Tomando a América Latina como universo, a CEPAL – Comisión Económica para America Latina y el Caribe –, mostra que os índices de pobreza e indigência vêm aumentando continuamente deste lado do globo. Tais dados informam que 43,4% da população latino-americana vivia na pobreza, dos quais 18,8% eram indigentes, isto é, viviam com menos de 1 dólar diário. Informava também que a região da América Latina e Caribe é a de maior desigualdade social do mundo.[6]

É sob o duplo signo de crise econômica e democratização política que boa parte das forças armadas latino-americanas abrem suas portas às mulheres, dando uma nova marca à década de 80, não apenas a década das conquistas democráticas, mas também de maior liberdade e protagonismo num campo até então fechado às mulheres, aquele que constitui o próprio cerne da política: o fazer parte de seu instrumento de violência legítima.

Não foi por acaso que a incorporação da mulher às Forças Armadas aconteceu neste período. Os fatores que explicam essa incorporação, conforme vários estudos mostram, estão intimamente relacionados com democracia e crise, esta última não necessariamente econômica. É por isso que a primeira incorporação acontece na Dinamarca em 1946, logo após o término da Segunda Guerra, enquanto que Portugal e Espanha só o fazem em 1988, após vencerem suas ditaduras e reformar suas estruturas políticas e econômicas.

Segundo os estudos empreendidos sobre o assunto, são três os principais fatores que levam à integração das mulheres às forças armadas. O primeiro é a democracia que cada vez mais exige maior igualdade na oferta de oportunidades para os cidadãos. Depois, está a mudança na forma de fazer a guerra, nisto compreendendo as mudanças tecnológicas (sofisticação nos armamentos) e administrativas (gestão da guerra). O

terceiro fator poderia ser chamado de psicossocial, pois é conseqüência da percepção dos agentes sobre a função dos militares, o que englobaria a questão econômica (proventos e benefícios) e também o prestígio da profissão, resultante tanto do grau de legitimidade castrense (crise de identidade e grau de confiança da sociedade) como da pouca atração que a profissão teria para o sexo masculino.

Os procedimentos para o recrutamento militar feminino na América Latina, em linhas gerais, não difere quase nada no seu processar-se relativamente aos países da OTAN nos seus primórdios. Iniciaram-se ao longo dos anos 80, inserindo as mulheres em quadros complementares das Forças, nos quais elas desempenhariam funções de menor prestígio, pois não ligadas diretamente ao combate, como os cargos administrativos, de ensino e saúde. É importante lembrar que a presença feminina em corpos de enfermagem ou como professoras (jamais instrutoras) nas Forças Armadas, já era comum desde a década de 50 – como na Argentina, que criou um Corpo de Enfermagem para o Exército em 1960. Porém, esses quadros não faziam parte da estrutura militar desses países até os anos 80. É o que resume a tabela abaixo:

Tabela: Dados Comparativos da Incorporação feminina às Forças Armadas no Mercosul ampliado

	Quando aconteceu a incorporação?	Tem acesso as Armas combatentes?	Tem acesso ao Oficialato Superior, em quais Forças?	Por meio de qual força foi feita a incorporação?	Qual o tempo transcorrido entre a primeira Força a incorporar e a incorporação integral?
Argentina	1980	Não	Em todas as Forças	Força Aérea	2 anos[1]
Brasil	1980	Não	Na Força Aérea[2]	Marinha	12 anos
Paraguai	1999	Não	No Exército[3]	Exército	Não houve
Uruguai	1998	Sim	Em todas as Forças	Exército	3 anos
Bolívia	1981-85/2003[4]	Não	Exército	Exército	Não houve incorporação
Chile	1995	Sim	Força Aérea	Exército	7 anos

Fonte: Comandos das Forças singulares dos países citados.

[1] Em 1960 é criado um corpo feminino, mas seus quadros não pertencem ao Exército. A incorporação aos quadros de comando iniciam-se em 1997 e se completam em 2001. Para Argentina, a fonte utilizada foi Donadio, Marcela. La incorporación de la mujer em las Fuerzas Armadas de Argentina. Texto apresentado no XXV Congresso da LASA. Las Vegas, out./2004.

[2] Essa incorporação foi feita por medida judicial, isto é, as cadetes da Academia da Força Aérea pediram na justiça a sua incorporação ao mais alto posto da Força.

[3] As mulheres foram incorporadas ao Exército como quadro complementar, isto é, elas ingressam como profissionais universitárias e, por isso, não podem ascender ao oficialato superior. A partir de 2003, as mulheres são admitidas na academia militar como cadetes. Assim, por hipótese, essas cadetes podem chegar a postos de comando. Todavia, essa promoção não foi regulamentada.

[4] Na Bolívia não há incorporação feminina legalizada. Por determinação do Executivo, abrem-se vagas no Colégio Militar para mulheres quando o ministro, em conjunto com o presidente, decide que deve fazê-lo. Quando elas entram, lhes é permitido ascender ao mais alto posto da hierarquia no Exército. Nas demais Forças, não se processou a incorporação.

Em razão das citadas mudanças, somadas ao preceito constitucional da igualdade de gênero, as mulheres ganharam o direito de pertencer aos quadros permanentes das Forças Armadas. A despeito das mulheres poderem galgar postos de comando e, por isso, poderem chegar um dia a comandar a força, da mesma forma que na maioria dos países do mundo, elas não podem assumir funções na frente de combate, concentrando-se em postos de apoio ou auxílio à tropa.

Chama a atenção no caso argentino o fato da reforma militar não ter sido produto de uma política traçada pelo meio civil. Ao contrário, muitas das mudanças decorreram da omissão civil e foram, na quase totalidade dos casos, fruto da percepção negativa das Forças Armadas frente à sociedade civil. Foram a necessidade de justificar-se perante a sociedade e adaptar-se às novas exigências mundiais na questão da defesa as duas causas da modernização castrense, projeto que incluía a incorporação feminina às fileiras militares.

No Brasil, não houve nenhuma reformulação da estrutura militar. Ao contrário, o que se apresenta é uma sobreposição de medidas objetivando promover uma aparente adaptação das Forças Armadas à Democracia e às exigências bélicas do mundo hoje. O recrutamento feminino para as Forças Armadas, iniciado pela Marinha em 1980, também não se baseou na necessidade de cumprir com as exigências de igualdade de oportunidades, pois é apenas em 1988, com a nova Constituição, que esse preceito aparece. Defende-se que o que justificou esse procedimento foi a somatória do sucesso

que a incorporação feminina teve nas polícias militares estaduais e, por outro, o desprestígio dos militares particularmente diante das elites, o que abriu a profissão para as mulheres. No mesmo sentido, a crise de identidade castrense advinda de seu afastamento da política e a participação crescente de mulheres nas Missões da ONU, exigiram reformulações que apontavam para a incorporação feminina. Em 1982, foi a vez da Aeronáutica e apenas em dez anos, em 1992, ingressou a primeira turma com 29 alunas na Escola de Administração do Exército (EsAex – Salvador/BA), para formação de oficiais de carreira. Nas três Forças as mulheres atuam em diversas áreas como médicas, enfermeiras, dentistas, farmacêuticas, veterinárias, professoras, engenheiras, arquitetas, advogadas, jornalistas, etc.

O Uruguai parece ser o caso em que a reforma foi mais profunda e mulheres e homens tem o mesmo *status* como militares. Isto não significa que não haja problemas e que não esteja em processo a equiparação em termos de comportamento de gênero. Conforme um estudo feito pelo Exército, mais do que incorporar mulheres à Força, o que se promove é uma integração entre homens e mulheres à vida militar.

Dos países do Mercosul, o Paraguai é o que menos evoluiu do ponto de vista da necessária reestruturação de suas Forças Armadas, bem como na definição de uma política de Defesa. Dada a peculiaridade da sociedade paraguaia, a incorporação feminina às Forças Armadas, ainda que muito limitada diante de seus vizinhos, deve ser saudada, pois representa um avanço significativo no respeito aos direitos da mulher e no estabelecimento da igualdade de gênero.

A Bolívia, infelizmente, não conseguiu superar seus problemas a ponto de construir instituições que sejam capazes de amortecer os graves problemas que põem em risco a sobrevivência das regras do jogo político. Dos países aqui tratados, é o que menos se aproxima da consolidação da democracia, continuando sob o signo da transição entre autoritarismo e democracia. Neste aspecto, a iniciativa de participação feminina foi do

próprio Executivo e, considerando que as Forças Armadas continuam a desempenhar legalmente o papel de contendores da ordem pública, a mesma necessidade pode ter motivado a abertura do Exército para as mulheres nos anos 80. Talvez isso explique porque nesse país não exista uma incorporação real das mulheres às Forças Armadas, pois não foi regulamentada e nem resultou de uma política específica, seja das Forças Armadas ou do governo. Tanto entre 1981 e 1985 quanto em 2003, foi por uma ação do Executivo que se reservaram algumas poucas vagas para as mulheres. Por outro lado, desde 1998 funciona um serviço pré-militar para bacharéis que pode ser freqüentado por ambos os sexos. Porém, além de ser de curta duração, não é requisito ou garantia para a incorporação castrense.[7]

De tradição diferente das forças armadas dos seus vizinhos, o Chile constitui outro caso de igualdade entre gêneros nas Forças Armadas. Porém, diferente das uruguaias, as chilenas só tem acesso às armas de combate na Força Aérea, o que amplia suas possibilidades de chegar ao oficialato superior e ao comando da Força. Na Armada e no Exército, a participação feminina está restrita às armas de apoio, o que não impede galgar postos em nível de estado-maior e, portanto, poder chegar ao comando da Força. No entanto, da mesma forma que acontece com os homens, dificilmente aquele que não está no centro do combate é alçado ao comando.

O Chile também criou uma modalidade de Serviço Militar para as mulheres. Neste caso, porém, revela-se a desigualdade que permanece no interior da sociedade castrense, pois enquanto o serviço militar é obrigatório para os homens, é voluntário para as mulheres. Outra novidade foi o papel fundamental do Parlamento na criação de serviços e incorporação feminina às Forças Armadas, o que não aconteceu nos demais países aqui tratados.[8]

Em síntese, os seis casos aqui sumariamente analisados representam diferentes formas de incorporação das mulheres às Forças Armadas. Em cada um o papel dos civis

e militares dependeu da própria dinâmica dessas relações no processo político, o que também serviu como forma de explicar o grau de incidência do tipo de transição do autoritarismo para o governo democrático sobre o tema. Dos fatores indicados como motivadores da incorporação feminina, defende-se aqui que é o nomeado de psicossocial como o mais influente no que se refere à América Latina.[9] Esse parece ter sido ainda mais forte naqueles países que, como o Brasil, impedem que as mulheres galguem os postos de comando e que não estabeleceram o serviço militar voluntário.

---

[*] Versão preliminar deste texto foi publicado no Atlas de Defesa e Forças Armadas, veiculado pela RESDAL (www.resdal.org.ar).

[1] Doutora em Ciências Sociais, Professora dos cursos de História e Relações Internacionais (UNESP-Franca), pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional-GEDES (CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS-UNESP-Franca), é autora de *A militarização da burocracia,* São Paulo, Ed. UNESP/FAPESP, 2004.

[2] PERROT, Michelle. *Os excluídos da História.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

[3] O'Donnell, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

[4] LÓPEZ, Ernesto J. A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile. In SAINT-PIERRE, Héctor e MATHIAS, Suzeley K. *Entre votos e botas*: as forças armadas no labirinto Latino-Americano do novo milênio. Franca, UNESP, 2001.

[5] Com algumas restrições, particularmente quanto ao profissionalismo militar, poder-se-ia incluir neste grupo o Peru, a Venezuela e a Colômbia, países nos quais o conflito entre civis e militares permaneceu e até aumentou no período pós-ditatorial.

[6] *Folha de S. Paulo*, 02/12/2004, p. B-12.

[7] Devo essas informações a Juan Ramón Quintana, a quem agradeço. As interpretações são de minha inteira responsabilidade.

[8] Observatório Cono Sur de Defensa y Fuerzas Armadas – *Informe Chile nº 136*, 17/06/2004 a 23/07/2004.

[9] Tendo como universo todos os países ocidentais, esta visão é defendida por MOSKOS, Charles *et. al*. no livro *The post modern military:* armed forces after the Cold War. Nova York, Oxford Uni Press, 2000.

CONTROLE, NEGOCIAÇÕES, E REINVENÇÕES: AS *INSTRUÇÕES REGULAMENTARES PARA DIVERSÕES PÚBLICAS* E OS PASTORIS DO RECIFE NOS ANOS 1920

Sylvia Costa Couceiro – Fundação Joaquim Nabuco

Em princípios do século XX, a implantação no Recife de melhoramentos urbanos nos setores de infra-estrutura e salubridade, como o calçamento das principais ruas, a coleta regular de lixo, a iluminação, o ajardinamento de praças, a melhoria nos transportes e comunicações e o início da reforma do Porto e do Bairro do Recife começaram a tornar o espaço das ruas convidativo, seduzindo as famílias para passeios, atividades ao ar livre e diversões, tirando-as do isolamento e da reserva da vida doméstica.[1] No entanto, a modernização das cidades e as oportunidades de trabalho oferecidas atraíram também outras parcelas da população. Migrantes vindos de diferentes áreas e por motivos diversos transformaram o panorama demográfico do Recife, desencadeando um processo de mudança nos padrões de convívio e nas relações sociais entre os habitantes da cidade. Antigas hierarquias foram rompidas, referências e modelos de convivência foram alterados, fazendo com que o espaço da cidade aparecesse diante das famílias como um lugar rodeado de perigos reais e imaginários, onde o conflito e a desordem imperavam. Assim, se por um lado a "*rua exercia sedução, os espaços públicos, abertos, iluminados e odoríficos, eram recomendados por médicos e higienistas, por outro, na rua pulsavam o desconhecido, os hábitos reprováveis, as paixões condenáveis, cujo controle escapavam à ordem familiar.*"[2]

Nesse novo contexto urbano, os momentos de diversão dos grupos populares passam a constituir ocasiões temidas pelas elites. A associação que se fazia entre divertimento e confusão vinha do medo gerado pelo grande número de pessoas desconhecidas aglomeradas em um mesmo espaço e pelo exercício de algumas práticas estranhas ao universo cultural dos grupos privilegiados. Essa representação pode ser observada nas memórias de Félix Cavalcanti, membro de abastada família, que viveu no Recife em princípios do século XX: "O *povo está sempre pronto para a desordem e para a festa*."[3]

As tentativas de normatização das diversões públicas não eram uma novidade do século XX. Posturas instituídas em 1831 e 1849 mostram que o assunto também era uma preocupação das autoridades do período imperial que regulamentaram desde a permissão para soltar foguetes e bombas, só autorizada em alguns bairros da cidade, até as cantorias dos negros carregadores de cargas, que foram avaliadas como prejudiciais à saúde, e batuques das religiões afro-descendentes, consideradas atentatórias ao sossego público.[4] Como podemos perceber, a preocupação do poder público com a regulamentação de

algumas práticas culturais e diversões populares no Recife vinha desde o período Imperial, não sendo prerrogativa da fase republicana.[5] Contudo, a existência, já durante o período imperial, de posturas que proibiam ou fixavam princípios e leis que regulamentavam as várias práticas culturais e diversões da população, não significava a alteração ou a extinção desses costumes. Entre o estabelecimento da norma e o cumprimento da mesma, havia um caminho longo e tortuoso. Reações, resistências, negociações entre grupos, interesses de poderosos, concessões de parte a parte, enfim, a criatividade da população em inventar táticas para enfrentar as determinações legais bem como os frágeis mecanismos de fiscalização e de cobrança no cumprimento das leis por parte das autoridades do Império fizeram com que muitas dessas práticas perdurassem e irrompessem com força no início do século XX.

Assim, constata-se que, se por um lado as leis e posturas que regulavam os divertimentos não eram uma novidade trazida pela República, por outro, as formas de cobrança no cumprimento das normas instituídas foram aperfeiçoadas e intensificadas com o novo regime. Maria Clementina Pereira ressalta que "*com a República tentou-se apertar um rol de interdições já existentes no regime anterior, aperfeiçoando e profissionalizando as formas de repressão e controle.*"[6] Uma série de novas medidas para normatizar as diversões foram tomadas: procedimentos foram burocratizados, novos métodos de fiscalização e mecanismos de monitoração das práticas de diversão foram estabelecidos, foi iniciado um processo que investia na instrução das populações urbanas, ensinando como torcedores e participantes das diversões e jogos deveriam agir.

Em 1927, durante o governo de Estácio Coimbra, o Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão e o Inspetor de Polícia Ramos de Freitas elaboram um código de normas dirigido especificamente aos divertimentos públicos: as "*Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões*", publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de agosto de 1927. Pouco tempo depois, é criado um setor específico, subordinado à Inspetoria de Polícia, a "*Seção de Teatros e Diversões Públicas*", responsável pela vistoria, fiscalização, e monitoração dos espaços de diversão do Recife. A documentação, composta pelas *Instruções Regulamentares* e pelos tomos da *Seção de Teatros e Diversões Públicas,* que contêm petições, portarias, ofícios e a correspondência oficial entre o Inspetor e o Chefe de Polícia, traz a tona uma série de informações importantes para a compreensão dos sistemas de controle empregados no Recife com relação às diversões, informando-nos sobre os primórdios da censura no país.

As *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões,* regulamento longo e detalhado, estabeleciam regras minuciosas que dispunham sobre o funcionamento das diversões, determinando os trâmites burocráticos a serem seguidos para que os divertimentos conseguissem a licença de funcionamento expedida pelo Chefe de Polícia. O código exigia

que todas as formas de diversão se submetessem às leis estipuladas, sob pena de suspensão: "*Todos os divertimentos públicos, sejam ao ar livre ou em locais fechados, qualquer que seja a espécie ou o fim não poderão funcionar, mesmo em caráter provisório, sem prévia licença do Chefe de polícia.*"[7] Dessa forma, as autoridades policiais buscavam exercer seu poder sobre os momentos de folia e brincadeira da população da cidade.

As determinações legislavam de forma mais direta sobre teatros, cinemas, circos, esportes, sociedades recreativas e bailes e cafés-concerto, instaurando regras para as vistorias e para a censura, além de estipularem normas de conduta a serem seguidas pelos empresários, artistas e também pelos espectadores. Os tomos, que reúnem as petições encaminhadas à Inspetoria de Polícia - "*Seção de Teatros e Diversões Públicas*" -, registram solicitações de permissão para o funcionamento das mais variadas formas de divertimento: barracas de prendas, parques de diversão, instalação de carrosséis, e rodas-gigantes, clubes de futebol, apresentações de box, presépios, e pastoris, pensões, cabarés e casas de cômodo, festas religiosas, fandangos, cavalos-marinhos, mamulengos, bumba-meu-boi, blocos de carnaval, maracatus, centros espíritas, associações beneficentes, organizações de trabalhadores, e até para a exibição de um faquir no Centro do Recife.

O caminho a seguir para conseguir as licenças era repleto de exigências a serem cumpridas. Inicialmente, o empresário ou chefe da diversão deveria realizar o pagamento da taxa de 25$00, valor único para todo tipo de divertimento, [8] e encaminhar uma petição ao Chefe de Polícia formalizando o pedido de licença de funcionamento. A partir desse ponto, desencadeava-se uma verdadeira rede de controle, fazendo com que a concessão final da licença pudesse durar de três a quatro dias, ou até dois meses, dependendo do tipo de diversão, do interesse das autoridades na liberação da licença e do atendimento às normas estabelecidas. Após a chegada da petição às mãos do Inspetor de Polícia, verificava-se o pagamento da taxa e encaminhava-se ao *Arquivo Criminal do Estado* um pedido de averiguação, com o objetivo de investigar se algum dos responsáveis pela diversão havia cometido algum delito, o que impediria a expedição da licença. Feito isso, o Inspetor determinava o procedimento da vistoria do local por dois peritos, que examinavam "*as condições de segurança, higiene e comodidade públicas*", bem como os aparelhos e a maquinaria técnica nos casos de cinemas, teatros, por exemplo, expedindo um laudo sobre a inspeção em 5 dias. Satisfeitas essas exigências, de posse dos relatórios de vistoria e do "nada consta" do *Arquivo Criminal*, o Chefe de Polícia expedia a portaria concedendo a licença por um ano.

As licenças deveriam ser renovadas anualmente, enquanto as vistorias eram obrigatoriamente realizadas de dois em dois anos. Em caso de reclamação ou de desobediência ao regulamento, uma nova vistoria era procedida, no sentido de verificar a

irregularidade, mesmo antes de decorridos os dois anos. Os fiscais recebiam em geral 50$00 por vistoria, taxa que podia variar conforme a decisão do Chefe de Polícia.

Além de todos os procedimentos burocráticos para concessão da licença, existia também a atuação policial durante as apresentações, uma vez que de acordo com as normas, haveria sempre uma "*autoridade policial incumbida de presidir aos espetáculos*", o que demonstra o papel importante que se desejava atribuir a policia no setor das diversões, indo muito além da simples manutenção da ordem. Sua atuação implicava na fiscalização e a determinação do que podia e do que não podia ser apresentado, o que representava poder de censura sobre o que era vistoriado.

Com imposições rígidas e regras complicadas, as autoridades tentavam construir a idéia de que detinham nas mãos um poder total sobre os momentos de diversão da população, mesmo que isso não se revelasse na prática. A fragilidade do sistema ficava evidente quando esbarrava nas dificuldades em relação à formação dos agentes e policiais, deficiências de fiscalização e nas mais variadas formas inventadas pela população para despistar a fiscalização policial e burlar as normas estabelecidas, mesmo as mais rigorosas.

Para uma melhor compreensão do processo de controle exercido pelos órgãos policiais e das táticas empregadas pela população para burlar a fiscalização oficial, elegemos como exemplo uma das manifestações mais conhecidas e populares da cidade nas primeiras décadas do século: o pastoril.[9]

Tendo sua origem nos presépios ou lapinhas, autos natalinos que integravam o ciclo das festas de final de ano, o pastoril começou a popularizar-se em Pernambuco no século XIX. De representação estática do nascimento de Jesus, a lapinha ou presépio vai ganhando movimento, sons e ritmos, passando a dramatizar com cânticos, danças e declamações a jornada das pastorinhas até Belém. Waldemar Valente ressalta que, no início, "*o auto natalino que deu origem ao pastoril, não passava de drama hierático do nascimento de Jesus, com bailados e cantos especiais, numa significativa e dinâmica evocação do nascimento do Divino Redentor*."[10]

De acordo com Hermilo Borba Filho, o desejo dos organizadores de atrair um público cada vez maior, de tornar a representação mais didática e acessível à população, aumentando seu poder de comunicabilidade, foi transformando os presépios que, a partir do século XIX, ganharam um caráter profano, permeado fortemente pelo elemento cômico. Nesse percurso, a manifestação populariza-se, agregando novas influências e características à apresentação. Aos personagens tradicionais, como as pastorinhas, a mestra, a contra-mestra, a Diana, dentre outros, juntava-se a figura do "velho", que comandava a encenação com forte dose de humor, com chistes e brincadeiras de duplo sentido, aceitando a participação do público, afastando-se da temática da natividade.[11] Estabelecia-se, assim, a

diferenciação entre os presépios e lapinhas e o pastoril, que passa a ser chamado de "profano", ou "pastoril de ponta de rua."

Memorialistas registram que os presépios e lapinhas eram encenados nas casas de família, em tablados montados nos quintais ou salões das residências, "*que recebiam caprichosa ornamentação, às vezes com luxo e com arte*." As pastoras seriam "*mocinhas direitas*", de família, que apresentavam jornadas apegadas à tradição cristã, numa encenação dramática evocativa do nascimento de Jesus.[12] Atraindo vizinhos e conhecidos, os presépios realizavam leilões de prendas, como bolos, perfumes, flores, cuja renda era geralmente empregada em obras de caridade.

Já os pastoris profanos, conforme também destaca Mário Sette, apresentavam-se geralmente "*em barracões de lona ou madeira (...) enfeitados de festões de palha de coqueiros, galhardetes de papel de seda, folhas de canela no piso, balõeszinhos de gomos coloridos*."[13] Segundo a descrição de Sette, os assentos da platéia eram compostos por cadeiras, bancos e tamboretes levados pelos próprios freqüentadores ou fornecidos pelos organizadores, enquanto divisões de tecidos baratos separavam os camarotes destinados às famílias. As entradas eram pagas e, por vezes, as encenações eram realizadas em teatros de bairro.

Composto por dois cordões, o azul e o encarnado, liderados pelas respectivas mestra e contramestra, pela Diana - que assumia o papel de mediadora dos conflitos entre os dois cordões - e por vários outros personagens, o pastoril era encenado em quase todos os subúrbios da cidade, movimentando as noites de sábado no período entre os meses de setembro e dezembro. Dentre os mais famosos pastoris profanos dos anos vinte, destacavam-se os dos bairros da Torre, do Pina e o da Encruzilhada. As pastoras que se apresentavam eram, segundo os cronistas, geralmente mulheres de "*reputação duvidosa*", muitas delas conhecidas prostitutas, que com suas "*saias de cetim bem rodadas, pernas de fora, corpetes justos, braços nus"* tentavam conquistar e atrair as atenções masculinas, sendo *"quase todas eram morenas de pele cor de bolo tostadas, pernas grossas, seios empinados, cabelos bem pretos, olhos maliciosos, fuzilantes, cutucadores. Voltas e reviravoltas. Mesuras. Requebrados. Sorrisos. Olhares. Um curso de sedução."*[14]

A função era comandada pela figura cômica e provocativa do "velho", como já destacamos, espécie de *clown* ou palhaço, que, com suas graçolas, loas e cançonetas, algumas consideradas picantes e indecentes, provocava os espectadores e incentivava a participação da platéia, sobretudo na hora dos leilões que apregoavam flores em favor das pastoras.

Divergindo dos padrões de moralidade e civilização defendidos pelos grupos de elite, prestigiando figuras consideradas nocivas à moral e à ordem social, como as pastoras arregimentadas nos prostíbulos da cidade, ou os chamados brabos e arruaceiros, mestres em promover desordens e brigas - os "sangangus" da época - os pastoris populares

angariaram muitos adversários e opiniões contrárias às exibições que promoviam. Mal afamados, considerados "*diversão de pobre*", eram ironizados pelos que defendiam os divertimentos avaliados como elegantes e modernos. Contudo, apesar das restrições apresentadas por setores das elites, os admiradores do pastoril não se resumiam aos grupos populares. Muitos senhores e senhoras elegantes, moças e rapazes "de família", como se dizia na época, freqüentavam a diversão.

De acordo com artigo da revista *A Pilhéria*, o pastoril do Pina, afamado nos anos vinte, atraía freqüentadores que passeavam de automóvel pelas imediações, roubando o público dos espetáculos teatrais, óperas e recitais do elegante teatro Santa Isabel, conforme destaca o cronista :

> *"Agora uma nova diversão existe para* ***muita gente boa****. É o Pastoril do Pina (...). Imaginem um tablado ordinário, em cima do qual um velho pele de cafuso, vestido a Luis XV, faz piruetas (...). Diante do tablado, uma multidão escura e mal cheirosa de entusiastas do divertimento. Em cima, sobre o asfalto da Avenida,* ***um sem número de automóveis****, dentro dos quais esticava o pescoço, para ver melhor, conspícuos personagens de ambos os sexos, que não resistiram ao desejo de parar por um momento para apreciar as "jornadas". Não seria melhor que tivessem ido ao concerto de Horta Devolver? De outra vez o nosso grande pianista terá o cuidado de escolher (...) outro dia que não seja o sábado, para realizar o seu recital, principalmente quando se lembrar que este dia é o do Pastoril do Pina."*[15]

Se o comentário do cronista pode sugerir, à primeira vista, um ambiente de convivência entre diferentes classes, uma leitura mais atenta chama a atenção para certos limites de espaço que eram estabelecidos. Enquanto perto do palco ficava, nas palavras do cronista, "*a multidão escura e mal cheirosa*", acima, na avenida, dentro dos automóveis, sem se misturarem com a habitual assistência, estavam senhores, senhoras, moços e senhoritas, enfim, os freqüentadores pertencentes aos setores privilegiados da cidade.

As criticas e resistências aos pastoris resultavam das representações construídas em torno do divertimento, as quais justificavam a ação enérgica da polícia, ressaltando a ocorrência de distúrbios e conflitos que ocorriam durante as jornadas. Disputas entre os adeptos dos cordões, os ciúmes e desavenças entre os admiradores das pastoras, a presença dos conhecidos "brabos" e "valentões" da época, transformavam os pastoris em lugar onde, não raro, ocorriam desordens, agressões e até assassinatos, fatos que eram noticiados com destaque pela imprensa da cidade. A vigilância policial e a fiscalização nos barracões eram constantes durante as funções.

A reação aos pastoris advinha também da interpretação de que, além de imorais e focos de constantes desordens, suas apresentações, ao utilizarem alguns elementos e referências ligadas ao catolicismo para fins considerados pervertidos, constituíam verdadeiro

desrespeito à religião católica. Pereira da Costa em 1908, no seu livro *Folk-Lore Pernambucano*, enfatizava: "*Desvirtuado de seu espírito inocente e místico, convertido em torpes especulações nas suas exibições públicas, muito embora pese a ação da polícia em providências repressivas ou proibitivas, não há que negar que em semelhantes diversões reina tudo, menos o espírito religioso.*"[16]

Na década de 1920, os pastoris eram submetidos à regulamentação sobre os divertimentos públicos, o que os obrigava a ser sistematicamente vistoriados pela Repartição Central de Política, da qual recebiam licença caso estivessem "*satisfeitas as exigências regulamentares*."[17] Os pedidos de autorização de funcionamento eram numerosos a partir do mês de agosto, uma vez que as apresentações se iniciavam a partir do mês de setembro em alguns bairros. Baseadas nas Instruções Regulamentares, as autoridades policiais por vezes salientavam a "*perturbação do sossego público*" para negar ou cassar as licenças dos pastoris espalhados pelas diversos arrabaldes do Recife. Quando, em 1927, José Hermínio Pessoa pede autorização para fazer funcionar um pastoril em Casa Amarela, ao ar livre, a comissão de vistoria remete um parecer à Inspetoria de Polícia, comunicando ao Chefe de Polícia "*haver inconveniente na concessão da licença, uma vez que o dito divertimento perturba a tranqüilidade pública onde está localizado*."[18]

Para escapar das proibições, alguns promotores da diversão simplesmente não se submetiam à burocracia oficial, arriscando-se a encenar suas funções sem o parecer da polícia. Parte deles era flagrada pelos investigadores e agentes que realizavam a fiscalização, sendo denunciados ao Inspetor.

Em outubro de 1928, o próprio Inspetor Ramos de Freitas, provavelmente influenciado por pedidos dos organizadores dos pastoris, solicita em ofício ao Chefe de Polícia que "*isente de taxas os presepes, lapinhas e outras diversões semelhantes, muito em uso nos lares de famílias pobres, mormente nas festas de Natal*." [19] Submetida ao Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão, a solicitação de isenção foi acatada, ficando os pastoris e presepes infantis que encenavam o auto natalino sem fins lucrativos dispensados do pagamento das taxas de funcionamento.

A partir do despacho favorável que isentava as jornadas dançadas por crianças, todas as petições que solicitavam licença de funcionamento de pastoris nos mais diversos bairros da cidade, pediam a liberação das taxas alegando promover a "*exibição de um presepe de crianças*, *sem entradas pagas."* Em um primeiro momento as portarias de funcionamento foram expedidas pelo Chefe de Polícia, autorizando todas as encenações. Passados alguns dias, uma verdadeira onda de cassação de licenças começou a ocorrer, demonstrando os artifícios usados pelos organizadores dos pastoris para se livrarem das obrigações tributárias.

Realizada a fiscalização e as averiguações policiais durante as apresentações, aquilo que havia sido descrito nas petições dos promotores dos divertimentos como "*presepe de crianças*", revelou-se, conforme observação dos agentes responsáveis pela inspeção, como: um "*pastoril onde dançam moçoilas*", "*pastoril composto de mundanas*", "*um verdadeiro pastoril com entradas pagas, onde dançam moças, funcionando o mesmo quase às escuras*." Se, por um lado, o grande número de anulações mostra as táticas e manobras dos chefes das diversões no sentido de burlar as regras impostas, por outro, comprova também a tentativa de organização de um aparato de inspeção mais eficiente sobre o setor, confirmando a tendência de maior controle policial sobre os folguedos e brincadeiras populares.

Dessa forma, podemos perceber que o cotidiano das diversões e folguedos populares no Recife foi marcado por esses movimentos de avanços, recuos, negociações, concessões, repressão, resistências, momentos que abriam possibilidades de contato entre os diversos grupos e camadas sociais, mas também estabeleciam hierarquias e promoviam a exclusão dos indivíduos.

Notas

[1]A reclusão e isolamento das famílias na fase colonial, assim como as transformações do século XIX que começaram a mudar esse panorama são debatidas por COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1989. Sobre os novos hábitos da vida urbana e a freqüência das famílias às diversões, ver: ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

[2] ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos.* Natal: EDUFRN, 1998, p. 70.

[3] FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores. 1959, p. 49.

[4] Posturas da Câmara da Cidade do Recife. Diário de Pernambuco, 29 de dezembro de 1831. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, op. cit p. 387. As posturas municipais do século XIX podem também ser encontradas em SETTE, Mário. *Arruar*, op. cit p. 23, 46, 47 e em SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*: Recife, Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2002.

[5] A discussão a respeito das diferentes formas de repressão sobre as festas e divertimentos na fase Imperial e na Republicana está em: ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830-1900*, op. cit pp. 337-339. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 181-182.

[6] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia:uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p. 195.

[7] *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas*. Diário do Estado, 10/08/1927.

[8] Para se ter noção do valor da taxa única pode-se comparar com alguns preços da época: uma entrada de cinema ia de 2$200 no Cinema Moderno, até 1$100 no Cine Ideal, o quilo de carne custava 2$300, enquanto um litro de leite chegava a 200 réis, na Leiteria Vitória da Rua Nova.

[9] Sobre a história dos pastoris do Recife, ver: VALENTE, Waldemar. *Pastoris do Recife antigo e outros ensaios*. Recife, 20-20 Comunicação e Editora, 1995. PEREIRA DA COSTA, *Folk-Lore Pernambucano*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1974. WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*. Recife: Edição do Colégio Moderno, 1954, pp. 167-171. SETTE, Mário. *Maxmbombas e maracatus*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981, pp. 17-25. ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*, op. cit. FERREIRA, Ascenso. *Presépios e pastoris*. In: Arquivos. Recife, Prefeitura Municipal do Recife, dezembro de 1943, pp. 135-162. BORBA FILHO, Hermilo. *Espetáculos populares do Nordeste*. São Paulo, Buriti, 1966.

[10] VALENTE, Waldemar. *Pastoris do Recife antigo e outros ensaios*. Op. cit. p. 16.

[11] Borba Filho, Hermilo. *Espetáculos populares do Nordeste*. São Paulo, Buriti, 1966.

[12] Ver descrição de SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*, op. cit pp. 17-25.

[13] Idem, p. 18.

[14] Descrição em SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*, op. cit p. 20.

[15] *A Pilhéria*, 15/11/1924, nº 164.

[16] Pereira da Costa, op. cit, p. 202

[17] Repartição Central de Polícia, *Portarias e Petições*, 1927 - 1929.

[18] Repartição Central de Polícia, volume *Petições*, agosto de 1927.

[19] Repartição Central de Polícia, *Comunicação de Concessão de Licenças*, janeiro de 1928 a junho de 1929.

Cigarras e formigas: trabalho e a identidade nos contos populares

Edil Silva Costa

Os contos populares “Pedro Malasartes” e “João Preguiçoso”, tanto na tradição ibérica quanto na brasileira, apresentam personagens que agem de acordo com um código moral próprio, conseguindo alcançar seus objetivos, desafiando as regras sociais. Ambos estão do outro lado do poder, enfrentando-o com suas armas e ameaçando a estrutura hierárquica: Malasartes ganha a aposta com o patrão graças à sua esperteza, enquanto João Preguiçoso se casa com a filha do rei sem fazer o menor esforço, contando apenas com meios mágicos.

É preciso lembrar que essas narrativas nos chegaram com a tradição ibérica, mas, se permaneceram, é porque encontraram aqui as condições favoráveis para isso. Assumindo uma configuração brasileira e ganhando peculiaridades nesse novo contexto, servem adequadamente às encenações das nossas práticas sociais.

É preciso dizer ainda que a literatura popular tem um caráter bastante conservador, resultado, por um lado, da observância a um cânone, e por outro, da rigidez com que as classes populares costumam compartilhar dos valores instituídos e adotados pelas classes dominantes.

A literatura oral é um texto das margens. Além disso, nesses contos específicos, são narradas as aventuras de personagens duplamente marginalizados (dentro e fora do texto). Trazê-los à luz é revelar o modo pelo qual os contadores, em suas comunidades narrativas, lidam com essas questões e resolvem no imaginário a condução das práticas sociais e dos jogos de poder.

São contos que encenam as relações hierárquicas e de trabalho nas sociedades de classes. Trabalho implica em ordem, disciplina e indica o lugar social do indivíduo. O malandro, tal qual o preguiçoso, foge ao modelo dessas relações, o que torna a ambos tipos liminares, deslocados socialmente.

Os grupos sociais se organizam em camadas e, de certo modo, proporcionam a aparição de tipos marginalizados que, nos contos e na vida, se não quebram a hierarquia,

incomodam. São saliências na superfície plana e chã das sociedades de classes. Os tipos liminares permanecem na memória há muito porque desempenham uma função reguladora: a sociedade instituída em suas regras se esconde atrás desses tipos para dizer o que não é permitido, o que a moral das normas sociais encobre. Por oferecerem perigo, são assimilados pelo riso e só assim são aceitos.

Mesmo sem pertencer à hierarquia, esses personagens contribuem para organizá-la, pois suas ameaças fazem emergir mecanismos de defesa. Se situados à margem, têm a mobilidade necessária para escapar às regras, mas, na medida em que são fixados como estereótipos, passam a ocupar um lugar (baixo) na estrutura social. Assim, domados pelo poder, são subjugados e servem para reforçar as estruturas de dominação[1].

Percebe-se a necessidade de trazer esses textos em um feixe de relações com a cultura e a complexidade de construções correlacionadas com o discurso popular para compreender de que modo se constrói o discurso dominante e quem está por trás dele procurando cercar e sufocar o que o ameaça e incomoda, não só no plano material, mas, sobretudo, no simbólico.

Olhando um pouco para trás em nossa tão recente história, percebe-se que os mitos da malandragem e da preguiça foram construídos pouco a pouco, impulsionados por esse movimento de defesa dos interesses dominantes. Desde os tempos da colonização, a partir de referências mais gerais existentes no imaginário e na cultura do conquistador, o trabalhador nativo (e depois o negro) é interpretado e rotulado por seu modo de vida, de acordo com interesses particulares. Esse discurso obedece à lógica da *discriminação para dominar* e vai sendo organizado e reorganizado, com o passar dos anos, em função disso.

As representações da “preguiça” do nativo observadas nas crônicas de viagem[2] se sustentam em diversos textos de cultura, inclusive nos contos populares de tradição ibérica, que são aqui recriados e transmitidos.

Sem deixar de lado tais conexões, o estudo das narrativas populares pode contribuir para pensar a malandragem e a preguiça na cultura brasileira e a construção dos estereótipos a elas relacionados. Numa cadeia de repetição, chegam aos dias de hoje as

mesmas construções que se sustentam nesses pressupostos e que perpetuam, por exemplo, o mito da preguiça baiana. Algumas comunidades e regiões do país onde se concentrou um maior número de descendentes de negros e índios terminam por ser depreciadas com a repetição desse discurso. A colocação pode ser aparentemente simpática, ainda associada à idéia paradisíaca e à festa (carnaval, samba e futebol), mas a discriminação se faz presente e merece ser questionada.

No processo colonizador latino americano, a imagem do Novo Mundo correspondia ao paraíso, entendido como libertação do mundo europeu, com suas regras sociais e a moral contra-reformista. O sonho da construção aqui de uma grande nação, um imenso Portugal, ainda persistiu por algum tempo, até que foi desfeito, e a dura realidade da colonização substitui o paraíso pelo inferno. Aí já era tarde demais para a utopia: já haviam sido lançadas as bases do pensamento sobre o Brasil e seu povo, da construção/invenção de nossa identidade, acentuada e confirmada pelas teorias cientificistas do século XIX[3], encenada repetitivamente ao longo do século XX pelos próprios atores que deveriam refutá-la. Que nos guarda o século XXI?

A triste terra da alegria ou a paixão pelas diferenças

Ao longo da história, o poder no Brasil foi mudando de mãos. Primeiro, foi transferido dos senhores de engenho para os coronéis e destes para os grandes empresários. Mas a maneira de pensar que acentua as diferenças não muda substancialmente nem na elite nem nas classes populares. Parece mesmo que há um gosto em demarcar bem as alteridades.

A ausência de compromisso com os menos favorecidos tem sido uma prática constante na história brasileira. A classe dominante age convicta de que os pobres lhe são devedores. Os poderosos fazem o favor de deixar que pessoas de outra classe social habitem a mesma cidade (desde que resguardem a devida distância) e lhes sirvam (desde que não lhes exijam um salário digno nem condições de igualdade). O comportamento da classe dominante tenta induzir os pobres a pensarem que precisam deles e não o contrário.

O patrão é necessário por ser o provedor, aquele que manda por direito e dá ao pobre as condições de sobrevivência. Não pode e não deve ser desafiado, sob o risco de fazer desmoronar a ordem estabelecida e, em conseqüência, a paz social. Contos como o do Pedro Malasartes abrem uma brecha para esse desafio, inversão da ordem, e propõem uma contra-relação do subalterno com aquele que ocupa a posição privilegiada.

Num país de analfabetos e semianalfabetos, têm-se escola pública que oferece os piores serviços à população e órgãos formadores de opinião agindo de forma medíocre e sem o compromisso de munir criticamente o cidadão, pois estiveram sempre ligados a oligarquias e defenderam seus interesses. Assim, não se pode esperar que as formulações de reação contrária à ordem preestabelecida, e reforçadas historicamente pela repetição de situações que exploram o cidadão e fazem crer que esta é a ordem natural das coisas, sejam feitas de forma que não a carnavalizada[4], postiça e que pressupõe a inversão, ainda que temporária, dessa ordem.

Ao mesmo tempo, o brasileiro parece não ter a capacidade de se indignar e reagir. Em sua indiferença, cultua a imagem do sujeito de bem com a vida.

Cigarras e formigas

O trabalho tem uma forte relação com a identidade e com a forma de inserção social. É o que coloca o indivíduo em algum lugar na sociedade: ou de empregado ou de patrão. O malandro ou o preguiçoso, e isso já foi colocado, desafia essa ordem, ainda que sua exclusão seja apenas revelada pela ótica do outro.

A depender do ponto de vista, a atividade intelectual também pode ser interpretada por vadiagem e seu exercício, ócio. Do mesmo modo, o trabalho do pescador, que fica horas na praia esperando o momento certo para entrar no mar, o que exige ciência e cautela, pode parecer vadiagem. E o que dizer dos vendedores que perambulam pelas ruas apregoando coisas? Todas essas formas de trabalho daqueles que se recusam ou não puderam ter patrão foram e ainda são tidas como ociosidade ou preguiça. O costume

contemplativo do caipira – talvez herança de uma época quando se tinha uma outra relação com o tempo[5] –, daquele que pacientemente pica o fumo e se dispõe a simplesmente conversar, não escapa ao preconceito.

Do mesmo modo que na fábula "A cigarra e a formiga", só o trabalho sistemático, disciplinado, é reconhecido pela sociedade; quem escapa a esse modelo é punido, tachado de preguiçoso e condenado a morrer de fome. Não importa que no verão seguinte as formigas operárias sintam falta da música que suavizava sua dura atividade. Porém, na maior parte das comunidades narrativas, os trabalhadores são formigas-cigarras, pois cantam e narram causos e contos também durante seus afazeres, seja uma atividade individual, seja coletiva.

É do seu trabalho que o homem extrai a substância para se encontrar no mundo e ser reconhecido por seus pares. Nesse caso, a ausência da prática de trabalho (aparente ou não), interpretada como malandragem e preguiça, vai servir de elo e de reconhecimento, marcando uma identidade social.

Os dois melhores representantes dos tipos malandro e preguiçoso na cultura popular brasileira, Pedro Malasartes e João Preguiçoso podem ser bons pretextos para se pensar a nossa realidade, a organização social e as relações de poder que perpassam a história deste país, desde os primórdios da colonização portuguesa. Apesar de os contos tradicionais, como disse, trazerem modelos conservadores, esses personagens, considerados seres marginais, representam a resistência, o movimento que é a força propulsora da desordem[6].

Os narradores dos contos populares, com larga difusão na cultura brasileira, e que garantem sua continuidade, estão muito mais próximos do personagem João Preguiçoso que da princesa ou do rei. O mesmo se pode dizer de Pedro Malasartes. Por isso, creio que, em ambos os casos, há um processo de identificação do personagem e seu público que justifica a simpatia e condescendência com que suas ações são julgadas. Afirma Paul Zumthor:

> Não podemos negligenciar as variações individuais que o contador e seus ouvintes operam sobre [as regras da narração], em virtude de suas necessidades particulares e da qualidade de suas relações mútuas. O conto, para aquele que o narra (como a canção para aquele que a canta), constitui a realização simbólica de um desejo; a identidade virtual que, na experiência da palavra, se estabelece um instante entre o narrador, o herói e o ouvinte, cria, segundo a lógica do sonho, uma fantasmagoria libertadora[7].

Ainda que não se assuma essa identificação livremente, o público deixa transparecer, nas brechas, de que lado se coloca, o que me faz pensar que a aceitação dessas imagens é a conformação com os estereótipos difundidos na cultura e, assim, seu reforço. Por outro lado, enquanto representações do movimento, adotar essa identificação pode também representar a possibilidade de promover efetiva mudança.

Mas abraçar o movimento exige coragem, pois, para isso, é preciso também a redefinição dos valores morais. Só assim uma nova ordem pode ser estabelecida. Ao contrário, assiste-se muito freqüentemente à acomodação aos papéis preestabelecidos, como se houvesse uma necessidade de ocupar o lugar que lhe foi designado para não romper com a (muitas vezes frágil) ordem vigente.

Como se tenta fazer nas narrativas de viagem, muitas vezes sem muita adequação, cada coisa deve ocupar um lugar, ainda que esse lugar não seja o mais apropriado. Talvez fosse um lugar provisório, que se tornou efetivo pelo costume. Hoje parece que é tarde demais: a máscara já está grudada à cara.

O avesso do avesso

Na organização da sociedade brasileira, o que antes era geral (brasileiro) torna-se mais localizado (preguiça do índio, do nordestino, do baiano...). Coincidentemente, lugares de grande concentração de negros e mestiços são da mesma forma estigmatizados. São Paulo, Curitiba, a futurística Brasília, são cidades que exportam seu cosmopolitismo, a modernidade. O Brasil do sudeste (de “Primeiro Mundo”) escapa – ou tenta escapar –, por

contraste, ao estereótipo e forja também uma identidade: a do Brasil do desenvolvimento, do progresso, da educação, o Brasil que rejeita o ritmo mais lento, atrasado.

Exalta-se o sacrossanto trabalho, a aceleração. Os candangos e os nordestinos que construíram São Paulo são esquecidos, talvez sufocados pela disposição para o trabalho dos outros. Assim também é esquecida a Salvador cosmopolita, capital de negócios no Nordeste, a metrópole moderna é abafada pela idéia de cidade barroca e colonial.

A cidade da Bahia cantada por Dorival Caymmi e Jorge Amado é a Roma Negra, mito de origem do Brasil, "berço da nação". Creio que seja isso que torna a Bahia um lugar especial no imaginário (e no coração) do brasileiro: a representação do mito de origem. A Bahia nos dá um passado, uma história. Nós, que somos "um país sem memória", temos impresso em cada pedra do calçamento do Pelourinho o passado que nos dá identidade. E se antiguidade inspira respeito, Salvador adquire ares de uma grande mãe. No entanto, vivemos entre a simpatia e o preconceito, e isso é visto claramente na imagem que se tem do "baiano" (nordestino de um modo geral) no sudeste do país[8].

O sentimento em relação à Bahia é dúbio: percebe-se em quem desdenha o desejo de posse ou de aproximação desse pedaço de paraíso originário, que é ao mesmo tempo um reduto de negros e preguiçosos. E mesmo sendo alvo de críticas, os sujeitos sustentam um certo ar pedante ou de indiferença.

Com a cumplicidade dos próprios indivíduos discriminados, o estereótipo termina servindo de identificação e se torna algo lucrativo para o grupo dominante[9]. Resta a uma parcela da população, em sua maior parte negra e mestiça, a exclusão e a aceitação da máscara que lhe cabe.

---

[1] BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
[2] SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2000.
[3] LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.
[4] BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no renascimento; o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
[5] GUREVITCH, Aron. I. *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
[6] BALANDIER, Georges. *A desordem; elogio do movimento.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
[7] ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1997.
[8] RISÉRIO, Antonio. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva; Salvador: COPENE, 1993.

BRASÍLIA: UMA CLAREIRA ABERTA NOS SERTÕES DO BRASIL

O PAPEL DOS MÉDICOS E HIGIENISTAS NA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL

(1956-1960)

TAMARA RANGEL VIEIRA

A construção de Brasília, meta síntese no bojo do Programa de Metas empreendido pelo governo de Juscelino Kubitschek, pode ser considerada como um dos fatos mais marcantes de sua gestão (1956-1960). Isto é verificável não apenas pelas conseqüências materiais advindas de tal empreendimento, mas, principalmente, pelo grande impacto na opinião pública, incentivando inúmeros debates a respeito e demonstrando a força do significado simbólico que adquiriu a transferência da capital para o interior do Brasil. Neste sentido, em periódicos de grande circulação da época, são muitas as referências ao caráter integrador de Brasília, à sua função primordial de transformar o Brasil em uma nação de fato através das conexões que seu plano rodoviário estabeleceria entre o Norte e o Sul do país, ou, segundo artigos do período, pela possibilidade que a construção destas rotas dava ao levar ao: *"(...)aperto de mão do churrasco gaúcho com o açaí paraense(...)*[1]*".*

Neste sentido, este significado simbólico de Brasília também nos permite uma reflexão em torno do caráter histórico das nações modernas. Compreendidas como comunidades imaginadas[2], segundo conceito formulado por Benedict Anderson, as nações, embora apareçam aos nossos olhos como entidades naturais, milenares, como se sempre tivessem existido, foram historicamente construídas pelos homens. Segundo Hobsbawm seriam tradições inventadas[3], e por isso, necessitariam de um movimento constante de reafirmação de sua legitimidade para manterem-se vivas enquanto tradição no cotidiano dos indivíduos a elas vinculados. Para uma nação como o Brasil, a nova capital aparece como a consolidação de um antigo "sonho patriótico" na medida em que resgata um projeto nacional histórico que remonta

[1] SILVA, Arlindo. "Gigantes de aço abrem a rota Belém-Brasília". *O Cruzeiro*, 11/10/1958 – p. 62.
[2] ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional* SP: Editora Ática, 1989.
[3] HOBSBAWM, E. "Introdução: a invenção das tradições" In: E. Hobsbawm e T. Ranger (orgs.). *A invenção das tradições*, RJ: Paz e Terra, 1984.

ao período anterior à Proclamação da República, quando delinearam-se os primeiros debates em torno da necessidade de centralização da capital. Brasília representaria então, um reavivamento da memória da nação, e não apenas por evocar certos argumentos históricos, mas também por simbolizar novamente, em contexto diverso, o resgate dos sertões, outrora esquecidos e "doentes".

Sendo assim, no bojo deste seu "caráter integrador", está o papel da nova capital no resgate dos sertões do país. Compreendidos sempre em contraponto ao litoral, os sertões aparecem em artigos de revistas e em documentos tais como o Programa de Saúde Pública de Juscelino Kubitschek[4] (quando este ainda pleiteava o cargo de presidente da República) caracterizados como locais onde o progresso ainda não havia chegado, e onde os sertanejos continuavam párias da sociedade – tal como podemos perceber em formulações de Euclides da Cunha. Sendo assim, é possível perceber o retorno de um debate iniciado no início do século XX no cerne do ideário do saneamento dos sertões, a partir do qual julgava-se ser possível reformar o homem sertanejo através do saneamento das áreas rurais, assoladas por inúmeras doenças e vítimas do descaso e abandono por parte do poder público[5].

Levando-se em consideração o novo contexto no qual o debate se insere, isto é, muito marcado pelas transformações de âmbito econômico e em pleno momento de "otimismo sanitário", a mudança da capital do país do Rio de Janeiro para o Planalto Central de Goiás representará não só um retorno da relação dicotômica estabelecida entre litoral e sertão e discussões acirradas em torno da aceitação ou não do empreendimento, mas também a reapropriação do discurso médico-sanitarista das duas primeiras décadas do século XX. Neste sentido, a análise de periódicos e discursos médicos, inseridos no recorte temporal estabelecido, qual seja, o período da construção de Brasília (1956-1960), nos permite perceber

---

[4] KUBITSCHEK, J. *Programa de saúde pública do candidato JK*. São Paulo: L. Nicollini S/A, 1955.

[5] Perspectiva presente nos estudos realizados por HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade, entre eles: "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. RJ: Fiocruz/CCBB, 1996.

a forma como se processou esta reapropriação do discurso sanitarista de trinta anos antes da construção de Brasília. Ressaltando as relações estabelecidas entre o litoral e o interior do país, torna-se possível perceber o papel alcançado por médicos e higienistas na consolidação simbólica da nação através da transferência da capital do país do litoral para o sertão. A partir disso, é possível estudar as relações estabelecidas entre Brasília e a transformação dos sertões em locais mais hígidos, o papel dos médicos e sanitaristas na viabilização daquele projeto, tentando perceber, em contexto diferenciado do de início do século XX, o que representou o ideal integracionista presente na proposta de interiorização da capital.

Considero interessante demarcar, mesmo que sinteticamente, a importância no âmbito da História da Saúde Pública, de estudos voltados para a análise do movimento pelo saneamento dos sertões e sua relação com a construção da nação. Uma das análises pioneiras neste sentido foi empreendida pelo autor Luís Castro-Santos, o qual, ao se concentrar no processo de politização da questão sanitária durante o primeiro período republicano, considerou de suma importância a força simbólica do movimento pelo saneamento rural, a partir do qual teria sido possível refletir sobre as bases em que estava assentada a identidade nacional e explicá-la a partir do prisma da doença como responsável pelo atraso do país [6]. Do mesmo modo, mais recentemente, autores como Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman repisam esta temática demonstrando, a partir da idéia de sertão[7] e sua conceituação sociológica, a importância não apenas do significado simbólico da saúde na construção da nação, mas também a importância das realizações práticas do movimento sanitarista rural. Neste sentido, para além da necessidade de adentrar os sertões e reformar o homem sertanejo como condição fundamental para a consolidação da nação, esta incursão teria possibilitado a

[6] Perspectiva presente em: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia T. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República".In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org). *Raça, Ciência e Sociedade*. RJ: Fiocruz/CCBB, 1996.

[7]Segundo Nísia Trindade, a melhor definição: *"(...) encontra[ria]-se na idéia de sua distância em relação à autoridade pública, tal como evidencia uma das imagens mais expressivas elaboradas no contexto do movimento sanitarista da Primeira República: o sertão no Brasil começaria onde terminava a Avenida Central(...)".* LIMA, Nísia Trindade. "Viagem Científica ao coração do Brasil: notas sobre o relatório da expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna a Bahia, Piauí e Goiás (1912)". Revista da Fundação Museu do Homem Americano. RJ, 2003. p. 01

penetração do poder central no âmbito dos poderes oligárquicos do interior do país e consolidação de sua ação. [8]

Entre os objetivos do movimento sanitarista da Primeira República estava a criação de um Ministério da Saúde Pública, algo que veio a se concretizar somente nos anos 30, quando da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública durante o governo de Getúlio Vargas. Ao longo da década de 1940, no entanto, a idéia de um ministério independente, voltado exclusivamente para a saúde, se tornou tema de debates políticos que se estenderam até o período do pós-guerra. O clima de "otimismo sanitário" decorrente da Segunda Guerra Mundial, elevando as expectativas de todas as sociedades com relação às possibilidades trazidas pela ciência e pela medicina, somado à atuação de médicos e sanitaristas no setor público contribuíram, no caso do Brasil, não apenas para o estabelecimento de um consenso em torno da criação de uma pasta autônoma para a saúde, mas também para trazer à tona novamente os pontos outrora levantados pelos sanitaristas rurais no início do século[9]. Enfim, os debates em torno da criação deste Ministério iriam se estender até a década de 50, quando, sem mudanças institucionais significativas além da separação entre educação e saúde, o Ministério da Saúde surge mantendo o funcionamento dos organismos de saúde tal como antes[10].

As questões de saúde pública e saneamento do interior do país durante o governo de Juscelino Kubitschek, que sobe ao poder após a morte de Vargas, teriam sido relegadas a um segundo plano, de acordo com alguns autores, em função das questões econômicas[11]. No entanto, se este economicismo teria sido responsável pelo fato de JK não ter incluído a saúde

---

[8]HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos,* RJ, v.6, n°11, 1993. p.53

[9] Segundo o artigo de FONSECA, Cristina; HAMILTON, Wanda. Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953 In: História, Ciências, Saúde Manguinhos – vol. 10, número 03, set-dez. 2003: *"(...) Reeditando as argumentações do movimento pelo saneamento rural das décadas de 1910 e 1920, médicos e sanitaristas indicavam que as condições precárias de saúde da maioria da população, ainda concentrada na área rural, aliadas ao subdesenvolvimento e à pobreza poderiam ser superadas com a criação de um ministério. Este deveria ser comandado por um especialista na área e contar com maiores recursos orçamentários para promover as políticas sanitárias(...)*". p. 173

[10] Idem. p.819

[11] PAIVA, Carlos Henrique A. A saúde pública em tempos de burocratização: o caso do médico Noel Nutels. *História, Ciência, Saúde, Manguinhos.* RJ, vol. 10, n°03, set-dez, 2003. p. 842

entre os temas privilegiados de seu governo, ao longo de sua candidatura esta questão é abordada com seriedade, vide seu Programa de Saúde Pública. Neste programa, além das propostas e considerações a respeito dos inúmeros problemas do país em relação às principais doenças que assolariam a população, precariedade das condições de vida, principalmente do interior, inúmeras são as referências a Euclides da Cunha e sua obra "Os Sertões"; aos contrastes entre litoral e sertão; à caracterização do sertanejo com os epítetos tradicionais de indolente, preguiçoso, primitivo, ignorante e doente, apesar de em alguns momentos exaltar sua figura comparando-a a do herói. A saúde, tal como aparece em seu programa, é percebida como um símbolo da nacionalidade, afinal reconhecia na doença uma "condição de inferioridade perante as outras nações contemporâneas". E chega a uma conclusão: *"(...) Não sou nem jamais fui pessimista com o Brasil, parecendo-me, pois, que a famosa frase de Miguel Pereira de que somos um vasto hospital, tendo sido muito oportuna e verdadeira, tem menos razão de ser a cada dia que passa. No campo da saúde pública, os brasileiros realizaram e realizam constantes e notáveis progressos. As campanhas de Oswaldo Cruz, Belisário Penna e Mário Pinotti foram sob todos os aspectos admiráveis e afirmativas da nossa capacidade(...)*[12]*".*

Esta importância dada à saúde e ao saneamento para o desenvolvimento do Brasil, durante o período em que pleiteava o cargo de presidente, é mantida durante seu governo, mas considerada por uma das mais importantes correntes de pensamento em saúde pública, o "sanitarismo desenvolvimentista", como mero resultado da ênfase conferida à economia, afinal, o mais importante não seria a saúde, mas sim, o progresso econômico que levaria à saúde. Segundo Maria Eliana Labra[13], esta corrente de pensamento reconheceria no desenvolvimento sócio-econômico do país um pré-requisito para a melhoria da saúde. Sendo assim, a forma com que as questões sanitárias teriam sido abordadas durante os anos 50 e 60 estaria em franca oposição ao modo como o foram durante o movimento de reforma sanitária dos sertões na

---

[12] KUBITSCHEK, Juscelino. *Programa de Saúde Pública do Candidato*.São Paulo: L. Nicollini S/A, 1955. p.12-13.
[13] LABRA, Maria Eliana. 1955-1964: o sanitarismo desenvolvimentista. In: TEIXEIRA, S. F. et al. (Coords.) *Antecedentes da Reforma Sanitária: textos de apoio*. Rio de Janeiro: Pec/ Ensp, 1988.

Primeira República, para o qual se daria exatamente o inverso: as condições de saúde da população seriam pré-requisito para o progresso do país. Neste sentido, defendo a possibilidade de enxergarmos, a partir da idéia de sertão hígido, uma relação entre os dois discursos e os dois períodos, que a despeito de um contexto distinto, de modo algum seriam antagônicos. Além disso, esta idéia também possibilita uma análise diferenciada a respeito do momento da mudança da capital nos anos 50, quando o "coração" do Brasil se transformou em símbolo apoteótico do progresso nacional.

Presente na história do Brasil como questão debatida por intelectuais como José Bonifácio e Hipólito da Costa desde o século XIX, a questão da mudança da capital deixa de ser uma aspiração e passa a constituir meta presente na Constituição no ano de 1891. No entanto, medidas práticas mais efetivas aconteceram durante o governo de Floriano Peixoto, a partir da organização da Comissão Exploradora do Planalto Central em 1892. Tal comissão, chefiada por Luís Cruls, tinha como objetivo demarcar o território do futuro Distrito Federal. Durante o Estado Novo, este projeto teria sido abandonado, voltando à tona em meados da década de 40, após a democratização, quando criaram-se novas comissões de estudos. Seria, no entanto, a partir da inclusão da construção de Brasília no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek que este tema adquiriria maior visibilidade e geraria amplos debates sociais.

Eleita como meta-síntese do programa de metas de Juscelino, a transferência da capital do Rio de Janeiro para Goiás repercutiria na opinião pública durante todo o processo de construção da cidade e adquiriria significado múltiplo. Juntamente com ela, vinha a idéia muito difundida de que construía-se um "novo Brasil". No entanto, não houve consenso em torno da necessidade e viabilidade de construção da nova capital [14]. Neste contexto de transferência da nova capital, qual teria sido o papel dos médicos e higienistas na concretização desta meta? Como as idéias do movimento nacionalista sanitarista de início do século XX seriam

[14] Ver: MOREIRA, Vânia Maria L. *Brasília: a construção da nacionalidade – um meio para muitos fins (1956-1961)*. Vitória: EDUFES, 1998.

reapropriadas e canalizadas em prol de um projeto governista modernista? A caracterização de Juscelino Kubitschek como presidente euclidiano segundo bibliografia recente [15], nos indica a possibilidade de estabelecer relações entre o discurso euclidiano e as apropriações deste discurso por parte de Juscelino no que se refere ao interesse pelo sertão e sertanejos. Não descartando o amplo espaço temporal que os separa, e as diferenças existentes entre uma fonte literária e um discurso político, o objetivo comum de Euclides da Cunha, sanitaristas da Primeira República e JK, nos parece, era a integração do país através da superação do isolamento dos sertões.

Se Brasília pode ser compreendida como projeto que reflete meramente a ideologia nacional desenvolvimentista do governo ou como "arma simbólica"[16] de JK, o fato é que esta grande "meta de integração nacional", como ele considerava a nova cidade, possuidora de estradas civilizatórias, superaria as diferenças de desenvolvimento do país decorrentes do isolamento. Segundo Vânia Maria Losada, as diferenças entre "litoral" e "interior" constituíram a base sobre a qual se desenvolveram reflexões e posicionamentos a respeito da construção de Brasília, angariando simpatias inclusive por conta da possibilidade de recuperar as condições sócio-econômicas do interior vislumbradas pela interiorização da capital. Segundo Mário Pinotti, em discurso proferido em nome da Sociedade Brasileira de Higiene em 1958, o próprio plano de governo de JK poderia ser caracterizado como *"(...)fundamentalmente um programa de elevação dos níveis de vida de nossas populações e, assim, um programa de saúde pública(...)[17]".*

Neste sentido, este movimento de interiorização da capital do país teria sido viabilizado a partir de um movimento dos próprios médicos em prol do saneamento do local onde se

---

[15] Idem. p. 37. O trecho específico no qual se tem este tipo de referência seria: *"(...) A ênfase de Juscelino no "ritmo de Brasília" e na necessidade de o país realizar grandes obras de engenharia, como a nova capital, as estradas que cortariam vastas áreas do território nacional, as hidrelétricas, entre outras, transformaram-no em um homem público de ação. Juscelino foi, sob esta perspectiva, um* ***presidente euclidiano****. Euclides da Cunha, como é sabido, demonstrou um extremo interesse e preocupação pelo sertão e pelas populações sertanejas(...)*".

[16] Perspectiva presente em: MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. SP: Brasiliense, 1984.

[17] Pinotti, Mário. "Saúde e riqueza: discurso pronunciado em nome da Sociedade Brasileira de Higiene", 24/04/1958. p.27-28

ergueria uma nova cidade. Segundo O. B. de Couto e Silva, representante da associação Médica do Distrito Federal, *"(...) Brasília é discutida às vezes sob o ponto de vista político-partidário, mas representa a sedução da aventura, do pioneirismo, ponto de partida para a conquista da parte desconhecida de nosso país. (...). E está sendo possível a realização desta grande aventura pelo trabalho pioneiro dos médicos que livraram os caminhos de malária e, Brasília, da doença de Chagas. Também olhamos as obras do Vale do Rio Doce, do S. Francisco, com atitude paternalística de quem vê filhas robustas depois de curadas de suas doenças. Não quero roubar a seara de Pinotti, senão para frisar que os fatos médicos precederam os fatos econômicos (...)[18]".*

Os trechos acima citados, ao mesmo tempo em que tornam passível de questionamento a interpretação que julga terem sido as questões de saúde pública relegadas a um plano inferior no rol das metas do governo JK devido ao interesse exclusivo deste pela economia, ao mesmo tempo nos levam a uma nova maneira de compreender a história da saúde pública neste período, indicando a possibilidade de relacioná-la com o ideário de construção da nacionalidade, na medida em que médicos e higienistas enxergaram a viabilidade de Brasília como decorrência direta de seu trabalho. Compreendida como meta síntese do governo JK, Brasília teria sido o melhor remédio indicado para cura dos males da nacionalidade. Segundo Dom Carlos Carmelo, arcebispo que celebrou a primeira missa no planalto onde seria erguida a nova cidade, JK *"(...) Descobriu a etiologia dos males do Brasil, ou seja, a ectopia do coração, isto é, cardioptose, ou deslocamento do coração para baixo. E V. Excia. deliberou a realizar a cardiomastrofia ou transposição do coração para o seu lugar fisiológico normal (...)[19]".*

---

[18] Idem. p. 35-36
[19] CARMELO, D. Carlos. In: DRUMMOND, Olavo. "A Primeira Missa em Brasília – ergue-se a cruz no Planalto". *O Cruzeiro*. 18/05/1957, p.134.

Título: Vacina antivariólica: o controle vacinal e a erradicação da doença

Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz
Av Brasil 4036/ 4º andar /Rio, RJ/ 21040-361
taniaf@coc.fiocruz.br
Palavras-chave: memória; história da saúde; vacina antivariólica

Tania Maria Fernandes
COC/ Fiocruz

Introdução:

A vacina contra a varíola e a própria varíola simbolizam, para a área de saúde, temáticas que são dignas de consideração essencial na história, em função das particularidades de suas trajetórias científica, institucional e política[1]. Produzida dentro de uma proposta pioneira no fim do século XVIII, a vacina antivariólica pode ser considerada uma matriz empírica e conceitual para o desenvolvimento de outros produtos imunobiológicos. Foi, também, o principal aparato utilizado na erradicação mundial da varíola na década de 1970, por meio da aplicação maciça em toda a população.

Desde sua origem, a vacina propiciou a construção de várias idéias tanto a seu favor como contra sua difusão e utilização. Muitos médicos, cientistas, autoridades e políticos que atuaram na esfera da saúde pública a defenderam ou a atacaram. Acusada de ser um dos símbolos do arbítrio das instituições de saúde contra a população, ou indicada como uma grande arma da humanidade, contra as doenças contagiosas, as vacinas, na realidade, são utilizadas em quantidade cada vez maior de pessoas que, espontaneamente ou obrigadas pelo Estado, são sistematicamente inoculadas.

A mudança no processo e aceite da vacinação por parte da população no século XX, foi singular no Brasil, já que a vacina é reconhecida como um dos fatores principais da eclosão da "Revolta da Vacina", que ocorreu em 1904, na cidade do Rio de Janeiro, que na época era a capital do país. Setenta anos depois, a vacina passou a ser aceita ao ponto de proporcionar a erradicação da doença em todo o mundo, inclusive no Brasil. O século XX pode ser evidenciado como o século das vacinas e das campanhas de vacinação, como resposta à propagação e o grau de extensão das epidemias.

[1] FERNANDES, T. M. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

A proposta de erradicação mundial da varíola começou a ser indicada nas Assembléias Mundiais da e partir de 1958, e também na XV Conferencia Sanitária Pan-Americana no mesmo ano, porém desde 1915 a Fundação Rockfeller já havia implantado estudos sobre a erradicação da febre amarela.

No Brasil, sua erradicação ocorreu em 1971 e o último caso da doença em todo o mundo foi notificado em 1977. Este fato é considerado um marco na história da saúde pública mundial em oposição aos programas de erradicação da febre amarela que é considerada um dos fracassos mais magníficos da Saúde Pública[2]. Durante o desenvolvimento do Programa de Erradicação da varíola foram construídos conceitos, métodos e técnicas referidos, tanto à própria vacina e ao diagnóstico da varíola, como à vigilância epidemiológica, sendo, posteriormente, utilizados em campanhas para o controle e erradicação de outras doenças infecciosas.

A partir da década de 1950, quase todos os países das Américas não apresentavam mais casos da doença. No México, EUA e Canadá, por exemplo, os últimos casos de varíola foram registrados no ano de 1952, apesar de ter sido detectada no início dos anos de 1940, no México, uma epidemia de varíola na forma *major*. Este fato incitou a busca pela vacinação no país ajudada pela construção de novas estradas e de ampla distribuição de vacina, inclusive nas regiões rurais, o que levou a eliminação da doença mesmo antes de sua erradicação global. Na Colômbia e Peru também foram detectadas epidemias graves no mesmo período, apesar da forma endêmica já ter sido praticamente eliminada[3].

A história da erradicação da varíola no Brasil se deu de maneira distinta dos países das Américas, na medida em que só em 1971 se consegui erradicá-la. As técnicas de vacinação, a produção e a conservação da vacina e os métodos de vigilância epidemiológica, que foram criados para isto, impõem, também, uma singularidade à história da erradicação no Brasil que possibilitou, inclusive, a criação de novos conceitos para o controle de enfermidades transmissíveis.

---

[2] SOPER, F. L. "La erradicación y el control en la prevención de enfermedades transmisibles". *Boletín de a Oficina Sanitaria Panamericana*. Anão 39, v. XLIX, nº 2, p. 121-131, ago. 1960.

[3] FENNER, F. (et. alli). "Smallpox and its erradication". History of International Health, nº 6.Geneva: World Health Organization, 1988; CARMONA, M. C. S. "La vacunación y sus dos épocas de oro en 2002. Mexico y en el mundo". *Medicina Universitaria*, v. 4, n. 16, julio-septiembre, 2002; A varíola en las Américas. *Boletín de a Oficina Sanitária Panamericana*. Anão 38, v. XLVI, nº 3, p. 293-295, mar. 1959..

Metodologia

A vacinação é uma práctica social aplicada há muito em todo o mundo e para que a estudemos, hoje é importante que ouçamos as vozes de alguns dos envolvidos. Deste modo, além do uso das fontes tradicionais aplicadas nesta investigação (artículos escritos nos periódicos médicos, teses, anais dos congresos médicos, legislações, cartas e documentos oficiais), ouvimos os principais personagens que trabalharam na erradicação da doença. Resgatamos nas entrevistas gravadas suas experiências e informações, tanto as que não estão presentes na documentação oficial, como as que vêm confirmar ou questionar fatos já conhecidos. Realizamos entrevistas com os mais importantes profissionais da área específica, abordando várias questões onde se destacam o conhecimento dos possíveis significados da erradicação da doença diante da complexidade política e técnica desta orientação [4].

Utilizamos também as entrevistas que constituem o acervo de documentos orais da Casa de Oswaldo Cruz, instituição a qual estou vinculada. Estas foram gravadas por outros investigadores que vêm desenvolvendo projetos com temáticas próximas e cujos personagens são os mesmos, já que depois da erradicação da varíola atuaram em outras campanhas para erradicação do sarampo e da poliomielite [5].

Todos os profissionais entrevistados atuaram nas campanhas de controle e erradicação de doenças entre os anos 1950 e 1970. Tanto em instituições brasileiras como em campanhas promovidas pela Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde, no Brasil ou em outros países, como a África ou índia, já que o programa de erradicação utilizado no Brasil é visto como uma referência mundial.

A metodologia de historia oral é, além disso, a sustentação de nossa investigação a partir da reconstrução das memórias individuais e coletivas. A memória construída, deste modo, se constitui como fonte em potencial deste estudo, junto com ampla documentação, que nos serve como primeira fonte para o reconhecimento do tema. As fontes orais, escritas e as imagens que atuan como sustentáculo de nossa análise se apresentam, em diálogo permanente e ajudam a condução de nossa investigação. O depoimento oral, comprendido

[4] Até então realizamos entrevistas com Eduardo Costa, José Fernando de Souza Verani, Airton Fischmann, Claudio Marques da Silveira.

[5] AMARAL, C. do. Entrevista, 2001; João Baptista Risi Jr., 2000; J. F. Verani, 2001; Becker, R. 2002; Quadros, C. , 2001, Projeto: A História da Poliomielite e de sua Erradicação no Brasil; Cunha, F. Projeto: Memória da Tuberculose no Brasil, 1987.

como fonte oral, vem se incorporar às fontes tradicionais e aos fatos, minimamente comprovados, às versões distintas de uma determinada prática social ou de um acontecimento, não significando uma exaltação biográfica e sim uma construção histórica, e sobretudo crítica.

No que se refere às memórias individuais e a possibilidade de análise no âmbito coletivo, apontamos que por tratar-se de um processo social, a memória se consolida na narrativa individual e pode ser apontada como referencial para as práticas sociais. A vacinação e todas as práticas que a envolvem (científicas, técnicas, institucionais, políticas...) se cacterizam também como práticas sociais sendo importante a reconstução dos fatos através da memória e da narrativa.

Além destas características, destacamos como ponto singular da história oral a omissão, já que as representações erigidas sobre o passado são ajustadas às identidades do presente que direcionan as lembranças e as narrativas, que são seleccionadas de modo intencional o não[6]. A relação e o diálogo estabelecido entre o entrevistado e o investigador é um fator, também, importante neste proceso que se caracteriza pela construção de narrativas e trocas entre eles[7] (Portelli, 1997). A narrativa se constitui como uma forma de organização da memória, que além disso, individualiza o discurso mantendo a memória coletiva como uma referência e não como um padrão de igualdade[8].

Ao longo das entrevistas percebemos que os presupostos históricos da vacina antivariólica estão presentes em algumas das narrativas valorizando as concepções sociais a ela associadas, principalmente com relação a Revolta da Vacina. A experiência brasileira, as conquistas técnicas, além do uso da agulha bifurcada, a construção de conceitos acerca da vigilância epidemiólogica e a criação de instituições, foram descritos pelos entrevistados, sempre associando-os a suas experiências posteriores no Brasil ou em outros países.

Alguns destes entrevistados, como já dissemos, continuam trabalhando nestes serviços, estando suas memórias envolvidas pela prática, pelas questões do presente e

[6] THOMSON A. "Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias". *Projeto História: Ética e história oral*. 15: 51-84, 1997.
[7] PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*: *Ética e história oral*, 15: 13-33, 1997.
[8] MONTENEGRO, A. "Padres e artesãos: narradores itinerantes". *História Oral*, 4:39-54, 2001; Thomson, op. cit.

mesmo, pelas projecões que fazem para o futuro, às vezes contradizendo alguns de seus presupostos que vão sendo repensados.

Neste sentido, o sanitarista Eduardo Costa nos disse que:

> *"Eu, naquela ocasião, fazia críticas a isto, ainda que trabalhasse sabendo que haviam outras prioridades ... A grande oposição à esta questão ocurreu na Índia. As campanhas verticais ... Me recordo que fui contra a campanha vertical e ensinei isto na Escola Nacional de Saúde Pública. Porém depois, quando fui Secretário de Saúde fiz o oposto, pois vi que era muito importante o vertical de novo. É o seguinte: a gente não tem direção reta ...*[9]

A 'direção reta' a que se refere Costa e que nos não temos são, em outras palabras, as reflexões que o presente nos impõe e que a visita à memória, às vezes, nos aponta.

Estas entrevistas nos mostram, ainda, as experiências de algums profissionais na Índia e África através da OMS. Verani, que também trabalhou na campanha de erradicação da varíola, nos relatou algunos aspectos de seu trabalho com as populações nômades, destacando questões sobre a epidemiologia e a representação da doença entre estes povos. Trazendo suas questões, indaga:

> *"? Quais são os contatos destes nômades? Quais forão os lugares por onde ele passou? Para onde foi? Você teria que ir com ele? E nós íamos com ele, andávamos com a tribo. Aquela tribo que tem um caso ou dois, vai ter mais. E normalmente teria, porém você teria que acompanhar durante quarenta dias onde aquela tribo ía ... não podia impedí-los de andar, não é? Acabou a plantação naquele lugar? A chuva está em outro lugar ... Eles olham as núvens ... – É lá que vai chover amanhã ... Então, guarda tudo e vamos embora. Começa tudo, caminham quarenta, cinquenta quilômetros ...* [10].

Neste sentido, é importante perceber como esta experiência originou uma nova estratégia para a vigilância epidemiológica direcionada para estas populações que, por suas mudanças permanentes, dificultavam o trabalho dos especialistas e dos vacinadores. Outra questão singular, narrada por este entrevistado, diz respeito às concepções do hinduismo

[9] Costa, E. Entrevista, fita 1/ lado B. Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, 2004.
[10] Verani, J. F. Entrevista, fita 2/ lado A. Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, 2003.

sobre as doenças, em particular a varíola, o que também teve uma influência muito grande sobre este trabalho, porque:

> *"a varíola era uma doença de proteção, a deusa conferia uma proteção. Não só isso. As pessoas usavam aquilo para estender a proteção. Não queriam se vacinar, estavam em íntimo contato, usavam a variolização. Até isso é muito interessante, esse aspecto, não era só para se proteger, essa prática da variolização. Na Índia, no hinduísmo, ela depois de um tempo é praticada para se dar a proteção da Shitalamaya"*[11].

Ainda sobre as crenças hindus, Verani acrescentou que "a única doença que os hindus não cremavam era a varíola. Quem morria de varíola não era cremado, era jogado no rio Ganges. (...) Todas as outras doenças, qualquer outra causa de morte, era cremado[12].

Esta experiência traz uma reflexão de Verani, diante da aproximação das ciências sociais e da saúde pública. Para ele,

> *"A varíola, também, além de tudo que a gente falou, em termos de gerar conhecimento para a epidemiologia, para a biotecnologia, para enfim, uma série de outras disciplinas da saúde, ligadas à saúde pública, da saúde coletiva, ela também é interessante (é um campo pra se estudar isso, não é?) para a antropologia. Esse conjunto de representações, desses conjuntos simbólicos"*[13].

Várias outras questões foram abordadas nas entrevistas, inclusive as que não estão nos textos e documentos porque só vivem na memória das pessoas. Algumas polêmicas técnico-científicas também foram indicadas além dos comentários acerca dos profissionais que participaram do processo. O mais importante, no entanto, são as diferentes versões e interpretações que contrastam e nos indican que a história não se faz somente com fatos e a busca pela comprovação dos mesmos. As pessoas são partícipes da história e constroém suas identidades a partir de suas vidas e suas experiências que são narradas tendo como suporte a memória.

---

[11] Verani, J. F. Entrevista, fita 2/ lado B. Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, 2003.
[12] Verani, J. F. Op. cit., 2003.
[13] Verani, J. F. Op. cit., 2003.

A erradicação

Em 1962, o governo brasileiro organizou a Campanha Nacional Contra a Varíola, baseada nas recomendações discutidas na Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), firmando em 1966 um convênio com a OMS para iniciar a Campanha de Erradicação da Varíola, cujo programa globalizado foi oficialmente estabelecido em 1967, pela OMS[14].

O risco a que se deparavam os países que já haviam se libertado da varíola constituiu-se, na realidade, como a indicação principal para a recomendação das organizações internacionais para que se erradicasse a doença em todo o mundo. Neste sentido, a erradicação estava mais relacionada a questões econômicas destes países do que os problemas de Saúde dos países onde ainda havia a doença.

Desde 1920, a maioria dos países da América não apresentavam mais a varíola endêmica, somente registrando-se casos isolados e surtos até a década de 1950. No México, Colômbia e Peru, por exemplo, ocorreram grandes epidemias no início da década de 1940, o que levou a realização de campanhas de vacinação e a extinção da varíola nestes países[15]. O Brasil foi o último país das Américas a erradicar a varíola, apresentando ainda na década de 1960, casos de varíola *minor*.

A Campanha de erradicação foi muito debatida já que era baseada na vacinação em massa. Um dos sanitaristas brasileiros, que trabalharam na Campanha de erradicação da varíola no Brasil, Eduardo Costa, contestou as campanhas em massa afirmando que poderia provocar reações adversas. Ele nos disse que:

> *"(...) em quase todo Brasil, não só a taxa de mortalidade da varíola – que era só minor – era muito baixa, como a incidência era muito baixa. Nós tínhamos uma vacinação desorganizada, mas tinha muita vacinação feita no país. Então a doença não corria com grande problema assim.(...) A vacina, se você fazia em massa, se você for fazer a contabilidade, só as reações adversas da vacina iam causar mais doença do que a varíola ocorrendo como estava"*[16].

Mesmo diante de diversas discussões, a erradicação da varíola foi alcançada em todo o mundo. No Brasil, o último caso da doença ocorreu em 1971 e a experiência com a

[14] GAZÊTA, A A B. *A Campanha de erradicação da varíola no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ CCS/ NESC, 2001.
[15] FREDERIKSEN, H.; MUÑOZ, N. T. e MOLINA, A. J. *Boletín de a OSP*. Ano 39, Vol. XLVIII, nº 3, p. 207-215, mar. 1960. ; FENNER, F. (et. alli), op. cit, 1988.
[16] Costa, E. Entrevista, fita 1/ lado A. Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, 2004.

implantação do Programa de Erradicação possibilitou o desenvolvimento de conceitos, métodos e técnicas de vigilância epidemiológica, que posteriormente, foram aplicados em outras campanhas de controle e erradicação de doenças infecciosas. O termo vigilância epidemiológica, até a década de 1950, referia-se somente ao acompanhamento das pessoas que poderiam contrair a doença por haver tido contacto com doentes. Este conceito sofreu mudanças e passou a incluir a observação contínua, não só da distribuição, como da tendência da doença. Na década seguinte a OMS ampliou mais o conceito e incluiu as idéias de investigação epidemiológica na prática de vigilância, abarcando o diagnóstico, a prevenção e o tratamento nas atividades de registro e análise de casos [17].

O conhecimento adquirido através da experiência da erradicação da varíola orientou, também, a organização, no Brasil, de Programa Nacional de Imunização (1973) e do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (1975), englobando diferentes enfermidades (poliomielite, difteria, tétano, tuberculose), cada uma apresentando uma especificidade correspondente a uma lógica e técnica distintas, algumas com a expectativa de controle e outras cuja preocupação está na erradicação.

[17] SOPER, F. L. "El concepto de la erradicación de las enfermedades transmisibles". *Boletín de a Oficina Sanitaria Panamericana*. Anão 36, v. XLII, nº 1, p. 1-5, ene. 1957; VERANI, J. F. de S. *A vigilância epidemiológica na erradicação de doenças: o caso da varíola e da poliomielite*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ENSP/ Fiocruz. 1991; VIGILANCIA de la viruela. *Boletín de a Oficina Sanitaria Panamericana*, ano 53, v. LXXVI, nº 3, p. 170-171, mar. 1974; VIGILANCIA de la viruela. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, ano 58, v. LXXXVI, nº 1, p. 77-78, jan. 1979.

Comunidades de Manguinhos: a utopia do projeto urbano

Tania Maria Fernandes, taniaf@coc.fiocruz.br.
Renato Gama-Rosa rgrc@coc.fiocruz.br
Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Palavras-chave: Favela, Urbanismo, Habitação.

Introdução

Este estudo está inserido no Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS/ Manguinhos) que vem sendo desenvolvido, desde 1999, pela Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, junto às comunidades territorialmente circunvizinhas ao *campus* da instituição, no bairro de Manguinhos, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A relação da Fiocruz com estas comunidades envolve vários projetos que incluem atividades de pesquisa, atendimento à saúde e ensino. Neste projeto especificamente, estabeleceu-se conexão com o Programa de Vocação Científica (PROVOC), instituído desde 1986 na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da própria Fiocruz, que busca aproximar alunos de ensino médio da pesquisa científica como forma de aprendizagem e produção de conhecimento [1].

A perspectiva acadêmica neste projeto se consubstancia na inter-relação de ciência e desenvolvimento participativo considerando as dimensões política e acadêmica desta relação a fim de construir uma síntese do sistema sócio ecológico de Manguinhos, na perspectiva de implementação de processos de questionamento e possível intervenção a partir da identificação com seu espaço e sua história.

O recorte desenvolvido por nós pesquisadores da área de história e urbanismo, no âmbito deste projeto, trata da "História de Pessoas e Lugares", e envolve uma equipe que se constitui de três alunos de ensino médio, duas agentes comunitárias e um estudante universitário da área de história. Esta equipe vem realizando uma pesquisa histórica com análise de documentos e principalmente a constituição de entrevis-

[1] FERREIRA, C. A. "Concepções da Iniciativa Científica no Ensino Médio: uma proposta de pesquisa". *Trabalho, Educação e Saúde.* v.1, nº 1, 2002, p. 115-130.

tas com moradores das comunidades, tendo como questão central as problemáticas urbanísticas, ambientais e sociais, historicamente vinculadas à áreas de grande exclusão social e violência urbana, sendo palco nas últimas décadas de disputa pelo tráfico de drogas e do crime organizado.

Manguinhos no contexto da história urbana e da história oral

Novas preocupações com a história dos espaços urbanos e a estreita relação do homem com os meios de produção e o ambiente construído, se revelaram durante as duas guerras mundiais, dado o interesse pela geografia e pela história das técnicas que ressalta as transformações ocorridas nas estruturas urbanas a partir do século XIX, associadas ao desenvolvimento da industrialização e do capitalismo [2]. Os termos interior e periferia, cidade e campo, centro urbano e subúrbio, urbano e cidade, cidade e anticidade, passam a ser freqüentemente utilizados para distinguir os novos e diversos tipos de assentamentos urbanos, distribuídos em escalas territoriais e locais.

Para o geógrafo Roncayolo [3], o urbanismo, enquanto ciência, seria fruto de um conflito político, a partir da crítica à construção da cidade contemporânea, reconhecendo este como um campo de forças, onde as práticas sociais revelam tensões, oposições e contradições em busca de um equilíbrio nunca realizado. Trazer estas noções para a contemporaneidade das comunidades de Manguinhos nos parece extremamente oportuno.

Neste sentido, o estudioso das cidades, B. Lepetit tentando responder à complexidade da cidade e de sua relação com o espaço, o tempo e o homem, ressaltava o papel dos atores individuais na nova história urbana, contribuindo, assim, para a formulação de um novo conceito em história que ele chamava de *a dinâmica experimental dos atores sociais e de suas trajetórias* [4] .

---

[2] CERTEAU, M. D. "A operação histórica". LE GOFF, et alli. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. MUMFORD. L. *A Cidade na História*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.
[3] RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Gallimard, 1997.
[4] LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Os atores e suas trajetórias se tornam relevantes para os estudos históricos contemporâneos, onde a história oral assume um papel fundamental. Neste estudo especificamente, esta possibilita a implementação de processos de questionamento e possível intervenção dos atores, onde se incluem os agentes moradores da área, a partir de sua identificação com seu espaço e sua história e do reconhecimento das diversas versões possíveis de serem estabelecidas onde se mesclam lugares, pessoas, idéias e ideais.

Questões gerais

A área em estudo é formada por 11 comunidades, com uma população de mais de 50.000 habitantes. É considerada hoje como a segunda região mais poluída do Rio de Janeiro, cortada pelos rios Jacaré e Faria Timbó e pelo Canal do Cunha, responsáveis por grande parte da poluição da Baía de Guanabara, uma vez que a rede de esgoto é extremamente precária e os dejetos são neles lançados *in natura*.

A história da constituição destas comunidades é em grande parte, fruto das políticas habitacionais implementadas na cidade do Rio de Janeiro, com deslocamento de populações, principalmente da zona sul, para áreas menos valorizadas da cidade, envolvendo as três instâncias: municipal, estadual e federal, ao longo de um século. Verifica-se também forte contingente populacional proveniente de outras comunidades onde ocorreram incêndios ou inundações, além de migrações do nordeste brasileiro.

É possível identificar quatro momentos marcantes da origem destas comunidades, relacionados com a própria história urbana do Rio de Janeiro, quais sejam: 1901 (Parque Oswaldo Cruz / Morro do Amorim); 1941 (Parque Carlos Chagas); 1951 - 1955 (Parque João Goulart, Vila Turismo, CHP-2/ Democráticos, Vila União); 1990 - 2002 (Conjunto Nélson Mandela, Conjunto Samora Machel, Mandela de Pedra, Conjunto Samora II / Embratel, Comunidade Vitória de Manguinhos / Conab).

A denominação de favela anteriormente relacionada a estes espaços é hoje um ponto de discussão, tanto entre os estudiosos, como para os moradores e o próprio setor público. Para uns refere-se a um tipo específico de construção e ocupação de espaço urbano, irregular e fora dos padrões de racionalidade arquitetônica e, muitas vezes, ilegal. Para outros, se relaciona a um espaço da pobreza e dos problemas sociais a ela relacionados. O termo comunidade busca retirar, não só o teor pejorativo aplicado às favelas como, dissolver a diversidade de questões sociais a elas vinculadas [5]. Esta mudança de terminologia não altera, no entanto, o cerne do problema, permanecendo no cotidiano, como percebemos, nas narrativas de nossos entrevistados e mesmo na equipe de alunos e agentes comunitários. Outra questão importante refere-se à denominação de Complexo de Manguinhos pleiteada para a região, que ora se associa a uma perspectiva de articulação que visa dar maior poder e organização às comunidades no que tange, principalmente, à relação destas com os poderes públicos ou que ora teria sua origem na relação do tráfico de drogas e a polícia [6].

Os projetos urbanos para Manguinhos

Apesar de englobadas em uma única região, as comunidades em estudo apresentam particularidades referentes não só às suas origens e perfis, como aos processos de ocupação e às propostas de implantação. Com relação às políticas públicas para a área, esta recebeu diferentes projetos urbanos e habitacionais, desde a década de 1920, até o mais recente favela-bairro, previsto para implantação em 2005. A maioria destes projetos, independente de sua pertinência, não foi efetivada, contribuindo para a manutenção da precariedade deste espaço urbano.

Na década de 1920 as favelas eram percebidas negativamente, como aberrações ou doenças, não constando, inclusive, do mapa oficial da cidade. O plano do urbanista francês, Alfred Agache (1927-1930), por exemplo, referia-se a elas como "le-

[5] VALLADARES, L. "Que favelas são essas?" *Insight Inteligência,* nº 8, ago/out, 1999, p. 63- 68.

pra", indicando, portanto, sua "remoção", "eliminação" ou "destruição" e propondo a construção de vilas residenciais. Na década de 1940, algumas propostas habitacionais foram viabilizadas através da construção de três Parques Proletários (Gávea, Leblon e Caju), havendo indicações, inclusive, para a criação de mais um destes "Parques" no Morro do Amorim, em Manguinhos.

Especificamente com relação a projetos urbanos, desde a década de 1920, se previa para Manguinhos a criação de um Bairro Industrial. As propostas da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, que ali atuava desde 1922, já incluíam a urbanização de toda a área, visando atender, em parte, a este objetivo. O mesmo Plano Agache e o projeto desenvolvido por Jorge Macedo Vieira, em 1927, mantiveram igualmente esta proposta, dada a proximidade com a região portuária.

Em 1943, durante a gestão do Prefeito Henrique Dodsworth, foi apresentado o projeto do *Parkway* Faria-Timbó, como parte do Plano da Cidade do Rio de Janeiro. O *Parkway* tinha como preocupação viabilizar a ocupação ordenada, salvaguardando "os interesses dos futuros moradores da região, proporcionando o saneamento, moradia higiênica, a recreação, a economia de tempo no transporte pelo acesso fácil" [7]. A preocupação deste projeto se voltava para a tentativa de "transformar [aquela área], pelo paisagismo, num dos mais atraentes subúrbios cariocas, desde que orientadas por um plano de conjunto, e obedecido na expansão natural do uso, o aproveitamento racional dos terrenos" [8]. Ao contrário do que se queria para Manguinhos – "uma zona digna de figurar entre as melhores urbanizadas" – o processo de ocupação, intensificado a partir dos anos 40, transformou-a em uma das mais carentes em termo de infra-estrutura e organização espacial, ficando claro o quanto a administração pública vem relegando o projeto urbano à utopia.

---

[6] Segundo depoimentos Júlio César Soares Aragão, diretor financeiro da Associação de Moradores e Amigos da Vitória de Manguinhos e de Consuelo Guimarães da equipe do projeto e ex-moradora da área.
[7] REIS, J. O. "Notícia sobre o ParkWay Faria-Timbó". *Revista Municipal de Engenharia*. v. 10, nº 2, abr., 1943: 95.
[8] Idem: 94.

A história destas comunidades isoladamente é bastante diferenciada, inclusive internamente. O Morro do Amorim, por exemplo, sofreu duas formas distintas de ocupação, tendo uma faixa significativa situada nos limites da Fiocruz. A primeira ocupação seguiu o modelo de construção e arruamento típico dos subúrbios cariocas, com forte influência da migração portuguesa, que ocorreu no início do século XX, favorecida pela abertura da linha de trem em fins do século anterior, formando, inclusive, um núcleo à parte neste processo, pois representa um tipo de assentamento e instalação diversos das outras comunidades da região. A outra forma de ocupação, apresenta-se, ainda hoje, em processo de crescimento com características mais próximas do imaginário que se tem de favela, originada da permissão de instalação de moradias para funcionários da instituição, em seu terreno. A história de S. José de Carvalho, morador do Morro do Amorim, é emblemática deste processo, sendo sua família constituída por imigrantes portugueses e funcionários do então Instituto Oswaldo Cruz, como seu tio-avô, seu pai e ele próprio.

O Parque Carlos Chagas, também conhecido como Varginha, teve sua ocupação iniciada na década de 1940, em meio aos projetos de urbanização propostos, como o já mencionado Saneamento da Baixada Fluminense, que acabou por se resumir na retificação e aterramento do litoral, alterando a característica de manguezal, sem solucionar, no entanto, a questão habitacional. Esta área, então, começou a ser ocupada gradativamente por moradores oriundos de diversas outras regiões da cidade e de fora dela. Dona Nicolina e seu marido João Felipe dos Santos, contaram-nos sobre sua chegada: "Dava medo da gente morar aqui. Era muito mato, mato mesmo, com uns 'capinzal' grande à beça (...) não existia campo nem existia CIEP, nada, era só matagal" [9].

As comunidades do Parque João Goulart, Vila Turismo, CHP-2 e Vila União, podem ser observadas em conjunto, como já mencionamos, estando suas origens relacionadas ao fluxo de ocupação desencadeado por vários fatores, entre eles, o iní-

cio da industrialização desta área (finalmente viabilizada no pós-guerra), a geração de mão de obra barata e espacialmente concentrada, e a migração populacional de outros estados e mesmo de regiões da própria cidade, incluindo, também, a abertura de eixos viários e estradas, como a Rua Leopoldo Bulhões, a Av. Brasil, a Rio-Bahia, e a Rio-São Paulo, que possibilitaram a circulação de pessoas e mercadorias no meio urbano e, principalmente, entre os estados e municípios [10].

A implantação, no início da década de 1950, destas comunidades, a exceção da Vila União, está relacionada ainda, com as ações da Fundação Leão XIII, criada em 1946 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e pela Prefeitura, no governo de Hildebrando de Góes. Entre os anos de 1947 e 1954 a Leão XIII atuou em 34 favelas do Rio, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e rede viária [11]. No nosso caso, mais especificamente, ela teria atuado após a criação da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) pelo Governo de Negrão de Lima (1965-1971), cujas instalações passaram a ocupar o terreno da favela do Esqueleto, removendo parte de sua população para Manguinhos, que receberam moradores ainda do Caju, Praia do Pinto, Cachoeirinha, Catacumba e Rocinha, como uma estratégia de deslocamento das favelas de áreas centrais e mais valorizadas da cidade. A comunidade da Vila União surgiu em 1955, em torno dos conjuntos habitacionais financiados pelo governo federal, para os funcionários da Casa da Moeda e os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Este tipo de ocupação, em torno de outros conjuntos habitacionais, pode ser observado na trajetória de vários outros grupos de ocupação, principalmente quando o processo é de invasão.

Na década de 1990 verifica-se outra fase de forte ocupação dessa região e cujo processo ainda não foi concluído. Os conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel foram construídos pela prefeitura, em parceria com o Governo do Es-

---

[9] Nicolina Laia, fita 1, lado A

[10] ABREU, M. de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Jorge Zahar Editor, 1987. 2ª Edição.

[11] BURBOS, M. B. "Dos parques proletários ao Favela-Bairro". In ALVITO, M. e ZALUAR, A. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

tado do Rio de Janeiro, e com verba do BIRD. O terreno foi adquirido pela Prefeitura em permuta com a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações). Por conta do risco de acidente na adutora que corta a região, que não sofria reformas desde a década de 1950, a Cedae teria, segundo alguns depoentes, pressionado as Secretarias Municipais de Obra e Habitação para que estas agilizassem o reassentamento dos moradores. Mas as enchentes de 20 e 21 de fevereiro de 1988, ocorridas no Rio e o incêndio no parque João Goulart, no verão de 1989, alteraram o processo de instalação desses moradores. A partir de 1995 se observou a ocupação, por invasão, de uma outra parte do terreno da Embratel constituindo a comunidade Mandela de Pedra. E mais recentemente, 2001, temos acompanhado a formação de outra comunidade neste mesmo terreno, denominada Samora II.

A última comunidade a ser criada foi Vitória de Manguinhos, em 2002, fruto de invasão dos galpões abandonados da antiga CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), situada em frente à sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Tal invasão foi comandada pelos moradores da Comunidade de Mandela de Pedra, localizada na calçada oposta da rua Leopoldo Bulhões.

Considerações finais

A expectativa do Programa DLIS/ Manguinhos é de que o estudo histórico desenvolvido por esta equipe busque identificar os processos de formação de cada comunidade e o todo e a relação de suas histórias com a própria história social e urbana do Rio de Janeiro, que não vem privilegiando estudos sobre esta área da cidade. Procuramos igualmente contribuir para as discussões sobre os processos de luta de cada uma dessas comunidades por ambientes socialmente dignos.

IMAGENS QUE NÃO AGUENTAM MAIS

Tania Mara Galli Fonseca[1] - UFRGS

Às minhas alunas Fátima Ávila, Débora Coelho, Andréia Oliveira e Christiane Siegmann.

Procura de Poesia
(Carlos Drummond de Andrade, 2003)

...
Não osciles entre o espelho e a
memória em dissipação.
Que se dissipou,não era poesia.
Que se partiu, cristal não era.

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intacta.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas antes de escrevê-los.
Tem paciência, se obscuros. Calma se te provocam.
Espera que cada um realize e consume
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.

Não forces o poema a despreender-se do limbo.
Não colhas no chão o poema que se perdeu.
Não adules o poema. Aceita-o
como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada no espaço.

[1] Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/ UFRGS

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terríve,l que lhe deres:
Trouxeste a chave?

Nossa pesquisa, no âmbito da Reforma Psiquiátrica, tem nos proporcionado oportunidades de interação com a Oficina de Atividades Expressivas do Hospital Psiquiátrico São Pedro[2]. Este espaço, freqüentado por pacientes-moradores do asilo, mostra-se como uma espécie de inundação em um deserto queimado pelo raio das palavras, da ordem e da inteligência. Nele se produz um ritmo outro que se contrapõe ao dos *tic-tacs* regulares e compassados de um espaço fechado em si mesmo, cujos desdobramentos revelam a extensão do sempre mesmo horror, mantido inerte e fortemente emoldurado por linhas duras e rígidas. Ali, um *trá-lá-lá*, uma cancãozinha pode ser ouvida, constituindo-se como um muro sonoro e gestual, um filtro a partir do qual, tanto quanto possível, constitui-se um espaço interior que protege as forças germinativas de uma tarefa a ser cumprida, de uma obra a ser feita.[3] Espaço que arregimenta as forças dos corpos nele imersos e que se circunscreve como um território que, ao possibilitar a inscrição de corpos e seu "estar em casa", também pode abrir suas portas para as forças em obra que ele próprio abriga.

A Oficina a que nos referimos firma-se como um frágil ponto a partir do qual pode-se produzir uma fuga. Não mais o puro Fora como clausura, mas (in) surge a morada ou o "em-casa" como ponto de um agenciamento territorial que "sempre leva terra consigo. Ele tem como concomitante uma terra, mesmo que espiritual, ele está em relação essencial com um Natal, um Nativo"[4]. Rachaduras nos limites do hospício e, quem sabe, atenção para as loucuras do cotidiano? Para quem reflete sobre a loucura, a busca da arte parece apontar um caminho de alteridade. "Seja da arte tomada como louca pelo poder

[2] Refiro-me à pesquisa que se encontra em desenvolvimento Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar no contexto da Reforma Psiquiátrica e que conta com financiamento Fapergs.
[3] Deleuze, Gilles, e Guattari, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. V.4. São Paulo: Ed. 34,1997. p. 116.
[4] Idem, 118.

autoritário, seja do desatino tendo vez e voz na criação artística, seja da apropriação das artes pelas terapias, seja da apropriação da psicanálise pelas artes, o que se desenrola é a possibilidade de entrever os desenhos dessa interação,vislumbrar um outra arquitetura possível"[5].

Aqui, no âmbito da Oficina, a expressão corresponderá sempre a um ponto natal, nativo, singular. Oficina-território não como um meio, mas como um ato que territorializa ritmos e meios. Território que "comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário e um anexado. Ele tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domínio, limites ou membrana mais ou menos retráteis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, reservas ou anexos energéticos[6]. Espaço localizável, a Oficina, contudo, consegue sobrepor-se aos demais espaços, situando-se fora de lugar, *espaço do fora* que, segundo Foucault[7], é onde se desenrola a erosão de nossas vidas, nosso tempo e nossa história, o espaço que nos agarra e nos mastiga". Espaço de criação, conectado com a vida em seu incessante pedir passagem, lugar de fuga do estilizado para fazer vibrar corpos medicalizados e em estado de dormência. Espaço que se caracteriza por ser um não-lugar no espaço manicomial, espaço, cuja inclinação sobre os corpos que acolhe, pode dar a ver potências onde já nada parece subsistir. A Oficina de Criatividade pode ser olhada como um espaço que, ao estar em relação com outros lugares, produz, contudo, uma suspensão e inversão de um conjunto de relações que se acham nela refletidas. Espaço de resistência no sentido de criar atalhos e desvios por onde o discurso que determina a verdade do sujeito não entra. Espaço com cheiro de recusa a uma gorda saúde dominante e, portanto, resistência aos modelos hegemônicos de viver. Espaço clínico que busca no informe dos corpos empanturrados por violentos venenos, algo referente a uma espécie de jejum, uma espécie de uma nova dieta que converte o moribundo do sistema técnico-científico em embrião de outras possibilidades. E que também converte aquele que trata e cuida em outra coisa que não cabe apenas na inteligência Psi.

---

[5] Antunes, Eleonora e outras. Psiquiatria, loucura e arte. São Paulo: Edusp, 2202, p.23..
[6] Idem.ibidem, p.120.
[7] Michel Foucault/ De outros Espaços. Conferência proferida no Circle d'études architecturales/Paris - 1967

Haveria ainda passagem a fazer desde este poder sobre a vida para afirmar o poder da vida? Como, do fundo de tanta impotência, retirar a potência? Poderíamos, neste caso radical, buscar aprender que potência e impotência não se opõem, mas se completam e reforçam mutuamente? Sustentar-se-iam as palavras de Nietzsche de que é do fundo de nossa impotência que extraímos nossa potência superior e de que o mais assustador pode trazer em si o mais promissor? Poderíamos pensar os corpos cansados como ainda não esgotados na busca de si e em sua própria duração? Que trilhas eles poderiam ainda percorrer no espaço que lhes foi barrado de passar e fazer passar? Pode-se ainda extrair *uma vida* daquelas formas marcadas pelos golpes da cura que caracterizaram o seu viver? O que resta, ali, para que se possa encontrar uma saúde no sofrimento? O que ainda poderiam estes corpos que não agüentam mais e precisam defender-se do que é mais grosseiro e que tende a fazê-los sofrer na calma inércia? O que podem estes corpos quando olhados desde o regime do sutil, quando olhados naquilo que neles se move e conecta-se ao seu próprio desenvolver-se? O que podem os corpos quando olhados desde o seu impossível?

É certo que não pretendemos glorificar a função da atividade de criação e tampouco o espaço-Oficina aqui caracterizados. Contudo, entendemos que se referem a um modo de subjetivação cujo eixo encontra-se na positivação do negativo, na afirmação do simulacro engendrada por um tipo de olhar que sustenta os corpos dos usuários e os afeta, Não se refere, portanto, a um olhar-massa, que arremessa um grande lençol uniforme sobre seus diferentes corpos. Trata-se de um espaço-tempo que nutre possibilidades de um olhar vibrátil, que busca a singularização e concede autoria. Olhar-aranha, que pousa sobre o objeto ou sujeito fazendo-se “simpático” , ou seja, capturando-lhe a inspiração, penetrando-o com os olhos de dentro. Olhar que concilia a inteligência com a intuição da qual se desvinculou, em nome da ciência e da previsibilidade, e que, nesta operação estabelece a possibilidade de um regime de práticas expressivas que é captado e regido pelos afectos do corpo-aranha, corpo-sem-órgãos dos usuários, informes, mas potentes para dar passagem às forças que tensionam suas molduras.

Poderíamos, assim, pensar como próprio dessa Oficina um modo de produção de uma arte figural, própria de uma estética do

simulacro feita de imagens não cerebrais, como expressões que ultrapassam a representação das coisas como imagens percepcionadas?

Na série fotoetnográfica[8] que buscamos fazer acompanhar as idéias deste texto, encontramos, talvez, possibilidades de uma experiência que não se refere a cair na materialidade das obras e sim de observarmos cada uma delas como um mergulho no caos, um mergulho no plano de forças dos afectos com os quais o mundo é constituído. Trata-se de pintar as forças do tempo, as sensações do tempo como fluxo nos corpos. Trata-se de uma pintura não preocupada em representar objetos percebidos, mas que busca no vazio do tempo a potência de novos objetos. Arte voltada para os afectos do tempo, arte-pensamento que difere da arte-inteligência. Arte do vazio, espécie de contorno depois da explosão, arte que resiste ao esquecimento imposto pelos muros psiquiátricos, arte-testemunho de um desamparo absoluto e de uma longa história de normalização do anômalo. Registros feitos com o olhar de dentro, mas dentro de uma força de criar mesmo frente à maior adversidade. Imagens de resistência, imagens eternizadas por um sofrimento que nunca cicatriza, por um vazio jorrante cujo magma é absorvido pela obra, como uma espécie de curativo do vazio[9]. Arte destinada a estilhaçar-se em mil e uma noites de sentido, destinada a ser pó, poeira para fazer germinar mil novos mundos e devires. Artepensamento adentrando no vazio, no caos, naquilo que nunca

[8] Série de fotografias digitalizadas obtidas pelo antropólogo-fotógrafo Luis Eduardo Achutti em outubro de 2004 junto à Oficina de Criatividade Nise da Silveira do Hospital Psiquiátrico São Pedro. A composição e o movimento seqüencial das imagens permitem a composição de uma narrativa imagética das atuais e relações entre Arte e Loucura no contexto de um manicômio fundado no século XIX e cuja trajetória histórica foi e está sendo atravessada pelos modelos de trabalhar a loucura e que no momento se estrutura sob o nome de Reforma Psiquiátrica, caracterizado como anti-asilar e descentralizador. A abertura da série fotográfica é dada, segundo a sutil escolha de Achutti, pela faixa de contenção utilizada no manicômio para casos de agitação psicomotora. Esta faixa se transfigura pelo bordado de uma paciente esquizofrênica que a recobre de cores e pontos, grafando-a com uma nova escrita e um novo modo de utilizá-la: de uma função inibidora e constritiva, a faixa torna-se suporte especial para expressar novas sensações e novos devires. Torna-se arte. O atual modelo psiquiátrico em vigor no HPSP, de acordo com os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), problematiza o modo hospitalocêntrico de tratar e cuidar dos loucos e afirma a necessidade de restituir-lhes condições de atendimento no seio de seus próprios territórios existenciais. Devem ser apoiados por uma rede integrada de serviços (desospitalização) e focados para além do estigma da doença (integralidade), como portadores de sofrimento psíquico que necessitam ser percebidos e acolhidos como existências em sofrimento, e cuja recuperação deve abranger TODOS os aspectos de sua vida cotidiana e não se fixar exclusivamente em sua medicalização com vistas ao esbatimento sintomatológico.

[9] Passeron, René. Por uma Poïanálise". In: Sousa, Edson e outros. A Invenção da Vida – Arte e Psicanálise. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001..

termina, que sempre existiu e sempre existirá. Arte da complicação cujo estado refere-se ao de um tempo ainda não cindido, tempo-massa - delirante e onírico -, que engendra um regime de práticas que quebra os contornos do humano que nos habita e nos lança no plano dos puros afectos, fazendo-nos ver que quando deixamos de inventar novos afectos, podemos morrer, pois a produção de afectos é exatamente a efetuação da vida, é a vida experimentando existir em dada forma e estrutura. Cessar a produção de afetos corresponde a morrer por dentro, corresponde à suspensão da própria prática do inconsciente, esgotamento do espaço-tempo, fechamento dos possíveis, estriamento total, lá, onde no plano, visualizava-se um ilimitado e sem direção, plano liso complicado mas, no momento, interditado pelo esgotamento de suas possibilidades de curso.

É nossa intenção oferecer, aqui e agora, um dispositivo que auxilie a problematizar o processo de subjetivação como produção de um estado de arte. Nosso objetivo, a partir das primeiras colocações relativas à produção de um estado de arte no âmbito da Oficina de Atividades Expressivas do HPSP, agora se inscreve no âmbito da estética da recepção e pretende voltar-se à posição do espectador,desreificando-a, e colocando-a na posição de agente, terceiro termo que age a forma na matéria[10]. Queremos situá-lo como corpo-de-passagem, superfície de inscrição de afectos em ato de agenciamento de todo o seu passado e de seu devir; corpo agenciado pelo Fora que o habita e que deglute suas dobras , produz outras no regime do finito-ilimitado. Desdobragens-dobragens do emaranhado inumano que se configura de modo efêmero para agir novas formas para além do humano. Corpos-acontecimento que podem "atingir o singular estado de arte sem arte", como nos diz Lygia Clark[11]. Corpos que se abrem para um certo estado em que "suas cordas nervosas vibram a música de universos conectados pelo desejo; uma certa sintonia com as modulações afetivas provocadas por esta vibração; uma tolerância à pressão que tais afetos inusitados exercem sobra a subjetividade para que esta os encarne, recriando-se, tornando-se outra"[12].

---

[10] Lapoujade, David. O corpo que não agüenta mais. In: Lins, Daniel e Gadellha, Sylvio. Nietzsche e Deleuze. Que pode o corpo. Rio de Janeiro: Relume-Duramá. 2002. p.81-90

[11] Rolnik, Suely. Subjetividade antropofágica. In: Machado, Leila Domingues e outras (orgs). Texturas em Psicologia. Subjetividade e Política no contemporâneo. São Paulo:Casa do Psicólogo, 2001. p.11-28..

[12] idem.

Trata-se de um uso de si que opera uma vontade de potência que destoa daquela de transformar a existência corporal em veículo exclusivo de si mesmo. Ceder o próprio corpo, tornando-o veículo de forças que passam[13]. Não teria sido este o intento da pintura de Francis Bacon cujas imagens em movimentos contorcidos parecem subordinadas às forças invisíveis que se exercem sobre elas, tornando possível ascender dos movimentos às forças e listar aquelas que Bacon detecta e capta? Bacon como detectador das forças da vida, do tempo... tornar visível a força do tempo, fazê-lo sensível em si mesmo. Como fazer visíveis forças invisíveis?

Na produção de um estado de arte no espectador não se trata de reproduzir ou inventar formas, mas sim de captar forças, forças que atravessam as figurações e nelas se encarnam. Não se trata de "fazer o visível, mas de fazer visível"[14]. Trata-se de um regime de conversação com o mundo tomado pela insistência de forças desfigurantes e indomáveis. Trata-se de um combate entre o já evoluído e a evolução criadora, combate contra o organismo e que nos possibilita colocar olhos em todas as partes: no ouvido, no ventre, nos pulmões. O corpo deixa de ser orgânico para converter-se em órgão polivalente e transitório. Potência que arrasta o corpo para um outro elemento, desembaraçando-o de sua inércia e de sua materialidade. Corpos de passagem corpos desencarnados, corpos dessubjetivados, corpos abertos ao fora inumano desdobrado em eterno e efêmero. Corpo inconsciente, fora da consciência, tomado pelas ondas nervosas da sensação que o toma e nele se amplia. Tempo e espaço dilatados, onde duração e instante coexistem. Corpo do entre, habitante do intermezzo, do intervalar, do não-lugar. Corpo-alma, alma dissolvida por toda a carne, viajante do corpo, espécie de água, mar de sensações no qual apenas navegar é preciso. Marear na imanência, mudar o vertical em horizontal, construir um plano operatório sensível à exploração do espaço e a uma espécie de marcha, aos movimentos. Como espectador temos a experimentação da sensação, que não é experimentada senão no mergulho na imagem afim de aceder ao sentido que a perfura, transformando-a no oposto ao clichê e ao acabado. Mergulho que captura e detecta algo que é rebatido no próprio plano, como um movimento de retorno sobre

[13] Sant'Anna, Denise Bernuzzi de. Corpos de passagem. Ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
[14] Deleuze, Gilles. Francis Bacon. Lógica de la sensación. Madrid, Arena Libros, 2002.

a figuração para perfurá-la,vazá-la, fazê-la transbordar num rio de carne e sangue. "Entre mim e mim, entre a minha consciência e as minhas sensações, entre o pensamento e a vida, entre a poesia e o real, entre meu presente e o "outro" (inconsciente) que sou não existe já separação"[15]. "Não há fusão e tampouco dialética entre os pólos, mas afirmação de suas diferenças, permitindo a produção de uma "sinfonia de sensações incompatíveis e análogas" (Ode Marítima) e a realização em mim de toda a humanidade de todos os momentos, num só momento difuso, profuso, completo e longínquo"[16] (Passagem das Horas). Mergulho na imanência e no estado de inseparabilidade do pensamento e da consciência fora do corpo. Sensação que marca um abismo e que separa a imagem de sua significação. Possibilidade de fazer ecoar o afetivo da significação e remeter a um manancial de novos mundos, irredutíveis à unificação e à totalização e inscritos no regime da singularidade e da criação. Produção de um olhar que corresponde a arrancar a figura do figurativo, com uma intenção totalmente distinta de narrar ou representar. Olhar, aqui, implicaria no efeito de uma produção de estado corporal que faça ver a unidade original dos sentidos e que faça aparecer visualmente uma figura multisensível. Um olhar efeito de uma conexão direta da sensação de tal ou qual domínio com uma potência vital que o desfigura e o atravessa. Uma "lógica dos sentidos", dizia Cézanne, não racional, não cerebral[17].

Para Deleuze, "os níveis de sensação verdadeiramente seriam os domínios sensíveis que remeteriam aos diferentes órgãos dos sentidos; mas, precisamente, cada nível e cada domínio teriam uma maneira de remeter aos outros, independentemente do objeto representado. Entre uma cor, um saber, um tato, um odor, um ruído, um peso, haveria uma comunicação existencial que constituiria o momento *pático* (não representativo) da sensação".[18] Superação do organismo. Corpo intensivo, percorrido por uma onda que traça níveis que não qualificam a sensação que o percorre, não determinando dados representativos. A sensação como vibração, conforme nos diz Deleuze. Estado do corpo anterior à representação orgânica, vida não orgânica, porque o organismo não é a vida, é a sua prisão. O corpo

[15] Gil. José. Deleuze e Pessoa: a imanência. Revista Elipse, Lisboa: Relógio d'Água, 1998.
[16] Idem.
[17] Deleuze. Gilles. La lógica de la sensación. Madrid: Arena Libros, 2002. p.49.
[18] idem, p.48.

sem órgãos, olhos por toda a parte, corpo que não carece de órgãos mas que se define como órgão indeterminado, corpo de passagem de ondas nervosas que o percorrem fazendo-o vibrátil, corpo que perde a constância de seus órgãos e que se define pela presença temporal e provisória de determinados órgãos[19].Arrancar a subjetividade de seu solo, forçá-la a navegar em meio ao dilúvio turbilhonar do contemporâneo. Navegação sem teleologia mas não à toa! Exploração da vida desde o regime de circulação do impuro, das impressões microscópicas que põem as forças humanas em comunicação com energias que ultrapassam infinitamente o humano. Regime de dissipação infinita e permanente de forças, de que o sujeito retira as suas próprias forças para dar a volta ao infinito, criar a vida imanente, mergulhar na imanência da vida. Entrar em conivência com o mundo, produzir um banquete antropofágico feito de universos variados incorporados na íntegra ou segundo cortes a-significantes. "Devoração do homem pelo bicho", como disse Lygia Clark, dar passagem ao devir animal naquilo que nos acontece, transformação do sentimento de existir em sentimento finíssimo de viver, pois se sabe que nunca se leva cabo todo o possível, mas se o faz nascer na medida em que se o realiza. Esgotar o impossível da imagem, desconectá-la para novas conexões. Fragmentá-la, dar-lhe independência para que faça uma nova dependência e para evitar a representação, pois não significa somente que "as palavras são mentirosas; estão gravadas de cálculos e de significados e também de intenções e recordações pessoais, de velhos costumes que as afirmam, que sua superfície ao ser roçada, se torna a cerrar. Nos encerra e nos asfixia"[20]. A idéia de Nietzsche de que "os homens superiores são os que mais sofrem com a existência – mas possuem também as maiores forças de resistência"[21], coloca em questão o paradoxo da fraqueza do forte que se esforça por controlar seu grau de exposição às feridas do fora, lhe opondo uma pele dura e um sentimento hostil. Esgotar o inesgotável diz respeito, ao contrário, não ao cansaço do corpo em sua ação de realizar o possível, mas à sua potência de resistir e deixar-se agir pelas forças do fora.

Nossa intenção, finalmente, é nos referir a que o gesto artístico superior não se equivale a produzir belos quadros e músicas. Ele

[19] ibidem, p.54.
[20] Deleuze, Gilles. El agotado. Revista Confines, ano 2, n. 3, Setembro/1996, Buenos Aires:La Marca. p.104.
[21] Nietzsche, F. Fragmentos Póstumos. V.X, p.67.

refere-se à produção de uma bela vida, a uma estética da própria existência. A vida como obra de arte.

Caberia, pois, a questão: em que medida os dispositivos criados e implementados pela Reforma Psiquiátrica, atuam no meio social e agem na geração de meios para que o inconsciente possa se autoproduzir? O que significa acolher o louco e a sua loucura senão acolher a prática do inconsciente?

DO CASTIGO AO PRÊMIO: CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NUMA COMUNIDADE DO INTERIOR (1940-1970)

Tânia Mara Pereira Vasconcelos* - UNEB

No mundo ocidental, a infância vista pelo olhar adulto, aparece como a fase das paixões, do predomínio do corpo sobre o espírito, do instintivo sobre o racional. Daí a caracterização pejorativa das coisas consideradas infantis.

Até meados do século XVII, a filosofia e a teologia manifestam um verdadeiro horror à infância. A associação da criança com o mal está presente nos discursos de vários teólogos cristãos, sendo Santo Agostinho o principal representante desse pensamento que, segundo Elizabeth Badinter, teria inspirado outros pensadores, exercendo uma forte influência na pedagogia. Segundo essa concepção, "a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original".[1] A Redenção passaria, necessariamente, pela luta contra a infância, vista como um estado negativo. A educação teria, nesse sentido, o papel primordial de reprimir a natureza corrompida da criança.

Philippe Ariès discute como o progresso do sentimento da infância está relacionado à transformação da escola e do colégio, "que na Idade Média eram reservados a um pequeno número de clérigos e misturavam as diferentes idades dentro de um espírito de liberdade dos costumes" [2] se tornando, no início dos tempos modernos, instituições fechadas, nas quais as crianças passam a ser rigidamente disciplinadas e enclausuradas, com o propósito de afastá-las do mundo adulto. A escola passa a ter a preocupação de educar, tanto quanto instruir. Essas transformações, que se iniciaram por volta do século XIV, na Europa, se baseiam em duas novas idéias: a noção de fraqueza da infância e o sentimento de responsabilidade moral dos mestres, que passam a ter também a função de inculcar virtudes, formar os espíritos.[3] A vigilância constante e os castigos corporais se constituem parte indispensável desse sistema disciplinar. Badinter

* Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Especialista em Teoria e Metodologia da História - UEFS. E-mail: taniahisto@yahoo.com.br

observa que a palavra educação - que vem do latim *educare* e significa endireitar o que é torto ou mal formado - nunca foi tão justamente utilizada.[4]

No Brasil, o modelo de escola trazido pelos colonizadores refletia os princípios da Contra-Reforma. Todo o ensino estava sob a responsabilidade da Igreja e se destinava a um limitado número de pessoas da elite dominante. Seu conteúdo caracterizava-se por um apego às formas dogmáticas de pensamento, pela revalorização da Escolástica, pela reafirmação da autoridade e pela valorização da memória.[5] No momento em que esse modelo é transplantado para cá, muitos dos seus valores estavam sendo questionados na Europa. No entanto, podemos perceber sua permanência, em parte, até recentemente em nosso país.

A ESCOLA EM SERROLÂNDIA

Serrolândia é um pequeno município do interior da Bahia, [6] localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, a 319,9 Km de Salvador, no sertão da região Nordeste brasileira. Levando em conta ser a infância um conceito construído historicamente, procuramos analisar, nessa sociedade discursos e práticas que refletem visões a respeito da criança, representadas na escola.

Na pesquisa realizada, classificamos a instituição escolar em Serrolândia, no período estudado, em três tipos: a escola rural particular, a escola paroquial e a escola pública. No presente texto, devido à exigüidade do espaço, optamos por apresentar apenas a primeira delas.

A escola rural particular surgiu provavelmente com a finalidade de atender às necessidades de aprender a “ler, escrever e contar” daquela comunidade, numa época em que o Estado não assumia nenhuma responsabilidade com a educação. Provavelmente isso ocorreu logo após a chegada dos primeiros habitantes.[7] Funcionava em casas de família, a partir da união de vizinhos, que contratavam um professor para dar instruções elementares aos filhos, geralmente por um curto período que fosse suficiente, na visão do professor, para que os alunos se “alfabetizassem” e aprendessem

a fazer “alguns tipos de contas”. O professor, na maioria das vezes era leigo e tinha sido instruído por esse mesmo sistema.

Seu José Filho, que nasceu em 1924, freqüentou a escola na adolescência, por um período de aproximadamente cinco meses. Como era considerado um aluno inteligente, depois dessa formação, já pôde se tornar professor, passando a reproduzir o mesmo ensino: “Quando eu também passei a ser professor particular (...) Da maneira que eu aprendi, que eu via os professor ensinar, dessa maneira também eu ensinava...”[8]

Parece-nos que a reprodução desse modelo de escola em Serrolândia perpassou muitas décadas, não desaparecendo com a chegada da escola pública. Exemplo dessa permanência, é o caso de Seu Edivaldo, que por volta de 1961, aos dezessete anos, freqüentou uma escola rural, com uma metodologia semelhante à descrita por Seu José Filho:

> ... aí quando eu fui pra outra escola eu tinha dezessete anos, era uma légua (...) Aí Nivaldo meu irmão, botava a farofinha na sacolinha. De pés, e era o dia todinho, estudando o dia todo, aí foi mais ou menos cinco meses e terminou a escola. Agora num tinha esse negócio... nunca fiz prova, era só aqueles livros velhos. O livro que meu pai aprendeu, meu irmão mais velho aprendeu, eu aprendi, era o mesmo livro. Aquele livro antigo. (...) Os livros ensinava a ler, escrever e fazer conta. Nesses cinco meses eu aprendi qualquer coisa e saí sabendo fazer três tipo de conta, só nesses cinco meses, porque estudava mesmo e tinha que ler e fazer conta e num era esse negócio... fazia mesmo.[9]

A falta de acesso a uma escola mais próxima, obrigava grande parte dos alunos a percorreram longas distâncias, na maioria das vezes a pé. Como a principal finalidade dessa escola parece-nos ser a de ensinar o aluno a “ler, escrever e fazer contas”, diante das dificuldades encontradas, ela deveria ser abreviada ao máximo, daí o seu caráter intensivo, funcionando o dia inteiro por um período de cinco meses apenas. A idéia de seriação era ignorada, uma vez que a forma de organização do ensino era baseada na seqüência dos livros e não em séries, não havendo nenhuma preocupação com a separação das idades, como aparece no depoimento de Seu Edivaldo: “Quem tava no ABC era tudo junto com quem já tava no segundo e terceiro (...) tinha moça, tinha rapaz, tinha pequeno...”

A indiferença em relação à idade dos alunos nos indica uma certa ausência, por parte dessa escola, do sentimento moderno de infância, ou seja, a falta de noções de psicologia infantil, que distinguem as várias fases da criança, segundo às quais a sua aprendizagem depende do nível de desenvolvimento em que se encontra.

Philippe Áries destaca a raridade, nos textos medievais, de referências à idade dos alunos, o que indica uma indiferença à idéia de idade na Europa nesse período. Somente no século XVI, se inicia lentamente nos colégios a separação das idades, com a criação das classes escolares. "Esse processo correspondeu a uma necessidade ainda nova de adaptar o ensino do mestre ao nível do aluno."[10] Essa distinção das classes, segundo o autor, indica uma conscientização da particularidade da infância.

Na escola rural que estamos analisando, a ausência da distinção de idades se reflete também na pedagogia utilizada, que tinha como base a repetição do conteúdo dos livros que eram estudados em seqüência. A progressão do aluno se baseava na seqüência dos livros e não das séries. Vejamos os depoimentos de Seu José Filho e Seu Edivaldo a respeito disso:

> Primeiro ia estudar o ABC, depois vinha a cartilha, depois da cartilha era o primeiro livro (...) aí no terceiro livro eles achava que a pessoa já tava pronta...
>
> Tinha lição, agora tinha o seguinte: se você quisesse estudar um livro todinho numa semana, você deixava aquele. Agora tinha que ler aquele todinho e recordar, se você quisesse dar duas, três ou quatro lição por dia cê dava (...) você estudava de acordo sua inteligência.

A lição talvez fosse o parâmetro utilizado para medir o nível de "inteligência" dos alunos. Como, segundo o depoente, não se faziam provas, o critério de avaliação, para que o aluno pudesse alcançar um outro estágio, era conseguir fazer a leitura seqüenciada das "lições" de um determinado livro, e assim, poder "passar" para outro. O que se chamava de "estudar a lição" consistia em conseguir memorizar o texto indicado pelo professor. Nesse sentido, a inteligência é confundida com capacidade de memorização. Vejamos o depoimento de Seu Alexandre, outro ex-aluno e ex-professor da escola rural sobre a "lição de cór":

> Porque a gente tem a lição e depois da lição tem um questionário, né? O questionário. Então vai questionar a... algumas palavras da lição anterior pra ver se o aluno meditou aquela historinha, se ele estudou. Se ele estudou a historinha do passarinho, chamava o canarinho, lá adiante perguntava: "Como chamava o passarinho?" Aí ele vai dizer que é o canarinho fulano de tal (...) eu gostava muito de lição de cór. Sempre eu gostava nisso, porque a gente meditava e desafiava, porque depois vinha a sabatina né?[11]

Parece-nos que não havia nenhuma preocupação com o tipo de conteúdo transmitido, sendo importante apenas a capacidade de memorização do aluno. A sabatina era o principal método utilizado para verificar a assimilação dos conteúdos, durante quase todo o período estudado e em todos os tipos de escola, o que reflete a permanência de uma pedagogia tradicional trazida pelos Jesuítas no período colonial e que se manteve até o século XX. O incentivo à competitividade entre os alunos devido ao "desafio" que ela representava é defendido pelo depoente que, por ser considerado um aluno "inteligente" batia mais que apanhava. As "vantagens" da sabatina como um bom método de ensino, são ressaltadas por ele, que procura demonstrar também a utilidade da mistura de alunos de séries diferentes numa mesma classe:

> E sabatina é boa porque quando você chamava o aluno pra fazer, os outro já... já aprendia alguma pergunta ali aquele que respondia. Quando o menino chegava na segunda série, você acredita que o aluno já tava muito inteligente porque via os outro ali estudar, responder de cór. Eles aprendia, tá entendendo? Isso era muito importante. Como eu aprendi, muitos aprenderam.

O uso dos castigos era parte essencial de uma pedagogia que impunha a "aprendizagem" e o "bom comportamento" através do medo. De todos os entrevistados, Seu Alexandre é o maior defensor desse sistema:

> Aí o povo sabia que eu era um... um professor muito rígido, tá entendendo? Porque meus aluno tinha que estudar mesmo, e então tinha régua e tinha palmatória sim! Precisando a palmatória e a régua... mas eu não executava muito, mas só o medo que eu fazia: "Ói, quem num dá a lição hoje aqui ó, Maria Chiquinha!" Que era o nome da palmatória, tá entendendo? E a régua Maria do cabo comprido: "Ó qui Maria do cabo comprido, cuidado!"(...) E os alunos... é com aquele tipo de medo que eu fazia eles aprendia e dava lição.

O professor se orgulha do seu método de ensino extremamente rígido, defendendo veementemente a "pedagogia do medo". A importância dos castigos físicos, segundo a sua concepção, não está apenas em punir o aluno que erra, mas na internalização do medo por parte da classe.

Nessa sociedade rural a relação entre o professor e os pais dos alunos era muito importante e ia além do âmbito escolar, uma vez que as próprias aulas aconteciam na casa de uma das famílias, o professor fazia suas refeições também em uma das casas, o que pressupõe o estabelecimento de certos laços.

Parece-nos que a relação do professor particular com os pais se baseava numa certa cumplicidade, uma vez que os dois tinham a função de "educar" a criança. Para o professor Alexandre, era imprescindível uma conversa com um dos pais do aluno no momento da "matrícula", para que ficassem estabelecidas as regras da relação entre o professor e os alunos:

> ...pra eu tomar o nome do aluno tinha que vim acompanhado com o pai, ou com o pai ou com a mãe. (...) Aí eu conversando mais ele: "Seu Antuzo, eu gosto que o pai ou a mãe venha porque se o aluno desobedecer e eu passar um bolo nele ou dar um castigo ele pode chegar em casa chorando (...) E qualquer coisa que o senhor não achar bom, aí o senhor diz: 'Oh, Alexandre, meu aluno vai estudar, agora se merecer o senhor não vai bater'. Eu não aceito, porque vai dar mal exemplo aos outro".

A figura do professor é dessa forma comparada à figura do pai:

> Eu mais o pai combinava assim: estando na casa do pai era o pai, estando na minha casa o pai era eu. Então... eu nunca bati um menino de chegar e o pai vim contra mim, dizer: "Alexandre, porque você bateu meu filho?" Não, eles dizia assim: "Você bateu pouco (...) que o professor é um pai" (...) Porque eu conversava e ficava bem explicado e ele ia pagar o dinheiro, como pagava, e pagava era pra estudar e não pra brincar.

A cumplicidade entre pais e professor na "educação" da criança se baseia numa concepção tradicional, segundo a qual para o seu bem é necessário exigir-lhe sacrifícios, corrigi-la nos mínimos erros. Mary Del Priore comenta a naturalidade dos castigos físicos como forma de educar as crianças, no período colonial. "A correção era vista como uma forma de amor." Nos sermões dos padres jesuítas o mimo dos pais, e principalmente das mães para com os filhos era combatido e considerado como o responsável pelos desvios de conduta. A partir da segunda metade do século XVIII, com a instituição das Aulas Régias, a palmatória passa a ser o principal instrumento de correção.[12]

O professor deveria prestar conta do seu trabalho, mostrando os resultados, ou seja, o adestramento da criança. Para isso, o professor Alexandre, todos os meses visitava os pais dos alunos:

> Como eu fazia visita aos pais (...) o professor ia dormir na casa de fulano, pra saber a obediência do aluno, se melhorou lá com os pais, se ele tava sendo obediente, se ele tava achando diferença da escola. Se depois que ele colocou na escola, se o aluno tava adiantado (...) eles tinha que ler uma historinha e papai tinha que escutar, pra saber se o dinheiro que ele estava pagando se era bem pago.

Nesse sentido aparece o "ideal civilizador" da escola. A função de disciplinar a criança era considerada talvez mais importante que a de instruir, daí a necessidade da vigilância constante do professor, que não se restringia apenas ao momento das aulas. O controle disciplinar estabelecido sobre os alunos se estendia também à hora do recreio, na qual estes não podiam sequer escolher as suas brincadeiras preferidas, sendo controlados pelo professor todo o tempo:

> A brincadeira da gente não era a brincadeira de recreio, de pular. Tinha o campinho de bola. (...) Eu achei que era bonito demais os aluno tudo pra fazer gol, tá entendendo? As mulheres ia fazer rodinha de verso, mas eu num aceitava... elas tinha que saber qual é a brincadeira, já me dizer: "professor eu vou... a nossa brincadeira hoje é essa." Aí eu já escrevia: brincadeira fulana de tá... da série fulana, sicrana, sicrana e se num brincasse eu mandava sentar no fundo lá da sala. E se fosse brincar tudo, aí eu ficava corrigindo as brincadeiras, quem brincava certo, quem não. (...) Eu estava corrigindo o recreio.

A vigilância também se estendia ao "recreio". É provável que a preferência do professor pelo jogo de futebol, se deva à possibilidade de exercer uma maior disciplina sobre os corpos, mesmo fora da sala de aula. No caso das meninas era necessário que o professor estivesse informado sobre o tipo de brincadeira, que deveria ser apenas uma para cada série, para que assim ele pudesse controlar melhor os passos dos alunos.

Segundo Michel Foucault, a vigilância constante se constitui uma das formas principais de exercer o poder disciplinar. "Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo."[13] Esse poder age diretamente sobre os corpos procurando tirar deles o máximo de produtividade, através do adestramento.

A escola que estamos analisando se distancia do que Foucault define como um aparelho disciplinar moderno, uma vez que o poder disciplinar, diferente da simples repressão, se impõe de forma sutil, quase imperceptível, o que não corresponde à

realidade de uma escola em que os castigos físicos são a base da pedagogia. No entanto, ao compararmos as descrições contidas nos depoimentos sobre a escola rural particular, percebemos que a do professor Alexandre se diferenciava das anteriores por se aproximar mais do caráter institucional da escola moderna, fazendo parte do seu método de ensino alguns dispositivos disciplinares. É provável que essa diferença seja devido à influência da formação recebida por ele como professor também da escola pública.

Em sua escola, apesar de funcionar também o sistema de classes multisseriadas, havia uma certa preocupação com a separação das idades e das séries. Ele afirma que classificava os alunos, separando os mais jovens dos mais velhos, em diferentes turnos. Além da tradicional "lição de cór" e do uso da sabatina, havia também a avaliação em forma de provas, inexistentes no estudo intensivo dos outros depoentes. A média de tempo que o aluno freqüentava a escola era de quatro anos. O objetivo do ensino, dessa forma, não se limitava apenas a levar o aluno a ler, escrever e contar. Havia também uma grande preocupação com a formação moral do educando.

A escola aparece como responsável pela formação do caráter. Nesse sentido a necessidade do conhecimento individual do aluno se fazia necessária, daí a importância das visitas aos pais. A preocupação com a vigilância constituía-se, assim, imprescindível para a disciplinarização do educando.

---

[1] BADINTER, Elizabeth "O amor ausente" In *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. p. 55.
[2] ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro: LTC, 1981. p. 165-166.
[3] Id., Ibid. p. 180
[4] BADINTER, *Um amor conquistado,* op. cit. p. 56
[5] ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 33-34.
[6] Serrolândia foi fundada no início dos anos quarenta como povoado de Serrote, pertencente ao município de Jacobina. Tendo sido emancipada em 1962. REIS, Diomedes Pereira dos. *Serrote de Ontem, Serrolândia de Hoje.* Salvador: Press color. 1994.
[7] De acordo com Diomedes Reis o povoado começou a se formar em 1929. Op. cit. p. 16.
[8] Depoimento de José dos Santos Filho, agricultor aposentado, em entrevista gravada.
[9] Depoimento de Edivaldo Nunes da Cunha, pequeno proprietário rural, em entrevista gravada.
[10] Philippe Ariès. História Social da Criança e da Família, op. cit. p. 173.
[11] Depoimento de Alexandre Argemiro dos Santos, pequeno proprietário rural, em entrevista gravada.
[12] DEL PRIORE, Mary. *História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999, p. 97.
[13] FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 218.

Livros de História: bibliotecas e mercado editorial no século XIX

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (UERJ/Prociência/CNPq/Faperj/Pronex)

> Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha predileção...José de Alencar. *Como e porque sou romancista.*

Quando apresentei o resumo para o futuro texto integral a ser divulgado durante o encontro nacional da ANPUH, denominado *Guerra e Paz* ainda dependia de levantamento a ser feito na Biblioteca Nacional. No entanto, as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura entraram em greve e meu levantamento foi sendo adiado. Por este motivo, já que a greve continua, optei por analisar questões que atingiam os leitores do século XIX, comparando as denominadas "leituras frívolas" e "leituras sérias", mudando o enfoque que havia dado no resumo anteriormente apresentado.

A expressão "leituras frívolas" retirei de um relatório do bibliotecário e médico Ramiz Galvão quando comentava,desgostoso, as opções de muitos leitores que procuravam a Biblioteca Nacional, ao longo da segunda metade do século XIX. Era uma constatação que também pode ser avaliada através das bibliotecas de profissionais como médicos e advogados. As bibliotecas particulares deste período tinham em seus acervos folhetins, romances e textos de literatura em geral, ao lado de obras de literatura médica e jurídica. Através do registro de obras e bibliotecas em inventários pode-se constatar a existência de livros para atualização técnica, pois muitas delas compunham-se, na maior parte, de obras voltadas para utilização no exercício de suas profissões, sem que se possa desprezar, no entanto, "as leituras frívolas".

Nelas, depois do português, a língua predominante era o francês. Gilberto Freire notara que o livro francês no Brasil, na primeira metade do século, era o preferido, em detrimento do livro latino e do inglês. E a escolha recaía sobre os livros de literatura, filosofia e política, além dos livros técnicos, originais ou traduzidos. Os textos franceses eram os mais conhecidos e recomendados; daí, serem mais comumente localizados nas bibliotecas de médicos e advogados da segunda metade do século XIX. [1]

O *Jornal do Commercio*, por exemplo, divulgava títulos de textos à venda como propaganda das livrarias existentes na cidade do Rio de Janeiro. Também havia muitos anúncios de leilões de livros. Aqui também a língua predominante era o francês, mesmo nos avisos destes leilões, sobretudo durante a década de setenta. Autores como Corneille, Racine, Molière, Montesquieu, Rousseau, Benjamin Constant ao lado de Victor Hugo, Alexandre Dumas e Eugène Sue. Ponson du Terrail e Chateaubriand eram também muito indicados nas listagens. Dos portugueses, os mais comuns eram Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Almeida Garret e Luís de Camões. Na segunda metade da década, tornaram-se mais freqüentes obras em inglês e alemão: Shakespeare, Schiller, Goethe, Proudhon, Walter Scott, Dickens, Disraelli e as irmãs Brönte estavam entre os mencionados mais amiúde. Os lotes de dicionários eram cada vez mais freqüentes. [2]

Os registros mais comuns não ocupavam muito espaço do jornal. Eram anúncios pequenos com os títulos das obras; nos quais se mencionava seu caráter geral, como “obras em francês”, “livros em diferentes idiomas” ou “coleção de livros de medicina”, “escolhida livraria de todos os ramos da ciência” ou “livros diversos”. Os anúncios, no entanto tornaram-se cada vez mais especializados, e os leilões passaram a descrever, com detalhes, as características dos seus lotes, mencionando, também por exigência legal, os nomes dos antigos proprietários.

Em meados do século XIX, os currículos adotados por escolas do Rio já evidenciavam uma forte influência de autores clássicos ou franceses, ou ainda clássicos comentados por estudiosos franceses, tendência que era reforçada nos cursos universitários. Na passagem do século, esta influência se atenuou, acrescentando-se às humanidades e à gramática, cursos de ciências naturais, geografia, matemática e história, que enriqueciam e ampliavam a formação intelectual. [3]

Neste universo de leituras feitas com intenções profissionais ou escolares uma nova tendência floresceu, tal como havia florescido em Paris: o folhetim. O folhetim francês foi uma das primeiras “leituras frívolas” a ganhar adeptos no Brasil. Entre os autores mais consumidos, reconhecidos e comentados por Machado de Assis, e mais tarde por

Monteiro Lobato, havia dois que vou destacar: Paul de Kock [4] e Ponson de Terrail.[5]. Estes autores de romances e textos de aventuras, considerados pelos mais sofisticados como literatura popular e de baixa qualidade literária, foram muitos populares na França e no Brasil. Seus textos foram primeiramente publicados como pé de página ou encarte nos jornais. Depois apareciam em volumes que compunham bibliotecas particulares e eram objeto de curiosidade ou críticas. Com textos com um grande viés para a inverossimilhança e para o aventuresco atingiu um forte público, cativado primeiramente pelos fragmentos publicados nos jornais, tal como tinha acontecido na França.

Nas bibliotecas particulares muitas das obras eram coleções encadernadas do *Rocambole*, dos *Mistérios de Paris* ou outras tantas já publicadas em fascículos. No entanto, a maioria dos leitores estava concentrada entre profissionais que ainda guardavam uma formação humanista fundamentada no interesse por obras literárias mais sólidas, de origens diversas, não só os folhetins. Além dos livros citados nos inventários, em colunas e textos de jornais, nas listagens das visitas às bibliotecas públicas, em suas correspondências particulares, memórias e outros registros os proprietários e leitores desta categoria deixaram claro que os poemas, romances, folhetins e toda espécie de literatura exposta nas livrarias tinham consumidores, homens e mulheres, que eram atraídos por este objeto de consumo cada vez mais acessível no Brasil da transição do século XIX para o XX.[6]

Uma questão plausível, quanto à maior presença de livros de importância profissional nos inventários, seria associada ao fato de que romances e poesia ficarem intencionalmente de fora, porque eram interessantes para uso doméstico. Nas leituras quotidianas ou nos saraus, quando era comum ler coletivamente e em voz alta, seria natural que todos preferissem obras de literatura e poesias e não um livro científico ou técnico. Aqueles se manteriam para uso da própria família, e estes, apenas nos casos em que os filhos seguissem a profissão dos pais. Parte do acervo serviria para o lazer daqueles que não necessitavam de obras científicas, mas de textos de interesse literário.

A tendência mais marcante em inventários foi a superioridade das *Belas Letras,* seguidas muito proximamente pela *História*. Esse índice ficou próximo do apresentado ao relatório elaborado, na mesma década, por Ramiz Galvão, na Biblioteca Nacional. Abrangia apenas os anos de 1875 e 1876 e indicava, entre 4.583 leitores de 4.819 obras, no primeiro ano, a concentração de 2.124 em *Belas Letras*, e no ano seguinte, 1.842 leitores para 2.104 obras, sendo 729 de *Belas Letras*. O segundo lugar cabia aos periódicos nacionais e estrangeiros, tendo sido lidos, respectivamente, 715 e 430 exemplares naqueles anos.[7]

Nas décadas de setenta e oitenta, havia na Corte um número significativo de bibliotecas que ampliavam seus acervos através da aquisição de novas obras: a própria Biblioteca Nacional, as bibliotecas da Faculdade de Medicina, Escola da Marinha, Academia de Belas Artes, Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos Mudos, Mosteiro de São Bento, Conventos de Santo Antônio e do Carmo, Biblioteca Fluminense, Gabinete Português de Leitura, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outras mais, que tinham o número de seus leitores freqüentemente divulgados no *Jornal do Commercio*.

Por isso, as bibliotecas públicas representavam um espaço bastante procurado pelos leitores, que as freqüentavam com objetivos diversos: preparação de lições para estudantes das faculdades do Rio, leitura de periódicos, exame de obras raras e de interesse histórico, literatura de viagens, mapas e plantas. O acervo de muitas supria temas que nem sempre era possível encontrar em livrarias. Algumas potencializavam a freqüência de leitores através da criação de salas separadas de leituras, salões de conferências e outros tipos de eventos, a fim de ampliar a esfera do convívio de seus associados. Os jornais publicavam vários avisos, que serviam como informação para os leitores. Esses indicadores foram úteis para a compreensão das preferências e interesses dos possíveis clientes.

Cuidou-se, também, do conforto do leitor para atraí-lo, quando todas as bibliotecas procuravam divulgar as peculiaridades que as tornavam mais cativantes para o longo tempo dedicado à tarefa de ler. A Biblioteca Nacional, por exemplo, avisava

através de seus reclames na imprensa que fornecia papel, pena e tinta para se tomarem apontamentos, além da iluminação especial de luz elétrica por lâmpadas incandescentes no expediente entre seis e nove horas da noite, conforme o *Almanaque Laemmert* de 1893.

Mas porque a preocupação com leituras frívolas de Ramiz Galvão? Um dos administradores mais ativos e festejados da Biblioteca Nacional formou-se em medicina, mas logo após a conclusão de seu curso, dedicou-se à Biblioteca. Instalada na época à Rua do Passeio n. 48, teve toda a atenção de Ramiz que de imediato empenhou-se em criar melhores condições para seu funcionamento. Em relatório dirigido ao Imperador, em 1876, Ramiz descreve os trabalhos executados para tornar a Biblioteca um local adequado aos seus usuários, cuja freqüência, no curso de 18 meses, atingiu a cifra de 6.425 leitores, os quais consultaram um total de 6.923 obras.

> Como vê V. Ex., a freqüência do público a este estabelecimento continua a ficar aquém do que devera ser, atentas às muitas riquezas que possuímos em todos os ramos dos conhecimentos humanos. Já em relatórios passados tive a honra de chamar a atenção do ilustrado governo Imperial para este fato, e expus com franqueza as causas a que o atribuía; me é grato confessar entretanto que uma dessas causas tende a desaparecer, e brevemente não existirá mais, visto que a deficiência dos catálogos antigos vai desaparecendo gradualmente com os trabalhos de organização dos novos.[8]

Continuava com a expectativa que, mesmo depois destas modificações, o público poderia permanecer escasso, mas julgava que a explicação era simples. Primeiro, mesmo que os catálogos melhorassem, não açambarcariam a totalidade do acervo (ambição de muitos, às vezes inatingível), parte do qual deveria ainda ser acessado por velhos e imperfeitos registros e, segundo, que o pessoal que trabalhava na Biblioteca, apesar de trabalhador, não era suficiente para promover o melhoramento necessário. Acrescentava, ainda, outro problema que gostaria de superar: "... o mal local em que se acha situada, longe do centro da cidade e por assim dizer no começo de um arrabalde."[9]

Reagia de maneira indignada a certos comentários negativos que dizia existirem quanto ao número de leitores da Biblioteca Nacional:

> Por mais de uma vez se me tem pretendido atirar à face, direta ou indiretamente a odiosa comparação da freqüência do público a esta repartição e a outras bibliotecas da capital do Império, como para se fazer sentir que não é de fato causa real da escassez de leitores a carência de estudiosos: mas a verdade é, Exm. Sr., que esta comparação não pode ser feita senão por indivíduos ou de má fé ou leigos na matéria. Ninguém ignora que os estudantes das Academias existentes na Corte representam um pessoal numeroso e capaz de influir poderosamente na estatística de leitura; ora se é certo que outras bibliotecas têm a obrigação de prestar a esse pessoal os elementos de que ele carece para o preparo de suas lições diárias, também é incontestável que não é este o fim da grande Biblioteca Nacional da Corte, assim como não o é da Biblioteca Nacional de Paris, que não obstante sua imensa superioridade a quase todos os respeitos, está longe de competir em freqüência de leitores com a Biblioteca de Santa Genoveva, a cuja porta fazem cauda os estudantes da Universidade.[10]

Seu relatório prosseguia fazendo uma análise das preferências de boa parte do público pelas "leituras frívolas" (aspas minhas), novelas, poesias ligeiras e peças escandalosas, no lugar de consulta a obras de elevado padrão científico ou literário, que compunham a maior parte do acervo da Biblioteca Nacional. Os talentos sólidos e de grande seriedade seriam escassos e as obras de rara erudição pouco significariam para aquele tipo de leitor. De qualquer forma, havia outros problemas a combater. Por exemplo, as tipografias que não obedeciam à legislação que as obrigava à entrega de exemplares de sua produção para o aumento do acervo da Biblioteca. No ano do relatório, o total de obras doadas espontaneamente por indivíduos ou pelas editoras chegou a 855, contra 2.536 volumes adquiridos por compra e B. L. Garnier, D. Charnay, Cruz Coutinho, Charles Porquet e A. Trubner, inclusive revistas, novas coleções, como a Camoneana, e a coleção completa dos *Documents inédits pour l'histoire de France*.[11]

Mesmo bibliotecas importantes, como a da Faculdade de Direito de São Paulo, eram deficientes em livros científicos e outras obras necessárias ao aprofundamento de estudos, segundo queixas encontradas nas obras sobre as academias brasileiras. De qualquer forma, esses profissionais não ficavam restritos a estes tipos de consulta. Médicos, advogados e outros profissionais letrados circulavam com certa desenvoltura pelo jornalismo, pela literatura e, parecendo até uma "fatalidade latino-americana", também pela política, ampliando seus temas de leituras [12]. Tinham, geralmente, necessidade de um conjunto de obras que ultrapassavam os limites de uma biblioteca banal. A busca, nessas bibliotecas, desvelava ainda informações sobre publicações que tinham presença assídua, sobretudo teses, poesias, artigos em jornais e outros periódicos. Algumas delas possuíam uma riqueza e pluralidade que muitas bibliotecas públicas almejavam. Outras eram linearmente formadas dentro das necessidades práticas de seu possuidor.

A essas possibilidades acrescentam-se dificuldades, à medida que o livro guardado no espaço privado contrapõe-se, em situação, ao livro instalado para uso em espaço público. O primeiro pode se instalar na desordem e sobreviver. Os outros se instalavam na ordem e na classificação, que se buscava aperfeiçoar, como no caso das bibliotecas para uso público.

> Le cabinet idéal du collège jésuite dont témoignent par exemple les *Vocationes Autumnalis* du pére de Cessoles, la bibliothèque de Voltaire à Ferney, la librairie de Montaigne comme celle de Diderot exposent ces manières de gérer l'espace qu'organise la volonté de protéger, de donner à voir, de créer un lieu adapté au travail de l'esprit comme à la sociabilité. [13]

A impressão mais habitual era que a maioria dos leitores era cativado por este tipo de leitura, leve e descompromissada, e que os livros sérios tinham um público muito restrito. No século XX comentando em cartas e artigos a mediocridade das bibliotecas e a restrição das leituras preferidas no Brasil, Monteiro Lobato também volta ao tema. Muito mais grave que as "leituras frívolas", ao retratar a vida literária em pequenas cidades do Brasil, as "cidades mortas", Lobato[14] classificava-a de medíocre, dividindo a população entre alfabetizados e analfabetos, sendo os primeiros os que tinham lido os *três únicos livros*

existentes, nas imaginárias cidades: *La Mare d'Auteuil,* de Paul de Kock, alguns volumes do *Rocambole*, de Ponson de Terrail e a *Ilha Maldita* de Bernardo Guimarães.

As leituras frívolas continuavam a preponderar sobre as leituras sérias e científicas pelo menos nas avaliações críticas de alguns especialistas. No entanto, para conclusões mais fundamentadas espero analisar outros aspectos da questão que ainda carecem de investigação mais acurada e que espero desenvolver a partir de fontes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

---

[1] Gilberto Freire. *Um engenheiro francês no Brasil*. (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 276-282.
[2] Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. 20 jan 1875; 17 fev 1875; 19 fev 1875; e, 03 mar 1875.
[3] Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*. (v. 5). São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1977-78. p. 347-348.
[4] Capturado de gallica.bnf.fr/anthologie/piece.asp . Charles Paul de Kock. Nasceu em Passy, Paris em 1794 e morreu em Saint Denis, em 1871. Foi um autor muito prolífico e produziu, sobretudo, romances populares em fascículos e muitas vezes ilustrados, totalizando cerca de 400 textos, entre romances, vaudeviles e melodramas. Adquiriu imensa popularidade na França e depois também fez sucesso no Brasil. Seus textos tinham muitos diálogos e humor, chegando a ser comentado por Chateaubriand como um grande inspirador para os leitores: "Com ele pode-se rir e ter esperanças".
[5] Capturado de www.roman-daventures.info/auteurs/france/francais3.htm. Pierre Aléxis, visconde de Ponson du Terrail, nasceu em Montmeur, França em 8 de julho de 1829 e morreu em Bordeaux no dia 10 de janeiro de 1871. Considerado um dos mestres do romance-folhetim. Sua família pretendeu que ele se vinculasse à Marinha, mas Terrail optou por viver de seus textos, desde 1850. Romances mais conhecidos: *As aventuras de Rocambole, e os Dramas de Paris (1859)*, com textos reunidos em 1884. Como Kock tinha grande capacidade de trabalho, chegando a escrever, nos piores anos, cerca de trinta títulos, para muitos jornais parisienses.
[6] Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. 8 e 27 jan 1870, 13, 30 e 31 mar 1870; para o aumento das especificações, ver Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. 18 mai 1872 e 21 dez 1875: "Eneas Ponte ... honrado com a confiança do Exmo. Sr. Conselheiro José Martiniano de Alencar faz importante leilão ... com Gabinete de Leitura e biblioteca", com descrição detalhada de livros e autores
[7] Biblioteca Nacional. S. de Obras Raras. Benjamim Franklin Ramiz Galvão. *Relatório do bibliotecário da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. p. 16.
[8] Biblioteca Nacional-Seção de.Obras Raras. Benjamim Franklim de Ramiz Galvão. *Relatório do Bibliotecário da Biblioteca Nacional ... dos trabalhos executados durante o ano de 1875 e no primeiro semestre do ano de 1876*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1876, p. 1.
[9] Idem. Ibidem. p. 2.
[10] Idem. Ibidem. p. 2.
[11] Idem. Ibidem. p. 2-3.
[12] Para a ênfase na expressão "fatalidade latino-americana" na participação política, ver Angel Rama. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 111 e Gilberto Freire. *Ordem e Progresso* (v. 1). Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio/INL, 1974, 2 v, p. 204.
[13] Daniel Roche. Lumières. In: Richard Figuier (Dir). *La Bibliothèque*. Paris: Autrement, [1992]. p. 92-94.
[14] Cf. João Gabriel Rosa de Almeida. *O ingrato promotor de Oblivion: a memória da cidade de Areias acerca de Monteiro Lobato*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UERJ, março de 2004 p. 67.

Mulheres nas Tramas da Justiça Rondonense

*Tânia Regina Zimmermann - UNIPAR

Na pequena e aparentemente pacata cidade de Marechal Cândido Rondon, Oeste do Paraná pesquisei algumas práticas discursivas relacionadas com mulheres e homens envolvidos em situações de criminalidade no contexto sócio-histórico nas décadas de 60 a 90 do século passado. Nesse contexto buscou-se perceber em jornais, nos arquivos da imprensa, em processos crimes e em relatórios de polícia o cotidiano de homens e mulheres relacionados a algumas práticas normativas.

Nosso recorte temporal é marcado pela crescente ocupação da região oeste do Paraná. A (re)ocupação desta região por imigrantes brancos e de descedência européia fez parte de um projeto nacional, a *Marcha para o Oeste* no governo de Getúlio Vargas. Um grupo de empresário riograndenses, apoiados pelo governo Federal adquirem uma área denominada de Fazenda Britânia iniciando o processo de colonização no oeste do Paraná. No projeto colonizatório as elites peocuparam-se em trazer o bom agricultor. Mulheres e crianças não aparecem nos discursos, mas devem ser entendidos dentro do sujeito universal e qualificados como trabalhadores dignos, submissos, produtivos e civilizados. [i]

Nesse processo colonizador e civilizatório, era preciso fazer valer o Código Penal brasileiro de 1940 feito para classificar e qualificar as ilegalidades numa tentativa de normatizar as relações entre os indivíduos cuja motivação maior era alcançar o padrão de civilidade européia. Esta tentativa pode ser percebida nesta realidade socioistórica rondonense. Antecedendo o código Penal de 1940, fazia-se valer o código de 1890, cujo

* Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professora da Universidade Paranaense – UNIPAR, Campus de Cascavel.

discurso dos juristas estava permeado pela honra, a virgindade, a honestidade e bons hábitos.[1]

Historicizar o cotidiano de homens e mulheres através de diferentes olhares nos processos, nos artigos de jornais e na literatura é um dos caminhos para desnaturalizar papéis femininos e masculinos. Contudo, buscamos reconstruir a experiência das mulheres nesta sociedade como criadoras de sua própria história[2].

1. Pensar outra história

Sou fera, sou bicho, sou anjo e sou mulher
sou minha mãe, minha filha, minha irmã, minha menina,
mas sou minha so minha e não de quem quiser... Renato Russo (1° de Julho)

Talvez a epígrafe expresse a vontade de inúmeras mulheres que simplesmente deixaram de ser para existirem enjauladas nas identidades para elas construídas nos discursos que enfatizavam o sujeito universal. Margareth Rago expôs recentemente esta problemática da seguinte maneira:

> *Afinal, lembrando Baudrillard, se os americanos precisam ter a Disney para não perceber que são a própria Disney, nós precisamos ter a prisão para não percebermos que vivemos enjaulados nas identidades e classificações categoriais, nos esquadrinahmentos sociais, sexuais, espaciais, físicos e imaginários.*[3]

[1] Veja-se NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*. Porto Alegre : Livraria Sulina, 1973, p. 13. Veja-se também o trabalho de pesquisa de Myriam Sachelli sobre mulheres e criminalidade na realidade socioistórica de Ponta Grossa, PR. Dissertação de Mestrado, UFSC.

[2] As análises desenvolvidas por E. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa com relação a experiência humana e sua articulação com a cultura nos leva a utilização desses conceitos para a presente pesquisa. Nesse sentido citamos as obras *Costumes em Comum* e *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Joan Scott observa que *não são os indivíduos que tem experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência*. Nesse sentido as experiências são percebidas enquanto relações mútuas do cotidiano, sejam elas do trabalho, políticas ou afetivas. In: SCOTT, Joan. A Invisibilidade da experiência. In: *Projeto História*. São Paulo : EDUC, n. 16, fev. De 1998, p. 304.

[3] RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org) *Questãoes de Teoria e Metodologia da História.* Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

Assim, ao analisar o comportamento desviante de mulheres entendemos que as trangressões penais não sao atos isolados, mas como afirma Gilberto Velho são expressões de conflitos culturais entre mulheres, entre homens e mulheres, entre homens, entre etnias, entre grupos com visões de mundo distintas. Pois a existência em qualquer grupo humano dos mais variados tipos de facçõoes implica em permanente possibilidade de confrontos, a partir de tensões e divergências.[4]

Porém, nas décadas de 60 a 90 percebe-se na imprensa rondonense uma ênfase em enaltecer o município através da imagem de cidade progressista, associada ao caráter ordeiro, harmônico, pacífico e trabalhador. Contrariamente, o processo de urbanização e de adensamento populacional contribuiu para o crescimento de tensões no cotidiano da cidade e das áreas rurais. Tensões estas também nas relações de gênero e que nos são percebidas nos jornais e nos processos–crimes que envolveram mulheres nas suas tramas.

Cabe onservar que os documentos por nos eleitos são discursos, representações sociais e culturais os quais discorrem sobre os valores morais, sobre a economia e sobre o convívio-conflito social em que se inseriram aqueles que deixaram seus depoimentos. Uma reflexão relevante sobre esta questão é apontada por M. Rago quando afirma que: *(...) o documento não é o reflexo da coisa imaginada, uma transparência, mas é apenas um documento (...) : uma materialidade, uma escrita, uma interpretação, um recorte, uma leitura de alguma testemunha sexuada, determinada social, étnica, geracionalmente.*[5] Ainda sobre o trabalho do historiador com o documento Foucault anuncia uma nova proposta:

> *Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente*

[4] VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergencia: uma crítica da patologia social*. RJ.: Jorge Zahar, 1985, p. 21.
[5] RAGO, Margareth. Op Cit, p.44.

do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. [6]

2. Período eleito

Nosso período histórico eleito (décadas de 60 a 90) teve como marcas a crescente urbanização e industrialização do país que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais de homens e mulheres. Enquanto assistia-se internacionalmente a emancipação feminina, impulsionadas pela participação feminina na guerra e na reconstrução econômica dos países também a realidade rondonense era marcada pela nítida distinção entre os papéis masculinos e femininos. A este respeito lembra Carla Bassanezi:

Na família modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional.[7]

Cabe também nesta pesquisa referenciar a organização e a instauração da justiça local, pois a aplicabilidade da lei pode nos revelar como que direta ou indiretamente gerenciavam os aparelhos de manutenção da ordem. Dessa forma pensar os componentes

[6] Idem, ibidem. Veja-se também FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 2.ed. RJ : Forense Universitária, 1986 p. 7.
[7] BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo : Contexto, 2000. P.508-9.

do judiciário significa compreendê-los num processo de interação com a realidade vivenciada.[8]

O Fórum Desembargador Athur H. Gomes Filho compreende os munícipios de Entre Rios de Oeste, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon. A Comarca foi criada pela lei 5.808, de 15 de julho de 1968 sendo instalado em 1970 sendo elevada a entrância intermediária pela lei 8.280, de 24 de janeiro de 1986 após incêndio que destruiu suas instalações. [9]

3. Considerações preliminares

Ao resgatar a história local tendo gênero como uma categoria útil de análise histórica [10] busca-se trazer para o cenário não apenas o sexo frágil, mas a própria cultura feminina num amplo jogo de relações entre o público e o privado. Nesse sentido Margareth Rago observa que: *(...) o feminismo questionou a lógica da identidade e as oposições binárias que construíram a interpretação masculina do mund*o. Cabe então a nós homens e mulheres contribuir para desnaturalizar essa história. E concordamos com Rago: *Problematizar a relação estabelecida com o mundo, com o outro e consigo mesmo parece, assim, condição fundamental para que se possam abrir novas saídas mais positivas e mais saudáveis para o exercício da liberdade e a invenção da vida*. [11]

Como uma típica cidade que visivilmente se contituia em Marechal Cândido Rondon também devia estruturar-se nos moldes positivistas conservadores onde a harmonia social era o discurso dominante. No entanto, a vida em grupo não significa homogeneidade de condutas, de cultura e de valores. Os homens do comércio, das propriedades rurais e do direito interferiam na vida dos cidadãos, nas suas relações, nos seus hábitos, na sua cultura e nos seus valores.

[8] Veja-se FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro : Vozes, 1997.
[9] Material impresso sobre alguns dados históricos do Fórum.
[10] Nos referimos aqui a uma categoria de análise histórica para compreender as relações sociais e culturais entre os sexos que, segundo Joan Scott, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educaçãõ e Realidade*. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, 1990, p. 7.

Comportamentos vistos como desviantes da ordem instituida poderiam destruir a imagem da bela, ordeira e civilizada cidade do interior do Paraná. Para esta tarefa o judiciário, a imprensa e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas as regras de convívio social. O crescimento da população citadina e rural despontava para novos valores e o confronto entre o velho e o novo o que pode ser percebido em inúmeros artigos como este de agressão violenta (tiro no peito) do marido:

> *Acredita-se que este deve ter havido motivos profundos para que E. agisse como agiu, de uma maneira tão violenta e bárbara. Há quem acredita que o motivo do crime tenha sido ciúmes de sua esposa. Pelo depoimento que deverá conceder hoje, certamente o véu de mistério será levantado e se tornará conhecimento dos motivos que levaram a destruição de um jovem casal que era conhecido pela vida pacata e simples que levava.* [12]

Verifica-se neste discurso a violência e o crime como legítimos valendo a defesa da honra ultrajada. Era uma prática comum, o marido punir a mulher adúltera com a morte. Alegando em muitos casos um estado completo de privações dos sentidos, esses homicidas eram em muitos casos absolvidos. Tal fato deve-se a influência exercida pela Escola Italiana de Lombroso e Ferrero, que isentavam de toda a responsabilidade penal, o indíviduo que cometesse um crime passional. O réu era visto como um *criminoso social,* ou seja, alguém que cometeu um crime impulsionado por *motivos úteis a sociedade*. [13]

Neste outro caso a situação é vista como ridicularidade pois tratava-se de um caso que envolvia um casal de condição social inferior. Cabe observar que a determinação dos papéis ocorria também através da violência simbólica atuando aqui via a zombaria.

> *O cidadão resoveu acertar certas dúvidas com a sua cara metade. Brigou, xingou e para fazer valer a sua dignidade de homem e marido, tentou atingir sua esposa com uma tesoura. Mas como sempre acontece, os deixa disso estavam presentes e a*

---

[11] RAGO, M. Op. Cit, p. 56-57.
[12] Frente de Notícias v.01 14/11/66 a 28/02/67.
[13] Veja- se Rachel Soyhet. O Feminismo. Texto impresso.

tragédia terminou com o ator principal nas grades. Dizem que em mulher só se bate com uma flor, mas o cidadão acha que essa tese está errada, por isso resolveu mudar a ordem das coisas. Ênvez de deixar o uso da tesoura a sua cara metade, tentou ele recortar a vestido dela com consequências talvez mais graves.[14]

Segundo a ótica da sociedade respeitável e de seus dirigentes, a disseminação dos bons costumes caminhava progressivamente quando esbarrou na inserção de novos agentes sociais, dotados de ideologias distintas, portadores de novos valores e de formas de lazer próprias.

Marechal Cândido Rondon caracterizava-se como uma típica cidade germânica no oeste do estado e nas décadas do estudo muitos outros grupos étnicos vieram em busca da sobrevivência incitados por políticas públicas como a construção de inúmeros mutirões. Assim, os aparelhos destinados à manutenção daordem pública, justiça e polícia, reestruturaram os elementos necessários para ordenar o viver em grupo, transferindo parte da atenção dedicada aos imigrantes brancos e germânicos para o novo componente: a negra e o negro, a mulata e o mulato. Nesse sentido, conclui-se que crime, justiça, política e sociedade formam, um conjunto estreitamente ligado, animado por influências mútuas.

[i] No discurso de Ondy Niederauer, o sujeito universal está presente: (...) Esse agricultor, desecndente deimigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimatação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha, seria, portanto, o elemento humano predestinado a realizar a grande parte desta tarefa (...) .In:Toledo no Paraná,1992,p. 04.

[14] Frente Ampla de Notícias, edição n. 33, 4 de janeiro de 1967.

O exercício das artes de curar e o hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (1a metade do século XIX)

Tânia Salgado Pimenta - UFBA

Durante a primeira metade do século XIX, podemos observar transformações importantes no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro. Nesse período, ocorreu um processo de institucionalização da medicina no Brasil, sobretudo, com a organização dos médicos em torno da Faculdade de Medicina, da Academia Imperial, dos periódicos especializados e dos hospitais.[1] Isso foi acompanhado por algumas mudanças na legislação no sentido de garantir o monopólio do exercício médico àqueles formados nas faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro e aos que tivessem os seus diplomas de faculdades estrangeiras reconhecidos pelas escolas brasileiras.

No dia a dia, contudo, as pessoas sem formação acadêmica que costumavam oferecer os seus serviços de curar, sangrar, preparar e vender remédios podiam ser encontradas nos mesmos lugares e muitas continuavam a publicar anúncios nos jornais da cidade para irritação da elite médica.

E no hospital, considerado hoje o lugar por excelência da prática médica, como se deram essas transformações? Como ocorreu a inserção dos médicos nesse espaço e como instituíram mudanças baseadas em seu conhecimento específico e em seus interesses corporativos? Como se deu a mudança de objetivo: de um espaço para se praticar a caridade para um espaço para tratar de doentes? Escolhemos o hospital mais importante da capital, no século XIX, que era o da Santa Casa da Misericórdia, para analisarmos essas mudanças.

Acompanhando as transformações na organização do hospital, percebemos a tentativa de imposição de uma nova disciplina, com a criação de novos cargos bem delimitados e submetidos ao controle de uma nova hierarquia. Enfim, uma forma nova de fazer o hospital funcionar que não se instaurou de um dia para outro.

A análise das mudanças nas regras de funcionamento do hospital e a crescente importância da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro neste ambiente podem nos ajudar a estruturar o entendimento dessas mudanças.

Durante a primeira metade do século XIX, a reclamação sobre a procura por cuidados hospitalares ser maior do que a capacidade de atendimento era constante. Isso porque uma característica do hospital da irmandade da Misericórdia era ser aberto a qualquer grupo social. Diferente de enfermarias de outras irmandades voltadas para os próprios membros ou de outras instituições nas quais os doentes precisavam da indicação de seus benfeitores para serem internados, a Santa Casa adquiriu grande importância no dia a dia da cidade.[2]

Tentando resolver essa situação, a direção do hospital procurava contratar mais funcionários que, com o tempo, foram sendo distribuídos por novos cargos. Quanto maior o número de empregados, maiores os conflitos, que se agravavam com a grande rotatividade. Eram muito freqüentes as reclamações a respeito de indisciplina e de faltas no serviço.[3] Alguns testemunhos nos dão mesmo uma idéia de caos:

"Levamos ao conhecimento de V.Sa a representação que nos fez o Enfermeiro-Mor deste Hospital, sobre a assuada que [ocorreu] ontem no ato da ceia [...] apagando as luzes do Refeitório quebrando a louça e sobretudo faltando as suas obrigações, a ponto de falecerem enfermos sem se lhes aplicarem os Sacramentos como aconteceu na 1ª Enfermaria de Cirurgia [...]".[4]

Com o intuito de superar tais problemas, procurou-se esclarecer as funções de cada um e estabelecer regras sobre a hierarquia e o comportamento dos que trabalhavam no hospital. A princípio, regras específicas, como em 1820 para os enfermeiros que foram divididos em enfermeiro-mor, 1º e 2º enfermeiros e enfermeiros extra-numerários.[5]

Quando essas não davam conta de organizar o cotidiano, voltava-se para a elaboração de um regimento geral, como o de 1827, no qual se buscava esclarecer e delimitar as funções de cada um, a fim de "acabar de uma vez com as contínuas arbitrariedades" e "choques de autoridades".[6]

Nos artigos do regimento dedicados aos empregados, repetia-se em cada categoria que não eram consentidos "ajuntamentos, conversações, e jogos", assim como "gritarias e assuadas". Os responsáveis poderiam ser repreendidos, castigados com vigílias, multas ou demissão.

Apesar do regimento, muitos anos depois, a Mesa (diretoria) ainda tinha que se reunir para resolver conflitos de atribuições, resultantes das mudanças que se passavam no dia a dia do hospital.[7] Porém, transformações maiores aconteceram com a inauguração do novo prédio, em 1852. Com onze enfermarias no novo edifício e três no velho, o número de empregados tinha que aumentar muito para dar conta da demanda que a direção pretendia atender. Dessa forma, o regimento de 1827, completamente defasado, foi substituído por outro no final de 1852. As sucessivas repetições do conteúdo dos regulamentos denunciam as dificuldades da Santa Casa para impor a sua ordem. Mas, em 1852, considerava-se que não era mais necessário lembrar aos seus funcionários o inconveniente de "ajuntamentos, conversações e jogo nas Enfermarias, quartos de Enfermeiros e dos Pensionistas". Para controlar o comportamento de seus empregados, passou-se a atentar muito mais aos critérios de admissão e a estabelecer regras mais claras para a promoção destes.

Os médicos conseguiram que, tanto a construção do novo hospital, quanto a elaboração dos regimentos, fossem feitos de acordo com os conhecimentos médicos da época.

No entanto, a convivência da irmandade com a corporação médica não se deu sem conflitos. O estabelecimento das aulas da Academia Médico-Cirúrgica na Santa Casa, em 1813, também suscitou problemas de hierarquia, disciplina e ordem. E constitui um outro ponto importante para entendermos as mudanças ao longo dessas décadas que é o estabelecimento do hospital como um lugar de ensino – e fundamental no processo de transformação do exercício terapêutico.[8]

Até o final da década de 1820, o número de professores e de cursos manteve-se estável. A partir de então, a presença da academia se fez mais forte, mudando o cotidiano

do hospital.[9] Anualmente, o governo expedia ordens para que fossem cedidos alguns enfermos para serem estudados e tratados por algum professor e sua turma.

Mesmo as aulas teóricas foram ministradas, por algum tempo, no hospital. Dessa forma, a Academia/Faculdade estava proporcionando um número cada vez maior de cirurgiões e de médicos disponíveis e com intenção de trabalhar no hospital para adquirir mais experiência. Ainda que estivesse longe de resolver a situação, isso melhorava a proporção médico/doentes internados, o que poderia significar um melhor atendimento e menos tempo de internação, diminuindo os gastos.

Contudo, Santa Casa identificava problemas criados por esse aumento no número de professores e alunos que não conseguia resolver e começou a requerer ao governo a transferência das aulas para o Hospital Militar. Argumentando que as salas eram necessárias para "acomodação dos enfermos", não escondia que se restituiria o sossego ao hospital "pela retirada dos Alunos externos, que nele provocam os alienados, e cometem outros distúrbios que muito convém evitar".[10]

Apesar dos apelos, as aulas da Faculdade foram mantidas no mesmo lugar. Mais de dez anos depois, a direção do hospital ainda se via às voltas com esse tipo de problema.[11] Por sua vez, os próprios professores pareciam não estar satisfeitos com sua submissão às regras estabelecidas por uma irmandade, defendendo a criação de um novo hospital que pudesse ser organizado em função do conhecimento médico.[12]

Em 1855, a direção publicou um regulamento, cujo alvo principal eram os estudantes e que tentava conscientizá-los de que estavam "em um lugar destinado à infelicidade e às dores, onde deve-se evitar toda a espécie de escárnio ou falta de caridade." Procurava-se restringir o tempo e os lugares em que os estudantes passavam no interior do hospital. E durante este tempo era proibido: ter o chapéu na cabeça, correr pelas escadas ou corredores, fumar, cantar, disputar, fazer bulha.[13] No processo de educação médica, eles também aprendiam, através do regimento, que não deviam falar com os enfermos inutilmente, marcando o crescente distanciamento na relação médico/doente.[14]

O fato de o hospital da Misericórdia ter se transformado em mais um espaço, onde se agrupavam os médicos e cirurgiões envolvidos no processo de corporatização de seu ofício também atraía os recém-formados. Muitos dos que clinicavam lá faziam parte da Academia/Faculdade e da Sociedade/Academia Imperial de Medicina. Portanto, atender na Santa Casa significava estabelecer ou manter e reforçar um contato bem próximo com essa elite médica, o que os favoreceria quando postulassem uma vaga nas outras instituições.[15]

É importante ressaltar, então, que a associação entre o hospital da Misericórdia e a Faculdade de Medicina, por um lado, tornou possível a presença cada vez maior da medicina acadêmica naquele ambiente. Porém, por outro, desenvolveu uma série de conflitos – alunos perturbando os 'doidos', discutindo com funcionários da administração, desrespeitando enfermeiros e porteiros, enfim, tumultuando o estabelecimento. Conflitos esses permeados pelas posições sociais de tais pessoas fora do hospital.

A relação com a Faculdade foi fundamental para que o estabelecimento da Misericórdia fosse palco das transformações no exercício das atividades terapêuticas. Diante da maior presença de médicos, em geral, e de professores e alunos de medicina no hospital, a sua administração procurava criar, hierarquizar e regulamentar cargos e funções. Tudo era feito em meio a problemas e conflitos à medida que a irmandade – religiosa e leiga – procurava manter o controle sobre esse número de representantes da medicina acadêmica cada vez maior e mais reivindicativo de melhores condições de trabalho.

Quando a ordem médica e laica parecia bem avançada em seu predomínio no espaço hospitalar – inclusive ditando a ordenação do próprio espaço físico -, as irmãs de São Vicente de Paula chegaram, em 1852, garantindo lugar no cotidiano a pessoas leigas e religiosas.[16] Elas se responsabilizaram por tarefas que iam desde a supervisão das compras mensais, tendo a irmã superiora como co-administradora (com quem o médico diretor tinha que se entender em muitos casos), até as funções de enfermeira, dando comida e remédios aos doentes, homens e mulheres. Enfermeiros e enfermeiras continuavam a existir, mas a partir de então tinham o seu trabalho fiscalizado e auxiliado pelas irmãs.[17]

De um médico, um cirurgião, um boticário e alguns enfermeiros e serventes, no começo do século, a Santa Casa passou a administrar, na década de 1850, o trabalho de oito médicos e seus respectivos substitutos, um boticário e seus dez ajudantes, vinte e sete pensionistas, vinte e seis enfermeiros/as, vinte e oito serventes e dezoito irmãs de caridade. Apesar de terem variado bastante, esses números nos dão uma idéia do crescimento de seu quadro de funcionários.

A importância cada vez maior dos médicos no hospital acompanhou e ajudou a instituir uma nova finalidade para este espaço que desde o início do século XIX não era mais a de abrigar os pobres. Mesmo que as atividades do hospital da irmandade se baseassem no compromisso de praticar a caridade cristã, seu objetivo era tratar os doentes. O fato de a caridade ser exercida pela irmandade em vários outros lugares ajudava a conformar a tendência de não se aceitar mais determinados casos.[18] Os Irmãos também tinham que se preocupar com o Recolhimento para as órfãs, a casa dos expostos, a alimentação, tratamento e assistência jurídica dos presos, o enterro de pobres e as esmolas e roupas dadas periodicamente a alguns desvalidos.

No hospital, a caridade era praticada com a admissão de doentes pobres para serem tratados gratuitamente. Porém, esses doentes tinham que se encaixar cada vez mais no que passava a ser considerado um enfermo que podia ser tratado naquele hospital, pois, ao longo desse período, foram sendo excluídos, através de regras elaboradas com auxílio dos médicos, os que tivessem moléstias tidas como contagiosas ou incuráveis.[19] Desse modo, procurava-se circunscrever a admissão dos doentes aos que fossem passíveis de serem curados pela medicina acadêmica.

---

[1] Ver Flávio Edler, "A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico", *Asclépio*, v.L, 2, 1998. Sobre os periódicos médicos: Luiz Otávio Ferreira, *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos da primeira metade do século XIX*, tese de doutorado, USP, 1996; Lorelai Kury, *O Império dos miasmas: A Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*, dissertação de mestrado, UFF, 1991.

[2] Como exemplos do primeiro caso: os hospitais das Ordens Terceiras de São Francisco da Penitência e do Carmo. Para o segundo, há exemplos de outros contextos: Ronald Cassell, *Medical charities, medical politic* –

the Irish dispensary system and the poor law, 1836-1872, Rochester, The Boydell Press, 1997; "The foundation and evolution of the Middlesex hospital's lying-in service, 1745-86", *Social History of Medicine*, 14 (1), 2001.

[3] 22/11/1831, Ordens do provedor (1830-1834), *ASCMRJ*.

[4] 29/04/1830 – citação; 17/12/1830; 11/03/1831; 06 e 16/08/1831; 09, 11, 15 e 21/09/1831, Ordens do Provedor (1830-1834); 05/08/1835, Atas, *ASCMRJ*.

[5] 09/06/1820, Atas, *ASCMRJ*.

[6] Regimento interno aprovado em dezembro de 1827, caixa 743A, *ASCMRJ*.

[7] 26/10/1836, entre 1º cirurgião externo e 1º cirurgião do banco, Atas, *ASCMRJ*.

[8] 26/08/1827, Atas; 07/09/1831 – Ofícios, Ministério do Império, *ASCMRJ.*

[9] Em 14/02/1827, as aulas de anatomia foram transferidas do Hospital Militar para a Santa Casa [05/02/1827, of.min.imp.], Atas. Em 01/04/1827, a Misericórdia encaminhou um ofício ao Ministério pedindo para que não fossem mais ministradas em seu hospital. *ASCMRJ.*

[10] 10/08/1829, Atas, *ASCMRJ*.

[11] 20/02/1837, Atas, *ASCMRJ*.

[12] Domingos M. de A. Americano, *Memória sobre o estado actual das instituições médicas de França, Prússia e Gram Bretanha*, 1845.

[13] O uso de escarradeiras, assim como de sangrias, purgativos, vomitivos, clisteres, está relacionado ao paradigma miasmático, em que o excesso ou o desequilíbrio de algum dos humores que constituíam o corpo, provocava as doenças. Ver Tania Andrade Lima, "Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX"*, Manguinhos*, v.II (3), 1995/1996.

[14] 25/03/1855, Portarias – Atos do provedor, Registro dos ofícios (1854-1856), *ASCMRJ*.

[15] Por exemplo, Cândido Borges Monteiro.

[16] O estudo do período posterior seria interessante para analisar os prováveis conflitos que a presença das irmãs pode ter despertado nesse ambiente em que os médicos procuravam obter hegemonia. Em seu estudo sobre as artes de curar no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1928, Beatriz Weber também aponta para conflitos entre a administração laica e as irmãs franciscanas que auxiliavam no cuidado dos doentes do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. *As artes de curar – medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928).* Santa Maria/Bauru, UFSM/EDUSC, 1999.

[17] A presença das irmãs de caridade, na segunda metade do XIX, merece um estudo mais cuidadoso sobre a sua relação com os médicos e estudantes, pois elas – mulheres, religiosas e leigas – se inserem no cotidiano do hospital no momento em que os esculápios conseguiam impor uma série de medidas para medicalizar esse espaço. O papel dessas mulheres nos hospitais franceses no século XVII, foi estudado por Colin Jones, *The charitable imperative: hospitals and nursing in Ancien Regime and Revolutionary France*, Londres, Nova Iorque, Routledge, 1989.

[18] John Frangos analisou os conflitos nos hospitais parisienses entre os religiosos que os dirigiam e os médicos, cujo poder estava crescendo, durante o período do antigo regime e da revolução, focando na transformação dessas instituições de caritativa para curativa. *From housing the poor to healing the sick – the changing institution of Paris hospitals under the Old Regime and Revolution*, Cranbury, Londres e Mississauga, Associated University Presses, 1997.

[19] "É sim determinado no mesmo, que no Hospital se não recebam doentes de Morphéia, Ethysos, e doudos, estes por falta de cômodos, e aqueles por haver Hospital próprio para ela: da mesma forma moléstias incuráveis". 26/06/1830, Ordens do Provedor (1830-1834), *ASCMRJ*.

JUNTA DE CIVILIZAÇÃO E CONQUISTA DOS ÍNDIOS E NAVEGAÇÃO DO RIO DOCE: fronteiras, conflitos e apropriação de espaços (1808 - 1822).

Tarcísio Glauco da Silva [*] - PPG-UFES

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados parciais de nossa pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – nível de Mestrado – da Universidade Federal do Espírito Santo.

Nosso objeto de pesquisa é a Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, junta militar criada através de Carta Régia [1] do Príncipe D. João com o objetivo de declarar guerra aos índios botocudos [2].

Nossa pesquisa sobre a Junta baseia-se em Livros de Atas que podem fornecer dados sobre o dia-a-dia dessa Junta e como foi sua atuação no sentido de cumprir os objetivos propostos de abertura de parte do território da capitania de Minas Gerais ainda pouco explorados no início do século XIX. No que se refere à pesquisa bibliográfica, procuramos fazer um diálogo com áreas que nos permitam obter ferramentas para nossa argumentação, como por exemplo a Geografia, a Antropologia e, claro, a História para situar e contextualizar as discussões bibliográficas e auxiliar na análise documental a ser feita.

A parte inicial de nosso trabalho consiste em discutir as iniciativas de exploração das regiões leste e parte da mata da capitania mineira durante o século XVIII. O objetivo desse estudo é procurar mostrar que a Junta Militar já citada não foi a primeira tentativa de exploração e apropriação dessa parte do território mineiro. Através da leitura de documentos dos governadores daquela capitania, notamos que essa exploração se dá desde a década de 1730 e se prolonga por todo o século XVIII, mostrando que a área, mesmo não estando

---

[*] Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Mestrado em História Social das Relações Políticas.

[1] Carta Régia de constituição da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce de 13 de maio de 1808, emitida pelo Príncipe Regente D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Arquivo Público Mineiro. Sessão Colonial (SC) Códice 335.

[2] Botucudo era uma denominação depreciativa e genérica cunhada por portugueses e brasileiros para identificar grupos indígenas diversos. Aplicou-se, nesse caso, aos índios da língua chamada Borun, da família lingüística Macro-Jê, que habitavam os territórios compreendidos por partes da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Cf. MOREL, Marco. *Independência, vida e morte: os contatos com os botucudos durante o Primeiro Reinado*. Dimensões n º. 14. Revista de História da UFES. Vitória. CCHN Publicações. 2002.

entre as principais regiões produtoras de ouro e pedras preciosas, já era alvo de atenção daqueles governantes.

A primeira exploração que temos notícia se deu logo em 1734 através de uma expedição autorizada pelo governador André de Melo e Castro, conde de Galvêas, onde o mestre-de-campo Mathias Barbosa explora uma área do rio Doce e seus afluentes com o objetivo de combater o gentio bravo e explorar novas terras [3]. Depois, ao longo de todo o século XVIII alguns governadores como Gomes Freire de Andrade, D. Rodrigo José de Menezes e Luiz Cunha de Menezes enviaram expedições ou estiveram presentes naquela área com o intuito de incentivar novas explorações ou organizar a ocupação que era feita, algumas vezes, à revelia do controle da Coroa Portuguesa.

Deparamos, no decorrer da pesquisa, com o termo *área proibida* e nos detivemos numa pequena discussão na qual procuramos mostrar que esse termo foi utilizado de modo bastante dúbio. Essa discussão nos levou à conclusão de que a área leste da capitania mineira não era, de fato, fechada. [4]

Nessa primeira parte procuramos discutir, ainda, a questão do avanço da fronteira demográfica, das frentes de expansão e a fronteira como local de encontro das diferenças.

> Nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular ... Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos [o índio e o 'civilizado']. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.[5]

A fronteira pode ser vista, também, como o local de expansão continuada para partes do território ainda não exploradas que, iniciado desde o descobrimento do Brasil, vai incorporando as partes pouco conhecidas ou fundos territoriais.

---

[3] LOPES, Manuel Caetano. *Expedição na zona do rio Doce pelo Mestre de Campo Matias Barboza da Silva (1734).RAPM*. Anno 4. Pág. 769 a 772. Ouro Preto. Imprensa Official de Minas Gerais. 1899. .

[4] A discussão foi por nós apresentada na forma de comunicação ao V Encontro Regional de História da ANPUH – ES sob o título : *De área proibida à fronteira em expansão: apropriação de espaços nas regiões leste e mata mineira no século XVIII*, realizado na Universidade Federal Espírito Santo de 13 a 16 dezembro 2004.

[5] MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. Hucitec. 1997. Pág. 150 e 151.

> [Fundos territoriais] são constituídos pelas áreas ainda não devassados pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinalados na cartografia da época ... Trata-se dos sertões, das fronteiras, dos lugares ainda sob o domínio da natureza ou dos 'naturais' ... Tal categoria engloba a maior extensão dos espaços coloniais, isto é, boa parte dos territórios coloniais estão submetidos a uma jurisdição meramente formal da Metrópole, sendo portanto, mais bem definidos com fundos territoriais do ponto de vista da efetiva soberania metropolitana.[6]

É essa necessidade de exercer de forma efetiva a sua jurisdição que a Metrópole Portuguesa, através do governo da Capitania de Minas Gerais, promove a expansão da área de sua atuação. Além disso, a pressão pelo aumento da extração mineral e das áreas com possibilidade de aproveitamento agrícola, poderia fazer com que a apropriação de novos espaços resultasse, teoricamente, num aumento do fluxo de riquezas para a Metrópole.

> A valorização colonial do espaço, apesar de objetivar um padrão de assentamento voltado para fora, avança internamente através de um movimento de forte caráter extensivo. Isso significa que a riqueza gerada repousa diretamente na magnitude do espaço apropriado, tal situação sendo válida tanto para a expansão aureolar da fronteira agrícola e/ou pecuária, quanto para a dilatação das zonas de trânsito, onde se encontram as 'riquezas do sertão' (os índios, os metais preciosos e as especiarias). Por isso o móvel da conquista não se restringe ao período inicial da instalação, mas permanece como motor constante do dinamismo interno das formações territoriais coloniais.[7]

Assim a Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce é pensada e criada para ter um papel central na zona de fronteira compreendida entre parte do leste mineiro e a capitania do Espírito Santo, um local que, como já dissemos, fora alvo de diversas expedições ao longo do século XVIII, mas ainda continuava fora do 'espaço oficial' da Capitania Mineira. A necessidade de compensar a queda da produção mineral e da arrecadação de impostos, bem como proporcionar um local o mais seguro possível para a expansão de sua fronteira, fazia com que o governo da Capitania se voltasse para suas áreas ainda não conquistadas.

As referidas expedições podem nos assegurar que o território jurisdicionado à Junta,

---

[6] MORAES, Antonio C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec. 2002. Pág. 88.
[7] MORAES, Antonio C. R. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo. Hucitec. 2000. Pág. 275.

se não era totalmente conhecido, também não era estranho aos habitantes e ao governo da Capitania Mineira. O grande problema citado pelos que estiveram na área era a 'ferocidade dos índios botocudos que infestavam as matas'. O deslocamento da população faz com que os atritos com os gentios tornem-se cada vez mais crítico, levando o governo da Capitania a buscar soluções para garantir a segurança dos 'reais vassalos'. Em reunião 12 de fevereiro de 1806 foi feita, ao governo Português, uma proposta de modificação da estrutura militar da região, proposta essa que aparentemente foi aceita, já que certas guarnições militares da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce seguem, em parte, o que foi solicitado [8].

> Cançado e orrorizado de ouvir o grito dos miseraveis Povos, que confrontão com a Matta geral e Aquem do Rio doce no termo da Cidade Mariana, pela Carnagem brava , e insaciavel com que tem sido atacados, mortos e devorados pelo Barbaro Antropofago Gentio Botocudo, sendo obrigados a abandonar Fazendas de cultura, e mineração, depois já de cultivados a preço de se seu trabalho, como por vezes me tem sido presente em repetidas Representações dos Povos ... estabelecer pelo menos três destacamentos, ou Guardas postadas a taes distancias ...[9]

A idéia de fazer uso da força para conter e expulsar o gentio estava dentro da lógica de expansão colonial.

> Partimos, assim, da constatação de que qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. Ela é um espaço novo, na perspectiva co colonizador. Um espaço ganho da natureza, de outros povos e de outros Estados. Uma adição de terras ao fundo territorial sob sua soberania. Por isso a determinação básica da colônia é a conquista, entendida aqui como uma relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercia essa expansão. A violência e a expropriação são assim dados irredutíveis desse processo, variando em grau, mas sempre presentes em suas manifestações. Colonização implica, assim, antes de mais nada, uma hierarquia entre sociedades e lugares.[10]

A partir do momento que a fronteira de colonização ia se alargando, tomando novas

---

[8] A descrição proposta nessa Ata é pertinente com o documento constante na página 38 do códice SC 34 de 24 abril 1811 do Arquivo Público Mineiro, onde são definidas as áreas de atuação das Divisões Militares da Junta. Os limites propostos foram comparados, ainda, com a divisão descrita por Espíndola no mapa em que este autor descreve a localização dos quartéis das Divisões Militares do Rio Doce. Cf. ESPÍNDOLA, Salmem Haruf. *Sertão do rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas da USP. Defesa realizada em 07 novembro 2000.

[9] *Ata da reunião da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real de 01 fevereiro 1806*. Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM) Ano III 1898 páginas 743 a 778. Neste e em outros documentos transcritos, será mantida a grafia original.

[10] MORAES, Antonio Carlos Robert.Op. Cit. Pág. 143 e 144.

áreas, as comunidades indígenas viam seu modo de vida e sua relação territorial serem destruídas. Acostumados ao nomadismo com locais de coleta e formação de aldeias provisórias determinados pelo ritmo das estações de chuva e seca; bem como a um intricado relacionamento territorial com as demais tribos, não havia como adaptar-se à nova realidade, onde o colonizador começava a romper o equilíbrio social e territorial. Desestruturadas as relações, além de terem de enfrentar o colonizador branco, as comunidades indígenas também se deparam com os conflitos entre elas pela posse e/ou exploração da parte do território ainda não conquistado e ocupado. A perspectiva de união com o branco também não era garantia de uma estabilização dessa situação, haja vista a incipiente provisão de recursos financeiros e materiais que a Coroa Portuguesa destinava às regiões de fronteira. Não só isso, mas a própria dificuldade de se chegar aos pontos mais longínquos e carentes, pela falta de infraestrutura de transportes e comunicações.

> Além da falta de recursos, a presença crescente dos brancos no que até então era território predominantemente indígena causou um grande abalo na vida das tribos, que vagavam de um lado para o outro não mais dentro dos comportamentos nômades que marcavam sua organização social, mas em busca de auxílios que não chegavam e deparando-se a toda hora com novos invasores e frentes de expansão. As delimitações territoriais entre as tribos - elemento básico da vida desses povos - pulverizavam-se, desarticulando os limites e códigos: subsistência pelos terrenos de caça e colheita, relações intertribais, trocas, vinganças, tudo parecia ruir ...[11]

Não só a desarticulação territorial, mas a própria destruição de aldeias inteiras com a morte da maioria dos homens adultos e aprisionamento de crianças e mulheres, isso quando não havia uma chacina da maioria dos membros da aldeia, no dizer da época, 'matar a aldeia', foi enfraquecendo física e culturalmente as sociedades indígenas. É certo que em várias ocasiões houve um revide; em outras, tribos ou grupos tentaram impedir que o colonizador tomasse as terras tradicionalmente utilizadas por eles. Não conseguiram, porém, evitar que isso acontecesse.

Assim, a discussão sobre os problemas e conseqüências advindas do contato entre luso-brasileiros e índios é feita na segunda parte do trabalho e procura mostrar como a

[11] MOREL, Marco.Op. Cit. Pág. 101.

expansão das fronteiras e a necessidade da incorporação de novos territórios nortearam essa ocupação.

Na terceira e última parte do trabalho, apresentamos e discutimos alguns documentos retirados dos Livros de Atas da Junta já citada. Sobre esses documentos gostaríamos de fazer algumas observações. A primeira é que essa base documental é composta de quatro livros de atas na qual são transcritas as ordens e diretrizes, tanto da Coroa Portuguesa quanto do governo da Capitania de Minas Gerais para a atuação da Junta, além ordens diversas e documentos administrativos trocados entre as sete Divisões que compunha a referida Junta. Já temos transcritos e ordenados dois desses livros, cerca de duzentos documentos. A segunda observação é que pretendemos, através da leitura e análise desses documentos, tentar recuperar a maneira pela qual se dava a atuação da junta militar encarregada de organizar essa 'nova' região.

Sabemos que é muito difícil, senão impossível, recuperar uma época através da análise documental. Nosso interesse maior em estudar esses documentos é contribuir para o estudo da região do leste mineiro no início do século XIX, notadamente a região do rio Doce.

Temos, das regiões do rio Mucuri e Jequitinhonha, algumas descrições deixadas por naturalistas estrangeiros que visitaram essas regiões. Maximilian Wied e Johann J. von Tschudi [12] são alguns exemplos. Existem, ainda estudos específicos sobre a tentativa de Teófilo Otoni em erguer uma grande obra de colonização através da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri e da fazenda Filadélfia [13]. Quanto à região do rio Doce, no entanto, as informações são esparsas. Apenas Sant-Hilaire [14] nos dá alguma referência sobre a área mas, seus escritos datam entre 1816 e 1822.

Nossa pesquisa tenta, justamente, reunir algumas informações sobre o primeiro momento de ocupação dessa área e nossa referência inicial é o ano de 1808, data de

[12] WIED, Maximilian Prinz von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo Edusp. 1989. TSCHUDI, J. J. von e HALFELD, H. G. F. *A província de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. 1998.
[13] DUARTE, Regina Horta. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2002.
[14] SANIT-HILARIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo Edusp 1974 e, do mesmo autor, *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo Edusp. 2000.

constituição da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce. Como já nos referimos, não se trata de uma tentativa de reconstituição mas sim da procura de indícios que são colhidos nos documentos e analisados à luz de outras pesquisas já realizadas, bem como da bibliografia existente sobre o período e que poderão nos ajudar a entender os primeiros movimentos de apropriação de espaços no leste da capitania mineira.

Alguns pontos, porém, são comuns na descrição dos naturalistas citados e de outros que também visitaram a região. A imensidão das matas que, se por um lado impedem a entrada aos sertões, por outro poderiam ser fontes de riquezas pela exploração de madeiras nobres e aproveitamento do solo para agricultura e pecuária, é uma delas. Essa floresta é, para os viajantes, um grande paradoxo: fonte de vida e morte, uma vez que pode prover riquezas e, também, trazer a morte com seus 'ares insalubres' e brejos pestilentos com mosquitos transmissores de febres letais. É da mata que vêm o outro ponto comum na descrição dos naturalistas: o temido índio botocudo, tido como antropófago, mesmo que essa prática tenha sido, por vezes, não comprovada ou exagerada é o assunto de maior fascínio e medo constante nas observações realizadas nas primeiras décadas do século XIX.

Esse fascínio e medo que os botucudos traziam aos estudiosos talvez sejam o mesmo que acometeu os primeiros povoadores da região no início do século XVIII e, em reposta, segundo relatos daquela época, aos seus ataques às fazendas e colonos é que a Coroa Portuguesa reagiu e tentou resolver com a criação da Junta do Rio Doce que tinha como objetivo principal objetivo a dominação das tribos ditas selvagens.

> ... Ordenar-vos em primeiro Lugar que desde o momento que receberdes esta Minha Carta Regia deveis considerar como principiada contra estes Indios e Antropophagos, huma Guerra ofenciva que continuareis sempre em todos os annos nas estaçoens secas e que não terrá fim, senão quando tivereis a felicidade de vos Senhorear de Suas Habitaçoens, e de os capacitr da superioridade da Minhas Reais Armas, de maneira tal, que movidos do justo terror das mesmas pessão a Paz ...[15]

Nossa pesquisa, assim colocada, procurará mostrar a atuação da Junta Militar do Rio

[15] *Carta Régia* de 13 de maio de 1808, já citada.

Doce dentro do contexto de exploração de um novo território e pela aparente modificação da postura da Coroa Portuguesa frete aos índios, postura essa que parte de uma declaração de guerra para a apropriação de uma nova área.

É nessa fronteira, ponto de atritos e de encontro de temporalidades distintas, de universos culturais e imaginários também distintos entre luso-brasileiros e índios, que vai se repetir o encontro iniciado em 1500. Desde o primeiro contato com os portugueses, a história do Brasil, primeiro Colônia e depois já independente politicamente, pode ser considerada um grande movimento de fronteira. A cada nova parcela do território que ia sendo ocupada, outra se descortinava. Esse movimento de conquista e apropriação, ainda acontece, hoje, na última fronteira, a Amazônia. Ao propormos o estudo da atuação da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce no sertão mineiro, estamos estudando e analisando parte desse grande movimento de conquistas que consolidou parte de fronteiras brasileiras e moldou parte de nossa sociedade

"Inimigos do Progresso": dominação de classe e resistência camponesa na Primeira República: a Guerra Sertaneja do Contestado

Tarcísio Motta de Carvalho[1] - PPG-UFF/ULS

1. Posse e conflitos de terra na região contestada.

A Guerra do Contestado foi um dos maiores conflitos armados da história republicana brasileira. Ocorrida entre 1912 e 1916, principalmente no Planalto de Santa Catarina, envolveu dois terços do exército de então e mais de 20 000 pessoas.

Ao analisar as fontes que versam sobre a região deste conflito no final do século XIX e início do século XX, uma categoria emerge de forma recorrente: o *intruso*. Este é o nome dado tanto pelos grandes fazendeiros, quanto pelas fontes oficiais, aos posseiros daquela região. Em 1885, por exemplo, um relatório do Presidente da Província do Paraná descreve a visão dos grupos dominantes com relação à atividade destes sertanejos:

> *Os intrusos, longe da vigilância central do governo, continuam a invadir e tomar posse de zonas extensas que não cultivam, antes danificam, derrubando matas e explorando o comércio de madeiras, e quando não há mais o que aproveitem, mudam de* posse *e vão levando o estrago a outras terras, tendo o cuidado especulativo de transferir a terceiros por preço mínimos as posses viciosas e nulas que anteriormente apreenderam. As autoridades prepostas raro podem conter abusos, devido principalmente ao fato de ignorá-los*[2].

Embora o objetivo do presidente da província do Paraná seja tentar criminalizar a ação destes posseiros, podemos perceber que a prática do apossamento era algo muito comum para a região. Assim, considerar a posse como um direito não significava nenhuma ignorância, mas sim uma percepção muito concreta do que acontecia ao redor destes posseiros (grandes ou pequenos). Mesmo para o final do século XIX, a aplicação do rigor da lei, que exigia a legitimação de todas as posses, era ainda algo muito distante para estes agentes sociais.

A posse constituía-se, assim, num *direito vivido*, no sentido de ser uma prática considerada normal e justa desde “tempos imemoriais”. Um direito que não foi construído à revelia da lei, mas justamente nos espaços que o campo jurídico proporcionava de modo a assegurar sua própria eficácia simbólica[3]. No Brasil a legislação de terras procurou reconhecer a posse com morada habitual e cultura efetiva como um direito. No entanto, na

medida em que a eficácia do poder simbólico – aí incluindo-se a lei – reside em sua capacidade de fazer esconder tudo aquilo que possui de arbitrário, produzindo um "efeito" de universalidade, a posse era reconhecida como um direito legal tanto por grandes quanto por pequenos posseiros[4].

Um desdobramento desta situação onde o apossamento é a prática comum da apropriação de terras, é uma maior independência por parte de grupos de pequenos posseiros em relação aos grandes proprietários rurais, característica que marcou efetivamente a região contestada. Paulo Pinheiro Machado aponta, por exemplo, que a região próxima ao município de Curitibanos era formada por uma importante camada social de pequenos e médios lavradores independentes, normalmente posseiros vindos do Paraná ou do Rio Grande do Sul que se aproveitavam das várias possibilidades que aquela região oferecia:

> *... aproveitavam os excedentes de suas lavouras e criações para vender víveres aos tropeiros em trânsito; praticavam a criação de suínos em encerras nos pinheirais os quais eram alimentados com espigas de milho no verão e engordados pelos próprios pinhões que caíam no inverno. Mais ao norte, nos vales dos rios Canoinhas e Paciência e a oeste, em Campos Novos, também colhiam as folhas de erva-mate de ervais nativos e devolutos para o beneficiamento doméstico e a venda a representantes de casas comerciais do litoral*[5].

Se procurarmos perceber as conseqüências deste processo para a região do Contestado, veremos que a indefinição legal do estatuto da propriedade, em conjunto com a forma como se deu a apropriação territorial no planalto, contribuíram para que as tensões e conflitos que marcaram a vida de todos os que viveram naquela região tivessem relação com a busca e a manutenção desta "autonomia no viver". Esta experiência acabava por reforçar o sentimento de injustiça para com aqueles que porventura viessem a tentar expulsá-los de suas posses ou submetê-los à relações mais diretamente opressoras. Contudo, na medida em que importantes transformações ocorridas no início do século XX, impediram que os camponeses tivessem acesso a novas terras devolutas, as situações de conflito e expulsão tornaram-se muito mais latentes.

O que estamos propondo é que a experiência histórica do século XIX tornou possível a construção de uma cultura contra-hegemônica que incorporava como valor fundamental o

direito à posse. O conjunto de transformações ocorridas no início do século seguinte contribuiria para que tal direito fosse constante e cada vez mais "desrespeitado", levando os trabalhadores pobres à resistência. Ao contrário, para os grandes proprietários – e também para os empresários, sobretudo estrangeiros – tornava-se imperioso elaborar "valores novos" capazes de contraporem-se aos até então vigentes e que, justamente por isso, teriam que ter como cerne, a propriedade privada da terra. É nesse contexto que deve ser inserida a "modernidade" proposta e defendida pelas classes hegemônicas da Primeira República.

2. A ferrovia, as serrarias e a colonização: a modernidade capitalista.

No final do século XIX, interessava ao governo imperial incrementar a colonização da região contestada especialmente por motivos estratégicos ligados à chamada Questão de Palmas. (havia uma dúvida sobre os limites que separavam o Brasil da Argentina naquela região). Enquanto a questão não foi resolvida, o governo brasileiro tratou de incentivar o povoamento da região e promover a melhoria dos meios de transporte, temendo um possível confronto militar.

É nesta conjuntura que, em novembro de 1889 foi aprovada a construção de uma estrada de ferro que ligasse Itararé, em São Paulo, à Santa Maria, no Rio Grande do Sul, cortando toda a região contestada. Em 1906, a empresa Brazil Railway Company, comandada pelo famoso empresário norte-americano, Percival Farquhar, adquiriu o controle acionário da ferrovia e em 1908 foi instalado o escritório da empresa em Calmon, começando neste momento a passagem dos trilhos pela região que apenas alguns anos depois estaria conflagrada.

Podemos indicar várias transformações sociais que este acontecimento precipitou, modificando fundamentalmente a vidas dos sertanejos da região: o deslocamento constante de um grande contingente populacional necessário para a construção da ferrovia; as novas relações de trabalho que os sertanejos se submeteram no trabalho de construção; os armazéns instalados para que os sertanejos comprassem o necessário para sua

sobrevivência e a presença constante do corpo de seguranças da ferrovia podem ser citados como elementos novos nas vidas do caboclo da região. Entretanto, a transformação mais dramática estava ligada ao violento processo de expulsão de posseiros verificado a partir da chegada da ferrovia e da construção de serrarias ligadas ao mesmo grupo multinacional.

Além do privilégio da exploração da estrada de ferro, o contrato de construção da São Paulo – Rio Grande estabelecia para a Brasil Railway a concessão "*dos terrenos devolutos e nacionais e bem assim dos compreendidos nas sesmarias e posses, exceto a indenizações que fossem de direito, em uma zona máxima de 30 quilômetros para cada lado do eixo das linhas de que se trata*"[6]. Tal prática era comum na concessão de estradas de ferro no período imperial e se justificava por representar um incentivo à colonização. Após a proclamação da República, o governo provisório confirmou a cessão das terras, reduzindo-as, porém, aos terrenos compreendidos numa faixa de 15 quilômetros, tendo no conjunto da extensão um domínio médio de 9 Km por margem.

A notícia da passagem dos trilhos por uma determinada região valorizava as respectivas terras, que passavam a sofrer um intenso processo de ocupação e mesmo de tentativas de legitimação. Desta maneira, ocorria o que chamamos de um processo de fechamento de fronteiras, visto que ficava cada vez mais difícil a ocupação de terras devolutas na região pelos pequenos posseiros.

Entre 1908 e 1911 a *Brazil Railway* começou a demarcar as terras a que tinha direito pela concessão e a expulsar os posseiros que porventura viesse a encontrar. Para efetuar estas expulsões, utilizava o corpo de segurança já citado.

Mas não foi apenas a ferrovia que ameaçou e transformou a vida dos caboclos do Contestado. Nas terras demarcadas e apropriadas pela ferrovia, o Sindicato Farquhar desenvolveu um outro tipo de negócio, através de sua subsidiária, a *Brazil Lumber*: o corte e o comércio madeireiro. A instalação de duas serrarias na região (uma em Calmon e a maior em Três Barras) acabou por arruinar os engenhos de serrar que pontilhavam a região do planalto. A serraria de Três Barras (a maior serraria da América Latina de então), pode ser

caracterizada como um verdadeiro complexo industrial, empregando permanentemente 400 trabalhadores, na sua grande maioria, europeus, além de turmas de empreiteiros que derrubavam as araucárias, imbuias, cedros e jacarandás nas matas.

Obviamente a instalação de tal empreendimento atingiu em cheio todas as relações sociais da região. As terras cortadas pela ferrovia e desmatadas pela serraria eram então loteadas e vendidas a colonos europeus (ucranianos e poloneses) colocados na região pelo governo do Paraná. Esta política de imigração estava claramente voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial e para a formação de uma camada social de pequenos proprietários rurais europeizados.

Assim, consideramos que o ciclo formado pela passagem da ferrovia – desmatamento – estabelecimento de colônias com imigrantes estrangeiros, transformou praticamente todas as relações sociais que os posseiros do planalto catarinense haviam gestado por décadas. E é justamente a experiência de contato com essas novas forças produtivas e com o Estado que tornou possível a reafirmação da cultura contra-hegemônica que procuramos caracterizar na primeira parte do texto. As ações do Estado Republicano eram interpretadas como injustas e ilegítimas e, por isso mesmo, só conseguiram se consagrar através da guerra.

3. Monarquia Sertaneja X Progresso Republicano: a Guerra Sertaneja do Contestado

As questões colocadas anteriormente adquirem maior sentido, se apresentarmos uma fonte primária produzida pelos próprios sertanejos. Em setembro de 1914, durante um ataque à estação de São João da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, os rebeldes do Contestado deixaram gravado na porta de uma venda:

> *Nós estava em Taquarassú tratando da noça devoção não matava nem robava, o Hermes mandou suas força covardemente nos bombardiar onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarchia. O guverno da República toca os Filhos Brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os noços direito*[7]

Monarquia em oposição à República: o texto acima apresenta uma oposição entre formas de governo. São mencionadas na fonte aquelas que eram tidas como duas injustiças cometidas pela República: a repressão ao reduto de Tarquaruçu, com a morte de mulheres e crianças e a expulsão de posseiros das terras devolutas (terras de nação), para que estas fossem entregues a estrangeiros (colônias, estrada de ferro, serraria...).

Enquanto a primeira injustiça citada evidencia uma resistência à República no calor dos acontecimentos da guerra (o arrasamento do reduto de Taquaruçu), a segunda parte remete a um processo de desrespeito de *direitos* ligados à posse da terra. É nesse sentido que pensamos ser possível refletir sobre o significado *político* do projeto rebelde de monarquia. A relação entre os dois aspectos revela que o monarquismo dos "fanáticos" tinha uma relação intrínseca com as atitudes que a República havia tomado, assim como com a memória de um passado concretamente melhor. Desta forma, para resgatar a dimensão material existente na concepção de monarquia construída pelos sertanejos, é fundamental relacioná-la à questão da terra e entendê-la como expressão da defesa de um passado considerado mais justo. Mas, e aqui está a possibilidade de avançarmos em nossas reflexões, a “opção pela monarquia” é, ao mesmo tempo, uma “recusa à República”. A questão central está, justamente, em perceber se a rejeição à legitimidade do Regime Republicano por parte dos sertanejos, igualmente significava a resistência a uma determinada dominação de classe que, ao fim e ao cabo, se impôs pela força das armas.

Gostaríamos apenas de apresentar alguns fatos da guerra o ataque a uma das mais importantes vilas da região. Este acontecimento pode nos ajudar a compreender se a resistência camponesa no Contestado é ou não a resistência ao processo de construção da hegemonia/dominação de classe efetuado ao longo da Primeira República.

Em setembro de 1914, os rebeldes invadiram a importante vila de Curitibanos, município dominado pelo famoso e odiado Coronel Francisco de Albuquerque. Um piquete formado por cerca de 200 "fanáticos" entrou na vila, dando vivas à monarquia, a José Maria e "morras" ao Coronel Albuquerque. Destruíram o prédio da Intendência Municipal, a Cadeia Pública, o açougue municipal, as instalações do jornal *O Trabalho* (do Partido Republicano de Curitibanos), a residência do coronel e de vários de seus aliados. Invadiram e saquearam as vendas da cidade aos gritos de "*Chega de Pobreza! Chega de Pobreza!*" Diversamente do verificado em ataques anteriores, pouparam o prédio do cartório, conquanto tivessem retirado dele os documentos, procurando inutilizá-los em praça pública. Segundo depoimento de um morador da vila que fora obrigado a retirar os papéis do cartório, os rebeldes afirmavam querer tanto "*a liberdade*" quanto as "*leis antigas*"[8].

Estas pistas nos parecem fundamentais. Assim como em outros acontecimentos da guerra, percebemos a destruição deliberada dos símbolos da injustiça e o ódio aos coronéis e à República. Essa sistemática invasão de cartórios nas vilas invadidas deve ser entendida como uma atitude que ultrapassa, em muito, o interesse imediato na solução de disputas de terras. Indica, sobretudo, que os títulos de propriedade representavam a sociedade contra a qual eles se rebelaram, o que fica ainda mais evidente com a associação entre a destruição dos títulos, a idéia de *liberdade* e a defesa das *leis antigas*. Não era a primeira vez que os sertanejos utilizavam tais idéias, fazendo com que possamos encará-las como emblemáticas de sua cultura, forjada na experiência histórica e no próprio combate. Cultura esta que, composta por diversos valores internalizados, era capaz de dotar àqueles sertanejos de um projeto de sociedade diferente daquele que se construía e impunha através de empreendimentos capitalistas. Trata-se de uma cultura e de um projeto de sociedade onde os valores religiosos (em constante reelaboração), davam sustentação a uma visão/divisão de mundo dicotomizada entre justos e injustos, entre Deus e o diabo, entre Monarquia e República.

Não é difícil compreender por que tais valores se chocaram com aqueles que vinham se construindo como hegemônicos no início do século XX, já que uma das questões

fundamentais que se colocava para as classes dominantes agrárias após a abolição era justamente limitar a liberdade dos homens, agora livres, e compeli-los à mercantilização de sua força de trabalho. Neste sentido, o impedimento do acesso à terra, tornava-se crucial. A necessidade da criação de mecanismos que garantissem a continuidade da exploração por meios extra-econômicos fazia do Estado o *locus* privilegiado para o exercício da violência simbólica, onde práticas e atitudes como aquelas que vimos para os camponeses do Contestado seriam taxadas como atrasadas e arcaicas. O que estava em jogo era o controle da reprodução autônoma dos trabalhadores rurais[9], que tinha justamente por base a noção de liberdade elaborada e vivida pelos sertanejos no Contestado. E, neste caso, eles próprios constituíram para si uma identidade que tinha no passado sua origem, contribuindo inconscientemente para que a repressão que se instituiu pudesse ser vista como vitória da modernidade.

É nesse sentido que podemos defender que a Guerra do Contestado não se deu apenas porque o ajuntamento daqueles sertanejos ameaçava o domínio dos coronéis na região. José Maria e seus seguidores representavam uma ameaça ao próprio cerne da dominação de classe republicana, posto que teimavam em reafirmar a sua cultura e em considerar como injustos e ilegítimos os valores da modernidade capitalista que então se impunham.

---

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, Professor da Uni La Salle/Niterói e o do Colégio Pedro II.
[2] Relatório do Presidente da Província do Paraná - 04/09/1885, página 26.
[3] Cf. Bourdieu. Pierre. "A Força do Direito – Elementos para uma sociologia do campo jurídico" *in*: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
[4] MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.
[5] MACHADO, Paulo Pinheiro, *Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)* Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p *70*.
[6] Mensagem do Governador do Estado de Santa Catarina, 23/07/1912, p. 105
[7] PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado.* Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995, p. *64/65*
[8] Todas as informações sobre o ataque a Curitibanos foram retiradas por Paulo Pinheiro Machado e Maurício Vinhas de Queiroz a partir do Processo Incêndio de Curitibanos (1914) Cf. MACHADO, *op. cit.*, p. 272 e QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social (a guerra sertaneja do Contestado: 1912 – 1916).* 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.
[9] Cf. MOTTA, Marcia Maria Menendes & MENDONÇA, Sonia Regina de. "Continuidade nas rupturas: legislação e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República". *In: Pós: revista brasiliense de Pós-graduação em Ciências Sociais*. Brasília, ano VI, 2002, p. 129-149.

REPRESENTAÇÕES DE FEMININO NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA

Tatiana da Silva Bulhões

> "(...)I Crê, ardentemente, em Deus; ama, sinceramente, a tua Pátria, e serve conscientemente, a tua Família. (...)
> VI Na paz ou nas horas de lucta, sê sempre, e acima de tudo, MULHER, e, como tal, útil, necessária, respeitosa, caritativa, inteligente, simples, honesta e abnegada.(...)
> XI Faze de tua consciência um espelho límpido, deante do qual nunca tenhas de corar de vergonha de ti mesma. (...)
> XV Não fumes, não bebas álcool, não jogues nem te desnudes nas praias, lembrando-te de que uma integralista tem de estar muito acima dessas tristes ilusões de elegância. (...)" [1].

Nesta apresentação serão expostas algumas considerações acerca do meu trabalho junto ao Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, em fase inicial, orientado pela professora Laura Antunes Maciel e financiado pela CAPES.

Analisamos neste trabalho especificamente as representações de feminino contidas no discurso imagético integralista, presente em um conjunto de fotografias apreendidas nos Núcleos e Jornais da A.I.B., no Rio de Janeiro, pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (D.E.S.P.S.), após a colocação do movimento na ilegalidade em 1938[2]. Atualmente esta coleção fotográfica é mantida pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e se encontra digitalizada e disponível para a pesquisa. Considerando que tanto o objeto fotografado quanto a sua imagem são expressões de relações sociais e significados culturais que precisam ser levados em conta na análise da imagem, os objetivos da pesquisa são desvendar os motivos que levaram a AIB a produzir e divulgar fotografias, bem como mapear os modos pelos quais representaram os sujeitos e conteúdos fotografados[3].

Além disso, cabe rastrear os usos e significados possíveis dessas imagens evidenciando como foram incorporadas ao amplo "leque" de instrumentos de propaganda utilizados pela A.I.B. para divulgar sua doutrina e manter a coesão dos militantes[4]. Consideramos ainda que as fotografias fazem parte de um processo, denominado por Pollak, de "enquadramento de memória" [5], no qual uma determinada imagem do movimento e de seus militantes é escolhida e enquadrada para ser a "verdadeira" a ser perpetuada e que procura construir no presente (mantêm e manterá) a coesão do grupo projetando essa imagem também para o futuro.

A Ação Integralista Brasileira entre 1933 e 1937, auge deste movimento de caráter fascista, construiu em seu discurso textual e imagético padrões de feminino e masculino em consonância com sua filosofia e visão de mundo, intimamente ligadas aos argumentos dos

discursos médicos eugênicos e de inspiração cristã desta época. Sendo assim foram delimitadas pela intelectualidade, dirigente ou não, do movimento representações[6] dos gêneros, consolidando não somente as diferenças mas também hierarquias entre eles. Tais representações se tornam instrumentos de poder integralista, como aponta Bourdieu em seu estudo sobre representações, estas fazem ver e fazem crer, dão a conhecer e fazem reconhecer, assim como impõem as definições legítimas das divisões do mundo, neste caso aos integralistas[7].

Ressaltamos que estas representações não são "criações" separadas da sociedade e do tempo histórico em que foram elaboradas visto pois é preciso mais que uma certa sintonia entre aquilo que está sendo mostrado e o público que receberá a mensagem, já que não se pode entender as representações como imposições simplesmente, pois elas são muito mais o resultado das relações sociais em determinado momento histórico, onde existem muitas hierarquias, mas onde também são possíveis negociações e improvisações[8]. A crítica elaborada por mulheres intelectuais, feministas ou não, contra o casamento e a desigualdade de direitos entre os gêneros, nas décadas 1920 e 1930, por exemplo, marcou e mesmo transformou o discurso conservador destas décadas[9].

Conscientes de que o discurso integralista construiu representações do gênero feminino, de fundo biológico, cristão e antifeminista, intimamente ligadas à sociedade da sua época – por este motivo não são dados "naturais"-, e que estas estão imersas em relações de poder e de hierarquia, evidenciamos a nossa opção pelo conceito de gênero tal como proposto por Joan Scott, ao pensá-lo como categoria útil de análise histórica e uma forma de indicar as construções sociais dos papéis femininos e masculinos[10].

Na década de 30, a propaganda política, como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, era fator integrante da cultura política brasileira e internacional da época e adquiriu enorme importância, quando ocorreu, em âmbito mundial, um avanço considerável dos meios de comunicação[11]. O Integralismo também se insere nesta cultura política da década de 30 pois elaborou e utilizou largamente artifícios propagandistas[12]. A leitura, até o presente momento, de documentos enviados pela Secretaria Nacional de Propaganda da AIB às Secretarias de Propaganda da Província da Guanabara indicam o estímulo dado ao uso de fotografias para fins de propaganda do movimento[13]. As fotografias circulavam em periódicos integralistas (produzidos pelo grande consórcio jornalístico chamado *Sigma-Jornais Reunidos)* nacionalmente e periódicos não integralistas que fossem simpáticos à causa integralista[14]. Além disso, A propaganda era reforçada pelo caráter de "foto-descrição" do fotojornalismo, no Brasil e no mundo, dessa época[15], que se propunha à descrição da realidade como ela era.[16]

Porém, para não tomar as fotografias apenas como ilustrações de práticas de propaganda ideológica é preciso buscar como o movimento integralista elaborou e divulgou, por meio da fotografia, suas concepções de feminino, ancorada em valores, concepções, critérios estéticos, etc. Por isso, não será apenas o conteúdo iconográfico que deverá ser analisado e interpretado mas, também, o lugar de onde o integralismo produz esses registros "pois é este lugar na sociedade que vai dar condições de existência ao objeto fotográfico"[17].

Acreditamos que a fotografia integralista se apresenta como uma memória da militância integralista e de sua identidade em relação a um Brasil em franca redefinição política e social, na década de 1930. Não é por acaso que na maior parte do conjunto fotográfico analisado são retratados militantes integralistas e estas fotos elaboram uma auto imagem do movimento, monumentalizando seu dia-a-dia. Como afirma Mauad, a fotografia pode apresentar o aspecto de monumento da realidade – algo que traduz valores, idéias, tradições e comportamentos contribuintes da formação de uma identidade coletiva e de uma memória a ser perenizada para o futuro[18].

As referências teóricas e metodológicas que orientam a pesquisa e análise imagética deste trabalho estão intimamente ligadas ao campo de uma história social onde a fotografia é pensada como prática social e expressão de relações sociais e significados culturais. A imagem não existe apenas em função do desenvolvimento técnico ou da possibilidade colocada pelo equipamento, separada das questões sociais (quem fotografa? Por que fotografa? Para que? Quais as intenções/objetivos?) e do tempo histórico em que foi produzida. Embora tenhamos o intuito de analisar o conteúdo do *corpus* fotográfico (objetos, pessoas, gestos, locais, entre outros) e as técnicas fotográficas usadas na produção fotográfica, pretendemos ir além desta esfera, indagando os usos e escolhas dos produtores das fotos, as formas como foram divulgadas (periódicos, exposições, folhetos, etc), o modo que elas apareciam no material de divulgação, onde e como elas estavam organizadas antes da apreensão pela D.E.S.P.S. e como o A.P.E.R.J. reorganizou o acervo fotográfico integralista[19]. Além disso, cabe comparar as representações de feminino nas fotografias integralistas com outras fotos da sua época. O método de análise do conteúdo e das técnicas fotográficas neste trabalho se baseia no método histórico-semiótico, criado pela professora Ana Maria Mauad da Universidade Federal Fluminense.[20] A seguir, o aplicaremos, de forma simplificada, a fim de expor algumas impressões sobre o conteúdo das fotos, estando esta análise sujeita a revisões ao longo do processo de pesquisa.

Embora não identificados a identidade do fotógrafo, ou dos fotógrafos, e o equipamento fotográfico utilizado, podemos supor que se usou uma máquina leve e com alto nível de

definição da imagem em variadas condições luminosas, devido à presença de fotografias com a movimentação dos seus atores e em alguns momentos fora do espaço privado. Identificamos alguns aspectos da forma de expressão das fotos: O tipo de foto que predomina é a fotografia posada, mostrando a intencionalidade do fotógrafo, e de quem encomendou a foto, de retratar pessoas, objetos e lugares de seu controle e escolha; o enquadramento predominante da mulher no *corpus* fotográfico é: sentido horizontal, direção central e o objeto central é a figuração coletiva. A mensagem transmitida por essas escolhas espaciais enfatiza significados de aglutinação, de coletividade, de união e confluência de interesses entre homens e mulheres, que estão estreitamente relacionados com o caráter totalitário da A.I.B [21].

No plano de conteúdo do conjunto das fotos, verificamos que o espaço geográfico predominante é o urbano, o Rio de Janeiro, onde se tomavam as grandes decisões do movimento. As mulheres estavam presentes nestes momentos, participando ativamente como colaboradoras do movimento. Embora elas não estivessem no espaço privado, contrariando o discurso de alguns integralistas mais conservadores, notamos um deslocamento do espaço privado de controle do feminino, do lar para o núcleo integralista (na maioria do conjunto fotográfico elas aparecem em núcleos ou espaços integralistas fechados e observada pelos integralistas homens). No espaço do objeto predominam objetos do cotidiano integralista: uniformes, símbolos integralistas como o *Sigma* e a bandeira integralista, a foto de Plínio Salgado e outros símbolos ligados a ideologia integralista como a bandeira nacional e uma miniatura do cristo crucificado. A presença destes objetos nos aponta a representação homogênea e única das militantes, não há indícios de individualismo, somente existe a militante integralista. Meninas levando bicicletas em um desfile nos mostram a presença da Educação Física na A.I.B., segundo Endrika Geraldo o movimento a utilizava como instrumento de militarização, promovendo disciplina e hierarquia[22]. Analisando o espaço da figuração, vemos que a mulher, na maioria das fotos vem acompanhada da presença masculina e infantil. Estas representações nos indicam as associações feitas pelo integralismo com a figura feminina: exercendo seu papel “natural” de maternidade, sendo “colaboradora” e dependente do homem[23]. Vemos também que a postura e os gestos da integralista (das adultas e das crianças) indicam a sua militarização corporal e psicológica. E, finalmente, no espaço da vivência observamos novamente a limitação da liberdade, tanto política quanto cotidiana, da militante, que aparece em funções preconizadas pelo movimento (assistência social, educação infantil) - distintas das funções masculinas -, em eventos integralistas, com militantes masculinos de seu núcleo, e votando no plebiscito organizado pela A.I.B. para a escolha do seu representante nas eleições presidenciais.

Concluindo esta exposição, esclarecemos que não é nosso objetivo vitimizar a mulher integralista ou localizar a fonte da dominação num ponto fixo, o outro masculino, em nosso trabalho, mas sim analisar e problematizar o discurso imagético produzido pela Ação Integralista Brasileira que delimita a sua conduta, alvo da propaganda do movimento, e naturaliza relações e diferenças entre os gêneros. Discurso este, que determina a conduta ideal pela presença de representações pautadas na ideologia integralista e censura a conduta chamada pelos militantes de "vergonhosa" pela ausência de representações pautadas na liberdade feminina.

---

[1] Estas quatro regras de conduta para a mulher integralista fazem parte de um conjunto de treze normas reunidas sob o título "Breviário da mulher integralista" , produzido pela dirigente integralista Iveta Ribeiro e publicado no jornal **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 05/01/1937.

[2] Selecionamos por volta de 82 fotografias sobre esta temática dentre um conjunto de 360 fotografias existentes no acervo de fotos integralistas, já digitalizado, do APERJ, denominado Série Documentos Fotográficos do Integralismo. Nosso critério chave foi a presença feminina no espaço fotográfico.

[3] FREUND, Gisèle. **Fotografia e Sociedade**. Lisboa: Editora Vega, s/d. e MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"**. São Paulo: EDUSC, 1998.

[4] Outros exemplos de instrumentos de propaganda utilizados pelo Integralismo são o rádio, os livros produzidos pelos seus ideólogos, revistas ilustradas, panfletos e jornais, tanto regionais quanto nacionais. Ver: CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil**. São Paulo: EDUSC,1999, p.125.

[5] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.7.

[6] O conceito de representação também é compreendido nesta análise à luz da psicologia social e da semiótica, como sendo, em linhas gerais, "a percepção de um objeto como signo do mesmo, como algo que existe para significar ou designar o objeto" e conforme afirma o psicólogo Pascal Moliner "correspondem a um conjunto de crenças, opiniões, comportamentos referentes a esse objeto. Ela é constitutiva da realidade desse objeto, da subjetividade de quem o vincula e do sistema social no qual se inscreve a relação sujeito-objeto". Ver: JOLY, Martine. **Introdução à analise da Imagem**, Campinas, São Paulo: Papirus, 1996, pág.33 e MOLINER**,** Pascal. **Images et représentations sociales – De la théorie des représentations à la étude des images sociales**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1996, p.16. *Apud* SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como "representação do passado": a nova historiografia francesa. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000, p.86.

[7] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 , p.137.

[8] Ver: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados,** 11 (5). São Paulo, 1991 , p.182.

[9] SILVA, Cleusa Gomes. **Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil moderno (1900-1940).** Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp, 2001, pp.117 e 118.

[10] SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica** (tradução de Christine R. Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife, SOS Corpo, 1991, pp.1-3.

[11] CAPELLATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, São Paulo:Papirus, 1998, p.34.

[12] Ver: BERTONHA, João Fábio. A máquina simbólica do Integralismo: Propaganda e controle político no Brasil dos anos 30. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia, (7): 87-110, jul/dez 1992.

[13] Tais documentos se encontram na Série Integralismo, organizados pelo Arquivo Público do Rio de Janeiro.

[14] Alguns documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Imprensa do movimento, também encontrados no Arquivo Público do Rio de Janeiro, indicam o contato entre integralistas e Jornais não integralistas brasileiros.

[15] SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental.** Chapecó: Grifos, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p.83.

[16] A Revista ilustrada *Cruzeiro*, lançada em novembro de 1928, no Rio de Janeiro, por exemplo, advogava para si "o direito quase missionário de ser o espelho fiel da vida". Ver: MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem. A produção fotográfica e o controle dos códigos de representação social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX.** Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990, p.9.

[17] GRANGEIRO, Cândido Domingues. **As artes de um negócio: a febre photographica**. São Paulo: 1862-1886. Campinas/São Paulo, Mercado de Letras/Fapesp, 2000, p. 21

[18] MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História, interfaces. In: **Tempo, Revista do Departamento de História da UFF**, RJ, Ano 1, n º 2, p.85, 1996, p.85

[19] Tais preocupações com análise da fotografia são similares às de Marta E. J. Barbosa em seu trabalho sobre as fotos da seca no Ceará, no final do século XIX. BARBOSA, Marta E. Jacinto. **Os famintos do Ceará**. In: MACIEL, Laura A., *et al*. (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

[20] O eixo da análise é a codificação da noção de espaço. A fotografia, da mesma forma que outros sistemas de signos, abriga em si uma forma de expressão e uma forma de conteúdo. No plano de expressão, analisamos o *espaço fotográfico*, categoria que compreende um estudo das escolhas do fotógrafo, a sua forma de expressão fotográfica. Estão incluídos aí os itens: sentido (horizontal e vertical), direção (esquerda, direita e centro) da foto e objeto central, além de uma reflexão sobre o ofício o fotógrafo na década de 30 no Brasil. No plano de conteúdo, analisamos os seguintes espaços: *espaço geográfico*, que compreende o espaço físico representado na foto e sua relação com as "camisas verdes"; *o espaço da vivência,* que abrange as atividades, vivências e eventos femininos que se tornaram objeto do ato fotográfico; o *espaço da figuração,* que compreende as pessoas retratadas, a relação entre os gêneros e as hierarquias presentes; e finalmente, o espaço do objeto, que abrange a lógica existente na representação dos objetos e sua relação com a experiência vivida pelas integralistas. Estes planos serão analisados separadamente, mas são entendidos como inter-relacionados. Ver: MAUAD, *op. cit*. pp. 93-96.

[21] Ver: ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. **Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de Plínio Salgado**. RJ, Zahar, 1988.

[22] GERALDO, Endrika. **A raça e a nação: a família como alvo dos projetos integralistas de nação brasileira nas décadas de 20 e 30**. Dissertação de mestrado.Unicamp, 2001, p.98.

[23] Como afirmamos anteriormente, a conduta feminina no discurso integralista é delimitada utilizando argumentos dos discursos médicos eugênicos.

Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade portuguesa

Tatiana Quintela de Azeredo Bastos* - PPG-UFRJ

O presente trabalho se propõe a estudar uma das múltiplas possibilidades de construção identitária do grupo étnico português no Rio de Janeiro tendo como *lócus* privilegiado o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e em especial a construção do seu prédio sede em estilo neomanuelino. Pretendemos analisar as estratégias deste grupo para afirmar sua identidade como forma de negociação com a sociedade carioca.

O Gabinete Português de Leitura (GPL), posteriormente denominado como "Real Gabinete Português de Leitura" (RGPL), foi uma associação fundada em 1837 por imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo de sua história passou por diversos endereços à medida que se ampliavam a quantidade de associados e o acervo. Somente em 1887 fixou-se em prédio próprio, construído especificamente para a associação, onde permanece até hoje.

O objetivo desta instituição era estimular o engrandecimento da "cultura do espírito", além de estimular o orgulho da nacionalidade portuguesa, buscando ser esta uma associação entre a cultura e o lazer. Apesar de ter sido uma das primeiras associações portuguesas criada no Brasil, não havia em sua organização um caráter recreativo ou beneficente, diferentemente do que ocorre em outras associações de imigrantes em meados do século XIX. Além do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, outros Gabinetes foram fundados no país, como, por exemplo, o Gabinete de Pernambuco, que afirma em ata de fundação ter no Gabinete do Rio de Janeiro seu modelo de organização.

Maria Helena Beozzo de Lima[1] afirma que os imigrantes portugueses tinham a tendência de se fixarem nos centros urbanos e em organizações regionais em decorrência da estrutura econômica de Portugal e do tipo de imigrante que saía do país,

oriunda muitas vezes de regiões onde a pequena propriedade é predominante. Entretanto, o Real Gabinete de Leitura adota para a representação da identidade portuguesa a exaltação do passado do Império português, valorizando as conquistas ultramarinas e os escritores portugueses, principalmente Camões[2].

No Brasil as associações portuguesas são separadas em: recreativas, tendo como principais características a promoção de eventos folclóricos e recreativos entre seus integrantes; beneficentes, sendo o socorro mútuo e as ações beneficentes seus pontos característicos; culturais, englobando escolas e bibliotecas mantidas por imigrantes portugueses. Vale ressaltar que uma associação se caracteriza pela presença de um corpo administrativo e de associados contribuintes ou não. As associações de caráter beneficente e cultural apesar de muitas vezes possuírem sua diretoria se relacionando entre si, não estimulam entre seus associados e de outras instituições portuguesas uma relação mais próxima, cabendo ao integrante procurar por si próprio estabelecê-la. Já as recreativas procuram desenvolver entre seus associados e de outras instituições uma rede de relações, além de buscar maior contato com a sociedade brasileira, promovendo eventos, festas e comemorações em datas definidas do grupo étnico.

O associativismo não era uma característica específica dos imigrantes portugueses. Havia no Rio de Janeiro do século XIX diversas formas de organização em associações, sejam elas étnicas, religiosas, beneficentes, sociais e, mais intensamente no final do século, políticas. José Murilo de Carvalho[3] afirma serem essas organizações e associações formas de participação popular que estava à margem da ação na política oficial. Muitas vezes eram nas associações que a população recorria quando necessitavam de algo, ao invés do Estado.

Para exercer a função cultural, o Real Gabinete se propunha a organizar exposições sobre assuntos e autores portugueses, cursos, aulas, mas seu enfoque principal era a constituição da biblioteca. Seu acervo era composto por doações e compra de livros,

dando sempre prioridade às obras raras e aos autores portugueses, porém também se valorizava os livros da "cultura universal". A aquisição de livros raros nem sempre estava voltava para a disponibilização aos seus associados e freqüentadores, mas sim para a exposição e como uma forma de "comprovação" da antiguidade civilizatória portuguesa.

As bibliotecas públicas e privadas não se constituíam mais em novidade para a cidade do Rio de Janeiro após a chegada da família real. Tânia Bessone[4] afirma que o século XIX foi marcado pela crescente procura por bibliotecas públicas e pela preocupação em contribuir para o fortalecimento destas pelos membros privilegiados da sociedade e da política. Apesar de existentes, as bibliotecas particulares não eram expressivas nos inventários *post-mortem* estudados por Bessone, o que reforça ainda mais a idéia de valorização das bibliotecas públicas.

O *Jornal do Commércio*, um dos periódicos mais antigos da cidade, publicava regularmente comentários sobre livros e informações sobre novas aquisições das bibliotecas, tornando-se espaço privilegiado para divulgação e sedução de novos leitores. Nesse mesmo periódico eram publicadas regularmente as estatísticas de freqüência dos leitores das principais bibliotecas do Rio de Janeiro, a saber: a Biblioteca Nacional, a Escola da Marinha, a Biblioteca Fluminense, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Gabinete Português de Leitura, entre outras.

O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro guardava aproximações quanto aos existentes em Portugal, porém não com o modelo de Gabinete que se popularizou na França no século XVIII, visto que se tratava de um Gabinete vinculado a uma agremiação cultural de origem étnica e emprestava livros aos seus associados e subscritores, além de os disponibilizar aos leitores em geral.

As administrações, geralmente constituídas de profissionais de origem portuguesa como médicos, advogados, comerciantes, professores; que se sucederam no Gabinete Português possuíam em sua maioria uma preocupação com a catalogação dos livros e

com o aumento do acervo, assim como também com espaços internos de convívio entre os freqüentadores. O aumento constante do volume do acervo da instituição forçava regularmente que esta mudasse de endereço para melhor comportá-lo.

O projeto de se ter uma sede própria para o Gabinete havia desde a sua fundação; porém, apenas na década de 1860 que a primeira proposta de captação de recursos foi formulada. Neste período, a Instituição estava em iminência de mudar novamente de localização. Entretanto, junto a essa necessidade presente, ansiava-se pelo estabelecimento de uma instituição que representasse simbolicamente a grandeza de Portugal num espaço no centro do Rio, coração da cidade, colocando, assim, a nação portuguesa novamente em elevada consideração.

O projeto previa a arrecadação de recursos mediante ampliação do número de sócios da instituição, o aumento do número de ações de antigos associados, as doações feitas pela "comunidade portuguesa" e as contribuições de outras associações portuguesas. A crise econômica atravessada durante a Guerra do Paraguai e suas conseqüências posteriores ocasionaram uma diminuição na arrecadação, visto que, por exemplo, o comércio varejista e o transporte público, setores dominados majoritariamente por portugueses e descendentes, sofreram bastante com a crise.

Urgia que conquistasse uma sede própria. Nomes como o do Senhor Visconde de São Cristóvão, José Joaquim Ferreira Margarido, Ramalho Ortigão reuniam-se em prol desse objetivo. A ausência de espaço para a organização do acervo, para as reuniões dos acionistas e diretoria da Instituição eram levados como bandeira na luta por um espaço próprio. Além disso, a nova sede atrairia a mocidade portuguesa assim como os homens de letras, propiciando que se incorporassem, desde que sob ordem dos estatutos da Instituição. Percebe-se que a construção da sede transcendia exclusivamente a questão da necessidade de espaço, abarcando um motivador nele mesmo de perpetuar a Instituição enquanto símbolo do grandioso passado português. Buscava-se por meio

dessa empreitada o “espírito corporativo português”, beneficente por natureza e sem a preocupação negativa do lucro vil.

Foi na década de 1870 que se iniciaram os estudos para a construção do prédio. O arquiteto Raphael da Silva e Castro projetou um edifício em estilo manuelino. A escolha deste estilo merece maior atenção, menos por suas características arquitetônicas, do que por trabalhar com questões simbólicas importantes para a construção da identidade portuguesa.

A identificação do estilo manuelino foi estudada pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo Varnhagem e por Joaquim da Costa Ramalho Ortigão[5], na forma de discurso de inauguração do prédio sede do Real Gabinete Português de Leitura. Porém, trabalharemos especificamente com as considerações da professora Regina Anacleto[6] sobre a arquitetura neomanuelina e sua repercussão no Brasil.

Anacleto afirma que a arquitetura tem de inserir-se na produção histórica, sendo entendida a partir de um amplo processo econômico, político, social e cultural. Portanto, estudar e preservar as edificações é uma forma de se pensar e analisar a história de uma nação e, muitas vezes, de um momento histórico mais global.

Principalmente na segunda metade do século XVIII e especialmente no século XIX, a dicotomia entre natureza-cultura se fazia sentir em quase toda a Europa. Diversos autores desenvolvem teorias que tentam reconhecer no neogótico uma arquitetura nacional, visto que este possibilitava um jogo de representações sugestivas muitas vezes utilizadas nas representações da história nacional. Porém, apesar de se incluir em um longo período em Portugal (150 anos), ele não foi determinante no panorama nacional.

Paulatinamente, o lugar do neogótico foi sendo substituído pelo estilo manuelino em Portugal. Considerado este último como mais representativo da história do país e conseqüentemente do nacional. Esta arquitetura vai surgir repleta de sentimentos nacionalistas, uma vez que se identifica com determinados episódios históricos e culturais

do passado português. A temática náutica está muito presente em suas construções e ornamentações internas, assim como os grandes personagens da história de Portugal.

A aparição inaugural do estilo neomanuelino ocorreu na janela do Paço da Pena, desenhada pelo rei. D. Fernando II para seu palácio, aproximadamente nos anos de 1840. Logo após, "veio a transformar-se em estilo nacional e serviu de suporte a várias correntes culturais, ideológicas e políticas". Grande parte da literatura que aborda o estilo neomanuelino aponta para a restauração do monastério dos Jerônimos como o marco deste estilo. O final do século XIX foi significativo na utilização da arquitetura neomauelina nos prédios públicos e em outras construções. Outro exemplo desta utilização foi a Estação do Rossio, adaptando o estilo aos fins comerciais, aos quais o prédio se destinava. Anacleto afirma ter sido a influência do edifício Buraço e a mística camoneana e nacionalista dos portugueses residentes no Brasil, os motivadores do Dr. Carvalho Monteiro à utilizar o estilo neomanuelino para construir sua casa na cidade de Sintra, Portugal.

Segundo Anacleto, os imigrantes portugueses no Brasil estariam trabalhando com uma forma de idealização do que era nacional e como deveria ser expresso seu nacionalismo através da utilização do estilo neomanuelino em suas construções e do "mito camoneano" em suas representações. A presença numerosa da colônia portuguesa no Brasil, a carência de instalações para as associações portuguesas e a busca pela mitigação da saudade da mãe-pátria também faz com que estes utilizem esta arquitetura para as sedes de suas associações no Brasil.

O prédio e decoração do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro correspondem a um ideário de estilo dos integrantes da diretoria da instituição. A escolha do arquiteto Rafael da Silva e Castro, responsável pela planta do prédio, também demonstra essa opção, visto que este no mesmo período estava envolvido em um projeto

de reforma do Mosteiro dos Jerônimos. Há na construção uma mistura de ferro associado à pedra. Esta construção ainda hoje existe no cenário carioca.

A Igreja dos Jerônimos, segundo Anacleto, serviu de modelo para as construções em estilo neomanuelino, a fim de imitar-lhes o "rendilhado de sua pedra". Em Portugal, porém, esse estilo possui motivações nacionalistas, culturais e políticas, já as construções em solo brasileiro são expressão de um "historicismo típico do período, que chega mesmo a atingir uma forma exacerbada". O estilo manuelino empregado no Brasil não pode ser dissociado ao "culto" camoneano.

> "Nacionalismo, historicismo e camoneanismo, eis três conceitos que, para os residentes no Brasil, quer através de um exílio forçado, quer quando resultado de um exílio desejado por via da busca de uma situação econômica mais desafogada e materializados através dos edifícios-sedes das suas associações, se podem pensar na mentalidade romântica ainda ali vigente"[7].

Assim, a escolha de um estilo arquitetônico está inserida em seu período histórico e nas possibilidades existentes para a sua implementação. A maciça presença portuguesa no Brasil e em especial no Rio de Janeiro, seja de imigrantes em busca de uma melhoria econômica, seja daqueles fugidos de uma realidade política que não os favorecia, possibilitou uma exaltação de um estilo nacionalista português. Há uma tentativa não só de aproximação com sua terra natal, como também de se construir uma identidade para este grupo étnico. Uma forma de identidade ideal, realçando o passado glorioso (nesse caso, a presença de Camões e da temática náutica) em um presente não tão enaltecedor assim.

Como visto, estudar a construção do prédio sede do Gabinete Português de Leitura nos possibilita, dentro de um estudo de caso, termos uma perspectiva a respeito da construção da identidade do imigrante português desta associação e analisarmos sua procura por unidade de discurso. Percebemos funcionar, então, o Gabinete como um

facilitador do diálogo com a sociedade receptora e um mantenedor do *status* diferenciado dos integrantes da elite portuguesa, construindo uma das possibilidades de identidade além-mar para os imigrantes e descendentes. Apesar de se propor congregadora de todo e qualquer imigrante, tem em seu próprio estatuto fatores de exclusão e clivagens a todo aquele que não correspondesse à sua identidade criada e pretendida: a do imigrante que sente orgulho de seu passado e que conseguiu "fazer a América". Aos excluídos, porém, há a possibilidade de compartilhar o legado cultural deixado por Portugal, relembrado constantemente nos discursos de seus associados, nos artigos da revista Convergência Lusíada e, como veremos, na própria construção arquitetônica e simbólica do prédio sede do Real Gabinete.

---

[*] Tatiana Quintela de Azeredo Bastos é aluna do programa de pós-graduação em mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

[1] LIMA, Maria Helena Beozzo de "A missão herdada: Um estudo sobre a inserção do Imigrante Português", Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1973.
[2] A exaltação a figura de Camões também é presente na forma de quadros e esculturas, porém sua referência está sempre associada aos *Os Lusíadas*, considerada a maior obra literária portuguesa.
[3] CARVALHO, José Murilo *"Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi". São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[4] BESSONE, Tânia Maria. Palácios de destinos cruzados : bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1999.
[5] TAVARES, Antônio Rodrigues "Fundamentos e Actualidades do Real Gabinete Protuguês de Leitura. Edição Comemorativa do 140º aniversário de fundação", publicação do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1977.
[6] ANACLETO, Regina "A arquitetura neomanuelina e a sua repercussão no Brasil" Separata del livro "Relaciones Artísticas entre la Península Ibérica y Amércia" Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del arte (11 – 13 Mayo 1989), Valladolid, 1990.
[7] ANACLETO, Regina "A arquitetura neomanuelina e a sua repercussão no Brasil" Separata del livro "Relaciones Artísticas entre la Península Ibérica y Amércia" Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del arte (11 – 13 Mayo 1989), Valladolid, 1990.

A AÇÃO POLÍTICA DOS INTELECTUAIS NA IMPRENSA (1956-1964).

Tatyana de Amaral Maia

A proposta deste artigo é discutir a ação política dos intelectuais da educação através da imprensa entre 1956 e 1964. Trata-se de investigar o papel da imprensa como veículo de debate entre os grupos que disputavam o controle no setor educacional, ou seja, o grupo liderado por Anísio Teixeira no interior do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o grupo católico. Essa análise nos permitirá compreender a capacidade de mobilização política desses intelectuais e, em que medida, conseguiram interferir nos processos decisórios, especialmente, na Lei de Diretrizes e Bases sancionada em 1961. Para tal, serão utilizados os editoriais e artigos publicados nos principais jornais do país que detalharam as ações políticas em torno da educação. Dessa forma, buscamos avaliar a capacidade de materialização do projeto por eles defendido.

As lideranças educacionais daquele período – Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Darcy Ribeiro e Jayme de Abreu – participavam diretamente do aparato estatal, especialmente, no controle do INEP, considerado um supraministério por ser responsável pela distribuição do orçamento da União para o setor educacional. Tal fato fez com que a direção do INEP fosse um cargo importante dentro do Ministério: Anísio Teixeira era o responsável pela distribuição das verbas, além de participar diretamente da organização da agenda do Ministro e de estar ao seu lado em vários momentos políticos. O próprio Anísio Teixeira foi cotado para assumir o Ministério no início do governo Jânio Quadros, mas as pressões políticas em torno do cargo parecem ter inviabilizado tal acontecimento.

O trânsito destas lideranças junto à cúpula governamental e às instituições ligadas à educação tornou-se fundamental durante as disputas políticas pela definição das diretrizes e dos objetivos da área cultural. Nesse caminho, o apoio da imprensa, as relações com o legislativo e a contribuição de outros nichos intelectuais foram centrais na organização de movimentos favoráveis ao projeto educacional defendido por esses atores.

O ano de 1958 tornou-se um marco nos debates educacionais do período 1945-1964. Os bispos católicos do Rio Grande do Sul enviaram um Memorial ao Presidente da

República Juscelino Kubitschek solicitando o afastamento do educador Anísio Teixeira do INEP e de todos os seus assessores do MEC. Os bispos receberam o apoio do deputado Carlos Lacerda que passou a promover um insistente ataque ao educador baiano e sua equipe até o golpe militar. A imprensa tornava-se, então, o palco privilegiado dos ataques, acusações, defesas, manifestos, monções, debates etc.

O arcebispo gaúcho Dom Vicente Scherer, principal opositor do grupo de Anísio Teixeira, utilizará a imprensa como meio para acusar o educador baiano e sua equipe de materialistas políticos e marxistas. Para o arcebispo, estes intelectuais representavam uma ameaça ao país ao proporem uma educação laica e de orientação estatal. A defesa da escola pública e do ensino religioso facultativo era considerada pelos católicos uma clara orientação comunista e desvirtuava dos ideais históricos da sociedade brasileira.

Dom Vicente Scherer, aproveitando as comemorações pela passagem do 11° aniversário de sua sagração, discursava, no dia 23 de fevereiro de 1958, na Catedral Metropolitana, sobre a questão educacional. O discurso intitulado "Pela liberdade do ensino" dirigia-se abertamente ao Ministro da Educação Clóvis Salgado afirmando que era preciso observar a força de grupos ateístas que promoviam "a ação destruidora das forças da negação e do mal." O arcebispo alertava para a ação desse "grupo poderoso", que no interior do Ministério da Educação, renunciava à "consciência cristã e católica do País" e promovia a laicização do ensino e o materialismo da vida, através de uma "campanha ardilosa" contra o ensino privado, ou seja, o ensino promovido pelas instituições católicas. O arcebispo defendia que cabia às famílias o direito natural e inalienável de decidirem sobre a educação dos filhos. Portanto, ao Estado ficaria a responsabilidade de garantir a liberdade de escolha dos pais, ficando interditada qualquer tentativa estatal de sobrepor-se aos desejos familiares.

> "Decorre daí um primeiro e fundamental aspecto da liberdade escolar: a livre escolha da escola por parte dos pais. Os direitos da família são anteriores e superiores aos do Estado e da comunidade política que se constitui pela união de famílias existentes antes dele."[1]

Durante o discurso de Sherer ficava clara sua preocupação de como as disputas ideológicas no cenário internacional poderiam afetar o país; contudo, duas ações da União foram motivadoras daquela ação política do arcebispo: primeira, a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional sobre o papel da escola pública e, segunda, o congelamento pela COFAP das anuidades escolares, interpretados como hostilidade de certos grupos ao ensino particular. Para ele, era inaceitável que o Ministério da Educação não garantisse as verbas necessárias para a manutenção das escolas privadas e privasse os pais da livre escolha sobre a educação de seus filhos.

Nos dias 14 e 17 de abril, o *Jornal do Comércio* publicava a resposta de Anísio Teixeira às acusações expressas no Memorial. O educador começava explicando que não havia perseguição contra o ensino particular, já que o governo auxiliava a iniciativa privada com verbas consideráveis. Na tentativa de esvaziar o Memorial dos eclesiásticos gaúchos, Anísio Teixeira irá desmembrar todas as suas citações publicadas naquele documento, salientando o caráter democrático e reformista de seu pensamento, justificando sua ação à frente do INEP como orientada pelas decisões da OEA e da UNESCO e ressaltando que tais premissas tiveram a aprovação do delegado do Vaticano e do papa. O educador afirmava claramente que era contra: a situação de analfabetismo que assolava milhões de brasileiros, o ensino elitista e excludente, o menosprezo do Estado pela educação primária etc. Todas essas denúncias de Anísio Teixeira sobre a situação do país eram iniciadas pelos verbos “chocar”, “contristar”, “revoltar”, “escandalizar” e “lamentar”, sugerindo a indignação do educador pela situação lastimável em que se encontrava a população brasileira em idade escolar e sua preocupação aparentemente voltada mais para questões práticas do que para os debates ideológicos. Em seguida, o educador definia sobre o que era a favor: a escola primária organizada em seis anos, o ensino médio, a educação para o desenvolvimento e o governo aplicando os recursos de tal forma que garantisse o ensino básico tal como previa a Constituição.[2]

Durante todo aquele período conturbado, Anísio Teixeira fez questão de frisar o caráter de ordem e progresso de sua obra. Manteve-se firme às críticas ao caráter verbalístico e enciclopedista do sistema de ensino que, voltado para uma elite, excluía de seu aparelho a formação do homem comum. Ainda naquele ano, ele publicou quatorze artigos dedicados somente à questão educacional, reiterando suas idéias sobre o papel da educação no mundo moderno e o arcaísmo da escola brasileira. Nos artigos publicados por Anísio Teixeira, observamos a discussão de questões já bastante tratadas pelo educador. O objetivo era esclarecer a opinião pública sobre suas idéias e como elas deveriam ser implementadas.

Os artigos demonstram como no campo da batalha política os intelectuais da educação utilizaram conceitos abstratos como modernidade, democracia e cultura para a valorização da educação como instrumento de consolidação do sistema organizacional capitalista. Dessa forma, adotaram como tática política, o discurso dos valores culturais modernos como garantia do desenvolvimento da sociedade brasileira e do fortalecimento do modelo político democrático.

Anísio Teixeira fazia questão de separar as entrevistas concedidas para responder às acusações que vinha sofrendo àquelas dedicadas apenas à problemática educacional. Na tentativa solucionar a incrível confusão organizada pelos bispos gaúchos, o educador escreveu a Dom Augusto, importante clérigo baiano, agradecendo-lhe os votos da Páscoa e insistindo no caráter democrático de suas idéias e propósitos. O educador reafirmava a inexistência no interior do INEP de qualquer hostilidade à escola privada e ressalta que seu cargo não possibilitava ações da esfera executiva, apenas prestava esclarecimentos e sugestões.

> "Não há no Ministério, nem no INEP, nenhuma hostilidade à escola particular. De minha parte, gostaria de vê-la mais independente, mais verdadeiramente particular, mais diversificada da escola pública e em franca emulação com esta. (...) Se os que me julgam, conhecessem um pouco melhor o ensino inglês e o americano, veriam que minhas idéias

> se filiam realmente ao ensino anglo-saxônico. Estou hoje convencido de que a sabedoria das instituições inglesas ou americanas está presa à premissa da confiança no homem."[3]

A tentativa de afastar Anísio Teixeira da direção do INEP e da CAPES mobilizou vários grupos intelectuais que exigiam a sua permanência e atestavam a importância do educador na esfera pública, concluindo que Anísio contribuíra para o desenvolvimento de políticas dedicadas aos setores científicos e tecnológicos do país, logo, ele era considerado um representante incontestável da luta pelo progresso da ciência. Uma outra monção foi assinada por vários cientistas brasileiros e publicada no *Jornal do Comércio*, em 20 de abril, dentre os quais citamos César Lattes, José Leite Lopes, Jaime Tiomno, Cristóvão Cardoso, Darcy Ribeiro, Oracy Nogueira, Mário Vianna Dias etc. Além desses cientistas, foi publicado um manifesto com o nome de cento e nove intelectuais como Gilberto Freyre, Agripino Grieco, Manuel Bandeira, Olegário Mariano, Cassiano Ricardo, Rachel de Queiroz, entre outros. Até o escritor católico Afrânio Coutinho participou da defesa pública ao educador. Ele conclamava a Associação Brasileira pela Liberdade da Cultura a se mobilizar em apoio ao educador. A Associação Brasileira de Educação (ABE), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Associações de classe do magistério paulista, os professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) também publicaram monções em diversos jornais, e várias personalidades políticas enviaram telegramas à imprensa, como Otávio Mangabeira, a favor da permanência de Anísio Teixeira no INEP.[4]

Com a repercussão provocada pelo Memorial dos bispos e as mensagens de apoio ao educador, o Deputado Fonseca e Silva afirmou que a intenção dos católicos não era provocar a demissão de Anísio Teixeira. O deputado disse desconhecer um movimento em prol do afastamento do "ilustre homem público", o diretor do INEP Anísio Teixeira. O deputado afirmava que o Memorial visava apenas advertir às autoridades e à opinião pública sobre a "Campanha do Absolutismo do Estado Pedagógico" orientada contra a escola privada.[5]

No meio desse turbilhão de acusações e defesas, despejadas na opinião pública através da imprensa, uma personagem irá demarcar seu espaço no debate educacional: o deputado federal Carlos Lacerda. O deputado não tinha em seu histórico muitas manifestações sobre o setor educacional. A educação não parecia causar-lhe grandes interesses; entretanto, parece que o burburinho na imprensa e o acirramento das disputas despertaram no parlamentar a atenção pelas causas educacionais.

Carlos Lacerda publicava um artigo, em 6 de junho de 1959, no jornal *Tribuna da Imprensa* definindo os intelectuais dirigidos por Anísio Teixeira como "os donos da educação". O discurso de Lacerda era contundente e tinha como alvo principal o educador Anísio Teixeira, acusando-o de corroborar a ineficiente rotina do Ministério da Educação.

O ataque ao educador abriu espaço na imprensa para Lacerda apresentar seu próprio projeto da LDBEN. Em 1958, o deputado enviou à Câmara um substitutivo ao projeto elaborado na gestão do Ministro da Educação Clemente Mariani, durante o governo Dutra. O substitutivo apresentado por Lacerda tornava-se a fonte dos principais debates entre 1958 e 1961.

Os representantes do Ministério da Educação condenavam o substitutivo Lacerda pelos altos custos de seu projeto educacional – em torno de quarenta e dois milhões de cruzeiros anuais. Contudo, Lacerda contra-atacava afirmando que a construção de Brasília era um desperdício absurdo, enquanto seu projeto buscava garantir o desenvolvimento efetivo do país. O projeto apresentado por Carlos Lacerda tinha como principais propostas a equiparação do ensino público e privado, garantido pelo direito de escolha da família; o fim do "controle" público sobre as instituições privadas; representação das escolas privadas nos órgãos de direção do ensino do Governo Federal; manutenção do ensino primário em quatro anos; fixar as regras para o financiamento a qualquer estabelecimento de ensino através do Conselho Federal de Educação.

Os jornais noticiavam que o país aguardava há treze anos por uma nova LDBEN que garantisse educação à população brasileira. O projeto apresentado pelo Ministro Clóvis Salgado, que recebeu um grande impulso no ano de 1959, agora entrava em disputa com o

substitutivo Lacerda, representado por duas tendências: a primeira, o controle estatal e a segunda, a livre iniciativa subsidiada e disciplinada pelo governo. A imprensa publicava dezenas de dados estatísticos fornecidos pelo INEP, na tentativa de denunciar o equívoco da legislação brasileira que despendia inúmeros recursos financeiros no nível secundário e superior e relegava a educação primária ao segundo plano num país com alto índice de analfabetismo.

O substitutivo de Lacerda encontrava-se nas mãos da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para uma análise detalhada. Durante o XVI Congresso Metropolitano de Estudantes, no qual participaram Anísio Teixeira, o deputado Santiago Dantas e o Ministro da Educação Clóvis Salgado, o embate entre os dois grupos foi inevitável. Enquanto o educador baiano acusava o projeto de lei de ser um retorno ao período colonial onde um grupo particular detinha o poder público e privado, o deputado Santiago Dantas afirmava que o projeto de lei apresentado na Câmara era o mais democrático possível ao estabelecer o paralelismo entre o ensino público e o particular, respeitando a Constituição. Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Jayme de Abreu condenaram, durante três horas, o substitutivo Lacerda e defenderam arduamente o projeto apresentado pelo Ministério.

Anísio publicou vários artigos e concedeu diversas entrevistas sobre a importância da nova legislação, condenando o substitutivo Lacerda e buscando o apoio da opinião pública para o projeto do MEC. Aproximando-se da atmosfera intelectual dos anos 50, onde as matrizes dualistas foram a base das leituras sobre as condições sociais do Brasil, o educador propôs o modelo de ensino escolanovista como solução aos desafios do país e à superação dos arcaísmos. Anísio, assim, como outros intelectuais do INEP, acreditava que a superação do atraso econômico e do autoritarismo político ocorreria através da difusão da cultura pela escola pública.

A Lei Nacional de Diretrizes e Bases foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 20 dezembro de 1961, sendo recebida com reservas e restrições pelos intelectuais no interior do MEC.

A retomada dos debates sobre a LDBEN e a utilização da imprensa como mecanismo de mobilização da opinião pública tornavam os discursos de Anísio Teixeira fundamentais no processo de cooptação da sociedade para a defesa do projeto educacional liderado pelo educador. Naquele momento, ficava claro aos participantes da disputa educacional que a mobilização da opinião pública seria fundamental para a aprovação de seus projetos. Ora, foi essa mobilização que garantiu o cargo do educador na direção do INEP, que chegou a ser ocupada por João Roberto Moreira. O governo recuou na demissão de Anísio Teixeira após as dezenas de manifestações públicas a favor do educador. A luta política pela definição das diretrizes educacionais não se definiu apenas pelas pressões advindas da imprensa; contudo, o apoio da opinião pública foi um instrumento importante para as inevitáveis e necessárias demonstrações de força política.

---

[1] SCHERER, Dom Vicente. Materialismo domina o Ensino Brasileiro. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 24 fev. 1958. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATj61.

[2] JORNAL DO COMÉRCIO. O prof. Anísio Teixeira e o Memorial dos Bispos. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 14/15 abr. 1958; JORNAL DO BRASIL. Responde aos bispos gaúchos o sr. Anísio Teixeira: diz o que prega e o que combate. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1958 e TEIXEIRA, Anísio. Por uma escola primária séria, honesta e viva. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 abr. 1958.

[3] TEXEIRA, Anísio. Carta enviada a Dom Augusto. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1958. IN: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Na Batalha da Educação: Correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista, EDUSF, 2000. p. 114

[4] JORNAL DO COMÉRCIO. Cientistas solidários com o prof. Anísio Teixeira. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 abr. 1958.

[5] SILVA, Fonseca e. São Anteriores e Superiores ao Direito do Estado e da Comunidade os da Família. In: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Moção de Apoio da Associação Brasileira de Educação à atuação do Diretor do INEP. *Diário de Noticias*. Rio de Janeiro, 22 abr. 1958.

Rituais de festa em uma morte anunciada

Profª Drª Temis Gomes Parente - UFT
temis.parente@uol.com.br

No dia 29 de maio de 2004, em Natividade- TO, morre Ana Dias, mulher negra de 72 anos. Filha de Maria Dias da Silva, mãe solteira, lavadeira, vendedora de lenha, entre outros serviços que prestava à comunidade para sobreviver. Ana Dias herdou da sua mãe a cor negra e a profissão de lavadeira e apanhadora de lenha, mas também aprendeu a bordar panos de pratos os quais vendia para as mulheres burguesas da cidade. Nos seus últimos anos de vida, Ana Dias recebeu assistência de quase todas as mulheres da cidade. Doente, e teve tempo de preparar e imaginar como seriam os rituais e as vestes para seu velório. Ana conseguiu convencer as maioria das mulheres de Natividade sobre a importância do cumprimento de suas vontades, depois de morta..

Seu desejo foi cumprido e sua morte coincidiu com a comemoração do dia do Divino Espirito Santo (data móvel, comemorada a partir do Domingo de páscoa, quando as folias do Divino partem num giro de 40 dias, até Domingo de Pentecostes, dia do Retorno das folias e portanto dia do Imperador do Divino).[1] O velório de Ana Dias foi realizado em Natividade, uma das cidades mais antigas do Estado do Tocantins, surgida com as descobertas de ouro no século XVIII.[2]

Ao chegamos à cidade, fomos convidadas para assistir a um velório. Interessante é perceber que quem nos convidou parecia ter consciência de que nós, como pesquisadoras, nos interessaríamos por conhecer os rituais daquele velório pouco comum àquela sociedade.[3] Para nossa surpresa, encontramos no meio da sala, (na maioria das cidades do interior do Tocantins ainda se faz o velório nas residências do morto ou dos parentes,) o caixão coberto com um manto vermelho, em cima de um tapete vermelho, algumas rosas vermelhas, como arranjo, e várias mulheres em pé cantando uma marchinha de carnaval pedimos informações a nossa anfitriã sobre o significado simbólico daqueles aparatos e viemos a saber que o velório estava em conformidade com a vontade da morta que declarou em vida desejar ser enterrada vestida de vermelho , em um caixão vermelho, e que no seu velório fosse cantada uma determinada marchinha de carnaval. Nos aproximamos e verificamos que a defunta estava vestida de branco sendo o pedido de Ana Dias- o de ser enterrada

vestida de vermelho- o único que não foi atendido. O vermelho foi preterido pelo branco porque a cor branca tradicionalmente representa a pureza e, segundo as senhoras do lugar, ela era virgem. Em cima do caixão, havia um chapéu vermelho, com a propaganda do imperador do mastro daquele ano. Ainda tivemos a oportunidade de assistir à missa de corpo presente, celebrada pelo padre da cidade e acompanhada pelas mulheres.

Depois que o corpo saiu em um carro da funerária, conversamos com várias pessoas sobre o significado daquela cerimônia já que não conhecíamos a importância de Ana Dias nem o significado daquele ritual estranho a todos os demais velórios conhecidos na região: seja nos aparatos das vestes da morta, seja no manto vermelho que cobria o caixão, seja nas flores que enfeitavam a sala ou na marchinha de carnaval entoada pelos presentes e, destoando com as lágrimas que algumas mulheres deixavam escapar. Até nossa anfitriã, entre uma explicação ou outra, entrecortava meias risadas com lágrimas furtivas .

Feitas algumas perguntas, viemos a saber que Ana Dias era uma das devotas mais fervorosas do Divino Espirito Santo e que naquele dia, o da sua morte, estava acontecendo a Esmola Geral, um dos últimos e mais importantes rituais dos festejos (era devido a esse festejo que nos encontrávamos em Natividade). Segundo relatos colhidos por nós, nesse dia o Espírito Santo visita todos os moradores da zona urbana (nos 40 dias anteriores, são visitados os moradores na zona rural), sendo por isso o dia mais esperado por Ana Dias. Vestia-se vermelho e saía pela cidade acompanhando a folia, festa de que mais gostava, apesar de participar de todas as outras, sejam profanas ou religiosas, que aconteciam em Natividade. Talvez por isso o funeral de Ana Dias tenha sido um sincretismo entre o religioso e o profano, pois os trajes lembravam a folia do divino e as rezas eram entremeadas pelo o canto das marchinhas de carnaval, outra festa de que Ana Dias gostava, tanto que recomendou que fosse cantada a seguinte marchinha em seu velório:

Você com essa cara tão linda, tão linda de beijar a lua

Será que você vem de casa ou vem de casa pra ficar na rua

Pra onde você for eu vou

De Bonde, trem ou lotação

Por você eu ponho cabo na lua e vou até, até lá no Japão

O ritual da Esmola Geral parte da Igreja Matriz, com o povo acompanhando a Bandeira da Misericórdia (uma grande Bandeira do Divino), cantando e rezando. Enquanto essa bandeira percorre as principais ruas da cidade, várias bandeiras de tamanho normal, arrecadam recursos para auxiliar o imperador[4] do Divino a realizar o festejo do ano seguinte.

Todas as bandeiras e as outras representações dos festejos do Divino Espirito Santo são vermelhas, cor predominante em toda a festividade, desde as bandeirolas que enfeitam as ruas até os detalhes das lembranças distribuídas pelo imperador, o que justifica, portanto, as recomendações de Ana Dias com relação aos procedimentos referentes ao seu funeral.

Outra particularidade do velório era a ausência de homens, pois, segundo nossa anfitriã, Ana Dias não gostava de homens, tendo pedido que no seu velório não houvesse a presença de nenhum deles, assim, vimos somente mulheres ao redor do caixão, sendo exceção apenas o padre que celebrava a missa de corpo presente para ela, e que terminada a missa fazia coro à marchinha de carnaval, respeitando a vontade da morta.

Segundo a narrativa das pessoas do lugar aconteceu, tudo que Ana Dias gostava, no dia de sua morte: ela adorava a lua cheia, no momento do seu enterro, inicio da noite, era dia de lua cheia; morreu no dia na esmola geral, dia que ela mais gostava; foi velada e reverenciada pelas mulheres das famílias mais tradicionais da cidade; acataram-se todas as suas vontades, expressas enquanto viva. Ou seja, Ana Dias, mulher pobre, negra, sem ligação familiar tradicional, considerada "*Môca*"[5] naquela sociedade, conseguiu fazer de seu funeral uma espécie de festa Cabe aqui ressaltar o fato de que nesse dia chegássemos para presenciar e imortalizar as vontades de Ana Dias, mulher anônima, que consegue, dentro de uma sociedade tradicional, impor seus últimos desejos.

Possivelmente por ser anônima, tenha sido mais fácil satisfazer todos os seus pedidos. Ela não tinha parentes para questionarem tais vontades que entrassem em choque diretamente com os preceitos católicos. Talvez por ser anônima, aquela sociedade se sentiu na obrigação de fazer suas ultimas vontades, apesar de afirmarem que fizeram porque gostavam muito dela. Dentro daquela sociedade, fazer a vontade de Ana Dias era uma caridade cristã, espírito presente em Natividade, em um dia de festa em que todas elas tinham outros afazeres. O ritual desse velório, diferente em todos os seus aspectos, levou-nos a refletir sobre a importância e o poder que ainda possuem as vontades de um morto, mesmo sendo um anônimo, sem família, sem vínculo social algum, é como se as pessoas vivas, devido toda a mentalidade imbuída pelo cristianismo, se sentissem na obrigação de cumprir a vontade de um morto.

O certo é que os rituais de morte são um fator social e temporal, morre-se dentro do horizonte de classe e de cultura em que se viveu, embora o velório de Ana Dias tenha fugido desse horizonte, pois como já se disse anteriormente ela, era mulher negra, sem vinculo sangüíneo com aquela sociedade, era considerada "*môca*", perseguida pelas crianças da cidade, ensandecida , auto-flagelava-se, sobretudo no rosto, chegando muitas vezes a quebrar vários dentes.

O velório de Ana Dias ritualizado com todas as contradições econômicas, sociais e culturais de sua vida, representava, também, a satisfação dos vivos, que faziam r da morte uma reafirmação dos seus sentimentos opressores, entretanto, a cena que estávamos presenciando representava o contrário: a vontade expressa de Ana Dias em vida, sendo cumprida na sua morte por uma sociedade a que ela não pertencia.

Além dessa leitura, podemos inferir a de que os rituais de morte de Ana Dias colocados em prática por aquelas mulheres era uma forma de representar toda uma dimensão social e como tal, representava um acontecimento estratificado, pois a duração da vida e as modalidades do fim são diferentes segundo as classes a que pertencem os mortos, embora aquelas mulheres estivessem fazendo o que delas não se esperava: satisfazer as vontades de uma pessoa estranha ao meio social a que pertencem, alguém que fez parte de seus cotidianos sem ter alcançado visibilidade No velório de Ana Dias, ocorreu o que Michel Vovelle denominou de *morte vivida* "é um complexo de gestos e ritos que acompanham o percurso da última doença à agonia, ao túmulo e ao além. Com facilidade, poder-

se-ia encaixar essa morte sofrida no quadro cômodo e seguro das práticas funerárias, mágicas, religiosas e cívicas que, em todos os tempos, procuraram apropriar-se da morte atribuindo aos ritos da última passagem, dos funerais, da sepultura e do luto, uma estrutura na qual se depreende ou um sistema, ou mais freqüentemente uma estratificação de sistemas mesclados. [6]

Daí a importância de se "imortalizar" através deste artigo os funerais de Ana Dias, dando a ela a visibilidade e o lugar que não lhe foi possível em vida, pois ainda de acordo com Vovelle, não há nada de mais desigual ou diferenciador do que a morte. Dos traços que ela nos deixa ficam as provas, os testemunhos, os indicadores dos ricos, dos poderosos, mas nada para a massa anônima dos pobres. Assim, é neste quadro que Ana Dias nos tornou importante, era uma mulher pobre, *moca*, negra, mas o seu ritual de morte presenciada por nós os tornara imortal, como os grandes personagens da História.[7]

Os ritos fúnebres de Ana Dias representam ainda o que Vovelle chama de *morte barroca*, isto é, uma morte marcada por uma extraordinária mobilização ritual, coerente com um catolicismo que enfatizava as manifestações exteriores de religiosidade: a pompa, as procissões festivas, a decoração elaborada do velório. Ana Dias teve tempo de se preparar para a sua morte, pois encontrava-se doente e não morreu de repente. A morte de Ana Dias, também se enquadra no que João José Reis[8] chama de boa morte: significava que o fim não chegaria de surpresa sem que ela prestasse contas aos que ficavam e também os instruísse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Ela não deixou testamento escrito, até porque ela nada possuía. Seu testamento foi oral: deixa as seguintes recomendações: *Cordão de ouro para Sandra; par de brinco de ouro para Selma.*, as "*filhas do Benício e Julia Araújo"* (pessoas com quem ela morou durante muitos anos)

Percebemos que Ana Dias teve tempo para se preocupar com a chegada de sua morte , preparando-se para recebê-la, portanto, ordenando a sua vida,[9] cuidando de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus santos: era associada do Apostolado da Oração, congregação dentro da Igreja; nas festas religiosas sempre tinha a preocupação de arrematar prendas nos leilões, mesmo sem ter condições financeiras, justificando que era para ajudar à Igreja.

Por fim , vemos que a preocupação de Ana Dias com os seus ritos fúnebres, foi mais além do que ela imaginou, quando repetia para as pessoas como queria seus últimos momentos na terra dos vivos. Ela não imaginava na sua forma de viver pelas casas e ruas de natividade, que o seus ritos

fúnebres transcritos por pesquisadores que estavam na cidade justamente naquele dia e horário, para presenciar os festejos do Divino- justo os festejos que a morta mais gostava, justo no dia que ela morre. Entendemos que a morte, como qualquer fato da vida humana, comporta uma dimensão social e, como tal, representa um acontecimento estratificado. Todos morrem, é certo, contudo, a duração da vida e as modalidades do fim são diferentes segundo as classes a que o pertencem os mortos: *aí está a singularidade da morte de Ana Dias, representadas por ser um ritual de festa em uma morte por e ela anunciada.*

[1] Todas as informações para este artigo foram gentilmente prestadas por Simone Camelo, nascida em Natividade, fundadora da Associação Comunitária e Cultural de Natividade - TO. Atualmente, Simone Camelo é Coordenadora do programa Monumenta: programa de preservação do patrimônio Cultural, com visão de sustentabilidade.

[2] PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. 2ªed. Goiânia, UFG, 2003.

[3] Estávamos em Natividade para assistirmos aos festejos, tendo o convite sido feito, também, por Simone Camelo, doravante será tratada neste artigo como nossa anfitriã.

[4] O imperador representa o poder do Espirito Santo. É escolhido através de um sorteio no Domingo de Pentecostes.

[5] "*Môco"* em Natividade é um termo usado para denominar qualquer pessoa que não tenha todos os sentidos normais, principalmente alguma dificuldade mental ou dificuldade na fala.

[6] VOVELLE, Michel. A História dos homens no espelho da Morte. In. *A Morte na Idade Média.* Hermam Braet & Werner Verbeke 9EDS) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

[7] Idem, pg. 18

[8] REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 92.

[9] Ana Dias era aposentada e pagava a funerária.

O papel dos médicos e engenheiros na modernização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes, no início do século XX

TERESA PEIXOTO FARIA – Doutora em Estudos Urbanos
LEEA/ CCH/UENF
teresapf@uenf.br

A partir das últimas décadas do século XIX, principalmente com o fim da escravidão e conseqüente passagem para o modo de produção capitalista, e com a proclamação da República, diversas cidades brasileiras passaram por reformulação do espaço urbano, traduzida em planos de modernização, saneamento e expansão. Assim, a cidade, doravante lugar ideal para a circulação dos paradigmas da ordem moderna baseados na ciência, progresso e civilização, tornou-se um espaço de intervenções urbanísticas e também de controle sobre a população e suas práticas. Essas intervenções se associavam aos interesses das elites políticas e econômicas do país visando a consolidação do regime republicano e adequação aos processos de acumulação capitalista. As práticas sanitaristas surgiram, então, no Brasil como um dos pontos de inserção do poder do Estado no processo de modernização da sociedade brasileira.

Iniciou-se a construção do Brasil moderno, acompanhada da produção de um discurso baseado no ideal do novo, do progresso e de ruptura com o passado, elaborado, na maioria das vezes, por médicos e engenheiros sanitaristas e intelectuais. As intervenções médicas no espaço urbano não se destinavam apenas ao tratamento e prevenção de doenças, mas também influenciavam nos novos padrões de conduta da sociedade. Aos engenheiros, foi atribuída a tarefa de reformar o espaço urbano e as precárias condições de moradia.

O médico teve uma participação destacada na normatização do espaço urbano, desde o século XVIII, nas cidades européias, devido ao seu papel no combate às doenças infecto-contagiosas. A medicina intervinha nos hábitos, nos costumes e na moral dos indivíduos, tendo como alvo principal, a população pobre urbana.

No Brasil, o estabelecimento de relações mais sistematizadas entre as técnicas do saber médico e a sociedade se desenvolveu no decorrer do século XIX. Percebe-se que o intuito do estado era *medicalizar* o conjunto da sociedade brasileira sob os mais diversos aspectos[1].

O médico passou gradativamente a inscrever-se como *cientista social*, incorporando em suas atividades o uso de estatísticas, do conhecimento geográfico e histórico dos locais a intervir, acumulando um saber empírico e pragmático. Neste sentido, delineou-se, com crescente nitidez a figura do médico político, cuja função era agir sobre os problemas das doenças infecto-contagiosas e de tudo aquilo que fosse considerado como "desorganização urbana".

Importa notar que, no final do século XIX, a filosofia positivista influía sobre a prática médica, transformando-a em verdade incontestável, através do método positivo baseado na observação, indução e experimentação. A engenharia como outras áreas de conhecimento, também tinha a base teórica na doutrina positivista comtiana. Esta sensação de verdade incontestável permitia a esses especialistas se sentirem como responsáveis pela orientação e organização da "nação", ajustando-se assim, às demandas de reordenação social que existiam por parte do Estado. Desse modo, instituições como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro tornaram-se responsáveis pela formação do saber científico que passaram a ser considerados prioritários na produção dos discursos dos novos intelectuais brasileiros[2].

Para Costa[3] a questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do país. Mas esta higienização das cidades esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas, principalmente da população pobre urbana, por isto para o Estado a reconversão das famílias pela higiene tornou-se uma tarefa urgente.

Mas, muitas medidas médicas sanitárias, que dizem respeito aos melhoramentos de higiene das cidades, seriam impossíveis sem o engenheiro. Os processos médicos de saneamento são sempre combinados com o da engenharia, ambos têm um campo comum de trabalho no aperfeiçoamento das condições higiênicas[4].

A tarefa do engenheiro civil na virada do século XIX para o século XX era de um profissional que atuaria em áreas diversificadas da engenharia, que segundo Andrade[5] implicava em um amplo leque de projetos, de ferrovias, portos, obras de saneamento, infra-estrutura, reformas ou planejamento de cidades. Fabris[6] explica que como a sociedade não tinha condições de produzir por si só uma alternativa "regeneradora", cabia aos engenheiros por fim ao atraso colonial. Isto coube também aos médicos sanitaristas, aos literatos a partir da inexistência de uma elite política capaz de tomar a direção do progresso modernizador.

No caso da cidade de Campos dos Goytacazes a participação de médicos e engenheiros nas questões relativas ao espaço urbano foi fundamental para a realização de um projeto de modernização da cidade. Particularmente, a inserção do médico na função político-administrativa e na reformulação/modernização do espaço urbano foi bastante significativa[7] e digna, por conseguinte de um estudo mais aprofundado.

As discussões na Câmara Municipal, sobre as condições de salubridade da cidade começaram a se intensificar no final do século XIX. Paralelamente as intervenções urbanas ocorridas, nos anos 1870/80, dotando a cidade de novos equipamentos e infra-estrutura[8], são implementadas *Posturas Municipais* relativas à limpeza pública e higiene, à circulação, à construção e manutenção de edifícios como matadouros, cemitérios e também das habitações.

Na gestão do médico Gesteira Passos, em 1896, é lançada uma série de leis restritivas, visando não somente à higiene como também o embelezamento e a modernização da cidade[9]. Na reunião da Câmara Municipal o médico Cardoso de Mello[10] apresenta os termos de uma nova *Postura Municipal*, cujo conteúdo coaduna com os discursos higienistas:

> Considerando que o Município de Campos por sua riqueza, pelo desenvolvimento do seu comércio e de sua indústria, considerando que não podemos retardar a instalações de um serviço de higiene pública dentro das normas da ciência moderna. A fim de combater os fatores de contaminação e promover a civilização e o progresso (...) A Câmara Municipal decide criar a função de inspetor e delegado municipal para as questões de higiene,

> Instituto de vacinas, e o departamento de higiene. (Ata da reunião de 4 de setembro de 1896, apud Faria 1998).

No mesmo ano de 1896, uma Comissão de Saneamento dirigida pelo engenheiro Marcelino Ramos elabora um relatório sobre o estado sanitário da baixada campista e executa obras de drenagem em torno da Lagoa Feia[11], favorecendo a agricultura e saneamento das cidades de São João da Barra e Macaé.

Esses anos marcam a construção de uma problemática objetiva a respeito do estado de saúde da população e das péssimas condições do meio ambiente, conferindo à cidade de Campos uma imagem dramática de insalubridade que exigiria medidas urgentes visando remodelar e sanear a cidade.

O médico Benedito Pereira Nunes[12] elaborou, em 1901, seu programa administrativo, cujo objetivo era implementar um projeto que orientasse os trabalhos necessários para a superação do *estado de depressão sanitária* da cidade. Pereira Nunes declarou em *Acta da Primeira Sessão Ordinária de 08 de abril de 1901* que "constrangia-lhe o espírito de campista, ver sua terra, por um lado considerada a capital da democracia fluminense e pelo lado da higiene, a capital da imundície brasileira".

O quadro desenhado da cidade continuava crítico e desolador, como demonstra este extrato do jornal *O Monitor Campista*:

> A peste zomba da todas as defesas agressivas e defensivas postas em prática, com esforço e dedicação das autoridades sanitárias. As condições higiênicas da cidade são más, quer na maioria dos prédios sem ar e sem luz quer no subsolo infiltrado pelos escapamentos de fezes na rede de esgotos pela contínua falta de água para a perfeita diluição dos excretos e seu fácil escoamento. (*O Monitor Campista*, 07/01/1901)

Diante da constatação do estado de insalubridade da cidade, Pereira Nunes solicitou ao engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito[13], um projeto de saneamento[14] para a cidade de Campos dos Goytacazes. Brito desenvolveu diversos estudos e projetos de saneamento e melhoramento para importantes cidades brasileiras como Vitória, Santos e Recife. Brito vê e analisa a cidade, interpretando os problemas urbanos e apontando soluções, planejando o espaço de acordo com as futuras expansões, indicando a primazia da higiene doméstica sobre todos os fatores da salubridade das cidades.

O plano de saneamento e expansão elaborado para Campos (Brito, 1943) foi constituído em três partes[15]. Desde a introdução, Brito anuncia seu propósito: *«Preocupa-nos, digamo-lo desde já, chamar a atenção para a necessidade de educar as populações nos bons princípios da higiene»*, e termina reafirmando sua crença no projeto positivista, esperando *"Que se desfaçam todas as nuvens que escurecem o firmamento da nossa existência social: que a Política da Ordem e do Progresso, iluminadora e saneadora e vivificadora, inicie a sua ascensão reta nos horizontes de cada pequena Pátria do nosso Brasil.* Para ele *"a necessidade de sanear o município insalubre se afirma no seu centro vital, a cidade".*

Na primeira parte, Brito discute a necessidade do levantamento da planta topográfica, comentando as plantas já existentes, apontando seus defeitos e incorreções. Constata que em virtude da não utilização de um plano racional, a situação de Campos era complexa e defeituosa. Na segunda, examina primeiramente as condições ambientais do Município e da cidade, fazendo um diagnóstico do estado dos rios, lagoas, pântanos e analisa as condições climáticas. Examina também a situação das estradas, das ruas, das praças, fazendo um diagnóstico detalhado a partir do qual ele indica as soluções. Além de drenagem de áreas inundáveis, e construção de parques e praças, Brito concebe um plano completo para o Matadouro e Mercado Municipais. Na terceira parte, o engenheiro se dedica à questão da moradia. Ao falar do domicílio, Brito faz a relação entre integridade higiênica e moral; ressalta a prioridade da higiene do domicílio sobre todos os outros fatores de salubridade das cidades, mas reafirma que é necessário preservar a vida privada da casa.

Brito concebe o plano de expansão da cidade que deve ser ressaltado, pois é o primeiro projeto de urbanização visando a cidade no seu conjunto, propondo uma intervenção, em um tecido urbano em pleno processo de expansão, o que era uma novidade na planificação urbana nascente. Assim, Brito dedica uma atenção particular às extensões de terreno ao longo das estradas que indicam as possíveis direções de expansão do espaço urbano. Inclui a área de Guarús, até então negligenciada nos projetos de intervenção. Ele

preserva o núcleo central, respeitando a sua forma e estrutura originais, a harmonia com o sítio, daí a importância das curvas de nível na sua planta.

A partir do projeto de Saturnino de Brito, inaugurando a planificação urbana e do saneamento, as bases e as premissas da ordem e do progresso ficam colocadas, o que permitiria um crescimento e um desenvolvimento urbano ordenado e bem controlado.

Mas, o projeto de Brito não foi executado. Apesar dos discursos, denúncias, Posturas Municipais e medidas visando organizar e sanear o espaço urbano, durante os primeiros anos do século XX, a cidade sofreu com os problemas gerados pelas enchentes, doenças e estrutura do espaço urbano. O que se revela é a falta de intervenções concretas que visem a cidade como todo, como mostra este artigo cujo autor, aludindo ao projeto que Brito, avalia que a solução mais racional é um projeto global apoiado em bases científicas e lembra que:

> *«existe um projeto de saneamento para esta cidade. Presentemente, o famoso engenheiro que o concebeu, filho desta terra, está embelezando Recife. Atualmente o doutor Saturnino de Brito abre avenidas e instala água e esgotos na cidade que teve mais sorte que a nossa. Entretanto, Campos, seu berço, para quem ele dedicou com carinho um estudo e imaginou as necessidades para a qual ele concebeu um projeto de saneamento, parece só ter filhos ilustres para o benefício dos outros e das outras regiões. Este projeto, nobre estudo que sobre a arte e a higiene, relatório completo de nossas necessidades, foi negligenciado»* (*A Gazeta Povo* de 26 de março de 1911).

O processo de modernização urbanística de Campos dos Goytacazes recebeu um grande impulso com a criação, em 1913, do imposto de exportação do açúcar que proporcionou um aumento nas finanças da prefeitura. Contudo, foi na gestão do prefeito Luiz Sobral[16] que a cidade de Campos viu a concretização da construção da *Campos moderna*. Sob a gestão de Luiz Sobral, a Direção de Higiene e de Assistência Pública, em relatório publicado no *Anuário de Campos*, do ano de 1916, declarava que *as epidemias não encontram mais aqui terreno para se desenvolver. Campanha de vacinação, campanha de educação aplicada à higiene e à construção das habitações, etc."*

Durante a sua administração, Luiz Sobral, embora não faça nenhuma menção ao Plano Saneamento de Campos elaborado por Brito, implementou as principais obras indicadas no Plano, tais como: o Novo Mercado Municipal; o Matadouro-Modelo; o Triturador de Lixo, o fechamento com os muros do Cemitério do Caju, o alargamento e calçamento de ruas na área central, construção de diques e muralhas ao longo do rio

Paraíba do Sul. Além disso, retirou cortiços da área central, desapropriando prédios insalubres e terrenos da zona urbana para utilidade pública, conforme demonstra o *Relatório da Prefeitura de Campos dos Goytacazes* apresentado ao Conselho de Vereadores, em novembro de 1915.

As ações políticas do médico Luiz Sobral tiveram uma grande repercussão no cenário nacional, trazendo a Campos para as inaugurações das obras de modernização da área central, o então "presidente" do Estado do Rio de Janeiro, o campista Nilo Peçanha e o presidente da República Wenceslau Braz[17]. Neste evento, também esteve presente um jornalista argentino correspondente do jornal *El Diario* e da revista *Caras y Caretas*, Manuel Láinez, que divulgou, através de uma publicação intitulada "Notas Del Brasil – Crónicas e Impressiones" (publicadas em *El Diario* de Buenos Aires, em 1917) suas impressões sobre Campos:

> *"Campos, ciudad que trabaja y rie – Lo que revelan nuestros diarios – El doctor Nilo Pençanha es el estadista mais notable. – Lo que el periodista argentino piensa del Dr. Luis Sobral y del coronel Sebastián Brandão.(...) Ellos me han revelado no solamente la cultura y el progressio moral e material de Campos, sino también su potencialidad financera y comercial: los avisos de los diarios son los mejores termómetros de la vida económica de los pueblos. Y cuántos avisos tienen vuestros diarios! Campos me dió la sensación inmediata de una ciudad que vive, que prospera, que trabaja; he visto su movimiento de noche y lo he visto de día: vi una población alegre, bien vestida, que se divertía, que reía; vi una población sana, pues la risa es síntoma de salud, y vi luego la población que trabaja.*

A reformulação do espaço urbano foi uma das estratégias adotadas pelo Poder Público para a realização de seu projeto de modernização. Campos e as principais cidades brasileiras passaram, então, por intervenções radicais nos tecidos urbanos, acompanhadas de discursos capazes de divulgar e introduzir, em todas as dimensões da vida social, o conjunto de valores e códigos sociais que deveriam orientar os indivíduos em direção a um cotidiano "civilizado". Assim, a cidade, com sua nova organização físico-espacial, com seus símbolos do progresso (ruas calçadas, meios de transportes modernos, construções sofisticadas) dariam ao país uma imagem de civilização, aumentando a credibilidade de investidores externos. No decorrer do processo de modernização implementado para a nação, os médicos e engenheiros, assumindo a tarefa de normatizar, higienizar e disciplinar a sociedade, transformaram suas ações, em ações políticas, através do ingresso de muitos,

na vida político - administrativa. A cidade de Campos dos Goytacazes é um caso exemplar, onde a ação pública e política, principalmente dos médicos, acabaram projetando Campos no cenário nacional como uma cidade moderna. Ressalte-se que estas intervenções se concentraram na área central da cidade, provocando gradativamente a expulsão da população pobre em direção as áreas periféricas, dando início ao processo de divisão social do espaço urbano. Espera-se que a história das intervenções urbanísticas ocorridas na cidade possa contribuir com os projetos que almejam a modernização e preservação da área central da cidade, assim como a plenitude social, econômica e cultural.

Notas

---

[1] Pereira Neto, A. F. (2001). *Ser médico no Brasil - o presente no passado*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

[2] Ver Herschmann, M. (1994) *A invenção do Brasil moderno – medicina, Educação e engenharia nos anos 20-30.* Rio de Janeiro, Graal.

[3] Costa, J. F. (1999) *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro, Graal.

[4] Ver Neves, L. B. (1912) *A relação entre o engenheiro e o médico.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes.

[5] Andrade, C. R. M. *A Peste e o plano. O urbanismo sanitarista do engenheiro Saturnino de Brito.*Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 1992.

[6] Fabris, A. (2000) *Fragmentos urbanos- representações culturais.* São Paulo, Nobel.

[7] Pohlmann. M. A, em *O discurso higienista na construção da cidade moderna: O papel da revista A Aurora Lettras, Artes-Sciêcia. Dissertação de mestrado, UENF, 2003,* aponta que durante três décadas, o cargo de presidente da Câmara Municipal e depois de Prefeito foi exercido por médicos: em 1895-1896, foi o médico Gesteira Passos; em 1901, 1907-1909 e 1928-1929, o médico Benedito Pereira Nunes; em 1910, o médico João Maria da Costa e, de 1915-1920, 1923/1924 e depois, em 1930, o médico Luiz Caetano Guimarães Sobral, cuja gestão estudaremos com detalhes neste artigo.

[8] Ver Faria *Campos dos Goytacazes. Resources et virtualités d'une ville brésilienne: données de l'historie.* Tese de Doutorado, EHESS, Paris, França. 1998 e "Projeto de modernização e mudança da morfologia social e urbana de Campos dos Goytacazes nos anos 1870/80 – novos equipamentos e infra-estrutura-urbana". In: *Anais do X ENANPUR,* Rio de Janeiro, 2001.

[9] Segundo Alves (1996) "Campos dos Goytacazes. A reforma de Saturnino de BritoXPoder Público". In: *Cidades Brasileiras: Políticas urbanas e dimensão cultural*, São Paulo, 1998, esse interesse pela higienização da cidade não passava apenas pelo víeis da erradicação das epidemias, havia um projeto político de tornar Campos dos Goytacazes, capital do Estado do Rio de Janeiro.

[10] O médico integrava a Comissão das Posturas Municipais criada em 1895, por Gesteira Passos. (Conf. *Livro de Acta de Instalação da Presidência da Câmara*, de 08/01/1895).

[11] O encerramento dessas obras foi comemorado e marcado pela construção de um Obelisco na avenida 15 de novembro.

[12]Benedito Pereira Nunes formou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, concentrando os estudos sobre duas especializações: saúde pública e higiene. De posse desse conhecimento, Pereira Nunes trouxe para Campos o discurso higienista. Pereira Nunes também era integrante da Associação Comercial de Campos, entidade representativa no meio social e político da cidade que abraçou a campanha para que Campos se tornasse capital do Estado do Rio de Janeiro.

[13] Brito, nasceu em Campos, em 1864. Em 1898, formou-se engenheiro civil, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

[14] A planta baixa do projeto data de 1902 e o Relatório, intitulado Saneamento de Campos, foi apresentado impresso em 1903, à Câmara Municipal e em 1943, foi publicado em suas *Obras Completas.* Este estudo é considerado uma obra que inaugura uma nova leitura sobre a cidade enquanto organismo em crescimento e como meio em relação ao qual o engenheiro deverá intervir, redefinindo suas condições de salubridade (Conf. Andrade, Op. Cit).

[15] O plano foi estudado com detalhes em Faria, 1998 (Op. Cit) e Amaral *Outras Posturas, outro espaço: O Plano Saneamento de Campos e reconfiguração sócio-espacial da cidade.* Monografia de Graduação (2005).

[16] Luiz Caetano Guimarães Sobral nasceu no Rio de Janeiro, onde formou-se na Faculdade de Medicina.

[17] O jornal *O Monitor Campista,* de 05 de novembro de 1916, publicou a inauguração das obras sob o título Melhoramentos de Campos.

O EXERCÍCIO DO PODER EM UMA VILA INDÍGENA: OLIVENÇA, 1824-1889.

Teresinha Marcis ∗ - UFBA

A vila Nova de Olivença foi criada por Carta Régia em 1758, com sede administrativa instalada na Igreja de Nossa Senhora da Escada. A vila foi caracterizada pelas autoridades provinciais e locais como indígena, justificada pela antiga condição de aldeamento e pelo fato de a maioria dos moradores serem descendentes dos indígenas[1], que receberam "*como doação de sua Majestade as terras como patrimônio*"[2], Deve-se considerar, também, o provável interesse tácito das autoridades provinciais em manter uma população indígena já "integrada" naquela região ainda habitada por inúmeros índios considerados "selvagens". Essa característica concretizava-se na estrutura administrativa mista instalada: uma Câmara de Vereadores, juiz municipal e um diretor dos Índios.

Quais foram os vereadores e juizes da vila de Olivença, durante as décadas em que foi caracterizada como indígena? Quais os interesses em conflito visando resguardar a identificação étnica? Qual o papel dos moradores indígenas na Vila? Essas são algumas questões analisadas neste artigo. As fontes consultadas são documentos produzidos pelos vereadores da Vila de Olivença, no período de 1824 a 1889.

A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA VILA DE OLIVENÇA

A Câmara de Vereadores de Olivença, instalada no período colonial, adequou-se às reformas da legislação eleitoral durante o Império. A Lei de 1º de outubro/1828 determinava que "*As Câmaras das cidades se comporão de nove membros, e as das vilas de sete, e de um secretário*"[3]. O vereador mais votado exercia a função de Presidente (que correspondia ao cargo de prefeito hoje), e as eleições eram realizadas de quatro em quatro anos.

A Constituição do Império retirou a atribuição jurídica das Câmaras e eliminou a função de Juiz Ordinário. Instituiu os cargos de Juiz Municipal ou de Paz, Promotor e Juiz de Órfãos, cujos nomes eram indicados pelos eleitores e remetidos à autoridade da

Comarca responsável para nomeação. As Câmaras, transformadas em corporações administrativas, também perderam parte de sua antiga autonomia ao serem submetidas ao controle dos Conselhos Gerais e Presidentes de Província[4].

Mesmo tendo reduzidas suas atribuições, as Câmaras, em nível local, abrangiam amplos aspetos da vida cotidiana dos moradores, legislando e administrando as relações sociais, econômicas e políticas. Entre suas atribuições destacam-se: a elaboração e aprovação do Código de Posturas Municipal em que se estabeleciam as normas para o funcionamento do comércio, da utilização/preservação do espaço urbano e dos recursos naturais da vila, além da regulamentação do comportamento e da convivência social. Os vereadores eram os responsáveis pela fiscalização dos funcionários, pela realização das eleições e, principalmente, pela vigilância, para que as "posturas" fossem obedecidas com a aplicação e o recolhimento de multas aos infratores. De acordo com o código aprovado, cabia à Câmara autorizar e cobrar pela utilização dos espaços públicos, que nas vilas indígenas incluíam o arrendamento das terras dos índios. Tais atribuições proporcionavam aos vereadores, juizes e diretores a possibilidade de controlar o espaço e os moradores, com a possibilidade de acumular terras, rendas e outros benefícios pessoais.

Nas vilas indígenas, ainda existia o "Diretor dos Índios", cargo instituído pelo Diretório (1758) e restabelecido no *Regimento das Missões* (1845)[5]. O diretor deveria atuar em conjunto com a Câmara, exercendo a função de professor das "primeiras letras" e de técnicas agrícolas. Era também o encarregado da administração dos rendimentos obtidos pela venda do artesanato, dos produtos das roças e dos salários recebidos pelos índios que trabalhavam como "jornaleiros" (diaristas).

Frente a esse sistema administrativo, os moradores indígenas da vila viviam o paradoxo da dupla condição: desde a criação da Vila, estavam equiparados aos demais súditos, com direito de, por exemplo, votar e serem votados e, juridicamente, eram equiparados aos órfãos como os demais índios recém-contatados ou aldeados[6]. Tal assertiva se baseia em diversos ofícios produzidos pelos vereadores e transparece

claramente no conflito com alguns madeireiros, denunciados pela Câmara em 1853-54 pela extração ilegal de madeiras, dentro dos limites da vila, utilizando mão-de-obra indígena. Tal denúncia revela que as autoridades, a fim de exercerem o controle, apoiavam-se nas,

> Leis que garantem os Índios como Órfãos Carta de Lei de 27 de outubro de 1831, e Art. de 15 de junho 1850 (...) Carta de Lei de 20 de outubro de 1823 – art. 24 § 9 (...) que não só determinam sejam socorridos pelos Tesouros Públicos como impôs ao Juiz a obrigação a fim de vigia-los como de socorrer dos abusos, praticados contra a sua liberdades[7].

Vale ressaltar que, nesse conflito, o Juiz de Direito da Província acatou a denúncia e a condição indígena da população, ordenando aos madeireiros retirarem-se e aos índios que retornassem à Vila e aos seus "costumes tradicionais".

AS ELEIÇÕES: ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÕES E CONFLITOS

O princípio da eletividade para todos os cargos públicos locais, como juizes e vereadores, foi mantido na Constituição outorgada pelo Imperador em 1824. Segundo Vitor Nunes Leal[8] tal princípio servia mais aos próprios interesses do Governo Central que detinha o poder absoluto de demitir qualquer funcionário do Estado e para legitimar o próprio sistema de representação, impedindo, inclusive, que os eleitos recusassem assumir os cargos não-remunerados. De fato, para alguns, a eleição representava um encargo, como verificado na primeira eleição para Juiz de Paz em Olivença (1828). O mais votado recusou a função, alegando que a Vila não possuía arrecadação suficiente para manter um Juiz e não dispunha de local para a instalação da cadeia e dos trabalhos[9].

Mesmo esvaziadas ou pouco atrativas, as eleições mobilizavam esforços e representavam a possibilidade de adquirir prestígio e poder, importantes fatores para a configuração ou acesso à camada social de elite dominante e desfrutar dos benefícios e privilégios dessa posição. Além do mais, impunha-se a reformulação das relações interétnicas em nível local, uma vez que, na condição de súditos, os índios passaram a ser eleitores, e, como eleitores, podiam ser, também, eleitos, segundo palavras dos próprios vereadores de Olivença. Portanto, as eleições tornaram-se um fator importante na

negociação de maior autonomia dos índios frente aos desmandos e exploração dos proprietários e autoridades.

No caso da eleição para Juiz de Paz, frente à recusa do português em assumir o cargo, os vereadores escreveram para as autoridades da Província perguntando sobre quais medidas deveriam adotar, uma vez que, "(...) *foi servido este Senado com alguns Republicanos votarem em Luiz Antônio de Azevedo português e [...] o Suplente Manoel da Encarnação Índio desta vila*"[10]. Como a legislação previsse a eleição de suplentes para todos os cargos, a aparente preocupação dos vereadores devia-se ao fato de o eleito ter sido um índio. Eles justificaram a reclamação, alegando:

> os habitantes desta mesma Vila serem homens sem conhecimento para se poderem bem governar a si com plena administração, quanto mais a outrem, e pondo em pontos de vista por ser esta lei novíssima que precisa quem saiba criar, e pô-la em vigor [11].

A falta de documentos impediu comprovar se os eleitos foram nomeados. Porém, a eleição de um índio, mesmo como suplente, suporta vários significados e revela a existência de conflitos e disputas – foram dez votos para o eleito, contra sete do segundo mais votado (vários outros nomes também receberam votos). Para o grupo que indicou o português, a eleição do índio, não aliado, podia representar um risco à manutenção da hegemonia e do controle sobre o processo eleitoral. Também reflete a ideologia vigente da inferioridade ou incapacidade dos índios, alegação recorrente e estratégica dos não-indígenas para garantir o exercício e o controle do poder. Para os índios foi, talvez, uma demonstração de autonomia na votação e na aplicação das normas judiciais impostas pela reforma.

Conforme a legislação eleitoral e verificado nos documentos de Olivença, eram eleitos aqueles que recebiam maior número de votos, o que não significava maioria absoluta. No dia da votação, o eleitor entregava ao presidente da mesa duas cédulas, sendo uma com o nome dos cidadãos em quem votava para vereadores, e outra, com dois nomes para juiz de paz e suplente. Esse sistema de votação prevaleceu com algumas reformas até a Lei de 1881, quando se adotou apenas um nome para vereador e outro, para juiz[12].

Todos os eleitores relacionados nas listas de votação por paróquias votavam e

podiam ser votados. Eram os eleitores "ativos" ou de 1º grau: tinham a função de eleger os de 2º grau e os membros das administrações municipais[13]. O sistema permitia certa margem de imprevisibilidade quanto ao resultado, podendo complicar a atuação de determinados grupos interessados em se manterem no poder. Segundo a Legislação, para ser eleitor e eleito, dever-se-iam cumprir algumas condições, tais como: ser natural ou morador por um período superior a dois anos, ter renda própria ou profissão, ser maior de 21 anos e do sexo masculino. Durante o Império, os analfabetos podiam votar, e não era necessário apresentar provas documentais para comprovação de renda, tornada obrigatória a partir de 1881.[14] Entre os 125 homens listados como eleitores em 1848, certamente estavam índios, qualificados como lavradores, pois tinham suas terras como patrimônio.

A proibição legal da reeleição para um segundo mandato consecutivo explica a rotatividade dos vereadores nos 55 anos de funcionamento da Câmara de Olivença, (1824-1879). Nesse período foram registrados oitenta e oito (88) vereadores eleitos, sendo que apenas 03 foram vereadores por mais de dois mandatos: um professor e dois lavradores. A concentração de poder configurava-se em nível familiar que representava a elite urbana e dirigente em Olivença, ou seja, considerando os sobrenomes como identificador, mais da metade dos eleitos provinham de apenas sete famílias (Gomes, 11; Marques, 06; Amaral, 08; Castro, 06; Dias, 09; Bandeira, 06;). Entre essas famílias, dois sobrenomes (Dias e Bandeira) são descendentes dos índios registrados no recenseamento de 1805. Os demais são portugueses que se instalaram em Olivença, ocupando cargos a partir de 1824[15].

A atuação dessas elites dirigentes foi ambígua, uma vez que, vivendo em dois mundos, podia ser excluída em ambos conforme os interesses e posturas adotadas em diferentes contextos. Tal situação induzia a formação das alianças entre moradores indígenas e portugueses, envolvendo a negociação da identidade étnica. Essa complexidade pode ser visualizada nos conflitos internos existentes entre as próprias elites, e delas com os moradores; nos conflitos externos, com os proprietários que se estabeleciam em número crescente, a partir do incremento da atividade extrativa da madeira e piaçava

para exportação (1850).

Geralmente, ao encerrar uma legislatura com renovação dos vereadores, ocorriam denúncias dos abusos e desvios contra o grupo que deixava o poder. Na legislatura de 1853-1857, os vereadores responsabilizaram as autoridades pelo que denunciaram como desestruturação familiar dos indígenas:

> (...) andam vagabundo deixando suas mulheres e filhos passando a maior necessidade e sujeitando-se em serviço particular sem ser útil a si e nem a sua família: os ditos Indivíduos seduzidos por pessoas mal intencionadas, (...) não obedeceram as ordem superiores visto ser publico, coisa esta de não haver o necessário sustento bem como o gênero da primeira necessidade[16].

Entre outras coisas, a denúncia revela a possível influência do grupo derrotado e as dificuldades da oposição em exercer a autoridade. Na opinião dos vereadores, os índios se encontravam ainda sob o domínio do grupo anterior (dos Amaral), que se manteve, por várias gerações, no exercício do poder local, utilizando-se das práticas populistas que resultaram na situação de pobreza, no desestímulo pelo trabalho familiar nas roças da vila e na "desobediência crônica" às ordens das autoridades. Esses fatos, divulgados pelos vereadores, expuseram, também, o avanço da integração dos indígenas como mão-de-obra assalariada, com a conivência da Câmara e Diretor dos Índios.

Outra denúncia interessante feita pelo mesmo grupo foi contra o professor Miguel M. Melgaço. Denunciaram que ele era, desde 1837, o professor de "*primeiras letras*", mas afirmaram que não cumpria suas obrigações, "*uma vez que nenhum índio sabe ler ou escrever*"[17]. Foi aberto um inquérito administrativo pelo Governo Provincial, através do qual se conhece a instigante resposta do professor:

> Diz Miguel Marques Melgaço Professor Público de Instrução Primaria desta Vila que para bem do seu direito precisa que Vsª lhe atentem qual o Professor, com que aprendeu Francisco Gomes de Castro, hoje Presidente dessa Câmara, Francisco Bernardo Pinto, Vereador Manoel A. da Maia, secretário e Felipe Francisco do Rozário, fiscal, e **quais as suas nacionalidades**![18] (grifo meu).

Com essa resposta, o professor desqualificou a denúncia ao jocosamente atribuir-lhes a identidade indígena. No final, os denunciantes admitiram ter sido seus alunos.

Também foram contundentes os conflitos entre as elites locais e os proprietários que se instalam ao sul de Olivença (Una, Canavieiras) a partir de 1850. Com o desenvolvimento da extração de madeiras e fibras de piaçava voltadas para exportação, os novos ocupantes

esperavam reduzir as restrições do Código de Posturas e o controle sobre os índios exercido pelas elites locais. Os fazendeiros passaram, então, a disputar os cargos de vereadores, revigorando a capela de Santo Antônio da Barra do Rio de Una. Em 1869, reivindicaram a transferência da sede da Câmara de Olivença para Una:

> na Vila de Olivença aonde funciona a Câmara não há ao menos quem sirva para Secretario (...). Dirijo-me a V. S. só para participar a que acima disse como para pedir autorização para a Câmara funcionar na Freguesia de Una, aonde a Câmara funcionará sem dificuldade, andará todo seu expediente em dia e terá empregados de confiança e que abonem seus empregos[19].

É possível inferir que a declarada "falta de pessoas habilitadas" seja uma referência à "incapacidade dos índios", concepção expressa em outras ocasiões. Afinal, proprietários, madeireiros e fazendeiros certamente não tinham em mente seguir ordens de uma Câmara composta por indígenas ou pelo menos assim identificada. Os vereadores de Olivença uniram-se contra essa reivindicação dos fazendeiros, declarando que eles eram inimigos políticos e objetivavam desestabilizar a administração da vila para usurpar os direitos dos índios. Apesar desses protestos, os deputados aprovaram a transferência.

Conclusão

A estrutura administrativa mista influenciou a redefinição das relações étnicas e interétnicas que convergiam pelo interesse da preservação da identidade indígena da vila e garantir a autonomia e sobrevivência econômica, social e política dos moradores índios e não-índios. Parte da população indígena participou como eleitores e eleitos da administração, desempenhando, juntamente com as demais autoridades locais, um papel preponderante para caracterização étnica da vila e pela manutenção da ordem e bem-estar dos "naturais", uma prática aparentemente orientada pelas definições gerais do Diretório, da Carta Régia da criação da Vila e das diversas Leis governamentais.

Seguindo o raciocínio de Chartier[20], as interpretações e representações sociais nunca foram neutras, ao contrário, sempre estiveram diretamente vinculadas à posição que os atores ocupavam na hierarquia social, portanto, produziram práticas e estratégias que tendiam impor a autoridade sobre os outros, legitimar seus projetos e mesmo justificar suas escolhas e condutas. Nesse sentido, a preservação da caracterização indígena da Vila se

definia pela existência de interesses pessoais e até antagônicos, moldados pela posição que os atores ocupavam na hierarquia social: para os funcionários e moradores não-indígenas, a existência dos índios em Olivença garantiria seu cargo e rendimentos. Portanto, a sua defesa era estratégica para legitimar seu poder junto aos índios, autoridades e demais segmentos da sociedade dominante.

Para a população indígena, a afirmação étnica tornou-se fundamental entre outras questões, para preservação de suas terras, o "bem de raiz" que os qualificava como votantes, além de alguma proteção contra a exploração dos colonos e autoridades. Como índios investidos no poder, puderam de alguma forma resistir, utilizando as armas do próprio sistema, a exemplo dos índios João Marques Dias, secretário da Câmara, Basilio Gomes Coelho e Alexandre Romão de Castro, eleitos vereadores na legislatura de 1841, que viajaram para a Capital a fim de reivindicar que os índios fossem nomeados aos postos de oficiais da Companhia de Guardas Nacionais criada em Olivença[21]. Essa estratégia, que encontrava respaldo na própria legislação colonial e imperial, foi, sem dúvida, bastante significativa para a sobrevivência de muitos grupos indígenas como os de Olivença, inseridos em uma sociedade hierarquizada, escravista e preconceituosa.

---

[1] Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Seção Colonial e Provincial. Recenseamento. M. 596, cad. 11, doc. *Mapa dos habitantes da Villa Nova de Olivença*. Ano: 1805. Nesse recenseamento foram registrados como índios 800 moradores e apenas 19 portugueses.
[2] APEB. Microfilmes. *Respostas aos quesitos retro-perspectivos... a aldeia de N. S. da Escada, hoje Nova Olivença e outras vilas (Barcelos, Santarém,...)*, [1768], ms 512 (28, doc. 21.
[3] FERREIRA, Manoel Rodrigues**.** *A evolução do sistema eleitoral brasileiro.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 160-162.
[4] LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 73-6.
[5] CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista do Século XIX: uma compilação: 1808-1889.* São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, p. 191-199; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *O renascer dos povos indígenas para o Direito.* Curitiba: Juruá, 1998, p. 96-98.
[6] CUNHA. *Op. Cit.*, 1992, p. 137-155.
[7] APEB. Ofício da Câmara. Olivença, 16 de janeiro de 1854.
[8] LEAL. *Op. Cit.,* 1975.
[9] APEB. Seção Colonial e Provincial. Câmaras. Doc. Câmara de Olivença, Cx. 24-1373, ano: 1824-1886: Ofício da Câmara, 1828.
[10] APEB. Ofício da Câmara. Olivença, 1828.
[11] *Idem*.
[12] FERREIRA. *Op. Cit.,* 2001, p. 161, 183, 185, 265.
[13] NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p.10-26.
[14] FERREIRA. *Op. Cit.,* 2001, p. 161, 183, 185, 265.
[15] MARCIS, Teresinha. *A "Hecatombe de Olivença": construção e reconstrução da identidade étnica –*

1904. Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social. UFBA, 2004.

[16] APEB. Ofício da Câmara. Olivença. 04 de julho, 1853.

[17] APEB. Ofício da Câmara. Olivença. 26 de agosto, 1853.

[18] APEB. Ofício da Câmara. Olivença, Melgaço, Miguel Marques. Ofício anexo ao Processo, 1853.

[19] APEB. Ofício da Câmara. Olivença. Vereadores da Freguesia de Una, 1869 , pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Escada.

[20] CHARTIER, Roger. "Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais". In Chartier, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

[21] APEB. Ofício da Câmara. Olivença. 11 de maio,1841.

∗ Teresinha Marcis, professora visitante - Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: tmarcis@nuxnet.com.br .

MONROE, DRAGO E ROOSEVELT: A AMÉRICA LATINA E A QUESTÃO DA INTERVENÇÃO

Tereza Cristina Nascimento França
Doutoranda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
Coordenadora do Curso de Pós Graduação Segurança e Política nas Américas/IESB

> *Niño*: " El pueblo en su engaño cree que la alta burgesía, va a llevarte flores al Panteón Nacional cada aniversario de tu muerte."
> *Bolívar*: "Y entonces ¿a que van pequeño compatriota?"
> *Niño*: "A asegurarse que estes bien muerto Libertador, Bien muerto."
> Canción bolivariana

> "Más cuesta mantener el equilibrio de la libertad que soportar el peso de la tiranía."
> Simón Bolívar

A história da América Latina pauta-se por uma série de ingerências e de relações conflituosas para com as metrópoles européias e com os Estados Unidos da América, que desenvolveu a visão de a América Latina ser uma zona quase interna, o seu quintal. Esta perspectiva faz com que em muitos momentos a visão da diplomacia torne-se muito mais uma intervenção do que diplomacia já que a lexicografia da intervenção traz vários sentidos de emissão de opinião, sentido de interferência ou ingerência em assuntos de outrem. Em direito internacional é a ingerência de um Estado nos negócios peculiares, internos ou externos, de outro Estado soberano com o fim de impor a este a sua vontade[1]. Ainda na visão do direito internacional a intervenção pode ser revestida de diversas formas:

> Diplomática (oficial ou oficiosa) ou armada; direta (positiva) ou indireta (negativa); individual ou coletiva; clara (aberta) ou oculta (dissimulada); política ou não-política (como no caso de medidas econômicas abusivas, tarifas alfandegárias excessivas, interrupção das comunicações etc.). Uma intervenção pode revestir duas ou mais das modalidades acima mencionadas.[2]

A mais antiga perspectiva intervencionista no continente está atrelada ao colonialismo. O pacto colonial carregava uma série de medidas restritivas cujo seu cerne era dominar as terras nas quais os colonos tinham liberdade extrativista desde que enviassem as riquezas minerais que cabiam às metrópoles. O pacto não somente atrelava a sobrevivência das colônias à metrópole, como, além de explorar os territórios conquistados ainda os mantinham dominados.

No decorrer do século XVII o sistema colonial passou a sofrer transformações. Dois tratados, o de Utrecht de 1713 e o de Madrid de 1750, foram fundamentais no processo. Utrecht forçou a Espanha a fazer concessões à Inglaterra através do *asiento* e do *permiso*[3]. Utrecht abriu caminho não somente para a influência britânica na região espanhola além da que já mantinha na América do norte, como também para a modificação da relação da Espanha para com as suas colônias: A abolição do sistema de frotas, do sistema de porto único, liberação do comércio inter colonial, dando também aos *criollos*[4] o direito de comercializar diretamente com a metrópole. Já Madrid articulou a paz perpétua entre as coroas portuguesas e espanholas sob o compromisso de não disputar o que já haviam dividido entre si[5] e também trouxe o princípio do *uti possidetis*, isto é, a terra deve pertencer a quem de fato a ocupa, o Tratado de Madrid traz um questionamento. Poderia ser ele considerado como um princípio de não intervenção estrangeira?

Monroe e Bolívar e os princípios do pan americanismo

A França exportou para a América não somente as idéias iluministas como também os reflexos das ações de Napoleão Bonaparte. O iluminismo foi adaptado pela elite de acordo com seus interesses utilizando-as como defesa perante o domínio espanhol preservando, porém, as estruturas produtivas. Já o avanço das tropas bonapartistas sobre a Espanha e, consequentemente Portugal, foi determinante na crise do sistema colonial. Delineava-se na América espanhola a idéia de uma ruptura definitiva com a metrópole na

formação das Juntas Governativas. A liberdade representava independência e era esta independência que levou Pablo Olavide a organizar em 1795, em Madri, a sociedade secreta chamada Junta das Cidades e Províncias da América Meridional, para estimular a independência da América.

Praticamente à mesma época surgiram duas linhas de pensamento que carregavam diferentes versões para a idéia de solidariedade continental: o Monroísmo e o Bolivarismo. A Doutrina Monroe não trouxe princípios totalmente originais já que aprofundava a mensagem de despedida do presidente George Washington: "manter-nos afastados de alianças permanentes como qualquer porção do mundo estrangeiro"[6]. Porém, a mensagem de James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos da América em 02 de dezembro de 1823 veio a clarificar a linha de pensamento de Washington levando-a para um sentido mais defensivo. Monroe estabeleceu uma linha fronteiriça de espaços ao estabelecer que o continente americano não pudesse ser sujeito de ocupação por parte de potências européias, bem como a intervenção de qualquer potencia européia nos negócios internos ou externos ser algo inadmissível, bem como a promessa de não intervenção dos Estados Unidos da América em negócios europeus.

Assim, tal conjunto de princípios ao mesmo tempo em que preservava o continente americano contra novas intervenções colonizadoras européias estabelecia uma atitude dúbia por parte dos Estados Unidos da América: a proteção do continente e o desinteresse pelos negócios europeus. Já o Bolivarismo carregava a visão de Simon Bolívar que, em cartas e proclamações, defendia a necessidade de uma união das sociedades americanas em uma confederação, para se defender da dominação estrangeira principalmente a espanhola.

As duas visões que se constituíram em duas vertentes do panamericanismo, são compreensões diferentes da questão. Enquanto a visão de Bolívar compreendia uma

integração, a de Monroe era apenas uma palavra de ordem defensiva e por isso de posição contrária à incursão das potências européias no continente americano. Enquanto a integração bolivariana não se tornou realidade[7], por haver se chocado com interesses das oligarquias locais e com a oposição da Inglaterra e dos Estados Unidos, a quem não interessava países unidos e fortes, a perspectiva monroísta ganhou espaços dúbios já que trabalhava em cima da premissa América para os Americanos sem definir de quais americanos eles estavam falando. Ao impedir a formação de países fortes na vizinhança, os Estados Unidos da América abriram espaço para a sua própria expansão territorial e de influência utilizando a sua crença de Destino Manifesto. A disposição norte americana de se expandir já havia sido antecipada pela Espanha através de Luis de Onis embaixador espanhol nos EUA em 1812:

> A cada dia desenvolvem-se mais e mais as idéias ambiciosas desta República e confirma-se seu olhar hostil contra a Espanha. Vossa Excelência já sabe, pela minha correspondência, que este governo quer fixar seus limites na desembocadura do Rio Norte ou Bravo, seguindo seu curso até o grau 31 e daí traçando uma linha reta até o mar Pacífico, tomando para si as províncias de Texas, Nuevo Santander, Coahuila, Nuevo México e parte de Nueva Vizcaya e La Sonora. Parecerá um delírio esse projeto a toda pessoa sensata, mas o projeto existe e há um plano do governo sobre essas províncias, incluindo também a ilha de Cuba, como parte natural dessa República.[8]

As percepções da intervenção no caso da Venezuela e República Dominicana

Em dezembro de 1902, as forças navais conjuntas da Inglaterra, Itália e Alemanha aplicaram um bloqueio aos portos da Venezuela para cobrar as dívidas venezuelanas junto aos banqueiros europeus cujos juros o presidente Cipriano Castro havia denunciado como extorsivos, e lesivos aos interesses nacionais, recusara-se a pagar. O bloqueio chegou às vias de fato quando os canhões alemães bombardearam o Forte de S. Carlos em 1903. O episódio teve duas reações: a da Doutrina Drago que retomou a Clausula Calvo e o Corolário Roosevelt que retomou a Doutrina Monroe.

A Cláusula Calvo, do jurista argentino Carlos Calvo, tencionava eliminar das Américas as intervenções armadas arbitrárias e injustificadas para cobrança dos créditos privados bem como fazer compreender as nações européias a necessidade de extensão da aplicabilidade à América das normas que há muito são mantidas entre elas. Calvo entendia que as intervenções haviam sempre tido pretextos de lesões aparentes de interesses privados, bem como reclamações e pedidos de indenização em favor de estrangeiros cuja proteção não era justificada na maioria das vezes:

> Según el derecho internacional estricto, el cobro de créditos y la gestión de reclamaciones privadas no justifican de plano la intervención armada a los gobiernos, y como los estados europeos siguen invariablemente esta regla en sus relaciones recíprocas, no hay razón para que no se la impongan también en sus relaciones con los estados del Nuevo Mundo.[9]

Uma nota diplomática expedida por Luís Maria Drago, enquanto ministro das relações exteriores da Argentina ao representante argentino em Washington no dia 29 de dezembro de 1902 onde afirmava que: "la deuda pública de una nación latinoamericana no podía ser invocada para usar la fuerza contra un país; que la soberanía de una nación no podía ser violada para forzar el pago de una deuda", tornou-se a Doutrina Drago que foi proposta pela Argentina no Congresso Pan-americano de 1906, defendendo a supressão do uso da força para pagamento de dívidas entre nações. Segundo Drago o Estado não podia ser executado sem comprometer a sua existência por ser entidade soberana. Não se pode cobrar uma dívida utilizando a força bélica e a ocupação territorial.

A visão da presença americana dita como tradicional estabeleceu-se sem volta no governo de Theodore "Rex" Roosevelt cujo comportamento impetuoso favorecia os interesses dos magnatas econômicos norte americanos. Roosevelt ao anunciar sua decisão de expandir a Doutrina Monroe estabeleceu a sua decisão de polícia em nível internacional. A política do *speak softly and carry a big stick* significou uma leva de intervenções no continente. O Corolário Roosevelt deduzia que os Estados Unidos da América não podiam assistir às manobras de uma frota naval européia em águas consideradas como sua

vizinhança. Em 20 de maio de 1904, Roosevelt declarou que "a insistência no erro, da parte de alguma nação americana, poderia exigir a intervenção de outra nação civilizada", fazendo com que a "fidelidade dos Estados Unidos à Doutrina nos leve a exercer um poder de polícia internacional". O Corolário reafirma o direito dos Estados Unidos de intervirem na América Latina estendendo a Doutrina Monroe.

Uma conseqüência importante da ação do Corolário está no fato de que o afastamento dos banqueiros europeus ter aberto espaços para os banqueiros norte americanos entrarem na região. O presidente Taft discursando ao Congresso em 3 de dezembro de 1912 afirmou que, "Os Estados Unidos são felizes ao encorajar e apoiar os banqueiros americanos que aceitaram estender sua mão caridosa a esses países para prover sua reabilitação financeira". Foi durante a sua administração que a expressão "diplomacia do dólar"[10] consagrou-se sob a forma política do secretário de Estado Philander C. Knox.

O caso da intervenção da República Dominicana entre 1903 e 1904, foi extremamente sintomático porque ocorreu sob o pretexto de receber a sua dívida externa. Ou seja, o mesmo caso da Venezuela, porém agora sob a bandeira ianque, já que os investimentos americanos recebiam a proteção formal do governo dos Estados Unidos o que ganhou o codinome de diplomacia das canhoneiras. Tais ações transformaram paises como a República Dominicana, Haiti e Cuba como sujeitos à ocupação permanente.

Um resultado advindo anos depois da Doutrina Drago e do Corolário está na 7ª. Conferência Pan-Americana de 1933 que aprovou um documento onde afirmava no artigo 8º: "nenhum estado tem o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro estado"[11]. O documento mostrou uma posição importante dos latinos americanos ante a política norte-americana foi seguido da retirada norte-americana do Haiti no ano subseqüente e na transformação de sua política que passava a ser de Boa Vizinhança

intentando diminuir a desconfiança dos latino-americanos em relação ao "grande irmão do norte". S*peak softly* em lugar de carregar *a big stick*.

Considerações Finais

A América Latina convive com influências desde o seu nascimento. Passou da área da influência hegemônica do continente europeu para a área de influência norte-americana, sem que, de fato, conseguisse alcançar um espaço próprio longe das espoliações, opressões e dominações. A América Latina sempre esteve se debatendo entre a espoliação externa e dominação interna, carregando aí os fantasmas da dependência periférica e de regimes autoritários, orientando-se por uma série de ingerências e de relações conflituosas. O parâmetro mais complexo de como se autogerenciar ainda está presente nos dias de hoje. Os aspectos econômicos que são os fantasmas que assombram o continente aparecem profundamente interligados às discussões da ALCA e bem como nos parâmetros da democracia sob o viés da população como ficou claro no relatório do PNUD de 2004.

A intervenção retira dos países a possibilidade de uma maioridade, o direito à autodeterminação. A ingerência que se faz presente no decorrer da história do continente atrasando as possibilidades de união, tão acalentada por Bolívar e tão menosprezada pelo presidente norte americano Calvin Coolidge que, em 1926 disse que parecia que as revoluções e os desastres naturais constituíam-se nos principais produtos da América Latina, não pode se tornar um anátema para o continente. Apesar de a divisão intra latina americana ir além da cultural e lingüística, pois afasta a percepção comum dos problemas, o desafio que se instala sob o signo da intervenção é afugentá-lo de uma vez por todas. O desafio ainda está às nossas portas já que, conforme Perón, no século 21, a América estará unida ou dominada.

---

[1] ACCIOLY, Hildebrando & SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**. 15ª ed. Por Paulo Borba Caselia, São Paulo: Saraiva, 2002, pág. 130.
[2] ACCIOLY, Hildebrando & SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. Idem, pág. 131.
[3] **Asiento** - fornecimento anual de escravos africanos; **Permiso**,venda direta de manufaturados às colônias.
[4] Brancos nascidos na América e descendentes dos espanhóis.
[5] Apesar de não haver acabado com as lutas entre elas já que os espanhóis nunca concordaram em perder o território da Capitania de São Pedro para Portugal, assim como não aceitaram ceder aos portugueses a Banda Oriental (atual Uruguai).
[6] ACCIOLY, Hildebrando & SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. Idem, pág. 138.
[7] Ainda que o parágrafo único do artigo 4º. da Constituição Brasileira: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.", tenha uma ampla inspiração do espírito bolivariano.
[8] STUART, Ana. A história da Alca Revista Teoria e Debate n. 37 – Internacional 02/ Fundação Perseu Abramo. Fev/mar/abr 1998. Disponível em: http://www.fpa.org.br/td/td37/td37_internacional02.htm
[9] Apud in: GARCIA, Eduardo. **La política internacional de la Republica**. Buenos Aies: Emecé editores, 1964, pág.37
[10] O termo advém de uma brochura escrita por James Leets **United States and Latin América: dollar diplomacy**, 1921.
[11] Lista de países representados: Honduras, Estados Unidos da América, El Salvador, República Dominicana, Haiti, Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, México, Panamá, Bolívia, Guatemala, Brasil, Equador, Nicarágua, Colômbia, Chile, Peru e Cuba

O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA NORMAL DE ARTES E OFÍCIOS WENCESLAU BRAZ

Tereza Fachada Levy Cardoso (D.H)
CEFET-RJ
tereza@levycardoso.com.br

Este trabalho tem o objetivo principal de resgatar o importante papel social desempenhado pela Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, experiência única no Brasil entre 1918 e 1937, período em que deteve o título de escola normal para formar professores habilitados a lecionarem nas escolas de aprendizes e artífices.

Pretende-se, ainda, fornecer subsídios para a história do ensino técnico no Brasil, através do estudo da referida Escola, especialmente em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho.

O ensino técnico com a República

No final do século XIX, a Abolição da Escravidão (1888), o advento da República (1889) e a chegada de imigrantes, criaram novas condições econômicas no país. O novo governo republicano tomou algumas medidas para incrementar o pagamento da mão-de-obra livre, incentivando o crédito e promovendo farta emissão de papel-moeda, através da política do “Encilhamento”. Os fazendeiros de café, por sua vez, passaram a comprar máquinas e a deslocar para a indústria boa parte da riqueza que suas terras produziam. Assim, a farta mão-de-obra imigrante que afluía para as grandes cidades, as facilidades de crédito, a produção local de algodão, matéria-prima para a indústria têxtil, e a modernização dos transportes deram impulso definitivo à concentração industrial.

Apesar de contar com o maior mercado urbano do país e da proximidade estratégica do governo federal, a indústria carioca, protagonista do primeiro surto industrial do século XIX, vai perdendo lentamente sua vantagem para São Paulo, que modernizou mais sua

indústria e também exportou mais que o restante do país. Entretanto, o Distrito Federal se manteve, durante toda a Primeira República, na posição de segundo pólo industrial.[1]

As manufaturas caseiras proliferavam na primeira década do século XX, ao mesmo tempo em que se formavam grandes impérios industriais. Os operários, aos poucos, iam substituindo o trabalho dos artesãos, assim como a mecanização industrial também o faria. E como as condições de vida e trabalho eram miseráveis, os operários procuravam organizar-se. As greves eram freqüentes, incomodando os grupos políticos no poder.

Portanto, a conjuntura histórica no Brasil da República Velha favorecia a expansão do ensino profissional, que poderia atender às aspirações de duas correntes distintas, como assinalou Luiz Antonio Cunha: para a ideologia conservadora, seria "*um antídoto*" contra a disseminação de "*idéias exóticas*" entre o operariado brasileiro, ou seja, seria um instrumento de controle social. Para a ideologia progressista, industrialista, propiciaria o "*desenvolvimento de forças produtivas*", além de propagar os valores atribuídos à indústria tais como "*progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização*." [2]

Por outro lado, a concepção do ensino de ofícios como solução para a manutenção da ordem, já existia desde o século XIX. O surto de urbanização, a discussão sobre o voto do alfabetizado e o problema dos africanos livres e dos "ingênuos", eram questões que repercutiam na sociedade brasileira desde a década de 70 do século XIX, e que contribuíram para "*a ampliação da rede de escolas elementares, profissionalizantes e noturnas, fossem elas subvencionadas pelo poder público, pela iniciativa particular ou*

---

[1] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. SP:T.A.Queiroz, 1983

[2] Cf. CUNHA, Luiz Antonio C. R. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, no.14, mai/ago 2000,p. 94

promovidas por entidades filantrópicas e religiosas". [3] O caráter assistencialista era uma característica marcante de tais iniciativas.

Entretanto, a falta de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados eram um entrave ao desenvolvimento do ensino profissional e foram fatores que influenciaram diretamente o poder público a recrutar professores do ensino primário para atuar na rede, solução que não produziu resultados satisfatórios, tendo em vista que esses professores não possuíam habilitação necessária para atuar nesse tipo de ensino. Quanto aos mestres de ofícios provenientes das fábricas e das oficinas, faltava-lhes o conhecimento suficiente para atender aos requisitos de base teórica, que eram demandados pelos cursos oferecidos. Assim sendo, a aprendizagem ficava restrita apenas ao conhecimento empírico.

Além disso, a formação para o trabalho desenvolvido nas oficinas escolares, era em geral ligada ao adestramento para técnicas manuais, e mais raramente, mecânicas. A necessidade de uma base teórico-científica era dispensada na formação da mão-de-obra, cuja formação profissional era de nível primário e subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Assim, apesar de predominar ainda, de forma geral no Brasil das primeiras décadas do século XX a escola "livresca", uma nova relação se estabelece entre educação, sociedade e tecnologia, passando a incluir o mundo do trabalho na escola, em um movimento de ampliação da educação escolar, paralelo ao progresso industrial e ao desenvolvimento da nova aprendizagem profissional.

O Presidente da República, Nilo Peçanha, foi um dos responsáveis pela ampliação do ensino técnico, ao baixar o decreto 7566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada estado, as quais foram inauguradas em 1910, formando uma rede federal de escolas técnicas que vinha somar-se às escolas já

---

[3] VILLELA, Heloísa. O Mestre-Escola e a Professora. In: *500 anos de Educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2000, p.106

existentes, de iniciativa privada ou aquelas patrocinadas pelo poder municipal.[4] Os motivos apresentados no citado decreto, que levaram o presidente da República a promulgá-lo foram:

1- aumento constante da população das cidades;

2- facilitar às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

3- habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual;

4- fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo;

5- afastá-los da ociosidade, vício e crime;

6- formar cidadãos úteis à nação.

Como se percebe por este documento, muito mais do que a preocupação em qualificar uma mão-de-obra necessária para atividades industriais, existia a preocupação em proteger a sociedade contra a desordem, ocupando e "civilizando" os desocupados e ociosos, as crianças abandonadas, ou seja, os "desfavorecidos da fortuna". [5]

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

Para qualificar profissionais que atendessem à expansão do ensino profissional, foi criada, pelo Decreto 1880, de 11 de agosto de 1917, no Distrito Federal, numa parceria entre o governo da União e o da Prefeitura do Distrito Federal, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, que desempenhou um importante papel social, especialmente através das oficinas femininas, que se destacaram, não apenas por seu pioneirismo e

---

[4] FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. RJ: SENAI/DN/DPEA, 1986, v.4

[5] Esse tema já foi aprofundado em CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A Formação Docente na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937). In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. RJ: SBHE, 2000, CD ROM.

visibilidade nacional, mas também por acompanharem o novo tipo de inclusão da mulher na vida urbana.

Inaugurada em 9 de novembro de 1918, o início efetivo dos cursos deu-se a 11 de agosto de 1919, ano, aliás, em que a sua gestão foi transferida inteiramente para o governo federal, que a manteve até 11 de junho de 1937, quando a Escola foi fechada e demolida, para dar lugar a um novo tipo de estabelecimento de ensino profissional: a Escola Técnica Nacional.

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz oferecia basicamente dois cursos: o Curso Técnico Profissional, freqüentado por alunos e o Curso de Trabalhos Manuais, predominantemente formado por alunas. A escola foi sempre mista, com alunos e alunas desde o início de suas atividades, mas o número de alunas foi sempre maior que o de alunos. De modo geral a freqüência escolar foi bem alta ao longo de toda a trajetória da instituição, sendo os índices superiores a 85% em todos os relatórios já pesquisados, desde 1920 até meados da década de 30, o que sinaliza, a princípio, que não havia uma evasão escolar significativa.

As oficinas femininas incluíam o Curso de Trabalhos Manuais e as oficinas de modas, economia doméstica, de flores, de chapéus, de bordados e costura. Além de formar docentes nestas especialidades, a Escola também estimulava que as oficinas produzissem diversos artigos, que eram expostos e vendidos em Feiras de Amostras realizadas na Escola, revertendo a renda para a própria Instituição.

No começo do século XX, praticamente as únicas mulheres que se dedicavam ao trabalho extradoméstico eram as operárias. Aliás, a imagem que nos anos 10 se faz da mulher ainda está associada à idéia de fragilidade física e mental, que era reforçada pela imprensa e pela propaganda. Entretanto, a inflação e o aumento do custo de vida, a famosa “carestia dos anos 10”, que motivou greves e manifestações populares, acabaram transformando também a “rainha do lar” em assalariada. Mulheres da pequena classe média

começaram a trabalhar nas novas profissões que o acelerado desenvolvimento urbano vai demandando: surgiam telefonistas, datilógrafas, secretárias, enfermeiras, balconistas.

O lugar da mulher na sociedade estava mudando, e não apenas devido ao crescimento urbano, mas também por causa dos meios de comunicação, como o cinema, que trazia novos padrões de comportamento, como o surgimento de revistas femininas que não circunscreveram suas páginas ao lar, como por exemplo, a Revista Feminina, editada a partir de 1914, ou a Revista da Semana, de grande público. Também contribuiu para a mulher ganhar espaço o rádio, fundado no Rio de Janeiro por Roquete Pinto em 1923, com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.[6]

Novos espaços sociais e profissionais eram conquistados pelo "sexo frágil", apesar das resistências encontradas. A reação a tanta liberdade, nesta época de transição, pode ser encontrada, por exemplo, na imprensa, advertindo para o perigo da liberação feminina e apresentando "teorias científicas", evolucionistas, que comprovam o "verdadeiro papel do sexo frágil".

Mas pelo menos em relação à Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, essa tarefa foi facilitada pela acolhida que as alunas lá encontraram. Existia a preocupação da direção da escola, expressa nos relatórios enviados ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, com a sua inserção no universo técnico formador de mão-de-obra, para onde estavam voltados os seus cursos, com exceção apenas do curso comercial, que atendia também a outras necessidades e era muito procurado por alunos de ambos os sexos. [7]

A predominância feminina no corpo discente se deveu a fatores externos à Escola, que seus dirigentes souberam compreender. E também observou-se que sempre houve

---

[6] PEREIRA, Flamínio Fantini. O Sexo Frágil e o "Sportsman". In: *Nosso Século – Brasil*. SP:Abril Cultural, 1985, v.4, p.121 a 136

[7] Cf. Arquivo do CEFET-RJ, Fundo Wenceslau Braz, cx.110.1.1

preocupação em formar bons profissionais, apesar de todas as dificuldades materiais ou administrativas pelas quais a Escola passou ao longo de seus 18 anos de existência efetiva.

Mas se a Escola objetivava, por um lado, formar um professor com capacidade de reflexão e uma certa autonomia, por outro lado o conforma ao que a sociedade *lhe oferecer*. Ou seja, preparar o professor que vai atuar tanto nas Escolas profissionais como no ensino primário, dentro *do pensamento e da ação* mais conveniente socialmente às classes dirigentes.

A partir dos anos 30 e da Revolução que colocou no poder novos personagens da cena política brasileira, o ensino profissional técnico passa a merecer uma atenção maior. Com a reorganização administrativa do Estado brasileiro e a extinção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passou a vincular-se ao recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, o que significou também um novo espaço político-social, agora ao lado da Educação, embora no interior da estrutura do novo Ministério, ainda persistisse a separação entre “ensino técnico profissional” e “ensino” em geral.

A industrialização brasileira deslanchada durante a Era Vargas inseria-se num modelo econômico capitalista, de forte apelo nacionalista, interessado em incorporar setores populares, de maneira controlada, para ampliar o seu mercado de consumo, o que exigia trabalhadores à altura do desafio de transformar o Brasil num país moderno.

A educação profissional passa a ser necessária para o projeto traçado pelo capital industrial. Para atender tais objetivos é que a formação e a qualificação da mão-de-obra brasileira, especialmente aquela ligada às atividades industriais, mais uma vez precisa ser reavaliada. Como a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, nos moldes em que vinha operando, não atendia satisfatoriamente a essas novas expectativas, o governo federal concluiu pelo seu fechamento, em 1937, atitude que precisa ainda ser melhor estudada e analisada. Derrubado o seu prédio, construíram no mesmo local a Escola Técnica Nacional.

ESTUPRO OU DEFLORAMENTO
Representações de poder nos processos judiciais 1930-1950

Terezinha Saldanha[?] - PPG-UNESP/Assis/UNICENTRO

Pretendo, nesta pesquisa, perquirir sobre dois tipos de violência que incidiam sobre as mulheres, na década de 50: o estupro e o defloramento, ambos classificados como delitos desde o Código Penal de 1890. Dar-se-á ênfase à análise do processo de construção do discurso judiciário, a partir do estudo dos processos crimes na cidade de Guarapuava.

Na análise desse discurso busco apreender as imagens sobre a moralidade sexual e, mais especificamente, sobre a sexualidade feminina, sancionadas e veiculadas pelo poder judiciário, a partir do julgamento de conflitos litigioso decorrentes da transgressão das normas de conduta pré-estabelecidas e aceitas pela sociedade.

Através do tema da moralidade sexual, representada em processos criminais de sedução, espera-se contribuir para a compreensão do funcionamento e da transformação dos papéis sexuais e, com isso, conhecer as mudanças de comportamento da mulher.

A partir de fontes judiciais é possível desconstruir as narrativas que tratam de mulheres envolvidas em processos de crime de sedução, examinado-se os padrões morais presentes na sociedade e reafirmados pela lei e assim compreender o perfil feminino construído pelo judiciário. Analisar-se-á também as narrativas que apontam as circunstâncias da ocorrência do delito e o clima criado em torno da relação homem/mulher na sociedade.

O estudo de gênero surge como uma categoria de análise histórica que permite a observação feminina pelo viez da construção social das diferenças na

---

[?] Aluna do curso de Doutorado da Universidade Estadual Paulista – UNESP/ASSIS/SP

relação masculino/feminino. A partir deste foco, quer-se destacar, por meio das narrativas presentes nos processos, a dupla moral sexual e os diferentes significados atribuídos aos comportamentos e práticas do masculino e do feminino.

A opção por este tema está relacionada ao trabalho de Mestrado que foi defendido em 1998 e versava sobre os fatores que levaram muitas jovens solteiras e mulheres casadas à prostituição, em Guarapuava, na década de 50. Nessa pesquisa procurou-se mostrar que apesar de existir "casas de prazer" na cidade, vários crimes de sedução também foram registrados no período de 1930 a 1950.

Pode-se perceber, a partir da denúncia que origina o processo de crimes de sedução, que a mulher é violentada várias vezes. Considerando-se que estupro é uma forma de violência, a denúncia frente a um delegado e um escrivão e o exame de defloramento também não deixam de ser. A vítima é submetida, após a denúncia, a outra forma de violência, por determinação do Delegado de Polícia: submeter-se à prova material - o exame de conjunção carnal - que é feito por dois médicos e assistido pelo Delegado, pelo escrivão e por mais duas testemunhas, todos homens, que confirmam se houve ou não o delito e se é recente para, desta forma, determinar a veracidade da denúncia e dar crédito à vítima.

A mulher seduzida faz a denúncia, é examinada e ainda fica a esperar o resultado e assim mesmo, nem sempre o acusado "repara o erro cometido". Para caracterizar o estupro ou o defloramento era necessário a confirmação da cópula carnal completa ou incompleta com rompimento da membrana hímen; em muitos casos determinava-se o exame da virgindade física principalmente quando a vítima era menor de 21 anos.

Os exames médico-legais, meios materiais de comprovação, não eram uma prova definitiva. Serviam apenas de referência, freqüentemente muito manipulados pelos advogados dos réus.

A violência ainda continua quando a vítima é rejeitada pela família,

excluída do seu convívio e, conseqüentemente, também da sociedade, restando-lhe a prostituição como opção para a sobrevivência.

Na maioria dos processos crime levantados, as vítimas conheciam o estuprador, tendo um bom relacionamento com a vítima e sua família.

Sendo a condição social das vítimas de estupro precária, há um certo descaso das autoridades bem como as provas materiais, muitas não são consideradas no processos de crime de estupro em Guarapuava.

A fonte primordial desse estudo constitui-se de processos judiciais de crimes de sedução ocorridos na Comarca de Guarapuava, de 1930 a 1950. A Comarca engloba, além da própria cidade, os municípios, hoje emancipados, Laranjeiras do Sul, Pitanga, Pinhão, Campo Mourão, que na época faziam parte da área territorial de Guarapuava.

A sedução faz parte do imaginário como uma contravenção diante do que é ou não permitido dentro do campo da sexualidade. O processo instaurado com objetivo de punir o responsável está cumprindo seu papel de referendar e divulgar a moral sexual, controlando não só os envolvidos, mas toda uma sociedade.

A partir das fontes judiciais pode-se narrar a história das mulheres envolvidas nos processo de crime de estupro e os padrões morais presentes na sociedade assim como o perfil feminino construído pelo judiciário.

O gênero enquanto instrumento de análise, proporciona o conhecimento sobre a diferença entre masculino-feminino, através do estudo das relações entre os sexos. Os valores dominantes da sociedade são reafirmados nessa relação e sustentam os valores diferenciados para o homem e para a mulher.

Nesse sentido é que ao se detectar a violência que caracteriza o ato do estupro – a agressão sexual – em si mesmo, foi possível identificar nos processos judiciais que apuram e julgam o fato, o discurso do poder: no caso específico o poder masculino sobre o feminino numa época em que o poder político é eminentemente patriarcal.

A violência contra a mulher envolve ela própria e mais sua família e a sociedade em geral. Toda suposta “fraqueza” ou inferioridade de sua parte tornam seu testemunho suspeito.

Ao fazer a denúncia do estupro o escândalo atinge a vítima ao atingir o estuprador. É um emaranhado complexo entre corpo, o olhar, a moral que essa história vem lembrar. A vergonha inevitável sentida pela vítima, liga-se à intimidade imposta, à imagem que se oferece dela.

Com os discursos de jurídicos sobre a violência que se apresentam nos processos crime, na primeira metade do século XX, em Guarapuava, verifica-se todo o esforço de juízes promotores e advogados no sentido de disciplinar e reprimir os padrões de comportamento da população. O Direito é um campo aberto de conflito, em que projetos diferentes de organização as sociedade e de controle social se confrontam por ocasião da discussão de casos específicos de estupro e de defloramento.

As relações de poder se apresentam na figura do Delegado de Polícia e do escrivão ao inquirir a vítima e as testemunhas as quais muitas vezes deixam de anotar provas materiais no processo, que poderiam ser apagadas com o tempo, e que ajudariam a vítima quando este processo seguisse seu trâmite legal. É visível nos processos o acusado ser de família abastada ou influente na cidade e a vítima de família com poucos recursos e também o descaso das autoridades ao montar o processo, não levando em consideração evidências apresentadas pela vítima.

O poder-saber do médico legista apresenta-se como verdadeiro quando seu depoimento não é contestado em nenhum momento nos discursos do poder judiciário.

A política do poder judiciário é sempre a mesma nos processos de estupro ao inquirir a vítima e as testemunhas normalmente homens (como no período pesquisado a presença da mulher nos tribunais era proibida pelo marido este ouve o relato da esposa que ouviu da vítima e repassa no tribunal, conforme seu

entendimento do fato). A vítima passa a ser acusada por qualquer deslize que tenha praticado.

Foram identificados 328 processos existentes no período de 1930 a 1950 no Arquivo Municipal, nos quais buscar-se-á as diferentes formas de violência e as imposições de poder nos discursos das autoridades constituídas.

A pesquisa tem por objetivo analisar o comportamento da sociedade guarapuavana nas décadas de 1930-1950 frente a crimes sexuais contra a mulher e demonstrar como eram tratadas as vítimas de violência sexual pelos familiares quando da descoberta dos fatos, pelos médicos peritos na hora do exame de defloramento, pelas testemunhas que estavam mais preocupadas em julgar comportamentos do que relatar o que sabiam dos fatos.

Quando a mulher decide denunciar seu agressor, tentando dessa forma diminuir seu sofrimento, apagar da memória a vergonha que a abate e a revolta que a corrói, é a partir daí que seu calvário tem início. Ao buscar ajuda ela sofre sua primeira decepção: a veracidade de suas declarações. Quando a família toma conhecimento do fato e resolve procurar as autoridades competentes tem início um novo sofrimento: a vergonha de relatar o fato a pessoas totalmente estranhas ao seu meio. O sentimento de culpa, por achar que se tivesse sido mais obediente não teria acontecido, a culpa por achar que é a única responsável. E como não é digna de credibilidade ainda tem que passar pelo exame de conjunção carnal. Ter seu corpo tocado, apalpado, observado nos mais íntimos detalhes, visto que os exames feitos nesta época estavam mais preocupados em ditar normas de comportamento do que a vítima se encontrava.

> "Nos processos de defloramento o centro da análise dos julgamentos é a mulher e nos discursos dos atores jurídicos, ela aparece como o centro difusor da moralização dos costumes. Os advogados nesse tipo de crime, estavam sempre procurando mostrar que elas não tinham os valores que as tornassem merecedoras de apoio e apresentando-as sempre como desonestas e imorais." (ESTEVES,1989: p. 25)

Em momento algum se questiona a culpabilidade do acusado. Pouco importa se seu ato é condenável pela justiça, pois o que vale é a conduta ditada pela sociedade. As mulheres que não seguissem essas normas, eram devidamente excluídas da sociedade, não existia espaço para elas. Seu lugar eram as casas de tolerância, a prostituição, a marginalidade. Ninguém era poupada, não importava a idade, já não era mais digna, não casaria, não honraria mais o nome daquela família.

O interesse pelo estudo do tema estupro foi despertado quando, ao entrevistar ex-prostitutas, prostitutas aposentadas, e cafetinas varias mulheres estas afirmaram terem sido violentadas por homens da família, vizinhos ou namorados e depois não lhes restando outra saída foram obrigadas a prostituir-se para sustentar o filho da violência e para sua sua própria sobrevivência.

Os valores dominantes da sociedade são reafirmados na relação entre os sexos, sustentando os valores difundidos e baseados na atribuição dos papéis diferenciados para o homem e para a mulher. As hierarquias que estruturam as sociedades também estão presentes nas relações de gênero. A construção da inferioridade, da submissão feminina faz com que o relacionamento entre os sexos seja permeado por relações de poder, permitindo que o masculino se sobreponha ao feminino no conjunto das relações.

As pessoas envolvidas em crime de sedução – a vítima e o sedutor não são os únicos transgressores de normas e padrões referentes à sexualidade. Sabe-se que, a despeito de todas as regras do “bom costume”, que procuram proteger a “honra da mulher”, não raros eram os casos de “fugas, de casamentos precipitados, “precoces” ou de filhos ilegítimos.

A virgindade da mulher, guardada a “sete chaves” e velada por pais, irmãos, comadres e até vizinhos, freqüentemente não se mantinha até o casamento, apesar de toda a vigilância. Porém, se tal fato constituía conflito, este, na maioria dos casos, era resolvido no âmbito privado. Os conflitos não resolvidos nessa esfera e que acabaram se configurando como crimes de sedução, parecem a exceção, o

extremo. Os agentes desse conflito seriam, então, as "vítimas" das ambigüidades inerentes a um período em que as mudanças de costumes se aceleram e se radicalizam. A quebra desses valores tradicionais, sabe-se, não se dá de forma generalizada e as persistências em padrões pré-estabelecidos sempre ocorreram e continuam até nossos dias.

Quando acontece um crime de sedução e a intimidade, tão enfaticamente defendida na sociedade, abre brechas para a intervenção de uma esfera do domínio público como o poder judiciário, este age reforçando esta força de lei natural da família, ao exigir dos envolvidos os padrões e imagens sociais por ela difundidos.

Os próprios juristas afirmam que o Código Penal de 1940, ao capitular o delito de sedução, protegendo a virgindade da mulher menor de 18 anos, estaria nada mais do que protegendo a família.

O que se pode observar em alguns processos criminais já analisados, é que a família não é protegida como deveria ser, segundo a lei. As testemunhas do sedutor comprometem a imagem da vítima e de toda a sua família. Tanto a vítima como as irmãs, se houver, são estigmatizadas. O pai da vítima também não escapa de acusação de testemunhas sob alegação de cumplicidade por ter induzido a filha à prostituição.

Os crimes de sedução, portanto, apresentam pontos nebulosos e suspeitos para a sociedade, pois escapam do comportamento padronizado. Daí ser possível analisar esses processos como representações construídas pelo judiciário, mas que expressam todas as complexas relações e valores que envolvem os sujeitos sociais em seus comportamentos sexuais, morais. No que diz respeito os papéis sexuais, os crimes da "paixão", em particular, por deflagrarem uma crise de valores, permitem a reafirmação do sistema normativo que o Estado tem a competência de ordenar, no plano das relações pessoais e privadas.

Poder e violência são palavras que, ao fazerem parte do cotidiano das

pessoas passam a ser corriqueiras. A palavra poder é usada em vários sentidos. Tomada com verbo diz das possibilidades restritas às limitações humanas. Como substantivo, significa o mando, a ganância de dominar, a força de submeter outros. A violência é um ato impetuoso de prepotência, exercido pela força com o objetivo de coagir, constranger, obrigar alguém. Genericamente a violência é um mal.

Poder é um sentimento que continuamente domina o ser humano. A violência é um modo de agir que implica na obtenção do poder. Em virtude dessa ânsia de se impor autoritariamente é que se permite não respeitar regras, ultrapassar limites e chegar às raias do uso da violência como arma para atingir seus fins.

Poder e violência. De cada um desses conceitos emana um conjunto de representações que adquirem realidade e se mostram concretamente na vivência de cada indivíduo como fato tangível.

A sedução faz parte do imaginário como uma contravenção diante do que é ou não permitido dentro do campo da sexualidade. Um processo instaurado, com objetivo de punir o responsável, mais do que isso, está cumprindo o papel de referendar e divulgar a norma sexual, controlando não só os envolvidos, mas toda uma coletividade.

Na análise das obras que discutem os crimes de estupro[1] e os discursos dos poderes instituídos, buscar-se-á identificar a violência exercida contra a mulher nos discursos nos processos crime já normatizados.

Utilizando-se das diferentes formas de poder nas obras de Foucault, pretende-se construir a história do estupro e as várias formas de violência nos discursos das autoridades judiciárias de Guarapuava.

Segundo Foucault, o sexo não era reprimido. Passou a ser vigiado e

---

[1] PIMENTEL, S. et.aliu. *Estupro Crime ou "cortesia"?* Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998; TOMASELLI, S. & PORTER, R. *Estupro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1992; CHARAM, I. O *Estupro e o Assédio Sexual. Como não ser a próxima vítima*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997; DAMINAI, S. & OLIVEIRA, J.T. *Assédio Sexual*. São Paulo: Edijur, 1999; WARSHAW, R. *Eu nem imaginava que era Estupro*. Rio de Janeiro: Record, 1996; VIGARELLO, G. *História do Estupro*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

controlado a partir do século XVII e determinou-se quem deveria falar e quando poderia ser falado, ficando para as confissões. Os clérigos queriam saber tudo a respeito da sexualidade do casal. O sexo ilícito era condenado, as crianças vigiadas para não cometerem o pecado da carne. A partir do século XVIII quando se intensificou os discursos sobre sexo com as crianças articulou-se em torno de um feixe de relações de poder.

> (....) é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. Proliferação das sexualidades por extensão do poder; majoração do poder ao qual cada uma dessas sexualidades regionais dá um campo de intervenção; (....) Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro. [2]

Para Foucault, a prática médica auxilia a lei dominante surgindo a preocupação com a higiene e assegurar uma pureza moral eliminando as taras em nome de uma urgência biológica e histórica.

Os estudos da área jurídica que tematizam os crimes sexuais, na maioria das vezes, cumprem o papel de reafirmar este *"código do bom comportamento"* a que Baczko (1985) se refere. Pode-se exemplificar citando a obra do jurista Sznick, (1992). Para ele, a maioria das práticas sexuais são consideradas libidinosas. Somente o ato sexual vaginal foge da denominação contraventora porque é considerado reprodutor. As demais condutas são referidas em termos de degradação, paralelamente ao tratamento que a igreja dedica à sexualidade.

Os crimes de defloramento enquadram-se no art. 267, estupro arts. 268 e 269 e atentado ao pudor art. 266 estão reunidos no Código Penal de 1890 sob o título "Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje ao Pudor". Crimes como: rapto arts. 270 e 271, lenocínio arts. 277 e 278,

---

[2] FOUCAULT, M. *História da sexualidade. A vontade de saber*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.44.

adultério ou infidelidade conjugal arts. 279,280 e 281 e ultraje público ao pudor art.282. (CÓDIGO PENAL 1890).

Segundo Esteves o fato do Rio de Janeiro ter recebido grande contingente populacional: escravos libertos da zona rural, imigrantes principalmente portugueses. O regime republicano colocou-os em uma vigilância e repressão contínua no sentido de fazer com que eles assumissem suas responsabilidades. Além da vigilância no trabalho e regras de higiene, também foram difundidos bons costumes morais entre os habitantes. “O trabalhador ideal seria aquele que já saísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem vícios sexuais, pelo menos para evitar o nascimento de crianças ilegítimas”.(ESTEVES, 1989, p. 27).

O que é comum nos processos é a afirmação da testemunha masculina e as vezes até da feminina, de que a moça deflorada certamente teria “provocado o sedutor”. Nesse caso a mulher é sempre culpada por aquilo que lhe acontece. Mas na fala das vítimas, é a promessa de casamento que leva à aquiescência. Elas só permitiram o defloramento porque confiaram na palavra do companheiro que após ter recebido a “prova”, casar-se-ia com elas. Após ter conseguido seu intento, o sedutor desaparece, sem dar explicações. As jovens, considerando-se “ofendidas”, buscam a proteção da lei.

Os processos de sedução revelam comportamentos e atitudes particulares e comuns que reproduzem as maneiras de pensar e a vivência dos indivíduos. As práticas sociais e sexuais dos personagens dos processos representam, na maioria das vezes, um conteúdo apreendido em confronto com as próprias condições concretas de sobrevivência, elaborando sua identidade.

A justiça sempre esteve presente na formação do trabalhador tanto no sentido moral como sexual. Primeiro foram os médicos, seguidos dos pedagogo e mais tarde os psiquiatras que vão higienizar as relações familiares, tentando normatizar as condutas e os prazeres sexuais, atingindo principalmente as mulheres

e as crianças. (FOUCAULT, 1988:)

Ao realizar uma arqueologia da família Costa (1979), analisa o processo de submissão da elite brasileira à tutela médica através da política dos higienistas. Essa política acrescentava a necessidade de diferenciação social e a autodefesa das camadas dominantes em relação ao crescimento populacional das pessoas de cor. Os comportamentos da classe subalterna deveriam ser marginalizados, punidos, protegidos e valorizados no interesse da classe média alta pela ordem médica.

Warshaw faz uma pesquisa com mulheres que foram estupradas por homens conhecidos, seja universitárias, senhoras casada, senhoras da cidade, menores, que de uma forma ou de outra já tinham encontrado com o estuprador. E deixa claro que na maioria das vezes as mulheres não fazem a denúncia. Mas diz que: “Um estupro que ocorre em encontros ou entre pessoas que se conhecem não deveria ser considerado como algum tipo de aventura sexual malconduzida: estupro é violência, não sedução. No estupro por um estranho e no estupro por algum conhecido o agressor toma a decisão de forçar sua vítima a se submeter à sua vontade”. (WARSHAW. 1996, p.33)

Charam, (1997) faz uma análise de como se apresenta a violência sexual contra a mulher na Grécia e Roma antiga, na Bíblia, no decorrer da história, na antropologia do estupro, na sociologia, na arte e dá sugestões de como se pode evitar o estupro e o assédio sexual.

Os processos de sedução revelam comportamentos e atitudes particulares e comuns que reproduzem as maneiras de pensar e a vivência dos indivíduos. As práticas sociais e sexuais dos personagens dos processos representam, na maioria das vezes, um conteúdo apreendido em confronto com as próprias condições concretas de sobrevivência dos mesmos, elaborando sua identidade.

Da leitura dos processos sempre surgia a questão: onde está o discurso da mulher?, onde a mãe da vítima fala?, porque a vítima conta o fato para a mãe, a mãe conta para o pai e o pai faz a denúncia. A mãe da vítima conta para a vizinha que conta para o marido e este que vai ser ouvido em juízo. O espaço do mundo oficial jurídico nas décadas de 30 a 50 é constituído por discursos masculinos contra a mulher.

MUSEU CASA DE PORTINARI: ARTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Thaís de Fátima Vaz* - UNESP/Franca

A pesquisa que propomos tem por objetivo verificar a forma como as obras realizadas por Portinari na casa de sua família em Brodowski inserem-se em sua produção artística maior, observando-as como elementos que compõem um legado do artista em Brodowski, o qual buscou legitimar através das correspondências trocadas com amigos de renome na política e na cultura nacionais, numa intenção, ainda que não evidente em um primeiro momento, de constituir na cidade, com suas obras, um lugar de memória, conforme conceito trabalhado por Pierre Nora[1], vinculando para sempre sua história à da cidade onde nasceu. Dessa forma, observaremos a casa não como apenas portadora de uma coleção de pinturas, mas enquanto um lugar carregado de significado para o artista, onde veio a inscrever sua memória através de obras de arte, configurando-se hoje no único lugar a possuir um acervo permanente constituído apenas por obras de Cândido Portinari.

Filho de imigrantes italianos trabalhadores da lavoura de café, Portinari nasceu em Brodowski, interior de São Paulo, onde já demonstrava sua veia artística ao participar como auxiliar da decoração da igreja local, aos nove anos de idade. Em 1917, partiu para o Rio de Janeiro para estudar desenho na Escola Nacional de Belas Artes. Vencendo o Salão Anual da Escola em 1928, com o "Retrato de Olegário Mariano", obra bem ao gosto da Academia, recebeu o Prêmio de Viagem à Europa, para onde partiu em 1929, quando veio a conhecer os principais museus europeus, realizando estudos de aprofundamento, mas também entrando em contato com artistas integrantes das vanguardas européias da época.

Ao retornar em 1931, vem decidido a realizar uma arte genuinamente brasileira, que congregaria o rigor do *métier* dos artistas clássicos com as novas soluções trazidas pela arte moderna, tendo como tema as paisagens e o povo do país onde nasceu, elementos que a distância e as saudades da terra o fizeram perceber melhor. A arte deveria então, para Portinari, "além de exercer seu papel de agente de transformação social, deveria ser

* Mestranda em História e Cultura Social pela Unesp – Campus de Franca.

criadora de uma consciência nacional"[2]. No mesmo ano, a realização do Salão Revolucionário e a fundação do Núcleo Bernardelli, ambos no Rio de Janeiro, marcaram o início do processo de consolidação da arte moderna no Brasil.

Com Vargas no governo, a partir do início da década de 1930, Portinari teve sua atuação observada mais de perto a partir de 1935, pela menção honrosa recebida por sua tela *Café* na Exposição do Instituto Carnegie de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Vindo a realizar os afrescos para o Ministério da Educação e Saúde, Portinari aplicaria pela primeira vez em pinturas situadas em local público uma técnica artística pouco difundida no Brasil. Mesmo conferindo grande durabilidade ao trabalho de arte, o afresco foi utilizado no país apenas por um restrito número de artistas. No entanto, no plano privado, o artista já havia aplicado a técnica, certamente num caráter de experimentação: tratam-se dos trabalhos realizados pelo artista na casa de sua família, em Brodowski (SP), que identificamos como sendo as primeiras experiências em afresco realizadas por Portinari, eleitas aqui como nosso objeto de pesquisa.

Quando retornou ao Brasil em 1931, ao artista passou a estabelecer uma relação mais próxima com sua cidade natal, sua família e a casa onde passou a infância e parte da adolescência. Buscava em Brodowski tranqüilidade para pintar, vindo a passar na cidade longas temporadas, especialmente durante as férias de verão, quando buscava manter contato com os moradores da cidade, apesar de seu caráter reservado, conversando e discutindo idéias e impressões. Veio a executar, em seu ateliê da casa na cidade, diversas de suas mais destacas telas.

Convertida em Museu no ano de 1969, a antiga casa da família Portinari em Brodowski em nada difere da estrutura utilizada na maior parte das casas do interior de São Paulo durante o final do século XIX e início do XX. Sua construção foi iniciada por volta do ano de 1906 e, após sucessivas ampliações posteriores, passou a contar com dezesseis cômodos. Na casa, Portinari realizou uma série de obras entre os anos de 1934 e 1945, podendo estas ser divididas em dois conjuntos: as pinturas do interior da residência – compostas em sua maior parte em afresco – e as obras da Capela da Nona – realizadas em

têmpera. A Capela foi construída contiguamente à casa da avó paterna de Portinari – situada no mesmo terreno da casa da família – por determinação do próprio pintor, no ano de 1941, quando sua avó já se encontrava bastante idosa e com dificuldades para se locomover até a igreja local, onde diariamente fazia suas orações. Todas as pinturas da Capela foram executadas num prazo de aproximadamente um mês[3]. O ponto em comum entre esses dois conjuntos de obras é a absoluta predominância da temática sacra, realizadas dentro de uma proposta próxima ao estilo realista, sem as deformações utilizadas pelo artista em sua pintura social.

Estas obras, apesar não demonstrarem um momento inicial na carreira do pintor, sendo este já um artista de renome à época, podem ser consideradas experiências fundamentais para sua carreira, uma vez que acabam por inaugurar em sua obra a utilização, além do afresco, da têmpera em grande escala, da pintura mural, além da temática sacra, técnicas que veio a utilizar posteriormente em outros trabalhos de maior dimensão. A partir dessas obras, a pintura religiosa torna-se de execução freqüente pelo artista que, no rastro da repercussão causada por suas pinturas da Capela da Nona, passou a receber diversas encomendas de obras sacras, dentre elas as telas para a Capela Mayrink, no Rio de Janeiro (1944), além das polêmicas obras para a Igreja da Pampulha em Belo Horizonte (1945), encomendadas pelo então prefeito da cidade, Juscelino Kubstichek[4]. Ressaltamos ainda que a vertente sacra, a partir das pinturas de Brodowski, foi recorrente durante toda a carreira de Portinari, traduzindo suas diversas fases expressivas, quando o artista deu às imagens uma fisionomia diferente conforme sua destinação.[5]

É fundamental observar que a execução das obras da casa de Brodowski dá-se concomitante com o período em que Portinari executou a maior parte das obras concebidas por encomenda de Getúlio Vargas. No entanto, as obras do artista em Brodowski não estão relacionadas ao estilo e às temáticas empregadas pelo artista em suas “pintura oficial”, diferenciando-se pelo caráter privado que possuíam no momento de sua realização, estando essas vinculadas, além de à experimentação artística, também ao gosto particular da família de Portinari e à atmosfera religiosa presente na pequena cidade, onde a vida social

organizava-se em torno dos preceitos e comemorações da Igreja Católica, estando essas obras então afastadas de seus trabalhos de destinação pública ligados à pintura social. Portanto, vemos a biografia de Portinari como um dos pontos-chave para se entender a construção de sua obra e o destaque por ele recebido em momentos cruciais do debate político brasileiro.

Ao nos remetermos às pinturas de Brodowski, as vemos como integrantes de um legado autobiográfico do artista, que através da pintura buscou "escrever" sua memória em sua cidade de origem, utilizando então os temas sacros, que remetiam à sua formação pessoal. Realizadas nas paredes da casa e da Capela, afirmariam de forma indelével sua ligação com Brodowski, e o fato de figurarem em um ambiente privado deixaria essa idéia ainda mais evidente, assim como a utilização de parentes e amigos próximos como modelos para a retratação dos santos. Ao serem largamente comentadas por Portinari em correspondências a amigos que constituíam-se em personalidades influentes na política e na cultura nacionais, poderiam eles trabalhar no sentido ter a existência, preservação e divulgação dessas obras garantidas para a posteridade, tornando-se então a casa um lugar de memória, o que veio a consolidar-se com a instituição do Museu Casa de Portinari em 1969.

Foram eleitas como fontes para nosso trabalho as pinturas murais realizadas por Portinari em Brodowski na casa de sua família e na Capela da Nona entre os anos de 1934 e 1945, além de um conjunto de correspondências que o artista trocou com amigos, familiares e instituições durante o período da composição das pinturas.

As obras situadas do interior da casa são os afrescos *Cabeça de Mulata I* e *Cabeça de Mulata II*, *Perfil da Avó*, *São Francisco pregando aos pássaros*, *Sagrado Coração de Jesus*[6] (todos de 1934), *Fuga para o Egito* (1936)[7] e a têmpera *São Jorge e o Dragão* (1945). No complexo da Capela da Nona está o afresco *Sermão aos peixes* (1942), além das têmperas em seu interior: *A Visitação*[8], *Sagrada Família*[9], *Santa Luzia* e *São Pedro*[10], compondo essas duas últimas o altar da Capela, *São João Batista*, *Jesus*, *São Francisco de Assis* e *Santo Antonio*[11], todas obras de 1941.

O fato de Portinari ter eleito a casa de sua família em Brodowski para realizar essas experiências em pintura demonstra como o artista buscou um local de caráter totalmente privado, onde seus trabalhos, num primeiro momento, estariam sob os olhares somente de familiares e parentes mais próximos, não tendo que já de início submetê-los – estando a utilizar uma técnica que lhe era complemente nova – a um julgamento de valor de pessoas externas, que veriam essas obras com um olhar mais crítico. Depois de estar certo de que alcançara bons resultados, poderia relatar a experiência a outras pessoas, observando assim a opinião ou reação destas diante das pinturas.

Fato a ser observado é o de que a maior parte dos amigos com os quais Portinari troca opiniões a respeito das obras da casa e da Capela nessas correspondências são figuras de renome, constituindo-se em personagens fundamentais da cena política, cultural e artística do Governo Vargas: além de Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade, também correspondeu-se com Rodrigo Melo Franco de Andrade[12], Mário de Andrade, Lúcio Costa e Antônio Bento, dentre outros.

É fundamental ressaltar que essas correspondências, além de demonstrar em opiniões positivas por parte dos interlocutores de Portinari referentes às pinturas da casa e da Capela, já possuem até mesmo menções remetendo a um possível tombamento da casa e sua transformação em local de visitação pública, por exemplo, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade destaca que qualquer dano causado à casa de Brodowski ou suas pinturas seria um “atentado contra o patrimônio artístico”[13], ou quando Gustavo Capanema, ao ver fotografias das obras, comentou seu desejo em ver a Capela da Nona tombada e integrada ao patrimônio histórico nacional[14]. Além disso, como em carta de Carlos Drummond de Andrade, alguns amigos demonstravam já possuir conhecimento do grande impacto causado na população local pelas imagens ali executadas, que as via desde o início de sua execução como objetos de adoração[15].

É sintomático, portanto, o fato de Portinari ter vindo a se corresponder com essas personalidades: esses eram amigos próximos e queridos, que poderiam contribuir com sugestões ou críticas para as obras propôs-se a realizar, mas eram também homens de

destaque da política nacional. Ao mesmo tempo em que estes poderiam dar sua opinião sobre as obras, estariam também tomando conhecimento do esforço pessoal de Portinari na construção de um acervo de obras suas na cidade onde nasceu, que logo poderia ser visto como um legado por ele constituído à sua cidade natal. Fica nítida então a preocupação de Portinari em realizar então uma "tessitura" de sua memória através da pintura.

Esse pressuposto evidencia-se ainda mais quando levamos em conta o fato de que o artista, tanto em sua trajetória pessoal como em sua atuação enquanto artista e político, sempre buscava destacar sua ligação com as origens, a cidade onde nasceu e sua gente, com o que viu e viveu em seu tempo de infância. A nosso ver, havia em Portinari uma preocupação em deixar evidente essa ligação, sendo o viés biográfico o ponto-chave de sua trajetória artística, como já destacamos.

Considerando o Museu Casa de Portinari como um lugar onde está inscrita a memória de um indivíduo, e que configura por parte do artista uma "vontade de memória", na medida em que buscou deixar ali um legado pessoal seu através de obras de arte, as formulações de Pierre Nora no estudo "Les lieux de mémoire", foram determinantes. O autor define que os conceitos de memória e história são opostos, estando a memória sempre "em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de sua sucessivas deformações, vulnerável a todas as utilizações e manipulações"[16], sendo ela sempre atual por ser um processo vivido, "arraigando-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto". A história, em contrapartida, é uma "representação do passado" e não a sua vivência e, enquanto operação intelectual, "dessacraliza a memória", através da análise e do discurso críticos[17].

Corroborando com a idéia de que a memória deve ser vista enquanto objeto da história, o texto de Jacques Le Goff é fundamental para essa abordagem. Conforme o autor:

> (...) história é a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa (...).

> Tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica. [118]

Necessários para que a memória inscreva-se de fato, em suas dimensões concretas tais lugares vão remeter a museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, entre outros signos de rememoração, investidos de uma "vontade" ou "intenção" de memória, locais vistos como portadores dos "testemunhos de uma época", "deixados sem se duvidar de sua utilização futura pelos historiadores"[19] na medida em que estes buscarem elementos que auxiliem na compreensão de um momento histórico, ou que tragam evidências sobre a atuação de determinados grupos e indivíduos. Os lugares de memória possuem, portanto, uma tríplice dimensão, "material, simbólica e funcional, tendo ao mesmo tempo significados diversos", constituindo "um jogo entre memória e história"[20]. A razão de ser do lugar de memória é, portanto, "parar o tempo, bloquear o processo de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial, encerrando o máximo de sentido em um mínimo de sinais"[21].

---

[1] NORA, P. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: _____ (dir). *Les lieux de mémoire.* Paris: Gallimard, 1997.
[2] FABRIS, A. *Cândido Portinari*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 26.
[3] FABBRI, A. P. *Contando a arte de Portinari* . São Paulo: Noovha América, 2004. pp. 41-42.
[4] Sobre o interesse de Kubitschek pelas obras de Brodowski, observar a correspondência: ALMEIDA, Lúcia Machado de; Almeida, Antônio Monteiro Machado de. [*Carta*] 1943 set. 11, Belo Horizonte, MG [para] Candido Portinari, Rio de Janeiro, RJ. 2 p.
[5] FABRIS, A. *Portinari, pintor social.* São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990*,* p. 68.
[6] Com 70 x 50 cm de diâmetro, essa obra possui datação aproximada, tendo sido ela descoberta somente em 1970, quando da restauração das obras da casa para a instituição do Museu Casa de Portinari, promovida por Edson Motta, à época restaurador a serviço do Sphan.
[7] 155 x 170 cm.
[8] 180 x 160,5 cm.
[9] 180 x 163 cm.
[10] Cada um com 161 x 55 cm.
[11] Essas quatro últimas obras citadas possuem, com pequenas variações, 180 x 75 cm de diâmetro.
[12] Presidente do então recém-criado Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).
[13] ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. [*Carta*] 1937 fev. 16, Rio de Janeiro, RJ [para] Candido Portinari, Rio de Janeiro, RJ. 2 p.
[14]CAPANEMA, Gustavo; Ministério da Educação e Saúde. [*Carta*] 1941 mar. 12, Rio de Janeiro, RJ [para] Candido Portinari, Brodowski, SP. 2 p.
[15] ANDRADE, Carlos Drummond de. [*Carta*] 1941 mar. 18, Rio de Janeiro, RJ [para] Candido Portinari, Brodowski, SP. 3 p.
[16] Ibidem, p. 24.
[17] Ibidem, p. 25.
[18] LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: 3. ed., Ed. Unicamp, 1994, pp. 25 e 49.
[19] NORA, P. *Op cit,* p. 38.
[20] Ibidem*,* p. 37.
[21] Ibidem, p. 38.

O Conteúdo que dá forma: análise de *Brasil - Versão Brasileira* (1962) de Oduvaldo Vianna Filho

Thaís Leão Vieira*

Na década de 1960 no Brasil, diversos movimentos sociais impulsionaram várias atuações políticas e ajudaram a difundir a idéia de que o país, naquele período, vivia sob fortes ideais de esquerda. Do ponto de vista das práticas intelectuais e artísticas, houve a intenção de se colocarem na "ordem do dia" temas úteis à transformação social; nesse sentido, a experiência dos intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), a dos militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a dos artistas do CPC (Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes) contribuíram para a difusão de conceitos, perspectivas que intentavam transformar, pela ação humana, a situação do país. Discutiam-se assuntos como imperialismo — veiculado, sobretudo, pelos feitos dos EUA no período, movidos pela guerra fria — e a necessidade de fortalecer a nação, desenvolver o país, e para isso era preciso defender a indústria nacional e divergir daqueles que fossem contra essa aliança.

É nessa atmosfera que Vianinha escreveu *Brasil — Versão Brasileira*[i] em 1962 e foi com base nela que verificamos os elos entre arte e sociedade. O diálogo que aqui se desdobra entre uma e outra — mais especificamente, entre história e teatro — se pauta na constatação de inexistência da obra artística fora de seu contexto histórico: esta não é mera expressão da realidade; logo, não deve ser tratada como reflexo da realidade histórica, pois a própria elaboração formal contém elementos do contexto em que a obra foi produzida. Em *Brasil — Versão Brasileira*[ii], dois tempos caminham juntos. À linearidade de consecução das ações e dos encadeamentos, opõe-se a disposição não-linear dos elementos épicos, em especial dos slides. O encadeamento da narrativa se dá de forma que o leitor/espectador perceba as rupturas, haja vista que a divisão das cenas é feita pelos slides, que muitas vezes são um contraponto ao que é dito. Esse texto teatral não é dividido em atos; antes, estrutura-se por meio de situações cênicas e se realiza sob contradições e embates:

capitalistas aliados ao imperialismo *versus* capitalista nacional; operários comunistas ortodoxos *versus* operários comunistas heterodoxos; e operários comunistas *versus* operários católicos.

As personagens se organizam em dois blocos: imperialistas e proletariado. Além disso, aparece na peça o próprio capital estrangeiro: o imperialismo — representado pelo Sr. Lincoln Sanders, representante da Esso no Brasil e presidente do Citybank, e por Walter Link, norte-americano que vem ao Brasil dirigir as pesquisas da Petrobrás. O imperialismo tem aliados internos: o próprio Estado — na figura do presidente da República — e a burguesia nacional que espelhava os interesses do capital estrangeiro identificada pelo personagem Prudente de Sotto Maior, presidente do Banco do Brasil e um dos principais acionistas da Refinaria Capuava.

Para contrastar, Vianinha retrata outra parcela da burguesia nacional, oposta aos interesses imperialistas e interpretada por Vidigal — representante também da confederação das indústrias no Conselho Nacional do Petróleo; por isso, ele fala em nome dos interesses de industriais brasileiros ameaçados pela quebra do monopólio de refinamento da Petrobrás, que passaria à empresa Esso, dos EUA. O contraste se completa com a figura do proletariado industrial: os operários da Fundição Vidigal —segmentado em *Brasil — Versão Brasileira* por diferentes pontos de vista: o de Diógenes, comunista ortodoxo e autoritário que acredita possuir superioridade em relação aos companheiros de partido pela experiência na militância, e o de Espártaco, que referenda o novo comunista: mais flexível e disposto a negociar com os operários anticomunistas. Alusão ao sindicalismo cristão, esses operários são representados no texto pelas personagens Tiago e Claudionor.

Dez cenas compõem a peça. No começo, a exposição de 112 slides, que aparecem ao longo do enredo à medida que a situação cênica muda. As ações em *Brasil — Versão Brasileira* são sempre encadeadas de modo a indicar que a finalização de uma resultará no início de outra. Assim, na primeira cena, a reunião entre Lincoln Sanders, o presidente do Brasil e Prudente de Sotto Maior para convencer Vidigal a votar favoravelmente à manutenção do contrato com a Kellog — o que ele se recusa a fazer — indica que, na cena

seguinte, Vidigal, caso não vote a favor, não conseguirá sobreviver do ponto de vista financeiro, pois seus pedidos de empréstimos são feitos ao grande capital nacional, ligado ao capital estrangeiro ou aos próprios bancos dos EUA. Tal situação desencadeia a apresentação dos problemas de Vidigal em sua refinaria; com isso, ele procura Lincoln Sanders e o presidente a fim de pedir empréstimo para aumentar o salário dos funcionários. Mas de novo o conflito não se resolve, e a proposta de aumento — percentual inferior ao desejado pelos trabalhadores — resulta na terceira cena, quando os militantes comunistas Diógenes e Espártaco discutem a posição do partido. Aqui, desdobra-se a cena da assembléia, em que Diógenes e o presidente do sindicato, Claudionor, brigam por causa do valor oferecido pelo patrão. Espártaco, mais flexível, discute com o pai, pois este não quer ouvir nem outros operários nem os sindicalistas Claudionor e Tiago. Ao denunciar a postura autoritária de Diógenes, Espártaco leva um tapa do pai, e a ação passa à cena seguinte, na qual reflete sobre sua postura.

Nesse ínterim, surge a notícia de explosão na refinaria Duque de Caxias, prelúdio para a quinta cena: implantação de uma comissão de inquérito para investigar esse acidente. Os representantes dos EUA no Brasil, ante a eventual abertura de inquérito, resolvem agir com rapidez e propõem um acordo ao país que o obrigaria a não mais extrair petróleo do território nacional, sob alegação de escassez. Para resolver os problemas que isso acarretaria, os representantes expõem o acordo Esso–Brasil, que exige compra exclusiva de petróleo da Esso. A proposta e a possível demissão em massa nas refinarias nacionais sugerem a cena oito: a greve, que, por sua vez, desencadeia a ação da tortura.

Num contexto de greve e pressão, os empregados são encorajados a assumir as respectivas funções; porém, incitados por Diógenes, continuam a greve — agora política, ante a impugnação do acordo. Na movimentação, Diógenes é morto, e a cena final sugere como solução a luta contra o imperialismo.

Essa peça é, então, uma composição dramática que usa conflitos desencadeados de forma linear e que, por meio dos recursos cênicos, dispõem de efeitos de distanciamento, sobretudo os slides e o coro. Por isso, ao mesclar o drama e o épico, este texto participa de

um movimento presente na própria dramaturgia de Vianinha e no seu diálogo com diversos referenciais estéticos e políticos.

Vianinha oferece-nos uma visão de mundo. Propõe ao espectador uma tarefa e uma decisão e aponta claramente qual caminho seguir. Explicita por meio das personagens Espártaco e Tiago soluções extra-teatrais a fim de que fosse possível alcançar o nacionalismo, síntese de todo esse processo gerador do desenvolvimento ressaltando dessa forma, a dimensão do engajamento de sua dramaturgia. Por fim, as intervenções do coro deixam o sentido da luta, servindo para impelir o espectador/leitor a uma ação ante a estrutura proposta.

No texto de Vianinha, o conflito entre os diálogos e as imagens dos slides produz outra perspectiva estética para o público — em contrapontos —, que ajudou a compor uma linguagem crítica para tratar de elementos da cultura brasileira. Os aspectos épicos e o processo de montagem permitiram ao autor de *Brasil — Versão Brasileira* significar historicamente as personagens e obter uma linguagem sintética com os saltos e contrapontos: diálogos e slides permitem a cada cena resumir contradições dialéticas que podem ser visualizados de maneira articulada na montagem paralela[iii].

Na peça, Vianinha sintetiza as próprias críticas — aos comunistas, num processo de autocrítica (tal qual o próprio PCB), e às alianças; o texto alude às lutas políticas às vésperas de 1964 das quais Vianinha participou ativamente e que revelaram uma conjuntura complexa, não simplificada pelo dramaturgo — ao contrário, Vianinha deu um tratamento ao tema apoiado na ambigüidade para desvelar contradições fundamentais. Ele não criticou os quadros partidários nem foi contra ou a favor à aliança com a burguesia nacional.

Nesse sentido, a atitude de Vidigal (burguesia nacional) não deve ser posta à parte, pois se vincula e depende de uma estrutura historicamente disposta. O decisivo nessa maneira de mostrar a personagem reside na capacidade de condicioná-la a um processo social que pode ser transformado; daí o fato de Vidigal ora estar ao lado dos trabalhadores, ora aliar-se ao capital estrangeiro. Para Vianinha, um comportamento assim resulta de fatores que dominam o capital nacional — numa palavra, do imperialismo, cuja estrutura

condiciona o comportamento de Vidigal. Não se trata de contraposição de Vianinha à aliança com a burguesia nacional nem de adesão acrítica a esses industriais; em jogo está o duplo caráter que a burguesia nacional apresentava naquela conjuntura para os militantes do PCB.

Em *Brasil — Versão Brasileira* não se separam os embates da peça das contradições sociais do público, por isso o conflito não se resolve no interior do texto. A rivalidade entre Vidigal x Lincoln Sanders, Diógenes x Espártaco, Diógenes x Claudionor por razões políticas desenvolve o conflito dramático, que resulta dessas forças antagônicas e acirra os ânimos de dois grupos, duas visões de mundo: os capitalistas e os operários; o conflito resulta também da não-homogeneização do conceito de classe social[iv]. A definição de classe social exposta por Vianinha em *Brasil – Versão Brasileira* acarreta a possibilidade de não mais buscar nas classes sociais um sentido unívoco, tampouco universal, mas sim as particularidades, descontinuidades e contingências presentes nessa categoria, pois assim como a burguesia nacional foi tratada por seu caráter ambíguo, a classe operária, também revelou na peça contradições e divergências.

Enquanto a historiografia dos anos 1960 discutia, no Brasil, as macrofísicas do poder, as estruturas econômicas, o papel do Estado, os partidos políticos, Vianinha refletiu sobre o que Edward P. Thompson denominou de a *experiência* da classe operária. Os trabalhos de Thompson, especialmente a *Formação da Classe Operária Inglesa* de 1963 (difundido no Brasil somente no final dos anos 1970), focalizaram análise para a heterogeneidade da classe operária e problematizaram até mesmo essa noção. Esse processo de revisão foi importante na medida em que alargaram-se os temas da historiografia e passou-se, dentre outras coisas, a incluir o cotidiano, as divergências e as experiências nas discussões sobre a classe operária. Tal qual Thompson, Vianinha não vê os trabalhadores conforme o marxismo tradicional, no qual o conceito de classe traz em si uma visão homogênea quanto aos trabalhadores, na medida em que é a exploração da sua mão de obra o traço que têm mais em comum na luta de classes contra a burguesia. Vianinha e Thompson, não negando esta exploração, mostraram que os traços em comum

de uma classe convivem com a diversidade de interesses dos indivíduos, existindo portando vários grupos no interior de uma classe. Desta forma, o dramaturgo antecipou em suas peças um debate sobre o qual a historiografia brasileira só se debruçaria a partir da difusão dos textos de Thompson no Brasil. Vianinha preocupou-se tanto com Diógenes quanto com Espártaco, Claudionor e Tiago, revelando múltiplos interesses nas práticas vivenciadas pelos trabalhadores (e pela burguesia também, na maneira como retrata Vidigal) chamando nossa atenção para o caráter diverso e dúbio dessas categorias. Numa palavra, a forma na peça de Vianinha resultou de um contexto sociohistórico que, disposto na obra, contribuiu para haver pluralidade política no texto.

Dito isso, recuperar a historicidade da obra de arte significa revelar os processos de mediação entre a produção artística e os meios que a constituíram e, ao mesmo tempo, foram constituídos por ela. Ao historicizar um trabalho artístico desconsiderado pelos críticos de arte como "obra-prima" (o que inibe o interesse por ele e os registros a seu respeito), consideramos que a peça de Vianinha foi capaz de revelar significações do processo social vivido por ele e que expressou outra avaliação à produção do CPC.

---

[*] Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

[i] VIANNA FILHO, Oduvaldo. Brasil — Versão Brasileira. In: PEIXOTO, Fernando (org.). *O melhor teatro do CPC da UNE.* São Paulo: Global, 1989.

[ii] Fernando Peixoto registra a encenação de *Brasil — Versão Brasileira* na UNE–Volante em Porto Alegre (RS) em 29 e 30 de março de 1962; a direção é de Armando Costa. *Eles chegaram no dia 27 de março de 1962 e fizeram espetáculos no Salão de Atos da Universidade. Eu tinha uma coluna no jornal e, com a chegada do CPC, fiz uma matéria de página inteira. Na verdade, eu já tinha tido algum contato com eles, em função do meu trabalho. Eu já tinha contato anterior com o Vianinha e com o pessoal do Arena. Talvez por isso, foi uma das poucas pessoas no Rio Grande do Sul a me ligar de imediato, à UNE Volante. Eu entrei de ator em* Brasil — Versão Brasileira*, do próprio Vianinha, e que tinha no elenco Flávio Migliaccio, Carlos Miranda etc...* Cf.: PEIXOTO, Fernando. Entrevista. In: PEIXOTO, Fernando. *Um teatro fora do eixo.* 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 195. A montagem de *Brasil — Versão Brasileira* percorreu várias capitais do país durante a UNE–Volante e contou, também, com a atuação de Jorge Coutinho e Haroldo de Oliveira, nos papéis de Claudionor e Tiago, respectivamente.

[iii] Discussão feita na dissertação de mestrado: VIEIRA, Thaís Leão. Vianinha no centro popular de cultura (CPC da UNE): nacionalismo e militância política em Brasil – Versão Brasileira (1962). Uberlândia, 2005. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. 154f.

[iv] Cf.: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PROCESSOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SÉCULO XVIII: UM ESTUDO SOBRE FONTES DE PESQUISA

Thais Nivia de Lima e Fonseca - UFMG

O período colonial brasileiro tem sido pouco visitado pelos historiadores da educação, que têm concentrado mais atenção nas ações ligadas à educação escolar e à catequese, deixando em aberto outras iniciativas educacionais, qualquer que fosse sua modalidade e características. Parte das dificuldades que se apresentam à pesquisa sobre o período pode ser atribuída à natureza das fontes, em grande parte manuscritas e nem sempre identificadas imediatamente à temática da educação, o que torna imprescindível um estudo mais detido sobre elas, um dos objetivos do projeto "Processos e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais (1750-1822)", em desenvolvimento sob minha coordenação, no GEPHE/UFMG[1]. O levantamento de fontes em curso tem permitido a observação mais atenta das características e das possibilidades de abordagem de documentos produzidos pela sociedade mineira colonial. A discussão desses aspectos e a proposição de questões importantes para a pesquisa sobre a educação neste período é o objetivo desse texto.

O exercício de se fazer um levantamento da produção em História da Educação no Brasil mostra claramente as tendências dominantes quanto aos objetos e períodos estudados. É significativo o volume de trabalhos sobre o tema do processo de escolarização e seus desdobramentos, notadamente entre a terceira década do século XIX e meados do século XX.[2] Os períodos anteriores são menos estudados e quase sempre lembrados no que se refere à educação no âmbito do trabalho dos jesuítas, às reformas educacionais no governo do Marquês de Pombal, ou ao pensamento pedagógico em sua associação com os pensamentos político e religioso, sobretudo no século XVIII. [3] Salvo algumas pesquisas mais recentes, pouco sabemos sobre os processos e as práticas para além das formulações intelectuais ou legais relacionadas à educação jesuítica ou ao "sistema" escolar criado com

as reformas pombalinas. Menos ainda sabemos sobre outras formas de educação, institucionalizadas ou não, na América portuguesa.

O desafio de mergulhar nessa época ainda incrivelmente nebulosa para a historiografia da educação brasileira, por meio do levantamento de fontes cartoriais do século XVIII, tem ajudado na percepção de múltiplas possibilidades de investigação, da construção de objetos de pesquisa que, nutrindo-se de frentes já abertas por historiadores de outros campos, trará importante contribuição para a História da Educação. O desafio é ainda maior considerando-se as características da documentação e do seu manuseio: o estado de conservação, não raro precário, às vezes com perda parcial ou total da informação; o ritmo mais lento do processo de leitura que exige, se não o conhecimento estrito de paleografia, ao menos treinamento prático e familiarização com as diferentes caligrafias, as diferenças ortográficas, o uso de abreviaturas, etc; a inexistência de classificações arquivísticas que remetam diretamente ao interesse de estudo, situação derivada das estruturas político-administrativa e jurídica da época, que orientaram a produção dos documentos, e também derivada das formas de organização e armazenamento dos mesmos em tempos posteriores, nem sempre obedecendo a regras fixas; à fragmentação da informação, principalmente quando se trata de documentos de caráter privado e judicial; a existência de cópias dos mesmos documentos em arquivos diferentes; a concentração de determinados tipos de documentos, relativos ao Brasil, em arquivos portugueses.

Além desses aspectos é preciso considerar que muitas das referências consolidadas na pesquisa atual em História da Educação precisam ser de certa forma repensadas quando se trata do estudo do período colonial em geral, mesmo no campo da educação escolar. Escola, aula, aluno, escolarização, cultura escolar, práticas escolares, são algumas referências conceituais que precisam ser entendidas num quadro de significados diverso, ou mesmo questionadas quanto à sua pertinência para aquele período histórico. Em outros casos, é premente a necessidade de uma construção conceitual mais específica, sobretudo quando se trata da educação não escolar, institucionalizada ou não, ainda menos explorada

pela historiografia da educação. Na análise das fontes em estudo, vou considerar essas duas dimensões da educação.

O levantamento de fontes, base do projeto "Processos e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais (1750-1822)", concentra-se, no momento, na documentação relativa à então Comarca do Rio das Velhas, da qual a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (atual cidade de Sabará) era a sede. A entrada das primeiras expedições de exploração das riquezas minerais nesta região ocorreu por volta da década de 1680 e a preocupação com o seu abastecimento levou à plantação de roças e à instalação de pequenos entrepostos, muitos dos quais acabaram dando origem a povoações. Ao redor delas, o assentamento de mineradores propiciou o crescimento de núcleos de mineração, a partir do momento em que, descoberto o ouro, a sua exploração começou a atrair mais e mais pessoas.

Desde a chegada dos primeiros exploradores, conflitos ocorreram envolvendo disputas pelos descobertos auríferos, estimulados pelas dificuldades iniciais do estabelecimento da autoridade metropolitana na região, em confronto com a ocupação intensa e desordenada dos primeiros tempos. No desfecho de um desses conflitos, a célebre Guerra dos Emboabas, a Coroa portuguesa criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1710) e as primeiras vilas (1711), entre elas a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará[4], tornada, em 1714, cabeça da recém-criada Comarca do Rio das Velhas. A Capitania das Minas Gerais foi, finalmente, separada da de São Paulo em 1720. Sabará esteve, portanto, ligada ao processo de construção da estrutura administrativa da Capitania de Minas Gerais, tendo sido, durante todo o século XVIII, uma importante povoação, não apenas por sua posição como Vila e cabeça de Comarca, mas também por ter se tornado um importante centro da economia da região, passagem para os caminhos da Bahia, pólo do comércio e da exploração aurífera, além de situar-se em região próspera nas atividades agrícolas. Sua conformação urbana não diferiu substancialmente das demais vilas da área mineradora, no que toca às formas arquitetônicas, no ordenamento das ruas, na instalação dos principais equipamentos urbanos da época, como o pelourinho, os

chafarizes, as pontes. Desde as últimas décadas do século XVIII a Vila de Sabará e seu termo [5] era a mais povoada da Capitania, assim como a própria Comarca do Rio das Velhas, da qual era sede, a mais extensa e populosa. Estima-se que em 1808 a Vila de Sabará teria, no conjunto, cerca de 76.000 habitantes. Além disso, cumpre lembrar que as preocupações da coroa portuguesa com o ordenamento e o controle da população e de suas atividades, resultaram na criação de complexa estrutura administrativa, que contava com um pequeno exército de funcionários, civis e militares.

Essas brevíssimas indicações são importantes para a problematização em foco, uma vez que têm relação direta com a produção dos documentos que estamos inventariando e com o dinamismo da vida urbana da Vila de Sabará até as primeiras décadas do século XIX. O fato de ter sido a cabeça da Comarca do Rio das Velhas, portanto, central nas esferas administrativa e judicial, faz com que seja referencial na localização da documentação e no estabelecimento de importantes relações entre as fontes. Nossa pesquisa tem se concentrado, até o momento, no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) e no Arquivo Histórico da Casa Borba Gato/Museu do Ouro/IPHAN (Sabará). Em breve ampliaremos o levantamento no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e em arquivos portugueses, especialmente o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) e as bibliotecas das universidades de Coimbra e Évora. Isso sem contar o Arquivo Histórico Ultramarino, que pode ser consultado no Brasil, eletronicamente.

No Arquivo da Casa Borba Gato encontra-se predominantemente a documentação notarial, ou cartorial, e nosso levantamento tem privilegiado os testamentos e inventários e os documentos que podem ser encontrados incorporados a eles ou de forma avulsa, como requerimentos, justificações, petições e contas testamentárias. No Arquivo Público Mineiro a pesquisa concentra-se na documentação administrativa, referente à Câmara Municipal de Sabará e ao governo da Capitania de Minas Gerais. Aqui temos livros de receita e despesas da Câmara, registros de leis e ordens régias, registros de provisões e licenças para militares e oficiais mecânicos, registro de correspondências dos governadores, petições, despachos, bandos, circulares, entre outros. A pesquisa tem privilegiado a segunda metade do século

XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, período que corresponde aos governos de D. José I, D. Maria I e de D. João VI, quando foram implementadas reformas na educação escolar em Portugal e em seus domínios. Para Minas Gerais a situação foi peculiar, pois não tendo vivido a experiência da educação jesuítica, manteve as formas antigas da educação doméstica e das escolas de professores particulares, além de ter adotado o sistema de aulas régias, como ocorreu em diversas outras partes da América portuguesa. Nesta capitania, a mais urbanizada, outras formas de educação floresceram, independentemente de qualquer modalidade de sistema escolar: educação moral e religiosa no seio das irmandades leigas; educação profissional para o aprendizado dos ofícios mecânicos e das artes, realizado nas oficinas e residências dos mestres e mestras; educação para a formação de bons súditos e bons cristãos, nos espaços de sociabilidade próprios dos núcleos urbanos mineiros.

As fontes nos mostram os indícios e os testemunhos dessas formas diversas de práticas educativas, dos indivíduos e dos grupos nelas envolvidos, suas relações com as instituições detentoras do poder, as estratégias seguidas pelos diversos segmentos da sociedade mineira colonial para melhor se beneficiarem daquelas práticas. Algumas vertentes de investigação já se mostraram possíveis e em processo inicial de análise, como é o caso, por exemplo, do estudo sobre a educação destinada aos órfãos, pobres ou não, e aos expostos. Os resultados do levantamento de fontes, embora parciais, têm nos permitido observar que, fosse essa educação escolar ou não, tinha por objetivo dar a esses indivíduos condições de sobrevivência quando se tornassem adultos ou quando se emancipassem.

Para os pobres, essa educação voltava-se prioritariamente para o aprendizado de ofícios mecânicos, embora eventualmente também fossem levados a aprender a ler, escrever e contar. Muitos documentos, principalmente os inventários, contêm informações importantes sobre essa questão, uma vez que, por meio das indicações destinadas aos tutores e curadores de órfãos, nos ajudam a traçar os percursos das estratégias e das práticas educativas referentes a eles. Os *autos de contas* anexados aos inventários, contêm as especificações dos gastos dos tutores com cada órfão sob sua tutela, entre os quais

encontramos aqueles relativos ao pagamento dos mestres e mestras de ofício, e os professores de primeiras letras. Além de declarar o estado de saúde dos órfãos, seus domicílios e o cumprimento das obrigações a eles incumbidas, os tutores também registravam a compra de itens como vestuário, remédios, alimentação, e material escolar e de trabalho. Assim é possível perceber as diferentes ações quanto à educação para homens e mulheres, a concentração da educação profissional aos órfãos pobres ou de menores posses, a destinação da instrução elementar por meio do aprendizado das primeiras letras, além de, eventualmente, indicações quanto às idades adequadas para o envio de crianças à escola ou os impedimentos definitivos para isso, como deficiências físicas e mentais, segundo o julgamento da época. Muitas vezes, crianças expostas acabavam tendo sua origem revelada nos testamentos e inventários *pós-mortem*, como filhos naturais de homens abastados, geralmente portugueses, com mulheres negras ou mestiças. O reconhecimento desses filhos muitas vezes refletia-se numa alteração das estratégias educativas a eles destinadas, quando os pais expressavam em testamento seu desejo de vê-los na escola de primeiras letras, sem que, no entanto, se descartasse a via da educação profissional, inclusive para as meninas, enviadas muito freqüentemente para as mestras de costura.

Outras questões são ainda indicadas pelas fontes, como a possibilidade do estudo sobre as condições de vida e de trabalho dos professores e mestres de primeiras letras. As reformas pombalinas, não obstante tenham criado um meio de financiamento para a educação estatal – o Subsídio Literário –, não alteraram profundamente relações já existentes antes delas, no âmbito das escolas que, embora chamadas públicas – abertas ao público – eram mantidas por recursos particulares, por meio do pagamento dos serviços dos professores. Muitos documentos revelam tais relações, estabelecidas entre professores e famílias que mantinham seus filhos nessas escolas. Nos inventários essas relações ganham uma dimensão importante, já que podemos perceber, por meio de requerimentos e petições de cobrança de pagamento de aulas, as redes de relações construídas pelos indivíduos, o valor e as funções conferidas ao aprendizado das primeiras letras, além de ajudar a

desconstruir verdades há muito assimiladas sobre a vida intelectual das Minas Gerais colonial.

Além dessa dimensão, temos também ampliado as possibilidades de estudo de práticas educativas voltadas para a formação moral e religiosa da população, tanto nos espaços mais públicos de sociabilidade quanto no interior de instituições organizadas, como é o caso das irmandades leigas, cruciais para a compreensão da disseminação e de apropriação de valores, de crenças e de práticas vindas de origens culturais diferentes e amalgamadas num cenário profundamente mestiçado, biológica e culturalmente, como foram as Minas setecentistas. Descortinando todo esse universo, as fontes que temos investigado têm ajudado a distinguir mais nitidamente grupos e indivíduos em suas posições naquela sociedade, suas trajetórias ao longo de algumas décadas, esclarecendo os seus entrelaçamentos com a vida política, com as atividades econômicas, com as práticas religiosas e com o universo cultural de um importante núcleo urbano da Capitania de Minas Gerais.

O universo de fontes em foco não é inédito para a historiografia colonial brasileira, mas é quase inexplorado pela história da educação. O trabalho com elas exige uma interlocução permanente com a produção mais ampliada sobre o período colonial, bem como a busca por referências de trabalhos correlatos realizados em outras antigas áreas coloniais – como alguns países latino-americanos – além, obviamente, dos estudos portugueses. Também exige, como já foi mencionado, um esforço para a produção de outros sentidos à idéia de educação, escolar e não escolar, dadas as características da sociedade colonial brasileira e, em especial, às especificidades da sociedade mineira colonial. O desenvolvimento de várias frentes de trabalho, no processo de reflexão conjunta e simultânea ao levantamento das fontes documentais, visa trazer para a história da educação brasileira uma relevante contribuição, em campo pouco explorado e até secundarizado no conjunto da historiografia da educação em nosso país.[6]

---

[1] Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – Faculdade de Educação/UFMG.

[2] Ver CATANI, D. Bárbara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação,* n.19, jan/abr. 2002; BASTOS, Maria Helena & BENCOSTA, Marcus Levy & CUNHA, Maria Teresa S. Uma cartografia da pesquisa em história da educação na região Sul: Paraná, Santa Catarina E Rio Grande do Sul (1980-2000). Trabalho encomendado pelo GT História da Educação da ANPED, mimeo, 2002.

[3] Ver, sobre essa produção, FONSECA, Thais Nivia e Lima e. Historiografia da educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. *II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais.* Uberlândia,MG: EDUFU, 2003; ____. História cultural e história da educação na América portuguesa. *26ª. Reunião Anual da ANPED.* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2003.

[4] As outras foram Mariana e Vila Rica.

[5] Que compreendia inúmeros arraiais, distritos e freguesias, como Santa Luzia, Santa Quitéria, Congonhas do Sabará, Curral del Rei, Sete Lagoas, Contagem das Abóboras, Capela Nova do Betim, Venda Nova e Raposos.

[6] Alguns resultados parciais da pesquisa podem ser vistos nos seguintes trabalhos produzidos por mim em co-autoria com membros da equipe do projeto "Processos e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais (1750-1822)", todos apresentados recentemente no III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais (São João Del Rei, 2005): *Visão sobre a educação na religião: as práticas educativas nas irmandades leigas do século XVIII nos olhares de Debret e Rugendas*; *Corpo como instância educativa: uma mistura de culturas*; *Fontes para o estudo da história da educação na Capitania de Minas Gerais*; *O ensino de primeiras letras na Capitania de Minas Gerais.*

ESTADO IMPERIAL: CLASSES E DOMINAÇÃO

Théo Lobarinhas Piñeiro - UFF

Na historiografia brasileira, desde o século XIX, o estudo do Estado Imperial foi importante, ainda que de maneira exegética, na qual se buscava, na maioria das vezes, distinguir a sua formação do restante da América e demonstrar a superioridade do regime monárquico. No século passado, os estudos produziram importantes obras e, em quase todas, podem ser observadas a ausência da participação da sociedade civil na construção desse Estado.

Grande parte dos trabalhos afirma o papel dos proprietários escravistas – embora reconhecendo, a maioria deles – que tal preponderância só se consolidou com a abdicação do primeiro imperador – e afirmem, com o que concordo inteiramente, a importância do mercado de escravos como o elemento central para explicar a manutenção da unidade nacional após a ruptura com Portugal, razão pela qual a dominação seria exercida pelos ***senhores de terras e escravos***.[1] Esta apreensão da dominação política do império, que tem suas raízes na obra de Caio Prado Jr., transfere para a monarquia uma pretensa preeminência dos "plantadores" desde os tempos coloniais, com a configuração política do Império reforçando o "sentido da colonização"[2].

Em direção oposta, Raimundo Faoro, que vê no *estamento burocrático*, entendido como o produto da permanência ou da transferência do mesmo segmento da antiga metrópole, o agente principal da construção do Brasil, pensa ser a predominância política e econômica do comerciante a característica do regime, uma vez que, no seu entender, com evidente exagero, o reinado de Pedro II foi "(...) o paraíso dos comerciantes(...)[3]

Para José Murilo de Carvalho, a construção do império e a manutenção da unidade estão ligadas ao tipo de dirigentes com que contou o império, gerando uma *elite política*, que se caracterizava pela homogeneidade – de formação e ideologia –, recrutada entre os setores dominantes da sociedade, embora ela fosse percebida a partir de sua formação

escolar e não por sua origem social e teria origem na continuidade existente no processo de independência, ou seja, foi produto de um processo político e seria identificada através da capacidade de decisão, correlacionada pelo autor à ocupação de cargos públicos.[4]

Ilmar Rohloff de Mattos faz a primeira abordagem gramsciana para interpretar a construção do Estado Imperial brasileiro, propondo, como explicação, o entendimento da dominação política no império, que seria exercida pela *"classe senhorial"*, cuja formação teria ocorrido de forma concomitante ao próprio processo de construção do Estado Imperial, a partir de um núcleo integrado por ***proprietários de terras e escravos***, cujo poder se reafirma com a expansão cafeeira, sem contudo deixar de considerar os de outras regiões, mas que incorpora outros grupos – burocratas, professores, médicos, jornalistas, literatos – que se identificam com o mesmo projeto político, baseado nos princípios de *Ordem* e de *Civilização*.[5] O critério utilizado para construir tal conceito de classe é, segundo o autor, a trajetória dos agentes, seus elementos de coesão e identidade – aqui se aproximando de José Murilo de Carvalho –, que possibilitam apreender seus interesses e, assim, contrapor-se a outros grupos, com outros interesses.

Mesmo as análises sobre a sociedade imperial enfatizam os Senhores Escravistas e também, como não poderia deixar de ser, a questão da escravidão e, ainda que se refiram genericamente a outros grupos, não conseguiram romper com a dualidade Senhor-escravo. A influência da importância da noção de *ORDEM* impôs a todos os trabalhos um limite, que paga um tributo - em gradações diversas e de alguma forma - a uma visão simplificada da sociedade brasileira no século XIX, cristalizando uma polarização onde outras classes e grupos aparecem como meros coadjuvantes.

Aliás, esta preferência por perceber a diferenciação social no Brasil do século XIX a partir da noção de *Ordem* traz em si uma compreensão daquela sociedade próxima ao discurso da época, como uma "família ampliada", reproduzindo, na historiografia, a reificação do patriarcalismo, imagem que, no plano da auto-identificação, retrata aquela sociedade, em detrimento e aquém da sua divisão em classes. Não é por acaso que o processo político brasileiro aparece, nos estudos realizados sob tal ótica, reduzidos a uma

constante luta entre *centralização* X *descentralização* , vista como expressão de uma outra - *autoridade* X *liberdade*. Neste sentido, tais análises - apesar das matrizes teóricas, por vezes, distintas - incorporam uma problemática fixada, no século XIX, por um tratadista conservador, que afirmava ser a luta entre liberdade e autoridade, o eixo explicativo da história do país. [6]

Se, por um lado, é verdade que, no processo político do Império, a disputa entre centralização e descentralização tenha um lugar de destaque, isto não pode ser visto como produto de uma luta entre "elites" ou entre projetos idealizados, vinculados a uma dada visão de Estado. Tal disputa só pode ser apreendida como produto da luta entre classes sociais - e suas frações - pelo controle do Estado Imperial, classes essas que, na apreensão do seu conflito no seio da sociedade Imperial, têm que ser consideradas também em sua dimensão regional.

Entendo que tais "elementos de coesão" – da mesma forma que as disputas entre a centralização e a descentralização – devem ser considerados; entretanto, no meu entender, penso que eles reforçam a constituição da classe, não a criam. Na base de sua formação ainda estará o lugar ocupado na produção social, sendo esta "produção social", não uma visão estreita das formas de produção material, e sim, o conjunto de atividades que integram a realização da riqueza material, na medida em que produção, distribuição, troca e consumo fazem parte de um mesmo processo e submetido às mesmas determinações sociais.[7]

Ademais, mais adequado, me parece, seria entender a existência de um ***bloco no poder***, o que nos permitiria uma apreensão melhor da natureza e a dinâmica desse estado. Assim, o Império Brasileiro aqui é compreendido como produto de uma expansão e uma dominação, que se materializam na subordinação das diversas regiões aos interesses e à direção dos grupos dominantes do sudeste e, em especial, do Rio de Janeiro. Mais do que isto, ele é o produto da aliança de classes entre ***Proprietários de Terras e Escravos***, especialmente os da Província do Rio de Janeiro, com os ***Negociantes***, principalmente os estabelecidos na Corte, ao mesmo tempo em que se incorpora, no interior do próprio Estado, no processo de (re)centralização, classes e frações de classe de outras regiões do

país. Neste sentido, entendo ser o que normalmente se chama de ***classe dominante*** no Império formada por diferentes segmentos sociais, ou melhor, ***"frações de classe"***, onde se deve considerar também a diferenciação regional, o que viria comprovar o seu caráter heterogêneo. Por outro lado, tal composição não significa que haja uma homogeneização no interior do ***bloco no poder***. Pelo contrário, a diversidade de sua extração social explicaria o seu conflito, na medida em que existem também diferentes interesses - e posições - em seu interior. O processo de construção de uma **hegemonia** por uma delas transforma as outras em ***"frações dominadas da classe dominante"***.[8]

Assim, a compreensão da consolidação do Estado Imperial remete necessariamente ao estudo dos agentes que dela participaram e que engendraram tal aliança, buscando apreender o papel de cada um deles, sua participação política, sua organização, os instrumentos econômicos e políticos que utilizaram, para tentar reconstruir a sua ação enquanto um trajeto social.

Deste modo, penso que é preciso compreender que a aliança que constrói o Império é construída entre classes de extração social distinta. E mais, ao falar-se de uma aliança entre ***Negociantes*** e ***Proprietários de terra e escravos***, deve-se ter claro o que está se dizendo por tais termos, que não são simples denominações. Antes, são conceituações de classes - ou frações de classes -, cujo conteúdo aponta para suas especificidades, tanto no que se refere à sua posição na produção social - logo na base da construção do conceito de classe social - bem como aos seus interesses, sua ação e sua trajetória na sociedade brasileira do século XIX.

Tal afirmação significa que entendo não se poder colocar, no mesmo "lugar social" todos os grupos que se caracterizam pela **propriedade** para não elidir as diferenças existentes entre os diversos tipos de proprietários, a partir de uma distinção, entre os proprietários de si mesmos e os proprietários de pessoas, coisas, bens e capital[9]. No âmbito da propriedade rural, a historiografia já demonstrou as diversas distinções entre os mais variados tipos de proprietários, fazendo com que os denominados Proprietários de Terras e

Escravos sejam, na verdade, uma das frações da classe de proprietários de terra, embora represente, sem qualquer sombra de dúvida, seu segmento mais importante.

Da mesma forma, nos grupos ligados às atividades urbanas, existe uma diferenciação entre o ***comerciante*** e ***negociante***[10], que não se reduz a um jogo de palavras ou se indica somente pelo volume da riqueza, e sim, que se define efetivamente pela atividade exercida.

Efetivar o estudo do papel desses segmentos urbanos, em particular o que compreendo como sua fração dominante - os ***Negociantes*** - e seu papel na vida política do Império, parte de entender o Estado em sua concepção "ampliada", segundo Gramsci. Por outro lado, é visto também não apenas como o exercício do poder de uma determinada classe - o que seria empobrecedor -, mas como o "lugar" de confronto entre as classes dominantes - e suas frações -, organizadas hierarquicamente, o que, apesar de se apresentar como uma unidade, oculta a luta travada quotidianamente no interior do próprio Estado, transformando o exercício do poder no próprio processo de construção e redefinição deste Estado, processo este que, por isso mesmo, é "(...) permanentemente inacabado e em contínua interação cambiante com outras dimensões que com ele [Estado] integram uma dada configuração social."[11]

Além disto, é mister considerar que o Estado não é, nem uma "entidade intrínseca", dotado de autonomia absoluta frente aos grupos sociais, nem um "instrumento passivo", controlado por uma única classe - ou fração -, e sim, o que permite apreender sua dinâmica, percebê-lo "(...) como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ela se expressa, de maneira sempre específica, no seio do próprio Estado."[12]

Entendo que é necessário, para uma melhor compreensão do Estado Imperial brasileiro, aprofundar a utilização do conceito de “estado ampliado”[13], apreendendo que, diferentemente dos estudos até hoje publicados, a sociedade civil brasileira não era “amorfa”, “inexistente” ou “fraca”, mas em formação, embora com força suficiente para

participar da construção e controle deste Estado e se expressando nas suas diversas organizações, seja dos grupos sociais rurais, seja dos urbanos.

NOTAS

[1] - Manoel Maurício de Albuquerque. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Graal, 1981; Denio Nogueira. *Raízes de uma nação: um ensaio de história sócio-econômica comparada*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988; Mário Maestri. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo, Contexto, 1997; Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979; Wilma Peres Costa. "A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850)". In: Szmrecsányi, Tamás e Lapa, José Roberto do Amaral (orgs). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/ABPHE, 1996, p. 147-159; Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil...*, 18ª ed., Brasiliense, s/d.

[2] - Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1969, cap. 1.

[3] - Raimundo Faoro. *Os Donos do Poder: a formação do patronato brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1975, vol. 2, p. 437.

[4] - José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 21 e 39 e segs.

[5] - Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987, p. 3-4 e 92.

[6] - Justiniano José da Rocha. "Ação, Reação e Transação. Duas palavras acerca da atualidade política no Brasil". In: Raimundo Magalhães Junior. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, p. 164.

[7] - Karl Marx. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.

[8]- Sonia Regina de Mendonça. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, HUCITEC, 1997.

[9] - Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. Ob. cit.

[10] - Por *Negociante*, estou entendendo o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. Uma de suas características é a multiplicidade e diversidade[10] de suas atividades, o que permite que ele detenha uma posição privilegiada na sociedade brasileira e seja capaz de influir decisivamente tanto nos rumos da economia e na política do país. Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc. Em suma, o que se denomina *Negociante*, diferenciando-o do simples comerciante, é o proprietário de capitais que atua na esfera da circulação, do financiamento, investe no tráfico de escravos e mesmo no abastecimento, controlando os setores chaves da economia urbana e, pela sua posição no fornecimento da mão-de-obra, influindo diretamente na economia escravista colonial. Por outro lado, é fundamental que se entenda que trabalho com a atividade principal do agente, não importando se, ao longo de sua trajetória, ele investiu na produção escravista, para exportação ou para abastecimento de gêneros, uma vez que o capital do *Negociante* segue a lógica do mercantil.

[11] - Sonia Regina de Mendonça. "Estado e Exclusão Social no Brasil Agrário". In *À MARGEM*, nº 3, Rio de Janeiro, Fronteiras, 1993, p. 16.

[12] - Nicos Poulantzas. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 147.

[13] - Antonio Gramsci. *Concepção Dialética da História*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987._____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 7a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os *numerosos reinos de gentios* e a "*guerra justa"* aos *paiaguá (1719-1748)*

Thereza Martha Presotti - UFMT/PPG-UNB

Numerosos *reinos* ou *sertões de gentios* foram devassados no processo da conquista colonial da parte central da América do Sul[1]. A partir das primeiras décadas do século XVIII, sertanistas paulistas apresadores de índios passam a devassar os *sertões do Cuiabá*, assim nomeado em referência ao rio Cuiabá, afluente do rio Paraguai. Em busca de mais gentios e "novos descobrimentos" a conquista segue sentido noroeste à Chapada dos *Pareci*, alcançando o Alto Guaporé em ambiente amazônico: os sertões e minas do *Mato Grosso.* Focalizo esta fase inaugural da conquista na primeira metade do século XVIII, sob jurisdição da capitania de São Paulo (1719-1748), fase que antecede a criação da Capitania de Mato Grosso[2] .

Na releitura da historiografia da expansão da conquista territorial da América portuguesa, onde retomo descrições e percepções acerca dos "índios" nas narrativas de sertanistas, monçoeiros, cronistas e outros agentes da colonização; pretendo ver revelado: a densidade e diversidade da ocupação por populações ameríndias, as desterritorializações e reterritorializações e alguns cenários de *metamorfoses indígenas*[3] no processo histórico das relações de colonização no centro da América do sul. A "guerra justa" aos *paiaguá* em 1734 proponho apresentá-la como evento exemplar neste contexto. No palco, as complexas relações da conquista em área de fronteira, evidenciadas disputas entre paulistas, portugueses, espanhóis, os cavaleiros-guaicuru, dos "temíveis guerreiros" *bororo* e outros.

As "*tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória.*"

Na narrativa de José Barbosa de Sá, cronista da Vila de Cuiabá, onde ele mesmo diz ser *dos segundos que cultivaram estes sertões* e que examinou *tudo que neles havia*; se lê as primeiras versões do processo da conquista colonial. Ao contar das entradas dos paulistas nestes sertões onde "*colhiam almas para Deus e utilidades humanas*", evidencia

numerosa presença indígena, e como uma re-edenização no centro do continente, faz recordar o paraíso:

> Correndo os tempos e continuando aqueles aventureiros [paulistas] as suas conquistas, chegaram a navegar o rio Paraguai, descendo uns pelo [rio] Coxim, outros pelo Embotetei [atual rio Miranda-MS], (...) e entrando *pelas grandes baías*, ***foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória*** e só me lembro as seguintes*:* Caroyas,Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porrudos, Xacororés, Aragoarés, Coxiponés, Pocuris, Arapoconés, Mocos, Goatós, Araviras, Buripoconés, Arapares, Hytaporés, Ianés, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraés, Penacuícas, e outros. Divertidos com *estas gentes* e *fertilidade das terras, donde se colhem os frutos sem semear*, esquecidos das pátrias, mulheres e filhos, (...), passavam as vidas anos e anos. [4]

A desterritorialização dos *coxiponé* no ano de 1719 demarca o inicio da conquista. Na mesma narrativa, um detalhamento da prática do apresamento[5] e destruição de aldeias e as comemorações do "descobrimento do ouro":

> Antônio Pires de Campos foi o primeiro que subiu este rio [Cuiabá] em procura do gentio *coxiponés*. Chegado a uma aldeia deles, (...) *ai prendeu muitos* e voltou para baixo em procura das mais frotas que andavam por essas largas e dilatadas baías em procura das mais nações. No seguinte ano [1719] seguiu Pascoal Moreira Cabral o mesmo rumo em procura dos mesmos *coxiponés* e chegou ao lugar da *aldeia velha já destruída*. Não os achando, subiu o rio Coxipó-mirim, nominação derivada do nome do mesmo gentio, (...),e seguiu rio acima (...); aí *achou o gentio em que fez muitas presas com bastantes mostras de ouro em botoques e outros enfeites* e buscando os companheiros, com eles desceu a fazer pouso ao lugar chamado Aldeia Velha,(...) Ai formaram seu Arraial(...), cantando vitórias contra as fadigas da pobreza e suas largas peregrinações, dando uns aos outros os parabéns de suas fortunas, (...) todos enfim participantes dos aurinos frutos, uns colhidos da terra, outros das *mãos dos gentios*. Trataram logo de fabricar casa e lavouras de mantimentos pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó; *extinguindo uma aldeia do gentio* (...) [6]

Em um roteiro de caminhos percorridos pelos paulistas para se chegar à *província dos coxiponés*, esta mais explícito o projeto invasor em territorialidades ameríndias:

> Está o tal sertão [do Cuiabá] também r*odeado de bastantes nações de índios*; e em pouca distância há uma grande aldeia, a qual esperam os paulistas (...) nela fazerem uma habitação, por ser o lugar mais cômodo aos mineiros. [7]

No ano de 1721, o capitão-general de São Paulo, comenta o cotidiano da conquista pelos 'descobridores' que primeiro se empregavam no plantio das roças e "em *conquistarem o gentio, que não tem sido pouco"*, mas que "muita parte dele se acha unido com aqueles sertanistas, e os mais que se retiraram por causa do medo, há esperanças que imitem os primeiros (...). [8] Ao chegar nas minas na monção do ano de 1726, pode-se ver sua estratégia para "reconduzi-los e metê-los de paz", e as reações dos gentios:

> (...) achando-se [as minas do Cuiabá] cercadas de várias nações de gentio, que não nos deixavam alargar pelo centro do sertão, matando e sustentando-se de carne humana, procurou reconduzi-los e metê-los de paz S.Exª.[Rodrigo César de Meneses], para o que lhes mandou alguns pombeiros, contentando-os e persuadindo-os com

> mimos (...), mas estes não só recusaram a nossa amizade, mas responderam que eles eram homens e que só à força de armas seriam mortos ou conquistados. Ouvida esta insolente resposta, mandou S. Exª. pôr logo pronto um cabo com bastantes soldados sertanistas, com ordem positiva que os atacassem em qualquer parte que os achassem: assim se fez e sem embargo de uma vigorosa resistência, mataram os nossos uma grande parte deles e trouxeram prisioneiro o resto, com toda a sua família. Espera-se que os mais cabos, que S. Exª. mandou a diferentes partes, consigam a mesma felicidade. [9]

Em fins de 1727, Rodrigo César proibiu que bastardos e índios pudessem deixar as casas de seus administradores, pois "seria injusto tirar estes homens do poder daqueles que os tinham trazido das brenhas do sertão". [10]

No relato de Antônio Pires de Campos[11] a diversidade da ocupação e dimensão incomensurável do povoamento ameríndio. Basta apenas o título de sua "*Breve Notícia*...":

> Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do *gentio bárbaro* que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara *os reinos a que chegou e viu por maior, sendo em tudo diminuto*, porque *seria processo infinito se quisesse narrar as várias nações*, nos mesmos usos e costumes, trajes e vantagens que fazem, e *menos numerá-las, por se perder o algarismo,* principalmente no *dilatado reino dos Pareci, tão extenso e dilatado* e seus habitadores por extremo asseadíssimos e estáveis e tão curiosos que podem competir com as mais das nações do mundo no seu tanto (...). [12]

Mesmo anunciando a impossibilidade numerar as várias nações que ia encontrando, nomeia cerca de cem etnias como "reinos de gentios", "lote de gentios", ou "nações bárbaras". Merece destaque o *Reino dos Paresi*, nos sertões do Mato Grosso:

> Naquelas dilatadas chapadas habitam os *Paresi*, reino mui dilatado e todas as águas correm para o Norte. É esta gente em tanta quantidade que se não podem enumerar as suas povoações ou aldeias, *muitas vezes em um dia de marcha se lhe passam dez a doze aldeias, e em cada uma destas tem dez, até trinta casas*, e nestas casas se acham algumas de 30 até 40 passos de largo e são redondas de feitio de um forno, mui altas e em cada uma destas casas, entendemos agasalhará toda uma família; estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis, e é gentio de assento, e as lavouras em que mais se fundam são mandiocas, algum milho e feijão, batatas, muitos ananases e singulares em admirável ordem plantados, (...). [13]

A "guerra justa" aos Paiaguá: um espetáculo de maior horror

Nas primeiras informações das penetrações espanholas no rio Paraguai, no século XVI já se tem notícia de enfrentamentos com os *paiaguá*[14]. Max Schmidt, ao explicar a origem do etnônimo *paiaguá,* diz que aparece pela primeira vez no relato do encontro de Ayolas (1535) com estes índios. Em outras expedições foram chamados de *agaces, aigas, aigeis* e *payembos,* mas a auto-denominação era *evuevi* - 'gente do rio' ou 'donos do rio.' [15]

Diversos são os relatos de enfrentamentos, bem como alianças com os mesmos espanhóis, e com outros indígenas para ataque a outros grupos, como os "portugueses de San Pablo". Portanto, a conquista hispânica, e a presença de missões jesuítas, podem ser considerados como propulsores de metamorfoses, re-significações e novas práticas das populações indígenas em terras americanas, além das tradicionais violências que causaram a baixa populacional por doenças e genocídios.

Os *paiaguá*, dentre as diversas etnias do mosaico cultural chaqueano, estão caracterizados, como caçadores nômades, pescadores e coletores. Segundo Branislava Susnik, integraram a grande migração Guaycuru e em contato com populações canoeiras ribeirinhas passaram a adotar a canoa como um novo elemento cultural, caracterizando-se não mais por ser "la gente de cultura de planicie", mas "precisamente portadores da cultura canoeira"[16]. Símbolo do ethos guerreiro, a canoa tornou-se também instrumento principal de deslocamento, uma área fluvial extensa, desde a desembocadura do rio Bermejo até o Alto Paraguai[17]. Ao contrário de outros grupos canoeiros, não possuíam limites estabelecidos por outras etnias; seus assentos poderiam estar localizados em ambas as margens ou diversas ilhas no rio Paraguai. Na historiografia, os *paiaguá* são retratados como ameríndios que mais ofereceram resistências à conquista colonial portuguesa desta parte central da América. Estão apresentados como desconhecidos até o primeiro "ataque" em 1725, quando,

> Vindo (...) *conserva de canoas de povoado para* estas conquistas, (...) com muitos escravos e fazendas para negócio, foi acometido do *gentio Paiaguá* (...); acabaram as vidas todos (...), escapando só um branco e um negro (...); morreram seiscentas pessoas e levou o gentio vinte canoas, (...) Não se sabia que gentio era, onde habitava e que nome tinha*, por não ser o nome Paiaguá até então conhecido*; inquirindo-se dos *índios domésticos naturais das vargens*, cientes das nações circunvizinhas, (...) declararam que eram ***Paiaguá***, *gentio de corso* que não tinha morada certa, ***viviam sobre as águas sustentando-se de montaria pelo Paraguai e pantanais***, *gente* que já em outro tempo fora aldeada pelos padres missionários da Província do Paraguai de onde *haviam fugido*(...), e que enquanto os Guató tiveram forças, não fizeram os Paiaguá aventuras, por serem deles acossados e que como os brancos destruíram os Guató, fossem também destruir os Paiaguá. [18]

Porém, Sérgio Buarque de Holanda ao comentar o relato do cronista, diz "*que nada indica que os de São Paulo, habituados a correr sertões freqüentados pelos paiaguá, os ignorassem";* e foi quando se institucionalizou o sistema de frotas de canoas de comércio -

as monções de Cuiabá -, que a situação mudou. A partir daí, embarcam nos caminhos dos rios um grande número de pessoas sem a prática sertanista.

> De outro lado, os hábitos predatórios e a pugnacidade dos índios só podem ganhar alentos à perspectiva de uma vitória mais fácil sobre os intrusos. È o confronto de duas humanidades tão diversas, tão heterogêneas, tão verdadeiramente ignorantes, agora sim, uma da outra, que não deixa de impor-se entre elas uma intolerância mortal. [19]

Os conflitos com os monçoeiros se concentraram sobretudo no rio Paraguai após o rio Taquari. Estão registrados 18 ataques, iniciando com o referido conflito onde morreram 600 pessoas em 1725. O derradeiro parece ter ocorrido em 1786. [20] A tática por eles usada, segundo se apreende dos relatos dos que presenciaram os ataques, eram de emborcar as embarcações, para molhar armas e munições. Os *cuiabanos* logo aprenderam a distingui-los, pois só atacavam em emboscadas de canoas, com gritos e estranhos instrumentos.

Em Barbosa de Sá, alguns detalhes de como na época divulgavam os "bárbaros" *paiaguá,* contrapondo-os aos corajosos paulistas ou quaisquer outros que oferecessem resistências, como na monção de 1726, que,

> foi assaltada do gentio Paiaguá (...); com eles se embaraçaram dois fortes mancebos, *que mereciam seus nomes letras de ouro escritas nas asas da Fama*(...), naturais da *vila* de Itu. Cercados (...) pelejaram até as duas da tarde, primeiro com armas de fogo, deixadas estas à espada, rebatendo as lanças dos *gentios*, arrancando-lhas das mãos e com elas ferindo-os. (...), mantiveram a peleja eles sós, *matando muitos bárbaros* e ferindo-os (...), em tal forma que sobre eles caiu todo o *ferino poder*, (...).Testemunharam esta *marcial tragédia* os mais (...), *brancos, pretos e índios,* postos no barranco do rio, vendo os touros de palanque, (...).[21]

Mas é no ataque da monção de 1730, que o conflito chega ao extremo. Além da morte o ouvidor Antonio Lanhas Peixoto, afetou os *aumentos da Real Fazenda* com o roubo do ouro. Eis a dramática narrativa:

> (...) saiu de Cuiabá no mês de junho algumas canoas para povoado, (...) e bastante gente, com sessenta arrobas [c. 900 kg] de *ouro do povo*; (...) [no rio] Paraguai saiu-lhes(...) *uma turba de Paiaguá* com *urro tão* estrondoso, que atemorizou os ânimos de alguns e a outros incitou o valor; pelejaram fortissimamente de parte a parte; *foi tanto o sangue derramado, que tornou as águas de cristalinas, anacaradas*; acabou a vida em marcial contenda o Doutor Lanhas(...).Continha a *frota do gentio oitenta e três canoas*, com o melhor de *trezentos* [homens]*;* pelejaram das nove horas da manhã até as duas da tarde, em que acabaram quatrocentos cristãos, entre brancos, pretos e índios, e dos inimigos cinqüenta, escapando dos nossos doze pessoas, que por terra se acoutaram a um capão de mato. (...) detrás de uma ilha, umas vozes que bradavam como gente humana, e seguindo esta voz, (...), não acharam gente viva que pudesse bradar, e só muitos corpos, uns em terra, outros no pantanal, alguns dependurados em forcas, outros com as cabeças quebradas a porretadas, atravessados de lanças, alguns esquartejados, abertos, tiradas as entranhas, que eram os que escaparam do conflito e tornados prisioneiros, ali lhes deu o gentio a todos morte por aqueles modos; aí acharam caixas quebradas, roupas espalhadas, papéis rasgados, e entre isto uma imagem de Santo

> Antonio, com a cabeça dividida do corpo, a quem atribuíram os brados, para que tivesse aquele lastimoso espetáculo. [22]

Diante do ocorrido, em 1731 trataram de montar uma esquadra com 21 canoas de guerra, 215 homens, entre brancos, pretos e índios, que partiu da vila para invadir o paiaguá.[23] Sem sucesso, no mês de abril, saiu outra armada "com trinta canoas de guerra e cinqüenta de bagagem e montaria, quatrocentos homens entre brancos, pretos e pardos, duas peças de artilharia, dois pedreiros de bronze, armas e apetrechos necessários, tudo à custa dos homens principais". Neste episódio, as evidências da aliança dos *paiaguá* com os *guaicurus- cavaleiros,* e o acoitamento dos espanhóis, quando viram

> um troço de cavaleiros, que eram os gentios *Guaicuru* (...) e ao mesmo tempo subiu do rio [*Paraguai*] abaixo uma escolta de canoas de *Paiaguá*, [que] saltaram em terra e *unidos com os cavaleiros, entraram a florear e desafiar os portugueses*. Disparou-se-lhes a peça com bala miúda, que matou muitos de uma e outra nação, deixando-os tão atemorizados, que os *Paiaguá*, recolhidos a suas canoas, rodaram rio abaixo e os cavaleiros puseram-se de muito longe a observar os nossos movimentos. (...) no outro dia viram cavaleiros perto do rio, (...)[dois deles foram trazidos] amigavelmente [e] aí os prendaram com facas, machados e roupas e mandaram que fossem chamar seus parentes. (...) chegou no outro dia um cacique [G*uaicuru*] com sete homens e outras tantas mulheres; (...) e vestindo o cacique de camisa, um vestido encarnado, meias, sapatos(...), mandou-o que fosse buscar a sua gente; foi, voltou com alguns(...), deixando de fora uma multidão deles montados a cavalo, armados; vendo-se-lhes a cautela, [Antonio de Almeida Lara] prendeu(...) alguns, que trouxe consigo, e a outros mandou cortar as orelhas, dizendo-lhes que fossem buscar o seu exército e viessem brigar, que a todos os acabaria.(...) saiu-lhes uma manhã o *Paiaguá* com grande chusma de canoas, que se lhe não soube o número, (...); dispararam-lhes da armada as duas peças de artilharia a um tempo, com bala miúda, que os fez amainar a fúria e rodaram para baixo, deixando sobre as águas muitos mortos e feridos e canoas(...). Seguiu-os a armada portuguesa até as aldeias [das] gentes católicas de Assunção(...); aí tomaram fala de uns índios(...) que entendiam a língua geral brasílica, de quem souberam que nas (...) [aldeias espanholas] se tinham os *Paiaguá* acoutado(...). [24]

A partir daí preparou-se a guerra, e no dia 01 de agosto de 1734 saiu a armada da vila com 28 canoas de guerra, 80 de bagagem e montaria, 3 balsas que eram casa portáteis armadas sobres canoas, 842 homens entre brancos, pretos e pardos. Tudo que era branco levava cargo militar, e só se diziam soldados os pretos, índios e mestiços[25].

Antônio Pires de Campos é citado pelo biógrafo Sá Carvalho como aquele que decidiu a luta contra os índios *paiaguá*, ajudado por seus irmãos e "seu exército de bororos" que fazia parte das tropas, sob o comando do tenente-general Manuel Rodrigues de Carvalho, organizadas em Sorocaba e Itu. A concentração de todos esses elementos se fez em Cuiabá, no Itaici, propriedade do pai de Antônio Pires. [26]

No bando que ordena *"guerra justa*", a síntese das justificativas para tal guerra:

> Sendo tão notórias as extorsões, mortes e roubo que os gentios bárbaros da nação paiaguá e os mais que infestam o caminho das minas do Cuiabá (...) e o rio Paraguai infestado dos paiaguás, onde por várias vezes atacaram as nossas tropas, destruindo no ano de 1730 a que vinha o ouvidor Antônio Lanhas Peixoto, matando-o e à maior parte dos que o acompanhavam, roubando todo ouro que traziam, de que tem resultado um considerável prejuízo não só aos direitos reais, mas aos interesses deste Estado, e se deve recear que o mesmo gentio paiaguá e os mais bárbaros, animados dos roubos que têm feito, continuem e freqüentem os mesmos insultos, de que se poderão seguir sinistras conseqüências, fazendo-se muito preciso acudir-se com pronto remédio para se evitarem os danos futuros, dando-se um tal castigo àqueles bárbaros que lhes sirva de terror, e assim a eles e a todos mais que habitam por aqueles sertões. [27]

E se decidiu, assentando-se em uma junta, que se desse guerra ao gentio paiaguá dentro de seus alojamentos, "queimando e destruindo todas as suas aldeias*, para que este espetáculo lhes sirva de maior horror".* Ordena o cativeiro de "todos aqueles que se puderem render e apanhar," sendo os cativos "repartidos pelas pessoas que nela entrarem, para que com esse interesse, entrem mais gostosos". Está também assentado que a Fazenda real deverá custear "toda pólvora, bala, munições, armas e mais petrechos que forem necessários para a dita expedição". [28]

A *Relação da sanguinolenta guerra que por ordem, direção e regimento do conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo*, descreve o 'horror' praticado:

> Com a fortuna de ouvir os alaridos que o gentio fazia na praia, (...) por ser noite, mandou um negro a nado para reconhecer em silêncio o sitio. Voltou logo com a notícia que o gentio estava entregue ao sono nas canoas descansando. (...) cercaram a passagem e mandaram tocar as caixas de guerra e deram uma carga onde todos pereceram, exceto três, que por fortuna escaparam para dar notícia de onde estava o alojamento.(...), chegaram a um logradouro onde um gentio estava, e (...) penetraram mais adentro com as canoas armadas, avistaram um ponto onde 150 canoas estavam meio encalhadas, (...) o que mandou logo de madrugada cercar as canoas do inimigo.(...) Já dia claro tocaram os instrumentos militares, de cujo estrondo movido, os gentios vieram subitamente armados com lanças de 25 palmos a procura da praia onde os nossos os esperavam e as suas canoas estavam. Apenas chegaram à boca do canhão, logo recebendo chuveiros de balas em si, das cargas sucessivas que as nossas armas disparavam com tal emprego que todas as balas e perdigotos em seus agigantados corpos se aproveitaram, (...) e tendo já pago com a vida a maior parte deles as traições e invasões e insultos cometidos (...) sem que algum ficasse com vida, *se pôs termo e último fim às crueldades e traição daquela vil canalha* (...). Acabada a batalha na forma referida, entraram os soldados a saquear as barracas, (...) e *aprisionou as poucas mulheres que ficaram vivas e com elas algumas crianças que tudo fez o número de 250 almas porque toda a mais multidão perdeu a vida a fogo e a espada*.(...) E para que o cacique na volta que fizesse ao alojamento morresse de pasmo, *cortaram os soldados 50 cabeças dos mortos e as deixaram espetadas em paus na borda d'água na praia* (...). E para que ficasse acabado, depois de pôr todas as canoas em rachas concluíram com o castigo com fogo em todas as barracas (...). Este foi o funesto e desgraçado fim que tiveram aqueles salteadores e tiranos paiaguás.[29]

[1] Quando me refiro à *parte central da América do sul*, pretendo expressar a dimensão continental deste território e dar maior visibilidade às espacializações da conquista colonial na fronteira oeste.
[2] Ver: Carlos Alberto Rosa. "O urbano colonial na terra da conquista", In: ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de (Orgs.), *A Terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial*, Cuiabá: 2003,
[3] Categoria conceitual que busca salientar as respostas ativas e criativas dos índios diante da situação colonial, onde se pode acompanhar a *trajetória de identidades indígenas* que iam se estabelecendo, dissolvendo e se recriando, de acordo com diferentes conjunturas Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.
[4] José Barbosa de Sá. *Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*, Secretaria Estadual de Educação e Cultura/UFMT, Cuiabá: 1975. pp. 9-10 Este cronista, escreve esta obra na década de setenta do XVIII, na Vila Rela do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que também foram copiada nas Atas da Vila da Câmara. (Todos os itálicos são meus)
[5] John M. Monteiro ao apresentar a prática dos freqüentes apresamentos nos sertões para a manutenção da escravidão indígena no planalto paulista, trata também da crise de mão de obra indígena nas décadas finais do XVII e inicio dos setecentos. As entradas e apresamentos aos sertões do Cuiabá, ainda pouco conhecidos, podem demonstrar as últimas tentativas ou busca de "novos fôlegos" para amenizar esta crise. Cf. em *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. (Capitulo 7, pp. 209-26)
[6] José Barbosa de Sá. Op. Cit, pp.10-11. (Todos os itálicos são meus)
[7] DEMONSTRAÇÃO dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuiabá e província de Coxiponé, in A. de E. Taunay. *Relatos sertanistas.,* cit., p.206.
[8] Carta de Rodrigo César ao vice-rei (29/04/1722). *Documentos interessantes sobre a história e costumes de São Paulo,* Arquivo Público de S.P*, v*ol.20, p. 20.
[9] Gervásio Leite Rebelo. "Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmº. Sr. Rodrigo César de Meneses, governador e Capitão General da capitania de São Paulo e suas minas(...)" . In: TAUNAY, Afonso. *Relatos monçoeiros*, Itatiaia:BH/Edusp:SP, 1981, pp.116-117
[10] Apud Jovam Vilela da Silva. *A capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população –século XVIII.* Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1994. p.217.
[11] Biógrafos do bandeirantismo paulista, o descrevem como ativo e audaz sertanista, e que participou desde menino com seu pai, Manuel de Campos Bicudo, nas explorações dos sertões para caça a índios e procura de minérios. Descobriu os rios Cuiabá e o Coxipó em 1718, conquistando a numerosa tribo dos coxiponé (da nação bororo) e fundando várias aldeias. Consta ainda ter formado um exército de índios bororos - grupo que povoava toda a região da bacia do rio Cuiabá-, e ter participado com estes na guerra aos *paiaguá* em 1734. Outro dado importante acerca deste documento é que é uma das *notícias* reunidas pelo padre matemático Diogo Soares, à pedido do rei D. João V, na década de trinta dos setecentos. (Ver: PRESOTTI, Thereza Martha. *O novo descobrimento das minas e sertões de Cuiabá: a mentalidade da conquista*. Diss. de Mestrado, UnB, 1996)
[12] Antonio Pires de Campos. "Breve notícia (...)", In: Afonso de E. Taunay. *Relatos sertanistas*. Edusp/Itatiaia, São Paulo/Belo Horizonte, 1981, pp. 179-200. (Todos os itálicos são meus)
[13] Apud Taunay, *Relatos sertanistas*, p. 187. (Todos os itálicos são meus)
[14] Cf.Metraux, *Etnography of the Chaco.* Este é o nome da extensa região de ampla planície que se estende por cerca de 700 mil km^2 abrangendo área da Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. Apud Silvia M. Schmuziger Carvalho, 'Chaco: encruzilhada dos povos e *melting-pot* cultural.' Em Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*, p.457.
[15] "Los payaguá", *Revista do Museu Paulista,* São Paulo: vol. 3, 1949*,* pp. 129-137.
[16] Susnik, 1978, p. 94. Apud. Chiara Evangelista.
[17] Cf em MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguás: índios anfíbios do rio Paraguai. Separata do suplemento dos Anais Hidrológicos -Tomo XLI, Rio de Janeiro, 1983
[18] Idem, p. 18
[19] *O Extremo Oeste*, São Paulo, Brasiliense/Secretaria de Educação e Cultura , 1986, pp. 58-59.
[20] ROHAN. Beaurepaire. Anais de Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XVI, p.34 (Apud. Carlos F. Moura, op. cit,p. 420)
[21] *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso* (...), p.19. Os itálicos são meus
[22] Idem, pp.27-28
[23] Id. p. 29
[24] Id. pp. 31-32
[25] Id. P. 33-34
[26] Apud. PRESOTTI, Thereza Martha. Op. cit, pp. 102-3
[27] Bando de 20/09/1732. Em 'Bandos, regimentos e ordens dos capitães-generais conde de Sarzedas e dom Luís Mascarenhas, 1732-1748'*, Doc. Int.,* vol 22, pp.12-14.
[28] Bando de 20/09/1732. Idem, loc. cit
[29] *Relação da sanguinolenta guerra que por ordem, direção e regimento do Exmo. Sr. Conde Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de São Paulo e minas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho, tenente-general do governo da capitania, ao bárbaro, indômito e intrépido gentio chamado paiaguá.* Em Ana Mesquita de Paiva. (Transcrição) 'Os paiaguás lutaram até o fim'. *Diário Oficial* de Mato Grosso/NDHIR, suplemento mensal nº 8, ano I, Cuiabá (1987), pp. 9-10/15-16.

RIZOMAS ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E RETÓRICA: A Fabricação historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1858)

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares - thiagohist@hotmail.com

HISTÓRIA / MEMÓRIA / RETÓRICA

Complexos são os procedimentos que regem a construção das representações do pretérito sob a forma narrativa. Lutas pelo discurso, pelo poder, vontade de poder, engajamento, memórias, troponímia, retrodicção. São estes, apenas alguns dos elementos alojados nas representações narrativas do passado. Elementos que tornam labiríntica a reflexão sobre esta categoria discursiva que tem por referencial, salvar da voragem dos tempos os feitos de seus agentes, como propôs Heródoto: *"o propósito de sua empresa é preservar aquilo que deve sua existência aos homens (...) para que o tempo não o oblitere, e prestar-se aos extraordinários e gloriosos feitos dos gregos e bárbaros, louvor suficiente para assegurar-lhes a evocação pela posteridade, fazendo assim sua glória brilhar através dos séculos."* (Arendt:1987; 70); quer sejam estes agentes indivíduos, instituições ou grupos.

Refletir então sobre a construção e representação desta categoria discursiva que *a priori*, tem por lastro de sua prática, imortalizar os feitos de seus agentes, quer sejam eles, *"gregos ou bárbaros"* , apresenta-se, como tarefa no mínimo escorregadia.

Freqüentemente, deparamo-nos com formas desterritorializadas[1] deste gênero narrativo proposto por Heródoto, o qual conhecemos por História. Acreditamos que a mais freqüente desterritorialização deste discurso com vistas à imortalidade dos feitos humanos, colocado em curso por Heródoto, seja a história em seu devir memória, ou seja, uma construção acerca do passado realizada, a partir de escolhas movidas pelos interesses e afetos[2] e que nos é apresentada –e que certamente já o fizemos- como se fosse a própria história, a qual acreditamos que esteja para além de todas as representações[3] que possamos materializar; o

que não quer dizer que a produção do conhecimento histórico esteja desvinculada da busca e representação da verdade dos eventos pretéritos, como propõe os "Inquisidores da História" em sua tendência a igualar as representações históricas ao gênero narrativo ficcional, ou ainda à retórica, teses desenvolvidas a partir das reflexões de Barthes e White[4].

Operam nestes processos de construção da memória, apresentada como a própria História, a seleção, a parcialidade, os procedimentos de interdição[5], os interesses. Uma desterritorialização não só referente à parcialidade, a inexpurgável, com que é construída a memória em seu devir história, mas ainda aos usos propostos para este discurso, usos e abusos do discurso que pretende imortalizar, sendo confundida por vezes a história com um determinado tipo de retórica, aquela que tem por fim o consenso, a sedução por "belas palavras". Somos desta maneira, levados a trilhar, em defesa de nosso *metier*, labirintos onde são estabelecidos aquilo que propõe Gilles Deleuze, "rizomas"[6], as relações e ressonâncias entre a história, a memória e a retórica.

Caso emblemático para que possamos referenciar, colocar em terra a reflexão hora proposta, referente às imbricações entre história, memória e retórica, é a fabricação do *establishment* histórico nacional; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), instituição responsável pela construção de uma de uma narrativa onde a memória é territorializada como história na construção de uma narrativa com *status* de verdade legitimadora para o Estado outorgado à nação em 1822, o qual apresenta-se ao longo de sua diacronia, como uma "singularidade continental", como propõe Nelson Werneck Sodré (Sodré: 2002; 278).

Certamente, não era uma singularidade que o Brasil aspirava ser, nem para si, nem para os outros, quer sejam Estados, nações, ou indivíduos.

Mas por que a rotulação proposta por Sodré? Uma singularidade? Vejamos:a contar do ano de 1808, as práticas aqui desenvolvidas, na América-portuguesa, não nos permitem o enquadramento sob a categoria de colônia, tanto no que diz respeito às práticas

administrativas, quanto econômicas. O cunho singular de nossa condição ainda persiste sob a categoria de Reino Unido, pois um Reino sem rei próprio. Quando da independência, somos "libertados" pelo herdeiro da coroa metropolitana e conseqüentemente, das possessões territoriais pertencentes àquela casa, a dos Bragança. Bestializados, passamos a ser brasileiros -ou seriamos portugueses-americanos? Reféns de um Estado nacional que não havia sido uma aspiração nacional, e sim um arranjo outorgado à nação, esta, entendida como pertencimento as uma territorialidade estabelecida, o Estado, em nome da salvaguarda de interesses de latifundiários e comerciantes de grosso trato da colônia; sendo então a adesão das províncias a Pedro I, resultado, em boa parte, de uma barganha em nome de um pacto norteador das práticas políticas Imperiais, o Constitucionalismo Liberal. Pacto malogrado frente às práticas de cunho absolutista que se seguem ao Fechamento da Assembléia Geral em, 1823, e ainda, a outorga da carta de 1824. Toda esta encenação do poder sendo enredada em meio à conturbada América, palco de constantes movimentos autonomistas de cunho republicano e caudilhesco, avessos às representações e representantes do *ancien regime.*

Certamente, uma singularidade. Um império na América, outorgado pelo herdeiro da metrópole dicto de práticas absolutistas. Uma ameaça às ameaçadoras e bárbaras repúblicas vizinhas do civilizado império brasileiro, tido por representante das luzes européias na América –ou nas trevas. Situação muito próxima das desenvolvidas pelo personagem pirandelliano frente à imagem que sua esposa, seus concidadãos, o mundo faziam dele próprio, o qual era visto como Moscarda, Gengê, ou como um usurário: *"Logo me dei conta, depois que a minha mulher fez a descoberta, de que todos deveriam conhecer aqueles meus defeitos corporais e certamente não notavam em mim outra coisa."* (Pirandello: 2001;24). Era necessário "fugir" a esta rotulação de singularidade, criar uma imagem, uma representação de si para o mundo.

Características singulares que não se restringem apenas ao que diz respeito à estrutura e às práticas de poder engendradas quer seja na "colônia", ou no "Reino Unido", mas estendendo-se esta singularidade ainda, às práticas econômicas de cunho liberal baseadas no

trabalho servil. Um representante das luzes de práticas bárbaras. Ser e não ser. Uma "condição pós-moderna" em pleno século XIX.

Passado este conturbado período, de ação e reação dos preceitos liberais às práticas absolutistas e do absolutismo aos preceitos liberais, chega ao ápice a insustentável situação do Imperador frente à contestação de sua regência de caráter absolutista. É chegada a hora considerada pela historiografia corrente, como o evento que marca a evolução natural da autonomia do Império Tropical, o 7 de abril.

Tornamo-nos um império sem imperador. Somos então administrados por grupos que lutaram contra as práticas reacionárias e absolutistas de Pedro I, mas que ao longo do processo de reconstituição administrativa do Estado, e posterior exercício do poder de mando, mostram-se tão reacionárias e autoritárias quanto o Imperador deposto. Realizam um movimento de deposição do monarca, enquanto "encubavam" outro, Pedro II. É neste período de "encubação" do império e do futuro imperador que se assume a tarefa definir, objetivar, prática cara à cultura historiográfica oitocentista, o que era e o que não era o Império Tropical, estabelecer uma ancoragem de seu caráter, ou como supomos atualmente, uma identidade.

Para criar uma imagem lastreada acerca de sua representação, de sua identidade, definir-se frente à sociedade, o personagem pirandelliano, Vitangelo Moscada, decide fazer a doação de uma casa a um inquilino que todos pensavam que seria despejado. Não e mais visto como usurário, mas surge uma nova identidade para o personagem, o louco. O Império brasileiro, também pretende criar uma imagem para si, que não a de singularidade continental.

O Império fabrica para a realização desta tarefa, a de criar uma representação, uma verdade[7] sobre si, como propõe Deleuze, seus intercessores, sob forma institucional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[8], responsável pela criação de uma narrativa histórica, pretensão que se mostra evidente desde a fabricação deste intercessor[9], mas que viria a ser materializada apenas na década de 50 do século XIX, sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen[10], este, um elo da cadeia de intercessores fabricados pelo Império via saquaremas.

Deveria servir esta memória nacional[11], como se referiam os ilustrados do Instituto, como um lastro do caráter nacional –uma identidade-, que operasse na construção tanto interna, como externa, de uma imagem da brasilidade. Ser conhecido e fazer-se conhecer[12]. Em âmbito externo, deveria esta narrativa, fazer as vezes de uma "carta de apresentação" para que a singularidade continental pudesse unir-ser *"ao conjunto de nações civilizadas de matriz européia, embora nos trópicos, e na tentativa de firmá-la como a herdeira de um processo colonizador que elevou o reino de Portugal ao status de pioneiro na expansão dos valores ocidentais pelo "novo" mundo."* (Neves,: 2000); em âmbito interno, deveria ser esta memória em seu devir história, ser um referencial instituinte de práticas úteis ao engrandecimento da nação, uma História capaz de ser utilizada retoricamente, em sua dimensão deliberativa -um *paradeigma*, como propõe Aristóteles, na construção de um sentimento de pertença a um grupo,uma comunidade ainda que imaginada, uma nação, baseada em tradições culturais comuns e lembranças que deveriam ser possuídas coletivamente. Realizaria então esta narrativa histórica, aquilo que a independência, nem as armas haviam conseguido fazer ate então, a construção de uma "nação brasileira"[13].

Uma história construída pragmaticamente, com finalidades que se apresentam como uma deturpação, um tropo da proposição de Heródoto, a de " *imortalizar os feitos de gregos e bárbaros"*, pois nem todos os feitos, segundo os procedimentos de exclusão adotados pelo Instituto, deveriam ser imortalizados, apenas aqueles selecionados, aqueles dignos de orientarem as práticas para o engrandecimento nacional deveriam ser narrados, num claro procedimento, onde fazem rizoma a história, a retórica, e a memória. A história em seu devir memória, a memória em seu devir retórico, a história em seus devir retórico.

Ocorre, dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, freqüentemente, a desterritorialização de uma narrativa lastreada pela imparcialidade aspirada por Heródoto; a História propriamente dita, sendo territorializada no âmbito da memória, pois deveriam ser imortalizados apenas os feitos de "varões preclaros de excelentes qualidades", os quais

deveriam ser acessados via documentação coligida e metodizada pelo IHGB. Institucionalmente, a memória se confundia com a própria História, a memória em seu devir historia, a qual viria a ser utilizada como discurso retórico na construção da nação. Usos e devires caros ao pragmatismo historiográfico do oitocentos, a instituição de um imaginário cirurgicamente construído.

Outras "histórias", algumas até com edições em paises estrangeiros, circulavam no Brasil à época da fabricação do IHGB[14]; como as de Robert Southey e John Armitage, mas não superavam as barreiras, os procedimentos de interdição e exclusão estabelecidos pelo Instituto[15]; procedimentos referentes aos conteúdos, à forma, a urdidura sob a qual esta história deveria ser escrita, ou melhor dizendo, construída.

Não se tratava de qualquer narrativa, mas de uma constituída a partir de procedimentos de validação do discurso histórico, sincrônicos ao século XIX, que estivesse como propõe Foucault, dentro da verdade, na ordem do discurso, criada a partir de pesquisas e embasadas em fragmentos de passado, os documentos, os quais o IHGB tinha por objetivo, *"colligir e methodizar os documentos históricos e geográphicos interessantes à história do Brazil."*(RIHGB, 1839, T.I: 6).

Havia uma lacuna na cadeia de intercessores. Varnhagen e sua História Geral do Brasil, suprem esta vaga.

Supõe a historiografia corrente, que Francisco Adolfo de Varnhagen, seja o Heródoto brasileiro, nosso primeiro historiador assumindo a corrente reflexão historiográfica, uma postura de gênese, frente à publicação de História Geral do Brasil.

Acreditamos, seguindo as reflexões de Deleuze, que não se trata de ser o início da produção historiográfica nacional, o que efetivamente não é, mas a reflexão que consideramos como profícua, é o que faz com que a obra maior de Varnhagen, seja tomada como parte da cadeia de intercessores do Império? O que faz com que ela seja colocada em órbita?

Segundo reflexões propostas por estudiosos da história de nossa história, a obra de Varnhagen, é a mais bem documentada, a mais completa, a mais fiel, construída de acordo com rigorosos procedimentos de validação do conhecimento histórico oitocentista, mas acreditamos que tais características, apenas façam com que elas estejam, como propõe Foucault, "dentro da verdade", dos procedimentos correntes de construção do conhecimento histórico oitocentista. Southey e Armitage, também o estavam. Inegavelmente, são aspectos que devem ser considerados de relevância, mas não como sendo o principal para que este intercessor coisa –livro- fosse colocado em órbita.

Acreditamos que a urdidura do enredo , o como se fala, marcado por um tom epopéico, sejam reveladores para que possamos compreender a primazia de História Geral do Brasil sobre as demais narrativas veiculadas à época. Urdida então, sob forma capaz de empolgar, de instituir de práticas, como o amor à pátria, realizar um trabalho simbólico no desenvolvimento de um sentimento de nacionalidade, salientava as atitudes de "varões preclaros" e seus feitos como verdadeiros exemplos a serem seguidos, julgava aqueles e aquilo que não contribuíssem para a grandeza do Império Brasileiro, e ainda apresentava um caráter fortemente laudatório para com a casa dos Bragança, com a pessoa e autoridade do Imperador Pedro II, pode-se então constatar, que os três tipos de retórica propostas por Aristóteles, encontram-se expressas no intercessor do império, a deliberativa, enquanto Historia Geral do Brasil, apresentando-se como um referencial de bem proceder aos brasileiros, a epidictica, ao legitimar e enaltecer o governo monárquico e posteriormente "monarchico constitucional brasileiro", e ainda no que se refere aos entimemas, os quais são parte constitutiva da obra de materialização de História Geral do Brasil, pois certamente, Varnhagen, assim como nós, não teve acesso ao passado integral, mas a partes deste passado. Tornando-se então necessário, que o intercessor do império, se pautasse para a supressão destas lacunas documentais, no verossímil, num campo de possibilidade historicamente determinado, *eikos*, como propõe Aristóteles, procedimento rotulado por Paul Veyne (Veyne:1998; 118), como retrodicção.

[1] Ver sobre o assunto, Deleuze: 1995; 18-9

[2] Para Guimarães, a:*"Memória, que como todo exercício de lembrança, procede a escolhas a partir de um jogo complexo em que o lembrar supõe necessariamente, o esquecer. O esquecer entendido não como um ato de falta de lembrança, mas como procedimento social que se inscreve em toda cultura histórica."*(Guimarães: 2003;10)

[3] Para Baczko, " *A história verdadeira e real dos homens esta para alem das representações que estes tem de si próprios e para alem de suas crenças, mitos e ilusões.*" (Baczko:1985; 297)

[4] Seguindo as reflexões propostas por Ginzburg, *"(...) a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, , não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo, que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e testos historiográficos e textos de ficção são auto referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica."* (Ginzburg:2002; 48). Seguindo ainda a reflexão de Ginzburg, constatamos que esta retórica à qual pretendem os cépticos enquadrar a historiografia, apresenta-se como um ramo deste tipo de discurso que tem por fim, conquistar o consenso através da sedução por belas palavras, com o intuito de "enganar"; uso retórico caro aos sofistas e à Platão, mas rechaçada por Aristóteles. Ou ainda, co,o propõe o próprio White, para o qual *"as narrativas históricas seriam realmente ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas mais em comum com seus equivalentes na literatura do que seus correspondentes nas ciências." ,* não estando portanto, *"sujeito a controles experimentais ou observacionais."* (White: 2001;98)

[5] De acordo com Foucault, constatamos a existência de procedimentos de interdição, que operam nas construções narrativas e discursos, sendo um primeiro grupo constituído por 1- tabu do objeto; 2-ritual da circunstancia; 2-direito privilegiado ou exclusivo de quem fala; os quais cruzam-se incessantemente, formando complexas grades de aceitação ou negação de determinados discursos e narrativas; o segundo grupo compõe-se dos procedimentos de separação e rejeição; e o terceiro, dos procedimentos de rarefação do discurso, a competência discursiva. Ver sobre o assunto, Foucault: 2000.

[6] Acreditamos que a categoria analítica proposta por Deleuze, o rizoma, seja extremamente profícua para que possamos analisar a dinamicidade dos procedimentos de construção historiográfica. Segundo este filósofo, *"um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A arvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ser, mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e...e...e..."."* (Deleuze: 1995;37)

[7] Consideramos, como propõe o filósofo francês, *"a verdade é uma criação"*; e esta criação, para Deleuze, *"implica que a produção da verdade passa por uma série de operações que consistem em trabalhar uma matéria, uma serie de falsificações no sentido literal"* (DELEUZE, 2000, p.57). Certamente, não se tratava, para os integrantes do IHGB, de criar , a partir do nada, uma verdade criada de forma miraculosa, *wunder-sprung*, mas como propõe o filosofo francês, *"através de uma série de operações"*; operações estas caras às práticas de produção historiográfica oitocentista, onde estavam aliadas a tradição antiquaria dos séculos XVII e XVIII, cientificismo e racionalismo oitocentista para a criação de uma verdade legitimadora do Brasil, um discurso histórico cientificamente construído e pragmaticamente urdido.

[8] Para Deleuze, *"O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas –para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artista- mas também coisas, plantas e ate animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma serie,. Se não formamos uma série,mesmo que completamente imaginaria, estamos perdidos(...) eu preciso de meus intercessores para me exprimir(...) "* (Deleuze: 2000; 55)

[9] De acordo com discurso proferido por Januário da Cunha Barboza em virtude do inicio dos trabalhos do IHGB, constatamos que a aspiração de se construir uma "História para o Brasil", estava presente desde a abertura do instituto*: " O nosso silencio é repheensivel de certo em matéria que tanto afecta a honra da pátria, tem dado ocasião a que os historiadores uns dos outros se copiem propagando-se por isso muitas inexactidões, que deveriam ser imediatamente corrigidas."*(RIHGB, 1839, T.I:10)

[10] Primeiro volume publicado em 1854, o segundo, em 1857.

[11] Ver sobre o assunto, HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva.São Paulo, Ed, Vértice, 1990.

[12] *Eis-vos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto IHGB e desta sorte mostrarmos ás nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar , em uma literária associação, os diversos factos da nossa história e os esclarecimentos geográficos, de nosso pais para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificado dos erros e inexactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros. ."*(RIHGB, 1839, T.I:10)

[13] Para Balandier, o poder *" não consegue manter-se nem pelo domínio brutal, nem pela justificação racional.Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens,pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial."*(Balandier: 1982; 7).

[14] Ver sobre o assunto, Iglesias: 2000.

[15] Segundo propõe Baczko, *"Na maioria das representações coletivas, não se trata da representação única de uma coisa única, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim de significar outras e de exercer um comando sobre as práticas."* (Baczko: 1985; 306)

IDE AO MUNDO E O EVANGELHO ANUNCIAI: A ASCENÇÃO DO PENTECOSTALISMO NO OESTE PARANAENSE – 1960/1990

Thiago de Lima Pereira*

O pentecostalismo é um movimento religioso que cada dia expande suas fronteiras, a nível mundial. Sua chegada no Brasil aconteceu no início do século XX por volta de 1910 e 1920. Mas antes de falarmos sobre isto, devemos nos perguntar: afinal, o que é pentecostalismo? O que acontece nesta práxis religiosa? Haja visto que o imaginário criado em torno destas igrejas, por parte de outras, faz com que se tenha a impressão de que o pentecostalismo é uma religião de "loucos". Desenvolver-se-á neste trabalho a noção do que é o pentecostalismo, como foi sua chegada, desenvolvimento, e o principal fator, sua rápida expansão, mais especificamente na cidade de Cascavel, no oeste paranaense. Pretende-se através disto, trilhar os motivos que fizeram com que esta religião angariasse o grande número de fiéis que tem.

Trabalhar-se-á a questão do imaginário dentro desta religião, bem como as relações entre seus participantes e os da Igreja Católica. Este trabalho pretende desenvolver-se através da ótica da microistória, de que o que acontece no regional (micro) pode ser projetado em um caráter real mais amplo (macro). Esse foi um processo presente no nosso país na segunda metade do século XX, e que tem a delimitação espacial (cidade de Cascavel) como um exemplo deste "fenômeno", já que ele aconteceu, de uma maneira geral, no Brasil.

Metodologicamente pretende-se responder as questões acima discorridas, para posteriormente traçar o contexto em que acontece a chegada da Igreja Assembléia de Deus, sendo esta tomada como exemplo pelo fato de ser a maior pentecostal com número de fiéis. A que se destacar que a delimitação temporal analisada se volta para um pouco antes de 1960, indo até meados da década de 1990.

O fato de estudar religiões compreende o que Jacques Le Goff considera como "novos objetos", dentro dos quais se utilizará uma "nova abordagem". Tendo com isso o

intuito de explicitar a noção da construção das representações e do imaginário nas religiões. Não se tem o interesse de julgar se uma ou outra manifestação religiosa é boa, ruim, pior, menos pior, ou melhor. A pretensão deste trabalho é apenas interpretar as fontes históricas, contextualizá-las e analisar os fatos que aconteceram para se traçar a noção da chegada e ascensão da práxis pentecostal. Deixe que cada um que tiver a oportunidade de ver este trabalho analise e faça somar ao seu conhecimento, este pequeno pedaço de uma gigantesca e imbricada história.

Para entendermos o que é o pentecostalismo devemos procurar na Bíblia o que foi o Pentecostes. A menção de citar a Bíblia aqui tem o propósito de mostrar a raiz do nome deste movimento religioso. Não se quer aqui discutir o que aconteceu neste dia, podendo ser feita esta discussão em um outro trabalho. Pois bem, o evangelista Lucas escreveu nos Atos dos Apóstolos: "E chegou o dia de pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar, de repente se fez ouvir do céu um ruído como se soprasse impetuoso vendaval e todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar línguas estranhas, conforme o Espírito lhes concedia falar"[1]. A que se dizer que este é o dia em que os judeus comemoram o dia em que Deus entregou a Moisés as dez tábuas, fazendo com que o povo judeu tivesse sua liberdade da escravidão egípcia. Basicamente é no primeiro episódio bíblico aqui posto que se baseia o movimento pentecostal. A crença de receber o Espírito Santo, ser batizado por ele, e falar línguas estranhas, como aconteceu com os Apóstolos neste dia.

O fato é que este movimento "nasceu nas Igrejas protestantes, e o fundador da Igreja Metodista, John Wesley, é considerado o seu criador".[2] Isso mostra que o movimento pentecostal pode ser considerado uma dissidência do protestantismo tradicional, ou seja, o Luteranismo. Mas, o pentecostalismo tem em si várias características do protestantismo tradicional, por exemplo, nas práticas (cultos, vida cotidiana, etc.).

O pentecostalismo surge então nos Estados Unidos e vêm para o Brasil no começo do século XX, sendo que os responsáveis Luigi Francescon, fundou em 1910 a Congregação Cristã no Brasil, na capital de São Paulo, e Daniel Berg e Gunnar Vingren fundaram um ano depois a Assembléia de Deus, em Belém do Pará.

Os fundadores destas Igrejas chegam em lugares em que o contexto sócio-econômico favorecia a acolhida do movimento pentecostal. Haja visto que nestes lugares, o catolicismo estava tomando conta, de maneira que o protestantismo era quem "puxava" os seus fiéis. Francisco Cartaxo Rolim nos mostra que "aquelas duas igrejas pentecostais foram fundadas em lugares onde já se encontravam presbiterianos, batistas e crentes de outras igrejas. Todos estes protestantes eram proselitistas. Quer dizer, procuravam ter novos adeptos que deixavam a religião que tinham e abraçavam o protestantismo.(...) Os pentecostais plantaram suas igrejas nas áreas do protestantismo proselitista"[3], tendo assim um terreno já preparado pelo protestantismo, sendo esses um dos motivos do crescimento pentecostal.

Em se tratando de sua chegada na região oeste do Paraná, o contexto é quase o mesmo. Território colonizado em sua maioria por descendentes de italianos, alemães e poloneses, vindo estes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a região oeste, especificamente a Cidade de Cascavel, tinha o predomínio da religião católica.[4] Dentro desse contexto, foi esta religião que, como na maioria do país, predominou em número de adeptos. Cascavel, desde a década de 1930, quando ainda nem era chamada assim (Encruzilhada dos Gomes, Aparecida dos Portos e posteriormente Cascavel), iniciou o processo do catolicismo, no sentido de uma "assistência religiosa"[5], a qual os migrantes em algumas oportunidades reivindicaram com autoridades eclesiásticas locais.

> "Segundo um descendente de família pioneira de Cascavel, observa a necessidade que se tinha da presença de padres, mostrando porque seus pais mantinham sempre um espírito de acolhida aos sacerdotes que por nesta região passavam, 'era a presença de alguém que pudesse abençoar aquele começo, dando-nos a certeza de que começávamos pelo caminho certo." [6]

Foi neste ambiente que o pentecostalismo da Assembléia de Deus iniciou-se: "A Igreja Evangélica Assembléia de Deus, foi fundada em 25 de Agosto do ano de 1957, pelo irmão Enoque Xavier de Alencar e sua esposa irmã Regina Andrade de Alencar"[7]. Mas é a partir da década de 1970, onde Cascavel está se desvinculando de um perfil econômico unicamente agrícola, passando para um modelo agro-industrial, que acontece um processo de mudanças – não só econômicas – no processo de urbanização da cidade. "Novas

relações, interesses e necessidades são criadas, o que vai redefinindo o tecido social onde os homens vivem. Diante de uma nova realidade sócio-econômica, novos estilos culturais são estabelecidos, novas manifestações religiosas aparecem, de tal maneira que o novo que surge venha alterar o processo de plausibilidade desta realidade."[8]

Ainda sobre isto, Deitos coloca que "neste campo sócio-econômico e cultural, o pentecostalismo aparece como possibilidade de agregação e nomização de pessoas que, no embate de transformações, têm nesta manifestação religiosa algo que dá sentido para suas vidas."[9] Este contexto representava para muitas pessoas um período conturbado, o "caos" estava bastante evidenciado. Sendo assim, um momento propício para que o pentecostalismo agisse entre aqueles que mais se sentissem "atingidos" pelas mudanças, e que buscassem em uma religião o conforto espiritual, a salvação, a redenção de seus pecados através da conversão, já que "a conversão representa para os pentecostais a condensação de todos os momentos da vida do fiel. Todos os momento de sua vida estarão sempre presentes para lembrar-lhes que escolheram o caminho 'correto'".[10]

É a partir da década de 1970 onde a Assembléia já contabiliza 1600 membros em toda a região de Cascavel[11] que se inicia o aumento do numero de fiéis, sendo que atualmente apenas a cidade de Cascavel conte com 28 congregações e mais de 6000 membros[12]. Conforme o censo demográfico de 2000, a Assembléia de Deus registra 8.418.154 de fiéis no Brasil, sendo nisso a igreja pentecostal que mais tem membros.

O que para muitos (católicos) pode ser considerado seita ou outro tipo de coisa, para alguns (pentecostais) é a maneira onde encontraram abrigo sobre a luz do Espírito Santo.

O imaginário pentecostal está fortemente baseado em três aspectos importantes: serem escolhidos de Deus; separação do mundo e o combate ao demônio. Tais representações estão sempre presentes tanto nas práticas quanto nas representações, e vão influenciando na tentativa de consolidar o sentido que dão à religião. Sendo assim parte do processo de ascensão do pentecostalismo na cidade de Cascavel.

---

* Pós-Graduado em Sociedade e Cultura Brasileira – História do Brasil – pela Universidade Paranaense, Campus Cascavel.

[1] Atos dos Apóstolos, 2:14.
[2] ROLIM, Francisco Cartaxo. **O que é pentecostalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1981, p.20.
[3] Idem, p. 22.
[4] Sobre a presença majoritária do catolicismo em Cascavel ver: SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel: A história**. Curitiba: Lagarto, 1992; MEZZOMO, Frank A. **Religião, nomos e Eu-topia:** A práxis do catolicismo no Oeste paranaense. Cascavel: Edunioeste, 2002.
[5] A vinda do primeiro vigário para Cascavel deu-se em 1952, pelo mando do prelado de Laranjeiras do Sul, Dom Manoel Konner, que aceitou a presença do missionário, padre Luis Luíse, determinando que o sacerdote viesse a trabalhar em Cascavel, respondendo aos insistentes pedidos feitos pela comunidade local. SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel: A história**. Curitiba: Lagarto, 1992.
[6] DEITOS, Nilceu J. **Representações pentecostais no Oeste paranaense** (a congregação cristã do Brasil em Cascavel – 1970-1995). (Dissertação de Mestrado) –Universidade Federal de Santa Catarina, p. 25.
[7] Revista comemorativa da Igreja Assembléia de Deus (1957-1989) – 32 anos. Cascavel, Paraná, p. 4.
[8] DEITOS, Nilceu J. op. cit. p. 47.
[9] Idem, ibidem.
[10] GOMES, Edlaine de Campos. "Não fui por amor, fui pela dor: Reflexão acerca da cura e da conversão no Pentecostalismo", IN: Revista Tempos Históricos. M. C. Rondon, v.04 – nº01, 2002, p. 196.
[11] Além de Cascavel, as cidades de abrangência até 1989, sendo congregações sub sedes, eram: Cafelândia, Corbélia, Braganey, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Ibiracema, Boa Vista da Aparecida, Capitão L. Marques, Alto Alegre III, Juvinópolis, Lindoeste e Santa Tereza. Contabilizando com as congregações da cidade de Cascavel, um total de 30 congregações.
[12] STIIBER, Adão. Entrevista concedida em 30/05/05. A/A.

Cidade de jornal
– uma leitura sobre o cotidiano em Florianópolis (1960 -1980)

THIAGO J. SAYÃO - UFSC[1]

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta o centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrôs
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não é tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

(A cidade – Chico Science)

A cidade de Florianópolis passou por significativas remodelações do ambiente urbano a partir da década de 1960, seus espaços foram reformulados tendo em vista a circulação de automóveis que integravam cada vez mais as praias na dinâmica da urbe.

A cidade "ressurge refigurada e estetizada pelo mercado" (turístico), tendendo para a produção de "*imagens cenográficas de lugar*".[2] Os meios de comunicação de massa, mais especificamente os jornais (O Estado e A Gazeta) veiculam imagens associando cidade e mulher. Não a mulher romântica do início do século XX cantada por Noel Rosa, mas uma nova mulher, dinâmica e emancipada.

Por outro lado, enquanto as praias eram integradas a cidade[3], a população cresceu aceleradamente, imprimindo novas formas de sociabilidade entre os citadinos. Estudantes universitários protestavam contra a ditadura militar; a policia reprimia a prostituição; o uso de mini-saia era popularizado; o *rock* invadia os ambientes jovens; os automóveis dinamizavam o trânsito de pessoas nas vias públicas.

Números da cidade

Após a segunda metade do século XX houve um significativo aumento populacional em Florianópolis, principalmente na década de 1970, quando a cidade entrou na *ciranda* de investimentos federais em infra-estrutura, a ponte Colombo Salles (1975) foi um dos resultados destes empreendimentos (um ano depois da ponte Rio-Niterói ser aberta ao público). A era das grandes obras de engenharia ligou, definitivamente, Florianópolis a rede rodoviária nacional[4].

Tabela 1: População e taxa de crescimento anual de Florianópolis entre 1959 e 1991[5].

1959	**1959-70**	**1970**	**1970-80**	**1980**	**1980-91**	**1991**
98.520	3.13%	138.337	3.11%	187.871	2.81%	254.941

Fonte: SUGAI,1994:223.

Apesar da reforma da via de acesso a Florianópolis, seu crescimento estava limitado pelas oportunidades de trabalho oferecido no espaço urbano[6]. Por sua vez, a estagnação econômica foi vencida pelos investimentos públicos em aparelhos de Estado (Instituto Estadual de Educação; Faculdade de Medicina e de Filosofia; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade do Estado de Santa Catarina; Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, BDE – hoje BESC[7]), que fomentaram a circulação de capital na cidade. Segundo Nereu do Vale Pereira: "a instalação da UFSC - criada em 1960, instalada em 1961 e com movimentação de recursos somente em 1962, em muito superior aos recursos internos - provocou impacto econômico da maior repercussão sobre a sociedade florianopolitana, transformando-se no ponto de partida para mudanças sociais as mais diversas".[8] Estas instituições públicas passam a representar um atrativo para uma população migrante qualificada (de classe média) que elegia Florianópolis como local de trabalho, estudo e lazer.

Tabela 2: População não natural do município de Florianópolis em relação a sua população total:

1960		**1970**		**1980**	
Total	não naturais	Total	não naturais	Total	não naturais
97.827	16.786	138.337	30.894	187.871	67.147

Fonte: IBGE, Censo; 1960; 1970; 1980.

Assim, respectivamente, em 1960, 17,16% da população era "de fora", em 1970, 22,33% e em 1980, 35,74%.

A feminização do espaço urbano: uma nova mulher na cidade ou a nova cidade-mulher?

> Só mesmo uma cidade assim, bonita e envolvente como uma mulher apaixonada, é que tem o direito de nos fazer sofrer como estamos sofrendo (...). Sem isso, já teríamos desertado.
> (Benjamin Costallat)

Hoje, entre conversas com viajantes surge a comparação entre Rio de Janeiro e Florianópolis, onde são destacadas semelhanças na geografia de montanhas verdes e praias ensolaradas. Por outro lado, assim como Benjamin Costallat usava a metáfora da cidade-mulher romântica para se referir ao Rio do começo do século XX (com seus graves problemas de higiene pública), podemos relacionar Florianópolis dos anos 1960 com a imagem de uma cidade-mulher emancipada, liberta.

A cidade crescia e os automóveis modernos disputavam com os pedestres as estreitas ruelas de sua área central. Porém, em descompasso com os "tempos modernos" do automobilismo, a antiga Desterro[9] carecia de políticas públicas afinadas com a sinfonia dos motores a combustão. Os engarrafamentos eram comuns na travessia da ponte pênsil Hercílio Luz.

O espraiamento das pistas de rodagem e a verticalização da urbe serviu de cenário para o efêmero espetáculo cotidiano registrado em jornais, que representaram[10] os dilemas de um local em busca do ideal de modernização e beleza. Esta estética revolucionária da

aerodinâmica dos automóveis pode ser comparada ao repertório de embelezamento da mulher moderna, anunciado pelas agencias de publicidade nos jornais. “A estética do aerodinamismo forneceu um cardápio desafiador dos valores morais de então: depilação de pernas e axilas, somadas à voga das navalhas Gilette e dos cremes anti-rugas; modismos que acentuam a aversão aos relevos epidérmicos e toda superfície que não seja um convite ao toque efêmero e ao passeio rápido do olhar” [11].

Este ideal de beleza era estampado em fotografias de mulheres “brancas” e magras nos jornais, que, misturadas a beleza natural, tomavam banho de sol nas praias da ilha. Enquanto as peles alvas destacavam escolhas de “raça” para afirmar diferenças, o corpo esbelto apontava o ideal de velocidade, símbolo das representações da moderna cidade do futuro. Anne Higonnet assim se refere as escolhas de classe e raça feitas pela publicidade: “Tanto a culturas de massas como a alta cultura procuram estabelecer valores femininos universais, mas também diferenciar as mulheres. Usando táticas visuais (...) reduzia todas as mulheres a objetos de fruição estética equivalentes, mas colocava também as mulheres brancas posição de controle sobre as mulheres de cor” [12].

As mulheres eram apresentadas em espaços abertos e sedutores de um espaço que investia nos atrativos naturais para atrair turistas. Segundo Sant’Anna: “após a Segunda Grande Guerra, a necessidade de momentos dedicados ao “prazer de se curtir” é transformada em promessa banal da mídia, em reivindicação natural e legítima. *Sport, sun, sex and sea* não tardam a formar os “quatro S” das férias consideradas ideais”[13]. Parece que estas férias ideais eram vendidas nos jornais e as mulheres servem como veículo de propaganda e sedução. Sant’Anna nos oferece uma interessante metáfora para percebermos a íntima relação entre representações femininas e o mundo dos automóveis: “quanto mais a sedução feminina se associa ao automóvel moderno, menos ela evoca os recintos fechados e estáticos, cobertos pelo veludo vermelho de cortinas e tapetes, nos quais há sempre um perfume guardado em vidro de cristal sobre a prateleira”[14]. Diferente do odor, neutralizado pelo banho de mar e pelas políticas de saneamento público, o olhar era o

sentido destacado. A imagem do corpo feminino limpo e liberto (de biquíni, quase nu) era a imagem vendida nas folhas dos periódicos junto ao ideal de beleza da cidade a beira mar. "A sedução começou a traçar constantes alianças com o gosto pela diversão em competições esportivas, sugerindo o espaço aberto, o dia ensolarado, as embalagens portáteis para cosméticos, a liberdade das saias e cabelos curtos".[15]

Neste sentido, o conteúdo contestatório dos movimentos de "liberação sexual", dos anos 1960, esvaziou-se nos anúncios publicitários ligados a indústria de cosméticos e, nas apropriações de valores tidos como femininos pela publicidade turística. Segundo artigo no jornal O Estado o empresariado deveria assumir uma verdadeira "mentalidade turística", "ousada" e "agressiva", "colocando-se sempre a frente da imaginação corriqueira".[16] Os valores aspirados pelas mulheres nos anos 1960: dinamismo, mobilidade e eficiência eram igualmente perseguidos pelos empresários do lazer, que procuravam, ao mesmo tempo, se apropriar de uma certa identidade feminina associada a beleza, ao prazer e a leveza.

Os jornais, em sintonia com os projetos de governo e de iniciativas privadas (donos de hotéis, restaurantes etc) agiam como divulgadores de uma "mentalidade machista". O homem aparecia como consumidor privilegiado da cidade-mulher da publicidade, como nas telas de cinema, onde as mulheres surgiam como forma de prazer visual, objeto do olhar masculino[17]. Entretanto, as imagens de uma cidade turística idealizada convivia com os dissabores de um outro lugar, marcado por um progresso incompleto.

O trato a diferença em cenas cotidianas

> A história da cidade ocidental registra uma infinidade de batalhas entre a possibilidade civilizada e o esforço de criar poder e prazer através de imagens idealizadas da plenitude. Imagens idealizadas do "corpo" cumprem a função da autoridade, no espaço urbano.
>
> (Richard Sennett)

Os anos 1970 foram tempos de redefinição da identidade catarinense. A pluralidade cultural assumida nos discursos oficiais procurava enquadrar e governar as diferenças entre

uma população distribuída no território de Santa Catarina[18]. Florianópolis não estava isolada desta realidade. A reafirmação das tradições açorianas (portuguesas) reforçava a idéia de uma identidade cultural para a cidade.

Esta identidade cultural açoriana foi uma resposta ao sentimento de vazio provocado por uma cultura cosmopolita desterritorializada, que chegava através dos meios de comunicação de massa (incluindo, neste momento, a televisão) e da presença de uma população plural migrante. A afirmação do "açorianismo" assumia a função de se contrapor a uma cultura mundializada, mas também legitimava certos lugares sociais de poder, sustentados pela força de uma certa tradição.

A busca de controle, ordem e limpeza colocou para uma zona marginal discursos e corpos em desarmonia com os ideais e metas de governo. Um território estigmatizado era apresentado como contraponto negativo dos novos tempos. Eram excluídos, para além das cercas simbólicas da cidade ideal, os comunistas, mendigos, meninos de rua, prostitutas, homossexuais e jovens rebeldes. A imagem tradicional de uma cidade açoriana ou o retrato de uma cidade dinâmica e funcional moderna para automóveis e turistas, defrontava-se com as conseqüências do crescimento desordenado da população.

Textos jornalísticos criticavam o "caótico" trânsito do centro da cidade, assim como a permanência de lugares "sujos" de uma cidade anti-moderna, como os cinemas "decadentes" que projetavam filmes pornôs. "Enquanto que municípios do interior possuem cinemas de alta qualidade, confortáveis e bonitos, os nossos mais passam de pequenas espeluncas a abrigar grandes contingentes de pulgas"[19], afirmava-se no O Estado.

Estes cinemas (ao lado da Catedral) faziam parte, segundo um mapeamento feito por Regina Maria Erdmann, dos territórios de prostituição homossexual de Florianópolis da década de 1970. Erdmann enumera outros "pontos" da cidade: "mictório público ao pé da praça principal"; "região do Mercado Público e imediações como o Aterro da Baía Sul em fase de conclusão de ajardinamento"; a "Praça XV e seus arredores", além de uma série de ruas do centro comercial da cidade. Estes eram locais abertos, sujeitos a repressão policial:

“vários homossexuais (bichas) faziam denuncias de espancamento, seqüestros, sevícias, maus tratos (...). Essa campanha de violência desencadeada contra prostitutas e homossexuais é integrada, segundo as vítimas, por policiais, apoiados ou não por grupos organizados e nas sessões de espancamento esses manifestam sua ideologia de preservação da família, da moral e das tradições”.[20] Essas atitudes de intolerância herdadas do começo do século XX, pelas políticas higienistas e por uma certa moral dos costumes, procuravam “limpar” a área central de corpos “doentes” e miseráveis.

Mendigos foram alvo das atenções da Secretaria de Segurança Pública que registrou vinte e cinco pedintes na Praça XV, sendo nove deles “mendigos turistas”. A Secretaria procurava assim “agir” para conter a proliferação de “ociosos” e “acomodados”. É interessante notar que o ócio podia ser valorizado ou combatido dependendo de seu “uso”, podia ser alvo de intervenções governamentais ou incentivado pelo jogo dos negócios lucrativos ligados ao turismo – o ócio enquanto descanso do trabalho.

Por outro lado, a imagem de um espaço urbanizado ordeiro (tranqüilo/pacífico) era contestada pelas pichações nos muros que “os operários da Diretoria de Obras Públicas se empenham em apagar”.[21] Os estudantes eram associados a subversivos comunistas que em nada contribuíam para o progresso, ao contrário, “sujavam” a cidade. Contudo, os muros “gritavam” em frase garrafal: ”Abaixo a ditadura”.

A cidade era assim ocupada nos final dos anos 1960 por intelectuais e estudantes que procuravam espaços de expressão e cidadania.

Por fim, as representações sobre Florianópolis reforçavam certos valores morais e estéticos que projetavam um espaço urbano ideal voltado ao mercado do turismo. Uma cidade aberta, sedutora, limpa, pacífica e funcional tentava se sobrepor a uma cidade fechada, caótica, engarrafada e isolada (ilhada). Entretanto, múltiplas culturas desafiavam qualquer identidade local definida. Nesse sentido, procurei, antes de tudo, perceber uma cidade em movimento e em comunicação com o Brasil e com o mundo.

[1] Professor (substituto) do Departamento de História da Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC). Mestre em História pela UFSC (História Cultural). Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. thiagosayao@hotmail.com

[2] ARANTES, Antonio A. Paisagens Paulistanas – transformações do Espaço Público. Campinas, SP : Ed. da UNICAMP; São Paulo : Imprensa Oficial, 2000.

[3] Sergio Ferreira em seu livro "O banho de mar na ilha de Santa Catarina" diz que a partir de 1970 houve uma "popularização" dos banhos de mar em Florianópolis, devido, principalmente, as políticas de incentivo ao turismo. "O banho de mar mudou a configuração da cidade (...), ditou novos trajes, transformou mentalidades e hábitos(...)". Ver: FERREIRA, Sergio Luiz. O banho de mar na ilha de Santa Catarina. Florianópolis : Ed. Das Águas, 1998. p.19.

[4] Entre as importantes obras de infra-estrutura que o governo federal realizou entre 1970 e 1980 estão: a pavimentação da BR-101(ligando o litoral do sul do Brasil), a BR- 470 (ligando o centro ao interior da ilha), o aterro da Baia Sul, a avenida Beira-Mar Norte e outras ligações com as antigas freguesias hoje chamadas de praias e balneários. Ver: Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. CECA (Centro de Estudos Cultua e Cidadania). Florianópolis : Insular, 1996.

[5] Na década de 1950 a Vila de João Pessoa, atual bairro do Estreito, foi anexada ao município de Florianópolis o que resultou na elevada taxa de crescimento populacional anual (3.83% entre 1949 e 1959). Já o crescimento da cidade na década de 1970 deu-se, principalmente, na direção da área continental, ultrapassando os limites dos municípios visinhos, iniciando o processo de aglomeração urbana entre Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Ver: SUGAI, Maria Inês. As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano – a Via de Contorno Norte-Ilha. 1994. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP.

[6] No período colonial e imperial Nossa Senhora do Desterro (antiga Florianópolis) tinha o comércio marítimo como principal fonte de recursos econômicos (apesar de exportar principalmente farinha de mandioca o porto era mais um local de entreposto comercial). A supremacia do porto da cidade em Santa Catarina durou até os anos 1960, quando o porto em Itajaí substituiu Florianópolis como principal local de escoamento da produção industrial do Vale do Itajaí, paralisando assim boa parte da atividade econômica de Florianópolis. A cidade assume então a função de centro administrativo com uma economia terciária voltada ao mercado interno.

[7] Ver: FACCIO, Maria da Graça Agostinho. O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. 1997. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC.

[8] Ver: PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e Modernização. Florianópolis : Lunardelli, [19 - -]. (p.102).

[9] Antes de 1894 a cidade de Florianópolis chamava-se Nossa Senhora do Desterro. O nome Florianópolis foi uma "homenagem" ao marechal Floriano Peixoto, na época presidente da jovem república brasileira. A imposição do novo nome serviu como demonstração de força contra os revoltosos da Revolução Federalista (1892-1894) que haviam instalado na ilha de Santa Catarina a sede do Governo Provisório. Ver: Neckel, Roselane. A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis : Ed. da UFSC, 2003.

[10] O sentido atribuído ao título do texto – *Cidade de Jornal* – relaciona-se ao conceito de *representação* apresentado pelo historiador francês Roger Chartier no livro "A história Cultural – entre práticas e representações". Chartier buscou em Marcel Mauss e Émile Durkheim a noção de "representação coletiva" para rediscutir uma "história das mentalidades", não sob parâmetros psicológicos, mas para se pensar "uma história cultural do social que tome como objeto a compreensão das formas e dos motivos que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse" (grifo meu) Ver: CHARTIER, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações. Trad.: Maria Manuela Galhardo. DIFEL : Lisboa, 1990.

[11] SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpos de passagem – ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo : Estação Liberdade, 2001. p. 44.

[12] Ver: HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In.: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.) História das mulheres no ocidente. Vol. 5. O século XX. Porto : Afrontamento, 1991. p. 409.

[13] SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Op. Cit. p. 58.

[14] Idem. p. 45.

[15] Idem.

[16] **O Estado**. Florianópolis, 30/06/1968.

[17] Segundo Kaplan: "A câmara é o meio através do qual o feminino é relegado à construção masculina, de forma que a mulher é impedida de possuir "o feminino", e até mesmo de descobrir o que o feminino pode vir a ser fora da construção masculina". Ver: KAPLAN, E. Ann. A mulher e o cinema – os dois lados da câmera. Tradução: Helen Pessoa. Rio de Janeiro : Rocco, 1995. p.110-111.

[18] SAYAO, Thiago J. Nas veredas do folclore: política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975). 2001. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis, UFSC.

[19] **O Estado**. Florianópolis, 05/09/1968.

[20] AFINAL, ano 1, n.6, outubro de 1980, p.14. In: ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro – um estudo de caso. 1981. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina. p.49.

[21] **O Estado**. Florianópolis, 04/12/68.

Apropriações e Influências do Mito do Pay Sumé na Evangelização feita pelos Jesuítas na América do Sul nos séculos XVI e XVII[1]

THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE[2] – UEL

Os Jesuítas chegaram à América do Sul no século XVI, com a particular incumbência de evangelizar os povos nativos e assim recuperar as "almas" perdidas com a Reforma Protestante ocorrida na Europa.

Diante de tal tarefa alguns jesuítas se dedicaram a conhecer a língua, os costumes e a conviver com os povos, que convencionalmente chamaram índios. Os trabalhos jesuíticos focalizaram o desenvolvimento de uma série de atividades civilizatórias[3], é claro que a idéia civilizatoria por eles empregada era baseada no modelo europeu, que tinha no mercantilismo e nos valores cristãos católicos seus pontos de base.

Outro fator motivador foi o surgimento do ideal missionário[4] surgido na Igreja por volta do séc. XVI sendo um contraponto entre a Igreja medieval que tinha nas ordens monásticas que buscavam a salvação do mundo através de sua contemplação e interseção, aeu fundamento. As ordens missionárias deram uma dimensão social para a Igreja, constituindo-se como ponte entre o mundo sagrado e o profano. A Igreja vê na missão a oportunidade de conquistar novos fiéis e unida ao poder terreno participa das conquistas.

No séc. XVI o mundo vive a ausência de seu paradigma, pois Deus é expresso apenas por semelhanças já que seu lugar não é no mundo profano. Assim:

> "… A tarefa do cristão e particularmente do sacerdote cristão é de tentar ler essas marcas que inscrevem nos objetos sua distância e sua diferença do paradigma. A tarefa do sacerdote cristão missionário é maior. Ele não é apenas um leitor das marcas; deve lê-las e modifica-las. Se a mudança não for possível deve abandona-las à sua sorte ou – melhor – eliminas-las Ainda mais quando há o perigo do inimigo de Deus e do homem ter-se apoderado – temporariamente ou não – de certos objetos, roubando-os a seu legitimo senhor. O missionário não quer somente ler o livro sagrado enquanto tal. Ele quer Lê-lo (confronta-lo enquanto código ideal) no mundo secular. Quer decifrar este mundo como linguagem, percorrer seus sinais e estabelecer uma leitura frutífera para uma interpretação adequada quando o 'texto' estiver truncado ou maculado. Não devemos por outro lado, supor um abandono da interpretação das escrituras sagradas por parte das ordens missionárias. Elas as lêem e transmitem sua verdade para o século, especialmente para os semelhantes menos semelhantes, mais afastados do dogma. O auditório predileto da Missão é o dos que ainda não tinham ouvido a palavra divina. Esta palavra para ser ouvida deve ser repetida pelos que foram capazes de a escutar e autorizados, pela Instituição Sagrada, a faze-lo. Os missionários são pregadores. Restabelecem a oratória como estilo

> preferido para a conversão, o que leva a um revigoramento de formas muito mais inflamadas, eloqüentes e sentimentais do que as peculiares à escrita escolástica."[5]

Como vemos foram de grande importância, como motivadores, os ideais civilizatórios e a ação missionária gerada no movimento de contra reforma.

Diante de tal situação naturalmente surgiram umas séries de choques, isso por que os índios não eram pessoas sem cultura. Pelo contrario eles possuíam todo um conjunto de costumes e práticas cotidianas e religiosas que entraram em conflito direto com o pensamento cristão. As formas de atividade religiosa, as práticas de poligamia, antropofagia entre várias outras não cabiam no modo de vida cristão que estava sendo implantado.

Ao tentar introduzir o catolicismo como religião aos índios, como já dissemos, os jesuítas se depararam com um conjunto de crenças consolidadas. Uma delas lhes chamou atenção, o Mito do Pay Sumé. Tanto lhes chamou atenção que vários jesuítas se preocuparam e dedicaram grande tempo de suas vidas em estuda-la e registra-la através de seus escritos, dos quais temos maior conhecimento dos trabalhos de Manoel da Nóbrega em suas cartas do Brasil[6] e o de Antonio Ruiz Montoya em sua obra Conquista Espiritual[7].

Na introdução de Visão do Paraíso[8], Sergio Buarque de Holanda faz a seguinte afirmação:

> "... ao oficio do historiador... não lhe permite eregir altares para o passado... umas das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas do seu tempo, mas em caso contrario pode-se ainda chamar historiador? Consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias que corre ..."[9]

Diante de tal afirmação olhamos para o presente e vemos uma América do Sul predominantemente católica e com as culturas religiosas nativas mantendo suas expressões de forma fragmentadas e muitas vezes sustentadas através de sincretismos.

Isso se deve, em grande parte, ao processo cristianizador desenvolvido imediatamente após os chamados descobrimentos e que continua ainda hoje.

Não defendemos a idéia de que a situação religiosa cultural da América do Sul seja fruto apenas da evangelização jesuítica influenciada em algum ponto pelo mito do Pay Sumé. Temos claro que essa situação é resultado de um processo amplamente complexo. Porém a participação das missões jesuíticas foi de grande importância no período colonial.

Pretendemos destacar as características influenciadoras que o mito teve sobre os jesuítas. Nos apoiaremos ainda em algumas idéias de Mircea Eliade que em "O Mito do Eterno Retorno"[10], destaca a importância para as sociedades primitivas de um modelo sobrenatural para as pessoas seguirem. Trabalhamos a hipótese de que o fato de os jesuítas se sentirem os sucessores de Tomé teve grande influência em sua evangelização sul-americana.

Compreender esses aspectos nos levará a compreender ao menos uma parte do processo que nos colocou na situação cultural religiosa em que atualmente vivemos na América do Sul.

Estamos utilizando como nossas principais fontes documentais alguns capítulos da obra de Antonio Ruiz Montoya "Conquista Espiritual, feita pelos religiosos da companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, ·Uruguai, e Tape".[11] Além disso utilizamos algumas cartas de Manoel da Nóbrega datadas do séc XVI, publicadas em forma de livro chamado "Cartas do Brasil"[12]

Nossa analise está se apoiando nos pressupostos teóricos que Ginsburg utiliza em sua obra "O queijo e os Vermes"[13]. Assim vislumbramos uma forte circularidade cultural entre um mito indígena e o próprio mito cristão que recriou um mito incorporado-o ao cristianismo sul americano dos séculos XVI E XVII**.**

No imaginário indígena habitaria um personagem mítico conhecido por Pay Sumé. Deste personagem os indígenas guardariam apenas uma vaga lembrança. Num passado bastante longínquo teria ele percorrido muitos locais habitados por indígenas, pregado a fé em um único deus, nessa trajetória teria deixado vários sinais como, pegadas

em pedras, teria carregado um símbolo posteriormente interpretado como uma cruz e por fim teria deixado a mensagem de que com o passar do tempo os nativos esqueceriam do teor completo da pregação, mas no futuro viriam alguns sucessores seus que revificariam a fé perdida.

> "Estranhando nós um acolhimento tão fora do comum, disseram-nos que, por tradição antiqüíssima e recebida de seus antepassados, sustentavam que, quando São Tomé – a quem comumente chamavam 'Pay Zumé' na Província do Paraguai e 'Pay Tumé' nas do Peru – fez a sua passagem por aquelas terras, disse-lhes estas palavras:
>
> > 'A doutrina que eu agora vos prego, perdê-la-eis com o tempo. Mas, quando depois de muitos tempos, vierem uns sacerdotes sucessores meus, que trouxerem cruzes como eu trago, ouvirão vossos descendentes esta (mesma) doutrina'."[14] **(SIC).**

Tomando conhecimento desse mito rapidamente, devido a vários fatores, dos quais alguns foram estudados por Sergio Buarque de Holanda em Visão do Paraíso[15], como o fato de Tomé tradicionalmente ter sido identificado como o apóstolo dos gentios, e ter pregado no oriente e na África. Estabeleceu-se que o Apóstolo Tomé[16] teria passado pela América do Sul pregando o evangelho de Jesus Cristo. Acreditamos que a primeira fonte inspiradora de tal ligação tenha sido a proximidade fonética entre Sumé[17] e Tomé. Há também a questão da missão apostólica de levar o evangelho a todo o mundo. Ficaria somente a América sem receber a mensagem redentora? Poderia o apóstolo ter conseguido algum meio para passar da África à América, embora a crença maior fosse de um transporte sobrenatural.

Partindo do pressuposto de que de fato existia um mito indígena do Pay Sumé e que esse mito foi recriado transformando-se no apóstolo Tomé, como isso teria ocorrido? Como isso poderia ter-se propagado tão largamente por quase toda a América do Sul? Como isso favoreceu a evangelização feita pelos jesuítas?

As primeiras reduções jesuíticas iniciaram-se por volta de 1609 é a partir daí que o mito recriado aparece nos escritos do Pe. Antonio Ruiz de Montoya. As cartas que contém diversos relatos do Pe. Manoel da Nóbrega datam de 1549. Ou seja os principais relatos jesuíticos sobre este mito são posteriores às primeiras notícias da presença do

apóstolo Tomé nas Américas, estas segundo Sergio Buarque de Holanda estariam na *Nova Gazeta Alemã* que teria sido composta em 1515[18]. Também já era bastante difundida a suposta evangelização feita por Tomé no Oriente, inclusive todos os sinais que ele teria deixado lá como: pegadas, fontes milagrosas, madeiros gigantes etc.

Podemos levantar a hipótese de que possuidores de todas as informações acima citadas, Os jesuítas ao depararem-se com o mito indígena em questão não tenham tido dificuldade alguma, para através de uma associação, intencional ou não, dar ao até então Sumé status de apóstolo Tomé e beneficiar-se claramente desse fato.

Quanto aos sinais, é realmente provável que pelo menos as pegadas humanas em rochas tenham sido reais, haja vista que vários cronistas[19] relatam este fato, inclusive Nóbrega atesta ter visto com seus próprios olhos em carta datada de 1549.

> "Dizem Elles que S. Thomé a quem elles chamam Zomé, passou por aqui, e isto lhes ficou por dito que seus passados e suas pisadas estão signaladas juncto de um rio, as quaes eu fui ver por mais certeza da verdade e vi com meus próprios olhos, quatro pisadas mui signaladas com seus dedos..."[20] (SIC).

Entretanto as possibilidades das pegadas terem existido de fato não trazem em si nem uma comprovação de que tenham sido do apóstolo Tomé, pelo contrário podem ter sido utilizadas com forma de consolidação do mito através de associação com o Tomé do extremo Oriente.

As informações sobre o mito recriado do apóstolo Tomé circularam rapidamente entre os jesuítas e logo se tornaram consenso. A produção de cartas dos jesuítas em geral é bastante grande, isso não ocorre por um simples acaso, mas sim devido às diretrizes da Companhia de Jesus. Sobre isso há um artigo de Londono Torres "Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no século XVI"[21]

Segundo Torres, após o surgimento da Companhia de Jesus no século XVI ela rapidamente se espalhou pelos quatro cantos do mundo. Assim Loyola temendo uma desagregação dos membros cria uma série de medidas nas constituições da companhia para evitar que isso ocorresse, dentre as quais a obrigação dos religiosos manterem uma freqüente comunicação com seus superiores através de cartas. Criaram-se prazos para

envio, as cartas eram copiadas e reenviadas a outras partes do mundo onde houvessem jesuítas, devido à grande diversidade lingüística, estabeleceu-se o latim como língua oficial para essas comunicações. Criou-se um sistema de comunicação muito eficiente.

Além disso, dado que os primeiros membros da companhia, incluído seu fundador eram todos mestres em letras e posteriormente muitos doutores fizeram parte de suas fileiras, a tradição da escrita não teve muita dificuldade para se solidificar na companhia, embora é claro tenham existido alguns poucos casos de resistência. Havia basicamente dois tipos de cartas as de *edificação,* que deveriam mostrar a graça de Deus sendo manifestada pela ação jesuítica nos diversos cantos do mundo. E as cartas que descreviam o cotidiano das casas, os problemas, as evoluções dos irmãos etc. Esse tipo de carta ficava reservado aos superiores provinciais e ao governo geral ao contrario das de edificação que deveriam ser lidas pelo maior número de jesuítas possível.

Através desse sistema de comunicação o mito recriado foi vastamente divulgado. Vide as cartas de Manoel da Nóbrega como exemplo.

Compartilhamos da opinião apresentada por Sergio Buarque de Holanda sobre o favorecimento que os jesuítas obtiveram a partir da recriação do mito indígena.

> "... parece fora de discussão a missionários que identificaram o Sumé brasílico e o Pay Tumé peruano ao discípulo de Jesus: na ajuda que teria ele prestado à obra de conversão do gentil. O próprio Nóbrega já escreverá que, segundo a tradição dos índios, anunciará-lhes São Tomé, ao partir para a Índia que, 'havia de tornar a vê-los'. Por sua vês os missionários jesuítas do Paraguai não hesitaram em interpretar essa promessa como anúncio do seu próprio apostolado. Aos Padres Mazeta e Cataldino chegara mesmo, certo cacique do Paranapanema, a dizer de Pay Zomé que falará aos seus antepassados do dia em que toda aquela gentileza se haveria de estabelecer em povoados, por obra de certo homens que levariam a cruz diante de si, o que afinal se realizou com as fundações de Santo Inácio e Loreto..."[22]

A sorte de encontrar o mito indigena do Pay Sumé, Zomé, Zumé etc. possibilitou aos jesuítas valer-se do suposto legado do apóstolo Tomé. E isso foi importantíssimo para o sucesso ao menos temporário da empreita jesuítica.

[1] Este projeto está sendo desenvolvido no curso de Especialização em História Social e Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina sob orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Neves Soares.
[2] Graduado em História pela UEL e aluno do curso de Especialização em História Social e ensino de História da UEL.
[3] Segundo Norbert Elias em:
ELIAS, Norbet. *O Processo Civilizador Volume 1: Uma História dos Costumes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
O conceito de civilização foi cunhado na Europa no séx XVIII, apresentando diferenças conceituais de acordo com a nação no qual foi concebido. O conceito que se expandiu para as nações ocidentais e está ligado a esse trabalho é o conceito francês de Civilisation, esse conceito descreveria uma auto imagem da sociedade, imagem essa que se acreditava superior a todas as demais abrangia fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos, morais e sociais e presume o desenvolvimento de um processo. O conceito refere-se a realizações, mas também a atitudes de comportamentos das pessoas.
Como vimos o conceito de civization é posterior ao período que nos propomos estudar, porém Elias afirma que o processo é anterior. Termos como civilisé, poli, policé ou civilité eram utilizados quase como sinônimos como expressão dos seus padrões comportamentais que eram considerados superiores aos demais. "...politesse ou civilité tinham, antes de formado e firmado o conceito de civilisation, praticamente a mesma função deste ultimo: expressar a auto imagem da classe alta européia, em comparação com outros que seus membros mais simples ou mais primitivos e ao mesmo tempo caracterizar o tipo específico de comportamento através do qual essa classe se sentia diferente de todos aqueles que julgava mais simples e mais primitivo..."pp. 54. Assim sendo utilizaremos os conceitos de civilidade e civilização com o sentido de um processo empreendido pelos jesuítas que buscava impor os padrões cristãos europeus aos nativos.
[4] NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra do Papagaios: Colonialismo e Repressão Cultural.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
[5] NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra do Papagaios: Colonialismo e Repressão Cultural.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. pp. 36.
[6] NOBREGA, Manoel. *Cartas Jesuíticas 1: Cartas do Brasil 1549-1560.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
[7] MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz, *Conquista Espiritual feita pelos Padres da Companhia de Jesus.* Porto Alegre: Matins Livreiro Editor, 1ª ed. 1639, 1985.
[8] HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
[9] HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000. pp. xviii..
[10] ELIADE, Mircea.*O Mito do Eterno Retorno: Arquétipos e Repetição.* Lisboa: Edições 70, 2000. HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000. pp. xviii..
[11] MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz, *Conquista Espiritual feita pelos Padres da Companhia de Jesus.* Porto Alegre: Matins Livreiro Editor, 1ª ed. 1639, 1985.
[12] NOBREGA, Manoel. *Cartas Jesuíticas 1: Cartas do Brasil 1549-1560.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
[13] GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes.* São Paulo: Cia das Letras, 1987.
[14] MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz, *Conquista Espiritual feita pelos Padres da Companhia de Jesus.* Porto Alegre: Matins Livreiro Editor, 1ª ed. 1639, 1985. pp.86.
[15] HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
[16] Segundo a crença cristã, Tomé foi um dos doze apóstolos escolhidos inicialmente por Jesus Cristo. Segundo a tradição, após a morte e ressurreição de Cristo os apóstolos percorreram diversas regiões do mundo no intuito de propagar a fé a Tomé é atribuída a evangelização da Ásia e parte da África.
[17] Além de Pay Sumé, comum no Brasil, havia variantes fonéticas em determinadas regiões na Província do Paraguai chamavam Pay Zumé, na província do Peru Pay Tumé.
[18] HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 110.
[19] HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 111.
[20] NOBREGA, Manoel. *Cartas Jesuíticas 1: Cartas do Brasil 1549-1560.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. pp. 101.
[21] TORRES LONDONO, Fernando. Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. *Ver. brás. Hist., 2002. vol.22, nº43, p.11-32.*
[22] HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 125.

Rebelião e convenção: história e crítica literária na obra de Sérgio Buarque de Holanda dos anos 1950.

Thiago Lima Nicodemo – PPG-USP

Ao comentar o modo muito particular com que Sérgio Buarque de Holanda articula a topologia proposta pelo filólogo alemão Ernst Robert Curtius, no livro *Visão do Paraíso*, o crítico Luiz da Costa Lima, em texto recente, utiliza-se da conhecida metáfora feita pelo padre Vieira sobre o semeador – que ao semear não sabe como serão os frutos de seu trabalho[1]. A comparação deste crítico literário me parece oportuna pois toca em dois aspectos fundamentais do processo de apropriação da obra de Curtius por Sérgio Buarque de Holanda.

O primeiro é que, ao falar de apropriação, pressupõe-se um processo em que um autor planta uma semente sem ter idéia alguma de como serão seus frutos, ou seja, de como seus leitores compreenderão e posteriormente utilizarão suas idéias. Neste sentido, Costa Lima observa as várias diferenças entre as idéias de Curtius e a leitura feita a partir delas pelo historiador brasileiro.

O segundo aspecto é que leitores como Sérgio Buarque de Holanda, na condição de autores, sujeitam-se ao mesmo tipo de processo – ao produzirem suas idéias dificilmente são capazes de imaginar como elas serão interpretadas. Deste modo, Costa Lima penetra no ânimo do historiador em um momento de balanço e auto-reflexão em sua obra. Ao referir-se ao processo de apropriação da obra de Curtius por Sérgio Buarque, o crítico tem em mente o prefácio à segundo edição de *Visão do Paraíso* no qual seu autor procurou esclarecer aos seus leitores e talvez a si próprio o sentido de seu livro e suas possíveis inspirações. Reproduzo as palavras de Sérgio Buarque sublinhadas por Luiz da Costa Lima:

> O tema deste livro é a biografia de uma dessas idéias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas (capítulos VII e VIII), até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil. Para isso foi de grande serventia o recurso à Tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha

> retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de E. R. Curtius onde, conservando-se como princípio heurístico, pôde transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora distinguia, para fertilizar, por sua vez, os estudos propriamente históricos[2].

Apesar de citar a obra de Curtius mais de uma vez desde a primeira edição de *Visão do Paraíso*, foi apenas dez anos depois, no prefácio da segunda edição deste livro, que Sérgio Buarque de Holanda admitiu ter se inspirado na obra de Curtius, utilizando-a como ferramenta em sua investigação. Os motivos edênicos do descobrimento e expansão do Brasil são análogos à tópica utilizada na investigação dos traços latinos das culturas regionais e nacionais européias[3].

A tópica proposta por Curtius é um sistema de identificação e classificação de regularidades discursivas – fórmulas de construção do discurso herdadas da retórica antiga, um dos pilares da cultura latina européia. A retórica, doutrina da construção dos discursos, foi extremamente difundida durante a Antigüidade e utilizava os *topoi* como elementos de adequação dos discursos às suas finalidades. Com o fim do Império Romano, a cultura latina se dissolveu e, com ela, a retórica fragmentou-se. Os *topoi* concebidos originalmente como fórmulas utilizadas na construção dos discursos perderam seu significado estritamente normativo e impregnaram-se nas culturas regionais.

A Idade Média, neste sentido, ganha o status de elo de ligação entre as culturas européias nacionais. Isto seria uma obviedade se não lembrássemos que Curtius lutava contra o conhecido preconceito de associar-se a Idade Média a um período de trevas e declínio no qual a cultura clássica foi praticamente esquecida[4]. Por isso o filólogo alemão procura investigar as reminiscências e mutações da cultura clássica em um cenário político de descentralização.

A identificação de permanências discursivas relacionadas originalmente com a retórica antiga permitiram a Curtius reconstruir o denominador comum das literaturas nacionais européias – a cultura latina. Segundo a proposição de Sérgio Buarque de Holanda, a tópica de Curtius é, de certo modo, equivalente aos motivos edênicos

estudados em *Visão do Paraíso*. Estas observações permitem que Costa Lima formule sua proposta de leitura:

> ...foi o estudo da tópica por Curtius que serviu de principal ferramenta para que Sérgio Buarque pusesse em movimento e conseguisse um modo de articular sua imensa erudição, convertendo-a em um precioso instrumento interpretativo sobre a *forma mentis* dos colonizadores ibéricos. [5]

Uma vez esclarecida sua hipótese, o crítico propõe a divisão de sua argumentação em duas partes. A primeira consiste na exposição didática da obra de Curtius. Em seguida, procura analisar como Sérgio Buarque apropriou-se da tópica de Curtius, transformando-a em um instrumento muito pessoal de investigação histórica[6]. Ainda ressoa em seu discurso a metáfora do semeador; Costa Lima reforça que a apropriação da tópica por Sérgio Buarque de Holanda não consiste na aplicação mecânica de um método ou uma teoria proposta por determinado autor, mas é, em si, um processo de criação e adaptação.

Ao reduzir as literaturas nacionais e regionais européias ao denominador comum da Idade Média Latina, a tese de Curtius confrontava-se diretamente com as histórias da literatura nacionais e por extensão com um dos princípios organizadores do Estado Nacional Moderno. *Literatura européia e idade média latina* pertence deste modo a um momento cultural alemão de fins da Segunda Guerra Mundial, pautado pela tomada de consciência dos desastres do nacional-socialismo. Ao criar uma ferramenta que busca a relação entre as diversas culturas nacionais européias, Curtius subverte um dos princípios do nacionalismo e oferece ao pesquisador, naquele instante, a oportunidade de "desfazer a mancha negra da Alemanha e, sobretudo, de reintegra-la no espírito do Ocidente, desde suas origens gregas e romanas."[7]

Costa Lima arremata: "como o historiador teria, ao mesmo tempo que apreendia a riqueza da frente que a tópica lhe apresentava, evitando que ela fosse um elemento perturbador da desejada compreensão histórica?"[8]. Esta é, segundo o crítico, a chave para a compreensão do caráter pessoal que Sérgio Buarque dá à tópica e que por sua

vez serve de porta de entrada para a discussão do método em *Visão do Paraíso*[9]. Feita a exposição do texto de Luiz da Costa Lima estabelecerei algumas observações no sentido de levar adiante sua reflexão original.

Em artigo datado de 26 de novembro de 1950, Sérgio Buarque de Holanda, então crítico titular do suplemento literário do jornal Diário de Notícias[10], fez comentários em sua coluna que nos ajudam a perceber a utilização muito pessoal que deu à obra de E. R. Curtius. Neste artigo, Sérgio Buarque discute algumas obras previstas no projeto de traduções e publicações do Instituto Nacional do Livro dirigido por seu antigo companheiro de trabalho, Augusto Meyer; em suas palavras:

> Um desses livros é a obra mestra de Ernst Robert Curtius dedicada à literatura européia e a Idade Média latina, que, publicada na Suíça há apenas dois anos, já se tornou contribuição clássica nos domínios da história e da crítica. Assinalando com agudeza e erudição exemplares a continuidade da tradição literária do mundo ocidental, o ilustre romanista pôs admiravelmente em prática um dos princípios que vêm norteando há longo tempo suas investigações. Ou seja, o de que, representando embora atividade distintas, com métodos e finalidades próprios, a história e a crítica literária podem morar na mesma casa[11].

É possível que nesta primeira leitura de Curtius Sérgio Buarque ainda não conhecesse as possibilidades de análises literárias e históricas através de elementos da retórica, pois não se refere diretamente em nenhum momento do artigo à tópica. No entanto, o historiador brasileiro foi capaz de encontrar em Curtius, mesmo que instintivamente, uma alternativa de análise literária que privilegiava aspectos formais – "a continuidade da tradição literária no mundo ocidental" – sem abrir mão de sua densidade histórica. A leitura de Curtius é condicionada neste sentido por um dos temas principais que Sérgio Buarque vinha discutindo em seus artigos de jornal durante quase toda a década de 1940.

Ao analisar em seus textos publicados em jornal ao longo do final da década de 1940 e início da década de 1950, pode-se perceber que a leitura de Curtius, ilustrada no trecho acima, tinha um sentido de contraponto à tendências de análise literária que

privilegiavam a reflexão sobre a forma literária, esvaziando as relações da arte com a sociedade, com a história.

Em seus artigos de jornal, Sérgio Buarque vinha debatendo tendências da crítica que considerava 'formalista' como o *new criticism*. Para ele, a crítica formalista bloqueava as possibilidades de reflexão sobre a relação das obras literárias com a sociedade e o tempo na qual foram produzidas[12]. A obra de Curtius permitia assim a articulação de elementos formais que ampliavam as possibilidades de análises históricas. Por isso o historiador brasileiro encontrou em Curtius uma proposta para que as disciplinas da história e da crítica literária "morassem na mesma casa".

Por outro lado, tendências como o *new criticism* teriam o mérito de privilegiar uma análise interna das obras, atenta particularmente à questão da criação literária. Desta maneira o *new criticism* se contrapunha aos determinismos de toda ordem na crítica, em especial àqueles que privilegiavam explicações biográficas ou pscicológicas. Como conciliar, portanto, uma crítica atenta à historicidade dos processos sociais incorporando os postulados mais construtivos da crítica formalista?

Assim podemos ter uma idéia mais precisa do significado que teve a leitura de *Literatura européia e idade média latina* para Sérgio Buarque ainda no início dos anos 1950. A obra de E. R. Curtius foi lida como uma possível alternativa a um dilema delineado durante praticamente toda a década de 1940 sobre os limites da crítica formalista. Algumas idéias do filólogo alemão poderiam tornar-se ferramentas bastante eficazes de uma análise histórica que se aproximasse dos aspectos formais e internos dos textos – e que como sabemos, graças ao artigo de Luiz da Costa Lima – de fato se tornaram ferramentas no desenvolvimento de *Visão do Paraíso*.

Entretanto, podemos dizer também que há uma grande distância entre a leitura de Curtius feita no início dos anos 1950 e aquela que conheceríamos com *Visão do Paraíso*. Como ressaltei anteriormente, a crítica baseada em elementos da retórica e sua ligação

com a tópica não foi objeto da atenção do historiador até aquele momento. Voltada aos padrões de construção das obras, algumas idéias de Curtius poderiam contribuir para a historicização de processos ainda pouco compreendidos nos parâmetros da crítica mais tradicionalista.

Esta é apenas uma das questões impulsionadas pela elaboração de um trabalhoso livro. Por ter se notabilizado como crítico ao longo dos ano 1940, Sérgio Buarque de Holanda foi convidado a organizar uma antologia de textos poéticos coloniais, parte de uma coleção de antologias que vinha sendo publicada desde finais da década de 1930 pelo Instituto Nacional do Livro, instituição com a qual era muito ligado, pois havia sido diretor de sua Seção de Publicações[13]. Entre aproximadamente 1949 e 1951, empreendeu um trabalho de alto nível de erudição, no qual estabeleceu questões nebulosas sobre a grafia de algumas palavras, localizou alguns inéditos, e discutiu a atribuição de autoria do universo de textos produzidos na América portuguesa. A *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial* foi publicada em 1952[14].

Além de exaustiva pesquisa em arquivos e bibliotecas, a escolha e preparação dos textos foi realizada com ajuda de vários instrumentos teóricos que Sérgio Buarque discutiu em sua crítica literária. Na *Antologia*, o historiador mobilizou recursos como análise do ritmo, musicalidade, convenções métricas e lexicais que possibilitaram correções de palavras e o estabelecimento de textos mais fidedignos.

Ao compor este livro o historiador obteve respostas bastante objetivas sobre os limites da análise formal, articulando algumas de suas ferramentas mais construtivas, mas sem prescindir das suas preocupações históricas. É possível supor que sua interpretação da obra de E. R. Curtius tenha sido importante como uma alternativa analítica. No entanto, pode-se dizer que a perspectiva de Sérgio Buarque sobre a obra do filólogo alemão altera-se significativamente pelo uso que recebe na confecção da *Antologia*.

A análise panorâmica sobre o conjunto de textos produzidos no Brasil no período colonial permitiu a identificação de inúmeras regularidades discursivas, ou lugares-comuns. Alguns destes aparecem em mais de um autor, de maneira que pode-se supor que a organização da *Antologia* tenha sido pautada por um cuidado investigativo em relação a algumas destas convenções[15]. Assim, o historiador revia a obra de Curtius de modo que a tópica passava a ter um peso mais significativo em relação a primeira vez que apareceu comentada em artigo de jornal. Aproximadamente 7 anos antes de *Visão do Paraíso* o historiador incorpora temas da obra de Curtius e os transforma em ferramentas voltadas para análises históricas.

O material reunido nesta pesquisa lhe permitiu dar concretude a um projeto que já vinha sendo adiado desde 1943 – de uma história da literatura colonial brasileira, a convite de Álvaro Lins, como parte de sua *História da Literatura Brasileira*[16]. Provavelmente, o intelectual reuniu alguns velhos rascunhos e começou, logo que terminou a *Antologia*, entre finais de 1951 ou início de 1952, a elaboração desta história da literatura colonial brasileira[17]. Sérgio Buarque nunca chegou a terminar este estudo, mas este conjunto de textos inacabados foram publicados postumamente por Antonio Candido em 1991 sob o título de *Capítulos de Literatura Colonial*.

Boa parte destes estudos sobre a história da literatura colonial brasileira foram produzidos durante o período entre 1952-4 em que Sérgio Buarque esteve na Itália. Neles é possível identificar várias ferramentas advindas da crítica literária dos anos anteriores transformadas em instrumentos de investigação histórica. Dentre estes interesses aparece a tópica, bastante alterada em relação às propostas de E. R. Curtius.

Neste texto espero ter apontado alguns caminhos para o estudo da relação entre história e crítica literária na obra de Sérgio Buarque dos anos 1950. Estas reflexões são necessariamente incompletas, pois meu objetivo neste texto foi submeter hipóteses

preliminares a um debate público em meio a elaboração de minha dissertação de mestrado.

---

[1] LIMA, Luiz da Costa, Sérgio Buarque de Holanda: Visão do Paraíso, *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 46, março-maio, 2002.
[2] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio à segunda edição. *Visão do Paraíso*. *Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. XVIII.
[3] LIMA, Luiz da Costa, Sérgio Buarque de Holanda ... *op. cit*., p. 51.
[4] MOMMSEN, T. E., Petrarch's Concept of the 'Dark Ages'*, Speculum*, v. 17, n. 2, 1942.
[5] LIMA, Luiz da Costa, Sérgio Buarque de Holanda ... *op. cit*., p. 46 (trecho originalmente em italico).
[6] Idem, p. 51-52.
[7] LIMA, Luiz da Costa, Sérgio Buarque de Holanda ... *op. cit*., p. 49.
[8] Idem, p. 51.
[9] Cf. LIMA, Luiz da Costa, Sérgio Buarque de Holanda ... *op. cit*., p. 45.
[10] Mimesis. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1950, p. 5, 6. Republicado na *Folha da Manhã*. São Paulo, 28 de novembro de 1950, p. 4. Contido em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a letra. Estudos de crítica literária*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, v. 2, p. 289-293.
[11] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a letra*, *op. cit*., p. 289.
[12] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Universalismo e provincianismo na critica. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1948, p.1. Contido no *Espírito e a letra*, *op. cit*, p. 58, 59.
[13] As atividades de Sérgio Buarque no Instituto Nacional do Livro, no qual foi diretor da Divisão de Publicações entre 1939 e 1945, são importantes no seu amadurecimento como crítico, estreitando relações com um grupo de intelectuais também funcionários do Instituto como Augusto Meyer, Mario de Andrade, Américo Facó e José Honório Rodrigues. Além disso, Sérgio Buarque também trabalhou como editor de várias obras. É possível que mesmo já desligado da instituição Sérgio Buarque tenha impulsionado, juntamente com A. Meyer, a publicação do *Literatura européia e idade média latina*. Sobre o Instituto Nacional do Livro, ver: OITICICA, Ricardo*. O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: a academia brasílica dos rejeitados*. Rio de Janeiro (RJ), 1997. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, PUC/RJ. Sobre o papel de Sérgio Buarque como editor, ver: CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa*. Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, critica literária, história e política.* Campinas (SP), 2003. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
[14] HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Instituto Nacional do Livro, 1952.
[15] Como pode ser visto em vários trechos da *Antologia*, dentre os quais destaco as descrições da flora paradisíaca da América portuguesa dispostas de modo muito semelhante em autores como Manuel Botelho de Oliveira (p. 115-117), Manuel de Santa Maria Itaparica (p. 153-6) e Santa Rita Durão (p. 182-183). As indicações de páginas remetem a segunda edição da *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*, *op. cit*.
[16] Cf. CANDIDO, Antonio. Introdução. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense. 1991. p. 9. Foram publicados desta coleção apenas os volumes *Prosa de Ficção* de Lúcia Miguel-Pereira, e *Literatura oral*, de Luís da Câmara Cascudo, respectivamente em 1950 e 1952.
[17] Sérgio Buarque utilizou os comentários críticos que fez no final da *Antologia* como base de alguns comentários em seus textos que foram publicados como *Capítulos de literatura colonial*, como, por exemplo, os comentários à *Prosopopéia*, de Bento Teixeira na p. 492-3 da segunda edição da *Antologia* e p. 40-1 de *Capítulos de literatura colonial* , *op. cit*..

Inimigos na Noite: Política Externa, Cultura Política e Imaginário nos EUA, na Segunda Guerra Fria, através das histórias do *Batman*

Thiago Monteiro Bernardo[1] - PPG-UFF

Este texto faz parte de meu projeto de mestrado em História, na Universidade Federal Fluminense, orientado pela Professora Ana Maria Mauad Essus. Nele, procuramos estabelecer as relações entre a política externa e o imaginário norte-americano. Buscamos aqui elaborar as linhas mestras, do imaginário sobre os medos e desejos de segurança da sociedade norte-americana ao longo da segunda administração de Ronald Reagan (1985-89), através da análise do arco de histórias em quadrinhos (HQs) *Morte em Família* (*Batman: a Death in the Family*)[2], do personagem *Batman*, da DC Comics.

Nossa tese central é que este imaginário sobre a ameaça – demarcado pela retórica do anticomunismo e da bipolaridade, característicos do ambiente cultural e político da II Guerra Fria[3]– incorporou as suas categorias simbólicas novos e importantes elementos do jogo político internacional como a escalada armamentista nuclear e a ascensão do fundamentalismo islâmico. Revela-se assim um contundente diálogo entre o campo cultural e a conjuntura política, cuja dinâmica é essencialmente não linear e harmônica, reverberando os ruídos de diferentes disputas entre culturas política. Com o objetivo de sistematizar nosso recorte analítico, focaremos nossas atenções ao redor de duas constelações simbólicas, bastante caras à cultura política dos Estados Unidos, a de *herói*/*vigilante*, e seu contra-ponto, a de *vilão/ameaça* articulados ao *Mito da Fronteira*.

A construção da *Fronteira* é um dos mais importantes e antigos mitos políticos dos EUA. Segundo Richard Slotkin[4], através deste mito elaborou-se uma narrativa histórica sobre o papel das lutas de demarcação da fronteira na construção da comunidade nacional dos EUA, seja na separação da metrópole, através da Revolução Americana, ou pela da expansão territorial para o *Oeste*. Uma história onde os imigrantes europeus, retirados de suas comunidades de origem teriam sido trazidos para a *wilderness*[5], na América, com a missão de construir uma nação.

Separado de suas raízes morais e imerso na provação do ambiente selvagem, o caráter deste homem seria testado e moldado pela experiência da vida na fronteira, levando-o a um estado de regressão temporária, superado com a regeneração e a redenção espiritual, conseguida através da vitória na guerra contra a *wilderness*. Encenado através do Mito da fronteira, o desenvolvimento do progresso se faz em um cenário desenhado pela ação da violência contra as ameaças da *wilderness*, no qual as representações de fortuna e a salvação do espírito norte-americano são vividas de formas ritualizadas e divididas em diferentes capítulos de uma narrativa mítica. Embora, esteja alocada em uma temporalidade de longa duração, esta narrativa assume diferentes formas representacionais de heróis e vilões no curso da história norte-americana no século XX, estando presente na concepção do *Batman*. Criado em 1939, por Bob Kane, entre outros[6], o universo e a origem deste personagem são reveladores de uma visão sobre ameaças características da modernidade, onde o crime, a perda e a morte – tragédias diárias em um cotidiano urbano assumem o lugar da *wilderness*, que cerca e ameaça a comunidade, testando seus valores. *Batman* é a encarnação do arquétipo do herói da fronteira. Tendo mergulhado nas trevas, assistindo a morte de seus pais na infância, ele trás para si elementos da própria *wilderness* afim de enfrenta-la e sobrepuja-la numa guerra constante. Um herói que age sob o signo do medo para combater o medo, utilizando o temor provocado pelo símbolo do morcego para combater outros temores urbanos.

Era Reagan, Bipolaridade e Novos Inimigos:

De forma geral, podemos dizer que as duas décadas que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial nos EUA, foram marcadas pela prosperidade econômica e pela confiança no sentido da missão e da experiência norte-americana. Iniciava-se o período que viria a ser conhecido como a chamada “Era de Ouro” do capitalismo[7]. O modelo de sociedade industrial capitalista norte-americano se tornou um paradigma mundial, com a incorporação da lógica do sistema fordista a setores produtivos muito mais amplos que a industria automobilísticas, construindo um novo estilo de vida e reordenando as redes de relações sociais. Correlacionado a este

projeto, temos a ampliação do Estado de Bem-Estar Social, o que promove uma sensação de segurança e estabilidade em relação a uma possibilidade de infortúnio. Observa-se também neste período uma explosão tecnológica, que afluiu na construção de uma cultura de consumo na forma de uma série de revoluções culturais e comportamentais[8], que viriam substancializar o idealtipo modo de vida americano. Um modo de viver que serviria de argamassa para a consolidação de um imaginário nacional sobre a imagem dos Estados Unidos e de sua experiência política, que mais do que um resultado conjuntural, seria a própria transcrição de uma missão e um destino.

Contudo, esta "era de prosperidade" conheceu seu fim nas décadas de 1960 e 1970, com o crescimento de movimentos anti-sistêmicos nos EUA. O futuro, que parecia dourado foi permeado por uma densa atmosfera de ansiedade e incerteza, colocando o sentido de missão da nação norte-americana em xeque. Este ambiente de crise e perturbação era cada vez mais forte, sendo alimentado por uma poderosa combinação de fatores internos e externos, como Guerra do Vietnã (1964-1975) e o escândalo Watergate (1972). Em linhas gerais, observasse a composição de um quadro geral de ruptura e desgaste no projeto de nação que fora estabelecido nas décadas anteriores. A confiança no Establishment norte-americano estava definitivamente abalada. Como nos indica Gerstle[9], análises oriundas de diversos setores, previam que os tempos de grandeza econômica, cultural e política da América estariam definitivamente encerrados.

Este desencanto com a missão norte-americana e mal-estar sobre a funcionalidade da guerra, apareceu de forma dialogada em diferentes aspectos da cultura norte-americana, tais como o cinema e o *Rock and Roll*, chegando também às histórias em quadrinhos[10]. Cada vez com maior freqüência, temas como a Guerra do Vietnã, os protestos da juventude nos campus universitários, a luta pelos direitos civis, o feminismo e o ambientalismo, eram trazidos para dentro do universo temático dos super-heróis. Como nos aponta Wright, a cultura jovem tornou-se um espaço para o questionamento da autoridade. Estabelecia-se, deste modo, uma nova

concepção sobre as histórias em quadrinhos, que "traziam agora temas e imagens mais sofisticados, os quais leitores de varias idades poderiam apreender em diferentes níveis"[11].

Esta ruptura foi especialmente sentida por personagens que se identificavam com a missão dos EUA de guardião da liberdade e da democracia, como o *Capitão América* (*Captain America*), os quais questionam suas ações e o esvaziamento de seu papel como herói, em um mundo, agora visto como dominado pela injustiça, pela ganância, e pelas guerras. Um mundo onde os novos heróis seriam os que se rebelavam contra a guerra, e não o supersoldado da II Guerra Mundial[12]. Cambaleante e caminhando sozinho pelas ruas, *Capitão América* constata por fim que "gastei meu tempo de vida defendendo a bandeira... e a lei! Talvez eu devesse ter lutado menos e questionado mais!" [13]. Paralelo a este movimento, observa-se também à incorporação de novos gêneros narrativos, advindos do cinema e da *cultura pop*, além do surgimento de personagens marcados por atitudes violentas, como *Wolverine* (1974) e *Justiceiro* (*Punisher*, 1974), que agem de forma individualizada e descrente das instituições e do Estado.[14]

Em resposta a esse período de crise, surge, no início da década de 1980, no campo da direita norte-americana um programa que pretendia restaurar o orgulho e o poder nacional, unindo em uma mesma semântica discursiva, o anticomunismo e a necessidade de investimentos militares e da confrontação armada dos inimigos dos EUA no mundo[15]. Este programa, encampado pelo Partido Republicano, encontrou no ascendente político Ronald Reagan um de seus maiores defensores. Com uma propaganda alicerçada em uma mensagem de otimismo, proposta de consenso e confiança no futuro, Reagan ganha a confiança do eleitorado e vence as eleições presidenciais de 1980, sendo reeleito em 1984.

A violência e a guerra, geradora de crise e mal-estar, combatida nos anos de 1970 foi reabilitada pelo discurso conservador e retorna a cena política como atribuição do sentido de missão da nação norte-americana. Da mesma forma, o anticomunismo serviu de tônica para que internamente, fosse aplicado um choque econômico neoliberal, com um progressivo desmonte das redes de anteparos sociais, construídas pelo Estado de Bem-Estar Social

Rooseveltiano. Através de diversas incursões armadas, se evocava e resignificava elementos profundos da cultura política norte-americana. Utilizava-se o mito da fronteira como um chamado a nação em um grande esforço para derrotar os inimigos da América, provocando uma nova corrida armamentista nuclear. A chamada *Doutrina Reagan*, se revelou capaz tanto de mobilizar um ideal nacionalista conservador, quanto de dar munições para o escândalo do *Irã-Contra*, que marcou o segundo mandato de Reagan (1985-1989).

Foi diante deste cenário cultural e político que a DC Comics publicou, entre dezembro de 1988 e janeiro de 1989, o arco de histórias "*Morte em Família*". Dividido em 6 capítulos, este arco de histórias marcou época no gênero das revistas em quadrinhos por contar a morte do *Robin*, o adolescente, parceiro de *Batman* no combate ao crime nas mãos do vilão *Coringa*. Contudo, o *Robin* assassinado nesta história, não era *Dick Grayson*, que fora criado em 1940 e que por quatro décadas atuou como parceiro mirim do Batman. Este havia deixado o manto de *Robin*, para assumir a identidade de *Asa Noturna* (*Nightwing*, 1984)[16]. O personagem assassinado seria a então versão corrente do personagem, *Jason Todd*, criado em 1983 para assumir o lugar de *Dick Grayson* como *Robin*. Independente de ser *Dick Grayson* ou *Jason Tood*, o que estava em jogo em "*Morte em Família*" era a morte do *Robin*, ícone da *cultura pop*, o que deu um estatuto e um tratamento diferenciado a este arco de histórias, tanto pela mídia, quanto pelo conjunto de *fans* e leitores de HQs. Além disso, a política externa norte-americana ganha um lugar vital no roteiro deste arco de histórias, com o deslocamento do campo de ação – e por assim dizer do próprio lugar da Fronteira – de *Gotham City* para cenários internacionais, como o Oriente Médio, a África e a ONU, inserindo, na retórica da Guerra Fria, novos elementos.

"Morte em Família" se inicia com *Batman* afastando *Jason Todd* da função de *Robin*, pois agia de forma agressiva e imprudente. Revoltado, *Jason* vagueia por sua antiga vizinhança, uma região assolada pela miséria e pela criminalidade em *Gotham City*, sendo reconhecido por uma antiga amiga de sua mãe, que lhe entregou uma caixa onde ela havia guardado alguns documentos da família *Todd* até então desconhecidos por *Jason*. Através destes documentos,

descobre que sua verdadeira mãe ainda poderia estar viva. Com a ajuda do computador da *batcaverna*, *Jason* determinou a posição de cada uma delas a localização de três mulheres que poderiam ser sua mãe e parte escondido em uma viagem internacional para encontra-las. Em uma trama paralela, o *Coringa*, perseguido por todos os órgãos de segurança do EUA, decide fugir e vender um Míssil, carregado com uma ogiva nuclear, roubado por ele para terroristas libaneses, sendo, contudo, perseguido pelo *Batman*, que coincidentemente acaba encontrando *Robin* em Beirute. Reunindo forças, *Batman* e *Robin*, impedem que o míssil seja disparado contra Israel, sem conseguir, contudo, capturar o *Coringa*.

Batman resolve ajudar Jason e sua busca pela mãe e após, enfrentam a assassina *Lady Shiva* em um campo de treinamento de terroristas, partem então para a Etiópia, para encontrar a última das três mulheres, *Dra. Haywood*, que se revela como a verdadeira mãe de *Jason*. O que eles desconheciam é que ela teria sido coagida pelo *Coringa* a se envolver num plano para roubar os suprimentos médicos e substitui-los por uma carga de letal "gás do riso". Traindo *Jason*, que revela sua identidade secreta, com a intenção de ajuda-la, ela o entrega para o *Coringa*, que após espancar *Robin*, mata mãe em filho com uma explosão, enquanto *Batman* tentava impedir que a carregamento de gás contaminasse centenas de pessoas em um campo de refugiados. Durante os preparativos de sua fuga da Etiópia, o *Coringa* é convidado, pelo próprio Aiatolá Khomeini, para ser o embaixador do Irã na ONU. Estava orquestrada uma grande ação terrorista. Nesta reunião de novos e antigos inimigos dos Estados Unidos, se planeja um ataque contra a Assembléia Geral das Nações Unidas, o qual acabaria sendo frustrado pela ação conjunta de *Batman* e *Superman*.

A estrutura narrativa de *Morte em Família* apresenta duas concepções distintas sobre ameaças a nação, o *Coringa*, com uma arma nuclear, e a movimentação do fundamentalismo terrorista islâmico, revelado na procura de *Robin* por sua mãe, que se aproximam cada vez mais, até sua fusão no trágico clímax da história. Já em uma de suas primeiras cenas, ainda ambientada em *Gotham*, com a fuga do *Coringa* e seus planos de se inserir no comércio internacional de

armas, observamos reflexos da incerteza provocada pela nova corrida armamentista e a possibilidade de um conflito nuclear, durante a década de 1980. Um artefato nuclear, surge de maneira incógnita nas mãos do mais perigoso, insano e tradicional inimigo de *Batman*; uma arma que não é entendida como um instrumento de defesa. Ao contrário, independente de estar dentro ou fora dos EUA, sua existência é uma *ameaça em si*. Desviada por um militar, sem registros oficiais, converte-se em um perigo que subverte qualquer padrão de previsibilidade de ataque ou lógica de tratado de defesa.

A trama segue, levando-nos ao destino da que será dado a esta arma. Em uma seqüência marcada por intensas cenas de ação, vemos *Coringa* negociando, no Líbano – epicentro dos conflitos envolvendo os EUA no oriente médio – a venda do míssil nuclear a terroristas islâmicos. Apresenta-se como uma nova e poderosa ameaça, seja através de terroristas ou através de um Estado Fundamentalista Islâmico, onde o Oriente Médio aparece como um lugar central no jogo de forças políticas e estratégias nesta nova fase da Guerra Fria. A inteligibilidade das representações sobre as relações entre os EUA e o restante do mundo se faz na forma de um conjunto simbólico complexo, entre esta conjuntura política com narrativas míticas de longa duração. Um exemplo bastante sintomático deste processo pode ser visto quanto *Batman* e *Robin* invadem uma célula de treinamento terrorista libanês. O duelo entre o herói e contra *Lady Shiva*, mercenária que treinava os terroristas evoca as imagens míticas da conquista do Oeste e da vida na Fronteira, nesta fala do protagonista: "É muito parecido com ser um pistoleiro no Velho Oeste. Quando se é o melhor, todos os idiotas querem tirar seu título"[17].

Por fim, temos a fusão completa entre estas duas imagens sobre o inimigo e sinaliza a cerca das transformações do imaginário sobre a política externa nos anos seguintes ao fim da Guerra Fria. Após ter atingido o ápice de sua perversidade, com o assassinato de *Robin* e atentativa de matar centenas de refugiados etíopes, o *Coringa* assume o cargo de embaixador do Irã. Utilizando a Assembléia Geral da ONU como passarela para sua encenação de terror,

Coringa surge representado com vestimentas árabes para falar aos delegados. Aliado a essa fusão visual, o discurso do *Coringa*, pouco antes dele anunciar seu ataque com explosivos e armas químicas à Assembléia Geral é bastante expressivo sobre essa união entre antigos e novos inimigos. O Irã é equiparado com este vilão, apresentando-se como um grande perigo para a segurança da ordem democrática em todo mundo, desrespeitando as leis internacionais, em um tom jocoso, reforçado pela representação do *Coringa* como um palhaço.

---

[1] Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF e pesquisador do Núcleo de Estudos Contemporâneos – NEC.

[2] Optamos por, sempre que possível, colocar os títulos das histórias e o nome dos personagens traduzidos para o português, seguido, do nome original em inglês entre parênteses.

[3] Utilizo aqui a denominação II Guerra Fria como, para caracterizar a retomada da polarização entre os EUA e a URSS a partir do fim da *Detente*. MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva. (Org.). *O Século Sombrio*: Ensaios Sobre as Guerras e Revoluções do Século XX. 1a.ed. Rio de Janeiro, 2004, v. , p. 261-281.

[4] SLOTKIN, Richard. *Gunfighter Nation*: The Myth of the Frontier in Twentieth-Century America. Norman: University of Oklahoma Press, 1998.

[5] Na ausência de um conceito em português que pudesse transmitir todos os diferentes sentidos e imagens de *wilderness*, manteremos a expressão em inglês. A etimologia do termo, segundo o dicionário Oxford On-line se remete a uma terra habitada por animais selvagens, tendo sua origem relacionada à fusão das expressões wild (natural/selvagem), com *deer*, (cervídeos).

[6] BROOKER, Will. *Batman Unmasked*: Analyzing a cultural Icon. New York: Continuum, 2000.

[7] HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Extremos*: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995

[8] LEUCHTENBURG, William E. *Cultura de Consumo e Guerra Fria*. In: LEUCHTENBURG, William E (org.). *O Século Inacabado*: A América desde 1900. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. 2 v.

[9] GERSTLE, Gary. American Crucible: Race and nation in the twentieth century. Princeton: Princeton University Press, 2002.

[10] Não podemos perder de vista o diálogo entre estes meios. O personagem de Peter Fonda em Easy Rider atendia pelo nome de *Capitão América*. Bandas de Rock anunciaram seus discos nas páginas de histórias em quadrinhos e gravariam músicas com personagens das HQs.

[11] WRIGHT, Bradford W. *Comic Book Nation*: The Transformation of Youth Culture in America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p.233.

[12] Uma análise mais aprofundada a cerca do personagem Capitão América e do lugar de memória da II Guerra Mundial no imaginário da Guerra Fria, pode ser encontrada em: BERNARDO, Thiago Monteiro. *Supersoldados e Nação*: Uma análise das representações de heróis e vilões nas histórias do Capitão América, nos EUA da década de 1960. Rio de Janeiro : UFRJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004.

[13] "The Sting of the Scorpion". *Captain America* 122. New York: Marvel Comics, February, 1970.

[14] BERNARDO, Thiago Monteiro. *História em Quadrinhos e Política*. IN**:** Silva, Francisco Carlos Teixeira da (org.). ENCICLOPÉDIA DE GUERRAS E REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 450-453.

[15] GERSTLE, Gary. American Crucible: Race and nation in the twentieth century. Princeton: Princeton University Press, 2002.

[16] *The Unofficial Guide to the DC Universe*: http://www.dcuguide.com/index.php

[17] *Batman*: a Death in the Family. New York: DC Comics.

Orlando Ferreira: o boca do inferno da Farinha Podre[1]

Thiago Riccioppo - UNIPAC

Centrando-nos na conjuntura histórica de Uberaba, Minas Gerais, entre os anos de 1912 e 1949, propomos sopesar o ambiente das formulações das idéias, argumentos e posições, analisando as vicissitudes do transcorrer histórico de um personagem bastante emblemático e eclético em sua vida e obra: o intelectual uberabense chamado Orlando Ferreira, popularmente conhecido na cidade como "Doca", que produziu suas principais obras entre os anos de 1919 e 1948. Essas obras têm um forte caráter polemizador, englobando diversos temas tais como: o anticlericalismo, críticas às elites políticas locais, aos esportes, defesa do marxismo, do comunismo e do espiritismo. Pretendemos identificar suas principais idéias e entendê-las no contexto histórico do período, confrontando-as com as idéias e posturas da Igreja, principal alvo de suas críticas. Em meio a um conjunto de argumentos e temas variados, em uma pesquisa mais ampla buscou-se traçar uma linha do pensamento de Orlando Ferreira e encontrar a coerência de seus argumentos, seus impactos e seu significado. Desta forma, temos por objetivo último apreender como as concepções e visões de mundo de Orlando Ferreira estão imbricadas às mentalidades, que se mostram às vezes como únicas, estabelecendo um intercâmbio da micro-história com a macro-história, no que se refere ao imaginário político do interior do Brasil do período proposto.

Compreendemos que um estudo sobre a vida e obra de Orlando Ferreira nos leva a objetivar o conteúdo profundo de que tratam suas obras e em que medida tais obras se configurariam enquanto uma expressão da luta anticlerical. Para isso torna-se importante estender a visão do papel da Igreja Católica no Brasil durante os primeiros anos da República, uma vez que a atuação de uma parte de clérigos e católicos era posta pelo conservadorismo, quando se sentiam ameaçados frente a uma nova configuração de poder atribuída à Igreja Católica, posteriormente ao desmembramento desta com o Estado

Republicano. Nessa expectativa, podemos destacar a obra da historiadora Teresa Malatian,[2] no ponto em que enfatiza o fato de o antagonismo entre o poder católico e o ideário liberal ter se manifestado primeiramente ainda no Estado Imperial, durante a propaganda republicana, em uma disputa pela preponderância do poder *sagrado e temporal*, do Estado e da sociedade com o poder da ordem divina. Com a proclamação da República, a política de separação Estado/Igreja efetivou-se. Assim, devido a laicização de estrutura política frente à sociedade, uma parte de membros da Igreja Católica começaram a esboçar reações que, segundo uma leitura atual, poderiam ser classificadas como que marcadas por ressentimentos, o que fez ganhar força um discurso antiliberal, criado pela constatação da perda de poder político e de mediação social.

O recorte inicial é o ano de 1912, quando foi criado o *Círculo Católico* em Uberaba – mais especificamente no dia 24 de março de 1912 – o qual tivera como fundador e eleito presidente o médico Dr. João Teixeira Álvares. Este recorte se justifica, pois, em nossa análise, essa entidade, além das intensas atividades religiosas, expôs um caráter corporativo, e como demonstra José Bilharinho[3], inclinou-se a ações de intolerância. O *Círculo Católico* contava ao todo com 120 sócios, a maioria deles representados por membros da elite e de uma incipiente classe média uberabense.

João Teixeira Álvares levou uma vida bastante intensa, marcada por intempestividades, como envolvimentos em crimes violentos; sucessos e erros médicos. Socialmente era uma figura de expressivo status na sociedade brasileira. Nutria de extravagâncias singulares, mantinha uma intensa devoção e admiração pelo Visconde de Ouro Preto, ex- ministro da Marinha e da Fazenda no governo Imperial. Mesmo após a Proclamação da República, percebemos que João Teixeira Álvares, manteve uma intensa vontade articuladora de restauração do período monárquico, e em março de 1900, foi membro do grupo que se voltou para reorganizar o Partido Monarquista local, como demonstra Hildebrando Pontes, reestruturado com o seguinte diretório:

Presidente, dr. João Caetano de Oliveira e Souza.

> *Membros: Monsenhor Inácio da Silva, dr. João Teixeira Álvares, padre Pedro Ribeiro da Silva, major Francisco Antonio Machado, capitão José Afonso Rato e coronel Vicente Francisco de Macedo.*
>
> *Em 16 de fevereiro do ano seguinte o diretório deste partido estava assim:*
>
> *Presidente: dr. João Caetano de Oliveira e Souza; 1º vice-presidente, Barão de Saramenha; 2ºvice-presidente, Cônego Inácio Xavier da Silva; 1º secretário, Dr. João Teixeira Álvares; 2º secretário, de. Crispiano Tavares.*
>
> *Membros: José Afonso Rato, major Francisco Antônio Machado, coronel Raimundo Soares de Azevedo e major Higino Plácido Cassimiro de Araújo.*[4]

A admiração de João Teixeira Álvares em projetos monarquistas o colocou como presidente e articulista da filial em Uberaba da *Sociedade de Referência a memória de D. Pedro II*. Era constante que o médico e alguns membros da sociedade e promovessem eventos saudosistas de referência ao Império, como no trecho abaixo:

> *Em 1913, no dia 10 de julho, viveu a sociedade uberabense um dia especial, dedicado a uma grande artista e à própria arte desta cidade. Foram inaugurados naquela data, na residência do médico e de autoria de Joaquim Gasparino, seis bustos: de Dom Pedro II e de sua venerável esposa, a finada Imperatriz do Brasil, D. Tereza Cristina; do conde D´Eu e sua consorte a Ser.a condessa D´Eu, a Redentora; do Príncipe D. Luiz e sua Sra., Princesa Pia Bourdon.*[5]

No ano de 1917 João Teixeira Álvares publica no jornal *Lavoura e Comércio* uma série de artigos enfeixados mais tarde em um livro chamado *Seita Maldita*,[6] no qual ele atacava o espiritismo, e se colocava a favor de uma jurisdição republicana que proibisse e perseguisse os adeptos do espiritismo – considerados por ele como uma seita de sectários e asseclas, inimigos da religião e da moral – e incentivava a polícia a perseguir e fechar todos os centros e escolas espíritas do país.

Posteriormente à publicação de *Seita Maldita*, Orlando Ferreira publicou seu primeiro livro, no ano de 1919, intitulado *Pela Verdade: Catolicismo x Espiritismo*. Esta obra foi uma resposta direta a João Teixeira Álvares. Seu conteúdo sai na defesa do espiritismo

buscando demonstrar como o catolicismo fanatiza as pessoas. Para isso ele traça um paralelo entre o Materialismo e o Fatalismo. Desta maneira Orlando Ferreira demonstra que o catolicismo seria responsável pelo atraso do povo brasileiro, criticando o dogma da resignação o qual manteria o povo inerte. entende que o fatalismo seria a crença na resignação, já o materialismo, a possibilidade que o Espiritismo tem de demonstrar cientificamente a vida após a morte na reencarnação. Para isso ele cita várias "provas" do que ele denomina existência do Espírito.

Em 5 de abril de 1924, a sessão da Câmara uberabense aprova a vinda da Fundação pedagógica protestante *Grambery*, segundo nos demonstra José Bilharinho[7]. Mediante a aprovação da instalação dessa instituição na cidade de Uberaba, os católicos foram convocados pelo clero a se reunirem na igreja matriz para protestar contra a iniciativa aprovada pela Câmara. A partir de então, foi publicado no jornal *Lavoura e Comércio* uma série de artigos de cunho contrário ao protestantismo e em defesa do catolicismo, para que os católicos da cidade se unissem a fim de impedir a instalação da Fundação. Devido à pressão desses católicos, a lei aprovada no dia 5 de abril foi revogada pela Câmara, concretizando a interdição da instalação desta Fundação na cidade.

Outra demonstração de intolerância contra o espiritismo foi a publicação pelo Bispo de Uberaba, Dom Frei Maria de Sant Ana, da Quarta carta pastoral[8] com o título *O ESPIRITISMO*. Nela, o bispo alerta para o perigo da propaganda espírita, que põe em risco a fé a salvação de muitas almas, produzindo violências que não são perseguições materiais, mas a hidra da heresia, uma vez que a "seita" maneja calúnias, o sofisma, a hipocrisia e a astúcia.

Um livro de Orlando Ferreira, bastante citado pelas pessoas que conviveram com ele, é o polêmico *Terra Madrasta: um povo infeliz*,[9] de 1928. Desta vez a luta anticlerical não é o principal objeto de ataque de Doca, mas sim a crítica centralizada na política do coronelismo e no governo mineiro, mostrando sua percepção do que ele denomina o *atraso de Minas Gerais*, criticando a cultura e o modo de vida do mineiro, fazendo também um

balanço de várias administrações municipais para comprovar sua incompetência. Em uma primeira leitura da obra, percebemos que sua crítica tem por objetivo difundir a idéia de anexação da região do Triângulo Mineiro ao Estado de São Paulo e, ainda, em segundo plano, continua travando sua luta contra a Igreja Católica. Finaliza atacando a Empresa *Força e Luz,* ratificando suas críticas à má gestão da cidade e seu atraso.

Fator importante que caracteriza a história uberabense – e que tem relação direta com o período em que viveu Orlando Ferreira – é a formação e consolidação de uma elite de criadores de gado que, em meados de 1875, introduziram os primeiros exemplares da raça zebu, trazidos da Índia. Dentro de um contexto histórico nacional, buscamos a compreensão dessa elite pecuarista uberabense em relação às oligarquias políticas que marcaram a Primeira República e a sua inclusão de poder político-social no âmbito local.

As duas obras seqüenciais que Orlando Ferreira escreve na década de 1930, são: *Capitalismo e Comunismo* e *Ilusão Capitalistas*.[10] Estas obras nos servem como fontes para discutir a interação de Orlando Ferreira com comunistas uberabenses. Em uma observação preliminar, percebemos que após os anos 30, Orlando Ferreira sofreu grande influência do marxismo, difundido em grande parte pela propaganda comunista soviética. A partir de então o marxismo e o comunismo estariam sempre presentes em todas as suas outras obras.

No ano de 1940, Orlando Ferreira publica uma obra intitulada *Forja de anões*,[11] cujo conteúdo tratava de fazer uma crítica à prática esportiva, sendo um misto de ironia e indignação escrita em tom panfletário. Para Jorge Arthur dos Santos,[12] Orlando Ferreira estava bem familiarizado com a literatura sobre educação física, e foi o único autor que criticou a prática esportiva fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

Orlando Ferreira reconhece em sua obra que o futebol já se havia popularizado por todo país e que poucos lhe dariam o ouvido ao publicar esta obra, mas, como relata Jorge Arthur dos Santos, Orlando Ferreira chega a enviar um exemplar dessa obra ao então ministro Gustavo Capanema, talvez com a esperança de convencer o "Poder" sobre os

efeitos nocivos que o futebol desencadearia na sociedade. Orlando Ferreira demonstrou total desapreço pelo futebol e outros esportes, considerados por ele violento. Para ele, a prática de esporte era causadora de uma série de doenças cardiovasculares, doenças no aparelho respiratório e impotência sexual. Novamente contra o futebol, ele demonstra que a sua essência é a violência e que jogadores são como soldados em campo de batalha, atribuindo essa característica ao fato do futebol ter nascido na Inglaterra, culpando esse país por sua ação imperialista no mundo.

A última obra publicada por Orlando Ferreira é o livro *Pântano Sagrado.*[13] De todas as obras publicadas por ele, essa foi a que causou maior polêmica na cidade. Este livro segundo o próprio autor trata-se de uma obra de combate ao clericalismo católico, transparecendo uma justa diferença para ele entre o cristianismo e o papel historicamente negativo da Igreja Católica. Assim, o autor, afirma que Cristo era um verdadeiro revolucionário, lutou contra tudo e todos, demonstrando que era uma pessoa simples, pois suas idéias eram defendidas e praticadas no mundo de perversão moral e habituado à presença somente dos atos abomináveis. Em *Pântano Sagrado* o autor faz uma comparação entre o materialismo histórico cristão e o materialismo histórico de Marx, demonstrando que o capitalismo é um monstro destruidor de personalidade o grande estimulador do ódio, das rivalidades, das guerras e dos crimes de toda espécie. Argumentando que Igreja, ao combater o comunismo, demonstrava todo o seu apego materialista, Orlando Ferreira aprofunda suas teses criticando vários clérigos locais, dentre eles o seu maior inimigo, o bispo Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, considerado por ele o inquisidor moderno. O livro contém várias sátiras contra o bispo e o papa Pio XII, que ele chama de um monstro do Vaticano. Ao longo desta obra os ataques contra Dom Alexandre Gonçalves do Amaral são variados. O *Pântano Sagrado* também faz elogios ao espiritismo e ao protestantismo, como já vinha se mostrando anteriormente.

É importante salientar que as publicações de artigos deste bispo no Jornal Correio Católico, principalmente nos anos 40, eram comumente marcada pela intolerância

que atingia em seus discursos principalmente a maçonaria, o espiritismo que já havia se enraizando fortemente na região, maçonaria, rotary club e comunismo.

O Bispo Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, após a publicação deste livro, abriu um processo contra Orlando Ferreira, cujo resultado final fez com que o réu fosse obrigado, a se retratar socialmente, assumindo formalmente em jornais da cidade pedindo desculpas e que não mais escreveria nenhuma obra de cunho anticlerical, em qualquer que língua que fosse, e publicada em qualquer lugar do Brasil e do exterior. Os livros foram retirados da gráfica – tipografia espírita denominada *A Flama* – e queimados posteriormente. Dom Alexandre, em um artigo publicado no jornal *Correio Católico*,[14] convocou vários membros da sociedade a comparecerem para uma retratação pública dos inimigos da fé, em uma ocasião que lotou o cine teatro metrópole.

Em uma pesquisa propomos analisar os argumentos de Orlando Ferreira, buscando perceber como se deu esse retorno às críticas a seus antigos rivais, no sentido de tentar entender de que maneira isso se coloca dentro do conjunto de seu pensamento; ao falar de tantos assuntos e se envolver com vários tipos de pessoas, com idéias em alguns pontos conflitantes, fez-se notória a necessidade de verificar criticamente em que medida isto representaria uma série de rupturas ou, talvez, algum tipo de coerência interna.

Como sucintamente observamos, Orlando Ferreira demonstra uma mescla bastante eclética em sua jornada intelectual, o que ora nos parece bastante interessante de se analisar, com o objetivo de fornecer elementos para traçar um perfil de sua idealização, que em muitas circunstâncias parte de um estilo panfletário, buscando em sua vontade de mudança, caracterizada pela rebeldia.

As relações conflituosas do papel social exercido pelo sujeito em sua ação traz a emergência da busca de um momento na estrutura da vida cotidiana. O entendimento do problema entre a tradição e a mudança à nova perspectiva pode ser colocado dentro de uma assimilação hierárquica de valores, o ponto em que ela é afirmada e o ponto em que

ela é negada pelo homem em questão. Assim, o modo prático da ação social depara-se com a complexidade das relações, das reações e da própria inserção social estereotipada. A vontade da construção da ordem coloca o limite à incorporação e à admissão. A intolerância é, portanto, uma inclinação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado. A ânsia em por termo a ambivalência na ordem positiva comanda a relação coletiva e individual, expondo como resultado a polarização de posicionamentos.

---

[1] O termo Farinha Podre a que me refiro é uma alusão a região do Triângulo Mineiro, sudoeste de Minas Gerais, que no século XVIII era conhecida pelos os viajantes que ali passavam como Sertão da Farinha Podre.
[2] Cf. MALATIAN, T. **Império e Missão:** um novo monarquismo no Brasil. São Paulo: Comp. Nacional, 2001. passim
[3] Cf. BILHARINHO, J. S. **História da medicina em Uberaba.** Vol: 2.Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1982. passim

[4] PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização do Brasil Central**, Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1979, p.142.

[5] BILHARINHO , op. cit, nota 03. p. 319.
[6] TEIXEIRA, J.T. Seita Maldida. **Lavoura e Comérico,** Uberaba, 07 de out. 1917. Boletim do Círculo Católico. N 1.

[7] BILHARINHO , op.cit, nota 05. p..319.

[8] SANT'ANA, Luiz Maria. **Quarta carta pastoral**: O ESPIRITISMO. Uberaba: Tip. Correio Catholico, 1932.
[9] FERREIRA, O. **Terra Madrasta**: um povo infeliz. Uberaba: O Triângulo, 1928.

[10] Ainda não tivemos acesso a essas obras, entretanto soubemos que se encontram exemplares delas na Biblioteca de Direito da Universidade de São Paulo.

[11] Id. **Forja de anões.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940. passim.
[12] DOS SANTOS, J. A. **Intelectuais e critica a prática esportiva:** 1890 –1947. 2000. 217 fls. Dissertação (mestrado em história social). USP, São Paulo.

[13] Cf. FERREIRA, O. **O Pântano Sagrado.** Uberaba: A Flama, 1948. passim.

[14] AMARAL, A. G. "Desagravo a D. Alexandre Gonçalves", In: **O Correio Católico**. 17 de set. de 1949.

O Brasil e o Conflito das Falklands/Malvinas

Tomaz Espósito Neto[i] - PPG-PUCSP

Introdução

No início da década de 80, o embate militar pela posse de um arquipélago, localizado nos confins do oceano Atlântico, colocou em lados opostos dois antigos parceiros: Inglaterra e Argentina.

No dia 2 de abril de 1982, as tropas argentinas invadiram, de surpresa, as ilhas Falklands/Malvinas, desafiando a soberania britânica sobre o território, e ferindo, conseqüentemente, os princípios do Direito Internacional Moderno, expressos na Carta de São Francisco de 1947,[ii] que rege as normas da boa convivência da Sociedade Internacional[iii] e da qual ambos os países, Argentina e Inglaterra, são signatários.

A Inglaterra sagrou-se vencedora desta guerra[iv] pelas ilhas Falklands/Malvinas, após 74 dias de combates sangrentos, os quais resultaram em inúmeras vítimas e inestimáveis prejuízos de ordem financeira, material e psicológica aos envolvidos no embate militar.

Salientamos que a Guerra das Falklands/Malvinas não envolvia a lógica da Guerra Fria, pois ambos os países reiteradamente afirmavam-se integrantes do Bloco Ocidental Capitalista, que era capitaneado pelos Estados Unidos.

Segundo fontes bibliográficas variadas, diversos foram os motivos desta guerra, destacando-se entre eles as questões de ordem econômica, geográfica, histórica e política.

Na arena econômica, o elemento detonador das tensões foi à ocasião das descobertas de potenciais reservas de hidrocarbonetos no arquipélago, as quais, conforme especulações da época, seriam maiores que as reservas de petróleo da Venezuela.[v]

No campo da geografia, a posse das ilhas poderia garantir o controle do Estreito de Magalhães, o qual liga os oceanos Atlântico e Pacífico, podendo respaldar, também, as reivindicações territoriais de ambos os Estados sobre a Antártida.

A motivação histórica foi originada no conflituoso processo de imperialismo europeu, no qual as Armas das diversas potencias imperiais (Inglaterra, França, Espanha, entre outras) digladiaram-se militarmente pela posse do arquipélago. O assunto foi resolvido parcialmente em 1833, quando a Coroa Britânica tomou posse das ilhas, mantendo-as sob sua custódia até 1982, momento da invasão argentina.

As razões políticas, principalmente as de ordem interna, foram preponderantes para o desenlace do conflito. De um lado, o governo militar argentino antecipou os planos da invasão, no intuito de utilizar a conquista das ilhas como elemento de agregação e de união nacional da sociedade. Isto em razão do forte descontentamento da sociedade ante a repressão política, com a constante violação dos direitos humanos dos dissidentes e a fracassada política econômica e social do Processo de Reorganização Nacional.[vi]

Por outro lado, na Inglaterra, o governo Thatcher encontrava-se enfraquecido no âmbito interno, por causa de uma grave crise econômica e social. A invasão das Falklands/Malvinas ameaçava ruir a base do governo no legislativo, o que resultaria, provavelmente, na queda do gabinete da primeira-ministra. Ademais, o prestígio internacional de Londres encontrava-se em declínio desde a frustrada intervenção militar em Suez (1956) e a ida ao Fundo Monetário Internacional (1976), a fim de serem resolvidos gravíssimos problemas macroeconômicos.

A população das Falklands/Malvinas era, em quase sua totalidade, formada por cidadãos britânicos, os quais desejavam, e desejam, manter-se sob a soberania da Grã-Bretanha.

Ressalta-se, também, que outras potências (Venezuela, China, Espanha, entre outras) assistiam ao desenrolar da crise, indicando a possibilidade de virem usar a força para resolver litígios territoriais semelhantes (Guiana Inglesa, Gibraltar, Hong Kong, entre outros) com a Inglaterra.

A crise das Falklands/Malvinas, assim, permitiu que o governo Thatcher tivesse uma chance ímpar de recuperar prestígio e capital político, nacional e internacional.

A eclosão do um conflito bélico anglo-argentino colocou o Brasil em uma posição delicada, pois o país tinha desenvolvido relevantes laços econômicos e políticos com ambos os países em litígio. Ademais, a proximidade geográfica brasileira do teatro de operações militares do Atlântico Sul agrava ainda mais a situação.

Descrito o cenário, este trabalho tem como finalidade analisar a atuação do Brasil frente ao embate militar anglo-argentino pelo arquipélago das Falklands/Malvinas, apontando, também, algumas das conseqüências deste conflito para a comunidade internacional. Para tanto, o texto esta dividido em três partes: A primeira parte trata, brevemente, do Brasil do presidente Figueiredo; O segundo bloco aborda a atuação brasileira frente ao conflito; Por fim, a terceira parte aponta, em linhas gerais, as conseqüências da Guerra.

O Brasil do Presidente João Baptista Figueiredo

O Brasil, neste período, encontrava-se sob a administração do Presidente João Baptista Figueiredo, passando por um momento delicado de sua história. Por um lado, o país vivia um frágil processo de redemocratização política.[vii] Por outro, a economia brasileira passava por grandes dificuldades, oriundas da recessão da economia global, agravada pela instabilidade financeira e monetária mundial, pelo protecionismo tecnológico e comercial dos países ricos e pela crise energética, em especial em razão do Choque do Petróleo (1979) e da Guerra Irã – Iraque (1980 – 1988).

Na época, a diplomacia brasileira era conhecida como Diplomacia do Universalismo, a qual deu continuidade, em diversos aspectos, à política externa anterior, conhecida como Pragmatismo Responsável.

A política externa do governo Figueiredo era assentada na percepção de uma realidade internacional complexa e multifacetada, na qual o Brasil pertenceria de maneira concomitante ao Bloco Ocidental e ao Terceiro Mundo, não ocorrendo, na perspectiva do Itamaraty, uma contradição entre as posições e aspirações dos dois blocos.

Outro pilar da política internacional brasileira deste período era a percepção das autoridades brasileiras, em especial do ministro das Relações Exteriores, Sr. Ramiro Saraiva Guerreiro, que via o Brasil como um país integralmente latino-americano, com raízes africanas. Devendo, portanto, incrementar e fortalecer seus laços de solidariedade com a África e com a América Latina, baseando-se numa perspectiva de "identidade comum".

Percebemos, assim, que o Estado brasileiro buscou aproximar-se dos países com menor poder político e econômico, visando obter ganhos imediatos pela assimetria de forças entre o Brasil e os demais países latinos e africanos. Além do mais, o Itamaraty buscava construir coalizões internacionais, na intenção de pressionar os países do "norte desenvolvido" a estabelecerem uma ordem econômica e política internacional mais justa e democrática. A Conferência das Nações Unidas de Cancun, em 1981, foi um dos exemplos mais marcantes desta estratégia.

A Atuação Brasileira frente ao Conflito

O Brasil, como toda a comunidade internacional, foi apanhado de surpresa pelo engajamento militar argentino nas Falklands/Malvinas. O Ministro das Relações Exteriores encontrava-se em Nova Iorque, Estados Unidos,[viii] retornando de uma viagem ao Extremo Oriente. O embaixador do Brasil em Londres, Roberto Campos, estava em plena campanha política no Mato Grosso para as eleições para o Senado.[ix] Logo, podemos afirmar que as decisões diplomáticas brasileiras iniciais sofreram com a falta de dados sobre a real dimensão que o conflito poderia gerar.

No dia 2 de abril de 1982, em Nova Iorque, Saraiva Guerreiro anunciou, aparentemente sem consultar o Conselho de Segurança Nacional, que o Brasil sempre apoiou o direito argentino sobre as ilhas, desde a invasão britânica em 1833, e esperava que o litígio territorial entre os dois países fosse resolvido pelas vias pacíficas. O Estado

brasileiro aguardava o desenrolar dos fatos, torcendo para que não houvesse maiores deteriorações nas relações entre Buenos Aires e Londres.[x]

Notemos, antes de qualquer coisa, que não houve nenhuma condenação formal à ação empreendida pelas Armas argentinas. Essa atitude correspondeu a uma profunda quebra nas tradições da diplomacia brasileira de resolução pacífica de controvérsias, à luz do Direito e da arbitragem internacional.[xi]

Salientamos, contudo, que a tese de que o reconhecimento brasileiro da soberania argentina sobre as ilhas Falklands/Malvinas aconteceu em 1833 foi devidamente refutada pelo artigo do professor José Honório Rodrigues,[xii] baseado em documentos históricos da época.

Podemos afirmar, com base no livro do professor Amado Cervo, que o presidente Getúlio Vargas foi contrário à inserção do tema das Falklands/Malvinas no Tratado Interamericano de Defesa.[xiii]

Não encontramos o período exato do reconhecimento brasileiro da soberania de Buenos Aires sobre as Falklands/Malvinas. Entretanto, sublinhamos que nos documentos conjuntos, resultantes dos encontros presidenciais entre Brasil e Argentina, nos anos anteriores ao conflito, aparece, reiteradamente, o reconhecimento do direito argentino sobre a posse das ilhas.[xiv]

Conforme a Força Tarefa britânica aproximava-se das ilhas, e a possibilidade do conflito tornava-se iminente, a atitude oficial da diplomacia brasileira tornou-se cada vez mais dúbia e contraditória. Por um lado, publicitou, em diversas notas, um forte sentimento de repúdio ao uso da força e preocupação com a escalada da violência e seus riscos para a Sociedade Internacional, apelando aos países em litígio para que cumprissem a resolução 502 do Conselho de Segurança.

Por outro, a venda de armas, o apoio diplomático, ora velado, ora aberto, em organismos multilaterais (Organização dos Estados Americanos e Organizações das Nações Unidas), auxílio econômico e comercial à Argentina, entre outros acontecimentos,[xv]

permitem-nos afirmar que o Brasil não foi omisso[xvi] e não foi neutro,[xvii] pois apoiou a causa do país vizinho.

O auxílio brasileiro ao país vizinho, todavia, encontrava limites na dependência do Brasil do mercado britânico e, principalmente, da necessidade da economia brasileira de receber empréstimos da praça financeira de Londres.

A embaixada brasileira, sediada em Londres, foi compelida a lidar com imenso cuidado e tato com as pressões da opinião pública e das autoridades britânicas, amplamente contrárias às posições brasileiras.[xviii] Até a presente data, porém, não encontramos elementos que nos permitam constatar que a atitude do gabinete britânico foi muita além de incisivos e enfáticos protestos formais contra as ações brasileiras.

É interessante notar a intensa discussão no âmago da sociedade brasileira, em especial na imprensa escrita e na academia, sobre o tema do conflito das Falklands/Malvinas.[xix] A pluralidade de perspectivas e de pontos de vistas expressos por diversos acadêmicos e nos editoriais dos meios de comunicação, os quais muitas vezes colocavam-se contrários às posições oficiais do governo brasileiro, demonstrando que o país estava maduro e ansioso por maiores liberdades civis.

As Conseqüências do Conflito

Os resultados da Guerra das Falklands/Malvinas foram diversos, sendo os principais: a) alteração das percepções das diplomacias latino-americanas; b) enfraquecimento da solidariedade política e militar do continente americano, expresso na Organização dos Estados Americanos, em especial no TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca); c) derrocada do regime militar argentino e início do processo de redemocratização argentino; d) ampliação na mudança da balança de poder no Cone Sul; e) redução da influência do Ocidente, em especial dos EUA, na América do Sul; entre outros.[xx]

Considerações Finais

Este trabalho apresentou, sucintamente, a atuação do Brasil em um dos eventos mais marcantes da história da América do Sul, que mudou de maneira profunda as relações entre os atores governamentais no Continente Americano.

A temática desta inquirição cientifica será mais profundamente explorada na dissertação de mestrado, cuja produção encontra-se em andamento. Esperamos, em breve, trazer a público novas revelações sobre este assunto, tão pouco explorado pela academia brasileira.

Notas Finais

---

[i] Mestrando em História PUC-SP

[ii] Carta das Nações Unidas: Artigo 2 dispositivos 3 e 4:
"3. Todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.
4. Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas..."
Fonte: UNICEF (http://www.unicef.org/brazil/uncarta.htm. Acessado dia 27 de maio de 2005)

[iii] Por Sociedade Internacional, ou Sociedade de Estados, utilizamos a definição de Hedley Bull:
"Existe uma 'sociedade de estados' (ou 'sociedade internacional') quando um grupo de Estados, consciente de certos valores e interesses em comum, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto de regras, e participam de instituições comuns..." (**BULL, Hedley.** *A Sociedade Anárquica.* Brasília, Editora UnB, IPRI e São Paulo, IOSP, 2002, p. 19.)

[iv] Neste trabalho, o sentido de guerra segue a definição de Clausewitz: "A Guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade." (**CLAUSEWITZ, Carl Von.** *Da Guerra.* São Paulo, Editora Martins Fontes, 1996, p. 3.)

[v] **MARGHERITIS, Ana.** *Os Recursos Energéticos das Ilhas Malvinas e sua Relação com o Conflito Anglo-Argentino*. Rio de Janeiro, Contexto Internacional, volume 13, nº. 1, jan – jun de 1991, p. 114, 115 e 116..

[vi] Para Maiores Informações:
FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um Ensaio de História Comparada (1850 – 2002).* São Paulo, Editora 24, 2004.
MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial.* Convívio, São Paulo, 1986.

[vii] **SKIDMORE, Thomas.** *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 2000

[viii] Para maiores informações:
GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. Editora Siciliano: São Paulo, 1992.

[ix] Para maiores informações, sugerimos a leitura de:
CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Lanterna de Popa.* Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1994.

[x] **Guerreiro,** Declaração do Chanceler p. 63.

[xi] **RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S.** *Uma História Diplomática do Brasil, 1531 – 1945.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

[xii] Jornal do Brasil do dia 30 de Maio de 1982.

[xiii] Para maiores informações ver:
CERVO, Amado Luis, *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas,* Brasília,Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001.

[xiv] Para maiores informações, ver Resenha de Política Exterior n°.

[xv] Para maiores informações:
BANDEIRA, Moniz. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina:O Continente nas Relações Brasil-Argentina (1930-1992). Editora Ensaio: São Paulo, 1993.
[xvi] Ver:
PINHEIRO, Letícia. *A Omissão Pragmática. A Diplomacia Brasileira na Guerra das Malvinas.*Revista Política e Estratégia: São Paulo, volume out/dez de 1986.
[xvii] Ver:
WALSH, **Marcelo Vieira.** *A Atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982).* Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, UNB, Brasília, 1997.
[xviii] Para maiores informações, sugerimos a leitura de:
CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Lanterna de Popa.* Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1994.
[xix] Para maiores informações
MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na Imprensa Escrita Brasileira.* São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.
[xx] Para maiores informações, ver:
SELCHER, **Wayne.** *Desenvolvimentos Estratégicos recentes no Cone Sul.* In **MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.** *A América Latina e a Política Mundial.* São Paulo, CONVÍVIO, 1986. p. 111.

Estilo de vida e a verdade: o exercício ético do hipócrita e do cínico

Tony Hara*

A verdade tem a sua história. O sujeito tem a sua história. Chegamos ao ponto em que estamos não por habilidade de firmes timoneiros, mas sobretudo, arrastados pelas ondas do acaso, pelo desespero da deriva e pela força da crueldade e dos improvisos. O impacto dessas críticas de Nietzsche ao estatuto da verdade e do sujeito até hoje nos causa espanto. Nada é verdadeiro em si; todo ensaio ou tentativa são permitidos. Não há restrição moral que impeça a realização das múltiplas experimentações possíveis em nossa existência e em nosso próprio corpo.

Esse diagnóstico do pensamento moderno e os novos caminhos abertos pela filosofia nietzschiana afetaram a obra de Michel Foucault, como ele mesmo afirma em diferentes momentos de sua trajetória intelectual. Em uma entrevista publicada em 1983, por exemplo, Foucault sintetiza os temas que o influenciaram de maneira decisiva: "*Eis o ponto em que a leitura de Nietzsche implicou, para mim, uma ruptura: há uma história do sujeito assim como há uma história da razão, e desta, a história da razão, não se deve exigir o desdobramento até um ato fundado e primeiro do sujeito racionalista.*"[1]

Daí a importância do recurso à história, do dedicado estudo sobre as condições que tornaram possível a emergência de um pensamento, assim como o seu modo de constituição. A história, ou o método genealógico, diz Foucault, "*tem por função mostrar que o que é jamais foi, ou seja, é sempre na confluência dos encontros, dos acasos, no curso da história frágil, precária, que são formadas as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes.*"[2]

O trabalho intelectual de desmontar e reavaliar as evidências visa alterar a maneira de refletir a relação do sujeito com a verdade. Para Foucault, cabe ao pensamento – através do recurso à história – problematizar a nossa relação, ou se quiser,

a nossa vontade de verdade. Essa tarefa é bem mais urgente e preciosa do que a busca de uma definição ou distinção do que é verdadeiro e do que é falso em nossa atualidade. É por esta razão que ao comentar os vínculos existentes entre Nietzsche e Foucault, o filósofo Gilles Deleuze destaca a questão da crítica da verdade como algo que tocou profundamente a pesquisa foucaultiana. "*A verdade* – afirma Deleuze – *não supõe um método para ser descoberta, mas procedimentos, mecanismos, processos para querê-la. Temos sempre as verdades que merecemos, em função dos procedimentos de saber, dos mecanismos de poder, dos processos de subjetivação ou de individuação de que dispomos*."[3]

Nesta sentença de Deleuze reconhecemos alguns dos célebres trabalhos de Foucault: os mecanismos e procedimentos que possibilitaram dizer a verdade sobre o sujeito louco foram analisados na *História da Loucura*; as astúcias do poder e do saber que tornaram possível o discurso sobre o sujeito doente, no *Nascimento da Clínica*; o caso do sujeito criminoso e do sistema punitivo foram expostos no livro *Vigiar e Punir*. Essas pesquisas, segundo o próprio autor, enfatizaram as técnicas de dominação, as tecnologias do poder e o processo de disciplinarização do corpo social e individual.

No início da década 80 Foucault anunciou, como já sabemos, uma mudança, um desvio, uma nova experimentação em seu processo de criação. O alvo de sua curiosidade passaria a ser as tecnologias de si, ou como diz Deleuze, os processos de subjetivação. As tecnologias de si interagem com as tecnologias do poder e são fundamentais para a avaliação, o entendimento da constituição do sujeito na civilização ocidental. Como declarou Foucault em um seminário que teve a participação de Richard Sennet, "*Em toda cultura esta tecnologia de si implica uma série de obrigações com a verdade, descobrir a verdade, ser iluminado pela verdade, dizer a verdade. Todas são consideradas importantes tanto para a constituição quanto para a transformação de si*."[4]

A crítica da verdade elaborada por Nietzsche se transforma no ato de pensamento de Foucault em algo inusitado e ao mesmo tempo inquietante. A relação que o sujeito estabelece com a verdade é que define o estilo de vida, o modo de existência do sujeito. As novas possibilidades de vida, portanto, passam necessariamente pela reavaliação do jogo que o sujeito estabelece com a verdade, com o discurso verdadeiro. Em termos mais rudes poderíamos dizer que o estilo de vida de um sujeito é determinado pela força, pela vontade (ou pela ausência de força e de vontade) de elaborar a sua própria verdade. E, mais ainda, de viver de acordo com o discurso verdadeiro forjado, lapidado, criado ao longo de toda a existência.

A partir dessas idéias é possível experimentar e ensaiar aqui o esboço de duas caricaturas, de duas máscaras que levam ao exagero de dois modos de se relacionar com a verdade. Uma das caricaturas conceituais é fácil de reconhecer na atualidade em que vivemos. Os hipócritas – aqui entendido no sentido original grego, isto é, sujeitos ligados a uma encenação, atores de uma peça teatral – se arvoram em palanques, púlpitos ou picadeiros midiáticos a fim de atrair o público e cativá-lo através da encenação de discursos verdadeiros.

Há um instinto predominante no ator que, segundo Nietzsche, encontra prazer na dissimulação. A excessiva arte da adaptação transborda no corpo do ator. Ao traçar ligeiramente a genealogia desse instinto Nietzsche reconhece que ele se desenvolveu entre os subjugados, entre os dominados que "*deviam docilmente curvar-se às circunstâncias, sempre ajustar-se de novo a novas condições, sempre mudar de atitude e expressão, tornando-se gradualmente capazes de virar o casaco segundo qualquer vento.*"[5] Essa faculdade é exercitada tanto pelos artistas, pelos diplomatas, pelos publicitários e pelos literatos que ocupam a tribuna da imprensa para representar o papel de "especialistas".

O hipócrita tem como missão manter ocupada a platéia, distraí-la ao percorrer num cenário adequado as cores e os sons da aflição e dos desejos humanos. Ele continua dependente, sujeitado, subjugado não mais por senhores, mas pelo público, pela massa. O hipócrita, para usar aqui mais uma caricatura, é escravo do estulto. O estulto, explica Foucault, se caracteriza por estar tão aberto ao mundo exterior que se torna incapaz de separar, discriminar, hierarquizar as representações do mundo exterior daquelas que são formuladas por suas paixões, seus desejos, seus hábitos de pensamento, suas ilusões...[6] Isto é, o estulto é aquele espectador errante e fruidor, como diz Nietzsche, que circula excitado pela exposição universal. Cercado por informações, apelos, anúncios e luzes o sujeito moderno, o estulto se degrada em meio às diversas seduções que não vivificam seus instintos e suas forças vitais.

O hipócrita oferece ao seu novo senhor uma dose de ebriedade, uma dose de consciência moral que o conforta e o consola. É por esta razão que a encenação do discurso verdadeiro provoca, não raras vezes, um certo abrandamento, um certo alívio das dores da existência. Dito de outra maneira, o hipócrita gera um tipo de conhecimento que transforma o intolerável em algo suportável. A simulação do discurso verdadeiro cria uma ocasião, uma cena propícia para que o estulto se indigne momentaneamente. A indignação é um efeito que altera ritmo cardíaco e o metabolismo do estulto. É como se fosse uma corrente elétrica que atravessasse o espírito dinamizando-o, tonificando-o artificialmente. O enfezamento não altera o ser do sujeito, não contribui em nada para a modificação, para a transformação do sujeito, pois a indignação se esgota nela mesma. É uma forte emoção que se esvai para dar lugar a um novo estímulo que é sempre o recomeço da encenação. É no abrir e fechar das cortinas, das páginas dos jornais que o estulto é adestrado, conduzido a suportar o intolerável.

O discurso verdadeiro para o hipócrita é portanto, um artifício, um belo e estudado figurino que lhe permite manipular, convencer, persuadir e explorar certos territórios da

alma do estulto em benefício próprio. É interessante destacar que esse figurino focado por um inteligente jogo de luzes faz com que a platéia esqueça que diante dela se apresenta um servo disfarçado de senhor. Talvez não seja incorreto dizer que esse jogo de luzes e de saberes é o que Deleuze chamou de *marketing*, isto é, um instrumento de controle social que forma a raça impudente de nossos novos senhores.[7]

No extremo oposto encontra-se a figura do cínico, aqui entendido também no sentido original grego. O retrato do filósofo cínico esboçado por Epicteto é bastante esclarecedor e nos ajuda a evitar certas confusões: "*Vida cínica é se devotar totalmente a filosofia e a esta forma extrema, militante, da filosofia em que consistia o cinismo, a saber: partir, partir com a veste do filósofo e, de cidade em cidade, interpelar pessoas, sustentar discursos, apresentar diatribes, oferecer um ensinamento, sacudir a inércia filosófica do público.*"[8] Trata-se, portanto, de um modo de filosofar que implica obrigatoriamente na elaboração de um estilo de vida, pois existe uma devoção em jogo, de um certo exercício do pensamento fervoroso que anima e se realiza na própria existência.

Um manto sujo e surrado são as suas vestes, o seu único figurino. As barbas longas igualmente sujas e a vida nômade simbolizam o desapego, o despojamento desejado pelos cínicos. Todos os bens que possui ele pode carregar em seu alforje. É uma vida de pobreza reivindicada, ativa, e, nas palavras do filósofo Frédéric Gros, "*não se trata apenas de desapegar-se dos bens materiais, mas de recusá-los de modo agressivo. Essa busca ativa do despojamento vai até a aceitação da humilhação, da mendicância, e mesmo uma exaltação da preguiça e da sujeira, contra todos os cânones gregos, de modo que a existência pura do filósofo se transforma em uma vida infame.*"[9]

O desapego fazia com que eles se dedicassem àquilo que era fundamental, a saber, o cuidado consigo mesmo. Além disso, a situação de não "dever" nada a ninguém, de não de estar apegado a nada era uma condição para que o filósofo pudesse falar, imprecar, rogar o que bem entendesse, sem amarras, restrições ou censuras. Esses

oradores nômades tão estranhos à nossa sensibilidade moderna e politicamente correta sentiam um certo prazer, ou melhor, cultivavam a arte de ser desagradável. Eles sabiam que muitas das convenções e normas sociais que se obedece automaticamente, são inúteis e desnecessárias à vida verdadeira e, por esta razão, transgrediam as regras sem culpa ou lamentação. Eles reconheciam e atacavam também um certo tipo de erudição que só tornava a vida mais pesada, o que não quer dizer mais profunda.

O grande desafio, a grande promessa e lição do cínico é viver o discurso verdadeiro. Isto é, constituir uma ética do indivíduo que colabore na transformação do dizer verdadeiro em uma atividade, numa prática de vida. O cínico buscava fazer da própria existência o ponto de incandescência máxima da verdade. Aqui não se procurava uma harmonia, uma paciente regulação entre vida e verdade, como desejavam os filósofos estóicos estudados por Foucault no âmbito da cultura de si. Tratava-se de transformar de forma bruta e até agressiva, as verdades conhecidas por muitos em ação efetiva. Esse desafio ético visava transformar em carne e em sangue, isto é, visava incorporar as verdades recebidas pela tradição e reinventadas pela imaginação e pela meditação.

A ação intempestiva dos cínicos é indissociável da relação entre o sujeito e a verdade estabelecida pela filosofia grega na época clássica. Para os gregos, explica Foucault, a legitimidade e a validade de uma opinião se manifestam na correspondência visível que se estabelece entre o dizer e o fazer. É por esta razão que o acesso à verdade exigia uma transformação do sujeito, uma espécie de provação e de elevação moral, já que o critério para avaliar a veracidade de um discurso é exterior ao próprio procedimento de enunciação. Em outras palavras, o que comprova a veracidade de um discurso não é a sua coerência interna, a sua lógica intrínseca, mas o efetivo experimento, a vivência das verdades que são ditas e proferidas em um discurso. A verdade emerge quando existe

uma correspondência, uma adequação plena entre a fala do sujeito e a sua conduta, entre o que se diz e o que se faz.

O pensamento moderno, como sabemos, alterou radicalmente essa maneira de avaliar o discurso verdadeiro. O 'conhecimento pelo conhecimento', eis a fórmula que adotamos para reconhecer a verdade. Não se exige mais as transformações, as modificações do sujeito para que ele seja capaz de acessar a verdade, ao contrário, o sujeito moderno é capaz de verdade através do conhecimento puro e simples, e isto lhe basta. A conseqüência disto – afirma Foucault – "*é que o acesso à verdade, cuja condição doravante é tão-somente o conhecimento, nada mais encontrará no conhecimento, como recompensa e completude, do que o caminho indefinido do conhecimento. Aquele ponto de iluminação, aquele ponto de completude, aquele momento de transfiguração do sujeito pelo 'efeito de retorno' da verdade que ele conhece sobre si mesmo, e que transita, atravessa, transfigura seu ser, nada disto pode mais existir*."[10]

A questão é que o "Conhece a ti mesmo" tão caro ao pensamento grego passou a significar, como sugere Nietzsche, "*Deixa de interessar-te por ti! Torne-te objetivo!*"[11] A verdade não será mais capaz de transfigurar o sujeito, não servirá para uma modificação da maneira de ser, do modo de existência de um indivíduo. Ao invés do sujeito ser afetado e metamorfoseado pela verdade, o sujeito se tornou um objeto de um discurso verdadeiro. Daí a grande dificuldade de constituir-se, de elaborar na atualidade uma ética do indivíduo, pois até mesmo o conhecimento de si transformou-se em um objeto do conhecimento científico. As pesquisas de marketing, essas sondagens científicas dos desejos e das vontades do público expressam nitidamente o nosso desinteresse por nós mesmos. A eficácia e o sucesso das linhas de montagens de desejos só pode acontecer em uma cultura na qual o indivíduo se encontra brutalmente reduzido, transformado em mero objeto, sem poder sobre a sua própria subjetividade.

Na atualidade, no senso comum, muitas vezes confundimos a figura do cínico com a do hipócrita. Abstemo-nos do erro. São figuras distantes eticamente. O cínico como define de forma lapidar Frédéric Gros quer "*tornar diretamente legível no corpo a presença explosiva e selvagem de uma verdade nua, de fazer da própria existência o teatro provocador do escândalo da verdade.*"[12] Viver aquilo que se conhece e se reconhece como verdadeiro, eis a admirável ambição do cínico. E isto não se confunde com o desejo do hipócrita, do ator que deseja em última análise persuadir o seu interlocutor através de um discurso bem elaborado, bem tramado e, tal como a teia de aranha, envolver a presa e capturá-la. O hipócrita precisa dar vazão a sua enorme capacidade de adaptação e, por isso dispõe dos discursos verdadeiros para conquistar os aplausos no teatro da vida. Não se tem a pretensão de transformá-los em carne, em tornar legível no corpo a presença da verdade, mas antes, usá-la como um belo e espetacular figurino.

Por fim, uma última observação. O cínico pratica sempre uma auto-experimentação, pois a pergunta fundamental é: até que ponto meu corpo, a minha existência suporta a verdade? O corpo se transforma nesse caso em um laboratório, em um território experimental onde se aplica e se testa de forma radical o discurso verdadeiro. O lance do hipócrita é experimentar a verdade nos outros. Ele conduz a platéia a determinadas experimentações ao simular certas dores, aflições e conflitos humanos. Dito de outra maneira, o cínico se esforça para guindar o sujeito, através de um exemplo radical, que é a sua própria vida, do estado de estultice. Já o hipócrita luta pela manutenção desse estado, pois nele ele é o senhor.

---

[*] É jornalista e Doutor em História da Cultura pela Unicamp.
[1] FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.* (Coleção Ditos e escritos. v. II) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 p.312
[2] idem. 325
[3] DELEUZE, G. *Conversações , 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p.145
[4] FOUCAULT, M & SENNET, R. Sexualidad y Soledad. In: ABRAHAM, Tomás (org.) *Foucault y la ética*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1988. p. 174

[5] NIETZSCHE, F. *A gaia ciência.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.263
[6] FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do Sujeito*. *op.cit.* p.162
[7] DELEUZE, G. *Conversações*. *op.cit*. p. 224.
[8] EPICTETO. apud. FOUCAULT, M. *A Hermenêutica*... *op.cit*. p.171
[9] GROS, Frédéric (org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p.164
[10] idem. p. 23
[11] NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.69
[12] idem. p. 163

Sociabilidade dos Trabalhadores do Bexiga durante a Primeira República

Uassyr de Siqueira* - PPG-UNICAMP

Em 26 de fevereiro de 1906, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a seguinte notícia:

> "O carroceiro Vicenzo Ceci, em companhia de outros indivíduos, divertiam-se ontem animadamente numa partida de jogo de bolas, no terreno situado ao lado de um botequim, à rua Paim, e depois, em decorrência de mal tempo, interromperam a diversão reunindo-se todos no interior do botequim, onde permaneceram entretidos em demorada palestra até as 10 horas da noite.
> Os convivas, nessa reunião, excederam-se e os mais exaltados provocaram uma altercação, o que deu lugar à intervenção de Vicenzo Cecci, que procurava retirar do meio do barulho o seu companheiro Raphael Cacciari. Este, dominado pelos efeitos do álcool, maltratou seu companheiro, repelindo-o armado de uma navalha, e ferindo-o nessa ocasião com extenso golpe na testa.
> No recinto do botequim estabeleceu-se logo grande confusão e o ofensor, aproveitando-se dessa circunstância, logrou evadir-se.(...)"[1]

Detalhando o conflito, ressaltando os efeitos maléficos do álcool sobre a mente do agressor e o uso de uma navalha, a notícia acima descreve um incidente ocorrido nos locais de sociabilidade dos moradores do Bexiga, bairro paulistano. Um desse lugares era o jogo de bolas, também conhecido como *bocce*: essa forma de diversão estava presente em considerável parte das ruas do bairro, e seus responsáveis eram quase todos italianos. O botequim, juntamente às vendas e armazéns, também era um dos pontos de convivência dos trabalhadores do bairro, onde poderiam fazer suas refeições e tomar um trago com os companheiros. Em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, Alcântara Machado descreve o cotidiano do Armazém Progresso, que ficava na rua da Abolição, no Bexiga. O estabelecimento possuía jogo de *bocce*, e, segundo a narrativa apresentada por Machado, era freqüentado pelos trabalhadores do lugar.[2] As notícias veiculadas pala grande imprensa freqüentemente descrevem brigas e confusões ocorridas nesses locais, onde o consumo excessivo de bebida alcoólica é apontado como causa dos conflitos e do desvirtuamento da rotina de trabalho. Assim, carroceiros, pedreiros, sapateiros e outras categorias profissionais são mencionadas de modo a enfatizar a condição social dos envolvidos em incidentes

---

* Doutorando em História Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com projeto de pesquisa intitulado "Lugares de Encontro. Espaços de Sociabilidade dos Trabalhadores do Bexiga (1880-1920), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

procurando, dessa maneira, fornecer argumentos que enfatizassem o desvio de conduta em relação ao modelo do trabalhador ordeiro. É o que sugere outro incidente, narrado pelo *Correio Paulistano,* em que os " italianos Caetano Raphael , sapateiro, morador à Ladeira do Ouvidor, nº 12, e Julio Finale, pedreiro, residente à rua Major Diogo, nº 90", (...) na ocasião em que bebiam uma garrafa de vinho ontem, pela manhã, num armazém da rua Augusta, travaram-se de violenta altercação e em seguida passaram à luta corporal." [3] O agressor foi preso em flagrante, demonstrando a presença da polícia no cotidiano e nos locais de sociabilidade dos trabalhadores. E, de maneira semelhante a outras ocorrências do tipo, os conflitos surgem após prévios rituais de sociabilidade envolvendo consumo de bebidas alcoólicas. Os trabalhadores acima poderiam não ter jornadas de serviço muito regular, o que lhes daria maior tempo livre, que poderia ser utilizado para freqüentar armazéns e botequins, onde consumiam bebidas. O ofício de pedreiro, profissão de Julio Finale, não necessariamente exigia jornadas de trabalho que ocupassem todos os dias do mês. Em manifesto, a Liga de Resistência entre Pedreiros e Anexos ressaltava que, diferentemente de outros ofícios, "nós podemos contar com uma média de apenas 18 a 20 dias de trabalho ao mês, considerando os dias de chuva, os dias em que faltam materiais e outros inconvenientes do nosso ofício.(...)"[4] Sujeitos às intempéries do tempo e da organização das obras, como a presença ou não de materiais suficientes para o andamento do serviço, em alguns momentos os pedreiros poderiam dispor de um maior tempo fora do trabalho, que poderia ser usado para desempenhar outras atividades ou, no caso de Julio Finale, freqüentar armazéns e outros espaços de lazer.

Indo além da estigmatização promovida pela imprensa, os incidentes ocorridos nos espaços de sociabilidade sugerem, em algumas ocasiões, tênues fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de lazer. O caso de outro sapateiro, Eugenio Papa, morador do Bexiga, também ilustra essa possibilidade: noticiava *O Estado de S. Paulo* que Eugenio "deixando ontem de ir ao trabalho, na oficina de calçados Melillo, passou o dia juntamente com seu companheiro de trabalho, Júlio Cordella, à rua de S. Domingos, 68. Os dois companheiros, que passaram tantas horas de camaradagem no decorrer do dia, dasavieram-se mais tarde,

porque se excederam em liberações alcoólicas (...) quando tiveram a desinteligência que deu lugar à luta corporal, travada entre os dois."[5]

Os episódios de conflitos envolvendo trabalhadores alimentavam campanhas anti-álcool promovidas pelas organizações sindicais e pela imprensa operária. Em *A Lucta Proletária,* periódico da Federação Operária do Estado de São Paulo, dizia-se "Abaixo o álcool! O alcoolismo é infelizmente uma das mais perniciosas drogas da classe operária, arrastando além de tudo em número incalculável de doenças, ente outras, a terrível tuberculose" [6] Já no Primeiro Congresso Operário, realizado em 1906, foi deliberado a realização de uma ampla campanha contra o alcoolismo, freqüentemente apontado como causadores de doenças diversas e pela perda das faculdades morais e intelectuais da classe trabalhadora.[7] No entanto, os militantes operários não viam os freqüentadores de botequins e tavernas com mero desprezo, mas sim enquanto companheiros que precisavam ser conquistados para as fileiras das organizações sindicais. Em um artigo publicado no jornal *La nuova gente*, o articulista dizia que, "Para ser um propagandista útil, é preciso ser tolerante.", sendo necessário ir às tavernas para observar o estado moral dos companheiros de trabalho, procurando alertar as "vítimas da pinga" quanto aos males morais causados pelo álcool.[8]

Muito embora as notícias apontassem o consumo do álcool como causa de conflitos e do esmorecimento do trabalhador, devemos problematizar a maneira pela qual os freqüentadores das vendas e botequins encaravam suas experiências de sociabilidade. Em 15 de setembro de 1906 o *Correio Paulistano* publicava noticiava a prisão do italiano Frederico Guido, que foi " recolhido ao xadrez do posto policial do Bexiga, à disposição do subdelegado do distrito(...) preso por ocasião em que promovia desordens num armazém daquele bairro, armado de um punhal e de revolver e em estado de embriagues."[9] Em outro jornal, informava-se que Guido seria "multado de acordo com as posturas municipais."[10] Esta seria uma notícia corriqueira, semelhante a tantos outros conflitos ocorridos em armazéns e vendas no bairro. No entanto, um dia depois, Frederico Guido publicaria uma nota no *Correio Paulistano,* ressaltando ser "um operário conhecido e considerado por pessoas

altamente colocadas na sociedade paulista." Afirmava também ser "um operário que resido no Brasil há vinte e tantos anos e não consta uma única prisão minha e nem tão pouco que fosse conhecido por desordeiro, a não ser agora por fantasia da reportagem."[11] Frederico Guido não negou que estivesse embriagado e que freqüentava, no instante de sua prisão, o armazém do bairro, como havia sido afirmado antes pelo jornal. Entretanto, além de alegar auto-defesa, o argumento central de seu protesto, que enfraquece os efeitos de sua possível embriagues, está em sua auto-afirmação enquanto operário reconhecidamente ordeiro, inclusive "por pessoas altamente colocadas na sociedade paulista." - o que sugere que seus patrões não tinham queixas contra ele, fator que poderia lhe conferir maior respeitabilidade. Outra estratégia importante para a sua defesa foi afirmar que já residia longos anos no país, procurando, dessa maneira, se livrar do rótulo de "estrangeiro", que também era amplamente utilizado para desqualificar as lideranças do movimento operário durante a Primeira República.[12] Notamos, portanto, que freqüentar botequins e tomar um trago com os amigos não era necessariamente incompatível com uma auto-definição como trabalhador e ordeiro, ao contrário do que a grande imprensa freqüentemente procurava afirmar ao noticiar episódios de conflitos no armazéns e botequins da cidade.

A campanha contra o álcool está inserida em um programa mais amplo sobre o uso do tempo livre pelo trabalhador, o que certamente incluía os locais de escolha para sua sociabilidade. Assim, em alguns casos, fazer propaganda sindical significava também fazer anti-propaganda contra outras formas de agremiação freqüentadas pelos trabalhadores, particularmente, as de caráter recreativo. Em janeiro de 1909 o jornal *La Lotta Proletária* publicava uma longa nota, dirigida à "juventude paulistana", afirmando que, enquanto o movimento sindical agonizava, uma outra associação florescia, "fazendo diariamente maravilhosos progressos": os centros recreativos, ao passo as assembléias das associações de ofício, onde se tratam sobre os interesses dos proletários, tornavam-se desertas. "Tudo isso por qual razão?", questionava o articulista, "Talvez porque lá (nas associações recreativas) houvesse maior familiaridade? Que nada! Nem sonhando!". Segundo o articulista, maior familiaridade haveria nas organizações sindicais, onde os

trabalhadores estariam em meio aos companheiros de ofício, ficando a par da situação de trabalho em outras oficias e podendo, desta maneira, agir para melhorar sua condição. Em outro documento, um manifesto dos tecelões, apontava-se também o sindicato como local "onde se conhecem bons camaradas", enfatizando esse tipo de entidade enquanto espaço de sociabilidade operária.[13]

Entre os argumentos utilizados contra os círculos recreativos, constam a "imbecilização" da juventude e o estímulo à libidinagem, além do alto preço cobrado pelos círculos recreativos, que seriam bastante altos se comparados às cotizações exigidas pelas organizações sindicais. Outro argumento utilizado refere-se à estrutura hierárquica das entidades de recreação, compostas por presidentes, secretários, tesoureiros, etc., que seriam formas de autoridade tão severas quanto àquelas suportadas nas oficinas de trabalho. Além disso, o articulista alertava seus leitores para o problema das divisões que ocorreria no interior dos círculos recreativos, podendo haver uma separação entre pessoas que, durante o trabalho, usavam as mesmas roupas empoeiradas e esfarrapadas.[14] Dessa forma, os sindicatos procuravam fortalecer a identidade de classe, procurando superar as divisões que eram estabelecidas a partir de outros laços de lealdade que poderiam se manifestar nos círculos recreativos, como identidades étnicas. Além da polêmica contra as sociedades recreativas, a realização dos bailes nas atividades sindicais também vinha sendo motivo de controvérsia. Durante o 2º Congresso Estadual, que havia sido realizado em 1908, foi aconselhado às agremiações sindicais a exclusão " do baile e de qualquer espécie de jogos", sendo aconselhado também a "fundação de centros dramático-sociais e de sessões onde se entretenham os sócios em palestras amigáveis."[15] O conselho, no entanto, não foi de forma alguma atendido pelos sindicatos, que continuaram realizando bailes em suas atividades até década de 20.

Apesar das veementes críticas das organizações sindicais aos grêmios recreativos, revelando a discordância acerca do modo pelo qual os trabalhadores deveriam utilizar seu tempo livre e de lazer, as organizações sindicais e recreativas não eram necessariamente distantes umas das outras. Em 15 de maio de 1906, Giulio Sorelli, membro da Comissão

Executiva da União dos Sindicatos de São Paulo, solicitava à polícia "licença para um espetáculo e baile familiar que a mesma vai realizar amanhã, 16, no Salão Eden Club" [16], uma organização recreativa. O programa da atividade incluía apresentação de peças teatrais, conferências – versando sobre anti-alcoolismo, pelo Dr. Benjamin Motta, e sobre a organização operária, por Giulio Sorelli – finalizando com um "baile familiar" – denominação certamente utilizada para se diferenciar dos outros bailes que ocorriam com freqüência nos salões dos bairros paulistanos. A União dos Sindicatos, fundada em 1907, após fechamento da Federação Operária de São Paulo (FOSP), possuía em seus estatutos sociais itens defendidos e aprovados durante o I Congresso Operário Brasileiro (1906) e que seriam a base da construção da Confederação Operária Brasileira (COB), que se assentava sobre os princípios do sindicalismo revolucionário, como exigir que os sindicatos federados tivessem "por base a resistência sobre o terreno econômico" e que não fossem filiados a partidos políticos. Os estatutos da União dos Sindicatos estabeleciam ainda que a entidade deveria estabelecer "relações com as sociedades exclusivamente operárias, organizadas sobre o terreno econômico tanto do Brasil como dos outros países para que os trabalhadores possam conhecer o movimento e situação de sua classe em toda a parte". [17]

A convivência entre sociedades de caráter distinto compartilhando o mesmo espaço, ou locais bastante próximos geograficamente, era bastante comum na cidade de São Paulo durante a Primeira República. Em 1920, salões do Largo do Riachuelo, no Bexiga, realizavam suas atividades a Liga Operária da Construção Civil, União de Alfaiates e Costureiras para Senhoras, União dos Canteiros e sociedades recreativas como G. D. R. Guarani, Centro Recreativo Smart, que congregava associados negros, e outras, que mantinham uma considerável proximidade geográfica.[18] Essa proximidade, que certamente alimentava as diatribes das lideranças sindicais sobre práticas que, ao menos no âmbito do discurso, eram consideradas imorais – como o baile – fornecia um amplo leque de possibilidades aos trabalhadores na escolha do uso de seu tempo livre. Poderiam freqüentar uma reunião sindical e, logo depois, se divertir nas atividades de recreação promovidas por outras associações. Para o caso do bairro Belenzinho, Jacob Penteado corrobora essas

possibilidades, demonstrando que diretores de sociedades sindicais também participavam da organização de sociedade recreativas e esportivas – o que certamente era comum em outros bairros paulistanos. A proximidade entre associações recreativas e sindicais não era meramente geográfica. Ao realizar suas atividades, eram obrigadas a solicitar autorização às autoridades policiais, que lhes impunham restrições semelhantes: uma delas era não permitir a cobrança de entradas nos eventos promovidos, como foi o caso do pedido feito pela União dos Sindicatos.[19] Isso era um artifício para restringir a participação nos eventos aos associados, facilitando o controle policial sobre as atividades. Ao observar os estatutos sociais de associações distintas, observamos também uma preocupação comum: amparar seus membros em caso se situações adversas, como o desemprego – embora as formas propostas para se fazer isso variasse de acordo com o tipo de associação. Assim, notamos que o Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, no bairro do Bom Retiro, propunha "conceder benefícios (...) aos sócios que os solicitarem, uma vez provado a falta de recursos por moléstia ou desemprego"[20], item estatutário encontrado com freqüência no registros de associações de socorros mútuos. O auxílio aos membros em dificuldades também aparece nos estatutos da União Operária da Construção Civil, organizada em 1919 e que congregava pedreiros, serventes, pintores, frentistas, carpinteiros, marceneiros, torneadores, lustradores, etc, que propunha "obter colocação para seus associados quando desempregados." – embora a atuação dessa entidade fosse muito mais ampla.[21] Outro traço comum entre sociedades recreativas e sindicais a preocupação com a instrução de seus associados, mantendo bibliotecas em suas sedes sociais.

Ao analisar diversos locais de convívio e de associação presentes no Bexiga, procuramos problematizar as diferentes relações estabelecidas no âmbito da sociabilidade dos trabalhadores. Confrontos entre diferentes usos do tempo livre, relações entre tempo de trabalho e tempo de lazer e, o que exige um fôlego de trabalho para além desse artigo, a análise de múltiplas identidades experimentadas no mundo do trabalho são temas que perpassam os lugares de sociabilidade dos trabalhadores paulistanos.

[1] *O Estado de S. Paulo*, "Notícias Diversas", 26/02/1906 p.2
[2] MACHADO, A. Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*/ Klick Editora. 1997 p. 64-68
[3] *Correio Paulistano*, "Fatos Diversos", p. 4
[4] *La Lotta Proletaria*, "Lega di Resitenza tra muratori e affini.", 15/07/1909 p. .3
[5] *O Estado de S. Paulo*, "Notícias Diversas"18/08/1908 p.2""
[6] 21/03/1908
[7] TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Ed;. Perseu Abramo. Coleção História do Povo Brasileiro. op. cit. , p. 91
[8] *La Nuova gente* , 5/11/1903, p. 4
[9] *Correio Paulistano*, 15/09/1906, p.4
[10] *O Estado de S Paulo*, "Notícias Diversas", 15/09/1906, p.3
[11] *Correio Paulistano*, "Seção Livre", 16/09/1906, p.5
[12] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 146
[13] *A Lucta Proletaria*, 8/02/1908, p.2 -3
[14] *La Lotta Proletaria* , "I circoli ricreativi", 19/01/1909, "p.2
[15] *A Lucta Proletaria*, 1/05/1908, p4
[16] "Secretaria de Justiça e Segurança Pública" , Caixa 3156. AESP
[17] Idem
[18] Ano de 1920 Banco de Dados Clubes e Sociedades. Cecult/Unicamp
[19] "Secretaria de Justiça e Segurança Pública" -14/03/1908, caixa 3158. AESP
[20] Estatutos Sociais, 1907. 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 191. C10397 AESP
[21] Estatutos Sociais, 1919. 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 649. AESP

VIAGEM DA DESCOBERTA DO BRASIL:
UM PASSEIO PELA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL.

UILSON NUNES DE OLIVEIRA – FIO/FAT

O presente trabalho nasceu de minhas inquietações a respeito dos vários problemas enfrentados por quem trabalha com as questões de conservação patrimonial, quando lecionava a disciplina de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural em uma faculdade de Turismo na cidade de Garça, interior de São Paulo. Uma das principais questões girava em torno de uma das modalidades do Turismo, o Turismo Cultural. A primeira vista, duas palavras que expressam um sentido intrinsecamente ligado, porém, ao observarmos com maior cuidado, notamos que esses dois conceitos trazem uma relação contraditória. Se por um lado, o turismo fortalece a necessidade de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, pois, esse fenômeno social utiliza tais espaços como atrativos, por outro, o intenso movimento dos turistas nos ambientes históricos preservados, podem trazer grandes danos e levar até mesmo a destruição de monumentos, sítios arqueológicos, igrejas, museus e etc.

Uma de minhas preocupações como docente e formador de profissionais do Turismo e também como Historiador e entusiasta das questões do patrimônio histórico e cultural brasileiro, era como escapar a estes problemas? Daí nascem minhas primeiras incursões para entender a legislação brasileira que, juntamente com diversos órgãos regulamentadores estabelecem normas de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural.

Nesse momento, a faze da pesquisa que apresento, é de problematização e levantamento de dados e, o nosso principal foco é indagar sobre outro aspecto da preservação do patrimônio: Qual é o momento que podemos tomar como marco inicial da preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil?

Esta ultima pergunta nos remete ao ano de 1897, na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. Nesse ano, a capital desse Estado, Ouro preto, até então, é transferida para Belo Horizonte, uma cidade recém construída e planejada para se tornar a nova capital. A velha Ouro Preto perde sua importância e acaba em total abandono, assim como suas igrejas, monumentos, casarios e relíquias, tornando-se uma "cidade morta" como afirma Afonso Arinos de Melo Franco em 1916, revelando que havia a preocupação de que algo deveria ser feito para impedir a deteriorização do conjunto arquitetônico daquela cidade.

Em seqüência, uma série de denuncias são feitas no intuito de sensibilizar as autoridades, começando então uma série de procedimentos que culminaram em um registro documentado com desenhos e fotografias que comparavam os dados patrimoniais da cidade. A publicação do *Documentário Arquitetônico* do Pintor José Washt[1] Rodrigues, que trazia em suas páginas um cadastro minucioso das plantas das casas e igrejas, e os elementos decorativos de Ouro Preto foi um paço fundamental no caminho para a preservação. Em 1924, um grupo integrado por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, o poeta francês Blaise Cendrars e o mecenas Paulo Prado, um dos patrocinadores da *Semana de 22*, entre outras pessoas da elite paulista, realizaram a chamada *Viagem da Descoberta do Brasil.*Segundo Telê Porto Ancona Lopes, essa "Viagem da descoberta do Brasil, provoca um amadurecimento no projeto nacionalista de nossos modernistas, fazendo com que a ênfase, que de início recaía com mais força sobre o dado estético, possa ir progressivamente, abrangendo e sulcando o projeto ideológico"[2]. Nesse momento, desperta o interesse de Mário de Andrade pelas questões da etnografia do Brasil, dando início a sua coleta de dados e documentações da época, enfocando o folclore brasileiro[3].

Haroldo Leitão Camargo, chama-nos a atenção para esta viagem, segundo ele, é a primeira vez que o patrimônio figura como atrativo para o turismo no Brasil[4]. O autor continua, afirmando que "com os modernistas, sobretudo Mário de Andrade, altera-se e amplia-se o

conceito de cultura. O Brasil terá então atrativos culturais, originais e específicos, não apenas aqueles contidos no conceito clássico de cultura ou civilização”[5].

Somente em 12 de julho de 1933, é tomada a primeira medida oficial em reconhecimento do patrimônio cultural de Ouro Preto e, da necessidade de sua preservação e então, com o Decreto nº 22.928, Ouro Preto ganha *status* de Monumento Nacional. Ainda que este ato seja mais simbólico que prático, ele transcende as características e institucionaliza uma aspiração social, resgatada por meio de um processo histórico.

Este breve retrocesso na história do Brasil é, sem duvida o primórdio da idéia de preservação do patrimônio cultural no Brasil e, a idéia central que vai caracterizar este trabalho, é a necessidade de desenvolver um estudo mais aprofundado sobre a história do pensamento preservacionista no Brasil, buscando o entendimento das políticas públicas voltadas para o pensamento do patrimônio histórico e cultural. Para tanto, cabe uma investigação mais criteriosa em alguns setores da sociedade brasileira principalmente entre as décadas de 1970-80 quando essas discussões ganham muito espaço na mídia brasileira.

Portanto, o ponto central da pesquisa ora apresentada é o estudo das políticas públicas preservacionistas no tocante ao patrimônio histórico e cultural, dando ênfase ao processo histórico que teve como início, a elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional.

Uma breve discussão se faz necessária, nesse momento. Não é raro, encontrarmos as denominações: patrimônio cultural, patrimônio histórico, patrimônio histórico e artístico, patrimônio histórico e cultural. Esta tarefa não é fácil, pois nela está contida várias caracterizações. Célia Reis Camargo nos atenta para essa questão, discutindo a abrangência dos termos, “a história é a categoria mais abrangente? Envolve a cultura? Nesse caso, adotaríamos o conceito de patrimônio histórico para nos referirmos aos bens que registram a cultura material, independente de seu valor estético ou artístico?”[6]

Ainda que seja muito difícil de se tomar partido de uma terminologia, é de extrema necessidade que o façamos, pois na legislação específica, sempre a menção do termo está

associada ao conjunto de bens a serem preservados. Podemos observar que o termo mais utilizado é patrimônio cultural, porém, como sinônimo de patrimônio histórico como ainda nos mostra Camargo:

> "O melhor exemplo está no próprio nome, dado ao órgão oficial de proteção, em 1937, o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o atual IPHAN (instituto, ao invés de Serviço). Embora a noção de história encabece o título, na prática suas ações estiveram assentadas sobre o critério estético de seleção dos bens que foram objeto de inscrição e tombamento.
>
> Aparentemente essa distinção não nos levaria a lugar algum (...) Ao contrário, são complementares (...) que bens culturais deixariam de revelar a história? De outro lado, que testemunhos e registros de valor histórico não estariam indicando as particularidades e evidências da cultura de uma sociedade? (...) História e cultura seriam categorias de abrangência equivalente e de significados imbricados e correlatos"[7].

Observamos, no entanto, que a utilização desses conceitos estão mais relacionados ao universo de bens que em determinados momentos estão sendo objetos de proteção do Estado. Portanto, quando a atuação do já citado SPHAN, refere-se ao conceito de patrimônio histórico, os trabalhos eram desenvolvidos em obras de arte, construções e monumentos.

A terminologia ou conceito de patrimônio histórico nos parece a mais apropriada, como também salienta Camargo:

> "Adotar esta expressão significa fazer referência ao amplo universo de bens e de valor informativo permanente para o conhecimento da realidade social, passada ou presente, independentemente de outros valores que se lhes possa atribuir, incluindo o valor artístico. Significa referência aos bens, objetos, textos, edificações, obras de arte, artefatos em geral, livros, sítios, enfim todo e qualquer registro material que possa ser encarado como documento"[8].

Em suma, a presente investigação, tem como objeto principal, a análise institucional no período de 1933 até por volta de 1945, percorrendo praticamente todo o primeiro período getulista, em busca do ideário contido na legislação vigente, os conteúdos que nos possibilitarão a traçar um perfil do que se convencionou a chamar de patrimônio. Conceito esse, que ajudou na criação da idéia de nação. Para tanto, devemos nos orientar pela identificação das instituições que se dedicaram à preservação do patrimônio histórico no Brasil, realizando um rastreamento das instituições criadas nas esferas municipais, estaduais e normatizadas pela esfera federal, através do então SPHAN.

Ainda devemos investigar a regulamentação dessas instituições afim de traçarmos o perfil ideológico e político preservacionista, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Como baliza metodológica, utilizaremos diversos trabalhos referentes ao tratamento da política patrimonial e de estudos referentes política do primeiro período Vargas, lançando mão de extensa bibliografia a ser discutida posteriormente. A filiação metodológica desse trabalho faz referencia a história política do Brasil e, por sua vez, concentra-se na linha de pesquisa historiográfica que, acreditamos, encontra-se mais próxima dessa proposta de trabalho, a linha de pesquisa conhecida como História Política. A qual, podemos fazer várias aproximações com esse projeto, como exemplo, o envolvimento das elites no processo de sistematização da preservação do patrimônio.

Como pontos principais a serem desenvolvidos no decorrer dessa pesquisa pensamos na seguinte estruturação:

- Balanço da produção acadêmica sobre a questão do patrimônio histórico e, sobre o primeiro período Vargas;
- Analise das políticas públicas referentes ao tratamento patrimonial no período de 1933-45;

- Interpretação do discurso das políticas públicas patrimoniais nas esferas federais, estaduais e municipais, visando uma caracterização jurídica sobre a idéia de patrimônio.

Estes são os principais pontos que nos nortearão no desenvolvimento desse trabalho. Acreditamos que, esse esboço inicial, nos permitirá uma visão geral do histórico da construção da nacionalidade brasileira, aquecida pela idéia de criação, ou melhor, de descoberta dos bens patrimoniais brasileiros.

Notas:

---

[1] RODRIGUES, J. W. **Documentário Arquitetônico.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
[2] LOPES, T. P. A. *Introdução e notas. In:* ANDRADE, M. **o Turista Aprendiz.** São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, pg. 16.
[3] Idem, pg. 16.
[4] CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural.** São Paulo: Editora Aleph, 2002, pg. 82.
[5] Idem, pg 83.
[6] CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980).** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UNESP – Assis, 1999, pg. 11.
[7] Idem, pg. 11 e 12.
[8] Idem, pg 14.

O POVO DAS CONCHAS

Urda Alice Klueger

Nosso planeta, desde 2 milhões[1] de anos, vem, periodicamente, esquentando e esfriando. Quando ele esfria muito a gente chama de glaciação – entre uma glaciação e outra costuma haver um período de mais ou menos 10 mil a 20 mil anos.

A última glaciação aconteceu entre 100 mil e 10 mil[2] anos antes do presente. ficado mais ou menos como são hoje? Quando teria o nosso clima ficado mais ou menos na temperatura que têm hoje?

Foi mais ou menos há seis mil anos atrás que o sul do mundo alcançou o que nós chamamos de "ótimo climático", isto é, passou a ter mais ou menos a temperatura que tem hoje. O homem, com seus ancestrais nas suas diversas formas de desenvolvimento, está presente no mundo desde há 4 milhões de anos, o que significa que ele enfrentou diversas glaciações, e sobreviveu a todas elas. O *Homo sapiens sapiens*, isto é, nós, estamos presentes no mundo desde mais ou menos 200 mil anos atrás.

Segundo as pesquisas arqueológicas[3], o homem vem se instalar aqui no sul da América, mais precisamente no sul do Brasil, exatamente quando acontece o "ótimo climático". Diversos grupos humanos vão se espalhar por esse território nessa época, mas nós vamos nos ater ao que aconteceu no atual Estado de Santa Catarina.

De novo segundo as pesquisas arqueológicas, podemos afirmar que o homem , desde então, ocupou diversas regiões de Santa Catarina, desde o Vale do Rio Uruguai até o Oceano Atlântico, mas, neste livro, nós vamos falar sobre um grande grupo que aqui viveu no período entre 6.000 e 2.000 anos atrás, e que morou à beira do mar. Na verdade, tal grupo ocupou a costa do continente, desde o atual Estado do Espírito Santo até o atual país Uruguai. Sabemos que foram eles que construíram grandes montes de conchas que hoje conhecemos como "Sambaquis", e é por isto que vamos chamá-los de Sambaquianos – os Construtores de Sambaquis.

II

De onde teria vindo essa gente? Decerto que de partes do continente americano que tinham estado um pouco mais quentes, antes disso. Estes são apenas alguns exemplos, dentre muitíssimos outros, de como, desde muito tempo, há seres humanos vivendo no continente americano. Outros e outros grupos viveram por toda a América, e algum deles, em algum momento, quando o sul do continente ficou com um clima agradável, para aqui dirigiu-se, e por aqui morou cerca de 4.000 anos.

III

Quem era essa gente que hoje nós chamamos de Sambaquianos? Há uma primeira questão que devemos levar sempre em conta: eles eram Homo sapiens sapiens.

IV

Onde viviam os Sambaquianos? Viviam sempre perto do mar, e seu território ia desde o atual Estado do Espírito Santo, até o atual país Uruguai[4] No entanto, a maior concentração da sua população aconteceu aqui onde nós moramos, isto é, no atual Estado de Santa Catarina. Estudos têm demonstrado que aqui eles viveram acompanhando as pequenas subidas e descidas do mar que aconteceram durante sua permanecência no nosso litoral. E você pensa que era só um pouquinho de gente que havia por aí naqueles tempos remotos? Vamos ver o que nos conta uma importante arqueóloga chamada Madu Gaspar: "...um grupo de pesquisadores ao qual pertenço estabeleceu que foram sepultadas aproximadamente 43.480 pessoas no (Sambaqui chamado) Jabuticabeira II. Considerando para o cálculo demográfico o intervalo de 700 anos, estipulamos que em cada geração de 25 anos, 1.553 pessoas foram ali enterradas."

Sambaqui:

Amontoado de conchas marinhas, medindo até 30 m de altura e até alguns quilômetros de comprimento. Pelo que sabemos, os Sambaquianos não viviam continuamente num só mesmo lugar: eles se estabeleciam em pontos com grande quantidade de alimentação, isto é, com fartura de pesca e abundância de conchas, mariscos, berbigões, etc., como saídas de rios e proximidades de mangues. Os Sambaquianos pescavam muito, e com certeza possuíam redes e canoas.

Eventualmente, conseguiam pegar uma baleia. Não se sabe se eles eram muito bons na caça e no cultivo de plantas. Os Sambaquis também podiam ser pequenos, como morros ou morrinhos, e hoje, os que não foram destruídos para serem usados como aterros, ou na confecção de cal, normalmente estão cobertos de vegetação. O que se sabe é que os Sambaquis tiveram, normalmente, diversas ocupações.

Sítios de acampamento

Os Sambaquianos também viveram em outros tipos de locais, que hoje chamamos de "sítios de acampamentos". O interessante de tais sítios é que eles não são Sambaquis. Não se formaram grandes depósitos de conchas. Durante milênios eles ocuparam aqueles sítios e formaram muitas camadas de areia "suja" (escura), que depois ia sendo coberto por areia limpa" (branca) - e camadas de areia escura são, hoje, como um livro onde a gente pode ler o passado, pois nelas a gente encontra muitíssimas coisas que os Sambaquianos ali deixaram, como seus restos de comida, seus objetos, às vezes até mortos enterrados.

V

Vamos ver algumas outras curiosidades sobre essa gente que aqui morou no passado:

Oficinas líticas[5]

Eram os lugares onde os Sambaquianos trabalhavam a pedra para produzir seus objetos, que iam desde esculturas artísticas até objetos de uso diário. Eles haviam aprimorado técnicas de lascar e esculpir as pedras, e depois poli-las ou amolá-las até que ficassem perfeitamente lisas e bonitas, ou prontas para o uso, como no caso dos machados e das pontas. O que é mais fácil para nós vermos são os polidores e amoladores, que aparecem nos costões da beira do mar. Lá na Ilha do Campeche, numa vez em que lá estive, encontrei mais de sessenta polidores, um pertinho do outro, numa só pedra grande. Faziam todos os objetos que precisavam para o seu dia-a-dia, além de muitas esculturas de aves, peixes e outros animais, que chamamos hoje de zoólitos, e também esculturas de gente, que então chamamos de antropomorfos e zoomorfos. Há um detalhe muito interessante nos zoólitos, antropomorfos : eles sempre têm esculpida

uma cavidade ventral, às vezes quadradas, às vezes retangulares, mas sempre bem feitas e polidas. Até hoje não sabemos para que se faziam tais cavidades.

Pinturas rupestres:

Eram desenhos ou pinturas feitos pelos Sambaquianos em pedras, quase sempre à beira-mar, havendo uma grande coleção delas na já citada Ilha do Campeche.

VI

Vamos ver o quanto tempo um sambaquiano vivia, por exemplo. Há pesquisas que dizem que era só até os trinta ou trinta e cinco anos. Muitos eram os perigos, e quando alguém ficava doente, não havia tratamentos e remédios como temos hoje. Naquela época, dificilmente uma criança conhecia os seus avós – eram raríssimas as pessoas que ficavam um pouco mais velhas. Vou contar, também, de uma coisa que sempre me parece muito curiosa: o fato de os Sambaquianos sofrerem muito de dor de dentes. Por que? Porque eles comiam muito peixe, muitos moluscos, muitas conchas, muitos mariscos, e todos esses pequeninos animais que faziam parte da sua dieta sempre estavam um pouquinho sujos de areia. Esse pouquinho de areia acabava sendo mastigada junto com o alimento, e o que acontecia? Ela funcionava como abrasivo, e desgastava muito o verniz dos dentes dos Sambaquianos. omo o milho, a batata, etc.

E, por fim, acho que devo falar um pouco sobre a morte dos nossos amigos. Na verdade, o que mais sabemos a respeito deles são os rituais de morte, tendo em vista que são inúmeros os esqueletos hoje encontrados nos Sambaquis.

As pessoas desse povo que morriam eram enterradas, no mais das vezes, em posição fletida. Havia diversas mudanças na forma de enterramento: em alguns lugares os mortos eram enterrados com seus objetos pessoais, como armas e colares, ou colocados sob pedras, ou muitas outras coisas. Alguns mortos eram cobertos de um pó vermelho que chamamos de ocre.

E o que aconteceu com os nossos amigos? Há indícios de que eles viveram nas praias de Santa Catarina desde mais ou menos 6.000 até mais ou menos 2.000 anos atrás. Não há vestígios de guerra e nem de epidemia – um dia eles foram embora, ainda não se sabe para onde, aproximadamente na época de Cristo. Os vestígios seguintes de

ocupação do nosso litoral são de 1.050 anos atrás, quando chegam os Guarani. Provavelmente os dois povos nunca se encontraram.

---

[1] Há 2 milhões de anos atrás estávamos no que chamamos Pleistoceno, ou Eras Glaciais.
[2] As informações sobre Geologia foram fornecidas verbalmente pelo Professor Juarez José Aumond, Mestre em Geografia, Geólogo e Paleontólogo, ligado a FURB, em Blumenau/SC, em 2003.
[3] **Arqueologia**: estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. (FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988)
[4] Observar mapa (anexo 7).
[5] "Lítica" é uma palavra derivada da palavra grega "litos", que significa pedra.

DIOGO LOPES SANTIAGO: o cronista da Guerra de Pernambuco

Ursula Andréa de Araújo Silva - PPG-UFRN

Maria Emília Monteiro Porto (Orientadora) - UFRN

Este trabalho propõe-se a apresentar o resultado de um estudo sobre a guerra brasílica na América Portuguesa na crônica *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira* de Diogo Lopes Santiago. Analisaremos o conceito de guerra que foi transportado da Europa e sofreu alterações nesse território e a concepção providencialista da História desenvolvida pelo autor.

Diogo Lopes Santiago se dedicou a escrever sobre a guerra contra os holandeses nas capitanias açucareiras mesmo porque, segundo José Antonio Gonsalves de Mello, os contemporâneos da guerra de Pernambuco tinham consciência de que estavam vivenciando um momento histórico e por isso registravam em diários ou crônicas os acontecimentos.[1]

Para as crônicas luso-brasileiras existiam duas leituras alternativas na historiografia ocidental. Uma era a leitura providencialista e a outra era uma leitura político-militar. A obra de Diogo Lopes Santiago está inserida na primeira leitura. Contudo, uma leitura não excluía a outra, apresentando-se conjuntamente no discurso. Evaldo Cabral de Mello explica que um historiador seiscentista podia recorrer à noção de que a Providência Divina interferia na realidade, determinando os fatos históricos de acordo com a conduta social. Assim, Janice Theodoro da Silva acredita que por ele ser um homem do século XVII era inevitável que ele fosse crente e temente a Deus, o qual era personagem central ao longo de sua narração.[2]

O encontro cultural entre europeus e as populações americanas ocasionou uma reorganização desta última e, com isso, eles passaram a absorver os costumes uns dos outros.[3] Foi o que se verificou, por exemplo, em relação à guerra.

Talvez possamos dizer que todos os hábitos europeus herdados do Antigo Regime tiveram que se moldar aos costumes locais, ainda que existisse resistência, todavia houve a adaptação por uma questão de sobrevivência de ambos os lados. Observamos essa adequação quanto ao modo de guerrear. O contato entre portugueses, holandeses, índios e negros fez com que os primeiros adquirissem a tática de guerrilha ou guerra de emboscada que era a melhor possível nos territórios da Colônia. E em troca os últimos aprenderam a manejar o armamento vindo da Europa. Todo o aparelhamento que foi produzido ou utilizado em Portugal era transportado para o Brasil[4] através dos colonos ou militares que vinham atuar na Colônia. O saber militar europeu foi transportado no período das invasões holandesas.

Os colonos utilizavam algumas táticas para intimidar os índios como instigar as rivalidades preexistentes entre as tribos indígenas, o que lhes beneficiava, a troca inicial de matéria-prima por objetos de pequeno valor para os europeus, mas que fascinavam os índios e que sedimentavam alianças, a surpresa, o casamento das mulheres índias com os europeus, que na lógica cultural indígena garantia importância social ao sogro e aos cunhados e na medida em que o genro lhe serviria, funcionava também como formador de alianças.[5]

De acordo com Janice Theodoro da Silva, os holandeses não souberam manipular bem esse novo modo de guerrear, pois ainda se prendiam à idéia de hierarquia.[6] A hierarquia das guerras em campo aberto não podia ser utilizada no território brasileiro, por causa das faixas estreitas do terreno, da vegetação e dos obstáculos naturais que eram impedimentos aos objetivos guerreiros, favorecendo os nativos que guerreavam contra estes. Por isso, tornou-se necessário formular novas estratégias e “para mudar seria necessário um outro saber”.[7] Para a autora, “a concepção de luta, no caso dos brasileiros, já estava ancorada na relação do homem com a natureza”.[8]

No caso brasileiro, Janice Theodoro da Silva chamou essa forma de “estilo barroco”. Esse estilo era composto por elementos herdados do Antigo Regime aliados aos conhecimentos nativos desenvolvidos pelos índios. A autora acrescenta que apesar de haver a necessidade de

absorver os conhecimentos nativos, os europeus se negavam a reconhecer o valor indígena e a abandonar a hierarquização das tropas, pois eram eles que ocupavam os lugares de destaque e comando, apesar de serem dependentes dos índios aliados para escolher o melhor local e tipo de combate. É somente com a crítica ao saber ancestral europeu que puderam conceber a absorção do saber produzido na Colônia.

Para Evaldo Cabral de Mello esse estilo se definiu como peculiar do Brasil, demonstrando melhor adaptação às condições ecológicas e sociais. Comandantes e oficiais eram convocados na Europa para guerrear em condições totalmente diferentes das quais estavam acostumados e essa diferença lhes causava estranheza.[9] Assim se referiam os europeus recém-chegados à Colônia: "a guerra brasílica de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar, exagerando na crueldade e não dando quartel aos prisioneiros e feridos".[10] Ainda de acordo com ele, a vitória na restauração pernambucana só foi possível pela utilização dessa forma adaptada de guerrear.

Os índios foram vistos, em certos momentos, como elementos aliados ou necessários aos propósitos dos colonizadores. Eles não só serviam como força de trabalho, eram também os defensores do patrimônio do invasor, além de serem fiéis. Outro aspecto do indígena era o de desbravador, pois era ele quem conduzia as entradas para o sertão. A liberdade indígena significava a manutenção dos aliados e a possibilidade de novas investidas, visto que "o grosso das tropas de guerra para a defesa da colônia e das tropas de resgate e descimentos eram compostas de índios aldeados".[11]

No Rio Grande, a tribo dos Janduís foi aliada holandesa mais expressiva. Contudo, mesmo desempenhando esse papel de aliado e elemento colonizador, os índios não estiveram livres totalmente da escravidão ou do genocídio. Aqueles índios que se submetiam à catequese garantiam a manutenção de suas vidas e passavam a proteger os colonizadores contra possíveis ataques de índios bravos, ao mesmo tempo em que eram protegidos da escravidão

pelos colonizadores, haja vista que os jesuítas, responsáveis pelo trabalho religioso, os escravizavam amparados pela fachada da catequese e vida comunitária.

Era necessário que houvesse motivos para se declarar guerra aos índios, o que a tornava justa principalmente se a questão fosse de cunho religioso. Segundo Beatriz Perrone-Moisés, a guerra justa foi o principal dispositivo legal para a escravização dos índios. Dentre as causas legais para a guerra justa estavam "a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses [...] e a quebra de pactos celebrados".[12]

Podemos dizer que os índios mansos foram beneficiados, de certo modo, já que não eram alvo da escravidão. Uma outra forma de manipular o contingente indígena que não quisesse ser aldeado era permitir a permanência em suas terras tornando-se povo aliado, especialmente quando se tratava de uma nação que ocupasse territórios fronteiriços, de grande interesse para a defesa.

Os colonos que se denominavam pobres precisavam da mão-de-obra indígena para produzir e como estavam em constante desacordo com os jesuítas criavam as condições para a guerra justa a qual legitimava a sua ação. Para obtenção dessa mão-de-obra, os motivos para se deflagrar a guerra eram freqüentemente forjados, violando a liberdade concedida aos indígenas. Isso acabava, muitas vezes, deflagrando guerras, as quais vitimavam indiscriminadamente tanto aliados como povos hostis e o terror era semeado pelas tropas de resgate.[13]

Podemos observar que historiograficamente os estereótipos que aparecem nas crônicas foram reproduzidos, ao menos no tempo das formações dos Institutos Históricos e Geográficos. Exemplos disso são os autores que compõem a historiografia clássica norte-rio-grandense que ao escreverem sobre o período holandês oferecem uma imagem negativa e atribuem essa dominação ao abandono metropolitano. Os termos com os quais se referem aos batavos são

discriminatórios e carregados de sentimento. Então utilizam as palavras inimigos, hereges, invasores e assim por diante.

Câmara Cascudo registrou uma imagem muito interessante sobre o desempenho holandês antes da adaptação ao modelo de guerra brasílica: "Os holandeses, vermelhos e pesados, cansam, suam, vão ficando para a retaguarda".[14] Essa imagem se alterou, como observou Janice Theodoro da Silva, na batalha de Guararapes quando os holandeses abandonaram seus sapatos para melhor guerrear, ou seja, priorizaram a eficácia em detrimento da hierarquia.

Tavares de Lyra descreve o massacre de Cunhaú e lhe atribui motivações econômicas, sem deixar de evidenciar seu juízo sobre os fatos:

> Além do ódio com que os invasores costumavam castigar a rebeldia do colono, havia uma razão a mais para estas horríveis carnificinas do Rio Grande, tão atrozes agora, como logo depois da ocupação. É que só no São Francisco e naquela capitania existiam campos de criação [...].[15]

É importante observar a versão de Rocha Pombo sobre o domínio holandês porque ele humaniza a figura batava, ao contrário dos demais. Ele relatou a lealdade holandesa para promover o ataque no evento da tomada do Forte dos Reis Magos, apesar desse traço não ter permanecido em todos os fatos, o cansaço e o descontentamento pela destruição que a guerra causava. Em "Os Holandeses no Brasil: Mitos e Verdades", o autor demonstra uma posição antagônica à prevalecente que se caracteriza por exaltar os pontos positivos da ocupação batava. Ele apontou, respaldado por relatos de cronistas e documentos oficiais, fatos que denotam os motivos pelos quais o empreendimento holandês não floresceu. De acordo com

ele, as lutas religiosas (isso explicaria a destruição de imagens e queima de templos) e a ganância por fortunas foram os principais fatores da sua decadência.

Isso tudo gerou uma imagem sobre esse período. Para Roger Chartier o mundo é uma representação produzida pelos indivíduos de uma determinada época. Isso é o que nós os historiadores tomamos como a verdade, já que trabalhamos com as produções humanas sejam escritas ou orais, verdadeiras ou falsas.[16] Assim, acreditamos que a representação produzida acerca dessa guerra se deveu à influência portuguesa na escrita dos documentos e também ao fato dos holandeses professarem uma outra fé, o que configura não somente a disputa territorial, mas também religiosa. Os atores envolvidos no processo de colonização e restauração portuguesa também foram representados, pois era necessário dar e contar exemplos de homens de coragem para encorajar outros a demonstrarem seu patriotismo e assim deixarem de ser anônimos para a história.

Diogo Lopes Santiago inicia o seu texto justificando a importância de iniciativas como a sua, considerada por ele como extremamente necessária para garantir a difusão do conhecimento e dos acontecimentos tal como se passaram. Ele tenta nos convencer que será fiel ao fato verídico e que, portanto, pode representá-lo em sua narrativa, demonstrando a função moral, uma autoconsciência de historiador e uma grande preocupação em relação à verdade.[17]

> Como quer que a memória dos homens seja frágil [...] e com o decurso largo dos tempos [...] que uns diminuem e outros acrescentam... Foi cousa muito necessária, que houvesse histórias e crônicas para conservação dos ilustres feitos, heróicas obras dos famosos e insignes varões que em letras e armas se esmeraram, para que a posteridade conhecesse seu valor preclaro, e tão famosos exemplos imitasse ... [18]

Diogo Lopes Santiago atribui os “males” sofridos durante esse período à vontade divina, configurando-se como resposta ou castigo à má conduta e ao grande número de pecados que regiam a vida das pessoas nestas localidades.

> [...] a causa da sua destruição, miséria, peregrinação e cativeiro de seus moradores foram os pecados. [...] Olinda [...] de senhora que era, veio a ser cativa e escrava de hereges holandeses... Como os moradores não choraram, nem fizeram penitência dos pecados [...] foram crescendo os castigos do céu [...] não faziam conta da justiça da terra, que, faltando, sobreveio a divina, [...] os bons e ainda os próprios maus, diziam que havia de vir um castigo do céu rigoroso sobre esta terra.[19]

Nessa citação também podemos perceber que a guerra se travava devido à fé que os holandeses professavam. A forma como Diogo Lopes Santiago concebe os acontecimentos reflete a concepção de história da sua época.

Desta forma, podemos dizer que o discurso de Diogo Lopes Santiago é um discurso português e providencialista, pois ele era um homem do século XVII sob influência portuguesa e temente a Deus, além do fato dessa ser uma característica da escrita desse tempo. Sua leitura sobre a guerra demonstra que como bom português, ele defendia o direito de Portugal explorar as terras brasileiras e civiliza-la e como bom católico, tecia um discurso contrário à toda fé que não era a sua e inclusive tentando imbuir o leitor da idéia de que essa fé protestante era reveladora dos castigos divinos. Ele não deixou de fazer juízos sobre os fatos, demonstrando claramente a posição que tomava perante os mesmos. Contribuiu, como outros cronistas, para a formação de opiniões que ainda hoje se propagam, como é o caso das identidades que derivam desse período das quais são exemplos a pernambucana e a são-gonçalense.

[1] MELLO, José Antonio Gonsalves de. A edição integral da História da Guerra de Pernambuco. In: SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, 1634**. p. 2.
[2] SILVA, Janice Theodoro da. **O barroco como conceito.** p. 296.
[3] PRODANOV, Cleber Cristiano. **O mercantilismo e a América.** p. 55.
[4] Utilizamos essa denominação em consonância como os autores e cronista que estudamos.
[5] LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 34.
[6] SILVA, Janice Theodoro da. O barroco como conceito. In: SCHUMM, Petra. **Barrocos y Modernos.** Nuevos caminos en la investigación del Barroco Iberoamericano. Vervent, 1998. p. 291.
[7] Ibid.
[8] Ibid., p. 292.
[9] MELLO, Evaldo Cabral de *apud* Ibid., p. 189.
[10] PUNTONI, Pedro. *Op. cit.* p. 189.
[11] PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Guerra Justa. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil.**
[12] PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Guerra Justa.** p. 385.
[13] PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Guerra Justa.** p. 478.
[14] CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal.** Rio de Janeiro: MEC, 1955. p. 43.
[15] LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** p. 81.
[16] CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
[17] VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**; Foucault revoluciona a História. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 21.
[18] SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, 1634.** p. 9.
[19] SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, 1634.** p. 21-22.

A "GUERRA" DA INCLUSÃO: A INVENÇÃO DA UNIVERSIDADE E SUAS FORMAS DE ACESSO

UYGUACIARA VELÔSO CASTELO BRANCO - UFPB

O presente estudo possui, como corte temporal, os anos 1930 a 1960, que servem de marco para a “onda” de fundação e federalização das principais universidades brasileiras e de grande parte do aparato legal utilizado para disciplinar o acesso ao ensino superior no Brasil.

Utilizamos, como fonte documental, os arquivos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (NDIHR/UFPB), os jornais de circulação estadual do acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e os arquivos da Fundação Casa de José Américo (FCJA), com ênfase em cartas, fotografias e discursos do escritor José Américo de Almeida.

Construindo a trajetória da exclusão

A temática da inclusão/exclusão social, pela via do acesso ao Ensino Superior, permeia o nosso interesse acadêmico nos últimos quinze anos.[1] Entretanto, embora o enfoque desse artigo incida sobre o período de 1930-1960, é importante perceber que a discussão antecede a este período e sofre atualizações e reatualizações ao longo do processo histórico.

Situando a temática, no período colonial, em estudo realizado anteriormente (CASTELO BRANCO, 2004, p. 199-200), observamos que

> a inclusão social se dava, prioritariamente, pela posse da terra e/ou dos títulos de nobreza e o Ensino Superior quase que somente era acessível aos estratos sociais detentores destes bens, significando o reforço de seu *status*.

A instrução que era ofertada ao povo, cuja maioria era composta por índios e negros, adquiria características limitadas e trazia, como objetivo, a integração ao sistema, tendo como veículo condutor a religião. Para a elite, a educação era dada, principalmente, na metrópole, objetivando uma uniformização educacional e conseqüente ajustamento ao sistema, fazendo uma regulação da própria elite. A "brecha" existente no sistema era possibilitada com a formação de padres por alguns filhos de famílias pobres, que acabavam agindo, através da religião, como importantes componentes para o ajustamento das camadas excluídas ao sistema.

Já no Império, o Ensino Superior passa a funcionar como a principal via de acesso aos quadros político-administrativos do Estado Nacional em processo de construção, embora ainda se mantenha como "privilégio de poucos", fundamentada numa cidadania excludente formalizada na Carta de 1824. A maior parte da população permanecia à margem do acesso ao ensino elementar, e a pouca mobilidade registrada na sociedade imperial, que se fazia às custas do diploma de Ensino Superior tido como canal de "nobilitação pelo canudo", não prescindia das relações pessoais com os detentores do poder econômico-social e político, via política de favores e apadrinhamento.

Com o aparato jurídico dado pelas Cartas Constitucionais, observamos que, na Primeira República,

> a inclusão se dava através da maior participação política possibilitada pela instrução, tendo o título superior contribuído para a formação da burocracia de Estado, da imprensa e dos literatos em geral, responsáveis pela constituição dos quadros da elite intelectual e dirigente do país (CASTELO BRANCO, 2004, p. 200).

Mesmo tendo eliminado a dupla cidadania do Império, a educação continua a ser vista como privilégio, tendo como principal "função" a regulação do sistema, através de uma exclusão jurídico-política que permaneceu ocasionando a apartação de muitos segmentos

sociais do acesso a direitos. Com o alargamento econômico-social possibilitado pelo fim da escravidão, pela dinâmica da economia agro-exportadora e pela urbanização de alguns centros (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador), o Ensino Superior também passa a atender a um mercado de trabalho livre.

No pós-30, com a maior visibilidade adquirida pelo processo de industrialização nacional, a relação entre Ensino Superior e mercado de trabalho se expande, embora se mantendo a sua função de formar quadros técnico-administrativos para o aparato estatal, tanto em nível do Governo Central como também estaduais. Entretanto,

> o diploma continuava a ser apanágio das elites com a inclusão de segmentos das classes médias urbanas. Para o povo, a educação resumia-se a uma instrução primária, voltada para a preparação de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho (CASTELO BRANCO, 2004, p. 200).

Na vigência do Estado Populista, a Educação Superior torna-se mais visível enquanto reivindicação de um direito, sendo vista como canal de ascensão social e inserção em um mercado de trabalho urbano em franca expansão, ligado à industrialização e às suas necessidades de formação de quadros técnicos para a gestão dos negócios e para a modernização do Estado. Há, portanto, um incentivo cultural para a formação de uma elite, necessária à construção de uma burocracia estatal forte, que garantiria o atendimento aos interesses econômicos privados, através da transformação do país agrário-exportador em uma sociedade urbano-industrial.

Nesse contexto,

> solidifica-se o **mito** da educação como forma de ascensão social e começam a surgir as primeiras Universidades brasileiras, marcadas, entretanto, por traços de clientelismo e coronelismo, ainda dominantes no cenário político nacional, mesmo com o declínio dos antigos barões do café (CASTELO BRANCO, 2004, p. 144).

Assim, sob a influência legal das Reformas Benjamin Constant e Rivadávia-Corrêa, a década de 1930 torna-se o marco de fundação de uma enorme quantidade de cursos superiores mantidos por instituições particulares ou religiosas, que tentam disputar espaço

com as tradicionais faculdades oficiais de Direito (em São Paulo e Recife), de Medicina (no Rio de Janeiro e na Bahia), e de Engenharia (Politécnica do Rio de Janeiro e de São Paulo e Escola de Minas de Ouro Preto). Sintetizando, na Reforma Benjamin Constant, o Decreto Federal nº 1.232, de 02 de janeiro de 1891, extinguira o monopólio do poder público, inicialmente sobre o curso jurídico e, posteriormente, sobre o Ensino Superior.

A Reforma Rivadávia-Corrêa, datada de 5 de abril de 1911, instituiu a liberdade de ensino e a livre competição, visando o "aperfeiçoamento" do Ensino Superior através do maior favorecimento à iniciativa privada. Isto contribuiu para agravar, ainda mais, o quadro do conhecido *comércio de diplomas*, passando as escolas a servirem como símbolo de vaidade e ostentação e não como sinônimo de formação profissional acadêmica. O **exame de admissão** aos cursos superiores surge, também nesse período, pelas letras do Decreto Federal nº 8.659, de 5 de abril de 1911, e sua denominação foi substituída por **exame vestibular**, com o Decreto Federal nº 11.530, de 18 de março de 1915, conhecido como Reforma Carlos Maximiliano. Entretanto, esse dito "vestibular" era, na verdade, uma seleção dentro da elite, um "exame de saída" do ensino secundário que, ao mesmo tempo, possibilitava o acesso ao Ensino Superior, embora ainda não tivesse uma intenção claramente **excludente**, papel que era desempenhado, de modo "competente", pelo sistema socioeconômico. Apenas em 1925, o exame adquire a função reguladora no preenchimento de vagas ao Ensino Superior, com uma prefixação do número de vagas (*numerus clausus*). Tal exame passa a desempenhar, nesse momento, de maneira mais explícita, a função de "funil", disciplinando a ocupação de vagas nas instituições de Ensino Superior, para conter o aumento significativo da demanda por instrução.

Em 1932, o país possuía 41 faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, sendo 23 particulares, provocando uma "situação inflacionária" no mercado de diplomas de nível superior, que corria riscos de desvalorização do título acadêmico, em decorrência da excessiva concorrência tanto nos cursos mais tradicionais quanto naqueles cursos novos, que habilitavam para profissões em fase de expansão (educadores, psicólogos, cientistas sociais, economistas, agrônomos, etc.).[2]

Mesmo assim, sob forte influência política, são fundadas, em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (RJ). Na Paraíba, antes de surgir a Universidade, houve o florescimento de várias escolas superiores isoladas, trazidas pela influência política local, que tem em José Américo de Almeida seu principal mentor. Essas escolas foram, preferencialmente, vinculadas às profissões ditas "nobres", como Direito, Medicina, Filosofia, Engenharia e outras como Agronomia, Farmácia, Economia, Serviço Social e Enfermagem. Pelo estado de precariedade e pelas enormes dificuldades financeiras, essas escolas tornavam premente a criação de uma instituição que as congregasse e, conseqüentemente, agregasse recursos, o que foi conseguido com a criação da Universidade da Paraíba, através da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, que integrou as diversas faculdades já existentes. A Universidade foi criada não como instituição com vida própria e objetivos maiores, mas como um agrupamento de cursos, "gerenciados" por um núcleo comum, o que se constituiu em traço característico da quase totalidade das Universidades brasileiras.[3]

Apesar disso, a situação de penúria continuava a ser característica da Universidade da Paraíba e o seu funcionamento se dava graças às subvenções federais, ao pagamento feito pelos alunos e à influência política de representantes de algumas das faculdades existentes. A federalização se fazia urgente, como solução para o desafogo dos cofres estaduais, para a melhoria dos quadros universitários e a ampliação de maiores possibilidades de acesso, sobretudo às classes médias, que vislumbravam, na esperada gratuidade do ensino, a diminuição dos gastos com locomoção e estadia em outros centros culturais, sobretudo Recife e Salvador.

A Universidade da Paraíba foi federalizada em 13 de dezembro de 1960, pela Lei Federal nº 3.835, seguindo-se de uma "onda de federalização" também em outros estados, como Rio Grande do Norte e Alagoas.

No contexto dos anos 60, a crise econômica e o desemprego aumentam a demanda por acesso à Universidade, que passa a ser tida, por excelência, como via de inclusão e ascensão social. Duas razões podem ser encontradas para explicar esse aumento de

demanda: a primeira, aponta para a progressiva internacionalização da economia brasileira que não absorve, intensivamente, a mão-de-obra mais escolarizada e amplia o "exército de reserva", que busca na Universidade uma continuidade e melhoria de sua formação profissional; a segunda diz respeito ao fracasso da tentativa de implantação do ensino profissionalizante pelo regime militar, que redundou numa "crise de identidade" do Ensino Médio,

> perdido no dilema entre as suas funções formativa geral, propedêutica e profissionalizante. A Universidade viraria a *tábua de salvação*... se não fora, mais uma vez, a "habilidade" do sistema educacional instituir novo mecanismo de exclusão: o Vestibular Unificado, como forma de deter a pressão por escolaridade de nível superior (CASTELO BRANCO, 2004, p. 201).

Mesmo com o aumento formal de vagas, pela ampliação das universidades e escolas superiores, o que acenaria para uma "democratização de oportunidades", o sistema escolar brasileiro continuou a desenvolver-se de forma heterogênea e desordenada, verificando-se índices de escolarização, significativamente, inferiores nos estados mais pobres, nas zonas rurais e nas periferias urbanas, em relação aos índices verificados nos grandes centros urbanos.

A educação, relegada a último plano, continuou a ser arma de barganha e poder utilizada por políticos astutos que viam, nas Escolas Superiores, um símbolo de poder local e de triunfo de sua influência junto ao poder Legislativo:

> Da mesma forma que um homem de riqueza era medido, anteriormente, pela quantidade de terras e de escravos que possuía, um político influente era avaliado pelos projetos audaciosos que lograssem aprovação. E nada mais audacioso do que a criação de uma Universidade, legítima representante de crescimento, urbanidade, progresso, mesmo convivendo com a miséria, o analfabetismo, a falta de infra-estrutura, a precariedade em grau máximo (CASTELO BRANCO, 2004, p. 175-176).

Ainda nos anos 1960, com a função de realizar os *concursos de habilitação*, para os cursos ou faculdades isoladas, em obediência à Portaria nº 87, de 24 de novembro de 1949, foi criada, na Paraíba, a Comissão de Coordenação do Concurso de Habilitação (CCCH).[4]

Nos final dos anos 60, surgem os concursos vestibulares unificados[5], regidos pela Lei nº 5.540/68, em seu artigo 21, parágrafo único.[6]

Um trecho de uma crônica, em refinado tom irônico, publicada em um jornal paraibano, sob o título *Educação Nova*[7], ilustra bem esse momento, quando faz referência ao Deputado João Calmon e a sua constatação sobre a ociosidade de vagas e a pouca demanda existente nas escolas militares e nos seminários. Assim, diz o articulista, referindo-se à precária organização dos cursos de graduação, na Paraíba, que parecem expressar muito mais os anseios de uma fração da população do que serem o resultado de um planejamento sólido de mercado de trabalho:

> Os vestibulares demonstram que, na Paraíba, todo mundo quer ser médico. Tem razão. O Ministério da Saúde informa que todos somos doentes. [...] Médico é gente que sempre tem onde aplicar seus conhecimentos – quando lhe faltam os terceiros, tem ele próprio. Aliás quando se trata dele próprio, o referido é duma modéstia a toda prova – sempre procura um colega. De modo que todo mundo, afinal, é cliente (EDUCAÇÃO Nova..., 19 jan. 1968, s.p).

Considerações Finais

Assim, a formação universitária, sobretudo nos estados com menor desenvolvimento econômico, como a Paraíba, teve o traço maior de legitimação do poder político, inicialmente, através do ensino enciclopédico e erudito e, depois, com o ensino técnico, prático, profissionalizante, para fortalecer a economia local, carente de modernização. Uma importante exceção a esse quadro surge a partir dos protestos feitos por segmentos médios urbanos, reclamando por continuidade em sua formação profissional ou por melhores condições de ensino, principalmente nos grandes centros urbanos ou nas capitais.

Para finalizar, é necessário uma importante reflexão:

> se o Ensino Superior se constituiu, historicamente, como privilégio, ao assim delinear-se, ele se configura num dos mais perversos e eficientes mecanismos de **regulação** do sistema, para normatizar a exclusão social. Aquilo que é um privilégio passa a se configurar ou se construir como **mito**, ou seja, ter acesso à educação passa a representar, no imaginário dos excluídos, uma melhor e almejada posição social (emprego, status, etc.), sem a percepção das correlações existentes entre tal privilégio e a estrutura de poder (socioeconômica e política) (CASTELO BRANCO, 2004, p. 202-203).

Como agravante, o sucesso/fracasso nos exames de seleção para a Universidade passa a ser visto e contabilizado como decorrente do desempenho pessoal, fruto de uma formação adequada/inadequada. Na verdade, há um fundamento objetivo ou racional para as desigualdades – **o mérito**, que provoca uma espécie de "congelamento" da situação social do indivíduo, ou seja: os mais abastados freqüentam as melhores escolas, têm acesso às Universidades, aos cursos mais disputados, mais reconhecidos e melhor remunerados pelo mercado de trabalho; os alunos menos favorecidas economicamente, freqüentam escolas com precárias condições de funcionamento, dificilmente têm acesso à Universidade e, quando heroicamente conseguem uma vaga no Ensino Superior, geralmente ocupam cursos de menor demanda, que formam profissionais para um mercado de trabalho com baixa remuneração e pouca valorização social.

Notas

---

1 Cf. CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. *Concepções de escola do professor de 2º grau.* Implicações no Vestibular em João Pessoa – PB. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: mimeo, 1995;CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. *A construção do mito do meu filho doutor.* Fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife: mimeo, 2004.

2 Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

3 Um trabalho de referência sobre a temática foi feito por: LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluiza da Silva. *UFPB*: implicações políticas e sociais de sua história. n. 11, João Pessoa: UFPB/NDIHR, abr. 1986. Disponível em: <http://www.reitoria.ufpb.br/~ndihr/>. Acesso em: 05 out. 2002.

4 A data de criação foi 20 de setembro de 1965.

5 O primeiro Concurso Vestibular Unificado, na Paraíba, é regulamentado pela Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 03/69 que "estabelece normas para o Concurso Vestibular na Universidade Federal da Paraíba" (CASTELO BRANCO, 1995, p. 65).

6 "Dentro do prazo de três anos, a contar da vigência desta lei, o concurso vestibular será idêntico, em seu conteúdo, para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins, e unificado, em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas, ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos" (CASTELO BRANCO, 1995, p. 53).

7 EDUCAÇÃO Nova. *Correio da Paraíba*, Paraíba, 19 jan. 1968.

GUERRA CONTRA O ISLÃ NO DISCURSO MISSIONÁRIO BRASILEIRO

VALDINEI APARECIDO FERREIRA

O acompanhamento da literatura sobre missões, especialmente em periódicos evangélicos, indica crescente interesse pelos países de maioria religiosa islâmica[1]. Escolhemos dois periódicos: *Revista Vinde* e *Revista Ultimato*. A primeira era uma das empresas da missão Vinde (Visão Nacional de Evangelização), presidida pelo pastor presbiteriano Caio Fábio D`Araújo Filho, sendo que, além da revista possuía também um Canal de TV paga e uma emissora de rádio. A Revista Vinde, bem como os demais empreendimentos, foram vendidos pelo pastor Caio Fábio após as revelações de seu envolvimento com o "*dossiê Cayman*"[2]. A Revista Vinde circulou de novembro de 1995 a outubro de 1999, depois foi comprada por outro grupo, passando a circular sob o nome de Eclésia.

A Revista Ultimato foi fundada em 1967 por uma família de presbiterianos e até hoje permanece propriedade familiar, com o objetivo de ser um órgão evangélico de comunicação, sem vínculo particular com qualquer denominação evangélica. Trata-se de publicação bi-mensal com tiragem de 50.000 exemplares[3]. Pelo conteúdo teológico da Revista é de se esperar que seus leitores estejam entre seminaristas e pastores das igrejas históricas e também de algumas igrejas pentecostais.

Em levantamento nessas duas revistas citadas encontramos significativa quantidade de matérias referentes ao tema das missões evangélicas. Na revista Vinde foram encontradas 84 matérias e na Ultimato foram encontradas 52 matérias. Além disso, verificamos uma oferta crescente de cursos destinados à formação de missionários para atuar fora do Brasil, denominados de missionários transculturais.

De imediato chama a atenção o elevado número de matérias dedicadas ao tema da liberdade religiosa/perseguição e da expansão da religião islâmica, principalmente na Revista Vinde. Porém, a maior parte das notícias de perseguição religiosa refere-se aos países de maioria islâmica, algumas poucas referências são feitas à Rússia e à China. É no mínimo instigante que o Brasil, sem nenhum registro de crescimento do islamismo e com

histórico de convivência pacífica com os imigrantes vindos das terras de Maomé, sinta-se incomodado com acontecimentos tão distantes de suas fronteiras. São freqüentes as notícias de perseguições, sempre ligadas a países de maioria islâmica, das quais relacionamos algumas chamadas:

Cristão Marroquino é tratado como louco. (Vinde, ano II, n. 14, dez. 1996)
Perseguições: Turquia , Egito e Arábia Saudita. (Vinde, ano II, 18, mai. 1997)
O homem que desafiou o Islã – o kwaitiano Robert Hussein, convertido, incendiou a discussão sobre liberdade religiosa em seu país. (Vinde, ano I, n. 12, out. 1996)
Liberdade vigiada na Indonésia. (Vinde, ano I, n. 6, mai. 1996)
Cristãos na alça da mira: perseguição na Argélia. (Vinde, ano 1, n. 3, jan. 1996)
Evangélicos proscritos. (Vinde, Idem)
Liberdade vigiada no Iraque. (idem)
Oração pelos perseguidos nos países muçulmanos (Vinde, ano III, n. 34, set. 1998)
Tempo de mártires: cresce em todo o mundo a intolerância contra a Igreja de Cristo. (Vinde, ano IV, n. 39, fev. 1999)
Indonésia em caos: perseguição religiosa. (Ultimato, ano XXXII, n. 257, mar./abr. 1999)
Um cristão no meio de muçulmanos – (Ultimato, ano XXXIII, n. 264, mai./jun. 2000)
Igreja sofredora sobrevive no Sudão. (Ultimato, ano XXXIII, n.267, nov./dez. 2000)
Volta à Turquia e ajuda-nos. (Ultimato, ano XXIV, n. 239, mar. 1996)

O islamismo, além de ser apresentado como inimigo da liberdade religiosa e perseguidor feroz dos cristãos, é também descrito como uma religião em rápida expansão pelo mundo, inclusive na América Latina. Relacionamos a seguir algumas reportagens sobre a expansão islâmica:

Alá na América Latina: islamismo em expansão. (Vinde, ano II, n. 15, jan./fev 1997)
Do México ao Brasil: a força da imigração de muçulmanos. (Idem)
Alá na América Latina: islamismo em expansão. (Vinde, ano, II, n. 14, dez. 1996)
Argentina: o islã no poder. (Idem)
Panamá: missão muçulmana. (Ibidem)
O islã cresce e assusta: religião muçulmana se expande e ameaça cristãos ao redor do mundo. (Vinde, ano I, n. 11, set. 1996)
Islamismo em expansão no Egito. (Vinde, ano 1, n. 7, mai. 1996)
Turquia quer islamizar a vizinha. (Vinde, ano I, n. 2, dez. 1995)
Protestantes e muçulmanos crescem mais que católicos. (Ultimato, ano XXVII, n. 228, mai. 1994)

A combinação do crescimento do islamismo com sua perseguição ao cristianismo fecha o círculo do argumento missionário. A resposta inevitável é a convocação das forças missionárias do cristianismo para combater o antigo inimigo maometano. Clara Mafra[4] analisou o modo pelo qual os evangélicos lançaram mão de "teorias persecutórias" para mobilizar os fiéis contra a aprovação de projeto de lei sobre meio ambiente, que tramitava na câmara federal, o qual feria os interesses das igrejas. Trata-se de recurso

freqüentemente utilizado por minorias religiosas. Segundo Mafra as "teorias persecutórias", em sua função esquemática, " *podem ser bastante eficientes na criação de certos pontos de condensação de informação onde podem se processar os acordos*"[5]. Campos destaca a estratégia da Igreja Universal na criação de um inimigo comum contra o qual os fiéis devem lutar; o inimigo pode ser a Rede Globo[6], o catolicismo, as religiões afro-brasileiras ou mesmo outras igrejas evangélicas. No caso de nossa análise o acordo se faz em torno da urgência do empreendimento missionário, uma vez que o "inimigo muçulmano" está em franca expansão pelo mundo.

Além da presença do tema da liberdade religiosa/perseguição presente na mídia evangélica, os evangélicos brasileiros mantiveram contatos com duas entidades internacionais que atuam na defesa da liberdade religiosa no âmbito mundial. O primeiro contato foi com a *World Evangelical Fellowship* (WEF) – *Religious Liberty Commission*, por ocasião do Congresso Nacional da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), Brasília, julho de 1994. John Langlois, membro da Comissão de Liberdade Religiosa, declarou aos presentes as preocupações da WEF com as perseguições sofridas por cristãos no Oriente Médio devido ao recrudescimento do fundamentalismo islâmico (Ultimato, ano XXVIII, n. 232, 1995, p. 20). A WEF tem por objetivo a defesa da liberdade religiosa, mas especialmente o apoio aos cristãos protestantes que estejam sofrendo algum tipo de discriminação em decorrência de sua opção religiosa. O segundo contato foi o *Congresso Mundial de Liberdade Religiosa,* no Rio de Janeiro em 22 de junho de 1997*,* que teve por tema: "*Enfrentando o novo milênio: liberdade religiosa numa sociedade pluralista*". O evento foi promovido pela *International Religious Liberty Association* (IRLA), uma organização para a defesa da liberdade religiosa, criada em 1893 nos EUA. O Congresso destacou que os cristãos são o grupo religioso que mais sofre com as perseguições religiosas. Além da presença de religiosos, o evento contou com a presença de membros, na época, dos governos federal e estadual – Íris Resende, ministro de Justiça; José Gregori, secretário nacional de Direitos Humanos; Marcello Alencar, Governador do Rio de Janeiro.

A atuação de instituições que se especializaram em divulgar informações sobre cristãos e igrejas que são perseguidos em outros países desempenha importante papel no crescente interesse das igrejas evangélicas brasileiras pelos temas da perseguição e liberdade religiosa no mundo. A missão *Portas Abertas* é exemplo de agência missionária especializada em divulgar informações sobre perseguição aos cristãos no mundo. A Missão *Open Doors* foi fundada na Holanda em 1955 por um jovem evangelista chamado André. Seu propósito era apoiar cristãos que viviam em países sob o regime comunista. No contexto da Guerra Fria, seu trabalho ganhou grande popularidade. Visitou os Estados Unidos e o Brasil algumas vezes. O livro "*O Contrabandista de Deus*", que narra suas peripécias para fazer Bíblias e literatura cristã chegarem aos países comunistas, tornou-se best-seller com aproximadamente 10 milhões de cópias vendidas. A Missão *Open Doors* abriu escritórios de representação em diversos países. Entretanto, com a queda do Muro de Berlim em 1989 a ameaça comunista parecia vencida. Então, a Missão *Open Doors* resolveu voltar seus esforços para a defesa dos cristãos que estão sendo perseguidos em países de maioria religiosa islâmica e para a conversão dos seguidores do islã, é o que afirma o fundador da Missão:

> Creio que *o islã representa hoje o maior desafio à igreja*. Não a sistemas políticos ou econômicos, mas à igreja. Por que? Em termos mais simples, porque nós da igreja ocidental não chegamos nem perto de igualar o nível de dedicação, determinação e força de muitos grupos muçulmanos. Cristo e Bíblia sem dúvida nos chamam a um compromisso radical, mas nós não exibimos no modo em que vivemos. Até que o façamos, *o islã vai continuar a ser a religião que mais cresce no mundo – não pela sua força , mas pela nossa fraqueza*.
> Por esse motivo, venho dedicando o resto da minha vida ministerial a estes dois objetivos: ir aos muçulmanos em nome de Jesus, e fazer o que posso para fortalecer a igreja do mundo islâmico. De fato, é o que sempre fiz, mas como estou agora concentrado num grupo que parece ser absolutamente fechado aos cristãos, sinto-me como se tivesse começado uma carreira totalmente nova.
> [...] É por isso que, em 1991 nós do Portas Abertas decidimos lançar outra campanha de orações: *dez anos de orações pela igreja do mundo muçulmano*. Estamos conduzindo essa campanha de modo semelhante àquela que fizemos pela União Soviética, mas com duas diferenças importantes. Primeiro, estamos orando por dez anos, não por sete, pois *o mundo muçulmano é muito mais fechado ao Evangelho do que jamais o foi a União Soviética*. E segundo, estamos concentrando as nossas orações na igreja do mundo muçulmano, pois ela é muitíssimo frágil e em alguns lugares quase inexistente[7]. (os grifos são nossos)

A Missão Portas Abertas possui escritório em São Paulo, de onde distribui informações, por meio de uma revista bi-mensal, para as igrejas evangélicas. Além da Revista, divulga informações por meio de vídeos e promove "férias missionárias", que são

viagens organizadas pela Missão para países mulçumanos. Os participantes das viagens são geralmente profissionais liberais e estudantes universitários que custeiam a viagem com recursos próprios. A partir de 2002 Portas Abertas passou a organizar acampamentos que simulam situações de perseguição aos cristãos. Esses acampamentos são chamados de "*underground*" e são destinados ao público jovem das igrejas evangélicas.

A Missão Portas Abertas assume a defesa dos cristãos perseguidos com atitude que ultrapassa a tradicional resignação cristã. As estratégias adotadas são semelhantes às de outras organizações que militam na área dos Direitos Humanos. Portas Abertas elaborou uma "Classificação de Países por Perseguição[8]", que é atualizada trimestralmente de acordo com o registro de novas perseguições sofridas por cristãos. Distribui endereços e modelos de mensagens para serem enviadas a embaixadas de países que estão na lista dos perseguidores de cristãos. Fornece também o endereço de presos e familiares, bem como modelos de mensagens de encorajamento, já redigidas em inglês. Países de maioria religiosa islâmica, como Arábia Saudita, Irã, Sudão, aparecem sempre nos primeiros lugares do ranking daqueles que mais perseguem cristãos. Portas Abertas promove o "Dia Internacional de Oração pela Igreja Perseguida". Nesse dia, sempre no mês de maio, as igrejas evangélicas são convocadas para orar, refletir e solidarizar-se com os cristãos que vivem sob perseguição.

O tema da liberdade religiosa e da perseguição de cristãos pode, em alguns momentos, transcender os limites das divisões confessionais que atravessam o cristianismo, unindo cristãos de diferentes tradições em torno da defesa da liberdade religiosa. Foi o que aconteceu no evento relatado na reportagem abaixo:

> O movimento, de origem conservadora e ancorado na tese básica de que pelo menos 200 milhões de cristãos são perseguidos em 70 países, a maioria deles de muçulmanos, mostrou vigor no domingo 15, quando mais de 50.000 igrejas e templos participaram do Dia Internacional de Oração pela Igreja Perseguida. Gente demais para ser ignorada. Tanto que no mês passado o presidente Bill Clinton sancionou a contragosto a lei que obriga o governo americano a adotar ações contra países denunciados por perseguição religiosa. A campanha – que irrita a diplomacia americana por "criar uma hierarquia artificial de direitos humanos" , segundo a secretária de Estado, Madeleine Albright – nasceu dos setores duros do fundamentalismo cristão, que batalham pelo ensino da teoria da criação divina nas escolas públicas, mas já mobiliza igrejas protestantes tradicionais e também os católicos. Reunir sob a mesma bandeira confissões que divergem profundamente em outros assuntos, como aborto e homossexualismo, é quase um milagre ecumênico, sobretudo por se basear numa tese de

> comprovação duvidosa, de que há uma ameaça em escala mundial à fé cristã. (Veja, ano XXXI, n. 47, 25/11/1998, p. 81)

A partir da criação, em 1998, do Escritório de Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o governo norte-americano incluiu como objetivo da sua política externa o combate à perseguição religiosa e a promoção da liberdade religiosa em todo o mundo. O Escritório é responsável pela emissão de um Relatório Anual, em setembro de cada ano, sobre a situação da liberdade e perseguição religiosa em todos os países estrangeiros. O Relatório anual deverá servir de fundamento para que o Congresso possa tomar medidas de sanção econômica contra os países que, pelos critérios norte-americanos, estejam violando a liberdade religiosa.

Trata-se de uma concessão às missões norte-americanas[9]; os maiores interessados no fim das barreiras contra a propagação do cristianismo. A avaliação do papel que será desempenhado pelo Escritório para Liberdade Religiosa precisará ainda de alguns anos, pois até agora foram publicados seis relatórios – 1999 a 2004.

Parece-nos claro que o discurso missionário brasileiro[10] situa-se dentro de um quadro mais amplo de assombro do Ocidente diante do Outro, ou do chamado Resto. Na sua forma acadêmica esse assombro foi consagrado na tese de Samuel P. Huntington[11], segundo a qual os conflitos do século XXI seriam essencialmente de ordem cultural. Após a queda do muro de Berlim, a pergunta: “De que lado você está?” teria sido substituída por: “O que é você?”. Se a tese estiver correta[12], a religião desempenha papel muito importante nesses conflitos. Setores considerados ecumênicos também têm dedicado atenção especial ao islamismo. A revista Concilium, editada por um grupo de renomados teólogos católicos e protestantes, dedicou um número especial ao que chamou de: “Islã: um desafio para o cristianismo” (Concilium, n. 253, 1994/3) e outro à violência de origem religiosa (Concilium, n. 272, 1997/4). Após o ataque de 11 de setembro às torres gêmeas do World Trade Center, a preocupação com o Islã assumiu proporções gigantescas. O interesse que estava restrito à mídia religiosa, extravasou para todos os meios de comunicação.

Perseguições localizadas a grupos cristãos realmente existem. Certo assombro do Ocidente, diante do mundo islâmico, também pode ser identificado. As missões, dentro da esquematização da "teoria persecutória", transformam isso numa ameaça global à fé cristã, visando a extrair algum vigor espiritual dos cristãos ocidentais. Nos países do Primeiro Mundo, com exceção dos EUA, talvez essa estratégia não obtenha grande sucesso. Todavia, dos países do Terceiro Mundo estão surgindo os "novos soldados de Cristo".

---

[1] Introduzimos aqui as definições terminológicas propostas por Peter Demant, embora no discurso missionário as confusões sejam freqüentes: "*Em primeiro lugar, o termo muçulmano refere-se a um fenômeno sociológico, enquanto islâmico diz respeito especificamente à religião. Desta maneira, por exemplo, pode-se afirmar que o Paquistão possui uma maioria muçulmana; mas nem por isso é um Estado islâmico. Islamismo e islamita, por sua vez, são utilizados para definir o movimento religioso radical do islã político, inspiração do que se chama popularmente de fundamentalismo muçulmano. É, portanto, confuso e incorreto usar o termo islamismo como sinônimo de islã, como acontece ocasionalmente em português*" (DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004, 14)

[2] Alexandre Fonseca Brasil analisa a trajetória do pastor Caio Fábio e o desenvolvimento de seus empreendimentos. Ver **Religião e Sociedade**, volume 19, número 1, 1998.

[3] Revista Ultimato, ano XXXIV, número 270, maio/junho de 2001, p. 6

[4] MAFRA, Clara C. J. , Dialética da perseguição. Em: **Religião e Sociedade**, vol. 19, n. 1, 1998, 59-83 pg.
[5] Idem, p. 62

[6] Campos (1997) faz uma análise detalhada dos conflitos entre a Rede Globo de Televisão e IURD ocorridos em 1995, destacando a habilidade da IURD em utilizar a estratégia da identificação do inimigo para mobilizar os fiéis. CAMPOS, L. S.**Teatro, templo e mercado** – *organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. São Paulo, Edições Simpósio/Umesp/Vozes.

[7] ANDRÉ, Irmão. (1998), **Desafiando os limites da fé**: como ultrapassar as fronteiras das impossibilidades humanas. São Paulo, Mundo Cristão. p.220-21

[8] A Missão Portas Abertas publicou recentemente um livro com informações sobre 52 países onde há perseguição aos cristãos: COMPANJEM, Johan. **Cristianismo de Alto Risco**. São Paulo: Carrenho Editorial, 2002.

[9] José Jorge de Carvalho afirma:"*Apesar do discurso oficial laico dos Estados Unidos ser um estado laico, há uma dimensão ideológica do poder do estado que é em boa medida evangélica; basta lembrar que essas gigantescas corporações de cristianismo midiático de alcance mundial não pagam impostos*". (CARVALHO, José Jorge de. (1998), Religião, mídia e os predicamentos da convivência pluralista: uma análise do evangelismo transnacional norte-americano. In: MOREIRA, Alberto Silva (org.) **Sociedade Global***: cultura e religião*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Universidade São Francisco.)Penso que a criação do Escritório para Liberdade Religiosa deva ser incluída na discussão da ambigüidade da estado americano no tratamento da liberdade religiosa.

[10] Para uma apreciação ampla das raízes missionárias das igrejas brasileiras bem como sobre as relações entre a expansão missionária brasileira e a globalização ver: FERREIRA, Valdinei A. **O Campo é o Mundo**: análise sociológica da transnacionalização das igrejas evangélicas brasileiras. 2002. 125f. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

[11] HUNTINGTON, Samuel P. Choque das civilizações. Em: **Política Externa**, Paz e Terra/Política Internacional & Comparada/USP, vol. 2, n. 4, mar./abr./mai. 1994, p. 124.

[12] Edward W. Said, no texto "Islã e Ocidente são bandeiras inadequadas", contesta a tese do "Choque de civilizações" S. Huntington. (SAID, E. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo,2003, p. 136-139)

CONSTRUINDO O ESPAÇO (E O) FEMININO: O DISCURSO MISÓGINO DOS PADRES DA IGREJA E AS MULHERES NA IDADE MÉDIA

Prof.ª Ms. Valéria Fernandes da Silva – PPG-UNB

> *"Imediatamente após completarem quatorze anos, as mulheres são tratadas por 'damas' pelos homens. E assim, ao verem que nada lhes resta senão serem parceiras do leito dos homens, começam a se embelezar e nisso depositam todas as suas esperanças."*[1]

O fragmento acima é de autoria de um escritor romano pagão do século II que se dispunha a apresentar o papel das mulheres na sociedade de sua época. Para o autor, às mulheres haveria um só caminho, o casamento, dentro de um modelo no qual a heterossexualidade, pelo menos a feminina, seria compulsória. Essa fala, com poucas adaptações, poderia fatalmente estar presente na mídia ou nos discursos científicos de divulgação dos dias atuais, onde as representações sociais de "mulher" de maior visibilidade apontam sempre para a adequação a certos papéis esposa, mãe, objeto do desejo masculino, etc. [2] "Ser mulher", neste tipo de discurso, seria antes de tudo tornar-se objeto sexual, ver-se pelos olhos dos homens.[3]

Estes modelos, ou papéis de gênero,[4] de tão repetidos e reforçados no decorrer dos séculos terminaram por ser internalizados como naturais, perdendo sua dimensão histórica e cultural. Esta naturalização e sua aceitação indiscriminada têm marcado a historiografia Ocidental. Estruturadas sobre uma lógica binária, que liga certos comportamentos e espaços ao universo masculino ou feminino, se estabelece uma valoração na qual tudo que se liga às mulheres é menos relevante, visível até porque ligadas ao espaço privado. Neste mundo, desligado dos grandes processos sociais, políticos e econômicos, elas viviam suas vidas em função dos homens que as cercavam, não haveria então porque lhes dar espaço na História. Mais inconveniente ainda, seria a proposta das diversas linhas feministas e pós-modernistas, cuja intenção é rediscutir a própria forma de fazer história e a noção de sujeito universal, desconstruindo[5] os paradigmas intelectuais que nortearam o olhar dos historiadores sobre suas fontes.

Neste artigo estaremos examinando fragmentos destes discursos, produzidos pelos Padres da Igreja, no período chamado por alguns historiadores de Antigüidade Tardia,[6] refletindo um pouco sobre como os seus escritos serão apropriados pelos intelectuais do século XIII. Os chamados Padres da Igreja eram autoridades locais, ou mais que isso, expoentes da Igreja Cristã em ascensão, eles tiveram seus escritos colocados no mesmo patamar da Bíblia como parâmetro para o comportamento e o pensamento cristão. Agostinho, Ambrósio, Jerônimo e tantos outros escreveram com o objetivo de aconselhar e regulamentar a vida dos fiéis, homens e mulheres. Nesse processo, podemos perceber a construção da moral e da sexualidade cristãs, a criação de códigos e condutas, o estabelecimento de um espaço para feminino. Este espaço criado, espaço segregado, seria necessário para construir e consolidar a idéia de uma sexualidade indomável, naturalizada, sempre pronta a aflorar.

Mesmos nos primeiros séculos de construção da Cristandade, não se pode afirmar que os homens foram os únicos a escrever, no entanto, para muitos historiadores ainda hoje, é o discurso masculino o único passível recuperado. No artigo "Olhares dos Clérigos", Jacques Dalarun, ao falar do século XII e XIII, inicia seu artigo com as seguintes palavras *"Uma vez mais, há que partir dos homens, daqueles que, nesta idade feudal, detêm o monopólio do saber e da escrita (...)".*[7] Mesmo podendo arrolar outras vozes, vozes femininas, vozes indefinidas, é preciso ouvir os homens em primeiro (e único?) lugar.[8] Assim, reforça-se a idéia as mulheres medievais eram pouco letradas, sendo meras receptoras – dóceis ou não – das palavras masculinas.

Durante muito tempo, boa parte dos historiadores e historiadoras tiveram certeza absoluta de qual seria o lugar ocupado pelas mulheres na história da Igreja. Tomando por base o discurso dos Padres da Igreja, da Bíblia, e de tantas outras fontes lidas com olhar pré-estabelecido, produziu-se farto material historiográfico que invisibilizava a participação feminina, ou que lhe concedia um lugar subalterno desde os primórdios da Era Cristã.

A despeito do que as fontes pudessem dizer, a interpretação já estava pronta. Bem ilustrativo nesse sentido é o artigo de Pierre-Louis Gatier intitulado *Mulheres no Deserto?* .

A interrogação do título tem um sentido muito mais irônico do que propriamente investigativo, pois a conclusão já está dada no início do texto:

> *No decurso da Antigüidade tardia (século IV-VII), numa sociedade mediterrânica oriental conquistada pelo cristianismo mas largamente dominada pelos homens, o lugar da mulher na Igreja mantém-se restringido. A exemplo do sacerdócio, a vida do eremita (do grego* ***eremos****: "vazio", "solidão", "deserto") é-lhe interditada. (...)*[9]

Mesmo confrontado com as narrativas das vidas de mulheres ascetas, como Thais e Maria do Egito, o autor aferra-se à sua visão cristalizada do papel feminino no Cristianismo e irá afirmar que *"estas belas lendas, redigidas desde Antigüidade, muito apreciadas na Idade Média e que os romancistas modernos se comprazem em remodelar, não passam de puras ficções!"* [10] Para o autor as narrativas hagiográficas seriam meramente ficcionais, escritas por homens que desconheciam a vida religiosa feminina.[11] Ainda seguindo esse raciocínio, o monacato, a vida contemplativa por excelência, apresentar-se-ia como a única via de expressão para as mulheres dentro da Igreja.

Infelizmente, análises radicais, como a de Gatier ou mais tradicionais como a de Jacques Dalarun, ainda se apresentam como dominantes no meio historiográfico. Tais perspectivas se pautam em pressupostos de gênero. Este paradigma – da estabilidade de papéis/espaços femininos e masculinos ao longo dos séculos – é discutido e desconstruído por Judith Butler em seus trabalhos, mostrando que gênero e o sexo, assim como suas atribuições, são construtos culturais. Assim, haveria uma descontinuidade entre os corpos sexuados e os gêneros a eles culturalmente atribuídos.[12] Tal questão se torna evidente, por exemplo, quando tentamos perceber como, ao longo da história da Igreja, irá se construir e reconstruir um discurso sobre as mulheres que tornará possível, por exemplo, ainda em nossos dias, excluí-las do sacerdócio na maioria das Igrejas Cristãs.

Mesmo que não tivessem na sexualidade o seu único eixo, os discursos dos Padres da Igreja são absolutamente falogocêntricos, anulando qualquer perspectiva que não se paute pela reificação do masculino em detrimento do feminino. Um bom exemplo, como já citamos, está apresentação do sacerdócio como direito masculino, sendo usurpadoras,

pecadoras e, por que não, histéricas, as mulheres que pleiteiam tal função ou simplesmente ousam transpor limites ainda em construção:

> *(...) de repente uma mulher (...) em estado de transe se anunciou como profetisa, e agiu como se estivesse tomada pelo Espírito Santo. (...) andava descalça no rigor do inverno sobre a neve congelada (...) [e] a muitos enganou (...) [fingindo] que, mediante uma invocação poderosa, podia santificar o pão e celebrar a Eucaristia (...) e também batizar muitas pessoas, servindo-se das palavras costumeiras e legítimas do rito.*[13]

O que em um homem poderia ser visto como sinal de santidade, em uma mulher poderia se tornar motivo de profunda preocupação. Importante é que por meio de Cipriano podemos perceber mulheres ocupando papéis muito diversos daqueles que, por exemplo, Gatier vai apontar como sendo os únicos possíveis.[14] Como nesse momento (século III) não estavam delineados ainda os limites entre a heresia e a ortodoxia,[15] é possível perceber uma prática religiosa plural, na qual as fronteiras entre feminino e masculino não estão bem estabelecidas.

De acordo com Elisabeth Fiorenza, as primeiras tentativas de institucionalizar o Cristianismo com a exclusão das mulheres dos cargos de autoridade, mediante medidas repressivas ou o discurso inflamado dos padres da igreja, ajudam a construir a noção de masculinidade como sinônimo de perfeição. Só que, ao mesmo tempo, as mulheres reagem criando alternativas e estratégias que lhes possibilitem continuar participando ativamente das Igrejas Cristãs.[16]

De fato, nem as epístolas paulinas,[17] nem os Padres da Igreja vão poder calar ou restringir a espiritualidade "desordenada" das mulheres. Isso tanto é correto que ainda no século XIII o papado vai emitir decretais proibindo as mulheres de ministrarem os sacramentos, pregarem ou exercerem o sacerdócio.[18] Além disso, se irá promover forte perseguição aos grupos religiosos femininos que não se adequassem àquilo que a ortodoxia, representada pelo discurso da Igreja Romana, esperava delas. O caso mais conhecido de perseguição nesse sentido, foi o das beguinas,[19] mas poderíamos arrolar também aqui a construção da imagem da bruxa.[20]

Um dos argumentos de peso no discurso medieval contra as mulheres era seu caráter "naturalmente" volúvel e coube aos Padres da Igreja isto poderia se expressar em uma sexualidade desmedida. Tão forte será essa noção que muito da disciplina cristã, marcada por jejuns, flagelações, longas vigílias e orações, terá como único objetivo dominar uma sexualidade voraz. Comer em excesso, consumir determinados alimentos, tudo contribuía para que o cristão de deixasse contaminar por maus pensamentos e sucumbisse:

> *"Da gula provém a alegria inoportuna, a obscenidade, a frivolidade, a vaidade, as imundícies do corpo, a instabilidade mental, o desejo sexual (...) Da luxúria, a cegueira do espírito, a leviandade, a incoerência."*[21]

Outra via de controle da sexualidade é a preocupação com as sociabilidades entre os sexos presentes nos primórdios da Igreja Cristã. É pensando na castidade que Tertuliano defenderá o uso do véu por parte das mulheres na Igreja, pois lá elas estariam em contato – quase promíscuo – com os homens. [22]

Não há uma unanimidade em culpabilizar as mulheres pela luxúria, vários Padres da Igreja defendem, por exemplo, a virgindade, tanto para homens quanto para mulheres. Entretanto, como seres tutelados, as mulheres são vistas também como vítimas em potencial a serem protegidas. Como em muitos casos, as mulheres deveriam ser maioria nas comunidades cristãs, elas atendem em massa ao chamado, estimuladas tanto por pregações quanto por literaturas que circulavam na época. Um bom exemplo é o Proto-Evangelho de Tiago, texto apócrifo, falando da infância da Virgem Maria:

> *"Ela era pura de corpo e alma, nunca pôs o rosto fora da porta do Templo, nunca olhou para um homem estranho, e nunca se entusiasmou ao olhar para um rosto de um rapaz. Seus trajes eram delicados. (...) o véu lhe caía sobre os olhos (...) Ela nunca ansiava por grandes quantidades de alimento, nem tão pouco circulava pelo mercado da cidade."*[23]

Enfatiza-se a clausura, e efetivamente muitas virgens consagradas no final da Antigüidade viviam reclusas em suas próprias casas;[24] vestir-se de maneira modesta, sendo que o véu já começa a aparecer como símbolo de recato; e jejuar. Os ideais de ascese, em especial o jejum, irão produzir, principalmente na Baixa Idade Média, uma série de santas ditas anoréxicas. Importante ressaltar que os altos padrões espirituais a serem alcançados

pelas mulheres são estabelecidos pelos homens e funcionam como uma forma eficaz de controle dos corpos femininos.

Este discurso, na época Patrística, produziu legiões de virgens, viúvas e mesmo mulheres casadas que desejavam viver em castidade e penitência. Essas mulheres consagradas, passam a serem vistas como símbolo de status pelas famílias. [25]

Tal situação, entretanto pode gerar vários problemas, um deles, apontado por Basílio de Cesaréia, seria o das famílias que para não dividir heranças ou pagar dotes, consagravam meninas ainda muito pequenas, sem que estas pudessem escolher.[26] Outro problema, era a crescente independência das celibatárias e o poder que estas passavam a exercer dentro das Igrejas. Com acesso ao diaconato e em alguns lugares certamente pleiteando o sacerdócio, crescem os discursos que culpabilizavam Eva e suas filhas pelos pecados da humanidade e as apresentam como instrumentos preferenciais do diabo.

> "*O diabo, miserável, dispunha-se a transformar-se, de noite, em mulher e a imitá-la em todas as maneiras para seduzir Antônio. Mas este, pensando em Cristo e tendo presentes, graças a ele a nobreza e o caráter racional da alma, extinguia as brasas da paixão e da sedução.*"[27]

Aqueles que se tornam ascetas são exaltados. Mas nas vidas dos grandes "padres do deserto" começa a ser estabelecida a aproximação entre o corpo feminino e o demônio. Este discurso é de tal forma repetido e resgatado com novas roupagens que a ginofobia está presente ainda hoje no pensamento Ocidental, assim como a difusão da idéia de que o corpo feminino seria um corpo naturalmente doente e mais fraco.[28]

Como a sexualidade construída nos textos Patrísticos é tida como incontrolável, seu cerceamento acaba se tornando e eixo central da vida do cristão. Assim, os homens deveriam se manter afastados das mulheres para seu próprio benefício. [29]

Em contrapartida, ainda nos séculos de afirmação do Cristianismo no mundo mediterrâneo, começa a se estabelecer uma distorção perversa que atinge em cheio às mulheres: o discurso de legitimação da prostituição como um mal necessário. O próprio Agostinho, autoridade inconteste, irá produzir a máxima que definirá o lugar da prostituição na Cristandade: *"Retirai as prostitutas ao gênero humano e tudo será subvertido pela paixão*

da luxúria."[30] Este tipo de discurso será retomado no século XIII, [31] por pregadores e legisladores, ajudando a criar as condições necessárias para a regulamentação da atividade, com a tentativa de segregação das prostitutas a espaços pré-estabelecidos.

Importante ressaltar que no mesmo período haverá o retorno à ênfase na clausura que será imposto às freiras com a criação de regras de vida cada vez mais severas. Ao mesmo tempo, os mesmos pregadores, em geral mendicantes, irão tentar restringir as mulheres leigas ao espaço privado,[32] sempre se pautando em discursos consagrados da Bíblia e da Patrística se buscará um controle cada vê maior sobre os corpos femininos.[33]

O discurso dos Padres da Igreja vai então separar as mulheres entre as que se entregam ao pecado e àquelas, que sob a tutela masculina. Entretanto, o risco da queda é permanente, pois sua natureza é defeituosa, conforme d idéia Aristotélica do *homem gorado*.[34] Tendo suas vidas definidas a partir do olhar masculino, as mulheres são construídas como sujeitos relacionais, já os homens têm o seu significado garantido pela estrutura androcêntrica sociedade da época, representando o parâmetro de ser humano, os sujeitos de fato.

Sem defender a permanência de discursos, afirmo que estes são retomados, relidos, comentados, ressemantizados, principalmente quando são revestidos de alguma forma de autoridade.[35] No caso dos escritos Padres da Igreja, eles continuam circulando ainda hoje. Sendo que o caráter misógino de seus textos serve de base sempre que se deseja cercear os direitos das mulheres em relação aos seus próprios corpos, para garantir a manutenção da sua desigualdade política dentro das Instituições religiosas, ou para reforçar representações sociais que associam o feminino ao mal, à doença e ao desvio.

---

[1] Epíteto, Enchiridion 40.

[2] Como representações sociais compreendemos os filtros que nos permitem interagir socialmente, idéias mestras que norteiam nossas atitudes, reações, ações, etc. JODELET, Denise. Representações Sociais: Um Domínio em Expansão. In ____ (org.) **Representações Sociais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 17-44.

[3] LAURETIS, Teresa. Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness. **Feminist Studies**, Feminist Studies, 1990, 16, p.119.

[4] Compreendo gênero como uma categoria relacional, que não necessariamente se resume ao binário masculino feminino, mas pode se manifestar em um espectro muito amplo de vivências. Entretanto, ao utilizarmos papéis de gênero em nosso artigo, estamos centrando a reflexão no binômio masculino/feminino, por isso mesmo, convém lembrar que mesmo que relacional, a nossa cultura, assim como aquela que norteava o discurso da Patrística, é hierarquizante valorando o masculino como superior e mais importante que o feminino.

[5] Desconstrução é "o trabalho necessário de reflexão que possibilita uma desfamiliarização de construções conceituais que se transformam em crenças e, enquanto tais, colocam-se como grandes obstáculos para que outras possam ser construídas". SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano – Aproximações Teóricas e Metodológicas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 27.
[6] BROWN, Peter. Corpo e Sociedade – O Homem, a mulher e a renúncia sexual no início do Cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.7-13
[7] DALARUN, Jacques. Olhares dos Clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle, org. História das Mulheres A Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990, vol 2, p. 29.
[8] PETROFF, Elizabeth Alvilda, ed. *Medieval Women Visionary Literature.* New York: Oxford, 1986.
[9] GATIER, Pierre-Louis. Mulheres no deserto? In: BERLIOZ, Jacques. **Monges e Religiosos na Idade Média.** Lisboa: Terramar, 1994, p.169.
[10] GATIER, Pierre-Louis. op. cit., p.173.
[11] A idéia de que *"o que a história não diz não existiu"* permeia o raciocínio de historiadores como Gatier. A impossibilidade de deixar que as fontes falem é absoluta, pois por princípio as conclusões já estão dadas. O tipo de história feita por esse autor é o mesmo que descarta a existência das amazonas como fruto do folclore ou do fetiche dos gregos, e considera todos os outros eventos descritos na mesma fonte como passíveis de confiança. Ver: NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é Lesbianismo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.
[12] BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24.
[13] Cipriano, carta 75.10.
[14] GATIER, Pierre-Louis. op. cit., p. 172.
[15] RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação – As minorias na Idade Média.** Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 53-81.
[16] FIORENZA, Elisabeth. O Papel da Mulher no Movimento Cristão Primitivo. **Concilium**, Petrópolis: Vozes, 1976, 111, p. 15-17.
[17] São consideradas paulinas algumas das epístolas do Novo Testamento. Dentre os textos considerados como acréscimos posteriores, ou compilações de ensinamentos atribuídos ao apóstolo Paulo, consta um dos textos basilares em relação à proibição do sacerdócio feminino.
[18] RAMING, Ida. A Posição de Inferioridade da Mulher Segundo o Direito Canônico Vigente. **Concilium**, Petrópolis: Vozes, 1976, 111, p. 54-55.
[19] As beguinas eram mulheres leigas que organizaram comunidades religiosas principalmente no Norte da Europa. PETROFF, Elizabeth Alvilda, op. Cit., p. 171-178.
[20] RICHARDS, Jeffrey. op. cit., p. 83-84
[21] Teodoro da Cantuária, *Poenitentiale*, c. 941.
[22] "Ali ela é toda acariciada pelos olhares errantes de completos estranhos, apalpada pelos dedos daqueles que a apontam e, favorita de todos nós, anima-se com isso entre abraços e beijos zelosos." Tertuliano, de Virginibus Zelandi.
[23] Fragmento do Protoevangelho de Tiago. Este texto considerado apócrifo é uma das fontes sobre a infância de Maria. Tendo sido produzido no século II, tornou-se muito popular no século IV. Este tipo de texto alimentava muito a imaginação, tanto dos clérigos quanto dos leigos, na Idade Média.
[24] BROWN, Peter. op. cit., p. 218-237.
[25] *"Em todos os lares cristãos é necessário que haja uma virgem, pois a salvação da casa inteira está nessa virgem. E quando a ira recair sobre a cidade, não recairá sobre a casa onde houver uma virgem. Eis porque todos os moradores das casas ilustres desejam que esse nome imaculado possa permanecer com ele em seus lares."* Cânone de Atanásio 98.
[26] "Os pais, irmãos e outros parentes entregam muitas meninas antes da idade adequada, não porque tenham um anseio íntimo de continência, mas para que seus parentes possam extrair disso alguma vantagem material." Basílio de Cesaréia, Carta 119.18.
[27] Atanásio, Vida de Santo Antônio.
[28] GATENS, Moira. Power, Bodies and Difference. In BARRET, M., PHILLIPS, A. (eds.) **Destabilishing Theory.** Cambridge: polity Press, 1992, p. 228.
[29] "É melhor aproximar-se de um fogo ardente do que de uma mulher jovem. Por causa da mulher, muitos homens estão mortos. Porque com o hábito vem a teimosia, do mesmo modo da mulher deriva a infelicidade do homem." Jacques de Vitry, Sermones in Epistolas et Evangelia Dominicalia.
[30] Agostinho de Hipona, De Ordine.
[31] *Para evitar uma luxúria pior, é necessário que a Igreja tolere as prostitutas e seus clientes. Assim como Moisés, mal se apercebe que seu povo era levado a matar as mulheres [infiéis], permite o repúdio (...), do mesmo modo a Igreja permite, isto é tolera, a existência de prostitutas e dos seus clientes para que não se difunda a paixão sexual mais grave.* Thomas Chobhan, Suma Confessorum.
[32] CASAGRANDE, Carla. A mulher sob Custódia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle, op. cit., p. 99-141.
[33] *O sexo feminino, sobre cuja proteção escrevemos aqui, possui quatro grandes inimigos: dois deles encontram-se nele mesmo, a saber, a concupiscência da carne e a curiosidade própria das mulheres; dois deles vêm de fora, o desenfreado prazer dos homens e a insaciável cobiça do demônio para fazer mal. Acrescente-se que, diferentemente do homem, a mulher pode perder sua virgindade pela violência.* Idung Von Prüfening, século XII.
[34] BROWN, Peter. op. cit., p. 19-20.
[35] FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996, p. 21-36.

"Nos arrabaldes da minha cidade": apropriação e práticas de espaços na localidade do Portão do Gelo no Bairro de Beberibe – Recife/PE

Valéria Gomes Costa PPG-UFPE

valcosta79@hotmail.com / valeria.costa@ufpe.br

Nas décadas de 1950, o centro do Recife passou a ser um espaço diferenciado e segregador, mas que paradoxalmente, estava ampliando seus tentáculos urbanos às populações de baixa renda, afrodescendentes, trabalhadores informais, imigrantes das zonas rurais que vão ocupar os arrabaldes deste centro, ou seja, as áreas suburbanas que segundo V. Pontual, são essas áreas uma continuidade do tecido urbano[i].

Os subúrbios, por sua vez, passam a ser locais de habitação/moradia da grande parte da população que estava neste período, crescendo, seja pelas imigrações oriundas das zonas rurais, e/ou pelo crescimento vegetativo da população de baixa renda concentradas no centro da cidade. Ambas as populações vão sendo empurradas para as áreas periféricas da cidade desde as décadas de 1940-50, em decorrência da política contra "mocambos"[ii]. Desta forma, os subúrbios passam a ser opção de residência para as camadas populares, que ao ocuparem os espaços geográficos destas áreas vão também criando mecanismos de tornar estes lugares seus territórios, através de práticas cotidianas de apropriação espaços para a garantia da habitação, de trabalho, do lazer, das práticas religiosas marginalizadas pelo Estado.

Assim, procurando perceber como se estruturaram os espaços suburbanos recifenses, a partir da década de 1950, através das estratégias de criação de novos lugares pelos indivíduos para garantirem estas áreas como sendo suas, ou seja, o subúrbio como "o pedaço"[iii] da população excluída. A observação das práticas cotidianas dos membros de uma comunidade religiosa, a Sociedade Africana Santa Bárbara – Xambá, que ao deslocar seu Terreiro de Xangô, do bairro de Santa Clara para a localidade do Portão do Gelo, no bairro de Beberibe, nos possibilitou pensar nos mecanismos criados e (re)criados pelas

pessoas para garantirem seus territórios dentro da cidade. Desterritorializando as estruturas urbanas oficiais, criando estratégias de continuidade de suas práticas culturais condenadas pelas estruturas vigentes, ressiginificando a partir de suas apropriações os espaços de forma a lhes tornarem familiar.

Deste modo, as áreas de periferias da cidade que começaram a ser ocupadas pela população expurgada do centro do Recife, a partir dos anos 1940-50, como os subúrbios de Casa Amarela e Beberibe. Esta última era (é) uma área geográfica às margens de rio, cujo nome se estendeu também como indicador da região. Constituía-se de muitos terrenos baldios coberto por matas, onde a política de modernização da cidade, na época da Interventoria Agamenon Magalhães, procurava doar lotes a população de baixa renda, distantes do centro. A população, por sua vez, via nesta política uma alternativa para adquirir suas residências próprias[iv]. Ficando longe, portanto, do centro urbano da cidade, que passava por transformações em sua arquitetura e forma urbana, de modo a assemelhar-se com as grandes capitais, a exemplo do Rio de Janeiro.

O Portão do Gelo, em Beberibe, foi a alternativa de lugar encontrada pelos membros da Nação Xambá e sua líder Severina Paraíso da Silva, a Mãe Biu, para (re)construírem a nova sede do seu "terreiro de xangô" e transformarem os espaços nesta localidade, de modo a tornar este lugar "seu pedaço", ou melhor, seu espaço físico, social, simbólico e religioso, após terem saído anteriormente do bairro recifense de Santa Clara, no qual o Terreiro estava localizado. Embora fosse o referido bairro também distante do centro do Recife, pertencente também às áreas de periferia, Santa Clara no inicio da década de 1950 estava se tornando um espaço impróprio para esta comunidade religiosa. Primeiro, seja pelo fato de estarem em um terreno não próprio, isto é, alugado, como nos conta Maria José Batista, a D. Zeza, *"[...] Porque a casa não era própria era alugada* [pausa] *não é porque quiseram tirar ela de lá não, ai foi quando tiveram oportunidade de comprar aquela [...]".*

Segundo, Portão do Gelo, nesta época, estava possivelmente em processo de ocupação dos espaços físicos, através dos loteamentos de terrenos baldios, certamente que eram vendidos pela prefeitura, a preços mais accessíveis a população, nos quais eram

construídas casas populares. Por outro lado, aberturas vias e avenidas no bairro veio a corroborar um inicio de desenvolvimento urbano, ainda que precário, enquanto que Santa Clara possivelmente estava legado a se tornar um lugar de novas construções de fábricas, pelo que conta D. Zeza, ao se referir ao local, quando este sediava o Terreiro de Mãe Biu, *"[...] era um sítio, hoje, ela é a fábrica Minerva, o Terreiro era tão grande, que ocupa a fábrica Minerva, quando foi vendido esse terreno [...]"* tornando-se espaço para o desenvolvimento industrial, projetado pelo governo vigente.

Outros motivos podem ter levado Mãe Biu a tomar essa atitude de deslocamento da referida sede de seu Terreiro de um bairro a outro em 1951. Podendo está ligado às ações do governo de desagregação da população afrodescendente, levando adiante uma política racista, que objetivava eliminar do cenário social da cidade, as raízes de uma cultura negra, contida na religião. Desapropriando terrenos os quais abrigavam os "terreiros de xangô", dificultando a moradia dos adeptos/as dos cultos afro-brasileiros, uma vez que, Mãe Biu também estava à procura de uma moradia residencial, visto que sua casa seria também o espaço de funcionamento de seu Terreiro de Xangô. Pelo que narra D. Zeza, ao falar da organização dos membros da Nação Xambá para construírem a nova sede do Terreiro de Xangô, *"[...] os meninos brincava naquele terreno, ali, entendeu... até que ela resolveu fazer a casa dela ali né, ela começou na de cá do terreiro. Saiu de Santa Clara, comprou aquele terreno, foi morar ali... [...]."*

Pelas palavras de D. Zeza é plausível que a Mãe-de-Santo não conduziu sozinha o deslocamento do Terreiro, nem mesmo que o motivo tenha sido simplesmente o desejo dela em possuir uma casa própria para fazer seu 'xangô' funcionar. Desta forma, Mãe Biu e sua comunidade religiosa foram articulando espaços no Portão do Gelo, após comprar um terreno, no qual construiu a primeira casa para funcionar o Terreiro, que segundo nos contou Maria José Batista, antes da chegada de Mãe Biu com a comunidade Xambá, *"[...] ali tudo era mato [...]".*

Assim, o terreno antes baldio passou a ser um espaço físico (de moradia) e cultural, onde as práticas religiosas dos indivíduos estavam sendo (re)construídas quando

começou a ser erguido o templo, *"[...] primeiro, a casa que foi construída foi a do terreiro... ai ficou a maior parte, ficou o Salão e o Pegi [...]"*.

Pela fala de D. Zeza podemos pensar que o "Terreiro de Xangô", espaço condenado pelas autoridades governamentais, que se esforçavam em rotulá-los, por um lado, de prejudiciais a saúde moral e psíquica da sociedade[v]; por estar sendo lugar das (re)significações religiosas e culturais vindas de africanos e seus descendentes e por outro lado, por serem estes espaços físicos, construções de taipa (pau-a-pique), irregulares, cuja arquitetura não combinava com as novas estruturas urbanas da modernidade.

No entanto, o espaço do terreiro simbolizava para os indivíduos além de lugar sagrado, de desenvolvimento de suas práticas religiosas, visto que foi a primeira construção empreendida pelos membros do Xambá, pela entrevista acima. Era um local também reservado ao lar, pois para os/as adeptos/as das religiões afro-brasileiras, "o terreiro" significa o *ilê* (casa), espaço de desenvolvimento das relações familiares. Uma vez que todos/as que ali estão são protegidos/as por uma mesma mãe (Ialorixá) que recebe as ordens supremas dos Orixás para proteger seus/suas filhos/as-de-santo, vinculados/as a ela pelos laços simbólicos da religião[vi].

Assim, Mãe Biu após erguer seu Terreiro, articulou para que seus familiares e filhos/as-de-santo próximos/as viessem morar aos arrabaldes do Xangô. Construindo moradias, angariando recursos para auxiliar irmãos/as sanguíneos/as a adquirirem terrenos e casas, deslocando essas pessoas de bairros distantes[vii] para o Portão do Gelo, *"[...] ela trouxe a família toda... a primeira que ela puxou para cá para junto dela foi Madrasta... ela que se esforçou, arranjou conhecimento, tudo, eles compraram ai vamos ajudar a levantar a casa... seu Luiz não tinha condição... ai tinha atrás do terreiro, aí onde é o Memorial... aí ela já tinha subido ele todo de tijolo e encima fez feito um apartamentozinho... então daquela casinha, ela arrumou um jeitinho de puxar uma casinha para seu Luiz, trouxe seu Luiz para junto dela [...]"*.

Pelo relato de Dona Zeza foi possível não só exemplificar atitudes de Mãe Biu para articular espaços de habitações para seus familiares, como também saber principalmente das transformações que passaram esses espaços. Através de sua memória

apresentando as construções atuais do lugar no qual está sediado o Terreiro Xambá, desde o ano 1951, institucionaliza as antigas configurações dos espaços físicos, como nos diz Certeau, ao falar dos deslocamentos pela oralidade que representa pontilhados do passado[viii], *"[...] aquele corredorzinho de quarto todinho que tem quando a gente vai dobrando para lá, aquilo foi dela, ela fez doação a uma filha-de-santo, [...] quando vivia lá era exclusiva para assar pinto de Exu e era uma mão-de-obra dentro do terreiro [...]".*

Não queremos corroborar através deste trecho da fala de D. Zeza que as ações de Mãe Biu serviram para garantir apenas espaços de moradia para seus familiares e, principalmente aos filhos/as-de-santo do seu Terreiro. Porém, refletir em relação às apropriações dos espaços físicos, estes adquiridos não só por compra das instâncias públicas e particulares, como também por deliberação da própria mãe-de-santo, segundo narrativa de Antonieta dos Santos, filha-de-santo de Mãe Biu, nos contando que recebeu apoio da Mãe-de-Santo para realizar ocupação em um terreno baldio. Além de pensar também nas relações de sociabilidades criadas por Mãe Biu e de suas demarcações das relações de poder. Isto se refletirmos nas ocupações dos espaços não-pensados pelos urbanistas que os indivíduos se apropriam e transformam, (re)desenham e nomeiam como seus, na garantia de que o "pedaço" foi conquistado.

Quanto a isto, a localidade em estudo, recebeu outros nomes pela Prefeitura, pelo Governo do Estado e por outros órgãos públicos, não só como Portão do Gelo mais como Loteamento Jardim Beberibe, São Benedito e Sapucaia, como encontramos em diversas notas fiscais, Licenças da Secretaria de Segurança Pública e outros documentos. No entanto, para os indivíduos da comunidade, são denominações irrelevantes, a nomeação feita por eles era outra, própria das relações de sociabilidades religiosas e culturais, (re)configuradas pelas suas ações e de sua mãe-de-santo. A localidade ficou conhecida após a chegada dos membros da Nação Xambá como "O Xangô de Mãe Biu", ou seja, era o local de D. Biu, de modo que até mesmo notas fiscais ao serem emitidas tomavam como ponto de referencia o "Terreiro de Xangô de D. Severina"[ix], que tinha passado a ser autoridade local[x].

Seu nome não fica apenas sendo referência para a comunidade que na localidade habita, entre a vizinhança, mas se torna lugar de Mãe Biu por lei municipal. A antiga Rua Albino Neves de Andrade, onde o Terreiro de Mãe Biu foi assentado, na qual ela começou suas primeiras articulações, passou a se chamar oficialmente Severina Paraíso da Silva[xi]. Inverteu-se a ordem, a comunidade "fez a lei" e as instâncias municipais trataram de reconhecer as leis criadas pelos indivíduos.

Desta forma, os indivíduos vão articulando práticas em seu cotidiano que (re)desenham o bairro como lhes sendo próprio, uma vez que este é o espaço social, resultado das relações de sociabilidade entre vizinhos, comerciantes, caminhantes, ligados entre si, pela aproximação[xii]. Os membros do Terreiro Xambá reconfiguraram a localidade do Portão do Gelo como seu bairro, criando até mesmo uma associação de moradores, como espaço de práticas de cidadania e cultura. Esta associação, fundada por Tia Luiza, em 1986, que dividia os mesmos espaços físicos de sua casa com a sede da associação de moradores do bairro, viabilizou através desta, calçamento da rua, festas de carnaval, entre outras comemorações, além de captação de recursos para assistência à comunidade que necessitava de todo o tipo de ajuda, *"[...] quem primeiro começou a mexer para fazer o calçamento da rua foi ela, infelizmente ela morreu e não viu, a gente foi quem concluiu... nesse tempo tinha um tal do leite, não teve uma época do Governo Sarney que dava leite, era todo mundo atrás desse infeliz ticket desse leite [...]".* Pelas palavras de Maria do Carmo, a "Cacau", é plausível inferirmos acerca das estratégias que a comunidade do Terreiro Xambá procurava elaborar e (re)elaborar para garantir seu território.

Por outro lado, o bairro enquanto configuração das relações desses indivíduos também é local de produção de cultura, e como tal, as lideranças da comunidade procuravam promover o carnaval como parte de suas expressões culturais. Assim, Tia Luiza e Mãe Biu articulavam as festas de momo no bairro, *"[...] Tia Biu deu a idéia daquelas troçinhas e ela tornou grandioso. O primeiro grande carnaval que se fez na rua foi mamãe que inventou, patrocinado na época pela confecção de Maria do Carmo,... eu me lembro que o bloco foi Madeira do Rosarinho, foi assim a sensação, trouxeram Madeira do Rosarinho, ela trouxe! [...]"* .

Pelo fragmento da fala de Cacau, além de pensarmos no papel desempenhado pelas mulheres negras dentro das religiões afro-brasileiras como mantenedoras das tradições religiosas e articuladoras de políticas culturais no bairro, podemos em outra perspectiva refletir acerca do papel das lideranças femininas, uma vez que Mãe Biu não empreendeu sozinha nenhuma de suas ações. Sempre esteve cercada pelos membros de seu terreiro que a auxiliaram mutuamente.

Voltando um pouco nas reflexões de Certeau sobre o nome próprio enquanto autoridade local, pensamos no prestígio que representava o nome 'Mãe Biu' para muitos membros de seu terreiro, como por exemplo, para Antonieta que hoje está empregada em um dos colégios da rede municipal da Prefeitura de Olinda desde 1984, devido à amizade de sua Mãe-de-Santo com o ex-vereador, Aristófanes de Andrade, hoje já falecido, *"[...] ia na Câmara que minha mãe tinha me apresentado Aristófanes... o vereador, ele freqüentava aqui... tinha um respeito a minha mãe fora de sério, Aristófanes de Andrade e minha mãe me apresentou ele como sobrinha dela, então podia chegar lá na Câmara podia ser quem fosse, você veio a mando de quem? De dona Severina é [...] trabalhei seis meses no PAM de Areias que foi ele que arrumou, Aristófanes, depois que eu sai, ele disse eu vou arranjar uma coisa boa para você... ai foi quando arranjou o do colégio [...]"*

Nome que autorizava não apenas designar os espaços físicos, também indicador de prestígio junto às autoridades locais, mais que servia para facilitar a vida das pessoas que viviam sob sua proteção, para conseguirem junto a políticos, pessoas influentes na sociedade, empregos, entre outras facilidades, em seu cotidiano para a sua comunidade. Assim, apresentou-se esta Mãe-de-Santo na narrativa de D. Antonieta, o que nos leva a refletir: quais as implicações além dos interesses políticos, como corriqueiramente pensamos, teria a presença do citado vereador em suas relações com Mãe Biu?

D. Severina Paraíso tinha articulações também com políticos locais, talvez para garantir condições de trabalho a sua comunidade. Nos possibilitando pensar na antiga relação do político com seus eleitores nos pequenos espaços da cidade, ou seja, nos

subúrbios. Provocando repensarmos se o político está sempre no papel de um mero especulador nas periferias, nos "terreiros de xangôs", que são nosso foco, de pessoas sem instrução escolar como D. Severina para simplesmente angariar voto. Será, por outro lado, que estas pessoas não criam e (re)criam estratégias de negociações, com estes políticos em troca de seus interesses, sem maiores comprometimentos com a questão eleitoral?

Portanto, Severina Paraíso procurou elaborar e (re)elaborar meios junto a sua comunidade religiosa, não só para garantir a continuidade do Culto Xambá, mais principalmente criando e (re)criando estratégias de ampliação de espaços físicos, construindo habitações para os indivíduos, que para os urbanistas podem até se apresentarem como irregulares, pois não seguiram seus traçados planejados. No mais, são moradias planejadas dentro do universo dessas pessoas que jogam com os espaços delimitados pelas condições ora geográficas, ora financeiras ou até mesmo produzidas pelas relações de sociabilidades, como as ocorridas no Portão do Gelo, em Beberibe, exemplos de configuração de bairro, através das redes de sociabilidade dos indivíduos.

---

[i]PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dos prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950.* Recife: Editora da UFPE, 2001, pp. 36-37.

[ii]Política de extinção das habitações populares, feitas de taipa, no Governo de Agamenon Magalhães, que projetava modernizar o Recife, através de uma política urbanizadora criou novos espaços para acomodar a população excluída. Construindo as vilas populares: Vila das Lavadeiras, Vila dos Comerciários, etc, em áreas periféricas. GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza brasileira X mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife – décadas de 30 e 40.* Recife: UFPE, 1997 (Dissertação de Mestrado em História), pp. 42-79.

[iii]BRUMANA, Fernando G. e MARTINÉZ, Elda González. Os espaços In: *Marginália sagrada.* São Paulo: ÚNICAMP, 1991.

[iv]GOMINHO, Z. Op. cit., pp. 69-70.

[v]ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A construção da verdade autoritária.* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, pp. 155-160. Ver também QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. *Religiões Afro-brasileiras no Recife: intelectuais, policiais e repressão.* Recife: UFPE, 1999 (Dissertação de Mestrado em História).

[vi]OLIVEIRA, Rafael Soares de (Org). *Candomblé: diálogos fraternos contra a intolerância religiosa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

[vii]Maria Luiza de Oliveira e Luiz de França do Paraíso, irmã e irmão de Mãe Biu por parte de pai, moravam no bairro do Cordeiro/Recife. Donatila Paraíso do Nascimento irmã legítima de Mãe Biu, morou no Bairro Campo Grande/Recife.

[viii]CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. 9ª ed. Petrópolis, Vozes, 1994. (Vol. 1), p.189.

[ix]Fopel – nota fiscal de assistência técnica. 25/05/1984. Consta Roteiro: "pela Av. Beberibe, na entrada da Fabrica Antártica ou do Portão do Gelo – próximo ao centro Mãe Biu". Acervo Memorial Severina Paraíso da Silva – Mãe Biu.

[x]CERTEAU, Michel de. Op. cit. pp. 184-186.

[xi]Lei n° 5000/95. A Câmara Municipal de Olinda decretou sancionou esta Lei, que passou a vigorar em 25 de maio de 1995. Cópia do referido documento no Acervo do Memorial Severina Paraíso da Silva – Mãe Biu e Pedido de Deferimento para projeto de mudança de nome da rua, dirigido ao Prefeito Germano Coelho, em 20/07/1994. Cópia do referido documento no Acervo do Memorial Severina Paraíso da Silva – Mãe Biu.

[xii]CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. Morar. In: *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar.* 5 ª ed.Petrópolis, Vozes, 1996. (Vol. 2), p. 39.

Um caminho para se estudar as memórias de Pedro Nava: saúde e sociedade brasileira (1890-1940)

Vanda Arantes do Vale- UFJF

> *EU SOU um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo denominada a Rua Direita da Cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua, número 179, em frente à Mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos* (Nava; 1978, p. 13).

Este parágrafo inicia a obra de Pedro Nava (1903-1984). Pertence ao primeiro livro de Memórias – *Baú de ossos* – lançado em 1972. Parafraseia Eça de Qeiróz que em Carta a Pinheiro Chagas diz: "Eu sou um pobre homem da Povoa de Varzim", texto que é Epígrafe do Capítulo I – Setentrião. Seguiram-se outros livros de Memórias: *Balão cativo* (1973), *Chão de ferro* (1976), *Beira – mar* (1978), *Galo das trevas* (1981) e *O círio perfeito* (1983). Escrevia *Cera das almas* quando suicidou-se, no Rio de Janeiro aos 81 anos incompletos em 1984[i][1].

Dependendo das edições, as Memórias somam 2.500 páginas. Sucesso de público e crítica. Surpresa no meio literário pela qualidade e escrita de um gênero considerado menor na Literatura, Memórias. Ficou-se então, revelado, para o grande público que, Nava fora ativo participante do Modernismo brasileiro em sua vertente de Minas Gerais. Considerado por seus contemporâneos como talento promissor em Artes Plásticas. Também, ficou conhecido pelo público que Nava era um médico de longa e reconhecida vida profissional. Trabalhou como médico durante 54 anos (1928-1982). Aposentando-se do Serviço Público em 1969, iniciou a redação das Memórias. Então,

Nava, memorialista brasileiro de sucesso, nasceu em 1972 no lançamento de Baú de Ossos quando tinha 69 anos.

Nava escrevera dois livros sobre aspectos da História da Medicina: Território de Epidauro (1947) e Capítulos de História da Medicina (1949). Não ficou satisfeito com estes trabalhos que não foram reeditados enquanto o memorialista viveu. As Memórias naveanas, como temos afirmado, tem características enciclopédicas; traçam um amplo painel da sociedade brasileira de meados do século XIX a 1940. Diversos trabalhos acadêmicos têm se debruçado (ensaios, artigos, dissertações e teses) sobre a obra de Nava[ii][2]. Buscam aspectos como: urbanismo, solidão, mulheres, a cidade de Juiz de Fora, a escrita, etc. Interessa-nos a Medicina que foi a profissão do autor, exercida com afinco e reconhecida pelo meio profissional, aspecto da obra naveana que ainda não foi estudado[iii][3]. O memorialista em entrevista à Revista Veja afirmou:

> *- Repórter – A medicina lhe deu grandes prazeres? Teria, por si só, preenchido sua vida?*
> *-Nava – Teria preenchido e preencheu muito bem. Por outro lado, minha obra literária não deixa de ser obra de médico. Quem olhar com atenção, perceberá o médico em cada página, a experiência dele na apreciação do ser humano*
> (Revista Veja, 14.03.74, p. 6).

Concordamos com Nava. A escrita naveana é a escrita de um médico. Como médico apaixonado pela Anatomia, dissecou, nas Memórias, a sociedade brasileira. Nossa pesquisa – Pedro Nava – cronista de uma época: Medicina e sociedade brasileira (1890-1940) propõe – se a tratar as Memórias como fontes documentais para a História da Medicina no Brasil. Aqui, nesta Comunicação, buscaremos tratar da Historiografia que nos ajudará à elaboração de um instrumental teórico condutor da pesquisa. Nava reconstituiu aspectos da História da Medicina no Brasil, tanto na trajetória de seu pai, José Nava (1876-1911) quanto na sua. O ano de 1890 – delimita o início da pesquisa,

período da formação profissional de José Nava e 1940 é o fim da década de 30, último período abordado em *O círio perfeito*.

Como fontes primárias para nossa pesquisa temos os seis livros de Memórias e os dois que tratam de aspectos da História da Medicina. Também são fontes para a pesquisa o Acervo Pedro Nava que se encontra na Fundação Casa Rui Barbosa no Rio de Janeiro. A especificidade de nosso trabalho exige uma abordagem interdisciplinar. Temos de recorrer a estudos nas áreas de Literatura e História, Memórias, História Social da Cultura e História da Medicina. Para a apresentação deste trabalho, trataremos somente de aspectos que interessam à formação de um instrumental teórico pertinente às questões que tratam da História da Medicina (1890-1940). Procurando atender aos objetivos deste Seminário: Perspectivas teóricos-metodológicas em História da saúde e das doenças, desenvolveremos, nos próximos parágrafos, considerações sobre a questão. Nava em ocasiões diversas, antecipando às propostas de interdisciplinaridade, afirmou que para se escrever sobre a História da Medicina deveriam ser observados:

> *Se a cronologia médica exige, historiológicamente, conhecimento de filologia, de lingüística, de história geral, de antropologia e de literatura. – a história filosófica da Arte exige tudo isto e mais o conhecimento indispensável da anatomia, da fisiologia, da patologia geral e da medicina prática. Sem esse conhecimento (não o do detalhe especializado, mas o conhecimento abrangedor e doutrinário) é impossível o estudo interpretativo das idéias médicas porque, antes de explicá-las é preciso tê-las penetrado, o que vale dizer que, para se aprender e estudar a História da Medicina, é preciso antes conhecer um pouco de Medicina, o que só se consegue "vendo, tratando e pelejando"*[iv][4].

Não temos a maioria das condições exigidas por Nava para a escrita de uma História da Medicina. Historiadora por formação, temos trabalhado com História da Arte e nos últimos quadro anos pesquisando a obra de Nava[v][5]. Nossa preocupação, no exercício destas atividades, tem sido norteada pelas propostas de História Social da Cultura. Norteiam-nos as etapas metodológicas propostas por Nestor Garcia Canclini em

A produção simbólica[vi][6]. Canclini, discípulo de Bourdieu tem, sob esta influência, contribuído para o entendimento da cultura latino-americana; tem destacado a importância da criação de novos modelos teóricos partindo de textos marxistas.

Seguindo a proposta metodológica de Canclini, buscaremos, em nossa pesquisa, destacar: contexto geral da época; contexto nacional; a medicina do período; a formação do pensamento de Nava sobre a profissão, atividades profissionais, relações com os pares e como a medicina do período, em seus diversos aspectos, foram vivenciados pelo autor. Consultaremos outros autores que trabalharam com propostas similares à nossa.

Madel Luz na Introdução do livro de André F. P. Neto – *Ser médico no Brasil* ao traçar um panorama dos trabalhos em História Social nas áreas da saúde comenta que os primeiros trabalhos sobre o assunto datam da década de 1970, influenciados por modelos histórico-estruturais (marxistas ou weberianos) e centram seus estudos no Estado:

> *(...)natureza, estrutura e história do estado capitalista, suas leis e características fundamentais, seu papel no desenvolvimento econômico, no da sociedade civil e das instituições, suas políticas e a repercussão no processo saúde/doença das populações definiam os núcleos básicos das pesquisas sociais em saúde.*

Luz comenta que:

> *(...) a tendência destes estudos era desconhecer a importância das estruturas institucionais e dos conflitos internos ao Estado, a resistência da sociedade civil e normas políticas institucionais, bem como a própria instabilidade das políticas estatais, deixando de lado uma complexa diversidade sociopolítica importante para se ter uma visão mais adequada da conjuntura – e, portanto, de modo mediato, da própria estrutura sociopolítica*[vii][7].

As observações de Luz identificam as transformações que ocorreram na historiografia brasileira. Autora do trabalho – Instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia, junto a outros, na década de 1970, que, têm o mérito do pioneirismo acadêmico no trato destas questões[viii][8]. Houve grandes transformações na

historiografia das Ciências e Técnicas, Saúde e Doenças nas duas últimas décadas do século XX. Fabio Henrique Lopes tratou do assunto, referindo-se à História da medicina, no artigo – *Análise historiográfica e histórica da medicina brasileira*[ix][9]; reconhece três linhas predominantes na historiografia: 1- os trabalhos pioneiros sob a influência de Foucault; 2 – Medicina e ordem política e Estado e 3- tematização da história social.

Nossa proposta é conduzir a pesquisa norteada por observações em História social da cultura e História social da medicina. São referências fundamentais para o nosso trabalho os estudos: André Pereira Neto - *Ser médico no Brasil* - o presente no passado (2001); Eduardo Campos Coelho - *As profissões imperiais* - medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930); Lisabel Klein e outras - *Inovando a tradição*: Zigman Brener e a parasitologia no Brasil (2003); Marcos Vinicius de Freitas - *Charles Frederick Hartt* - um naturalista no Império de Pedro II; Peter Burke (org.) - *A escrita da história* - novas perspectivas (1992) e *Variedades da história cultural* (2000) e Roy Porter - *Das tripas coração:* uma breve história da medicina (2004).

Neto - *Ser médico no Brasil* - o presente no passado[x][10] - parte dos Anais do Congresso Nacional dos Práticos, realizado em 1922, no Rio de Janeiro. Busca, nos Anais, a identificação de propostas dos participantes. Destaca as três propostas médicas, dominantes no período. São visíveis três posturas de modelos médicos: Sanitarismo, Clínica e Especializações. Em comum, as três propostas se propunham a dialogar com o Estado. As observações de Neto são pertinentes aos escritos de Nava que trata da formação e atuação profissionais de seu pai (1896 - 1911), voltadas ao Sanitarismo, e à sua própria (1921-1927) - voltada para a Clínica. Coelho em *As profissões imperiais* - medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)[xi][11] estuda como estas atividades foram se organizando e se especializando no período. Interessam-nos, sobretudo, as observações relativas à Medicina, atividade que se intelectualiza no período, organizava associações, publicações, reformas de ensino e atuava junto ao

poder público na regulamentação da profissão. Estes aspectos são fundamentais para a pesquisa.

Klein e outras -*Inovando a tradição*: Zigman Brener e a parasitologia no Brasil[xii][12]- estudam a trajetória científica de Brener pela documentação, escritos auto-biográficos e depoimentos de seus pares. Este trabalho auxilia-nos na pesquisa onde buscaremos identificar as falas dos pares de Pedro Nava bem como na correlação da trajetória de Brener e políticas públicas de saúde. Freitas - *Charles Frederick Hartt,* um naturalista no império de Pedro II[xiii][13] - autoria de pesquisador que tem buscado a interdisciplinaridade entre Literatura, História e Ciência, postura orientadora no estudo da história de vida no naturalista Hartt. Diversos aspectos abordados por Freitas são relevantes para nossa pesquisa. Destacamos a trajetória de vida inserida e relacionada com a cultura do período. Peter Burke (*org.)- A escrita da história* - novas perspectivas e *Variedades de história cultural* são fundamentais à pesquisa que se pretende inserir em Ciência e Cultura.

Roy Porter escreveu *Das tripas coração* - uma breve história da Medicina e Medicina da cura[xiv][14] - obra fundamental para a pesquisa por tratar de questões que envolveram a atividade médica no período. Contribui para o nosso trabalho, desvelando aspectos específicos da atividade médica. Em Porter, temos as informações de momentos marcantes da atividade médica no período proposto para estudo. O autor ajuda-nos na identificação de aspectos da formação de José Nava (sanitarista) e Pedro Nava (clínico) e como o memorialista percebeu estas questões. Também, aspecto importante nos estudos de Porter é a busca de se encontrar o pensamento do paciente sobre a doença. Nava faz numerosas observações sobre o assunto e de como o conhecimento com a Psicanálise foi responsável por suas posturas.

Alguns médicos brasileiros têm tratado de aspectos da História da Medicina, como Memórias, levantamento de nomes e datas ou fatos curiosos. Destacamos os textos de Nava, já tratados anteriormente e Lycurgo Santos Filho. *História geral da medicina brasileira* (2 volumes), trabalho que contribui para a identificação de profissionais que atuaram até a década de 1940. Moacyr Scliar - *Cenas médicas*: pequena introdução à história da medicina - trata de curiosidades e alguns aspectos específicos e marcantes para a atividade médica[xv][15]. Nas duas últimas décadas do século XX, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado em programas da UNICAMP, UNESP, UERJ e UFMG têm se debruçado sobre aspectos diversos de questões da Medicina e das diversas áreas da Saúde.

A pesquisa proposta procura preencher uma lacuna existente na historiografia da Medicina brasileira, onde está ausente um estudo da atividade médica como um dos aspectos das relações Ciência/Cultura. Pedro Nava, ao escrever sobre aspectos históricos da profissão e seu testemunho sobre a mesma, elaborou textos documentais para a História da Medicina brasileira no período de 1890-1940. As Memórias de Nava "são escritas de médico", como está na epígrafe deste texto; diríamos que escrita de um médico anatomista. O memorialista dissecou a sociedade brasileira mostrando suas entranhas. Experimentou e teve consciência de que a Medicina é aspecto visível e está entrelaçada com as questões que envolvem as relações entre Ciência e Cultura.

---

[i][1] Obras de Pedro Nava em ordem de publicação: *Território de Epidauro*. Rio de Janeiro: C. Mendes 1978. *Galo das trevas* – memórias 5. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. *O círio perfeito* – memórias 6. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. *Cadernos 1 e 2.* São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. *Viagem ao Egito, Jordânia e Israel*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. *O bicho urucutum.* São Paulo: Ateliê Editorial, 1999. *O Anfiteatro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002 (compilação de textos de Nava que tratam da vida estudantil e profissional feita pelo herdeiro do memorialista Paulo Penido). *A medicina de Os Lusíadas*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.

---

ii[2] Último levantamento feito em 2004: AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória* - um estudo sobre Pedro Nava. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998. ANDRADE, Mario de. *Correspondente contumaz*: cartas a Pedro Nava (1925-1944). Edição preparada por Fernando da Rocha Peres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. ARRIGUCCI JR., David. *"Móbile da Memória"*. Enigma e comentário. Ensaio sobre Literatura e Experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 67-111. BUENO, Antônio Sérgio. *Vísceras da memória* - uma leitura da obra de Pedro Nava. Belo Horizonte: EDUFMG, 1997. CAMINHA, Edmilson. *Pedro Nava* - em busca do tempo vivido. Teresina: Corisco, 2003. CAMPOS, Marta. *O desejo e a morte nas memórias de Pedro Nava*. Fortaleza: EUFC, 1992. CANDIDO, Antônio. " *Poesia e ficção na autobiografia*". São Paulo: Ática, 1987. CHIARA, Ana Cristina. *Pedro Nava, um homem no limiar*. São Paulo: Letras, 2001. COVIZZI, Lenira Marques. *Porto inseguro*: formas cativas de ossos nas linguagens das memórias d´0 defunto - Pedro Nava. São Paulo: FFLHL/USP, 1980. DIAS, Fernando Correia. *O prisma de Nava*. Brasília: UNB, 1997. GARCIA, Celina Fontenele. *A escrita frankensteniana de Pedro Nava*. Fortaleza: EDUFC, 1997. GUIMARÃES, Rachel. *Pedro Nava, leitor de Drummond*. São Paulo: Pontes, 2002. MOING, Monique. *A solidão povoada* - uma biografia de Pedro Nava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. NUNES, Caio Vilela. *Partilhar lembranças do meu mundo*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994. NUNES, Raimundo. *Pedro Nava*: memória. São Paulo: Ateniense, 1987. PANICHI, Edina Regina Pugas. *O processo criativo e a adjetivação de Pedro Nava na obra Beira-mar - memórias 4*. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia da UNESP, 1987 (dissertação de Mestrado). PEREIRA, Maria Luiza Medeiros. *As memórias indiciárias de Pedro Nava* - entre a História, a autobiografia e a ficção. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1993 (dissertação de Mestrado). RIBEIRO, Illar Gorette. *Caminho poético*: uma leitura do espaço em Beira-mar, de Pedro Nava. Brasília: EUNB, 2000. SALGADO, Ilma de Castro Barros e. *Juiz de Fora nas Memórias de Pedro Nava*. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2003. ------. *Pedro Nava* - mulheres veladas e reveladas. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 1999. SOUZA, Eneida Maria. Pedro Nava, o risco da memória. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004. SAVIETTO, Maria do Carmo. *Baú de madeleines* - o intertexto proustiano nas Memórias de Pedro Nava. São Paulo: Nankin, 2002. SILVA, Ângela Maria Carneiro. *Um certo olhar sobre a velhice*: a narrativa memorialista de Pedro Nava. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2003 (dissertação de Mestrado). SOUZA, Eneida Maria. Pedro Nava, o risco da memória. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004. SUSSEKIND, Flora.*" A página do lado"* - papéis colados. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.

iii[3] Apresentamos em eventos acadêmicos: VALE, Vanda Arantes. Comunicação Coordenada Benjamin Constant, Pedro Nava e Vital Brasil – Biografia de Pedro Nava – *XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH*- UFF – Niterói: 2001. Contribuição da obra de Pedro Nava para a História da Medicina. In: *Verbo de Minas Revista de Cultura* - Memórias Mineiras Pedro Nava. Juiz de Fora: Publicação do Programa de Pós Graduação do Centro de ensino Superior, v.3, n.5, out. 2001, p. 59-71. Curso: Literatura e História da Medicina – escritos de Pedro Nava – *XIII Encontro Regional de História – ANPUH* – núcleo de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2002. *Escritos de Pedro Nava* - contribuição à história da Medicina. *9º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia - 2º Congresso Luso-brasileiro de História da Ciência e da Técnica, SBHC* - Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro: 2003. (comunicação apresentada) Médicos e medicina brasileira no Baú de ossos – memórias – *I Simpósio de Língua e Literatura* – Universidade Federal de Viçosa – 2000. O corpo nos escritos de Pedro Nava - *I Congresso de Saúde, Gênero e Corpo* - Centro Municipal de Saúde Waldir Franco - Secretaria Municipal de Saúde - Rio de Janeiro - 2003. Psicanálise – Literatura – Modernismo: memórias e escritos de Pedro Nava – *V Encontro Clio Psiqué* – UERJ – 2002. *Baú de ossos – memórias e Balão cativo – memórias 2*: documentos para a História social da medicina em Juiz de Fora (1889-1913). 1º Seminário de História econômica e social da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior, 2005.

iv[4] Nava, Pedro. Capítulos de história da medicina no Brasil. Rio de Janeiro: Brasil Médico, 1949. p. 2.

v[5] Cursando o Programa de Pós-Graduação de História da UFMG – linha de pesquisa: Ciência e Cultura.

vi[6] CANCLINI. N. G. A produção simbólica. São Paulo: Cultrix, 1979.

vii[7] Neto, 2001. p. 9.

viii[8] DONANGELO, M. C. O médico e seu mercado de trabalho. São Paulo: Pioneira, 1975. LUZ, M. As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro: Graal, 1979. MACHADO et al. Danação da norma. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ix[9] LOPES, F. H. Análise historiográfica e histórica da medicina brasileira. In: Lócus – revista de história. Juiz de Fora: EDUFJF, 2003, p. 99 – 117.

---

x[10] NETO, A. F. Ser médico no Brasil – o presente no passado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

xi[11] COELHO, E. S. As profissões imperiais – medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999.

xii[12] KLEIN, L. e outras. Inovando a tradição: Zigman Brener. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Belo Horizonte: Centro de Pesquisa René rachou, 2003.

xiii[13] FREITAS, M. V. Charles Frederic Hardt – um naturalista no império de Pedro II – Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.

xiv[14] PORTER, R. Das tripas o coração – uma breve história da medicina e da cura. São Paulo: Record, 2004.

xv[15] Exemplos de médicos que escreveram sobre a profissão: ARAUJO, Fernando. Juscelino Kubitschek, o médico. Belo Horizonte: Lithera Maciel, 2000. SANDERSON, Julio. Heróis de curar. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 1995.

O lá e o cá na família: histórias da imigração francesa em São Paulo

Vanessa dos Santos Bodstein Bivar* - PPG-USP

A segunda metade do século XIX anuncia, com a opulência cafeeira, o intenso estabelecimento de estrangeiros na região da capital da Província de São Paulo. Dentre estes - e a despeito de não chamarem a atenção da historiografia da imigração em decorrência de seu pequeno quantitativo – os franceses tomaram importante papel. No que tange ao comércio, em especial, mesclavam-se entre a população local e aos demais imigrantes, de modo a acentuar ainda mais a propagação do ideário cultural francês, que pouco a pouco espraiava-se nos mais diversos âmbitos da São Paulo de outrora.

São indivíduos - pois trata-se de uma imigração de cunho individual - padeiros, modistas, cozinheiros, cabeleireiros, ourives, alfaiates, costureiros, empreendedores dos ramos de hotéis e restaurantes, além de outros imigrantes que encontravam-se longe do *glamour* tradicionalmente imputado aos franceses. E nesse sentido estão os porqueiros que vendiam carne pelas ruas, pintores, pedreiros, ferreiros, mecânicos e aqueles que vagavam pelas moradas de outrem pedindo trabalho.

Esta comunicação tem por proposta nuançar o âmbito familiar dos imigrantes franceses que tiveram como uma das vias de seu destino a imperial cidade de São Paulo, ali trilhando suas trajetórias de vida no decorrer da segunda metade do oitocentismo – até o momento em que é findo o Império –, baliza temporal esta que abarca desde um tímido, porém mais constante movimento imigratório até seu apogeu com o “boom” da chamada imigração de massas.

---

* Mestranda em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Esta comunicação faz parte da dissertação de mestrado em andamento intitulada *Habiter à St. Paul* : o cotidiano dos franceses na São Paulo oitocentista, a qual conta com o fomento do CNPq.

Assim, a família está em foco e é visualizada através dos liames entre a terra natal e as vivências na região receptora – o lá e o cá. Examina-se também a emigração – havia emigração familiar? -; quais contatos existiam com os membros deixados na França; como agiam e de que estratégias se utilizavam; qual o papel do cônsul francês em suas vidas; as questões do retorno e da dissolução da família; e as pendengas judiciais entre Brasil e França com relação à herança dos imigrantes franceses.

Para tanto, são visualizadas histórias de vida existentes nos entremeios documentais de inventários, testamentos e registros de escritura.

Delineando o contexto: os franceses no Brasil

A presença e influência francesa no Brasil, mesmo que esparsa e indiretamente, já consubstanciava-se desde a colonização[1] por intermédio de Portugal ou no seio do próprio território com as incursões de cientistas, viajantes, contrabandistas e missionários que deixaram dentre as marcas iniciais a escrita de obras com impressões acerca do Brasil, as quais indicam, no pensar de Gilberto Freyre, "*que a presença, em nosso país, de seus autores, correspondeu uma ação de influencia de ideias, estilos e maneiras francesas trazidas por elles*"[2]. Logo, no campo das idéias a penetração cultural era patente e seguiu-se no correr dos séculos através de livros e membros da elite que optavam por estudar na França. No entanto, tal penetração que assim fazia-se sentir mais nos contornos da literatura, a partir do século XIX passou a delinear-se de maneira paulatina na vida cotidiana, com a crescente presença de franceses que cruzavam o Atlântico para estabelecerem-se no Brasil.

Inaugurado o século XIX, o panorama europeu enovelava-se à França sob os auspícios de Napoleão. Em 1808, com abertura dos portos na Colônia, fator que

[1] Há um leque de trabalhos que remetendo-se ao período colonial cuidam dessa questão, a qual, porém, não deixa de ser lembrada em análises cujo fulcro é o século XIX. Nesse sentido ver entre outros: FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 e VIOTTI, Emília da Costa. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, 142-143, 2000.
[2] FREYRE (1940), p. 33.

tornou possível e mais constante a presença de estrangeiros, era vetada a entrada de franceses. Foi somente em 1814, findas as guerras napoleônicas e com as relações retomadas entre Brasil e França, que uma série de personagens, incógnitos ou não, passaram a afluir principalmente para as zonas que apresentavam maiores possibilidades de sobrevivência e ascensão econômica. Nesse sentido, durante a primeira metade do século, as cidades eleitas foram o Rio de Janeiro[3], Salvador e Recife, que então acabaram por receber engenheiros, artesãos, artistas e comerciantes – franceses atraídos pela opulência e pelo leque de inserções que essas localidades exalavam.

Por outro lado, pela mesma época, São Paulo, a despeito de estar longe de ser a soturna e pacata cidade[4] apregoada nas descrições de alguns viajantes e memorialistas, guardava ainda lugar de modesto destaque nos quadros da economia, incitando, desta forma, esparsos e miúdos contingentes imigratórios. Esta tela, entretanto, não excluía a lenta penetração de hábitos europeus nas famílias aristocráticas que utilizavam-se especialmente do já assentado comércio da Corte de luxos e miudezas ao gosto francês, por no seu entorno haver somente um ou outro cidadão provindo da França que oferecia seus "prestimosos" serviços.

De qualquer maneira, é a São Paulo a partir da década de 50 do oitocentos aquela que verte-se em palco de transição – onde o velho interage com a inserção do novo – e de transformações de naturezas diversas que mudaram seu panorama, ao pintar diferentes cores econômicas, urbanas e sociais. É essa cidade que tornou-se atrativa aos franceses que ora lançamos luzes. São nos seus almanaques e jornais que pululam nomes de franceses, são em suas ruas principais que alocam-se números consubstanciais de casas comerciais cujos negociantes são esses

[3] Sobre os primeiros imigrantes franceses no Rio de Janeiro ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Fazer a América : franceses no Brasil (1815-1822). Separata da *Revista de Ciências Históricas*, nº X. Universidade Portucalense, 1995.

[4] Acerca dessa "quebra de visão" da São Paulo colonial e dos primeiros anos do Império como monótona e reclusa ver BLAJ, Ilana. *Trama das tensões: o processo de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995 e MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Economia, cultura e sociedade em São Paulo (1808-1850)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997

personagens introdutores de novos gostos, elementos importantes em meio ao manancial que imprimia à capital ares peculiares de dinamismo.

As histórias de família

Um bom começo para as considerações a seguir aferidas é o ato emigratório. Em geral, nota-se que não partiam famílias inteiras da França. Por lá deixavam-se pais, irmãos, sobrinhos, cônjuges e filhos, mencionados por ocasião da herança ou em testamento. São raros os casos em que cônjuges e filhos partiam juntos.

A francesa Rosalia Boudrot, sem qualquer família no Brasil e dona de um estabelecimento chamado Hotel de Pariz, em 1882 já doente declarou que em Liverdy, no Departamento de Sena, lugar onde nasceu, tem irmãos e sobrinhos vivos[5].

Elucidativo também é o caso de Eugenio Bolidair que em 1891 acentua ter:

> "*[...] deixado minha mulher Alexandrine Monton e meu filho Calixto; que desde mil oitocentos e sessenta deixei de receber noticias de qualquer delles, até que em mil oitocentos e sessenta e três, tive cartas informando que a referida minha mulher, tendo com meu filho ido para Paris, alli falleceram da epidemia de variola um e outro [...] há cerca de três annos eu soube que meu filho Calixto estava vivo e mais tarde soube também que vivia Alexandrine Monton, a qual me considerava ou me fazia passar por morto, assignando-se viuva Bondan*"[6].

Essa trajetória tem por fator a saída da terra natal deixando cônjuge e filhos, além de indicar que os contatos com a família de lá poderiam ser esparsos e tênues, vinculados ainda ao achar ou a "*ultima noticia que tive*". Não obstante esses liames com a região de origem serem dificultados pela distância, a questão é que eles existiam. São traços típicos de imigrantes, de vivências que mesmo do outro lado do Atlântico não se apagavam.

Nessas histórias outros dados igualmente instigam o historiador. Eugenio Bolidair, certo ou não de que sua primeira esposa estava morta na França, contraiu novas núpcias com uma estrangeira. E no inventário é deixado claro que a maior parte

[5] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Rosalia Boudrot. nº do processo: 869. 3º Ofício da Família, 1882.
[6] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Eugenio Mauricio Bondan Bolidair. nº do processo: 507. 3º Ofício da Família, 1891.

das construções do terreno existente na rua Piratininga (freguesia do Braz) onde moravam foi erigida com dinheiro dela, assim como a maior parte dos móveis da casa.

Eis aí o ponto: família na França e formação de nova família no Brasil. Casado em segundas núpcias ou amasiado, era patente que sua companheira em São Paulo estava sendo protegida para ficar com um quinhão da herança ou realmente, às suas expensas, ajudou ao dito francês na composição dos bens.

Em terras longínquas é uma possibilidade omitir o estado conjugal - revelado, por exemplo, por ocasião do inventário ou testamento – e enveredar a novas uniões. Diante do crivo da sociedade talvez houvesse algumas suspeitas, mas nada que de concreto pudesse ser apontado até a convalescença ou o falecimento. Até mesmo porque os entraves em se obter documentação comprobatória na terra natal, dadas a distância, os custos e o tempo que isso levaria, proporcionavam quando do casamento perante a Igreja um processo mais célere dos trâmites. Procedia-se somente à convocação de testemunhas que com sua palavra atestavam o estado de solteiro dos nubentes - daí o ambiente propício para os enganos e omissões.

Voltando à abordagem sobre emigração familiar, o tipo mais recorrente é o de irmãos. Ao que parece irmão atraía irmão. Celestino e Camilo Bourroul, o primeiro com loja de fazendas e o segundo com botica, estabeleceram-se em São Paulo[7]. Constituindo família nesta cidade também estavam os irmãos e negociantes Luis Gerard, Marcelino Gerard e Thereza Gerard - esta depois casou-se com Luis Supplicy, conceituado ourives francês e morador de São Paulo, o que aliás denota casamento entre patrícios, franceses proeminentes na região[8].

Ter algum membro da família em São Paulo, como por exemplo um irmão, era elemento que poderia fortalecer a decisão de emigrar, ocasionando maior segurança e ao mesmo tempo reforçando laços de ajuda mútua. É o que ocorreu com João Emilio

[7] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Celestino Bourroul. nº do processo: 365. 3º Ofício da Família, 1874.
[8] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Luis Supplicy. nº do processo: 1975. 1º Ofício da Família, 1865.

Chaumetti que, separado da mulher foi morar na casa do irmão, tendo com ele também bens em comum[9]. Por outro lado, isso não significa que os destinos tivessem que ser os mesmos. Enquanto Pedro Imbert dedicava-se ao Hotel dos Viajantes nesta cidade, Matheus Imbert foi negociar na Corte. Por ocasião da morte de Pedro e com mãe viva na França esta passou procuração a Matheus para que recolhesse os bens em seu nome[10].

Aliás, era por intermédio das relações consulares, que pareciam ser bem eficazes, que essas questões de herança transitavam entre o lá e o cá, com leis específicas que atestavam questões entre França e Brasil no que se refere a franceses viventes aqui.

Sucessão e nacionalidade são pontos inter-relacionados, pois refletem fatores econômicos e de transferência de pecúlio. Desde 1826 os franceses haviam assinado um tratado com o Brasil, firmando o direito de que seus cônsules pudessem cuidar do espólio dos imigrantes que morressem no Império[11] - de modo especial daqueles que falecessem sem herdeiros, com a finalidade de que a arrecadação fosse captada pelo governo francês e não pelo brasileiro. Continuando esses conflitos relacionados à herança, ainda em meados do século XIX tinham lugar as pendengas judiciais entre Brasil e França vinculadas às mesmas exigências, só que direcionadas aos filhos de franceses nascidos no Brasil[12].

De toda forma, partir só era outra vertente do emigrar e nesse sentido pode-se perceber quais estratégias de sobrevivência eram aplicadas na São Paulo oitocentista. É plausível que ao chegar em terra desconhecida logo procurassem conterrâneos, até mesmo pelas dificuldades com a língua. Redes de sociabilidade então eram formadas e *post-mortem* elas também apareciam.

---

[9] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de João Emílio Chaumetti. nº do processo: 694. 4º Ofício da Família, 1898.
[10] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Pedro Imbert. nº do processo: 765. 3º Ofício da Família, 1860.
[11] NAZZARI, Muriel. A viúva como obstáculo dos negócios : objeções britânicas às leis brasileiras sobre casamento e herança. *Revista População e Família*, 3, 2000.
[12] MIALHE, Jorge Luís. *Cidadãos de dois mundos* – imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspectos histórico-jurídicos. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 1997.

Jacques Gil la Tour vivia sozinho. Não era casado e nem tinha filho algum. Neste caso, a sociabilidade presente, em muito recorrente na São Paulo imperial, era o compadrio. Deixou como universal herdeira a sua afilhada Amélia, filha do compadre francês, já falecido, Miguel Mugnanis[13]. Entretanto, seria um engano pensar que as relações de compadrio davam-se somente entre franceses. De fato sua presença é quesito marcante, porém não utilizado em uma intensidade ímpar com todos os filhos. Uns eram batizados por franceses, outros por portugueses ou brasileiros[14], o que denota integração local, além de boa estratégia de sobrevivência dado o tipo de relação moral, econômica e social que se formava.

Após ter chegado em São Paulo, Cyrillo Puchen contraiu núpcias com uma brasileira. Tempos depois ela faleceu e o casal não tivera filhos. Viúvo e sem familiares, a herança ficou para

> "*Fabien Elichal e sua mulher Ettiancte Elichal, de nacionalidade franceza, residentes nesta Capital, em attenção aos muitos favores que lhes devo, pois tem sido elles que me tem prestado todo o auxilio e desvelo na minha enfermidade*"[15].

Eis aí outro tipo de sociabilidade – a amizade - que fazia parte dos meandros de vida, vertendo-se em situação econômica com valores agregados à herança.

Aliás, as uniões legítimas ou não, indicam dois lados da mesma moeda. Dos inventariados casados, metade uniu-se a brasileiros ou portugueses e a outra metade a franceses (maioria) ou estrangeiros – estes últimos suissos, alemães ou italianos. É provável que cada união tivesse pontos próprios de interesse, sejam eles de sociabilidade; de fundo econômico para manutenção ou aumento dos bens; conjugação de negócios; ou ainda por questões culturais.

---

[13] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Jacques Gil la Tour. nº do processo: 629. 3º Ofício da Família, 1856.

[14] Faz-se a indicação de que de modo algum quer-se igualar ou confundir portugueses com brasileiros ou vice-versa. As especialidades de cada nacionalidade são preementes. Nesta comunicação são mencionados desta forma (brasileiros ou portugueses) porque os sobrenomes revelam assim. Logo, por vezes a naturalidade/ nacionalidade do cônjuge não é colocada – daí a dúvida: o sobrenome indica de ser brasileiro(a) ou português(a)?

[15] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Cyrillo Puchen. nº do processo: 427. 3º Ofício da Família, 1888.

Se enraizar-se é uma vertente, os inventários e testamentos também deixam marcas sobre o retorno. D. Margarida Majean assoberbada com as dívidas deixadas pelo marido em 1895, assim se coloca:

> "*que tendo os seos filhos menores uma diminuta herança que lhes coube pelo fallecimento de seu marido Valoe Majean, e como a supplicante esteja summamente pobre, sem meios de subsistencia querendo retirar-se para a França, onde tem seos pais que lhe podem auxiliar, principalmente na educação dos menores, na qualidade de mãe, tutora e no exercício do pátrio poder [...] pede digne-se Vossa Excelência mandar entregar-lhe o dinheiro pertencente aos menores, que pelo menos servirá para o pagamento das passagens*"[16].

Já a filha de Augusto Certain era casada com outro francês e com ele tivera dois filhos. O caso foi que ela faleceu antes do pai. Por isso, após sua morte, no inventário de Certain há a menção da morte dela e do marido que retornou a França, salientando ainda o inventariante, *"não sei se ele voltará ao Brasil"*. Os netos, todavia, permaneceram em sua casa[17].

Nesta passagem observa-se para além do retorno, a dissolução física da família. Pai na França, filhos no Brasil. E assim também acontecia com os franceses mesmo que dentro do próprio Império. É constante o fator dos filhos, por ocasião da morte dos pais, aparecerem nos inventários como morando em outras regiões, principalmente no Rio de Janeiro – talvez em busca de outras possibilidades econômicas.

Ademais, outra história do dito Certain, unida às peças dos demais documentos, ainda elucida não só a trajetória do indivíduo em seu cotidiano, como o papel do cônsul na vida desses imigrantes. Por morte de sua filha, conforme se depreende do inventário do próprio Certain[18], pedia a guarda de seus netos. Momento fulcral no âmbito familiar, a escritura se deu na casa de João Maria Berthet, então vice-cônsul da França em São Paulo. E esse é só um dos vários casos que denotam o quão o cônsul também vivenciava o dia-a-dia dos franceses moradores da capital,

[16] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Valoe Majean. nº do processo: 842. 2º Ofício da Família, 1895.
[17] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Augusto Certain. nº do processo: 1098. 3º Ofício da Família, 1860.
[18] ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Inventário de Augusto Certain. nº processo: 1098. 3º Ofício da Família.

intermediando relações, dissolvendo contendas, sendo o elo de ligação com franceses viventes em outras províncias e mesmo na França. Além é claro, dele com a sua própria pessoa ser elemento de sociabilidade e de relações econômicas, tais como envolvimento em dívidas e compra e venda de bens.

Ainda no que concerne ao circuito familiar, o perfil dos negócios revela a ingerência das esposas e de outros membros que tomavam a sua frente. Adolphe Fretin confiava plenamente na francesa Amèlie, atuante durante sua vida e após a sua morte. Em 1869, Fretin reconhecia nela "*todas as qualidades exigidas pelas leis do commercio para poder commerciar em seu próprio nome sem dependencia delle outorgante*"[19]. Se em 1873 Adolphe Fretin comprou o Hotel de Itália, transformando-o no *Grand Hotel de France*, era Amélia que, com as viagens e depois a doença de Fretin, o dirigia. Continuando a saga familiar, seu filho Louis, após um período de estudos na França, retornou ao Brasil e em 1895 fundou a famosa Casa Fretin.

Trata-se então de um conjunto de peças unitárias que aos poucos vão se encadeando e formando um quebra cabeça analítico, o qual reverbera as imagens de família e envolto sócio-econômico dos franceses que tiveram como morada a cidade de São Paulo na segunda metade do XIX.

[19] DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Autorização para comerciar. Livro n 59, fl. 106, 106v, 1869.

SANEAR E LIMPAR: AS PROPOSTAS DE INTERVENCIONISMO DA SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE JUIZ DE FORA (SMCJF) NO ESPAÇO URBANO JUIZFORANO

Vanessa Lana

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora foi fundada em 20 de outubro de 1889. No corpo societário da instituição estavam presentes médicos, farmacêuticos e cirurgiões dentistas. Nas reuniões da Sociedade, estiveram em pauta debates acerca dos principais problemas sanitários do município e discussões biomédicas com questões presentes nos principais círculos científicos nacionais e europeus. O objetivo deste texto é analisar as tentativas de intervenção no espaço social juizforano, particularmente no cotidiano dos citadinos, a partir da elaboração de uma série de "medidas higiênicas" remetida à Câmara Municipal de Juiz de Fora para ser divulgada na imprensa e seguida pela população.

No calendário, dia 21 de dezembro de 1889. Realizava-se a terceira sessão extraordinária da então nascente Sociedade de Medicina e Cirurgia. O sol estava a pino, e as chuvas ao cair da tarde acusavam a estação mais quente do ano. O verão, além do calor, trazia consigo a necessidade de precauções especiais por parte das autoridades sanitárias, em virtude das várias moléstias que proliferavam nesta época do ano.

Na última sessão do ano que se findava, as atenções estiveram preponderantemente voltadas para as palavras do Dr. Simões Correa. Nas discussões anteriores, o Dr. Correa já havia tecido considerações acerca das condições higiênicas do município, ressaltando a precariedade do sistema municipal, com algumas ruas em estado de emergência, sem

condições sequer de receber os tubos de esgoto propostos pela administração municipal[i]. Agora, o Dr. Correa atentava para a conveniência de se estabelecer um serviço de irrigação das ruas e praças nos dias quentes de verão, visando "(...) prevenir a invasão de moléstias epidêmicas ou o desenvolvimento de endemias que possam tomar caráter epidêmico" [ii].

Passando à segunda ordem do dia, ainda com a oratória do Dr. Correa, é apresenta ao corpo societário alguns conselhos higiênicos, a serem publicados na imprensa local e remetidos à Câmara Municipal, a fim de se prevenir as "moléstias de verão". Transcrito integralmente na ata da reunião, o parecer estava assim redigido:

> "A Sociedade de Medicina e Cirurgia delibera tornar públicos, por intermédio da imprensa local, os seguintes conselhos hygienicos, de fácil execução e de utilidade incontestável, para prevenir ou attenuar a influencia das causas morbigenas no desenvolvimento de moléstias graves, próprias da estação que atravessamos [verão]:
>
> 1º - Completa limpeza das casas, pateos e quintaes, e caiação, principalmente dos aposentos de dormir;
>
> 2º - Desinfecção, remoção ou cremação dos resíduos orgânicos animaes e vegetaes;
>
> 3º - Lavagem e desinfecção de privadas, canos de esgotos e mictorios;
>
> 4º - Evitar, quanto possível, o accumulo de indivíduos, principalmente à noite, em aposentos estreitos e mal ventilados;
>
> 5º - Conservar abertos, durante o dia, os aposentos, a fim de serem convenientemente ventilados;
>
> 6º - As roupas servidas não devem ser conservadas nos aposentos, mas lavadas com a maior presteza e desinfectadas antes da lavagem, si tiverem servido a doentes de moléstia transmissível;

> 7º - Deve-se evitar, quanto possível, o uso de fructas verdes, mal sasonadas ou amadurecidas por influencia do sol intenso, o que é uma das causas mais comuns de graves desordens gastro-intestinais, principalmente nas creanças;
>
> 8º - A exposição aos raios solares nas horas mais quentes do dia deve ser evitada em geral, mas especialmente pelas creanças;
>
> 9º - Não deve ser adiada o tratamento de qualquer indisposição por mais ligeira que pareça, porque essas indisposições são freqüentemente o primeiro período de moléstias graves;
>
> 10º - Devem ser evitadas as pescarias nas lagoas e brejos aquecidos pelo sol ardentissimo dos mezes de verão;
>
> 11º - A limpeza do corpo; a regularidade nas horas das refeições; o uso dos alimentos sadios e frescos; a completa abstenção de comidas indigestaas e de água aquecida pelo sol ou proveniente de brejos ou poços, são outras tantas condições hygienicas próprias a premunirem o individuo contra a invasão das moléstias e, portanto, devendo ser rigorosamente observadas[iii] ". [preservou-se a grafia original]".

Tais "conselhos higiênicos" remetidos à população juizforana ilustram o interesse pela aplicabilidade e utilidade da ciência, que esteve presente nas associações científicas, de modo geral, até as primeiras décadas do século XX. Ressaltava-se o componente utilitarista da ciência, colocando-a a serviço do progresso e da transformação do país[iv] . A prática científica era encarada como importante agente transformador. E, neste caso, um agente que se adentrava pelos espaços cotidianos da população, modificando seus hábitos em prol do discurso higiênico. Esta característica utilitária é explícita no discurso de inauguração da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, proferido pelo Dr. João Penido, então presidente da Sociedade, na primeira sessão solene da instituição em outubro de 1889.

Nas palavras do Dr. João Penido, o motivo da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora estava pautado no:

> "(...) empenho humanitário de concorrer com o nosso pequeno obulo para - senão resolver, ao menos encaminhar a solução destas questões de palpitante actualidade e, para nós, médicos, de interesse vital, - alliado ao ardente desejo de prestar algum serviço ao nosso paiz, e particularmente á nossa província (...)" [v].

Este "empenho humanitário", citado pelo Dr. Penido no discurso de inauguração e, de certa forma, resgatado nas palavras do Dr. Simões desloca-se da esfera pública para a privada, na medida em que são indicadas condutas diferentes ou até mesmo avessas às da maioria da população. E o intuito dos "conselhos higiênicos" era, de certa forma, criar comportamentos compatíveis com o discurso médico, com as posturas que a comunidade científica considerava ajustadas para um espaço moderno, urbanizado e saneado.

A cidade de Juiz de Fora estava vivendo, em fins do século XIX, anos de intensa acumulação e diversificação da aplicação de capitais. Era o momento de gestação e execução de projetos de urbanização e remodelamento urbano por parte das autoridades governamentais. Nesta "construção" da cidade, dois aspectos ressaltaram o novo modelo urbano: o aparelhamento do município, com ênfase às questões de higiene e a educação dos citadinos inserida nos novos valores de vivência e comportamento[vi] .

Neste sentido, o discurso dos membros da Sociedade de Medicina e Cirurgia encontra-se embutido do ideal republicano de modernidade, de busca de novos hábitos[vii]. A exemplo do que vinha ocorrendo na Europa desde o século XVIII, na República Velha brasileira instaurava-se um movimento médico-higienista com vistas a agrupar a população nos preceitos da boa higiene, bons costumes e boa moral [viii].

No documento, que seria enviado à Câmara Municipal, é explícito o intuito de "sanear", de "limpar" as atitudes cotidianas da população, como os cuidados com o corpo e

a alimentação. Tais medidas são estabelecidas em prol da higiene urbana e pessoal, prescrevendo o que seria adequado ou não nos hábitos do dia a dia dos habitantes. E a execução dos preceitos estaria em relação diretamente proporcional ao bom funcionamento da salubridade urbana, tanto para a defesa e controle de epidemias, quanto para uma melhoria nas condições de saúde e no bom desfrute da "vida saudável" por parte dos moradores.

Tais características remontam, novamente, ao discurso inaugural da Instituição. No documento, o Dr. Penido argumenta que a principal proposição da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora seria:

> "Zelar, sob o ponto de vista da hygiene, as condições de salubridade de qualquer localidade que tenha relação com alguns de seus membros, quer no município, quer na província, ou algures, especialmente, as relativas á cidade de Juiz de Fora, sede da sociedade. Investigar as causas de sua insalubridade permanente ou transitória, discutir os meios de resolve-las do melhor modo scientifico e pratico, propor aos poderes públicos as medidas próprias para garantir a sua salubridade e protestar contra as que forem reputadas inconvenientes. Em uma palavra: a sociedade constitui-se guarda avançada da salubridade publica" [ix]. (grifos nossos)

Através da atas da SMCJF percebemos esse ideário de "guarda avançada da salubridade publica" perpassando o ambiente da cidade, do espaço urbano, e se adentrando no *locus* cotidiano da população. Os "conselhos higiênicos", analisados neste texto, representam um, dentre tantos exemplos, da preocupação dos profissionais da saúde, reunidos na Sociedade, com a higiene pública e privada em seus vários aspectos.

Tais "conselhos higiênicos" não se resumiram à apresentação e discussão na sessão de 21 de dezembro de 1889. Conforme a ata da 4ª sessão ordinária, já no ano de 1890, o Dr. Eduardo de Menezes desejava tornar público que a Câmara Municipal havia aprovado e

estaria colocando em execução as medidas que lhe fossem cabíveis, no tocante à higiene municipal. E, também, que os "conselhos" já havia sido promulgados nos jornais locais, uma vez que as redações mostraram a "melhor vontade" na publicação, em virtude da "importância" e "relevância" da mesma [x].

O que não conseguimos registrar foi o impacto, e se houve, de tais medidas entre a população. Dos segmentos mais abastados, e que eram leitores dos jornais, acreditamos que, de alguma forma, algumas condutas foram acrescentadas (não sobrepostas) aos hábitos cotidianos. Mas, no caso da camada mais carente da sociedade, aos que pelo menos ouviram falar de tais propostas, são praticamente nulas as chances de verificarmos se "(...) a limpeza do corpo; a regularidade nas horas das refeições; o uso dos alimentos sadios e frescos [e] a completa abstenção de comidas indigestas (...)[xi]" realmente foram colocados em prática.

---

[i] A colocação dos tubos de esgotos fazia parte do plano de engenharia sanitária proposta pelo governo municipal, intitulado "Plano Benest".

[ii] Ata da 3º sessão extraordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, em 21 de dezembro de 1889. In: Boletim da SMCJF, Tomo Primeiro, 1º ano.

[iii] Idem.

[iv] Capel, Horacio, 1992. "El associativismo cientifico em iberoamerica. La necessidad de um enfoque globalizador". *Interciencia*, v.17, n.3, maio/junho, pp.168-176.

[v] *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.* Ata da inauguração em 20 de outubro de 1889. Discurso pronunciado pelo Dr. João Penido (Pai). [preservou-se a grafia original]

[vi] Goodwin Jr. James. Pedra, papel e perfume francês: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada. (1850-1914). In: Anais do I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora, 2005.

[vii] Ver: Margarida de Souza Neves. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: Ferreira e Delgado (orgs.) O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. vol.1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

[viii] Ver: Iranilson Oliveira. "Fora da higiene não há salvação": a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. In: MNEME – Revista de Humanidades, UFRN-CERES.

[ix] *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.* Ata da inauguração em 20 de outubro de 1889. Discurso pronunciado pelo Dr. João Penido (Pai). [preservou-se a grafia original]

[x] Ata da 4º sessão ordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, em 04 de janeiro de 1889. In: Boletim da SMCJF, Tomo Primeiro, 1º ano.

[xi] Extraído dos "conselhos higiênicos". Ata da 3º sessão extraordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, em 21 de dezembro de 1889. In: Boletim da SMCJF, Tomo Primeiro, 1º ano.

CIDADANIA NEGADA, CIDADANIA CONQUISTADA: MULHERES, POLÍTICA E HISTÓRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti* - UCSAL

Desde o encerramento da era feudal e o surgimento do que se tem como marco para a História Contemporânea – a era das Revoluções do século XVIII -, já se indicam sinais de uma práxis essencial para obtenção de Liberdade e Justiça Social: o desenvolvimento dos movimentos sociais e da consciência de classes, hierarquicamente determinados pelas relações de poder (econômico e político). Destarte, os dois últimos séculos foram marcados pela incorporação lenta e, às vezes, bastante contraditória, no que se refere à incorporação de grupos específicos nesta cruzada insurrecional, em destaque os invisíveis sujeitos históricos femininos. O processo libertador da mulher não pode simplesmente ser observado e interpretado como uma conseqüência natural, mas uma elaboração social e de longa duração, havendo a necessidade da conscientização de e para si como sujeitos de sua própria história.

Durante o processo histórico matizado pela sociedade ocidental, em quase todos os seus tempos, uma parcela da população foi deliberadamente excluída e menosprezada em suas ações e na efetiva construção das relações de produção e de trabalho por conseguinte. No entanto, a cronologia contemporânea traz já assinalados momentos de resistência e de tomada de consciência por parte das mulheres, seja através de pequenas causas e localidades, seja em grandes e concretas ações revolucionárias como veremos a seguir.

A separação de funções da atividade doméstica e da pública leva, sem dúvida, a divisão sexual do trabalho e as conseqüências vivenciadas até nossos dias, como a diferença salarial, preferências de contratação e hierarquização. Concretamente, a ação revolucionária européia não representou um simples processo de adição ou subtração, mas sim uma mudança social fundamental, transformando a "vida dos homens a ponto de torná-las irreconhecíveis. Ou, para sermos mais exatos, em suas fases iniciais ela destruiu seus antigos estilos de vida, deixando-os livres para descobrir ou criar outros novos, se soubessem ou pudessem. Contudo, raramente ela lhes indicou como fazê-lo" (1).

Na esfera mundial, o século XIX foi decisivo para as gerações posteriores por causa do nascimento de movimentos sociais que iam de encontro à ideologia liberal existente, com destaque para o movimento feminista, cujos elementos propulsores eram reivindicar cidadania representativa e, por conseguinte, cidadania social para as mulheres. As sufragistas tiveram

* Doutora em história pela Universidad de Leon, Espanha. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora e pesquisadora do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

papel relevante ao exigirem o direito do voto feminino, abrindo meios de participação nas decisões coletivas. Apesar das bandeiras e intensas representações nestes dois últimos séculos, o processo de incorporação das mulheres na esfera pública sempre se configurou como sendo de longa duração, secundarizado e relegado às instâncias inferiores.

Novos rumos revolucionários invadiam a Europa e o mundo ocidental e os movimentos femininos e feministas também acompanhavam o surgimento dos novos tempos. "Estavam impressionados pelo potencial ilimitado de revolução que tais coisas corporificavam e pela velocidade da transformação que, corretamente, predisseram. Estavam vivendo em uma era de revolução – um processo de transformação que já havia convulsionado o continente e continuaria a convulsioná-lo" (2). A luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres esteve presente como premissa e se tornou um caminho, onde o final da história encontra-se longínquo e mal delineado, apesar dos avanços a passos largos que quase todos os países procuram incorporar tanto em suas ações públicas e quanto diretamente apreciadas pela sociedade civil.

Uma das características centrais desse processo, especialmente para o último quartel do século XX, é a proeminência de uma integração das diversas áreas do conhecimento para interpelar e buscar uma mudança substancial das condições de vida e da dinâmica social. Para ampliar os espaços democráticos que vem se consolidando pós-Ditadura Militar, muito do discurso encontrado dentro dos movimentos sociais veicula diretamente conceitos como democracia e igualdade de oportunidade e direitos, seja no âmbito mais restrito ou mais genérico do exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; discriminação e desigualdade, ou seja, toda distinção que tenha por objeto prejudicar ou anular o exercício dos direitos humanos fundamentais.

Se democracia e igualdade se confundem (deixando as premissas reais e teóricas já estudadas anteriormente da concepção de cidadania de representação, cidadania de direito e cidadania social), como eliminar a discriminação? Essa é uma questão fundamental em face do cenário brasileiro, de forte padrão discriminatório, seja como referência ao sexo, raça ou classe. Ainda mais quando a temática versa sobre questões de mulheres, torna-se evidente a constatação de que, embora representem mais da metade da população nacional, sua participação nas esferas decisórias ainda esteja muito longe do desejável – o que nos remete novamente aos primeiros dois capítulos desta tese, sobre uma abordagem e análise histórica e que nos permitiu observar a concentração das atividades "contra a maré" a partir dos anos 70.

O mesmo vale para a comunidade negra, que representa aproximadamente 40% da população brasileira e se vê largamente excluída dos espaços sociais, alienada de sua própria

ação e práxis. Como reagir a esse quadro? A primeira medida é proibir ações discriminatórias. Mas não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. É emergencial a adoção de estratégias claras e de políticas públicas intensas e constantemente avaliadas, cuja finalidade seja justamente estimular a inserção e a inclusão desses grupos excluídos nos espaços decisórios e que eles tenham garantias de liberdade e justiça sociais.

A igualdade e a discriminação pairam sobre o binômio inclusão-exclusão: a primeira pressupõe formas de inclusão – mesmo quando incorporadas de maneira lenta e de modo não satisfatório diante das pressões do movimento de mulheres; e a segunda implica a violenta exclusão. No entanto, a proibição da exclusão, por si só, não resulta na inclusão dos segmentos inferiorizados. Como poderoso instrumento de inclusão social situam-se as ações afirmativas, medidas temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o alcance da igualdade, seja através de do sistema de cotas, programas especiais, campanhas específicas ou qualquer outra forma de amenizar uma condição excludente.

Acima a referência ao sistema de cotas exige uma breve descrição de seu atual funcionamento, “um reconhecimento de uma dívida social”, consoante o Guia Prática da Mulher Candidata, elaborado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo (3), onde se propõe a defesa de “bandeiras”, defendendo todas as recomendações elaboradas e ratificadas por convenções internacionais e assinadas pelo governo brasileiro. Essas bandeiras são: pobreza, educação e saúde, violência, desigualdade econômica, desigualdade no poder, mecanismos para promover a igualdade, direitos humanos, meios de comunicação e, por último, meio ambiente.

As ações cumprem uma finalidade decisiva ao projeto democrático, assegurando a diversidade e a pluralidade cultural e social que definem as nuances da sociedade brasileira, bem como a maior participação de grupos "vulneráveis" nas esferas político-sociais. Por meio delas, transita-se da igualdade formal para a igualdade material, fomentando concomitantemente a cidadania social real e irrestrita.

Ações afirmativas, igualdade de oportunidades e democracia compõem um trinômio indissociável, em que tais ações afirmativas levam à igualdade, assegurando o processo de construção de um regime democrático que sai do papel para sua efetiva realização. Se a igualdade não é um dado, mas uma “invenção histórica”, que através dela podemos recriar o valor da igualdade com alternativas capazes de transformar a paisagem brasileira.

Trata-se, sem embargo, de promover medidas realistas e adequadas para solucionar cada uma das diferentes formas de discriminação e exclusão de qualquer grupo social, sejam

mulheres, negros, idosos, homossexuais, indígenas, crianças ou outros. Apesar de alcançar um patamar mais eqüitativo em temas como emprego, educação, violência, responsabilidades, legislação, detecta-se no dia-a-dia a discriminação em todas as suas formas e expressões. Tal fato torna latente as mais diversas restrições existentes nos mais variados setores, além da necessidade de adoção de diferentes medidas e programas de discriminação positiva (4), sejam esses promovidos por organizações não-governamentais, governos, instituições de caráter internacional ou local, bem como associações de bairros, entidades partidárias e no mundo do trabalho.

Ao percorrer os últimos anos, as ações foram sendo aperfeiçoadas e ocupando um espaço relevante dentro das representações sociais no Brasil e no mundo. Por isso, é essencial assinalar que essas ações afirmativas acompanharam a evolução de necessidades e demandas vindas das práticas cotidianas e das experiências sociais dos tempos atuais. Mais do que dinamizar e tomar consciência de seu papel como agentes sociais, as mulheres definiram um amplo debate acerca dos direitos humanos e das necessidades mínimas de condições de vida e de trabalho, bem como a premência de liberdade e de justiça social. Isto aparece nas campanhas preventivas e educativas, sendo associadas a outros grupos sejam representações de sexo, geração, etnia ou raça.

No Brasil, as empreitadas e as conquistas que as mulheres alcançaram nas últimas décadas têm intrínseca relação com o processo educativo e conscientizador promovidos, especialmente, pelas instituições e organizações femininas e feministas. Afinal, para romper com os aspectos negativos e discriminatórios - impostos por uma dinâmica de divisão social e do trabalho conservadoras - eram necessários atos e decisões eminentes frente às mazelas vivenciadas em todos os âmbitos, sejam públicos ou privados.

A mulher brasileira só começou a conquistar certos direitos e integrar suas atividades à dinâmica social a partir da proclamação da República – quando da primeira onda ou insurreição feminista -, pois no período colonial, não lhe era reconhecida sequer qualquer indício de cidadania ou participação efetiva na instância política. O que as mulheres reclamam agora, através de um movimento estruturado e construído nos últimos anos, é um espaço mais amplo e reconhecimento incondicional de sua produção e trabalho.

> "Levar à prática a emancipação das mulheres não significa ascender ao mundo contemporâneo existente, mas sim participar de sua transformação, de modo a conceber esperanças sobre a igualdade humana. Ao mostrar a diferença da mulher, o feminismo atual tem a oportunidade de indicar qual é a diferença que as mesmas podem apontar" (5).

A discriminação contra a mulher não está simplesmente impressa nos papéis modelares e nas concepções hegemônicas presentes na sociedade brasileira. Outros são os campos de exclusão verificados recentemente, através de dados estatísticos que confirmam esta situação: um quarto dos 28 milhões de mulheres brasileiras que trabalham são chefes em seus lares (IBGE, 2000). Desses lares, 30% estão abaixo da linha de pobreza – recebendo o equivalente a menos de U$1 por dia, confirmando não só a exclusão econômica como também a social. Isto pode ser agravado de forma brutal ao se levar em consideração as seguintes categorias analíticas: Gênero, raça, geração, etnia e classe social.

Em geral, estes dados apresentam ainda situações relevantes para a compreensão da atual condição feminina: as mulheres são as maiores vítimas do desemprego em centros urbanos: a taxa é de 6% para a população masculina, mas 8,5% para a feminina.

Outro instituto de pesquisa nacional – o IPEA (Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada) - trouxe, nos últimos anos da década de 90, um estudo relacionando pouca escolaridade a baixos salários, revelando que a renda máxima de mulheres com grau médio é de R$ 553, valor que declina até R$ 369 aos 60 anos. Para homens com grau médio e superior, o salário só cresce até chegar a R$ 1.273 aos 60.

Só não há discrepância quando as mulheres têm grau superior de instrução, pois mantêm a renda em torno de R$ 1.110 (6) para o ano de 2000. Entretanto, esta última condição está concentrada nas faixas jovens – e nem todas podem dizer que não são forçadas a provar suas habilidades a todo o momento num mercado que lhes abre as portas com hesitação. Porém, não é só no campo do trabalho que as mulheres enfrentam dificuldades e vivenciam as desigualdades de uma composição social de cunho patriarcal.

As condições de vida e de trabalho tomaram a frente nas manifestações feministas, mas – até agora – podem registrar um avanço lento e concentrado em alguns momentos da ditadura militar e aumentando gradualmente sua influência pós-1984 (abertura política através do movimento das “Diretas Já”, símbolo da democratização do país).

As expressões sociais citadas acima foram ampliadas ao longo da Década da Mulher (1975/1985) e deram novos contornos à práxis desses sujeitos históricos. A partir destas informações – e ao longo do processo histórico contemporâneo, em especial nas últimas três décadas -, é possível indicar que as brasileiras não estão sozinhas na luta. São diversos os campos de atuação e os organismos nacionais e internacionais que revelam a necessidade imediata de olhar a condição, a escolaridade, o trabalho de mulheres seja em âmbito nacional ou alcançando as fronteiras da América Latina e de outros países.

As mulheres estão estudando mais que os homens: 30% delas concluem o ensino médio e só 20% dos homens conseguem isso. Dos 10 aos 14 anos, 7% dos rapazes não sabem ler ou escrever, mas só 4% das moças são analfabetas. De janeiro a maio deste ano, o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) recebeu 70% mais inscrições de mulheres que de homens. Foram 445 mil mulheres e 260 mil homens que se filiaram à Previdência Social no período.

Nas regiões metropolitanas, tais como São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília, só nas dez atividades consideradas mais "femininas" – como as ligadas a vestuário, calçados, beleza e indústria têxtil – as mulheres estão à frente dos homens, ocupando 80% das vagas. No entanto, quando o estudo detalha o setor eletroeletrônico, metalurgia, construção civil, a situação se inverte e somente 20% ocupam efetivamente estes empregos. Ainda dentro da abordagem de trabalho, para o mesmo ano, os salários assinalam grandes contrastes: só em 5% dos casos a mulher ganha um pouco mais (10%) que o homem.

No geral, a representação feminina recebe 37,5% menos que os colegas do sexo masculino. As distorções podem ser maiores e mais discriminatórias quando se trata de mulher de raça negra, perde um pouco mais e ganha 40% menos que o homem. O dado usado no estudo é do PNAD/IBGE (1998): por 40 horas de trabalho, o branco recebe R$ 727, a branca, R$ 573, o negro, R$ 337 e a negra, R$ 289.

Com aporte em indicadores estatísticos também é inferido que um país com dimensões continentes como o Brasil está como exceção, pois as mulheres têm educação melhor do que os homens. Em estudo específico para mercado de trabalho, o IBGE realizou um levantamento, para o ano de 2000, revelando que 10,5% das jovens entre 15 e 24 anos freqüentam universidade, ante 8,6% dos jovens na mesma faixa etária. Entretanto, isso não significa que ganhem mais: 60,6% das mulheres recebem até dois salários mínimos e 62,8% atingem cargas horárias semanais superiores a 48 horas. A faixa etária que compreende os jovens entre 15 e 24 anos somam mais de 31 milhões em todo o país, dos quais 78% vivem em áreas urbanas. Neste universo, há um certo equilíbrio entre os sexos, pois para cada 100 mulheres, existem 99,2 homens em média.

De qualquer forma, a associação entre crescimento e desenvolvimento sustentável acaba por revelar mais do que números estatísticos associados à exclusão. A questão da inserção e justiça social para mulheres tem ocupado as agendas sociais e políticas dos últimos anos de maneira veemente e sem rodeios. Não somente organismos nacionais, mas principalmente o Banco Mundial e a ONU definiram os pilares sobre a questão da exclusão social feminina e o ajuste nos níveis de desenvolvimento humano.

Para exemplificar, retomamos o relatório “Engendering Development: Through gender equality in rights, resources and voice” (World Bank, 2001), as diretrizes são bem definidas.

> “As grandes disparidades de gênero em direitos humanos básicos, recursos, oportunidades econômicas, e em política são inseridas em todo o mundo, apesar das recentes vantagens. Essas disparidades são indubitavelmente relacionadas com a pobreza. Em um nível, a pobreza exacerba as disparidades de gênero, em outro, as desigualdades de gênero ocultam, por sua vez, o desenvolvimento sustentável”. (7)

Confirmando, todavia, essa mesma linha de atuação, pode-se retomar os desafios mapeados pela Plataforma Política Feminista, de 2002.

> “Assegurar as conquistas referentes à superação das múltiplas desigualdades sociais e instituir os princípios da eqüidade e da proporcionalidade racial/étnica, de gênero e de geração, definindo diretrizes que orientem a aplicação dos recursos públicos no desenvolvimento das políticas sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho, qualificação profissional, geração de emprego e de renda, habitação, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, proteção ambiental, segurança e seguridade social, eliminando-se a desigualdade entre os diversos segmentos da sociedade nas várias regiões do país” (8).

Assinala o Prêmio Nobel de Economia que o desenvolvimento resulta de expansão das liberdades – políticas, econômicas, institucionais e sociais – das quais as pessoas desfrutam ou deveriam desfrutar. Neste sentido, a busca pela a igualdade entre homens e mulheres faz cada vez mais presente e demonstra um processo de conscientização, “pois dar poder às mulheres é o fator mais importante na direção do poder econômico" (9). Em outra passagem, o economista dedica-se a explanação do sentido da sustentabilidade da vida social, estando este na sintonia onde ocorrem as experiências dos relacionamentos. Entrementes, tal categoria também acaba por estimular e facilitar a livre escolha de oportunidade e, por conseguinte, a expansão das liberdades.

Em países pouco desenvolvidos, como o Brasil, a situação das mulheres pode, portanto, ser entendida como reflexo de seu atraso. E as conquistas femininas revelam-se igualmente um excelente indicador de crescimento econômico, político e social. Somente, deste modo, a expansão das liberdades e seu usufruto podem levar o país a uma situação melhor diante do mundo globalizado. Os estudos brasileiros mais recentes sobre gênero, desenvolvimento e economia política são de autoria de Anita Kon. A autora, por exemplo, afirma que “a nova economia política de gênero tem sido moldada com a preocupação de entender o papel de ambos os sexos para a reprodução econômica e social em uma nova fase do desenvolvimento capitalista, em que crescentes mudanças sistêmicas caracterizam o processo de incorporação dos trabalhadores nas esferas produtiva e distributiva das economias” (10).

O elevado número de famílias que dependem de um progenitor feminino, em nível mundial, demonstra que a situação é comum nas estatísticas: cerca de 25% das famílias no panorama mundial encontram-se nessa classificação. Mesmo assim, a mulher está conseguindo um importante avanço: em países desenvolvidos, as diferenças entre sexos dentro do processo de alfabetização foram reduzidas mais da metade, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990. Já os dados sobre escolarização primária para esses países sofreram um aumento extraordinário, muito maior do que os números relativos para a população masculina.

Já em 1995, durante a Conferência Mundial Sobre a Mulher, ocorrida em Pequim, representantes de várias nações também se comprometeram a intensificar esforços para atender diversas reivindicações. Entre elas: que se dirija a dotação do gasto público, visando aumentar oportunidades econômicas para a mulher e promover seu acesso aos recursos produtivos; avaliar o trabalho doméstico e reestruturar regimes de emprego para que seja possível uma divisão mais justa das responsabilidades familiares; igualar o acesso à educação e conscientizar professores sobre as questões de sexo; diversificar formação profissional e técnica, bem como abrir às meninas campos poucos explorados por elas, como o das ciências, engenharia, tecnologia e gestão de empresas. Naturalmente, há muitos outros assuntos em pauta quando se debate a situação da mulher nesse início de milênio, como a violência doméstica e sexual, prostituição e tráfico de mulheres. Afinal, não são somente debates que devem ocorrer no Brasil. São problemas presentes nos quatro cantos do mundo.

De certo o fenômeno de “feminização da pobreza” já ganha espaços sem fronteiras ao confirmar-se não só nas estatísticas das principais agências internacionais, como também no cotidiano, nas imagens de países com desenvolvimento humano baixo. Posto isso, pode-se afirmar que, no conjunto dos indivíduos que vivem com menos de um dólar ou menos por dia (cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas), a maioria é constituída de mulheres.

Mas é fundamental que se frise sempre, em primeiro lugar, a questão da trajetória feminina da escola ao mundo de trabalho. Por quê? Porque somente a educação pode proporcionar a autonomia necessária, sobretudo financeira, para que a condição de mulher não seja mais motivo de vitimização, submissão ou diferenciação. No Brasil, segundo relatório da UNESCO e OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) para o ano de 2000, as mulheres começam a ganhar de homens em nível de instrução: são 53,5% dos concluintes do ensino fundamental, 58,5% do ensino médio e 61,4% do superior.

As escolas ignoram essa maioria e, não poucas vezes, pecam pela discriminação, presente em livros didáticos (os homens estão vinculados ao trabalho às relações externas e

as mulheres à vida doméstica e familiar, por exemplo) ou atividades em grupo, que separam meninas e meninos. A maioria dos professores é do sexo feminino; no entanto, refletem em seu trabalho preconceitos que permearam sua própria educação. Portanto, o compromisso firmado em Pequim procede: é urgencial alertar autoridades do setor e corpo docente de que a quebra dos preconceitos começa na escola – sejam eles de sexo, geração, raça, religião ou etnia, se deseja formar cidadãos e criar espaços mais justos e igualitários. Uma legislação específica para garantir os direitos das mulheres existe, mas talvez demore até que seu significado seja divulgado, apreendido e vivenciado cotidianamente por todos.

As ações jurídicas podem ser consideradas um pontapé inicial em prol da mudança de mentalidade, mas esta só acontece através da educação continuada e da incorporação diária e constante nas práticas e experiências sociais. A participação das mulheres - acelerada após a Segunda Guerra - no mercado de trabalho, nos movimentos sociais, nas esferas de poder, não é só um direito. É primordial para a construção de uma sociedade mais justa e que almeje um desenvolvimento econômico e cultural. Mulheres não são minoria nem em número, muito menos em seu potencial de produção, na sua inserção nas relações de poder. Uma sociedade repleta de carências como a brasileira não pode desprezar todo seu potencial produtivo e intelectual. Mas, no que se refere à igualdade de oportunidades, o Brasil ainda está na teoria, apesar das intensas ações e projetos tanto do campo público como das organizações não-governamentais, associações civis e grupos acadêmicos.

Partindo dessa linha, é determinante ainda a tripla discriminação sofrida pelas mulheres na sociedade moderna, especialmente nas esferas do emprego, precariedade nas condições de vida e remuneração. O fato pode ser comprovado ao observarmos os últimos 25 anos, que testemunharam a incorporação feminina no mercado de trabalho, mas também a ampliação crescente de problemas sociais e econômicos para este grupo social. Em sua quase totalidade e em diversas regiões do mundo, as mulheres se fixam predominantemente no setor de serviços e recebem salários menores, apesar da exigência de qualificação e formação para exercer atividades nesta área.

> "O movimento de mulheres alcançou nas últimas décadas enormes transformações em todo o mundo, alterando as condições de vida das mulheres, o imaginário social e o comportamento da sociedade. Essas mudanças foram fruto da luta das mulheres frente a flagrante desigualdade em direitos e oportunidades entre os sexos. Buscando condições de vida mais dignas, igualitárias e justas, as mulheres desbravaram territórios masculinos, conquistando definitivamente espaços de participação política e no mercado de trabalho" (11).

Seguindo a abordagem de co-responsabilidade entre as desigualdades de gênero e desenvolvimento sustentável, é mais do que evidente a retomada das diretrizes fomentadas

pelas agências internacionais como a ONU e o Banco Mundial, pelo menos no que se refere às orientações de organismos governamentais e parâmetros tomados pelas organizações não-governamentais. Neste caso específico, reafirmamos novamente o exposto no relatório Engendering Development (The World Bank, 2001), quando promove as três estratégias centrais de atuação para promoção da equidade de gênero: a reforma de instituições para estabelecer direitos e oportunidades eqüitativas para homens e mulheres; incentivos econômicos para pesquisa e participação, reduzindo assim as disparidades em áreas como educação, saúde e nutrição; medidas que fomentem e confirmem as ações anteriores.

Notas

(1) HOBSBAWM, E. Ecos da Marselhesa. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

(2) Idem.

(3) CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA/GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Guia Prático da Mulher Candidata. São Paulo: 2000. 34p.

(4) CAMPS, Victoria. El siglo de las mujeres. Madrid: Ediciones Cátedra/Instituto de la Mujer, 1998.

(5) EVANS, Mary. Mundos diferentes? Introducción al pensamiento feminista contemporáneo. Madrid: Minerva, 1997.

(6) IPEA – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. Indicadores sociais – Trabalho X Gênero. São Paulo: 2000.

(7) The World Bank. Engendering Development: Through gender equality in rights, resources and voice. Washington: 2001.

(8) Plataforma Política Feminista. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6 e 7 de junho de 2002. (mimeo).

(9) SEN, Amartya. A condição de agente das mulheres e a mudança social. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

(10) KON, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 3, julho-setembro de 2002

(11) LIBARDONI, Marlene. Apresentação. IN: AGENDE/SEDIM. Direitos Humanos das mulheres... em outras palavras: subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações. Brasília: AGENDE, dezembro de 2002.

A Cidade e o Cotidiano: relações de amor e vizinhança

Vanessa Spinosa[1]

Nas pensões e estâncias: formas de morar e vida íntima

A base da discussão está centrada nas formas de socialização entre os populares na cidade de Belém na década de 1930, relacionada com uniões amorosas e ainda a vizinhança que estava no espaço social imediato, contribuindo tanto para que as uniões de amor e/ ou conjugais fossem legitimadas na cidade, quanto para se utilizarem da moral e dos bons costumes para reprimir comportamentos amorosos fora do que era socialmente permissível naquela esfera, no mesmo bairro, vila ou ainda pensão.

Partindo do estudo acerca das casas, barracas, estâncias, pensões e repúblicas, foi se delineando formas de convivência e de decodificação do outro pela maneira de moradia.[2] Os bairros periféricos e suburbanos na cidade, onde os populares predominantemente moravam, bem como a carência ou não de determinados benefícios urbanos, tais como saneamento e iluminação, e o próprio perfil de cada habitante de estância que dava conta das dificuldades[3], falta de privacidade, geravam laços solidários e pontos de conflitos entre os vizinhos; os que moravam ao lado, em frente, no mesmo imóvel ou nem tão perto assim, mas que se reconheciam em seus movimentos diários na cidade de Belém do Pará, nos anos de 1930.

A partir da leitura de histórias que apareceram nos processos-crime de lesão corporal, atentando-se mais à vida de uma "vítima" ou de um caso nos jornais, percebeu-se que as formas de aglutinação desses sujeitos históricos não estavam tão próximas do padrão de família nuclear. Pode-se dizer que, se esse padrão existia, não era nas mesmas condições de uma família de elite. Nesse contexto, notou-se que essa era uma das características da família do fim do século XIX e início do XX[4], ou seja, a aglomeração

de sogras, esposos, filhos, sobrinhos caracterizava mais o século XIX, aparecendo com alguma reminiscência no XX, quando a atenção ao casal foi talvez mais aguçada.

Bertino, casado com Júlia, tinha dois filhos, era um comerciante repleto de dívidas e morava em uma casa com sua família num bairro periférico da cidade, recebendo esporadicamente visitas de sua mãe.[5] Já Raimundo, vendedor ambulante, morava com sua filha em uma casa da vila Ypiranga e tinha como seu vizinho Fábio, um paraense de 35 anos, separado.[6] Maria e José moravam em uma *barraquinha*.[7] Antônio de Araújo morava em uma casa na vila do Pinheiro, local bastante afastado do centro, com oito irmãos, pai, mãe e mais o cunhado – no mínimo, uma vez que os filhos da irmã casada não foram mencionados. Ou seja, eram doze pessoas, pelo menos duas famílias, vivendo sob o mesmo espaço.[8]

A noção de vida familiar e íntima[9] podia estar associada diretamente ao espaço de habitação de cada "núcleo familial", constituído seja por um pai e uma filha, por uma filha com mãe e netos, ou por pai, mãe e filhos.[10] Além disso, determinar graus de conforto e privacidade para os habitantes de uma casa ou quarto com muitas ou poucas pessoas se tornava muito relativo. Talvez uma pessoa que alugou um cômodo da casa de outra pudesse ter menos problemas com privacidade[11] que uma família morando em um quarto-sala de estância. Em todo caso, pode-se pensar também que, de todo modo, não estavam sozinhos, nem mesmo num apartamento de solteiro.

As finas paredes, as portas coladas, as cozinhas e banheiros coletivos retratavam um espaço de convivência diferente, peculiar, que podia variar de um espaço para o outro, mas que, de certa forma, unificava os indivíduos: maneiras de trabalho, múltiplas formas de vida e de aglutinação de marceneiros, cozinheiros, meretrizes, ajudantes de comércio. Diversos sujeitos morando no mesmo bairro, na mesma rua, em tipos de moradia iguais ou diferentes, e enfrentando a labuta diária. As formas de lidar com a

moradia e os costumes faziam esses indivíduos se cruzarem em necessidades, problemas, soluções, amores e tensões.

> Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma de trajetórias inauguradas a partir de seu local de habitação (...). O sistema de comunicação no bairro é fortemente controlado pelas conveniências.[12]

Ou seja, o movimento dos habitantes e circulantes nas ruas e tabernas do bairro ou da vila criava entre eles códigos próprios de comportamento e de moral, manifestados no dia-a-dia. Nesse sentido, a questão de moradia e localização geográfica na cidade permitiu perceber as experiências dos indivíduos a partir do meio em que inter-relacionavam. Nesse viés, o que estava ao lado sempre trazia um histórico, uma referência codificada do trânsito pela calçada, dos gritos ouvidos nas discussões, através de olhares e gestos, enfim, de movimentos que incidiam no espaço comum: a rua, o bairro.

Isso era clareado na análise dos processos-crime quando se chamava para testemunhar sobre as tensões conjugais. Além de parentes mais próximos, a vizinhança era o ponto essencial para "cooperar" com o ocorrido entre os casais. É claro que a proximidade geográfica era um ponto essencial para a solicitação de testemunho junto ao caso processual, mas a seleção de cada um dos vizinhos que iam até a Chefatura contar de suas versões do acontecimento se tratava de uma triagem feita por parte do réu ou da vítima, ou ainda de uma denúncia apoiada por vizinhos tanto no sentido do auxílio, como no da denúncia sobre os comportamentos.

Quer dizer, os indivíduos que compunham essa vizinhança se moldavam uns aos outros em comportamentos, gestos e códigos sociais projetados a partir do convívio com o outro no espaço que lhe era familiar[13], seja uma viela, uma rua ou um quarto da estância.

***Relações de amor e a vizinhança*: interfaces no cotidiano**

É importante destacar como a cidade, através das interações de vizinhança no dia-a-dia, se movimentava partindo das tensões conjugais, ma medida em que a falta de uma moral circulante nela, ou ainda a mudança em comportamentos era praticizado entre os moradores de cada rua, estância ou pensão, deixando claro que o "dever ser" e a moral, relacionados a uma imagem já consolidada por entre os habitantes daquele espaço socialmente construído, deveria ser mantida ou reavaliada no campo dos bons costumes que a *urbe*.

O caso de Olga e Philadelfo[14], pode ser ressaltado pois a questão da intimidade e do auxilio ou intervenção no diário era forte por duas razões: tratava-se de um casamento, união que gerou duas filhas, em que o casal, antes no Rio de Janeiro, morava na casa da sogra com os cunhados. Ou seja, havia uma abertura de espaço dentro da casa para três pessoas que, de algum modo, eram estranhas.

Esta abertura de espaço significa que essas pessoas entraram não só na alcova da casa, mas também abriram precedentes para adentrar no movimento interno – diria íntimo – da casa e dos habitantes. Ademais, Olga não estava somente na alcova, mas no coração da casa, que estava aberto para ela, embora não bem administrado, a ponto de seu cunhado ter avançado contra si,

> já enraivecido pelos os insultos recebidos, empurrou Olga, que como é natural, esta perdeu o equilíbrio caindo em cima da cama batendo-se no rosto (...).[15]

Esse indivíduo externalizou sua ira por Olga ter gritado palavras de desonra e obscenidade contra suas irmãs e mãe. Assim procedendo, Olga feria a casa, os costumes.

A segunda sinalização dizia respeito à abertura de espaço dada por um colega de Philadelfo, para que este pudesse ter mais privacidade para articular, talvez, a solução de melhor convivência da esposa com a família e consigo. Ele abriu uma "lacuna" em seu quarto e abrigou o amigo com problemas conjugais, dos quais devia ser um assíduo ouvinte.

Atitudes como estas apontavam como a participação do outro – do que estava ao lado, era conhecido, confiável e, diga-se, necessário – acabou sendo fundamental à vida cotidiana, e confirma a participação e inserção desses agentes nas intimidades. Quando o cunhado de Olga abriu a porta e avançou nela, havia possibilidades para entender o porquê da intervenção. Era patente que Olga o tinha irritado. Mas, por quê? Podia ser porque ela desonrou a sua família com suas colocações, fazendo insinuações em voz alta sobre relacionamentos incestuosos e chamando sua mãe de meretriz e fofoqueira. Ou por Olga ter gritado extra-muros sobre a reputação de sua família; porque ela falava do oposto ao aparente, do publicizado.

As duas proposições seriam pertinentes, mas o que vale ressaltar é como esse espraiamento do que se entendia por família foi evidenciado, em que moral, intimidade e auxílio eram palavras entrelaçadas à trama cotidiana. Além do que, o caso demonstrou também como a intimidade diante do público foi externalizada e, mais que isso, como era interpretada – até diria captada – pelos que estavam ao redor.

A vizinhança e a publicidade do íntimo

Dependendo de onde moravam, essas pessoas foram construindo, em seu dia-a-dia, formas de amizade e solidariedade, bem como de conflitos – mesmo porque conviviam bem próximos física e relacionalmente - com os vizinhos.

Eles foram pontos de apoio na briga com casais, com a família; mas também vigilantes diretos dos movimentos dessas pessoas, além de motivo para brigas e amores.

Enfim, os vizinhos eram o auxílio, mas também as queixas, a proximidade para a ajuda e confidências e para amores e tensões.[16]

Nesses espaços, havia uma grande interação diária a partir do local de habitação. Nesse sentido, era na rua, nas estâncias, nos quintais ou mesmo nas janelas que o indivíduo ia se reconhecendo no local onde morava, unindo o que era público ou alheio – mas era também o que afrontava no diário – ao que havia dentro do lar.

Nesse sentido, a vizinhança vinha compondo o espaço do *habitat* dos sujeitos; eles engendravam delimitações e territorizações que superpunham a materialidade configurativa de casas emaranhadas uma entre as outras. Era uma espacialidade simbólica imposta pelo que estava ao lado ou à frente.

A noção de família, de vida a dois e ainda de convivência social se aliava diretamente com as relações diárias e interpessoais; que poderia circular na cidade como um todo, mas que era entre os próximos, os vizinhos e parentes que as práticas e normas morais e ainda dos comportamentos, iam se moldando entre o que deveria ser da vida íntima e o que era praticado entre os populares e suas particularidades, de convívio familiar e conjugal na cidade.

---

[1] Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: vspinosa@yahoo.com.br

[2] CERTEAU, Michel (et. al.). *A Invenção do Cotidiano 2: morar e cozinhar*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000. p.41, esclarece sobre o que seria um bairro:"é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma *caminhada,* da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência". É nesse sentido que se pensa aqui nesse entrelaçamento do que é público e particular, configurado materialmente nas formas de moradia. Seria inevitável um estar envolvido por causa e a partir do outro continuamente.

[3] Segundo Marins, "como quase todos os vizinhos edificavam – e comportavam-se – de maneira semelhante, chegava-se à possibilidade de habitar entre iguais, numa generalização de alcance 'público' advindo dos padrões domésticos e privados homogêneos". p.148. O sentido que se delineia aqui se trata das situações cotidianas dos sujeitos que os identificava uns aos outros; isso não se resumia aos sujeitos históricos estudados, incluindo a sociedade belenense e de outros estados do país, em que a necessidade de "selecionar" a quem pertencia a cada bairro e era uma necessidade 'social'. MARINS, Paulo Cesar Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada.* Vol. 03. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1998.

[4] Sobre essa discussão, ver: FREIRE, Jurandir da Costa. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro; Graal, 1999; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres o poder e a família.* São Paulo: Marco Zero/ Secpp,

1999; CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira". In: KOPES, M. S de Almeida (et al). *Colcha de retalhos.* Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p.14-37.

[5] O Estado do Pará. 14/05/1939. Reportagem Policial. *Suicídio*. Comerciante em pequena escala, premiado pelas dificuldades financeiras põe termo à vida. p.06.

[6] O Estado do Pará. 12/05/1939. Reportagem Policial. *Prometeu e cumpriu.*

[7] O Estado do Pará. 18/10/1938. Reportagem Policial. *Ou viver novamente com ele ou morrer.* p.04.

[8] Há mais alguns casos como o de Teodorino Santos, que já morava com a esposa e cunhada numa casa no bairro do Jurunas, e Maria Rodrigues morava com seu amásio, sua filha da primeira união e mais os filhos da segunda constituição conjugal (A Vanguarda. 12/jan./1939. *Os crimes contra a mulher.* p.06), uma média de pelo menos cinco pessoas na mesma casa. Jesuína, depois que se separou de seu amásio, foi viver com sua mãe e mais seus dois filhos (Arquivo do Tribunal de Justiça do Pará - ATJP. Auto crime de lesão corporal. Jan.1932. Réus: Isidoro, Valdomiro e Francisco Clemente Alves).

[9] Vale cf. pesquisa de CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim.* O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque.* Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

[10] Sobre as famílias compostas somente por mães e filhos e outras formas de aglutinações familiais, vale Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986; e DIAS, Maria Odila L.S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

[11] MARINS, Op. cit. p.177, trabalha com a idéia da divisão interna da casa para cada função a que era destinada: "as plantas arquitetônicas do período evidenciam uma intensa especialização dos cômodos, estabelecendo uma gramática rígida para as atitudes privadas das famílias – o que dificilmente ocorria nos cômodos superlotados das habitações populares".

[12] Sobre tal assunto, ver MAYOL. Op. cit. p.42 e 55.

[13] Segundo Mayol, "em suma, o corpo, na rua, vem sempre acompanhado de uma ciência da representação do corpo cujo corpo é mais ou menos, mas suficientemente, conhecido por todos os usuários e que eu designaria pela palavra que lhe parece mais adequada: *a conveniência";* já que "a atitude do transeunte deve transmitir o mínimo de informação possível, manifestar o mínimo possível de desvio em relação aos estereótipos admitidos pelo bairro". MAYOL. Op. cit. p.48 e 50.

[14] ATJP. Auto de perguntas feitas a João Carlos da Fonseca. In: Auto de lesão corporal. Set. 1931.

[15] ATJP. Auto de perguntas feitas a João Carlos da Fonseca. In: Auto de lesão corporal. Set. 1931.

[16] Cf. SOUSA, Noélia Alves de. *A Liberdade é Vermelha?* Um estudo da violência contra mulheres em Fortaleza, das décadas de 20 e 30 do século XX. Dissertação de mestrado. São Paulo: Ed. PUC-SP, 1997. p.91.

Guerra e paz no Espírito Santo: caboclismo, vadiagem e recrutamento militar das populações indígenas provinciais (1822-1875)

Vânia Maria Losada Moreira [1] - UFES

Na presente comunicação, pretendo discutir o recrutamento militar entre as populações indígenas da província do Espírito Santo, segundo a hipótese de que, além de ter sido um meio de controle social e de coerção ao trabalho, o recrutamento militar entre os indígenas da província também funcionou como um mecanismo de integração forçada à ordem social dominante. Focalizarei a análise principalmente em duas questões: o serviço militar como um tributo pago pelos pobres e a associação entre caboclismo e vadiagem, o que redundou na transformação dos índios em um dos alvos preferenciais do recrutamento forçado.

Serviço militar: o tributo dos pobres

As Instruções de 10 de julho de 1822 regulamentaram o recrutamento militar, codificando as práticas que até então vigoravam sobre o assunto. Essas regras vigoraram até 1875, quando houve uma reforma nos procedimentos, que instituiu o alistamento de corte universalizante, seguido de sorteio, como forma de selecionar os recrutas.[2] De acordo com os critérios, todos os homens livres entre 18 e 35 anos eram passíveis de serem recrutados. Previam-se, no entanto, inúmeras isenções, que visavam à proteção da família, da economia familiar e o mundo do trabalho livre. [3]

O caráter forçado do recrutamento e do serviço militar era evidente e as "Correspondências de Recrutamento" da província do Espírito Santo, por nós compulsadas, são pródigas em casos sobre toda sorte de violências e coerções nos processos de recrutamento. O exemplo de Benedito José do Espírito Santo, morador de Vitória, pode ser esclarecedor. Em 23 de janeiro de 1844, ao se dirigir para a sua casa, pôde verificar que a mesma estava cercada e que uma escolta o esperava para prendê-lo. Diante disso, "... *veio por muito seu gosto entregar-se para assentar praça*

voluntariamente na Companhia Provisória de 1ª Linha…" e solicitava ao presidente provincial que deliberasse favoravelmente ao seu pedido de servir como "voluntário".[4]

Que o recrutamento era violento e coercitivo todos concordavam e no vulgo ficou conhecido como "tempo do pega" e da "caçada humana"[5]. Vilas se esvaziavam em épocas de pega e as autoridades responsáveis pelo recrutamento reclamavam freqüentemente dos homens que se escondiam nos matos. Apesar do caráter violento e coercitivo, o recrutamento não era uma imposição totalmente arbitrária do Estado sobre uma população incapaz de resistência ou negociação. H. Kraay sustentou o argumento de que complexas "*…regras não escritas governaram a prática de recrutamento…*" e seria até mesmo possível falar de um recrutamento visto como "*legítimo*" a partir das negociações entre o Estado, a classe senhorial escravocrata e os homens livres pobres.[6]

A finalidade do recrutamento não se restringia a fornecer um número suficiente de soldados para o serviço militar. Visava também e, em certos momentos até mesmo principalmente, exercer o controle social, punindo supostos desordeiros, homens pouco obedientes às hierarquias sociais ou aqueles recalcitrantes ao trabalho. Para H. Kraay, aliás, a mensagem subjacente às regras do recrutamento eram claras no sentido de que "*… homens que não trabalhavam, que não obedeciam as autoridades e que não procuravam servir a um patrão ou a um comandante da Guarda Nacional seriam recrutados à força."*[7]

O recrutamento foi, acima de tudo, o principal tributo pago por pela população pobre naquele momento da trajetória brasileira. Essa questão foi, aliás, muito bem explorada por Matthias Röhrig Assunção em seu estudo sobre a Balaiada, a grande revolta popular acontecida no Maranhão, entre 1838 e 1841. A Balaiada refletia, segundo Assunção, o antagonismo entre a economia agrário-exportadora e a produção camponesa regional, mas teve como estopim o recrutamento forçado. Mais que isso, o

"*recrutamento obrigatório não apenas cristalizou os conflitos sociais entre a elite e os pobres livres, como também criou um denominador comum para o movimento, unindo camponeses, pescadores, coletores, vaqueiros, e artesãos.*"[8]

Povoados indígenas, Caboclismo e Vadiagem

Na província do Espírito Santo era sobre os pobres que, invariavelmente, recaía o recrutamento forçado. Mas os pobres não formavam uma categoria linear e homogênea, pois mesmo aos olhos das autoridades provinciais era possível distinguir entre eles os "laboriosos" e os "vadios". Em outras palavras, o uso do recrutamento forçado como forma de coerção ao trabalho foi particularmente evidente no Espírito Santo, onerando principalmente uma categoria social definida como "vadios". Vale citar, nesse sentido, o ofício expedido ao Chefe de Polícia, em março de 1852, com a seguintes recomendações do presidente da província, José Bonifácio Nascimento d'Azambuja:

> "*Expeça V. M^ce.^ as mais terminantes ordens a cada um dos Delegados e Subdelegados de Polícia para que até o fim do mês de maio próximo futuro remetam o número de recrutas constantes da relação junta, declarando-lhes que enquanto assim o não fizerem, não poderão ser satisfeitas as suas requisições sobre destacamento, por estarem muito desfalcados as duas companhias de 1ª linha e recomendando aos da povoações de beira mar que, de preferência, recrutem os vadios que enchem as praias sob o título de pescadores, como já foi ordenado."* [9]

Em abril de 1852, d'Azambuja enviava novo ofício ao Chefe de Polícia, mandando pôr em liberdade dois recrutas enviados pelo Subdelegado de Santa Cruz, pois ambos, além de serem menores de 18 anos, eram filhos únicos de lavradores, recomendando, ademais, "*…todo o escrúpulo no recrutamento, preferindo para ele os vadios de que abundam as praias do distrito…*"[10]. Em 27 de maio de 1852, o presidente novamente insistia ao Chefe de Polícia que lembrasse ao Subdelegado de Santa Cruz que "*… entre os vadios de seu distrito encontrará ele recrutas de sobra, uma vez que dirija os esforços para essa classe de gente tão perigosa à sociedade.*"[11]

Importante perceber, no entanto, que não apenas as comunidades de pescadores eram bastante comuns na orla marítima colonizada da província, mas, mais que isso, que boa parte desses povoados eram formados por populações de "índios pescadores" ou por mestiços que adotavam, contudo, o modo de vida desenvolvido pelos índios desde os tempos das antigas missões da região. E, ao contrário do que muitas vezes se pensa, nem índios, nem pescadores poderiam ser considerados, na época, agrupamentos numericamente pouco significativos.

O censo de 1824 registrou uma população de 35 mil habitantes na província dentre os quais 22.165 eram livres. Livres, porém não necessariamente de origem européia, pois apenas 8.094 eram considerados brancos. O restante da população livre era composta por índios civilizados (5.778), mulatos (5.601) e negros (2.682). Os escravos representavam, nesse contexto, 36,7% da população.[12] No começo do século XIX, portanto, era considerável a presença indígena na composição da população regional, representando ¼ de população livre e 16,5% da população total.

Os dados estatísticos dos censos nacionais do século XIX nem sempre nos permitem traçar uma análise segura sobre a composição étnica da população. Apesar disso, alguns avanços significativos se deram nesse campo. Estudando a presença indígena nesses censos, João Pacheco de Oliveira demonstrou que enquanto o termo "pardo" incluía os mestiços em geral, os índios foram localizados na categoria de "caboclos". E, ao analisar o censo de 1872, destacou que no Espírito Santo o contigente indígena era expressivo, representando aproximadamente um quarto da população livre.[13]

Do nosso ponto de vista, no entanto, não se trata apenas de reconhecer que a composição étnica dos povoados de pescadores do Espírito Santo tinha forte presença indígena, seja de caboclos (índios tidos como civilizados) ou de mestiços de índios com outras categorias étnicas, além, é claro, de brancos, negros e outras mesclas possíveis.

Bem mais que isso, é preciso frisar que os pescadores e os povoados de pescadores eram relativamente independentes do *main-stream* provincial, tornando-se, justamente por isso, o símbolo da vadiagem no Espírito Santo. Isso já era bastante visível no começo do século XIX e tornou-se ainda mais evidente com o desenvolvimento da economia cafeeira, sobretudo a partir da década de 1840.

A relativa autonomia dos índios inquietava as autoridades e, aliás, não sem razão. Um bom exemplo foi a rebelião de 1833, quando foi assassinado o capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva, "*… por um grupo de mais de 100 homens, quase todos índios, que atacaram reunidos e arrombaram a casa, matando-o barbaramente, saqueando o que encontraram e depois retirando-se para Piúma, onde se conservam armados.*"[14] Embora as causas do assassinato do capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva não tenham sido explicitadas por Daemon, existem inúmeras evidências que atestam que, de modo geral, suas rebeliões giravam em torno de questões muito concretas, como a violência, a exploração do trabalho e as tentativas de expulsá-los das terras que ocupavam.[15]

Como fica atestado no exemplo dos rebeldes de Piúma, a ação da população indígena dos povoados costeiros podia alcançar proporções realmente alarmantes. E ainda que o episódio seja pouco conhecido, sabemos o quanto a instabilidade política daquele momento favoreceu a eclosão de diversos movimentos de caráter popular pelo vasto Império brasileiro, sendo os mais conhecidos a Cabanagem no Pará (1835-40), a Sabinada na Bahia (1837-38) e a Balaiada no Maranhão (1838-41). Impor a autoridade sobre a população pobre livre — indígena, negra ou mestiça — e integrá-la ao mundo do trabalho e da produção provincial era, portanto, uma das tarefas urgentes a ser realizada na província do Espírito Santo. Daí porque o recrutamento e o serviço militar recaíam de forma muito clara sobre os pescadores, muitas vezes definidos, aliás, como vadios, pois ficavam fora do *main -stream* provincial.

A perseguição ao "caboclismo", tornou-se, aliás, particularmente clara na administração de D'Azambuja, quando o desenvolvimento da cultura cafeeira havia não apenas deslanchado, mas, mais que isso, avançava sobre as terras indígenas. Em outras palavras, na década de 1850 a cultura do café já era uma atividade de certo vulto, dinamizando a economia, atraindo novos contigentes populacionais para a província, incorporando novas terras ao setor produtivo, enfim, expandindo a colonização para o sul e o centro da província. Nesse processo, os povoados indígenas sofreram muitos reveses, pois a introdução e o desenvolvimento da cultura do café no Espírito Santo ocorreu às expensas de suas terras, atingindo primeiro a sesmaria do antigo aldeamento de Reritiba, que estava na rota de expansão dos cafezais e dos núcleos coloniais. Pouco a pouco, no entanto, a cultura cafeeira alcançou também as terras que hoje definiríamos como tribais e que, na época, eram denominadas de "sertões", afetando a organização societária dos índios puris e botocudos.

Diante do novo contexto econômico da província, o presidente D'Azambuja não mediu esforços no sentido de centrar o alvo do recrutamento nos " *vadios que enchem as praias sob o título de pescadores".*[16] Ele era, aliás, especialmente irritado contra os "vadios" dos distritos de Santa Cruz, indiscutivelmente, naquele momento, a sub-região provincial com maior número de índios, tanto os já considerados mansos ou civilizados, oriundos da antiga missão dos Reis Magos, quanto daqueles que só muito recentemente haviam sido integrados à população regional.

A perseguição contra os pescadores foi, de fato, intensa no Espírito Santo e o exemplo da petição de Francisca Maria do Rozário poder ser esclarecedor. "*Diz Francisca Maria do Rozário, viúva de José C. da Silva, que ela suplicante tem um filho Francisco José da Silva, preso para recrutamento e remetido pelo Juiz de Paz da Vila de Almeida".* Ela pedia a soltura do filho, afirmando que, embora residisse há pouco

mais de seis meses no Distrito de Aldeia Velha, sempre fora moradora de Nova Almeida.[17] Não obtendo resposta com seu primeiro ofício, outro foi enviado, esmiuçando um pouco mais sua condição social e o ofício de seu filho: "*Diz Francisca Maria do Rozário, viúva de José C. da Silva, que ela suplicante vive pobremente em companhia de quatro filhos, todos menores de dezessete anos, sendo o mais velho de nome Francisco José da Silva, que com o produto de seu trabalho de pescador a ampara…*". [18]

Importante observar que, embora Francisca não tenha sido identificada como "índia", é bem possível que fosse uma. Aldeia Velha era , nesse período, (e hoje permanece sendo) um lugar tipicamente indígena. Aliás, muitos índios que perdiam suas terras na vila de Nova Almeida, isto é, na antiga missão dos Reis Magos, iam justamente formar roças em Aldeia Velha, pois ali as autoridades municipais costumavam tolerar a formação de novos sítios.[19] Fosse ou não índia, o fato é que a legislação permitia a isenção do serviço militar de filhos que amparavam mãe viúva. A mulher era viúva, tinha direito à ajuda de um filho para criar os menores, mas, mesmo assim, seu filho pescador foi recrutado. Vejamos, no entanto, casos que indiscutivelmente envolveram índios.

Em outubro de 1844, foram julgados "idôneos" para o serviço militar Felipe de Santiago — "*…Índio, filho de Alexandre de Amorim, natural de Aldeia Velha, idade 23 anos, sem ofício, diz ser casado…*" —e José Antônio, "… *Índio, filho de Sebastiana Pinto, natural de Nova Almeida, idade 20 anos, sem ofício, solteiro.*"[20] Ambos eram índios e, embora o primeiro tenha provado com atestado ser homem casado, não se livrou do recrutamento. O mesmo aconteceu, alguns anos depois, em janeiro de 1847, com Antônio Gomes Soares, "… *Índio, filho de Inácio da Silva, natural de São Matheus, 24 anos de idade, casado, segundo diz, profissão de lavrador, o qual foi hoje inspecionado e julgado idôneo ao serviço militar.*"[21]

Aplicado ao universo indígena do Espírito Santo, não restam dúvidas de que o recrutamento militar visava combater o modo de vida relativamente independente dos "caboclos", isto é, dos índios sem patrão, que viviam em suas respectivas comunidades praticando a pequena lavoura, a pescaria e a mariscagem. Em outras palavras, enquadrá-los no mundo do trabalho e nas hierarquias sociais do Império foi um dos objetivos centrais do recrutamento e do serviço militar. E ao que tudo indica, ademais, esse tipo de intimidação surtiu efeito entre a população indígena provincial. A esse respeito, Auguste Biard, um artista francês e viajante que esteve na região na década de 1850, deixou um testemunho bastante contundente. Em sua viagem de volta ao Rio de Janeiro, ele parou antes em Vitória, onde observou o receio, comum entre os indígenas, de serem recrutados para o serviço militar. Referindo-se ao índio que o ajudava em Vitória, afirmou: "*Era também um perito marinheiro esse rapaz. Queria se encarregar de minhas encomendas e não me deixar nunca, mas o dono temia tanto quanto o próprio rapaz ser pegado para servir no exército, como acontecia freqüentemente com os indígenas.*"[22]

---

[1] Professora Adjunto IV do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas - UFES

[2] Trata-se da lei n. 2556, de setembro de 1874.

[3] A regulamentação desonerava os homens casados que efetivamente morassem com mulher e filhos e provessem o sustento da família, bem como aqueles responsáveis por irmãos órfãos ou que fossem filhos únicos de viúvas. Também estavam isentos os filhos únicos de lavradores ou mesmo um dos filhos que estes indicassem, segundo sua vontade. As demais isenções protegiam o mundo do trabalho livre, impedindo que o recrutamento desorganizasse a produção, o comércio e um certo número de serviços. Nesse caso, feitores e administradores de fazendas com mais de seis escravos estavam isentos. Também o estavam tropeiros, mestres de vários ofícios, como carpinteiros e pedreiros, mestres com lojas abertas, caixeiros de casas de comércio, pescadores, marinheiros e estudantes. APEES. Série Accioly. Livro 35 – Correspondência de Recrutamento, folha 13 e 14. Para facilitar a leitura, as citações documentais tiveram sua ortografia e pontuação vertida para o português atual, sem prejuízo de seu conteúdo.

[4] APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, folha 441. Existia uma distinção bastante significativa entre ser um "voluntário" ou ter sido "preso para recrutamento". A diferença residia no tempo de prestação do serviço militar. E, embora tenha variado esse período durante o Império, o recrutado podia chegar a servir mais que o dobro do tempo prestado pelo voluntário. Desse modo, depois de passado o período do alistamento voluntário, seguia-se o recrutamento para completar o número de soldados pretendido pelo Estado. Por "recrutamento", ademais, devemos entender um procedimento forçado, pois primeiro se prendia o possível soldado e só depois de encarcerado é que, por conta do próprio preso, aliás, é que se verificava se o recruta fazia jus a algum tipo de isenção. Cabia ao detento, portanto, comprovar ser homem isento do serviço militar, requerendo soltura e anexando os documentos ou atestados que comprovassem suas alegações. Os recrutas ficavam invariavelmente detidos nos calabouços dos quartéis ou da polícia até provarem isenção ou assentarem praça por meio de juramento.

E, apesar da súplica de Benedito José do Espírito Santo para que ele fosse considerado um "voluntário", obteve a seguinte resposta: "*Não está na alçada desta Presidência mandar assentar praça de voluntário a quem foi recrutado*." APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 441.

[5] MENDES, Fábio Faria. A "lei da cumbuca": a revolta contra o sorteio militar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, pp. 267-293, p. 268.

[6] KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos – Revista do Departamento de História da UEM*. Maringá, vol. 3, n. 3: 113-151, 1999, p. 115. A reflexão de Fábio Faria Mendes caminhou em sentido análogo, frisando a existência de regras informais que presidiam a escolha dos recrutas, tornando a seleção, ainda que forçada, legítima aos olhos dos pobres e livres do período. Fábio Faria Mendes. Op. cit., pp. 268-9.

[7] Op. cit., p. 119.

[8] ASSUNCÃO, Mathias Röhrig. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In: In: PRIORE, Mary del e GOMES, Flávio (orgs). *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 217. Ainda como explica o autor, o recrutamento representava "*o principal tributo ao qual a população rural livre e pobre estava submetida no período. Além do mais, o recrutamento não era imparcial, mas uma nova fonte de arbitrariedades, pela qual os chefes locais podiam retribuir favores aos seus clientes ou vingar-se de seus inimigos.*" Id., op. cit., p. 210.

[9] APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 567. No mesmo documento, em anexo, subscrevia-se a relação do número de recrutas que cada município deveria enviar. "*Relação dos recrutas que devem dar os municípios da Província*
Cidade de S. Matheus……..…..5
Vila da Barra…….…... 5
Vila de Linhares…….….. 4
Vila de Sta. Cruz……...……....5
Vila de Nova Almeida……....5
Vila da Serra, sendo um pelo Distrito de Queimado…… ……..5
Cidade de Vitória, sendo dois fornecidos por cada uma das freguesias de Viana, Cariacica, Carapina e um pelo Distrito de Mangarahy....11
Vila do Espírito Santo……4
Vila de Guarapary…….. 6
Vila de Benevente……..... 6
Soma 62"
Cf. APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 238.

[10] APEES. Série Accioly. Livro 35 – Correspondência de Recrutamento, fl. 16.

[11] APEES. Série Accioly. Livro 35 – Correspondência de Recrutamento, fl. 27.

[12] SALETO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, .1995, p. 27.

[13] OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaios em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p. 138.

[14] DAEMON, Bazílio Carvalho. *História e estatística da província do Espírito Santo*. Vitória: Tipographia Espírito Santense, 1879, 294.

[15] Sobre os conflitos entre índios e capitães-mor vale a pena consultar o artigo e os documentos compilados por Joaquim Noberto de Souza Silva, sobretudo as partes referentes à Aldeia de Mangaratiba. cf. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: 3 série, n. 14, pp. 109-552, 2 trim. 1854, pp. 421431 e passim. As narrativas dos viajantes que passaram pelo Espírito Santo no princípio do século XIX são absolutamente claras quanto às possíveis fontes de conflito entre índios "domesticados" e autoridades locais: a exploração excessiva do trabalho dos indígenas e o crescente esbulho territorial. Cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n.43, pp. 153-169, 2002.

[16] APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 567.

[17] APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 4.

[18] APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 42.

[19] MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da Vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória, n. 14, pp. 151-168, 2002, p.154.

[20] APEES. Secção Histórico-Administrativa – Chefe de Polícia 1845 e 1846 – Fundo Accioly - nº 56, fl. 494 e 495.

[21] APEES. Secção Histórico-Administrativa – Chefe de Polícia 1846 e 1848 – Série Accioly - nº 57, fl. 40.

[22] August Biard. Apud. Vânia Maria Losada Moreira.Índios do Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica, p. 99.

Liberdade e Direitos Civis

Vantuil Pereira[1] - PPG-UFF

Os caminhos do Império do Brasil

Com a difusão dos princípios constitucionais, calcados na soberania da Nação, e o episódio da Revolução do Porto (1820) – tendo como conseqüência a reunião das Cortes Constituintes de Lisboa – houve uma redefinição de rumos do Império Luso-Brasileiro, aprofundando, assim, a crise do antigo reino e a conseqüente Independência do Brasil.

Embora a disseminação daqueles princípios constitucionais tivesse causado a ruptura entre as duas principais partes do Império – Portugal e Brasil – ela também foi a responsável pelo surgimento de uma opinião pública, com a presença de uma imprensa consistente, atuante e divulgadora das novas idéias. Tais experiências possibilitaram um profundo debate sobre a vida política e os destinos dos dois reinos[2], bem como contribuíram para o desabrochar de movimentos de rua, que reivindicavam uma "nova liberdade" [3].

Em maio de 1823, quando a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa foi instalada, todo um imaginário[4] veio se somar às expectativas do movimento constitucional. O imaginário da liberdade ganhava novos contornos de uma liberdade civil, política e emancipatória. As expectativas em torno da Assembléia eram as de que ela pudesse remover os antigos obstáculos erigidos pela então metrópole, assim como tornasse efetivas as novas práticas políticas calcadas na idéia de um novo homem. Paralelamente, assim como o ocorrido no reino espanhol e português com as suas novas constituições, imaginava-se construir novos parâmetros para a Soberania, principalmente a partir de uma concepção onde aquela estaria centrada na figura do povo. Entretanto, a realidade mostrou-se mais complexa, pois desde o primeiro momento os trabalhos constituintes foram envolvidos por uma disputa acirrada entre liberais conservadores e liberais "democráticos", colocando face a face uma interpretação da representação da nação na figura do Imperador coroado, e uma outra, que entendia ser a representação centrada na figura da Assembléia.

Esta segunda interpretação, em uma de suas variantes, imaginava constituir-se num poder soberano e sem limites, podendo refazer completamente o pacto político[5].

Num movimento paralelo às disputas em torno da soberania, duas questões emergiram: uma primeira que dizia respeito aos moldes da Constituição política do novo Estado, envolvendo, a constituição de uma idéia de "nação"; uma segunda questão, derivada da primeira, estava relacionada ao corpo de indivíduos que ingressaria no pacto político do novo Estado.

Entretanto, o próprio processo de ruptura trazia consigo não só um novo imaginário, como também propunha uma moderna prática política em que colocaria como protagonistas um novo homem que – ainda que situado numa ambigüidade entre o Antigo regime e a Modernidade - figurava entre o vassalo e o súdito/cidadão[6]. Esta nova prática política, juntamente com o imaginário constitucionalista, foi o responsável pela resignificação do direito de petição.

Liberdade e Cidadania

Historicamente, o ato peticionário teve papéis distintos nas mais variadas monarquias. Na Inglaterra, por exemplo, entre os séculos XIII e XV, ele desempenhou um papel de denúncia contra as injustiças ou falhas do sistema jurídico inglês. A partir do século XVII, o ato peticionário teria adquirido um caráter mais próximo de uma esfera pública e do embate de posições por meio de jornais, panfletos e pasquins. Nestes termos, David Zaret fala do movimento peticionário como um movimento de propaganda e indicador de uma opinião pública. Assumiria, assim, um sentido mais amplo, encontrando nos processos da Revolução Gloriosa e na Revolução Americana o seu ponto mais alto[7].

No que se refere ao mundo Ibérico, especificamente a Portugal, o ato peticionário servia para legitimar o poder do rei através de uma válvula de escape do povo, tais como a expressão do protesto autorizado pela coroa e reconhecido como um poder terapêutico[8]. O mecanismo peticionário tinha um alcance mais amplo, pois era utilizadas pelas mais variadas partes do reino português. Laura de Mello e Souza e Maria Fernanda Bicalho destacam que este mecanismo foi um dos mais importantes instrumentos utilizados pelos

colonos na América para se corresponderem com o rei. Segundo as autoras, "os naturais da colônia, fosse individualmente, fosse por intermédio das câmaras de suas vilas e cidades, tinham o privilégio de se corresponder diretamente com o monarca". Por meio do mecanismo peticionário, solicitavam títulos, privilégios ou mercês em troca do bom desempenho em alguma batalha, ou mesmo "queixando-se dos maus governantes, expondo as violências e vexações sofridas nos longínquos territórios do império"[9]. É importante destacar as proximidades entre *soberano*, *súdito* e *justiça* calcadas na centralidade que o rei ocupava nesta relação. A representação centrada na Lei estava contida na figura do Monarca[10].

Após a Revolução Americana, o ato peticionário passou por uma nova interpretação, adquirindo um sentido constitucional[11]. Tornou-se um instrumento do cidadão, que poderia dispor desse mecanismo para dirigir-se ao Parlamento ou ao Poder Executivo[12]. O ato peticionário propiciou que o cidadão tivesse um novo entendimento da liberdade diante do poder. Ao peticionar, os indivíduos tinham a possibilidade de interferir nas coisas públicas e, finalmente, estreitar a relação entre os instrumentos legais e os canais informais.

Tratamos, então, de uma nova realidade política, que se transformava, oscilando entre as antigas e novas tensões. Os indivíduos adquiriram uma nova compreensão política daquele mundo, reinterpretando experiências sociais e individuais.

Foi com este espírito que o constitucionalismo possibilitou o surgimento de reivindicações dos direitos civis, principalmente os expressos a partir da apresentação de requerimentos populares (ou petições) à Assembléia Constituinte de 1823 e, posteriormente, à Assembléia Geral Legislativa, sendo consolidado como canal de comunicação entre os populares e a Câmara até o final do Império.

Requerimentos: instrumento da cidadania, da liberdade e intervenção junto ao Estado

Quem reivindicava? O quê reivindicava? De onde? Estas são questões que podem contribuir para o estudo da cidadania no Brasil Imperial, principalmente em se tratando da conquista dos direitos civis.

Uma análise preliminar desses requerimentos pode nos apresentar algumas indicações instigantes. Apresentamos, inicialmente, as idéias gerais sobre o tema. Como conclusão, indicamos que, diferentemente do que a historiografia[13] tem apresentado, a construção da cidadania exigiu que o cidadão se pusesse a caminho do Estado. Tal deslocamento, contudo, não necessariamente representou uma negação ao poder político. Do mesmo modo, não se pode conceber o estabelecimento dos direitos de cidadania de forma linear. Ao contrário do modelo inglês definido por T.H. Marshall, o processo de construção da cidadania no Brasil se desenrolou de forma paralela[14].

Por outro lado, a construção da cidadania se deu num processo paralelo à formação política do Estado, o que quer dizer que se trata de uma ação que envolvia a fundação de identidades sociais[15] ou individuais, ou nos moldes de E.P. Thompson, a partir da experiência compartilhada[16].

Uma análise preliminar dos requerimentos apresentados à Assembléia Geral nos leva a acreditar que existe uma relação direta entre a conjuntura política e a entrada de representações no Parlamento. Embora não tenhamos concluído o estudo para o ano de 1823, data inicial da entrada de petições, os dados que dispomos (tabela 1) indica um aumento relativo nos números, com uma ligeira queda para os anos de 1827-1829. Entretanto, os números demonstram uma demanda significativa de requerimentos.

Tabela 1: Números absolutos de requerimentos 1826-1832[17]

Ano	1826	1827	1828	1829	1830	1831	1832	Total
Nº. Req.	179	56	72	75	167	321	260	1.130

Ao verificarmos o item das reivindicações (tabela 2), encontramos uma permanente demanda de funcionários, solicitações de estabelecimento de professores de primeiras letras nas vilas e arraiais e questões referentes à justiça civil e criminal. Para os anos de 1830-1832, foi forte a presença de requerimentos relativos à Administração Imperial, pensões e cargos e pedidos de empregos na Câmara. Estes últimos itens, inclusive, também são freqüentes no conjunto de requerimentos do ano de 1823 – o que pode vir a

coincidir com a crise econômica vivida pelo Império naqueles dois períodos ou podem indicar uma pressão por uma melhor inserção face à crise política.

Entretanto, as questões relativas à Justiça Civil e Criminal indicam uma forte presença de reivindicações envolvendo a liberdade. Os dois principais itens nessa área eram: a solicitação de liberdade do peticionaria. Em muitos dos casos, os eles que foram detidos sem que houvesse acusação formal; agravando ainda mais, argüiam que se encontravam sem comunicação com o mundo exterior (o que é um tanto instigante perguntar quais os seus vínculos com o carcereiro, o único contato dele com o mundo e passível de ter encaminhado o requerimento).

Um outro conjunto de requerimentos diz respeito a processos concluídos, em que o requerente já estava condenado, neste caso, o peticionário solicitava revisão. Podemos indicar duas justificativas: a primeira era a ausência do Supremo Tribunal de Justiça (que só seria criado em 1828); a segunda seria uma estratégia da defesa. Embora as duas questões não sejam excludentes, já que encontramos estes dois argumentos nos requerimentos analisados, a primeira hipótese seria válida apenas para o período anterior a instalação daquele tribunal. Neste caso, parece mais evidente que tanto os sentenciados quanto os seus procuradores (rábulas ou advogados) jogassem uma última cartada com o intuito de politizar a causa dos seus clientes, fato que ocorria com muita freqüência.

Tabela 2: Conjunto de reivindicações, de acordo com o resumo analítico do Sedhi[18]

	1826	**1827**	**1828**	**1829**	**1830**	**1831**	**1832**	**total**
Funcionários	35	15	7	9	2	-	-	**68**
Elevação de Vila	8	3	-	-		-	-	**11**
Pedido de emprego	2	2	3	1	2	27	-	**37**
Primeiras Letras	1	4	3	5	7	10	-	**30**
Queixas Contra Funcionários	10	2	8	7	-	-	-	**27**
Soldo/subsídios	6	-	-	-	-	-	-	**6**
Impostos/tarifas	12	3	3	5	-	-	-	**23**
Pensões e cargos	-	-	-	-	32	80	86	**198**
Administração Imperial	-	-	-	-	68	140	74	**282**
Cargos na Câmara	-	-	-	-	-	-	42	**42**
Justiça Civil e Criminal	35	4	5	12	46	48	39	**189**
Escravos	3	-	-	1	2	4	-	**10**
Outros	67	23	43	35	8	12	19	**207**
Total	**179**	**56**	**72**	**75**	**167**	**321**	**260**	**1130**

Com relação ao perfil dos requerentes ainda existem lacunas a serem cobertas. Entretanto, duas questões podem ser sugeridas: uma de ordem social e outra de ordem espacial. A primeira diz respeito a pouca possibilidade de um grande proprietário, próximo à política da Corte, apresentar uma petição ao parlamento, já que este teria um acesso direto ao gabinete do Ministro ou mesmo ao Imperador. A questão de ordem espacial diz respeito à origem dos requerimentos e, conseqüentemente, o perfil do peticionário. Na maioria dos casos que temos visto, trata-se de cidadãos moradores da Corte (supomos serem moradores de freguesias urbanas e não-rurais) ou de localidades como o Norte do país (especificamente do atual Nordeste). Neste último caso, deve-se fazer uma ressalva para os pedidos de elevação de vilas e os apelos para contratação de professores de primeiras letras, por se tratarem de reivindicações mais dispersas, com uma boa presença de solicitações oriundas de Minas Gerais.

Porém, o quadro não estaria completo se não aprofundássemos este perfil e traçássemos uma pequena tipologia dos requerimentos. Na verdade, determinar quem são os solicitantes também nos dá uma dimensão de inserção no mundo político. Temos requerimentos apresentados por deputados, Câmara de vereadores, moradores de vilas e arraiais, populares e prisioneiros da repressão política do Estado e escravos. No caso de deputados, podemos citar aqueles que num dado momento estiveram impedidos de assumir os seus mandatos, são os casos de Henriques de Resende e Costa Barros (este último se encontrava preso dias antes de sua posse) que foram acusados de participação em movimentos políticos em Pernambuco. A ação desses políticos provocou uma discussão profunda na Assembléia[19].

Do mesmo modo, políticos influentes no Norte (mas desprezados no Centro-Sul) também encaminharam representações. É o caso de Pedro Pedroso[20]. Com respeito a moradores arraiais que reivindicavam a sua elevação para vilas. Temos uma questão de redistribuição de poder ou de uma reivindicação de reconfiguração das relações de poderes locais.

Quanto aos escravos, verificamos um pequeno número de requerimentos, o que não nos permite, *a priori*, imaginarmos o parlamento como um espaço de lutas pelo alargamento de seus direitos, entretanto, é preciso que aprofundemos esta questão, pois, para o caso dos anos aqui referidos, estamos tratando também da discussão e aprovação da lei de 1831, que proibia o trafico de escravos. Desse modo, é de supor, ainda que não tenhamos encontrados essa questão até o momento, que suas reivindicações acabassem tangenciando a discussão de forma a obrigar os parlamentares a tocarem num tema espinhoso para a classe dominante brasileira. Do mesmo modo, ao se colocarem, os cativos traziam luzes à discussão da relação entre liberdade e cidadania, ou abriam o debate acerca do inverso do ser livre.

Embora não nos seja permitido um aprofundamento, dado a pouca disposição de espaço, lançamos como conclusão que temos pela frente algumas questões cruciais, tais como o papel de soberania desempenhado pela Assembléia Geral, mesmo levando em consideração que a visão de soberania defendida por alguns parlamentares tenha sido restringida com o fechamento do parlamento em 1823. Do mesmo modo, a Assembléia se afirma como um canal para a construção dos direitos civis, o que nos remete para uma discussão acerca da Liberdade e do trabalho. Uma terceira questão diz respeito ao alargamento de direitos no que tange a disputa de grupos locais pelo controle das câmaras de vereadores.

Por fim, as petições encaminhadas ao Parlamento remetem sempre a um permanente debate sobre a consolidação da cidadania, que, sendo um processo constituído de ambigüidades e em permanente transformação. Tratava-se não de um único projeto de cidadania, de Estado ou nação, mas de diversos projetos que ora se tangenciavam, ora rivalizavam-se. Enfim, era um momento em que tudo estava por fazer, construir e disputar.

NOTAS

[1] **Mestrando em História Social – PPGH/Universidade Federal Fluminense com a pesquisa intitulada: *Liberdade* e *Cidadania: Os requerimentos populares à Câmara dos Deputados (1822-1831)*.**

[2] NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan/ FAPERJ, 2003.

[3] RIBEIRO, Gladys S. "Os portugueses na formação da nação brasileira: o debate historiográfico desde 1836" In: *Ler História*, Lisboa, n. 38, 2000, p. 103-123; _____. *A liberdade em construção. Identidade*

nacional e conflito antilusitano no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002 e; _____. "O desejo de liberdade e a participação de homens livres pobres "de cor" na Independência do Brasil" In: *Cadernos Cedes*, vol. 22, n. 58. Dez/2002, p. 21-45.

[4] Para a discussão de imaginário político Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias*, Ensayos sobre las revoluciones hispânicas. México: Mapfre/Fondo de Cultura Econômica, 1992 e: BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Vol. 5.

[5]Diário da Assembléia Constituinte 1823 (DAC), sessão 06/05/1823.

[6] Para uma discussão sobre as tipologias da cidadania Cf. CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: Tipos e Percursos" In *Estudos Históricos*, vol. 9, n. 18, 1995. p. 337-359 e; _____ *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[7] David Zaret fala de um montante de 16.000 petições para este período compreendido entre os séculos XIII e XV. Cf. ZARET, David. "Petitions and the 'Invention' of Public Opinion in the English Revolution". In *American Journal Sociology*, vol. 101, n. 6 (may 1996). P. 1497-1555.

[8] Importantes contribuições a este respeito podem ser encontradas em XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, A.M. "A representação da sociedade e do Poder". In HESPANHA, A.M. (coura.) *História de Portugal*. Vol. 4 O Antigo Regime, Lisboa. Editora Estampa, 1993. p. 121-155; RAMINELLI, Ronald. *A escrita e a espada em busca de mercê*. 2004, texto mimeografado; OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2000; MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987; _____. *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. Lisboa; Editorial Estampa, 1988; HESPANHA, A.M. "Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime" In _____ *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime* (org) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984; _____ *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994 e; SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda B. 1680-1720. *O império deste mundo*. São Paulo Companhia das Letras, 2000.

[9] SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda B. Op. cit, p. 87.

[10] Idem.

[11] SOROMENHO-MARQUES. Viriato. *A Era da Cidadania*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

[12] Art. 14º das Bases da Constituição Portuguesa que também foi adotada pelo Brasil até a promulgação da nova Carta Constitucional. No caso da Constituição do Brasil de 1824, o Art. 179 no seu § XXXº garantia o direito de petição nos mesmos moldes.

[13] Propomos principalmente um diálogo com José Murilo de Carvalho. Segundo este autor, uma característica da construção da cidadania no Brasil foi o estabelecimento de um tipo especial de cidadão o cidadão em negativo, aquele que a partir da sua compreensão do tradicional, se colocara contra as tentativas reguladoras do poder público. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Alguns trabalhos têm discordado da interpretação de que a cidadania no Brasil tenha se constituído a partir da negação do Estado. Do mesmo modo, indica-se que a discussão dos direitos civis e políticos envolveram tanto setores médios como uma parcela dos populares. A questão central para sua compreensão passaria pelo entendimento dos objetivos das camadas populares, bem como as camadas médias. Por um outro lado, é preciso discutir quais eram as estratégias de inserção política, pois, como têm indicado as pesquisas, vários foram os instrumentos de incorporação dos indivíduos na sociedade política. Cf. DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; KLEIN, H. "A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880" In *Dados*, RJ, vol. 38, nº. 3, 1995, p. 527-544 KRAAY, Hendrik. "Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial" In: *Diálogo*s. Universidade Estadual de Maringá/DHI, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. *Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção.* Op. cit.

[14] Cf. MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1967. Para uma crítica às abordagens marshallianas Cf. TURNER, Brian S. "Outline a theory of citizenship". In: *Sociology*, vol. 24, n. 2, maio 1990, p. 189-217; ROCHE, Maurice. "Citizenship, social theory, and social change" In: *Theory and Society*, vol. 16, n. 3, 1987. Para uma idéia aproximada da nossa visão sobre a cidadania, construída a partir da ambigüidade do processo político, tanto na sua forma vertical quanto horizontal Cf. SEWELL JR., William, "Le citoyen/la citoyenne: Activity, passivity, and the Revolutionary concept of citizenship" In: LUCAS, Cohin (ed.*) The French Revolution and the creation of Modern Political Culture*. Oxford, Pergumon Press, 1988.

[15] PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas – Representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)*. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2001.

[16] THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3ª edição. 3 vols. Especificamente a introdução e; CERRUTI, Simona. "Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII" In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 173-201.

[17] Um levantamento do ano de 1823 está em andamento e não dispomos de dados fechados até o momento. Entretanto, o que temos visto não se distancia do que os anos subseqüentes têm demonstrado. Fonte: *Inventário Analítico* e *Plano de Descrição e Identificação de Documentos* - **Centro de Documentação e Informação (CEDI)/Seção de Documentos Históricos** (**Sedhi**) – Câmara dos Deputados/DF.

[18] Idem.

[19] ACD - Sessão Legislativa 06/05/1823 e 12/05/1823.

[20] ACD - Sessão Legislativa 28/07/1823.

MIGRAÇÃO NORDESTINA E RELAÇÕES DE PARCERIA – O CASO DA FAZENDA SANTA CRUZ - ARAGUARI/MG

Vanusa Alves Viana - UNIPAC Araguari/Uberlândia

Este artigo é parte de minha pesquisa de mestrado, ora intitulada *"Cultura e relações de trabalho na fazenda Santa Cruz – Município de Araguari-MG, 1985-2000"*[1], tem como principal objetivo compreender as múltiplas experiências vividas pelos trabalhadores da referida fazenda, tais como relações de trabalho em parceria no cultivo do tomate e as transformações da mesma, cultura, tradições, cotidiano, lutas, embates, acomodações, dentre outros aspectos relevantes deste grupo social.

Os trabalhadores em questão são quase todos de origem nordestina, salvo algumas exceções que procedem do Paraná. Os migrantes nordestinos[2], são originários em sua grande maioria do Município de Barro-CE e migram para o Sudeste com a indicação de parentes e amigos que já trabalham na fazenda.

Na referida fazenda, moram em colônias de casas, cedidas pelos proprietários, Ivao Okubo e Mitsuro Okubo, dois irmãos que iniciaram o cultivo de tomate em parceria em torno de 1985, e que hoje destinam 400 ha ao cultivo de tomate.

As relações de trabalho no período estudado passam por três estágios, cada um com sua dinâmica própria que, no conjunto, colaboraram muito para as diversas situações concretas experimentadas no cotidiano dos trabalhadores, bem como dos proprietários.

No primeiro estágio (1985-2000), vigorou a parceria original, quando os trabalhadores entravam com a força de trabalho, os instrumentos rudimentares e os proprietários entravam com a terra, tecnologia e adiantamento dos custos dos inseticidas, agrotóxicos, sementes, etc. Ao final da roça (que durava em torno de 3 meses), um agenciador contratado pelos fazendeiros vendia o tomate e o lucro era dividido ao meio,

[1] Ao longo da pesquisa, o título pode ser alterado, mas tem "persistido" desde o projeto, desenvolvido ainda no curso de especialização.
[2] O termo nordestino será usado ao longo da pesquisa, não com o intuito de rotular, mas de mostrar a origem.

após abater-se despesas com insumos. Nesta ocasião, abatia-se também os adiantamentos (alimentação, farmácia, instrumentos de trabalho, etc.).

A produção envolvia o conjunto familiar, mulheres e crianças trabalhavam e juntos proporcionavam o incremento da renda.

Na segunda fase, que vigorou entre 2000 e 2003, em função de uma fiscalização do Ministério do Trabalho, a parceria foi proibida, bem como o trabalho feminino, exceto com carteira assinada e o trabalho infantil. Desta feita, os proprietários tentando burlar a fiscalização, lançaram mão de um "pseudo assalariamento"[3], e da carteira assinada com um salário mínimo, que seria abatido no acerto da roça.

É característica dessa fase também a contratação, por parte dos parceiros (trabalhadores), de uma espécie de sub-parceiro (em geral denominado segundo parceiro) para ajudar na roça de tomate, condicionado a receber 40% da produção do primeiro parceiro (denominado em termos contratuais de parceiro outorgado, enquanto os fazendeiros são denominados parceiros outorgantes).

A fiscalização retornou à fazenda e, desta feita, a partir de meados de 2003, todos os trabalhadores passaram a ser apenas assalariados, ganhando entre 250,00 e 300,00 reais por mês. Datam deste período, centenas de demissões e questões trabalhistas. Neste ano inicia-se o terceiro estágio.

Atualmente, em 2005, a fazenda emprega cerca de duzentos trabalhadores, enquanto na primeira fase esse número chegou a mil.

Escrevo essa pesquisa em primeira pessoa do singular, não por insubordinação às regras acadêmicas, ou por negar as influências intelectuais sofridas até aqui, mas por me sentir sujeito atuante da pesquisa, por me entender como pesquisadora com posicionamentos políticos, ideológicos que repercutem na mesma. Por falar de um lugar social e por sofrer influências intelectuais no trajeto da pesquisa, além de ser passivel de sensibilidade e subjetividade que perpassam essa reflexão desde a escolha do tema, das

[3] Ou seja, um assalariamento que é abatido ao final da roça, um disfarce para as relações de parceria; diferente de um simples adiantamento pois nessa fase houve registro em carteira e diferente de um simples salário, pois ao final da roça, o acerto de contas da parceria permanecia. Abatia-se os salários recebidos ao longo do cultivo da safra.

fontes, dos sujeitos, recorte cronológico até a crítica, e ainda, por saber que a realidade dos meus sujeitos também me influencia, me sensibiliza. Assim, o texto "final" não será absoluto, nem definitivo, dada a minha condição de parte do objeto pesquisado – a sociedade – que é por natureza dinâmica.

É de grande importância e responsabilidade o ofício do historiador, que tem a tarefa pessoal e intransferível da escolha dos sujeitos de sua pesquisa, assim, dá a ler, tráz à tona, experiências múltiplas, contraditórias, embates, disputas e negociações, realizações e frustrações de um grupo social. Eu escolhi pensar a realidade de trabalhadores, migrantes, através de suas memórias, suscitadas em entrevistas orais, associando-as com outros documentos como CLT, Estatuto da Criança e do Adolescente, contratos de parceria e sub-parceria, documentos de acerto de safra, do processo do Ministério do Trabalho, dentre outros que surgirão na trajetória da pesquisa, fruto de sua condição dinâmica.

As narrativas orais serão tomadas aqui, como reconstituições da realidade vivida, reelaborações, feitas a partir de outras realidades atuais, logo, serão tratadas não como verdades absolutas, mas como narrativas subjetivas, que expressam o que os sujeitos consideram importante, passíveis de recortes por parte dos mesmos.

Acerca das narrativas orais, Alessandro Portelli nos dá interessantes elementos para reflexão. Segundo ele, *"as fontes orais contam-nos não apenas o que os sujeitos fizeram, mas o que gostariam de ter feito, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensam e fazem."*[4]

Neste sentido, as entrevistas às vezes revelam muito e os silêncios, as pausas, os recortes nas falas são significativos.

É necessário acrescentar que o resultado das entrevistas orais tem autoria dupla, estão fundidos no texto a perspectiva do pesquisador e do entrevistado, pois este responde a partir de questionamentos ou de situações que instigam sua memória, que é por natureza seletiva, subjetiva.

[4] PORTELLI, A. **O que faz a História oral diferente**; In: Projeto História nº 14, 1997. p. 31.

Os documentos escritos serão analisados também como frutos de embates situados em momentos específicos, logo, carregam certas especificidades, não dão conta de uma verdade absoluta, que aliás em procedimentos históricos jamais será atingida. Os documentos não têm o dom de traduzir a história, antes, eles são vestígios das experiências vividas, cabe aos historiadores questioná-los, ler suas entrelinhas, considerar o momento histórico em que foram produzidos, bem como quem os produziu, para, através desse exercício, conjugado com suas posições pessoais e seu referencial teórico, evidenciar memórias que poderiam ser preteridas em outras concepções de história.

Historiadores não resgatam memórias, posto que elas existem independente de nós. Nosso ofício é o de evidenciá-las, escolher com quais memórias queremos lidar, fazer considerações acerca das evidências e isso não é feito na perspectiva da neutralidade, mas sim na perspectiva engajada, seja para criticar, seja para reafirmar, não existe história neutra.

Se por um lado passei a reconhecer a mobilidade das concepções históricas, as respostas condicionadas às perguntas, admiti também que os sujeitos com quem lido não estão estanques, que suas vidas estão em movimento, ora uniforme, ora contraditório, que não é possível compartimentar experiências, que ao trabalhar, os sujeitos não deixam "em casa" os outros aspectos de sua existência, de sua condição humana e essencialmente social.

Na trajetória da pesquisa, alguns conceitos adequados às evidências foram sendo cunhados e seus significados foram forjados de acordo com a realidade observada, logo, são válidos para essa pesquisa primeiramente, o que não exclui a possibilidade de serem usados em outras circunstâncias, por outros pensadores, mas sim que têm historicidade, por isso são elásticos.

Do diálogo entre evidências, autores lidos e minhas inquietações foram estruturados até agora dois capítulos: o primeiro intitulado – *O significado do trabalho e das relações de parceria – "para mim estando trabalhando é o que basta"* e o segundo denominado *Mudanças nas relações de trabalho e suas repercussões.*

A pesquisa será articulada em três capítulos, no primeiro a idéia é compreender o que são as relações de parceria no âmbito da lei, na prática concreta dos sujeitos e no olhar de parte da historiografia. As razões das pessoas para migrar, as condições de vida no nordeste e o significado do trabalho para os sujeitos envolvidos além das razões que os proprietários têm para trabalhar com migrantes. Para tanto, recorri às entrevistas orais e ao diálogo com a historiografia e obras de outras áreas como economia, a sociologia e a geografia.

No segundo capítulo, serão analisadas as mudanças nas relações de trabalho geradas a partir da autuação do Ministério do Trabalho (fim do trabalho feminino e infantil, "pseudo-assalariamento", assalariamento e demissões).

No terceiro capítulo, tratarei da cultura desta comunidade, o que ficou dos hábitos nordestinos, as novas incorporações feitas no sudeste e a relação deles com a cidade de Araguari.

Para os fins que me proponho nesse artigo, limitarei a tratar das temáticas que envolvem o primeiro capítulo as quais passo a analisar agora.

No Nordeste, sobretudo no sertão, o problema da concentração de terras soma-se à irregularidade das chuvas, o que leva milhares de pessoas que cultivam agricultura de subsistência, normalmente em terras arrendadas, a se deslocarem para outras regiões em busca de novas formas de sobrevivência. O acesso à terra por parte de pessoas de baixa renda geralmente ocorre por arrendamento, contudo, as baixas colheitas acabam por dificultar as possibilidades de arrendamento. Uma outra forma de sobrevivência é a prestação de serviços para proprietários de terras, porém, o trabalho árduo nem sempre é garantia de pagamento, o que dificulta a sobrevivência e gera desânimo.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Maria Tereza Frota Haguette, organizaram o livro *Trabalho e condições de vida no Nordeste Brasileiro*[5], obra que reúne várias reflexões de diversos autores sobre o tema citado, tanto no campo quanto na zona urbana.

[5] CARVALHO, I.M.M. De; HAGUETTE, T.M.F(orgs). **Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: HUCITEC/CNPQ, 1984. 293 p.

De acordo com o citado estudo, os principais vínculos de trabalho encontrados foram parceria, arrendamento, assalariamento e o trabalho em terras cedidas, sendo que na parceria o parceiro outorgado é obrigado a dividir insumos e tecnologias que lhes são estranhos e, às vezes desnecessários, enquanto para o proprietário é uma forma de ocupar a tecnologia e a terra ociosa de modo lucrativo, além de ampliação do crédito e garantia de mão-de-obra a baixo custo.

Nessa concepção, o pequeno produtor é inserido na máquina montada na região para a expansão do capital, indiretamente, através do grande produtor, pois devido à grande exploração do parceiro, na realidade o lucro não é dividido meio a meio.

Os trabalhadores em terras cedidas por parentes ou amigos, ficam fora do mercado, presos ao estabelecimento por laços extra-econômicos, e em última instância acabam sendo explorados, são garantia de mão-de-obra barata e facilmente recrutável em épocas de grande produtividade para o fazendeiro.

Por sua vez os arrendatários pagam em dinheiro ou em cotas de produção (entre 20% e 25 %) pelo uso da terra, na verdade são meros rendeiros, subordinados ao dono da fazenda que controla toda a atividade (escolha do produto, comercialização, etc.). Esses, são encontrados em menor número que os parceiros.

Os assalariados, encontrados em número equivalente aos parceiros, são pequenos produtores que vendem o dia para completar a renda devido ao avançado processo de pobreza. São temporários, mas sempre recorrem a essa atividade..

Diante desse quadro, muitos acabam migrando sazonalmente ou definitivamente, alguns mudam de ramo, outros insistem em preservar as tradições da vida no campo, como é o caso dos sujeitos pesquisados por mim.

A família do senhor José Valderi vivenciou essa realidade, a conjugação de seca, falta de acesso à terra e dificuldades para receber salário quando estava empregado, o que levou-o a “optar” pela migração para o município de Araguari.É a partir dessas experiências que trabalhadores rurais oriundos da região de Barro, no Ceará, se deslocaram para o

Sudeste na década de 1980 com o objetivo de cultivar tomate varado[6] em parceria com os proprietários da Fazenda Santa Cruz, no município de Araguari – MG.

Os proprietários, Ivao Okubo e Mitsuro Okubo, descendentes de japoneses, conheceram na prática a relação de parceria em São Paulo, onde seus pais cultivavam tomates em parceria com famílias procedentes do Nordeste e do Paraná desde 1959, inclusive com a ajuda dos dois filhos.

No início dos anos oitenta, os irmãos Ivao e Mitsuro resolveram iniciar o próprio negócio e escolheram o município de Araguari em função do clima (caracterizado pela regular alternância entre períodos de abundância e escassez de água) e dos custos da terra. A exemplo do pai, optaram pela produção em parceria.

Em termos legais, as relações de parceria foram regulamentadas pelo artigo 96, inciso VI, do Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964, através da Lei nº 4.504[7] .

Antes da promulgação do Estatuto da Terra, o direito civil é que regulamentava as relações de produção agrárias que, segundo o professor de direito agrário Wellington Pacheco Barros, *"é todo embasado no sistema de igualdade de vontades"*, o que implica que o proprietário rural e o trabalhador rural têm os mesmos direitos.

Essa perspectiva pode ser válida em termos teóricos, pois na prática é sabido que não há essa igualdade, já que no Brasil ela se contraria no próprio direito à terra, devido à extrema concentração, à injusta distribuição de rendas no meio rural.

De acordo com o artigo 4º do Decreto 59.566/66, do Estatuto da Terra:

> *"Parceria Rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de partes ou de parte do mesmo, incluindo ou não benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de*

[6] Espécie de tomate próprio para salada.
[7] BARROS, W. Pacheco. **Contrato de Parceria Rural: Doutrina Jurisprudência e Prática**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999, p.15.

> *nele ser exercida atividade de exploração agrícola , pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista e/ou lhe entrega animais para cria, recria invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha de riscos de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros, havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei".*[8]

O sistema de parceria adotado entre os proprietários da Fazenda Santa Cruz e os trabalhadores que migraram de Barro – CE, a princípio (entre 1985 e 2000), seguia esta regra: os proprietários entravam com a terra, o maquinário e insumos, os trabalhadores com a mão-de-obra e alguns instrumentos de trabalho rudimentares. Ao final da roça, um agenciador contratado pelo fazendeiro, denominado Edson Trebeschi, vendia a produção, abatiam-se os gastos com insumos (que também eram divididos entre as partes) e dividia-se o lucro. Todo o acerto, ocorria mediante apresentação de notas de compra e venda, contudo, os parceiros (trabalhadores) não tinham acesso às negociações, cotações, etc. Vale ressaltar que a maioria dos trabalhadores tem pouca ou nenhuma escolaridade, fato que dificulta a conferência dessas notas, além disso, todos os trabalhadores entrevistados demonstraram alto grau de confiança na idoniedade do proprietário.

O que motiva os trabalhadores a migrarem para o sudeste são as duras condições de vida e trabalho existentes no nordeste. Condições estas que muitas vezes são geradas pela disparidade no acesso à terra e à exploração do pequeno produtor rural.

Por sua vez, o que motiva os proprietários da referida fazenda a preferir mão de obra nordestina em detrimento da mão de obra local são a disciplina no trabalho, o fato de virem por indicação - daí a redução do risco de problemas com a justiça do trabalho - e o fato de que esse perfil de mão de obra, acostumado com a dura realidade do nordeste acaba se

[8] CABELEIRA, I. Santos. **Dos contratos de Arrendamento e Parceria Rural: Teoria, Roteiros e Formulários Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1988, p.17.

submetendo com mais facilidade ao trabalho no sudeste, sobretudo se , em parceria, acredita estar produzindo para si.

Embora tenha detectado que a parceria era uma relação de trabalho baseada na exploração dos referidos trabalhadores, constatei também que muitos melhoraram seus padrões de vida no sudeste. Contudo, as safras de tomate são instáveis. Se em uma colheita o preço do tomate está alto, há lucro, mas nada garante que nas outras colheitas o preço persiste ou que as intempéries não ocorrerão.

Até o ano 2000, as relações de parceria existiram na fazenda. A partir daí, o Ministério do Trabalho autuou os proprietários alegando que a parceria era um disfarce para a exploração. Assim, foi proibida, bem como o trabalho infantil e feminino, este último apenas com carteira assinada.

Tanto trabalhadores quanto proprietários desaprovaram a medida. Os primeiros porque reduziram sobremaneira suas fontes de renda e ficaram sujeitos a demissões e os segundos porque entendem o assalariamento como menos produtivo que a parceria e os encargos trabalhistas como prejudiciais.

As alterações nas relações de trabalho na Fazenda Santa Cruz repercutiram muito na vida dos trabalhadores, provocando redução na renda, demissões, retorno ao Nordeste por parte de uns e tentativa de trabalhar em outras fazendas por parte de outros, contudo a pesquisa está em andamento e não apresenta resultados finais.

A cidade muçulmana em narrativas de viagem no século XIX: de sobrevivência arcaica a desejada relíquia.

Vera Chacham

Na narrativa que fez de sua viagem ao Egito em 1869, Eça de Queiroz sugeria alguns dos motivos para o fascínio do "ocidental mesquinho" pela cidade do Cairo. Ao apontar o caráter frio, desencantado, desumano e sem poesia da cidade européia de sua época, sobretudo daquelas reformadas nos moldes de Haussmann, ele percebia uma humanidade que havia se tornado previsível e policiada.[1]

A *haussmanização* também será também uma referência recorrente em narrativas de outros viajantes, mas não mais como algo distante, *ocidental*, já que está presente na transformação do Cairo a partir da década de 1860, tornando-se mais perceptível nas duas décadas que se seguirão. São do fim da década de 1870 e princípio da década de 1880 as publicações de dois viajantes que buscam apontar, de um lado, os limites e superficialidade da ocidentalização e, de outro, os danos desta sobretudo no Cairo. Victor Fournel publicou, em 1883, *Aux pays du soleil*, uma narrativa da viagem que fez para a Espanha, Itália, Alexandria e Cairo, sendo que a parte relativa ao Egito foi publicada novamente, em separado, em 1897, como *D'Alexandrie au Caire*. Fournel foi um dos muitos jornalistas e escritores que haviam estado no Egito por ocasião da inauguração do Canal de Suez. Sua especialidade era a descrição de cidades, sobretudo da sua face antiga, do que está em vias de desaparecimento. Fournel é um *flâneur* quase profissional, que dedicou pelo menos três livros às transformações de Paris e ao registro do que restava da antiga cidade. Contudo, no que se refere ao Oriente, ele não parece acreditar em uma transformação mais definitiva ou profunda quer seja da paisagem quer seja dos costumes urbanos orientais. Nas narrativas de Arthur Rhoné, outro *viajante-flâneur*, podemos encontrar um paralelo mais explícito entre as transformações de

[1] Sobre a viagem de Eça ver: CHACHAM, Vera. Eça no Egito: encanto e desencanto na cidade oriental. In: *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*. FALE/UFMG, Vol.19. n.25. jul/dez 1999. p. 121-152.

Paris e as do Cairo, visto que o autor era engajado na defesa do patrimônio urbano em ambas as cidades. Dois de seus livros dedicaram-se especificamente ao que "restava" da antiga cidade oriental, "fixando seus traços" justamente no momento em que o modelo da cidade européia começava a dominar a cena. Em 1877 escreve *L'Egypte a petites journées*, a partir do material reunido entre 1865 e anos seguintes, ou seja, durante o reino de Ismaïl, o reformador do Cairo. A atividade polemista prossegue em artigos da *Gazette des Belles Arts* e culmina na publicação, em 1882, de *Coup d'oeil du Caire ancien et moderne.* Atendo-se mais aos monumentos que aos costumes, Rhoné dedica-se, em posteriores artigos na *Gazette*, à polêmica sobre a destruição dos monumentos em Paris e à homogeneização das cidades do mundo.

Embora já na época da visita de Eça o Cairo estivesse em transformação, a haussmanização ainda era uma fato basicamente ocidental e, pelo menos para o escritor, a cidade, mesmo que multifacetada, era ainda "única", plenamente incorporável a uma imagem prévia e "autêntica" do Oriente. A partir da década de 1870, os viajantes, sobretudo os que se enquadravam na denominação "amigos do antigo",[2] irão distinguir duas cidades dentro do Cairo, uma divisão passava pela oposição entre o Cairo autêntico e o moderno.

A reforma urbana do Cairo toma parte de uma série de episódios visando a "modernização" do Egito ao longo do século XIX, em grande parte um "processo" de vinculação ao Ocidente. É preciso dizer, contudo, que o esforço de "modernização" do Egito parece surgir das suas próprias elites, no processo de ruptura com o Império Otomano. Desde Muhammad Ali (1805-1848), que deu o primeiro passo nesse sentido, são tomadas várias medidas com o objetivo de tornar o Egito capaz de fazer frente, a um só tempo, ao Império Otomano e às potências ocidentais, através da introdução, inclusive, de algumas técnicas e instituições ocidentais. Inicialmente, o interesse das elites se dirigia sobretudo aos grandes projetos

[2] Cf. EBERS. Georges. *L'Egypte. Du Caire a Philae.* Traduction de Gaston Maspero, professeur au Collège de France. Paris: Librairie de Firmin-Didot et Cie., 1881. p.33.

nacionais no domínio da irrigação, dos canais, das barragens. A cidade do Cairo em si não estava entre seus interesses e Paris em si nada representava.

Contudo, já na década de 1830, sob a pluma de um participante de uma missão egípcia na França, Paris é vista como um reflexo da civilização ocidental, à qual se pode opor a "rudeza e a selvageria" do Cairo: "Il est evident que la ville témoigne d'un dégré de civilisation égal à ses lumières", escreve Riffaat.[3] Paris e sua arquitetura são aos seus olhos o sumo do refinamento, surgindo claramente como um modelo a ser seguido, sobretudo no que diz respeito às questões de higiene. Mas somente trinta anos depois a fascinação é crítica são colocadas em prática. A influência do Ocidente foi determinante a partir da década de 1860, especialmente no reino de Ismail Pacha (1863-1879), cujo projeto de modernizar o Cairo era marcado pelo sonho de construir a "Paris do Oriente". O resultado parece ter sido menos uma assimilação cultural do uma imitação servil do modelo francês. Após a abertura de uma série de novas ruas inspiradas na Rua de Rivoli, em Paris, ligando a região de El Ezbekieh à estação, depois à "Cidatelle", e de longas avenidas retilíneas, tais como a "Rua das Pirâmides" e a "Rua do Nilo", da construção de uma via férrea, "quarteirões inteiros foram derrubados para dar lugar a novos bairros novos e mais bonitos, segundo o ponto de vista do Europeu moderno".[4] O projeto atinge seu ápice com a destruição das casas que circundavam o lago de El Ezbelieh (admiradas tanto por cairotas como por viajantes estrangeiros), com o argumento de que as águas paradas representavam um perigo para a higiene pública.

Os significados atribuídos às sucessivas reformas urbanas no Cairo por viajantes franceses atestam, ao contrário, certo descenso na crença no progresso tão desejado. De um lado, aponta-se algumas das limitações e contradições do processo imitativo da civilização ocidental e, de outro, alguns dos limites da própria civilização e as implicações negativas do

[3] Apud. ZAKARYA, Mona. L'inscription du discours occidental dans l'architecture et l'urbanisme orientaux. Mona. In: BURGAT, Marie-Claude (éd.). *D'un Orient l'autre*. Paris: CNRS, 1991. 2v. v.2, p.561.

[4] EBERS. *L'Egypte*. Du Caire a Philae, p.33.

"processo" para o próprio ocidente. De um lado, o Oriente é visto como "incapaz" de modernizar-se, ocidentalizar-se verdadeiramente. De outro, é vítima de uma modernização que sufoca a sua originalidade cultural.

A haussmanização, assim como a própria cidade reformada, ocidentalizada, é vista por vezes como um "verniz da civilização", algo que não atinge as camadas mais profundas quer seja da cidade, quer seja da vida dos seus habitantes. Victor Fournel via assim as reformas.[5] Quando chega ao hotel "d'Orient", no centro do "quartier franc", o viajante percebe que "L'hôtel a une grande cour, arrangée à peu près comme un patio espagnol". Ali, diz, "on me donne une chambre meublée à l'européenne" e "je pourrais me croire à l'hôtel du Louvre" exceto por dois detalhes: "la chambre n'a pas de cheminée, car la cheminée est inconnue en Egypte, et le lit est hermétiquement enveloppé dans un moustiquaire de mousseline transparente, où il faut s'insinuer avec les précautions les plus minutieuses, si l'on n'y veut être suivi par l'insecte féroce qui est la plaie des pays du soleil" (p.42). Fournel percebe, assim, na recorrente visão das formas ocidentais uma superfície tênue logo desfeita pela renitente natureza oriental. Trata-se de um argumento inicial do autor para demonstrar que a semelhança pretendida com o ocidente é superficial, que "malgré des embellissements désastreux, malgré les tentatives de tous les pachas et spécialement du khédive Ismaïl pour y faire pénétrer la civilisation européenne", a capital do Egito permaneceu, ao contrário de Constantinopla, "la ville orientale par excellence" (p.43). A confirmação dessa permanência se dá por uma série de *topoi*, como o do estranhamento ("Au Caire, on se sent tout à fait dans un autre monde") que ainda existe e deve se manter ainda por muito tempo graças a outro *topos*, o da imutabilidade do Oriente.

Em parte, também, a cidade continuava a refletir, para Fournel, a imagem que dela fizeram os pintores orientalistas: "Du matin au soir, je me promène à travers un conte des Mille

[5] Cf. FOURNEL. Victor. pseud. Bernadille, E. Guérard). *D'Alexandrie au Caire*. Tours: Alfred Mame et fils, 1897. 143 p. As páginas das demais citações dessa obra estarão indicadas, no texto, entre parênteses.

et une Nuits, je m'enivre de pittoresque, je me donne des débauches de Marilhat, de Ziem et de Decamps" (p.65). Como em Eça, como em Nerval, o *topos* do indescritível também reafirma a permanência da paisagem oriental.

Escrevendo pouco antes de Fournel, Arthur Rhoné vê o Cairo de forma menos "otimista", no sentido de que a cidade antiga já se transforma para ele em ruína. Não a ruína modelada pelo tempo mas, de forma semelhante a uma antiga categorização de Chateaubriand, uma ruína fabricada pelos homens, voluntariamente.

Rhoné havia conhecido o Cairo em 1864, quando a cidade era ainda o oposto de Paris: nenhuma casa com cinco andares, nenhuma calçada, nenhuma iluminação pública, nada daquilo que, ao tempo das *Cartas Persas* de Mostesquieu, um oriental deveria ambicionar, tudo aquilo que o ocidental considerava como próprio de uma cidade, sinal de progresso, felicidade. Em *L´Égypte a petites journées*, escrito em 1877, Rhoné concluia que, até 1864, não apenas o Cairo estava ainda "dans toute sa splendeur arabe et musulmane" mas, sobretudo, o tempo longo, secular, era ainda o senhor da decadência oriental: "Au pied d'innombrables mosquées de tous les âges, dont quelques-unes mouraient pacifiquement entourées d'un saint respect, couraient des rues sinueuses et abritées, animées par une foule joyeuse et bariolée."[6]

Em *Coup d'oeil sur l'état du Caire ancien et moderne*, escrito em 1882, Rhoné volta à mesma imagem e argumento**:** de que, no começo do reino de Ismaïl, a cidade do Cairo estava ainda intacta, "car si ses monuments et ses rues continuaient paisiblement de tomber en ruine selon la coutume séculaire de l'Orient, du moins on n'y avait rien tenté comme travaux, dits d'embellissement et de restauration."[7]

Em que pese o *topos* recorrente em relação ao Oriente, isto é, da ruína e do abandono como um verdadeiro "costume", sua decadência secular não é mais vista tão negativamente,

[6] RHONÉ. Arthur. [Membre honoraire de l'Institut egyptien. Correspondant du comité de conservation des monuments de l'art arabe.] *L'Egypte a petites journées.* Le Caire d'autrefois. Nouvelle édition. Ornée de dessins inédits par Paul Chardin, C. Mauss, ª Dauzats, ª Baudry, J. Bourgoin, etc. Paris: Societe generale d'éditions/ Henri Jouve éditeur, 1910, p.2.

[7] RHONÉ. *Coup d'oeil sur l'etat du Caire ancien et moderne*, p. 1.

tendo se transformado em uma quase natureza. Daí a morte pacífica, tranqüila e sagrada dos monumentos e das mesquitas. Apesar de certa ironia, tudo naquela antiga cidade "combinava" ainda entre si, compondo uma paisagem harmônica, na qual estavam incluídos os homens. Tratava-se claramente uma visão pictórica da cena urbana, onde os funcionários e os comerciantes, "qui rougiraient aujourd'hui de se montrer autrement qu'en costume européen", ainda se abandonavam displicentemente em seus longos "caftans soyeux", cujos reflexos cintilantes integravam-se à harmonia geral: uma seqüência ininterrupta de *mouchàrabys* que iam se aprofundando na perspectiva das ruas até que pudesse ser visto ao longe um elegante minarete. A referência pictórica da descrição urbana expressa a harmonia das cores e formas, que se encerrará, para o autor, com o que se definia como alinhamento urbano: alargamento de ruas, supressão dos muxarabis, destruição de impasses, etc.

O Oriente, desde Montesquieu, possuía, do ponto de vista ocidental, um ritmo lento; em Volney a decadência oriental toma a forma das ruínas. Em Nerval, em Eça e agora Rhoné a estagnação e o imobilismo transformam-se parcialmente em harmonia das formas, do homem com seu habitat, da nação com sua história, do passado com o presente. Salvar o velho Oriente ou, em todo caso, sua capacidade de evocar o passado aparece aqui sob a perspectiva de um viajante preocupado fundamentalmente com a preservação de um patrimônio histórico e artístico. Contudo, os monumentos, as paisagens, as sensações e os homens se confundem no Oriente. Por isso, não se trata somente de salvar ruas, casas e mesquitas, mas, em certo sentido, uma civilização. Nesse sendo, o argumento preservacionista de Arthur Rhoné não se detém nas formas da arquitetura mas inclui os hábitos e mesmo instituições, como por exemplo a escravidão. É o que expressa a decepção de Rhoné perante a aparente inexistência do mercado de escravos: "Nous arrivons trop tard pour connaître les mystères de cette cour, car les marchés publics d'esclaves sont supprimés depuis Méhémet-Ali (...)".[8] A razão para o fim do

[8] Rhoné. *L'Égypte à petites journées*, p.268.

mercado público de escravos deixa o autor ainda mais indignado, porque trata-se de uma concessão que uma cultura faz a outra:

> Quand l'Orient s'aperçut que la vieille dame qu'on appelle l'influence européenne commençait à le regarder de travers en détournant ses yeux pudibonds, il se mit à rougir de ses *almées*, de ses cantons vagabonds et de ses marchés d'esclaves, comme il rougit encore, et *cette fois bien à tort*, de ses ruelles pittoresques. [9]

A conclusão, que procura inicialmente ser "politicamente correta" (ainda que ao estilo do século XIX: "Evidemment l'Egypte a bien agi *en éloignant de la vue cette mise em scène afligeante*"), acaba reiterando a prioridade, acima de tudo, da originalidade, da autenticidade, quando diz que o país fez bem em não abolir o princípio da escravidão, "qui en Orient ne ressemble en rien à ce qu'il était en Amérique".[10]

É preciso dizer que trata-se para o autor, acima de tudo, da necessidade urgente de preservação das diferenças em um mundo onde há cada vez menos exotismo. O que indigna de fato o viajante é a perda da originalidade, e o principal motivo da defesa por vezes intransigente desta última encontra-se no receio de uma homogeneização mundial do espaço, que aparece de forma recorrente nos escritos de Rhoné.

Antes de mais nada, trata-se de uma homogeneização interna, vivida pela Paris reformada. Rhoné desenvolve, nesse sentido, uma preocupação já presente na França desde Victor Hugo, a partir da década de 1820. Mais de cinqüenta anos depois da *Guerre aux demolisseurs*, havia acontecido o que parecia inimaginável para o escritor:

> Désormais, où qu'il dirige ses pas, l'habitant de Paris est pris et entraîné dans un réseau de rues démesurément longues, larges et droites dont l'effet, très utile, n'en a pas moins pour résultat de répandre partout l'implacable monotonie des villes d'Amérique les mieux réputées pour l'ennui.[11]

---

[9] Ibidem, p.268.

[10] Ibidem, p.268.

[11] RHONÉ, Arthur. Le vandalisme à Paris. *La Chronique des arts et de la curiosité. Supplément a la Gazette des beaux-arts*, p.36, 31 de janeiro de 1885.

De forma semelhante a Eça de Queiroz, há em Rhoné uma rejeição da cidade moderna ocidental. Com efeito, o parâmetro das cidades americanas era de fato inquietante para o europeu. Elas não possuíam nenhum dos dois componentes da identidade urbana européia: nem monumentos, nem "limites". A América era o novo padrão e o contraste que possibilitva identificar, em sua diferença, Europa e Oriente. As cidades européias seriam apenas as primeiras de uma longa lista de cidades que perderiam seu vínculo com o passado.

Esta tentativa de tornar "uniformes et pareilles à New-York" cidades como Paris, Rome, Alger, Constantinople, Jerusalem e o Cairo" já é palpável, para Rhoné, nesta última cidade, que quase mais nada possuía do horizonte que, em 1869, podia ainda encantar Théophile Gautier: as antigas casas com muxarabis, e as árvores enormes entre as quais podia-se reconhecer "ceux qui avaient posé pour Marillat, agrandis encore par le temps écoulé, et garnissant le milieu de la place avec leurs dômes de feuillage d'un vert si intense qu'il paraissait presque noir".[12] O autor cita Gautier, que antes citou Marillat: uma memória literária e artística, mais do que vivida. Uma memória da imagem ocidental do Oriente.

Nesse mundo que caminhava para a homogeneização onde encontrar refúgio? Ao passo que a americanização das cidades expande-se, coloca em risco a possibilidade de evasão.[13] É certo que não é só isso que move o viajante em questão na sua defesa da autêntica cidade oriental, pois, desde Victor Hugo, se desenvolvia na França uma verdadeira sensibilidade estética e histórica voltada para o passado urbano. Contudo, para além do olhar artístico, surge a necessidade de preservação de uma alteridade oriental. É preciso haver algo como um museu para preservar as sensações.

---

[12] Théophile GAUTIER, *L'Orient*, II, p.191. Citado por RHONÉ, Arthur [attaché à la mission arquéologique de France au Caire]. *Coup d'oeil sur l'etat du Caire ancien et moderne.* Illustrations de MM. Paul Chardin, C. Mauss, J. Bourgoin, etc. Paris: Imprimèrie de ª Quantin, 1882. 48 p, p.18.

[13] RHONÉ, Arthur, Le vandalisme à Paris. *La Chronique des arts et de la curiosité*, p.36.

O jornal *Gazeta de Notícias* durante o segundo governo Vargas (1950-1954)

Vera Lúcia Bogéa Borges[1] - UGF

No segundo governo Vargas, o país apresentava a realidade interna de uma sociedade democrática, com existência plena dos partidos políticos assim como da liberdade de imprensa. Diante deste cenário, indagamo-nos como se realizava a cobertura jornalística referente às ações da administração varguista. Ana Maria de Abreu Laurenza afirma que os jornais *Tribuna da Imprensa*, sob o comando de Carlos Lacerda, e *Última Hora,* com a gestão de Samuel Weiner, eram parciais nas suas informações e mostravam-se atrelados a compromissos circunstanciais[2]. Segundo a autora:

> No cenário pós-Segunda Guerra Mundial, no qual o Brasil começava a desempenhar novos papéis econômicos e sociais, os ideais nacionalistas do presidente eram um bom mote para os discursos populistas, que rendiam inflamadas manchetes para o Última Hora.[3]

Como contraponto temos a *Tribuna* que adotou uma oposição incondicional ao governo de Vargas exemplificada na cobertura jornalística acerca do *Programa de Petróleo* assim como na criação da Petrobras. Neste contexto destacamos uma outra folha, *o Gazeta de Notícias,* que desde a Primeira República (1889-1930) apresentou inovações ao empregar clichês e caricaturas, assim como na técnica de entrevistas.

Este último jornal experimentou diferentes momentos ao longo da era Vargas. Em 1930 sua sede foi invadida e incendiada pela população. A normalidade nas atividades retornou quatro anos mais tarde. A partir de 1934, percebe-se o apoio ao governo varguista nas matérias favoráveis às medidas repressivas fixadas pela *Lei de Segurança Nacional* aprovada pelo Congresso. Além do combate ao levante comunista de 1935, o *Gazeta* era

simpatizante do movimento integralista no país. Um pouco depois, o jornal ainda dispensou farta cobertura acerca do *Plano Cohen*. Durante o Estado Novo, enaltecia os países do *Eixo* e estabelecia contatos com a agência de notícias do governo nazista, a *Transocean*. Esta aproximação acabou levando a uma reação com a retirada dos anúncios de publicidade por parte dos grupos vinculados aos interesses dos Estados Unidos. Em 1949 a crise tornou-se aguda demais e o jornal foi vendido. Os novos donos contaram com jornalistas como Fioravanti de Piero e, no ano seguinte, com José Bogéa de Nogueira da Cruz. Com o retorno de Vargas ao poder, o jornal apoiou abertamente as ações do governante de plantão.[4]

De acordo com Pedro Dutra Fonseca podemos resumidamente compreender o projeto de governo da segunda fase varguista como:

> Vargas teria abraçado um projeto de *desenvolvimento nacional autônomo*, expressão dos interesses da burguesia industrial, em aliança com os trabalhadores e parte dos segmentos médios urbanos (nestes últimos destacando-se a burocracia estatal). As propostas de Vargas, neste sentido, não se reduziam apenas à industrialização; pretendia-se promovê-la com base nos capitais privado nacional e estatal, configurando-se um plano de *capitalismo nacional* em oposição ao capital estrangeiro (ou em oposição ao *capitalismo associado* ao capital estrangeiro). Os trabalhadores e os segmentos médios urbanos endossavam tal projeto devido ao seu caráter nacionalista (*antiimperialista*), de um lado, e, de outro, por esperarem melhoria de condições de vida, pois se supunha dele decorreriam maiores possibilidades de ganhos salariais e melhor distribuição de renda, uma vez que o mesmo previa crescimento do mercado consumidor doméstico.[5]

Nosso estudo concentra-se no jornal carioca *Gazeta de Notícias* no período compreendido entre os anos de 1951-1954. Procuramos, assim, compreender de que

maneira o projeto de desenvolvimento autônomo abraçado por Vargas encontrou apoio, influenciou e se difundiu por intermédio do *Gazeta*. Em maio de 1951, o jornalista José Bogéa Nogueira da Cruz assumiu a direção do jornal, tornando-se alguns anos mais tarde seu sócio majoritário. Desde então, o *Gazeta* apresentou mudanças na sua linha editorial. A partir deste momento percebemos maior preocupação no rigor da estrutura formal, principalmente no tocante a divisão das colunas específicas do jornal. Agora seu leque de leitores ampliava-se, o que se pode notar no próprio preço da edição com valor de cinqüenta centavos. A propaganda voltou a ocupar as páginas do *Gazeta*, assim como o crescente uso de charges marcadas pelo humor político. Em muitos números podemos notar que o cotidiano carioca era francamente noticiado, muitas vezes marcado por um tom mais apelativo.[6] Da página dois do periódico em diante encontramos assuntos de âmbito nacional com cobertura das decisões políticas e econômicas do país a partir das matérias direcionadas para os assuntos da Câmara dos Deputados e do Senado, além das colunas intituladas *Presidente trabalha* e *Noite do Presidente*. Um exemplo expressivo é a cobertura acerca da criação da Petrobras entre os anos de 1951 e 1953. Os artigos sempre concentravam-se na discussão sobre a valorização da exploração nacional em detrimento da presença estrangeira junto a atividade[7].

Nos primórdios dos anos 50, Vargas estava convencido que o Estado deveria cada vez mais interferir na economia do país; portanto, um plano deveria sistematizar as diretrizes governamentais. Desta forma, no primeiro ano de sua administração, o então ministro da Fazenda, Horácio Lafer, apresentou o *Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico*, também identificado como *Plano Lafer*. Os focos da ação governamental deveriam estar concentrados na industrialização com destaque para as indústrias de base, transporte e energia, assim como na modernização da agricultura. Para tanto, Vargas esperava investir nas ferrovias, nos portos, na produção siderúrgica, na exploração do petróleo e na geração de energia elétrica. Segundo Antônio Mendes de Almeida Júnior, o primeiro ministério varguista na década de 50 era uma verdadeira aula de política. Apesar do PSD ter lançado

a candidatura de Cristiano Machado, que obteve 21% dos votos na sucessão de Dutra, muitos dos seus líderes abandonaram aquela candidatura fazendo, na prática, o jogo getulista e foram recompensados com a maioria das principais pastas como Fazenda, Educação e Saúde, Justiça e Relações Exteriores.[8] Já o cobiçado Ministério de Viação e Obras Públicas, peça estratégica para a cooptação e troca de favores demonstrados na obtenção de votos nas eleições, ficou sob comando do PSP paulista e de Adhemar de Barros.

As fontes históricas referentes às discussões levadas à cabo na Câmara dos Deputados permite-nos registrar duas preocupações marcantes em inúmeros discursos ou comunicações dos oradores durante o segundo governo de Vargas. A primeira concentra-se na constante sensação de ameaça que rondava o Congresso Nacional diante do seu possível fechamento, tal como acontecera durante o Estado Novo. A autonomia do Congresso era sempre exaltada nas falas, o que demonstra a desconfiança dos parlamentares em relação ao discurso democrático de Getúlio. Este clima de insegurança também alcançava o tratamento dispensado pelo governo em relação à imprensa. O deputado Heitor Beltrão (UDN-DF) denunciou que a polícia na cidade do Rio de Janeiro continuava a fazer censura violentíssima aos jornais e justiça pelas próprias mãos, ao relatar o episódio em que jornalistas do *Imprensa Popular* teriam sido espancados pelos policiais que os aguardavam na saída do local de trabalho[9].

Já a segunda preocupação registra a forte marca dos projetos cujo escopo majoritário voltava-se para a solução de questões locais. Poucas eram as discussões de âmbito nacional. Desta forma, percebe-se uma certa falta de sintonia entre os representantes dos estados do Brasil, como se estivéssemos diante de uma *recaída federalista* dos primórdios da Republica o que contrasta com a idéia do nacionalismo de Vargas.[10] Na primeira metade dos anos 50, em um universo de trezentos parlamentares, destacamos ainda que a composição da Câmara dos Deputados contava com políticos do

PSD (36%) e PTB (20%), de iniciativa ou inspiração varguista, enquanto a UDN, originária da antiga oposição liberal e adversários do Estado Novo, tinha 26% dos deputados.

Em abril de 1952, o deputado Alberto Deodato (PSD-MG) fez um discurso sobre a crise financeira do país, destacando a elevação nos índices de inflação assim como a desvalorização da nossa moeda. Deodato concluiu sua exposição alegando que a concepção de capital estrangeiro de Vargas e do ministro da Fazenda estavam erradas [11]. Alguns dias depois sua fala foi reforçada pelo discurso de Carmelo D'Agostinho (PSP- SP) ao abordar o *déficit* da economia brasileira[12]. Ao final do mês Getúlio enviou uma mensagem à Câmara dos Deputados explicando a organização administrativa e financeira do país:

> Senhores Membros do Congresso Nacional
>
> Logo ao assumir o Governo, voltei as vistas para o problema da administração e do financiamento dos empreendimentos de caráter industrial do Estado.
>
> Seja qual for o regime, a intervenção estatal se faz sentir crescentemente sob várias formas, no processo da produção e distribuição dos bens (...)
>
> Organizar a iniciativa estatal é, pois, um dos objetivos fundamentais da administração e das finanças públicas nos tempos modernos. (...)
>
> Rio de Janeiro, 28 de abril de 1952 - Getúlio Vargas.[13]

Vale ressaltar que a postura geral da cobertura da *Gazeta de Notícias* era de defesa do governo, reconhecendo as críticas mas redirecionando-as para os ministros. O problema não era do dirigente da nação mas sim de sua equipe de trabalho. Em relação ao *Plano Lafer* não encontramos qualquer matéria de maior profundidade mas apenas artigos variados e com a crítica direcionada ao ministro Horácio Lafer, acusado de *trair o Brasil* ou mesmo *humilhá-lo frente aos países estrangeiros.*

Procuramos ao longo da nossa comunicação indicar os pontos de referência da articulação entre a cobertura jornalística produzida pelo *Gazeta de Notícias* e o projeto de desenvolvimento nacional varguista em seu segundo mandato. Buscamos ainda diversificar nossas fontes históricas ao utilizarmos os Anais da Câmara dos Deputados. Estamos cientes que a inflamada discussão naquele jornal a respeito dos rumos descortinados para o país, mostrava como a sociedade passava cada vez mais a participar e influenciar os novos caminhos do Brasil. Portanto, a sociedade brasileira vivia as contradições e os avanços daquele processo de redemocratização e isso é matéria-prima para a reflexão.

Concluímos nossa exposição dos delineamentos iniciais desse estudo com as considerações feitas por Renato Lessa em recente entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*. Na lógica das relações entre os dois poderes temos o Executivo buscando conquistar maioria nas Casas de representação do país, o que facilita a aprovação de seus projetos, enquanto o Legislativo busca ocupar os cargos na administração. Mas a ação política tem outros atores em cena, a sociedade de alguma maneira, de acordo com cada momento histórico busca lacunas para superar os embates entre dois dos poderes da República. A política compreende muitas outras facetas e é nelas que procuraremos concentrar os futuros passos da nossa pesquisa reverberando-os na imprensa.[14]

---

[1] Licenciada e mestre em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora do Colégio Pedro II e da Universidade Gama Filho. Publicou *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB/ Livre Expressão, 2004.

[2] Ana Maria de Abreu Laurenza. *Lacerda X Weiner: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: SENAC, 1998.

[3] Ana Maria de Abreu Laurenza; Op. cit. p. 100.

[4] Cf. Carlos Eduardo Leal. *Gazeta de Notícias*. In: Alzira Alves de Abreu et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3, p. 2507-2509.

[5] Pedro Cezar Dutra Fonseca. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.354-355.

[6] O jornal *Gazeta de Notícias*, no período de 1950 a 1954, foi consultado na seção de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro com a preciosa colaboração da pesquisadora Fabíola Chagas, estudante do Curso de História da Universidade Gama Filho, durante o primeiro semestre de 2005. Seguem-se alguns exemplos

de manchetes apelativas: "Foi esmagado por um caminhão" / "Abusava de menina de dois anos" / "Se suicidou com formicida com o fim do namoro".

[7] *Gazeta de Notícias*. Período 1951-1954. Anos 76-77-78 e 79.

[8] Antonio Mendes de Almeida Junior. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. In: Boris Fausto (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1983. v.3. t. 3, p.247.

[9] *Anais da Câmara dos Deputados*. Período de maio de 1952. p. 43-45.

[10] Aqui utilizamos o sentido da corrente nacionalista que compreendia o nacionalismo como a luta dos países pobres contra a exploração dos demais ricos, portanto a dominação externa levaria ao subdesenvolvimento. Cf. Alzira Alves de Abreu. *Desenvolvimentismo*. In: Alzira Alves de Abreu et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.v.II. p.1836-1837.

[11] *Anais da Câmara dos Deputados*. Período março-abril de 1952. 12° sessão, em 1° de abril de 1952. p.128-135.

[12] *Anais da Câmara dos Deputados*. Período março-abril de 1952. 15ª sessão, em 15 de abril de 1952. p. 396-408.

[13] *Anais da Câmara dos Deputados*. Período de maio de 1952. p. 13-14

[14] *Folha de S. Paulo*. Caderno *A.* São Paulo, 15 de maio de 2005. p. 7.

ARTE E "TERCEIRO SETOR" NO BRASIL: O DISCURSO DA CIDADANIA

Vera Núbia Santos

A expressiva expansão das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na década de 1990 no Brasil tem sido percebida por alguns estudiosos como uma possibilidade de a sociedade "civil" apontar caminhos no sentido de "alargar" a cidadania. A participação da sociedade num cenário que propiciou o período de abertura política e a superação da autocracia burguesa em fins da década de 1970 e meados da década de 1980, contribuiu para a declaração da Constituição de 1988, revelou uma crescente preocupação em os movimentos sociais construírem uma sociedade, revelando novos sujeitos sociais na cena cotidiana brasileira.

As ONGs são, nesse sentido, *loci* dos movimentos sociais organizados que atuam prioritariamente em defesa dos direitos dos cidadãos e marca na década de 1980 um forte significado para a população.

A instauração, na década de 1990, de uma Reforma de Estado apresentada com a justificativa de responder e superar as sucessivas crises porque passou nas décadas de 1970 e de 1980, imprimiu um caráter minimalista às ações do Estado, que passou a substituir a políticas sociais públicas por ações desenvolvidas por organizações e entidades do denominado "terceiro setor"[i].

No palco dessa reforma, e compondo o chamado "terceiro setor", surgem as "organizações da sociedade civil" (institutos e fundações empresariais, além das ONGs já existentes) que, operando no âmbito público, buscam dar respostas focais às demandas sociais de determinada camada da sociedade, subalternizada historicamente na formação da sociedade brasileira. Críticos da expansão desse "setor" apontam que há fragilidade nessa parceria Estado-Sociedade, a saber:

- O caráter substitutivo das ações do "terceiro setor", que não responde às demandas de políticas sociais em lugares mais pobres e afastados, onde a ação do Estado ou foi reduzida, ou excluída, ou não existia[ii];

- A denominação mesma de "terceiro setor", que apresenta "forte *funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital*"[iii], que, como um conceito ideológico tem a 'função de encobrir e desarticular o real"[iv]. Nesse sentido, "mais do que um conceito rigoroso ou um modelo solidamente fundamentado em teoria… terceiro setor no Brasil é uma idéia-força, um espaço mobilizador de reflexão, de recursos e, sobretudo, de ação"[v].
- A existência de poucas pesquisas sobre a temática: as pesquisas sobre o "terceiro setor" no Brasil são recentes, normalmente relacionadas aos movimentos sociais, aos quais as ONGs têm uma relação histórica. No âmbito da Administração, o primeiro instituto e programa acadêmico em *nonprofit management* deu-se em 1977, na Columbia University[vi].
- A utilização, no Brasil, de termos e nomenclaturas diferenciadas mas com ações e inserção política e jurídica semelhantes ou comparáveis: organização sem fins lucrativos, não governamental, da sociedade civil, filantrópica, social, solidária, independente, caridosa, de base, associativa, etc., prevalecendo ouso de "terceiro setor"[vii].

Por outro lado, os defensores simplificam: "Hoje, quase todo mundo já sabe que o primeiro setor é o Estado; o segundo, o mercado; e o terceiro, formado pelas organizações da sociedade civil, as chamadas organizações não governamentais"[viii]. Para Nascimento, que compreende no "terceiro setor" brasileiro o modelo do *nonprofit sector* norte americano, até os anos 1980 a marca das ONGs era o assistencialismo, "com uma administração informal, praticamente amadora", mas "o engajamento de empresários na área social trouxe a profissionalização a esse setor… Em muitos casos, executivos passaram a gerir entidades sociais"[ix]. Nesse sentido, há um deslocamento dos objetivos inicialmente propostos pelas ONGs, de defesa de direitos, e passa-se a exprimir o "terceiro setor" pela lógica da gestão empresarial, que passa a ser a centralidade dessas organizações pós Reforma de Estado no Brasil.

Há que se esclarecer que entre o aludido *nonprofit sector* norte-americano e o "terceiro setor" no Brasil, e na América Latina, pois não se trata de um fenômeno isolado, há imprecisões que não permitem traduzi-los entre si. A legislação tributária dos Estados Unidos, por exemplo, "distingue trata de modo diferenciado as organizações sem fins lucrativos que beneficiam seus membros… daquelas que servem a um público amplo"[x], pois somente as "que servem ao interesse público gozam da possibilidade de receber doações dedutíveis do imposto de renda da pessoa ou empresa doadora"[xi] e são consideradas *nonprofit sector*, ou seja, são entidades com ações voltadas para um grande público. Já no Brasil, em face da imprecisão conceitual apontada anteriormente e da falta de definição legal sobre os benefícios tributários no "setor", todas as entidades são englobadas na denominação indicada. A Lei 4.690, de março de 1999, distingue as organizações da sociedade civil, mas não insere a questão das doações dedutíveis, o que não impede a sua expansão.

O "terceiro setor" passa, então a ser uma opção para a atuação da "sociedade civil" nas questões sociais que margeiam as conseqüências da histórica desigualdade social no Brasil. No que se refere à participação da "sociedade civil" nas mobilizações em favor da redemocratização do país, vê-se que esta participação não se dá sem limites e incongruências, dentre as quais a crença na falência do Estado burocrático e a necessidade de substituir e/ou atuar em parceria por meio de entidades sociais, o que vem a legitimar o minimalismo do Estado nas políticas sociais, o que o desresponsabiliza e ao mesmo tempo atribui significativa responsabilidade à sociedade.

Essa inversão colide com a idéia de consolidação, a partir da década de 1980 no Brasil, de leis que favorecem a cidadania, com pleno acesso aos direitos sociais, políticos e civis pela primeira vez na história do país, ao mesmo tempo em que há no plano mundial uma crise do capital que leva ao "refluxo" dos movimentos sociais como sujeitos políticos. A opção brasileira dá-se pela garantia e expansão de direitos. Nos marcos dessa opção, as políticas sociais, embora fortalecidas pela Constituição Federal e pelas Leis Orgânicas dela

decorrentes (Saúde, Assistência Social, etc.) sofrem um retrocesso no que concerne à responsabilidade do Estado.

No caso brasileiro, essa direção leva à implementação de uma Reforma de Estado, anteriormente citada, que passa a gestão das políticas sociais públicas a organizações que atendam ao modelo de mercado, sugerindo a falência do modelo gerencial burocrático do Estado como ineficaz e ineficiente. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que entre 1996 e 2002 houve um aumento de 157% no número de entidades que formam o "terceiro setor" no Brasil: de 107 mil para 276 mil (Folha, 11/12/2004). O crescimento desse "setor" já se acentuara no período de 1991 a 1995: foram 44,38%, segundo pesquisa da Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos, e do Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser)[xii].

Tem-se por suposto que o "terceiro setor" concentra suas ações em programas e projetos focais, dentre os quais aqueles que têm na arte e nas expressões artísticas um modelo de intervenção privilegiado no acesso à cidadania. Na esteira desses programas muitas ações têm na arte, e nas suas expressões, um modelo de intervenção privilegiado, considerado de acesso à cidadania ou de resgate da cidadania[xiii]. O caráter de emancipação humana presente na arte está presente nessas atividades? Como se dá essa mediação numa sociedade de desigualdade social plena?

Ao estudar as representações de educadores de rua na cidade de São Paulo, Almeida constatou que no tocante à representação "conquista da cidadania" havia prevalência da idéia de cidadania como algo progressivo e ascendente, deixando sem a compreensão da "correspondência entre direitos e deveres, que é inerente ao modo como a sociedade se organiza, reduzindo-se no esforço desenvolvido pelo educador à conquista de direitos por parte de meninos e meninas de rua"[xiv]. A lógica que movimenta a direção desses educadores permeia o discurso de entidades do "terceiro setor", que, ao deslocar a concepção de cidadania da própria sociedade, seja ao igualar como cidadãos os que estão privados de muitos dos direitos e garantias presentes na Carta Magna daqueles que têm acesso, seja ao deslocar a correspondência entre direito e dever, privilegia determinada

visão de classe que vê nas ações focais as possibilidades de "mudança social" do indivíduo para a sociedade.

É comum no discurso dos que desenvolvem ações no "terceiro setor" a instrumentalização da arte "como forma de potencializar o posicionamento crítico, criativo e participativo dos indivíduos"[xv], remetendo-os ao acesso à cidadania , pois ao se atrelar criação "e fruição artísticas ao processo de formação de cidadãos, essas iniciativas reconhecem na arte um sólido caminho para o desenvolvimento humano"[xvi]. Nesse sentido, poder-se-ia perceber a arte como *mimese*, mas há que se tecer algumas considerações.

Konder, ao referir-se à idéia de arte presente em Lukács, afirma que a criação artística "corresponde a múltiplas funções mas aproveita ao máximo as possibilidades que lhes são inerentes na medida que recria, reproduz, com meios que lhe são peculiares, a realidade humana"[xvii]. Ao recriar essa realidade, a arte possibilita ao indivíduo recriar-se a si mesmo e superar a alienação da sua condição na sociedade. Reconhecer na arte um caminho para o desenvolvimento humano requer que a condição de alienação a que o indivíduo submete-se, pelo lugar que ocupa na sociedade, possa ser transformada.

A arte é apresentada como forma de emancipação humana e, todavia, traduz-se pela mediação, expressa na particularidade, da singularidade e da universalidade, uma vez que o indivíduo passa a conhecer-se melhor, exteriorizando-se numa realidade objetiva e assumindo "uma consciência mais profunda de sua própria condição"[xviii]. Nesse movimento, a imagem exteriorizada é reabsorvida, "de tal maneira que a desalienação acaba por superar a alienação"[xix].

O discurso que permeia o "terceiro setor" no Brasil insere a tentativa de firmar um estatuto de cidadania a determinado segmento da sociedade brasileira, historicamente marginalizado na construção dessa sociedade, tendo por base o acesso à arte nas suas variadas expressões e revela uma cristalização na idéia de cidadania e na idéia de arte: na primeira, pelo caráter de *acesso* – ter acesso não significa ter cidadania; na segunda, pela sua percepção como educadora. Gramsci afirma que "a arte é educadora enquanto arte, mas não enquanto arte educadora, porque neste caso não é nada, e ela nada pode educar"[xx].

Experiências que relacionam arte como ferramenta de acesso à cidadania têm sido divulgadas no sítio www.artecidadania.org.br, uma revista eletrônica cujo objetivo é "divulgar as iniciativas comunitárias que envolvam o processo artístico e discutir seus impactos na sociedade brasileira". São exemplos que buscam fortalecer uma política de inclusão cultural pensada por Wertheim como "fator estratégico de uma política mais ampla de governo"[xxi]. Para Brant, a política cultural no Brasil é assistencialista porque destinada "a uma ínfima parcela da população [e] oferece sensação de impotência e desestimula o empreendedorismo, a assunção de riscos inerente a qualquer negócio"[xxii].

Esse discurso, embora busque sustentar que a arte-cidadania represente "uma conquista da sociedade brasileira que ganha força por ter o processo cultural como elemento central no desenvolvimento das competências elementares de um cidadão" evidencia o lugar no qual situam entidades do "terceiro setor" no Brasil: "ele é funcional à nova estratégia hegemônica do capital e, portanto, não é alternativo e sim integrado ao sistema"[xxiii].

Aqui reside a polêmica que traz o conflito do discurso da cidadania posto na mediação da arte e o significado do "terceiro setor" no Brasil: por um lado expressa um nível de organização nos movimentos sociais na década de 1980, com a expansão das ONGs, espraiando-se em novas formas jurídicas e de atuação gerencial; por outro, busca atender a um determinado modelo e estratégia de mercado na sociedade brasileira.

Falconer indaga sobre o "terceiro setor" como uma promessa: aquele que surge e ocupa os espaços abertos pela implementação de uma Reforma de Estado no Brasil, mas que ainda não tem legitimada sua ação pelo conjunto da sociedade e que, embora se assente nos marcos legais, goza de pouco prestígio acadêmico para referendá-lo.

A substituição das políticas públicas, com a minimização do Estado, por ações desenvolvidas por organizações e entidades do "terceiro setor" passa a ser a tônica desde então, incluindo aquelas ações que envolvem arte e expressões artísticas. Pelos discursos em foco, pode-se verificar que há contradições no "terceiro setor", desde o seu lugar na sociedade brasileira, que não se assemelha ao *nonprofit sector* norte-americano e que um discurso pautado na cidadania (e qual cidadania?) não significa necessariamente pleno

acesso aos bens socialmente produzidos, ao contrário, pode esconder uma idéia de resignação, opondo-a a uma idéia de resistência.

Faz-se necessário debruçar sobre essas ações, a fim de que não se perpetue uma lógica que reitere a desigualdade social no Brasil, e arte é um caminho.

---

[i] As crises de que apontavam o governo podem ser assim sintetizadas: *crise fiscal*, que impedia o financiamento de políticas do Estado; *crise do modo de intervenção do Estado*, caracterizada pelo esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações; *crise da forma burocrática* de administração do estado; além de uma *crise política* considerada em três momentos: na legitimidade do regime militar; de adaptação ao regime burocrático; e uma crise moral, com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Cf. Carlos Montaño. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2000.

[ii] Laura Tavares in Montaño.

[iii] Montaño, idem: 16.

[iv] Idem.

[v] Cf. Andrés Pablo Falconer. **A promessa do terceiro setor**. Dissertação. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1999.

[vi] Idem.

[vii] Idem.

[viii] Cf. Gilberto Nascimento. Brasil: um país modelo na relação empresas e área social. **Revista Algar**, a. 35, n. 181, Uberlândia, Outubro de 2004.

[ix] Idem.

[x] Falconer, Op. Cit..

[xi] Idem.

[xii] Cf. Nascimento, Op. Cit.

[xiii] Convém destacar que o discurso de acesso à cidadania tem ligação com as lutas populares e com os movimentos sociais, que desde a segunda metade da década de 1970 têm sido importantes sujeitos no cenário político brasileiro. Carvalho, ao referir-se à cidadania no Brasil, lembra que na história brasileira sua condição foi sempre parcial, ora atingindo direitos políticos, ora sociais, ora civis. O legado das lutas dos movimentos sociais foi marcante para a Constituição de 1988, considerada "cidadã". Cf. José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

[xiv] Cf. José Luís Vieira de Almeida. **Ta na rua. Representações das práticas dos educadores de rua**. São Paulo: Xamã, 2001.

[xv] Cf. Maria helena Carvalhaes. **Arte-cidadania: um novo lugar para a política pública de cultura**. Disponível em www.artecidadania.org.br, em 22/10/2004. Acesso em 03/02/2005.

[xvi] Idem.

[xvii] Cf. Leandro Konder. Lukács e a arquitetura. In. ____ **O marxismo na batalha das idéias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

[xviii] Idem.

[xix] Idem.

[xx] Cf. Antonio Gramsci. **Literatura e vida nacional**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

[xxi] Cf. Jorge Wertheim. **Por uma visão política da cultura**. Disponível em www.artecidadania.org.br, em 23/10/2004. Acesso em 03/02/2005.

[xxii] Cf. Leonardo Brant. **Um novo modelo de política pública para a cultura**. Disponível em www.artecidadania.org.br, em 23/10/2004. Acesso em 03/02/2005.

[xxiii] Montaño, Op. Cit.

ROBERT AVÉ LALLEMANT: VIAJANTES E A FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO

Vera Regina Beltrão Marques-UFPR

Robert Avé Lallemant nasceu em Luebeck, formou-se em medicina na Universidade de Kiel em 1837, veio para o Rio de Janeiro no ano seguinte e tornou-se médico da enfermaria dos estrangeiros da Santa Casa de Misericórdia. Durante a epidemia de febre amarela, no verão de 1849-50, clinicou no lazareto da ilha de Bom Jesus e no Nossa Senhora do Livramento. Atendeu no hospício D. Pedro II e foi membro correspondente das Sociedades Médicas da Suécia, Prússia e Saxônia, cavalheiro da Ordem Imperial de Cristo do Brasil e comendador da Ordem Imperial de São Estanislau da Rússia.

No dia 28 dezembro de 1849, Lallemant ao visitar os pacientes da enfermaria dos estrangeiros da Santa Casa de Misericórdia teve sua atenção dirigida a dois novos pacientes cujos sintomas lhe pareceram particulares: "cores amareladas das conjuntivas e da pele, vômitos fortes de líquido escuro, soluços e supressão da urina, hemorragias pela boca e ânus, delírios". Esses dois marinheiros morreram em no máximo 48 horas e ambos os doentes lhe pareciam suspeitos e representativos da febre amarela. Alguns dias se passaram sem que nenhum novo caso aparecesse. Porém a partir de 04 de janeiro, outros doentes surgiram, e no dia 08 decidiu "fazer uma participação às autoridades competentes, declarando que havia a maior certeza da existência da febre amarela no Rio de Janeiro".[1]

O governo mandou convocar a Academia Imperial de Medicina para examinar os fatos. "O meu diagnóstico achou uma oposição quase geral", pois os casos tinham acontecido quase exclusivamente na clínica dos estrangeiros; "apenas o Dr. Feital relatou um caso de um doente do vapor D.Pedro, chegado da Bahia, que tinha falecido no dia 29 de dezembro no hospital da marinha".[2] Nomeada uma comissão para relatar os casos, não parecia haver consenso sobre o diagnóstico realizado.

"No dia 17 de janeiro entraram para a minha enfermaria três doentes da escuna russa *Norna*, quatro do brigue sueco *Alphild,* três da galera dinamarquesa *Marie Christine,* um da escuna russa *Niord,* todos sofrendo

os mesmos sintomas". E assim sucessivamente. Não tardou para que o veredito fosse anunciado na Academia Imperial de Medicina: "Senhor presidente, parece-me que não há médico algum na academia que não se tenha convencido de que a febre amarela existe no Rio de Janeiro no ano de 1850", afirmava um dos acadêmicos.[3] Constatada e reconhecida a doença, agora cabia explicar sua incidência no Rio de Janeiro. Até então considerado um porto seguro, protegido pela linha equatorial e sem ser acometido da cólera e febre amarela que aturdiam Velho e Novo Mundo assolados por violentos surtos epidêmicos,[4] agora só restava aos médicos da corte imperial esclarecer e especialmente dar cabo da doença.

O RIO DE JANEIRO DOENTE

Lallemant descreve a costa do Brasil e a baía do Rio de Janeiro com suas praias, como organismos doentes. Doença essa que provinha do "mar pequeno mediterraneo e intertropical, com marés pouco elevadas, que apenas na foz da bahia fazem uma corrente consideravel; vemos ilhas e pedras no interior desta bahia; vemos praias extensas, pantanosas", com a mesma vegetação existente no golfo mexicano, ou seja, as praias pantanosas encobriam-se de "avicennias, pailinias e rhisophoras", debaixo das quais proliferam e apodrecem "crustaceos,annelides e infusorias (...) vemos tambem aqui rios de bordas baixas misturando a agua doce com a salgada; enfim vemos na bahia do Rio de Janeiro todo aquele cortejo de circunstancias morbificas que nas praias orientaes da America central fazem nascer a febre amarella. (...) Achando eu desta fórma uma predisposição para a febre amarella no Rio de Janeiro, admiro-me que esta enfermidade não fosse nelle endemica. Parece-me que estas grandes causas morbificas até o anno de corrente não erão bastante fortes para procrear uma epidemia em alta escala. Certamente forão necessarias algumas outras extraordinarias e importantes para completar esta fermentação nas praias, e para procrear a febre amarella do anno de 1850". [5] Segundo ele a terra do Rio de Janeiro sempre conteve (e sempre haveria de conter) o germe da epidemia em estado de vida latente. "O céu, trazendo consigo as últimas causas geradoras, chamou a uma vida ativa este germe", nascendo o gênio epidêmico. Havia portanto na cidade o veneno mais temido: o germe causador da doença afiançava o médico. Destacava a falta de chuvas e trovoadas no verão de 1949-50, o que tornara as temperaturas mais altas, contribuindo sobremaneira para aumentar as predisposições geográficas às doenças. Neste cenário tão propício, a febre amarela nada mais era do que um

sintoma da doença terrestre que acometia a capital imperial. Lallemant defendia assim a teoria da infecção.[6] O que não o impedia em concordar com as quarentenas, mote da campanha dos contagionistas e que tanta aversão já causara aos infeccionistas, preocupados com as dificuldades acarretadas ao livre comércio entre as nações[7]. Entretanto, o médico salientava. "Se quizermos fazer algum obsequio aos contagionistas apaixonados, devemos confessar que a febre amarella veio da Bahia na barca americana *Navarre*; os marinheiros desta barca adoecem na rua da Misericordia em casa de Franck; adoecem quasi todos os outros inquilinos da casa; adoecem nas casa de Wood e Hourde os moradores que entrão em contacto com a casa do Franck; (...) e levão a febre ao porto, e a doença se espalha por mar e terra".[8] Logo a convicção de Lallemant presupunha aditamentos à teoria médica que defendia. Era partidário da teoria infeccionista porém não desprezava a regra maior seguida pelos contagionistas.

Examinemos a versão da Academia Imperial de Medicina, tomando a manifestação de Pereira Rego, eminente acadêmico. No verão de 1849-50, de fato, houvera algumas alterações climáticas importantes que bem poderiam ter contribuído para o desenvolvimento da doença, mas, certamente não a determinaram. Tratava-se da seca registrada, do "calor ardente", da falta de trovoadas e "virações", tão características do verão carioca, acrescentando-se, ainda, a chegada de "aventureiros" com destino à Califórnia, que cogitava-se estariam trazendo moléstias para o país, afora o ingresso de africanos, que aqui chegavam portando doenças graves. Havia também o fato desses imigrantes, acotovelarem-se em cubículos com pouco ar e muita sujeira nas viagens que empreendiam, afora as péssimas condições de higiene pública do Rio de Janeiro, infestando a atmosfera da cidade. Porém ninguém o fazia crer que pudesse existir na cidade o “germe” da febre em estado latente. Acreditava que a epidemia fora importada da Bahia, que por sua vez viera de Nova Orleans, através do brigue americano Brazil.[9] "Não serão todas estas circunstâncias bastante poderosas para apoiar a idéia da importação, ou pela menos para fazer crer que, se elementos havia entre nós para o desenvolvimento da epidemia, esta foi ateada e posta em ação pela chegada dos navios vindos da Bahia? A sorte estava lançada: a cidade representada como organismo doente contaminava seus próprios moradores, e pior, os

recém-chegados visitantes. Representação nada original a considerar os olhares de estrangeiros sobre a capital. Se, por um lado, havia um entendimento generalizado acerca da beleza do porto, local mais "retratado" da América Latina por sua beleza e estímulo as sensibilidades, por outro, o porto belo tornava-se ameaça assim que os vapores mefíticos atingiam os ares. Lallemant, na qualidade de estrangeiro, por suposto partilhou com muitos dos pareceres expressos por outros tantos viajantes. John Luccock referindo-se aos europeus que vinham para o Brasil: "Chegam com bom aspecto e quando adoecem seus padecimentos são geralmente devidos ao clima ou ao fato de o país ser doentio. Quando chegam com saúde, são a princípio pouco afetados pelo calor, esforçam-se mais e necessitam de menos repouso que os nativos. Do segundo ou terceiro ano em diante já participam mais da lassidão geral, parecendo então precisar do repouso da tarde tanto quanto os que a ele se acostumaram desde que nasceram. Os efeitos mais importantes da mudança de clima parecem depender muito da constituição, dos hábitos anteriormente tidos e das maneiras de viver que depois adotam. Com todos os seus cuidados, porém, muitos deles caíram com achaques biliosos de que em sua terra teriam provavelmente escapado, com eles sofrendo muito mais do que os habitantes antigos" . [10]

Essa visão acerca das relações entre clima, habitantes e doenças no século XIX, tinha suas matrizes em Montesquieu no que concerne às influências maléficas dos climas quentes sobre os povos que provocariam costumes viciosos, servidão política, miséria social e certamente, compartilharam com Buckle, sua teoria a respeito do determinismo climático[11]. Porém, conte-se com os princípios advindos da fisiocracia do Iluminismo e dos desdobramentos da agricultura como principal fonte de riqueza dos povos, a domar a natureza, podendo conter a emanação de miasmas. Aliada à higiene aplacaria os malefícios dos ditos climas quentes e úmidos, com áreas verdes selecionadas. Não fora por acaso que D. Luiz de Vasconcellos propusera a criação do Passeio Público do Rio de Janeiro em uma das áreas mais insalubres do Rio: a lagoa do Boqueirão. Ali foram adaptados vegetais asiáticos e portugueses criando na cidade "uma imagem *sui generis* no contato geral da colonização, no sentido do estabelecimento de um espaço destinado ao trato cuidadoso e reverente para com os

vegetais e onde eles, na sua disposição em desenho pasaigístico e arranjos ajardinados, ficavam identificados com o bom-gosto, o bem-estar e a comunhão humana".[12]

A visão de muitos médicos brasileiros a respeito de clima, população e doenças na cidade, distanciava-se daquela manifesta por estrangeiros, embora concordassem quanto as condições insalubres do porto. Como salienta, Chalhoub, durante a década de 1850, os profissionais da medicina, no Brasil, entendiam que os povos tropicais sofriam influências tanto do meio ambiente quanto da história, opondo-se a todas as formas de determinação climática e racial[13]. Porém as determinações climáticas ainda informavam a muitos, e no caso da epidemia reinante, considerava-se os estrangeiros mais suscetíveis, pois procedentes de outros climas, logo adoeciam ao entrar em contato com os miasmas.

O RIO DE JANEIRO QUE ADOECE ESTRANGEIROS

Inicialmente Lallemant tratava de mostrar quais eram as pessoas acometidas pela doença. Os europeus sofriam muito, pois "quanto menos está um individuo aclimado, de quanto mais alto norte desceu, quanto mais cheio de saude, moço, robusto, corado se apresenta, tanto mais facilmente adoece, e doente morre". "Os homens soffriam mais do que as mulheres; ao menos no principio da epidemia" (..) isto porque os estrangeiros eram principalmente homens. A idade dos doentes variava, basicamente, entre os 16 e os 40 anos, para finalmente explicar a importância da ocupação e a exposição às causas patogênicas.[14] E, então explicava, porque os brasileiros e estrangeiros aclimatados tinham suas condições de vida acomodadas à "constituição atmospherica endemica particular e caracteristica do paiz". Pois aqueles "que tem por costume tomar, já de ha tempos, ligeiras dóses de venenos narcoticos, póde sem susto tomar dóses maiores, e apenas sente algum effeito dellas, emquanto outros menos acostumados succumbirão com a mesma dóse"(...)"no Rio de Janeiro fazia supportar a augmentação de condições nocivas da atmosphera, as pessoas aclimadas; matava porém os que a ellas não se tinham acostumado". Além do mais a doença não se havia disseminado por cidades serranas e vários doentes transferidos para Petrópolis, tendo morrido, novo casos não haviam sido registrados.[15]

Lembremos: vivia-se tempos de discussões cientificas acirradas com vistas a elaborar uma teoria unificada sobre a origem da vida. Humboldt, Alfred Russel Wallace, Charles Darwin e muitos outros buscavam para além das classificações estabelecidas por Lineu, no século anterior, constituir categorizações organizadas em sistemas, através de conceitos-chave advindos da biologia, como função, conflito, adaptação e evolução (Sevcenco, p. 117). E muitos dos prognósticos feitos por viajantes amparados nesses novos conceitos em nada nos favoreciam, vide o conde de Gobineau, por exemplo.

Com argumentos que ora se aproximavam, ora se distanciavam da perspectiva estrangeira, Pereira Rego registrava os parcos resultados alcançados na contenção da doença e ressaltava a necessidade de se extrapolar a questão para além das teorias do contágio, ou da infecção já que algumas enfermidades, inclusive, demostravam haver pontos de contato entre elas. Propunha, então, a discussão, em termos mais racionais, retomando os conceitos de moléstia contagiosa e infecciosa, a fim de, estabelecer a adoção, ou não, de medidas querentenárias e de isolamento. Tratava insistentemente de mediar a discussão, porém nem todos os médicos a clinicar no Rio de Janeiro de 1850, vinham das mesmas escolas.

OLHARES DIVERGENTES.

À época da criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro-fundada em 1829- era grande a influência médica francesa, no Brasil. Na própria comissão nomeada para organizar a Sociedade, dois de seus cinco membros eram franceses[16] Transformada, em 1835, em Academia Imperial de Medicina, manteve como membros honorários e correspondentes, vários médicos vindos da França. Esculápios de outras nacionalidades também desenvolviam clínica no Brasil. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, polonês, egresso de Montpellier, aqui chegado em 1840, como médico da missão do embaixador da França ou Luis Vicente de Simoni, italiano radicado no Rio, dirigindo serviços médicos na Santa Casa de Misericórdia, e assim tantos outros.[17] Lallemant, formado em Kiel, correspondia-

se com as academias sueca, russa, alemã, não seguindo a tradição francesa tão em voga na capital do Império. E o seu livro possibilita entender algumas das dificuldades encontradas no combate à epidemia. Em que pese as limitações existentes, especialmente o desconhecimento do mosquito, algo mais se colocava entre o que esses viajantes viam e a versão que apresentavam baseados na leitura que faziam do país. Distantes geográfica e culturalmente, buscavam aqui encontrar o que em seus países haviam deixado. A natureza, o clima e as gentes continuavam a balizar as percepções desses médicos-cientistas. Assim, Lallemant discordava da postura adotada pelas autoridades em não divulgar o número de casos existentes da doença, dizendo só acarretar maior medo na população que imaginava a mortalidade, atingindo cifras maiores daquelas registradas, trazendo para cá a experiência que vivera na Europa. Também eximía-se da culpa de tantos doentes (50%) morrerem no hospital que fora adaptado por ele para tratamento dos estrangeiros. "Podia eu salvar os moribundos, quando alguns dos capitães estrangeiros ou dos meus collegas já os tinha tratado [sangrado] a bordo dos navios, e que tantas vezes m'os mandavam quando a agonia já havia principiado?" Sangrados contrariavam tratamento dispensado por Lallemant, avesso à essa terapêutica. Ademais reclamava da falta de um hospital adequado para tratar dos amarelentos, pois o convento adaptado, na ilha de Bom Jesus, distava 400 léguas de barco. De péssima reputação, o lazareto era muito ruim, sem que as autoridades algo fizessem para alterar a situação. E queixando-se dizia: ninguém ia ao lazareto para ver o seu estado. “Foi para mim pungente dôr quando,(...), passando pela Praça do Commercio ou por alguns dos consulados estrangeiros, ouvir quanto de absurdo e de estupido por ahi se dizia sobre o nosso lazareto. Lá succumbião todos, lá havia 50 a 70 cadaveres em cada madrugada, lá era infallivel a morte!”. E quem impedia o povo, e principalmente os estrangeiros, de falar assim? As autoridades silenciaram em vez de publicar o movimento diário, como se pratica na Europa inteira, fazendo com que os pacientes fossem para o hospital com muita "prevenção", desqualificando-o a priori. Lallemant lamentava: "como é a natureza

humana, achar sempre melhor o que é do nosso costume; quasi nenhum destes homens quiz lembrar-se que as condições e necessidades de um hospital na capital do imperio do Brazil devem ser outras do que as da capital da Russia, e que um lazareto improvisado pela mais dura e mais viva necessidade e urgencia não era um instituto preparado por muitos annos e executado sobre um plano regularmente reflectido".[18] Poder-se-ia, continuar enumerando, dificuldades sobre dificuldades relatadas por Lallemant. Porém como mencionava Pereira Rego a doença aparecia como "verdadeiro Prothêo, que sob diferentes caracteres e formas, zombava do doente, do médico, e da ciência". Se a doença causava pânico, desordem, mortes, também revelava segundo o viajante, "como é a natureza humana, achar sempre melhor o que é do nosso costume". Não lembrava as condições em que se encontrava. Diversa da que vivera na Europa em quadras epidêmicas, valendo também para si, a máxima que criticava.

---

[1] R.A. Lallemant. *Observações ácerca da epidemia de febre amarella do anno de 1850 no Rio de Janeiro, colhidas nos hospitaes e na polyclinica.* Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1851, p. 6.
[2] idem, ibidem, p.6.
[3] Idem, ibidem, p.7.
[4] S Chalhoub. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
[5] Lallemant, op.cit., p. 32
[6]O grande debate médico acerca da transmissão das doenças dividia-se entre os contagionistas (doenças dissiminadas pessoa à pessoa por contato direto ou objetos contaminados) e infeccionistas (contaminação através de emanações provenientes do meio ambiente degradado por substâncias animais ou vegetais putrefatas). P.N.Chernoviz. *Diccionario de medicina popular*. Paris, Roger e Chernoviz, 1980.
[7] Conforme, Chalhoub, op.cit.
[8] Lallemant, op. cit, p. 7.
[9]J.P. Rego. *História e descrição da febre amarella epidemica que grassou no.Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro, Typ. F. de Paula Brito, 1851, p.1.
[10]O Rio de Janeiro foi objeto de atenção e estudo de viajantes europeus, ou para descrever a fauna e flora ou para coletar plantas e animais exóticos e até para vender suas mercadorias. Veja John Luccock -não era um cientista mas comerciante inteligente, dotado de muita cultura, segundo Guimarães Ferri. Ver, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* São Paulo, Ed. da USP/Itatiaia, 1975, p. 35.
[11]O conceito de "doenças tropicais" resultou de estender-se ao território da medicina, conceitos relativos às plantas, animais e povos, diferentes daqueles do Velho Mundo. De plantas exóticas (reais ou imaginárias) partiu-se para descrições de climas e saúde dos americanos, estabelecendo nexos com doenças ditas dos trópicos. Ver, F. Pires. *Princípios de ecologia humana.* Porto Alegre, Ed. da Universidade/CNPq, 1983, p. 97.
[12] N. Sevcenco. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, n.22, jun-ago, 1994, p.114.
[13] Chalhoub, op., cit., pp. 17-8.
[14] Lallemant, op.cit., pp. 9-17.
[15] Lallemant, op. cit., pp. 32-9.
[16] José Francisco Xavier Sigaud, clínico, patologista e publicista aqui chegou em 1826. João Maurício Faivre, também veio para o Rio, em 1826, tendo ao seu cargo uma enfermaria do Hospital Militar.
[17]C. S. Araújo. *Fatos e personagens da história e da medicina e da farmácia no Brasil.* Rio de Janeiro, Revista Continente Editorial, 1979 (2 volumes), p. 100.
[18] Lallemant, pp. 23-5.

A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E INDEFINIÇÕES

Vilma Fernandes Neves
Maria Auxiliadora Cavazotti
Patrícia Andréia Fonseca de Carvalho Pitta

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Tuiuti do Paraná

Introdução

O mal estar instalado quanto à formação do pedagogo arrasta-se desde o período da promulgação do parecer CFE 252/69, perpassando a década de 80, estendendo-se à publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n º 9394/96. Na década de 1980, durante a transição do regime militar (instalado no Brasil desde 1964) para o, assim, desejado, regime democrático, ressurgem, com maior vigor, vários movimentos de pressão para mudanças. Oriundos dos diferentes setores sociais, explicitavam uma demanda reprimida por um longo tempo em que foram obrigados a se manter calados à custa do uso da força.

Com o setor educacional não foi diferente. Há um revigorado movimento no sentido de estudar, discutir e propor mudanças no sistema educacional brasileiro: superação do que fora imposto pelas Leis 5540/68 e 5692/71, que acentuou a fragmentação dos conteúdos; distanciou a teoria da prática na formação e na atuação dos docentes; desqualificou as ciências humanas e empobreceu seus conteúdos em prol de um conhecimento aligeirado e meramente técnico e instrumentalizador; aligeirou o processo de formação docente ao introduzir as licenciaturas de curta duração; rebaixou continuadamente os salários dos professores, contribuindo para sua acentuada desqualificação social e dificultando o acesso aos bens culturais e o investimento em sua própria formação profissional de maneira contínua e sistematizada; privilegiou, no Ensino Médio (e em algumas séries do Ensino Fundamental), a formação profissionalizante em detrimento de uma formação mais ampla que levasse em conta o diálogo com a produção científica das diferentes áreas do conhecimento, a produção técnica e os avanços tecnológicos.

No interior desse movimento emerge a preocupação com a formação do pedagogo e as proposições de sua transformação. Acompanhar os debates suscitados significa emaranhar-se num cipoal de leis, decretos, pareceres, diretrizes curriculares e resoluções reveladores da disposição centralizadora e impositiva do poder federal. Mas, se não podemos abrir mão de estudá-los e compreendê-los no seu contexto, documentos portadores que são da história da educação em nosso país, devemos procurar em outras fontes outras maneiras de desvelá-la e de contá-la. Essa é a disposição desse grupo de pesquisa: apreender e compreender a história da instalação e da trajetória do curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), segundo as experiências das pessoas que a vivenciaram - ouvir as diferentes vozes e as lembranças; buscar entender as permanências e as mudanças, as continuidades e as rupturas, o processo em movimento.

Uma das dificuldades encontradas pelos pesquisadores que se debruçam sobre a história institucional reside, via de regra, no fato de os documentos preservados conterem apenas dados de cunho oficial, deixando de lado questões relacionadas ao cotidiano que, freqüentemente, dizem muito mais sobre a trajetória da instituição do que os textos legais, engessados pelo rigor da linguagem formal.

Nesse sentido, a história oral se apresenta como uma possibilidade que, além de contribuir para iluminar os vazios deixados pela documentação escrita, complementando dados e informações, poderá oferecer novas perspectivas de análise, trazendo à tona questões ligadas à experiência vivida que permaneceram apenas na memória coletiva das pessoas que fizeram parte daquele contexto histórico.

Elegemos como marco temporal o período compreendido entre 1973 a 2004, que se justifica em razão de que o Curso de Pedagogia foi criado na UTP em 1973, e os anos até 2004 revelarem as permanências e as continuidades, as alterações e reformulações ocasionadoras de mudanças em seu perfil e no dos alunos que o buscavam. Compreender essa trajetória significa dialogar com o contexto mais amplo da sociedade brasileira e da conjuntura educacional que deram contorno às formulações e implementações das políticas públicas nesse período.

O projeto, desenvolvido por um grupo de professores e alunos do Programa de Mestrado em Educação, professores e alunos dos cursos de Graduação em Pedagogia e História da UTP, tem por objetivos: pesquisar a história do curso de Pedagogia na Universidade Tuiuti do Paraná e compreender as alterações na sua trajetória e seus desdobramentos. Pretendemos, nesta pesquisa, identificar o processo de implantação do curso de Pedagogia na UTP; identificar os pressupostos teórico-metodológicos embasadores da proposta de formação do pedagogo nos períodos selecionados; identificar o sentido e a significação atribuídos pela instituição ao processo de formação do pedagogo; apreender a percepção de professores e ex-alunos sobre a trajetória percorrida por eles durante sua permanência no curso.

Algumas questões e inquietações nos movem na investigação em pauta: Quais os possíveis entrelaçamentos entre as políticas públicas dos períodos enfocados e as transformações detectadas na trajetória do curso de Pedagogia da UTP? Que outros fatores intervieram para que estas transformações ocorressem? Que opções teórico-metodológicas e filosófico-políticas sustentam a proposta de formação de pedagogos da UTP? Que concepções de educação, de escola, de processo ensino-aprendizagem norteiam esta proposta? Que limites e possibilidades essa formação oferece para a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades relevantes para a formação do pedagogo pensando na sua futura atuação?

O problema investigado é, portanto, questionar como se deu o processo de implantação do curso de Pedagogia na UTP e seus desdobramentos dentro do contexto social, político, econômico, educacional no período selecionado, apreendendo, assim, a trajetória da formação do pedagogo.

Os caminhos da pesquisa: em busca da formação do pedagogo na UTP

Optamos pelos referenciais teórico-metodológicos da Pesquisa Qualitativa que conforme Ludke e André (1986), se fundamenta no contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e as pessoas selecionadas, na obtenção de uma grande

quantidade de dados descritivos, por meio das técnicas de observação, entrevistas abertas ou semi-estruturadas, análise documental.

Interessa-nos encontrar antigos professores e ex-alunos para apreender sua percepção sobre o curso nos períodos em que nele se encontravam; sua forma de inserção, seus interesses, necessidades e possibilidades naquele momento; suas motivações e expectativas e o quanto elas foram ou não concretizadas no cotidiano das suas vidas pessoais e profissionais. Almejamos saber da sua formação, da sua conduta e interesse acerca do processo escolar desenvolvido, da sua relação com o universo acadêmico, da sua formação e das possibilidades de atualização teórico-metodológica.

Manteremos contatos com as pessoas previamente selecionadas para a gravação de entrevistas e depoimentos. Para tanto, serão elaboradas e efetivadas entrevistas semi-estruturadas com antigos professores e alunos, dentro da metodologia da história oral.

A coleta de fontes orais e a escolha dos depoentes serão realizadas de acordo com o marco temporal definido pelo projeto. Conduzidas com perguntas abertas, as entrevistas seguirão a metodologia proposta para o trabalho com história temática, segundo proposta de Amado e Ferreira (1996), privilegiando o momento em que o entrevistado esteve vinculado ao curso de Pedagogia. O interesse maior será no sentido de reconstruir a trajetória acadêmica de alunos e o professores tendo o curso de Pedagogia da UTP como fio condutor das entrevistas. Além de questões de cunho pessoal, como a origem familiar, instituições freqüentadas durante o Ensino Fundamental e Médio, os motivos que levaram à escolha do curso e às opções profissionais, procurar-se-á abordar a experiência escolar durante a permanência no Curso, as relações de sociabilidade, os conflitos, o contato com outros cursos da UTP ou de outras universidades.

Após a coleta dos depoimentos, as fitas serão transcritas e devolvidas aos entrevistados para que estes, após as intervenções necessárias, formalizem a autorização de uso de suas falas na redação do trabalho.

Paralelamente à coleta de fontes orais, efetivaremos a análise da documentação produzida pelo contexto, por acreditar, como Ludke e André (1986), que os documentos revelam evidências e informações essenciais sobre o contexto observado.

Nesse sentido, para a análise do contexto com base nos dados oferecidos por ele, analisaremos os documentos oficiais da escola como: proposições efetivadas junto ao Conselhos Federal e Estadual de Educação para a abertura do curso de Pedagogia, Projetos Pedagógicos, Planos de Ensino. Relatórios, Avaliações Oficiais do curso de Pedagogia da Instituição, fotos, arquivos e acervos de documentos.

A documentação, assim, construída será tratada com os cuidados e as restrições próprios de trabalho com fontes documentais tradicionais. Por se tratar de documentos produzidos sob a ótica do observador (como no caso das entrevistas e das anotações dos contatos), procuraremos confrontá-los entre si e a bibliografia existente. Além disso, buscaremos entender seu contexto ou, segundo proposição de André (1983, p. 67), efetivar a análise da prosa.

Aplicaremos referenciais teóricos sobre educação, instituição escolar, relação professor-aluno, processo ensino-aprendizagem, formação do pedagogo, o que permitirá a delimitação do foco de visão dentro de uma contextualização mais ampla. Agruparemos as evidências em categorias descritivas e na sua construção procuraremos identificar o que se manifestava de maneira explícita e implícita. Para tanto, recorreremos às anotações pormenorizadas do processo no que diz respeito aos gestos e olhares percebidos, vacilações no momento de expressar idéias e sentimentos, imprecisão ou insegurança ao definir as situações vivenciadas, contradições aparentes entre as afirmações e as ações desenvolvidas.

A relevância social dessa pesquisa é a contribuição que poderá trazer aos diferentes cursos de Pedagogia, aos professores e alunos que nelas atuam e para a própria instituição, que poderá se apropriar dos seus resultados e repensar a formação de pedagogos por ela oferecida, por meio de uma reflexão do que deve ser mantido, porque revelador de uma prática pedagógica socialmente importante do ponto de vista do aluno e da sociedade, e do

que precisa ser transformado, pensando na manutenção da qualidade do processo educacional.

Referenciais teóricos da pesquisa

A investigação histórica sobre a formação do pedagogo, apreendida na perspectiva teórica da educação e trabalho, é norteada pelo princípio de que todas as expressões da realidade humana, inclusive a própria educação, são subordinadas à sociedade. Sendo assim, o ponto de partida para a reflexão é compreender o princípio que afirma o homem como um ser social, ou seja, tudo o que o caracteriza é resultado da própria produção humana, e um ser histórico, pois é criatura de si mesmo.

Os homens, desde sua origem, distinguem-se dos animais por produzirem os meios necessários à sua existência. Enquanto os animais se relacionam com a natureza de forma instintiva, adaptando-se a ela, os homens se apropriam dos recursos naturais, criando os meios necessários à sua transformação, com o objetivo de atender suas necessidades humanas. Trata-se do processo que se denomina trabalho, que se realiza por meio de ações planejadas sobre a natureza, subordinando-a aos seus interesses. Ao produzir seus próprios meios de existência, o homem produz a si mesmo, distinguindo-se cada vez mais do mundo natural pela capacidade de interferir na realidade através do trabalho, construindo, assim, a história da humanidade.

A produção da existência humana, além de ser um ato intencional, não é realizada pelo homem enquanto ser individual, mas ocorre na cooperação entre os semelhantes, estabelecendo-se como relação social. Conforme as atividades de trabalho se tornaram mais complexas, exigindo auxílio mútuo entre os indivíduos, os homens desenvolveram a linguagem, que possibilitou a organização da atividade prática do grupo e a sistematização, preservação e transmissão das experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da história realizada (MARX; ENGELS, 1996).

Paralelamente à produção da linguagem, o planejamento das ações a serem realizadas e de seus objetivos fez surgir a necessidade das operações no âmbito do pensamento, entendida como produção da consciência.

A consciência que, inicialmente se limitava a prever racionalmente a ação, desenvolve-se significativamente na mesma proporção em que há o aumento da população e, conseqüentemente, as necessidades se tornam mais complexas, desenvolvendo forças produtivas e determinando novas formas de organização social. Os homens passam a pensar sobre sua ação, teorizar a sua prática, produzindo, assim, crenças, valores e o conhecimento (Marx e Engels, 1996).

Assim, ao produzir-se historicamente, no interior da sociedade, o homem produz a educação, pois educar é um fenômeno próprio de sua existência como ser social. Com isso, podemos afirmar que todo o processo de produção da existência humana é permeado pela educação. O homem ao relacionar-se direta e indiretamente com a natureza e com a sociedade à qual pertence, em um movimento contínuo e dinâmico, apropria-se dos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente, transforma-os em novos conhecimentos, que serão incorporados e transformados por gerações futuras. Nesse sentido, a educação se mostra presente em todos os momentos da vida e nas relações que os homens estabelecem entre si. Conforme explica Saviani (2003, p.13), “o ato educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

A educação constitui uma prática social inteiramente articulada com todas as demais condições de produção da existência humana. Assim, faz-se necessário compreender a atividade teórico-prática do homem enquanto praxis, no interior da qual a educação se realiza.

A praxis educativa, que se realiza no interior da nossa sociedade, manifesta as possibilidades que resultam dos embates da produção da vida prática e concreta sob suas relações materiais e sociais. Assim, para que as condições de existência plena do homem possam ser alcançadas faz-se necessário que a educação, junto com as demais praxis humanas, assuma um caráter transformador, superador da condições de mera reprodução das determinações dessa sociedade.

Esse embasamento teórico subsidia a pesquisa sobre a formação do pedagogo na instituição investigada, posto que os princípios da educação e trabalho permeiam a formação desejada.

Considerações finais

No nosso entender, a investigação histórica sobre a formação do pedagogo no Brasil tem sofrido percalços evidenciados nos estudos e pesquisas sobre a temática. O trabalho que desenvolvemos, dada sua perspectiva teórico-metodológica, busca evidenciar e compreender a singularidade da instituição pesquisada em diálogo com a totalidade em que está imersa.

Acreditamos, assim, poder apreender o processo de formação do pedagogo e, por conseguinte, participar do debate contemporâneo sobre os dilemas e indefinições que cercam essa formação, elaborando contribuições para sua superação

Referências

AMADO, J; FERREIRA, M. M. (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ANDRÉ, M. E. D. A.. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. *CADERNOS DE PESQUISA,* São Paulo, v. 45, p. 66-70, maio, 1983.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. ; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã.* 10 ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.* Campinas, SP: Autores Associados, 2003

Escravidão e alforria nas Minas Gerais do século XVIII

Vilmara Lúcia Rodrigues
Mestranda do programa de Pós-graduação da UFRJ

Desde os primórdios da ocupação das Minas Gerais, houve quem preferisse investir em atividades agropecuárias e mercantis, pois, para algumas pessoas, estes eram os meios mais seguros de se obter ouro. Esse envolvimento em atividades econômicas múltiplas foi capaz de absorver os choques das transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XVIII, ocasião em que a produção aurífera começava a mostrar sinais de crise. A marca de 100 arrobas anuais estabelecida pela Coroa foi atingida pela última vez em 1750 e chegou ao ponto crítico de 68 arrobas na década de1770. Este período foi tradicionalmente considerado como um período de decadência econômica, porém, na realidade, correspondeu a uma fase de consolidação das atividades produtivas voltadas para o comércio de abastecimento.

Essas mudanças resultaram no desenvolvimento de regiões como a Comarca do Rio das Mortes que, desde o início do século XVIII, especializou-se em produzir e comercializar gêneros alimentícios visando o abastecimento das áreas mineradoras. Situada na parte mais sudeste da Capitania de Minas, a Comarca possuía uma localização privilegiada, segundo Saint-Hilaire seus limites eram: a leste a comarca de Vila Rica; ao norte as de Sabará e Paracatu; a oeste as Províncias de Goiás e São Paulo e ao sul a do Rio de Janeiro.[1] A geografia da região também era favorecida pelas estradas, sua localização no centro do Caminho Novo contribuiu para caracteriza-la como importante ponto de entreposto comercial.

A agricultura de exportação e as atividades voltadas para o abastecimento, desenvolvidas nos arredores das vilas, eram o que caracterizava a Comarca.

Nos núcleos urbanos predominava a atividade comercial. As presenças de um número razoável de vendas garantiam o escoamento de produtos locais, enquanto que nas várias lojas podiam ser encontrados toda a sorte de produtos importados. Esta atividade

movimentava vilas como São João Del Rei, sede da Comarca, e com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil no ano de 1808, esta empresa agrícola-mercantil passou a ser organizada para o abastecimento da Capital.

Essa dinamização econômica foi responsável pela formação de uma complexa organização social na Comarca do Rio das Mortes. O desenvolvimento das atividades agropecuárias e mercantis representou uma possibilidade de ascensão para vários segmentos da sociedade. Nas vilas, espaços eram abertos para o investimento em atividades comerciais de todo tipo, assim como era produzida uma imensa camada que circulava com o objetivo de vender sua força de trabalho; no meio rural, a constante incorporação de terras e mão-de-obra tornava o acesso a este tipo de atividade disponível para um grande número de pessoas.

Neste trabalho estaremos observando essas transformações dentro do contexto urbano. Muitos são os estudos sobre o desenvolvimento da sociedade escravista no meio rural, e pouca atenção tem sido dedicada ao estudo do fenômeno urbano, este fato compromete seriamente a compreensão da dinâmica social mineira já que "Minas foi a capitania mais urbanizada da Colônia, e simultaneamente, aquela onde o sistema escravista alcançou maior pujança no século XVIII."[2]

O aumento crescente das populações concentradas nos centros urbanos e o desenvolvimento de atividades como o comércio e a prestação de serviços geraram, nas Minas Setecentistas, uma maior liberdade de ação que se refletiu no cerne da pirâmide social escravista.

Havia uma proximidade entre senhores e escravos jamais vista em uma região de *plantation,* conseqüência, talvez, da presença de plantéis pouco numerosos, característica da Capitania. Segundo Francisco Vidal Luna, em 1804, para diversas localidades mineiras, a média de posse situou-se entre 2 e 3 escravos.[3]

Esta proximidade acabou moldando cumplicidades cotidianas e acordos implicitamente firmados. Ainda mais, se considerarmos que parte significativa dos proprietários

era constituída por pretos forros e seus descendentes livres e por brancos pobres, indivíduos que, em sua maioria, dividiam com seus escravos os espaços de trabalho, habitação e, até mesmo, de intimidade.

Os senhores eram muito mais dependentes do trabalho de seus escravos, para alguns estes eram a única fonte de sua renda. Assim, os cativos passaram a participar ativamente das trocas mercantis no interior das vilas e arraiais. As ruas serviam-lhes de base para o trabalho cotidiano, geralmente, ofereciam serviços de sapateiros, ferreiros, seleiros, alfaiates e barbeiros, dentre outras ocupações. Mas a maioria desqualificada aguardava oportunidades de serviços eventuais de carregadores, aguardeiros, prostitutas e mendigos.[4]

A mobilidade característica destas atividades permitia a construção de uma diversificada rede de relações pessoais e comerciais da qual os escravos extraíam vários benefícios, do pecúlio necessário para autocompra ao conhecimento e aquisição de condições básicas de sobrevivência no período pós-manumissão.

Sabemos que na Segunda metade do setecentos, a população forra cresceu sobremaneira. Em Vila Rica "no início do século XVIII, esse segmento representava 0,7% da população; ao passo que entre 1769 e 1773, essa presença havia subido para 14,9% e, no início do século XIX, ela atingia a casa dos 22,5%. Um fantástico crescimento de 3200%".[5] Segundo Eduardo França Paiva "na década de 1780 a população negra liberta e livre alcançou a marca de 103 mil indivíduos, o que equivalia a mais de 70% do conjunto mancípio mineiro, chegando na primeira metade do século XIX, a ultrapassar a escravaria".[6]

Os modelos que interpretam a prática da alforria no Brasil enfatizaram sobremaneira a importância do senhor nesse processo. Ora movido por interesses exclusivamente econômicos, ora por motivos sentimentais, esses modelos interpretativos acabaram atribuindo ao senhor, e somente a ele, a responsabilidade pela configuração do perfil do escravo manumisso: uma vez livres, estes escravos acabariam por alargar a camada da pobreza.

Porém, acreditamos que os cativos foram responsáveis pela conquista de suas liberdades e o fizeram através de várias estratégias que incluíam acordos, negociações e, até mesmo, a adoção de traços da cultura dominante. Segundo Manolo Florentino, "entre a última década do século XVIII e as primeiras do Oitocentos a maior parte dos escravos que alcançavam a liberdade pagavam pela alforria com suas próprias economias, ou com as de parentes, amigos ou com as de um benfeitor. Era um tempo em que os preços dos cativos ainda não haviam explodido, embora estivessem em constante aumento."[7]

O que gostaríamos de destacar, neste momento, é a considerável predominância do elemento feminino no grupo dos forros. Em estudo sobre o arraial do Tejuco, Júnia Furtado encontrou um total de 387 forros, sendo que 63% era mulher e 37% homem[8]. Em pesquisa desenvolvida por Libby e Alencastro, sobre as alforrias na freguesia de São José Del Rei (freguesia contemplada em nosso estudo), entre 1750 e 1850, corrobora os demais estudos na medida em que encontram uma predominância feminina entre os forros durante todo o período; "as mulheres compunham 59,8% e os homens 40,2% dos indivíduos que receberam cartas de alforria; entre 1751 e 1799 as porcentagens correspondentes eram 60% e 40%; e de 1800 a 1847, 58,8% e 41,2%.As razões de sexo se computam da seguinte forma: 68 (1751-1847), 67 (1751-1799) 70 (1800-1847)".[9]

Esta predominância de mulheres no grupo dos alforriados já foi explicada pela historiografia de diversas formas. O argumento mais corrente é que as escravas utilizavam seus atrativos femininos para seduzir seus senhores e manter com eles relações de concubinato e mancebia. O objetivo a ser alcançado com estes relacionamento ilícitos era a própria alforria e a de seus filhos. Tal argumentação pode nos levas à conclusão de passividade e subordinação dos homens brancos frente aos truques sexuais de suas escravas ou a julgamentos condenatórios a respeito da conduta destas mulheres, o que não nos parece muito adequado, pois se levarmos em conta a escassez de mulheres brancas nas Minas Gerais Setecentistas

veremos que nestas uniões multirraciais não havia vítimas nem algozes, pelo contrario, eram acontecimentos quase que naturais.

Acreditamos que as mulheres tinham maiores chances de alcançar a libertação porque estavam mais envolvidas em atividades orientadas para o mercado interno como, por exemplo, a participação nas vendas de secos e molhados e a venda de produtos alimentícios nas ruas dos arraiais, assim, tinham maiores possibilidades de arrecadarem o pecúlio necessário para a compra de sua liberdade. Os dados de Libby e Alencastro endossam nossa afirmação, segundo os autores "até 1799, 65% das transações que libertavam mulheres envolviam pagamento, enquanto 68,2% dos homens tiveram que comprar suas cartas de alforria em São José"[10]. A pequena variação nas porcentagens nos leva a concluir que o gênero não influenciava o tipo de alforria concedida.

Outra questão que gostaríamos de destacar aqui é a designação racial e a origem das mulheres forras da Comarca do Rio das Mortes. Segundo Libby e Alencastro, em São José, os crioulos superavam os escravos africanos no que diz respeito à obtenção da alforria. Segundo os autores:

> "Para o período de 1751-1799, os africanos representavam 37,4% de todos os escravos alforriados e os nativos, 62,6%. A partir de 1800, os nativos constituiriam nada menos que 85,1% dos libertos, enquanto os africanos, 14,9%. Para todo o período 1751-1847, os nativos representavam um pouco mais que dois terços (68,8%) dos ex-escravos e os africanos um pouco menos que um terço (31,2%)".[11]

Para a Comarca do Rio das Mortes como um todo, temos motivos para acreditar que esta situação era invertida. Apesar de desconfiarmos que os libertos estão subrepresentados, em uma tabela presente na documentação do Arquivo Ultramarino encontramos para a região 246 pardos forros e 667 pretos forro, em 1767. Sugerimos que o mercado favorável para a importação de escravos africanos durante todo o século XVIII somado a pré-disposição destes para o trabalho com mineração e agricultura foram pontos importantes para acreditarmos na superioridade numérica dos escravos africanos sobre os crioulos.

Em nosso estudo optamos por trabalhar com mulheres africanas forras porque em pesquisa feita no Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei encontramos maior número de documentos referentes a estas libertas. Embora não possamos quantificar ainda, tudo nos leva a crer que eram estas que se alforriavam mais, que tinham maiores condições de sobreviverem, e até enriquecerem no período pós-manumissão.

Sobre as 46 libertas que examinamos, uma outra característica se destacou: 86,9%, ou seja, 40 mulheres, eram de origem Mina. Este fato também foi explicado pela historiografia. Segundo Manolo Florentino, em trabalho já citado sobre alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista, "os forros afro-ocidentais – também chamados Minas – faziam-se presentes entre os alforriados nascidos na África em uma proporção de duas a três vezes superior à sua participação na escravaria africana".[12] Para o autor, os Minas eram mais privilegiados quando se tratava de obter a liberdade e a conseguiam sobretudo por meio da compra.[13]

Segundo Sheila de Castro Faria, foram as mulheres minas que mais redigiram testamentos e tiveram inventários abertos em relação a outras mulheres forras de Minas Gerais, no período de 1730 a 1839.[14]

Diz-se que o privilégio das mulheres minas em se desvencilhar dos grilhões da escravidão era devido a sua beleza, admirada pelos europeus e utilizada por elas como arma de sedução. Os autores que trabalham com este argumento acreditam que a maior parte das alforrias, se não todas, passadas para as mulheres minas eram concedidas.

Contudo, os testamentos que analisamos nos levam a questionar a veracidade desta vertente historiográfica. Todas as pretas forras deixaram claro que deviam nada a seus antigos senhores, pois tinham pago o justo valor por sua liberdade. É o que diz no testamento de Rosa de Mello Costa:

> "Fui escrava do sargento mor José de Mello Costa o qual não pode ser meu herdeiro nem eu convenho em que o seja, pois recebeu o importante de meu valor que foram trezentos e setenta e seis mil e oitocentos réis o que melhor consta de minha carta de alforria (...).[15]

Podemos verificar também, através das palavras de Joana Borges de Souza:

> "(...) não tenho herdeiro nenhum nem meu senhor o é por haver recebido a importância da minha liberdade o que bem consta da carta de alforria que me passou".[16]

Depois desta constatação, endossamos a opinião dos historiadores no que tange ao êxito das mulheres minas na busca da liberdade. Porém, acreditamos que as estratégias utilizadas para este fim eram de longe mais complexas e elaboradas que o ato sexual, apesar de não o desconsiderarmos, pois estas africanas lançavam mão de todos os recursos possíveis para se alforriarem, nós apenas não o imaginamos como determinante ou como o meio mais utilizado. Sugerimos, assim, como Florentino e Faria o fizeram, que a experiência mercantil acumulada pelos afro-ocidentais na África era o que provavelmente os tornava mais aptos a se libertarem e enriquecerem no Brasil Colônia.

É muito sugestivo a presença de bacias, tachos, tabuleiros, chocolateiras, fôrmas, balanças e outros utensílios utilizados na fabricação e venda de quitutes, registrados nos inventários das africanas forras de nossa pesquisa. Gracia Dias de Oliveira[17], natural de Angola e moradora da vila de São João Del Rei, faleceu no ano de 1768 deixando vários bens avaliados em 1:645$983. Entre seus utensílios estavam colheres e garfos de prata, tachos de cobre, garrafas de vidro, pratos de estanho, tabuleiros e balanças.

A presença do elemento feminino no pequeno comércio é algo de desenvolvimento recente pela historiografia. As justificativas para esta forte participação são buscadas, primeiramente, na observação das atividades desenvolvidas pelo sexo oposto. O emprego de enorme contingente masculino em trabalhos braçais leva a crer que não poderia ser diferente tal divisão de tarefas. Para outros autores, a explicação estaria em uma transposição da estrutura do comércio varejista africano para o Brasil Colonial.

Apesar da participação restrita nas atividades mercantis, as mulheres forras possuíam um poder que só foi detectado recentemente. Com seus tabuleiros, elas circulavam no interior das

vilas e arraiais levando seus quitutes aos lugares mais isolados, contribuindo assim para o abastecimento da região das Minas. Por outro lado, elas podiam garantir sua sobrevivência e quem sabe alcançar uma ascensão econômica.

O fato é que, na sociedade mineira, o trabalho representado pelo pecúlio foi responsável pelo aumento demográfico das africanas libertas. Portanto, acreditamos que a vida destas ex-escravas foi modulada pelo mercado e que as possibilidades encontradas no período pós-manumissão, as conquistas, a criação de um espaço e de uma cultura própria deste grupo, foram mediadas por este mercado.

---

[1] SAINT-HILAIRE, August de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.
[2] SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.264
[3] LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores. São Paulo: IPE /USP: 1981. p. 133.
[4] PAIVA, Eduardo França**. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995. p.79
[5] VENÂNCIO, Renato Pinto. **Compadrio e Rede Familiar entre as forras de Ouro Preto Colonial**. In: Congresso de Ciências Humanas, Letras e Arte, 5, 2001. Ouro Preto (Mimeo). P.5
[6] PAIVA. Op. Cit. P. 91
[7] FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista**: notas de pesquisa. In: Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, nº 5, setembro, 2002. p. 18.
[8] FURTADO, Júnia Ferreira. **Pérolas Negras**: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
[9] LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Reconstruindo a liberdade**: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. Varia História: Julho, 2003.P.124
[10] LIBBY; GRAÇA FILHO. Op. Cit. P. 131
[11] Idem, p.128
[12] FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista**: notas de pesquisa. In: Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, nº 5, setembro, 2002. p.27.
[13] Idem, p.28
[14] FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas**:acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; FRAGOSO, João Luís; CASTRO, Hebe de (orgs). Escritos sobre história e educação: uma homenagem a Maria Ieda Linhares. Rio de Janeiro:Mauad-FAPERJ,2001. p.322.
[15] Testamento de Rosa de Mello Costa, preta forra, 1760. Caixa 430, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.
[16] Testamento de Joana Borges de Souza, preta forra, . Caixa 137, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei
[17] Inventário de Gracia Dias de Oliveira, preta forra, caixa291, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.

"Virada sindical": a construção de uma historiografia legitimadora a respeito do Sindicato dos Sapateiros de Franca-SP nos anos de 1980.[1]

Vinícius Donizete de REZENDE[2] – PPG-UNESP/Franca

I

A proposta da presente comunicação é analisar um conjunto de estudos desenvolvidos a partir do início dos anos de 1980, que tiveram como objeto central de análise a história do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca (STIC), mais conhecido como Sindicato dos Sapateiros de Franca.

Pretende-se inicialmente, compreender as principais características de tais obras, bem como a concepção teórica que permeia suas principais explicações; para em seguida, problematizar tais concepções, tendo como referencial teórico as contribuições trazidas nos últimos anos pela história social do trabalho.

Para a realização deste estudo historiográfico, considera-se fundamental a importância dos compromissos dos autores com a conjuntura político-social-econômica de sua época, por serem estes inerentes à própria criação intelectual. "Assim, a obra torna-se porta voz não só do seu autor como do grupo em que ele está integrado."[3]

Nesse sentido, o estudo da historiografia da classe operária torna-se um elemento central para a compreensão de posicionamentos políticos, ideológicos e partidários, que permearam a história do movimento operário, visto que muitas vezes foi marcada por tentativas de se legitimar a atuação de grupos políticos ou de denegrir as ações que não condiziam com as concepções teóricas dos autores.[4]

II

A cidade de Franca é conhecida como a "capital do calçado" masculino do país. Tal posição foi alcançada entre os anos de 1950 e 1980, que marcaram o período de formação e consolidação de um parque industrial, composto por diferentes ramos de atividade voltados para a fabricação de sapatos. As maiores indústrias organizaram-se sob princípios fordistas e taylorista de produção, com a fragmentação do processo produtivo em múltiplas tarefas e a introdução da linha de montagem.

A cidade tornou-se um centro de atração populacional para migrantes da região, sobretudo de origem rural; ocasionando assim um grande crescimento populacional e, conseqüente, concentração na zona urbana do município.

Esse desenvolvimento urbano e industrial despertou o interesse de vários pesquisadores, que desde meados dos anos de 1960, se dedicaram ao estudo do tema; fato estimulado pela existência na cidade de um Instituto de História e Serviço Social – posteriormente Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Os primeiros estudos voltaram-se para a compreensão dos fatores responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento da indústria de calçados, bem como, das principais características do parque industrial em formação.

Foi apenas na década de 1980, período de "redemocratização" política e de efervescência do movimento sindical nacional, que surgiram os primeiros estudos que procuraram colocar os sapateiros de Franca como centro da análise. Esses trabalhos, realizados inicialmente por estudantes do curso de Serviço Social, tiveram como eixo central de reflexão a chamada "*virada sindical"* de 1982, quando uma diretoria ligada à Pastoral Operária, ao *novo sindicalismo* do ABC e à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a direção do Sindicato dos Sapateiros de Franca.

Estes estudos foram de grande importância, pois pela primeira vez, privilegiaram a classe operária local como objeto central de análise. Porém, assim como muitos estudos dedicados à interpretação do *novo sindicalismo*, seguiram uma linha de justificação e exaltação da atuação das novas diretorias surgidas a partir do final da década de 1970, em detrimento a toda a história do período anterior.

Como observa Hélio da Costa, comentando a obra de Marcelo Badaró Mattos,

> (...) a idéia de "novo" foi cunhada em dois sentidos: primeiro, no contraponto ao peleguismo então predominante no movimento sindical e segundo, na oposição ao "velho sindicalismo" vigente até 64. Carregada de juízo de valor, a oposição entre "novo" e "velho", foi sendo paulatinamente cristalizada nos meios sindical e acadêmico.[5]

Em geral, estes estudos mantiveram a concepção tradicional de análise da classe operária brasileira, que define o período anterior a 1930 como de predomínio de um

movimento operário combativo, com os "sindicatos autênticos" sob forte influência anarquista; de 1930 a 1964, teria predominado um sindicalismo "pelego", "corporativista", atrelado ao Estado e promotor de uma política de harmonia social e de minimização da luta de classes; e, finalmente, no fim da década de 1970, teria surgido o *novo sindicalismo*, caracterizado pelo rompimento com o "peleguismo" anterior, promotor de um sindicalismo autônomo e combativo.

III

No ano de 1983, Elisabete Alves iniciou o processo de construção da oposição entre o "velho" e o "novo" sindicalismo em Franca; suas afirmações a respeito dos sapateiros francanos do pré-1982 foram reproduzidas em vários trabalhos e perduraram até os anos mais recentes.

Ao analisar a fundação do Sindicato dos Sapateiros de Franca, ocorrida no ano de 1941, constatou que seu fundador, Luis Magrin, era um sindicalista getulista, tendo sido inclusive fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Franca; seria defensor da harmonia com os patrões para conseguir melhorias para os trabalhadores.

Assim, a autora concluiu que

> a fundação dos primeiros sindicatos em Franca, se deu pós-revolução de 30, já com a implantação do sindicato vertical, isto é, atrelado ao Ministério do Trabalho. Assim, devido à ação controladora do Estado junto ao movimento sindical, percebe-se que a tendência do movimento operário francano é de *passividade*, de atuar de acordo com as leis implantadas pelo Estado Varguista.[6] [grifo nosso]

Para a autora, essa tendência de "passividade" do movimento operário francano teria forjado uma classe operária que se expressava "por uma certa *falta de consciência* e de *compromisso de classe*", um proletariado que estaria "alienado de sua própria realidade objetiva, isto é, negando as contradições de classe [...]"[7].

Este trabalho iniciou uma tradição de se reduzir o estudo da categoria dos sapateiros a história de sua entidade representativa. Ao mesmo tempo, lançou a idéia de que entre os anos de 1941 e 1982 o Sindicato dos Sapateiros caracterizou-se pela sucessão ininterrupta

de diretorias caracterizadas pelo assistencialismo e corporativismo, o que teria forjado um operariado não combativo.

Os demais estudos sobre o tema limitaram-se a reproduzir tais idéias, sem ao menos aprofundar a análise a respeito do período em questão[8]. Tais afirmações continuaram presentes inclusive em estudos mais recentes:

> A categoria dos sapateiros, por sua vez, não reagia coletivamente a esta situação. *Amorfa* e *desmobilizada* limitava-se a produzir. Dirimia questões e buscava soluções de forma isolada e individual.[9] [grifos nossos]
>
> O sindicato, pautando-se pela conciliação e colaboracionismo com o patronato, contribuiu para forjar um *operariado dócil* e cheio de receios e desconfianças em relação aos seus representantes sindicais.[10] [grifos nossos]

Tais definições se inserem num quadro teórico-conceitual tipicamente leninista, que concebe a classe como uma categoria estática, como a simples reunião de homens e mulheres sob determinadas condições de produção. Dessa maneira, tais autores acreditam que a classe operária deveria ter uma determinada "consciência", ou seja, agir de uma maneira, geralmente, predeterminada por eles.

Percebe-se tal posicionamento em diferentes trechos desses trabalhos. Acima, citamos uma passagem em que Alves fala em "*certa falta de consciência*"; Adriana Alcântara e Valéria Pedro afirmam que "a consciência do operário vai de uma *consciência falsa* da posição que ocupa dentro do conflito, da luta entre as classes, até a *consciência possível*, onde ocorre a percepção do real em sua totalidade."[11]

Essas mesmas autoras introduzem os conceitos de "classe em si", que seria um estágio inicial do desenvolvimento da consciência do operariado, caracterizado pela luta econômica, e de "classe para si", quando o operariado atingiria um estágio elevado de conscientização, caracterizado pela luta política.[12]

Portanto, depreende-se dessas passagens uma concepção evolutiva de história, na qual o proletariado estaria realizando uma marcha linear rumo ao fim da história, com o objetivo de cumprir sua missão histórica – levar a sociedade ao fim da luta de classes por meio de uma sociedade igualitária, sem classes sociais.

Como observa Thompson, tal noção de

> classe como categoria estática tem conquistado peso em setores relevantes de todo o pensamento marxista. [...] de um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a "consciência" que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. Em uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de "substitutivos", como aquele de uma "vanguarda" que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe.[13]

Constata-se que para tais autores a ação do sindicato no período anterior a 1982 é capaz de explicar toda a história da classe operária local. Tais afirmações, como procuramos demonstrar, são fruto de uma visão limitada de história, incapaz de vislumbrar toda a multiplicidade de ações desenvolvidas por operários e operárias em suas experiências cotidianas. E que portanto acreditam ser necessário o papel de um grupo esclarecido, geralmente denominado "vanguarda", para "retirar as vendas" dos olhos de uma multidão "amorfa" e incapaz de reagir perante a exploração capitalista.

IV

Se o "velho" caracterizou-se pelo "peleguismo" recorrente nas diversas diretorias que se mantiveram no poder entre os anos de 1941 e 1982, forjando um operariado "dócil", uma classe "sem consciência" ou com uma "falsa consciência". O "novo" seria marcado pelo *despertar* que ocorreu na categoria a partir de 1982; quando o Sindicato dos Sapateiros passou a questionar a exploração sofrida pela categoria, e tornou-se inclusive a vanguarda dos demais sindicatos do município[14].

Para compreensão deste conjunto de obras é importante saber que a maior parte desses autores teve uma vinculação direta com o movimento sindical do pós-1982. Algumas estudantes de Serviço Social participaram do processo de montagem da chapa de oposição, outras se tornaram assessoras da entidade após a eleição; Maria Isabel e Gilmar Dominici estiveram presentes nos principais acontecimentos do período e foram eleitos vereadores pelo PT em 1988, juntamente com dois diretores do sindicato; e aqueles que não tiveram participação direta no período possuem proximidade ideológica com o grupo.

Assim, realizaram a construção de um discurso legitimador que em vários aspectos reproduziu o discurso oficial da chapa de oposição e, posteriormente, da nova diretoria. A

oposição entre o "velho" e o "novo" foi o elemento central da chapa de oposição em 1982, como se observa no Manifesto da Chapa 2 citado por Canoas[15], no qual procura-se qualificar os dirigentes sindicais rivais como "homens de gabinete", como "meros burocratas" e "pelegos".

Da mesma forma, não tiveram dúvidas em aderir ao discurso da nova diretoria quando esta sofreu oposição na eleição seguinte, de 1985. Nos boletins de campanha da então Chapa 1, que tentava a reeleição, o elemento central foi desqualificar a chapa de oposição, qualificando-a como uma "chapa patronal"[16], ao mesmo tempo em que se exaltavam as mudanças que teriam começado em 1982.

A concepção leninista de tais autores fica completamente desnudada quando defendem o papel de vanguarda que a nova diretoria teve, e ao mesmo tempo o próprio papel que tiveram e deveriam ter, enquanto assistentes sociais, no processo que definem como de "conscientização" da categoria. Ou seja, no processo de transformar a "massa amorfa" numa "classe para si" que age de acordo com os seus "verdadeiros" interesses.

Outro aspecto marcante nesse processo de legitimação da nova diretoria foi procurar minimizar e relativizar aspectos considerados negativos, presentes desde o momento de montagem da chapa de oposição. Maria Isabel, por exemplo, ao se deparar com a afirmação de Fábio Cândido – que encabeçou a chapa de oposição – de que "alguns foram '*pegos*' para montar a chapa", afirmou que "apesar de todas estas dificuldades, havia uma opção homogênea e forte e um comprometimento muito grande com a transformação social e com o fortalecimento da classe trabalhadora".[17]

Nesse mesmo sentido, apesar da autora reconhecer que tal forma de composição da chapa gerou conflitos internos após a vitória eleitoral, que tiveram que ser administrados pela diretoria, afirma que "essas questões não afloram, de forma prejudicial, no seio da categoria."[18] Portanto, um elemento que poderia ser analisado como parte do processo de desgaste que o novo sindicalismo sofreu posteriormente, e mesmo, como exemplo dos limites dessa concepção leninista de movimento operário, é relativizado e minimizado nas explicações dos autores em análise.

O processo de legitimação não estaria completo sem a exaltação das ações dos dirigentes sindicais. Encontram-se vários trechos em que se afirma que a partir de então a categoria teria passado a atuar de modo classista, ou a escrever um importante capítulo de sua histórica como classe. Adriana Alcântara e Valéria Pedro chegaram a considerar a atuação do novo sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores, a nível local e nacional, como capaz de abalar o poder da burguesia:

> Em cada eleição que acontece, cada vez mais o monopólio do poder pela burguesia é abalado. [...] Todos esses pequenos avanços demonstram que transformações estão ocorrendo: a burguesia nacional a cada dia é mais e mais pressionada e a classe operária consegue também, cada vez mais se impor, e mostrar que ao final do túnel existe uma luz.[19]

Tais obras aproximam-se daquilo que Georges Haupt denominou como uma "história do partido", marcada pela construção de um discurso oficial que procura justificar a atuação de dirigentes partidários,

> é a percepção que os partidos operários têm de si mesmos e a representação que querem dar que orientam seus discursos históricos [...] os fatos que correspondem às versões oficiais são destacados e considerados essenciais, aqueles que as contradizem ou não servem, na presente conjuntura, são considerados marginais e inoportunos.[20]

V

Procuramos analisar como as obras pioneiras no estudo da classe trabalhadora de Franca tiveram o nítido objetivo de legitimar publicamente a atuação de uma determinada tendência sindical por meio de um discurso de oposição entre o "velho" e "novo" sindicalismo; bem como, compreender como tal oposição ultrapassou os limites da estrutura sindical, e se estendeu para análise de toda a classe operária, o que tornou possível as afirmações amplamente divulgadas de existência de uma classe "dócil".

Assim como afirma Thompson, dizer que uma classe tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.[21] Da mesma forma, afirmar que a classe é "dócil" ou "não combativa" em função da atuação de determinada diretoria sindical é algo que soa estranho aos ouvidos de historiadores que procuraram compreender a classe operária como uma *formação histórica*, por meio de relações sociais entre grupos antagônicos. Falar em "falsa consciência" significa tentar impor uma concepção de mundo,

muitas vezes formulada em um contexto diferente daquele que se está analisando; significa tentar impor formas de ação, desconsiderando a complexidade das experiências operárias.

Portanto, este conjunto de obras aqui analisado faz parte de um ideário político-ideológico de grupos que se sentem no direito de coordenar e dirigir a classe operária, acreditando que estariam lutando contra o capitalismo. Compreender as formulações dos mesmos torna-se de significativa importância em função da presença que tiveram em certos setores do movimento operário, fazendo parte da história da classe operária.

Notas

[1] Esta comunicação constitui parte da pesquisa de mestrado, Anônimas da História: relações de trabalho e atuação política de sapateiras em Franca (1950-1980).

[2] Mestrando do programa de pós-graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Unesp-Franca, sob a orientação da Profª Drª Teresa M. Malatian. Bolsista Fapesp.

[3] JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. "Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo". In: SILVA, Marcos A. da. (coord.) *República em Migalhas. História Regional e Local.* São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1990. p. 82.

[4] Cf. HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.5, n. 10, pp. 208-231, 1985.

[5] COSTA, Hélio da. "Trabalhadores, Sindicatos e suas Lutas em São Paulo (1943-1953)". In: FORTES, Alexandre (et. al.). *Na Luta por Direitos: leituras recentes em história social do trabalho.* Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999. p.90.

[6] ALVES, Elisabete Aparecida. *A organização operária em Franca e o Serviço Social*. 1983. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social)- Instituto de História e Serviço Social, UNESP, Franca, 1983. f. 46.

[7] Ibidem, p. 55-56.

[8] Cf. ALCANTARA, A. C. de; PEDRO, V. B. de C. *Um Velho Sindicato... Uma Nova Atuação.* 1988. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social)- FHDSS, UNESP, Franca, 1988. DOMINICI, Gilmar. *Sapateiros em Luta.* 1988. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - FHDSS, UNESP, Franca, 1988. CANOAS, J. W. *Nas Pegadas dos Sapateiros.* Franca, UNESP/ Prefeitura Municipal de Franca, 1993.

[9] GUIMARÃES, M. I. B. do N. *Sindicalismo e Atitudes operárias*. Franca-1982-2000. 2001. 238 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- FHDSS, UNESP,Franca, 2001.

[10] OLIVEIRA, T. F. B. N. de.*Inovação Sindical e Burocratismo:* limites e avanços do sindicalismo cutista no Sindicato dos Sapateiros de Franca (STIC). 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em História)- FHDSS, UNESP, Franca, 2002.

[11] ALCANTARA, A. C. de; PEDRO, V. B. de C. op. cit., p. 26-27.

[12] Ibidem. Cf. também GUIMARÃES, M. I. B. do N. op. cit.

[13] THOMPSON, E. P. "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência' ". In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigo*s. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. p. 271-272.

[14] CANOAS, J. W. op. cit., p. 57.

[15] Ibidem, p.78-79.

[16] Cf. por ex., Ibidem, p. 88.

[17] GUIMARÃES, M. I. B. do N. op. cit., p. 131.

[18] Ibidem, 142.

[19] ALCANTARA, A. C. de; PEDRO, V. B. de C. op. cit., f. 68.

[20] HAUPT, Georges. op. cit. p. 215.

[21] THOMPSON, E. P. op. cit. p. 279.

O indígena no cenário do confronto: a descrição lascasiana dos costumes dos nativos em meio aos conflitos da colonização espanhola

Vinicius Muhlethaler Beire

O padre Bartolomé de Las Casas, a partir de meados da década de 1510, mantivera uma posição contrária frente aos abusos cometidos pelos conquistadores. A *encomienda*[1] tornou-se seu alvo de crítica principal. Para isso, escrevera cartas ao rei solicitando a suspensão dessa prática, como também produzira textos que denunciavam a violência sobre os indígenas.

Anos antes de se tornar um dominicano, participara de um plano de colonização pacífica na região de *Tierra Firme* (na atual Venezuela), sem sucesso[2]. Depois, juntou-se à ordem, em 1523, quando começou a se dedicar aos estudos jurídico-teológicos, com o mesmo intuito de lutar a favor dos direitos indígenas.

Apologética Historia Sumaria, narrativa finalizada nos últimos anos de sua vida, em 1559, fora fruto de um estudo muito extenso sobre o continente. Nela, o religioso descrevera diversos aspectos das diferentes culturas indígenas que tivera conhecimento, usando outros argumentos para sua retórica de defesa.

Era um período repleto de discursos que defendiam a incapacidade intelectual dos indígenas frente aos europeus, a partir da noção aristotélica de barbárie. A afirmação das qualidades desses povos, que poderiam ser capazes de se inserir no mundo cristão e "civilizado", diferente da denúncia da violência dos conquistadores encontrada na *Brevísima Relación de Destrucción de las Indias*, possibilitou um desdobramento da sua crítica à prática

[1] Servidão imposta sobre os indígenas pelas autoridades coloniais.
[2] A região já havia sido explorada por outros espanhóis, que por sua vez ainda permaneciam por lá. A tensão entre indígenas e europeus era bastante beligerante, e ambos não viram com bons olhos a comitiva organizada por Las Casas. Em janeiro de 1522, cerca de quinze dias após a saída do padre daquela região, seus antigos companheiros foram atacados pelos próprios índios. Seu projeto revelou-se um fracasso.

das *encomiendas*, e também da idéia de que seriam servos por natureza. Surgia um aprimoramento discursivo, como também um melhor conhecimento das culturas defendidas.[3]

Poderíamos separar o grupo político em que se encontrava Las Casas, do outro de seus opositores na seguinte forma: *bando indigenista* e *bando oficialista* [4]. O bando oficialista encontrava-se solidamente constituído num "macrocosmo cultural-legal-jurídico", com interesses econômico-estratégicos importantes, não cedendo a favor das imposições pró-indigenistas. Em meados do século XVI, o lucro adquirido pela exploração de metais chegava ao seu auge, fazendo da Espanha a monarquia mais forte da Europa. Aos poucos, os oficialistas ganhavam mais força dentro do cenário colonial, enquanto a suspensão das *encomiendas* tornava-se cada vez mais improvável.

Os oficialistas baseavam-se na idéia da barbárie indígena, muitas vezes na sua irracionalidade também, exigindo a tutela e a direção espanhola para terminar a missão civilizadora e evangelizadora. Os argumentos que sustentavam eram de dois tipos: o primeiro poderia ser classificado como uma espécie de *Determinismo Geográfico,* em que as sociedades, num diferente habitat geográfico, são necessariamente subdesenvolvidas desde o ponto de vista humano até cultural. O segundo argumento poderia ser classificado como um *Determinismo Humano*: as características físicas e as potencialidades aristotélicas (inteligência, habilidade, bondade), consideradas deficientes nos povos do Novo Mundo.

Las Casas queria demolir esses pilares para construir um "novo edifício colonial". A *Apologética* deveria demonstrar que o indígena não era um ser com capacidade racional quase nula, mas sim perfeitamente racional e social, capacitado para se organizar em sociedades mais complexas, e que as diferenças de costumes não significavam irracionalidade ou vida

[3] Na *Apologética*, por exemplo, Las Casas passa a citar o nome de diferentes tribos indígenas. Algo estranho em relação à *Brevísima Relación* e a *Historia de las Indias.*

[4] O primeiro refere-se àqueles que defendiam a servidão na América, sendo a *encomienda* o melhor exemplo, enquanto o segundo àqueles que eram contrários. Sepúlveda e Las Casas faziam parte de cada grupo respectivamente. O uso desses termos se encontram em: STOFFELS, M. J. A; "Apologética Historia Sumaria: claves para su interpretación", in: LAS CASAS, B.; *Apologética Historia Sumaria*, Madrid, 1992 (obras completas, vol. 6), p. 185.

viciosa. Em muitos aspectos, as formas de vida indígena poderiam ser melhores que as européias. "*Probado hasta aquí que estas indianas gentes son de su naturaleza de buenos entendimientos por causas naturales, de aquí adelante quiero probar y demonstrar serlo asimismo por sus manifiestos propios efectos...*"[5]

As discussões foram se acirrando ao longo dos anos, sendo a controvérsia de Valladolid[6], um grande exemplo dos vários debates que eram realizados sobre esse tema. Para o bando oficialista, seu ponto de força no debate era a organização e assentamento dos espanhóis em grupos oligárquicos. Para o bando indigenista, as armas para se utilizar no debate eram a argumentos baseados nas leis que proibiam a escravidão indígena.

Las Casas apelara à consciência dos conquistadores ao demonstrar que sua concepção de captação pacífica e religiosa do indígena funcionaria e era perfeitamente viável. Seus novos argumentos acabam surgindo dentro dessa proposta. Certamente, desde muito tempo, o frade já tinha a intenção de elaborar um grande estudo sobre o continente, para que os espanhóis e outros europeus conhecessem a história, os costumes e características dos indígenas. A partir da experiência e conhecimento adquiridos mediante uma correspondência epistolar muito vasta, como também através de testemunhos pessoais e indiretos, iniciou sua redação tendo em mente a criação de vários capítulos que formariam a *Historia Natural de las Indias*[7].

Começou escrevendo capítulos paralelos, afirmando que havia uma perfeita capacitação do meio ambiente americano para sustentar seres humanos racionais, hábeis e bondosos. *"Y así diremos con verdad que todas estas Indias son las más templadas, las más*

[5] LAS CASAS, B; Capítulo 40, Op. Cit., p. 463.
[6] O debate de Valladolid, onde as teses de Las Casas e Sepúlveda foram discutidas abertamente, tornou-se uma espécie de "palco" do grande conflito entre os dois autores. Porém, é importante ressaltar que essa característica conflituosa do debate provavelmente não acontecera. Antes de ser uma espécie de "tribunal internacional" que buscasse reconhecer ou não a capacidade intelectual do indígena, o debate de Valladolid era algo muito mais centrado na discussão filosófica e teológica da colonização. De certo modo distante da burocracia colonial implantada pela coroa espanhola do século XVI
[7] Posteriormente separados em *Historia de las Índias* e *Apologética Historia Sumaria.* A primeira obra acabou sendo dedicada a narração dos primeiros anos da conquista do continente.

fértiles, las más felices, alegres y graciosas y más conforme su habitación a nuestra naturaleza humanas de las del mundo, aunque en algunas partes acaezca ser le contrario por algunas particulares causas, las cuales son muy raras..."[8]. A partir do capítulo 23, aparece um esquema pontual e metódico do que seria a *Apologética* na sua versão definitiva. "...*Y de aquí es que según la capacidad del cuerpo se mide la capacidad del ánima, y así unos hombres tienen el ánima más perfecta o menos perfecta que otros...*"[9].

Tornou-se uma obra independente, uma necessidade de provar separadamente a perfeita capacidade de independência e de auto-suficiência das comunidades indígenas. Há uma grande exposição dos diferentes argumentos que aqueles chamados integrantes do bando oficialista deduziam como a incapacidade do indígena nos planos racional, religioso e social; posteriormente refutados com argumentos contrários. Desta maneira, o frade examinara as justificativas discriminatórias, trocando-as pelas *suas* justificativas.

Realizara comparações entre a cultura e a sociedade do Velho Mundo com as do Novo Mundo. Partira da idéia de que a cultura dos povos da América não era irracional e selvagem, nem antinatural, mas sim alguns séculos atrás, como as civilizações clássicas: "*Y porque se vea más claro la cuánta fue la ceguedad de la gentilidad antigua y en los sabios que el mundo en aquellos tiempos por sabio estimaban, como eran los griegos e también los romanos, por faltalles lumbre de fe y cognocimiento de Dios...*"[10]. Da mesma forma que romanos e gregos haviam sido idólatras antes de conhecer a palavra de Deus, os indígenas também eram. Algo que iria ser revertido após a catequização. Não havia motivos para se justificar uma incapacidade coletiva, o problema estaria centrado na ausência da crença. Assim como havia ocorrido com os povos pagãos do Velho Mundo, os indígenas também seriam transformados, de certo modo se igualando aos europeus.

[8] LAS CASAS,B.; Capítulo 21, Op. Cit. pp. 375 e 376.
[9] Ibid, Capítulo 23, p. 382.
[10] Ibidem, Capítulo 80, p. 675.

Trabalhara também com a demonstração da racionalidade indígena, ao estudar potências individuais, depois analisando a sociabilidade e a capacidade para constituírem sociedades com qualidades. Sua intenção era refutar os preconceitos que os mantinham como servos semi-humanos dos europeus.

A partir do capítulo 40, começara a desmontar o argumento que sustentava a incapacidade racional do indígena por suas obras e capacidades individuais. Os respectivos títulos são: "*De cómo el hombre se inclina naturalmente al bien. Acerca de las três espécies de prudência: monástica, econômica y política; En el cual se continúa la materia de la prudencia, etc; En donde se prueba que estas indianas gentes tenían prudencia monástica; En donde se prueba que tenían prudencia económica; En el cual se prosigue la misma materia de cómo estas gentes tienen prudencia económica; Sobre la prudencia política en el hombre y de cómo los indios muestran tenerla*"[11]. A partir do capítulo 46, iniciara a análise do índigena como ser social, a medição de sua capacidade de formar *polis* ordenadas e funcionais mediante elementos que compunham a sociedade. "*Manifiéstase, pues, y queda clara la suficiência y perfección de las repúblicas, reinos y comunidades destas gentes...*"[12].

Os capítulos 46 ao 48 foram fruto dessa teoria lascasiana quanto uma possível "doutrina antropológica", dizendo que a natureza não poderia criar monstros em todo continente porque deixaria de ser perfeita. "*...no parece que la Divina Providencia quiere permitir que la naturaleza yerre haciendo monstruos en la especie de tan excelentes criaturas...*"[13].

Las Casas defendera uma igualdade das nações por natureza, e que a diferença entre elas não teria relação à falhas ou carências naturais, mas sim às diferenças de cultura. Passara a exigir a colonização e a aculturação dos nativos de maneira pacífica. Não tinha como fundamento único comparar as culturas indígenas com as do Velho Mundo, mas também

[11] LAS CASAS, B.; Op. Cit., pp. 459-492.
[12] Ibid, Capítulo 46, p. 523.
[13] Ibidem, Capítulo 47, p. 538.

demonstrar a racionalidade e plena capacidade receptiva, exigindo uma cristianização tranqüila e afetiva.

Em temas como sacrifícios e ritos, diferenciara o que era exigível a uma religião por natureza, e os aspectos que cada cultura teria para uma plena autonomia de escolha. Reconheceu o direito das demais culturas formularem suas religiões, sem culpa de serem diferentes da católica. "*Y las gentes de aquesta isla* [Ilha Espanhola] *y todas las de su circuito tenían delgado, débil y confuso cognoscimiento de Dios, aunque más limpio o menos sucio de horruras de idolatría que otras muchas*"[14].

Sua postura não implicara na aceitação passiva de todo costume estrangeiro, mas sim uma primeira etapa de conhecimento e compreensão e uma segunda fazer de fomento, erradicação ou transformação, usando o direito natural quanto princípio jurídico ou político de convencimento de livre consentimento.

No epílogo, descrevera as diferentes espécies de barbárie que se conhecia, concluindo que os indígenas somente poderiam ser considerados bárbaros quando ainda não estavam cristianizados, mesmo assim dentro de um determinado "nível de barbárie". A conversão desses nativos era algo que poderia ser realizado posteriormente sem a aplicação da violência, também não servindo como justificativa para interpretá-los como "servos por natureza".

O conceito de barbárie utilizado pelo frade é o aristotélico, assim como o utilizado pelos seus adversários. Recordando os gregos, relembrara que bárbaros eram todos aqueles que não falavam o grego. Logo, os espanhóis poderiam ser considerados bárbaros aos olhos dos índios também.

Estabelecera determinados critérios para compreender que tipo de bárbaro o indígena seria, realizando uma releitura das idéias aristotélicas ao reaplicá-las no Novo Mundo. Ele, um súdito do reino de Castela, defendia a presença dos espanhóis no continente. Os indígenas

[14] LAS CASAS, B.; Op. Cit., p. 1151,

poderiam ser bárbaros quando ainda pagãos. Algo que seria transformado após a catequização. Como também "não era em todos os casos de barbárie que a condição de bárbaro podia ser evocada para subjugá-los pela força..."[15].

Ao longo de sua obra, descrevera as populações, citando as diferentes culturas[16]: "*De la fiesta que hacían los de la ciudad de Tlaxcala al dios Camaxtle* (Cap.172)"[17], "*Donde se concluye de hablar sobre la religión de Nueva España, tratando en particular de Honduras* (Cap. 80)"[18]. A docilidade dos índios, que fora argumento tanto de Las Casas quanto de Sepúlveda para justificar teses discordantes entre si, não foi uma referência utilizada na *Apologética* também.

Aspectos da organização política e social também foram ressaltadas. É importante recordar que ele descrevera os grupos indígenas de uma forma bastante semelhante aos estados europeus, não somente em relação aos povos de México e Peru. Cita características de uma aparente burocracia estatal desses povos, diferente daquelas interpretações que igualam os indígenas aos animais, "*...costumbres que tenían en sus guerras las gentes de la Nueva España, y de una orden de Caballería que había en la nueva España*"[19]. *"En donde se refiere, en particular, la gobernación y regimiento de los indios de La Española con otras naciones antiguas".* O indígena, de certa forma, seria semelhante a um europeu em muitos aspectos.

Las Casas construíra um argumento centrado nesta sua nova descrição do indígena, mesmo que ainda através de uma retórica voltada para a defesa. Um estudo mais aprofundado sobre este "universo", o qual também outros cronistas observaram durante os primeiros anos da colonização no continente tentando, de certa forma, compreendê-lo.

---

[15] GUTIERREZ, J. L. R.; *Aristóteles e os conquistadores*, Campinas, UNICAMP, 1994, p. 177.
[16] Las Casas cita o nome de tribos, como também a característica de muitas delas. Isto não, por exemplo, na *Brevísima Relación*.
[17] LAS CASAS, B.; Op. Cit. p. 1170.
[18] Ibid, p. 675.
[19] Idem, p. 615.

Em relação ao discurso da violência, podemos observar que não ocorre. Ele não utilizara o relato das brutalidades cometidas pelos conquistadores, para na verdade encontrar outros argumentos favoráveis à figura do indígena a partir da descrição do seu universo, da sua cultura, mesmo com a retórica da defesa acompanhando sua narrativa. Poderíamos afirmar que surgira um desdobramento de seus argumentos, que não justificariam o princípio da guerra justa e o da servidão por natureza. As características naturais dos habitantes do Novo Mundo seriam elementos fundamentais no processo catequização, e segundo ele, não haveria nenhum agravante que impossibilitasse uma cristianização pacífica e harmônica, mas na verdade qualidades culturais essenciais.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E AMBIENTAL: O PARQUE DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

VINIE PEDRA – PPG-PUCCAMP

O estudo de caso do Parque da Cidade de São José dos Campos, no contexto de uma discussão sobre patrimônio arquitetônico e ambiental e de suas relações com a memória, história e identidade urbana se justifica por sua importância para o cenário modernista brasileiro. Declarado como área de preservação arquitetônica e ambiental em janeiro de 2004, o parque surge durante o processo de industrialização, quando abriga a *Companhia de Fiação e Tecelagem Parahyba.* Posteriormente, na década de 50, recebe obras com projetos de Rino Levi, complementadas pelo paisagismo de Burle Marx. Uma análise histórica do parque destacando suas transformações sócio-econômicas visa compreender sua contextualização no processo de evolução urbana de São José dos Campos.

Os projetos de Rino Levi executados para São José dos Campos são destacáveis no conjunto da obra do arquiteto, especialmente no que concerne à relação entre arquitetura e cidade, interior e exterior, edifício e paisagem. Num contexto marcado pela conscientização ambiental e pela quebra de antigos preceitos de escala e parâmetros projetuais, sua obra se insere no movimento modernista, movimento no qual arquitetos voltam seu olhar à cidade, aos espaços públicos e à integração entre eles, e revela a preocupação com o espaço exterior e com os espaços destinados ao recreio e convívio cada vez mais necessários à população.

Muitos arquitetos contribuíram para o desenvolvimento de uma nova arquitetura no Brasil modernista. Poucos, entretanto, tiveram tamanha visão do papel do edifício e seu entorno como Rino Levi. Formado pela *Scuola Superiore di Architettura di Roma* em 1926, Levi trás para o Brasil os ensinamentos do professor *Piacentini* que estudava as especificidades do projeto urbanístico e defendia a importância de um estudo – e de uma

concepção global da cidade[1] . No estudo da obra de Rino Levi, evidencia-se a presença de seu mestre refletida, sobretudo, na preocupação em conectar o exterior com o interior.

Em meados dos anos 50, Rino Levi foi convidado pela família Gomes, proprietária da *Companhia de Fiação e Tecelagem Parahyba* em São José dos Campos, para realizar o projeto de sua residência. Essa relação de amizade e profissionalismo culmina com as obras de ampliação da *Tecelagem* e da fazenda *Santana* que anos mais tarde vieram a se tornar o Parque da Cidade de São José dos Campos.

Com o projeto da residência de Olivo Gomes, segundo Anelli[2], se realiza o melhor exemplo de síntese das artes: "Nada é supérfluo: desde o paisagismo e os painéis de azulejo e mosaico e a iluminação, tudo se articula organicamente, desempenhando alguma função na realização do partido do projeto". A parceria desenvolvida com Burle Marx na residência Gomes resulta num projeto totalmente integrado à paisagem no qual a casa, situada nos limites da várzea do rio Paraíba, se debruça sobre a paisagem e se torna parte dela através dos painéis de vidro.

Após a obra da residência da família Gomes, uma série de novos projetos se sucede, entre eles, o projeto para o complexo industrial da *Tecelagem Parahyba* que abrange: o *Mercado* e o *Conjunto Residencial para Operários* (1951 e 1953) - com creche, jardim da infância, centro de saúde e igreja – o *Galpão para Equipamentos* (1953), o *Hangar para aviões* (1953) e *Posto de Gasolina* (1953), o *Estádio de Futebol* (1957) e a *Usina de Leite Parahyba* (1963) [3].

Nas décadas de 50 e 60 a acelerada industrialização do Vale do Paraíba provocou um grande crescimento da produção da *Tecelagem Parahyba.* Abrangendo uma área total de 150.000 m^2 e chegando a empregar 1200 funcionários, a fábrica liderava nessa época o mercado nacional de cobertores e mantas, correspondendo a 70 % desta produção. Com um crescimento sem precedentes desde a sua fundação, em 1926, a fazenda da *Tecelagem*

atingiu destaque em produtividade, despertando até mesmo a atenção da *Fundação Rockfeller* e passando a sediar vários eventos internacionais[4].

Paralelamente ao desenvolvimento econômico provocado pela instalação do complexo, o bairro de Santana, onde se encontrava instalada a *Tecelagem Parayha*, foi espectador de mudanças no aspecto social e cultural. A população de São José dos Campos crescia, especialmente a do bairro de Santana, em função do êxodo da zona rural do município e sua base produtiva era modificada. Chocavam-se os valores de uma população de tradição agrário-comercial com os valores de um novo núcleo urbano-industrial em crescimento[5].

Com a existência cada vez maior de população assalariada no bairro houve um crescimento no setor comercial e de prestação de serviços. O acesso ao consumo de determinados bens e artefatos propiciou a consolidação de estabelecimentos comerciais na área e conseqüentemente dinamizou o setor terciário da economia[5]. O crescimento econômico e as modificações urbanas eram incentivados pela *Tecelagem* de forma paternalista através da doação de materiais, empréstimo de equipamentos e até de dinheiro. Tal crescimento pode ser percebido principalmente ao final da década de 40 quando a fábrica tinha uma produção anual de 4 milhões de cobertores.

A mesma relação paternalista existente dentro da fábrica entre patrões e empregados, era vista fora dela em momentos de lazer. A fábrica era o centro de todas as atividades do bairro, principalmente durante os festejos da padroeira da fábrica – Nossa Senhora da Conceição. Os portões da fábrica eram então abertos para que os operários e suas famílias pudessem usufruir da infra estrutura da fábrica e da área da fazenda. O acesso ao complexo da *Tecelagem* se estendia em algumas situações até mesmo à casa de Olivo Gomes e aos seus jardins.

A falta de outros espaços de lazer para a população do bairro (cerca de 80 % da população do bairro trabalhava na tecelagem) e a pesada carga horária de trabalho (a fábrica funcionava também aos sábados), além da relação paternalista, mencionada anteriormente, acabaram por transformar a área livre da fazenda, tanto aquela relativa ao

complexo industrial como a dos jardins da casa de Olivo Gomes, nos mais acessíveis locais de recreação e lazer para as famílias operárias. Desta forma, a população foi se apropriando desta área onde se encontra inserido hoje em dia o Parque da Cidade de São José dos Campos, transformando um espaço privado em publico.

O atual Parque da Cidade de São José dos Campos juntamente com a *Tecelagem Parahyba,* constituem patrimônio arquitetônico e ambiental declarado como área de preservação em 05 de Janeiro de 2004 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos – COMPHAC[6], sendo que em Julho do mesmo ano o parque tornou-se legalmente público e pertencente à Prefeitura da cidade.

O arquiteto Rino Levi uniu paisagem e arquitetura, casa e fábrica, na realização de seus projetos para a família Gomes. A apropriação espontânea do parque pela população do bairro de Santana certamente consolidou a intenção inicial do arquiteto em unir o público e o privado e proporcionou a um bairro relativamente isolado da malha urbana central um espaço de lazer e convívio social.

Atualmente com 516 mil metros quadrados o Parque da Cidade abriga o *Museu do Folclore*, a *residência Olivo Gomes* e a *Usina de Leite*. Além disso, a população pode usufruir dos lagos, anfiteatro, ilha artificial, trilhas para caminhadas, animais e aves diversos. Uma pequena parte da *Tecelagem* ainda funciona. Nada comparado, entretanto, com suas atividades intensas nas décadas de 30 a 70. Além disso, atualmente funcionam em suas instalações órgãos governamentais como a Fundação Cultural Cassiano Ricardo e o COMPHAC[7].

De acordo com a organização americana PPS (Project for Public Spaces) alguns importantes passos envolvem o processo de renovação de parques urbanos: deve-se primeiramente compreender o papel na comunidade em que está inserido, isso determinará o programa de necessidades do parque e poderá transformá-lo num espaço com sentido de "lugar". Um bom parque oferece múltiplas atividades para todas as idades e grupos sociais e seu acesso deve ser facilitado para usufruto da comunidade. O parque deve ser limpo,

atraente e seguro. E o mais importante: o parque deve ser um lugar para conhecer pessoas, uma parte integrante da vida em comunidade.

Alguns parques do mundo podem ser citados como exemplos de renovação de sucesso: o Parc Guell - Barcelona, o Kungsträdgården - Stocolmo, Saint James Park – Londres e o Central Park - NY. Durante a aplicação dessas experiências foi preciso pensar na comunidade não esquecendo também da fragilidade patrimonial que se estava lidando, pois pelo fato de serem projetos com matéria prima "viva", uma má intervenção poderia causar a perda do traço de seu idealizador para sempre.

Esforços diários por parte de historiadores e arquitetos são feitos para que este patrimônio arquitetônico-ambiental não seja esquecido ou depredado. Apesar disso, algumas obras de autoria de Rino Levi encontradas no parque estão em rápido declínio. O hangar[8] de aviões, por exemplo, construído em 1965, desabou em Maio de 2002 sem que houvesse qualquer menção por parte da imprensa local. Outras obras do arquiteto que fazem parte do complexo da *Tecelagem Parahyba* como a *Usina de Leite,* o *galpão* e *posto de gasolina para caminhões* também se encontram em situação precária de manutenção ou em ruínas.O parque carece de manutenção e é motivo de preocupação das autoridades no que concerne à violência urbana. Poucas atividades de lazer acontecem no local e corre-se o risco de transformar o parque, local de convívio social, em espaço intocado: "Quando parques urbanos não são atraentes e oferecem poucas atividades recreativas há poucas razões para atrair usuários e o perigo disto é a desvalorização desses espaços fadando-os ao fracasso" [9].

A contribuição do Parque da Cidade de São José dos Campos vai muito além dos limites históricos aqui apresentados. Importa perceber sua relevância para a arquitetura e o paisagismo brasileiros, mas principalmente para a comunidade que dele usufrui. Assim, o parque aqui estudado poderá cumprir seu papel mais importante: o de "lugar" público.

[1] ,Célia Helena de Castro Gonsales. **Residência e cidade - arquiteto Rino Levi** texto publicado em arquitextos, Janeiro, 2001.

[2], Renato Anelli. **Rino Levi Arquitetura e cidade**. São Paulo, Ed. Romano Guerra, 2001.

[3] Fernando Serapião. **Rino Levi: o racionalista dos trópicos**. Revista Projeto Design, edição 262, Dezembro, 2001.

[4] Fabio Ricci. **Origens e Desenvolvimento da Indústria Têxtil no Vale do Paraíba paulista.**Resumo de Tese (Doutorado). 24p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

[5] José Oswaldo Reis de Oliveira et al. **Sant´anna, São José dos Campos: evolução histórica e diretrizes urbanas.** Série Planos Diretores da região do Vale do Paraíba, Mantiqueira e Litoral Norte, São José dos Campos, Outubro 1999.

[6] LEI Nº 6493 publicada em edital no dia 05 de Janeiro de 2004.

[7] Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos – COMPHAC.

[8] O hangar está em processo de tombamento no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo).

[9] Fred Kent & Kathy Madden. **Creating Great Urban Parks**. Seattle Urban Parks Institute workshop, Seattle, 1998.

70 ANOS DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA [1]

Virna Lígia Fernandes Braga

Os trabalhos acadêmicos sobre a história da classe operária no Brasil, bem como sobre o sindicalismo, estiveram desde os anos 50 submetidos a modelos resultantes de interpretações de cientistas sociais e políticos. Apesar de importantes para a reconstrução histórica do movimento operário brasileiro, estes trabalhos marcaram tão profundamente as investigações posteriores que terminaram por caracterizar o operariado como "sem consciência de classe", e os sindicatos como "corporativistas e cupulistas".

Entretanto, no final dos anos 70, devido a uma conjuntura de crescente mobilização social e política, iniciaram-se esforços na tentativa de se repensar o sindicalismo corporativo no Brasil, principalmente através da interdisciplinaridade entre História, Antropologia, e Ciências Sociais. Trabalhos como o de E. P. Thompson, sobre a formação da classe operária inglesa, foram fundamentais para as revisões historiográficas sobre o tema.

A análise de Thompson propõe demarcar o lugar do trabalhador no mundo da produção, na sociedade, e frente à política nacional. O ato de organização traz em si o processo de criação de uma identidade coletiva. As associações são capazes de "implementar um comportamento operário que abarca o trabalhador dentro e fora de seu local de trabalho", proporcionando um sentimento de pertencimento que irá marcar sua atuação.

Sob esta perspectiva, procuro desenvolver uma análise calcada nas diversas peculiaridades que o pertencimento a uma determinada coletividade é capaz de despertar. Busco ainda, destacar passagens relacionadas ao aparecimento do que se pode identificar como forma primária de reivindicação de direitos, e de luta contra a exploração dos patrões.

Esta comunicação aponta elementos relevantes do trabalho de resgate da trajetória histórica e institucional do SINPRO/JF, que completou 70 anos em setembro de 2004. Seguindo as orientações legais, pelo menos até a década de 60, o sindicato objetivou melhorar as

condições do professor na cidade, promovendo a conscientização gradativa da sociedade e da própria categoria. [2]

A tentativa de organizar a vida econômica e social do país segundo os princípios do laissez-faire expandiu-se, teoricamente, da abolição do trabalho escravo, em 1888, até 1931, quando Vargas anuncia a necessidade da intervenção do Estado na vida econômica, com o objetivo de estimular a industrialização e o crescimento da economia nacional. Se na Primeira República as demandas dos trabalhadores eram fortemente reprimidas pelo poder público, no pós-30 a elite irá alterar essa ordem, reorganizando a esfera de acumulação. [3]

É neste contexto, de criação de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento capitalista brasileiro, através da progressiva interferência do Estado no processo produtivo, que é fundado, em setembro de 1934, o Sindicato de Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora. Sendo uma das primeiras associações de professores do Brasil, o sindicato apresentou, nas primeiras décadas de existência, uma forte base legalista e cristã. Assentados em uma postura conservadora, os professores eram, em sua maioria, extremamente aversivos ao envolvimento das atividades sindicais à movimentação política.

Como liderança, e um dos fundadores, o Dr. Benjamin Colucci, advogado e professor, pode ter reforçado esta característica legalista do sindicato, somando-se a isto a conjuntura nacional, que certamente contribuiu para um distanciamento das discussões políticas. O ano de 1934 foi marcado por intensas mobilizações operárias, que ecoaram em algumas áreas de classe média. Greves aconteceram em importantes cidades do país, paralisando setores de transportes, comunicações e bancos.

De 1935 a 1937, o Estado Novo apenas aguardou o momento de se tornar uma realidade; a desmobilização das classes trabalhadoras pela violência, e pela inserção na ordem corporativa, foram mecanismos utilizados pelo Governo para conter manifestações de insatisfação. [4] O sindicato deixou de funcionar em assembléias gerais no ano de 1937 “por ordem de autoridades superiores”, porém sua diretoria se reuniu regularmente. [5]

Em 1937 os professores moveram sua primeira ação trabalhista contra a Academia de Comércio, escola confessional, que demitiu sem justa causa o Prof. Arthur Henriques Maranhas, funcionário do colégio há 16 anos. No mês de outubro, a Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho proferiu a sentença: o estabelecimento de ensino deveria indenizar o professor com a quantia de 8.131$200 (oito contos cento e trinta e um mil e duzentos réis). Com a recusa do colégio em efetuar o pagamento, o sindicato contratou um advogado de Belo Horizonte para resolver o caso. Somente em 1940 a Academia de Comércio pagou o que devia ao Prof. Maranhas.

Amparados pelas leis trabalhistas, iniciaram um trabalho objetivando a divulgação de suas atividades sindicais. O Dr. Colucci, junto com o Prof. José Correa Barbosa, organizou comissões com o intuito de informar aos diretores de colégio de "que não eram elementos subversivos, queriam apenas defender seus direitos". Se a legislação trabalhista, para um enorme contingente de operários industriais, sofria grandes entraves em sua aplicação, para a categoria de professores não havia leis específicas que pudessem orientá-los nas relações patrão/empregado.

É na década de 40 que o movimento dos professores inicia uma escalada de fortalecimento, caminhando junto com o Governo, nos moldes do sindicalismo oficial. A submissão à pauta político-ideológica do corporativismo colaboracionista começa a mudar através da instituição da CLT, em 1943, e principalmente, do intercâmbio com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

As assembléias se dinamizam, e os professores falam de "uma remuneração melhor em vista da situação atual", e ainda que "o professor é culpado de sua situação, às vezes deprimente, por não querer lançar mão do direito que lhe assiste de reclamar, junto aos inspetores, quando se julgar prejudicado". Na comemoração de 10 anos de fundação do sindicato de Juiz de Fora, o presidente da associação do Rio de Janeiro, Sr. Wladimir Villard Digno, fez um discurso onde exprimiu a necessidade de união e esforço conjunto:

> *(...) concitou a todos os professores a trabalharem, com todas as forças d'alma, afim de que o professor brasileiro consiga se colocar no lugar que merece. Falou das dificuldades, quase insuperáveis que surgirão contra nossa atuação, da oportunidade em se manterem ligados, amistosamente, o Sindicato de Juiz de Fora com o do Rio, propondo mesmo que se promova intercâmbio cultural por meio de conferências, palestras e visitas.* [6]

O Governo Dutra foi de forte desmobilização, as assembléias cessam em 26/08/1945, retornando em 03/11/1950. Mesmo não sofrendo intervenção, a ameaça da repressão violenta fez com que os professores paralisassem suas atividades, ocorrendo somente duas assembléias durante todo este período.

Durante o segundo governo Vargas, os problemas decorrentes do alto custo de vida levaram a uma série de greves em 1953. Entre elas a greve geral de março, em São Paulo, e a greve dos marítimos, no Rio de Janeiro, Santos, e Belém, no mês de junho. Os trabalhadores reivindicavam um aumento salarial de 60%, mas o conteúdo principal assumido pelo movimento foi o desafio à aplicação do Decreto 9070, que determinava a ilegalidade das greves. Quando a greve se tornou ilegal, com base no referido decreto, a paralisação prosseguiu, estendendo-se por 24 dias.

Em Juiz de Fora, os professores estavam extremamente insatisfeitos com as medidas tomadas pelo Governo, em especial com a Portaria 522, responsável pela regulamentação do salário mínimo da categoria. A nível estadual, a situação também não era favorável. O Governo de Minas estava modificando a lei que regulamentava a aposentadoria dos professores do ensino primário, aumentando o tempo de serviço de 25 para 30 anos.

As atas revelam embates conflituosos entre professores e diretores de colégios, mostrando a recusa destes últimos em cumprir a legislação em vigor. Alegando dificuldades financeiras, os donos de colégios procuravam burlar a aplicação da lei, tentando, diversas vezes, apelar para a importância do "papel do educador perante a sociedade". [7]

De 1953 até 1956, intensificou-se a luta dos professores em prol da vigência de determinadas portarias, como a 204,que regiam o funcionamento das escolas em todo o Brasil.

O Prof. José Xavier Figueiredo afirmou: “Em função da 204, as aulas iniciavam em 1º de março, indo até o dia 30 de junho, e voltando no dia 1º de agosto, a portaria regulamentava tudo com todos os detalhes: feriados nacionais, remuneração, férias, etc.”

Unidos ao sindicato do Rio de Janeiro, os professores sindicalizados de Juiz de Fora organizaram comissões para fiscalizar cada colégio, mandando ofícios àqueles que não obedeciam à legislação, realizando reuniões permanentes com os diretores para exigir seus direitos. Os contatos com o sindicato carioca aconteciam por intermédio do Sr. Barreto, Presidente da Federação dos Sindicatos da categoria, Barreto era comunista, e segundo o Prof. Xavier “muito entusiasta e lutador”.

O receio da atuação conjunta com militantes comunistas não funcionou, naquele momento, como elemento desagregador. Na verdade, várias atividades se realizaram sob a orientação dos companheiros cariocas, que prestaram assistência sempre que necessário. A parceria só deixaria de ocorrer a partir de 1960, quando os professores de Juiz de Fora decidiram romper com o sindicato do Rio de Janeiro devido à postura “radical” dos mesmos.

O movimento operário e a organização sindical passaram por mudanças neste período, mudanças que iriam se revelar durante o governo de João Goulart. A dificuldade de organizar os trabalhadores dentro da estrutura oficial levou ao surgimento de organizações paralelas como o PUI – Pacto de Unidade Intersindical em São Paulo, e no Rio de Janeiro criou-se o PUA – Pacto de Unidade e Ação.

O posicionamento dos diretores, aliado a conjuntura inflacionária do Governo JK, criou um distanciamento entre os professores e os patrões. O número de sindicalizados cresceu, iniciando uma renovação no sindicato de Juiz de Fora. Os novos associados “possuíam uma postura mais radical, com disposição para o embate com os patrões”, que estavam cada vez mais resistentes às propostas dos professores.

No dia 15 de março de 1959, devido ao não cumprimento do acordo estabelecido com os diretores, o sindicato iniciou seu primeiro movimento grevista. Os salários encontravam-se

sem reajuste desde de 1956, e muitos professores recebiam remuneração inferior ao que era acordado. A paralisação durou 14 dias, com assembléias permanentes.

Os donos dos colégios tentaram buscar consenso, pedindo aos professores que voltassem às aulas "em benefício dos alunos". Existia ainda a preocupação com a legalidade do movimento, e o receio de represálias aos grevistas, na forma sanções e descontos. Depois de várias reuniões e discussões, para análise das propostas de ambas as partes, a greve chegou ao fim no dia 29 de março, sendo vitoriosa para o sindicato de Juiz de Fora.

Ângela de Castro Gomes, em "A Invenção do Trabalhismo", ressalta a concepção de cidadania vinculada a sindicalização dos trabalhadores. Estes deviam se sindicalizar, conhecer seus direitos, reivindicá-los por meio de sindicatos e líderes atuantes. Desta forma, sentiam-se participantes das decisões políticas, manifestando gratidão ao governo. [8]

Entretanto, isto não significou uma paralisia dos conflitos sociais. Os trabalhadores estavam conscientes de seus direitos, assumindo um papel ativo nos rumos políticos do país. Os professores de Juiz de Fora possuíam capacidade de mobilização, poder de barganha, e potencial grevista, como mostraram através da greve de 1959. Isto não se deveu apenas às licenças paternalistas do Governo, mas sim ao desenvolvimento de uma cultura de solidariedade gerada em meio às lutas por melhores salários.

As reivindicações imediatas podem ter sido uma motivação inicial para que atuassem de forma combativa. Porém, no decorrer do processo de enfrentamento com o patronato, estreitou-se a convivência, ampliando-se a comunhão de ideais e objetivos, que ultrapassaram o aspecto meramente econômico do movimento.

Com o golpe de 64, as atividades sindicais passaram por um período de estagnação, e as direções das décadas de 60 e 70 tiveram que conviver com um movimento vazio e sem representatividade. Somente na década de 80, com a redemocratização, o sindicato recomeçou a mobilizar-se através de uma chapa composta por militantes do PT e PC do B, vitoriosa em 1983. Seguindo a linha ascendente dos movimentos sociais, que cresceram vertiginosamente

naqueles anos, ampliaram-se os limites de atuação.

Vários debates sobre as condições de trabalho dos professores, e da educação no Brasil, realizaram-se em conjunto com o SIND-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação) unindo professores do Estado e do Município. Nas negociações com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais (SINEPE), a maior parte das reivindicações foi negada: paridade, ou seja, reajustes salariais à base de 69% (os patrões insistiam em oferecer o índice oficial de 58,2%); piso para professora primária, e estabilidade.

Depois de 27 anos, no dia 20 de maio de 1986, os professores voltaram a paralisar suas atividades, reunindo a Rede Pública e Particular de ensino. Cerca de 90% das escolas aderiram ao movimento através de uma passeata, acompanhada por pais e alunos, e escoltada pela polícia militar. Esta manifestação colaborou para que, em 1988, o sindicato aumentasse sua base, agregando os professores da Rede Municipal de ensino.

Se o estudo de casos regionais tem possibilitado uma renovação na história dos trabalhadores brasileiros, podemos afirmar que a trajetória do SINPRO/JF não é uma exceção. Mesmo não sendo trabalhadores manuais, mesmo não estando no chão da fábrica, os professores de Juiz de Fora deram provas de organização e combatividade, colaborando para a ampliação do debate sobre as relações existentes no mundo do trabalho.

---

[1] Esta comunicação é resultado da coleta de fontes para a dissertação de mestrado em História, na Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa "Poder, Mercado e Trabalho", orientador Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado.

[2] Foram transcritos dois livros de atas do sindicato, desde sua fundação até a década de 70. A leitura destes livros, e as entrevistas, realizadas com professores sindicalizados nas décadas de 40 e 50 revelam o perfil conservador: eram católicos, em sua maioria, atuando dentro dos limites legais.

[3] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 71.

[4] VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 203.

[5] Livro de Atas nº 1. p. 17.

[6] Idem. p. 49.

[7] Idem. p. 164. É importante ressaltar que, a maior parte das escolas de Juiz de Fora, neste período, era confessional: Instituto Granbery da Igreja Metodista, Colégio Santa Catarina, Colégio Santos Anjos, Academia de Comércio, entre outros. Este fator era utilizado como desculpa para não aumentar a remuneração dos professores.

[8] GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/ IUPERJ, 1998.

AMAZÔNIA:
DA LENDA DO OURO VERDE À UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. A CONTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES CATÓLICAS.

Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto[1] - UFMT

> O que eu posso dizer é que, para mim, a utopia está no horizonte. Eu sei perfeitamente que nunca a alcançarei. Se eu caminho dois passos, ela se afasta dois passos. Se eu dou dez passos, ela fica dez passos mais distante. Para que ela serve então? Para caminhar. (Fernando Birri)

Recentemente lemos na imprensa uma nota assinada por Faustino Teixeira (de onde saiu a epígrafe acima), na qual ele constatava o crescimento da espiritualidade entre os jovens participantes do Fórum Social Mundial de 2005. Suas observações não nos trouxeram surpresas, pelo contrário, reforçaram algumas idéias que vem nos acompanhando já há algum tempo, produto principalmente de viagens de campo à Amazônia Meridional Mato-grossense, mais especificamente ao Noroeste do Estado. Estamos nos referindo à força que a espiritualidade tem mantido como elemento constitutivo da identidade da população migrante que compôs os novos núcleos urbanos naquela área e aos seus frutos.

A Igreja Católica esteve ali presente desde muito antes da década de setenta, mas a abertura da Rodovia AR-1 e a implantação do Projeto de Colonização Juina pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso por iniciativa direta do Governo do Estado em 1974, impôs mudanças nesse perfil. O isolamento da região e a distância em relação à Cuiabá, cerca de 950Km sem acesso terrestre, fez com que sua administração eclesiástica ficasse a cargo da Diocese de Ji-Paraná em Rondônia. Em dezembro de 1979, Pe. Duílio Liburdi da Congregação dos Oblatos de São José que estava trabalhando na Paróquia de Aparecida de Vilhena foi escolhido como seu Vigário passando a atender Juina, Aripuanã e Castanheira. Toda a Arquidiocese passava por um momento de reorganização provocada pelos efeitos do intenso fluxo migratório de que Rondônia havia sido alvo desde o final dos anos 1960. Foi também um momento de força da Teologia da Libertação em toda a Igreja Católica brasileira.

As CEBs foram então dadas como elemento básico para a organização dos colonos, pela instituição, ali representada por um único padre e com apoio do bispo, sobre as quais se ergueu aquela igreja particular e, simultaneamente, a identidade daqueles católicos. Essa igreja nasceu marcada pela forte prática comunitária e presença leiga.

Os maiores focos de tensão entre o Pároco (Pe. Duílio tornou-se Pároco da Paróquia do Sagrado Coração em Juina em fevereiro de 1981), e a empresa colonizadora foram as questões relacionadas à terra. Após esse primeiro contato em 1979, o padre passou a ir com freqüência para Castanheira procurando organizar ali algumas comunidades. Em uma dessas visitas testemunhou a queima dos barracos dos posseiros e foi vitima de um atentado.

A CODEMAT ao que tudo indica, mantinha um grupo de pistoleiros na região com a atribuição de impedir a ocupação de suas extensas áreas. O grupo andava armado e agia de forma violenta contra os posseiros, muitos dos quais não dormiam nos lotes ocupados e evitavam as estradas. Pe. Duílio denunciou Ramon Paraguaio como uma espécie de líder desse grupo "... *com ordem de Juina, ordem de Cuiabá para impedir a ordem de Deus.*"[2], e defendeu os posseiros das ações da empresa mantendo-se presente o quanto pôde e incentivando a organização comunitária, o sindicato dos trabalhadores rurais e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Paróquia de Juina. No fragmento acima, transcrição de um pronunciamento feito nove anos depois do início de seu enfrentamento com os pistoleiros, o Padre dá a entender que eles estavam a serviço da Empresa, ou de pessoas ligadas a ela e reforça a idéia, recorrente aliás para outras áreas de ocupação amazônica, de lugar sagrado, terra prometida.

O Brasil foi considerado campeão mundial no uso do trabalho escravo pela Organização Internacional do Trabalho no início dos anos 1990 e há décadas vem sendo denunciado por tal prática, verificada basicamente no campo. A região noroeste de Mato Grosso e o estado de Rondônia foram citados com destaque pela alta incidência desta prática. O assunto tem ocupado a pauta dos órgãos de imprensa nacional.

> *Em 1986 teve uma invasão de terra numa fazenda grande aqui pro lado de Fontanillas [...] a polícia judiou deles uma barbaridade [...] no dia que pegaram um ônibus que tava chegando cheio de gente para grilar mais terra [*na verdade, a expressão "grilo" aparece aqui empregada para fazer menção à ocupação, apossamento e não no sentido acadêmico *...] botaram dentro de um curral e surra cedo e surra de tarde e tava chegando mais ônibus, inclusive tem um padre [...] padre* João [nome fictício] *levou uma surra tão grande quase morreu. Eu como médico examinei e fiz uma descrição, um laudo, e tinha caroço e hematoma no corpo*[3].

O relato acima é revelador. O entrevistado, um representante do poder local narra em tom de "bate-papo" um episódio permeado de irregularidades. Em sua fala as surras, o curral, a tortura, aparecem como naturalizadas. A violência policial aparece banalizada. Aos torturados nada além da constatação do merecido castigo. Ele, médico da cidade, atendeu pessoalmente a algumas das vítimas daquela ação. Foi testemunha ocular dos seus efeitos. Dessa vez o padre não contou com a complacência dos seus algozes. Foi surrado duramente. A expressão "quase morreu" utilizada no depoimento não é simplesmente um artifício retórico, mas remete à pequena distância entre deixar viver ou não quem quer que se coloque entre aquela elite local e seu projeto de ocupação.

A organização do sindicato rural e da CPT contribuiu para a formação de lideranças e para a montagem de associações. No caso de Castanheira e Juina garantiu a permanência na terra de um bom número de famílias e também a elaboração de projetos de auxílio ao pequeno produtor e a criação da AJOPAM (Associação Organizada para Ajuda Mútua) em 1991, que possibilitou aos pequenos produtores adquirir maquinário e equipamentos (máquinas de beneficiar arroz, triturador, trilhadeira), com o avanço dos trabalhos foi possível solicitar verbas junto ao Ministério do Meio Ambiente do Plano de Desenvolvimento Ambiental, para o desenvolvimento do "Projeto Agroflorestal em Consórcio Adensado" (PACA), "*ficamos aqui assentados uns 15 dias na cada dos padres até porque não tinha telefone, não tinha nada, ai ficamos na casa dos padres escrevendo...".* Pelas

informações disponíveis pode-se deduzir que no Estado de Mato Grosso não havia nenhum outro projeto similar apresentado nesta modalidade, "...*o Mato Grosso não tava dentro do PDA...*". o projeto foi enviado e contemplado com "*186.000 de dólar*" e atraiu a atenção da comunidade internacional "...*vem gente da Bélgica, da Holanda, da França, da Alemanha, pode olhar que tem o nome do pessoal ai, e da FAO vem fazer auditoria aqui na AJOPAM...*" [4]. A atuação da Paróquia de Juina não se restringiu ao problema agrário ou as questões ligadas ao sindicato rural ou à CPT. O isolamento da região, sua recente abertura à ocupação, as dificuldades da vida no local, não foram atrativos para profissionais mais qualificados, poucos arriscaram deixar o conforto de uma capital ou de uma região já estruturada (com transporte, energia, comunicação), para se fixar nestas novas regiões.

Padre Duílio iniciou a formação de agentes para atuar na Pastoral da Saúde local e atender a toda a paróquia. O trabalho foi ampliado quando a prelazia passou a trazer profissionais de várias áreas para treinamentos e cursos aos agentes das comunidades. Desenvolveu-se o uso da medicina popular, basicamente explorando a farta variedade de ervas da região. No imaginário popular, as atividades dessa Pastoral mesclam-se à fé, "... u*m pouco a fé em Deus, um pouco o remédio, um pouco o barro, sei que cada coisa ajudou um pouquinho... ",* e a imagens criadas pelo senso comum sobre o tratamento alopático, "... *o remédio é artificial sempre melhora uma coisa e prejudica outras... "*. Em parte, a credibilidade da Igreja Católica na região contribuiu para a difusão dessas práticas alternativas, do outro lado está não só a carência estrutural da máquina pública, mas as dificuldades econômicas que pesavam sobre aquelas pessoas.

> *o remédio da pastoral é lento, mas quando cura, cura mesmo de uma vez* [...] *Se sarei, eu não sei, mas que eu não tenho* [a doença] *eu não tenho.*[5].

A descrição mesmo ingênua do tratamento revele a confiança nas orientações e a certeza da cura. Em parte não há diferença entre esse procedimento e aquele demonstrado por nós, muitas vezes, na relação com médicos e tratamentos convencionais, inclusive quanto à conclusão apresentada no final da fala. Ela ignora o mal de que sofria, por

conseguinte não sabe se está livre dele, mas o que importa é que não sofre mais seus efeitos.

As ameaças de morte foram uma constante contra os membros da igreja em toda a Diocese de Ji-Paraná. Em 24 de julho de 1985, Pe. Ezequiel Ramin, membro atuante do clero diocesano foi assassinado na fazenda Catuva quando defendia posseiros e pequenos lavradores da ação de latifundiários. O crime chocou toda a diocese e teve repercussão nacional. Pe. Ezequiel tornou-se mártir na Arquidiocese de Rondônia. Em sete de agosto de 1987, Irmão Vicente Cañas, que vivia entre os índios Salumã, foi assassinado e aumentou novamente a tensão entre a igreja e o poder econômico na região. O crime transformou-se em volumoso processo em andamento no Fórum de Juina

Em 19 de abril de 1989, Frei Wilson Piazza sofreu um atentado entre a comunidade São Cleófas, localidade de Novo Horizonte, e Castanheira. Abordado por dois homens encapuzados, foi espancado, esfaqueado e jogado na mata. Foi localizado dois dias depois em estado de choque. Estando em Castanheira para acompanhar a apuração dos fatos, o Bispo Dom Antonio Possamai foi informado de que as ameaças de morte contra o Padre Duílio, seu Vigário Episcopal na região, haviam se intensificado. Dom Antonio reagiu dizendo-se preocupado com a presença de "*grupos já conhecidos*" na região "*pela prática de violências*", que agiam na impunidade e amparados pelo poder político e econômico contra um povo abandonado[6].

Sobre a presença de pistoleiros na região de Castanheira, um líder político local disse "*eram pistoleiros honrados* [e falando sobre Antenorzão, um desses homens] *esse era um bom pistoleiro. Ele só matava bandido [...] ele nunca matou ninguém que prestasse, que devesse estar vivendo.*"[7].

Juina tornou-se Diocese em 1998. seu primeiro Bispo é D. Franco Dalla Valle, agora respondendo administrativamente à Arquidiocese de Cuiabá. A igreja tornou-se instituição sob o controle de sua hierarquia. Se na cidade podemos verificar que esse enquadramento ocorreu e se consolidou, na zona rural a resistência foi maior. Para as comunidades rurais a igreja, após a implantação da diocese, "*ficou mais pra rezar mesmo*" e D. Franco foi visto

como comprometido com o "*povo mais da alta classe*" e para o povo mais necessitado "*ele só reza mesmo*". Havia consciência de que os tempos eram outros e as dificuldades também, mas era impossível para eles ignorar a proximidade e a informalidade com que os primeiros párocos se relacionavam com aquelas comunidades rurais.

> *Hoje o padre vem de Mitsubish e naquela época não, nós tem uma mula velha no pasto, era a mula que carregava o padre pras comunidades pra rezar missa*[8].

Temos então que a Igreja Católica foi importante componente formador da identidade daquele grupo de colonos migrantes. Há, porém, que se destacar que o estímulo para a organização de comunidades, mantidas basicamente pelo trabalho laico, o apoio na busca de soluções originais inicialmente pela via das Comissões Pastorais (da Terra, da Saúde, do Migrante, entre outras), constituiu-se em semente que hoje, apesar de frágil, pode ser encontrada por toda a área da antiga Diocese de Ji-Paraná, como importantes experiências de desenvolvimento alternativo para aquela porção da Amazônia. Apresentam-se como espaços horizontalizados[9], opostos portanto aos espaços verticalizados produzidos pela mundialização, que tornam as fronteiras fluidas e vulneráveis às influências sociais e econômicas exógenas.

É certo que a lógica predominante é a da reprodução de padrões externos, basta observar os processos urbanos em todas aquelas cidades e constatar que eles diferem apenas em intensidade daqueles observados nas grandes regiões metropolitanas brasileiras. Uma "*falsificação do velho*"[10]. Uma superposição espacial de diferentes e conflitantes lógicas de ocupação, produção e consumo, com freqüência voltadas para o imediato ou conjugadas no singular. Daí a assustadora banalidade da violência como esta verificada há poucos dias que levou a vida da Ir. Dorothy Stang. A bala dos assassinos atravessou não o espaço entre eles e sua vítima, atravessou a distância história entre seus mundos. Antes de recobrarmos o fôlego, mais dois foram assassinados e nos chegam notícias de que outros tantos estão publicamente jurados de morte.

Nestas áreas de fronteira, a modernização proporcionou mais que o desenvolvimento do *agrobusiness*, gerou a acumulação e a concentração da riqueza, que alija de modo

diretamente proporcional na medida de seu avanço. Os números fantásticos da produtividade da soja mato-grossense, a riqueza dos garimpos, o potencial madeireiro, têm em seu avesso uma acentuada desigualdade. Um grande contingente de migrados foram reduzidos à condição de excluídos, e outros tantos continuam a chegar, atraídos pela ilusão do Eldorado.

À esses excluídos (e esta é uma condição atribuída de fora), resta a negação dos direitos, o não reconhecimento por parte do outro, a recusa ao espaço pela obtenção de direitos, ou seja, ele não tem direito ao direito, então está sujeito ao extermínio, a toda forma de exploração, inclusive à sujeição pelo trabalho escravo, visto pelo senso comum como um bem, já que caso contrário restaria para essas pessoas os dias nas praças públicas e no entorno das rodoviárias bebendo e dormindo ao relento.

Nestes tempos globalizados a "*grande miséria*"[11], tornou-se medida exclusiva de todas a misérias, relativizando as pequenas misérias ora pelo argumento da condenação (não reclame! Ao menos você tem isso), ora pelo consolo (existem muitos em pior situação que a sua!). No Estado de Mato Grosso o desenvolvimento econômico (o agronegócio, a pecuária, etc.), passou a idéia de que a grande miséria recuou, de que vivemos uma fase de prosperidade, mas ao contrário daquilo que se prega, tem multiplicado os espaços sociais nos quais a pequena miséria se desenvolve de modo sem precedentes.

A globalização reduziu a natureza a uma religião, uma divinização que nos impele a que a pensemos abstratamente em lugar de concretamente nos homens e na sociedade, como se o que nos interessasse fossem os espaços em si e não o uso que fazemos deles. Essa ideologia ecológica se volta contra a população migrante que hoje ocupa a floresta ao mesmo tempo em que cria um ruralismo mítico que valoriza jardins em coberturas nas grandes metrópoles.

Os modelos mais adequados para o desenvolvimento sustentado da Amazônia surgirão como fruto das vivências cotidianas das comunidades hoje nela estabelecidas. Tais alternativas podem ser encontradas em muitas diferentes áreas do vasto território amazônico. Nesta particularmente sobre a qual nos debruçamos encontramos várias. Em

sua origem, freqüentemente, estão ora aquelas comunidades católicas, ora alguma pastoral, ou um desdobramento direto de suas ações. Apenas para exemplificar citemos o uso popular de ervas e produtos retirados da flora local (copaíba, eucalipto, mulungu, unha de gato), para tratamento da saúde; ou a elaboração de produtos para o complemento alimentar dessas pessoas (pó de casca de ovo, multimistura, mesocarpo de babaçu, pó de folhas verdes escuras), hoje, de reconhecido valor vitamínico e protéico; o desenvolvimento de vacinas naturais para combater o carrapato no gado, as Escolas da Família Agrícola, a proliferação do Bio-Saúde e a lista poderia se estender.

Tais experiências têm possibilitado o desenvolvimento de uma agricultura familiar que reduz drasticamente a degradação ambiental e os efeitos danosos da ação antrópica. Em lugar da reprodução de modelos, a busca de soluções próprias, em lugar do lucro imediato, um investimento a médio e longo prazo. Saindo do consumo econômico para um consumo político desenvolvido a partir daquela realidade, portanto, distinto. Para Milton Santos:

> *Devemos ter isso em mente ao pensar a construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade*[12].

Esta é a utopia que nos tem feito caminhar.

---

[1] Docente no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. vjneto@uol.com.br . Este texto é produto de pesquisas de campo desenvolvidas na região Noroeste de Mato Grosso e as fontes orais foram privilegiadas, em parte, por uma opção metodológica do grupo de pesquisadores envolvidos. Em razão do teor de alguns depoimentos, optamos aqui por não identificá-los, numerando-os sucessivamente.

[2] Dom Antonio Convida Pa. Duílio para dar uma palavra. *O Poder Noticioso.* Juina, segunda quinzena, maio 1988, p.8

[3] Depoimento 1, Castanheira, 2003, p.10

[4] Depoimento 3, Juina, 2000, p.5

[5] Depoimento 7, Juina, 2000

[6] Padre Duílio ameaçado de morte. *O Poder Noticioso.* Juina, segunda quinzena, maio 1989, p.9

[7] Depoimento 1, Castanheira, 2003, p.5

[8] Depoimento 5, Juina, 2001, p.20

[9] SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVIERA, M.L. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998, pp. 15 e ss

[10] SANTOS, Milton. Globalização e meio geográfico. Do mundo ao lugar. In: SOUZA, Alvaro José de; SOUZA, Edson Belo Clemente de; MAGNONI Jr., Lourenço (Orgs.). *Paisagem, território e região. Em busca da identidade*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2000, p.54

[11] BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo.* Petrópolis: Vozes, 1999, p.13
[12] SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVIERA, M.L. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998, p.20

Da esperança do *El Dorado* à degradação do humano. Relações de trabalho escravo e degradante em Mato Grosso no séc. XX

Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto[1] - UFMT

Sua servidão é o princípio de sua felicidade, sua desgraça é causa de sua salvação[2].

Nosso objetivo neste trabalho consiste em analisar o uso do trabalho compulsório no Brasil e em Mato Grosso no decorrer de nossa história. Entendemos que não basta tratar da ocorrência do fenômeno escravista que vitimou o negro por aproximadamente quatro séculos, mas impõe-se a abordagem mais abrangente de uma relação de trabalho que atingiu e atinge ainda nesse início de século XXI, além dos próprios negros, também os mestiços, índios e brancos pobres. Para esta massa de explorados, liberalismo, neoliberalismo, globalização, avanços tecnológicos, Estado Social, entre outras expressões contemporâneas, não fazem sentido algum.

No século XVIII Antonil em viagem pelo Brasil visitou engenhos e narrou as condições em que viviam senhores e escravos e testemunhou a dureza do trabalho nos engenhos

> *... segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem [...] do inferno. Nem faltam perto dessas fornalhas seus condenados que são os escravos ...* [3]

Segundo Freireyss, os libertos eram muito mais infelizes pois haviam perdido o sentido da conservação própria, trabalhavam apenas esporadicamente, entregavam-se aos vícios e perturbavam a paz pública. Ao final arremata, "*que se poderá esperar [...] de uma massa de gente assim... ?*"[4]

Entre 1653 e 1661 o padre Antonio Vieira esteve no Maranhão, conheceu a sociedade local, acompanhou expedições de caça aos índios e manifestou em seus sermões suas impressões sobre o que viu. Ele constrói imagens fortes que retratam o sofrimento dos índios, a indiferença dos não índios e a impotência da igreja, nessa época a serviço da coroa, frente a essa situação. O vigor da pregação de Vieira contra a

escravização do índio não se repete quando ele volta suas atenções para o africano. A África foi comparada ao inferno e lá os nativos seriam escravos de corpo e alma. Sua vinda para o Brasil seria um passo na direção de sua redenção pois, batizados, tornar-se-iam libertos na alma e viveriam como no purgatório à espera da entrada no céu. A escravização no Brasil seria uma etapa intermediária entre a total perdição africana e a redenção no paraíso.[5]

Tal pregação tornava a Igreja Católica o lugar da reprodução da instituição escravista. Era em seu interior que escravos e patrões aprendiam e se reconheciam em suas respectivas posições sociais. O negro africano deveu sua sorte ao seu pecado, à sua natureza embrutecida – todos os seus hábitos cotidianos: práticas terapêuticas, manifestações religiosas, costumes alimentares, estética foram demonizados pela Igreja e sociedade Católica colonial -. O Estado escravista poderia progressivamente libertá-lo de tal jugo. O aparente paradoxo provocado pela sua igualdade de direito à evangelização foi superado quando se circunscreveu essa condição à esfera religiosa, subtraída de questionamentos.

As ações do movimento abolicionista no séc. XIX identificaram-se pouco com a causa dos negros, sem menção a ressarcimentos ou integração desta população à sociedade nacional. A abolição transformou-se em uma alforria coletiva e o negro antes escravo passou a ser o forro, mas marcado pelo estigma social imposto pela cor da pele que o identificava a um ser inferior, conforme inclusive alguns estudos científicos da época[6]. A abolição da escravidão brasileira foi um imperativo que teve a elite dominante branca como a maior interessada. O negro passou de única mão de obra disponível para mais um concorrente no mercado de trabalho. O que deveria ter significado uma restrição ao uso da mão de obra, foi na verdade uma ampliação, já que agora se incluem nesse contingente, brancos pobres, mulatos, outros mestiços e os próprios negros.

Observando a abolição brasileira por esse prisma podemos notar a base morfológica[7] não só da desumanização da pessoa do trabalhador rural, mas também da conversão dessa exclusão social numa aceitação passiva. Essa massa proletarizada,

encarou tal fato como promoção social, pois sentiam-se naquele momento classificados na ordem social, ascendendo à condição de trabalhadores livres. A coação extra-econômica (açoites, pelourinho, amputações), foi dispensada e substituída pelo trabalho assalariado. Os avanços tecnológicos, as leis trabalhistas nascentes, possibilitaram aos donos dos meios de produção deixar o trabalhador a mercê das leis "naturais" da produção, ou seja, na dependência do capital.

Infelizmente os registros históricos sobre esses abusos atravessam o século XX. Segundo D. Pedro Casaldáliga, no início dos anos 1970, na região nordeste do estado de Mato Grosso a mão de obra vinha do nordeste brasileiro e de Goiás, os métodos de recrutamento eram as promessas de bom trabalho e remuneração justa, feita geralmente por "gatos" que assumiam os trabalhos nas fazendas sob o regime de "empreita", uma forma de terceirização que "isentava" o fazendeiro, para efeitos legais, das arbitrariedades que sabidamente o gato cometia. Os trabalhadores aliciados, chamados "peões" na região, entre os quais muitos menores com até 13, 14 anos, eram transportados até o local dos serviços e uma vez ali eram obrigados a pagar pelo transporte, ferramentas, alimentos que ficavam disponíveis no barracão da fazenda a preços exorbitantes, tinham que construir seus próprios barracos no meio da mata para não dormir ao relento, sofriam com a altíssima incidência de malária e tinham que pagar pelos medicamentos "*inclusive amostra grátis*"[8]. Ali muitos morriam anônimos. Os pagamentos eram efetuados como e quando o gato queria, muitas vezes apenas com vales que eram uma maneira de prender o trabalhador, fato que gerava um comércio paralelo desses papéis, alguns vendidos pela metade do que valiam. Inútil denunciar tais crimes à policia militar, freqüentemente conivente com as irregularidades, ou quando não, impotente para enfrentar os interesses dos fazendeiros da região. Ao fim dos trabalhos, os peões eram largados nas vilas e tinham que arcar com as despesas de sua volta para sua região de origem. Considerados pelos moradores locais como inferiores muitos assumiam essa identidade, passando a viver entre períodos de trabalho forçado nas fazendas (que podiam chegar a cinco meses), e períodos de folga nas vilas à espera do próximo trabalho, Permanecendo em locais públicos (praças, ruas,

terminal rodoviário), reconhecido como de concentração desse tipo de trabalhadores e aos quais os "Gatos" e proprietários de terra recorriam quando precisavam de sua mão-de-obra. Seu circulo social estava restrito aos seus iguais, andarilhos, pedintes e prostitutas, todos considerados "*gente da mesma classe*"[9]. Tal resignação e apatia só se explicam pelo fatalismo sedimentado em gerações de brasileiros desprovidos de qualquer direito, expatriados ao nascer, aos quais a nação deu as costas.

Durante a década de 1980, no noroeste de Mato Grosso, outros casos foram denunciados. Famílias inteiras foram trazidas do Paraná, onde tinham casa e vida própria, atraídas por ofertas de empregos, e que ao se verem dentro das propriedades, presas e submetidas pela força de armas, aviltadas em sua integridade e dignidade, vendo seus entes queridos ameaçados, expostos à fome e obrigados ao trabalho forçado, pouco puderam fazer. Somente na região de Vilhena (RO), 239Km de Juina (MT), em 1983, em um único mês foram denunciados quatro mil casos de trabalho escravo[10]. Relatos sobre essas experiências são raros. O medo, o desconhecimento de direitos que, aliás, não fazem nenhum sentido para essas pessoas, a vergonha diante de humilhações sofridas, faz as pessoas omitirem essa experiência. No entanto, quando afloram, é possível sentir sua intensidade:

> *Foi gente daqui [...] que trabalhava, foi no Paraná busca gente [...] veio umas 18 famílias [...] trabalha em serraria [...] numa fazenda. Foi pra lá que nós viemo [...] eu vim contra a vontade e to aqui até hoje também [...] nós ia junta dinheiro co rodo [...] meu Deus... até hoje nós não temo nada [...] tinha o mercado da firma nessa fazenda, então eles vendiam pra gente o preço que eles queriam [...] no pagamento, final do mês você ia lá não tinha nada porque você tava devendo tudo no mercado [...] entrou eu e minha irmã também trabalha pra ajuda o marido, pra vê se no final do mês nós tinha o que recebê na firma, mas chegava lá era zero engolindo zero e nós não tinha nada* [a pesquisadora perguntou: "quanto tempo ficaram na fazenda?"] *cinco anos, sofremo até não quere mais...*[11]

Relatos como esse são raros, mas não as situações nele apresentadas. As recentes ações dos Grupos de Fiscalização Móveis reunindo Tribunal Regional do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho, Polícia Federal, entre outros órgãos, têm demonstrado

que a prática ao uso do trabalho escravo ou compulsório em atividades como a "cata de raízes", construção ou reforma de cercas, desmatamento, entre outras tarefas, é ainda comum no Estado. É possível notar pelo relato acima que não se trata apenas de descumprimento de leis trabalhistas. Essas pessoas são atingidas em sua dignidade, reduzidas a condição de coisa. Chama-nos a atenção o tom não de indignação, mas de resignação na fala dessa pessoa. Ela poderia se lamentar dos salários e direitos não recebidos, poderia bradar contra a injustiça de que foi vítima, mas sua memória remete à promessa de riqueza que iludiu o marido como uma ponte que leva à busca das razões da vinda para o Mato Grosso; à dureza do cotidiano de trabalho na serraria, à dor da mãe em não poder atender ao desejo dos filhos de tomar leite. Seus sonhos remetem teimosamente ao passado, à casa que ainda é sua, pois é mantida em sua memória, preservada como algo caro, terno, sinal de um tempo, talvez mitigado pela memória, que ela apresenta como feliz.

Em outros depoimentos, encontramos casos de famílias errantes que trazem em suas trajetórias as marcas de uma busca incessante por dignidade e trabalho, submetendo-se para isso a provações dificilmente compreensíveis para quem olha para este mundo de fora. Encontramos em Juina (MT), um exemplo marcante. Uma família de cearenses que, impelida a sair de sua terra, viu-se envolvida pelo grande fluxo migratório existente em nosso país e, como retirantes do séc. XXI foram trazidos para o noroeste de Mato Grosso. Seu relato está permeado de passagens fantásticas, produto dos múltiplos olhares que compõem esse submundo. Das dezenas de páginas transcritas, separamos um fragmento que trata da trajetória desde Barbalha no Ceará, até Juina, num retrato vivo desse grande organismo dentro do qual se dá o deslocamento populacional.

> *"... às vezes achava um cacau na estrada e depois achava assim uma coisa verde, comia e bebia a água, aquelas água quente do meio da estrada [...] achava caça morta no meio da estrada, a gente só pelava e comia..."*[12]

Impossível identificar o percurso descrito por seu Antonio e sua família. Ele tem nexo próprio. Os caminhos que nos acostumamos a ver nos mapas, o sentido e a orientação que

seguimos em nossos deslocamentos não cabem em seu relato, que expõe de modo cru um mundo de trabalho familiar árduo, de renda de centavos, de nenhuma posse, mesmo o sentido de pertencimento a um lugar lhe foi tirado; de alimentar-se quando e daquilo que for possível, mesmo que a identificação do alimento pareça incerta, "*a coisa verde"* ou a "*caça morta"*, expõe a necessidade levada ao extremo.

A comunidade católica de Juina se organizou para acolher essa família cedendo-lhes casa, móveis, roupas e trabalho. Poucos meses depois eles largaram tudo e se puseram novamente no caminho. Estamos diante da absolutização da desterritorialização. A ampla miséria vivida na origem, as claras pistas da condição de deserdados os iguala a outros tantos milhões pelo país. Estas pessoas são desprovidas de suas memórias, de seu passado reduzido à inutilidade no constante caminhar. Suas ações são comandadas pelo futuro. O passado é um lugar distante e não contamina sua rotina de diários encontros com o estranhamento, com o sempre novo e sempre difícil. Pela expectativa do que virá. Não existe ponto de partida e ponto de chegada, só o trajeto. As cidades, os empregos e os contatos, não são mais que meios, para continuarem sua eterna rota.

O trabalho da derrubada quando o dono da terra tem recursos para tal, é ainda hoje, entregue aos "gatos", empreiteiros locais que empregam "peões" na sua execução. Esse grupo social chamado "volantes ao estilo Mato Grosso",[13] "raizeiros" na região de Sinop e "pés-inchados" na região de Juina, fixam-se em praças públicas, rodoviárias ou outros locais públicos das cidades à espera de trabalho. Sem recursos, superexplorados na execução de tarefas muito duras e pelas quais nem sempre recebem, vivem maltrapilhos, embriagando-se e dormindo ao relento. A pesquisa demonstrou que muitos são casados, têm famílias, alguns têm pequeno grau de instrução e profissão, mas perderam contato com suas vidas. É comum chorarem ao se lembrarem de seus filhos, esposas e pais que ficaram para trás por problemas como alcoolismo, drogas e dívidas com a justiça. Levados pelos "gatos" para o interior das propriedades rurais enfrentam jornadas de 15, 20, 30 dias, operando motosserras e machados na retirada de madeira de lei, desmatamento, retirada dos tocos e

raízes e colocação de cercas, trabalho que exige conhecimento e cuidado, pelo qual receberão pouco e da forma como o "gato" quiser.

> *...eu terminei meu serviço né? Dez alqueire, quinze [...] quarenta [...] se comprou uma calça, um fumo extra forte [...] esse é o seu e pagando todo mundo, todo mundo dá seus pulos, mas fica nessa moage. A maior parte desses empreiteiros fica nessa moage [...] se eu for cobrar você sabe o que vou receber? Um tapa no meio da cara [...] o dinheiro deles é o vale. Dinheiro nada. Pagamento que tem dentro de Juina é o vale.*[14]

Essa indignação não tem alcance maior que o som da voz desse peão. Desconsiderados socialmente, ficam à mercê da superexploração das "pessoas de bem", submetidos aos caprichos do "gato". Nas áreas de trabalho são facilmente surpreendidos pela mata. Se os dados oficiais são trágicos ainda nestes primeiros anos do séc. XXI, as narrativas tendem ao fantástico quando falam de "*paus que pulam*", galhos que caem inesperadamente da alta copa das árvores, troncos que "dançam", ou "coiceiam". É como se a natureza resistisse empreendendo uma luta corpo a corpo, procurando derrotar seus adversários.

As histórias de vida dessas pessoas passam, invariavelmente, por seguidas migrações, desrespeito aos direitos mais fundamentais do ser humano e abandono por parte do poder público. Dona Alice e Seo Hilário são casos exemplares. Nascidos na Bahia migraram rumo ao Sul sempre em busca de trabalho no campo e melhor condição de vida. "*Iludiram a gente com toda aquela bobagem. Falaram até que a gente ia rastelar dinheiro debaixo dos pés de café"*. No interior de São Paulo, foram submetidos ao trabalho escravo na lavoura por quase doze meses, cinco dos quais trabalharam sem receber nenhuma alimentação: "*comia mamão cozido e sem sal, porque não tinha*". Hoje, aos 78 anos, Dona Alice conta uma longa rota de migração que inclui passagem pelo garimpo, onde uma de suas filhas desapareceu, até a chegada à periferia de Cuiabá onde vive com um salário mínimo, aposentadoria de Seo Hilário.[15]

A grande Cuiabá possui um cinturão de miséria à sua volta. 41% da população de Várzea Grande (MT), município desta região com pouco mais de 200 mil habitantes, está

nesta condição, 25% da população do Estado vive com R$ 80,00 por mês ou menos[16].Ali viceja a cidade clandestina na qual uma gama de soluções alternativas substitui a ausência deliberada do Estado. As "gambiarras" substituem a rede elétrica e o fornecimento de água, "*a arquitetura da invasão constrói a não-casa, o perueiro dirige o não-ônibus*".[17] Ali é o espaço do não-cidadão.

Nestas áreas de fronteira, a modernização proporcionou mais que o desenvolvimento do *agrobusiness*, gerou a acumulação e a concentração da riqueza, que alija de modo diretamente proporcional na medida de seu avanço. Os números fantásticos da produtividade da soja matogrossense, a riqueza dos garimpos, o potencial madeireiro, têm em seu avesso uma acentuada desigualdade. Um grande contingente de migrados foram reduzidos à condição de excluídos, e outros tantos continuam a chegar atraídos pela ilusão do Eldorado.

À esses excluídos (e excluído é condição atribuída de fora), resta a exclusão dos direitos, o não reconhecimento por parte do outro, a recusa ao espaço pela obtenção de direitos, ou seja, ele não tem direito ao direito, então está sujeito ao extermínio, a toda forma de exploração, inclusive à sujeição pelo trabalho escravo, visto pelo senso comum como um bem, já que caso contrário restaria para essas pessoas os dias nas praças públicas e no entorno das rodoviárias bebendo e dormindo ao relento.

A reinserção desse grupo não será imposta de fora. Ela poderá vir se como um produto da solidariedade interna, resultar na construção de uma nova identidade, que possibilite a critica da situação vivida e proponha um projeto de mudança. O reconhecimento de si e a atribuição de uma identidade é caminho para a inclusão, pois pode proporcionar a organização desse grupo, fundamental para a reivindicação de direitos.

---

[1] Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. vjneto@uol.com.br
[2] DUTERTRE, Pe. J. B. Histoire générale dês Antilles habites par lês français. T. III, Paris, 1666, p.47, apud HURBON, Laënnec. A Igreja e a escravidão moderna. In: DUSSEL, E. *História Liberationis*. 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992, p.536
[3] Ibdem, p.115.
[4] Op.Cit., p.136.
[5] SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995, 79.
[6] RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

[7] FERNANDES, Florestan. O problema da descolonização. In: GALEANO, Eduardo et. Alii. *América Latina 500 anos de conquista.* São Paulo, Ícone, 1987.
[8] CASALDÁLIGA, Pedro. Uma *Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. 1971. Disponível em http://alternex.com.br/~prelazia/igreja.htm acesso em 30 maio 2003, p.12.
[9] MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*. V.4, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.706.
[10] CIMI. Amazônia e a investida do capital. *América Latina 500 anos de conquista.* São Paulo: Ícone editora, nº2, 1988, p. 56.
[11] MELO, N. S. Depoimento. Juina, 26 set. 2000, p.1-7.
[12] SANTOS, A. R. Depoimento. Juina, 23 out. 2000, p.5.
[13] SCHAEFER, J. R. *As migrações rurais e implicações pastorais*. São Paulo: Loyola, 1985, p.146.
[14] Depoimento colhido entre um grupo de "pés inchados" em Juina, 19 set. 2000, p.3-5. Moagem é uma expressão popular de uso corrente em toda a baixada cuiabana. Neste caso, usada em referência à cínica resistência do 'Gato' para pagar o devido.
[15] PIMENTEL, Carla. Desrespeito à lei são comuns no Brasil. *A Gazeta*. Cuiabá, 25 jun. 2001. Caderno B, p.1.
[16] Mato Grosso tem muitos miseráveis. *Folha do Estado*. Cuiabá, 1 set. 2002. Cidades, p.22. Dado da FGV.
[17] MOURA, Rosa. Cinco séculos de desigualdades na apropriação do solo urbano. In: SOUZA, Álvaro, SOUZA, Edson, MAGNONI Jr., Lourenço (orgs.). *Paisagem, território e região. Em busca da identidade.* Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, p. 202.

MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO URBANO DO BAIRRO DE JARDIM DA PENHA - VITÓRIA/ES: UM ESTUDO DE HISTÓRIA LOCAL*

Vitor Amorim de Angelo** - PPG-UFSCar

Introdução

> "Iluminação pública, nem pensar. Os moradores costumavam sair de casa ao entardecer com lanternas para enxergar o caminho. O caminho até a praia era uma pequena trilha [...], um quilômetro de restinga, barro e areia a serem vencidos. E era perigoso. A região, usada para desova de cadáveres. As pessoas andavam em grupos. Havia também muita poeira – ou muita lama, quando chovia. Os moradores tinham o costume de sair de casa de chinelo e levar os sapatos na mão, para trocá-los dentro do ônibus"[1].

Assim era o bairro de Jardim da Penha há pouco mais de trinta anos atrás: uma região caracterizada pela mais absoluta ausência de infra-estrutura urbana e pelo fato de não possuir qualquer tipo de relação com o dia-a-dia da cidade, naquela época, ainda bastante restrito à parte insular de Vitória. Foi nesse contexto retratado pelo trecho acima que se formou no bairro um movimento reivindicatório de caráter urbano que reuniu os moradores para exigir do poder público o atendimento às demandas apresentadas.

A institucionalização desse movimento, entretanto, só ocorreu em 1984, quando foi criada a Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP). Dentre os grupos que atuaram ativamente em favor da organização da AMJAP, o de maior influência, foi, sem dúvida alguma, aquele formado pelos militantes da Democracia Socialista (DS), uma facção política de origem trotskista fundada no final dos anos 1970 e que atualmente é uma das correntes internas do Partido dos Trabalhadores (PT).

Mas além da presença marcante da DS na formação e consolidação da AMJAP, um dos fenômenos mais evidentes a respeito do movimento reivindicatório local é a desmobilização popular que vêm caracterizando as atividades da Associação desde o início da década de 1990. Até que ponto esse grupo político contribuiu para o fênomeno observado? É a partir dessa questão que buscaremos verificar, a seguir, como a falta de um

projeto de politização dos moradores por parte da DS foi determinante para a desmobilização verificada nos últimos quinze anos.

A ocupação de Jardim da Penha

A primeira tentativa de ocupação de Jardim da Penha aconteceu já em 1928, quando um empresário da cidade, baseado na perspectiva de que o local se transformaria num aprazível balneário, fundou um jornal para divulgar os lotes comercializados por sua imobiliária na região. Em 1952, as proprietárias do terreno encomendaram o arruamento e loteamento da área para viabilizar a venda de terras urbanas, mas assim como na tentativa inicial, o projeto também fracassou, dessa vez, pela inexistência de uma infra-estrutura mínima que atraísse moradores para o bairro[2].

A efetiva ocupação de Jardim da Penha ocorreu somente em 1969, quando foi construído um conjunto de pouco mais de cem casas no bairro. No início da década seguinte, o Instituto de Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo, financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), construiu 91 edifícios destinados a trabalhadores cuja renda familiar variava entre três e meio e oito salários mínimos, o que acabou atraindo um número maior de pessoas para a região[3].

Mas o adensamento populacional do bairro não foi acompanhado por melhorias urbanas, e, dessa forma, permanceu até o final dos anos 1980 com quase todos os problemas relatados no início. Somente com a chegada de novos moradores – desta vez, com maior poder aquisitivo – e a pressão do setor imobiliário para que a Prefeitura desse início à urbanização de Jardim da Penha é que o bairro teve seu perfil alterado[4].

A organização da AMJAP

A iniciativa de criar uma associação de moradores do bairro partiu do próprio BNH, que, na época da construção dos conjuntos residenciais financiados pelo Banco, delegou a

responsabilidade deste projeto a uma de suas assistentes sociais. Como as assembléias se limitaram às reuniões dos condomínios que existiam na época, a tentativa acabou não prosperando. Depois disso, outros grupos também buscaram reunir a população em torno de uma entidade que pudesse reivindicar melhorias para o bairro, mas nenhum deles obteve sucesso[5].

Qual fator, então, foi decisivo para a organização da AMJAP naquele ano? Em agosto de 1984, o BNH comunicou aos mutuários do Banco que iria aumentar o valor das prestações, o que gerou grande insatisfação entre os moradores de Jardim da Penha, já que muitos deles tinham imóveis financiados pela instituição. Numa assembléia marcada para discutir o assunto surgiu a proposta de criar a Associação, tendo em vista que a questão do BNH não era o único problema que existia. Assim, no dia 24 de setembro, a AMJAP foi formalmente criada e sua primeira diretoria escolhida, com mandato provisório de seis meses[6].

O presidente eleito foi o jornalista Otaviano Rodrigues de Carvalho, que havia chegado de Minas Gerais pouco tempo antes. De acordo com a explicação de um dos entrevistados na pesquisa[7], Otaviano de Carvalho tinha se mudado para Vitória com o objetivo de organizar, no Espírito Santo, a DS – facção política da qual ele fazia parte.

> "Então a mobilização surge aqui, principalmente com a vinda do companheiro *Otaviano de Carvalho, que veio de Minas pra cá pra ajudar a construir o Partido, a organização política dele*"[8].

Uma das primeiras medidas tomadas pela diretoria provisória foi a realização de uma pesquisa entre os moradores para detectar quais eram os principais problemas do bairro[9]. Foi com base nos resultados que a chapa única concorrente à eleição marcada para o dia 23 de março de 1985 – cujo candidato à presidente era, mais uma vez, Otaviano de Carvalho – elaborou suas propostas. Consequentemente, a maior parte dos projetos apresentados ficaram restritos aos problemas específicos de Jardim da Penha que haviam sido destacados na pesquisa.

Entretanto, a chapa tinha entre suas promessas um conjunto de ações a serem implementadas, que não se limitavam aos problemas do bairro, denominadas de *propostas políticas*[10]. É evidente, então, que o objetivo inicial do grupo político dominante na AMJAP, liderado por Otaviano de Carvalho, foi envolver os moradores em debates mais amplos – característica que apontada por Jacobi em sua análise a respeito dos movimentos sociais urbanos dos anos 1970-80. De acordo com o autor, a articulação entre militantes políticos e organizações de bairro se propuseram "[...] como mais políticas, na medida em que os pressupostos de ação transcendem as reivindicações locais"[11].

Contudo, ainda que inicialmente este grupo propusesse envolver a AMJAP em questões que não se limitavam às demandas especificas de Jardimn da Penha, o que se percebeu foi que, aos poucos, essa diretriz foi abandonada e a maior parte das atividades da Associação passou a se concentrar exclusivamente no bairro. A princípio, dois fatores destacados por Jacobi poderiam explicar essa mudança: (1) o caráter imediatista dos movimentos reivindicatórios e (2) o alto nível de despolitização de seus participantes[12]. No caso específico de Jardim da Penha, em que medida estes aspectos estavam presentes? Qual foi a participação da DS nesta reorientação? E qual seu objetivo ao fazê-la?

Mobilização e refluxo do movimento reivindicatório local

A fundação da AMJAP, no início dos anos 1980, aconteceu num contexto bastante favorável à mobilização popular, pois a quantidade de problemas que existiam no bairro "predispunham" os moradores a tentar solucioná-los. Por isso, a atuação da DS em Jardim da Penha foi favorecida pelo fato de sua chegada à região, através de Otaviano de Carvalho, ter acontecido neste ambiente *pró-reivindicação*. O ex-presidente da AMJAP, então, aproveitou-se deste contexto favorável para ajudar na criação da entidade e, ao mesmo tempo, fortaceler a presença do seu grupo político em Jardim da Penha.

> "Ele [Otaviano de Carvalho] já veio [para o bairro] como petista. Trabalhou na fundação do Partido aqui na região de Jardim da Penha. Ele já entrou no

> movimento popular como petista. *Acredito que ele tenha vindo articular um movimento social aqui pra fortalecimento e divulgação do PT* "[13].

Conforme relatou um dos entrevistados, as principais estretégias de mobilização popular utilizadas pela AMJAP em seu período inicial foram a realização de assembléias nas praças do bairro e a distribuição de panfletos, quase sempre escritos pelos próprios diretores da Associação.

> "*Um bom carro de som*, [...], *um bom panfleto, um bom panfleto*. Não quer dizer um panfleto caro, não. Um panfleto chamando pra luta. *A militância na rua panfletando*. Sempre foi os diretores da Associação que panfletavam"[14].

> "E a gente acordando de madrugada, muitas vezes, pra fazer *panfletagem nos pontos de ônibus, nos sinais de trânsito, e na feirinha de Jardim da Penha*"[15].

Entretanto, a mobilização não foi acompanhada por um projeto de politização dos moradores por parte da DS, o que poderia ter mantido o envolvimento da população em outras reivindicações, mesmo depois que os problemas do bairro já tivessem sido solucionados. Na verdade, o que aconteceu foi que o grupo liderado por Otaviano de Carvalho se apropriou do bônus político das vitórias alcançadas pela AMJAP ao longo da década de 1980 e formou uma sólida base eleitoral para a DS e o PT, que permaneceu mesmo depois de o movimento reivindicatório local ter passado por um processo de refluxo.

Prova disso é que, já em 1988, Otaviano de Carvalho foi eleito vereador da cidade de Vitória com o apoio maciço dos moradores de Jardim Penha[16]. O processo de desmobilização popular, entretanto, não diminuiu a influência da DS no bairro, porque há apenas cinco anos, um outro ex-presidente da AMJAP e membro do grupo, Antônio Alexandre dos Passos Souza, também foi eleito vereador da capital. Em sua reeleição, no ano passado, por exemplo, Alexandre Passos obteve cerca de 4 mil votos, dos quais cerca 45% foram provenintes de Jardim da Penha[17], o que evidencia a influencia da DS na região.

Mas como o DS conseguiu o apoio dos moradores para seus candidatos? Uma das maneiras encontradas pelo grupo para formar sua base política em Jardim da Penha foi a ampla utilização da figura do *vereador de bairro*. Em momentos distintos, a imagem dos

líderes da Associação – quase sempre ligados ao PT e, especificamente, à DS – foi vinculada ao que se poderia considerar um bom vereador: aquele que conhece os problemas específicos da região e pode atuar em favor de seus moradores.

Através de Otaviano de Carvalho, esse grupo político também influenciou o perfil assumido pela Associação nos seus primeiros anos de atividade, conforme observação feita por um dos entrevistados. Ainda que na organização da AMJAP estivessem presentes outros grupos, como é o caso da Igreja Católica, foi o ex-vereador quem determinou a postura assumida pela Associação, utilizando-se da sua própria experiência como militante e do seu perfil político.

> "[...]*aquela característica que a Associação tomou é a cara dele* [Otaviano de Carvalho]. Então, talvez, se a Associação de Moradores tivesse outro presidente no início dela, a Associação não teria ido pro caminho que foi, eu acho que teria, talvez, sido uma associação burocrática, pelega. E não foi. *Ele delineou um perfil na Associação* [...]. Ele tinha esse perfil, que era muito dele. Cada um tem o seu, seu modo de agir e tal. Mas era baseado na...*a lógica que ele trabalhava na política era a lógica marxista-leninista*. *Ele era um militante orgânico marxista-leninista na sua essência*"[18].

Apesar disso, não existiu nenhuma tentativa de politizar os moradores do bairro ao mesmo tempo em que as reivindicações eram feitas, como já dissemos anteriormente. Na verdade, a presença do grupo liderado por Otaviano de Carvalho em Jardim da Penha resultou muito mais no seu crescimento numérico e na formação de uma sólida base eleitoral do que em uma tentativa de se difundir amplamente a concepção política da DS. Portanto, o que aconteceu, foi uma simples aproximação junto a algumas lideranças que demonstraram simpatia pelas idéias do grupo ou pelo próprio Otaviano de Carvalho.

> "Ele fazia uma mobilização dos moradores, e *se ali dentro ele identificasse alguém que pudesse ser aliado ideológico dele, com certeza ele ia buscar esse morador para ser militante orgânico da DS*. [...] Ele fez isso com vários moradores"[19].

Diferentemente do que ocorre hoje em dia, a entrada na DS pressupunha uma espécie de estágio a ser realizado pelo futuro militante, para que ele pudesse conhecer

melhor as concepções políticas da organização e ter uma formação ideológica mais consistente.

> "Pra ser militante orgânico da DS, não era nem DS, era ORM-DS [Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista], na época, você *tinha quase que passar por um estágio*. Você, antes de ser um militante orgânico, você *tinha que fazer um processo de aproximação, de discussão política, de leituras de livros*"[20].

Logo, ao considerarmos que o número de militantes da DS aumentou nos 1980 em Jardim da Penha, que esses militantes tinham uma formação ideológica mínima a partir do *estágio* realizado, e que as características políticas de Otaviano de Carvalho haviam influenciado o pefil assumido pela AMJAP, é, no mínimo, surpreendente, que não tenha existido qualquer tentativa de politizar os moradores. Essa foi, ao nosso ver, a principal causa do refluxo do movimento reivindicatório do bairro e da burocratização das reivindicações.

Neste novo contexto, característico dos últimos quinze anos, a liderança da DS no bairro teve que se adaptar às novas circunstâncias para manter sua base eleitoral. Para tanto, foi necessária uma mudança no próprio discurso político de Alexandre Passos, principal líder do grupo em Jardim da Penha e herdeiro político de Otaviano de Carvalho depois de sua morte, em 1999. Podemos afirmar, então, que o primeiro mandato do vereador (2000-2004)[21] foi caracterizado muito mais pelo perfil de *prestador de serviços* do que por um instrumento efetivo de mobilização popular.

Conclusão

A partir dos pressupostos iniciais de que (1) o alcance dos objetivos imediatos dos movimentos reivindicatórios urbanos representa o fim de sua mobilização e (2) que é função do partido socialista auxiliar na organização do proletariado em classe, consideramos que a falta de um projeto de politização dos moradores de Jardim da Penha por parte da DS foi a principal causa para o refluxo característico dos últimos quinze anos. A existência desse

projeto poderia fazer com que a população do bairro ultrapassasse o caráter imediatista do movimento e contribuir para aumentar o nível de politização dos seus participantes.

Porém, o que aconteceu foi que a atuação da DS no bairro resultou na formação de uma sólida base eleitoral do grupo em Jardim da Penha, que permaneceu até hoje. No contexto pró-reivindicação da década de 1980, essa influência foi consolidada a partir da vinculação da imagem dos principais lideres da DS às vitórias da prórpia Associação. Nos anos 1990, com o refluxo do movimento reivindicatório, foi necessária uma mudança no discurso político da principal liderança do grupo no bairro, o vereador Alexandre Passos, para que esa base permanecesse inalterada.

---

[*] Este texto é um resumo dos resultados finais da pesquisa intitulada *Em torno das lutas: mobilização e politização no movimento reivindicatório urbano de Jardim da Penha – Vitória/ES*, realizada no Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob orientação do Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira.

[**] Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

[1] CURRY, Andréa. **Jardim da Penha**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001, p.11.

[2] CURRY, 2001.

[3] NEVES, Luiz Guilherme Santos. O programa de cooperativas habitacionais no Espírito Santo. In: **A casa edificada**. Vitória: INOCOOP-ES, 1998.

[4] MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **(Trans)formação planejada de territórios em Vitória (ES)**: o bairro Camburi. São Paulo: FAU-USP, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

[5] PINTO, Graciande Pereira; BERNARDINA, Rodolpho Luiz Dalla. **A associação de moradores como espaço de participação**: a experiência de Jardim da Penha. Vitória: UFES, 1999. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo.

[6] AMJAP. Associação de Moradores de Jardim da Penha. **Boletim da AMJAP – Especial de fundação**, out./1984. Vitória, 1984.

[7] O nome dos entrevistados foi substituído por um pseudônimo.

[8] SOUZA, Luiz Antônio de. **Entrevista concedida a Vitor Amorim de Angelo**, Vitória, 11 nov./2004.

[9] AMJAP. Associação de Moradores de Jardim da Penha. **Jornal da AMJAP**, ano I, n. 1, jan./fev./1985. Vitória, 1985a.

[10] AMJAP. Associação de Moradores de Jardim da Penha**. Panfleto de divulgação das propostas da chapa única concorrente à diretoria da AMJAP nas eleições de 1985**. Vitória, 1985b.

[11] JACOBI, Pedro. Atores sociais e Estado: movimentos reivindicatórios urbanos e Estado – dimensões da ação coletiva e efeitos político-institucionais no Brasil. In: **Revista Espaço & Debates**, ano IX, n. 26. São Paulo: Cortez, 1989, p.13.

[12] JACOBI, 1989.

[13] FERREIRA, Rubens. **Entrevista concedida a Vitor Amorim de Angelo**, Vitória, 10 set./2004.

[14] LEMOS, André. **Entrevista concedida a Vitor Amorim de Angelo**, Vitória, 11 nov./2004.

[15] LEMOS, 2004.

[16] Em 1992, Otaviano de Carvalho foi reeleito vereador, tendo permanecido na Câmara Municipal de Vitória até 1996, quando se candidatou ao cargo de prefeito, para o qual não foi eleito. No início do ano seguinte, o ex-presidente da AMJAP assumiu uma das vagas de deputado estadual na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

[17] TRE-ES. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo. **Eleições 2004 – Resultado de candidato por local**. Vitória: Secretaria de Informática do TRE-ES, 2004.

[18] LEMOS, 2004.

[19] LEMOS, 2004.

[20] LEMOS, 2004.

[21] Os apontamentos feitos neste texto se referem exclusivamente ao período 1984-2004 e não compreendem, portanto, o segundo mandato do vereador Alexandre Passos, iniciado em 1º de janeiro deste ano.

OS CELTAS E CÉSAR: CULTURA OPPIDA E A GUERRA DAS GÁLIAS

Vitor Lares

As Gálias, esta grande construção geográfica romana era um vasto território que se estendia do oeste da Alemanha, mais especificamente do Reno, até quase o meio da Espanha na dimensão leste-oeste e até os Alpes italianos englobando o que seriam a Suíça, Bélgica e Áustria na direção sul.

A evolução da cultura celta nessas áreas segue uma trajetória mais ou menos homogênea a partir da expansão da cultura de Lá Téne no século V a.C. A expansão celta nessa área criou miscelâneas populacionais com outros povos pré-históricos que ali existiam.

Percebemos que o centro difusor da Cultura Lá Téne, não é o mesmo centro difusor da Cultura Hallstatt, mais que isso o desenvolvimento da citada cultura parece ter iniciado concomitantemente em duas regiões diferentes da Europa : no Marne e na zona do Reno[1], o que pode ser entendido como uma evolução paralela dentro do crescimento natural da cultura celta em todas essas áreas.

Ao aproximar do ano 100 a.C., a historiografia nota a consolidação de uma mudança cada vez mais marcante no caráter administrativo destas populações. As tribos que se organizam cada vez mais em alianças, parecem ter estabelecido também uma nova forma de ordenar e construir seus assentamentos, grandes muralhas de terra fortificadas e cada vez mais fortificadas passam a circundar áreas delimitadas, surgia a *oppidum*[2] :

Para alguns autores não há dúvidas que estamos avaliando um processo de urbanização e que as fortalezas *oppida* constituíram o ponto culminante de um desenvolvimento social secular da Cultura La Téne, que foi mais marcante na região das Gálias, embora tenha representações legítimas que podem ser estudadas em áreas que vão desde o País de Gales e Inglaterra à República Tcheca e Eslováquia[3].

As conquistas romanas da Gália, ou de partes dela inicia-se com a derrocada de Aníbal nas guerras Púnicas. O medo romano de novas invasões pelo norte e a constatação

de que os Alpes em si não constituíam uma defesa significativa à cidade, somados ainda ao desconhecimento geográfico da época, criaram no imaginário romano a idéia de uma nação de bárbaros com fontes inesgotáveis de recursos humanos e militares, sempre ameaçando seu território.

A derrocada da Etrúria e a decretação dos *tumultus* levaram os romanos paulatinamente a resguardar-se destas invasões. A administração das províncias da Espanha, organizadas em 197 a.C. trouxe aos romanos a possibilidade concreta de estuda-los. Para tanto empregaram, entre seus múltiplos compromissos, geógrafos gregos como principalmente Políbio para tratar a etnografia daquelas gentes.[4]

Mas a dificuldade mais intrínseca da tarefa estava em anexar territórios celtas contíguos à península italiana. Após a expulsão do Senones e Boios da costa do Adriático e norte dos Apeninos o caminho levava à luta no que seria a Gália Cisalpina ao norte da Itália, logo após os Alpes.

Conscienciosos de seu próprio medo e, também, estimulados em algum grau pelo senso de independência, os romanos ocuparam-se dos celtas da região Cisalpina. Mesmo depois de muitas décadas de guerra e grandes baixas humanas, a região não estava derrotada e nem se tornou a "província" romana da Cisalpina antes do ano 81 a.C.

Durante estes anos de guerra entre os celtas da Cisalpina e os romanos não era de se admirar que acordos de paz e alianças diversas fossem feitas entre os dois lados. Dessa forma podemos dizer que a Gália Cisalpina iniciou, mesmo antes de ser uma província, um processo de gradual romanização, ou se preferirem os mais formalistas, de influência cultural romana sobre, algumas tribos celtas da região que receberam cidadania italiana já em 90-89 a.C.[5].

A experiência adquirida no governo da Espanha e nas guerras constantes contra os celtas fez rapidamente os romanos perceberem que acordos de defesa seriam mais interessantes para ambos os lados, afinal os celtas da Gália Cisalpina eram melhores defesas para Roma que o rio Pó ou os Alpes[6].

A conquista seguinte dos romanos foi a Gália Narbonesa, que equivale ao Sul da França até os Pirineus tendo como limites os rios Garuma à oeste e o Ródano a leste. Além disso, os romanos também passaram a deter o domínio do ilírico, regiões célticas estratégicas.

A *oppidum,* nesse contexto, apresenta-se como mais que um centro de defesa, um grande centro político, sede de uma grande tribo ou confederação tribal. Sua importância estava além do papel de guardar dentro de suas muralhas os aldeões, os imponentes guerreiros celtas, cada um dos *oppidum* potencialmente era um centro irradiador de uma influência, de uma facção.

César a chegar nas Gálias exercendo seu mando percebe esta Gália não provincial, dividida em três partes, que bem poderiam corresponder a três grandes grupos de clientelas, embora ele o diga expressamente que *Hi omnes lingua, institutis, legibus inter se differunt,* isto é diferem-se na língua, no costume e nas leis (CÉSAR, *Bello Gallico* I,1), ainda que logo em seguida diga que a forma de administração seja única para toda a Gália. (CÉSAR, *Bello Gallico* I,1)

Teriam as observações de César sobre os povos da Gália sido tão simplesmente empíricas tal qual suas considerações geográficas?

Para César não era surpresa que a Gália céltica estivesse dividida em facções, pois segundo provavelmente já havia apreendido dos escritos de Posidônio, Políbio e Artemidorus, não inova em nenhum aspecto as informações etnográficas deste autores.[7]

A Aliança pré-estabelecida entre os romanos e os Héduos, amigos de Roma, se revela um ponto de autenticidade na identificação do como César utilizou as informações que conseguiu. Durante uma reunião, após a derrota dos Helvécios, César consegue descobrir, através das palavras de Diviciaco, que a Gália estava dividida em duas grandes facções políticas rivais, em luta constante contra si. Uma delas era liderada pelo Héduos, de quem César detinha grande estima e a outra pelos Avernos que tinham-se aliado a mercenários germanos.

Por causa desta aliança com os Avernos, os mesmos germanos haviam cruzado o Reno para adentrar território gaulês e feito muitos estragos aos seus próprios contratantes e suas cidades. Ariovisto havia infligido muitas derrotas a Héduos, mas também havia submetido os nobres dos Sequanos, aliados de seus contratantes a vários juramentos que os impediam de rebelar-se contra eles, e por isso recorriam à ajuda de César, estando neste primeiro momento ciosos de sua intervenção. (CÉSAR*, Bello Gallico* I, 31)

Dispenso dizer que César derrotou os germanos e com isso converteu à sua posição tribos gaulesas que lhe juraram apoio, hospedagem e suporte logístico, compondo assim uma clientela pró-Roma que passa a ser administrada pelos Héduos. Tudo isto ocorreu no ano de 58 a.C.

Nos anos que se seguiram, até o grande levante comandado por Vercingetórix em 52 a.C., César combateu os Belgas, os Aquitânios, os Usipetes e Tentérios, cruzou o Reno, foi à Bretanha duas vezes, derrotou os exércitos de Ambiorix, composto por Eburões e Tréviros, invadiu os territórios dos Sugambris e colocou boa parte da Gália sob autoridade romana, sempre exercendo influência sobre a facção liderada pelos Héduos, que por sua vez via em torno de si aumentar sua própria força como facção líder da Gália.

Durante estas campanhas César dedicou parte de seus comentários, no livro VI do *Bello Gallico,* a fazer uma comparação entre os costumes Gauleses e dos Germanos.

César observa que havia na Gália facções não só em cada cidade, cada aldeia e cada parte desta, mas até em cada casa individual. E os líderes destas facções seriam os mais respeitados entre os Gauleses. Isso teria sido instituído para que todos os arbítrios se dessem sob seus auspícios de forma que nenhum homem do povo ficasse sem proteção diante de um litígio contra um homem poderoso. Os líderes protegem seus clientes e não toleram que estes sejam enganados ou oprimidos, isso garante a eles, os líderes, credibilidade.

Para César esta era a forma de administração única em toda a Gália, pois não havia nela cidade que não estivesse dividida em duas facções.

De acordo com o desenrolar da Guerra percebemos que esta observação é válida. Muitos grupos de gauleses aproximam-se de César através de seus aliados Héduos e com ele estabelecem alianças tornando-se clientes dos Héduos, dentro desse sistema de administração.

César também identifica entre os gauleses, classes sociais distintas, que descreve, haviam três classes sociais bem diferenciadas entre si, sendo a plebe, ou os camponeses, a mais baixa delas, os druidas a mais eminente e os cavaleiros, ou os guerreiros, a outra. Segundo César cada um destas tria funções bem definidas, sendo os druidas a mais importante por tratarem de todos os assuntos.

Os druidas seriam legisladores, sacerdotes, curandeiros e juízes. Estas opiniões de César parecem encaixar-se perfeitamente na teoria a respeito dos Indo-Europeus, que têm entre as suas características a supremacia real da classe sacerdotal sobre a classe guerreira, sendo o rei, quando existe, um referencial simbólico desligado oficialmente de todas as classes, mas sintentizando-as.[8]

Os cavaleiros acorreriam em tempo de guerra, angariando, conforme suas vitória e riquezas, um número cada vez maior de clientelas particulares e guarda-costas. Uma espécie de meritocracia onde era honroso servir ao lado melhor guerreiro.

Voltando à questão da plebe, César deixa claro que ela é **quase igual aos escravos romanos** (*Nam plebes paene servorum habetur),* o que significa que deve ter percebido, na forma de organização do trabalho campesino gaulês, estruturas que se assemelhavam, a seu ver, com as estruturas da escravidão romana.

Segundo César ainda, toda a nação Gaulesa era muito dada a superstições, sendo os druidas seus conselheiros e executores dos sacrifícios. Os gauleses sacrificavam, segundo ele, de animais a seres humanos, dando preferência à imolação daqueles que eram flagrados em delito ou crime, mas também inocentes caso não houvessem criminosos disponíveis para o sacrifício.(CÉSAR, *Bello Gallico,*VI,15)

Também faziam, por costume da religião, pilhas de tesouros consagrados aos deuses, especialmente a Mercúrio[9] , frutos dos saques e dos botins de vitória, segundo ele

essas pilhas muitas vezes amontoavam-se em grandes somas que ninguém tocava por respeito. (CÉSAR, *Bello Gallico,* VI*,* 17*)*

César descreve ainda costumes gauleses de casamento, atentando para a dupla construção de um fundo constituído do dote feminino e da riqueza masculina, a fim de garantir a fortuna dos filhos ou de um possível viúvo (a).

Dissemos anteriormente que César aumenta sua influência através do acordo com os Héduos, uma das principais nações da Gália, conforme o próprio reputa, no momento de sua chegada, no entanto, a partir do inverno que sucede a campanha contra Ambiorix e os Tréviros, a Gália toda se confedera contra César. A partir daí os próprios Héduos tornam-se inimigos.

Os gauleses, julgando César impedido de combater por estar ocupado com assuntos da política romana[10], organizam forte resistência de onde surge a figura legendária de Vercingetórix.

Vercingetorix estabelece uma forma original de combater que consiste em destruir os próprios assentamentos e vilas gaulesas a fim de não permitir que César consiga suprimentos e descanso. Apesar disso os Exércitos romanos infligem grandes derrotas aos gauleses, e os antigos acordos são substituídos por dominação, culminando na derrota de Vercingetorix, no cerco de Alesia, no mesmo ano de 52 a.C.

As campanhas de César na Gália foram decisivas para a consolidação de uma nova forma de poder na sociedade romana, o poder pessoal dos grandes generais.

Sua estratégia de acúmulo de poder vislumbrou com muita antecedência que as bases urbanas do poder da República estavam em crise e a opção por reconstruir uma base de apoio na fidelidade das legiões logrou levá-lo a combater Pompeu e vencer, tornando-se por um curto tempo, o único poder de Roma.

A campanha da Gália, levada a termo em menos de dez anos e sobre a qual os estudiosos ainda pleiteiam calcular o número de perdas humanas, algo entre quatrocentos mil e um milhão de vidas, além dos um milhão de escravos gauleses levados à Roma para o triunfo de César[11], certamente foi um marco na história das guerras.

A violenta tomada do mundo Céltico, através do genocídio e do terror que César infligiu pôs em cheque o desenvolvimento autônomo da civilização céltica. César era apoiado pelas elites romanas que decretavam inúmeros *suplicatio* em sua honra ao mesmo tempo em que horrorizavam-se com a violência de suas conquistas. Este paradoxo revela a ambigüidade gerada sobre a figura de César na própria sociedade romana, misto de herói e , era visto entre a aprovação e a reprovação.[12]

O relato de César sobre eles é imbuído de forte caráter propagandístico e também é impreciso, mas o interesse de César em apresentar alguns aspectos da sociedade gaulesa, sobretudo no seu livro VI é genuíno, ainda que baseado em outras fontes que não sua própria observação.[13]

As fontes arqueológicas que dispusemos para o estudo dos gauleses foram escassas em relação aos períodos anteriores, em parte por terem os sítios gauleses sido descobertos em boa quantidade sob cidades modernas, impedindo sua plena escavação.

Mas as apropriações romanas, comprovadas pela arqueologia, que pudemos avaliar sem dúvida utilizaram as construções célticas como fazendas, templos e mesmo cemitérios como base de suas próprias construções nos imputando a impressão de uma tentativa total de controle por parte do Estados romano das instituições pré-existentes na Gália. [14]

Assim, a importância que os celtas tiveram na Antiguidade, enquanto povo autônomo, capaz de movimentar os sistemas políticos dos demais povos europeus e fazê-los mudar[15], chega a um termo oficial de onde a partir de então passarão a influenciar culturalmente e mesmo politicamente (como na revolta de Sertório) como parte interna do sistema político romano e não mais como seus adversários. Iniciando assim mais diretamente o processo de romanização[16] das Gálias.

NOTAS:

---

[1] PIGGOT, Stuart A Europa Antiga. Do início da agricultura à Antiguidade Clássica. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1965, p. 273

[2] As Oppida surgem no final do século III a.C. E vão gradativamente se generalizando durante o século II até encontrarem seu apogeu no século I. A Mais famosa *oppidum* foi Alésia, centro da resistência Gaulesa. Para compreensão mais aprofundada do surgimento das *Oppida* consultar o artigo de F. Maier in: MOSCATI (coord.),1991 p423-439

[3] PIGGOT, Stuart A Europa Antiga. Do início da agricultura à Antiguidade Clássica. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1965, p.180

[4] MOMIGLIANO, Arnaldo.Os Limites da Helenização. A Interação Cultural das civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1991, p.86
[5] RANKIN, David CELTS and the Classical World. London: Routledge, 1987. p116
[6] idem, p.118
[7] MOMIGLIANO, Arnaldo.Os Limites da Helenização. A Interação Cultural das civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1991, p.69
[8] LÉVÊQUE, Pierre As Primeiras Civilizações Vol.3: Os Indo-Europeus e Os Semitas. 3vol. Lisboa: Edições 70, 1987. p.73
[9] Provavelmente o LUGUS Galo-Romano, Lugh ou Llew irlandês e de Gales respectivamente.
[10] Clódio é morto e Pompeu é declarado Cônsul sem colega em 52.
[11] CÂNFORA, Luciano Júlio César, o ditador democrático. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.p.157
[12] idem, p.158
[13] MOMIGLIANO, Arnaldo.Os Limites da Helenização. A Interação Cultural das civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1991, p.69
[14] BÜCHSENSCHÜTZ, Olivier *The Celts in France* in:GREEN, M.(ed.) The Celtic World. London: Routledge, 1995.
[15] MOMIGLIANO, Arnaldo.Os Limites da Helenização. A Interação Cultural das civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1991, p.67
[16] É o conceito de **romanização** aliado ao de **fronteira étnica** (BARTH, Fredrik *Grupo étnicos e suas fronteiras.* in: POUTIGNAT, Philipp e ISTREIFF-FENART, Jocelyne Teorias da Etnicidade São Paulo: Edunesp, 1998.) que permite, a nosso ver, tratar a questão das trocas e influências culturais entre os celtas do século I a.C. e os romanos e de como após (ou mesmo antes) da derrota dos gauleses podemos compreender a influência uni ou multilateral que resultou na formação de uma sociedade galo-romana na Gália a partir do século I d.C.

Por **romanização** consideramos a discussão ampla que existe e considera pontos de vista bastante antagônicos. Por um lado reconhecemos a existência, conforme já observado por Estrabão e Plínio, o Velho de um certo caráter voluntário, porém não generalizado, no processo de adaptação aos costumes romanos por parte dos bárbaros por eles dominados e principalmente da mistura entre os costumes romanos e bárbaros nestas províncias resultando em sociedades do tipo híbridas com grandes pretensões à romanidade mas conservando traços extremamente marcantes da cultura dita bárbara original da região.

A latinização voluntária dos nomes bárbaros e a gradual concessão de cidadania à cidades bárbaras, normalmente a partir do crescimento de uma colônia romana dentro de seus limites, um conventus ou um burgo romano (SHERWIN-WHITE, A.N. *O Imperialismo Romano* in: BALSDON, J. P. V. D. (Org.) O Mundo Romano. Rio de Janeiro: Zahar, 1968: 82), justifica a existência deste ponto de vista, conforme defendido por alguns autores, de que os romanos teriam tirado os "bárbaros" da ignorância e conduzido-os à luz da civilização, atraindo-os pelo conforto, luxo e riqueza. (SHERWIN-WHITE, A.N. *O Imperialismo Romano* in: BALSDON, J. P. V. D. (Org.) O Mundo Romano. Rio de Janeiro: Zahar, 1968: 81)

É importante perceber, no entanto, que a visão de uma romanização totalmente voluntária devido à superioridade fascinante da cultura romana sobre o atraso limitado ao artesanato artístico em ferro dos seus dominados bárbaros, só é verdade em parte.

A discussão sobre romanização deve se considerar também a existência de uma outra forma de relação entre dominadores e dominados que está além da voluntária aculturação bárbara e de uma possível "missão civilizadora " dos romanos para com estes. Não podemos jamais perder de vista o caráter impositivo, marcial e mesmo brutal com que os romanos controlavam as províncias mais rebeldes e como , em determinados casos, obrigavam aos seus habitantes a mudar seus hábitos através de interditos e leis locais, a fim de minar sua resistência e impor-lhes o sistema romano de governo. Este caráter militar é também um dado importante para compreendermos muitas vezes, cisões dentro das próprias sociedades conquistadas, onde fica claro, por exemplo, que alguns grupos não vêem opção melhor senão ceder aos conquistadores e acabam adaptando-se com a intenção de sobreviver e mesmo de adquirir vantagens diante e durante este processo. Outros grupos preferem resistir o quanto conseguem, como foi o caso da Gália (ver, GOUDINEAU, C. *The Romanization of Gaul* in:MOSCATI, S.(Coord.) *et alii* The Celts. New York: Rizzoli, 1999. e BURNHAM, Barry C. *Celts ans Romans: towards a Romano-Celtic society* in: GREEN, M.(ed.) The Celtic World. London: Routledge, 1995.) que, dividida em facções desde antes da chegada de César, organizou uma forte resistência à tentativa de conquista deste, sucumbindo totalmente apenas ante a força das armas.

Compreenderemos, portanto, **romanização** como um conceito ambivalente que compreende tanto as adaptações espontâneas de determinadas comunidades bárbaras ao modo de vida romano, por fascínio ou interesse de qualquer tipo, quanto àquelas impostas militarmente em nome da conquista e do controle social e que essencialmente acabam gerando em maior ou menor grau, uma **sociedade romano-bárbara.**

TEMPO DOS HOMENS, TEMPO DA MÁQUINA: a construção da cultura de classe dos trabalhadores dos vapores que navegavam na Bacia Platina.

Vitor Wagner Neto de Oliveira – PPG-UNICAMP

Devido à posição estratégica que ocupa, o transporte marítimo e fluvial, geralmente, sempre foi reconhecido pelos governos como questão de *segurança nacional*, impondo especificidades a esta atividade, desde o controle da circulação de embarcações, no caso brasileiro, pelas Capitanias dos Portos, ligada à Marinha de Guerra,[1] à divisão do trabalho dentro do navio, carregada da disciplina militar, inclusive com o uso de uniforme definido também pela Marinha de Guerra [2].

De forma geral, a hierarquia funcional no navio de médio a grande porte, no início do século XX, se fazia assim: comandante (responsável máximo pela embarcação, a tripulação, os passageiros e as cargas); práticos (conhecedores do rio que indicavam o melhor caminho para desviar dos bancos de areia e pedras); maquinistas (responsáveis pelo bom funcionamento de todas as peças da máquina que colocavam em movimento a embarcação a vapor); 1º comissário (a quem competia a economia do navio como pagamentos, mantimentos e, quando o caso, garantir o bem-estar dos passageiros); contramestres (suboficiais de convés especializados em manobra); despenseiros (encarregados da despensa); foguistas (os responsáveis pelo abastecimento das fornalhas); cozinheiros; marinheiros (responsáveis pela conservação do convés); moços de convés (abaixo do marinheiro, desempenhavam a função de limpeza do bordo); taifeiros (subalternos do cozinheiro, responsáveis pelos serviços de mesa), e lava pratos. No período também existia a obrigatoriedade das embarcações de longo curso levarem a bordo um médico, exigência que era comumente desrespeitada pelas empresas.

Em seções como de caldeira, de cozinha e de máquinas, tocadas pelos foguistas, cozinheiros, taifeiros e maquinistas, existia uma classificação hierárquica por ofício, como, por exemplo, 1º, 2º, 3º e 4º maquinistas. O chefe de máquinas ou 1º maquinista tinha este

título conquistado por anos de serviço e depois de passar por provas teóricas e práticas feitas pela Capitania dos Portos.

Numa viagem entre Montevidéu e Corumbá, no início do século XX, com duração média de 21 dias, - dependendo das condições de navegabilidade influenciadas por fenômenos naturais como o movimento das águas (cheia e vazante) e o clima - a tripulação era formada por cerca de 30 homens, isso num vapor de porte médio, com capacidade de transportar 1.108 toneladas brutas.

Aparentemente, a hierarquia de funções no interior do navio era bastante rígida e pretendia ser inibidora de faltas. A vigilância constante do próprio companheiro, em funcionando a contento do comandante e dos armadores, deveria contribuir para o bom andamento dos trabalhos e para o distanciamento entre homens que, no ofício, se diferenciavam pelo *status* da classificação (1º, 2º, 3º...). Estes objetivos foram alcançados em parte e, em alguns momentos, no cotidiano do trabalho. Entretanto, o sentido de pertencimento a um coletivo, a um grupo social homogêneo em sua heterogeneidade, parece ter predominado entre os tripulantes dos navios que navegavam nos grandes rios formadores do Prata, o que permite a utilização de termos generalizantes tais como: comandante e subalternos, tripulantes, marinheiros, marítimos, entre outros, para se referir aos embarcados e, marítimos, classe operária, classe trabalhadora, para falar destes trabalhadores como um todo, bem como os termos movimento operário e movimento de resistência, quando dos movimentos organizados por e a partir destes sujeitos.

A lista de pessoal do navio cargueiro "São José", de propriedade da casa comercial corumbaense Manoel Cavassa Filho e Cia, durante uma viagem de Assunção ao Fuerte Olimpo, norte do Paraguai divisa com o Brasil, em 1919, é um exemplo de como se dava a tripulação de um vapor mercante de porte médio, que fazia a linha Assunção-Corumbá.[3]

A lista era uma exigência que o Consulado do Brasil em Assunção fazia às empresas brasileiras ou estrangeiras que transportavam mercadorias ou passageiros para o Brasil. Era uma forma de registro da tripulação, do navio e das cargas, para o que a empresa pagava uma taxa.

O fato da maioria da tripulação deste vapor corumbaense ser de paraguaios (dos 21 nomes, somente 6 eram brasileiros, o restante paraguaios) levanta duas possibilidades de explicação: primeira, o navio fazia navegação de cabotagem em território paraguaio, portanto era obrigado a ter somente pessoal matriculado na Capitania dos Portos daquela República; segunda, não havia brasileiros suficientes para preencher todas as vagas, por isso a composição heterogênea.

Uma das conquistas dos grêmios marítimos paraguaios, uruguaios, argentinos e corumbaenses, do período, fora justamente a obrigatoriedade de pessoal nacional, ou seja, matriculados na capitania de origem da embarcação lotarem navios de bandeira nacional ou que fizessem navegação de cabotagem (dentro do território nacional). No caso de bandeira estrangeira, o comandante fugia a esta regra, pois era contratado diretamente pela empresa naval para representá-la e, geralmente, era de mesma nacionalidade da empresa, que no caso do "São José" era um brasileiro. Outra exceção existia quanto aos práticos, pessoas conhecedoras de trechos do rio. Existiam práticos para cada rio ou trecho: Alto Paraguai, Médio Paraguai, Baixo Paraguai, Alto Paraná, Baixo Paraná, etc. Independente da nacionalidade da embarcação, o prático a guiá-la era determinado por trecho a ser percorrido e indicado pelas associações de práticos de Assunção, Buenos Aires e Montevidéu.

A composição da tripulação do "São José", de paraguaios e brasileiros, se esclarece, em parte, com um ofício do comandante do mesmo vapor, em 13/10/1919, solicitando permissão ao Cônsul brasileiro para fazer a lotação com pessoal paraguaio, pois não havia número suficiente de tripulantes com matrícula brasileira no porto de Assunção.[4]

Pela data desta solicitação - antecedente em dois meses a data da lista de tripulantes -, pode ser que se trate de montar tripulação para outra viagem. Entretanto, a falta de trabalhadores brasileiros a espera de navios no porto de Assunção pode ter se repetido na ocasião da viagem a Fuerte Olimpo, em dezembro, por isso os paraguaios comporem a maioria da tripulação. Todavia o fato de ser de nacionalidade paraguaia, não

queria dizer que o trabalhador estivesse matriculado na Capitania dos Portos do Paraguai, podendo estar vinculado à Capitania de Mato Grosso, por exemplo.

A tripulação do "São José" permite ainda perceber as possibilidades de contato entre trabalhadores brasileiros e paraguaios e, mais do que isso, o contato entre militantes de organizações operárias. Além do prático Juan Diaz que ajudou na fundação da Sociedade de "Práticos de Rios del Alto Paraguay", em 1909, em Assunção,[5] também estava a bordo o contramestre brasileiro Luis Ferreira dos Santos, que em 1919 estaria como "sócio iniciador" da "Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante" de Corumbá.[6]

A produção do trabalhador marítimo, era marcada pela conjunção do tempo da máquina, da natureza e pelas relações que os homens estabeleciam com estes elementos e entre si. O *tempo* do trabalho, a *disciplina* e as relações entre indivíduo e coletivo, eram determinados pelo tempo da máquina, mas também pelo tempo da natureza. Esta singularidade, mais o fato da convivência vinte e quatro horas do dia, durante várias semanas, talvez seja o que distingue profundamente o trabalhador marítimo daquele empregado na indústria, do início do século XX, onde a máquina ditava a produção. Mais do que diferenças de ambiente tratam-se de formas distintas de estabelecer relacionamentos humanos e daí instituir-se *costumes em comum*, também distintos.[7]

Algumas realidades faziam do trabalho e dos trabalhadores marítimos sujeitos singulares, como: o contato constante, por dias e noites consecutivos, tornava-os cúmplices de intimidades e de formas de burlar as normas, como na violação de mercadorias; a cumplicidade que existia entre sujeitos de vidas marcadas pela mobilidade, pelo cosmopolitismo, pela distância do porto de origem, pela proximidade com o *outro*, permitia o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, de ser parte daquele grupo; uma cumplicidade que chegava ao limite do conhecimento da individualidade, da intimidade entre companheiros; as relações descompassadas que mantinham com os grupos sociais em terra, mesmo com a família, sugere um relativo desprendimento de valores como o

casamento [8] ou a fixação de residência; a comunicação com grupos de operários de outras regiões ou países permitia a expansão de horizontes culturais muito além do local e do nacional; a convivência na diversidade cultural entre os próprios tripulantes e destes com os passageiros facilitava a constituição de uma cultura e linguagem bastante particular etc.

Nestes termos, acredito que as "microssociedades" (os navios) teriam desempenhado papel de destaque como agentes das inter-relações entre as economias e as sociedades do Cone-Sul, particularmente com relação ao acúmulo de experiências dos trabalhadores de diferentes etnias. Por conseguinte, teriam favorecido a criação de *códigos de vivência*, códigos que eram, inclusive, transpassados para a terra, configurando-se num aspecto da cultura marítima, com a predominância da língua espanhola, inclusive por brasileiros, evidenciada nas fontes como os "termos" apresentados por comandantes brasileiros ao Consulado do Brasil em Assunção, conforme foi o caso da lista de tripulantes do navio "São José", citado anteriormente. [9]

Ao transportar pessoas, o navio transportava sonhos, esperanças, principalmente para os migrantes. Para um passageiro aventureiro – bastante comum naquele início de século -, à procura do *eldorado*, em busca de fazer a vida, o navio podia significar a passagem do *reino da necessidade* para o da fartura que as terras americanas prometiam.

Também para velhos marinheiros, acostumados à vida flutuante, estar no navio poderia ser mais do que apenas trabalhar, talvez significasse estar sem raízes que os prendessem à terra, estar sem porto.

Nestes termos, o navio pode ser visto como um espaço de liberdade, mas também de aprisionamento, de impedimentos, de limitações. Joseph Conrad, no conto *A linha de sombra*, na passagem que narra sua decisão de deixar a lida marítima, talvez possa clarear melhor a sensação de liberdade e ao mesmo tempo de aprisionamento de um marinheiro em terra ou embarcado: "Nunca na minha vida eu me sentira mais distante dos acontecimentos terrenos. Liberto do mar por algum tempo, eu preservava ainda a

consciência do marinheiro, de completa independência dos assuntos de terra. Como poderiam dizer respeito a mim?" [10]

Estar em terra era, para este marinheiro, livrar-se do mar, libertar-se do cotidiano do navio, do trabalho. Por outro lado, ir pro mar significava libertar-se dos acontecimentos da terra, estar sem raízes. Portanto, num ou noutro lugar, existia liberdade e aprisionamento. Se o espaço do navio (não só o espaço físico, mas também o das relações de trabalho e sociais) restringia as ações, o ambiente em terra também tinha suas limitações, seus códigos de posturas.

O navio como espaço de trabalho era também o espaço da limitação, do aprisionamento. Ao subir a bordo o tripulante sabia que dificilmente poderia descer assim que o quisesse. Não tinha como, a qualquer momento e por qualquer motivo, abandonar o ambiente de serviço. Havia os limites físicos impostos pela própria *condição insular* do lugar: um espaço definido por metros, da proa a popa e do convés ao porão. Existiam também regulamentos da Marinha e da Capitania dos Portos que normatizavam as relações, com atenção especial à hierarquia que garantia a vigilância. A teia de oficiais e subalternos deixava pouca margem para práticas *independentes* ou *desinteressadas*.

As pretensões ordenadoras da divisão do trabalho e da vigilância das ações humanas no interior do navio assemelham-se à utopia da sociedade disciplinar, a que Michel de Certeau, utilizando-se da metáfora do vagão de trem, classifica de "uma célula racionalizada. Uma bolha do poder panóptico e classificador, um módulo do isolamento que torna possível a produção de uma ordem, uma insularidade fechada e autônoma". A racionalidade pretendida no espaço limitado, e delimitado, do vagão de trem (ou do navio), permite visualizar um lugar desprendido das "raízes locais", com uma ordem imutável, onde "cada coisa está no seu lugar...".[11]

Ao recorrer à metáfora do trem, Michel de Certeau tenta iluminar as relações estabelecidas na sociedade moderna, permeadas por "micro-poderes" e, aparentemente, movida pelo poder "invisível" da "máquina", que a tudo ordena. Nesta utopia, "A máquina, primeiro motor, é o deus solitário de onde sai toda a ação."[12]

Ao destacar a utopia da racionalização liberal, o autor de *A invenção do cotidiano*, apresenta a sua contrapartida: as frestas no poder, as "maneiras de fazer", as práticas cotidianas que driblam a "vigilância", a "antidisciplina", as portas de fugas como a do banheiro. À ordem que se pretendia imóvel e imutável do vagão colocado em movimento pela máquina, se contrapõe à agitação da estação e a submissão da máquina aos olhos do espectador.

As relações estabelecidas a bordo dos navios que navegavam a Bacia Platina, talvez obedeçam a esta perspectiva de Certeau: relações que conjugavam a ordem e a desordem, a disciplina e a indisciplina. E, também, à sensação de liberdade e aprisionamento de Joseph Conrad.

Talvez este seja o espaço com maior probabilidade de se encontrar o elo entre os movimentos acontecidos em Corumbá com o movimento operário do Paraguai, Uruguai e Argentina. O espaço do cotidiano do trabalho, dos contatos estabelecidos entre trabalhadores, inclusive militantes, ou seja, a vivência inter-étnica do navio, como exemplificado pela tripulação do "São José".[13]

Todavia, não faltaram tentativas deliberadas por parte das associações operárias de organizar entidades de caráter internacional nos portos platinos. Por meio de uma carta de 1906, destinada à recém criada *Federación Obrera Regional Paraguaya-FORP*, a *Sociedad de Resistencia de Marineros y Foguistas* de Buenos Aires explicitava o desejo de intervir na organização de federações em Assunção e Corumbá. Na carta, a *Sociedad* destaca as suas singularidades - comparada a outras organizações cujas ações restringiam-se à localidade onde estava radicada -, afirmando estar presente em quase todos os portos do litoral argentino, mas mesmo assim não conseguia responder às exigências da categoria caracterizada pela mobilidade. [14]

A sociedade dos marinheiros e foguistas argentinos já percebia, naquele momento, que para se travar uma luta eficaz contra as empresas multinacionais de navegação, a organização operária deveria ser igualmente trans-nacional. Entretanto, não bastava a vontade militante pois a união dos marítimos dependia dos próprios sujeitos. As associações

contavam pelo menos com uma vantagem nesta empreitada: os trabalhadores, pela força do ofício, também eram internacionalistas e demonstraram, em vários momentos, estar conscientes da sua condição de classe internacional. [15]

---

[1] O Decreto nº10.798, de 11/3/1914, instituiu novo Regulamento à Inspetoria de Portos e Costas, subordinando esta ao Ministério da Marinha (Art.3º) e o pessoal da Marinha Mercante como "segunda reserva da Armada" (Art.1º). BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Ministro do Estado dos Negócios da Marinha Alexandrino Faria de Alencar. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, abril de 1914, Anexo. Já o Decreto nº12.188, de 6/9/1916, "Dá regulamento provisório para instrução e aproveitamento da Reserva Naval", BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Ministro do Estado dos Negócios da Marinha Alexandrino Faria de Alencar. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, abril de 1917. (ANEXO). Estes decretos tentavam atender a uma necessidade de *defesa nacional*, em vista da Primeira Grande Guerra.

[2] Ver, por exemplo BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, pelo Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, Abril de 1918, Anexo p.88.

[3] "São José", lista de tripulantes, 12/12/1919. Consulado em Assunção. Correspondência Recebida. Firmas e particulares. Cartas, 1918 – 1921. Maço: 608, 1, 19 – Arquivo Histórico do Itamaraty.

[4] "São José". A sua Senhoria Sr.Carlos Ferreira de Araujo, Consul Geral dos Estados Unidos do Brasil em Assumpção. 13/10/1919. Consulado em Assunção. Correspondência Recebida. Firmas e particulares. Cartas, 1918 – 1921. Maço: 608, 1, 19 – Arquivo Histórico do Itamaraty.

[5] Em 30/03/1909 participou da segunda reunião para criação da Sociedade "Práticos de Ríos del Alto Paraguay". Os estatutos e as atas das reuniões foram publicados no jornal *El Diario* de Assunção e enviados ao Ministro do Esterior do Brasil pelo Consul no Paraguai, Cf. *El Diario*, Asunción, 14/2/1910. In: CONSULADO GERAL dos Estados Unidos do Brazil. Assumpção 15 de fevereiro de 1910. Ao Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Repartições Consulares Brasileiras. Assunção. Ofícios reservados, 1900-1910. Localização: 238, 3, 12 – Arquivo Histórico do Itamaraty.

[6] Seu nome consta como primeiro da lista de "sócios iniciadores", nos estatutos da entidade, aprovados em 3/7/1919. SOCIEDADE dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante. *Estatutos*. Corumbá: Typ. Do Commercio. Sobre as associações de trabalhadores ligados à navegação em Corumbá, ver OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada móvel, fronteiras incertas*: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926). Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

[7] Aqui me refiro, indiretamente, a obra de THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, particularmente o capítulo 6, "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial".

[8] Analisando o *II Livro de matricula - pessoal*, 1908, da Capitania de Mato Grosso (Serviço de Documentação da Marinha), percebe-se que de 73 trabalhadores com mais de 20 anos de idade, apenas 28 eram descritos como casados, tendo estes em sua maioria acima dos 30 anos de idade, enquanto os solteiros contavam 45.

[9] Disso não se conclui que se formara um tipo de língua distinta ou um *pidgn* como sugere Peter Linebaugh ao analisar o contato entre várias culturas no interior dos navios mercantes – inclusive dos tripulantes com os escravos africanos acorrentados nos porões dos navios negreiros -, nos séculos XVII e XVIII. LINEBAUGH, P. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH, n.6, pp.7-46, set.1983.

[10] CONRAD, Joseph. *A linha de sombra*: uma confissão. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003, p.32.

[11] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p.193-4.

[12] *Idem,* p.195.

[13] Em outro artigo apresento algumas biografias descritivas de trabalhadores que navegavam na região: OLIVEIRA, V. W. N. de. Internacionalismo operário: a identidade de classe dos trabalhadores no transporte fluvial da Bacia do Prata. In: *Trajetos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Departamento de História da UFC, – v.2, n.4 (nov.2003), pp.95-111.

[14] Cf. carta manuscrita encaminhada pela SOCIEDAD DE RESISTENCIA de Marineros e Foguistas de Buenos Aires ao secretário da Federación Obrera Regional Paraguaya-FORP, em 8/7/1906. (Coleção Francisco Gaona, microfilme 1, documento AG-01-20-001) – Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP.

[15] Este caráter internacional foi evidenciado especialmente nos momentos de greves e, de forma mais contundente, na greve de 13 meses contra a empresa argentina de navegação *Mihanovich*, nos anos de 1920 e 1921. Várias fontes argentinas, paraguaias e uruguaias relatam esta greve, iniciada no porto de Buenos Aires e estendida à Montevidéu e Assunção, ver por exemplo: GAONA, Francisco. *Introduccion a la historia gremial y social del Paraguay*. Asunción: Litocolor, 1987 (Tomos II).

A pesquisa histórica e a elaboração de roteiros cinematográficos[1]

Vitória Azevedo da Fonseca[2] - PPG-UFF

Dentro da crescente presença e demanda pelo filme histórico como fonte de informações históricas, acredito que um estudo mais aprofundado de como os dados históricos da pesquisa se transformam em imagens, torna-se cada vez mais importante para a compreensão dessa nova forma difusão de conhecimento histórico.

Apesar da importância deste primeiro passo na concepção de um filme histórico, o papel da pesquisa e do pesquisador, não é muito valorizado, nem nos estudos sobre o assunto e muito menos nas produções cinematográficas, sendo, muitas vezes, ignorados.

A análise desse processo de pesquisa parece ser ignorado, inclusive, por muitos historiadores, como critica Carlo Ginzgurg: “A postura, hoje difundida, em relação às narrativas historiográficas me parece simplista porque examina, normalmente, só o produto final sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estastísticas etc.) que o tornaram possível”[3].

Muitos historiadores que voltam-se para o estudo das narrativas históricas e, crítica voltada principalmente para Hayden White, que igualam as narrativas históricas e literárias, não preocupam-se com o *método* do historiador e suas pesquisas. Ginzburg sugere: “Deveríamos, pelo contrário, deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, *no interior do processo de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos.”[4]

Estendo esta proposta de Ginzburg, de voltar-se para a análise do processo de pesquisa, aos filmes históricos, cujo papel da mesma é preocupante. Quem assume a realização das pesquisas acaba sendo o roteirista e/ou diretor e contrata-se um "consultor histórico" para maiores esclarecimentos[5].

Por outro lado, a "pesquisa histórica" é a chancela na qual alguns cineastas se apegam quando são criticados pela abordagem ou simplista ou redutora. As frases legitimadoras do tipo: "baseado em ampla pesquisa" são muito recorrentes. As pesquisas

nos filmes históricos, ao mesmo tempo que usadas como legitimadoras das abordagens, não recebem o devido valor ou o devido cuidado por parte dos estudiosos e dos cineastas. Por isso, acredito na importância do estudo do tema a partir de um ponto de vista não apenas cinematográfico, mas, histórico.

Ginzburg conclama que voltemos ao processo de elaboração do texto histórico e ao processo de pesquisa principalmente porque aí pode ser encontrada a especificidade do oficio do historiador. Se, para alguns, a narrativa histórica pode facilmente ser igualada a um texto literário, é na pesquisa que o historiador delimita o seu campo e marca a sua diferença. Tudo que escreve, espera-se, não parte unicamente da sua mente inventiva, mas da relação que estabelece com o outro: o outro passado, o outro documento, o outro texto. Outro que carrega vestígios que uma possível existência para além da mente do historiador.

No entanto, a partir dessa pesquisa, desse embate, dessa busca pelo outro, ele constrói um texto muito particular e autoral. Já foi o tempo em que se imaginava que depois de escrita toda a história não seriam mais necessárias novas pesquisas. Hoje em dia, pelo contrário, um mesmo tema e até mesmo uma mesma coleção de documentos pode levar a diferentes resultados dependendo do autor, dependendo do enfoque, dependendo do ponto de partida.

Mas, ainda é através da pesquisa que o historiador poderá encontrar o elo que liga o seu próprio texto ao passado e ainda é o método que necessita se não quiser que o seu texto vire “literatura”.

A pesquisa, no entanto, para filmes que abordam a história, tem algumas semelhanças e muitas especificidades em relação à pesquisa do historiador. E, mesmo tendo algumas semelhanças e sendo a pesquisa uma característica do trabalho do historiador a sua existência pode ou não aproximar essas duas áreas.

É importante, no entanto, ter em mente que **cinema não é história**. E as pesquisas para filmes podem assumir conotações bem diferentes que tem para o historiador. Mas, há vários elementos que envolvem a questão. Para pensar a respeito dessas pesquisas é necessário, em primeiro lugar, fazer uma análise dos motivos que levam à existência de tais

filmes. E esses motivos são variados. E, dependendo de qual for, a pesquisa poderá assumir uma conotação muito diferente, quando existir.

Filmes que abordam a temática histórica podem assumir tanto o formato ficcional quanto documental. Essas duas diferentes formas de realização de filmes históricos possuem, de forma geral, diferentes maneiras de realização de pesquisas. Dentro dos filmes ficcionais também há uma diferença marcante que será fundamental nesse processo: se é uma adaptação ou uma obra "original". Em geral, as obras originais demandam uma pesquisa maior pois torna-se fundamental para a definição do próprio filme. Se a história não se baseia numa obra específica, então, é necessário pesquisar o tema.

Como a história pode estar presente de variadas formas nas telas, interessa, para esse caso, aqueles filmes onde a pesquisa histórica faz parte do universo de preocupações dos realizadores. Ou seja, só é possível estabelecer um diálogo quando existe o interlocutor. Não podemos analisar a pesquisa de filmes que não possuem pesquisa.

Além disso, o objetivo do estudo do processo de pesquisa não é o julgamento das mesmas mas a problematização da questão, quando existe essa preocupação. Ou seja, não vamos cobrar que todos os filmes que abordam a historia tenham pesquisas. Mas, podemos estudar a pesquisa histórica quando ela existe.

Quanto a escolha pela elaboração de roteiros cinematográficos ainda não é algo totalmente definido na presente pesquisa visto que, se por um lado traz possibilidades interessantes, por outro, dependendo da maneira como se concebe o roteiro, a análise se concentra apenas na peça literária "roteiro". No presente caso, a intenção é analisar também o produto final desse processo, que é o próprio filme.

Se pensarmos nos documentários, esse problema ainda fica maior pois, como diz Eduardo Coutinho, "o documentário não tem roteiro", o que pode ser verdade para uns e não para outros. De qualquer maneira, o roteiro no documentário pode ter uma forma, em geral, mais maleável do que nas ficções, o que torna quase impossível a sua análise. E, por outro lado, a pesquisa costuma ser um dado fundamental para os documentários.

Muitas vezes, o grau de pesquisa, e a sua existência ou não vai depender de cada caso. Mas, podemos estabelecer alguns parâmetros iniciais baseado em alguns levantamentos preliminares.

Eduardo Escorel[6] diferencia dois tipos de pesquisa: a pesquisa informativa e a pesquisa dramática. A primeira funciona como uma busca de temas e aspectos gerais. A segunda, quando realizada, já tem um direcionamento demarcado, visando aprofundar o roteiro. "Existe uma fase da pesquisa que é uma fase de acumulação de dados. (...)inicialmente você vai levantar o material. Num segundo momento, que pode ser quase simultâneo ou não, é que você começa a elaborar aquilo em forma de um roteiro. Dependendo muito do formato ao qual você está condicionado."[7]

Muitas vezes, no momento de definição do eixo narrativo do filme, o próprio tema pode trazer a dramaturgia que será utilizada. Escorel cita o caso de um filme que fez sobre candidatos a vereador: a dramaturgia estava no tema (nas eleições): havia um desenvolvimento, um clímax e um desfecho que não poderiam ser ignorados. No caso, por exemplo, de uma festa popular, ela também tem a sua dramaturgia. Claro que isso não é uma regra pois nem sempre um tema traz essa dramaturgia tão aparente. Ou, se traz, não necessariamente o realizador vai querer segui-la. E, muitas vezes, a dramaturgia adotada parte principalmente do ponto de vista do realizador sobre o tema.

No caso, por exemplo, do filme *Villa-Lobos, uma vida de paixão* (Zelito Viana, 2000) podemos dizer que a dramaturgia do filme também surgiu dos elementos da vida de Villa-Lobos. Segundo a pesquisadora Claudia Furiati, ela iniciou seu trabalho buscando vários elementos da vida do personagem principal até que pudessem descobrir um fio narrativo: a divisão da vida de Villa-Lobos a partir das suas duas mulheres: Lucilia e Arminda. Criou-se aí uma dramaturgia: "dois personagens femininos se conflitando e ao mesmo tempo revelando esse personagem"[8].

Para o documentário *O Velho – a história de Luiz Carlos Prestes* (Toni Venturi, 1997), a pesquisa inicial, realizada pelo diretor, visava o conhecimento da vida do personagem. Ou seja, leitura de várias biografias e livros que se relacionassem a vida de

Prestes. A partir desse levantamento era necessário criar um eixo narrativo, que foi cronológico, em função da suposta desinformação sobre a história do Brasil. A partir do momento em que o eixo narrativo estava definido, baseado nos fatos da história do Brasil relacionado a Prestes: Coluna Prestes, 1935, 1937, Golpe Militar de 1964, e vários outros, foram selecionando e buscando entrevistados que pudessem não apenas falar sobre o assunto mas criar um contraponto entre uma visão e outra. Por exemplo, encontraram Eliane Brum, uma jornalista que poderia falar sobre o "outro lado" da Coluna Prestes; ou Willian Waack que poderia falar contra a atuação de Prestes. Ou, contrapor Fernando Gabeira e Ferreira Gullar no que diz respeito a luta armada. Ou seja, essa segunda etapa da pesquisa já teve um viés mais dramático pois buscava elementos que pudessem preencher a linha narrativa e além disso criar contrapontos e debates sobre os mais diversos temas. "Fazer documentário não é fórmula matemática, ou por num caldeirão: depoimento, material de arquivo, reconstituição, e narração. Não é isso. Você tem toda uma dramaturgia, e quando eu falo dramaturgia é dessa coisa da construção" [9].

A pesquisa de levantamento de dados também vai ter grandes diferenças dependendo do tema. Nos casos citados, tanto o tema Villa-Lobos quanto Luiz Carlos Prestes possuem uma documentação grande, uma bibliografia, muitos estudos, e muitas polêmicas. Em temas menos debatidos, ou com menor documentação se por um lado há uma dificuldade, por outro há algumas facilidades. De qualquer maneira, a quantidade de material disponível e a popularidade do tema será também importante na pesquisa. Por exemplo, no caso da pesquisa para o filme *O cineasta da Selva*, sobre Silvino Santos ou *Baile Perfumado,* sobre Benjamin Abraão. Nesses dois casos não há muitas informações nem muitas controvérsias a respeito das personagens.

Um outro aspecto importante é a presença de pesquisadores do tema. No caso do filme *Baile Perfumado,* houve a colaboração o pesquisador Frederico Pernambucano. Talvez o fundamental nesse caso da presença do pesquisador seja a definição da abordagem do filme. Os principais elementos históricos contidos nesse filme, do

aburguesamento de Lampião, da modernização do sertão, da morte de Lampião em função do cinema, são questões que fazem parte da abordagem de Pernambucano.

Segundo Pernambucano o filme derruba alguns mitos sobre o cangaço e o sertão. Um deles é esse mito de "...um sertão excessivamente seco, ou seco o tempo todo, (...) que não é verdadeiro."[10]. Uma outra imagem é romper com a idéia do herói cangaceiro. Segundo ele, "o cangaceiro não carregava nos ombros as dores do mundo, ele era um homem que vivia o imediatismo, (...) dançava muito, bebia muito, matava muito*(...)* sem preocupações de futuro" [11]. No aspecto material, há a exaltação das cores [12]: "a profusão de cores no traje do cangaceiro é uma coisa absurda*"*[13]. Ou seja, muitos elementos presentes nesse filme estão diretamente relacionados às pesquisas de Frederico Pernambucano. Acredito que isso possibilitou, inclusive, uma maior liberdade de criação do filme, sem receios quanto a história.

Um aspecto importante a ser questionado nessa construção é a relação entre narrativas históricas e ficcionais. Transformar os dados de uma pesquisa em uma história, em um enredo, também requer um processo de seleção, condensação que visa a construção de um sentido. Esse processo se assemelha a uma construção ficcional. Desta forma, a oposição direta entre história e ficção precisa ser matizada e problematizada. Muitos filmes históricos poderiam ter sua abordagem enriquecida caso houvesse uma compreensão maior de questões desse tipo e uma valorização da história, sem, no entanto, se deixar prender por ela. Muitos artistas proclamam liberdade artística e ficcional mas não compreendem que a história não necessariamente é uma prisão.

Segundo Paulo Halm, roteirista de alguns filmes históricos, "o objetivo do cinema não é fazer história". Por isso, o episódio histórico "serve no que tem de dramático para virar um filme" e não para discutir a sua importância na história. Os filmes são ficções. O compromisso é muito tênue pois é arte e não ciência. O mais importante é o potencial dramático dos personagens.

Segundo Furiati, para fazer um roteiro, "...você tem que descobrir quais são os temas que te movem em relação àquele personagem para você poder dar consistência

dramaturgica ao filme". "É uma pesquisa que visa a construção de um drama (...) visa a construção de uma narrativa" [14]. E é preciso procurar as imagens que comovem. Também é preciso procurar elementos que possam dar materialidade aos personagens. Nesse processo, os vários dados e elementos da vida do personagem vão sendo reduzidos e selecionados a partir das suas possibilidades dramáticas. Furiati citou o exemplo da pipa: segundo ela foi muito importante descobrir que Villa-Lobos adorava soltar pipas. Isso pode parecer um detalhe mas ganha um sentido dramático no filme.

Ou seja, a pesquisa para o filme histórico tem essa característica muito forte da busca por elementos dramáticos tanto de situações quanto de personagens. No entanto, a construção desse drama pode ou não ser mais adequado àquela história.

No caso do filme *Baile Perfumado*, por exemplo, o roteirista Hilton Lacerda comenta esse processo de criação: havia "...a preocupação de mais ou menos equilibrar esse momento entre a realidade e a ficção para que a ficção não virasse um pastiche da realidade nem a realidade interferisse de um jeito tão atuante que deixasse você meio imobilizado por medo de mexer nela"[15]. No caso desse filme, apesar do visual mais "moderno", a sua abordagem traz uma problemática muito pertinente ao tema do cangaço que se liga a uma releitura do tema a partir das pesquisas de Pernambucano.

Muitos concordam que o filme não é história, não pode conter teses acadêmicas pois trata-se de um objeto de arte. Segundo a pesquisadora do filme *Villa-Lobos,* Claudia Furiati, o processo de criação envolve escolhas e seleções, o que o torna subjetivo. "Porque você está falando de arte, você não está falando de história." No entanto, ela polemiza, "...a tua liberdade para ficcionar em cima dos fatos é sempre relativa". Mesmo se o filme é "livremente inspirado" nos fatos conhecidos, há "um nome real, que é [por exemplo] Heitor Villa-Lobos e os personagens do filme são personagens reais" então, o seu compromisso com a realidade tem que existir. Ou seja, não é tão simples falar em liberdade ficcional quando se trata de um filme histórico.

Além disso, se não há o interesse que aquela "ficção" tenha qualquer relação com a história, então por que se inspirar nela? Por que não fazer uma história totalmente

inventada? Consuelo Lins[16] coloca uma questão interessante sobre o filme *O que é isso Companheiro?* Segundo ela, o roteiro do filme é muito pobre, é uma narrativa que não se sustenta. No entanto, o que faz o filme ter algum interesse é justamente o fato de ter sido baseado numa história que ocorreu. Assim, o próprio espectador completa as lacunas daquela história e a torna, de alguma forma, interessante.

As ficções baseadas em "fatos históricos" dialogam com uma extra narrativa e pode fazer isso de forma rica ou não. Como falou Furiati, a abordagem do filme é escolha do diretor, o compromisso maior ou menor com a história é escolha do diretor. Mas ele também terá que arcar com as conseqüências da sua liberdade.

Mas, mesmo o texto histórico passa por níveis de invenções, sem deixar de ser um texto histórico. Assim, compreender esse processo criativo pode enriquecer a história e o filme. Ao estudar o processo de pesquisa e a criação artística do filme podemos levantar vários elementos interessantes que podem ajudar a enriquecer o debate sobre essa maneira de criação histórica.

---

[1] Esta apresentação é parte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da prof. Dra. Ana Maria Mauad, com financiamento da Capes.
[2] Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense
[3] GINZGURB, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.114
[4] GINZGURB, Carlo. *Relações de Força*, p.114
[5] O que parece não ter sido o caso do filme *Baile Perfumado*, no qual o pesquisador Frederico Pernambucano de Mello e sua tese sobre Lampião, foi definidor da própria temática do filme.
[6] Eduardo Escorel, em entrevista para essa pesquisa.
[7] Eduardo Escorel.
[8] Claudia Furiati, em entrevista para essa pesquisa.
[9] Di Moreti, em entrevista para essa pesquisa.
[10] Frederico Pernambucano, em entrevista para essa pesquisa concedida ao pesquisador Cristiano Ramalho.
[11] Frederico Pernambucano.
[12] Frederico Pernambucano discorre sobre a questão dos trajes e ornamentos dos cangaceiros no documentário *A estética do cangaço.* Produtora Massangana. Recife.
[13] Frederico Pernambucano.
[14] Claudia Furiati.
[15] Hilton Lacerda, em entrevista para presente pesquisa.
[16] LINS, Consuelo. "*O que é isso companheiro?* A ficção resiste sem a história?" in: vários. *Versões e Ficções: o seqüestro da história.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997. pp.151-154

Canoas - para lembrar quem somos: bairro Nossa Senhora das Graças

Viviane Adriana Saballa* - UNILASALLE

O Projeto "Canoas – para lembrar quem somos" existe desde 1994[1] e nasceu da necessidade de pensar o fazer cultural como constituinte da vida em comunidade, bem como elemento de contribuição da construção da cidadania. Modos de valorização de vivências e práticas do cidadão são apreendidos em uma dimensão que considera seus valores e comportamentos como integrantes de sua maneira de perceber o mundo, formando uma cosmovisão única e de vivência coletiva. Considerando as comunidades como guardiãs de seu patrimônio cultural, queremos acessar, conforme sugere a autora Maria Parreiras Horta, seus "mobiliários da mente" e entrar em contato com os diversificados fundamentos que no transcurso de suas vidas acumularam e conduziram por meio do verbalizado, pensado, imaginado, visualizado, sentido e percebido que hoje são resgatados em forma da oralidade. A base fundamental para o exercício da vida consciente e de inserção é a memória desses grupos, que nos espaços societais e culturais realizam os intercâmbios comunicativos.[2]

Canoas, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, como cidade que representa um dos maiores aglomerados urbanos do Rio Grande do Sul, modifica-se e desenvolve diariamente. Via recuperação de informações básicas que dinamizam a organização dos bairros resgataremos testemunhos de sua própria história, valorizando a população em seu espaço de cotidianidade e de edificação de sua história de vida, que confunde-se com os caminhos da própria cidade, pois:

> (...) não há memória que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca.[3]

O objetivo maior é valorizar e divulgar a trajetória histórica de Canoas através da análise e interpretação de marcos fundamentais na construção de sua identidade, em

* Professora-Pesquisadora do Departamento do Curso de História do UNILASALLE.

termos espaciais, culturais e sociais. Temos como meta pesquisar o legado cultural e o desenvolvimento das comunidades locais, divididas por bairros a fim de que haja o reconhecimento de si como elemento fundamental no processo de modernização e acumulação de riqueza da urbe.

Identificados os aspectos físicos e geográficos da cidade, reconhecidos e inventariados os núcleos urbanos e rurais que a integram Canoas, chegamos a um total de dezessete bairros e uma ilha. Em posse dessa informação, partimos para o estudo dos aspectos históricos com pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica, e pesquisa oral para identificação de remanescentes usos e costumes.

O valor da história oral e a adequação de seu uso no presente projeto se justificam pela possibilidade que apresenta de suprir as lacunas concernentes à complexidade da realidade, dando vasão ao ato de recriar múltiplos pontos de vista:

> A história oral oferece uma reconstrução do passado não apenas mais próxima do real, como também mais justa. O relato oral restitui (...) o passado a partir do presente, o que quer dizer que toda lembrança pertence ao passado e ao presente, e se modifica segundo este último.[4]

Consideramos conveniente recordarmos a abordagem de Paul Thompson no tocante às fontes orais, quando nelas encontra *sentido humano,*[5] inerente à democratização da história, que com sua dinamicidade restitui às pessoas o passado ativado através de seus próprios testemunhos, assegurando-lhes um protagonismo perdido. O estabelecimento de elos e teias de conexões que viabilizam incitativas percepções do universo do depoente se torna possível a partir da valorização das fontes orais como elemento de investigação histórica que renova os intercâmbios entre história e ciências sociais.[6]

Fazendo da memória um constitutivo de cidadania e identidade social, servindo de reação e contraponto aos discursos limitante e homogeneizador predominantes que não oportuniza o acesso a diferentes versões dos acontecimentos, é através de esquecimentos e silêncios que se descortinarão formas para forjar a memória coletiva.[7] Um depoimento congrega em si um conjunto de rememorações que são o condutor de contatos com a complexidade das relações sociais.

Até o momento o Projeto conta com nove volumes publicados, referentes aos bairros pesquisados: Rio Branco, Niterói, Centro, Estância Velha, Guajuviras, Mathias Velho, São José e São Luís, Igara e Mato Grande.

Nesse ano estaremos lançando a obra referente ao bairro Nossa Senhora das Graças e compartilhamos aqui fragmentos de sua história e aspectos peculiares, o que o faz ser tão singular.

Uma primeira informação que pontuamos é a busca de identidade por parte dos moradores no que diz respeito a referências espaciais deste bairro que se configura basicamente como residencial. Desde 30 de janeiro de 2003, o município de Canoas tem os limites dos bairros e denominações reconfigurados, assim o Bairro Nossa Senhora das Graças incorpora áreas conhecidas até então como Chácara Barreto, Vila Fernandes, Vila Ideal, Vila Hermann e Nossa Senhora das Graças. Ainda hoje tal fato causa confusão entre muitos moradores e a aceitação não é consensual, há relutância em aceitar a nova denominativa que é uma alusão à igreja e hospital. A população relaciona-se com o bairro a partir de identificações que lhes são familiares, como nome antigo de localidades que testemunharam dificuldades e contentamentos, a noção de pertença emerge nesses pontos que lhes são familiares.

O processo de ocupação do bairro se deu a partir da aquisição de terras provenientes de loteamentos das áreas de chácaras existentes. Os locais mais antigos são a Chácara Barreto e a Vila Fernandes, se colocam como expressivos no processo histórico e formativo do Nossa Senhora das Graças, que se deu na década de 30. Sendo assim, dois nomes que surgem como significativos são Victor Barreto Filho e José Antônio Fernandes, grandes proprietários de terras e os primeiros loteadores. A antiga divergência entre as duas famílias é de domínio público e compõe o imaginário da população local, que tece longos relatos explicativos da situação. A materialização do desentendimento está nas ruas geograficamente desencontradas e com ordenamento que não seguem critérios de coerência, o que causa incompreensão e perplexidade entre os moradores.

As recordações dos residentes do Bairro Nossa Senhora das Graças remetem a um tempo memorial, onde predominam lembranças de um bairro cuja natureza preponderava no cenário cortado por casas isoladas, distribuídas de forma esparsa no ambiente rico em biodiversidade. Os laços de solidariedades são exaltados, bem como as relações de amizade entre os vizinhos. Essas características são referenciadas por quase totalidade dos moradores antigos como fator atrativo para fixar e manter residência na localidade, mostram também insatisfação no tocante às marcas da modernidade no cotidiano, que imprimem impessoalidade aos tratamentos. Contemplamos assim as apropriações que são feitas dessas memórias e como elas configuram o traçado característico que compõe sua historicidade própria, legitimando-se um "processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade." [8]

Podemos afirmar com convicção que o grande diferencial do Nossa Senhora das Graças está na quantidade de estabelecimentos voltados ao lazer, diversão e entretenimento nascidos ainda no período da *infância* do bairro. A contribuição da iniciativa privada proporcionou alternativas para o desenvolvimento da sociabilidade, união e convívio comum na busca de distração. Pesquisamos a existência de Clubes e Grêmios Esportivos, Sociedades Culturais e Beneficentes que da década de 1930 até metade da década de 1970 foram atuantes e que na fala da população ocupam um espaço de afetividade e de saudável nostalgia. Constituem os "lugares de memória" [9] onde elaboração, reelaboração e interpretação se dão em um contínuo expressos na verbalidade, em seu "acervo inclui, com destaque, relatos preciosamente recontados: é a própria identidade do grupo 'materializada', é sua riqueza, poder e emoção."[10]

Uma particularidade extremamente peculiar nesses espaços de recreação e esportes existente no Nossa Senhora das Graças é a explícita discriminação racial que se dava de forma acentuada entre as décadas de 1940 e 1960, corporificada na rivalidade étnica entre clubes que se dividiam em: exclusivo de brancos, como o Clube Dezessete; somente para negros, como Salão do Máximo e Castro Alves; voltado a princípio para negros, mas que a partir de 1970, não excluía brancos, como o Rui Barbosa.

Os entrevistados fazem questão do registro dessas diferenças por compreender que fazem parte de seu passado, momento de situações que não trouxeram orgulho, mas que devem ser vivificadas para que não haja incidência no mesmo erro, deixando o exemplo da superação a futuras gerações. Visualizamos a confirmação da afirmativa de Ecléa Bosi, que diz que "memória é trabalho,"[11] percebemos a importância da memória compartilhada, cujos indivíduos se vêem interligados pela experiência vivida, portadores de enciclopédias mentais que são ativadas por uma trama de junções interligadas pelo vivido em conjunto, portanto construção plural. A memória coletiva se corporifica no momento que promove a ação primeira, razão de sua existência: salvaguarda, proteção, conservação que emerge no presente rompendo com o aprisionamento do passado através de associações de vivências, contribuindo para a construção da identidade social. E tal postura dos habitantes do bairro mostra essa busca de rompimento e olhar voltado para o amanhã.

Moradores antigos ou novos, o que cotejamos é a percepção desse espaço de vida e convivência, que é o bairro. Cenário de momentos marcantes para muitos ou de aprazível rotina, a população local com ele interage, se comunica, transmite em opiniões, protestos e gestos de defesa, discursos que falam pura e somente de si ao mundo, do SEU mundo ao restante da nação, demonstrando que existe. Nossa Senhora da Graças alimenta esperanças, dúvidas e certezas de um porvir tão grandioso quanto seus habitantes, gigantes de vontade de melhorá-lo e construir um futuro melhor para as próximas gerações ou futuros residentes. O compartilhar de vivências, de narrativas e memórias fez com que todos, independente do tamanho de sua contribuição, tornassem legítima sua importância. A percepção de que com um mosaico de informações provenientes de relatos e depoimentos se possa construir a trajetória de um bairro, faz com que seja legitimado o resgate da dignidade.

Os moradores no ato que contribuem para a publicação do próximo volume do Projeto, que promove um "trabalho de solidificação" de suas memórias, estão ressignificando a sua história social do lembrar, afirmando a memória como fenômeno histórico. Através do trabalho de memória, o passado é refeito sob o imperativo de quem

rememora no presente, noções são reavaliadas e redimensionadas sob agora nova ótica que se impõe, o contemporâneo.

A multiplicidade de modos de ser e fazeres culturais se expressam nas memórias coletivamente enaltecidas, validando a mais plural diversidade. Recriando a memória, estamos abrindo possibilidades para o exercício da cidadania à medida que damos visibilidade a ações desses homens, expomos suas resistências e história executadas com outros indivíduos que compartilham os mesmos sonhos, ilusões e desejos, é o reconhecimento do "direito ao passado". É a sociedade construindo a si mesma...

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A Coordenação está a cargo do UNILASALLE com interface da Prefeitura Municipal de Canoas. A equipe multidisciplinar é na atualidade composta por: Viviane Adriana Saballa, Mestre em História, professora do Curso de História do UNILASALLE; Miguel Gayeski (Coordenador), Mestre em Educação e professor do Curso de Pedagogia do UNILASALLE e Dárnis Corbellini, Mestre em Sociologia e professor do Curso de Pedagogia do UNILASALLE.

2. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação patrimonial. IN: **Revista Ciências e Letras: Educação e Patrimônio Histórico-Cultural.** Porto Alegre, FAPA, n. 27, jan./ jun. 2000, p. 28.
3. HALBWACHS,Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990, p. 143.
4. FREIRE, Doía; PEREIRA, Lígia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. IN: **Interpretando o Patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 124-125.
5. THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 13.
6.FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História Oral e Multidisciplinaridade.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
7. LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 3ª. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 426.
8. GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editor UFRJ; IPHAN, 2002, p. 24.
9. NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, no. 10, São Paulo: PUCSP, 1993.
10.GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo –** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, no. 1 /2, p. 17-30, jan./dez. 1996, p. 20.
11. BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

A METODOLOGIA DA PESQUISA EM COLABORAÇÃO E SUAS POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO COMO INVESTIGADOR SOCIAL. *

Viviane Aparecida Bastos Pampu - UFPR

A proposta deste trabalho está inserida entre as iniciativas de pesquisa da Área temática de Cultura, Saberes e Práticas Escolares, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, bem como, do LAPEDUH (Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica). Este trabalho objetiva analisar e identificar as relações entre a educação histórica no ensino fundamental e médio em contexto de reformas curriculares e a construção do Código Disciplinar de História, utilizando como referência a formação da consciência histórica dos educandos. Esta perspectiva histórica do código disciplinar da história é um pressuposto para que se entenda os elementos que constituem os textos visíveis (currículos, manuais didáticos, etc.) e os textos invisíveis (práticas docentes e discentes) inseridos no contexto em que foram produzidos e a partir das relações de poder que os articulam. Foi neste sentido por exemplo que uma das atividades do presente projeto foi discutir com o coletivo presente no projeto (professores de História de Araucária) o processo de construção social das diretrizes curriculares de História do município. Essa foi uma das estratégias utilizadas para a pesquisa em colaboração.

Nesta perspectiva, as aulas de história enfrentam exigências novas que decorrem da necessidade de formas e conteúdos de ensino e aprendizagem integradores, permitindo assim a aquisição de conhecimentos significativos para a vida, enquanto situações concretas sociais, que contribuam para formar a consciência histórica do aluno. Entendida como tarefa educativa de formação política, crítica e comunicativa, a disciplina de história necessita de um novo código disciplinar, em que os conhecimentos históricos devem ser tratados de forma a assumirem uma posição crítica, ou seja, ofereçam uma gama de

* Resultado parcial de pesquisa de iniciação científica integrada ao projeto: Recriando a história: a construção do método como elemento constitutivo do código disciplinar e as possibilidades da educação histórica escolar. Sob orientação da Drª Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimidt da Universidade Federal do Paraná.

reflexões sobre os problemas sociais do momento histórico atual. Em busca desta construção apontamos a possibilidade de desenvolvimento da pesquisa em colaboração, que é conceituada dentro da pesquisa qualitativa, possuindo a especificidade de ao mesmo tempo em que, investiga participando do processo, também articula a transformação dos envolvidos em sujeitos pesquisadores.

Quando delimitamos um campo de pesquisa é necessário que entendamos seu contexto. No nosso caso, acompanhamos a pesquisa em colaboração com professores de história do ensino fundamental, que se dispõem a pensar formas de uma melhor intervenção na vida social dos educandos a partir da referida disciplina escolar. Conforme o exposto cabe-nos então fundamentar ou ao menos situarmo-nos da realidade do ensino de história hoje, no sentido de contextualizar o código disciplinar de história.

A discussão mais coesa que se realiza atualmente, retrata a preocupação presente no ensino de história, a de poder procurar, investigar, trabalhar, escrever e resgatar a história que não seja apenas a de vilões e heróis, mas sim de quem realmente faz a história, o povo. [1]

A história unicamente política referida é a história que trata somente dos fatos políticos onde estão presentes heróis, não envolvendo assim o cotidiano da maioria, ou seja, da classe menos favorecida. Esta perspectiva passa a ser questionada em meados da década de 60/70, onde é apontado o seu enraizamento na escola positivista, pregando a neutralidade e a reconstrução de fatos históricos isoladamente, esta perspectiva está profundamente ligada com entendimento que, se não há documentos oficiais, não há história.

A ruptura com esta tendência na década de 60/70, parte da necessidade acadêmica de investigação e produção. É aí que ganha força, entre outras correntes, o materialismo histórico, que traz a perspectiva de análise da construção da sociedade através da história,

---

[1] FENELON. D. **Pesquisa em História: Perspectivas e abordagens.** In: FAZENDA, I. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

ou seja, pelo resgate da história do homem baseando-se nas relações sociais de produção e dos homens como produto e produtores da história.

A necessidade de desenvolver novos métodos e de explorar o cotidiano dos educandos e educadores colocou os professores de Araucária, região metropolitana de Curitiba, diante de uma busca por sistematizar experiências já realizadas no âmbito escolar bem como frente à necessidade de pesquisar o cotidiano escolar na perspectiva de mudança.

A pesquisa qualitativa na área sociológica foi solução para indagações, onde não se conseguia entender fenômenos específicos do cotidiano, ou seja, da realidade social. Na área da educação, a pesquisa qualitativa também corresponde a estes anseios, uma vez que não se consegue interpretar dados, índices e tabelas sem entender a realidade que gera tais conclusões. Há décadas que pesquisadores da área educacional buscam formas de investigação que estabeleçam uma relação mais orgânica entre as atividades de pesquisa e o ensino. [2]

Além de dar significado às indagações e investigações dos professores da escola fundamental, os pressupostos da pesquisa em colaboração têm papel de resignificar o diálogo entre a escola e a Universidade.

A relação entre a Universidade que forma professores e as escolas que são a área de trabalho dos mesmos é débil. A Universidade volta-se para as escolas, na maioria das vezes, para discorrer sobre a prática, levando os conceitos prontos desenvolvidos na academia até estas instituições de ensino. Isso é percebível na relação com os professores de Araucária que, no início deste trabalho reivindicavam maior intervenção como forma de aproximação da Universidade.

Questões devem ser levantadas em torno da metodologia para se adquirir o conhecimento científico. É preciso analisar a investigação científica como um movimento do

---

[2] BUENO, B.O. **Pesquisa em colaboração na formação contínua de professores.** In: BUENO, B.O. ; CATANI, D.B. e SOUZA, C. P. de. (org.) **A vida e ofício dos professores.** São Paulo: Escrituras, 1998

pensamento humano que vai do empírico para o teórico e deste para o empírico superando teorias ainda presentes nas pesquisas. [3]

A partir metade do século XX pesquisadores em educação passaram a utilizar a pesquisa participante indo as escolas e utilizando esta metodologia para compreender as relações e contradições existentes, relacionadas à cultura escolar. Normalmente o pesquisador mantém, possui um objetivo, um compromisso com a realidade em que se insere para pesquisar, no entanto, com um determinado distanciamento do objeto de pesquisa.

No contexto desta perspectiva encontra-se a Pesquisa em Colaboração, a qual possui como principal característica o envolvimento de todos os sujeitos. Nas questões teóricas, metodológicas, nas estratégias de pesquisa e também na análise dos resultados, o objetivo é fazer com que todos tornem-se pesquisadores, visando logicamente o atendimento das necessidades de um grupo. Neste sentido ressalta-se o fato de que o grupo de professores de Araucária tem como pressuposto o fato da pesquisa em colaboração somente ser possível dentro de um coletivo que gere discussão, onde cada pesquisador traz a sua experiência e divide com os colegas, inclusive os problemas e avanços obtidos, criando, assim, um espaço e uma relação de troca. Por isso, ela exige um acompanhamento e uma relação sistemática de troca entre todos os pesquisadores. Essa relação tem acontecido, principalmente nos encontros quinzenais, durante as horas atividades dos professores, quando os 30 membros do grupo se reuniam com os pesquisadores da universidade.

A discussão realizada nas escolas no que se refere a pesquisa em colaboração, ainda é pequena, no entanto, considerando-se o campo da pesquisa qualitativa é uma das formas mais consistentes de investigar a problemática da educação escolar.

Ao nos referirmos a pesquisa realizada é necessário que contemplemos o seu método de trabalho. No nosso caso, para pesquisar a metodologia da pesquisa em

---

[3] FRANCO,M.L.P.B. **Questões metodológicas e o papel do sujeito pesquisador.** In: **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional.** Campo Grande: Editora UFMS, 1999 (p.201-217)

colaboração, se faz necessário um estudo bibliográfico do tema que, aliás, ainda é pouco debatido no meio acadêmico brasileiro, bem como se fez necessário o acompanhamento da prática de pesquisa. O nosso problema está diretamente relacionado com a pesquisa em colaboração realizada em Araucária que, por sua vez, também tem um objetivo específico, realiza-se com os professores que discutem a reformulação das diretrizes curriculares da disciplina História, bem como da transposição didática da ciência.

O nosso objetivo ganha corpo na participação da pesquisa em colaboração, uma vez que, discutimos dentro da pesquisa, para poder entender e fundamentar a possibilidade da pesquisa na atuação do pedagogo. Como forma de potencializar a investigação e análise da realidade da pesquisa como um todo, utilizamos a elaboração de dossiês de todos os encontros. As descrições das discussões nos auxiliam no entendimento da prática da pesquisa. [4]

A prática de utilização de diários é proposta pelos autores como uma forma de investigação dentro das salas de aula. Na pesquisa utilizamos dossiês, que também nos possibilitam analisar as contradições presentes, bem como incentivam os professores a construir diários da sua própria prática. O grupo adquiriu consciência da importância de registrar experiências.

As principais discussões dos encontros foram levantadas através do dossiê, possibilitando que os componentes do grupo refletissem sobre, vindo depois a confirmar que, sem o debate proporcionado não seria possível o avanço e entendimento de sua prática.

Sabemos que, sem uma coesa investigação, sem considerar o estado atual e a história de um problema ficamos privados do direito de tirar conclusões e apontar resultados. Para resolver um problema necessariamente temos de investigá-lo arduamente. Essa é uma consigna na pesquisa em colaboração.

---

[4] PORLÁN, R. ; MARTÍN, J. **El diario del professor: un recurso para la investigación en el aula**. 6ª ed. Sevilla: Ed. Díada. 1998.

Neste sentido, experiência realizada em Araucária apontou-nos, a partir de um problema principal, que é não conseguir transformar a realidade escolar, através das reformulações curriculares, diversas contradições que seriam secundárias, mas que no entanto, apontam um caminho para a construção de uma nova perspectiva no ensino de história. Este nosso caso demonstra que os problemas do cotidiano podem ser considerados como contradições secundárias que, são a expressão da contradição principal, e que identificando as primeiras avançamos para a identificação do problema maior, ou seja, caminhamos para a solução da contradição principal. Com o desenvolvimento da pesquisa surgiu entre o grupo de professores participantes a necessidade de se afirmar enquanto pesquisadores, de buscar na investigação o principal método para solucionar os problemas cotidianos da sala de aula.

Do ponto de vista pedagógico, no que tange a possibilidade de utilização e desenvolvimento da pesquisa em colaboração, o acompanhamento da pesquisa em Araucária, nos aponta a perspectiva de através da pesquisa em colaboração, investigar a realidade social presente na escola pública. Neste sentido são apontados caminhos e problemas identificados. Sabemos que os problemas apontados podem ser discutidos e solucionados através das investigações sociais que necessariamente dependem de estudos teóricos, relacionados dialeticamente com a investigação da realidade.

As observações realizadas, bem como a análise dos dossiês elaborados nesta primeira fase da pesquisa, suscitam a necessidade da discussão de três elementos que poderão constituir características da pesquisa em colaboração:

1) A possibilidade de valorização do trabalho coletivo;

2) Superação da dicotomia teoria / prática, trabalho manual / trabalho intelectual, ensino / pesquisa.

3) A existência e otimização de relações de troca de conhecimentos e experiências;

A partir dos resultados identificados, como por exemplo, a relação de troca entre os professores, aponta-se a necessidade da discussão teórica sobre, no entanto até então a

discussão em torno da forma de investigação e participação na realidade pesquisada foi entendida como tarefa principal, além é claro das referidas relações entre a possibilidade e necessidade das análises pedagógicas no campo das investigações sociais.

A contradição identificada entre trabalho manual e trabalho intelectual deriva de uma contradição principal que é trabalho x capital. No decorrer da pesquisa identificamos que o simples lecionar, já não era visto pelos educadores como tarefa principal, já não era visto como um fim, mas sim como um meio para o desenvolvimento de uma pesquisa, uma experimentação feita de forma qualitativa, ou seja, investigando a prática.

As contradições dentro do sistema escolar foram colocadas em debate e expressaram a dificuldade de se assumir a contradição trabalho manual x trabalho intelectual. Indica-se neste sentido, a prática educativa escolar como meio que articula as contradições sociais com o aparato escolar do estado, que entendemos muitas vezes como campo de reprodução ideológica. Este meio poderíamos chamar de condição material, que possibilitará a investigação a respeito do trabalho manual e intelectual no que tange a prática educativa. [5]

Dentro deste contexto identificamos que assim como existe a propriedade privada dos meios de produção, existe também a propriedade classista dos meios intelectuais de produção, esta apropriação influencia diretamente a prática escolar, refletindo desta forma a no trabalho dos professores, que até então, apenas executavam, davam forma a ideologia da classe dominante, detentora dos meios intelectuais de produção.

Quando falamos de produção automaticamente remetemo-nos a chamada base material, a estrutura econômica, considerando que hoje nos encontramos dentro de um sistema econômico chamado capitalismo, esta estrutura gera as principais contradições na sociedade, no entanto, partindo desta contradição podemos identificar as demais contradições que diríamos estar na super estrutura, estas seriam as questões ideológicas e culturais principalmente. A realidade identificada na educação escolar a partir da discussão

[5] MARX, K. ; ENGELS F. **A ideologia alemã – feuerbach**. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira 2ª ed. São Paulo: editora ciências humanas, 1979 Original Alemão.

com os professores de Araucária nos possibilitou identificar a relação até então realizada, comprovando a existência de uma sociedade de classes.

Reafirmamos aqui que, pelas condições objetivas da realidade investigada não seria possível chagarmos ao caráter de discussão que apresentamos se não recorrêssemos a metodologia da pesquisa em colaboração, a investigação dentro da escola como já dissemos, esta diretamente relacionada com a realidade social existente e para que de fato seja possível identificarmos relações e conseguirmos fundamentá-las é necessário uma participação da realidade concreta, do contrário levantaríamos dados, números, ou suposições meramente especulativas.

Quanto ao trabalho coletivo entendemos que o grupo não é como poderia parecer, um grupo de amigos, nem simplesmente um grupelho de professores que lutam simplesmente em prol da sua categoria, aí é que se afirma a verdadeira concepção de coletivo que, necessariamente reúne-se em torno de um objetivo comum, político e economicamente determinado. A pesquisa em colaboração sem esta realidade torna-se insuficiente, debilitada, uma vez que, para haver colaboração necessitamos de uma relação efetivamente coletiva.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNDO "MIXTO" [1]DA CUIABANA – ZULMIRA D'ANDRADE CANAVARROS (1895-1961) [2]

Viviane Gonçalves da Silva[3] - PPG-UFMT

Centramos aqui atenção especial na cuiabana Zulmira D'Andrade Canavarros (mais conhecida como Zulmira Canavarros), no intuito de abordar seu universo profissional e familiar, e no sentido de trazer subsídios a respeito de sua "performance" cultural. Tida por parte daqueles que a conheceram como uma mulher que liderava movimentos culturais no âmbito da música e das artes cênicas, chama-nos à atenção o fato de suas criações não terem alçado outras fronteiras. Contudo, cabe observar que Zulmira Canavarros acompanhava o andar das demais mulheres cuiabanas, em consonância com as manifestações artísticas de outras regiões do país e do mundo, a exemplo do cinema mudo, do rádio, da música, do teatro e das letras[4]. Desvincular Zulmira Canavarros das profícuas manifestações culturais promovidas pelas mulheres letradas da época, seria retirar delas uma parcela do que juntas significaram e/ou representaram para a então ainda pequena Cuiabá, cidade que soube degustar das jovens senhoras e senhoritas as ricas contribuições advindas do movimento. O recorte espacial e temporal deste estudo encontra justificativa no ano de 1895, quando ocorre o nascimento de Zulmira Canavarros e tem como desfecho 1961, ano do seu falecimento.

Na época em que Zulmira viveu, o papel da mulher no contexto social brasileiro e, de forma mais ampla nas sociedades ocidentais, esteve relacionado à maternidade, ou seja, relegado à esfera privada. Estas questões estão atreladas a problemáticas da história ocidental onde a divisão do trabalho, com tarefas distintas a serem ocupadas por homens e mulheres, aliadas às instituições religiosas e conceitos morais contribuíram para estabelecer as definições de espaços entre as esferas pública e privada relacionadas aos sexos masculino e feminino.

Circunscritas ao âmbito do privado, as mulheres, acompanharam dentro do limites sociais e morais a elas impostos, as mudanças ocorridas, e passaram gradativamente a ocupar os

espaços no âmbito da esfera do público, a exemplo de Zulmira Canavarros, que mesmo casada, conseguiu realizar-se também na parte profissional.

Para Eni de Mesquita Samara, provavelmente houve um certo exagero dos estudiosos ao estabelecerem o estereótipo do "marido dominador" e "da mulher submissa". As variações nos padrões de comportamento de mulheres provenientes dos diferentes níveis sociais indicam que muitas delas trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas pela rebeldia ou insatisfação. Ao nosso ver, as imagens são contraditórias e os estereótipos, em muitos aspectos, irreais. Estes últimos seriam apenas mitos? Existiu realmente o ideal de passividade feminina?[5]

Cynthia Roncaglio[6], analisa a oscilação persistente entre as reivindicações das mulheres e as recusas da sociedade tradicional, que as desejava distantes da esfera pública e da prática política. Reitera que as profissões extradomésticas possibilitaram às mulheres a conquista do seu espaço na sociedade, sendo umas dessas funções extradomésticas, o magistério, que além de ter contribuído para a emancipação forneceu-lhes autonomia financeira.

O magistério contribuiu para a sobrevivência de muitas mulheres, e do sustento de suas famílias. No entanto, diversas dessas mulheres tiveram que optar entre o magistério ou o casamento. Quando se optava pela profissão de educadora, com dedicação exclusiva, a mulher era representada por professora solteirona, "figura severa, de poucos sorrisos, cuja afetividade estava de algum modo escondida".[7]

Assim, podemos afirmar que educação e arte caminharam juntas, possibilitando as mulheres: autonomia financeira, profissionalização, participação social e o ingresso na vida pública e uma certa igualdade com os homens, sem, no entanto, deixarem de ser mulher, mãe ou dona-de-casa. No caso de Zulmira Canavarros, pontuamos que, ela de certa forma soube articular a vida do lar com os anseios e as aspirações da vida pública.

De acordo com Mary Del Priore[8], as relações entre as duas esferas: pública e privada, não se dão mais num senso único de dominação de uma esfera por outra, mas realizam-se numa relação de articulação entre dois pólos entre os quais existe uma dialética constante. Não se trata de discutir o espaço público em oposição ao privado, mas de tentar perceber qual a natureza do

espaço que diferentes grupos sociais ocupam. Trata-se, ainda, de interpretar os usos e representações que fazem os diferentes grupos sociais deste espaço.

O ser mulher estava cercado de um discurso ideológico que acabou por desumanizá-la como sujeito histórico e, ao mesmo tempo, criando estereótipos, convertendo-as em regidos papeis sociais. A apresentação do comportamento feminino limitou-a ao "recôndito do lar", desempenhando o papel de "rainha do lar", representado por um tripé: *mãe, esposa e dona de casa*.

O imaginário da boa mãe, esposa dedicada e dona de casa, como principal e mais importante função da mulher satisfazia aquilo que era fixado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legalizado pelo Estado e publicado pela imprensa[9]. Mais que isso, essa tal representação acabou por recobrir o "ser mulher", e sua relação com as obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do lar feliz, espaço ideológico estabelecido como privado.

No entanto, através da escrita e da ligação com as artes como a música, a literatura e o teatro, foi que conquistaram outros espaços, reivindicando esses anseios nos periódicos que dirigiram, destinados ao "belo sexo". Neste sentido, parte-se da premissa que as expressões artísticas e associativas possibilitaram às mulheres a conquista de espaços públicos, como foi o que ocorreu com Zulmira Canavarros.

Filha única do casal Gabriel de Andrade e Luiza Cuiabano de Andrade, Zulmira d'Andrade Canavarros nasceu em Cuiabá no dia 14 de novembro de 1895. Seu pai era fotógrafo e sua mãe costureira. Não é de surpreender que desde pequena, fora muito fotografada pelo pai. Numa dessas fotografias, destacamos Zulmira trajada com roupas de menino, "de calçola, camisa e botas", assim descrito por Benedito Pedro Dorileo como: "um desejo contido do pai em ter filho ao invés de uma menina" [10]. Em meio a um ambiente onde a arte pareceu fazer parte do cotidiano, com o pai fotografando e revelando em laboratório próprio as fotos, bem como a mãe, desenhando com lápis coloridos os moldes das roupas em papéis, recortando os tecidos e transformando-os em peças, armadas em vestidos, saias, chapéus, blusas, casacos, etc, partes do vestuário feminino, cresceu Zulmira compondo o seu modo criativo de ser e de relacionar-se com as

pessoas. Aqueles que a conheceram dotam-na de graciosas habilidades manuais, demonstradas em surpreendentes trabalhos, como poucas mulheres à época realizavam.

Durante a infância, Zulmira Canavarros e seus pais moraram na Rua de Cima, atual Rua Pedro Celestino, uma das ruas mais centrais da capital de Mato Grosso, espaço de acontecimentos e de festividades. Em 1903, com apenas oito anos, Zulmira apresentara-se publicamente no teatro da Sociedade Dramática Amor a Arte[11], com um teatrinho de bonecos de panos, confeccionados sob a orientação da mãe, dando-lhes vida ao apresentá-los. Essa atividade iria fazer parte de sua vida de adolescente e de adulta, pois , em 1909, aos 14 anos, Zulmira liderou a criação de um grupo de teatro amador, com algumas de suas contemporâneas, tais como: Alcemena Canavarros, Felenila da Silva, Jacintha de Siqueira, Vigília, Orítia, Aricina e Ester. Ao que consta, "todas dividiam o tempo em estudos humanísticos no Liceu Cuiabano, com aulas de música com a professora Judith Catilina e dedicação ao teatro amador". [12]

Zulmira Canavarros casou-se no civil aos 20 anos, com Danglars Canavarros[13], maçom, no dia 18 de março de 1915, e somente no ano de 1935 no religioso, atendendo ao que parece ao costume da maioria da população, numa evidente manifestação de religiosidade. O casamento ocorreu na Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, em cerimônia celebrada pelo Arcebispo Dom Francisco Aquino Corrêa[14]. A demora para o desfecho do casamento religioso, pode encontrar explicação no fato de Danglars não praticar a religião católica.

Maria Luiza, filha única de Zulmira Canavarros, nasceu dez anos depois, no dia 10 de fevereiro de 1925, quando suas atividades artísticas já eram reconhecidas na capital do Estado de Mato Grosso.

Concomitante a atividade de professora de piano particular, Zulmira Canavarros também atuava no magistério, sendo professora primária do Grupo Escolar Senador Azeredo e, por volta de 1930, foi professora da cadeira de Música, Canto Orfeônico e Trabalhos Manuais do Liceu Cuiabano, chegando a aposentar-se na carreira do magistério.

Importa lembrar que em Cuiabá, aproximadamente em 1910, ocorreram as primeiras exibições cinematográficas no chamado *Cinema Mundial*, porém foi o *Cine Parisien*, criado em

1912, pelo Sr. Manoel Bodstein, que fora considerado o primeiro cinema oficial de Cuiabá como afirma Aníbal Alencastro[15]. Os filmes estrelados neste cinema, de início eram de curta metragem ou documentários. Na década de 1920, porém, os filmes exibidos já apresentavam algum enredo. Zulmira Canavarros tocava piano no *Cine Parisien* praticamente todas as noites, dando vida ao cinema mudo, juntamente com sua orquestra, composta por Honório Simaringo, Agnelo e Eugênio, formando o conjunto musical do cinema sem som na década de 1920. A princípio, a programação do Cine Parisien era composta também por documentários. As películas recebiam o toque musical de Zulmira Canavarros, pois se uma cena era tida como infeliz, inspirava na artista uma valsa triste, se alegre as músicas eram bem animadas, emocionando a platéia que ali estava.

Zulmira Canavarros também envolveu-se com a organização dos carnavais cuiabanos como bem nos descreve Marta Catunda[16], assim registrado, "graças aos esforços da professora Zulmira Canavarros, são instituídos concursos de canções carnavalescas". A programação cultural ficava a cargo de José Rabelo Leite e Luís Atílio e a realização dos concursos por conta de Zulmira Canavarros.

Este foi um dos momentos em que Zulmira Canavarros coordenou e realizou inúmeros concursos de músicas carnavalescas, e compôs vários sambas, a exemplo dos que seguem : *"Antônio João", "Clube Feminino", "Algodão", "Menina do amor", "Samba da saudade" e "Auri".*

Nesse sentido, observamos que a rádio *Voz D´Oeste*, foi um espaço onde Zulmira também atuou. Criada no ano de 1939, por Zulmira Canavarros e Jercy Jacob[17], "em improvisado estúdio na casa de Jercy Jacob, na rua Barão de Melgaço, depois transferido para um pequeno galpão, próximo a torre de transmissão, levantados no quintal da casa de Zulmira Canavarros, na rua do livramento, que hoje leva seu nome". [18]

Zulmira Canavarros escreveu sozinha e também em parceria com Ulisses Cuiabano, Franklin Cassiano da Silva e Firmo Rodrigues peças teatrais. Um dos locais de maior intensidade dessas apresentações cênicas foi o Cine Teatro Cuiabá, como bem descreve Dorileo:

> *Em 1942, Júlio Müller (...), inaugura o cine Teatro Cuiabá, dentro de tantas obras gigantescas, Zulmira no Palco da maior sala de espetáculos do Centro-Oeste, ensaia e dirige* ***"Cala boca Etelvina"****, comédia de*

> *armando Gonzaga da Silva, em sessão inaugurativa. Dirigiu tantas outras peças de consagrados teatrólogos brasileiros; e , da sua autoria, outras como **"Vítimas do progresso"** e **"Frutos da época"**, No Jubileu de Prata de Dom Aquino Corrêa, por ocasião do primeiro congresso Eucarístico de Cuiabá, em 1952, dirigiu **"A feia"**, de Paulo Ferreira, merecendo do aplaudido Procópio Ferreira os encômios mais abertos. Teria sido sua última atividade teatral mais destacada.*[19]

Para a pianista Benedita Deschamps Rodrigues, cognominada de *Dunga*, Zulmira Canavarros pode ser considerada um gênio musical em Mato Grosso, e uma das maiores incentivadoras da música no Estado, conforme podemos atestar em seu depoimento:

> *Nas músicas Zulmira revelava sua genialidade, na proxilidade dos vários ritmos, segundo a exigência dos personagens focalizados no palco. Muitos versos de Franklin Cassiano da Silva e de Indalécio Proença foram musicados pela espontaneidade e genialidade de Dona Zulmira. Os ritmos eram muito inspirados e de sabor regional. Por exemplo: as toadas caipiras, traziam o sabor das matas e do luar. As danças, lembravam os requebros primitivos, os pés no chão. A melodia trazia os eflúvios da mata e os meneios caboclos, bem brasileiros. Eram músicas simples não resta dúvida, porém de ritmo vários, nas quais sua genialidade imprimia um sabor da terra, de autenticidade, que só os gênios sabem criar.*[20]

Ao levarmos em consideração a fala de Benedita Deschamps Rodrigues, podemos aventar que as músicas compostas por Zulmira Canavarros eram inspiradas na cultura regional. Zulmira Canavarros, compunha e executava com criatividade e espontaneidade, músicas ritmadas como sambas, dobrados, marchinhas e quadrilhas apresentadas nas atividades culturais da cidade e nos saraus líteros-musicais.

Igualmente deve-se registrar que em estúdio no Rio de Janeiro, a convite de um amigo, quando estava em férias com a família, Zulmira gravou algumas poucas músicas com a filha Maria Canavarros: um solo de piano "Luar cuiabano", e algumas outras cantadas por sua filha, incluindo o "Hino do Mixto Esporte Clube", além de: "Jamais te esquecerei", sucesso nacional da época e um samba de sua autoria "Saudade" . Para Dorileo, uma de suas canções sertaneja de maior sucesso foi *Soffrê num pode* (Letra de Franklin Cassiano da Silva e Música de Zulmira Canavarros)**,** que foi gravada por Valdomiro Lobo. Cabe aqui a indagação - por que tais músicas não cruzaram fronteiras, não fizeram sucesso na capital, Rio de Janeiro?

As músicas e canções de Zulmira Canavarros, são a expressão do ambiente social e cultural, a qual estava intimamente ligada, a exemplo disto, temos as Músicas Clube Feminino (1928) e Mixto Sport Club (1934), que foram dedicadas as agremiações criadas por ela. A visão de mundo sem separações e de igualdades entre homens e mulheres, fica atestada na música "Trio Infernal", que ao falar de raças (cor): "mulata", "loirinha" e "morena"; demonstra a sensibilidade da compositora em busca por um mundo "Mixto".

As músicas de Zulmira Canavarros trazem, um ar bem humorado e contagiante, onde percebe-se também afirmativas de liderança. No teatro, boa parte da sua produção, e até mesmo do que dirigiu de outras pessoas, refere-se a comédias e sátiras.

Os depoimentos realizados atestam que Zulmira Canavarros reunia-se todas as quartas - feiras com artistas e músicos em sua residência. Estes músicos eram em sua maioria homens, os quais, tal como Zulmira Canavarros, encontravam-se pelo simples prazer de tocar e ouvir uma boa música, derivando daí *"A Orquestra dos Quartas",* cujas reuniões, eram acompanhadas pelos amantes da música.

O Centro Artístico e Musical de Cuiabá criado em 1947, liderado pelo Conjunto Serenata, também recebia as contribuições musicais de Zulmira Canavarros. Em 1948, Zulmira Canavarros torna-se vice-presidente do Centro Artístico e musical de Cuiabá, com sua nova sede nos salões do Cine Teatro Cuiabá. Em 1949 é eleita presidente de Honra. No ano de 1950, também no Centro Artístico e Musical, passa a ministrar cursos de teoria musical e de arte poética, juntamente com Alexandre da Silveira.

Dentre várias atuações de Zulmira, citamos aqui: sócia colaboradora do Grêmio Literário "Júlia Lopes", fundado em 1916, encarregada de dirigir a "Hora Literária" e organizar todo programa na parte musical e literária.

Se na época, estava reservado à mulher o ser mãe, como representação mais "perfeita" e "idealizada" para definir a esfera que a mulher deveria estar ligada, Zulmira Canavarros, viveu entre as esferas pública e privada. Ao que consta, ao dedicar-se grande parte de sua vida à arte, não chegou a abdicar-se da vida de mãe e esposa.

Zulmira Canavarros faleceu no dia 14 de Setembro de 1961, tendo sido sepultada no Cemitério da Piedade, em Cuiabá. Poucos anos após o seu falecimento, em 1968, a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou o Projeto da Vereadora Maria Nazaré, que transformava o nome da antiga Rua do Livramento em *Rua Professora Zulmira Canavarros.* A placa que tem o seu nome estampado, encontra-se assentada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET, ex-Escola Técnica Federal de Mato Grosso, onde atualmente trabalha o seu neto mais velho, Gilberto Luiz Nasser Canavarros, que coincidentemente é professor de artes cênicas.

Notas

[1] A palavra *"Mixto",* grafada com **x**, faz referência a uma agremiação esportiva fundada em 1934 por Zulmira Canavarros, demonstra muito da visão de mundo da artista, que procurava congregar em um espaço único homens e mulheres sem preconceito e discriminação.

[2] Tema inspirado no projeto de dissertação de mestrado *"Entre a esfera privada e a esfera pública: aspectos da vida e da trajetória artística de Zulmira Canavarros em Cuiabá (1895-1961)",* que apresentei ao Programa de Pós-graduação, Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

[3] Aluna do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, orientanda do Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges.

[4] Como Chiquinha Gonzaga e Dolores Duran na música, Júlia de Almeida Lopes na literatura, Tarsila do Amaral na pintura e Maria Jacintha na dramaturgia. Maria Bernadette Porto& Lívia de Freitas Reis& Lúcia Helena Vianna (Orgs). VII *Seminário - Mulher e Literatura*. Vol 1. Niterói-RJ: EdUFF, 1999, 800 p.

[5] Eni de Mesquita Samara. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, p. 106 e 112p.

[6] Cynthia Roncaglio. *Pedidos e recusas: mulheres, espaços, espaço público e cidadania*. Curitiba: Pinha. 1996, p. 9

[7] Guacira Lopes Louro. Mulheres na sala de aula. IN: DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto: Unesp, 1997, p. 466

[8] Mary Del Priore. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.

[9] Marina Maluf e Maria Lúcia Mott. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (coord) e SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil República: da Belle époque a era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998, p. 374

[10] Benedito Pedro Dorileo. *Centenário da Egéria cuiabana*. Cuiabá: Gráfica Genus. 1995, p. 15.

[11] A Sociedade Dramática Amor a Arte foi fundada a 03 de Julho de 1887, pelo Comendador Henrique José Vieira, que foi o primeiro presidente. Localizava-se atrás da Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

[12] Benedito Pedro Dorileo. *Centenário da Egéria Cuiabana*. Cuiabá: Gráfica Genus, 1995, p. 17.

[13] Danglars Canavarros nasceu em 25/03/1888, e faleceu em 24/09/1966.

[14] Dom Francisco de Aquino Corrêa, foi Arcebispo de Cuiabá e Presidente do Estado de Mato Grosso. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico de Mato Grosso e da Academia Matogrossense de Letras. Nasceu em Cuiabá no ano de 1885, e faleceu em São Paulo no ano de 1956.

[15] Aníbal Alencastro. *Anos Dourados de Nossos Cinemas*. Ed. Séc. Cultura – MT, 1996.

[16] Marta Catunda. *Algumas canções carnavalescas.* Cadernos cuiabanos – 9. Cuiabá: UFMT, 1978, 42p.

[17] João Jacob (Jercy Jacob), professor, poeta, músico, compositor e técnico em radioeletricidade.

[18] Benedito Pedro Dorileo. *Egéria Cuiabana*. São Paulo: Vaner Bícego, 1976, p.70.

[19] Benedito Pedro Dorileo. *Centenário da Egéria cuiabana*. Cuiabá: Gráfica Genus, 1995, p. 19.

[20] Benedita Deschamps Rodrigues.Músicas em Cuiabá pequeno ensaio. 58 f. Monografia (Especialização em Música Brasileira) – Instituto de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

NOVO ARRABALDE : expansão urbana e mídia impressa

Viviane L. PIMENTEL

CONJUNTURAS

Durante quase todo o século XIX, a importância de Vitória se restringia basicamente ao papel burocrático de capital do Espírito Santo. A inexistência de ligações terrestres com as regiões agrícolas ao norte e sul do Estado, aliada à parca produção da região central, cujo interior permanecia despovoado, não propiciava o desenvolvimento comercial de Vitória. Mesmo o surgimento das grandes fazendas monocultoras do café no sul do estado, em meados do século XIX, pouco interferiu no desenvolvimento da capital que continuou preterida diante da facilidade de transporte da produção por via férrea ou marítima, diretamente de Cachoeiro de Itapemirim para o Rio de Janeiro.

A partir de meados do século XIX, a vinda de imigrantes europeus propiciou a intensificação do cultivo do café e, com os altos preços obtidos no mercado, a atividade comercial superou o papel político-administrativo da Capital. Ressalta Campos Júnior que a exportação do café conferiu nova dinâmica à praça capixaba, contribuindo para diversificar as atividades comerciais e ampliar o consumo de produtos importados[1]. A prosperidade alcançada pelo *boom* cafeeiro alimentou os anseios progressistas do então Presidente de Estado Moniz Freire (1892-1896), cujo objetivo primeiro consistia em transformar a 'colonial' Vitória em grande centro populoso pela concentração das atividades comerciais na cidade.

Incentivado pela exportação cafeeira, o Presidente de Estado traçou seu Plano de Governo buscando a implementação de um eficiente sistema ferroviário e o aparelhamento do porto, pretendendo preparar a Capital para desempenhar "as duas funções distintas de cidade populosa e cidade comercial"[2]. Para tanto, era preciso buscar as 'qualidades estéticas e higiênicas' indispensáveis à imagem de um moderno centro urbano.

Sem infra-estrutura básica, as epidemias se alastravam; os cordões sanitários e a vacinação pública eram insuficientes para conter o flagelo. Neste contexto, a salubridade consistiu em forte argumento para a escolha dos terrenos destinados à expansão de Vitória.

As limitações espaciais da Capital se faziam sentir pela crise habitacional instalada já no segundo ano do Governo Moniz Freire, segundo o qual as edificações existentes eram insuficientes para absorver a população gerada pela multiplicação das casas exportadoras de café, das lojas de produtos importados, do sistema de navegação e transporte de passageiros e pelo próprio operariado envolvido nas obras contratadas pelo Estado[3].

No ano de 1895, Moniz Freire indicou a carência de edificações como a 'grande causa perturbadora' que interferia no desenvolvimento de Vitória, contribuindo para a carestia de vida, causando a elevação exagerada dos aluguéis, criando empecilhos à execução de alguns melhoramentos, ocasionando também a aglomeração de massas operárias em barracões precários que aumentavam o risco de incidência de epidemias[4].

Este argumento justificou a necessidade de expansão do núcleo existente, com a implantação de um novo bairro na região inóspita das praias a nordeste da ilha e a criação da Comissão de Melhoramentos da Capital, em 1893, cujo presidente era o engenheiro sanitarista Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, sendo este responsável pela realização do levantamento topográfico da área e pela elaboração dos projetos do Novo Arrabalde.

Com área prevista em cerca de 06 vezes maior do que o centro urbano existente, o Novo Arrabalde reuniria as condições ideais de salubridade e modernidade.

'VILLE MUNIZ FREIRE' *versus* 'VILLA DO COUTINHO'

As medidas adotadas para a implementação da expansão urbana na região das praias repercutiram na forma de críticas e acusações veiculadas através de artigos no jornal da oposição, o *Commercio do Espirito Santo*. Um destes artigos repudiava as atitudes do Governo Estadual, denunciando o dispêndio de erário público com a indesejada implantação do Novo Arrabalde na ilha de Vitória em detrimento da vila do Espirito Santo. Denunciava a inviabilidade do projeto perante os altos custos exigidos para o transporte dos materiais de construção, quando "a villa do Espirito Santo offerece muito mais vantagem de transporte [além de outras] que não lhe podem ser disputadas pelo novo bairro ou 'Ville Muniz Freire"[5].

Na época, se alcançava a área destinada ao Novo Arrabalde pelo caminho das tropas, cruzando a Fazenda Maruípe, donde se chegava ao futuro loteamento no trecho mais distante das praias, próximo à Ponte da Passagem que estabelecia a ligação da ilha com o continente ao norte. Além deste trecho longo e acidentado, seria necessário ultrapassar brejos e mangais ou cruzar o Morro Barro Vermelho para então atingir os terrenos secos à beira-mar. Diante deste quadro, a expansão do núcleo urbano em direção à Vila do Espírito Santo, no continente, era considerada uma opção mais atraente.

Saturnino de Brito[6] propunha outro acesso, entendendo que "os hábitos da população e a sua situação econômica exigiam que o local (...) deveria achar-se a pequena distância do núcleo atual", de modo a facilitar o transporte sem torná-lo oneroso. Considere-se ainda, que a Vila do Espírito Santo distava nove quilômetros da Capital, separada por mar; enquanto o projeto de Saturnino distava apenas quatro quilômetros do mesmo ponto.

Em 1893, um artigo[7] publicado no jornal governista[8] valorizava o novo bairro que surgiria para fazer concorrência à 'Villa do Coutinho': o Bairro do 'Sauá'[9]**.** Este bairro, após submetido a ações de saneamento e urbanização, além das "demais condições de esthetica", atrairia a "*elite* da sociedade victoriense", a qual proporcionava animação à Vila do Espírito Santo anualmente nas épocas do verão[10]. Reconhecendo a superioridade de Vila Velha[11], perguntava-se o autor de que serviriam tais vantagens se as ruas continuassem tortas e estreitas, dificultando a ventilação (...); e sem arborização "tão necessaria á higyene quanto á commodidade das diversões". Frente às observações do artigo, se deduz que as famílias da capital costumavam veranear no núcleo vizinho, a fim de desfrutar dos encantos "da pittoresca Villa do Coutinho". Também é possível perceber a quase aversão pelo traçado colonial, associando a malha ortogonal a conceitos de noção modernizadora como conforto, higiene e aformoseamento.

Afirmava o artigo que a principal vantagem de Vila Velha consistia na topografia plana e arenosa, além "da salubridade tradicional do clima(...)". Segundo Moniz Freire,

contudo, grande parte da população residente na vila vizinha pertencia a Vitória, e assim o fazia por não encontrar na Capital espaço suficiente para contê-la. Ressaltava os problemas de Vila Velha, como a escassez de água e as áreas alagadas ao sul da Vila, que, sob a ação dos ventos, propiciariam a propagação das moléstias ali depositadas; além da desvantagem da maior distância em relação a Vitória.[12]

Por fim, o *Commércio do Espírito Santo*, jornal da oposição, condenava a realização do custoso empreendimento quando já existiam as obras da estrada de rodagem do Porto da Argolas para a Vila do Espirito Santo, onde se verificava o interesse da iniciativa particular através do crescente número de edificações[13]. Anos antes, J. Maia[14] ressaltava o custo embutido nesta obra para a construção de duas pontes nos braços do Rio Aribiri, considerando que o desenvolvimento de Vila Velha dependia diretamente da comunicação com a Capital e, "portanto das bôas condições de segurança (...) da empreza fluvial que merece toda a protecção publica, para não preterir indefinidamente a effectividade dos compromissos assumidos no contrato vigente" [15]. O artigo indica um certo descaso da fiscalização municipal quanto às obrigações contratuais da empresa responsável pelo transporte de passageiros e carga entre a ilha e o continente ao sul, desfavorecendo a expansão urbana para a Vila do Espírito Santo.

A COMPANHIA 'BRAZILIENSE' TORRENS

Correligionários, membros do Partido Construtor, Moniz Freire e Cleto Nunes fundaram, em 1882, o jornal *Estado do Espírito Santo.* Em 1893, na gestão de Freire, o "jornalista, abolicionista e republicano ardoroso" Cleto Nunes integrou o Conselho Municipal, atuando em favor do progresso da Capital[16]. É inegável a ligação política e pessoal acalentada entre os dois republicanos, nutrindo os mesmos ideais progressistas que concretizariam a inserção de Vitória no âmbito da modernidade nacional.

Segundo Campos Júnior, "interesses da Companhia [Torrens] tiveram importância no processo decisório da escolha do lugar para localização do Novo Arrabalde"[17]. Considerando a atuação do então deputado Cleto Nunes como procurador da Companhia e

concessionário no contrato firmado em 1890[18], o autor sugere que o papel do deputado seria obter a "concessão de forma desembaraçada e com todas as vantagens possíveis para a Companhia", incluindo a permissão para construção de casas para venda e aluguel, além do "domínio útil por 20 anos dos terrenos do Estado existentes na ilha (...)"[19], isenta por igual período de impostos existente ou a serem criados. Afirma o autor que a Companhia obteria do Governo Federal vantagens similares para realização das obras do porto, além do comprovado interesse na venda de lotes e construção de residências para garantir retorno financeiro a curto prazo, para então cumprir com as obrigações contratuais relativas às obras de infra-estrutura e saneamento, que não ofereciam retorno imediato.

Considerando que as ações do Governo convergiam no sentido de habilitar Vitória a se transformar em metrópole comercial, o lucro da Companhia Torrens seria considerável dada a sua participação em várias frentes de retorno financeiro na Capital. Assim, Campos Júnior considera muito provável a interferência da Companhia Torrens na localização do Novo Arrabalde na região das praias, cujos terrenos eram propriedade da mesma.

COM A PALAVRA, SATURNINO

Embora inicialmente aventasse a possibilidade de realização de investimentos para melhoria imediata do núcleo já existente, Saturnino concordava com a criação do novo bairro nos terrenos junto às praias, onde poderia proporcionar às famílias "(...) as comodidades que jamais serão *praticamente* alcançadas na velha cidade"[20].

Em relação às críticas pelo comprometimento dos recursos públicos, Saturnino procurou justificar Moniz Freire, ressaltando que a crise experimentada pelo Espírito Santo"(...) é extensiva a todos os Estados, mesmo àqueles que ostentam a máxima vitalidade, como o de São Paulo(...)"[21]. Citava o inconveniente sistema político que limitava o período administrativo em quatro anos, obrigando o Governo a uma rigorosa economia, freando o desenvolvimento do Estado. Seria, assim, "natural, embora inconveniente, a precipitação desordenada na execução de empreendimentos que assinalem uma inteligência esclarecida e um coração patriótico".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

È inegável a relação entre o grupo político de Moniz Freire e a Companhia Torrens, beneficiada por contratos e concessões durante a gestão do governante, não obstante a comprovada incapacidade da mesma em honrar os compromissos contratuais assumidos.

Moniz Freire reconhecia o fraco desempenho da Torrens, argumentando que a atuação da concessionária refletia a crise em que se encontrava o próprio país[22]. Saturnino realçava que mesmo estados como São Paulo não conseguiam levantar capital, em boas condições, para dar andamento aos trabalhos de saneamento[23]. Embora tal argumento não justifique a produção nada satisfatória da Companhia, este pode ter sido um fator determinante na não concretização dos projetos governistas. Mesmo sendo possível que a empresa tenha interferido na localização do Novo Arrabalde, outros aspectos podem ter contribuído para determinar a implantação do projeto nos terrenos a nordeste da ilha.

A julgar pelas pesquisas, o desenvolvimento da Vila do Espírito Santo (ou Vila Velha) teve incremento a partir das ações para modernização de Vitória, dadas as condições inadequadas para abrigo da população atraída pelos investimentos na Capital. Além disso, o clima ameno e a proximidade com a costa propiciavam um diferencial para a Vila vizinha, cujos ares eram recomendados à cura de doenças. Porém, nada mais lógico para um Governo ansioso por modernizar a Capital do que promover a expansão urbana nos limites de seu próprio território. A imagem de uma metrópole comercial cuja extensa malha urbana pudesse expandir até os limites litorâneos parece mais compatível com os ideais munistas do que promover a expansão para além do estuário, compartimentando a unidade urbana.

Com respeito à comunicação entre a Capital e a Vila do Espírito Santo, vários autores, dentre eles Saturnino, referenciam a força das correntes marítimas verificada no braço de mar que separa a ilha do continente[24]. A construção de uma ponte entre as duas vilas parece ser de tal forma absurda, considerado o comprimento para vencer o estuário, que tal hipótese sequer é aventada na época. Assim, a ligação seria por navegação, sendo ainda indispensável a onerosa construção da ponte sobre o rio Aribiri. Embora demandasse a realização de aterros significativos, também onerosos, o transporte ‘por via férrea servida

a *bond*' era mais seguro e mais rápido, além de mais compatível com a imagem de moderno centro comercial que se buscava alcançar.

Os ícones da modernidade espelhavam as experiências urbanas européias, voltando-se para a nova Paris operada por Haussmann: retificada, urbanizada, extirpada de suas feições medievais. Porém, a realização de uma intervenção significativa no núcleo existente demandaria recursos por demais onerosos, significando o arrasamento da área para reconstrução da nova cidade. O tratamento do antigo núcleo urbano seria viabilizado após o esvaziamento de sua função residencial, transformado em centro cívico, significando possivelmente um segundo momento nos planos do Governo Estadual. Antes disso, o novo bairro abarcaria toda a noção de urbanidade, com o perfil fundiário capaz de receber a implantação dos imóveis livres dos limites do terreno, propiciando a ventilação e insolação das residências, reforçada pela distribuição ortogonal dos arruamentos amplos.

A associação das zonas portuárias à idéia de áreas mal-cheirosas e insalubres era o oposto das idéias higienistas que propagavam as qualidades dos ventos vindos do mar. Com a conquista dos terrenos junto ao litoral, de acordo com as noções de salubridade da urbanística moderna, Vitória afastaria a ameaça constante das epidemias.

Neste sentido, a expansão do núcleo existente nas planícies junto à praia, não obstante possíveis interesses particulares dos sujeitos políticos envolvidos, parece compatível com o pensamento progressista de Moniz Freire que, imbuído pelos anseios de modernização do Espírito Santo, buscou a transformação da Capital a partir de seu próprio território.

---

[1] CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde.** Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p. 132.

[2] ESPÍRITO SANTO. Presidente, M. Freire apud CAMPOS JUNIOR, 1996, p.151.

[3] As principais frentes de trabalho consistiam na construção do quartel, da estrada de ferro, do sistema de abastecimento de água e recolhimento de esgoto,além de várias obras para melhorias urbanas.

[4] ESPIRITO SANTO Presidente, M. Freire. 1895, p.22.

[5] EDIT. DO CACHOEIRANO. Erros sobre erros.**COMMERCIO DO ESPIRTO SANTO**,Victoria,p.01,13 set.1895.

[6] BRITO, Saturnino de. Melhoramentos de Vitória. In: Projetos e Relatórios. **Obras Completas de Saturnino de Brito.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943.5v, cap.1, p.16, grifo nosso.

[7] MAIA J., Interesses Estadoaes. **Estado do Espírito Santo**, Victoria, p.03, 25 jan., 1893.

[8] Moniz Freire e Cleto Nunes (este, Conselheiro Municipal) fundaram o *Estado do Espirito Santo*.

[9] Atual bairro Praia do Suá, integrava o plano do Novo Arrabalde. Quanto à "Villa do Coutinho", refere-se à atual cidade de Vila Velha, fundada por Vasco Fernandes Coutinho, 1º donatário da Capitania.

[10] MAIA, 1893, p.03.

[11] Dos documentos consultados, alguns denominam Vila do Espírito Santo e outros, Vila Velha.

[12] (Moniz Freire apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.163).

[13] 13 de set. 1895, p.01.

[14] MAIA, J. Interesses Estadoaes. **Estado do Espírito Santo**, Victoria, 25 jan., 1893, p.03.

[15] Commercio do Espirito Santo, 13 de setembro de 1895, Victoria, , p.01.

[16] Cleto Nunes propôs e aprovou o Código de Posturas , organizou o serviço de limpeza pública e coleta de lixo.(http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/comunica/logradouros/logradourosnunes.htm Acesso: 11.dez. 2004.

[17] CAMPOS JUNIOR, 1996, P.0165.

[18] Trata-se do contrato para as obras de abastecimento de água e esgotos da Capital, prevendo vantagens que cerca de 90dias depois seriam transferidas para a Companhia Torrens(CAMPOS JUNIOR,1996, p.165).

[19] Art. VIII, do Contrato in CAMPOS JUNIOR, 1996, p.166.

[20] BRITO,1943, p.144.

[21] Ibid., p.145.

[22] ESPIRITO SANTO(Estado). Presidente (1895: FREIRE) **Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado Espírito Santo.** Vitctoia: Typographia do Estado, 17 set.1895. p.15.

[23] BRITO, 1943, p. 144.

[24] A velocidade das correntes seria abrandada após os sistemáticos aterros realizados durante o século XX.

“Partidárias da Paz”: mulheres comunistas e a utopia de um mundo novo.[1]

Viviane Maria Zeni-Leão - UFPR

O início do *estado* da Guerra Fria, conduziu os povos do mundo a viverem às sombras de uma guerra nuclear, suscitando no imaginário de muitas gerações, o medo da *destruição mútua inevitável*.

Preocupado com a hegemonia bélica dos EUA e ciente da situação da URSS, exaurida e arrasada pelos movimentos da Segunda Grande Guerra, em 1949, Joseph Vissarianovitch Djugashivili, o camarada Stálin, assume uma postura tática e defensiva, convocando os Partidos Comunistas a lutarem pela paz, ou melhor dizendo, pela “defesa da URSS sem reservas, sem hesitações [...] porque a URSS é a base do movimento revolucionário mundial”.[2] Nesse sentido, ao divulgar a mensagem pacifista *“a paz será conservada e consolidada se os povos tomarem nas mãos a causa da paz e a defenderem até o fim”*, o líder soviético incitou os comunistas a lutarem pela concórdia mundial, embora estrategicamente visasse defender a URSS contra as possíveis agressões norte-americanas.

A decantada mensagem inspirou todos os comunistas no combate pela paz, e os homens e as mulheres do Partido Comunista do Brasil — PCB, não fugiram a esta regra, engajando-se com determinação e disciplina no movimento proposto.

Cabe aqui ressaltar, que mesmo com o PCB na ilegalidade e enfrentando a repressão do governo Dutra que rompera relações diplomáticas com os soviéticos e declarara ilegal as manifestações pela paz, os militantes pecebistas aceitaram a política proposta como tarefa central e decisiva.

Assim sendo, realizaram congressos e comícios, fundaram vários comitês pela paz, além de associações nos bairros, fábricas, clubes e sindicatos, com o objetivo de conscientizar os populares sobre as manifestações pela paz e a finalidade dos abaixo-assinados que recolhiam e encaminhavam à ONU, parlamentos, governos entre outras organizações.

Por intermédio da imprensa partidária, o PCB divulgava inúmeras notas e artigos sobre os congressos realizados, dedicando seções especiais para comentários sobre as campanhas. Entre as mais variadas mensagens, pôde-se perceber que o movimento liderado pelas mulheres comunistas, era enfatizado como o mais entusiasta, o que certamente incentivava as militantes a participarem desse processo com dedicação e abnegação.

Importa aqui salientar que, vivendo experiências novas em meio à complexidade do contexto mundial que se delineava a sua frente, as mulheres do PCB acreditavam que ao aderirem ao Partido, adquiriam os conhecimentos necessários, instrumentalizando-se para as transformações. Estas novas experiências conjugadas aos saberes adquiridos no interior da organização, fizeram com que elas se redescobrissem, aceitando-se desta forma, como diferentes. "A mulher comunista era uma mulher comum, só com idéias diferentes das outras, que eram acomodadas em casa" [3] afirmou uma militante em sua definição sobre as mulheres do PCB, afirmação aliás, que reflete a relação dialética entre identidade e alteridade, pois a construção da identidade ocorre no interior de contextos sociais, estabelecendo a posição dos agentes sociais, orientando as suas representações e as suas escolhas. Sendo assim, a identidade torná-se um instrumento de articulação entre o psicológico e o social, uma vez que revela as mais variadas interações entre o individuo e seu meio social. Em outras palavras, "a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social, permitindo que ele se localize em um sistema social e seja localizado socialmente." [4]

Contudo, importa lembrar que, a identidade social não é um apanágio dos indivíduos em si, pois todos os grupos são dotados de uma identidade correspondente à sua definição social. E com base nesta indicação, pode-se sugerir a título de hipótese, que a identidade social dos militantes do PCB, ao mesmo tempo que os identificava com os demais grupos, por estarem todos vinculados a uma mesma Nação, vivenciando contextos semelhantes; os distingüia destes mesmos grupos, devido a sua forma *diferente* de conceber o mundo.

Nesta perspectiva, a identidade cultural entra em cena, como uma forma de categorização da distinção nós–comunistas / eles-capitalistas, fundamentada na diferença cultural,[5] pois para os homens e mulheres do PCB, a concepção comunista do mundo não só explicava este mundo cientificamente, mas também convidava à sua transformação revolucionária, uma vez que não se limitava a negar o velho e a reconhecer o novo, e sim, exigia ações concretas em nome da criação do novo." [6]

Assim sendo, os comunistas, acreditavam serem diferentes, certamente superiores aos demais, pois o seu horizonte não estava limitado apenas a combater e destruir a velha sociedade exploradora: eles participavam ativamente do projeto construtor de um mundo novo, baseado na ética do comunismo. Por esta razão, as mulheres do PCB eram incentivadas a participar da vida política, o que definitivamente representava uma novidade para a época. E para tanto, tornava-se necessário ajudá-las a libertarem-se da opressão social, afirmando-se assim, como mulheres e cidadãs.

A partir de 1946, foram criadas em todo o país, as Uniões Femininas com o objetivo de auxiliar o trabalho do Partido na construção do mundo novo, ação que não foi tão simples, conforme constatado na pesquisa realizada. Porém, o que importa aqui considerar, é que as militantes comunistas ao *utopizar* um mundo mais justo, onde não predominasse a tragédia, a impotência e a destruição, encontraram no Partido o apoio evocado por seus desejos de transformações. Em outras palavras, para essas mulheres, tais transformações somente se concretizariam quando todas as pessoas tivessem chances iguais de educação, saúde, habitação, alimentação, salários dignos, justiça, amparo à velhice e à infância, e, no projeto utópico comunista, encontraram o respaldo para as sua pulsões, sobretudo quando organizaram as Uniões Femininas, com o objetivo de lutarem por suas reivindicações na defesa na defesa da paz e liberdades democráticas.

Esta conjugação de ações e afetos conduzem à percepção de que a emergência de novas formas de organização comunitária em oposição à organização global vigente é uma das conseqüências mais visíveis das manifestações do imaginário político, uma vez que

reconstituem nos corações e nas consciências, os equilíbrios rompidos, edificando assim, novas certezas.[7]

No artigo redigido por Arcelina Mochel para o periódico *Momento Feminino* pode-se constatar esta indicação, pois atesta além do interesse em solucionar os problemas que afligiam os cidadãos brasileiros, como as comunistas vivenciavam a mitologia política desenvolvida no imaginário pecebista ao lutarem por um governo democrático e popular,.

> [...] Os últimos acontecimentos nacionais têm provado que posição tomou a mulher brasileira e, sua coragem, sua energia, sua consciência de luta em prol de justiça humana colocaram-se ao lado da democracia. É que não nos deixaríamos acusar de indiferentes, comodistas num determinado momento em que mais se impõe uma definição. Sabemos que somos uma força ponderável na progressão do país. [...] Nossa combatividade, nossa intransigência à justiça social, torna-se imprescindível junto aos poderes públicos. [...] Temos sede de Lei e uma vez que a possuímos, que a conquistamos, defendê-la-emos com toda a consciência. [...] A mulher [...] coloca-se na vanguarda da luta organizada pela democracia, pela independência, pela lei. [8]

A certeza que o Partido oferecia às comunistas de subjugar um universo social desconhecido e ameaçador possibilitou a essas se enfeixarem em um presente reconquistado, firmando seus pés em um mundo que agora voltava a ser coerente e claramente legível, pois a *leitura imaginária* que cada mitologia política implica permitia ao grupo comunista, devolver a história presente à sua inteligibilidade perdida.[9]

Nesse sentido, as mulheres do PCB continuaram a sua luta, elaborando petições e documentos, organizando conferências, passeatas e comícios, propagando mensagens pacifistas, pois acreditavam que a luta pela paz estava intimamente relacionada aos problemas *mais sentidos* pelos brasileiros, problemas estes decorrentes da última Guerra como, por exemplo: a carestia de vida, o suplício do racionamento e câmbio negro dos gêneros de primeira necessidade, a convocação militar, o trabalho forçado, o congelamento de salários, o desemprego, a miséria e o cerceamento da liberdade.

Entretanto, foi a ameaça de um novo genocídio — representado pelo conflito que opôs o norte e o sul da Coréia e as notícias de que o Brasil enviaria tropas àquela região — que motivou as mulheres do PCB a ampliarem o movimento pela paz, pois defendiam elas, que o terror gerado pela *ortodoxia bélica*, cujos alvos eram mais civis do que militares –

afinal a bomba atômica não havia sido inventada para qualquer outro propósito – deveria ser eliminado. Logo, se o objetivo dos EUA, afetados pelo *sonho de onipotência* era abater o moral da população e do governo coreano através de uma discriminada destruição em massa, cabia aos comunistas combater esta intolerância por intermédio dos apelos pela paz.

Embora as campanhas pacifistas alcançassem alguma publicidade, não conseguiram evitar a intransigência do governo Dutra seguido por Vargas. Muitos comícios foram impedidos de serem realizados ou então dispersados a tiros pela *polícia especial*, vitimando entre muitos *combatentes da paz*, Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves. Com base na Lei de Segurança Nacional, encarceramentos foram autorizados e vários processos contra os militantes do PCB foram emitidos, durante as suas manifestações pela paz e defesa nacional.

No afã desta luta, a comunista Elisa Branco, despontou como bandeira e símbolo da paz, ao ser processada e condenada a quatro anos e três meses de prisão por desfraldar uma faixa no desfile militar pela Independência Nacional com os seguintes dizeres: "*Os soldados nossos filhos não irão para a Coréia"*. Muitas campanhas visando a sua libertação foram realizadas pelas mulheres do PCB, pois o gesto de Elisa representava o "clamor unânime das mães brasileiras e de todos os verdadeiros patriotas." [10]

Após um ano e treze dias de detenção, Elisa Branco foi libertada e devido a sua atuação, indicada para receber o Prêmio Stálin da Paz em Moscou. Indicação, aliás, que se constituiu em estímulo para todas as comunistas do Brasil, pois simbolizava o reconhecimento dos seus trabalhos e provas de abnegação na tarefa de preservar a paz, fornecendo-lhes a certeza de que seus esforços não eram infundáveis, além de auxiliá-las no combate as campanhas anticomunistas, que por sua vez, denunciavam a íntima relação entre as *partidárias da paz* e o governo soviético. Em outras palavras, para o grupo anticomunista, as militantes do PCB, entre muitas representações, eram *agentes da Rússia vermelha*, logo a sua luta pela paz possuía como objetivo principal desviar a atenção dos brasileiros da política externa e dos atos agressivos da URSS; e por essa razão, deveria ser

boicotada por não condizer com o apoio dado às Nações Unidas pelo *democrático* governo nacional.

O boicote às campanhas pela paz, gerava alguns problemas para as militantes, sobrecarregando-as em suas atividades, principalmente quando promoviam eventos com o objetivo de ganhar as massas para o movimento, pois tecnicamente realizar Assembléias e Comícios desta envergadura significava enfrentar obstáculos apresentados pela rejeição de grande parte da sociedade a atos públicos promovidos por mulheres e, sobretudo, mulheres comunistas, como também pela violência dos policiais, que segundo elas "sempre estavam dispostos a empregar sua *força* contra o que supunham ser a parte *fraca.* " [11]

No Paraná, por exemplo, para impedir que a 1.ª Conferência Estadual de Mulheres fosse realizada, os jornais da *imprensa de referência* recusaram-se a atender o pedido da vereadora comunista Maria Olímpia Carneiro para divulgar o evento, alertando os leitores para o perigo das ações subversivas destas mulheres que empenhadas nas atividades pela paz, "faziam o jogo da demagogia comunista, acrescentando em sua rotina diária uma série de aborrecimentos." [12] A licença concedida para a realização do Congresso foi cancelada e a polícia política ameaçou intervir, caso as mulheres se manifestassem contra esta decisão. Porém as militantes, com o apoio da imprensa partidária, organizaram a sua divulgação e transferiram o local do encontro.

Importa aqui destacar, que ao reforçar a resistência do movimento, arrebatando da *imprensa de referência* e da polícia política esse meio de interdição, as mulheres proporcionaram a esta um caráter imponderável e invisível, protegendo assim a sua existência, uma vez que a reunião foi realizada com o êxito esperado.

Ao desafiarem estes órgãos, as militantes não manifestaram dúvidas quanto às certezas de sua ação revolucionária e ao aspirarem transformações, reproduziam um imaginário que assegurava ao grupo comunista uma identidade social, alimentado por suas experiências socialmente demarcadas, tanto no passado como no presente.

Enfim, os exemplos acima mencionados esboçam, mesmo que parcialmente, uma entre as inúmeras atividades das mulheres comunistas no início do *estado* da Guerra Fria,

importando aqui considerar que, baseado nas imagens e representações que aventam modelos exemplares de sociedades mais justas, o desejo de um mundo novo alimentava o imaginário das militantes, indicando-lhes um caminho a ser percorrido. E por permitirem se *utopizar*, encontraram estas mulheres no projeto comunista, o material necessário para organizar de maneira lógica e racional, o sentido da sua existência.

E se hoje, recuperar a trajetória do grupo comunista e, sobretudo, das mulheres do PCB, não é considerado um trabalho "viril", porque o comunismo histórico não representa mais uma "história quente", uma vez que fracassou, devemos respeitar as idéias de que as análises das experiências compartilhadas e das utopias vivenciadas por estes homens e mulheres, não estão destituídas de significados e de significantes, afinal, os problemas aos quais o projeto comunista chamava a atenção ainda permanecem. A adaptação do ser humano à sua própria degenerescência cresce assustadoramente, a fome, a miséria, a pobreza, a incompreensão da alteridade, continuam a condenar as pessoas a viverem em um mundo de injustiças, esmagadas pelo *sonho da onipotência*, de determinados "magnatas" econômicos que se apresentam como imutáveis e inatingíveis.

O passado sobrevive em nossos desejos, aspirações, pulsões e não nos libertaremos dele pelo simples esquecimento, pois ele está sempre sendo (re)visitado e questionado. Por essa razão retirar as mulheres da *condescendência da posteridade,* implica em preservar a memória do grupo comunista, no intuito de estimular novas revisões e interpretações, àquelas pessoas que hoje desejam buscar novas vias que superem o simplismo das soluções maniqueístas, possuindo como norte, o ideal permanente de uma sociedade onde exista liberdade política e individual, mas que também seja igualitária.

Desta maneira, não seria prudente desprezar a história das mulheres do Partido Comunista do Brasil, pois as idéias, experiências, desejos e pulsões compartilhadas e traduzidas no seu cotidiano político mudaram a história do PCB e contribuíram para transformar também a nossa história.

Notas

1 Este texto foi extraído do Capítulo 2 da Dissertação de Mestrado intitulada: *Momento Feminino: mulheres e o imaginário comunista*. Uma nova história; uma história nova (1945–1956). 2003, UFPR, 161p., e desenvolvida sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Judite Maria Barboza Trindade.

2 STÁLIN. Citado in: Comitê Nacional do PCB. a luta pela paz: nossa tarefa central e decisiva. *A Voz Operária*. Suplemento. Rio de Janeiro, 15 mar. 1950. p. 21.

3 Oliveira, Iracy S, *Entrevista.* Curitiba, 13 de ago. 1997.

4 CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais.* Bauru: EDUSC, 1999. p.177-183.

5 CUCHE, Denys. Ibid. p.177.

6 BOLDYRIEW, N.I. *A Formação da Moral Comunista.* Rio de Janeiro: Vitória, 1952. p.21.

7 GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.183-184.

8 MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino.* Ano I. n.º 2. Rio de janeiro. 1.º ago. 1947. p. 2-3.

9 GIRARDET, Raoul op.cit., p.182-183.

10 Liberdade para estes patriotas. Elisa Branco, bandeira e símbolo. *A Voz Operária.* Ano II. n.º 69. Rio de Janeiro, 08 set.. 1951. p.5.

11 GOTO, Arcelina Mochel. 8 de março. Dia Internacional da Mulher. *A Voz Operária.* Ano IV. n.º 146. Rio de Janeiro, 08 mar 1952. p. 11.

12 A Conferência das Mulheres. *O Dia.* Curitiba, 16 dez. 1951. s/p. In: DEAP. DEOPS. *Federação das Mulheres Paranaenses*

Recriar o universo e fazer verso: um ensaio sobre as escritas de si de dois pacientes psiquiátricos

Viviane Trindade Borges[i] - PPG-UFRGS

Este ensaio é uma reflexão inicial a respeito das escritas autobiográficas, ou "escritas de si", primeiramente pensado a partir dos poemas de um paciente, internado de 1969 a 1973 no HPSP[ii] e de 1974 a 1975 no Centro Agrícola Reabilitação[iii], localizado no município de Viamão, próximo a Porto Alegre. Contudo, o trabalho acabou trilhando caminhos diversos passando a envolver também a trajetória de um outro internado que viveu 50 anos (de 1939 a 1989) na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, deixando seu legado através da arte.

Vou apresentar o primeiro personagem ao leitor como Alceu, um nome fictício, esclarecendo que as instituições psiquiátricas não permitem que os nomes verdadeiros de seus internados sejam revelados. Porém, o segundo protagonista desta história que pretendo aprofundar tornou-se um artista consagrado após sua morte em 1989. Algumas de suas obras, inclusive, foram selecionadas em 1995 para representar o Brasil na Bienal em Veneza, refiro-me a Arthur Bispo do Rosário.

Na atualidade, os dois personagens igualados pela psiquiatria como esquizofrênicos paranóides, assumem posições bem distintas. Bispo, hoje reconhecido internacionalmente como artista plástico, tem suas obras tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural, guardadas em um Museu, localizado no prédio da administração da Colônia Juliano Moreira, o qual leva seu nome. Alceu, contudo, permaneceu no anonimato, deixando sua arte escrita em forma de versos junto ao emaranhado de documentos institucionais do HCI[iv]. Assim, pretendo analisar as vidas de um homem infame, segundo Foucault[v], "não tanto por infamado, do que por sem fama nem glória", e de outro consagrado, portanto famoso, ainda que somente após sua morte.

Gostaria de salientar que este ensaio apresenta apenas algumas idéias iniciais sobre uma pesquisa que pretendo desenvolver. Assim, primeiramente, busco situar o leitor a respeito do trabalho que estou realizando no Mestrado em História e como encontrei os vestígios deixados por Alceu e por Bispo. Por fim, caracterizo brevemente o ambiente em que os mesmos viveram e suas obras, levantando ainda algumas inquietações suscitadas na tentativa de dar forma ao projeto de pesquisa e as dificuldades de se trabalhar historicamente com estes espaços tão singulares, ou seja, as instituições psiquiátricas, e seus silenciosos (ou talvez, silenciados) moradores.

O trabalho que estou desenvolvendo no Mestrado trata das relações sociais de controle e resistência presentes no quotidiano do CAR, fundado em 1972, o qual abrigava pacientes provenientes do HPSP. O Centro foi a terceira colônia agrícola para doentes mentais fundada no Rio Grande do Sul, e, assim como as anteriores, possuía o objetivo de reduzir o número de internações no São Pedro. O CAR pretendia ainda promover a gradual reintegração de alguns pacientes do sexo masculino e de origem rural ao convívio social, possibilitando que estes voltassem a suas comunidades de origem. O Projeto procurou se diferenciar das colônias agrícolas anteriores[vi], entre outras razões, por privilegiar aspectos culturais dos pacientes, como o trabalho ligado a atividades agrícolas e as rodas de chimarrão.

Este estudo acaba lançando luz nas zonas sombrias do quotidiano do CAR possibilitando algumas reflexões iniciais a respeito da trajetória de Alceu. Afinal, “não podemos compreender uma trajetória”, segundo Bourdieu[vii], “sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou”. Assim, conhecer o “politeísmo de práticas disseminadas”[viii] no dia-a-dia do Centro é fundamental para compreender a construção autobiográfica do poeta a que este ensaio se refere.

Neste mesmo sentido, para compreender o universo de Bispo torna-se necessário conhecer um pouco da Colônia Juliano Moreira. Inaugurada em 1924, a construção de tal espaço objetivava resolver o problema da superlotação dos nosocômios do Rio de Janeiro[ix]. Assim como o CAR, a Colônia carioca propunha o retorno dos pacientes ao convívio social através da laborterapia, ou seja, da ressocialização através do trabalho.

Em minha pesquisa de Mestrado, na tentativa de desvendar o quotidiano do CAR, tenho como uma das fontes principais os denominados Livros de Ocorrência. Na ausência da equipe médica, os atendentes[x] eram responsáveis por anotar no Livro tudo o que ocorresse dentro da instituição. A punição para qualquer tipo de comportamento que se mostrasse contrário às normas era o retorno para o HPSP.

Foi justamente durante a pesquisa nestes livros de ocorrência - da mesma forma que Ginzbug[xi], ao folhear volumes manuscritos do Tribunal da Inquisição, deparou-se com o caso de Menocchio - deparei-me com uma série de versos, todos assinados pela mesma pessoa. Na tentativa de descobrir o autor, pensei que seria pouco provável que pertencessem a um atendente ou a um médico, então solicitei o prontuário através do nome que assinava as obras confirmando a suspeita de que se tratava mesmo de um paciente. Nos prontuários tanto do HPSP quanto do CAR, me surpreendi com a existência de seis cartas: uma é de seu pai e as outras são escritas por Alceu endereçadas à família, aos médicos, a amigos e à Prefeitura de Soledade, cidade onde nasceu.

Os internados eram estimulados a escrever nos livros de ocorrência, porém, durante o período estudado, isso raramente aconteceu. Alceu contraria esta perspectiva: em seus dois anos de internamento no CAR escrevia cerca de dois “versinhos” por dia, conforme um deles: “assim eu faço versos. É esse o meu remédio” (12/12/73).

Meu encontro com Bispo também foi por acaso. Em setembro do ano passado, ao participar do II Simpósio Nacional de História Cultural, no Rio de Janeiro, estava em uma livraria remexendo uma série de livros em oferta, quando acabei derrubando alguns no

chão, entre eles estava "O universo segundo Arthur Bispo do Rosário" da artista plástica Patrícia Burrowes[xii]. Comprei o livro, e desde então passei a pensar em trabalhar com o cruzamento das trajetórias dos dois personagens. Essa idéia tomou forma principalmente após visitar a Colônia Juliano Moreira e o Museu Arthur Bispo do Rosário, no início deste ano, tendo um contato maior com a obra do artista, que é sem dúvida a principal fonte para tentar compreender sua trajetória. Além disso, outras fontes foram levantadas, como o seu prontuário, reportagens de jornais, catálogos de exposições, documentários, além de trabalhos de diferentes áreas sobre a obra e a vida do artista.

Assim, as principais fontes para compreender sua trajetória são as "escritas de si" deste singular personagem, ou seja, sua arte. Bispo utilizava o material disponível na Colônia para recriar o universo que deveria ser mostrado a Deus no dia do juízo final. O que mais chamou minha atenção em sua obra foi a escrita. O paciente desfiava o uniforme do manicômio para bordar, muitas vezes, fragmentos de sua vida, ou apenas palavras as quais afirmava precisar, conforme pode ser lido no encarte do CD da banda "Paralamas do Sucesso" de 1994, chamado "Severino", cuja capa é um dos estandartes de Bispo: "Eu preciso dessas palavras escrita".

Os versinhos de Alceu também não são apenas relatos sem pretensão, mas sim "um minucioso trabalho de enquadramento da memória para imprimir determinada versão acerca da sua própria vida"[xiii]. A escrita e a arte são formas de construção de si. Através de versos, cartas e bordados, o artista-plástico e o poeta parecem buscar dar um sentido e uma inteligibilidade à sua narrativa de vida.

A construção de suas escritas de si revela, muitas vezes, um tom de denúncia em relação à psiquiatria. No caso de Alceu, em alguns momentos, torna-se também um pedido de socorro para provar sua sanidade. No entanto, a realidade que Alceu e Bispo procuraram traçar não pode ser encarada obviamente, como o relato factual do que verdadeiramente ocorreu. Segundo Ângela de Castro Gomes[xiv] "a sinceridade expressa

na narrativa, que pretende traduzir como que uma essência do sujeito que escreve, obscureceria a fragmentação, a incoerência e a incompletude do indivíduo moderno". Concordo com Andréia Delgado[xv] quando esta afirma que o critério verdade-mentira não pode ser aplicado às escritas de si na medida em que "a vida é inventada nas narrativas de si, que o real só é apreendido configurado na linguagem e que a vida, escrita pelo desejo, é sempre ficção".

Refiro-me a estes rastros deixados por Alceu e Bispo como escritas de si, no sentido dado por Ângela de Castro Gomes[xvi], considerando que este gênero de escrita abarca "diários, correspondências, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida". Nesta perspectiva, o indivíduo que registra sua vida, segundo a autora, não é mais apenas o "grande" homem, o "herói, a quem se autorizava deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos". Isto se modificou na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de cada indivíduo, disponibilizando o que era necessário para o registro de sua identidade, como a possibilidade de ler, escrever, fotografar, abrindo caminho para que o homem comum, segundo Gomes, "cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si", pudesse registrar suas memórias. Contudo, precisa ser pensado se esse caminho também está aberto aos pacientes psiquiátricos, até que ponto lhes foi permitido e registro de suas memórias?

Tanto os poemas e as cartas de Alceu, quanto as obras de Bispo, permitem ao historiador um breve olhar através da fronteira imprecisa que determina o que é "normal" e o que é "patológico". Descortinam as concepções psiquiátricas, a vida asilar, permitindo que os "loucos", silenciados pelo internamento, possam contar a sua história, revelando o imaginário a respeito da loucura a partir do confinamento. Porém, talvez o mais importante nestas narrativas, segundo Wadi, seja o fato de serem construídas por esses

“estranhos personagens – chamados ‘loucos’ – que raramente puderam dizer de si mesmos e foram ouvidos”[xvii].

A respeito das dificuldades de se trabalhar com as escritas de si, de indivíduos que foram durante tanto tempo silenciados, o caminho é cheio de ambigüidades e barreiras a serem transpostas. As instituições não permitem que seus nomes verdadeiros sejam revelados, contudo Bispo tornou-se conhecido internacionalmente. Neste sentido, não é antiético revelar o nome daquele internado que representou o Brasil na Bienal, apenas o paciente desconhecido que deixou uma série de poemas precisa de um nome fictício. Outra questão a ser levantada, neste sentido, é o que determina o ocultamento de um e a projeção de outro?

Algumas inquietações percorrem a construção do projeto de pesquisa ainda inconcluso, como a idéia de não aprisionar os personagens sob a determinação da loucura. Ambos foram tachados de esquizofrênicos paranóides, contudo a expressão artística não é considerada uma característica desta patologia. Segundo Silva[xviii], “é equivocado pensar que a esquizofrenia é a ante-sala da criação”. Assim não pretendo analisar suas obras como conseqüências da doença e sim como uma resposta ao confinamento, na tentativa de reconstrução da identidade.

A própria idéia das criações de Bispo serem consideradas obras de arte é uma construção externa a ele visto que o paciente não pensava que aquilo que fazia era arte. Bispo estava recriando o universo, essa era a sua missão. Alceu não fazia versos para embelezar os Livros de Ocorrência, eles eram o remédio que o curaria, além de ser sua profissão, ser poeta. Assim, ambos só podem falar de si através de um personagem, seja o responsável pela recriação do universo seja o poeta que tomava remédio de versos. Bispo e Alceu reinventaram a si próprios através das artes visuais e da poesia.

Neste sentido, o fio condutor dessa pesquisa que pretendo desenvolver está centrado na maneira como tais personagens reconstroem suas identidades diante da

situação de confinamento. Ao mesmo tempo em que traçam uma narrativa autobiográfica através das artes plásticas e da poesia, acabam reinventando uma nova identidade, uma nova realidade para si. Assim como Pollak[xix] ao tomar a experiência concentracional como reveladora de uma identidade, penso que a situação de internamento compulsório também atua neste mesmo sentido. Refiro-me aqui à idéia de situações limites proposta pelo autor, ou seja, experiências limitadas em suas possibilidades, fazeres e decisões. Segundo Pollak[xx], tais experiências, por serem consideradas extremas, são reveladoras da "identidade como imagem de si, para si e para os outros".

Assim, acredito ser pertinente abrir as portas dos manicômios e deixar seus estranhos moradores, que penso não serem silenciosos e sim terem sido silenciados pela sociedade, narrarem suas percepções a respeitos de suas vidas. Sob esta perspectiva, a história das instituições que abrigam a loucura não será mais baseada apenas nas fontes tidas como "oficiais", também essenciais para a construção deste trabalho, mas que revelam apenas a visão da equipe médica. Mesmo que buscando enxergar os internados nas entrelinhas destas fontes, encontrar vestígios que revelem mais diretamente suas percepções de si abre novas possibilidades e também novos problemas aos pesquisadores.

---

[i] Viviane Trindade Borges. Mestranda em História na UFRGS, sob a orientação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.
[ii] Hospital Psiquiátrico São Pedro.
[iii] Centro Agrícola de Reabilitação.
[iv] Hospital Colônia Itapuã, local onde se localizava o CAR.
[v] FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*? Portugal: Passagens, 1992, p.8.
[vi] Houve duas colônias agrícolas anteriores ao CAR no Rio Grande do Sul: a primeira, fundada em 1917, denominava-se Colônia Jacuhy; a segunda, cujo nome não é revelado nas fontes consultadas até o momento, foi fundada em 1949. In: Mensagem enviada a Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1918; e GODOY, Jacinto. *História da Psiquiatria no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Edição do Autor, 1955.
[vii] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 2002, p.190.
[viii] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. São Paulo: Vozes, 1994.
[ix] AMARANTE, Paulo (org.) *Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1955.

[x] Os atendentes eram funcionários que residiam próximos ao HCI, os quais não possuíam formação médica, sendo que o principal requisito era que tivessem experiência com o trabalho rural. Eram eles que tinham mais contato com os pacientes.
[xi] GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p.11.

[xii] BURROWES, Patrícia. *O universo segundo Arthur Bispo do Rosário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
[xiii] DELGADO, Andréia. A autobiografia e a invenção de si. In: ___. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Campinas: UNICAMP, 2003 (tese de doutorado em História), p.2.
[xiv] GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: ___ (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.15.
[xv] DELGADO, Andréia. A autobiografia e a invenção de si. In: ___. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Campinas: UNICAMP, 2003 (tese de doutorado em História), p.25.
[xvi] GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: ___ (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.7.
[xvii] WADI, Yonissa Marmitt. *Louca pela vida: A história de Pierina*. 342 p. Tese de Doutorado em História Social, Programa de Estudos Pós Graduados em História, PUC/SP, São Paulo. 2002, p.3.
[xviii] SILVA, Jorge Anthonio e. *Arthur Bispo do Rosário* – Arte e loucura. São Paulo: Quaisquer, 2003, p.28.
[xix] POLLAK, Michel. [*L' expérience concentrationnaire*. Paris: Métaillé, 2000, p.10.
[xx] Ibid.

Vitrines da cidade moderna: a Parahyba nas primeiras décadas do século XX

Waldeci Ferreira Chagas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus de Guarabira
luadeluanda@ig.com.br

A partir do início do século XX, a melhoria na estrutura das ruas ocasionou nas cidades brasileiras a manifestação de diferentes atividades, especialmente as do comércio e as relacionadas ao lazer público. Segundo enuncia Márcia Padilha, "passar na rua era entrar em contato com as últimas novidades que surgiam na cidade, tanto em termos de paisagem urbana, propriamente dita, como em termos de consumo".[1] Essa realidade proporcionou a aquisição de hábitos e costumes até então desconhecidos. Assim, os proprietários de lojas fizeram maior uso da publicidade para propagandearem os seus estabelecimentos comerciais, que se transformaram em verdadeiros centros da arte de vestir-se, onde os homens e as mulheres apreendiam como deveriam se apresentar publicamente. Quem desejasse ser moderno, "precisava apreender a aspirar à mudança: não bastava apenas estar aptos às mudanças em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante".[2] Nas vitrines das lojas de tecidos, confecções e magazines, os artigos importados passaram a ser expostos num gesto de convite à população ao consumo e ao hábito de bem se vestir. Incorporar esses hábitos ao cotidiano significava estar em dia com o novo tempo. Isso ampliou os desejos e estimulou o consumo, sobretudo porque havia, nas vitrines das lojas, uma diversidade de artigos e peças do vestuário masculinos e femininos. Vestir-se com uma cambraia de linho, casimira ou seda era um denotativo de elegância e da nova condição. Os novos produtos tornaram-se acessíveis aos paraibanos bem aquinhoados. Bastava o transeunte dirigir-se aos estabelecimentos especializados em artigos novos e de luxo, escolher, pagar e levar para casa. Usá-lo cotidianamente ou expô-lo aos olhares da sociedade passou a ser um referencial denotativo de um indivíduo em dia com o novo tempo. Assim, a leitura de jornais também passou a ser um hábito comum aos habitantes melhor afortunados das cidades, consumidores em potencial, fazendo com que neles os proprietários de lojas, magazines e butiques divulgassem os seus artigos. Essa foi uma condição decorrente do fato da publicidade surgir como uma possibilidade de comunicação própria das cidades modernas.[3] As lojas então publicavam

reclames como recurso de propaganda, como um meio de atrair clientela e convencê-las a consumirem o que era de uso comum no Recife ou no Rio de Janeiro.

Também era comum aos rapazes e moças da sociedade tomarem conhecimento das novidades em artigos de vestuário que chegavam à cidade, através das conversas informais entre amigos e vizinhos. Como os encontros públicos faziam parte do cotidiano dos jovens paraibanos, eles costumavam se agrupar nas ruas centrais, onde trocavam as últimas informações em circulação na cidade, incluindo as que diziam respeito ao que era digno, ou não, de um jovem moderno usar. Para os lojistas, não importava a forma de acesso à informação; o importante era que os clientes adquirissem os artigos expostos nas vitrines. Afinal, o século XX se apresentava promissor não só para os negócios econômicos, mas para os investimentos pessoais, e vestir os modelos da França passou a ser característico do homem e mulher modernos, e um meio de lucro para os comerciantes. Afinal, o otimismo contagiara a sociedade. A partir de então, a rua passou a ser o cenário capaz de satisfazer as fantasias das pessoas, fantasias daquilo que elas desejavam ser; por outro lado, a rua passou a oferecer o conhecimento verdadeiro – para os capazes de decodificá-la – daquilo que as pessoas verdadeiramente são.[4] Os anúncios jornalísticos indicavam as ruas do Varadouro como o espaço ideal para quem desejasse encontrar as novidades na arte de apresentar-se publicamente. Nesse bairro, a modernidade estava estampada nas vitrines das lojas, no vai-e-vem dos transeuntes e no desce e sobe de pessoas residentes nos bairros das Trincheiras e Tambiá. Não demorou e a vida na rua adquiriu novos significados, ou seja, um peso especial, porque ela passou a se constituir no único meio onde a livre comunicação se manifestou.[5] Nesse sentido, a Rua Maciel Pinheiro (antiga Rua do Comércio e das Convertidas), junto com a Barão do Triunfo, além das ruas adjacentes, compunham o centro comercial do Varadouro. O vai-e-vem de transeuntes a admirarem as vitrines das lojas e a comprarem os produtos expostos e anunciados começava no final da ladeira São Francisco e se estendia até a antiga Rua da Imperatriz, atual Rua da República. Nas ruas do Varadouro se localizavam as lojas, e também clínicas, tabacarias, farmácias, livrarias e barbearias. Por essa razão, elas possuíam um ritmo que as diferenciava das demais artérias. Em decorrência do fato, esse bairro recebeu a denominação de “espaço comercial” e, ao final

da primeira década do século XX, o comércio já não era uma atividade restrita às Ruas Barão do Triunfo e Maciel Pinheiro, mas uma realidade comum a toda a área do Varadouro.

Coligindo as antigas páginas de "*A União*", identificamos que a infra-estrutura e os serviços urbanos existentes nesse bairro localizado na Cidade Baixa, não fugiram à realidade da Cidade Alta; suas ruas dispunham de calçamento, luz elétrica e bonde. Os benefícios recebidos fizeram com que, desde o início do século XX, elas se constituíssem num atrativo para os comerciantes. Muitos deles ali abriram suas lojas, armazéns, e fixaram suas residências nas proximidades da Estação Ferroviária, do Porto do Capim e da Alfândega, da beneficiadora de algodão, dos depósitos abarrotados de mercadorias à espera dos vapores que partiam e chegavam das cidades de Recife, Itabaiana e Campina Grande. Além das casas comerciais, ali também se encontravam o Hotel Luso-brasileiro e o Hotel Globo, locais onde costumavam se hospedar os comerciantes e políticos do interior que comumente vinham à Capital resolver assuntos políticos e negócios econômicos. Os homens de negócios eram presença garantida no Varadouro, principalmente porque ali também se encontravam as casas de câmbio, os atacadistas e varejistas, e os proprietários dos estabelecimentos comerciais com os quais os produtores rurais negociavam suas mercadorias, saldavam e contraíam dívidas. Afora as casas de câmbio, lá também se encontravam as hospedarias e as pensões, a exemplo da Pensão Brasil, local onde tradicionalmente residiam os estudantes do interior que, no Liceu, se preparavam com vistas a concorrer a uma vaga na Faculdade de Direito do Recife, e onde se hospedavam os pequenos comerciantes.[6] As casas comerciais e os serviços de embarque e desembarque de mercadorias garantiam ao Varadouro um movimento de capital considerável, pois neste bairro quase tudo se podia comprar e vender. Embora no Porto do Capim só ancorassem pequenas embarcações, ele foi relevante na economia dessa cidade, principalmente porque era por onde os comerciantes paraibanos recebiam os artigos de luxo importados da Europa, além de ser a porta de entrada de quem chegava à Parahyba e trazia as notícias da Capital da República e do mundo. Assim, a coluna econômica denominada "Movimento da Cidade" diariamente indicava quem chegava e quem partia. A Estação Ferroviária e o Porto do Capim assumiam a condição de termômetro econômico e social, pois o movimento de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias servia para reforçar a imagem de que a cidade caminhava rumo ao progresso. O

movimento de chegada e saída dos trens, além do embarque e desembarque de mercadorias, também proporcionava o acesso às informações, principalmente porque era o trem que trazia os jornais em circulação no Recife e no Rio de Janeiro, relatando as últimas notícias dos acontecimentos políticos, sociais e culturais ocorridos naquelas cidades. Em virtude disso, eram comuns as aglomerações de estudantes, políticos e intelectuais no pátio da estação ou nas Praças 07 de Setembro e 15 de Novembro, à espera do trem comentando as notícias trazidas por quem chegava do Rio de Janeiro e do Recife. Seja através dos jornais ou do boca em boca, as notícias se espalhavam cidade afora, o que fazia com que as ruas Maciel Pinheiro e Barão do Triunfo, no Varadouro, fossem freqüentadas pelas elites. Uma parcela da sociedade se esforçava para acompanhar o que de novo estava acontecendo no país e, assim, se manter integrada aos tempos modernos. De certa forma, vivia-se na Parahyba o episódio que Marshall Berman identificasse quando se referiu à modernização descrita pelo poeta Baudelaire na Paris do final século XIX: "a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos".[7]

Os jornais locais, a exemplo de *A Imprensa* e *A União*, exerceram papéis relevantes na definição e propagação dos novos comportamentos sociais. Em letras garrafais, visivelmente estampadas nas primeiras páginas, esses periódicos indicavam as casas comerciais nas quais os artigos de luxo poderiam ser encontrados. Vários deles apontam a Rua Maciel Pinheiro[8] como o local ideal, visto que, na época, era ponto de passagem obrigatório dos bondes elétricos com destino à Praça 15 de Novembro. Por essa razão, a Rua Maciel Pinheiro se constituiu numa via relevante da área central da Parahyba, o que levou Joaquim Inácio a afirmar em 1924:

> esta importante artéria tem uma função particular, de grande relevo na Capital. Nela está localizado especialmente o comércio em grosso da terra. Vêem-se, também, algumas casas de vendas a varejo, livrarias, cafés, a casa Pena. É possível que nos setenta e poucos prédios situados da Associação Comercial à curva da linha de bondes que dá acesso à Cidade Alta, exista, nesta rua, um estoque de mais de cem mil contos de mercadorias.[9]

A Rua Maciel Pinheiro era um fervilhar constante. Tudo começava às primeiras horas do dia, quando os comerciantes abriam as portas das lojas, armazéns e depósitos, e só se encerrava à meia-noite. Das oito horas da manhã até às dezoito horas da tarde, era este, por excelência, o espaço econômico, pois nele se faziam vários tipos de negócios, como o empenho, a compra, troca e entrega de mercadorias adquiridas na praça do Recife. Com o pôr do sol, a rua se preparava para assumir a condição de espaço da

diversão. À medida que as lojas, os bancos e as casas de câmbio fechavam as portas, os cafés e salões abriam as suas cortinas para mais uma noite de espetáculo. A instalação dos serviços urbanos proporcionou a todos condições de tráfego, passeio e permanência. Ao mesmo tempo, assegurou comodidade no acesso às casas comerciais, o que fez com que os estabelecimentos cotidianamente pudessem ser freqüentados pelas senhoras e senhorinhas da sociedade, em busca dos cortes de tecidos finos, laços, fitas e chapéus, acessórios indispensáveis ao modo de se vestir feminino do início do século XX. Freqüentar as lojas e fazer compras deixou de ser um serviço das mucamas de outrora. Aos poucos, esse hábito foi se incorporando ao cotidiano das mulheres "decentes", acompanhadas das suas filhas moças casadoiras e de um carregador, passaram a visitar com mais freqüência a rua onde se localizavam as lojas especializadas nos acessórios femininos, a exemplo dos vestidos de seda e chapéus de cetim. Por sua vez, esse comportamento se constituiu em uma das condições pelas quais as mulheres da elite ganharam acesso ao espaço público. Os anúncios publicitários das lojas, na sua maioria, dispunham de textos curtos, cujo propósito era convencer os leitores e leitoras de jornais a aderirem ao novo estilo; quem desejasse isso bastava procurar uma das lojas da Rua Maciel Pinheiro, e lá encontrariam os mais variados estoques de tecidos importados; tratava-se de lojas em condições de satisfazerem aos clientes nos seus diversos gostos e opções de vestir-se e apresentar-se bem publicamente. A freqüência com que os anúncios eram divulgados denotam não só a imposição do consumo, mas "a tensão entre a novidade, que era ao mesmo tempo admirada e temida, e a tradição, que era ao mesmo tempo respeitada e desvalorizada".[10] À medida que os anúncios publicitários indicavam as lojas onde os novos artigos de luxo poderiam ser encontrados, disciplinava os consumidores quando determinavam o modelo de homem e mulher elegante, afastando-os dos tipos comuns, principalmente a mulher. Essa não poderia exagerar no tom das cores dos tecidos, nas estampas nem na fragrância das águas de cheiro, de modo a não se assemelharem às prostitutas. Logo, os personagens ficavam definidos e distintos, e o modo como se vestiam denunciava quem era quem. Para as mocinhas e suas mães, não faltavam as lojas especializadas nos vestidos de cetim e cambraias, a exemplo da Casa Paulista, cujos reclames anunciavam ser "um estabelecimento especializado em fazendas e roupas feitas, onde o público desta Capital encontra tudo o que há de melhor e mais barato no gênero. Venha ver para crer. A Lundgren & Companhia".[11] O

propósito era atender a todos os integrantes da família e aos seus diferentes gostos, pois o consumo tornara-se realidade comum às elites; assim, ali também poderiam ser encontrados os estabelecimentos especializados em roupas para as jovens e as senhoras donas-de-casa. Segundo Margareth Rago,

> tudo incitava à preocupação obsessiva com a própria imagem: tanto para a jovem de família, que deveria saber como se vestir elegantemente, comportar-se em público e agradar para conseguir um 'bom partido', quanto para a boa dona-de-casa, ameaçada de ser confundida com seu avesso, a prostituta, caso excedesse no uso de batom ou no decote das blusas...[12]

Acerca dessa questão, Marshall McLuhan aponta outro modo para explicar a interseção entre discurso normativo e práticas cotidianas. Segundo esse autor, a publicidade como fator indicativo de experiências socialmente compartilhadas é comum nas sociedades em que circula: "magníficas acumulações de materiais sobre as experiências e os sentimentos partilhados por toda a comunidade. É claro que se os anúncios se afastassem do centro dessa experiência partilhada em comum, entrariam rapidamente em colapso, por perderem a possessão dos nossos sentimentos".[13] O entra e sai dos vendedores e negociantes nas lojas e o vai-e-vem de transeuntes, nas ruas Maciel Pinheiro e Barão do Triunfo, fazendo compras, conversando e admirando as novidades nos expositores públicos, asseguravam à Parahyba o *frisson* característico das cidades modernas, sendo essa a condição que as diferenciava da tranqüilidade das demais artérias, e determinava que o novo tempo havia chegado. Os anúncios da loja Antônio Maia & Cia, situada no número 61 da Rua Maciel Pinheiro, informavam ao público a chegada de "vestidos de pura cambraia bordada para crianças".[14] Um outro reclame, cujo texto, além de longo, era direcionado aos homens e mulheres desejosos do estilo fino e social, dizia ser o número 61 dessa artéria o ponto da moda, o local onde se encontra, "uma casa de confiança, uma loja de fazendas finas, a mais antiga da praça. Especialista em casimira, brins, oliados, camisas, punhos, colarinhos, ceroulas, meias, toalhas, morins, fantasias, merinós, redes, perfumarias e artigos de moda".[15]

Embora a leitura fosse um exercício restrito à pequena parcela da sociedade paraibana, os anúncios publicitários veiculados influenciaram o comportamento dos transeuntes, principalmente porque os leitores e leitoras pertenciam aos segmentos que dispunham de recursos para adquirirem os produtos anunciados e passavam a seguir as sugestões indicadas. Nessa perspectiva, a publicidade, associada à

atividade comercial, impôs novos costumes aos moradores da área central da cidade. Segundo Márcia Padilha, "o crescimento da atividade comercial teve importância acentuada, sendo, mesmo, fundamental na dinâmica de transformação da paisagem urbana e dos costumes".[16] Os rapazolas se contentavam com as peças de brim em várias tonalidades. Do contrário, a casimira era bem recomendada pelos alfaiates. As alfaiatarias e camisarias sempre estavam abarrotadas de encomendas, principalmente se estavam próximas as festas da padroeira, Nossa Senhora das Neves, do Natal e do Ano bom. Nessas épocas, era comum o rapaz encomendar o corte e costura de um novo conjunto composto de paletó, colete e calça. Para complementar a elegância, recomendavam-se os chapéus de feltro, indicados principalmente aos jovens rapazolas que não quisessem passar despercebidos nos passeios de finais de tarde, no Jardim Público.

Para a elegância das mocinhas, sugeriam-se águas de cheiro e os cremes de arroz indicados ao tratamento de pele; a finalidade desses cosméticos era realçar e acentuar a beleza e a sensualidade das donzelas, quando porventura fossem assistir às missas na Misericórdia, às cerimônias de casamentos na Matriz de Nossa Senhora das Neves, ou fossem aos chás da tarde em casa de algum parente ou amigo íntimo. As ousadas e exigentes com a vaidade, e que se dispusessem a caminhar um pouco mais em prol do requinte poderiam, na Rua Maciel Pinheiro, ir até o número 62-A, onde encontrariam a Alfaiataria Zaccara, cujos preços não tinham concorrência. Nesse estabelecimento, além da variedade de tecido e exclusividade nos modelos, as clientes ainda disporiam de um ótimo atendimento dispensado pelos proprietários e modistas Criza e Zaccara. Outra opção era ligar para o telefone número 09, fazer suas encomendas ou tirar qualquer dúvida quanto às últimas novidades em tecido e modelo ideal para as diversas ocasiões. Um pouco mais à frente, no número 211, "A Elite – Alfaiataria e Casa de Modas" anunciava ser possuidora de: "um completo sortimento de casimiras inglesas e nacionais, brins brancos e de cores, *palm-beachs*. Especialidade em batinas e paletós eclesiásticos. Recebe por todos os vapores, da praça do Rio de Janeiro, as novidades da moda. A Casa de sortimento mais completa desta praça".[17]

São facilmente encontrados anúncios com alusão aos produtos importados, o que funcionava como atrativo à sua aquisição, pois o homem ou a mulher desejosa de se manter moderna não podia deixar de possuir, no seu guarda roupa, uma peça de cambraia inglesa, seda javanesa ou um corte à francesa. Os

anúncios publicitários, à medida que informavam os valores e costumes denotativos do homem e da mulher modernos denunciavam o papel dos comerciantes na composição da cidade igualmente moderna e consagravam o anúncio como um meio deles representarem a si mesmos. Tratava-se, portanto, de uma associação na qual os comerciantes entravam com sua força de anunciantes e os periódicos com sua força de comunicação.[18]

---

[1] PADILHA, Márcia. A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001, p. 21.
[2] BERMAN Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L Ioriatti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 94.
[3] PADILHA, Márcia. op. cit. p. 23.
[4] BERMAN, Marshall. op. cit. p. 189.
[5] BERMAN, Marshall. op. cit. p.219.
[6] A União – 02/04/1913, p. 03.
[7] BERMAN, Marshall. op. cit. p. 143.
[8] RODRIGUEZ, Walfredo. Roteiro sentimental de uma cidade. São Paulo: brasiliense, p. 39. 1961.
[9] INACIO, Joaquim. Notícias de uma viagem a Parahyba, em 1924. Coleção Mossoroense, VCLII, p. 04, 1987.
[10] PADILHA, Márcia. op. cit. p. 29
[11] A UNIÃO, 14/01/1913, p.03.
[12] RAGO, Margareth. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 129, 1991.
[13] MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo: Cultrix, p. 258, 1988.
[14] A União – 14/01/1913, p. 02.
[15] A União – 14/01/1913, p. 02.
[16] PADILHA, Márcia. op. cit. p. 67.
[17] A União – 11/01/1923, p. 03.
[18] PADILHA, Márcia. op. cit. p. 68

ESTADO, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E PROPRIEDADE PRIVADA EM MÉSZÁROS

WALLACE MORARES

A busca no campo das idéias sobre a melhor forma de organização societal é de longa data. Quase todas as escolas de pensamento preocupam-se com a questão. Com efeito, duas, a princípio antagônicas, se destacam englobando o maior número de teóricos. Por um lado, estão os liberais – de Locke a Rawls ou Hayek, como queiram – concebendo a desigualdade em hierarquia e autoridade, além da existência do Estado, para garantir a ordem e a propriedade privada, como benéficas para toda a humanidade. Suas justificativas estão sempre pautadas na idéia de desenvolvimento. Isto é, para o benfazejo de todos, a existência do Estado, da propriedade privada dos meios de produção, além da desigualdade em renda e em autoridade subjazem ao desenvolvimento, que (em última instância) favorece até aos menos favorecidos, para citar uma dita preocupação de Rawls. As pressuposições ideológicas desta teoria apontam para a interpretação da natureza humana como possessiva, baseada no individualismo, no inevitável conflito de indivíduos egoístas e na maximização de suas utilidades.[1] O bem-estar que esta teoria pode nos proporcionar está a olhos vistos nos quatro cantos do mundo, com seus níveis de miséria, violência e desigualdade; desnecessário comentar.

Por outro lado, temos os marxismos – que de tão variados, vemos alguns que discordam peremptoriamente dos princípios liberais, enquanto outros... nem tanto.[2] A obra propriamente marxiana nos ensina, dentre outras coisas, que o capitalismo está fundado na exploração de uma classe sobre outra, sendo historicamente constituído pela violência; e que o liberalismo, por sua vez, está baseado em argumentos que não se comprovam empiricamente. Neste sentido, os escritos de István Mészáros são exemplares, resgatando a obra marxiana, mas não só; vão para além do liberalismo e do próprio Capital, tanto de Marx[3] - não no sentido reformista de sujeição, mas para afirmar o que o revolucionário tinha de mais radical – quanto do capitalismo[4] (embora

saibamos que o capital não se restringe ao capitalismo), como sugere seu título ambiguamente. Uma obra ousada, necessária e radical para os tempos de capitulações em que vivemos, cujo objetivo central é a defesa de uma sociedade sem classes. Com efeito, Mészáros não se furta de rediscutir questões ora pouca problematizadas, ora negligenciadas por Marx, sempre em defesa da ampliação da revolução e da emancipação da classe que vive do trabalho.

Discutiremos aqui, portanto, algumas das teses de Mészáros (2002) consubstanciadas no "Para Além do Capital", sobretudo no que concerne ao papel do Estado, da propriedade privada e da divisão social (hierárquica) do trabalho, como forma de encaminhar o debate. Não pretendemos, evidentemente, esgotar o assunto, mas expor alguns apontamentos para melhor debatermos. Por conseguinte, a discussão perpassará pelo núcleo duro de sua teoria.

Mészáros ressalva que, à luz dos desenvolvimentos pós-revolucionários dos Estados de capital pós-capitalistas, que caminharam em agudo contraste com as expectativas originais, nos é imposta a necessidade de um exame cuidadoso da teoria marxiana acerca do Estado. Neste sentido, dois pontos norteiam a construção das teses do autor: 1) nas sociedades pós-capitalistas, a ditadura do proletariado, ao contrário do que propôs Marx, assumiu o controle sobre todas as facetas da vida social, deixando de ser uma fase transitória para assumir caráter permanente; 2) para agravar as coisas, o Estado capitalista – novamente contra as expectativas – não se tornou um Estado extremamente autoritário: o tipo fascista de formação estatal permaneceu episódico na história do capitalismo até o presente. Contudo, Mészáros acrescenta, ninguém deve subestimar o perigo de ditaduras de direita como soluções a períodos de crise aguda, tais soluções, apesar disso, parecem estar muito em desacordo com as exigências objetivas do processo capitalista de produção em suas fases relativamente mais tranqüilas de desenvolvimento (Mészáros, 2002: 561). Seria necessário acrescentar que pode não existir violência extremada nos países da OCDE, mas no Terceiro Mundo os aparelhos de Estado coercitivos estão em plena ação contra as parcelas mais pobres

dos que vivem, ou deveriam viver, do trabalho, prendendo, torturando e assassinando, objetivando, sempre, a defesa do capital, da ordem e do liberalismo. Não podemos negligenciar que o Estado penal é o que vigora nestes países, visando garantir as extremas desigualdades.

O ESTADO

Para Marx, era imperativo sair do ponto de vista do político para poder ser verdadeiramente crítico do Estado. Neste sentido, de acordo com a interpretação de Mészáros, há uma contradição entre o político e o social, sobretudo no que concerne à revolução. Isto significa que a revolução social bem-sucedida não pode ser local ou nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade -, ela há de ser global/universal; o que implica a transcendência necessária do Estado em escala global (Mészáros, 2002: 567). Destarte, começamos a caminhar por uma das principais teses de Mészáros, qual seja, a necessidade da abolição do Estado. Conquanto ele admita a existência do Estado "transicional" plenamente controlado (como forma política) para a ação emancipatória, *pari passu*, apresenta uma exigência, qual seja, a de que este Estado faça desaparecer a diferença entre governantes e governados, consubstanciando-se no autogoverno da comuna. Ratificando tal tese, ele afirma: "o proletariado só é vitorioso abolindo a si mesmo e ao seu oponente" (1053). É por isso que o proletariado deve voltar sua ditadura contra si mesmo (1055). Aqui está a crítica aos regimes do leste europeu ligada à necessidade de fenecer o Estado como condição para o socialismo.

A esta condição Mészáros acrescenta a necessidade de também abolirmos a propriedade privada dos meios de produção e da própria divisão social (hierárquica) do trabalho. Entretanto, nos nossos diais, dificilmente se pensa acerca destes pontos como condição fundamental para a emancipação da classe trabalhadora. Por quê?

A resposta encontrada por Mészáros está na sua discussão sobre ideologia, acompanhada da escolha paradoxal entre interesses imediatos e de longo prazo. Em outras palavras: há uma unidade das classes dirigentes em torno de objetivos óbvios,

reais e evidentes por si mesmo, que agem como uma força unificadora entre suas várias camadas, dentre eles, a defesa do Estado - mínimo que seja, mas que garanta a propriedade privada dos meios de produção, o lucro, os contratos e a divisão social hierárquica do trabalho. Tal axioma parece-nos muito claro quando perscrutamos os autores liberais e percebemos que sobre a defesa dos sustentáculos centrais do capitalismo não existe a menor vacilação, embora existam peculiaridades na forma de fazer tal defesa. Por outro lado, há uma estratificação entre os interesses das classes subalternas: entre interesses imediatos e de longo prazo, evidenciando vacilação entre seus defensores: que ficam divididos entre uns e outros. Mészáros responde o litígio percebendo que os interesses de longo prazo, que são os da revolução, são definidos como meramente potenciais (hipotéticos), cuja condição de realização escapa necessariamente da situação imediata, vejamos:

"As exigências e postulados de unidade são com freqüência quiméricos, mas não só: também tendem a ser formulados a partir da perspectiva da corrente reformista-oportunista do movimento trabalhista e contra a esquerda, **sempre acusada de 'afundar o barco' do sucesso eleitoral com suas exigências radicais**" (p. 1037) (grifo nosso)[5].

Em outras palavras, o movimento reformista-oportunista abre mão dos interesses históricos da classe trabalhadora de superação do capitalismo por entender que os mesmos são utópicos e reivindicam "ninharias", às vezes, até relevantes, mas que não colaboram para a emancipação dos que vivem do trabalho. O problema da esquerda reformista-oportunista-institucional é se submeter aos desígnios das eleições, ditadas pelos grandes meios de comunicação e pelas pesquisas de opinião, que mais dizem sobre o que se deve pensar do que aferem o que realmente está pensando a população de um modo geral. Os interesses imediatos são colocados na pauta do dia, enquanto os interesses de longo prazo, além de serem vistos como quiméricos, são postos de lado, pois podem atrapalhar a vitória nas eleições. Trata-se da subordinação da luta em relação à participação eleitoral, mas, para além disso, caracteriza-se a submissão às

idéias liberais, as quais afirmam amiúde que a vida sem as principais instituições do capitalismo é inconcebível.

O EXEMPLO DA COMUNA DE PARIS

Corroborando para suas teses, Mészáros lembra da Comuna de Paris e da avaliação positiva de Marx em "Guerra civil em França", por ter sido uma revolução contra o Estado, percebendo que a divisão sistemática e hierárquica do trabalho indica a determinação recíproca com o Estado. Isto é, é necessário o fim deste e da divisão social do trabalho (que se mantêm reciprocamente) para o êxito do socialismo, negando desta maneira contundentemente as principais instituições do liberalismo.

Neste sentido, Mészáros (1054) aponta para a mais aguda dificuldade teórica de Marx: ele não pôde reconhecer a fragmentação e estratificação do trabalho, pois isto minaria sua forma (concepção) transicional. O problema está em que, se os interesses parciais objetivos dos vários grupos de trabalhadores se afirmarem sob formas conflitantes, o interesse comum defendido pelo socialismo não fica tão evidente quanto poderia parecer a partir do pressuposto do trabalho unificado.

Por conseguinte, Mészáros estabelece duas importantíssimas pré-condições de uma transformação socialista genuína – que giram em torno da necessidade de emancipação dos indivíduos sociais das restrições de sua própria classe como pré-requisito para a construção da nova forma histórica: primeiramente, a necessidade de uma transformação estrutural fundamental da sociedade em seu conjunto; desta forma, medidas políticas, embora radicais, não podiam resolver os imensos problemas. Portanto, os homens para emancipar-se devem não mais se subordinar a outros, mas constituir-se no auto-governo da comuna. A segunda pré-condição é o internacionalismo da revolução.

Neste diapasão, a alternativa não pode apenas se basear na negatividade do sistema, embora tenha que fazê-lo, mas na positividade do socialismo. Por fim, citando Rosa: "o socialismo não pode ser inaugurado por decreto, nem por qualquer governo. O socialismo deve ser criado pelas massas", sem Estado, sem divisão social hierárquica

do trabalho, o que só é possível sem, evidentemente, a propriedade privada dos meios de produção.

---

[1] De acordo com a interpretação de Mészáros, esta corrente de pensamento político utiliza-se da ideologia para sua justificação, concluindo que a ordem socioeconômica estabelecida deve constantemente se adaptar às condições mutáveis de dominação. Isto é: 1) o discurso da direita sempre afirma que defende a maioria da população (e precisa fazê-lo) sobretudo contra as minorias desordeiras, àqueles que fazem greve etc.. 2) o discurso tem que falar o tempo todo de unidade (neste sentido o nacionalismo exerce um papel importantíssimo).

[2] Decerto, aqueles que não discordam dos principais postulados das teorias liberais não deveriam, inclusive, ganhar a denominação de marxistas, por razões óbvias.

[3] Mészáros ressalta a importância de reexaminar a teoria original marxiana no sentido de adaptá-la às novas circunstâncias, fortalecendo a luta contra o capital: "As considerações do tipo de transformação social prevista pela visão marxista têm de avaliar não apenas as dificuldades inerentes à própria magnitude das tarefas a serem realizadas, mas, igualmente, deve ser capaz de enfrentar as complicações que inevitavelmente surgem das contingências sócio-históricas mutáveis, a luz das quais as proposições básicas da teoria original devem ser reexaminadas e, se necessário, adaptadas às novas circunstâncias" (2002: 1034).

[4] Cabe ressaltar que, na interpretação de Mészáros, "capital" trata-se de uma categoria histórica dinâmica, enquanto o capitalismo é uma formação social específica, podendo aquela existir, como existiu, nas sociedades pós-capitalistas.

[5] A parte grifada nos remete às críticas sofridas pelos setores mais à esquerda institucionalizada, seja nas eleições brasileiras, seja no movimento dos trabalhadores, quando corretamente defendiam posições mais radicais, sem concessão ao capital. Estes setores ficaram isolados como resultado das capitulações e da ofensiva dos liberais que dominam principalmente os meios de comunicação do país.

Industrialização recente: surgimento de novas relações socioeconômicas na cidade de Três Lagoas-MS.

Walter Assis Alves - UFMS

walterdiem2@yahoo.com.br

A proposta deste trabalho é traçar uma linha de investigação do que foram os anos germinais (1997-1998) da política de atração de indústrias para a cidade de Três Lagoas, política esta envolvida em uma trama de relações sociais e econômicas, utilizando como fio condutor o documento assinado por João Batista Gonçalves,[1] contrapondo-o às matérias do Jornal do Povo, periódico que aponta em seu conteúdo as ações decorrentes do processo de industrialização da cidade, destacando assuntos em que o Governo e industriais são os protagonizadores.

Em se tratando de pesquisa histórica, utilizando como fonte os jornais, Laura Antunes Maciel aponta que já faz algum tempo que foi superada a sua rejeição ou sua incorporação a-crítica como documento histórico, pois a imprensa é uma prática constituinte da realidade social:

> ... que modela formas de agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretende compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõe em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.[2]

A imprensa, por constituir-se em um rico acervo para se levantar determinadas experiências históricas, apresenta-se aqui, conforme a mesma autora, de forma a dar visibilidade através da repetição, insistência, intensidade da narrativa, destaque, composição, etc. Esta, busca com a freqüência de registros valorizar determinados acontecimentos, imagem de pessoas e instituições. O formato das publicações do Jornal do Povo nos leva a analisar cuidadosamente a direção de sua ótica, e em que consiste a lógica de seus interesses, levando a pensar o modo como são apresentadas as notícias relativas ao desenvolvimento econômico da cidade, observando os personagens que estão constantemente presentes no bojo de suas matérias, a posição que estes ocupam no meio

político e social e quais as suas contribuições para a construção do "eufórico" momento de caça a indústria que vem ocorrendo desde então.

A iniciativa para atrair investimentos para a cidade de Três Lagoas foi pautada na constituição de 1988, artigo nº 155 atribuindo novas competências a Estados e Municípios, e posteriormente, em 1993, através da Emenda Constitucional nº 03, que trouxe modificações no sistema tributário, extinguindo e criando impostos,[3] dando condições para a cidade se inserir em um novo contexto econômico nacional, praticando assim ações competitivas de incentivo fiscal para atrair investimentos. Isto, nos últimos tempos vem se tornando prática constante adotada por estados e municípios, produzindo uma descentralização industrial nacional e causando conseqüências das mais diversas. Várias cidades brasileiras sofreram e estão sofrendo modificações representativas em suas relações e formações socioeconômicas, tendo como uma das causas essa guerra fiscal.

Em meados da década de noventa inicia-se a discussão com o intuito de atrair para Três Lagoas várias indústrias, tendo em vista a oferta de incentivos fiscais oferecidos pelo Governo do Estado, tais como: isenção financeira de 67% do Icms a pagar (prazo de 10 anos) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, com intermédio do Banco do Brasil, que concede financiamento com juros de 8,75% a 14% sem indexador e descontos de 15% no juro da parcela paga na adimplência, além de carência com prazo de até três anos na construção do prédio e de até nove anos para a compra de maquinário.

As regras do jogo são bem claras: ofertas mirabolantes e disputas acirradas, apresentam-se elaboradas e decididas a levarem empreendedores e governos a se posicionarem de forma agressiva, o que dá condições para que suas estratégias possam trazer resultados aparentemente satisfatórios, sem que os estados que disputam a recepção de novos empreendimentos se preocupem com as conseqüências futuras. Quando de fato a guerra fiscal se torna um ganho a somar a um Estado da Federação, "impõe, na maioria dos casos uma perda a algum ou a alguns dos demais [estados], posto que a guerra raramente é um jogo de soma positiva",[4] ou seja, podendo trazer o desenvolvimento para uns e causar o esvaziamento em outra Unidade da Federação.

A instalação das indústrias em certas áreas urbanas estimula o surgimento e crescimento da pequena e média empresa e do trabalho autônomo, tanto na área de prestação de serviços quanto no comércio, como salienta o Secretário de Indústria e Comércio, Magid Thomé Filho: "a conseqüência da cidade abastecida com a oferta de emprego está diretamente ligada ao setor comercial, melhorando as vendas e a futura arrecadação tributária estadual e municipal".[5] De modo semelhante, há um documento apresentado junto a Associação Comercial e Prefeitura de Três Lagoas que serve como base na divulgação dos atrativos da cidade no cenário econômico nacional. Diz ele:

> Promover a formação de uma comissão (ACITL – SEC. IND. E COMÉRCIO), a qual fará estudos de FEIRAS E EVENTOS INDUSTRIAIS (a realizar-se em outras unidades da federação), selecionando-as criteriosamente para montagem de stander (mini-box: com painéis – mapas – filmes – bancos de dados e materiais ilustrativos que se fazem necessários) para divulgar Três Lagoas, como pólo industrial emergente, suas potencialidades e perspectivas no contexto do Centro-Oeste, Pontal do Pantanal e Mercosul.[6]

Este documento assinala ainda que seja viabilizado prêmio de isenções fiscais por um determinado período a ser concedido ao comerciante e ao industrial local que promover a implantação de indústrias em Três Lagoas, justificando para tal medida a geração de empregos, o que resulta na multiplicação de impostos e riqueza.

Em se tratando da tentativa de divulgação em busca de projeção econômica, a utilização de "*Marketing* e imaginário são altamente valorizados pelas cidades que procuram um lugar para elas na paisagem do século XXI".[7] Assim, fica explicito a importância da propaganda como fonte de divulgação também em Três Lagoas, apontada como pertencente ao time das cidades "paraíso das isenções" pelo Governo Municipal, que se mostra confiante e satisfeito com sua determinação de colocar a cidade no rumo do desenvolvimento desejado. Acredita-se que industrialização significa progresso, emprego e solução para os problemas municipais, tendo por argumento o fato de que a cidade não perde com as isenções, mas ganha indiretamente com a criação de mais empregos e impostos recolhidos de forma indireta. Com essa expectativa, o Secretário de Comércio, Turismo e Indústria, admite que sua maior conquista foi tornar a cidade conhecida

nacionalmente, com um permanente trabalho de *marketing:* "O trabalho junto aos empresários de outros estados tem sido agressivo, com visitas as suas bases, seminários e trocas de informações".[8] O Secretário destaca ainda que os maiores interesses desses investidores se dão porque Três Lagoas encontra-se no centro da Hidrovia Tiête-Paraná e do Mercosul, com várias alternativas de transportes, oferecendo as indústrias escoamento fácil, prático e custos diferenciados aos produtos.

Nas alternativas apresentadas nas propagandas que circulam pelo país, além dos incentivos fiscais, que aparecem como ponto positivo para a atração das indústrias, destacam-se as vias de transportes: a Rodovia Marechal Rondon, interligando Três Lagoas a Capital de São Paulo e ao Porto de Santos; os trilhos da Ferrovia Novo-Oeste interligando Três Lagoas a Bolívia e ao Paraguai; a Hidrovia Tietê-Paraná que permite a condução de cargas da capital paulista até Buenos Aires, na Argentina, percorrendo um total de 2,8 mil Km integrada ainda com Minas Gerais e Goiás. Quanto ao potencial energético, assinala-se: o Complexo de Urubupunga com 4,6 milhões de kw de potência energética; o Terminal de Gás Centro de Distribuição City Gate, do Gasoduto Brasil Bolívia que cobre 11 municípios do Mato Grosso do Sul e a Usina Termoelétrica de Três Lagoas com potencial de 640 Mw total de geração de energia. Com este panorama a cidade se projeta em busca do desenvolvimento industrial e do crescimento econômico.

Os primeiros resultados começam a aparecer no momento em que empresários industriais mostram-se motivados, estudando a possibilidade de promover investimentos na cidade, atraídos pelas ofertas de incentivos que foram apresentadas, pela primeira vez, em reunião no dia 16 de agosto 1997 no anfiteatro da Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas, estando presente representantes do Governo do Estado, Administração Municipal e cerca de 25 empresários, em sua maioria do ramo da indústria de calçados, têxtil e alimentação. Empolgado com a reunião o prefeito enviou um projeto de lei para a Assembléia Legislativa com intenção de aumentar de 67% para 75% a isenção de Icms, cogitando ainda a isenção total com o município abrindo mão de seus 25% de Icms que tem direito. Toda essa proposta de incentivos fiscais a serem disponibilizados veio ao encontro

das expectativas dos empresários. Cláudio Scodro, empresário Paulista do ramo da indústria de alimentos, destacou com satisfação: "Foi uma excelente reunião, no qual autoridades municipais deixaram a todos os presentes muito bem impressionados, a partir do interesse e da disposição demonstrada em auxiliar e apoiar a chegada de novos investimentos".[9] O empresário Wilson Citro, que já na oportunidade tinha empresa funcionando na cidade recebendo os incentivos disponíveis, declarou na reunião: "A injeção de dinheiro proporcionada por esta isenção conferiu nova vitalidade aos meus empreendimentos".[10] Como se percebe, a empreitada em busca do desenvolvimento industrial vem sendo conduzida através de um trabalho intenso junto a empresários.

Concretizando as suas pretensões, a Câmara Municipal aprovou a Lei de nº 1429, com data de 23/12/1997, dispondo sobre a concessão e incentivos para a instalação de indústrias na cidade, apresentando em seu Artigo 1º a seguinte condição: "Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção referente a impostos, taxas e emolumentos nos termos da presente Lei, às indústrias que vierem a se instalar, ou em processo de instalação no Município".[11] Os esforços da Câmara Municipal e Associação Comercial deixaram o Governo Municipal cheio de expectativas, chegando a ponto de cogitar a busca de mão-de-obra em outras regiões: "Num curto espaço de tempo teremos que importar mão-de-obra para atender a demanda de indústrias que serão implantadas no município".[12]

Cabe, agora, apresentar a problemática para se pensar a questão do emprego, presente no contexto das fontes aqui estudadas, como no discurso político dos jornais, quando se propõe, com o advento da industrialização, "amenizar o problema do emprego na cidade".[13] Na discussão de formas estratégicas de promover a industrialização, a mão-de-obra disponível aparece como item para deleite dos industriários que objetivem se instalar em Três Lagoas, já que exposta como vantagens oferecidas pela cidade aos investidores, sendo elas: grande oferta, ótimas condições de formação de mão-de-obra (Sesi, Senai, Senac) e "custos abaixo dos grandes centros e livre da pressão asfixiante dos sindicatos".[14]

Frente a isto, indagamos: até que ponto essa industrialização beneficiará a população? As indústrias estão vindo em busca de atrativos fiscais, e dispostas a explorar

ao máximo a fartura de mão-de-obra disponível, representada nos 27% de desempregados, de uma população de 75 mil habitantes?Vimos que atrativos para as indústrias foram disponibilizados, mas qual seria o atrativo para o trabalhador com o advento do emprego? A melhoria no nível de vida ou a mera sobrevivência em meio à exploração capitalista?

O descaso com que o trabalhador é tratado aparece de maneira a expor-lhe como fonte de lucro a ser obtido com a exploração de seu trabalho, visto que o mesmo aparenta estar inicialmente sem órgão de representatividade e a mercê das "boas intenções" dos capitalistas que se propõem a investir na cidade, condição inaceitável para uma sociedade que anseia por progresso, visto que:

> ... não é mais possível pensar o processo de assalariamento de massa (o desenvolvimento industrial) que possa funcionar como instrumento de integração cidadã, ou seja, de distribuição de renda e de universalização dos direitos. A dinâmica está completamente invertida. É a distribuição prévia da renda que pode permitir a universalização dos direitos, dos padrões de consumo e, sobretudo da integração produtiva.[15]

A situação se agrava no momento em que as empresas chegam trazendo na bagagem o descaso em relação ao trabalhador local, que com uma cultura de origem rural encontra dificuldades em adaptar-se as rígidas formas de trabalho das indústrias. Os meios para qualificação profissional disponíveis nem sempre correspondem às necessidades das fileiras da linha de produção, colocando o operário no dilema de aprender o ofício ou então dar lugar para o próximo. Heloísa Helena Cardoso em sua análise sobre as condições de vida e trabalho do espaço fabril, no fim do século XIX e início do século XX, aponta:

> A referência à 'vida que levaram antes' nos faz supor que uma certa alteração de tradições culturais aconteceu, na medida em que essa população pobre de meio rural é engajada no processo de produção fabril. Inclusive as referências ao não adestramento deste trabalhador e a 'falta de educação industrial' presente no ofício endereçado a Câmara Municipal de Sete Lagoas em 1882, sugerem-nos que a necessidade de enquadrar o trabalhador nas novas condições constitui-se em um problema levando-se em conta a disponibilidade de braços.[16]

Conforme a autora, para se entender essas fábricas para além dos dados quantitativos e da sua trajetória linear enquanto caminho percorrido pelo capital é preciso se

pensar na organização capitalista da produção imposta ao mundo do trabalho, a disciplinarização do espaço da produção e a sujeição do trabalhador.

A tentativa de lapidar a mão-de-obra para os industriários é preocupação constante do Governo e entidades empresariais. Nesta perspectiva, consultores são contratados para proferir palestras sobre motivação e relações comerciais no mercado de trabalho, a fim de fazer com que trabalhadores adotem nova postura frente a disciplina fabril. Alfredo Rocha[17], um dos palestrantes, aponta como mito o fato de que o trabalhador brasileiro é explorado e apenas gera lucro para o patrão, demonstrando que o funcionário produz é para ele mesmo, gerando sempre ganhos; pessoas pessimistas e negativas acarretam improdutividade no trabalho.[18] Outra matéria do Jornal do Povo orienta:

> Tem gente que não percebe que viver reclamando só serve para piorar as coisas.[...] essas pessoas só conseguem ver defeitos, erros, encontrar motivos para, cada vez mais reclamar de tudo e de todos.[...] ao invés de ver os benefícios que recebem das empresas [...] Esses funcionários só reconhecem os valores e benefícios de suas empresas depois que são dispensados [...] Quem vive reclamando, falando mal dos outros, reivindicando dia e noite maiores benefícios, é uma pessoa que precisa ser retreinada a ver o outro lado do mundo...[19]

Essas matérias são bem sugestivas para se entender a tentativa de implantar o espírito de submissão e dedicação, mantendo-o inerte e sem condição de poder construir uma identidade operária. Garante-se, dessa forma, aos "clientes" do desenvolvimento econômico de Três Lagoas, - como está proposto nas propagandas espalhadas pelo Brasil afora -, mão-de-obra com *custos abaixo dos grandes centros e livre da pressão asfixiante dos sindicatos*. Entretanto, numa perspectiva thompsoniana, não se pode esperar que se plante a indústria na cidade sem que o fazer-se da situação brote a consciência no trabalhador. Supomos não existir uma cartilha de como se constrói a consciência de classe em nenhuma comunidade operária, ela vai ser construída conforme a gama de relações exteriores e interiores derivada do meio social em construção. Sérgio Silva nos ajuda a pensar a questão da consciência de classe, analisando Thompson:

> ... o autoconhecimento dos trabalhadores como classe – que produz a formação das organizações operárias e ao estabelecimento, através da luta de classe, de novas relações entre capitalistas e operários – se encontra na base da grande indústria moderna. Assim ao mesmo tempo em que

> submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização.[20]

A consciência de classe neste operariado pode não ser encontrada no início de sua proletarização. Mas, "antes mesmo de articular um discurso de identidade em torno da noção de trabalho, de produtor ou de classe, o proletário tem uma identidade visível 'objetiva', decorrente de suas condições de existência".[21] Existindo estas condições, a identidade "subjetiva" aos poucos se fará presente, buscando por seus direitos e contra a exploração dos industriários. Deste modo, os industriários não podem contar, eternamente, com uma tranqüilidade livre da "pressão asfixiante" das ações do trabalhador. Em outros estudos, apontamos como se sucedeu esse encontro antagônico de capital e trabalho na realidade três-lagoense.

---

[1] João Batista Gonçalves é empresário do ramo de hotelaria, ex-delegado da Secretaria da Fazenda Estadual. È grande interessado no desenvolvimento econômico de Três Lagoas, e de grande influência no meio político.
[2] MACIEL, Laura Antunes. "Produzindo noticias e história: algumas questões em torno da relação entre telegrafo e imprensa – 1880/1920". In: FENELON, Déa Ribeiro, et. Ali. (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 15.
[3] CONSTITUIÇÃO DA Republica Federativa do Brasil. SEÇÃO IV, *Dos Impostos Dos Estados e do Distrito Federal*. (art. 155), p. 97. SEÇÃO V, *Dos Impostos do Município*. Brasilia: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.
[4] VARSANO, Ricardo. *A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. IPEA*, Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp15/varsano.pdf. Acesso em: 20/05/2005.
[5] ENERGIA farta e barata e trunfo da Região. *Jornal do Povo*, Três Lagoas-MS, 24/12/1997, p. 2-6.
[6] GONSALVES, J. Batista. *Sugestão faz*. Documento que apresenta propostas a aplicação de estratégias de *marketing* para a implantação de um parque industrial em Três Lagoas Endereçado a Associação Comercial e a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (Secretaria de Indústria e Comércio).
[7] COCO, G. *Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 165.
[8] PREFEITURA Divulga Três Lagoas no País. *Jornal do Pov*o, Três Lagoas-MS, 24/12/1997, p. 2-2.
[9] MABEL estuda implantação de nova fabrica de biscoitos. *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 20/081997, p. 3.
[10] INCENTIVO deu novo fôlego à empresa, diz Wilson Citro. *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 20/08/1997, p. 3.
[11] ESTADO de Mato Grosso do Sul: Câmara Municipal de Três Lagoas. Lei nº 1429, 23/12/1997. Tal lei se constituiu em isenção por 5 anos no pagamento de IPTU, ISS (fase de implantação), taxas e emolumentos alem de concessão de área no Distrito Industrial com escrituração definitiva no inicio da operação da industria.
[12] INDUSTRIALIZAÇÃO esta chegando. *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 24/12/1997, p. 1.
[13] TRÊS LAGOAS ganha indústria de Confecção. Jornal do Povo. Três Lagoas-MS, 26/02/1997, p. 4.
[14] GONSALVES, J. Batista. Op. Cit.
[15] COCO, G. Op. Cit., p. 39.
[16] CARDOSO, Heloísa H. Pacheco. "Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais". In: *Sociedade e Trabalho na História*. Revista Brasileira de História, vol. 06, nº 11. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1985/86. p. 67.
[17] Alfredo Rocha é Psicólogo, Filosofo e Sociólogo. Especializado em Comunicação, viaja o Brasil proferindo palestras a trabalhadores e empresários. Esteve em Três Lagoas no dia 12/08/1997.
[18] PALESTRA motiva funcionários. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 2-5/08/1997, p. 3.
[19] PARE de reclamar (e produza mais). Jornal do Povo. Três Lagoas-MS, 6 /08/1997, p. 10. Matéria transcrita do Jornal do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, julho de 1997.
[20] SILVA, Sérgio. "Thompson, Marx, os Marxistas e os outros". In: NEGRO, A. Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). *E.P. Thompson: As Peculiaridades dos ingleses e outros artig*os. Textos Didáticos n° 10, vol.2. ed. 3ª, Campinas: IFCH/Unicamp.1998. p. 51.
[21] BATALHA, H. M. Claúdio. "A identidade da classe operaria no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?" In: *Política & Cultura*. Revista Brasileira de História. nº 23/24, vol 12. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. 1991/92. p. 119.

AS POLÍTICAS PRESERVACIONISTAS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: A QUESTÃO DO TANGÍVEL E INTANGÍVEL

Wanessa Pires Lott
Cláudio Roberto de Jesus
Centro Universitário Newton Paiva - Belo Horizonte/MG

Apresentação

O trabalho em questão pretende discutir as práticas preservacionistas da cidade de Belo Horizonte por meio das do Patrimônio Cultural. Tal discussão será realizada com base no estudo de caso dos tombamentos da "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Vale do Jatobá" e do terreiro de candomblé "Ilê Wopo Olojukan". Serão ressaltadas as principais mudanças que levaram ao novo conceito de patrimônio expresso na Constituição Brasileira de 1988 e sua repercussão nas políticas de salvaguarda do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural Municipal de Belo Horizonte. O estudo de caso das comunidades em análise servirá como subsídio para a discussão crítica sobre a indissociabilidade do patrimônio imaterial e material para a construção da memória da cidade.

A política de proteção do patrimônio cultural em Belo Horizonte

As políticas preservacionistas na cidade de Belo Horizonte surgem no caminho traçado pelo IPHAN e refletem as práticas tradicionais da "fase heróica" deste, sendo essencialmente voltadas para o tombamento de monumentos arquitetônicos que remetem à identidade de uma elite branca e católica[1]. Tal fato pode ser observado nas ações do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM, criado através da Lei Municipal 3.802, de 6 de julho de 1984, que se voltaram principalmente para o tombamento de monumentos arquitetônicos e paisagísticos.

Anteriormente à criação do CDPCM, as mobilizações sociais em torno da preservação na cidade de Belo Horizonte também se voltavam para monumentos consagrados pelas políticas do IPHAN. Apesar de ser uma cidade recente, tendo seus 100 anos completados no ano de 1997, muitas demolições já eram verificadas ainda nos anos de 1920. Fato este explicado pela nova capital mineira ter sido construída "a partir de um ideal de modernidade, que propugna a ruptura a todo custo com o passado, identificando com o novo – a República que surgia" (Castriota, 1993:5 *apud* Cunha, 1997:87) [2].

O primeiro grito da sociedade em prol da preservação do patrimônio da cidade se deu na década de 1970 contra a ação dos padres responsáveis pela Igreja São José, localizada no centro de Belo Horizonte, que derrubaram parte do jardim no entorno da edificação para abrigar um conjunto de lojas. Em resposta à manifestação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG – tombou a Igreja e seu entorno, bem como outros bens representativos da memória da época da construção da cidade. Na década, seguinte um outro fator mobiliza novamente a sociedade, refletindo a necessidade de uma política preservacionista: a demolição do Cine Metrópole, em 1983. Construído no estilo *art déco* em 1942, no local que abrigava o antigo Teatro Municipal, de arquitetura eclética, inaugurado em 1908, o cinema foi demolido para a construção de um edifício contemporâneo que atualmente é sede de um banco.

A destruição do Cine Metrópole serviu como catalisador para a instituição das políticas de proteção do patrimônio cultural da cidade. Após a mobilização de entidades civis encabeçadas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil/MG – IAB, o CDPCM é criado. Os primeiros anos de atuação do conselho não trazem grandes resultados para a cidade, porém, com as alterações realizadas em 1989, sobretudo na ampliação do conselho (de nove para quinze membros de

diversas instituições), o projeto do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município decola.

A partir de 1992, diversas reuniões são realizadas e vários tombamentos efetivados. Nesse momento, destaca-se a opção pelo tombamento de conjuntos urbanos e não apenas bens isolados, prática até então verificada na cidade, pelos órgãos preservacionistas estadual e federal. Outro fator positivo do referido conselho é a política de negociação para a concretização dos tombamentos. Conhecida como "negociações urbanas", a prefeitura se mostra mais flexível com a sociedade civil para a preservação de bens tangíveis. O exemplo mais claro desta política foi o da casa onde morou Antônio Aleixo, destacado político mineiro. Por se tratar de uma construção localizada em um bairro de alta valorização imobiliária, o local estava sendo pleiteado por uma grande construtora. Após as "negociações urbanas", a prefeitura autorizou a construção em parte do terreno em troca da restauração da casa, que abrigou o Centro de Referência Audiovisual da cidade e hoje é a sede da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano.[3]

Atualmente, as ações do CDPCM para a preservação do patrimônio material vêm se mostrando essenciais para a política patrimonial do município. Segundo o levantamento de Cunha, "ele [o CDPCM] parece estar contribuindo para a maior participação da sociedade civil no processo decisório, para ampliar a eficácia da gestão municipal no campo da preservação do patrimônio e, por extensão, para a elevação da qualidade de vida em Belo Horizonte" (Cunha,1997:96)[4].

<u>O "Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares" e os tombamentos de manifestações religiosas afro-brasileiras</u>

Não obstante a importância da atuação do CDPCM, as políticas patrimoniais do município não devem se restringir apenas em ações que visam a savalguarda de bens de natureza material, pois a identidade e a memória da cidade não se constroem apenas com o suporte destes tipos de bens. Olhando pela ótica das comunidades que se encontram em posição social subalterna, percebemos que grande parte de suas referências culturais não se pauta nos monumentos consagrados pela política heróica do IPHAN, como os grandiosos templos religiosos barrocos, e sim em patrimônios de natureza imaterial, como festas populares, artesanato, dentre outras.

Antenada para a necessidade de haver uma representatividade dessas classes subalternas na representação da identidade da cidade, a Secretaria Municipal de Cultura inicia um trabalho de ampliação da noção de patrimônio. Segundo Ana Cristina Pontes, técnica da Secretaria, essa ampliação foi influenciada pela forte articulação dos movimentos negros na cidade de Belo Horizonte (entrevista em 04 de agosto de 2004). Acreditamos, por outro lado, que o espaço maior dado a esses movimentos deve-se à vitória da chamada Frente BH-Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, na campanha eleitoral para prefeito de 1992. Como uma das primeiras medidas tomada pelo poder público para a concretização do novo conceito de patrimônio em Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Cultura promove, em 1995, o primeiro Festival de Arte Negra – FAN, em ocasião das comemorações do tricentenário de Zumbi dos Palmares. Com o objetivo de discutir os problemas que deixavam a população negra à margem da sociedade brasileira e para integrar de forma mais sistemática a comunidade negra nos discursos identitários construídos pela prefeitura, o FAN reuniu artistas e estudiosos da África e do Brasil para a realização de shows, oficinas, mostras de artes plásticas e cinema, conferências e seminários. Dentre as atividades, destacou-se a eleição de comunidades negras para se tornarem oficialmente Patrimônios Culturais do Município. Por meio do instrumento de tombamento, a “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá”, manifestação banto-católica, e o terreiro de candomblé “Ilê Wopo Olojukan” (“Casa do Trono de Oxossi”) foram

legalmente preservados no cenário belo horizontino, que até então abrigava apenas bens tombados referentes à cultura branca e à religiosidade católica.

Neste sentido, podemos identificar que práticas políticas ganham outra dimensão na década de 1990 na cidade de Belo Horizonte: o popular descobre espaços e os grupos subalternos, que se encontram à margem da sociedade, começam a ser lembrados nas ações preservacionistas. É relevante ressaltar que "os espaços 'conquistados' para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados" (Hall, 2003:339)[5]. Apesar de ainda bastante limitados, o projeto "Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares" iniciou esta importante abertura para o reconhecimento pelo poder público dos "espaços da negrura".[6]

Apesar do processo de eleição das comunidades para serem tombadas ter partido dos organizadores do FAN e não dos membros da irmandade e do terreiro em questão, isso não diminui a importância da ampliação das políticas patrimoniais em Belo Horizonte. Segundo os técnicos da PBH, a escolha de uma comunidade banto-católica se mostrou representativa tanto para a comunidade negra quanto para Minas Gerais devido ao fato da ocorrência de cultos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário datarem desde o início da colonização do território do atual estado de Minas Gerais. (PBH 1995a)[7]. No processo de tombamento da Irmandade em questão, a justificativa do tombamento se alicerça nos movimentos sociais que "passaram a reivindicar seu direito à memória e, conseqüentemente, o reconhecimento de *marcos* históricos que testemunham os espaços de *negrura*" (grifo do documento) (PBH, 1995a:5)[8].

Já a escolha de um terreiro de candomblé para ser oficialmente preservado refletiu a necessidade de combater o preconceito contra as religiões de raiz afro-brasileira, vendo-as apenas como uma curiosidade, um folclore. "Até recentemente a bibliografia disponível apontava o desconhecimento sobre a cultura negra, a total ignorância sobre o saber de

antiqüíssimas civilizações africanas, trazido e preservado neste *admirável mundo novo*" (PBH 1995b:18)[9].

Neste sentido, o tombamento de mais um elemento da cultura afro-brasileira, mesmo que em âmbito municipal, se mostra de extrema relevância para a contribuição da manutenção da identidade brasileira. "A permanência da identidade afro-brasileira sem dúvida está ligada ao valor dado pelo candomblé aos ancestrais que unem sobre o solo firme da história os membros de uma mesma comunidade" (PBH 1995b:126)[10]. Após a escolha dos bens a serem preservados, foi realizada uma pesquisa para identificar a comunidade banto-católica e a comunidade-terreiro mais antigos da cidade. Por este critério, foram eleitos: a "Irmandade de Nossa Senhora do Jatobá", de atual responsabilidade do Capitão Matias, que remota do século XIX (PBH, 1994)[11] e o terreiro de candomblé "Ilê Wopo Olojukan", datado de 1964, na época sob a responsabilidade do pai de santo[12] Carlos Ribeiro da Silva e atualmente regido pelo Babalorixá Sidney Ferreira da Silva.

O processo de tombamento transcorreu sem grandes problemas. Após a realização do inventário por técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, no dia 9 de novembro de 1995 foi apresentado ao CDPCM para a apreciação e deliberação o processo de tombamento da "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá". O parecer, elaborado pela conselheira Thaís Velloso Cougo Pimentel, representante da Associação Nacional de História – ANPUH-MG –, propôs o tombamento do terreno de propriedade da Irmandade bem como dos bens culturais que pertenciam à Irmandade e foi aceito por unanimidade pelos membros do conselho. Em seguida, na mesma reunião, foi colocado em votação o parecer referente ao terreiro de candomblé "Ilê Wopo Olojukan" que propunha o tombamento do espaço físico do terreiro bem como os bens móveis pertencentes a este, elaborado por Bernardo Novais da Mata Machado,

representante do prefeito. Como no caso da Irmandade, todos os conselheiros votaram em prol do tombamento do terreiro em questão.

Chama a atenção a tranqüilidade com que ocorrera estes tombamentos, fato este não verificado no tombamento do primeiro terreiro no país: o caso do terreiro "Casa Branca" em Salvador. Apesar dos pareceres de antropólogos sobre a relevância histórica, social e cultural do terreiro e de alguns arquitetos que, mesmo não identificando traços arquitetônicos que aproximassem da estética tradicional de monumento, alicerçaram o tombamento do terreiro, outros profissionais da arquitetura não concordaram com tal tombamento, pelo fato das características estéticas do terreiro não serem suficientes para considerar o mesmo como monumento nacional. Com a ajuda de intelectuais ligados ao movimento negro de Salvador, o tombamento foi concluído após inúmeras discussões que tiveram reflexo em âmbito nacional. (Gonçalves, 1996)[13]. Após essa primeira experiência, a prática de tombamentos de locais de cultos afro-brasileiros tornou-se bastante difundida.

Os tombamentos em Belo Horizonte da "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá" e do "Ilê Wopo Olojukan" foram significativos para abarcar a diversidade cultural preconizada pelas novas perspectivas patrimoniais, além de respeitar a questão da sacralização do lugar pelas comunidades. O local se mostra de suma importância para as comunidades em questão. A sacralização do local por uma comunidade-terreiro se inicia quando o Axé é plantado no local escolhido pelo Orixá que rege a casa. No caso do tombamento do "Casa Branca", a possibilidade levantada pela prefeitura local de mudar o terreiro de lugar se via como uma questão problemática pelo fato do terreno ser considerado sagrado pela comunidade (Gonçalves, 1996)[14]. No terreiro de candomblé "Ilê Wopo Olojukan", fato semelhante ocorreu: a Prefeitura de Belo Horizonte estudava a construção de uma nova via de acesso para a cidade de Santa Luzia que passaria sobre o terreiro. A possibilidade de desapropriação foi descartada

pois o Axé foi plantado no local escolhido por Oxossi; sendo assim, não se poderia alterar a localização do mesmo. “O axé que está plantado é o axé coletivo, não é individual. O critério do axé plantado é fundamental para o tombamento. Esse axé coletivo é fundamental” (PBH: 1995b: 126).[15]

Na comunidade banto-católica de “Nossa Senhora do Rosário do Jatobá”, a sacralização se dá pelos cincos locais determinados para o levantamento dos mastros nas festividades. O mastro é o ponto energético das festas, o elemento simbólico que liga *Maravi* (terra) e *Indamba* (céu), fator de extrema representação para a comunidade, pois por intermédio das bandeiras que são hasteadas, determinam-se as etapas das festas realizadas na Irmandade (PBH 1995 a)[16].

Não obstante a relevância do tombamento, este não preserva o que há de mais rico na Irmandade do Rosário e do “Ilê Wopo Olojukan”: seu patrimônio imaterial. Em entrevista com Ana Cristina Pontes, técnica da Secretaria Municipal de Cultura, esta ressalta que a preservação dos elementos da comunidade negra se refere apenas ao espaço físico, as manifestações ocorrentes nestes não são oficialmente preservadas. Para as comunidades em questão, apesar da importância do espaço físico, as festas como a coroação dos reis na Irmandade e a chegada de Oxossi no terreiro se mostram como sua grande riqueza. Por meio destes tombamentos, percebemos a importância do instrumento de registro para a identificação das manifestações ocorrentes nestes locais tombados. É importante ressaltar que não há como desvincular o espaço físico das manifestações, pois o mesmo é considerado sagrado pelas comunidades. Neste sentido, o instrumento do registro deve ser aplicado lado a lado ao de tombamento para garantir a salvaguarda de elementos significativos da identidade desses grupos sociais.

Segunda a análise de Correa (2001)[17], devido à indissociabilidade do imaterial e do material observada nos casos como os acima citados, é questionável a criação do instrumento de registro, pois o mesmo não supre as dificuldades preservacionistas observadas no Decreto-Lei 25/1937. Com a criação de um outro instrumento de preservação, a fragmentação do patrimônio é institucionalizada, dividindo o material do imaterial que muitas vezes se mostra indivisível. Neste sentido, o autor cunha o conceito de "Patrimônio Bio-Cultural", que aponta para a transformação dos paradigmas clássicos preservacionistas, provocando "um novo paradigma processual que leva em conta a transversalidade dos sistemas simbólicos" (Correa, 2001)[18] que poderia superar a tradicional separação entre o material e o imaterial.

Considerações finais

A experiência de Belo Horizonte no âmbito das políticas preservacionistas explicita as dificuldades em se superar o paradigma monumentalista do IPHAN. Mesmo com as ações da que se voltam para o patrimônio imaterial, o grande foco da preservação se encontra nas políticas de tombamento. Esta priorização do tombamento, por sua vez, reflete os problemas de uma cidade de grande porte. Por sofrer fortes pressões do mercado imobiliário, as políticas voltadas para a preservação dos bens materiais sofrem uma maior demanda face às do patrimônio imaterial. Outro fator a se destacar é a precariedade das práticas de proteção do patrimônio intangível, agravada pela falta de verbas e técnicos suficientes para a realização das atividades. Estes e outros obstáculos apontados nas práticas patrimoniais desenvolvidas em Belo Horizonte evidenciam os problemas que ainda cercam as tentativas de ampliação da noção de patrimônio cultural, especialmente em suas articulações com a construção de discursos identitários locais.

[1] Sobre a "fase heróica" do IPHAN ver FONSECA, Maria Cecília Londres. (1997), *O Patrimônio em processo* - trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN.
[2] CUNHA, Flávio Saliba. (1997), Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. *Varia História*. Belo Horizonte. 18: 83-98.
[3] Sobre estas questões ver ANDRADE, Luciana Teixeira de, ESTEVES, Paulo Luis. (2002), Negociações urbanas: gestão de conflitos em torno do patrimônio. In: FERNANDES, Edésio, RUGANI, Jurema M. *Cidade, memória e legislação*: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB/MG. p. 169-179.
[4] CUNHA op. cit.
[5] HALL, Stuart. (2003) *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil.
[6] A expressão "espaço da negrura" é utilizada diversas vezes pelos técnicos da PBH no inventário e processo de tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Jatobá. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Cultura. (1994), Inventário de tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte.
[7] PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Cultura. (1995a), Processo de tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá. Nº 010869309568. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte.
[8] PBH op cit.
[9] PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Cultura. (1995b), Processo de tombamento de Ilê Wopo Olojukan: Deus mais do que tudo. Nº 010915349580. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte.
[10] PBH op cit.
[11] PBH op cit.
[12] A expressão "pai de santo" é utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte no parecer de tombamento.
[13] GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (1996), A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN.
[14] GONÇALVES op cit.
[15] PBH op cit.
[16] PBH op cit
[17] CORRÊA, Alexandre Fernandes. (2001), Vilas, Parques, Bairros e Terreiros: Novos parâmetros na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado – Ciências Sociais).
[18] CORRÊA, Alexandre. (2001b), Patrimônios bio-culturais: um debate sobre novas estratégias preservacionistas. Paper apresentado na ABA Mercosul, Curitiba. Disponível em www.antropologia.com.br, acesso em 29/07/2004.

Pescadores e Roceiros: escravos e forros na Ilha de Itaparica entre os anos 1860-1888*.

Wellington Castellucci Junior.

1-Uma População mestiça.

Entre os anos 1860 a 1881 foram sepultadas, na Ilha de Itaparica, 963 pessoas sob o olhar e o registro de escrita dos párocos da Vila do Santíssimo sacramento, como era chamada a vila de Itaparica. Desse montante de sujeitos, excluindo os dois anos da década de oitenta (1880-1881), apenas 28,45% foram classificados como brancos, enquanto uma imensa maioria fora registrada como pretos (africanos) 10,80%, crioulos 10,69%, pardos 35,28% e 14,77 não foram identificados. Assim, parece que os pardos formavam uma expressiva maioria entre aqueles descendentes de africanos, habitantes do território insular. Além de ampla maioria, os dados, colhidos nos registros de óbitos da Freguesia do Santíssimo Sacramento, também revelaram que foram os pardos que compuseram a grande maioria dos libertos dentro desse recorte temporal, estando em conformidade com uma tendência que já se apresentava desde o período colonial, quando, segundo o historiador Stuart Schwartz, escravos com pele mais clara tiveram primazia nos processos de alforrias.

Os registros de óbitos compõem uma amostragem muito pequena da população que habitava a Ilha de Itaparica entre os anos 1860-1888. Ademais, eles não traduzem fielmente a quantidade de indivíduos que foram sepultados durante os anos acima referidos, porque nem todos os sujeitos, sobretudo os escravos, tiveram seus enterros na forma convencional. Corpos desovados nas marés, largados nas esquinas de uma rua, abandonados nas encruzilhadas devem ter sido algumas das formas que os senhores encontraram para se livrarem de escravos desprovidos de recursos ou não amparados por uma irmandade.

Entretanto, quando associados à outras fontes, essas informações sobre a população insular se constituem em uma importante evidência para se avaliarem as características da população daquele lugar. Assim é que, esses dados, somados aos resultados do censo de 1872, ganham bastante importância para uma análise mais

*Pesquisa amparada pela FAPESB-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

consistente. De acordo com o censo daquele ano, moravam na Ilha de Itaparica dez mil cento e vinte almas e, a distribuição da população pela cor, com uma ressalva, aproximava-se muito daquela descrita pela amostragem, colhida nos registros de óbitos, cuja composição a maioria é formada pelos pardos livres. Entretanto, o que se surpreende nos dados relativos à população arrolada pelo censo é que, enquanto na capital, os brancos chegavam a 30% da população, em Itaparica, segundo o censo, eles eram apenas 11,84%, ao passo que os classificados como pretos eram 55,16%. Parece claro que, negros e mestiços formavam mesmo a grande maioria dos habitantes livres daquele lugar.

Do total dos sujeitos arrolados pelo censo, 6.828 indivíduos eram livres, sendo que 2.932 eram homens e 3.896 eram mulheres. Entre a população escrava, havia 1.537 homens e 1.755 mulheres, totalizando 3.292 indivíduos vivendo sob o regime de escravidão; números questionáveis, conforme os dados colhidos por Slenes a respeito das matrículas do período e também discutidos por Barickman em seu estudo sobre o Recôncavo baiano. Com todas as imperfeições, pode-se apenas conjeturar que, por volta da década de setenta, a população escrava de Itaparica girava em torno de 10% a 32,5% do total populacional, pois um relatório de polícia do ano de 1870 acusou uma população escrava composta por 910 sujeitos.

Se forem considerados os resultados do relatório de polícia de 1870, o percentual de escravos existentes em Itaparica, aproxima-se e muito ao daquele relativo aos cativos que habitavam a capital que também contava com uma população cativa equivalente a 11,6% dos habitantes. Acredita-se que na década de setenta, 35,7% da população escrava da Bahia estivesse concentrada no Recôncavo baiano, ou seja, algo em torno de 72 a 81 mil escravos estavam a trabalhar em lavouras de cana, transportando mercadorias, executando atividades na pequena agricultura de subsistência e serviços urbanos, além de outras tarefas. Como área insular pertencente ao Recôncavo, Itaparica não concentrava em seu território grandes plantéis e segundo os cálculos acima, cerca de apenas 4,064% dos escravos do Recôncavo estavam residindo na Ilha. O que faziam, como viveram esses

escravos e os forros, na Ilha de Itaparica, no decurso da segunda metade do século XIX foram questões extraordinariamente reveladas pelas fontes históricas sobre aquele lugar.

2- O Mundo insular de escravos e forros.

Na segunda metade do século XIX, os escravos viventes da Ilha de Itaparica não estavam concentrados em grandes propriedades rurais. Diferentemente da parte clássica continental do Recôncavo, onde a grande *plantation* concentrou até as vésperas da abolição uma soma bastante significativa de cativos trabalhando nos canaviais e em outras tarefas, em Itaparica o predomínio dos minifúndios implicou a formação de pequenas quantidades da escravaria que, em muitas situações, dividiam cotidianamente o labor lado a lado com seus próprios senhores. Com base no levantamento de mais de uma centena de inventários e testamentos, pode-se afirmar que poucas fazendas possuíam senzalas e menos ainda foram aquelas em que a figura do feitor apareceu como intermediário entre o senhor e os cativos. Tudo Isso sugere que outros mecanismos de controle e persuasão devem ter sido utilizado para manterem os cativos em condições controláveis, que não aquelas tradicionalmente perpetradas pelos capitães de matos, feitores e senhores acostumados com a aplicação corretiva do chicote.

As descrições de instrumentos de trabalho aplicados ao roçado, ao corte de lenha, à coleta de frutas, a existência de poucos animais de carga para o transporte dos produtos até o porto, bem como a existência de embarcações e apetrechos de pesca sugerem que, os escravos que viviam nas propriedades rurais, eram bastante versáteis. Executavam as tarefas de plantio de gêneros de subsistência, que eram enviados para o abastecimento da capital e vilas do interior, cuidavam de animais em pouca quantidade, geralmente usados para trabalhos de carga e aragem de pequenas faixas de terras, pescavam, usando redes de arrasto na beira da praia, durante o verão ou deixando redes de espera afastadas da costa, em épocas de inverno. Para isso, usavam as canoas e batelões, presentes em grande parte dos bens descritos nos inventários e testamentos.

Além dessas tarefas, o transporte dos produtos retirados da terra e do mar era feito através dos saveiros a pano, para a capital, cruzando a Baía de todos os Santos, assim

como para o interior, quando as embarcações adentravam os rios que desembocam na baía, propiciando a navegação até as portas de cidades como cachoeira, Santo Amaro, São Félix, Nazaré e jaguaripe. Eram os escravos que, além de carregarem toda a mercadoria para os barcos a ser comercializada, também eram os marinheiros condutores dessas embarcações. Portadores de grande convés, próprios para o transporte de produtos e incrivelmente adaptados ao tipo de mar da Baía de Todos os Santos, os saveiros do Recôncavo se constituíram no principal meio de transporte e de escoamento das mercadorias procedentes de lugares distantes como Oeiras, Cairu, Boipeba, Porto Seguro, Belmonte, Prado, Caravelas, Cotinguiba, Sergipe d'ElRey entre outros. Várias dessas embarcações constantemente faziam paradas em Itaparica para descarregarem mercadorias e receberem, daquele lugar, produtos a serem enviados para a capital.

Os principais portos de carga e descarga estavam situados na Vila de Itaparica, sede da administração e da justiça, e em Mar Grande que era o quarto Distrito da Vila, localizado numa área privilegiadíssima: á frente da cidade do Salvador. As áreas portuárias eram os locais de intensa movimentação de pessoas procedentes de diferentes locais e com destino variado. Também ali se encontravam roceiros, que levavam seus produtos, retirados da terra, para serem comercializados no local ou para serem enviados para outras freguesias; ali também havia trabalhadores livres urbanos, que se dedicavam a várias tarefas pouco valorizadas, como era o caso dos carregadores, carroceiros, pescadores, sapateiros, marceneiros, calafates e outros artesãos.

Essa intensa movimentação de gente e de mercadorias abria possibilidades de trabalho e de ganho, tanto para os libertos quanto para os escravos, ganhadores urbanos e, por vezes, procedentes de zonas rurais próximas. Assim, aguadeiros, vendedores de pescado e mariscos, "pretas de tabuleiros", vendedores de carne moqueada de baleia, circulavam pelas imediações portuárias a fim de comercializarem seus produtos. Também se faziam presentes no Largo da glória, no Campo Formoso –local onde residiam as famílias abastadas do lugar, no Beco da Cordoaria, onde estava situado o hotel Brasil. Tanto nas proximidades do porto quanto nos lugares de moradia, as ganhadeiras vendiam mingau,

angu, beiju, torresmos, carne de baleia moqueada e fresca, peixes frescos e secos, além de outras iguarias, típicas da região. Ali, elas, além de venderem seus produtos, colocavam em dia informações e as repassavam em conversas de murmurinhos sobre os últimos acontecimentos cotidianos da Ilha. Em 1874, a parda liberta, Joanna Maria de Jesus, natural da Freguesia de Nazareth das Farinhas e que estava morando na Ilha, desempenhando o ofício de lavadeira, foi convocada a prestar depoimento acerca de um suposto suicídio de uma garota. Quando perguntada pela autoridade local, o que tinha a falar a respeito do envenenamento que resultou na morte da vítima:

Respondeo que nada sabe, quanto a factos de maltractos ou espancamento que dera lugar a haver envenenamento na pessoa da menor Maria Sabina Ferreira e que só é, que ouvira diser pela rua por essas pretas de taboleiro que se dera espancamento na dita menor...

Concorriam esses ambulantes com os donos de casas de molhados, bem estabelecidas nas ruas da Vila e de Mar Grande. Além deles, eram suas concorrentes as pequenas quitandas espalhadas pelos diversos largos da vila, como o da Botica, das Beatas e o da Quitanda. Eram estabelecimentos de propriedades de algumas senhoras que retiravam seu sustento à base da exploração de uma ou duas escravas, dividindo com estas as jornadas de trabalho da venda e os cômodos da morada, na maior parte das vezes, localizados nos fundos das pequenas vendas. Algumas das escravas estendiam suas jornadas de trabalho e adentravam à noite, tornando-se testemunhas de episódios que redundaram em ocorrência policial. Ao depor, na condição de informante, a respeito de uma agressão sofrida por um homem nas imediações do porto da Vila de Itaparica, numa certa noite em meados de fevereiro de 1860, uma escrava de nome Luiza disse a autoridade:

Que no dia da desordem estando ella na quitanda no princípio da noite d'esse dia, vendo que muitas pessoas corrião para a ponte em razão da desordem que ali havia, que ella informante para lá também seguira...

Suas ações ficaram conhecidas pela repressão empreendida pelo fisco, que procurava impedir a circulação e a venda de produtos sem o pagamento dos impostos e fora

de locais apropriados, como também pelo barulho nostálgico que a voz daquelas mulheres provocava ao sair mercando de rua em rua. A imagem de muitas dessas ganhadeiras da Itaparica do século XIX ficou gravada no imaginário de contemporâneos, moradores da Ilha, e que foi apreendida pelo historiador nativo Ubaldo Osório, o qual coletou essas lembranças junto aos moradores daquele lugar e as romanceou na forma de crônicas em obra sobre a terra natal:

Os velhos itaparicanos recordam-se, ainda, com uma grande saudade, da veridiana, uma preta retinta que vendia, no largo da Glória, o feijão de leite, nos dias de sexta-feira; da Laurença da cocada puxa; da Domingas das pipocas e do amendoim torrado; da Romana dos tarecos e dos "sonhos de amor", mercando numa voz que era uma delícia.m E as crioulas que apregoavam a cocada, os alfenins, a canjica de milho, o arroz doce, a pamonha e o cuscuz...

O papel das mulheres, escravas e forras, chefas de família, nos principais centros urbanos do Brasil colonial e no Império, vem sendo estudado por algumas historiadoras. Seus pequenos negócios foram muitas vezes repreendidos ou visados pelo poder das Câmaras municipais e pelo fisco, que atendiam, em parte, aos reclames dos comerciantes, que alegavam prejuízos ante a concorrência "desleal" daquelas. Em Itaparica, no decorrer desse período, as autoridades procuravam disciplinar o comércio ambulante das escravas e forras e seus outros meios de subsistência, impondo-lhes lugares fixos de comercialização, através de posturas municipais, como era o caso do pescado.

Havia uma forte ligação entre ganhadeiras, pescadores e arpoadores de baleia. Todos os dias, quando as embarcações chegavam às imediações do porto, as pretas de tabuleiro as interceptavam e compravam todo pescado, a preços mais baixos, para em seguida repassarem a preços majorados no varejo, mercando pelas povoações. A Câmara Municipal de Itaparica tentou, em vão, durante toda a segunda metade do século XIX, coibir essa prática, reeditando posturas municipais, impondo lugares fixos para a comercialização e proibindo as ganhadeiras de comprarem pescado antes do desembarque e dos moradores adquiri-lo. Multas, ameaças de prisão, confisco dos produtos eram alguns dos expedientes

utilizados pela Câmara para intimidar as ações das ganhadeiras em parceria com os pescadores.

Como área tradicional da pesca da baleia, cujo benefício do toucinho era feito nas armações existentes no seu litoral, Itaparica era lugar propício ao desempenho da prática das ganhadeiras. Algumas delas compravam partes da carne do cetáceo, abatido nas águas da Baía de Todos os santos, e era despostado nas praias da Ilha, próximas as armações. Em seguida levavam a carne, que era cortada em grandes talhos retangulares, e cozinhavam ou moqueavam em suas cozinhas de improviso nos quintais de suas casas. Após o trabalho de apronte, saíam pelas ruas da vila e das povoações a mercar o produto. Também aproveitavam as embarcações com destino à capital para lá circularem vendendo a carne de pouco valor comercial.

No decorrer do século XIX, com a crise e o fechamento das tradicionais armações de desmancho e benefício do toucinho de baleia, a atividade de pesca e desmancho daquele animal passou às mãos de alguns africanos e crioulos alforriados que, no decurso de suas vidas, conseguiram juntar recursos suficientes para investirem nos instrumentos necessários àquela atividade. Entre os inventários e testamentos, datados das décadas de setenta e oitenta, apareceram algumas declarações de bens dos forros dedicados àquele ofício. Tornaram-se donos de saveiros, que serviam de meio de transporte de mercadorias para a capital e Recôncavo, concessionários de algumas pequenas casas de desmancho de baleia, possuidores de algumas unidades de animais de carga, como os burros e casas de aluguel na vila.

Ao lado dessas atividades econômicas, outros forros viviam da pesca de peixes miúdos, da retirada de crustáceos e mariscos dos mangues e estavam a se empregar nas fábricas de cal ou nos alambiques que fabricavam cachaça e melaço. A existência de alguns alambiques não representou o efetivo desempenho do cultivo da cana de açúcar em larga escala, pois, para isso, era necessária a disponibilidade de grandes faixas de terras concentradas nas mãos de ricos senhores. Foi a ausência da *grande plantation* que atraiu uma quantidade significativa de homens e mulheres libertos para se acomodarem em

Itaparica. Como alternativa ao desgastante trabalho do eito, os libertos buscavam se acomodar nas áreas litorâneas, onde pudessem viver de forma menos penosa e extrair, mais facilmente da natureza, os alimentos para a sua subsistência.

Outros buscaram levar uma vida autônoma, trabalhando como marceneiros, calafates, jornaleiros, sapateiros e etc. Como migrantes e recentemente oriundos da escravidão, muitos desses libertos vivenciaram situações de extrema dificuldade para se estabelecerem em Itaparica. Tentativas de reescravização, preconceitos, negação de cidadania foram algumas das questões que vieram à tona mediante a investigação baseada na documentação criminal.

Outras questões, sobre a vida dos escravos e dos forros, foram trazidas à baila no processo de investigação empírica realizada nos Arquivos da Bahia e que não foram devidamente tratadas aqui neste pequeno ensaio. As formas de luta pela liberdade desempenhadas pelos escravos, as múltiplas formas de sociabilidades dos forros, as tensões entre ambos, as migrações, o estabelecimento dos libertos na Ilha de Itaparica e suas jornadas de trabalho no campo, ao lado dos escravos, foram questões discutidas no trabalho de maior amplitude realizado. Seus resultados serviram para confirmar o que um grande historiador norte-americano havia salientado já há algum tempo: para se conhecer o Recôncavo é preciso um estudo, se possível, individual de todas as freguesias para se ter uma noção das particularidades de um Recôncavo de múltiplas dimensões sócio-culturais.

A educação como "guia do progresso e da ordem": o subsídio à instrução dos meninos pobres em Uberabinha, MG, 1900-1905.

Wenceslau Gonçalves Neto*

No dia 13 de maio de 1902 a Câmara Municipal de Uberabinha (Uberlândia, a partir de 1929) iniciou o debate de um projeto que estabelecia critérios para a organização da "lista dos meninos pobres do município que, por conta da municipalidade, devem ser admettidos no collegio, para o estudo das materias constantes do artigo 1°, da lei n° 26, de 30 de setembro de 1901"[i]. Esta discussão causa uma certa estranheza, pois a cidade, além de uma escola estadual, contava com algumas classes oferecidas pelo poder local. Qual a razão, portanto, para a municipalidade assumir mais essa despesa? O que esperavam os vereadores? Porque o interesse pela formação "dos meninos pobres"? Para tentar responder, faremos uma incursão sobre parte da legislação municipal e o conteúdo dos debates na Câmara.

Voltemos ao projeto de lei em discussão. No primeiro artigo, há a menção ao cumprimento do artigo primeiro da lei n° 26, de 30 de setembro de 1901. Consultando os livros de leis do município, veremos que a mesma "Fixa a receita e despeza para o exercicio de 1902"[ii]. E um dos seus itens indica a verba de 2:000$000 como "Auxilio ao director do Collegio Carvalho, para leccionar primaria e secundariamente a 12 meninos pobres do município".

Percebemos por essa prescrição que a vereança inaugura um novo patamar de financiamento público, destinado ao ensino secundário. Com esse adendo, as questões que levantamos ganham nova direção: continham os recursos uma preocupação específica com a preparação de alunos para os exames do ensino secundário e não apenas para os do ensino primário, considerado suficientemente atendido? Mas, como entender a menção a esse nível de ensino em uma pequena cidade do interior do país, se nem os estados da federação se preocupavam, nesse momento, em ampliar a oferta do secundário?

A preocupação do legislativo era justificada no quadro educacional da região à época. Os colégios secundários que existiam, como o Collegio Carvalho de Uberabinha, não eram equiparados e, na maior parte das vezes, não contavam com professores habilitados para

ministrar todas as disciplinas. No entanto, se um colégio desses não era capaz de formar a juventude para os cursos superiores, objetivo central no início da República, poderia fornecer elementos que garantissem o fornecimento de mão-de-obra mais aprimorada, fundamental para as atividades econômicas do município, marcado fundamentalmente pela dinâmica comercial.

Voltemos, mais uma vez, a Uberabinha. Como já indicado, em 13 de maio de 1902, a Câmara se reúne para discutir o projeto de lei que "Regula a admissão dos meninos pobres no Collegio e contem outras disposições"[iii]. Propunha-se o seguinte:

"A Camara Municipal, por seus vereadores, resolve:

Art. 1 - a Camara Municipal, na ultima sessão de cada anno, reverá e organizará a lista dos meninos pobres do municipio que, por conta da municipalidade, devem ser admettidos no colegio, para o estudo das materias constantes do artigo 1º, da lei nº 26, de 30 de setembro de 1901.

Art. 2 - Quando a lista que trata o artigo precedente não tiver sido organizada na ultima sessão de cada anno, deverá ser feita na primeira sessão do anno seguinte e remettida pelo Presidente da camara ao Agente Executivo Municipal, para os devidos fins.

Art. 3 - Para o presente anno lectivo e uma vez approvada esta lei, a camara organizará a lista dos meninos pobres que devem ser admettidos no collegio, enviando-a ao Agente Executivo Municipal.

Art. 4 - A lista de que trata os artigos precedentes poderá conter numero superior ao dos meninos pobres que a municipalidade manterá no collegio. A admissão, porem, será feita de accordo com o numero de ordem da mesma lista.

Art. 5 - Completo o numero de doze alumnos o professor communicará, por officio, ao Agente Executivo Municipal enviando lhe uma relação contendo os nomes dos alumnos admettidos no collegio.

Art. 6 - Dando-se vaga de alumno será admettido no collegio aquelle que, em primeiro lugar, seguir o numero de doze e assim por diante no caso de mais vagas.

Art. 7 - O allumno que, sem causa justificada, faltar as aulas por mais de trinta dias perderá o lugar, devendo o professor dar a baixa no seu nome na matricula e communicar immediatamente ao Agente Executivo Municipal.

Art. 8 - O professor terá os livros seguintes: - Ponto diario; Matricula; De termos de visita e actas e exame, todos abertos numerados e rubricados pelo Agente Executivo Municipal.

Art. 9 - Os livros contendo as materias de instrucção obrigadas no collegio serão a custa da municipalidade, fornecidos pelo Agente Executivo Municipal e conservados pelo professor, por cujo desvio será responsável.

Art. 10 - Os exames dos alumnos pobres de que tracta esta lei terão lugar os dias 5 e 6 de Dezembro de cada anno e o professor enviara copia das actas dos mesmos ao Agente Executivo Municipal dentro do prazo de quatro dias.

Art. 11 – Os exames serão presididos pelo Agente Executivo Municipal e os examinadores, em numero de dous serão nomeados e convidados por esta autoridade.

Art. 12 - As notas de approvação em exames serão as mesmas prescriptas pelo Regulamento de Instrucção Publica do Estado, que baixou com o Decreto nº 1348, de 8 de janeiro de 1900.

Art. 13 - Durante o anno lectivo haverá um mez de ferias de 6 de Dezembro a 6 de Janeiro de cada anno.

Art. 14 - O professor dos meninos pobres de que trata esta lei será nomeado pelo Agente Executivo Municipal, cujo acto, entretanto, deverá ser approvado ou não pela camara.

Art. 15 - São as seguintes as materias de instrucção a lecionar-se aos meninos pobres: – Gramattica Portuguesa, Historia do Brasil, Geographia, Arithimetica e Geometria.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrario".

Como se pode perceber, não há menção explícita sobre o nível de ensino a ser ministrado no Collegio Carvalho, apenas a determinação do subsídio. O que existe é a prescrição na citada lei de 1901, referente ao orçamento de 1902, que destina "Auxilio ao director do Collegio Carvalho, para leccionar primaria e secundariamente a 12 meninos pobres do município". Além disso, como os valores destinados a este colégio, para a manutenção de apenas 12 alunos, montam a 2:000$000, enquanto o professor primário da cidade, recebe apenas 1:5000$000. Fica evidente a desproporção de recursos destinados a um e outro, o que nos permite concluir que o objetivo da Câmara era, realmente, oferecer à população pobre a possibilidade dos estudos no nível secundário. Podemos inferir, também, que a Câmara se precavia ao estabelecer que o auxílio era para "leccionar primaria e secundariamente". Caso não houvesse demanda suficiente de candidatos pobres para o ensino secundário, o número poderia ser completado com estudantes de ensino primário.

Outra destaque refere-se ao "currículo" estabelecido para as crianças pobres. Português, História do Brasil, Geografia, Aritmética e Geometria podem ser considerados como o núcleo "duro" dos programas da época, mas os exames secundários exigiam muito mais. Seguramente a intenção não era especificamente de formar os alunos pobres para os exames de entrada aos cursos superiores. Ainda que este horizonte estivesse vislumbrado, quem garantiria a manutenção desses jovens nas distantes academias da época? A questão econômica tornar-se-ia um obstáculo irremovível, inviabilizando qualquer pretensão para além dos limites do município. A qualificação obtida em Uberabinha lá seria utilizada. O que se objetivava, portanto, era a preparação de mão de obra qualificada para as atividades urbano-comerciais locais, a cada dia mais complexas, para o que o conteúdo das disciplinas arroladas era perfeitamente suficiente. Outras, como física, química, história natural, línguas seriam dispensáveis para os objetivos em pauta naquele momento, não preocupados com a erudição ou a prestação dos exames para os cursos superiores. Oferecia-se, em suma, uma base que possibilitava aos filhos dos menos favorecidos aspirações de ascensão e ao empresariado o trabalhador qualificado, tudo sem colocar em risco os privilégios da elite e a ordem social.

Contudo, não foi tranqüila a tramitação do projeto. Emendas, críticas, pedidos de supressão, etc ocorrem no correr de 1902 e nos anos seguintes. O debate que se segue na sessão de 13 de maio de 1902 é ilustrativo dos problemas com que se defrontavam os legisladores municipais, refletindo discussões que ocorriam muito além dos limites de Uberabinha. O vereador Alves Pereira propõe a supressão da escola dos meninos pobres,

> "como o meio de mais pronto suavizar a crise em que nos achamos, aguardando occasião oportuna em que melhor finanças e rendas tiver o municipio para essas despesas que tanto uma como outra reverte-se em melhoramento para a instrucção tanto o jornal como a continuação da mesma escola".

A menção ao jornal está relacionada à proposta de se fechar, ao mesmo tempo, também a Typographia mantida pela Câmara, que publicava o jornal *Gazeta de Uberabinha*. Esta proposta foi imediatamente rebatida pelo vereador, Mello Junior,

> "que em termos energicos combate o conteudo da mesma resolução, dizendo que a imprensa e o collegio dos doze meninos pobres não são a causa das difficuldades financeiras do município...; que a imprensa e o collegio, – os dois unicos estabelecimentos mantidos pela municipalidade – que trazem luzes ao municipio e ao longe elevam o seu nome, não podem soffrer e nem devem ser levados na conta de causadores das difficuldades financeiras".

Nesse primeiro embate percebemos duas tendências da Câmara. Uma, realista, preocupada com os cofres públicos, não vislumbra benefícios advindos de instituições que possam contribuir para o esclarecimento da população, a formação da consciência crítica, proporcionados pelo acesso à educação e à informação. A instrução do povo deveria resumir-se ao mínimo possível, podendo o seu aprimoramento sempre ser postergado, sujeito às conveniências do orçamento. Outra, daqueles que se encontravam imbuídos da idéia de um destino manifesto do município no caminho do progresso e do desenvolvimento e que acreditavam ser necessário que Uberabinha se preparasse para enfrentar os desafios dos novos tempos. O que não poderia ser feito sem o concurso da educação e, nesta discussão, também da imprensa, que "trazem luzes ao municipio". Além de progressista, a posição denota uma certa atualidade com as iniciativas tomadas no mundo ocidental, com o Estado responsabilizando-se pela educação e, conseqüentemente, pela formação da mão-de-obra.

Continuando o debate, na sessão do dia 15 de maio, talvez percebendo a derrota iminente, o vereador Alves Pereira volta à carga, agora não mais propondo a supressão das

aulas dos meninos pobres, mas a introdução no projeto de uma série de prescrições burocráticas na forma de inscrição e seleção dos alunos, garantindo um maior controle sobre o processo, o que foi aprovado como substitutivo ao artigo primeiro da lei. Também Alves Barbosa acrescenta uma emenda, que se transformará no artigo 16: "Não serão admettidos no collegio alumnos que não saibam ler e escrever e pelo menos as quatro operações elementares acompanhados de attestados do Agente Executivo e Juiz de Paz sobre seu comportamento". Esta proposição demonstra a qualificação exígua dos meninos pobres da cidade, corroborando nossa suposição da impossibilidade dos mesmos aspirarem aos cursos superiores. Também é significativa do imaginário da época, preocupado com a moralização da população, com a aceitação dos valores e dos mecanismos de controle social, a exigência dos atestados de bom comportamento, passaporte para essas pequenas oportunidades de ascensão social. Em 16 de maio, a comissão de finanças dará seu parecer sobre a proposta de supressão da Typographia e da escola dos meninos pobres: "... esta commissão entende que a instrucção é para um povo a guia do progresso e da ordem. Em vista disso é de parecer que não se supprima o collegio..."

Temos, portanto, a vitória da instrução, numa elocução eivada da crença no poder da educação, considerada como "guia do progresso e da ordem". Se adicionarmos aqui a expressão utilizada anteriormente, instrução como portadora das "luzes", veremos o entusiasmo com que se encarava o potencial da educação no interior daquela edilidade. No entanto, deve ser observado que em nenhum momento se trata a educação como um direito do povo, pelo qual a câmara, legítimo representante da vontade popular deve zelar e providenciar o seu desfrute. Mas como elemento que carrega o progresso, as luzes, a ordem. Ou seja, visando a manutenção e a transformação controladas do modelo vigente, sem alteração nas relações de poder e de acesso aos benefícios sociais.

Aprovado o projeto, não encontramos nas atas de 1902 seqüência nas discussões sobre como teria sido implementado. No momento em que as atenções se voltam para o orçamento do ano seguinte é que o tema voltará à baila. No dia 16 de outubro aprova-se a previsão de despesa, mas sem qualquer menção ao nível de ensino que se ministraria:

"Com o professor de 12 meninos pobres – 2:000$000"[iv]. Logo em seguida, na sessão de 09 de janeiro de 1903, será lida

> "uma proposta da Loja Maçonica 'Luz e Caridade' desta cidade, pedindo que no cazo de deixar o cidadão João Bazilio de Carvalho de leccionar aos doze meninos pobres por conta da municipalidade, fosse a respectiva verba concedida em favor de um Instituto que a mesma Loja prettende fundar".

Por estas passagens, notamos que o Collegio Carvalho continuava existindo e que o professor João Bazilio de Carvalho, seguramente seu proprietário, era mantido para lecionar aos meninos pobres. Todavia, tanto a eliminação da indicação do nível de ensino, como a pretensão da Loja Maçônica demonstram que o subsídio oferecido pela cidade continuava sob cerco. A Câmara nega o pedido da maçonaria na sessão de 10 de janeiro, mas ficamos em dúvida sobre o destino dos meninos pobres, uma vez que em 28 de maio de 1903,

> "Pede a palavra o sr. Alves Barbosa e requer que seja nomeado um professor secundario para doze meninos pobres, desta cidade visto como acha grande necessidade do ensino secundario nesta mesma cidade, e, tendo a essa disposição o [?] Major João Elias de Sousa, nas condições de desempenhar essa missão; portanto requeiro que seja nomeado o referido cidadão Major João Elias de Sousa, executando este magisterio com o vencimento proporcional de 2:000:000 annuais durante o resto do presente exercicio, tirados da verba obras publicas..."

Pelo que se expõe na fala do vereador, os conflitos devem ter desembocado na desativação das aulas dos alunos pobres no Collegio Carvalho, não se sabendo se por iniciativa da Câmara, do professor ou pelo fechamento do próprio colégio. Mas a solução agora proposta terá curta duração e, em 26 de outubro do mesmo ano, o vereador Mello Junior "disse que a 16 do corrente mez, dirigiu um officio ao snr. Major João Elias de Souza, proffessor dos 12 meninos pobres, o dispensando deste cargo, visto achar o mesmo doente, ficando porem, o mesmo com direito a cadeira, desde que se ache restabelecido".

Na discussão do orçamento para o ano de 1904, não aparecerá proposta de professor específico para os alunos pobres, apenas para os professores municipais, rurais e do distrito de Santa Maria. Prenunciava-se o fim da iniciativa, o que será confirmado por decisão da comissão de finanças, contrária ao requerimento do professor Francisco Marra da Silva, buscando retribuição "pelo ensino que tem dispensado aos meninos pobres desta cidade". A resposta da Câmara, em 25 de julho de 1904, é esclarecedora das motivações que agora presidiam as decisões no legislativo municipal:

> Eu João Bernardes de Sousa, membro da Commissão de finanças, ainda que muito apologista da instrucção publica, todavia não posso ser de parecer a favor do requerente pelos motivos seguintes: - 1º porque havemos nesta cidade professores publicos, estadoaes e municipaes a onde os menores podem beber o ensino das primeiras letras, sem que até hoje haja aglomeração nessas aulas que fossem reclamadas pelos seus gerentes; 2º porque não nos consta que haja verba sufficiente disponivel para o fim requerido, aguardando porem, ocasião opportuna..."

Neste momento, vemos que o entusiasmo manifestado anteriormente pelos benefícios advindos da educação se mantinham à tona, no entanto, agora tinham de se curvar à realidade da falta de recursos. Além disso, percebemos que a Câmara vai se descomprometendo com relação ao financiamento complementar da educação, ao alertar que o dispêndio não seria necessário por existirem escolas municipais e estaduais.

Mas, se o ano de 1904 começara mal para os alunos pobres, outubro apresentou-se promissor. Na primeira versão do orçamento, discutido em 26 de outubro, não há previsão de gasto com professor de meninos pobres, dando continuidade à retração iniciada no ano anterior. No entanto, no dia seguinte, haverá uma reviravolta. Criticando a previsão orçamentária para o ano de 1905, o vereador Mello Junior demonstra a possibilidade de um acréscimo de arrecadação e propõe a destinação de "verba de 1:200:000 para ser applicada, como auxilio de um professor habilitado e que leciona portuguez, arithmetica, geographia e francez nesta cidade a 12 allumnos pobres, com liberdade de leccionar a outros quaesquer, para cujo fim dá sufficientemente a verba escolar". E completava, solicitando que se alterasse o projeto original do orçamento: "onde se lê na despesa – Com um professor que ensine primeiras letras na sede – leia-se gratificação a um professor secundario - 1:200$000...". A emenda foi aprovada, mas no texto da lei orçamentária, desaparecem as menções ao nível secundário e ao ensino de francês: "Com gratificação a um professor que ensine portuguez, arithmetica, historia do Brasil e Geographia a 12 alumnos pobres, por um anno – 1:200$000"[v].

Embora se retornasse à aprovação de verba para a educação dos meninos pobres, se fizesse referência pela primeira vez nos debates à disciplina de francês e houvesse nova menção a "professor secundario", o embate por essa bandeira chegava ao fim. O tema não volta a ser discutido nas atas e, para os próximos orçamentos, não existem mais subvenções destinadas aos meninos pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao direito à educação, reconhecido e tornado obrigatório pela Constituição estadual e pelas legislações sobre a instrução pública municipal, percebemos que não há entendimento explícito nesse sentido. A educação é vista como "guia" dos povos, promotora do progresso e da ordem, etc, mas nunca é apresentada como direito do cidadão ou especificamente voltada para a formação deste. Vemos, assim, que a iniciativa das elites visava, antes de mais nada, a manutenção de uma situação que lhes era favorável e que a extensão da educação à população mais pobre voltava-se para a integração subordinada à ordem vigente. O objetivo final era a formação de quadros com um nível mais aprimorado de instrução, que servissem aos interesses econômicos da elite local, voltada para as atividades comerciais.

Fica claro, também, o envolvimento direto do município na organização e implementação da educação no período republicano. A cidade responde pela maior parte das classes existentes, superando a presença do estado. São formuladas leis que regem a instrução pública no nível local, regimentos, projetos de leis voltados para os alunos pobres, etc. Ou seja, diferentemente do que normalmente se propala, remetendo a organização do ensino público no início da República apenas aos Estados, percebe-se que é preciso fazer uma aproximação concreta com as iniciativas municipais para que se possa dimensionar realmente o formato que toma a educação nesse período.

---

[*] Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: wenceslau@ufu.br.

[i] Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*. Uberabinha, 1899-1902, Livro 4 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG).

[ii] Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha, *Estatutos e Leis da Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha*. Uberaba (MG): Typ. "Livraria Seculo XX" de Aredio de Souza, 1903.

[iii] Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*. Uberabinha, 1899-1902, Livro 4 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG). As citações seguintes dos trabalhos legislativos, até nova indicação, referem-se todas a este livro de atas.

[iv] Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*. Uberabinha, 1902-1904, Livro 5 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG). As citações seguintes dos trabalhos legislativos referem-se todas a este livro de atas.

[v] Lei n. 36, de 29 de outubro de 1904. Câmara Municipal de Uberabinha. *Leis* (de ns. 32 a 220): 1903 a 1919. Uberabinha, Typographia Popular, 1919, p. 15.

Produzindo no Escuro:

políticas para a industria cinematográfica e o papel da censura (1964 – 1988)

William Martins

A chegada do cinema ao Brasil no final do século XIX foi um grande acontecimento. Os jornais do Rio de Janeiro saudaram o novo invento que havia sido instalado na rua do Ouvidor em 1897. No Brasil e no mundo, o cinema atraía centenas de pessoas às salas de exibição. A sétima arte acabou por se tornar uma forma de entretenimento que, em pouco tempo, passou a movimentar uma grande indústria e o filme se tornou um produto transnacional, chegando a diferentes partes do mundo.[i]

Embora em fins do século XIX já existissem no Rio de Janeiro alguns produtores de filmes, o apoio do Estado brasileiro para o cinema nacional deu-se a partir da década de 1930, primeiramente com a obrigatoriedade de os cinemas exibirem, no mínimo, um filme nacional por ano.[ii] Após esta lei, os decretos foram se seguindo, aumentando cada vez mais a obrigatoriedade dos filmes brasileiros nas salas de cinema.[iii] Entrementes, até a década de 1960, a atuação governamental se limitava a um papel de legislação.[iv] Foi só a partir de meados dos anos 1960 que várias agências governamentais federais foram criadas com o intuito de garantir uma política para o cinema nacional, com investimentos estatais na produção e distribuição dos filmes.

De fato, houve no período do governo militar a criação de organismos institucionais que favoreceram a indústria cinematográfica. Sem dúvida, o de maior notoriedade foi a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), criada em 1969. Ela era uma empresa de economia mista sob o controle acionário do governo. O texto do decreto de criação da empresa dizia que o objetivo era o de distribuição de filmes brasileiros no exterior e a realização de mostras e apresentações em festivais, visando à difusão do cinema

nacional. A Embrafilme trabalharia em cooperação com o Instituto Nacional de Cinema (INC), podendo exercer atividades comerciais ou industriais relacionadas com o objeto principal de sua atuação.[v]

A empresa, que estava diretamente ligada ao Ministério da Educação, havia sido criada pelo governo federal para a difusão dos valores nacionais em suas produções. O INC, com o qual a Embrafilme deveria trabalhar em cooperação, foi criado pouco tempo antes, em 1966, e tinha como objetivo formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, além da tarefa de desenvolver a indústria cinematográfica brasileira, promover o fomento cultural e o cinema brasileiro no exterior.[vi] Por serem as atividades bastante correlatas, a Embrafilme acabou incorporando o INC em 1975, aumentando o seu capital social.

Ainda na década de 1970, o Estado criou mais uma instituição ligada ao cinema, o CONCINE (Conselho Nacional de Cinema). Este órgão, também ligado ao Ministério da Educação, tinha como objetivo precípuo a orientação normativa e fiscalização das atividades relativas ao cinema no país.[vii]

Devido ao apoio estatal, as décadas de 1960 e 70 foram privilegiadas para a indústria cinematográfica brasileira. Esta indústria se consolidou tendo à frente a Embrafilme, que produziu, co-produziu e distribuiu diversos filmes.[viii] Se, por um lado, o governo apoiava a produção cinematográfica, por outro, porém, intensificou a censura no mesmo período vetando em parte ou integralmente os próprios filmes que financiava.[ix]

A questão do financiamento *versus* censura foi discutida largamente na imprensa, principalmente a partir do final da década de 1970.[x] Mas quem melhor resumiu os embates foi Celso Amorim[xi] que, em 1979, como diretor-geral da Embrafilme, no simpósio sobre censura ocorrido no Congresso Nacional, foi categórico ao dizer que a Embrafilme "não [exercia] qualquer função ou atividade diretamente relacionada com a censura"[xii] e que a empresa limitava-se

> a verificar a capacidade técnica e profissional dos realizadores, dos produtores; a verificar se o projeto [estaria] tecnicamente bem desenvolvido; a ver se ele [teria] potencialidade artística, cultural ou econômica que [justificasse] uma participação do Estado.[xiii]

Essa pequena citação consegue expressar uma questão que esteve presente nas discussões desde a criação da Embrafilme até o fim da censura em 1988. Deveria uma empresa estatal financiar filmes que o próprio Estado posteriormente iria censurar? Essa aparente dicotomia levava um certo mal-estar aos censores por estarem censurando os filmes que eram financiados pelo Estado.

Sem dúvida a censura exerceu um papel cerceador, intimidando artistas e regulando o que a sociedade deveria assistir. Ainda assim, no período vários movimentos criativos surgiram, como o Cinema Novo, o Cinema Marginal, os teatros Oficina e Arena e o Tropicalismo.[xiv] O desenrolar da produção cultural brasileira pós-1968 foi calcado em bases complexas que não estão cingidas simplesmente à atuação censória, mas envolvem, dentre outros fatores, um contínuo processo de consolidação da indústria cultural, no qual o Estado usou mecanismos sofisticados, que não a repressão direta, para se fazer presente no campo das manifestações artísticas.

Como é consabido, a censura não foi criada pelo regime militar. As primeiras leis em âmbito federal para a censura cinematográfica datam de 1932 e foram aperfeiçoadas quando da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939.[xv] Com o regime militar, houve uma adaptação da censura existente aos padrões políticos e morais daquele momento, tendo também havido uma gradual profissionalização do aparelho censório, principalmente a partir da década de 1970.[xvi] Um exemplo ilustrativo deste processo foi o aumento das exigências para preencher o cargo de censor federal. Para ocupar a profissão o candidato deveria possuir curso universitário e ser aprovado em um

concurso público, além da obrigatoriedade de freqüentar cursos ministrados por pessoas contratadas pela censura com o intuito de que houvesse uma uniformização dos cortes feitos pelos diferentes censores. Em entrevista concedida a revista *Veja*, a ex-censora Yeda Lúcia Neto Campos, formada em jornalismo, afirmava que achava a profissão importante para o país e, além disso propiciava a ela a oportunidade de estar sempre atualizada. Como exemplo, a entrevistada disse que para poder efetuar os cortes no filme *Cabeças Cortadas*, de Glauber Rocha, estudou toda a filmografia do cineasta.[xvii]

Em 1966, a censura foi centralizada em Brasília, na DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas), que era subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP),[xviii] passando a ser o órgão responsável pela censura de diversões no país e funcionou até o ano de 1988, quando da promulgação da nova Constituição, segundo a qual a censura de diversões públicas passou para o âmbito do Ministério da Educação, adquirindo um caráter de classificação etária.[xix]

É importante relacionar essas entidades que, embora representassem o mesmo Estado, estavam por vezes em lados opostos negociando entre si.[xx] Alguns momentos desta negociação merecem ser destacados como, por exemplo, a liberação da pornochanchada, atingindo os que advogavam pela moral e os bons costumes no início dos anos 1970.

Cabe destacar que durante o período estudado existiram várias instâncias de conflitividade. A primeira, no próprio Poder Executivo, ou seja, entre instituições subordinadas aos diversos ministérios que lutavam por interesses distintos. Por exemplo, em 1982, Jorge Peregrino, que era superintendente de comercialização externa da Embrafilme, pediu ao então chefe da DCDP, Helio Guerreiro, que emitisse uma autorização especial para que o filme *Pra frente Brasil*, de Roberto Farias - que tinha a distribuição sob responsabilidade da empresa - pudesse ser visto por Gilles Jacob, que era o representante do festival de Cannes.[xxi] O filme *Pra frente Brasil* tem um sentindo

peculiar pois foi proibido em pleno momento de Abertura[xxii], gerando grande repercussão na imprensa brasileira perguntando-se se haveria uma volta da censura as artes. Por fim, depois de uma acirrada polêmica, inclusive tendo o processo sido julgado pelo CSC (Conselho Superior de Censura),[xxiii] o filme foi liberado para os cinemas com proibição para menores de 18 anos.

A segunda instância de conflitos estabelecia-se entre os poderes Executivo e o Judiciário. Assim, alguns produtores e/ou distribuidoras recorriam à Justiça para verem seus filmes liberados. A partir de 1979, o Judiciário passou a ter maior atuação devido à regulamentação do Conselho Superior de Censura (CSC).[xxiv] Como exemplo dessa atuação pode-se citar o caso do filme *O império dos sentidos,* uma produção franco-japonesa de Nagisa Oshima, que gerou discussões intensas. O episódio mobilizou a opinião pública levando o então presidente João Baptista Figueiredo a conclamar uma cruzada contra a pornografia no Brasil.[xxv] O filme teve sua exibição autorizada após um processo no CSC, entretanto foi liberado apenas para as salas especiais.[xxvi]

Os embates entre liberação e censura tiveram por vezes momentos mais acirrados por questões relacionadas à política, de outras vezes pela chegada de novas estéticas cinematográficas lançadas tanto pelo cinema nacional quanto pelo cinema mundial. Os casos sobre a liberação dos filmes e as negociações servem para ilustrar alguns incidentes entre a Embrafilme e a DCDP, evidenciando que a coexistência entre essas duas instâncias não ocorreu sem conflitos. Ao contrário da música, da televisão e de outras formas artísticas que sofreram censura, o cinema foi o único que possuiu uma grande instituição estatal com voz para negociar com os censores.[xxvii]

A indústria cinematográfica brasileira cresceu durante o regime militar com investimentos diretos (financiamentos) e apoio indireto (aumento do número de dias em que os cinemas deveriam exibir filmes nacionais).[xxviii] Também era o Estado, através da DCDP, o fiscalizador dos filmes produzidos pela Embrafilme. A mesma DCDP também foi

a responsável pela censura dos filmes estrangeiros, do material publicitário dos filmes no país e dos curtas-metragens.

As diversas questões mencionadas acima dão noção da complexidade que permeia o estudo da indústria cinematográfica no Brasil. O estudo da relação entre a indústria cinematográfica e a censura às artes da cinematografia, nos faz antever a tônica das atuações no campo artístico durante o período de exceção.

---

[i] Sobre a chegada do cinema brasileiro ver: GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras:* 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record: FUNARTE, 1996.
[ii] Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939.
[iii] Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1.946, obrigava os cinemas a exibir no mínimo três filmes nacionais durante o ano. Decreto nº 30.179, de 19 de novembro de 1951, obrigava os cinemas nacionais a exibirem a proporção mínima para cada oito estrangeiros um nacional.
[iv] AMANCIO, Tunico. *Artes e manhas da EMBRAFILME*: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro [1977 – 1981]. Niterói: EdUFF, 2000. p. 18.
[v] Decreto-lei nº 862, de 12 de setembro de 1969.
[vi] Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966.
[vii] Decreto nº 77.299, de 16 de março de 1976.
[viii] De 1956 até 1966 o cinema brasileiro havia produzido 393 filmes. Já no ano de 1967 á 1974, ou seja, 3 anos menos que a estatística anterior, produziu 544 filmes. Ver RAMOS, José Mario Ortis. *Cinema, estado e lutas culturais*: anos 50,60 e 70. Rio de Janeiro: Paz e erra, 1983. pp. 35 e 64.
[ix] O Arquivo Nacional (Brasília) possuiu vasta documentação acerca dos filmes que foram censurados no período, como será exposto adiante.
[x] O arquivo Embrafilme/Funarte contém um *clipping* com as discussões travadas na imprensa desde a década de 1970 até os anos 90. Esse arquivo será melhor detalhado no tópico metodologia e fontes.
[xi] Celso Amorim foi diretor da Embrafilme no período de 1979 até 1982.
[xii] Cine Jornal. dimensões do mercado. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1980. n.1. p. 36. Este mesmo texto posteriormente foi publicado no livro: AMORIM, Celso. *Por uma questão de liberdade*: ensaios sobre cinema e política. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Embrafilme, 1985.
[xiii] *Idem*. p. 37.
[xiv] RAMOS, José Mário Ortiz. O cinema Brasileiro contemporâneo (1970-1987). pp. 399 – 154. In: RAMOS, Fernão (org). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.
[xv] SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância*: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora do SENAC, 1999. p. 26.
[xvi] STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 268.
[xvii] *Veja.* 21 de jun de 1989. p. 24.
[xviii] Posteriormente o DFSP mudou seu nome para DPF (Departamento de Polícia Federal).
[xix] Constituição Federativa do Brasil, artigo 18, capítulo II promulgada em 5 de outubro de 1988.
[xx] Ver sobre o assunto. FICO, Carlos. "Prezada Censura": Cartas ao regime militar. *Topoi.* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/7letras, jul. 2002, n. 5. pp. 251-286.
[xxi] Arquivo Nacional, coordenação regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Fundo: DCPD, série "Censura Prévia", sub-série: "Cinema". Processo do filme *Pra Frente Brasil*.
[xxii] O período conhecido como Abertura iniciou-se com o Governo Geisel (1974-1979) e estendeu-se até o final do Governo Figueiredo (1979-1985).

[xxiii] Criado pela lei nº 5.536 de 21 de novembro de 1968, o Conselho Superior de Censura era um órgão ligado diretamente ao Ministério da Justiça. De fato, o CSC só foi regulado pelo decreto nº 83.973 de 13 de setembro de 1979. Ele tinha como função precípua tornar a censura das atividades artístico-culturais menos arbitrária. Foi uma espécie de segunda instância, para a qual recorreram aqueles que tendo seu trabalho censurado, não concordaram com o veto. O CSC era composto entre representantes de organismos governamentais e instituições da sociedade civil.

[xxiv] Ricardo Cravo Albin diz que assim que o CSC passou a funcionar, vários filmes nacionais como *Das tripas coração,* de Ana Carolina, e vários estrangeiros, como *Emmanuelle*, de Just Jaeckin, foram sendo rapidamente liberados para exibição. Ver ALBIN, Ricardo Cravo. *Driblando a censura*: de como o cutelo vil incidiu na cultura. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. pp. 195 – 209.

[xxv] No arquivo Embrafilme/Funarte. PA/082.

[xxvi] Segundo matéria publicada no Jornal do Brasil a partir de 1981 não seria mais censurado, para o cinema, nenhum filme nacional ou estrangeiro, que exibisse cenas de sexo, pois o CSC havia criado as salas especiais para este tipo de filme. A criação era do CSC mas ainda teria que ser sancionado pelo presidente da república. Jornal do Brasil. 25 jun de 1981. Caderno B. p. 2.

[xxvii] Embora outras formas artísticas como a televisão, a música e o teatro tivessem instituições que garantiam seu diálogo com a censura, nenhuma dessas instituições era estatal. Sendo assim, embora tais manifestações artísticas pudessem contar com o apoio de graças a tais instituições, quer por seu prestígio, quer por sua tradição, foi a nascente indústria cinematográfica brasileira que mereceu do Estado um olhar mais cuidadoso.

[xxviii] A resolução do INC n. 60/71 fixava a exibição obrigatória de filme nacional de longa metragem de 84 dias por ano. Posteriormente, a resolução do INC nº 106/75 aumentou a obrigatoriedade para 112 dias por ano.

Mulheres e religiosidade na Idade Moderna

Wilma de Lara Bueno[1] - PPG-UFPR/UTP

A escolha do objeto da presente pesquisa surgiu a partir da leitura da vida de Tereza de Ávila, no contexto das discussões dos conteúdos de História Moderna que aconteciam em sala de aula, durante a abordagem das Reformas Religiosas na Europa do século XVI. Também se pretendia eleger um tema como objeto de estudo e de pesquisa que se vinculasse à referida disciplina, como parte do programa de pesquisa que integra o projeto pedagógico do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná. Assim, o projeto "Mulheres e religiosidade na Idade Moderna", teve como objetivo estudar o surgimento das congregações femininas no contexto do Renascimento e das Reformas Religiosas do século XVI.

A problemática inicialmente se esboçava no sentido de conhecer o perfil das mulheres que ingressavam na vida religiosa e como reagiam aos costumes da época. Ou seja, tentar recuperar evidências acerca de suas práticas religiosas e como se relacionavam com a sociedade de sua época. Para atender aos apelos dessa pesquisa, a consulta ao acervo documental da Biblioteca Claretiana do Instituto Teológico do Paraná, vinculada à Pontifícia Universidade Católica (Curitiba – Pr), tornou-se lugar-comum à medida que nesse local encontram-se os registros acerca das fundações congregacionais, bem como uma variada produção de obras hagiográficas.

As idéias teóricas que subsidiaram e ainda estão subsidiando a pesquisa procedem dos historiadores que se debruçam sobre a História das religiões ou das religiosidades. Recorre-se, inicialmente, a Alphonse Dupront e à discussão que ele propõe em seu artigo, "Antropologia religiosa", em um dos volumes da obra "A Nova História: novos problemas, novos objetos e novas abordagens".[1] Esse historiador mostra as particularidades da história da religião, seus

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Curso de História da UFPR; Professora de História da Universidade Tuiuti do Paraná.

vínculos com as estruturas de longa duração e suas possibilidades de abordagens diversificadas, considerando uma pluralidade de fontes, desde rituais, idéias, obras, objetos, catecismos, etc.. Esse campo de pesquisa vem ocupando um lugar de destaque nos últimos tempos e mostrando que, ao contrário do que se pensa, a pesquisa sobre o fenômeno religioso e suas manifestações resulta em possibilidades múltiplas que se entrelaçam aos vários aspectos da vida em sociedade, particularmente o político, em que as relações de poder estão em constates confrontos.

Além dos teóricos da religião, a pesquisa se apropria das contribuições dos historiadores das relações de gênero que procuram trazer para o campo da historiografia os vínculos e as práticas sociais que se estabelecem entre homens e mulheres em determinados contextos e que forjam representações, valores culturais, hegemonias que escondem relações de poder. Nesse sentido, os estudos de gênero na perspectiva das historiadoras, Joan Scott, Michelle Perrot, Natalie Davis constituem referências obrigatórias para a realização da presente pesquisa. [2]

Na busca das fontes destacaram-se, inicialmente, as obras literárias especializadas em assuntos religiosos referentes à época estudada, particularmente, “Histoire Du Concile de Trente” de Sforza Pallavicini, organizada em três tomos distintos, apresentando vasta abordagem de temáticas referentes à doutrina da Igreja Católica; os registros das fundações das Congregações, especialmente, das “Irmãs de São José” (1648), da “Irmãs Redentoristas” (1638/1719) e da “Sociedade das Filhas de Maria” (1790). Essas congregações foram escolhidas por serem as mais antigas na documentação disponível no acervo do Instituto Teológico. Muitas das outras fontes que estão disponíveis foram reservadas para outra pesquisa, pois elas datam do século XIX, quando as congregações já adquirem outras configurações, interferindo no perfil e na atuação das ordens femininas, no contexto das exigências sociais e políticas da época.

A tentativa de recuperação da participação das mulheres na esfera religiosa nos mostra que a efetiva integração delas à vida clerical foi objeto de contestação, desde os tempos em que a Igreja Católica lançava os fundamentos de sua organização, enquanto instituição. No início da Idade Média, no alvorecer das ordens monásticas, a busca da ascese, nas modalidades da vida eremítica ou cenobítica era uma rotina predominantemente masculina. Pressupunha-se que não era possível à mulher viver "*entregue a si mesma, só e sem tutor masculino: pai, irmão ou marido. Os santos homens, esses podiam subtrair-se ao mundo para se aproximarem de Deus partindo para irem viver no deserto – numa caverna, numa cisterna fora de uso, no fundo de um túmulo, sobre uma coluna de pedra*".[3]

A Igreja propunha-lhes o modelo de uma pequena comunidade de mulheres pertencentes a mesma família, com algumas servas: " *As saídas são muito raras; a oração e os trabalhos têxteis ocupam o essencial do tempo (...) Progressivamente, são acrescentadas algumas regras.' Que o tecido das tuas vestes não seja precioso. O teu vestido será negro, não tingido, mas da cor natural...(...) Se encontrares um homem, vela teu rosto e baixa os olhos (...).*[4] No entanto, esse ideal de santidade não era reconhecido como competência feminina, sendo considerando "demasiadamente sério para ser entregue às mulheres".

Essa concepção, no entanto, não impediu que ao longo dos séculos se criassem espaços destinados ao público feminino, porém, supervisionados pelo controle masculino. A pesquisa tendo como fontes estudos hagiográficos também revelou testemunhos de mulheres que romperam esse controle e buscaram refúgio até mesmo nos desertos tornado-se, a exemplo dos eremitas, santas mulheres que realizavam milagres e atraiam um público interessado. [5]

Na sociedade européia, as idéias de exclusão feminina da vida religiosa se estenderam até meados do século XVI, no bojo das transformações renascentistas e reformistas. Nesse período, em resposta às tensões entre católicos e protestantes, o Concílio de Trento (1545-1563) inaugurou um tempo de florescimento de ordens religiosas, destacando-se também as

femininas. A realização do Concílio iria marcar uma retomada do clima de insatisfação que reinava no interior da Igreja e que já havia sido denunciado por vários grupos e segmentos religiosos. Pairava, de maneira geral, um tempo sombrio no que se refere aos costumes morais. Lorenzo Davídico da ordem barnabita afirmava: "*el tiempo de los santos ha pasado, de tal modo que no debe uno sorprenderse de la vida disoluta y escandalosa de los nuevos religiosos*".[6]A situação de decadência da Igreja atingia, sobremaneira, alguns conventos que funcionavam como refúgio de mulheres insatisfeitas, excluídas, órfãs, longe, porém, de significar um espaço de florescimento das vocações.[7]

Essa constatação motivou que homens e mulheres se esforçassem em busca de alternativas para sua recuperação, iniciando-se um movimento de reforma no interior da própria igreja. Sobrevivia, como influência do contexto renascentista, um profundo interesse pela natureza humana o que possibilitou um movimento de renovação interior, no sentido de se buscar de um crescimento espiritual. Para os religiosos da época, "*es necesario, además, poner la mano en el arado, practicar la reforma interior, vencerse a uno mismo. Ante todo, la reforma es una cuestion individual, un trabajo totalmente íntimo al que antecede la gracia de Dios, pero al que hay que prestarse con la mayor decisión*".[8] Observa-se, portanto, um empenho na elaboração de programas de exercícios espirituais. Nesse sentido, a obra de Tereza de Ávila "Castelo Interior"[9] também pode ser lida como uma possibilidade de diálogo com as aspirações dessa natureza, à medida que Tereza expõe idéias e orienta suas companheiras no caminho para a plena realização interior.

No contexto das transformações trazidas pelo Concílio de Trento, a Reforma Católica manifestou efetivos frutos na criação de inúmeras ordens religiosas tendo como tarefa a renovação eclesiástica destinada à orientação espiritual do povo, à educação do clero, à assistência aos doentes, ao ensino e proteção dos pobres. Entre outras iniciativas, essas intenções suscitaram exemplos de vocações que se efetivaram na criação de diversas ordens femininas. As Carmelitas Descalças (1582), as Ursulinas (1544), as Irmãs de São José (1648),,

as Vicentinas (1668), as Redentoristas (1638), entre muitas outras podem ser referências para se pensar as possibilidades de inserção das mulheres nas experiências religiosas, a partir do cumprimento de programas específicos. Em atendimento às necessidades de um tempo difícil, pontuado pelas guerras religiosas, devastação e fome, essas congregações, particularmente, têm sua origem marcada pelo o atendimento aos pobres e abandonados, pela prática da caridade e pela vida de oração.

Assim, a pesquisa ateve-se, inicialmente, à recuperação dos primeiros passos da fundação da Congregação Irmãs Redentoristas,[10] evidenciando-se que desde 1638, ocorria uma iniciativa de se formar uma comunidade religiosa feminina em Scala, na cidade de Nápoles. Naquela época, em conseqüência de violentas perturbações políticas, essa comunidade se resumia a um simples asilo de jovens pobres, que viviam do trabalho manual e de esmolas do município. Em 1719, uma missão pregada pelo clero pertencente aos "Pios Obreiros" suscitou a idéia de se restabelecer nessa comunidade um perfil vocacional destinado a uma missão específica: "*ora sepultando-se na vida oculta, ora evangelizando após o Salvador, as povoações mais abandonadas*".[11] Em 1720, dezenove jovens mulheres começaram, sob a orientação dos padres desse grupo, a busca da vida perfeita, obedecendo as regras de Santo Agostinho e as Constituições de São Francisco de Sales.

Do século XVII data também a fundação da Congregação das Irmãs de São José. De acordo com a documentação encontrada no acervo do Instituto Teológico, essa congregação foi criada em 1648 por São Francisco de Sales na cidade de Puy, na França, para atender às aspirações de viúvas e jovens piedosas que desejavam retirar-se do mundo para se consagrar a serviço de Deus e não podiam ser recebidas nos mosteiros porque não dispunham de dotes e de instrução. Idealizou-se, então, a formação de uma sociedade na qual as almas, que não pudessem aspirar ao claustro, vivessem sob uma regra de votos simples, substituindo a clausura e a austeridade da vida monástica pela dedicação ao próximo. Esta obra revela que

no dia 15 de outubro de 1648 na festa de Santa Tereza de Jesus, D. Henrique de Maupas, experimentava uma das grandes alegrias de sua vida:

> (...) Sua Excelência reuniu aquelas moças no Hospital-Orfanato das Órfãs de Puy, deu-lhes regulamento de vida no dia 15 de outubro, festa de Santa Tereza de Jesus, do ano de 1650, o Ilustre Prelado fez-lhe uma exortação plena da unção do Espírito de Deus, animando as novas irmãs ao mais puro amor de Deus e a mais perfeita caridade para com o próximo. No fim, deu-lhes benção como testemunhos extraordinários de cordialidade e paternal bondade para essa Congregação. Colocou-as sobre a proteção do glorioso São José e ordenou que o instituto se chamasse "Congregação das Irmãs de São José". Deu-lhes a regras de conduta e prescreveu-lhes a forma do hábito.[12]

Uma outra documentação diz respeito à fundação da "Sociedade das Filhas do Coração de Maria" fundada no final do século XVIII, pelo Reverendo Padre de Clorivière com a finalidade de salvar a vida religiosa que se achava ameaçada pelas propostas revolucionárias emergentes na França. A proposta da irmandade era prestar auxílio aos necessitados, criando-se, Casas de Educação, Escolas Profissionais, Casas de Retiros, Dispensários, etc. A irmandade foi regida pelos postulados inacianos, e subtende-se que seria uma ordem feminina integrada na vida social, estando parte do tempo na experiência que era denominada de "vida oculta" e parte vinculada à vida social.

O estudo inicial dessa documentação possibilita que algumas considerações já se efetivem no sentido de perceber aspectos concernentes à história das mulheres que fizeram da vida religiosa uma opção de vida. A abordagem dessa modalidade de escolha revela aspectos comuns à recuperação das mulheres na história, no sentido de que também nessa condição de vida, elas enfrentaram preconceitos e discriminações. Essas constatações estão presentes nas perseguições e desconfianças por parte do clero às mulheres que apresentavam iniciativas de fundar uma ordem, construir um mosteiro ou reunir companheiras em torno de uma vida comum. O chamado a essa vocação era visto sem a devida seriedade, entendido apenas como uma manifestação de sensibilidade que marcava o universo feminino. A fundação de uma ordem ou a elaboração de uma norma de conduta era obtida somente mediante o aconselhamento de um eclesiástico, depois de um longo interrogatório com teólogos

conhecedores da vida religiosa. Por essa razão, as congregações que se aventuram a solicitar um pedido de reconhecimento e autorização, esperavam muitos anos para serem regularizada pelo clero masculino. Mas a reação feminina nem sempre foi de acanhamento ou tolerância frente aos obstáculos impostos para sua atuação. As mulheres reagiam de maneiras diversas e buscavam mecanismos próprios para obter suas conquistas, mostrando determinação e objetividade, revelando que em nada se assemelhavam ao modelo de abnegação fartamente divulgado pelos preceitos religiosos do catolicismo.

Nesse sentido, o espaço do convento ou do mosteiro revela-se também como um campo dinâmico, permeado de relações conflituosas e de disputa por posições hegemônicas.

---

[1] DUPRONT, Alphonse. A religião: Antropologia religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (direção). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
[2] SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas, São Paulo: UNESP, 1992 ; DAVIS, Natalie. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
[3] GATIER, Pierre-Louis. Mulheres no deserto? In: BERLIOZ, Jacques. **Monges e religiosidade na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994, p. 169.
[4] Ibid., p. 171
[5] Os mosteiros femininos surgiram lentamente subsidiado pelo controle masculino. Nos primeiros tempos, não passavam de aglomerações das pessoas, vinculadas às famílias dos monges – irmãs e mães – destinadas à vida de oração e de ajuda aos pobres. Na época sobrevivia a mentalidade de que as mulheres não eram confiáveis para a escolha da vida ascética, em razão das exigências impostas a essa escolha. No entanto, os estudiosos revelam experiências de viúvas, escravas e pessoas ligadas à nobreza que instalaram mosteiros no deserto da Palestina e do Egito. Segundo os estudiosos, elas eram mulheres fortes e virtuosas que se esforçavam para viver como eremitas. Há relatos das que atraíam pessoas, realizavam milagres, forneciam conselhos, praticando a cura com a imposição das mãos.
[6] CRISTIAN, L..Trento: **História de la Iglesia**. Valência: EDICEP, 1976, p. 289.
[7] LAVEN, Mary. **Virgens de Veneza**: vidas enclausuradas e quebra de votos no Convento Renascentista. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
[8] CRISTIAN, L..Trento: **História de la Iglesia**. Valência: EDICEP, 1976, p. 293.
[9] JESUS, Santa Tereza de (Tradução das Carmelitas Descalças). **Castelo Interior ou Moradas**. São Paulo: Paulinas, 1984.
[10] MEULTESTER, Maurício de. **As Irmãs Redentoristas**: sua vida, sua história, sua oportunidade. São Paulo: Ave-Maria, 1925.
[11] Ibid., p. 7.
[12] REVIVENDO UM LONGÍNQUO PASSADO. Resumo histórico da Congregação das Irmãs de São José (Filhas do Pequeno Projeto, 1648-1954). São Paulo: Ave-Maria, 1955, p. 117.

REFERÊNCIAS

AUBER, R. et al. **Nova História da Igreja**: a igreja na sociedade liberal e no mundo moderno II. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

BERLIOZ, Jacques. **Monges e religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti; YUNES, Eliana (org.). **Mulheres de palavra**. São Paulo: Loyola, 2003.

CRISTIANI, L. **Trento**: história de la iglesia. Valência: EDICEP, 1976.

DUPRONT, Alphonse. A religião: Antropologia religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (direção). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FRANZEN, August. **Breve História da Igreja**. Lisboa: Presença, 1998.

GATIER, Pierre-Louis. Mulheres no deserto? In: BERLIOZ, Jacques. **Monges e religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.

JONSON, Paul. **História do cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

LAVEN, Mary. **Virgens de Veneza**: vidas enclausuradas e quebra de votos no Convento Renascentista. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

MAUREL, Chanoine. **La Congrégation de Notre-Dame du Calvaire de Gramat**. Limoges: Bontemps, 1928.

MEULEMEESTER, Mauricio de. **As Irmãs Redemptoristas**: sua vida, sua história, sua oportunidade. São Paulo: Tipografia Ave Maria, 1925.

PALLAVICINI, L. P. Sforza. **Histoire du Concile de Trente**. Montrouge: Catholique de Migne, 1844.

REVIVENDO UM LONGÍNQUO PASSADO: resumo histórico da Congregação da Irmãs de São José (Filhas do Pequeno Projeto, 1648-1954). São Paulo: Ave Maria, 1955,

REYNAUD, Elisabeth. **Tereza de Ávila ou o divino prazer**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

YUNES, Eliana; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (orgs.). **Mulheres de palavra**. São Paulo: Loyola, 2003.

A suástica no coração da América: a disputa por domínios entre Alemanha e Estados Unidos no Paraguai (1942-1943)

PROF. DR. WILSON MASKE - FIC/PUC-PR

No presente trabalho pretende-se analisar a inserção do Paraguai no contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, assim como sua inclusão na disputa entre Alemanha e Estados Unidos por áreas de influência na América do Sul, durante os primeiros anos da década de 1940. Tratar-se-á também, do papel que missões e organizações religiosas protestantes desempenharam nessa disputa.O tema é parte das discussões referentes à conexão nazismo e protestantismo que foi objeto de estudo em minha tese de doutoramento, defendida em 2004.[1]

No tocante ao tema do relacionamento dos países da América do Sul com as potências totalitárias da Europa, geralmente os casos do Brasil, da Argentina e do Chile, são os mais estudados, ainda que não de forma conclusiva. O Paraguai, por ser caracterizado como um país marginal e isolado no centro do continente sul-americano, escapou de maiores estudos e análises em relação ao seu envolvimento no grande conflito mundial. Em função disso, o importante confronto histórico que antagonizou Alemanha e EUA, na colônia agrícola Fernheim, no norte do Paraguai, não fora convenientemente estudado. Esse confronto foi mais um confronto ideológico, do que propriamente militar e não resultou em centenas de mortos e feridos. Foi um embate entre colonos nazificados, apoiados pelo Terceiro Reich e colonos liberais, apoiados pelos Estados Unidos, e que resultou em 1943 na expulsão dos líderes nazistas. Esse evento talvez reflita e antecipe em pequena escala no Paraguai, o que iria acontecer dois anos mais tarde na Europa, qual seja, a derrota do fascismo.

O Paraguai, assim como Brasil, Argentina e Chile, recebeu um grande contingente imigratório alemão desde meados do século XIX. Esses imigrantes, formaram uma minoria importante, que tinha grande atuação no cenário econômico paraguaio, como comerciantes, industriais e principalmente, agricultores. Ainda que fossem bem integrados na sociedade paraguaia, continuavam a manter escolas e instituições mutuais próprias, além de grande intercâmbio com a Alemanha, por meio da embaixada alemã e de contatos individuais. Eram bem vistos e admirados pelo governo e pela população em geral e considerados elementos que poderiam ajudar a desenvolver e "civilizar" o Paraguai, de acordo com o pensamento corrente na época.[2] Nesse contexto, o Paraguai começa a ser sondado a partir de 1920, para ser o centro

[1] MASKE, 2004.
[2] BERGMANN, 1994.

de uma grande imigração de uma categoria diferente de imigrantes alemães: os menonitas.

Os menonitas são um grupo protestante rigoroso, originário da Reforma Protestante do século XVI, extremamente conservador e sectário em termos religiosos, mas progressista e bem articulado em termos econômicos e sociais. Por definição eram apolíticos e pacifistas, a ponto de serem objetores de consciência, se recusando a prestar serviço militar compulsório. Suas opções políticas, ou apolíticas, lhe causaram mais perseguição do que suas convicções religiosas, a ponto de migrarem diversas vezes por vários países da Europa. Depois de 1870, suas principais bases eram a Rússia, os Estados Unidos e o Canadá, mas sua língua permaneceu o alemão e se identificavam etnicamente como alemães, mandavam seus filhos estudarem em escolas e universidades na Alemanha, ainda que a maioria não tivesse mais direito à cidadania daquele país. Em função de suas peculiaridades, começaram a ser perseguidos no Canadá, por se recusarem a mandar seus às escolas públicas de língua inglesa, e depois na Rússia por serem contrários ao comunismo. Nos anos 1920, houve uma grande movimentação de menonitas no mundo para encontrar um país que não os perseguisse e permitisse que mantivessem seu tratamento especial. Vários países abriram suas portas para recebê-los, ainda que não concedessem os privilégios especiais almejados, entre eles, o Brasil, onde se instalaram primeiramente em Santa Catarina e depois, no Paraná e no Rio Grande do Sul. O México também recebeu um contingente considerável, mas foi no Paraguai que a recepção foi mais significativa. Seus filhos estavam livres da prestação do serviço militar, podiam administrar livremente suas escolas, suas colônias e seus empreendimentos e o alemão se tornou a língua oficial nas colônias, desde que o espanhol constasse como disciplina no currículo escolar. Além disso, haveria uma isenção temporária na cobrança de impostos, com o objetivo de facilitar e fomentar o processo inicial de desenvolvimento econômico. Mas já estamos falando dos anos 1930 e a economia mundial estava em crise, inclusive no Paraguai. Com isso, a instalação das colônias e a adaptação dos menonitas sofreram muitos percalços, tanto por dificuldades financeiras, quanto por estranhamento dos colonos com o ambiente natural do Paraguai, quente e muito seco. Muitos se sentiam desmotivados e culpavam a liderança religiosa que se envolvia em questões econômicas das quais pouco entendiam, muitas vezes com resultados desastrosos. As colônias menonitas funcionavam como uma comuna, onde a propriedade individual era permitida, mas a administração ficava a cargo de um diretor escolhido por uma assembléia de moradores, composta por proprietários ou não, que controlava toda a vida “secular” comunal. Ao lado dessa assembléia, havia um conselho religioso, composto por

presbíteros, anciãos e pastores que controlava teoricamente apenas a vida "espiritual", mas que na prática controlava toda a comuna.

Obviamente havia uma oposição à atuação dos pastores, representada principalmente, no caso de Fernheim, pelos professores da escola secundária. Na década de 1930, muitos desses professores haviam sido financiados pela comuna local ou pelo governo alemão para concluir seus estudos superiores em universidades na Europa e foram fortemente influenciados pelo pensamento nacional-socialista em ascensão nesse período. De volta ao Paraguai, eles começam a organizar o sistema escolar de Fernheim de acordo com os princípios radicais do nazismo, o que naquele período (1938) ainda não causa uma oposição decisiva, por que não se sabia ainda que os nazistas seriam capazes de realizar tudo o que prometiam. De qualquer forma, a reforma do sistema escolar foi bem sucedida e o grupo de professores passou a gozar de uma boa acolhida por grande parte dos membros da assembléia comunal, a ponto de um dos professores ter sido eleito para o cargo de diretor da colônia. É a tomada de poder pelos nazistas em Fernheim. O grupo de pastores começa a perceber a natureza do poder ao qual a colônia deveria ser submetida. Percebem claramente que os princípios da ideologia política que adentrou na comunidade que se pretendia apolítica e era flagrantemente contrária aos princípios religiosos que davam justificativa à sua própria existência. O militarismo, o nacionalismo racial, o controle total do Estado sobre os cidadãos da colônia são incoerentes com o cristianismo que fundamenta a irmandade menonita. E assim começam a organizar a resistência contra o domínio totalitário em sua comuna.

Rapidamente, os cidadãos de Fernheim são alistados como membros da Liga dos Alemães do Paraguai, conectada com as células nazistas existentes no país. Essa liga representava os alemães e descendentes no Paraguai junto à embaixada alemã e também em relação ao governo paraguaio. Era o órgão representativo do grupo e tinha uma atuação dinâmica em diversas áreas e bom trânsito nos ministérios paraguaios, no exército, na presidência da república, na embaixada alemã e nos meios empresariais e bancários. Calcula-se que eram seus membros cerca de 50.000 indivíduos em todo o Paraguai. E as fontes falam de uma grande movimentação para um repatriamento em massa para a Alemanha depois de vencida a guerra. Talvez essa seja a verdadeira razão dos menonitas em se aproximar da liga, pois muitos elementos demonstraram interesse em receber a cidadania alemã para poderem partir para a Europa, principalmente quando se depararam com as dificuldades de adaptação no Paraguai.

Mas havia um outro espectador atento à movimentação dos alemães no Paraguai, além do próprio governo paraguaio: o chefe da legação dos Estados Unidos.

O papel que as minorias alemãs desempenharam em alguns países europeus a favor das reivindicações de Hitler, fez os americanos presumirem que o mesmo poderia acontecer na América Latina, onde alguns países possuíam minorias alemãs consideráveis e que poderiam servir de base de apoio para uma tentativa expansionista da Alemanha.

Em função disso, o governo de Franklin Roosevelt iniciou uma discreta campanha de observação sobre os cidadãos de origem alemã, em especial em países nos quais os alemães fossem uma minoria considerável, como era o caso do Paraguai. O plano tinha por objetivo vigiar as atividades de uma possível quinta coluna, assim como proteger os interesses norte-americanos em um território considerado vital para sua auto-defesa e onde se poderia obter muito mesclando pressão política com ajuda econômica. A criação do Export-Import Bank foi uma das estratégias adotadas pelo governo dos Estados Unidos, tendo em vista as crônicas demandas por capitais oriundas dos países latino-americanos.[3]

O Paraguai somente seria fonte de preocupação norte-americana depois de 1938. O embaixador Howard, no Paraguai desde 1935, acreditava, como muitos, que Hitler era algo passageiro e que ele não teria coragem de enfrentar as potências ocidentais. Mas a absorção da Áustria e a ocupação da Tchecoslováquia fez despertar não apenas a suspeita dos aliados ocidentais, mas também a simpatia de muitos dos descendentes de alemães espalhados na América do Sul, que mesmo não sendo nazistas de convicção, aplaudiam a uma Alemanha ainda há pouco derrotada e que agora negociava em pé de igualdade com França e Inglaterra, que haviam-lhe imposto o Tratado de Versalhes há apenas vinte anos.

A chegada do general Estigarríbia à presidência da república paraguaia foi recebida com simpatia pelo governo dos Estados Unidos. A figura do herói da Guerra do Chaco era bem vista em Washington, mas não seu entorno. A Terceiro Reich era muito bem visto em vários setores do exército, do ensino superior e da classe política e tinha uma ativa movimentação propagandística no Paraguai. Já se havia detectado uma grande penetração de idéias radicais nacional-socialistas na imprensa paraguaia. O anti-semitismo, a exaltação do nacionalismo, os agrupamentos fascistas e nazistas, os discursos de alguns militares, o bom relacionamento da legação alemã com grupos políticos locais, a doação de marcos alemães para propaganda, o descrédito em que estavam assentados idéias e políticos liberais pareciam elos de uma mesma corrente que ligava Assunção a Berlim.

[3] SEIFERHELD, 1986, 158.

Segundo as fontes americanas, havia um ar de conspiração pairando sobre Assunção. O plano da Alemanha tinha método e sabia seus objetivos, segundo os americanos. Os Estados Unidos, por seu turno somente poderiam reagir a fatos reais. As coletividades de origem alemã e italiana superavam em muito as outras comunidades de estrangeiros, como as anglo-francesas. Além disso, estavam mais integradas à vida paraguaia do que as últimas. O comércio indireto com a Alemanha era muito importante para o Paraguai, maior do que o realizado com os Estados Unidos. Assim, para os norte-americanos, o Paraguai era um dos terrenos mais férteis na América do Sul para a divulgação dos ideais totalitários.

De fato, a preocupação dos Estados Unidos sobre o futuro do Paraguai foi ampliada após a morte trágica de Estigarríbia (morto em um acidente aéreo cercado de suspeitas). Uma prolífica documentação encaminhada pela legação americana a Washington demonstra a grande preocupação com os destinos do país.

Um documento dos arquivos do FBI, datado de novembro de 1940, sintetizou para o Departamento de Estado, os antecedentes da presença nacional-socialista no Paraguai. Segundo o relato, em 1938 o governo paraguaio havia solicitado um empréstimo ao Export-Import Bank para a construção de uma rodovia. Ao mesmo tempo, Estigarríbia, presidente eleito paraguaio, recebeu uma oferta de representantes do governo alemão ou de fontes alemãs para proporcionar a verba necessária para a construção da estrada, sem custos para o governo paraguaio, desde que cinco mil famílias alemãs do interior do Paraguai pudessem ser assentadas ao largo da mesma.[4]

Pouco depois, segundo o documento, Estigarríbia teria se tornado ditador e explicado aos representantes norte-americanos que era "totalmente pró-americano e que não podia afastar o grupo de pró-germânicos muito próximo do núcleo de poder, sem o exercício do governo autoritário".[5] O grupo pretendia estabelecer quartéis alemães no Paraguai, de onde poderiam operar em toda a América do Sul, segundo os ameicanos. É citado ainda que o grupo era liderado por um homem chamado Mandel, que havia sido convertido em agente alemão. Estigarríbia ordenou a expulsão de Mandel e de seu grupo ao país e como resultado, a vida do militar foi ameaçada. Pouco depois, Estigarríbia e sua esposa morriam em um estranho acidente aéreo. Dois dias depois dos funerais do general Estigarríbia, Mandel e seu grupo voltavam ao Paraguai.

O mal-estar e o pânico dos funcionários norte-americanos causado pelo dinamismo nazista no Paraguai foi muito exagerado, como depois seria demonstrado.

[4] SEIFERHELD, 1986, 160.
[5] Idem.

Mas naquele momento no qual o panorama de guerra era francamente negativo para as democracias ocidentais, tal comportamento era bastante admissível. Percebe-se que muitas vezes os norte-americanos confundiam ações de particulares com ações do governo alemão. Quando comparamos a documentação alemã com a documentação americana, percebemos que os americanos quase beiram a histeria e viam um complô nazista em cada esquina de Assunção. Na verdade, a documentação alemã mostra que a legação tentava até controlar a euforia nazista dos teuto-paraguaios, aconselhando-os a diminuir suas atividades, que voltassem para seus afazeres profissionais, que não se envolvessem com grupos políticos nativos, que a melhor forma de ajudar a Alemanha era não atrair a atenção para eles, que evitassem dar motivos para a perseguição política, que a Alemanha não estava em condições de atuar militarmente na região e que um retorno em massa para a Alemanha naquele momento era impossível. Expressavam ainda que o único interesse real da Alemanha no Paraguai era que o país mantivesse uma política de neutralidade, para o bem estar da população de origem germânica local.

De qualquer forma a legação americana continuou em polvorosa. Em função da grande quantidade de instituições mantidas e freqüentadas por teuto-paraguaios, como o Hospital Alemão, o Colégio Alemão e diversos clubes esportivos, a simples existência deles era um motivo para os americanos verem um conspiração internacional ocorrendo no centro da América do Sul. Com a chegada de Morínigo, sucessor de Estigarríbia, ao poder no Paraguai, os americanos não se acalmaram, pois esse presidente tendia a ser indiferente à atuação dos propagandistas nazistas no país, ainda que não fosse simpático ao nazismo. No entanto, Morínigo rompeu relações diplomáticas com o Eixo em 1942, mas diferentemente de Vargas no Brasil, não impôs uma política de nacionalização aos descendentes de alemães no país, mas proibiu terminantemente qualquer atividade do grupo nazista.

A legação americana permaneceu vigilante. Qualquer atividade nazista deveria ser detectada. Nesse ínterim os americanos descobriram as colônias menonitas do Paraguai. Em especial a colônia Fernheim logo foi apontada como um núcleo nazista. O contato dos americanos com aquela colônia se dava através de jovens voluntários americanos, de religião menonita, que atuavam nas colônias.

Como sabemos, os menonitas são objetores de consciência. Isto significa que os jovens em idade de prestar serviço militar eram teoricamente obrigados a ir contra os princípios do pacifismo doutrinal de sua religião. Em alguns países, como os EUA, chegou-se a uma fórmula que contentava às duas partes: os jovens prestavam um serviço alternativo, no qual atuavam em obras sociais. Assim, um jovem dentista menonita poderia passar um ou dois anos trabalhando para uma organização

filantrópica americana em qualquer lugar do mundo e cumprir seus deveres militares. Dessa foram, muitos jovens americanos foram prestar auxílio nos esforços de construção e fomento das comunidades menonitas no Paraguai. E não passou despercebida a eles, a adesão militante de Fernheim ao nazismo, do que a embaixada americana foi rapidamente informada. Assim, os jovens americanos não só atuavam como profissionais na colônia, como também eram vigilantes dos interesses americanos no local. Passado algum tempo, começaram a dar apoio logístico ao grupo de pastores que se opunha à liderança nazista, através da legação americana, que pressionava o governo paraguaio a intervir militarmente na colônia. Por fim, em função das pressões externas (governo paraguaio, legação americana, organizações menonitas americanas), a assembléia da colônia achou por bem destituir a liderança nazista e pedir que ela se retirasse da colônia em 1943.

A experiência de confronto por domínios no Paraguai se refletiu mais na tentativa dos Estados Unidos de expelir o que consideravam ser uma conspiração alemã na América do Sul, sua área de influência. Na verdade, o evento se caracterizou mais por uma atuação de certos elementos locais favoráveis à ideologia nazista, muitas vezes sem a real intenção de promover uma adesão local ao Eixo. Essa atuação levou o governo americano, em especial, seus representantes no Paraguai, e em outros países da América do Sul, a ver as populações locais de origem germânica, indistintamente como aderentes e participantes de uma grande conspiração mundial totalitária.

Referências Bibliográficas e Fontes:

BERGMANN, Günther. Auslandsdeutsche in Paraguay, Brasilien und Argentinien. Mainz: Westkreuz, 1994.

BRACHER, Karl Dietrich. The German Dictatorship: the origins, structure and effects of National Socialism. New York: Praeger, 1970.

CHASTEEN, John Charles. América Latina: uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHAVES, Julio César. Compendio de Historia Paraguaya. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1988.

GUNTHER, John. O drama da América Latina. Rio de Janeiro: Pongetti Editores, 1943.

KLASSEN, Peter. Deutsch-Völkische Zeit in der Kolonie Fernheim, Chaco, Paraguay 1933-1945. Bolanden-Weierhof: Mennonitischer Geschichtsverein, 1990.

KLASSEN, Peter. Kaputi Mennonita: Arados y fusiles em la Guerra del Chaco. Asunción, s/ed., 1996.

MASKE, Wilson. Entre a suástica e a cruz: a fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai 1933-1945.Curitiba: Tese de Doutorado-UFPR, 2004.

PECEQUILO, Cristina S. A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEIFERHELD, Alfredo. Nazismo y Fascismo em el Paraguay. Asunción: Editorial Histórica, 1986.

STACKELBERG, Roderick. A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

THIESEN, John D. Mennonite and Nazi? Attitudes among mennonite colonists in Latin América, 1933-1945. Kitchener, Ontário: Pandora Press, 1999.

WILHELMY, Herbert. Deutsche Ackerbausiedlungen im südamerikanischen Grasland, Pampa und Gran Chaco. Wissenschaftliche Veröffentlichungen nr. 6. Leipzig: Deutsches Museum für Länderkunde, 1938.

CENTRO DE GOIÂNIA: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADES[1]

WILTON MEDEIROS – PPG-UFG

Por que voltamos ao centro? A centralidade é uma das características do fenômeno urbano. Mas os centros antigos são homólogos aos mapas de memórias de pioneiros e antigos moradores. O centro é o cerne do conteúdo sócio/espacial/cultural tanto para seu planejamento inicial, na década de 30, em Goiânia, quanto para a expansão urbana que se dá ainda hoje. Em se "trabalhando" a memória, dá-se "presença ao passado para dar significado ao presente". Estou me referindo a uma reconstrução da paisagem da memória muito mais presente no "texto" que se observa e que se ouve na fala e nos vestígios dos pioneiros do que propriamente na materialidade tangível da arquitetura ou do urbanismo.

Portanto, o estudo das memórias - de pioneiros e antigos moradores, ma podemos incluir também de arquitetos-urbanistas - se torna referencial para a compreensão das diferentes concepções de patrimônio e identidade e o acervo de conhecimento das construções imaginárias podem estar relacionadas ao planejamento da cidade. Além disso, é um contraponto para olhar crítico que compreende "lógica cultural" como discurso que impulsiona a arquitetura e a cidade contemporânea. Corrobora, portanto, para uma compreensão mais ampla sobre a consolidação dos discursos e implementação de recentes projetos de tombamento, revitalização, requalificação, restauração ocorridos no centro da cidade, fundamentados no discurso arquitetural do estilo Art Déco ou na idéia muito disseminada de preservação cultural/ambiental.

As duas "duas cidades"[2] são melhores evidenciadas enquanto origens históricas/políticas e conteúdo sócio/espacial/cultural quando são estudadas as memórias coletivas de seus pioneiros e antigos moradores. Dessa forma, descortina-se também um conhecimento do espaço-tempo da cultura local, e percebe-se uma imagem da cidade que não

é composta exclusivamente de elementos físicos e estáticos, é como rever a imagem da cidade através da lente do "novo patrimônio"[3]. Pela lente do "novo patrimônio", a cidade é mais que tecnológica, mais que sistema urbano.

A tomada recente do centro de Goiânia como foco da política cultural do IPHAN 14ª regional coincide e se intensifica consideravelmente após a conquista de Patrimônio da Humanidade pela cidade de Goiás, primeira capital do Estado. Tal titularidade concedida pela UNESCO impulsiona a cidade de Goiânia a considerar o seu passado. O passado é hoje, antiteticamente[4] à concepção a respeito de progresso de setenta anos atrás, fonte de riqueza, conteúdo simbólico e material para uma nova concepção de desenvolvimento (sustentável).

Ironicamente, a cidade de Goiás, que era símbolo de atraso, de subdesenvolvimento, passa a ser símbolo de desenvolvimento (sustentável), exemplo a ser seguido! Após o título de Patrimônio da Humanidade pela cidade de Goiás, invertem-se paradigmas e valores, expõe-se uma nova tecitura na trama dos jogos de poderes, confirma-se o que diz Izabela Tamaso[5], em sua dissertação de mestrado: (...) "a preservação dos patrimônios se dá envolta a uma luta pelo domínio material e simbólico dos bens patrimoniais" (p. XXI).

Os discursos sobre o passado, ganham hoje uma outra conotação, bem diferente daqueles que na década de 30 embasaram a construção de Goiânia, nova capital, símbolo de progresso. Subitamente passa-se a considerar e valorizar o passado. E não é à toa que a "revitalização[6] de Goiânia" tem sido o principal discurso que legitima as obras públicas que a atual Prefeitura tem realizado na cidade.

Sete décadas depois da criação de Goiânia, coincidentemente após a titulação da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, tanto o plano urbanístico quanto o estilo *Art Déco*, porém, mais especificamente o estilo *Art Déco*, passam a caracterizar o que HOBSBAWN 1984 chama de **invenção das tradições**, o discurso empregado pelos que atualmente estão preocupados em gerir o patrimônio cultural goianiense. O *Art Déco,* símbolo de modernismo e modernidade no passado, passa a ser símbolo de tradição no presente.

Contudo, a questão que se coloca é se podemos pensar como Arantes 2000, que diz que reconsiderações de *monumentos*[7] e patrimônios são redundâncias presentes em concepções de cidades-monumento ou cidades-museu, travestidas de cidades-espetáculo para o consumo[8]. Resta saber, com a pesquisa, se esse é o caso de Goiânia. Essa problematização levantada confirma que "a preservação dos patrimônios se dá envolta a uma luta pelo domínio material e simbólico dos bens patrimoniais"[9].

O fascínio pelo centro, é uma marca da *episteme* moderna – presente nos discursos que defendiam a mudança da capital federal para o Planalto Central –, e materializa-se no desenho urbano que Attílio Correia Lima[10] fez para dar rosto ou identidade moderna para Goiânia e Goiás – década de 30. Atualmente esse centro – que pode ser representado pela Praça Cívica - , está entrelaçada com outras centralidades.

Para, além disso, as periferias de Goiânia se abraçam com alguns municípios que formam a atual Região Metropolitana[11]. Entretanto, pesquisas que elaborei junto às chamadas "comunidades de memória"[12] de Goiânia, apontam o centro antigo da cidade como um espaço-âncora "desfragmentador" urbano, na medida em que este se configura como tal nos "trabalhos de memória"[13], dando sentido para a "cidade antropológica" e orientabilidade para a "cidade tecnológica" no espaço-tempo presente.

---

[1] Wilton Medeiros. Arquiteto, doutorando em História (UFG).
[2] MEDEIROS, Wilton. 2002 – As duas cidades. *In* **Revista Sociedade & Cultura**. Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG. V. 5, n. 2. Goiânia.
[3] JEUDY, Pieere. – 1990. Memórias do Social. Forense Universitária. Rio de Janeiro.
[4] Armando Augusto de Godoy, engenheiro carioca convidado para avaliar as condições para a criação de uma nova capital no Estado de Goiás na década de 30, dizia que (...) " riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais o de não ter ainda surgido uma cidade moderna" (Relatório apresentado ao Dr. Pedro Ludovico, interventor no Estado de Goiás. *In* Celina Manso).
[5] Dissertação de mestrado em Antropologia UnB.
[6] Segundo Vicente Del Rio "Os novos modelos urbanísticos de *revitalização urbana* invertem a lógica modernista e seus modelos positivistas, onde a busca pelo ideal racional-tecnicista gerava a renovação urbana indiscriminada e construía ambientes simplórios, assépticos e desprovidos da riqueza socio-cultural típica dos centros urbanos tradicionais" .
[7] No dizer de Rossi (2001), *monumentos* são *fatos urbanos primários.*
[8] Otília Arantes, "O lugar da arquitetura depois dos modernos".
[9] TAMAZO, I. – 1997. **Tratorando a História.** Unb. Dissertação de Mestrado.
[10] Arquiteto e urbanista autor de projetos urbanísticos para diversas cidades e capitais no Brasil.
[11] A Região Metropolitana de Goiânia é composta de 21 municípios.
[12] Categoria antropológica empregada por Manuel Borjas em sua Tese de Doutoramento na Universidade de Brasília.
[13] WOORTMANN, Ellen F.- 1998: "Homens de Hoje, Mulheres de Ontem – Gênero e Memória no Seringal". *In* FREITAS,C. (org.) – **anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da UCG**. Editora UCG, Goiânia.

INFANTIL E VICIOSO:
a identidade escrava para o Liberalismo Moderado Mineiro do Período Regencial[Ξ]

Wlamir Silva - UFSJ

A moderação construiu sua identidade no embate político e na tensão social existente, afinal, a mediania pressupunha os extremos e a sua afirmação se dava no limite de seus antagonistas e dos medos presentes na sociedade civil mineira[1]. Na cotidiana construção da identidade política, portanto, estaria em pauta a caracterização de seus contrários, numa dimensão significativa de sua pedagogia política. Estabelecer os distintos e opostos seria de suma importância para os que se propunham a representar o "justo meio".

A mediania envolve, em geral, a eqüidistância entre dois pontos, "o meio entre os extremos, e excessos", exprimindo a idéia essencial da "moderação"[2]. Na geometria política regencial, porém, subjazia um elemento primordial: a escravidão. Com peso político indiscutível, o escravo não era visto como parte da vida política enquanto agente. A primeira metade do séc. XIX foi de um profundo e generalizado consenso escravista. "A sociedade inteira, o Brasil inteiro, era escravista"[3].

A Revolução de 1817, em Pernambuco, limitou-se a propor uma "emancipação 'lenta, regular e legal'". Assim, "capitulavam os idealistas da revolução de 1817; salvavam-se as aparências em palavras de condenação ao trabalho escravo, mas ficava iniludível o compromisso da 'inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade'"[4]. Cipriano Barata, provavelmente a figura mais radical da primeira metade dos oitocentos, era proprietário de escravos e, não obstante desejar o fim da escravidão e condenar a violência contra os escravos, temia a abolição imediata e via como perigosa a "idéia de levante de negros"[5], e mesmo as revoltas regenciais que contaram com significativa participação escrava não reivindicaram a abolição, com a exceção da Revolta dos Malês, em Salvador[6]. Aliás, na própria rebelião dos africanos islamizados da Bahia poderia estar presente o plano de uma nova escravidão, na confluência entre a tradição escravista africana e muçulmana e o aprendizado baiano do

[Ξ] Este artigo é um trecho modificado de nossa tese de doutoramento defendida junto ao programa de História Social da Universidade Federal do Rio de janeiro (UFRJ), em 2002, com apoio de bolsa da CAPES.

cativeiro. Segundo um depoimento da devassa, os malês pretendiam concretizar sua rebelião "matando os brancos, cabras e crioulos, e tão bem aqueles negros de outra banda que quisessem unir a eles, ficando os mulatos para seus lacaios e escravos."[7]

Destarte, não é de se estranhar que o haitianismo tenha se tornado um dos "traços típicos da mentalidade da época"[8]. A presença escrava seria uma questão incômoda e de difícil solução para as elites políticas da primeira metade do século XIX. José Bonifácio expressava esta angústia: "como poderá haver uma constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?"[9].

A questão escravista seria, sem dúvida, um "embaraço" para o pensamento liberal-moderado mineiro. Surgiram, é certo, momentos de crítica ao "tráfico de carne humana"[10] e, mesmo, a defesa da abolição do tráfico e, lenta e gradual, da escravatura[11]. Essas críticas não deixariam de circular pelos meios moderados, compungida e filantrópica, esbarrando, porém, nos compromissos de classe e condicionada a transformações remotas. Um correspondente ao *Astro de Minas*, assinado *JS*, lamentava o "inumano tráfico da escravatura", doloroso para "o coração de um europeu". A escravidão, no entanto, só poderia ser extinta, com a generalização da imigração européia "de preferência franceses e suíços, ou ilhéus..."[12], pois "a sua repentina supressão há de infalivelmente causar grandes transtornos a vossa agricultura, diminuir muito os rendimentos das alfândegas; e paralisar por algum tempo a extração dos metais, e diamantes."

Para além da filantropia, os escravos foram os grandes ausentes no discurso liberal-moderado, surgindo apenas pontualmente e, sobretudo, ignorados do ponto de vista ético e político, não fugindo ao quadro geral no qual "a ninguém parecia digno notar que a razão fundamental de uma diferença residia na persistência da escravidão!"[13]. Principalmente, os escravos não seriam objeto da pedagogia moderada. Um indicativo evidente dessa realidade era a recorrente analogia entre a submissão ao despotismo e a escravidão, do corcunda ao cativo[14].

Os periódicos moderados eram prenhes de analogias entre a escravidão e a submissão ao despotismo, em que os absolutistas eram estigmatizados como "Advogados da escravidão"[15], os males da colonização como "os vícios da escravidão"[16] e o dever dos liberais combater a "escravidão da Pátria"[17]. Nestes termos o 7 de Abril, nas palavras do *Pregoeiro Constitucional*, "Parece chegada a regeneração dos homens até aqui escravizados pelas testas coroadas, e os seus áulicos"[18]. O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* de Ouro Preto demonstra-nos exemplarmente a metáfora da escravidão política:

Como prova da mais rematada insensibilidade dos liberais quanto à metáfora da escravidão, assim como de uma certa imprudência quanto à percepção que os escravos poderiam tirar daquela analogia, podemos citar o lema bradado pelo *Astro de Minas* no alvorecer da Regência: "MAIS VALE MORRER LIVRE, QUE VIVER ESCRAVO"[19]. Para José Moreira de Souza, "amplia-se o conceito de escravo para, do contraste, surgir a noção de povo"[20].

De outra parte, a metáfora da escravidão convivia sem melindres com os anúncios ao fim dos mesmos periódicos, em que se vendiam e caçavam escravos[21]. Vale assinalar a existência de cicatrizes, então usadas como forma de identificação, em muitos dos escravos fugidos: "fugiu desta Cidade um mulatinho de nome Anastácio, escravo [...]: tem de idade 15 anos, estatura baixa, uma brecha na cabeça, olhos pretos, rosto redondo, boa dentadura, e muito vivo de natureza: quem o apanhar e entregar ao seu senhor, além de pagar todas as despesas será bem recompensado."[22]

Em sua cruzada civilizatória e sua postura antidespótica, além, é claro, da perspectiva da ampliação de sua influência social, os moderados não hesitavam em esgrimir a metáfora da escravidão às mazelas dos homens livres. É o caso, a exemplo, do combate aos açoites, torturas e penas cruéis aplicadas aos militares, que, para um correspondente do *Estrela Marianense*, cognominado *O Observador Marianense*, representavam "a escravidão do Militar". Os corcundas seriam acusados de pretenderem os soldados como "escravos dos oficiais" e afirmava-se: "os soldados não são os negros da Costa"[23].

Soava natural o que hoje não podemos observar sem um travo de ironia, como a coincidência, na mesma seção de anúncios do *Astro de Minas*, da venda de livros como os de Condilac e Voltaire e a venda de uma escrava[24]. A ilustração era convizinha dos horrores da escravidão sem os pudores que só poderiam originar-se de um estranhamento, era natural para os moderados e para a sociedade civil em que atuavam.

Talvez o mais exato índice da naturalidade da escravidão e da sua identidade no senso comum moderado, possa ser percebido no comentário da *Estrela Marianense* acerca de ataques ocorridos na cidade pelos cães de um certo Sr. Costa. As "feras do sr. Costa" haviam atacado mortalmente uma criança, ensejando o comentário do redator do *Estrela*: "Estes mesmos cães a poucos dias despedaçaram as pernas d'um escravo d'um pobre homem!"[25]. Atentemos para a sutileza da observação do ativo membro da elite moderada; o sentido do adjetivo "pobre homem" é atribuído ao proprietário, não ao escravo. Pobre homem por ter sido subtraído violentamente de sua propriedade. Não escapavam os moderados da mentalidade escravista denunciada pelo naturalista francês Saint-Hilaire, em viagem por Minas Gerais no ano de 1822: "Ficam os escravos a infinita distância dos homens livres, são burros de carga a quem se despreza, acerca de quem se crê só podem ser levados pela arrogância e ameaças. Um brasileiro, assim, poderá ser caridosíssimo para com um homem de sua raça e ter muito pouca pena de seus negros a quem não considera semelhantes."[26]

No plano das ações, os liberais mineiros estabelecem seus propósitos desde cedo, proclamando em seu Conselho Geral da Província, portanto, denotando um consenso das elites, a necessidade de adiar o fim do tráfico negreiro[27]. Embora atendendo ao embaraço liberal, o *Artigo Comunicado* do *Universal*, de julho de 1831, afirmava sobre a "precipitação inconveniente" da abolição do tráfico sob a "ingerência do Governo Inglês": "...repugna a todos os homens de bem o serviço de escravos, mas [...] nas atuais circunstâncias, quem os tem não os pode dispensar...."[28]. Sabemos hoje que as "atuais circunstâncias" seriam duradouras. À época, os moderados atendiam às demandas da classe proprietária de que eram representantes, e não iam de encontro a uma sociedade que tinha como característica a difusão da escravidão. No *Estrela Marianense* manifestava-se *O Fazendeiro Novo*:

> " – cessou o tráfico da escravatura africana, e um futuro desastroso sem dúvida nos aguarda, se as providentes medidas tomadas já não fizeram substituir a força à indústria, e sendo certo que todos os nossos trabalhos de agricultura se fazem mais pela força de braços africanos, em que desgraça confiávamos, do que pela indústria entorpecida [...], é evidente que perecendo a escravatura que presentemente existe no Brasil bem depressa cairão as fábricas, e a abundância dos víveres desaparecerá pela falta de jornaleiros equivalentes aos escravos."

Ele condicionava o fim do tráfico às iniciativas das câmaras, com a introdução de "máquinas aratórias [...] bendiremos a providência por se ter extinguido o bárbaro tráfico da escravatura" [29]. Na sua argumentação, destacavam-se dois elementos: o condicionamento do fim da escravidão a transformações longínquas, nesse caso a "indústria", ou seja, as máquinas, e o descarte do trabalho dos libertos. Interpretando os humores dos proprietários, *O Universal* elogiava o Conselho Geral, de maioria moderada, fechando o círculo da hegemonia liberal que integrava o consenso e o poder provincial:

> "...acaba de alcançar um novo triunfo contra os seus detratores com a prorrogação do Comércio da Escravatura por mais seis meses, a qual não pode deixar de ser atribuída às ponderosas reflexões com que o Conselho mostrou as desvantagens da sua repentina cessação. [...] elogios de que se fez credor pelo seu denodo e patriotismo com que advogou tão fortemente os nossos interesses."[30]

Cônscios de sua representatividade social, os moderados mobilizaram-se junto ao governo geral para preservar o tráfico, sobretudo pelo poder provincial que detinham. *O Universal* atacava a lei antitráfico: "para nos expressarmos mais claramente há de ser ela mesma derrogada."[31].

Em nenhum momento os liberais se dirigiram aos escravos, a despeito das relações complexas, de aluguel, ganho, escravo-camponês, que os cativos pudessem estabelecer na sociedade mineira. O contingente de escravos não fazia parte da sociedade civil mineira, eram os mesmos estranhos à hegemonia moderada. Sua exclusão dos objetivos da pedagogia moderada não os exclui, claro, do seu projeto hegemônico. Eles seriam parte essencial da construção da anarquia, do contraponto da ordem moderada. Nesse sentido, os veículos moderados alimentaram o terror das insurreições escravas.

O enorme contingente de escravos na população do país, cerca de dois terços, os preocupava, com a impressão de que a "a proporção entre os escravos e os homens livres não está bem guardada". A enorme escravaria e as turbulências regenciais avivavam nas

mentes moderadas o perigo da transformação do Brasil em um "novo Hayti" e a preocupação com movimentos de africanos nas províncias do Império, como na "Cidade da Bahia", estaria presente entre os moderados e por eles difundida na população mineira[32].

Socialmente, os escravos seriam caracterizados sob duas formas: em sua tendência ao vício, e, no limite, à desordem, e em sua indigência, alvo da generosidade. Seria, pois, a escrava, objeto de controle e filantropia. Estabelecer a identidade do escravo e os limites da sociedade civil para com ele era uma necessidade do projeto moderado.

Sob o primeiro aspecto, a preocupação com desordens, os moderados animavam a ação policial e judiciária, era o momento do controle, da coerção. Bom exemplo desse tipo de ação foi a do juiz de paz suplente de São João del Rei, em julho de 1831, exaltada pelo *Astro de Minas*. O juiz de paz reprimiu naquela ocasião "jogos dos escravos e moços imberbes", com penas diferenciadas entre cativos e livres, e o "ajuntamento de escravos nas tabernas, armas proibidas, escravos tocarem, cantarem e dançarem nas ruas"[33]. Não é insignificante a sua identificação com os moços imberbes; o seu comportamento era, assim, identificado com a infantilidade. A diferença estava em que os jovens amadureceriam, e os escravos, cuja faixa etária não importava, tinham a infantilidade como condição.

Infantis por condição, tendentes ao vício e à desordem, os escravos não seriam objeto da educação transformadora da pedagogia moderada. Na ótica da filantropia, buscava-se afirmar a humanidade dos liberais. O *Astro de Minas* publicava, em princípios de 1832, um artigo oriundo do *Extrator* sobre a índole do presidente dos Estados Unidos, Andrew Jackson, destacando seu bom tratamento para com os escravos[34]. Assim, buscava-se combater os maus tratos, inclusive com a ação das autoridades públicas, como as Câmaras e o Conselho Geral da Província[35]. Em abril de 1832, *O Universal* divulgava correspondência de um cidadão de S. Anna da Paraopeba que se queixava da omissão do fiscal, do juiz de paz e da Câmara de Queluz em relação aos maus tratos: "...nesse Distrito existe um Fazendeiro de nome Miguel José da Silva, que trata pessimamente os escravos, e os espanca demasiado, a tal ponto que se diz terem já acabado de pancadas 3 escravas, ..." [36]

Infantil e vicioso, o escravo era visto e mostrado como um instrumento de seus senhores e um sujeito ao aliciamento dos seus adversários, como elemento politicamente passivo e passível de manipulação. Em conflito com os liberais, às vésperas do 7 de Abril, o bispo de Mariana, tido como ferrenho absolutista[37], cercou-se de seus escravos armados de porrete. No mesmo conflito, os partidários do bispo "tinham mandado para a súcia seus escravos, camaradas e apaniguados, assim como haviam feito todos os Telegráficos Reverendados [sic]"[38]. A instrumentalização dos escravos dar-se-ia no âmbito de seus vícios e na torrente da "populaça", aterrorizando os brasileiros:

> " Brasileiros adotivos, que só deviam promover a união entre os seus concidadãos açulam a populaça, repartem nas suas tabernas bebidas espirituosas com os da sua facção; armam seus escravos, espalham boatos aterradores; e ousam perturbar o sossego daqueles, que são tachados de Republicanos, porque tiveram a infelicidade de nascerem no Brasil !!!"[39]

Em Santa Rita do Turvo, distrito de Mariana, um movimento de homens armados os teria aliciado com promessas de liberdade, prometendo retornar para "assassinar os brancos, roubá-los, e abusar das famílias honestas"[40]. Culminando as relações entre absolutistas e escravos, teríamos a rebelião de Carrancas, associada à Sedição de 1833. O temor das insurreições escravas estaria, então, na ótica moderada, ligada ao absolutismo. *O Novo Argos* lançaria ao periódico ouro-pretano *O Mineiro* a alcunha de "Haitiano Mineiro"[41]. Na direção oposta, ao menos na geometria política regencial, o redator do *Universal* acusava os exaltados, utilizando como referência a *Nova Luz Brasileira*, de estarem angariando "partidistas de D. Pedro I [...], seduzindo até a gente escrava com promessas vãs"[42]. Inscreve-se nesta estranha relação entre restauradores e escravaria a tentativa de insurreição em Carrancas, ainda em 1831, intentada pelo vigário Joaquim José Lobo. Em súmula de depoimentos relativos à insurreição de Carrancas, em 1833, afirmava-se que

> "esta insurreição não hé d'agora mas sim ja (...) a dois annos pouco mais ou menos e que o cabeça della nesta Freguesia hera o ex-Vigário della Joaquim José Lobo o que he muipublico e notório pellas comvocaçoins e seuçoins que, o dito vigário fizera naquelle tempo a diversos escravos para isso induzidos por elle, e por Domingos Crioulo seu agente, o qual athé promoveo, (...) esmolas pella escravatura dessa Freguesia para se celebrar um terço a Nossa Senhora do Rosário para os felicitar no seu intento de se libertarem por meio do assassinato de seos senhores..."[43]

Os conflitos e a instabilidade oriundos da Independência e dos fatos que originaram a Regência trouxeram uma maior complexidade à preservação do que João José Reis chamou de "paradigma ideológico colonial"[44]. Nas lutas nacionais, emergiriam os conflitos raciais, imbricando-se ao liberalismo e mobilizando setores amplos da população[45]. Os embates raciais lembravam o estigma da escravidão, a desorganização trazida pelos conflitos podia facilitar as ações dos cativos e, sobretudo, o discurso sobre a liberdade não enlevava apenas os brancos. Entre 1822 e 1823, um anônimo informante da Coroa portuguesa, francês, escrevia:

> "Se se continuar a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos."[46]

O haitinianismo, somado aos ventos liberais e à movimentação política, punha em risco a metáfora da escravidão, ensejando a percepção, pelos escravos, da sua hipocrisia[47]. A expansão do ideário liberal, pois, significava para os moderados uma maior necessidade de controle do perigo escravo.

Respondendo aos anseios dos proprietários e de forma coerente com seu projeto político, os moderados fariam circular nas instâncias de poder da Província a idéia do controle da escravaria. Assim, a Câmara Municipal de Ouro Preto aprovava em aditamento provisório às suas posturas, em 4 de julho de 1831, as seguintes medidas:

> "Art. I. É proibido a todo o escravo de um, e outro sexo Africano, ou Crioulo sair desta Cidade ou das Povoações, Fazendas, e casas do Termo dela sem levar consigo uma cédula de seu sr., administrador, ou feitor, em que declare seu nome, naturalidade, sinais, o lugar para onde vai, e o tempo que se lhe concede.
>
> Pena de prisão por 8 dias em casa de seu sr., ou na Fazenda, Fábrica, ou Lavra, d'onde tiver saído, e castigado com a devida moderação.
>
> Art. 2. O escravo que for achado fora do lugar do seu emprego sem a cédula do Art. Antecedente, e não declarar quem seja seu sr., ou este não for conhecido pelos apreensores será remetido ao Juiz Criminal pelo Juiz de Paz do Distrito, e este publicará por Editais ou pela Imprensa o nome e sinais do apreendido para que possa ser procurado.
>
> Art. 3. É igualmente proibido aos pretos forros Africanos sair desta Cidade, ou das Povoações, Fazendas e casas em que residirem, sem passaporte do Juiz de Paz, o qual conterá o seu nome, naturalidade, sinais, o lugar a que se encaminha, e o tempo porque lhe foi concedido.
>
> Pena de prisão por 8, e o dobro na reincidência.

Art. 4. Ficam desde já cassadas as licenças que se haviam concedido para casas de jogos, e os Juízes de Paz procederão na forma das Posturas, contra os que as conservarem para semelhante fim."[48]

O escravo era, dessa forma, posto como perigoso e incapaz, infantil e vicioso, como vimos, sujeito ao aliciamento e afeito aos promotores da desordem. Numa sociedade de enorme escravaria, com um grande contingente de libertos, ainda que por descendência, definir o escravo era prevenir que as diferenças raciais, ou étnicas, pudessem se transformar em polarizações de ordem política[49]. É interessante notar que os aditamentos municipais buscavam controlar também os africanos forros, ou seja, libertos ainda muito próximos à realidade da escravidão.

---

[1] *O Universal*, Ouro Preto, nº 756 - 01/06/1832.
[2] Antonio de Moraes Silva. Diccionario da Lingua Portugueza. Lisboa, Typ. de Joaquim Germano de Souza Neves, 1977, 7ª Edição melhorada e muito acrescentada, p. 220.
[3] José Murilo de Carvalho. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte, UFMG, 1998, p. 72. Ver também João José Reis. Negociação e Conflito : a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989, p. 71.
[4] Octávio Tarquínio de Souza. Fatos e Personagens em Torno de Um Regime. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1988, p. 275; Carlos Guilherme Mota. Nordeste 1817. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 160.
[5] Barata defenderia o fim da escravidão mediante indenizações, ver Marco Morel. Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade. Salvador, Ac. de Letras da Bahia; Ass. Legislativa do Estado da Bahia, 2001, p.348-351.
[6] José Murilo de Carvalho. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 51.
[7] João José Reis. Rebelião Escrava no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986. O autor destaca o fato de a escravidão dos pardos surgir em um único depoimento, mas não vê com estranheza a idéia.
[8] Maria Odila da Silva Dias. A Interiorização da Metrópole. In: Carlos G. Mota (org.) *1822- Dimensões.* São Paulo, Perspectiva, 1986, 2ª ed. p. 174, e COSTA, Emília Viotti da Costa. Da Monarquia à República - momentos decisivos. São Paulo, Brasiliense, 1985, 3a ed., p.27.
[9] Apud José Murilo de Carvalho. Escravidão e Razão Nacional. Dados. Vol. 31, nº 3, 1988, pp. 287-307.
[10] *O Universal*, Ouro Preto, nº 780 - 27/07/1832.
[11] *O Novo Argos*, Ouro Preto, nº39 – 06/08/1830.
[12] *Astro de Minas*, São João del Rei, nº 255 - 07/07/1829.
[13] Ilmar R. de Mattos. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro, ACESS, 1994, p. 12.
[14] Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, teria utilizado, em sua argumentação revolucionária, "a dominação da Metrópole sobre a Colônia à dominação do senhor sobre o escravo", ver Carlos Magno Guimarães. Inconfidência, Estrutura Agrária e Escravidão. In: Revista do Departamento de História: "O século XVIII". Belo Horizonte, FAFICH/ UFMG, 1989, p.177.
[15] *O Universal*, Ouro Preto, nº 576 - 30/03/1831(repete-se o nº 576).
[16] Idem, nº 769 - 02/07/1832.
[17] *Pregoeiro Constitucional*, Pouso Alegre, nº58 - 13 ou 18/4/1831.
[18] Idem, nº 61 - 23/4/1831. Ver também o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, Ouro Preto, nº 11 - 12/07/1832.
[19] *Astro de Minas*, São João del Rei, nº527 - 12/04/1831.
[20] José Moreira de Souza. Cidade: momentos e processos – Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX. Belo Horizonte, UFMG, Tese de Doutorado em Sociologia, 1991, p. 89.
[21] A título de exemplo, ver *O Universal*, Ouro Preto, nº 576 - 30/03/1831.
[22] Idem, nº 595 - 16/05/1831.
[23] *Estrella Mariannense*, Mariana, nº38 - 28/1/1831 e nº46 - 30/3/1831.
[24] *Astro de Minas*, São João del Rei, nº538 - 07/05/1831.
[25] *Estrella Mariannense*, Mariana, nº75 - 09/11/1831.
[26] Auguste de Saint-Hilaire. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1974, p. 51.
[27] Francisco Iglesias. Minas Gerais. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1964, Tomo 2, vol. 2, p. 389.

[28] *O Universal*, Ouro Preto, nº621 - 18/07/1831. Ver também o *Opinião Campanhense*, Campanha, nº366 - 16/04/1836.
[29] *Estrella Mariannense*, Mariana, nº29 - 20/11/1830.
[30] *O Universal*, Ouro Preto, nº308 - 03/7/1829.
[31] *Opinião Campanhense*, Campanha, nº366 - 16/04/1836.
[32] Duvidava-se do fato, observando-se que a idéia de desproporção se devia à concentração escrava em algumas cidades litorâneas, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e que em outras províncias, como Ceará e Rio Grande do Sul, a escravaria seria diminuta. Não comenta a situação de Minas, onde a relação de 2/3 era real, sem a concentração nas cidades vista no litoral. *O Universal*, Ouro Preto, nº776 - 18/07/1832; nº704 - 30/01/1832 e nº449 - 04/06/1830.
[33] *Astro de Minas*, São João del Rei, nº575 - 02/08/1831.
[34] Idem, nº 646 - 14/01/1832.
[35] Idem, nº 251 - 27/06/1829, e *O Universal*, Ouro Preto, nº587 - 27/04/1831.
[36] *O Universal*, Ouro Preto, nº731 - 02/04/1832.
[37] Ver VISITAS PASTORAIS de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998.
[38] Idem, nº578 - 06/04/1831.
[39] Idem, nº580 - 11/04/1831.
[40] Idem, nº 689 – 23/12/1831.
[41] *O Novo Argos*, Ouro Preto, nº177 – 28/07/1833.
[42] *O Universal*, Ouro Preto, nº616 - 06/07/1831.
[43] Processo Crime dos Junqueiras (1833), Cx. 04, pertencente ao acervo do AMRSJ, Apud Marcos Ferreira de Andrade. Rebeldia e Resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, Dissertação de Mestrado, 1996, p. 84 e 152.
[44] João José Reis. Negociação e Conflito, op. cit., pp. 66-67.
[45] Idem, pp. 84-85, e RIBEIRO, Gladys Sabina. "Pés-de-chumbo" e"Garrafeiros': conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). In : Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero/Anpuh, n.Vol. 12, nº 23/24, set. 91/ ago.92, (política e cultura).
[46] João José Reis. Negociação e Conflito, op. cit, pp. 90-91.
[47] Idem, p. 93.
[48] A Câmara de Caeté aprovara em 22 de junho um aditamento nos mesmos termos, com exceção da restrição às casas de jogos (talvez uma peculiaridade da Capital), cf. *O Universal*, Ouro Preto, nº619 - 13/07/1831 e nº615 - 04/07/1831. O controle visava também à repressão a quilombos, ver nº659 - 14/10/1831.
[49] José Moreira de Souza. Belo Horizonte, op. cit., p. 92.

Aliados na Guerra: Os índios do Brasil holandês nas telas de Albert Eckhout (1641-1643)

Yobenj Aucardo Chicangana-Bayona[1] - FEUC

Em sua estadia no Brasil, na primeira metade do século XVII o artista Albert Eckhout[2] da corte de Maurício de Nassau pintou, entre outras obras, um grupo de oito telas de grandes dimensões sobre casais de homens e mulheres, representando a primeira tipologia pictórica sobre os habitantes do Brasil: *Homem Negro, Mulher Negra, Homem Mulato, Mulher Mameluca*[3]*, Homem Tupi, Mulher Tupi, Homem Tapuia e Mulher Tapuia.* Aqui interessam apenas os dois últimos casais de *Tupis* e *Tapuias*. Sobre o holandês Albert Eckhout ressalta Clarival do Prado Valladares

> ...Pintor e desenhista de gênero (tipos e costumes), animalista, naturalista, documentador e paisagista de excepcional domínio do desenho do modelo vivo e de inquestionável linguagem estilística individual ainda mesmo em face da limitação, da dificuldade de sua pintura de caráter realista, excessivamente verista, totalmente implicada na descrição da natureza exótica, que era o novo mundo...[4]

Os óleos da *Mulher Tupi, Homem Tapuia e Mulher Tapuia* foram executados em 1641 e o *Homem Tupi* em 1643. Nestas obras são representados os índios que estavam em contato com a ocupação Holandesa do Nordeste.

Na Tela da *Mulher Tupi* (fig.1), somos apresentados a uma mulher índia de tranças, saia branca, seios descobertos, conduzindo no colo seu filho nu, com uma fita na cabeça. Na mão direita leva um recipiente para água, feito com o fruto do cabaceiro. Já sobre sua cabeça e apoiado com a mão esquerda, leva um cesto de palha cheio de produtos manufaturados.

O fundo em que a tupi está inserida constitui-se de uma paisagem colonial. Ao lado da mulher aparece uma bananeira, planta introduzida pelos portugueses. Aos seus pés um sapo, nativo do nordeste do Brasil e nos planos de fundo uma fazenda com animais e pessoas trabalhando. A paisagem em torno da fazenda foi modificada pela mão do homem, como se comprova com as árvores em linha reta. Zacharias Wagener, um contemporâneo de Eckhout, na sua obra O "*Thierbuch* (1634-1641) descreve a *Molher Brasiliana* da seguinte forma:

---

[1] Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), supervisor e professor da Especialização em História da Arte da FEUC-RJ.

[2] Sobre Eckhout se sabe muito pouco; as informações biográficas conhecidas, bem como suas obras estão vinculadas à expedição holandesa do Conde Johan Maurits van Nassau-Siegen às terras brasílicas. As pinturas de Eckhout foram feitas para decorar a casa do Conde de Nassau, mas não puderam ser acomodadas por causa de seu tamanho e depois foram presenteadas em 1673-1674 ao rei da Dinamarca Frederic III, que tinha interesse pela etnografia. Atualmente estas pinturas estão no *National Museum of Denmark.* MASON, Peter. *Infelicities. Representation of the Exotic.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998, p. 42-45.

[3] Filho de índio com branco.

[4] VALLADARES, Clarival do Prado. *Albert Eckhout. Pintor de Maurício de Nassau no Brasil 1637-1644.* Rio de Janeiro/ Recife: Livroarte, 1981, P. 21

> ...As mulheres são de baixa estatura e atarracadas, de belo talhe e andam muito eretas; habitualmente, seus longos cabelos negros vêem-se, na maioria do tempo, trancados e pendentes sobre as costas nuas. Deixam-se desposar aos 12, 13 ou 14 anos, geram muitos filhos e alcançam idade avançada. São muito fiéis aos seus maridos, os quais acompanham nas guerras carregando os filhos, os cachorros e também cestos e sacos como mulas, não se aborrecendo com o calor e chuva, nem com todas as desventuras...[5]

Na tela do *Homem Tupi* (fig. 2), aparece apenas um homem vestido com um calção de pano europeu, peito descoberto, portando uma faca européia no cinto. Enquanto sua mão esquerda segura arcos e flechas, símbolos do guerreiro, na mão direita empunha uma flecha longa com a ponta virada em direção do chão. Aos seus pés, no canto direito, aparece uma mandioca cortada ao meio, provavelmente com a mesma faca que o *Tupi* tem no cinto. Sobre o *homem Tupi* ou *Omem Brasiliano*[6] Wagener comenta que "...Os brasileiros são de estatura mediana, bastante atarracados, de tez amarelada, cabelos negros e pouca barba. Não têm em grande conta belos trajes ou mobília doméstica e tiram seu maior prazer em boas flechas e arcos..."[7]

O fundo da tela também é revelador: atrás dele aparecem raízes cortadas, evidenciando diferentes estágios do cultivo da mandioca[8]. Aparecem também outras plantas nativas do Novo Mundo e, entre elas, um delicado beija-flor. Na base do canto esquerdo da tela um *guaiamu.* No fundo aparece o mato dividido por um rio onde os índios tomam banho e lavam suas roupas. Mais ao longe pode-se ver alguns pequenos barcos.

Na tela do *Homem Tapuia* (fig.3) aparece um homem nu com um amarrilho peniano, o rosto perfurado e com uma coifa de plumas. Em suas costas leva amarrado um adorno circular de penas de ema e em suas mãos leva diversos tipos de armas. Na mão direita leva um propulsor e dardos e na mão esquerda uma borduna. Da mesma forma que na pintura do Tupi, só que enfatizando mais a referência ao guerreiro.

Sobre o *Omem Tapuÿa* Wagener ressalta seu caráter selvagem, primitivo e sua submissão ao demônio ao afirmar que:

> ...São extraordinariamente altos, fortes e corpulentos estes homens selvagens, morenos de pele áspera e de longos cabelos negros; andam completamente nus e sabem recolher para dentro do corpo o membro viril, prendendo a parte saliente com uma pequena ligadura; adornam, em primeiro lugar, a cabeça e as armas com lindas plumas multicolores. Trata-se de gente pobre, de todo cega e ignorante, nada sabendo de Deus nem de sua Divina Palavra. Honram, servem e adoram o demônio, com quem têm grande afinidade, ao qual recorrem e interrogam sobre tudo o que se passa...[9]

Gaspar Barléu também comenta sobre os *Tapuias*

---

[5] WAGENER, Zacharias. "*Thierbuch". Brasil Holandês.* Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997, p. 164.
[6] *Brasiliano* indicaria índios aldeados. TEIXEIRA, Dante Martins *O "Thierbuch" se Zacharias Wagener de Dresden (1614-1668) e os óleos de Albert Eckhout,* IN: *Albert Eckhout 1644-2002.* Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p. 172.
[7] WAGENER, "*Thierbuch",* p. 162.
[8] WAGNER, Peter. *O Mundo das plantas nos quadros de Eckhout* IN: Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002. *Simpósio internacional de especialistas*, pp. 105-113.
[9] WAGENER, "*Thierbuch*", p. 168.

> ...É célebre no Brasil holandês o nome dos tapuias, por causa do seu ódio aos portugueses, das guerras com os seus vizinhos e dos auxílios mais de uma vez prestados a nós. Habitam o sertão brasileiro, bastante longe do litoral...Vagueiam à maneira de nômades e não se deteem sempre em aldeiamentos ou territórios fixos, mas, mudam de morada, conforme a quadra do ano e a facilidade da alimentação. Teem compleição assaz robusta em tão grande número dêles quasi a mesma para todos... [10]

A paisagem comparada à dos tupis perdeu qualquer vestígio de colonização. É agreste e selvagem como o guerreiro indígena que retrata. Os animais que aparecem acompanhando o Tapuia são peçonhentos: uma aranha caranguejeira, uma taturana e uma jibóia com a cabeça ensangüentada, provavelmente morta com a borduna ou tacape que o guerreiro empunha.

As plantas que acompanham o "retrato" são, na sua maioria, silvestres e típicas do Brasil. No plano de fundo aparecem grupos de índios em círculos, similares à outra pintura feita por Eckhout, a *dança dos tapuias.*

Na tela da *Mulher Tapuia* (fig.4)*,* somos apresentados a uma índia nua, coberta por um tufo de folhas, segurando com uma faixa na sua cabeça um cesto de fibras vegetais. No interior do cesto aparece uma cuia feita com o fruto do cabaceiro e uma perna humana decepada, que, pelo tamanho, parece ser de um adulto. No seu braço esquerdo leva alguns ramos de folhas, e ainda se pode apreciar uma pulseira de sementes. Da mesma forma que o *homem Tapuia*, calça sandálias de fibras vegetais. Na mão direita empunha uma mão cortada. A *tapuia* está acompanhada por um cachorro doméstico, introduzido pelos portugueses. Sobre a *Molher Tapuÿa* Zacharias Wagener escreve que

> ...As mulheres tapuias são gordas, atarracadas e de cabelos curtos; como os homens, andam completamente desnudas, sendo porém, mais pudicas e recatadas ao considerarem o belo avental verde rejeitado por Eva e por elas novamente utilizado, com o qual se cobrem de uma maneira especial na frente e atrás, estimando mais essas cintas de verdura pelo ornamento e pelo sentir-se bem [com elas] do que pelo receio de que os cegos possam ser estimulados a desagradáveis aborrecimentos...[11]

A paisagem, do mesmo modo que com o *homem tapuia,* faz referência a lugares além das fronteiras controladas pelos holandeses. As plantas que acompanham a *Mulher Tapuia* são todas nativas: canafístula, maracujazeiro, taboa e anhinga. Nos planos de fundo, emergem grupos de índios armados, movimentado os braços, provavelmente uma referência à guerra[12].

De acordo com Peter Mason, este tipo de imagens feitas por Eckhout teriam um referente nos conjuntos da iconografia Bataviana, combinando primitivismo e exotismo nos índios.

---

[10] BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada., 1974. São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 260.
[11] WAGENER, "*Thierbuch*", p. 169.
[12] RAMINELLI, *Habitus Canibal. Os Índios de Albert Eckhout, IN:* HERKENHOFF, Paulo. *O Brasil e os holandeses 1630-1654.* Rio de Janeiro: Editorial Sextante Artes, 1999, p 113.

As telas dos casais, do homem e da mulher complementam informações que o pintor queria passar. Por sua vez, ao comparar os casais de índios *tupi* e *tapuia*, nota-se claramente o contraste entre eles. Contraste inerente tanto nas figuras representadas, como na paisagem em que estes são inseridos. Nos fundos do casal T*apuia* a paisagem é mais primitiva, rústica e agreste, sendo acompanhados de animais peçonhentos, enquanto que o casal *Tupi* está inserido em uma paisagem doméstica, modificada pelo homem europeu: plantação ordenada e prosperidade agrícola. As paisagens e os tipos humanos representados devem ser pensados como um ambiente ecológico, ou seja, como um todo. A História Natural incluía o estudo dos seres humanos como parte de seu ambiente natural, fauna, flora e nativos, reconhecendo espécies, habitat e populações.

Superior
1. Albert Eckhout. *Homem Tupi.* 272 x 163 cm, óleo sobre tela, Ethnographic Collection. The National Museum of Denmark, Copenhagen, 1643.
2. Albert Eckhout. *Mulher Tupi.* 274 x 163 cm, óleo sobre tela, Ethnographic Collection. The National Museum of Denmark, Copenhagen, 1641.
Inferior
3. Albert Eckhout. *Homem Tapuia.* 272 x 161 cm, óleo sobre tela, Ethnographic Collection. The National Museum of Denmark, Copenhagen, 1641.
4. Albert Eckhout. *Mulher Tapuia.* 272 x 165 cm, óleo sobre tela, Ethnographic Collection. The National Museum of Denmark, Copenhagen, 1641.

Portanto, se fossem representados gentios "incivilizados" ou "primitivos", o ambiente teria que ser adequado. As pinturas deveriam permitir ler o nível de desenvolvimento da sociedade através de seus artefatos culturais e pelo ambiente natural que os condicionava.

As pinturas de Eckhout estabelecem várias novidades que mudaram os esquemas de representação até esse momento. O gosto pelo descritivo, já formava parte da tradição artística da Europa Setentrional[13]. À primeira vista, as suas enormes telas se distanciam do ideal de beleza clássico, isto é, os corpos dos seus índios deixam de ser escultóricos e elegantes.

O interesse pela exatidão descritiva levou os artistas da Renascença à preocupação de trabalhar objetos, plantas, animais e pessoas do natural. A maioria dos manuais de arte aconselhavam esta prática. O Carducho em seus *Diálogos de la Pintura* assinala que

> ...Por eso yo dixera, que se ha de estudiar del natural , y no copiar; y asi el usar dél, será despues de aver raciocinado, especulando lo bueno y lo malo de su propia esencia, y de sus accidentes y hecho arte y ciencia dello, que solo le sirva de uma reminiscencia y despertador de lo olvidado; porque lo que se ha ido de la memoria, apela sobre el saber, y será acertado tenerle tal vez delante, no para copiar solo, sino para atender cuidadoso, y que sirva de avivar los espiritus de la fantasia, despertando y trayendo a la memoria las ideas dormidas, y amortiguadas, por la fragilidad de la potencia memorativa...[14]

Porém a pura descrição era considerada vulgar. Um trecho do tratado de Bellori do século XVII é bastante revelador com relação à condena feita as pinturas descritivas contrarias ao ideal neoplatônico

> ...Ao contrário, a natureza é tão inferior à arte que os Artistas imitadores cegos dos corpos, desdenhosos da Idéia, foram reprovados: censurou-se Demetrius por ser demasiado natural, censurou-se Dionísio por ter pintado os homens à nossa semelhança, e por isso ele foi cognominado □□θ□□□□□□□□φ□ς ou seja, o pintor de homens. Páusias e Pirrêico foram condenados por terem imitado os mais vis e horríveis homens naturais, assim como em nossos dias reprova-se Caravaggio por ter sido demasiado natural e Bamboccio por ter reproduzido as mais horríveis criaturas...[15]

Os tipos físicos nas pinturas de Eckhout não estão idealizados, podendo se comprovar nos desenhos preliminares e nas pinturas. Freqüentemente a passagem de um desenho para uma pintura gera mudanças, no caso, o biótipo presente nos desenhos, feitos do natural, permanecem nas pinturas. Assim, nas pinturas Eckhout se mantém fiel ao seu registro nos desenhos, sem mudar poses, proporções ou fisionomia.

O fato de Albert Eckhout ter habitado no Brasil e pintado *in loco* suas grandes telas de casais[16] construiu um mito de que suas obras representavam uma imagem fidedigna,

---

[13] Sobre a pintura descritiva consultar o livro de ALPERS, Svetlana. *A Arte de descrever. A arte holandesa no século XVII.* São Paulo: EDUSP, 1999.

[14] CARDUCHO, Vicente. *Diálogos de la Pintura.* Madrid: Ediciones Turner, 1977. *Diálogo Quarto,* p. 195

[15] BELLORI, Gio Pietro. *A Idéa do pintor, do escultor e do arquiteto, obtida das belezas naturais e superior à natureza. Apêndice II.* IN: PANOFSKY, Erwin. *Idea: A Evolução do Conceito de Belo.* São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 145-146.

[16] Barbara Berlowicz levanta a hipótese de Eckhout não ter pintado os quadros no Brasil, mas após seu retorno à Holanda. BERLOWICZ, Barbara. *Conservação das pinturas de Eckhout: Visão histórica e abordagem atual. Albert*

etnograficamente correta do que ele estava olhando, o que levou aos especialistas menos atentos a legitimar suas pinturas como "registros" fiéis do natural. Um autor clássico, Valladares resume no seguinte trecho o mito construído em torno da pintura de Eckhout

> ...Não é por acaso que os mais rigorosos antropólogos consideram essa pintura como a primeira de caráter realista a mostrar o "homem americano" em sua verdade étnica e cultural. Todos os princípios da *section d´or* aqui estão atendidos, mas é acima destes que Eckhout chega até nossos dias, à nossa atualidade, através de sua composição e construção hiper-realista...[17]

O trecho é um exemplo do que acontece com os especialistas que trabalham com Eckhout, que vêem seu trabalhomais desde seus aspectos etnográficos, os quais consideram autênticos, deixando de lado seus aspectos artísticos.

As obras de Eckhout são fundamentais por terem sido feitas no Brasil, se anticipando aos viajantes dos séculos XVIII e XIX, que tinham como prática comum desenhar ou pintar com aquarela do natural , tanto animais como gentios.

Algo que raramente acontecia com as imagens de índios do século XVI, em que, na maioria das vezes, seu autor nunca tinha visto um índio ou colocado um pé no continente. Em outras poucas obras o cronista tinha estado no Novo Mundo, só voltando à Europa e muitos anos após "guiaria" a feitura das estampas, como aconteceu efetivamente com as ilustrações das obras de Staden, Thevet e Léry.

Porém é discutível a exatidão etno-histórica alegada nos quadros de Eckhout. Isto pode ser entendido ao questionar quem está retratado nas telas; é o caso do homem e da mulher intitulados de "*Tapuia".* Não existe uma "e*tnia Tapuia*"; esta é uma expressão vaga, já que nasce como uma denominação pejorativa usada pelos *Tupis*, seus inimigos tradicionais, e apropriada pelos europeus. Cronistas como Brandão são um exemplo de uso deste termo, no Diálogo Sexto dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* de 1618 comenta que

> ...Êstes tapuias vivem no sertão, e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantam mantenimentos para sua sustentação; porque todos vivem pelos campos...e assim da caça, que tomam em grande abundância pela frecha, se sustentan...[18]

Os *Tapuias* de Eckhout foram identificados com os *Tarairiu,* sobre eles Inge Schjekkerup comenta que

> ...O povo Tarairiu era considerado a tribo mais feroz em comparação com os Tupinambás, pois não queriam se integrar à forma de vida européia. Durante a época colonial holandesa, vários Tarairius foram levados para a Holanda para

---

Eckhout volta ao Brasil 1644-2002, Simpósio Internacional de especialistas. Recife 13 e 14 de setembro de 2002, p. 61-62.

[17] VALLADARES, *Albert Eckhout. Pintor de Maurício de Nassau no Brasil 1637-1644,* p. 109.

[18] BRANDÂO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil.* Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956, p. 346.

> obter informações militares úteis, como por exemplo, onde as várias comunidades no interior de índios Tupis e de outros Tapuias estavam localizadas...[19]

A imagem fidedigna dos índios nas telas de Eckhout é relativa, já que ainda permanecem convenções e formulas esquemáticas do século XVI. Em seus óleos o holandês mostra as diferenciações entre funções sociais; por exemplo, na tela da *Mulher Tupi* destaca a maternidade da índia, enquanto que nas telas do *Homem Tupi* e do *Homem Tapuia* prioriza a função do índio como guerreiro.

Acertadamente, Raminelli[20] evidencia a permanência da lógica das composições do gênero de gravura do século XVI, os "livros de hábitos" nas pinturas sobre índios do século XVII. Aliás, estas convenções seriam estabelecidas desde muito cedo, com as primeiras imagens sobre o Novo Mundo. Na xilogravuras que ilustram as cartas de Vespúcio de 1505 de Johan Fronshauer e as anônimas de Estrasburgo de 1509, já aparecem três elementos apropriados por Eckhout em suas grandes telas: 1. os membros decepados, uma alusão ao canibalismo, no caso presentes na *mulher tapuia*; 2. a maternidade, representada por uma mulher com criança no colo, presentes na *Mulher Tupi e na Mulher Negra*, e, finalmente, 3. os guerreiros armados com arcos e flechas, como o *homem Tupi* e *Tapuia..*

Chama a atenção a alusão ao canibalismo que Eckhout destaca na *Mulher Tapuia* que leva restos de corpos decepados. Já que na realidade, segundo os cronistas e especialistas, os *Tapuia* praticavam a antropofagia dos entes queridos reduzindo seu corpo a pó e misturando com farinha, nunca levando membros decepados como a pintura registra. Ao contrário dos *Tupis*, famosos por praticar a antropofagia por vingança no moquém. Sobre o canibalismo entre os *Tapuias* Barléu assinala que

> ...Os cadáveres dos magnatas são devorados pelos magnatas, isto é, a cabeça, as mãos e os pés. Guardam cuidadosamente os ossos até a celebração do seguinte festim solene. Então os engolem reduzidos a pó e dissolvidos em água. O mesmo se faz com os cabelos do defunto que os parentes bebem, e não voltam às suas danças e cantos senão depois de consumirem todos os restos do cadáver...[21]

Outras convenções da "etnografia" do século XVI estão presentes nos contrastes entre os casais de índios. Neste caso, se faz referência aos rostos do índio *Tupi* e do índio *Tapuia.* Sem

---

[19] SCHJELLERUP, Inge. *Quem eram eles? Povos nativos nas pinturas: Tupinambás e Tarairius. IN: Albert Eckhout 1644-2002.* Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p. 141.

[20] RAMINELLI, *Habitus Canibal*, pp. 104-105.

[21] BARLÉU, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil,* p. 267. A descrição de Wagener é ainda mais detalhista "...Quando acontece de morrer alguém entre eles, seja homem ou mulher, não sepultam o cadáver, mas o cortam e dividem-no em muitos pedacinhos, parte dos quais devoram crua e parte assada, alegando que o seu amigo fica mais bem guardado dentro dos seus corpos do que no seio da terra negra. Os ossos restantes são amolecidos ao fogo e em seguida reduzidos a pó, misturados com outros alimentos e desta forma ingeridos em tempo...O que, todavia, é de verdade horripilante e para muitos ouvidos abominável é que, ao nascer uma criança morta, a mãe, por sua vez, logo a despedaça e, tanto quanto lhe é possível, a come, sob o pretexto de que era seu filho, saído do seu ventre, e que por tanto, em lugar algum ficaria mais bem guardado do que voltando para o mesmo..." WAGENER, "*Thierbuch*", p. 169.

dúvida, é nas feições onde mais se percebem as mudanças opostas aos ideais renascentistas, e onde se encontram os maiores aportes da pintura exótica de Eckhout[22].

Sem muita dificuldade, se percebem as fortes diferenças entre a imagem do *Tupi*, que aparece com um rosto sereno, calmo, contrastando com o rosto perfurado por duas hastes e uma pedra verde do *Tapuia*, que lhe dá um caráter agressivo, feroz e selvagem. O fato das hastes saírem ameaçadoramente retas do rosto, é similar aos espinhos ou insetos com sistemas de defesa desenvolvidos, como os escaravelhos, por exemplo. Sobre a compleição e a fisionomia do *tapuia* Barléu anota que

> ...São minazes no semblante, ferozes no olhar e de cabelos pretos. Na velocidade da carreira dificilmente cedem às feras. São todos antropófagos e aterrorizam aos outros bárbaros e aos portugueses pela sua fama de crueldade...Pelejam com arcos e flechas, dardos de pedra e clavas de pau...[23]

Sobre as ações, as armas e as qualidades guerreiras dos *Tapuias* Wagener anota que

> ...Contra o inimigo em fuga não usam mais os agudos dardos, mas valem-se de pesados espadões de madeira preta; correm com velocidade incrível, saltam inteiramente nus por entre espinhos e cardos, lançando horrendos brados e acometem os opositores em tal alvoroço, derrubando-os entre cantares e danças, correndo novamente, como acima mencionado, com grandes berros para o meio dos seus, invocando *incontinenti* o demônio a quem, sem demora, tudo anunciam em relação à batalha travada...[24]

Eckhout estava interessado em passar para o observador das telas a sensação de ferocidade do guerreiro temível aliado dos holandeses no Brasil[25] e inimigo mortal dos portugueses, a partir da mutilação e perfuração no rosto, desagradável e chocante aos olhos e padrões europeus. Nada muito diferente dos retratos feitos para a *Cosmographie Universelle* (1575) de André Thevet, de dois chefes, um aliado dos franceses, de rosto sereno, e outro um inimigo hostil, com o rosto perfurado com hastes saindo do rosto ameaçadoramente e empunhando armas em sua mão esquerda, de uma forma muito similar à pintura do tapuia da Ekchout.

Eckhout trabalha nas suas telas com categorias de civilizado, relativamente civilizado e completamente incivilizado[26]. Categorias estas que respondiam à relação estabelecida com o próprio europeu, mais que as próprias características lingüísticas, étnicas ou culturais.

Assim, os grupos mais dóceis e amigáveis com o europeu seriam mais civilizados que aqueles que ofereceram uma resistência mais forte à colonização, considerados não civilizados, selvagens e primitivos. Esta tipologia, obviamente, parte da premissa do europeu estar no topo da civilização e os outros povos estarem em diferentes níveis de inferioridade.

---

[22] RAMINELLI, p. 110.
[23] BARLÉU, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil,* pp. 260-261.
[24] WAGENER, "*Thierbuch*", p. 168.
[25] BARLÉU, *Op. Cit.,* pp. 76, 189.
[26] MASON. *Infelicities. Representation of the Exotic,* p. 52.

Portanto, as obras de Eckhout estariam mostrando diferentes graus de civilidade entre negros, mamelucos e índios. Nessa perspetiva, têm sentido as diferenças de habitat entre o *Tupi* e o *Tapuia*, em que o primeiro aparece num ambiente cultivado de um engenho, enquanto o tapuia aparece numa paisagem silvestre, agreste e selvagem, acompanhado por animais peçonhentos.

Desde a visão holandesa os Tupis são apresentados como promissores à civilização, porque estão integrados às atividades coloniais, enquanto os Tapuias são mostrados como relutantes à civilização, ou seja, "um mal necessário" para os holandeses por ser aliados na guerra contra os Ibéricos. Nesses graus de civilização das telas de Eckhout os índios ocupam o nível mais baixo, sobretudo os *Tapuias* primitivos e selvagens.

Estes graus de civilização são apresentados a partir da indumentária: quanto menos sofisticadas são as roupas usadas mais primitivo. Perceba-se que tanto o homem como a mulher tapuia estão nus. Já no caso do casal Tupi, a mulher aparece só com uma saia e o homem com uma calça curta; o resto do corpo permanece semi-nu. Quando comparados ao *homem mulato* e à *mulher mameluca*, pode-se perceber que estes encontram-se completamente vestidos, usando roupas e artefatos mais próximos dos europeus. As pinturas introduzem outras gradações entre os dois casais de índios. Tapuias mais selvagens que os Tupis, embora os Tupis sejam menos civilizados que os mulatos. Esses critérios para medir os graus de civilização dependem da distância com relação ao "olho europeu" que os vê[27].

Mostrar o grau de civilização por meio do contraste, ou seja, desde a nudez até o uso de roupas sofisticadas, também era freqüentemente utilizado antes de Eckhout, como acontece nas gravuras de autoria de Leonard Gaulthier, onde ele "retrata" seis índios levados para França por Claude D'Abbeville em princípios do século XVII[28]. Estas seis gravuras pertencem à *Histoire de la Mission des Peres Capucins en l´Isle de Maragnan et Terres Circonvoisines*.

Três gravuras retratam três índios que aparecem com tapa sexo que cobre as genitálias e armados de arcos, flechas ou tacape, em estado "selvagem", enquanto que nas outras três gravuras os outros três índios aparecem vestidos com roupas européias e com expressões mais gentis. Os três índios altivos e seminus teriam morrido logo ao chegarem à França, ao passo que os outros três foram convertidos, conviveram com os padres e foram casados com mulheres européias, isto é, foram "domesticados". Para marcar esse contraste Gaulthier recorre à representação de alguns nus e outros vestidos. A noção de etnografia do século XVI estava baseada na indumentária que os indivíduos usavam.

Um caso similar acontece com a *Mulher Tapuia*, que nua cobre sua genitália com um tufo de folhas. Gaspar Barléu na sua *História* registra a nudez e o uso de folhas por parte das índias

---

[27] MASON. *Infelicities. Representation of the Exotic,* p. 60.

[28] Sobre os seis índios levados a França ver D' ABBEVILLE, *História da Missão dos padres Capuchinos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas, Cap. LVII. Da morte em França de três índios Tupinambás; Cap. LVIII. Dos três índios tupinambá que ainda vive; Cap. LIX. Do batismo dos três índios; Cap. LX. De como, após o batismo, foram êsses três índios conduzidos em procissão e da confirmação que lhes foi dada, Cap. LXI. Como Deus visitou os três índios depois de batizados*, pp. 267- 284.

> ...Andam nus e imundos, e logram aquele desenvolvimento dos corpos e dos membros que os holandeses admiram. As mulheres, por um sentimento de pudor, cobrem as partes com um cinto de fôlhas, conservando descoberto o resto do corpo. Cada dia põem êste cinto novo e fresco...[29]

Curiosamente, um trecho do tratado de Alberti é bastante oportuno para entender a sobreposição das fórmulas esquemáticas aprendidas em detrimento de uma imagem "fiel" do natural, ou seja, as "limitações descritivas" da pintura de Eckhout:

> ...E se a situação o permitir, alguns estarão nus, alguns em parte nus, em parte vestidos, mantendo-se sempre o pudor e o recato. As partes do corpo feias à vista, e igualmente as outras que oferecem pouco atrativo, devem estar cobertas com panos, folhas ou com as mãos...[30]

O holandês mantém o pudor na mulher *Tapuia* ao cobrir sua genitália com folhas. O mais interessante deste detalhe na tela é a forma do tufo, similar às representadas na iconografia de Adão e Eva.

O caso de Zacharias Wagener[31] é bem revelador porque mostra a importância reduzida que se lhe dava ao copiar diretamente do natural. Wagener, um alemão de Dresden, contemporâneo de Eckhout, esteve no Brasil coletando informações (1634-1641), e para ilustrar sua obra optou por copiar as imagens das telas de Eckhout para seu próprio caderno de viagens, não preferindo fazê-lo diretamente do natural.

Se ele esteve quase dez anos no Brasil, por que não aproveitou para fazer seus próprios registros? Simplesmente porque ele não considerava importante para "legitimar" sua obra. Na verdade, era mais prático "copiar" algo já pronto. O contato com o mundo natural é relativo. Copiar do "natural" exige maiores dificuldades para o artista que copiar de uma imagem já pronta.

Imnegavelmente, Eckhout quebrou os cânones matemáticos de beleza renascentista, tanto nos corpos como nos rostos dos ameríndios que representa nos seus óleos, mostrando corpos e rostos imperfeitos, feios, sem a beleza clássica que os europeus estavam acostumados.

Do conjunto das obras de Eckhout, a que mais chocou foi a *Dança dos Tapuias*[32], uma pintura de corpo inteiro com vários índios dançando, observados por duas mulheres, todos nus. As grandes dimensões da obra não eram comuns para este tipo de temática. A dança era reprovada pelo calvinismo e a quebra dos padrões renascentistas fazia com que a pintura não fosse aceita, causando rejeição.[33]

---

[29] BARLÉU, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil,* p. 268.
[30] ALBERTI, Leon Battista. *Da Pintura*, Livro Segundo, 40. p. 113.
[31] Sobre Zacharias Wagener consultar o capítulo de TEIXEIRA, Dante Martins. *O "Thierbuch" de Zacharias Wagener de Dresden (1614-1668) e os óleos de Albert Eckhout,* pp. 167-185.
[32] Conferir a interessante analise de Ernt van den Boogaart *A "Dança dos Tapuias" de Eckhout: a humanidade de aliados infernais* IN: Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002. *Simpósio internacional de especialistas*, pp. 33-39.
[33] Peter Mason afirma sobre a cognotação negativa desta tela: "...There was much in this painting for European observers to disapprove of. Dancing was frowned upon by Calvinists and others in the Netherlands in the seventeenth century, despite the precedents provided by the Greeks and the Biblical examples of Miriam and David. The nudity of the two women on the edge of the painting carried a similar negative connotation, recalling the nudity of the familiar

Com toda certeza, estas grandes telas chocaram a público, pois romperam alguns dos esquemas de beleza convencionalizados, tal como Raminelli indica "...Caso o artista retratasse sob as normas do belo, sua figura despertaria menos atenção..."[34] Se estas pinturas não tivessem chocado o público, não teriam chamado a atenção de outros artistas. As imagens de Eckhout quebraram convenções e fórmulas esquemáticas, substituindo-as por novas convenções, sendo copiadas, transformadas e adaptadas por outros artistas que viriam retratar *Tupis* e *Tapuias*.

Tanto os *Tupis* e os *Tapuias* de Eckhout, como as imagens dos índios Tupinambás de Theodoro De Bry não representam apenas imagens da alteridade; são também alegorias para que o próprio europeu reflita e medite sobre sua própria sociedade.

Eckhout vai inaugurar uma época em que a imagem exótica, mais descritiva e naturalista, vai se impor nos registros dos viajantes. Entretanto, não é possível separar o que se "ve" do que se "sabe" (experiência). A pintura holandesa de Eckhout é prova disso; ainda que o artista possua técnicas sofisticadas, como o uso da perspectiva, o domínio das cores, a habilidade nos detalhes, ferramentas para representar o mundo natural, está evidente que "redutos de convenções" – parafraseando Gombrich – faziam com que os artistas aplicassem fórmulas aprendidas ao invés de se apoiarem completamente no natural.

representations of witches by artists like Hans Baldung Grier and Dürer…". MASON. *Infelicities. Representation of the Exotic,* p. 60.

[34] RAMINELLI, *Habitus Canibal*, pp. 110.

Crimes da Paixão: diferenças de gênero, conflito e desigualdade no julgamento de homicídios passionais na Comarca de Toledo/PR.

Yonissa Marmitt Wadi[1]

Fernanda Pamplona Ramão[2]

Partindo das narrativas contidas em autos criminais referentes a homicídios tentados ou consumados envolvendo parceiros afetivos e/ou sexuais, ocorridos na jurisdição da Comarca de Toledo / PR[3], busca-se neste texto compreender o funcionamento do sistema de justiça criminal brasileiro em crimes que configuram violências de gênero, perceber como se dá a apropriação e o processamento de tais crimes e como são mobilizados e/ou manipulados, pelos diferentes sujeitos envolvidos, papéis e atributos sócio-culturais que definem homens e mulheres, destacando assim, o movimento de uma trama que converte diferenças de gênero construídas historicamente em desigualdades no âmbito do judiciário.

1. O CASO LINDOMAR / ROSANA[4]

Em depoimento constante no processo-crime n. 30/69, Edvaldo da Silva afirmou que seu genro Lindomar, em 16/04/1969, apareceu em sua casa em Entre Rios – distrito de Marechal Cândido Rondon/PR –, para lá pernoitar. O sogro estranhou a ausência da filha Rosana que supostamente teria ficado na casa de ambos em Novo Sarandí, distrito do município de Toledo. Na manhã seguinte, Lindomar disse a Edvaldo que Rosana, dias atrás, havia fugido com outro homem, vindo a sofrer um acidente fatal de automóvel pouco além da capital do Estado. Em face da notícia trágica, Edvaldo pediu ao genro que voltasse para levá-lo até o local para obter mais detalhes sobre o ocorrido. Passados quatro dias sem que Lindomar retornasse, Edvaldo decidiu ir à sua procura. Em Novo Sarandí, depois de conversar com vizinhos do casal, que afirmaram nada saber sobre o paradeiro de Rosana, obteve a informação de que Lindomar havia cavado um buraco no quintal de sua residência, cerca de dois meses antes, e que este recentemente aparecera coberto. Chegando até o local, Edvaldo percebeu que a terra estava fofa e que possuía capim plantado em cima. Segundo registros do processo, nesse momento, Edvaldo afirmou: “Minha filha está ai”. O pai de Rosana, na

companhia de dois homens desconhecidos, enterrou uma vara no buraco que, ao ser retirada, trouxe consigo um cheiro putrefato. Edvaldo procurou então o delegado local, que determinou a abertura do buraco, onde foi descoberto um cadáver em decomposição. O corpo era de Rosana e tinha uma mordaça e um pano cobrindo o rosto, as mãos estavam amarradas para cima e um travesseiro estava sobre o corpo. Um jovem de 15 anos, que trabalhara para o casal, afirmou que ao saber da descoberta de um cadáver na casa do 'professor' Lindomar foi até lá e constatou que o travesseiro que cobria a vítima era o mesmo que, dias antes – no feriado de Páscoa quando Lindomar e a vítima teriam ido a Entre Rios –, este levara consigo no carro. Quanto ao buraco existente no quintal, disse que era um depósito de lixo, mas que no segundo dia de Páscoa notando que o mesmo estava fechado perguntara a Lindomar porque. Este teria dito que "matara uma cachorra da vizinha, aí a enterrara, mas que ele não contasse a ninguém". Além disso, o professor passou a não mais almoçar nem jantar na casa, mas "vinha dormir ai e fazia o informante posar junto bem assim um irmãozinho seu". Afirmou também que Lindomar levava a enfermeira Irene Dias em seu carro para o ginásio e quando ele saía de casa, ela ia olhar para ele, pois eram vizinhos. Estupefato, o pai de Rosana afirmou que o casal sempre vivera bem e que sua filha encontrava-se grávida de 5 para 6 meses. Contudo, populares informaram a este que o casal brigava muito nos últimos tempos e que Lindomar, inclusive, teria espancado Rosana, em razão desta ter ciúmes da tal enfermeira, tendo sido solicitado que um médico viesse atendê-la em casa. Informaram também que Lindomar havia dito que Rosana fora para Entre Rios cuidar de seus pais doentes, que ele também estava se mudando para a casa do sogro e assim vendera todos seus bens por um preço baixo. Depois disto não fora mais visto. No depoimento de Constantino – o vizinho que comprara os bens do casal –, assim como no de outras testemunhas arroladas nos autos, aparece a menção de que "só o próprio Lindomar seria capaz de tamanho crime (...) devido as mentiras que contou".

Lindomar se evadira e, só no início de 1972, foi localizado e preso pela polícia. O homem louro e de olhos azuis, havia pintado seus cabelos de preto e logo após ser preso fugiu da cadeia local sendo, porém, logo recapturado e encaminhado à penitenciária de Curitiba. Nos

três interrogatórios a que foi submetido – o 1º perante o Juiz responsável; o 2º frente ao 1º júri popular e o 3º, quando do 2º júri popular, Lindomar apresentou versões diferentes dos fatos, cujos enunciados giraram em torno da negação da autoria do crime, de mostrar sua adequação aos papéis e atributos sócio-culturais masculinos e a inadequação de Rosana aos mesmos, em sua tradução feminina. No 1º interrogatório, afirmou que ao retornar a sua casa, após dois dias de ausência, não encontrou Rosana; no 2º, mantendo a primeira versão, disse que 'supôs na ocasião' que Rosana tivesse voltado para junto dos pais; já no 3ª interrogatório, Lindomar afirmou nunca ter dito que a vítima falecera em acidente de automóvel; que ao manifestar o desejo de morar em São Paulo, Rosana anunciou que iria morar com os pais; que desde janeiro, tomada tal decisão, começou juntamente com aquela a vender seus bens imóveis; que nunca pensou muito no porquê a vítima foi morta, porque esse assunto não lhe dizia respeito e também porque tinha muito trabalho. Contribuíram para a construção da versão de Lindomar, agentes que atuaram ao seu lado, o advogado dativo e os advogados particulares. Segundo estes, Lindomar era um professor, homem culto e benquisto no lugarejo onde residia, trabalhador – ocupando na ocasião do 2º julgamento a chefia do setor de pessoal de Itaipu Binacional – o que podia ser demonstrado por documentos que anexaram aos autos: atestado de estudos, contratos de trabalho, declaração de idoneidade, certidão de 'excelente comportamento carcerário', etc. Rosana, por sua vez, foi identificada como uma "(...) prostituta da zona do meretrício de Marechal Cândido Rondon", tendo o indiciado aceitado viver maritalmente com a mesma, apenas para que ela saísse da vida mundana e se reaproximasse da família, como era seu desejo. O Promotor de Justiça havia oferecido a denúncia em 25/10/1971, enquadrando o indiciado nos artigos 121 (§2º, incisos II, III e IV, referente a homicídio qualificado, cometido por motivo fútil, por asfixia e mediante dissimulação), 211 (ocultação de cadáver) e 44 (inciso II, letra "g", por prevalecer-se de relações domésticas e de coabitação) do Código Penal Brasileiro, enfatizando que o desaparecimento do acusado era prova suficiente de que fora "de sua lavra, o hediondo crime". Considerando a denúncia o Juiz pronunciara, em 1º/08/1972, Lindomar pela autoria do

crime, considerando que mesmo não havendo "certeza consubstanciável", verificara-se a "existência de presunções e indícios veementes contra o réu", como:

> Os preparativos: venda de móveis, da casa em que vivia com a vítima, o buraco aberto no quintal, as viagens e dias passados fora de casa, as visitas ao pai de Rosana, do qual, (...) pretendeu tomar dinheiro emprestado e ao qual contou fantasiosa história para justificar o desaparecimento de Rosana; [seu] desaparecimento coincidente à época da mudança (...), após capturado (...), sua fuga da cadeia local (...), testemunhas viram Lindomar emparelhando a terra sobre o buraco em que foi encontrado o cadáver (...); a cessão e transferência de direitos sobre uma chácara feita pelo mesmo na época; as afirmações a vizinhos de que Rosana ficara em casa de seus pais, atendendo a mãe doente.

Desde o início da transformação dos atos em autos, o embate deu-se entre diferentes atores jurídicos nas diferentes instâncias, mas principalmente entre o Promotor Público – e seu assistente de acusação – e os defensores do réu. Porém, o desfecho do processo – para o qual estes agentes mobilizaram e/ou manipularam, principalmente, papéis e atributos sócio-culturais de gênero – coube aos membros do Tribunal do Júri. Esses deviam ser cidadãos idôneos e de boa formação moral[5], cujo julgamento 'imparcial' esperado encontrou certamente limites bem precisos: os da cultura de seu próprio tempo e lugar, que delineou a forma como acessaram as 'informações' recebidas e marcou suas posições sobre o ocorrido.[6] O primeiro júri popular ocorreu no dia 22/02/1973 e após a votação dos quesitos, o Conselho de Sentença – formado só por homens –, por cinco votos a dois, admitiu a negativa de autoria, absolvendo Lindomar. Não conformado com a decisão, o Promotor impetrou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado, afirmando que a decisão do júri fora "manifestante contrária à prova dos autos" e, a defesa, apresentou as Contra Razões de Apelação, embasadas no principio *in dúbio pro reo*. O Tribunal de Justiça considerou o recurso do Promotor procedente, pois no processo "todos os elementos e circunstâncias" demonstravam a "responsabilidade penal do apelado, formando um todo de convicção e certeza". Lindomar foi então submetido a novo julgamento, que ocorreu somente em 1981 e no qual, novamente, o corpo de jurados – coincidentemente ou não, composto por seis homens e apenas uma mulher – absolveu Lindomar, por seis votos a um. Pode-se afirmar que tudo conspirou a favor de Lindomar e "ele pôde voltar para casa, embora, talvez, a versão correta fosse a de homicídio qualificado. O júri, algumas vezes, não se abala com a argumentação jurídica e absolve simplesmente porque quer".[7]

2. O CASO OTACÍLIO / FLORINDA[8]

Segundo relatos constantes nos autos, o casal Otacílio e Florinda nunca vivera bem e no dia do ocorrido aquele e seu sogro iriam até a cidade de Toledo – pois residiam no interior desta – solicitar o desquite do casal. Porém, tudo precipitou-se e, em 15/07/1974, Otacílio – que pernoitará na casa de um vizinho –, ao encontrar sua esposa, iniciou "violenta altercação com a mesma", passando a agredi-la – bem como a sua sogra que tentava defender a filha – com uma marreta de ferro. Ato contínuo, após Florinda fugir da residência, agarrou uma foice e passou a desferir golpes sobre a mesma, atingindo-a na cabeça, no ombro e em outras partes do corpo, além de golpear novamente sua sogra, que tentava segurá-lo. Otacílio somente estancou a agressão ao ver Florinda caída ao solo inerte, empreendendo fuga em seguida e refugiando-se em um matagal próximo, onde foi capturado por populares. Testemunhas interrogadas pela justiça afirmaram que os atritos do casal deviam-se ao fato de Otacílio não trabalhar e viver às custas de parentes. Esta versão dos fatos corroborou a apresentada por Rosana: Otacílio não cuidava bem da família e nem gostava de trabalhar.

Como no caso Lindomar/Rosana, os atos transformados em autos, motivaram certas ações. A primeira delas, neste caso, foi o "exame de lesão corporal", seguido do de "sanidade física", em Florinda – que sobrevivera às agressões – e em sua mãe, nos quais os peritos constataram: em relação à primeira, "uma fratura exposta no ombro esquerdo", "arrancamento de taba óssea e perda de massa encefálica", tendo corrido risco de vida e, resultando disso, deformidade permanente na região frontal; em relação a segunda, alguns ferimentos que a impossibilitariam de exercer as ocupações habituais por 30 dias. O delegado responsável pelo inquérito indicou, em seu relatório, que Otacílio produzira em sua esposa ferimentos de natureza grave sem, contudo, pretender matá-la. O Promotor de Justiça, porém, ao oferecer a denúncia enquadrou Otacílio nos artigos 121 (§ 2, incisos II e IV - crime de homicídio qualificado, por motivo fútil e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e 14 (crime tentado, que apenas não se consumou por circunstancias alheias à vontade do agente) e pediu a prisão preventiva do acusado, visto que não havia qualquer excludente que o beneficiasse: o indiciado não possuía profissão, nem ocupação definida, podendo, dessa forma, furtar-se ao processo. Iniciou-se, neste momento, uma segunda fase,

na qual a partir de argumentos já esboçados na fase inquisitorial, acusação e defesa travaram uma batalha no sentido de construir uma 'fábula' que levasse a um desfecho considerado favorável a uma ou outra parte. A mobilização e/ou manipulação de papéis e atributos sócio-culturais de gênero teve função principal então. De um lado, a promotoria – juntamente com a vítima e as testemunhas de acusação – buscou 'fazer justiça' pela qualificação do crime, periculosidade do acusado, desamparo da vítima e não adequação do réu aos comportamentos esperados para um homem, naquele tempo e lugar. Assim, Florinda afirmou que Otacílio saía inúmeras vezes de casa à noite; que numa das ausências mais prolongadas descobriu que estava grávida de gêmeos; que apanhava freqüentemente do indiciado; que no dia dos fatos foi agredida sem que uma palavra fosse proferida; e seu pai, declarou que o acusado já tivera anteriormente a intenção de matar a esposa utilizando-se de uma faca. Em suas alegações finais, o promotor procurou configurar a tentativa de homicídio, afirmando que os golpes produzidos pelo indiciado contra sua esposa, só não haviam determinado a morte dela, por razões alheias "a vontade do agente", que os ferimentos expuseram a vida de Florinda à sério e profundo perigo e "que os meios usados pelo acusado, eram potenciais ao cometimento de homicídio, quais sejam uma marreta de ferro e uma foice". Por outro lado, a defensoria – ao lado do réu e das testemunhas de defesa – buscou atenuar o crime, desqualificar a vítima e elevar o réu à condição de 'adequado'. Neste sentido, Otacílio justificou sua agressão, em razão de 'uma resposta mal dada e uma ameaça de agressão' por parte da esposa; porque essa reclamava de suas saídas de casa, tinha ciúmes e havia se oposto a idéia de separação; disse que não tivera a intenção de agredi-la; que só agiu em defesa própria; que se arrependera pelo ato praticado; que tentara se separar antes, mas fora procurado pelo sogro em nome da esposa que desejava que ele voltasse para casa; que ao contrair matrimônio com Florinda esta já possuía um filho. As testemunhas de defesa foram unânimes em apresentar a vítima como ciumenta, declarando que o acusado 'não podia agüentar a esposa', pois brigavam muito; e em contraposição, descreveram o acusado como homem trabalhador, boa pessoa e amigo de todos, nada existindo que desabonasse sua conduta. O defensor dativo, nomeado pelo Estado, tentou desclassificar o

crime maculando a imagem da vítima, da qual o réu não teria certeza das "qualidades morais": ao se casarem já tinha esta um filho e, após um ano de casados, já possuíam uma filha de cinco meses, o que provava ter sido o casamento realizado com a vítima grávida; o réu então demonstrara "compaixão para com sua amásia, para dar proteção ao seu filho que estava por nascer, protegendo também o primeiro filho da vítima, dando oportunidade à vítima de se redimir de seus erros anteriores e passar a ter nova vida com nova moral". O defensor procurou desconfigurar a intenção criminosa do réu solicitando a "desclassificação da denúncia", o que foi aceito pelo Juiz que pronunciou o réu pelo crime de 'lesões corporais' (artigo 129), chamando para si – pois nestes casos não há julgamento popular – a responsabilidade pelo desfecho processual. Justificou sua posição dizendo que "a tentativa de morte exige atos inequívocos da intenção do agente", não bastando para configurá-la "a simples ocorrência de lesões corporais", pois a "intenção homicida deve estar patenteada" o que não ocorrerá no caso e, na dúvida, "deve o julgador concluir pela infração menos grave". Proferida a sentença, e pelo fato de o indiciado encontrar-se preso há seis meses, o juiz determinou a expedição do alvará de soltura e o réu foi colocado em liberdade, em 29/04/1975. O defensor requereu ao juiz que, após estabelecida a pena, o réu a cumprisse sob o regime de prisão-albergue, por ser primário e não apresentar periculosidade em seu comportamento. Por fim, Otacílio foi beneficiado pelo *sursis* e se apresentou à Justiça por nove vezes, sendo o processo arquivado em agosto de 1977, três anos após o crime.

3. E ASSIM SE FEZ A JUSTIÇA...

No caso Lindomar/Rosana, a demonstração de uma imagem completa[9] do réu, foi imprescindível para que a estratégia sustentada pelo defensor fosse legitimada pelo júri popular. Sua postura de "homem de bem", ocupante de um cargo de alta confiança em uma instituição do porte da Itaipu Binacional – contraposta a de uma ex-prostituta –, foi mais forte do que as evidências contra si apuradas. No caso Otacílio/Florinda, mesmo existindo evidências e testemunhas para a tipificação do ocorrido como Tentativa de Homicídio, o crime foi desclassificado para Lesões Corporais e o réu beneficiado com a desclassificação da modalidade delituosa. Como no caso anterior houve uma tentativa de inversão da culpa –

bastante comum em casos que configuram conflitos de gênero como já demonstraram alguns estudos[10] –, quando a defesa utilizou-se da estratégia de enaltecer o acusado e desqualificar a vítima. Porém, mesmo com os esforços para o rompimento da imagem da vitima, a impossibilidade de construção de uma imagem completa do réu, contribuiu para o desfecho verificado, ou seja, nem a absolvição, nem a condenação 'total' do réu.

A descrição desses casos reforça algumas posições teóricas sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal brasileiro, que sustentam que os "móveis extralegais"[11] possuem um peso muito grande na hora das decisões judiciais. O cidadão que conseguir provar sua boa conduta nas outras áreas de convívio social, já tem muito a seu favor. Assim, "(...) quanto maior a legitimidade dos atos anteriormente realizados pelos acusados nas várias áreas de sua atuação social, maior é a chance de que o ato 'desviante' julgado no momento, seja também considerado legítimo".[12] É interessante notar que em casos de julgamentos de crimes dolosos contra a vida humana, especialmente nos chamados "crimes da paixão", embora haja fortes indícios contra os réus, os membros do Júri podem, segundo a posição que ocupam na sociedade e sua formação cultural – que atribui legitimidade a certos lugares e papéis historicamente construídos para homens e mulheres –, decidir por uma versão oposta a das provas constantes nos autos criminais, legitimando-a como a 'verdade jurídica'.

Notas

[1] Doutora em História. Professora do CCHS e do PPG em Desenvolvimento Regional e Agronegócios - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. E-mail: yonissa@unioeste.br

[2] Bacharel em Ciências Sociais. Acadêmica do Curso de Ciências Sociais / Licenciatura - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Bolsista PIBIC/UNIOESTE/CNPq. E-mail: fernanda_pr@onda.com.br

[3] A Comarca de Toledo/PR - circunscrição judiciária sob o comando de um ou mais juízes - foi instituída em junho de 1954. No período estudado estavam sob sua jurisdição os municípios de Toledo e Palotina.

[4] As discussões deste tópico foram baseadas nos diferentes documentos que compõe o processo criminal: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Processo-crime n. 30/69, 1969. Todos os nomes dos envolvidos no processo, bem como dos agentes jurídicos foram trocados por pseudônimos.

[5] Cf. CORRÊA, M. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

[6] GINZBURG, C. *O queijo e os vermes.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 27.

[7] ELUF, L. N. *A paixão no banco dos réus.* 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 38.

[8] As discussões deste tópico foram baseadas nos diferentes documentos que compõe o processo criminal: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Processo-crime n. 74/74, 1974. Todos os nomes dos envolvidos no processo, bem como dos agentes jurídicos foram trocados por pseudônimos.

[9] O termo "imagem completa" designa o indivíduo cumpridor de seu papel social em todas as esferas da vida, tanto privada quanto pública. Cf. CORRÊA, op.cit.

[10] Por exemplo: ARDAILLON, D.; DEBERT, G. *Quanto a vítima é mulher.* Brasília: CNDM: CEDAC, 1987; IZUMINO, W. P.. *Justiça e Violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução de conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998; PEDRO, J. *Processos judiciais como fonte histórica: a construção e o uso.* Florianópolis: CCH / UFSC (mimeo); ADORNO, S. Crime, Justiça Penal e desigualdade jurídica: as mortes que não se contam no tribunal do júri. *Revista USP*, São Paulo, n. 21, p. 132-151, mar./abr./maio 1994.

[11] Cf. ADORNO, op. cit.

[12] CORRÊA, op. cit., p. 92.

LUTAS CAMPONESAS NO CABO

ZÉLIA FREITAS

Desde o período colonial as relações de trabalho no campo eram opressivas. Depois da abolição da escravatura, o tipo de relação de trabalho que se exercia e predominava no campo era aquela na qual o trabalhador residia no engenho ou fazenda e tinha direito a um sítio ou roçado, para montar uma cultura de subsistência baseada na lavoura branca. Continuava imperando a mais absoluta falta de liberdade.

O trabalho no campo se construía com a exploração desmedida do assalariado, jornadas extensas, ausência de direitos trabalhistas, falta de assistência previdenciária, etc. Foram estas contradições que deram espaço para o surgimento dos conflitos, que aconteciam devido às péssimas condições de vida e trabalho. Conflitos salariais e de terras eclodiam em diversos pontos, se multiplicando e se diversificando por todo o país, dando nova força às organizações dos trabalhadores rurais. No bojo dessa luta, emergiam, em Pernambuco, as Ligas Camponesas, que passariam para a história como um símbolo das lutas dos trabalhadores rurais em meados da década de 1950.

Foram as ligas, por excelência, o instrumento de organização e mobilização das massas rurais, com a atuação marcante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois o mesmo voltava-se para os conflitos do campo tentando criar uma base de apoio para seu projeto de transformação social e consolidar-se como a principal força que se propunha a representar as classes dominadas.

A origem das ligas encontra-se na resistência dos foreiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários do despejo transformados em assalariados, que passaram a atuar de forma coletiva, politicamente organizada, fazendo das ligas o canal de suas reivindicações. Eclodindo no período 1955-1964, essas ligas e associações rurais foram fundadas em quase todo o território brasileiro, tendo as primeiras surgido em Goiás e no Triângulo Mineiro. Em Pernambuco, as mais fortes e de maior expressão parecem ter sido as ligas ou associações rurais de Escada, Goiana, Pau D'Alho e Iputinga. Porém foi o engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, o símbolo e a síntese dessa luta, tendo como principal líder Francisco Julião. As ligas só mantiveram sua força nos estados de Pernambuco e Paraíba, onde sua organização estava profundamente encravada na luta dos trabalhadores. No entanto, mesmo aí encontraram uma concorrência com o PCB e a Igreja.

A radicalização das ligas despertou maior reação dos setores conservadores da sociedade, principalmente os latifundiários e a Igreja Católica, os quais, com o objetivo de desarticular o movimento camponês, colocaram em prática, de forma quase simultânea, a repressão política e a sutileza de um discurso legalista. Enquanto os latifundiários perseguiam, expulsavam da terra e até assassinavam líderes camponeses, a Igreja, invocando sentimento de submissão e conformismo, induzia os camponeses a desistirem da luta pela posse da terra e a se associarem aos sindicatos organizados e dirigidos por ela, combatendo as influências das ligas e dos comunistas e levando o camponês a se contentar com a condição de trabalhador rural assalariado, vendo na luta por benefícios trabalhistas algo mais possível do que a reforma agrária. Com o aumento progressivo da repressão, as ligas passaram a perder espaço para os sindicatos, pois, acuados, os camponeses encontravam um abrigo legal na sindicalização.

Quanto a organização de um núcleo das Ligas Camponesas no Cabo de Santo Agostinho ocorreu no ano de 1961, por iniciativa de trabalhadores rurais que, insatisfeitos com o descaso dos latifundiários no tocante aos direitos do trabalhador rural, resolveram abraçar as idéias das Ligas, que tinham como princípio lutar pela defesa da terra para o trabalhador do campo. Apesar de não ter lugar fixo para as suas reuniões, devido à intensa repressão, segundo descreve em seu depoimento Antônio Minervino**,** ex-membro fundador da liga do Cabo, o que se debatia nessas reuniões era a importância da posse da terra para os seus trabalhadores e a forma radical de conseguir este objetivo:

> [...] no Cabo tinha aquele nucleozinho criado por noi mermo, então tinha aquele nucleozinho??? a rente ia pra lá. Nesses núcleos eram discutidos... qui a terra pertence a quem trabalha, qui a terra pertence a quem trabalha... E então o latifundiário improdutivo era qui não deveria possuir a terra. Porque ela estaria privada, sem desenvolvimento e todo povo morrendo de fome, isso era qui a história da época qui até mermo na, andasse falando qui precisaria rancar a estrutura que estava imprantada ao latifundiário uma revolução armada, num era isso? uma revolução armada, era isso que a rente pretendia fazer para adquirir um pedaço de terra. Mais com o tempo... num tempo vai discubrindo, o tempo num caricia mai a revolução armada [...][1]

Com tamanho poder de articulação, a liga do Cabo despertou não só a ira dos donos de engenhos e usineiros, mas também o interesse da Igreja Católica em defender seu espaço político e disputar influência sobre a massa com os comunistas, surgindo então neste cenário a figura de P.e Antônio Melo. Introduzindo as idéias

[1] Apud MIRANDA, Antonilda G. de Lima Nogueira; SANTANA, Gibslânia de F. Pinto de; ARAÚJO, Ivanice B. de Freitas. *A história do trabalhador rural da cidade do Cabo de Stº Agostinho no período de 1961 a 1964*, p. 27 e 28

sindicalistas, o vigário afirmava que o trabalhador do campo deveria lutar por direitos legais e não por meio da revolução armada.

O poder de persuasão do pároco era tão marcante, que neste município não houve confronto armado entre latifundiários e camponeses e, em 1963, ele conseguiu implantar o sindicato rural da cidade do Cabo de Santo Agostinho, provocando a queda das ligas e fortalecendo o sindicato tutelado pela Igreja Católica. E mais uma vez recorremos ao depoimento do senhor Minervino para maior esclarecimento da questão:

> Olhe... quando chegou perto da revolução de 1964, aí começou paricendo alguém para divirtuar... dividir. Deus mi perdoi a alzência de uma pessoa qui eu gosto muito... como pade, pade Melo num gostava muito de Ligas Camponesas. Então o siguinte, ele ia aos pouquinho... coversando qui era o sindicato qui poderia resolver todos os problemas, se o espírito num mi engana, ele tinha assim... um... má olhá, um mal visto com Julião, era isso aí. [...] O sindicato era mai forte, o sindicato defendia o direito dos camponeses e a rente tava atrai de uma defesa e num era atrai de uma revolução. [...] porque aí, o sindicato troxe também um, um binifiço, um binifiço que a rente reivindicava o nosso direito, como o décimo terceiro saláro, que as Ligas Camponesas de, ei, ei falava na terra num era? Num era de trabalhador, não. Era direito, era a terra. E o sindicato defendia o capital. Então o seguinte a rente começou defender capital aí criou-se uma gama de homem priguiçoso, porque foram atrai de saláro Até hoje num procuraram a terra foi? E isso aí, eu digo??? Foi o qui acabou as Ligas Camponesa.[2]

Neste depoimento o senhor Minervino deixa transparecer que o sindicato estava procurando defender os interesses dos latifundiários e que o P.e Melo era o mediador entre o camponês e o proprietário de terra porque, sendo ele um homem ligado à Igreja, ficava acima de qualquer questionamento, como afirma o entrevistado: "[...] o padre era o pastor da igreja... então a rente pensava qui ele estava de fonte erguida para defender tudo e qualquer coisa que o trabalhador viesse precisar [...]".[3]

Porém, como se observa pelos relatos, longe de serem simplesmente figuras ingênuas, assim rotulados muitas vezes por serem em sua maioria analfabetos, os camponeses souberam compreender as intenções do P.e Melo e a existência de certa tolerância dos donos de engenhos e usineiros com as exigências do cumprimento dos direitos trabalhistas feitas por um sindicato. Certamente, na avaliação destes últimos, seria muito mais vantajoso ceder alguns benefícios, possivelmente compensados na alta dos custos de produção, do que ter que lidar com constantes conflitos e ameaças de uma reforma agrária.

---

[2] Apud ibidem, p. 27, 29 e 31.

Contudo, vale ressaltar que os camponeses que faziam parte das ligas resolveram aderir ao movimento sindical — mesmo que em alguns momentos este estivesse voltado aos interesses dos latifundiários —, com o objetivo de ter um órgão regularizado para atender às suas demandas, cabendo aos membros, portanto, levar novos associados ao sindicato com os ideais de luta propostos pelas ligas. Chegamos a esta conclusão a partir das entrevistas feitas com camponeses que participavam das ligas e que depois se filiaram ao sindicato. Vejamos a seguir um trecho do depoimento do Sr. João Vicente da Silva Filho, que com esta estratégia tornou-se o primeiro presidente do Sindicato Rural do Cabo de Santo Agostinho: "Me juntei ao sindicato mesmo sendo pelego porque tinha que butá novos sócios. Si não ele num ia a frente".[4] Sendo assim, mesmo com a influência do P.e Melo, intencionando desviar as idéias das ligas camponesas, o camponês percebeu que o sindicato seria um meio legal de dar continuidade aos seus ideais.

A Cooperativa de Tiriri cooperava com quem?

A Cooperativa Agrícola do Tiriri estabeleceu uma verdadeira controvérsia nas páginas da luta camponesa no Cabo, pois, se em primeiro plano aparentava ser o ensaio de um projeto de reforma agrária, na sua atuação cumpria interesses do setor agroindustrial (leia-se os usineiros).

A iniciativa partiu de integrantes das ligas camponesas que, nos idos de 1960, ocuparam as terras abandonadas da antiga companhia ferroviária Great Western, antes exploradas apenas para obtenção de madeira e carvão, e invadiram parte do engenho Tiriri. Porém, a qualidade da terra e a dificuldade de conseguir créditos para investir na lavoura não favoreceram o desenvolvimento das atividades agrícolas em sua plenitude. Foi nesta situação que entrou em cena a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que mediada pelas ligas buscou financiar o grupo de agricultores e deu-lhes a organização de cooperativa, constituindo a Cooperativa Agrícola de Tiriri em 24 de abril de 1963.

Esse processo de formação da Cooperativa do Tiriri foi simultâneo ao momento em que era aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, instituindo a obrigatoriedade do pagamento do 13º salário pelas usinas aos seus trabalhadores, inclusive ocorrendo greves para garantir este benefício. Acuados, muitos usineiros buscaram a solução do problema nos empréstimos do Banco do Brasil e no Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), ou em alternativas indiretas, como foi o caso da Cooperativa do Tiriri, que entrou

[4] Apud ibidem, anexo Entrevistas, p. 11.

nos planos dos usineiros Rui e Valter Cardoso, detentores do restante das terras do engenho homônimo, que passaram a arrendar essas referidas terras, através da SUDENE, à Cooperativa. O contrato firmado condicionava a Cooperativa a plantar cana para o fornecimento exclusivo da usina dos Cardoso, a preço ditado pela mesma. Esta medida possibilitou aos referidos usineiros não só a liberação e captação de capitais, mas também a resolução do problema com a mão-de-obra, pois, conforme o contrato, os cooperados tinham a obrigação de realizar os serviços de manutenção do plantio, cultivo e corte da cana, sem vínculos trabalhistas com a usina, isentando-a dos encargos e de indenização em caso de demissão.

Pelo exposto, notamos explicitamente que a intervenção dos usineiros nos objetivos da Cooperativa do Tiriri não foi só uma tentativa (bem sucedida, que se diga) de articular e conduzir o projeto da Cooperativa para a satisfação dos seus interesses imediatos, mas principalmente um contraprojeto dos latifundiários ao movimento camponês, pois se encaminharam algumas concessões e reformas parciais, atendendo apenas a algumas reivindicações dos camponeses, evitando sobretudo maiores confrontos e a radicalização do movimento camponês. Porém, devemos lembrar que quando estes aconteciam sempre se recorreu à repressão.

A controvérsia do caso é reforçada pela presença neste cenário do polêmico Padre Melo, que ligado a grupos politicamente conservadores, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),[5] passou a coordenar a Cooperativa, a pedido dos próprios camponeses cooperados — já que organizara e controlava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo —, a partir de 1968, depois que a SUDENE rescindiu o convênio com a Cooperativa e devolveu os engenhos arrendados, reconhecendo o fracasso do seu próprio projeto de "exploração coletiva", cujos resultados foram sucessivos prejuízos na produção da cana, na receita e na motivação da maioria dos lavradores, pois a SUDENE defendia que cada lavrador deveria trabalhar como assalariado da Cooperativa, enquanto P.e Melo desejava que cada sócio recebesse um pedaço de terra e trabalhasse nele como se fosse seu. Aliás, este havia sido o motivo pelo qual o padre se afastara do grupo de lavradores em 1963.

No controle da situação e com amplos canais de articulação no regime militar, P.e Melo foi a Brasília e apelou para a interferência do Presidente da República, Costa e Silva e do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. O resultado foi uma intervenção do Ministério do Trabalho e a desapropriação dos cinco engenhos da usina Santo Inácio pelo INCRA. Finalmente, P.e Melo pôs em prática o sistema antes desejado: os 4.900 hectares dos engenhos tornaram-se posse da Cooperativa e cada associado

[5] O IBAD era financiado pela United States Agency for Development (USAID), que conspirava contra o regime constitucional brasileiro e o governo João Goulart.

ocupou 10 hectares, estando obrigado a cultivar 60% da área com cana para o fornecimento à usina e 40% com lavoura de subsistência.

Em 1970 a intervenção foi encerrada e nova diretoria eleita. Com a situação financeira equilibrada, a Cooperativa partiu para o objetivo de expandir as terras; passou a arrendar mais três engenhos — Cachoeiro, Santa Rosa e Dourado — e recebeu do DIPER os engenhos Setúbal e Tabatinga, como indenização das terras desapropriadas para ampliação do distrito industrial do Cabo. Tal expansão também correspondeu ao aumento da produtividade da cana, destinada a produto principal da Cooperativa, chegando a ter safra de 252 mil toneladas em 1979.

Estava deste modo coroada a importância da figura de P.e Melo na história da luta camponesa no Cabo e da Cooperativa Agrícola de Tiriri, pois havia conseguido desarticular o movimento radical das Ligas Camponesas do município, controlava o sindicato dos trabalhadores rurais e implantara seu modelo de cooperativismo agrário, atendendo aos interesses da classe latifundiária e da Igreja Católica conservadora, também capitalizando prestígio político junto ao regime militar. Mesmo situado como figura polêmica deste processo, ora visto como aliado dos usineiros, ora dos camponeses, e até mesmo como defensor de interesses pessoais, P.e Melo é criticado mas reconhecido como realizador de um projeto onde muitos pararam no meio do caminho. Diversos depoimentos de lavradores, agentes históricos da época, como o sr. José Luís da Silva, o 'Natalício', constatam esse fato:

> Não. O padre Melo nunca quis que ninguém fosse proprietário, isso foi o erro do padre, ele nunca quis, só que, só que lhe disseram o contrário, só que a SUDENE queria titular em nome de cada um e cada ficar com seu pedaço de terra, e o padre queria que ficasse na cooperativa que toda a vida, e foi um dos erros acertados, porque se tivesse pro nome de cada pessoa daquela época, tava tudo na mão de usineiro. [6]

Apesar do resultado, deve-se salientar que o sucesso da Cooperativa de Tiriri não implicou na adoção de seu processo como modelo de reforma agrária, nem no estado e muito menos no país. Por que? Isso leva a refletir sobre a questão dos interesses por trás do exemplo de Tiriri. Será que a experiência bem sucedida, que conciliou as vantagens econômicas da produção em larga escala para o setor agroindustrial com o interesse social da exploração da terra por pequenos lavradores, usando o trabalho familiar, sem ter a posse individualizada da terra, o cooperativismo, não seria uma das alternativas para a resolução do conflito agrário no Brasil? Até os dias de hoje a Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (FETAPE) combate o exemplo de Tiriri, defendendo o direito à posse particular da terra e

[6] José Luiz da Silva, o 'Natalício', 65 anos, agricultor, residente no engenho Mussurepe, município de Paudalho – PE. Entrevista realizada em 08.07.2003.

argumentando que a Cooperativa tomou o lugar dos antigos patrões. Os defensores da Cooperativa rebatem, citando exemplos de lavradores que vivem em condições melhores e de outros que, se tivessem as terras tituladas em seus nomes, teriam vendido a usineiros ou latifundiários, voltando à condição de mão-de-obra assalariada. Certamente deve-se levar em conta que tal processo, dependendo do modo como for conduzido, interferirá no eixo do domínio político, onde de forma conservadora, colonial, a propriedade da terra ainda é uma maneira de concentrar poder.

Ainda hoje a Cooperativa Agrícola de Tiriri existe. Não se fala muito, não se discute a sua história. Talvez a preferência seja esquecê-la. Mantém cerca de 17 mil hectares, distribuídos em seis municípios da zona da mata pernambucana: Cabo, Ipojuca, Palmares, Bonito, Catende e Paudalho. Os associados estão em permanentes conflitos pela direção da entidade, com interferência de correntes político-partidárias, formando dissidências, ao ponto de ter sido criada, em 2002, nas terras da Cooperativa em Paudalho, a Cooperativa Mussurepe, dirigida por seu fundador, Natalício, que também participou da fundação da Cooperativa de Tiriri.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

MIRANDA, Antonilda G. de Lima Nogueira; SANTANA, Gibslânia de F. Pinto de; ARAÚJO, Ivanice B. de Freitas. *A história do trabalhador rural da cidade do Cabo de Stº Agostinho no período de 1961 a 1964.* Palmares, PE: [s.n.], 2000.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Iattermund, 1997.

A DEMOCRACIA: IMPRENSA SUBVERSIVA CONTRA O ESTADO NOVO

ADRIANA IOP BELLINTANI[1]

O Estado Novo foi marcado por repressão e censura em todas formas de expressão, inclusive e principalmente em relação à imprensa. Com isso a repressão foi obrigada a criar uma outra forma de linguagem, feita de simulações, para que a oposição pudesse manifestar-se. A censura proporciona a reelaboração do texto, do discurso e conseqüentemente da significação. Fala-se e escreve-se o que está autorizado, mas a interpretação transcende os limites censurados pelo deslocamento do sentido.[2]

É nesse contexto histórico que surgiu no Uruguai, em Rivera, o jornal *A Democracia,* situado na Avenida Sarandi, 666. Constituía uma forma rebelde de manifestação contra a ditadura, surgida essencialmente para fazer frente ao Estado Novo. Seus exemplares apresentavam os mais variados assuntos como cultura, política, economia, além de jogos, propagandas e humor. Esse veículo informativo foi criado e manteve-se sob os auspícios de José Antonio Flores da Cunha[3], e tinha o objetivo de desmoralizar a administração de Getúlio Vargas. Para tal, Flores não se preocupou com o que não poderia ser dito, nem fez uso de simulações, simplesmente publicou abertamente as críticas ao sistema instituído, o que gerou um clima de tensão nas relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai. Na ocasião, o ex-governador encontrava-se exilado em Montevidéu e constantemente viajava para Rivera, na fronteira com Santana do Livramento, onde possuía aliados rebeldes, responsáveis pelas edições do jornal. Isso aconteceu no período de 22 de junho de 1938 a 11 de maio de 1939.

---

[1] Licenciatura em História na Universidade Federal de Santa Maria e Mestre em História Ibero Americana na PUCRS. (Defesa realizada em janeiro de 2002).

[2] ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio.** São Paulo: Unicamp, 1997. Capítulo 4.

[3] Foi governador do Rio Grande do Sul de 1930 a 1937, quando foi instalado o Estado Novo. Suas divergências com Vargas acirraram-se próximo da instalação da ditadura, pois Flores da Cunha era contra a centralização administrativa.

O jornal fez severas denúncias sobre a corrupção e os crimes cometidos pelo Estado Novo, escolhendo as autoridades de maior destaque. Uma delas foi sobre Oscar Fontoura, Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Como o estado gaúcho era o reduto político de Flores da Cunha, que tentava provar a superioridade de sua administração e o quanto os gaúchos eram lesados pelo governo estadonovista, o jornal fez duras críticas ao secretário. Exigia que os balancetes se tornassem públicos, para que o povo tivesse consciência de onde o governo estadual aplicava as verbas. Usou como referencial os balanços do governo de Flores da Cunha, e desafiou Oscar Fontoura:

> "O General Flores da Cunha deixou o governo em novembro de 1937, tendo o tesouro do estado um saldo, em caixa, de 22 Mil Contos de Réis, e o Banco do Rio Grande 45 Mil Contos de Réis como saldo de caixa.
> O governo de Oscar Fontoura tem só 29 Mil Contos de Réis, e o Tesouro do Estado que tinha 22 Mil, ninguém sabe a quantas anda. Por que não aparecem os prometidos balanços da Secretaria da Fazenda?
> O Sr. Oscar Fontoura está sonegando à opinião pública os balanços do tesouro gaúcho."[4]

As insinuações de corrupção eram freqüentes nas diversas tiragens, assim como as alegações de falta de competência do Secretário, através de denúncias a respeito de negócios mal executados. Entre elas, destacou-se a compra de maquinarias da firma Danrée & Cia, sem concorrência pública, que custou 6 mil contos de réis aos cofres estaduais.[5] Essa acusação demonstra que Flores da Cunha possuía informante dentro do governo estadual, capaz de lhe fornecer dados precisos dos negócios efetuados. E ao enaltecer o povo gaúcho, o jornal lembrava que, na administração de Flores da Cunha, o funcionalismo era pago em dia, sem atrasos, enquanto, no governo de Oscar Fontoura o

[4] *A Democracia*, Rivera: 30.07.1938. N^0 2. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[5] *A Democracia*, Rivera: 27.07.1938. N^0 11. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.

magistério e a Brigada Militar estavam na iminência de não receber seus vencimentos, porque o tesouro público estadual não tinha verbas.[6]

Oscar Fontoura também foi acusado de cumplicidade no assassinato do Sr. Xandeco Alves, porque o autor do crime, Capitão Miró dos Santos, era pessoa de sua confiança. O jornal sugeriu, então, que Oscar Fontoura colocasse o cargo à disposição e permitisse que outra pessoa com mais experiência e seriedade ocupasse a pasta da Secretaria da Fazenda.[7] Ainda em relação ao Capitão Miró dos Santos, afirmou ser ele o assassino de outras três pessoas que se encontravam presas por motivos políticos, e alegou que os corpos estavam escondidos nas imediações de Jaguari.[8]

Ao tratar de crimes, a figura de Bejo, Benjamin Vargas, irmão do presidente, sofreu pesadas acusações do jornal, que o enquadrou como traficante, assassino, desordeiro e contrabandista. Bejo permanecia impune, porque Vargas encobria seus atos, como a libertação indevida de Manuel Martins, sentenciado a 10 anos de prisão pela morte do Tenente Otelo Relâmpago Lima, em 1934. Os provisórios de Benjamin Vargas o tiraram da cadeia após cumprir apenas 4 anos de prisão.[9]

Segundo o periódico, o irmão de Vargas praticava contrabando de entorpecentes em San Tomé, na Argentina, e pretendia assassinar o jornalista Jovelino Saldanha, porque este narrava os feitos de Bejo no jornal *La Fronteira.* Devido às arbitrariedades cometidas por Benjamin Vargas, o governo federal teve de pagar cerca de 130 contos de réis à Argentina, dinheiro que saiu dos cofres públicos para abafar e custear os desmandos e as contravenções do irmão de Getúlio[10].

Assim como Flores da Cunha, outros políticos de oposição ao Estado Novo encontravam-se exilados e perseguidos, entre eles: Raul Pilla, Lindolfo Collor, Plínio

[6] *A Democracia*, Rivera: 20.10.1938. N^{0} 20. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[7] *A Democracia*, Rivera: 03.08.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[8] *A Democracia*, Rivera: 13.07.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[9] *A Democracia*, Rivera: 10.08.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[10] *A Democracia*, Rivera: 27.10.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.

Salgado e Armando Salles.[11] Todos os opositores de Vargas eram vistos por Flores como aliados, os quais passou a defender nas matérias do jornal, ao ter conhecimento das injustiças sofridas dentro e fora do Brasil. Denunciou as agressões executadas contra seus familiares, João Flores da Cunha (irmão), Marco Aurélio Flores da Cunha (filho) e Mário Cunha (primo), todos presos em Porto Alegre sem qualquer justificativa. *A Democracia* protestava contra essa caça as bruxas.[12] O jornal também expôs ao julgamento do povo a constrangedora situação a que Octávio Mangabeira fora submetido ao ser obrigado a assinar o pedido de aposentadoria da Escola Politécnica da Bahia, onde lecionava economia política.[13]

As denúncias contra a violência do Estado Novo eram rotineiras nos exemplares, como a prisão de mais de 600 pessoas em Belo Horizonte, Minas Gerais, em virtude da visita de Vargas àquela capital. Por onde o presidente passava, o número de detenções aumentava, o que chegou a evidenciar, de acordo com o periódico, que a figura de pai dos pobres e de homem bem quisto, atrelada a Getúlio, fazia parte da propaganda enganosa levantada e difundida pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).[14] A imprensa oficial espalhava milhares de fotos de Getúlio pelo país inteiro, para fortalecer a popularidade do presidente, o que era questionado por *A Democracia.*

A personalidade de Vargas foi amplamente debatida e criticada pelo jornal, que não cansou de tratá-lo como traidor das causas democráticas e liberais. Afirmou que Vargas, de acordo com os interesses políticos que possuía, alternava seus aliados. No passado, fora considerado um caudilho e, naquele momento lutava pela desmoralização e pelo extermínio do caudilhismo. Ele foi acusado de infidelidade às antigas causas e aos amigos, pois Flores da Cunha, que tanto lhe beneficiara em importantes situações

[11] Raul Pilla e Lindolfo Collor estavam em Paris e eram integrantes do PL (Partido Liberal); Plínio Salgado permanecia em Lisboa e foi líder da AIB (Ação Integralista Brasileira); e Armando Salles encontrava-se em Buenos Aires e concorreria à presidência, no suposto pleito de 1938, apoiado por Flores da Cunha.
[12] *A Democracia*, Rivera: 6.10.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[13] *A Democracia*, Rivera: 24.08.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[14] *A Democracia*, Rivera: 27.07.1938. Arquivo Biblioteca nacional de Montevidéu.

históricas[15], passou a ser duramente atacado como um velho caudilho. Segundo o periódico, o presidente encontrava-se desmemoriado:

> "Caudilhismo: Getúlio Vargas é um homem de pouca memória, ou melhor, nenhuma: amnésico: investe contra os convivas medrosos, olhos congestos, aos brados: morte ao caudilhismo.
> Quem lutou honestamente defendendo seu ideal de moço, no Passo dos Guedes, Campo Osório, Ibirapuitã, Guassu-Boi, e Passo da Conceição, para sustentar no poder o Sr. Borges de Medeiros?
> - O "caudilho" José Antonio Flores da Cunha.
> Se a Aliança Libertadora de vencida levasse os republicanos do dr. Medeiros, quem seria hoje tão somente um humilde advogado de São Borja?
> Quem, em 1930, combateu a descoberta pelas ruas de Porto Alegre, para levantar bem alto o seu Rio Grande?
> - O "caudilho" José Antonio Flores da Cunha.
> O Dr. Getúlio, qual comadre indiscreta, expiava pelos vidros das janelas do palácio num caixote de querosene. Agia pela palavra...
> Quem, em 1932, derrotou os constitucionalistas de Piratininga?
> - Ainda o "caudilho" José Antonio Flores da Cunha.
> O Dr. Getúlio, portas fechadas, em estado milagroso clamava por socorro.
> Um obséquio Dr. Vargas: não me fale mais em caudilhismo; o desmemoriado perto do Sr. é canja."[16]

Getúlio era visto como mentiroso e traidor, como alguém que atingira a fama de carismático com o auxílio da censura. O periódico denunciou, inclusive, um atentado pessoal, sofrido em que o presidente saiu ileso, e o caso foi abafado pela imprensa.[17] De acordo com o jornal, Vargas encontrava-se ameaçado de morte em virtude das atitudes pouco simpáticas que oprimiam todos os segmentos sociais. *A Democracia* utilizou o humor para retratar o perfil atribuído a Getúlio:

> "**PERFIL**
>
> Nativo lá de São Borja,
> Inquilino do catete,
> Sempre cercado da corja,

[15] O jornal faz alusão à Revolução de 1923, à Revolução de 1930 e à Revolução de 1932, quando Flores e Getúlio eram aliados políticos.
[16] *A Democracia*, Rivera: 01.09.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[17] *A Democracia*, Rivera: 11.05.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.

O ditador pinta o sete.

Dissolveu um parlamento,
Rasgou uma constituição,
Fez do suborno instrumento;
Fez arma da delação.

Inventou o Estado Novo;
Criou a pena de morte;
Avilta e oprime a um povo
Que não merece tal sorte.

E, neste diapasão,
O ímpio da malícia
Prendeu parte da nação
E fez do resto polícia."[18]

Com todo esse teor de resistência à ditadura, pode-se imaginar o quanto o governo federal lutou pelo fechamento do jornal, desde seu lançamento. De acordo com os relatos do próprio periódico, na tentativa de calar as denúncias e os brados de liberdade, policiais brasileiros atacaram a sede do jornal e apoderaram-se de vários exemplares. As autoridades municipais de Rivera tomaram providências contra esse ato, mas as investidas de Batista Luzardo foram muitas e incansáveis. Até mesmo os vendedores de rua, responsáveis pela distribuição do periódico pela cidade uruguaia, eram abordados pelos *tiranos*, que avançavam e levavam brutalmente os números do jornal.[19]

O embaixador brasileiro em Montevidéu, Batista Luzardo[20], era encarregado de vigiar os atos de Flores e de informá-los diretamente a Getúlio Vargas. As correspondências diplomáticas enfatizavam as notícias escandalosas e *mentirosas* que *A Democracia* publicava, e reafirmavam a necessidade de fechar o jornal:

[18] *A Democracia*, Rivera: 27.07.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de montevidéu.
[19] *A Democracia*, Rivera: 06.08.1938. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.
[20] Batista Luzardo foi escolhido por Getúlio Vargas para assumir a embaixada brasileira em Montevidéu porque era inimigo político de Flores da Cunha desde 1932, quando ocorreu a Revolução Constitucionalista. Luzardo lutou ao lado dos liberais pela implantação da constituição, ao passo que Flores posicionou-se a favor de Vargas, garantindo-lhe a vitória. Os revoltosos ficaram exilados, inclusive Luzardo, que em 1937 tinha motivos suficientes para não relaxar a guarda sobre o exílio do ex-governador.

> "O Jornaleco A Democracia, editado em Rivera, com o dinheiro do Flores e dirigido pelo Heron Canabarro e Thales Garcia, continua vomitar fezes contra você, o Bejo, o Oscar Fontoura, o Estado Novo, seus homens e até contra a integridade do Brasil, pois, num de seus últimos números, pregou a separação do Rio Grande. Pregar a separação do Rio Grande nesta hora, seu Getúlio!"[21]

Vargas sabia a procedência do dinheiro que mantinha *A Democracia*, o que culminou com a ação mais incisiva de Luzardo para convencer as autoridades uruguaias a fechar a sede do jornal. O governo brasileiro deixou claro ao governo uruguaio que, ao permitir a circulação de um jornal de esquerda, com críticas que abalavam o prestígio e a reputação de várias autoridades brasileiras e que desmoralizavam o sistema constituído e a política do Brasil, estaria desestabilizando as relações diplomáticas entre ambos países.

Atendendo aos sucessivos pedidos, o governo uruguaio decretou o fechamento do jornal, de acordo com o depoimento do próprio periódico:

> "Surpreendidos com o decreto de internação de nosso diretor, resolvemos nesta edição de 2 páginas porque o tempo que nos foi dado dispor não dava para fazer mais. Não creia a nefasta ditadura que abateu em definitivo esta tribuna essa tribuna de combate aos seus desmandos, aos seus crimes, e aos roubos do tesouro público".[22]

A Democracia teve muita representatividade e alcançou seus objetivos de denunciar e abalar a estabilidade que Vargas procurava manter. |Seu fim maior era gerar a instabilidade na estruturação do Estado Novo, o que conseguiu e culminou com o fechamento do jornal. A fundamentação das críticas e denúncias levantas não foram, ainda averiguadas

A imprensa subversiva, aliás, sempre foi atuante em meio à ditadura, através da criação de uma outra linguagem que pudesse camuflar a repressão. O caso desse jornal

[21] Carta de Batista Luzardo a Getúlio Vargas, 38.08.02. Arquivo Getúlio Vargas, Solar dos Câmara.
[22] *A Democracia*, Rivera: 11.05.1939. N^0 38. Arquivo Biblioteca Nacional de Montevidéu.

foi atípico para um período de silêncio, pois não escolheu palavras, termos ou expressões que permitissem a simulação. As matérias eram diretas e incisivas, contestando o Estado Novo e defendendo a administração feita por Flores da Cunha. A tendência pró-florista permeou todo o contexto do jornal que, em nome da causa democrática, enfrentou a polícia política estadonovista, e hoje é uma importante fonte de pesquisa para a análise da história brasileira e latino-americana.

Viajando pela Vila de Barbacena: possibilidades de história regional para Minas oitocentista sob o olhar dos viajantes.

Adriano Braga Teixeira[i]

Resumo: Desde a década de 80 do século passado, a historiografia mineira passou por mudanças de rumos relacionados principalmente pela maior dedicação de historiadores a uma perspectiva regional de estudo que permite uma reformulação do conhecimento de uma "história geral". Desta forma, inserindo-se nesta perspectiva este texto tem por objetivo lançar luz a formação da Vila de Barbacena na transição do século XVIII para o XIX através de relatos de viajantes estrangeiros que pela colônia passaram, perpassando considerações acerca de uma denominação de região entre os espaços mineiros.
Palavras-Chave: Minas Gerais, Viajantes, Vila de Barbacena, História Local.

Ao falar da sociedade mineira do século XIX, a princípio os pesquisadores se deixam influenciar por uma historiografia tradicional vinculada a perspectiva de uma estagnação econômica iniciada com o declíneo da atividade mineradora do século XVIII.

No entanto, sem desconsiderar a importância da mineração para a formação da Capitania das Minas Gerais, a partir da década de 1970, historiadores insatisfeitos com as generalizações feitas acerca da história mineira e influenciados pelas novas abordagens da Escola dos Annales desenvolveram pesquisas optando por um recorte regional.[ii] Este tipo de recorte veio a favorecer a reconstituição de situações locais que revelaram a complexidade do sistema sócio-econômico da Capitania, uma vez que percebemos uma valorização maior de uma "lógica interna" da colonização em contraposição a tradição de longa data ligada à "visão plantacionista" do sentido da colonização.

Impulsionado por esta tendência regionalista, surgiu nosso objetivo de pesquisa no Mestrado de fazer um estudo sobre a Vila de Barbacena, localizada na sub-região das Vertentes-Mantiqueira de Minas Gerais, resgatando aspectos da sua formação (1791) à sua estrutura na primeira metade do século XIX. O nosso objeto fora justificado pela importante localização geográfica desta Vila no Caminho Novo e por haver poucos estudos que denotem os méritos desta região para a formação econômica da Capitania. Neste sentido este texto nos traz algumas reflexões através do olhar de viajantes estrangeiros como os primeiros apontamentos de nossa pesquisa que está em curso.

Com a vinda da Corte em 1808, o Brasil é aberto ao estrangeiro para o comércio, exploração e o estudo de seu território. Este período representou o auge da literatura sobre o Brasil na Europa.

Particularmente a Capitania de Minas Gerais foi alvo de muitos estudos. Tem-se um número considerável de viajantes que, não importando sua formação, estiveram aqui e depois relataram tudo o que viram e ouviram. Segundo Francisco Iglesias, Minas possui uma enorme dívida aos viajantes em geral**.**

Será com o auxílio desses relatos que, na pesquisa do mestrado, procuraremos entender como se deu a inserção da Vila de Barbacena dentro dos circuitos comerciais entrecruzando suas informações às encontradas com nas fontes manuscritas como inventários post-mortem, sesmarias e dízimas prediais. No atual estágio da pesquisa ainda não nos é possível fazer tais inserções, contudo, através dos relatos que levantamos dos viajantes que pela Vila passaram, já podemos ter uma visão do espaço social e econômico que aparecia a estes estrangeiros, mesmo que estes estivessem imbuídos de preconceitos.

Em sua tese de doutorado, Clotilde Paiva[iii] utilizou-se de uma percepção de regionalização baseada no trabalho de Marcelo Godoy, onde o mesmo propôs uma divisão do espaço provincial mineiro em regiões a partir de informações fornecidas pelos relatos de viajantes estrangeiros. Segundo a autora, Godoy fez uma leitura dirigida de vários viajantes, traçou seus itinerários e organizou o espaço tendo em vista a convivência de elementos físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos contemporâneos na primeira metade do século XIX mineiro. De acordo com este trabalho, as regiões com maior desenvolvimento no espaço mineiro, e que mais foram visitadas pelos viajantes fora o Sudeste, Mineradora Central Oeste, Diamantina e Intermediária de Pitangui-Tamanduá[iv]. Dentre estas a que mais nos interessa no momento é a região Sudeste que então engloba a Vila de Barbacena. Esta região possuía vigorosa atividade comercial, era importante região de entreposto, possuía um considerável número de núcleos urbanos, poucos, no entanto, com mais de uma centena de casas. As atividades agropecuárias de exportação predominavam nas áreas mais afastadas das vilas. Enfim, a Vila de Barbacena integrava

uma região econômica que no século XIX estava mais organizada mediante suas formas de ocupação e produção no século XVIII estarem associadas à extração aurífera ou a atividades econômicas de apoio à atividade nuclear.

Tendo como base esta regionalização acima exposta e reduzindo o olhar dos viajantes não somente para a região Sudeste como um todo, mas agora somente sobre a Vila de Barbacena, podemos perceber como este espaço em muito sintetiza as conclusões que PAIVA, auferiu. Com a vinda da família real para o Brasil, Minas Gerais passou a representar um importante papel de mercado abastecedor da Corte[v]. Possuía três caminhos que a interligavam com o resto da colônia facilitando a formação de uma rede mercantil de entradas e saídas de mercadorias destinadas ao abastecimento do Centro-Sul[vi].

Por estar localizada no Caminho Novo, Barbacena era uma região de entreposto contando com uma ativa participação no Comércio. Robert Walsh, em sua viagem as Minas, observou ao passar por Barbacena que:

> A circunstância que conferiu maior importância à cidade foi a sua localização na estrada que liga a capital à Província de Minas Gerais, no ponto onde se bifurcam as estradas que vão para São João Del Rei e Vila Rica, tornando-se assim um centro de ligação entre as mais importantes regiões da província, convergindo para ali sal e artigos manufaturados tanto nacionais quanto estrangeiros[vii].

Barbacena nos idos de 1822-1823 era um local agradável, contava com cerca de duzentas casas e uma população de aproximadamente 2.000 pessoas. Possuía várias lojas muitas bem sortidas, vendas e hospedarias que eram de muita utilidade para os tropeiros, pois depois de vários dias de viagem encontravam aí tudo o que precisavam para se abastecer[viii].

A cidade estava inserida dentro dos circuitos mercantis mineiros, exportando para o rio de Janeiro toucinho, queijo, algodão, gado bovino, mulas, galinhas e distribuindo dentro da comarca mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja, licores entre outros[ix]. Segundo Robert Walsh , John Mawe em sua passagem por Barbacena em 1809, relatou que já nesta época era possível encontrar nas vendas da cidade, vários artigos ingleses.

A maior parte das pessoas que participavam do comércio em Barbacena, controlava as fases de produção, transporte e vendas das mercadorias o que proporcionava altas fontes de acumulação já que os lucros gerados nas transações eram retidos e aplicados na região[x].

Como Barbacena está situada em uma região de vastos campos, a criação de gado era uma atividade muito apropriada. Utilizavam o gado leiteiro para a produção de queijo, que era exportado para a capital do Império[xi]. O gado vacum também era criado e sua carne igualmente destinada ao Rio de Janeiro[xii].

Ao chegar em Barbacena em 1822, Saint-Hilaire se admira com a vasta plantação de trigo que dividia espaço com macieiras, vinhedos, marmeleiros, ginjeiras, oliveiras e pereiras. Agrada-se com a paisagem dos campos de milho[xiii] entremeados de pastos e moitas de arvoredos. Interessa-se pelo cultivo do linho, ainda pouco diversificado na região, já que as pessoas preferiam o algodão por ser de fácil manuseio.

Este algodão, como foi bem observado por Luccock em 1818 e Robert Walsh, era trabalhado em indústrias em que mãos-de-obra livres e escravas se uniam em um comércio exportador muito desenvolvido[xiv]. John Luccock estando em Barbacena dirigiu-se a localidade de Registro Velho onde*, o objetivo principal de minha (sua) visita ao lugar era o de examinar a Fábrica de Tecidos de Algodão e Lã que por cinqüenta anos estivera em funcionamento, produzindo mercadorias afamadas por sobre grande extensão do território brasileiro[xv].*

Sobre a composição demográfica, depois de Saint-Hilaire, talvez fora o médico, mineralogista e botânico John Emanuel Pohl o que melhor pode descrever a composição da Vila. Em sua viagem do Rio de Janeiro à São João Del Rei passando por Barbacena em 1818, Pohl, informado por um comandante local, descreve como seria a composição da população da paróquia de Barbacena em 1815 conforme o Quadro 01 ilustra. Vale notar que o termo “paróquia” abarca uma região para além do distrito da Vila. Segundo Saint-Hilaire um raio de aproximadamente 10 léguas[xvi]. Segundo Nestor Massena:

> Durante o paroquiato de D. Agostinho Pita de Castro na Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, (16-04-1786 a 23-09-1816) foram construídas na freguesia as seguintes capelas: Santo Antônio de Bertioga (depois Ibertioga), em 1787, a seis léguas de distância da Matriz; Nossa Senhora Mãe dos Homens, no sítio Bom Jardim, 1789; Nossa Senhora Sant'Ana da Boa Vista, de 1789 a 1800; Nossa Senhora dos Remédios das Brejaúbas, distante quinze léguas da Matriz, em 1808; Nossa Senhora Sant'Ana do Barroso, em 1807; Nossa Senhora Sant'Ana do Garambéu, em 1808; Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe (depois Lima Duarte), distante dezessete léguas da Matriz, em 1808; Nosso Senhor dos Passos do Rio Preto, distante dez léguas da Matriz, em 1808; a do Quilombo, depois União, e hoje, Cidade de Bias Fortes, a onze léguas da Matriz, de 1809 a 1813; e Nossa Senhora da Oliveira dos Torres, em 1813[xvii].

Enfim, a paróquia incluía capelas de arraiais que com a criação da Vila vão pertencer à mesma. Para além disso, os dados já nos trazem também uma percepção da região, mesmo que no momento, ainda não dispormos de outros para podermos compara-lo.

Quadro 01 – População da Paróquia de Barbacena por Grupo/Condição Sócia[xviii] – 1815.

Livres	**Brancos**		**Mulatos**		**Negros**	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	2.422	2.453	1.226	1.337	265	384
Total	8.087 + 162 Índios e +140 Índias = **8.389**					
Escravos			**Mulatos**		**Negros**	
			Homem	Mulher	Homem	Mulher
			497	498	2.724	2.768
Total			6.487			
Total Geral	**14.876[xix]**					

Fonte: POHL, Johann Emanwel. **Viagem no interior do Brasil (1817-1821)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 84. In: Quarta Secção: Viagem do Rio de Janeiro à São João Del Rei, passando por Barbacena.

Em uma constatação mais geral já podemos perceber a maior presença do segmento livre frente ao cativo. Isto sugere uma vinculação à características da população mineira no século XIX como um todo, pois, proporcionalmente o crescimento da população livre foi bem maior do que a escrava. Embora Minas fosse a maior Província escravista do Império, em números absolutos, não o era em termos proporcionais. Segundo Carla Almeida, enquanto a população cativa, na Capitania, cresceu, entre 1767 e 1821, 43,65%, a livre aumentou em 305,17%, demonstrando que o trabalho livre ganhava cada vez mais importância nas Gerais[xx]. Outra característica bastante interessante é dentre os livres a maior presença do segmento branco, contudo o número de cativos não deixa de ser expressivo, principalmente quanto a sua

origem: a maioria é negra, ou seja, africanos. Isso demonstra a incorporação de escravos via o tráfico o que nos remete ao debate dos Martins e Slenes[xxi]. A partir deste debate, mais recentemente, outros trabalhos acadêmicos também buscaram demonstrar a diversidade da economia mineira[xxii], tendo claramente optado pela busca de uma lógica interna da economia colonial, sendo esta matriz teórica inicialmente desenvolvida por João Fragoso e Manolo Florentino[xxiii]. Principalmente o primeiro destes autores[xxiv], tendo desenvolvido trabalhos sobre os comerciantes na praça do Rio de Janeiro nos séculos XVII, XVIII e início do XIX, pôde observar que os ritmos da colônia não se equivaliam às conjunturas internacionais, trabalhando com as possibilidades de criação de acumulações endógenas pelo mercado interno, gestação de um capital mercantil residente e ação de uma forte elite mercantil nas origens da produção agroexportadora. Vale ressaltar que o grande mérito destas novas abordagens principiadas pelos autores acima é claramente a opção pelo recorte regional que lhes permitiu testar generalizações mais amplas, através da utilização de dados de base, de fontes empíricas, possível somente por uma visão microscópica. E é este novo caráter dos enfoques da realidade colonial que maior influência tem inferido sobre a historiografia relativa à região das Minas.

Chama-nos muita a atenção nestes dados também a razão homem/mulher ser negativa em todos os segmentos, conforme o Quadro 02 demonstra.

Quadro 02 – Razão Homem/mulher – 1815

Grupo Social	Razão Homem /Mulher
Todos	96
Livres	94
Escravos	98

Fonte: POHL, Hohann Emanwel. Viagem no interior do Brasil (1817-1821). Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 84. In: Quarta Secção: Viagem do Rio de Janeiro à São João Del Rei, passando por Barbacena.

Sem termos outros dados confiantes para compara-los fica difícil saber até que ponto isso é um retrato da realidade de nosso objeto de estudo, contudo este fato não deixa de

sugerir que este novo espaço se tornava muito mais propício ao desenvolvimento de atividades que fossem um chamariz para as mulheres. Por enquanto, não tenho como explicar melhor este comportamento demográfico, e nem é este o nosso maior objetivo para o momento. Torna-se importante destacar que o crescimento econômico e demográfico da região de Barbacena teve como reflexo a conquista da autonomia política com a elevação do Arraial da Igreja Nova à categoria de Vila, com a denominação de Barbacena, e como se vê, em relação à Barbacena muito pouco se sabe. Enfim, estes apontamentos nos diz que concomitantemente com o decréscimo da mineração surgiu na província uma nova vila, que para sobreviver como tal pressupõe-se que tenha de ter havido um aumento demográfico e criação de novos mecanismos de abastecimento. Fica implícito aí uma perspectiva de desenvolvimento e não de estagnação econômica, como se costumou entender este período. Neste sentido fica os nossos questionamentos que esperamos estar respondendo ao término da pesquisa: quais os fatores de desenvolvimento da dita região que levou à criação da Vila na província mineira entre os séculos XVIII e XIX?; de que forma e, até que, ponto, esse processo esteve relacionado tão somente a fatores puramente econômicos e/ou também a relações políticos e sociais que imbricaram em tal procedimento?; que características sócio-econômicas perpassará a Vila mediante a sociedade colonial?.

Portanto, esperamos que a concretização desta pesquisa, que tem como recorte espacial a região da Vila de Barbacena, possamos delinear com mais clareza a importância econômica, política e estratégica dessa região no contexto da história brasileira e da capitania mineira, na transição do século XVIII para o XIX. Nesse sentido a História Regional em muito tem contribuído, principalmente na incorporação de novo corpus documental, uma vez que m nosso entendimento, essa é uma história de particularidades.

---

[i] Mestrando em História Social pela UFRJ.

[ii] Para uma visão ampliada dos novos debates ver: "Os velhos debates e as novas abordagens da historiografia mineira". (p. 09). In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Negócios de Famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870). Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 1999.

[iii] PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: USP, 1996. Ver principalmente os capítulos 04 e 05.

[iv] Estas denominações das regiões seguem conforme consta no trabalho de PAIVA.

[v] PAIVA, Clotilde Andrade. Op. Cit. P. 45.

[vi] OLIVEIRA. Mônica Ribeiro de. Op. Cit. P. 115.

[vii] WALSH, Robert. **Notícias do Brasil. Belo Horizonte**: Itatiaia, São Paulo: USP, 1985. P. 115.
[viii] SAINT-HILLAIRE, August. **Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1975. P. 61-63.
[ix] LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 73.
[x] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit. P. 106.
[xi] BURYTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1976. P. 93.
[xii] SAINT-HILAIRE in Suplemento Literário. **Minas Gerais**: os viajantes estrangeiros. 4 ed. Ano V. Belo Horizonte: 1970. P.6.
[xiii] O milho era cultivado para alimentar os porcos criados em grande quantidade pelos lavradores, pois seus derivados (carne, gordura, toucinho), representavam em grande negócio exportador, conforme Mônica Ribeiro de Oliveira sugere em sua tese de doutorado (1999), quando fala de Barbacena.
[xiv] LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliente, 1988.
[xv] LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1975. p. 356.
[xvi] SAINT-HILLAIRE, August. Op. Cit, 1975. P. 61-63.
[xvii] MASSENA, Nestor. **Barbacena – A Terra e o Homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985. v.1. P. 249.
[xviii] A distinção dos grupos sociais segue conforme indicação na fonte.
[xix] De acordo com a soma do viajante a população seria de 14.064, contudo somando os dados parciais contidos em seu relato chegamos nesse outro total. Parece ter havido uma falha na soma parcial das mulheres.
[xx] A este respeito, cf. CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
[xxi] MARTINS, Roberto Borges e MARTINS FILHO, Amílcar. **A escravidão numa economia não exportadora**: novas perspectivas sobre Minas Gerais no século XIX ; MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. e SLENES, Robert W. **Os múltiplos de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: Cadernos IFCH_UNICAMP, Campinas, nº 17, jun. 1985.
[xxii] ALMEIDA, Carla. **Alternativas nas Unidades Produtivas Mineiras** – Mariana 1750/1850; CHAVES, Cláudia. **Perfeitos Negociantes** – Mercadores das Minas Setecentistas; FURTADO, Júnia. **Homens de Negócio:** A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas; CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais 1674/1807**. GRAÇA FILHO, Afonso. **A Princesa do Oeste**: elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rei (1831-1888).
[xxiii] FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790/1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
[xxiv] FRAGOSO, João Luís Ribeiro.**Homens de Grossa Aventura**. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1998.

A formação de "bandos" como instrumento de oligarquização da Câmara do Continente do Rio Grande de São Pedro (1767-1808).

Adriano Comissoli[*]

As Câmaras ultramarinas portuguesas eram importante órgão administrativo do império português. Em parte, essa proeminência se deve ao fato de abrigarem dentro de si integrantes das diversas elites ultramarinas locais, funcionando como palco de expressão das demandas das mesmas.[i] Apresentavam certa tendência oligárquica, uma vez que seus ofícios eram reservados ao restrito círculo de "homens bons", isto é, a elite sócio-econômica local. Eram indivíduos que haviam exercido os cargos concelhios ou que descendiam de antigos camaristas, havendo um componente de hereditariedade no acesso aos cargos. Essa determinação, estabelecida pela própria Coroa lusa, visava perpetuar determinado grupo no interior da instituição camarária, de modo a criar um quadro de elite que forjasse "o elo compatibilizador entre o nível local e o nacional".[ii]

Ainda que haja algum consenso quanto à formação de oligarquias nas Câmaras portugueses a historiografia ainda debate a natureza e extensão de tais grupos. É ponto pacífico que as oligarquias camarárias portuguesas não assumiram um perfil de ocupação vitalícia e hereditária de seus cargos, afastando-se do exemplo espanhol. Nesse sentido, Charles Boxer afirma que não se formaram oligarquias autoperpetuadoras em Goa ou na Bahia, ao contrário de Macau, onde poucas famílias mantiveram o status social para integrar o Senado da cidade por mais de duas ou três gerações.[iii]

Nuno Monteiro[iv] alerta que o uso da expressão "oligarquias municipais" termina por uniformizar um número muito amplo de experiências diversas.[v] Adverte ainda que o vocábulo "tende a conferir uma identidade social própria a uma simples categoria institucional. Ou seja, infere a existência de uma elite social a partir da identificação de uma elite política".[vi] Por fim, lembra que a oligarquização dos concelhos não foi uma

[*] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

demonstração de força dos potentados locais, mas antes um fenômeno amplamente incentivado pela Coroa lusa como forma de criar grupos dirigentes locais bem definidos, cuja âmbito de atuação era sobretudo local.

Outros trabalhos enfatizaram que a formação de oligarquias encontrava-se ligada à freqüência de ocupação dos cargos concelhios. Assim, embora seja comum uma alta rotatividade dos cargos camarários, apenas poucos indivíduos eram eleitos mais de uma ou duas vezes. Em estudo sobre o norte de Portugal, Capela e Borralheiro indicam que na Câmara de Amarante, de um universo de 178 indivíduos capacitados aos ofícios camarários somente 72 chegaram a ser eleitos.[vii]

Luis Vidigal observa fenômeno semelhante para o município de Portimão, considerando que somente os nomes que figuram nas listas de elegíveis por quatro ou mais vezes podem ser considerados membros influentes da oligarquia local. Segundo Vidigal, a oligarquização da Câmara dependia de um grupo específico de "homens bons", pois "só uma pequena parte chega, de facto, a influir de modo determinante no governo local: trata-se daqueles que são escolhidos como Eleitores, os que votarão para as Pautas dos elencos camarários".[viii]

Assim, a historiografia tem se dedicado ao assunto da oligarquização das Câmaras portuguesas a partir de dois horizontes analíticos: o do número de cargos exercidos ao longo dos anos e o da sucessão patrilinear na ocupação dos mesmos ofícios. Propomos, entretanto, que a oligarquização das Câmaras lusas (em especial no ultramar) seja estudada sob o prisma da formação de bandos, sugerido por João Fragoso.[ix] Tais bandos podem ser entendidos como facções políticas envolvidas com a administração pública, seja através da Câmara, seja através de ofícios régios. Os membros do bando possuem ou estabelecem laços de parentesco entre si, mas compartilham também interesses econômicos e políticos bastante aproximados. Dessa forma, a atuação do bando na Câmara se guiava pelo interesse comum do grupo.

O caso do “homem bom” Manuel Bento da Rocha demonstra como é possível a formação de oligarquias sem o exercício de um número elevado de ofícios concelhios ou sucessão hereditária. Manuel foi eleito para a Câmara de Porto Alegre, a única da capitania do Rio Grande de São Pedro, através de pelouros em apenas duas ocasiões, nos anos de 1775 e 1781 como juiz ordinário.[x] Sua atuação junto à instituição, entretanto, superou em muito essa limitação. Em primeiro lugar, porque foi também eleito como juiz ordinário nos anos de 1765 e 1771, dessa vez como juiz de barrete. Também ostentou patente de capitão das Ordenanças, mais tarde promovido a capitão-mor. Finalmente, e mais importante, é que através da construção de uma intrincada rede de relações Manuel esteve sempre próximo à administração da “coisa pública”.

Manuel Bento da Rocha era casado com Isabel Francisca da Silveira, cujas quatro irmãs eram casadas com outros homens da governança do Continente de São Pedro: Mateus Inácio da Silveira, Antônio Moreira da Cruz, Manuel Fernandes Vieira e Francisco Pires Casado. Eram estes “homens bons”, portanto, cinco cunhados, por parte de suas esposas. A este grupo junte-se José Francisco da Silveira Casado (irmão de Francisco Pires Casado) e Tomás José da Silveira (irmão das cinco esposas dos demais integrantes do bando). Juntos estes sete homens somavam, através da eleição por pelouros, um total de 18 mandatos na Câmara entre os anos de 1767 e 1808, sendo que José Francisco foi o indivíduo mais vezes eleito para a instituição na capitania do Rio Grande, com oito indicações.

Os integrantes do bando partilhavam mais do que laços familiares e assentos na Câmara: possuíam interesses em comum e uma longa história de reciprocidades. Manuel Bento da Rocha era sócio em uma fazenda junto a José Francisco, na qual criavam mulas, gado vacum e cavalar. Francisco Pires Casado era sócio de Bento da Rocha em outra fazenda, da qual era também parte interessada Antônio Moreira da Cruz. Este último arrematou o contrato dos dízimos (em triênio não especificado) em sociedade com

Bento da Rocha, Manuel Fernandes Vieira e Mateus Inácio da Silveira. No triênio de 1775-1777, Manuel Fernandes Vieira e Manuel Bento da Rocha juntaram forças com o também "homem bom" do Continente Antônio Rodrigues Guimarães para arrematar o contrato do municio de carne às tropas. Dessa forma, além de possuírem algum tipo de parentesco, os seis dos membros do bando eram também sócios em diversos tipos de negócios.

Assim como Bento da Rocha, os irmãos Francisco e José Francisco, também integraram a tropa de Ordenanças. Francisco foi capitão, mais tarde alçado a sargento-mor, por indicação do próprio Bento da Rocha. José Francisco foi alferes e mais tarde capitão. Outros membros do bando ostentavam algum tipo de patente militar. Mateus Inácio era capitão e piloto de uma fragata de Sua Majestade. Manuel Fernandes Vieira era capitão de Mar e Guerra *ad honorem* e Antônio Moreira da Cruz era sargento exonerado. A ocupação de postos militares constituía parte da estratégia dos membros do bando em consolidar uma liderança local na sociedade sul-rio-grandense. Tais postos possibilitavam a intervenção dentro da comunidade, regulando o alistamento dos paisanos, a requisição de alimento para as tropas e o estabelecimento da ordem social. Em menor medida, os mais altos postos de Ordenanças forneciam algum prestígio a seus detentores.[xi]

A estrutura do bando apresentava certa hierarquia interna, na qual Manuel Bento da Rocha aparenta proeminência. Ele é o único que estabeleceu sociedades com todos os outros integrantes. Ao mesmo tempo, alcançou um posto de destaque, o de capitão-mor de Ordenanças, que o colocava inclusive como superior direto dos irmãos Casado. Finalmente, Tomás José da Silveira (o irmão das cinco esposas), que não possuía sociedade com nenhum dos outros integrantes do grupo, aparece como agregado de Bento da Rocha nos anos de 1781 e 1782.[xii] Ao que tudo indica, para além da aparente

superioridade de Bento da Rocha podemos constatar uma condição inferior de Tomás dentro do grupo.

O bando tratou de estabelecer alianças com outros interessados na governança da república. A interação entre os membros do bando e os demais "homens bons" era importante para a reprodução do grupo, visto que a continuidade dos bandos no Brasil colônia se dava em grande parte pela arregimentação de novos membros através de um laço parental do tipo sogro-genro.[xiii] As filhas dos componentes do bando cumpriam papel significativo ao servirem de elo de ligação entre estes e os novos ingressantes. É o caso da filha de José Francisco da Silveira Casado, Ana Francisca, que se casou com Vicente Ferreira Leitão, juiz ordinário em 1788 e filho de um dos mais ricos estancieiros do Rio Grande.[xiv] O pai de Vicente, Antônio, também ocupara ofícios na Câmara e se aparentara com homens influentes na região: era sogro de José Alves Duarte[xv], procurador no ano de 1787, e genro de Manuel Gonçalves Meireles[xvi], juiz ordinário em 1773. Manuel Gonçalves, por sua vez, era genro de Jerônimo de Ornellas[xvii], um dos primeiros povoadores da capitania e sesmeiro original da área que originou Porto Alegre.

Assim, sucessivos enlaces matrimoniais garantiam aos descendentes do capitão José Francisco da Silveira Casado a inclusão em seu bando e uma ascendência que remontava aos primeiros habitantes da região. Esses predicados combinavam o poder e riqueza do bando com o prestígio da antiguidade na terra, elementos fundamentais na legitimação da elite política perante a comunidade local[xviii]. Paralelamente, tanto a filha quanto o genro de José Francisco representavam uma nova geração de povoadores, nascida e criada no Rio Grande de São Pedro, enquanto seus pais e avós eram todos oriundos de Portugal ou das ilhas atlânticas. Seu casamento representava o enraizamento dessa elite na capitania e a continuidade da mesma junto ao aparelho administrativo.

O membro do bando Mateus Inácio da Silveira também atuou no sentido de garantir a perpetuação de seu poder e influência. Além de juiz ordinário nos anos de 1767

e 1771, Mateus servira a El Rey como capitão e piloto de uma fragata. Suas ações em combate contra os espanhóis durante o período da guerra (1763-1776) lhe renderam elogios do governador do Rio Grande e do capitão George Hardcastle, comandante da frota naval lusa. Promovido por suas façanhas, Mateus não requereu mercês por seus préstimos, transferindo seus serviços a seu filho Maurício, que serviu como alferes de milícias, de modo que este, juntando as realizações dos dois, pudesse requerer o beneplácito real. Maurício realmente o fez ao pedir a propriedade do ofício de escrivão de órfãos, embora não tenha alcançado a mercê. [xix]

Maurício era outro representante da geração de naturais do Continente do bando. Casou-se com a filha de Manuel Marques de Sampaio[xx], "homem bom" compadre de Manuel Bento da Rocha[xxi], tio de Maurício. As velhas alianças alimentavam os laços da nova geração, promovendo relações como as que se haviam estabelecido entre os membros originais do bando. Na virada do século XVIII para o XIX, os antigos "homens bons" começavam a ser substituídos pelos membros mais jovens do bando, dando origem a um novo ciclo de alianças e relações de poder. Para além de posses materiais, os fundadores do bando legavam uma intrincada rede de relações que visava a manutenção do prestígio e poder do grupo para além de seus fundadores.

Manuel Bento da Rocha, por sua vez, procurou suprir a ausência de filhos apadrinhando os filhos de outros casais. Apadrinhou 41 crianças entre os anos de 1764 e 1783.[xxii] Entre essas crianças encontravam-se seus sobrinhos e os filhos de outros homens de governança. O dilatado número de afilhados serviria para preencher a falta de um herdeiro direto, funcionando como indicação de seu substituto na próxima geração de "homens bons" do Continente. A difícil tarefa de apontar um herdeiro passava por selecionar candidatos que pudessem compor tais redes e garantir a manutenção do "cabedal social" de Bento da Rocha. Daí o motivo de apadrinhar filhos de "homens bons"

com quem mantinha relações amistosas: crianças que cresceriam dentro das redes de poder e que delas dependiam.

Manuel Bento da Rocha e seus cunhados procederam à formação de um grupo com laços parentais e interesses econômicos bastante estreitos e sólidos. Tais elementos conferiam coesão ao grupo, fazendo com que seus envolvidos agissem de forma ordenada e coerente, evitando o fracionamento de seus ganhos e garantindo proteção contra os eventuais reveses com que se depararíam. As oportunidades geradas pela atuação em grupo e o anteparo oferecido mostravam-se fundamentais para a ascensão política, econômica e social, bem como para sua manutenção na sociedade personalista do Antigo Regime.

Fomentando a ampliação e reprodução do bando através de seus filhos, genros e empregados, o bando gerava permanência e continuidade dentro da Câmara independentemente do número de ofícios individualmente exercidos ou de uma maior ou menor rotatividade. A existência de interesses comuns fazia com que a presença de um membro do bando dentro da Câmara possibilitasse a expressão das demandas do grupo através da instituição. Inserindo empregados e parentes na política local, bem como articulando formas de legar-lhes seu poder e prestígio, os membros originais do bando garantiam a proeminência de sua facção. O esforço empregado nesse sentido demonstra que a criação e manutenção do bando eram uma atitude ponderada e calculada de seus membros em angariar e manter poder e prestígio por várias gerações. Consideramos o bando, portanto, como uma forma de oligarquia por demonstrar uma estratégia consciente dos indivíduos de ampliar e perpetuar poder por meio da Câmara.

---

[i] BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império, in.FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII***)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

[ii] VIDIGAL, Luis. No Microcosmo Social Português: Uma Aproximação Comparativa a Anatomia das oligarquias Camarárias no Fim do Antigo Regime Político (1750-1830), in. VIEIRA, Alberto. **O município no mundo português**, Funchal, CEHA/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998. PG. 144.

[iii] BOXER, Charles R. **Portuguese Society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda**, Madison and Milwaukee, The University of Wisconsin Press, 1965.
[iv] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes Municipais e Elites Locais (Séculos XVII-XIX): Estado de uma Questão, in. VIEIRA, Alberto. Op. Cit.
[v] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes Municipais e Elites Locais (Séculos XVII-XIX): Estado de uma Questão, in. VIEIRA, Alberto. Op. Cit.
[vi] Idem, ibidem. Pg. 81.
[vii] CAPELA, José Viriato & BORRALHEIRO, Rogério. As Elites do Norte de Portugal na Administração Municipal (1750-1834), in. VIEIRA, Alberto. Op. Cit. Pg. 98.
[viii] VIDIGAL, Luis. Op. Cit. Pg. 124.
[ix] FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa, **Tempo**, Rio de Janeiro, n 15, pp. 11-35, jul.-dez. 2003; FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro séculos XVI e XVII, **Topoi**, Rio de Janeiro, n 1, pp. 45-122, set. 2000 & FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII), in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. Op. Cit.
[x] As informações a respeito do exercício de cargos camarários pelos "homens bons" foram retiradas de AHPA, Termos de Vereança da Câmara em Viamão e Porto Alegre, livros 1-5 (1766-1812).
[xi] Cf. VIDIGAL, Luis. Op. Cit. Pg. 134.
[xii] AHCMPA, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1781 e 1782.
[xiii] Cf. FRAGOSO, João. A nobreza da República... Op. Cit.
[xiv] AHCMPA, Habilitação Matrimonial de Vicente Ferreira Leitão e Ana Borges Francisca da Silveira, 1790/78.
[xv] AHCMPA, Habilitação Matrimonial de José Alves Duarte e Angélica Justiniana de Meireles, 1789/42.
[xvi] AHCMPA, Habilitação Matrimonial de Antonio Ferreira Leitão e Maria Meireles de Menezes, 1760/17.
[xvii] AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Viamão, fl. 20v.
[xviii] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Op. Cit. Pg. 80-81.
[xix] AHU-RS, Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe Dom João, 7 de setembro de 1801, cx. 5, doc. 398.
[xx] AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 114v.
[xxi] AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 37.
[xxii] AHCMPA, 1º, 2º, 3º e 4º Livros de Batismos de Viamão & 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre.

CENÁRIO POLÍTICO CATARINENSE[1]

Aida Rotava Paim[2]

Com o final da ditadura militar no Brasil, as forças políticas se pluralizam e passam a organizarem-se nos partidos políticos, sindicatos e associações. Este movimento da sociedade foi chamado de redemocratização que teve os governadores eleitos já em 1982.

A reforma da lei orgânica dos partidos de dezembro de 1979 que tinha o claro objetivo de dividir a frente oposicionista que desde 1965 se abrigava no MDB, ocasiona uma reorganização dos partidos políticos de acordo com ideais de antigas forças. Os aliados do regime militar criaram o Partido Democrático Social mantendo-se coesos. A oposição se dividiu em:

Partido Popular – PP, formado por conservadores, a chamada "oposição confiável" [3], liderado por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, "congregando os liberais de centro-direita e pretendendo cometer francas investidas na centro-esquerda social-democrata"[4];

Partido dos Trabalhadores – PT, formado pelo trabalhismo moderno e setores que defendiam o confronto com os militares;

Partido Democrático Trabalhista - PDT e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, formados por antigos trabalhistas, lideranças locais ou carismáticas como Leonel Brizola e Ivete Vargas;

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB que vindo do MDB, mantém o caráter de frente oposicionista, alinhando-se com liberais, comunistas e socialistas no propósito de derrotar o regime militar. Sua liderança era composta por Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Paulo Brossard.

A democratização vinha se dando de forma controlada, pois a desarticulação do MDB para a recomposição das forças de esquerda, possibilitou a novos encaminhamentos políticos, identificando os diferentes grupos e melhor domínio.

Em 1982 o PMDB elegeu governadores em São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará e Acre. O PDT elegeu no Rio de Janeiro.

Em 1985 as forças políticas polarizadas estavam compostas pelo grupo de apoio "a uma candidatura de oposição ao governo militar" e a outra do "candidato civil da continuidade do regime" [5], o qual o PMDB aliou-se, para formar a Aliança Democrática.

Os compromissos da Aliança Democrática, pacto político que visava à conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo estavam expressos em 22 pontos, sendo que no tocante a política educacional trata de:

> -Educação Fundamental para todos. Fortalecimento das Universidades e efetivação de sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;
> -Defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Adoção de um Plano Nacional de Cultura.
> - Combate a qualquer espécie de discriminação e preconceito quanto à religião, sexo e raça. Proteção aos direitos das minorias. [6]

Os demais pontos tratavam de democratização (eleições em diferentes instâncias, reformas políticas sociais e econômicas) visando a reordenação da sociedade para as polÍticas liberais de desenvolvimento com o Estado em parceria com a iniciativa privada. Sendo este o projeto de sociedade exposto no momento pelas forças que estavam disputando o poder.

Em janeiro de 1985 é eleito Tancredo Neves do PP, para a presidência da República e para vice José Sarney do PMDB, que veio a assumir o governo devido à morte de Tancredo em 21 de abril de 1985. José Sarney do PMDB, que já havia sido presidente do PDS, que virou PFL e que também foi PP (oposição confiável), ou seja o presidente que assume é de confiança do grupo que governava durante o regime militar ou também chamado de regime burocrático autoritário.

Deste governo o povo esperava grandes reformas, maior liberdade de expressão e diminuição da inflação, mas o que foi um período de "ingovernabilidade" marcado por muitas negociações e trocas de ministro como diz Cunha,[7]:

> Diante de um Presidente que assumiu o poder sem respaldo popular, e que adquiriu popularidade de forma passageira durante a euforia do Plano Cruzado, para perdê-la tão rapidamente quanto a havia ganho; diante das disputas entre os partidos integrantes da Aliança Democrática, em busca de maiores trunfos na partilha dos ministérios e dos cargos federais nos estados e nos municípios, evocou-se o conceito de ingovernabilidade para designar o difícil processo porque passava o país.

Esta situação resultou no rompimento da Aliança Democrática, aparentemente porém os partidos que integravam o governo permaneceram nos cargos. Este rompimento indica uma estratégia política para contornar a situação e fazer surgir as forças conservadoras que estavam envolvidas no grupo, porém atentas. Com a idéia de "novo" trazem o personagem que concorre à eleição livre e democrática que se elege apoiado pelas forças que apoiaram a ditadura.

A Frente Ampla, o movimento interpartidário pelas eleições diretas para governador dos estados e Presidente da República e a Aliança Democrática frente o regime, revelou-se eficiente para o período, porém a situação de ingovernabilidade leva a uma emergente retomada das organizações políticas de direita elegendo Fernando Collor de Mello, em 1989, com as promessas de restauração da moralidade dos negócios públicos – com perspectivas neoliberais (estado mínimo e liberação dos mecanismos de mercado).

O Cenário Político Catarinense

Santa Catarina tem sua história marcada pelo alinhamento de duas correntes de poder que se organizam entre conservadores e populistas reformistas, tendo sempre outras forças com movimentos paralelos.

Com a ditadura militar e o bipartidarismo instalado no país a Aliança renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro, sem eleições diretas a vida partidária precisa se reorganizar em todas as instâncias do poder.

No estado de SC a oligarquia Konder/Bornhausem compôs a ARENA e os demais partidos se agruparam em torno do MDB que a partir dos anos 70 começa a contestar a hegemonia da oligarquia, quando se estruturou uma oposição organizada, o que no contexto nacional ficou conhecido como o renascimento da sociedade civil.

O fato ocorrido no dia 30 de novembro de 1979 quando o Senhor Presidente da República João Batista Figueiredo envolver-se em uma briga de rua, confrontando-se com uma manifestação de insatisfação popular na cidade de Florianópolis contra os gastos que o governador do Estado Jorge Konder Bornhausem estava fazendo para recepcionar o presidente veio demonstrar que a população não estava satisfeita com as políticos vigentes e que buscava alguma transformação. Este fato conforme Daros (1999)[8] e Srour (1982), não repercutiu na imprensa como uma manifestação política e sim como "um episódio isolado, algo desgarrado no tempo, algo cuja memória se perderá, já que representa tão somente o fato de uma minoria de baderneiros estudantis".[9] O que consta é que marca o envolvimento da sociedade catarinense na luta pela sociedade democrática para os catarinenses e para o país.

Com este quadro a ARENA, depois PDS (Partido Democrático Social), tem dificuldade de se manter com seus próprios quadros de sobrenome tradicionais paca a procura de nomes externos para a disputa de eleições diretas para governador em 1982. "Surge neste contexto o jovem político Esperidião Amin, que havia exercido o cargo de prefeito biônico de Florianópolis e Secretário de obras do estado"[10], período em que

preparou a própria campanha, pois vinha em cargos de confiança do regime burocrático-autoritário por cerca de 10 anos. Tinha o perfil de um político populista e personalista de projeção individual, foi eleito governador com 50% dos votos contra 49,2% do candidato do PMDB.

A diferença de votos foi mínima, houve acusação de compra de votos. O resultado das urnas exige do novo governo uma postura que envolva a outra metade da população que não votou nele.

A campanha eleitoral postulava a democracia com novas formas de participação.

O documento de campanha denominava-se "Carta aos Catarinenses" que "expressava-se ideologicamente no tripé: Inovar e renovar e na Opção pelos pequenos, além de apontar para formas generalizadas de participação"[11]. Sua eleição preservou o poder da oligarquia Konder/Bornhausen até o rompimento.

As características de líder populista do governador de tomar decisões autônomas diante dos "padrinhos" provocou "A divisão do partido de sustentação ao regime militar (PDS) e a formação do PFL foi o momento da cisão definitiva, enquanto partido político, e da consolidação de duas correntes no campo da "direita" catarinense: de um lado os "Konder/Bornhausen" que fundaram o PFL no estado e de outro, o PDS (depois PPR, PPB e agora PP) representado pela liderança de Amin"[12]. Esta cisão projeta Esperidião Amim no cenário nacional, pois o partido ao qual se vincula (PDS) na faz parte da reorganização da direita e a criação dos dois novos partidos.

Esta cisão resultou em não ter um candidato forte par as eleições de 1986 para concorrer com o PMDB o qual estava fortalecido com o sucesso do Plano Cruzado.

Concorreram às eleições em 1986 Pedro Ivo Figueiredo de Campos pelo PMDB; Pedro Vilson Kleinubing pelo PFL coligado com PDC –PTB; Amílcar Gazaniga pelo PDS; Raul Guenther pelo PT e Acácio Bernardes pelo PDT. Foi eleito o candidato do PMDB com

49,3% dos votos. O candidato do PFL atingiu 30,7% dos votos; o do PDS atingiu 16, 6% , o do PT fez 2,8% e do PDT 0,7%.[13]

A análise que Julian Borba faz da eleição de Pedro Ivo Campos para o Governo do Estado em 1986, pelo partido pelo PMDB acompanhando o padrão nacional "observa-se que essa vitória se concretizou (...) em grande parte, pela divisão do bloco governista. Somando-se os votos dos candidatos do PFL e do PDS chega-se a um percentual de 47,3%, somente dois pontos a menos que o candidato vitorioso; o que leva crer no fato de que se caso PFL e PDS não tivessem se dividido os resultados eleitorais poderiam ser diferentes..."[14]

A professora Maria das Dores Daros (1999) faz uma exposição de motivos fundamentado nas diferentes mobilizações em torno da discussão das novas legendas partidárias; no crescimento econômico de toda região sul do país; a modernização agrária; a participação da burguesia agrária enquanto classe nas diversas organizações políticas; a igreja Católica progressista defendendo as minorias o empobrecimento dos trabalhadores rurais, provocando a organização dos movimentos sociais diz:

> "Diante deste quadro de organização tanto do empresariado como dos trabalhadores catarinenses, as eleições para governador de 1982 deram-se num quadro de correlações de forças até então desconhecido no Estado e apontavam a possibilidade de ruptura do sistema político catarinense, com o PMDB apresentando chances reais de enfrentar a candidatura situacionista representada por Esperidião Amin"[15]

Diante disto é possível inferir que a correlação de forças políticas das diferentes classes sociais e organizações continuaram a crescer e que a vitória do PMDB nas urnas em 1986 fosse a realização dos anseios construídos naquele momento histórico.

A literatura apresenta interpretações do movimento dos partidos políticos de forma diferenciada, porém uma não exclui a outra.

É importante ressaltar que no período deste governo desenvolveu-se um movimento chamado democratização, que atingiu as diferentes Secretarias de Estado, inclusive a da Educação. Dá-se início o processo de Democratização da Educação, desencadeando discussões em todas as escolas, dando voz aos pais, alunos e aos professores para elaboração do Plano Estadual de Educação.

> A eleição de 1986, trás para o cenário catarinense o governo do PMDB, primeiro governo de oposição. Com o lema "Vamos Governar Juntos" desenvolveu seu compromisso de governo pautado no "**Planejamento Participativo** inicia a convocação dos catarinenses a responsabilidade e ao direito de governarem o seu Estado. Não é um dado, mas um processo. E, como todo processo, é dinâmico por definição, dependendo a vitalidade desta dinâmica da **participação permanente de todos".** (Documento de campanha set/1986; grifos do documento)[16].

Este governo foi marcado pela participação da sociedade catarinense tanto motivado pelo governo que promoveu formas de participação para construção dos documentos de política pública, bem como de mobilizações e greves reivindicando direito de cidadania e buscando a sociedade democrática. Portanto a democratização e a participação foram os motes dos dois governos estaduais de Santa Catarina eleitos pelo voto direto após a ditadura militar.

Neste contexto, centro minha pesquisa na construção do documento Proposta curricular de Santa Catarina no período de 1988 a 1991, neste processo de democratização e participação da sociedade catarinense, especificamente na educação.

Buscarei perceber os movimentos de permanência e mudanças no currículo quanto a estratégia de governo de reorganização curricular que resulta em uma proposta curricular solicitada pela população no governo anterior e concretizada no seguinte.

[1] O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Brasil
[2] Doutoranda UNICAMP
[3] CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.**São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminenses. 1991,p.24.
[4]SROUR, Robert Henry. A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis. São Paulo: Econômica Ed. 1982, p.72
[5] CUNHA, Op.cit, p. 25.
[6] Idem p. 26.
[7] Ibidem, p.29.
[8] DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação: a luta dos professores pela democracia da educação.** Florianópolis: UFSC, Cento de Ciências da Educação. Núcleo de Publicações, 1999;164p.
[9] SROUR, Op.cit, p. 8.
[10] BORBA, Julian. Eleições em Santa Catarina: história e perspectivas. In: HASS, Mônica (org). **Partidos, eleições e voto; comportamento político eleitoral de Santa Catarina**Chapecó: Argos, 2003. p. 61-80.p.63
[11] FONTANA, Remy. Governo Amin- Um voto de desconfiança – A "opção pelos pequenos" como meio de realizar a política dos grandes (Um estudo sobre a nova direita em SC), In: **Educação e Sociedade,** Campinas. Ano V, n. 15, ago/1983. p. 32-60.p. 41.
[12] BORBA, Op.cit, p. 64.
[13] Fonte: Nicolau, J **Dados eleitorais do Brassil (1982-96).** Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1998 referenciado por Julian Borba in Hass 2003: 80.
[14] BORBA, Op. cit, p. 65.
[15] DAROS, Op. cit, p. 38.
[16] Informações retiradas do site Engenharia Pedro Ivo/ Histórico, cujas origens são os folhetos de campanha.

ENSINO DE HISTÓRIA: UM OLHAR CRÍTICO COM AS LENTES DA TEORIA DO PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO

AIRTON DE MORAES

Esta reflexão tem como base a monografia de especialização apresentada ao Curso de Metodologia da Ação Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. Nesse trabalho procuramos, com base na Teoria do Processamento da Informação, fazer uma análise crítica de um texto sobre o ensino de História.

Primeiramente, faremos um breve histórico de algumas tendências da Psicologia da Educação que antecederam a Teoria do Processamento da Informação. A sistematização da Psicologia da Educação se deu no início do século passado, mais especificamente na década de 20[1]. A primeira abordagem a se destacar na Psicologia Educacional foi a vertente Comportamentalista ou Behaviorista, que teve origem nas pesquisas do russo Pavlov, desenvolvidas no início do século XX. A partir de então, o americano Watson inicia o Behaviorismo metodológico e, posteriormente, Skinner inaugura uma vertente que ficou conhecida como behaviorismo radical [2].

Quanto ao construtivismo, Woolfolk [3] aponta que, apesar das raízes dessa vertente remontarem à Grécia antiga, é somente após os anos 50 do século XX que a ele surge como um modelo capaz de responder aos vários questionamentos provenientes do contexto social. Em síntese, essa vertente advoga que a construção significativa do conhecimento se faz a partir inter-relação entre o novo saber e os conhecimentos já sistematizados pelos alunos contrapondo, assim, a tendência predominante na psicologia educacional que entendia a transmissão e acumulação de conteúdos como forma de aprendizagem verdadeira.

No que tange à Teoria do Processamento de Informação, Bzuneck [4] salienta que a gênese desse modelo construtivista se deu entre os anos 50 e 60 do século XX. O termo “processamento” é uma metáfora, extraído da informática e do computador, surgido após a Segunda Guerra Mundial. No caso do computador, o ciclo completo de

funcionamento é dividido em três momentos, que são distintos, mas com relação dinâmica entre eles. A primeira fase consiste na entrada de dados, seguido pelo processamento e pela saída dos mesmos.

O processo cognitivo presente na mente humana resume-se em três momentos análogos ao do modelo do computador, ou seja, a Teoria de Processamento da Informação divide o processo de aprendizagem da seguinte forma: a recepção da informação; a organização e o processamento do conhecimento; e o uso dos conhecimentos aprendidos. É interessante ressaltar que esse processo não acaba ao final de um aprendizado, mas o novo conhecimento se armazena na Memória de Longa Duração servindo de base para futuras construções e reconstruções de aprendizagens, quando evocados.

Na descrição de Bzuneck [5], a informação entra no sistema de memória sensorial através de vários estímulos – visuais, auditivos. A permanência dessas informações na memória sensorial é ínfima, mas o suficiente para ser apreendida e encaminhada para a Memória de Trabalho ou Memória de Curta Duração, mediante atenção. Para captar as informações expostas durante as aulas, os alunos precisam estar atentos ao que ouvem, sendo que qualquer distração é suficiente para que a informação não seja encaminhada para processamento. Outro ponto relevante nessa fase são os conhecimentos prévios, pois os mesmos atuam como filtros facilitando a captação dos estímulos. É importante ressaltar que o professor precisa conhecer como funciona esse sistema, para que ao planejar sua aula possa traçar estratégias e desafios priorizando enfoques que facilitam a captação das informações pelos discentes. Outra questão relevante diz respeito à diversificação dos enfoques didáticos, pois nem todos os alunos compreendem da mesma forma. Portanto, ciente desse fato, temos que proporcionar várias formas de leituras para uma abordagem, ou seja, ao trabalhar a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, podemos primeiramente fazer uma exposição oral sobre o contexto do período; num segundo momento, trabalhar a leitura de gráficos e mapas para mostrar a

influência do evento no que tange ao fator econômico e político. Assim, trabalharemos os aspectos auditivos e visuais no intuito de ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Ainda pela exposição de Bzuneck [6], constatamos que a Memória de Trabalho ou de Curta Duração exerce, um papel relevante no processo de aprendizagem, pois é nela que são temporariamente armazenados e manipulados os dados que são captados pela Memória Sensorial. É interessante destacar as limitações dessa memória e, assim, entender que o conhecimento da sua funcionabilidade é importantíssimo para os planejamentos escolares.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à possibilidade de armazenamento de informação. Segundo Bzuneck [7], a capacidade de armazenamento é limitada a até 30 segundos, sendo assim, se nesse período não houver processamento ou repetição dessa informação, a mesma se perderá. A segunda limitação da Memória de Trabalho tange à quantidade de informação que a mesma pode operar. Os estudos mostram que a Memória de Trabalho pode operacionalizar por vez, sete itens em média. Sendo assim, é importante que o professor fale nas aulas num ritmo que possa facilitar aos alunos o contato com o conhecimento em questão.

Diante dessa particularidade presente na Memória de Curta Duração, o docente precisa estar atento para alguns quesitos: o primeiro versa sobre à necessidade de centrar a atenção do aluno ao tema, pois uma pequena distração pode contribuir para que o mesmo perca o contexto, dificultando a compreensão; a segundo questão disserta sobre a necessidade do professor expor ao aluno a importância do tomar nota dos apontamentos principais feitos durante a aula, permitindo um posterior processamento; e por último, o professor ao ministrar as aulas expositivas precisa ter o cuidado em argumentar de maneira pausada para que as informações, captadas pelo sistema sensorial, possam ser processadas na Memória de Trabalho.

Outro componente presente na Memória de trabalho ou Memória de Curta Duração é o executivo central. Sua função, análoga ao de um gerente geral, visa otimizar o funcionamento do sistema. Atuando conjuntamente com as duas alças, fonológica e

visuoespacial, comanda todo o trabalho no intuito de manter a informação por mais tempo na Memória de Trabalho. Outra função também exercida pelo executivo central é a transferência de informação da Memória de Longa Duração para a Memória de Curta Duração quando do processo de construção do conhecimento. No momento ulterior o executivo central coordena novamente a volta da informação para ser armazenada na Memória de Longa Duração, como novo conhecimento elaborado.

Nesse processo acima descrito, Bzuneck [8] mostra a importância dos conhecimentos prévios na construção das novas aprendizagens. Presentes na Memória de Longa Duração e acionados pelo executivo central, são eles que vão dar significado ao novo saber. Portanto, é imprescindível que o professor, através de uma avaliação diagnóstica, conheça em que grau está os conhecimentos dos seus alunos para, a partir de então, traçar estratégias visando enriquecer o processo de aprendizagem. Se os professores não adotarem esses procedimentos que priorizem a evocação dos conhecimentos prévios, só estarão transmitindo conteúdos sem que os alunos possam processar os novos conhecimentos de modo significativo [9].

Como já indicamos, é na Memória de Longa Duração que são armazenados os conhecimentos elaborados de forma significativa. Sua representação e organicidade podem ser comparadas a uma grande biblioteca estruturada de forma que, ao serem solicitados, as informações são facilmente localizadas em seu acervo. Segundo Bzuneck, existem estudos que enfatizam não haver limites de armazenamento de dados e de durabilidade das informações ali contidas, o que contribui para a boa funcionabilidade da mesma. Tulving, citado por Bzuneck[10], dividiu a Memória de Longa Duração em três sistemas: memória episódica, memória semântica e a memória de procedimento. A memória episódica refere-se a situações particulares ligadas a questão temporal, ou seja, ao lembrar aonde fomos no último sábado remetemos a determinados fatos para depois recordar do evento como um todo; Na memória semântica ficam os conhecimentos declarativos – *Know-what*: fatos, conceitos, entre outros; Na memória de procedimento - *Know-how:* se refere

às habilidades, ou seja, como fazer determinada situação. Nossa abordagem priorizará a memória semântica, na qual estão os conhecimentos declarativos prévios organizados.

Os conhecimentos prévios presentes na Memória de Longa Duração podem ser comparados a um sistema de redes interligando conceitos e esquemas. Assim, quando o executivo central presente na Memória de Trabalho ou de Curta Duração solicita uma informação, a mente humana percorre os caminhos até chegar ao ponto no qual está a informação remetendo à Memória de Trabalho para uma associação com a nova informação lá presente. Bzuneck [11] relata que quanto mais redes ou caminhos uma pessoa possuir maior será a agilidade e qualidade na aprendizagem. Uma maneira de aumentar as ligações entre os conceitos e esquemas consiste no uso de estratégias de aprendizagem. Portanto, os professores precisam ensiná-las aos seus alunos visando otimizar a construção do conhecimento pelos discentes.

A partir da Teoria do Processamento da Informação vamos tentar analisar um capítulo do livro "Ensinar História"[12], com o olhar crítico das lentes desta teoria. Historicamente, o ensino de História no Brasil, por mais de um século priorizou a memorização mecânica de fatos. Aprender História era uma tarefa difícil que exigia longas horas de estudos no intuito de decorar, principalmente, nomes e datas. Nos últimos 20 anos do século XX, no Brasil, é possível perceber a influência de novas correntes historiográficas fazendo com que, paulatinamente, o paradigma positivista de ensino de História fosse questionado dando lugar a novas abordagens [13]. O trabalho de Schmidt e Cainelli[14] está inserido nesse contexto, que tenta mostrar ao professor de história a necessidade de ensinar, fatos, conceitos, atitudes e procedimentos, visando à construção significativa do saber por parte do aluno.

Logo na primeira página do quarto capítulo, eleito para análise, Schmidt e Cainelli demostram a importância do professor valorizar os conhecimentos prévios de seus alunos visando a construção de conceitos:

> *O trabalho com a construção de conceitos no ensino de História implica, pelo menos, valorizarem-se duas questões. A primeira é o respeito pelo conhecimento do aluno [...] a segunda questão, ligada à primeira, implica que, com base em suas representações, o aluno tem a possibilidade de efetivar suas próprias idéias sobre os fenômenos e objetos do mundo social, em vez de ser mero receptor passivo das informações do professor* [15]

Sabemos, pela leitura da Teoria do Processamento da Informação, a importância dos conhecimentos prévios na elaboração de novos conhecimentos. São eles que fazem a ponte visando à construção de novos conceitos e esquemas. Sendo assim, quanto maior e mais rica for a rede conceitual presente na Memória de Longo Duração, maior será a possibilidade de o aluno obter uma aprendizagem significativa [16]. No que tange a representação dos esquemas presentes na Memória de Longa duração, as autoras se referem ao tema da seguinte forma:

> *Com base nas representações dos alunos, o trabalho com a construção de conceitos constitui-se um processo de elaboração de* ***uma grade de conhecimentos*** *necessários à compreensão mais orgânica da realidade social. Os conceitos podem ser considerados possibilidades cognitivas que os indivíduos têm na memória disponíveis para os arranjos que mobilizem, de forma conveniente, suas capacidades informativas e combinatórias* [17]. grifo nosso

Como podemos perceber, Schmidt e Cainelli[18] fazem referência a uma "elaboração de uma grade de conhecimentos" salientando que sem a qual o aluno terá muita dificuldade para construir uma aprendizagem significativa. No que tange a localização dessa grade, as autoras informam que tais conceitos – possibilidades cognitivas - estão presentes, em nossa memória. Na leitura da Teoria do Processamento de Informação, constatamos que essa rede está presente na Memória de Longa Duração e a transferência da informação da Memória de Longa Duração para a Memória de Trabalho é coordenada pelo executivo central. Essas informações são importantes para que o professor possa compreender como funciona o processo que vai da captação da informação pela Memória Sensorial, passando na Memória de Trabalho e posterior armazenamento em formas de redes permeadas por conceitos e esquemas na Memória de Longa Duração[19].

Um ponto apresentado pelas autoras e que vem ao encontro das preocupações da Teoria do Processamento da Informação, diz respeito a utilização de uma linguagem acessível em sala de aula visando contribuir para que os alunos possam

sistematizar conceitos . Bzuneck [20], salienta que o professor deve conhecer seus alunos possibilitando a construção de um diálogo desafiador visando sempre, proporcionar subsídios para que haja construção significativa do conhecimento por parte do aluno. Dentro desse contexto, Schmidt e Cainelli afirmam:

> *O pressuposto fundamental é a constatação de que os conceitos devem ser elaborados e sistematizados pelo aluno e, para serem trabalhados em sala de aula, é imprescindível a utilização de linguagem acessível a sua maneira de pensar, a seu vocabulário, a seu desenvolvimento intelectual e a sua cultura experimental ...*[21]

Sabendo da dificuldade dos professores no ensino de conceitos, Schmidt e Cainelli [22], além da linguagem acessível, relacionam algumas atividades que facilitarão o trabalho em sala de aula. Entre as possibilidades destacadas pelas autoras, podemos enfatizar a necessidade do aluno aprender a construir uma significação própria para cada conceito (paráfrase), sendo que a partir dessa, ele estará apto a desenvolver o trabalho de identificar e diferenciar os vários conceitos presentes em seu dia-a-dia. Ainda no intuito de proporcionar aos professores de História uma gama de possibilidades no trabalho com conceitos, as autoras descrevem "recursos didáticos para a comunicação de conceitos".

Nota-se, portanto, na leitura do texto a preocupação das autoras em apontar possíveis maneiras de se trabalhar com o ensino de conceitos, pois *"[...] o trabalho com conceito exige alguns cuidados para que os objetivos sejam alcançados* [dentre eles destacamos] *o respeito ao processo de construção de representação individual do aluno"* [23]. Essa preocupação das autoras é pertinente haja vista que a aprendizagem significativa, segundo a Teoria do Processamento da Informação, demanda esforço tanto por parte do professor como do aluno e, portanto, para que haja processamento de profundidade o trabalho tem que ser o mais proveitoso possível[24].

Visando otimizar esse processo, a Teoria do Processamento de Informação advoga a necessidade de estarmos ensinando aos nossos alunos as estratégias de aprendizagem. Por exemplo, deve ensinar o discente a anotar pontos importantes durante a exposição, pois como já foi mencionado, a nossa Memória de Trabalho é limitada no que tange a capacidade de armazenamento[25]. Na leitura do capítulo em questão,

percebemos que as autoras, de forma indireta, trabalharam a perspectiva de ensino de estratégias de aprendizagem.

Em síntese, pode-se concluir, pela leitura do livro "Ensinar História", que sua abordagem está inserida no contexto historiográfico que prioriza o rompimento com o modelo de ensino factual de História, ainda presente em muitas salas de aula. Para tal, enfatiza a necessidade de trabalharmos o Ensino de História de forma significativa, usando novas fontes e abordagens. Outro ponto a ser destacado é a aproximação das didáticas expostas no livro sobre Ensino de História com a Psicologia Educacional e a Pedagogia. Esse diálogo interdisciplinar é de suma importância, pois entendemos que essa relação contribuirá para inserção de novos subsídios visando o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem de História.

Notas finais:

[1] PERINI, Sílvia. **Psicologia da educação.** A observação científica como metodologia de estudo. São Paulo: Paulinas, 2003.
[2] CUNHA, Marcus Vinicius. **Psicologia da educação.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
[3] WOOLFOLK, Anita E. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
[4] BZUNECK, José Aloyseo .Aprendizagem por processamento da informação: uma visão construtivista. In: BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo. **Aprendizagem**: processos psicológicos e o contexto social na escola. Petrópolis: Vozes, 2004.
[5] Id. Ibid.
[6] Id. Ibid.
[7] Id. Ibid.
[8] Id. Ibid.
[9] MAURI, Tereza. O que faz com que os alunos aprendam os conteúdos escolares. In: COLL, César et al. **O construtivismo na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
[10] BZUNECK, op. cit.
[11] Id. Ibid.
[12] SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.
[13] JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. História, política e ensino. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.
[14] SCHMIDT;CAINELLI., op. cit.
[15] Id. Ibid., p. 61-62.
[16] BZUNECK, op. cit.
[17] SCHMIDT;CAINELLI., op. cit., p. 62.
[18] Id. Ibid.
[19] BZUNECK, op. cit.
[20] Id. Ibid.
[21] SCHMIDT;CAINELLI., op. cit., p. 63.
[22] Id. Ibid.
[23] Id. Ibid., p. 65
[24] BZUNECK, op. cit.
[25] Id. Ibid.

NARRATIVAS E LEITURAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Alamir Muncio Compagnoni

A participação no seminário "Investigar em Ensino de História" com a professora doutora Isabel Barca (Universidade do Minho Portugal) promovido pela UFPR em 10-09-2003 à 25-10 2003 em Curitiba, propunha que os participantes desenvolveriam um trabalho de pesquisa junto a seus alunos, unindo teoria a prática de sala de aula. Esse trabalho deveria ser aplicado em sala de aula, o qual deveria partir de um tema onde se exploraria os conceitos tácitos dos alunos. Definido o tema " Cidadania" passou-se então a organização do recorte que seria dado na temática.

Foram elaboradas questões aos alunos para investigar os conceitos tácitos que estes tinham a respeito do tema. Foi então que surgiram várias questões como investigar dos alunos qual seu conceito de cidadania no espaço escolar, porem conclui-se que seria mais viável que se fizessem questões abrangentes e não direcionadas. Elaborou-se as seguintes questões para aplicar aos alunos.

1. Você é cidadão? Por quê?
2. Desenhe e escreva um ato de cidadania.

A partir disso, passou-se a discutir que recorte poderia ser dado para o desenrolar das próximas aulas.

Esta experiência foi realizada numa turma de 8ª série do professor Alamir M. Compagnoni, da Escola Municipal João Sperandio, situada em Araucária, no Estado do Paraná. A População-alvo se caracteriza por residir em uma região que pode ser chamada de transição entre a zona urbana e rural. Assim, muitos deles ainda possuem valores relacionados ao modo de viver nas comunidades menores, onde todos se conhecem e apresentam práticas de companheirismo, solidariedade e respeito.

A profissão do professor é reconhecida pelos membros da mesma. A turma é composta de alunos de 13 a 18 anos e têm acesso à mídia, principalmente televisão, embora tenha pouquíssimo acesso à internet. Uma parte significativa é descendente de imigrantes ucranianos e poloneses. Todos os trabalhos dos alunos desta turma foram sendo

lidos e, a pedido da professora Isabel, foram sendo categorizados. O grupo foi organizando as respostas dos alunos de acordo com a conotação dada para o sentido de Cidadania, tanto da resposta à primeira questão (Você é cidadão? Por quê?), quanto da segunda (Desenhe e escreva um ato de cidadania) sendo que, se haviam vários sentidos diferentes de um mesmo aluno, estes eram contados mais de uma vez. Ficou também decidido que todos deveriam ler o texto "Investigação Qualitativa em Educação" 2 com ênfase na análise de dados, p. 220 a 239.

No próximo encontro (12/09) o grupo terminou o trabalho de categorização das respostas dos alunos que foram representados no gráfico a seguir.

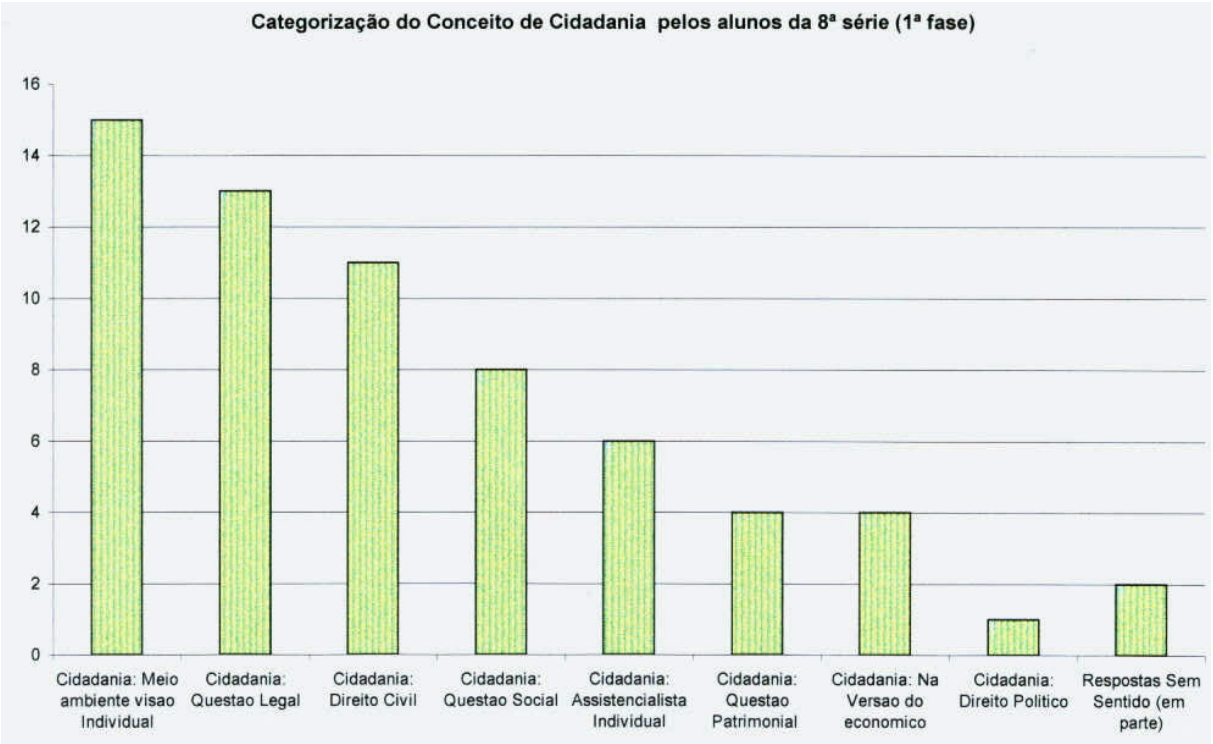

Próximo passo seria como encaminhar a intervenção pedagógica no sentido de ampliar o conceito de cidadania dos alunos.

Diante das respostas dos alunos ficou claro, a necessidade de interferir de modo a ampliar o aspecto de direito civil. Sendo assim se definiu pelos seguintes documentos: Ato Institucional nº 5 (1968), onde se proíbe, entre outras coisas, a liberdade de expressão e para se contrapor a isto, uma charge de Ziraldo sobre a mesma temática, e ainda, a música "Apesar de você", de Chico Buarque de Holanda (1970). Desta forma, tem-se um

documento oficial, cerceando a liberdade de expressão e de outros dois documentos transgressores. Incluindo ai também a constituição de 1988, especialmente o artigo 5 do Direito Civil, onde se prevê a liberdade de expressão a todos os cidadãos brasileiros. A opção por trabalhar com fontes e documentos díspares nos remete ao trabalho desenvolvido em Portugal pela professora doutora Isabel Barca, que nos serviu de referencia "aprender a pensar em história : um estudo com alunos do 6ª ano de escolaridade" (Barca 2000).

No dia 17/09/03 ocorreu a aula proposta no "Seminário: Investigar em Ensino de História" com os alunos da 8ª série da Escola Municipal João Sperandio, ministrada pelo professor Alamir e tendo como observadoras as professoras Aurora, Elenice, Lindamir e Catharina. A aula teve início às 15:30 horas e término às 17:00 horas. A sala estava preparada com retroprojetor, tela, aparelho de som e filmadora que foi utilizada pela professora Lindamir. O professor iniciou seu trabalho apresentando aos alunos os professores observadores e os motivos que levaram a essa prática em sala de aula. Explicou que a primeira fase do trabalho ocorreu quando os mesmos responderam uma questão e desenharam a outra sobre a cidadania. Com o material que foi respondido pelos alunos, o grupo organizou as respostas em categorias e utilizando uma transparência com o gráfico obtido procurou mostrar em que categorias suas respostas se enquadravam. Alguns alunos participaram e ajudaram a relembrar o que fizeram. Outros pediram mais explicações sobre os gráficos e houve um interesse especial em torno das duas respostas que não tinham sentido. Explicitou ainda que foi decidida a necessidade de ampliar a dimensão política da cidadania.

Após os esclarecimentos sobre o gráfico, o professor Alamir iniciou a segunda fase da aula fazendo uma contextualização, utilizando as transparências preparadas, abordou o tema "Aspectos da Construção da Cidadania no Brasil: 1824 a 1988". Inicialmente o professor direcionou o conteúdo da Constituição de 1824, destacando os artigos 5º e 6º, que regulamentavam a vida dos brasileiros até 1891. Destacou a interferência religiosa e sua ligação com o cidadão brasileiro. E questionou: "Essa Constituição inclui a todos ou exclui alguém?" Os alunos manifestaram-se citando os excluídos: pobres, estrangeiros, escravos,

mulheres, pessoas de outras religiões. Seguiu-se com a transparência de uma imagem do Pelourinho com um escravo sendo açoitado e o povo assistindo. Várias questões foram levantadas pelo professor, por exemplo, "que atitudes eu teria se eu estivesse lá?" Após algumas opiniões de alunos o professor ressaltou a resistência por parte de movimentos revolucionários como os Quilombos, a Cabanagem e outros. Em seguida, foi utilizadas outra transparência com imagem de indígenas, que também não eram cidadãos, segundo a lei. O professor também relembrou a assinatura da Lei Áurea, mas apesar da sua importância, ela não trouxe mecanismos para a inclusão mais efetiva do ex-escravo na sociedade. Ela não previa, por exemplo, que um escravo liberto tivesse direito a uma determinada quantidade de terra.

Utilizando nova transparência sobre a Constituição de 1891, o professor explica que esta regeu a vida dos brasileiros até 1934. Foi destacado o direito de voto, porém alguém ainda não conquistou o direito de participação. Novamente os alunos apontaram os excluídos: militares, analfabetos e mulheres. Estas possuíam a condição de dona de casa. Foi utilizada uma imagem de mulheres costurando e foi apontado mais um movimento de resistência: a Greve de 1917, incluindo a participação das mulheres. O professor segue contextualizando que em 1930 Getúlio Vargas assume o poder. Era um populista e um ditador. Após a Revolta Constitucionalista de 1932 em S. Paulo ele elabora uma nova constituição: A Constituição de 1934.

Então nova transparência é utilizada, abordando a Constituição de 1934. É dado destaque ao artigo 108 que descreve os eleitores e seus direitos. Os alunos participam novamente citando os excluídos: analfabetos; mendigos e alguns militares. E dão ênfase à participação das mulheres que conquistaram o direito do voto. Nesse momento houve um problema com a filmadora, que não pode mais ser utilizada. Ficou claro que os alunos sentiram-se mais descontraídos a partir desse fato. O professor Alamir continuou explicando e mostrou mais uma transparência que era uma charge sobre o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para explicar sobre do golpe de 1937, quando ocorreu a eliminação dos direitos políticos.). Os alunos levantaram a seguinte questão: "Getúlio

acabou com direitos que a população lutou para conquistar, então ele era esperto e sabia tudo?" Após um debate sobre a questão uma outra transparência é utilizada.

Essa transparência foi sobre a Constituição de 1946 e destacou o artigo 131 que diz sobre quem eram os cidadãos da época, pois ela ocorreu após o término da 2ª Guerra Mundial. Mais uma vez os alunos destacaram os excluídos: analfabetos, os imigrantes. Houve um questionamento, nesse momento, perguntando quem era descendente de imigrantes e alguns se manifestaram dizendo que seus bisavós ou avós eram imigrantes poloneses e ucranianos.

Em seguida o professor explicou sobre o Golpe Militar de 1964, destacando alguns acontecimentos políticos da época. A opressão política é grande, mas há movimentos de resistência. Há confrontos entre militares e jovens. Alguns são mortos e outros desaparecem. Muitas pessoas são exiladas.

Nesse momento foram distribuídos quatro documentos para os alunos: três, sobre o período da Ditadura Militar e um, com um fragmento do artigo 5º da Constituição de 1988. O documento 1 traz uma parte do Ato Institucional nº 5. O professor explicou que essa lei imposta pelos militares era uma forma de expressar e legitimar a força desse poder militar. Houve outros Atos Institucionais impostos pelos militares, mas o número cinco foi o mais ditatorial. Depois os alunos e professor discutiram o documento número 2, que é uma charge do Ziraldo representando o poder militar. O documento número 3 é a música "Apesar de Você" que foi ouvida e discutida por todos, deixando-se claro o envolvimento dos intelectuais no movimento de resistência à opressão política. Ressaltou-se também, que estes utilizavam metáforas para denunciar os atos abusivos praticados pelo Regime Militar e cultivavam a esperança de que um dia ele acabaria. A professora Lindamir ressaltou que o compositor fazia uma crítica indireta, utilizando metáforas. E explicou que a expressão "pra ver o jardim florescer", por exemplo, se refere à esperança da volta da democracia. E os alunos perguntaram e comentavam: "Eram os generais quem mandavam? E que um dia o general ia parar de mandar? É triste não poder se manifestar!" O professor retomou o conteúdo mencionando que, após muita luta, violência e passeatas o Brasil retorna à

democracia e produz-se a Constituição de 1988. E explicou que o documento número 4 foi uma parte do artigo 5º dessa Constituição. Foi pedido que os alunos comparassem rapidamente qual a diferença entre este último documento e os outros. Eles interviram dizendo que estava claro que atualmente todos têm o direito de argumentar e de se expressar livremente, ao contrário dos outros. Após outros breves esclarecimentos, os alunos receberam o instrumento e iniciaram a atividade com bastante interesse. Como não houve tempo para terminar, o professor Alamir recolheu os documentos e o instrumento, que lhes foi entregue novamente no dia seguinte para a finalização da atividade.

No dia 18/09/03, o grupo voltou a reunir-se no Seminário, onde apresentou à professora Isabel Barca o trabalho que foi desenvolvido com os alunos. Segundo a professora Isabel, para que fosse possível analisar a ampliação do conceito de cidadania pelos alunos seria necessário que fosse aplicado o mesmo instrumento de investigação dos conceitos tácitos aplicado na primeira aula e que o instrumento utilizado como avaliação final (Anexo 8), serviria para outra pesquisa. Mas infelizmente não havia tempo para essa outra pesquisa. Portanto definiu-se que o professor Alamir, ao retomar a aula com a turma, aplicaria novamente as questões aplicadas na primeira aula, para que o grupo pudesse analisar posteriormente.

Em 24/09/03, o grupo com os professores Alamir, Evaristo, Lindamir, Aurora, Andréa, Matilde, Catharina e Elenice se reuniu novamente na UFPR sob a orientação da professora Isabel Barca, com a colaboração da professora Maria Auxiliadora para analisar os trabalhos dos alunos após a aula do dia 17/09/03 e posterior aplicação do instrumento da primeira aula, pelo professor Alamir. O instrumento produzido pelos alunos, depois da intervenção, foi lido e organizado nas mesmas categorias utilizadas na primeira fase e está representada no gráfico a seguir.

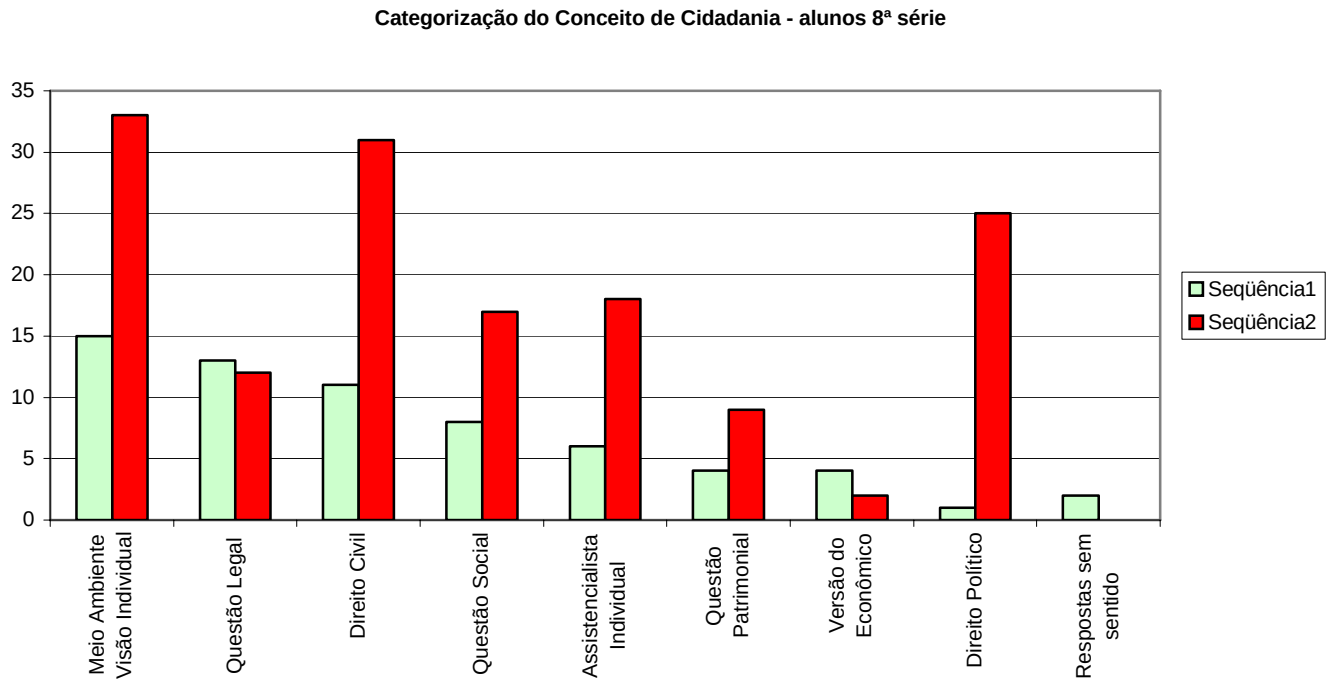

O grupo de professores fez as seguintes considerações finais sobre a mudança conceitual dos alunos:

A visão em relação ao coletivo foi ampliada, pois uma grande parte dos alunos perceberam a importância de ações coletivas e não apenas individuais, embora alguns tenham continuado com a mesma visão individualista após a intervenção;

Houve uma ampliação em relação à expressão dos alunos pelo desenho, que se expressaram, de uma maneira geral, com mais recursos em relação à primeira fase, como pode ser observado no desenho a seguir. Este fator é creditado ao uso de várias linguagens na intervenção (charge, música, imagens variadas, documentos).

Na segunda fase os alunos escreveram sobre o direito de expressão, a possibilidade de falar, criticar e até avaliar as administrações.

E ainda um outro fator que é a preocupação com a cidade, com a preservação do patrimônio, onde não se registrou mudança conceitual. Isso pode ser explicado pela intervenção não ter sido planejada nesse sentido.

Quanto à questão pontual da intervenção sobre o direito político verificou-se uma grande ampliação.

E um último comentário do professor Evaristo: a intervenção poderá ser continuada a partir das categorias que não foram ampliadas, como por exemplo, a cidadania na versão do econômico e na questão patrimonial. E ainda, a conclusão de que o professor também é atingido pela necessidade de rever seus conteúdos e sua metodologia.

Após a realização da avaliação a equipe discutiu a melhor forma de apresentar o trabalho para os outros grupos. Foram selecionados alguns trabalhos escritos com o objetivo de comparar o antes e o depois, demonstrando a ampliação do conhecimento. Foram escolhidos também alguns desenhos para fazer transparências, pois os alunos demonstraram uma preocupação em expor seus pensamentos dessa forma. A apresentação final foi realizada no dia 25/09/03.

ALAMIR MUNCIO COMPAGNONI

Notas

1 BARCA, Isabel. Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade. In: Revista Portuguesa de Educação, 2001, 14(1), p. 239-260.

2 BOGDAN Robert e BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, p. 220-240.

3 FOSNOT, Catherine Twormey. Construtivismo e educação. Teoria, perspectivas e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

4 SANTOS, Maria Eduarda. Mudança Conceptual na sala de aula. Um desafio pedagógico epistemologicamente fundamentado. Lisboa: Livros horizonte, 1998.

5 BARCA, Isabel. O pensamento histórico dos jovens: idéias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica. Braga (PT): Universidade do Minho,2000.

Política e trabalho na transição do século XIX para o XX: estudo de trajetórias de integrantes do Centro Operário da Bahia

Aldrin Castellucci
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

No início de outubro de 1895, o mestre de obras Domingos Silva, fez, através da grande imprensa, reiterados apelos aos trabalhadores para que estes participassem das eleições que seriam realizadas naquele ano. Em um manifesto intitulado *"Aos Operários"*, ele argumentava que "o direito de votar é um dos primeiros que distinguem e validam o cidadão perante o país, e por isso torna-se necessário e de alta conveniência, que todos, principalmente os pequenos e perseguidos, como nós, operários, não se abstenham nem se descuidem de qualificar-se eleitores, para não perder o direito de cidadão votante". Informava que o período de alistamento se estenderia do dia 3 ao dia 13 daquele mês, e, justificava, "todos, sem exceção de um só, achando-se nas condições exigidas pela lei, devem constituir-se com o direito de votar, uma vez que lhes assiste também o direito de somente usá-lo, quando quiserem e entenderem". O empenho do capitão Domingos Silva para convencer os trabalhadores a se envolverem na luta político-eleitoral daquele ano fora tão intensa, que ele chegou a formular e divulgar, em tal manifesto, um modelo de *petição* a ser preenchida pelos operários e encaminhada à junta qualificadora de seus respectivos distritos eleitorais, além de indicar os documentos e demais procedimentos necessários ao êxito do processo.[1]

Domingos Silva e seus companheiros não estavam sozinhos. A passagem do Império para a República foi marcada pelo surgimento de um forte clima de otimismo e grande expectativa, por parte de largos setores da classe operária, de melhorar a sua condição social e influenciar nos processos de decisão política do Brasil. De Norte a Sul do país, inúmeras organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas foram fundadas.[2] Em Salvador, um certo Partido Operário Bahiano fora fundado em 1890[3], mas, depois de várias dissensões internas relacionadas à eleição de representantes para a Constituinte daquele ano, transformou-se no Centro Operário da Bahia em 6 de maio de

1894.[4] Mais tarde, um seguimento ideologicamente mais definido de seus militantes fundou o Club Socialista, em 1º de maio de 1901[5], e a Federação Socialista Bahiana, em 14 de agosto de 1902.[6] Em torno dessas três organizações, foram fundados, ao longo da primeira década do século XX, os primeiros sindicados operários baianos.[7]

Nosso argumento central nesta comunicação é o de que o Centro Operário da Bahia cumpriu um papel relevante nos arranjos políticos das elites baianas ao longo da Primeira República, conseguindo mobilizar amplos setores da classe operária para apoiarem determinados candidatos e chapas situacionistas ou oposicionistas nas eleições do período.

Nesse sentido, o ano de 1919 é emblemático, pois além de representar um momento de grande tensão e conflito interoligárquico, foi carregado de magnetismo entre a classe operária e as máquinas político-eleitorais. Na eleição de abril de 1919 para presidente da república, por exemplo, o grupo de Júlio Fernandes de Leitão, presidente do Centro Operário entre maio de 1917 e maio de 1919, hipotecou seu apoio à candidatura de Ruy Barbosa, ao passo que a outra facção daquela entidade juntou-se às organizações sindicais dos estivadores, carregadores, foguistas e marítimos, e pediram votos para Epitácio Pessoa, conforme desejo do então senador federal J. J. Seabra e do governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão. Além disso, apoiaram o mesmo grupo oligárquico no pleito de janeiro daquele ano, em que seriam renovados a Câmara e 1/3 do Senado do Estado.[8] Por sua vez, o mestre de obras Eugênio Antonio Cardoso, presidente do Centro Operário entre maio de 1919 e maio de 1921, aliou-se a outras lideranças, como o muito popular rábula Cosme de Farias, e, juntos, carrearam votos para J. J. Seabra no pleito que o consagrou governador da Bahia pela segunda vez, em dezembro de 1919.[9]

Em alguns momentos, algumas lideranças operárias e socialistas apresentaram-se como representantes do operariado nas viciadas eleições da República Velha, principalmente para os cargos do legislativo municipal e estadual. Muitas vezes, as chamadas “candidaturas operárias” ou “candidaturas da classe operária” integravam uma das chapas das oligárquicas elites locais. Foi isso o que aconteceu na eleição municipal de outubro de 1919, na qual os nomes de Júlio Fernandes de Leitão, Prediliano Pereira Pitta,

Ismael Ribeiro dos Santos e Manuel Querino, todos antigos integrantes da cúpula do Centro Operário, foram apresentados como candidatos a conselheiros municipais numa chapa ligada à oposição capitaneada por Ruy Barbosa.[10]

Na maioria dos casos, nos momentos de pleitos institucionais e nas eleições para a diretoria do Centro Operário, os alinhamentos políticos levavam à formação ou ao estremecimento das facções, conflitos internos, dissidências e rearranjos. Nesse caso, nossa hipótese é a de que tais cisões no interior da associação estavam informadas pelo facciosismo dos partidos oligárquicos. O conflito interoligárquico parece ter sido transportado para o interior do Centro Operário, e o modo como ocorriam as lutas entre as facções operárias guardava uma semelhança muito grande com a forma como as classes dominantes disputavam o aparelho de Estado. Na eleição que escolheria os dirigentes da entidade para o quatriênio de 1903 a 1907, por exemplo, as chapas da situação – presidida por Fernando da Costa Bastos e apoiada por Ismael Ribeiros dos Santos – e da oposição – liderada por Domingos Silva – não chegaram a um consenso sobre o resultado do pleito. Enquanto os primeiros diziam ser os vencedores com 416 votos contra 121, seus antagonistas asseveravam que o resultado teria sido de 417 a 127 a seu favor.[11]

A crise gerada pela duplicata de poderes, iniciada em abril de 1903, estendeu-se por anos, sempre tendo Domingos Silva, de um lado, e Ismael Ribeiro dos Santos, de outro. É que, tendo saído derrotado da contenda interna, Domingos Silva e seu grupo procuraram articular, ainda em 1903, seus contatos e aliados no jogo oligárquico, inclusive apelando para o presidente da república Rodrigues Alves e seus ministros J. J. Seabra, marechal Paula Argolo e barão do Rio Branco.[12] Em maio de 1905, Domingos Silva e seu séqüito realizaram reuniões visando a manifestar apoio à candidatura de Ruy Barbosa à presidência da república. Além disso, homenagearam o deputado federal João Neiva, cumprimentando-o por sua suposta “amizade pela classe operária”.[13] Em seu enfrentamento com a facção rival, Domingos Silva apelou, também, para a Justiça, interpondo uma ação contra o Conselho Executivo do Centro Operário empossado em 1903. Derrotado na 1ª Vara Cível, recorreu ao Supremo Tribunal de Apelação e Revista do Estado, que anulou a eleição de 5

de abril de 1903, destituiu o Conselho Executivo empossado a partir daquele pleito e ordenou que a diretoria anterior assumisse interinamente, procedendo a novas eleições. Porém, a vitória de Domingos Silva e seus aliados parece ter sido limitada, pois a antiga diretoria era presidida pelo próprio Ismael Ribeiro dos Santos, seu arquiinimigo. Ainda assim, Fernando da Costa Bastos opôs embargo ao aresto, alegando que seus opositores haviam sido expulsos do Centro Operário por estarem, há muito tempo, inadimplentes. De todo modo, a decisão favorável a Domingos Silva foi confirmada em outubro de 1906, mas, em fins de 1908, ele ainda ressentia-se dos recursos protelatórios e da desobediência às ordens judiciais praticadas por seus rivais. O clima de tensão entre as facções continuou, e nas eleições realizadas entre 1911 e 1915, foram registrados novos conflitos envolvendo Domingos Silva, Ismael Ribeiros dos Santos e diversos outros militantes do Centro Operário, além do chefe de polícia José Álvaro Cova.[14]

Por último, é preciso dizer que as relações da classe operária com os políticos tradicionais não parecem ter seguido uma lógica de mão-única. Os integrantes das máquinas oligárquicas também buscavam estreitar seus vínculos com os trabalhadores. Em maio de 1910, por exemplo, a *Gazeta do Povo*, órgão do PRD, emplacou uma matéria de primeira página intitulada “o voto operário”, na qual pedia aos operários do primeiro distrito eleitoral que votassem no doutor Freire Filho para deputado federal. O próprio presidente da república, Hermes da Fonseca, visitou a sede do Centro Operário, em julho de 1911, acompanhado de J. J. Seabra, recebendo o diploma de sócio honorário da entidade.[15]

Desse jogo, então, estruturou-se uma rede de clientelismo por meio da qual o Centro Operário beneficiou-se de *isenções de impostos*[16], doações, favores e recursos conseguidos ou mediados pelos *sócios honorários*[17] e *beneméritos*[18] e, fundamentalmente, das crescentes *subvenções diretas*, em dinheiro, que vinham dos poderes municipais, estaduais e federais, fartamente documentadas nos relatórios da entidade, e também conseguidas através daquelas figuras de prestígio e poder.

Esse comportamento dos membros do Centro Operário da Bahia não pode ser compreendido sem que consigamos saber, antes, quem eram aqueles sujeitos, qual era a

composição social daquela entidade e quais eram as forças políticas que atuavam no seu interior. Recuperar alguns elementos da biografia daqueles personagens não tem sido tarefa fácil. Uma fonte memorialística oficial de 1923 dava conta de que, quando fora fundado, em 1894, o Centro Operário possuía cinco mil membros.[19] Pelos relatórios, pudemos verificar que tal número caíra para quatro mil em 1902-1903, e logo a média de filiados passou a ser de mais ou menos mil. Em 1916, eram 996, passando para 999 em 1917, 1.033 em 1918 e 1.200 em 1919. Ainda assim, são números altos para a época.[20]

Nosso primeiro procedimento metodológico, então, foi compor uma lista dos sócios da entidade. Para tanto, usamos como fontes os já referidos relatórios, em geral anuais ou bianuais, nos quais encontramos os nomes completos dos dirigentes da organização, dos sócios falecidos, dos recém-integrados, dos desligados por inadimplência ou por outra infração dos estatutos, dos diretores eleitos / empossados, além dos sócios benfeitores, beneméritos e honorários, categorias nas quais podemos encontrar mais pessoas de fora do mundo operário. Por meio de crônicas de época, necrológios, manifestos, convocatórias, nominatas de chapas concorrentes em eleições e matérias publicadas na imprensa sobre o assunto, pudemos ampliar ainda mais aquela lista inicial.

O segundo passo foi, de posse daquela lista, que a essa altura já continha 352 nomes, verificar para quantos deles seria possível localizar testamentos, inventários e outros documentos da seção judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Essas fontes são reveladoras não apenas da realidade material de uma sociedade – seus sinais e níveis de riqueza e de pobreza - o que por si mesmo já é muito importante; em nosso caso, elas também foram importantes indicadoras da filiação, cor, naturalidade, nacionalidade, estado civil, profissão ou ocupação exercida pelos atores em estudo, suas estratégias, estilos e condições de vida e de trabalho, as redes de solidariedade em que estavam envolvidos, inclusive indicando, muitas vezes, as entidades religiosas, mutualistas, sindicais e políticas das quais tinham feito parte.

De nossa amostra de 352 pessoas integrantes do Centro Operário da Bahia, conseguimos encontrar testamentos e / ou inventários para 64 deles.[21] Os dados ainda

estão sendo quantificados, mas, combinando as informações extraídas desse amplo e diversificado conjunto de fontes, chegamos a um quadro revelador. Até o momento, a pesquisa nos tem mostrado uma entidade formada basicamente pelo setor qualificado da classe trabalhadora, ou seja, pelos artífices. As evidências mostram, também, uma organização socialmente híbrida, isto é, além de agregar uma maioria de artesãos, ela abrigava também mestres, pequenos empreiteiros, pequenos proprietários de oficinas e até comerciantes, sem contar as muitas autoridades e profissionais liberais que integravam o Centro na condição de sócios honorários, beneméritos e benfeitores. Tudo indica que os trabalhadores desqualificados ou semiqualificados - os operários fabris, particularmente os do setor têxtil e fumageiro -, estavam excluídos de qualquer forma de organização autônoma, ou seja, estavam presos às beneficentes das empresas, ou sua presença era muito difusa e sem importância na base do Centro Operário. Os estivadores e marítimos e os carregadores, apesar de associados, respectivamente, ao Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar na Bahia e à União Operária dos Carregadores, que, por sua vez, eram sociedades vinculadas à Federação Socialista, não parecem ter integrado organicamente o Centro Operário. Como a maioria dos nossos sujeitos históricos era formada por uma multidão negro-mestiça brasileira, e que um número muito grande deles nasceu de meados para o final do século XIX, portanto, sob o Império, é plausível supor que uma parte significativa desses homens tenha vivido sob a experiência da escravidão ou que seja descente de escravos, fato que certamente deve ter influenciado em seu comportamento político, no modo como lidavam com a *lei*, na visão que tinham de mundo, nas escolhas ideológicas que faziam, no seu campo de ação e na forma como esses trabalhadores se relacionavam com as outras classes e frações de classe da sociedade baiana. Daí que um número muito grande de filiados tenha feito parte de uma verdadeira constelação associativa, formada por muitas irmandades religiosas negras, sociedades mutualistas, sindicatos etc., nas quais já faziam política desde o oitocentos.

A análise da amostra tem evidenciado, também, que aquele era um mundo masculino, em que as mulheres não podiam ocupar cargos de direção, nem mesmo filiar-se.

Elas eram, segundo a Constituição da entidade, apenas, as beneficiárias, juntamente com seus filhos. Isso talvez explique por que a associação tinha forte penetração no mundo artesanal, mas tivesse um desempenho pífio no setor fabril: era lá, principalmente nas fábricas têxteis de Salvador e de charutos das cidades do Recôncavo, que elas estavam, vivendo sob a rígida disciplina e controle paternalista dos patrões e de seus agentes. Como não podiam participar do Centro, algumas delas – as que pertenciam à fração de classe que dispunha de uma maior autonomia – resolveram criar a sua própria associação, a União Socialista das Costureiras.

Como bem observaram Claus Offe e Helmut Wiesenthal, os interesses de classe dos trabalhadores só podem ser *defendidos* na medida em que são *redefinidos* no próprio processo de construção de suas organizações.[22] A *redefinição de interesses* deve garantir coesão interna por meio da construção de uma identidade baseada no contraste dos interesses de classe dos operários e dos patrões. No caso do Centro Operário da Bahia, a pouca penetração no mundo operário fabril e a convivência entre artesãos e mestres de obras, empreiteiros, proprietários de oficinas e comerciantes, foi um dos fatores que obstruíram a construção de tal contraste e, por conseguinte, dificultou o processo de construção de uma identidade de classe operária.

---

[1] *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 e 11 out. 1895, p. 2.

[2] Ver, entre outros: PÁDUA, J. A. Valladares. A Capital, a República e o Sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados* - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 28, nº 2, p. 163-192, 1985; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe:* operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora da UFPel., 2001; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!:* história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 55-134; SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos*: capítulos da história do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 37-83.

[3] *Jornal de Notícias*, Salvador, 8 e 29 ago. 1890; 3, 9 e 19 set. 1890; 13 e 15 dez. 1890; 18 fev. 1892; *República Federal*, 28 jul. 1890; 6 ago. 1890; 3 e 4 set. 1890; *A Voz do Operário*, Salvador, 19 set. 1891, 2 jan. 1894, 6 mai. 1894 e 2 jan. 1896.

[4] Constituição do Centro Operário da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 30 mai. 1894; 8, 9 e 17 jun. 1894.

[5] *Jornal de Notícias*, Salvador, 28 mai. 1901 e 15 jul. 1901.

[6] *Jornal de Notícias*, Salvador, 18 ago. 1902, p. 1; 13 ago. 1904, p. 1.

[7] Os sindicatos eram a Liga Socialista Protetora dos Sapateiros, a União Socialista das Costureiras, o Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar na Bahia - que aglutinava os estivadores e os marítimos -, a União Operária dos Carregadores – que se declarava “modelada” pelo programa da Federação Socialista Bahiana e “sindicada” ao Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar -, a Liga dos Trabalhadores Socialistas, a Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, a Associação Unificadora dos Trabalhadores em Padaria, o Centro Unificador dos Sapateiros, a União dos Trabalhadores em Viação Terrestre da Bahia, o Sindicato dos Mecânicos da Bahia e o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira da Bahia.

[8] *O Tempo*, Salvador, 9, 10 e 11 jan. 1919; 14 fev. 1919; *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 jan. 1919; *O Democrata*, Salvador, 9 jan. 1919; 11 mar. 1919.

[9] *O Tempo*, Salvador, 24 e 25 out. 1919; 10 nov. 1919; *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 fev. 1920.

[10] *Diário de Notícias*, Salvador, 17 out. 1919.
[11] *Diário de Notícias*, Salvador, 6, 7, 17 e 20 abr. 1903; 6 mai. 1903; *Correio da Tarde*, Salvador, 8, 14 e 30 mai. 1903; *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 jun. 1903; 11 jul. 1903.
[12] *Diário de Notícias*, Salvador, 23, 26 e 30 jun. 1903; *Jornal de Notícias*, Salvador, 23, 26 e 30 jun. 1903; 1, 9 e 11 jul. 1903; *Correio da Tarde*, Salvador, 23 jun. 1903.
[13] *Diário de Notícias*, Salvador, 8 mai. 1905, p. 2.
[14] *Diário de Notícias*, Salvador, 18 nov. 1905; 29 out. 1908; 6 e 24 fev. 1911; 7, 9 e 24 mar. 1911; 1, 4, 7, 8, 11 e 17 abr. 1911; 6 e 8 mai. 1911; 27 e 28 fev. 1912; 5 e 14 mar. 1914; *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 e 29 mai. 1912; 25 jun. 1912; 1, 3, 4, 10, 16, 18, 20 e 23 jul. 1912; 12 abr. 1915; *Diário da Bahia*, Salvador, 13 abr. 1915.
[15] *Gazeta do Povo*, Salvador, 25 mai. 1910; *Diário de Notícias*, Salvador, 12 e 17 jul. 1911.
[16] Em 1912, por exemplo, foi apresentado um projeto ao Conselho Municipal de Salvador pelo qual concedia-se isenção de todos os impostos municipais à Cooperativa de Consumo do Centro Operário. O mesmo Conselho Municipal aprovou, e a Intendência de Salvador sancionou, outra lei isentando a entidade do pagamento do imposto de décimas em 1916. *Jornal de Notícias*, Salvador, 23 jul. 1912; CENTRO Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em sessão de 1º de maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1917.
[17] Um bom exemplo da intermediação de figuras de prestígio na consecução de recursos para a entidade pode ser visto já em 1896. Naquele ano, o Centro Operário comprou uma nova sede, saindo da rua Direita do Palácio (depois rua Chile) e indo para o Palacete Ferrão, no Maciel de Baixo, comprado por 36:000$000. O dinheiro para a operação foi inicialmente emprestado pelo Banco Emissor, mas como a sociedade ainda não dispunha de recursos para saldar a primeira parte da dívida, Ismael Ribeiro dos Santos conseguiu um novo empréstimo no Banco Auxiliar das Classes por meio de um contato com seu presidente, o conselheiro Antônio Carneiro da Rocha. RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário Falando a Verdade*. s.c.p., 1930, p. 10-14.
[18] O já citado relatório da entidade referente ao biênio de abril de 1917 a março de 1919 dava conta da existência de 45 sócios beneméritos entre autoridades públicas, parlamentares, professores, médicos, farmacêuticos, advogados, militares, clérigos, comerciantes e outros. Na longa lista, constavam os nomes do marechal Hermes da Fonseca, do senador J. J. Seabra, do governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão, dos deputados federais Mário Hermes da Fonseca e João Augusto Neiva, do chefe de polícia José Álvaro Cova, do professor Torquato Bahia da Silva Araújo e outros. O conselheiro Braúlio Xavier chegou a ser agraciado com o título de presidente honorário do Centro Operário em 1913.
[19] DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 351, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário.
[20] RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Typographia Passos, 1900; RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903; RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do sr. Felippe Tranquilino de Castro. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios, 1910; RELATÓRIO da Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, do Exercício de 1º de abril de 1912 a 31 de março de 1913, apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo Prediliano Pereira Pitta, aprovado em Assembléia Geral de 18 de maio de 1913. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios, 1913; CENTRO Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em sessão de 1º de Maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios, 1917; CENTRO Operário da Bahia. Relatórios apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembléias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios, 1919; RELATÓRIOS do Centro Operário da Bahia apresentados pelo Coronel Eugenio Antonio Cardoso, Presidente do Conselho Executivo. Exercício de 1º de abril de 1919 a 31 de março de 1921. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios, 1921.
[21] A inexistência de inventários e / ou testamentos para os outros 288 membros pode ser explicada de duas maneiras: a primeira hipótese é a de que eles eram tão pobres, que não tinham nada a legar, portanto, não caberia recorrer aos serviços das autoridades para tal registro. Isso fortaleceria a idéia de uma organização essencialmente, embora não exclusivamente, operária. A segunda hipótese é a de que a documentação tenha sido extraviada, destruída, ou ainda, esteja indisponível, talvez em antigos cartórios. Essa também é uma possibilidade plausível. Por fim, a idéia de que tivesse acontecido um pouco das duas coisas também não é absurda.
[22] OFFE, Claus & WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, Claus (org.). *Problemas estruturais do Estado capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 55-118.

Inventário Documental dos Açudes Públicos do Estado do Ceará do Acervo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS): Documentos para a História da Ciência e Tecnologia (1909-1950)

Alênio Carlos Noronha Alencar[1]

Este trabalho busca relatar as experiências adquiridas no âmbito do Projeto "Memória Científica e Tecnológica do Semi-Árido Brasileiro" (MECITSAB)[2], uma parceria entre a UFC, CNPq e DNOCS, quanto ao desenvolvimento de uma pesquisa junto ao acervo documental do DNOCS[3], no intuito de se fomentar um Centro de Documentação e Referência do Semi-Árido. Os objetivos do projeto foram: diagnosticar o acervo documental (mensuração, condições de segurança da documentação, identificação da massa documental); elaborar um código normativo a ser seguido pelo referido Departamento, visando resguardar a proteção/ integridade do material; selecionar material a ser inventariado, de acordo com o interesse para a memória da ciência e da tecnologia; dentre outros.

Mediante isso, buscamos dividir o texto em dois momentos. O primeiro aborda todo o trajeto da equipe de trabalho quanto à realização do processo de avaliação das condições ambientais do acervo documental, enunciando tanto as dificuldades, como os avanços com relação ao percurso tido. O segundo busca dar conta do inventário dos Açudes Públicos do Ceará, ressaltando cada etapa prevista e realizada conforme o plano de trabalho do projeto. Consideramos importante narrar estas duas fases porque a pesquisa histórica não é somente o ato de colher o que é de interesse de uma determinada memória, como também ficar atenta a outros elementos que salvaguardam essa memória, que é a sua guarda e preservação. Sem o primeiro momento, seria impossível mensurar o quão crítico encontra-se o estado de conservação de tais documentos, o que passaria despercebido caso ficássemos a relatar e transcrever somente o segundo.

Nesse sentido, o primeiro passo da pesquisa foi o diagnóstico do acervo documental. Apesar de serem muitos os locais visitados pela equipe do projeto, aqui, nos deteremos somente ao acervo onde estão localizados os documentos dos Açudes Públicos do Ceará, foco do nosso trabalho.

Acervo Documental

Os documentos dos Açudes Públicos do Ceará se encontram em arquivo localizado no andar térreo, da Coordenadoria Estadual da 2ªDR[4], sob condições pouco adequadas no que concerne ao espaço, as condições físicas e climatização. Em razão do alto nível de salinização e ausência de um trabalho de manutenção mais adequado, algumas das instalações elétricas e outros equipamentos e materiais oxidáveis apresentam certo grau de comprometimento.

Notamos que parte do acervo está relativamente organizado, disposto em pastas suspensas, acondicionadas em 22 arquivos de trilhos e 35 estantes de projetos. Também encontramos estantes de gavetas para mapas e projetos. O estado de conservação das pastas é precário, sobretudo aquelas que são mais requisitadas por parte do corpo técnico que as utiliza com certa regularidade[5]. Algumas delas possuem hastes de metal que, sob a ação do alto nível corrosivo da maresia apresentada no local, encontram-se enferrujadas, ameaçando a integridade dos documentos.

O instrumento de pesquisa existente nesse acervo compreende um fichário que, embora esteja desatualizado e não corresponda inteiramente à temática do material existente, nos oferece uma primeira noção do que se pode encontrar na estante, indicando elementos da sistemática adotada para a sua organização. Os critérios principais de consulta são: 1º. tipo de obra executada: açudes (públicos, privados e de cooperação), estradas de rodagem, poços, canais de irrigação, e outros;

2º. os municípios onde estão localizadas as obras. Encontramos também informações sobre a referida obra, tais como: o nome do açude e o município onde foi construído.

Uma das nossas dificuldades iniciais foi o fato de que muitos dos açudes presentes nas fichas levaram o nome de municípios que ainda não tinham sido criados, tidos ainda por localidades ou distritos, o que impedia a sua localização espacial. Diante disso, podemos enumerar alguns outros problemas que nos foram surgindo ao longo da pesquisa nesse fichário, tais como: grande parte das fichas não possuía as mínimas informações possíveis sobre as referidas obras. Citemos o caso de obras que foram executadas, mas que na verdade não levavam o nome específico de sua localização e, quando existia, era um registro superficial.

O local que guarda esse acervo dispõe de dois funcionários do DNOCS que, de forma precária, procuram controlar a entrada e saída das pastas de documentos, sem que, para isso, utilizem instrumentos adequados à fiscalização desse tipo de movimentação[6]. Essas pessoas não possuem uma formação específica voltada para o trabalho com arquivos, tornando a realização de uma gestão documental destinada à preservação do acervo uma tarefa árdua. Devido a isso, muitas pastas não foram encontradas, como também, não foram feitos os registros de quem as tirou, ocasionando, assim, uma perda irreparável para o acervo.

Na ordenação dos documentos que se encontram nestas pastas, que segue a sistemática já mencionada, não conseguimos identificar um critério definido. É possível perceber, pela numeração dada aos documentos, que havia uma preocupação inicial em organizar esse acervo, mas não conseguimos identificar uma lógica geral para essa organização, já que não existe sequer uma normatização para o controle adequado da pesquisa deste acervo.

A ausência de um critério para o acesso e manuseio da documentação, resultou no desmantelamento da ordem anteriormente estabelecida. Isso pode ser observado pela numeração desencontrada dos documentos, o que dificultou inicialmente o nosso manuseio com estes registros, já que muitas informações

faltavam no fichário. Também notamos que mapas, plantas e desenhos consultados não retornavam para o seu devido lugar nos armários, acumulando-se em pilhas.

O conjunto dos materiais não sistematizado que se encontra fora das estantes possui uma diversidade de documentos composta de plantas, correspondências, desenhos, relatórios técnicos, fotos, publicações, projetos técnicos diversos e outros. Essa documentação não possui qualquer sistematização exigindo um trabalho mais minucioso de identificação. Notamos, nessa documentação, muitas informações sobre a construção de rodovias no interior do Ceará na década de 1920. Também encontramos diversas fotografias, slides e outros documentos.

Chamamos atenção para o fato de não existir climatização[7], higienização e himunização dos documentos, colaborando para que uma considerável quantidade dessa documentação fosse parcialmente destruída pela ação de cupins e fungos, além de outros agentes corrosivos. Feito o diagnóstico, passemos para a próxima fase.

Inventário dos Açudes Públicos do Ceará

Mesmo diante da uma *Situação-problema*[8], visto as condições do acervo documental, foi elaborada uma estratégia de intervenção desenvolvida pelo corpo de pesquisadores do projeto, onde a primeira ação foi direcionada ao conjunto de documentos relativos aos Açudes Públicos do Ceará (1909-1980), acondicionados nas pastas contidas na estante de trilho. Essa delimitação teve como critério as condições de higiene em que se encontram esses documentos permitindo maior segurança na sua manipulação.

A relevância e variedade dos documentos contidos nas referidas pastas nos ofereceram uma amostragem bastante representativa dos demais conjuntos de documentos dentro do acervo geral, destacando em meio a essa gama de registro, a presença de importantes estudos realizados ainda no início das ações desenvolvidas

pelo DNOCS, quando se chamava Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS (1909).

A atividade inicialmente executada, com a finalidade de traçar um quadro geral do material contido no conjunto desse acervo, foi a identificação e o inventário dos documentos contidos nas 383 pastas, referentes aos 225 Açudes Públicos do Ceará. Nesse sentido, foi desenvolvida uma tipologia de fonte que possibilitasse a identificação dos documentos disponíveis. Nessa etapa, foram catalogadas informações tais como: tipo de documento, assuntos referidos, datas, profissionais envolvidos e outros. Esses dados foram registrados em fichas relativas a cada uma das pastas dos respectivos açudes. Nessas fichas foram arrolados todos os documentos existentes, colocando em destaque os documentos que possuíam significativa importância para a memória da ciência e tecnologia, conforme um dos objetivos específicos do projeto. A execução desse trabalho seguiu a ordem da disposição das pastas na estante, seguindo a numeração já existente e criando, paralelamente, através de etiquetas coloridas, um controle sistemático do material identificado.

Concluída essa etapa, iniciou-se, através de revisão minuciosa do material inventariado, uma triagem visando selecionar aqueles documentos cujos conteúdos referiam-se a assuntos que abordassem a ciência e a técnica nas ações do DNOCS ao longo do seu tempo. Essa segunda etapa incluiu a revisão das pastas, agora orientada pelas fichas de identificação que foram produzidas na fase anterior do trabalho. Esse procedimento permitiu perceber a ausência de alguns documentos antes catalogados, assim como a diferente ordenação desses documentos nas pastas.

Nessa fase do trabalho foi utilizada uma ficha de registro de dados elaborada com base nas informações recorrentes apresentadas pelos documentos e observadas na fase anterior. Essa ficha apresenta informações mais complexas e minuciosas do tipo área de interesse da ciência e dados técnicos. Cada uma delas refere-se a um documento e não mais ao conjunto de documentos contidos em uma pasta,

objetivando não mais a visão geral do acervo relativo aos açudes públicos, mas uma descrição, pormenorizada, de cada documento relacionado ao interesse da memória científica, possibilitando a elaboração de um *Inventário Analítico das Memórias Justificativas dos Açudes Públicos do Ceará (1909-1930)*, *Inventário Sumário dos Açudes Públicos do Ceará (1909-1980)*, servindo como instrumento de pesquisa para outras produções, como arquivos e fundos de documentos afins.

No *Inventário Analítico*, pudemos arrolar os inúmeros documentos que enfocam a memória da ciência e da tecnologia na construção dos açudes públicos do Ceará. Entre os vários, podemos citar o relatório assinado pelo engenheiro Abelardo Andréa dos Santos, com breve justificativa para a construção da ponte sobre o sangradouro do açude Acaraú-Mirim, em 06 de março de 1916. Neste documento, foram observados vários procedimentos técnicos para construção do açude: revisão do projeto (cálculos e desenhos) da obra a ser efetuada; volume da alvenaria de concreto para encher as vigas; escavações com preços dos materiais; locação da obra com quadro do nivelamento (com desenho topográfico); quadro das despesas e serviços executados[9].

Apesar de algumas obras serem realizadas no período de atuação do IOCS (1909-1919), como pode ser visto no exemplo acima, este período seria marcado por um programa de combate ao fenômeno da seca, direcionado à realização de estudos preliminares, buscando a obtenção de melhores dados sobre a região afetada. Tanto, que foram constituídas várias comissões para:

> "*o levantamento topográfico, estudos geográficos e estratigráficos das zonas assoladas, e providenciou para a sistemática coleta de dados meteorológicas, mineralógicas, pluviométricas e sócias, necessários a organização dos serviços, preparação de projetos e construção das obras*[10]".

Este mapeamento do sertão seria feito por meio da pesquisa e observação, objetivando obter o conhecimento do meio físico nordestino referente à: geodésia e cartografia; geografia física ou fisiografia; geologia e mineralogia; meteorologia, em particular, a pluviometria; fluviometria e hidrologia; biogeografia e à ordem social[11]. Tudo isso era necessário para que os projetos de construção das obras contras as secas, em particular os açudes públicos do Ceará, tivesse o resultado esperado. Para isso, a IOCS seguia o programa do Ministério da Viação e Obras Públicas – M.V.O.P., somado aos outros órgãos, tendo como finalidade a "*construção, operação e fiscalização de toda a infra-estrutura de transporte e comunicação*[12]" do Estado brasileiro.

Nesse sentido, destacamos que inventariar documentos dos Açudes Públicos do Ceará não foi tarefa fácil, quanto menos construí-los. À medida que íamos realizando o processo de levantamento dos dados contidos nos documentos nos tornávamos parte integrante de sua construção. Isso, porque assumíamos mais uma personagem dessa empreita, através dos mais variados sujeitos que compunham a Instituição em questão: engenheiros, topógrafos, desenhistas, técnicos e inúmeros outros que transitavam naqueles espaços: retirantes, pescadores, agricultores, fazendeiros, etc.

Sentíamos, a cada documento pesquisado e catalogado, uma familiarização com as várias etapas previstas para a construção dos referidos açudes. Muitas das obras eram complexas, visto o grau de dificuldade presentes nos inúmeros procedimentos e técnicas para a realização das mesmas; sejam elas de pequeno, médio ou grande porte. Isso pode ser visto nas plantas, desenhos, relatórios que foram produzidos ao longo da construção.

Para tanto, lembramos que essa empreitada está apenas começando e que teremos outras tantas a realizar pela frente; cientes de que a história dessa (re)construção da ciência e tecnologia será o nosso principal olhar.

[1] Pesquisador do Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) da Universidade Federal do Ceará (UFC), do MECITSAB e do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Mestre em História Social pela PUC/SP. Este texto se deve em muito as sugestões dadas pelo Professor Dr. Almir Leal de Oliveira, e pela companheira e hoje amiga, a Professora Ms. Sandra Maria de Mesquita Soares, que tive a grande honra de conhecer e está compartilhando este trabalho.

[2] O Projeto MECITSAB conta hoje com 2 Coordenadores, professores do Departamento de História da UFC, 2 pesquisadores mestres, 10 auxiliares de pesquisa, alunos do curso de História/ UFC, sendo que 8 são bolsistas da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura/ UFC e 2 da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), além de 1 técnico em informática, responsável pelo Laboratório de Imagens, que recentemente foi incorporado ao NUDOC/ UFC.

[3] O DNOCS é a mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Foi criado como Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), pelo decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha. Em 1919 passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) pelo decreto 13.687. Em 1945, pelo decreto Lei 8.846, passou ao nome atual, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Em 1963, através da Lei 4.229 tornou-se uma autarquia federal.

[4] O DNOCS possui hoje a seguinte estrutura funcional: Diretoria Geral, 3 Diretorias (Administrativa, Infra-estrutura hídrica, Desenvolvimento Tecnológico e Produção), 1 Coordenadoria Geral de Planejamento e Gestão Estratégica e 9 Coordenadorias Estaduais (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).

[5] Apesar de não haver uma definição quanto a estrutura do Arquivo do DNOCS, notamos sua aproximação com o chamado Arquivo Intermediário (ou Geral), visto a freqüência de uso da documentação por seus funcionários. In: MACHADO, Helena C. *Como implantar arquivos públicos municipais*. Soa Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 26.

[6] Chama atenção Gonçalves, que no Brasil, "*na maior parte dos organismos acumuladores/ produtores de arquivos, é pouco freqüente que a organização dos documentos esteja a cargo de um profissional que conheça e aplique ao seu trabalho os princípios técnicos arquivísticos*". In: GONÇAVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998, p. 13.

[7] Com relação a climatização ambiental, "*recomenda-se a manutenção da temperatura média de 22ºC, sendo a mínima de 15ºC. (...) Para a umidade relativa do ar deve ser de 50% (máxima de 55 e mínima de 45%)*". In: MACHADO, Helena C. *Como implantar arquivos públicos municipais*. Soa Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 66.

[8] São documentos desorganizados, que foram encontrados em locais não adequados, como por exemplo, depósitos. In: GONÇAVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998, p. 15.

[9] O referido documento está no Arquivo do DNOCS (CEST 2ªDR), na pasta 001, referente ao açude Acaraú-Mirim.

[10] POMPEU SOBRINHO, Thomaz. História das secas (século XX). 2ª Edição. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1982, p.217.

[11] Idem, p. 226-227.

[12] DIAS, José L. de M. "Os engenheiros do Brasil". In: GOMES, Ângela de C. Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994, p. 33.

O Colégio Diocesano Santa Margarida, aspectos da Educação Feminina de uma Escola Anglicana na cidade de Pelotas

Alessandro Carvalho Bica[1]
Elomar Tambara[2]

Resumo:

O presente trabalho é resultado parcial da pesquisa *Santa Margarida: A gênese de uma escola confessional anglicana na cidade de Pelotas no século XX* em fase de desenvolvimento no curso de Mestrado da FaE/UFPEL. Este artigo tem como propósito analisar a gênese, a consolidação e a influência do papel da educação feminina para as alunas da Escola Diocesana Santa Margarida criada em Pelotas-RS em 1934, e usou como metodologia a análise documental, considerando como documentos panfletos de divulgação escolar, jornais da Igreja Episcopal Anglicana Brasileira e também materiais institucionais que narram peculiaridades da Instituição Escolar Anglicana Santa Margarida no transcorrer da década de 1930 na, cidade de Pelotas.

Introdução

No decorrer do processo de evangelização da Igreja Anglicana Brasileira no Rio Grande do Sul, se fez necessário criar programas educacionais para expansão da Igreja no Estado. Desde o início da missão anglicana, estabelecida no ano de 1891, na capital Porto Alegre e na cidade de Pelotas a partir do ano de 1892, os dirigentes da comunidade anglicana se empenharam em criar escolas dominicais.[3]

Havia boas razões para se criarem centros educacionais ligados ao espírito e à doutrina anglicana, entre elas, a constatação de que os filhos dos membros da Igreja Anglicana ao receberem influências de outros princípios religiosos em estabelecimentos educacionais não-anglicanos, acabavam por se distanciar da doutrina seguida por seus pais.

---

[1] Aluno do curso de Mestrado em Educação da FaE/UFPEL, orientando do Professor Dr. Elomar Tambara, linha de História da Educação, e integrante do grupo de pesquisadores do CEIHE (Centro de Estudos em História da Educação).

[2] Professor Orientador do projeto de pesquisa.

[3] No decorrer do processo de expansão da Igreja Episcopal Anglicana no Rio Grande do Sul foi comum a criação de escolas anexas às igrejas. Na maioria das vezes estas funcionavam como escolas de catecismo, onde as crianças e iniciantes conheciam: o Credo, o Pai Nosso, os Mandamentos, o Livro de Oração

Com as escolas, os dirigentes anglicanos pretendiam formar as bases para a propagação dos valores espirituais da confissão anglicana no Brasil, isto é, delegar aos jovens os trabalhos futuros da Igreja, criar ministérios religiosos para formar um quadro de professores de ensino (reverendos), estimular o processo de evangelização e colaborar para o aumento do número de fiéis e membros da Igreja. Estas razões se tornaram as primeiras ações da comunidade anglicana para a continuidade da sua tradição religiosa no Brasil.

A criação de escolas paroquiais e/ou dominicais foram as primeiras ações religiosas-educacionais promovidas pela Igreja Anglicana no Estado do Rio Grande do Sul. Nestas escolas os jovens deveriam pautar-se pelos padrões morais e religiosos da Igreja. No momento da criação dessas escolas os dirigentes anglicanos perceberam que somente seria possível uma plena evangelização se houvesse a possibilidade da criação de internatos, pois a influência do meio externo prejudicaria a formação e a evangelização desejada aos jovens. (Krischke, 1949)

Segundo Kickhöfel, reverendo e historiador da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a atuação da Igreja no campo religioso-educacional incluía dois importantes imperativos: o pastoral e o missionário.

A primeira tentativa no campo religioso-educacional no Rio Grande do Sul foi a criação do Colégio Kinsolving, em 1912, na cidade de Santana de Livramento, por intermédio do Reverendo João Mozart de Mello. Neste mesmo ano, fundou-se a Escola Diocesana, por ação do Bispo Americano William M. M. Thomas, na cidade de Porto Alegre, que se destinava a atender os filhos dos membros da Igreja e também de outras religiões. A Escola Diocesana foi transformada, em 1916, no Colégio Cruzeiro do Sul.(Kickhöfel, 1995)

Nesta época todas as decisões da Igreja Episcopal Anglicana Brasileira referentes à condução das ações missionárias no Brasil, como a criação de instituições escolares e programas educacionais, eram discutidas e planejadas dentro dos Concílios Episcopais realizados pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, mas gerenciados pela Igreja Episcopal Anglicana Americana. Faz-se necessário observar que a maioria dos reverendos anglicanos formados na década de 1920 estudaram no Colégio Cruzeiro do Sul, na cidade de Porto Alegre.

Comum, as Epístolas e os Evangelhos. Sobre as primeiras escolas dominicais anglicanas, consultar

Na cidade de Bagé, também foi criada uma Instituição de Ensino no ano de 1933, com recursos próprios da Igreja, por iniciativa do Reverendo Athalício T. Pithan, que era pároco da Igreja do Crucificado, da cidade de Bagé. Esta escola tinha como objetivo oferecer os cursos primário, secundário e comerciais à população da cidade. (Kickhöfel, 1995, p.134).

Considera-se, então, que o processo de criação da Escola Diocesana Santa Margarida em Pelotas em 1934, faça parte de um amplo projeto dos dirigentes e da comunidade anglicana em promover a evangelização, além da possibilidade de elevar o número de fiéis de sua religião nesta cidade.

Uma observação importante a ser feita é que o empenho da comunidade anglicana pelotense para seu projeto educacional tenha suas raízes ainda na década de 1920, mais precisamente no ano de 1925, com a criação do "Comitê Pró-Liberdade de Consciência". Esse comitê aglutinava interesses de diversas religiões não-romanas, de várias instituições religiosas e também da Maçonaria. Possuía como objetivos opor-se à atuação católica no campo educacional e também às propostas da oficialização do ensino religioso nas escolas públicas.

Afirma-se então que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil teve uma estreita relação com as discussões promovidas em relação aos debates religiosos educacionais no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e de modo especial na cidade de Pelotas.[4]

Todos esses aspectos possibilitam o entendimento da razão de que, no ano de 1931, o Bispo Anglicano William M. M. Thomas tenha escrito um artigo para o 33º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira em desaprovação ao decreto de incorporação do Ensino Religioso facultativo Católico Romano nas escolas públicas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas: *"[...] Queremos que os alumnos de todas as instituições de instrucção no paiz estudem numa atmosphera religiosa, afim de que a sua fé se conserve e se enraize. [...] Administrar um tal ensino de maneira quasi obrigatoria,*

KICKHÔFEL (1995)

[4] Sobre o empenho da comunidade anglicana de Pelotas no que tange a prática da liberdade religiosa nas escolas públicas brasileiras e a ação do Comitê Pró-Liberdade de Consciência na cidade de Pelotas, consultar BICA & TAMBARA (2004) e sobre a ação da Maçonaria no campo educacional na cidade de Pelotas, ver AMARAL (1993).

ainda que constitucional, seria, do ponto de vista do alumno, inconstitucional, pois seria o caso da liberdade garantida e tolhida pelo mesmo instrumento"[5].

É importante relembrar que o quadro político estabelecido com a "vitória" da Revolução de 1930 com Getúlio Vargas, trouxe uma série de mudanças como a perda da vigência da Constituição de 1891, a censura à imprensa, a troca de governadores estaduais por interventores federais, a criação de novos ministérios, além de uma farta legislação por parte do executivo[6].

No entanto a mudança que causou espanto ao grupo dos "liberais" e aos dirigentes anglicanos que defendiam a liberdade de consciência foi o fato da aproximação empreendida por Getúlio Vargas ao grupo ultramontano da Igreja Católica Romana, defendendo o Ensino religioso facultativo nas escolas públicas e contradizendo seus fervorosos discursos por ocasião da revisão constitucional de 1925, quando Getúlio Vargas, então Deputado Federal do Partido Republicano Riograndense defendeu a liberdade de consciência entre todas as crenças.

Obviamente, as mudanças ocorridas no transcorrer da década de 1920, provocaram um esfacelamento dos alicerces da República. Como afirma Iglesias: "Tem-se pois de 1920 a 1930 uma verdadeira tentativa de ruptura com o passado no que ele tem de anacrônico, obsoleto, não com o passado criativo que deu marcas notáveis ao século XX", essas mudanças possibilitaram uma atuação mais forte pelos dirigentes anglicanos no campo educacional com a criação de colégios paroquiais e diocesanos.

Enfim, essas novas instituições-educacionais anglicanas constituíam uma fonte riquíssima de ensinamentos cristãos que ajudavam a Igreja Anglicana a desenvolver os trabalhos missionários de evangelização no Brasil, além de se tornarem uma nova fonte de renda para a Igreja, pois as verbas para a manutenção da Igreja e de seus reverendos ficavam a mercê das contribuições dos membros da comunidade anglicana e da Igreja Episcopal Americana. (Kickhöfel, 1995)

[5] Atas do 33º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, realizado na cidade de Pelotas, no ano de 1931. Nas notas de jornais e materiais institucionais utilizados na elaboração deste artigo não foram corrigidos os termos e palavras que diferem da língua portuguesa atual. Esta ação pretende dar ao leitor uma maior aproximação com a linguagem escrita usada na referida época

[6] Sobre o quadro inaugurado pela Revolução de 1930, ver IGLESIAS (1993).

A Instituição Escolar Santa Margarida

O projeto de criação da Escola Diocesana Santa Margarida pode também ser entendido como uma tentativa dos dirigentes anglicanos em "neutralizar" o Decreto Federal do governo Provisório de Getúlio Vargas[7], que apenas formatava as escolas oficiais ou públicas, mas nada argumentava sobre as escolas privadas.

As preocupações suscitadas pelo Decreto Federal aliadas as motivações evangelizadoras dos dirigentes anglicanos serviram de razão para a criação da Escola Diocesana Santa Margarida. Verifica-se, no início da década de 1930, a opção por disputar na área educacional com a criação de uma instituição escolar com específica orientação anglicana. É possível constatar tal afirmação no artigo **"A Questão Religiosa**", escrito pelo Bispo Anglicano William M. M. Thomas:

> "[...] Outras igrejas tambem contribuem com o seu quinhão, fornecendo homens, dinheiro e ideaes em prol dum bom governo e duma pura e sã religião. [...] *É nosso ideal que os collegios e as demais instituições funccionem sob a influencia dos ensinamentos de Christo. Quão melhor não seria se todo o professor fosse crente fervorosso e christão praticante!* (grifo nosso) Desejariamos que os nossos estadistas e políticos tambem fossem discipulos professos de Jesus, o Redemptor, e que todos os seus estivessem de accordo com a mais pura ethica christã." (Atas do 33º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, 1931: p. 35-36)

Conclui-se a partir da análise do referido artigo, que mesmo existindo uma legislação que apoiasse o ensino religioso facultativo nas escolas oficiais, os dirigentes anglicanos entendiam que as instituições de ensino privadas poderiam escolher a sua inclinação religiosa, a legislação sobre o ensino religioso foi uma questão bastante controvertida e gerou uma série de acentuados debates, sobre a questão do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, Fernando de Azevedo faz a seguinte análise: [...] O decreto do Governo Provisório, instituindo nas escolas oficiais o ensino religioso facultativo, que fazia parte integrante e fundamental das reivindicações católicas e da política escolar da Igreja, forneceu debates longos e acirrados, [...] e os educadores católicos que tomaram posições de defesa de pontos capitais do seu programa escolar, e, especialmente, do ensino religioso nas escolas públicas [...]." (Azevedo, 1976: 171).

Na criação da Escola Diocesana Santa Margarida na cidade de Pelotas, é importante observar a notável participação do Reverendo José Severo da Silva da Igreja do

Redentor de Pelotas, na organização e planejamento da nova escola anglicana, pois já no ano de 1932, a comunidade anglicana pelotense adquiriu um terreno na área central da cidade[8] para a construção da Escola com grande parte dos recursos provenientes da Oferta Trienal de Gratidão da Igreja e da Liga de Senhoras Norte-americanas.

As Atas do 34º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira na seção: **Relatório da Commissão sobre o Estado da Igreja**, escrita pelo Reverendo José Severo da Silva, então secretário do Concílio, revelam as motivações religiosas e/ou evangelizadoras dos dirigentes anglicanos, na criação de uma Escola Doméstica anexa à Escola Diocesana Santa Margarida:

> " Velha aspiração de nossa amada Igreja vae tomando corpo, e será, em curto lapso de tempo, confortadora realidade. Queremos referir nos ao Collegio para Meninas. Resolvida sua localização na cidade de Pelotas, já foram adquiridos os terrenos para receber o edifício [...] Pensamos no projectado Collegio com sua Escola Domestica, por que tanto se bateu um dos membros desta Commisão. Não terá chegado a opportunidade aurea de termos nossa Escola de Donas de Casa? *Falamos tanto em 'rainhas do lar', e gostamos de reconhecel-as, mas topamos, não raro, com rainhas sem a côroa que devia pertencer-lhes de facto e direito, pelo exercicio pleno e adequado de suas funções. [...] constitue a administração domestica verdadeira sciencia, [...]. Seu estudo carinhoso além de tornar-se um prazer, é necessidade impôr-se, tendo immediata applicação na pratica quotidiana, operando maravilhas* (grifo nosso) [...] A Escola Domestica, annexa ao futuro Collegio de Meninas, será verdadeira bençam que não tardaremos a reconhecer, dando graças ao viveiro de donas de casa, devidamente preparadas para sua elevada missão". (Atas do 34º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, 1932. p. 66-67)

Um aspecto importante que serve para a análise do artigo escrito pelo Reverendo Severo é a força empregada na possibilidade da criação dessa escola doméstica para meninas, pois na concepção de educação feminina da época não bastava somente "educar" intelectualmente as futuras mulheres: era necessário afirmar o estereótipo criado sobre o ser mulher (mãe-esposa-dona-de-casa), pois o espaço da mulher ainda

---

[7] O Decreto Federal do Governo Provisório de Getúlio Vargas a que faz referência o texto é o de n.º 19.941 de 30 de abril de 1931, que instituía nos cursos primário, secundário e normal o ensino religioso facultativo, sendo dispensados os alunos cujos pais ou tutores que o requeressem no ato da matrícula.

[8] Os dois terrenos adquiridos pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil foram transferidos ao Reverendo José Severo da Silva (procurador da Igreja), sendo o primeiro de propriedade do Dr. Joaquim Luiz Osório, que localiza-se na antiga rua General Vitorino (atual Padre José de Anchieta), entre as ruas Sete de Abril (atual Imperador D. Pedro II) e 3 de Maio e o segundo, de propriedade de Felipe José Mechereffe localizado também na rua General Vitorino com fundos para a rua Félix da Cunha, pelo valor de cr$ 86.000,000 e de cr$ 25.000,00, respectivamente, totalizando um valor de cr$ 111.000,000. (Registro de Imóveis 1º Ofício. Folha 292, Livro n.º 3A, n.º de ordem 3346 de 10 de junho de 1932. Pelotas: RS).

reservava-se à casa. Sendo ela qualificada como 'rainha do lar' era importante que a sua 'coroa' fosse preenchida com as ciências cotidianas dos afazeres domésticos.

A Escola Diocesana Santa Margarida foi inaugurada[9] em março do ano de 1934, em sessão presidida pelo Bispo William Mathew Merrick Thomas[10], contando com a presença dos membros do Conselho Consultivo da Escola[11], o Reverendo José Severo da Silva (Presidente), Horaida Duval da Silva (Membro da Sociedade Auxiliadora de Senhoras), Lili Krentel Frelechoux (Secretária), o Reverendo Carlos H. Clemente Sergel (Tesoureiro) e Hedy Sergel (Diretora).

O corpo docente da escola era pequeno e composto pelas professoras Gladys Tweedie, Cândida Rocha Leão, Maria José Lopes Custódio e uma professora auxiliar. O número de alunas perfazia um total de 44 alunas, das quais 14 no Jardim de Infância, 24 no Curso Elementar, 1 aluna no Curso Secundário e 5 alunas particulares. A Escola tinha como lema a expressão em Latim: "Domine, dirige nos"[12].

Sobre a inauguração da Escola Santa Margarida é possível encontrar referências nas Atas do 36º Concílio da Igreja Episcopal do Brasil, destacando a importância e a necessidade da instrução religiosa para meninas, seja ela no curso colegial como também no curso ginasial, pois só assim os princípios do cristianismo ganhariam forma entre as jovens da igreja como também na sociedade Brasileira.(Atas do Concílio, 1934. Pag.61)

Percebe-se que desde o momento do projeto de elaboração da Escola Diocesana Santa Margarida esteve fortemente presente o discurso da Igreja Episcopal Anglicana, Essa constatação pode ser feita também se observarmos a edição do jornal Estandarte

---

[9] A Escola Diocesana Santa Margarida funcionou nos seus dois primeiros anos em uma casa alugada na rua Santa Cruz, n.º 172, distante alguns quarteirões da Igreja do Redentor e também aos terrenos adquiridos pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

[10] O Bispo Americano William M. M. Thomas foi o segundo Bispo da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil, tendo seu bispado começado em 1925 e terminado em 1940, e tendo sido substituído pelo Bispo Athalício Theodoro Pithan, primeiro Bispo brasileiro da Igreja Anglicana, que permaneceu no cargo até 1955.

[11] O Conselho Consultivo da Escola Santa Margarida reuniu-se pela primeira vez em 24 de abril de 1934 e tinha como critérios específicos até a emancipação da Igreja no Estado: resolver assuntos relativos à escolha da direção da Escola; examinar o programa geral de estudos adotado pela diretora da Escola; aprovar a execução de construções na Escola dentro dos recursos financeiros disponíveis pela Igreja; além de examinar o balancete anual apresentado pelo tesoureiro da escola. Após a emancipação da Igreja no Estado, tinha como funções: Escolher a diretora da Escola, com o conselho e consentimento do Bispo e examinar e aprovar o orçamento da Escola.

[12] O significado da expressão latina, pode ser compreendida como: "*Senhor, dirige-nos*", e é usado ainda hoje pela escola em sua bandeira e nos símbolos internos da Instituição Escolar.

Cristão[13] de 15 de janeiro de 1934 e o panfleto informativo da escola do ano de 1940, quando estes fazem referência à escolha do nome da Instituição Escolar pela comunidade anglicana:

> "O nome do collegio nos traz à memoria uma crente fiel do seculo terceiro da era christan. Durante a perseguição dioclesiana, ella, mocinha ainda, preferiu seguir a Christo, deixando a sua luz brilhar nas trevas do paganismo, fiel até a morte, e assim conquistou a 'coroa da vida' ". (Jornal Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1934).
>
> "Dando o nome de Santa Margarida a sua escola diocesana para meninas, a Igreja Episcopal Brasileira presta delicada homenagem à memória da donzela de Antioquia de Pisidia [...]. O célebre pintor Rafael fez um lindo quadro, que representa Margarida no cárcere, a calcar com o pé um grande dragão, símbolo da tentação. Margarida, do latim 'Margarita', significa perola, pedra preciosa". (panfleto informativo da escola do ano de 1940).

A partir da leitura dessas duas notícias, compreende-se que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ao criar a Escola Diocesana Santa Margarida planejasse incutir nas suas alunas uma inserção mais efetiva na sociedade e construir nessas meninas um perfil de educadora e formadora das futuras gerações da Igreja através da educação feminina da escola.

O Jornal Estandarte Cristão ainda na edição de 15 de janeiro de 1934 comenta sobre a infra-estrutura e os aspectos didáticos-pedagógicos e também sobre o ideal e a filosofia cristã da escola:

> "Tanto as aulas como os dormitorios são bem arejados. Arvores frondosas, jardim e quintal espaçosos facilitarão a gymnastica e os jogos ao ar livre. Crianças de 3 a 6 anos de idade serão ensinadas pelos methodos modernos do Jardim de Infancia. O estudo pratico de inglez fará parte de todas as aulas. Ensinar-se-ão tambem sciencias domesticas em seus varios ramos [...]. *O ideal do novo collegio é incutir nas alumnas o espírito tanto de Maria como de Martha, cujo lar tantas vezes hospedou o Divino Mestre. Fazemos votos por que as moças que sahirem do Collegio "Santa Margarida" sejam donas de futuros lares christãos*". (Grifo nosso).

A preocupação dos dirigentes anglicanos da escola em demonstrar o seu projeto de ensino às alunas, tendo em vista o ideal cristão da escola, pode ser apreendida através

[13] O Jornal Estandarte Cristão é uma publicação oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, fundado em 1893, e editado a partir de 1929 pela imprensa episcopal com sede na cidade de Pelotas, que a partir desta data passou a ter como Diretor-Gerente o Reverendo José Severo da Silva.

da análise da passagem bíblica[14] narrada pelo Jornal, em que por analogia propõe que as alunas do Colégio Santa Margarida ao ingressarem na escola aprenderiam distinguir as virtudes femininas que seriam ensinadas, e, consequentemente absorveriam com sabedoria eventuais sentimentos dicotômicos entre os seus interesses materiais e os seus interesses espirituais, isto é as alunas "margaridenses" deveriam saber conciliar os seus afazeres domésticos e públicos com as suas práticas religiosas.

A conjugação das duas "virtudes" margaridenses também pode ser observada quando percebemos que as alunas da Escola Santa Margarida recebiam uma Oração que deveria ser proferida ao iniciar do dia letivo: *"DIRIGE NOS, ó Senhor, em todas as nossas ações com teu graciosissimo favor, e ajuda-nos com teu continuo auxílio, afim de que, em todas as nossas ações começadas, continuadas e terminadas em ti, glorifiquemos o teu santo Nome, e, finalmente, por tua misericórdia, obtenhamos a vida eterna, meditante Jesus Cristo, nosso Senhor. Amem."*[15]

É compreensível que o ideal cristão e o caráter do ensino da Escola Diocesana Santa Margarida fosse dar visibilidade ao estereótipo do "ser mulher", numa espécie de transfiguração do corpo e do espírito dessas meninas, como se pudessem dividir seu corpo e espírito em duas partes, sendo a primeiro deles destinado ao ser 'rainha do lar' (Martha) e a segundo ao ser 'rainha do céu' (Maria) numa referência à identidade pública e privada da mulher contemporânea.

No discurso dos dirigentes da Igreja Anglicana percebe-se uma intencionalidade em comunicar o vigor moral da Escola Diocesana Santa Margarida recém-estabelecida na cidade de Pelotas. Sobre o uso da linguagem, o simbolismo e a peculiaridade na forma de exprimir as idéias, Burke comenta: *"A linguagem é, como o consumo, um meio utilizado por alguns grupos sociais para se distinguirem dos outros"*. (Burke, 2002, p.135).

---

[14] Sobre o ideal cristão da escola, a notícia do Jornal faz referência a uma passagem bíblica do Novo Testamento: *"[...]. E aconteceu que, indo eles de caminho, entrou Jesus numa aldeia; e certa mulher, por nome de Marta, o recebeu em sua casa; tinha uma irmã chamada Maria, a qual assentando-se também aos pés de Jesus, ouvia a sua palavra. Marta, porém, andava distraída em muitos serviços; e aproximando-se disse: Senhor, não se te dá de que minha irmã me deixe servir só? Dize-lhe que me ajude. E respondendo Jesus, disse-lhe**: Marta, Marta, estás ansiosa e afadigada com muitas coisas, mas uma só é necessária; E Maria escolheu a boa parte, a qual não lhe será tirada**".(grifo nosso) (Lucas, 10: 38-42).*

[15] Documento institucional encontrado nos arquivos do Colégio Santa Margarida, onde constam algumas orações proferidas pelas alunas, por ordem: Oração do Colégio, Meditação para Manhã, Resolução Matutina, Litania Noturna e Um Pensamento para esta Noite.

A Escola Anglicana Santa Margarida buscava também trazer para a comunidade pelotense uma inovação: o uso da carteira individual[16] de acordo com os preceitos da pedagogia moderna. Como ressalta o Jornal Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1935:

> "O edificio actual só poderá receber um número limitado, pois que visamos o bem-estar de todas; *cada alumna occupa a moderna "carteira individual"*. (grifo nosso) [...] Quando o bello edificio novo, em que esperamos installar-nos dentro de um anno, abrir suas portas, poderemos dar as boas vindas a um grande numero de meninas".

Percebe-se a tentativa de ligação entre os discursos cristãos e os discursos pedagógicos da Escola Santa Margarida quando acontece o ato de lançamento da pedra fundamental do novo prédio da escola, em 30 de outubro de 1935. O jornal Estandarte Cristão traz o discurso do Reverendo Athalício Pithan, do qual tiramos os seguintes fragmentos, sobre a proposta da escola e a sua aproximação com a Pedagogia Moderna:

> "[...] Com os novos methodos de educação progressiva, escola activa, socializante podemos ainda cultuar o passado, fazer que o discipulo busque voluntariamente conhecer o trabalho, o heroismo, os sacrifícios, a abnegação e as glorias de nossos ancestrais. [...] Longe iríamos se pretendêssemos citar todos os educadores illustres que vem desde os tempos do velho Egypto, onde a cultura foi grandemente disseminada, até os tempos modernos, [...] O grande traço característico da educação moderna é o espirito de liberdade que a preside. [...] Educar não significa apenas transmitir conhecimentos úteis, mas, sobretudo incutir no espírito do alumno a confiança em si mesmo".

Ao fazermos a análise do discurso inaugural da Escola Diocesana Santa Margarida, é possível notar que o Reverendo faz referências ao espírito de liberdade que irá conduzir a Escola, possibilitando uma aproximação com o pensamento de Dewey, quando ele afirma que: " Se a ninguém se pode dizer como deverá respirar ou fazer o sangue circular, também não lhe pode dizer, de maneira exata, como deverá pensar." (Dewey, 1959: p.13)

O caráter ideológico e doutrinário da escola, pode ser apropriado no seguinte fragmento da mesma notícia de 30 de janeiro de 1935, do jornal Estandarte Cristão:

[16] A carteira individual era uma novidade pedagógica introduzida no Brasil a partir do início do século XX, que tinha por objetivo dar mais conforto e individualidade aos alunos das escolas que usavam este novo instrumento pedagógico.

> "[...] a Igreja Episcopal Brasileira lança a pedra fundamental do *novo Collegio Santa Margarida, destinado á educação de nossas filhas, sob a égide da doutrina de Jesus.* (grifo nosso) [...] Pois aqui vamos erguer uma fonte de luz! Luz para a intelligencia, luz para a alma. *Daqui queremos que nossas filhas saiam para lides e as responsabilidades dum lar, levando com ellas, não as idéas fúteis do mundo, mas a noção clara do dever.*(grifo nosso) Fonte de inspiração e de fé, o Collegio Santa Margarida era a necessidade que se impunha, era a lacuna que se notava. Agora, essa necessidade se satisfez, essa lacuna se preenche."

Constata-se que na criação da Escola Diocesana Santa Margarida, a Igreja Episcopal Anglicana Brasileira, tem a intenção da ligação entre os aspectos da educação religiosa-cristã e os aspectos da pedagogia moderna, levando as suas alunas a criarem hábitos de convivência e comportamento, bem como hábitos espirituais e perspicácia na condução de suas vidas para transformar seus espaços domésticos em verdadeiros lares cristãos e que na condução dessas atividades cotidianas ficasse clara a compreensão da tarefa cumprida por parte de suas educandas.

Ressalta-se, portanto, que a preocupação dos dirigentes do Colégio Santa Margarida era promover uma educação baseada em conceitos "modernos", porém ligados aos preceitos éticos, religiosos e cristãos tradicionalmente pregados pela Igreja Episcopal Anglicana Brasileira.

O programa proposto pela Igreja Episcopal Anglicana para o ato de inauguração da Escola Santa Margarida serve de análise para compreender a finalidade da educação das meninas, pois era composto de oito momentos: I – Invocação; II – Leitura do livro de Provérbios, do qual retiramos os seguintes excertos: *"[..] Eduque o jovem no caminho a seguir, e até a velhice ele não se desviará."*, e "[...] *Vou instruir você hoje, para que em Deus esteja a sua confiança [...]"*[17]; III – Entrega do Colégio à Igreja Episcopal Brasileira; IV – Discurso do Orador Oficial; V – Apresentação da Bandeira do Colégio; VI – Alocução do Bispo Primaz Anglicano; VII – Benção Apostólica e VIII - o Hino Nacional, cantado pelas alunas margaridenses.[18]

As questões relativas à pedagogia moderna e religiosa-cristã proposta pela Escola Santa Margarida ficam evidentes quando analisamos o discurso do Reverendo Orlando

[17] O Provérbio referido no texto pode ser encontrado na íntegra no capítulo 22, versículo de 1-6 e 17-21 da Bíblia Sagrada.

[18] No ano de 1936, a Escola Santa Margarida possuía um quadro docente de 16 professoras, tendo um total de 164 alunas, divididas entre o Jardim de Infância, o Ensino Elementar, o Ensino Secundário e as Classes Particulares de Línguas, além de cursos de Música, Ginástica, Datilografia e Taquigrafia.

Baptista, diretor do Ginásio Cruzeiro do Sul, de Porto Alegre, por ocasião da inauguração do novo prédio da escola em 26 de julho de 1936:

> "[...] *Aqui não terá guarida a velha idea que fazia da escola uma casa de correcção nem as concepções antiquadas respeito ás possibilidades da mentalidade infantil,* como si houvesse um índice para homens e outro especialmente feito para as mulheres. Ellas já deram e estão dando provas de sobejo de sua capacidade productiva para que se repilla energicamente qualquer asserção menos digna que por ventura ainda se ouça. *Não o Collegio Santa Margarida vae preparar mulheres que sejam capazes de se desempenhar bem, galhardamente mesmo, seja qual for o seu papel na sociedade, seja qual for a situação em que se encontrem na vida.*(grifo nosso) [...]."

Observa-se que no discurso do Reverendo Orlando Baptista é feita uma referência direta aos procedimentos pedagógicos que seriam usados no Colégio Santa Margarida, e que esta nova instituição de ensino formaria mulheres esclarecidas e conscientes de sua situação, capazes de ocupar posições públicas que até então eram reservadas somente aos homens.

Outra análise importante de ser feita é o fato que a Instituição de Ensino Santa Margarida pretendia preparar suas alunas para serem cidadãs ativas da sociedade, independentemente de viverem numa sociedade predominantemente ligada a preceitos masculinos de convivência e poder, bem como motivar a criação de habilidades e/ou capacidades para essas meninas ocuparem qualquer função na sociedade, possibilitando o enfrentamento de quaisquer adversidades que se colocassem à sua frente no decorrer de suas vidas, além de promover o desenvolvimento intelectual, humano e cultural de suas alunas.

Os panfletos informativos escolares também referendam a proposta pedagógica desta Instituição Escolar, como o do ano de 1936, que afirma: *O alvo deste colégio é proporcionar às alunas educação moral, intelectual, física e econômica além de criar* ***o desejo de praticar a justiça, amar a beneficencia e andar humildes com Deus***.

Ainda sobre a aproximação do discurso cristão com o discurso da pedagogia moderna, encontramos no Relatório do Colégio Santa Margarida proposto ao 39º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, a seguinte referência:

> "[...] A lampada accesa, nosso symbolo, fala do serviço consagrado e da promptidão. – que as meninas, e até os pequenos do Jardim de Infancia, aprendam a prestar uma obediencia alegre, e um serviço fiel! Que o ensino criterioso, de materias primas, em conjunto com o desenvolvimento fisico, pelos jogos ao ar livre, e o altruismo, no seio das bandeirantes e da vida intima, preparem futuras

> mães e servas abençoadas, na seara do Mestre, nesta grande Patria Brasileira, e do mundo inteiro, é o desejo do Collegio Santa Margarida."

Nas Atas do Concílio notam-se várias referências ao desejo de ensinar meninas com espíritos "iluminados" pela luz do saber e do conhecimento e também sob os auspícios da benevolência divina e de acordo com os princípios religiosos da Igreja Episcopal Anglicana.

Nas Atas do Conselho Consultivo da Escola do ano de 1937, percebe-se que a Escola Santa Margarida procurava estar inserida dentro do quadro político, cultural e social brasileiro, quando o Reverendo José Severo da Silva revela que recebeu uma carta do Bispo William M. M. Thomas, pedindo à Escola que nos feriados nacionais evitasse colocar junto ao símbolo pátrio, bandeiras estrangeiras, tendo em vista a efervescência da política nacionalista brasileira iniciada com a Era Vargas nos anos de 1930.

No ano de 1937 também começam as discussões sobre a adequação da escola às novas leis federais, sendo que o Reverendo José Severo da Silva mostra-se favorável à adequação e à nova regulamentação do ensino pretendida pelo Estado Novo de Vargas. (Atas do Conselho Consultivo da Escola)

Segundo Xavier et alli (1994), a Constituição estabelecida com o Golpe de 1937 por Vargas, foi produzida pela tecnoburocracia de tendência fascista e imposta a toda a população brasileira, e em termos educacionais era de tendência antidemocrática, desobrigando o Estado (em níveis federais, estaduais e municipais) da manutenção e expansão do ensino público e institucionalizava o ensino pago, e nada afirmava sobre os percentuais mínimos que seriam aplicados na educação.

No inicio do mês de março de 1938, a Escola Diocesana Santa Margarida recebeu a autorização de funcionamento da escola pelo então Secretário da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Aristides Bittencourt, representante do Departamento de Educação e Saúde Pública (DESP).

A partir da autorização de funcionamento da escola no ano de 1938, percebe-se a preocupação da escola em informar à comunidade anglicana pelotense, o nome do corpo docente e do quadro pessoal de sua Instituição Escolar, como noticia o Jornal Estandarte Cristão de 30 de março de 1938:

> "O Collegio Santa Margarida apresenta-se com um corpo docente brilhante, entre as novas professoras encontra-se a joven e distincta irman de crença senhorinha Anna Helena Sá Chagas, com o curso da Escola normal. Occupa a cadeira de portuguez este anno o erudito philologo Sr. Paula Alves, figura de remarcado destaque no mundo cultural de Pelotas. Assumiu o cargo de Directora interna do Santa Margarida a prendada irman d. Lucinda Pereira de Sá. A nova economa é d. Anna Loges [...]. Continua occupando o cargo de secretaria a estimada irman d. Eleusina Guimarães Granja. Com elementos tão prestimosos, d. Hedy Sergel sente mais leve o peso de suas responsabilidades.[...]".

É importante observar que após a autorização de funcionamento da Escola Santa Margarida pela Secretaria de Educação do Estado, começam a acontecer mudanças no quadro pessoal do Colégio, como a contratação do professor de Português Francisco Paula Alves da Fonseca, conhecido por sua capacidade intelectual na cidade de Pelotas. Pois a maioria dos professores até o ano de 1938 eram ligados ao Conselho Consultivo da Escola Santa Margarida.

O ano em referência é fecundo para o Colégio Santa Margarida, pois são promovidas importantes ações em sua estrutura escolar. Uma delas foi a realização de uma nova eleição para o Conselho Consultivo da Escola, permanecendo na presidência o Arcediago José Severo da Silva[19], e na secretaria a Senhora Lili Krentel Freléchoux, contando com dois novos membros, o Reverendo Mario B. Weber e a Senhora Zilda Salles Birnfeld.

Duas outras importantes mudanças devem ser percebidas no ano de 1938: a professora americana Elsie O'Connor, membro da Sociedade Real de Professores da Inglaterra, assume a direção interina da Escola, devido ao pedido de afastamento da antiga diretora da escola Hedy Sergel, e também a vinda da Diaconisa americana Berenice M. Cartwrigth para o cargo de vice-diretora e professora do Ensino Religioso da Escola.

As mudanças não se remetem somente a questões relativas a expansão e mudança do corpo docente: neste mesmo ano é construída uma capela no edifício da escola, onde é preparado o primeiro grupo composto por seis alunas para serem confirmadas no fim do ano como parte do programa final do ano letivo da Escola.

As alunas que formavam o Coral da Escola geralmente apresentavam-se nas celebrações mensais de Eucaristia, realizadas na Igreja do Redentor.

---

[19] O Reverendo José Severo da Silva foi elevado à condição de Arcediago (representante do Bispo) da Diocese de Pelotas em 1º de maio do ano de 1938, por ação do Bispo William M. M. Thomas e logo em seguida, Capelão da Escola Santa Margarida.

O ensino na Escola Diocesana Santa Margarida no decorrer da década de 1930 era dividido em: Jardim de Infância, que funcionava inclusive ao ar livre, com a participação de crianças de 3 a 6 anos; Curso Elementar, que correspondia a quatro anos; Curso de Admissão ao ginásio, Curso Ginasial dividido em 5 anos; além do Curso Normal ou Profissional, de duração de dois anos, que se destinaria ao preparo de professoras, secretárias, auxiliares de comércio e enfermeiras.[20]

É importante observar que os dados encontrados nas propagandas institucionais da década de 1930 sobre a Escola Diocesana Santa Margarida, referem-se ao Curso Normal ou Profissional, mas a autorização para o funcionamento deste curso será conseguida somente no inicio da década de 1960.

Nos primeiros 5 anos de funcionamento da Escola, além de toda a estrutura curricular do Colégio Santa Margarida, a escola oferecia a suas alunas: coral de instrução musical de meninas para atuarem na Igreja; ensino de Línguas Modernas (Inglês, Francês, Alemão) nas aulas do curso ginasial e a presença da ginástica corporal nos cursos extra classe.

O incentivo à prática do civismo e do patriotismo estava presente tanto no currículo escolar como nas atividades extra-classe, e fazia parte de todo um aparato simbólico que a escola promovia. Um exemplo disso, foi a criação do grupo de Bandeirantes Condor[21] para meninas e a participação nos festejos e desfiles da Semana da Pátria. Sobre a participação da Escola Santa Margarida nos festejos da Semana da Pátria, encontramos a seguinte nota no jornal Estandarte Cristão de 30 de agosto de 1938:

> "[...] Tomará parte activa nos festejos da Semana da Patria, nesta cidade, o Collegio Santa Margarida, [...] Diariamente, durante a semana em apreço, será içada a bandeira brasileira na fachada do edificio, ao som do Hymno Nacional, cantado por todas as alunas, em formatura. Dia 5 e 6 às 9 horas, serão effectuadas solennidades civicas, no Salão Nobre do Collegio. Como oradores das cerimonias falarão, respectivamente o veneravel arcediago José Severo da Silva e o coronel Januário Coelho da Costa[22]."

[20] Dados retirados dos panfletos institucionais da Escola Santa Margarida da década de 1930.
[21] Panfleto informativo da Escola da década de 40.
[22] O Coronel Januário Coelho da Costa, era gaúcho nascido na cidade de Dom Pedrito, poeta, jornalista, participante e membro ativo da Milícia Cristã Anglicana. Juntamente com o Reverendo José Severo da Silva, defendia a incorporação do discurso nacionalista e cívico nas escolas, uma prática bastante comum na década de 1930 no Brasil em conseqüência das mudanças ocorridas com o advento da Era Vargas.

Entende-se, a partir da análise desta nota, que o culto aos símbolos pátrios era de extrema importância para incentivar o patriotismo e o civismo das alunas do Colégio Santa Margarida. A prática de esportes servia de base para o desenvolvimento físico das alunas "margaridenses", pois proporcionava a formação de uma futura geração forte e sadia que amaria a cultura nacional.[23]

Contudo, o ano de 1939 caracterizou-se como um marco divisório na história da Escola Diocesana Santa Margarida por dois motivos: o primeiro deles foi a adequação da Escola ao decreto de nacionalização do ensino, quando o Bispo William M. M. Thomas convida a Profª Cândida da Rocha de Leão para assumir a direção geral da escola, contando com o apoio da Conselheira Técnica Berenice Cartwright, professora de Ensino Religioso da Escola e Diaconisa da Igreja Episcopal Anglicana.[24]

O segundo motivo de grande mudança no Colégio Santa Margarida foi o falecimento do Arcediago José Severo da Silva, em 21 de dezembro de 1939, idealizador da Escola e Reverendo da igreja anglicana pelotense. Percebe-se que a sua ausência na "direção" da Escola Santa Margarida causou um certo desequilíbrio na condução da mesma e tal fato pode ser constatado nas Atas do 42º e 43º Concílio da Igreja Episcopal Anglicana, quando a Escola não envia relatório de suas finanças e nem de suas atividades escolares sobre o ano letivo de 1939 e 1940.[25]

A partir do ano de 1940, as propagandas da Escola veiculadas nos jornais da cidade, mencionam a escola como Ginásio Santa Margarida (Escola Diocesana da Igreja Episcopal Brasileira), que tinha por finalidade proporcionar os melhores meios para o desenvolvimento das faculdades humanas sob a influência cristã.

Dentro desse conceito, a escola pretendia educar e instruir, inspirando-se nos princípios cristãos da doutrina anglicana, pois as alunas "margaridenses" deveriam praticar em sua vida cotidiana, os altos ideais da moral e da fé cristã. Além disso, a Escola Diocesana Santa Margarida pretendia dar às alunas oportunidades de desenvolver suas melhores aptidões intelectuais.

---

[23] Panfleto informativo da Escola da década de 40.
[24] Jornal Estandarte Cristão de 15 de março de 1939.
[25] Nota-se que a figura do Reverendo José Severo da Silva esteve presente de alguma forma em todos os momentos da história e até mesmo os que antecederam a construção da Escola Santa Margarida, desde a defesa dos interesses da liberdade de consciência, na compra dos terrenos, na intenção da construção de uma escola feminina, na presidência do Conselho Consultivo da Escola e na elaboração das diretrizes do Santa Margarida. Não é objetivo deste artigo relatar a importância da figura do Reverendo José Severo da

Um panfleto informativo escolar do final da década de 1930 relata o objetivo da escola no que tange à sua proposta para a Educação Doméstica:

> "Seguindo a norma dos melhores ginásios de meninas, no país e no estrangeiro, o Santa Margarida não descuida o preparo de suas alunas e procura fazer de cada uma delas uma boa dona de casa. O programa do Ginásio Santa Margarida, além de oficial, abrange aulas de arte culinária, bordados, [...]".

Portanto, o que se pretendia em relação às prendas domésticas para as alunas, era o conjunto de habilidades e saberes que as "moças de família" deveriam dominar, tais como saber receber visitas, sentar-se à mesa, manusear agulhas e pincéis, tocar um instrumento musical (piano, de preferência), dentre outras qualidades que compunham o objetivo central da educação feminina.

Além dessas "qualidades" oferecidas pelo Ginásio, o ensino apresentado pela Escola ainda possuía aulas de música (canto orfeônico), que era o complemento da educação de uma boa moça, além de proporcionar a capacidade para as letras e o drama, tendo como preceito a representação periódica de peças teatrais.

Considerações Finais

Obviamente este artigo não pretende esgotar as múltiplas leituras que ainda podem ser levantadas sobre os documentos que narram algumas peculiaridades da Escola Diocesana Santa Margarida na cidade de Pelotas no transcorrer da década 1930.

Entretanto percebe-se, claramente que existe uma série de intenções bem definidas entre os discursos pedagógicos-modernos e os discursos religiosos-cristãos na educação das alunas da Escola Diocesana Santa Margarida.

Os dirigentes anglicanos na organização do modelo educacional do Colégio, a partir da década de 1930, prescreveram as "virtudes" estudantis necessárias para as alunas margaridenses em seus discursos de divulgação da escola.

Em suma, a intencionalidade na construção de uma escola anglicana para meninas internas na cidade de Pelotas, era formá-las dentro dos padrões morais, religiosos e cristãos estabelecidos pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil na época e dosados por algumas vezes com características da pedagogia moderna. É importante ressaltar que a

---

Silva, mas se faz necessário destacá-lo como figura importante dentro do projeto e da história da Escola

sociedade nesse momento atribuía à educação um papel fundamental, no sentido de que a escola era co-responsável pela "boa formação" das moças.

Observa-se no jornal Estandarte Cristão de 30 de março de 1938, que esta intencionalidade está presente no discurso de duas alunas "margaridenses" em face da reabertura das aulas no ano letivo do mesmo ano:

> "[...] Fás-nos emfim novamente unidas no mesmo recinto onde recebíamos antes o pão sagrado do saber. [...] Collegas! Cooperae para o vosso desenvolvimento intelectual, que também alegria a nossos amados Paes! Termino, desejando que este anno seja para todas igual ou melhor que o passado e que ao fim da jornada possamos alegres e felizes colher as rosas da victoria cujos espinhos tanto nos sangraram." (Alayde Lagos)

> "[...] É sempre com grande regosijo que regressamos a esta casa modelar de ensino, para reencantar a nossa edificação intellectual e espiritual. [...] Façamos o possivel para que este anno lectivo não desmereça das tradições já honrosas do nosso Collegio; trabalhemos todas com afinco para que ao finar este novo periodo de estudos possamos gualhardamente sahir victoriosas, compensando assim a dedicação e o esforço de nossas mestras e os sacrificios de nossos amados paes." (Glaucia Castro)[26]

Afirma-se que a criação do Colégio Santa Margarida foi a possibilidade de os dirigentes anglicanos edificarem a sua obra religiosa na cidade de Pelotas, misturando por vezes discursos pedagógicos e discursos religiosos-cristãos na organização de sua estrutura educacional.

Conclui-se, então, que o papel da educação feminina na Escola Diocesana Santa Margarida ao final de sua "formação" escolar, era preparar moças que ao mesmo tempo que estivessem prontas para a vida pública soubessem distinguir às virtudes morais, religiosas, domésticas e cristãs de uma "boa moça", isto é, que no momento de sua saída da Escola pudessem conciliar as virtudes de Martha com as virtudes Maria de Betânia, num misto conjugamento do caráter sagrado e profano da alma humana.

Diocesana Santa Margarida de Pelotas.

[26] As duas alunas citadas acima foram as duas primeiras formadas do regime de externato da escola no ano de 1939. Sendo que a aluna Alaíde Lagos casou-se mais tarde com o reverendo anglicano Antônio Guedes, que seria pároco da Igreja do Crucificado na cidade de Bagé, sendo alguns mais tarde professora deste

Referências

AMARAL, Giana Lange. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história educação em Pelotas**. Pelotas: Seiva Publicações/Ed. Universitária – UFPel, 1999.

AZEVEDO. Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Tomo III. 5º ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

BICA, Alessandro C., TAMBARA, Elomar C.. O comitê Pró-Liberdade de Consciência e o Ensino Religioso em Pelotas na perspectiva do Jornal Estandarte Cristão (1925-1935).In: **Anais do X encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação** – História da Cultura Escolar: escritas e memórias ordinárias. Pelotas: Seiva: ASPHE, 2004.

BURKE, Peter. **História e teoria social**, São Paulo: Editora UNESP,2002.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JUNIOR, Décio G. & OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. In: **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia. v. 1., nº 1, jan/dez 2002.

KICKHÖFEL, Oswaldo. **Notas para História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole S.A., 1995.

KRISCHKE, Egmont M.. **A Estrutura da Fé**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole, 1959.

_____. **A Igreja Episcopal no país do futuro**. Porto Alegre: Publicadora Ecclesia, 1960.

KRISCHKE, George U.. **História da Igreja Episcopal Brasileira**. Rio de Janeiro: Academia sul-riograndense de Letras, 1949.

TAMBARA, Elomar A. C.. **Positivismo e Educação: A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1995.

_____. **Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. Universitária/Seiva, 2000.

---

estabelecimento de ensino, além escrever pequenas cartas para o periódico da Escola "O Margaridense", fundado na década de 1940.

WERLE, Flavia O. C. et al. Colégios femininos: identidade, história institucional e gênero. **Revista da Educação PUC-Campinas**, Campinas, nº10, junho 2001.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado, RIBEIRO, Maria Luisa Santos, NORONHA, Olinda Maria (orgs.). **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar).

Atas

Atas do 33º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Redemptor na cidade de Pelotas de 1931.

Atas do 34º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Redemptor na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 20 a 24 de julho de 1932.

Atas do 35º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja da Trindade na cidade de Porto Alegre entre os dias 08 a 13 de fevereiro de 1933.

Atas do 36º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Salvador na cidade do Rio Grande entre os dias 14 a 18 de abril de 1934.

Atas do 37º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja da Ascensão na cidade de Porto Alegre entre os dias 13 a 17 de fevereiro de 1935.

Atas do 38º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Redemptor na cidade de Pelotas entre os dias 12 a 16 de fevereiro de 1936.

Atas do 39º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Crucificado na cidade de Bagé entre os dias 10 a 14 de fevereiro na Igreja da Ascensão na cidade de Porto Alegre entre os dias 28 e 29 de abril de 1937.

Atas do 40º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja da Trindade na cidade de Porto Alegre entre os dias 27 de abril a 1º de maio de 1938.

Atas do 41º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Redemptor na cidade de Pelotas entre os dias 1º a 5 de março de 1939.

Atas do 42º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja da Trindade na cidade de Porto Alegre entre os dias 16 a 22 de abril de 1940.

Atas do 43º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja da Trindade na cidade de São Paulo entre os dias 12 a 16 de abril de 1941.

Atas do 44º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Redentor na cidade de Pelotas entre os dias 25 de fevereiro a 1º março de 1942.

Atas do 45º Concilio da Igreja Episcopal do Brasil, realizado na Igreja do Mediador na cidade de Santa Maria entre os dias 19 a 23 de fevereiro de 1943

Jornais

Jornal Estandarte Cristão: Anos de 1932 a 1940

Morar Para Viver: Moradia, cotidiano e sociabilidade dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, 1910 – 1940.

Alexandre Assis Tomporoski *
Mestrando em História pela UFSC.

O texto que segue trata dos trabalhadores da *Lumber*. Não somente do seu processo de trabalho, suas instituições ou momentos de mobilização. O foco principal foi fundamentado sobre a análise de sua sociabilidade, por meio de características culturais peculiares, como a moradia e o lazer. Com esse objetivo, a análise pautou-se em uma perspectiva alternativa da teoria das classes. O eixo principal foi a *insegurança estrutural*[1], que ao ser vivenciada, impeliu os trabalhadores a criarem novas estratégias para sua sobrevivência. Ao experienciarem tal insegurança, um leque de táticas foi por eles instituído para suprir suas necessidades; redes foram tecidas para assegurar sua sobrevivência diária, as quais promoveram tanto relações solidárias quanto conflituosas, que coexistiram nesse grupo.

No ano de 1910 foram concluídos os trezentos e oitenta quilômetros referentes ao trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, entre União da Vitória (PR) e o rio Uruguai. Em 1917 foi entregue ao tráfego o ramal leste, ligando União da Vitória ao porto de São Francisco do Sul (SC), abrindo assim um caminho para escoamento e exportação da madeira e erva mate beneficiadas na região. Como previa o contrato para construção da ferrovia, a *Brazil Railway Company*, empresa holding do Sindicato *Farquhar*[2], recebeu concessão para explorar as terras marginais

---

* Bolsista Capes desde Março/2005. Este texto é fragmento da dissertação de mestrado em processo de elaboração.

[1] Tal perspectiva está pautada em algumas das proposições de *Mike Savage*, em texto no qual discute a relação entre classe e história do trabalho e sugere que o trabalho não é necessariamente o principal eixo da classe social. SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (orgs.) **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 25 a 48.

[2] O Sindicato *Farquhar* era controlado pelo magnata norte-americano *Percival Farquhar*. Em 1906 ele adquiriu a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que possuía a concessão para construir a ferrovia que cortaria a região do planalto norte catarinense. *Farquhar* possuía um total de seis milhões de acres no Paraná e em Santa Catarina e pretendia desen-

à linha férrea numa extensão de quinze quilômetros para cada lado da estrada de ferro. Com esse objetivo foi instalada em Três Barras a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*[3], subsidiária da *Brazil Railway*, a *Lumber* deveria serrar a madeira, explorar a erva mate e colonizar aquelas terras com imigrantes europeus.

Com o início de suas atividades em novembro de 1911, a *Lumber* passou a desenvolver um processo inovador de exploração da madeira e da erva mate. Para tanto, edificou um complexo industrial de proporções ímpares, que lhe rendeu o título de maior madeireira da América do Sul. A madeira beneficiada era transportada em trens aos portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e subseqüentemente remetida ao exterior. Juntamente com a madeira, a *Lumber* também beneficiava e exportava a erva mate[4], abundante nos ervais nativos da região.

A maior parte dos trabalhadores empregados pela *Lumber* foi recrutada entre os habitantes da região. No início do século XX o planalto norte catarinense era habitado por caboclos e por imigrantes europeus, principalmente poloneses, ucranianos e alemães[5]. No ano de 1915, o número de trabalhadores empregados no processo de be-

---

volver a colonização e a exportação de madeira e erva mate pelo porto de Paranaguá. SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: **História Geral da Civilização Brasileira** – 8 – III – O Brasil Republicano – 1 Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 381.

[3]A *Lumber* montou outra serraria em Calmon (SC), esta filial não será contemplada na presente análise por transcender o a região do planalto norte de Santa Catarina, recorte espacial pré-determinado.

[4]Além de explorar os vastos ervais nativos nas terras recebidas na concessão ou posteriormente adquiridas, a *Lumber* também comprava a erva mate de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquirindo a erva junto aos pequenos produtores/coletores. Com a utilização de seus próprios ramais e da ferrovia da *Brazil Railway*, a *Lumber* obtinha baixos custos de transporte, o que lhe dava grande vantagem sobre os demais empresários locais. Além da ferrovia os rios da região eram caminhos para o escoamento da erva, por meio dos vapores "Três Barras" e "Porto Velho", embarcações de propriedade da empresa que exigiam um porto permanente, bem como trabalhadores especializados para carga e descarga das embarcações e transporte do produto. In: **Relatórios Mensais da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company***. Balancete do mês de abril de 1917, p. 12. APESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

[5] É problemático definir esses grupos como poloneses, ucranianos ou alemães. Normalmente essas nomenclaturas são arbitrárias, supõem a idéia de conjuntos coesos e unificados o que geralmente não se apresentava na prática. Havia inúmeras fissuras internas, tanto por conta das diferentes regiões de origem como de seus diferentes dialetos e costumes.

neficiamento da madeira era de seiscentos e quinze, além de um considerável grupo que desenvolvia atividades ligadas ao corte e transporte das toras na mata[6].

Paralelamente à condição de operário a que foi compelido, o trabalhador (imigrante europeu ou caboclo) e sua família, mantinham uma área reservada ao plantio de sua lavoura de subsistência, nos moldes da roça cabocla, e alternativamente efetuava a coleta da erva mate, inserindo-se assim em uma dupla condição[7]. Aliando a possibilidade de morar e produzir – ou mesmo coletar – alimentos em sua propriedade (ou posse), ao trabalho operário na *Lumber*, estas pessoas definiam-se tanto por suas atribuições de colono como por sua condição de operário[8]. O trabalho na terra, além de suplementar a subsistência da família operária, dava-lhe certa estabilidade e identificação com a vida em uma comunidade tipicamente rural. Neste modo de vida, praticamente sem acesso à educação formal, a oralidade era o sistema de comunicação que possibilitava a transmissão e a propagação de costumes e práticas. Nesse sentido, o morar dos trabalhadores foi fundamental para a reprodução desses costumes, possibilitando intenso contato, interação e circulação da informação.

---

[6]DIACON, Todd A. **Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916**. Durham: Duke University Press, 1991, p. 55. No entanto, se forem considerados os trabalhadores das matas, (normalmente contratados sob regime de empreitada) e os envolvidos nas demais atividades da *Lumber* como o porto, as embarcações, o armazém, o cinema, a fábrica de gelo e o corpo de segurança da companhia, o número de pessoas ligadas diretamente à empresa será consideravelmente superior. Segundo as informações dos processos crime por acidente no trabalho analisados até o momento há entre acidentados e testemunhas operários alemães; austríacos; espanhóis; galeses; holandeses; poloneses; portugueses; russos e ucranianos In: **Processo Crime por Acidente no Trabalho.** Operário: Miguel Pitak. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Três Barras, 30 de Julho de 1919, AHMC; **Processo Crime por Acidente no Trabalho.** Operário: Odorico Bueno. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Três Barras, 18 de Abril de 1922.

[7]SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.) **Cultura e Identidade Operária**. Aspectos da cultura da classe operária: Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987, p. 103 a 120.

[8]É imperativo lembrar que entre os imigrantes, as famílias estavam diretamente envolvidas no trabalho com a terra. Além da roça, a horta e os animais careciam de atenção. Estas tarefas normalmente estavam sob a responsabilidade da principal figura feminina, em geral a mulher do colono-operário. ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil, vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 254.

A moradia dos trabalhadores da *Lumber* possuía certas peculiaridades pela sua proximidade com a vida rural. Os chamados "*ranchos-espelunca*" [9] pertenciam à empresa, o que tornava seus inquilinos (trabalhador e família) totalmente dependentes das imposições da companhia[10], que ao menor sinal de insubordinação demitia e expulsava o operário e seus dependentes. A moradia funcionava como elemento de pressão sobre a vida dessas pessoas: "*... os que mais se destacaram* [no movimento grevista] *caíram logo no desagrado dos chefes e mereceram sua demissão do serviço, acusados de serem anarquistas e maximalistas perigosos. Também* (...) *fui despedido e tive que transportar-me com família e bagagem para outra localidade*" [11]. Essas habitações, os "*ranchos-espelunca*", eram construções em madeira de um único cômodo, com uma pequena porta e apenas uma janela. Ali o trabalhador vivia com a família, a água era extraída de um poço cavado nas proximidades das casas, junto ao qual havia uma pequena cobertura de madeira onde se fazia as refeições, muitas vezes de maneira coletiva[12].

Além dessa estrutura habitacional havia um modelo bastante específico de moradias. As casas de alguns trabalhadores localizavam-se em antigas colônias montadas pelo governo do Paraná ou em casas construídas na região periférica à *Lumber*, já em meio à mata e com uma vida caracteristicamente rural. Na verdade, a ocupação de

---

[9] **Jornal A Plebe**. Edição de 23 de agosto de 1919. Ano III nº. 27, p. 2. Cópia micro filmada consultada no Arquivo Edgard Leuenroth, no IFCH-UNICAMP, em Campinas, SP. O correspondente d'A Plebe em Três Barras, um operário da *Lumber* que escrevia sob o pseudônimo de Alcindo de Oliveira, além de descrever o episódio da greve deflagrada na *Lumber* naqueles dias, relata especificidades das moradias dos trabalhadores.

[10] Esse tipo de dominação foi analisado na clássica obra "A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'". O autor analisa a concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos e percebe um padrão específico de relações de dominação das fábricas com vila operária ou das fábricas que subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção, percebendo as peculiaridades das relações de dominação que ali se estabelecem. In: LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UnB, 1998, p. 15-6.

[11] **A Plebe**, Op. Cit.

[12] Essas informações foram retiradas de um filme-documentário produzido no ano de 1911 por uma empresa de propaganda da Argentina sob encomenda da *Lumber*. O objetivo era popularizar a empresa no Brasil e no exterior. Nesse filme de aproximadamente quarenta e cinco minutos é mostrado todo o processo industrial da empresa, bem como a moradia e algumas atividades dos trabalhadores. O filme, como qualquer outra fonte, é passível de crítica, no entanto, consiste em um documento assaz valioso para ser desconsiderado nessa análise. A cópia foi cedida pelo LAPES/UFSC.

todo o planalto catarinense deu-se pela formação de extensos bairros rurais[13] – paralelamente aos vales dos rios – e pela constituição de povoados que se tornaram sedes de distritos e municípios[14]. No bairro rural os habitantes não estavam ligados pela proximidade, muitas vezes as habitações estavam tão afastadas que era difícil perceber que elemento as unificava.

As práticas de auxílio mútuo entre os habitantes do bairro rural definiam seus limites – pela participação ou não de determinado indivíduo em tais atividades – e consistiam em um elemento fundamental da sociabilidade de seus habitantes. Os trabalhos de ajuda mútua estavam assentados em uma obrigação bilateral: aquele membro ou família que fosse beneficiado pelo auxílio dos "vizinhos" deveria retribuir imediatamente à convocação para futuras tarefas. A prática dessa forma cooperativa de trabalho, o mutirão (baseado na prestação voluntária e gratuita de serviços), na região do planalto norte catarinense recebeu o nome de *pixirum*. As principais atividades coletivas organizadas dentro desse modelo consistiam em roçadas, limpeza de terrenos, abate de animais e construção de casas ou galpões. Era responsabilidade do beneficiário – essa era uma regra rígida – fornecer a alimentação aos envolvidos e, ao final dos trabalhos, uma festa, organizada em forma de baile, ou ao menos a bebida para uma pequena celebração. Esse "*fandango*" possuía um caráter particular, pois era "armado" por alguém que delimitava os participantes, normalmente os residentes no mesmo "bairro" do fandangueiro[15]. Nessa festa, momento de ampla interação e contato, a solidariedade ratificada irrigava toda uma rede de sociabilidade que ali tinha seu ponto culminante. Contudo, a festa também surgia como o evento social que favorecia relações antagônicas e era cenário propício às afirmações de destemor.

---

[13] MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001, p. 34.

[14] MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em História), UNICAMP. Campinas, p.70.

[15] LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá, 1850-1888**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, p. 309.

O pixirum, além de ser uma forma de suplementação de mão-de-obra, também fortalecia uma vasta rede de relações que ligava seus componentes, ratificando sua unidade. No entanto, além das fortes características solidárias, o pixirum também despertava conflitos e acertos de contas violentos. Os motivos que detonavam os conflitos muitas vezes estavam ligados aos momentos subseqüentes à conclusão dos trabalhos[16], o confronto surgia em virtude de dúvidas acerca das tarefas, o que nas ocasiões de pixirum não era raro. O elemento incentivador era o desafio[17], sempre embebido em tensão. Diferenças quanto à divisão dos trabalhos ou desentendimentos surgidos das diversas discussões que entretinham os participantes durante as atividades, eram estopins para os ajustes violentos. Além dos conflitos surgidos do próprio trabalho, a honra, considerada atributo maior, produzia discussões e precisava ser defendida. Era necessário reafirmar a posição perante o adversário e o grupo presente. Muitas vezes a única saída honrosa, moral e socialmente aceita para o conflito era o revide, o acerto de contas.

A bodega (bar ou armazém) sempre representou um espaço de trocas e intenso convívio social. Para o morador do planalto era ali que estavam as informações, as pessoas e as mercadorias. Na bodega era possível efetuar a troca da erva mate por produtos como sal, pólvora, munição, querosene ou cachaça. Freqüentemente eram locais de jogos de azar (dados, cartas) e apostas, onde além da confraternização, os conflitos também eram costumeiros[18]. Também ali o desafio[19] surge como elemento

[16] **Processo Crime por Homicídio** de Francisco Jungles. Réu: Pedro Jungles. Canoinhas, 1922. Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas.

[17] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 36. Embora também perceba o desafio como técnica de incentivo ao trabalho, discordo da autora quando esta considera o desafio como elemento unicamente desagregador e deflagrador de conflitos. O desafio ativava formas já experimentadas e legitimadas de relações, as rixas eram costumeiras e até mesmo aguardadas, muitas vezes como forma de descontração do grupo.

[18] **Processo Crime por Homicídio** de Laudelino Chaves. Réu: Estanislau Ribas. Canoinhas, 1930. AHMC.

[19] FRANCO, Op. Cit., p. 40. Muitas vezes os ambientes de lazer eram propícios para reacender antigas disputas ou deflagrar antagonismos, até mesmo pelo vivo espírito de provocação que estava na base dos divertimentos.

disseminador do conflito. Nesse ambiente, perante audiência numerosa eram comuns "atos de bravura" em defesa da honra.

As expectativas dos integrantes da comunidade estavam embasadas em costumes legitimados que regiam a vida em sociedade e estabeleciam os limites de cada grupo social. Suas práticas em maior parte não estavam ligadas a concepções econômicas (o mutirão não previa nenhum tipo de remuneração, somente a retribuição futura em forma de trabalho), e passaram a ser cerceadas pela racionalização e por inovação impostas pelo capital por ação da Superintendência Municipal.

A bebida e o uso de armas são exemplos de como os costumes foram obstáculos às novas concepções que tentavam ser infligidas aos trabalhadores. Muitas vezes a "branquinha" era consumida durante as tarefas. Sempre com algum instrumento (violão ou sanfona) e uma garrafa, degustada ali mesmo no local do trabalho ou então na bodega mais próxima. Os trabalhos desenvolvidos eram regidos pela lógica da necessidade, não pelo tempo do relógio. Dessa forma, ele era "orientado pelas tarefas" [20], as quais se davam em ritmos irregulares, com variações de atividade intensa e ociosidade plena. Nos momentos em que detinham as decisões de sua vida produtiva, essas pessoas constituíam ritmos irregulares de trabalho, nos quais as brechas para a bebida, para a festa ou para as brigas, eram possíveis e legítimas.

A bebida estava presente em diferentes ocasiões que surgiam ao longo do dia, antes das refeições, ao final do dia, ao final da jornada de trabalho, ou mesmo durante ela[21]. A arma de fogo estava intrinsecamente ligada às características da vida do morador do planalto. Ali ela era componente indispensável de sua indumentária, era necessária contra os perigos da mata e como meio de autodefesa, por exemplo, nas cos-

[20] THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, p. 282.

[21] O filme–documentário da *Lumber* mostra os ambientes de trabalho, em certo momento um operário aparece sobre um trem carregado com toras, ele tem discretamente à mão uma garrafa de uísque. Beber durante o trabalho era percebido como costumeiro por muitos dos trabalhadores, os estoques de madeira eram um ambiente propício para o trabalhador escapar e tomar uns goles. Ali estaria a salvo dos supervisores e dos homens do corpo de segurança da companhia.

tumeiras disputas por terra naquela região. Uma das formas de cerceamento desses costumes foi a limitação do horário de funcionamento das bodegas. A Lei Municipal nº. 138 de 15 de outubro de 1920, por exemplo, obrigou os comerciantes da vila a fecharem seus estabelecimentos às 14 horas aos domingos; sextas-feiras da paixão; nos dias 1º de janeiro e 25 de dezembro e nos demais feriados[22]. Uma rápida leitura dos jornais locais[23] revelou a preocupação das autoridades do município de Canoinhas e do distrito de Três Barras com o consumo de bebidas alcoólicas e o uso de armas de fogo. As tentativas de restringir tais práticas foram recorrentes ao longo dos anos, demonstrando que elas não foram bem sucedidas. A ineficiência de tais restrições permite supor que andar armado ou beber no momento em que bem entendesse eram direitos tidos pelos trabalhadores como legítimos, estavam vigorosamente arraigados àquela sociedade e sobreviveram mesmo em conflito com a nova disciplina que vinha sendo implantada na região. A reprodução desses costumes foi possível, também, porque em muitos momentos não havia uma delimitação clara entre o "trabalho" e a "vida" desses trabalhadores, por não estarem totalmente envolvidos com o modo de vida industrial, o que dificultou sua disciplinarização[24].

O exame da pluralidade das manifestações dos trabalhadores da *Lumber* possibilitou perceber especificidades de suas redes e práticas, bem como desnudar parte de suas relações, tanto as solidárias quanto as conflituosas. A classe trabalhadora nunca foi uma formação unida e homogênea, e é essa contínua interação entre conflito e solidariedade que pode nos dizer muito a respeito da vida desses homens e mulheres. Dessa forma será possível reunir pistas para a compreensão de como as experiências vividas fora do mundo do trabalho influenciaram seus momentos de organiza-

[22] **Jornal O Democrata**. Canoinhas, 06 de novembro de 1920. Ano III, nº. 84. BPESC, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
[23] **Jornal O Imparcial**. Canoinhas, 15 de Dezembro de 1915, Ano I nº. 5. BPESC; **Jornal O Imparcial**. Canoinhas, 15 de Janeiro de 1916. Ano II nº. 7. BPESC; **Jornal O Democrata**. Canoinhas, 14 de Julho de 1920. Ano III, nº. 69. BPESC; **Jornal do Povo**. Ouro Verde, 26 de Agosto de 1923. Ano II, nº. 26. BPESC. "Ouro Verde" foi o nome empregado como substituto de "Canoinhas" durante certo período na década de 1920. Tal mudança estava ligada ao fato de o município ser, naquele período, um dos maiores produtores mundiais de erva mate.
[24] THOMPSON, Op. Cit., p. 300.

ção e luta enquanto operários da *Lumber*. Seus costumes constituíam um tecido comum e muitas vezes foram contrapostos ao avanço das relações regidas pelo capital que estavam se consolidando na região O processo de formação da classe esteve também ligado à convivência social e familiar, o que preconiza a percepção das variações locais desse processo, no contexto em que os operários viviam suas vidas.

O INTEGRALISMO E OS INTELECTUAIS BRASILEIROS: ASPECTOS DE UM PENSAMENTO COM RAÍZES NACIONAIS (1932-1937)

Alexandre Blankl Batista[i]

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a orientação da Professora Dra. Carla S. Rodeghero. Na impossibilidade de apresentar um quadro mais amplo do que foi pesquisado até agora, e mesmo pelo fato de a pesquisa estar em andamento, preferimos abordar apenas alguns aspectos e problemáticas presentes em nossa temática trabalhada no curso de Mestrado. A temática geral de nosso trabalho é a apropriação das idéias de certos intelectuais brasileiros (Alberto Torres, Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Farias Brito) por Plínio Salgado. Aqui, entretanto, apresentaremos alguns elementos que podem nos ajudar no estudo dessas apropriações de idéias, como a noção de herói de Salgado e a possibilidade de considerar fases distintas no pensamento do líder integralista.

A TRAJETÓRIA PESSOAL DE SALGADO E O ENCONTRO COM OS "HERÓIS DA PÁTRIA"

Apesar de a Ação Integralista Brasileira (AIB), primeiro movimento de massas do Brasil, criada em 1932, ser conhecida e identificada como "fascista", ou, pelo menos, identificada como um movimento de extrema direita, comparada, dessa forma, às correntes políticas autoritárias de origem européia, verificamos na AIB a presença de um pensamento com raiz nacional, oriundo de certos intelectuais brasileiros, importantes para a orientação doutrinária dos integralistas. Tal pensamento de raiz nacional foi transmitido ao movimento por Plínio Salgado, líder da AIB, e era buscado, principalmente, nas obras de Alberto Torres, Oliveira Viana, Euclídes da Cunha e Farias Brito.

Para Plínio Salgado, cada um desses intelectuais carregava virtudes grandiosas, motivo pelo qual suas biografias e suas contribuições escritas foram inúmeras vezes mencionadas por ele como sendo a fonte de inspiração para a criação do integralismo. Entretanto, a referência que Plínio Salgado buscou nesses autores brasileiros foi anterior ao ato de criar este movimento de extrema direita. Diante disso, podemos notar nos escritos de vários momentos da trajetória intelectual de Salgado a menção às idéias desses intelectuais, o que evidencia, antes de uma referência para o integralismo, um elemento importante para

a constituição de seu próprio pensamento. Este raciocínio pode instigar uma problemática interessante, principalmente se considerarmos o contraste entre as idéias de Plínio Salgado e aquelas de outros dirigentes integralistas. Não podemos generalizar e classificar o integralismo como doutrina homogênea em relação às idéias. Um exemplo disso é a distinção que encontramos entre Gustavo Barroso, que pregava abertamente o anti-semitismo, e o próprio Plínio Salgado, para quem o anti-semitismo não era motivo de preocupação. O dirigente maior do integralismo preferia ressaltar a valorização das diversas raças presentes no Brasil, posição semelhante à de Alberto Torres em *O Problema nacional brasileiro*.[ii]

Assim, preferimos analisar a apropriação de Plínio Salgado em relação aos intelectuais anteriormente mencionados, considerando suas idéias e suas biografias como referência para o dirigente máximo do integralismo antes do que, propriamente, para a AIB, movimento que envolveu um manancial mais amplo de conceitos e idéias. Isso não significa, no entanto, que o integralismo ficará à margem dos objetivos de investigação de nossa pesquisa. A personalidade, em diversos momentos, conciliadora de Salgado, que dizia desejar ser apenas um ideólogo, mas que, ao mesmo tempo, conquistou o carisma de chefe desse movimento, indica um caráter ambíguo que acompanha toda sua trajetória intelectual.

Plínio Salgado, antes da constituição da AIB, já tinha em mente muitas das concepções que o integralismo iria adotar. Salgado sempre fez questão de ressaltar as origens da AIB, movimento, segundo ele, de raízes nacionais e preocupado com os problemas brasileiros. Essa visão, a qual denominaremos de “visão oficial”, não foi questionada apenas em âmbito acadêmico, com os estudos que apontaram a AIB como “fascista”. Alguns jornais de época e os discursos dos inimigos políticos dos integralistas eternizaram o cunho de “fascista” para referirem-se ao movimento.

Não era difícil identificar traços semelhantes entre o fascismo italiano e o integralismo brasileiro. Ambos pregaram acirradamente a bandeira do nacionalismo; posicionaram-se como uma via alternativa frente ao liberalismo e ao comunismo; tinham milícias organizadas e um chefe que centralizava o comando. Além disso, havia a

semelhança na ritualística e no uso de uniformes. Suas vestimentas apresentavam o verde como cor predominante, os integralistas eram conhecidos como camisas-verdes, congêneres à designação da *camiccia nera* dos fascistas de Mussolini ou da camisa parda adotada pelos nazistas. Apesar disso, Salgado negava a influência fascista, admitindo ser o seu movimento um co-irmão do partido europeu, porém apenas concernente à organização estatal.[iii]

Já na década de 1930, havia duas visões a respeito do movimento: a daqueles que o observavam de fora e a daqueles que absorviam o discurso oficial através da imprensa integralista e dos livros de Plínio Salgado. Essa última, a "visão oficial", legitimaria a raiz nacional da AIB e daria voz aos pensadores nacionais no seio do discurso do principal dirigente integralista. Caberia, então, investigar como esses pensadores eram utilizados no discurso de Salgado, através de escritos do mesmo, para assim melhor analisar a explicação segundo a qual o integralismo foi um movimento de raízes eminentemente nacionais. Da mesma maneira, seria preciso levar em conta a identificação já comentada de características fascistas no movimento, não nos deixando induzir, assim, pela "visão oficial".

Um ponto de partida para identificar a presença dessa raiz nacional, sem dúvida, pode ser a recuperação de alguns aspectos da trajetória pessoal e intelectual de Salgado antes do lançamento do manifesto de 1932 que oficializou a criação da AIB. A sua trajetória pessoal indica alguns traços interessantes que mostram indícios de suas concepções políticas e intelectuais. Desde o início de seus estudos políticos, Plínio Salgado mostrou uma certa ambigüidade: quando começou a interessar-se pelo materialismo não abandonou o catolicismo; mesmo quando se dedicou aos romances não abandonou o ideal político, por vezes dispensável em obras de literatura; se interessou pelo herói mas hesitou em internalizar o posto de condutor das massas; negou o fascismo mas o reconheceu como um partido que tendia a se transformar naquilo que era o seu ideal de movimento político. Todas essas posturas ambíguas podem apontar para uma certa tendência de mediador por parte de Salgado, fator que se refletiu enquanto dirigia a AIB.

Plínio Salgado nasceu na cidade de São Bento de Sapucaí, em 1895, interior de São Paulo.[iv] Em meio à agitação cultural da década de 1920 e ao clima de reformulação política e social da década de 1930 é que se forjou o seu pensamento político. Autodidata, Salgado era leitor voraz. Apesar de apreciar os clássicos estrangeiros da literatura, insistia que a intelectualidade brasileira deveria se voltar para os autores nacionais. Esse apreço por pensadores brasileiros pode ser relacionado com seu forte nacionalismo e com o impacto que alguns desses autores lhe causaram em determinados momentos da sua vida.

A admiração de Plínio Salgado pelas questões da pátria, pelos heróis nacionais, pelo civismo e pela política, de acordo com as reminiscências do próprio, começou ainda em âmbito familiar. Sua formação moral e cívica foi tutorada pelo avô, pela mãe e, principalmente, pelo pai, Francisco das Chagas Esteves Salgado, autoridade política de São Bento de Sapucaí. A convivência com seu pai, no entanto, foi curta, pois o mesmo faleceu quando Salgado tinha apenas quinze anos. Apesar disso, foi o suficiente para que o futuro líder integralista internalizasse as lições a respeito dos "heróis da pátria" e "do sentimento de brasilidade". Somado aos ensinamentos do pai, às lições da mãe, Salgado lembrava dos ensinamentos provenientes de literatura. Assim Salgado foi encaminhado pelas vias do civismo e do culto aos "heróis nacionais":

> Desde a escola primária e, posteriormente, nas férias do ginásio, habituei-me, todas as noites, a sentar-me numa cadeira, com perguntas engatilhadas, e a ouvir-lhe as respostas, que ele [o pai] me dava passeando de um lado para outro da sala. Ouvi de seus lábios as descrições das batalhas da guerra do Paraguai e do Prata. Aos meus olhos perpassavam as figuras de Tamandaré e de Barroso, de Caxias, de Osório, de Argolo, Falava-me dos grandes vultos do Império: Paranhos, Cotegipe, Zacarias, Nabuco, e tantos outros. (…) À minha mãe, mais versada em literatura do que ele, deixava as lições sobre os poetas e escritores. Ela trazia de cor os versos de Gonçalves Dias, de Castro Alves, de Fagundes Varela e de Casimiro, e não se limitava a recitá-los, pois também me contava as biografias de tão ilustres brasileiros.[v]

Esse estímulo ao conhecimento e ao engrandecimento dos "heróis" e dos escritores, certamente, repercutiu na trajetória intelectual de Plínio Salgado. Se buscarmos as diversas referências que Salgado fazia em seus escritos sobre personalidades como Osório, Caxias e Tamandaré, além dos poetas como Casemiro de Abreu ou Castro Alves, perceberemos

que ele considerava as “personalidades” da história e da literatura como exemplos concretos dos valores herdados pelos brasileiros ou, em síntese, verdadeiros “heróis nacionais”. Podemos identificar, em um primeiro momento, que o herói era o responsável pelos grandes feitos, aquele que daria uma contribuição para o crescimento da pátria. As referências aos líderes militares como Caxias e Osório serviram para o Brasil em um tempo mais distante do presente. A renovação desses valores deveria ser feita, principalmente no início dos anos trinta, quando o Brasil, segundo Salgado, necessitava de referências para guiar os brasileiros e criar uma idéia de nação. Curiosamente, Salgado alimentou essa admiração pelos heróis desde criança até o nascimento da AIB, estando esse elemento presente em sua trajetória intelectual.[vi] Dessa forma, a influência familiar parece ter incitado Salgado ao gosto pelas fontes brasileiras e ao interesse pela política.

Plínio Salgado atuou inicialmente como o organizador do movimento integralista, e a Ação Integralista Brasileira funcionou no início como um grande centro de estudos sociológicos. Tendo como objetivo instaurar um novo regime, o movimento propunha que as massas o fizessem. Para faze-lo, no entanto, seria necessário um sentimento comum e uma mentalidade nova. Nesse sentido, o movimento tomaria a iniciativa de divulgar e incentivar essa nova mentalidade. Eis a tarefa inicial da AIB, movimento que, na data de criação, ainda não dispunha oficialmente de um “Chefe Nacional”.

Durante os primeiros tempos de sua trajetória intelectual, além de ter sido guiado pelo nacionalismo familiar, quando tomou gosto pela leitura e pelo sentimento de exaltação aos “heróis”, Plínio Salgado ao longo do tempo se instigou com as teorias materialistas, ganhou experiência profissional como jornalista e escritor, estando sempre perto dos acontecimentos marcantes na área cultural, como exemplifica seus interesses nos intelectuais brasileiros e nos movimentos contemporâneos a sua geração, como, por exemplo, o movimento modernista. O seu engajamento literário, antes de ser um interesse meramente cultural ou de autopromoção, refletiu sempre suas preocupações com o destino e o futuro da pátria nacional. Em outras palavras, seu engajamento literário esteve sempre mesclado com seu engajamento político. Em última instância, essa característica literária

também foi herdada para a sua doutrina, expressa na AIB, especialmente no início do movimento, quando foram promovidos, até mesmo, cursos de formação política e sociológica para os membros aderentes do integralismo.

A despeito de a AIB ter sido criada em 1932, foi somente depois de fevereiro de 1934, após o congresso integralista de Vitória (ES) que se definiram as diretrizes do movimento, as quais delegavam plenos poderes a Plínio Salgado, estabelecendo que os atos do chefe eram inquestionáveis no exercício de suas funções. Segundo os Estatutos do chefe nacional, expressos no órgão oficial de divulgação da AIB, o *Monitor Integralista*,[vii] a função do chefe era considerada perpétua e a centralização era tal que todos os departamentos funcionariam sob o seu poder e tomariam as posições, em última instância, segundo a decisão do chefe nacional.

A centralização do poder sobre o movimento integralista colocou-o, de certo modo, em situação desconfortável. Antes de ser chefe da AIB, Salgado sempre manteve a postura de um ideólogo e não de um homem de ação. O fato de ser líder do movimento não lhe convinha de início, mas, ao longo do desenvolvimento do integralismo, sua postura como chefe provisório foi se consolidando na posição de chefe permanente e, após o congresso de Vitória, o lugar de Plínio Salgado como dirigente absoluto dos camisas-verdes foi assegurado e mantido até a extinção da AIB em 1937 com o golpe do Estado Novo.

Segundo Hélgio Trindade, nas discussões mais polêmicas dentro da AIB, Plínio Salgado cumpria, muitas vezes, um papel de intermediador dos debates mais acirrados. Ele assumia, desta forma, uma postura mais flexível nas decisões a serem tomadas em relação ao cumprimento de determinadas tarefas:

> Salgado define *seu papel* segundo um duplo critério. Defende a rigidez da chefia em matéria doutrinária, ao mesmo tempo que postula a flexibilidade nas decisões dirigidas à ação. Esta concepção significa, na realidade, uma racionalização do papel do chefe adaptada à sua personalidade mais de doutrinador e agitador político do que de homem de ação.[viii]

Dessa forma, Salgado racionalizava sua tarefa de chefe, em função de sua personalidade de doutrinador, cumprindo esse duplo critério que assegurava seu comando no plano doutrinário, mas que lhe tirava poderes de decisão no plano da ação. Isso

evidencia que o seu comando era legitimado pela sua trajetória de intelectual, de homem de idéias. A sua imagem, de homem capaz de guiar as massas rumo à revolução integralista, e estimulada pela propaganda da AIB, o transformou em verdadeiro herói dentro do movimento. Contudo, apesar dessa imagem de herói, de salvador da pátria que os integralistas edificaram de sua personalidade, ele insistia que a alavanca do movimento deveria ser dada pela constituição de uma nação brasileira. O nacionalismo, segundo o líder dos integralistas, era a verdadeira força que o Brasil necessitava.

Em várias cartilhas integralistas, notamos que o nacionalismo dos camisas-verdes se traduzia, segundo eles, no culto aos heróis nacionais, ou seja, aos vultos históricos, poetas e escritores que contribuíram para o engrandecimento do país. Isso vai ao encontro da noção de herói traduzida por Salgado e, pelo que conhecemos de sua biografia, implica afirmar que o nacionalismo do principal dirigente integralista se refletia também nesses pensadores, poetas e heróis nacionais. A questão a saber é: como que Salgado avaliava sua posição de chefe tendo em vista essa dubiedade do herói: o doutrinador (ou teórico) versus o homem de ação? E, em relação aos pensadores que foram referências para ele (Alberto Torres, Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Farias Brito), qual o estatuto que Salgado dava a eles e como os relacionava com o posto de chefe do integralismo e com suas facetas de intelectual e de condutor das massas?

Essas questões podem nos ajudar a compreender melhor a presença e o alcance das contribuições desses intelectuais no pensamento de Plínio Salgado, na constituição de seu modelo doutrinário e na sua ação política na prática. Isso não implicaria, no entanto, aceitar a “visão oficial” sobre a índole do movimento integralista, mas, antes disso, buscar compreender a inserção dessas fontes nacionais no integralismo de Plínio Salgado.

Dessa forma, estamos preocupados com uma fase “pré-integralista” de Salgado, em que procuraremos identificar a problemática concernente ao seu ideal de herói e às suas primeiras menções em relação às “grandes figuras” da pátria nacional correlacionadas aos intelectuais brasileiros anteriormente citados, os quais ele insistentemente afirmava serem a fonte de inspiração para o integralismo. A pesquisa, até agora, permitiu-nos verificar uma

apropriação das idéias desses autores por Plínio Salgado em que o líder integralista os aproximava com sua visão política particular. Assim, temos uma hipótese de trabalho de que Salgado, principalmente após a criação da AIB, utilizava as idéias e, até mesmo, as biografias desses intelectuais para legitimar a raiz nacional da doutrina integralista. No entanto, algumas idéias apropriadas de maneira muito particular e a falta de homogeneidade no pensamento das lideranças da AIB indicam um manancial mais complexo dessas supostas referências nacionais do integralismo, os quais podem se distanciar das idéias dos intelectuais brasileiros mencionados.

Cabe então, nos passos seguintes da pesquisa, avaliar como se constituiu essa apropriação das idéias daqueles intelectuais brasileiros por Plínio Salgado. As fontes utilizadas, até o momento, foram os livros de Plínio Salgado escritos na década de 1930 e suas notas políticas do jornal *A razão* de São Paulo, em 1931. Por enquanto, é possível vislumbrar que aqueles intelectuais eram referidos como verdadeiros heróis, os exemplos a serem seguidos pelo povo brasileiro. Um exemplo que poderia refletir também na figura da liderança política de Salgado, principalmente por ele ter adotado as idéias desses intelectuais.

---

[i] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História na UFRGS.
[ii] TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933 [1ª ed. De 1914]
[iii] SALGADO, Plínio. *O sofrimento Universal*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1934, pp. 105 a 110.

[iv] Os dados da trajetória de Salgado aqui mencionados foram retirados de: TRINDADE, Hélgio. *Integralismo. O fascismo brasileiro da década de 30.* Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1974; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução. O integralismo de Plínio Salgado.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 e BRANDI, Paulo. Verbete: Plínio Salgado. *In*: ABREU, Alzira e BELOCH, Israel et al. (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (Pós-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, vol. V, pp. 5195-5206.

[v] SALGADO, Plínio. *Sentimentais.* In: *Obras Completas*, Editora das Américas, 1954. Volume XX. p. 304-305.
[vi] Idem.
[vii] Estatutos da AIB, *Monitor integralista*, maio de 1934.
[viii] TRINDADE, Hélgio. Op. cit., p. 175.

O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA

Alexandre Cândido de O. Campos / FEUSP

acandido@usp.br - Bolsista CNPq

Resumo:

Este estudo tem como foco a forma pela qual os professores de História, organizados em torno da ANPUH, abordaram a questão do ensino dessa disciplina. Focaliza a freqüência e as temáticas privilegiadas pelos artigos sobre ensino de História publicados na Revista Brasileira de História.

Palavras-chave: Revista Brasileira de História; Ensino de História; ANPUH.

INTRODUÇÃO

A grande abrangência da escola pública, sobretudo no que se refere ao ensino fundamental, é fenômeno recente na história da educação brasileira. Ainda que várias mazelas sociais impeçam o acesso da totalidade das crianças em idade escolar às salas de aula, é inegável o avanço do ensino público nas últimas duas décadas, que fez ingressar em seu espaço crianças oriundas das várias camadas populares.

Diante dessa nova conjuntura o currículo escolar praticado até então sofreu tensões de diversas frentes. Em primeiro lugar da elite brasileira, pois a educação, que fora historicamente moldada para a reposição dos quadros dirigentes do país – e que há pouco viera a atender também (de forma diferenciada) à classe média emergente –, agora precisava contemplar a todos. Como manter os diferenciais de classe diante de uma "certificação escolar" generalizada?[1]

Em segundo lugar dos próprios profissionais da educação, que se viram diante das gritantes diferenças culturais trazidas para o interior das escolas pelas crianças das mais variadas origens. Como abordar a religiosidade católica num espaço onde se encontram praticantes de diversas religiões? Como *narrar* a história dos brancos para uma clientela predominantemente negra? Como pensar um ensino humanístico para uma população que não tem acesso aos mínimos bens culturais ou materiais?

Tais problemas poderiam até obter algumas respostas provisórias, porém – e aqui anunciamos uma terceira tensão –, os próprios paradigmas nos quais o modelo escolar estava ancorado, já não gozavam de saúde suficiente para travar mais essa batalha. Para o paradigma educacional emergente não bastava negar um ensino católico, branco e elitista. Não se tratava de construir uma outra narrativa, mas de questionar as narrativas em si. Como ofertar a todos um saber que estava, ele próprio, em questão?

Assim, a partir da década de 1980 vivemos um período de reconstrução da escola. Projetos educacionais de distintas orientações são implementados nas diversas redes de ensino do país buscando lidar (no mínimo) com as três tensões anteriormente levantadas.

No caso específico do ensino de História há que se registrar os impasses gerados pela questão dos Estudos Sociais. Com a Lei 5.692/71, no ensino de 1º grau as áreas de História e Geografia deram lugar aos Estudos Sociais, à OSPB e à Educação Moral e Cívica, de orientação mais aproximada ao civismo que à crítica social.

Ainda que as entidades de categorias como a ANPUH tenham resistido incansavelmente a essa reformulação durante toda a década de 1970, é apenas na década de 1980, com o declínio da Ditadura Militar, que os Estudos Sociais começam a perder espaço. Por conseguinte, nos anos 1980 e 1990, a tarefa que cabe aos professores de História e Geografia passa a ser a reconstrução de suas disciplinas.

É nesse contexto educacional que o ensino de História trabalhado pela Revista Brasileira de História se enquadra. [2]

A REVISTA

Durante as primeiras duas décadas de existência da ANPUH o principal meio impresso de comunicação da entidade eram os Anais dos simpósios realizados. É com o objetivo de uma publicação mais abrangente que a Revista começa a ser pensada. Em 08 de agosto de 1980, após a resposta positiva da CAPES em relação ao financiamento de dois números, a diretoria da ANPUH se reúne com o propósito de discutir os aspectos gráficos e a forma de distribuição da Revista.

> No decorrer do debate sobre o periódico discutiu-se a parte prática da edição, a saber: de uma lista de nomes sugeridos para título da publicação escolheu-se **Revista Brasileira de História**, órgão da ANPUH; com periodicidade de dois números anuais, cerca de 200 páginas. Quanto ao conteúdo, a publicação constará de três áreas: a – **artigos**, com número máximo de 20/25 páginas, sem clichês, ou com estes correndo por conta do autor, sendo 5/6 por número; b – **bibliografia**, cerca de 25 páginas por exemplar, com relação de obras publicadas sobre História em forma de listagem, noticiário sobre revistas internacionais, com índices de artigos e, posteriormente, resenhas; c – **noticiário**, cerca de 25 páginas com informações sobre Núcleo Regionais, Encontros Regionais, Encontros de História nacionais e internacionais e comunicados sobre outras Associações; o preço para sócios inclui-se na anuidade, para não sócios a ser resolvido posteriormente; a edição calculada em cerca de 1000 exemplares por número; o n.º 1 será distribuído aos sócios, durante o simpósio[3] e deverá ser enviado às Universidades, Centros de Documentação e Bibliotecas para obter assinaturas, e numa fase posterior, livrarias.[4]

Essa primeira idéia da estrutura da Revista, de certa forma, se manteve em todos os números. A mudança ficou por conta da própria ampliação do periódico – aumento do número de páginas e da quantidade de seções internas – e aperfeiçoamento do periódico, como o que ocorre ao se publicar números temáticos.

Nas revistas de número 07, 10 e 12 há uma seção intitulada “questões didáticas”, destinadas especificamente à temática do ensino de História. Nos números 13 e 15 a seção passa se intitular “ensino”, uma justa alteração, considerando que os textos publicados até aquele momento na seção se mostravam bastante amplos para serem enquadrados estritamente como “questões didáticas”.

Porém, os textos sobre ensino de História não foram publicados exclusivamente nessas seções, sendo encontrados nos “Noticiários”, ”Polêmicas”, “Crítica bibliográfica”, “Artigos”, etc. Em alguns casos a Revista é dedicada inteira ou parcialmente à questão do ensino, como ocorre com os números 19, 25/26[5], 36 e 48.

UM DIÁLOGO COM OS DISCURSOS OFICIAIS

Analisando a freqüência das publicações sobre ensino de História na Revista Brasileira de História (RBH), o que se percebe é que os textos foram elaborados, sobretudo, nos contextos de políticas educacionais específicas – direta ou indiretamente respondendo a questões provocadas por elas – ou objetivando a divulgação de resultados de pesquisas de pós-graduação relacionadas à questão do ensino de História.[6]

Observando o quadro das publicações e analisando o teor de cada texto pode-se ter uma idéia das principais iniciativas oficiais com as quais os autores dialogam.

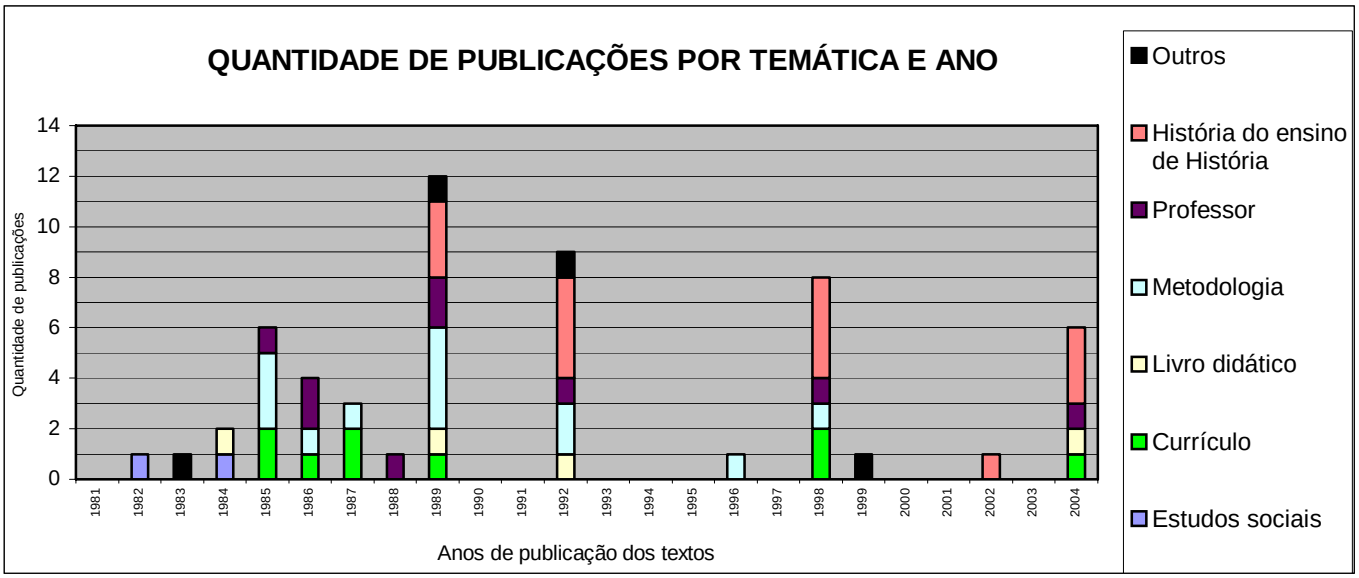

Nos primeiros anos da Revista os textos refletiram, ainda, os questionamentos em torno da questão dos Estudos Sociais[7] e trataram das dificuldades para a reconstrução da área de História dentro de uma nova perspectiva.[8]

A partir de 1985, o ambiente político-educacional em que os artigos foram publicados foi marcado por debates mais localizados ocorridos no estado de São Paulo, quando a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) – órgão ligado à Secretaria de Estado de Educação – promoveu as discussões para a elaboração das referências curriculares de sua rede de ensino.

Ainda que os textos não tenham tratado especificamente daquela reforma, os momentos de mais intensidade de seus debates coincidiram com os anos de maior

publicação dos textos de ensino na RBH: 1986 (início das discussões das propostas pelos professores da rede); 1988 (último ano de discussão das propostas pelos professores); 1992 (quando a versão definitiva, elaborada por professores universitários, foi divulgada).

Já os artigos publicados a partir de 1996 parecem se enquadrar no contexto das discussões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). É sintomático, nesse sentido, o fato de o ano de 1998 (ano seguinte à publicação do volume 5 dos PCN – "História e Geografia") sobressair em relação ao número de textos sobre ensino de História que constam na Revista.

A CONSTRUÇÃO DE UMA ÁREA DE PESQUISA

Se a freqüência das publicações indica um diálogo com os discursos oficiais, acredito que as temáticas abordadas por esses textos revelam a preocupação dos historiadores com a construção de uma área de pesquisa: a área do ensino de História.

Classificar os textos segundo as temáticas que enfocam não é uma tarefa que possa ser cumprida de maneira definitiva.[9] Outros olhares sobre os textos podem classificá-los em temáticas diferentes. Pode-se avaliar que as temáticas que proponho não dêem conta dos assuntos que os textos abordam. Tenho a impressão de que em uma segunda ou terceira análise que eu mesmo fizesse dos textos os classificaria de modo diferente.

Porém, ao criar categorias para os textos estudados não busco engessa-los em grupos temáticos predefinidos, antes me proponho a um exercício de raciocínio sobre os artigos de forma a poder detectar constâncias que possam ser cotejadas com os cenários político-educacionais em que se encontram.

Assim, ainda que a imprecisão da classificação afete os dados no que se refere à "sintonia fina", considero bastante confiáveis alguns sinais mais gerais detectados. Se efetuarmos, por exemplo, uma comparação entre as publicações anteriores a 1990 e as posteriores a esse ano, veremos que os artigos que enfocaram a "História do ensino de História" – que representava 10% das publicações sobre ensino[10] – alcançou 45% dos textos no período de 1991 a 2004.

Num movimento contrário, as discussões sobre “metodologia” do ensino de História, que ocupavam quase 30% dos textos sobre ensino de História publicados antes de 1990, nos anos posteriores representaram a metade daquele índice: 15% das publicações.

Também a temática sobre o “professor” de História – que abarcou textos que trataram de sua formação inicial e continuada, das condições de trabalho na escola, da relação “teoria e prática” de ensino, do diálogo entre escola básica e universidade, da autonomia docente, etc – perdeu espaço na Revista: de 20% para 12%, se compararmos as publicações anteriores e posteriores a 1990.

O que se pode perceber desses dados é que houve um direcionamento da preferência para a tematização de fundamentos do ensino de História (história do ensino de História) em detrimento da proposição de “modelos” para o ensino de história (metodologia)[11]. Esse movimento – associado ao contexto mais amplo das publicações gerais dos historiadores nos últimos 20 anos e dos assuntos abordados em seus encontros profissionais no mesmo período – indica a formação de uma área de pesquisa, uma vez que as pesquisas sobre a história do ensino de História oferecem sólidos subsídios teóricos a outras pesquisas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma das afirmações deste estudo é de que os textos sobre ensino de História na RBH dialogam com os discurso oficiais. Isso ocorre por, primeiramente, porque é inevitável nos sentirmos provocados quando se abordam algo que faz parte de nosso cotidiano. Em segundo lugar, porque é uma tarefa de nossa profissão oferecer à sociedade os subsídios teóricos necessários para que ela tome suas decisões político-educacionais. Em terceiro lugar, porque o espaço curricular é um espaço de poder.

Assim, por exemplo, o objetivo de implodir os Estudos Sociais não pode desvinculado da intenção de conquista de espaço profissional.[12] Se considerarmos os três eixos elementares que, para Nóvoa (1992), realçam os limites de uma profissão – o associativismo, a legitimação pelo Estado e o controle de um saber especializado – pode-se

afirmar que a ANPUH buscou congregar todos esses elementos na luta contra os Estudos Sociais, motivos que não deslegitimam nem um pouco o empreendimento da entidade.

Por de trás dessa discussão dos Estudos Sociais – mas também em relação à reforma curricular do estado de São Paulo e aos PCN – está a questão da interdisciplinaridade. Os Estudos Sociais não seriam uma boa forma de integração entre as disciplinas que tratam da ação humana em sociedade? Uma resposta negativa a isso não pode se restringir à crítica ao civismo exacerbado realizado em torno dessa área de conhecimento durante a ditadura militar. Seria o mesmo que dizer que, agora, sem ditadura, poderíamos aceitar a volta daquela experiência.

O problema dos Estudos Sociais é epistemológico. Além de os principais estudos sobre currículo não recomendarem que a integração disciplinar ocorra meramente com a criação de novas disciplinas[13], os Estudos Sociais desconsideram os objetos e os métodos próprios das disciplinas que o compõe.

Por isso, vários dos problemas presentes, hoje, no ensino de História se referem à falta de clareza quanto aos métodos e objetos da sua disciplina de referência. Trata-se de um problema mais amplo e de mais longa data. Assim, seria necessário reconstruir não só o ensino de História, desfigurado pela ditadura militar, mas a própria concepção de história, que se tornou rarefeita devido, entre outras causas, a uma denúncia exagerada contra o materialismo histórico.

Os textos analisados neste estudo abordam muito pouco essa questão. No entanto, é preciso considerar que isso ocorre principalmente porque que aquela questão extrapola a temática do ensino. Esse debate tem sido contemplado pelos historiadores em outros textos na Revista Brasileira de História.

Não podemos esperar, porém, que algum dia tenhamos uma concepção de História consensual que oriente a prática com essa área de conhecimento no ensino básico. É preciso que os historiadores, *em todos os níveis de ensino*, estejam inseridos nos debates historiográficos e tenham autonomia para desenvolver sua prática profissional.

Por isso, mais do que dialogar com os discursos oficiais, seria necessário dialogar com os historiadores que atuam no ensino básico. Esse frágil diálogo não se explica somente pela falta de participação dos próprios professores, é preciso admitir que é da vontade de alguns associados da ANPUH[14] que se mantenha a diferença entre historiadores do ensino superior e historiadores do ensino básico, visando a manutenção do reconhecimento social desfrutado pelos primeiros.[15]

No entanto, preferir realizar discussões mais densas a publicar modelos de prática de ensino, é bom sinal de reconhecimento, pelos autores e editores da RBH, da complexidade da prática professoral.

Como se vê a relação com o saber não é pacífica e a Revista Brasileira de História não é um instrumento "neutro". Caracteriza-se como um espaço onde se entretecem os paradigmas (educacionais e historiográficos) e as conjunturas (das políticas educacionais específicas, dos projetos internos da própria entidade, etc.).

---

[1] Essa problemática é exemplarmente abordada por Bourdieu ao analisar a expansão escolar francesa. Cf.: NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio. Escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 145-183.

[2] Um estudo mais completo sobre as publicações relacionadas ao ensino de História nas décadas de 1980 e 1990 – que abrange as publicações da Revista Brasileira de História, mas que não se restringe a elas – foi realizado por Flávia Heloísa Caimi em: CAIMI, Flávia H. *Conversas e controvérsias*: o ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001.

[3] A autora está se referindo ao XI Simpósio realizado em João Pessoa em 1981, no qual se comemoraram os 20 anos da Associação.

[4] GLEZER, Raquel. A fundação da revista. ***Revista Brasileira de História***, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 130, 1981.

[5] Publicadas num mesmo impresso.

[6] No entanto, em muitos casos, as centelhas que impulsionaram essas pesquisas também surgiram no calor dos debates fomentados pela implementação de políticas educacionais.

[7] GLEZER, Raquel. Estudos Sociais um problema contínuo. ***Revista Brasileira de História***, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 117-149, mar. 1982.

[8] GLEZER, Raquel. Novos livros e velhas idéias. ***Revista Brasileira de História***, São Paulo, v. 4, n. 7, p.149-154, mar. 1984.

[9] Já foi bastante trabalhoso, aliás, selecionar os textos que poderiam ser classificados como sobre "ensino de História".

[10] Todos esses artigos foram, sintomaticamente, publicados no final daquele período: no ano de 1989.

[11] Ainda que os textos contemplados nessa temática não tenham sido reduzidos à mera instrumentalização. Eles realizaram uma discussão mais profunda sobre os procedimentos de ensino na área de História.

[12] GLEZER, Raquel. A ANPUH e o ensino de História: balanço crítico. ***Anais do Seminário "Perspectiva do ensino de História"***. São Paulo, FEUSP, 1998, p. 140-143.

[13] SANTOMÉ. ***Globalização e interdisciplinaridade***. O currículo integrado. Porto Alegre, Artmed,1998.

[14] Que apesar de aceitar o ingresso de professores do ensino básico não abandonaram a letra "U" de sua sigla, relativa a "universitários".

[15] RICCI, Claudia S. A academia vai ao ensino de 1º e 2º graus. ***Revista Brasileira de História***, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 135-142, mar. 1989.

Constituição e Autonomização do Campo Científico da Estatística no Brasil (1870/1914)

Alexandre de Paiva Rio Camargo

O presente trabalho tem por objetivo investigar o nascimento da estatística e a forma de sua consolidação no Brasil, relacionando-os ao momento de transição da monarquia escravista para a modernidade da *belle époque* republicana. Sendo assim, este trabalho pretende analisar os diferentes significados sociais assumidos para o Império e para a República por este novo saber classificador que, ao tornar conhecidas realidades distantes ou ausentes, representava um sentido de consciência nacional inteiramente novo.

Encerrada a Guerra do Paraguai, ficaram expostas as fragilidades do país quanto ao controle da organização do território nacional e de suas fronteiras. Faltavam informações estatísticas sobre a capacidade de recrutamento, de abastecimento de suprimentos e de informações cartográficas, essenciais ao esforço de guerra.

Além disso, a sustentação da hierarquia naturalizada do Antigo Regime se encontrava ameaçada. O advento de uma ideologia abolicionista contribuiu para o quadro de crescente deslegitimação da propriedade escrava, seja através das discussões conceituais e liberais de uma elite jurídica, que ganha crescente respaldo das camadas médias abolicionistas, seja através da deslegitimação do uso da violência, que é o próprio meio de controle senhorial para disciplinarização do escravo[i].

Neste quadro, fazia-se premente precisar as flutuantes categorias sociais de então, dado o esfacelamento da hierarquização naturalizada do Antigo Regime, ao que se proveria com a elaboração das bases necessárias para a realização do recenseamento geral. Com este fito, durante o Gabinete Itaboraí, o ministro dos Negócios do Império,

Paulino José Soares de Souza, submeterá à aprovação o projeto-de-lei que versa sobre a realização do censo e sobre a criação de uma repartição estatística com *status* de diretoria, subordinada ao Ministério dos Negócios do Império.

Prevista pela referida lei 1829 e regulamentada pelo decreto 4676, de 14 de janeiro de 1871, à Diretoria Geral de Estatística cabiam, nos termos do decreto, a coordenação e a apuração dos dados estatísticos existentes nas Repartições públicas do Império. Dotada de autonomia financeira e de recursos materiais e humanos, suas atribuições eram muito amplas: dirigir os trabalhos do censo, organizar os quadros anuais dos nascimentos, casamentos e óbitos e formular os planos de cada ramo da estatística do Império.

No entanto, as respostas às obrigações imputadas seriam lentas e ineficientes, dado o improviso de funcionários públicos arregimentados em outras seções do próprio Ministério dos Negócios do Império, apenas marginalmente afinados com as necessidades estatísticas. Ao mesmo tempo, revelava-se a real intenção do governo imperial, qual seja, a confecção de um recenseamento nacional bem-sucedido. Após a execução do recenseamento geral do Brasil e ao longo da publicação gradual dos seus resultados em 23 volumes, entre 1872 e 1878, claro estava que, com a proximidade do término dos trabalhos censitários, o Império iria desmantelar a diretoria. Dispendiosa e demandando maiores recursos humanos, com trabalhos morosos e resultados avaliados como insuficientes, decidiu-se pela fixação da Diretoria Geral de Estatística ao nível de seção, por força do Decreto 8341, de 17 de dezembro de 1881, no Gabinete Saraiva[ii].

Como explicar que após a implantação da DGE e do êxito obtido pelo recenseamento de 1872 pudesse a mesma ser rebaixada ao *status* de seção, o que suspendia o desenvolvimento da ciência estatística no Brasil? Em primeiro lugar, dizer que o censo era uma necessidade não implicava o mesmo para a estatística. Diante da

flutuação das categoriais sociais, a que já fizemos alusão, era premente fixá-las em um suporte mais rígido e definido, através da classificação em categorias censitárias, tendo em vista a desconstrução da hierarquia do Antigo Regime. Não menos importante para um Estado-Nação era conhecer seus recursos, população, território, fronteiras e potencialidades. A isto o censo, naturalmente, oferecia resposta. Faltava claramente uma "consciência estatística" por parte das autoridades e dos estatísticos envolvidos, meros funcionários deslocados, no exercício que estavam dos seus deveres. Não havia uma política de continuidade, nem um investimento de médio e longo prazos. Os recrutados não *eram* estatísticos, mas *estavam* estatísticos. E "fazer carreira" significava estar ali para poder galgar degraus na escada do poder. O caráter recente e o destino incerto da Diretoria também não contribuíam para auferir prestígio aos ocupantes de seus instáveis cargos.

A monarquia não via, e nisto não estava interessada, a relação entre a leitura dos números abstratos da estatística e seu uso em ações públicas.

Remetido o discurso estatístico ao seu contexto político e ideológico, podemos, então, entender as razões do governo republicano em manter uma precária, mas estável, estrutura estatística. Diante da ampliação formal da participação política aos ex-escravos e pobres livres, o discurso estatístico emergia como local privilegiado para redimensionar uma discussão sobre a igualdade entre os homens e também sobre os critérios de cidadania, preservando a rígida hierarquia, agora cientificamente explicada[iii]. Neste sentido, a estatística emergiria como importante instrumento na construção da república. Traduzir a realidade em números, quantificar, classificar e hierarquizar eram a ordem do dia para estabelecer-se um consenso forçado, a partir do poder coercitivo, reconciliando Estado e sociedade civil. Era preciso criar uma memória oficial, identificar a experiência monarquista ao atrasado legado lusitano. A estatística, enquanto discurso oficial, contribuiria para mistificar as temporalidades, no intuito de

fixar imagens de um novo começo e uma nova identidade, dotados de um projeto próprio e promissor. Desqualificavam-se os discursos concorrentes, consagrando-se o primado da técnica e da ciência, especialmente o da estatística, através das quais se realizavam as estratégias oficiais de esquecimento do passado e celebração do presente. Para Roger Bastide, ao contrário das ciências sociais, que privilegiam as leis de evolução, a estatística valoriza o permanente e as leis de constância, descartando as mudanças históricas. Como resultado, produz uma imagem da sociedade que, ao participar da natureza, escapa ao cálculo, à ação humana. Os comportamentos sociais, por sua vez, reificados nas mais diversas categorias estatísticas, podem, então, ser patologizados[iv]. Dessa maneira, o processo de elaboração das estatísticas pressupõe a desconstrução das individualidades, ao reinseri-las em coletividades previamente idealizadas, reconstruindo-as como individualizações: o um no outro. É esta tendência para naturalizar diferenças sociais fundamentais e para dissolver os conflitos de classe e as diversidades culturais num discurso coerente e apolítico que veio a despertar o interesse do governo republicano na preservação e perpetuação de uma rede estatística institucional.

Devemos agora testar as formas de atuação conjunta dos estatísticos republicanos. Em que grau ela revela uma coerência pautada por uma consciência de grupo e que limites se impõem para que tal consciência alcance um nível discursivo? Diante das limitações desta apresentação, é imperativo que sejamos seletivos e, para tanto, escolhemos um episódio modelar para testarmos a consciência de grupo destes estatísticos: a polêmica em torno da elaboração e publicação do recenseamento nacional de 1900.

Este censo, que caiu em rápido descrédito e é quase ignorado pelos especialistas de hoje, apresentava números muito diferentes dos de 1890. Seu organizador, Mendes da Rocha, defendia sua obra, alegando que a razão da

discrepância residia no “desordenado acréscimo” praticado pela Diretoria Geral de Estatística no tocante à publicação do censo anterior. O autor se refere ao recenseamento de 1890 como “trabalho que contém erros crassos que muito depõem contra os créditos dessa repartição. (...) nenhuma dúvida pode restar sobre o valor dos números que representam a população da capital federal em 1890”[v]. Vê-se que sua estratégia de argumentação baseava-se na desqualificação dos números alcançados pelo empreitada censitária de 1890. Mendes da Rocha cria que nesta época muitos afluíram para a capital federal em função da multiplicação das empresas e das gratificações, o que teria causado uma febre na especulação imobiliária. A plausibilidade de sua sustentação desaparece quando menciona que o afluxo recebido pela cidade era contingencial e motivado somente pela especulação financeira do encilhamento. Conseqüentemente, a emigração explicaria o baixo crescimento verificado nos dez anos transcorridos entre os censos: “A emigração, portanto, é uma consequência fatal do desaparecimento da miragem e a onda de forasteiros desapareceu naturalmente logo que o brilho ilusório do papel-moeda começou a empanar-se, só ficando com as inevitáveis conseqüências do delírio os prisioneiros da sorte, (...) com o decréscimo do comércio e quase paralisação das indústrias”[vi].

Assim Mendes da Rocha se desfazia da contradição dos números, desqualificando a obra que foi o marco fundador da estatística republicana e, apesar de suas deficiências, obra respeitada e consultada até hoje. Além disso, apontava o fator emigração para sustentar seus dados, justamente na década em que o Rio de Janeiro mais recebera imigrantes até então. O que realmente devemos destacar desta fatídica autodefesa é o fato de que ela se constitui em *caso limite* privilegiado para evidenciar as grandes limitações técnicas de precisão científica que rodeavam estes estatísticos. Ora, isto corrobora a hipótese que traçamos anteriormente. Neste momento, de grandes dificuldades técnicas na confecção censitária, em que

algarismos ainda são estimados e arredondados pelo recurso a métodos científicos consagrados, o uso político possível dos números produzidos responde em boa parte pela aceitabilidade que eles podem ter. E, talvez, por ter exposto esta ferida tão claramente, Mendes da Rocha viria a cair em ostracismo, para o que muito contribuíram as várias críticas de Aureliano Portugal, a esta altura chefe da seção de estatística municipal desde 1893, futuro idealizador do *Recenseamento do Distrito Federal de 1906*.

Em resposta à fértil imaginação de Mendes da Rocha, para quem a cidade teria se esvaziado e os casarões desabitados, Aureliano afirma, com pertinência, que " O número de habitações coletivas teria se multiplicado, desde o ínfimo cortiço até as luxuosas casas de pensão, (...) outrora habitações de uma só família, estão hoje transformadas em colossais casas de cômodos, verdadeiras colméias habitadas por uma população numerosíssima"[vii].

Sem dúvida a política do encilhamento teria agravado, por força de práticas especulativas, a situação da moradia urbana, mas este quadro era tão ou mais grave na virada do século. Diante dos crescentes aumentos de preço e dificuldades de acomodação, a tendência da população humilde em geral era a de explodir em motins urbanos comumente espontâneos e desordenados[viii]. Esta "população numerosíssima", de que fala Aureliano, encontrava-se entulhada nos infernos sociais das casas de cômodos e das grandes habitações coletivas, diante da imensa demanda por alojamentos e dos altos aluguéis cobrados.

Embora este corretíssimo argumento, com o qual qualquer cidadão médio comum na época poderia concordar, já atestasse o malogro do censo de 1900, isto não bastava. Era fundamental recuperar no discurso o crescimento demográfico, o progresso material e o lugar de destaque que o distrito federal ocupava no mundo civilizado: "Para esta cidade tudo converge, quer a fortíssima corrente imigratória

externa e interna que, na luta pela vida, procura as nossas plagas, quer a grande maioria das produções da atividade nacional e os que esta importa de fora para suas necessidades"[ix].

Portanto, o que se percebe neste caso limite é que, embora já haja uma institucionalização segura do campo, os números são fabricados ou desembocam em graves contradições, destinando aos estatísticos o desconfortável encargo de referendá-los. Para tanto, jogam importante papel elementos externos à ciência: o constante recurso a autoridades, especialmente as estrangeiras, o abuso da retórica e das disputas. Os embates em periódicos como este que vimos acima constituem, igualmente, importante instrumento para alimentar controvérsias e cultivar o público da sociedade civil. É o que se visa tanto nas estratégias racionais de argumentação que edificam a função da estatística no progresso da civilização e na redenção do país, como nas querelas recheadas de ironia e trocas de acusações, bem próximas da tradição do desafio na cultura popular. A este respeito, diga-se, o exemplo que escolhemos é dos mais polidos e comedidos. Ele revela a fragilidade das condições de produção e de autenticação dos números produzidos pela estatística. Mas também nos diz muito sobre a forma de atuação coesa destes homens. É o que vemos no caráter homogêneo no padrão de suas reivindicações. Além da requisição de recursos materiais e técnicos, há uma demanda pela ampliação na coordenação nacional dos trabalhos estatísticos, através do envio de delegados da DGE, há uma pressão pela institucionalização do ofício do estatístico profissional, ao exigir-se nos concursos provas de conhecimentos específicos para a prática estatística.

Na medida em que traz dividendos políticos e científicos para estes estatísticos, a profundidade das mudanças reivindicadas depende expressamente da posição ocupada pela estatística num campo intelectual mais amplo, em que há grupos concorrentes, como os médicos, etnólogos, historiadores e literatos, igualmente inseridos na estrutura da

classe dirigente. Seguindo Bourdieu e sua conceituação sobre o campo intelectual, é o sistema de relação entre posições no campo estatístico e entre este e o campo do poder que confere particularidade a cada posição e às tomadas de posição científicas e ideológicas a elas objetivamente vinculadas[x].

Neste sentido, não devemos afirmar que a república tratou com descaso os projetos apresentados por estes estatísticos. A questão é que, ao menos para o período estudado, não era prioridade na agenda governamental direcionar maiores gastos públicos com o incremento do instrumental de medição e precisão estatística. Afinal, a estatística já cumpria sua função, ao produzir os números pretendidos e dar ensejo às práticas de subjetivação realizadas por outras práticas científicas, como a medicina legal e a higiene pública. Nestes termos, a atuação destes intelectuais mostrou-se muito bem-sucedida. Assim o provam o aumento conseguido da infra-estrutura material (aquisição de biblioteca, tipografia, etc), o acréscimo considerável de pessoal e a institucionalização do Conselho Superior de Estatística que seria composto por políticos proeminentes e intelectuais de notório saber.

---

[i] MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 154 e 162-63.
[ii] SENRA, Nelson. A Diretoria Geral de Estatística no Brasil Império: primeira instituição brasileira de estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, pp. 13-14.
[iii] SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças. Cientistas, Intituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p 241.
[iv] BASTIDE, Roger. "A estatística e a História". *In Revista Brasileira de Estatística* v.23. Rio de Janeiro: IBGE, 1945, p. 366-67.
[v] ROCHA, Francisco Mendes da. "Ofício da Diretoria Geral de Estatística sobre recenseamento da população em 31 de dezembro de 1900". *In Jornal do Commercio,* 30 de janeiro de 1901.
[vi] IDEM, Ibidem.
[vii] PORTUGAL, Aureliano Gonçalves de Sousa. "O recenseamento de 1900 julgado pela estatística". *In Jornal do Commercio*, 24 de julho de 1901.
[viii] SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003,, p. 75.
[ix] PORTUGAL, Aureliano Gonçalves de Sousa. "O recenseamento de 1900". *In Jornal do Commercio*, 10 de fevereiro de 1901.
[x] BOURDIEU, Pierre. "Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe". *In* _____. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 190.

Escravo e Cidadão nas visões sobre a guerra em Aristóteles e Xenofonte

Alexandre de Paiva Rio Camargo, mestrando em História Antiga/UFF

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender a mudança operada na percepção natural da guerra entre os gregos do período clássico, a partir do episódio da liberação da Messênia e do consequente desmonte do Hilotismo, em 370 a. C. Trata-se de relacionar este acontecimento fundamental do mundo helênico ao avanço do mercenarismo e ao declínio do espírito público vivenciados em Atenas no século IV. Com efeito, Diante do relativo anuviamento das outrora rígidas categorias de cidadão e não-cidadão, buscaremos apreender as aproximações e descontinuidades do Ethos aristocrático presente nos diferentes esquemas interpretativos de Aristóteles e Xenofonte, atentando para suas tentativas de restauras a isonomia a partir da fundação de uma nova hierarquia no nível discursivo.

1) Guerra e ideal de cidadania na *polis* do século IV

É na relação indissociável entre política e guerra que encontramos o ideal hoplítico. Os critérios censitários de participação política, estabelecidos por Sólon, tinham por base justamente a capacidade dos atenienses de custearem o próprio armamento. Foi na falange hoplítica que nasceu o espírito público, já que os soldados lutavam em grupo, de forma coesa, e não mais enquanto indivíduos, como nos tempos homéricos. É a revolução hoplítica que promove a democratização da função guerreira e o enfraquecimento das distinções sociais. A transformação da atividade guerreira em prerrogativa do cidadão em Atenas restringiu a contribuição militar da aristocracia ao serviço pessoal, relegando à nobre cavalaria um papel diminuto, e não permitindo que ganhassem capital simbólico ao lutar com seus dependentes. Isto ocorreu enquanto

expressão do poder da classe hoplita. Paralelamente, o “feito heróico” desaparece. O sucesso na guerra não é mais resultado da ação de um indivíduo excepcional, divinamente inspirado. Ao invés disso, a vitória é celebrada em honra da cidade, como expressão da comunidade cívica[i]. A derrota, por sua vez, é cantada por ocasião das orações fúnebres, em que os mortos em guerra são homenageados, sendo momento privilegiado de reafirmação da identidade da cidade e da *philía* entre os homens.

No século IV, assistiremos ao desaparecimento das assembléias realizadas em pleno campo de batalha, em que as estratégias militares eram discutidas e votadas e o estratego prestava contas para a “cidade em armas”, os cidadãos-soldados. A democracia de Atenas dependia, por um lado, das obras públicas, da construção de templos e teatros, cujo acesso era fomentado pelo Estado, enquanto atividades cívicas, através da redistribuição de bens para os mais pobres. Dependia, por outro lado, de uma relativa equalização econômica entre os cidadãos, pressupondo o tempo ocioso para o exercício da atividade política. O *misthos heliastikos*, remuneração da ocupação de cargos públicos, e o soldo de guerra desempenhavam esse papel fundamental. Eram a captação de recursos e o constante “estado de guerra” proporcionados pela confederação marítima que alicerçavam a democracia. A perda da hegemonia no Egeu, após a guerra do Peloponeso, deixou carente uma população urbana que fazia do soldo de guerra o complemento de sua renda e refreou as obras públicas que movimentavam a economia citadina e respondiam pela mobilização política. Além disso, o encarecimento do custo de vida nas cidades e as crises agrícolas que atingiam o campesinato forçaram muitos a vender sua força de trabalho e produzir para o mercado, contrariamente ao ideal campesino da não-sujeição. Outros, em condições mais graves, tiveram, inclusive, que alugar a si mesmos como mercenários. O que se nota, assim, é a decadência da

centralidade da guerra hoplítica, na qual a nova instituição do mercenariato tem papel de destaque.

O profissionalismo militar emergiu no corpo cívico desde o fim do século V, quando as urgências da guerra do Peloponeso dispensaram cada vez mais os critérios censitários e abriram para a categoria dos tetes o acesso à falange hoplítica. Em paralelo, desenvolve-se a autonomia dos estrategos frente às instâncias políticas da cidade, em decorrência do afastamento dos terrenos de operação e à violência dos combates que levava à busca de um salvador a título individual. A glorificação pessoal do chefe conjugada com a carência de recursos para a manutenção dos mercenários conduziam à emancipação dos magistrados militares, responsáveis, em parte, pelo financiamento destas tropas.

Finalmente, temos o problema da guerra entre os gregos. A partir da guerra do Peloponeso, o que se nota é que o conflito passa a ocorrer em localidades distantes, o que é facultado pela crescente importância da guerra naval. Marcada pelos grandes empreendimentos militares e amplos sistemas de alianças, este tipo de guerra foi ocasionado pela falência da ética hoplítica que orientava os conflitos por meio de uma regulamentação consensual e da preocupação em limitar as mortes e os danos materiais, definindo-se a vitória pela aquisição das fronteiras do inimigo tendo em vista a sua imobilização.

2) Guerra e Escravidão: as inversões

Diante da crise da *polis,* como Aristóteles e Xenofonte reagem à diluição gradual da polarização entre as categoriais sociais do escravo e do cidadão, muito bem definidas no século V? Como situar o escravo diante das transformações do exército – o mercenarismo e o enfraquecimento do ideal hoplita- do ressurgimento de uma hierarquia, no seio do exército, entre comandantes e comandados, e da utilização pelos aristocratas

de dependentes pessoais na guerra, o que havia sido antes barrado pela equalização hoplítica? Devemos relacionar as clivagens ideológicas que informam o pensamento dos autores gregos e as práticas sociais reais de atuação e interação do escravo dentro dos quadros institucionais da *polis* clássica.

Uma questão teórica central para o nosso estudo é a da naturalidade da guerra para os gregos. A guerra é um fato natural, acerca do qual nada pode ser feito. É a partir desta localização da guerra no reino da *physis* que a ética aristocrática construirá a hierarquia, ao dividir os homens entre os que comandam e os que são comandados. O desempenho na guerra desvela a natureza das coisas, ao diferenciar o vitorioso livre do derrotado escravo. Sobressai, assim, dos tempos homéricos ao período clássico, uma identidade entre guerra e cativeiro. Enquanto resultado da guerra, o cativeiro é justo.

Xenofonte nos oferece uma radicalização da concepção grega de que à dinâmica interna da personalidade correspondem as relações sociais exteriores. Em suas obras, o comando militar é justificado pela moral, atribuindo ao sucesso militar o auto-domínio, a coragem e a dureza. A guerra surge como teste da natureza interior dos combatentes, atualizando-a[ii]. O sucesso legitima o governo e a hierarquia social. Por conta disso, faz da derrota a legitimidade da escravidão, considerada justa por ter sido avaliado o caráter do escravizado[iii].

No entanto, essa concepção consagrada da guerra, tipificada em Xenofonte, se verá abalada pelo episódio de fundação da Messênia, por Tebas, em 370/69. A revolta hilota, que nela se caracteriza, silenciada pelos historiadores gregos, sugere o incômodo neles provocados pelos escravos problemáticos de Esparta. Xenofonte descreve a Messênia, uma vez livre, como cidade grega, formadora, junto a Tebas, da Liga do Peloponeso, e reconhece, como gregos, os antigos escravos rebeldes. Os historiadores, Isócrates e Xenofonte em especial, ao tratarem do tema, traçam uma genealogia da Messênia que descarta a experiência histórica da escravidão, ao localizar suas origens no

passado mítico. Assim, silenciam sobre a transição. De escravos, os messenos passam a gregos, sem que qualquer transição seja mencionada. Para esta historiografia, "insistir que os messenianos eram *douloi*, lugar comum antes de 370, significava subverter a dicotomia entre escravos e livres, mais do que mostrar a indignação contra a Messênia"[iv]. Se, segundo o pensamento de Xenofonte, o domínio é justificado pelo sucesso na guerra, também a insurreição agora seria legitimada. Tal é a razão pela qual Xenofonte censura, pela omissão e condenação velada, os messenianos, classificando-os primeiro como escravos, depois como livres.

Em decorrência deste acontecimento central, o desmonte do hilotismo e a diáspora messênica, surgem profundas modificações no pensamento ateniense. Teremos uma verdadeira inversão dos termos em Aristóteles. Se, em Xenofonte, dada a identidade entre guerra e cativeiro justo, a força era determinada pelo direito ao domínio, em Aristóteles, a primeira determinará o segundo, já que a justiça da escravização estará condicionada, pela primeira vez na história, aos aspectos contingenciais e específicos da guerra. Esta é a razão pela qual Aristóteles dividirá as guerras entre justas e injustas[v].

Dessa forma, é justa a identidade entre guerra contra os bárbaros e aquisição de escravos e injusta a identidade entre guerra contra gregos e a tradição para a qual a pessoa do vencido em guerra pertence ao vencedor.

Com efeito, o evento de criação da Messênia também gerou as condições para a crítica da escravidão. Não se critica a instituição da escravidão, mas a arbitrariedade da escravização. Ou seja, pela primeira vez, como resultado da desvinculação entre guerra e cativeiro justo, é possível o argumento que entende a distinção entre senhor e escravo como um fato da ordem do *nómos*[vi]. Para os chamados opositores da escravidão, sobre os quais tão pouco se sabe, a caracterização da escravidão pela derrota em guerra é uma convenção. Se seguirmos Cambiano, a premissa desse argumento, ao avaliar negativamente o *nómos,* tem na *physis* o seu pólo positivo, equalizando os homens por

natureza[vii]. Baseados em propriedades naturais, igualavam o corpo dos homens livres ao dos escravos.

Para nós, o objetivo da distinção, em Aristóteles, entre guerras justas e injustas é o de resgatar a equivalência naturalizada entre guerra e escravidão. Se a guerra da Messênia possibilitou uma concepção convencional da escravidão, também facultou o seu oposto. Não havendo mais um modelo que considere um grupo assemelhado de gregos um tipo ideal de escravos, é possível a universalização do escravo-mercadoria ateniense. No momento em que o *outro* estrangeiro, bárbaro degenerado, desenraizado e alienado, assume as feições por excelência do escravo natural, Aristóteles recupera a identidade entre guerra e escravidão.

3) Os esquemas interpretativos de Aristóteles e Xenofonte: continuidades e rupturas do *ethos* aristocrático

Identidade que Aristóteles fundará na idéia de escravidão natural. Assim como o corpo está para a alma, o escravo natural, despossuidor de qualquer capacidade deliberativa e tendo com única virtude a de servir, compõe um conjunto inseparável com seu senhor. Tem como seus os interesses deste último e depende da deliberação senhorial para agir e viver. Encontramos um mutualismo, uma comunidade de interesses entre senhor e escravo, condição mesma da realização do que o escravo, por si, tem apenas em potencial[viii].

Desse modo, o escravo, em Aristóteles, é o elemento que dispensa ao cidadão o trabalho. Ao viabilizar a vida cívica saudável e dignificar a cidadania, o escravo se constitui como categoria que desqualifica o trabalho manual e a prestação de serviço do assalariado[ix]. Estabelece, portanto, uma gradação qualitativa entre as duas categorias. O artesão não possui uma essência natural, não é nem senhor, nem escravo e nem se situa entre os pólos. É na falta da dupla experiência do mandar e do obedecer, na

impossibilidade de o artesão aprender a virtude do cidadão, que Aristóteles se baseia para excluí-lo à cidadania[x].

A insistência de Aristóteles a respeito da inconveniência de que o cidadão se ocupe de atividades manuais ou lucrativas, para além da administração de seu próprio patrimônio, vai de encontro às prescrições de Xenofonte no *Econômico,* em que a produção da riqueza e a reprodução do patrimônio devem ser levadas a cabo por terceiros que conheçam a arte da *oikonomia*, a administração doméstica, mesmo que não sejam eles próprios proprietários, condição da cidadania. Para Xenofonte, riqueza é toda coisa de que alguém sabe extrair benefício, pressupondo o conhecimento e a atividade. Também encontraremos em sua obra um esboço de uma divisão ideal do trabalho, não tanto originária por natureza, quanto derivada de uma melhor organização social[xi]. E o artesão é a célula básica desta divisão produtiva.

Tamanhas disparidades num *ethos* comum justificam-se por duas estratégias de diferenciação. Por um lado, num momento anterior, nas décadas seguintes à guerra do Peloponeso, a teoria do comando na guerra em Xenofonte e suas prescrições administrativas no *Econômico* buscam aproximar escravos e trabalhadores assalariados e prestadores, formando um indiferenciado que enfatiza a superioridade aristocrática. O estudo de Wood sobre as ambigüidades lingüísticas nas fontes sobre a escravidão é bastante ilustrativo. O emprego por Xenofonte de uma terminologia imprecisa para se referir a servos e trabalhadores no *Econômico*, como *oiketes* ou *ergazesthai,* não implica um status jurídico particular. Referem-se a serviços domésticos ou trabalho agrícola, respectivamente, sem especificar se são desempenhados por escravos ou trabalhadores livres, “percebendo a diferença entre eles como simples estágios num *continuum* entre escravidão e servidão”[xii].

Entretanto, ao contrário da autora, que identifica um núcleo comum, em Aristóteles e Xenofonte, quanto à ética aristocrática, acreditamos que há uma diferença fundamental

entre os dois. Se Xenofonte constrói a hierarquia com base na relativa aproximação entre livres e escravos[xiii], Aristóteles, algumas décadas depois, ao conceber os artesãos como meros "animadores de instrumentos", destituídos de uma relação fundamental que os definisse, enrijecerá as categorias, recrudescendo a polarização entre elas. Como lembra Brion Davis, "de várias maneiras ele expressava seu desejo de uma separação mais nítida entre escravos e homens livres. Fazia objeção aos cidadãos que praticavam os ofícios de seus inferiores, uma vez que isso finalmente tenderia a eliminar as diferenças entre escravos e homens livres"[xiv]. Depois de Queronéia, a Atenas fraca e dependente não podia nem mais sonhar com a antiga hegemonia, como o fazia nos tempos de Xenofonte e Eubulo. A estabilidade das instituições e dos referenciais dependia, em Aristóteles, de uma hierarquia tributária de categorias sociais precisas, resignificando os critérios que antes as definiam.

---

[i] SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. *A Guerra na Grécia Antiga.* São Paulo: Editora Ática, 1988, pp. 35-36.
[ii] À guisa de ilustração, citemos, por exemplo, esta passagem da *Ciropédia* (3-3-37)*:* "Este dia irá mostrar do que cada homem é capaz".
[iii] Ver HUNT, Peter. "Xenophon: Ideal rulers, ideal slaves" *In: _____. Slaves, warfare, and ideology in the greek historians.* Londres: Cambridge University Press, 1998.
[iv] IDEM. *Slaves, warfare, and ideology in the greek historians.* Londres: Cambridge University Press, 1998, pp. 183.
[v] No que se refere às guerras ofensivas, Aristóteles coloca firmemente o princípio segundo o qual apenas são justas as que se praticam "contra os homens que, nascidos para ser comandados, a isso se recusam" (*Política,* 1256b).
[vi] Lemos no fragmento legado por Alcidamas: "A divindade fez de todos livres, a natureza não fez de ninguém escravo" – *Messeniaca*
[vii] CAMBIANO, Giuseppe. "Aristotle and the anonymous opponents of slavery" *In:* FINLEY, M. I. (ed.). *Classical slavery*. Londres: University of Cambridge Press, 1987, pp. 34.
[viii] Ver GARNSEY, Peter. "Aristotle" *In: _____. Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
[ix] Neste sentido, "O escravo participa da nossa vida, o artesão está mais alijado dela. O artesão tem, com efeito, uma escravidão limitada, enquanto o escravo o é por natureza". Aristóteles, *Política* I,5,1260[A].
[x] TOZZI, Glauco. *Economistas griegos y romanos.* México: Fondo de Cultura Económica, 1968, pp. 113.
[xi] IDEM, *Ibidem*, pp.37.
[xii] WOOD, Ellen Meiksins. "Slavery and the peasant-citizen". *In _____. Peasant-Citizen and Slave...* London: Verso, 1988, pp. 51.
[xiii] Não podemos nos esquecer do tratamento que Xenofonte dispensava aos homens livres carregadores do equipamento hoplita, desqualificando-os, dada a vergonha de servir nessas condições, destinadas igualmente a escravos.
[xiv] DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 91.

A crítica do Cinema Novo nas revistas francesas

Prof.Dr.Alexandre Figueirôa – Universidade Católica de Pernambuco

Nos anos de 1987 e 1988, chamaram-me atenção artigos publicados pelas revistas cinematográficas especializadas francesas sobre filmes brasileiros que haviam sido exibidos em festivais europeus. *Um Trem para as Estrelas*, de Carlos Diegues, estava na Seleção Oficial do Festival de Cannes 87 e *Natal da Portela*, de Paulo Cesar Sarraceni, fora apresentado na Quinzena de Realizadores de Cannes em 1988. Outros filmes haviam circulado em retrospectivas de outros eventos. Foi o caso de *Anjos da Noite*, de Wilson Barros e *O Homem da Capa Preta*, de Sérgio Rezende.

O conteúdo bem variado desses artigos – geralmente em formato de balanço analítico – tinham, porém, um ponto em comum: estabeleciam uma relação entre os filmes comentados e o Cinema Novo. Lendo-os observei ser essa relação caracterizada sobretudo por uma evocação nostálgica daquilo que havia representado, para a crítica cinematográfica dos anos 60, esse movimento tal como ele havia sido difundido na Europa. Para as obras dos realizadores que haviam integrado o grupo do Cinema Novo, a alusão ao envolvimento com o movimento era obrigatória, mesmo se os redatores das revistas vissem nos novos filmes uma recusa às "ambições mais elitistas do Cinema Novo e uma inscrição na via de um cinema nacional-popular" como observou, à época, o crítico de *Positif***,** Jean Gili, a propósito de *Natal da Portela*.

De qualquer maneira, os artigos demonstravam que as revistas especializadas se mantinham fiéis à linha geral que havia norteado suas apreciações dos filmes do movimento nas décadas precedentes. Isso era ainda mais evidente quando elas se reportavam às obras dos novos cineastas cujas estréias ocorreram depois dos anos 70 e não se consideravam forçosamente herdeiros estéticos ou políticos do Cinema Novo. As revistas, no entanto, evocavam sempre elementos que pudessem estabelecer uma comparação direta com o mesmo. Nessas comparações, em geral, era possível perceber-se, de maneira clara, uma desvalorização dos filmes desta nova geração em relação aos critérios de

avaliação crítica estabelecidos a partir das obras clássicas do Cinema Novo. O conhecimento prévio e consagrado do movimento impunha restrições aos novos filmes pela não observação desses critérios e faziam ver a existência de uma diferenciação que terminava por dar ao Cinema Novo o papel de modelo de referência a ser respeitado e mesmo a ser seguido.

Um exemplo para ilustrar tal situação nos é dada pelo artigo *Brésil, ma fatale attraction*, publicado no *Cahiers du Cinéma*, em fevereiro de 1988, escrito por Bill Krohn.. No artigo, Krohn assinala que "na maior parte dos filmes vistos era quase impossível indicar onde eles haviam sido feitos". Segundo ele, em *Anjos da Noite*, apenas o fato de ser falado em língua portuguesa permitia tal identificação e em *O Homem da Capa Preta*, se mudássemos dez por cento dos planos não se saberia mais se ele seria um filme brasileiro. Krohn fala ainda de "amnésia cultural" e observa que a jovem geração parecia ter virado as costas aos ideais estéticos e políticos do grupo do Cinema Novo.

Impor restrições aos novos filmes baseando-se em pressupostos estabelecidos nos anos 60 e reconhecer como defeito o fato deles não possuírem as mesmas qualidades estéticas e temáticas que tinham feito a grandeza de seus predecessores era certamente um equívoco. Evidentemente, não mais existia neles o Brasil cinematográfico percebido a partir de uma elaboração visual que adotava o sertão do Nordeste como motivo, tal e qual havia proposto o Cinema Novo. Via-se um Brasil cinematográfico que refletia, desde então, o país urbano o qual ele havia se tornado, detentor de um mosaico de influências culturais e uma terra de contrastes onde modernidade e subdesenvolvimento confundiam-se na sua realidade e na sua representação.

Por que, então, mesmo decorridos vinte anos da descoberta do Cinema Novo na França, o movimento era ainda para a crítica francesa contemporânea o principal ponto de referência para falar do cinema brasileiro? Por que as reprovações feitas aos novos filmes não eram sobre seus problemas intrínsecos, mas justificavam-se, sobretudo, a partir de uma falta de relação direta com as obras consagradas do Cinema Novo? A crítica francesa estava ainda, mesmo passados tantos anos, fortemente implicada na consolidação dos

cânones analíticos estabelecidos nos anos 60. Assim sendo, não era difícil de suspeitar o interesse da crítica em preservar esses valores, pois eles representavam um modelo do Cinema Novo que respondia às necessidades de avaliação por ela propostas, mesmo se tal ação comportava uma idéia congelada do cinema brasileiro.

A partir daí, ocorreu-me a idéia de que a "onda" do Cinema Novo na França foi uma invenção da crítica. Apenas aproximando-se desse cinema e concebendo para ele um modelo sociocultural em que as significações pudessem ser compartilhadas e compreendidas junto ao meio cinéfilo francês, os críticos das revistas especializadas puderam assumir o seu controle enquanto evento e articular uma estratégia promocional para sua difusão. Essa invenção permitiu à crítica francesa, até hoje, sentir-se à vontade para convocar essa estratégia o quanto for preciso para guiar qualquer análise sobre os filmes realizados no Brasil e permaneceu como o paradigma da imagem do cinema brasileiro na França.

O lançamento de *Central do Brasil*, de Walter Salles, nas salas parisienses em 1998 e a acolhida das revistas especializadas francesas atuais confirmam tal hipótese. Foi o *Cahiers du Cinéma* quem ofereceu os melhores exemplos. A revista publicou uma série de artigos nos quais descobre-se semelhanças com a estratégia promocional concebida na década de 60 para o Cinema Novo. O primeiro artigo apareceu no número de julho-agosto de 1998 e intitulava-se "*Cinema Novo, le retour*". Ele faz um balanço de um renascimento anunciado do cinema latino americano. Após o artigo há uma entrevista com Walter Salles.

Vamos verificar nesses textos, não apenas a recuperação de antigos temas caros à crítica francesa, mas também estratégias discursivas que ligam de maneira inelutável o filme de Salles às proposições e pontos de vista que o *Cahiers* sempre sustentou com relação ao Cinema Novo. As informações contidas nesses artigos suscitam uma expectativa de renascimento do cinema brasileiro tendo o modelo do Cinema Novo como referência. A descrição do conteúdo do filme vai então evocar na obra de Salles os elementos onde as significações reencontram as bases do modelo cultural concebido nos anos 60 – o realismo social, a busca de uma identidade nacional e o sertão como espaço mítico na oposição meio

rural *versus* meio urbano. Nas questões colocadas, o próprio Salles apresenta-se como alguém influenciado diretamente pelo movimento e, por conseqüência, pela *Nouvelle Vague*, que faz sua reaparição como modelo consagrado de filmagem com orçamento pequeno.

Na *Positif*, o filme não recebeu a mesma atenção. Uma nota de Jean-Pierre Jeancolas, de dezembro de 1998, revela, todavia, o apego da revista a sua orientação analítica tal como ela era vista nos anos 60 com relação ao Cinema Novo e naquilo que a distinguia do *Cahiers*. Ele aproxima o filme do Neo-realismo e assinala o olhar documentarista de Walter Salles. A comparação com o Cinema Novo é proposta para dizer que o cineasta desembaraçou-se da violência barroca e da loucura expressionista de Glauber Rocha nos tempos do movimento. Por outro lado percebe-se que, para *Positif*, como sempre, a *Nouvelle Vague*, movimento que a revista sempre ignorou, passa ao largo.

A proposição principal desse trabalho foi, assim, traçar as relações entre a crítica francesa das revistas especializadas e o Cinema Novo a partir de um prisma, sobretudo, histórico e sociocultural, conduzido por uma investigação em que procurei explorar as idéias que agiram nessas relações. Ele teve dois objetivos. Primeiro colocar em evidência as manobras de ação dos redatores das revistas cinematográficas que terminaram - face aos interesses culturais estabelecidos - por difundir o Cinema Novo como um modelo de cinema social e político conveniente às suas necessidades. Em seguida, tentar provar se, a partir desse modelo, o Cinema Novo foi mobilizado de maneira a desempenhar, para os redatores, um papel de substituto dos movimentos precedentes (Neo-realismo italiano e *Nouvelle Vague* francesa) dentro das intenções de interpretação dos novos cinemas defendidas por suas publicações.

O objeto escolhido para conduzir a investigação foi o conjunto de artigos elaborados e publicados pelos redatores das revistas especializadas independentes e de cineclubes. A leitura dos artigos mostraram a possibilidade de reconstruir o percurso feito pelo Cinema Novo na imprensa especializada e de apreender as idéias fundamentais veiculadas por seus autores, entre os quais Louis Marcorelles, Robert Benayoun, Georges Sadoul, Michel Ciment, Albert Cervoni, Guy Gauthier, René Gardies, René Prédal. Os artigos foram

selecionados em cinco publicações – as independentes *Cahiers du Cinéma* e *Positif*, e as ligadas ao movimento cineclubista francês *Cinéma*, *Image et Son* e *Jeune Cinéma*. As revistas eram um espaço propício para a descoberta de novas visões para o cinema e permitia a seus redatores promover uma ação cultural na difusão dos filmes que lhes conviessem. Isso era possível graças a politização dos intelectuais, o desgosto da crítica francesa com os caminhos ideológicos tomados pela *Nouvelle Vague* e, principalmente, a devoção de um grupo de críticos por cinematografias emergentes. Entre as revistas independentes, a *Cahiers du Cinéma* se caracterizava pela sua sustentação à política dos autores e *Positif* pelo seu apoio a um cinema de ação política.

Nos anos 60, o Cinema Novo ocupou na França um lugar particular entre os novos cinemas. Isso foi possível pela promoção orquestrada por certos críticos das revistas cinematográficas. O Brasil ocupava um espaço privilegiado nas relações culturais que a França havia estabelecido com os países sul-americanos. De fato, apesar da imagem paradisíaca e exótica que os franceses, em geral, emprestavam ao país, as estreitas ligações culturais entre as duas nações remontavam ao século 19. Além disso, os acordos culturais firmados entre os dois países e a difusão do resultado de pesquisas antropológicas no território brasileiro tornavam possível a retomada de uma proximidade que certamente não era indiferente para a nova geração de críticos de cinema.

A situação social e política do país no início da década de 60 era também um fator de convergência dos interesses dessa geração. O Brasil distinguia-se de outros países não socialistas pelo processo político para o qual ele dirigia-se naquele momento preciso. Processo que fazia crer aos observadores a iminência da tomada de uma via pré-revolucionária. Os intelectuais e os artistas de esquerda engajaram-se no projeto de transformação social e, no cinema, um grupo de jovens lançou-se na realização com o objetivo de dotar o cinema brasileiro de uma linguagem e uma estética ancorada na realidade social e cultural do país. O grupo comandado por Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha propunha intervir na vida política do país através dos filmes e de criar as condições para o Brasil poder ter sua indústria cinematográfica, uma maneira de escapar ao

colonialismo econômico e cultural ao qual estava submetido. Tal situação mobilizava a crítica francesa, ela também voltada a uma politização de suas atividades e desejosa de quebrar as estruturas tradicionais da realização e distribuição mundial de filmes.

O encontro entre o Cinema Novo e a crítica francesa foi a ocasião de uma reaproximação entre as duas culturas, tendo os filmes como elementos de convergência. A dinâmica desse reencontro estabeleceu relações que podem ser consideradas, por um lado, como uma reedição das relações cultivadas entre os intelectuais dos dois países depois de muito tempo e, por outro, uma renovação das ligações pelo viés de uma atualização das trocas praticadas que, sem negar completamente aquilo que havia sido construído, ensaiava redimensionar os papéis dos atores das relações. A difusão e a promoção do Cinema Novo dispensada pelas revistas ocuparam, assim, um lugar especial nesta articulação. Ligadas e inseridas no meio cinéfilo e no circuito de salas de arte francesas, as revistas tornaram possível a atribuição de um valor cultural às obras do Cinema Novo, permitindo seu reconhecimento enquanto movimento criador de uma maneira de fazer e de viver o cinema.

No discurso sobre o Cinema Novo a ação de argumentar sustentava sobretudo sua promoção através do relato descritivo da realidade brasileira e do contexto de produção dos filmes. Esse discurso introduzia a idéia de que novas imagens produzidas pelos realizadores de países periféricos davam um outro conhecimento do mundo em que o mais importante era a revelação de uma realidade a partir do ponto de vista daqueles que nela estavam integrados. A crítica colocou em ação novas estratégias de apreciação da obra cinematográfica utilizando instrumentos emprestados às ciências sociais para explicar aquilo que escapava aos elementos especificamente filmicos. Vale lembrar que os filmes dos novos cinemas eram vistos quase apenas nos festivais, nas salas de “arte e ensaio” e posteriormente nos cineclubes, cabendo aos críticos – espectadores privilegiados – o papel de interlocutores e divulgadores dessas culturas distantes e também de promotores de mostras cujo objetivo era tornar os filmes conhecidos de um público mais vasto.

De fato, o apoio acordado ao Cinema Novo foi em parte o resultado do interesse dos redatores de revistas por filmes etnográficos, pelas experiências do cinema direto e pela

necessidade de colocar em ação um diálogo entre a cultura dos realizadores e a cultura européia para apagar definitivamente os traços do colonialismo econômico e cultural existente depois de décadas. A análise crítica, diante dos acordos ideológicos prévios estabelecidos entre o cineastas do Cinema Novo e os redatores, tentava substituir o olhar exótico fundado sobre o pitoresco das imagens por uma pesquisa de autenticidade cultural. Verifica-se igualmente que a concepção do modelo de cinema político para o Cinema Novo foi uma conseqüência da politização da vida intelectual dos críticos cinematográficos a partir dos anos 50. A esse propósito destaca-se a evolução da influência das interpretações guiadas pelo marxismo e a maneira na qual a militância cinéfila se transformou em militância política. Essa prática identificava nos novos cinemas provenientes da América Latina os elementos constitutivos de um cinema revolucionário.

A primeira conclusão do trabalho foi constatar que o Cinema Novo brasileiro tornou-se um bom instrumento para a ação empreendida pela crítica francesa de revistas especializadas em sua missão de promover a renovação da arte cinematográfica nos anos 60. Essa ação forma a base do discurso sobre o Cinema Novo elaborado pelos redatores para promover o movimento, atribuindo-lhe uma imagem que não correspondia obrigatoriamente à sua imagem real, aquela concebida pelos cineastas brasileiros, mas à imagem que esses redatores queriam e eram capazes de difundir da realidade brasileira como eles a conheciam. Encontrando significações comuns fundadas em acordos ideológicos preestabelecidos, os redatores completaram a construção do modelo cultural para esse cinema, movendo e adaptando seus valores de maneira que ele pudesse ser compreendido na França. De início, nos textos informativos - pela descrição e interpretação do Cinema Novo enquanto evento cultural - e, em seguida, através das opiniões emitidas nos textos críticos sobre os filmes, eles asseguraram a propaganda eficaz de uma concepção do cinema como arte engajada que preenchia as expectativas ideológicas de uma parte do meio cinematográfico francês.

A segunda conclusão foi constatar que a aceitação exigia a atribuição de papéis que correspondiam às linhas críticas conduzidas, desta vez, pelo consenso redacional de cada

revista. O movimento desempenhou para a crítica francesa um papel substitutivo, isto é, ocupou nas revistas especializadas o espaço antes dominado pelo Neo-realismo italiano e a *Nouvelle Vague* francesa. Analisando o discurso informativo e o discurso crítico elaborado pelas revistas, observa-se que o papel substitutivo foi bem aplicado pela *Cahiers du Cinéma*, revista onde o modelo cultural atribuído ao Cinema Novo tinha ares de modelo teórico e era assim capaz de seguir a lógica de evolução dos movimentos cinematográficos por ela defendidos. Para *Positif*, revista que desprezava a *Nouvelle Vague* e onde o consenso redacional recusava o desenvolvimento de modelos teóricos para se aproximar dos filmes, o Cinema Novo era unicamente uma confirmação da noção de cinema de ação política que animava a reflexão das páginas da revista.

A análise do processo de construção do modelo cultural do Cinema Novo e os papéis que lhe foram atribuídos para assegurar sua difusão, permitiu chegar-se a outras constatações das relações entre a crítica francesa e o movimento brasileiro. A primeira é ver que esse modelo, para garantir a promoção desejada pelos redatores, acabou por esquematizar uma visão sociocultural e política brasileira que engendrou uma idealização do movimento. A utilização de um modelo ideal tornou concreta as expectativas do meio cinematográfico em relação aos novos cinemas e, durante um certo período, impôs um consenso positivo na avaliação das obras.

Observa-se, porém, que as proposições analíticas encetadas pelos redatores de revistas teve também conseqüências nefastas. A principal foi a restrição provocada pelo apego quase dogmático a uma concepção de cinema social e cinema político que, uma vez instaurada, desde então guiou todas as relações entre a crítica francesa e o cinema brasileiro. Uma outra constatação é que, apesar do desejo dos protagonistas dos acordos de colocar as relações culturais em um novo patamar em que tentava apagar-se os inconvenientes ideológicos observados anteriormente, muitas vezes, eles apenas instituíram outras incongruências, guardando imagens estereotipadas da cultura brasileira, a forma mais evidente de manter as significações compartilhadas entre o Brasil e a França.

A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira entre os séculos XVIII e XIX

Alexandre Mendes Cunha[i]

Algo fundamental à compreensão do passado, ou do presente, de Minas Gerais é sem dúvida sua diversidade regional. Trata-se de aspecto marcado em mais de uma imagem literária e facilmente perceptível na paisagem social, cultural ou econômica do território, asseverando sempre que Minas não é uma, são ao menos várias. Com base nessa perspectiva de leitura, dois aspectos inter-relacionados serão abordados neste breve texto, com vistas a compreender essa diversidade regional no encontro com a esfera da ação política à primeira metade do século XIX: primeiro as tramas gerais da formação do espaço mineiro no século XVIII e dos mecanismos de progressiva diferenciação de dinâmicas econômicas até o século XIX; e na seqüência uma consideração acerca da diversidade regional na paisagem do poder político local na primeira metade do século XIX.

Um sentido geral é o que organiza a argumentação aqui sublinhada acerca da dinâmica econômico-espacial de Minas no período. Trata-se da percepção de um processo de formação de precoce base urbana, que viria ela própria a ser a responsável pela produção do espaço rural, em sentido oposto ou que se processou em outras partes da América portuguesa. Do urbano como força primeira da dinâmica econômica no século XVIII passar-se-ia progressivamente para uma conjuntura em que o rural viria a ocupar essa posição, já claramente apresentada nas primeiras décadas do século XIX. Tal processo não se daria com o mesmo andamento em todas as partes do território, sendo que uma dimensão fundamental a ser anotada é justamente a diferenciação paulatina do território a partir do núcleo central das minas, respondendo a especificidades produtivas, de organização da base econômica, dos caminhos e nisto dos fluxos, da paisagem natural, e de outras mais particularidades que vão compondo o desenho regional. De forma geral, insiste-se aqui que se processou uma ruralização do território mieneiro na virada do século XVIII para o XIX, o que à primeira vista é contrário às evidências recentes da urbanização mineira do período, no sentido estrito do aumento de núcleos citadinos. Defende-se

especialmente que a leitura específica da dimensão urbana impõe um tratamento acurado dos termos, em particular quanto à diferenciação de determinados conceitos que por vezes são simplesmente superpostos nos trabalhos, tais como “urbano”, “urbanização”, “citadino”, “rede de cidades”, entre outros mais. Da mesma forma também as relações entre urbano e rural, e a leitura de um movimento no sentido da ruralização, carecem de qualificação adensada, o que não é viável para o escopo do presente texto, mas que vai desdobrado em outros de meus trabalhos anteriores. Vale acrescentar que o tema da ruralização mineira na virada do século — resultado direto das transformações econômicas em curso desde meados do Dezoito e mesmo a despeito de verificar-se um certo aumento do número de arraiais e vilarejos fundados no período — qualifica um debate sobremaneira importante à historiografia de Minas, que não foi mais do que levemente tocado pelo conjunto dos autores do Dezoito e Dezenove das Minas.

MAPA 1: Regionalização para o século XVIII

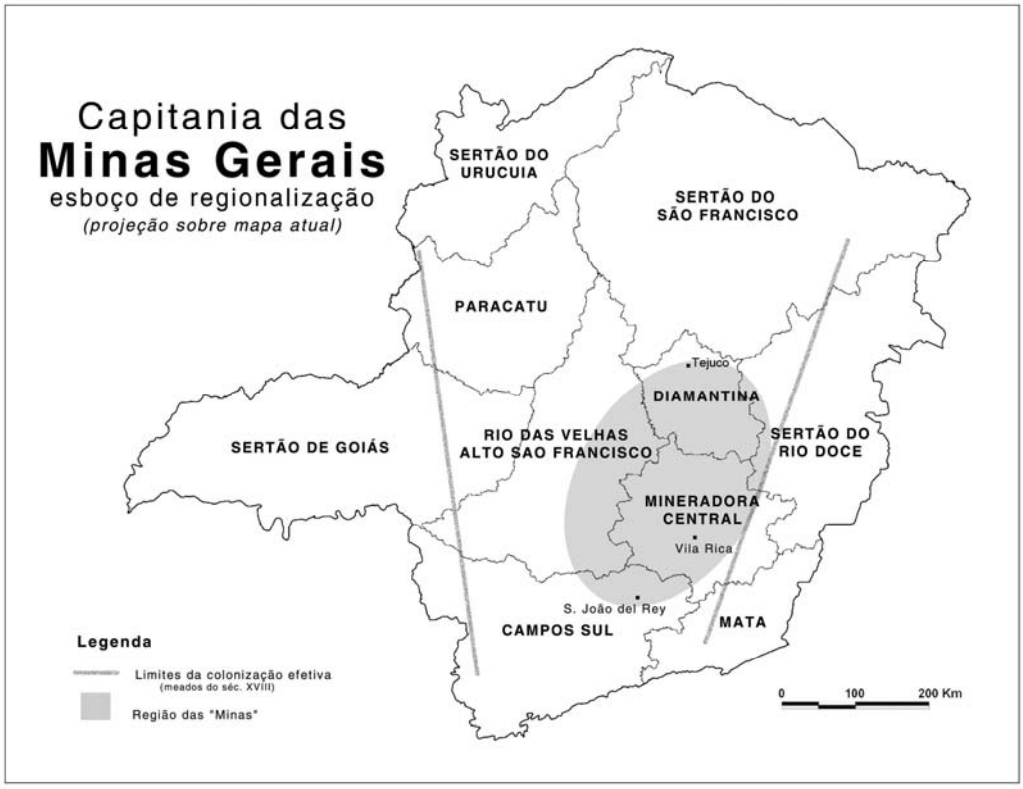

A idéia geral aqui apresentada é que Minas Gerais, por conta de sua formação econômico-social peculiar, vivência o “urbano” antes do “rural”, e ao contrário do caminho freqüente dessa diferenciação espacial ao longo da história, tem o “rural” como um resultado

do “urbano”, e não o contrário. Esta trajetória particular não é mais que aventada por alguns autores, e ainda assim exclusivamente no campo da história econômica, ainda que tenha, não obstante, marcas claras e fundas na constituição social, da cultura, assim como na conformação e articulação da política e das tramas do poder em Minas. Essa linha argumentativa, que põe em destaque a dinâmica urbano-rural, oferece bases importantes para a compreensão do desenho econômico das Minas na primeira metade do século XIX, e neste sentido se articula à historiografia que desde a década de 1980 vem reformulando as interpretações do período, suprimindo a leitura da irrestrita decadência econômica após o que se chamou de “ciclo do ouro”, e aprofundando a análise, entre outros mais aspectos, do mercado interno da província.[ii] A percepção da diversidade e dos contrastes que marcam os espaços econômicos das Minas no Dezenove, viriam a se constituir em um dos pontos mais marcados pela historiografia recente da dinâmica política na província mineira, todavia ainda verifica-se um relativo vazio no que diz respeito à intercessão das questões econômicas e políticas e, conseqüentemente, tem-se pouco ou quase nada escrito em relação a uma efetiva caracterização de conjunto desses agentes políticos, econômicos e sociais nas regiões distintas de Minas no período, ponto fundamental para o adensamento da compreensão da diversidade de projetos políticos, estratégias de ação, etc. As evidências que são apresentadas aqui servem a uma primeira aproximação desse objetivo de qualificação ampla da elite política provincial.

Analisar como a segunda metade do Dezoito demarca a matriz dessa diferenciação que se faz visível no Dezenove a partir da rearticulação das centralidades da economia mineradora não pode ser simplesmente retroceder o recorte no mapa para um tempo anterior. Trata-se na verdade, de distinguir um processo de “enraizamento” e “adensamento” de interesses econômicos desde o Dezoito, mobilizando espaços distintos da capitania na dinâmica de um mercado interno em formação, sendo que é isto que caracteriza a complexificação das relações econômicas, que ainda que catalisado, não é de todo determinado pelo arrefecimento da economia do ouro e dos diamantes. Este tipo de análise possibilita a identificação desse processo, essencialmente dinâmico, de diferenciação

espacial e regionalização como situado ainda no século XVIII das Minas, tal qual se esboça no **MAPA 1**. Destaque-se ainda, que a dimensão central desses processos espaciais concerne à própria forma da complexificação da economia mineira, o que destaca as transformações processadas entre o urbano e o rural. O urbano seria assim responsável, a partir das centralidades criadas no século XVIII, por deflagrar ou no mínimo acentuar a especialização das atividades econômica, e nisto a diferenciação espacial. A ruralização, por sua vez, não seria resultado somente do desenvolvimento do campo com relativa autonomização de circuitos de realização econômica, mas também, de uma relação nova e específica com os espaços citadinos intermediários que ao começo do Dezenove expandem seu número nas áreas mais dinâmicas da economia de base agropecuária, cumprindo funções de entrepostos, centro de serviços e articulando a teia econômica. Núcleos citadinos em expansão, rede de cidades adensando-se, mas, no entanto, sem representar um reforço de um processo urbano de produção coletiva e social do espaço, bem como sem reforçar a própria vida urbana nesses núcleos, uma vez que, como acentuam os viajantes que percorrem Minas no começo do Dezenove, em sua grande maioria esses muitos vilarejos do período só adquirem vida nos finais de semana, sendo quase de todo abandonados nos outros dias.[iii] Ou seja, o tema da ruralização na virada para o Dezenove não pode ser entendido nem como uma continuação do desenvolvimento do campo por conta da agricultura e pecuária, já em evidência na primeira metade do Dezoito; tampouco, como algo apartado da urbanização. Trata-se sim, de um processo espacial complexo, fruto da própria complexificação da base econômica, produzindo novas relações de centralidade, e neste imbricamento de urbano e rural, abrindo espaço para se pensar de novas formas e com outros pressupostos, certos processos sociais e políticos em curso nas Minas desse tempo.

O exercício no qual me concentrarei agora é o de oferecer algumas evidências sobre o cenário político mineiro em suas especificidades regionais na primeira metade do século XIX. Para tanto serão utilizadas algumas informações de conjunto recortadas de banco de dados mais amplo, ainda em desenvolvimento,[iv] mas que já são suficientes para uma

apreensão de elementos superpostos à dinâmica econômica acima discutida. O ponto de partida é identificar a disposição de eleitores e votantes no interior território a partir das melhores listagens disponíveis e buscar algumas comparações em pontos diferentes do tempo. Os dados da eleição da 2ª Junta do Governo Provisório e 1822 são os primeiros a se prestarem a este tipo de exercício. Proveitosa comparação pode ser estabelecida com os dados dos votantes qualificados para toda a província, relativos ao ano de 1842. Para efeito de comparação no **QUADRO 1** estão dispostos os dados de 1842 agregados com base na divisão de comarcas válida em 1822. Analisando primeiro os dados de 1822, logo se deve anotar é a forte participação da comarca do Rio das Mortes (49% dos eleitores), no eixo sul do território, qualificando as questões primordiais reforçadas na historiografia tanto econômica quanto política acerca da crescente importância desta porção da província na primeira metade do Dezenove.

QUADRO 1: Eleitores/votantes por comarca

Comarca	1822		1842	
	nº	%	nº	%
Ouro Preto	47	18,9%	8556	21,0%
Rio das Velhas	41	16,5%	6068	14,9%
Rio das Mortes	122	49,0%	19052	46,7%
Serro Frio	36	14,5%	5966	14,6%
Paracatu	3	1,2%	1168	2,9%
Total	**249**	**100%**	**40810**	**100%**

Fontes: ***RAPM* e Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais**

QUADRO 2: População entre 1776 e 1835

Comarca	População					
	1776 [**]	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	78.618	23,00	71.796	13,02	84.376	12,14
Rio das Velhas*	99.576	29,13	142.840	25,91	189.785	27,32
Serro Frio	80.894	23,66	99.919	18,12	106.112	15,27
Rio das Mortes	82.781	24,21	236.819	42,95	314.495	45,27
Total	**341.869**	**100**	**551.374**	**100**	**694.768**	**100**

*inclui para efeito de comparação valores referentes à comarca de Paracatu
** valores ajustados por Laird W. Bergad
Fontes: ***RAPM***, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511.; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-7.

A comparação com os dados populacionais apresentados no **QUADRO 2** ajuda a qualificar algumas tendências. O crescimento da comarca do Rio das Mortes das últimas décadas do século XVIII para as primeiras do século XIX deve ser lido em comparação ao decréscimo na participação relativa da comarca de Ouro Preto. Todavia, é imprescindível perceber que a importância política da comarca de Ouro Preto vai permanecer, dada a centralidade burocrática e administrativa ancorada em sua base urbana desde o Dezoito, reforçando mesmo um contexto em que sua participação na distribuição demográfica vai ser inferior à sua participação política.[v] Destino diferente terá a comarca do Rio das Velhas que mesmo mantendo população vai perdendo progressivamente representatividade econômica, como se pode marcar em outras análises, e especialmente política no conjunto da província,

tal qual evidenciam os dados de participação nos processos eleitorais. A comarca do Serro Frio teria o quadro mais estável, tanto na comparação com a dinâmica demográfica quanto na comparação entre os dados da distribuição de eleitores de 1822 e de votantes de 1842, o que pode ser atribuído à manutenção da centralidade urbana da cidade do Serro, e também de Diamantina, na primeira metade do Dezenove, continuando processo típico do Dezoito na dinâmica urbano-rural. A mesma comparação (entre 1822 e 1842) para as demais comarcas revela o crescimento da participação de Ouro Preto, especialmente por conta da área que em 1842 já pertence à comarca do Paraibuna e que vai traduzindo a importância já crescente da Zona da Mata mineira; assim como a perda de importância da comarca do Rio das Velhas que vai aprofundando a incongruência entre a participação populacional e política. Com base em dados de números de fogos de cada comarca disponíveis também para 1842 é possível perceber que esta comarca detém a menor representatividade da razão votantes/fogos (0,21) em comparação com as demais, sendo os valores mais destacados o da comarca do Paraibuna (0,39) e da do Rio das Mortes (0,35). É ocioso lembra que é justamente o dado comparativo entre população (ou nº de fogos) e a participação eleitoral que evidencia tanto a dinâmica econômica, uma vez que o voto é censitário, quanto, por outro lado, a força política de determinado espaço.

Para completar a análise, é possível aprofundar um pouco mais com base nos dados da estrutura ocupacional desses votantes para alguns dos núcleos de particular interesse, com base em dados de listagens referentes ao ano de 1847, cuidadosamente separados para se perceber essencialmente o espaço urbano de cada cidade analisada. Comparando São João Del Rei, Ouro Preto, Serro e Diamantina, ficam patentes algumas questões que podem ser assim sumariadas: Ouro Preto, como se vê no **QUADRO 3** tem concentrado no comércio (30%) e nos artífices (25,3) a maior parte de seus votantes em 1847, isto traduz, juntamente com os 19,4% de funcionários públicos e/ou militares, traços da centralidade urbana construída no XVIII por conta do ouro e traduzida em termos econômicos na densa estrutura de serviços que faz destacar a cidade no Dezenove adentro, assim como na estrutura administrativa própria da sede do poder. O pequeno percentual de votantes

envolvidos com a agropecuária (5,8%) é a contraparte disto, tanto no que diz respeito à cidade quanto ao seu entorno. São João Del Rei (**QUADRO 4**) oferece cenário em que também comércio (23,7%) e artífices (36,7%) respondem pela maior parte das ocupações. As considerações são análogas a Ouro Preto no que diz respeito à centralidade construída no Dezoito e desdobrada no Dezenove, sendo São João centro fundamental ainda em meados do século XIX para todo o sul de Minas; todavia não se vê peso similar a Ouro Preto nos ofícios públicos, por um lado, e, por outro, vê-se participação significativa de indivíduos que se declaram proprietários ou lavradores (18,3%) e que residem no espaço da vila. Dado de relevância é que comparando as duas cidades o comércio é ainda mais freqüente entre os votantes na primeira, mas se mais detalhadamente analisado o que se verifica é que na segunda é composto essencialmente por negociantes (92% dos indivíduos do setor comércio em São João contra 60% em Ouro Preto) e não por outras designações o que sugere de alguma forma o porte dessa atividade no contexto citadino. Diamantina (**QUADRO 5**), por sua vez tem na mineração (51,4%) o setor com maior destaque, acompanhado de significativa presença do comércio (21,6%) e dos artífices (12,2%), mas de reduzidíssima presença de indivíduos ligados à agropecuária entre os votantes (0,7%), o que em termos gerais traduz um quadro emblemático aos núcleos mineradores do século XVIII, exatamente por conta da atividade se fazer dinâmica na cidade ainda àquele momento, marcando claramente as ligações entre uma dinâmica econômica e social urbana e a mineração. Serro, finalmente, como se vê no **QUADRO 6** tem 53,5% dos votantes que residem no espaço da vila, mesmo nos fogos mais ao interior do núcleo urbano, envolvidos com a agropecuária, o que indica, ao que parece, a residência urbana de proprietários dispersos pelo interior da comarca, o que bem qualifica outra situação típica do século XVIII, que diz respeito à manutenção do urbano como espaço de representação, o que ao sul da província já não representava dimensão central, uma vez que o rural vai ganhando certa autonomia neste sentido. Anote-se ainda o percentual ainda significativo de envolvidos com o comércio (16,5%), assim como de artífices (16,5), o que constitui indício de centralidade do núcleo no espaço regional.

QUADRO 3: Ouro Preto (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	46	46	5,8
Artífices	39	201	25,3
Comércio	41	238	30,0
Funcionalismo público e Militares	40	154	19,4
Mineração	46	31	3,9
Profissionais liberais	53	13	1,6
Religiosos	45	21	2,6
Outros	46	68	8,6
Sem Informação	44	22	2,8
Total	**41**	**794**	**100**

Fontes: **APM**, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

QUADRO 4: São João (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	46	100	18,3
Artífices	41	200	36,7
Comércio	44	129	23,7
Funcionalismo público e Militares	47	29	5,3
Mineração	43	2	0,4
Profissionais liberais	53	10	1,8
Religiosos	49	14	2,6
Outros	45	56	10,3
Sem Informação	58	5	0,9
Total	**44**	**545**	**100**

Fontes: **APM**, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

QUADRO 5: Diamantina (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	41	5	0,7
Artífices	42	87	12,2
Comércio	38	154	21,6
Funcionalismo público e Militares	41	48	6,7
Mineração	40	366	51,4
Profissionais liberais	47	9	1,3
Religiosos	64	8	1,1
Outros	51	33	4,6
Sem Informação	57	2	0,3
Total	**41**	**712**	**100**

Fontes: **APM**, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

QUADRO 6: Serro (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	42	401	53,5
Artífices	41	140	18,7
Comércio	41	124	16,5
Funcionalismo público e Militares	40	16	2,1
Mineração	39	36	4,8
Profissionais liberais	42	10	1,3
Religiosos	49	7	0,9
Outros	40	13	1,7
Sem Informação	59	3	0,4
Total	**42**	**750**	**100**

Fontes: **APM**, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

O espaço restrito e o escopo logo de saída definido para esta comunicação não permitiram fazer mais aqui do que qualificar certas especificidades regionais no plano político, vistas de forma articulada a questões econômico-espaciais. Em contribuições futuras, não obstante, o tema encontrará mais alentado desenvolvimento, inclusive no que diz respeito às suas implicações ao discurso, às idéias, e à ação política nesse desenho regionalizado das Minas do período.

---

[i] Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG e Doutorando em História pelo PPGH da UFF. Agradeço a João Bosco Moura Tonucci Filho (Bolsista PIBIC/CNPq do NPHED do Cedeplar/UFMG) pelo auxílio no processamento dos dados.

[ii] Ver especialmente, em linha de análise que destaca o peso do comércio intraprovincial: Clotilde Andrade PAIVA, *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de doutorado em História).

[iii] Auguste de Saint-Hilaire, com a autoridade de quem percorreu quase todas as regiões das Minas, em pontos diversos de seus relatos considera sobre o reduzido número de pessoas que residiam nas localidades de menor porte durante a semana, o que constitui um claro indício da força do processo de ruralização que marca o território na primeira metade do começo do Dezenove. Passando pelo julgado de Araxá em 1819 comenta: "Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos —alguns dos quais bastante habilidosos— as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas." [Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.130.]

[iv] O banco de dados referido vem sendo desenvolvido, sob minha coordenação, junto ao NPHED do Cedeplar/UFMG, com o apoio da FAPEMIG, constituindo-se em parte fundamental de minha tese de doutorado, atualmente em curso junto ao PPGH da UFF, sob orientação do Prof. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

[v] Ver especialmente: Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em Economia).

As esquerdas, a cultura política e a mineiridade: o caso juizforano.

Alexandre Peixoto Heleno[♣]

O Ano de 2004, assinalou o quadragésimo aniversário do Golpe Civil-Militar, executado entre a noite de 31 de março e o dia 1º de abril de 1964, de modo que, ainda sob o impulso das efemérides, muito fora produzido e debatido, com maior ou menor intensidade, em cada canto do Brasil. Seus ecos podem ser percebidos no movimento da sociedade civil, que reivindica a abertura dos "arquivos da ditadura" e, mesmo através da produção acadêmica, em que vários pesquisadores dedicaram e continuam a reescrever os capítulos desta "história maldita".

Notamos que a publicação da coletânea de textos sobre o Seminário "40 anos do Golpe de 1964"[i], realizado no Rio de Janeiro, entre 22 e 26 de março do ano passado, no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV, figura como uma das mais importantes realizações sobre o tema, e que junto com outros eventos e publicações, nos permite traçar um momento ímpar na historiografia brasileira sobre o período em questão. Por outro lado, não podemos deixar de registrar o lançamento de uma coletânea de livros, feito pela Editora da Biblioteca do Exército que no conjunto das obras, ao contrário, não desmente a versão que sustenta as razões para o desfecho do Golpe e o suposto triunfo da "Revolução de 64". Como podemos perceber, talvez, a nível ideológico de dentro da historiografia, tratar-se-ia de um embate entre relações de forças antagônicas, ainda por se resolver.

Contudo, alegamos a necessidade investigativa sobre o período 1961-1964, ainda pouco estudado na cidade de Juiz de Fora, *locus* da deflagração concreta do empreendimento golpista de 1964. Certamente, podemos identificar alguns trabalhos importantes sobre o período em questão, todavia em escalas mais ampliadas, sorte que não desfruta o período posterior ao golpe, sobretudo quando o assunto se direciona para a luta armada das esquerdas guerrilheiras no estado de Minas Gerais.

O recorte histórico para o qual apontamos configura-se, em nível internacional, como um dos momentos mais "revolucionários" do século XX, enquanto que em nível nacional agregamos a esse intenso processo o mais agudo acirramento da correlação de forças na história republicana brasileira. Mundialmente, vivíamos a tensão da Guerra Fria e os ecos da Revolução Chinesa. Os movimentos de libertação nacional irrompendo na África, singularizando-se a guerra de libertação da Argélia. O recrudescimento da resistência do povo vietnamita e o exemplo da Revolução Cubana cristalizam as observações que apontam para um contexto marcadamente revolucionário, e, por conseguinte, polarizador. A Revolução Cubana figura como a mais importante influência, sobretudo pelo fato de que em sua passagem do nacionalismo para o socialismo, num intervalo de tempo demasiadamente curto, acabou atraindo nacionalistas e comunistas para um campo gravitacional comum no cenário político latino-americano.

Roberto Schwarz chegou a afirmar que no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964 o país estava irreconhecivelmente inteligente: política externa independente, reformas estruturais, libertação nacional, combate ao imperialismo e ao latifúndio, conscientização da classe operária e do movimento estudantil. Revolução era a idéia que perpassava pelos corações e mentes de boa parte do povo brasileiro naqueles anos. Ironicamente, aqueles que se inspiravam nos desdobramentos da Revolução Cubana de 1959, viram a tragédia de 1º de abril ser denominada de "Revolução".

A sociedade se dividira fundamentalmente em torno de dois projetos para o país, os quais Daniel Aarão Reis Filho denominou *nacional-estatista* e *internacionalista-liberal*. O primeiro fundamentava-se na necessidade de amplas reformas de cunho nacionalista e distributivista, obviamente, com inclinações à esquerda e traduzido na política das Reformas de Base sob o governo João Goulart. Do outro lado, o projeto *Internacionalista-liberal* consistia numa proposta elitista e excludente, propondo ainda um atrelamento de nossa economia à dinâmica capitalista dos países mais desenvolvidos[ii]. Com isso, os espectros políticos mais diversos acabaram, a partir de um certo momento, alinhando-se a uma ou

outra proposta para a sociedade brasileira naqueles anos. Daí que, mais do que em outras conjunturas, é necessário falarmos em esquerda e direita no plural.

Via de regra, os estudos históricos sobre o referido período centram suas análises na correlação de forças antagônicas, cujo desfecho seria inevitavelmente o golpe pelas esquerdas ou pelas direitas. Estudos mais recentes como de Argelina Figueiredo resistem a essa tese e apontam para a existência de alternativas que não fossem necessariamente o desfecho golpista por um ou outro lado[iii]. Entretanto, o ângulo de visão permanece mais ou menos o mesmo, dado que as manobras políticas do governo João Goulart oscilavam entre o radicalismo das esquerdas e a aliança centrista, aspecto que levou ao isolamento político do Presidente.

Os trabalhos sobre o período 1961-1964 são bastante numerosos, e entre estes, destacamos alguns como o de Moniz Bandeira[iv] e de René Dreifuss[v]. O trabalho de Moniz Bandeira, já em sua primeira edição (1977), tornou-se um marco na bibliografia sobre o tema dado que foi o primeiro a desmistificar, em termos acadêmicos, o golpe de Estado implantado em 1964, valendo-se de uma vasta pesquisa com fontes primárias ou impressas, assim como depoimentos de diversos personagens que participaram da ascensão e queda do governo de João Goulart. Na sétima edição, publicada no ano de 2001, o autor aprofundou sua pesquisa com base na enorme e diversificada documentação liberada nas últimas duas décadas pelas autoridades brasileiras e estadunidenses. Este autor também realizou um levantamento sobre a ampla bibliografia produzida desde o final dos anos 70, acrescentando novos dados e informações, que lhe permitiu a elaboração de um amplo painel político, econômico e social do Brasil durante os anos que antecederam ao golpe.

René Dreifuss, por sua vez, centrou a análise sobre o papel do empresariado na campanha golpista contra o governo de Jango, destacando os fatores intrínsecos ao golpe, tais como, a capacidade de organização e de mobilização do grupo conspiratório. Argelina Figueiredo, pesquisadora sobre o período em pauta, assinala duas importantes críticas ao trabalho de Dreifuss. Por um lado, o autor criticado pouca importância dá aos fatores externos e à situação econômica do país, assim como pouco avalia o conteúdo das políticas

governamentais, principalmente em relação às Reformas de Base. Do outro lado, Figueiredo também aponta a demasia ênfase à "ação de classe" da burguesia, enquanto uma conspiração única e sob um comando unificado pelo tipo de aliança que se fez com parte das Forças Armadas. Este aspecto precisa ser observado à luz de uma análise que considere aquele movimento golpista como essencialmente heterogêneo e multifacetado[vi].

Reduzindo a escala de observação para o caso mineiro, destacamos o trabalho de Heloísa Starling, a qual sob a orientação de Dreifuss, realizou uma pesquisa substancial a exemplo do que fez seu orientador em escala nacional. A autora em questão pesquisou sobre o processo de conspiração das direitas mineiras que culminou no golpe militar–civil de 1964[vii]. Destacamos entre os resultados de sua pesquisa, a desmistificação das confusas suposições sobre "o golpe dentro do golpe", ao comprovar as articulações e os objetivos pretendidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelas lideranças civil e militar, que de fato, confirmam o Golpe de 1964, não como simples golpe militar, mas *"um movimento altamente civil e político em sua formação e execução"*, não se limitando ao triângulo Rio/São Paulo/ Belo Horizonte. Starling também ressalta que, não obstante a engrenagem montada pelo IPES a nível nacional, torna-se necessário a *"formulação de novas linhas de investigação sobre a existência de um conjunto de múltiplas articulações a nível regional que consistiram à base de sustentação para a implantação do projeto"*.

Noutro patamar, nos últimos anos tem crescido o interesse em se historiar analiticamente o movimento trabalhista do Brasil. Observamos a publicação da coletânea organizada por Jorge Ferreira[viii], que em meio aos vários trabalhos constantes, procura questionar interpretações aceitas como consensuais, alargando e aprofundando a discussão sobre o conceito de populismo com vistas à sua revisão, de maneira que fossem feitas as devidas articulações com o próprio trabalhismo. Além disso, aponta-se para as relações entre comunistas e trabalhistas em um período que se inicia no pós-1945 e se arrasta até a dramática quartelada que ensaia seus primeiros passos desde a cidade de Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais.

Temos então que, ao falarmos de trabalhismo em nível nacional, podemos fragmentá-lo em estudos sobre diversos trabalhismos: o mineiro, o gaúcho, o paulista, o carioca etc. Refutando a idéia de que a totalidade resulta tão somente da somatória das partes, cumpre-nos em tempos atuais construir o conhecimento histórico para além do eixo-geográfico Rio-São Paulo e para além das capitais. Daí que, salta aos olhos o interesse pelo caso juiz-forano. A partir dessas observações pertinentes a produção historiográfica centrada na conjuntura em que se desenvolveu o golpe de 64 e os estudos que visam às relações entre o trabalhismo e o nacional-estatismo, surge nossa primeira questão: por que, acerca de Juiz de Fora neste período, quase nada, ou nada, foi produzido sob uma perspectiva acadêmica[ix]?

Outro aspecto que sustenta o desenvolvimento desta pesquisa consiste no debate que se tem travado com mais insistência nos últimos anos a respeito da luta das esquerdas e dos progressistas de modo geral contra a ditadura e em defesa da democracia. Diversos estudos têm convergido para um mesmo ponto: não constavam entre as principais propostas das esquerdas, na conjuntura pré-1964, o aprofundamento da democracia[x]. Isto é confirmado quando observamos que no campo das esquerdas também não se descartava um golpe, sendo que alguns setores já se preparavam para a luta armada desde 1961, como foi o caso das Ligas Camponesas[xi].

A proposta que segue, constitui a realização em uma pesquisa histórica em nível de Mestrado, que tem como meta fundamental estudar o período mencionado buscando conhecer o comportamento das esquerdas em Juiz de Fora nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar-civil de 1964. Enfocaremos esse campo político[xii] por um ângulo pouco trabalhado ainda na historiografia sobre o tema, a saber, as relações entre culturas políticas das esquerdas, no caso trabalhistas e comunistas[xiii]. Além disso, trabalharemos com as estreitas relações entre a memória pessoal e memória coletiva de indivíduos que participaram diretamente dos referidos acontecimentos, através da história oral. Deste modo, recorreremos às fontes orais, entrevistas com líderes políticos das esquerdas

juizforanas da época. Esclarecemos que nossa concepção sobre a história oral não repousa no simplismo da complementação de fontes ou do preenchimento das lacunas deixadas pela documentação escrita. Também compreendemos o princípio de que trabalhar com fontes orais significa dar a palavra aos "anônimos" da história. Assim, o historiador diante de sua prática estará "re-construindo" o espaço político que se formou naquela conjuntura e dando um novo sentido para a história pelos próprios atores.

Conforme já observamos anteriormente, existem lacunas importantes na historiografia sobre o tema no estado de Minas Gerais referentes ao período compreendido entre 1961 e 1964, e no período pós-64. Nossa escolha por Juiz de Fora como *locus* de análise para a compreensão das relações entre as culturas políticas envolve questões sobre a aproximação entre trabalhistas e comunistas em torno do projeto nacional-estatista, nas mais diversas regiões onde tais culturas políticas incidiram no cenário político local e regional, sobretudo naquela conjuntura em que a polarização política atingiu o *clímax*. Particularmente, sobre as esquerdas juizforanas, procuraremos traçar pontos em comum com a ideologia da mineiridade, que possam servir de referencial para a construção de uma identidade política local, entre trabalhistas e comunistas. E mesmo, verificar em que aspectos a cultura política das esquerdas juizforanas se apresenta distinta do discurso tradicional da política mineira.

Para observarmos o fenômeno apresentado, partimos da noção de redução de escalas[xiv], do nacional para Juiz de Fora, agregando outras noções como a de cultura política e ainda alguns conceitos mais comumente trabalhados num âmbito cultural da história. Para explicitarmos as relações entre trabalhistas e comunistas correlacionaremos as assertivas de Serge Bernstein sobre a cultura política[xv]. Este observa que toda cultura política move-se na dialética de transformações, enriquecendo-se de múltiplas contribuições: as das culturas vizinhas, quando estas parecem trazer respostas aos problemas do momento; e os da evolução da conjuntura que atuam sobre as idéias e os temas, sendo que, nenhuma cultura política pode se manter em forte contradição com a realidade. Além disso, a cultura política não resulta somente da adaptação as circunstâncias

mutáveis, ela também depende da influência que possa exercer sobre as culturas políticas vizinhas, frente aos problemas da sociedade num certo momento, conquistando a adesão de seus pares e formando um amplo espectro político capaz de persuadir a sociedade, assim possibilitando condições concretas para a realização de seu projeto político.

Neste viés de análise e a partir da concepção de J. Revel sobre "redução de escalas" (1998), focalizaremos como as culturas políticas das esquerdas juizforanas refletem no cenário político local e regional, aspectos comuns da mineiridade, e mesmo, em que pontos apresentam suas particularidades como alternativa ao discurso de formação de uma identidade mineira, fortemente marcada por símbolos e valores políticos regionais[xvi]. Considerando o discurso da mineiridade, uma cultura política própria, cuja principal característica se apresenta nos momentos de transição no Brasil, sob a forma da política da conciliação nacional[xvii]. Compreenderemos como esse poder simbólico da mineiridade está presente na cultura política das esquerdas juizforanas: ora reificado e incorporado em suas ações políticas, ora resignificado e distinto da identidade regional, ou seja, através de uma cultura política alternativa ao discurso tradicional da mineiridade[xviii].

Temos que o desenvolvimento desta pesquisa trará contribuições para a história das esquerdas mineiras, e mais especificamente a de Juiz de Fora, uma vez que permitirá mostrar à luz do presente a existência de uma "gama de possibilidades" no seio das relações estabelecidas entre as culturas políticas de esquerda, além é claro, de oferecer subsídios para estudos mais aprofundados sobre o período em pauta ou sobre recortes temporais não muito distanciados.

♣ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

[i] FICO, Carlos.et al (orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

[ii] REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil: 1934-1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. v.5.

[iii] FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

[iv] BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964**. 7. ed. RJ: Revan; Brasília: EDUNB, 2001.

[v] DREIFUSS, René. 1964: **A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de class**e. Petrópolis: Vozes, 1981.
[vi] FIGUEIREDO, *op. cit*.
[vii] STARLING, Heloisa M. Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
[viii] FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
[ix] Podemos listar as principais obras de referência ao caso juizforano, a saber: LOYOLA, Maria Andréa**. Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos do CEBRAP, 35); NEVES, Lucília de Almeida. **CGT no Brasil, 1961-64**. Belo Horizonte: Veja, 1981; PAULA, Hilda Rezende; Campos, Nilo de Araújo**. Clodesmidt Riani: trajetória**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições; EDUFJF, 2005.
[x] No caso do PCB, a nova linha política não tinha compromissos com o capitalismo e mesmo não propunha defender a democracia unilateralmente, pois objetivava um salto qualitativo para a etapa socialista da revolução. In: REIS FILHO. *Op. cit*., p. 89.
[xi] BANDEIRA. *Op. cit*., p. 15.
[xii] Compreendemos o campo político *"ao mesmo tempo como o campo de forças e como campo das lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura".In:*BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 163-64.
[xiii] Esclarecemos, que este viés analítico inspira-se no trabalho que o professor Fábio Chagas vem realizando em pesquisa para doutoramento sobre a guerra revolucionária dos anos 60 e 70, no estado do Rio Grande do Sul. Ele procura, entre outras abordagens em seu trabalho, analisar o trânsito entre culturas políticas trabalhistas e comunistas pelo fato de que figura como uma de suas hipóteses centrais a incidência de um matiz trabalhista de corte radical na luta armada gaúcha. Fábio Chagas desenvolve sua pesquisa doutoral junto à Universidade Federal Fluminense (UFF) sob a orientação do prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho. Recentemente, no Simpósio Nacional *40 anos do golpe*, realizado no Rio de Janeiro, Fábio apresentou um trabalho que abordava a historiografia da luta armada no Brasil dos anos 60 e 70, por este ângulo de visão que aqui tentamos desenvolver.
[xiv] Segundo Rosental, longe de indicar convergências profundas entre a abordagem multiscópica e a microstoria, *"vê no interesse da escala microscópica o caso particular de um princípio cognitivo mais geral: o conhecimento produzido pelos historiadores é relativo a uma escolha de escala: multiplicar os ângulos de abordagem o único recurso mais fecundo para a historiografia"*. ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Fredrik Bath e a microstoria. In: REVEL, J. **Jogos de escalas**. RJ: FGV, 1998.
[xv] BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-63.
[xvi] DULCI, Otávio Soares. Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais, **46º Congresso Internacional de Americanistas**, Amsterdã, 04/08 de julho de 1988.
[xvii] ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
[xviii] Como exemplo de discurso tradicional das elites que forjam a mineiridade, podemos referir a estratégia da classe empresarial mineira, que em meio ao processo de industrialização brasileira dos anos 40 e 50, faziam duras críticas ao governo federal acusando-o de "espoliação de Minas Gerais", clara referência ao ideal da Inconfidência Mineira. No entanto, a classe empresarial mineira, declarava ser portadora de um projeto de industrialização, que traria não somente a "independência econômica de Minas", mas também, associava a imagem do Brasil, um país "essencialmente agrário", como o reflexo do atraso cujo grande exemplo era a "espoliação de Minas". Sendo assim, constituía-se um discurso em que o povo mineiro – sob comando da classe empresarial, seria o portador de um projeto que, através da industrialização, garantiria a todas as camadas sociais a "terra do ouro e da promissão". (Ver DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um Revés: Estado e Associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997).

Estimativas sobre o volume do tráfico Transatlântico de escravos para a Bahia,1582-1851

Alexandre Vieira Ribeiro

Doutorando pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dentre os diversos assuntos analisados pelos historiadores nos últimos anos, o tráfico atlântico de escravos é um dos que tem sido mais revisitado. Na historiografia africanista, o impacto causado pelo comércio de africanos constitui uma questão crucial para o entendimento das sociedades africanas pré-coloniais. Do mesmo modo, a enorme quantidade de africanos desembarcados no Novo Mundo ainda repercute quotidianamente em muitos países americanos. Na América portuguesa, para além do aspecto sociocultural resultante da densa imigração, os escravos africanos representavam a principal força motora de um complexo sistema econômico. Invariavelmente, a reposição desta mão-de-obra se dava via tráfico transatlântico.

Em diversos estudos podemos encontrar estimativas para o volume do tráfico baiano de escravos. Viana Filho calculou em vinte mil o número de africanos que entraram na Bahia no século XVI e duzentos e cinco mil no século seguinte.[1] Uma outra estimativa para o século XVIII é fornecida por Maurício Goulart. Segundo este autor dois mil africanos foram importados anualmente pelo porto de Salvador na primeira metade do século XVII.[2] Goulart sugere que esta média tenha sido ligeiramente superior para os anos seguintes até a descoberta dos primeiros veios auríferos na década de 1690, quando ocorreu um crescimento vertiginoso do tráfico baiano.

Para o século XVIII e primeira metade do XIX, foram construídas várias séries baseadas em documentação coeva. A tabela 1 nos informa os números obtidos por diversos estudiosos do assunto. Observando a tabela notamos diferenças nos valores encontrados em cada coluna. Isso se justifica pelo tipo de material utilizado por cada historiador. Muitas vezes houve a junção de informações contidas em documentação seriada com fontes de caráter qualitativo, como

relatórios comerciais, cartas administrativas, além do acréscimo de informações contidas em outros estudos. De forma geral, calcula-se que um milhão e trezentos mil o número de escravos africanos desembarcados na Bahia, do século XVI até 1850.

Tabela 1 – Estimativas do volume de escravos desembarcados na Bahia, 1681-1850

Ano	Alden	Goulart	Verger	Eltis	Viana Filho	Santos	Ribeiro
1681-90			17 200				13 344
1691-1700			60 800				43 089
1701-10		83 700	86 400				53 303
1711-20		83 700	67 200				67 240
1721-30		79 200	63 400				53 207
1731-40		56 800	49 000				38 517
1741-50		55 000	39 200				46 795
1751-60	63 500	45 900	34 400				36 421
1761-70	29 500	38 700	36 000				50 522
1771-80	31 500	29 800	30 000			47 032	57 435
1781-90	24 000	24 200	32 700			50 933	56 796
1791-1800	39 000	53 600	53 100	70 500	63 850	74 524	69 406
1801-10		54 900	72 900	75 400	65 708	74 151	72 262
1811-20		55 000	59 000	41 400	50 975		71 951
1821-30		55 000	51 800	50 200	70 247		75 529
1831-40		55 000			120 000		
1841-50			64 721	64 721	120 000		

Fonte: os números referentes a Alden, Goulart, Verger, Eltis foram retirados de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995, pp. 283 e 285; VIANA FILHO, Luís. *O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, pp. 155 e 157; SANTOS, Corcino Medeiros dos. "A Bahia no comércio português da Costa da Mina e a concordância estrangeira". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil – colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 236-7; RIBEIRO, Alexandre. *O Tráfico Atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c.1680–c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ Dissertação de Mestrado, IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2005, anexo 2, pp. 114-8.

Uma equipe de historiadores, no ano de 1999, divulgou novos números acerca do movimento do comércio transatlântico de escravos.[3] Tais dados representavam resultados de pesquisas em arquivos localizados em diversos países. As informações recolhidas e registradas no banco de dado foram obtidas pelo rastreamento de todo navio que tenha singrado o Oceano Atlântico para comerciar escravos na costa africana e levá-los para o continente americano. Porém, para algumas regiões americanas, o volume de escravos desembarcados estava sub-representado, como no caso do Brasil. Uma segunda fase de pesquisa foi iniciada, dedicando-se com maior acuidade as fontes localizadas em arquivos brasileiros.

As informações sobre o tráfico baiano foram coletadas primordialmente nos *Alvarás para navegar ao continente africano* localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Arquivo Nacional no Rio de Janeiro (ANRJ) e na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro (BNRJ). Tratava-se de uma licença para que comerciantes pudessem ir negociar escravos no continente africano, muitas vezes em troca de tabaco. Abarca um período que se estende de 1678 até 1822. Para além da data da provável partida em direção á África, a documentação nos revela o nome e o tipo da embarcação, os nomes do proprietário e do capitão; o destino do navio.

Duas outras fontes importantes foram os *Livros de visitas da saúde* (1776-99; 1803-1810; 1822-24) localizados no Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) e das edições do jornal *A Idade d'Ouro do Brasil* (1811-22), localizadas na BNRJ. Ambos grupos de documentos registram as chegadas dos negreiros provenientes da África. Nessas fontes foi possível coletar o nome e o tipo de embarcação; a procedência do navio; a data de chegada; os nomes do proprietário e do capitão do navio; o volume de escravos desembarcados e de mortos durante a travessia atlântica; a duração em dias da viagem de retorno. Novas informações relativas ao comércio de escravos na Bahia foram também obtidas em literatura especializada sobre o tema, como as obras citadas na tabela 1, e a partir de correspondências comerciais, relatórios administrativos, e demais fontes sem caráter serial. Além da equipe brasileira, os dados referentes ao tráfico baiano foram complementados por registros coletados por pesquisadores que trabalharam em arquivos europeus e africanos.

Tabela 2 - Estimativas de escravos desembarcados na Bahia, 1582-1851

Ano	# de escravos	Ano	# de escravos	Ano	# de escravos
1582-1700	106 066	1751-60	75 833	1811-20	113 376
1701-10	85 719	1761-70	66 751	1821-30	99 437
1711-20	109 283	1771-80	73 267	1831-40	12 142
1721-30	106 962	1781-90	76 539	1841-51	64 329
1731-40	89 985	1791-1800	93 259		
1741-50	87 694	1801-10	89 066	TOTAL	1349724

Fonte: RICHARDSON, David; FLORENTINO, Manolo. *The Trans-Atlantic Slave Trade: a Dataset on-line* (TSTD 2).

De posse de novas informações, procurou-se completar os dados outrora divulgados a partir do cruzamento das fontes e posteriormente calcular o número de escravos desembarcados em cada uma das viagens baianas. Para aquelas que continuavam incompletas foi estipulado um volume médio de cativos. Desta forma, foi possível estabelecer novos números para o tráfico baiano, reunidos na tabela 2. A partir do TSTD2 estima-se que 1.349.724 escravos africanos foram importados na Bahia. Esta cifra representa cerca de 1/3 de todo contigente africano desembarcado no Brasil durante a vigência do comércio negreiro transatlântico.

As principais fontes fornecedoras de escravos para a Bahia

A partir do TSTD2 foi possível estabelecer também as principais regiões fornecedoras de escravos africanos para a Bahia. Nos primeiros cem anos de tráfico transatlântico a região da África Centro-Ocidental foi a principal zona abastecedora. Porém, com a ocupação holandesa nesta região africana, o envio de escravos para as terras baianas foi prejudicado, pois os comerciantes da Holanda privilegiavam Pernambuco, que no momento estava também sob domínio holandês. No ano de 1648, tropas financiadas e saídas do Rio de Janeiro, comandadas por Salvador Corrêa de Sá, reconquistaram Luanda. A partir de então se formou um laço político-econômico entre os grupos dirigentes destas duas cidades do Atlântico Sul. Governadores angolanos passaram a privilegiar, em fins do século XVII, o envio da escravatura para o porto carioca em detrimento das outras regiões brasileiras, como Bahia e Pernambuco.[4] Tal conduta provocou um decréscimo de escravos no nordeste brasileiro e um direcionamento dos navios baianos aos portos da África Ocidental.

Segundo Verger, foram estabelecidas relações entre os portos da África Ocidental - principalmente os localizados na baía do Benin[5] - e a Bahia por três fatores. Em primeiro lugar, esta região era o único local em que os baianos conseguiam despachar seu fumo de terceira qualidade (refugo), proibido de ser mandado para o reino português, que só importava o fumo

baiano de primeira e segunda qualidade. Em segundo lugar, a Holanda, que dominava esta região e possuía o monopólio de comércio de produtos europeus com a mesma, via Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, só permitia a negociação de tabaco, favorecendo assim os baianos em detrimento dos comerciantes reinóis e demais brasileiros que não produziam o fumo. Por fim, um terceiro fator, favorecendo os baianos: a proibição dos comerciantes das praças do Rio de Janeiro e das demais localidades brasileiras não produtoras de tabaco de irem comercializar na baía do Benin.[6] Um decreto real de 12 de novembro de 1644 autorizava os navegadores, carregados de tabaco de terceira categoria, a partirem da Bahia em direção à dita baía com a finalidade de resgatar escravos, uma vez que Angola ainda estava sob domínio holandês.[7] Desta forma desenvolveu-se um comércio peculiar entre a Bahia e a África Ocidental, diferente do modelo clássico do sistema de viagens triangulares (Europa-África-América-Europa), sob a forma de troca bilateral.

Tabela 3: Região de origem dos escravos embarcados para a Bahia, 1581-1850

Ano	África Ocidental		África Centro-Ocidental		África Oriental		Indefinido		Total
	#	%	#	%	#	%	#	%	#
1581-1700	91 594	75,2	26 257	21,6	1 332	1,1	2 625	2,1	121 808
1700-50	418 633	77,4	116 921	21,6	1 332	0,2	4 485	0,8	541 371
1751-1800	262 619	62,2	156 516	37,0	2 090	0,5	1 218	0,3	422 443
1801-30	153 115	44,5	164 594	47,8	15 368	4,5	11 081	3,2	344 158
1831-50	38 034	41,2	8 657	9,4			45 729	49,4	92 420
Total	963 996	63,3	472 944	31,1	20 125	1,3	65 138	4,3	1 522 203[8]

Fonte: TSTD2

Por volta de 1720 o comércio baiano com os portos da África Ocidental entrou em crise. Houve uma forte concorrência entre o tráfico brasileiro e francês nesta região que perdurou até 1794, ano em que a França aboliu o comércio negreiro. Em muitos momentos, os franceses foram superiores no volume de escravos comercializados na baía do Benin. Embora estivessem também presentes nesta região, os comerciantes ingleses e holandeses não representavam

uma ameaça concreta aos negócios brasileiros. As disputas políticas travadas entre os reinos situados na baía do Benin, foram também fator de desestabilização do comércio negreiro na região. Após ter atuado como um Estado mercenário no início das guerras na África Ocidental, o reino do Daomé passou a atacar as suas nações vizinhas no interior do continente num franco processo de expansão, se apoderando dos principais portos de embarque de cativos.

Ao mesmo tempo em que o comércio de escravos declinava em áreas sob domínio do Daomé, novos portos eram abertos na parte leste da baía do Benin, tais como Porto Novo, Badagri e Onim. Com a transposição do comércio para portos mais a leste, Badagri ultrapassou Ajudá, na década de 1770, como o porto mais importante da região. Na década de 1780, essa posição passou a ser exercida por Porto Novo, devido ao ataque perpetrado pelo daomeanos em Badagri no ano de 1783. Já no início do século XIX, Lagos despontava como principal porto exportador de escravos da baía do Benin. Calcula-se que entre sete a dez mil africanos tenham partido desse embarcadouro em direção à América escravista.[9] Os brasileiros contavam com o favorecimento do *olugum* de Onim em detrimento de comerciantes ingleses e demais europeus.[10] Antes mesmo da ascensão de Lagos, no ano de 1770 o rei de Onim chegou a enviar uma embaixada a Salvador para estabelecer os primeiros contatos com as autoridades baianas.

Já a região da África Centro-Ocidental foi relegada ao segundo posto no que tange ao fornecimento de escravos durante o século XVIII, depois de ter suprido a Bahia ao longo dos primeiros anos do tráfico transatlântico. Tal fato pode ser explicado pelos fortes vínculos constituídos pelos comerciantes baianos na região da baía do Benin em contraponto aos laços formados entre os comerciantes das praças do Rio de Janeiro e de Angola. Podemos observar na tabela 2 que o tráfico da África Centro-Ocidental foi superior no início do século XIX ao da região Ocidental. Isso ocorreu devido a Lei de 1815, que proibiu o comércio negreiro ao norte da Linha do Equador. Porém, é preciso precaução com esses números, pois embora muitos navios neste período tenham entrado na Bahia com documentação expedida em Molembo ou

Cabinda, é muito provável que os portos de embarques de escravos tenham sido aqueles aos quais os baianos há mais de um século estavam acostumados a freqüentar na baía do Benin.

É certo que embora o desembarque dos primeiros contingentes de escravos provenientes do sudeste da África date da década de 1660, as exportações de cativos afro-orientais para a Bahia se fez de modo irregular. Antes de 1811, era muito reduzida a participação do Índico no atendimento da demanda baiana. Dois fatores atuavam para que a rota do Índico não figurasse no circuito comercial escravista baiano: a distância e a má qualidade dos cativos. Segundo André de Melo e Castro, conde de Gauvêas, não seria rentável montar uma grande expedição com navios de força para se ir negociar em Moçambique devido aos perigos e dilações da travessia e a frouxidão dos africanos vindo de tal região para os serviços de engenho, lavoura e trabalho nas minas.[11] É possível que o crescimento das exportações afro-orientais estivesse a relacionados à Lei de 1815. Foi preciso que os baianos diversificassem sua área de atuação para atender a sua demanda por braços escravos.

---

[1] VIANA FILHO, Luís. *O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 158.
[2] GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 113.
[3] ELTIS, David; RICHARDSON, David; BEHRENDT, Stephen; KLIEN, Herbert. *Trans-Atlantic Slave Trade: a Database on CD-ROM*. Cambridge University Press, 1999. Doravante, esta edição do banco de dados passará a ser denominada de TSTD1.
[4] sobre a constituição de laços comerciais entre a cidade do Rio de Janeiro e Angola ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
[5] Os principais portos em que os comerciantes baianos negociavam na baía do Benin eram: Grande Popó, Ajudá, Apa, Jaquin e Ofra
[6] VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX.* São Paulo: Corrupio, 1987, pp. 19-20.
[7] *idem*, p. 21.
[8] Há uma diferença de aproximadamente duzentos mil escravos entre este volume é aquele referente ao volume de escravos desembarcados na Bahia que consta da tabela 2. Os dados da tabela 3 são referentes aos escravos embarcados, não leva em consideração os escravos mortos na travessia atlântica e nem aqueles apreendidos ao longo da viagem.
[9] TSTD2
[10] SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Ed. UFRJ, 2003, p.124.
[11] APEB, Col. Ms., *Ordens Régias*. Vol. 35, p. 54.

"Sentir-se família"[1]

Relações amorosas e cotidiano em São Luís do Maranhão (1900-1940)

Alina Silva Sousa*

Introdução

O presente texto deve ser entendido como um esboço, uma vez que a pesquisa a qual ora se apresenta está em processo de tessitura. Muitas são as linhas e as agulhas que ainda cosem o enredo, resta algum tempo e muito esforço para que a peça final possa ser exibida à comunidade de leitores. Nesse sentido, não venho apresentar resultados acabados, prontos; antes disso, buscar contribuições para o exercício da reflexão histórica.

Assim como não é preciso referenciar os *Annales*, em particular a cartilha do Pierre Nora, pela sugestão de se abandonar os estudos positivistas e esquemáticos em prol dos "'novos temas', 'novas abordagens' e 'novos objetos'", do qual o interesse pelo objeto "Família" é conseqüência primeira; também não seria necessário referenciar extensamente Gilberto Freyre quando é sabido, até pelos mais desavisados, que ele é ainda referência fundamental em pesquisas que estudam ou pretendem estudar a família no Brasil. Mas se não é preciso se estender na apresentação dos trabalhos desse último autor, é necessário pontuar a bifurcação da interpretação de suas obras.

Nesse sentido, se o prestígio de Casa Grande & Senzala e outros trabalhos de Gilberto Freyre ainda estão intactos, os debates nascidos a partir de seus argumentos na historiografia já não formam uma única voz. Nunca formaram de todo, é verdade. Mas as vozes que gritam parecem vir de toda parte, cada vez mais altas. Assim, já não é novidade para os estudiosos da Família brasileira[2]o problema da generalização do conceito de família patriarcal de Gilberto Freyre para designar *o* tipo de família existente no Brasil no período

* Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

colonial e oitocentista. Também já se sabe do peso e dos problemas que a crença neste mito proporcionou para o próprio desconhecimento de nossa história. Por isso, vivemos hoje um momento o qual se convencionou chamar de "literatura revisionista" da nossa historiografia[3].

Esta literatura, na área de História da Família, ambiciona, sobretudo, desmontar a universalização do conceito que dá nome ao ramo da abordagem de análise histórica: quer mostrar que o retrato que temos da família no Brasil através do tempo, atribuído à família patriarcal, não é a história da família brasileira; quer, sobretudo, mostrar que todos os outros modos de organização familiar que apareciam como subsidiários dela ou de tal forma inexpressivos, não só merecem atenção como são de fundamental importância para o maior entendimento de nossa história. Faz-se isso mediante a revelação dessas diversas e heterogêneas realidades e formas de organização de domicílio que parecem comprovar o mascaramento do social que a imposição do conceito freyriano provocou. Isso significa dizer que o desmonte do "mito da família patriarcal" tem sido feito a partir de micro-análises que privilegiam as mais diversas áreas do país.

Por outro lado, há quem critique o alcance das análises dessa literatura revisionista e há quem diga que o *frenesi* de se desconstruir ao macro modelos explicativos tem resultado em conclusões apressadas. Para estes, tudo não passaria de uma confusão do conceito de patriarcalismo que muitas vezes caracteriza estudos de estrutura de domicílio e que tem como fonte, quase sempre, os censos e as listas nominativas: se família patriarcal é o mesmo que família extensa parece fácil desmontar o argumento atribuído à Freyre demonstrando que as organizações de domicílio não eram tão extensas assim[4].

O impasse está posto. Os trabalhos que contemplam esta área de estudo ajudam a avançar a discussão, mas a insipiência de pesquisas compromete uma conclusão, se é que se chegará a alguma. É por isso que não seria inapropriado dizer que os historiadores da família ainda agem como ratos diante do queijo parmesão: corroem, sorrateiramente, os alicerces que estruturam a falácia ou o mal-entendido historiográfico[5].

Diante desta conjuntura, o próprio conceito de família tornou-se escorregadio e as pesquisas que trabalham este objeto são generosas e pouco acanhadas em deixar o

prazer da resposta para qualquer pesquisa seguinte. O cenário se assemelha a um leilão de mudos onde a máxima “quem dá mais?” fora substituída por “afinal, o que é, de fato, família?”. O silêncio é geral.

A presente pesquisa quer contribuir com um arremate e para isso, reformula a pergunta do leilão acadêmico. “O que é família?” parece ser um questionamento incoerente com a pulverização de pesquisas que mostram a multiplicidade dos tipos familiares. A pergunta então seria: “o que pode ser entendido como família?”.

Porém, mudar a pergunta pouco avança. É preciso ousar. Para isso, toma-se o martelo das mãos do leiloeiro e sugere-se um lance. Não *o* último lance, apenas *um* dos possíveis. Não *o* conceito de família, apenas *uma* proposta para se entender as relações amorosas, as redes de solidariedade e hostilidade entre a população pobre da cidade de São Luís que transparecem nos inquéritos policiais e processos judiciais do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A sugestão é tratar a família como um conceito mais amplo que o usual. O termo estaria ligado a elementos que extrapolam a consangüinidade ou a coabitação, abarcando o sentimento de ligação das uniões amorosas oficializadas ou não. Não se pretende negar a identificação entre casa e família, apenas acrescentar que, para além dessa identificação, pode haver um sentimento que enlace os envolvidos, que os permita levar uma vida em comum, ainda que não coabitem. Um sentimento de família que pode levar, inclusive, ao crime. Com efeito, a família será aqui, então, o “sentir-se família”, e muitas são as formas que este sentimento pode se apresentar. É possível tal lance?

Sobre a potencialidade das fontes

Como dito, a idéia aqui é trabalhar o “sentimento de família” a partir de relações amorosas. Pareceria óbvio afirmar que onde existe amor e uma certa estabilidade na relação, pode haver família. Ora, não é assim que pensam a Igreja e a Justiça. Para eles, quando não há legitimação, trata-se de amancebamento, amasiamento, concubinato e tantos outros vocábulos que daí deriva.

O que se quer colocar aqui em discussão, uma vez mais, é essa limitação do conceito de família. Digo 'uma vez mais' porque outros trabalhos acadêmicos já se preocupam com esta "outra família", mostrando que, para a existência da mesma, a legitimidade é apenas um fator (desprezível?). Muito se anda falando do abismo que existe entre o discurso e a prática[6]. Nesse sentido, é desnecessário dizer que estamos no campo da ilegitimidade. Mas é necessário pontuar o objetivo específico desta apresentação e isso relança às fontes de pesquisa.

Serão utilizados para perceber o "sentimento de família" a partir de relações amorosas ilegítimas inquéritos policiais e processos judiciais cujo tema seja crime de homicídio entre amantes, portanto, relações amorosas que acabam mal. Sabe-se que a morte de uma pessoa por outra em nossa sociedade é processada através de um aparato policial e jurídico que serve de mediador entre os acontecimentos e tamanha é sua influência e poder que, uma vez tendo acesso à escolha dos elementos que serão incluídos ou excluídos nas várias versões daqueles atos, os transforma. Deve vir daí o ditado jurídico "o que não está nos autos, não está no mundo". E se esta escolha é determinada por uma série de regras próprias de funcionamento deste aparato repressivo, o que se tem nos processos nos diz menos do acontecido do que da natureza de tal aparato/instituição[7].

Porém, não se quer travar aqui neste espaço um diálogo com o Judiciário. O que se pretende, antes de tudo, é somente discutir o potencial de tais fontes para o estudo do objeto Família; é tentar perceber o "sentimento de família" nas relações não oficializadas, mas que deixam algum traço de estabilidade (filhos, sustento financeiro, etc.), num momento de crise.

À idéia que explicitamos no início deste tópico, que é 'perceber um "sentimento de família" nas relações amorosas', o leitor deve ter percebido, já se acrescentou outras idéias: a de *estabilidade*, a de *ilegitimidade* e agora a de *crise*. É preciso dizer que crise aqui tem um significado específico: transgressão da norma penal. Logo, a crise será gerada por um crime, crime de homicídio, que estará confesso nos inquéritos e processos, as fontes aqui

estudadas. Mas alguém poderia perguntar como, exatamente, tais documentos podem permitir vislumbrar "família" ou o sentimento dela.

Ora, não se pode entender crime somente como "ato comportamental que expressa desejo ou congrega um potencial de agressividade reprimido que ora se explicitam". O crime não é um ato excepcional, aberrante, logo pouco expressivo, de padrões de comportamentos e tensões sociais reais. Infração da norma penal, ele em muito deixa transparecer valores, comportamentos e condutas sociais[8]. E mais. Os momentos de crise como unidades de análises permitem observar a sociedade em ação e os pontos críticos das articulações socais, segundo a concepção de V. Turner de "drama social" [9]. Logo, um momento de crise extrema entre os amantes pode ajudar na compreensão de seu cotidiano, de seus amores, de seus pensamentos, de suas frustrações, de suas angústias, de suas dores, de suas raivas, de suas esperanças.

Aqui estaria o potencial da documentação policial e judiciária para se pensar a família. Se deixam transparecer um pouco da vida e das visões dos envolvidos, é possível tirar impressões acerca do modo como se envolviam, como se sentiam ligados um ao outro, como levavam uma vida em comum, como o comportamento de um poderia ferir o outro, levando ao extremo do homicídio. A interrupção causada pelo crime poderia dizer e muito sobre o sentimento de ligação, de pertença, de amor, de cuidado entre os amantes. Poderia, enfim, deixar dizer sobre a "família" e os sentimentos que são nela, na união, depositados. Isso é o que chamamos de "sentir-se família" aqui.

.

.

.

Na tentativa de exemplificar a potencialidade das fontes, separo, para esta apresentação, um dos processos judiciais que servirão de base para a dissertação de Mestrado. É o caso de Casimira Joaquina dos Santos, residente à Rua do Machado na São Luís do início do século XX, processo datado de 1908. Segundo a leitura do processo, era amásia de Romão Antônio Cordeiro, o qual se sentindo rejeitado por ela, cometera homicídio

premeditado, esfaqueando-a. Quando do julgamento, a Justiça não hesita em rotular Casimira por um comportamento sexual ilícito, já que Romão conta que ela afirmou ter outro amante, e a condenar Romão por sua conduta impulsiva. Porém, o que importa aqui é saber que Romão mata Casimira por ciúmes e por achar que os filhos que têm juntos e o sustento financeiro que ele dá a ela são suficientes para exigir-lhe fidelidade, mesmo não coabitando com a mesma[10].

Então, vejamos. Se o que se quer aqui é pontuar um "sentimento de família" mediante a existência de relações amorosas, o caso de Casimira parece a contento para ir adiante com tal empreitada. Por não ser casada com Romão, segundo a Igreja e o Estado, a união não constituiria família, família legítima! Mas não constituir família como se deve por leis não significa dizer que não havia família. Parece claro no processo que, ainda que não coabite com a mesma, Romão e Casimira têm uma vida em comum, têm filhos, têm preocupação e cuidado. Têm ciúmes, têm problemas, têm brigas. Isso parece configurar uma relação amorosa estável, isso parece configurar uma união familiar.

Se tratando de um processo judicial, a narrativa e a especulação/análise do delito, que é um crime de homicídio, se desenrola por longas páginas. Várias são as testemunhas arroladas para justificar ou condenar a ação de Romão, várias são as intervenções daqueles que cuidam do processo. E são nesses momentos que se percebe a riqueza de tal fonte. O depoimento das testemunhas e do próprio acusado é rico não só em justificativas, em desculpas, em acusações. Ele é também rico em detalhes do cotidiano dos envolvidos, dos conhecidos, da cidade. Fazendo emergir parte desse cotidiano, desnudam vivências e revelam inúmeros elementos participantes da vida dos casais em conflito - tais como o cenário em que vivem, as pessoas com as quais se relacionavam, suas posses, seus filhos, seus valores, suas falas e formas de vestir. Tudo isso permite capturar fragmentos que revelam o pulsar de suas raivas, de suas lágrimas, de seus lamentos, de suas dores, de seus amores.

É diante de tal material que se propõe estudar Família. É dando visibilidade a algumas trajetórias anônimas, cujas vidas transparecem de soslaio nas fontes aqui

analisadas, que se coloca o leque de possibilidades de se desfrutar da experiência familiar, independente do discurso que legitima um modelo. São vidas que transparecem, como disse, cansaço, traições, prazer, choros, ódio e amor; vidas que escancaram a multiplicidade de formas do "sentir-se família" e riscam com tintas de sangue lugares insuspeitos do prazer feminino e masculino, desenhando outra geografia da organização e vivência familiar, outra geografia da trama social.

---

[1] O conceito de família utilizado aqui é, como o leitor verá no corpo do texto, o sentimento de ligação entre os amantes e os possíveis filhos. Essa conceituação foi elaborada a partir das fontes aqui utilizadas e o uso das aspas é uma referência à pesquisa do historiador Luciano Figueiredo, **Barrocas Famílias: a Vida Familiar em Minas no Século XVIII**, que já trabalha esse aspecto do conceito de família: o sentimento de família.

[2] Sheila de Castro em *História da Família e Demografia Histórica*, sugere ser mais apropriado se falar em "famílias", o uso do termo "família", no singular, mascara a complexidade do cotidiano e homogeneíza a riqueza e a diversidade da realidade brasileira. IN: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de janeiro: Campus, 1997, p. 241-257.

[3] O artigo de B. J. Barickman, **Esse a casa-grande não fosse tão grande? Um freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835**, discute esse ponto. Outros trabalhos que se debruçam, principalmente, sobre São Paulo e Minas Gerais podem ser encontrados como os da Profª. Eni de Mesquita Sâmara.

[4]Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989 e ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920 - 1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003

[5] B. J. Barickman em, **Esse a casa-grande não fosse tão grande? Um freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835**, discute que os censos e as listas nominativas são mais próprios do Sudeste brasileiro. Há uma quase inexistente produção historiográfica que contempla o Nordeste Brasileiro, muito por conta da escassez desse tipo de fonte nesta região. Para o autor essa falta constitui não só uma lacuna, mas denota uma impossibilidade das pesquisas revisionistas de desconstruírem, a não ser de modo indireto, a visão tradicional da casa-grande patriarcal associada a Freyre, p. 70-132.

[6] Cf. LONDOÑO, Fernando Torres. **A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia.** São Paulo: Ed. Loyola, 1999 e CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: a arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

[7] CORREIA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de janeiro: Edições Graal, 1983, p.19-73.

[8] Cf. FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, p. 10-50.

[9] V. Turner APUD Mariza Correia. Ibid, p. 23.

[10] Processo criminal registrado no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nº 1006. Trata do assassinato da mulher de nome Casimira Joaquina dos Santos, pelo seu ex-amásio Romão Antônio Cordeiro, no dia seis de abril de 1906, na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

DITADURA MILITAR ATRAVÉS DA IMPRENSA: O CASO DO *ESTADO DE MINAS,* DE 1964 A 1970.

Aline Fonseca Carvalho – UFMG.

A imprensa brasileira foi proibida, na fase colonial, por oferecer a possibilidade de conscientização e, portanto, entrava em desacordo com os interesses metropolitanos.

Embora, haja indícios de impressos anteriores à vinda da família real portuguesa, o marco mais divulgado, pela história, para início da imprensa no Brasil, é a Imprensa Régia.

No início do século XIX, outros periódicos apareceram espalhados, em diversas regiões, não só no Rio de Janeiro que era a sede do governo e da Imprensa Régia. Desde esta época nossa imprensa já conhece a disputa pela informação entre jornais de interesses antagônicos.

Para fazer frente a seus adversários a coroa portuguesa chegou a lançar em Londres *O Investigador Português,* destinado a combater o *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa – que era um perseguido político erradicado em Londres. Este último jornal teve participação importante no processo de independência do Brasil, junto com muitos outros periódicos que tinham o mesmo propósito.

E nesta linha de embates jornalísticos, sempre entre dois grupos de interesses diversos e ataques mútuos, prosseguiu a imprensa e sua história no Brasil. Durante a regência, no movimento abolicionista, no movimento republicano e na República sempre houve jornais de diferentes posições e objetivos. E desde sempre caminha junto com a imprensa a tendenciosidade na divulgação das informações.

Vejamos o que Maria Helena Capelato diz sobre o que a imprensa publicou na ocasião da abolição da escravatura:

> "(...) a mania de comemorar é perigosa porque pode servir para impor à opinião pública uma versão dirigida dos acontecimentos, em benefício de governos e grupos que desejam a realidade indevidamente deformada." [1]

[1] CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil.*p.40.

Ela diz isso por causa das comemorações desencadeadas pela abolição. Estas duraram dias e a onda comemorativa foi alimentada pela imprensa da época. Aliás, as notícias dão a impressão de que o mérito da abolição foi exclusivo da benevolência da Princesa regente. Os jornais excluem fatos como pressões internacionais, exigências de setores mais dinâmicos da economia e rebeliões organizadas pelos próprios escravos bem como a condição de vida a eles imposta. É claro, que não desconsideramos o fato de que nesta época o fazer jornalístico era muito mais opinativo do que hoje. O caráter de informação objetiva e imparcial não fazia parte do cotidiano dos jornais do século XIX.

Nos dias de hoje, o caráter "objetivo" das notícias, não alcança a imparcialidade total. A subjetividade inerente à escrita das matérias trás consigo opiniões e narrações manipuladas.

Este tipo de manipulação é muito comum não só no Brasil, mas em todo o mundo. Talvez em países que não tenham uma lei de imprensa bem formulada o problema seja maior, o que não quer dizer que onde existe não ocorra a manipulação. Não devemos desconsiderar que o jornalista é antes de tudo um indivíduo que tem gostos, aptidões e curiosidades diferenciadas, o que dá ao material que ele produz caráter singular. O jornalista assim como o historiador imprime em seu trabalho a sua subjetividade. Ele escolherá um tema em detrimento de outros, dentro deste tema dará enfoque a certos aspectos do fato e deixará outros de lado e por mais objetivo que tente ser seu trabalho se o leitor exercer seu papel crítico perceberá o ponto de vista, a opinião do repórter sobre o tema em questão.

Além da questão da subjetividade, dependendo do contexto histórico e da instituição em que trabalha, o jornalista não tem escolha em relação a que linha seguir. Os editores, censores, donos de jornais, patrocinadores entre outros fatores, exercem poder de direcionamento ideológico sobre o produto final.

Segundo Perseu Abramo, os órgãos da imprensa não refletem a realidade. A maior parte da informação oferecida tem algum tipo de relação com a realidade, mas não a repassa tal qual ela é. Oferece uma realidade artificial, irreal criada e desenvolvida pela imprensa.

"O jornal existe enquanto fenômeno de linguagem, discurso construído, palavra dirigida."[2] Ao jornal escrito é conferido um status de verdade que nem sempre é correspondido. A partir do momento em que a notícia chega ao leitor o que está impresso naquelas páginas passa a ser encarado como verdade, sem que se tente perceber alterações ou que se procure averiguar o que está escrito, a menos que se esteja envolvido com o conteúdo da notícia. Como coloca Darnton em *O Beijo de Lamourette,* quem procura os créditos no final das reportagens são as pessoas que as protagonizam ou que são ligadas a instituições envolvidas na notícia, fora este tipo de leitor, somente a concorrência quer saber quem está escrevendo sobre determinado assunto, em outro jornal.

Como a maioria dos leitores não tem o mesmo comportamento crítico diante do que lêem nos jornais, esse público "se move num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal." [3]

Obviamente, não é todo o material jornalístico que é manipulado, se assim fosse esse sistema seria auto-destrutivo. Mas, uma parte significativa das informações sofre alterações. Os alvos são, principalmente, as questões políticas e econômicas. O que não quer dizer, que os outros assuntos não sofram alterações e nem que todo o material jornalístico que se refira a política e a economia seja alterado.

No período imediatamente anterior à ditadura militar, especialmente, a grande imprensa brasileira apoiou a queda do governo João Goulart. Mesmo os jornais que depois do golpe iriam ser contrários ao regime militar, foram a favor da "revolução". A imprensa teve grande importância na organização e na cobertura da chamada "marcha da família com Deus pela liberdade".

Após o golpe a imprensa de grande circulação se mostra exultante e cheia de boas expectativas para o futuro. A luta contra o mal comunista está presente em várias manchetes nos jornais.

---

[2] FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social.* A história amena de um jornal mineiro.p.26.
[3] ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa.p.24.*

"A imprensa e o e o poder revolucionário estabelecem relação direta, íntima, mas que não chega a ser duradoura."[4] Logo nos primeiros meses do regime militar alguns jornalistas já começam a se posicionar contra o governo. Também não tardaram as primeiras amostras da repressão.

Embora a censura prévia só viesse ser decretada em 1970, os jornais já recebiam represálias por parte do governo, na fase anterior. Uma prova de que o governo militar estava temeroso em relação ao comportamento da imprensa e decidido a agir para controlá-la está no AI-2, que o permitia intervir na imprensa.

Após da decretação do AI-5, as coisas pioraram e a censura, agora definitivamente instalada, mudaria ainda mais a rotina nas redações dos grandes jornais. Fosse pela atuação de censores ou pelo seguimento das normas ditadas pelo "livro negro da censura", que conduzia a auto-censura das matérias.

Segundo Beatriz Kushnir, parte da imprensa não era censurada pelo governo. Aliás, ela fala que no Brasil o Estado manda pouco porque não é forte, ele seria mais fraco que os interesses da classe dominante. Em alguns jornais, o próprio dono censurava algumas notícias conforme seus interesses e que os jornalistas equivocadamente acreditavam ser do interesse do patrão combater a censura assim como era para eles. Outra prática era a de publicar informes vindos do governo como se fossem produzidos por eles mesmos. [5]

Como formas de resistência aparecem muitos periódicos alternativos – que terão o esquema repressivo os vigiando muito mais de perto – e meios de fazer do espaço deixado pela reportagem censurada uma forma de chamar a atenção para o que está ocorrendo.

Exemplos deste segundo tipo de resistência são receitas de bolo em lugares despropositados no jornal e que caso alguém as experimentasse não dariam certo; os anjos

[4] BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica.* História da imprensa brasileira.p.323.

[5] Ver: KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004).* Bauru: EDUSC, 2004.

e demônios que preencheram as páginas censuradas da revista *Veja*; ou simplesmente páginas em branco e buracos nas folhas de jornal.

Por outro lado, muitas empresas de comunicação social se beneficiaram por serem coniventes com o regime, por exemplo, a *Rede Globo*. Neste *hall* estão inclusos os *Diários Associados* de Assis Chateaubriant.

Não seria surpresa para os leitores do *Estado de Minas,* que este se posicionasse a favor do poder uma vez que seu proprietário sempre se posicionara a do lado do governo fosse qual fosse. Na ocasião da implantação do *Estado Novo* o senhor Chateaubriant que até então se declarava liberal, disse que era fervoroso admirador do nazismo e sugeriu que Vargas imitasse os alemães. [6]

Este trabalho não pretende analisar formas de resistência. Queremos analisar como a grande imprensa ajudou a manter o regime militar. O recorte temporal escolhido vai de 1964 a 1968 e corresponde ao início do período militar até o ano em que foi decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5) e é anterior à decretação da censura prévia, imposta pelo governo Médici no decreto 077 em janeiro de 1970.

Não será analisado o comportamento de toda a imprensa neste período, porque seria um trabalho extremamente extenso e fugiria ao propósito deste artigo. O jornal escolhido para ter seu comportamento analisado, foi o já citado acima *Estado de Minas.*

Comecemos pela grande quantidade de matérias que fazem referência ao comunismo e a forma com que tal temática é abordada.

Muitas matérias falavam dos países comunistas e das dificuldades que estes estariam enfrentando, em especial: Cuba e a URSS. Às vezes as matérias não são endereçadas aos países comunistas, mas no meio de outros assuntos estão incluídas criticas a este sistema. Por exemplo, em uma matéria sobre o sistema judiciário brasileiro vem incluso um comentário desmerecedor do judiciário cubano. Também é muito recorrente matérias afirmando que o anticomunismo está crescendo em outros países como quem diz

[6] Ver: CAPELATO, Maria Helena R. A imprensa na história do Brasil. In: *Imprensa e história do Brasil.* col. Repensando a História. 2ed. São Paulo: EDUSC/Contexto, 1994.

que o mundo está despertando e se organizando contra o mal. Este tipo de reportagem dá inclusive números de comunistas que foram presos ou mortos no exterior.

Vejamos algumas manchetes de matérias sobre o comunismo: "*Cresce o anticomunismo em Jacarta: edifício destruído"* (14 de outubro de 1965); "*Fidel Castro exclui Guevara do novo comitê do partido comunista em Cuba"* (03 de outubro de 1965) – nesta matéria a impressão que o jornal dá é de que Fidel teria traído Guevara ao excluí-lo dos postos de mando, em Cuba; "*O que seria de Svetlana se ela não se chamasse Stalin*" (01 de março de 1968).

Esta última manchete é de uma reportagem sobre a filha de Stalin que estaria morando em Nova York. O texto fala dela como uma grande esperança para as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Ela como recém chegada aos Estados Unidos, não saberia ainda o que teria feito exatamente o pai e nem "a verdade" sobre o que aconteceu na URSS durante o governo de Stalin. Um homem russo que também morava nos EUA é apresentado como grande estudioso da URSS, mas seu nome não é citado. Este homem aposta no grande potencial de Svetlana, como mulher corajosa que era, para promover a paz. Nas falas dele, ela é apresentada como uma heroína. O autor da reportagem sobre a filha de Stalin diz, que esta não nega em momento algum o fato de ser filha de quem é, mas que apesar de saber algumas coisas sobre a vida do pai, não poderá se furtar ao dever de estudar a história soviética. A idéia repassada é de que mesmo nascendo no ambiente em que nasceu, ser filha de quem era, foi possível crescer uma pessoa de princípios louváveis e que fez a opção certa em deixar seu país de origem antes de se contaminar com a ideologia maléfica do comunismo.

Em um texto chamado "*Defesa de ordem revolucionária"* publicado, em 15 de outubro de 1968, o autor defende o governo militar e seus propósitos. A idéia é de que "a revolução" se fez em prol de um bem maior e que se não fossem os militares o Brasil estaria ainda no caminho errado seguido pelo antigo governo. O texto põe as forças armadas e sua participação na vida política do Brasil essencialmente, com o dever de proteger o povo do perigo que ainda ronda e põe também os ex-governantes, que seriam representantes do

comunismo internacional, em posição de espreita, como quem só está esperando a hora certa para dar o bote e se vingar.

> "Ora, seria ilusão admitir que não esteja aceso, embora sem labaredas muito a vista o sentimento de revide de muitos dos que foram apeados das situações de mando que ocupavam. Eles esperam o momento que julgam adequado para voltar à tona dos acontecimentos e tentar a volta do passado abominável."[7]

Em todas as vezes que o *Estado de Minas* fez a cobertura de uma passeata ou de uma mobilização popular reprimida, como já era de se esperar, deu razão à repressão.

E por falar em manifestações e repressão analisemos a cobertura da morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, que morreu em confronto com a polícia durante uma manifestação, no restaurante universitário Calabouço.

O título estava na primeira página do dia 29 de março de 1968: "*Estudante morto no Rio em choque com a polícia"*[8]*.* Nesta matéria os estudantes não aparecem como arruaceiros. É curioso observar que o estudante morto é apresentado como "Milton Luiz Lima Souto" e um pouco a frente como "Nelson Luiz de Lima Souto". Fora a parte em que fala que as autoridades prestaram socorro e já estavam tomando as devidas providências, o texto se posiciona do lado dos estudantes, até porque não teria como ser diferente.

Dois dias depois, da morte do estudante Edson Luis, o *Estado de Minas* publicou a seguinte matéria: "*Incidente não afetou o prestígio militar"*[9]. Esta foi uma pequena nota que dizia que foi realizada uma pesquisa nos dois dias anteriores a esta publicação, pesquisa esta que tinha por objetivo avaliar como a sociedade via as forças armadas depois da morte do estudante que agora era chamado de Edson Luis. A pesquisa "relâmpago" concluía que a confiança popular nas Forças Armadas não havia sido abalada.

Como pôde ter sido realizada uma pesquisa de opinião pública em tão pouco tempo? Essa foi uma questão tão inevitável que nem o jornal se negou a fazê-la, embora a tenha feito de modo não explicito. Mas, o importante é que a matéria de limpeza da imagem

---

[7] ESTADO DE MINAS. *Defesa de ordem revolucionária.* 13 de outubro de 1965.p.4.
[8] ESTADO DE MINAS. *Estudante morto no Rio em choque com a polícia.* 29 de março de 1968. pg.1.
[9] ESTADO DE MINAS. *Incidente não afetou o prestígio militar.* 31 de março de 1968.p.5.

das Forças Armadas foi publicada e que depois disso nada mais se falou neste jornal sobre a morte do estudante.

> "Recriando a realidade a sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam os seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo seu poder."[10]

Neste trecho Perseu Abramo explicita o que acontece com a população que consome o tipo de informação que era veiculada pelo *Estado de Minas.* O leitor é envolvido em um emaranhado de informações manipuladas, que no caso deste jornal não podem ser ignoradas dado ao fato de que ele atingia altíssimo número de tiragem. É óbvio que a pequena parcela intelectualizada da população não era tão facilmente seduzida por este tipo de informação, mas o público para o qual se dirigia consumia e era consumido por estas reportagens maquiadas.

Outros periódicos, principalmente, no período que se segue ao contemplado por essa pesquisa, tentaram encontrar formas de driblar a repressão e mostrar o que estava acontecendo com os meios de comunicação social. Por outro lado, o *Estado de Minas* ficou entre os que não manifestaram resistência de nenhuma espécie.

Este jornal mineiro se mostrou conivente, como já tinha feito em outras épocas e deu contribuição significativa para a manutenção do estado autoritário militar que governou o Brasil de 1964 a 1985.

[10] ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa.p.47.*

Identificação que diferencia: *'cultura Hip Hop'* na *roça asfaltada.*[i]

Allysson Fernandes Garcia[ii]

A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.
Stuar Hall

(...) Abandona-se (à) identidade para vivenciar-se, na pesquisa histórica, a experiência da diferença sem modelo, numa expansão polissêmica...
Tânia N. Swain

Pretendo apresentar aqui algumas questões preliminares, de um estudo sobre o aparecimento e a trajetória da "*cultura hip hop*"[iii] em Goiânia, ou seja, de como as representações desta cultura influenciou jovens que vieram a se inserirem numa identificação que os diferenciou tanto dos de gerações anteriores, como dos próprios jovens que convivem no mesmo tempo e espaço, enfim, uma história da juventude goianiense que trava uma relação específica de gosto, afetividade e reconhecimento, a partir de uma imbricada rede multicultural transnacional. O recorte temporal de tal trabalho são as décadas de 80 e 90 do século passado.

Em 27 de agosto de 1997, a revista *Isto É* publica um artigo intitulado *A Dallas brasileira*[iv]*,* o qual apresenta Goiânia de forma elogiosa, por ser ela a capital de um estado situado no centro de uma região onde circula boa parte da riqueza agropecuária do país. A cidade se caracterizaria então, pela riqueza e prosperidade. Contribuindo para tal constatação algumas estatísticas que apresentavam Goiânia como possuidora da "maior frota per capita de caminhonetes", bem como a "maior proporção de veículos por habitantes no país – um carro para cada duas pessoas".

Outro artigo de imprensa, *A força dos movimentos populares*[v], mostrava novas estatísticas de onde surge uma imagem ampliada para a região, da qual Goiânia é a capital, o estado de Goiás, aquele que,

> (...) se projeta nos anos 90 como um Estado emergente, detentor da 7ª colocação na economia nacional e ciente de suas potencialidades, assustado ainda com sua dinâmica agroindustrial e com sua, cada vez maior, participação nos rumos políticos do País.

Temos assim, através destes artigos uma imagem de Goiânia e do estado de Goiás que não parece condizer com sua situação, uma vez que esta imagem de riqueza e prosperidade obscurece os problemas enfrentados pela grande maioria da população local. Problemas estes, que não se diferenciam dos enfrentados pela população do restante do país, como a grande desigualdade e exclusão social, que imprime uma mancha de miséria e violência por todo território nacional e mais acentuadamente nas grandes cidades.

Logo no início do primeiro artigo é feita alusão à disputa ao título de "capital country"[vi], entre Goiânia e Barretos, afirmando posteriormente que, "cada vez mais, os espetáculos countries conquistam os adolescentes da cidade". O "entusiasmo pelo country", segundo o artigo, não seria recente, mas remeteria-se ao inicio da construção de Goiânia, pois faria "(...) parte da herança recebida pelos primeiros fazendeiros que ajudaram a erguer a cidade a 64 anos, sobre um terreno de três fazendas desapropriadas". E completa, "(...) é raro encontrar na cidade quem não tenha fazenda, chácara ou sítio e que não seja filho de proprietário rural ou camponês".

A vinculação dos jovens goianienses de forma indistinta a uma identificação com o *country* eclipsa outros agrupamentos juvenis que não estão inseridos, mesmo que de forma passageira, a ela. O simples fato de boa parte da população descender de famílias do meio rural, não quer dizer que todos participem ou usufruam de forma igualitária, desta situação de "riqueza" e "prosperidade" harmônicas - características de uma cultura *country* "tradicional", inclusive existente, conforme o artigo, na história ou pelo menos na memória da população goiana e goianienses.

Mas será que a experiência social e cultural contemporânea brasileira não seria caracterizada mais pela tensão entre os diversos grupos sociais existentes no país, do que propriamente pela visão otimista de harmonia e consenso?

Conforme Chaul,

> as duplas sertanejas invadiram o Brasil, mas não trouxeram dividendos culturais para este lado de cá do Paranaíba. Uma infeliz idéia parece ter ganho, no fim da década, sua sepultura: a de transformar Goiânia em 'capital country'. A pluralidade falou mais alto e *O Popular* foi um canal a mostrar a diversidade cultural de Goiás.

O autor demonstra que a não fixação de uma identidade *country* para Goiânia significaria, então, respeito e tolerância à pluralidade e à diversidade cultural goiana e goianiense como um todo. Fruto, porém, de uma "posição liberal", essa perspectiva mesmo indo além da simples confirmação ou alusão a uma identidade única, que poderiam participar goianos e especificamente goianienses, não tenderia a naturalizar, cristalizar, essencializar a diversidade, a identidade e a diferença[vii]? Ao mesmo tempo, não serviria para ocultar as diversas lutas que encerram a construção da identidade e da diferença no espaço local?

O depoimento de Jeff[viii], *MC*[ix] do grupo de *Rap*[x]*: Segundo Ato*, ao falar do tempo em que começou a se envolver com o *Break*, "por volta de oitenta e oito, oitenta e nove", serve para desmistificar as idéias de harmonia, consenso e prosperidade, da população goianiense:

> *(...) Eu morava no setor Pedro Ludovico. De lá a gente pegava baú, descia pro centro, as vezes de bicicleta. A galera gostava do som, num tinha opção, aqui. Naquela época eu acho que era lambada, num sei, um trem assim que tava rolando, né? Então a gente além do preconceito das pessoas, que via a gente dançando lá. A maioria das pessoas falavam: - tal, um bando de cara drogado, lá, rolando no chão, loco, lá, sabe? Então, além do desse preconceito, tinha o preconceito musical, num rolava nosso som em rádio. Inclusive hoje também, se ce num tiver uma grana pro ce bancar, ce também não vai ouvir nunca. O preconceito ainda existe pelo lado da mídia, assim... Então, sempre sofremo com isso aí,(...)*

Tal depimento corroboraria, ainda, o argumento de Franscisco Rabelo, sobre Goiânia.

> (...) Apesar de estar localizada em uma região de produção pedominantemente agropecuária, a cidade não escapa aos efeitos das transformações glogais que atingem

> os principais centros urbanos do Brasil, especialmente no que diz respeito às formas de consumo e lazer[xi].

O trabalho de Eliézer Cardoso de Oliveira, *Imagens e mudança cultural em Goiânia*[xii], ajuda a perceber essas transformações locais como parte integrante do processo ativo de mudança cultural pelo qual a cidade passa desde a sua fundação na década de 1940 até o limiar do século XXI, e que se desenrrolam em uma tensa relação entre tradição/modernidade, novo/velho, proviciana/cosmopolita, inclusão/exclusão, moderno/pós-moderno, local/regional/nacional/global. Para ele as diversas imagens sobre a cidade servem para descrever o processo de mudança cultural. A cidade de Goiânia no período que vai de 1980 a 1999, segundo o autor, poderia estar relacionada ao conceito de "pós-modernidade", uma das razões seria o fato de que,

> (...) o acidente com o césio-137(1987) contribui para que a cidade repudiasse suas características progressistas e se voltasse para uma postura pós-moderna (no sentido de crítica à ideologia do progresso). Desse modo ela vai repudiar suas características de metrópole, tais como crescimento populacional, desenvolvimento industrial, verticalização e poluição ambiental.

Dentro do que categoricamente passou-se a se chamar de momento de "crises", ou seja, os abalos que as mudanças ocorridas no último quartel do século XX, provocaram nas certezas epistemológicas das ciências humanas. Bem como na própria realidade social, "com a entrada em cena de novos grupos" - de jovens, das mulheres, de ecologistas, queers, homossexuais[xiii]; que passam a solicitar o reconhecimento de seu lugar na esfera social, atuando política e culturalmente, apresentando novas possibilidades de convivência entre as pessoas e o meio.

Temos como parte deste processo de mudança ampla - pois global; o surgimento de uma crise de valores, que geralmente se chamou de "crise de identidade". Uma vez que o "deslocamento das estruturas e processos" da sociedade moderna vêm "abalando os quadros de referências" do individuo - enquanto projeto da modernidade, seguindo o modelo iluminista,

racional e voltado para si. Assim, as identidades modernas estariam dentro deste processo, sendo "descentradas", "deslocadas ou fragmentadas". Tornando-se, por esse motivo, uma questão que insurge dentro da seara dos estudos culturais[xiv].

> Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem "flutuar livremente". Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, dentre as quais parece possível fazer uma escolha[xv].

Como Stuart Hall, vejo com bons olhos este descentramento do sujeito, aliás, que sujeito? Podemos, mesmo encontrá-lo, aos moldes desejados pelo Iluminismo? O individuo dono de si mesmo, mas normalizado, enquadrado, ou excluído, dos processos de integração culturais, étnicos, históricos, nacionais, sociais, que atravessaram ou mesmo constituíram a modernidade. Tal contradição cedo ou tarde seria suplantada, ou dialeticamente falando, forneceria o germe para novas conformações entre as pessoas. Sendo assim, novas noções devem ser empregadas para que possamos compreender as mudanças nas relações entre as pessoas e entre elas e o mundo, nestes últimos tempos.

Dentro deste contexto os jovens goianienses estariam propensos a receber e (re)produzir os elementos da *cultura hip hop?* Uma vez que discos, filmes, revistas, por aqui foram lançados, conectando alguns jovens, às representações[xvi] dessa cultura. Não esquecendo que a "discoteque", o "rock", o "punk", e o "heavy metal", e outros mais, também são estilos musicais que desempenharam um papel de agregação, de sociabilidade mesmo, entre os jovens.

O grupo por sua vez forja sua identidade e diferenciação, inspirado nos estilos musicais, e nas formas como seus ídolos se vestem, se portam socialmente. Seria uma espécie de inscrição de diferenciação e agrupamento juvenil que se firmou nos anos 1980 nas grandes

cidades do país e do mundo. Teriam eles alguns elementos articuladores de suas atividades que chamariam a atenção, como “a agressividade real e simbólica do seu comportamento”, a “negatividade de suas representações do presente e do futuro” através das letras das músicas, o “investimento na própria imagem”, o “privilegiamento do lazer” e do consumo de bens simbólicos, culturais, desterritorializados pela indústria cultural[xvii].

> Analisar esses fenômenos culturais neste momento significa, por exemplo, tratar a música cantada por esses jovens dentro de um novo contexto, mais amplo, em que as "culturas das favelas" aparecem não simplesmente como subprodutos da violência social do país, mas como uma produção e um discurso capazes não só de espelhar a realidade "dura" dessas localidades, mas que também, de alguma forma, exprimem a reivindicação da ampliação da cidadania ao segmento social que habita essas áreas urbanas[xviii].

Historicizar o processo de recepção e (re)produção dos elementos da *cultura hip hop* entre parte dos jovens goianienses, é tentar perceber a construção e o reconhecimento da diferença forjada por eles próprios, através do contato com as diversas representações recebidas desta cultura. Que se constitui em uma luta por reconhecimento, espaço e possibilidades, visto que a juventude que se apropria dos elementos dessa cultura são jovens das periferias das grandes cidades, jovens pobres e esquecidos das políticas públicas, dos processos de integração e constituição identitária nacional e regional. Assim, os fatores étnicos e sociais são cruciais para estabelecimento do lugar que lhes são devidos dentro da estrutura social.

Poderíamos assim, resgatar através do estudo das apropriações de certos elementos estéticos e discursivos, que chegam através de representações da *cultura hip hop* estadunidense. Tais representações são produzidas por jovens membros da *cultura hip hop*; e estas sofrem um processo de transnacionalização a partir da década de 1980[xix]. A música, o visual, o movimento, a cor, produzidas por jovens estadunidenses e reproduzidas por aqui, através dos meios de comunicação (TV, rádio, disco, jornais, etc.) – mas também por gravações

caseiras em fitas cassetes, chamam a atenção dos jovens que se identificam com aquelas representações.

O questionamento se faz presente na arte pôr eles criada, em especial no *rap* - "o filão cultura, intelectual e espiritual mais dinâmico da cultura popular contemporânea da América Negra"[xx] , que atravessou as fronteiras daquele país e ancorou em diversas cidades de todo mundo, de Paris à Rio Verde, em Goiás, levando aos jovens mensagens de protesto, bem como a necessidade de mudança das suas condições sociais, através da e pela *cultura hip hop*[xxi].

Tais representações poderiam demonstrar a permanência ou a mudança no modo de agir e pensar o mundo na perspectiva da juventude que se aproximou e/ou participa da *cultura hip hop* em Goiânia*?* Como este contato reforça, muitas vezes, questões locais, como laços comunitários e sentimentos de pertencimento a um bairro específico, a uma comunidade – das favelas, periferias, dos negros, pobres e excluídos?

Enfim, perceber o processo de transformação do "estilo de vida", que incorpora música, dança, artes plásticas, consumo, reivindicações, que os fazem diferenciar tanto das gerações anteriores, quanto dos jovens contemporâneos. Através de uma identificação que os diferencia. Esta diferença seria, portanto, resultado de uma colonização cultural apregoada, por exemplo, por José Ramos Tinhorão, quando fala dos anos 1960 e 1970 acerca da chegada do rock no Brasil e, toda sua carga simbólica e ideológica a serviço dos dominadores Estados Unidos e sua indústria cultural? Ou um dialogo entre culturas distintas, em que seus elementos, presentes nas representações, seriam apropriados, (re)produzidos, reterritorializados, de forma híbrida, diaspórica, ou seja, não essencializada, implantada, mas sim, diversa e negociada?

Notas

[i] Este trabalho adianta algumas questões preliminares de uma pesquisa, ainda em andamento, que venho realizando junto ao programa de mestrado da Universidade Federal de Goiás. O termo 'roça asfaltada', surge em uma entrevista realizada com Jeam Bala, *b.boy* (breaker boy, ou seja, dançarino de *break*), em 22 de novembro de 2002. Segundo ele os *b.boys* paulistas se espantavam quando o conheceram, numa visita a São Paulo, perguntando para ele: "(...) na 'roça asfaltada' têm *break*?".

[ii] Graduado e mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

[iii] (...) a cultura *hip-hop*, o poderoso meio expressivo dos negros urbanos pobres da América, que criaram um movimento jovem global de considerável importância. Os componentes musicais do *hip-hop* são uma forma híbrida nutrida pelas relações sociais no South Bronx, onde a cultura jamaicana do *sound-system* foi transplantada durante os anos de 1970 e criou novas raízes. Em conjunto com inovações tecnológicas específicas, essa cultura caribenha expulsa e reenraizada acionou um processo que iria transformar a autorecepção da América negra e igualmente uma grande parcela da indústria da música popular. GILROY, Paul. O atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 39.

[iv] Assinado pelos jornalistas Rachel Mello e André Dusek. Temos clareza de ser uma matéria paga, certamente, no entanto não retira dela o fato de expressar uma visão que se tem de Goiânia, principalmente pelas classes dominantes economicamente e que se dissemina pelo senso comum.

[v] Assinado por Nasr Fayad Chaul, historiador e, desde 1999, presidente da Agencia Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. Seu artigo, foi retirado da "página" do jornal *O popular* na Internet: http://www2.opopular.com.br/especiais/pop60/pag13.htm.

[vi] *Country* é um gênero musical estadunidense dos mais populares internacionalmente e que foi assimilado como um similar de uma vertente do antigo gênero "caipira" ou "sertanejo" no Brasil. Para mais detalhes conferir: SHUKER, Roy. Vocabulário de música POP. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999.

[vii] Sigo aqui a noção de Tomaz Tadeu e Silva, no artigo "A produção social da identidade e da diferença". In.: SILVA(Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.

[viii] Colhido por mim em 26 de novembro de 2002.

[ix] Iniciais de Mestre de Cerimônia, o mesmo que vocalista ou cantor de *Rap*.

[x] Iniciais de Rythm and Poetry, estilo, ou gênero musical surgido nos Estados Unidos, em Nova Iorque, mais precisamente no bairro do Bronx na década de 1970. Ele seria um dos elementos constituidores da *cultura hip hop*, junto com a dança – *Break*, e as artes plásticas – o *Grafite.*

[xi] RABELO, Franscisco Chagas Evangelista. Formas Culturais e Percepção Social. Projeto de Pesquisa apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, 1995, p. 10.

[xii] Dissertação defendida junto ao programa de Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás em 1999.

[xiii] Sobre a virada ocorrida no seio da ciência histórica ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

[xiv] Cf. HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Trad. Tomaz T. e Silva, Guacira L. Louro. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

[xv] Op. Cit., 2001, p. 75.

[xvi] Representação que marca uma presença, porém distinta daquilo que é representado. São componentes de uma realidade social , "uma vez que são produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões, a orientar a ação dos agentes". Estas são inscritas "nos textos" ou são "produzidas pelos indivíduos", e sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. (...) daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Cf. CHARTIER, Roger. Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A História Cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990; HUNT, Lyn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

[xvii] ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano.* São Paulo: Ed. Página Aberta,1994, p. 11. Portanto deve–se atentar para o fato de que no estudo de Abramo, a pesquisa enfatiza o universo *punk* e dark. No caso, dos *hip hoppers* vai se além da visão de impossibilidade de haver um futuro, cara aos *punks* e *darks*, o que poderá ser visto a baixo.

[xviii] BENTES, Ivana e HERSCHMANN, Micael. O ESPETÁCULO DO CONTRADISCURSO. Caderno Mais! da Folha de São Paulo. São Paulo: 18 de agosto de 2002. In: http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp2002

[xix] Ver VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997; HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000; SANTOS, Luciana Magalhães Silva. *Cultura Transnacional e Etnicidade: os grupos de rap de Goiânia.* Goiânia: Departamento de Ciências Sociais da UFG, s/d.(Projeto de pesquisa).

[xx] ROSE, Tricia, apud, SHUKER, Roy. Vocabulário de música POP. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999, p. 231.

[xxi] Cf. PIMENTEL, Spency. O livro vermelho do Hip Hop. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, 1997.(Trabalho de conclusão de curso, inédita).

PRINCIPAIS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA PORTUGUESA[1]

Almir Diniz de Carvalho Júnior. *

Em 1º. de agosto de 1659, o rei D. Afonso IV recebia um parecer de seu Conselho Ultramarino referente a uma solicitação de mercês feita por um índio do Maranhão de nome Jorge Tajaibuna. Este índio era Principal da aldeia do Camucy e solicitava a mercê do Hábito de Cristo assim como a tença correspondente. Para justificar o seu pedido, alegava atos de obediência e diversos serviços prestados por ele e seu pai a Coroa Portuguesa.

O conselheiro do rei deixa escapar que aquele índio havia se deslocado de suas terras até a corte com o intuito de conseguir seu intento. Tajaibuna cercou-se de todos os pré-requisitos necessários para efetuar o seu pedido. O Principal parecia conhecer bem os trâmites burocráticos que envolviam uma solicitação de mercê. De posse de uma certidão do governador do Estado André Vidal de Negreiros, afiançando seus préstimos, construiu uma argumentação difícil de ser contestada.

Tajaibuna pedia o Hábito de Cristo para ele e seu pai e uma tença a cada um por conta dos dízimos do Maranhão. Pedia ainda um ornamento para que se pudesse celebrar o “santo sacrifício da missa”, um sino e umas charamelas. A certidão que carregava dizia que era Principal das aldeias do Camucy e que havia prestado obediência em São Luiz ao dito governador, acompanhando-o juntamente com seus índios por terra até Pernambuco. Dessa forma, cumpria a sua obrigação na jornada procedendo com “muita fidelidade”.

O parecer do conselheiro enviado ao rei foi até certo ponto sensível ao pedido do Principal. Indicava ao monarca que o que se apresentava era digno de ser depositário da benevolência de Sua Majestade, ainda que as coisas que pedia fossem de “mais valia”. Portanto, para que o índio se fosse “animado e contente” - o que poderia resultar numa “grande conversão” dos índios de sua nação que lhe eram

sujeitos, ou de outros seus vizinhos que ainda não houvessem “abraçado a nossa santa fé” - aconselhava o rei a dar-lhe alguma recompensa.

Restringiu-se a dar-lhe o ornamento, o sino e as charamelas. Somou-se a estes dois vestidos “de algum pano vermelho, para ele, e para seu Pai, com todos os adereços costumados de espada, chapéu e meias”. No lugar dos Hábitos pedidos, sugere que o rei lhe desse duas medalhas de ouro com a efígie real, pesando ambas 30 mil réis. Além disto, alguns artigos para a matalotagem do dito principal e de um criado que trazia consigo. O conselheiro lembrava ao rei que como governador e mestre das ordens militares estava sujeito a Bulas e Breves do Sumo Pontífice e que a concessão das mercês na forma que foram pedidas podia resultar em inconvenientes.[2]

Este episódio não é único, como se verá a seguir. O principalado, cargo administrativo colonial instituído pela Coroa portuguesa com base em antigas estruturas de poder das sociedades ameríndias surge no discurso jurídico como um cargo a serviço da sociedade colonial exercido exclusivamente por ameríndios. Era transmissível hereditariamente e sua legitimidade dependia da concessão de carta patente passada pelo monarca ou sob suas ordens. Para exercê-lo o aspirante deveria apresentar bons serviços, fidelidade e a obediência necessárias, tanto dele como de seus ascendentes. O principalato da segunda metade do século XVIII diferenciava-se da chefia reconhecida pela comunidade e exercida de maneira informal [3]. No entanto, no momento deste episódio acima a institucionalização deste cargo, ainda que já apresentasse um esboço inicial, era antes um reconhecimento posterior do poder colonial de uma função já existente. Portanto, a formalização instituía-se para aqueles que já exerciam o poder em suas comunidades de origem. Eram aliados, antes de ser vassalos.

Esta prática que acontecia no Maranhão e Grão-Pará do século XVII se irmana com a lógica instituída pelo governo português, desde o século XVI, face à necessidade de construir relações de amizade e aliança com lideranças indígenas

visando sustentar e sedimentar sua hegemonia política e militar nos seus territórios americanos. A luta contra outras nações européias pelo controle do território ainda persistia naquele século. Sucedendo os franceses, os holandeses ainda davam trabalho aos estrategistas lusos no propósito do domínio definitivo de seu território no além-mar. Portanto, no Maranhão a política de enobrecimento das lideranças indígenas ligava-se ao firme propósito de conseguir aliados na guerra contra seus inimigos europeus. Esta prática já existia no Rio de Janeiro ainda no século XVI, como bem lembra Regina Celestino quando se refere ao processo de formação de uma elite indígena na América portuguesa. [4]

O caso que abre este texto, no entanto, indica uma transformação já em curso do status do Principal aliado no contexto que já começava a se desenhar do controle político definitivo do território em litígio. Naquele momento, os interesses da Coroa se voltavam muito mais ao controle dos grupos de índios arredios do que a firmar alianças contra eventuais inimigos europeus. Depois de efetivada a conquista, a implantação da ordem colonial em todo o território tornou-se prioridade. Os Principais eram peças fundamentais nesta tarefa, mas o grau de prestígio que passaram a ter no decorrer no tempo e no novo contexto político que se apresentava no estado do Maranhão e Grão-Pará começava a declinar. A questão que move esta reflexão é saber como esses índios cristãos se posicionaram frente ao processo de sua inserção na ordem colonial, em particular como lideranças de seu povo.

O número de principais que reivindicavam mercês ao rei português era significativo, a ponto do Conselho Ultramarino se vê diante do dilema de conceder ou não títulos honoríficos na forma de ordens militares a seus antigos aliados em guerras. Este tipo de concessão não era novidade para a Coroa. Regina Celestino de Almeida demonstra como Arariboia e outros índios do Rio de Janeiro obtiveram estes privilégios ainda no final do século XVI. A autora, no entanto, acredita que antes de serem solicitados, estes títulos foram concedidos pelo monarca [5]. No Maranhão, ao contrário, o número de solicitações realizadas por índios criou um problema para a

Coroa em sua relação com Roma quanto à possibilidade ou não de concedê-los a pessoas de sangue duvidoso. Ao que parece, a prática instituída pelo governo português de enobrecer algumas lideranças que foram fundamentais na implantação de sua hegemonia política no território, acabou por criar em outras lideranças e mesmo em seus descendentes o desejo de fazer parte deste grupo de privilegiados que, entre outras coisas, passavam a ter indumentária, poder de negociação e foro privilegiado. Portanto, estes índios cristãos não estavam alheios às conseqüências positivas das mercês concedidas pelo monarca. Por conta disto, muitos se lançaram em viagens até a corte para solicitar pessoalmente ao rei os tais privilégios.

Recompensar os servidores da Coroa foi das mais importantes razões da concessão das ordens militares, em particular a de Cristo [6]. Nem todos, no entanto, eram dignos de tal distinção. A partir de 1570 e até 1773 foi vedada a doação destas ordens aos descendentes de judeus, mouros e gentios. Fernanda Olival pondera que alcançar um hábito da Ordem de Cristo era demasiado difícil. O rei a concedia quando do casamento dos filhos da nobreza e principalmente em razão de serviços, de natureza militar, política, administrativa e diplomática, prestados à Coroa. No antigo regime se considerava um atributo essencial e mesmo uma obrigação dos monarcas recompensarem os serviços recebidos. [7]

Desde a incorporação das Ordens Militares à Coroa em 1551, o órgão que administrava estes institutos era a Mesa de Consciência e Ordens. Ainda que o monarca remunerasse os serviços a ele prestados com um hábito, para se sagrar cavaleiro era necessário o aval da Mesa. As habilitações aconteciam através de inquéritos mandados fazer a partir de 1597 nos locais de nascimento do requerente e ainda nas terras em que nasceram seus pais e seus quatro avós[8]. No entanto, alguma flexibilidade existia em Portugal para a habilitação à Ordem. Embora a Mesa fosse rigorosa, algumas vezes o rei tomava uma decisão distinta daquela instituição. Mas era extremamente difícil ultrapassar os defeitos de sangue. Somente poucos casos eram aceitos e com a dispensa do próprio Papa. [9] Desta forma, muito embora em

raros casos tenha havido a concessão de hábitos da Ordem de Cristo a alguns índios, como no século XVI, este tipo de mercê passou a ser um incômodo à Coroa, principalmente quando os Principais passaram a entender os trâmites burocráticos e reivindicar sua justa recompensa.

O embaraço que se observa em vários pareceres produzidos pelo Conselho Ultramarino sobre as solicitações destes índios é visível. Neles surgiu a estratégia de conceder, no lugar da Ordem Militar, a vestimenta com o símbolo da cruz costurado na lapela e medalhas com a efígie do monarca. Desse modo, "enganavam" os Principais que queriam "contentes e animados". O problema era o que fazer com a tença que invariavelmente era também solicitada. Como visto no exemplo, a maneira podia ser oferecer alguns ganhos na forma das ditas medalhas de ouro ou prata e algumas outras pequenas benesses que não pesassem para a fazenda real.

Outra solicitação encaminhada ao Conselho Ultramarino, feita em 12 de setembro 1648, apresentada ao então rei D. João IV, demonstra o quanto as lideranças indígenas estavam cientes dos benefícios que podiam conseguir por sua fidelidade ao monarca. Dois índios Principais das aldeias de Tapuitapera e Sergipe, pertencentes ao estado do Maranhão, fizeram petição ao rei solicitando a mercê do Hábito de Cristo e sua tença correspondente para poderem viver. Para justificar seu pedido, destacavam os serviços que haviam realizado saindo na guerra contra os holandeses e permanecendo sob a obediência e vassalagem do rei. O governador do estado Luis de Magalhães, questionado sobre a veracidade do que disseram os dois índios, afirmou que os dois eram merecedores da honra e mercê que reivindicavam. Além disso, sendo lideres de sua gente poderiam trazer outros índios para o serviço do rei, o que resultaria grandes ganhos para a fazenda de Sua Majestade e para o bem dos moradores daquele estado. O parecer do Conselho foi o de mandar entregar ao governador doze hábitos das três ordens, e doze vestidos para que ele repartisse pelos índios principais e mais outros para quem considerasse ter merecimento. Quanto à tença, nada foi estabelecido. Tudo indica que estes hábitos eram meros

símbolos para agradar a estes principais e não efetivamente vínculos às ordens militares. [10]

Em 3 de outubro de 1648, outra consulta do Conselho ao rei era expedida. Dessa vez, tratava-se das mercês solicitadas pelo índio Principal da nação Tabajara, Antônio da Costa, da aldeia de Conjuje, no estado do Maranhão. Antônio era filho do Principal Marcos da Costa e teria servido na guerra de expulsão dos holandeses com "muito zelo e fidelidade". O argumento utilizado pelo Principal é muito interessante. Dizia que a mercê serviria de exemplo aos de sua nação o que faria com que o imitassem, obrigando-os com suas práticas e procedimentos a servir ao rei. Destaca ainda que trabalhava para manter e sustentar os vassalos do monarca e defendia-os de seus inimigos. Dizia também que durante anos ele e seu pai arriscaram-se para servir ao rei, matando, ferindo e fazendo fugir muitos de seus inimigos. Para comprovar suas palavras, oferecia as certidões necessárias, reclamando que até aquele momento nenhuma mercê haviam recebido em satisfação de "tão honrados serviços".[11]

O domínio da retórica burocrática era comum a estes índios. O mesmo Antônio da Costa, ciente de seu lugar na constelação de poder da colônia, reivindica os favores reais como qualquer requerente português nativo. No texto em que o Principal apresenta a sua reivindicação é possível notar claramente que o papel que já exercia junto a seus subordinados era agora reivindicado para ser "propriedade" dele e de seus descendentes [12]. O Hábito de Cristo viria então provavelmente coroar este ato de posse – vestindo, armando e luzindo o novo líder. A importância simbólica dos "vestidos" era enorme para esses personagens entre dois mundos. A Coroa tinha consciência deste fato, até porque para o velho mundo as vestimentas também significavam ícones de prestígio.

Depois de realizada uma investigação atestando a justiça de suas reivindicações o parecer do Conselho mandou dar ao Principal no vestido o destaque do Hábito de Cristo, passando provisão da aldeia de Conjuje para ele e seus

descendentes e de Principal de toda a nação Tabajara. [13] O parecer termina indicando a importância de que se desse um vestido ao Principal para que fosse "luzido diante de seus naturais". Assim estaria também representada a presença real, animando os gentios que descessem em proveito da Coroa e dos moradores. [14]

Durante todo aquele ano de 1648, surgiram no Conselho Ultramarino diversas outras manifestações além das solicitações por mercês por parte dos índios. Outra consulta, de 15 de janeiro de 1648, ilustra de forma significativa a necessidade premente de se fazerem aliados indígenas nas terras do Maranhão. Francisco Coelho de Carvalho, então governador do estado, ocupado com campanhas militares, solicitava o envio de alguns vestidos para os soldados e alguns hábitos e honras para dar aos Principais e, dessa forma, mantê-los animados. O Conselho achou ser muito conveniente ao Real serviço de sua Majestade mandar acudir ao estado com o socorro pedido. Para os Principais, os conselheiros indicaram ao rei que mandasse ao governador uma dúzia de insígnias do Hábito de Santiago e mais uma dúzia de vestidos para eles e outros para suas mulheres. [15].

Estas preocupações demonstram um momento muito específico da relação entre portugueses e seus aliados indígenas naquela região. De um lado, a necessidade de mantê-los em alianças militares e, de outro, a não menos importante necessidade de que fossem a ponta de lança de sua política expansionista para os interiores da sua possessão americana, trazendo para as fronteiras coloniais os gentios mais arredios. Desta forma, forneceriam a preciosa mão-de-obra para a nova ordem colonial que se instalava. Em conseqüência, era necessário que estas lideranças fossem respeitadas e reconhecidas, o que nem sempre ocorria. [16]

Pedidos se multiplicaram também em 1655. Já a partir de 1688 o tipo de mercê dado pelo monarca não era mais o das ordens militares. Passou a se restringir aos postos de Capitão e Sargento-mor das aldeias. Em 5 de junho de 1691, uma consulta do Conselho Ultramarino colocava às claras os inconvenientes das honrarias prestadas a alguns desses índios. O Principal de nome D. Lázaro Pinto havia matado

um grupo de índios Tremembé que vinham buscar as pazes com o governo do Maranhão. A sentença não fora dada pelo Ouvidor Geral, uma vez que não era juiz "cavaleiros", em razão do dito D. Lázaro deter o Hábito de Cristo e sua tença respectiva, o que lhe permitia foro privilegiado.

Antônio Vieira já alertara em 6 de abril de 1655 ao então rei D. João IV que um dos remédios para sanar as "injustiças que se fazem a esta pobre e miserabilíssima gente", era a necessidade de limitação desse status de principal. Dizia o jesuíta que para que houvesse muita gente de serviço e para se conservar os índios na maior "simplicidade e sujeição", era necessário que não se multiplicassem nas aldeias os oficiais de guerra e que somente houvesse, como no Brasil, Principais e meirinhos, e um capitão de guerra, quando muito um sargento-mor. [17]

Em resumo, o cargo ou função de Principal correspondia naquele contexto a uma multiplicidade de papeis que iam desde aliados militares de grande prestígio nos primeiros anos da conquista, até simples chefes de grupos que não faziam mais do que gerenciar o processo de repartição dos trabalhadores indígenas sob seu comando. Esta suposta "elite indígena" estava mais para intermediários culturais do que aliados políticos. Cumpriam a sua função e defendiam seus interesses e de seu grupo. Usavam estratégias políticas variadas para se fazerem ouvir ou para conseguir benesses. Muitos foram forjados pelas autoridades coloniais, mas somente conseguiam vingar no grupo se, de alguma forma, cumprissem seu papel tradicional de liderança. Não fosse assim, não teriam razão para existir. O jogo era complexo e a nova ordem colonial impunha novos tipos de práticas. Ser Principal era constituir-se como fronteira e como ponte entre dois mundos.

---

[1] Esta comunicação corresponde a uma parte de um item do capítulo "Índios Cristãos" de minha tese de doutorado intitulada: *Índios Cristãos – a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769*), Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

[*] Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas.

[2] AHU, Maranhão, 009, Cx.4, d. 418.

[3] Ângela Domingues, *Quando os Índios eram vassalos – Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, p. 172-173.

[4] Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses Indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 150-168.
[5] Regina Celestino, op. cit., p. 153.
[6] Fernanda Olival, "A Ordem de Cristo e a Sociedade Portuguesa dos séculos XVI-XVIII", In: *D. Manoel I – A ordem de Cristo e a Comenda de Soure – V centenário da subida ao trono de D. Manuel*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses – Câmara Municipal de Soure, 1997, p. 11-12.
[7] Olival, op. cit. , p.12.
[8] Idem, p. 13.
[9] Ibidem, p. 14. Regina Celestino de Almeida, no entanto, em *Metamorfoses Indígenas*, op. cit., pondera que, no caso investigado por ela, houve uma flexibilização da concessão destas ordens no Brasil.
[10] AHU, Maranhão, 009, Cx. 3, d. 266.
[11] AHU, Maranhão, 009, Cx. 3, d. 268.
[12] Idem, d. 268.
[13] AHU, Maranhão, Cx. 3, d. 268.
[14] Idem, d. 268.
[15] AHU, Maranhão, 009, Cx. 3, d. 236.
[16] Reclamações sobre tratamento vexatório contra os Principais aparecem em vários documentos enviados pelo Conselho Ultramarino, quais sejam: AHU, Maranhão, 009, Cx.3, d. 238, d. 262 e d. 272.
[17] Antônio Vieira, "Cartas", ed. Gonçalves Viana, Apud: Lucinda Saragoça, *Apêndice Documental*, op. cit., 2000, p.413.

O Império na Província: "O Propagador da Indústria Rio-grandense" (1833-1834)

Álvaro Antonio Klafke

O processo simultâneo de construção do Estado e da Nação brasileiros tem merecido uma atenção bastante considerável na produção historiográfica recente. As investigações sobre as formulações das propostas e ações políticas concretas dos atores históricos vêm orientando a reflexão em direção ao exame das complexidades com que se defrontaram os protagonistas dos embates que, a grosso modo, perpassaram grande parte do século XIX, e resultaram no Estado imperial unificado.[1]

Os grupos que defendiam a monarquia unificada no Brasil, em meados do Oitocentos, lograram atingir um razoável consenso em torno da necessidade da centralização, a qual só pode ser obtida pela ampla atividade de segmentos que estavam fora do âmbito do governo central. Este é o pressuposto básico deste trabalho, e ele vai ser defendido, fundamentalmente, através da análise de "O Propagador da Indústria Rio-grandense", jornal publicado nos anos de 1833-1834 na então Vila do Rio Grande (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), núcleo portuário e comercial e importante elo de ligação entre a província e as demais regiões do Império, a Europa, os Estados Unidos e os Estados platinos.

O periódico era mantido pela Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, entidade constituída por um grupo da elite "ilustrada" provincial. Estes agentes, vivendo um período crucial da história do Rio Grande do Sul e determinante para a formação do Estado nacional brasileiro, não limitavam sua atuação ao âmbito local, propondo-se a "pensar" o Brasil enquanto totalidade imperial. Ainda que a entidade (Sociedade Promotora) tenha sido formada e atuasse num espaço reconhecidamente periférico, em relação ao centro do Império e à Europa, percebe-se a intenção de estabelecer um diálogo e conexões com esses espaços mais amplos. Neste sentido, no contexto de uma "nação em formação", este

segmento da elite tentava influir no processo de organização estatal e, simultaneamente, associar-se às elites do centro do Império no labor de "forjar-se" como classe dominante.[2]

A atuação desse grupo na defesa da unidade ganha relevo por situar-se numa quadra histórica especialmente problemática, pois o período que sucede à Abdicação é reconhecidamente farto em demonstrações de manifestações autonomistas. Numa conjuntura local (especialmente), mas também nacional adversa às justificativas centralistas, o Propagador posiciona-se, permanente e intransigentemente, a favor da integridade imperial e da autoridade do governo monárquico. As razões que fundamentam esta postura devem ser buscadas na constituição da Sociedade Promotora, predominantemente dominada por negociantes ligados ao transporte marítimo, com vínculos comerciais estabelecidos com o centro do Império.[3]

Uma leitura do conjunto dos textos do Propagador nos mostra uma escolha inegável pela abordagem dos temas que permitiam a pregação em direção à defesa da centralização imperial e contra os perigos das dissensões. Simultaneamente, e no espírito da época, percebe-se o discurso modernizador ancorado nos princípios do reformismo ilustrado, tentando resolver no plano retórico a difícil síntese entre o progresso e a manutenção de uma estrutura social arcaica e rigidamente hierarquizada.

Uma visão integral do território do "país" já aparece no primeiro número. Em 30 de janeiro de 1833, num artigo denominado "Influência da Indústria na grandeza, e prosperidade das nações, e sua necessidade para o Brasil", faz-se a seguinte apreciação:

> "Qual é o país comparável ao Brasil pela parte de suas faculdades, e suas qualidades físicas! Um território imenso, um solo fertilíssimo e capaz de todas as produções do Mundo; climas variados, e todos temperados pelas mais felizes circunstâncias locais; os mais úteis animais dos dois hemisférios; uma vegetação eterna e preciosa; os metais do maior valor, já considerados como representativos, já em sua utilidade para o uso das Artes; rios navegáveis até o coração do Império, e até além dos seus limites; portos seguros e cômodos, numa posição geográfica a mais própria para facilitar a comunicação com as cinco partes do Mundo. [...] Todo brasileiro deve sentir o mais vivo entusiasmo quando encara os futuros destinos de uma Pátria tão bela. [...] Mas este futuro não passará de um sonho filantrópico, e de uma doce quimera; e todas as vantagens territoriais serão perdidas se teimarmos em permanecer no estado de

> oscilação e divisão, que tem já obstado ao seu desenvolvimento; e se em vez de cultivar as ciências, que ensinam a tirar partido dos meios naturais de produção, e de nos entregarmos ao trabalho industrial, permanecermos no ócio". (O Propagador... N. 1, 30 de janeiro 1833)

O conjunto do texto é de uma eloqüência notável ao destacar as potencialidades naturais de uma "Pátria tão bela", mas note-se que a sua realização está condicionada à manutenção da unidade. O Brasil é uma totalidade formada por partes distintas que se complementam, não funcionando separadamente. É apropriada, neste sentido, a imagem de um corpo cujas artérias ("os rios navegáveis") ligam-se ao coração do Império.

Essa "doce quimera", esse "sonho filantrópico" avalizado pelas "mais felizes circunstâncias locais" era uma imagem recorrente e antiga. Expressões semelhantes, usadas aliás desde a época dos descobrimentos, denotam "a utilização do recurso ao discurso utópico para o reforço da reinterpretação do esquema teórico embasador do projeto da unidade luso-brasileira".[4]

Ainda que após a Independência, e mais agudamente depois da Abdicação do Imperador, em 1831, o discurso da unidade luso-brasileira tenha sido um tanto alterado com a oposição anti-lusitana, a força da idéia de grandeza, unidade e riqueza do Império atlântico persistiu, agora direcionada para a realização do enorme potencial deste império "genuinamente" brasileiro. A retórica do Propagador, assim, pode ser vista como portadora de elementos de continuidade, reprocessados de acordo com os novos tempos. Notemos que, para o Brasil,

> "[...] uma nova Era de civilização seria aberta, e a América, pela aparição quase instantânea de um riquíssimo estado, veria chegar mais prontamente a sua vez de grandeza e glória, que lhe é destinado na ordem dos acontecimentos, e das revoluções do gênero humano". (N. 36, 8 de junho de 1833)

Mas todo esse potencial tinha entraves para sua realização, pois o Brasil é muito grande e heterogêneo, portanto,

> "[...] convém antes de tudo promover as associações agrícolas em todos os distritos, em que for possível fazê-lo; e esta necessidade é tanto mais palpável, quanto nossos variados climas, e diferentes produções, nos

> diversos territórios compreendidos na vastidão do Império, exigem diferentes conhecimentos, e diferentes práticas, que o cultivador isolado não pode nem introduzir nem vulgarizar". (N. 57, 24 de agosto de 1833)

Veja-se que, na proposição de soluções, é considerada a heterogeneidade geográfica do Império. Tudo isso reforça a percepção de que o Propagador, em alguma medida, "fala" para o Brasil, pois é a totalidade do Império seu foco mais freqüente.

A diversidade agrícola (percebida enquanto potencial, é claro) mostra um Brasil ainda a ser integrado, múltiplo, heterogêneo em muitos aspectos. Se a heterogeneidade notada com relação às possibilidades econômicas é avaliada positivamente, o mesmo não se dá quando esta se manifesta no seu conjunto de leis, e isto é especialmente grave no julgamento do periódico, para quem é tão valiosa a defesa da centralização monárquica. Num texto em que se analisa o estado da legislação brasileira, com vistas à notícia de que seria formada uma comissão para revisão do corpo de leis, há um diagnóstico bastante severo, e a legislação do Brasil é vista como "singularmente confusa, contraditória, e insuficiente, nem outra coisa poderia resultar da heterogeneidade de seus elementos, e da diversidade das influências, sob as quais tem sido produzida". Feito o diagnóstico, são abordadas as soluções, e a proposta de criação da comissão de revisão é criticada, apesar de não se duvidar das "luzes não vulgares, e ilibado patriotismo" dos seus membros. O problema, pergunta o redator, é se "uma numerosa Comissão conterá o princípio centralizador, que é essencial a um corpo de Leis". (N. 75, 2 de novembro de 1833) O que importa destacar é que aqui novamente percebemos a noção de heterogeneidade, a defesa da centralização e a postura de "pensar o Brasil", para além dos limites da província. O Império, nunca é demais repetir, não era visto como um todo uno e indivisível, ao contrário, era um conjunto que necessitava de uma articulação que promovesse um mínimo de coesão.[5]

A unificação deste "vasto Império" sempre foi um tema recorrente no discurso do periódico. Quando o redator discorre, por exemplo, sobre o plano de criação da Companhia

de Paquetes a Vapor, que operaria em toda a costa brasileira e chegaria até Montevidéu, é destacado o potencial unificador desta linha regular de transporte e comunicação:

> "A prontidão das comunicações, resultado certo da empresa em questão, pode mesmo influir nos destinos do Brasil na época crítica, em que pelas reformas constitucionais se vão estabelecer vínculos mais ou menos relaxados entre as províncias, e a capital: pois que abreviando as distâncias, ou, o que é o mesmo, removendo as dificuldades das comunicações, torna menos sensível a necessidade do muito amplo desenvolvimento do princípio federal, e dá mais vigor ao princípio da centralização, tão essencial às formas monárquicas". (N. 58, 28 de agosto de 1833)

Esta citação é reveladora de pontos fundamentais em minha análise do periódico: o combate aos princípios federalistas; o conteúdo político, a despeito da retórica que reitera a intenção de manter-se distante das disputas políticas (antecipam-se os problemas que poderão advir das reformas constitucionais, já procurando remediá-los); e a insistência no "princípio da centralização".

A prodigalidade na divulgação de imagens que apontam para um sentido geral do seu discurso – a unidade monárquica com o mínimo de dissensão – vincula-se a aspectos que perpassam toda a retórica do Propagador e que o aproxima das elites do centro do Império: a busca permanente da conexão do destino da Província ao da Nação em construção, e a intenção manifesta de influir no processo de construção do Estado. Estes dois aspectos estão imbricados, e sua abordagem merece uma reflexão mais geral sobre o papel desempenhado por instâncias locais neste processo amplo. O discurso deste grupo de elite provincial contém elementos que o aproximam do que costumeira e um tanto apressadamente chamamos de "discurso dominante", tomado como uma espécie de fórmula emanada a partir de um centro hegemônico. A não aceitação deste pressuposto impõe um questionamento da percepção das ações de âmbito local como mero reflexo de uma dimensão estrutural que o sobrepassa. Refiro-me ao destaque que é dado à atuação de um grupo social local na construção desta estrutura global na qual não está simplesmente imerso, sendo conduzido ou sofrendo suas determinações. Os agentes locais são, em maior

ou menor grau, também constituidores dos âmbitos “superiores”, por vezes demasiadamente abstratos, aos quais fazemos referência no trabalho historiográfico.

É com base neste argumento que procuro ponderar o grau de liderança e capacidade de “condução” que Ilmar Mattos parece conferir à elite Saquarema atuante junto à Corte. Não se trata de negar a pertinência das percepções do autor, uma vez que me parece bem demonstrado o processo geral de construção simultânea do Estado imperial e da classe que o controlava. Trata-se, no entanto, de argumentar, à luz da leitura do Propagador, que muito do “projeto Saquarema” era menos uma emanação da Corte do que uma atividade centralizadora de interesses e posturas ideológicas disseminadas pelas províncias.[6]

Embora no fundamental eu tenda a concordar com os argumentos centrais de Mattos, no que se refere ao período específico de atuação da liderança saquarema (depois de 1840), parece-me que ele não apresenta explicação para a manutenção da unidade no período anterior a esta direção centralizadora. O fato é que se a monarquia foi efetivamente consolidada depois de 1840, torna-se importante tentar perceber por quais fatores ou mecanismos esta frágil unidade se manteve, a duras penas é verdade, durante os turbulentos anos das regências. Isto faz com que o papel daquela liderança seja um tanto ponderado, pois mostra que muito do que o autor apresenta como projeto de governo é anterior a este, estando disseminado por muitos corações e mentes pensantes de outras partes do “vasto” Império. É a leitura do Propagador que me permite propor tal conjectura, e este texto, a rigor, é apenas uma amostragem da argumentação do periódico que vai toda neste mesmo sentido.

Há que se questionar em que medida as lideranças locais seriam também formadoras, e não simplesmente reprodutoras de uma ideologia, e neste sentido a leitura do Propagador pode aportar algo. O jornal não “adere” simplesmente à causa imperial, ele propaga o discurso de um grupo que vê na unidade do Império a melhor garantia de interesses específicos. Ao estabelecer uma ligação entre estes interesses e os do Estado no

momento de sua estruturação, estes atores procuram fazer com que a sua verdade seja a verdade de todos, agindo então não somente como "propagadores" da indústria rio-grandense, mas também propagadores, e, mais importante, formuladores do aparato ideológico das elites imperiais.

E este papel de formulação cresce de importância na medida em que ele é desempenhado num momento extremamente perigoso para o unitarismo, que é o período regencial, onde a figura do Rei não tem a força catalisadora do primeiro e segundo reinados.[7] Mesmo Ilmar Mattos, ao caracterizar a ação da Coroa como um partido, embora destaque mais a atuação dos líderes do governo, não desconsidera o uso da imagem do Imperador.[8] Se aceitarmos que o peso desta imagem teve um papel político importante, mormente numa sociedade com fortes rasgos de Antigo Regime, como a do Brasil oitocentista, queda por analisar os mecanismos de formulação de uma política unitária em um momento em que um rei, criança tutorada, oferecia muito pouco em termos de imagem que transmitisse a idéia de elemento de convergência.

Assim, para aqueles empenhados na difícil tarefa de centralização durante a regência, havia que construir outras imagens que apontassem no mesmo sentido. O Propagador foi incansável nesta labuta, e note-se que dificilmente fazia referência à figura do rei. A preferência recaiu sobre fórmulas que evidenciassem o caráter de monarquia constitucional na percepção do Estado que se formava, sendo recorrente o uso do termo "Lei", abarcando não somente o arcabouço legal como seus agentes executores. Procurava-se colocar o governo num plano superior, neutro, desvinculando-o da própria atividade política. Neste sentido, são quase que intercambiáveis, na retórica do jornal, os termos "Lei", "Governo", "Autoridade Pública", "Governo Ilustrado", "Autoridades Administrativas" todos grafados, assim mesmo, com maiúsculas. Por contraste com os perigos relacionados à "anarquia", às "paixões" e às "dissensões", aquelas expressões corresponderam, no discurso do periódico, ao uso do "poder imperial" e à própria figura do imperador que tanto aparecerá posteriormente.

É difícil saber da efetiva força simbólica de imagens do tipo das usadas pelo redator do Propagador, mas talvez não devamos subestimar sua eficácia entre uma elite que se reconhecia como "classes ilustradas", que era para quem o jornal se dirigia. De qualquer maneira, são imagens que se ligam a uma proposta de configuração do Estado que acabou vencendo, impondo-se ao território de todo o Império pela ação, claro, de uma liderança central, mas também pelo trabalho de agentes locais para os quais a unidade era também a condição de dominação de classe.

---

[1] Veja-se, por exemplo, a obra coletiva organizada por JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação.* São Paulo – Ijuí: Hucitec/FAPESP/UNIJUÍ, 2003.

[2] O processo de formação da classe dominante que acontece concomitantemente à própria formação do Estado imperial brasileiro, nos termos em que é defendido por Ilmar Mattos, será uma espécie de fio condutor a orientar a leitura do jornal, na medida em que reconheço como válido o reconhecimento do sucesso da tarefa de centralização efetivada pelos agentes que o autor destaca, os principais líderes conservadores. Entretanto, pretendo argumentar que o processo referido tem raízes que transcendem a delimitação temporal e espacial estabelecida pelo destaque conferido à liderança saquarema. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema.* 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

[3] Os limites do texto não permitem uma demonstração da constituição da Sociedade Promotora. A afirmação sobre a predominância dos comerciantes é feita baseada em pesquisas já realizadas para minha dissertação de mestrado em andamento, que versa sobre a atuação da entidade e suas propostas em relação à construção do Estado imperial.

[4] LIRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822.* Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 21.

[5] Daí a similitude da postura do Propagador com o que Ilmar Mattos identifica como o "projeto saquarema". Em linhas gerais, a atuação da liderança conservadora, "Saquarema", voltou-se para a unificação do Império, articulando o território e suas elites nos marcos favoráveis aos interesses do principal setor econômico de então, o da agricultura exportadora localizada nas áreas próximas da Corte, num momento em que o incremento da produção e comercialização do café tornava o produto uma das principais fontes de riqueza para as (nem tão) novas e antigas elites. Analisando esse processo, Mattos destaca o componente político envolvido na atuação dos agentes, e é atento a este aspecto, também, que me parece poder-se compreender o discurso do jornal. Neste sentido, a preocupação com a legislação é bem demonstrativa dessa atividade e desse pensamento eminentemente político.

[6] Uma postura crítica em relação à obra de Mattos aparece, por exemplo, no trabalho de Dolhnikoff, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, op. cit. Ainda que eu concorde com muito da avaliação sobre a atuação das elites locais realizada por Dolhnikoff, penso que o "federalismo" foi um tanto superestimado. A relativa autonomia provincial perde muito da sua força em função da necessidade de um grau muito forte de centralização imposto pela manutenção do sistema escravista, como a própria autora admite.

[7] Reconhecendo a relevância da dimensão simbólica do poder político, especialmente numa monarquia estabelecida sobre um território recente e precariamente unificado, as lideranças conservadoras do Segundo Reinado centralizaram a representação do poder na figura do rei, conforme descreve SCHWARCZ, Lilia K.M. *As barbas do Imperador: D. Pedor II, um monarca nos trópicos.* 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. A imagem imperial como elemento simbólico de larga utilização ainda no Primeiro Reinado é destacada no trabalho de SOUZA, Iara L.C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo -1780-1831.* São Paulo: UNESP, 1999. A autora salienta também o trabalho de "desconstrução" da imagem de D. Pedro I efetuada após a Abdicação. A indicação destas obras não implica em super-dimensionar o valor atribuído à representação do poder. Entretanto, sem deixar de reconhecê-lo, observo que se deve atentar para o interregno de "vazio" simbólico do período decorrido entre a Abdicação e a Maioridade.

[8] MATTOS, I. R. Op. cit. p. 192.

ENTRE ESCRAVOS E LIBERTOS: PADRÕES DE VIOLÊNCIA NO SERTÃO NORTE-MINEIRO – SÉCULO XIX

Alysson Luiz Freitas de Jesus
Mestrando – História UFMG
Linha de Pesquisa: História Social da Cultura
Orientador: Prof. Dr. Eduardo França Paiva

No dia 16 de novembro de 1836 o escravo africano Hilário havia recebido uma ordem do seu senhor, o capitão Manoel de Sousa Silva. Deveria o escravo se dirigir à Lagoinha para consertar uma cerca das terras pertencentes ao senhor Manoel. Aproximava-se das oito horas da noite quando o escravo, já no local, por certo cumprindo a sua tarefa, encontrou-se com José Ribeiro, morador naquele lugar. Segundo testemunhas José Ribeiro cometera um atentado contra Hilário, "dando-lhe humas porretadas" que teriam sido de tal forma violentas que "achava-se o mesmo gravemente ferido". A agressão tinha uma motivação: segundo José o escravo estaria agredindo a uma mulher de nome Delfina, parda, "uma Meretris escandalosa". Segundo os moradores da região, Delfina era prostituta, e era público entre os mesmos que a mulher era amásia do africano, tendo do relacionamento dos dois inclusive nascido uma criança.[1]

O presente texto procura analisar a prática da violência entre escravos, libertos e homens livres no norte de Minas Gerais, atentando especificamente aos padrões de violência percebidos entre os escravos e seus ex-parceiros no universo cultural norte-mineiro.

Somos um país mestiço. E nesse processo de mestiçagem é inegável a importância dos escravos – africanos e crioulos – na formação sócio-cultural do país. Mesmo com todos os mitos e preconceitos que envolvem nosso olhar sobre a África e os africanos, faz-se necessário pensarmos e avaliarmos a contribuição destes no universo cultural brasileiro a partir da chegada dos portugueses. Estudos mostram que entre os séculos XVI e XIX cerca de 11 milhões de africanos chegaram ao Novo Mundo, sendo que cerca de 4,5 milhões deles vieram para o Brasil.[2]

Estudos recentes vêm buscando retomar textos como os de Gilberto Freyre, acentuando a importância dos negros na formação cultural do país desde o período colonial. Eduardo França Paiva destaca a importância da retomada do sociólogo pernambucano para que se empreendam novas perspectivas de estudos sobre os negros no Brasil, pois, por ter pensado nesses indivíduos a partir do viés cultural teria Freyre desconsiderado a idéia de escravos totalmente passivos, " tomando-os, em suas obras, como agentes transformadores da história e reconhecendo as inúmeras formas de atuação cotidiana empregadas por esses homens e mulheres." Paiva acentua que esses homens deixaram um imenso legado na colônia, colorindo de maneira bastante especial o nosso universo, afinal, esses indivíduos trouxeram forte bagagem sócio-cultural, diferentes visões de mundo, costumes e práticas culturais variadas.[3]

Não apenas os africanos e crioulos vêm recebendo atenção da historiografia. Trabalhos recentes propõem uma análise conjunta com os forros, atentando para o papel desses indivíduos na formação cultural do Brasil. Em *Sonhos africanos, vivências ladinas*, Maria Cristina Cortez Wissenbach empenhou em reconstituir a vida dos forros e dos escravos em São Paulo, na segunda metade do Oitocentos. A autora demonstrou como cativos e libertos se confundiam no cotidiano pobre da sociedade, em um universo que misturava o espaço urbano com o mundo caipira.[4]

O presente texto lança um olhar sobre um espaço cultural específico, o norte de Minas Gerais, que compõe parte do sertão das Minas. As origens da cidade de Montes Claros remontam-se na formação de um arraial – o Arraial de Formigas – , que é elevado à categoria de Vila em 13/10/1831. Na década de 50, a Vila é elevada à categoria de cidade, com o nome atual: Montes Claros.[5] A ascensão da cidade e região, com o estabelecimento de um poder público mais efetivo se dão ao longo do século XIX, o recorte temporal da presente pesquisa.

A região inicia uma formação econômica baseada na criação de gados, associando a pecuária à uma agricultura de subsistência voltada para a complementação da dieta alimentar dos habitantes da região. Sendo a pecuária a principal atividade econômica

da região, é importante frisar que o número de escravos nesse universo era reduzido, não tendo um peso sobre o total da população tão grande se comparado às demais regiões das Minas. No entanto, é importante notar que ao longo do século XIX o número de escravos norte-mineiros continua crescendo, em grande parte devido à importância da reprodução natural para a manutenção do contingente escravo no norte de Minas Gerais. Nesse sentido, a região não se mostrou fortemente ligada ao tráfico atlântico de escravos e, por conseguinte, teve um peso menor de africanos sobre o total da sua população escrava.[6]

Isso não significa que os cativos e os libertos não tenham contribuído para a formação cultural do sertão norte-mineiro. Muito pelo contrário. Eles tiveram um papel importante, na medida em que, através de sua participação no cotidiano da região, das trocas culturais com os demais indivíduos que compunham essa sociedade, enfim, através das representações que faziam desse mundo, contribuíram para tornar mais complexo o universo escravista do sertão norte-mineiro. Uma das formas de participação desses escravos na conformação cultural do norte de Minas se deu através das práticas de violência.

A violência aqui analisada se refere às diversas práticas delituosas que se deram no universo escravista brasileiro. Não me refiro aqui ao fenômeno da criminalidade, e sim às atitudes cotidianas desses homens vistas como um desvio às normas e códigos de conduta nessas sociedades. Roubar uma saia, ferir um cavalo, ofender a moral de um parceiro de escravidão, enfim, diversas atitudes por nós hoje entendidas como “banais”, eram carregadas de forte conotação naquele universo, dotando as relações entre esses homens de um componente especial – a tensão – onde a violência tinha um papel importante na resolução de diversas questões que se apresentavam.

Nas relações diárias entre escravos, libertos e homens livres do sertão norte-mineiro não são poucos os momentos em que iremos nos deparar com homens violentos, que procuravam defender as suas honras – mesmo porque boa parte das fontes aqui estudadas, entre as quais se destacam processos-crime, têm as relações de violência como ponto de partida. É importante notar, portanto, que as relações de tensão entre esses

agentes sociais eram um componente especial na conformação desse universo. Não obstante, não era o único recurso lançado por esses homens nas suas duras lutas diárias pela sobrevivência. Sobreviver não significava apenas agredir; significava também adaptar, negociar, e esses homens sabiam muito bem disso.

Um outro ponto importante a se destacar é que essa prática da violência não pode ser jamais vista como um aspecto natural da ação do sertanejo – passando-se a impressão do mesmo ter uma predisposição em praticar delitos, ao contrário dos homens "civilizados" do restante do Brasil. O que se deve acentuar aqui é que o espaço vivido por esses indivíduos, a "realidade" vivida pelos mesmos, em muitos aspectos, propiciavam atos violentos. Não se pode negar, no que se refere ao nosso passado colonial e imperial, que o ambiente geográfico e a situação política-administrativa de algumas regiões favorecem a prática da mesma, e por conseguinte a impunidade daqueles que lançaram mão de delitos como forma de resolução de suas pendengas. Mas também não podemos acreditar que esses homens do interior do Brasil são exclusivamente violentos, o que acaba por contribuir para se alimentar uma oposição entre um "sertão bárbaro" e um "litoral civilizado".

A própria noção de violência não deve se limitar aos atos finais das relações interpessoais, ou seja, violência não é apenas homicídio. Aqui a violência é entendida – conforme destacado acima – como aqueles atos vistos como desvios de conduta nas relações cotidianas entre os agentes sociais que compunham esse universo cultural. Desvios estes que feriam tanto acordos legais quanto regras costumeiras. Nesse sentido, as práticas de violência não devem ser encaradas como atributos específicos dos homens do sertão, muitas vezes caracterizados como homens viris, valentes e pouco dispostos a aceitar a presença do poder público. A violência é um ato social presente em todas as sociedades, o que é evidenciado por uma vasta historiografia nacional e internacional que identifica o conflito entre os diversos setores sociais.

A questão principal a ser levantada aqui são os padrões de violência que se deram entre os escravos e os forros da região. Acredito que algumas características do "viver" no sertão norte-mineiro possibilitaram uma proximidade entre os agentes desse

universo oitocentista. A simplicidade da vida, a proximidade entre escravos, libertos e homens livres e mesmo a ausência de um forte controle senhorial permitiram aos escravos forjarem situações diversas e, ao mesmo tempo, contribuíram para conformar uma identidade complexa entre esses indivíduos. Não me esquecendo das nítidas e importantes diferenças que existem entre o "ser escravo", o "ser liberto" e o "ser senhor" no sistema escravista, não podemos também nos esquecer que em determinados momentos esses homens souberam representar de maneira especial nos embates cotidianos e, nesse sentido, portarem-se não apenas como escravos ou como libertos, mas, sobretudo, como homens. A prática da violência era um recurso importante nessa luta diária pela sobrevivência.

Os africanos, crioulos e ex-escravos que buscavam a violência como forma de resolver seus problemas agiam informados por um "código" cultural que fazia da violência uma prática importante de sobrevivência nessa sociedade. Esses homens praticavam tais delitos como uma forma de auto-afirmação no espaço em que viviam, pois além de ser legítima, a violência era uma prática imperativa para esses agentes sociais.[7] Sendo escravos, forros ou livres, esses homens sabiam que a violência era uma forma de se afirmarem nesse universo. Não se trata aqui de negar a violência dos escravos contra o regime de escravidão. Na verdade, no momento em que um escravo lançava mão da violência, por meio de um assassinato, uma lesão corporal ou um furto, eles acabavam por contribuir com um desgaste da imagem de uma escravidão suave, ou mesmo de um sistema escravista perfeitamente estabelecido. Acredito, entretanto, que esses escravos e libertos, quando agiam de forma violenta, estavam mais informados por um código cultural que propiciava tal prática do que efetivamente buscando pôr fim ao regime de escravidão. Além disso, trata-se de uma opção pessoal: resolver seus problemas através de um ato que representava uma forma de independência pessoal. Quando analisadas de perto, as práticas violentas dos homens do sertão podem ser captadas em seus valores mais íntimos, em suas situações mais corriqueiras, permitindo ao historiador um contato mais próximo com parte do nosso passado escravista.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOTELHO, T. R. *Famílias e Escravarias*: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo: USP, 1994, (Dissertação de Mestrado).

FLORENTINO, M. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GOULART, M. *A escravidão africana no Brasil* (das origens à extinção do tráfico). São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

KLEIN, H. S. *Escravidão africana*: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

VIANA, U. de S. *Monographia do município de Montes Claros*. Belo Horizonte, 1916.

WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos, vivência ladinas*: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec, 1998.

---

[1] DPDOR/AFGC – UNIMONTES – Montes Claros/MG, Processo Criminal nº 000.063.

[2] ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FLORENTINO, M. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. GOULART, M. *A escravidão africana no Brasil* (das origens à extinção do tráfico). São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. KLEIN, H. S. *Escravidão africana*: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[3] PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 87.

[4] WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos, vivência ladinas*: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec, 1998.

[5] VIANA, U. de S. *Monographia do município de Montes Claros*. Belo Horizonte, 1916.

[6] BOTELHO, T. R. *Famílias e Escravarias*: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo: USP, 1994, (Dissertação de Mestrado).

[7] FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

Alice Alzira, Tetê e Ná: a produção musical feminina na Vanguarda Paulista

Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel

O intuito deste artigo é trazer, considerando as limitações exigidas, flashes do fazer, da memória e da produção musical de quatro compositoras com as quais estou trabalhando em meu mestrado.

A Vanguarda Paulista[1] não foi um movimento musical, a exemplo de outros movimentos ocorridos na música brasileira, como a Bossa Nova ou o Tropicalismo. Foi uma *denominação* dada pela imprensa de São Paulo para a grande variedade e turbulência musical que ocorria na cidade de São Paulo no final dos anos 1970 e início dos 1980. Nos poucos estudos organizados até agora, o movimento é centrado em torno do teatro Lira Paulistana, na Rua Teodoro Sampaio, bairro de Pinheiros. No entanto é possível, em meu entender, traçar o início desse momento ainda no interior do movimento Tropicalista, com Tom Zé, os Mutantes e Rogério Duprat e, no início dos anos 1970 com a música experimental de Walter Franco, diretamente referenciada pelos Concretistas, e também pelo grupo precursor do punk brasileiro de rock humor, o Joelho de Porco.

A Vanguarda Paulista caracterizava-se pela estética experimentalista, pela busca de novos caminhos dentro da Música Popular Brasileira, pela produção independente e pela intensa colaboração inter-pessoal dos músicos das diversas tendências, tendo como centro agregador o Teatro Lira Paulistana[2], onde a maioria dos integrantes se apresentou. Dentre os nomes mais conhecidos deste momento paulista, destacam-se Arrigo Barnabé, Itamar Assumpção, o Grupo RUMO, os grupos Premeditando o Breque (Premê) e o Língua de

---

[1] Também chamada eventualmente de Vanguarda Paulistana.

[2] Foram realizadas duas teses que aprofundam a sociabilidade no Lira Paulistana, ambas na área de Ciências Sociais. Ver: OLIVEIRA, Laerte Fernandes de. *Em um porão de São Paulo – O Lira Paulistana e a produção alternativa*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002 e GHEZZI, Daniela Ribas. *De um porão para o mundo: a Vanguarda Paulista e a produção independente de LP's através do selo Lira Paulistana nos anos 80 - um estudo dos Campos Fonográfico e Musical*. Campinas/SP: Unicamp, 2003

Trapo, além de outros grandes artistas pouco lembrados, nos textos atuais, que também traziam propostas inovadoras no período. Dentre esses últimos, destaco, entre muitos outros nomes que se fizeram presentes nesse momento da música paulista, e também como forma de evidenciar o silêncio sobre participações femininas na história em geral, os trabalhos de Tetê Espíndola, Luli & Lucina (compositoras e intérpretes), Eliane Estevão (intérprete), Marlui Miranda (compositora, intérprete e pesquisadora), Alzira Espíndola (compositora e intérprete), Alice Ruiz (compositora), Cida Moreyra (intérprete), Suzana Salles (compositora e intérprete), Virgínia Rosa (compositora e intérprete), Vânia Bastos (intérprete) e Eliete Negreiros (compositora e intérprete).

Tendo como proposta a busca de um fazer feminino na canção, escolhi quatro compositoras ligadas ao movimento, que tivessem escolhido viver na cidade de São Paulo, levando em conta também minha própria afinidade para com seus trabalhos. Dessa forma, foquei minha pesquisa em Alice Ruiz, Alzira Espíndola, Tetê Espíndola e Ná Ozzetti.

Para tentar atingir meus objetivos, precisei estar atenta à forma com que cada uma delas trabalhou com as dimensões da memória e do esquecimento em suas falas e na construção de si, como se vêem e o que destacaram em sua própria vida e em seus fazeres. Para problematizar essa proposta, busquei trabalhar com alguns dos conceitos oferecidos pela filosofia da diferença e pelo feminismo inspirado na pós-modernidade.

Trançando palavras

Uma mulher de garra, de força interna descomunal. *Navalhanaliga* era o nome do primeiro livro de poesia, e foi a palavra que me ocorreu quando encontrei Alice Ruiz para a primeira entrevista. Era a terceira vez que nos encontrávamos, mas a primeira em que conversamos longamente. Foram quase cinco horas de conversa nesse dia que acabaram se transformando em dias e meses de convivência, onde ela pacientemente me contou sua história, não só sobre sua produção musical e poética, mas os momentos que marcaram a sua vida desde garota, histórias que surgiram aos poucos ou de forma torrencial, lembranças, *memória e esquecimento.*

Com Alice consegui compreender que a busca pelo feminino está também numa *forma de não dizer*, em uma sugestão, no que se não se explicita. Comparando sua poesia à trama da mortalha de Penélope, a significância em suas palavras se encontra entre os fios dos versos, no não dito. Para Alice, a poesia é a síntese, dizer com poucas palavras, *viver ao ar livre / com o mínimo indispensável / morrer com dúvidas*[3]. Não é o supérfluo que lhe traz prazer. Isso tudo já sugere uma estética específica adotada pela poetisa, em seus versos e em sua vida. Se considerarmos a estética da existência, como propôs Foucault, na *História da Sexualidade*, como a harmonia entre ação e enunciado, a correspondência entre o que se faz e o que se diz, posso afirmar que Alice escolheu de fato construir sua vida como uma obra de arte.

O fazer poético de Alice Ruiz é feminino, é singular. Alice concorda que as vivências são diferentes, e que seu fazer está em sua vivência. Ela não cria personagens em seus poemas, ela se expõe nas entrelinhas da trama. Quem lê seus poemas e haicais está, de certo modo, se aproximando da poeta/poetisa e de seu olhar para a vida.

Sobre seu fazer poético-musical, trago duas canções como amostragem não só de um fazer feminino, mas também como uma reflexão poética e feminista sobre os temas escolhidos e sua forma de abordagem.

A letra de "Vou tirar você do dicionário[4]" nasceu de uma observação de Caetano Veloso, que declarou que uma vez reparou que a palavra mais recorrente em suas canções era o pronome *eu*. Alice, por curiosidade, foi procurar a recorrência em seus versos, e a

---

[3] Poesia sem título in *Navalhanaliga* (Curitiba: Edição ZAP, 1980)

[4] **Vou tirar você do dicionário** (Itamar Assumpção e Alice Ruiz) *Eu vou tirar do dicionário / A palavra você / Vou troca-lá em miúdos / Mudar meu vocabulário / e no seu lugar / vou colocar outro absurdo / Eu vou tirar suas impressões digitais / da minha pele / Tirar seu cheiro / dos meus lençóis / O seu rosto do meu gosto / Eu vou tirar você de letra / nem que tenha que inventar / outra gramática / Eu vou tirar você de mim / Assim que descobrir / com quantos "nãos" se faz um sim // Eu vou tirar o sentimento / do meu pensamento / sua imagem e semelhança / Vou parar o movimento / a qualquer momento / Procurar outra lembrança / Eu vou tirar, vou limar de vez sua voz / dos meus ouvidos / Eu vou tirar você e eu de nós / o dito pelo não tido / Eu vou tirar você de letra / nem que tenha que inventar / outra gramática / Eu vou tirar você de mim / Assim que descobrir / com quantos "nãos" se faz um sim*. Canção gravada por Itamar Assumpção em *Bicho de 7 Cabeças - Vol. I* (Baratos Afins/1993); por Zélia Duncan no CD *Intimidade* (Warner Music/1996); por Jerry Espíndola no CD *Pop Pantanal* (Independente/2000) e pelos Trovadores Urbanos, no CD *Canções Paulistas* (Independente/1999).

palavra era *você.* Brincando consigo mesma sobre ser por isso que sua vida era tão complicada, escreve os versos, musicados por Itamar Assumpção.

Em 2003, Zé Miguel Wisnik lhe pediu uma letra que fosse bem feminina, já que participariam juntos de um evento promovido pelo SESC São Caetano para o dia da mulher. Alice mandou algumas letras e, entre elas, um texto que havia escrito contendo uma receita de frango, ao qual deu o nome de "Sem receita[5]", que foi a escolhida pelo compositor. A idéia mistura um momento cotidiano na vida de qualquer mulher na preparação de um alimento com a verve de Alice, ao perceber poesia neste momento. O resultado é revelado na letra composta, que não nos diz, em um primeiro momento, que se trata de uma receita culinária, o que cria uma tensão erótica de início, como propôs Alice, mas que vai se desvendando durante a canção.

Peço que não me peça pouco

Alzira Espíndola começou sua carreira em meados dos anos 1970, em conjunto com seus irmãos, em um grupo batizado por eles como Luz Azul. Nessa época ela já compunha e tocava violão no grupo, mas ainda não cantava. Rebatizado de Lírio Selvagem, os irmãos estavam com Tetê na gravação do primeiro LP *Tetê e o Lírio Selvagem* (PolyGram/1978) e também participaram de algumas canções no LP *Piraretã* (PolyGram/1980). Depois disso, Alzira voltou a viver por um tempo em Mato-Grosso, mas foi chamada de volta para São Paulo por Almir Sater, para acompanhá-lo em alguns shows. Quando grava o primeiro LP, *Alzira Espíndola* em 1986, sua música ainda trazia fortes ressonâncias da música mato-grossense, com gravações de Almir Sater, Guilherme Rondon e Paulo Simões, no entanto as composições musicais da artista já estavam repletas das imagens da Vanguarda

[5] **Sem receita** (Zé Miguel Wisnik e Alice Ruiz) *Primeiro lenta e precisamente / Arranca-se a pele / Esse limite da matéria / Mas a das asas, melhor deixar / Pois se agarra à carne / Como se ainda fossem voar / As coxas soltas / Soltas e firmes / Devem ser abertas / E abertas vão estar / E o peito nu / Com sua carne branca / Nem lembrar / A proximidade do coração / Esse não! / Quem pode saber / Como se tempera o coração? // Limpa-se as vísceras / Reserva-se os miúdos / Pra acompanhar / Escolhe-se as ervas, espalha-se o sal / Acende-se o fogo, marca-se o tempo / E por fim de recheio / A inocente maçã / Que tão doce, úmida e eleita / Nos tirou do paraíso / E nos fez assim sem receita*. Gravada por Zé Miguel Wisnik e Ná Ozzetti, no CD *Pérolas aos Poucos*, de Zé Miguel (Maianga/2003).

Paulista. É neste LP que aparece sua única parceria com Arrigo Barnabé, "Vejo a vida[6]" (Alzira Espíndola e Arrigo Barnabé). Em um show recente, no início de 2005, Arrigo apresentou essa música como sendo sua, sobre uma letra da cantora, tal a força da canção, mas o que ocorreu foi o inverso – Alzira foi quem musicou uma letra que ele fez para ela[7]:

O trabalho seguinte, *amme* (Independente/1990) trouxe finalmente o som com o qual Alzira se sente mais à vontade e que marca definitivamente seu rumo musical. O LP foi totalmente produzido por Itamar Assumpção, seu maior parceiro em quantidade de canções[8]. A partir deste disco, todo o trabalho de Alzira seguiu com as ressonâncias do compositor, que marcou fortemente sua vida e sua carreira e sua forma de compor.

Foi através de Itamar que Alzira conheceu Alice Ruiz. Com Alice as parcerias foram acontecendo aos poucos, mas quando a poeta mudou-se para São Paulo, em 2002, os encontros e as canções tornaram-se freqüentes, o que acabou resultando no trabalho apresentado no CD *Paralelas* (Duncan Dicos/2005).

Esse trabalho é um interessante contraponto em relação aos fazeres na composição. Ambas tinham em Itamar Assumpção o grande parceiro. Itamar musicando os poemas de Alice e tendo seus poemas musicados por Alzira. Algumas das canções entre elas nasceram de poesias que já haviam sido escritas por Alice, mas grande parte da produção nasceu em conjunto, a partir de conversas que as duas compositoras estavam tendo e que sugeriam idéias. Em um certo dia, as duas estavam conversando sobre os problemas de

---

[6] **Vejo a vida** (Alzira Espíndola e Arrigo Barnabé) Vejo a vida / Na vida, vivo, namoro / Sou querida / Não fico triste, não choro // Sem saudades suas, mamãe / Esse cheiro do mato / Quando eu passo / Bandeirinhas caipiras se agitam / No meu rastro / E os astros se movem mais lentos / Na praia crianças / Se envolvem no vento / Sorrindo do tempo / Todas as nuvens me levam pra Vênus / Todas as luzes me levam pra ver / Esse olhar sertanejo / Verde beijo / Nele eu vejo / A vida, vivo, namoro / Sou querida / Não fico triste, não choro // Sem saudades suas, mamãe / Esse cheiro do mato / Quando eu passo / Bandeirinhas caipiras se agitam / No meu rastro // E os astros se movem mais lentos / Na praia crianças / Se envolvem no vento / Sorrindo do tempo / Todas as nuvens me levam pra Vênus / Todas as luzes me levam pra ver / Esse olhar sertanejo / Esse olhar sertanejo. Gravada no LP *Alzira Espíndola* (3M/1987)

[7] Alzira corrigiu a informação no show, lembrando o fato a Arrigo. A melhor forma de distinguir quem fez o quê é dada na apresentação dos encartes – o primeiro nome geralmente é de quem compôs a canção, sendo o nome seguinte do letrista. É um padrão adotado freqüentemente, no entanto, é importante lembrar que também freqüentemente há interferência do musico na letra e do letrista na canção. Com três nomes ou mais, esse "padrão" vira tentativa...

[8] Alzira avalia que existam em média 30 canções feitas com Itamar durante os 10 anos que conviveram intensamente, antes do compositor adoecer.

suas filhas e como lidar com as questões que elas já viam de longe onde iam dar nas questões vividas pelas meninas, quando alguma coisa na conversa chamou a atenção das duas artistas – algo que foi dito, segundo Alice, e que trouxe uma síntese poética. Nascia a canção "Para elas[9]".

Pássaros na garganta

Tetê Espíndola trouxe o Mato Grosso para o coração da Vanguarda Paulista. Foi diretamente responsável pela fase "lisérgico-sertaneja" de Arrigo Barnabé, de onde nasceram pérolas como a canção "Londrina" (Arrigo Barnabé) e "Tamarana" (Arrigo Barnabé e Paulo Barnabé), tendo sido esta a canção a primeira gravação de Arrigo, no disco *Piraretã* (Phonogram/1980), da cantora. Tetê ficou nacionalmente conhecida por sua interpretação de "Escrito nas Estrelas", composta por seu marido, Arnaldo Black, em parceria com Carlos Rennó, vencedora do Festival dos Festivais da Rede Globo, em 1985. No entanto, é importante destacar que são suas próprias releituras das canções matogrosseses, assim como suas composições, que mostram todo o brilhantismo desta compositora e intérprete. Tetê teve dois discos lançados pela Phonogram/PolyGram, *Tetê e o Lírio Selvagem* e *Piraretã*, respectivamente em 1978 e 1980, mas é o disco de 1982 que vai mostrar onde pode chegar sua extensão vocal. Independente, lançado pelo selo Som da Gente, *Pássaros na Garganta* já trazia em seu título uma das características dessa cantora. A capa trazia Tetê nua deitada em frente à uma cachoeira extensa e, no vinil, gravações precisas e preciosas de canções como "Amor e Guavira" (Tetê Espíndola e Carlos Rennó), "Cuiabá" (Tetê Espíndola e Carlos Rennó), "Sertaneja" (Renné Bittencourt), "Ibiporã" (Arrigo Barnabé) e "Jaguardarte", uma releitura de Augusto de Campos para o poema "Jabberwocky" de

[9] **Para elas** (Alzira Espíndola e Alice Ruiz) *Amor que se dedica / amor que não se explica / até quando se vai / parece que ainda fica / olhando você sair / sabendo que vai cair / deixar que saia / deixar que caia / por mais que vá sofrer / é o jeito de aprender / e o teu caminho / só você vai percorrer / se você vence, eu venço / se você perde, eu perco / e nada posso fazer / só deixar você viver //"Enchemos a vida de filhos / que nos enchem a vida / um me enche de lembranças / que me enchem de lágrimas / outro me enche de alegrias / que enchem minhas noites de dias / outro me enche de esperanças e receios / enquanto me incham os seios" // só olhar você sofrer / só olhar você aprender / só olhar você aprender / só olhar você crescer / só olhar você amar / só olhar você*. Gravada por Alzira Espíndola e Alice Ruiz no CD *Paralelas* (Duncan Discos/2005).

Lewis Carrol musicada por Arrigo Barnabé. Em seu encarte, Augusto de Campos notava que

> Voz de pássaros e de rio, a cidade de aço e de concreto que a recolheu, exilada de asas e de águas a devolve, agora, inteira, uma grande cantora: Tetê. De Campo Grande para São Paulo e de São Paulo para o Brasil [...] eu a vejo como uma expressão totalmente nova em nosso cenário musical. Tetê – eu já disse – não se parece com ninguém a não ser com ela mesma. Única. O timbre agudo, de registro incomum, a afinação perfeita, e a própria estranheza de suas canções, infiltradas de ruídos tropicais e de vozes tupis, dão à experiência de ouvi-la um sabor agridoce, esquisito, antigo e novo.[10]

Essa estranheza a que se refere o poeta, já vinha da inovação musical da cantora, estranheza semelhante à causada por Arrigo Barnabé com a música serial e a dodecafonia integradas pelo compositor na canção popular. Em seu primeiro disco já era possível observar essa inovação na linha melódica da canção "Alegria de cantarolar[11]".

Para registro, neste seminário, do trabalho de Tetê, e na tentativa de trazer a compreensão sobre o texto de Augusto de Campos sobre ela, apresento as canções "Cuiabá[12]" e "Amor e guavira[13]", para que se percebam as inovações melódica e interpretativa aliadas aos temas de sua terra – a perfeita integração entre a modernidade paulista e a tradição pantaneira.

Canto em qualquer canto

Quando Ná Ozzetti se juntou ao Grupo RUMO, em 1978, seu trabalho era com o resgate das músicas antigas das décadas de 1920 e 30, mas logo no segundo show um dos

---

[10] CAMPOS, Augusto. Texto no encarte do LP *Pássaros na Garganta* (Som da Gente/1982).

[11] Alegria de cantarolar (Tetê Espíndola). Instrumental e vocal, gravada no LP *Tetê e o Lírio Selvagem* (Phonogram/1978)

[12] **Cuiabá** (Tetê Espíndola e Carlos Rennó) *vaia de arara passa pelos ares / daqui pra 'li / fica no olhar a flutuar / o leque dos buritis / se abre sobre a cidade verde / o céu de anil / no coração da América / terra de ócio / de sol e rio / Cuiabá de onde se ouviu / som de índio / cantando à beira do rio / Cuiabá / de onde se vê / cuia à beça / cabaça de cuietê // Cuiabá / dos pacus dos furrundus / dos cajus do João São Sebastião / da cabocla de pele queimada / de Leveger dos leques de palha / talhas de São Gonçalo / ah! essa gente / esse calor / quero pra sempre / com muito amor.* Gravada no LP Pássaros na Garganta (Som da Gente/1982).

[13] **Amor e guavira** (Tetê Espíndola e Carlos Rennó) *no cerrado onde o mato / é grosso e a coisa é fina / entre um cacho e um trago / um moço abraça uma menina / o namoro é debaixo / de uma árvore da flora / onde ambos lambuzamos / nossa cara de amora / nesse ambiente exuberante / e fruto do amor / a guavira água vira / em nossa boca / ai que sabor / língua à língua / se fala a linguagem / de quem beija-flor / flor da pele que me impele assim / ao mais louco amor / que se faz naturalmente enfim / seja onde for*. Gravada no LP Pássaros na Garganta (Som da Gente/1982).

autores, Zécarlos Ribeiro, resolveu fazer uma nova experiência, entregando à cantora uma canção de sua autoria para que ela experimentasse interpretar. A música se chamava "Cansaço[14]", e ela tentou, inicialmente, fazer uma interpretação teatral de uma pessoa cansada, como sugeria a letra da canção, o que se mostrou muito insatisfatório para a cantora. Ouvindo, então, diversas vezes a interpretação de Zécarlos Ribeiro, percebeu que as expressões possuíam notas musicais definidas, e que quanto maior fosse sua precisão na afinação daquelas notas, mais expressivo se tornaria o canto, sem que houvesse a necessidade de um esforço interpretativo, propriamente dito. Essa percepção definiu, até os dias de hoje, sua forma de cantar. É importante observar, aqui, a inovação específica e única de Ná Ozzetti na interpretação da canção e o esquecimento que existe em relação à participação feminina na Vanguarda Paulista também como agente inovador.

Ná não compõe versos, sua composição é especificamente musical. No entanto, é impressionante o ritmo que cria nas letras que recebe, a sensibilidade que tem para tirar de cada verso a sua canção específica, o que pode ser notado em composições como "Canto em qualquer canto[15]", com letra feita para a cantora por Itamar Assumpção.

O fato de a compositora não escrever as letras dificultou a busca de um fazer especifico feminino, já que na música essa especificidade não transparece na forma, nem no resultado, pelo menos no caso da composição de Ná Ozzetti. Mas isso pode, também, ter relação com a idéia de uma heterotopia musical, nos moldes das heterotopias descritas

---

[14] **Cansaço** (Zécarlos Ribeiro) *Cansaço! / Esse sentimento infinito / Tomou conta de mim / De um tal jeito / Eu procurei definir: / É preguiça, incapacidade de seguir... / Cansaço! / De tentar ocupar um novo espaço / Esse cansaço é físico e mental / Eu ando tão desanimado / Que nada nesse mundo / Me arrasta além de mim / Além desse bendito cansaço / Deve ser um sentimento particular / E então eu saí pela cidade / Mas a violência de seus dias é tamanha / Espantou a esperança que eu trouxe / Da última viagem / E ela foi embora / Agora estou vazio, / Sem palavras, sem imagens / Felicidade me abrace, bem forte / Eu tenho certeza que um sentimento novo vem / E não é cansaço / Não é não...* Gravada no LP *RUMO* (Independente/1981).

[15] **Canto em qualquer canto** (Ná Ozzetti e Itamar Assumpção) *Vim cantar sobre essa terra / Antes de mais nada, aviso / Trago facão, paixão crua / E bons rocks no arquivo / Tem gente que pira e berra / Eu já canto, pio e silvo / Se fosse minha essa rua / O pé de ypê tava vivo // Pro topo daquela serra / Vamos nós dois, vídeo e livros / Vou ficar na minha e sua / Isso é mais que bom motivo / Gorjearei pela terra / Para dar e ter alívio / Gorjeando eu fico nua / Entre o choro e o riso // Pintassilga, pomba, melroa / Águia lá do paraíso / Passarim, mundo da lua / Quando não trino, não sirvo / Caso a bela com a fera / Canto porque é preciso / Porque esta vida é árdua / Pra não perder o juízo*. Gravada no CD *Estopim* (Ná Records/1999).

por Foucault[16]. Esse sentido aguçado da compositora para os sons, essa atenção permanente associada a uma idéia de timidez relacionada com a cantora, me levou a refletir que ela criou esse espaço deslocado do padrão das palavras. Compreender o espaço heterotópico de Ná Ozzetti foi o primeiro alerta, para mim mesma, de que os olhares também precisam ser diferenciados, e da inexistência de uma fórmula pronta sobre os fazeres.

Ocorreu-me que as mulheres vivem freqüentemente esses deslocamentos. Culturalmente educadas para se tornarem acolhedoras, como mães, parceiras sexuais e organizadoras do espaço de conforto na vida humana, têm como linha de fuga[17] espaços internos que acabam por se refletir em heterotopias múltiplas. Os estudos de gênero nos permitem a aproximação a esses espaços, a busca de nosso próprio reflexo no outro lado do espelho de forma a percebermos também nossas próprias heterotopias. Por outro lado, se não encontrei neste caso o fazer especificamente feminino, encontrei a filoginia, um profundo apreço à mulher, nas relações entre essas compositoras e seus parceiros. Margareth Rago questionou, em um artigo, se

> uma mudança de olhar, um pensamento diferencial poderia dar conta de permitir uma maior sensibilidade em relação ao feminino e à construção de um mundo filógino. Ou será uma questão de coração, mais do que de olhar?[18]

Minha impressão é que, se a arte fala ao coração, é nela o primeiro espaço de feminização de fato da cultura, e se existe de fato um espaço andrógino buscado pelos artistas[19], esse espaço pode ser o espaço da canção. *Sem palavras, sem imagens*[20] e sem significados ou significadores. Somente música.

---

[16] FOUCAULT, Michel.“Des espaces autres” (conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967), in *Dits et écrits 1984, Architecture, Mouvement, Continuité*, nº 5, octobre 1984, pp. 46-49.

[17] Lembrando, aqui, do rizoma dos *Mil Platôs* (São Paulo: Editora 34, 1995-1997) de Deleuze e Guattari, onde o poder nos cerca e se apropria de nossos espaços, o que nos faz sempre buscar novos caminhos, novas linhas de fuga do poder estabelecido.

[18] RAGO, Margareth. "Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina" in *Revista do SEADE*. São Paulo, 2002

[19] É a proposta de Virgínia Woolf em *Um teto todo seu* (São Paulo: Círculo do Livro, 1990), e é também a impressão que têm sobre seus trabalhos as quatro compositoras.

[20] Estou aqui citando a primeira música que Ná cantou dos compositores do RUMO, “Cansaço” (Zécarlos Ribeiro).

A Cidade de Manaus no dizer dos viajantes

Ana Cláudia Souza

Mestra em História da Ciência/Doutoranda em História da PUC/SP

No amanhecer do século XX, Manaus se apresenta ao cenário internacional como a mais prospera das metrópoles brasileiras. Mas, está era uma situação bem recente.

No passado seu território pertencera, pela divisão do Tratado de Tordesilhas, aos espanhóis, mas, foram os portugueses que em meados do século XVII, ao subirem o Rio Amazonas em busca de escravos, fundaram em 1669, a Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, a margem esquerda do Rio Negro, distante cerca de 30Km do Rio Amazonas. Neste Forte encontramos o núcleo urbano que deu origem à cidade de Manaus.[1]

Na primeira metade do século XVIII a expedição científica chefiada por Charles-Marie de La Condamine percorreu o Rio Amazonas a serviço da coroa francesas. Esta expedição entra no Rio Negro em 23 de agosto de 1743 e assim La Condamine descreve sua passagem pelo lugar:

> "Subimos o Rio Negro por duas léguas, até o forte que os portugueses ali construíram na margem setentrional, no local mais estreito, que medi, obtendo 1.023 tosas, e onde observei 3º 9' de latitude. É o primeiro estabelecimento português que se encontra ao norte do rio Amazonas, ao descê-lo... O capitão comandante do forte do rio Negro estava ausente quando ali aportamos, não me detive por mais de 24 horas."[2]

É provável que La Condamine nada mais tenha dito sobre o lugar pela imponente precariedade na qual o Forte se encontrava.

No final do século XVIII (1786) o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a serviço da coroa portuguesa, esteve em Manaus e nos deixou seu relato sobre esse povoado predominantemente indígena com 301 habitantes, sendo 243 índios, 47 brancos e 11 escravos divididos em dois bairros. Notou que o lugar estava dividido entre os índios Maués e os Manaós, e que haviam poucas e simples construções.[3]

No início do século XIX (1809) o naturalista inglês Henry Walter Bates escreve que:

> "Inúmeros portugueses, bem como vários brasileiros de outras províncias, estabeleceram-se ali. Construíram casas confortáveis e a cidade cresceu..."[4]

Na metade do século XIX temos a chegada do também naturalista inglês Alfred Russel Wallace que em seu diário "Viagens pelo Amazonas e Rio Negro", nos fez um relato dos aspectos urbanos, econômicos e culturais da "Cidade da Barra", denominação dada a Manaus na época, ao relatar que:

> "A cidade da Barra-do-Rio-Negro está situada na margem léste daquele rio, cerca de doze milhas acima de sua junção com o Amazonas.
>
> E esta localizada em um terreno desigual repleto de ondulações cêrca de 30 pés acima do nível das mais altas cheias, e é cortada por dois córregos, cujas águas, na estação chuvosa, atingem a considerável altura, havendo, porém sobre êles duas pontes de madeira.
>
> As ruas são regularmente traçadas; não têm, no entanto, nenhum calçamento, sendo muito onduladas e cheias de buracos, o que torna

> a caminhada sôbre os seus leitos muito desagradável, principalmente á noite.
>
> As casas geralmente só têm um pavimento; são cobertas de telha vermelha e assoalhadas com tijolos, têm as paredes pintadas de branco ou amarelo; e as portas e janelas, pintadas de verde.
>
> Quando o sol bate sôbre elas, o efeito é muito bonito.
>
> Da "Barra", ou o antigo forte, só há, presentemente, uns restos de muralhas e um monte de terra.
>
> Há duas igrejas na cidade; são, porém muito pobres e bastante inferiores á de Santarém.
>
> A população da cidade é de 5.000 a 6.000 habitantes, dos quais a maior parte é constituida de índios e mestiços.
>
> Na verdade, provavelmente, não há alí uma única pessôa, nascida no logar, da qual se diga que seja de puro sangue europeu, tanto e tão completamente se têm os portugueses amalgamado com os índios.
>
> O comércio local consiste principalmente na exportação de castanha, salsaparrilha e peixe, e as importações de tecidos europeus, de inferior qualidade, cutilaria ornamentaria, colares, espelhos e outras bugigangas mais, para o comércio com as tribos indígenas, das quais a cidade é o quartel-mestre."[5]

Na segunda metade do século XIX o Lugar da foi promovida à condição de cidade, mantendo o lugarejo o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. É somente com a Lei nº 68, de 4 de setembro de 1856, que passou a chamar-se Cidade de Manaós. Neste mesmo período a Comarca do Alto Amazonas foi elevada a categoria de Província e o traçado da

capital da Província do Amazonas obedecia praticamente aos ditames da natureza: era desenhada por vários igarapés, seu relevo era bastante acidentado, com morros e ladeiras.

Voltando aos visitantes estrangeiros, em setembro de 1865, Manaus recebe a expedição científica chefiada pelo suíço Louis Agassiz que tinha em sua esposa Elizabeth Agassiz a relatora. Está, assim registrou sua impressão sobre a cidade:

> "Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a caír em ruinas, e não se póde deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi uma das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação."[6]

A grande mudança na cidade de Manaus acontece em fins do século XIX, provocado por todo um contexto histórico que possibilitou ao antigo vilarejo transformar-se em uma das mais prosperas cidades do início da República brasileira. Esse período ficou conhecido como período áureo da borracha.

A vida na região Amazônica foi alterada pela necessidade da produção para o comércio internacional do látex, matéria-prima a partir da qual era produzida a borracha, uma goma elástica extraída da seringueira, a *Hevea brasiliense.* A exportação da borracha iniciou-se em 1827 sob várias formas até a padronização em grandes bolas ovais, as pélas. Sua importância passa a ser maior quando em 1836 o norte-americano Goodyear descobriu o processo de vulcanização misturando o enxofre à borracha, desenvolvendo assim um produto útil à indústria do século XIX e essencial para a futura indústria automobilística.

Dunlop, utilizando a borracha, descobre o pneumático para bicicletas, que mais tarde seria aplicado nos automóveis pelos irmãos Michelin.[7]

O advento da vulcanização coincide com a descoberta dos grandes seringais nativos nos vales dos rios Juruá, Madeira e Purus, que atraíram os ingleses à região. Esses obtiveram do Imperador D. Pedro II, em 07 de dezembro de 1866 a ata de abertura do Rio Amazonas ao comércio internacional, fato esse imortalizado em Manaus pelo monumento na Praça de São Sebastião.

A Inglaterra por meio da companhia "Manáos Habour Limited" foi a responsável pelos trabalhos de ampliação e melhoria do porto de Manaus exigindo para isso a concessão do direito de usa-lo por 60 anos, ficando a pesagem, classificação, corte e o beneficiamento da borracha, sendo realizado integralmente pelo armazém "15 de Novembro", pertencente àquela companhia.[8] Apesar da Inglaterra obter esse monopólio sabemos que desde 1876 o inglês Henry Alexandre Wickman contrabandeou as sementes seringueiras do Amazonas para os Jardins de Kew, em Londres, e dali para o Ceilão onde foram plantadas de maneira bem planejada, e a partir de 1908 começou-se a obter uma produção significativa. Em 1913 a Ásia já era responsável por 59,3% da produção mundial, produção essa que só fez crescer levando ao fim do chamado "Período da Borracha".[9]

Grandes mudanças ocorreram em Manaus provenientes da extração do látex, como descreveu Otoni Mesquita:

> "Em uma publicação datada de 1873, o Cônego Francisco Bernardino de Souza informava que Manaus possuía 494 casa, das quais 255 eram cobertas de telhas e 239 com palha, e que entre as primeiras havia 18 sobrados. Tinha mais de 20 ruas, 11 travessas, 3 estradas, 7 praças e 49 casa comerciais. O gênero de maior exportação já era a borracha, seguida pelo pirarucu seco e outros produtos naturais da região."[10]

É importante observarmos que a extração do látex não pode ser considerada, isoladamente, como a única responsável pelas transformações acontecidas em Manaus. Elas fazem parte de um contexto onde encontramos concatenados a proclamação da República, a imigração nordestina, a abertura dos portos, o desenvolvimento da industria automobilística e a administração do governador Eduardo Ribeiro, responsável pela realização das grandes obras urbanizadoras da cidade.[11]

O século XX já encontra Manaus com as luzes da *Belle epoque* refletindo em suas largas avenidas (provenientes de seus igarapés aterrados), mas essas luzes já estão se apagando e o capital internacional deixará já nas primeiras décadas de se fazer presente na Paris dos trópicos.[12] O declínio no preço da borracha provocou uma estagnação nos mais diversos setores da cidade de Manaus. A economia, que tinha como âncora monolítica à exportação da borracha, agora não possuía uma estrutura alternativa. O Governo Estadual e Municipal não mais dispunha de recursos para a conclusão de obras iniciadas ou para a manutenção das já existentes. O aumento populacional nas últimas décadas havia sido vertiginoso, em 1865 Manaus possuía 5.000 habitantes e em 1910 já somavam 50.000, o que expunha uma grande quantidade de famílias à condição de miséria, pela real falta de trabalho.

No dizer de E. Brandford Burns:

> "Em Manaus, a prosperidade havia cedido lugar ao pânico, quando o histórico ano de 1910 chegou ao fim. Cessaram as atividades frenéticas tão características de uma cidade em expansão. As docas e os armazéns iriam deteriorar-se mais tarde; bancos fechariam; comerciantes estrangeiros mudar-se-iam para outras plagas; o Teatro Amazonas ficaria entregue ao abandono."[13]

[1] Acerca da fundação da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro pode ser consultado o livro de Mario Ypiranga Monteiro*, Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro*.
[2] La Condamine, C.M., *Viagem pelo Amazonas: 1735-1745,* p. 83.
[3] Ferreira, A. R., *Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, p. 576.
[4] Bates H. W., *Um naturalista no Rio Amazonas*, p. 133.
[5] Wallace A. R., *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro,* pp. 200-201.
[6] Agassiz, L., E., *Viagem ao Brasil,* pp. 247-248. Esta previsão logo tornar-se-ia verdadeira com o advento do período áureo da borracha. Seguindo suas considerações sobre Manaus, há um interessante relato de sua visita a uma escola que ensinava ofício às crianças indígenas, que trataremos mais à frente.
[7] Para um entendimento mais amplo sobre o Período da Borracha, pode ser consultado o livro *História econômica da Amazônia,* de Roberto Santos onde encontramos os dados citados neste parágrafo além de uma análise sobre população, renda per-capita, mão-de-obra e os preços da borracha no mercado internacional. Nos apresentando assim, não somente o cenário econômico como social da Amazônia deste período. O livro *Síntese da história do Amazonas,* de Antonio de Souto Loureiro dedica um capítulo inteiro a questão da borracha.
[8] Mario Ypiranga Monteiro em seu livro *Monumento da Praça de São Sebastião,* comenta o monopólio que os ingleses adquiriam sobre a navegação na Amazônia.
[9] As informações contidas neste parágrafo foram tiradas do livro do professor E. Brandford Burns, do Departamento de História da Universidade da Califórnia, *Los Angeles*, escreveu em 1965 "*, Manaus, 1910: Retrato de uma cidade em expansão,* no qual analisa o ponto de inflexão do período áureo da borracha. Assim ele a descreve o crescimento da produção da borracha inglesa na Ásia:

"As exportações iniciais dessas plantações eficientemente organizadas foram modestas. Em 1900 a Ásia exportou somente quatro toneladas, porém, como os dados abaixo mostram, as exportações aumentaram rapidamente:

1905	145	toneladas
1910	8.000	"
1912	28.000	"
1914	71.000	"
1915	107.000	"

Em outras palavras, a percentagem da borracha de plantio, da Ásia, para o mercado mundial, cresceu de 0,3 em 1905 para 9,0 em 1910 e 67,6 em 1915. Já em 1922 a borracha de plantio concorria com 93,1% das vendas. O aumento brusco da produção para o mercado mundial, mais o baixo custo da mão-de-obra das plantações asiáticas baixaram os preços da borracha . Em conseqüência, em maio de 1910, o preço da borracha brasileira iniciou vagaroso mas constante declínio, que eventualmente traria a estagnação ao Amazonas." pp. 33-34.

[10] Mesquita O., *op. cit,* p. 37.
[11] Uma abordagem mais detalhada sobre esse contexto pode ser encontrada em: Mesquita, O., *op. cit.,* pp. 145-171.
[12] O professor E. Brandford Burns, assim descreve a Cidade no início do século XX: "Manaus alardeava com orgulho tôdas as civilidades de qualquer cidade européia de seu tamanho ou mesmo maior. Um excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição do lixo eficiente, eletricidade, serviços telefônicos, belos edifícios públicos, residências confortáveis atestavam o estado de modernização da cidade." *Op. cit.,* p. 6.
[13] Burns, E. B*, op. cit.,* p. 37.

OS ESPLENDORES DA CORTE DA BORGONHA: PODER E RITUAL NO SÉCULO XV

Ana Cristina Campos Rodrigues – Mestranda - UFF

A fama das cerimônias do ducado da Borgonha no século XV transcendeu os limites geográficos do extenso território sobre o controle dos duques. Seus rituais, descritos em detalhes pelos memoralistas, influenciaram as cortes européias, mesmo depois que a linhagem se extinguiu. Olivier de La Marche, mestre de cerimônias da corte, foi o responsável por muitas das festas e banquetes que ele mesmo relatou em suas "Memórias". Nestas, as comemorações e os torneios surgem como contrapontos às guerras e batalhas recorrentes, formando em seu conjunto uma retórica de apoio à política ritual dos seus senhores, que buscavam afirmar-se como os "grandes duques do Ocidente". Eis nosso foco de análise: o uso da grandiosidade das festas dentro de um bem formulado discurso político.

As *"Mémoires"* de Olivier de La Marche, *maitre d'hôtel* dos duques, tiveram sucessivas reedições. O autor entrou na casa da Borgonha, a serviço de Felipe, o Bom, em 1437, ali permanecendo até morrer em 1502. Viveu o apogeu do poder e da glória da casa com Felipe, "grande duque do ocidente". Acompanhou Carlos, dito "o Temerário" à Nancy, onde foi capturado quando o duque morreu. Participou das negociações para que a filha dele, numa continuação das estratégias matrimoniais já muito conhecidas dessa casa, casasse com Maximiliano de Áustria, filho do imperador Frederico III. Serviu ao casal em embaixadas enquanto a idade o permitiu. Tornou-se preceptor do jovem herdeiro, Felipe, o Belo, em 1488. Escreveu então peças educativas sobre os rituais borgonheses, e dedicou ao seu pupilo as suas memórias, que já vinham sendo escritas provavelmente desde 1472.

A ritualização acontecia de diversas formas na vida política borgonhesa. Mesmo as audiências de justiça seguiam regras definidas. Na descrição do cerimonial da justiça, o

importante para La Marche foi apresentar a ordem em que os nobres deveriam se colocar na sala, quantos servidores estariam presentes e suas respectivas posições. Mesmo o detalhe da cadeira onde o duque se sentaria, forrada de ouro, era indicado. [i]

Nas *Mémoire*s, três tipos de eventos aparecem com mais freqüência. As batalhas e guerras, as justas, torneios e passos de armas; e as cerimônias e rituais. A guerra seguia suas próprias leis e regras, onde a sorte e o acaso reinavam, ao sabor dos desígnios divinos. De certa forma, também os "exercícios militares" eram rituais da corte. A motivação para o enfrentamento de armas podia ser uma comemoração, como núpcias, ou uma emprise, uma promessa feita por um cavaleiro. Nas grandes festas ducais, sempre havia torneio como parte da comemoração. Não eram mais os exercícios de treino militar de suas origens, porém não chegavam a ser as meras encenações da época de Luís XIV. [ii] O papel do duque nessas batalhas encenadas era central. Era ele o juiz, quem decidia o resultado em caso de dúvidas, e que resolveria quaisquer problemas que surgissem no decorrer das justas.

Porém, se as narrativas de torneios eram freqüentes, o grande atrativo das memórias sempre foram as descrições das festas da corte. Já o professor Ciro Cardoso, em artigo, sublinha a característica mais marcante de La Marche – e dos autores borgonheses em geral - relacionados aos demais memorialistas dessa época: o destaque dado à narrativa de eventos festivos. [iii] Três tem grande destaque: a primeira festa da Ordem do Tosão de Ouro presenciada por La Marche, em Gand no ano de 1445, e o "Banquete do Faisão" em Lille, ambas quando o duque era Felipe, O Bom. E as núpcias de seu filho Carlos, já duque da Borgonha, com Margarida de York em Bruges, em 1468.

A hierarquia da sociedade transpareceu no relato dessas festas. A organização previa a ordem em que os convidados entravam e os lugares em que cada um iria sentar-se, de acordo com sua posição em relação ao duque, figura central nos festejos. A cerimônia do casamento de Carlos foi antecedida de uma entrada na cidade de Bruges, feita de acordo com a hierarquia urbana. Atrás da liteira que conduzia a noiva, guardada pelos cavaleiros do Tosão de Ouro,

vinham os bispos da região, depois os embaixadores e representantes de cada nação presente na cidade. [iv] Nos banquetes, que duraram dez dias, eram três mesas. Uma, mais elevada e atravessando toda a sala era a mesa de honra. [v] No meio dessa mesa, sentou-se a recém-casada, com Isabel de Portugal, mãe do duque à sua direita. Outras nobres sentaram-se à essa mesa, sendo que duas ficaram atrás de Margarida para a servir.

A festa do Tosão de Ouro também tinha regras bem definidas para a entrada e a acomodação dos presentes. La Marche, em sua narração, se diz muito impressionado com a ordem que viu e que lhe foi explicada pelo rei-de-armas da Ordem, Jean Lefebvre de Saint Remy. A celebração anual acontecia em diversos lugares da cidade, mais notadamente a Igreja de Santo André e o palácio ducal. Em ambos, a entrada seguia uma ordem rigorosa. Os cavaleiros ordenados mais recentemente abriam o cortejo, que seguia assim até chegar ao duque, que era imediatamente precedido pelo mais antigo cavaleiro. [vi]

No palácio, na hora das refeições, uma grande mesa era armada para os cavaleiros da ordem sentarem-se, com o duque no meio. Cabia ao rei-de-armas conferir se todos estavam sentados de acordo com sua posição. À esquerda do príncipe, deveria colocar-se uma mesa para os quatro oficiais da ordem – o chanceler, o tesoureiro, o greffier e o rei-de-armas. Outra deveria ser posta para os oficiais de armas, onde poderiam sentar-se de vinte a trinta pessoas. Os convidados que não fossem da ordem teriam, ao menos no primeiro dia, uma mesa à direita do príncipe, para que pudessem observar o serviço dos cavaleiros. Se coubesse na sala, poderia ser colocado um estrado para que as mulheres pudessem observar a cerimônia.

O “Banquete do Faisão”, oferecido pelo duque à sua corte em dezessete de fevereiro de 1454, é o mais conhecido e estudado evento da casa da Borgonha. Apresentou em sua própria realização uma hierarquização que foi notada pelo seu mais famoso cronista, La Marche. O relato que aparece nas suas memórias é uma espécie de correspondência com um funcionário de outra casa nobre. [vii] O banquete, no qual votos de cruzada foram proferidos pelos membros

da corte, foi o encerramento de um ciclo de festas organizadas pelos grandes senhores ligados ao duque da Borgonha. Esse crescente de festas foi feito para culminar no encerramento pelo duque e com a declaração de seu voto de partir em Cruzada. Um cavaleiro da corte borgonhesa, que ele citou anonimamente, disse ao final do banquete do duque da Borgonha:

> "Meu amigo (...) eu te afirmo e te juro pela minha honra de cavaleiro, que todos esses chapéus de flores, banquetes, festividades não foram feitos durante tanto tempo senão porque Meu Senhor o Duque desejava firme e secretamente organizar o seu banquete como o vimos.(...)"[viii]

"Organizar o seu banquete como o vimos" quer dizer com toda a pompa e circunstância que a ocasião merecia. O cronista chama a atenção para os gastos com todos os banquetes, cada senhor esforçando-se para oferecer o banquete mais luxuoso. Olivier de La Marche reconheceu que o grande custo que o duque teve com a festa seria ultrajante e irracional, não fosse sua virtuosa intenção, de salvar a Igreja com os votos que foram feitos. [ix]

Nas festas promovidas pelos duques, havia mesas imensas, cobertas com enfeites que se moviam e interagiam com os convidados, representando diversas cenas. O cotidiano misturava-se com fantasias mitológicas e com encenações da sacralidade cristã, mas muitas vezes essas decorações buscavam reforçar a imagem do poder do duque. No relato do "Banquete do Faisão", Olivier de La Marche descreveu com detalhes diversas dessas decorações.Cada uma das três mesas possuía uma decoração própria, com pedras e materiais preciosos. [x]

As núpcias de Carlos, O Temerário, com Margarida de York foram ainda mais suntuosas.A celebração do enlace com a irmã do rei da Inglaterra teve dez dias de festas, onde as decorações de mesa foram inúmeras. No primeiro dia, trinta navios foram dispostos, um sobre cada mesa, cada um portando o nome de um dos senhorios do duque da Borgonha,

pintados com as cores do ducado – dourado e azul – portando as armas do território que nomeavam. Em cada mesa encontrava-se também uma empada em forma de castelo, com as armas e o nome de uma vila pertencente ao duque. Assim, trinta senhorios e principados e trinta cidades sob domínio ducal foram representados. [xi]

No quinto dia, sobre a mesa, estavam quinze pavões revestidos com suas penas, e com os corpos dourados com ouro fino. Dezesseis cisnes de prata estavam misturados aos pavões, e cada uma das trinta e uma aves portava um emblema da ordem do Tosão de Ouro e o brasão com as armas de um cavaleiro da ordem. [xii] As aves decoradas tinham uma utilidade em especial, além de serem decorações. Olivier de La Marche diz que, graças a essa decoração, os cavaleiros da Ordem então vivos eram mostrados, "de acordo com a posição ocupada por aquele que representavam dentro da procissão do dia da festa da ordem"[xiii]

Dessa forma, a hierarquia da ordem do Tosão de Ouro – e por conseguinte, da corte de Carlos – estava sendo claramente explicitada. Mais do que simplesmente reforçar a hierarquia da ordem, Carlos estava endossando a sua própria posição como líder da mesma, lembrando aos cavaleiros – de maneira sutil – as posições que cada um ocupava dentro da ordem. Outro reforço dessa hierarquia apareceu quando as travessas de serviço, em formas de animais, portavam, cada uma, as armas de um vassalo do duque, com o nome do seu domínio. [xiv]

No nono dia, um jardim surgiu no salão de banquete, onde trinta árvores foram montadas, cada uma com o nome de uma abadia sujeita ao duque, incluindo as poderosas abadias de Cluny e de Cister, chefes de importantes ordens monásticas. [xv] Novamente, é visível a preocupação em demonstrar o poderio do duque. Além da presença constante das armas e das cores da casa ducal, há a reafirmação do seu poder sobre os seus domínios. Ao nomeá-los todos, enfatiza os laços de dependência que os prendem – por meio dos seus senhores diretos – ao duque da Borgonha.

Na festa do Tosão de Ouro, as decorações eram mais sóbrias. Alguns enfeites nas paredes do palácio quando das refeições. Na igreja se concentravam os detalhes. Todos os cavaleiros, inclusive os que haviam falecido após a última reunião, tinham seus brasões apresentados sobre os seus lugares, respeitando a posição de cada um na Ordem. [xvi]

Um dos pontos altos das festas da Borgonha era o momento das encenações. Ricamente elaboradas e plenas de simbolismos, ajudavam a tornar ainda mais claras as ambições do duque. O "Banquete do Faisão" teve diversas. Olivier de La Marche descreveu a que considerou como a mais importante e particular: o apelo que a Igreja fez ao duque. [xvii]

Ela entrou no salão do banquete, trazida por um gigante, o maior que o cronista já vira. O monstro carregava em sua mão esquerda uma cimitarra e estava usando uma trança como a dos mouros, na descrição do cronista. A Igreja, ao ver-se em tão nobre companhia, começou o seu lamento. Dizia-se abandonada e esquecida, largada à própria sorte. Em um longo poema, pedia ajuda aos presentes, nobres valorosos, dizendo que vinha percorrendo todas as cortes cristãs, em busca de auxílio. E que agora vinha ante o nobre duque da Borgonha e os cavaleiros do Tosão pedir que socorressem toda a cristandade.

Foi depois desse lamento sentido que o rei-de-armas da ordem borgonhesa entrou na sala junto com uma pequena comitiva, formada por duas damas da corte e dois cavaleiros do Tosão de Ouro. Em suas mãos, um faisão. Decorada e coberta de jóias, a ave foi apresentada ao duque. Isso porque, segundo o cavaleiro que trouxe o faisão, havia "um antigo costume que nas grandes festas (...) fosse apresentado aos príncipes (...) um pássaro nobre sobre o qual se possa fazer um voto útil e valoroso." [xviii]

Então, olhando para a Igreja com piedade, o duque Filipe – que segundo o cronista, sabia bem porque havia oferecido esse banquete - fez o seu solene voto de libertar a Igreja dos algozes infiéis, entregando-o por escrito ao rei-de-armas. A Igreja agradeceu ao "mais elevado dos pares de França" e, antes de retirar-se, pediu para que os demais seguissem seu exemplo.

E este foi seguido pelos cavaleiros e nobres da corte borgonhesa, que fizeram os votos com "piedade" e "compaixão", acompanhando o duque, de acordo com suas possibilidades.

Outras encenações do banquete estiveram ligadas à figura de Jasão, patrono da ordem de cavalaria fundada por Filipe. Partes da história do herói foram contadas em forma de pantomima, entremeadas com pequenos números musicais. O herói mitológico enfrentou, ante os olhares da corte da Borgonha, as criaturas e desafios de sua lenda. Reforçando a ligação com Jasão, poderia estar-se buscando também um reforço da posição do duque, líder da ordem que tinha o herói como patrono. Lembrando sempre que todos os esforços que Jasão despendeu para conseguir o velocino de ouro tinham por trás o propósito de tornar-se rei.

Também as festividades do casamento de Carlos, O Temerário, tiveram encenações relacionadas a um herói da mitologia clássica. Só que dessa vez foram representados os doze trabalhos de Hércules. Uma encenação interessante nessas bodas foi quando entrou um leopardo, "muito bem feito e com semelhança com o animal", trazendo em suas mãos a bandeira da Inglaterra e na outra uma margarida. O chefe de cerimônias do duque pegou a flor e deu-a a Carlos dizendo que "o bravo e corajoso leopardo da Inglaterra vem visitar esta nobre companhia e, para vossa alegria e a de vossos aliados, países e súditos, ele o presenteia com uma nobre margarida." [xix]

Eis, portanto, a importância que tinham na Borgonha as cerimônias, festas e rituais. Funcionavam como elementos agregadores, centralizando seus faustos nas mãos do duque. Afirmavam seu poder, formando a base simbólica de um príncipe que almejava a realeza, sem a possuir. E para manter esse esquema funcionando, era necessário um corpo de funcionários exercendo funções específicas. Cada detalhe era pensado e executado com maestria. Logo, não é de estranhar que a narrativa mais difundida sobre os duques tenha sido não a de seus indiciários, responsáveis pela construção de uma "história oficial".

[i] LA MARCHE, O. *Mémoires d'Olivier de La Marche augmentés d'un estat particulier de la maison du duc Charles Le Hardy*. Paris: [s.e.], 1785. vol. 2, p. 480
[ii] APOSTOLIDES, Jean-Marie. *O rei máquina.*Brasília: EdUnb, 1993, pp. 39-43
[iii] CARDOSO, Ciro. "Panorama da historiografia ocidental (até aproximadamente 1930)" in *Um historiador fala de teoria e metodologia. Ensaisos*. Bauru, SP: Edusc, 2005, pp. 115-150.
[iv] LA MARCHE, Op. Cit, vol 2, pp. 306-309
[v] Idem, vol. 2, p. 309-310.
[vi] Idem, vol. 1, p. 429.
[vii] EMERSON, Catherine. *Olivier de la Marche and the Rhetoric of Fifteenth Century Historiography.* Suffolk: Boydell e Brewer. 2004, p. 75.
[viii] LA MARCHE, Op. Cit., vol 2, p. 184.
[ix] Uma provável tentativa de La Marche de justificar os gastos de seu senhor com festejos. Um dos motivos seria a constante insatisfação das cidades neerlandesas sob domínio ducal com as pesadas taxas que pagavam para sustentar seu luxo. Algumas referências dessas insatisfações estão em BROWN, Op. Cit. 573-587
[x] LA MARCHE, Op. Cit., vol. 2, pp. 171-172.
[xi] Idem, vol 2, pp. 326.
[xii] Idem, vol 2, p. 356.
[xiii] Idem, vol 2., p. 356.
[xiv] Idem, vol 2., p. 343 385.
[xv] Idem, vol 2, p. 385.
[xvi] Idem, vol 1, p. 431.
[xvii] Idem, vol 2., p. 177.
[xviii] Idem, vol. 2, p. 181. CARDINI, Franco. "O guerreiro e o cavaleiro" in LE GOFF, Jacques (org.). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, s.d., p. 71.
[xix] Idem, vol 2, p. 385.

POLÍTICA E EDUCAÇÃO: O ENSINO NORMAL NA CIDADE DE CAMPANHA (MG)

Ana Cristina Pereira Lage

FE . UNICAMP – mestrado

Este trabalho pretende analisar as relações políticas e educacionais na cidade de Campanha (MG), mais precisamente através do movimento de supressão da Escola Normal (1873-1905) pública e da instalação do curso normal no Colégio Nossa Senhora de Sion (1904-1965) na referida cidade. Acredita-se que este movimento passa pelas questões políticas da cidade, uma vez que as questões educacionais neste início do século XX, estão intimamente ligadas às disputas políticas.

Para realizar tal pesquisa, principalmente relativa à antiga Escola Normal, temos que buscar nas notícias de jornais locais da época[1], esta relação política e educacional. Através destes periódicos podemos verificar as notas dos exames prestados, o nome dos alunos, dos professores e, particularmente, as notícias relativas às questões financeiras e as apreensões quanto ao fechamento da Escola. Por outro lado, também percebemos as manifestações sobre a implantação do Colégio Nossa Senhora de Sion na cidade.

Através do levantamento de fontes – principalmente dos jornais citados - e da leitura de alguns memorialistas do século XIX e início do século XX que retratam a História da cidade de Campanha, pode-se perceber que a instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion não teve somente um caráter educacional, mas também teve em seus bastidores uma intencionalidade política de desmantelamento da antiga Escola Normal da cidade para a implantação da Escola Normal no Colégio Sion. Para esta discussão é necessário entender o papel da cidade no momento da Proclamação da República, os seus lideres políticos e os desdobramentos do " Movimento Separatista Sul-Mineiro" de 1892[2].

A Escola Normal de Campanha, a segunda instalada em Minas Gerais, foi criada pela Lei Provincial no. 1769 de 1871 e passou a funcionar a partir de setembro de 1873. Teve como modelo a Escola Normal de Niterói e contou com grande prestígio e fama. No inicio de 1889, Benjamim Constant visitou as obras de restauração da Escola Normal de Campanha e

deixou registrado no *Livro de Visitantes*[3] da Escola, anotações sobre o prédio, os auxílios dados à Instituição, o plano de ensino, o regime da Escola e o número de alunos. Da escrita de Benjamim Constant sobre a Escola Normal de Campanha, podemos salientar a questão da co-educação, a preocupação com o espaço escolar, com as matérias ensinadas e a valorização da mulher em seu papel de educadora. Cabe ainda ressaltar a preocupação do diretor da época em angariar recursos junto à comunidade local para as reformas e a obtenção de móveis escolares.

O repasse de verbas do Estado para as Escolas Normais nunca foi suficiente. Em um artigo de jornal de 1898 critica-se as péssimas condições de salários dos professores mineiros pois existem nesta época 15 Escolas Normais no Estado , que habilitam muitos professores que jamais se dedicarão ao ensino. Reivindica então ao governo mineiro a diminuição do número de escolas públicas[4].

Neste mesmo ano, em 04 de dezembro de 1898, o *Monitor Sul Mineiro* publica que o Estado suprimiu 201 escolas públicas devido a dificuldades financeiras e à falta de freqüência de alunos. Na edição seguinte anuncia a matrícula de 313 alunos na Escola Normal de Campanha. O número de alunos matriculados é significativo para a época, mas as notícias de provável fechamento desta instituição são constantes. Como fechar uma Instituição de ensino tão bem aceita e procurada na região sul-mineira? A desculpa da falta de alunos não pode ser utilizada...

Mas o diretor da Escola Normal neste momento é o Dr. Ferreira Brandão, médico, antigo chefe do Partido Republicano,antigo Deputado Federal, um dos mentores do movimento separatista...inimigo político de algumas pessoas influentes neste momento, inclusive o Presidente de Minas, Silviano Brandão (1898-1902), o qual através da lei no. 318 de 16 de setembro de 1901,altera a estrutura das Escolas Normais. Nesta lei, por medidas de economia, todas as escolas normais do estado deveriam ser suspensas, os professores que mantivessem no exercício de suas funções teriam a diminuição de seus vencimentos e os cargos de inspetores extraordinários de instrução seriam extintos. As Câmaras municipais entrariam em acordo com o governo e poderiam passar a manter tais escolas. Não podemos

afirmar se a Câmara de Campanha ajudou no funcionamento da Escola Normal pois a Ata da Câmara deste período desapareceu. Podemos apenas afirmar que são constantes as notícias nos jornais *A Campanha* e *O Monitor Sul Mineiro* sobre a falta de pagamento dos professores.

Estes jornais também publicam notícias sobre a má administração do Diretor da Escola, e aparecendo até notícias de difamação pessoal do mesmo. Tais notícias começam em 1901. No início do ano de 1905, as notícias culminam com uma acusação de abuso sexual de menores pelo Diretor da dita Escola Normal. O Dr. Ferreira Brandão resolve então abandonar a cidade.

O fato é que a Escola Normal perdeu o seu Diretor, mas o fechamento não foi automático. Durante todo o ano de 1905 são publicadas notícias nos jornais locais que afirmam tal funcionamento: matrículas e formaturas de alunos. Publica-se também que os professores foram declarados em disponibilidade, recebendo metade dos salários.

No ano seguinte, o Presidente de Minas, João Pinheiro, decreta através da lei no. 439 de 28/09/1906 , que o Estado deve criar 05 novas Escolas Normais. Os professores campanhenses em disponibilidade participam de uma reunião em Belo Horizonte e são convidados a participar da fiscalização do ensino primário do Estado. A Escola Normal de Campanha não tem mais professores e só seria reestruturada e voltaria a funcionar no ano de 1929.

O que aconteceu com os alunos da Escola Normal? Através do *Livro de Notas do Curso Normal Colégio Nossa Senhora de Sion (1906-1909)*[5], podemos encontrar a transferência de três alunas da antiga Escola Normal para o curso Normal do Colégio Sion. Percebemos que as três cursaram até o ano de 1904 na primeira Escola e somente concluíram o curso após 1906 no Colégio Sion. Mas este número de transferidas é insignificante com relação ao grande número de matrículas apresentadas na antiga Escola Normal.

Enquanto os jornais locais publicavam noticias sobre as dificuldades da Escola Normal, também publicavam noticias sobre a instalação do Colégio Sion em Campanha. Sua implantação foi uma proposta de alguns representantes políticos e religiosos da região. Foi

uma iniciativa do Padre Natuzzi,diretor do Noviciado Jesuíta da cidade, do Dr. Joaquim Leonel de Rezende Filho, Deputado Federal; e do Dr. Gabriel Valladão, promotor de justiça da cidade e filho do antigo chefe do Partido Conservador. O Dr. Leonel Filho visitou o Colégio Sion de Petrópolis e conversou com a Madre Superiora, Mère Angelina. Posteriormente, a Madre Superiora veio até Campanha para escolher um local adequado para instalar a nova escola. Foi escolhido um imóvel um pouco retirado da cidade, um palacete que pertencera ao Senador Evaristo da Veiga e onde, no final do século XIX, funcionara um *Hotel Sanitário*. Era um local de descanso para curar pessoas com problemas pulmonares e o clima era propício para a cura destas doenças, além as proximidade das diversas fontes de água mineral.

O Colégio de Sion instala-se em Campanha no dia 16 de outubro de 1904. Pode-se saber muito pouco sobre as primeiras " meninas de Sion", pois as atas que contém nomes e notas das mesmas são referentes ao ano de 1906. Segundo o diário da primeira superiora, Mère Dieudonée, neste dia foram matriculadas 17 alunas.

Os artigos dos jornais demonstram a necessidade de implantar na cidade uma educação que estivesse voltada para o desenvolvimento e o progresso da cidade. Têm até um caráter redentor contra a "lethargia" presente na sociedade campanhense da época. A educação, neste momento, dialoga com o discurso político, atende às suas necessidades, quais sejam: desenvolver determinadas aptidões para apreender o discurso da ordem e alcançar o progresso. A escola celebrava a política republicana através da divulgação de seu ideário, corporificando os seus símbolos e valores. A instalação do Colégio na cidade ia de encontro às ansiedades dos políticos e da elite local pois "salvaria" a todos do "definhamento" em que se encontrava a cidade. Um definhamento declarado com os problemas pelos quais passava a antiga Escola Normal de Campanha.

Já no ano de 1905, o Sr. Bráulio de Vilhena Junior, o qual havia sido acusado pelo jornal *A Campanha* por tentar difamar a reputação do Diretor da Escola Normal, e que assumiu o cargo de Secretário de Finanças do Governo João Pinheiro no ano seguinte, foi o responsável em negociar a equiparação da Escola Normal do Colégio Sion à Escola Normal

de Ouro Preto. O jornal *A Campanha*, manifesta a sua preocupação com relação à supressão da Escola Normal que adviria da equiparação do Colégio Sion[6]. No ano seguinte a Escola Normal de Campanha já não funciona mais e o Colégio Nossa Senhora de Sion recebe parecer favorável para o seu Curso Normal. Desta vez era *O Monitor Sul Mineiro*[7] que noticiava a necessidade de "educar" futuras boas mães e esposas.

É claro que muitas das normalistas procuravam na educação um meio de alcançar uma certa " liberdade", conseguindo sair da esfera domiciliar e integrar-se na esfera do trabalho enquanto professoras. Mas a grande maioria buscava educar-se nos moldes comportamentais mais rígidos e refinados da época com intuito casadoiro. O próprio currículo demonstra a necessidade de educação para um futuro no lar...

Estas " Meninas de Sion" pertenciam às principais famílias da região Sul Mineira. Faziam parte de um novo ideário que estava sendo implantado na cidade. Fechava-se a Escola Normal de Campanha, ligada à participação do Presidente do Partido Republicano, atuante no Movimento Separatista de 1892, o Dr. Ferreira Brandão, na sua direção nos momentos finais. Era também uma escola voltada para a co-educação, para o externato e elogiada pelo positivista Benjamim Constant. Seus princípios feriam o discurso pregado pelo movimento do ultramontanisno.

Tal discurso ganha terreno no solo campanhense através atuação dos políticos conservadores e da Igreja local. Entra em cena uma escola normal feminina, que tem a maioria de suas alunas internas e poucas semi-internas. Uma escola para formar esposas e mães competentes para divulgar o discurso católico.

1*A Campanha* e *O Monitor Sul Mineiro* – Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Campanha / MG

2Martiniano da Fonseca Reis Brandão iniciou um movimento de separação da região sul-mineira do restante do Estado no dia 31 de janeiro de 1892. Proclamaram o Estado de Minas do Sul , tendo como chefe o Sr Martiniano e a cidade de Campanha tornou-se a Capital. Logo que tem início o Movimento Separatista em Campanha, o Presidente da Província, Cesário Alvim, renunciou ao seu cargo (02 de fevereiro). Foi então enviado um contingente de 200 soldados pelo governo de Minas, mas quando chegaram na região, a junta governativa já havia sido desfeita. Os Deputados Federais Ferreira Brandão e Leonel de Rezende Filho negociaram junto ao Governo Federal a anistia aos revolucionários, principalmente do líder, irmão do primeiro e cunhado do segundo.

3Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG

4*O Monitor Sul Mineiro,* Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG

"De todos os alumnos que na escola normal desta cidade se distinguirão pela intelligencia

e applicação, quase que podemos affirmar que poucos de entre elles seguirão a carreira do magistério, entregando-se todos os demais a outros meios de vida, meios muitas vezes penosos, porém de melhores resultados que os do magistério primário. (...)

Seria preferível que o governo desde já diminuísse o numero de escolas publicas, acto que em nada prejudicará a instrucção , porque muitas são as localidades que tem escolas em numero superior ao que póde comportar, para assim augmentar a gratificaçao dos nossos professores primários."

5Acervo Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, UEMG - Campanha

6*A Campanha,* 20/11/1905 – Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, CampanhaMG

"No caracter official de fiscal do governo, chegou à esta cidade o provecto professor da Escola Normal de Ouro Preto, o sr. Luiz Peçanha, que vem syndicar para emittir parecer, das condições pedagógicas do Collegio de Sião desta cidade, que pretende equiparação das Escolas Normaes do Estado.

Não será isto o prenuncio certo da suspensão por tempo indeterminado da nossa Escola?"

7*O Monitor Sul Mineiro, 19/01/1906,* Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, CampanhaMG

" O abalisado e competente professor Sr. Peçanha cujo nome é uma garantia, para o governo, depois de rigoroso exame, como fiscal de Instrucção, vio com a perspicácia intelligente de Mestre, quanto lucrava o Estado com esta equiparação

(...) onde os Paes e mães podem perfeitamente deixar suas filhas com a segurança de que gozarão n'ella de todo o conforto e de tudo quanto a hygiene mais rigorosa exige modernamente.

A instrucção dada em Sião é completa, seu programma de ensino satisfaz todas as exigências atuais,...

Se além da Instrucção tocássemos na educação moral que se recebe em Sião, veríamos que toda ella é baseada na rectidão de uma consciência moldada pelas regras do Evangelho.

É ella que forma as esposas fiéis, as filhas dedicadas e as donas de casa segundo o typo da mulher forte, da Sagrada Escriptura.

Quantos Paes e quantos maridos não se achão hoje encantados de possuírem no seu lar, essas pedras preciosas lapidadas segundo os methodos de Sião."

GUERRA E MITO NA IDADE DAS TREVAS:

A INTERVENÇÃO DOS DEUSES NO COMBATE ENTRE AQUEUS E TROIANOS[i]

Ana Gabrecht[ii]

A tradição tem conferido a narrativa dos acontecimentos da Guerra de Tróia à *Ilíada*, poema considerado criação do aedo Homero, a quem também é atribuída a *Odisséia*. Sabe-se que os poemas homéricos remontam a um período da história grega conhecido como *Idade das Trevas* ou *Séculos Obscuros*, que compreende aproximadamente os séculos XII-VIII a.C. O desaparecimento da escrita no mundo grego é um dos fatos que marcam esse período. Sendo assim, por não haver documentos escritos, o conhecimento acerca desse momento histórico é baseado principalmente no relato da poesia transmitida oralmente pelos aedos. As obras literárias sobreviventes desse período são as duas epopéias acima citadas. O presente artigo irá ater-se ao relato da *Ilíada*.

A *Ilíada*, ao contrário do que supõem o senso comum e o saber escolar, não narra a história da Guerra de Tróia. Na verdade, esta é apenas o pano de fundo para o poeta abordar o drama de Aquiles, tema central da epopéia. O poema começa já no décimo ano da guerra. Nada é dito sobre os nove anos iniciais. O poeta também não se detém nos motivos do conflito ou em como Agamêmnon — rei de Micenas — conseguiu mobilizar tantos homens durante tanto tempo nessa expedição contra Tróia. Esses são episódios citados apenas de passagem. A *Ilíada* tem início com uma discussão entre Aquiles, herói grego, filho do rei Peleu, e Agamêmnon, comandante da expedição grega a Tróia, pela posse da cativa Briseida, escrava que fora tirada**,** de Aquiles por Agamêmnon para substituir a cativa Criseida, devolvida ao pai, o sacerdote Criseis, para aplacar a ira de Apolo, que havia mandado uma peste ao campo de batalha aqueu a pedido de seu sacerdote.[iii] Aquiles se recusa a desistir de sua presa de guerra, seu *geras* (“prêmio”, “privilégio”)[iv]. Destituído de seu *geras*, Aquiles se sente profundamente ofendido em sua *time* (“honra”) e então se retira

da batalha junto com seu exército, os mirmidões. Aquiles só retorna ao combate no final do poema, para vingar a morte de seu amigo Pátroclo, matando Heitor, o herói troiano. O poema termina quando Aquiles, acalmada sua ira, concorda em desistir do corpo de Heitor, o qual havia ultrajado, tratando deliberadamente com desonra.

A maioria dos pesquisadores tem analisado a Guerra de Tróia no sentido de comprovar ou não a sua veracidade. Tal não é o propósito deste artigo, em que se pretende deixar de lado esse debate e buscar o lado mítico da guerra, com o objetivo de analisar as relações de proteção entre deuses e homens no campo de batalha e entender a ligação entre o poder do rei (*basileus*) e as atitudes religiosas da período em questão. É possível perceber que a postura dos deuses de escolher seus favoritos e protegê-los configura-se como uma forma de legitimação do poder político.

A maioria dos protegidos são *basileis*, reis que, de alguma forma estão ligados aos deuses por uma extensa genealogia, a qual, direta ou indiretamente, remonta a Zeus, uma vez que ele é pai de numerosos deuses e deusas.[v] O fato de os reis, na *Ilíada*, considerarem-se herdeiros das divindades ilustra bem a relação entre o sagrado e o poder no mundo homérico.

Agamêmnon, rei de Micenas e líder da expedição grega a Tróia, e seu irmão Menelau, rei de Esparta, descendem de Zeus por meio de Tântalo, Pélops e Atreu. Sendo assim, o rei homérico torna-se o representante dos deuses entre os homens, um mediador dos homens junto aos deuses.[vi] No entanto, não estou propondo que o *basileus* seja um deus vivo na Terra, como os reis do Oriente Próximo. O *basileus* na fraseologia homérica é freqüentemente chamado de *isotheos* (igual aos deuses), *diogenes* (nascido de Zeus) ou *diotrephes* (criado por Zeus). Sua relação com a divindade é muito estreita. Alguns recebem o título de *anax*, como Príamo que é *anax* de Tróia[vii], sendo este um título reservado aos deuses[viii]. Além disso, muitos *basileis* têm uma divindade protetora que cuida deles pessoalmente[ix], como Odisseu que é freqüentemente auxiliado pela deusa Atena, que o considera seu favorito.

Apesar disso, o rei homérico é apenas um homem, para governar precisa receber dos deuses sua qualificação e seus atributos. Tudo que o *basileus* é e tudo que possui — suas insígnias e seus poderes — lhe é conferido pelos deuses.[x]

Odisseu, rei de Ítaca, poderia ser considerado divino, pois freqüentemente recebe a ajuda da deusa Atena e, igual a outros heróis dos poemas homéricos, é constantemente chamado de *isotheos* ("igual aos deuses"). O rei homérico é apenas um homem, precisa receber dos deuses a sua qualificação e seus atributos.[xi]

Nesse sentido, é perceptível que, no período homérico, o poder do *basileus* é legitimado pelos elementos simbólicos que o cercam, como o fato de ser guiado por um deus. Ao mesmo tempo, os elementos míticos e as estruturas religiosas auxiliam na manutenção da realeza, configurando um tipo particular de realeza divina. De acordo com Valeri o conceito de realeza evoca a idéia de uma qualidade superior, a justificação de um poder que não tem raiz no interior da sociedade, mas numa outra esfera, a do mundo da magia e religião.[xii]

A *Ilíada* e a *Odisséia* estão repletas de exemplos que ilustram a relação entre os deuses e os heróis — que geralmente são *basileis*. Os deuses, em Homero, misturam-se aos mortais, seja combatendo ao lado deles, seja protegendo-os ou aconselhando-os. Em ambas as narrativas, as decisões fundamentais são tomadas no Olimpo, na presença de vários imortais reunidos em Assembléia. Na *Ilíada*, as intervenções divinas ocorrem episodicamente e quase sempre de forma impulsiva. As motivações dos deuses são de ordem pessoal, suas atitudes exprimem simpatias e antipatias em relação a este ou àquele herói. A relação entre os deuses e a humanidade não está ainda fundamentada na *dike* ("justiça").[xiii] Na *Odisséia*, o elemento pessoal foi parcialmente completado por uma ainda rudimentar noção de *dike*.[xiv]

Para o poeta da Ilíada, a dinâmica da Guerra de Tróia e os rumos das batalhas estão nas mãos dos Olímpicos.[xv] Até mesmo o desfecho da guerra já é de conhecimento dos imortais. Zeus soube pela Moira — entidade que preside o destino — que Tróia será destruída pelos aqueus. O Senhor dos deuses, no entanto, inclina-se para o lado troiano.

Como soberano dos Céus e da Terra deveria manter-se imparcial, mas, por várias vezes, ele não consegue esconder sua preferência pessoal e, devido a ela, tenta a todo custo retardar a destruição. Zeus não permite uma vitória demasiado rápida dos aqueus, a qual só deverá acontecer no momento previamente fixado por ele próprio.[xvi] A despeito disso, ele sabe que não deve evitar o trágico destino de Tróia, pois contra a Moira nem o pai dos deuses pode.[xvii]

Os imortais são uma presença constante nas epopéias homéricas. Do lado aqueu estão Hera, a esposa de Zeus; Atena, a filha dileta do pai dos deuses; Hefestos, o deus artífice, e Hermes, o mensageiro. A favor dos troianos estão Apolo, juntamente com sua irmã gêmea, Ártemis, Afrodite e, por vezes, o próprio Zeus.

Os deuses escolhem seus favoritos entre os heróis e expressam sua ajuda das mais variadas formas. Chegam ao ponto de pegar em armas e lançar-se na batalha para defender seus protegidos. O favorito de Atena é Odisseu. O papel da deusa como guia do herói é muito mais explícito na *Odisséia*, mas suas intervenções para ajudar Odisseu não passam despercebidas na *Ilíada*. Atena constantemente guia e aconselha o rei de Ítaca não só na batalha, mas também nos mais variados assuntos, como faz por ocasião dos jogos fúnebres realizados em honra a Pátroclo. A deusa faz com que Odisseu vença a prova da corrida empurrando Ájax Oileu, que estava na dianteira. Isso causa o protesto do herói derrotado: “Ó céus! Deu-me, decerto, a deusa um trança-pé; por Odisseu, há tempo, tem como desvelos de mãe, sustentando-o sempre”.[xviii] Ao lamento de Ájax, responde o herói Antíloco, dirigindo-se a todos os aqueus presentes: “Meus caros, repito mais uma vez — e bem o sabeis — os eternos honram sempre os provectos, os já veteranos”[xix]. Da predileção divina também se ressente Enéas enquanto luta contra Aquiles. O troiano protesta: “Não é possível, cara a cara, enfrentá-lo. Tem sempre, ao seu lado, um dos deuses, que o poupa do malogro”[xx]. O mesmo ocorre com Pátroclo, agonizante, ao constatar sua derrota perante Heitor: “Blasonas, Heitor! Grande vantagem! Zeus Pai e Apolo concederam-te a vitória! Fácil, para eles dominar-me! A armadura, dos ombros eles próprios tiraram-me”[xxi].

A deusa Afrodite também intervém nos combates para auxiliar seus favoritos. No canto III da *Ilíada*[xxii], ela salva Paris — filho do rei Príamo e raptor de Helena — do golpe de Menelau, a quem o próprio Paris havia desafiado para um duelo tendo como prêmio Helena.[xxiii] Derrotado por Menelau, Paris é conduzido por Afrodite, em meio a uma névoa, ao leito perfumado de Helena. No entanto, a intervenção da deusa em favor de seu filho Enéas[xxiv] obteve menos sucesso. Intrometendo-se no combate, Afrodite é ferida no braço pela lança do guerreiro aqueu Diomedes. O herói sabe que está atacando uma deusa e aproveita-se do fato de que é a deusa do amor, não afeita aos combates como o é Atena. Diomedes a fere e ainda a censura: "Filha de Zeus, afasta-te da guerra, foge das brigas! Não te basta seduzir mulheres frágeis? Queres provar de novo a guerra? O nome guerra — penso —, de longe mesmo, ora te aterra!"[xxv].

Apesar desses casos extremos, na maior parte das vezes os deuses contentam-se em apenas inspirar os atos dos seus protegidos e, quando estes se encontram em perigo, em os furtar aos olhos dos adversários ou em desviar a lança ou flecha que os iria atingir,[xxvi] como faz Atena, ao incitar o guerreiro aqueu Diomedes a atacar o deus da guerra Ares.[xxvii] O deus também é ferido pelo herói aqueu e volta ao Olimpo para queixar-se da irmã a Zeus. Com ciúmes de Atena e dos favores a ela reservados pelo pai, Ares acusa-a de incitar e encolerizar Diomedes:[xxviii] "Todos, no Olimpo, te ouvem e obedecem submissos. A ela, porém, não tolhes com ações ou palavras. Fica à solta, a predadora, por ti mesmo, a sós, gerada. Ao Tideide Diomedes, hiperpresunçoso, agora, a desvairar, concita contra os deuses".[xxix] Poseidon também intervém de forma indireta. Ouvindo que Enéas encontrava-se em perigo diante de Aquiles, o deus do mar imediatamente lança uma névoa espessa, que cega o herói aqueu temporariamente, possibilitando que Poseidon retire seu protegido da batalha.[xxx]

Percebe-se ao longo da *Ilíada* que a conduta das divindades tende para o comprometimento em auxiliar os homens.[xxxi] A descida dos deuses do Olimpo à terra para aulixiar seus favoritos é uma forma de hierofania. Essa revelação do sagrado no mundo pode ser comparada a uma genuína manifestação de poder, pois o sagrado representa algo

que não pertence ao domínio das coisas visíveis e sensorialmente cognoscíveis.[xxxii] Aqueles que ocupam postos de liderança são os depositários privilegiados da sacralidade presente nas relações políticas.[xxxiii] Devido a essas manifestações do sagrado no campo de batalha pode-se dizer que o *basileus* homérico apresenta-se como um ser de natureza superior, diferenciado dos demais humanos. Para ratificar tal posição é preciso que ele se revista de símbolos que definam sua imagem perante a sociedade, e um desses símbolos seria a predileção por parte de alguma divindade, deuses que chegam ao ponto de descer do Olimpo e tomar parte dos combates para auxiliar seu herói dileto.

---

[i] Este artigo contém partes do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada "Poder e religião na Idade das Trevas: a configuração simbólica da realeza homérica", orientada pelo Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva.

[ii] Aluna do Mestrado em História Social das Relações Políticas (Ufes).

[iii] HOMERO. *Ilíada*. Trad.: Haroldo de Campos, v. I. São Paulo: Arx, 2003, I, 10 ss.

[iv] Na maior parte do texto da *Ilíada*, *geras* designa privilégios concretos, como a parte de escolha sobre o butim, presentes, direitos e prerrogativas políticas, entre outros. THEML, N. As realezas em Homero: *geras* e *time*. *Phoînix*, v. 1, 1995, pp.147-55. Citado da página 150.

[v] VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 96.

[vi] GLOTZ, G. *A cidade grega*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 35.

[vii] *Il*., VI, 451

[viii] YAMAGATA, N. . Αναξ and βασιλης in Homer. *The Classical Quarterly* 47 (1), 1997, pp.1-14. Citado da página 1.

[ix] RODRIGUEZ ADRADOS, F. Instituciones micenicas y sus vestigios em el epos. In: GIL, L. (ed.). *Introduccion a Homero*. Madrid: Guadarrama, 1963, pp. 319-33. Citado da página 330.

[x] BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-européias.* Vol. II: Poder, Direito, Religião. Campinas: Ed. Unicamp, 1955, p. 28.

[xi] BENVENISTE, É. *op. cit*., p. 32.

[xii] VALERI, V. Realeza. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*; religião-rito. V. 30. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994, p. 445.

[xiii] ADKINS, A. W. H. *Merit and responsibility:* a study in Greek values. Chicago: University of Chicago Press, 1975, p.62.

[xiv] FINLEY, M. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1988, p. 31.

[xv] SISSA, G. & DETIENNE, M. *Os deuses gregos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 30.

[xvi] MOSSÉ, C. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Ed. 70, 1989, p. 53.

[xvii] *Il.*, XVI, 440-4.

[xviii] *Il*., XXIII, 782-4.

[xix] *Il*, XXIII, 786-8.

[xx] *Il*., XX, 97-9.

[xxi] *Il*., XVI, 844-7.

[xxii] vv. 380-420.

[xxiii] *Il*., III, 69-72.

[xxiv] *Il*., V, 311 ssq.

[xxv] *Il*., V, 348-51.

[xxvi] MOSSÉ, C. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Ed. 70, 1989, p. 54.

[xxvii] *Il*., V, 793-863.

[xxviii] SISSA, G. & DETIENNE, M. *Os deuses gregos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 70.

[xxix] *Il*., V, 877-82.

[xxx] *Il*., XX, 318-29.

[xxxi] SISSA, G. & DETIENNE, M. *op. cit*., p. 72-3.

[xxxii] ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 15-6.

[xxxiii] SILVA, G. V. da*. Reis, santos e feiticeiros*: Constâncio II e os fundamentos místicos da *basileia* (337-361). Vitória: Edufes, 2003, p. 100.

PROJETO "O SESQUICENTENÁRIO DO PARANÁ NO CONTEXTO ESCOLAR": UMA EXPERIÊNCIA COM MAPAS HISTÓRICOS

Ana Heloisa Molina[1]

A partir do material didático (cartazes, banners e transparências) produzido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná para o projeto Sesquicentenário do Paraná, abordaremos as possibilidades de trabalho em sala de aula com mapas históricos enfocando a diversidade de ferramentas no acesso e processo ensino-aprendizagem em História. Os cartazes aliavam imagens e textos, além de mapas históricos acerca de fatos marcantes da História do Paraná.

Ao priorizar os mapas históricos, enquanto documentos, verificamos as possibilidades e limites de sua utilização em sala de aula, bem como, sua inserção no conjunto de outros documentos visuais.

A experiência envolvendo professores da rede pública auxiliou na reflexão dos usos a contrapelo deste material didático e a partilha de vivências originando projetos de pesquisa em sala de aula por parte destes professores no decorrer do ano letivo de 2004.

Este texto se propõe a apresentar os mapas enquanto uma fonte visual passível de informações acerca de um período histórico. Para tanto, discute o conceito de fronteiras, especialmente no tocante à idéia de sertão construída no início do século XX.

Estas considerações ampliam-se para refletirmos o espaço da constituição da cidade e a estruturação urbana como marcas físicas inscritas em sua malha espacial e transpostas graficamente em uma carta geográfica, bem como, as possíveis leituras e

[1] Doutora em História (UFPR). Professora de Metodologia e Prática de Ensino de História. Depto de História. Universidade Estadual de Londrina.

utilizações por seus usuários, o que não foi possível abordar dada as dimensões deste texto.

Ao final, indica as possibilidades pedagógicas do uso de mapas em sala de aula.

1. Mapas e suas visualidades: um pouco de história.

Em meio aos documentos visuais disponíveis, podemos considerar os mapas como testemunhos concretos de mentalidades, enfeixando elementos referentes ao imaginário e a cultura de uma época em seu caráter administrativo, político, estratégico e científico. Enquanto uma construção social, ou seja, um documento elaborado com determinado objetivo, os mapas históricos estão permeados por interesses econômicos e políticos.

Como documento visual, o mapa é portador de elementos significativos para a compreensão de movimentos de expansão territorial e mudanças nas e das fronteiras, mas, também, podemos vê-los como filtro e condensador de um olhar sobre o mundo, na medida em que seus executores recortam, apreendem e transpõem em uma figuração cartográfica, o desenho do mundo e de diversas regiões.

Podemos rastrear os elementos estéticos da ciência cartográfica a partir dos conhecimentos matemáticos e astronômicos em que se baseou o desenvolvimento da cartografia desde o Renascimento, o que não descarta a existência de outros tipos de mapas executados por diferentes povos anterior a este período como os chineses e árabes por exemplo. [2]

Um mapa atrai o olhar por sua concepção artística, por suas bases técnicas e revela mundos culturais em transformação e conflito pelas formas como dispõe suas imagens. Podemos, assim, pensar não mais a imagem do mapa, mas, o desenvolvimento do como se vê algo, e neste caso, fronteiras, regiões e países, ao longo do tempo. Ver

[2] Estas considerações estão no texto e curadoria de MICELLI, Paulo. O Tesouro dos Mapas. A cartografia na Formação do Brasil. Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

algo ou o "outro" não é uma ocorrência natural e sim um fato histórico que envolve critérios de valoração e aos modos operativos de que o homem dispõe em determinados momentos históricos, por isso, a função do olhar é de configurar e identificar o mundo, construindo a forma dos seres da natureza e de seu entorno.

A imagem enquanto documento não deve ser considerada como mera ilustração de um texto escrito. Além de seu cunho "conteudista" devemos refletir as diversas linguagens em cena, a produção das mesmas e as diferentes faces e interfaces deste conjunto de visualidades: pintura, caricatura, fotografia, cinema, cartografia, quadrinhos, fotonovelas, litografia, grafites, que propõem mediações, entre o mundo e seu observador, operadas por registros gráficos e também modos como este mundo visto foi organizado, considerando também, a posição do observador que envolve o processo de seleção e recorte de uma cena.

Voltando à cartografia temos que recolocar suas propriedades enquanto uma documentação visual que produz narrativas verbo-visuais, ou seja, a denominação de lugares, mares e objetos, relacionadas às instâncias de poder e governo e a representação gráfica e no espaço destes elementos.

Seu traçado remonta a um passado longínquo. Se pensarmos nas representações sobre o Brasil, por exemplo, podemos destacar os mapas e as cartas-portulanos[3] dos séculos XVI e XVII, desenhadas por famílias com tradições em cartografia. Destinadas a reis e mercadores, eram peças únicas feitas manualmente sobre pergaminho animal e ornamentadas com detalhes em ouro. Essas famílias pertenciam às tradições de estudo e confecção de cartografia italiana, flamenga, holandesa, francesa, inglesa e alemã.[4]

---

[3] Cartas portulanos: mapas adaptados às necessidades da navegação marítima no qual os pontos do litoral eram localizados por meio dos rumos magnéticos e das distâncias que se estimavam percorridas (donde a imprecisão dos contornos litorâneos nele representados).

[4] Quanto a estes mapas ver: O Tesouro dos Mapas. A cartografia na Formação do Brasil. Texto e curadoria: Paulo Micelli. Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

No sistema figurativo na época das grandes navegações a representação de lugares ocupa posição central. Na perspectiva daqueles que se arriscavam ao mar, a cartografia foi instrumento de orientação no espaço em conjunto com outros instrumentos como bússolas, sextantes, octantes[5] e posteriormente, os globos. Os mapas, ao firmar acordos sobre a repartição de terras, como o Tratado de Tordesilhas, por exemplo, impõem um pensamento político. Continham também figuras representantes das regiões anexadas convenientes à exibição mais elegante e harmoniosa dos domínios conquistados denotando uma imposição "natural" e "sem conflitos".

Estas representações, ricas em detalhes e símbolos, articulam questões culturais envolvidas naquele momento e a construção de idéias sobre civilização e barbárie que permanecerão arraigadas por muito tempo.Também estes mapas revelam os valores que a paisagem cartográfica registrava, divulgava e consolidava, graças ao papel central que ocupava no processo de construção das representações sobre o mundo e não só do ponto de vista geográfico.

A questão de mapas históricos nos propõe, por outro lado, pensar o conceito de fronteira. Objeto de investigação de várias áreas como a antropologia cultural, sociologia, economia política, antropo-geografia e ciências históricas, o termo"fronteira", segundo a Enciclopédia Einaudi, indica, em várias línguas, os substantivos correspondentes "a parte do território situada in fronte, ou seja, nas margens".

"A linha de fronteira é, portanto uma abstracção que não tem existência real fora do mapa geográfico. Mesmo o confim entre a terra e o mar não é uma linha, mas sim uma orla ou margem traçada pelo mar (...)"[6]. Possuindo caráter móvel e dinâmico, tem valores diferentes e as fronteiras mudam segundo a diferente importância assumida no decorrer da história pelos múltiplos atributos colocados pelos homens sendo permeáveis ao

[5] Sextante: Instrumento ótico constituído de dois espelhos e uma luneta astronômica presos a um setor circular de 60 graus destinado a medir a altura de um astro acima do horizonte. Octante:instrumento para medir ângulos, semelhante ao sextante, cujo limbo abrange um oitavo de círculo.
[6] Enciclopédia Einaudi. Einaudi. Volume 14. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.p.307.

intercâmbio de homens, idéias e bens culturais.Relacioná-las aos mapas significa verificar as construções e conformações de um território, país, região.

Vejamos os mapas cartográficos desenvolvidos em terras brasileiras e a expansão e constituição de fronteiras.

No século XVI e em parte do XVII, os registros eram, sobretudo, de caráter geográfico. As cidades e as vilas eram representadas esquematicamente como partes de trabalhos mais amplos.

No século XVIII, com o desenvolvimento da vida urbana nas regiões de mineração e nos principais portos, tornou-se importante para o governo português a aplicação de modelos mais complexos de controle urbanístico, que levaram à implantação de normas minuciosas e à elaboração de estudos e projetos em níveis de maior qualidade. Essa ação controladora foi facilitada pela presença dos engenheiros militares responsáveis pelos trabalhos de demarcação dos limites, treinados em elaborar trabalhos cartográficos em sua formação profissional.

A ação de expedições, e em especial, da Expedição Geográfica dos Padres Matemáticos, entre 1730 e 1748, com o propósito de estabelecer os limites territoriais na América, fornece à Coroa portuguesa informações essenciais para negociar com a coroa espanhola os limites de extensão e a realização de tratados territoriais, em uma condição mais segura e vantajosa, como os tratados de Madri (1750)[7] e Santo Ildefonso (1777).[8]

A mesma política portuguesa que promove a demarcação, fortificação e o traçado das plantas das cidades com a presença de especialistas europeus, atua, também, no sentido de impedir a entrada de estrangeiros e vetar-lhes outros modos de conhecimento dos recursos naturais do Brasil. Na primeira metade do século XVIII é conhecida apenas

[7]Pelo princípio *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito) a Espanha reconheceu os direitos portugueses sobre as terras conquistadas além dos limites de Tordesilhas e ainda cedeu a região de Sete Povos das Missões. Portugal teve que devolver à Espanha a Colônia de Sacramento.
[8]A Colônia de Sacramento e os Sete Povos das Missões retornam ao domínio espanhol, enquanto Portugal recupera a ilha de Santa Catarina. O Tratado de Badajós confimava os limites definidos pelo tratado de Madri e incorpora a região de Sete Povos ao Brasil.

uma expedição à América Meridional, de 1735 a 1745, patrocinada pelo governo francês e chefiada pelo cosmógrafo Charles Marie La Condamine, que desce um trecho do rio Amazonas.[9]

2. Os Sertões e a expansão das fronteiras

Os sertões[10] no início do século XX passaram a sofrer de ambíguas inversões: representavam a herança secular de uma colonização que fora incapaz de cultivar e povoar o território, mas também a possibilidade do futuro de construção de um novo Estado, republicano, civilizado e progressista.[11]

O sertão era um espaço de construção, real e imaginário, onde se idealizava o homem nacional isolado das influências funestas do litoral, que descaracterizavam a complexa identidade do brasileiro legítimo. Exemplos deste tipo brasileiro são perceptíveis no purismo da literatura representada, entre outros, por Valdomiro Silveira em seu livro, *Os Caboclos* em 1920, onde contos fixam a linguagem e a visão de mundo dos caipiras do interior de São Paulo.[12]

Na Belle Époque, final do século XIX e início do século XX, com a crescente urbanização e industrialização e o aumento de críticas à civilização litorânea, os pensadores e literatos delegavam ao sertão a reafirmação da vida rural como uma das respostas para os problemas de mudança social promovidos pela influência da vida urbana.

Os sertões, deste modo, serão romantizados em um cenário, onde o pioneiro, que enfrenta a natureza, irá adentrar a mata e iniciar uma nova vida, com novos valores, mais

---

[9] Para estas questões ver BELLUZO,Ana Maria. O Brasil dos viajantes. 3 ª edição. Metalivros, 2000 e REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colônia. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial: Fapesp. 2000.

[10] Os sertões significava “mata fechada”. Naquele período dizer “Estou indo para o sertão”, equivalia a “estar indo para muito longe, para um local com muitos perigos, habitado por animais selvagens e índios”. Por outro lado, significava possibilidade de uma nova vida e oportunidade de “fazer riqueza”.

[11] IVANO, Rogério. Crônicas de fronteiras. Imagens e imaginário de uma terra conquistada Norte do Paraná. Curitiba: Aos quatro ventos, 2002.

[12] Outro regionalista seria o gaúcho Simões Lopes Neto e seus livros: *Contos Gauchescos* (1911) e *Lendas do Sul* (1912), que oferecem a visão do mundo rural dos gaúchos.

próxima à vida rude e bela no trato da terra e, portanto, redentora dos desvios das grandes cidades importadoras de uma cultura desnacionalizante, desconsiderando que este território não estava assim tão despovoado, ocorrendo a presença de índios e caboclos vivendo dos frutos do campo.

Novos “bandeirantes” avançam no interior do território paranaense e no processo de colonização, o Estado passa a se relacionar com grupos empresariais privados nacionais e estrangeiros, encarregados de desenhar a nova estrutura fundiária. As empresas colonizadoras, via de regra, passam a atrelar o processo de venda dos lotes a uma motivação econômica representada por alternativas de exploração e uso da terra.

No caso da região Norte, por exemplo, a principal colonizadora, Companhia de Terras Norte do Paraná, associou a comercialização da terra repartida com o sucesso das lavouras cafeeiras e a velocidade de seu deslocamento a partir da frente de expansão, na época próxima ao Oeste do Estado de São Paulo.

Seus desdobramentos posteriores fizeram com que o fomento às cidades médias fosse uma medida constante nas estratégias de desenvolvimento espacial no Paraná ainda hoje, como aquelas situadas próximas aos grandes centros como Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

3.Uma abordagem pedagógica.

Utilizar mapas históricos em sala de aula envolve o diálogo e o trabalho conjunto com os colegas da Geografia, em que estes aplicariam noções de escalas e representações cartográficas, discutindo sua função e confecção, bem como, sua utilização para esta ciência. Amplia-se esta discussão ao indagar como os mesmos dados são utilizados diferentemente pelo geógrafo, pelo viajante, pelo engenheiro, pela administração política.

As representações gráficas indicam não somente os aspectos econômicos, políticos e naturais de uma região, mas, podem ser lidas a partir da perspectiva humana

utilizada para o levantamento destes dados e principalmente, a ausência de referências, naturais ou humanas, nos chamados “vazios”.

Esta consideração nos leva a refletir sobre o que havia naqueles lugares, quais povos ou pessoas ali habitavam e porque não foram assinaladas.

As possibilidades de uso dos mapas históricos em sala de aula envolvem não somente lidar com um documento que tem “leituras” de uma época a apresentar, mas também, com os limites de seu próprio traçado: as ausências, as mudanças e as permanências.

Este documento nos coloca uma riqueza de possibilidades: a comparação de mapas em várias épocas históricas e a atualidade, considerando os dados econômicos, políticos e mesmo estratégico em muitos momentos; a confecção de mapas pelos alunos utilizando representações mais simples conforme sua série para configurar cartograficamente, uma região, sua cidade (e aí, por que não, seu bairro, sua escola e sua sala de aula) ou mesmo a partir de um documento escrito, a disposição espacial descrita ou idealizada.

Este talvez seja o aspecto mais fascinante ao lidar com mapas: o espaço. Localizar em um espaço as realizações do homem em determinado período, a natureza modificada e as transformações sofridas coloca-nos envolver o aluno a perceber seu entorno e as mudanças no tempo de seu bairro, de sua cidade, de sua região, de seu Estado, de seu país, das fronteiras em que estão inscritos, do mundo em processo de constantes alterações, pela ação do homem ou pela relação do homem com outros e com a natureza.

"A INFLUÊNCIA DAS ARTES NA CIVILIZAÇÃO". ELISEU VISCONTI E MODERNIDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

Ana Heloisa Molina[1]

A análise das idéias de "civilização" e "modernidade" na Primeira República sob o enfoque da trajetória artística e produção pictórica de Eliseu Visconti (1866-1944) procura esclarecer os intercâmbios conceituais tomados neste período e verificar a constituição de visualidades diversas daquelas consideradas "academicistas" ou "modernistas" em suportes diferentes. A execução do pano de boca do Teatro Municipal do Rio de Janeiro entre 1904 as 1908 inserida nas reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos e a arte decorativa inscrita em objetos *nouveau* no início do século XX produzida por Visconti possibilitam vislumbrar outras "*modernidades*" discerníveis naquele momento.

Lembrando Benjamin, em seus diversos ensaios, a arquitetura, o cinema, a obra de arte, a cidade, podem constituir uma espécie de historiografia inconsciente da sociedade.

Por outro lado, pensar o indivíduo em meio a uma rede de relações é articular dialeticamente ator e estrutura social, em um diálogo constante e relacional entre os estímulos de uma conjuntura e o comportamento simbólico dos indivíduos. É uma relação de mão dupla entre expressão individual e uma conjuntura histórica.

Neste contexto elegemos Eliseu d'Ângelo Visconti (1866-1944). Pintor, aluno da AIBA, participou do movimento dos modernos de reforma institucional da Academia em 1888 e obteve o primeiro prêmio de viagem em aperfeiçoamento na Europa no novo regime (1893).

Nesta escala, priorizamos Visconti como um artista que vivenciou em diferentes graus, a transição ideológica, política e cultural, captando em sua sensibilidade artística, as múltiplas modernidades que se impunham por um discurso realizado por intelectuais,

[1] Doutora em História (UFPR). Professora Departamento de História. Universidade Estadual de Londrina.

instituições, promotores de reformas urbanas, críticos de artes e as visualidades expressas decorrentes das mudanças promovidas por diversos movimentos artísticos.

O objeto artístico não é simbólico *per se*. É oriundo de uma complexa rede de relações, surgida com a experiência cultural e entre outras possibilidades, flagra a alteridade, o novo, o diferente, expresso por códigos inusuais até então.

As mudanças e transformações de um mundo atrelado a outro que não totalmente morto, promovem acelerações, ideários e imaginários que se insinuam em vitrines (entre outras, por exemplo, nas Exposições Nacionais e Universais), transmuda-se em objetos e propõem novos caminhos: a mística do Progresso, da Ciência, da Civilização, da Ordem e da Lei.

O vislumbre dessa utopia modifica espaços, desloca contingentes de pessoas de países e regiões, produz sobressaltos literários e estéticos, impõem novos marcos e símbolos.Tradição/inovação, passado/futuro, novo/velho, nacional/cosmopolita, regional/litoral, branco/mestiço, campo/cidade, imigrante/brasileiro. Dualidades que se mesclam, embates que se colocam.

A transição, ou a passagem, entre dois séculos não é tranqüila e extensiva. Sofre marchas, contra-marchas, hesitações e reações. A modernidade é registrada em referências visuais entre outras possibilidades, (in)definíveis e contraditórias nas artes, no novo regime, nas reflexões sobre este regime, na tentativa de capturar seu elã.

Analisar esse registro visual tendo como pano de fundo as transformações expostas é desafiador, pois, a imagem depreende uma rede de significações, que ao término de sua leitura e interpretação jamais podem ostentar uma compreensão total, devem ser compreendidas em outros vieses e relações.

01. O pano de boca do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Tomamos o Rio de Janeiro como espaço de estabelecimento de bases materiais de um novo pensar cultural e deslindar como a modernidade se infiltra e se impõe, é percebida e percebe-se em seus atores e espectadores, elaboradores e fruidores.

O Rio de Janeiro do século XIX constituirá em um jogo complexo de interesses públicos e privados, reformas orientadas por uma "ordem" capaz de demonstrar e orientar o "progresso" do novo regime republicano na orquestra da civilização. O modelo de reorganização urbano para o Rio de Janeiro, bem como para outras cidades européias e latinas, está pautado em Haussmann e seu projeto urbanístico em Paris, priorizando avenidas largas, construção de bulevares e a destruição de prédios e cortiços que poluiriam visualmente o novo planejamento racional da cidade.

A construção do Teatro Municipal, inserida nas reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX ao XX, pode ser vista enquanto monumento sinalizador de uma tradição e ao mesmo tempo, em busca de renovação e terá em seu estilo arquitetônico e decorações internas, chaves de entendimento para a implantação de imagens simbólicas de civilização.

O pano de boca executado por Visconti entre 1904 a 1908 proporcionará elementos para a compreensão desse movimento dialético.

A configuração de uma representação política em imagens pictóricas pode ser realizada através de retratos, cenas históricas e de batalhas e mesmo cenas bíblicas e alegóricas em combinatórias de composição e estilo.

A retomada de uma pintura de conceitos na projeção de um ideal político e social pode ser encontrada na pintura "A influência das artes na civilização", tema dado a Eliseu Visconti para conceber o pano de boca do Teatro Municipal.

A preocupação do artista foi o uso da história para confeccionar a composição do pano de boca, considerando somente a Arte e o Dever, sem evidenciar a política ou doutrinas. Esta postura aparentemente "neutra" é coerente com suas declarações em

diversos momentos e é reafirmada pelo pintor que diz seguir a religião da “arte” antes que qualquer outra ideologia.

Visconti elabora um texto em que descreve sua composição de forma linear evolutiva e progressiva da arte perante a civilização, onde um cortejo de personagens e alegorias desfila perante a “Arte”.

A escolha de personagens políticos considerados líderes, indicados em uma leitura positivista, não somente como liderança política, mas como portadores de uma personalidade carismática vinculada a um sentimento espiritual, demonstra a presença de figuras aparentemente díspares lado a lado. É o caso de Pedro II, segundo o pintor, não o imperador, mas o homem culto protetor de institutos literários e artistas em geral, que mereceu por parte de Visconti, um trecho justificativo maior no texto apresentado ao público. A não ruptura completa de Visconti em relação ao Imperador, incentivado por este enquanto aluno do Liceu e na própria Academia Imperial de Belas Artes é reiterado ao indicar seus mestres professores Pedro Américo e Vitor Meirelles, próximos também á figura do antigo monarca. Esta questão ultrapassa posicionamentos partidários, pois, relaciona-se à lealdade e reconhecimento, bem como, à justiça de atos e trabalhos realizados por estes homens.

A figura de Pedro II no pano de boca causou constrangimentos políticos no Rio de Janeiro, debates em jornais que foram sustentados por Visconti o que recoloca em jogo, os discursos, os símbolos e valores com que foram organizados e os significados construídos, adquiridos e absorvidos na construção de um discurso vencedor por parte dos republicanos.

Na outra ponta, nesta mesma pintura, temos Benjamin Constant (1836-1891), “fundador da República” segundo disposições transitórias da Constituição Brasileira de 1891. Considerando a ação do partido republicano, enquanto espaço portador da verdade, como único capaz de estar *pari passu* com os “rápidos movimentos da

sociedade", onde baseados na história e na ciência, promove um equilíbrio orientado em relação às tendências antagônicas das diversas classes, e esta condição de equilíbrio que conduz a "ordem" e conseqüentemente deriva o "progresso" estabelecendo novos patamares para alcançar a "civilização", não é de todo contraditório sua presença ao lado da figura do imperador em uma pintura destinada à educação visual implícita, onde a arte influenciaria a civilização.

O pano de boca executado por Visconti nos habilita a pensar as imbricações visuais, políticas e ideológicas em um período de intensas mudanças, possibilitando perceber as estratégias de permanência de estruturas ligadas ao regime político monárquico e os artifícios de concepções de "moderno" e "civilização" a serem implantados pela República e as contradições presentes neste instante de transição.

Outras leituras referentes às interpretações de temas e personagens apresentados naquela pintura não serão possíveis dadas as limitações deste texto.

02. A arte decorativa de Eliseu Visconti

Os projetos expostos na Exposição da Escola Nacional de Belas Artes em 1900 são projetos e peças executadas em materiais como cerâmica, ferro e vidro com características *nouveau* que Visconti recebe quando realiza o curso de Eugene Grasset em Paris.

O termo nouveau será aqui empregado com o significado mais amplo, pois, sua influência desde experiências arquitetônicas a decorativas, inclui uma estética que se queira "nova", "jovial", saudando esses novos tempos de produção e consumo de mercadorias consubstanciadas em status, poder, moderno e distinção. Esse tempo "novo" se é marcado pela máquina e pelo progresso, será retomado pelo nouveau como um entrelaçamento da máquina e da natureza em um sentido de recuperação do homem

ao seu meio, integrando-os em um ambiente com uma linguagem pessoal e livre de imitações, a conjunção da flor e a máquina na feliz indicação de Flávio Motta[2].

As análises desses objetos oferecem possibilidades de discutir a história pelo ponto de vista material e ao mesmo tempo, como suporte de um projeto visual em construção, percebendo as modificações, as penetrações/inserções e a discussão do consumo de bens simbólicos.

Visconti retorna ao Brasil após exibição de trabalhos e a medalha recebida na Exposição em Paris em 1900 e as obras e esboços apresentados na Exposição da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro em 1901.

A denominação pelo artista no catálogo de exposição de "arte decorativa aplicada às indústrias artísticas"[3] indica a preocupação de Visconti em produzir peças em maior quantidade, de forma a torna-las mais acessíveis ao grande público. Além disso, verificamos a variedade de objetos produzidos, seja pela matéria prima empregada, seja pelo uso e diversidade de proposições como: marchetaria, projetos de tecidos a ser realizado em seda, objetos de ferro, cerâmica, esmalte, vitrais, estamparia de tecidos, papel de parede e couro cinzelado.

Caberia acrescentar que pela primeira vez, um pensionista brasileiro na Europa afastava-se dos caminhos tradicionais que levavam aos mestres acadêmicos, como Cabannes e Valon, para dedicar-se ao estudo da arte decorativa. O que, em se tratando de Visconti, não era algo totalmente estranho, pois um dos pólos do nouveau, o simbolismo, liga-se ao pré-rafaelismo, próximo a algumas de suas composições pictóricas. Outro detalhe é que Visconti receberá várias medalhas em desenho de ornato quando aluno do Liceu de Artes e Ofícios, portanto, uma afinidade que irá encontrar campo em Grasset.

---

[2] MOTTA, Flávio.Contribuições ao estudo do art nouveau no Brasil. São Paulo:s.e., 1957

[3] Catálogo de exposição na Escola de Belas Artes em 1901. Citado em BARATA, Frederico. Eliseu Visconti e seu tempo. Rio de Janeiro: Valverde, 1944.P. 157-170.

Em princípio, Grasset distingue forma de conteúdo. Forma em primeiro lugar, compreendida como resultado de um pensamento lógico, quase matemático, e conteúdo ligado às manifestações da natureza. A idéia de natureza como portadora de elementos ornamentais é asseverada pela afirmação:" cada curva dá idéia de movimento e de vida. A linha curva deveria ser completa, redonda, fechada e harmoniosa, igual a um talho cheio de seiva jovem."[4]

A decoração, além disso, surgia para ele como um desejo de esconder a construção interna e o processo de elaboração quando aplicado a um objeto ou a um edifício, daí, o uso de recursos estilísticos como linhas e retortas.

Por volta de 1897, Eugene Grasset fez algumas conferências em Paris a respeito do curvilíneo como forma de decoração pura, própria para fins práticos, respeitando os limites impostos pela forma e pelo material utilizado.

Essas premissas como, o uso de linhas e retortas, curvas e limites harmoniosos, estão presentes em vários trabalhos de Visconti em cerâmicas, pratos, luminárias e mesmo na composição gráfica em selos.

Nos apontamentos de seu caderno de curso[5] percebemos pelas anotações, a preocupação de Visconti em analisar o problema da forma e a vinculação com a estrutura das plantas. Anotava coisas como: "construir um desenho sobre uma linha seca ou traço (igual), dá sempre um aspecto duro, magro e sem solidez. Assim como variar as grossuras das linhas e das superfícies é ainda um meio de enriquecer o desenho".

Vemos como o problema de enriquecer, dar maior conteúdo a um projeto, constava até na elaboração da densidade de uma linha, traduzindo suas preocupações com a pesquisa e a valorização do desenho como princípio, ecoando as lições de

[4] Essas considerações estão em MOTTA, F. op.cit.

[5] Páginas desse caderno estão reproduzidas em ARRESTIZABAL, Irmma (org.) Eliseu Visconti e a arte decorativa. Uma exposição. Rio de Janeiro:PUC/FUNARTE, 1982.

Grasset.Visconti ainda ilustrava e escrevia em seus cadernos proporcionando um rico documento de reflexões e esboços de peças. Outra anotação: “O ferro fundido vai sempre afinado para a extremidade, e muitas vezes essa extremidade é achatada em forma de leque, tomando uma forma decorativa”.

Visconti ilustra essas considerações com vários desenhos para mostrar o melhor meio decorativo desse material. Se há técnica que o “Art Nouveau” mais empregou em arquitetura, no Brasil, é a do ferro fundido, adaptado como grades para balcões, suportes de lampiões, postes e esteios.[6] Essa anotação, reproduzida dos cadernos, traduz as lições apreendidas nos cursos na França com Grasset. “Dobrar a curva para enriquecê-la”. Eis um princípio que evidencia o desejo de fazer da linha curva algo que empresta maior conteúdo à ornamentação e essa, por sua vez, à arquitetura, traduzindo o ideal de beleza, solidez e utilidade.

Pelas mudanças ocorridas no equipamento doméstico, e assim relacionar a cerâmica produzida por Visconti, em seu formato, usos, funções e representações simbólicas, podemos captar o modo de vida moderno, encarnado nas dimensões fragmentárias e mutáveis, entre outros, do deslumbramento da última moda.

Tratava–se de constituir na eleição de determinados objetos o jogo de configurações e representações idílicas do mundo moderno, comportando a fluidez necessária para se vivenciar as tensões e as contradições geradas pela turbulência daquilo que se convencionou chamar de modernidade, como a citada em Berman[7].

Nas peças e projetos executados por Eliseu Visconti percebemos alguns desses flagrantes em captar elementos ditos novos pelas tendências desse repertório estético

[6] O Brasil, a partir de 1890, tornou-se importante comprador de manufaturas, e a arquitetura metalúrgica foi adotada para os mais variados fins. Alguns exemplos expressivos de edifícios e de mobiliário urbano de ferro, que ainda se encontram em uso no País: o Mercado da Carne em Belém, os mercados de Manaus, o teatro José de Alencar em Fortaleza e a ornamentação da Estação da Luz em São Paulo, entre outros.
[7] BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.135.

discursivo *nouveau* e sua transposição em uma linguagem visual em materiais peculiares inseridas naquele momento histórico.

Ao criar objetos 'modernos' em que a presença de valores plásticos como volumes, linhas e cores sugerem outras resoluções visuais, Visconti aponta outros caminhos para o entendimento desse moderno e a eleição/supressão/omissão de quais dessas referências permanecerá para as artes visuais e que será retomada por outros movimentos posteriores.

Ciência, Política e Paixão: Trajetórias de Cientistas e a Profissionalização da Ciência no Brasil (1951-1974).

Ana Luce Girão Soares de Lima
Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

A profissionalização da ciência é um processo que teve seu marco principal no ano de 1951, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas[i]. Simon Schwartzmann (2001), privilegiando como critérios de análise o surgimento de instituições capazes de abrigar cientistas, além do fator financiamento à pesquisa, caracteriza como "ciência amadora" aquela praticada anteriormente àquela data e como "ciência profissional" a que se praticará a partir de então[ii]. Não obstante, as décadas anteriores assistiram à multiplicação das instituições de ensino superior, num claro movimento de formação de recursos humanos e de construção de uma infra-estrutura que propiciasse um maior desenvolvimento científico. Por parte da coletividade científica que se ampliava então e buscava associações, temos, entre outros exemplos, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, em 1949, bem como a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1948.

O contexto político internacional era o da guerra fria, onde a ciência seria, pela primeira vez, objeto de controle estatal através da implantação de políticas públicas, concebidas no âmbito do planejamento global, da mesma forma que se tentava intervir e controlar a economia. Fortalecido por sua condição de grande potência, os Estados Unidos despontavam como o centro deste fazer científico, cujas inovações seriam rapidamente copiadas por outros países. Refiro-me especificamente á forma como se estruturou o Projeto Manhattan, responsável pelo desenvolvimento da bomba atômica: "Ficou demonstrado que amplas organizações eram indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa básica, sobretudo da física. As grandes universidades americanas passam a ser subvencionadas pelo Governo Federal, empenhadas no esforço de defesa e de

desenvolvimento científico-tecnológico“ (MOREL, 1979, p.19). Projetaram-se neste momento as primeiras agências de fomento à pesquisa e os governos determinaram percentuais de seu PNB para o desenvolvimento tecnológico do país.

Para melhor explicar como este processo ocorreu no Brasil, Schwartzmann optou por retroceder aos primórdios do século XX, concentrando-se basicamente em quatro gerações de cientistas (ligados às ciências físicas e biológicas) que naquele momento passaram a atuar principalmente em três instituições: O Observatório Nacional, o Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, e o Instituto Butantan de São Paulo.

Na primeira geração de cientistas da área da saúde[iii], chamada de pioneira, formada no Rio de Janeiro pelos discípulos de Oswaldo Cruz, em São Paulo pelos de Adolpho Lutz, observa-se maior clareza sobre o papel social que, como cientistas, desempenhavam. A origem de suas pesquisas eram as de crises sanitárias geradas inicialmente nos centros urbanos e posteriormente no interior do país, e os conhecimentos gerados por eles foram imediatamente aplicados no combate às doenças epidêmicas e endêmicas, estendendo-se também a algumas zoonoses.

Manguinhos desponta neste cenário como uma instituição criada não só para fabricar soros e vacinas, mas como um centro de pesquisas capaz de atrair estudantes de medicina para seus Cursos de Aplicação[iv], publicando os resultados das pesquisas em seu próprio periódico[v], dominando, desta forma, também as instâncias de reprodução e de difusão do conhecimento científico[vi]. Os processos de recrutamento tanto para os cursos de aplicação quanto para estágios nos laboratórios eram baseados em conhecimentos pessoais, sendo o ingresso feito mediante convite de um pesquisador. Se fosse convidado a permanecer no instituto depois de terminada sua formação, os salários pagos, embora superassem os da Faculdade de Medicina, ainda eram pequenos. Talvez por isso o regime de trabalho era parcial, e o pesquisador era obrigando a buscar outras fontes de renda caso não dispusesse de fortuna pessoal. Ressalte-se neste momento e também em relação à geração seguinte, o papel fundamental das linhagens familiares

para a iniciação científica dos jovens, face à ausência de instituições voltadas para a educação científica. Podemos encontrar em George Zarur (1974) uma interessante correlação dos critérios de competência e de origem familiar no modelo brasileiro. Este autor aponta o sucesso do modelo em um sistema quase estamental: "Assim, filhos de diplomatas, políticos, empresários, operários qualificados, etc., são informalmente socializados desde muito cedo, no agrupamento familístico profissional de seus pais. Esta é uma vantagem frente a outras formas de organização que privilegiam a seleção a partir do final da escola secundária. De qualquer maneira, a combinação dos critérios de competência e familístico pode produzir bons cientistas." (p. 72). A segunda geração é formada por indivíduos nascidos entre 1908 e 1920 e, entre os engajados nas ciências biológicas, pode-se afirmar que os que não vinham de uma linhagem de médicos, eram membros das elites financeiras do país, que cursavam medicina e procuravam Manguinhos em função do grande prestígio que este instituto desfrutava naquele momento. Do ponto de vista do financiamento, temos os grandes institutos financiados pelo governo federal e, principalmente em São Paulo, pelo governo estadual. Manguinhos começava a desfrutar de uma grande autonomia financeira, já que estava aplicando a verba advinda da venda dos produtos que fabricava, bem como da exploração da patente da vacina contra o carbúnculo hemático (mais conhecida como "peste da manqueira") que era usado para melhorar a remuneração dos pesquisadores, A partir de 1916, no entanto, a Fundação Rockfeller[vii] estabelece-se no Brasil, atuando diretamente no combate à febre amarela e à malária, criando serviços de saúde, financiando pesquisas, concedendo bolsas, e investindo em infra-estrutura produção de medicamentos.

Do ponto de vista institucional, mudanças importantes ocorreram no momento em que esta segunda geração começaria a atuar, tais como a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, a criação do Instituto Biológico de São Paulo, por Arthur Neiva, e a criação do Laboratório de Física Biológica, na Faculdade Nacional de Medicina, por

Carlos Chagas Filho, que, a partir de 1945 seria alçado à condição de Instituto de Biofísica. Este conjunto de ações é representativo do processo de valorização das universidades como centros de pesquisa, bem como da absorção de novas formas de financiamento, tais como já mencionada atuação da Fundação Rockfeller, e ainda o mecenato privado, com grande destaque Guilherme Guinle. A terceira geração, nascida entre 1921 e 1931, já é chamada pelo autor que as analisa, de "Cientistas Modernos" (Shcwartzmann, op. cit. , p. 230). Beneficiária dos avanços institucionais da precedente, revelou um avanço das ciências físicas em relação às biológicas[viii].

A tendência centralizadora do Estado Novo trouxe modificações significativas na organização da pesquisa científica, na medida em que retirou a autonomia financeira de algumas instituições, bem como impediu a acumulação de cargos por parte dos pesquisadores, reorganizando toda a burocracia estatal (aí incluídos os cientistas) sob a mão forte do DASP. Revelou ainda um profundo desconhecimento nos altos escalões do governo sobre a forma peculiar como o trabalho científico se organizava no Brasil, e também o baixo grau de institucionalização da ciência. Dentre as instituições que "sobreviveram" a este desastre estavam o Instituto de Biofísica, que herdaria assim a tradição de pesquisa e ensino de Manguinhos, e a Universidade de São Paulo, herdeira também da busca de autonomia do estado que a abrigava. Não sem contar com importantes fontes de financiamento como o mecenato privado de Guilherme Guinle no primeiro caso, e o forte apoio da Fundação Rockfeller no segundo.

É neste cenário, e principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, que começa a ser gestada a idéia de criação de uma agência de fomento à pesquisa científica no Brasil. O principal resultado deste movimento, a criação do CNPq na década seguinte. A abordagem do tema será feita privilegiando a análise da trajetória científica de Carlos Chagas Filho, revelada através de seu arquivo pessoal.

A escolha deste nome se deve ao fato de que sua biografia possibilita a elaboração de um modelo no que diz respeito à influência da origem familiar na vocação

e na sua formação superior, a Faculdade Nacional de Medicina e o Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz. Teve como legado uma fortíssima tradição científica, que carregava até mesmo no nome. A figura empreendedora de Carlos Chagas Filho pode ser comparada a de Oswaldo Cruz, uma vez que, tal como ele, em determinado momento de sua carreira, optou por "abandonar" a bancada do laboratório em busca de apoio institucional e político aos seus projetos. Carlos Chagas Filho também foi criador de uma instituição de pesquisa que levou seu nome, iniciando uma nova escola – O Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.

Carlos Chagas Filho foi ao mesmo tempo testemunha e ator do processo de implantação da política científica por parte do Estado, quando a ciência passou a figurar como fator importante para a superação da condição de subdesenvolvimento que o Brasil ocupava no cenário internacional. Mais do que isso, ele ocupou posições chave e vivenciou, em suas experiências profissionais, a transição do modelo de profissionalização e financiamento da ciência, implantado após a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

No modelo implantado por aquela agência, embora sem se afastar totalmente das relações pessoais, o critério do mérito e da excelência científica assumiam importância fundamental nas tomadas de decisões, sendo o financiamento dado ao projeto do pesquisador.

A criação do Conselho Nacional de Pesquisas, sob a direção científica do Almirante Álvaro Alberto, veio impulsionar enormemente a pesquisa básica. No entanto, um grande impulso foi dado à física nuclear a partir de então, em um momento político em que o país se voltava para as questões de segurança nacional. Não se pode esquecer que este era o contexto da reconstrução de um mundo recém saído de uma guerra, e ainda aterrorizado por duas explosões nucleares. A Comissão de Ciências Biológicas (da qual fazia parte Carlos Chagas Filho e que foi inicialmente presidida por Álvaro Osório de Almeida) também tinha bastante peso na disputa, por ser este um

campo já mais institucionalizado no panorama científico brasileiro, o que o capacitava a polarizar as discussões com o grupo da Física. Sendo assim, estas duas comissões praticamente repartiam os recursos, ficando a primeira com o maior número de bolsas concedidas e a segunda com o maior volume de financiamento.

Carlos Chagas Filho embora profundamente ligado à tradição de pesquisa de Manguinhos, privilegiou a carreira acadêmica no interior da Universidade e, como seu pai, também em órgãos científicos internacionais, como atesta a procedência de seu arquivo. Desta forma, foi o criador do Instituto de Biofísica (que hoje em dia leva seu nome) na então Faculdade Nacional de Medicina (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro). O Instituto de Biofísica foi responsável pela introdução e pelo desenvolvimento da ciência experimental na universidade.

Um ponto a enfatizar na trajetória deste cientista é a militância por uma política científica nacional que se institucionalizasse através de órgãos de fomento e de incentivo, e também através de associações de caráter nacional e internacional, sempre visando somar esforços na reunião e na formação de um corpo de pesquisadores voltado para o desenvolvimento de um modelo de ciência muito particular e comprometido com as questões internas, e ao mesmo tempo em constante comunicação com o desenvolvimento tecnológico e metodológico dos países mais avançados. Neste modelo, privilegiava-se ainda a ciência básica sobre a aplicada.

A base efetiva de toda a carreira de Carlos Chagas Filho foi construída sobre as atividades realizadas no Instituto de Biofísica[ix]. Criado por ele em 1945, a partir do Laboratório de Física Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Instituto tem um papel de destaque nas transformações pelas quais passou o campo científico-acadêmico brasileiro a partir da segunda metade do século XX. O histórico deste Instituto confunde-se muitas vezes com a própria biografia de seu criador, refletindo a crescente valorização da ciência no Brasil e suas relações com o Estado, a sociedade e a comunidade científica internacional.

Ao adotar como linha de pesquisa do Instituto de Biofísica estudos sobre o curare e o peixe-elétrico, (*Electrophorus electricus)*, nativo da Amazônia, construiu um discurso de legitimação da ciência básica feita sobre o conhecimento nacional, do qual fez uso durante toda sua carreira, e que era fundamentado na importância de uma ciência nacional baseada no uso de técnicas avançadas em modelos autóctones. Foi a partir dessas atividades que ele conseguiu introduzir a prática da ciência experimental na universidade, criando princípios hoje consolidados no meio acadêmico, tais como a articulação ensino-pesquisa e a 'invenção' da biofísica enquanto campo autônomo de investigação (Góes Filho, 1997; Mariani, 1982).

Após o golpe de 1964, Carlos Chagas Filho, embora sem se alinhar politicamente a favor dos governos militares, de certa forma desfrutava das benesses do poder, sendo nomeado pelo então Pres. Castelo Branco, em 1966, como Embaixador do Brasil na UNESCO, em substituição a Paulo Carneiro. Ao se afastar do Instituto de Biofísica para assumir o posto, aquele cientista criou um sistema colegiado de gestão que lhe permitia controlar de perto o processo de tomada de decisões e impedia, de certa forma, a imposição de uma nova liderança tão carismática quanto a sua. Sua correspondência no período é testemunho desta estratégia.

Em seu retorno, em 1970, assumiu novamente a direção do Instituto de Biofísica, cargo que ocuparia até 1973, quando passou a ocupar a direção da Faculdade de Medicina e a Decania de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aposentou-se em 1980, ano em que completou seu septuagésimo aniversário.

Dentre os principais cargos que ocupou a partir de então, destaca-se o de Presidente da Academia Pontifícia de Ciências do Vaticano, por quatro mandatos seguidos, exercendo o cargo desde 1972 a 1988.

Faleceu no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2000, aos quase 90 anos.

A questão que aqui se quer colocar é, portanto, como esta trajetória pode ser reveladora da apropriação que este cientista fez de um novo contexto institucional (a criação do CNPq), para a consolidação de suacarreiras e de seus projetos científicos, e como pode transformá-lo numa linha de mão dupla entre ele e as instituições em que atuou, dimensionando impacto destas transformações, que viriam a modificar estruturalmente seu fazer científico. Neste sentido, observar justamente o período de transição será crucial para que se possa delinear, numa perspectiva comparada, o quadro da pesquisa no interior do IOC e do Instituto de Biofísica, apontando os períodos de avanço, estagnação e recuo. A construção de indicadores próprios para analisar o período será um dos produtos metodológicos desta investigação.

---

[i] Criado em 15 de janeiro de 1951, através da lei nº 1.310. A partir de 1974, por força da lei nº 6.129, que a transforma em Fundação, esta agência passa a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tendo mantido a mesma sigla.

[ii] Ele descreve o quadro da seguinte forma: "Atuando sob a fachada de todos os tipos de atividades aplicadas, lutando para conseguir espaço em umas poucas instituições de educação superior, apoiando-se sempre que possível na fortuna pessoal ou em amigos e parentes poderosos, os cientistas brasileiros da década de 30 começaram a buscar bases mais legítimas e estáveis, além de fontes em que se apoiar. Indagar de que modo a ciência é financiada corresponde de uma certa maneira a perguntar como a ciência é institucionalizada e aceita como atividade legítima em uma dada sociedade." (Schwartzmann: 2001. p. 237)

[iii] Esta geração era composta por cientistas que nasceram entre 1892 e 1907.

[iv] Criado em 1908, os cursos oferecidos inicialmente eram de microbiologia e zoologia médica, destinados a estudantes e a médicos recém-graduados. Em 1919 teve sua denominação formalmente reconhecida.

[v] A primeira edição das Memórias do IOC que saiu em abril de 1909 trouxe, entre outros artigos, um de Carlos Chagas onde este descreve a nova Tripanossomíase Humana, provocada pelo protozoário denomindado Tripanossoma Cruzi.

[vi] A ênfase dada neste estudo ao desenvolvimento científico no Instituto Oswaldo Cruz, deve-se também à filiação à afirmação de Nancy Stepan (1976) segundo qual este foi o primeiro instituto de pesquisas no Brasil a realizar importantes contribuições na área da saúde e a colocar a incipiente comunidade científica local em contato com seus pares no exterior, num intercâmbio que revelava muitas vezes a simultaneidade de algumas descobertas e avanços.

[vii] A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, por iniciativa do milionário John D. Rockefeller, com o objetivo de implantar em vários países medidas sanitárias baseadas no modelo americano, com a prioridade de empreender o controle internacional da Febre Amarela e da Malária. A partir de 1916 estabeleceu-se no Brasil, onde permaneceu até 1942.

[viii] "Nas décadas de 1930 e 1940, a Física era tida como a disciplina científica de maior prestígio, razão por que, tanto no Brasil como em outros lugares, ela atraiu um grupo extraordinário de mentes superiormente dotadas. (...) Enquanto estes últimos [os biólogos], em sua grande maioria, se mantiveram ocupados em sua área profissional, muitos físicos ligariam-se à *intelligentsia* do País e vieram a se tornar figuras reconhecidas publicamente, envolvidas em discussões gerais sobre o papel da ciência, da tecnologia e da educação no processo de desenvolvimento do Brasil." (Schwartzmann, op. cit. p. 230)

[ix] Em 1985, por requerimento unânime dos membros de seu Conselho Departamental, o nome do instituto foi alterado para Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, com o objetivo de homenagear o septuagésimo quinto aniversário do cientista. Como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas Filho teve em vida o reconhecimento do conjunto de sua obra.

GENEVIEVE NAYLOR, IMPRESSÕES DE VIAGEM (BRASIL, 1941-42)

Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense (RJ/UFF)

Os grandes e não tão grandes fatos que marcaram a história do século XX foram registrados pela câmera fotográfica de repórteres atentos ao calor dos acontecimentos. Qual a natureza destes registros? É possível falar de uma história feita de imagens? Qual o papel do fotógrafo como criador de uma narrativa visual? E da imprensa como uma ponte entre os acontecimentos e sua interpretação? Estas questões orientam a nossa avaliação sobre o trabalho de Genevieve Naylor no Brasil, durante os anos 1941 e 1942.

Genevieve Naylor fotografa o Brasil, durante estes dois anos, sob os auspícios do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), órgão vinculado ao Departamento de Estado norte-americano, e responsável pela implementação da política da Boa Vizinhança. Estratégia política que visava a formação de um bloco interamericano, para fazer frente a expansão do nazi-facismo durante a Segunda Guerra Mundial, garantindo a hegemonia estadounidense sobre as Américas. A expressão desta política se fez a partir da construção de várias frentes de ação, a saber: comunicação e informação, saúde e higiene e intercâmbio cultural. Neste caso, o envio de artistas para os países da América Latina, bem como a recepção de artistas latino-americanos, nos Estados Unidos, era uma forma de construir os possíveis elos culturais necessários a conformação do bloco intercontinental.

Após a sua estadia no Brasil, em 1943, Naylor é convidada a expor no MOMA de Nova York, tornando-se a primeira fotógrafa a expor neste museu. Sua exposição correu os Estados Unidos, sendo exibida em vários museus, permitindo assim que a imagem do Brasil fosse projetada por todo o país, suscitando diferentes impressões.

Genevieve Naylor, formou-se influenciada pela geração de fotógrafos que nos anos 1930, transformaram a imprensa ilustrada no principal meio para se ter acesso ao mundo e aos acontecimentos. A imagem dessa geração de fotógrafos exerceu uma forte influência na forma como a história passou a ser contada. As *concerned photographs,* fotografias de

forte apelo social, produzidas a partir do estreito contato com a diversidade social, conformaram o gênero também denominado de documentação social.

O que está em jogo na elaboração da chave de leitura histórica para se compreender as fotografias produzidas no Brasil por Genevieve Naylor, durante sua permanência entre 1940-1942, como funcionária do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (CIAA)? Por um lado, no contexto da política da Boa Vizinhança o crescente interesse de intelectuais e artistas norte-americanos pelo Brasil e a ampliação das trocas culturais (Portinari, as exposições artísticas norte-americanas no Brasil, a criação do MAM/RJ). Neste aspecto, o contexto norte-americano delimitava-se pela experiência da depressão econômica dos anos 1930, pelo crescimento urbano, pelas experimentações das vanguardas artísticas e pelas instituições criadas no âmbito do Estado de bem-estar social - o New Deal de Franklin Delano Roosevelt. Por outro lado, havia o declarado interesse, por parte do Departamento de Estado dos EUA, em consolidar a presença US americana na América Latina através de acordos comerciais, planos de cooperação internacional e, por fim, de alianças políticas que garantissem a hegemonia dos EUA na região.

Na análise da mensagem fotográfica elaborada pela fotógrafa, durante a sua permanência no Brasil, há que se relacionar, a produção brasileira de Genevieve Naylor, com a tradição da fotografia documental norte-americana, ao mesmo tempo em que, apontar os diálogos que são travados com a cultura visual elaborada pela agência oficial da política da Boa Vizinhança: Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (CIAA).

O fundamental é destacar que Naylor mais do que conformar uma imagem do Outro, através dos protocolos etnográficos da alteridade, em suas imagens, este Outro é definido pela sua condição humana. Investe muito mais, nas possibilidades de se estabelecer nexos comuns, do que em criar diferenças impenetráveis (ou acessíveis somente pelo discurso científico da etnografia). A forma de compor suas fotografias, revela o diálogo que a fotógrafa estabeleceu com as referências visuais de seu tempo. Principalmente aquelas associadas à produção artística dos anos 1930, cuja valorização do indivíduo se fazia em consonância ao papel por ele desempenhado nas relações sociais.

O resultado da conjugação dessas referências foi a elaboração de uma alteridade plural dos brasileiros e brasileiras: jovens, crianças e velhos, possível de ser apreendida pela gente comum dos Estados Unidos, o público alvo das suas fotografias.

OS INGREDIENTES DA MAGIA: TRAJETÓRIA DE GENEVIEVE NAYLOR

Ao longo das primeiras três décadas do século XX, a produção fotográfica norte-americana foi marcada por duas tendência –*Camera –work* de Alfred Stiglitz, tendência pictorialista; e o *social work,* de Louis Hine, a tendência de se operar com a câmera fotográfica como um arma de denúncia social. Duas tendências que dividem o campo fotográfico, em termos de postura política, mas que dialogam em termos de linguagem e de exercícios estéticos[i]. Dentro desse contexto a Genevieve Naylor define-se como fotógrafa.

Genevieve Hay Naylor, nasceu em 2 de fevereiro de 1915, em Springfield, Massachessets. Seus pais, Emmett Hay Naylor, um promissor advogado de Boston, e Ruth Houston Cadwell, pertencente a elite local, separaram-se quando ela tinha somente 10 anos, em 1925.

Criada nos padrões da alta burguesia do leste, desde cedo, como sua mãe, tentou romper com os padrões estabelecidos, estudando desenho e pintura numa escola local, apaixona-se pelo professor, Misha Reznikoff. Em 1933 muda-se para Nova York seguindo o seu amor e o seu instinto artístico. Lá continua com seus estudos em pintura até que em 1934 depois de assistir a uma exposição de fotografias que reunia nomes como Berenice Abott, Eugene Atget e Henri Cartier-Bresson, muda o seu foco de interesse, passando a dedicar-se à fotografia. Seu destino: a New School for Social Research, onde nada mais do que Berenice Abbott ensinava. Iniciava-se então uma amizade que só iria se interromper com a morte de Naylor em 1989.

Convivendo com Abott, Genevieve Naylor tem a oportunidade de entrar em contato com os fotógrafos da Grande Depressão Norte-Americana organizados na Farm Security Administration e coordenados por Roy Stryker, e com os temas candentes da época: justiça social, integração racial, anti-facismo e cultura de vanguarda. A fotografia urbana do nova-iorquino Weegee e as tomadas arriscadas de Robert Capa, passaram integrar o conjunto

das suas preferências fotográficas. Misturando-se a estas influências sua formação nas artes plásticas, o resultado foi um olhar sensível aos temas sociais, mas também treinado na estética visual das formas plásticas, dos claros-escuros, das linhas e das composições.

Em 1937, quando tinha somente 22 anos, foi recomendada pela liga profissional de fotógrafos para integrar o Work Progress Administration, instituição governamental criada na época da Grande Depressão para abrigar o trabalho de artistas. No WPA, Naylor fotografa diferentes cidades norte-americanas temas de caráter social, daí para o fotojornalismo é uma questão de tempo.

Nesta época as revistas ilustradas eram as janelas para o mundo, a visualização do que se ouvia nas rádios. Exercia uma forte influência na cultura urbana de então e eram um grande canal para a expressão fotográfica de profissionais de peso. Em 1939 já integrava a Associated Press, como a primeira fotógrafa norte-americana a assumir função numa agência de notícias. Suas fotos passam a circular em importantes revistas internacionais, dentre as quais: LIFE, TIME e a FORTUNE. Aliás, foi nas páginas da LIFE que Vinícius de Moraes identificou a habilidade de Naylor.

A sua projeção no fotojornalismo chamou atenção de Rockefeller (então diretor do OCCIA), este sim, um caçador de talentos para implementar o destino manifesto norte-americano, a unificação cultural das Américas. É interessante pensar como Naylor, jovem culta, bem sucedida na sua profissão, integrada numa Nova York boêmia e vanguardista, fosse assumir de forma inquestionável a retórica da união das Américas, defendida pela agencias governamentais. Claro que a luta anti-facista unia pontas distintas do pensamento liberal norte-americano, desde os intelectuais comprometidos com uma tendência mais socialista, como Aldo Frank, até Walt Disney, um digno representante da industria cultural, e foi justamente este largo espectro ideológico que vai transformar a “invasão” cultural norte-americana em algo tão ambíguo quanto convincente.

No entanto, ao contrário do que apostava a geração de intelectuais, formada no ambiente do pluralismo cultural de Franz Boas, cuja referência máxima para a América Latina foi Waldo Frank, a união das Américas foi mais uma utopia. Os Estados Unidos ao

final da II Guerra Mundial, como aponta Frederick Pike, voltou a sua trilha familiar, a perseguir o progresso pelo progresso, a sua tradicional intolerância em relação aos povos e culturas ditos 'primitivos' por não deificarem os valores do individualismo burguês e crescimento econômico a qualquer custo.[ii]

É neste quadro contraditório que podemos entender o fato de Naylor, digna representante de uma tendência denominada *concerned photographs*[iii], aceitar o trabalho de fotógrafa da Boa Vizinhança.

UM MOSAICO EM MOVIMENTO, AS FOTOGRAFIAS BRASILEIRAS DE GENEVIEVE NAYLOR

Naylor não tinha muitos recurso técnicos a sua disposição: somente uma Rolleiflex e uma Speed Graphic, utilizando-se sempre de luz natural, sem filmes muito rápidos. No entanto contava com algo que ela destacou como especial: a boa vontade dos brasileiros. Numa de suas cartas mencionou: "What helps is the absolute cooperation of the Brazilians. They are so natural in their demeanor, so giving and warm, that my camera just loves them"[iv]

Fotografia era para Naylor uma forma de expressar seu encantamento pelo mundo que a rodeava. O frescor das suas fotografias provinha do fato de que ela estava vendo tudo pela primeira vez. Ao contrário das fotografias teatralizadas do DIP, tipicamente de propaganda política, suas fotos registraram como o cotidiano poderia ser extraordinário. Ela achava os brasileiros simples e abertos, fáceis de lidar. Para uma estrangeira com uma grande câmera, com roupas estranhas e sem muita habilidade para se comunicar com pessoas que por sua vez também não tinham muito contato com o exterior, o resultado foi surpreendente. As pessoas fotografadas por Naylor ora aceitavam a sua presença, sem que esta atrapalhasse o que estavam fazendo, ora assumiam uma cumplicidade com a câmera, encontrando em Naylor uma presença amigável.

A estratégia de capturar a espontaneidade nas pessoas contribuiu para que as fotografias de Naylor celebrassem a força e a perseverança do povo, evitando enquadra-los como exóticos. O olhar de encantamento que lançou para o Brasil, assim que chegou, não se perdeu ao longo dos quase três anos que permaneceu aqui. Suas viagens para o

interior, juntamente com Misha realimentaram essa impressão inicial, a cada novidade que o Brasil lhe apresentava.

As peregrinações de Naylor pelo Brasil seguem o mesmo rumo de outros viajantes ávidos pelo registro do novo, do incomum e muitas vezes bizarro. O Brasil, desde a abertura dos portos em 1808 por D. João VI, teve a sua paisagem redesenhada por riscadores que acompanhavam as expedições científicas, seguidos pelos fotógrafos paisagistas e, mais tarde, ao longo do século XX, por outros que buscavam a o "resumo etnográfico" do país, apropriando-me da expressão de Aníbal Machado. Dentro dessa trilha passaram, Gotherot, Verger e o próprio Levi-strauss, para cada um as mediações que alimentavam a sua visualidade eram diferentes, mas cada qual buscava, a sua maneira uma síntese original do país. Genevieve Naylor, também, buscou recriar o que via, a partir do que já tinha visto: o transito de pessoas por um país em crise, a afluência da sociedade de consumo de massa, as texturas do mundo *fashion*, enfim, os rostos e lugares com os quais compunha a sua linguagem fotográfica.

A presença da câmera era condição fundamental para a construção da memória, do registro ou da evidencia, a natureza da produção visual variaria segundo o seu objetivo, mas a marca da originalidade de Naylor estava inscrita na sua própria maneira de olhar, como evidencia-se numa carta para sua irmã : "My first striking visual sight was not the bustling energy of the Copacabana beach or the boulevards and slums, but a solitary young negro girl sitting cross-legged in the center of a street, intensely focused on constructing a wooden flute. If there ever was a moment to have my camera! Unfortunately, the Brazilian authorities have confiscated my equipment while they scrutinize my back ground to make sure I'm not some fifth-columnist subversive!"[v]

Nas palavras da estudiosa Ana Lucia Gazolla,

> "[...] Naylor resiste à apresentação de uma visão homogênea do país e recusa os estereótipos fáceis do paternalismo e do exotismo latino-americano[...]. Suas fotos buscam retratar uma realidade contraditória, múltipla, diversa, da qual nenhuma síntese é possível: nelas contracenam o rural e o urbano, cosmopolitismo e religiosidade tradicional, riqueza e miséria, desenvolvimento e atraso, uma sociedade em transformação que levará o desaparecimento de comunidades culturais pela hegemonia de uma cultura urbana cosmopolita e excludente. Naylor focaliza o caráter multiracial da população brasileira e capta

> em imagens carregadas de uma extraordinária percepção as imensas contradições do país, contrariando os desejos da ditadura de Vargas e as expectativas do CIAA [...] O país que retrata não é o das paisagens assépticas e deshistoricizadas, nem o do desenvolvimento e do progresso absolutos, mas sim o do contraponto, da decalagem, do processo de modernização que acentua desigualdades".[vi]

A avaliação de Gazolla sintetiza o resultado conquistado por Naylor, em suas andanças pelo Brasil. Uma leitura permeada pelo impacto que nos causa o conjunto da documentação fotográfica produzida por Naylor, considerada pelos estudiosos do período, como a mais completa coleção sobre o Brasil da época, devido a natureza variada de suas imagens.

De acordo com o brasilianista Robert Levine, no livro publicado em 1998, mais de 1350 fotografias sobreviveram ao tempo, desse conjunto, o autor publicou em seu livro, organizado com a colaboração de Peter Reznikoff, filho de Naylor, 101 imagens. Na sessão *Photographs and Prints* da Biblioteca do Congresso Norte-Americano, encontram-se arquivadas na rubrica *Archives of Hispanic Culture*, cerca de 225 fotografias sobre o Brasil pertencentes ao CIAA, deste conjunto, 187 estão assinadas por Naylor, 10 seguem o mesmo estilo adotado pela fotógrafa, incluindo paisagens semelhantes, 24 são de Kidder Smith ou semelhantes ao seu tipo de fotografia, as restantes seis imagens não foram identificadas.

Do conjunto de fotos guardadas na Biblioteca do Congresso, 37 encontram-se também no livro, as demais seguem o mesmo padrão estético e temático, com uma única diferença: as imagens arquivadas não foram editadas. Encontram-se fora do catálogo, numa espécie de miscelânea sobre a América latina dos anos 1940, sem tratamento especial. Todas estão coladas num suporte de cartão, com tamanho padrão de 24x18 (horizontais e verticais), identificação numérica no verso, carimbo do *State Department*, órgão ao qual o CIAA estava subordinado, e identificação do lugar e da data, todas de 1941. Todas estão assinadas pela fotógrafa e do conjunto total somente nove não traziam identificação de data e local, as demais traziam uma breve legenda escrita em inglês, com a letra de Naylor. Acredito que o conjunto do trabalho de Naylor pode estar arquivado em

diferentes lugares (além do material em posse do seu filho), juntamente com as demais imagens produzidas pelo CIAA[vii].

Para este trabalho trabalhei reuni num conjunto as fotos encontradas na biblioteca do congresso dos EUA, as fotos publicadas no livro de Robert Levine e mais algumas encontradas no catálogo da exposição "Faces and Places in Brazil/Rostos e Lugares no Brasil", realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo, em novembro de 1994, sob a curadoria do filho de Naylor, Peter Reznikoff, somando um total de 264 fotos que analisei segundo um abordagem histórico-semiótica,[viii].

A chave de leitura da mensagem fotográfica elaborada pela fotógrafa na sua produção brasileira evidencia-se no título da sua exposição no MOMA, em 1943, "Faces and Places in Brazil". A opção por valorizar as pessoas e lugares por onde andou vai fazer com que todas as demais escolhas técnicas e estéticas fiquem por esta condicionada.

---

[i] Trachtenberg, Alan. **Reading American Photographs: Image as History, Matehw Brady to Walker Evans**, Hill and Wang, 1989.

[ii] PIKE, Frederick B. **The United States and Latin America: Myths and Stereotypes of Civilization and Nature**. Austin: University of Texas Press, 1992, p.294.

[iii] Concerned Photographs é o termo que designa a produção de imagens fotojornalísticas, com forte apelo social, a partir dos anos 1930, com a criação das agências fotográficas, compostas por fotógrafos independentes, dentre as mais famosas do século XX, estão a Dephot, criada por Eric Solomom em 1930 a Magnum, criada por Roberty Capa, em 1947. Para uma informação resumida acesse: http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/12.shtml.

[iv] Cit. A reprodução do documento pode ser encontrada no livro publicado por Robert Levine com a colaboração de seu filho Peter Reznikoff. LEVINE, Robert M. The Brazilian Photographs of Genevieve Naylor. 1940-1942, Durham and London: Duke University Press, 1998 p.36

[v] Carta de Genevieve Naylor para Cynthia Gillipsie, RJ, n.d., sob a guarda Peter Reznikoff, cit. Levine. Op.cit. p.36

[vi] Trecho retirado do Folder da exposição Cenas do Brasil. Gazzola, Ana Lucia,O Olhar de uma Boa Vizinha: As fotos brasileiras de GN Folheto da Exposição: Cenas do Brasil, Genevie Naylor, fotografias

[vii] No National Archives existe uma coleção Nelson Rockefeller, além do material visual que foi produzido pelo CIAA, dentre estes: propaganda, material fílmico e cartazes resultantes de um concurso realizado em 1940 que envolveu vários concorrentes da América latina. Sobre este material ver em Archives of American Art, microfilmes contendo os *clippings* no MOMA, além dos próprios arquivos do orgão no National Archives.

[viii] Sobre análise histórico-semiótica que desenvolvo ver: MAUAD, Ana Maria. *Fotografia e história, possibilidades de análise*. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social**. História, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004, p. 19-36.

A história ensinada: saber escolar e saberes docentes em narrativas da história escolar

Ana Maria Monteiro - UFRJ[•]

Ao concluir a pesquisa realizada para o doutoramento[i] com base na qual defendi a tese de que os professores produzem, dominam e mobilizam, dentro de uma autonomia relativa, saberes plurais e heterogêneos para ensinar o que ensinam, e que estes saberes que ensinam são, por sua vez, uma criação da cultura escolar – os saberes escolares, com epistemologia própria, verifiquei que suas conclusões indicavam a possibilidade de aprofundamento da investigação.

Realmente, foi possível identificar e analisar construções do saber escolar no ensino de história, no contexto do currículo em ação, ou do saber ensinado [ii], e registrar as explicações, reflexões e justificativas dos professores sobre suas opções e encaminhamentos, considerando as contribuições teóricas de SHULMAN sobre o conhecimento dos conteúdos pedagogizados.[iii]

Essa categoria de análise, inclusive, revelou-se extremamente fértil para a pesquisa dos saberes dos professores sobre os saberes que ensinam, pois incorpora a dimensão da autoria, da subjetividade dos docentes neste fazer.

Considero, portanto, que a utilização do instrumental teórico de Shulman, articulado com aquele utilizado para a investigação das construções do saber escolar em história pode oferecer novas e ricas contribuições para o ensino desta disciplina escolar se for explorado de forma mais ampla em diferentes situações de sala de aula.

Cabe destacar, também, que são ainda poucos os trabalhos no campo do ensino de história que utilizam contribuições de autores da área da educação, especialmente aqueles do campo do currículo e da didática, que possibilitam uma análise que incorpora a especificidade deste campo.Durante muito tempo, foram freqüentes os estudos sobre ensino de história, realizados em programas de pós-graduação da área da História e que, por este

[•] Ana Maria F.C.Monteiro é professora de Didática e Prática de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFRJ.Mestre em História pela UFF e Doutora em Educação pela PUCRIO. E-mail: anamont@ufrj.br

motivo, utilizavam metodologias próprias deste campo, o que abria lacunas para a sua melhor compreensão.

Por outro lado, procurando avançar na linha de investigação que articula história e educação, incluí na pesquisa por mim realizada no doutorado, a discussão sobre o uso da narrativa na história.[iv]

Analisar a mobilização dos saberes por professores de história implicou em considerar a construção discursiva realizada. Essa discussão se articulou àquela que foi realizada para a análise das lógicas explicativas desenvolvidas e que exigiu a consideração de aspectos pertinentes ao conhecimento histórico: construções conceituais, contextualizações, exemplificações.

Assim, utilizei um conceito da historiografia para que, ao ser articulado com aqueles do campo educacional, pudesse iluminar aspectos de uma prática social que necessariamente implica na articulação de dois campos de saberes distintos, processo fundamental para a constituição de um saber com epistemologia distinta do conhecimento científico ou acadêmico.[v]

Trabalhei com subsídios encontrados em trabalhos de historiadores que discutem o conceito de narrativa e suas implicações na escrita da história. Suas considerações me levaram a reconhecer nas aulas desses professores construções narrativas não lineares, e que articulavam acontecimentos com elementos de ordem estrutural de forma a configurar contextos que tornassem significativos os conteúdos estudados.

Essas contextualizações remetiam a situações atuais do cotidiano dos alunos de forma a possibilitar a familiarização, o estranhamento, a ruptura com o senso comum e a volta ao senso comum, com uma perspectiva renovada e crítica. Assim, as construções discursivas expressavam a atribuição de um sentido a vários elementos que, interrelacionados e articulados com referenciais temporais, possibilitavam aos alunos a apropriação dos significados.

Esse aspecto revelou-se em mais um diferencial do saber ensinado em relação ao saber acadêmico. Neste, o investigador formula hipóteses mas não tem certeza sobre os

resultados da pesquisa, que podem ou não confirma-las. No ensino, de antemão, o professor define seus objetivos e constrói sua aula para oferecer subsídios aos alunos de forma que eles aprendam aquilo que ele considera válido e necessário. As apropriações dos alunos, diferenciadas, podem ser objeto de um controle maior ou menor através dos processos de avaliação. Mas um sentido está dado.

Assim, no ensino de história, às diferentes versões que podem ser elaboradas pelos historiadores sobre os objetos de estudo, agregam-se concepções dos professores e apropriações dos alunos. Terreno de grande complexidade. Os sentidos que orientam as construções dos professores nas suas aulas, por sua vez, interferem e contribuem para a leitura de mundo e configuração de realidades. Sem negar a existência de uma realidade, o conhecimento histórico permite compreendê-la de diferentes formas, reconhecendo a possibilidade da mudança, a superação de sua circunstância, a negação de poderes constituídos.

Essa viés da pesquisa, que foi por mim apenas apontado, precisa ser melhor investigado pois representa uma perspectiva de análise que pode se configurar em chave explicativa da prática docente de professores de história que viabilize a compreensão de aspectos ainda obscuros, tais como o uso muito freqüente das aulas expositivas.

Nesse sentido, consideramos relevante a continuidade desta linha de investigação que tem como objeto a relação dos professores com os saberes no ensino de história.

Na pesquisa realizada, investigamos a ação docente de quatro professores bem sucedidos em um colégio que oferece boas condições de desenvolvimento do trabalho. Mas como se desenvolve este processo em escolas da rede regular, com as dificuldades freqüentemente encontradas? Como os professores mobilizam os saberes que ensinam? Utilizam livros didáticos como suporte ou instrumento de referência? Como se apropriam das lógicas explicativas presentes nestes documentos? Podemos reconhecer uma tradição nas formas de abordagem dos conteúdos? Os professores têm clareza das lógicas explicativas que utilizam? Conseguem justificar suas opções?

Os professores criam narrativas para desenvolver suas aulas? Têm consciência dessa criação? Como os professores articulam a linguagem formal da historiografia com o conhecimento cotidiano dos alunos? Que exemplos utilizam para ilustrar suas explicações?

São inúmeras as questões que podemos formular e que revelam que este é um campo ainda a ser explorado.

Defendo que nesta área há um domínio ainda muito limitado sobre abordagens desenvolvidas no ensino que, na maioria das vezes, se resume numa verborragia que busca esclarecer as questões através de um discurso oral, as aulas expositivas, que os alunos não conseguem acompanhar nem relacionar com o texto dos livros de estudo.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar diferentes construções, criadas e utilizadas pelos professores em aulas de história de forma a caracterizar a estrutura narrativa configurada nessas construções do saber escolar. Essa análise será articulada com aquela que permite investigar os saberes docentes na proposta de Shulman enquanto um processo de transformação realizado pelo professor.[vi]

Em síntese, evidenciam-se no estudo e pesquisa propostos algumas preocupações centrais. A primeira refere-se à intenção de identificar e compreender as construções do saber escolar em história desenvolvidas por professores que envolvem seus alunos no estudo desta disciplina.A segunda reflete o propósito de analisar se e como estas construções configuram construções da narrativa histórica no saber escolar, clareando um pouco mais a relação entre conhecimento histórico e educacional. E, também as lógicas explicativas priorizadas para viabilizar a aprendizagem pelos alunos de um saber que tem no texto escrito sua forma privilegiada de expressão.

Considerações teóricas

Os desafios presentes nos processos de formação de professores se expressam nas dimensões política, cultural, social. Embora muitas pesquisas já tenham sido realizadas, são recorrentes as afirmações sobre a necessidade de realização de estudos que investiguem o trabalho docente quando de sua realização, buscando compreender como esse profissional

age em situações onde a complexidade, a instabilidade e o inusitado são regras e não exceção.

Como mostra muito bem Perrenoud, ensinar é "agir na urgência, decidir na incerteza"[vii] o que "aparentemente" contradiz tudo que a racionalidade técnica nos ensinou. No entanto, mais do que jogar fora todo o instrumental já construído, cabe aprofundar e complexificar nossos instrumentos de análise para avançar na busca da compreensão da especificidade do trabalho docente naquilo que ele tem de mobilização de saberes para agir.

Os estudos existentes, sejam aqueles que utilizam a categoria saber docente [viii] ou aqueles que trabalham com outras categorias como "conhecimento-na-ação" [ix], "saberes práticos"[x] ; "praxis reflexiva"[xi], identificam a centralidade da questão da relação com os saberes, do papel da formação para a apropriação e mobilização desses saberes, e da importância dos saberes da experiência. Mas ainda há muito a ser investigado para que se possa compreender melhor as ações desenvolvidas, para o que essas novas categorias de análise abrem novas perspectivas.

No que se refere aos conteúdos ensinados, a falta de estudos ainda é maior. Shulman afirma que a ausência de perspectivas de abordagem nas pesquisas educacionais sobre o que o professor sabe do ponto de vista dos conteúdos ensinados, constitui o " *missing paradigm*". As pesquisas voltadas para os conteúdos se preocuparam com a "eficiência e a eficácia" dos professores – métodos e técnicas – para lidar com os conteúdos, ainda muito freqüentemente considerados "inquestionáveis, porque científicos, hierarquicamente os melhores que a sociedade produziu" – ação, portanto, onde só cabe facilitar ou diluir. Mas questões sobre como os professores mobilizam os conteúdos que dominam para explicar os temas, esclarecer dúvidas, selecionar exemplos, analogias, realizar demonstrações têm ficado ausentes das pesquisas.

Os novos estudos sobre currículo, que se enriqueceram sobremaneira a partir da atenção que passaram a dar às relações entre escola, sociedade, cultura, têm se voltado preferencialmente para questões relacionadas ao processo de seleção e de configuração cultural de representações e práticas sociais, e de afirmação, resistência ou negação de

relações de poder. [xii] Poucos são aqueles que utilizam as categorias de conhecimento escolar e que buscam analisar a construção específica realizada nas escolas.

No que se refere à didática, o trabalho de Chevallard, referência nesse novo contexto, aborda o conhecimento matemático, com a atenção voltada para o estudo da relação entre o saber acadêmico e o saber ensinado. Embora reconhecidamente uma proposta original que abre perspectivas muito promissoras, seu trabalho suscitou questionamentos que se referem a um excessivo viés cientificista, que deixou de lado aspectos socio-culturais e políticos, e por um certo esquematismo na análise. Autores como Lopes propõem o uso da categoria "mediação didática" para dar conta da complexidade do processo, o que é endossado por mim na pesquisa do doutorado.

A proposta de Chevallard tem sido testada em outras áreas do conhecimento para avaliar seu potencial interpretativo. Iniciativas nesse sentido são, por exemplo, os trabalhos de Moniot[xiii] sobre a didática da História e o de Develay [xiv] que apresenta estudos onde a categoria conhecimento escolar é utilizada na abordagem das diferentes disciplinas escolares.

Que os professores realizam diferentes leituras dos mesmos textos curriculares oficiais já é sabido por todos. Mas pesquisas sobre como essas leituras são realizadas, como os saberes são mobilizados e quais são suas repercussões no trabalho escolar cotidiano, tanto do ponto de vista das aulas realizadas e da aprendizagem dos alunos, como do ponto de vista das relações interdisciplinares, são muito poucas ou estão ainda por ser realizadas.

Allieu chama a atenção para essa lacuna nos estudos sobre o conhecimento escolar: "As reflexões sobre as disciplinas escolares têm explorado sobretudo as Instruções Oficiais, os manuais, e os efeitos do ensino sobre os alunos….Para nós, uma disciplina escolar é um '*object en actes*' onde o mestre de obras é o professor. As entrevistas com professores de História, tem revelado uma grande disparidade entre as finalidades que cada um atribui ao seu próprio ensino e, portanto, à História 'manipulada' em aula." [xv]

Considero, portanto, que estas perspectivas teóricas abrem novas possibilidades para analisar os saberes dos professores e o saber ensinado, reconhecendo e considerando a

especificidade desta construção epistemológica que tem na dimensão educativa um elemento estruturante. Esse instrumental permite avançar em relação às propostas de Schön sobre o professor como "prático reflexivo" que simplesmente desenvolveria um conhecimento tácito nas situações vivenciadas.

Assim, compreender os processos desenvolvidos pelos professores de história para criar o saber escolar, as transformações elaboradas e desenvolvidas é tarefa que pode oferecer contribuição significativa para profissionais envolvidos com o seu ensino e com o trabalho de formação inicial e continuada de professores de história.

NOTAS:

---

[i] MONTEIRO, A.M.F.C. "Ensino de história: entre saberes e práticas." Tese de doutorado. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2002.

[ii] O conceito de saber ensinado é utilizado por Chevallard para se referir ao saber reelaborado pelos professores e que se expressa no momento do ensino, na aula, dentro do processo de transposição didática por este autor analisado.Ver Y. CHEVALLARD, *La transposición didáctica*. *Del saber sabio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, s.d.

[iii] O conceito de conteúdos pedagogizados é utilizado por Shulman para se referir aos conteúdos transformados para o ensino e que ele identifica ao analisar os saberes que compõem os saberes dos docentes. Assim, sua perspectiva de análise é diferente da daquela de Chevallard que busca compreender as transformações operadas nos saberes desde sua produção como conhecimento acadêmico até chegar à sala de aula como saber ensinado.Ver L.SHULMAN. "*Those who understand: knowledge growth in teaching*." IN: Educational Researcher, 15(2), 1986, (4-14).

[iv] Entre os autores estudados, destaco o trabalho de HARTOG,F. "A arte da narrativa histórica." IN: BOUTIER,J. e JULIA,D. (org.) Passados recompostos. Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV,1998.(193-204); LIMA,L.C. "Clio em questão: a narrativa na escrita da História." IN: RIEDEL, D.C. Narrativa. Ficção e História. Rio de Janeiro: Imago Editora,1988.

[v] Alice Ribeiro Casimiro Lopes, ao discutir o estatuto epistemológico do conhecimento escolar, analisa as relações entre conhecimento científico e o cotidiano, resultado das necessidades de sua divulgação e uso. Chevallard utiliza o conceito de saber acadêmico, sábio (*savoir savant*) para se referir ao saber que é reelaborado para o ensino. Para melhor compreensão do processo, ver LOPES, A.R.C. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Uerj,1999 e Chevallard, Y. Op. cit.

[vi] Em artigo de 1987, Shulman desenvolve sua análise sobre os saberes dos professores no ensino, inclusive detalhando os diferentes momentos de expressão dos conteúdos pedagogizados.Ver Shulman,L. "*Knowledge and teaching: foundations of the new reform.*" IN: Harvard Educational Review. Vol.57 Nº 1 February 1987. (1-22)

[vii] PERRENOUD,P*. Enseigner: agir dans l'urgence, décider dans l'incertitude. Savoirs et compétences dans un métier compléxe*. Paris: ESF Editeur, 1996

[viii] Tardif, Lessard e Lahaye. TARDIF,LESSARD e LAHAYE."Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática do saber docente. "IN: Teoria e Educação. N. 4. Porto Alegre: Pannonica Editora, 1991.

[ix] Para a análise da prática, vários autores apresentaram propostas que oferecem contribuições instigantes. O conceito de "conhecimento-na-ação" é utilizado por Schön no contexto do estudo do "profissional reflexivo", Esses autores reconhecem que a atividade prática é uma dimensão muito importante e difícil de ser compreendida ou conduzida pela simples aplicação de princípios teoricamente fundamentados. Ver SCHöN,D.A "Formar professores como profissionais reflexivos." In NóVOA,A.(org.) Os professores e sua formação.Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

[x] Perrenoud utiliza o conceito de saberes práticos e os analisa na obra "Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Perspectivas sociológicas."Lisboa: Publicações Dom Quixote,1993 e op.cit., 1996.

[xi] Nóvoa utiliza o conceito de práxis reflexiva buscando articular o processo reflexivo a uma fundamentação teórica que o sustente, evitando o aprisionamento no senso comum. Ver NÓVOA, A. "Os professores e sua formação." Lisboa: Publicações Dom Quixote,1995.

[xii] Sobre a renovação do campo de estudos do currículo ver, entre outros, MOREIRA, A.F.B. e SILVA,T.T.da (orgs.) Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez Editora,1994; SILVA,T.T. da e MOREIRA,A.F.B. Territórios contestados. Petrópolis: Vozes, 1995; MOREIRA,A.F.B. Currículo: Questões atuais. Campinas: Papirus,1997.

[xiii] MONIOT,H*. Didactique de L'Histoire*. Paris: Edition Nathan,1993.

[xiv] DEVELAY,M. *Savoirs scolaires et didactique des disciplines: une encyclopédie pour aujourd'hui*. Paris:ESF Editeur,1995.

[xv] ALLIEU,N. "*De l'Histoire des chercheurs à l'Histoire scolaire*." IN: DEVELAY,M. *Savoirs scolaires et didactique des disciplines: une encyclopédie pour aujourd'hui.* Paris: ESF *Editeur*, 1995. p.145. No Brasil, destaco os trabalhos de ANHORN,C.T.G. "Um objeto de ensino chamado história. Disciplina de história nas tramas da didatização." Tese de doutorado. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2003, e ANDRADE, E.P.de. "Mais história e ainda mais docência. Por uma epistemologia da prática docente no ensino de História". Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2001.

A Cidade e suas Normas para o Destino dos Restos: racionalidade e contradição

Ana Mágna Silva Couto - Doutoranda em História Social pela PUC/SP,

Perseguindo suas diferentes trajetórias, observamos que os restos muito revelam sobre a organização dos espaços e da vida na cidade. Como nos lembra Roncayolo, *"por trás dos objectos urbanos e da sua disposição, tenta-se reencontrar a actuação da sociedade que os constrói, os utiliza ou os interpreta. Por trás das distribuições, o jogo de relações e as alterações das quais elas são apenas a expressão passiva".*[i]

Numa perspectiva da "cidade como prática social", interessa discutir como determinados projetos e políticas públicas traduzem ambições, desejos e projeções em torno de um ideal de cidade. Ao mesmo tempo, de que maneira tais projetos conflituam-se com outros modos de habitar existentes no urbano.

No universo de algumas reflexões sobre o destino do lixo em Uberlândia-MG, deparamos com vários tipos de lixo, e, por assim dizer, com distintas noções sobre ele, que se manifestam de diferentes formas nas relações vividas. Nelas, os restos aparecem como sinônimo de sujeira, estorvo e incômodo, mas também tornam-se alvo de projetos empresariais, políticas públicas, fonte de trabalho e sobrevivência.

Deste modo, alguns restos são chamados de lixo, ao passo que outros não. É na própria dinâmica da vida na cidade que conseguimos apreender o significado das relações em que o lixo passa a ser visto como material descartável, ou denominado como entulho, em se tratando dos restos da construção civil. Essa diversidade que o envolve coloca-nos uma indagação fundamental: no processo de crescimento e urbanização de Uberlândia: que feições o lixo assume para diferentes sujeitos? Tratam-se de articulações sociais que desvelam um emaranhado de contradições, envolvendo discursos pretensamente técnicos e científicos, e no que tange à coerência, muitas vezes, esvaziados e ambíguos.

Podemos dizer que, historicamente, os problemas em torno do lixo envolvem intensas reivindicações, projetos, disputas e conflitos. Como administrar o lixo da cidade? Nos

últimos tempos, esta questão começa a trazer grandes dificuldades ao poder público, definindo a necessidade de ampliar a prestação de serviços de limpeza pública à população.

Diante das dificuldades que a problemática do lixo começa a impor, as soluções que se encontram para dar um destino aos restos que a cidade produz, contribuem para evidenciar importantes aspectos da vida urbana, como determinados hábitos da população e a ineficácia de uma legislação, que, por vezes, é descumprida até mesmo pelos órgãos públicos. Além disso, tais alternativas articulam-se, ainda, à constituição/institucionalização dos lugares de lixo na cidade. Ao percorrer uma cartografia desenhada pelos restos, tomamos consciência das hierarquias e contradições sociais na vida urbana, que eles contribuem para desnudar.

Por certo, a responsabilidade legal pelo gerenciamento do lixo cabe à prefeitura. No entanto, essa problemática na cidade ultrapassa, e muito, a esfera dos serviços de limpeza pública. As condições e a extensão dos serviços municipais revelam carências e falta de estrutura para lidar com a questão da coleta, transporte e destino final do lixo. Ao mesmo tempo, demonstram o surgimento de novos e variados projetos, apontados como solução.

Nesse cenário, ainda há os conflitos com a população; se, por um lado, muitos depositam lixo nos terrenos baldios, outros reclamam das ruas sujas, da coleta deficiente e dos lixões que são vistos como comprometedores da higiene e da saúde pública. A análise do lixo evidencia em que dimensões esses problemas vêm sendo enfrentados no processo de urbanização, ou seja, suas influências na organização da vida na cidade.

Todavia, neste espaço, vamos eleger a discussão acerca de um tipo específico de lixo: os restos da construção civil – denominados de entulho, que, vieram assumindo expressiva visibilidade na imprensa local, e que podem nos auxiliar a elucidar modos de destino, os problemas que provocam e que implicações isso traz para a vida urbana. Como se gerencia, onde se desemboca, quais os conflitos e disputas intrínsecos aos projetos que ambicionam dar conta desses restos na cidade? Em meio a esse processo, articulam-se e tensionam interesses de distintos setores da população: empresas, moradores, e trabalhadores que sobrevivem da exploração dos restos.

Uma característica de Uberlândia, bem como de outras cidades, é o fato de que, as iniciativas do poder público, com o intuito de solucionar o problema do lixo, nem sempre se revelaram eficazes, sobretudo, no que se refere aos bairros da periferia. Por vezes, esses espaços foram considerados apropriados para descartar os restos dos quais a cidade queria se ver livre; daí eles serem destinados aos lugares mais distantes, ainda que próximos aos moradores dessas localidades. Aspectos que são evidenciados nas reclamações dos moradores sobre o problema do lixo nos bairros mais longínquos. O que serve para mostrar ainda, as articulações existentes entre as reclamações e as iniciativas da administração pública. As queixas da população, cada vez mais freqüentes nas colunas dos jornais, a partir de meados da década de 1980, certamente influenciaram nas alternativas que as administrações locais buscaram encontrar para o problema.

Além dos periódicos, outros documentos analisados: Atas da Câmara, Relatórios de Prefeito e de Secretarias, deixam entrever uma cidade em que os restos começavam a engendrar vários conflitos. As alternativas propostas para lidar com isso nem sempre se mostravam como as soluções mais adequadas.

Na história do lixo na cidade, os restos de atividades da construção civil não eram levados ao aterro sanitário, que, durante muitos anos recebiam todo tipo de lixo, enterrado sem critério algum de separação. Determinadas transformações na cidade apontam para a crescente produção desses refugos e as conseqüências disso para a vida urbana. Os primeiros indícios de que esses restos começavam a destoar em certos espaços, podem ser vislumbrados em um ofício do vereador Marcelino Tavares Mamede, que, em 1981, solicitava ao prefeito:

> enérgicas providências, junto ao órgão responsável pela fiscalização das ruas de nossa cidade, principalmente nas vias do centro, como é o caso da Av. João Naves de Ávila, onde, num total desrespeito à fiscalização, sua pista central está sendo utilizada como verdadeiro depósito de (...) material de construção por parte de seus próprios moradores, fato que prejudica aos demais moradores.[ii]

Retratando alguns aspectos do viver urbano, esse documento faz alusão pontual a certos locais da cidade e ao modo como eram apropriados por alguns moradores. Deixa entrever a dificuldade dos órgãos de fiscalização em controlar o despejo dos restos de construção em vias públicas, neste caso, nas proximidades da Avenida João Naves de Ávila, um importante ponto da região central.

Além disso, a construção de edifícios, residências e conjuntos habitacionais, nas imediações, provocou uma expansão daquele setor da cidade (Leste) e, certamente, contribuiu para o aumento dos restos de materiais de construção despejados sem muito critério, o que torna compreensível o fato de que o texto refere-se à Avenida João Naves de Ávila como um "verdadeiro depósito". Segundo o vereador, a presença desses restos comprometiam a expectativa dos "demais moradores", de que as ruas do centro da cidade deveriam estar limpas e desimpedidas.

Assim, no início dos anos de 1980, a cidade já se via diante do problema do acúmulo de restos de materiais de construção nos terrenos baldios, um indicativo de que a forma como eram destinados, deixa entrever certos aspectos do comportamento da população. Em 1983, o Secretário de Serviços Urbanos declarou que a prefeitura tinha muitas dificuldades em controlar a situação, pois faltavam, inclusive, argumentos legais para evitar que as pessoas despejassem esses refugos em lotes vagos. Existia uma profusão de terrenos nessas condições em diversos setores de Uberlândia. A administração poderia exigir que os proprietários os cercassem, porém, freqüentemente, nem isso era feito, o que tornava mais fácil para alguns moradores despejá-los nos terrenos baldios, uma vez que a legislação existente, ainda de 1967, não considerava como "infração alguém jogar lixo em áreas privadas".

Deste texto, podemos inferir como o problema do entulho já era comum em certos lugares da cidade. Nos jornais, o costume de despejar esses restos nos terrenos baldios era denominado como um "mau hábito" de certos moradores, muito prejudicial à saúde da vizinhança. Com isso, vemos esses veículos de comunicação não apenas tecerem um juízo de valor sobre os hábitos dos moradores, como pretendendo sugerir atitudes consideradas

mais adequadas. De todo modo, as várias campanhas educativas e os programas de limpeza, desenvolvidos ao longo do período em estudo, revelam como esses restos vinham tornando-se um problema de (para a) administração pública.

Observa-se, então, que a Prefeitura buscava estabelecer um controle sobre as atividades dos moradores no que refere ao despejo de entulho. Nas colunas do jornal O Triângulo, nota-se a visibilidade que o problema ganhava a cada ano. As notícias e reclamações o apontam em diversas localidades, evidenciando o crescimento desordenado da cidade. Os bairros mencionados com maior freqüência eram, quase sempre, aqueles mais distantes da região central, cuja infra-estrutura retratavam carência e descaso.

Mas, ao mapear essas localidades, deparamos com o fato de que o entulho não era uma prerrogativa apenas da periferia. Ao contrário, também podia ser encontrado em ruas e bairros mais próximos ao centro. Nesses lugares, sua presença era encarada com menor tolerância. Na verdade, o entulho era visto como um fator de sujeira, que comprometia a limpeza e o fluxo de passagem na cidade. Nas constantes notícias acerca desse problema, percebemos que os jornais, quando o identificam e o localizam, percorrem uma certa geografia da cidade; atitude na qual transparece também uma certa idealização do viver urbano, que se traduz na sugestão de comportamentos considerados mais apropriados.

Dentre outros aspectos, vale notar como, inicialmente, a própria definição de entulho era bastante ampla, incluindo tudo que parecia ser considerado inútil. Isso revela uma noção e uma percepção do problema muito própria daquele contexto. Tempos depois, já na década de 1990, via-se como um inconveniente transtorno, as pessoas jogarem outros tipos de lixo junto ao entulho. Ainda assim, é possível observar, por meio da imprensa, como esses restos tornaram-se alvo de inúmeras políticas públicas.

> Quem não tem em casa ou no quintal um monte de lixo ou entulhos, ou mesmo coisas inúteis que vão se acumulando, e não encontra um tempo para livrar-se delas? Em Uberlândia, especialmente nos bairros periféricos e conjuntos habitacionais, onde as construções e reformas são constantes, é grande a quantidade de entulhos nos quintais. E foi justamente com o objetivo de livrar os moradores destes incômodos inquilinos, que

> a Divisão de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, elaborou e está executando o "mutirão de limpeza" nos bairros.[iii]

Com esse projeto, instituiu-se a coleta de entulho nos bairros. A idéia de reservar espaços específicos para o depósito desses materiais trouxe implicações interessantes. Se os moradores, ao construírem ou reformarem suas casas, jogavam restos de construções em terrenos vagos, então, era preciso normatizar esta prática. Não se pode deixar de observar aqui como o jornal O Triângulo parece constituir um aliado do poder público nessa tarefa. Um interessante aspecto do olhar desse periódico sobre a questão do entulho é que, ao noticiar sobre as atividades da prefeitura, parece valorizar a idéia de uma cidade limpa e urbanizada, ao enfatizar que o cuidado com a limpeza assegurava à população "bem-estar e segurança".[iv] Ao associar noções dessa natureza, o jornal reforçava certos valores em torno da idéia de limpeza e urbanização como sinônimo de melhoria e de progresso. Nesta tentativa de educar a população, alertava que o cuidado com o lixo evitaria riscos à saúde e colaboraria "para a preservação do meio ambiente", o que deixa entrever uma outra construção simbólica do jornal, delineando-se aí uma referência de cidadania.[v]

Entretanto, conforme os jornais noticiavam, o entulho continuava sendo um problema em "diferentes pontos da cidade", afetando não somente as áreas periféricas, mas, sim, toda a cidade.[vi] Apesar das normas estabelecidas, da fiscalização e das campanhas educativas, não houve muitas mudanças e a prática de despejar esses restos nos terrenos baldios, manteve-se, revelando um distanciamento entre as normas e a realidade cotidiana, como se fosse outra cidade que pudesse ser vislumbrada por trás do aspecto formal, político e institucional da legislação que pretendia regulamentá-la. Espelha-se aqui, a ambigüidade entre a cidade fruto de um imaginário impregnado por noções de ordem, harmonia e limpeza, e a cidade real, que se institui com a prática cotidiana de seus habitantes, suas contradições e conflitos.

Ressaltamos que, para lidar com a questão do entulho, historicamente, a cidade formula diversas alternativas, dentre elas, os Programas como "Mutirão de limpeza", "Bairro

Limpo", as campanhas educativas, os depósitos de entulho de 1988, que, uma década depois, transformar-se-iam nas "Centrais de Entulho", ou então, já nos anos de 1990, campanhas como "Uberlândia mais limpa" e programas semelhantes ao "Disk Cidade Limpa", cujo objetivo era receber reclamações, denúncias e sugestões da população; todos eles consistiram em políticas públicas tentando amenizar o acúmulo de entulho em diversos lugares da cidade. Sem dúvida foram medidas que trouxeram retorno político às administrações que as implementaram. Do ponto de vista dos problemas que se propuseram a resolver, revelaram-se bastante ineficientes, mas, nesse mesmo processo, serviram para demonstrar de que modo essa questão foi sendo assumida na cidade. Sem deixar de revelar, também, sensíveis mudanças na natureza da concepção do poder público, ao longo dos anos de 1980 a 1998, em relação ao problema do lixo.

Assim, avaliamos que a existência ou não do entulho em certos lugares da cidade não é de modo algum uma questão aleatória. Ao contrário, pois os jornais não indicam a existência de depósitos de entulho, por exemplo, no Cidade Jardim, que, em 1991, aparece no jornal O Triângulo como um "bairro campeão" na produção desses restos, justamente por ser este um local privilegiado na cidade, ocupado por uma classe média alta e cujos terrenos são muito valorizados no mercado imobiliário. Por isso mesmo, podemos afirmar que a localização dos depósitos de entulho nos bairros revela uma certa hierarquia social que organiza os espaços e a vida na cidade.[vii]

Nesse sentido, outras duas idéias apresentam-se nessa questão. Em primeiro lugar, o modo como, naquele momento, inventa-se a noção de entulho tal como ela é entendida nos dias de hoje. O que implica não apenas a construção de um objeto de estudo, pesquisa e controle, como também, em função disso, de uma reorganização, advinda do poder público, dos vários discursos em relação aos problemas decorrentes da presença desses restos na cidade. Em segundo lugar, o fato de que o entulho torna-se, sobremaneira, objeto de políticas públicas, passando a demandar constantes ações, campanhas e investimentos.

Por fim, como essa problemática exige um olhar atento ao conjunto da cidade, isto nos coloca diante da necessidade de discutir como o acúmulo de entulho nos terrenos baldios é

um problema que também diz respeito às atividades de trabalhadores que prestam serviços à comunidade, recolhendo e transportando esses restos. Quando, por meio das políticas públicas já referidas, a prefeitura instituiu o recolhimento de entulho nos bairros e, também, quando autorizou a participação das empresas de caçambas nesse setor, os carroceiros, por sua vez, viram-se prejudicados. Afinal, estabelecia-se uma concorrência com esses trabalhadores: serviços como podar árvores, recolher restos de construções ou capinar terrenos eram freqüentes em várias regiões da cidade; porém, para continuar a exercer tais atividades os carroceiros precisavam enfrentar, além da disputa entre eles próprios, uma acirrada competição com as caçambas, "caminhões de lixo e órgãos da Prefeitura".[viii] Evidencia-se aqui o modo como, nas relações vividas, imbricam-se múltiplos interesses e disputas, nos quais esses trabalhadores vêem se reduzirem suas alternativas e nichos de sobrevivência por meio da exploração dos restos na cidade.

Portanto, as questões em torno do destino do lixo tendem a revelar que, apesar dos discursos de planejamento, eficiência e técnica, as soluções propostas pelas autoridades públicas não trouxeram os resultados prometidos e esperados. Isso leva-nos a refletir sobre o fato de que, a pretensa racionalidade que busca administrar a cidade não consegue dar conta da complexidade da vida urbana. Mesmo porque, segundo essa lógica de "organização", para limpar a cidade, basta ao poder público retirar o lixo do campo de visão daqueles que não o toleram, como se isso bastasse para harmonizar as diferenças e os conflitos, que se denunciam na forma como a cidade se organiza espacialmente.

---

[i] RONCAYOLO, Marcel. "Cidade". In: *Região*. Enciclopédia Einaud. Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Lisboa, vol. 08, 1986, p. 396-487.
[ii] Documentos da Câmara Municipal de Uberlândia, Livro de Requerimentos, N.º 442, junho a dezembro de 1981, N.º 36.
[iii] Mutirão da limpeza continua nos bairros. *O Triângulo*, 20 de agosto de 1988, N.º 7.117, p. 05.
[iv] Bairros terão mutirão de limpeza. *O Triângulo*, 02 de agosto de 1988, N.º. 7.104, p. 01.
[v] Modificação na coleta de lixo. *O Triângulo*, 25 de agosto de 1988,
[vi] Limpeza já atinge grande parte da cidade. *O Triângulo*, 13 de maio de 1987, N.º 6.113, p. 05.
[vii] Entulho: 400 toneladas nas ruas. *O Triângulo*, 14 de agosto de 1991, N.º 7.968, p. 01 e 03.
[viii] Sobre essa categoria de trabalhadores, ver Morais, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia, 1970-2000.* Mestrado em História, Uberlândia: UFU, 2002, p.47.

De Capitania a Província: o lugar de São Paulo nos projetos de Império, 1782-1822.

Ana Paula Medicci

O texto ora apresentado discute o desenvolvimento da agricultura comercial na Capitania de São Paulo entre o fim do século XVIII e início do XIX, bem como os conflitos que permearam este movimento, através das imagens da "decadência" e da "pobreza" paulistas criadas em relatos de memorialistas contemporâneos[1]. O estudo destes documentos, aliado ao da historiografia produzida acerca de São Paulo colonial, nos permitiu problematizar concepções, leis e práticas relativas ao mundo do trabalho paulista da época, analisando como o processo de mercantilização da terra e da produção na América Portuguesa incidiu sobre a postura de grupos de poder locais interessados ora na ampliação dos contingentes de mão-de-obra, especialmente a indígena, ora na implementação de práticas comerciais livres de instituições coloniais, tais como o sistema de arrematação de contratos, e ora voltados aos mecanismos de governo que lhes permitiriam controlar as vias de comércio da Capitania. Assim, partindo do diagnóstico da "decadência" paulista, os memorialistas abaixo citados forjaram discursos nos quais, ao mesmo tempo em que se exaltava a imensa fertilidade e capacidade de produção das terras paulistas, lamentava-se o estado de abandono a qual fora relegada esta importante parcela do Império Português e se propunha as medidas necessárias para o sua plena integração aos projetos metropolitanos de fomento dos domínios ultramarinos.

Desde 1750 o governo português vinha implantado uma política de fomento e de modernização do Império na qual o aumento populacional, a melhoria das técnicas produtivas e a ampliação da produção de gêneros voltados ao comércio atlântico eram pontos centrais[2]. Por outro lado, esta mesma política de fomento e modernização, iniciada durante o reinado de D. José I e continuada nos governos seguintes de D. Maria I e D. João, visava regulamentar uma série de instâncias e instituições administrativas e judiciais atuantes na sociedade luso-européia

e americana, que passariam a estar sobre o crivo direto de funcionários do governo. No âmbito colonial, esta política favoreceu setores enraizados na colônia, proprietários e comerciantes que viam no acesso à administração local uma garantia de salvaguarda de seus interesses e de controle de esferas de poder local em benefício próprio.[3]

Também para a então Capitania de São Paulo, o século XVIII traria grandes transformações. Em 1709, a Capitania de São Paulo abrangia um imenso território, correspondente à quase totalidade das atuais regiões sul e sudeste, à exceção da então Capitania do Rio de Janeiro. Até 1748, sucessivos desmembramentos formaram as regiões das Minas Gerais (1720), de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (1738), de Goiás e do Mato Grosso (1748). Neste mesmo ano, São Paulo perdeu sua autonomia administrativa e passou a comarca do Rio de Janeiro. Em 1765, quando da restauração da Capitania, seus limites reuniam, aproximadamente, os atuais estados de São Paulo e do Paraná. O novo capitão general, D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, foi instruído diretamente pelo Marquês de Pombal, para que ocupasse a fronteira oeste ameaçada pela presença espanhola e fomentasse a produção de gêneros exportáveis na Capitania.[4]

Tanto os memorialistas aqui estudados quanto os governadores enviados à Capitania de São Paulo a partir de então, eram homens letrados, arregimentados pelo Estado Português a fim de expandir seus meios de controle e intervenção nas possessões coloniais. Estiveram engajados na administração americana em meio ao movimento de formação de burocratas e oficiais ilustrados, fomentado desde o consulado pombalino e reformulado e fortalecido durante os governos posteriores.[5] Foram estes homens que criaram a imagem da “decadência” paulista, tantas vezes sustentada pela historiografia posterior, que via a São Paulo setecentista como região pobre e periférica, porque alheia às vias do comércio atlântico com o Reino.

Em *Formação do Brasil* Contemporâneo, Caio Prado Jr. considerava São Paulo um “caso particular e especial”, “nó de comunicações” e “zona de passagem”, precocemente ocupada, mas pelas mesmas razões estagnada e decadente até fins do século XVIII, quando o

estabelecimento da lavoura canavieira voltada ao comércio com o Reino, iria dar início a um período de prosperidade.[6] Também Maria de Lourdes Viana Lyra, que levantou o montante arrecadado pela Real Fazenda nas arrematações dos dízimos em São Paulo até 1780, quanto Maria Thereza Petrone, que estudou o desenvolvimento da lavoura canavieira na capitania, ressaltaram a limitação econômica da região paulista até pelo menos 1765, quando da restauração da autonomia administrativa e do início da política de fomento que levaria à expansão da produção de relevância comercial representada pelo açúcar.[7]

Estas análises se fundamentaram, em grande parte, nos relatos de homens do século XVIII que, de uma forma ou outra, estavam ligados à administração e aos grupos de poder locais. Em 1782, Marcelino Pereira Cleto[8] afirmava que São Paulo entrou num período de "decadência" quando do desmembramento das regiões de Goiás e do Cuiabá, passando pela perda da autonomia administrativa paulista e pelo governo do Morgado de Mateus (1765-1775), pois estes acontecimentos teriam desviado o comércio das minas que passavam por São Paulo e pelo porto de Santos e contribuído para o despovoamento da capitania devido ao envio de soldados às fronteiras sul e oeste. Para este memorialista, a ampliação da produção agrícola e do comércio de gêneros exportáveis era possível desde que se atentasse para o melhor controle e conservação dos caminhos e se diminuísse impostos considerados "abusivos".[9] Além disso, também seria necessário concentrar quanto fosse possível o comércio de gêneros no porto de Santos, evitando a intromissão de negociantes fluminenses nos negócios paulistas, e obrigar os produtores de outras vilas litorâneas envolvidos no comércio de cabotagem com Pernambuco e Bahia a pagar os devidos direitos por meio dos oficiais de justiça das respectivas vilas. A administração do Morgado de Mateus em São Paulo também foi duramente criticada pelo Juiz de Fora de Santos, principalmente por ter transferido para o planalto importantes órgãos administrativos, tais como a Junta da Fazenda e a Ouvidoria, sediados em Santos enquanto São Paulo esteve subordinada ao Rio de Janeiro. Assim, para Cleto, o restabelecimento de São Paulo dar-se-ia "... em se pondo, primeiro que tudo, o Governo, Junta

da Fazenda, Ouvidoria e a Tropa na Vila de Santos, em se fazendo vir a ela anualmente dois ou três navios da Europa, em se facilitando o caminho de Santos para a Cidade de São Paulo e recomendando aos Generais e Ministros que castiguem exemplarmente os Vadios e distingam no que for honroso, e útil primeiro, que a todos aqueles que mais se adiantarem na Agricultura, Mineração e Comércio, tudo o mais naturalmente se há de ir seguindo e encaminhando, de sorte que seja abundante e feliz a Capitania e muito avultada nela a Fazenda Real."[10]

Apenas seis anos depois, em 1788, José Arouche de Toledo Rendon[11] dava explicações outras para a "decadência" paulista, relacionando-a diretamente à legislação pombalina que decretara a "liberdade" dos indígenas, promulgada entre os anos 1755 e 1758. Desde então, este segmento populacional teria passado a plantar apenas para o próprio sustento. Anteriormente, os índios não seriam "supérfluos ao Estado" porque os paulistas "os faziam trabalhar", entretanto, desde de que foram declarados "livres" teriam passado a viver vadios. Também o restante da "gente livre" - forros, brancos pobres e mestiços – é apresentada como "vadia" e avessa ao trabalho no campo. Assim, São Paulo sairia da "decadência" em que jazia a partir do momento em que as autoridades locais fizessem com que tanto indígenas quanto "livres não aldeados" cultivassem a terra, aqueles a partir da coação exercida pelos diretores dos aldeamentos indígenas e estes em função da ameaça de recrutamento. [12]

No início do século XIX outro funcionário luso-brasileiro radicado em São Paulo apontou as causas que estariam retardando o desenvolvimento paulista. Entre 1803 e 1805, Martim Francisco Ribeiro de Andrada percorrera toda a Capitania a fim de estudar a capacidade mineralógica da região. Dessas viagens resultaram os *Jornais da viagem pela capitania de São Paulo,* nos quais, além da descrição geológica do terreno, o memorialista apresentou também as potencialidades agrícolas do solo, a população que o habitava e a importância da aplicação destas gentes ao trabalho. O Andrada também lamentou a "indolência" dos povos paulistas, pois, para ele: "Se toda esta capitania situada debaixo do melhor céu do mundo, e tão cheia de riquezas naturais, fosse habitada por homens industriosos, amigos do trabalho, em breve

chegaria ao máximo da prosperidade; o povo seria feliz e abastado...”[13] Por outro lado, este mesmo autor apontou outra faceta da produção agrícola paulista ao comparar unidades produtivas por ele consideradas exemplares, tal como as fazendas de cana da região de Itu e Porto Feliz, a regiões tidas por miseráveis, tais como Itapetininga e Apiaí, onde os habitantes se dedicavam à “cultura dos gêneros do país”, porém, plantando apenas o que era necessário para a própria subsistência. Também a vila de Sorocaba, é apresentada como o oposto de sua vizinha Itu, populosa, mas desordenada e feia, repleta de habitantes “doentes” cuja única aplicação era o comércio de gado. Assim, como era comum dentre os ilustrados do período, Martim Francisco identificava as idéias de ordem e de bons costumes à de aplicação ao trabalho, especialmente se este estivesse voltado à produção de um lucrativo gênero de exportação, tal como o açúcar. Também a povoação das regiões interioranas era um ponto central de sua análise, pois, levada a cabo de maneira a incorporar levas de índios até então alheias à vida dita civilizada e casais de imigrantes ilhéus, poderia gerar grandes lucros através do emprego de parcelas livres da população na produção para mercado; produção esta executada em fazendas prósperas e bem dirigidas por proprietários engajados numa política de desenvolvimento da capitania com vistas a melhor integrá-la ao projeto de Império Português, até então defendido por ilustrados portugueses dos dois lados do Atlântico.

Anos depois, porém em conjuntura transformada pela transferência da Corte Portuguesa para a América, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira[14] retomou as questões da “indolência” da população livre e da necessidade de racionalizar os meios de produção e comércio da Capitania de São Paulo, porém, a maneira como estes problemas passaram a ser colocados e as propostas então aventadas se modificaram. Além de propor medidas para o aumento e melhoria da produção voltada ao mercado exterior à América Portuguesa, considerada a mais lucrativa pelo memorialista, Veloso defendia a educação da população livre ao trabalho, a liberalização das vias de comércio interno e externo, o restabelecimento do comércio com a América Espanhola, a modernização do sistema tributário e a supressão dos contratos e

direitos de passagem que oneravam o comércio. Veloso também relacionou o aumento da produção paulista a projetos para ampliar a povoação da capitania, defendendo a incorporação de contingentes indígenas que assim se tornariam "úteis" a si mesmos e ao Estado, além da imigração de famílias européias, chinesas e indianas que se instalariam não só em São Paulo, mas também em outras capitanias americanas, às expensas e sob a direção do governo ou de proprietários, posteriormente recompensados com a concessão de comendas, hábitos das ordens militares e títulos de nobreza. Além da modificação das relações de trabalho vigentes na Capitania de São Paulo, Veloso critica asperamente a ação dos capitães generais paulistas e se volta para a aplicação de políticas governamentais condizentes com o novo estatuto de sede da Monarquia Portuguesa assumida pelo Estado do Brasil, tal como a instituição de um corpo de leis próprias e sólidas, capaz de "instruir os povos", formando seus costumes e sendo mantidas por eles. Estas leis deveriam criar e sustentar os três principais agentes da fortuna pública: a agricultura, o comércio e a manufatura, visto que as Ordenações do Reino não serviriam mais para trazer a "verdadeira felicidade" ao Estado do Brasil.[15] Dessa forma, se era preciso criar um "colonato" disciplinado, formado por índios civilizados e imigrantes dirigidos por proprietários que seguiriam novas diretrizes de produção, também era preciso mostrar as falhas do processo administrativo colonial que, para Veloso, vinha dificultando a implantação de novas políticas de produção para mercado e de "povoamento" do território por ele considerado o mais promissor do império, visto que, na *Memória sobre a agricultura no Brasil*, D. João é convidado a tornar-se "Imperador do Brasil".

Assim, ao longo de quatro décadas, a imagem da "decadência" de São Paulo foi sendo recriada, como se durante todo este período nada de significativo, economicamente falando, houvesse ocorrido na Capitania. Todavia, uma série de estudos indicou tanto o extraordinário crescimento da população paulista durante o século XVIII[16], quanto a integração de São Paulo em redes de comércio internas à América Portuguesa, geradoras de dividendos que acabavam sendo reaplicadas na produção local desde fins do século XVII, produção esta levada a cabo

principalmente pelo trabalho livre familiar que empregava poucos escravos.[17] Por outro lado, no início do século XIX o Governador e Capitão General Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça apresentou relatórios favoráveis sobre a produção de gêneros em São Paulo, já que sua população vinha apresentando altas taxas de crescimento, desde meados do século anterior, e a capitania estava plenamente integrada ao comércio interno de gêneros de subsistência.[18]

Sendo assim, podemos dizer que o argumento da "decadência" de São Paulo fundamentou os discursos acerca da capitania então formulados não apenas como um elemento de retórica ou expressão da "realidade" paulista, mas também como um instrumento com vistas a justificar a defesa e implantação de práticas favoráveis aos interesses de grupos de poder locais, em nome dos quais os memorialistas estariam falando, em meio às disputas políticas e econômicas que permearam o desenvolvimento da agricultura e do comércio paulistas entre fins do XVIII e início do XIX. É difícil identificar os protagonistas destas disputas, dada a generalidade com que os argumentos dos memorialistas são expostos e a forma como a concepção de "decadência" é usada para defender os interesses de alguns sob a aparente defesa da capitania como um todo. Entretanto, é possível vislumbrar que as condições que presidiram o desenvolvimento da lavoura comercial paulista desde meados do século XVIII não eram pacíficas e que a política de fomento metropolitana nem sempre foi aceita ou beneficiava os produtores e comerciantes envolvidos. Daí a crítica de Pereira Cleto ao modo como se deu a restauração da Capitania de São Paulo em 1765, quando as principais instituições governativas forma transferidas de Santos para o planalto e, provavelmente, o governador passou a interferir diretamente em decisões antes tomadas pelos poderes locais; a crítica de Rendon à legislação que redundou na decretação da "liberdade" indígena retirando das mãos de grupos de produtores paulistas o controle sobre esta importante força de trabalho; a crítica velada de Martim Francisco às regiões produtoras de gêneros de subsistência ou dedicadas ao comércio de gado e o discurso de Veloso de Oliveira, segundo o qual a capitania precisava se "recuperar"

ampliando sua atuação nas linhas de comércio externo, mas também a partir de transformações nas estruturas econômicas e sociais que definitivamente sepultassem as heranças coloniais que, a seu ver, ainda em 1814, impediam o Estado do Brasil de desenvolver-se a contento e tornar-se o "Império do Brasil", que ele convida D. João a fundar em terras americanas.

---

[1] Selecionamos cinco memórias escritas entre os anos de 1782 e 1814: a *Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la* (1782), de Marcelino Pereira Cleto; as *Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo* (1788), de José Arouche de Toledo Rendon; os *Jornais das viagens pela Capitania de São Paulo de Martim Francisco Ribeiro de Andrade, estipendiado como inspector das minas e matas, e naturalista da mesma capitania, em 1803 e 1804* e o *Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805*, também de Martim Francisco; a *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo* (1810) e a *Memória sobre a Agricultura no Brasil* (1814), ambas de Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira.

[2] Sobre os desdobramentos da política de modernização levada a cabo pelo chamado *reformismo ilustrado*, cujo principal expoente português foi o ministro de D. José I (1750-1777), o Marquês de Pombal, consultar as obras de José Jobson Arruda, *O Brasil no comércio Colonial* e Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial.*

[3] Este movimento foi descrito nas obras de António Manuel Hespanha, *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*; Francisco Calazans Falcon, A *época pombalina*; Kennety Maxwell, *A devassa da devassa. A inconfidência mineira. Brasil e Portugal, 1750-1808* e Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial.*

[4] Ver a este respeito as partes I e II da obra de Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775).*

[5] Ver a obra citada de Francisco Falcon, em especial cap. VI, e o artigo de Maria Odila da Silva Dias. "Aspectos da Ilustração no Brasil."

[6] Caio Prado Jr. *op. cit.*, p.58-60.

[7] Ver a este respeito as obras de Maria de Lourdes Viana Lyra *Os dízimos reais na Capitania de São Paulo* e de Maria Thereza Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo.*

[8] Em 1782, Marcelino Pereira Cleto era Juiz da Alfândega e Juiz de Fora da Vila de Santos, posteriormente foi ouvidor no Rio de Janeiro, escrivão da Devassa de Minas Gerais e membro da Relação da Bahia.

[9] Pereira Cleto está se referindo, especificamente ao "novo imposto" instituído para a reedificação de Lisboa em 1759 e ao contrato da passagem do Cubatão, de 1778, arrematado para o triênio de 1781 a 1782 por Bonifácio José de Andrada, pai dos famosos Andradas paulistas.

[10] Marcelino Pereira Cleto, *Dissertação sobre a Capitania de São Paulo...*, p.41-42

[11] José Arouche de Toledo Rendon era membro de uma tradicional família paulista, atuou como negociante e produtor. Formado em Coimbra, ocupou diversos cargos em órgãos administrativos da Capitania de São Paulo: foi juiz da medições das sesmarias (1782-1783), arrematante do contrato de Cubatão (1796-1798), diretor geral dos índios (1798), fiscal da Casa de Fundição do Ouro (1799), juiz de órfãos (1806-1808), deputado à Assembléia Constituinte dissolvida em 1823, dentre outros.

[12] José Arouche de Toledo Rendon, *Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo*, p.02 a p.15.

[13] Martim Francisco Ribiero de Andrada, *op.cit.,* p.146.

[14] Veloso de Oliveria era contemporâneo de Pereira Cleto e dos Andrada, filho do homem mais rico da Cidade de São Paulo em 1765, também estudou em Coimbra, exerceu vários cargos na magistratura das Ilhas e do Reino, retornou ao Brasil e foi nomeado chanceler da Relação do Maranhão em 1811.

[15] Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, *Memória sobre a agricultura no Brasil*, p.94-95.

[16] Ver Maria Luísa Marcílio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836,* segundo a qual a população paulista cresceu 425% entre 1690 e 1765 e Elisabeth Darwiche Rabello que em *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVII* relatou um crescimento que variou entre 47,35% e 148,2%, dependendo da localidade, entre os anos de 1776 e 1798.

[17] Sobre a participação de São Paulo nas redes de comércio internas à América Portuguesa ver a tese de Doutorado de Ilana Blaj, *A trama das tensões*, e a obra de João Fragoso, *Homens de Grosa Aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Sobre a percentagem dos não proprietários de escravos entre a população livre ver a obra já citada de Elisabeth Rabello e o livro de Iraci Del Nero da Costa, *Arraia miúda.*

[18] Os mapas econômicos e políticos da Capitania de São Paulo podem ser consultados na coleção do *Documentos Interessantes...*, v.44, na "Memória econômico política da Capitania de São Paulo" e na "Memória sobre os objetos mais interessantes da Capitania de São Paulo entregue ao Ilm.º e Exm.º Sr. Antonio José da Franca e Horta", de

Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, datadas de 1800 e 1802 respectivamente. Sobre a população paulista do período, consultar a obra de Maria Luísa Marcílio, já citada. A respeito das vias de comércio interno na América Portuguesa consultar a obra de João Fragoso*. Homens de grossa aventura.*

TIJOLOS VELHOS, IGREJA NOVA: REPRESENTAÇÕES DA DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ SÃO SEBASTIÃO EM JARAGUÁ DO SUL (1950-60).

Ana Paula Moretti Pavanello[1]

Introdução- Esta pesquisa aborda o que representava para os fiéis católicos de Jaraguá do Sul na década de 50 demolir a antiga Igreja Matriz para dar lugar a uma "nova, moderna e imponente" Igreja, nas próprias palavras desses fiéis? Porquê e como os paroquianos engajaram-se nesta obra é o ponto central do estudo.

Os indivíduos pertencentes à comunidade católica jaraguaense possuíam uma representação clara da construção da Igreja e de si mesmo. Logo, a representação é o norte desta pesquisa, e ela está fundamentada nas pesquisas de Roger Chartier.

Entre as fontes utilizadas neste estudo, temos as fotografias, registradas durante o processo de demolição e reconstrução da Igreja, as entrevistas orais com participantes da obra, as reportagens do jornal da cidade, o "Correio do Povo", além de uma série de documentos oficiais como; atas, relatórios, livro – tombo.

Para as análises das fotografias da Igreja Matriz de São Sebastião em Jaraguá do Sul, são utilizadas desde sua fundação em 1917 até a sua demolição e reconstrução na década de 50, focando principalmente todo este último período.

Construção da Primeira Igreja Matriz- Jaraguá do Sul foi fundada em 1876 por Emílio Carlos Jordan, teve a presença marcante da imigração européia. Vale lembrar que o final do século XIX o Brasil está recebendo grandes contingentes humanos oriundos da Europa, e o destino desses imigrantes é a região Sudeste e Sul do país.

Na região do Jaraguá os imigrantes compravam os lotes do arrendador Cel. Carlos Emílio Jourdan. Eram de diversas etnias, húngaros, pomeranos, austríacos, e colonos de língua italiana (principalmente tiroleses, venetos e lombardos.)

A imigração alemã começa no final do século XIX , mas intensificou-se depois da 1º Guerra Mundial, em Jaraguá do Sul, 2/3 praticantes da fé evangélica luterana, e 1/3 professavam a fé católica. Os alemães evangélicos luteranos em 1907 fundam sua Igreja.

Os poloneses também tiveram participação importante na imigração para Jaraguá do Sul, vindo a partir de 1890 e se instalando em pequenas comunidades. Há também uma forte presença húngara que instalou-se nos bairros do Garibaldi e do "Jaraguá 84", estes eram em sua grande maioria católicos.

Os imigrantes de origem italiana vieram em maior número e começaram a chegar em 1893 vindo de Rodeio e do Rio dos Cedros, região do Médio Vale do Itajaí. Eram oriundos principalmente da região do Tirol e de Trento. Estes imigrantes eram na sua maioria católicos apostólicos romanos, e foram eles , junto com os húngaros, responsáveis pela construção da Igreja Matriz que trato neste trabalho.

A religião existente no período estudado, que vai desde a fundação da cidade de Jaraguá do Sul até a demolição e reconstrução da nova igreja, pode ser considerada como um catolicismo tradicional. Este impregna todos os setores da vida do católico e rege a sua conduta perante a sociedade em que vive.

Por ser a religião muito importante na vida dos imigrantes, desde o início procurou-se realizar o trabalho religioso, assim, desde a fundação da cidade até 1892, esta foi pertencente à diocese do Rio de Janeiro.

A partir de 1892, todo o território do Paraná e de Santa Catarina passou a fazer parte da diocese de Curitiba. Neste período, a assistência religiosa à região de Jaraguá aumentou com as visitas dos padres franciscanos do município de Rodeio. Um dos mais importantes frades que se dedicou a pregar na Colônia de Jaraguá foi o frei Lucínio Korte.

As primeiras capelas na região surgiram no final do século XIX, sendo a primeira capela localizada no *Rio do Cerro,* seguida pela capela no *Rio Molha*. No livro do Frei

Aurélio Stulzer sobre Jaraguá consta os dados do Livro-Tombo de Rodeio que coloca as relações de cinco capelas que atendiam cerca de três mil pessoas antes de 1900.

Desde 1905 há em Jaraguá do Sul a preocupação na criação de uma paróquia própria, porém está ocorre apenas em 1912. Para abrigar esta paróquia iniciou-se uma série de esforços para a edificação de uma Igreja Matriz. A primeira Igreja da Paróquia foi batizada de Paróquia Santa Emília. Em 14 de dezembro de 1913 é lançada e benzida a Pedra Fundamental da Igreja. A construção inicia no começo do ano de 1914. E, em 3 de janeiro de 1917 ela está totalmente concluída e é inaugurada com grandes festejos. No ano de 1926, aconteceu a troca do padroeiro da paróquia, passando de Santa Emília para São Sebastião. Essa troca ocorreu devido à mudança da congregação que administrava a paróquia, esta passou dos freis franciscanos para a Congregação do Sagrado Coração de Jesus.

Demolição da Antiga Igreja- A partir da década de 50 no Brasil a política de industrialização chega no seu auge, principalmente com o governo de Juscelino Kubitchek (1956-1960).Esta industrialização já havia sido iniciada no governo Vargas com um grande investimento na indústria de base, e uma mudança de perfil econômico, de país agro-exportador para um país industrial.

Neste contexto nacional, de grande desenvolvimento e rápidas transformações, Jaraguá do Sul, além de acompanhar os acontecimentos nacionais, também passava por grandes transformações, econômicas e sociais, e são estas transformações que influenciam decisivamente a demolição e construção da Nova Igreja.

No início da década de 1950 quando há os primeiros rumores para a construção de um novo edifício religioso para a Paróquia de São Sebastião, o vigário da paróquia, Pe. Alberto Jakobs, SCJ coloca no Livro- Tombo paroquial a seguinte preocupação: “A nova Matriz cada vez maior é de grande necessidade, em vista de a atual não dá mais lugar para todos. Muitos não entram, muitos tem que ficar de pé.” [2]

A comunidade católica jaraguaense tinha uma representação bem definida de "progresso", no sentido deste representar o abandono do velho, e foi a partir desta concepção, e acompanhado o próprio "progresso" brasileiro que ela engajou-se no processo de construção do novo edifício religioso. Esta questão fica representada na reportagem do Jornal Correio do Povo de 9 de março de 1958 que publicou:

> Representará um marco soberbo de desenvolvimento religioso em nossa terra, cujos filhos de há muito compreenderam a imperiosa necessidade de tal obra, que colocará Jaraguá do Sul lado a lado com as recentes construções das cidades mais progressistas do Estado, à cuja frente está, indubitavelmente a trepidante e indormida cidade vizinha de Blumenau, com o seu novo monumento, a sua nova Matriz, cujas as linhas e impecável acabamento estão despertando a atenção de todo o país. [3]

A "igrejinha" no alto do morro não condizia mais com o desenvolvimento da cidade, ela acabava simbolizando o antigo e atrasado, imagem esta que a comunidade não queria estar associada. A Nova Igreja significava o progresso, e também o status da cidade em relação às outras cidades e o Igrejas do país.

No ano de 1956, segundo o Livro-Tombo paroquial temos o pedido de Licença para demolir a antiga Matriz e benzer o Salão Cristo-Rei. E, em e 1957 começa o desmonte da antiga igreja, este trabalho se estende até 2 de abril de 1958 quando é concluído.

Havia entre os fies uma representação específica da importância da obra e o que ela significava, e esta representação era forjada pela própria Igreja. Chartier afirma que

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.[4]

Ressalto que durante toda a movimentação para a demolição e reconstrução da Igreja solicitou e incitou o povo a colaborar de alguma forma, discursos de apelo popular

são encontrados facilmente, não apenas nos documentos oficiais, como também na memória daqueles que ajudaram na construção.

Os jornais tinham o papel de estimular o povo a trabalhar e também a ajudar através de doações, e isto era realizado, principalmente através de reportagens que exortavam a importância deste trabalho, bem como da própria Igreja.

Construção da Nova Igreja- A construção da Nova Igreja iniciou-se em 1958, e este era colocado como um exemplo de fé religiosa, e sendo um exemplo deveriam ser seguidas por outras pessoas, principalmente aquelas que ainda não haviam colaborado de nenhuma forma. Assim, quem não ajudasse não obra, era porque não possuía fé, e não era crente de Deus. Orlandi coloca que: " é o fato de que a fé é que distingue os fiéis dos não –fiéis, os convictos dos não convictos. [...] a fé é um dos parâmetros em que se assenta o princípio da exclusão."[5] E nesta sociedade estudada ser este fato de diferenciação que ninguém estava disposto a assumir. Sentir-se parte da comunidade era essencial para todas as outras formas de relação, mesmo que fora do âmbito religioso.

Além dos homens que realizavam o trabalho mais pesado, como o transporte de material, colocação de vigas e tijolos, as crianças e mulheres também procuraram auxiliar da forma que encontravam a construção. O trabalho das crianças era o transporte do tijolo de um local ao outro, e em fila iam transportando os tijolos de mão em mão. As crianças acompanhavam seus pais, quando estes iam ajudar no processo de demolição da Igreja, os pais incentivavam seus filhos, ressaltando o caráter da obra, como importante para Deus. Sendo também dever das crianças ajudar na construção, assim como de toda a comunidade.Para estas crianças, trabalhar na construção era importante, demonstrava que elas também faziam parte, eram necessárias, além de educa-las no serviço à Deus.

As mulheres eram responsáveis pela raspagem dos tijolos velhos para serem reutilizados. O fato de o trabalho ser espontâneo indica como o sentimento religioso estava enraizado na vida destas mulheres. Era constituinte da própria identidade delas,

que se viam como fiéis católicas a serviço de Deus. Simbolicamente estavam não apenas doando seu trabalho a Deus, era uma doação total, uma entrega a Deus de suas próprias vidas.

Podemos analisar a Igreja como um símbolo da fé dos fiéis. Sendo esta enorme, ressaltava a fé dos fiéis como enorme também. A relação entre fé e construção é clara e presente durante todo o processo da obra.

O padre Donato Wiemes, era uma figura central em toda a obra, era dele que dependia todas as decisões, tanto da construção, como da angariação de recursos para a Igreja.Não era apenas com a busca de recursos que o Padre Donato se engajava, ele servia de exemplo para os católicos, pois trabalhava diretamente na obra, tanto de pedreiro, como também para buscar madeira

A figura do Padre Donato Wiemes é marcante, pois sendo ele representante de Deus na terra, era como se o próprio Deus estivesse trabalhando na construção. Isto só viria reforçar a idéia de que os fiéis tinham que se engajar na obra, pois se Deus trabalhava, eles tinham que por obrigação trabalhar também.

O padre Donato era o representante divino na terra, Orlandi afirma que: “quando digo que a voz de Deus se fala no padre, é “como se” Deus falasse: a voz do padre é a voz de Deus.”[6] Desta forma, o padre além de ser exemplo de trabalho era respeitado por ser a voz de Deus, ao convocar os fiéis, ao pedir doações, ao incentivar e agradecer todo a trabalho realizado era como se o próprio Deus estivesse fazendo isto.

Para que a construção ocorresse era necessário que se angariassem fundos, umas das formas de arrecadação eram as festas, onde toda a comunidade católica ajudava e também participava dela. Tanto homens como mulheres participavam da festa, e se relacionavam nela. É importante colocar que era principalmente nas festas que a Igreja deixava de ser apenas um espaço para a realização de práticas religiosas para se tornar um espaço de sociabilidade. Jaraguá do Sul não possuía muitos espaços que

permitissem a socialização, até mesmo pelos costumes e valores tradicionais, e religiosos das famílias. Desta forma a Igreja acabava se tornando este espaço social.

Inauguração da Nova Igreja-Todo o trabalho realizado pelos homens, mulheres e crianças foi inaugurado em abril de 1962. Cláudia Leier, paroquiana no período estudado, também afirma que: "pode dizer que eu também faço parte, eu também sou Igreja, porque eu fiz parte dessa construção, quantas outras pessoas não dizem a mesma coisa. Não eu, nós, o povo, a comunidade."[7] O sentimento que envolvia a comunidade, era de parte da obra, até por ser este mesmo sentimento motivador da construção. Fazer parte da obra, não era apenas no sentido material, mas também no sentido religioso, de fazer parte da obra divina, do trabalho para com Deus. O trabalho na construção material da Igreja simbolizava a construção do plano divino, era a ligação da comunidade com Deus.

A memória dos entrevistados mostra que a igreja velha era a preferida, porém, deve-se levar em consideração que sempre que lembramos o passado acabamos, muitas vezes, o fazendo de forma nostálgica, exaltando-o. Tanto a igreja antiga quanto à nova têm uma presença muito forte na vida dos fiéis e, de cada uma, preferem um aspecto ou outro. Não é a intenção desta pesquisa que se escolha uma igreja em relação à outra, e sim esclarecer que existem diferenças claras entre elas e que estas também são percebidas por aqueles que as freqüentaram. As percepções acerca das igrejas vêem evidenciar a importância destas na vida dos fiéis. Por fim, é importante colocar que os tijolos velhos que foram reaproveitados na construção não eram apenas por uma fator econômico, mas também simbólico, uma vez que, a Nova Igreja também possuía um "pedaço" da antiga.

A construção possibilitou que se fortalecesse a fé dos fiéis e que a comunidade se unisse em torno de um mesmo objetivo. Além disso, toda a movimentação em torno da demolição da antiga igreja e construção da nova, serviu também para iniciar os futuros fiéis, principalmente as crianças, na responsabilidade que significava "ser" Igreja. Ser

parte da obra era ser parte da Igreja, e com isso o sentimento de pertencer a uma comunidade aumentava.

---

[1] Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
[2] [2] Livro- Tombo referente ao ano de 1953, p.62
[3] Jornal "Correio do Povo", nº1789
[4] CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações.**Rio de Janeiro: Editora Bertrand,1990. p.17.
[5] ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento.As formas dos discursos.**São Paulo: Pontes, 1987. p.250.
[6] ORLANDI, op. cit. P.244.
[7] [7] Entrevista realizada com Cláudia Leier em 27 de fevereiro de 2004.

As Cantigas da Capoeira Angola – Religiosidade e Poesia

. Ana Paula Rezende Macedo

O que eu gosto de lembrar sempre é que a capoeira apareceu no Brasil como luta contra a escravidão. Nas músicas que ficaram até hoje se percebe isso. Entenda quem quiser, está tudo aí nesses versos que a gente guardou daqueles tempos.[1] *- Mestre Pastinha*[2]

Uma das características dos cantos de Capoeira é o improviso, seja na Angola ou na Regional, suas duas principais modalidades ou estilos; o cantador começa a cantar uma cantiga conhecida, o coro responde. Se for um cantador que domina bem o compasso, o ritmo musical da Capoeira, ele pode dizer, cantando, diversas coisas e o coro se mantêm a repetir a mesma estrofe. Geralmente o cantador canta a sua história, faz um desafio, canta casos e coisas da Capoeira e também os narrados pela literatura popular. Para isso utiliza versos em quadras, as quadras populares tão presentes na cultura brasileira, muitas de origem remota e desconhecida, mas que são constantemente cantadas, algumas possivelmente criadas dentro de uma roda de Capoeira e que hoje já ultrapassaram o seu universo, compondo também em outras manifestações da cultura brasileira.

Um bom cantador, ele *deixa ser levado pela música*, de forma que torna *fácil* cantar as coisas que lhe vêm ao pensamento, tal como os cantadores de 'desafios' e 'duelos', os repentistas, mestres no improviso.

Na Capoeira, o jogo não acontece apenas entre os dois indivíduos no meio da roda, que executando os golpes, dançam. Acontece também entre os berimbaus, onde um dos tocadores pode *dobrar* um toque e o outro *responder*, improvisando de diversas formas, dentro do toque, do ritmo. Ou entre cantadores, mas não como uma 'cantoria', onde um canta e o outro responde em um longo diálogo; o capoeira joga com todos os integrantes da roda, inclusive com o público, se quiser, e pode, pela astúcia de um outro cantador, levar uma *rasteira* (oral) e perder a vez de cantar.

Embora sendo nomeados de diversas formas, existem basicamente dois tipos de cantos na Capoeira Angola: o canto onde os jogadores se mantêm agachados 'ao pé do

berimbau', o cantador passa uma determinada mensagem iniciada por um grito: iêê, entoa alguns versos em ritmo lento e melodia dolente e, após estes, canta outros versos em tom de louvação, cada verso da louvação é repetido pelo coro acrescido do termo camarada. E o canto para o jogo, quanto à estrutura de canto e coro, o ritmo e sua intensidade, rápida ou lenta, podem variar.

Esses cantos ou cantigas, geralmente, são denominados chulas e/ou corridos. Os primeiros, que atualmente chamam de *ladainha,* já foram denominados por diversos outros termos, como: o momento do *preceito*[3], o canto de *improviso*[4], o *canto para o início*[5], *hino da capoeira*[6], *chula inicial*, *chula de fundamento*[7] ou *louvação*[8], *toadas de desafio*[9].

Essa diversidade na denominação não se vê na descrição de seu momento e na estrutura da cantiga que se compõe de narração poética, quadra ou ditados populares, seguidos de louvação. Enfatizamos que é justamente esta 'permanência' histórica do momento da ladainha que faz com que este seja o tema e o objeto de estudo deste trabalho. O momento da ladainha contribui para a legitimação do jogo da Capoeira enquanto ritual composto pelos golpes, gestos e pela musicalidade. Um não prescinde do outro e o ritual não se faz sem eles.

Até o século XIX, diversas práticas culturais dos negros e mulatos eram rotuladas e generalizadas como *batuque*. Em meio ao batuque estavam presentes as diversas formas de samba de roda, o maculelê, o jongo, cucumbis, a congada, as festas de Reis, a Capoeira e tantas outras práticas desaparecidas e/ou transformadas.

Acreditamos que a entonação do canto e a cadência das palmas podem ter ditado os ritmos desta primitiva luta. É possível também que o ritmo que a identifica seja anterior à entrada do berimbau na Capoeira e à constituição de alguns dos elementos que compõem o ritual.

A história da Capoeira nos mostra que antes de figurar socialmente, como uma manifestação cultural específica, as cantigas utilizadas nos treinamentos e nos jogos eram aquelas cantadas, improvisadas para outras manifestações também. Assim, essa pesquisa nos levou a creditar que as cantigas onde o tema é a própria Capoeira foram criadas a partir

da segunda metade do século XIX, quando ser capoeira se torna sinônimo de valentia e coragem.[10] A inexistência de documentações sobre a prática da Capoeira durante o século XVIII na Bahia, não quer dizer que ela não existisse enquanto prática cultural dos negros bem anteriormente, pois o mito de sua presença data do Brasil colonial[11].

Foi durante o século XX que as composições das cantigas da Capoeira foram registradas por memorialistas, etnógrafos, pelos próprios capoeiras e pela indústria fonográfica, após a década de 50. Nesses registros percebemos que as práticas que mais contribuíram, absorveram e/ou inspiraram as cantigas foram os 'desafios', as cantorias populares, a literatura de cordel, o samba de roda, o batuque e o candomblé, sobretudo, o candomblé de caboclo. Diversas outras já em desuso, como os 'pregões', que são as quadrinhas feitas pelos vendedores ambulantes para anunciar seus produtos, os 'peditórios' cantados pelos cegos e os cantos de trabalho. As cantigas de roda infantis, a Congada e o Jongo também contribuíram, inclusive para os cantos *corridos*.

O número de cantigas de Capoeira é muito grande, atingindo as centenas, e falar sobre cada uma delas é um trabalho praticamente impossível. Quando propusemos pensá-las, selecionamos as que são cantadas no momento do preceito, visto que também são versos que podem ser cantados nos *corridos*, além de evidenciar elementos ritualísticos e de religiosidade nos gestos executados pelo cantador e/ou pelos jogadores que estão 'ao pé do berimbau'.

As *quadras* populares que, segundo Câmara Cascudo[12], são as estruturas de composições mais antigas do canto sertanejo no Brasil, também são muito freqüentes na Capoeira. Além de ser a mais remota forma de ladainhas catalogadas por este trabalho, vão determinar sua estrutura métrica de sua poesia. Segundo Cascudo, os mais antigos versos sertanejos eram as *quadras*, os *versos de quatro-pés* que, para o sertanejo, *não é a acentuação métrica, mas a linha (...) Em quadras (ABCB) foram todos os velhos desafios. A métrica se manteve coerente dentro das 7 sílabas*.[13]

Nas cantigas da Capoeira a rima é um elemento muito forte, sobretudo com a presença de quadras com rima ABCB, ocorrendo também rimas ABAB, ABCA e/ou AABB, o

que caracteriza, principalmente, os quatro últimos versos de cada ladainha, de forma que o último verso quase sempre tende a rimar com um dos anteriores. Poucas vezes podemos encontrar cantigas que apresentam o último verso branco, isto é, sem rima. Pode-se perceber também que os versos de sete sílabas geralmente trazem como sílaba tônica a terceira, a quinta e a sétima sílabas, ao passo que nos versos de oito sílabas são tônicas a segunda, a quarta e a oitava. O que, mais uma vez identifica as cantigas da Capoeira com as cantorias.

Tal estudo nos levou a constatar que a maioria das ladainhas da Capoeira é formada por uma ou mais quadras e/ou sextilhas, o que faz com que, aparentemente, uma ladainha trate de diversos temas. Todavia, o que prevalece é a utilização de quadras ou sextilhas usadas como metáforas, que são os *cantos de sotaque,* na Capoeira.

Enfatizamos que em meio às apropriações, como as composições presentes nos cultos religiosos afro-brasileiros ou os temas descritos em literatura de cordel e as quadras populares, as cantigas da Capoeira nos aproximam dos duelos dos cantadores. O improviso transforma as quadras populares presentes ou originadas nas cantigas de roda, nos pregões, nas cantigas de trabalho ou dos cegos em 'cantigas de sotaque', onde as obviedades ou as contradições adquirem um sentido dentro do jogo da Capoeira, que podem apenas se relacionar ao momento presente ou permanecerem como linguagem simbólica construída a partir de metáforas.

Mesmo as cantigas coletadas em rodas recentemente e aquelas compostas a partir da literatura popular, de cordel ou que trazem trechos destas, podem remeter a composições mais tradicionais. A exemplo, na poesia a seguir são relevantes as menções á cautela no jogo, ao amor à Capoeira, à valentia, ao desafio e a exaltação às qualidades pessoais e do camarada como uma saudação. Todos estes temas são muito comuns nas cantigas:

Cachorro que engole osso / Em alguma coisa se fia

Ou se fia na garganta / Ou senão na travessia

A melhor coisa do mundo / É o som de um berimbau

Tocado lá no terreiro / Ou na praça municipal

Lá vem a cavalaria / Com a beleza de outrora

Em cada cavalo uma sela / Em cada sela uma senhora

O trote do meu cavalo / Parece com marajá

Quem não pode com mandinga / Não carrega mangangá

Quando falta a cabeça / Fogo na cabeça dá

Você é onça na terra / Eu sou tubarão no mar / á á[14]

Todos os aspectos que forem destacados por este trabalho devem sempre estar mediado pela inexistência de regras quanto à fidelidade à forma como uma poesia foi cantada anteriormente. A permanência ou transformação de uma cantiga é relativa ao momento no qual está sendo cantada. Um cantador que tem domínio de entonação e ritmo pode 'criar' uma cantiga, seja ladainha ou corrido, na hora da roda, sem quebrar o 'axé', ou seja, sem quebrar a harmonia entre o ritmo da bateria, o cantador e o coro.

Isso ocorre mesmo sendo com cantigas originadas em diferentes tempos históricos e grupos diferentes, existem uma grande proximidade melódica entre elas. A métrica musical da Capoeira se dá em *compasso binário*, o que favorece tanto a memorização quanto a improvisação da letra ou dos 'repiques' do berimbau.

Assim, toda cantiga se faz e se refaz no momento do jogo na roda de Capoeira. Às vezes um verso improvisado permanece, mas o seu significado pode perder-se ou transformar-se. Parte das cantigas de Capoeira, bem como as de outras manifestações culturais, como a Congada e a Folia de Reis, só podem ser compreendidas relacionando-as ao seu contexto imediato, devido ao improviso.

E Pastinha explicava, em seus manuscritos

> *(...) se comunicavam nos cantos improvisados dançava e cantava, inredos inventava, truques, piculas.*
>
> *(...)*

Porque cantam com inredo? Improvisado? É para quando chegar na roda pessoas que é estranha, ou mestre, o improviso adveste ou não a roda se deve ou não continuá, ou arruma-se. [15]

Para Pastinha a Capoeira é um esporte, mas um esporte amplo e profundo, na medida em que é fruto e, ao mesmo tempo, mexe e se interage com o 'eu interior' de cada um. É acreditando nesta amplitude da Capoeira que ele insiste, dentre outros aspectos, na importância do canto para o jogo. Segundo ele, *para ser bom é preciso ser completo no fundamento de seu esporte.*[16] O canto é e tem o fundamento da Capoeira.

Esta preocupação com o canto permanece. E Pastinha, por sua vez, dá exemplos de improvisos ao registrá-los nos Manuscritos. Alguns destes fazem parte da literatura popular:

Na ladeira de Santa Tereza / Onde nêgo matou Sinhá

Por causa de saco de dinheiro / Não era saco de dinheiro

Era saco de pecado[17]

Nesta ladainha pode se notar um conteúdo ideológico de acusação à ganância e à soberba vinculada a posses materiais. Noutras, além de retratar sua própria história e, ao mesmo tempo, a história da Capoeira, têm uma explícita conotação moral:

Eu vou falar / Vou falar com franqueza

No meio da capoeira / Pastinha construiu uma fortaleza

Para enriquecer sua pobreza[18]

Outras, ainda, como *sotaque*, têm como tema um recado:

Eu não sou folha de flande / Nem prato esmaltado

Não vou jogar com você / Porque é mal educado[19]

A maior parte dos versos registrados por Pastinha são quadras. Geralmente as quadras populares são usadas como *sotaque*. O *sutaque*, segundo Oneyda Alvarenga, é uma cantiga característica do Candomblé. *Sutaque que dizer desafio. Também, quando numa cerimônia alguém zomba do ritual os filhos-de-santo cantam o sutaque criticando a pessoa.*[20] Waldeloir Rego também explica o *sutaque* que, tanto este como o desafio *é muito do negro, não só entre os cantadores, capoeiristas e mesmo entre o pessoal do candomblé.*

Conforme Edison Carneiro, quando no candomblé, de nação Angola e de Caboclo, *o encantado, não conseguindo logo o que quer, dá sotaque, isto é, insiste em ser compreendido pelos circunstantes*[21].

O sotaque[22] é um tipo de improviso, mas também pode ser cantado através de quadras populares. Ele pode aparecer em diversos momentos quando o cantador estiver dando um recado ou aviso, que pode ser literal ou metafórico. Fator que reforça a intencionalidade das cantigas, sobretudo das ladainhas. Segundo mestre Augusto Januário[23], *a Capoeira usa da mentira para falar a verdade*.

Sotaque também pode ser entendido como a entonação que se dá ao canto. *O sotaque do meu canto é sempre o sotaque do canto dele*, disse mestre João Pequeno referindo-se ao seu primeiro mestre, o finado Barbosa.[24]

Ao longo dos anos a Capoeira veio incorporando uma série de elementos de diversos espaços e manifestações sociais, em conseqüência das práticas sociais nas quais estavam e estão inseridos seus sujeitos históricos. Neste sentido, é impossível querermos listar todas as influências recebidas pela Capoeira, mesmo deixando à parte a análise dos golpes e do compasso de suas melodias e ritmo, priorizando as composições das cantigas e parte de sua filosofia. Tal trabalho, sim, se assemelharia a um grande e infinito guarda-chuva, que tudo abriga. Por isso as reflexões tecidas aqui são frutos das observações de alguns grupos de Capoeira Angola e da bibliografia pesquisada durante a realização deste.[25]

De maneira mais específica, na apresentação deste trabalho adentraremos no universo das cantigas: apresentando ladainhas e corridos, ressaltando alguns temas relacionados à religiosidade que, além de cantados, compõem a 'identidade' da Capoeira e uma identificação do indivíduo nela e, paralelamente, do próprio sujeito histórico.

---

[1] In: CRUZ, José Luiz de Oliveira (Mestre Bola Sete). Histórias e Estórias da Capoeiragem. Salvador: Editora BDA – Bahia Ltda., 1996, pág. 167.

[2] Mestre Pastinha foi um dos maiores defensores da Capoeira Angola entre as décadas de 1940 a 1980 e hoje seu trabalho continua através de seus ex-alunos: Mestre João Pequeno, Mestre João Grande e outros.

[3] CARNEIRO, E. Capoeira de Angola e. In: Religiões Negras / Negros Bantos. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, págs. 213 (1ª edição 1936).
[4] Manuscritos de Mestre Pastinha. In: DECÂNIO, Ângelo. A Herança de Pastinha. Salvador: Coleção São Salomão 2 (Quando as Pernas Fazem Miserê: Metafísica e Prática da Capoeira - Manuscritos e desenhos – Estatutos do Centro Esportivo de Capoeira Angola, 1960), 1996.
[5] Manuscritos de Mestre Pastinha. In: ibidem.
[6] REGO, Waldeloir. Capoeira Angola - Ensaio Sócio - Etnográfico. Salvador: Editora Itapuã, 1968, pág. 47 e 48.
[7] CARNEIRO, E. Op. cit.
[8] Manuscritos de mestre Pastinha. In: DECÂNIO. Op. cit.
[9] Termo utilizado por José Valladares que mesmo sem identificar o momento no qual era cantado, representa um dos aspectos da ladainha. In: VALLADARES, José. Bahia Pitoresca. In: Bêabá da Bahia – Guia Turístico. Salvador: Livraria Turista Editora, 1951, pág. 102.
[10] Jornal A República, Belém do Pará de 12/09/1890, fala de *escolas organizadas* de capoeiragem, apud: LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Deixai a Política da Capoeiragem Gritar – Capoeiras e Discursos de Vadiagem no Pará Republicano (1888 – 1906). Salvador: Dissertação de Mestrado em História - UFBa, 2002, pág. 54.
[11] O termo capoeira, designando o jogo, é documentado na Bahia e no Rio de Janeiro no século XIX, o que levanta a hipótese do desenvolvimento da luta ser muito anterior à aquisição do termo que a designa atualmente.
[12] CASCUDO, Câmara. Vaqueiros e Cantadores. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984, pág. 22.
[13] CASCUDO. Id. ib..
[14] Cit in: MESTRE PÉ DE CHUMBO (org.). Apostila Para Angoleiros. São Carlos/SP: Centro Esportivo de Capoeira Angola / Academia João Pequeno de Pastinha, 1999. CRUZ, O. Op. Cit., pág. 110. REGO, W. Op. cit., pág. 106.
[15] MESTRE PASTINHA. In: DECÂNIO, Op. cit..
[16] Ibidem.
[17] In: OLIVEIRA, J. Op. cit., p. 87.
[18] MESTRE PASTINHA. in: DECÂNIO. Op. cit.
[19] Ibidem.
[20] ALVARENGA, Oneyda (org). Melodias Registradas Por Meios Não Mecânicos. São Paulo: Arquivo Folclórico da Discoteca Pública Municipal, vol I, 1946, pág. 200.
[21] CARNEIRO, E. Op. cit. pág. 188.
[22] Encontramos tanto o termo *sutaque* como sotaque, utilizaremos sotaque por ser a grafia correta.
[23] JANUÁRIO, Algusto. Depoimento. Salvador, set.-dez. de 2002.
[24]MESTRE JOÃO PEQUENO. Uma Vida de Capoeira. Salvador, 2000, pág. 25.
[25] Sobre a bibliografia bem como a reflexão ampliada deste artigo ver: MACEDO, Ana Paula Rezende. As Poesias da Dança da Zebra – Capoeira Angola, Poesia e Religiosidade. Uberlândia: Dissertação de Mestrado em História - UFU, março/2004.

HISTÓRIA DA MATERNIDADE NO BRASIL: ARQUIVOS, FONTES E POSSIBILIDADES DE ANÁLISE.

Ana Paula Vosne Martins
Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná

Esta comunicação tem como objetivo apresentar algumas reflexões de ordem metodológica em torno de uma pesquisa de pós-doutorado realizada entre 2003 e 2004 na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, na cidade do Rio de Janeiro, sobre as experiências da maternidade. Entende-se por experiências da maternidade um conjunto bastante diferenciado de agentes sociais, de práticas e de representações atinentes a esta palavra que designa a qualidade de ser mãe, mas que também se refere a uma instituição hospitalar e a um imaginário no qual se articulam ideologias de gênero.

Concordo com Françoise Thebaud (1986), historiadora francesa autora de vários trabalhos sobre a maternidade quando afirma que há um domínio da história das mulheres ainda a ser explorado, pois a maternidade, seja desejada, seja recusada, está no centro das definições culturais e históricas do feminino, traduzindo o papel que se espera das mulheres na sociedade. Indo além desta constatação, considero que a compreensão histórica da maternidade não só é importante para a compreensão da história das mulheres, mas da dinâmica do gênero no trabalho de eternização das estruturas da divisão sexual-social, apropriando-me de uma expressão utilizada por Pierre Bourdieu.(1999)

É nessa direção que encaminhei a pesquisa sobre a história da maternidade no Brasil, ou seja, procuro compreender como esta experiência tão des-historicizada, tão associada ideologicamente a uma essência natural do feminino, é significada

politicamente pelos saberes que a definem e normatizam, pela política do Estado que a re-significa no interior de uma série de discursos voltados para a população, a raça e a nação e, por fim, pela memória das mães, que a re-constrói como subjetividade. Partindo desta problematização, proponho discutir a viabilidade de uma história da maternidade no Brasil, ou seja, como tratar metodologicamente a experiência da maternidade? Quais os arquivos disponíveis ou a serem descobertos para a pesquisa da maternidade no Brasil? Quais as fontes que permitem escrever esta história e de que forma podemos analisá-las? O que nos diz a história da maternidade sobre as políticas públicas brasileiras?

É preciso dizer que a historiografia sobre o tema vem produzindo pesquisas significativas no campo dos estudos de gênero pelo menos desde meados da década de 1980, tanto no meio acadêmico estadunidense quanto europeu. A coletânea organizada pela historiadora alemã Gisela Bock e pela historiadora inglesa Pat Thane, *Maternidad y políticas de gênero*(1996), publicada originalmente em língua inglesa em 1991, dá uma idéia do fôlego, da complexidade e da diversidade destas pesquisas sobre a história da maternidade, abordando o assunto a partir da experiência materna, do envolvimento do feminismo com a questão e da política dos Estados de bem-estar emergentes na Europa. No Brasil esta é ainda uma área temática que começa a dar seus primeiros passos, envolvendo pesquisadoras não só da história, com também da área de saúde, da sociologia e da antropologia. No que diz respeito às pesquisas históricas pode-se afirmar que se trata de uma área em construção, incipiente, com poucos trabalhos publicados, pelo menos trabalhos coletivos que expressem a constituição de uma área de estudos, como aquele citado acima.

A pesquisa que desenvolvi como estágio de pós-doutorado e continuo a dar prosseguimento, tem como objetivo contribuir para a constituição dos estudos sobre gênero, história e maternidade no Brasil e, nessa direção, vou me deter mais especificamente nas possibilidades de análise abertas por esta problemática de pesquisa.

Iniciei minha investigação a partir de uma experiência de pesquisa anterior sobre a produção do conhecimento médico sobre o corpo feminino, resultando na constituição de duas especialidades médicas, a obstetrícia e a ginecologia. Naquele momento analisei o determinismo naturalista e a normatização médica que construíram, como seus métodos e teorias, um modelo de mulher fundado na anatomia e na fisiologia, com importantes desdobramentos morais e políticos para as mulheres, encerrando-as nos estreitos limites da esfera doméstica e da maternidade.

A partir da compreensão dos mecanismos de dominação que se engendraram na definição daquele modelo, comecei a construir uma problemática de pesquisa que questionava a experiência das mulheres com a maternidade. Queria conhecer o outro lado desta história do modelo normativo e, para tanto, tomei como ponto de partida a transição do parto doméstico para o parto hospitalar, afinal este processo envolvia tanto a produção dos saberes que antes havia estudado, mas principalmente as experiências com o corpo, com o parto, com os filhos e com os especialistas por parte das mulheres que foram mães. Em países como os Estados Unidos, Inglaterra, França, Noruega e Suécia, a transição se deu no início do século XX, enquanto no Brasil o parto hospitalar passou a ser rotineiro somente após a década de 1960. A pesquisa que realizei permite afirmar que a transição do parto doméstico para o parto hospitalar no Brasil ocorreu no período entre guerras, atingindo diferentemente as mulheres conforme a classe social e a raça.

As primeiras fontes, portanto, são fontes orais que reconstroem a memória deste processo da transição. A memória materna foi o ponto de partida até mesmo para definir a temporalidade da pesquisa, pois era importante definir o perfil das entrevistadas. Parti do conceito de geração e estabeleci, a partir dos conhecimentos prévios que tinha sobre a institucionalização da maternidade no Brasil, duas gerações: a primeira geração é composta de mulheres que nasceram antes de 1930, portanto, mulheres que iniciaram a

sua vida reprodutiva mais tardiamente entre as décadas de 1940 e 1950, ou seja, engravidaram, deram à luz e criaram os filhos no momento em que se formulavam as políticas públicas para a maternidade e a infância no país. São mulheres que hoje estão com idades superiores a 75 anos e que, na sua maioria, tiveram os filhos em casa atendidas por parteiras, não freqüentavam consultórios médicos para fazer exame pré-natal, dificilmente levavam os filhos ao pediatra e não tinham disponíveis métodos contraceptivos seguros. A segunda geração é composta pelas filhas da primeira geração, ou seja, mulheres que nasceram entre as décadas de 1940 e 1950 e que entraram na fase reprodutiva entre as décadas de 1960 e 1970. Estas mulheres, diferentemente das suas mães, deram à luz nas maternidades, fizeram exame pré-natal, levaram os filhos aos pediatras, contaram com uma maior disponibilidade e variedade de produtos das indústrias farmacêutica, de higiene e de alimentos, além do fato importante de que entre elas estão as primeiras mulheres a integrar um movimento contínuo e crescente em busca de formação universitária e de profissionalização, bem como viveram experiências novas como o divórcio e o uso da pílula anticoncepcional.

Contudo, não era possível entender a construção das memórias maternas sem ampliar o próprio conceito de experiência da maternidade. Como explicar determinadas práticas das mulheres sem compreender os serviços médicos e hospitalares disponíveis? Como entender as escolhas (ou a falta delas), os conhecimentos e as próprias representações das mulheres sem conhecer o debate mais amplo envolvendo outros agentes, além das mulheres, a respeito da maternidade e da infância? Desta forma, as fontes orais continuam a ser fontes privilegiadas na pesquisa sobre as experiências da maternidade, mas cotejadas e articuladas a um outro corpo documental valioso não só para o entendimento do processo de transição acima mencionado, mas também para o entendimento de outros processos de natureza político-ideológica que se constituem política e socialmente tomando o gênero como um princípio ideológico central de suas

expressões e a maternidade como representação e ponto de aplicação de discursos e práticas.

Refiro-me à documentação produzida pelos agentes públicos, médicos, em particular, que a partir da década de 1920 passaram a ocupar funções nos órgãos e na estrutura burocrático-administrativa do Estado brasileiro e a defender a formulação e execução de políticas públicas de proteção à maternidade e à infância. Paralelamente a esta documentação produzida pelos quadros técnicos do Estado há que se destacar a produção do saber especializado na maternidade e na infância, em particular a Puericultura, cujos defensores vinham, desde o final do século XIX, acusando o descaso das autoridades públicas com a infância e a maternidade pobres e as altas taxas de mortalidade materna e infantil no Brasil. São os médicos puericultores que vão integrar as estruturas responsáveis pelas políticas materno-infantis criadas a partir da década de 1920 e especialmente após 1930. Completando esta documentação há que se investigar o amplo, mas esparso conjunto de fontes escritas e fotográficas da atuação feminina benemerente que tanta repercussão teve desde o início do século XX, antecipando muitas vezes as políticas públicas.

Esta documentação é composta, em primeiro lugar, pela legislação social que começa a ser elaborada na década de 1920, mas que tem seu momento privilegiado nas décadas de 1930 e 1940, acompanhando uma tendência de proteção, por parte do Estado, a determinados grupos sociais como idosos, incapacitados, mães e crianças pobres, presente nos países europeus e defendida, desde 1919, pela Organização Internacional do Trabalho. Junto ao debate legislativo é importante conhecer a documentação produzida pelos médicos que assumiram cargos públicos e que passaram a defender a implementação de políticas materno-infantis no Brasil. Trata-se de um corpo documental considerável, em especial para as décadas de 1930 e 1940, pois é durante o primeiro governo Vargas que se constrói a estrutura administrativa responsável pela

elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas de saúde e assistência social para a maternidade e a infância.

Entender como a maternidade e a infância passaram a ser alvo das políticas públicas requer a compreensão do significado destas palavras e também do novo papel do Estado nas sociedades liberais capitalistas. Para tanto, uma abordagem de gênero numa perspectiva comparativa é metodologicamente adequada para se ter uma visão mais ampla de um processo que é político e social e geralmente não é levado em conta nas análises macro-estruturais do Estado de bem-estar social.

A elaboração de políticas públicas voltadas para a maternidade e a infância revela um vocabulário capcioso, pois aparentemente o discurso maternalista parece defender os direitos das mulheres. Contudo, não se trata de uma valorização da mulher enquanto cidadã, ou de uma concepção universalista de direitos, mas sim do enaltecimento da função maternal. O universalismo está ligado à idéia de que todas as mulheres são mães, mesmo aquelas que não dão à luz. Se a maternidade era intrínseca à natureza feminina, como acreditavam os médicos, ela podia ser exercida de fato ou espiritualmente, como é o caso das religiosas e das mulheres solteiras que se dedicavam aos trabalhos assistenciais. Entender como esta retórica maternalista está presente nos discursos dos médicos e das mulheres ativistas e também na elaboração das políticas públicas, nos remete para o objetivo principal dos agentes envolvidos na proteção à maternidade: a criança. Portanto, configura-se no discurso maternalista uma concepção instrumental da mulher-mãe, pois é através dela que os filantropos, os médicos e os funcionários do Estado podem alcançar a criança.

É esta concepção instrumental da maternidade que se nota na documentação produzida pelos médicos, em especial nas cartilhas e livros escritos para as mães, como também na prática benemerente das mulheres das classes média e alta. Os livros escritos para a educação das mães eram manuais, ou seja, ensinavam de forma simplificada os

conhecimentos atualizados da puericultura e da pediatria, mas seu objetivo principal era ensinar as práticas relacionadas ao cuidado cotidiano das crianças, transformando ações simples como o banho, a troca de fraldas e a preparação de um mingau ou sopinha em tarefas complexas, desdobradas em múltiplos movimentos e informações. Estes manuais não só ensinavam a cuidar de bebês e crianças pequenas, mas estabeleciam uma dicotomia entre o autor e a leitora, perceptível não só pelo tom imperativo e a voz ativa do médico-autor, mas pela construção discursiva da mãe-leitora, passiva e paciente, aluna ideal para a recepção dos saberes especializados e autorizados dos médicos puericultores.

Um balanço deste percurso das políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil aponta para um aspecto que até os dias atuais, infelizmente, ainda está presente. Trata-se da ineficiência dos serviços públicos devida, entre outras causas, à nossa proverbial falta de verbas para as áreas básicas de atendimento à população. Todos sabemos que o resultado desse quadro é o descompasso entre o texto das leis e a prestação dos serviços.

Outro aspecto a se ressaltar é como no Brasil o ativismo feminino teve uma contribuição importante até a década de 1930, porém limitada. Embora tenha antecipado as políticas públicas com a assistência prestada às mães e às crianças e desempenhado um papel importante por ocasião da proposição das mesmas na elaboração da Constituição de 1934, não conseguiu espaço nas estruturas de poder criadas pelo Estado, como ocorreu com as ativistas européias e principalmente norte-americanas. Esta ausência das mulheres na elaboração das políticas materno-infantis revela um outro traço marcante desse processo, pois foram os médicos que levaram à frente os projetos e campanhas, ocupando os cargos de direção e decisão, enquanto as mulheres foram incorporadas nas atividades de atendimento, basicamente, ou em cargos de segundo e terceiro escalão na estrutura burocrática, como médicas, enfermeiras, assistentes sociais

e professoras. No Brasil a participação feminina nas políticas da maternidade se deu de forma mais sistemática e duradoura através das instituições filantrópicas, salientando o caráter não profissional do maternalismo no país, embora isso não signifique que as mulheres ligadas às instituições de benemerência não atuassem politicamente. A maior diferença está na ausência das mulheres habilitadas, como previa a Constituição de 1934, nos quadros técnicos e administrativos de decisão.

Ao longo desta história das políticas públicas para a maternidade e a infância há outro aspecto que merece ser destacado, pois revela a visão de gênero dos envolvidos com a questão, como também da relação entre o Estado e as mães. Como disse acima, as políticas da maternidade em muitos países e no Brasil, especificamente, não partiram de uma concepção dos direitos das mulheres em ser mãe, contando com assistência pública. Pelo contrário, os formuladores das leis e das políticas públicas tinham uma visão instrumental das mulheres, afinal era delas que as crianças nasciam e nascem, portanto, para ter sucesso na *tarefa patriótica* de salvar e preservar as crianças, era necessário olhar para as mães, protegê-las também. O problema é que ao olharem para as mães pobres os médicos, principalmente, não viam indivíduos marcados pela miséria, pelo abandono ou pelo estigma de uma gravidez fora do casamento, mas criaturas toscas, ignorantes, culpadas pela sua condição e de seus filhos.

Acredito que há ainda muito a ser investigado, em especial no que diz respeito às políticas públicas implementadas nos estados da federação, bem como no corpo documental expressivo da Legião Brasileira de Assistência que, de 1946 até a sua extinção em 1990, dedicou-se à saúde e à assistência à maternidade e à infância. Há ainda que se incluir no programa de uma história da maternidade no Brasil a documentação hospitalar que, infelizmente, não consegui analisar na minha pesquisa.

Concluindo, a história da maternidade não é importante somente pelo que nos revela da história das mulheres, mas pelos desdobramentos políticos e ideológicos desta experiência plural que investigamos.

LIVRO DIDÁTICO: (RE)CRIANDO INTERPRETAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL

Ana Teresa de Souza e Castro da Purificação[1]

Esse breve relato de experiência em Ensino de História tem como intenção contribuir com o debate proposto pelo Simpósio *Ensinos de Histórias – balanços e perspectivas,* coordenado pelos Profs. Drs. Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca. Nesse sentido, seu objetivo é evidenciar a discussão entre a teoria e a prática, ou seja, como a partir de uma pesquisa acadêmica sobre livros didáticos de História foi possível construir e desenvolver um projeto em sala de aula com alunos de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio do Colégio Rainha da Paz, em São Paulo.

A proposta feita para os alunos foi trazer à tona temas consagrados da "História do Brasil" e o modo como são tratados nos livros didáticos produzidos para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Durante a execução do projeto, foram abordadas questões relacionadas não só a produção, consumo e circulação desses materiais, mas as implicações da sua utilização em sala de aula e sua relação com a produção do conhecimento histórico.

Valendo-se de instrumental teórico, os alunos foram desafiados a escolherem um tema, selecionarem livros didáticos e analisá-los na perspectiva de cada autor contextualizando-os com as imagens, legendas e citações que constituíam o "layout" das páginas. Como resultado, produziram textos comparativos, tabelas, identificaram vertentes interpretativas e o lugar que as versões da história ocupam no imaginário coletivo e conseqüentemente, finalizaram suas atividades elaborando textos monográficos de caráter incipiente, porém bastante reflexivos.

Gerados a partir de uma experiência na pesquisa histórica, a seguir estão apresentados os pressupostos que orientaram a prática de ensino de História, o contexto pedagógico / educacional que viabilizou a execução do projeto e as etapas de trabalho acrescidas de propostas para reflexão.

DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA ACADÊMICA:

A experiência desenvolvida com os alunos é um desdobramento das reflexões elaboradas durante a pesquisa de mestrado sobre a memória da Independência do Brasil nos livros didáticos de História[2]. Sendo assim, mesmo que os temas abordados em ambas situações sejam diferentes, os pressupostos teóricos são equivalentes em relação às considerações elaboradas sobre as mediações entre a memória e a história tal como é representada nos livros didáticos.

A referida pesquisa oferece subsídios para que os livros didáticos de História sejam tratados como "lugares de memória". O entendimento do "fato"[3] como uma construção do historiador, o impedimento no avanço da compreensão do passado uma vez que o historiador problematiza a partir de pressupostos legados pela memória, a projeção da memória enquanto conjunto que absorve resistências e documentos são alguns dos aspectos que interferem na elaboração das interpretações históricas por eles divulgadas.

Nessa medida, as reflexões sobre o uso do livro didático de História e a prática em sala de aula adquirem outras dimensões e novos caminhos são possíveis quando os livros são considerados fonte e objeto de pesquisa em sala de aula. No entanto, encaminhamentos com esses propósitos implicam na problematização de outras facetas que caracterizam o material e por assim dizer, envolvem a concepção e análise dos mesmos.

Levando-se em conta sua abrangência e repercussão nacional, progressivamente os livros didáticos adquiriram um caráter mediador entre os interesses do Estado, das editoras e de todos aqueles envolvidos em sua produção, venda, distribuição e consumo. É essencial observá-los como objeto de mercado, instrumento normativo para a legitimação curricular, produto cultural, fonte de informação, de (re)produção e (re)transmissão de conhecimento histórico.

Todos esses aspectos definem o que é um livro didático, mas também evidenciam a complexidade das relações que se estabelecem entre esses elementos.

Estudos feitos por Bittencourt e Munakata[4] sugeriram uma crítica ao mercado editorial em função de sua influência na construção da obra, descaracterizando a autonomia e discurso do autor que estabelece uma parceria direta com os editores. À medida que existem outros componentes que caracterizam essa autoria, tornando-se responsáveis pela elaboração do conjunto visual e textual, esse conjunto pode transformar o sentido das interpretações.

Segundo a pesquisa de mestrado citada anteriormente, a memória em relação ao tema da Independência do Brasil nos livros didáticos é expressa e alimentada por essa nova dimensão do autor, procedimento que pode alterar concepções e sugerir uma multiplicidade de memórias que interagem com o presente individual e coletivo. Os livros didáticos são lugares de memória, mas podem ser compreendidos como espaços abertos a (re)criações de outros saberes históricos[5] se for considerado que seu conteúdo é apropriados pelos referenciais de cada um dos seus leitores.

PARTICULARIDADES NO CONTEXTO:

O Colégio Rainha da Paz é mantido pela Congregação Romana de São Domingos e oferece à comunidade os cursos de Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Segundo a Filosofia de Educação do Colégio, "*seu Projeto Pedagógico procura, junto aos alunos, estimular o desenvolvimento das diferentes capacidades, promover a autonomia e processar conhecimentos, exercitar o discernimento ético necessário à prática da cidadania consciente e difundir os valores de cooperação e justiça como fundamentais na construção de uma vida social mais digna para todos.*"[6]

Partindo dessa concepção de educação e valendo-se de parâmetros legais[7], desde o ano de 2002 a Equipe Pedagógica[8] propôs como alternativa para a parte diversificada do currículo do Ensino Médio um montante das aulas, que corresponde a 25%, reservadas ao que denominou de Módulos Eletivos[9]. Os Módulos são cursos temáticos e direcionados ao aprofundamento de conteúdos relacionados a uma área específica ou apresentam caráter investigativo partindo de situações de questionamento, escolha dos objetos de estudo e

respectivas problematizações. Ao final do Ensino Médio, cada aluno terá cursado 18 módulos, uma vez que semestralmente todos têm a possibilidade de escolher, conforme seus interesses e objetivos, três, dos nove Módulos propostos pelos professores das disciplinas de Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Literatura, Matemática e Química.

A EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA:

O Módulo de História intitulado *Livro didático: (re)criando interpretações sobre a História do Brasil* foi uma experiência de investigação histórica. Conforme previsto, aconteceram 20 encontros, de duas horas cada, durante o 1º semestre de 2005 com 85 alunos do Ensino Médio distribuídos em 3 classes multiseriadas, abrangendo alunos de 14 a 17 anos. O desenvolvimento do Projeto se deu em quatro fases:

a) Abordagem teórica envolvendo a concepção de livro didático: Inicialmente os alunos foram convidados a refletirem sobre o conceito de livro didático. Em seguida a leitura do texto *"Livros didáticos: entre textos e imagens"*[10], foi oferecida para o aprofundamento das questões levantadas. Autores como Fonseca, Munakata, Purificação, Silva e Vesentini[11] serviram de referência bibliográfica e foram disponibilizados aos alunos com a finalidade de oferecer instrumentos teóricos. O objetivo desta etapa era que os alunos caracterizassem o livro didático sob uma nova perspectiva à medida que os protagonistas envolvidos na sua produção, distribuição e consumo fossem percebidos e as interpretações contidas nos livros deixassem de ser consideradas como expressões de uma verdade histórica, concepção esta, que prevalecia entre os alunos no começo do trabalho.

b) Apresentação dos temas: A proposta para os alunos foi a de que eles, orientados pela professora, fizessem um levantamento de temas referentes à História do Brasil, consagrados pela historiografia e pela memória coletiva e dentre eles, um estudo daqueles mais recorrentes nos vestibulares dos últimos três anos. Os temas foram organizados cronologicamente em três blocos: Brasil Colonial, Monárquico e Republicano e

resultaram da leitura e do levantamento das provas de História nos vestibulares da USP, UNIFESP, UNESP, PUCSP, UNICAMP, Universidade Mackenzie e UFSC.

O levantamento deu origem a uma listagem que orientou as escolhas de temas em outras atividades desenvolvidas no decorrer do semestre e proporcionou uma reflexão sobre o modo como os temas são tratados nos livros didáticos dando origem a uma apostila de questões de vestibular que promoveu a continuidade dos estudos por parte dos alunos.

c) Exercícios e socialização dos trabalhos desenvolvidos: Os encontros reservados a essa etapa tinham como foco central do trabalho proporcionar momentos de análise de livros didáticos destinados a várias séries, publicados em anos variados e editoras diferentes. Reunidos em grupos, alunos de 1º, 2º e 3º anos, vivenciaram dois momentos distintos manipulando os livros e procurando analisá-los a partir dos parâmetros evidenciados na etapa anterior.

O trabalho tornou-se polêmico no que se refere a maneira como os conteúdos históricos eram narrados, mas também quais eram os impactos gerados no leitor quando observavam as imagens reproduzidas. Diante desse questionamento, a professora preparou uma atividade de interferência no sentido de que os alunos identificassem possíveis interlocuções entre a memória e a história tal como é representada nos livros didáticos. O texto de Paiva[12] fundamentou a discussão e foi indicado para leitura abrindo possibilidades de problematizações à medida que reproduções de pinturas históricas foram sendo encontradas nos livros selecionados pelos alunos e analisadas pela ótica do imaginário e da memória.

No segundo momento, os grupos escolheram um tema referente a História do Brasil, selecionaram um livro didático e uma obra artística que pudesse ser analisada. Partindo dos pressupostos teóricos, cada classe elaborou junto com a professora questionamentos que orientaram a produção de um texto entregue à professora e apresentado em forma de seminário. A etapa foi singular, pois os alunos se envolveram com procedimentos metodológicos da pesquisa científica à medida que tentaram fundamentar,

argumentar e estabelecer relações entre a iconografia, a memória e a interpretação histórica presente nos livros didáticos.

d) Aprofundamento dos procedimentos de pesquisa: Os alunos se organizaram em 22 grupos e a maioria deles teve autonomia para definir seus componentes, que preferencialmente, deveriam integrar séries diferenciadas e privilegiarem interesses comuns.

A proposta deste último trabalho era que os grupos escolhessem um dos temas sugeridos na listagem (citada no item b) e estruturassem sua pesquisa em duas etapas; a primeira tinha como objetivo a comparação entre dois ou mais livros didáticos em relação a um mesmo tema. A etapa seguinte permitia a eleição de aspectos levantados na etapa anterior de maneira que fossem problematizados e aprofundados seguindo orientações, ainda que incipientes, dos procedimentos da pesquisa histórica.

Em geral, os livros didáticos foram oferecidos pela Biblioteca do Colégio, que mantém um acervo numeroso e variado com relação às editoras, autores e ano de publicação. No entanto, os alunos preferiram selecionar os livros publicados à partir de 1990. Os temas pesquisados e analisados variaram entre mercantilismo, pacto colonial, catequização e escravização indígena, escravidão negra, tráfico negreiro, etnocentrismo, chegada da família Real em 1808, Inconfidência Mineira, Canudos, economia cafeeira, Era Vargas, golpe militar, regime militar, movimento estudantil, MST e Diretas Já.

Os grupos começaram as pesquisas ao definirem os critérios de escolha dos livros selecionados e dos temas, bem como os critérios que originaram as comparações. Como continuidade, optaram pela organização de tabelas comparativas. Cada grupo caminhou no seu ritmo, porém na seqüência desse procedimento foram orientados a iniciarem a redação dos textos monográficos.

Os alunos receberam orientações e modelos de como organizarem e estruturarem o trabalho final que deveria conter capa, agradecimento opcional, sumário, apresentação, introdução com justificativa, problematização e metodologia utilizada pelo grupo. O desenvolvimento deveria conter a caracterização dos livros didáticos, seguindo os

pressupostos teóricos discutidos, a apresentação e caracterização de cada um dos livros analisados, a comparação entre eles e por fim interpretação sugerida por eles com relação ao tema analisado. Desta reflexão o grupo deveria propor um novo questionamento e investigá-lo expandindo a pesquisa para outras fontes, novos autores e referências bibliográficas. Para os grupos esse foi o momento em que puderam encontrar respostas ou explicações para as dúvidas que surgiram na comparação dos livros; no entanto, foi muito difícil para eles escrever sobre o que descobriram, argumentando as colocações e acrescentando novas idéias ou posicionamentos de novos autores. Como finalização do texto, elaboraram considerações finais e organizaram a bibliografia utilizada para a confecção do trabalho.

e) Avaliação do processo e divulgação dos trabalhos: Professora e alunos estabeleceram quatro objetivos para serem avaliados durante o processo de trabalho do semestre: conceituar e caracterizar o livro didático; analisar e comparar diferentes temas da História do Brasil; elaborar, desenvolver e socializar um projeto de pesquisa relacionado a um dos temas da História do Brasil; resolver desafios propostos com relação aos procedimentos de pesquisa e aos temas recorrentes no vestibular. Nos debates durante os encontros, definiram-se metas de trabalho que foram acompanhadas durante a execução de todas as atividades propostas e foram discutidos os objetivos propostos no sentido de verificar se estavam sendo atingidos conforme as expectativas de cada um. A maioria das conversas foi direcionada pelos próprios alunos que relataram suas experiências em relação aos procedimentos de pesquisa, suas dificuldades e facilidades para a escrita do trabalho monográfico. Esse encaminhamento resultou em alterações no planejamento das atividades conforme as necessidades de cada um dos grupos de trabalho, impulsionando uma avaliação contínua das ações realizadas, interferências individualizadas e readequação dos caminhos escolhidos para a execução do projeto.

No que diz respeito à divulgação dos trabalhos, a professora responsabilizou-se em apresentar o projeto no presente Quanto aos alunos, deram duas sugestões que foram negociadas em outros setores do Colégio: A apresentação de alguns trabalhos para alunos

do Ensino Fundamental durante as aulas de História no decorrer do 2º semestre e a publicação virtual dos melhores trabalhos selecionados pela professora.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES:

O projeto desenvolvido com esses alunos foi válido à medida que abriu possibilidades de questionamento sobre as interpretações contidas nos livros didáticos acerca de como ocorreram os fatos históricos e de como eles foram e são construídos e reconstruídos pelo presente por meio de uma memória coletiva. Por outro lado, a experiência evidenciou que entender a construção dos fatos históricos e da própria História enquanto ciência é um processo possível frente a construção do conhecimento. As pesquisas e análises dos alunos apontaram de que modo os livros - que abrangem um universo denso de interpretações - contam e recontam a história do Brasil.

A experiência promoveu reflexões no campo dos conceitos e procedimentos da pesquisa histórica ao contracenar com a idéia de que prática e teoria podem se manifestar distantes e muitas vezes contrárias em relação à produção do conhecimento.

---

[1] Historiadora, Pedagoga e Mestre em História Social pela USP. Atualmente é professora do Ensino Fundamental e Ensino Médio no Colégio Rainha da Paz, em São Paulo; e, Pesquisadora do Projeto *Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos* da Faculdade de Educação da USP, coordenado pela Prof. Drª Circe Maria Fernandes Bittencourt.

[2] Cf. PURIFICAÇÃO, A. T. S. C. *(Re)criando interpretações sobre a Independência do Brasil: um estudo das mediações entre memória e história nos livros didáticos.* São Paulo: FFLCH/USP, 2002. (Dissertação de Mestrado). Disponível na URL http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18092003-193651/

[3] Essa concepção de fato remete às reflexões de Lucian Febvre e Vesentini.

[4] Cf. BITTENCOURT. Livros didáticos entre textos e imagens. In. BITTENCOURT *O saber histórico na sala de aula.* São Paulo: Contexto, 1998. (Coleção Repensando o Ensino), p. 74. ; MUNAKATA, K. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura militar no Brasil. In FREITAS, M. C. de. *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, p. 271-296.

[5] Cf. PURIFICAÇÃO. Op. Cit. p. 169.

[6] Trecho extraído do *site* da Escola na URL: http://www.rainhadapaz.g12.br/home, acessada em abril, 2005.

[7] Cf. LDB nº9.394, de 26 de dezembro de 1996, art. 23 e Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, art. 11.

[8] Fazem parte da Equipe Pedagógica da Escola diretor, coordenadores de curso, orientadores pedagógicos e educacionais.

[9] Para saber mais consultar a URL: http://www.rainhadapaz.g12.br/ensino/ensinomedio/ moduloseletivos.

[10] In. BITENCOURT, C. Op. Cit., p. 69-90.

[11] Respectivamente, os textos dos autores citados são: FONSECA, S. G. *Didática e prática de Ensino de História*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003, p. 39-57; KAZUMI, M. *Produzindo livros didáticos*. São Paulo. PUC, 1994, Cap. 4 (Tese de Doutorado) ; PURIFICAÇÃO. Op. Cit. Cap. 2. SILVA, Marcos. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 16-20 e do mesmo autor, Pintura histórica – do museu à sala de aula. In. *Projeto História*. São Paulo, PUC, 20:2000, p. 253-267; VESENTINI, C. A. Escola e Livro Didático de História. In: SILVA, M. A. *Repensando a História.* São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 69-80.

[12] PAIVA, E. Armadilhas iconográficas: duas imagens sedutoras. In. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002, p. 91-99. Rodrigo Naves, Jorge Coli e Marcos Silva foram apresentados aos alunos.

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NUCLEAR AUTÔNOMO

Ana Maria Ribeiro de Andrade

Tatiane Lopes dos Santos

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/ MCT

INTRODUÇÃO

A importância do desenvolvimento da ciência e da tecnologia para a produção de energia nuclear no Brasil tem estimulado o debate nos meios acadêmico, político e militar há mais de cinquenta anos. O desfecho da Segunda Guerra Mundial, somado aos movimentos nacionalistas em defesa dos minerais radioativos e as atividades de pesquisa na área da física na década de 1950, contribuíram para despertar na sociedade brasileira o interesse pela energia nuclear. Naqueles anos, um grupo formado de cientistas, empresários, técnicos do governo, militares e um poucos parlamentares consideravam que promover a ciência e produzir energia nuclear contribuiria para superar o atraso crônico do país, ostentar a grandeza cultural do país e garantir o poder político-militar. Nesse sentido, no discurso associado à produçao de energia nuclear havia claras referências às seguintes questões: guerra, defesa e soberania nacional.

Este trabalho traça um panorama da política e resume os resultados das iniciativas que tinham por objetivo o desenvolvimento da tecnologia nuclear autônoma no Brasil, no período de 1945-1970. Entende-se por tecnologia nuclear o campo das engenharias voltado para produção de conhecimentos, métodos, processos e artefatos relacionados com a produção e utilização da energia nuclear e, conseqüentemente, por autonomia a capacidade de grupos de pesquisa para construir reatores e dominar o ciclo do combustível. O debate político associado à produção de energia nuclear extrapola as fronteiras dos campos científicos e tecnológicos organizados em

torno do então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Comissão Nacional de Energia nuclear (CNEN) e o conflito de interesses está longe de ser encerrado.

Uma das questões mais inquietantes desta pesquisa é explicar o insucesso do desenvolvimento da tecnologia nuclear. Entretanto, não recorremos aos modelos que generalizam e imputam as dificuldades ou o avanço da pesquisa&desenvolvimento à política, pois a nossa meta é entender o processo de produçao de tecnologia. Ao recorrer à história social, identificamos no processo de institucionalização do campo da *tecnologia e ciências nucleares*, permanências e contradições que são próprias da História, tais como: a pressão dos Estados Unidos no tocante à política nuclear brasileira; e a crença de que é fácil e vantajoso utilizar a energia termonuclear para promover o desenvolvimento econômico.

1 – O Programa Atômico do governo Vargas

A história nuclear brasileira tem seu marco fundacional no processo de criação do CNPq quando as relações entre políticos, militares, cientistas e professores de ciências se solidificaram. Na verdade, a aliança entre esses grupos sociais teve origem na fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), projeto institucional que resumia o sonho de jovens brasileiros de fazer ciência no país nos moldes dos laboratórios de física norte-americanos e europeus, mas que para isso necessitava do apoio de políticos e empresários.

Enquanto a física nuclear ascendia no cenário internacional como a ciência de fronteira, a conjuntura político-econômica nacional favoreceu a construção de uma rede social cujos interesses puderam ser traduzidos. De um lado, professores de ciências da Universidade do Brasil necessitando de apoio para montar a infra-estrutura de pesquisa; do outro lado, militares, técnicos e empresários que, em troca de conhecimento para a produção de energia nuclear, sustentaram a fundação do CBPF. Em troca, físicos do CBPF e outros pesquisadores vinculados à USP, Universidade do Brasil e escolas de engenharias deram o suporte

necessário à criação de um conselho nacional de pesquisas. Poucos dias antes de o general Eurico Dutra deixar o governo foi sancionada a Lei que criou o CNPq[1]. A exemplo da Atomic Energy Commission (AEC), o Conselho Nacional de Pesquisas era uma autarquia vinculada diretamente à Presidência da República, com autonomia técnico-científica, administrativa e financeira. Isto lhe conferia destaque no organograma do Governo, além de facilidades para negociar reivindicações, com a finalidade de estimular o desenvolvimento da pesquisa em qualquer domínio do conhecimento e, ainda, a atribuição, em nome do Estado, de controlar todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia nuclear.

Entre 1951-1956, o CNPq concentrou sua ação no fomento da investigação científica e tecnológica; formação de técnicos especializados no domínio da energia nuclear e levantamento das reservas de minerais radioativos. O *Projeto dos Sincrociclotrons* foi o símbolo da união entre físicos do CBPF e militares. O modelo de um acelerador de partículas comprado da Universidade de Chicago – o ciclotron de 21" – foi o primeiro passo nesse sentido, mas sua história é marcada pelos desafios de ordem tecnológica e, hoje, sabe-se que não poderia contribuir para o desenvolvimento da tecnologia de reatores nucleares.

Na década de 1950, foram criados dois institutos de pesquisa em física nuclear: em São Paulo, o Instituto de Pesquisas de Energia nuclear (IPEN) e, em Minas Gerais, o Instituto de Pesquisa Radioativas (IPR).

2. A política nuclear e a CNEN

No governo Juscelino de Kubitschek (1956-1961) foi lançado o programa “Diretrizes para a política de energia atômica”, com as seguintes recomendações: criação de uma comissão nacional de energia nuclear que deveria conformar suas ações com as diretrizes então aprovadas; direito de utilizar a energia nuclear, para fins pacíficos; colaboração com países mais adiantados no assunto; cooperação com países de nível técnico equivalente ao

país; e colaboração do Brasil para a proscrição de armas nucleares em defesa da paz mundial.

Em 1956, em meio à crise no CNPq entre duas correntes ideológicas, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)[2], órgão subordinado à Presidência de República e transformado em autarquia, em 1962[3]. Assim, a fim de assegurar a autonomia do novo órgão, foram transferidas do CNPq para a CNEN todas as atribuições afeitas à questão nuclear brasileira.

A CNEN, como órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, estava "encarregada de propor as medidas julgadas necessárias à orientação da política geral de energia atômica em todas as fases e aspectos"[4]. Desde então, cabe exclusivamente a CNEN: gerir o programa nuclear brasileiro; controlar os materiais nucleares; fomentar a produção de conhecimentos tecnológicos; formar recursos humanos; e a responsabilidade fiscalização e prospecção das reservas de materiais físseis e férteis (urânio, tório, etc.), necessários ao programa nuclear. Para isso, a CNEN estabeleceu um programa "Conjunto de Cooperação para o reconhecimento dos recursos do urânio no Brasil" (1956-1960), sob a coordenação da AEC, com técnicos norte-americanos que colaboravam com o CNPq desde 1952. Entre os anos de 1961-1966, a análise dos materiais físseis e férteis foi realizada em colaboração com a Commissariat de Énergie Atomique (CEA), que enviou ao Brasil técnicos franceses para organizar o Departamento de Exploração Mineral da CNEN. A cooperação com a França remonta à fase do CNPq.

Na presidência do almirante Octacílio Cunha (1956-1961), a CNEN firmou um convênio com o Instituto de Energia Nuclear (IEN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o desenvolvimento de um projeto de construção de um reator de pesquisa. Uma equipe de engenheiros nucleares foi enviada para treinamento no laboratório

norte-americano de Argonne, pelo programa "Átomos para a Paz". Batizado de Argonauta, o reator foi redesenhado e construído no Brasil[5].

A missão das instituições científicas ligadas ao setor nuclear na década de 1950 (os órgãos de política e fomento, CNPq e CNEN, e os institutos de pesquisa IEN, IPR, IEA e IRD) deixa evidente que a política nuclear brasileira objetivava a busca da autonomia tecnológica para a produção de energia nuclear. Neste sentido, enquanto no Programa de Energia Atômica do governo Vargas empreendido pelo CNPq a montagem da infra-estrutura de pesquisa em física nuclear foi o principal marco, a nova diretriz de política nuclear da CNEN visava a construção de reatores e o desenvolvimento do ciclo de combustível. Na década de 1960, as atividades de pesquisa tecnológica direcionadas pela CNEN com essa finalidade estavam correlacionadas com três grupos: o Grupo de Trabalho do Reator de Potência, o Grupo do Tório e o Grupo Lane.

Grupo de Trabalho de Reator de Potência

O Grupo de Trabalho de Reator de Potência (GTRP), iniciativa precursora no Brasil para a construção de centrais nucleares, foi instituído pela CNEN em 24 de abril de 1962. Em cooperação com técnicos franceses, o projeto tinha por objetivo a construção de um reator a gás grafita e urânio natural. Em 07 de março de 1964, a CNEN divulgou um relatório com base nos estudos realizados pelo GTRP. O documento propunha: a construção de uma central nuclear brasileira a base de urânio natural e a criação de uma subsidiária da ELETROBRÁS para administrar a usina. Tendo sido divulgado no início de março de 1964, quando estavam consolidadas as articulações político-militar para derrubar o presidente da República João Goulart, teve um grande impacto entre os representantes da corrente do pensamento econômico denominada "desenvolvimentistas não nacionalistas". Desse modo, aventa-se a hipótese de que a divulgação do documento contribuiu para aumentar a pressão dos Estados Unidos sobre o governo brasileiro e o conseqüente apoio ao movimento de

oposição liderado por militares, políticos e empresários ligados ao IPES, IBAD e ESG, por exemplo. Lembre-se que, entre os anos de 1961-1964, no plano da política interna o Brasil assistia à polarização das principais forças políticas e que, no cenário internacional, a bipolarização entre o mundo capitalista e o mundo comunista caracterizava o auge da Guerra Fria.

A ditadura militar iniciada em 1964 contribuiu para aumentar o investimento em projetos de construção de centrais nucleares, mas, na nova conjuntura política, sob o controle de seus representantes. Os sucessivos governos militares (1964-1985) adotaram a energia nuclear como forma de propaganda do Estado e estratégia de legitimação do poder político. Em 1967, o presidente da República general Castelo Branco transferiu a subordinação da CNEN da Presidência da República para Ministério das Minas e Energia, este criado 1960[6].

Grupo do Tório

Em 1965, foi organizado no Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) da Universidade de Minas Gerais (posteriormente UFMG), com o objetivo de formar recursos humanos na área de projeto de reatores e a ambição inicial de desenvolver uma linha autônoma de reatores, o que era considerado buscar uma solução para o problema nuclear segundo uma "perspectiva nacionalista". Isto é, desenvolver no país a tecnologia de reatores a tório, para alcançar a independência na produção de energia termonuclear e completar as necessidades do setor elétrico, porque o país possui grandes jazidas desse mineral. Faziam parte do Grupo do Tório 20 jovens engenheiros (Mauro Moura, David Neiva Simon, James Lane, Egon V. Bellmond, Peter W. Margen, Horace E. Tilbe, Ian N. Mackay, M. Restic, Horácio Antunes Ferreira Junior, José Faerbanks Evangelista, Xamusit Campello Bittencourt, Carlos Syllus Martins Pinto, Lothária Olavo Deppe, Éloe Zimermann, Jair Albo Marques de Souza, Wiltod Lepecki, Carlos Werth Urben, Frederico Magalhães Gomes, Pedro Bento de Camargo e Luís Fernando Valum

Scheider), que representavam a CNEN, Eletrobrás, Furnas, Instituto de Engenharia Nuclear, Instituto de Energia Atômica e, principalmente, o IPR[7].

O Grupo do Tório desenvolveu um projeto de um reator de 30 MW de urânio natural, água pesada e tório. Com base nessa tecnologia, foram desenvolvidos três projetos: o Projeto Instinto (urânio enriquecido e tório, de 1966-1967); Projeto Toruna (urânio natural e água pesada, de 1968-1971); e o Projeto Pluto (plutônio e tório, de 1971-1973). Os estudos realizados em colaboração com os comissariados de energia atômica da França, da Alemanha e da Suécia chegaram aos seguintes resultados: necessidade de investimento na formação de pessoal nas áreas correlatas com o projeto de reatores; e o indispensável estudo para o desenvolvimento de uma linha autônoma de reatores. O Grupo do Tório resistiu até 1973, quando a CNEN optou pela importação de centrais nucleares que utilizam a água leve e o urânio enriquecido.

Grupo Lane

O Grupo Lane foi liderado por James Lane, engenheiro americano de prestígio internacional e remanescente do Grupo do Tório, e integrado por técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ELETROBRÁS, CNEN e de seus institutos. O grupo desenvolveu estudos entre abril-junho de 1968 e tinha como principais finalidades: estudar os possíveis tipos de reator; analisar a viabilidade econômica da construção de centrais nucleares para atender a região Centro-Sul; examinar a participação da indústria nacional na construção das centrais; programar a utilização do tório brasileiro; estruturar um programa de formação de recursos humanos; articular a participação dos institutos de pesquisa de energia nuclear.

No final desse período, o Grupo Lane apresentou um relatório com as seguintes diretrizes para o programa nuclear brasileiro para a década de 1980, tais como: escolha do tipo de reator que seria o propulsor de uma linha de reatores para as centrais nucleares

brasileiras; incentivo à participação da indústria nacional; operação integrada de todas as usinas; planejamento energético considerando a necessidade de integração das hidroelétricas às centrais térmicas; a recomendação de que o Brasil não deveria desenvolver um novo tipo de reator para sua primeira usina. O documento não deixou clara a necessidade de desenvolver um programa de reatores utilizando o tório[8].

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida pelos primeiros grupos ligados à CNEN encerra o período denominado de busca da autonomia nuclear, com a opção pela compra da Westinghouse de usina nuclear a base de urânio enriquecido, para Angra I. A mudança nas diretrizes da CNEN foram concretizadas na gestão de Hervásio de Carvalho (1969-1982), físico e engenheiro nuclear que participou diretamente da fundação do CBPF e do Programa Atômico do governo Vargas.

O acordo Brasil-Alemanha (Bonn, 1975) encerra definitivamente o processo de desenvolvimento autônomo para a produção de energia nuclear, uma vez que a compra da tecnologia alemã não levou em conta os estudos brasileiros sobre a pesquisa nuclear. O acordo consolida uma nova fase do desenvolvimento tecnológico nuclear a dependência de tecnologia. A escolha feita de água leve e urânio enriquecido como combustível para as usinas brasileiras demonstra que o Brasil optou por uma política sem atritos internacionais, embora não tenha ainda assinado a Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

---

[1] BRASIL. Leis e decretos. Lei n.1310 de março de 1951.
[2] BRASIL. Leis e decretos. Decreto n. 40110 de 10 de novembro de 1956.
[3] BRASIL. Leis e decretos. Lei n. 4118 de 27 de agosto de 1962.
[4] CNEN. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Relatório anual de 1980. Rio de Janeiro: CNEN, 1981.
[5] Não se pode determinar se os componentes do reator foram fabricados pela indústria nacional. Ver: LOPES, Jose Leite. *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 78; MARQUES, Paulo. *Sofismas nucleares*: o jogo das trapaças na política nuclear do país. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 56.
[6] BRASIL. Leis e decretos. Lei n. 3.78222 de julho de 1960.
[7] CNEN. *Ciclo de conferências sobre a engenharia de reatores no Brasil.* Rio de Janeiro: CNEN, 1990. Ms.
[8] LEPECKI, W. SYLLUS, C. *Gênese do programa brasileiro de centrais nucleares*. Rio de Janeiro: Nuclen, 1996.

O Gênero Crônica e o Esporte Futebol: elementos de uma cultura genuinamente brasileira

André Mendes Capraro - Doutorando em História – UFPR/ Unicenp

I

Pode-se afirmar que dentre os gêneros literários a crônica é o que tem uma proximidade mais remota em relação ao futebol. Desde o início do século XX, literatos de renome na sociedade brasileira, como Lima Barreto, Coelho Netto, "João do Rio", Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato e Gilberto Amado, principais referências até a década de 1920, esporadicamente se dedicaram à temática.

Contudo, ainda não se tratava da crônica esportiva, já que, enquanto subgênero da crônica, esta ainda não estava consolidada. Tais cronistas abordavam temáticas gerais, associadas ao cotidiano, isto é, tratava-se ainda do colunismo social. Portanto, não existia uma periodicidade em relação ao assunto esporte, ainda mais no tangente ao futebol - que nos primeiros anos do século XX ainda disputava à preferência do público com outras modalidades como o turfe, o remo e o ciclismo. Tampouco havia cronistas especializados no assunto, pelo menos no círculo, na época em formação, da intelectualidade brasileira.

Assim, somente a partir de Mario Filho e seu círculo de influências, centrado no *Jornal dos Sports*, é que surge a crônica esportiva propriamente dita:

> O percurso percorrido pelo futebol entre o amadorismo e o profissionalismo tem sua similaridade na trajetória da imprensa esportiva. Até o início da década de 40, o cronista esportivo ocupava a posição mais baixa na hierarquia dos jornais. Com a atuação de Mário Filho, houve a valorização do *métier* do analista e do repórter esportivo, a partir de seu trabalho com a promoção de competições, eventos, notícias e fatos – em suma, do próprio espetáculo. A invenção do profissional, donde temos uma múltipla simbiose: o jornal a criar a demanda para a produção do evento, e este a fornecer elementos para a atuação do homem da imprensa esportiva (Marques, 2000: 17).

A participação incisiva de Mario Rodrigues Filho na organização da crônica esportiva e no próprio amparo ao esporte, acabou reforçando uma tese que até a atualidade tem forte entrada, tanto no meio jornalístico quanto no literário e até no acadêmico – inclusive, servindo como tópico de acirrado debate intelectual.

II

Desta forma, pensando-se conceitualmente, tanto a crônica social sobre o futebol quanto à crônica esportiva especializada, apresentam um ponto em comum com o futebol praticado no Brasil: são elementos que ao longo do século XX, se enraizaram na cultura[i] brasileira. Ambos iniciaram como modismos, coadjuvantes nos respectivos campos, o literário e o esportivo, ganhando a adesão populacional na primeira metade do século XX, tornando-se fenômenos de massa.

Como parte constitutiva da cultura brasileira a união entre ambos – crônica e futebol – resultou em um dos espaços de discussão mais acentuados e de vultuoso alcance sobre a identidade nacional[ii] (Antunes, 2004: 22-45). Da questão *civilizatória*, predominante nas primeiras décadas do século XX (Lucena, 2001), passando pelo debate sobre a ginga e a malandragem entre as décadas de 1940 a 1970 (Antunes, 2004), chegando ao estilo profissional e globalizado presente nas últimas décadas (Manhães, 2004), a crônica futebolística oscila entre idéias extremas: a dos partidários da separação e a dos favoráveis à junção entre a nação e o *escrete* - termo difundido por Nelson Rodrigues (1993; 1994).

Além da reflexão sobre a identidade nacional, outra característica típica das crônicas, independente ao período, é o envolvimento emocional. Ora na tentativa de um discurso racionalizado, ora com uma proposital passionalidade, “transbordando” sentimentos, principalmente o de paixão. É raríssimo encontrar literatos sem um engajamento definido a respeito do futebol. No momento inicial, por exemplo, com a tensa discussão intelecto-científica sobre a sensatez – ou não – da juventude elitista, que aderiu quase consensualmente ao esporte de origem inglesa; posteriormente com os posicionamentos sobre o significado social do selecionado brasileiro (se era ou não, um símbolo da pátria); e depois com o debate acerca da espetacularização (o cronista nostálgico *versus* o futurista).

Mesmo nas últimas décadas, quando vários escritores têm se dedicado mais ao futebol, publicando nos mais diferentes gêneros e subgêneros – romance, conto, crítica social, ficção, poesia, ensaio de cunho sociológico, etc -, sem dúvida alguma, a crônica continua sendo o grande destaque, principalmente quantitativamente.

Obviamente, um gênero não descarta o outro. Como o caso de José Lins do Rego, romancista que teve suas crônicas coletaneadas, publicadas com o título *O Flamengo É Puro Amor*. Na introdução, escrita por Marcos Castro, responsável por selecionar as crônicas e redigir as notas explicativas, é definido com muita propriedade que, neste tipo coletânea, o "escritor fica à disposição de seus admiradores e dos estudiosos, deixa as páginas empoeiradas das coleções de jornais velhos para ganhar *status* de livro – e as deixa porque é indispensável que se junte esta parte ao conjunto de sua obra literária, que no caso, é o conjunto de sua obra humana, de tal forma o ato de escrever é, nele, um desdobramento da própria vida" (Castro In Rego, 2002: 20).

Assim, além de *O Flamengo É Puro Amor*, obras de destaque - *como O Sapo de Arubinha* de Mario Filho; *A Pátria em Chuteiras* e *A Sombra das Chuteiras Imortais*[iii] de Nelson Rodrigues; *O Canto dos Meus Amores*, *O Homem e a Bola*, *Bola de Cristal*, *A Ginga e o Jogo* de Armando Nogueira; *A Eterna Privação do Zagueiro Absoluto* de Luis Fernando Veríssimo; *Histórias do Futebol* e *O Trauma da Bola* de João Saldanha; o *Gol É Necessário* de Paulo Mendes Campos; *Tostão: lembrança, opiniões, reflexões sobre futebol* do próprio Tostão; *Bola na Rede: a batalha do Bi* de Stanislaw Ponte Preta; entre outras - são todas compostas de crônicas publicadas em periódicos (jornais e revistas), posteriormente coletaneadas para publicação no formato de livro.

III

Dentro do gênero crônica, a esportiva passou a ser, provavelmente, o sub-gênero mais popular e o que mantém a mais estreita relação com o seu público. Esta relação - em se tratando do conceito de poder – é, pelo menos, bipolar (Elias, 1980), isto é, da mesma forma que o autor é influenciado pelo seu público leitor (principalmente, quando freqüenta os estádios), ele também é um forte formador de opinião. Esta relação pode ser considerada um indício dos tênues, porém regulares, compromissos do cronista com um contexto histórico próximo ao real.

Ivan Cavalcanti Proença - um dos primeiros pesquisadores das Ciências Humanas a fazer uma pesquisa sobre a crônica esportiva, em 1981 – reflete sobre a questão:

> Só uma coisa pega, se colocarmos em tensão os conceitos de criatividade literária (ficção, no caso, por ser prosa) e a crônica esportiva: o problema de verossimilhança. Seja qual for a idéia de *desrealização do real* (para realização do fenômeno literário através dos recursos artesanais, estilo, etc. Alegorias, por exemplo), seja qual for a variante da idéia de Literatura, e, agora, associada à de verossimilhança, fica difícil trabalhar a crônica esportiva, já que ela, em princípio, tem como carro-chefe, e condutor mesmo, o real.
> [...] Aliás, isso é um pouco irrelevante, porque, do ponto de vista do leitor, o que importa é o texto e não propriamente suas 'fontes' (enquanto subjetivas e/ou bibliográficas) ou sua direta identificação com o autor: "Qualquer semelhança com..." O que importa é a história contada, a estória resultante (mais a maneira de dize-la, arte em questão) (Proença, 1981: 28-29).

Neste caso, as crônicas sobre o futebol ou as crônicas esportivas exerceram (e ainda exercem) o mesmo sentido simbólico da crônica social, cuja proximidade com o objeto e com o cotidiano é fato quase sempre consumado. Com um adendo: a crônica esportiva tem a tendência de aflorar ainda mais os sentimentos e perspectivas, já que trabalha com um elemento onde a paixão não é negada, tampouco tem um significado pejorativo como na política; ao contrário, é mais do que necessário que o autor tenha um posicionamento, exponha preferências – como a clubística, ou por determinado jogador – mantendo, possivelmente, um vínculo de afeto positivo com determinado grupo de torcedores que se identifica com as suas preferências e de afeto negativo em relação ao outro segmento, aquele que fica contrito com as suas opiniões e preferências. Logo,

> A crônica esportiva, em resumo, oferece campo de trabalho que nos permite uma visão global, ampla, do mundo popular/democrático, de nossas gentes e de nossos hábitos, favorecendo a quem as escreve, de uma forma ou de outra, aproximar-se do conceito de *atuante*, do fazer artístico [...]; chances, assim, à aproximação do realismo crítico – dimensão e força social, participante, humanista (no sentido de "com os pés no chão"), que se pretendem íntimos de quem exerce o ofício de escritor (Ibid: 31).

Novamente o dilema da humanização da crônica, neste caso, especificamente da crônica esportiva. Mas onde ela se situa em se tratando de um texto que discorre sobre um assunto específico, com suas particularidades, dentro do segmento maior que é o gênero crônica?

Se no decorrer do século XX a crônica acabou se especializando[iv], surgindo então a crônica esportiva, literária, cinematográfica, política, social, entre outras mais específicas ainda, detecta-se uma leve, mas sobretudo sensível, oscilação de conteúdo e estilística dentre os diversos *tipos* de crônica. Não se trata de um rompimento dentro da crônica

brasileira, mas sim, de sutis diferenças que, ao olhar mais detalhista, podem ser, com relativa facilidade, visualizadas.

A crônica esportiva, como afirmado, só se assentou durante a década de 1940 – quando, finalmente, a polêmica no meio intelectual brasileiro sobre se o futebol seria ou não parte constitutiva da cultura nacional fora aplacada. A partir deste período, consolidada a crônica esportiva profissional, deixaram de existir, evidentemente, cronistas antipáticos ao futebol. Mas houve outro tipo de cisão, porém, desta vez, nem sempre contraditória: aquela entre os *racionalistas*, que preferiam escrever sobre a parte técnico/tática da modalidade e os *apaixonados*, mais preocupados com os aspectos sociais ligados ao esporte do que com a partida propriamente dita.

De forma alguma isto significa que a crônica esportiva é somente a mais "acolhedora", clientelista e paternalista para com o seu objeto "invariável" de inspiração. Ao contrário, como *humana*, pode ser a mais traiçoeira, cruel e injusta de todas. Esclarece-se que o futebol, como relata Milton Pedrosa, "é drama individual e coletivo, a relação de cada um com o jogo, as relações e reações recíprocas [...] filão inesgotável à disposição dos criadores em qualquer gênero literário" (Pedrosa, 1968: 12-13).

IV

Assim, o cronista esportivo pode contribuir para criação de ídolos, verdadeiros mitos do esporte, como pode também transformar este mesmo ídolo no mais sórdido "vilão". Em se tratando do campo esportivo, especificamente do futebolístico, a oscilação é muito acentuada. O "herói" de ontem pode ser o "algoz" de hoje e *vice-versa*. "Neste contexto, os meios de comunicação constroem o perfil simbólico dos atletas, caracterizando-os como gênios, heróis, ou deuses de natureza épica e mitológica, em torno dos quais as esperanças, os sonhos e as frustrações de milhões de brasileiros são projetadas, tendo em vista suas habilidades e astúcia, mas também seus valores e procedimentos éticos" (Manhães, 2004: 21).

Por exemplo, em 1959, ainda com certo ressentimento, mas tentando relativizar a questão, Nelson Rodrigues escreveu sobre o goleiro Barbosa e as "trágicas" conseqüências

da derrota do “escrete” contra o Uruguai, em pleno estádio do Maracanã, na final da Copa do Mundo de 1950:

> Vejam 50. Quando se fala em 50, ninguém pensa num colapso geral, numa pane coletiva. Não. O sujeito pensa em Barbosa, o sujeito descarrega em Barbosa a responsabilidades maciça, compacta, da derrota. O gol de Gigghia ficou gravado, como um frango eterno. O brasileiro já se esqueceu da febre amarela, da vacina obrigatória, da Espanhola, do assassinato de Pinheiro Machado. Mas o que ele não esquece, nem a tiro, é o chamado frango de Barbosa.
> Qualquer um outro estaria morto, enterrado, com o seguinte epitáfio: - “Aqui jaz fulano, assassinado por um frango”. Ora, eu comecei a desconfiar da eternidade de Barbosa, quando ele sobreviveu a 50. Então, concluí de mim para mim: - “Esse camarada não morre mais!”. Não morreu e pelo contrário: - está cada vez mais vivo.
> Nove anos depois, ele joga contra o Santos, no Pacaembu. [...] a partida se limitou a um furioso duelo entre o solitário Barbosa e o desvairado ataque santista (Rodrigues, 1994: 71-72).

Excerto onde Nelson Rodrigues, usando de “humor negro”, trágico, expõe a sua própria surpresa diante da longevidade futebolística do goleiro. Nelson, nas suas reflexões internas – “de mim para mim” –, acreditava que o goleiro teria sua carreira encerrada após a derrota de 1950. Mesmo adotando o impessoal no primeiro parágrafo, Nelson deixa escapar uma *pista* de que também teria sido afetado pelo “trauma” da derrota. Ora, ao se referir ao sentimento da coletividade, usando o termo “o brasileiro”, Nelson acaba se incluindo entre aqueles acusadores do goleiro Barbosa. Por outro lado, ao observar que o atleta superou a falha, dando continuidade a sua carreira, Nelson o acolhe, imortalizando o goleiro que, nove anos antes da escrita da crônica, havia sido considerado pela imprensa em geral, como o principal artífice da derrota brasileira.

O escrito de Nelson Rodrigues guarda sua autonomia artística - é a assinatura do literato. E esta liberdade criativa é a responsável pela forte atratividade que o texto exerce no leitor. Como asseverado no texto clássico de Antonio Candido “a crônica pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do zigue-zague de uma aparente conversa fiada” (Candido, 1992: 20).

Desta forma, a crônica esportiva é potencialmente uma “realidade”: aquela captada de forma rudimentar pelo autor, condicionada pelo seu contexto e posição social, processada devido à sua condição de arte, e deglutida pelo leitor. Enfim, as crônicas são como imagens refletidas na água turva, que podem ser visualizadas de ângulos diferentes,

já que o leitor não é uma *tábula rasa*, isto é, da posição onde se encontra lhe atribuirá significados diversos – alguns, geradores de conflito. Chartier reitera ao escrever que,

> [...] há uma tensão. Mas ela não cria dispersão ao infinito, na medida em que as experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas. Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Mas, esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade. O que muna é que o recorte dessas comunidades, segundo os períodos, não é regido pelos mesmos princípios (Chartier, 1998: 91-92).

E não é só. Além o público letrado que habitualmente lia um diário - a princípio, o único grupo envolvido com o assunto - existiu também uma grande adesão por parte dos outros segmentos populacionais que não liam os periódicos. A potencialidade da crônica era tamanha que, através de uma antiga tradição de narrativa, a oral, algumas vezes ela chegou a influenciar a população em geral. Como argumentado:

> Afinal, seria impossível continuar ignorando a irresistível atração que o futebol exerce sobre os brasileiros. Ele é tema preferido de conversa, seja entre amigos seja entre estranhos em situações fortuitas. O futebol é uma espécie de língua franca: são pequenas as possibilidades de encontrar um interlocutor que não saiba falar minimamente sobre ele ou sobre as questões do dia, revelando-se, também, por seu intermédio, afinidades e discordâncias (Antunes, 2004: 18).

O caso da Copa do Mundo de 1950 é um bom exemplo. O sentimento de fracasso da nação e o estigma de agouro do goleiro Barbosa foram mantidos até a atualidade. Daolio (1997) narra um episódio curioso sobre o caso. Em 1994 – quarenta e quatro anos após a derrota na Copa de 1950 – num jogo das Eliminatórias, coincidentemente entre Brasil e Uruguai, o auxiliar-técnico, Mario Jorge Lobo Zagallo, negou ao idoso Barbosa uma visita ao goleiro Taffarel dentro dos vestiários. E Taffarel, mesmo sendo um atleta de assumida fé cristã, declarou-se aliviado, pois tinha receio de ser contaminado pelo “azar” de Barbosa.

V

Conclui-se, portanto, que a crônica esportiva explicita uma forma de expressão. Expressão muitas vezes contrita, paradoxal e artística de um determinado segmento social, uma parcela da intelectualidade – a que se dedicou às “letras”. Além da autonomia intelectual e artística, estes escritores sofreram influências, logicamente em diferentes intensidades, oriundas de várias “direções”[v]: das redações e editores; do público leitor; das

paixões clubísticas e regionais; do contexto social em que viveram. Em contrapartida, a crônica esportiva, com seu potente alcance popular, levou-os a formar ou pelo menos influenciar opiniões, criar polêmicas, suscitar debates... Serem ora amados, ora odiados.

Pensa-se, então, a crônica esportiva como um meio de difusão de idéias e um intrincado objeto centralizador de um círculo de influências pouco objetivo, mas, sem dúvida, de forte repercussão. Assim, de forma alguma ela historiciza o futebol, mas sim a si própria – influências, idéias e ideais, posicionamentos, vontades pessoais e coletivas - no significado literal da palavra *reflexão*.

No trabalho de análise o mais importante é tentar compreende-los – crônica e futebol - como estruturas de uma relação amalgamada, geradora de um pensamento intelectual altamente interdependente, explicitado artisticamente na sua forma e estilo narrativo. Portanto, coaduna-se ao pensamento de uma pesquisadora que, sobre a utilização da crônica pela história, escreveu:

> Sem dúvida a riqueza do comentário imediato sobre a vida da cidade, aliado à qualidade literária inquestionável de alguns cronistas, dilui as fronteiras entre o prazer e ofício para o historiador que se aventure a explorar essa particular documentação. Talvez seja esse o melhor argumento que justifique, por um lado, a decisão de lidar com um corpus documental tão abundante quanto polimorfo e, por outro, a pretensão de buscar um horizonte de sentido convergente para o conjunto das crônicas deste tempo, pretensão essa tanto maior quanto com mais ênfase se sublime, de início, a certeza de que cada autor jamais teve a intencionalidade de buscar, com sua produção enquanto cronista, um todo coerente (Neves In Cadido et. al., 1992: 77).

---

[i] Entende-se por cultura a definição dada por Clifford Geertz: “o conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (Geertz, 1989: 15).

[ii] Compreendida como uma forma “estendida” de identidade grupal, na qual os indivíduos de mesma nacionalidade procuram – consciente ou inconscientemente – elementos de agregação/segregação que possam diferenciá-los ou aproximá-los de outras identidades grupais e/ou nacionais. Sobre a identidade nacional ver: Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

[iii] Cabe destacar que ambas as obras de Nelson Rodrigues foram editadas após a sua morte, cabendo a seleção das crônicas a Ruy Castro, outro literato que tem algumas obras dedicadas ao futebol, como as biografias de Nelson Rodrigues e Garrincha, respectivamente: *O Anjo Pornográfico* e *A Estrela Solitária*, além de *O Vermelho e o Negro – pequena grande história do Flamengo*.

[iv] Apesar do processo de especialização, a figura do cronista “clássico” - aquele que aborda assuntos variados sem compromisso, portanto, um generalista que normalmente busca nas ocorrências jornalísticas mais relevantes, seja ela diária ou semanal, as sus temáticas - ainda é bem comum nos jornais e revistas brasileiras. Bons exemplos são Carlos Heitor Cony e Luiz Fernando Verissimo.

[v] Refere-se aqui ao conceito de “teias interdependência” (Elias, 1980).

EM GUERRA, PELA PRETENSÃO DE "INVENTAR" O ESTADO BRASILEIRO NO GRÃO-PARÁ: 1823-25

André Roberto de A. Machado[1]

No início de 1824, começou a chegar até as autoridades do Rio Negro, na época uma das três comarcas da província do Grão-Pará, uma série de correspondências enviadas por homens que se diziam membros da recém-fundada Junta Militar Provisória da vila de Santarém. A existência dessa Junta tratava-se, sem dúvida, de uma novidade e os remetentes não ignoraram a necessidade de explicá-la. Logo na primeira carta, expunham que a guerra civil que tomara grande parte do leste da província, tendo seu foco irradiador na vila de Cametá, agora estava às portas de Santarém, sendo a conquista desta o último passo para que os "facciosos" chegassem à comarca do Rio Negro. Segundo a Junta, mais de 400 rebeldes – número superior à população livre de muitos povoados do Grão-Pará[2] - estavam nos limites da vila, já tendo assumido o controle sobre Monte Alegre e ameaçando Alenquer, regiões que, com a chegada dos "facciosos", foram progressivamente abandonadas pelos moradores brancos que, por sua vez, foram pedir auxílio em Santarém[3]. Segundo as cartas enviadas ao Rio Negro, a chegada desses moradores das vilas vizinhas causou um alvoroço entre os habitantes de Santarém que passaram a pressionar a Câmara para que esta tomasse providências, objetivando preparar-se militarmente para enfrentar os rebeldes, de forma a barrar o seu avanço em direção ao oeste da província. Foi neste contexto que nasceu a Junta Militar Provisória de Santarém[4], um dos capítulos decisivos do longo e errático processo de incorporação do Grão-Pará ao Império Brasileiro[5].

A criação da Junta Militar Provisória de Santarém representou a consolidação de um centro alternativo de poder na província que durou por boa parte do ano de 1824. Ocupando um papel estratégico na rede hidrográfica do Grão-Pará, Santarém já era naquela época uma das vilas mais importantes da província por ser o centro para onde

convergia grande parte dos produtos do “sertão” e do Mato Grosso antes de serem enviados para o exterior a partir do porto de Belém, situação que favoreceu que se formasse ali uma rica elite[6]. Com o avanço dos rebeldes e a formação da Junta Provisória, por vários meses essa elite também conseguiu transformar Santarém na liderança política e militar da região, já que grande número de homens e de munição foram transportados das vilas vizinhas e da comarca do Rio Negro para ficar a disposição da Junta. Aliás, este esforço coletivo, por si só, dá a dimensão do poder de fogo dos “facciosos”, uma vez que só com a reunião dos recursos bélicos das diversas vilas foi possível barrar o avanço da guerra em direção ao oeste.

A formação da Junta Militar de Santarém, no entanto, é apenas um dos capítulos, ainda que decisivo, daquilo que constitui o foco central desta apresentação: a sangrenta guerra civil que se travou por quase toda a extensão territorial do Grão-Pará logo após o alinhamento oficial desta província ao governo do Rio de Janeiro, em agosto de 1823. Contudo, por conta dos limites de formatação impostos a este texto, só é possível apontar aqui algumas questões do contexto da formação da Junta Militar, esperando-se que este seja um bom mote inicial para se compreender o todo deste processo que atingiu o conjunto da província. Deste modo, a primeira questão a se responder é por que, naquele momento, criou-se um centro alternativo de poder para combater os rebeldes, com autonomia em relação a Belém, ao invés da capital tomar a liderança na repressão? Em segundo lugar, qual era a motivação desse conflito que se espalhara por toda a província e que agora estava às portas de Santarém? E, por último, quem eram os ditos “facciosos” que a Junta pretendia combater e que, em muitos casos, tinham atravessado grande parte da província, em expedições militares, para chegar aquele ponto?

Para responder à primeira questão, um dado revelado pela Junta em uma de suas correspondências com o Rio Negro, datada de março de 1824, é muito importante: segundo o comando militar de Santarém todas as comunicações desta região com a

Capital da província estavam cortadas há mais de três meses, uma vez que os rebeldes "infestavam" toda a vasta rede hidrográfica que dava acesso a Belém[7]. Meses depois, quando se conseguiu restabelecer o contato com a Capital, já em meados de 1824, as palavras do Presidente da Província foram de total apoio à Junta Provisória, mas sem nenhuma promessa concreta de auxílio, deixando claro que Belém não poderia ser mais do que um espectador da guerra que estava sendo travada na região do Tapajós[8]. A impossibilidade das autoridades da capital interferirem militarmente nesta região era, na verdade, conseqüência de algo ainda mais surpreendente: àquela altura, a manutenção da autoridade do presidente da província era frágil até mesmo em Belém, uma vez que progressivamente tinha-se perdido o controle sobre as forças armadas paraenses que, então, passaram a protagonizar as revoltas que se espalhavam por todas as regiões mais importantes do leste da província[9]. Nesse sentido, a situação era tão delicada para as autoridades de Belém que estas escreveram sucessivas cartas à Corte, afirmando que, se o Rio de Janeiro não enviasse reforços militares, em breve a província do Pará estaria totalmente arruinada e perdida para o Império brasileiro[10].

Até 1825, aliás, este foi um prognóstico persistente na vida política paraense. Tanto era assim, que é farta a documentação registrando que para grande parte dos homens do período, tudo levava a crer que a "solução brasileira" no Grão-Pará, que emergiu como uma alternativa de superação da crise do Antigo Regime Português[11], seria provisória. Esse descrédito em relação à longevidade do "Sistema do Rio de Janeiro" no Grão-Pará se sustentava no fato de que, até 1825, os partidos paraenses ainda acreditavam na viabilidade de diferentes projetos políticos de tipo nacional. Isso provocou uma instabilidade permanente, muitas vezes impulsionando os partidos para o conflito armado o que, por sua vez, aumentava as incertezas dos contemporâneos em relação ao destino político da província.

Entre os projetos políticos de tipo nacional que até 1825 foram vislumbrados como um futuro possível pelos partidos do Grão-Pará, pode-se fazer uma primeira distinção: de um lado estavam os que, por princípio, negavam o "Sistema do Rio de Janeiro". Neste sentido, pode-se citar tanto a Confederação do Equador que, por conta da longa indefinição do Maranhão em relação a este movimento, causou grande instabilidade no Pará[12], como também a expectativa de reconquista do Grão-Pará por Portugal, idéia que só perdeu força em 1825[13].

A pesquisa desenvolvida até aqui demonstra que estes projetos de futuro foram capazes de mobilizar um grande número de homens no Grão-Pará neste período, produzindo diversos conflitos, alguns deles, inclusive, armados. No entanto, a guerra civil que se espalhara por toda a província e que agora estava às portas de Santarém era motivada principalmente pelo violento embate entre partidos que defendiam projetos políticos de tipo nacional que, ao contrário dos dois acima citados, não negavam a subordinação ao governo liderado por D. Pedro I. Neste sentido, é justificável a pergunta: uma vez que estes projetos convergiam para o alinhamento com o Rio de Janeiro, por que lutavam entre si?

Pode-se apontar, com base nos documentos reunidos até agora, uma razão principal para estes embates: ao contrário do que em geral supôs a historiografia, nos primeiros meses que se seguiram ao juramento de fidelidade das autoridades de Belém a D. Pedro I não existia uma idéia clara entre os paraenses sobre qual seria o modelo do Estado brasileiro a ser implantado no Grão-Pará. Neste sentido, as poucas instruções trazidas por Grenfell[14] - que em agosto de 1823 era o mais graduado representante do Rio de Janeiro em Belém - eram tão vagas que não respondiam as mais elementares questões sobre a formação deste Estado: por exemplo, qual deveria ser a forma do novo governo da província? Seria um governo eleito? Como se daria a eleição? Quem podia ser candidato e quem podia ser eleitor? Quais deveriam ser as primeiras medidas do novo governo para

adequar a província à nova situação política? Nenhuma instrução do Rio de Janeiro respondia a estas questões, de modo que os paraenses literalmente "inventaram" as regras para formar o seu primeiro governo depois da ruptura com Lisboa[15]. E como, durante um longo tempo, o silêncio da Corte se manteve, a falta de balizas legais claras permitiu que os diferentes grupos políticos igualmente acreditassem que seria possível moldar o Estado brasileiro no Grão-Pará segundo os seus interesses. Neste sentido, a leitura da documentação é surpreendente por demonstrar que durante muitos meses, entre os paraenses, tanto grupos que pleiteavam mudanças radicais como outros que esperavam manter ao máximo a ordem estabelecida, igualmente acreditavam que o novo Estado brasileiro garantiria as suas pretensões.

De início, portanto, não estava claro para os paraenses se o "Sistema do Rio de Janeiro" era um projeto político radical ou conservador, o que deu margem suficiente para que diferentes grupos políticos "inventassem" um modelo de Estado que melhor atendia aos seus interesses de grupo e passassem a buscar identificar a defesa desse modelo como a defesa da "verdadeira causa da independência". Neste sentido, outra questão é importante: a partir da leitura de uma farta documentação, é possível afirmar que naquele período os paraenses não viam a independência como uma obra concluída ou fechada, mas como algo em construção que deveria ser imposto pela luta. Deste modo, os grupos que desejavam mudanças mais radicais diziam que lutavam para fazer vencer a "verdadeira causa da independência", mesmo argumento utilizado pelos grupos conservadores que afirmavam que a província estaria perdida para o Rio de Janeiro se os "facciosos" tivessem sucesso, pois para eles os rebeldes pertenciam a um "partido anti-social" ou ao "partido da anarquia" que levaria o Grão-Pará à ruína. É só conhecendo este contexto que se compreende a aparente contradição presente na documentação deste período: afinal, lá se vê os líderes da Junta Militar Provisória de Santarém justificarem

como a “defesa da independência” a sua luta contra os rebeldes, mesmo que estes invadissem vilas e povoados aos gritos de “Viva a D. Pedro I” e “Viva a Independência”[16].

Por último, falta esclarecer quem eram os ditos “facciosos”. Em primeiro lugar, é preciso dizer que entre as elites paraenses a falta de balizas legais claras a respeito do modelo do Estado brasileiro provocou sérios conflitos, pois estas elites estavam divididas em diferentes partidos que continuamente “inventavam” regras para o funcionamento deste novo Estado com o objetivo de alijar do poder seus adversários, buscando cada partido identificar a defesa das suas regras como a defesa da “verdadeira causa da independência”[17]. Contudo, não eram membros das elites os homens a quem costumeiramente as autoridades de Belém ou de Santarém chamavam de “facciosos”, “rebeldes”, ou membros do “partido anti-social”. Esta designação era usada para marcar aqueles que defendiam projetos políticos de tipo nacional considerados “radicais”. Ao ler os ofícios produzidos na capital, em Cametá ou em Santarém, não restam dúvidas de que eram assim chamados os grupos armados que eventualmente poderiam ter escravos africanos em suas fileiras, mas que eram formados principalmente por homens pobres livres e, sobretudo, por tapuios[18].

A designação de tapuio era dada aos indígenas destribalizados que viviam espalhados pelas vilas, povoados e pela cidade do Pará, sendo que estes homens constituíam ainda no começo do século XIX a maior parte da mão de obra da província[19]. Obrigados por mecanismos legais ou pela força a servir de forma compulsória em trabalhos de particulares e em obras públicas, os tapuios eram ao mesmo tempo grande parte dos homens que compunham tanto as forças armadas paraenses como as centenas de desertores espalhados pela província. O engajamento dos tapuios nos conflitos deste período foi o ingrediente que permitiu que guerra civil ganhasse as dimensões a que chegou no Grão-Pará. Isto porque, sendo grande a adesão destes indígenas aos rebeldes que chegavam às vilas do interior, as forças armadas locais acabavam sendo,

invariavelmente, as protagonistas dos levantes, o que no plano provincial significava que à medida que a revolta se espalhava, de modo inversamente proporcional diminuíam os recursos militares para que o governo de Belém pudesse resistir, o que favorecia, num círculo vicioso, novas expansões do movimento rebelde[20].

E lutaram por que? Os tapuios, assim como outros grupos, acreditavam realmente que a implantação do Estado brasileiro garantiria o seu projeto político[21], uma vez que para eles a independência era a vitória de uma revolução. Neste sentido, na pesquisa em curso, já se reuniu documentação para demonstrar que os tapuios estiveram atentos às novidades políticas abertas pela adesão à Revolução do Porto, buscando encontrar nelas meios para minar as estruturas que sustentavam a exploração compulsória do seu trabalho, identificando o fim do "despotismo" como a derrubada dos agentes responsáveis pelo recrutamento forçado da sua mão de obra[22]. O avanço das reivindicações dos tapuios, aliás, foi um dos fatores que contribuíram para que as elites paraenses julgassem, ao longo de 1823, que não tinham meios para garantir a ordem interna e que precisavam de apoio militar externo[23].

Quando se formalizou a ruptura da província com Lisboa, esta questão chegou a uma encruzilhada: os que se beneficiavam do trabalho compulsório pretendiam que tudo que envolvia a exploração desta mão-de-obra voltasse à mesma condição em que estava antes de 1821, enquanto os tapuios entendiam que o alinhamento ao "Sistema do Rio de Janeiro" era uma oportunidade para fazer avançar suas pretensões. Estas diferentes leituras políticas daquele momento histórico são uma das questões centrais para se compreender a guerra civil travada no Grão-Pará, logo após a Independência.

Por fim, cabe ressaltar que este é um dos conflitos, analisados na pesquisa de doutorado em curso, que permitem afirmar que a crise política no Grão-Pará não foi superada com o alinhamento da província ao "Sistema do Rio de Janeiro", mas sofreu apenas um novo enquadramento.

[1] Doutorando do programa de História Social da Universidade de São Paulo, bolsista FAPESP. Esta apresentação pontua uma parte dos resultados preliminares da pesquisa de doutorado em curso - *A Quebra da Mola Real das Sociedades. A Crise Política do Antigo Regime Português no Grão-Pará: 1821-25* (título provisório).

[2] Na verdade, este número chegava a ser superior até a população livre de muitas vilas da província. Sobre dados populacionais, veja de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém, Typographia de Santos & Menor, 1839.

[3] Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número (ofício de 26 de março de 1824).

[4] Documentos do Arquivo Público do Estado do Pará – Códice 796 – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com Diversos (1824). Transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12. Belém, Secdet, 1981, pp. 58-60 e 153-157.

[5] Em sua famosa introdução ao clássico de Domingos Antonio Raiol – Motins Políticos – Arthur Cezar Ferreira Reis se queixava do silêncio da historiografia, e sobretudo de Raiol, sobre a organização da Junta Militar de Santarém, uma vez que para ele este episódio teve grande importância na incorporação da província do Grão-Pará ao Império Brasileiro. Veja a introdução para a obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1825*. Belém, UFPA, 1970, pp. 1-6. Valendo-se de documentos do Arquivo Público do Pará e numa perspectiva muito diferente da apresentada neste texto, o próprio Reis buscou "reparar" este silêncio da historiografia dedicando a este assunto um capítulo do livro que escreveu sobre a história de Santarém. Veja de Arthur Cezar Ferreira Reis – *Santarém: seu desenvolvimento histórico. 2º* edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

[6] Johann Baptist Von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1981, capítulo 3 do livro 8. Veja também de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Op. Cit, pp. 332-335.

[7] APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número (ofício de 23/03/1824). É preciso dizer que a interrupção das comunicações entre Belém e Santarém também era um desastre do ponto de vista econômico, uma vez que o comércio entre estas duas partes da província representava o setor mais dinâmico da economia paraense no período.

[8] APEP – Códice 794 – Correspondência de diversos com o governo (1824), d. 65.

[9] Em Belém, por conta de levantes e do medo de novas sublevações dos militares, as tropas foram desarmadas em outubro de 1823 e permaneceram assim ainda durante algum tempo em 1824. Neste período, o governo manteve sua autoridade, ainda que de maneira frágil, com o auxílio de milícias compostas por cidadãos brancos, o recrutamento forçado de marinheiros mercantes que eventualmente estivessem ancorados em Belém e a participação voluntária de negociantes estrangeiros residentes na cidade, sobretudo, ingleses. Sobre isto, veja na Biblioteca Nacional (RJ) – I, 28, 31, 25 – Coleção Martins. Pará, Administração e Política. "Relação das ocorrências recentes neste paiz, prisão de soldados de linha, remessa destes para bordo de um navio onde forma mortos em número de 260 e tantos, ficando vivos apenas 4. Um dos grandes serviços do Conde Grienfeld!" Pará, 11/11/1823 (seção de manuscritos); Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.371 (Projeto Resgate); APEP – Códice 673 – Cônsules (1814-26), ds. 61 e 66.

[10] APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 677. Veja também o documento transcrito na obra de Palma Muniz – "Grenfell na História do Pará". IN: *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*. Tomo 10. Belém, Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926, p. 222.

[11] No começo da década de 1820, frente à crise do Antigo Regime Português na América, no Grão-Pará coexistiram múltiplos projetos políticos de tipo nacional. Nesse contexto, até 1823, o alinhamento da província ao governo independente do Rio de Janeiro foi um projeto de futuro que merecia uma baixa adesão política no Grão-Pará, estando, durante a maior parte deste período, à margem dos debates e dos conflitos ali travados. Para uma análise deste processo que, a despeito dessa situação inicial adversa, resultou na incorporação do Grão-Pará ao Império Brasileiro, veja de André Roberto de A. Machado – "As Esquadras Imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil". Texto disponível no site: www.ieb.usp.br. Veja também, entre outros, de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Belém, CEJUP, 1993; e de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23).* Campinas, UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado.

[12] Na pesquisa de doutorado em curso, tem-se dado um enfoque diferente ao impacto da Confederação do Equador no Pará. Diferentemente da abordagem clássica, especialmente a consagrada por Raiol, acredita-se que para os paraenses a questão mais importante deste contexto estava fora da província: trata-se da longa indefinição do Maranhão em relação a Confederação. Como os paraenses tinham grande dependência econômica e fortes laços políticos com o Maranhão, para muitos a posição da província vizinha neste assunto seria tão decisiva para o destino do Grão-Pará quanto havia sido na independência.

[13] Na pesquisa de doutorado em curso, também foi possível reunir uma farta documentação que demonstra cabalmente que, durante o final de 1823 e todo o ano de 1824, tinha-se como certo no Grão-Pará que Portugal faria um ataque à província. Além de causar uma enorme agitação entre a população, as notícias que chegavam através de cartas que particulares recebiam de parentes em Lisboa, ou mesmo por meio de instruções enviadas pelo Rio de Janeiro, deram uma certeza tão grande em relação ao ataque de Portugal que foram tomadas várias medidas militares preventivas. De modo complementar, também foi possível encontrar documentos comprovando que, apesar de ter sido abortado, realmente existiu um plano de ataque ao Pará que foi pensado pelo governo de Lisboa ao longo do ano de 1824. Veja, entre outros documentos, APEP – Códice 791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 87; APEP – Códice 686 – Correspondência da Metrópole com o Governo (1816-1824), d. 144; AHU – ACL – CU 013, CX. 163, Ds. 12.421 e 12.424 (Projeto Resgate)

[14] Grenfell foi um dos mercenários ingleses contratados por D. Pedro, estando no comando da força naval que ameaçou atacar Belém, em agosto de 1823, caso não se jurasse ali fidelidade ao governo do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, as instruções trazidas por ele resumiam-se a duas garantias: em primeiro lugar, afirmava-se que os paraenses, em conjunto com os outros brasileiros, teriam o direito de fazer as suas próprias leis. Em segundo lugar, garantia-se que seriam respeitadas as propriedades tanto dos nascidos na América quanto dos que nasceram na Europa, desde que jurassem fidelidade a D. Pedro. E era só. Grenfell não trazia nenhuma outra instrução ou determinação legal. Veja, entre outros, de Brian Vale – *Independence or Death! British Sailors and Brazilian Independence, 1822-25.* Londres, Tauris Academic Studies, 1996; e de José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução ou contra-revolução.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

[15] A melhor descrição sobre a formação do primeiro governo paraense após o alinhamento ao "Sistema do Rio de Janeiro" está na obra de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*. 2ª edição, Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, pp. 391-397.

[16] Veja, entre outros, APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número (ofício de 02/03/1824); APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 31.

[17] A campanha pela demissão de antigos funcionários públicos ilustra bem esta questão quando observado os argumentos usados pelos dois lados em disputa. Parte desta discussão pode ser acompanhada através da leitura da obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, Op. Cit, pp. 43-44. Veja também o instigante ofício escrito pelo oficial Jacinto José Alcântara, localizado no APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o governo da Província do Pará (1823), d. 159.

[18] São vários os documentos que deixam claro que a maior parte dos rebeldes eram tapuios. Veja, entre outros, APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 132. Veja também o documento transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 54-55.

[19] Na verdade, estes indígenas destribalizados que viviam espalhadas pelas vilas, povoados e pela cidade do Pará recebiam diversas classificações – tapuios, índios civilizados ou caboclos – que eram atribuídas a esses indígenas segundo o seu grau de incorporação à cultura dos brancos, o que envolvia uma considerável multiplicidade de situações concretas. De toda forma, será utilizado aqui o termo "tapuio" para designar genericamente a esses indígenas.

Sobre os tapuios há uma série de referências na documentação, mas pouca coisa na bibliografia. Veja de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003. Tese de Doutorado, pp. 157-162. David Cleary – "Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850". IN: *Comparative Studies in Society and History*. 1988; e de Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia, de maioria à minoria. 1750-1850*. Petrópolis, Vozes, 1988.

[20] Outra questão que dificultava a resistência de Belém era o fato de não se estar diante de uma série de revoltas isoladas. Ao contrário disto existia um alto grau de articulação dos rebeldes, ainda que isto não tenha significado um comando único para todo o movimento. Neste sentido, a documentação evidencia que existiam ações que pensavam as disputas numa estratégia que abarcava toda a província. Exemplo concreto disto é o fato dos "facciosos" terem organizado expedições militares que tinham objetivos estratégicos, como a tomada da Ilha de Marajó, em 1824, que tinha a pretensão, publicamente conhecida, de se cortar o envio de alimentos para Belém e dessa forma coloca-la sob sítio. APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número; APEP – Caixa 31 – série 13 – Ofício dos Comandantes Militares (1824), d. 35; APEP – Códice 758 – Ofícios da Junta a Grenfell (1823-24), d. 113; APEP – Caixa 31 – série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 94.

[21] Obviamente, não se pode pensar aqui em projeto político nos moldes classicamente atribuídos às comunidades letradas. Contudo, parece fora de dúvida que as ações dos tapuios, brevemente apontadas neste texto, eram amalgamadas por motivações comuns que eram fruto de expectativas nascidas de uma leitura política da realidade vivida. Precisar melhor esta questão é um dos esforços desta pesquisa.

[22] Veja, entre outros documentos, AHU – ACL – CU 013, CX. 151, Ds. 11.654 e 11.644.

[23] Ver de André Roberto Machado – "As Esquadras Imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil", Op. Cit.

O MEDO DA "REVOLUÇÃO SOCIAL" NA "TERRA DOS PINHEIRAIS": IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA SOCIEDADE CURITIBANA, 1947-1964.

Andrea Beatriz Wozniak-Giménez

Este texto tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a cultura política brasileira, centrando-se principalmente nas influências, funções e motivações dos imaginários sociais. Tais reflexões constituem-se no resultado de uma pesquisa de mestrado que buscou compreender e analisar o imaginário anticomunista que envolveu a sociedade curitibana, no período 1947-1964.[1] Nesta, tratou-se de evidenciar as relações e interrelações entre os imaginários sociais, os valores e identidades culturais e os interesses político-econômico-culturais em destaque na sociedade daquele contexto.

Os conceitos de representação e imaginário social, fundamentados, principalmente, em Roger Chartier[2] e Bronislaw Baczko[3], foram fundamentais para analisar o anticomunismo em suas dimensões sócio-cultural e político-ideológica, a partir das quais ganha destaque a capacidade mobilizadora dos medos sociais do fenômeno, assumindo funções relacionadas ao exercício e à manutenção do poder na sociedade. Os trabalhos de Pierre Bourdieu[4], analisando o poder simbólico entre grupos sociais e as influências de valores sócio-culturais introjetados, e de Pierre Ansart[5], sobre a mobilização dos afetos e das paixões políticas, também atuaram diretamente na problematização e análise do fenômeno.

A pesquisa centrou-se num conjunto de representações anticomunistas que circulou nas principais revistas de produção e recepção entre as elites e as classes médias curitibanas entre 1947 e 1964.[6] Através de suas páginas, pôde-se compreender e analisar as crenças, as perspectivas político-econômico-culturais, os projetos de sociedade, as esperanças, os medos e os sonhos coletivos compartilhados por grande parte das elites e das classes médias curitibanas naquele contexto. Para além de oferecerem informações, conhecimento e divertimento para seus públicos leitores, as revistas colocavam-se como instrumentos dos interesses político-econômicos de seus grupos de influência, cumprindo funções sócio-políticas, tais como: angariar adesões, construir e reforçar as identidades e as

posições sociais, difundir modelos e códigos formadores, embasar política e culturalmente as práticas sociais, etc. As representações que colocavam em circulação buscavam traduzir e legitimar a ordem social vigente, pois se encontravam atreladas às instâncias de poder estabelecidas na sociedade do período. Constituíram-se, também, em espaços fecundos de disseminação do imaginário anticomunista.

Segundo Luciano Bonet o anticomunismo deve ser analisado como um conjunto de idéias, representações e práticas, constituindo-se num fenômeno complexo, ideológico e político de variações singulares, dependente do contexto histórico e social de cada sociedade.[7] Na história contemporânea brasileira o fenômeno cumpriu funções político-ideológicas, entrelaçando-se aos medos de desestruturação da ordem social e à defesa das instituições estabelecidas. Assim, enquanto fenômeno político-cultural, o anticomunismo vem recebendo destaque entre as análises que enfocam o campo das representações, dos mitos e dos imaginários políticos e sociais contemporâneos.

No período 1945-1964, o anticomunismo perpassava todo o tecido político e social brasileiro, constituindo-se num elemento identitário dentro das bases sócio-culturais de vários grupos sociais, tanto conservadores quanto liberais, como católicos, militares e segmentos das elites econômicas. Seu imaginário próprio, possuidor de mecanismos de (re)atualização de seus dispositivos e representações, colocou-se como um mobilizador dos medos sociais: o receio de rupturas nas estruturas sociais estabelecidas, a apreensão frente a mudanças de regime político-econômico, frente à possibilidade de proibição do cristianismo, o medo da perda das liberdades e do direito da propriedade privada, etc.

Os enfrentamentos político-culturais entre EUA e URSS, a partir do final dos anos 40, atuaram na intensificação do “perigo comunista”, principalmente nos países com relações mais estreitas com os EUA, como ocorreu no caso brasileiro. Paralelo à situação de tensão da Guerra Fria, o contexto sócio-histórico nacional, repleto de movimentos sociais e de grupos reformistas, vinculados ou não à esquerda política, também entregou sentido, aderência e força mobilizadora para o sentimento anticomunista, engendrando a repulsa e o

combate ao comunismo e ao que fosse apreendido dentro de sua lógica, como ocorreu com a perspectiva nacional-reformista.

No contexto 1961-1964, período de efervescência da luta por reformas sociais na sociedade brasileira, o imaginário anticomunista também se intensificou entre os grupos anti-reformistas. Como contraposição aos novos sujeitos sociais reivindicantes, que pressionavam a sociedade em busca de inclusão nos direitos democráticos, mobilizavam-se os instintos de auto-conservação dos grupos temerosos pelo comprometimento de suas crenças, perspectivas políticas e interesses particulares. Frente à ampliação do nacional-reformismo, buscavam reforçar e manter a democracia de elites praticada no país. Tais questões auxiliam na compreensão do apoio que amplos grupos das elites e das classes médias brasileiras entregaram ao Golpe Militar.

Dentro do contexto 1945-1964, as elites e as classes médias curitibanas encontravam-se envoltas pelo imaginário de desenvolvimento e progresso, dinamizado no mundo pós-guerra. Tais grupos viviam a euforia da perspectiva de modernização da sociedade, advinda das transformações nas estruturas econômicas e sociais dinamizadas no Paraná. Inspirados no modelo capitalista de sociedade e nos preceitos de uma "democracia cristã", respaldada pelas diretrizes oficiais da Igreja Católica, tais grupos defendiam uma modernização conservadora para a sociedade paranaense, assim como para o país. Através de uma política sócio-econômica, que privilegiasse e reforçasse as estruturas e as instituições estabelecidas, buscava-se impulsionar o desenvolvimento e o progresso desejados, reforçar as relações de poder tradicionais, assim como apaziguar os focos de tensão social do Estado.

Em decorrência da perspectiva de desenvolvimento dinamizada e defendida, que privilegiava os anseios de determinados grupos sociais em detrimento da ampliação da esfera dos direitos democráticos, o Paraná e a sociedade curitibana preencheram-se de contradições e de desigualdades sociais. Estas evidenciavam-se tanto nas constantes tensões de terras pelo interior do Estado, quanto nos problemas advindos da carestia, do inchaço urbano e da ampliação da pobreza e da fome nos espaços urbanos, como Curitiba.

O contexto de tensões locais, a efervescência de movimentos nacional-reformistas e as repercussões dos enfrentamentos da Guerra Fria, mobilizavam o imaginário anticomunista, atuando na colagem do anticomunismo às questões regionais.

Assim, em Curitiba, onde seus grupos dirigentes buscavam construir uma imagem dentro dos padrões "ocidentais-cristãos" e dos símbolos de modernidade do período, o anticomunismo encontrava-se entre os discursos e as práticas de vários segmentos das elites e das classes médias locais, da Igreja Católica, dos partidos políticos tradicionais e dos grupos conservadores, assim como disperso em seus órgãos de informação e divulgação. As possibilidades de ampliação da intervenção estatal nos assuntos econômicos ou a questão da (re)distribuição de riquezas, terras e direitos sociais, despertavam vários receios, entre eles o medo da possibilidade de deflagração de uma "revolução social" no Brasil. Mobilizava-se entre as elites e as classes médias locais o receio frente às possibilidades advindas de uma "revolução comunista" no país, a qual colocaria em risco tanto seus valores sócio-culturais e as estruturas sociais estabelecidas, quanto comprometeria suas perspectivas de sociedade, dentro das quais eram privilegiados seus interesses e relações de poder.

Percebe-se que o imaginário anticomunista desenvolveu funções complexas entre as elites e as classes médias curitibanas, relacionadas diretamente ao exercício e à manutenção do poder. Por um lado buscava construir o consenso negativo sobre o comunismo, principalmente, inviabilizando suas concepções de sociedade enquanto soluções pertinentes para os problemas sociais brasileiros. Dentro desta lógica, envolvia em suas tramas outras perspectivas de sociedade, assim como movimentos e grupos sociais, que eram percebidas como comprometedores para as instituições sociais estabelecidas, dentro das quais seus interesses encontravam-se resguardados, como aconteceu com a efervescência dos movimentos sociais e os discursos e as práticas nacional-reformistas, defendidos por vários grupos no período.

Por outro lado, dentro do duplo processo de inviabilização/legitimação desencadeado pelo imaginário, ao buscar construir e reforçar a oposição ao comunismo, envolvendo até

mesmo outras concepções nas teias do imaginário de desestruturação do todo social e na possibilidade da “revolução social”, o anticomunismo tratava de auxiliar na manutenção, na defesa e na legitimidade das estruturas sociais estabelecidas, dos interesses dos grupos em alerta, assim como de seus sonhos coletivos de sociedade. Buscando desmoralizar as propostas e os grupos considerados comprometedores para um certo tipo de sociedade, como aconteceu com o nacional-reformismo e com os movimentos sociais, através da amplificação do imaginário anticomunista, direcionava-se e incentiva-se a tomada de posicionamento, assim como construía-se a coesão social em defesa de interesses particulares de determinados grupos sociais, já instalados no centro do poder local.

A partir da análise das representações que circularam nas principais revistas curitibanas, percebeu-se que as principais motivações anticomunistas que circularam entre as elites e as classes médias locais foram: a interrupção da democracia estabelecida, a desintegração das bases cristã e dos padrões “ocidentais-cristãos” de sociedade, a supressão das liberdades individuais, a ampliação do intervencionismo estatal, a ruptura das relações capitalistas de produção e consumo e a possibilidade de convulsão social a partir das grandes massas populares. Tais motivações encontravam-se intimamente ligadas às identidades e interesses sócio-políticos dos grupos sociais em questão.

As notícias que circulavam sobre as condições de vida nos países considerados socialistas, assim como sobre suas lideranças ou sobre as “infiltrações” e as “conspirações” comunistas, visando a ampliação da influência a outros países e à tomada do “poder mundial”, mobilizaram constantemente os medos e afetos das elites e das classes médias curitibanas durante o período analisado. A disseminação de imagens desmoralizadas dos países socialistas e de seus líderes, assim como de cenários de destruição, sofrimento, falta de liberdade, miséria, brutalidade e fracasso, colocava-se entre as estratégias de inviabilização do comunismo, desencadeadas pelo imaginário anticomunista. Nas tramas da repulsa ao comunismo estava o despertar da resistência e do combate, assim como a legitimação e a defesa do modelo de sociedade defendido pela coletividade em alerta.

Como se pôde perceber, dentro de um contexto de efervescência de movimentos sociais reivindicatórios e reformistas dispersos por todo o Brasil, inclusive dentro da própria sociedade curitibana, o imaginário anticomunista das elites e das classes médias envolveu também a conjuntura sócio-histórica, dentro dela os movimentos sociais e as propostas nacional-reformistas para a sociedade brasileira. Grande parte dos movimentos sociais, percebidos como comprometedores para as instituições democráticas estabelecidas, foram envoltos nas teias do imaginário anticomunista, dentro das quais buscava-se desmoralizá-los, retirando-lhes a legitimidade de suas reivindicações. As elites e as classes médias curitibanas demonstravam grande ansiedade por salvaguardar a ordem estabelecida e legitimar suas propostas de apaziguamento das questões sociais e de manutenção de suas relações de poder.

Tanto a conjuntura nacional polarizada, dentro da qual se explicitavam e ganhavam força propostas nacional-reformistas para a sociedade brasileira, quanto as repercussões da Revolução Cubana, percebida como “infiltração comunista” na América, amplificaram o imaginário anticomunista na sociedade brasileira. As elites e as classes médias mergulhavam em notícias e boatos sobre “infiltrações” e “conspirações” comunistas dispersas por toda a sociedade brasileira, principalmente entre os integrantes do Governo Goulart e entre os principais grupos nacional-reformistas em evidência: Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro, Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, Ligas Camponesas, Frente Parlamentar Nacionalista, etc. Buscava-se desmoralizá-los e envolvê-los com a imagem do “perigo comunista”. Na mobilização do imaginário anticomunista estava o desejo de canalizar as energias e as paixões políticas da coletividade, direcionando práticas políticas e, como ocorreu na crise que levou à derrubada do Governo Goulart, despertar a tomada de posicionamento, construindo a coesão em torno da defesa das estruturas sociais e dos espaços de poder estabelecidos.

Às vésperas do Golpe Militar de 1964, na sociedade curitibana entrelaçavam-se símbolos e motivações anticomunistas na perspectiva da defesa das estruturas sociais estabelecidas, as quais eram percebidas como salvaguardas de interesses político-

econômicos e de valores sócio-culturais. Após o Golpe Militar que desfechou o Governo Goulart, circularam nas revistas curitibanas “saudações” aos militares e notas de apoio assinadas por vários integrantes das elites e das classes médias locais. Buscava-se legitimar o golpe e demonstrar que as transformações ocorridas na trajetória política do país eram boas e necessárias para a consolidação das “tradições cristãs e democráticas” da sociedade brasileira. Percebe-se que grande parte das elites e das classes médias curitibanas, unidas a partir de motivações heterogêneas, relacionadas e entrelaçadas através do imaginário anticomunista, apoiou e defendeu o Golpe Militar de 1964. Entre as principais motivações, que uniu diversos grupos sociais, estava a defesa da ordem estabelecida e as estruturas sociais, que se acreditava estarem ameaçadas frente às possibilidades abertas pelo nacional-reformismo, pela ampliação dos partidos e segmentos de esquerda e pela efervescência de movimentos sociais por todo o Brasil.

Constituindo-se num elemento identitário de vários grupos sociais, a partir da instrumentalização do imaginário anticomunista alguns grupos e instituições específicas da sociedade alcançaram ganhos políticos, econômicos e sociais, tanto na manutenção de suas relações de poder, quanto na legitimação de projetos particulares. Entre os principais disseminadores de motivações anticomunistas particulares, durante o período em questão, estiveram as elites econômicas e os grupos católicos. Percebe-se que, entre as finalidades do imaginário anticomunista mobilizado e propagado na sociedade esteve, muitas vezes, a defesa de interesses particulares: os interesses político-econômicos dos grupos da iniciativa privada, as perspectivas de sociedade cristãs dos grupos católicos, assim como a busca por construir a coesão social, angariar adesões e entregar legitimidade em torno de seus projetos para a sociedade, através dos quais seus interesses encontravam-se salvaguardados, como na defesa de uma modernização conservadora para a sociedade.

Através da análise do imaginário anticomunista, disseminado a partir das principais revistas e órgãos de informações e divulgação curitibanos, evidencia-se, recorrentemente, a relação entre a mobilização dos afetos em torno do “perigo comunista” e a defesa dos interesses católicos e/ou econômicos, intimamente relacionados às identidades e aos

interesses particulares das elites e das classes médias curitibanas. Ao anticomunismo católico esteve interligada a luta por redefinição e pela manutenção do espaço de poder do catolicismo e dos princípios cristãos, em meio às transformações político-econômico-culturais do mundo contemporâneo, travada pela Igreja Católica e por seu corpo de fiéis atuantes. Já através do anticomunismo das elites econômicas explicitavam-se as preocupações com a supressão das tensões sociais da classe trabalhadora, com o desenvolvimento da produção e de seus interesses político-econômicos, assim como com as ambições e apreensões frente à supressão da ampliação das relações capitalistas de produção e consumo dentro da sociedade paranaense. Tais questões não diziam respeito somente às elites e às classes médias curitibanas, faziam parte de processos nacionais e internacionais, mobilizando grupos católicos e econômicos, entre outros, frente à defesa de seus interesses particulares, assim como frente à necessidade percebida de reforçar e de manter suas relações de poder estabelecidas na sociedade ocidental.

Finalizando este artigo, cabe ressaltar a importância da ampliação de estudos sobre as representações políticas e os imaginários sociais para a compreensão da cultura política brasileira, em especial as perspectivas regionais, sobre a quais alguns temas, como o próprio anticomunismo, encontram-se recebendo suas primeiras análises recentemente. Ao buscar analisar e compreender o imaginário anticomunista que envolveu a sociedade curitibana nas décadas de 50 e 60, verificou-se o quanto o fenômeno esteve interrelacionado a outras questões, principalmente às disputas em torno dos espaços de poder do período. O imaginário anticomunista atuou diretamente na manutenção de permanências sociais, políticas, econômicas e culturais tanto dentro do contexto regional, quanto do nacional.

---

[1] WOZNIAK-GIMÉNEZ, Andrea Beatriz. O Medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”: Imaginário Anticomunista na sociedade curitibana, 1947-1964. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 2003.
[2] CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.
[3] BACZKO, Bronislaw. ‘Imaginação social’. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda/ Editora Portuguesa, 1985.
[4] BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
[5] ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

[6] A Divulgação (1947-1964), Panorama (1953-1964), Paraná Econômico (1953-1964), Boletim de Informação da Federação das Indústrias do Paraná (1958-1962), Planalto Paranaense (1961-1964) e Indústria (1962-1964) - todas pesquisadas no acervo da Divisão Paranense da Biblioteca Pública do Paraná.

[7] BONET, Luciano. 'Anticomunismo'. In: BOBBIO, Norberto (ed.). Dicionário de Política. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p.34.

AS HAGIOGRAFIAS FRANCISCANAS MEDIEVAIS E AS CIDADES COMUNAIS ITALIANAS DO SECULO XIII.

André Luis Pereira*

O presente trabalho tem como objetivo principal relacionar o estudo das cidades comunais italianas do século XIII, sobretudo as da parte centro-setentrional da península, com os textos hagiográficos acerca de São Francisco de Assis, compostos dentro dessa cronologia e desse espaço geográfico. Partimos da premissa de que esses textos, embora comprometidos com o gênero hagiográfico, estão permeados de elementos histórico-sociais referentes à constituição e vida das cidades, os quais podem servir ao historiador como mais um suporte no entendimento não só das instituições urbanas, bem como dos discursos elaborados para legitimá-las e moralizá-las de acordo com o projeto político-pastoral das ordens mendicantes, em particular a franciscana.

Para os efeitos que pretendemos, selecionamos os seguintes textos: *De inceptione Ordinis,* a *Legenda Trium Sociorum* e a *Compilatio Assisiensis* (1). Os resultados aqui apresentados são o resumo de uma pesquisa mais detalhada onde procedemos a uma análise do vocabulário e dos termos empregados para nomear, conceituar e “descrever” o que, para os hagiógrafos, era a cidade e a vida urbana, confrontando os resultados com outras legendas.

Ao estudarmos essas hagiografias, verificamos uma acentuada abertura ao urbano, aos seus detalhes, costumes, cultura, daí a importância desses textos para o estudo das cidades. Nessas obras podemos observar a existência de um sentimento urbano bastante singular na literatura de cunho hagiográfico. A *Trium Sociorum,* por exemplo, desde suas primeiras linhas e durante toda a narrativa, procura inserir S. Francisco dentro do contexto urbano de Assis.

O universo urbano é o cenário privilegiado da vida e vocação de S. Francisco. Todas as três narrativas são unânimes em situar a ação apostólico-itinerante da ordem minorítica nas cidades e pelas cidades. Esses textos fornecem ao historiador das cidades pistas numerosas e interessantes para o entendimento da relação dos mendicantes com os centros urbanos desde os inícios da ordem. Sobre este aspecto, conviria fazer uma confrontação detalhada deste material com outros documentos franciscanos de outras tradições, como a obra *celaniana* e *boaventuriana*, mas não é este o propósito dessa comunicação. Mesmo assim, convém notar que, embora todas essas obras estejam sob a órbita da figura de Francisco de Assis, nelas o universo urbano aparece sob diferentes tonalidades. Na obra de Tomás de Celano e na de São Boaventura, a cidade parece apagar-se, enquanto nos documentos de tradição leonina, à qual pertencem nossos textos, ela aparece com brilho próprio.

Michel de Certeau (2) diz que o documento hagiográfico parte sempre de um lugar "geográfico" – lugar fundador – (túmulo de mártir, mosteiro, congregação): *"o percurso visa o retorno a este ponto de partida. O próprio itinerário da escrita conduz à visão do lugar: ler é ir ver."* Em muitas legendas, o ponto de partida é a linhagem aristocrática do santo, como a mostrar que o bom nascimento predispõe à santidade. Caso contrário ocorre, por exemplo, na *Trium Sociorum.* Nela o "lugar fundador", o ponto de partida da vida de S. Francisco não é a linhagem, nem mosteiro ou congregação, mas a cidade. A primeira frase da legenda já relaciona a origem de Francisco ao "lugar fundador" de sua santidade: *"Franciscus de civitate Assisii oriundus quae in finibus Spoletanae vallis est sita"*/ Francisco, oriundo da cidade de Assis, situada nos limites do Vale de Espoleto (n. 2). O texto situa Francisco em sua cidade e situa a cidade em sua região. Este duplo movimento é encontrado em outras passagens: ao contar a vida de Francisco em sua cidade, também conta a história da cidade e algumas de suas vicissitudes.

Com algumas diferenças, o *De inceptione ordinis* também situa o “lugar fundador”, agora já não apenas de Francisco, mas da ordem, no âmbito urbano. Questionados pelas pessoas que não os conheciam, os primeiros frades respondiam: “somos penitentes da cidade de Assis”/ *paenintentiales sumus, et in civitate Assisii nati fuimus* (n. 19). Neste texto, não só os frades, mas seu próprio movimento, nasceram em Assis: a cidade é o ponto de partida e de chegada.

Como se perderam os primeiros fólios da *Compilatio Assisiensis* não podemos conhecer seu início. Todavia, nela a dependência do contexto urbano é nítido. Mesmo quando o texto descreve um episódio também citado noutras legendas, como a *Vita Secunda* e a *Legenda Maior,* esta nos fornece elementos mais descritivos do lugar onde o episódio ocorreu. Se o lugar é uma cidade, a *Compilatio* traz sempre algum detalhe urbano maior que os apresentados por Tomás de Celano e Boaventura,[1] talvez, porque, textos *não oficiais*, como os aqui analisados, escaparam, de certa forma, à estrita subserviência a propósitos propagandísticos e hagiográficos declarados dentro da oficialidade da ortodoxia de estilo. Tais textos estão mais preocupados em responder aos membros da ordem como foram seus inícios, a fim de que o exemplo dos pais servisse de doutrina aos filhos.

Não restritos à tarefa de delinear o caráter da santidade de Francisco, estas hagiografias são mais eficazes na apresentação do mundo social *tout court* e das relações que esta *casta nova e inovadora de religiosos* (os mendicantes) travaram com esse mundo. No caso da permeabilidade destas fontes ao universo urbano italiano centro-setentrional no século XIII, podemos observar que seus autores estão investidos da missão de traçar um projeto de interesse para os frades no seu trato com a sociedade, a qual querem moldar segundo sua “visão de mundo". O grande espaço desse diálogo

moralizante foi a cidade, nas suas múltiplas configurações, como veremos. Antes de descreveram as cidades, eles querem moralizá-la.

Todos os três textos têm por objetivo repropor o modelo da primitiva fraternidade à ordem minorítica que, na altura em que foram escritas (segunda metade do séc. XIII), já estava fortemente inserida no centro das cidades, com grandes conventos; nos centros do poder – corte papal e imperial; e nos centros da intelectualidade, as universidades. Frente aos novos desafios de uma ordem constituída, grande e influente, essas hagiografias procuraram reafirmar os ideais fundacionais da *fraternitas* franciscana, ainda mais porque seu público alvo eram os próprios frades.

Ligados e dependentes da memória dos primeiros *socii*, esses textos procuram servir de parâmetro na ação pastoral e na formação interna das novas gerações de frades que não conheceram o fundador. Como tal, esses textos também estavam a serviço de uma específica representação do santo fundador, cujo conteúdo apontava para os problemas partidários no interior da ordem franciscana. Com relação à *Compilatio Assisiensis,* por exemplo, Fernando Uribe (3) afirma que esta foi composta dentro do ambiente dos Espirituais, pois seu texto contém elementos polêmicos que expressam nostalgia dos primeiros tempos e reação contra o rumo que a ordem estava tomando. Talvez seja por esse motivo que a *Compilatio* concentrou a narração da expansão dos frades pelas cidades no âmbito da primeira implantação urbana (primeira metade do séc. XIII), quando os franciscanos estabeleciam suas casas, doadas ou alugadas, nas periferias e subúrbios, como se defendesse aquele tipo de procedimento. Além do mais, em várias passagens do texto, o hagiógrafo faz um relato detalhado de como Francisco queria que fossem construídas as moradias dos frades: as ínfimas dimensões, a pobreza do material, a não-propriedade; tudo isso leva a pensar no confronto entre os dois partidos que se formaram nesse período, os *frades zelantes* (depois os Espirituais) e os *frades da comunidade.*

Em fins do século XIII, na Itália, os frades da *comunidade* já haviam se inserido na malha urbana, nos centros das cidades, construindo grandes conventos e amplas igrejas. Desde a promulgação da bula *Quo elongati* em 1230, o papa havia deixado claro que os bens, móveis e imóveis, que a ordem tivesse, não lhe pertenciam; a ela ficava apenas o simples uso e não a propriedade. Com isso a pobreza, exigida na regra, encontrou um amortecedor: os frades podiam morar em amplos conventos, construídos à moda monástica, sem, contudo, terem o sentimento de culpa.

Ao registrar a simplicidade das casas, nas quais viveram as primeiras gerações franciscanas, essas hagiografias estavam criticando a inserção urbana que a *comunidade* tinha realizado. Ao insistirem que a moradia dos frades dos primeiros tempos era também o eremitério e o hospital de leprosos, ambos retirados da cidade, esses textos criticavam o total envolvimento da ordem minorítica na política urbana, sobretudo com as elites citadinas (nobreza e burguesia), as quais se tornaram as principais benfeitoras dos grandes conventos. Segundo esses textos, a ordem não podia se olvidar de que a intermitência dos frades entre o ermo e a cidade fazia o segredo de sua vocação. O revezamento entre esses dois espaços aproximava os frades da periferia e dos habitantes dessa periferia, ou seja, os marginais.

Em contrapartida, esses textos também legitimam a inserção dos minoritas no universo urbano, e o fazem por uma razão bem simples: os frades existem para converter o povo de seus pecados e chamá-lo à penitência; a cidade, enquanto catalisadora majoritária de um grande número de almas, era o local privilegiado de concentração de pessoas e, por isso, para elas se orientava a ação pastoral dos mendicantes. Mas havia um problema, as cidades eram o espaço do clero secular; as paróquias, com seus padres, seus cônegos, quadriculavam as cidades e forneciam assistência espiritual aos citadinos. Como justificar, então, a “intrusão” dos mendicantes nesse espaço? Mostrando que o

clero secular era ineficiente no combate contra os pecados e vícios do povo, pois, quase sempre, esse clero, por suas origens e seu comportamento, mal se distinguia desse povo.

Assim, podemos dizer que as hagiografias franciscanas também estão comprometidas com a legitimação da inserção dos frades no ambiente urbano frente à resistência do clero secular em aceitá-los. Embora, em não poucas ocasiões, esses textos registrem o respeito e a submissão de São Francisco para com o clero secular, e seus conselhos aos frades, eles constroem um discurso de defesa contra as acusações desse clero, através de exemplos que mostram alguns padres seculares como gananciosos, fornicadores e relapsos.

A contenda entre o clero secular e mendicantes já era bastante atroz antes mesmo do início do séc XIV. No Segundo Concílio de Lyon (1274), os clérigos seculares procuraram invalidar a ação dos frades, sobretudo, com relação à administração do sacramento da confissão (acesso direto à consciência dos fiéis), concessão de indulgências e enterramento dos mortos; esses seriam, segundo o clero secular, seus atributos exclusivos (4). Independentemente de qual cronologia adotemos para a *Compilatio Assisiesis* (meados do século XIII ou início do XIV), os conflitos com o clero secular permearam a história da ordem durante todo o século XIII. A princípio, tratava-se de justificar sua inserção nas cidades e seu novo método de *cura animarum;* depois os frades precisaram defender-se contra acusações de todos os lados.

Não pretendemos afirmar, com isso, que a *Compilatio,* ou os outros textos em questão, foi escrita motivada, tão somente, por esses confrontos; ao contrário, nela parece não haver menção de acusações do clero secular e, quando este é citado, o uso do vocabulário sugere respeito, ainda quando se destacam os pecados dos padres. O que queremos dizer é que, talvez, seu conteúdo tenha sido interessante para os objetivos de legitimação dessa *cura animarum* específica, ligada à moralização e conversão das cidades, já que, segundo os textos, o clero secular não o fazia.

Nessas hagiografias, surpreendeu-nos a precisão da noção espacial de seus autores. As distâncias e as medidas são apresentadas com certa preocupação com a exatidão, aspecto este pouco comum em outros textos hagiográficos do período, o que nos faz pensar que as fontes franciscanas já demonstravam a transformação do quantitativo que o mundo urbano, ligado às práticas comerciais, estava trazendo para a compreensão da sociedade (5). Nesses textos, o mundo e as coisas no mundo não são amorfos. Talvez seja arriscado dizer que os autores compuseram um cenário tridimensional, cujas dimensões e cores assinalavam um aprofundamento nos modos de descrever a "realidade" de acordo com as mudanças sociais dos últimos decênios do século XIII, os quais afetaram as representações e as práticas sociais.

Os resultados desta pesquisa concluíram que as hagiografias franciscanas apresentam uma avaliação positiva das cidades e do mundo urbano. Tanto quanto o ermo, a cidade é o meio ambiente "natural" do frade menor, porque ele é chamado a exercer um apostolado de conversão. Os textos manifestam uma ambigüidade entre *ermo/cidade,* na medida em que tendem a relacionar a vida no ermo com a comunhão com Deus, pelo silêncio/oração (abastecimento), e a vida na cidade com o combate contra o pecado (esvaziamento espiritual). Penso que essa ambigüidade, ligada àquela presente nos opúsculos de São Francisco, deve-se à "cultura dos movimentos penitenciais" que, ao renunciarem o *século*, permaneciam geograficamente (espacialmente) inseridos nele; no caso italiano, esse *seculus* é melhor expresso no universo citadino.

Esses textos foram escritos num ambiente de poderosas e importantes cidades comunais, como as da Lombardia. Assim sendo, a apreciação positiva do universo citadino pode ser percebida através dos detalhes fornecidos pelos mesmos, ainda que tais textos não tenham como intuito descrever as cidades. A abertura dada pelas hagiografias a esse mundo é reveladora da "amizade" entre ele e os frades. Nesse

sentido, mesmo quando são narrados episódios que expressam uma possível "baixa integridade espiritual" dos citadinos – já que esses textos operam sob o binômio *pecado/conversão* –, percebe-se que não há desvalorização pura e simples do ambiente urbano. Embora, para os hagiógrafos, a cidade seja mais propensa ao pecado, isso não configura sua ilegitimidade social, pois o pecado seria um ato deliberado de afastamento da graça e, portanto, se os homens se emendarem, seu ambiente de vida, seja ele o campo ou a cidade, seria "santificado" por extensão. Sendo assim, o que faz o mal ou o bem das cidades é a vontade humana, sua propensão, para o bem ou para o mal. Nos textos, não é o ambiente que deturpa o homem, mas o homem que deturpa o ambiente. Nesse sentido, a visão de mundo franciscana afasta-se da monástica com relação à refutação do ambiente citadino e a contaminação espiritual e corporal que este pode trazer às pessoas.

Notas:

* Mestrando em História Social pela FFLCH-USP, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva. Esta pesquisa desenvolve-se com o apoio da FAPESP.

(1) BIGARONI, M. *Compilatio Assisiensis dagli Scritti di Fr. Leone su S. Francesco d'Assisi.* Edizione integrale dal Ms. 1046 di Perugia con versione italiana a fronte. Assisi: Porziuncola, 1975. DI FONZO, L. "De Inceptione Ordinis". *Miscelanea Francescana* 72 (1972) 117-483. LEGENDA TRIUM SOCIORUM. Texto latino disponível em multimeios: http://www.franciscanos.net/teologos/fuentes/TriumSoc.htm. (Acessado em 17/08/2004).

(2) DE CERTEAU, M. *A escrita da História.* Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002. p. 277.

(3) URIBE, F. *Introducción a las hagiografias de San Francisco y Santa Clara de Asís* (siglos XIII y XIV). Murcia: Editorial Espigas, 1999. p. 293-294.

(4) FALBEL, N. *Os Espirituais Franciscanos.* São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 108.

(5) Os hagiógrafos franciscanos organizaram o espaço situando os objetos através de esquemas binários, tais como *perto – longe.* A distância é descrita tanto por medidas artificiais, como as milhas, quanto por medidas biológicas, como a capacidade auditiva humana: a distância que o ouvido humano pode ouvir. Cf. *Compilatio Assisiensis, 65, 66, 67, 68 e 108.*

Fardas e armas: o conflito entre o masculino e o feminino na PMPR

Andréa Mazurok Schactae*

Apresentação:

As armas e as fardas são objetos cujo significado está relacionado ao masculino. A guerra e a caça são práticas identificadas como "elementos simbólicos"[i], os quais há séculos estão vinculados à masculinidade nas sociedades ocidentais. Dos tempos medievais, com seus cavaleiros, aos tempos modernos, com seus exércitos, o sexo masculino têm o domínio "natural" sobre o poder das armas e da guerra. O ingresso de mulheres na Polícia Militar do Paraná (PMPR), no final dos anos de 1970, foi uma invasão no espaço[ii] simbólico masculino da instituição policial militar, até então constituído por seres fisiológicos iguais, homens.

Com o ingresso de mulheres na PMPR, foram escritas normas que descreviam como deveria ser o comportamento, a farda e a finalidade das policiais mulheres, ou como se refere o texto de normas: as policiais femininas. Não bastava ser fêmea da espécie humana, era necessário "ser feminina".

Estudar a legislação que instituiu a presença de mulheres nos espaços dos quartéis da Polícia Militar do Paraná, possibilita realizar uma leitura da relação entre símbolos masculinos e a sua utilização por mulheres, isto é, por seres biologicamente diferentes e socialmente construídos como identificadores do feminino. Além do mais nesses textos há uma representação social do que é o feminino, a partir do perfil da mulher que poderia fazer parte da Polícia Militar.

Representações sociais, aqui significadas a partir de R. Chartier, que as identifica como determinadas pelo grupo que as forjam. Dessa forma elas são percepções do social, discursos que produzem práticas e buscam legitimar ou justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Elas só têm sentido se comandarem práticas que

resultam na construção de um mundo social e uma identidade.[iii] Desta forma o ser policial feminina é uma representação social que surge a partir de documentos que criaram e regulamentaram essa profissão e resulta em práticas que são reconhecida pelos homens da corporação, pela sociedade e pelas mulheres policiais, como identificadoras daquelas que as realizam.

Nesse texto será apontado, primeiramente, o contexto do ingresso de mulheres na PMPR. Na segunda parte, serão identificadas algumas partes da legislação da Polícia Militar para perceber a representação do masculino e do feminino, na instituição, no final da década de 1970 e início da de 1980. Para essa análise foram utilizadas partes dos textos: da Diretriz n.º 076, de 27 de novembro de 1979, que define a "Finalidade e emprego da organização de polícia feminina"; e do "Código da Polícia Militar do Paraná", lei n.º 1943, de 23 de junho de 1954, entre outros documentos da produzidos pela corporação.

1. Mulheres nas instituições militares

No estudo realizado pela socióloga Helena Carreras, sobre a presença de mulheres nas forças armadas do Ocidente, ela afirma que nos anos de 1970 a maioria das Forças Armadas do Ocidente começaram a admitir mulheres em épocas de paz. Isso marcou uma ruptura com a tradição em que as mulheres só eram chamadas em épocas de guerra. No ano 2000, haviam aproximadamente 280.000 mulheres servindo nas forças da OTAN. No início do século XXI, as mulheres ainda são excluídas de partes de áreas relacionadas ao combate. Em muitos países a presença de mulheres nas forças armadas é ainda simbólica[iv].

No Brasil, as mulheres ingressaram nas Forças Armadas na década de 1980. Todavia, nas Polícias Militares, as quais eram, segundo a Constituição Federal, forças auxiliares do exército, as mulheres ingressam alguns anos antes, em 1955 na Polícia Militar de São Paulo. Posteriormente, em 1977, elas foram acolhidas na Polícia Militar do Paraná e essa polícia passou a ser a segunda do País a admitir mulheres.

O espaço dominado por homens teve que se adaptar para receber mulheres. O poder simbólico[v] das instituições militares, sejam elas policiais ou das forças armadas, é socialmente construído por (homens) e construtor da masculinidade. O "soldado" é um "modelo de masculinidade". A presença de mulheres em espaços militares, usando armas e realizando atividades antes realizadas apenas pelo sexo oposto, afeta a construção da masculinidade nas instituições militares.

Uma instituição com mais de um século de existência[vi] que tradicionalmente foi um espaço de homens, no final do século XX permitiu o ingresso de mulheres, através do Decreto Estadual n. 3.238 de 19 de abril de 1977. Esse decreto criou o Pelotão de Polícia Feminina, com base no art. 72 da Lei no. 6774, de 08 de janeiro de 1976. Esse pelotão ficou subordinado ao Comando de Policiamento da Capital (CPC).

Em 20 de outubro de 1977, o Boletim Geral no. 205-03 publicou a inclusão das primeiras mulheres na PMPR, quarenta e duas, as quais iniciaram o processo de formação policial no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), na Academia Policial do Guatupê, em São José dos Pinhais. Em novembro de 1978, ingressaram na PMPR mais quarenta e duas mulheres, que participaram do 1º Curso de Formação de Sargentos Feminino, realizado pelo CFAP.

Quando ingressam as primeiras mulheres na PMPR não havia uma legislação específica para elas. Entre 20 de outubro de 1977 até 27 de novembro de 1979, há um espaço em que mulheres e homens eram "iguais", ao menos a legislação era única.

Em dezembro de 1983, haviam 145 mulheres na PMPR, estando 109 em Curitiba e 36 em Londrina. Nas cidades de Ponta Grossa e Maringá, estavam iniciando-se os cursos de formação de soldados. Segundo dados da PMPR:

Quadro 1: Número de Praças Masculinos e Femininos (1984 e 1995)

Ano	Praças Pol. Mil.	Praças Pol. Mil. Fem.
1984	11.352	225
1995	15.376	446

FONTES: B. G. no.4, janeiro de 1984; B. G. no. 129, julho de 1995.

Os dados apresentados demostram que, em 10 anos, não houve grandes alterações no número de mulheres na instituição em termos de proporção, pois varia entre 2% e 3% em relação ao número de homens. Dessa forma, é possível concluir que não ocorre ocupação de espaço dentro da corporação, pelas mulheres mas a permanência de um espaço, cujo domínio é masculino.

Outro dado expressivo, que indica uma ligação "natural" do espaço dos quartéis com a masculinidade, é que nos documentos analisados, não aparece a palavra "masculino" ou "policial masculino", referido-se aos homens, mas é utilizado o termo "policial feminina" para identificar as mulheres. Basta observar o quadro acima para perceber que o termo utilizado para identificar o número de homens na instituição é "praça policial militar", enquanto para identificar o das mulheres é "praça policial militar feminina".

Para P. Bourdieu "a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la." [vii] Como a dominação é masculina dentro da instituição policial militar não é necessário justificar a sua existência. A existência do termo "policial militar feminina" é identificado como forma de marcar o espaço masculino.

2. Armas, fardas e batons: o masculino e do feminino na PMPR

Os espaços, do quartel da Polícia Militar do Paraná, passaram, a partir da década de 1970, a "pertencer" também as mulheres. Seres diferentes, cultural e socialmente relacionados ao feminino, seriam forjados em "policiais femininas". Até aquele momento usar a farda, as armas e dirigir viaturas da PMPR eram práticas de homens. Logo, estavam relacionadas à masculinidade daqueles que as realizavam. O poder de ser policial era um poder de homens que foi cedido às mulheres.

Na Portaria n.º 027 de 16 de junho de 1977 cujo assunto diz respeito a "Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares", havia uma preocupação em marcar a diferença entre o espaço masculino e o feminino nas polícias militares. Segundo o texto, "após a adoção de instrumentos legais, poderão ser criadas

organizações de Polícia Feminina com determinados graus hierárquicos, assemelhados ao da hierarquia militar." È como se elas não fossem fazer parte da instituição, mas pertenceriam a uma organização, que ficaria subordinada a já existente, cujo domínio pertencia aos homens.

O texto da Diretriz n.º 076 de 1979, foi um elemento da construção da "policial militar" e apresenta contradições. Isso aponta que a opinião dos homens que o forjou também o era. A finalidade básica das policiais, era "orientar, proteger e informar a população especialmente o menor, a mulher, e o ancião na situação de abandono." Essa citação demostra o objetivo da presença das mulheres na policia militar. Cabia ao homens exercer o papel de polícia, que está relacionado ao controle da ordem pública e do uso da força. Ao ponto de ser proibida as policiais o porte de arma ostensivo. No entanto "devem ser exigidos os mesmos padrões de desempenho profissional atribuídos ao policial-militar do sexo masculino".

A mulher policial é construída a partir do papel da mulher na sociedade. As mulheres cabe o espaço privado, o sentimento e a orientação. Aos homens é destinado espaço público, a razão e a força. A existência dessa diferença entre as finalidades dos policiais, possibilita aos homens manter o domínio sobre as práticas que marcam a masculinidade.

Ao se referir as ações a serem realizadas pelas mulheres estão empenhadas em praticamente todas as formas de policiamento: ostensivo a pé; ostensivo motorizado, ostensivo de postos (terminais de transporte rodoviário e ferroviário, posto de saúde, aeroporto, estádios de futebol etc.). Todavia a atuação das policiais deveria ser com relação a menores e mulheres, registro de desaparecimento de pessoas, administração de primeiros socorros, informações, etc.

A Diretriz também ser refere ao ensino durante o curso de formação das policiais. Esse deveria ser adaptado de forma a "atender às diferenças bio-psicológicas da mulher, bem como às características específicas das missões básicas estabelecidas na presente Diretriz". Para P. Bourdieu "a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o

corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (...).”[viii]

Com relação ao ingresso na Policia Militar a Diretriz determina as caracteríticas que as candidatas devem apresentar para poderem pleitear uma vaga. Segundo a diretriz,

> “As candidatas ao ingresso na Polícia Feminina, além de outras exigências, devem possuir padrões de conduta moral e de bons costumes insuspeitos, sendo requisitos exigidos, neste aspecto:
>
> 1. Não haver sido condenada por crime, contravenção ou faltas que afetam a ordem, a moral e os bons costumes;
> 2. Possuir conduta pessoal, honorabilidade, antecedentes de família e relacionamento irreprováveis, circunstâncias que se comprovam por intermédio de investigação social e de outros instrumentos de avaliação;
> 3. Ser solteira, não admitindo o ingresso na organização de mulheres desquitadas ou divorciadas, viúvas e amasiadas, mesmo que anteriormente à pretensão de ingresso na Corporação, ainda que não possuam encargos de família”. [Segundo a mesmo diretriz somente após 02 anos, contados a partir da data de inclusão, era facultado à policial o direito de contrair matrimônio.]

Esses requisitos firmam o perfil das mulheres que poderiam ingressar na polícia militar. As palavras - desquitadas, divorciadas, viúvas - referem a moral feminina. Somente as solteira eram detentoras dos “padrões de conduta moral e de bons costumes” requisitados pela corporação.

Considerando apenas a Lei de Organização das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, de junho de 1977, não há referências a “padrões de conduta moral e bons costumes”. Já a Lei 1943, de 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, nos artigos 19 ao 22 há referências às condições para o ingresso na corporação, entre as quais estão: ser brasileiro; ser reservista das forças armadas; ser alfabetizado; ter

comprovada moralidade; ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da corporação; ter no máximo 30 anos de idade.

Considerando os dois textos citados se identifica uma diferença, entre os padrões de moral masculinos e femininos. O homem poderia ser casado, solteiro, amasiado, viúvo, desquitado, divorciado ao ingressar na PMPR. Não há referência "a moral e aos bons costumes" como requisitos para o ingresso na instituição, mas a "moralidade comprovada".

Ao invadirem um espaço da masculinidade, as mulheres poderiam se apropriar dele e o (re)construír de outra forma. Criar uma instituição para mulheres dentro da instituição de homens, permitiu que elas não se apropriassem do poder de policia masculino, mas seriam obrigadas a forjarem outro poder que as identificaria. Com uma legislação própria e com um espaço para policia militar feminina, os símbolos da masculinidade, que eram propriedades dos homens, continuavam em suas mãos. Os homens eram policiais militares, já as mulheres eram policiais militares femininas, as quais faziam uso de símbolos da masculinidade que não lhes pertenciam. A palavra feminina impedia que elas tomassem o espaço deles e continuavam subordinadas a eles, pois o pico da pirâmide hierárquica se manteria nas mãos dos homens.

No início do século XXI, o domínio masculino, na PMPR, é marcado pela permanência da proporção do número de mulheres em relação aos homens, existentes na década de 1980. Bem como nenhuma mulher alcançou o posto de coronel nessa corporação. Dessa forma ser coronel é um poder que pertence apenas aos homens da Polícia Militar do Paraná. Um símbolo da masculinidade ainda intocado pelas mulheres.

[*] Mestre em História pela UFPR, Soldado da Policia Militar do Paraná, Graduação em História pela UEPG.

[i] Segundo C. Geertz, os "elementos simbólicos" "(...) são formulações tangíveis de noções, abstrações das experiências fixadas em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças. (...)."GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 105.

[ii] Segundo M. Certeau, "Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do 'próprio': (...). Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica um indicação de estabilidade.
Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. (...). Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de

proximidades contratuais. (...). Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um 'próprio'." CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: a arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 201-203.

[iii]CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1990, p. 17-18.Ver também: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, 11(5), 1991.

[iv] Ver: CARREIRAS, Helena. **Gener and the Military**: a comparative study of de participation of women in the Armed Forces of Western Democracies. European University Institute, Departament of Political and Social Sciences. Tese, mimeo. Florence, March, 2004.

[v]Segundo P. Bourdieu "o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem." BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 7-8.

[vi] A instituição Polícia Militar do Paraná, surge em 10 de agosto de 1854, com a criação da Companhia de Força Policial, "(...) com um comandante, dois oficiais, 12 inferiores e 52 praças (...)". Em 1865, iniciou-se a Guerra contra o Paraguai, em um primeiro momento participam da guerra 69 homens da polícia. Após a Proclamação da República, em 1889, foi elevado o número de praças do corpo de polícia da província do Paraná, passando a ser denominado, em 1892, de Regimento de Segurança, o qual participou da Revolução Federalista, de novembro de 1893 até fevereiro de 1894. DAVID, Carneiro. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 253. DAVID, Carneiro**. Paraná e a Revolução Federalista**. 2 ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte; Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

[vii] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 18.

[viii] BOURDIEU, Pierre. **A dominação** ..., p. 20.

IMPRENSA LIBERTÁRIA: PALAVRAS E IMAGENS QUE FAZEM SONHAR

Angela Maria Roberti Martins
(Doutoranda / PUC-SP) *

Apresentação

O presente trabalho, convergente com as aproximações entre história e imagem, pretende refletir sobre a dimensão política da imprensa libertária, vista, a um só tempo, como espaço privilegiado de crítica social e de projeção de um ideal.[1] O que me proponho, na verdade, é refletir sobre a dimensão política da imprensa libertária a partir das representações da revolução social explicitadas nas palavras e imagens presentes n'*A Plebe*, em sua edição comemorativa de 01/05/1919. [2]

Palavras e imagens

> (...) Revolução é a completa posse do povo de toda a riqueza social e a abolição de todas as autoridades que paralisam e contêm o desenvolvimento da humanidade. (...) A mudança econômica que tem de resultar da Revolução Social será tamanha e profunda, alterará as relações baseadas na propriedade. (...) Para nós, que entendemos que os momentos são precisos para dar à classe capitalista um golpe mortal, que não se fará esperar o dia em que o povo ponha a mão sobre toda a riqueza social reduzindo a classe exploradora à impotência... votamo-nos de corpo e alma à Revolução Social. (...) Basta pois de governos, passagem livre ao povo, passagem franca à Anarquia! [3]

---

* Esse estudo integra um projeto mais amplo que venho desenvolvendo para doutoramento em História na PUC-SP, sobre as manifestações imagéticas libertárias, com apoio da CAPES.

[1] Por dimensão política entendo a crítica contundente ao presente, a contestação da realidade existente, a intenção de destruir a sociedade vigente, bem como a colocação de um ideal, a exposição de uma visão de mundo, a construção mental de um mundo alternativo, enfim, a enunciação de uma sociedade outra fundada em um arranjo em que o homem tem autonomia para intervir no seu cotidiano. Afinal o anarquismo é uma proposta, antes de tudo, revolucionária.

[2] *A Plebe* foi fundada por Edgard Leuenroth - tipógrafo, jornalista e militante anarquista – que participou ativamente da greve geral de 1917 em São Paulo, em julho deste mesmo ano. O periódico teve grande penetração nos meios libertário e operário, com periodicidade diária até 1919. Apesar de todas as dificuldades (baixas tiragens, escassez de recursos, prisões e empastelamentos), sobreviveu até 1935, reabrindo logo depois do fim do Estado Novo, em 1947.

[3] KROPOTKIN, Pyotr. Que entendemos por revolução? *A Plebe*, São Paulo, 31 julho 1919. p. 2.

Essas palavras de Kropotkin publicadas n'*A Plebe* em 31/07/1919, são um canto à vida e à capacidade do homem em transformá-la.[4] Trazem uma dose de energia e um alento, que não deriva em passividade, pois alimenta a esperança, eterna rebeldia que rejeita o conformismo e transporta o *sonho*, aqui concebido como a idéia dominante perseguida com interesse e paixão.

Possuindo uma leitura do social, marcada pela oposição entre capital e trabalho, entre exploradores e explorados, os anarquistas defendiam e difundiam a chegada de novos tempos para todos os segmentos excluídos. Para muitos, a revolução social estava prestes a se realizar, constituindo-se no verdadeiro passaporte para o um mundo outro, identificado pela igualdade, pela liberdade, pela abundância, pela ausência de sofrimento. Enfim, pela felicidade própria do jardim do Éden perdido.

Liberdade, igualdade e solidariedade eram aspirações que embalavam o sonho libertário que se expandia no eixo Rio-São Paulo nas primeiras décadas republicanas, em especial na conjuntura que se estendeu de 1917/18 a 1920/21, considerada a fase mais ativa do movimento, com os anarquistas nas ruas lançando mão de diferentes práticas como instrumentos de luta social. [5]

O tema da revolução social, a cena da destruição do mundo capitalista-burguês, a mensagem da vitória da Anarquia ganharam as páginas dos periódicos libertários de maneira mais permanente, expressiva e impactante no ano de 1919, como desdobramento das circunstâncias históricas imediatas que se desenrolavam no contexto internacional: a "paz" de Versalhes, a guerra civil na Rússia. Começava, então, uma época de efervescência político-ideológica mais aguda e explícita, que se manifestava tanto no plano concreto, através de discursos agressivos e ações violentas, quanto no plano simbólico, por

[4] Pyotr Kropotkin pertencia a uma família nobre e tradicional de Moscou. Desde jovem dedicou-se à geografia e mais tarde à pesquisa científica. Foi, no entanto, como anarquista que se notabilizou e entrou para a história. Foi o idealizador do anarco-comunismo ou comunismo libertário. Nasceu em 1842 e faleceu em 1921.

[5] MENEZES, Lená M. de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930).* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. p. 93-102.

intermédio de uma verdadeira enxurrada de imagens figuradas ou não nas quais se projetava a revolução enquanto desejo ideado, a ser realizado a partir da contestação ao capitalismo e à ordem burguesa, simbolizando, a um só tempo, o desespero e a esperança de explorados e oprimidos.

Nas páginas dos periódicos libertários, a combinação da linguagem verbal com a linguagem visual adquiria, portanto, maior valor e poder como instrumento de propaganda dos princípios libertários, em geral e da revolução social, em particular, considerando, inclusive, o índice de analfabetos e semi-alfabetizados entre os receptores dessas informações.

Foi assim, por exemplo, que a edição d'*A Plebe* de 01/05/1919 conjugou palavras e imagem que certamente faziam sonhar o leitor/observador que desejava o fim da exploração e da opressão do homem sobre o homem. Uma gravura representando a Revolução de Outubro de 1917 foi publicada na primeira página. Veja como a gravura veio a público:

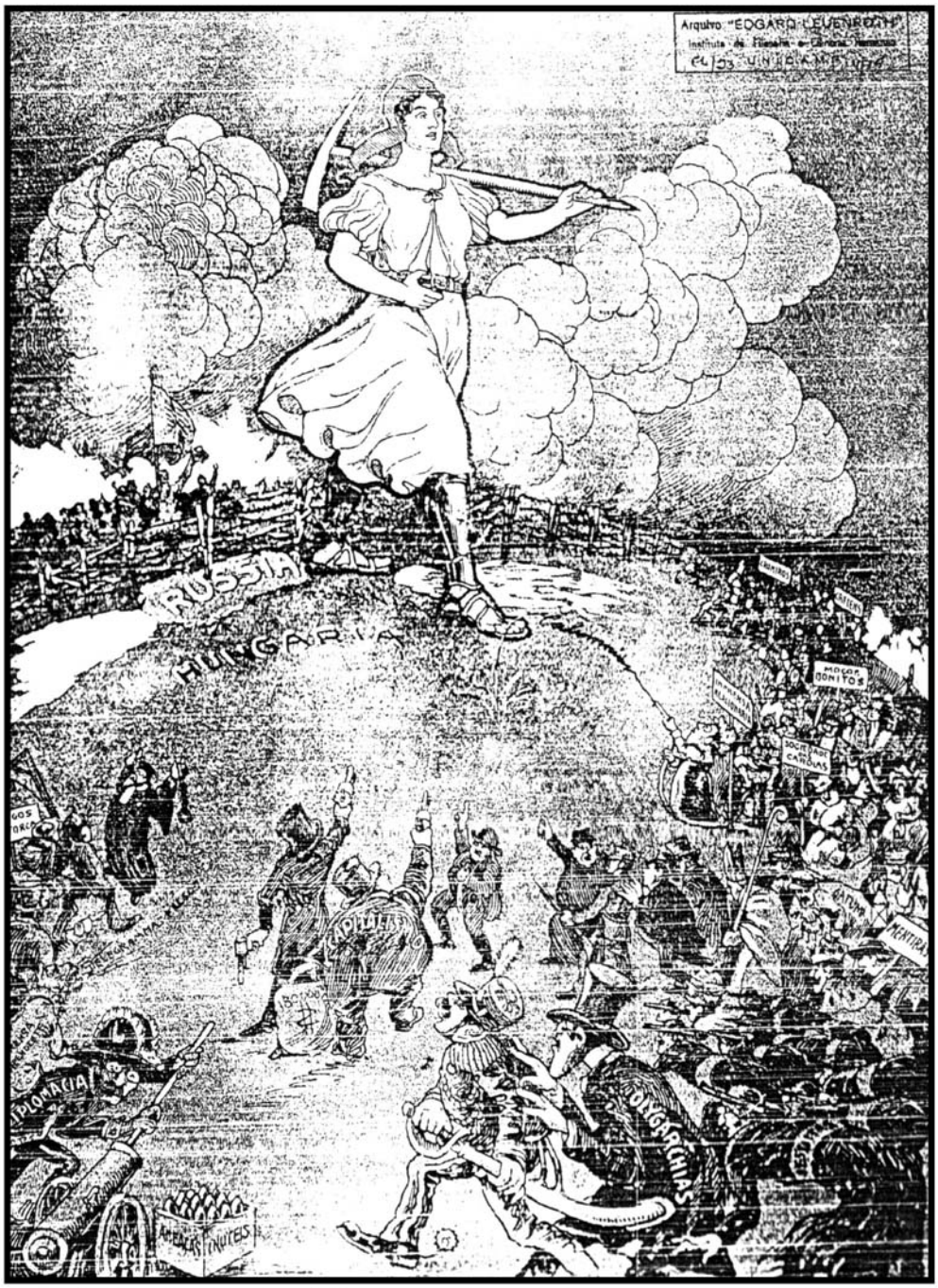

A Plebe, 1/05/1919

A Revolução Social em marcha contra os seus inimigos

Essa gravura apresenta uma combinação de realismo, alegoria e símbolo. Trata-se de um acontecimento inscrito na história: a ação dos operários, dos soldados e dos camponeses que realizaram a revolução russa de outubro de 1917. Mas a gravura não representa o fato em si; exprime visualmente seu significado moral: a salvação pela revolução. A figura principal, a mulher/revolução social, é uma figura idealizada que carrega no ombro esquerdo, em vez da espada simbólica ou do fuzil de ordenança, a picareta,

instrumento de trabalho por excelência. Trajando um vestido simples de manga curta, na altura dos joelhos, com os cabelos presos sob uma espécie de touca, no lugar do barrete frígio e nos pés a sandália baixa de tiras, ela é a síntese dos explorados e oprimidos anônimos que fizeram a revolução na Rússia.

A ambientação é precisa: a mulher-revolução caminha a passos "gigantescos e seguros", na direção da Europa ocidental, mais especificamente, saindo da Rússia e penetrando a Hungria, em uma clara manifestação das expectativas que se tinha na difusão da revolução a partir do "outubro vermelho". A cortina de fumaça ao fundo da imagem contribui para a composição de uma atmosfera ameaçadora gerada pela força revolucionária. A hierarquia das imagens, isto é, o contraste entre a dimensão em que foi desenhada a mulher-revolução e a dimensão em que aparecem os "seus inimigos" revela a crença no poder da via revolucionária como a única alternativa para aniquilar o mundo burguês-capitalista, especialmente naquele contexto de equilíbrios perdidos após a Grande Guerra.

A imagem oferece uma mulher-revolução com capacidade para se impor: o tronco, a cabeça, os braços, as pernas dessa figura, delineados em proporção gigantesca, se projetam na direção do leitor/observador, exprimindo, ao mesmo tempo, resolução e confiança, de modo a orientar o olhar no sentido de ver e acreditar. De postura ereta, o olhar altivo, e expressão facial serena, determinada e imperturbável, a mulher desenhada "representa a força concentrada do povo invencível", conforme observa o historiador E. Hobsbawm no estudo que fez sobre homem e mulher nas imagens da esquerda.[6]

Embora a mulher-revolução seja o ponto mais claro, aquele que atrai imediatamente o olhar do leitor/observador, é no primeiro plano da gravura que se encontram os maiores inimigos do povo, segundo os libertários: capitalistas, clérigos, militares, representando,

[6]HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2000. Op. cit. p. 126.

respectivamente, o capital-Estado, a religião e o militarismo, forças físicas e simbólicas que oprimiam e exploravam os "deserdados do sistema". [7]

Na posição central inferior da gravura aparece a representação habitual do capitalista na *Belle Époque*: homem gordo usando cartola. Na cena proposta, ele está apontando, com a mão direita, uma arma para a mulher-revolução, enquanto que com a esquerda segura um saco repleto de dinheiro. Como observa E. Hobsbawm, ainda que nas caricaturas socialistas dessa época os capitalistas fossem representados como homens gordos, portando cartolas e também charutos, isso não significa que esses atributos correspondessem à realidade, mas que reforçavam e singularizavam um tipo particular de riqueza na sociedade burguesa. [8]

Observa-se na gravura em questão, duas multidões, com diferentes significados em relação ao conjunto da imagem. Uma delas, no canto esquerdo superior, sem identidade visível, mas presumível, nos passos da mulher-revolução, celebra, com os braços erguidos, o triunfo da vitória. A outra, assustada, na defensiva, prepara-se para enfrentar de todas as formas a revolução que ameaça destruir suas riquezas e privilégios. Alguns membros deste grupo são identificados por palavras como: capitalismo, oligarquias, jesuítas, diplomacia, gatuno, cáftens, imprensa reacionária, sociedade das carolas.

Associando palavras e imagem, a gravura reforça sua mensagem política direta e explícita com a seguinte legenda: "A Revolução Social em marcha contra os seus inimigos". Tal argumento faz parte do contexto dramático que se desenrolava à época e pode ser melhor observado quando se percebe a relação entre palavras e imagens nesta edição d'*A Plebe* do dia 1º de maio de 1919. O artigo do *"Comité" Promotor da Comemoração* intitulado *Primeiro de Maio: Pela Paz e Pela Justiça*, publicado na página quatro, dirigido *aos trabalhadores em geral*, trazia informações preciosas sobre os acontecimentos na Europa e

[7] LITVAK, Lily. *Musa libertaria:* arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913). Barcelona: Antoni Bosch, editor, 1981. p. 64.
[8] HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2000. p. 124.

os exortava à "greve geral por 24 horas...como demonstração de força da classe operária que se prepara para tomar a direção das sociedades humanas". O "Comitê" escreveu:

> (...) Felizmente, ao lado dos comunistas da Rússia e da Hungria ... sopra um vento forte de transformação social que ninguém poderá deter e que já envolve o mundo proletário e popular numa atmosfera de quente entusiasmo, de vibrante expectativa, de arrebatadora esperança. ... os governantes de todos os países se preparam... para esmagarem a Revolução... que ameaça estender-se universalmente. Contra essa pretensão é que devemos protestar veementemente, energicamente. (...)[9]

O discurso pró-revolucionário do *Comité* recorre ao sentido figurado, apropriando-se de metáforas relacionadas às reações implacáveis da natureza, como, por exemplo, o "vento forte", para conseguir um poder maior de persuasão.[10] Além disso, os recursos retóricos possibilitavam influir na parte subjetiva do leitor/observador no sentido de atingir suas emoções, facilitando o acesso ao imaginário e atuando na construção de representações diversas. A metáfora do "vento forte" prenunciando "transformação social" confere ao texto, sem dúvida alguma, maior ênfase na argumentação e no convencimento. Em parte, a imagem do vento forte remetia ao próprio anseio de liberdade e à possibilidade de concretização da mudança a partir da Revolução de Outubro.

Os horizontes abertos, segundo o *Comitê,* pelo "mundo proletário e popular" deveriam ser saudados e seguidos pelos companheiros no Brasil, já que aqui "existem os mesmos motivos de queixas para os trabalhadores em geral, pois que em toda a parte somos vexados, explorados, vilipendiados pelo parasitismo burguês e capitalístico", portanto, era necessário acreditar que:

> (...) Não vem longe o dia da grande derrocada burguesa. E, se a quereis apressar, fortificai-vos em vossas organizações operárias e grupos sociais, estudai, lutai, ...tomai consciência de vossa força... e da necessidade da transformação social que se aproxima. [11]

---

[9] COMITÊ PROMOTOR DA COMEMORAÇÃO. Primeiro de Maio. *A Plebe,* São Paulo, 1 maio 1919. p. 4.

[10] A metáfora é um recurso normalmente usado para conferir melhor qualidade ao texto. Serve também para influir na parte subjetiva do leitor.

[11] Id. Ibid. p. 4.

Como se trata de uma edição comemorativa do dia primeiro de maio, "velha data proletária", o periódico lançou mão de um outro artigo com o mesmo conteúdo e objetivo. Publicado ao lado esquerdo do artigo do Comitê, o texto intitulado *Ao Crescer da Maré* também joga com metáforas na sua linguagem verbal pró-revolucionária, mostrando, inclusive, uma ligação mais próxima com a gravura da mulher-revolução: [12]

> (...) Caminhamos a passos gigantescos para a realização cativante do que ainda, há uma vigésima parte de um século, se mostrava uma utopia de alguns audazes sonhadores. Arde a Revolução, intensa e crepitante Rússia em fora... .(...) Já os seus ecos se fizeram ouvir por quase toda essa sedutora América e um frêmito ansioso já despontou nos seios dos "escravos brancos". Pressente-se o gigantesco e seguro caminhar da Revolução. É por isso que pretendem deter-lhe a marcha fulminante... Tudo o que engendram, ... não passará de irrisórios diques de papelão a deter inutilmente a onda caudalosa que cresce, que se anima dia a dia, hora a hora, de vigor potente, para [ilegível] em breve, em dia que não vem longe e cuja aurora já clareia. (...).[13]

O uso de metáforas relacionadas aos elementos da natureza como, por exemplo, "arde a revolução intensa e crepitante" ou "a onda caudalosa" são recursos retóricos que ativam o imaginário, facilitando a formação de imagens visuais, verbais e, em última instância, imagens mentais que incorporam símbolos e atuam no campo das representações, de modo a tornar mais eficiente a comunicação com o leitor/observador. A imagem do fogo tem um forte apelo por sua associação a várias idéias simbólicas presentes em algumas narrativas bíblicas, em cultos diversos e até mesmo nos costumes. O fogo tem poderes criadores e destruidores da vida, no sentido de que através da queima são eliminadas todas as impurezas e sua chama em movimento representa a vida, ou melhor, a luz da vida. Neste caso, a vida que se renova das chamas é associada ao fim do capitalismo pela violência inerente à Revolução Social.

---

[12] SALVATERRA, Ricardino. Ao crescer da maré. *A Plebe,* São Paulo, 1 maio 1919. p. 4.
[13] Ao Crescer da Maré. *A Plebe,* São Paulo, 1 maio 1919. p. 4.

Já a metáfora da "onda caudalosa", segundo a historiadora Lená Menezes, em estudo sobre a Revolução de Outubro no plano das representações, "foi a mais expressiva, permanente e de maior impacto", traduzindo, como nenhuma outra, "a idéia de um processo revolucionário em marcha a se levantar sobre o ocidente". [14] A representação da "onda caudalosa" também possui forte apelo quando a água é equiparada ao caos, em uma revisitação da ruína trazida com a passagem bíblica do Dilúvio punidor. Mas, o Dilúvio não trouxe apenas o caos, também conduziu a arca de Noé para uma nova vida e, nesse sentido, a água representa a origem de todas as coisas, no caso, o começo da sociedade libertária. [15]

Para os libertários, o uso dessas metáforas ligadas às forças sinistras e poderosas da água e do fogo, embora aparentemente contraditórias no texto em questão, remetia tanto a ação purificadora desses elementos, a qual é uma condição para o renascimento, quanto à sua força criadora e vivificante. É nesse sentido que a revolução encerra, segundo Bakunin, não só a destruição do Estado, do capitalismo, da exploração e da opressão, mas, principalmente, a criação de um novo homem e de um novo tempo. [16] Tempo que insere o homem no mundo das possibilidades, dimensionado pelo fim da propriedade privada e negação de toda a autoridade, pela construção da igualdade e conquista da liberdade, aspirações plenamente realizáveis já que, para os libertários, dependiam unicamente do homem, ser criativo e criador por excelência.

---

[14] MENEZES, Lená Medeiros de. *Tramas do mal. A Revolução de Outubro no plano das representações.* Rio de Janeiro: UERJ, 2000. Tese para Professor Titular. (MIMEO).

[15] A água é equiparada ao caos e à matéria primeva por não possuir forma; em Thales de Mileto ela é a origem de todas as coisas. Sobre o assunto, consultar LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 6-7.

[16] Mikhail Bakunin nasceu em 1814 no interior de uma rica família de proprietários de terra na Rússia. Foi leitor de Hegel e Fichte e, em 1843, sob a influência de Proudhon, tornou-se um revolucionário. Participou de inúmeras rebeliões, sendo preso diversas vezes, sempre conseguindo fugir. Desenvolveu uma série de teorias anarquistas sistematizadas em uma obra vigorosa, porém, mal organizada. Na Primeira Internacional, liderou o grupo que se opunha a Marx. Seu forte não eram as palavras, mas as ações; sendo, por isso, considerado fundador do movimento anarquista histórico. Sobre a revolução dizia: 'deixem-nos por a nossa fé no espírito eterno que destrói e aniquila somente porque é a insondável e eterna fonte criativa de toda a vida. A ânsia de destruir é também uma ânsia de criar'. Faleceu em 1876.

Embalados pelos ecos da Revolução de Outubro, que à época ainda animavam os libertários em geral, os articulistas desta edição d'*A Plebe* conjugaram palavras e imagens em uma intenção clara de mobilizar todas as energias do leitor/observador no sentido de encorajar a luta revolucionária, pois a retórica empregada atinge as emoções e estimula atitudes em direção a uma vitória dada como certa. Palavras e imagens oferecem, em seu conjunto, um ideal da realidade pela qual os libertários lutavam, colocando a esperança de uma vida sem exploração no futuro próximo, onde haveria de emergir um mundo novo, a Anarquia, lugar aprazível, de fartura, de felicidade e de ausência de exploração do homem sobre o homem, a partir da revolução, considerada a única alternativa de transformação.

A integração entre palavras e imagens mostra-se, dessa forma, eficiente no registro da expectativa, da esperança, do sonho enfim. E como é legítimo sonhar, os libertários redimensionaram pela ideologia a pulsão desejante, procurando sensibilizar o leitor/observador para ação revolucionária capaz de libertá-lo da sua infelicidade e, ao mesmo tempo, de abrir uma perspectiva positiva em relação ao futuro: a Anarquia, verdadeiro Paraíso na Terra.

HISTÓRIA DAS MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS DO LIVRO DIDÁTICO

Angela Ribeiro Ferreira[1]

Luis Fernando Cerri - Orientador[2]

O presente texto apresenta algumas reflexões realizadas dentro da pesquisa de mestrado em Educação na UEPG. O principal objetivo dessa pesquisa é analisar as representações sobre as mulheres, suas histórias e seus papéis sociais tais como aparecem em livros didáticos de história utilizados nas escolas públicas do país. Parte-se do pressuposto que essas representações são alimentadas, entre outros elementos, a partir do conhecimento histórico produzido no Brasil na década de 1990 sobre as mulheres. Objetiva-se, ainda identificar as características desse trabalho de mediação didática, quando ocorre. Esse texto constrói-se a partir da análise de alguns livros didáticos de sexta e oitava séries, que foram utilizados até 2004 em escolas públicas: *Nova História Crítica* de Mário Schimidt, Editora Nova Geração,1999; *História e Vida Integrada* de Nelson Piletti e Claudino Piletti, Editora Ática, 2002; *História* de José Roberto Martins Ferreira, Editora FTD, 1999.

Para atender às especificações postas para esse texto, foram escolhidos dois períodos da história do Brasil, comuns a todos os livros. O primeiro sobre a "Escravidão no Brasil" e o segundo sobre a "Era Vargas" (1930-1945). A escolha não foi aleatória, mas deve-se ao fato de serem períodos que despertam a possibilidade de discutir temas que estão dentro das preocupações atuais da educação. No ensino da cultura afro, que está previsto em lei, é possível analisar como o livro está abordando a mulher negra, o papel desempenhado por ela na colônia. Dentro da

história das mulheres no Brasil, a década de 1930-40 representa um período de agitação do movimento feminista, discussões calorosas na imprensa sobre a emancipação da mulher e o voto feminino, temas estes pesquisados na historiografia brasileira recente, seja através de biografias, história do movimento feminista, seja ainda na história da educação para moças. São dois momentos históricos privilegiados para a discussão de questões sobre a história das mulheres.

Este trabalho está fundamentado em três pressupostos. O primeiro é a trajetória percorrida para a incorporação das mulheres nos estudos históricos, os teóricos que influenciaram e os temas pesquisados. Em seguida a questão da produção, circulação e utilização social do conhecimento; neste ponto está presente a discussão sobre mediação didática e as demandas sociais de orientação no tempo atendidas, em parte, pelo conhecimento sobre as mulheres e sua história. Por fim, a questão do conhecimento acadêmico e a relação com o conhecimento escolar, tendo os livros didáticos como veículo e documento privilegiado da mediação entre esses dois conhecimentos.

A história tradicional cedeu progressivamente espaço a novas abordagens e objetos, contexto no qual se insere a história das mulheres. Importante também para o pensamento marxista, é efetivamente com a Nova História francesa, sobretudo nos anos 60, que a história das mulheres começa a ganhar corpo. Esse movimento, obviamente, não ocorre isolado da forte retomada do movimento feminista, agora no contexto dos "novos movimentos sociais" [3] que marcaram as várias revoluções comportamentais da década. Com a Nova História várias temáticas “como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo (...), a feminilidade” [4] passaram a ser vistas como possíveis objetos da história e as mulheres encaradas como sendo também sujeitos da história.

É nessa proposta geral de uma “nova história” que se podem incluir as concepções de História presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que prevêem um ensino de história diferente dos “métodos tradicionais” e essas mudanças em parte decorrem da ansiedade em diminuir distâncias entre o que é ensinado na escola fundamental e a produção acadêmica, ou seja, entre o saber histórico escolar e as pesquisas e reflexões que acontecem no nível do conhecimento acadêmico. No foco de interesse dessa pesquisa, esse quadro de incentivo a mudanças está ligado à preocupação de articular o trabalho da História na escola com discussões político-sociais e estudos acadêmicos que tematizam a mulher.

Essa preocupação está presente em Rüsen quando diz que a apresentação historiográfica dos resultados de pesquisa constitui uma transposição, no entanto, regra geral, ela não é didática, ou seja, intencionalmente redigida para ensinar história mediante os processos de aprendizagem que formam a consciência histórica. (p. 50, 2001).[5]

Em alguns momentos da história da educação brasileira algumas políticas públicas rompem com os vínculos diretos entre o que se ensina na escola e a produção histórica específica, estimulando a formação de docentes para reproduzir um saber desvinculado das discussões acadêmicas, voltado prioritariamente para a legitimação de situações político-sociais que dependem da passividade ou adesão acrítica dos cidadãos. Apesar desses momentos de predominância oligárquica e / ou ditatorial, permanecem as lutas de professores / historiadores para aproximarem o ensino de História das questões, das abordagens e dos temas desenvolvidos pela pesquisa teórica e científica, que tem uma dinâmica de sintonia – ainda que não imediata ou desprovida de problemas - com demandas sociais.

Os Parâmetros, como as demais estruturas curriculares em História no passado, propõem que se deve ensinar uma História que forme cidadãos, sujeitos políticos ativos na sociedade. Mas será que a História que está sendo ensinada e as políticas de escolha dos conteúdos permitem essa construção da cidadania? Para formar um cidadão, um indivíduo com plena consciência histórica e social, que entenda e perceba a si próprio como sujeito histórico, é imperativo, além de um ensino de História que inclua todas as pessoas como sujeitos históricos, que se faça também uma reflexão sobre como, historicamente, essas subjetividades se constituíram.

Como democratizar a sociedade, colocando em pauta a questão dos direitos das mulheres, formar cidadãs que tenham consciência do seu papel na sociedade, se na escola ela sempre estudou uma "história masculina", na qual os sujeitos são sempre homens? As mulheres nunca se viram como sujeito na História ensinada; já dizia Simone de Beauvoir, numa frase da década de 1950, bastante citada nos estudos sobre esse tema, que a mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher conhecendo a sua história.

A educação escolar antigamente era apenas para a elite da população e para tanto os conteúdos das disciplinas deveriam atender à formação dessa elite, com exaltação de heróis, a idéia de "pobres bandoleiros", e de que só uma pessoa rica e estudada pode chegar ao poder, governar. No entanto, a educação se universalizou, as classes populares passaram a ter acesso a escola e começaram a ser formadas a partir dos mesmos moldes desenvolvidos para educar a elite, isso não poderia, realmente, dar certo. Para formar o "povo" é necessário incluí-lo na história e não educá-lo numa escola que reforça e legitima a sua exclusão da história. As pessoas

precisam estudar uma história que as faça perceber-se parte do todo e não um mero figurante no processo histórico. [6]

Para o estudo dessa problemática, parte-se do pressuposto da mediação didática entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar. Sabe-se que não ocorre apenas uma simplificação do saber produzido, mas, sobretudo uma reformulação do saber para atender aos objetivos que o ensino de história, na educação fundamental, se propõe.

Partindo da idéia compartilhada por Rüsen, de que a história surge de indagações feitas no presente (necessidades individuais e sociais de orientação temporal) parte-se para outra idéia, o conhecimento produzido voltando para a sociedade, para as necessidades sociais de conhecimento, nesse caso sobre a condição feminina.

Considera-se, neste trabalho, que a análise do livro didático tem que partir da idéia de que os conteúdos propostos têm que ser capazes de garantir a formação da consciência histórica, e não analisar se o livro traz este ou outro assunto. Entretanto, quando o assunto em foco é central para a formação da identidade, da cidadania e da consciência histórica dos estudantes, então a busca e análise sobre a presença e a qualidade da abordagem de um determinado tema é justificada. Entre esse tipo de tema está, sem dúvida, a história das mulheres.

Visando entender um pouco melhor essas formas de tratar o tema, vejamos como são abordados nos livros. No primeiro tema, escravidão, o livro *História e Vida Integrada*, trata, nos capítulos quinze e dezesseis, do porque da vinda dos negros para o Brasil, como era feito o tráfico, de onde vinham, o cotidiano de trabalho, os castigos, os conflitos culturais, as fugas como forma de resistência. No decorrer do capítulo faz referência a mulheres para explicar a sociedade patriarcal brasileira.

Mas em nenhum momento aborda os movimentos de revoltas e resistência à escravidão, as crenças, os papéis desempenhados pelas mulheres como parteiras, curandeiras, feiticeiras, a forma como a Igreja e a família reprimiam a sexualidade feminina associando-a a manifestações do demônio.

O livro *História,* nos capítulos quinze e dezesseis, também só faz referência a mulheres quando explica a sociedade patriarcal. E *Nova História Crítica*, nos capítulos treze e quatorze, além dos temas tradicionais, no item "violência para controlar os escravos" trata sobre os abusos sexuais cometidos por senhores contra as escravas, os castigos encomendados pelas senhoras traídas, - cortar orelhas, mamilos, quebrar dentes. Nota-se que não há preocupação em ocultar ou secundarizar esse dado extremamente significativo da violência inter-racial do período; percebe-se, nisso, uma preocupação de ajudar a erodir o mito da escravidão leniente na História do Brasil. Entretanto, não se avança ainda para a consideração das mulheres negras como sujeitos da História.

O segundo tema Era Vargas, no livro *Nova História Crítica,* o período escolhido para análise aparece no capítulo nove sob o título: A Era do Populismo. As mulheres só não foram ignoradas por completo no capítulo, porque em três momentos (embora em textos complementares, definidos por cores diferentes e separados do corpo do texto principal por um quadro) figuram três mulheres conhecidas da época e associadas em sua história a um homem. É o caso da primeira mulher que aparece, Olga Benário Prestes, o texto é um resumo de sua vida, de como entrou para o partido comunista e como conheceu Luis Carlos Prestes. A foto vem com a legenda: "Olga Benário Prestes. Alemã, judia, brasileira, internacionalista".

A segunda mulher, também conhecida por estar ao lado de um político, é Evita Perón, ela aparece numa foto ao lado do presidente argentino, o texto tem o

título de “O Getúlio argentino: Perón” faz referência à forma como Evita contribuiu para a boa imagem do governo de Perón, sendo chamada de mãe dos descamisados.

A terceira aparece na última página do capítulo, nas “reflexões críticas”, espaço de proposta de exercício. São duas imagens, uma é a capa da revista Cruzeiro com algumas mulheres na praia e a outra a foto de Pagu, com a seguinte legenda: “*a duplicidade da condição feminina dos anos 20 e 30. A mulher dona de casa desnudada na praia, consumida e consumidora, e a intelectual engajada (Pagu foi presa e torturada pela polícia getulista). Seria possível ser as duas ao mesmo tempo? E hoje? Essa separação ainda existe? Qual dos sois modelos predomina?*”. Entretanto, os exercícios que seguem as imagens não dizem respeito a elas, não provocam discussões sobre a mulher. De um modo geral, permanece o estereótipo de que “por trás de todo grande homem há uma grande mulher”, sem referência à ação coletiva das mulheres na história, como nos movimentos operários e políticos, fora da órbita estrita de uma figura masculina. Embora fosse anacrônico inventar uma autonomia feminina ampla no mundo político da época, o exemplo de Olga Benário, no mínimo, seria capaz de demonstrar uma trajetória política feminina própria, independente e anterior ao relacionamento com Prestes. A perda dessa oportunidade colabora com aquele estereótipo.

O segundo livro, *História e Vida Integrada,* trabalha a Era Vargas no capítulo seis, como no anterior, fala de vários eventos políticos. Aparecem duas fotos, a primeira tirada durante uma homenagem a Getúlio Vargas, a segunda numa condecoração de soldados, a mulher faz a entrega das medalhas, em ambas é apenas registrada a presença delas e nada mais.

A única mulher identificada, em todo o capítulo, é Olga Benário, como no outro livro, é um pequeno resumo da sua vida com uma foto onde ela estava acompanhada, segundo a legenda, de um policial. O tema é apresentado dentro de um quadro, separado do corpo do texto, a não ser por uma pequena diferença, antes do quadro os autores fazem referência a Luis Carlos Prestes e Olga Benário, falam da prisão dos dois e da morte dela na Alemanha.

Num outro quadro sobre o trabalho na Constituição de 1934, estão alguns itens que podem vir a suscitar discussões em sala de aula sobre o assunto: proibição de diferenças salariais entre os sexos na mesma função; proibições de trabalho em indústrias insalubres para menores e mulheres; e, ainda, assistência médica à gestante, descanso antes e depois do parto sem prejuízo do salário.

Após essa breve análise percebe-se que, muito pouco do que já foi produzido sobre as mulheres nesses períodos históricos, foi incluído nos textos didáticos. O pouco que aparece tem um espaço secundário. Onde estão as negras que trabalhavam no pequeno comércio, aliás, quase dominado por elas, as negras prostitutas e chefes de família? No segundo tema, onde estão as feministas da época lutando pelo direito à educação, ao trabalho e, a principal reivindicação desse momento, o voto feminino, que foi conquistado através da Constituição de 1934? Assuntos e mulheres não faltam para serem abordados e discutidos, entretanto a abordagem é secundária e, por vezes, residual. De um modo geral, o aspecto político e econômico continua sendo a principal linha de explicação e articulação do conteúdo, ainda que algumas “novidades” sejam incorporadas. Ou seja, o público, o oficial e os “grandes” nomes da história continuam com lugar assegurado, enquanto as mulheres, os pobres, as crianças, como não estão efetivamente presentes na vida pública, continuam de fora, ou, no máximo entram como parte complementar,

fora do texto principal, na maioria das vezes ganhando o status de peculiar e exótico.

Pode-se dizer que a representação de mulher apresentada é de um papel social secundário, pouco importante em relação aos eventos políticos que ocupam a maior parte dos espaços do texto didático.

No entanto, deve-se considerar que esses livros possibilitam um pequeno começo na abordagem da mulher no material didático de História, afinal os autores reconhecem a presença dessa discussão na historiografia, mesmo não escolhendo marcantemente o tema na definição dos conteúdos, apesar disso ser possível. Os textos aparecem como informação complementar, para serem vistos rapidamente, ainda que o trabalho procure estar adequado ao nível contemporâneo da discussão sobre a mulher em geral, e sobre a mulher na História, em particular.

Pode-se perceber, enfim, que a pressão política e social dos movimentos de mulheres acaba por produzir a noção "politicamente correta" ou "moderna" da necessidade de introduzir a temática feminina nos materiais didáticos. Mas a forma pela qual essa apresentação ocorre indicia que a constituição da seqüência canônica de conteúdos, com raízes no século XIX, compõe um núcleo pouco permeável de informações / conhecimentos, sobre a qual as "modernizações" acabam por gerar apêndices, e não uma transformação intrínseca ao modo de selecionar conteúdos e contar a História do Brasil.

---

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail: angerf@pop.com.br.
[2] Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, E-mail: lfcerri@uepg.br.
[3] HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Porto Alegre: DP&A, 1998.
[4] BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. SP: UNESP, 1992, p. 11.
[5] RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.
[6] FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ESTUDANTES CONTRA O EIXO:

AS MANIFESTAÇÕES DA UNE E A RELAÇÃO COM O ESTADO NOVO

Angélica Muller*

Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado que está em andamento sobre a política de juventude de Vargas e a criação e atuação da União Nacional dos Estudantes, a UNE, durante o Estado Novo. Neste recorte, pretende-se abordar os aspectos que levaram a entidade a realizar as inúmeras passeatas que contribuíram para que o governo se posicionasse contra o Eixo durante a Segunda Guerra, bem como o desdobramento principal desta ação: a cedência do Clube Germânia para os estudantes.

O governo de Getúlio Vargas encontrava-se dividido. Junto com Osvaldo Aranha estava o Ministro da Justiça, Arthur de Souza Costa, além do prefeito do Distrito Federal, Henrique Dosdworth e do Interventor do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Outros, porém, simpatizavam com o Eixo, caso do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e do seu Chefe de Polícia, Filinto Müller.

Por sua vez, os estudantes encontraram em Osvaldo Aranha um aliado às forças democráticas e, com seu amparo, organizaram uma grande passeata marcada para o dia 04 de julho, não por acaso dia da independência dos Estados Unidos.

Dias antes, os rumores sobre a passeata já se faziam presentes na capital. Em 1º de julho o Correio da Manhã publica uma matéria intitulada “Reafirmação da fé no destino da democracia”[i] relatando o desfile que seria promovido pelos universitários. A matéria apresenta que o objetivo do desfile seria um repúdio ao fascismo. No dia seguinte, outra matéria, no mesmo jornal, previa que estavam sendo esperados mais de doze mil estudantes[ii].

Naquela semana, ainda, os estudantes receberam importantes adesões de classes sociais organizadas como a dos bancários do Banco do Brasil[iii]. No dia previsto, o Correio da Manhã publicava “A cidade ouvirá na tarde de hoje, o clamor da mocidade universitária contra os bárbaros do Eixo”[iv].

José Gomes Talarico relembra[v] que a ajuda para manifestação vinha de todas as partes. Além de vários embaixadores, as sociedades carnavalescas, por exemplo, emprestaram seus carros e alegorias. Outra questão evidenciada por Talarico foi a adesão dos jornais o Correio da Manhã e o Globo que, segundo entrevistado, apoiavam também uma posição antifascista. Sendo assim, não se estranha as inúmeras reportagens apresentadas pelo primeiro jornal sobre o fato em questão.

E assim, com a organização de Paes Leme, Hélio de Almeida, José Gomes Talarico e os filhos de Osvaldo Aranha a passeata contou com a participação de milhares de jovens que combateram a política traçada pela Alemanha, Itália e Japão. Hélio de Almeida relata os bastidores da passeata:

> "Fomos ao chefe de polícia, o Capitão Filinto Müller, de triste memória, pedir licença para organizar a passeata, que iria da Praça Mauá até o Palácio Monroe e ele a proibiu por considerá-la subversiva. Fomos então ao Ministro interino da Justiça, o embaixador Vasco Leitão da Cunha, um bom democrata e que já tinha, inclusive, servido na embaixada do Brasil em Washington. Sua Excelência ficou muito contrariado com a atitude de seu subordinado hierárquico e nos disse que tínhamos todos os poderes para realizar a passeata e que ele daria ordens para que a polícia não interviesse no assunto. Na véspera da passeata o senhor Filinto Müller foi ao gabinete do Ministro para dizer sua oposição à passeata. Houve uma discussão que chegou às vias de fato. Foi um escândalo tremendo e depois da passeata, realizada com pleno sucesso, o Dr. Getúlio Vargas, num momento de lucidez, demitiu o senhor Filinto Müller."[vi]

A discussão entre Vasco Leitão e Filinto Müller acarreta na prisão do ex-chefe de Polícia, determinado pelo próprio Vasco Leitão. Além do Chefe de Polícia, o Ministro da Justiça, Francisco Campos e o chefe do DIP, Lorival Fontes, são exonerados dos seus cargos em 17 de julho daquele ano.

Alexandre Marcondes Filho, que ocupava então o Ministério do Trabalho, assumiu a pasta da Justiça. Já para Chefia de Polícia é escolhido o democrata tenente-coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen.

No domingo, dia 05, a primeira página do Correio da Manhã estampava: "Unidos em vibrante demonstração de civismo, os estudantes levaram a efeito, ontem, um desfile em que significaram sua condenação política do Eixo". Dentre outros comentários, o periódico ressaltava:

> "Se magníficos exemplos de patriotismo são conhecidos através das campanhas desenvolvidas no terreno político pelos jovens que sabem amar a Pátria e defendê-la em qualquer emergência, é confortador assistir ao pronunciamento que a classe estudantil, unida e coesa em torno de princípios democráticos que sempre nortearam os ideais de nossos maiores, forma hoje uma força indestrutível, de que nos devemos orgulhar."[vii]

O Estado de São Paulo também colocou como manchete em sua primeira página: "Grande manifestação estudantil contra o regime totalitário: constituiu empolgante manifestação de fé nos princípios defendidos pelas Nações Unidas, o grande desfile de ontem no Rio, promovido pela mocidade escolar."[viii]

Várias passeatas seguiram e, em 18 de agosto na Praça da Sé em São Paulo, logo após o afundamento de cinco navios brasileiros pelos alemães na costa dos estados da Bahia e Sergipe, nova grande manifestação foi planejada pelos estudantes de direito. Mesmo dia, de acordo com John W. Foster Dulles, que os "estudantes universitários fizeram uma investida contra o Clube Germânico do Rio de Janeiro"[ix].

Uma comissão, encabeçada pelo presidente do Centro XI de Agosto, Oscar Bressane, publicou uma nota no vespertino Folha da Noite convocando "o povo de São Paulo para uma enérgica demonstração de civismo"[x].

A passeata seguiu com a permissão do Secretário de Segurança do Estado, Acácio Nogueira, que inclusive forneceu a banda da Guarda Civil para tocar o

Hino Nacional. Além de vários cartazes os estudantes e seus "convidados usavam gravatas pretas e pedaços de crepe preto na lapela"[xi].

Ao final do ato foi lido o telegrama que os estudantes de direito enviaram à Vargas: "a mocidade acadêmica e o povo de São Paulo, irmanados em comício público pelo mesmo sentimento de revolta ante a bárbara agressão (...) apontam Vossência como verdadeira resposta (...) a imediata declaração de guerra aos vândalos totalitários"[xii].

O telegrama foi publicado pelo jornal O Estado de São Paulo no dia seguinte. Apesar do subtítulo do jornal apontar "Telegramas de solidariedade ao Presidente da República", fica clara a intenção dos estudantes de direito do Largo de São Francisco: responsabilizar Vargas pela falta de atitude com relação aos torpedeamentos e sua posição perante a guerra. Sabendo do posicionamento destes estudantes (contra o regime) não podemos deixar de verificar o fundo de contestação ao próprio governo, numa medida de desmoralização do mesmo.

Durante este período, várias foram as manifestações que ocorreram em todo Brasil. No dia 27 de agosto cerca de 30 mil pessoas compareceram ao "grande comício" no Estádio das Laranjeiras que contou com a presença do Ministro da Educação além do Embaixador americano Jefferson Caffery[xiii].

Além da pressão estudantil, segundo Dulles, o presidente Vargas se comunicava diretamente com Franklin Roosevelt e, após uma reunião ministerial, em 22 de agosto o Brasil declarava guerra contra os países do Eixo.

No melhor estilo da política americana, os estudantes brasileiros passaram a ser "porta-vozes" da entrada do Brasil na Guerra, ecoando assim, positivamente com a perspectiva dos Aliados. Positivamente também para os comunistas (pretensa maioria da direção da UNE) e para os anti-varguistas (os estudantes de direito do Largo de São Francisco) que entendiam a atitude do presidente como um retrocesso em sua política.

Vale observar também que os comunistas nesta época estavam à frente da UNE e que o partido realizou o Congresso da Mantiqueira em 1943 lançando a política de "união-nacional" para lutar contra o nazi-fascimo admitindo, dessa maneira, o apoio de Getúlio Vargas[xiv].

Para o historiador José Alberto Saldanha de Oliveira, a pressão da UNE sobre Vargas estava centrada mais no plano da política externa do que propriamente na natureza do regime político do país. Neste sentido, o espírito de combate ao totalitarismo nazista e de defesa da liberdade e da democracia que embasou a vitória das forças aliadas na II Guerra, foi incorporado não só pela UNE e seus estudantes, mas também por setores civis e militares do Governo Vargas e pela oposição, tanto a liberal quanto a comunista.[xv]

Mais do que isso, mesmo com as diferentes correntes dentro do movimento estudantil, a melhor maneira encontrada para externar sua insatisfação, num primeiro momento, foi contra a política externa do governo Vargas. Pensar que este foi o único motivo é deixar de lado a complexidade da própria política governamental e da atitude como os estudantes reagiam perante a mesma.

O que vale observar a partir daí é que as reivindicações dos estudantes, restritas anteriormente ao círculo universitário, ganharam dimensão e adesão do povo, que também saiu às ruas para lutar pelo posicionamento do país contra os países do Eixo. O movimento estudantil organizado saía das arcadas para, pela primeira vez, ganhar peso e respaldo da sociedade brasileira.

Como suas campanhas, a UNE continuava na "rua". E é neste momento, em que a entidade trazia o respaldo da própria sociedade é que ela procura seu espaço. Com a guerra declarada, a política de nacionalização de Vargas foi posta mais que em prática com o intuito de terminar, principalmente com os núcleos de origem alemã, italiana e japonesa no país. As sociedades e as escolas eram os principais focos.

Foi nesse ínterim que o Clube Germânia, localizado na Praia do Flamengo 132 foi fechado pelo governo. Não encontramos documentos no arquivo Capanema nem nos jornais da época, que pudessem traçar um panorama de como se procedeu a ocupação da UNE no Clube. Mas, as entrevistas de José Gomes Talarico e Hélio de Almeida nos revelam o episódio com versões um pouco distintas.

Talarico nos traz uma versão mais próxima daquela que Arthur Poerner descreve em seu livro. Segundo o ex-presidente da CBDU, ele, o presidente da UNE Paes Leme e Airton Diniz escreveram uma petição pedindo a ocupação do Clube Germânia. De posse do documento foram até o presidente Getúlio Vargas, que após a conversa, despachou favoravelmente o pedido em vez de abrir um processo através do mesmo. O passo seguinte estava nas mãos de Capanema. Assim descreve Talarico:

> "Nós fomos ao Ministro da Educação pedindo que ele designasse uma comissão para fazer o levantamento, que era riquíssimo! Quadros, bronze, o que você pode imaginar tinha o clube... Então essa comissão fez o levantamento. E no terceiro andar, em duas salas, colocamos todos esses quadros, cristais, tudo ..."[xvi]

A partir deste momento a UNE e as demais entidades estudantis instalaram-se no Clube Germânia: "o primeiro andar foi dado ao Diretório Central, inclusive para o restaurante, os locais para prazeres. O segundo andar para UNE e o terceiro para CBDU."[xvii]

Hélio de Almeida apresenta outra versão. Para o sucessor de Paes Leme:

> "Um grupo composto pelo Paes Leme, por mim, que era presidente do DCE da UB, pelo José Gomes Talarico e os dois filhos de Oswaldo Aranha, o Vavau Aranha e o Euclides Aranha Neto, fomos ao Clube Germânia, procuramos seus diretores, dissemos-lhes que a UNE ia se instalar naqueles edifícios, e que nós dávamos cinco dias para o Clube Germânia evacuar o edifício de modo próprio e sem qualquer atribulação. Agora, se ao fim de cinco dias chegássemos e os encontrássemos ainda no edifício íamos trazer umas centenas de estudantes para botar todos os móveis na

> rua. (...) Felizmente, chegamos depois de cinco dias e o prédio estava inteiramente desimpedido."[xviii]

Ainda segundo Hélio de Almeida somente depois da ocupação os dirigentes foram até o Ministro:

> "Nós ocupamos o edifício e fomos imediatamente ao Ministro Capanema, com quem nós mantínhamos muito boas relações na ocasião e o Ministro assinou uma portaria, na mesma hora cedendo a UNE o edifício da Praia do Flamengo 132 que ficou, entretanto administrativamente subordinado ao Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e o administrador nomeado foi um senhor Catanhede."[xix]

Para além das versões apresentadas, o fato que deve ser analisado é o "status" que a entidade garantiu, principalmente depois das manifestações anti-Eixo. Passando pelo pedido à Vargas ou pela ocupação direta da sociedade alemã, a UNE evidenciou sua força política no contexto do Estado Novo. Tanto que o prédio ficou ocupado pela entidade até seu incêndio em 1964 pelos militares.

Neste momento, como em outros da sua história[xx], o movimento estudantil foi pioneiro em sair às ruas para protestar, mesmo que internamente com objetivos distintos, ganhando adesão da sociedade em suas causas. Importante para posteriormente desenvolverem às campanhas a favor da deposição de Vargas e seu regime, quando da supremacia dos estudantes de direito da USP no movimento.

---

* Mestranda em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

[i] Jornal *Correio da Manhã*, 1º de julho de 1942. p. 02

[ii] Jornal *Correio da Manhã*, 02 de julho de 1942. p.02.

[iii] Jornal *Correio da Manhã*, 03 de julho de 1942. p.03.

[iv] Jornal *Correio da Manhã*, 04 de julho de 1942. p.02.

[v] BARCELLOS, Jalusa. Ops Cit. p.13.

[vi] BARCELLOS, Jalusa. Ops Cit. p.19.

[vii] Jornal *Correio da Manhã*, 05 de julho de 1942. p.01.

[viii] Jornal *O Estado de São Paulo*, 5 de julho de 1942. p. 1ª.

[ix] DULLES, John W. F. *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas* 1938-1945. Coleção Brasil século 20. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: EDUSP, 1984, p. 198.

[x] Idem.

[xi] Ibidem. P. 201.

[xii] Jornal *O Estado de São Paulo*, 5 de julho de 1942. p. 04.

[xiii] Jornal *O Estado de São Paulo*, 28 de agosto de 1942. p. 02.

[xiv] NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 54.

[xv] OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *O mito do poder jovem:* a construção da identidade da UNE. Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2001 (não publicada). p. 53.
[xvi] Entrevista José Gomes Talarico em 19 de outubro de 2004. p. 15.
[xvii] Idem. Outro ponto interessante Talarico evidencia, sobre o incêndio do prédio em 1964, que merece registro: "Tanto assim que na ocupação da UNE por parte dos militares, esse patrimônio fabuloso que estava guardado desapareceu. Nós denunciamos isso, inclusive quem levou nunca se soube, nem os militares mandaram apurar."
[xviii] BARCELLOS, Jalusa. Ops Cit, p. 20
[xix] Idem.
[xx] Só para citar como exemplo, as primeiras passeatas para a campanha do Petróleo é Nosso, no final da década de 1940, foram organizadas pelos estudantes.

O Licenciado Heitor Furtado de Mendoça, inquisidor da primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil.

Angelo Adriano Faria de Assis

Doutor em História pela UFF

No dia 09 de junho de 1591, domingo da Santíssima Trindade, desembarcaria nas costas da Bahia uma nau oriunda do reino, transportando o novo governador-geral, D. Francisco de Souza, que chegava para suceder o governador anterior, e que ficaria no cargo até abril de 1602. Nesta mesa embarcação, chegava Heitor Furtado de Mendonça, licenciado do Santo Ofício designado para visitar as partes brasílicas, e seu pequeno séqüito, formado pelos auxiliares na visitação, o notário Manoel Francisco e o meirinho Francisco de Gouveia, ajudante-de-ordens do visitador. Era a primeira vez que o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição português enviava um representante para visitar a América lusa. O primeiro visitador era capelão fidalgo d'el-rey, membro do Desembargo do Paço, deputado da Inquisição de Évora. Era homem de foro nobre. Antes de ser nomeado para a função, passara por variadas investigações sobre sua limpeza de sangue, dezesseis ao todo, para detectar qualquer tipo de mácula sanguínea que impedisse sua entrada no seio inquisitorial. Fora constatada sua pureza sanguínea e competência nas letras e sã consciência pelo próprio inquisidor-geral, o Cardeal Arquiduque Alberto, que o nomeou para chefiar a visita [1]. De acordo com relatos, chegara "mui enfermo", alquebrado pela viagem, indo se "curar no colégio dos padres da Companhia".

Heitor Furtado de Mendoça, ou Mendonça, teria sido nomeado, no dia 26 de março do mesmo ano, para uma tarefa mais abrangente: comandar uma visitação inquisitorial ao bispado do Brasil (aí incluídas as capitanias do Sul), mais os bispados de São Tomé e Cabo Verde, na costa africana. Partiria logo em seguida, em curto prazo, para a Bahia, onde

chegaria cerca de dois meses e meio depois. Sua visitação limitar-se-ia, contudo, ao Nordeste brasílico (Bahia, Pernambuco, Paraíba e a Ilha de Itamaracá), posto que a ordem inicial para visitar o sul e as ilhas africanas seria suspensa por extrapolar suas funções e as instruções recebidas do inquisidor-geral e pelo demasiado tempo que gastou em sua peregrinação inquisitorial pelo Nordeste.

Sobre as origens do primeiro visitador do Brasil, o pouco que conhecemos é por conta das testemunhas que prestaram depoimento sobre suas raízes e conduta. Mestre Capistrano de Abreu realizou este trabalho investigativo na introdução que fez para a publicação das confissões e denunciações da Bahia, realizada na década de 1920 [2]. De acordo com Capistrano, o pai de Heitor era Amador Collaço, originário de Montemor o velho, filho natural de um homônimo, Antonio Collaço, de família alcunhada Bagageu, e de uma certa Brites Gonçalves, de alcunha Beleguina. O pai deixou grávida a amante, emigrou para São Thomé, lá adquiriu um engenho que legou a Amador. Abandonada pelo companheiro, Brites conseguiria outro parceiro, e teria novos filhos, meio-irmãos de Amador. Amador, o filho, sairia de sua terra, para Coimbra, onde permaneceu certo tempo a serviço do bispo D. João Soares. Em seguida, transferir-se-ia para Lisboa – talvez a convite do pai -, casando-se por volta de 1543. O certo é que Amador seria homem de boas relações, tendo conseguido mulher de família respeitável. Contrairia núpcias com Leonarda Lampreia de Mendonça, da família dos Arraes do Algarve, gente nobre, filha de Heitor Lampreia, que lhe deu em dote os ofícios de escrivão de agravos da relação, meirinho dos degredados, solicitador da justiça.

Do casamento entre Amador e Leonarda nasceriam três crianças: duas filhas mulheres (uma delas, que permaneceria solteira) e o nosso personagem. Não conhecemos a data exata do nascimento de Heitor Antunes – fato que não se é de estranhar, devido às imprecisões de data reinantes à época -, mas podemos ter uma idéia aproximada. Pela data do casamento dos pais, é provável que Heitor tenha nascido durante o reinado de D. João III (1521-1556), ou durante o período em que reinou D. Sebastião (1556-1578), período do falecimento de seu pai – fato menos provável, pela pouca idade que possuiria à época da

visitação (função que exigia homens mais experientes) e conseqüentemente, quase sempre, de mais idade -, dentro da burocracia eclesiástica e inquisitorial. Capistrano, mais uma vez, ensina com astúcia: “em tão verde idade ninguém se lembraria dele para desembargador e deputado do Santo Ofício”, indicando uma idade entre 30 e 40 anos para Furtado de Mendonça. Somando-se a isto o grau de experiência e maturidade que o cargo exigia, podemos chegar a um limite um pouco mais flexível: há uma boa probabilidade, assim, de que o visitador da última década seiscentista tivesse entre 30 e 50 anos quando inquiriu em nome do Santo Ofício no Brasil. Amador Collaço viria a falecer durante a grande peste que assolou o reino durante o período de 1568-69, deixando a mulher e os filhos. Leonarda casaria em segundas núpcias com um certo Braz da Costa, que assumiria os ofícios de propriedade da mulher. O novo casal não teria filhos, e Braz da Costa precederia a mulher no túmulo, deixando-a viúva pela segunda vez.

Passados pouco mais de trinta dias de sua chegada ao Brasil, em 15 de julho, Heitor Furtado, já sentindo saúde e forças recuperadas, iniciaria os preparativos para o começo da visitação. Apresentaria, então, a comitiva que o acompanhava ao bispo da cidade, dando-lhe conhecimento dos motivos de sua vinda e da missão para a qual fora escolhido. Uma semana depois, dia 22, conheceu e fez-se conhecer aos juízes, vereadores e nobres senhores da Bahia. Mantinha, a partir de então - patentes apresentadas -, contato com as autoridades e os principais da então mais importante cidade da América portuguesa. O mesmo colégio da Companhia onde se recuperaria de sua enfermidade, seria o local escolhido para o andamento dos trabalhos do Tribunal da Inquisição na cidade do Salvador.

Teria início a primeira visitação em 28 de julho de 1591. Após realizados os juramentos e fixados o Edital da Fé e Monitório da Inquisição nas portas das igrejas para que se tornassem públicos, concedeu o visitador, à cidade e uma légua ao seu redor, prazo de trinta dias para as confissões espontâneas - o período da graça -, em que o confitente recebia salvaguardas por confessar de vontade própria (desde que uma confissão plena e verdadeira de suas faltas). Os que não se dispusessem a colaborar, sofreriam as penas pela desobediência ao bom funcionamento do Tribunal e às ordens de Heitor Furtado.

Chamara a atenção a pompa do cortejo inquisitorial pelas ruas da capital tropical portuguesa - uma multidão a admirar o luxo e a riqueza da cerimônia. A procissão que partira da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda almejava a Catedral da Sé e mostrava, pelo caminho, as hierarquias que deviam dominar a sociedade cristã, as quais a Inquisição se propusera a defender: todos a respeitar os seus lugares dentro do palco armado para o Santo Ofício, criando uma cumplicidade da população com os ensejos do visitador. A apresentação de Mendonça à sociedade não deveria deixar dúvidas sobre a força e a legitimidade do poder que representava, nem do apoio que recebia da classe dirigente, induzindo todos a confessar ou denunciar o que sabiam. Para tal, vinha vestido de gala, acomodado em ricos ornamentos, cercado por adornos vários: panos bordados em ouro, imagens sacras talhadas com perfeição, símbolos da Igreja a reluzir o vigor da instituição que esticava seus braços controladores sobre a região. Participante do cortejo, testemunha de todos os passos do inquisidor, Manoel Francisco, notário da visitação, narra o acontecimento: “Levaram debaixo de um pálio de tela de ouro ao Senhor licenciado Heitor Furtado de Mendonça”. “E na dita Sé, estando o dito Senhor Visitador em uma cadeira de veludo carmesim guarnecida de ouro, debaixo de um dossel de damasco carmesim na capela maior, acima dos degraus, junto do altar à parte do Evangelho, se disse a missa com muita solenidade”. “E acabada a missa, pregou o reverendo Padre Marçal Beliarte, provincial da Companhia de Jesus, a pregação da fé com muita satisfação, tomando por tema *Tu Es Petrus et Super Hanc Petram Edificabo Ecclesiam Meam*”. “Isto acabado, desceu o dito Senhor Visitador entre duas dignidades ao meio da capela maior, onde estava posto um altar portátil, ricamente ornamentado com uma cruz de prata arvorada e quatro castiçais grandes de prata com velas acesas, e com dois livros missais abertos em cima de almofadas de damasco, sobre os quais missais estavam deitadas duas cruzes de prata. E se assentou no topo do dito altar na parte do Evangelho na dita cadeira de veludo que lhe foi logo trazida por um capelão” [3].

A apresentação pública do representante do Santo Ofício marcava o ponto de partida para o sucesso da Visitação: era preciso impressionar. “O sucesso da visita dependia do

suporte popular expresso no comparecimento de confitentes e denunciadores diante dos representantes da Inquisição. Sem a contribuição do povo amedrontado, certamente haveria um número menor de heréticos e suspeitos. Por conseguinte, a simbologia promovida pelo Visitador é responsável pela difusão das heresias, perseguições aos difamados e consentimento ao Santo Ofício do poder de julgar e punir os indivíduos conhecidos na comunidade como transgressores" [4]. Funcionários do governo, religiosos, membros das confrarias e o povo, todos se impressionavam com a bem medida mistura entre a grandiosidade das vestimentas e dos objetos religiosos, a dar sentido às palavras proferidas durante os discursos e homenagens que marcavam o início dos trabalhos da Inquisição e exaltavam a figura de Heitor Furtado, contribuindo na formação do imaginário sobre o Santo Ofício: o magnífico, na frente, a anunciar a chegada da ordem divina; os enviados de Deus mostrando suas armas e a disposição para o combate contra as heresias. A missão inquisitorial era buscar os hereges, aqueles que ameaçavam o bom andamento da Fé Católica e a pureza religiosa. Unificavam-se assim, os anseios do visitador com os do povo.

Seria também Mestre Capistrano que estabeleceria uma cronologia da visitação ao Brasil: 09 de junho de 1591: chegada do visitador ao Brasil; 28 de julho: início da visitação, com publicação solene do Édito de Fé e concessão do período de 30 dias de graça à cidade do Salvador; 11 de janeiro de 1592: concessão do período de 30 dias de graça ao Recôncavo; 02 de setembro de 1593: partida do séqüito inquisitorial para Pernambuco; 21 de setembro: chegada ao Recife; 24 de setembro: partida de Recife e chegada à Olinda; 24 de outubro: início da visitação em Pernambuco. Concessão do período de 30 dias de graça às freguesias do Salvador, S. Pedro Mártir, Corpo Santo e Nossa Senhora do Rosário da Várzea do Capibaribe; 08 de fevereiro de 2004: fim da graça concedida às freguesias de S. Cosme e Damião do Guaraçu, S. Lourenço, Santo Antonio do Cabo e S. Miguel de Pojuca; 21 de dezembro: fim da graça concedida à Itamaracá; 24 de janeiro de 1595: fim da graça concedida à freguesia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba; 01 de fevereiro: chegada do visitador à Olinda em retorno da Paraíba [5].

Decorrido quase um ano do início dos trabalhos da visitação, um fato inesperado afetaria a tranqüilidade dos trabalhos. Na manhã do sábado 18 de julho de 1592, por volta das duas ou três horas, enquanto o visitador repousava, seria vítima de um atentado feito a tiros de espingarda que atingiriam a janela de seu quarto, deixando buracos na parede, sem, contudo, ferir o visitador. Passados dois dias, novos disparos sobre as casas de morada de Heitor Furtado. Apesar de escapar ileso das duas tentativas, o inquisidor tinha noção do risco que correra, informando que o "pelouro se passara sem falta dera na dita sua cama donde estava dormindo e o pudera matar, por estar a dita cama perto e defronte da dita janela". Mais do que uma simples tentativa de homicídio, o inquisidor considerava o atentado dirigido mais ao Santo Ofício do que a ele próprio: "fica sendo mui grande afronta e injúria ao Santo Ofício e fica dando exemplo e ensinando caminho aos maus para fazerem o mesmo o que é mui grande despeito do Santo Ofício, e tal que até hoje se não acha haver acontecido em outra parte alguma do mundo" [6]. Entre os suspeitos de encomendar o atentado figuravam Sebastião de Faria e Henrique Munis Teles, genros do casal de cristãos-novos Heitor Antunes e Ana Rodrigues (ele, falecido; ela, de idade avançada), patriarcas de uma das famílias mais acusadas durante a primeira visitação, tendo vários de seus membros presos, processados e condenados pelo Santo Ofício. Com o atentado, os genros dos Antunes procuravam acabar com as devassas sobre a prática criptojudaica de alguns dos representantes da família [7]. A tentativa, além de frustrada, não impediria de colocar o clã dos Antunes dentre os mais denunciados de toda a primeira visitação, sendo a matriarca, a octogenária Ana Rodrigues, levada presa para Lisboa e processada pelo Santo Ofício, mesmo depois de sua morte no cárcere, considerada culpada e desenterrados os seus ossos para que não permanecessem junto de ossadas cristãs, transformando-se na primeira vítima de fogueira da Inquisição no Brasil. Na segunda visitação (1618-21), o visitador Marcos Teixeira ouviria denúncia contra um dos genros de Ana Rodrigues, acusado de roubar uma imagem que representava o castigo recebido pela matriarca, queimando no inferno, rodeada de seres demoníacos.

Na Bahia, vários foram os que compareceram à mesa do Santo Ofício para acusarem desvios variados. Muitos, inclusive, não faziam parte da alçada do Tribunal, e lá chegavam devido à incompreensão e desconhecimento generalizados das atribuições e crimes pertencentes ao domínio do Santo Ofício. O inquisidor, atropelado pelos excessos que ouvia, acabaria por demonstrar-se, em alguns casos, "leviano e precipitado", ou, de acordo com Vainfas, "subjetivo em sua atuação, abandonando por completo as instruções do Conselho Geral, que só lhe faltaram mesmo a ereção de cadafalsos e a execução de penas capitais no trópico" [8]. "Assoberbado com julgamentos de criptojudeus, sodomitas, bruxas, bígamos, fornicários e tantos outros" completa o autor, "Heitor Furtado foi obrigado, pelo estilo da colonização, a julgar também o que ignorava. Atordoado, e deixando-se impregnar pelo clima de prepotência senhorial que grassava na Colônia, o visitador acabaria por extrapolar as instruções que recebera de Lisboa. Mandou prender suspeitos sem licença do Conselho Geral; processou em última instância réus cujos crimes deveriam ser julgados na metrópole; absolveu indivíduos que, no entender do inquisidor geral, mereceriam penas rigorosas; sentenciou outros que o conselho julgava inocentes; realizou, enfim, verdadeiros autos de fé públicos sem qualquer autorização de Lisboa, embora não tenha relaxado ninguém à Justiça secular" [9]. Julgou também o que lhe era estranho, como no caso da santidade gentílica acobertada por um senhor de engenho, fazendo com que o visitador perdesse a noção do tempo em Salvador, lá ficando mais do que consideravam necessário os membros do Conselho Geral, e inviabilizando o deslocamento da visita para outras áreas.

Após deixar a Bahia no segundo dia de setembro de 1593, Heitor Furtado aportou em Pernambuco dezenove dias depois. No dia 24, chegaria à Olinda, nova sede da Visitação, "bem recebido de todos, e trazido a esta vila, e nela foi aposentado nos mais convenientes aposentos". Apresentado o visitador aos principais da vila, teria lugar em 24 de outubro a cerimônia religiosa que marcaria o princípio das tarefas. Exibia-se mais uma vez a mesma pompa que parara Salvador durante o cortejo inicial. Manoel Francisco relata: "Se fez uma soleníssima procissão da igreja da misericórdia até a igreja matriz do Salvador pelo Reverendo Licenciado Diogo do Couto, vigário da dita matriz e ouvidor da vara eclesiástica

nesta dita Capitania com os da governança, e da justiça, e com os vigários, capelães, clérigos, e confrarias, e grande número de gente e povo, que concorreram de toda esta dita Capitania (...). Acabado isto, estando o dito senhor visitador diante de si, armado um altar com uma cruz arvorada no meio e com dois livros missais abertos sobre os quais estavam deitadas duas cruzes, fizeram perante ele o juramento da fé conforme o Regimento o capitão e governador loco tenente, ouvidor geral, Câmara, mais justiças e oficiais, postos de joelhos, com as mãos sobre os ditos livros e cruzes, e o povo e mais gente de joelhos com os olhos na cruz e nos ditos missais pela ordem dos seguintes em que assinaram".

Depois dos juramentos e da fixação dos Éditos e Alvarás, concedeu o visitador os trinta dias da graça à vila de Olinda e às suas freguesias, dando início às confissões e denúncias da visitação em Pernambuco. A visitação duraria até fins de 1595. Chamado pelo Conselho, no início do ano seguinte Heitor já estava de volta a Portugal, atuando na Inquisição reinol. Há notícias do primeiro visitador do Brasil pelo menos, na primeira década do século XVII, quando assinava o processo de uma das rés que enviou para os Estaus. Continuava, pois, ligado à Inquisição e acompanhando os frutos de seus serviços no trópico.

Notas:

[1] VAINFAS, Ronaldo. Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, *pp*. 17-18.

[2] Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denunciações da Bahia 1591-593. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929, 3 vols.

[3]"Acto da publicação dos Editos da fee e da graça e da provisão de S. Magde. Que se leerão no primeiro Acto da fee que se celebrou no Brasil, na See da cidade do Salvador Capitania da Baya de Todos os Sanctos a 28 de julho de 1591". *In*: Primeira Visitação do Santo Ofício ás Partes do Brasil, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (Confissões da Bahia, 1591-92). Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935, *pp*. 10-11.

[4] RAMINELLI, Ronald. "Tempo de Visitações. Cultura e Sociedade em Pernambuco e Bahia: 1591-1620". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990, p. 38.

[5] Denunciações da Bahia 1591-593. *Op*. *cit*., 1922-1929.

[6] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 14315.

[7] DIAS FARINHA, Maria do Carmo J. "O Atentado ao Primeiro Visitador do Santo Ofício no Brasil 1592". *In*: NOVINSKY, Anita & & KUPERMAN, Diane (orgs.). Ibéria-Judaica: Roteiros da Memória. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996, *pp*. 233-253.

[8] VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 224.

[9] VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, *pp*. 168-169.

"LIVROS DIDÁTICOS EM DIMENSÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS"

Profa. Dra. Antonia Terra de Calazans Fernandes

Apresentamos algumas reflexões decorrentes da pesquisa "Memórias do livro didático", que envolve estudos históricos que entrecruzam: 1) o "tema" - o *livro didático* e os estudos já produzidos sobre ele; e 2) o "tipo de documento" selecionado prioritariamente como fonte - *depoimentos orais*, colhidos, transcritos e analisados a partir de procedimentos metodológicos da História Oral.[1]

Muitas das informações sobre os manuais didáticos, seus autores, títulos e editoras podem ser pesquisados em outras fontes documentais sem serem em memórias e relatos de estudantes e professores. Do mesmo modo, a literatura e a documentação oficial também registram métodos e usos desses materiais no interior da escola. Os próprios manuais, quando analisados, são indícios das políticas públicas, de concepções pedagógicas, das possibilidades editoriais ou de seus compromissos sociais. Por que, então, desenvolver pesquisas sobre livros didáticos através da coleta de depoimentos orais?

Em primeiro lugar, o trabalho com lembranças vai além de informações pontuais, quantitativas e numéricas. Coletar dados sobre o número de exemplares publicados e distribuídos por uma editora, é diferente do significado que um único livro, ou uma imagem em especial, pode ter desempenhado na vida particular de um estudante. É diferente porque os números não dão conta de contar como os elementos internos aos manuais instigaram a imaginação de uma criança, organizaram seus valores, ou como representaram o papel de consolidar uma formação específica (escolar e letrada), impregnada de identidades individuais, familiares e sociais, e desencadeadora de vivências profissionais posteriores. As informações gerais dos compêndios nada revelam dos sentidos que adquiriram para aqueles que os julgavam pouco informativo frente às enciclopédias ou que os manusearam em sala de aula, no caminho de casa, nos estudos de grupo ou nas escolinhas de bairro voltadas para reforço escolar.

Por mais que um livro imponha para todos, igualmente, seus textos, seu formato, sua materialidade, seus usuários são sempre rebeldes da perspectiva leitura. Os repertórios, os artifícios, os sentidos que laçam mão no processo de interação, acabam subvertendo a ordem planejada pelos autores, editores[2] ou mesmo pelas orientações dadas pelo professor no trabalho escolar. Seu formato acabado, suas seqüências ordenadas também não impedem que professores os desmontem, extraiam partes, recortem ou reformulem sua proposta.

Como na leitura, o livro também ganha sua particularidade na memória, tem seu uso e seu significado revitalizado, tem sua materialidade, seus textos, suas imagens, seus exercícios estendidos em recordações de vivências, de experiências acumuladas, e contam como esses elementos intrínsecos a ele se projetam como mediadores de relações sociais estabelecidas no cotidiano da escola, da casa e da rua. Na memória, fica evidente que eles extrapolam suas funções educacionais específicas, e ganham a qualidade de objeto e de suporte de outras memórias e modeladores de outros cotidianos.

É dessa perspectiva que a pesquisa sobre a memória do livro didático revela sua contribuição para ampliar estudos sobre o tema. Circe Bittencourt sintetiza, por exemplo, a diversidade de abordagens nesse campo:

> *Os balanços bibliográficos mostram que houve uma tendência, iniciada na década de 1960, de se analisarem os conteúdos dos livros escolares privilegiando a denúncia do caráter ideológico dos textos. Tal abordagem ocupava e ainda ocupa um lugar de destaque nas pesquisas nacionais e de vários outros países, cujo enfoque sobre as ideologias subjacentes aos manuais permanece. Mas, nos últimos anos há mudanças de abordagens (...). Paralelamente às análises sobre os conteúdos, foram sendo acrescidas outras temáticas, notadamente as relações entre as políticas públicas e a produção didática, evidenciando o papel do Estado nas normatizações e controle da produção.*
>
> *A partir dos anos 1980, muitos dos problemas relacionados ao conteúdo ou ao processo de produção e uso do livro didático por professores e alunos passaram*

> *a ser analisados em uma perspectiva histórica (...). Os objetivos centrais de tais análises são o de situar o processo de mudanças e permanências do livro didático – tanto como objeto cultural fabricado quanto pelo seu conteúdo e prática pedagógica (...).*[3]

No caso da pesquisa em questão, o entrecruzamento entre "tema" e "fonte" decorre da escolha específica de um objeto de investigação: as dimensões possíveis da presença do livro didático na "memória" de alunos e professores, expressas através de depoimentos coletados especialmente para esse fim, considerando uma baliza temporal (1940 – 1970) e a diversidade social e de origem geográfica dos depoentes.

O objeto de investigação desencadeia problemas que dizem respeito à questão da "memória", implicando em estudos interdisciplinares que contribuem para compreendê-la e analisá-la nas suas manifestações. Da perspectiva da História, a relação entre "memória" e "história" suscita questões específicas.

> *(...) penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você recorda a história, mas a memória como história.* [4]

A pesquisa tem por principal objetivo identificar o que lembram os usuários dos livros didáticos (alunos e professores), quando deles faziam uso, no passado, na escola. Por princípio, a idéia tem sido ampliar a compreensão das diferentes dimensões de complexidade e inserção do livro didático na vida social e educacional brasileira, através do que recordam dele, e relatam sobre ele, através de depoimentos orais. Do balanço bibliográfico existente, nenhuma outra pesquisa até o momento envolveu-se com a investigação de quais são as possíveis e diversas amplitudes que esses materiais disseminaram na memória de estudantes e professores, e suas relações com as dimensões sociais.

Num primeiro momento, a atenção voltou-se para leituras bibliográficas que possibilitassem a compreensão da especificidade do livro, e em especial do didático, e sua história, para delinear temas dos possíveis nas recordações. Assim, foram elencadas particularidades do livro escolar, como: objeto material (tamanho, cor, formato, tipo de papel, tipo de capa,...)[5]; portador de conteúdo (textos, imagens, mapas, exercícios, idéias...)[6]; objeto de uso (na escola, fora dela...)[7]; produto editorial (autor, editora,...)[8]; elemento de relações escolares; objeto de valor e de significados pessoais e sociais; objeto de mudança histórica[9].

A intenção inicial foi identificar nas recordações os temas nelas centrados. As questões dirigidas aos entrevistados foram organizadas para permitir que cada um falasse livremente sobre suas lembranças, para depois as questões aprofundarem elementos relativos às suas particularidades materiais, editoriais, usos, valores etc..

No processo de desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma entrevista piloto. Para selecionar o entrevistado, foi considerada a história do livro didático no Brasil, que orientou algumas decisões. Por exemplo, algumas editoras e autores predominaram na produção didática nacional. Desse dado, a escolha foi orientada para depoentes procedentes de diferentes regiões do país, com o objetivo de confrontar a recorrência a autores e editoras com inserção nacional e identificar obras regionais difíceis de serem localizadas. Ao mesmo tempo, foi escolhida uma baliza de tempo, considerando a idade dos depoentes e a possibilidade de entrevistá-los. Nesse caso, o primeiro recorte temporal abrangia alunos e professores na escola nas décadas de 1940 e 1950.

O primeiro entrevistado foi uma pessoa do Rio Grande do Norte e nascida em 1929. E, de seu depoimento, foi possível identificar recordações das materialidades dos livros, autores nacionais e locais, editoras, nomes das disciplinas, modos como eram utilizados por professor e alunos, imagens e mapas, como teve o acesso a eles, e, também, contextos escolares importantes para o dimensionamento do papel que assumiam no processo de escolaridade.

A primeira entrevista foi animadora. Apesar de teoricamente acreditarmos na existência dessas lembranças, ao mesmo tempo existia a preocupação com o valor negativo atribuído aos manuais pelos estudos acadêmicos. Mas, a memória do primeiro depoente valorizava detalhes, recordava vivências e atribuía importância aos livros.

Com as balizas de tempo e espaço definidas e também questões orientadoras, escolhemos um segundo entrevistado nascido na década de 1930. Nesse caso, porém, as lembranças dos livros eram vagas, apesar do relato de algumas vivências escolares. Nossa hipótese: havia interferência da idade.

Optamos, na seqüência, por entrevistar pessoas com escolaridades posteriores. Escolhemos dois entrevistados que estudaram na década de 1960: um do interior da Bahia e outro do Rio Grande do Sul. Desse trabalho, mudamos nossas conclusões: não era a idade o principal fator de interferência na profusão ou não da memória, mas a escolaridade. Nessa linha, por exemplo, era possível explicar a primeira entrevista, recheada de relatos e recordações dos livros.

As entrevistas foram gravadas em fitas e transcritas para textos, respeitando as construções da oralidade. As análises foram realizadas prioritariamente sobre os textos, sem a perda das impressões vividas junto aos entrevistados no momento dos depoimentos. Um dos trabalhos exigidos foi a conferência dos dados, muitas vezes parciais, sobre títulos e autores. Dos depoimentos foram elencados temas presentes nas lembranças, demonstrando como a memória é seletiva e associativa, emergindo, junto com os livros, vivências escolares e sociais.

Do levantamento dos temas presentes nos depoimentos foi possível identificar algumas questões comuns e recorrentes e também questões específicas a certos depoimentos. Algumas recorrências têm sido: títulos, conteúdos, imagens, disciplinas escolares, modos como eram utilizados, algumas características materiais, algumas imagens das capas, o valor atribuído ao livro pelo professor e o valor atribuído pelo depoente. O cruzamento dos títulos, por exemplo, tem possibilitado identificar manuais com

inserção nacional, variações regionais, livros que marcam gerações e outros que são referência para constituição de identidades culturais e de grupos.

As análises das entrevistas indicam que os livros didáticos têm sido valorizados por gerações e guardados em estantes ou repassados como heranças entre irmãos e familiares, moldando elos entre estudantes ao longo do tempo, ou representando rupturas de identidades entre aqueles que estudaram ou não com esse ou aquele autor, compartilharam determinados exercícios ou fixaram em suas lembranças certos conteúdos. Na memória, sua procedência revela desigualdades econômicas, políticas públicas e iniciativas solidárias de doar objetos que foram adquiridos inicialmente como mercadorias, mas que retomam ao seu valor de uso no contexto escolar.

Nas memórias aparecem as práticas de leituras, ensinadas no porte de como segurar e passar as páginas, que vão além das orientações dadas por autores dos antigos compêndios: tornaram-se práticas ensinadas às gerações subseqüentes, por professores crentes que os saberes descritos nos exercícios eram regras de como seus alunos deviam se comportar na leitura. Cenários foram fixados na memória e processos de ação pedagógica. As lembranças indicam como os livros construíram contextos escolares e sociais, que também se transformaram com o tempo.

A memória dos usuários conta ainda qual tem sido o significado atribuído aos manuais por diferentes grupos sociais, ou quais possíveis papéis tem desempenhado na construção de identidades. Certos livros, como os de Aroldo de Azevedo, publicado pela Companhia Editora Nacional ao longo de décadas, têm sido recordados e citados nominalmente por gerações sucessivas. Isso significa, por exemplo, que inúmeros adultos hoje relacionam *Geografia* ao autor de seus antigos manuais escolares; e que há elos de vivências entre os que estudaram francês no livro do Mouger ou história no livro de Borges Hermida.

Além disso, a expectativa que se tinha em relação ao valor dado ao livro escolar é superada pelos depoimentos, principalmente porque nas últimas décadas eles têm sido alvo de inúmeras críticas acadêmicas, tanto por suas tendências de modelarem currículos,

métodos e ideologias, quanto por ser uma mercadoria cada vez mais custosa no orçamento familiar e objeto de desconfiança quanto à sua qualidade. Os depoimentos revelam que os livros escolares, no seu uso pelos estudantes, extrapolam suas funções puramente educativas. Tornam-se objetos de outras recordações, de outras lembranças e um elemento, entre outros, que sustentam a construção de suas identidades individuais e suas histórias de vida.

O trabalho com depoimentos orais tem contribuído, ainda, para sinalizar a importância de estudos que aprofundem as relações entre as convergências e as divergências de produções didáticas que assumem dimensões nacionais, ou que se difundem apenas em espaços locais, sinalizando inclusive produções artesanais construídas por professores como recurso didático alternativo realizado há muitas décadas.

---

[1] Ver: FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. *Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas*. Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação da USP, set/dez, 2004, p. 531 – 545.

[2] CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Tradução Mary del Priore. Brasília: Editora UNB, 1994, p. 7 - 27.

[3] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Em foco: História, produção e memória do livro didático*. Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação da USP, set/dez, 2004, p. 471 – 473.

[4] PORTELLI, Alessandro. *Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia Maria & ALBERTI, Verena (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Casa Oswaldo Cruz / CPDOC, 2000, p. 69.

[5] Ver: KATZENSTEIN, Úrsula E.. *A origem do livro – da Idade da Pedra ao advento da imprensa tipográfica no Ocidente*. São Paulo: Hucitec, 1986.

[6] Ver: FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBASA, 1983; e BONAZZI, Marisa & ECO, Umberto. *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus, 1980.

[7] Ver: CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: UNB, 1994.

[8] Ver: MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 1997.

[9] Ver: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado em História, FFLCH – USP – 1993.

Interfaces entre o Ensino de História a e História da Educação

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro – Universidade Federal da Paraíba[i]

Introdução

Este artigo tem sua origem no projeto de pesquisa e extensão, que se encontra em andamento, intitulado "Resgate do processo histórico e cultural dos municípios paraibanos" financiado pela Sesu/MEC/PRAC[ii]/UFPB. O projeto se desenvolve com a participação de professores do Departamento de Metodologia da Educação (CE) e do Departamento de História (CCHLA). Os bolsistas são originários dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em História[iii].

Um dos objetivos do projeto visa à produção de livros didáticos relativos à história local dos municípios de Guarabira e Pirpirituba, localizados no Agreste do Estado da Paraíba. Para tanto, estão sendo coletados e catalogados documentos escritos, iconográficos além de fontes orais[iv]. Um dos conteúdos que deverão compor os referidos livros didáticos refere-se à história educacional dos municípios pesquisados. Pretendo analisar a partir dos referenciais da História da Educação, especificamente os aspectos relativos à cultura e a organização escolar e às várias formas de como foi sendo produzido o ensino de história nessas localidades. A pesquisa aponta ainda, aspectos relacionados às compreensões e práticas pedagógicas dos vários sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, neste artigo, devido à exigüidade de páginas, me deterei em analisar, num primeiro momento, a problemática do ensino de história no contexto dos referenciais apontados pela História da Educação e no domínio da História Cultural, uma vez que o referido tema tem sido abordado, prioritariamente, na perspectiva metodológica (como e qual a melhor forma de ensinar os conteúdos de história em sala de aula) e no âmbito das políticas públicas educacionais implementadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas. Num segundo momento, farei uma breve reflexão sobre a elaboração de livros didáticos focados na história local dos municípios de Guarabira e Pirpirituba.

Ensino de História para além das políticas públicas e das discussões sobre os métodos de ensino: a contribuição da História da Educação e da História Cultural

Os estudos desenvolvidos no Brasil que envolvem a problemática do ensino de história são marcados por dois grandes enfoques, quais sejam: os que priorizam os aspectos metodológicos do ensino e os que o analisam na perspectiva das políticas públicas[v]. O primeiro enfoque tem centrado a discussão na crítica aos professores do ensino de história do nível básico (fundamental e médio) que permanecem trabalhando os conteúdos de história numa abordagem comumente rotulada de "perspectiva positivista" da história. Embora com menor densidade as críticas também sejam direcionadas para a "perspectiva marxista", que analisa a história pelo viés reducionista do economicismo.

A partir de contundentes críticas em torno das questões acima referenciadas[vi], os historiadores que pesquisam sobre o ensino da história apresentam alternativas metodológicas relativas ao processo de ensino-aprendizagem, isto é, de como o professor pode superar as clássicas perspectivas da história adotando "novas" abordagens, temas e objetos. Esses mesmo críticos sugerem, concomitantemente, um amplo espectro de possibilidades de métodos de ensino a partir da utilização da música, do cinema (vídeo), da televisão, da internet e das artes plásticas e cênicas de uma maneira geral[vii].

A outra abordagem centra-se na discussão a respeito das políticas públicas educacionais ou das reformas na estrutura educacional, implementadas pelo Estado brasileiro, que de forma indireta, e muitas vezes direta, atingem o ensino de história. Aqui destacamos a problemática curricular voltada para a formação de professores, a qualidade e as formas de utilização dos livros didáticos de história nas escolas. Este último tema, não raras vezes, é discutido como interface entre política estatal do livro didático e o trabalho cotidiano do professor em sala de aula, aproximando-se, dessa forma, com as questões de ordem teórico-metodólógicas e do fazer didático no interior das escolas. Vale ressaltar, todavia, que a abordagem do ensino de história no âmbito das políticas públicas tomou grande dimensão e visibilidade nos anos de 1970/80 quando da criação do curso de

Licenciatura Curta em Estudos Sociais e nos anos de 1990 com a organização e publicação dos PCNs[viii].

Se fosse aqui realizar uma reflexão historiográfica da produção em torno das questões acima apontadas abriria um leque de discussão que exigiria muitíssimo tempo. Devo, também, considerar que de certa forma já foram realizadas por muitos estudiosos.

Nesse sentido, aqui tentarei realçar uma outra perspectiva da qual se pode e se faz necessário trabalhar acerca do ensino de história. Entendo, tratar-se de uma abordagem ainda muito pouco desenvolvida pelos historiadores, qual seja: o ensino de história como objeto da História da Educação, que por sua vez, compreendo, poderá ser abordado nos *domínios* da história política, da história econômica da história social e da história cultural. Assim, o ensino de história trabalhado na perspectiva das políticas públicas poderá estar, desde que os utilize os referenciais teórico-metodológicos da história, no domínio da história política e os estudos que dão ênfase aos aspectos metodológicos, poderão se encontrar no domínio da história cultural. É o caso, por exemplos, dos estudos relativos às práticas pedagógicas.[ix]

Entretanto, a questão do ensino de história como interface da história da educação sugere uma série de dúvidas que precisam ser melhor discutidas, tais como: De que trata realmente essa abordagem? Qual o lugar do ensino de história no campo da História da Educação? Que procedimentos metodológicos são necessários para que o historiador educacional possa dar conta das especificidades dos estudos sobre o ensino de história? Quais as dimensões pedagógicas têm sido compreendidas nas diferentes concepções de História e do seu ensino ao longo do tempo?[x] Quais as relações existentes entre as teorias educacionais e o ensino de história? É o ensino de história influenciado somente pelas correntes teórico-metodológicas próprias do campo história ou de seus domínios?

Quanto a essa última questão é necessário, por exemplo, entender se as idéias escolanovistas[xi] ou a perspectiva tecnicista da educação influenciaram o desenvolvimento de novas metodologias no âmbito do ensino de história?

A busca de respostas para essas questões me parecem fundamentais para a construção do conhecimento em torno do ensino histórico numa perspectiva histórica, isto porque:

> "O estudo da história do ensino de História pode esclarecer muito mais do que se imagina sobre as questões que envolvem o trabalho de historiadores e de professores (...). Pensar o ensino de História na sua historicidade significa buscar, se não soluções definitivas, ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar História nas escolas."[xii]

Nesse sentido, a minha proposição procura tomar, ou melhor dar maior ênfase à produção intelectual/acadêmica sobre o ensino de história como objeto da história das disciplinas escolares e, portanto, no âmbito da História da Educação. Entretanto, não posso deixar de registrar que mais recentemente alguns historiadores têm pensado a questão do ensino de história como objeto próprio do domínio da História Cultural. Nesse caso destaco o trabalho de Monteiro (2005, p.434) que procura

> "discutir contribuições que o instrumento teórico da história cultural pode oferecer para o enfrentamento dos desafios que se apresentam nos processos inerentes ao ensino de História (e a sua pesquisa) que envolve não apenas o domínio de saberes referentes ao passado mas, também, compreensão da historicidade da vida social."[xiii]

Considero, ainda, significativo realçar que as discussões sobre o ensino de história tanto no âmbito da História da Educação quanto no domínio da História Cultural buscam superar a negligência de estudos dos historiadores acerca da cultura escolar operada no interior e no cotidiano das instituições educacionais e escolares.

Entretanto, entendo que o ensino de história torna-se mais rico pelas possibilidades de intercruzamento das teorias do campo da história com as teorias pedagógicas ou àquelas produzidas no âmbito da educação. O que me parece é que os estudos sobre o ensino de história, refletidos apenas no domínio da História Cultural, não contemplariam a complexa relação entre história e educação. Aqui, de certa forma, tento dar uma preliminar resposta á questão posta anteriormente, qual seja: a prática do ensinar história no cotidiano escolar sofre influências e recortes teórico-metodológicos apenas do campo da história?

Quero, todavia aqui expressar que não se trata de estabelecermos uma “guerra” entre a educação e a história, mas apenas de contribuir com a riquíssima discussão em torno do ensino de história que passa a ser analisado tomando como ponto de partida as suas diversas temporalidades, levando-se em consideração a sua historicidade, isto é como o ensino de história foi se constituindo e concretizando-se num determinado tempo e espaço social.

São com essas divagações iniciais, de ordem mais teórica, que penso contribuir para a reflexão sobre a elaboração de livros didáticos de história local referentes aos municípios de Guarabira e Pirpirituba.

História local e sua história educacional: o livro didático de Guarabira e Pirpirituba.

A elaboração de livros didáticos é sempre algo que remete a muitos questionamentos. No Brasil os estudos que analisam os livros didáticos de história são volumosos e datam desde o início dos anos de 1950. Entretanto, foi a partir dos anos de 1970 que ocorreu uma “explosão” de estudos voltados para a análise de livros didáticos.[xiv] As críticas, normalmente, centram-se em duas questões: na seleção de conteúdos que integram o texto e na perspectiva teórico-metodológica adotada pelo(s) autor(es). Esses dois aspectos terminam por anunciar, mesmo que às vezes de forma sub-reptícia, a concepção ideológica e de história do(s) elaboradores da obra. De uma maneira geral às críticas relativas à seleção e organização dos conteúdos remetem a forma sucinta, superficial, levando às vezes a erros e equívocos na leitura e interpretação dos acontecimentos e eventos da história. Um outro aspecto, muito realçado pelos críticos dos livros didáticos são os relativos à periodização, linearidade dos acontecimentos históricos, relação mecânica entre causa e efeito e um maior destaque à história dos vencedores. Nas décadas subseqüentes os estudos se multiplicaram analisando temas/conteúdos específicos como, por exemplo, a análise sobre o descobrimento do Brasil, a Inconfidência Mineira, Independência do Brasil, instauração do regime republicano além dos estudos que analisam os livros didáticos

produzidos durante o regime militar destacando-se o que era possível ser narrado e o que era ocultado. Que conteúdos eram considerados "subversivos" e punham em risco a "segurança nacional". Há, também, estudos que se dedicaram aos aspectos iconográficos e gráficos que ilustram os livros didáticos. Essas obras são analisadas na perspectiva de identificar os conteúdos nacionalistas e de busca de consolidação de uma única identidade nacional.[xv] Mais recentemente os estudos sobre os livros didáticos de história têm se detido nas questões étnicas e de gênero. O primeiro sendo alimentado, politicamente, pelos adeptos do movimento negro e o segundo pelos adeptos do feminismo.

Entremeando, todavia essa intensa produção em torno da análise de livros didáticos de história, uma outra questão era posta, principalmente, pelos professores e intelectuais situados fora da Região Sudeste. Trata-se das críticas ao domínio das grandes produtoras do mercado editorial que tentam homogeneizar a distribuição de livros didáticos por todo o país, desconsiderando as especificidades e identidades regionais e locais. Segundo esses críticos os eventos e acontecimentos locais deveriam ser discutidos por professores e alunos no cotidiano escolar. Emerge, portanto, pequenos movimentos locais de historiadores que buscaram produzir livros didáticos tomando como primordial referência os municípios e em menor grau as cidades[xvi].

É necessário, contudo, lembrar que existe uma significativa produção de livros sobre a história local, seja sobre as macro/meso ou micro-regiões, seja sobre os municípios ou sobre as cidades. Essa produção historiográfica, normalmente é realizada por intelectuais locais – jornalistas, médicos, advogados, geógrafos, historiadores, ou simplesmente autodidatas. Nos locais aonde existem os institutos históricos e geográficos é comum que seus membros escrevam crônicas e livros sobre seus respectivos "torrões" natais. As obras, ora assumem um caráter memorialista ou meramente descritivo, abundando relações de "personagens ilustres" de nomes de famílias e dos equipamentos sociais existentes no território em estudo. Há, também, aqueles trabalhos que analisam a formação territorial, política e social desde os primórdios, seja a partir dos agrupamentos indígenas (pré-história), seja a partir do processo de colonização.[xvii]

Retornando a produção de livros didáticos sobre história local, em meados dos anos de 1980, um grupo de historiadores e estudantes do Curso de História, vinculados ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional /NDIHR, implementaram um projeto que tinha como um de seus principais objetivos a produção de livros didáticos sobre a história local dos municípios paraibanos. Nesse sentido foram produzidos e publicados os dos municípios de Patos (1985), do Ingá (1993), Cabedelo (1996), Conde (1996) e Areia (1998)[xviii]. Alguns desses livros receberam apoio financeiro de suas respectivas prefeituras. Em todos os quatro volumes há um capítulo específico sobre as questões educacionais, normalmente, abordada na perspectiva do que hoje comumente chamamos de história do tempo presente. Isso porque a principal fonte utilizada para a constituição textual foram os depoimentos de professores. Com exceção do livro de Patos, que relata brevemente a história do Colégio Diocesano/Colégio Estadual e os de Cabedelo e Areia, que fazem um brevíssimo estudo relativo à história educacional, todos os quatro volumes descrevem as precárias condições das escolas tanto nos seus aspectos físicos quanto os relativos aos materiais didáticos e à formação dos professores.

Assim, esse projeto hoje retomado com o objetivo de produzir livros didáticos relativos à história local de Guarabira e Pirpirituba se coloca como um grande desafio, uma vez que pretende-se dar uma maior ênfase à história da educação desses municípios realizando uma interface com o desenvolvimento do ensino de história. A pesquisa nesse momento encontra-se no estágio de leituras e fichamentos de livros sobre a história da Paraíba na tentativa de retirar informações sobre os referidos municípios. Alguns dados também já foram coletados no Arquivo Histórico do Espaço Cultural.

---

[i] - E-mail acfp@terra.com.br. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História.

[ii]- Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

[iii]- São participantes do projeto de pesquisa: Do Departamento de Metodologia da Educação: Severino Bezerra da Silva (coordenador), Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa, Suelídia Maria Calaça; Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Do Departamento de História: Regina Célia Gonçalves.

[iv]- Serão entrevistados professores(as), intelectuais locais, políticos e pessoas mais idosas do povo.

[v]- Tenho desenvolvido uma constante discussão sobre essa questão com a Profa. do Departamento de História da UFPB, Cláudia Engler Cury.

[vi]- Jaime Pinsk e Carla Pinsk no texto: O que e como ensinar: por uma história prazerosa e conseqüente, analisam esse momento histórico com uma tendência a supervalorização do desconstrutivismo. Segundo os autores para o ensino básico o desconstrutivismo “deve ser utilizado com cautela, mesmo que o professor tenha

um grande domínio das versões e dos discursos em jogo e esteja familiarizado com as operações desconsrtrutivistas. Só a desconstrução não basta (além do vazio provocado, deixa um gostinho de insatisfação e niilismo no ar – no limite, supervaloriza o relativismo e tira o poder das mãos dos sujeitos históricos; é preciso que os alunos tenham acesso a algum conteúdo histórico e que entendam sua contextualização." Ver em: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula**: conceitos, práticas e proposta. São Paulo: Contexto, 2003.

[vii]- Consultar trabalhos de FRANCO, Alexia Pádua (coord.). **Álbum musical para o ensino de história e geografia no 1º grau**. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1995; BEHAR, Regina Maria Rodrigues. **O uso do vídeo no ensino de história.** João Pessoa, PB: Universitária da UFPB. 2000; NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999 (como usar na sala de aula); MARCONDES, Beatriz, MENEZES, Gilda e TOSHIMITSU, Thaís. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

[viii]- Nesse período ocorreu um grande envolvimento de historiadores e geógrafos e das suas respectivas associações: ANPUH e AGB. Entre outros trabalhos escritos sobre a temática destaco o de NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. In: **Em Aberto,** Brasília, ano 7, nº37, jan/mar. 1988.

[ix]- Entre os historiadores da educação tem se desenvolvido mais recentemente estudos relativos á *cultura escolar* que Dominique Juliá no seu trabalho A Cultura escolar como objeto histórico, assim define: "conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)." **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: Sociedade Brasileira de História da Educação e Autores Associados, nº 1, jan/jun 2001.

Um dos primeiros trabalhos que abordou a questão do ensino de história numa perpesctiva histórica é o livro de BALDIN, Nelma. **A história dentro e fora da escola.** Florianópolis, SC: UFSC, 1989. Ver principalmente o capítulo 2.

[x] - Ver trabalho de MONTEIRO, Ana Maria F. C. Ensino de história e história cultural: diálogos possíveis. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2005. p. 434.

[xi]- Jonh Dewey, em seu livro, **Educação e Democracia,** escrito em 1916, destinou um capítulo sobre o ensino de história e geografia, apontando novos procedimentos de ensino.

[xii]- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e ensino de História.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, p.7.

[xiii] - Monteiro, *op.cit***.**

[xiv]- É importante lembrar o livro de Maria de Lourdes Chagas Deiró intitulado **As belas mentiras:** a ideologia subjacente aos textos didáticos. Originalmente, dissertação de mestrado defendida, em 1978, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Apesar do trabalho não analisar livros didáticos para o ensino de história, serviu como grande "modelo" para os trabalhos que se sucederam, tanto para o ensino de língua portuguesa, ensino de história, de geografia e biologia.

[xv]- Cf. PINSKY, Jaime (org.) **O ensino de história e a criação do fato.** São Paulo, SP: Contexto, 1988. BITTENCOURT, Circe (org.) O saber histórico em sala de aula. São Paulo, SP: Contexto, 1997. SIMAN, Lana Mara de Castro e FONSECA, Thais Nívia de Lima Fonseca. **Inaugurando a História e construindo a nação:** discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

[xvi]- Temos informação que semelhante tipo de produção de livro didático é realizado nos Estados do Paraná e São Paulo.

[xvii]- Estudos e pesquisas ainda precisam ser desenvolvidos pelos historiadores acerca dessa produção historiográfica. Essas obras são extremamente importantes porque fornecem uma significativa indicação de fontes e referências bibliográficas.

[xviii]- São autoras dos livros **Uma História de Cabedelo** e **Uma História do Conde**: Maria Helena Pereira Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Souza Sorrentino, Suelídia Maria Calaça e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa. Do livro **Uma História do Ingá:** Maria Helena Pereira Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Souza Sorrentino e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa. Do livro **Uma História de Areia:** Alexandre Felipe Fiúza, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Souza Sorrentino, Severino Bezerra da Silva e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa. No livro **História de Patos,** não há autoria apenas os nomes da equipe: Geralda Medeiros Nóbrega (supervisão em Patos), Joana Neves, Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues e Felicidade Lúcio Ribeiro (Coordenação Didático-pedagógica), Manoel de Souza Oliveira (pesquisa e elaboração de textos), Regina Célia Gonçalves (pesquisa documental).

CIDADE E VIDA BOÊMIA: UM PASSEIO PELOS "MAUS COSTUMES" DE CAMPINA GRANDE

Antonio Clarindo Barbosa de Souza[1]

Uma noite qualquer dos anos 50. Um par de dançarinos se prepara para começar a bailar. Quando soam os primeiros acordes do tango *Mano a mano*, "ele beija a mão dela e, num gesto viril, enlaça o seu corpo esbelto, iniciando os primeiros passos. Passos precisos, mas leves, mal tocando o bem cuidado assoalho. A platéia em verdadeiro êxtase. O bailarino tem as faces pálidas. Ela, os lábios de beijo, os olhos de desejo".

O tango, "uma página tecida de paixão e de ternura", descreve histórias escritas com lágrimas e sangue. Ele e ela "são um só compasso, um só gesto, uma só harmonia", deslizam pelo salão, como se nada mais houvesse no mundo. "O público, com receio de prejudicar aquele momento de tanta emoção, susta os aplausos no ar". O clima se torna tenso e a densa névoa formada pela fumaça dos cigarros pode ser cortada com um punhal. Os dançarinos se preparam para realizar o quase impossível "passo do beija-flor". Ninguém presente acredita que eles consigam, mas, de repente...

> *Num gesto rápido, mas elegante, ele dobra o corpo magro e joga Esmeralda para cima. Esmeralda, a filha de Espanha, flutua leve, solta, ágil, enquanto seus lábios beijam a rosa vermelha retirada previamente da lapela, para em seguida, pousar o corpo moreno na perna do Príncipe do Tango.*

Toda a tensão se dissipa e o "cabaré agora, é um mundo que enlouqueceu. Palmas, assovios, mesas viradas, o público atropelando-se na ânsia de cumprimentar os dançarinos. Moacir e Esmeralda rindo, de mãos dadas, bem no meio do dancing, tentam agradecer e não conseguem. Ele é carregado nos braços da multidão. O cabaré a gritar como uma só boca: Príncipe! Príncipe! Nos olhos negros de Esmeralda, lágrimas mal contidas, que ela procura amparar no chale, a esconder-lhe os seios agressivos..." [2]

A cena anteriormente descrita, ocorreu no Cabaré de "Chico Tamancão", situado na rua Manoel Pereira de Araújo, na zona de prostituição campinense conhecida como Manchúria. As imagens construídas pelo cronista, apesar de muito belas, nos informam apenas sobre uma das possibilidades que alguns campinenses possuíam de se divertir.

---

[1] O autor é professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande e autor da tese de doutorado intitulada: Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965); UFPE, Recife, 2002 – Doutorado em História.

[2] Esta descrição foi inspirada na crônica "Moacir Tié, o príncipe do tango" de Francisco Maria Filho – publicada em seu livro *Crônicas*, João Pessoa; s/e; 1978;p.107-118. O texto, embora não esteja datado, é seguramente posterior a 1945, pois o autor fala do fim da 2ª Guerra e também posterior a 1951, pois o tango *Mano a Mano* foi lançado naquele ano.

Além dos lazeres praticados nos clubes, cinemas e auditórios de rádio da cidade entre os anos de 1930 e 1960 e, normalmente vistos por todos como atividades aceitáveis, existia em Campina Grande daquela época um conjunto de outras diversões, notadamente populares, que enchiam as noites e dias de folga dos campinenses e congregavam uma quantidade enorme de pessoas que se distanciavam muito dos padrões tidos como "desejáveis" para caracterizar os "bons cidadãos e bons trabalhadores".

Desde o final dos anos 20, a cidade experimentara um grande desenvolvimento econômico, o que atraíra para ela pessoas das mais diferentes regiões do Estado e mesmo do país. Vários depoimentos de pessoas que chegaram à Campina Grande, entre os anos 20 e 30, dão conta de que apesar da cidade ainda ser pequena, já ia se constituindo num bom lugar para se viver.

As memórias construídas sobre a cidade daquela época não variam muito, sejam elas de uma dama da noite: "naquela época (1920) a cidade era pequenininha, com uma fraca iluminação que mais pareciam tochinhas de luz, aqui e acolá, mas uma cidade boa de se morar". Ou de uma senhora da sociedade, esposa de um fazendeiro, comerciante e banqueiro que, alguns anos depois, se tornaria prefeito da cidade: "Campina, naquele tempo (1923), era uma cidade muito atrasada, pequena, tudo era precário e muito deficitário. Água, nem se falava. A salvação mesmo era o Açude Velho e também o Lozeiro. Enfim, um povoado, mas já despontando para o desenvolvimento."[3]

Entre os anos de 1937 e 1945, a cidade assistiu um avanço no processo de modernização do centro urbano com a demolição de vários prédios promovida pelo "Prefeito Raff" Vergniaud Wanderley, que pretendia dar um ar mais moderno a mesma, substituindo os velhos casarões de estilo neo-colonial por modernos edifícios em art-décô, com dois ou mais pavimentos.

Como marco simbólico desta transformação, a primeira casa a ir ao chão foi a de Demósthenes Barbosa, comerciante de couros, peles e algodão, que ficava na esquina da rua Getúlio Vargas, onde hoje está o prédio dos Correios e Telégrafos. O antigo prédio dos Correios também era alvo das reivindicações dos articulistas dos jornais que solicitavam constantemente à Prefeitura a derrubada do mesmo, pois, segundo eles, havia muito tempo que aquele edifício "afeiava" (sic) a atual Praça da Bandeira. Alguns intelectuais e membros das elites queriam a todo custo se livrar das marcas de um passado que eles julgavam tradicional e se inserir no mundo da modernidade arquitetônica.

Muitas outras casas das ruas Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira pertencentes a várias famílias ricas foram retiradas do centro para dar lugar ao novo modelo de cidade.[4] Contudo, as modificações arquitetônicas parecem não ter sido seguidas de perto por mudanças nos costumes das pessoas e os lugares recém construídos

[3] Entrevistas com D. Severina Carmen de Souza – NINA (prostituta que freqüentou o Eldorado) e D.Ana de Assis Cabral (D.Anita Cabral, esposa do pref. Severino Cabral) in: Ronaldo Dinoá – Memórias de Campina Grande; s/e; 1993; vol.2 – p.566 e 177, respectivamente.

[4] Sobre as transformações urbanas sofridas por Campina Grande entre os anos de 1937 e 1945 ver Fabio Gutemberg R.B de Sousa – *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande (1920-1945)*; Doutorado em História; Campinas-SP; Unicamp, 2001.

continuaram a ser freqüentados pelas mesmas pessoas com seus mesmos modos de ser e agir.

Apesar da operação cirúrgica que sofreu o centro da cidade nos anos 30 e 40, a mesma chegou aos anos 50 e 60 causando a alguns visitantes a impressão de que não havia progredido tanto quanto queriam seus intelectuais e políticos.

Quando, em 1964, a cidade completou cem anos, os visitantes ainda se deparavam com grandes contrastes. A área central era pequena, os prédios apresentavam aspecto de abandono, as ruas um trânsito caótico e agressivo. As belas casas existentes (principalmente no Centro Novo e no bairro da Prata) davam a sensação de estar numa cidade em progresso; mas os edifícios, que começavam a buscar as nuvens, contrastavam com o aspecto dos transeuntes. Chegava-se à conclusão de que algumas pessoas realmente estavam progredindo, algumas indústrias se desenvolvendo, mas dissociadas completamente da cidade como um todo.[5]

Apesar deste descompasso, o desenvolvimento econômico ou comercial baseado nas transações com o algodão propiciou, entre as décadas de 40 e 60, o surgimento de uma espécie de roteiro etílico-gastronômico e luxuriante para os que pudessem freqüentá-lo. Como a cidade recebia visitas comerciais e turísticas de vários pontos do país havia a necessidade de uma gama de locais de alimentação e diversão bastante variada, pois alimentar o corpo e excitar os outros sentidos eram duas das principais atividades dos campinenses e de seus visitantes.

A maioria dos homens que vinha a Campina Grande negociar com o algodão durante o dia, ansiava também pela possibilidade de, à noite, se encaminharem para certas áreas da cidade onde existissem bebidas, músicas, danças, jogos e mulheres.

No caso de Campina Grande a área, geralmente conhecida como "zona de meretrício", mudou algumas vezes de local se deslocando pelo centro da cidade com o passar dos anos. Em um primeiro momento funcionou mais fixamente na rua "singelamente" intitulada de Rói Couro (antiga 4 de Outubro e atual Jovino do Ó). Com as reformas do centro da cidade a "zona" foi saindo da área residencial e se transferindo aos poucos para as proximidades da Feira Central ou bairro da Manchúria. Entre as ruas mais movimentadas estava a Manoel Pereira de Araújo, que congregava os melhores "cabarés da cidade", ficando imediatamente conhecida como "Rua Boa". Algumas memórias construídas em torno daquela rua a descrevem como sendo "um esplendoroso mercado de luxúrias, que sobrevivia graças a um tipo de comércio confiscado pelas leis divinas, mas legalizado pela liberdade inconsciente dos humanos." [6]

---

[5] *CAMPINA GRANDE – Um Centro Comercial do Nordeste*; op.cit. p.23 A citação acima dá exatamente a dimensão de nossa tese central. A cidade progredia em alguns aspectos, mas a mentalidade e os costumes do povo não acompanhavam, embora alguns letrados locais quisessem fazer crer que o desenvolvimento e progresso atingiam a todos de maneira uniforme. Este relatório, apesar de ter uma postura salvacionista de tentar resolver os problemas sociais com medidas tidas como científicas, é importante porque denuncia, através de seu discurso, as más condições de certos setores, lugares e pessoas na cidade.

[6] Ronaldo Dinoá – op.cit. p. 551-552 – Vol.1

A prostituição na área da feira foi uma atividade foi muito intensa e lucrativa entre o final dos anos 30 até meados dos anos 40. Contudo, após a 2ª Guerra Mundial com a saída de alguns contingentes militares que estavam sediados na cidade, aquela área entrou em decadência e a as "pensões de mulheres" se transferiram, em parte, para a região conhecida como "Boninas", onde pontificaram nos anos 50 e 60, prolongando suas atividades até os anos 70, mas sem o mesmo "encanto" ou "glamour" que lhe era atribuído nos anos anteriores.

A Manoel Pereira de Araújo e suas adjacências foi sem dúvida um dos locais mais freqüentado por prostitutas[7], populares, desocupados de todos os tipos e boêmios de classe média e alta. No auge da produção algodoeira ali existiam as melhores pensões de "mulher-dama" de Campina Grande, como a *Pensão Moderna*, de Zefa Tributino, que havia transferido sua pensão da rua do "Rói Couro", para a "rua das Panelas", próximo à Vila Nova da Rainha, "devido ao desenvolvimento do negócio e da grande afluência de clientes e funcionárias." [8]

Além da *Pensão Moderna*, na mesma rua, foi construído o *Cassino Eldorado*, que era uma casa de espetáculos, jogos e danças, mas também de lenocínio, que marcou época naquela rua. O *Eldorado* ficava situado no centro da rua dos Currais, a quinhentos metros mais abaixo da *Pensão Moderna*, e a sua inauguração acabou por ofuscar bastante a vida noturna das outras pensões ali instaladas.

Se o intercâmbio de mulheres já era notável quando existiam somente as pequenas pensões, com o novo cassino esta atividade tornou-se cada vez mais intensa. Mulheres vinham do Recife só para trabalhar alguns dias no Eldorado, levando consigo algum dinheiro e o orgulho de ter pertencido ao quadro de "funcionárias" do mais importante Cassino do Norte e Nordeste.

O *Cassino Eldorado* despertava os sonhos da juventude que ficava sabendo, por ouvir falar, da exibição de artistas, cantores, dançarinos, músicos e, principalmente, das lindas e divinizadas mulheres que desfilavam por seus salões com deslumbrantes vestidos inspirados na última moda parisiense.

Os jovens imberbes dos anos 30 e 40, que não tinham permissão nem dinheiro para freqüentar aquele tipo de estabelecimento, podiam pelo menos sonhar com suas mulheres, como o faziam também com as musas que o cinema criava e divulgava na mesma época. Um daqueles jovens, alguns anos depois, escreveu um poema em que se perguntava:

Onde estão as mulheres graciosas

e de rara beleza como fadas

---

[7]No decorrer de nosso trabalho encontramos na documentação pelo menos 38 sinônimos para a palavra prostituta. Procuraremos usar, sempre que possível, um deles para substituir o termo, numa forma de demonstrar como era importante para os jornalistas e agentes da polícia e da justiça nomear aquelas mulheres.

[8] Entrevista com D. Josepha Barbosa de Lima – Zefa Tributino. In: Ronaldo Dinoá – op.cit.p. 551-556; vol.1.

que ao som do jazz dançavam perfumadas,

como lindas estrelas luminosas?...

Oh céus! As borboletas, onde estão

que alegraram o jardim de nossa vida?

As ilusões passaram e esquecida

a imagem ficou no coração.[9]

Apesar dos jovens sem recursos e dos trabalhadores braçais sonharem ou idealizarem o *Eldorado*, aquele ambiente era quase exclusivamente dos adultos ou mais precisamente dos homens que tinham dinheiro para gastar. Havia temporadas que não restavam mesas, estando todas reservadas, principalmente por políticos e grandes empresários exportadores de algodão.

A era do Jazz que revolucionou os Estados Unidos nas décadas de 20 e 30, teve os seus reflexos na vida noturna campinense. O Cassino era tão intensamente freqüentado que era comum aos sábados chegarem carros com placas de João Pessoa, Recife, Natal e outras cidades, lotados de boêmios que vinham assistir shows no famoso cassino.

A nova casa de espetáculos foi o ponto de convergência de todos os que, em maior ou menor proporção, mantinham relações mercantis e amorosas com Campina Grande.[10] Além dos homens vindos de vários lugares, as moças que praticavam a mais antiga profissão do mundo também vinham de várias cidades do interior da Paraíba e mesmo de outros estados e países, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

O comércio que se praticava naquela rua não era apenas de um produto material ou uma mercadoria qualquer como o algodão, mas sim de sexo, amores, carinhos, sonhos, desejos e expectativas que, às vezes, se transformavam em decepções e desencontros amorosos.

O *Eldorado* e seus congêneres da "Rua Boa", com suas mulheres e habitués, poderia até parecer à primeira vista apenas um antro de prostituição e jogatina como pretendiam alguns moralistas. Contudo, além dos jogos como bacarat, campista, ronda ou lasquinê, espladim, pôquer e o suave e envolvente girar da roleta de trinta e seis, havia também música e dança, que propiciavam emprego a inúmeros músicos de Campina Grande e até de outros estados. Várias orquestras se apresentaram. Estes conjuntos, além de tocarem sambas e marchinhas, se especializaram em jazz, fox-trote, tangos, rumbas e

[9] Antonio Pereira de Moraes – *Vi, Ouvi e Senti – Crônica da Vida Campinense e outras narrativas*; Campina Grande; 1985;p.55.
[10] Ronaldo Dinoá – op.cit.p.565.

boleros, ouvidos através das poucas rádio-difusoras instaladas na cidade e repetidas, à exaustão, pelos músicos para o deleite dos dançarinos.[11]

Ao som daquelas orquestras e "jazz band" os melhores dançarinos de tango se exibiam. Ali podiam ser encontrados Moacir Tié, "Príncipe Mário" e Zito Napy. Às vezes dançando, outras vezes já saindo, deixando o *Eldorado* após uma noite de dança e sexo, exalando uma mistura de suor e perfume francês de mulheres como Neide, Toinha Moreno, Nenen, Lourdinha Futebol, Chiquinha Dantas, Chiquinha Moreno, Maria José, Licor, Mercedes, Zezé, Lourdinha Moreno, Maria Luiza, Didi, Maroquinha, Nana, Chiquinha 18, Balalaika, Nina, Safira, Isaurinha, Ana, Zezé Garcia, Maria Garrafada e Zezé Loura, uma das mais requisitadas do local. Estas e muitas outras mulheres ficaram registradas na memória da pele dos corpos masculinos que freqüentaram os cabarés da Manchúria e adjacências, entre os anos 30 e 50.

No ápice de seu sucesso, entre 1937 e 1941, o *Eldorado* como o maior e melhor cabaré da área, era dotado de um potente gerador, pois a luz elétrica era pública e movida por um pequeno gerador que encerrava suas atividades muito cedo para os padrões da boêmia local; possuía em seu interior quartos de cinco por seis metros quadrados, com cama, guarda-roupa e toalete, um show-room com espaço para 36 dançarinos e exibição de artistas, além, é claro, de um palco para a apresentação das orquestras brasileiras, latinas e até russas. Os garçons, alguns contratados no Recife, serviam às 40 mesas com quatro assentos cada uma e que ficavam dispostas nas laterais do dancing.

Naqueles anos de esplendor, a influência francesa ditava os padrões culturais do falar, do vestir, do divertir-se e da forma correta de freqüentar um lugar. Assim, a "madame" era a dona ou "fada-madrinha" do cabaré; ser "chic" era andar na moda parisiense, portando um "soirré" longo e vistoso, se possível em "voil" (tecido leve e transparente), que muitas senhoras da alta sociedade campinense, às vezes, nem sonhavam ter. Tomar "champagne" em taças longas e usar luvas que subiam até o meio do braço era a maior "finesse".

Durante a semana, o traje exigido para os homens era paletó e gravata e nos finais de semana era a rigor. Todo mundo elegante para tornar o ambiente "sadio e bom". O comércio de algodão, que estava no auge, ajudava o *Eldorado* a ser uma das melhores casas noturnas do Brasil. Nele só entrava quem estivesse "nos conformes" e passasse pelo crivo do porteiro, conhecido como "Chapéu".[12]

Nas memórias daqueles que freqüentaram o cassino na época, há uma certa glamourização das mulheres que trabalhavam lá. Segundo estas memórias, as "funcionárias", além de muito arrumadas, eram muito disciplinadas. Não diziam "nome feio" e nem discutiam umas com as outras. Pelo menos não em público. Quando terminavam as noitadas, por volta das duas da manhã, iam dormir, só acordando às 11 horas do dia seguinte. Só em situações muito especiais é que os bailes iam até de manhã;

[11] Entrevista com D. Josepha Barbosa de Lima – Zefa Tributino. In: Ronaldo Dinoá – op.cit.p. 555; vol.1.
[12] Entrevistas com D. Severina Carmen de Souza – Nina e D. Josepha Barbosa de Lima (Zefa Tributino). In: Ronaldo Dinoá – op.cit.p. 567 e 555, respectivamente.

como nas festas dedicadas "ao início da safra de algodão quando o salão era decorado com flocos e fios de algodão." [13]

No domingo havia matinê que começava às três horas da tarde. Os freqüentadores eram principalmente os rapazes mais jovens que não podiam competir com os "medalhões", grandes proprietários de prensas e exportadores de algodão. Os "bigodetes", como eram conhecidos, se conformavam com as tardes de domingo, às quais tentavam prolongar ao máximo, só saindo do Cassino por volta das vinte horas.

Muitos destes, por não ter dinheiro, tentavam cair nas graças de alguma das mulheres que ali trabalhavam ou mesmo passar-lhes um "xexo", ou seja, sair sem pagar pelo ato sexual. Na maioria das vezes, a segurança do Cassino as protegia ou elas apelavam para os seus amantes mais fortes ou que desfrutassem de algum tipo de poder na cidade. Segundo depoimentos de duas mulheres que trabalharam no Cassino Eldorado e na Pensão Moderna: "Naquele tempo não tinha essa história de calote não. Todo mundo pagava bem." "O ato sexual custava dois mil réis. Dava pra fazer uma feira e ainda sobrava." [14]

Aquele mundo da Manoel Pereira de Araújo falava outro idioma. As palavras e gestos ganhavam outros sentidos. As mulheres costumavam dizer que estavam "gostando" de algum "gigolô" ou "bigodete". "Gostar", naquela época, era amar ou entregar-se sexualmente e de forma contínua ao mesmo homem, que era sintomaticamente chamado de "meu home" ou ainda "meu macho", quando alguma delas sentia a necessidade de demarcar seu território diante de alguma outra aventureira mais abusada.

Apesar de toda a "glamourização" que os memorialistas empregam em suas crônicas e memórias para descrever os "tempos áureos" da prostituição em Campina Grande, aquela região de cabarés, cassinos e bares conheceu também inúmeras cenas de ciúme, sangue e morte, pois nem sempre a vida das mulheres que ali viviam era tão glamourosa como a das atrizes de cinema hollywoodiano que lhes serviam de modelo. Às vezes, as paixões e as carências afetivas e materiais levavam os indivíduos a cometer verdadeiros "desatinos", marcando suas vidas para sempre.[15]

Na noite de 22 de fevereiro de 1946, por exemplo, o capitão José Praxedes dos Santos, natural de Sergipe e servindo no 31º Batalhão de Engenharia e Serviços do Exército, que era amigo da "mulher da vida livre" Hilda Magalhães dos Santos, de 23 anos foi, a convite desta, aos seus aposentos na *"Pensão Estrela"*, de Carminha Vilar, para conversar, pois embora se gostassem, naquele momento não estavam se dando bem. Hilda já estava "desvestida para se deitar, estando somente de calça e califon". Entre eles surgiu uma discussão porque apesar de Hilda querer reatar a "amizade" com o capitão, este não queria mais ter qualquer "amizade material" com ela. Como o capitão insistisse em não

[13] Antonio Pereira de Moraes – op.cit.p.52.
[14] Entrevistas com D. Severina Carmen de Souza – Nina e D. Josepha Barbosa de Lima (Zefa Tributino). In: Ronaldo Dinoá – op.cit.p. 570 e 556, respectivamente.
[15] Sobre a Manchúria (ou Mandchúria como se grafava na época) e os crimes cometidos ali ver Fabio Gutemberg R.B de Sousa – op.cit.198-226, que descreve a freqüência das elites e dos populares àquela área.

mais querer voltar, Hilda "lançou mão de um pouco de álcool e jogou em cima de Praxedes."[16] Amplas partes do corpo do militar foram queimadas.

Em seu depoimento à polícia, Hilda afirmou que ainda tentou ajudá-lo, lançando mão de uma toalha grande de banho com a qual procurou apagar o fogo. Depois correu assombrada, usando apenas as vestes de baixo, passando semi-nua pelo salão da Pensão e gritando por Madame Carminha. Ao chegar à rua tomou um carro que se encontrava na porta da pensão e deu algumas voltas pelas ruas da cidade, voltando poucas horas depois, ocasião em que foi presa e conduzida à delegacia pelo Sub-Tenente André Severino Urtigas.

Segundo os depoimentos prestados na central de polícia o acesso de fúria de Hilda poderia ter ocorrido apenas porque ela "estava apaixonada pelo Capitão ou com alguma roedeira" ou então porque ela era "uma mulher muito errada, que em João Pessoa já havia cometido muitos abusos e vivia sendo detida por absurdos que cometia aonde residia". Todavia, o que causou o desatino foi o fato de que no dia do crime, o Capitão Praxedes, em conversa com a proprietária da pensão onde residia Hilda, lhe fez ver que a partir do dia seguinte não se responsabilizaria mais pela "pensão da acusada". Depois disto, Hilda o convidou para ir ao seu quarto e ateou-lhe fogo ao corpo.

Às vezes, tensões entre os amantes ocorriam exatamente por questões de sobrevivência, pois a perda de um protetor como o capitão Praxedes poderia trazer sérios transtornos para Hilda e também para a dona da pensão. Naqueles ambientes, os assuntos financeiros se mesclavam com questões do coração.

Hilda foi condenada por seu crime a pena de quatro anos de reclusão a serem cumpridos no Presídio da Capital. No dia 09 de maio de 1946, o advogado da ré desistiu do seu caso "por ela não se interessar pela sua própria defesa". Talvez Hilda soubesse o quanto a Justiça era morosa para rever um processo e como era rápida para condenar os populares que cometiam algum crime nos lugares tidos como proibidos ou de má fama. Em geral, os membros das elites cometiam o mesmo tipo de crime, mas conseguiam escapar do braço longo da lei, usando dos mais variados recursos legais.

Do dia em que ocorreu o crime, 22 de fevereiro de 1946, até o julgamento e condenação de Hilda, em 30 de abril do mesmo ano, transcorreram pouco mais de dois meses. Um recurso poderia demorar até dois anos. Talvez sabedora destes detalhes e acostumada a resolver "seus problemas sozinha", Hilda ludibriou o guarda da carceragem e na madrugada do dia 15 para 16 de maio de 1946 fugiu da cadeia, em companhia de Pedro

[16] Do depoimento de Hilda Magalhães Paiva, na Ação Criminal nº 2459 – Maço 24.01 a 02.04.1946, em que a ré é acusada de lesão corporal grave. Os depoimentos que se seguem são do Capitão José Praxedes dos Santos; Francisca Araújo Bastos (Chiquinha Morena); Helena Dantas; do Sub-tenente da Força Policial, André Severino Urtigas e de Carminha Vilar. Neste primeiro depoimento de Hilda, ainda na Delegacia, ela tenta provar que tentou ajudar o capitão, mas todas os outros testemunhos desmentem esta versão, afirmando que ela o deixou sozinho no quarto.

Alves de Lima, vulgo Pedrão. Estava de novo nas ruas, para desespero de certos oficiais do Exército.[17]

Casos como o de Hilda e do Capitão Praxedes eram bastante comuns na zona de meretrício, onde se misturavam trabalho, sexo, amor, paixão, ciúmes, desavenças e mortes. Embora o *Eldorado* tenha sido o "templo" sagrado da alta boêmia campinense, ele só passou a ser freqüentado pelo homem comum quando a decadência chegou àquela área da cidade, rebaixando os preços dos serviços sexuais. Durante o auge do Cassino, os trabalhadores e cabeceiros da feira precisavam descer mais alguns passos para poder chegar a uma pensão, cabaré ou bordel que estivesse à altura dos seus parcos recursos.

Na área mais pobre da rua Manoel Pereira de Araújo, existiam cabarés de um "nível mais baixo", onde quase sempre as bebedeiras noturnas também acabavam em confusão, por causa de jogo, bebida e mulher. Todavia, lá se podia encontrar, por um preço módico, uma daquelas moças que têm o dom de "fazer as vontades; dizer meias verdades, sempre à meia luz." [18]

Segundo o relato de um cronista do jornal *Diário da Borborema*, até os anos 60 existiu, nas proximidades da Manoel Pereira de Araújo, a *Cova da Onça*. Um lugarejo da zona baixa onde se podia apreciar "os trejeitos das infelizes que se tornavam felizes nos bamboleios dos corpos, na tomada da caninha e na baforada do cachimbo pejado de fumo ordinário".

Assim era caracterizada a zona do "baixo meretrício", que na época havia decaído muito, tornando-se um local "decrépito e perigoso". Agora, naquele 'meio', era possível reconhecer outros "tipos sem aquele agrado do tempo ido". Havia novas 'formalidades' nas quais se valorizava cada tostão, pois "o decréscimo da moeda fê-las alterar a 'tabela' para enfrentarem as necessidades..."

Preferindo não presenciar, viver e descrever aquele momento de decrepitude, o autor tentava levar seus leitores aos tempos áureos daquelas ruas, onde mesmo existindo todas as mazelas descritas, ele acreditava ter sido um lugar "tão cheio de poesia, tão mais sincero e tão menos duvidoso para o equilíbrio da vida...". O marco no qual se ancorava esta memória prazerosa era o *"Eldorado"*. O prédio, já envelhecido nos anos 60, representava agora o passado de glória de uma profissão ou forma de trabalho inglória, mas que sempre podia ajudar a recordar os "bons tempos". "E o esqueleto do Eldorado continuava a recordar as diárias e noitadas dos campinenses que ali se divertiam sem

[17] A Ação Criminal nº2964 – Maço 06.01 a 26.07.1946, dá conta desta espetacular fuga de Hilda. Todavia, poucos dias depois ela foi capturada e cumpriu um ano e dois meses da pena de 4 anos que deveria cumprir. Pela resolução do art.87, nº XIX da Constituição de 1946, ela foi indultada de sua sentença, para ser posta em liberdade no dia 25.06.1947, por ordem do Presidente Eurico Gaspar Dutra. A ordem só foi cumprida em 11.08.1947.

[18] "Folhetim" - 1978, de Chico Buarque.

pecados ou exculpações." [19] Mesmo para as piores recordações há sempre uma busca do tempo perdido.

Aos poucos, a vida boêmia foi se transferindo para a região central conhecida como "Boninas". Começava a se desenhar uma nova cartografia dos prazeres. Mas esta já é outra história. O importante é perceber como homens e mulheres das mais diferentes categorias sociais sempre encontravam maneiras diferentes de se divertirem e aproveitar os prazeres proibidos que a cidade, dita capital do trabalho, lhes oferecia.

[19] Todas as passagens destacadas nestes seis parágrafos estão numa crônica assinada por "JONOSI" (possivelmente pseudônimo) in: *Diário da Borborema*, Campina Grande, – 02.10.1962 - Coluna*: "Ao de leve"*.

CULTURA, FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO PARANÁ (1945-1964).

Dr. Antônio Marques do Vale – UEPG / Fundação Araucária

Introdução

O objeto desta pesquisa foi o Paraná (1945-1964), no tempo em que, para acelerar a abertura das suas fronteiras agrícolas, também assumia o próprio povoamento através do incentivo à migração. (1) O Estado buscava atingir o desenvolvimento requerido pelas lideranças nacionais e regionais, sob o signo da expansão do neocapitalismo do Segundo Pós-Guerra. Mais especificamente, a pesquisa considerou a dupla conceitual educação-cultura, indivisível desde que as nações, ou regiões diversas no interior de cada uma, procuravam afirmar a própria autonomia e "diferença". Depois de findar-se a Grande Guerra, que havia submetido muitas áreas do planeta a dolorosos massacres e provações, o poder se reorganizou, ou com novas dominâncias ou com novos esforços por afirmar identidades políticas nacionais. O capital rearticulou estratégias para o uso e a difusão de modernas tecnologias. Muitos grupos humanos se deslocaram para novos destinos, urbanos ou rurais. A indústria também tendeu a desconcentrar-se, incentivada pelas facilidades de meios de transporte finalmente aperfeiçoados e pelo incremento de mercados consumidores. No Paraná, no período investigado, personagens novos e interesses múltiplos ocuparam o cenário e fizeram notícia. Por esse tempo, o duplo conceito de cultura e educação iria passar por notável atualização. Antonio Gramsci e Jürgen Habermas, com seus textos em perspectiva dialético-crítica e histórico-cultural, ajudaram ao exame aprofundado das tensas relações instauradas quando grupos e inteiras populações buscavam sobreviver ou vencer. Registramos e examinamos conflitos em torno a realidades várias, sobretudo em sua relação com a educação, no período 1945-1964. Registramos também nossa discordância com o uso da obra de John Dewey, uso funcionalista e reprodutor de interesses. Tem-se de acusar a sua ligação excessiva com os interesses da burguesia industrial, em especial

norte-americana. Uma cultura promove a difusão de si própria e pretende universalizar-se, mas isso é recebido com reservas, porque os conflitos irrompem mesmo à hora de providenciar ensino e escola para um povo.

1.

Desde a emancipação, o Paraná já se apresentou como um Estado com muitos rostos e diversidade de situações conflituosas. Também aqui, uma cultura deve ser entendida como um conjunto de práticas, ideologias e valores dos quais diferentes grupos dispõem, para darem sentido às suas circunstâncias e condições de vida, ao seu mundo enfim, fundamentalmente para transformá-lo segundo a parcela de poder de que usufruem. Entretanto, nossa pesquisa tomou posição quanto a uma contradição ativa no período do Pós-Guerra: na reedição do movimento paranista, se tentou forjar um tipo de homem paranaense que pudesse significar unidade de vistas sobre o almejado progresso do Estado. Perguntamos, então: que foi o paranismo? O termo surgiu certamente em analogia com nacionalismo. Romário Martins, justificando ter sido outro e não ele o criador do substantivo *paranista*, atribuiu seu lançamento a Domingos Nascimento, em 1906, com este significado: *natural do Paraná, tomado de amor* entraîné *pelo seu Estado, por cujo progresso, prestígio e integridade envida todos os esforços*. (2) E segundo: qual a possibilidade de formar o tipo do paranaense? A teoria de Max Weber foi empregada em conexão com o paranismo: um “tipo” ideal favoreceria a criação de hipóteses, que, depois de um empenho para a realização do mesmo tipo, se poderiam confirmar. O modelo miscigenador de Gilberto Freire – do qual discordaria *in toto* Faris Michaele, o defensor das culturas de nossa Indo-América – entrava em ação, pretendendo estimular o trabalho de sufocar diferenças e aumentar a adesão aos projetos governamentais e das elites. (3)

Na verdade, o projeto desenvolvimentista do Paraná do Pós-Guerra, difundido com intensa propaganda e com descaso pelas populações posseiras, atraíra, em busca de terra, muitos grupos: paulistas, mineiros, nordestinos, catarinenses, gaúchos; e novos estrangeiros como italianos, poloneses, alemães, ucranianos, libaneses, pessoas de outras

etnias. As regiões culturais se mostraram impressionantemente diversificadas, graças ao tipo de tradição anterior, à ação cultural-educacional, à atividade econômica, aos contatos com a diferença: indígenas, antigos moradores de origem portuguesa e mameluca e argentina, caboclos e negros ou mulatos numerosos, os "cultivadores úteis", os que procuraram diretamente o ambiente urbano. Até nas próprias cidades em evolução, mesmo a observação superficial averiguou a permanência de conformações culturais variadas.

2.

Desde a primeira década do século XX, se tentou esboçar o mapa das culturas do Estado. Obra arriscada. As fronteiras eram diluídas. Indígenas, mamelucos, caboclos, negros, argentinos do extremo Sudoeste: taciturnos, resistentes à miscigenação; e estrangeiros, europeus e de outros continentes, que foram chegando junto com paulistas, gaúchos, mineiros e nordestinos vários. Quanto à posse da terra, o nome de "re-ocupação" tem sido o mais adequado para um processo truculento de titulações superpostas e promessas não cumpridas, com perseguição a anteriores ocupantes, indígenas milenares no seu *habitat* ou antigos posseiros adventícios.

Exemplifica-se. Alguns dados revelam argentinos presentes na região de Pato Branco, em vista da exploração do mate; até se sabe da existência de escola, ali, em 1925, por iniciativa de rico comerciante argentino do mate, Luís Pastoriza. Nessa área, depois, já se documenta a entrada na posse de terra por descendentes de italianos que, chegados de Santa Catarina, precederam de muito os ítalo-gaúchos trazidos do Rio Grande do Sul, no Pós-Guerra, por companhias colonizadoras. Em Pitanga, alguma família de mineiros assinou presença desde 1890, via Guarapuava. Constavam, pois, e por toda parte, estruturas mentais que iriam resistir aos que, posteriormente, ingressariam ostentando papel de compra ou de concessão "legal". No Sudoeste (1957), como em Porecatu (1950-1951), as "guerras" por conflito de terra catalisaram uma história de grupos que requer novas pesquisas e avaliações. Mesmo no início do século XXI, no Paraná, se fala de grupos

culturais em relação tensa, entre os quais ainda podem melhorar a convivência e a justa cidadania.

3.

Como foi dito acima, o risco das idealizações apressadas se põe sempre de tocaia. Por isso, toda teoria crítica evita simplificações. Investigações que já tiveram sua validade mais vezes corroborada confirmam que é possível detectar, no Estado, uma cultura *elaborada* predominante. (4) Origem e fruto, essa cultura revela a prolongada influência dos interesses sócio-econômicos de elites várias; um jeito de ser, analisável na seqüência de marcas profundas: as dominações de tipo colonial, republicano-positivista, pragmático-funcionalista. A história colonial da Quinta Comarca mostrou como havia fincado raízes a pressão pela manutenção da ordem, sinalizada nas milícias populares, que cobriam a ausência de forças oficiais. (5) Quando o assunto era a proteção de fronteiras portuguesas contra a indesejada presença de “espanhóis”, havia a tendência a absorver uma organização militar, e até envolver-se nela voluntariamente. A própria introdução do método escolar lancasteriano dos inícios do Império significou reclamar ordem e progresso. E na República, como desde as campanhas que prepararam o 1889, os ideais de ordem e progresso foram aqui apregoados com insistência, inclusive em confronto com a antiga matriz provincial, São Paulo. E muita idéia de educação se fez científica e pragmática, em conformidade com os inícios industrializantes do século XX e com o prestígio do novo Império econômico norte-americano. O móvel educacional eleito foi, então, o de um pensamento unitário de tendência hegeliano-positivista, adequado a animar elites “produtoras” e a justificar sua predominância através da força do Estado.

4.

A história do positivismo ostenta raízes militares, no Paraná, que se posicionou em favor do poder instalado no Rio de Janeiro, como o fez igualmente por ocasião dos fatos da Revolução Federalista de 1894, quando, florianista ou deodorista, se obrigou com a legalidade e contra a força maragata de Gumercindo Saraiva. Nossa pesquisa anotou forte

presença de militares e policiais civis, agentes da ordem, bem como de neo-pitagóricos associados à maçonaria e ao positivismo místico de Davi Carneiro: na primeira metade do século XX, como que disputam espécie de monopólio da leitura, da escrita e da transmissão da história paranaense.

A obra do educador Erasmo Pilotto (1910-1992), *sui generis*, e a de educadores menos nacionalistas dos anos 50, afirmaram um predomínio ideológico europeu e norte-americano. Em 1953, as festividades do Centenário, perpetuadas na edificação estratégica e simbólica do Centro Cívico de Curitiba, projetavam o progresso da agricultura como caminho para a industrialização, e a ordem. Com muito paranismo. Uma intenção política era precaver-se diante dos interesses de São Paulo. Mas prevalecia o intuito de integrar as diversas subculturas que, na resistência ou na recusa, poderiam contar ainda com poucos trunfos. Afinal, o espírito arbitrário dos governos de Getúlio Vargas e do leal Interventor Manuel Ribas, espírito de algum modo avivado pela presença do PSD, ainda soprava influências no Estado. As mudanças visavam ao progresso a qualquer preço; na categoria de progresso o escolanovismo se firmou, vendo expandirem-se os cafezais e ouvindo os reclamos pela industrialização.

5.

No Paraná Tradicional, a ordem é expressa de vários modos. No estilo elitista ou militaresco de pensar e governar, no silêncio de quem receia ofender e transgredir, na valorização do trabalho (migrante), na repressão ao vadio. No controle vindo das grandes empresas no Norte Novo, na exaltação interessada das benfeitorias inglesas, somada com monumentos aos mais empreendedores e com descaso pela abnegação laboriosa dos populares. Na ênfase na produtividade alemã (Guarapuava) ou gaúcha (Sudoeste), aliada, como sucedeu também no Norte Novo, à precaução por isolar o caboclo e dispensar para as grandes colonizadoras os terrenos melhores ou já livres de posseiros. O aceleramento do progresso, apoiado desde a ONU, se impõe pela ideologia da ordem, da *nova ordem* político-econômica. Aceleramento regido por modelo industrializante norte-americano, com

mediação da Escola Nova de John Dewey e discípulos. Para este modelo, a integração dos "diferentes" foi aqui divulgada a partir da experiência modernizadora da Revolução Mexicana. Bem associados e coordenados, esses diferentes haviam de colaborar, produzindo excedentes e não apenas a própria subsistência.

Nossa pesquisa teve inspiração teórica em Gramsci e Habermas. Gramsci conduz ao pensamento de que os grupos e culturas têm de debater a própria organização política, econômica e educacional, para a superação de hegemonias injustas. Qualquer bloco histórico vai querer viabilizar o progresso, mas baseando-se na proposta de intelectuais orgânicos, capacitados a valorizar a participação no poder decisório, participação livre tanto do Sul como do Norte, tanto do homem do campo como do homem da indústria. (6)

Habermas preconizou, em toda a sua obra, o elemento político mais que o dogmático-formal. Discutiu sobre certo tipo de *opinião*, que, por ser tal, *é refuncionalizada para canalizar o assentimento dos governados*. Referiu-se, com isso, ao Estado. Estado que intervém crescentemente na estrutura econômica, a fim de agradar a muitos com o fazer-se *promotor* do progresso e do bem-estar coletivo, bem como das forças produtivas; Estado, porém, que, nos tempos mais recentes, pôde abandonar essa *troca de equivalentes* e satisfazer-se com a ideologia *da ciência e da técnica*. Com esse posicionamento crítico, Habermas concluiu que toda ideologia tende a oferecer o seu tributo, o de *impedir a tematização dos fundamentos do poder*. (7)

Entendemos que os textos de Habermas incitam à busca do diálogo, das soluções políticas favorecidas pelo debate constante, e é isso que orienta qualquer encaminhamento justo das grandes questões ou uma compreensão aceitável do passado.

Contudo, quisemos considerar Habermas por outro lado, exatamente para ressaltar como é dificultoso, e então desafiador, *tematizar os fundamentos do poder*. Num texto de 1998, uma recensão, Habermas deixou transparecer um seu desvio para o pragmatismo. Nós o criticamos, não inocuamente: fazemos ver o quanto cada pensador é contextualizado, aderente, filho da sua própria cultura e do seu mundo. Comentando Dewey, *The quest for certainty* (8), Habermas passa a admiti-lo como pensador igualitário *de ponta a ponta*.

Invocando-o para candidato a patrono da República de Berlim (pós-1989), revela o quanto o amor à Pátria e ao seu projeto de unidade o inclina ao mais puro pragmatismo: Dewey é o patrono, ainda que descuide de aprofundar as *interações sociais*; importante é que mostra *domínio incessante de problemas*, age como *solucionador de problemas*, não agita, mas *estimula.* Agora é um Habermas prático e admirador do Dewey leal com à própria circunstância, ao mundo cotidiano de seu país industrializado. Prático, certifica-se de que o homem busca segurança *em meio a um mundo repleto de perigo*s. (9) Viva então Berlim e faça-se a unidade da Comunidade Européia! O resto pode esperar. A solução de Habermas, localizada, não nos pode servir, evidentemente. Conforme suas propostas anteriores, o debate continua; sua inclinação patriótica, até compreensível, não pode suprimir nosso reclamo pela multiculturalidade. Ficamos, porém, numa atitude de forte suspeita, diante de interesses fundamentais de Dewey, como: o industrialismo, o dos Estados Unidos primeiro, que desconsidera a grave pergunta sobre a relação de poder com as outras nações; o Estado, que ele fez prevalecer, sem medidas, ao lhe atribuir função de grande coordenador das mais diversas associações, Estado que dá a *direção.* De tal primazia do Estado, os norte-americanos não abrem mão, e exportam uma democracia "controlada". Tão experimentais ou mudancistas, portanto, ainda não podem ser as suas propostas educacionais.

Conclusão

A questão das fronteiras agrícolas, no Paraná da década de 50, se conjuga com a das fronteiras culturais. Desenvolvimento sócio-econômico também não é realidade inócua: obriga aos grupos humanos a refletir nas próprias relações. Por trás de qualquer análise nesse sentido, sempre se acha um referencial teórico. O Paraná, na onda do progresso buscado no Pós-Guerra, adotou um referencial pragmático-positivista, mais do que liberal, para o seu sistema educativo. A tradição positivista vingou, aqui, desde antes da República, embora com variantes. A corrente da Escola Nova, representando um modelo norte-americano de integração com ênfase nos conceitos de unidade e colaboração, procura

renovar a própria hegemonia, como estrutura social de consenso e como verdadeira tecnologia ao serviço da indústria. O exemplo desse apelo de Habermas, à hora de augurar o bom sucesso para a nova organização da Europa e da Alemanha, é sintomático: demonstra que as idéias pragmático-educacionais de John Dewey prosseguem ativas no mundo industrial. Quanto a isso, propomos que Habermas deva ser lido apenas factualmente. Excessos de pragmatismo nos advertem que o poder e o projeto elitistas não admitem facilmente retroceder. Isso conta para os que, em educação, desejam fazer trabalho crítico no Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES PARA ESTUDO DOS PROBLEMAS DA BACIA DO RIO PARANÁ – em São Paulo, 6-8/set.1951, Palácio dos Campos Elíseos. São Paulo: Subdivisão de Impressão e Fotocópia da Estrada de Ferro Sorocabana, s/d. Os itens indicados com urgência pelo Governador Lucas de Oliveira Garcez, de São Paulo, são: povoamento, viação, energia elétrica.
2. MARTINS, R. Paranística. *A Divulgação*, nº. 3-4: p. 37. fev / mar. 1948.
3. WANKE, E.TH. *Faris Michaele, o Tapejara*: uma biografia. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1999, p. 146-148.
4. TRINDADE, E.M.C.; ANDREAZZA, M.L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 11-12.
5. IDEM, p. 35-37.
6. Para GRAMSCI, A., ver especialmente: *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982, p. 3-7.
7. FREITAG, B.; ROUANET, S.P. *Habermas*: Sociologia. São Paulo: Ática, 1993, p. 14-15. Citam o *jovem Habermas* (1962) e obras posteriores da década de 1970;
8. Comentário ao livro no capítulo 9. HABERMAS, J. *Era das transições*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2003, p. 177-181, *passim*. A obra comentada, *The quest for certainty*, de John Dewey foi publicada em 1929.
9. IDEM, p. 180.

A SEDUÇÃO DO EFÊMERO: SOLIDÃO E PÓS-MODERNIDADE

Antonio Paulo Rezende

As trajetórias da história não comportam a linearidade dos tempos, mas sim um constante diálogo entre eles. Devemos evitar o estabelecimento de hierarquias, eliminando a idéia da história enquanto realização de um plano da natureza ou mesmo exaltando transcendências progressistas que fogem ao cotidiano do fazer histórico. O sentido da história não é algo definido a priori, mas uma construção complexa. A leitura do sentido exige trabalhar com a diversidade das interpretações, com olhar de um hermeneuta que não se satisfaz com a mesmice. Contar a história é, portanto, um entrelaçamento da imaginação com as fontes pesquisadas, problematizando sempre e não pré-determinando os acontecimentos. A história é a grande invenção humana no seu viver e no seu narrar e sua cartografia não é fixa.

O território da história está aberto à comunicação com outros saberes, não havendo uma identidade imutável. É preciso ampliar a temática e não restringir os campos de pesquisa. Desde os tempos da Escola dos Annales que a historiografia vem passando por mudanças importantes. A crítica ao positivismo foi fundamental, como também a conexão com as Ciências Sociais. Não há um espaço do social que não possa ser investigado pelo historiador. São paisagens que movem sua capacidade de reflexão e ajudam a desvendar os enigmas do fazer histórico. A história é a construção da possibilidade, a busca criativa de alternativas para lidar com os múltiplas dramas e tragédias da vida que dão uma dimensão dos limites que nos cercam. Uma leitura das tragédias nos ajuda a compreender os significados mais profundos do ser humano.

A ampliação das pesquisas e das suas questões nos leva a pensar temas antes marginalizados. Com isso, novo referencial teórico deve ser definido e novos diálogos devem ser assumidos. Quando no propomos a estudar **A sedução do Efêmero: solidão e pós-modernidade,** temos que nos envolver com temas antes pensados pela filosofia ou mesmo a psicanálise. Nossa reflexão, portanto, solicita que tracemos trilhas renovadoras e corramos riscos de quem anda pelas margens. Contudo, era uma grande ausência nos

estudos históricos a construção da afetividade, na sua dimensão histórica, tão trabalhada pelo historiador Peter Gay. Os nossos sentimentos também são invenções relacionadas com espaços e tempos da história. Não como negar sua inserção nos mais recônditos lugares da nossa vida e sua importância para compreendermos nossas escolhas, frustrações e desencontros.[i]

O estudo da afetividade, dentro de uma perspectiva histórica, sofre preconceitos. Há um receio de se estudar temas que envolvem a emoção e a subjetividade. Parece, então, que a história é a ciência do objetivo, quando sabemos da complexidade que compõe, de quanto as incertezas nos envolve, das sinuosidades que marcam os caminhos de cada vida, coletiva ou individual.[ii] A própria questão da objetividade está muito fragilizada desde as polêmicas já iniciadas no século XIX. Nietzche, entre outros, mostrou como a interpretação e a linguagem são fundamentais, para o estudo do ser humano. Não há vida humana sem a possibilidade do exercício da interpretação, além de sabermos que formulamos nossas questões a partir das circunstâncias que compartilhamos. A neutralidade é uma grande quimera, não querendo negar com isso que há regras e ordens sociais, não esquecendo que o fazer social é resultado de continuidades e descontinuidades, mudanças e permanências, sem falar na teoria da compulsão à repetição formulada por Freud. Visualizar todas essas dificuldades significar afirmar que todo conhecimento tem lacunas e que é impossível se pensar em esgotar as perguntas que nos incomodam. Com isso, aquietamos esse desejo do absoluto que tanto nos confunde.

II

Quando ressaltamos o estudo da pós-modernidade e da solidão é preciso esclarecer esses conceitos bastante polêmicos. A pós-modernidade não é analisada como período superior ao anterior. Não elegemos a hierarquia com ponto diferencial. É difícil esmiuçar o conceito de pós-modernidade, porque é o tempo que vivemos, a nossa mais crua contemporaneidade. Além disso, não devemos esquecer que os tempos históricos se complementam ou se conflitam. A famosa crise da modernidade convive com a pós-

modernidade. Nem tudo, está definitivamente perdido ou mesmo deixando de ter importância. É inegável, porém, que temos que procurar outras maneiras de analisar o mundo humano e ter um olhar mais crítico diante das verdades modernas. Há um retorno de práticas do passado, como também um crescimento exuberante da tecnologia. O bem e o mal se apresentam de forma confusa. Os valores éticos são outros e, na política, há um desencontro generalizado. Tudo isso significa renovação, mas amedronta, pois estamos vivendo grandes indefinições. A informática se faz presente de forma avassaladora. Nossas relações com as máquinas é parte do cotidiano. É a sociedade do espetáculo e da banalização da violência, contraditoriamente rica na produção de conhecimentos. Ultrapassemos muitos impasses, mas a sociedade globalizada não consegue viver sem drogas e depressões. Caímos num consumismo sem limites, sem uma socialização que possa diminuir as imensas diferenças sociais.

O morto pós-moderno não apenas acena para problemas sem soluções. Vivem-se certos reencantamentos com a natureza, faz-se uma feroz crítica à burocracia, buscam-se alternativas de convivências fora das fortalezas do narcisismo, retomam-se tradições orientais, pensa-se o holístico, desconfia-se da razão instrumental. Passamos por inquietudes que podem trazer soluções sociais e políticas que levem a práticas menos individualistas. Não há desenganos definitivos, nem tampouco o fim da história. As possibilidades de mudança continuam abertas, os paradigmas não são verdades absolutas, a história nunca deixou de ser uma invenção humana, como também o projeto de autonomia não morreu, é válido para construir-se uma perspectiva mais igualitária e uma sociedade não infantilizada pelos brinquedos eletrônicos, pelo onipresente fetiche das mercadorias. Ainda há espaço de luta para salvar-se da insanidade mental ou do culto fundamentalista das riquezas materiais.

No mundo de tantas diversidades a questão da solidão ganha territórios imensos. Hannah Arendt já apontava para os limites da expansão tecnológica, no seu livro *Entre o passado e o Presente ,* que levaria o ser humano a conviver com uma solidão destruidora diante da massificação constante dos valores. Criamos a cultura, estamos cercados dos nossos

produtos, somos criador e criatura, mas mergulhamos numa relação coisificante com os nossos inventos. Para eles, muitas vezes, jogamos nosso afeto, desprezando a convivência social com outros seres que nos ajudaram a atravessar trilhas turbulentas. Essa dificuldade de distinguir os significados, até hoje, dos projetos de modernidade, faz com que pouco uso façamos das práticas de solidariedade. Ritualizamos para esconder os desequilíbrios e sacralizar o solene, o gosto amargo da não felicidade se esconde por detrás de alegrias fabricadas.

No mundo da cultura parecemos seres estranhos, sem intimidades com o que criamos, como vítimas dos mecanismos transferenciais que dominam a mídia, no reino do Big Brother. Portanto, o exercício da crítica se perdeu, parece ser monopólio de alguns iluminados pela arrogância de um tipo de saber considerado científico. Diante da tantas vicissitudes, nos recolhemos, muitas vezes, em moradias minúsculas, cercados de artefatos eletrônicos, mal sabendo a finalidade de seus usos. A solidão se apresenta como uma fuga, como uma dificuldade de se lembrar das nossas aventuras afetivas e alegres e nos debruçarmos nos buracos estreitos da vida. Tornamos-nos exilados, desconhecendo nossos vestígios, confundidos as andanças das nossas memórias, com medo de perseguir as travessias mais sinuosas do mundo. A solidão como uma defesa, como um esconderijo mal acabado de uma arquitetura sufocante, espraia-se de maneira visível pelo mundo da verdade capitalista. Parece uma armadura que silencia os ruídos incômodos dos fantasmas do eu.

O aprofundamento dessa solidão nos faz desconhecer o valor do outro. Estamos submersos no egocentrismo da mesmice, para pudemos suportar as refeições mal comidas nos restaurantes de quilo, as transas mais resolvidas nos quartos bregas dos motéis, a coca-cola salvadora da nossa digestão apressada. Não choramos as lágrimas que aliviam a dor, preferimos a ação química dos psicotrópicos multinacionais. O inferno termina sendo justamente o outro como afirma Sartre na sua peça *O diabo e o bom Deus.* Puro engano ou elegia da decadência dos humanos. Não é possível pensar a história sem o outro, sem o compartilhar, sem o toque violento ou amoroso do outro. Como bem salienta Castoriadis,

nos seis volumes das *Encruzilhadas do Labirinto*, o histórico e o social estão entrelaçados, a manutenção desse vínculo move a cultura e fortalece a nossa capacidade de compreender a dimensão do mundo.

Por outro lado a solidão apresenta outras cores. Ela pode ser o encontro e não a busca. Ela pode ser a escuta e não o desespero. Ela pode sinalizar com os significados mais radicais, dando fôlego a nossa subjetividade. Não temos, portanto, o exílio medroso, mas a leveza do sonho, de não temer as fantasias, de vestir uma camisa listrada e sair por aí. Não é possível a história sem a construção do diferente, sem um projeto que nos arranque da passividade e do conformismo, sem a visão elucidativa da conjugação de todos os tempos, sem privilegiar o passado, nem o futuro, mas circulando no tempo mágico do presente, o grande cais onde desembarcamos todas nossa vivências amigáveis ou não. A solidão é, então, uma longa viagem pela clarividência que nos ajuda a desatar os nós com segurança e ânimo, nos fortalecendo como criaturas e criadoras da história que não temem as assombrações, nem os simulacros, apenas não esquecem a curiosidade de perguntar qual o tamanho da dor, se ela pode ser maior do que nós mesmos. Como as cidades invisíveis de Ítalo Calvino, nossa solidão possui todas simetrias, mas fala o silêncio, pois se encanta com a fábula que, magicamente, faz de você sua própria e aconchegante moradia. Assim tecemos o manto do tempo sem pressa, costurando as surpresas e os desencantos, sem sufoco, sem pensar no que tarda, nem no que madruga, mas inserido no cenário de sua invenção cotidiana.

O efêmero nos lembra o conceito de modernidade de Baudelaire. Ele nos impressiona pela sua rapidez, mas dialoga com a eternidade, a sua medida, a sua máscara. A velocidade define o efêmero, mas a sentimos porque o imaginamos o tempo sem começo, nem fim. Elegemos sempre deuses, para salvaguardar nosso desejo de tornar-se infinito. Com desenvolvimento da tecnologia, as invenções ganharam um desempenho inesperado. Tudo se reduz a segundos, a milímetros. Tudo cabe em tudo. Espaços pequenos tornam-se imensos, de um celular minúsculo falamos para o mundo, numa tela plana de televisão avistamos mares nunca dantes navegados, nos aproximamos do proibido, nos assustamos com práticas culturais de outros povos. O que é mesmo a medida, ou melhor para que serve

medir ? Apenas dizemos o tempo passa, mas passou tanto, será que ele não se esgota, que não se acanha de nos incomodar com suas expectativas e dissonâncias? O efêmero talvez nem exista, seja apenas uma especulação, pois tudo é vivido com o gosto de sempre, com a dúvida do talvez? Nada mais subjetivo do que o tempo. Ame e sinta, os limites de não fazer do tempo uma ponte entre o desejo e o delírio. Por isso invente o efêmero, mas não queira vivê-lo, não sucumba aos seus encantos, despreze suas seduções. As escravidões do desejo são armadilhas que circulam incessantemente.

A análise da moda feita por Gilles Lipovetsky[iii] é bastante pertinente para se conhecer as curvas do efêmero, a sociedade da moda e do modismo, consagrando a novidade. A busca das diferenças faz parte da força do efêmero no mundo da moda que se anuncia desde os finais dos tempos medievais*: O êxtase do novo é consubstancial aos tempos democráticos; foi esse crescendo na aspiração às mudanças que contribuiu poderosamente para o nascimento da Alta Costura enquanto formação burocrática fundada na separação do profissional e do particular e consagrada à criação permanente.*[iv]A sociedade pós-modernidade se institui na sacralização das novidades, não deixando de lado a possibilidade de exercitar o consumo desenfreado das mercadorias, tudo isso que nos faz pensar que o tempo é uma grande fantasia que faz manter a força de gravidade da história. *O desejo e a sedução comandam nossas vidas. Um destino indelével pesa sobre a sedução. Para a religião, ela foi estratégia do diabo, quer tenha sido feiticeira ou amorosa. A sedução é sempre a do mal. Ou a do mundo. É artifício do mundo.*[v]

Restar salientar que as relações afetivas não ficam congeladas, nem apenas determinadas pelas chamadas infra-estruturas. Elas se entrelaçam com as aventuras humanas contribuindo com sua singularidade para periodizar os tempos históricos e mesmo seu dia-a-dia. São referências. A pós-modernidade ainda suspira incertezas quase absolutas. Seus mistérios se misturam com suas ousadias ou mesmo com sua banalização. É difícil se analisar com clareza o tempo que estamos vivendo, há sempre dúvidas, não se firmaram os hábitos e as surpresas estão sempre presentes. Existe na história essa dificuldade de se visualizar o que continua ou que se refez com outros significados. Assim vamos construindo

a cultura, nosso território privilegiado apesar dos desconfortos e das reflexões pessimistas. O historiador não perdeu o encanto da narrativa, com poder de síntese, com pacto com uma forma que lembre a leveza das dos bons textos de García Marquez. Sua solidão não é de estranheza diante da complexidade do que contempla. Seus ruídos são importantes. A sua narrativa só está salva quando também seduz. E, nesse momento, que ela foge silenciosamente da solidão, passando a pertencer à coletividade que a ler e comungar da astúcia das suas imagens e do seu conteúdo peregrino que não teme as diabruras do mundo, porque seu ofício se configura ao desenhar outros mundos, sempre diferentes, nos pactos silenciosos com sua imaginação.

Para que se livrar das dúvidas, se a história sem inquietações extermina nosso poder de invenção, esvazia nosso imaginário social? Viver e contar são as celebrações mais sedutoras que fazem imagens de espelhos intensamente riscados, parecerem contaminados com os instantes mais próximos. E, às vezes, acreditamos que a linguagem é o traço mais sublime da nossa cultura, sem perceber que ela lida com ilusões, é um cárcere disfarçado, para nossas alucinações, como um palhaço que queima o circo, para esquecer o riso incomum que lhe contagiava. Não há lugar para o sempre na história, tudo está por um triz, mas é loucura transformar isso numa verdade definitiva. O olhar do solitário rasga máscaras e finaliza o encontro. Ele sabe que a sua saída é, muitas vezes, não acreditar nele mesmo. Incomoda-lhe a mentira que roubou sua paz, aliciou sua agonia e escondeu a tragédia. O ofertório da história está, muito além, do que os olhos apenas contemplam. A loucura do palhaço é humana, também se constrói na história e não levita sobre o mundo como um beija-flor apaixonado pela a única flor do jardim. Sem o encantamento do mundo estamos prisioneiros, não escutamos os passos de quem se aproxima. Estamos na outra margem do rio sem ponte que, apenas, dirige-se ao oceano, subalternamente, ligado na sua solitária e egocêntrica sobrevivência. Quem não tem o que contar sepultou a história. Perdeu o outro, o encontro e se finaliza na busca, amarrado num sentido único que esconde a multiplicidade das histórias

---

[i] Ver os quatros volumes de Peter Gay sobre o século XIX, publicados pela Cia. Das Letras ou mesmo o livro de Jurandir Freire, Sem fraude, nem favor, um profundo estudo sobre as relações amorosas.
[ii] Sobre o mundo das incertezas ver as obras de Jean Baudrillard, um dos teóricos funatamentais da contemporaneidade e também do antropólogo Michel Maffesoli, com análises bem interessantes sobre os dilemas da pós-modernidade.
[iii] O império do efêmero (a moda e seu destino nas sociedades modernas). São Paulo: Cia das Letras, 1989
[iv] Idem,ibdem, p.102.
[v] Baudrillard, Jean. Da Sedução. 5 edição. Campinas : Papirus,1991,p. 5.

DESAFIOS DA MEMÓRIA E A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Antonio Torres Montenegro (UFPE)

Uma primeira questão que se coloca na pesquisa que desenvolvemos relaciona o debate historiográfico e a problemática da memória. Constantemente, alguns autores procuram caracterizar o uso do depoimento oral como uma fonte que merece uma atenção especial, por diversas razões como: não ser objetiva; constituir-se num arquivo provocado; caracterizar-se por sua dimensão individual.[1] Essas e outras reflexões relacionadas ao depoimento oral de memória estabelecem um ciclo vicioso, pois estão marcadas pela preocupação com a verdade histórica a partir do modelo inspirado na ciência clássica e em toda a herança positivista. Em última instância, reafirmam uma perspectiva voltada para a busca do verdadeiro conhecimento como resultado da adequação do conceito ao real. No entanto, na medida em que as reflexões da física quântica e da teoria da relatividade apontam para uma outra forma de entender o conhecimento, ou seja, consideram este como modelo ou representação que busca atender e responder a um momento do desenvolvimento do saber de determinada área, opera-se uma ruptura com a visão de que a ciência estaria descobrindo a verdade do real. Essas mudanças produzem ressonâncias na concepção através da qual é pensada a produção do conhecimento na área das humanidades.[2] O ofício do historiador deve contemplar diversas etapas que se tornam instituintes do passado recriado como conhecimento histórico. Nesse sentido, o levantamento e estudo da historiografia sobre o tema que se elegeu, a pesquisa atenta da documentação e a formulação de questões que estabeleçam um diálogo constante com as reflexões teórico-metodológicas dão suporte à produção da narrativa histórica.

A operação historiográfica

O real não é mais considerado algo evidente, claro, objetivo, mas uma produção de um determinado grupo, de uma determinada cultura, no tempo e no espaço.[3] Nesse sentido, o documento é ao mesmo tempo um registro e uma construção. A

partir dessa perspectiva o historiador irá considerar que as marcas, os registros da história vivida constituem um permanente combate de informações com os quais terá que lidar para produzir sua trama histórica.[4]

Dessa forma, os relatos orais para o historiador se constituem como produção de uma fonte, que lhe cobra uma prática e materializa-se em procedimentos analíticos que possibilitam deslocamentos e por extensão a construção de uma nova ordem de signficados e portanto um outro entendimento do que é dito. No interior desse conjunto complexo de movimentos, está a escrita do historiador que não pode nem deve ser confundida com a escrita do relato oral ou de qualquer outra fonte.

Nas trilhas da História e da Memória

Como já assinalamos no inicio, a pesquisa sobre os movimentos sociais rurais no Nordeste do Brasil, na segunda metade da década de 1950 e 1960,[5] oferece grandes linhas de entendimento para as lutas sociais naquele período. Tanto a nível mundial, em face da Guerra Fria, como em âmbito nacional, onde diversas forças políticas e sociais se digladiam. Estabelecer deslocamentos analíticos construindo outros campos de significado históricos acerca dessas verdades historiográficas, poder-se-ia considerar como um procedimento coerente com a análise de Certeau, na sua operação historiográfica. Ao mesmo tempo, surpreende, quando alteramos o nível da abordagem macro, e mergulhamos no campo dos relatos orais de memória. Embora os relatos de memória adquiram as mais diversas matizes, em razão tanto das perguntas formuladas ou mesmo da postura do entrevistador,[6] como também do entrevistado, muitas vezes estes relatos descortinam um novo campo. Experiências, relações, disputas, estratégias cotidianas, ocorrem algumas vezes não encontrarem-se registradas em outros tipos de fontes. Nesse sentido, muitos depoimentos concorrem para um tratamento micro-histórico na medida em que *“ a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e*

sua trama."[7] Assim, entendemos também que o relato oral de memória não contempla ou atende por si a nenhum patamar especial de conhecimento. E sim, ao oferecer algumas vezes, ou muitas vezes, dimensões e aspectos relativos a micros acontecimentos, possibilita modificar a trama, o enfoque, mas está novamente a exigir do historiador um deslocamento analítico, a operação historiográfica.

Os padres que imigraram da Europa para o Brasil no período em estudo, vinham como missionários. Atendiam a um apelo da Encíclica FIDEI DOMUN e nesse sentido estavam conscientes da importância da sua missão no sentido de barrar o avanço do comunismo, principalmente no Nordeste do Brasil, onde as Ligas Camponesas (1958) transformaram-se numa grande ameaça à hegemonia católica. Isto porque, o discurso das Ligas não apontava *a religião como ópio do povo*, mas apropriava-se da simbologia cristã e produzia um discurso criticando proprietários e padres. Uma cartilha produzida pelas Ligas na época ilustra essa crítica:

O latifúndio diz assim: 'Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o 'cambão' e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse 'cambão', se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer... Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: 'É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus'. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam

num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus (1960, pp. 55-56).

O texto da Cartilha, possivelmente lido em voz alta nas rodas de camponeses, em face da tradição oral do cordel em todo o Nordeste, e também do grande número de analfabetos, deve ter causado um forte impacto, entre muitos trabalhadores rurais. Talvez nunca tivessem ouvido, ou lido, uma crítica tão direta ao discurso e às práticas dos proprietários e dos padres e pastores.

Nesse sentido, podemos imaginar a ameaça que as Ligas se tornaram para as lideranças católicas, vendo talvez repetir-se em plena metade do século XX, aquilo que mutatis mutandis ocorrera na Europa, na visão de Pio XI, quando afirmara que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja.[8] No Nordeste do Brasil, poder-se-ia pensar, iniciava-se o movimento de perda dos trabalhadores rurais.

É nesse cenário de disputa, de luta pelo poder de controlar os movimentos sociais rurais, que os religiosos podem ser considerados tão importantes quanto a colaboração dos EUA. Mesmo em 1968, quando a relação entre o Clero e o Regime Militar já fora alvo de diversos enfrentamentos, o Padre Jaime de Boer registrava em sua história de vida: *O governo militar havia feito um acordo com a Igreja, e os padres de FIDEI DOMUN já vinham com este tipo de visto da Holanda. Naquele tempo já era dificil obter o visto permanente, mas como estratégia dos militares, para manter um bom relacionamento com a Igreja, eles concediam aos religiosos. Tenho esse visto até hoje.*[9] Garantir um bom relacionamento com a Igreja é compreender entre outros aspectos o papel formador da religião. Como observa Bourdieu *"a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um*

princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos."[10]

O padre holandês Lambertus Bogaard, ao desembarcar em Recife em 1958, relembra: *A idéia que nós tínhamos na Holanda era que o Brasil era um país inteiramente atrasado. Quando desembarquei em Recife fiquei surpreso com todos aqueles prédios. Pensava que ia encontrar especialmente índios e negros pobres, atrasados, mas foi exatamente o contrário.*[11] A postura, a visão que esse exército de religiosos traz e pratica é idêntica à do colonizador imperialista que acreditava no caráter salvacionista do projeto civilizador.

Em outros termos, podemos buscar um novo diálogo inspirador, desta vez com um teórico da cultura e do imperialismo, Edward Said. Suas reflexões, embora estejam construídas a partir das narrativas dos romances produzidos nos países imperialistas, entre final do século XIX e início do XX, possibilitam de alguma forma estabelecer algumas conexões analíticas com nossa temática. Afirma ele: *O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa...O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.*[12] Os padres vieram em nome de uma cruzada, em defesa dos valores ocidentais cristãos, e seu discurso civilizador, a sua visão de mundo estavam marcadas por uma formação imperialista. Mesmo, que não estivessem imediatamente a serviço de empresas e projetos imperialistas, os valores e as práticas com os quais estabeleciam e fundavam suas relações com os diversos segmentos da sociedade, principalmente no meio rural, foram estruturadas a partir de uma educação, de uma formação, de uma história imperialista. Mas, por outro lado, não podemos esquecer que aqueles que os recebiam, também aprenderam a admirar, a respeitar, a

submeter-se aos que vinham de fora, de um outro país. Essa forma de recepção não impedia práticas de trampolinagem[13], como observa Certeau**,** embora estas raramente chegassem a questionar de maneira radical o discurso religioso.

Xavier Maupeou é um padre francês que relata uma história de vida, bastante incomum, pois ao concluir seus estudos secundários na França**,** entra para a Escola dos Oficiais da Reserva da Cavalaria, de onde sai como aspirante. Em seguida é mandado para fronteira da Argélia com a Tunísia. Posteriormente é transferido para frente de batalha da guerra da Argélia, até ser ferido gravemente e enviado para um hospital em Paris. Ao recuperar-se deixa o exército e ingressa no Seminário. Após cinco anos, ordena-se padre e atendendo ao espírito da Encíclica FIDEI DOMUN, decide aceitar o convite para trabalhar como missionário no Brasil. Em face de contatos anteriores, viaja para o Nordeste do Brasil, a cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

Uma das práticas comuns, em face do reduzido número de padres nessa região, é a chamada desobriga. Após o cumprimento de todas as obrigações religiosas, tem inicio a festa com bastante comida e bebida.

Relembra então Xavier, que em uma desobriga na cidade de Santo Amaro no interior do Maranhão, teve problemas na viagem e acabou chegando com muito atraso. O povo cansado de esperar, fez a festa antes de cumprir as obrigações religiosas. Ao chegar, encontrou as pessoas ressacadas em razão da bebida. Mas, mesmo nessas condições teve inicio a reunião de reflexão bíblica. Relata este: *Chegou então uma hora, em que não me controlei e disse: "Se ninguém falar, eu nunca mais piso aqui..." Não devia ter dito isso. Um velho disse ao filho dele: "Fala". O rapaz pegou a bíblia para tentar ler, e a colocou de cabeça para baixo. Eu não me controlei: "Burro, tu não sabes nem pegar na bíblia direito." Ele me respondeu: "Burro hoje, o senhor vai ver daqui a três meses." Continuamos a reunião, apesar da falta de ambiente de fraternidade*. Passados alguns meses, José Martins, o trabalhador que padre Xavier havia chamado de burro foi a sua casa: *Ele entrou, almoçamos, não*

tocamos no problema que havia ocorrido... Quando acabamos ele disse: "O senhor se lembra..." Eu disse: "Me lembro e peço perdão." Ele então retrucou: " Não se trata disso. Vim marcar uma data para a próxima desobriga."

Quando voltei lá novamente para desobriga, assisti uma coisa prodigiosa. Prepararam uma verdadeira festa. Enfeitaram tudo, os meninos cantando, e houve então uma pregação desse homem – José Martins – fabulosa.[14] Este relato nos faz pensar o quanto a atitude de reprovação e cobrança do religioso operou como um enfrentamento para o próprio grupo se superar. No entanto, desafio maior ocorreu alguns meses depois. Relata Xavier: *Poucos meses depois dessa desobriga, teve início o problema da terra nessa comunidade. O "proprietário"entre aspas, pois não são proprietários, mas ladrões, porque nesse tempo já roubavam as terras, foi falar com o delegado e pedir a este providências para expulsar dois moradores das suas terras. Como era costume, o delegado enviou um bilhetinho aos moradores dizendo: "Venham falar comigo na delegacia."*

Nessas situações, normalmente o trabalhador vinha, e o delegado comunicava que tinha duas horas para sair da terra. Mas dessa vez foi diferente. Eles receberam o bilhete do delegado e leram como liam a bíblia. Leram, discutiram e decidiram que não iriam apenas os dois, mas toda comunidade. Na hora marcada estavam em frente da casa paroquial, pois a delegacia era vizinha.

Eu não estava sabendo de nada. Quando vi chegar esse povo todo, fui saber do que se tratava. Eles então me explicaram. Eu pensei: "Nossa Senhora de Fátima, vai começar a confusão." Nós nunca tínhamos em nossas reuniões tratado explicitamente de assunto de terra, mas de toda a vida.

Teve então início dentro da delegacia a reunião com o delegado. Ele exigiu a presença apenas dos dois. O restante esperasse na rua. Houve um diálogo fantástico com o delegado: "Vocês vão sair da terra." Eles então interrogaram: "Mas senhor delegado, com todo respeito, por que?" Era a primeira vez na história do município de Urbano Santos que um lavrador dialogava com uma autoridade, e não apenas ouvia

calado e respondia 'sim senhor'. Poderia dizer que essa é uma caminhada própria do processo de formação de uma Comunidade Eclesial de Base.[15]

O relato de Dom Xavier privilegia a prática religiosa, colocando-a no centro da mudança da postura política, ou mais propriamente da construção da cidadania. Provavelmente outros fatores devem ter concorrido, além da prática religiosa, para que esse grupo rompesse com o medo e enfrentasse os desafios da polícia. Entretanto, mesmo considerando que esse é o registro produzido por Dom Xavier, e que provavelmente o relato dos trabalhadores seria inteiramente outro, mudanças culturais significativas devem ter se processado para um religioso de formação européia construir essa compreensão das práticas sociais e políticas.

* Este texto é resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido através do projeto "Memórias da terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas. (1954-1970) realizado com apoio do CNPq.

---

[1] BECKER, Jean-Jacques. A handicap do a posteriori. In: MORAES, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Or*al. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
[2] DELLEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34. 2000.
[3] BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira, 1999. Pag.24.
[4] FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro; Edições Graal, 1979. Pag. 5.
[5] Certeau observa acerca da relação pesquisa e escrita: "Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até à introdução, já organizada pelo dever de terminar". Op. Cit.Pag. P4.
[6] Muitos historiadores que trabalham com entrevistas, principalmente com pessoas públicas, percebem muitas vezes como estas já têm um discurso pronto, acabado muitas vezes de caráter macro, que nada acrescenta a outras fontes documentais.
[7] REVEL, Jacques. Microanálise e construção social in *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*.
[8] ALVES, Márcio Moreira. *O cristo do povo*. Rio de Janeiro. Editora Sabiá. 1968. Pag. 68.
[9] Entrevista com o Padre Jaime Le Boyer para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.
[10] BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1982. Pag. 33/34.
[11] Entrevista com o ex-padre Lambertus Bogaard para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.
[12] SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995. Pag.13.
[13] CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano.1.Artes de fazer. Rio de Janeiro; Editora Vozes. Pag 79.*O que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa*
[14] Entrevista com o bispo Dom Xavier Gilles de Maupeou D'Ableiges para o Projeto Guerreiros do Além
[15] Entrevistada citada.

(RE)COLONIZANDO O SUDOESTE DA AMAZÔNIA - Corumbiara/RO (1975-2005).[1]

Antônio Cláudio Rabello (UNIR – Universidade Federal de Rondônia)
Leonardo Felizardo Ferreira (UNIR – Universidade Federal de Rondônia)

Os Projetos Integrados de Colonização (PICs) tornaram-se políticas do Estado para a colonização da Amazônia no início da década de 70. Esses projetos faziam parte de um enorme esforço no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro. A grande marca do período militar para compreender sua ação na região foi a "Operação Amazônia", que era constituída de uma série de investimentos e ações políticas destinadas a ocupar, desenvolver economicamente e atender, com isso, às prerrogativas do discurso da Segurança Nacional.

Entretanto, mesmo se observada a mudança radical no regime político após o golpe militar de 1964, a intervenção na Amazônia seguiu as diretrizes adotadas na década anterior. A ação do governo tinha por base as proposições contidas no Plano de Valorização da Amazônia, elaborado em 1953, podendo ser comprovadas durante o processo que extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).[2] A nova agência incorporou e reproduziu as concepções anteriores para a colonização da região, conforme podemos observar no artigo 53 da lei de criação da SUDAM, onde se lê o seguinte:

> "(...) b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; (...) e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos".[3]

Em termos de planejamento, as etapas e os papéis a serem cumpridos mantinham determinações importantes: o papel do Estado, enquanto agente financiador do desenvolvimento na região; idéia de vazio demográfico, implicando na impossibilidade do desenvolvimento pretendido; no perigo político para a política de Segurança Nacional, que poderia significar a ausência de uma ocupação mais densa na região, propondo como alternativa da migração de povoamento.

Como parte de um mesmo esforço, o Estado criou o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia[4]. O resultado destes esforços culminou na ciração Programa de Integração Nacional, que, a despeito das prioridades estabelecidas pela SUDAM, determinava que a primeira etapa do programa seria constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

No decorrer do PIN uma nova estratégia para a integração da Amazônia e do Centro-Oeste à economia nacional[5]. Para isso, outros projetos foram elaborados e executados, como o programa Radar para a Amazônia (RADAM), que tinha por objetivo mapear a Amazônia Legal, através de aerofotogrametria, com fins de possibilitar uma intervenção do Estado a partir de novos conhecimentos sobre a região. Esse levantamento buscava, todavia, mais do que uma compreensão do espaço amazônico para ocupá-lo com migrantes, tinha como expectativa proporcionar novas possibilidades de investimentos na região.[6]

Se a ação do Estado parecia coordenada para estudar os recursos potenciais da região, a preocupação com a ocupação não foi esquecida. Através do Decreto-Lei Nº 1.164, de 1 de abril de 1971 o governo declarou em seu artigo primeiro:

> "Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto:"[7]

De acordo com o decreto, as terras devolutas para o *desenvolvimento* e a *segurança* do país se estenderiam por 17.855km de estradas, passando por todos os estados da Amazônia Legal, o que daria um inacreditável total de 3.571.000 Km² para serem utilizados em programas diversos, ou seja, 70% da Amazônia Legal ou 42% do território nacional.

Apesar da legislação, a área não foi utilizada em sua totalidade, mas os primeiros anos da década marcaram a ação do INCRA na região, a fim de promover a colonização.

O INCRA foi responsável pela execução projetos de colonização distintos, que tinham por objetivo fazer valer a ocupação das margens das rodovias amazônicas, através de dois tipos distintos de colonização: os PADs[8] e os PICs[9].

Além da política de colonização na Amazônia, os governos militares promoveram a política de criação de Pólos de Desenvolvimento, como parte integrante do PIN, fazendo surgir na região o POLOAMAZÔNIA[10], o POLOCENTRO[11] e o POLONOROESTE[12].

O POLOAMAZÔNIA previa uma ampla pesquisa e utilização dos recursos minerais da região. O minério de ferro era extraído da região de Carajás, enquanto o alumínio e a bauxita eram a base de extração em Trombetas. Em Rondônia, avançava a produção de cassiterita.

O POLOCENTRO tinha como área de atuação a região dos cerrados. Tinha como objetivos a instalação de estradas e locais de armazenagem. Entretanto, uma das metas básicas do programa estava vinculada ao estudo da viabilidade do plantio da soja na região. Tal empreendimento fazia parte de uma cooperação estabelecida entre o governo brasileiro e o japonês, através do programa como o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado), cujo intuito era possibilitar a colonização da região de Cerrado e produzir arroz e soja em larga escala, destinados à exportação, sobretudo para o Japão.

O POLONOROESTE tinha como principal finalidade o atendimento à região do entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR364). Tal programa visava criar condições para a efetiva colonização da região, através da pavimentação da rodovia, como também pelo apoio aos projetos de colonização iniciados na década de 70. Convém integrar esse projeto às duas outras preocupações dos dois programas anteriores. Em primeiro lugar, ao considerarmos o POLOCENTRO, a pavimentação da rodovia BR 364 (principal preocupação do POLONOROESTE), criaria a possibilidade de escoar a soja através do complexo viário BR364-Madeira-Amazonas-Amsterdã. Considerando os interesses mineralógicos contidos no POLOAMAZÔNIA, notaremos que, em Rondônia, a extração de estanho (cassiterita), ainda nos anos 70, também mudava de feição. O Estado proibiu a

ação de garimpeiros na região, determinando que somente empresas com lavra mecanizada poderiam estar à frente da mineração, como também, durante o mesmo período o estado de Rondônia tornou-se o maior produtor do Brasil.

A ação do Estado militar sobre a Amazônia produziu uma brutal transformação do cenário sócio-econômico-ambiental local, provocando inúmeros estudos.[13] A área do presente estudo foi escolhida por ser singular: 1) Houve um PIC na região; 2) Região que possui área de cerrado; 3) Avanço do plantio de soja e; 4) Àrea que sofre agressões ambientais.

A região de Corumbiara

A região em foco deste estudo é a região da bacia do rio Corumbiara, envolvendo os municípios de Corumbiara, Cerejeiras e Pimenteiras, no sul do estado de Rondônia. A colonização da região se iniciou na década de 70, fazendo parte do processo intitulado pelos governos militares de "Operação Amazônia", sendo lá implantado o Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro, em 1974 A área de estudo também foi palco de um dos mais graves conflitos de terra acontecido no estado de Rondônia, que ficou conhecido como o Massacre de Corumbiara, ocorrido em agosto de 1995. Atualmente observamos que o avanço da soja no sul do estado de Rondônia tem proporcionado significativas mudanças na paisagem local. A substituição da paisagem da floresta ou da região de cerrado por pastos ou pelo plantio de soja tem gerado protestos por parte de ambientalistas. Entretanto, uma outra alteração também pode ser observada: a mudança do uso da terra e a sua concentração e os conflitos no campo.

A implantação do PIC-PAR[14]

O PIC-PAR, localizado a 100 km a sudoeste da cidade de Vilhena, têm como limites o Mato Grosso e a República da Bolívia. Encontra-se fora do eixo da BR-364, em terras da União. A região tem, reconhecidamente, uma das terras mais férteis do Estado (Terra Roxa), além de ser rica em madeiras nobres, como Mogno e Cerejeira.

A área de 600.000ha era, antes da implantação do PIC, alvo de disputa entre nove grupos financeiros interessados em explorar o potencial madeireiro e da terra da região.

Com a exclusão de zonas alagadas, não consideradas favoráveis ao assentamento de parceleiros e, também de áreas em regularização de antigos posseiros residentes, o PIC-PAR teve sua área de implantação reduzida para 293.580ha.

Até 1976 mais de 29 mil famílias migraram para a Rondônia, entre eles: cearenses, pernambucanos, potiguares, mineiros, paulistas, gaúchos e paranaenses que, atraídos pela propaganda estatal, que, segundo Bekcer,

> "O Estado assume todas as fases de implantação e operacionalização do projeto, desde a seleção e assentamento dos colonos em lotes de 100 ha, até a produção e comercialização, fornecendo ainda assistência técnica e social".[15]

Após um processo de triagem os colonos instalaram-se em lotes de 100 há, aos quais o INCRA vinculava a posse definitiva aos colonos que fizessem benfeitorias nos mesmos, sendo que o desmatamento era a "benfeitoria" mais utilizada pelos assentados, conforme diz Valverde (1979:160).

> "A administração do Projeto permite aos parceleiros vender a madeira derrubada, medida que facilita a limpeza e a desobstrução do terreno para o plantio, além de garantir-lhes uma renda complementar. Em julho de 1976 a área desmatada era de 1.218,5 ha".[16]

Previsto para comportar um total de 3.656 famílias, em 1976 o Projeto contava com 2.757 famílias assentadas. Com efeito, a ocupação da área fez-se em ritmo acelerado; sendo a Vila de Colorado do Oeste o núcleo principal do PIC-PAR, também chamada de núcleo-patrimônio. A vila contava no mesmo ano, com 600 lotes ocupados, entre residenciais e industriais (serrarias, olarias, descascadoras,etc).

A região do PIC-PAR viu o posterior surgimento de cinco novos municípios em Rondônia: Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e o núcleo principal, Colorado do Oeste, além de potencializar o desenvolvimento sócio-econômico do município de Vilhena, que apesar de não fazer parte da área do PIC tornou-se o maior e mais desenvolvido município do cone-sul de Rondônia. Estes núcleos urbanos contaram com uma presença mínima do Estado, através de órgãos administrativos e de assistência

técnica, econômica e social, como por exemplo: ASTER/RO (atual EMATER), Banco do Brasil, INCRA, entre outros.

O INCRA construiu uma estrada no km 688 da BR-364, a 13 km de Vilhena. Esta estrada que liga, Vilhena ao Vale do Guaporé (Pimenteiras) tem 105 km, sendo 21 km dentro do Projeto; sendo de fundamental importância para atender aos sérios problemas de comunicação e de escoamento da produção local. Outros 515 km de estradas vicinais constituem a malha viária que interliga a região do Projeto. Os colonos tinham dificuldades para escoar e comercializar sua produção; dando oportunidade aos atravessadores, que compravam a produção na porta do produtor, coisa que a COBAL e a CIBRAZEM não fizeram.

Nos primeiros anos de implantação do PIC, as lavouras temporárias predominaram. Hoje observa-se o avanço da soja, que necessita de grandes investimentos em equipamentos, sementes e a necessidade de ser cultivada em grandes áreas de terra, o que tem como efeito a exclusão do pequeno produtor (colonos e posseiros), levando este a vender seus lotes e migrarem para outras terras de valor menor ou alojarem-se nas periferias/favelas/cortiços dos núcleos urbanos.

O estágio atual da pesquisa

A pesquisa ainda não está concluída, entretanto, observamos a permanência de um núcleo original do PIC-PAR, cuja permanência resiste ao avanço da grande propriedade e da grande produção, que se desenvolveram ao redor dessa área.

Estamos procedendo o levantamento das agências/agentes presentes nesse processo, principalmente as associações de produtores e sindicatos rurais, para compreender como esses grupos se articulam com as agências do Estado (IBAMA, Emater, Secretaria da Agricultura/RO), no intuito de analisar as alterações no uso da terra na região de estudo à luz da teoria de Estado Ampliado, de Antonio Gramsci.

[1] O presente trabalho faz parte de um projeto em andamento, intitulado Gestão Territorial e Desenvolvimento Sustentável (GTDS), executado por grupos de pesquisa da Universidade Federal de Rondônia e financiado pelo

FINEP. Participam do presente estudo os seguintes laboratórios e centros de pesquisa da UNIR: Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental (Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes), Grupo de Simulação e Modelagem (Prof. Dr. Sérgio Rivero), Laboratório de Biogeoquímica Ambiental (Prof. Dr. Ene Glória da Silveira) e Laboratório de Biologia Evolutiva (Prof. Dr. Mário Alberto Cozzuol).

[2] Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966.

[3] Idem.

[4] Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Decreto Nº 61.330, de 11 de setembro de 1967.

[5] Costa, Wanderley Messias da. Op. Cit. p. 68.

[6] Os resultados do RADAM foram publicados apenas em 1978. Assinava a publicação o Ministério das Minas e Energia (MME), através do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). É conveniente lembrar que o MME já era responsável pelos estudos energéticos na região desde 1968, com o objetivo de verificar o potencial hidrelétrico da região.

[7] Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Decreto-Lei Nº 1.164, de 1 de abril de 1971

[8] Os chamados Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) se destinam a agricultores com maior nível de capacitação profissional, experiência quanto à obtenção de crédito bancário e um mínimo de recursos financeiros. Nas áreas desses projetos o INCRA é responsável pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela implantação da infra-estrutura física, loteamento e titulação. As atividades referentes à assistência técnica, comercialização, saúde e educação não estão afetas ao INCRA, mas a outros órgãos diretamente responsáveis, seja ao plano federal, regional, estadual ou municipal.

[9] Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra (§ 2º, art. 25, do Estatuto da Terra), e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infra-estrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização sócio-econômica dos parceleiros. Cabe também ao INCRA outorgar aos beneficiários o título definitivo de propriedade da parcela.

[10] Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

[11] Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

[12] Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.

[13] Destacam-se os estudos do grupo de Bertha Becker (na UFRJ), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Museu Goeldi.

[14] Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro. criado pela portaria do INCRA nº 1.480, de 10 de outubro de 1973, sendo implantado em 1974.

[15] Becker, Bertha, Miranda, Mariana e Machado, Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília. Editora da UnB. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 1990. p. 150.

[16] VALVERDE, Orlando (Coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica. Volume 1: Sudoeste Amazônico, Rondônia e regiões vizinhas*. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1979. p. 160.

Entre o cativeiro e a liberdade: A escravidão no Brasil no final do século XIX.

Ariane de Melo[1]

***Resumo**: Este trabalho tem como objetivo buscar compreender porque muitos escravos que recebiam alforria continuavam a servir seus antigos senhores, e esta situação é visualizada até a abolição da escravatura. Esta contradição pode ser explicada em partes pelo âmbito político, ou seja, inseriam-se numa proposta gradual da extinção da escravidão, que se dava no final do século XIX. Todas as discussões políticas e a legislação deste momento convergiam para que o fim da escravidão fosse adiada o máximo possível, incentivando assim a continuidade dos escravos junto aos seus senhores, mesmo após a alforria, o que garantia assim os interesses da elite brasileira. Ao mesmo tempo, tal situação diz respeito ao caráter paternalista da escravidão, onde senhores e escravos estavam ligados por fortes laços de dependência, onde o escravo recebia proteção e devia gratidão ao seu senhor, e dessa forma se estabelecia a dominação dos senhores sobre os escravos, num universo de relações onde a submissão e o paternalismo tinham forte presença e influenciavam no rompimento das relações escravistas, mesmo após a alforria.*

***Palavras-chave**: laços de dependência, monarquia , escravidão*

Neste trabalho pretende-se compreender o porquê da continuidade das relações de dependência pessoal entre senhores e seus escravos alforriados no final do século XIX, mais especificamente entre 1866 e 1888, quando ocorre a abolição.O tema do presente trabalho situa-se num campo da história que não é muito explorado, e isto é percebido através do pequeno número de autores que tratam especificamente da continuidade das relações de dependência pessoal entre ex escravos e seus antigos senhores no Brasil do final do século XIX. Mas entre os autores que foram incluídos na pesquisa, Sidney Chalhoub é um dos que dão maior atenção a esta questão. Segundo este autor, esta continuidade das relações escravistas após a alforria relaciona-se diretamente às decisões políticas, especialmente aquelas que desembocaram na Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, visto que fazia parte de uma proposta gradualista de extinção da escravidão.

No quarto artigo desta lei determina-se: “O escravo que, por meio de seu pecúlio, ou por liberalidade de outrem, ou por contrato de prestação de futuros serviços, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria.” [i]

---

[1] Aluna do curso de especialização “História Social e Ensino de História” da Universidade Estadual de Londrina, que atualmente está desenvolvendo este trabalho em forma de monografia, sob a orientação da professora Dra Silvia Cristina Martins de Souza.

A questão fundamental destacada por S. Chalhoub é que a intervenção do Estado através desta lei no universo privado das relações entre senhores e escravos retirava o poder dos senhores, visto que antes de 1871 somente os senhores tinham o poder de decisão sobre a alforria de seus escravos. Segundo este autor, "a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos senhores."[ii]. Mas com a intervenção do Estado, "os escravos passavam a ter meios institucionais de obter alforria à revelia do poder senhorial. Que isso comprometia a política de domínio na escravidão parece óbvio."[iii].

Este debate acerca da questão servil já vinha sendo estudado desde 1865, solicitada por D. Pedro II. Este via como fundamental fazer o problema da emancipação caminhar, mas enfrentava a resistência dos próprios conselheiros parlamentares, visto que tal questão ia de encontro aos seus interesses. Segundo S. Chalhoub, surgiam assim tensões entre a conveniência política e convicções escravocratas, em defesa dos interesses particulares. A retórica oficial dos discursos do período condenava a escravidão, mas combinava-se com a defesa dos interesses escravocratas. De acordo com este autor, o debate político em torno da emancipação foi estimulado pelo isolamento internacional do país, último no ocidente a manter a escravidão. Neste momento, os debates acerca da emancipação ganhavam apoio quando convergiam para a extinção gradual da escravidão. Alguns parlamentares propunham que se deixasse a escravidão acabar naturalmente através das alforrias e mortes, pois assim não provocaria abalos na agricultura e na situação dos senhores de escravos. Muitos argumentavam também que a emancipação deveria ser feita somente após o fim da Guerra do Paraguai, esperando assim a recuperação econômica do país, bem como a melhoria de sua "situação moral". E foi o que aconteceu, visto que somente ao término da guerra é que se efetivaram decisões que partiam, segundo S. Chalhoub, do direito natural, atacando assim os limites da propriedade escrava. Neste contexto é que a lei de 1871 é aprovada.

Entretanto, apesar da legislação proporcionar determinados direitos aos escravos, também incentivava a continuidade da dependência pessoal entre escravos alforriados e seus ex senhores. Inicialmente através da alforria condicional, que previa prestação de serviços durante determinado período para que o escravo tivesse a liberdade. A lei também estabelecia que o alforriado ficaria sob inspeção do governo durante cinco anos, e se fosse pego na condição de "vadio" pelas ruas seria apreendido e obrigado a prestar serviços públicos. Esta lei acabava estimulando então a permanência dos libertos nas fazendas dos antigos senhores, visto que este não poderia mudar do município onde havia sido alforriado. Com isso, havia uma série de medidas que estimulavam a permanência dos laços entre libertos e seus ex-senhores.

Segundo J. N. Mendonça, no caso da Lei do Ventre Livre, "sob a 'proteção' dos senhores de suas mães, esses indivíduos foram alocados em um estágio intermediário durante o qual seriam preparados para viver em liberdade." [iv]. No caso específico desses indivíduos, a grande maioria continuava junto aos senhores de suas mães, poucos foram os casos em que os filhos eram entregues ao governo, para obtenção de indenização, conforme se estabelecia na lei. Assim, a grande maioria permanecia junto aos senhores de suas mães, passando a viver como escravos, pelo menos até completarem 21 anos. Isto denota o apego dos senhores a escravidão, e também a questão de que isto supria a falta de trabalhadores na lavoura. Assim, muitos escravos que eram alforriados acabavam continuando nas propriedades de seus antigos senhores, sob sua proteção, muitas vezes porque eram obrigados a continuar prestando serviços, ou também em muitos casos pela gratidão que sentiam, devido ao caráter paternalista das relações entre senhores e escravos, ou pela falta de opção de como sobreviver, mas o que na prática significava a continuidade das relações de trabalho escravistas.

Neste sentido, a autora Silvia Hunold Lara coloca que os escravos estavam inseridos num universo de relações pessoais em que a noção de dominação estava "embutida", e que não era necessária a presença física do senhor ou do feitor para reafirmar sua condição de submissão e controlar suas atividades, situação que existiu durante toda a sua vida.

Segundo esta autora, "quer pelas cláusulas freqüentes de pagamentos parcelados ou prestação de serviços, ou ainda pelo apadrinhamento, quer por uma rede de relações pessoais que os envolvia e os controlava, o liberto permanecia ainda sob o domínio senhorial."[v].

Sobre este aspecto S. Chalhoub comenta:

> "A aproximação entre escravidão e liberdade, para enfatizar a precariedade e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organizada em torno da reprodução dos laços de dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e paternalismo, cativeiro e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda."[vi]

Manuela Carneiro da Cunha ressalta o poder dos senhores de escravos dentro desta política escravista, e o caráter costumeiro da obtenção de alforria pelos escravos, visto que já acontecia com freqüência antes da lei legitimá-la. Porém a lei retira dos senhores o controle sobre a concessão de alforrias, retirando sua força moral perante seus escravos, o que contribui diretamente para o "desmantelamento oficial do escravismo". Segundo a autora, havia

> " a existência de laços morais entre senhores e escravos, laços que não deveriam cessar com a alforria. Uma ideologia só o é se compartilhada por seus atores: se se exigia gratidão e lealdade dos libertos, também havia injunções morais, basicamente de proteção, sobre os senhores."[vii]

De acordo com J. N. Mendonça a elaboração de uma legislação emancipacionista cumpria um projeto de abolição lenta e gradual, sem que a liberdade significasse uma brusca ruptura com a relação de escravidão. Neste sentido defendia-se de certa forma a manutenção da instituição escravista baseando-se na idéia de que os senhores eram os "protetores naturais dos escravos".

> "De acordo com essa lógica, retirar os escravos do domínio de seus senhores podia significar lançá-los ao abandono, à desproteção, pondo em perigo tanto a ordem social como o destino dos próprios libertos. Assim, os escravos deveriam ser 'introduzidos' à condição de liberdade sob a 'proteção' de seus senhores, sem que a relação de domínio fosse rompida de forma abrupta e completa."[viii]

Estes elementos acerca da dependência pessoal entre senhores e seus escravos também podem ser observados no romance Helena de Machado de Assis, produzido em

1876, e que portanto insere-se num momento em que a crise na instituição escravista inicia-se, devido primeiramente à lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico de escravos. De acordo com S. Chalhoub, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX. Neste sentido, Machado comentou intensamente as transformações sociais e políticas de seu tempo. Nesta obra, visualiza-se a política de dominação que se fundamentava na inviolabilidade da vontade senhorial e numa ideologia de produção de dependentes. O enredo localiza-se em 1850, mas é diretamente influenciado pelo momento em que o autor insere-se, ou seja, no cenário de intensos debates políticos acerca da escravidão que acabaram culminando na Lei do Ventre Livre de 1871.

Através da análise da obra de Machado de Assis, empreendida por S. Chalhoub e Jean Gledson, observa-se que é influenciado pela crise do antigo regime. Segundo Machado, a abolição não traria mudanças significativas ao país, pois só mudaria a forma de opressão, que continuaria existindo. Assim, pode-se dizer que possui uma visão pessimista frente às mudanças e crise pela qual o país passava, em especial no âmbito da política escravista. Neste sentido Machado já apresenta em suas crônicas o fim da escravidão mesmo antes da abolição, guiado pela crise que a sociedade enfrentava.

Neste cenário de continuidade dos laços morais entre libertos e seus ex-senhores, e da conseqüente permanência das relações de trabalho escravistas também encontra-se a questão da exclusão social destes escravos alforriados, o que também contribuía para a continuidade destes junto aos seus antigos senhores, onde encontravam proteção, escapando assim das incertezas da vida fora das fazendas. Sobre isso, S. Chalhoub enfoca a questão de que os libertos não tinham direitos políticos, além de enfrentarem a intensa vigilância e a constante suspeita, tanto das autoridades policiais quanto da população livre. Dentre os negros, somente os ingênuos tinham a possibilidade de votar se possuíssem a renda estabelecida pela legislação, apesar de não possuírem acesso a diversos cargos públicos efetivos.

Hebe Maria Mattos afirma que:

> "a manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno dos direitos civis e políticos aos libertos tornavam o que hoje identificamos como 'discriminação racial' uma questão crucial na vida de amplas camadas das populações urbanas e rurais do período."[ix]

De acordo com a autora, apesar da constituição dar direitos civis aos não brancos, estes não eram efetivados na prática, pois dependiam de seu reconhecimento costumeiro para que os escravos alforriados tivessem uma liberdade plena e efetiva, que inserisse o exercício dos direitos colocados na legislação.

Uma importante questão presente nas discussões parlamentares do período, que se inseriam na idéia da emancipação gradual, é que os libertos estariam despreparados para viverem em liberdade. Isto porque, segundo J. N. Mendonça, estes não teriam um "nível de necessidades" que os estimulassem a trabalhar, pois a escravidão os teria privado disso.

> Com isso, "os libertos, por terem vivido em regime de escravidão, apresentariam 'defeitos' que os inabilitavam para a continuidade do trabalho. Eles estariam 'embrutecidos', 'sem preparo', 'sem desenvolvimento moral', seriam 'ignorantes e boçais'. Isso tudo se traduzia em perigo quando se concluía que, com essa gente 'ávida de ociosidade' não se poderia contar".[x]

Assim, o melhor caminho seria a continuidade destes escravos alforriados junto aos seus antigos senhores, devido a sua falta de preparação para viver a vida em liberdade e desempenhar o trabalho livre. Permanecendo nas fazendas, preparavam-se para viver em liberdade, e supririam a falta de mão-de-obra, atendendo aos interesses dos proprietários, estando sob intensa proteção e segurança, o que garantiria sua sobrevivência. É importante mencionar que tais expectativas acerca dos escravos eram manifestadas somente pela parcela da sociedade que visava proteger seus interesses ligados à grande lavoura.

Portanto, segundo J. N. Mendonça,

> " na proposta do gradualismo estava pautada, e ao mesmo tempo definida, uma concepção específica de liberdade para os escravos. Segundo tal concepção, a liberdade deveria contemplar a preservação de laços de dependência pessoal entre libertos e ex-senhores. (...) Pautando-se pela concepção de que os libertos eram, ao mesmo tempo, indivíduos que necessitavam de proteção e contra os quais era necessário se proteger, reconhecendo no poder público a incapacidade de prestar proteção ou exercer o controle social necessário, os senhores eram designados como os melhores provedores de proteção e os únicos capazes de conter a desordem que poderia decorrer de uma liberdade desassistida"[xi].

Assim, percebe-se que a continuidade das relações de trabalho escravistas após a alforria tinha um aspecto de proporcionar proteção aos escravos alforriados, e faze-los cumprir uma série de medidas, como a prestação de determinado período de serviços, que mantinham a instituição escravista sem grandes mudanças, o que se inseria no projeto de uma abolição lenta e gradual da escravidão. Tentava-se por inúmeras ações adiar o fim desta relação de trabalho, o que era contribuído pelos fortes laços morais que uniam senhores e escravos, que não eram rompidos com a alforria. Neste sentido, várias situações convergiam para a continuidade da relação de dependência pessoal entre escravos alforriados e seus ex-senhores, e que atendiam aos interesses dos grandes proprietários de terra.

---

[i] BRUNO, Fabio Vieira (org.). *O parlamento e a evolução nacional: 1871-1889*. Brasília, Senado Federal, 1979, p.232.

[ii] CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p.100.

[iii] CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo, Companhia das letras, 2003, p. 186.

[iv] MENDONÇA, Joseli Nunes*. Cenas da abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na justiça.* 1º edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 47.

[v] LARA, Silvia H. "Trabalhadores escravos". In: *Trabalhadores*. Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do município de São Paulo, 1990, p. 05.

[vi] CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador.* São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 135.

[vii] CUNHA, obra cit, p. 137.

[viii] MENDONÇA, obra cit, p. 72.

[ix] MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 21.

[x] MENDONÇA, obra cit, p. 35.

[xi] MENDONÇA, obra cit, p. 51.

OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO POLÍTICA: DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA NO PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

ARIEL FELDMAN – Mestrando em História pela UFPR

O objetivo da presente comunicação é discutir de que forma se conformou e ampliação da esfera pública de discussão política no início do Período Regencial (1831-1840) em Pernambuco, atentando para os múltiplos espaços de sociabilidade que desempenharam um papel de alta relevância. Alguns desses espaços, como por exemplo a imprensa periódica, são típicos de uma cultura política moderna, e outros, no entanto, notadamente arcaicos, tal como a paróquia. A base documental que irá embasar tal discussão são os dois primeiros anos de publicação do periódico *O Carapuceiro* , ou seja, 1832 e 1833. Assim, 32 números foram analisados.[1]

Usaremos como embasamento as considerações que MOREL faz acerca de três entendimentos distintos, sendo que todos são válidos para a analise aqui proposta, acerca da expressão "espaço público". Em primeiro lugar trata-se da "cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com Estado." Trata-se, também, "da esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados". E, por fim, engloba "os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas."[2]

As poucas, mas importantes, analises que tem como tema central a imprensa periódica no Período Regencial, demonstram que a década de 1830 iniciou-se com um nítido aumento no número de periódicos em circulação. 1831, 1832 e 1833 foram os anos nos quais se presenciou o a maior número de títulos de jornais publicados na Corte desde o surgimento da imprensa livre, que se deu logo após a revolução do Porto (1820), até o início do segundo reinado (1840).[3] SODRÉ demonstra, por exemplo, que tal fase excluía a possibilidade de êxito para periódicos especializados, concedendo apenas aos que se afirmassem como políticos no

sentido mais estrito. Dessa maneira, poucas revistas que tivessem como eixo assuntos econômicos, científicos ou culturais tiveram sucesso, sendo que pasquins de tamanho reduzido e de duração efêmera surgiram em grande número, quase sempre promovendo intrigas políticas e dotados de uma linguagem extremamente violenta. O uso de agressões verbais estava, segundo SODRÉ, intimamente relacionado com a violência política que caracterizou o período.

Notamos que é nítida a ampliação da "esfera pública" de discussão política que se procedeu no Brasil no início das regências.[4] Mas, segundo BURKE, "poderia ser mais útil e mais iluminador olhar não a simples presença ou ausência de uma esfera pública mas as diferentes formas que uma esfera pública ou semi-pública pode tomar e a relativa importância que pode ter em diferentes culturas ou entre diferentes grupos sociais dentro de uma cultura." Em um momento de abertura política e de intensa luta pelo poder, como foi o início da década de 1830, o debate público ganhou uma dimensão especial, e há uma enorme diversificação de espaços que podem funcionar como palco para esse debate, sendo a imprensa periódica um dos mais importantes, mas não o único. No dizer de BURKE, "é o que pode ser chamado de esfera pública temporária ou 'conjuntural', em outras palavras, um tempo de excitado debate ao qual freqüentemente se seguem eventos incomuns."[5] MOREL empreende uma analise dos espaços de discussão política na Corte durante às décadas de 1820 e 1830 e mostra que há também permanências de práticas antigas nos espaços públicos da polis: vozes e gestos interagem com a proliferação de papéis incendiários, sendo que a sala do Teatro, na Corte, aparece como cena de teatralização política. Concluí MOREL que essas manifestações "continham aquilo que não podia ser impresso (ou mesmo falado) dentro dos limites vigentes e, ainda, permitiam envolver setores mais amplos do que o público habitualmente leitor ou redator." [6]

Ressaltaremos aqui a importância exercida por outros tipos de manifestação política, que transcendem a palavra escrita, no contexto de acirramento do debate político que se

procedeu em Pernambuco no inicio das regências, mostrando a política vivida no cotidiano, e a interação que houve entre comunicação oral e a escrita num momento de construção da ordem nacional. Passemos, pois, às fontes.

Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama inicia, no Recife, a publicação de *O Carapuceiro* no dia 7 de abril de 1832, exatamente um ano após a abdicação de D. Pedro I. O autor sugere, no subtítulo de seu periódico, que escreverá apenas acidentalmente sobre assuntos políticos, e que o tema central de seus escritos será a Moral. Assim, vende a idéia de que não pretende adentrar na "arena dos gladiadores periodioqueiros"[7]. Sob disfarce de jornal de crítica de costumes, com uma linguagem coloquial e satírica, *O Carapuceiro* adquiriu grande aceitação entre o público leitor na década de 1830. Camuflando assuntos políticos sob a égide de periódico apolítico, o Padre Carapuceiro, como ficou conhecido a partir de então Lopes Gama, teve comprovado sucesso editorial. [8] A peculiaridade dessa fonte merece um estudo mais verticalizado.[9]

No primeiro número de *O Carapuceiro,* Lopes Gama satiriza os "faladores". Com uma linguagem extremamente irônica, vai ridicularizar aquele que, rodeado de senhoras, "salta da moda à política, (...) dá política dá uma dentadinha de escárneo à religião, daí conceitua a respeito de tática militar (...)." Por fim ironiza as mulheres que[10] impressionadas com tal verborragia dizem: " 'que moço é este tão sábio? Meu tudo, grande homem é este.'E quanto menos o entendem, mais o aplaudem."[11] Mas ao mesmo tempo em que descreve situações genéricas da vida privada, faz críticas veladas aos agitadores políticos que, dentro de sua visão, foram os grandes responsáveis pelos inúmeros motins que se sucederam na capital da província no ano de 1831. Zomba aqueles "faladores" que criticam qualquer lei promulgada pelo governo, mas que quando são argüidos sobre os detalhes da lei, não conseguem explicá-la.

As rebeliões a que faz alusão são aquelas que se sucederam no Recife no ano de 1831 logo após o sete de abril. As causas da setembrizada, revolta que se iniciou nos quartéis e

depois se espalhou pelas ruas da cidade, bem como as da novembrada, levante no qual os amotinados exigiram a exoneração de pessoas com origem portuguesa das altas patentes governativas, são vinculadas, por Lopes Gama, aos espaços onde se procediam discussões políticas. São espaços tipicamente urbanos. No botequim, afirma Lopes Gama, "se discutem, e se decidem irrepreensivelmente as mais intrincadas questões de Direito Natural, e de Direito Público."[12] Dentro dos botequins, parece que os periódicos também ganham relevância e são discutidos. "Entre goles de cafés (que ordinariamente é um purgante) ou com o ponche em punho" as discussões acaloram-se. Continua relatando que

> ali se lavram irrevogáveis sentenças sobre o mérito, ou demérito dos Periódicos, sendo sempre aplaudidos aqueles que dão por paus, e por pedras, e os que dizem que o Povo deve fazer o que muito quizer: e se algum dá a entender em seus escritos que o Governo está comprado por D. Pedro, todos vitoream, e os aplausos não tem mãos a medir. Isso é que é escrever, (exclama um daqueles Padres Conscriptos) o resto é peta, o mais é ser moderado que é o maior vício que pode ter um filho de Eva. (...) Advirtam os meus leitores, que nem quantos vão aos botequins pertencem a esta matula: a carapuça só serve em quem serve.

Assim, *O Carapuceiro* torna-se uma fonte extremamente pertinente para se analisar as diversas facetas da "esfera pública" de discussão política. Nesse momento repleto de motins e sublevações, onde os mecanismos de controle social não se mostravam eficientes[13], os múltiplos espaços de debate político assumem grande relevância. Periódicos, botequins, Direito Natural, Leis promulgadas pelo governo, copos de café: tudo isso se entrelaçava numa complexa rede de relações sociais. A linguagem escrita assumiu, nessa conjuntura, importância primordial. Mas deve-se atentar para a fluidez com que os vários tipos de comunicação circulavam pela sociedade. O dito e o escrito se inter-relacionavam e por vezes se fundiam. Num momento no qual o grupo que se mostrasse mais forte tinha grandes chances de se alçar ao poder, o debate público ganha novos atores, novos espaços e formatos distintos. Outros espaços de sociabilidade política são descritos por Lopes Gama.

> O alfaiate, em vez de estar em sua loja, cortando panos e fazendo roupa, traz a corda os fregueses semanas, e semanas; por que vive talhando Governos, gizando Constituições, e alinhavando rusgas: o Sapateiro já não quer saber de couros, e solas; só fala em Gazetas, e não há Governo que não meta nas (palavra ilegível). Pois o Barbeiro, que dá para Publicista! Isso é uma peste; é nossa *Cólera Morbus.* Se o mando chamar para me limpar os queixos, não há Reino, de que não saiba notícias, não há Gabinete, que não traga no estojo, não há novidade com não venha, bem pronta e afiada; e se me há de escanhoar a barba, escanhoa-me a paciência com Políticas, ou (palavra ilegível).[14]

São fortes os indícios de que o período de instabilidade nas instituições governativas reverberou por todos os cantos da sociedade, fazendo com que espaços como o botequim e a barbearia tornassem-se palco de debate político. Outros exemplos nos mostram que a houve ainda outros espaços que ocupara papel de relevância nesse debate. Podemos perceber, pela grande preocupação de Lopes Gama com os padres que proferem discursos absolutistas, que a paróquia também foi local de propagação de idéias. Em sendo as aspirações restauradoras um de seus principais alvos de críticas no período em questão, e sabendo que as lideranças ultra-conservadoras se refugiaram no interior da província depois de debelada a Abrilada - levante que se processou no Recife em abril de 1832 - Lopes Gama atacou incisivamente os párocos das vilas do interior da província pela pregação que faziam.

Segundo ele, grande parte da população do interior crê que as instituições liberais vieram para dar fim à Religião Católica. Lopes Gama conta um caso no qual um casal de velhos que morava em uma pequena vila foi abordado por forças legalistas que reprimiam os rebeldes de Panelas, em um levante restaurador que ocorreu na região de mesmo nome em meados de 1833. Os soldados queriam apenas um copo de água. O casal de velhos camponeses, no entanto, quando viu aquele bando de homens armados, “foram arrancando do pescoço os bentinhos e rosários, e com as mãos postas disseram mui sizudamente ao Oficial – Srs. Soldados, não nos matem; por que nós somos tão judeus, como V.ms., e não queremos saber de Deus, nem de Santa Maria.” Após contar esse pequeno causo, O Padre Carapuceiro afirma que o medo “espalhado pelos matos de que os liberais querem destruir a religião” foi incutido na população pelos padres que defendem “As colunas do Trono e do Altar” em pleno sermão. A Guerra dos Cabanos, de discurso restaurador, vai se disseminar pelo sertão e só vai terminar com a morte de Pedro I em 1834. Lopes Gama sugere em um número de *O Carapuceiro* cujo título é “Necessidade de uma propaganda liberal”, algumas medidas para amenizar a repercussão dos discursos absolutistas proferidos pelos Padres de paróquias do interior: 1) criar escolas de primeiras letras em vilas do interior; 2) fundar tipografias por todos os cantos da

província; 3) fazer os párocos ensinaren artigos da constituição e noções de soberania; 4) fazer os párocos demonstrarem que as Escrituras não corroboram com o absolutismo nem tampouco com o despotismo; 5) instituir que os párocos ensinem noções de direito à propriedade e 6) fazer com que os párocos ensinem noções de liberdade civil, a importância da obediência às leis bem como os direitos e deveres do cidadão.[15]

As preocupações do Padre Carapuceiro demonstram que no interior de Pernambuco os espaços de discussão política ainda eram bastante arcaicos, sendo que a paróquia ocupava lugar de destaque. Nota-se que a preocupação de Lopes Gama em instituir tipografias e escolas de primeiras letras pelo "mato" demonstra a pouca influência que a palavra escrita exercia nessas localidades. A outra preocupação de Lopes Gama, ou seja, fazer com que os padres explanem sobre a finalidade das instituições liberais demonstra, por sua vez, que ainda não ocorrera de fato uma ampla diversificação da "esfera pública", pois se de fato esta estivesse sido processada no interior da Província, esse tipo de inquietação não teria fundamento.

Percebe-se, dessa maneira, que sociabilidades arcaicas e modernas coexistiram dentro de Pernambuco nesse período de intenso debate político. O inicio das regencias, que é de abertura política e de instabilidade social em Pernambuco, foi marcado pelo crescimento em larga escala da imprensa periódica. A linguagem dos jornais era extremamente agressiva, mostrando o reflexo que a violência dos motins poderia ter na palavra escrita. A esse nítido aumento no número de periódicos soma-se uma ampliação dos espaços urbanos de discussão política, e percebe-se como aquilo que era escrito estava intimamente relacionado com o que era falado. No interior da província, por sua vez, os espaços de sociabilidade política arcaicos ainda se mostravam bastante enraizados. A construção da nação terá como pano de fundo essa complexa rede de debate e de manifestação de opinião.

[1] Todos os números de "O Carapuceiro" encontram-se em GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro.* Edição Facsimilar da Coleção do Jornal (1832-1842). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.
[2] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos:* imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo : Hucitec, 2005, p. 18.
[3] MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder.* O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, D&PA, 2003, p. 23.
[4] HABERMAS, Jürguen. *Mudança estrutural da Esfera Pública.* Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
[5] BURKE, Peter. "A esfera pública 40 anos depois", in *Folha de São Paulo,* 24/03/2002, Caderno Mais!
[6] MOREL, Marco. "Papéis *incendiários,* gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830", in *Topoi: Revista de História.* Rio de Janeiro : Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7letras, 2002, p. 57.
[7] *O Carapuceiro, n. 1.*
[8] Sobre o sucesso editorial de *O Carapuceiro* na década de 1830 ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural.* São Paulo : Hucitec, 1996, p. 134.
[9] Essa análise será feita na dissertação de mestrado desenvolvida na Linha de Pesquisa "Espaços e Sociabilidades", da UFPR, pelo autor do presente texto, com orientação do Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva.
[10] A respeito da representação feminina nas páginas de *O Carapuceiro* ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural.* São Paulo : Hucitec, 1996.
[11]*O Carapuceiro,* n. 1 (7/abril/1832).
[12]*O Carapuceiro,* n. 2 (14/abril/1832).
[13]MOSHER, J. "Chalenging Autority*:* Political Violence and the Regency in Pernambuco, Brazil, 1831-1835*",* In *Luso-Brazilian Review,* XXXVII. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2000, pp. 47-48.
[14] *O Carapuceiro,* n. 2 (14/abril/1832).
[15] *O Carapuceiro,* n. 40 (16/fevereiro/1833).

OS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS E A AUDIÇÃO MUSICAL – SANTOS: 1860-1930

Arnaldo Ferreira Marques Júnior

Nos primeiros dias de fevereiro de 1860 chegou à cidade de Santos a notícia de que, em dezembro do ano anterior, formara-se em Londres uma empresa destinada a implantar o transporte ferroviário na Província de São Paulo (1). Para um porto cercado de altas montanhas, e relativamente distante das zonas produtoras de mercadorias exportáveis, a maquinização do transporte sem dúvida representava uma promessa de crescimento do comércio, dos empregos, da riqueza; não sendo à toa que a população santista, formada então por cerca de seis mil habitantes, tenha recebido a novidade com grandes demonstrações de alegria.

Com efeito, na noite de 03 de fevereiro “a maior parte dos habitantes desta cidade [...] illuminárão suas casas” (2), em uma atitude que remetia aos hábitos comemorativos dos tempos da colônia. Além da iluminação festiva, “duas bandas de musica percorrêrão as ruas, acompanhadas por numeroso concurso de cidadãos, que lançando ao ar muitos foguetes, derão vivas à nova empreza”.

Essa festa não transcorreu, porém, na mais perfeita ordem. Além de alguns foguetes mal lançados, que quase atingiram a multidão, a duas bandas terminaram por entrar em conflito, desordem “originada por ridicula rivalidade” que haveria entre elas.

Luís Arlindo da Trindade, diretor de uma das “músicas” (que levava o seu nome), alegou que a causadora do tumulto fora a “música” da Guarda Nacional – a qual, seguindo atrás de seus músicos, pretendeu tomar a frente, “por julgar sua dignidade offendida em vir atraz” (3).

A banda da Guarda Nacional tinha origem e funções claramente militares, servindo para marcar o ritmo das marchas, movimentos e exercícios da 'milícia cidadã'. Em tempos de paz, tocava também em solenidades e comemorações como a descrita aqui.

Por sua vez, a "música" de Luís Arlindo era uma corporação profissional, que obtinha seu sustento tocando em cerimônias religiosas, funerais e solenidades em geral. Ao que parece, tal atividade possuía grande demanda, pois nesta mesma época havia na cidade ao menos outras duas corporações musicais. Em setembro de 1859, a 'música' de Manoel das Dores propunha "fazer qualquer festividade, ou funeral e soiré" por um "preço (...) [que] será o mais commodo possivel" (4). Já a '*Sociedade Musical Ceciliana*', além de tocar profissionalmente, dedicava-se ao ensino da arte musical. Em agosto de 1860, ela anunciava "que tem estabelecido um escola para leccionar aos mininos [*sic*]" e ainda que os "vinte e tantos profissionais" dessa sociedade formavam "uma excellente e bem combinada orchestra para qualquer festividade" (5).

Podemos imaginar que em locais especialmente destinados a abrigá-la, tais como o teatro ou o coro das igrejas, a execução de músicas para diversos fins fosse levada a cabo pacificamente, dentro dos preceitos da "ordem" tão ao gosto das autoridades de qualquer tempo. Contudo, nas caminhadas pelas ruas da cidade, na mistura imprevisível de ricos e pobres, homens livres e escravos, nesses "palcos" improvisados em pleno espaço público, eram grandes as chances de ocorrerem tumultos e desordens de vários tipos, como as registradas naquela noite de 03 de fevereiro de 1860.

E o fato é que nos anos 60 do século XIX a demanda por audições musicais parecia aumentar em Santos, extrapolando os tradicionais usos religiosos ou comemorativos e tornando-se uma atividade de lazer cotidiano, laico, concebida em grande parte como uma diversão para ser fruída ao ar livre. Indicação dessa demanda crescente é o surgimento de

corporações amadoras, voltadas preferencialmente às apresentações gratuitas em locais públicos.

A mais antiga sociedade musical amadora santista da qual conhecemos a data de fundação é a '*Sociedade Musical Luzo-Brazileira*', criada em 02 de fevereiro de 1863 (6), vindo em seguida a '*Sociedade Musical União e Prazer dos Artistas*', fundada em 10 de abril de 1864 (7). Sabemos também que em fevereiro de 1868, a '*Sociedade Echo Nacional*' dava concorridos concertos (8). Por sua vez, a '*Sociedade Musical 15 de Abril*' foi fundada a 15 de abril de 1876 (9). Todas essas sociedades tiveram grande presença na vida dos santistas da segunda metade do século XIX.

É verdade que as atividades dessas sociedades amadoras não se limitavam ao lazer: tal como as suas congêneres profissionais, elas animavam todo o tipo de acontecimento, de formaturas colegiais à inauguração de linhas de bonde, assim como festas religiosas, como as de N.ª S.ª do Monte Serrat, em setembro ou as de N.ª S.ª do Rosário, em outubro. Mas dedicavam-se prioritariamente à dar concertos gratuitos ao ar livre, em locais públicos, para recreio da população.

Curioso que a idéia de "recreio" ia se construindo não propriamente na direção dos desfiles de rua (como aquele comemorativo da ferrovia e os próprios festejos carnavalescos, origem dos cordões e corsos), e sim na forma de concertos *estáticos*, executados em locais bucólicos, relativamente apartados da área urbana. Nos anos 60 do oitocentos faziam sucesso os "passeios" à parte da encosta do Monte Serrat denominada Itororó, onde havia a fonte do mesmo nome, tradicional ponto de abastecimento d'água dos santistas desde os tempos coloniais. Nos dizeres do vereador Carneiro Braga em 1869: "(...) a fonte do Itororó, [é] hum dos lugares mais freqüentados pela população d'esta cidade, que par'ali aflue afim de gozar d'amenidade e fresca do lugar nas calorosas tardes do estio (...)" (10). Além do Itororó, também o Paquetá e o distante Boqueirão da Barra (as praias de areia, situadas a seis quilômetros da

cidade) eram, na segunda metade do século XIX, locais utilizados pelos santistas para "passeio".

É importante notarmos que, tal como ocorria nas ruas da cidade, esses locais bucólicos funcionavam então como simples "palcos" improvisados, desprovidos de qualquer estrutura que organizasse a diversão. Aos olhos das elites da época, esses ajuntamentos de pessoas que se divertiam sem dúvida potencializavam o risco de desordens e inconveniências de todo o tipo. Uma questão a ser resolvida.

Não por acaso, no processo de requalificação das áreas urbanas ocorrido em Santos, e no Brasil, na segunda metade do século XIX, uma das ações executadas foi exatamente a organização da diversão ao ar livre, criando espaços normatizados onde as elites pudessem fruí-la com a garantia da mais perfeita ordem, os 'jardins' ou 'passeios' públicos. O exemplo vinha sem dúvida da Corte, onde entre os anos de 1861 e 1862 reformou-se o Passeio Público setecentista, desencadeando um processo de disseminação dos parques urbanos no país (11).

Em Santos, a primeira iniciativa para criar um espaço 'organizado' de lazer ao ar livre deveu-se a uma associação de cidadãos: a Sociedade Recreadora, fundada em junho de 1864 com o intuito de implantar um passeio público no já tradicional recanto do Itororó. Composta pela 'fina flor' da comunidade santista de então, a Sociedade esperava angariar doações públicas e privadas que viabilizassem o parque santista. Apesar de ter conseguido a cessão do terreno, gradil etc., o empreendimento não foi à frente e terminou abandonado anos depois.

Foi em 1876 que o acalentado projeto de dotar Santos de um passeio público finalmente se materializou, pelas mãos do poder público municipal. O local escolhido para sua implantação foi não porém um bucólico arrabalde, mas sim o largo da Coroação, uma praça central, próxima ao porto e às casas de comércio.

No dia 10 de setembro de 1876, o jornal local "*Gazeta"* publicava a seguinte notícia: "ILHA DA SAUDADE - Foi assim denominada a ilhota que a Camara está levantando no centro

do largo da Coroação, circulada por espaçosa bacia de fórma irregular e elegante. Concluídas as obras que ali se projectam, segundo o plano que vimos, e que tem estado exposto no salão da Praça do Commercio, tornar-e-há aquelle largo um ponto de reunião aprazível para a população d'esta cidade." (12)

Apesar da notícia da "Gazeta" não fazer qualquer referência a um coreto, é provável que, desde a sua inauguração, o *Jardim Público do Largo da Coroação* (nome que afinal tornou-se oficial) já possuísse um. Com ou sem coreto, a vocação do Jardim para a música evidenciou-se já em setembro de 1877, quando ocorreu ali um dos inúmeros eventos que então se faziam em prol das vítimas da seca do Ceará: um concerto coletivo promovido pela Sociedade Musical União dos Artistas, contando ainda com a participação das bandas das sociedades Luzo-Brasileira e 15 de Abril (13). De qualquer forma, em maio de 1879 o jornal "Diário de Santos" noticiava que a banda da Sociedade Musical Luzo-Brazileira havia tocado no **coreto** do Largo da Coroação (14).

O Jardim Público representava sem dúvida um espaço normatizado, onde o ajuntamento de pessoas podia ser controlado com minúcia. Bancos determinavam onde se podia sentar; ao passo que as alamedas e gramados direcionavam o público para o entorno de um equipamento especialmente concebido para a execução de concertos musicais, o coreto. Mais importante, o espaço era todo cercado por um gradil, permitindo selecionar quem entrasse e dificultando a fuga de eventuais infratores.

A opção deliberada de controlar o uso dos espaços de lazer ao ar livre por meio da implantação de jardins fechados fica clara em uma 'indicação' elaborada pela Câmara Municipal santista em junho de 1875. Tal indicação, aprovada pelos vereadores, solicitava à Assembléia Provincial que adicionasse ao Código de Posturas então vigente em Santos a seguinte norma: "Artigo unico. Nos jardins d'esta cidade serão observadas as seguintes disposições: §1º. Fica prohibido o ingresso nos mesmos jardins de pessoas descalças. §2.ºÉ

igualmente prohibido pisar-se na grama, colher flôres, tirar plantas ou danmifical-as por qualquer foram. §3. º Os contraventores incorrerão na multa de 10$000 [dez mil réis] ou soffrerão trez dias de prisão, sendo escravos." (15) Questão sutil, a proibição do ingresso de pessoas descalças implicava, na prática, na interdição à entrada de escravos nos jardins, dado que, por mais bem arranjadas fossem as suas roupas, os cativos tradicionalmente andassem descalços nas cidades brasileiras (16).

A instalação de coretos em parques cercados por gradis tornou-se um dos principais modelos de normatização dos espaços de lazer, no mesmo momento em que a demanda por diversão urbana aumentava na esteira do explosivo crescimento populacional do final do século XIX santista; crescimento que, por sua vez, criava novos desafios de ordenação social, extrapolando a tradicional tensão da sociedade escravista ao introduzir um novo '*outro*' na cidade, o imigrante.

De 1876 a 1913 a população santista aumentou de cerca de 10 mil habitantes para 89 mil, sendo nada menos de 42,5% deles imigrantes (17). Neste período dois parques foram implantados na área central: os Jardins Públicos da praça dos Andradas (o maior da cidade, inaugurado em 1882) e da praça José Bonifácio (reformado entre 1897 e 1900, recebendo um coreto fixo em 1902).

Juntamente com os novos mercados, avenidas, escolas e monumentos evocativos, esses parques serviram para integrar e controlar os habitantes daquela cidade efervescente, palco de greves e manifestações de todo o tipo, que chegou aos 102 mil habitantes em 1920. Seu papel seria finalmente relativizado (mas não de todo excluído) apenas a partir dos anos 30, com a emergência de um novo espaço de lazer, que passou a atrair mais e mais as atenções de santistas e turistas, brasileiros e imigrantes: a praia.

Notas:

1 - Trata-se da São Paulo Railway Company, que ligaria Santos a Jundiaí e seria inaugurada em 1867.

2 - Conf. “Revista Commercial” de 07/02/1860.

3 - Conf. “Revista Commercial” de 10/02/1860.

4 Conf. “Revista Commercial” de 23/09/1859.

5 - Conf. “Revista Commercial” de 31/08/1860.

6 Conf. “Diário de Santos” de 02/02/1883.

7- Conf. ‘Almanaque da Cidade de Santos de 1871’ **apud** Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 73, p.56.

8 - Conf. “Revista Commercial” de 01/02/1868.

9 - Conf. “Diário de Santos” de 15/04/1886.

10 - Conf. Atas da Câmara Municipal de Santos, Livro de 1864-1869, folha 283. Já em 1868 as sociedades musicais tocavam no Itororó, como se apreende nas notícias veiculadas pela “Revista Commercial” de 04/01/1868, de 01/02/1868, de 10/05/1868, de 15/08/1868 etc..

11 - Hugo Segawa, em seu *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996, dá uma ampla visão do processo oitocentista de implantação de parques urbanos no Brasil. Confira também MACEDO, Silvio Soares e SAKATA, Francine Gramacho. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: EDUSP / IOESP, 2003.

12 - A transcrição da notícia da ‘Gazeta’ sobre a construção da Ilha da Saudade foi encontrada tanto no “A Província de São Paulo” de 12/09/1876 quanto no “Correio Paulistano” do mesmo dia (é o ‘Correio Paulistano’ que identifica a edição da ‘Gazeta’ como sendo de 10/09/1876).

13 - Conf. jornal “A Província de São Paulo” de 25/09/1877.

14 - Conf. “Diário de Santos” de 06/05/1879.

15 - Conf. Atas da Câmara Municipal de Santos, Livro de 1875-1880, folha 23.

16 - Luís Felipe de Alencastro desenvolve esta questão em seu artigo “Vida privada e ordem privada no Império”, p. 78, **in** ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil. Vol. 2 - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

17 – Conf. Prefeitura Municipal de Santos. *Recenseamento da cidade e do município de Santos em 31 de dezembro de 1913*. Santos, 1914.

A historiografia sobre institutos de pesquisa científica em agronomia[a]

Aroldo José Bichaco[b]

Resumo: este trabalho faz parte de um estudo em andamento que se preocupa em identificar o contexto histórico em que surge o interesse pelo estudo da constituição de institutos de pesquisa agronômica brasileiros, as concepções de história da ciência, e o tipo de abordagem proporcionada por elas, presentes nos estudos levantados acerca desses institutos. O estudo também visa relacionar as opções teórico-metodológicas dos autores, e conseqüentemente o que delas resultou como trabalho final, ao contexto sócio-histórico em que estavam inseridos, ou seja, a sociedade brasileira da segunda metade do século XX e início do século XXI. Especificamente neste texto, serão apresentados os questionamentos e hipóteses iniciais deste estudo.

Inicialmente, é importante que façamos uma caracterização de como se constituiu o campo da história da ciência, com seus métodos e abordagens, para depois explanarmos sobre a nossa temática.

Tentativas de estudo da história do conhecimento que no século XIX começou a ser chamado de ciência, existiram desde a Antigüidade, mas eram estudos em sua maioria de caráter narrativo, biográfico e comemorativo. Foi apenas nas primeiras décadas do século XX, que homens como G. Sarton e A. Mieli, entre outros, passaram a considerar em seus estudos a influência de elementos sociais na ciência[1].

Na década de 1930 surgiu uma vertente historiográfica que enfocava a influência do social e do econômico na ciência. Alguns autores, tais como Hessen (1931), J. D. Bernal, D. Struik, entre outros, fizeram seus estudos a partir do método marxista, entendendo a Ciência como parte da superestrutura da sociedade, ou seja, como uma atividade no mesmo nível das instituições jurídicas, políticas e da cultura.[2]

---

[a] Este trabalho foi apresentado em 2004 ao quarto ano do curso de história da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado, sob a orientação do prof. dr. Jozimar Paes de Almeida.

[b] Atualmente aluno do curso de especialização em história social e ensino de história da Universidade Estadual de Londrina.

Outros, como R. K. Merton e L. Hogben, destacaram a importância de se levar em consideração a influência do social na Ciência, sem serem marxistas. Na década de 1940, a criação do *Journal of the History of Ideas*, marcou o aparecimento de uma perspectiva que via a História da ciência como parte da História das Idéias. De 1950 em diante, entretanto, a área da história da ciência se tornou mais ampla, passando esta a ser empregada na educação científica, planejamento dos governos, entre outras aplicações.[3]

Como pôde ser percebido, desde as primeiras décadas do século XX já existiam autores que faziam estudos históricos da ciência, levando em consideração a influência de fatores sócio-econômicos e culturais sobre ela. Mas muitos destes trabalhos tratam, segundo Schwartzmann, de grandes obras, descobertas e teorias científicas produzidas nos lugares de desenvolvimento científico mais dinâmico [4] (a mecânica de Newton por exemplo).

Essa forma de abordagem não permite conhecer o cotidiano da atividade científica, o qual é marcado pelo trabalho com questões de alcance limitado e de natureza específica ao objeto pesquisado.[5]

A historiografia da ciência moderna procura enfocar mais o social, o econômico e o institucional. Isso torna possível fazer história da ciência nos países onde não existe uma tradição já antiga de atividade científica, pois o que se busca sob esta perspectiva não são as grandes teorias e descobertas, mas aquilo que é “permanente e contínuo”, tal como o empenho na instalação de um moderno sistema universitário, ou institutos de pesquisa científica. Dessa forma, a história da ciência em países de tradição científica recente, tem de ser uma história social. [6]

A abordagem da história da ciência a partir da perspectiva de uma história social começou a se difundir na década de 1970. Com relação a isso Dantes menciona, entre outros, os *Estudos Sociais do Conhecimento* (Social Studies of Knowledge) que começaram a se desenvolver nesse período, por meio dos quais sociólogos, historiadores,

antropólogos e filósofos de instituições da Escócia e da Inglaterra, passaram a considerar a influência de elementos sociais na produção do conhecimento científico.[7]

Foi apenas na década de 1980, que começaram a ser realizados estudos mais expressivos sobre as atividades científicas em países onde não havia uma tradição científica mais arraigada. Teve influência sobre esse fato a alteração no campo da história da ciência, no qual se passou a realizar estudos a partir da perspectiva da história social, além da importância que adquiriu a ciência e tecnologia nas políticas dos estados a partir de meados do século XX, levando à formação de inúmeros profissionais (sociólogos, historiadores e filósofos) interessados no estudo da história da ciência. [8]

A respeito da historiografia da ciência no Brasil, Garcia, Oliveira & Motoyama, que escreveram no final da década de 1970, dividiram "[...] a produção historiográfica da ciência no País em três períodos: o primeiro se estende dos meados do século XIX a 1940; o segundo vai dos inícios dos anos 40 até meados da década de 60; o terceiro praticamente agora teve seu início."

No primeiro período da historiografia brasileira da ciência de 1850 a 1940, houve, portanto, uma produção razoável em termos de quantidade. Mas esses trabalhos, voltados em sua maioria às ciências biológicas e explorações científicas, tinham um caráter mais narrativo e comemorativo. Acreditavam no ideal da "Ciência pela Ciência". Demonstram que seus autores tinham um quase total desconhecimento dos métodos e técnicas da história.[9]

A obra *A Cultura Brasileira* (1943), de Fernando de Azevedo, marcou o início do segundo período da historiografia da ciência no Brasil. Depois dessa obra, começou a se estabelecer, ainda que vagarosamente, um certo tipo de análise, dotado de um maior cuidado metodológico e crítico no estudo da atividade científica. [10]

Mas nesse trabalho, o capítulo dedicado à história da ciência, ainda é marcado pela narrativa e não pela análise mais apurada do assunto. Entretanto, traz um

elemento novo para esta análise, ao associar a atividade científica ao movimento cultural da sociedade, compreendido como, econômico, político e religioso.[11]

A partir da década de 1950, o aumento da comunidade de cientistas brasileiros e a influência impactante da ciência e tecnologia sobre a sociedade com o desenvolvimento da energia nuclear, criou a necessidade do cientista se conscientizar do período histórico que estava vivenciando. Com isso a quantidade de pessoas dedicadas ao estudo da história da ciência aumentou de maneira significativa.[12]

O terceiro período da historiografia da ciência no Brasil, iniciado por volta da metade da década de 1960, é marcado por obras que indicam o uso de técnicas e métodos de análise histórica atuais, além do seu enfoque social. A história da ciência está cada vez mais sendo considerada como parte da "cultura científica", e os seus pesquisadores, em geral profissionais de outras áreas, tem procurado lapidar o seu instrumental técnico e metodológico para fazer história. Novas possibilidades se colocam para esta área no Brasil, através da superação da perspectiva narrativa e comemorativa. As análises recentes se beneficiam do instrumental teórico-metodológico trazido por Merton, pelo marxismo, por Bachelard, entre outros.[13]

No que se refere especificamente à História de instituições de pesquisa científica, Dantes afirma que as mudanças ocorridas nas abordagens históricas e sociológicas da ciência na década de 1970, influenciaram a história institucional, de maneira que as instituições científicas passaram a ser entendidas como pontos de intercâmbio entre interesses científicos e da sociedade, de valor histórico significativo.[14]

Mas até por volta de 1985, foram poucos os estudos mais minuciosos sobre instituições científicas brasileiras. Para que se reconhecesse o papel significativo dessas instituições no estabelecimento da atividade científica, era necessária uma mudança nos métodos de análise, através da adoção daquela perspectiva da história social da ciência surgida nos anos 1970, que busca entender os vários fatores sociais que influem sobre as atividades científicas. Foi a partir desta perspectiva que surgiram na segunda metade da

década de 1980 e na década de 1990 uma série de trabalhos sobre institutos de pesquisa brasileiros dos séculos XIX e XX.[15]

A partir dessas considerações iniciais, colocamos que este trabalho preocupa-se em identificar o contexto histórico em que surge o interesse pelo estudo da constituição histórica de institutos de pesquisa agronômica brasileiros, as concepções de história da ciência, e o tipo de abordagem proporcionada por elas, presentes nos estudos históricos que levantamos acerca desses institutos. O recorte temporal de nosso trabalho é dado pelas datas de publicação das obras que analisaremos, de 1976 a 2003. As obras levantadas (entre elas livros, dissertações, capítulos de livros e artigos) foram as seguintes: *O setor público de pesquisa agrícola no estado de São Paulo* (ALBUQUERQUE, ORTEGA & REYDON, 1986); *O 'Imperial Instituto Baiano de Agricultura' e as mudanças na agricultura e na agroindústria da Bahia na segunda metade do século XIX* (BAIARDI, 2004); *Institutos de pesquisa científica no Brasil* (DANTES, 1979-1980); *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro* (DOMINGUES, 2001); *Organização da ciência no Paraná: a contribuição do IBPT* (LUNARDI, 1993); *Ciência e Produção Agrícola: a Imperial Estação Agronômica de Campinas 1887/1897* (MELONI, 1999); *A Estação Experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira* (1920 a 1940) (OLIVER, 2003); *Instituto Biológico de São Paulo* (REIS, 1976); *História, Ciência e Tecnologia: 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da Agricultura 1927-1997* (RIBEIRO, 1997); *Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da corte portuguesa ao início da República* (RODRIGUES, 1987); *Ciência e tecnologia na agricultura: algumas lições da história* (ROMEIRO, 1987); *Estação Agronômica e de Veterinária do Estado: (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina* (SANTOS, 1998); e *A entrada no séc. XX e a consolidação das principais tradições de pesquisa* (SCHWARTZMANN, 1979).

A pergunta a partir da qual conduziremos as nossas reflexões é a seguinte: o que levou ao interesse pelo estudo da história de institutos brasileiros de

pesquisa agronômica no momento em que esses autores escrevem e, partindo do quadro historiográfico colocado anteriormente, qual é a concepção ou concepções de história da ciência que conduziram os estudos destes autores, quais os tipos de abordagens das instituições de pesquisa agronômica que elas proporcionaram, e qual a relação dessas concepções e abordagens dos autores com o contexto histórico em que eles se localizam?

Consideramos a hipótese, tendo em vista o quadro historiográfico que apresentamos anteriormente, de que a maior parte dos trabalhos que levantamos realizam um estudo histórico da ciência de caráter social. Entretanto, também acreditamos que dos trabalhos escritos na década de 1970 e 1980, aos trabalhos escritos no fim da década de 1990 e início do século XXI, tenha havido certas mudanças de enfoque e até mesmo um maior refinamento dos procedimentos teórico-metodológicos.

No que se refere especificamente ao contexto histórico, pode-se dizer que já o governo de Kubitschek (1955-60) buscou intensificar o processo de industrialização do Brasil, procurando atrair tanto investimentos de capitais nacionais como estrangeiros, além de investir na modernização do campo e do comércio de seus produtos, promovendo uma maior utilização de tratores, fertilizantes, construindo armazéns, estradas, entre outras medidas.[16]

Tratando das transformações no setor agrícola brasileiro da segunda metade da década de 1960 até finais da década de 1980, Beskow & Martine destacam que o governo militar, instalado em 1964, esforçou-se para intensificar, abrindo espaço ao capital estrangeiro, o processo de industrialização no Brasil, dando continuidade ao que já vinha sendo feito durante a década de 1950, numa tentativa de substituir de maneira mais rápida, importados por produtos industrializados no país. A partir desses esforços e da prosperidade da economia nos primeiros anos do governo militar, também houve a modernização da produção agrícola.[17]

As bases econômicas da sociedade sofreram grandes transformações, como resultado dos grandes incentivos e subsídios estatais à indústria, a qual expandiu-se

também sobre o campo. Nesse processo se constituíram os “complexos agroindustriais”, onde o capital proveniente das indústrias e do setor financeiro passou a ser investido na produção agrícola. O setor agrícola se tornou relevante não apenas devido à produção de matérias-primas para a indústria e alimentos, como também pelo seu consumo de máquinas e insumos agrícolas produzidos pela indústria.[18]

Adquiriram importância também aquelas culturas cuja produção era voltada à exportação ou à agroindústria, e que deveriam necessitar de máquinas e insumos agrícolas modernos. Esse novo modelo de produção agrícola se concretizou devido à adoção no Brasil do “pacote tecnológico” conhecido como “Revolução Verde” no início do governo militar, o qual buscava aumentar a produtividade agrícola por meio do uso de sementes otimizadas, aliado ao emprego de máquinas e insumos químicos.[19]

A propagação acelerada desse “pacote tecnológico” no Brasil se deu a partir de programas de auxílio norte-americanos e do trabalho de pesquisa realizado em institutos de pesquisa agronômicos e faculdades de agronomia, nos quais procurou-se otimizar sementes e verificar quais os fertilizantes e defensivos agrícolas ideais para a sua melhor produção.[20]

Levando-se em consideração que Institutos de pesquisa agrícola já existiam no Brasil desde o século XIX (a Imperial Estação Agronômica de Campinas, por exemplo, foi criada em 1887), consideramos a hipótese de que foi a partir desse processo de modernização da agricultura brasileira e seu grande impacto sobre a sociedade, no qual esses Institutos de pesquisa agronômica ganharam maior visibilidade no cenário nacional (devido a sua posição estratégica no desenvolvimento de sementes otimizadas e outras tecnologias), e das mudanças ocorridas nas abordagens históricas e sociológicas da ciência na década de 1970, que influenciaram a história institucional, de maneira que as instituições científicas passaram a ser entendidas como pontos de intercâmbio entre interesses científicos e da sociedade de valor histórico significativo,[21] que a história desses institutos passou a interessar alguns pesquisadores.

[1] GARCIA, João Carlos V.; MOTOYAMA, S. & OLIVEIRA, JOÃO C. de. O desenvolvimento da História da Ciência no Brasil. In: FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. (coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1979-1980. v 2, cap. 9, p. 385.
[2] GARCIA; MOTOYAMA & OLIVEIRA, loc. cit.
[3] Ibid., p. 383-386.
[4] SCHWARTZMANN, S. Ciência e Comunidade Científica. In**:**_____. *Formação da comunidade científica no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. cap. 1, p. 6-7.
[5] Ibid., p. 7.
[6] Ibid., p. 7-8.
[7] Ibid., p. 14.
[8] DANTES, Maria Amélia M. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In:_____.(org). *Espaços da Ciência no Brasil:* 1800-1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 15.
[9] Ibid., p. 388-392.
[10] Ibid., p. 393-394.
[11] Ibid., p. 394-395.
[12] Ibid., p. 398.
[13] Ibid., p. 402-406.
[14] Ibid., p. 14.
[15] Ibid., p. 14, 17-19.
[16] MOREIRA, Vânia M. Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J. e DELAGADO, Lucilia de A. (orgs). *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 159-160, 182.
[17] BESKOW, Paulo Roberto & MARTINE, George. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In:_____. GARCIA, Ronaldo Coutinho & MARTINE, George (orgs). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. cap. 1, p. 19-20.
[18] Ibid., p. 20.
[19] Ibid., p. 20.
[20] Ibid., p. 20-21.
[21] DANTES, op. cit., p. 14.

O SENTIDO DO CONHECIMENTO NO TEMPO PRESENTE, AS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA-LITERATURA E A QUESTÃO DA PROVA[1]

Astor Antônio Diehl[2]

Como *Leitmotiv,* podemos começar referindo-nos à pergunta formulada por George Steiner: Qual seria a alegoria que melhor representasse nosso tempo presente? Este sugestivo questionamento pode ser lido na obra *Grammatik der Schöpfung*. Steiner é um crítico da cultura e leciona em Oxford. Nele também podemos encontrar uma resposta bastante irônica para a sua pergunta. Escreve ele: a alegoria de nosso tempo seria um caixão que está sendo baixado na cova. Enquanto isso, vindo do caixão, houve-se o celular do morto despertar. Apesar de ser prosaica a resposta do autor, certamente esta poderia ser a representação alegórica do tempo comprimido e dinâmico, referindo-se ao fato de que nós poderíamos ser localizados mesmo após a morte. Entretanto, com o perdão da minha insistência, talvez não consigamos mais responder ao chamado.

A experiência diária com a velocidade, juntamente com isso a banalização do cotidiano parecem ser a marca do investimento mágico e da (des) referenciação que, por sua vez, insiste em formar uma espécie de diagrama da anmésia, porém como espetáculo. Ou como alguém já disse: a história está completando cinco anos e quem ler o jornal de ontem já poderia ser um historiador. A experiência da pressa traz consigo o fato que a linguagem não consegue mais apreender e representar a própria experiência humana. Este aspecto poder-se-ia chamar de 'desconfiança em relação à linguagem' ou 'perda da verbalidade das coisas' num mundo saturado pelo espetáculo.

Contudo, a perda dessa verbalidade das coisas pode-nos sugerir também a re-mitificação do mundo através da ideologia da riqueza e da indiferença, de reafirmarmos cada vez mais o imaginário ou ainda refletir sobre a possibilidade de irmos para além condição humana.

Esta premissa nos indica um caminho com uma bifurcação: um lado indica para o fato que tudo isso seria um obstáculo no sentido que não temos mais nada a fazer, e do outro orienta para a idéia de ainda podermos, neste momento, repensar a nossa condição de indivíduos e sujeitos que experimentam a e na vida[3]. Aquilo que seria um obstáculo para a se configurar uma possibilidade. Nesse sentido, a racionalização instrumental-técnica do mundo contemporâneo torna-se refém da mitificação de heróis salvadores em substituição ao mundo sem linguagem combatível com a experiência humana. Para o historiador o passado é um imenso teatro de operações, no qual estamos construindo e destruindo tais mitos. Essencialmente, a crise contemporânea situa-se numa geografia

muito peculiar, entre as revoluções das expectativas crescentes otimistas projetadas no futuro além do nosso tempo e as revoluções das expectativas frustradas do presente. Ou seja, a visão mecanicista de progresso constante e a idéia de redenção da humanidade no futuro, cedem lugar à perspectiva da redenção *do* e *no* passado[4]. Esta premissa pode sugerir a possibilidade de compreensão de romantizarmos e idealizarmos certas situações do passado.

Essa perspectiva é problemática, sobretudo, para os historiadores, pois apenas podemos compreender o futuro no passado. O lado prático dessa experiência de crise da idéia unívoca de progresso atinge as sociedades em vias de modernização europeizada e é transferido pelas relações de dependência estrutural (que, aliás, deixou de ser um tema relevante no pano de fundo das discussões), que podem ser exemplificadas nas estruturas de produção, nas relações de poder e de pensar, enfim, nas profundas contradições do projeto de modernização universal-iluminista.

Cada um de nós que possui sensibilidade suficiente para perceber contradições estruturais entre o seu mundo da experiência e a da geração passada, leva em consideração os resultados práticos desse desenvolvimento como fatos observáveis: na destruição ecológica durante a exploração da natureza via industrialização; no desmedido e crescente potencial dominador do poder de blocos nos Estados modernos; na profunda ruptura de possibilidades entre o mundo industrializado com as regiões do assim chamado terceiro mundo e, finalmente; na *desertificação* dos impulsos inovadores dentro do racionalismo institucionalizado pela ciência[5].

Portanto, se a crítica pudesse inverter o crescimento econômico a partir da forma como vem sendo operacionalizado (em um sistema econômico-estatístico do passado), então a atual exploração da natureza poderia ser compensada com o quadro equilibrado (entre homem e natureza) dos tempos pré-modernos e de culturas 'exóticas'. A *saudade e*, de certa forma, a *ansiedade* pelas alternativas do mundo atual encontram muito rapidamente seu revestimento histórico nos custos da experiência histórica, numa espécie de romantismo em que são idealizados determinados aspectos compensadores do futuro comprometido para não falar em paraíso perdido. Pensamentos semelhantes convergem para a superação da modernização, os quais encontramos na própria historiografia atual quando a questão central se volta para a cultura popular nos tempos modernos na Europa.

Da unidade, da estabilidade, da permanência passa-se à ênfase inversa (do diálogo entre tradições), à diferença irredutível, à inconstância da história em sua tragédia

da ação autônoma. Em outras palavras, podemos afirmar que emerge o potencial da imaginação produtiva e da razão prática, o que corresponde à limitação do poder de antecipação, de controle e ao reconhecimento de debilidade relativa, bem como da precariedade de toda ordem instituída.

Se, é difícil descrever os signos da cultura pós-moderna[6], que emergem de dentro da realidade contemporânea - estes signos podem ser minoritários, pois toda nova etapa histórica nasce de uma contracorrente cultural, isto é, de uma minoria -, mais difícil ainda é mapear a reflexão conceitual dessa trajetória. E aqui, fala-se de reflexos, pois o pós-modernismo não é só por definição fragmentado e centrífugo, como diz *Baudelaire*.

Desde o ângulo estético que *a modernidade é o transitório, o contingente e fugidio, a metade da arte, cuja outra metade é imutável e eterna.* E, o autor complementa dizendo que o observador, o filósofo, o pintor das coisas externas e não só das coisas externas, como das coisas duráveis, *e o pintor do momento que passa e de todas as sugestões de eternidade que este continha*[7]*.*

Apesar de todos os argumentos apresentados, a partir de diferentes autores, em tese afirmamos que a discussão ainda continua sendo feita sobre noções polarizadoras da razão. Parece-nos que a agenda, especialmente, das ciências humanas ainda não conseguiu viabilizar instrumentos e redes metodológicas que pudessem da conta da complexidade da questão principalmente quando atuamos no sentido de nossa proposta inicial, a de reconstituirmos as idéias de futuro no passado e essa orientada para uma cultura da mudança[8]. O passado torna-se uma espécie de sombra do ladrão de cada um de nós e ele nos faz perceber o perigo de onde o ladrão atacaria. Talvez um dos aspectos mais importantes refere-se ao fato de acharmos uma forma de falar sobre esta saturação cultural e transformar esse assunto em nossa matéria do tema de casa. No meu entender esta questão implica em redefinir a possibilidade e os critérios do diálogo entre história e literatura e, conseqüentemente, o estatuto da prova para a história.

O uso da metáfora da surdez não provém de algo patológico, mas sim da poluição sonora existente na discussão. Penso que a proposição de um diálogo mais produtivo entre história e literatura poderia ser encaminhada no sentido dos canais de comunicação e das regras do jogo, se aferirmos nossos instrumentos e técnicas nesse mesmo diálogo. E aqui invariavelmente estamos colocados de frente com questões de ordem metodológica na construção destas matrizes. Dentre as várias opções metodológicas, poder-se-ia apresentar uma possível compreensão desta pergunta a partir de seis vertentes metodológicas para darmos conta das muitas e complexas

configurações não só de cada uma das disciplinas em jogo, mas das interfaces entre a história, a literatura e a imaginação. Portanto, precisamos percorrer outro caminho daquele que se apresenta apenas a partir da cientificidade positiva, pois quando objetivamos trabalhar com a literatura e imaginário temos que ter presente que estes dois campos expressam os processos de infinitização e não o da racionalização científica.

Para fins do debate aqui, pretendo enumerar algumas das possibilidades. Estes caminhos, ao meu ver, podem ser configurados pela contextualidade a partir da proposição de Moser; pela *hermenêutica* oriunda do debate de Gadamer e Ricoeur; pela *narrativa e a memória* em Walter Benjamin, *meta-imaginação* conforme Hayden White*, pela representação e a linguagem* do local em Homi K. Bhabha e, finalmente, pela *estética* de Adorno ou ainda na combinação de elemento de diferentes vertentes.

Há certas dificuldades peculiares a este tipo de empreendimento, algumas de origens metodológicas, especialmente quando pretendemos explicar as estruturas de pensamento no passado. Geralmente, tais concepções metodológicas acabavam por demonstrar que existe uma aplicação tanto geral como particular e que elas seriam capazes de proporcionar generalizações. No caso de trabalharmos com as subjetividades e os sentidos da história, essa postura metodológica pode facilmente apresentar-se com características reducionistas e os resultados serem a própria legitimação de concepções firmadas a priori.

Pensamos, então, que os caminhos mais promissores sejam aqueles que envolvem não apenas a descrição dos fatos em si, mas aqueles que objetivem a compreensão destes, especialmente através da hermenêutica e da fenomenologia. Para tanto, não é necessário começar fazendo *tabula rasa* no sentido de desafiar escolas históricas, as quais foram e são as sementes das teorias da história e elas continuam estando em toda parte. Entretanto, como elas também fazem o pano de fundo intelectual muito amplo, as suas contribuições estão enterradas numa verdadeira erudição dificilmente domináveis.

Os primeiros passos, para qualquer nova postura, compreendem, sem dúvida, a necessidade de estabelecer relações dialógicas para substanciar o tratamento do assunto em questão. Portanto, a idéia pode parecer inicialmente paradoxal, revelando-se nela as contradições de posturas teóricas. No entanto, a relação entre história e sentido é evidentemente algo que deve superar as polarizações. Pois, ela envolve não apenas a simples catarse, mas as possibilidades de identificações com tradições culturais, com memórias, com qualidades sensoriais, com sentimentos objetivos e não objetivados, com

experiências individuais e coletivas que dificilmente podem ser explicadas apenas pelas contradições, apesar delas serem o fluxo vital dos sentidos na história. Esta relação dá-se sob forma de trocas simbólicas, para usar uma expressão central na obra de Pierre Bourdieu. Contudo, quanto mais a gente reflete sobre a significação destes aspectos, tanto mais se configura a hipótese de que a unidade fundamental da história, freqüentemente afirmada, reside na singularidade do significado e na significação dos fragmentos situado numa espécie de pré-história da racionalização. É exatamente este o mundo clandestino dos sentidos ou como sugere Pollak quando se refere aos *ditos* e aos *não-ditos*.

Seria inútil indicar para alguém, mesmo que haja uma solicitação, uma obra de história e que esta seja uma expressão das coisas do passado sem que haja um peculiar encontro do leitor com as experiências deste passado. Pode haver, isto sim, uma expressão de sentido em relação à estrutura textual, sobre a apresentação metodológica, sobre a estrutura narrativa, sobre os conceitos, enfim sobre a configuração formal.

A significação de uma obra de história, como expressão de sentido, é algo bem diferente, pois ela envolve imagens de temporalidades, numa espécie de *durée réelle* – noção de Bergson -, em concepções associadas ao mágico, de encantamento, de espetáculo e de sentimentos difíceis de expressão através da mera racionalidade científica. Isto ocorre uma vez que se estabelece uma referência – *insight* – de comunicação entre a obra e o leitor, percebido aqui como o público. Nessa perspectiva, forma-se um horizonte de natureza mágico de antecipação radical de sentimentos e de estruturas simbólicas, abalizadas nas experiências como sendo as chaves de compreensão criativa, pois são estas diferenças que nos fazem ser da espécie humana.

Até este momento consideramos a história quase que inteiramente a partir do que se poderia chamar de 'ponto de vista acadêmico', refletindo-a como produção de conhecimentos de um autor, isto é, como algo que toma forma à medida que são articuladas as representações narrativas do passado a partir da 'invenção controlada' de sistemas de referências. O que o historiador produz é uma expressão textual organizada a partir de pontos de vistas de interesses pelo conhecimento, de perspectivas de orientação teórica, de estratégias metodológicas e de estruturas narrativas.

Tudo isso visa de certa forma racionalizar o passado para que se chegue o mais próximo possível de uma 'objetividade' ou mesmo componentes de validade e, portanto, que esse conhecimento contenha funções sócio-culturais que extrapolem a subjetividade de quem as produz. Talvez poderíamos afirmar que, do ponto de vista do autor, o

processo de produção do conhecimento se bastaria até este momento. Em um outro sentido, contudo, o historiador produz tais representações sobre o passado tentando faze-las para atingir outras pessoas – o público. Uma outra faceta da questão é aquela que pressupõe o historiador e um público leitor ao menos, de forma hipotética, com alguma intenção social. Mesmo que um historiador produza uma obra pouco familiar, difícil ou original, ainda assim ele alimenta a esperança de provocar a crise e estabelecer um encontro de compreensão e ele trabalha com a convicção de que ela – a obra - possa ser compreendida suficientemente para que seja aferido o sentido posterior.

O historiador trabalha quase sempre com um leitor ideal e a sua obra torna-se parte de seu ofício. E é exatamente o leitor ideal que dá a medida da 'objetividade' de sua obra. O leitor percebe a obra não do ponto de vista meramente acadêmico, mas de quem busca soluções para os seus interesses. O sentido atribuído pelo autor, sem o qual não poderia trabalhar, não necessariamente corresponde àquele extraído pelo público.

Então, para uns poderá haver um caráter chocante da apresentação, já para outros este mesmo caráter pode vir a ser de suspeita emotiva ou mesmo lúdica. Estas diferenças de emissão e recepção do conhecimento são mensagens, às vezes enganosas, que facilmente escapam das racionalizações competentes e elas são problemas inerentes para os dois lados da mesma moeda. Portanto e para além do conhecimento propriamente dito, o sentido está também relacionado com as linguagens e símbolos discursivos. Então é através da linguagem que uma mensagem pode ou não ser decodificada numa espécie de sentimento de cumplicidade simbólica ou de radical rejeição. Estabelece-se uma relação de fascínio e temor.

O resultado da necessária simbolização é oferecer ao leitor uma maneira de conceber os sentidos e este processo inicial é elementar para se poder fazer algum tipo de juízo, de sentimento não com o historiador, mas com a representação do passado – com o texto ou para usar uma expressão de Foucault – com as relações entre as palavras e as coisas. O entendimento destas relações por parte do leitor exige dele, além do interesse e da imaginação produtiva, um certo refinamento – um querer apreender história – uma certa habilidade mínima para poder compreender a estrutura simbólica das representações. Poderíamos falar de sintonias criadoras.

O passado como tal é um patrimônio público, por que o passado representado em história quer trazer à tona as experiências de temporalidades vividas em todas as suas possíveis dimensões. Entretanto, este mesmo bem público não raras vezes é privatizado sob forma de monumentos dos mais diversos, de simbolizações heróicas, de batalhas ou

mesmo nomes por grupos ou elites que a partir deste processo constroem e legitimam as relações de poder na sociedade. Novamente, poder-se-ia evocar aqui as noções da *representação*, do *fascínio* e do *temor* como uma forma exemplar desse processo de apropriação e de validação do conhecimento histórico.

O que nos interessa perguntar, especialmente nesse momento é como essa noção iluminista do tempo orienta a narrativa? Certo é que a certeza de que se trata de uma linha que se desloca compulsoriamente em uma única direção, levou alguns autores, aqueles que se posicionam de forma crítica à concepção moderna de história[9], a identificarem esta linha como uma cronologia, o que faria com que os episódios conhecessem apenas uma sucessão e uma causalidade bem simples, um depois do outro o que vem atrás ocasionando o que vem à frente e assim por diante.[10] Mas, a narrativa comporta outra dimensão além da episódica. É aquela que Paul Ricoeur denomina de *configuracional*, dimensão que aponta diretamente para a categoria centra da narrativa, a idéia de enredo.[11]

O que é nesse ponto importante, é que tanto na narrativa somente no tempo linear que a envolve é o fato que ambos não somente oferecem uma linha para acolher e obrigar os mais distintos eventos, como também os articular em si, conduzindo *deduzir um padrão de uma secessão*, construindo a associando *totalidades significativas* a partir de episódios dispersos e isolados, fazendo com que, "para ser histórico, um evento deve ser mais do que uma ocorrência singular: ele recebe a sua definição em função de sua contribuição para o desenvolvimento de um enredo".[12]

Para este propósito resumido, organizamos algumas considerações. A primeira consideração está relacionada ao debate da constituição de uma topologia do pensamento moderno a partir de seus vetores de sustentação e como tais características repercutem na estruturação do pensamento histórico, evidenciando a cultura historiográfica. Procuramos apresentar pontos de maior ênfase: o território dos debates teórico-metodológicos, a paisagem dos debates epistemológicos e metodológicos e, finalmente, os limites e possibilidades do conhecimento histórico como forma de controle sobre a pluralidade de sentidos no horizonte das expectativas.

A segunda consideração está vinculada ao debate sobre alguns fatores, os quais podemos expressar através de cinco vetores: a multiplicidade dos tempos concorrentes, as peculiaridades dos processos sociais e culturais, a constituição de verdades concorrentes a partir dos métodos hermenêuticos, ou como alguns preferem dizer

condição hermenêutica, e fenomenológicos, a possibilidade do exercício da consciência fáctica sobre as experiências e, finalmente, a possibilidade de identificações.

A terceira consideração emerge da tentativa de debate sobre a compreensão do sentido da história, a qual dividimos em dois níveis diferenciados. O primeiro nível pode ser expresso pela pergunta: então, *onde podemos buscar o sentido das representações a partir do diálogo entre a história e literatura?* Fazendo-se uma vinculação com as tendências da historiografia contemporânea, podemos constituí-la a partir de configurações que estão registradas nos sistemas de referências, tais como: a memória, a utopia, a emancipação e a experiência. Este me parece ser o nó da questão da prova em que o imaginário na literatura possa ser também parte do processo de compreensão da dimensão histórica das experiências humano-sociais, no qual se destacam as idéias de futuro que se tinha no passado.

Parece-nos que está aí a importância dos nossos demônios tutelares que nos acompanha culturalmente, bem como a suspeita sobre o fato de procurarmos constantemente o sentido e o significado do conhecimento histórico nas mais diferentes temporalidades. Então, também, aquilo que por vários séculos de ciência formal foi denominado de irracional através de verdades absolutas sobre a realidade pode agora contribuir para uma cultura da mudança do pensamento histórico.

Notas

[1]Texto base da comunicação no Simpósio temático: Historiografia e Escrita de História: confrontos historiográficos contemporâneos. Londrina, ANPUH 2005.

[2] Professor do Curso de História da Universidade de Passo Fundo (RS). E- mail: cph@upf.br

[3] Parece ser este um dos propósitos do recém lançado livro de PINKER, Steven. *Tábula rasa.* A negação contemporânea da condição humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

4 Discutimos longamente a questão do progresso e seus desdobramentos em DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica*: memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.

5Conforme BODEI, Remo. *A filosofia do século XX*. Bauru: Edusc, 2000.

[6] Estes signos estão descritos por CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna*. Introdução às teorias do contemporâneo. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

7 Esta discussão está colocada em DIEHL, Astor Antônio. *Vinho velho em pipa nova*: o pós-moderno e o fim da história. Passo Fundo: editora da UPF, 1997.

8 Esta discussão está em DOSSE, François. *O império dos sentidos*: a humanização das ciências humanas. Bauru: Edusc, 2003.

[9.]Para essa questão, ver WHITE, H. Meta-história. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: ed. da USP, 1992. Discutimos este aspecto longamente em *Teoria da história e cultura da mudança.* Bauru: Edusc, 2005.

[10] É comum verificar-se esta posição em autores ligados a *Escola do Annales.* A sistematização desse aspecto está em FURET, F. *L'atelier de l'historie*. Flamarion/Paris, 1982, p. 5-34.

[11] RICOUER, P. *Narrative and human sciences*. Cambridge University Press, 1984.

[12] Idem, p. 171

A CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO

Áurea da Paz Pinheiro*

Danilo de Oliveira Silva*

Nos últimos vinte anos, as atividades de pesquisa e de extensão têm recebido atenção especial no mundo da Academia. Cursos de Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* e mesmo Projetos de Iniciação Científica vêm se expandindo e melhorando a qualidade dos cursos de História espalhados pelo país. No Piauí, isso, felizmente, já é uma realidade. No entanto, a atividade do historiador fica comprometida diante do estado de conservação das fontes hemerográficas que constituem um material riquíssimo de pesquisa. Esses vestígios, que poderiam estar sendo utilizados pelos pesquisadores, estão lacrados, silenciados nos escombros das instituições responsáveis pela guarda e gestão desses artefatos.

Sabemos que os arquivos permanentes não têm como função apenas armazenar os documentos, mas classificá-los, selecioná-los e conservá-los. Para isso, é preciso que possuam um corpo de técnicos especializados e funcionários conscientes da importância dos documentos que ali estão guardados. Infelizmente, o poder público e a maioria da sociedade civil, ainda, não sabem da importância da conservação desse patrimônio. Os documentos armazenados pelo Arquivo Público fazem parte da história e da memória do Piauí, daí porque não podemos aceitar a inexistência de políticas públicas eficazes que, verdadeiramente, contribuam para a conservação e a preservação desses lugares de memória. Ao historiador cabe não somente “garimpar” as fontes, debruçar-se sobre elas, fazendo a sua hermenêutica, mas engajar-se nessa luta, pressionando o poder público e procurando parceiros que tenham interesse em conservar o patrimônio histórico e cultural de suas localidades, bem como buscar sensibilizar os pesquisadores que desejem ver futuros trabalhos de reconstrução da memória histórica publicados.

No Arquivo Público do Piauí, encontra-se exemplares de jornais datados desde a segunda metade do século XIX. Periódicos guardados em armários de aço, alguns encadernados e lacrados, pois não há condições de manuseio, devido ao estado de conservação, em virtude da falta de uma política de gestão e conservação do acervo.

Enquanto cidadãos e pesquisadores, preocupados com a memória e a história local, estamos realizando um trabalho de identificação e catalogação em fichas, previamente elaboradas, com a orientação de pesquisadores e técnicos em conservação de acervos com suporte em papel da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Fundação Biblioteca Nacional, ambas as instituições no Estado do Rio de Janeiro, que, atualmente, são considerados centros de excelência no que tange à política de conservação e gestão desse tipo de acervo. O modelo das fichas com as quais estamos trabalhando contem dados do dia, mês, ano, redatores, perfil político-ideológico, temáticas centrais e o estado de conservação do periódico.

O acervo é rico como material de pesquisa para a história local e nacional. São fontes que nos dizerem sobre as imagens e as representações construídas pela intelectualidade piauiense que participou da política brasileira, oferecem-nos valiosas informações sobre os embates políticos entre grupos rivais, bem como da situação econômica e social do Estado. Há, nesses periódicos, destaque para as notícias internacionais, onde encontramos análises interessantes sobre a conjuntura internacional da época.

Nos exemplares *d'Piauí*, sobretudo naqueles de agosto de 1921, há diversos artigos sobre o problema que mais afetava a população local: o analfabetismo. Os intelectuais locais afirmavam que a instrução dos piauienses era urgente, pois demonstrava que o Piauí estava atrasado em relação às outras regiões do país, que já avançavam com políticas públicas para a instrução. Logo, o poder político local devia olhar de forma mais cuidadosa para a educação no Estado. A leitura desses artigos abre chaves de leitura, problemas e hipóteses de pesquisa como, por exemplo, a preocupação da elite intelectual com a falta de instrução da população, o que denunciava, para eles, o atraso do Estado e a pouca importância dada pelo poder público à educação. Assim, percebemos, através desse único exemplo, o quanto se está perdendo em termos de possibilidade de pesquisa e o quanto se perderá, caso esses jornais continuarem nas condições de conservação e guarda nas quais se encontram.

É urgente a montagem de um laboratório de conservação profilática para esse acervo, pois não podemos aceitar que fontes ricas para a compreensão e a construção da história do Piauí não possam ser pesquisadas, exatamente num momento em que as Universidades Federal e Estadual do Piauí estão desenvolvendo políticas de pós-graduação, fomentando a pesquisa sobre a história local. É a memória do Estado que está se perdendo. Assim, se não for tomada alguma providência, como uma política de gestão e de conservação desse acervo, a memória será silenciada para sempre.

O que pretendemos, neste trabalho, que vem sendo desenvolvido em parceria como o Arquivo Público do Estado do Piauí, a Universidade Federal do Piauí, o Centro de Ciências Humanas e Letras, o NUPEM (Núcleo de Pesquisa e Documentação - órgão ligado ao CCHL da UFPI), a ANPUH (Associação Nacional de História – Núcleo Piauí), a FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí) e CNPq, é diagnosticar a realidade do Arquivo Público do Estado do Piauí, no que se refere ao acesso às informações contidas em seu acervo, como, também, elaborar um guia do acervo com suporte em papel, mais especificamente os jornais do final do século XIX e início do século XX, que se encontram lacrados. O guia será disponibilizado em CD-ROM, publicação impressa e na web, por meio de uma homepage. A promoção de ações educativas, que possibilitem a conscientização da comunidade local para a necessidade de preservar e conservar o patrimônio cultural contido naquela Instituição, é uma das metas da equipe.

Atualmente, o projeto conta com a colaboração de dois pesquisadores, um com bolsa da FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí e outro com recursos do PIBIC/CNPq/UFPI. A proposta inicial era diagnosticar todo o acervo com suporte em papel do final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, no entanto, com os poucos bolsistas que temos, percebemos ser inviável essa empreitada. Resolvemos, então, trabalhar com a catalogação geral do acervo hemerográfico, que está lacrado e em péssimo estado de conservação, e só manusear, para um diagnóstico parcial, o Jornal *O Piauí*, que nos dará condições para sugerir a implantação de um Laboratório de Conservação Profilática de Papel. Para isso, necessitaremos de uma equipe especializada, com

experiência nesta área. Pensamos em recorrer ou ao Arquivo Nacional ou à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, instituições que já possuem tradição na montagem desse tipo de laboratório e no treinamento de pessoal para manusear, de forma mais segura, o acervo, que só depois de tratado, poderá ser microfilmado e digitalizado por instituições parceiras. A idéia é começar com uma visita técnica de profissionais da área de preservação e conservação, que aproveitarão a oportunidade para diagnosticar o acervo, avaliar as dependências do Arquivo, projetar o laboratório e ministrar oficinas sobre manuseio e preparo dos jornais para a microfilmagem e futura digitalização. Cremos que devemos envolver os bolsistas, tanto da UFPI como da UESPI e, sobretudo, os funcionários do Arquivo.

Nesse primeiro momento, estamos identificando e catalogando os jornais lacrados e trabalhando, especificamente, com o Jornal *O Piauí*. Para isso, elaboramos um formulário que nos fornecerá as informações necessárias para atingirmos os nossos objetivos.

O acervo do Arquivo Público do Piauí tem problemas quanto a sua organização, nos referimos, especificamente, às fontes hemográficas, objeto de estudo deste projeto. Os catálogos existentes na Instituição não revelam pontualmente o que realmente existe no acervo, daí porque o trabalho inicial foi no sentido de identificar *in loco* as fontes e confrontar a nossa identificação com as já existentes nos catálogos da Instituição, que não estão sistematizados como deveriam, ou seja, não seguem as normas estabelecidas nem pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), nem pelo CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). Daí a grande dificuldade neste primeiro momento da realização da pesquisa.

Ao término desta etapa, foi possível uma visão pontual do acervo, para daí passarmos a compreender a lógica de organização e conservação das fontes hemográficas da Instituição. O que podemos observar é que falta uma política de conservação, mesmo que profilática do acervo, vez que percebemos, por exemplo, que um exemplar do Jornal *O Piauí,* de 1902, está em melhores condições de manuseio que um exemplar de 1923, que já não permite mais manuseio por parte do pesquisador, o que é algo grave e que necessita de providências urgentes, sob pena de perdemos a memória contida naquelas fontes.

Estamos realizando um levantamento geral de todos os jornais lacrados, alguns já sem nenhuma condição de manuseio, além daqueles periódicos acomodamos em pacotes, impossíveis de serem tratados, vez que contém somente fragmentos, completamente destruídos pela falta de uma política de conservação.

Assim, percebemos ao longo do percurso, que o silêncio dos museus, dos arquivos, dos centros de documentação contrasta com a eloqüência dos seus acervos, que se prestam à reconstrução da História, pois, face à riqueza que um documento de época representa conseguimos elaborar uma narrativa histórica, não como uma enumeração de fatos colhidos do passado, mas, essencialmente, por meio de um diálogo entre o presente do historiador e passado presente no documento. Sem ser a História Total, o espaço-tempo, selecionado pelo historiador, constitui um significativo apanhado das relações sociais e familiares, das contendas políticas, das crises e postulados econômicos, do movimento cultural, das mentalidades, das decisões de gabinete, das conversas que não vão além do espaço privado. Os ofícios, as leis, as mensagens governamentais, as memórias expressas na oralidade dos velhos, os álbuns de fotografias, as crônicas jornalísticas e os boletins policiais, o convite de uma festa, a propaganda de um partido político ou de um comércio, todos indícios que constituem fontes com as quais o historiador vai dialogar e montar tantas histórias, que ainda estão por serem elaboradas.

Quanto ao Piauí, há uma infinidade de possíveis histórias a serem desveladas. O caráter tardio da formação de historiadores profissionais piauienses em relação a outras regiões do país talvez explique em parte essa realidade.

Reafirmamos que, Indiferentes a qualquer diálogo possível ou não, e aí se avultam os entraves para a construção das *histórias do Piauí*, não existe no Estado uma política consistente de gestão de documentos históricos para pesquisa ou mesmo consulta. O que não é uma peculiaridade piauiense, vez que os Estados já não têm conseguido assegurar sozinhos um plano gestor que dê conta da identificação, preservação e conservação patrimonial ou ainda disponibilização eficiente dos acervos documentais dos arquivos, museus e bibliotecas. Assim, a realidade dos nossos tempos tem condenado ao descaso o

legado cultural que nos foi deixado de outras épocas e com o qual poderíamos, ora nos identificando e confundindo, ora enxergando mais claramente as nossas especificidades em relação a esse passado, construir, de forma mais legítima, uma relação de pertencimento com um mundo, se não sustentado na memória, certamente apoiado numa consciência histórica suficientemente crítica que aponte para o aspecto coletivo da tessitura das narrativas e reforce em nós a idéia de identidade.

Via de regra, o fim de uma sociedade da memória não tem implicado a formação de uma sociedade da História, uma vez que essa última também se encontra ameaçada em meio ao aniquilamento das sobras (matérias ou não) do passado. Os casarões erguidos, quando da época em que mesmo as cidades mais urbanizadas ainda respiravam um ar interiorano, estão sendo demolidos e dando lugar a prédios comerciais; as praças, que, vários domingos atrás, se enchiam com o lazer das famílias, se esvaziam de qualquer significado e terminam depredadas pelo pouco interesse que despertam. Ora, se é assim com o acervo arquitetônico, o que diremos daqueles testemunhos documentados em papel, em especial aqueles mais antigos que se encontram sob custódia dos arquivos públicos estaduais. A impossibilidade de acesso às fontes tem freado o ânimo de pesquisadores, como já afirmamos.

Como amostragem, selecionamos, para a primeira parte do trabalho, o título *O Piauí*, jornal oficial do governo do Estado, com o qual pretendemos diagnosticar o estado físico de conservação do periódico, bem como recolher informações que dêem pistas sobre a política, a economia, a cultura, a sociedade e o cotidiano dos moradores da Capital e do Interior, os interesses da elite de letras, as polêmicas e tensões pelas quais passava o Estado entre o final do século XIX e o início do XX.

Os discursos manifestam anseios, temores e o espírito da sociedade piauiense no contexto político que vai do Império à República, o que se soma a uma economia dinamizada pelos ciclos da maniçoba e depois do algodão. As páginas do jornal trazem os preconceitos das elites constitutivas da “verdadeira sociedade” contra a maioria de marginalizados. É interessante ver a escravidão sendo sagazmente naturalizada no discurso

dos latifundiários de grande expressão política, para anos depois se lançar sob manifestações culturais dos negros "libertos". As narrativas constam, ainda, das repercussões do feminismo, fenômeno mundial de meados dos anos 1920, que, no Piauí, se apresentou mais tímido, mesmo quando o sujeito da fala acabava sendo uma mulher. As crônicas dos jornalistas piauienses revelavam por sua vez impressões de uma Teresina que, em 1914, vivia "uma pacatez de aldeia". Nesse passeio pelos discursos presentes nos jornais, encontramos os impactos de acontecimentos internacionais, como a Primeira Grande Guerra (1914-1918), por exemplo. As notas ainda fazem referência à seca de 1915, celebrizada por Rachel de Queiroz; ao movimento de Canudos, que conhecemos pela obra de Euclides da Cunha; à coluna de Prestes.

Claramente percebemos os padrões buscados por essa sociedade, onde o modelo francês sempre esteve presente na moda, nas leituras, na linguagem, nos refinamentos à mesa, chegando às linhas gerais do pensamento científico da época, notadamente marcado pelo Positivismo de Comte. Os postulados de um Racionalismo que se relacionavam com a leitura que os piauienses faziam da realidade, do passado, e com os quais pensavam o futuro. Não raro encontraremos essa elite letrada consumindo a obra de Darwin e Spencer, mas optando por uma literatura marcada por um romantismo exacerbado.

Vale lembrar, ainda, o esforço da imprensa oficial em constituir a imagem do piauiense destacando a uniformidade das suas ações e inserindo-o no contexto da Nação, enquanto patrióticos cidadãos que conquistaram para o Brasil a independência no riacho do Jenipapo. Não poderia faltar, é claro, a propaganda em torno da personalidade dos governantes colocados como os dirigentes do destino do Estado.

---

* Doutora em História Cultural pela Unicamp. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e Membro do Colegiado do Mestrado Acadêmico em História do Brasil da UFPI. E-mail: cliocolibri@hotmail.com; cliocolibri@bol.com.br.
* Graduando em História na UFPI e bolsista PIBIC/CNPq.

Cidade, poder local e atividades econômicas: Bahia, século XVIII.

SOUSA, Avanete Pereira*

A cidade de Salvador no período colonial constitui-se, sem dúvida, espaço estratégico no qual se concretizavam os processos e as manifestações gerais e específicas da colonização portuguesa no Brasil. De fato, enquanto palco privilegiado de exercício do poder político, administrativo e econômico da coroa, Salvador tornara-se instrumento de reprodução da política administrativa e mercantil metropolitana por toda a colônia, ao mesmo tempo em que, internamente, era submetida às ações e ingerências do poder camarário que superintendia todas as atividades da vida cotidiana, inclusive as econômicas.

Levando-se em consideração que um dos fundamentos da colonização portuguesa no Brasil foi a estruturação de redes de poder e mecanismos de controle capazes de facilitar a exploração econômica do território e disciplinar os agentes sociais envolvidos nesse processo, cabe ressaltar a preeminência da cidade de Salvador não apenas na qualidade de centro do poder político estatal e de outros micro-poderes, mas, sobretudo, como núcleo principal de uma economia que abrangia um vasto mercado em expansão, tanto local, como regional e colonial-metropolitano. Decerto, Salvador era na época uma cidade eminentemente comercial, núcleo central da articulação entre os processos de delimitação, manutenção e reprodução do mercado e os níveis de poder econômico e político.

A consolidação da sociedade colonial que ora se formava efetivou-se mediante a existência de "estruturas sociais de equilíbrio presentes por todo o território", sendo Salvador a depositária da maioria e das mais importantes destas. Do ponto de vista da

* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em História Econômica (USP). E-mail: avanete@uol.com.br

organização econômica local "foram às câmaras que o poder central" recorreu, visto serem aparelhos político-administrativos eficientes de controle e da fiscalidade régia[1].

Assim, interessa-nos nesta comunicação identificar, descrever e analisar as ações do poder local camarário e a sua presença na criação, no controle e na dinâmica dos mecanismos e dos instrumentos responsáveis pela produção, pela circulação e pelo intercâmbio comercial na cidade de Salvador e nos núcleos e áreas com as quais esta mantinha relações. Importa-nos, sobretudo, evidenciar a manifestação e a importância do mercado citadino, eminentemente local, consubstanciado nas pequenas lojas e no comércio ambulante destinados ao suprimento da população da cidade e de seu termo, enfatizando os elementos que lhe eram peculiares.

Comércio, circulação de mercadorias e abastecimento no meio urbano

É sabido que "nenhuma outra instituição do Antigo Regime modela e é tão profundamente modelada pela organização do seu espaço territorial e sociedade envolvente como o município. Ele é a instituição que apesar de tudo melhor e mais largamente representa as populações inscritas no aro do seu território. Está, assim, marcado pela arrumação urbana ou rural da sua população, mas também pelas suas estruturas sociais, políticas e econômicas"[2], ficando, pois, condicionado e submetido às suas demandas e reivindicações.

A produção de gêneros para o mercado europeu, a circulação e o comércio de mercadorias e o abastecimento das cidades e vilas brasileiras foram temas de permanente preocupação por parte da coroa portuguesa, requerendo constante vigilância e providências. Parte das atribuições inerentes ao fomento de tais atividades, se não era de total responsabilidade das câmaras, em um ou outro momento, recaía sempre sobre elas.

Em Salvador, no caso da regulamentação do principal produto de exportação, o açúcar, por exemplo, a participação indireta da câmara consubstanciava-se na nomeação de louvados, representando os senhores de engenho, os lavradores de cana e os grandes comerciantes, para discutir, avaliar e chegar a um acordo quanto ao preço a ser fixado para comercialização do gênero[3].

O comércio e a circulação de mercadorias em Salvador vinculavam-se a uma substancial mas heterogênea franja da população que ia desde homens e mulheres que, na beira do cais e pelas ruas, vendiam a retalho toda sorte de gêneros e mantimentos, até ao grande negociante com firmes relações exteriores. Estavam, pois, diretamente associados às carregações marítimas e terrestres, às lojas abertas, ao comércio ambulante, aos armazéns e trapiches[4] existentes nas cidades alta e, principalmente, na baixa, cujas funções ligavam-se diretamente aos mercados de trocas em nível internacional e interno, ou seja, a distribuição de produtos em nível local e regional.

No princípio do século XVIII funcionavam na cidade cerca de 86 vendas de secos e molhados[5], número que no final do século havia quadruplicado[6]. Só em 1792 foram concedidas pela Câmara 426 licenças para abertura de lojas, tabernas e botequins[7]. Os grandes e importantes comerciantes, de tecidos e outros produtos importados, de Salvador, em sua maioria “mercadores de sala ou sobrado”[8], possuíam, todos eles, entrepostos nas principais vilas do Recôncavo e do sertão, conformando uma rede comercial que envolvia mais de cento e cinquenta pessoas[9]. Por vezes, configuravam-se como agentes comerciais, representantes de negociantes do reino, cuja atividade limitava-se à venda e distribuição de mercadorias por mar e por terra[10].

Além de regulamentar o exercício de tais atividades, através da concessão de alvarás de licença, à Câmara competia ainda a instituição de medidas, a arrecadação de certos direitos fiscais e a fixação de valores da maioria dos produtos, conforme o previsto nas Ordenações do reino, excetuando-se apenas os monopólios reais como o sal, o trigo,

o azeite e o vinho[11]. Essa era uma das formas eficazes de intervenção indireta do poder monárquico português no Brasil e é nesse contexto que se revela a mais importante tarefa dos edis de Salvador, traduzida na missão de planejar e vigiar a cidade cotidianamente, de modo a garantir a ordem vigente das coisas, daqui e d' além mar.

Mais que em qualquer outro aspecto, em todo o império português, o provimento dos núcleos urbanos era atributo inerente, e quase que exclusivo, das câmaras. Embora nesse ponto a disposição do poder local camarário em Salvador fosse ampla e complexa, eram sobre três indispensáveis produtos que se concentravam as iniciativas da vereança, no sentido de regulamentar satisfatoriamente a sua oferta: a farinha de mandioca, a carne e o sal.

Até o século XVIII, quase toda a farinha consumida em Salvador vinha das vilas do Recôncavo Sul, quais sejam, Camamu, Cairu e Boipeba, as maiores produtoras da capitania da Bahia. A falta do mantimento e a consequente diminuição do tráfico negreiro, devido à utilização do gênero no abastecimento das frotas, fez com que a Câmara de Salvador tomasse medidas protecionista e impulsionadoras da produção como obrigar os senhores de engenho e lavradores de cana a plantarem mandioca; proibir às três vilas do Sul e também aos povoados de Maragogipe, Saubara, Campinhos e Capanema de investirem na criação de gado e obrigar os negociantes de escravos a, tendo sítios, plantarem mandioca suficiente para o provimento da viagem.[12] Ademais, proibiu a comercialização desenfreada do produto para outras capitanias, medida que mais tarde vai estender-se a diversos outros alimentos[13].

Essas ações revelam aspectos interessantes das contradições do sistema mercantil-escravista no tocante à produção para o mercado interno e para a sua própria reprodução ampliada. A dificuldade em suprir satisfatoriamente a população urbana indica que, a rigor, a produção para o mercado interno era frágil e, quando muito, satisfazia apenas às demandas das unidades produtoras para o mercado externo, como os

engenhos, das pequenas localidades e da sua própria reprodução (subsistência). Ao que transparece, o setor tinha uma limitada capacidade de produção e não funcionava ao sabor da lógica do mercado, não atendendo os seus reclamos de aumento de produtividade. Disto resulta o constante dilema vivido pelo poder local. Desviar a produção de farinha para o consumo dos mercadores de escravos punha em perigo as condições de vida da população citadina, o que poderia criar uma situação de tensão social e política. Não garantir-lhes esse meio alimentar era ameaçar uma fonte de renda para a Coroa e inviabilizar a racionalidade da reprodução ampliada (contínua e total) do sistema escravista, que dependia da apreensão de braços escravos vindos da África, sem o que estagnaria ou prejudicaria a dinâmica estrutural da sociedade colonial.

No respeitante à distribuição da carne, que era monopólio régio sob administração camarária, embora transmitisse direitos comerciais, através da arrematação dos talhos, a Câmara de Salvador continuava com a prerrogativa de disciplinar os diversos aspectos inerentes à atividade, expedindo licenças para o exercício da profissão de marchante, incentivando as feiras e definindo preços de venda do artigo nos açougues públicos[14].

De resto, como parte das atribuições da Câmara no concernente ao provimento de carne à população, pode-se perceber a ingerência dos vereadores nas práticas mais comezinhas desse processo: nos talhos, determinavam o número de cabeças a serem cortadas diariamente, instalavam e afilavam, sob arrematação, as balanças públicas, nomeavam um repesador, para garantir a fidelidade dos pesos e taxavam semanalmente os preços; nos currais, munidos de uma provisão real, proibiam o corte e a venda de qualquer parte do produto naquele lugar; nas ruas, realizavam anualmente a “devassa janeirinha”, que investigava o desvio do corte de carne, permitido exclusivamente nos açougues da Câmara e, por fim, faziam posturas que arrogavam-lhes o direito de punir, multar e penalizar os infratores[15].

Embora do ponto de vista jurídico-formal fosse vedada a interferência da Câmara na comercialização e distribuição do sal, cujo contrato ficou sob sua responsabilidade até 1690,[16] quando passou para o controle da coroa, nos momentos de crise de fornecimento desse produto, o poder local não ficava alheio ao assunto, rompendo com os marcos institucionalizados, chegava mesmo a proibir a exportação do sal para o Rio de Janeiro, o que acontecia com freqüência[17]. Além disso, os vereadores conseguiram o direito de administrar e taxar o gênero, quando o contrato fosse encampado pelos contratadores e obtiveram do rei uma provisão, concedendo-lhes o poder de fiscalizar a distribuição do sal que chegasse nas frotas, bem como o de requerer dos contratadores uma lista contendo a quantidade do produto que haviam trazido[18].

Este autêntico *acordo*, entre poder central e poder periférico[19], não deixa de ser curioso, e representar até novidade, no contexto da regulamentação do mercado interno, visto envolver níveis de ingerência distantes e mesmo fora do raio de ação municipal.

Doravante fica, pois, a certeza de que, no que diz respeito às feições econômicas do Brasil colonial, apreender o processo de constituição dos mercados externo, regional e local implica, necessariamente, no "conhecimento histórico prévio dos mecanismos municipais – as suas disposições e atribuições – não só de ordem administrativa, como principalmente econômica".[20]

Notas

[1] MAGALHÃES, Joaquim Romero. "As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime". *Notas Econômicas*, nº 4, Coimbra, 1994. Do mesmo autor tem-se um importante artigo sobre "Ä estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira". In: *Revista de História Económica e Social*, n. 16, Coimbra, jul.dez., 1985.

[2] CAPELA, José Viriato. *O município de Braga de 1750 a 1834: o governo e a administração econômica e financeira*. Braga: Câmara Municipal, 1989. p. 53.

3 *Atas da Câmara, 1700-1718*, v.7. Salvador, Prefeitura Municipal, 1953. p. 16, 63, 64, 252, 353 e 355.

4 Importante trabalho sobre comércio, poder e riqueza em Salvador colonial foi recentemente realizado por RAPASSI, Maria José Mascarenhas. *Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 1998. p. 138.

[5] *Condenações do Senado, 1703-1805* .Arquivo Municipal de Salvador, manuscrito.

[6] Inventários *e Testamentos, 1741-1794.* Arquivo Público do Estado da Bahia, manuscrito. A partir de minuciosa investigação neste tipo de fonte documental, Maria José Mascarenhas Rapassi constatou que, para o final do século XVIII, "cem inventariados residentes em Salvador, num universo de trezentos e vinte e dois inventários, exerciam atividades ligadas diretamente ao comércio", indicando que "a vida dos moradores de Salvador movia-se pelo estímulo da atividade mercantil. *Op. cit.* p. 138.

7 *Licenças, 1785*-1801. Arquivo Municipal de Salvador, manuscrito.

8 Os homens de negócio que não possuíam lojas abertas. O mesmo que comerciantes de "grosso trato". SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto, Arquivo Histórico; Câmara Municipal, 1988, p.113.

[9] *Autos Cíveis 2.* Arquivo do Estado da Bahia, manuscrito, cx. 1672, doc.8; cx.377, doc.5; cx. 2803, doc. 14.

[10] Vide exemplo de Francisco Pinheiro, grande comerciante metropolitano que, só na Bahia, era representado por mais de trinta pessoas. LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília; Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973, v.1.

[11] *Ordenações Filipinas, L. 1, T.66*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

[12] *Atas da Câmara*,1641-49, v. 2; 1669-84, v.5; 1684-1700, v.6; 1700-18,v.7; 1718-31, v.8; 1731-50,v.9.

[13] *Portarias*, 1710-1725. AMS, manuscrito, fl.20v.

14 *Atas da Câmara*, 1700-1718, v.7, p.68;

[15] *Atas da Câmara*,1700-18, v.7, p. 235; *Posturas*, 1696/ 1716, AMS,manuscrito, s/no. fl.

[16].*Cartas do Senado*, 1710-30, Salvador, Prefeitura Municipal, 1973,v.6, p. 21; sobre o monopólio real do sal vide: RAU, Virgínia. *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa, Presença, 1984; O mais completo estudo sobre o monopólio do sal no Brasil foi feito por ELLIS, Myriam. *O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)*. São Paulo, USP, 1955.

[17]*Cartas do Senado*, 1710-30, v. 6, p. 61.

[18] *Idem*, p. 58-9 e 75-7; *Ofícios ao Governo*, 1712-37.AMS, manuscrito, s/no. fl.

[19] Vide conceito desenvolvido em HESPANHA, António Manuel. "Centro e periferia nas estruturas do Antigo Regime". *Ler História*, nº 8, Lisboa, 1996, p.35-60.

20 Aspecto que entre nós ainda é pouco estudado, mas que já encontra espaço significativo na histotiografia portuguesa. Cf. OLIVEIRA, Aurélio de. " Municipalismo e integração econômica". *Separata das Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX).* Santo Tirso, Câmara Municipal, 1988, p. 247; CAPELA, José Viriato. *O Minho e seus municípios: estudos econômico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*. Braga: Universidade do Minho,1995.

A Espiar o Mundo... experiência histórica na leitura poética da "geração 70"

Beatriz de Moraes Vieira

Uma vez que a experiência histórica está presente na expressão poética, que por sua vez na história se embebe, num movimento complementar e dialético, pode-se buscar, na poesia utilizada como fonte, imagens que traduzam a relação do sujeito lírico com o mundo circundante, por reunirem em si as dimensões fundantes da experiência de existir – espacialidade, temporalidade, sociabilidade, ordem material e simbólica – num todo dinâmico, exatamente do modo imbricado como estas dimensões são vividas pelos sujeitos históricos. Assim, vemos nos anos 70, o poema Com Ansiedade de Chico Alvim entrelaçar espaço e tempo num movimento de distanciamento, transitoriedade e declínio: *Os dias passam ao lado/o sol passa ao lado/de quem desceu as escadas//Nas varandas tremula/o azul de um céu redondo, distante//Quem tem janelas/que fique a espiar o mundo*. No primeiro terceto, o sol e os dias, pontos centrais de nosso ordenamento cósmico-temporal e do fluxo cotidiano da história, laterizam-se na experiência, passando ao lado daqueles que se puseram em movimento descendente. Os sujeitos, deslocados e inominados (só mencionados na forma pronominal indefinida "quem"), não ocupam posição central e não têm acesso às forças luminosas e ordenadoras do tempo humano, a não ser de modo tangencial. Nesta posição ex-cêntrica, estão fora dos acontecimentos da história que se passam sob um céu distante. Mas a distância não se estabelece propriamente entre o céu e o mundo (redondo e azul, o céu tem as qualidades da Terra, conforme haviam recém-descoberto os astronautas), mas entre estes dois e os sujeitos indeterminados, cuja posição se esclarece no último dístico: sem rosto, nome ou centro, a eles só resta "espiar o mundo", observar o tempo da natureza e dos homens, se tiverem janelas abertas para tal. Na quietude da cena simples e cotidiana, o sentimento de angústia pela impotência dos sujeitos deixa-se desvelar pelo título: entre a contemplação, prazerosa e frutífera para amadurecer a reflexão, e a passividade dos que não podem ou

querem agir sobre o mundo e o tempo, a linha é tênue. A ansiedade aludida revela que esta tensão está carregada de espera e impaciência, de modo que uma possível opção pelo contemplar quieto se transfaz no tédio[1] e inquietude característicos de quem está impossibilitado de agir, de fazer sua história, sempre pessoal e coletiva simultaneamente. Imagens semelhantes reverberam em outros poetas, como Chacal, que constata taxativamente: *não tenho nenhuma observação/a fazer sobre a vista da varanda./nenhuma,/a não ser o céu largo e iluminado/dos subúrbios do Rio de Janeiro*. O lamento transmuda-se em ironia jocosa ao mostrar um sujeito lírico que, por opção ou não, se adequa, disfarça e alija: *Quando o sol está muito forte, como é bom ser um camaleão e ficar em cima de uma pedra espiando o mundo. [...] Se o inimigo me espreita, me finjo de pedra verde, cinza ou marrom.*[2]

O tema em questão é eminentemente moderno, visto que as principais vertentes políticas e literárias da modernidade ocidental discutiam o papel histórico dos sujeitos sociais, entre eles os poetas, na condução dos rumos da história. Se tal proposta já é grandiosa e difícil por si só, levando muitos autores contemporâneos a criticar a "arrogância" moderna, mais complexa ainda se torna no Brasil da década de 70, quando os governos da ditadura militar arrogaram-se conduzir a história pelas vias de uma modernização econômica tecno-burocrática e autoritária, respaldada no capital estrangeiro, por um lado, e por outro, no controle dos movimentos sociais e culturais, das artes, da educação e dos meios de comunicação mediante a prática da censura estatal e da cooptação[3], além das cassações de direitos civis e políticos, aprisionamentos, torturas e banimentos de intelectuais, artistas, políticos e militantes em geral, instituídos após o Ato Institucional nº 5 de 1969. Aos que não se renderam aos argumentos ditatoriais, restava a angústia de existir cerceado política e culturalmente, bem como a tensão de viver na "corda bamba" (título de um livro de Cacaso, aliás), entre a impotência cimentada pelo Estado e o desejo pulsante de agir no e sobre o mundo, ainda mais estimulado após os movimentos de maio de 68, que se propunham libertários do ponto de vista político e comportamental. Entre um

e outro, um projeto de experiência humana e histórica latente, que não se pôde realizar em plenitude – uma experiência lacerada e rasurada.

Imersa neste contexto, a geração poética dos anos 70 se via impedida de resolver contradições históricas e traduz esta angústia numa relação tensa entre o diálogo com os tempos e a tradição cultural, por um lado, e a ocupação sensível e quase impotente do espaço da cidade, por outro. Chico Alvim aponta para essa experiência temporal no poema Uma Cidade: *Com gula autofágica devoro a tarde/em que os antigos me modelaram*. A relação com a tradição literária-nacional dos anos 20, especialmente o movimento antropofágico, propõe-se no jogo alusivo entre a voracidade autofágica e os antigos modelos (o mesmo que caracterizou a tradição iconoclasta que, a despeito da contradição dos termos, marcou nosso primeiro modernismo), o que é sublinhado pela força deglutidora do verbo "devorar". Contudo, os versos seguintes apresentam a diferença irredutível entre os dois momentos históricos: a nova geração não pode enxergar como os antecessores, pois *há muito, extinto o olhar por descaso da retina* ela perdeu a visão e só pode ver sua precariedade: *Vejo-me no que sou:/Arquitetura desolada –/Restos de estômago e maxilar/com que devoro o tempo/e me devoro*. A fusão entre sujeito e cidade numa metáfora orgânico-arquitetônica compõe a imagem de desolação em que o humano se materializa e espacializa, perdendo qualquer transcendência temporal ou espiritual. Reduzido à mera sobrevivência biológica, a espaço arquitetado e vísceras, o sujeito histórico é autodestruído. A inversão do mito de Cronos, devorar o tempo que devora seus filhos, exigiria a faculdade da transcendência pessoal-espacial-temporal para se lidar com a infinitude, o que não se faz possível numa época e num contexto em que cercas e censuras, erigidas em nome do desenvolvimento econômico e da modernização autoritária, cerceiam a liberdade de pensamento e associação, criatividade e ação humana, que havia significado a promessa imaterial/espiritual mais dignificante da modernidade, e cujos limites e dilemas permitiriam a constituição da dinâmica da singularidade-alteridade-coletividade e da decorrente dimensão trágica da existência humana no mundo[4]. A elaboração desta dimensão trágica ou se dá

coletivamente, na composição de um ser social em que se compartilham os limites e as possibilidades de uma mesma condição natural e histórica, ou terá a grandeza de uma solidão fáustica, que entre tudo poder fazer e tudo destruir, desfaz sua própria existência.

Eis o que o poema de Chico Alvim parece intuir, seguido de perto por outros poetas ditos marginais. A experiência da grandeza trágica, da dialética dos limites/liberdade da ação humana no mundo e no tempo, mítica ou não, está impedida[5], e aquela geração só pode dar conta dessa impossibilidade na forma de rasura – de onde, talvez, a linguagem dessublimada, desqualificada e desqualificante, a "sujeira" dessa poesia dos mimeógrafos e performances voltada para a desimportância do cotidiano[6]. Chico Alvim se tornou um poeta-coletor de frases e vozes ouvidas na rua ou em provérbios populares, advindas da "boca do povo" e introduzidas nos poemas em sua forma de matéria bruta, sem lapidação, como se o poeta tentasse dar, no tempo presente, voz e vez aos (des)conhecidos e silenciados e, assim, de algum modo resgatar uma voz social em suas múltiplas facetas diárias, compondo uma "poesia-para-várias-vozes"[7].

Já em Cacaso, o diálogo com o tempo, seja o presente histórico da modernização ditatorial, seja o passado da tradição romântica e modernista, incessantemente retomado pela citação direta de versos alheios e pelas imagens típicas do nacional-popular, deságua sempre em irreverência amarga ou irônica. Em Jogos Florais I e II, qualquer possibilidade de ufanismo, intentada à época pela propaganda oficial da ditadura, desfaz-se rápida e acidamente com a paródia à Canção do Exílio gonçalvina, um dos textos fundadores da tradição romântica de brasilidade: *Minha terra tem palmeiras/onde canta o tico-tico [...] Ficou moderno o Brasil/ficou moderno o milagre:/a água já não vira vinho,/vira direto vinagre.* As referências aos movimentos libertários, sociais (quilombos) ou literários (antropofagia oswaldiana), sofrem um corte abrupto: *Minha terra tem Palmares/memória cala-te já*, numa analogia ao modo como o potencial ativo, criador e emancipador daquela geração se via interrompido. O sentimento se reitera no poema Praça da Luz, onde, no lugar historicamente originário da vida pública e política, a praça, instaura-se uma atmosfera surreal num cenário circense, em que *gengivas conspiram*, *um*

marreco aproveita a audiência/e se candidata a senador, *corpos horrendos se tocam*. O teatro sem alegria termina com o lastro dos filmes de terror: *Uma gargalhada despenca do cabide:/marcial/um cortejo de estátuas inaugura/o espantoso baile dos seres*. Como música de fundo, uma risada súbita e sem porquê (ela despenca) soa como um sinistro deboche, ao qual se associa o som ritmado das marchas militares, em nítido contraste com um verso anterior: *Namorados sem ritmo povoam o espaço*. O descompasso dos que desejam e amam com o contexto circundante não poderia ser maior. O estranhamento culmina com um duro jogo antitético: o cortejo, imagem fúnebre e militar, não é composto de pessoas mas de estátuas, e resulta numa duvidosa festividade de seres não qualificados como humanos, meros entes. É de fato espantoso a que se reduziu o espaço público: um circo surreal e terrível em que bailam e se alinham seres animalizados, petrificados, imobilizados – em outras palavras, reificados.

Se a constituição de um espaço público, como *locus* de debates racionais e democráticos, consistiu em uma das linhas de força da modernidade ocidental, ei-la aqui em decomposição. O sentimento do poeta pelo que se tornou a modernização e a modernidade no país, tão decantada pelos românticos e modernistas brasileiros, traduz-se no suspiro do último verso de um pequeno poema, compondo um clima romântico vulgarizado com direito a cavaquinhos chorando, luares se derramando, sombras e ciganos: *Ai que saudade que tenho de meus negros verdes anos.* Um dos versos mais conhecidos de Cacaso, esta distorção paródica de Casimiro de Abreu[8] pode ser lida em três círculos concêntricos, como um triplo lamento que se amplia: do círculo da experiência pessoal (a mocidade perdida), para o círculo mais largo da experiência nacional (os projetos românticos perdidos, a tradição que só pode ser retomada como memória irônica de um passado de impossível atualização), e deste, para o círculo de experiência ainda mais largo referido na apresentação teatralizada do título: E com vocês a modernidade. Em todos, o verdor das energias e sonhos iniciais é obscurecido pela sombra dos obstáculos econômicos, ideológicos e políticos que impedem sua plena realização.

Residem aqui duas questões bastante caras à historiografia. Primeiramente, as três durações da experiência histórica[9] que se cruzam, em cada momento da história, nas vivências de cada indivíduo, como experiência simultaneamente pessoal-psíquica-familiar, geracional-política, e de acúmulo de experiências do passado, na forma de memória coletiva, ou de capital material e simbólico acumulado, na expressão de Bourdieu. Como segundo ponto, a discussão sobre o fim do otimismo moderno que concebia a história como um progresso contínuo daquelas condições materiais e simbólicas que permitiriam à espécie o domínio sobre a natureza e o conforto de uma existência segura. Estas condições, entretanto, jamais estiveram eqüanimemente distribuídas por todas as nações e classes, concentrando-se em determinadas áreas e nas mãos de determinados grupos sociais, de modo que as promessas do progresso e da modernidade – nas formas sistêmicas em que os conhecemos, do desenvolvimento capitalista, do dito socialismo real, da social-democracia mediadora entre ambos, e dos desdobramentos tecnocráticos e totalitários de todos eles – nunca foram vividas regularmente.[10]

Analisando a ebriedade do poeta no seio da capital cultural do capitalismo em seu auge, a Paris oitocentista, quando o fetiche da mercadoria começa a deslumbrar a sensibilidade poética, Benjamin recupera de Engels a percepção do quanto os cidadãos “tiveram de sacrificar a melhor parte de sua humanidade para realizar todos os prodígios da civilização [...] que centenas de forças permaneceram inativas e foram reprimidas”, resultando em homens brutalmente indiferentes, num isolamento insensível dos indivíduos em seus interesses privados. Se o melhor do humano se perde no que deveria ser um processo civilizatório, só podem de fato restar um espantoso baile de seres e uma saudade de experiências não realizadas. Contudo, a mercantilização e reificação da criatividade e da sensibilidade operam de forma lenta, ambígua e mesmo incompleta, variando conforme se estabelece mais ou menos intensamente o processo de organização capitalista das sociedades. Diz Benjamin que enquanto não chegava o dia inevitável em que a classe dos pequenos-burgueses, à qual

pertencia Baudelaire, teria de se defrontar com a natureza mercantil de sua força de trabalho, seu quinhão podia temporariamente ser o prazer, uma espécie de compasso de espera que se transformava em passatempo para o poeta, na forma de um deleite limitado com a sociedade mercantilizada, desdobrando-se na mescla de gozo e receio de uma classe que pressente seu destino, e numa sensibilidade capaz de encantar-se diante das coisas danificadas e corroídas[11].

Proponho chamar este quadro de *condição intervalar* do poeta de classe média no processo de modernização capitalista que, no Brasil, se adensa sob a égide da ditadura militar e seus patrocinadores. Esta condição intervalar manifestou-se para a geração dos poetas da década de 70 de diversas maneiras, seja nas tensões imagísticas introduzidas no corpo dos textos (a angústia de querer e não poder agir), seja na resistência inicial ao mercado editorial e à indústria cultural, seja na linguagem coloquial e rasgada que assumiam como matéria e instrumento do fazer poético, seja ainda no próprio nome de “poesia marginal”. Humor e angústia combinados mal disfarçam contradições insolúveis e o desespero que delas advém. As tradições romântica e modernista se haviam constituído em momentos não ditatoriais e de grande esperança nos benefícios da modernização e no futuro da modernidade, marcadas pela ativa participação dos literatos na formação cultural-nacional[12], incluindo a dicção popular. Construíam um projeto de tradição nacional, no sentido que lhe dá Hobsbawm[13], embora o fizessem com um discurso iconoclasta que se concebia como fundador do novo, o que bem se traduziu na imagem da antropofagia cultural. O mesmo não era possível nos anos 70, quando explodiam os movimentos contraculturais, quando o Estado assenhorava-se do processo de construção de tradições nacionais, institucionalizando e oficializando-o, e conseqüentemente sufocando as vias alternativas, que teimavam em denunciar, sob a oclusão política, a abertura da economia e da cultura nacional ao capital e interesses estrangeiros. A relação dos poetas com o passado e o futuro modificava-se, e o prazer presente, de fazer e distribuir poesia manualmente e conjuntamente, nas ruas, em contato próximo com o público, eivava-se de

angustiantes paradoxos. Chico Alvim procurou explicar: "É comum se associar a alegria de 70 à alegria de 22. [...] A alegria de 22 era mais clara, mais transparente, surgia num espaço político aberto. Ao passo que a nossa alegria é de natureza fundamentalmente diferente, ela nasce do medo. Nossa busca de prazer é desesperada".[14]

O par alegria/desespero bem ilustra as ambigüidades e dilemas que atingiam a poesia marginal, lacerada pelo desejo e desconfiança para com a modernização, pela resistência à ditadura e a gradual introdução nos mecanismos da indústria cultural através dos quais podia melhor veicular sua poesia (mercantilizando-se, obviamente), a dor pelo quadro nacional arcaico e danificado, e a intenção bloqueada de construir uma nova sociedade. Aparentemente alegre ou mesmo tola, esta geração foi gestada na derrota dos movimentos sociais transformadores e democratizantes do final dos anos 50 e início dos 60, e das tentativas de reação política e artística que ainda se intentaram nos primeiros anos da ditadura. Prisões, mortes, exílios, uso intenso de drogas, enlouquecimentos, suicídios machucaram textos e poetas, que, contraditória e lamentosamente, passaram a espiar pelos intervalos o mundo e a história.

---

[1] Sobre o tédio como sentimento de estar excluído do fluxo ativo da história, ver CALVINO, Ítalo. A visão mais espetacular da Terra. *Folha de S.Paulo/Caderno Mais*, 27/7/2003, p.6.

[2] Dos poemas "Só dos Terratenientes" e "Como é bom ser um camaleão", respectivamente. Todos os poemas citados estão na antologia de HOLLANDA, Heloisa Buarque. *26 poetas hoje*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

[3] Cf. ORTIZ, Renato. Estado autoritário e cultura. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5.e.d São Paulo: Brasiliense, 1994, p.79-126.

[4] Não há na modernidade tardia condições históricas e estéticas de uma arte capaz de expressar a dialética vertiginosa da ação-destruição do mundo pelo homem. Cf. MENEGAT, Marildo. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003, cap.3. Ver também a conclusão de ARGULLOL, Rafael. *O Fim do mundo como obra de arte.* Rio de Janeiro: Rocco: 2002.

[5] O contraponto deste impedimento se manifestava no ideal de ação e na prática ativa da luta armada, e seria também violentamente cortado.

[6] Para o caráter opcional dessa linguagem, ver SANTOS, Antônio Carlos. De pássaro incubado a tico-tico de rapina: a poesia de Antonio Carlos de Brito, o Cacaso, in: PEDROSA, Célia e CAMARGO, M.L.. *Poesia e Contemporaneidade: leituras do presente*. Chapecó: Argos, 2001, p.96.

[7] Cf. SUSSEKIND, Flora. Seis poetas e alguns comentários. In: *Papéis Colados.* 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p.352.

[8] No poema "Meus oito anos": Oh, que saudade que tenho/Da aurora da minha vida/Da minha infância querida...

[9] KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard/Seuil, 1997. A partir das durações de Braudel.

[10] O extremo oposto da situação seria o sentimento geral de profunda insegurança e horror diante da possibilidade de "regressão" histórica de todos, de destruição das conquistas acumuladas, rupturas no processo de transmissão cultural e, no limite, retorno do humano às condições biológico-naturais primevas. Com exceção dos pensadores ligados à Escola de Frankfurt, em geral pouco se trata desta última possibilidade que, todavia, subjaz em um número crescente de criações artísticas e filosóficas. Para uma discussão complexa ver MENEGAT, Marildo. *op.cit.*, cap.4.

[11] Cf. BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.52-55. A citação de Engels está na p.54.
[12] Cf. CÂNDIDO, Antonio. *A formação da literatura nacional*. Belo horizonte: Itatiaia, [1984].
[13] Cf. HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
[14] Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque. Coluna "Coleção Capricho", *Jornal do Brasil/Caderno B*, 16 maio de 1981.

Classe, etnia e moralidade: estudo de clubes negros*

Beatriz Ana Loner **

Pelotas, como pólo charqueador, concentrou uma imensa população negra, com seu auge ao redor da década de 1860, iniciando depois uma diminuição numérica da população descendente de africanos, devido ao tráfico inter-provincial, que deslocou trabalhadores escravizados para as lavouras de café do centro do pais. Mesmo assim, restou um número considerável de elementos da etnia negra na cidade, que compunham cerca de 15% da população do município em 1920. Na República, uma parcela da etnia se congregou em diferenciada rede associativa, que incluía entidades beneficentes e mutualistas, teatrais, recreativas, musicais, religiosas, esportivas e carnavalescas, sem contar a manutenção de um jornal, O Alvorada.

Entretanto, num processo que principiou na década de 20 e acirrou-se nos anos 30, houve a involução dessa rede, com a extinção ou transformação das entidades iniciais e o surgimento de novos clubes, marcados pelo binômio carnaval-futebol, reforçando o estereótipo sobre a etnia. Uma das principais entidades surgidas nesses novos tempos, foi o Clube *Carnavalesco Fica Ai para ir dizendo,* fundado em 27 de janeiro de 1921, como um cordão carnavalesco e que logo passou a ser uma referência para a etnia negra no carnaval de Pelotas. Posteriormente, trocou seu nome para Clube Cultural Fica Ai, mas, em boa parte de sua existência, dedicou-se apenas à promoção de festas para associados, mantendo alguns jogos de salão em sua sede.

Embora composto, em sua maioria, por trabalhadores de ofício, como carpinteiros, marceneiros, eletricistas ou funcionários públicos, civis e militares (de baixa extração), o Clube Fica Ai representava a elite negra da cidade e terminou tendo um papel efetivo no enquadramento da etnia aos padrões de comportamento vigentes entre os brancos de classe superior a sua. No período que vai dos anos 20 até o fim dos anos 50, quando começaram a aparecer as escolas de samba, os clubes carnavalescos eram a principal forma de associação negra e disputavam a preferência dos elementos do grupo. Outros

clubes negros existentes eram o *Depois da Chuva*, o *Chove Não Molha, o Está tudo Certo* e o Qu*em ri de nós tem paixão*.

Segundo a tradição oral – corroborada em parte, por vários depoimentos - os clubes negros pelotenses aglutinavam setores diferenciados da etnia. Dessa forma, no **Quem ri de nós tem paixão**, estariam os elementos mais pobres da etnia, O **Chove não molha** ocupava uma posição intermediária, formado por trabalhadores regulares, vinculados ao setor de serviços, como empregadas domésticas, cozinheiros, costureiras, etc. Quanto ao **Depois da Chuva,** era um clube mais antigo (fundado em 1917), mas pejorativamente tratado por alguns entrevistados como o clube dos "cisqueiros", o que significava pessoas de baixa condição social, lixeiros, talvez pelo fato de reunir moradores das proximidades de um antigo lixão da prefeitura[1]. Por fim, o **Fica Aí** reuniria famílias com uma situação social mais estabelecida, que poderiam arcar com as despesas necessárias para freqüentar o clube e que atingiam as exigências associativas do mesmo. Quanto ao **Está tudo certo**, ainda não se conseguiu elementos suficientes sobre ele, pois só existiu até os anos 40. Havia ainda o **Bloco Futurista,** mas este não funcionava nos moldes tradicionais, pois não tendo sócios, só se interessava em manter bailes caracterizados pelo luxo e requinte das roupas, sem selecionar seus freqüentadores, que eram admitidos conforme pagamento na entrada. Aliás, essa questão da exclusividade da participação apenas aos sócios, só era levada ao pé da letra pelo Fica Aí, o qual não utilizava a prática de convites, ou qualquer outra forma de ingresso de não-sócios em seus bailes, restrito apenas a casos especiais, com consulta a diretoria.

Mas essa delimitação dos clubes pela posição social dos sócios, presente no imaginário da cidade, não resiste a comprovação histórica. A leitura do livro de atas do Fica Aí, referente ao período do Estado Novo[2], nos leva a constatação que muitas eram as moças empregadas em casas de família e que freqüentavam a entidade, que também reunia famílias compostas de lavadeiras e trabalhadores manuais. Aparecem, ainda, vários casos de sócios homens desempregados ou com situação financeira precária, sem que isso prejudique sua posição no clube, desde que conseguissem pagar suas mensalidades. Aliás,

apenas em relação aos homens é que o clube apresenta critérios menos rígidos, perdoando-lhes várias faltas, especialmente em relação a dinheiro, como dando moratória a tesoureiro que fraudou o clube (e que segue em seu cargo na diretoria), ou em casos de infrações menos evidentes, como consumo de bebidas alcoólicas dentro do clube.

Outra tradição estabelecida na cidade faz coincidir cada clube a um determinado padrão racial, segundo o qual nos demais estariam os elementos mais escuros da etnia, enquanto no Fica Aí se congregariam os mulatos. Novamente, os dados disponíveis não deixam entrever essa situação. Nas fotos existentes de bailes, coroação de rainhas e outras festividades, sucedem-se pessoas de coloração escura e mais clara todo o tempo e seus livros de atas nada falam sobre isso. Uma hipótese plausível é que, se muitas das pessoas que formavam esse clube estavam envolvidas em um processo de "branqueamento da raça", ele se refletiria em um maior número de pessoas de pele mais clara como sócias, mesmo que isso não fosse um critério do clube. A favor dessa hipótese, há o fato que, nas atas, aparecem questionamentos sobre a cor de alguns candidatos a sócios, por muito brancos, e que só são aceitos porque tem ascendentes negros.

Aqui, há claramente uma situação em que os depoimentos orais não corroboram os documentos escritos. Além do fato de que, em se tratando de documentos oficiais, eles não dizem tudo que ocorre, ainda há a forte possibilidade dos critérios de associatividade terem variado de 1938 (ano inicial das atas), até a década de 1950, recuo possível das entrevistas orais, impondo-se novas regras que excluiriam a presença de empregadas domésticas e outras profissões de baixa estima social. Isso, inclusive foi corroborado por um atual dirigente, afirmando que houve um momento em que o clube era mais seletivo em seus critérios sócio-econômicos para inclusão de sócios. Ou seja, pode-se estar trabalhando, nos documentos escritos, com um padrão de associação mais antigo, que permitia a entrada de determinadas categorias que, depois, foi enrijecido, tendo-se posteriormente, mais uma vez "democratizado" o acesso. E as entrevistas, tendo por depoentes pessoas com trajetória de vida a partir dos anos 60, talvez tenham enfatizado apenas essa realidade intermediária, de maior discriminação social.

Mas o simples fato de ser uma etnia discriminada e composta de trabalhadores manuais não era o suficiente para provocar sentimentos de identificação entre si e de solidariedade interna. Pelo contrário, o que se observa é o despontar de alguns tipos de comportamento essencialmente discriminatórios entre os próprios clubes, dos quais o *Fica ai* é o exemplo máximo para a cidade de Pelotas e, talvez, para todo o estado. Isso porque ele é o clube negro mais exigente em seus estatutos e que conta com uma estrita vigilância por parte da diretoria sobre a moral e o comportamento de seus membros, especialmente sobre o sexo feminino, mantendo uma acesa e feroz discriminação contra aqueles que não aceitavam suas imposições de moral e de costumes. Neste sentido, sua influência ia muito além do estreito espaço de sua sede, imiscuindo-se na vida privada de seus sócios, ditando regras e comportamentos a serem seguidos em todas as circunstâncias da vida, inclusive em termos de amizades e companhias a serem evitadas. Procedendo desse modo e mantendo uma severa vigilância sobre as mulheres sócias, o clube procurava disciplinar suas mentes e seus corpos, influenciando diretamente em seu comportamento e, obviamente, padronizando também a formação das famílias negras e sua adequação às regras e normas vigentes na sociedade branca.

Voltado para o estabelecimento de uma política de padronização dos comportamentos admitidos pelos sócios, o clube esperava também ser a única associação a ser freqüentada pelas famílias filiadas, mesmo mantendo relações pretensamente cordiais com as outras associações negras. A fidelidade esperada dizia respeito não só a evitar a concorrência associativa com as demais, mas incidia numa visão de que eles seriam a única associação a seguir um comportamento adequado e, portanto, os sócios que freqüentassem outros clubes estariam correndo riscos e maculando seu bom nome. Assim, a exigência da exclusividade funcionaria como uma espécie de sacrifício a confirmar as boas intenções em manter um padrão superior aos demais, pelas famílias associadas.

Contudo, isso não se aplicava a todos os sócios, havendo uma nítida diferença na forma de tratamento reservada as “senhorinhas”, ou seja, as moças em idade núbil e aos homens, configurando a prática de uma “dupla moralidade”, comum a amplos setores da

sociedade, com respeito à participação de mulheres. Isso é evidente em todos os momentos, especialmente no fato de que apenas famílias e moças eram submetidas a investigação de sua vida pregressa, antes de serem aceitas como sócias, enquanto os homens solteiros eram isentos disso. Nas atas, sucedem-se exemplos de exigências mais rigorosas às moças, que poderiam ser punidas por freqüentar outras associações, mesmo que fosse o clube *irmão,* "Chove não molha". Em 1942 algumas jovens são denunciadas por membros da diretoria do Fica Ai, por freqüentar um baile do Chove, com o detalhe que esses diretores estavam presentes a mesma festa, mas não recebem nenhuma censura, enquanto as moças são suspensas por 90 dias. Também se tenta regular sua participação em festivais ou outras atividades, como corais, sempre no sentido de que as sócias restrinjam sua participação apenas a festas e comemorações do Fica Ai. O moralismo em relação ao comportamento feminino, continuava na vigilância sobre seu comportamento dentro do clube (havia vigias nos banheiros femininos), suas companhias e seus namorados. Embora não de forma explícita, isso fazia parte de uma política de formação para as jovens mulheres, a serem disciplinadas dentro dos "padrões adequados" que o clube queria impor, as quais, depois, teriam papel fundamental na inculcação desses valores a seus filhos. Nada novo, se lembrarmos que é o mesmo papel a elas reservado pela Igreja Católica, outra fonte inspiradora desse grupo, eminentemente católico romano, embora alguns também se aproximassem do espiritismo.

Entre as exigências para participação no Fica Ai pelas famílias, cita-se a não aceitação de uniões consensuais e a condenação ao desquite, que impedia a mulher de freqüentar o clube, bem como suas filhas. Por outro lado, havia uma série de regras de etiqueta internas, como o uso de vestidos compridos e fatiota completa para bailes que, mais do que outros fatores, inviabilizava a participação de muitas famílias, devido aos seus altos custos financeiros.

Essa posição de rigor em termos morais, ao lado da busca de uma diferenciação interna da etnia, corresponde a um tipo de práticas comuns a outros clubes negros de diversos locais do país, que optaram pela integração sem questionamentos na sociedade

branca, procurando diferenciar-se da massa da população negra, pela adoção de um comportamento diferenciado, e pela adoção, consciente ou não, da estratégia do branqueamento[3]. Ela é comumente entendida como significando a tentativa de liquidação da etnia negra na composição racial brasileira, através do branqueamento por miscigenação com o europeu e de sua nulificação cultural. Entretanto, também pode ser vista como uma estratégia de incorporação na sociedade branca, com a diluição e esquecimento de suas raízes étnicas, por grupos negros mais bem situados socialmente.

Quanto aos demais clubes, sabe-se que alguns tinham posições diferentes, permitindo a entrada de não-sócios por convites, sendo também mais flexíveis em relação ao comportamento exigido de suas sócias, embora também haja momentos em que moças foram expulsas ou impedidas de participar de festas, devido a "questões de honra" ou comportamento inadequado. Um ponto comum à maioria, era a restrição da participação do homem branco, o que se justifica por duas questões básicas e correlatas para a comunidade negra: a reserva de mercado para os jovens negros em idade de casamento e o medo do desfrute de moças negras pelos homens brancos.

Esses clubes carnavalescos das décadas de 1940 e 1950, parecem representar uma involução, não só com relação a diversidade associativa negra antes encontrada na cidade, quanto em sua definição identitária, pois durante o Império e a República Velha, boa parte das entidades criadas, além de auxiliar a integração dos negros na sociedade capitalista[4], configuravam-se também como sociedades operárias, mantendo padrões de comportamento e valores próximos à classe. Entretanto, nesse clube em particular, não há traços de qualquer identidade operária em nenhum momento de sua atuação, em suas representações internas ou externas. Seu comportamento, em bailes[5], e outras atividades, imitavam antes os grupos brancos de classe média ou da própria aristocracia decadente da cidade, do que os negros e operários que o constituíam[6].

Suas práticas associativas e cotidianas e sua relação com as esferas de poder também não incorporavam a faceta étnica e nem insinuam um processo de afirmação racial. A noção de brasilidade e a adesão cívica a idéia da pátria brasileira, é o que mais

transparece de suas posições oficiais nesse momento. A análise de suas atas mostra que, no que tange ao Estado, buscam se adequar as diretrizes do Estado Novo, com uma boa disposição para participar, que se reflete, por exemplo, em sua iniciativa de colaborar com o esforço de guerra, com um baile cujo produto reverte para a campanha financeira da Liga de Defesa Nacional. Mesmo assim, provando a profundidade do processo de alienação em que estão submersos, em 1942, recusam-se a participar de um "Festival patriótico", que culminaria numa apoteose das três raças formadoras do Brasil, pois o secretário afirma que, conhecendo o organizador do espetáculo, nela os negros seriam apresentados

> com suas representações africanas [colocando] as pessoas que tem a mesma cor de sua pele, em uma fragrante demonstração de inferioridade perante as pessoas imbuídas na confraternização racial brasileira, que desconhecem preconceito de cor, que reconhecem somente o nível intelectual e moral dos homens. Por isso acha inconveniente que o Fica Ai coopere nessa demonstração de solidariedade, ou melhor , de inferioridade, ao sr. Presidente da República[7].

Não pode passar desapercebida a reafirmação do discurso da democracia racial brasileira, além da identificação das raízes africanas como um sinal de inferioridade, que pretendem já terem superado, pela sua incorporação na sociedade brasileira.

O mais irônico é que, na cidade de Pelotas a discriminação racial sempre foi muito forte, o que podia passar apenas por menos evidente, quando os negros 'sabiam o seu lugar' - e portanto, não infringiam as regras não escritas que disciplinavam as relações raciais na cidade. Dessa forma, dizer que não existia preconceito de cor, é expressar sua adequação ao pacto de silêncio que envolvia esse tema, localmente. Está claro que, para este grupo, a democracia racial funcionava como uma aspiração, uma expectativa a ser concretizada, para o futuro. Enquanto isso, eles tentavam negar a realidade e, tal como outros grupos de elite negra pelo país, se agregavam em entidades, buscando manter e ostentar um padrão de vida freqüentemente em desacordo com suas posses.

A anterior experiência associativa da etnia, o fato da comunidade manter, por várias décadas um jornal negro (que, se apoiava o disciplinamento moral da etnia, também se pronunciava contra as propostas de "embranquecimento"), a convivência,

na mesma cidade, com o grupo de militantes que promovera a criação da Frente Negra Pelotense em 1933, dedicada a educação e a luta contra a discriminação racial, nada disso influenciou o comportamento desse grupo, que continuou a buscar referências externas, tanto à etnia, quanto a sua posição social. Podemos dizer que mantinham uma atitude completamente heterônoma[8] imitando outras classes e grupos étnicos, buscando preservar-se de confrontos raciais e lutando por uma integração nunca alcançada.

O padrão que traziam para a etnia, não era o padrão de sua classe ou categoria social, nem aquele que respeitava sua etnia e cultura, mas um padrão alheio, de outra classe e grupo racial, que o envolvia e submetia, enrijecendo seu comportamento, e adequando-o ao padrão de uma sociedade aristocrática em decadência, que se voltava para um passado mítico de abundâncias e glória. Abundâncias e glórias feitas com base no suado trabalho dos antepassados desse grupo, que agora tentava irmanar-se, não aos seus ancestrais, mas aos seus exploradores.

---

* A pesquisa "Clubes Carnavalescos negros em Pelotas" está sendo financiada pelo CNPq, através do edital de Ciências Sociais 06/2003 e também com Bolsista de Iniciação Científica. Fazem parte da equipe a professora dra. Lorena Almeida Gill e as alunas da graduação e/ou especialização Débora Clasen de Paula, Viviani Tavares, Marcelle Vitória dos Santos, Fernanda Oliveira da Silva, Juliana Cabistany Marcello e Caroline Meggiato.

** Professora doutora da UFPel, do Núcleo de Documentação Histórica .

[1] Entrevista com o senhor Flávio Alves da Costa Farias, realizada em 17/6/2004.

[2] Livro de Atas, de diretoria e de assembléia do Clube Fica Ai, referente aos anos de 1938-1943. Arquivo do Clube.

[3] DOMINGUES, Petrônio, *Uma história não contada.* Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac editora, 2004.

[4] Ver, a respeito, LONER, Beatriz. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande. Pelotas: EDUFPel, 2000.

[5] A descrição de um desses bailes é feita por Fernando Henrique Cardoso em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.* São Paulo: Difel, 1962, p. 292.

[6] Costa Pinto- *O negro no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1998, 2ª edição, cuja primeira edição data de 1953, discute a situação desses grupos de negros " da elite", para quem não existe a atração por uma atuação de classe operária, que, por outro lado, mobilizava a maior parte da etnia negra naqueles anos. Diferencia aqueles que abandonam suas raízes étnicas em busca de expectativas individuais correspondentes a classe média (do que tratamos aqui) e outro setor que, depois de 1950, começa a lutar pela disseminação de uma consciência étnica entre o conjunto da etnia.

[7] Ata n. 248, da diretoria, de 30/9/1942. Livro de atas do Clube Fica Aí, de 1938 a 1943.

[8] CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Os jesuítas e a questão de uma identidade cultural na América portuguesa setecentista.

Beatriz Helena Domingues

A proposta desta comunicação é fazer um paralelo entre a produção literária dos jesuítas expulsos do Brasil em 1759 e aquela produzida pelas elites letradas coloniais nas academias literárias fundadas por ocasião da expulsão da Cia de Jesus mostrando a inserção desses textos no "clima de opinião" da Ilustração[1]. O argumento central aqui desenvolvido é que, apesar de os projetos que orientavam a elite colonial brasileira e os jesuítas serem diferentes - e em muitos pontos até mesmo opostos -, é possível encontrar em alguns jesuítas e em alguns acadêmicos brasílicos pelo menos uma convergência: o despertar de um americanismo, de uma consciência da individualidade brasileira.

Trabalho com a hipótese de que tal sentimento pode ter sido desencadeado entre árcades e jesuítas expulsos do Brasil, dentre outros fatores, pela polêmica em torno do continente americano que então animava filósofos e cientistas na Europa e que causava forte reação entre os pais fundadores dos EUA e entre os jesuítas hispano-americanos exilados na Itália. No Brasil, o nascente americanismo - sob a forma de indianismo e/ou elogio da natureza tropical brasileira – parece ter dialogado com as teses ilustradas européias denegrindo o Novo Mundo. Opto por elucidar tal conexão no poema épico do árcade e ex-jesuíta Basílio da Gama, que conheceu grande publicidade desde sua primeira edição em 1769, e no tratado enciclopédico escrito pelo jesuíta proscrito João Daniel nos cárceres do Marques de Pombal entre 1759 e 1776, que permaneceu desconhecido de seus contemporâneos.

Ainda que quase nada do que foi escrito pelos inacianos expulsos do Brasil tenha sido publicado na ocasião em que vieram à tona as reações dos jesuítas hispano-americanos exilados na Itália e dos pais fundadores dos EUA às teses ilustradas denegrindo o Novo

Mundo, a existência dessa literatura nos fornece a possibilidade de investigar certa sintonia entre esses três grupos. No caso brasileiro, e no hispano-americano, essa reação foi inseparável dos embates que já opunham os Soldados de Cristo aos representantes do Despotismo Ilustrado na metrópole ou na colônia anos antes da expulsão.

Uma questão que vem a tona é se seria possível encontrar nesses escritos, como naqueles provenientes da América Espanhola, a busca de alguma forma de identidade brasileira? Minha tentativa de responder, mesmo que parcialmente a tão complexa questão, é relacionando os escritos jesuíticos com aqueles provenientes da "elite letrada" colonial, onde numerosos estudos já localizam os primórdios da busca de uma identidade, singularidade, ou individualidade[2]. Íris Kantor, por exemplo, mostra como as memórias produzidas por esses acadêmicos correspondem a um despertar da identidade americana em oposição ao estatuto colonial. Pois, na medida em que se propunham a escrever a história das primeiras famílias povoadoras das terras brasílicas seus textos estavam, mesmo que de forma involuntária, servindo de instrumento jurídico de defesa dos privilégios de posse imemorial da terra[3].

Sustento que não só os árcades como também os jesuítas expulsos do Brasil, ainda que de forma diferente e visando objetivos diferentes, compartilharam do "clima de opinião" da Ilustração. É sabido que, em grande parte, o movimento intelectual na colônia na segunda metade do século XVIII se inspirou no reformismo ilustrado de inspiração pombalina. É também reconhecida a influência dos filósofos franceses sobre a elite intelectual colonial no final do século XVIIII. O que é menos realçado é que certas tendências ilustradas atingiram os próprios jesuítas, tidos como o principal obstáculo à implantação das luzes no império luso. Conforme pretendo mostrar, autores provenientes dos dois lados do oceano, ou de dois "partidos" inimigos – ilustrados portugueses e brasileiros e jesuítas -, podem ser considerados consumidores seletivos das luzes

européias e elaboradores de obras que assinalam as singularidades, a individualidade do Brasil, ainda que recorrendo a referenciais diferentes.

Enquanto compartilhando do "clima de opinião" da Ilustração, o movimento intelectual interno da colônia, expresso pela fundação das academias literárias, e aquele externo a ela, exemplificado aqui pela literatura jesuítica produzida em Portugal ou na Itália, foram de alguma forma envolvidos na polêmica em torno do continente americano que mobilizava a opinião pública européia. Embora o impacto da "Polêmica do Novo Mundo" não tenha sido tão grande no Brasil quanto na América Hispânica ou nos recém criados Estados Unidos da América do Norte, o Brasil esteve presente enquanto tema e enquanto expectador – conforme expresso nos escritos de acadêmicos coloniais ou dos jesuítas expulsos. A menor reação de ambos os grupos, quando comparados com a América Espanhola e com os Estados Unidos se deveu: a) ao menor descontentamento da recém criada elite colonial brasileira com as Reformas Pombalinas do que de suas congêneres hispânica com as Reformas Bourbônicas ou das treze colônias inglesas na América do Norte frente à política intervencionista inglesa nos EUA especialmente após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Isso ocorreu devido à aliança de interesses entre a elite colonial brasileira e a portuguesa, em contraste com o choque de interesses que caracterizou as relações entre os referidos grupos nos casos das Américas hispânica e inglesa; b) À maior intensidade do antijesuitismo em Portugal. Conseqüentemente, em comparação com o que ocorreu na América espanhola, a reação popular contra a expulsão dos jesuítas no Brasil foi bem menor, e a produção literária dos jesuítas exilados enaltecendo a pátria da qual haviam sido expulsos foi muito mais escassa, até porque a maioria dos nossos Soldados de Cristo não foi enviada para a Itália, mas para as prisões portuguesas.

Dentre os temas relativos ao Novo Mundo freqüentemente abordados pelos filósofos ilustrados foram certas discussões sobre a inferioridade ou não de suas terras e de suas gentes, aliadas à polêmica em torno do empreendimento jesuítico – especialmente entre

os Guaranis e nas missões na Amazônia – que parecem ter chamado a atenção tanto de jesuítas quanto de poetas e autores vinculados às recém constituídas elites literárias da colônia.

No caso da América Hispânica, vários estudos reconhecem o papel dos jesuítas exilados e dos "ex-jesuítas" no sentido de estimular a insatisfação crioula com as Reformas Bourbônicas, e que culminaria com a independência. No Brasil as academias literárias foram criadas exatamente para exaltar as Reformas Pombalinas, embora no interior das mesmas tenham emergiram vozes criticando a política indígena pombalina. Mas foi exatamente do núcleo pombalino que surgiu a obra que se tornou reconhecida como modeladora da identidade nacional brasileira: O Uraguai, de Basílio da Gama[4]. Nela o autor, sem criticar a colonização portuguesa, ou mesmo fazendo discurso em louvor do marquês de Pombal e especialmente da campanha contra os sete povos das missões, acentua, acima de tudo, as qualidades do índio e da natureza tropical brasileira. Está subentendida no poema uma crítica da preponderância ou superioridade da Europa civilizada sobre os trópicos bárbaros ou selvagens. O herói indígena aqui não é o índio primitivo, mas o índio cavalheiresco, quase um nobre[5]. O Uraguai dialoga, nesse ponto, com a ilustração européia, questionando as atitudes preconceituosas em relação ao Novo Mundo. Diferentemente dos ilustrados do velho Mundo que consideram as missões jesuíticas como ilhas de civilização em meio à barbárie americana, é exatamente aos seus ex-irmãos de batina que Basílio atribui a corrupção e decadência das sociedades indígenas e da própria colonização do Novo Mundo.

Basílio da Gama é especialmente sugestivo para o ponto aqui em discussão por ser considerado o mais "moderno" e mais "ilustrado" entre os acadêmicos brasileiros. Em meu entender, ele é típico e atípico entre seus colegas de academia: típico no seu pombalismo e atípico em seu indigenismo. Em sua obra convergem forte indigenismo, elogio à empresa pombalina e uma ferrenha crítica a seus ex-irmãos jesuítas. Basílio

valoriza em O Uraguai, 1769, o brilho da natureza tropical, traço de nosso pensamento que persiste até a atualidade, e que esteve em voga no século XVIII em reação às teses sobre a inferioridade do Novo Mundo e no XIX enquanto traço constituinte de uma identidade nacional. Sua obra se caracteriza pela adesão afetiva aos índios, cujas culturas vinham sendo dizimadas pelo contato com o europeu, dando origem ao indianismo romântico que toma o índio como símbolo da pátria, retomado pelas tendências nativistas que acentuaram a idéia de independência no decorrer do século XIX[6]. No poema predomina o sentimento de irrupção de um desequilíbrio entre a civilização natural e a urbana "por que o sossego da Europa assim exige".

O Uraguai conta-nos a história da guerra guaranítica, felizmente vencida pelo irmão de Pombal, para tirar os índios da tirania dos padres jesuítas. No poema de Basílio, os principais inimigos dos índios não são os portugueses (ou europeus), mas os padres jesuítas que os escravizam. A publicação do poema é contemporânea da intensa perseguição aos jesuítas em Portugal e em ouros países da Europa, e da Polêmica do Novo Mundo. O que eu assinalo como excepcional é que um dos representantes do elogio do Brasil e de seus habitantes seja um ferrenho crítico da obra da Companhia de Jesus na América. Pois, em geral, nesta etapa da polêmica, a defesa dos índios estava associada aos jesuítas. Os próprios filósofos ilustrados, tão críticos do empreendimento colonial, elogiavam a ação dos padres civilizados em ambiente tão bárbaro. Como corretamente assinalado por Antonello Gerbi, oposições às teses de De Pauw, Raynal e outros vinha ocorrendo exatamente entre jesuítas americanos exilados na Europa, que associavam o triste destino dos nativos à expulsão de seus protetores espirituais e temporais[7]. Quase todos os filósofos ilustrados europeus que escreveram teses sobre o Novo Mundo elogiaram o empreendimento missionário jesuíta na América, apesar de sua vinculação orgânica com o projeto colonial ibérico, no qual viam verdadeiras "aberrações", como era o caso da Inquisição. A obra do abade Raynal é lapidar nesse ponto.

Nesse contexto, a defesa simultânea do Novo Mundo e da colonização portuguesa, e a oposição ao suposto papel civilizador das missões jesuíticas – tidas como responsáveis pela situação de obscurantismo m que se encontravam os índios e a colônia -, faz de Basílio um caso excepcional. A caracterização do autor como americanista é compartilhada por seu crítico Serafim Leite, que explicitando que "americanista, aqui, não significa defensor, mas apenas parte do grupo que analisa a América comparando com a Europa" [8].

Gênio da inculta América, que inspiras

A meu peito o furor, que me transporta,

Tu me levanta nas seguras asas

Mas, continua Leite, o 'furor' de Basílio não resistiu ao medo e a alguns cruzados de um emprego público. E exalta o 'sossego' da Europa' e o general, que não é americano.

Aos pés do General as toscas armas

Já tem deposto o rude Americano

Que reconhece as ordens e se humilha…

A influência do clima de opinião da ilustração sobre os escritos jesuíticos pode ser observada especialmente: a) Na resposta dos padres jesuítas José Cardiel e Lorenz Kaulen ao poema de Basílio da Gama, no qual criticavam o "antijesuitismo" que orientou a interpretação do árcade e ex-jesuíta sobre as missões paraguaias e as guerras guaraníticas[9]; b) na volumosa obra do pe. João Daniel, um tratado enciclopédico de estilo ilustrado, no qual a História Natural ocupa lugar proeminente; c) na disposição de escrever para um público europeu, então ávido de informações sobre o mundo americano, com a autoridade de quem o conhece em loco: esse é também o caso do Mexicano Clavijero, de seu biógrafo Juan Maneiro e na do cronista da expulsão dos jesuítas do Brasil José Caeiro[10]; d) no compartilhamento de premissas do pensamento ilustrado europeu sobre o continente americano e a atuação da Cia de Jesus no mesmo:

as missões jesuíticas tidas enquanto ilhas de civilização em meio à barbárie do Novo Mundo e admiração pelo homem selvagem convivendo com o desejo de civiliza-lo. Basílio da Gama não concordava com a primeira, mas tampouco conseguia se desvencilhar da imagem do bom selvagem civilizado, conforme exemplificado pelos valores quase nobiliárquicos que orientavam por Cacambo e Lindóia, o par romântico do poema.

No que se refere à inserção jesuítica no "clima de opinião" da Ilustração e de diálogo algumas vezes explícito com as referidas teorias ilustradas sobre o Novo Mundo, o tratado de João Daniel me parece o mais representativo devido à enfática defesa da não inferioridade da fauna e da flora amazônica. João Daniel era missionário no Amazonas quando foi deportado com nove outros eclesiásticos para Portugal em 1757, dois anos antes da expulsão dos jesuítas do Brasil, e ficou encarcerado até a sua morte em 1776. Que eu tenha notícia, somente dois textos jesuíticos escritos nas prisões portuguesas entre 1759 e 1777 sobreviveram: o de João Daniel e o de Anselmo Eckart, expulso na mesma ocasião[11]. O livro Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas, escrito no cárcere entre 1772 e 1776, é considerado, desde o século XIX, uma das principais fontes de informações sobre a Amazônia. O autor sistematizou o que sabia da região, incluindo conhecimentos de geografia, etnografia, história e botânica, enfatizando o contato entre civilizações que então estava em curso. O estilo é memorialista e enciclopédico ao mesmo tempo, sempre laudatório da terra que foi forçado a abandonar. Enquanto relembra os tempos em que viveu na Amazônia, o autor faz observações sobre a natureza (fauna e flora), a história antiga e recente da região, analisando e avaliando mitos e lendas até então em voga. Em muitos momentos deixa clara a oposição civilização/barbárie tão cara ao Século das Luzes, que se reflete em sua avaliação ambígua dos índios da Amazônia.

Concluindo, Tanto em letrados brasileiros, como é o caso do ex-jesuíta Basílio da Gama, quanto em autores jesuítas, como é o caso de João Daniel, pode-se detectar um recurso ao arsenal da ilustração para criticar aspectos dela, especialmente aqueles que argumentavam a favor da superioridade física e humana da Europa sobre o continente americano. Basílio fez do índio um civilizado e da selva do homem, e João Daniel assegurou o quanto a Amazônia poderia ser de uso, não só dos índios como também dos colonos, caso fosse racionalmente explorada. Acadêmicos brasílicos compartilhavam com os jesuítas um certo "amor pela pátria" que então começava a se diferenciar da mãe portuguesa. Pois a literatura dos jesuítas exilados, ao empreender a defesa do empreendimento da Cia de Jesus no Brasil, assume a postura de considerar a colônia como a pátria que foram forçados a abandonar.

---

[1] Sobre o conceito de "clima de opinião" ver BECKER, Carl. *The heavenly city of the eighteenth century philosophers.* New Haven & London: Yale University Press, 1932.
[2] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos.* Rio de Janeiro-Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 2000; CAVALCANTE, Berenice. "Os letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII". *Acervo.* R. J., v. 8, n.1-2, p. 55-66, 1995.
[3] KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759).* São Paulo: Hucitec, 2004.
[4] GAMA, José Basílio da. *O Uraguay*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica,1769.
[5] A valorização do primitivismo indígena vai aparecer com toda força no modernismo no início do século XX.
[6] É importante diferenciar esse indianismo daquele que foi abraçado pelos modernistas no início do século XX, que valoriza o primitivismo do índio, e não seus valores cavalheirescos, como faz Basílio da Gama.
[7] GERBI, Antonello. *Novo Mundo. História de uma polêmica. 1750-1900.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
[8] LEITE, Serafim. *História da Cia de Jesus no Brasil*. 10 vol. RJ: Instituto Nacional do Livro, 1949, vol.IX.
[9] KAULEN, Lorenz. Reposta apologetica ao poema intitulado O Uraguay.[1786]; CARDIEL, Josef. Declaracion de la verdad contra un Livélio infamatorio contra os PP. Jesuitas Missioneros del Paraguay, y Marañon [1758].
[10] CAEIRO, José*. Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal*. [1776] Salvador: Escola Tipográfica Salesiana, 1936. CLAVIJERO, F.X [1781] *Historia antigua de México.*Mexico: Editorial Porrúa, 1945.
[11] ECKART, Anselm. *Memórias de um Jesuíta prisioneiro de Pombal* [1791] SP: Loyola, 1987; DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* [1776]. R J: Contraponto, 2004.

A FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS DOCENTES NAS IES PRIVADAS DA FRONTEIRA TRINACIONAL

Blasius Silvano Debald[1]

Introdução

A docência no Ensino Superior é um constante aprendizado, tanto no aspecto didático-metodológico, quanto no domínio do conhecimento a ser construído. Embora estas dimensões estejam presentes no cotidiano universitário, falta, nas IES privadas da região da fronteira, aquela que se considera essencial à eficácia do processo de ensino e aprendizagem – a formação contínua dos docentes. Nas IES privadas, a formação contínua dos docentes está longe de ser uma realidade, pois o regime de trabalho horista não favorece a constituição de um vínculo duradouro, além da constante rotatividade do quadro docente. Desta forma, a falta de políticas claras de formação contínua nas IES privadas tem contribuído para que os docentes procurem, por iniciativa própria, a atualização que é necessária para a prática docente. O objeto de estudo deste trabalho aborda o resultado da primeira etapa da pesquisa que consiste em discutir a forma como os docentes das IES privadas buscam sua formação contínua, o tipo de vínculo, a rotatividade, a forma de remuneração, além do nível de formação exigida para o ingresso na carreira do ensino superior.

1. Expansão das IES privadas e a formação do quadro docente

A última década tem revelado um crescimento acelerado de IES privadas no Brasil, mostrando que é um investimento rentável, atraindo empresários de diversos setores da economia. Estas Instituições de Ensino Superior são estruturadas de forma isolada e

[1] É Professor do Curso de História da Faculdade União das Américas-UNIAMÉRICA/PR e Mestre na Área Sócio-Cultural-UNISC/RS.

organizadas, prioritariamente, para o ensino. A maioria dos alunos das IES privadas estuda à noite, pois durante o dia são trabalhadores e a concentração dos cursos nas áreas de ciências sociais aplicadas, visando atender a demanda que já está no mercado de trabalho.

Se na última década a realidade nacional do ensino privado tem índices de crescimento acelerado, o mesmo se percebe na região do oeste paranaense, principalmente próximo a fronteira trinacional. Tanto no Brasil, como no Paraguai e Argentina, há um crescimento de Instituições de Ensino privado. Conforme Peixoto (2005), em 2002 foram autorizadas 230 instituições privadas no Brasil, um crescimento de 19%. Já em 2003 o número caiu para 118 (crescimento de 8%). Atualmente estão tramitando no Conselho Nacional de Educação próximo de 1000 pedidos de credenciamento[2].

Em relação a qualificação docente, o censo/1998-2004 demonstra que o regime de contrato e o tipo de educação que as IES privadas estão oferecendo ao mercado não se baseia num padrão de qualidade social. Estas constatações são perceptíveis nas entrevistas dos professores que trabalham nas IES privadas da região da fronteira, principalmente quando o Professor H (2004)[3] afirma que *"só horas para o ensino, sem pesquisa e tempo para preparar as aulas, contribui para diminuir a qualidade do trabalho docente".* O desabafo tem fundamento, uma vez que 85% dos docentes entrevistados que trabalham nas IES privadas do oeste paranaense e no Paraguai tem regime horista.

Nas entrevistas com as Direções sobre a existência do Plano de Carreira ou uma política de incentivo a formação contínua dos docentes, as respostas obtidas demonstram o descaso dos dirigentes, pois para a primeira questão, a resposta foi – *"está em fase de estudos",* enquanto para a segunda, *"a Faculdade tem uma proposta de formação contínua, pois queremos bons profissionais atuando no ensino superior"*[4]*.* Para Alarcão (1998)[5], a

[2] PEIXOTO, Madalena Guasco. A reforma do Ensino Superior Privado. **Jornal Classe Operária.** Disponível em: www.vermelho.org.br, n. 73, 7 mai. 2005, p.05.
[3] A.L.A. (Professor H). Entrevista realizada na CESUFOZ. Foz do Iguaçu, 21 de setembro de 2004. (p.3)
[4] M.C.P. (Direção B). Entrevista realizada no ANGLO. Foz do Iguaçu, 27 de setembro de 2004. (p.5)

formação continuada é um processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, um profissional deverá adequar sua formação às exigências de sua atividade profissional.

Contudo, o discurso não combina com a realidade, pois o professor das IES privadas não tem incentivo para participar de cursos e ou freqüentar programas de Pós-Graduação. Segundo Behrens (1996)[6], os professores não são ouvidos sobre suas dificuldades e expectativas, pois as propostas de formação são autoritárias e quando se propõem fazer alguma discussão o fazem sobre os docentes e não com eles. Desta forma, fica difícil falar e pensar em políticas de formação contínua para professores que atuam nas IES privadas, pois isso significa investimento que nem sempre está disponível ou não há interesse por parte das mantenedoras.

Na primeira etapa da investigação fez-se um levantamento de dados sobre o nível de formação dos professores e quais as políticas expressas na Proposta Pedagógica das Instituições referente à formação contínua. Os dados obtidos são interessantes, uma vez que demonstram que há uma certa *caça aos mestres e doutores* – presente na fala dos diretores – para evitar um investimento nos primeiros anos em formação docente. O mestre ou doutor já é um ser "pronto" para o exercício do ensino, meta principal para quem dirige as IES privadas e presentes no discurso dos diretores.

Apesar de ser uma posição comum de se encontrar no nível superior privado, há de se destacar o pensamento contrário a política desta natureza, como o de Marques (2000)[7], que defende a formação de professores, bem como a sua seleção e aperfeiçoamento contínuo no exercício profissional como sendo o primeiro plano das preocupações no campo da educação, especialmente quando estas se centram no rendimento qualitativo dos sistemas educativos.

---

[5] ALARCÃO, Isabel. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério.** 2ed. Campinas-SP: Papirus, 1998. (p.100)
[6] BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica.** Curitiba: Champagnat, 1996. (p. 133)
[7] MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação.** Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 2000. (p. 16)

Trabalhou-se nesta primeira etapa com nove IES privadas que oferecem, na sua totalidade, mais de uma centena de cursos. Um dado a ser destacado é que a grande maioria das faculdades é relativamente jovem, ou seja, menos de dez anos e muitos dos cursos em funcionamento ainda não passaram pelo processo de reconhecimento.

Para entender procedimentos desta natureza, busca-se a justificativa no processo de contração e seleção dos docentes com mestrado ou doutorado nos primeiros anos de existência para não ter problemas com o reconhecimento e também para eximi-las de investimentos na formação profissional. Apesar da *caça às titulações*, a maioria dos docentes universitários das instituições pesquisadas possui o título de especialista.

A prevalência do Especialista nas IES privadas pode ser explicada pela distância do extremo oeste paranaense em relação aos grandes centros de formação e as longas jornadas de trabalho que impossibilitam a formação em nível de Pós-Graduação. Na prática, a maioria dos professores que atuam no ensino superior das faculdades privadas fazem sua formação continuada sem apoio institucional. Assim, o professor da rede privada fica a mercê de seus próprios investimentos para continuar seu processo de formação continuada, garantindo sua atualização e permanência no emprego.

2. É possível falar em qualificação docente nas IES privadas?

A expansão acelerada das IES privadas tem mostrado que há demanda para algumas áreas e que investir em educação como uma alternativa econômica já é aceito pela sociedade, principalmente se considerar a situação das Universidades Públicas brasileiras. Se por um lado o processo contribuiu para suprir a carência da oferta de cursos em nível superior, por outro teve reflexos diretos na prática docente e na jornada de trabalho. O crescimento das faculdades privadas tem relação com o fato dos governantes serem incapazes de ampliar as vagas nas universidades públicas, apostando como solução do problema, ampliar o campo do ensino

privado. Apesar do crescimento das instituições e dos investimentos cada vez mais acentuados em tecnologia e infra-estrutura, a qualidade do ensino ainda está distante de ser considerada satisfatória. No entender de Demo (2002)[8], *"a qualidade da educação depende, em primeiro lugar, da qualidade do professor".*

É difícil abordar a questão da qualificação, principalmente quando há predominância da formação de Especialista nas IES privadas. Conforme o gráfico 1, os docentes das IES da tríplice fronteira tem, em sua maioria, titulação de especialista, contrariando de certa forma o art. 66 da LDB[9], no qual se lê: *"a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado".*

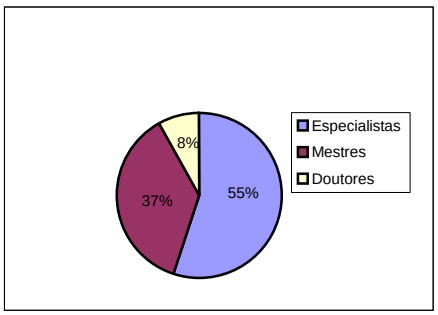

Gráfico 1: Nível de formação dos docentes das IES privadas do extremo oeste do Paraná.

Contudo, a análise de Teixeira (2005)[10] é pertinente quando afirma que o texto da lei não faz qualquer referência sobre a necessidade dos docentes do Ensino Superior terem cursado disciplinas de didática e metodologia para exercerem a docência. Talvez seja um tanto contraditório, mas encontramos professores no Ensino Superior que são amadores na arte de ensinar e sequer ouviram falar de Pedagogia, Didática ou Metodologia do Ensino, enquanto para ensinar crianças e jovens temos profissionais que fizeram um curso de licenciatura que os preparou para a tarefa do aprender a aprender.

---

[8] DEMO, Pedro. Professor e seu direito de estudar. In: NETO, A.S.; MACIEL, L.S.B. (Orgs.) **Reflexões sobre a formação de professores.** Campinas-SP: Papirus, 2002. (p. 72)
[9] LEI n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
[10]TEIXEIRA, Gilberto. **Uma análise critica do ensino superior brasileiro.** Disponível: www.serprofessoruniversitario.pro.br. (p. 12)

Outra crítica que merece ser apresentada é o formato dos cursos de Pós-Graduação, principalmente os programas de Mestrado e Doutorado. Enquanto nos cursos de Especialização – Pós-Graduação *Latu Sensu* há obrigatoriedade da disciplina de Metodologia do Ensino Superior, os cursos de mestrado e doutorado são considerados como uma preparação para a pesquisa científica, com aprofundamento dos conhecimentos numa área específica. Poucos são os programas que contemplam disciplinas de Didática, Metodologia ou Pedagógicas.

Apesar de existirem mecanismos para qualificar o corpo docente, há uma sinalização clara por parte das Mantenedoras em não contratar os docentes em regime diferente do horista, pois significaria *financiar* a pesquisa. No entendimento dos dirigentes das IES privadas, *"as Faculdades não tem nenhuma obrigação para investir na pesquisa".* Ledo engano, pois se o professor for um pesquisador, continuará seus estudos e com certeza reverterá em prol da melhoria da prática docente. Para Lucarelli (2000)[11], *"a inovação no ensino universitário e a formação pedagógica daqueles que desenvolvem essa prática constituem-se em um objeto de análise significativo para os interessados no problema da qualidade da educação nesse nível."*

Desta forma, é difícil encontrar Planos de Carreira em vigência nas IES privadas da tríplice fronteira, assim como contratos de docentes em regime parcial ou integral. É mais uma demonstração do descaso com a qualificação docente e a opção pelo contrato horista – mais econômico por um lado, mas que não auxilia na construção de vínculos do docente com a instituição, permanecendo apenas durante o período das atividades de ensino. Assim, na primeira oportunidade que tiver, o docente deixa a instituição, contribuindo para aumentar o índice de rotatividade, marca dos colegiados dos cursos das IES privadas da região da fronteira trinacional. Soma-se a esta questão, a experiência do corpo docente, geralmente a primeira no

[11] LUCARELLI, Elisa. Um desafio institucional: inovação e formação pedagógica do docente universitário. In: CASTANHO, M. E. L. M.; CASTANHO, Sérgio (Orgs.) **O que há de novo na educação superior:** do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas – SP: Papirus, 2000. (p.61)

ensino superior, o que também gera desconfiança por parte dos acadêmicos. Se por um lado surge como obstáculo, por outro é um diferencial, pois a maioria tem experiência docente em nível médio, tendo, portanto, domínio didático e metodológico.

Assim, a falta de uma política que incentive a pesquisa, a formação contínua e a qualificação de um modo geral do corpo docente – participação em congressos, seminários para apresentar trabalhos, são reflexos de administradores não formados nos quadros educacionais e que aplicam a mesma metodologia administrativa de empresas à área educacional. O resultado é conflituoso contrariando interesses, opondo acadêmicos e professores contra os dirigentes das Mantenedoras, prejudicando o processo educativo. A solução para o impasse poderia ser um assessoramento pedagógico por parte dos Mantenedores, principalmente da realidade pesquisada, aliando a competência das ações pedagógicas com a possibilidade de obter lucros com o Ensino Superior.

Considerações finais

O crescimento das IES privadas na região da tríplice fronteira nos últimos anos é um indicativo de que as vagas existentes não atende a demanda dos interessados, uma vez que existem apenas três universidades públicas. Se por um lado existe esta preocupação com a expansão do ensino superior, acompanhado de uma infra-estrutura às vezes melhor do que das universidades públicas, por outro, as condições de trabalho dos docentes e o apoio às atividades docentes ainda estão distantes das ideais.

Considerando-se que a contratação horista é a predominante nas IES públicas, este vínculo empregatício não possibilita um comprometimento maior com a instituição, sem falar da pesquisa que é totalmente impossível, quando se tem um contrato de trabalho, exclusivamente para a atividade de ensino. Percebeu-se que a qualificação profissional dos docentes na região

da tríplice fronteira sofre duplo entrave – contratos horistas e a distância dos centros formadores de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Finalmente, o não investir na formação contínua dos docentes e o fato dos administradores das IES privadas não terem uma visão pedagógica do *negócio*, cria um conjunto de desgastes que está longe de ser considerado como um espaço de formação e produção do conhecimento.

Referências Bibliográficas

A.L.A. (Professor H). Entrevista realizada na CESUFOZ. Foz do Iguaçu, 21 de setembro de 2004.

ALARCÃO, Isabel. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério.** 2ed. Campinas-SP: Papirus, 1998.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica.** Curitiba: Champagnat, 1996.

DEMO, Pedro. Professor e seu direito de estudar. In: NETO, A.S.; MACIEL, L.S.B. (Orgs.) **Reflexões sobre a formação de professores.** Campinas-SP: Papirus, 2002.

LEI de Diretrizes e Bases, n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

LUCARELLI, Elisa. Um desafio institucional: inovação e formação pedagógica do docente universitário. In: CASTANHO, M. E. L. M.; CASTANHO, Sérgio (Orgs.) **O que há de novo na educação superior:** do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas – SP: Papirus, 2000.

M.C.P. (Direção B). Entrevista realizada no ANGLO. Foz do Iguaçu, 27 de setembro de 2004.

MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação.** Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 2000.

PEIXOTO, Madalena Guasco. A reforma do Ensino Superior Privado. **Jornal Classe Operária.** Disponível em: www.vermelho.org.br, n. 73, 7 mai. 2005.

TEIXEIRA, Gilberto. **Uma análise critica do ensino superior brasileiro.** Disponível: www.serprofessoruniversitario.pro.br.

Redescobrindo o Poder Judiciário Paranaense

Bruna Marina Portela[1]

Um trabalho inovador

No primeiro semestre de 2004, o Arquivo Público do Paraná inovou o trabalho com acervos de documentos históricos organizando oficinas temáticas com seus estagiários, graduandos em História, juntamente com voluntários, alunos e bacharéis em cursos ligados à temática dos acervos, para trabalho de classificação e análise daqueles. A primeira experiência nesse sentido é a relacionada com a documentação oriunda do Poder Judiciário Paranaense. Este acervo contém uma ampla gama de processos e procedimentos judiciários, os quais abordam diversos temas ligados ao contencioso jurídico no Paraná datando de aproximadamente 1697 a 1950.

Procedência da documentação

Os documentos do Poder Judiciário foram recolhidos ao acervo permanente do Arquivo Público do Paraná por meio de uma solicitação do então diretor da Instituição, Dr. Mbá de Ferrante, em 1986. Os documentos estavam em poder da 10ª Vara Cível de Curitiba, sendo que o conjunto documental chegou bastante danificado, devido a um incêndio ocorrido na década de 1930, bem como à falta de um armazenamento e tratamento corretos até então.

Posteriormente os documentos foram divididos em dois fundos: Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá e Juízo de Órfãos de Curitiba, sendo o primeiro composto em sua maioria por processos criminais e o segundo por inventários *post-mortem*. Essa primeira classificação do acervo não conseguiu abranger todas as peculiaridades que os processos traziam. Por isso, é possível encontrar documentos que não se enquadram à classificação antiga, por esse motivo será necessário criar-se uma nova tipologia para esse acervo, o que já está em andamento. No final de 2002 o Arquivo Público recebeu mais uma

grande quantidade de processos, vindos também da 10ª Vara Cível e que estão ainda sendo higienizados e identificados, para posterior disponibilização ao público. Também essa documentação é variada, existindo tanto processos cíveis como criminais, datados desde o século XVIII até o XX.

Objetivo da Oficina

Através da Oficina formou-se um grupo de pesquisa, formado pelos estagiários do Arquivo Público, por voluntários da área de Direito e por professores universitários de História e História do Direito, com o intuito de auxiliar na elaboração de um catálogo que traga informações úteis para pesquisas históricas a partir de tais fontes. Também se pretende, mediante as oficinas, trabalhar com os processos a fim de contribuir na construção da memória histórica paranaense, analisando algumas fontes e desenvolvendo atividades de pesquisa e de tratamento para disponibilizar tal material ao público em geral.

Metodologia e alguns resultados

As oficinas do Poder Judiciário iniciaram-se em abril de 2004, com planejamento e discussões sobre as possibilidades dos trabalhos. Os primeiros encontros foram realizados em maio de 2004 e os primeiros debates duraram até o final de junho do mesmo ano. A partir de então, iniciaram-se os trabalhos específicos com as fontes, buscando-se criar um catálogo que trouxesse informações suficientes para subsidiar pesquisas históricas nesse acervo. Para iniciar as oficinas e se familiarizar com a escrita dos documentos, foram escolhidos processos da segunda metade do século XIX, os quais possuem uma grafia mais fácil de ser compreendida.

A maioria dos processos encontrados é de origem criminal, sendo provenientes do Juízo Municipal de Curitiba, do Juízo de Direito e em alguns casos do Tribunal do Júri. Destaca-se a possibilidade de estudos sobre a questão dos escravos e dos imigrantes, que aparecem com freqüência nos documentos.

A leitura de textos relacionados à História do Direito e também a própria legislação da época, foram, e estão sendo, fundamentais para compreender os processos do acervo. A metodologia de trabalho com os documentos ainda está sendo aprimorada. A partir da legislação imperial, pretende-se elaborar uma classificação padronizada para os processos[2]. Estão sendo levantados, a partir do Código Criminal e do Código do Processo Criminal do Império, todos os tipos crimes e modelos processuais possíveis para o período dos documentos que estão sendo analisados.

Porém, o grupo se preocupou também com a realização de trabalhos de cunho histórico, a partir das fontes que estão sendo lidas para a confecção do instrumento de pesquisa. Nesse sentido, o cadastro no CNPQ foi um passo importante para a consolidação do grupo como um "Grupo de Pesquisa", comprometido com o desenvolvimento de projetos e apresentação de resultados. Para a *Semana do Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná*, realizada entre os dias 04 e 07 de abril de 2005, o grupo elaborou um texto mostrando os principais resultados obtidos até então com a Oficina. Foram discutidas algumas questões relacionadas ao Poder Judiciário Paranaense e também foram mostradas algumas possibilidades de pesquisa a partir dos processos. Cada integrante do grupo desenvolveu uma pequena reflexão acerca de um documento do acervo. Foram apresentadas temáticas como violência doméstica, desavenças em eleições, crimes de injúria entre padres e funcionários públicos e sobre a escravidão, temática que pode ser bastante explorada a partir de processos criminais, como fica demonstrado no exemplo a seguir.

Escravidão e processos criminais: alguns exemplos[3]

Era o dia 25 de março de 1874, no município de São José dos Pinhais. Joaquim Alves dos Santos, dono de fazenda no referido município, estava viajando, estando em sua casa apenas a mulher, Porcina Alves Cordeiro, seu filho Emigdio, o agregado português João dos Santos Coelho e três escravos, Clara, Miguel e Ignácio. Clara era mãe de Ignácio,

ainda uma criança, chamado pelas pessoas da casa de “crioulinho Ignácio”. Miguel era supostamente o amásio de Clara, conforme disse em seu depoimento.

Por volta de oito horas da noite a escrava Clara havia ido se deitar, logo depois de ter debulhado milho juntamente com Miguel. Este foi até os aposentos da escrava tentando violentá-la. Como Clara não consentiu, Miguel feriu-a nas costas com um facão. O agregado português tentou ajudá-la, mas a tentativa foi em vão, pois Miguel ameaçou matá-lo.

Clara então fugiu para o quarto de sua senhora, onde estava o seu filho Ignácio e Emigdio, filho de seus senhores. Já era madrugada quando a escrava, sangrando, começou a sentir sede. Como não havia mais água no quarto, o menino Ignácio abriu a porta para ir buscar água para sua mãe. Miguel estava de espreita na porta do quarto e, mesmo com Emigdio, Ignácio, a escrava e sua senhora tentado impedir sua entrada, o escravo conseguiu agarrar Clara, levando-a para fora da casa, no terreiro. De dentro da casa, ouviam-se os gritos de Clara que de repente cessaram. Miguel havia dado machadadas nas costas e no rosto da escrava, causando-lhe a morte instantânea.

Miguel teve como seu curador o advogado Generoso Marques dos Santos, presente em muitos outros processos. Mas, apesar de seu excelente curador, Miguel foi condenado à galés perpétuas pelo Tribunal do Júri.

Este processo aconteceu em 1874, quando a Lei do Ventre Livre já estava em vigor há mais de dois anos e a escravidão rumava para o fim. Nesse contexto era bastante comum a presença de escravos envolvidos em processos criminais, apesar de a lei afirmar que o escravo, equiparado a um animal, não era cidadão e que, portanto, não teria direitos. Se este crime tivesse acontecido na primeira metade do século XIX, provavelmente não seria aberto um processo. Os possíveis crimes que acontecessem entre os escravos, dentro da propriedade do senhor, eram em sua maioria resolvidos sem o envolvimento do poder público, sendo consideradas questões privadas, as quais cabia ao senhor resolver. A partir da segunda metade do século XIX é que o Estado começa a interferir mais incisivamente nas relações senhor-escravo, principalmente com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, quando os próprios escravos ganharam o direito de comprar sua liberdade, não

dependendo exclusivamente de seus senhores. Vale lembrar que mesmo após a promulgação da lei, muitos escravos ainda encontravam empecilhos para conseguir sua liberdade, empecilhos estes colocados por seus senhores, que não queriam perder o domínio que tinham sobre seus escravos. Na prática, a Lei muitas vezes não era cumprida.

Este é apenas um dos muitos processos encontrados no Arquivo Público do Paraná que envolvem escravos. Este é um caso interessante, pois mostra as relações estabelecidas entre eles. Miguel, em seu depoimento, afirma que era amásio de Clara e que ela o estava traindo com João dos Santos Coelho, o agregado português, e que por isso a matou. Porém, em depoimento posterior, Miguel afirma não saber da morte de Clara, talvez orientado por seu curador.

O fato de Joaquim Alves dos Santos ter contratado Generoso Marques para defender seu escravo, sugere que ele fosse uma pessoa influente e com algum dinheiro, já que o advogado possuía renome e normalmente defendia os mais abastados. Mostra também que Joaquim queria livrar seu escravo da cadeia, pois o trabalho em suas terras ficaria prejudicado com um escravo a menos, causando-lhe prejuízos.

Há uma grande quantidade de processos como esse, que mostram crimes cometidos por escravos. A historiadora Maria Helena Machado fez uso desse tipo de processos para realizar um levantamento da criminalidade escrava nos municípios de Campinas e Taubaté, o que resultou no livro *Crime e escravidão*. A autora enxerga nos crimes que encontra nos processos, uma forma de resistência dos escravos, que impunham limites ao poder senhorial. No caso do processo aqui descrito, não se pode afirmar que foi uma forma de resistência ao domínio senhorial, já que a vítima foi outra escrava e, ao que parece, Miguel foi levado a cometer o crime por questões pessoais. Porém, os demais processos criminais que se encontram no Arquivo Público do Paraná e que envolvem escravos, com certeza dão subsídios para que uma pesquisa sobre o crime como forma de resistência seja realizada.

Como exemplo podemos citar um processo em que uma escrava é acusada de ter assassinado sua senhora, com a ajuda de seu amásio. Quitéria e Joaquim foram acusados por um sobrinho da vítima, Catharina Maria, no ano de 1861, na Freguesia do Iguaçu. A

abertura do processo aconteceu mais ou menos vinte anos depois do assassinato, segundo relataram algumas testemunhas.

Quitéria teria ido com sua senhora até as margens do rio Passaúna para colher palmito e neste mesmo rio, a escrava afogou Catharina. Algumas testemunhas afirmaram que Quitéria cometeu este ato por medo de perder sua liberdade, prometida por sua senhora, com a condição de que ela "vivesse honestamente". Como Quitéria engravidou, provavelmente de Joaquim, viu-se ameaçada de perder a tão sonhada liberdade e para que isso não acontecesse, assassinou Catharina Maria. Joaquim e Quitéria estavam vivendo na província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e quando o processo foi aberto, em 1861, Joaquim já havia morrido. Quitéria foi condenada no artigo 192 do Código Criminal e foi expedido mandado de prisão. Porém, como a escrava estava na província de São Pedro, o processo deve ter sido remetido para lá, não deixando claro se a escrava de fato foi presa.

Nas palavras de Machado, "o processo criminal conduz o historiador, em primeira instância ao crime, e deste à sua remontagem, no quadro das tensões sociais que o geraram e na multiplicidade de eventos que o qualificaram como ato social"[4].

Considerações finais

Durante esse primeiro ano de realização da Oficina do Poder Judiciário, ficou clara a necessidade da pesquisa histórica frente a trabalhos de catalogação de acervos, bem como a importância de trabalhos interdisciplinares no desenvolvimento de aspectos que somente o diálogo entre conhecimentos pode elucidar. Além disso, ficou evidenciada a riqueza do acervo para a construção da história institucional do Poder Judiciário e de uma história do Paraná que privilegie o cotidiano e as relações sociais.

O trabalho de catalogação é de longo prazo, já que o acervo é bastante extenso, contando com aproximadamente 70 metros lineares de documentação. Por isso a importância em deixar uma boa base de trabalho, para que a Oficina do Poder Judiciário possa continuar acontecendo, mesmo com todas as intempéries e mudanças que um Arquivo Público costuma enfrentar.

[1] Mestranda em História pela UFPR. Não posso deixar de citar os nomes dos integrantes da Oficina do Poder Judiciário que também colaboraram para a construção desse artigo: Tatiana Dantas Marchette e Márcia Graf, líderes do grupo; Ivan Furmann, bacharel em Direito; Andréa Cristina da Silva, Lutherkin Lino Ludvich, Náilon Ferreira Silveira, estagiários de História no Arquivo Público do Paraná; Rafaela Pugliesi, voluntária.

[2] Um trabalho semelhante já foi realizado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, intitulado *Crimes em São Paulo*, no qual é feito um trabalho de catalogação de processos do Poder Judiciário, utilizando-se da legislação imperial para classificar os tipos de processos e de crimes.

[3] PARANÁ. Arquivo Público. *Traslado de apelação crime*. São José dos Pinhais, 1874. Fundo: BR APPR PB 027, 0559-cx. 34. PARANÁ. Arquivo Público. *Sumário de culpa.* Freguesia do Iguaçú, 1861. Fundo: BR APPR PB 027, 0430 – cx 27.

[4] MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 23

Os intelectuais brasileiros e os significados educacionais da Guerra Franco-Prussiana e da Primeira Guerra Mundial.

Bruno Bontempi Jr.

Nos jornais diários que circulavam nas maiores cidades brasileiras no final do século XIX predominavam as notícias vindas do exterior. A inclinação xenófila das folhas desse tempo era tanta, que José Veríssimo, tomado de ira nacionalista, reclamava que era mais fácil encontrar nelas "notícias de coisas estrangeiras [...] do que do país"[1].

Dentre as notícias vindas "do estrangeiro", o desfecho da Guerra Franco-Prussiana tocou profundamente os nossos homens de letras. A inusitada vitória da Alemanha sobre a França os encheu de espanto, exortando-os a interpretar o seu significado em vista da provável reorganização do poder entre os Estados europeus. Tendo como suporte os próprios intelectuais franceses, que, como Renan, reconheceram a derrota como resultado da decadência francesa nos mais diversos aspectos de sua civilização, a vitória alemã extravasou o comentário político para os campos da cultura e da educação.

José Veríssimo foi um dos publicistas que identificou na reação dos derrotados os efeitos "culturais" da vitória alemã. Ao tratar do ensino de história em *A educação nacional* (1890), identifica nas reformas educacionais francesas de 1882 o reconhecimento da superioridade cultural alemã, posto que por elas se introduziram a educação cívica e o ensino da história no sistema geral da educação, desde o ensino primário até o superior[2].

Segundo Veríssimo, teriam sido a história e a geografia pátrias ensinadas nas escolas alemãs as grandes responsáveis pela formação e manutenção do sentimento patriótico e do espírito nacional que promoveram o esforço de guerra necessário para o engajamento nas milícias. O nacionalismo, valor moderno e positivo, é considerado necessário para as escolas e universidades das nações em busca do progresso. O cultivo

dos cantos nacionais, o uso do livro de leitura em língua pátria e o ensino de ginástica são elementos da educação praticada na Alemanha, que, sugere, sejam adotados no Brasil.

Para outro intelectual brasileiro, Rui Barbosa, "a pedra angular da reabilitação da Alemanha" teria sido "a cultura da mentalidade nacional, na escola, no ginásio, na universidade"[3]. Para Rui, as reformas do sistema educacional alemão, encabeçadas por Humboldt, "continham em si as vitórias marciais de Guilherme I da Alemanha, como o gérmen contém o fruto", pois, ao ilustrar a pátria e exterminar a ignorância, Frederico III a preparara para o combate. Prossegue Rui Barbosa, apoiado em intérprete estrangeiro,

> Muitos anos, mais de quinze, antes de Sedan, Cobden, apontando nos prussianos os "*yankees* europeus" [...] augurava que "a Prússia *havia de ser a mais poderosa das nações européias*, por ter abraçado em plena extensão, conquanto não sob a mesma forma, o sistema, dominante nos Estados Unidos, de assegurar ao povo inteiro uma educação sã"[4].

Rui endossa a interpretação compartilhada por Condorcet, Tocqueville, Hegel, Max Weber, de que os Estados Unidos tiveram sucesso em absorver a cultura européia e realizar o salto qualitativo para um patamar superior, ou seja, para a própria liderança do processo civilizador. A utilização da expressão "*yankees* europeus" para definir os prussianos quanto ao seu valor no campo da instrução pública indica a sensibilidade dos contemporâneos para com o processo educacional pelo qual se deu a "europeização da cultura norte-americana" e a "americanização da cultura européia"[5].

José Veríssimo, mesmo com toda a sua aversão à imitação do estrangeiro, não duvidava que, quanto à instrução pública, o modelo a ser estudado com profundidade e a ser assimilado pelo Brasil era o dos Estados Unidos, nação em que se promovia, por meio da educação, a construção de um sólido sentimento nacional que veio corrigir diversidades originais de raça, religião e de costumes, obstáculos igualmente encontrados no Brasil. No entanto, embora visse com bons olhos o sistema norte-americano de ensino, ao paraense não agradava o modo de vida americano, que definia como "*strugforlifista*"[6],

motivo pelo qual em suas considerações sobre a educação nacional a ser implantada no Brasil, o modelo norte-americano, liberal-individualista, teria de ser adaptado a um sistema de ensino aos moldes alemães, ou seja, subordinado a um Estado-educador.

Em São Paulo, no final do século, homens como o advogado e jornalista Francisco Rangel Pestana marcavam suas trajetórias de publicistas em jornais como *A Gazeta de Campinas* e em *A Província de São Paulo* com um traço de evidente entusiasmo pelos modelos sócio-político e educacional norte-americano. Rangel Pestana, Francisco Quirino, Jorge Miranda, Campos Sales e Américo Brasiliense, dentre outros, transitavam nas cidades do estado de São Paulo em que "as coisas modernas" vinham acontecendo[7], e nas quais já se concentrava a força econômica que adiante patrocinaria a mudança do regime. Nesse agrupamento predominavam, já sem reservas, os discursos de admiração aos Estados Unidos e de recomendação à imitação de sua experiência, integrados ao elogio do federalismo como forma de organização do futuro regime.

Em seu desejado "liberalismo à americana", ou seja, no regime republicano organizado à luz da utopia de uma sociedade de indivíduos autônomos, cujos interesses seriam compatibilizados pela "mão invisível do mercado"[8], ao Estado caberia garantir as liberdades individuais mediante o mínimo de intervenção. Neste, "não há identidade coletiva, sentimento de comunidade ou pátria", à diferença do que proclamavam liberais conservadores, como Veríssimo, que no Estado centralizado depositavam a expectativa de que protegesse a liberdade, criasse o espírito público e moldasse a nação[9].

O Partido Republicano, em torno do qual os liberais paulistas passaram a se reunir desde 1870, defende em seu manifesto o federalismo como princípio organizador do novo regime, denunciando o Estado monárquico brasileiro como sendo uma "miniatura" do Estado da França de Napoleão III, em sua "absurda administração centralizadora". Os acontecimentos da Guerra Franco-Prussiana indicavam aos signatários do manifesto que este modelo napoleônico fracassara, já que "o desmantelamento daquele país que o

mundo está presenciando com assombro não tem outra causa explicativa". O modelo francês é tido como fracassado, do que não decorre, todavia, o elogio aos germânicos, posto que logo à frente lê-se: "somos da América e queremos ser americanos" [10].

As lideranças republicanas paulistas imaginavam que a riqueza material e o espírito público que prevaleciam nos Estados Unidos decorriam da obra educacional de seus *founding fathers*. A tal imagem somavam-se as "provas empíricas" da superioridade das práticas culturais americanas então experimentadas em São Paulo, seja nos colégios particulares geridos pelos próprios republicanos, na Capital e em importantes cidades do interior, seja pela presença de missionários estadunidenses na Escola Americana, que exemplarmente punha em prática o método de ensino intuitivo.

Para os republicanos paulistas, a instrução pública era uma questão política de primeira ordem, entendida como condição necessária para a expressão da vontade de um povo esclarecido, fonte única do poder legítimo. A escola, estendida a todas as classes, haveria de transformar tanto o homem como a sociedade, pois a crença era a de que, "quanto mais solidamente um povo é instruído, tanto mais forte e produtor se torna"[11].

Para *O Estado de S.Paulo* (*OESP*), uma vigorosa reforma do ensino em São Paulo livraria a instrução pública do estado dos "vícios da educação monárquica"[12], constituindo também a decorrência lógica da evolução de suas forças econômicas, pois, "o fato de haver grandes melhoramentos materiais, meios rápidos de comunicações e riqueza ou bem-estar do povo, incita os grandes empreendimentos de ordem moral"[13]. A reforma é pensada no quadro do federalismo: entendia-se que São Paulo deveria "revelar a sua autonomia tomando a iniciativa da fundação de estabelecimentos importantes de ensino úteis e na altura de seu progresso"[14], pois neste estado e neste momento, "a descentralização é considerada já feita"[15].

Tão logo mudou o regime, foi implementada a reforma do ensino público, baseada em um programa elaborado por Rangel Pestana, iniciada pela "educação popular" e pela

reforma da instituição que deveria formar o professorado público. De acordo com Caetano de Campos, a quem foi entregue a Escola Normal, a formação do professor só poderia ser realizada por mestres de reconhecidos saber e experiência nos métodos científicos implantados com sucesso em países como a Suíça, a Alemanha e Estados Unidos, que os levaram a um notável e invejável "progresso intelectual" [16].

Para Caetano de Campos, o método a ser assimilado para a educação deveria ser o intuitivo, criado por Pestalozzi e assimilado em países civilizados. Seus princípios, ancorados no uso dos sentidos, na observação direta dos objetos e dos fenômenos da natureza, na atividade da criança, deveriam fundamentar todo aparelhamento e funcionamento das escolas e ainda orientar a formação dos novos professores públicos. Por isto, para lecionar nas escolas-modelo, criadas pela reforma para se tornarem campo de experimentação dos professores, foram designadas as professoras Maria Guilhermina de Andrade e Marcia Browne, formadas nos Estados Unidos e indicadas por Horace Lane, diretor da Escola Americana e colaborador do governo paulista na condução e implementação da reforma. Os métodos de ensino praticados nos Estados Unidos, pois, foram definidos como modelos para a escola pública paulista da Primeira República.

Em 1914, alguns meses antes do início da Guerra, os educadores paulistas foram instados, no "Inquérito sobre a situação do ensino primário no estado de São Paulo e suas necessidades", organizado pelo jornal *OESP*, a se justificarem diante das críticas de que os métodos "copiados dos americanos [...] não se adaptam ao terreno para onde se transplantaram sem a necessária fase de aclimatação". As respostas dos educadores não contradizem Oscar Thompson, que afirma que os métodos em uso nas escolas paulistas "são seus, e [...] não foram servilmente copiados das escolas norte-americanas, mas adaptados ao nosso meio, hábitos e língua"[17].

Neste momento, já não há mais sugestão de imitação ou importação de modelos;

o método de ensino norte-americano encontra-se incorporado e devidamente adaptado. Alemanha e França não se afiguram nos discursos dos educadores como muito mais do que "países civilizados", cujo valor está em terem padronizado a educação primária. Já não oferecem modelos, a não ser pontualmente, como no caso da educação rural francesa, e da educação profissional alemã. Os temas mais presentes em toda a série que compõe o "Inquérito", todavia, expressam a americanização em curso desde os anos 1890 na instrução pública paulista: a educação moral "by doing", ou seja, não por meio de explicações abstratas ou leituras morais, mas pela ação que forma hábitos de conduta moral; a psicologia experimental, como suporte da pedagogia científica e da metodologia de ensino; a valorização do trabalho manual e da orientação vocacional, além das preocupações com a higiene escolar e com a eficiência na gestão educacional.

No início de agosto de 1914, a Alemanha declara guerra à Rússia e à França; invade a Bélgica; a Inglaterra declara guerra à Alemanha. Julio Mesquita, diretor de *OESP*, desloca-se para a Europa para realizar a cobertura da guerra, a fim de publicar a sua versão mais completa, isenta e clara e, "em seguida, associar esta isenção a uma posição editorial firme ao lado de ingleses e franceses, representantes da democracia"[18].

Ao longo dos quase cinco anos em que os boletins semanais foram publicados, a posição do jornal em favor da França e da Inglaterra foi clara. Já em 1914, a Alemanha e a Áustria eram apontadas como responsáveis pela guerra[19]; em 1915, após o naufrágio do *Lusitânia*[20], a Alemanha passou a ser a promotora da barbárie. A hostilidade do noticioso paulista à Alemanha provocou fortes reações da comunidade alemã em São Paulo, que pelo *Diário Alemão* lhe desfechou ataques, afirmando que Mesquita recebia fundos do governo inglês para sustentar uma cobertura pró-aliados. Insatisfeito, o jornal germanófilo comandou também um boicote dos anunciantes alemães a OESP[21].

OESP saudou em abril de 1917 a declaração de guerra dos Estados Unidos à

Alemanha; reclamou do Brasil uma posição quando dos ataques germânicos a navios brasileiros[22] e finalmente apoiou a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, a 26 de outubro, afirmando estar o Brasil "com a humanidade contra o mais desumano dos regimes, porque a vitória do pangermanismo seria a escravização do mundo a uma casta a que a própria Alemanha se escravizou [...]"[23]. A Alemanha deixava de ser paradigma de civilização, para tornar-se sinônimo de barbárie e escravidão.

Nos artigos sobre educação estampados ao longo dos anos 1917 e 1918 são extraídas duras lições da guerra, exemplificadas pelo esforço dos soldados italianos que, em convalescença nos hospitais durante a guerra, esforçavam-se para aprender "as noções elementares para se tornarem melhores soldados e para, fora das linhas do exército, honrarem o nome italiano"; dos governos da França e da Inglaterra, que após o conflito destinariam mais verbas à instrução[24]; do governo japonês, que por ter realizado uma vigorosa política educacional que reduziu o analfabetismo e que vinculou a instrução ao ensino profissional e à tecnologia, levou o país à condição de potência mundial[25]; aos Estados Unidos, que estavam promovendo uma "obra benemérita" e extremamente eficiente de instrução dos "selvagens do Alaska"[26].

Para OESP, o Brasil não deveria esperar uma nova conflagração para promover a educação de seus cidadãos, para vencer o analfabetismo que o "rebaixa e avilta", pois "se o cidadão é analfabeto e ignorante a Pátria a que ele pertence também nada valerá no mundo"[27]. É certo que "só a educação nacional, extensa e intensamente, fará a grandeza de nosso país"[28]. "P. P.", que invoca a experiência no Alaska, pergunta "por que a infância esquimó, no mais baixo degrau da civilização, pode receber uma instrução mais ampla e útil do que a dispensada aos pequenos paulistas dos bairros, colônias e fazendas?"[29].

Definitivamente, diante de números que apresentam o déficit de crianças em idade escolar atendidas no estado, os discursos educacionais de OESP alteram o tom empreendedor e elogioso dos primeiros anos da República, em que as reformas levavam

a marca de seu próprio diretor, bem como o tom colaborativo do "Inquérito" de 1914, para adotar uma postura crítica, que acusa a administração pública do estado de não cumprir com o seu dever quanto à educação do povo, com o que travava o desenvolvimento do país e do próprio regime democrático representativo, posto que a nociva manutenção no poder das oligarquias mais retrógradas devia-se, sobretudo, à ignorância das massas quanto aos direitos e deveres do cidadão[30]. A guerra ensinava a refazer a República, agora apoiada no cidadão instruído, saudável, trabalhador e ordeiro.

---

[1] VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p.47.
[2] Idem, ibidem, p.109.
[3] BARBOSA, Rui. (1946). Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol. X, 1883. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p.132.
[4] Idem, ibidem, pp.133-134.
[5] WARDE, Mirian Jorge. *Americanismo e educação*: americanização de padrões pedagógicos a acadêmicos (Europa, Estados Unidos e Brasil, de meados ao século XIX ao pré-Segunda Guerra Mundial). CNPq/PUC-SP, 2003.
[6] Veríssimo define com esta expressão o apreço do povo americano pelos princípios da luta pela vida (*struggle for life*), expressos na teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies.
[7] HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido. In: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. *Prêmio grandes educadores brasileiros*: monografia premiada 1987. Brasília: INEP, 1988, p.39.
[8] CARVALHO, José M. de. *A formação das almas*. São Paulo: Cia. das Letras. 2003, p.9.
[9] CARVALHO, José M. de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.7, pp.82-99.
[10] *Apud* CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UnB, 1981, p.238.
[11] OESP, 10/1/1890.
[12] OESP, 06/01/1890.
[13] OESP, 17/01/1890.
[14] Idem.
[15] OESP, 10/01/1890.
[16] OESP, 30/03/1890.
[17] OESP, 27/02/1914.
[18] CALDEIRA, Jorge. Julio Mesquita, fundador do jornalismo moderno no Brasil. In: MESQUITA, Julio. *A Guerra (1914-1918) por Julio Mesquita*. São Paulo: O Estado de S.Paulo: Terceiro Nome, 2002, v.1, pp.21-32.
[19] OESP, 24/08/1914.
[20] OESP, 15/05/1915.
[21] CALDEIRA, *Op. Cit.,* pp.30-31.
[22] OESP, 01/10/1917.
[23] OESP, 29/10/1917.
[24] SERVA, Mario Pinto. "A guerra e a educação", OESP, 21/11/1918.
[25] SERVA, Mario Pinto. "A educação no Japão", OESP, 19/07/1918.
[26] P.P. [Paulo Pestana], "Notas pedagógicas", OESP, 28/12/1917.
[27] SERVA, Mario Pinto. "A guerra e a educação", OESP, 21/11/1918.
[28] SERVA, Mario Pinto. "A educação no Japão", OESP, 19/07/1918.
[29] P.P. [Paulo Pestana], "Notas pedagógicas", OESP, 28/12/1917.
[30] Serva, Mario Pinto. "A educação para a democracia", OESP, 17/09/1917.

Imagens de Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933.

Caion Meneguello Natal

Introdução

Nossa proposta de estudo busca compreender o processo de construção da identidade histórica concernida a Ouro Preto. Ao falarmos de Ouro Preto nos reportamos a idéias como "Cidade Monumento", "Cidade Patrimônio" ou "Cidade Histórica", representações que estão interligadas e expressam valores de preservação, de arte, de identidade, de tradição, etc. Contudo, em que consiste estes valores? O que eles significam, para nós brasileiros, ou para toda a cultura ocidental? Por que é tão fundamental preservar uma cidade dita histórica e o que determina seu caráter enquanto tal? Quais os critérios ou atributos que distinguem uma cidade histórica de outras que não possuem essa caracterização ou não transmitem semelhante idéia?

Para responder a estas e outras questões, nos debruçaremos em um período da história ouropretana que parte da última década do século XIX e se estende até meados da década de 1930: o primeiro momento de nosso estudo se refere ao final do século XIX, quando Ouro Preto deixou de ser o centro político-administrativo de Minas Gerais, perdendo seu estatuto de capital para Belo Horizonte; o segundo momento compreende as três primeiras décadas do século XX, quando surgem os discursos e ações que considerarão a cidade como um núcleo histórico digno de ser preservado. Estes são ensejos decisivos para compreendermos o processo de legitimação de Ouro Preto enquanto referência histórica. Tal processo culmina na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, vindo a consolidar Ouro Preto como patrimônio da nação brasileira[1].

No final do século XIX, Ouro Preto corria enormes riscos como capital de Minas Gerais: era uma cidade considerada arcaica, cujo traçado provinha de um passado tido como irracional e inescrupuloso. A cidade, representava no imaginário da época a

imprevidência dos construtores setecentistas, vivia sob o signo do caos, da desordem, da irracionalidade; a capital de Minas simbolizava a herança de um passado repugnante que deveria ser abolido. Para tanto, Ouro Preto teria de ser recriada a partir de novas soluções urbanas, as quais, por serem novas, garantiriam a prosperidade social. Neste contexto, prevalecia a negação do passado e sua superação por um futuro "promissor". O passado representaria a face deficiente de uma sociedade; todas as marcas e rastros que recordassem algo pretérito deveriam ser aniquilados para dar lugar ao "novo", ao "moderno". No final do dezenove, Ouro Preto passava por uma crise política: segundo o imaginário da época, esta cidade carecia de uma infra-estrutura condizente com seu status de capital. Para manter este status, Ouro Preto deveria adquirir um perfil moderno; era necessário, sobretudo, reconstruir outra cidade no lugar da "velha" Ouro Preto, inaugurar novos tempos e promover o tão aclamado progresso social[2]. Nesse primeiro momento, procuramos trabalhar com discursos, ações e projetos de modernização urbana, os quais visavam remodelar Ouro Preto para garanti-la como capital de Minas Gerais.

Em 1897, com a transferência da capital em Minas Gerais, inicia-se um processo de defesa da relevância de Ouro Preto no contexto nacional, porém, não mais como centro político, mas como centro cultural, representante da história do povo brasileiro. Muda seu estatuto, muda também o discurso mediante o qual se construirá a idéia de cidade histórica. Agora, a relação de Ouro Preto com seu passado se altera: a cidade deve trazer as marcas de sua história em sua materialidade, deve contar sua história através de suas edificações, monumentos e ruas. Este é o segundo momento de nosso projeto, quando os discursos que caracterizam a cidade segundo valores tradicionais e históricos se evidenciam no artefato construído. Nesta parte do estudo, pretendemos pesquisar eventos como as "Comemorações do Bi Centenário de Ouro Preto", de 1911, um ensejo que propiciou as primeiras manifestações e os primeiros discursos contendo a idéia de preservação juntamente com os valores histórico e artístico a ela inerentes; a excursão modernista de 1924 feita às cidades mineiras em geral, e a Ouro Preto em particular, a qual lançou as bases para uma política preservacionista de cunho oficial, o que serviu para enriquecer e

ampliar o conceito de cidade histórica; os projetos políticos elaborados a partir da criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, primeira instituição governamental encarregada de elencar e salvaguardar os bens patrimoniais brasileiros; bem como os discursos e práticas que contribuíram, durante todo o período em questão, para a criação de uma imagem de cidade histórica, patrimônio nacional.

Em busca da cidade moderna

Os anos que envolveram a mudança da capital mineira foi um período marcado pela supressão da monarquia e o advento da República no Brasil. A mudança de regime político no Brasil manifestou uma vontade de transformar os valores até então vigentes, nas formas da sociedade ver e conceber seu ambiente urbano. Com a implantação da república, foi posto em prática um discurso progressista; uma ideologia baseada no conceito de modernização da sociedade em todos os seus aspectos. O modelo dessa modernização provinha de contextos norte-americano e europeu: França, EUA e Inglaterra, principalmente, representavam o tipo de civilização que deveria ser seguido pelos países ocidentais[3].

No Brasil republicano desta época discutiam-se as possibilidades e necessidades de se remodelar os principais centros urbanos com a finalidade de se promover os modernos meios de desenvolvimento social[4]. Em Minas Gerais tramitavam na Assembléia estadual projetos de transferência da capital, a qual, segundo os ideários do Estado republicano, deveria se mudar de Ouro Preto para uma localidade mais conveniente. As contendas políticas em torno da mudança ou permanência da capital mineira no perímetro ouropretano tomaram conta das sessões legislativas mineiras, tanto da instância municipal ouropretana como da estadual. Em Ouro Preto, portanto, houve um forte movimento contrário à transferência da capital mineira, que era representado por políticos dos mais tradicionais e por personalidades civis de muito relevo ante a opinião pública. A luta se dava entre os mudancistas, aqueles que argumentavam pela transferência da capital, e os não mudancistas, ou antimudancistas, os que advogavam pela preservação de Ouro Preto como capital. Interessa-nos o estudo das propostas que primavam pela conservação de Ouro Preto como centro administrativo de Minas Gerais. Os defensores de Ouro Preto adotaram a

alternativa da modernização urbana como forma de renovação e legitimação de um espaço urbano que se via ameaçado por um discurso progressista[5]. Para Ouro Preto continuar como capital era preciso modernizar-se, transformar-se à luz dos códigos do imaginário moderno.

A reforma social, o progresso, passava pela reestruturação urbana; os novos códigos de civilidade pressupunham uma nova ordenação da cidade. Pois a cidade seria o lugar onde se efetivaria as relações do mundo moderno; a cidade constituiria a essência das condições modernas, o substrato das práticas e mentalidade modernas; a cidade demarcaria, ideologicamente, o local simbólico da civilização e da modernidade. A urbanização como um ideal civilizador é a noção que guiará as reformas dos principais centros brasileiros desta época, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife e Salvador. As modificações urbanas empreendidas em cidades como Paris e Londres, em meados do século XIX, serviriam como paradigma para a modernização das principais cidades brasileiras na época em questão[6].

Ouro Preto se insere de forma bastante delicada nesse contexto. Ao longo do século XIX, com a paulatina queda das atividades mineradoras, as visões e discursos sobre Ouro Preto passavam a simbolizá-la como uma cidade estagnada economicamente, criando uma imagem de cidade “desleixada”, atrofiada, corolário da imprevidência e do descaso, cujas construções seriam irregulares, estabelecimentos mal direcionados; suas ruas eram vistas como demasiado irregulares e estreitas, não suprindo assim as exigências modernas de circulação e fluência; taxava-se Ouro Preto de cidade suja, insalubre, com sérias deficiências no que diz respeito às questões higiênica e sanitária. Ouro Preto possuía uma imagem estigmatizada de “cidade colonial”, desordenada, irracional, fruto da espontaneidade dos primeiros fundadores. Os discursos que defendiam a transferência da capital de Ouro Preto para outra localidade se baseavam nesta imagem de cidade “arcaica”, “desordenada”, “desleixada”, carente de um planejamento racional. Estes discursos apelavam aos seguintes argumentos:

1º- Porque a cidade de Ouro Preto não reúne as condições higiênicas necessárias a uma capital. 2º- Porque é péssima a sua posição topográfica.3º-Porque a situação geográfica dificulta a ação governamental e os interesses, quer públicos, quer particulares.4º-Porque não tem vida própria, nem área suficiente para, ampliando-se, tornar-se uma grande capital,digna do Estado e aprazível aos olhos do estrangeiro"[7].

Para combater tais argumentos, era preciso, então, reformar Ouro Preto para assim promover sua modernidade. Remodelar Ouro Preto representava se desvencilhar de um passado repugnante, irracional, e conquistar o futuro, uma forma de sociedade baseada na crença de valores superiores e insofismáveis; representava, outrossim, a vitória de Ouro Preto sobre aqueles que almejavam a perda de seu status de capital. Em fins do século XIX, Ouro Preto tinha de adquirir um novo rosto, qual seja, aquele condizente com uma cidade moderna, com as premissas da modernidade republicana; a sociedade ouropretana deveria construir sua própria modernidade para se manter no cenário político brasileiro e legitimar sua identidade mediante as exigências das novas normas sociais, dos novos conceitos de civilidade e cultura.

Contudo, em 17 de dezembro de 1893, o congresso mineiro decretou a lei constitucional nº 3 que previa a transferência da capital Mineira, a qual iniciou-se em julho de 1897[8]. A partir de então, Ouro Preto passa por anos de obscurantismo, pois fora renegada, abandonada, ao perder seu status de capital. Depois da fundação de Belo Horizonte, Ouro Preto será considerada uma cidade melancólica, símbolo de um passado decrépito[9]. Com a inauguração da nova capital em 1897, Ouro Preto começa a ser vista como uma cidade condenada ao obscurantismo, ao esquecimento, uma cidade mergulhada em um passado sombrio. Contra estes estigmas, insurgem vozes que defenderão o caráter "antigo" de Ouro Preto, num esforço de resgate de sua importância para a sociedade mineira e brasileira.

Em busca da Cidade Histórica

A idéia de cidade história é a interface da idéia de preservação. Em outras palavras, uma cidade é considerada histórica na medida em que ela deve ser preservada. Mas

surgem as seguintes questões: por que preservar uma cidade? Quais os propósitos de mantê-la sem alterações, seja em seu traçado ou em sua arquitetura?

A nova concepção que passa a envolver Ouro Preto, a partir da consolidação de Belo Horizonte, é a de que a cidade não deveria mudar sua condição material, mas sim trazer as marcas do passado em seu traçado e em sua arquitetura. Em fins do século XIX e começo do XX, Ouro Preto passa a assumir uma imagem cujo principal atributo seria sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de perder um importante elemento constitutivo da identidade brasileira e mineira. Em Ouro Preto, uma vez preservado seu espaço, uma história e tradição permaneceriam inabaladas pelas mudanças inerentes ao mundo moderno. Assim, se Belo Horizonte simbolizava os feitos e avanços da modernidade, Ouro Preto por seu turno representaria o reduto de uma história e identidade, o chão sólido e incorruptível da tradição de Minas Gerais e do Brasil. A cidade seria assim o próprio passado de glórias presentificado, visível em seu traçado e edificações.

A urbes moderna não seria mais o destino de Ouro Preto, pois esta guardaria as peculiaridades e os símbolos de uma memória coletiva, enquanto aquela seria marcada pela mudança e descaracterização constante de seu espaço, o que acarretaria num empobrecimento em relação a signos históricos ou referências identitárias. A cidade moderna, cadenciada pela transformação permanente de sua estrutura, não comportaria o tempo suficiente para sedimentar em sua materialidade focos visíveis de um passado histórico, de uma memória coletiva[10].

A cidade de cunho histórico seria aquela cuja forma lhe fosse impar, única, e portanto reconhecível enquanto tal, pois seria o produto de um contexto sócio-cultural singular. A cidade moderna é pautada pela homogeneização do espaço, pela padronização e universalização de elementos urbanos, enquanto a cidade histórica reflete a singularidade de uma dada sociedade, conforme nos atesta sua forma definida e particular; seu caráter se distingue de outros por seus traços peculiares, frutos de uma história também peculiar[11].

Ouro Preto irá adquirir seu caráter de cidade histórica devido às suas características únicas, à sua forma distintiva, vindo a representar uma parte relevante e singular da história brasileira e mineira. Excluída a questão da modernização de Ouro Preto, e já consolidada a fundação da nova capital, Ouro Preto se transforma em símbolo vivo de um passado, um lugar repleto de significados históricos, identitários, culturais, etc.[12]

A preocupação em preservar a história passa a ser a preocupação em preservar a própria cidade, uma vez que ambas, história e cidade, comporiam juntas a imagem de um passado lendário que deveria ser preservado. A materialidade da cidade, que antes era detratada como obstáculo ao progresso, como lúgubre, melancólica e insalubre, passa a ser valorizada segundo seus riscos pictóricos de inestimável beleza. Ouro Preto vem a ser concebida como peça de exposição de belos panoramas; o espaço se torna um objeto de fruição estética. A característica estética da cidade reforça sua definição ímpar, tendo em sua arquitetura religiosa um dos maiores signos de sua identificação histórica. O "estilo arquitetônico" de Ouro Preto, reconhecido como Barroco mineiro, passa a ser avaliado como uma marca crucial da nacionalidade brasileira: suas edificações religiosas e civis atestariam as origens históricas de um gênio artístico autenticamente brasileiro. Nas palavras do poeta, os "sobradões" de Ouro Preto com suas "frontarias Barrocas" *"tem o poder de nos comover",* a nós brasileiros, pois é neles que *"alguma coisa de nosso começou a se fixar"*[13]*.* O desenho urbano de Ouro Preto passa a ser visto agora como a evidencia de uma especificidade, a topografia e a forma urbana não são mais um defeito a ser corrigido, mas uma qualidade a ser apreciada, um elemento visual que atesta a singularidade da cidade e a diferencia da homogeneidade dos traçados urbanos modernos[14].

Desse modo, em julho de 1911, com as comemorações do "Bi-Centenário de Ouro Preto", surgem os primeiros discursos de vulto em prol da preservação dos traços históricos ouropretanos; em 1924, a famosa excursão modernista, capitaneada por Oswald de Andrade, chega a Ouro Preto para fazer um estudo das suas características históricas e de suas riquezas artísticas e arquitetônicas. Nos anos 1920, os discursos em favor da preservação de Ouro Preto se intensificam; no final desta década, são elaborados os

primeiros projetos para preservação das edificações civis e religiosas ouropretanas sob a responsabilidade de Gustavo Barroso, o criador, em 1921, do Museu Histórico Nacional[15].

Em 12 de julho de 1933, com o decreto nº 22.928, Ouro Preto é decretada oficialmente monumento nacional, passando a ser tutelado pelo Governo Federal, ato este que consolidou seu título de cidade histórica. Em 1937,com a criação do SPHAN, Ouro Preto passa a ficar sobre a guarda de uma instituição federal especializada em preservar os patrimônios históricos brasileiros, sendo vista e adotada como paradigma na estratégia do Estado brasileiro em construir uma nacionalidade genuína, ou uma identidade brasileira autêntica.

---

[1] Sobre a criação do SPHAN ver: **GONÇALVES, José Reginaldo Santos.** *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. **MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco.** *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto.* Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Dissertação de Mestrado) **SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (orgs)**. *Memória, cidade e cultura.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

[2] **COELHO, José Efigênio Pinto.** *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto.* Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987; **FONSECA, Janete Flor de Maio.** *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital.* Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1998. (Dissertação de Mestrado)

[3] **CARVALHO, José Murilo de.** *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 1990. **CHALHOB, Sidiney.** *A cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.* São Paulo: Cia das Letras, 1996. **MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, ANDRADE, Rodrigo Ferreira**. *Belo Horizonte: um espaço para a República.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1989. **SCHWARCZ, Lilia Moritz.** *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

[4] **PINHEIRO, Eloísa Petti.** Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

[5] Sobre os debates entre mudancistas e não mudancistas ver Fonseca, op. cit.

[6] "As cidades européias simbolizam esses novos tempos da burguesia e da modernidade, e têm, em Paris, a capital política e cultural, em Londres, a capital da economia política e, em Viena e Berlim, as capitais da filosofia" (Pinheiro, 2002, p.127, op. cit).

[7] Jornal "A Ordem", 19/07/1890. Citado por **BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs).** *Memórias de Ouro Preto.* Ouro Preto: Editora UFOP, 1993, p.17.

[8] Jornal "Tribuna de Ouro Preto" de 15/12/1947- Mudança da Capital Mineira, "Notas Esparsas". Citado por Barbosa, 1993, p.19, op. cit.

[9] "O êxodo de antigos moradores e instituições e instituições para Belo Horizonte, confere à cidade um aspecto de súbito abandono que a envolve com aura legendária de cidade fantasma" (Barbosa, 1993, p.11, op. cit).

[10] **ARGAN, Giulio Carlo.** *História da Arte como História da cidade.* Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

[11] "A perda da forma urbana e o eclipse dos lugares públicos são fenômenos correlatos ao esgotamento da dimensão representativa e simbólica da cidade moderna, corpo sem memória de uma máquina que se quer pura funcionalidade" (**BRESCIANI, Maria Stella.** *Cidade, cidadania e imaginário.* In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.* Porto Alegra: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p.102).

[12] "A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de trocar, pela emoção, uma memória viva" (**CHOAY, Françoise.** *A alegoria do patrimônio.* Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.18).

[13] **BANDEIRA, Manuel.** *Guia de Ouro Preto.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p.36.

[14] "Fisicamente (Ouro Preto) é mais bela: é original, é superior ao vulgar. O seu aspecto aprazivelmente impressiona, impele a imaginação para supremos devaneios. Sempre a vista é aqui solicitada por alturas, arremessos impetuosos da terra na direção do céu" (**SENNA, Nelson.** *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 370).

[15] Em 1928, as primeiras intervenções restauradoras são levadas a cabo em Ouro Preto sob a supervisão de Gustavo de Barroso e patrocínio do Governo mineiro: foram restauradas a igreja de Nossa Senhora do Rosário, a capela de São João, a Casa dos Contos e a ponte de São José. Ver Meniconi, 2000, op. cit.

Tráfico interno de escravos em Mariana: 1861-1886.

Camila Carolina Flausino[1]

Ao longo do século XIX, as medidas referentes à proibição do tráfico atlântico africano para o Brasil fizeram com que o preço dos cativos se elevasse consideravelmente, mas como havia demanda por mão-de-obra escrava, principalmente nas áreas de implantação e expansão da lavoura cafeeira, os fazendeiros com condições financeiras privilegiadas recorreram ao mercado interno. As províncias do Norte do Brasil, em crise devido ao declínio na produção açucareira e às secas prolongadas, foram as primeiras a enviarem um grande número de cativos para a região Centro - Sul, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Era o começo da intensificação dessa nova fase de transferência de escravos, agora interno, praticado entre províncias diferentes (interprovincial) e mesmo dentro dos limites das províncias (intraprovincial / intramunicipal), destinado a atender a demanda por braço escravo e, em certa medida, contribuir para prolongar o regime escravista nessas regiões.

A escravidão teve importância fundamental para a região por nós estudada até as vésperas da abolição. Através da análise das listas nominativas da região, Libby estimou que 26,81% dos escravos da província em 1850 concentravam-se na região Metalúrgica – Mantiqueira[2]. Já em estudos a partir do censo de 1872, Martins calculou que 24,9% dos escravos da província estavam presentes nessa região, enquanto que 23,9% na região sul e 19,3% na Zona da Mata, denotando que a região do antigo centro minerador detinha o maior número de cativos da província, número que só veio a decair nos anos 1880 (19,5% para o ano de 1880 e 17,3% para os anos de 1884 e 1886) província[3].

O tráfico interno de escravos na segunda metade do século XIX é um tema ainda pouco descrito na historiografia brasileira, conseqüentemente, evidencia-se uma carência de trabalhos de caráter local que é, sem dúvida, de fundamental importância na medida

em que tornam as formulações gerais hipóteses a serem verificadas localmente, com bases empíricas mais sólidas.

Dessa forma, nossa pesquisa apresenta resultados parciais de alguns aspectos da prática do tráfico interno de escravos em Mariana, município do antigo centro minerador, que continuou demandando mão-de-obra escrava mesmo após o declínio da produção aurífera[4]. Analisamos os 5 livros de registros de compra e venda de escravos do 1° e 2° oficio que cobrem o período de 1861 a 1886, com exceção apenas para o ano de 1868, ano que não houve nenhum registro. Computamos 162 registros que envolveram 325 escravos, sendo 188 do sexo masculino e 137 do sexo feminino a fim de observarmos o perfil do escravo comercializado, os preços praticados no mercado e, principalmente, o destino desses escravos através da informação do local de residência de vendedores e compradores.

Na tabela 1, apresentamos a distribuição dos escravos negociados segundo o sexo e a faixa etária. Analisando a tabela, percebemos que o tráfico interno guardava muitas semelhanças ao atlântico, visto que a faixa etária que mais concentrava as negociações se dava entre os cativos de 20 a 29 anos, sendo de 26,1% para os homens e 28,7% para as mulheres. Houve grande concentração de negociação de escravos de ambos os sexos entre as faixas etárias de 20 a 39 anos (44,7%), ou seja, havia preferência por escravos em idade produtiva, preferencialmente de homens. A presença significativa de cativos com até 10 anos, pode denotar traços de reprodução interna, no entanto, a fonte por nós trabalhada não permite qualquer afirmação nesse sentido.

Tabela 1- DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS COMERCIALIZADOS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E SEXO

Faixas etárias	Homens*		Mulheres**	
	nºs. abs.	%	nºs. abs.	%
< 10	28	15,2	17	12,5
10-19	46	25,0	37	27,2
20-29	48	26,1	39	28,7
30-39	29	15,8	27	19,8
40-49	19	10,3	14	10,3
50 e +	14	7,6	2	1,5
Total	184	100,0	136	100,0

Fonte: Registros de compra e venda de escravos. Todas as tabelas seguintes foram confeccionadas a partir da mesma fonte.

nºs. abs. = números absolutos. Mesmo significado nas tabelas seguintes.

* Excluímos 4 homens por não constar a idade.

** Excluímos 1 mulher por não constar a idade.

Na tabela 2, encontramos um total de 243 escravos com preços declarados. Muitos dos casos que desconsideramos, tratava-se de escravos vendidos em grupos nos quais não havia o informe do preço individual, e sim do valor total da negociação. Analisando os dados da tabela, podemos observar que, durante todo o período estudado, o preço dos homens foi maior que o das mulheres. Essa constatação implica dizer que o sexo era uma variável fundamental na determinação dos preços dos cativos, como já descrito na historiografia sobre o tráfico atlântico.

Comparando as faixas etárias, percebemos que, em média, os escravos, tanto do sexo masculino quanto feminino, eram mais caros entre as faixas de 15 a 39 anos (idade

considerada produtiva). Nessa faixa também houve maior incidência de transações. Embora o maior número de escravos negociados tenha sido na década de 1870, os preços entre os anos de 1861 a 1869, foram mais elevados, contrariando o que normalmente é observado nos estudos para outras localidades, onde os preços tenderam serem mais elevados na década de 1870.

Na faixa de 20-29 anos foram encontrados os preços mais elevados ao longo das décadas, tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, a média de preços dos homens foi sempre maior que a das mulheres. Os preços médios das mulheres só superaram os dos homens nas décadas de 1860 e 1870 na faixa correspondente a escravos com menos de 10 anos (1860) e de 40-49 anos na década de 1870, coincidentemente, faixas etárias que não tinham tanto valor no mercado de escravos.

Tabela 2- Preços médios (em libras) de escravos segundo sexo e faixa etária de acordo com o período da transação

Faixas	1861-1869		1870-1879		1880-1886	
Etárias	nºs. abs.	Preço médio	nºs. abs.	Preço médio	nºs. abs.	Preço médio
Homens		(£)		(£)		(£)
< 10	9	68,23	7	51,87	-	-
10-14	12	136,37	7	91,1	1	92,31
15-19	11	163,64	5	139,36	5	100,48
20-29	14	174,26	17	148,26	7	121,28
30-39	4	117,92	10	136,89	6	88
40-49	8	121,16	6	90,77	2	78,3
50 e +	4	59,5	2	105,05	3	56,07
Total	62	125,15	54	117,44	24	95,69

Faixas Etárias	1861-1869 nºs. abs.	1861-1869 Preço médio (£)	1870-1879 nºs. abs.	1870-1879 Preço médio (£)	1880-1886 nºs. abs.	1880-1886 Preço médio (£)
Mulheres						
< 10	2	78,2	5	52,2	-	-
10-14	6	109,17	6	66,83	1	35,2
15-19	12	143,07	12	83,37	3	54,2
20-29	10	153,84	13	104,21	2	68,9
30-39	11	117,47	6	87,08	3	47,87
40-49	6	91,1	2	94,2	1	35,2
50 e +	-	-	1	25,78	1	26,37
Total	47	107,38	45	83,42	11	49,16

Analisando a tabela 3, das 157 escrituras que constam local de residência dos vendedores, 74 ou 47,1%, refere-se a vendedores residentes em Mariana. Se acrescentarmos os dados dos moradores nas freguesias e distritos de Mariana (24,8%), esse número aumenta para 113, ou seja, 71,9% das transações foram feitas por moradores da própria região de Mariana. Os vendedores residentes em outras cidades da área Metalúrgica - Mantiqueira somam 12,1% do total, seguido pelos residentes em cidades da zona da Mata (8,3%). Uma parcela diminuta residia em outras cidades de Minas (5,1%), e ainda menor eram os vendedores de outras províncias (0,6%). Dessa forma, podemos perceber que a maior parte dos vendedores residiam na cidade de Mariana ou em municípios vizinhos.

No que se refere ao local de residência dos compradores, a maioria refere-se à própria localidade do município de Mariana, 56 casos (37,6%) e a seus distritos e freguesias, 35 casos (23,5%). Os compradores residentes em outras cidades da área Metalúrgica - Mantiqueira somam 15,43% (23 casos). Compradores das cidades da zona

da Mata somaram 22 casos (14,8%), seguidos pelos residentes em outras cidades de Minas, 7 casos (4,7%) e dos residentes em outras províncias, 3 casos (2,0%). Se somarmos os compradores que residiam no município de Mariana e os que residiam nas freguesias e distritos de Mariana, temos um total de 91 casos, ou seja, 61,1%, o que nos permite afastar a hipótese de que estivesse havendo transferências de escravos dessa região, como para a zona da Mata, região onde se desenvolvia a cafeicultura, que contribuiu com apenas 14,8% das compras feitas no mercado de escravos marianense.

As evidências que dispomos, mostram que a região de Mariana estaria mantendo sua mão-de-obra escrava e que o comércio de cativos estava reduzido, em sua maioria, dentro das fronteiras de sua região (tráfico intramunicipal). Dessa forma, longe de estar enviando seus escravos para outras localidades da província mineira e mesmo para outras províncias, essa antiga área mineradora estava mantendo seus escravos. Esse fato não seria possível se a economia dessa região estivesse estagnada, pois se havia demanda por cativos, é porque a economia regional os estava solicitando.

Tabela 3- Participação de vendedores e compradores segundo o sexo e local de residência

Local de Residência	Vendedores*			Compradores*		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Da própria localidade	65	9	74	54	2	56
Freguesias e distritos da localidade [1]	32	7	39	35	-	35
Outras localidades da Província de Minas [2]	37	3	40	52	-	52
Outras províncias	-	-	-	4		4
Outro pais	1	-	1	-	-	-
Indeterminada	2	1	3	2	-	2
Total	137	20	157**	147	2	149**

[1] Não considerando a localidade.

[2] Não considerando a localidade e seus distritos e freguesias.

*Os totais de vendedores e compradores divergem em decorrência de que havia transações que envolveram mais de um vendedor e/ ou comprador.

** Excluímos 12 casos sobre os quais não constavam o local de residência do vendedor e 12 casos em que não havia informação para o local de residência do comprador e 1 caso por se tratar de uma firma.

Notas

[1] Mestranda em História - UFJF

[2] LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho *em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. P.47.

[3] MARTINS, Roberto B. *A economia escravista da Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10). P.31.

[4] A historiografia revisionista, rejeitando a tese da decadência e estagnação da economia após o *boom* aurífero e ressaltando a coexistência de outras atividades econômicas, tais como a agricultura e pecuária que, posteriormente, se destacaram, tem adeptos em:

ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750-1850.* Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense. 1994;

LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho *em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988;

CANO, Wilson. & LUNA, Francisco Vidal. "A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese". *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 1-14. Nov. 1982;

MARTINS, Roberto B. *A economia escravista da Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10);

SLENES, Robert W. *"Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX"*. In: Estudos Econômicos. São Paulo, v.18(3): 449-495. Set. /dez. 1998;

_____. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986, dentre outros.

A experiência chilena em sua propaganda visual: conflitos políticos e lutas de representações pela consolidação da transição ao socialismo no Chile (1969-1973)

Carine Dalmás[i]

Nesta comunicação pretende-se apresentar como a relação entre a simbologia contida nos murais e nos cartazes de propaganda política de apoio ao governo da Unidade Popular (UP) e o contexto em que foram produzidos expressaram uma leitura específica a respeito da realização do projeto de transição do capitalismo ao socialismo no Chile entre 1970 e 1973. Estas imagens de propaganda política[ii] articularam representações coletivas com o objetivo de legitimar uma nova forma de poder chamada pela esquerda chilena de *poder popular*. A propaganda visual da UP fez parte do projeto global do governo na medida em que incorporou os princípios político-culturais do seu programa, do Partido Socialista (PS) e do Partido Comunista (PC) – principais partidos da UP – e de organizações sociais e políticas de filiação marxista. As mensagens presentes nas imagens procuravam difundir, conforme o entendimento de seus produtores, as tarefas do povo chileno no processo *nacional*, *popular* e *revolucionário* em desenvolvimento.

Esta propaganda política dependeu, em grande medida, da participação massiva de grupos sociais populares envolvidos com as questões do desenvolvimento da arte e da cultura no período. Mais do que um modelo estético, as preocupações polítco-culturais presentes nas imagens definiram-se a partir de programas que visavam difundir as conquistas e compromissos do governo e, ao mesmo tempo, as expressões artísticas e culturais que estavam sendo geradas a partir desse processo revolucionário[iii]. As pinturas murais da Brigada Elmo Catalán (BEC) e da Brigada Ramona Parra (BRP)[iv] bem como a arte gráfica expressa nos cartazes incorporaram o debate sobre a função da arte e da cultura no interior *experiência chilena*.

Nesta apresentação procura-se demonstrar a possibilidade de se compreender elementos de unidade e tensão que influenciaram as ações da esquerda chilena nesse período,

ou seja, a forma como as fontes visuais utilizadas nesta pesquisa servem de instrumento para o entendimento do desempenho da esquerda durante o governo da UP. Parte-se do pressuposto de que a propaganda política é um campo onde se estabelecem relações entre política e cultura e, portanto, tornam cada pintura mural ou cartaz uma representação do projeto cultural originado das lutas político-ideológicas e ligado às políticas culturais. Tais relações deram a esta propaganda política visual um caráter pedagógico-cultural com o propósito de "conscientizar", conquistar o apoio e envolver a maioria do povo chileno, através da participação eleitoral e de tarefas legadas pelo governo na efetivação da transição ao socialismo num contexto democrático. Sob esse objetivo a propaganda política transforma determinadas concepções do processo de mudança social, política e cultural em imagens e símbolos e, sendo assim, estabelece representações coletivas que pretendia-se consolidar. A tomada de categorias Ao tomar-se da categoria *representações* como instrumento de análise encontra respaldo no campo aberto pela *História Política Renovada*[v], onde a questão do poder coloca-se como problemática central, por tratar-se de uma disputa pela consolidação de um novo imaginário político, o que faz da propaganda política uma estratégia de exercício de poder[vi].

Vejamos então como as imagens de propaganda da UP tentaram consolidar o imaginário político socialista e, com isso, deixaram evidentes fatores de unidade e tensão dos principais partidos da esquerda chilena no decorrer do processo revolucionário.

A imagem 1 (Mural da BRP elaborado no período de disputa eleitoral) remete à temática do hino da UP e sugere uma convergência das preocupações dos movimentos culturais com a vitória do projeto socialista encampado por Salvador Allende. É possível observar neste mural muito simples e direto, composto apenas pela palavra/mensagem "Venceremos", e no fundo um operário com sua ferramenta de trabalho junto a Salvador Allende ambos enfrente a uma mineradora de cobre. Este mural incorpora princípios básicos presentes no hino da UP elaborado pelo grupo Inti Illimani (participante do movimento musical da Nova Canção Chilena), no qual o povo (camponeses, soldados, mineradores, operários, estudantes e mulheres) é

convocado para cumprir seu dever na construção da futura sociedade socialista. A ligação que se estabelece entre a canção e a pintura mural de propaganda política esta de acordo com a compreensão do papel da cultura pelos intelectuais e artistas ligados à UP. Estes, segundo Alfonso Calderón, almejavam uma cultura que significasse a oportunidade de levar o povo chileno a construir seu futuro conforme as especificidades de seu meio e suas percepções da realidade. O *governo popular* deveria proporcionar meios para isso ao estabelecer organizações culturais de incentivo a expressões artísticas do povo[vii].

Foi na tentativa de estabelecer uma autêntica *cultura popular* que as brigadas muralistas nortearam seu projeto político-cultural. As pinturas murais elaboradas nas ruas de Santiago pela BRP e pela BEC privilegiaram locais freqüentados pelas camadas populares para sua realização (periferias, mineradoras de cobre, calçadões públicos, hospitais) fazendo das camadas mais pobres da sociedade seu público alvo. Procurava-se assim, ampliar a visibilidade e do projeto de transição e contribuir para sua legitimação transformado a prática artística em prática política. As brigadas assim atuaram na tentativa de construção de um imaginário para estimular mudanças.

As representações desse novo imaginário social colocaram-se, por um lado, em constante oposição às representações do imaginário capitalista que a UP buscava deslegitimar (antiimperialismo – imagem 2) e, por outro, explicitaram as divergências internas da coligação do governo quanto a forma de levar a cabo a transição no decorrer do embate político.

O olhar comparativo das propagandas políticas destas duas brigadas põe em evidência, por meio de representações do processo revolucionário, variações nas suas estratégias. Ao observar-se os murais da BEC (organizada pela Juventude Socialista – Imagem 3), bem como o cartaz da Federação de Estudantes do Chile (FECH – presidida por um estudante socialista – imagem 4) que divulga a exposição em homenagem ao “guerrilheiro heróico”, a figura do guerrilheiro – Che Guevara – o punho fechado, os instrumentos de trabalho empunhados como arma de combate e, ao mesmo tempo, a freqüência com que são representadas armas de fogo

junto à bandeira do Chile e ao povo chileno, remetem a idéia da necessidade da luta armada no processo revolucionário que deveria ser travado pelo povo como elemento necessário à conquista do poder e à consolidação da transição ao socialismo.

Tais opções simbólicas podem ser diretamente relacionadas à influência das bases do PS pela Revolução Cubana. É importante ter-se em conta que a BEC foi criada em 1970, depois que uma delegação da Juventude Socialista chilena voltou de uma viagem a Cuba e, de acordo com a revista *Onda* (revista de política cultural da UP), fundou-se defendendo atividades coletivas na produção de seus trabalhos, sem personalismos, tendo como principal objetivo a promoção da arte popular[viii]. Esta estava comprometida com uma proposta revolucionária divergente do projeto de transição encampado pelos demais partidos da UP e por Salvador Allende. Conforme a avaliação feita por Carlos Altamirano (secretário geral do PS no período), para os socialistas a transição deveria ser realizada sobre uma correlação de força favorável e com uma vanguarda revolucionária preparada e capacitada para alterar as formas de luta no momento necessário podendo utilizar a violência para defender a revolução ameaçada[ix]. Sendo assim, através da BEC o PS reforçou sua crítica a via político institucional, fazendo de suas pinturas uma forma de atuar também no sentido de consolidar uma conduta política em direção a formação de um poder popular para defender a revolução chilena.

Numa perspectiva diferente constituíram-se as imagens da BRP (organizada pela Juventude Comunista). Observando primeiramente dois cartazes da Juventude Comunista (Imagens 5 e 6) ambos têm como tema central da imagem uma mão segurando algo. No primeiro a mão ostenta um pincel como uma arma de luta. No segundo, a mão segura uma estrela –símbolo comum aos partidos de esquerda que é recorrentemente utilizado na propaganda visual pelos comunistas – e no pulso dessa mão encontram-se escritas três palavras chaves: lutar, trabalhar, estudar. A menção a um conflito também é colocada por estas imagens, no entanto, não um conflito armado, mas sim de um confronto no âmbito da formação de uma nova consciência revolucionária – a ligação do estudo mais o trabalho, ou, da teoria

mais a prática – que se realizaria no campo político-cultural. O pincel empunhado pelos brigadistas é o instrumento que permite a elaboração da propaganda do projeto da UP, meio através do qual se promove a conscientização e a mobilização popular. A representação da estrela sustentada por uma base que conjuga luta, trabalho e estudo, trouxe consigo a carga do programa político-cultural do governo, onde cultura e educação andam juntas, onde a teoria não pode estar desvinculada da prática e onde a luta deve se dar na busca da conscientização do povo chileno para a formação do *homem novo*.

Os murais da BRP (Imagem 7) também apresentam mensagens que colocam a luta política da UP e do povo chileno dentro dos limites do programa de governo. Reúne o arsenal simbólico dos partidos comunistas (a foice e o martelo, a estrela) com outros símbolos instituídos pela própria brigada como a pomba, a mão aberta, os rostos, as flores. As imagens assim constituídas condizem com os caminhos político-institucionais propostos pelo governo no momento, conjugando todos os símbolos de forma alegórica e direcionados para um mesmo sentido, porém subentendendo uma certa harmonia nesse processo. A mão e a estrela envolvem-se com a produção seguindo os rostos, o que permite pensar-se numa alusão ao operário-povo que segue sua vanguarda. A compreensão do processo revolucionário com base nos murais da BRP, não assume o caráter de confronto armado, mas a complexidade e o ritmo de um processo de luta que exige o envolvimento constante do povo chileno liderado por uma vanguarda preparada para consolidar o socialismo a partir de uma atuação nos confrontos político-institucionais do governo (na batalha da produção nas fábricas diante do boicote econômico do capital estrangeiro e das oligarquias locais; nos trabalhos voluntários; na conscientização através da educação e da propaganda; na mobilização por meio das organizações de trabalhadores).

Os trabalhos da BRP, retomados na campanha eleitoral de 1970, eram definidos por uma comissão de propaganda do partido e, segundo um jornal produzido pela própria brigada (intitulado *La revolución chilena no la para nadie! Por esto los reaccionarios conspiram...!*),

tornaram-se um relevante meio de propaganda política da UP dando um caráter de *missão cultural* à sua produção artística. A BRP, dessa forma, manteve suas produções visuais no campo das preocupações de conscientização e envolvimento da população no processo de mudanças mantendo uma certa coerência em relação ao apoio do PC à proposta de transição pela via político-institucional defendida pelo presidente Salvador Allende.

A comparação das representações do processo revolucionário de transição ao socialismo presentes na propaganda visual dos principais partidos da UP condiz com as posturas assumidas pelo PS e pelo PC no debate político. A constatação que se verifica nas observações de Carlos Maldonado (crítico de arte e integrante do Partido Socialista) publicadas no jornal *El Siglo* de 10 de agosto de 1971 na coluna intitulada *La Creación de la Nueva Cultura* ao referir-se ao caráter da revolução cultural num processo de transição ao socialismo evidencia que, ao mesmo tempo em que existia um consenso entre os integrantes da UP a respeito da necessidade de uma revolução cultural (baseada no modelo leninista) como condição imprescindível para o êxito da construção do socialismo no Chile, esta unidade diluía-se ao discutir-se a forma, o sentido e a orientação do processo. Tais divergências estão associadas às permanentes tensões entre os partidos desta coligação de esquerda a respeito da natureza da revolução no Chile[x].

Já o elemento de unidade presente nas imagens está na atribuição à arte da função de propaganda política. Em ambos os casos os murais e os cartazes assumiram o papel de uma espécie de "pedagogia política" visando à conscientização e o apoio da população à construção da nova sociedade. Sendo assim, à produção cultural tornou-se instrumento político na tradição da esquerda nacionalista da época, que se fundamentava nas concepções dos Partidos Comunistas, defendidas ao longo dos anos 50 e 60 a respeito do que seria o nacional-popular. Idéias que estavam ligadas à construção da identidade cultural e da unidade social no país, onde o nacional identificava-se com o popular e resgatá-lo significava construir uma memória numa perspectiva oposta a das camadas dominantes. O povo era a representação do

nacional e se dividia entre vanguarda e massa, sendo que esta constituía a parte do povo sem a consciência de seus próprios interesses e que, por essa razão, não se organiza para defendê-los. Já a vanguarda assumia a função de educar e dirigir as massas de acordo com seus interesses[xi].

A opção pela pintura mural e por uma arte gráfica como veículos de propaganda condizem com a preocupação política e cultural e, por isso, buscavam estabelecer uma *nova cultura*, uma *cultura popular*. O livro *Pintura Social en Chile*[xii] publicado em 1972, tenta demonstrar a relação da opção por cartazes e murais como veículos de propaganda com a formação de uma *cultura popular*, considerando as concepções estéticas, filosóficas e ideológicas destas formas artísticas elementos de uma arte social, gênero propício à constituição de um imaginário social socialista. O mural era uma arte social por estar em contato direto coma a multidão e dialogando com ela (nesse aspecto assumindo claramente a influência do muralismo mexicano). O cartaz devido a sua possibilidade de comunicação o que o tornava uma arma de combate (de maneira similar da assumida pelos cartazes revolucionários em Cuba depois de 1959). Ao mesmo tempo em que ambos exigiam uma mudança na postura do artista, pois o colocavam em íntima conexão com a sociedade e estabeleciam uma relação entre arte e política [xiii].

A propaganda visual da UP estabeleceu uma relação entre cultura e política que colocou as artes plásticas e gráficas a serviço da ideologia de seus produtores constituindo uma arte de propaganda. Desta forma, as imagens remetem a iniciativa de efetivação de uma revolução cultural (marxista-leninista) que buscava despertar a consciência política, educar e expandir a luta pelo socialismo por meio da mobilização e educação das massas[xiv]. Mas, além das atribuições ideológicas deste material visual procura-se recuperar, através das disputas de poder estabelecidas no campo das representações políticas, a maneira de ver culturalmente específica e peculiar dos grupos que tentaram levar a cabo a transição ao socialismo no Chile pela via democrática[xv].

Imagem 1 - Mural do período de disputa eleitoral (1969-1970)

Imagem 2 - Antiimperialismo

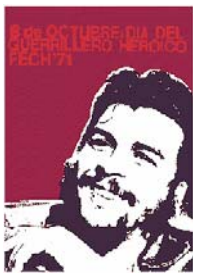

Imagem 4: Homenagem ao guerrilheiro heróico. Federação de Estudantes do Chile.

Imagem 3: Trabalhadores ao Poder – Murais da Brigada Elmo Catalán (BEC)

Imagem 5: Cartaz da Brigada Ramona Parra (BRP)

Imagem 6: Cartaz da BRP

Imagem 7: Mural da BRP

[i] Mestranda no Programa de Pós-graduação em História Social pela Universidade de São Paulo e bolsista da CAPES.
[ii] As imagens utilizadas na apresentação constam na última página.
[iii] QUIROZ, G. G. **Arte e cultura en la via chilena al socialismo*:*** El discurso cultural y la producción artística en el gobierno de Unidad Popular. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Catolica de Chile, Faculdad de filosofia, Departamento de Estética,1989, p. 38.
[iv] Cabe destacar que houveram diversas brigadas muralistas no Chile neste período, mas nesta pesquisa são privilegiadas a BRP e a BEC por terem sido as mais conhecidas e atuantes no período, sobretudo na capital chilena - Santiago.
[v] Sobre os itinerários conceituais que deram ao conceito de representações um sentido instrumental dentro da história política renovada ver CAPELATO, M. H. & DUTRA, E. R. F. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: FLAMARION, Ciro. & MALERBA, J. (orgs). **Representações**: contribuição em um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.
[vi] CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus / FAPESP, 1998, p.38.
[vii] SOSNOWSKI, S. et al. **Cultura, autoritarismo y redemocratisación en Chile**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 24-25.
[viii] ORTUZAR, Ximena. "Mística a todo color", **Santiago**, n. 45, 26 mai 1973, p. 21.
[ix] ALTAMIRANO, C. **Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 55. Segundo Michel Lowi Posição que teria sido resultado da forma como o modelo revolucionário cubano subverteu a problemática tradicional da corrente marxista hegemônica na América Latina, ao demonstrar que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho para o socialismo. LOWI, Michel. (orgs). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 45.
[x] O PC chileno entendia a revolução socialista como um processo de duas etapas: a primeira consistia na preparação da estrutura do Estado (liberação da economia do domínio imperialista e da oligarquia dos grandes produtores agrícolas), era a etapa nacional-democrática onde as forças populares, aliadas aos partidos representativos das forças burguesas progressistas (No caso chileno o Partido Democrata Cristão), realizariam tarefas democráticas que incluiriam medidas contra a oligarquia latifundiária, o imperialismo e o capitalismo monopolista. Cumpridas estas tarefas iniciar-se-ia a etapa de transição ao socialismo. Já o PS rechaçava a concepção das duas etapas no caminho da revolução e se opunha a qualquer aliança com partidos representantes dos interesses burgueses. Com esta tese o PS contrapunha-se à noção de que uma aliança com uma fração da burguesia fosse possível e desejável, e concebia a revolução como um processo único, em que as tarefas democráticas e socialistas seriam realizadas simultaneamente. Para isso, defendiam a criação de uma frente de trabalhadores formada por uma aliança entre os partidos políticos que representassem os interesses do proletariado e as massas populares. Ver: FAÚNDEZ, Júlio. **Izquierdas y democracia en Chile.** 1932-1973. 1992, p. 166 e 200.
[xi]O conceito de nacional-popular foi abordado a partir dos trabalhos: CHAUI, M. **Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983. e RIDENTI, M. **Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da tv**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
[xii] O livro de Ernesto Saul, *Pintura social en Chile*, fez parte da coleção *Nosotros los chilenos* publicada pela Editora Nacional Quimantú fundada em outubro de 1971 que produziu e distribuiu materiais escolares, revistas, panfletos, livros e criou a Companhia Nacional de leitura, onde o governo inseriu uma bibliografia voltada para as massas consumidoras. Conforme Ketlheen Fischer, toda a produção literária incentivada pelo governo pretendia convergir o apoio geral da população em torno da "via chilena para o socialismo". FISCHER, K. **Political Ideology and educational reform in Chile**. Los Angeles: UCLA, 1979, p. 88.
[xiii] SAÚL, Ernesto. **Pintura Social en Chile**. Santiago, Quimantú, 1972, p.6.
[xiv] DOMENACH, J. M. **A Propaganda Política**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 25-26.
[xv] GASKELL, Ivan. Historia e Imagens. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 262.

As Festas Urbanas no Oeste Catarinense, na conjuntura dos anos 80

Carla Cristina Pedrozo da Silva[1]

Resumo

As Festas Urbanas, nos anos 80, tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul, configuram-se como um fenômeno regular, principalmente nos municípios de médio e pequeno porte, cuja economia baseava-se na agroindústria. Este trabalho propõe discutir a Festa, a partir de um lócus próprio – a Festa Estadual do Milho, ocorrida em Xanxerê (SC), a cada dois anos. Pretende-se avaliar a festa como um empreendimento dos setores produtivos, que buscavam uma alternativa de sobrevivência do capital, frente à crise que se instaurava, na economia brasileira. Daí o recorte enfocando o período conhecido como "Década Perdida". Esta iniciativa, ao se tornar oficializada, legitimou a visão de um determinado grupo social sobre a cidade, ao mesmo tempo em que se tornou território de sua liderança.

Neste trabalho, buscamos salientar as representações transmitidas na e pela festa, tais como: "cidade próspera", "terra de trabalho" e "lugar de harmonia", ou seja, imagens que encobrem os conflitos, homogeneizando a cidade e propagando-a como local de consumo.

Palavras – chave:
História das cidades – Representações – Festa Urbana

Abstract

The Urban Parties, in the 80's, in Santa Catarina and in Rio Grande do Sul, became a periodical and regular phenomenon, especially in medium and small cities, where the economy was based in the industrial agriculture. This paper aims at discussing the Party, from its own locus: the "Festa Estadual do Milho", which happens in Xanxerê (SC), every two years. We intend to analyze the party as an initiative of productive groups that were searching for an alternative way of economic survival, facing the structural crisis that was happening in the Brazilian economy. So, we chose a period known as "Lost Decade". When this initiative became official, it transmitted and legitimated only one group's point of view of the city, at the same time it became legitimate territory of promoters social actors leadership.

In this paper, we try to call the attention to the representations transmitted in and through the party, such as: "prosper city", "work land", "harmony place", in other words, images which hide the conflicts that exist in the urban space, turning the city into a homogeneous place and advertising it as an ideal place for commerce.

Key-words:
History of cities – Representations – Urban Party

Durante os anos 80, especialmente em municípios de base agroindustrial, tanto em Santo Catarina, como no Rio Grande do Sul, vimos despontar e proliferar o fenômeno das Festas Urbanas. Estas, apesar de serem sediadas em centros citadinos, valiam-se de temáticas voltadas ao cenário agrícola, homenageando um determinado fruto ou elemento

de cultivo, como símbolo da fartura de sua terra. Algumas, inclusive, chegaram a alcançar uma projeção maior, englobando a Região ou até mesmo o Estado[2].

A Festa que propomos enfocar neste artigo - A Festa Estadual do Milho - insere-se neste conjunto de acontecimentos. Seu surgimento corresponde ao período reconhecido na história econômica como "década perdida", quando houve a estagnação do ciclo de crescimento da economia brasileira.[3]

No Estado de Santa Catarina, a década em questão configurou uma das fases mais difíceis na sua história econômica. A recessão do período 1981-1983 e as diversas tentativas de frear a inflação nos anos 80 implicaram na interrupção da trajetória de crescimento econômico do Estado, que, apesar de apresentar durante muito tempo velocidade superior à média nacional, registrou desaceleração[4].

No Oeste, a crise econômica iniciada nos anos 80 também deixou impactos, principalmente entre pequenos agricultores, que, empobrecidos, abandonaram suas terras, o que proporcionou alterações nas relações produtivas. Com a saída do pequeno agricultor, o Oeste Catarinense – reconhecido espaço agroindustrial – fortaleceu-se a partir do sistema de integração entre proprietários rurais e grandes empresas[5]. Este sistema de integração possibilitou à Região sobreviver em meio à crise. Se o mercado interno não oferecia condições de ampliação de consumo, o desempenho exportador das agroindústrias avançou, assegurando uma situação mais confortável em termos econômicos, quando comparados a outras regiões do Estado[6].

Dentro deste panorama econômico, os setores produtivos de Xanxerê e de municípios vizinhos buscaram organizar, em 1981, a I Festa Estadual do Milho, visando fortificar a economia local. De acordo com o histórico oficial da Festa, o segmento dos agropecuaristas e dos empresários da agroindústria, assistidos pelos órgãos do governo de Santa Catarina responsáveis por assessorar os produtores em suas safras[7] levaram a

sugestão ao Executivo Municipal, à Câmara de Vereadores e ao Presidente da Comissão Agropecuária do Município, que “prontamente apoiaram a idéia”[8].

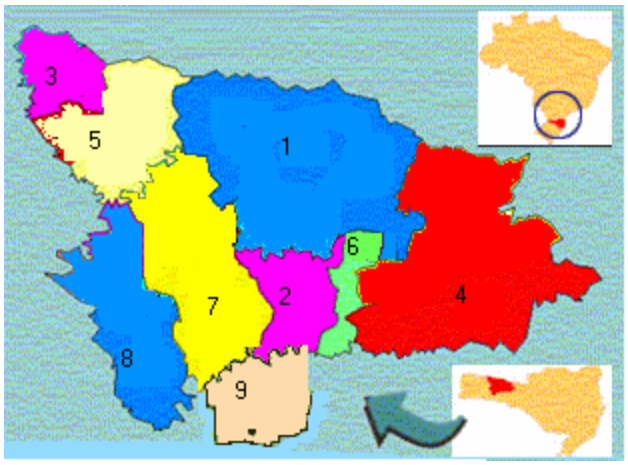

Figura 1: Microrregião de Xanxerê (1982)/Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI)

Legenda:
1. Abelardo Luz
2. Faxinal dos Guedes
3. Galvão
4. Ponte Serrada
5. São Domingos
6. Vargeão
7. Xanxerê
8. Xaxim
9. Xavantina

Fonte: www.redamp-xxe.com.br/~amai/plano.htm

A Festa foi planejada a partir da colheita oficial do milho de Santa Catarina[9], em 1981, quando se encerrava a Semana Ruralista do Município. Prefeito municipal, vereadores, deputados, lideranças do município, técnicos e mais de 500 agricultores participaram deste evento. Os objetivos dos setores sociais envolvidos na organização foram os seguintes:

> (...) promover e divulgar o município através do evento; promover um intercâmbio cultural e científico entre técnicos e produtores, sobre a cultura do milho; motivar a população para o melhor aproveitamento do milho na alimentação humana; promover o turismo e proporcionar lazer e confraternização; homenagear o produtor de milho; estimular para a diversificação de culturas bem como o aumento da produtividade e produção de milho; e, oportunizar ao Município e Região, mostrar sua pujança agropecuária, comercial e industrial, através desta realização[10].

O surgimento de uma Festa que homenageasse o produto agrícola mais importante da economia do Estado voltava-se, assim, ao atendimento das perspectivas econômicas das classes produtoras do Município e da Região. O produtor rural - o agropecuarista - atuaria como sujeito principal da Festa, mostrando o seu trabalho enquanto um aliado do progresso e da fartura e, segundo a ótica projetada, contribuindo em prol do crescimento econômico geral, já que também poderia efetuar vendas e/ou compras de outros produtos ou serviços oferecidos na mesma. Além disto, ao possibilitar intercâmbios científicos e culturais entre técnicos e produtores, percebemos que, mais uma vez, a fundamentação econômica respaldou os objetivos dos idealizadores do evento.

As principais atividades da I Festa Estadual do Milho - concurso de produtividade de milho, exposição e premiação do gado suíno e bovino, ciclo de palestras e ensinamentos de cultivo - voltavam-se, assim, para atender aos interesses da elite produtiva, que tentava encontrar uma saída para a sua situação de crise vivida pela Região. São estes setores que, embora mais enriquecidos, mas também penalizados pela crise que assolava o país, pensaram a Festa e que a projetaram enquanto um tempo e espaço para o desenvolvimento das atividades econômicas e técnicas (que, por sua vez, respondem às exigências financeiras). O festejo, assim, não buscou ser um acontecimento que provocasse uma mudança estrutural, nem pretendeu reverter a crise que se instaurava na economia, mas ele possibilitou aos setores envolvidos a tomada de fôlego para sobreviver em meio a essa recessão.

Como o fortalecimento da economia do município e da região era o alvo principal da Festa, as ações desenvolvidas foram em direção a esta meta. Neste sentido, salientamos a construção do Parque de Exposições, que buscou apresentar um ambiente atrativo à visitação e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Seu cenário, planejado para ser ecologicamente harmonioso, sua infra-estrutura montada em meio ao bosque, a promoção

de espetáculos artísticos e a preocupação com a limpeza, segurança e decoração, foram estratégias que objetivavam mostrar um lugar excelente, senão ideal, para comprar, vender, passear e admirar[11].

As ações desenvolvidas em busca de crescimento econômico ultrapassaram as fronteiras do Parque e abrangeram o espaço urbano. Este foi remodelado para atrair visitantes e também para mostrar à população local a importância da festividade para o desenvolvimento da cidade. O embelezamento de ruas, vitrines e órgãos públicos, receberam decorações alusivas ao milho, oficializando, perante a coletividade, a hegemonia do setor agroindustrial[12].

As transformações que ocorreram no espaço físico da cidade também aconteceram na esfera do simbólico. As imagens, os discursos e os símbolos da festa transmitidos foram mais uma estratégia que buscou fortalecer a idéia inicial de angariar recursos para a cidade e Região. Salientamos neste ponto a divulgação do selo da festa e a criação do título de "Capital do Milho" para Xanxerê. Ambas representações corroboraram a força dos setores produtivos, salientando o ofício e a laboriosidade do investidor como marcas da cidade e da festa. E a aceitação destes esquemas intelectuais consolidaria o domínio dos grupos que as formularam.

Figura 2: Selo Comemorativo a I FEMI (1982)
Arquivo: Associação Comercial e Industrial de Xanxerê

Ao se configurar como um evento de mostra da riqueza e do potencial do Município e Região, a FEMI se distanciou progressivamente da Festa enquanto tempo comemorativo da colheita, que celebrava a fartura e a partilha, características das sociedades agricultoras. Apesar desta transmutação, a representação da fartura de alimentos não fora excluída. Ao contrário, esta imagem foi explorada, de modo a atuar como um importante elemento propagandístico do evento, mostrando o trabalho agrícola como uma atividade enaltecedora[13]. A valorização do trabalho se inseria, ainda, em um conjunto de elementos éticos que buscavam imprimir uma conduta para a coletividade: o povo da cidade devia ser educado, o espaço precisava ser limpo, seus transeuntes deviam gozar de segurança. Aqui os objetivos iniciais da festa se desdobraram em outros e passaram a se referir à construção de um espaço e de uma identidade baseada em um modelo de comportamento. A busca pelo crescimento constante veio acompanhada de uma preocupação com a divulgação da boa imagem do município e de sua gente.

O modelo de conduta adotado e propagado foi aquele que pertencia às características da cidade oficial, apresentando o espaço social como ausente de conflitos. A comunidade, nesta perspectiva, apareceu como uma aliada do progresso. Aqui, esta categoria passou a significar não mais a totalidade dos habitantes da cidade e da Região, mas aquele capaz de fazer algo em prol do seu desenvolvimento, como realizar um trabalho considerado promissor, oferecer serviços ou comprar ingressos para assistir às mostras nos estandes. Seu envolvimento tornou-se um indício de cidadania[14].

Em suma, a FEMI apresentou no seu conjunto de ações uma lógica coerente que transformou o ato de pensar a cidade, sua identidade, e o lazer no tempo da Festa. Desse modo, a elaboração da programação, a construção e reconstrução dos ambientes, a veiculação dos valores e das representações, tudo isso formou uma unidade discursiva e de ações que corroborou o projeto inicial desenvolvido pelos grupos que a pensaram, como

uma estratégia de sobrevivência naquela década de crise. Além da sobrevivência, o próprio domínio e expansão dos grupos se confirmavam perante a coletividade no esplendor e na superação de cada edição realizada.

---

[1] Mestre em História pela UNISINOS, São Leopoldo, RS.

[2] Salientamos, neste caso, o surgimento da Festa da Bergamota, ocorrida em São Sebastião do Caí (RS), no então distrito de Capela de Santana no ano de 1970, mas transferida para o Parque do Município em 1979/80; a Festa Nacional do Moranguinho, ocorrida em Bom Princípio (RS), em 1985; a Festiqueijo de Carlos Barbosa (RS), em 1985; a Fenamilho, em Santo Ângelo (RS), no ano de 1986 (edição seriada); a Festa Nacional do Pinhão, em Lages (SC), no ano de 1989 e a Festa Nacional do Kiwi, em Farroupilha (RS) surgida em 1991. Consideramos estes eventos como divulgadores da idéia de produtividade do município e sua Região. Destacamos, também, o surgimento da Expointer, em Esteio (RS), na década de 70. Esta Festa, a partir da sua produção e alcance, se transformou numa feira divulgadora do potencial agropecuário e industrial de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

[3] Estudos econômicos referentes ao período destacam que a estagnação dos anos 80 no Brasil instalou-se logo após ciclos de crescimento econômico, marcado pela elevação da taxa do PIB, no período 1945-1980. A crise da "década perdida" inseriu-se no contexto provocado, dentre outros fatores, pela alta dos juros advindos da crise mundial dos preços do petróleo e pela política desenvolvimentista das décadas anteriores, que aumentou o endividamento externo brasileiro. Sobre estudos econômicos e política desenvolvimentista no Brasil, ver BELUZZO, Luís G.M; COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil* – ensaios sobre a crise*.* 4ªed. Campinas: Unicamp – IE, 1998.

[4] LINS, Hoyêdo Nunes. O alvorecer de um novo século. In: SANTOS, Sílvio C. (org.) *Santa Catarina no Século XX.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

[5] Neste contexto de crise, ocorreu, entre 1980 e 1992, o que se chamou de "esvaziamento populacional e político da Região Oeste Catarinense". Ou seja, houve a diminuição do número de famílias agricultoras e o empobrecimento dos pequenos agricultores na Região. Grande parte dos agricultores remanescentes teve que adequar a sua base econômica através do sistema de parcerias com as agroindústrias, voltando-se à produção/criação dos seus principais produtos: milho/suínos e, posteriormente, milho/suínos/aves. O milho, neste esquema, encontra-se na base desta atividade produtiva. Sobre a crise na agricultura familiar no Oeste Catarinense, ver FEDRINI, Dalila Maria. A Economia Solidária Rural no Oeste Catarinense: um Estudo de Caso Sobre a AGRIMA - Associação De Agricultores Monte Alegre. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/semint/trabalhos/Dalila%20Maria%20Pedrini_FURB.doc.> Acessado em 14 jun. 2004.

[6] A Região Sul de Santa Catarina foi a que apresentou maiores dificuldades no Estado, em virtude da retirada dos subsídios do setor carbonífero e da retração da construção civil, que redimensionou o setor cerâmico. O setor do vestuário, abarcando fortemente mão de obra informal e os desempregados dos setores em crise, floresceu nesta época. Sobre o desempenho das regiões de Santa Catarina no período, ver LINS, op. cit.

[7] EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural)/ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina)

[8] Histórico Oficial da I FEMI, 1982, p.1.

[9] A Colheita Oficial do Milho é uma atividade que ocorre anualmente na Região Oeste de Santa Catarina, abrindo simbolicamente a colheita do cereal no Estado. A cada ano, uma determinada propriedade é escolhida pelas autoridades para sediar esta abertura simbólica, que dá início à colheita da safra.

[10] Comunicado Oficial da Prefeitura à Imprensa, 04/05/1982.

[11] O Parque se configurou em um subespaço da cidade, salientando os elementos urbanos e rurais que iriam ao encontro dos anseios de seus planejadores e, ao mesmo tempo, ocultando os aspectos considerados nocivos ao bom curso do empreendimento. Sobre a veiculação do parque da festa com palco transmissor da elementos

portadores da cultura de massa, voltados à ótica capitalista, ver FLORES, Maria Bernadete R. *Oktoberfest*. Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 1997.

[12] Salientamos que estas representações veiculam o espaço urbano como homogêneo, ocultando os conflitos e mostrando o mesmo como próprio para o consumo, dentro da lógica de mercadorização que fundamenta a concepção da cidade na América Latina pós anos 80. Ver MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*: desmanchando consensos. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

[13] A propósito, percebemos que esta Região, recente e aceleradamente industrializada, encontrou, no trabalho agrícola e artesanal do campesino, um ícone de suas representações. A atividade mostrada como digna de admiração e respeito era aquela exercida pelo colono desbravador, dono da sua terra, que semeava diariamente suas sementes sem o uso da tecnologia e sem voltar-se às exigências do mercado e da economia de concorrência.

[14] A projeção dos espaços também foi realizada a partir daqueles elementos que foram avaliados como próprios à visitação e ao consumo. Xanxerê passou a ser apresentada como terra de progresso, própria para atrair novos investimentos e parcerias. Ou seja, a cidade legal, veiculada na festa e alvo das benesses trazidas por ela, era aquela que produzia renda e riqueza para o município.

Imprensa como partido: uma leitura marxista de Gramsci a partir de VEJA[1]

Carla Luciana Silva*

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as interpretações teóricas relativas à imprensa como fonte historiográfica. Apresenta e critica a visão liberal de imprensa, especialmente os preceitos de quarto poder, opinião pública, responsabilidade social, liberdade de expressão. Em contraponto, apresenta a concepção gramsciana que entende as empresas de imprensa como partidos políticos. A leitura de Gramsci é retomada a partir de uma vasta pesquisa sobre a atuação da revista Veja no cenário político nacional. A sua atuação é abordada nos diferentes aspectos partidários: formulação, gerenciamento, pedagogia. A atuação concreta que constrói hegemonia é indissociada da ação de classe dos grupos que formulam, organizam e põem em prática um projeto econômico e social de dominação.

A definição da grande imprensa como liberal é genérica. Ela ajuda a naturalizar o caráter capitalista da imprensa. Existem jornais e revistas que se dizem liberais, mas há também os que não se dizem e mesmo assim se identificam por uma série de idéias em comum: quarto poder, opinião pública, responsabilidade social, liberdade de expressão. Estes são valores comumente associados à imprensa "liberal", ou simplesmente "grande imprensa", e aparecem como sendo a própria natureza da imprensa.

A noção da imprensa enquanto um instrumento social *a serviço* da sociedade, portanto, alheia aos seus conflitos, aparece nos ideais iluministas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. No artigo XI consta: "*a livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; cada cidadão pode por isso falar, escrever, imprimir livremente (...)*".[1] A liberdade de expressão é a chave de qualquer sociedade libertária. No entanto, são os grandes veículos de imprensa empresariais que se colocam como guardiões desses direitos. Aqui não está dito que a liberdade acaba sendo submetida ao acesso à impressão, à distribuição, ao financiamento, o que demarca limites

---

[1] Declaração dos direitos do homem. *A Revolução Francesa*, 1789-1989. São Paulo, Editora Três, 1989, p. 146.

permanentes na história da imprensa. Isso se agravou no final do século XX com uma enorme concentração de capital, que fez com que o jornalismo de abrangência nacional (sem nem referir ao internacional) se restringisse cada vez mais em torno de grandes empresas. O aparato tecnológico necessário para produzir e fazer circular jornais ou revistas, e a exigência de altos padrões de qualidade acabam reduzindo sensivelmente a possibilidade de sucesso de uma imprensa contra-hegemônica de grande abrangência. A grande imprensa tornou-se muito sólida, crescendo suas tiragens pelo domínio cada vez maior da técnica de produção e de inserção no mundo da mídia. E nela tem espaço quem se coaduna com os interesses do órgão em que escreve.

Provém da imprensa liberal a idéia de Quarto Poder, proposta em 1828 na Inglaterra, por Thomas Macauley.[2] Esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de ser capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes institucionalizados, sendo visto como uma "entidade" que vigiaria os outros poderes. O caráter vigilante faria da imprensa um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de toda a sociedade. Para que isso funcione a imprensa deve ser entendida como um agente neutro, tendo direito a acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado de seu trabalho será a notícia, um relato verdadeiro dos fatos. É correto dizer que a imprensa vigia o poder. Faz isso supostamente em nome de todos, o que se consubstancia dizendo que fala em nome da "sociedade brasileira", do "país", etc. No entanto, isso é uma expressão ideológica que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas relações de classe.

---

[2] MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em 'tempo real'*: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro, Revan, 2002. p. 59.

Daí deriva a noção de "*responsabilidade social do jornalismo*".[3] Essa visão surgiu nos Estados Unidos, a partir de 1947, defendendo que a imprensa deveria "*proporcionar um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado*".[4] A imprensa deveria contextualizar o fato dando-lhes significação, ou seja, relatar e expressar sua opinião no mesmo ato, mas sem que isso seja claramente dito, pois a regra define que os espaços de posicionamento sejam aqueles dos editoriais ou os "pontos de vista" assinados.

Para se construir enquanto portadora da verdade é fundamental a idéia de objetividade, e por isso são estabelecidos modelos de atuação - a deontologia da mídia - que define regras e princípios, encarando a mídia apenas como uma "prestadora de serviços". Ela não se submeteria a uma regulamentação legal ou externa de qualquer natureza, pois se trataria exclusivamente de um serviço, que seguiria regras mercadológicas. Além disso, a "liberdade de imprensa" seria regulada pela própria imprensa. Um desdobramento disso é a afirmação de que a publicidade garante a liberdade de expressão, como se o caráter empresarial da imprensa se desse exclusivamente pela garantia de ter anunciantes. É muito mais que isso, pois há relações políticas necessárias à manutenção dos interesses de mercado, seja para o jornal, seja para os anunciantes. E essas relações serão uma das faces da *ação partidária* da imprensa. Assim como também são vinculadas às necessidades de criação de estilo de vida e de comportamento, que permitem um programa político, social e econômico tanto para os anunciantes como para todo o mercado do qual a imprensa faz parte.

Imprescindível a essa concepção é a noção de "opinião pública", que seria expressão do pensamento "da maioria", e justificaria as tomadas de posição dos próprios

---

[3] NOVELLI, Ana Lucia. O Projeto Folha e a negação do quarto poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.) *Imprensa e poder*. Brasília, EdUnB, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 189-190.
[4] MORETZSOHN, op cit., p. 57.

órgãos de imprensa. Essa opinião pública não existe até o momento em que é criada.[5] Para que ela existisse deveria haver a garantia de esse público tenha tido oportunidade conhecer, discutir, e só então opinar, e não é isso que ocorre. Ela tem sido usada para permitir aos veículos defender quaisquer posições, bastando para isso manipular padrões técnicos de legitimação de suas posições, o que é feito em sintonia com os institutos de pesquisa, que muitas vezes pertencem às próprias empresas jornalísticas.

Esses são limites à liberdade editorial. A liberdade de expressão e a construção de instrumentos de contra-hegemonia tem que enfrentar os limites impostos pela propriedade dos meios de produção, de distribuição e da concentração empresarial. O problema aumenta na medida em que ocorre o desenvolvimento das tecnologias de impressão e de distribuição, tornando cada vez mais inacessível o acesso à circulação de informações senão pelos proprietários de poderosos complexos industriais nos quais se transformaram os parques gráficos das grandes empresas jornalísticas.[6] Continua atual a sentença de Cláudio Abramo sobre "a regra do jogo": "*ao longo de minha experiência de chefe de redação deixei de publicar coisas dos outros. É um direito lícito do dono. Devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. Daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono*".[7]

---

[5] SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Vozes, Petrópolis, 2002, p. 43. Essa interpretação se baseia também em BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: Michel J M Thiollent. *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. 5a ed. São Paulo, Polis, 1987.

6 Resta aos "pequenos" alugar o parque gráfico das grandes empresas, que se reservam o direito de imprimir ou não, de acordo com suas conveniências. O mesmo ocorre com os esquemas de distribuição nacional, como mostra o recente caso do jornal *Brasil de Fato*, um projeto de jornal vinculado ao MST e outros movimentos sociais, que correu risco de não poder circular porque as grandes distribuidoras nacionais se recusavam a distribuí-lo.

7 ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo, Companhia das letras, 1988, p. 117. Existem outras formulações semelhantes a essa, e não apenas para a imprensa brasileira, como expressam, por exemplo, Osvaldo Bayer e Horvath: "*a liberdade de imprensa é a propriedade*". In: HORVATH, Ricardo. *Revolución y periodismo*. Buenos Aires. Centro Cultural de la cooperación. 2003, p. 9.

As reflexões de Antonio Gramsci sobre jornalismo são um ponto de partida para avançar com relação à questão da organicidade dos órgãos de imprensa e seu caráter partidário, pois a "opinião do dono" não é apenas um gosto pessoal. Para Gramsci, jornais e revistas são "*meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura*",[2] e estarão sempre articulados a um agrupamento cultural, "*mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral*". A organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ele encerra,[3] lhe confere o caráter de atuação *partidária*, atendendo a objetivos previamente definidos. Nesse sentido, "*são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos*".[4] Isso se dá porque eles têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação.

Há uma unidade em torno da qual se cria um órgão de imprensa. Ele não existe para expressar toda e qualquer posição, mas aquelas que se afinam entre si, mesmo quando nele existam espaços para expressão de posições contraditórias. Muitas vezes, a unidade precisa ser entendida em relação à editora, onde melhor se visualiza a ação empresarial, sobretudo na indústria cultural segmentadora. Para avançar nessa questão, retomamos a associação entre jornalismo e partido político proposta por Gramsci. O partido é, para alguns grupos, "*nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos*" e de que é "*o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais*", posto que ele tem como papel "*elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico' até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integra, civil e política*".[5] Como qualquer partido formal, o jornal não escapa das contradições internas, e também de conflitos permanentes que a realidade lhe coloca. Diante disso, a capacidade de seu programa propor soluções é

permanentemente colocada em xeque, num processo tenso de negação e reafirmação. A sua atuação enquanto intelectual coletivo é a de formular, organizar e gerenciar. É, portanto, uma ação de direção e de dirigente, e a formulação se dá sempre em conjunto com outros agentes.

A imprensa se constitui como *sujeito* para permitir sua ação *partidária*. Os grandes jornais e revistas se utilizam desse mecanismo para legitimar a sua ação, escondendo seu caráter partidário. Eles atribuem a si mesmos um caráter autônomo, a partir dos preceitos da suposta independência, que permite, por exemplo, que a *Folha de São Paulo* "fale de si mesmo" como *A Folha, O Estado de São Paulo*, como *O Estadão,* e assim por diante. Eles aparecem quase como pessoas: querem, sentem, opinam... Eles "criam" a si próprios, e isso facilita encaminhar projetos e propostas concretas. Eles apontam caminhos (rumos, norte), promovendo debates, assumindo para si o papel dirigente de classe, também por ser a ela atribuído o papel de organizar a "*agenda coletiva*".[6] Mas isso não implica em filiação a um partido formal, pois "*a imprensa é partidária, não no sentido de defender este ou aquele partido, mas no de ter um programa a defender*".[7] E isso remete à existência de vínculos com outros formuladores e gerenciadores.

Gramsci também chama a atenção para o sentido pedagógico da atuação dos partidos. É aqui onde Veja tem uma ação mais transparente, ou seja, na consolidação de uma visão de mundo, tanto no que diz respeito à própria história vivida, como também na inserção dos seus leitores como seres políticos, agentes em posição específica no mundo do trabalho, o que requer padrões comportamentais de forma mais ampla. O jornalismo, nessa perspectiva, é visto como uma "escola dos adultos",[8] posto que "não se pode falar de elite-aristocracia-vanguarda como de uma coletividade indistinta e caótica",[9] portanto, faz-se necessária uma formação sólida e coerente. Assim, uma revista como Veja é um instrumento da luta de classes, na medida em que nela se constroem embates ideológicos vivos, ou seja, aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento histórico. Mas, como vimos, a visão liberal muitas vezes busca ocultar o fato de que possui um "projeto orgânico, sistemático e argumentado",[10] que se cria no âmbito da editora, como uma "estrutura

material da ideologia", que busca organizar a "estrutura ideológica de uma classe dominante, isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a 'frente' teórica ou ideológica".[11] Por isso, além de agir com relação aos problemas da grande política (as questões que definem o rumo dos acontecimentos macroeconômicos e políticos), mantendo uma ação permanente na pequena política (as pequenas questões e intrigas políticas). É nas grandes questões que Veja busca influenciar, sempre apontando o rumo a ser seguido.[12] Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida.

A própria revista busca dar esse sentido à sua ação, dizendo que seu leitor é o "formador de opinião". Diz estar explicando o que acontece, inclusive "poupando tempo" do leitor, o que diz acaba sendo a versão sobre a realidade que acaba prevalecendo. A rigor, não existe o leitor, pois são as próprias revistas que criam a necessidade das pessoas lerem, fazendo-lhes acreditar que ali vão encontrar a interpretação, os caminhos, a saída. Como tratam de todos os temas, se colocando como portadora das atualidades, entretenimento e informação, fica mais fácil a sua ação partidária e a reprodução de opinião que é formulada nesse âmbito.[13]

O alvo é a construção de uma organicidade em torno de uma ação de classe, criando seus próprios intelectuais, que querem com ela buscar uma unidade de ação comum. Por isso ela toma para si o papel de educação continuada, na medida em que mantém o processo educacional escolar, pautando, dizendo informar, e ao mesmo tempo mantendo a divisão dos "lugares sociais", ditando como cada um deve se comportar.[14] Mas o projeto é cuidadoso no sentido de buscar aparecer como sendo para cada um, deve ser internalizado, fazer sentido na própria individualidade; ao mesmo tempo, diz ser para todos: "a nação", o "país", "a sociedade". A ação pedagógica ensina também o sujeito a se comportar de acordo com as mudanças de seu mundo, ou seja, o processo de criar necessidades, de criar o seu consumidor, e mais que isso, um novo estilo de vida. Há portanto um padrão tido como normal: o liberal (quarto poder e opinião pública sobretudo). E

há uma ação política e econômica passível de ser percebida mas ocultada, a ação partidária: que formula, gerencia e educa.

---

[1] Esse texto sintetiza parte da reflexão teórica de minha tese de doutorado: VEJA: o indispensável partido neoliberal. Niterói, UFF, 2005.

[*] Professora do Curso de História da UNIOESTE, Campus de Marechal Candido Rondon.

2 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vl. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001. P. 32.

3 Embora Gramsci diferencie revistas e jornais, em termos gerais eles se equiparam enquanto instrumentos partidários.

4 Idem, p. 218.

5 Gramsci, op. cit., p. 24.

6 Nos padrões atuais, como forma de desconstruir outros espaços de ação política, o papel de "agendar a discussão" se coloca como uma forma de despolitizar a discussão, pois é só na aparência que esse é um "espaço democrático". Muniz Sodré aponta para esse papel da mídia, alertando que essa é uma questão ainda pouco estudada. (Op. cit. p. 26.)

7 JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder*: ligações perigosas. São Paulo, Salvador, Hucitec, Edufba, 1996, p. 26.

8 GRAMSCI, op. cit. p. 229.

9 Idem, p. 231.

10 Idem, p. 32.

11 Idem, p. 78.

[12] Cf definições em: GRAMSCI. Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. Caderno 13 (vl. 3), p. 21, 22.

13 Certamente que isso não exclui as inúmeras possibilidades de leitura, de recepção, de mediação. Mas o nosso foco de análise é a produção desses mecanismos pela revista, mostrando-os como altamente eficientes.

14 Sobre o papel educacional das revistas, ver: GENTIL, Rogério Henriques. *Reflexões sobre a importância política educacional das revistas.* Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 1999. O autor mostra uma estreita harmonia entre diferentes revistas da editora Abril: *Veja* (e o projeto *Veja* na sala de aula); *Nova Escola* e *Exame*. As mesmas posições são defendidas de forma "didaticamente compreensível" para os diferentes níveis sociais. Mais que isso, explicando de forma diferente as funções de cada um na história presente.

FRANS POST E AS IMAGENS DO BRASIL HOLANDÊS:
O OLHAR QUE REGISTRA OU O TRAÇO QUE INTERPRETA?

Carla Mary S. Oliveira[1]

A América do Sul, a partir do século XVI, passou a ser interpretada pelos conquistadores não só através das palavras, mas, também, das imagens. Contudo, foi somente a partir da invasão holandesa no Nordeste do Brasil, entre 1630 e 1654, que artistas europeus com sólida formação técnica, construída ainda nos moldes das corporações medievais, passaram a pintar os trópicos americanos *in loco*.

O que o Brasil presenciou na primeira metade do século XVII com a corte de Nassau não encontrava paralelo em nenhuma outra paragem das Américas. Artistas e cientistas foram trazidos às ruas lamacentas e mal-ajambradas de um porto distante da costa brasileira, pelo simples capricho de um nobre ilustrado que pretendia mostrar aos investidores conterrâneos a viabilidade de um empreendimento tão arriscado e, também, segundo o espírito da época, trazer a civilização àquelas terras ainda praticamente incógnitas. O trabalho desses homens trazidos ao Brasil por Nassau frutificou em mapas, livros, quadros a óleo, gravuras e uma massa de conhecimento científico sobre os trópicos que se tornou o primeiro conjunto uniforme de informações geográficas, botânicas, zoológicas e étnicas sobre a América que mereciam certa credibilidade na Europa da Idade Moderna, apesar de suas motivações comerciais.

Além de Frans Jansz Post também vieram para o Brasil em 1637 o pintor Albert Eckhout e o cientista Willem Piso, para se juntar ao cartógrafo Zacharias Wagener. George Marcgraf, naturalista que também faria parte da comitiva, chegou a Recife somente no ano seguinte, e assim como alguns militares que serviam à WIC em Pernambuco, também contribuiu para o projeto de Nassau. A obra que esses homens produziram ***no*** e ***sobre*** o Brasil é bem diversa entre si, e pode ser interpretada sob os mais diversos enfoques. Albert Eckhout é

considerado o primeiro pintor europeu a lançar um olhar etnográfico sobre os nativos americanos[2]. Os mapas de Marcgraf, Wagener e outros cartógrafos auxiliares que serviam nas tropas holandesas dão a exata dimensão dos pequenos - mas importantes - núcleos urbanos do litoral nordestino e de sua estrutura de defesa militar, com um considerável número de fortes, fortins e baterias de artilharia espalhados ao longo da costa entre Alagoas e Ceará, além de mostrarem o interesse especial sobre a área produtora de açúcar e suas vias de escoamento: os rios e atracadouros naturais que deviam ficar sob domínio holandês para garantir os lucros da WIC no Brasil.

O tratado de Piso e Marcgraf, **Historiae Naturalis Brasilae**, publicado na Holanda em 1648 sob patrocínio de Nassau, com suas ricas ilustrações da fauna e flora do Nordeste do Brasil, representa uma das *"maiores contribuições científicas para o conhecimento da natureza do Novo Mundo*"[3], e permaneceu como a *"única obra ilustrada da história natural do Brasil disponível até o século XIX"*[4].

Após a volta de Nassau e sua comitiva aos Países Baixos, em 1644, também foram produzidos tratados históricos sobre sua permanência no Brasil, dentre os quais se destaca o de Caspar Barlaeus[5], escrito sob encomenda expressa do nobre holandês e ilustrado com gravuras baseadas nos quadros de Frans Post. Nos sete anos em que a comitiva nassoviana permaneceu no Brasil, contudo, se construiu um mercado ávido por imagens e relatos do Novo Mundo na Europa, especialmente entre a nobreza e a burguesia neerlandesas. Seria justamente essa demanda, que permaneceria constante por quase todo o século XVII, a fonte de renda para Post até 1680, quando faleceu em Haarlem.

A arte dos Países Baixos no tempo de Post

O século XVII, para os Países Baixos, representou o apogeu de uma sociedade burguesa mercantil, de características culturais bem demarcadas e diferenciadas no cenário europeu, especialmente por sua vinculação com o calvinismo militante do século anterior. O "século de ouro" da Holanda, como o definem alguns historiadores, foi o palco em que se

destacaram não só a atuação das ricas companhias de comércio com a América, a África e a Ásia, mas também na obra de artistas como Rembrandt e Hals.

Paul Zumthor salienta que a arte neerlandesa daquele período foi marcada pela ausência de um estilo local *"nas artes da matéria dura: escultura, arquitetura"* [6]. Para ele o fato de a expressão artística nos Países Baixos ter encontrado como veículos preferenciais a pintura, a música e a poesia se explica pelas características intimistas das relações cotidianas da sociedade neerlandesa, baseadas no núcleo familiar e na privacidade das residências burguesas. Aliás, o único elemento de homogeneidade da arte pictórica holandesa do século XVII foi construir-se, essencialmente, como um mercado voltado para os gostos luxuosos e o consumo da burguesia mercantil ascendente[7]. Zumthor associa essa peculiaridade à falta de possibilidades econômicas para os investimentos de lucros comerciais, o que os direcionava aos bens de consumo que possuíssem liquidez garantida, se valorizassem e agregassem a possibilidade de tornar o ambiente doméstico mais nobre e detentor de certo *status*, além de atender aos preceitos restritivos da moral calvinista.

Apesar da avidez burguesa por pinturas, como investimento ou peça decorativa, no século XVII o mercado profissional de arte nos Países Baixos ainda estava aprisionado dentro dos limites das guildas nascidas na Idade Média, onde o pintor não merecia nenhuma consideração especial ou a atribuição de uma posição diferenciada na sociedade.

Mesmo assim, foi na Holanda do século XVII que surgiram as *"condições que regem o moderno trabalho criativo no domínio das artes"*[8], pois a não ser no caso dos retratos, que eram executados a partir de uma encomenda explícita, os pintores holandeses eram, em sua grande maioria, artesãos especializados em determinados gêneros de pintura que eles mesmos estocavam e vendiam em seus ateliês. Existia, nas maiores cidades, uma demanda por paisagens em pinturas de tamanho médio, ou seja, para ser utilizada como peça decorativa, como bem de consumo de fácil interpretação. Não é de se estranhar, portanto, que Argan veja a arte dos Países Baixos no Barroco como portadora de uma *"maneira simples e descritiva"*[9] que a caracterizava como produção burguesa. Já Bazin vê a arte neerlandesa da primeira metade do século XVII como um reflexo da consolidação política e

econômica dos Países Baixos no cenário europeu e, no caso específico da pintura, como uma derivação do pequeno quadro de cavalete, miniaturista nos detalhes, da Escola Flamenga de fins do século XV.

Post usufruiu, talvez mais do que outros colegas de profissão, todas as oportunidades da Holanda de seu tempo: serviu à nobreza, viajou ao Novo Mundo, encontrou um tema praticamente exclusivo, produziu para a burguesia. Sua obra está intrinsecamente ligada ao cenário histórico em que viveu e às características da arte neerlandesa do século XVII, onde a pintura de paisagens era um gênero comum e de mercado garantido.

As paisagens de Post: recriação do Novo Mundo?

Frans Jansz Post viveu apenas sete anos no Brasil, entre 1637 e 1644, mas este curto período marcou a produção artística do resto de sua vida. Ao chegar ao Recife tinha somente 25 anos, e os trópicos luminosos e de amplos horizontes representavam um desafio ao jovem pintor, formado dentro dos moldes tradicionais dos ateliês de Leyden, cidade onde nascera: provavelmente fora aprendiz, varrera o chão, preparara as tintas e desenhara personagens secundários nas telas de um mestre experiente e respeitado em sua comunidade, assim como tantos outros pintores de seu tempo.

Contudo, o Recife representava para ele um novo começo. Viera ao Novo Mundo como pintor oficial da comitiva do novo governador da WIC no Brasil, o conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, e entre suas atribuições estava a de retratar em desenhos, gravuras e telas as paisagens, cidades, fortificações e fatos relevantes do governo holandês no território ocupado aos portugueses. Foi isso o que fez durante sua estada brasileira: esboçou paisagens, registrou dados para uso em mapas, viajou pelo litoral entre Alagoas e Ceará, pintou telas. Contudo, sua produção de pinturas à óleo no Brasil reduzir-se-ia a apenas dezoito telas embarcadas por Nassau em seu retorno à Europa[10].

Post também voltou ao Velho Mundo com Nassau, carregado de ricos desenhos e cadernos de esboços para futuras composições. É justamente esse aspecto de sua produção pictórica que a torna tão especial. Trata-se de uma produção surgida, em quase

sua totalidade, após sua estadia no Brasil. Hoje estão catalogadas quase 160 telas de sua autoria, espalhadas por diversos museus e coleções da Europa e das Américas[11]. Se considerarmos as obras perdidas desde sua morte em 1680, incluindo onze telas do conjunto que pintara no Brasil para Nassau, é possível estimar sua produção total como algo em torno de 200 óleos.

Ora, é bom lembrar que desse número apenas dezoito telas foram efetivamente pintadas no Brasil, menos de um décimo de suas pinturas, portanto. Na verdade, a produção de Post, segundo Bia e Pedro Corrêa do Lago, está marcada por quatro fases bem distintas, dentre as quais a estadia no Brasil se constituiu na primeira, seguida por cerca de quinze anos em que se mantém fiel aos esboços e registros levados do Brasil em sua bagagem, até mais ou menos 1659. A terceira fase da produção de Post, na década de 1660, representa seu período mais fértil, sua maturidade técnica, e nela se vêem suas concessões ao gosto burguês da Holanda seiscentista: ao contrário da fase anterior, em que era fiel à topografia e às paisagens que registrara no Brasil em seus esboços, Post percebera que seus compradores desejavam cada vez mais elementos exóticos e que marcassem a diferença entre aquele estranho e distante mundo tropical e a vida 'civilizada' das cidades holandesas. Sua última fase, a de decadência, cobre os últimos dez anos de sua vida, e nela percebe-se seu envelhecimento, pois os problemas que enfrentava com o álcool e a saúde débil comprometeram sensivelmente o ritmo de sua produção, que decaiu vertiginosamente não só em números, mas também em qualidade[12].

No entanto, é possível identificar um ponto em comum em toda a obra de Post: ele pintou como um holandês. Seguiu as tradições pictóricas e descritivas da pintura de paisagem neerlandesa, construindo cenas teatrais delimitadas pelo *repoussoir* da vegetação exuberante em primeiro plano e pelo amplo horizonte ao fundo, encimadas por um céu extremamente luminoso, que até hoje pode ser visto no Nordeste do Brasil[13].

A escolha de Post pela pintura de paisagens pode também ter outro significado, até hoje pouco abordado: na Holanda do seiscentos somente os artistas inábeis para a execução de retratos viam-se premidos a executar quadros 'neutros' para depois vendê-los ao primeiro

interessado. Nesse sentido, Post seria apenas mais um dos 'pintores menores' que atuava nos Países Baixos, e que repetia à exaustão o mesmo tema, especialmente a partir do momento em que o nascente e burguês mercado de arte holandês começava a consumir sua produção.

Por isso mesmo, não surpreende o fato de que sua produção conhecida até hoje se constitua exclusivamente de temas brasileiros. Post especializou-se nesse nicho a fim de contrapor-se à acirrada concorrência nas inúmeras bancas de artistas e ateliês espalhados pelas cidades holandesas.

Assim, cabe aqui a pergunta: a obra de Post não seria, na verdade, uma recriação do Novo Mundo? O Brasil que se construiu no imaginário europeu, a partir de então, muito deve aos amplos espaços, céus límpidos, casas de fazenda, engenhos e capelas, além de personagens quase sempre sem rosto - brancos, mestiços, negros e índios - pintados por Post. Em suas telas, o homem, apesar de presente, é apenas coadjuvante perante a força e pujança da natureza que ele tenta vencer a todo instante.

Enquanto as dezoito telas pintadas por Post no Brasil podem ser consideradas quase que como fotografias das paragens que o artista visitou, sua obra construída após o retorno à Europa foi, aos poucos, se desvencilhando deste caráter documental: suas pinturas feitas na Europa são *capricci* que repetem à exaustão os elementos visuais que o artista conheceu e registrou no Brasil, recombinando-os em alegorias paisagísticas tão ao gosto dos compradores holandeses, alguns, ex-companheiros da WIC no Brasil, outros, burgueses enriquecidos pelo comércio com o Novo Mundo.

Se fosse possível observar as quase 160 pinturas conhecidas de Post num mesmo ambiente, se tornaria fácil perceber os artifícios usados para recriar as paisagens brasileiras. Vários de seus quadros trazem o título *Paisagem Brasileira* ou *Paisagem no Brasil*[14]. Quase todos usam o recurso do *repoussoir*, em telas ou pranchas de tamanho médio, com palmeiras e vegetação exuberante no primeiro plano, concentradas à esquerda ou à direita. As cenas têm ao fundo um horizonte relativamente baixo, que faz o céu ocupar cerca de metade da tela: no plano intermediário trazem construções como casas-grandes, engenhos,

igrejas ou ruínas e, usualmente, um pequeno grupo de escravos, homens e mulheres brancos ou mesmo mestiços, perto das construções ou num terreiro em frente a elas, conversando, dançando ou em afazeres cotidianos. Aparecem ainda, especialmente em seus quadros da terceira fase, animais tropicais junto à vegetação do primeiro plano.

Considerações Finais

As paisagens brasileiras de Post podem ser consideradas, a partir de uma visão sociológica[15], como um discurso e, assim, podem ser avaliadas quanto ao seu grau de recriação do mundo visto pelo artista em sua estadia no Nordeste do Brasil. Ora, a finalidade oficial das pinturas de Post, ao menos daquelas feitas no Brasil, era registrar a riqueza das terras sob domínio holandês na América Portuguesa, assim como o fez Eckhout com seus tipos étnicos. Eram, portanto, imagens criadas - ou registradas - a partir de motivações econômicas e políticas. Mas e o restante de sua obra? Qual o sentido das pinturas feitas já na Europa, quando Post não estava mais a serviço de Nassau, e as imagens que seu pincel construía não tinham mais a premissa de “registrar” o Novo Mundo? Em que estruturas sociais se encaixava o trabalho de Post?

Post era um burguês, e como tal, sabia o que produzir para encontrar receptividade no mercado de arte dos Países Baixos, que se estruturava, então, justamente a partir do *gosto* e da *moda* burgueses seiscentistas, ávidos por consumo e *status* numa sociedade próspera que desafiava o poder econômico e político de outras nações européias, especialmente da Espanha.

Os *capricci* com paisagens brasileiras de Post são, assim, frutos dessa conjuntura. São a pura expressão do ritual e da alegoria barrocos pois, em síntese, representam não um tema objetivo, mas sim uma interpretação subjetiva de um mundo exótico que, na verdade, o artista não deseja decifrar. Post não queria registrar o Brasil: seu traço interpreta o trópico através de um vocabulário pictórico pré-definido, que classifica e depura as formas dentro de cânones passíveis de reconhecimento por seus conterrâneos. O Brasil de suas pinturas é luminoso, verdejante, viçoso e, também, uma terra sem conflitos, sem mazelas. É o Brasil

utópico das lendas medievais européias, a terra sem males que espera os viajantes para dar-lhes prazer, deleite e riqueza...

---

[1] Historiadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <cms-oliveira@uol.com.br>.

[2] Ver Michael Shea, *"Analysis of Albert Eckhout's 'West African Woman and Child'"* (Callaghan, Austrália: University of Newcastle, 1997, disponível em: <http://www.newcastle.edu.au/discipline/fine-art/theory/analysis/michael.htm>, acesso em: 16 nov. 2004); Carla Mary S. Oliveira, *"Um olhar sobre o colonizado: imagens do Nordeste seiscentista, por Albert Eckhout*" (**Par'a'iwa - Revista dos Pós-Graduandos de Sociologia da UFPB**, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, n. zero, dez. 2000); Sylvia Ribeiro Coutinho, *"Eckhout e a formação de um novo sentido para a representação do índio brasileiro no século XVII"* (In: _____. **Textos de estética e história da arte**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 35-41).

[3] Lago, *op. cit.*, p. 103.

[4] Lago, *op. cit.*, p. 105.

[5] *"O livro de Gaspar Barléu, 'Rerum per Octennium in Brasília...', comumente chamado apenas o 'Barléu', é, na verdade, a obra mais importante do Brasil Holandês. Livro luxuoso mandado publicar em 1647 pelo Conde João Maurício de Nassau, para celebrar seus feitos no Brasil nos anos em que esteve à frente do Governo holandês em nosso país, o 'Barléu' é ricamente ilustrado com gravuras realizadas a partir de desenhos de Frans Post. O livro registra batalhas e as principais localidades do Brasil Holandês, e contém numerosos mapas e plantas de grande importância histórica. Foi provavelmente a obra mais suntuosa publicada na Holanda no século XVII"* (Lago, *op. cit.*, p. 100).

[6] Paul Zumthor. **A Holanda no tempo de Rembrandt**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 237.

[7] Germain Bazin. **Barroco e rococó**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 85.

[8] Bazin, op. cit, p. 90.

[9] Giulio Carlo Argan. *"A Europa das capitais"*. In: _____. **Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco**. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 61.

[10] Lago, *op. cit.*, p. 15.

[11] Lago, *op. cit.*, p. 14.

[12] Lago, *op. cit.*, p. 14-21.

[13] Hermann Bauer, *"O barroco nos Países Baixos"*. In: Andréas Prater & Hermann Bauer. **A pintura do barroco**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Benedikt Taschen Verlag, 1997, p. 124.

[14] Há diferentes pinturas de Post com o título de *Paisagem Brasileira* nos acervos da Cornell University, do Wadsworth Atheneum, do Detroit Institute of Arts e do Metropolitan Museum of Art, nos Estados Unidos e do Statens Museum for Kunst, da Dinamarca. Além dessas há também notícia de pinturas com o mesmo título que pertenceram ao acervo do Germanisches Nationalmuseum de Nürnberg e do Kunstmuseum de Düsseldorf, ambos na Alemanha. Ao menos uma tela tem o título de *Paisagem no Brasil*, e está no acervo do Rijksmuseum, na Holanda.

[15] Ver Pierre, Pierre, **Sociologia**. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983 (Col. "Grandes Cientistas Sociais", vol. 39); **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989; **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

AS REPRESENTAÇÕES ESTUDANTIS ATRAVÉS DA UNE NA DÉCADA DE 1960

Carla Michele Ramos

A década de 1960 representou para o Brasil um período de grande agitação política e de mobilizações de caráter nacionalista. A União Nacional dos Estudantes nesse momento, como organização social, deve ser analisada no âmbito da luta por uma reforma universitária.

Dentre as reformas de base projetadas pelo governo de João Goulart estavam as propostas da UNE, a bandeira levantada por esta entidade estudantil reivindicava mudanças na esfera educacional de nível superior. A postura política adotada pelos estudantes que dirigiam essa organização estava voltada para um ideal reformador, ocupando-se de espaço de representatividade a UNE era para os estudantes um instrumento pelo qual eles dialogavam com o governo.

Antes de 1964 a UNE era uma entidade legalizada, isso oferecia aos estudantes uma maior integração na organização social do país, além disso os gastos com o movimento estudantil eram financiados pelo próprio governo. Nessas circunstâncias o uso do diálogo foi um importante instrumento no processo de reivindicações que se deu entre o governo e o grupo estudantil. Esses fatores foram fundamentais para a UNE aumentar o poder de sua representação, no que diz respeito às lutas sociais que marcaram os anos de 1960.

A reforma universitária proposta pelos estudantes visava melhorias materiais como ampliação e modernização em bibliotecas, restaurantes e nas diversas instalações do campus universitário. Inovações no processo ensino-aprendizagem e no modelo curricular também faziam parte dessa reforma. Além dessas lutas específicas no setor educacional, a UNE deixa transparecer em seus planos de ação, reivindicações que englobavam outros setores sociais, como trabalhadores e camponeses. Vejamos como isso pode ser verificado a partir dos debates realizados no I Seminário de Reforma Universitária em 1961:

> As perspectivas do movimento estudantil brasileiro são, pois, francamente favoráveis a uma união de todos pela luta popular que se trava no presente. (...) As batalhas que ainda temos a travar pela Escola Pública, pela Reforma Universitária, pela

> consolidação da luta antiimperialista e anticapitalista do povo brasileiro, por uma união operário-estudantil-camponesa cada vez mais efetiva.[1]

[1] UNE, Declaração da Bahia, 1961, p. 12-13. In: PELEGRINI, Sandra C. *A. A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 37.

Usufruindo de legitimidade, como organização social, a UNE nos anos iniciais da década de 1960 passa a realizar diversas campanhas, que acreditava estar direcionadas a conscientizar e mobilizar a população diante dos temores de uma interferência militar no sistema político brasileiro. A integração entre estudantes e artistas em prol da reforma universitária resultou no projeto UNE-volante, caravana que percorria as regiões brasileiras promovendo shows e exposições, apresentando peças teatrais e discutindo questões sócio-econômicas em assembléias. A arte passa a ser utilizada pela UNE como um instrumento de transformação social, como "vanguarda", estudantes e artistas, vêem em suas ações o compromisso de conscientizar e mobilizar a classe operária, camponesa e o púbico estudantil em geral.

A agitação política brasileira, os rumores do avanço comunista na figura de Jango e a instabilidade econômica, fortaleceram a ascensão dos militares e de alguns grupos civis – Igreja, burguesia e partidos de direita – em favor da segurança nacional, legitimando um golpe em nome da democracia a ditadura se instalou em 31 de março de 1964.

Uma das primeiras manifestações do governo ditatorial revelou o modelo político assumido pelos militares em prol da doutrina de segurança nacional. Como um grande entrave aos interesses dos novos governantes a UNE deveria ser banida, é o que pode ser observado através do relato de Antônio Mendes Jr. ao apontar o ato dos militares à essa entidade estudantil.

> a UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incomodada às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo clube Germânia, que a UNE ocupava nos tempos heróicos da luta contra o nazi-fascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder. [2]

O incêndio provocado em 1964, por repressores financiados pelo governo militar, na sede da União Nacional dos Estudantes, localizada na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, torna-se um símbolo contra a ditadura ao atravessar as fronteiras nacionais por

meio de um projeto de divulgação da União Internacional dos Estudantes (UIE). O ato planejado pelo governo em queimar a sede da UNE, supostamente com o intuito de destruir

[2] MENDES, Jr., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*, 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 74

essa entidade e tudo que ela representava ao país, incitou a luta contra o presente regime e que teria uma atuação radicalizada por causa da ilegalidade que a entidade sofrera e que os próximos anos marcariam o confronto armado entre o governo e as esquerdas denominadas "subversivas".

Os estudantes passaram por momentos de muita repressão após o golpe, entidades foram invadidas e fechadas, líderes foram presos e os que conseguiram escapar exilaram ou passaram a conviver na clandestinidade. Na opinião de Altino Dantas, presidente da UNE nos anos de 1965-66, o novo governo pretendia através da Lei Suplicy[3] relegar a história da entidade nacional dos estudantes e sua representatividade mediante o movimento estudantil, na sua concepção o projeto acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes. [4]

Para resolver os problemas universitários o governo foi buscar a solução nos modelos educacionais norte-americanos. Os acordos MEC-USAID[5] estavam inseridos numa concepção onde a universidade passava a ser vista como peça fundamental para o avanço da política econômica favorável às grandes empresas[6]. A reforma universitária dos militares não vinha de encontro com as aspirações da UNE, por isso os anos de 1966 e 1967 foram marcados por intensas mobilizações estudantis contra a Lei Suplicy e os acordos MEC-USAID.

O 28º Congresso da UNE aconteceu em julho de 1966 na cidade de Belo Horizonte, apesar da dificuldades que os estudantes tiveram em chegar no local, pois a polícia militar fechou as vias de acesso à cidade mineira, eles elegeram para presidente da entidade José Luis Guedes, estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Durante esse congresso podemos verificar no plano de ação desta gestão, as reivindicações contra

[3] Lei de autoria do Ministério da Educação que criou o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) retirando das entidades já existentes - UNE e UEE - suas representações legais.
[4] SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes.* São Paulo: Livramento, 1980. p. 32
[5] Acordos entre o Ministério da educação e Cultura do Brasil (MEC) e a United States for International Development (USAID) que tinham como objetivos a assessoria norte-americana no projeto de modernização do sistema educacional brasileiro de nível superior.
[6] MARTINS FILHO, João Roberto*. A rebelião estudantil: 1968. México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996. p. 74

modelo educacional militar e a ilegalidade da UNE:

> Lutamos pela reforma universitária, pela revogação do acordo Mec-Usaid, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, em todos os níveis.
> Lutamos pela revogação da lei Suplicy. [7]

O ano de 1968 é considerado para muitos dos ex-dirigentes da UNE como o ápice do movimento estudantil. A morte do estudante secundarista Edson Luís, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, em março desse mesmo ano mobilizou a sociedade. Sandra Pelegrini aponta que o momento entusiasmou as vanguardas do movimento estudantil [8], levando-as a acreditar no apoio popular contra o regime militar, assim novas táticas foram desenvolvidas para enfrentar a polícia nas ruas, como subir pela contramão e jogar bolas de gude para derrubar a cavalaria.

Aparentemente até o AI-5[9], todas as posições de repressão do governo militar estimularam a unidade do movimento estudantil em torno da UNE, mesmo atuando ilegalmente. O que pode ser analisado a partir do final de 1968 são as divergências internas que enfraqueceram a entidade nacional estudantil.

Verifica-se em sua documentação que uma das questões mais debatidas durante as assembléias era a redefinição de novos caminhos na luta contra o sistema de opressão imposto pelos militares, de um lado dissidências que procuravam transformação social através da luta armada e de outro posicionamentos mais pacíficos, com a utilização do diálogo. Alguns dos dirigentes da UNE associaram a grupos de guerrilha após o AI-5, foi o caso de José Genoíno Neto, eleito em 1969 como vice-presidente da entidade, que com suas palavras relata: “eu me retiro da diretoria da UNE e deixo de atuar no movimento estudantil, saindo da cidade para participar do movimento guerrilheiro do Araguaia”.[10]

Através da opção pela luta armada, por alguns estudantes brasileiros, num primeiro

[7] UNE, Plano de Ação para a gestão 1966/1967, 1966. In: SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes.* São Paulo: Livramento, 1980. p. 114
[8] PELEGRINI, Sandra C. *A. A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 159.
[9] Ato Institucional nº 5 decretado pelo governo militar, conferindo maiores poderes ao executivo e radicalizando o regime ditatorial
[10] SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes.* São Paulo: Livramento, 1980. p. 104

momento, pode-se compreender que o golpe militar provoca na UNE uma redefinição do seu papel como organização social. Na medida que o governo se posiciona mediante as esquerdas "subversivas", o ideal reformador vai se radicalizando e os instrumentos de luta vão tomando direções opostas.

A idéia dos estudantes como "vanguarda" pode ser analisada a partir dos princípios que a UNE declarava em suas assembléias. Vejamos como isso pode ser compreendido na Declaração de princípios do 28ª Congresso:

> Mais uma vez a União Nacional dos estudantes assume a vanguarda do povo na luta contra as forças da opressão... Temos como objetivo a transformação revolucionária da estrutura sócio-econômica do País...Conscientes de nosso papel frente à realidade nacional, conclamamos para uma aliança todos os setores das classes populares, em torno de objetivos comuns. [11]

As análises iniciais revelam até o presente momento que o AI-5 representou para as esquerdas a impossibilidade da mobilização popular contra o governo ditatorial, na clandestinidade muitos optaram pela guerrilha. As divergências internas na UNE e a repressão constante fragmentou a representação estudantil em torno dessa entidade, que formada por diferentes facções estudantis teve dificuldades em manter sua unidade.

Assim, muitos dos dirigentes da UNE que assumiram antes do golpe um posicionamento de "vanguarda", verificaram após 1964 as dificuldades em alcançar as massas - trabalhadores rurais e urbanos - com seus ideais revolucionários, diante das ações anti-democráticas do governo ditatorial. Conforme as lutas iam se tornando mais acirradas, as diferenças entre os vários segmentos que formavam a entidade nacional estudantil ficavam mais nítidas. Portanto pode-se até esse momento, verificar que durante a década de 1960 a representação estudantil vai se transfigurando a partir das mudanças ocorridas no contexto político brasileiro, construindo portanto diversas representações que muitas vezes não estavam de acordo com os ideais da diretoria da União Nacional dos Estudantes.

[11] Idem, ibidem, p. 115-116

HISTÓRIA TRÁGICA DA CIÊNCIA

Carlos Alvarez Maia

LEHC – Laboratório de Estudos Históricos da Ciência, História – UERJ

Vou perseguir uma trilha de vestígios historiográficos de uma proposta conceitual para compreender o sujeito histórico – sujeito construtor de saberes, de si e do Real. Essa trilha possui uma lógica dada por meu interesse que desvenda um devir compreensivo em direção a uma hermenêutica do sujeito como ser social. Trata-se de um percurso que parte da vertente do romantismo germânico presente na Fenomenologia do Espírito de Hegel, passa por Marx e Freud, e amadurece em língua francesa, na segunda metade do século XX. Com Lacan, Foucault, Barthes eclode uma "teoria" do discurso que se mostra como manjedoura para o *homo sapiens* – nascido na e como epopéia iluminista – viver efetivamente, enfim, sua tragédia humana como um ser histórico – o *homo simbolicus*.

A lógica do texto busca a fidelidade com o binômio "discurso / laço social" considerado como condição *sine qua non* para o ser humano humanizar-se, tornar-se bípede no solo histórico. Se o estruturalismo lèvis-straussiano apresentou-nos a morte do homem – entenda-se, morte do "Robinson Crusoè", da Consciência plena e independente, daquele ser portador de uma Razão, livre para pensar, agir e dizer com seu *Cogito* épico – já em sua ultrapassagem, no após-o-estruturalismo, somente falamos e ouvimos palavras prisioneiras/carcereiras do laço social em um discurso trágico. Este é o cárcere do verbo que conduz meros significados lexicais, vocabulares, para a tragédia de sujeição a um sentido discursivo – simbólico/imaginário – de valores. Ver, sentir, pensar e dizer dão-se no trânsito pelo sentido do verbo de existências enlaçadas **entre si** da realidade em oposição ante coisas e vocábulos **em si**, o Real. O verbo do sentido condiciona o léxico vocabular.[1]

1 – UM PONTO DE PARTIDA: A FENOMENOLOGIA ETNOGRÁFICA HEGELIANA

Há uma inauguração notável em Hegel: a discussão sobre a ontologia do ser, sobre a existência humana, abastecida estritamente por sua vivência **relacional, interativa**. Hegel

parte não do ser isolado, autônomo, pleno em sua racionalidade. Não. Para ele o humano não nasce humano, mas sim, faz-se humano ao estabelecer um laço, em uma relação **de poder**, com outro candidato a ser humano. Tornam-se humanos, ambos, durante e através da dinâmica dessa relação. Uma relação processual, dita por ele, dialética. É como Hegel vê a entrada do homem na história, em sua humanidade. No embate entre "dois" seres, desabrocham os humanos, florescem como humanos em um contínuo vir-a-ser. Saem da mera espacialidade animal e invadem a temporalidade ao participarem da dinâmica processual de conquista de um poder. O poder de ser **reconhecido** pelo outro, de capturar o **desejo** desse outro. Um mestre, outro, escravo. Duas posições antagônicas porém suplementares. Estabelecidas durante a luta de seus desejos. Mas não são dois estados cristalizados, estacionários, permanentes. Nada "É", estático, mas tudo no humano devir. É temporalidade. É dinâmico, é processual; diz Hegel, dialético. E assim Hegel distingue o "natural", o mundo meramente espacial, do humano temporal. Para o humano não cabe uma ontologia substancialista, a "Essência" humana "É" seu próprio devir.

Alguns conceitos hegelianos são marcantes na análise fenomenológica dessa inovadora ontologia histórica do ser. O embate travado entre os seres é político e marcado por dois termos: **reconhecimento** e **desejo**. Desejo de ser reconhecido, e ser reconhecido é ser desejado. É o confronto entre dois desejos em busca de satisfação, dois amantes entrelaçados. Somente através do reconhecimento o senhor se faz e realiza seu desejo ao ser reconhecido, desejado, pelo outro, na posição de escravo. São dois ***lugares***: senhor e escravo. Não são dois entes, seres estáveis na hierarquia, são duas posições ***funcionais***, ocupadas, preenchidas, vivenciadas no embate dialético de desejos em movimento, de demandas que se suplementam. Espera-se luta ou submissão – que nunca será completa. Submissão, melhor dizer, momentânea, dentro do processo dialético. O senhor, o mestre, o patrão, o colonizador, o masculino obtém o reconhecimento, conquista o desejo do outro impondo-lhe um **sentido** dado por **seu verbo**. O outro – o escravo, o pupilo, o empregado, o colonizado, o feminino – se submete ao sentido dado pelo mestre, absorve seu falar. Entrega-lhe seu reconhecimento, seu poder, seu saber, seu trabalho, seu desejo, seu viver.

Este, o cenário da família primitiva. O senhor apropria-se do trabalho, da palavra. Torna-se dono de um saber-poder. É o proprietário de um fazer, de um dizer, que foi alienado do outro, do outro posto como escravo silenciado. Servo de seu próprio desejo, o de ser reconhecido pelo amo. Este, o seu objeto de desejo que não se confina em um objeto. Ele deseja capturar o desejo do outro. E o senhor?, bem, ele já o capturou, e fala, dá o sentido. Hegel diz de uma função negatriz, a função que anula, que consome. Marx retira daí a apropriação da mais-valia, Lacan, em clara inspiração, dirá do mais-de-gozar. O objetivo do mestre é a alienação da palavra, retirar mais-valia/gozar, e ocupar os vazios de silêncios domesticados por sua voz-condão, atribuindo sentido valorativo à cena semiótica de poder.

O desejo é algo típico do humano para o humano, inter-humanos. Se o "desejo" volta-se para algo natural então trata-se de uma necessidade – Hegel separa o não-humano, o objeto natural, como o que não porta desejo, somente possui necessidades, ditas naturais. O desejo é a auto-proclamação de que falta algo àquela consciência. Somente assim, a consciência volta-se para si. Consciência-de-si. Enfim, torna-se humano ao se declarar em dependência, desejante, de um outro – do desejo do outro –, **em presença** de outro humano, em audiência. Assim atam o laço social que, por fim, os constitui como seres históricos em torno de um texto que porta um sentido e os conduz.

Quanta distância desta tragédia romântica daquela epopéia iluminista do *Cogito* pleno vagando pelo deserto solitário da racionalidade! Solidão que impede qualquer laço. Ilha deserta de um Robinson Crusoè que tanta indignação trouxe a Marx. Mas Hegel não partiu do *Cogito* independente, do indivíduo racional livre. Hegel parte da não-autonomia do sujeito. O sujeito autônomo, livre, seria o caso limite do senhor que a todos governa, amado por todos e que fala para todos. Limite de um delírio, racionalista e autoritário. Um delírio de uma razão sem desejo. Uma épica sem o trágico ocorre nesta retórica das Luzes onde não há espaço para o desejo, para as paixões, somente a racionalidade ascética e asséptica. Pretende uma autonomia racional sem dependência passional. A razão, nesta épica, opõe-se à emoção. Objetivo: ser um senhor pleno e perene; ora, mas esta é a imagem de Deus! Tal posição de divindade – sem desejo – pretendida pelo Iluminismo para

o humano, o animal racional, assim assexuado e desapaixonado, revela sim o **desejo** dos humanos – justamente o desejo que se quer ocultar, um retorno do recalcado – de serem como o todo-poderoso: Deus, senhor absoluto e supremo dos desejos alheios, alienados. Nada mais fora da realidade humana que tal abstinência desejante. Sem desejo, mudo, eis a morte de qualquer humano – o estado vegetativo da submissão e anulação total de si. Mas Hegel nos liberou de tal destino, devolveu-nos à cena mais modesta, mais movimentada, deu-nos a tragédia romântica. Retirou-nos da plenitude monocromática, olímpica, e nos remeteu para o dialogal, para o trágico dia-a-dia terreno do mal-estar-na-cultura, cultura na qual todos dependem de todos, a todos falta algo que está fora e a impossibilidade de preenchimento completo traduz-se nesse desconforto em estar sob a coerção civilizacional.

Não se nasce humano, nem se É humano. O humano é um artefato, produzido como uma fenomenologia processual, construído por uma dinâmica relacional. Sua ontologia é histórica, é societária, não é um ser mas um vir-a-ser funcional em devir. Uma sucessão de lugares sociais ocupados, de funções-sujeito, de actantes. E não emerge como indivíduo isolado, um Adão solitário, cavalgando um *Cogito* eufórico. O humano dá-se no plural, faz-se como plural e somente alcança a sua condição de indivíduo, humano, através do laço social. Como nos alertou Marx, através de Aristóteles, em sua cruzada contra as "robinsonadas" – a idéia do indivíduo isolado que ocorria nas explicações econômicas do século XVIII – que grassavam em seu tempo:

> "*O homem é, no sentido mais literal, um ζωον πολιτικου (animal político), não somente um animal social, mas sim um animal que só pode individualizar-se na sociedade. A produção por parte de um indivíduo isolado, fora da sociedade – fato raro que bem pode ocorrer quando um civilizado, que potencialmente possui já em si as forças da sociedade, se extravia acidentalmente em uma região selvagem – não é menos absurda do que a idéia de um desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam* **juntos** *e falem entre si*." [2]

Mas, já afirmei, o embate entre senhor e escravo apresenta continuamente alternativas: luta ou submissão, momentâneas. Na submissão, o trabalho servil torna-se alienado, o desejo retira sua satisfação em sua dependência masoquista. Itinerário do casamento de Sade com Masoch. Tal como o longo drama histórico patriarcal, milenar, que se tornou texto para o feminino: a servidão voluntária. E na outra alternativa, na luta? Ora, o incômodo da posição submissa – não reconhecida, silenciada – pode promover movimento, insubordinação, divórcio, negociação, greve, traição, revolta, rebelião, motim, enfim: gritos por outro texto. Assassinato do pai arcaico. Na luta há rearranjo dos papéis de actantes, de quem fala e de quem ouve. A autoridade não se congela em um dos seres, as falas deslocam-se. O resultado desta luta modifica os lugares ocupados, alterna a cena de poder semiológico, das palavras. Assim ocorre quando os proletários conquistam algum poder, sindicalizam-se. Ou, o Estado liberal vê o *Welfare State* emergir como solução da crise. Ou quando o casamento torna-se mais aberto e a mulher sorri um pouco mais na sua rotina doméstica. Ou, os negros sentam-se em qualquer lugar, não são mais pretos, tornam-se afro-descendentes e se fazem ouvir. Tecem um discurso novo para uma identidade renovada. Alteram sua identificação social. Na luta, o desejo subversivo mostra-se transformador, produtivo. O subalterno enfrenta o discurso hegemônico motivado e movido por sua utopia desejante: a luta por algum reconhecimento. **Sem a luta só lhe resta o luto**.

2 – O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDO OCULTO PELO FETICHE DO PRODUTO ACABADO

A luta por reconhecimento é um embate de produção coletiva de sentido. O desejo almeja por efeitos de sentido que lhe dêem reconhecimento, são efeitos micro-políticos de sentido. Novas significações que se constroem durante a luta e que devem ser negociadas entre os agentes. Uma prática discursiva se instaura com este objetivo: obter reconhecimento de um sentido que se fez na luta.

Marx examinou e aprofundou a análise de um aspecto desse laço social, avaliou a materialidade coletiva do elo societário que se forja através do **trabalho**. Pela apropriação do trabalho é que se constitui o elo na relação hierárquica entre humanos, entre o subordinado e o subordinador. Em Marx, a materialidade desse trabalho encontra-se na

mercadoria, o seu produto direto. No sistema capitalista de produção a mercadoria, especialmente sua circulação, apresenta a forma social estável da Fenomenologia de Hegel. A coerção do poder da "dialética do senhor e do escravo" é dissimulada no valor atribuído à mercadoria, um valor naturalizado socialmente **deslocado e descolado do trabalho** e do trabalhador subordinado que a produziu. Este, o fetiche originário da mercadoria que Marx desvenda como maneira de uma sociedade apresentar-se como formada por homens livres e iguais apesar de se moldar sobre uma desigualdade intrínseca. É o sentido novo posto no embate dos protagonistas no capitalismo. O sentido carrega um valor. A mercadoria torna-se um objeto com vida própria, um produto marcado por um valor socialmente estabelecido, convencional, um sentido simbólico. E o valor é naturalizado como qualidade, como essência, da mercadoria-em-si, e assim neutraliza qualquer evidência de servidão. A servidão torna-se voluntária por um emprego e por um salário, comparecendo socialmente como uma troca considerada justa. A aparência dada pelo sentido novo é a de que se trabalha pelo salário e não para produzir mercadoria.[3] O escambo originário é deslocado por um texto que atribui sentido, o valor, e que substitui as antigas trocas diretas pelo regime mercantil modulado por símbolos e pelo significante do capital: a moeda.

Marx analisa ainda a mercadoria como objeto das necessidades humanas e trata da sua relação com o desejo. E o "***desejo envolve necessidade***" diz-nos Marx, a mercadoria "***satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia***".[4] Poderíamos acrescentar uma evidência de nossa sociedade de consumo de massa: provenham do estômago ou da fantasia, sim, porém o mais instigante provém da ordem da ***fantasia do estômago*** (isto é, no humano a necessidade dá-se por via desejante). Nossas mercadorias estão bastante afastadas das primitivas formas de atender necessidades estritamente fisiológicas, ditas naturais. Mesmo estas solicitam para sua satisfação de algo mais que o arquétipo "natural", seja como alimento, como vestuário, como moradia, como higiene etc. A fome, a sede, o frio, o apetite sexual e até mesmo as funções excretoras somente mantêm vestígios de sua origem selvagem. Todas estão incorporadas de valores "civilizacionais", de códigos simbólicos, são

textos com sentido. No mínimo há uma estética e um protocolo, na elaboração de uma refeição, em sua degustação, por exemplo. O comer é antes de mais um ato desejante, revestindo a necessidade; somente os famélicos que perderam sua humanidade enfrentam a fome como algo da ordem exclusiva do "natural", da estrita necessidade do animal inumano. O natural ganha naturalizações outras. Encontra-se **modulado** – ainda no sentido deleuziano – por um valor desejante que lhe dá o sentido. E assim ocorre com toda mercadoria em sua forma final, pronta para o consumo. Ela "surge" como um produto sem expor os rastos de seu processo de produção. As condições nas quais o produto se fez não estão expostas em sua embalagem, ele se apresenta como uma ***coisa em si***, como se nascesse acabada, eclosão autônoma em geração espontânea. Seja a mercadoria-produto como um bem industrial seja como uma peça artística, artesanal ou até mesmo como uma idéia, uma teoria.

3 – PROTOCOLO PARA A HISTÓRIA DO CONHECIMENTO COMO TRAGÉDIA

O mesmo se dá com a pesquisa acadêmica e seu "produto-mercadoria". O resultado emerge acabado, fechado em si mesmo: ***fetichizado***. Em sua embalagem somente é visível aquilo que se pretende fornecer como sentido em sua circulação no mercado consumidor. Seja o *abstract* de uma tese na CAPES, seja o rótulo em uma caixa de cereais nas prateleiras comerciais. Em ambos os casos, o produto apresenta-se como coisa objetal agenciando um sentido que o valora. Seu sucesso depende da aceitação do sentido proposto, o que lhe dará o reconhecimento aspirado.

Este percurso sintético fornece os elementos para delinear um protocolo para uma história do conhecimento divorciada da epopéia de uma Razão anistórica que persegue mitologicamente a realidade objetiva do mundo exterior como se um saber divino fosse. É um protocolo mínimo para o historiador apreender a tragicidade do saber humano, no qual o saber é coletivo, interativo, decorre da ação de um sujeito produzindo sentido, em práticas discursivas de micro-poder, perseguindo o reconhecimento de outros sujeitos para os valores e significações propostas por aquele sentido [como Robert Merton desvendou os jogos de poder, por prestígio, na comunidade científica]. A nova teoria nada mais é do que

um sentido inesperado, gerando um cenário de valores inovador. Um outro conjunto de valores transportado pela nova prática discursiva que luta por reconhecimento societário [como Thomas Kuhn desenvolveu com seus paradigmas em conflito]. Para satisfazer a ambição de seu desejo – isto é, ser reconhecido pelos pares – de saber-poder, há que tecer um périplo de negociações convergentes de sentido [em Latour: negociar traduções].

Esses três autores mencionados entre colchetes, ícones de nossa historiografia, são actantes-produtores de percepções historiográficas que capturaram a tragicidade daqueles aspectos do conhecimento. Mas, de todos, Latour é o que mais desvendou o enredo trágico sob o manto épico apresentado pela corporação de ofício do saber "oficial". E o mais notável em Latour é assumir o caráter fenomenológico dado por Hegel tanto para a constituição de um novo sujeito, o autor aplaudido da nova teoria, como para o sentido "vencedor" exposto como um produto acabado, encerrado em sua embalagem "publicitária", a sua caixa-preta. A rotina de trabalho latouriana baseia-se em seguir etnograficamente [Hegel diria: de forma fenomenológica] o processo de produção de sentido que atribui valor à mercadoria acadêmica/científica. Em trilhar o passo-a-passo no qual a "mercadoria" é produzida por contínuos embates, tal como descrito na dialética do senhor e do escravo, e por fim se enclausurou em um produto final, fechado sobre si mesmo e sem rastos de sua produção. Assim cumpre-se a meta dessa historiografia: desnaturalizar o fetiche épico do Cogito-deus no processo trágico do conhecimento humano, demasiado humano.

---

[1] O termo latino *verbum*, 'palavra', 'vocábulo' é oposto a *res*, 'coisa', 'realidade'. Já em gramática, designa o 'verbo', em oposição a *vocabulum,* 'nome (de uma coisa)', 'o substantivo'. Ver o Houaiss.

[2] Karl Marx. Contribución a la crítica de la economia política. México: Siglo XXI editores, 1990, p. 283.

[3] Karl Marx. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Vol I. Marx trata no cap 1 sobre a mercadoria e seu fetiche. "Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias." p. 94

[4] idem, p. 57 nota 2.

Faces da dominação: reflexões conceituais sobre intolerância e violência

Carlos André Macêdo Cavalcanti

Doutor em História pela UFPE; Docente – UFPB.

Angelo Adriano Faria de Assis

Doutor em História pela UFF.

Este Simpósio Temático que coordenamos em conjunto com o professor José Ernesto Pimentel, da UFPB, inicia-se como um novo esforço multitemático e interdisciplinar na busca da sistematização conceitual do significado da intolerância para o homem e para a história. Os estudos sobre tema visam, em última instância, em geral, dar prosseguimento àquele ideal iluminista tão caro ao cânone ocidental: o de colocar o saber à serviço do ideal de um mundo mais justo. A intolerância é um desafio especial nesta busca. E tem de abarcar todas as áreas da ciência que se dispuserem, da mesma forma que deve promover o convívio dos mais diversos assuntos e objetos de estudo pertinentes. Isto porque não é dada a nenhuma disciplina científica conter teorias e métodos que atravessem o longo caminho dos atos intolerantes. A intolerância pode ser tida como enraizada entre as pulsões de vida e morte que a Psicanálise descreveu tão bem. Ou pode, da profundeza do imaginário que os freudianos acreditam inexpugnável, terem uma composição daquelas que Gilbert Durand [1] chamou de constelação de mitologemas. Weber, muito antes, admitiu para a cultura o estudo de constelações de valores bem mais próximas – metodologicamente falando – do ofício dos historiadores [2]. Mas nada impede que os historiadores dialoguemos com métodos e conceitos teóricos aparentemente mais distantes.

Importa, então, em eventos como este, a abertura de espírito para ouvir, falar, aprender e desafiar-se a si próprio a uma renovação contínua.

Nesta apresentação introdutória trazemos um pouco de nossa experiência com o conceito de intolerância aplicado à ação inquisitorial. A aplicação intolerante e excludente da própria soteriologia cristã por parte dos inquisidores não nos autoriza a buscar uma dramatização ou exagero dos gestos inquisitoriais como forma de comover o leitor e embasar alguma análise que necessite desta "emoção" para validar-se. Se tomamos este caminho simplório, a própria intolerância aparece reduzida a um monstro horremo, disforme e... incompreensível, a ser combatido pelo gládio e pela espada, como os que a psicologia infantil detecta nos desenhos das crianças. Esta atitude em nada ajudaria, por exemplo, àqueles, dentre nós, que desejamos combater a intolerância. A estes faz-se mister trilhar os complexos caminhos que levam e levaram a História a viver constantes "espasmos" de intolerância. Este tabu vai por terra quando o historiador admite desde cedo que o ato intolerante é ambíguo e, como no mito de Prometeu, carrega em si, paradoxalmente, o anseio de *justiça*.

No pluralismo de "salvacionismos" que marcou a História cristã, a Inquisição foi, depois da oficialização do cristianismo como a religião do Império Romano, o maior dos seus movimentos agregadores e centralizadores. Num processo extremamente traumático, a soteriologia inquisitorial ajudou a vencer e submeter uma concepção espiritualista tradicional no cristianismo. Em sua fase medieval, bem antes de erguer-se como *embuste* no fim da segunda metade da Idade Moderna, teve papel evangelizador e até civilizador, enquanto partícipe da consolidação da Cristandade. Claro está que poderíamos julgar negativa a civilização que adveio deste processo, bem como o método intolerante para alcançá-la. Entretanto, não se deve negar que os inquisidores tiveram um papel preponderante para o conhecimento e expansão de padrões comportamentais minimamente homogêneos em todo o mundo ocidental, além de terem sistematizado uma cultura jurídica singular.

Mesmo quando o ato inquisitorial foi sendo desmistificado, o valor do aprimoramento jurídico permaneceu. Já a autenticidade da comunicação de padrões comportamentais sucumbiu diante das críticas desferidas contra o Tribunal em função da degradação cotidiana

por que passou o clero que o compunha, sempre em busca de “fazer carreira” e de exercer o poder “*simbólico*” do Santo Ofício. Uma “*soteriologia histórico-temporal*” tomou a cena à Ascese Católica Tradicional, hegemonizando-a. Este “*salvacionismo sem transcendência*” é enganosa, pois mantém a exterioridade do ato místico, mas restringe-se ao jogo simbólico do poder. A questão que se impõe aqui é determinar os limites do embuste. Descartamos por completo um total esvaziamento místico do Tribunal, que seria não apenas improvável como insustentável.

A superação do medo obsidional levou ao desnudamento do “medo de bruxa” e, por conseguinte, à desvalorização do seu oposto cristão típico: o medo de Deus, grandemente incentivado pelo clero depois que a Igreja se aproximou do Estado ainda na Idade Média. (Esta aproximação com o Estado gerou um *medo de Deus* que difere do temor judaico-cristão original que referia-se às hierarquias celestes “universais” e tencionava, pelo terror, impor o respeito às hierarquias terrenas, clericais ou não. Uma fé mais “pensada” que “vivida” foi o cenário para a Pedagogia do Desprezo. Ao mesmo tempo, no mesmo turbilhão crítico, a intolerância deixou de ser aceita sem restrições pela grande maioria das pessoas em Portugal e Espanha. A unanimidade ruiu e, com ela, o significado purificador da Inquisição. A atuação inquisitorial no Brasil coincide com a transição do Medo ao Desprezo, daí a singularidade e a riqueza de certos processos do final do século XVIII e início do século XIX. O período do “*desprezo pelas crenças dos ignorantes*” demonstra uma mudança de sentido e significado na própria ação intolerante. Para compreender esta afirmativa, lançamos mão de uma classificação dos tipos de intolerância, esboço do que pretendemos, no futuro, propor como uma teoria geral da intolerância.

Partimos da constatação de que não se pode simplificar todas as formas de exclusão e perseguição como se fossem um único fenômeno histórico ou social. Por exemplo, entre as penas aplicadas pelo fundamentalismo muçulmano dos nossos dias e a Inquisição espanhola do século XV, vão diferenças que se há de respeitar para a devida compreensão de ambos os fenômenos. Buscamos, porém, o elo maior ou, se preferirem, as correntes mais profundas

deste movimento. Neste sentido, levamos em conta que a intolerância se estende ao longo da História nas mais variadas formas e razões. Fosse a intolerância algo binário ou perfeitamente antagônico a um conjunto de valores inspirados pela *razão humana* ou *substantiva*, para citar terminologia weberiana consagrada, seu combate seria fácil e os argumentos para a controvérsia teriam um poder hercúleo maniqueísta. Mas não é isso que ocorre. Com o objetivo de captar esta complexidade, um dos autores propôs sua classificação tipológica e tipificadora que busca abarcar este amplo leque das incursões da/na intolerância [3]:

a) Intolerância Guerreira: Forma imemorial, de determinante inata antropológica, que se baseia na busca direta das riquezas do adversário e está ligada à escassez no limite sobrevivência segundo os padrões culturais de cada grupo. Comum nas guerras, pode envolver as mais diversas acertivas, justificá-la e dar-lhe sustentação moral e histórica. Mas seu objetivo central é a pilhagem e o botim, com a conseqüente eliminação do perdedor por escravidão ou assassinato.

b) Intolerância Obsidional Civilizatória: Para compreendê-la é preciso retirar o juízo de valor da palavra *civilizatória,* pois, ao utilizá-la, nós não a conceituamos como *melhor* nem *superior*. A Intolerância Civilizatória dá-se no tempo da história e busca a supressão das diferenças pela imposição de um paradigma que, em sua lógica interior, se considera e se diz superior e que só pode ser assim analisado pelo historiador em função de valores auto-atribuídos pelo próprio agente histórico. A submissão do vencido ocorre aqui por sua inclusão/conversão para uma outra ordem mental e valorativa – diversa e oposta à sua original –, onde aqueles que ingressam no “novo” quadro de valores são tidos eles mesmos como o “botim” alcançado. É uma intolerância escatológica, pois o seu projeto “histórico” determina sua própria superação, tendo em vista que o objetivo primordial é a conversão de todos os homens aos preceitos hegemônicos. Ao chamar à obrigatoriedade disciplinar pessoas que fazem parte do mesmo grupo ou do mesmo universo político-religioso, a intolerância busca legitimar-se no quadro de medo obsidional que veremos adiante. Os processos inquisitoriais obedecem à

lógica desta forma de intolerância, posto que todos eles devem terminar – de uma forma ou de outra – na metáfora escatológica.

c) Intolerância Totalitária: Típica do século XX, marcou os regimes de força do período com a aplicação de um princípio inverso ao da Intolerância Civilizatória. A coesão social, neste caso, é tentada através da vivência de antagonismos irreconciliáveis, onde não se privilegia a conversão nem qualquer forma da catequese. Ao contrário da anterior, esta forma de Intolerância é tendencialmente unitarista e sua "ideologia" é a da própria exclusão física do *outro*. No Nazismo, por exemplo, nunca ficou totalmente claro se haveria um "projeto de sociedade" que fosse possível sem a guerra, sem a censura, sem os guetos e sem a rígida disciplina formal. O totalitarismo teria surgido de uma derivação do ato civilizatório, confundindo os meios com os fins. Neste trabalho, porém, a definição de Intolerância Totalitária só nos interessa na medida em que nos permite demonstrar que consideramos os episódios do século XX distintos – ainda que assemelhados – dos episódios inquisitoriais.

Os dois últimos tipos de intolerância são teleológicos, pois, ao propor-se realizar um "projeto", encaminha-se também para tentar "congelar" a História, buscando dominar o tempo e negar a morte. A dinâmica cultural dos grupos humanos, de maneiras diversas, nega esta paralisia, mas convive – às vezes longamente – com seu mito hegemônico. Desvendar possíveis estruturas que determinam o estabelecimento das ações intolerantes seria papel da ciência que permitiria, pelo menos, a caracterização clara do processo. Por enquanto, nem este, que seria um instrumento de escolha para os indivíduos, está desvendado.

A problemática da intolerância, sem dúvida, atravessa os séculos, e a intensidade e riqueza dos debates atuais, seja na Academia, seja nos diversos espaços de mídia, ratificam sua atualidade e a pujança do interesse que invariavelmente desperta. O mesmo vasto e suntuoso leque de temáticas versando sobre a intolerância se faz presente neste espaço privilegiado que então se abre para discussão. Os trabalhos que compõem este simpósio abrangem algumas das múltiplas facetas do problema, apontando sua permanência na longa

duração, com estudos que abordam desde o Medievo até o Tempo Presente, tanto no contexto religioso quanto secular.

Em nome de Deus ou em nome do Estado, os espelhos da intolerância e da violência no âmbito do poder e da religião (ora dispersos, ora interligados) funcionarão como elos de contato entre as temáticas aqui tratadas. A interdependência entre estes espaços aparece, por exemplo, em trabalhos do período tardo-medieval e da Modernidade, como os princípios do pensamento político e eclesiológico e os conflitos com o pensamento estabelecido na Europa Ocidental dos séculos XIV e XV.

A repressão ao "outro" por representar ameaça à ordem estabelecida encontra na Inquisição elemento privilegiado de análise. Como os portugueses islamizados, tratados como renegados e perseguidos pelo Santo Tribunal pela suspeita de criptoislamismo e sobre os motivos de sua conversão ao Islã. Do lado oposto, o universo relacional e as vantagens advindas de cargos inquisitoriais, corroborando para a reordenação do *status* social, através da inserção e trânsito dos representantes do Santo Ofício estabelecidos na colônia, apontados como responsáveis pelo controle da moral e costumes no mundo brasílico.

Também as leituras européias sobre o Novo Mundo e a representação da alteridade entre os séculos XVI e XVIII, mostram as instâncias de interpretação do "outro". É o que vemos na afirmação ética e moral da corte francesa, que lapida sua identidade através de elementos tão distintos quanto manuais de civilidade, relatos sobre o Brasil francês, poesias da plêiade, ensaios de Montaigne e as interpretações sobre as guerras religiosas que então sacudiam o Velho Mundo. Da mesma forma, nos debates sobre a "natureza humana" e a "guerra justa", alimentando uma disputa simbólica entre os ecos do absolutismo e o alvorecer iluminista. Ou ainda, no reconhecimento do caráter racional dos homens e dos elementos irracionais que interferem no processo histórico, a ponto de sugerir uma História de cariz filosófico no intuito de combater o fanatismo e irracionalismo que julgavam reinante.

O Brasil Império seria igualmente palco privilegiado para representações da intolerância, seja através da marginalização dos soldados mutilados na campanha contra o Paraguai (1864-70), inabilitados, pela invalidez, para prosseguir no serviço pela pátria, seja através do relativo esquecimento das fontes processuais criminais do período monárquico, material inesgotável para um melhor entendimento das práticas intervencionistas do poder político imperial e de sua ressonância na política nacional.

Com relação à Contemporaneidade, as análises tornam-se ainda mais variadas. Há espaço, inclusive, para leituras microscópicas – ao gosto da *Micro-História* – de alguns casos de representação de intolerância e violência. É o caso, por exemplo, dos artigos de intelectuais católicos publicados pelo Centro D. Vital na década de 1930 que adquirem teor belicista, isolacionista e de intolerância político-religiosa, insuflando os embates políticos de então, ou dos almanaques em língua alemã editados no país que pretendiam difundir os pressupostos do ideário nacional-socialista entre os imigrantes e seus descendentes no Brasil dos anos 1930. É também o caso do uso político das prostitutas judias durante o início da República como argumento anti-semita. O esteriótipo sobre os judeus aparece igualmente no levantamento de registros iconográficos em charges da imprensa brasileira referentes ao elemento judaico na cultura brasileira entre as décadas de 1930-90. Ou ainda, a trajetória de um militante comunista e pesquisador da cultura negra à procura da relação entre dominação de classe e a desvalorização da herança africana na construção do caráter nacional brasileiro em fins da República Velha. Também as idéias ecléticas do *Boca do Inferno da Farinha Podre*, personagem emblemático da Uberaba da primeira metade do século passado, contestando a ordem vigente estabelecida, clerical e elitista, com a defesa do Marxismo, Comunismo e Espiritismo. Já a transformação do papel da mulher na sociedade atual pode ser interpretada através do fortalecimento do movimento feminista entre os anos 1970-80, possibilitando uma nova abordagem sobre o corpo feminino e possibilitando uma releitura da violência sexual contra a mulher. É ainda o caso dos relatos sobre a experiência do Golpe Militar de 1964 visto

sob a ótica de um lar cristão, influenciado pela tradição de manifestações patrióticas no ambiente doméstico, e o contraste com o choque moral a partir das revelações sobre os abusos cometidos durante o regime de exceção. Por último, as transformações político-sociais geradas pela implementação de um sistema presidiário no interior paranaense em fins do século XX.

O papel da Igreja na sociedade atual e os discursos de legitimação da fé permitirão o enfoque da intolerância religiosa no mundo contemporâneo, a partir a ameaça representada pelo crescimento e fortalecimento de determinadas religiões. É o caso das interpretações fundamentalistas do Islã e a manutenção do estado de "fanatismo" em conflito como uma leitura mais "ocidentalizada" do Alcorão, e o cenário de instabilidade após os atentados terroristas do 11 de setembro, sendo o xiismo apontado como elemento político de instabilidade social. Também a aliança entre setores da Igreja que se utilizavam do arcabouço teórico marxista para analisar as questões sócio-econômicas da América latina – a "Teologia da Libertação" – com os revolucionários sandinistas da Nicarágua ou com setores menos privilegiados da sociedade brasileira durante o Regime Militar, incentivando sua participação política para a reabilitação social e redemocratização. Em contraste, um engajamento mais tradicional de setores da Igreja, efetivada pela *Sociedade Brasileira de Defesa da tradição, Família e Propriedade* (TFP), utilizando uma violência justificada em nome da fé para combater os críticos do regime, apontados como ateus, hereges e pecadores. Ou ainda, o relato sobre o crescimento das representações neopentecostais no Brasil como fenômeno da sociedade capitalista globalizada.

Temáticas variadas, ligadas pelo estigma da intolerância. Desenha-se, assim, espaço múltiplo e multifacetado para análise de suas manifestações através dos tempos.

Notas:

[1] DURAND, Gilbert. As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Lisboa: Presença, 1989.

[2] WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

[3] CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. O Imaginário da Inquisição: Desmitologização de Valores no Tribunal do Santo Ofício, no Direito Inquisitorial e nas Narrativas do Medo de Bruxa (Portugal e Brasil, 1536-1821). Recife: Tese de Doutorado em História na Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

História do tempo presente e tradições culturais *resignificadas* dos *skinheads* brasileiros

Carlos Eduardo França*
Lídia Maria Vianna Possas*

Tendo como referência os debates realizados pela historiografia contemporânea, investimos no desenvolvimento de uma pesquisa cuja abordagem centrou-se na análise das representações e formas de resistência da facção *skinhead* denominada "carecas do subúrbio". Partimos do pressuposto de que os "carecas do subúrbio" são, em sua maioria, jovens trabalhadores que vivenciam suas práticas nos espaços urbanos, articulando-se em torno de componentes culturais singulares responsáveis por lhes conferir uma identidade grupal própria, tendo em vista a busca de sua diferença diante da pluralidade de agrupamentos sociais em "temporalidades" distintas e das práticas culturais "dominantes".

O movimento *skinhead* se originou na Inglaterra dos anos 60 como ato de rebeldia de uma parcela dos jovens da classe operária inglesa diante da crise econômica e social vivenciada pelo país, introdução de novas tecnologias, onda de desemprego e inserção de minorias étnicas que, por uma questão de sobrevivência, aceitavam trabalhar por salários não compatíveis com os tetos sindicais fixados pelos operários tipicamente britânicos.

No Brasil, as influências das primeiras informações dos *punks* e, em menor medida, dos *skinheads* britânicos, tiveram efeito a partir de 1977 através de discos, revistas especializadas, jornais, entre outros meios de circulação de informações provenientes dos setores da grande imprensa, que investiram na *apropriação* e *disseminação* de imagens homogeneizadas e imbuídas de pré conceitos sobre esses grupos em caráter internacional[1].

---

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), tendo como vínculo a Linha de Pesquisa intitulada "Cultura, Identidade e Memória".
* Professora Doutora da Faculdade de Filosofia e Ciência da UNESP/Marília, vinculada ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e a Linha de Pesquisa "Cultura, Identidade e Memória" do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, líder do Grupo de Pesquisa "Cultura e Gênero" inscrito no CNPq em 2003, e coordenadora do GT Estudos de Gênero da ANPUH/Regional/SP.

[1] Neste momento, as medidas políticas dos governos militares que subsidiaram o "milagre econômico" começaram a mostrar sinais de desgaste, intensificando as manifestações populares diante dos inúmeros efeitos negativos provocados pelas ações políticas e econômicas dos governos militares. Este período de medo e insatisfação popular agravou-se em 1979 com a fuga dos investimentos internacionais, seguida pela falência de indústrias pesadas situadas nas regiões mais industrializadas do Brasil por volta dos anos de 1981 a 1983, a exemplo dos pólos industriais situados nas regiões da Zona Leste e ABC paulista, onde observamos o surgimento das primeiras ações do grupo *skinhead* "careca do subúrbio".

Neste contexto, alguns “carecas do subúrbio” que circulavam nas regiões periféricas da Zona Leste e ABC paulista começaram a ter conhecimento das formas de pensamento e práticas sociais dos *skinheads* ingleses por meio dos jornais, revistas, *fanzines* e pessoas mais bem informadas, identificando-se com os comportamentos que transmitiam uma certa radicalidade devido à violência real e simbólica de suas ações grupais, bem como a ênfase dada ao nacionalismo e visual tipicamente operário acompanhado pelo “corte careca”.

Deste modo, esses sujeitos resolveram “adaptar o estilo” à realidade social singular do Brasil através do investimento na formação de um movimento *skinhead* apresentado com o nome de “carecas do subúrbio” que, por viverem em um ambiente social, cultural, étnico e histórico particularizado, acabaram *adotando* e *recriando* os valores e pensamentos dos *skinheads* estrangeiros por meio do confronto com seus componentes culturais específicos. Este trabalho de *apropriação* e *resignificação* acabou permitindo aos “carecas do subúrbio” a produção de “uma cópia bastante original” ao estabelecer diferenciações frente a alguns pensamentos e posturas defendidas pelos diversos grupos de *skinheads* ingleses.

Entendemos que em momentos de crise política e ideológica a população brasileira, mais especificamente aquela presente nas regiões periféricas da Grande São Paulo nos primeiros anos da década de 1980, estava mais propensa a incorporar novas formas de pensamento, já que as aspirações e esperanças da sociedade encontravam-se pouco definidas e estruturadas. Sendo assim, compreendemos que esse processo deu margem à penetração de novas idéias e visões de mundo na subjetividade de certa fração da sociedade, permitindo a organização do grupo *skinhead* dos “carecas do subúrbio”.

Diante desse processo responsável por gerar o aumento dos índices de desemprego, aprofundamento da crise política e ideológica da sociedade e agudização da situação de fragilidade dos setores mais desqualificados e superexplorados da classe operária, alguns jovens começaram a reagir por meio de manifestações radicais assumindo-se, em 1981, como “carecas do subúrbio”. Esses buscavam organizar um grupo de trabalhadores agressivos e disciplinados, objetivando diferenciarem-se dos pensamentos e posturas dos *punks* e das representações homogêneas construídas pela grande imprensa.

Após a organização dos "carecas do subúrbio" surgiram outros grupos nas regiões periféricas da Grande São Paulo na primeira metade dos anos 80, a exemplo dos "carecas do ABC" que possuíam simpatia pelo pensamento integralista de Plínio Salgado (1932-1938), bem como agrupamentos de jovens *skinheads* da classe média que organizaram-se em 1986 na região metropolitana de São Paulo, denominando-se W*hite Powers.*

Utilizando Márcia Regina da Costa (2000), entendemos que os últimos anos da década de 80 foram marcados pelo momento de maior densidade de conflitos entre as múltiplas facções *skinheads*, bem como entre esses grupos e setores populares, instituições sociais e partidos políticos de esquerda como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Neste momento, os diversos agrupamentos e experiências sociais dos "carecas" começaram a ser mais focalizadas e colocadas em evidência pela grande imprensa, principalmente pelos jornais e revistas de maior tiragem.

Neste processo conflituoso, os "carecas do subúrbio", "carecas do ABC" e "carecas do Brasil" viram a necessidade de *redefinir* suas posturas através do investimento na *reelaboração* de seus valores e discursos, diante da inserção dos novos sujeitos e grupos sociais em "temporalidades" distintas que defendiam posições neonazistas e racistas.

Os integrantes desta facção *White Power* acabaram investindo na sustentação de pensamentos radicais e de ações violentas de revolta e resistência, respondendo com práticas sociais xenófobas contra negros, mestiços, nordestinos, *punks*, homossexuais, drogados e "carecas do Brasil", estimuladas pelas dificuldades enfrentadas por esse segmento médio no processo de modernização acelerada do parque industrial que, como observamos, causou o aumento crônico do desemprego aprofundado na década de 80[2].

A *reelaboração* dos valores e discursos dos "carecas" fundadores do movimento *skinhead* deu-se pelo fato dos pensamentos e atitudes mais radicais da facção *White Power*

[2] Paralelamente ao surgimento da nova facção no movimento *skinhead* brasileiro defensores de posturas neonazistas e racistas apresentados com o nome de *White Power*, observamos que no cenário mundial estava havendo a eclosão de intensos conflitos no conglomerado multinacional da região do Leste Europeu após a queda do muro de Berlim em 1989, podendo ser entendidos como manifestações deflagradas por movimentos extremistas, grupos de *skinheads* e por comunidades "etnicamente homogêneas" e defensoras da concepção de "nacionalismo étnico" alicerçado em uma ideologia que pressupõe práticas sociais racistas, de ódio étnico,

terem chamado a atenção da grande imprensa. Esta começou a colocar em evidência as manifestações que envolviam as várias facções integrantes do movimento *skinhead* brasileiro. O enfoque dado pelos meios de comunicação privilegiou a construção de imagens e representações homogeneizadas desses grupos, nas quais eles eram apresentados com o estereótipo de jovens violentos que defendiam pensamentos neonazistas e racistas.

Diferentemente da facção *White Power*, os integrantes do movimento dos "carecas do Brasil" aceitavam negros, mestiços e povos de outras etnias nos grupos, investindo na *apropriação* da particularidade étnica da composição social brasileira para alicerçar seus pensamentos e projeto de sociedade nacionalista que, teoricamente, visaria garantir os interesses de todos os brasileiros independente da sua "raça". Assim, os grupos de "carecas do Brasil" conseguiram potencializar a expansão dos seus valores nacionalistas as diversas regiões brasileiras, formando novos núcleos de "carecas" que atuam persuadindo e incorporando outros integrantes e simpatizantes em seus grupos.

Sendo assim, os "carecas do Brasil" esforçam-se em construir uma representação grupal socialmente aceita deles próprios como estratégia de ação, tendo como finalidade captar os valores e categorias mentais preestabelecidas na subjetividade e imaginário social, com o objetivo de *recriá-las* de acordo com os pensamentos e visões de mundo defendidos pelos vários grupos que compõem o movimento dos "carecas do Brasil".

Utilizando um depoimento presente no livro de Costa (2000), um integrante do grupo dos "carecas do subúrbio" declarou em entrevista que o agrupamento começou com quatro elementos em 1980, sendo três rapazes e uma garota, e, por volta de 1990, a facção contava com cerca de mil integrantes, tendo núcleos nas diversas regiões brasileiras.

Este dado associado com o conteúdo dos *fanzines* inéditos coletados e por nós analisados, permite que enxerguemos esta forma de organização social como um movimento de tendência nacionalista que se encontra em expansão[3], representando apenas

---

expancionistas e revanchistas, além de confrontos entre uma população étnica majoritária contra minorias sociais que convivem em um mesmo espaço geográfico. (HOCKENOS, 1995, p.13-35).

[3] Após a organização dos "carecas do subúrbio" na região da grande São Paulo em 1981, as fontes documentais nos possibilitou entender que as suas formas de pensamento e práticas sociais acabaram sendo *apropriadas* e *interiorizadas* pelos jovens de outras regiões que, por se identificarem com os valores nacionalistas e posturas

a “ponta do iceberg” (VIZENTINI, 2000, p.20) das seqüelas sociais e graus de insatisfação e insegurança populares mais profundas vivenciadas por sujeitos que sofrem os mesmos efeitos produzidos pelas esferas econômicas, políticas e ideológicas em crise.

Entendemos que essas pessoas encontram-se presentes em estratos sociais muito próximos e num mesmo contexto com conjunturas históricas específicas, defendendo, muitas vezes, idéias nacionalistas e radicais, semelhantes às defendidas pelos integrantes dos grupos “carecas do Brasil”[4] que objetivam reivindicações econômicas e sociais imediatas sem, porém, colocar em questão a superação da ordem social estabelecida.

Voltando a atenção para as novas facções dos *skinheads* mais recentes e atuantes que surgiram no cenário urbano das várias regiões do Brasil após o aparecimento dos “carecas do subúrbio”, observamos que atualmente está havendo significativo aumento da utilização da Internet como novo instrumento estratégico de disseminação dos valores e pensamentos defendidos pelos grupos que compõem o movimento *skinhead* brasileiro, principalmente pelos “carecas do subúrbio”, “carecas do ABC” e “carecas do Brasil”.

Deste modo, consideramos que, embora os “carecas do subúrbio” possam ser reconhecidos como uma forma de organização social singular com características próprias que delimitam como espaço físico de localização o território específico da região da Zona Leste e ABC paulista, as formas de pensamento e tendências nacionalistas; a defesa dos valores de grupo considerados virtuosos como a sustentação das condições de virilidade e a disciplina na execução das funções nas esferas da vida, principalmente as relacionadas ao trabalho; os costumes e práticas sociais e as definições e reelaborações de posturas do grupo, acabam extravasando o espaço geográfico de localização e atuação regional dos “carecas do subúrbio” através dos *fanzines*, impressos e os eletrônicos, presentes nas

---

violentas defendidas pelos primeiros *skinheads*, organizaram agrupamentos nas diversas regiões e estados brasileiros nas décadas de 1980 e 1990, a exemplo dos “carecas do ABC”, “carecas do Vale do Paraíba”, “carecas de Campinas”, “carecas de São Carlos” e “carecas de Ribeirão Preto” presentes na cidade, bem como no estado de São Paulo, além daqueles *skinheads* organizados em outros estados como os “carecas da Baixada Fluminense” (RJ); “carecas de Porto Alegre” (RS); “carecas de Campo Grande” (MS) e “carecas do Ceará” (CE).

[4] Utilizando Ginzburg (1987) que ressaltou a possibilidade de reconstruir historicamente a “cultura popular” inerente à determinado fragmento social através da investigação do papel histórico do indivíduo ou grupo social que, segundo o autor, representa os valores e pensamentos de determinado segmento popular presente em um período histórico específico, entendemos que os grupos “carecas” organizados nas diversas regiões do Brasil

páginas virtuais construídas pelos integrantes do grupo na Internet, bem como por meio das bandas que tocam o estilo de música oi![5] e organizam-se precariamente no cotidiano.

Esse processo de difusão dos valores e pensamentos dos grupos "carecas" é articulado por meio dos *fanzines*[6], encontros de confraternização, eventos musicais e bandas de música oi!, correspondências através de cartas, construção de "sites" para a difusão de idéias dos grupos espalhados pela Internet que, articulados em seu conjunto, acabou criando um "circuito de informações" e um campo estratégico de difusão dos valores e pensamentos muito mais amplo, rompendo com as dimensões sociais estabelecidas pelo território físico no qual se encontravam os fundadores do primeiro grupo *skinhead* brasileiro.

A utilização desses meios cotidianos precários, mas, no entanto, eficazes de divulgação dos valores grupais desses *skinheads*, acabou criando uma rede de comunicação que interliga essas diversas facções de "carecas", permitindo a *atualização* e *reinvenção* das idéias dos grupos, bem como a consolidação de um movimento dinâmico que nos da pistas da pretensão de tecer um conjunto de valores que atuem como agentes catalisadores de integração dos diversos grupos nas principais regiões brasileiras.

As fontes documentais analisadas em dois anos de pesquisa nos despertou para o fato dos *skinheads* organizarem-se em grupos que afirmam-se socialmente através da

---

expressam, de certa forma, os valores e patrimônio cultural preexistentes na "mentalidade social" de uma fração específica da população que compõem a classe operária brasileira.

[5] Ao analisar os *fanzines* produzidos pelos grupos de *skinheads* brasileiros, entendemos que, atualmente, as diversas facções que compõem o movimento "carecas do Brasil" contam com a atuação das diversas bandas oi! no cenário artístico brasileiro. Essas desempenham o papel de porta-vozes do movimento, sendo responsáveis pela difusão dos valores e forma de pensamento nacionalista desses *skinheads* nas várias regiões brasileiras, a exemplo das bandas oi! Vírus 27, Garotos Podres, Reação Soberana, Neuróticos, Histeria, Patriotas, Puro Impacto, Contra Ataque, Nocaute, Arame Farpado, Neurônios Dilacerados, Murdock, Legítima Defesa, Skulls, Subhumanos e Tolerância Zero do estado de São Paulo; a banda Grito oi! do Paraná; a banda Carbonários do Mato Grosso do Sul; a banda Bandeira de Combate da Bahia e as bandas Voluntários e Protesto oi! do Ceará.

[6] Nos dois anos de pesquisa FAPESP (proc. N.º 02/09943-0), observamos que nos últimos anos está havendo uma crescente produção de informativos escritos na forma de *fanzines* pelas múltiplas facções que representam o movimento dos "carecas do Brasil" nas diversas regiões do país, a exemplo dos *fanzines* "Protesto Suburbano", "Marcha Nacional", "Resistência Vermelha", "Lute ou Vegete", "Ação Patriota", "Soberania Nacional", "Ação Nacional", "Revolta Urbana", "Nova Estirpe", "Cultura de Rua", "Ordem e Progresso", "Skinzine", "Consciência Oi!", "Revolta Urbana", "Não Racismo Zine", "Do Subúrbio para o Brasil", "União Oi!", "Alertar", "Braço Forte", "Folhas Tarântula Zine", "Zine Ombro-a-ombro", informativo "Carecas do Brasil" e informativo "Lombriguette" produzidos no estado de São Paulo, além dos *fanzines* "Filho do Brasil", "Brasil Oi!" e "Kamundjangos Ska" do Rio de Janeiro; o "Schizoyd noise music zine" de Minas Gerais; os informativos "linha de Frente", "União Atitude Zine", "Orgulho Nacional", "Desordem Social" e "Dagobrains" do Rio Grande do Sul; os Zines "Marcha Operária" e "Ataque Oi!" do Paraná; os informativos "Ética" e "Nação Forte" do Ceará; bem como o "Lemon Squeezer" produzido pelos *skinheads* do Distrito Federal. O aumento dos grupos *skinheads* e a crescente produção de informativos nacionalistas, mostra-nos a preocupante tentativa dos integrantes desses

violência contra outras gangues rivais e grupos sociais que não se enquadram nos seus padrões morais de comportamento, a exemplo dos *punks*, drogados, homossexuais, socialistas, comunistas e *White Powers* que posicionam-se contra negros e mestiços.

No entanto, as representações construídas por esses grupos de *skinheads* nos *fanzines* os apresentam como jovens operários que defendem e reforçam seus argumentos nacionalistas através da reprodução de alguns trechos dos textos integralistas produzidos por Plínio Salgado, Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira fundada em 1932.

Deste modo, esses *skinheads* utilizam suas precárias invenções cotidianas de divulgação das formas de pensamento para construir uma representação na qual se apresentam como sendo nacionalistas, tendo em vista a defesa dos interesses da nação brasileira e o repúdio aos neonazistas considerados por eles como sendo os *White Powers*. Desta maneira, tentam desviar a atenção da população quanto ao caráter violento dos seus agrupamentos, com a intenção de incorporar novos adeptos e expandir seus grupos.

Tendo em vista as influências exercidas pelo pensamento integralista de Plínio Salgado (1932-1938) na composição dos valores nacionalistas de alguns líderes dos grupos "carecas" analisados, associado ao conteúdo da reportagem publicada no jornal "Esquinas de S.P."[7], levantamos novas inquietações sobre as matrizes que estruturam as categorias mentais e formas de pensamento nacionalista defendidas por esses grupos de *skinheads.*

Assim, colocamos na ordem do dia a necessidade de investigar os valores e pensamentos nacionalistas defendidos por esses grupos *skinheads* no "tempo", bem como suas relações com as associações integralistas que atualmente estão voltando a se organizar, sendo objeto de estudos acadêmicos contemporâneos debatidos no site GEINT[8].

---

grupos extremistas difundirem, mesmo que precariamente, suas visões de mundo em todas as regiões brasileiras, tendo em vista convencer e aderir aos seus grupos o maior número possível de pessoas.

[7] Esta reportagem escrita por Marcos Faerman (1996) mostra uma reunião da extrema-direita (Velhos integralistas reorganizados – 1996) em Santo André com um grupo de "carecas do ABC", evidenciando os estreitos diálogos e ligações desses agrupamentos *skinheads* com as associações e partidos políticos nacionalistas que retomam o pensamento integralista (1932-1938) para se definirem ideologicamente.

[8] O GEINT (Grupo de Estudos sobre o Integralismo) consiste em discussões presente na Internet, tendo por objetivo estabelecer debates sobre temas que envolvam a AIB (Ação Integralista Brasileira) através do e-mail: geint@yahoogrupos.com.br. Seus membros são pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do país que procuram compartilhar os resultados de suas pesquisas, bem como questões, opiniões e críticas.

Neste sentido, buscaremos revisitar o campo conceptual utilizado na estruturação do nacionalismo proposto pela Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930, tendo em vista captar as "durações históricas" *resignificadas* que surgem como permanências culturais, influenciando as práticas sociais dos grupos contemporâneos de "carecas do Brasil" e determinando as "temporalidades" (BRAUDEL, 1992) socioculturais desses sujeitos. Com isso, inferimos a grande questão que deve ser pensada e desenvolvida em uma pesquisa deste gênero que é *saber como e por que as idéias reaparecem*.

Até o presente momento, podemos dizer que a pluralidade de grupos sociais respondem distintamente e de acordo com suas respectivas subjetividades aos efeitos negativos produzidos pelas esferas econômicas, políticas e ideológicas em crise. Sendo assim, a crise econômica e política irrompida mais enfaticamente nos anos 80 após o fracasso do Milagre Econômico dos Militares intensificou a precarização do trabalho e o desemprego estrutural, debilitando as condições de vida dos trabalhadores braçais superexplorados, bem como a qualidade de vida de segmentos da classe média brasileira.

Assim, a ofensiva ideológica negativa de 20 anos de Regime Militar no Brasil associado ao caos político e econômico dos anos 80, abriu margem ao ressurgimento e novas incorporações de tradições culturais negativas que foram *resignificadas* de acordo com o contexto histórico pelos diversos grupos de "carecas do Brasil" e *White Powers*.

Esses grupos são os responsáveis por retomar tradições culturais totalitárias de caráter fascista, consolidando o ressurgimento de formas destrutivas de pensamento como a do Integralismo e Nazismo da década de 1930. Esses pensamentos são, respectivamente, *apropriados*, *adaptados* e *incorporados* pelos grupos de "carecas do Brasil" e *White Powers* que possuem tradições, subjetividades e, portanto, "temporalidades" compostas por uma tênue diferença, expressa no caráter xenófobo e neonazista declarado dos *White Powers*, em oposição aos aspectos totalitários e fascistas que são ocultados nos discursos e representações elaboradas pelos integrantes dos diversos grupos de "carecas do Brasil".

1918, A GRIPE ESPANHOLA E A VENEZA BRASILEIRA

CARLOS EDUARDO ROMEIRO PINHO

O Ano de 1918 passaria para a história mundial, sobretudo por dois grandes acontecimentos. O primeiro foi o fim da 1ª Grande Guerra Mundial e o segundo não menos importante, ou melhor, dizendo trágico foi a epidemia de Gripe que assolou o mundo.

Pernambuco, como todo o nordeste brasileiro não se furtaria as conseqüências dessa epidemia mundial.

A primeira referência histórica de Gripe no Recife aparece no ano de 1890. Quatro anos depois, em 1894, outro surto aparece na capital. É dado em tão o nome geral a todas as gripes de caráter epidemiológico, de ***Influenza.*** Este surto rapidamente se alastrou pela cidade, contudo foi considerado de forma benigna, por haver ocorrido apenas 43 óbitos, Segundo o higienista Otávio de Freitas, em 1925.[1 2]

Em 1900 aparece novamente, desta vez acarretando, 145 óbitos. Em 1905 106 pessoas morrem da doença. No ano seguinte são 113 os mortos.[3]

A partir de então se tornou endêmica. Gripe permanente. Gripe após os carnavais. Gripe nos meses de chuva. Gripe no tempo de calor intenso. Gripe após as enchentes. [4]

De 1908 a 1917, a gripe matou 2.435 pessoas isto só na capital. [5]

Com o fim da primeira Guerra Mundial, em agosto de 1918, espalha-se pelo mundo, principalmente em setembro, a “Pandemia Gripal”, que passou para os anais da história com o nome de **INFLUENZA ESPANHOLA**. Em outubro, a “Espanhola” surge no Recife. Assume, de logo, feição de epidemia grave. Cerca de 120.000 pessoas adoeceram, em uma população estimada em 200.000.[6]

Embora o período mais grave da doença tenha ocorrido no mês de outubro, na capital do país já se tinha desde setembro, conhecimento da terrível enfermidade, como noticia o jornal **“A PROVÏNCIA”** na terça-feira, 17 de setembro de 1918, em tom irônico:

"Não se assustem as esposas. Não se trata de uma invasão de Hespanholas, o que aliás seria preferível, mas da "moléstia hespanhola"..."[7]

Como mencionado, foi mais forte em outubro, quando se notaram 1893 óbitos. Tal cifra equivalia a 70% da mortalidade geral no Recife, naquele mês.[8]

Durante o qüinqüênio 1913-1917, a cifra média anual de mortos por gripe havia sido de 639. Só em 31 dias daquele ano (1918), sucumbiram, de gripe 1983 pessoas. Estava confirmada a epidemia. O ponto alto da epidemia se deu entre os dias 12 e 22 de outubro, quando se deram 1.203 falecimentos devidos a doença em questão.[9]

A moléstia foi trazida ao estado de Pernambuco, através do vapor ***"Piauhy"***, que chegou a capital no dia 25 de setembro de 1918. A Saúde do Porto do Recife constatou alguns casos de uma moléstia desconhecida em diversos tripulantes do navio. Essa doença apresentava os seguintes sintomas: Febre de 40 graus; prostração completa; falta absoluta de vontade de comer; abundância de catarro pelo nariz; vômitos; cor cadavérica e dor profunda, desde o pescoço até os quadris.[10]

A chegada da epidemia foi assim relatada: *"Tocou no porto de Dakar, o '**Corcovado'**, procedente de Gênova e com destino a Macao, conduzindo um grande carregamento de sal para o Rio. Logo ao sair daquele porto sentiram-se doentes trinta e cinco tripulantes do'**Corcovado'."***[11]

No entanto não se deu nenhum caso fatal até o porto de Macao, no Rio Grande do Norte. Estando também atracado o ***"Piauhy"***, da mesma Companhia, o Comandante do ***"Corcovado"*** resolveu transportar para aquele paquete quatro dos doentes que ofereciam maior gravidade. Chegado o ***"Piauhy"***, a Saúde do Porto constatou que todos estavam atacados de uma moléstia desconhecida.[12]

Sendo grave o estado de dois dos doentes, os Drs.Fernando de Barros e Cornélio da Fonseca, este médico da semana e aquele diretor da repartição, providenciaram no sentido de transportá-los para terra, o que fizeram numa lancha da Saúde.[13]

Da terra foram os dois enfermos conduzidos no carro da Assistência policial para o hospital de Santa Águeda, hoje Oswaldo Cruz, onde se acham em tratamento..[14]

A respeito desses casos, a Diretoria de Higiene fez questão de dizer que não se tratava de febres de caráter desconhecido e sim de gripe intestinal, conforme atestou o Dr. Fragoso Silva, médico da dita repartição. Ainda adiantaram que tal enfermidade não era Influenza Espanhola que tantas vidas levou no Velho Continente, alegando que esta doença matava em poucos dias o enfermo e os tais doentes já estavam acamados a mais de quinze dias.[15]

Foi editado pela Inspetoria de Saúde Naval, sediada na capital federal, uma nota dirigida ao inspetor da Saúde do Porto do Recife, na qual versava medidas profiláticas a serem adotadas nos navios da divisão naval. Segundo tais medidas, deveria-se fazer uso de água fervida ou destilada e arejada e, na sua impossibilidade de água cloruetada. Recomendava-se a destruição completa dos insetos e, finalmente, a substituição de bebidas geladas pela água com limão, não açucarada, além da mudança freqüente de roupas expurgadas, e de alimentos só os que forem cozidos, quer frutas e vegetais ou animais.[16]

O mais curioso é uma notícia publicada em que um dos mais ilustres médicos da Armada falando ao “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, disse estar inclinado a acreditar que a “INFLUENZA HESPANHOLA”, ataca de preferência aqueles que não fumam, pois dos mortos da divisão naval, lembrava-se de alguns que não eram dados ao vício de fumar.[17]

Além dessas medidas profiláticas ficou determinado que todos os navios, mesmo os que tivessem inspetor sanitário marítimo, de procedência européia, africana e asiática, embora já houvessem tocado em outro porto brasileiro, deveriam ser atentamente visitados; todos os passageiros, principalmente os de terceira classe, examinados individualmente, para seleção dos doentes e suspeitos, de qualquer afecção, principalmente dos aparelhos respiratórios e gastro-intestinais.[18]

Algumas receitas preventivas passaram a circular nos principais jornais. O preservativo, como era conhecido, consistia geralmente em *sene*, para desembaraçar o

ventre (empregado ainda quando a moléstia manifestada), e o ***"cognac'*** ou ***Whisky"*** com limão.[19]

A conseqüência desta mistura foi que as farmácias não deram vencimento às infusões de *sene,* a todo momento solicitadas; o Whisky, e *Cognac*, nos armazéns, e nos Cafés subiram de preços, e o limão atingiu um preço extraordinário. Os mais desfavorecidos de fortuna, que não podiam acompanhar os preços do *Whisky* e do *Cognac*, entravam pela popular *Cara Preta* com limão. E assim a população acreditava estar imune a tão fatídica doença.[20]

O que a ciência na época aconselhava, para evitar o mal era o afastamento de grupos, combater a prisão de ventre e manter os intestinos em boas condições e maior preocupação com a antisepsia bucal e nasal.[21]

A cidade pouco a pouco ia parando, um exemplo era a situação da "Tramway", responsável pelo transporte urbano. Na empresa, cerca de 70 funcionários estavam atacados da influenza, os empregados que ainda não haviam sido acometidos da enfermidade, dobravam seus serviços por falta de quem os substituíssem. Os empregados que adoeciam, eram tratados com a ajuda pecuniária, da "Caixa de Socorros".[22]

Na Great-Western", a situação não era diferente, na secção de passagens estavam acometidos da doença 8 funcionários, no serviço de cargas, 10 homens estavam doentes, sem levar em conta o pessoal do tráfego de trens que eram substituído constantemente. Segundo o chefe de passagens e de expediente, João Leite, houve uma diminuição bastante considerável na utilização dos transportes de mercadorias pelo comércio, segundo suas palavras, havia todos os dias mercadorias suficientes para encher 4 "Wagons" diariamente e depois que a epidemia assolou, ele sente dificuldade para encher um.[23]

Críticas a atitude da Hygiene passaram a ser constantes, principalmente por esta insistir em não admitir a epidemia na cidade.

Aumentava dia a dia a intensidade da epidemia, um terço da população já havia contraído a doença. O aspecto da cidade mudou, poucos se aventuravam sair às ruas e

principalmente freqüentar as casas de diversões, as que insistiam em permanecer abertas, pois a maioria de seus funcionários estava doente. [24]

O Dr. Moraes Rego, prefeito da cidade, de forma paliativa, determinou aos fiscais que permitissem às farmácias conservarem-se abertas, pelo tempo que entendesse necessário, durante a epidemia.[25]

Nas estações do Brum, Central e das Cinco Pontas, houve uma considerável diminuição do número de passageiros provenientes de Rio Branco, Paraíba e Alagoas, e as pessoas destes estados que teimavam vir a capital de Pernambuco, acabavam por adoecer.[26]

Nas escolas Públicas e Particulares, a freqüência diminui em até 70%. Os chefes de família proibiam seus filhos de irem às escolas, pois sabiam o grave risco de contágio em lugares com aglomerações.[27]

A diretoria de higiene no dia 9 de outubro informou que as pessoas que precisassem de socorros médicos, por motivo de “Influenza”, bastaria que deixassem seus nomes e residência na Secretaria da Diretoria de Higiene, que funcionava até às 20 horas, para que pudessem receber em casa visitas médicas, sendo-lhes aconselhados e distribuídos os necessários medicamentos.[28]

O prefeito do município mandou suspender no dia 10 de outubro, até segunda ordem, os trabalhos letivos das escolas do Recife.[29]

A Diretoria de Higiene pôs a disposição dos mais pobres, um duplo serviço de socorro contra a Influenza, serviço que funcionava em sua sede situada na rua Conde da Boa Vista, onde os doentes seriam receitados, adquirindo os medicamentos necessários, o que também era sendo feito a domicílio, indo os médicos à casa das pessoas enfermas onde receitavam e ao mesmo tempo lhes ofereciam os medicamentos.

No cemitério de Santo Amaro, no dia 12 de outubro, era grande a multidão que aguardava a chegada dos cortejos fúnebres. Os empregados não descansavam, pois de instante em instante tinham que providenciar no sentido de serem sepultados os cadáveres

que ali chegavam. Segundo informações obtidas pelo Jornal A Província, o número de mortos do referido dia chegou a 103.[30]

Os médicos da Diretoria de Higiene foram removidos das funções que lhes eram normalmente cometidas, designando-os todos para darem plantão na sede da Hygiene, e para o serviço externo de socorro, que estava sendo organizado.[31]

O governador Manuel Borba tentando salvar a imagem do seu governo em um período tão calamitoso telegrafou ao Rio de Janeiro, dizendo não haver a doença em Pernambuco. O telégrafo também por ordem do governador não admitia que se passassem telegramas noticiando a epidemia. Por isso o Rio Oficialmente ignorava a enfermidade que estava matando a população da capital pernambucana.[32]

A situação da epidemia chega a um ponto crucial com a morte no dia 13 de outubro do Dr. Abelardo Baltar, diretor da Hygiene, com apenas 34 anos. Assumindo a direção da referida repartição, o Dr. Otávio de Freitas, cujas medidas recebeu o mérito de ter debelado a epidemia. [33]

A cidade tomou o cheiro de criolina. Todos levavam uma balinha de Cônfora no bolso, para evitar a contaminação. Os jornais publicavam notas da Diretoria de higiene ensinando como tratar da influenza: Eurythimine Dethan, Injeções de Gayorsine, Xaropes para a tosse, fórmulas reconstituintes, boa alimentação. Não eram esquecidos os suadores (diaforéticos), nem comprimidos de quinino, nem a aspirina e o pironidon.[34]

Na sede da Diretoria de Hygiene, à rua Conde da Boa Vista, qualquer pessoa podia verificar, pelos atestados de óbitos dos cemitérios, o número de pessoas diariamente falecidas de gripe, este relatório passou a se publicado diariamente.[35]

O Dr. Diretor de Hygiene resolveu tornar obrigatório, a notificação, à diretoria de Hygiene, dos casos de Influenza e dos óbitos ocorridos por efeito da epidemia para que se pudesse conhecer a marcha da moléstia, e fazer as necessárias desinfecções sempre que possível.[36]

Também ordenou a proibição do acompanhamento de pessoas aos enterros. Aviamento imediato por parte de todas as farmácias da capital, das receitas formuladas

pelos médicos da Hygiene em serviço de salvação pública. Ainda pregava a rigorosa higiene e o uso cotidiano de 25 a 50 centigramas de quinino.[37]

Havia na política de saúde uma preocupação de aliar a saúde do povo com a melhoria da alimentação. Um fato que demonstra esta preocupação se deu quanto à política dos preços e a qualidade do leite. Este era base da alimentação da população mais carente, que era de péssima qualidade, sendo misturado na água e povilho. Seu preço no período mais grave da epidemia chegou a custar, 1!500 a 2!000 reis. O Dr. da higiene solicita então ao prefeito do Recife que o preço do leite seja fixado no máximo em 600 reis, o que na prática não foi respeitado.[38]

Já pelo dia 20, o movimento nas ruas da cidade parecia demonstrar que se a epidemia ainda assolava a população, pelo menos ela estava agora controlada. Segundo o jornal a Província foram enterrados no dia 19 no cemitério de Santo Amaro, 80 pessoas vítimas da espanhola'. Estes números não são aceitos pela Diretoria de higiene, que diz haver ocorrido no referido dia apenas 46 óbitos.[39]

É publicado n"A PROVÏNCIA do dia 22 de outubro uma nota pela qual se refere a posição do governador sobre a influenza***:*** *"Manuel Borba, ataca os jornais de estarem lucrando com a epidemia, e ainda diz que o que está acontecendo na capital Recife é a Cholera-morbus, o estranho é que apenas o governador que defende esta idéia".*[40]

A respeito dos números fornecidos pela Diretoria de Higiene A PROVÍNCIA, discorda do modo como as notificações obituárias são apresentadas. A repartição de saúde passou a inserir em suas notificações o nome de "THANATOMORBIA" para as doenças não identificadas. Então em nota do dia 26 de outubro declara que: *"...que essa 'thamatomorbia' não passa de uma mistificação para fazer crer ao público, que a 'Influenza', não está ceifando as vidas que nós dizemos."*[41]

No dia 9 de novembro alegando falta de doentes, a Diretoria de Higiene, resolveu suspender os medicamentos, bem como muitos postos médicos do interior e da capital. A PROVÍNCIA informou que o número de pessoas sepultadas no mesmo dia no cemitério de Santo Amaro, atingiu o numero de 18 , o que para este jornal, é a média diária da capital,

dando ao seu entender que a Pandemia Gripal que tantas almas levou nesta cidade, finalmente terminara.[42]

Sendo a Gripe uma doença cosmopolita, universal. A pandemia como focaria conhecida a Jipe Espanhola de 1918, tornar-se-í-a uma epidemia histórica. Causando em todo o mundo, um total de vinte milhões de vítimas.[43]

---

[1] PARAHYM,Orlando/Traços do Recife Ontem e Hoje/p200
[22]
[3] IDEM
[4] IDEM
[5] IDEM
[6] IDEM
[7] JORNAL "A PROVÍNCIA"; Terça-feira, 17 de setembro de 1918
[8] PARAHYM,Orlando/p200
[9] IDEM/p201
[10] A PROVÍNCIA/Recife, quinta-feira,26 de setembro de 1918
[11] IDEM
[12] IDEM
[13] IDEM
[14] IDEM
[15] IDEM
[16] JORNAL PEQUENO/Recife, quarta-feira,2 de outubro de 1918
[17] IDEM
[18] IDEM
[19] JORNAL PEQUENO,Recife,sexta-feira,4 de outubro de 1918
[20] IDEM
[21] IDEM
[22] A PROVÍNCIA/Domingo, 6 de outubro de 1918
[23] IDEM
[24] IDEM
[25] IDEM
[26] A PROVÍNCIA/Quinta-feira, 9 de outubro de 1918
[27] IDEM
[28] IDEM
[29] A PROVÍNCIA/Quinta-feira, 10 de outubro de 1918
[30] IDEM.O número de mortos obtidos pela "A Província", é feito de forma um tanto observativa, pois o dito jornal, subtrai do número total de mortos a quantia de 18 que corresponde a média do número de mortos antes da epidemia assolar a cidade.
[31] IDEM
[32] A PROVÍNCIA/Domingo, 13 de outubro de 1918
[33] A PROVÍNCIA/Segunda-feira, 14 de outubro
[34] PARAHYM.Orlando/Traços do Recife p201
[35] A PROVÍNCIA/Terça, 15 de outubro de 1918
[36] IDEM
[37] IDEM
[38] A PROVÍNCIA/Sexta-feira, 18 de outubro de 1918
[39] A PROVÍNCIA/ Domingo , 20 de outubro; O JORNAL PEQUENO/23 de outubro.
[40] A PROVÍNCIA/ Quarta-feira, 23 de outubro de 1918
[41] A PROVÍNCIA/ Sábado, 26 de outubro de 1918.
[42] IDEM/Domingo 10 de novembro.
[43] PARAHYM, Orlando/ Traços do Recife: Ontem e Hoje/p 201

INTELECTUAIS E MODERNIDADE: O DISCURSO SOBRE A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA PERIÓDICA PARANAENSE NA DÉCADA DE VINTE [1]

Carlos Eduardo Vieira — **UFPR**

A década de vinte é um marco na historiografia brasileira por encerrar um período de intensas contradições e mudanças. A história política certamente tem refletido de forma mais regular sobre esse período, contudo outras especialidades da História têm se dedicado aos anos vinte. Entre as quais podemos destacar a História da Educação, a História Econômica, a História do Urbanismo, a História da Arte e da Literatura. De maneira genérica, é possível afirmar que a década de vinte tem sido estudada nestes campos sob os signos da modernidade, do modernismo e da modernização entendidos como projetos e como práticas sociais vinculados aos desejos de mudanças, de progressos, de rupturas que — em maior ou em menor profundidade, em maior ou em menor velocidade — atingiram estes domínios da história.

Sobre o tema da história da imprensa escrita no Brasil os pesquisadores, a partir de horizontes teóricos e ideológicos diversos, têm refletido sobre o período destacando as mudanças ocorridas na técnica de impressão, no processo de produção da matéria jornalística, na integração da imprensa brasileira à rede das agências internacionais de notícias, na profissionalização dos seus agentes, no barateamento dos custos do jornal e, sobretudo, na consolidação do conceito de empresa jornalística.

A Imprensa escrita, associada desde o século dezoito na Europa ao surgimento do conceito de opinião pública, teve o seu prestígio social afirmado na vaga modernizadora. A imprensa constituiu-se como um dos ícones dessa modernidade, de um lado pela tecnologia que ela incorpora no processo de produção e de circulação da notícia, de outro pela possibilidade que ela revela de afirmação de uma esfera pública de debate capaz de abranger o local, o regional, o nacional e o internacional. O cosmopolitismo da modernidade entendeu a imprensa como uma ferramenta decisiva para romper com o provincianismo e instalar o debate público em dimensões inéditas. A modernidade foi concebida pelos seus principais arautos como a ação edificante da razão que, através da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais, universaliza um novo modo de pensar e sentir a realidade. Não obstante, a universalização do ***ethos*** moderno não se realizaria, segundo aqueles que assumiram a sua difusão como missão cultural e política, sem instrumentos

pedagógicos eficientes. Nesse contexto os impressos de forma geral e os jornais de maneira particular representaram meios privilegiados para a ação do sacerdócio modernizador.

A imagem social da imprensa, tanto ontem como hoje, está associada ao seu poder de influenciar a sociedade, de formar a chamada opinião pública. Mensurar esse poder é algo que vem sendo discutido intensamente, contudo, longe de conclusões consistentes, as respostas para essa questão do papel social da mídia oscilam entre a capacidade de amoldar as mentes ao exercício do mero registro da vida social. Gordon Bennet, criador do *Herald* (1835) de Nova York, expressa a crença sobre a influência social da imprensa escrita quando afirma que "*um jornal pode mandar mais almas para o céu e salvar mais do inferno do que todos os clubes e capelas de Nova York*".[2]

Independente dessa espécie de polêmica sobre seus efeitos, de forma inconteste a imprensa registra, comenta e intervém sobre diversas esferas da vida social: do cotidiano citadino aos grandes problemas internacionais. A constante batalha pela conquista dos corações e mentes, na expressão de Clóvis Rossi, é parte da intervenção dos meios de comunicação de massa que, até a segunda metade do século vinte no Brasil, tinham nos jornais diários sua expressão mais significativa.

A imprensa no Paraná: o advento do jornal empresa e a adesão à causa educacional

No Paraná o primeiro periódico foi criado em abril de 1854, apenas quatro meses após a instalação do primeiro governo da nova província. Este episódio em si revela a importância desse veículo para o contexto político da governabilidade, uma vez que o Estado moderno incorporou a imprensa como meio de exercer o seu domínio. Dando visibilidade aos seus atos através da imprensa o Estado reafirmava a sua condição de legislador, administrador e controlador do espaço público.

O *Dezenove de Dezembro* circulou em Curitiba, capital provincial, por trinta e seis anos e no editorial do seu primeiro número encontramos o seu programa: "*informar o público do procedimento do governo da província; e das diversas autoridades dela, mediante a publicação de atos oficiais, aportar e discutir com a devida circunspeção as medidas que mais consentâneas forem ao engrandecimento da Província, aceitando, nesse sentido, para dar luz à imprensa, escritos e informações de quem quer que esteja no caso de lhos ministrar, abstendo-se completamente de questões políticas*".[3] Como nosso objetivo não é discutir se a imprensa fala ou não a verdade, mas sim porque razões determinadas coisas

foram faladas, o programa do *Dezenove de Dezembro* pode ser considerado como portador de dois sentidos importantes que, de maneira geral, marcaram a trajetória da imprensa em diferentes contextos e realidades culturais: os ideais de autonomia e de liberdade de opinião e a estreita relação entre a imprensa e o poder público.

Ao longo do novecentos estes sentidos, que de um ponto de vista estritamente lógico apresentam-se contraditórios, foram se consolidando na imprensa paranaense, de tal maneira que — ao lado dos periódicos de vida efêmera e declaradamente ligados a partidos políticos, a movimentos culturais, a grupos étnicos e religiosos — surgem jornais defensores de uma prática jornalística profissionalizada e autônoma. Periódicos que produziram, no âmbito dos seus grupos diretores, os elementos ideológicos e políticos pelos quais o jornal se mobilizou, criando assim um espaço novo de orientação ideológica na sociedade. Estes e outros aspectos, para muito além do contexto paranaense do século dezenove, engendraram a representação da imprensa como quarto poder.[4]

O sentido de quarto poder, reclamado explicitamente pelo *Times na Inglaterra d*o século dezenove e vinculado à representação da imprensa ao longo dos séculos dezenove e vinte, é resultante do projeto político da imprensa de constituir a sua própria bússola ideológica, imantada pelo seu propalado compromisso com os interesses públicos. Interesses que se manifestam na opinião pública e que compõem essa abstrata, complexa e eficaz estratégia argumentativa que — em nome de compromissos genéricos com a modernidade, o progresso, a ordem, a justiça social e o desenvolvimento — produzem a legitimidade social da imprensa.

Legitimidade que varia de acordo com os contextos nos quais a imprensa se situa, bem como em função da eficácia da estratégia política adotada pelos grupos dirigentes dos jornais de criar esses efeitos de autonomia política e, sobretudo, de defesa de interesses universais. Os nomes dos jornais conformam objetos de análise privilegiados para analisarmos esta estratégia discursiva que visa instituir o jornal como porta-voz privilegiado, para além dos interesses de grupo ou de partido. O *Dezenove de Dezembro*, data da comemoração da emancipação política da província, assim como *A República, Gazeta do Povo, O Estado de São Paulo, A Nação e o Jornal do Brasil* são nomes de periódicos paranaenses, paulistas e cariocas, criados entre a segunda metade do século dezenove e o

primeiro quartel do século vinte, que revelam essa intenção de denotar o ponto de vista da província, da república, do povo, do Estado, da nação ou do país respectivamente.

Outra dimensão desta estratégia é possível de ser apreendida no periódico *Imprensa Livre,* publicado em Curitiba em 1867, que tem no seu nome um exemplo preciso da presença dessa luta pela afirmação do sentido de autonomia da imprensa. Verificamos, também, no programa deste jornal a reiteração desse sentido, uma vez que ele se declarava, assim como fez o *Dezenove de Dezembro*, isento das paixões partidárias e imbuído da missão de louvar os esforços do poder quando este "*encaminha a situação da justiça e do progresso, estigmatizando-o sem o menor receio, quando apartado desse caminho*".[5] A declarada isenção e autonomia em relação aos poderes constituídos levaram o seu principal redator, João José Pedrosa, à condição de Presidente de Província. Para além do registro e do debate das coisas públicas, os homens de imprensa ocuparam os espaços públicos, legitimados pelas suas trajetórias como redatores, analistas e críticos da moderna ***ágora***. O itinerário de João José Pedrosa, designado como príncipe dos jornalistas políticos no período, é apenas um exemplo dessa faceta que expõe a ação do jornal conjugada aos interesses políticos dos seus proprietários, diretores e redatores principais. Em outros termos, para além da análise do papel do jornal, cabe especial atenção a atuação dos jornalistas que, no contexto brasileiro dos anos vinte, assumiram posição de destaque na formação da ***intelligensia*** moderna.

Ao longo da segunda metade do século dezenove inúmeros periódicos surgiram na capital e em cidades como Paranaguá, Antonina, Morretes, Lapa e Guarapuava. Porém é no último quartel do século, em 1884, que o *Dezenove de Dezembro* passa a circular como o primeiro jornal diário do Estado. Contudo a aproximação do jornal em relação ao Partido Liberal levou-o a ceder em relação à orientação ideológica dos partidos e, assim, passou a circular em 1885 como órgão deste partido até o seu fechamento em 1890.

Nos últimos anos do século dezenove se destacaram a *República* (1886-1930) que surgiu como veículo de propaganda antimonarquista e, com o advento da república, tornou-se órgão oficial do Partido Republicano do Paraná; e o Diário da Tarde (1899-2001) que viria a se constituir como o diário de maior longevidade e aquele que expressaria inicialmente a tendência de afirmação do jornal empresa no Estado. Segundo Raul Gomes — professor, jornalista e signatário do célebre Manifesto dos Pioneiros de 1932, "*até o aparecimento do*

Diário da Tarde, o Paraná desconheceu o gênero de jornal dedicado e absorvido inteiramente pela reportagem local, social, nacional e universal".[6] No contexto do jornal empresa, a imagem de distância em relação aos partidos e ao Estado ganha nova dimensão, pois a adesão a estes representava, também, um problema para os negócios. Na composição dos fundos de financiamento dos jornais empresas, além dos assinantes e da venda no varejo, incluem-se fontes oriundas de diferentes instâncias e níveis do poder público, além de fontes privadas de financiamento vinculadas a inúmeros horizontes econômicos e ideológicos. Essa composição plural dos fundos favorece, ou melhor, obriga o exercício da relativa autonomia do jornal em relação às orientações políticas externas.

Nos primeiros vinte anos do século vinte verificamos no Paraná a afirmação da tendência dos jornais empresariais diários, tecnicamente renovados e em vias de profissionalização dos seus agentes. Os jornais desse período que encarnaram de forma mais nítida essas características foram o Diário da Tarde e a Gazeta do Povo, criada em 1919 e ainda hoje circulando no cenário cultural paranaense. O desejo dessa imprensa empresarial moderna de permanecer atuante na esfera política, porém evitando as paixões partidárias e reafirmando sua condição de portadora de um compromisso público mais amplo, levou-a a assumir determinadas frentes de luta política. Em particular aquelas frentes nas quais o sentido de modernidade — associado às idéias de nação, de civismo, de ordem, de progresso, de justiça e de desenvolvimento — estivesse presente. É nesse contexto que verificamos a adesão da imprensa à *causa educacional*. Projeto sem inimigo declarado e capaz de legitimar seus protagonistas na cena cultural.

Conclusões

O discurso da modernidade e a sua relação com os projetos educativos permanecem entre nós, sendo assim mostra-se significativo perceber na história como essa relação se estabeleceu e, sobretudo, como o moderno e os seus pressupostos formativos (escolares e não escolares) foram concebidos pelos grupos intelectuais que se apresentaram como formuladores e organizadores de projetos educativos. Em São Paulo a ação do *Estado de São Paulo* é um exemplo preciso dessa adesão da imprensa à causa educacional nos anos vinte. Os célebres inquéritos educacionais promovidos pelo jornal produziram forte impacto sobre o debate político-educacional brasileiro, de tal maneira que lançaram Fernando de Azevedo, seu principal protagonista, para a vida política brasileira. Assim como, no Rio de

Janeiro, as crônicas publicadas no *Diário de Noticias* por Celília Meireles representaram a seqüência desse debate nos primeiros anos da década de trinta.

No Paraná a pesquisa nas páginas da *Gazeta do Povo* e do *Diário da Tarde* revela uma vasta e complexa vinculação entre a imprensa e a causa educacional. Na etapa atual da investigação — que se encontra em grau avançado, mas longe de estar concluída — identificamos e catalogamos novecentas e cinqüenta e seis (956) registros jornalísticos que tratam de questões educacionais. Nos dois anos de duração da pesquisa fomos capazes de examinar quatro anos de circulação do *Diário da Tarde* e dois anos da *Gazeta do Povo*. O espaço ocupado nos jornais pela temática educacional é desigual, assim como a densidade das informações e a profundidade do posicionamento do periódico em relação aos temas são muito variáveis. Não obstante, optamos por analisar notas informativas, propagandas de escolas, reportagens sobre diferentes eventos e problemas educacionais, matérias de opinião, enfim, tudo que conseguíssemos identificar como referente à temática da educação e que pudesse guardar sentidos que nos revelassem a forma de veiculação da temática na imprensa periódica paranaense dos anos vinte.

No esforço de controlar a dispersão temática, própria dessa espécie de fonte, organizamos a partir da análise de conteúdo dos registros jornalísticos dez categorias principais. Este esforço de categorização visou organizar os registros, bem como quantificar suas freqüências. A opção, neste momento, pelo agrupamento dos registros em categorias abrangentes, capazes de nos permitir um olhar sintético sobre o conjunto, não resulta em uma homogeneização arbitrária dos problemas educacionais tratados pela imprensa paranaense. Pois, no interior do mesmo processo de classificação e análise, optamos por desdobrar cada uma destas dez categorias em dois níveis subseqüentes. No nível secundário chegamos, até o momento, a noventa e nove (99) opções de detalhamento, enquanto no plano terciário estamos com cento e vinte e oito (128) subcategorias analíticas, totalizando duzentas e vinte sete (227) maneiras diferentes de abordarmos os registros. Todos os registros receberam apenas uma única identificação no nível primário da classificação temática, porém dependendo da forma como o tema principal foi tratado pela imprensa ele foi, também, classificado em um ou mais níveis de detalhamento secundário e terciário.

Do ponto de vista da interpretação, o que podemos dizer, hoje, é que avançamos no sentido de situar os periódicos analisados na história da imprensa no Estado, além de realizarmos a primeira tentativa de sistematização do material empírico a partir dessa categorização temática, dividida em três níveis de detalhamento. Acreditamos também que a hipótese da imprensa ter se constituído, nesse período, em um ator importante do debate educacional mostra-se fecunda e capaz de gerar desdobramentos significativos para a produção do conhecimento histórico sobre a imprensa, sobre os intelectuais a ela vinculados e, sobretudo, sobre as estratégias de formação dos sentidos do discurso que associa educação e modernidade.

O tratamento quantitativo dos registros revelou questões interessantes. Na categoria Propaganda e Informações sobre Escolas (282 Registros) verificamos a preponderância das escolas particulares, laicas e profissionalizantes na área de comércio. Em Modalidades e Níveis de Ensino (164 Registros) a supremacia é do Ensino Superior, revelando o intenso debate sobre o reconhecimento da Universidade do Paraná, fundada em 1912. Quotidiano Escolar (140 Registros) é uma categoria que merecerá atenção especial, pois os registros dos processos que envolveram os exames, as formaturas, as festas cívicas e escolares, os castigos, as exposições, o tempo escolar são capazes de nos transportar para o interior da escola, para as práticas escolares tão difíceis de serem captadas pelas fontes tradicionais da História da Educação. O número de registros sobre o Sistema Público de Ensino (102 Registros) demonstra a centralidade da preocupação com ação do Estado, uma vez que o jornal, tal como discutimos anteriormente, vincula-se estreitamente com a esfera política. Nesses registros verificamos uma dupla movimentação: a imprensa discutindo as políticas públicas para a educação, as reformas que o sistema público sofreu nos anos vinte e as condutas dos Inspetores Gerais de Ensino, bem como o Estado buscando dar visibilidade aos seus atos no campo educacional pelas páginas da imprensa através, principalmente, da veiculação de estatísticas. Profissão Docente (65 Registros) traz como marca principal as difíceis condições de trabalho do magistério, a partir de inúmeros registros sobre atrasos nos salários dos professores que, em dado momento no início da década, chegou a dois anos para os professores subvencionados federais. Outra faceta desta mesma questão aparece na discussão sobre a tendência crescente de desvalorização da profissão em função dos baixos salários. Poucos, mas significativos registros, indicam as formas de

organização dos professores em entidades profissionais. Na categoria Projetos Nacionais e a Educação (57 Registros) a grande questão é a nacionalização das escolas étnicas (alemãs, ucranianas, polonesas e italianas), na senda da forte presença do discurso nacionalista da época. Os Centros de Cultura (40 Registros) registram as ações de instituições da sociedade civil voltadas para a vida cultural da capital do Estado. Congressos Educacionais (28 Registros) é uma temática que enfatiza três eventos: I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (Rio de Janeiro/Nov/1920), Congresso do Ensino Primário e Normal (Curitiba/Dez/1926) e a I Conferência Nacional de Educação (Curitiba/Dez/1927), promovida pela Associação Brasileira de Educação. Experiências e Modelos Educacionais (28 Registros) é uma categoria com poucos registros em relação às demais, porém revela a leitura da imprensa sobre determinados Estados brasileiros e países estrangeiros que, naquele contexto de leitura, foram considerados modelos de modernidade em função dos seus investimentos no campo educacional. Nessa categoria encontramos Santa Catarina, São Paulo e Estados Unidos com quinze, sete e quatro registros respectivamente.

Para esta apresentação, constrangidos pelo pouco espaço que dispomos, temos apenas ensaios de interpretação destes registros. O andamento da pesquisa poderá modificar substantivamente os dados, uma vez que contamos com cerca de quarenta por cento do que esperamos coletar. Nas fases subseqüentes da pesquisa empreenderemos refinamentos na organização dos dados e, sobretudo, no processo de interpretação do conjunto e/ou de parte dos dados que justifiquem explorações particularizadas. Também investiremos nos silêncios, ou seja, nos temas que sofreram apagamento por parte dos produtores de memória.

---

[1] O presente trabalho representa um recorte no interior do projeto apoiado pelo CNPq, Processo n. 306010/2004-6, intitulado *Intelectuais, Educação e Modernidade: da Escola Moderna ao Movimento pela Escola Nova (1900-1950)*. Recebeu também apoio financeiro específico do Edital Universal Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, (CNPq — Processo: 403577/2003-9). A equipe executora dessa pesquisa está composta pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira (cevieira@ufpr. br), na condição de coordenador; Adriana Margarete da Silva Rolim Gonçalves; Adriane Schip; e Katyuscia Cochek (Bolsistas do Programa de Iniciação Científica, CNPq).

[2] Apud BURKE; BRIGGS, p. 198. In: BURKE, P; BRIGGS, A. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

[3] Editorial, ano 1, n.1. *Dezenove de Dezembro*, 01, 04, 1854.

[4] Sobre o surgimento do conceito de quarto poder ver BURKE, P; BRIGGS, A. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p.193-269.

[5] Editorial, *Imprensa Livre*, Apud PILOTTO, p.09. In: PILOTTO, O. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).* Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Estante Paranista, 1976.

[6] GOMES apud PILOTTO, p.32, In: PILOTTO, O. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).* Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Estante Paranista, 1976, p.32.

REDES CLIENTELARES E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NA REVOLTA DE VILA RICA – 1720

Carlos Leonardo Kelmer Mathias

Doutorando em História pela UFRJ – BOLSISTA CNPq

A presente comunicação funda-se no juízo segundo o qual várias trajetórias de ação são traçadas ou abandonadas por serem claramente satisfatórias ou insatisfatórias, ou seja, o sujeito espera que o valor a ser ganho seja superior ao ser perdido.[1] Nesse sentido, os comportamentos individuais são o espelho da utilização também individual da "margem de manobra" – precisa e controlada – da qual dispõem numa situação dada dentro do seu "universo de possíveis"; o que implica na recusa de uma análise, por assim dizer, determinista.[2] Tal perspectiva, que tem como epicentro o homem, possuiu conseqüências fundamentais para a compreensão do poder, a partir de então edificado na "vontade".[3] Concernente a isso, no alvorecer da sociedade mineira setecentista, os indivíduos buscaram traçar e estabelecer estratégias de ação visando quer mercês, quer privilégios, quer ofícios ou postos, quer mesmo desestabilizar a ordem vigente mas que, em última instância, objetivavam maximizar suas prerrogativas de mando e prestígio social.

Imbuído de tais considerações, buscarei esboçar algumas das estratégias de ação utilizadas tanto por determinados indivíduos envolvidos na revolta de Vila Rica em 1720[4], quanto pelos quatro primeiros governadores sob cuja jurisdição inseria-se a capitania de Minas do Ouro.

Uma das mais recorrentes estratégias utilizadas por alguns dos participantes da revolta de Vila Rica garantia-lhes o acesso a postos na governança e nas ordens militares – companhias de ordenanças e terços dos auxiliares – e sesmarias, a saber, portaram-se sempre ao lado do partido del-Rei, oferecendo-lhe seus serviços à custa de suas fazenda e vida. A título de exemplificação, destaco Antônio Ramos dos Reis.

Antônio Ramos dos Reis era natural do Porto e foi casado com Vitória dos Reis. A carta patente de capitão-mor das ordenanças de Vila Rica e seu termo, a ele passada por

Dom José I em 05 de outubro de 1750, deu conta de uma parte da trajetória de Antônio Ramos nas Minas do Ouro. Deixemos nas palavras de Dom José I, "...atendendo ao dito Antônio Ramos dos Reis ser pessoa de distinção, nobreza, e merecimentos, e a me haver servido alguns anos em praça de soldado infante de um dos terços da Guarnição do Rio de Janeiro, donde passando com licença para aquelas minas, fora delas em companhia do Governador Antônio de Albuquerque Coelho a socorrer o mesmo Rio na ocasião em que os franceses o invadiram , levando os seus escravos armados, e fazendo esta jornada à custa de sua fazenda em que se houve com valor, e zelo de meu serviço, e voltando para as ditas Minas" ajudou a conter uma revolta contra o ouvidor geral Manoel da Costa de Amorim com seus escravos armados, sendo então provido no posto de capitão da ordenança do distrito da Guarapiranga. Em 14 de dezembro de 1714, Dom Brás Baltasar da Silveira o proveu no posto de capitão de auxiliares do distrito de São Bartolomeu do terço daquela Vila e seu termo, posteriormente confirmado pelo governador Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, Conde de Assumar, em 22 de janeiro de 1718.[5] Em seguida, o mesmo governador o nomeou no posto de capitão de ordenança do bairro de Ouro Preto e também no posto de mestre de campo do terço das ordenanças de Vila Rica, posto para o qual foi confirmado pelo governador André de Melo e Castro, Conde das Galveias.[6] Sua relação com o Conde de Assumar foi bastante intensa, auxiliando-o em várias ocasiões e exercendo cargos na governança de Vila Rica. Já no governo de Dom Lourenço de Almeida, Antônio Ramos concorreu grandemente para criação da casa de fundição e cunhagem de moeda na capitania.[7]

No que diz respeito aos cargos na governança, Antônio Ramos dos Reis ocupou os postos de almotacé, por vezes o de vereador e de Juiz dos Órfãos, tudo em Vila Rica.[8] Tendo sido um dos homens mais ricos das Minas do Ouro, também foi descobridor "de uma grandiosa lavra", em cujo morro se intitulava do seu mesmo nome, conservando-a "com grande número de escravos".[9]

Quase como uma coroação dos seus serviços prestados a el-Rei, por volta de 1741, foi feito Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo.[10] Haja vista que na sociedade de Antigo

Regime português conceder um título de fidalgo a quem não o era de nascimento consistia em uma "motivação econômica extremamente incentivante",[11] e que o título de Cavaleiro era um poderoso mecanismo de distinção social que evocava dignidade de nobreza[12] – mesmo que tendo perdido parte de sua força semântica no decorrer dos séculos XVI e XVII –, o título de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo concedido a Antônio Ramos reveste-se de um teor profundamente significativo, qual seja, a retribuição dos serviços prestados foi de tamanho vulto que, não obstante um novo estímulo para o vassalo del-Rei empregar-se em seu Real Serviço, este mesmo vassalo permaneceria em eterna dívida para com el-Rei[13] que lhe revestiu oficialmente com o manto, mesmo que não muito groso, da nobreza.

Nada obstante, alguns dos indivíduos que participaram da revolta de Vila Rica entraram em choque, via de regra, com o governador imediatamente posterior ao Conde de Assumar, Dom Lourenço de Almeida. Um dos caminhos para tentar se explicar o porquê desses embates, tem-se na premissa apontada por Fredrik Barth, segundo a qual, "negociação – que aludi o modo pelo qual se lida com encontros interpessoais – sugere um certo grau de conflito de interesses dentro de um quadro de compreensão compartilhada".[14] Dentre eles ressalva-se, Custódio Rebelo Vieira, homem que obteve relevo na contenção da revolta de Vila Rica.

Custódio Rebelo Vieira, um dos indivíduos que mais se destacou na contenção da revolta de Vila Rica, esteve bem relacionado com os dois governadores que precederam Dom Lourenço de Almeida, a saber, Dom Brás Baltasar e Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar. Pelo primeiro, foi provido no posto de capitão de cavalos do regimento da ordenança do distrito de Vila Rica, posteriormente confirmado pelo Conde de Assumar em carta patente de 1 de janeiro de 1718.[15] A 23 de janeiro de 1719, o mesmo governador lhe proveu no posto de capitão da companhia de ordenança do distrito do Brumado[16] já tendo, anteriormente, passado-lhe provisão para servir no cargo de provedor dos quintos da freguesia do próprio Brumado.[17] Não obstante, em 1725 a trajetória de Custódio Rebelo sofreria um forte revés nas Minas do Ouro.

Já em 1724, Dom Lourenço de Almeida coagia Custódio Rebelo a assinar um termo "pelo qual se obriga e promete Custódio Rebelo abaixo assinado a viver todo o tempo que estiver nestas Minas com toda a quietação sem que em nenhum faça enredos e parcialidade contra os governos e serviço de Sua Majestade (...) promete emendar-se e quando ele dito faça o contrário, assim por causa de enredos em exercícios como por sutiliza de língua, se sujeita a todo o castigo e a ser degredado para qualquer das outras conquistas e em fé de que assim o promete".[18]

Por volta de abril de 1725, Dom Lourenço deu conta que havia solicitado ao comerciante Custódio Rebelo uma quantia emprestada “e quando se viu servido o governador com esse ouro começou a buscar pretextos frívolos e intimidar o suplicante para que se desse, e claramente lhe explicou Manoel Correa da Silva agente dos negócios do mesmo governador segurando-lhe que se assim o fizesse teria nele um amigo". Passados três anos, o suplicante recebeu de Dom Lourenço, via Manoel Corrêa, 2100 oitavas de ouro, quantia irrisória para o governador, uma vez que este mordia, ao pagar as tropas de dragões, muito ouro da Fazenda Real, fato relatado pelo suplicante. Como não poderia deixar de ser, tal relato acendeu a cólera de Dom Lourenço, mandando "logo no dia seguinte (...) prender o suplicante" que se retirou aos matos "com grave prejuízo seu, e de seus correspondentes das praças do Brasil e dessas cortes". Pouco depois, Rafael da Silva e Souza, parcial do governador, prendia o suplicante na Vila do Carmo, e o remetia para a cadeia de Vila Rica, onde “o governador mandou meter na escória, aonde só assistem os malfeitores e pretos, carregando-o de ferros".

Posteriormente, João Ferreira dos Santos lhe fez uma proposta de ser solto mediante um pagamento de três ou quatro mil oitavas, o que foi recusado por Custódio, levando o governador a deixá-lo permanecer na cadeia com o pretexto de que o suplicante tinha "em seu poder algum bem de Pascoal da Silva Guimarães".[19] Uma nova proposta lhe foi feita, desta monta a pagar 200000 cruzados, o que igualmente Custódio Rebelo não aceitou. Recorreu, em vista de sua situação, ao ouvidor geral mas sem efeito por que "também é

constante que o governador descompunha toda a pessoa que intercedia pelo suplicante reputando-os por inimigos de Vossa Majestade".

Em 23 de julho de 1728, Dom Lourenço de Almeida deu conta à el-Rei que Custódio Rebelo era "muito prejudicial a estas Minas", tendo o referido governador, pela "frota de Pernambuco e também por um navio das Ilhas", remetido a Sua Majestade a sentença de degredo, pedindo a el-Rei que cumprisse a dita sentença, "por ela mandar castigar a este Custódio Rebelo, assim por ser um homem sumamente revoltoso e prejudicial, como para que o seu castigo sirva de exemplo nestas Minas".[20] Ao que parece, Custódio Rebelo foi solto mediante o pagamento 200050 cruzados partindo, então, para a Bahia, nutrindo um profundo rancor por aqueles que seguiram o partido del-Rei em 1720.[21]

Acredito poder afirmar a infelicidade de Custódio Rebelo em medir o valor daquilo a ser ganho ou perdido. Ao emprestar certa quantia a Dom Lourenço, Custódio Rebelo, em um primeiro momento, estreitou seus laços de reciprocidade com o referido governador. Contudo, ao cobrar a dívida e negar os acordos que o representante régio lhe ofereceu, o que Custódio conseguiu foi angariar a insatisfação não só de Dom Lourenço, mas também de sua rede de clientela em Minas do Ouro, obrigando-o à perda de seus bens e saída da região mais cobiçada de todo o Imperium Lusitanum.

Como pôde ser percebido ao longo do texto, o baldrame teórico sobre o qual o presente artigo assenta-se pressupõem um deslocamento do centro da análise do grupo para as relações interindividuais, o que implica na anuência da capacidade do indivíduo de "manipular o conjunto das suas relações para tentar atingir seus fins". Dito de outra forma, os homens buscam "melhorar a posição detida no interior do sistema social em que cada um se insere, pela adopção de estratégias que visam o aumento da capacidade de controlo dos recursos que lhe estão disponíveis, através da gestão das relações inter-individuais".[22] Tais pressupostos ganham tonalidade na medida em que analisamos, mesmo que sumariamente, o caso de Pedro da Rocha Gandavo e Sebastião Carlos Leitão, ambos tidos como revoltosos em 1720.

Pedro da Rocha Gandavo foi casado com Maria Rosa Sodré Sandoval, filha de Sebastião Carlos Leitão.[23] Ambos foram revoltosos em 1720 e estavam ligados às redes de Manuel Nunes Viana e de Pascoal da Silva Guimarães. Também gozaram de boa relação com os três primeiros governadores das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro.

Em 1711, ambos auxiliaram, às custas de suas fazendas, o governador Dom Antônio de Albuquerque quando passou ao Rio de Janeiro, em 1711, devido à nova invasão do velho inimigo francês.[24] Do mesmo governador, Pedro da Rocha recebeu terra em sesmaria no distrito de Itatiaia e Sebastião Carlos foi provido no posto de sargento mor do terço auxiliar do distrito de Vila Rica.[25] De Dom Brás Baltasar, Pedro da Rocha foi servido de duas cartas patentes, a saber, 1) em 20 de janeiro de 1715, do posto de sargento mor da cavalaria da ordenança e, 2) em 18 de fevereiro de 1717, do posto de coronel de um regimento de ordenança do distrito de Vila de Nossa Senhora do Carmo.[26] Sebastião Carlos foi provido pelo referido governador no posto de coronel do regimento de cavalaria da ordenança da comarca do Ouro Preto em 12 de janeiro de 1714;[27] patente confirmada pelo Conde de Assumar em 18 de fevereiro de 1718.[28] Mesmo não tendo auferido diretamente nenhuma mercê do Conde de Assumar, Pedro da Rocha recebeu uma carta do referido Conde na qual esse dava conta “do grande zelo e atividade com que vossa mercê se houve em lhe por pronta gente que levou para Pitangui, e nunca esperei menos do bom conceito que sempre fiz da pessoa de vossa mercê, e assim em nome de Sua Majestade que Deus guarde lhe agradeço este serviço”.[29]

A não ser pela sesmaria que Pedro da Rocha recebeu em 1711, e pelo fato desse ter ocupado cargos da governança – atuou como juiz ordinário, vereador e almotacé de Vila Rica[30] –, as trajetórias de Pedro da Rocha e de seu sogro, Sebastião Carlos, quase se confundem pela semelhança. Longe de ser mera coincidência, o caso acima exposto exemplifica claramente os pressupostos anteriormente enunciados, demonstrando a estratégia empregada por tais indivíduos na busca por “melhorar a posição detida no interior do sistema social”.

[1] BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*: selected essays of Fredrik Barth. Vol 1. London: Routledge & kegan Paul, 1981, p. 38-39. Por valor entenda-se como "um padrão detido pelos atores que afeta seus comportamentos por orientar suas escolhas (...) refere-se a um padrão de avaliação para o que as pessoas querem ter e ser" (grifos do autor). pp. 91-92.
[2] ROSENTAL, Paul-André. "Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microstoria'". In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 159.
[3] HESPANHA, Antônio M. & XAVIER, Ângela B. "A representação da sociedade e do poder", In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime. Lisboa*: Editorial Estampa, 1998, p. 117.
[4] Por envolvido na revolta entendo qualquer indivíduo que tenha direta ou indiretamente participado dela, tendo ele sido revoltoso ou não. Dentro de um universo de 173 nomes arrolados como participantes da Revolta de Vila Rica, destaquei 5 por admiti-los emblemáticos das considerações que pretendo expor no presente texto.
[5] Acerca de esta nomeação ver APM, SC 09, fls. 158-158v. CARTA patente passada a Antônio Ramos dos Reis. 14 dez. 1714, e APM SC 12, fl. 30. CARTA patente passada a Antônio Ramos dos Reis. 22 jan 1718.
[6] AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 20, doc. 48. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo do terço das ordenanças de Vila Rica, solicitando a mercê de o confirmar na serventia do referido posto. 06 fev A732.
[7] FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 336.
[8] CARTAS-patentes. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano IV, 1899, pp. 119-121.
[9] AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 22, doc. 52. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, solicitando a D. João V a mercê de o isentar do exercício do ofício de juiz dos órfãos, em virtude dos afazeres que tem em sua lavra. 17 out. A732.
[10] AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 41, doc. 10. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, capitão-mor das ordenanças de Vila Rica, solicitando que D. João V mande declarar quais as honras e o lugar que lhe corresponde em atos públicos e particulares, por o seu cargo não haver sido respeitado na festa realizada para celebrar o nascimento da Infanta. 27 jan. A741.
[11] GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1977, p. 79.
[12] CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000, pp. 48-53.
[13] Para um entendimento da noção de dom e contra-dom que perpassa o raciocínio acima exposto cf. GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001, e MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
[14] BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000, p. 180.
[15] APM, SC 12, fl. 25. CARTA patente passada a Custódio Rebelo Vieira. 01 jan. 1718.
[16] APM, SC 15, fl. 16v. CARTA patente passada a Custódio Rebelo Vieira. 23 dez. 1719.
[17] APM, SC 12, fl. 41v. PROVISÃO para Custódio Rebelo Vieira. 04 abr. 1718.
[18] APM, SC 06, fl. 143v. TERMO em que se assinou Custódio Rebelo Vieira pelo qual promete emendar o seu procedimento. 12 nov. 1724.
[19] Pascoal da Silva Guimarães foi um dos principais cabeças da revolta de Vila Rica. Preso e remetido para Lisboa, teve parte de seus bem queimados e outra parte apreendida pelo Conde de Assumar. Uma vez em Lisboa, Pascoal da Silva moveu processo contra o referido Conde, debalde devido à morte de Pascoal.
[20] TRANSCRIÇÃO da segunda parte do Códice 23 Seção Colonial - Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao Rei - 1721-1731. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXXI, 1980, pp. 243-244.
[21] AHU, MG, cx. 12 doc. 33. REQUERIMENTO (cópia) feito pelo comerciante Custódio Rebelo Vieira solicitando justiça nas violências contra ele praticadas pelo governador D. Lourenço de Almeida, as quais relata. OBS.: Segue-se uma cópia de declaração de Eugênio Freire de Andrade, Superintendente das Casas de Fundição e Moeda das Minas, dos acontecimentos desde abril de 1725. 18 jun. 1728.
[22] CUNHA, Mafalda Soares da. Op., cit., p. 396.
[23] LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana* – CD, 9º Vol., São Paulo, Macromedia, 2002 (Maria Amato, org.), pp. 53-58.
[24] APM, SC 09, fl. 266v.-267. CARTA patente passada a Pedro da Rocha Gandavo. 18 fev. 1717, e APM, SC 08, fl. 30. PATENTE passada a Sebastião Carlos Leitão. 02 out. 1711.
[25] APM, SC 09, fl. 103-103v. CARTA de sesmaria passada a Pedro da Rocha Gandavo. 23 mai. 1711, e APM, SC 08, fl. 30. PATENTE passada a Sebastião Carlos Leitão. 02 out. 1711. (documento já citado)
[26] APM, SC 09, fl. 168-168v.. CARTA patente passada a Pedro da Rocha Gandavo. 20 jan. 1715, e APM, SC 09, fl. 266v.-267. CARTA patente passada a Pedro da Rocha Gandavo. 18 fev. 1717. (documento já citado).
[27] APM, SC 09, fl. 81-81v. CARTA patente passada a Sebastião Carlos Leitão. 12 jan. 1714.
[28] APM, SC 12, fl. 33v.-34. CARTA patente passada a Sebastião Carlos Leitão. 18 fev. 1718.
[29] APM, SC 11, fl. 199v. PARA o coronel Pedro da Rocha Gandavo. 03 fev. 1720.
[30] APM, SC 09, fl. 266v.-267. CARTA patente passada a Pedro da Rocha Gandavo. 18 fev. 1717. (documento já citado)

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA PETROBRÁS

Carlos Lucena

Universidade Federal de Uberlândia

A história da formação profissional dos trabalhadores da Petrobrás é compreendida a partir das mediações dialéticas existentes entre esses trabalhadores e as transformações estruturais do capitalismo monopolista nas últimas décadas. Partimos do princípio que a Petrobrás, fundada na década de 50 do século XX, surgiu incentivada pelo incremento do fordismo parcial no Brasil, projeto este que acirrou os nacionalismos e acirrou os conflitos entre projetos nacionais e liberalizantes de desenvolvimento econômico.

Problematizar a consolidação e precarização desses trabalhadores implica em conceber princípios que são inerentes à produção capitalista e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Partimos do princípio que o capitalismo enquanto um modo de produção que externa seus princípios e preceitos para além das fronteiras nacionais, produz contradições que não consegue superar. Mészáros em “Socialismo ou Barbárie afirma que a raiz de todas as contradições está presente no conflito entre o capital e o trabalho que se manifestam na subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital”. Como síntese das múltiplas determinações produzidas pelas contradições constatadas, verifica-se a elaboração das crises do capitalismo. Sua discussão é complexa e ultrapassa uma área do conhecimento. Seu debate articula as dimensões econômicas, sociais e políticas. Os seus desdobramentos afetam a sociedade como um todo, atingindo todas as classes sociais.

Marx se propôs a analisar a construção das crises tomando como referência a superprodução de mercadorias e a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. O ponto de partida de Marx foi a produção capitalista. Para isso, dedicou-se a problematizar o modo de produção capitalista e suas mediações dialéticas entre as relações de produção e

circulação de mercadorias. A compreensão desta contradição era fundamental para o entendimento da gênese das crises do capitalismo.

Quando Marx debate o conceito de crise de superprodução, parte do princípio que o capitalismo teria uma tendência em aumentar a produção em larga escala, desencadeando um processo de desequilíbrio entre a produção e o consumo. As massas possuiriam uma tendência em encontrar dificuldades para o acesso às mercadorias, ocasionando desajustes no sistema. A crise de superprodução corresponde ao processo em que o desenvolvimento das forças produtivas supera as necessidades de valorização do capital. Essa crise só é superada quando se desenvolve uma dupla estratégia do capital. Um processo de destruição forçada da massa das forças produtivas acompanhadas pelo aumento da exploração dos antigos mercados e a conquista de novos mercados, restabelecendo as condições de valorização do capital.

Com referência à conquista de novos mercados, verifica-se um processo histórico que aponta a tendência à internacionalização do capital. Marx afirma em "China: fósil vivente o transmissor revolucionário?" que desde o começo do século XVIII todas as grandes transformações sociais e revoluções desenvolvidas na Europa ocorreram antecipadas por crises comerciais e financeiras que se consolidaram a partir de causas supranacionais. Dialogando com a lei do contato dos extremos apontada por Hegel, Marx afirma que o modo de produção capitalista possibilita que locais distantes no planeta se relacionem, toquem-se e se liguem. Com efeito, o mercado britânico é influenciado pelo chinês e ambos podem ser influenciados por uma crise na Índia.[i]

Marx afirma em "O capital" que o capital possui uma tendência a consolidar o desenvolvimento total das forças produtivas. A consolidação desse processo coloca ao próprio capital a necessidade de ultrapassar constantemente os limites por ele mesmo criados.[ii] Ainda com referência à necessidade de ampliação constante do capital, Marx discute no volume I dos Grundisse que o capital é uma contradição viva, pois determina ao trabalho e à criação de valores que se constrói a partir dele uma barreira que contradiz sua tendência constante de ampliação.[iii]

Essa tendência à superprodução e à negação do trabalho apontada por Marx apresenta contradições relativas à produção que aparecem, resolvem-se e retornam novamente nas crises, pois são ligadas dialeticamente à produção. O aumento absoluto das forças produtivas proporciona que a expansão do capital ultrapasse sua concretização como valor-capital. A característica do capital de produzir sem ter o total controle dos limites do mercado aponta a consolidação do processo de superprodução de mercadorias.[iv]

A análise da constituição da crise no capitalismo monopolista através da superprodução de mercadorias ganha maior complexidade quando relacionada à discussão da tendência histórica de redução das taxas de lucro na reprodução do capital. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro é fundamental para a elaboração da concepção marxiana das crises.

Marx problematiza em o "livro III de O Capital" que a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. Esse processo se consolida em virtude da existência do excedente de capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução de possibilidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade adequada. Com efeito, desenvolve-se uma redução contínua do investimento produtivo, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaura-se, como desdobramento desse movimento no âmbito da circulação das mercadorias, uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo que faz com que o capital reduza a sua produção, determinando a paralisação e a depressão dos mercados. Como a produção capitalista subordina o valor de uso ao valor de troca, a economia somente se reativará quando ocorrer os seguintes fatores: a paralisação e depressão dos mercados gerarem salários reduzidos; quando ocorrer a desvalorização do capital fixo em virtude das falências de várias empresas; quando o Estado intervier ou quando ocorrer um acontecimento inesperado, como uma guerra, que eleve a produção capitalista.[v]

Marx afirma que se desenvolve uma redução da taxa média de lucro porque o resultado final do processo de acumulação do capital é determinado pelo aumento da composição orgânica do capital entendida como a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo.[vi] A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto provoca uma tendência ao decréscimo da taxa de lucro, uma vez que o trabalho morto apenas transmite à mercadoria uma mesma quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Mesmo com o crescimento da mais-valia obtida no capitalismo, a relação entre o investimento e a mais-valia obtida será cada vez menos favorável ao detentor dos meios de produção. Em virtude das taxas de lucro dependerem da taxa de mais-valia, elas tenderão a cair em longo prazo.[vii]

Os pressupostos teóricos acima expostos influenciaram gerações de pesquisadores movidos pelos debates do tempo vivido em que produziram as suas análises. Partindo de concepções que dialogam com as concepções de Marx e Engels, existe um conjunto de trabalhos, Lênin, Rosa Luxemburgo, Tugan-Baranowsky, Conrad Schimdt, Kausty e Boudin, entre tantos outros, tendo como referência o capitalismo do final do século IX e início do século XX. Essas concepções têm como ponto comum a defesa de que as crises do capitalismo teriam o potencial destrutivo de materializar o colapso de todo o modo de produção.

A reflexões em torno das obras cima citadas, longe de esgotar a discussão sobre o tema, apontam que o debate sobre as crises está presente em todas as fases do capitalismo monopolista. A crise atua como um processo intrínseco à lógica de produção de mercadorias, apontando que o apogeu econômico e social anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu. A análise da formação das crises no capitalismo é condição fundamental para a problematização das mediações dialéticas existentes na formação e precarização dos trabalhadores da Petrobrás. As crises, tal qual afirmamos, são processos dinâmicos, que não se constituem em um fim em si mesmo. A construção e superação das crises implicam em tentativas dos homens de negócios que se chocam com o nível de resistência dos trabalhadores na história. Marx defende em “A Miséria da Filosofia” que as

relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens modificam o seu jeito de produzir, a maneira de ganhar a vida, transformando assim todas as relações sociais.

É nesse sentido que os trabalhadores da Petrobrás, materialização de um modelo nacional de operário, passaram a ser negados pelo movimento histórico do capital. A dinâmica dos movimentos sociais no final da década de 1960, e os conflitos no Oriente Médio na década de 1970, são processos que consolidaram a crise do Welfare State e atingiram a Petrobrás. Os homens de negócios ao refutar a lógica fordista baseada em políticas keynesianistas de intervenção estatal na economia, refutaram todas as empresas estatais representantes de um projeto nacional de desenvolvimento e detentores de segmentos estratégicos de negócios. A Petrobrás, executora até então do Monopólio Estatal do Petróleo, passou a sofrer ataques que visaram restringir a sua atuação no mercado.

O avanço da crise do Estado Regulador Fordista materializou condições precárias aos trabalhadores da Petrobrás. O número de trabalhadores caiu drasticamente. Entre 1989 a 1996 ocorreu uma redução de 15781 postos de trabalho. A Multifunção proporcionou uma redução de 4 para 1 trabalhador. Entre 1998 e 1999 ocorreram 74 mortes de petroleiros, sendo 59 em empresas terceirizadas. Considerando o período, esse valor corresponde a quase 1 terço das mortes nos conflitos entre palestinos e judeus. No final da década de 1990 e início da seguinte, somente nas plataformas marítimas, ocorria 1 morte a cada 15 dias.

Esse processo de precarização dos trabalhadores deve ser problematizado verificando um duplo movimento do capital. Em primeiro lugar, em um processo de crise estrutural do capitalismo, o capital não tem mais condições de se preocupar apenas com o aumento do círculo do consumo para o benefício social, mas sim para a garantia de sua reprodução ampliada que só pode ser assegurada através da consolidação de várias formas de destruição. O processo de realização do capital compreende o consumo e a destruição como equivalentes funcionais.[viii]

Ao mesmo tempo, verifica-se o desdobramento de ações empresariais motivadas pela concorrência dos mercados que, tomando uma dimensão “sobrenatural” impulsionada pela crescente concorrência e disputa pelo incremento de novas tecnologias, muda consideravelmente a composição do capital. O crescente investimento em tecnologias empurra os homens de negócios a elevarem o investimento em capital constante e reduzirem os investimentos em capital variável. Partindo do princípio que o capitalismo tem suas base no acúmulo crescente de capital, os homens de negócios buscam elevar os ganhos no âmbito do capital variável elevando os processos de exploração dos trabalhadores. Quanto menor o nível de organização dos trabalhadores, maior o nível de exploração no âmbito da mais-valia absoluta. Ao mesmo tempo, quanto maior a organização desses mesmos trabalhadores, mais sofisticada será os processos para o envolvimento do trabalho aos interesses das empresas. Em outras palavras, a exploração se dará tanto no âmbito da mais-valia absoluta com na relativa.

Assim, são criadas formas voltadas para a exploração máxima das capacitações dos trabalhadores. Nesse sentido, os petroleiros se defrontam historicamente com um processo organizativo empresarial ao qual denomino como neolaylorismo. *Neotaylorismo* como uma forma que possibilita uma separação ainda mais árdua entre o saber e o fazer, desqualificando um leque maior de trabalhadores. *Neotaylorismo* que confunde a capacitação com a qualificação profissional. *Neotaylorismo* que significa a negação total de qualquer acesso a bens de consumo, a retirada de conquistas sociais e econômicas e a concretização de condições precárias de trabalho. *Neotaylorismo* que não aceita críticos, punindo-os com a possibilidade de perda do emprego. *Neotaylorismo* que ao apostar na (des) qualificação profissional, remete, gradativamente, os trabalhadores da atuação do âmbito da mais-valia relativa para o da mais-valia absoluta.

Um outro aspecto com referência ao *neotaylorismo* é que ele se consolida como a manifestação de uma contradição intrínseca ao modo de produção capitalista. O deslocamento do âmbito da mais-valia relativa para a mais-valia absoluta demonstra que

quanto mais o capitalismo avança tecnologicamente, mas (des) qualifica a maioria dos trabalhadores, pois sua tendência é a concentração crescente do saber e da tecnologia.

Porém, os petroleiros ao serem submetidos a esses processos (des) qualificantes manifestaram ações de resistência. É nesse sentido que se problematiza o caráter contraditório presente no conhecimento tácito desenvolvido, historicamente, através da experiência no manuseio das máquinas pelos trabalhadores da Petrobrás. Contradição que se manifestou no desenvolvimento de um saber rebelde, que apostou na qualificação profissional através do acesso à política manifestada na ação dos movimentos sociais e que, em um mesmo processo, apesar de toda a resistência operária, não conseguiu ir além da concepção do trabalho alienado. Contradição que materializou o envolvimento crescente dos seus trabalhadores com a organização sindical pela luta por um projeto nacional de desenvolvimento, e proporcionou o crescimento gradativo do neotaylorismo.

Na Petrobrás, o conhecimento tácito se manifesta por uma relação única do trabalhador com a máquina. Sua essência está em um processo de trabalho baseado na individualidade. No cotidiano fabril, não existe um conhecimento tácito específico, o contrário, são vários conhecimentos que coexistem dependendo das experiências e situações operacionais que os petroleiros tenham vivenciado. Quanto mais organizados estão os trabalhadores, maior a tendência em potencializar esses conhecimentos individuais aos interesses coletivos da categoria profissional. Por outro lado, em processos históricos estruturais que remetem a crise à organização da classe trabalhadora, em que, dialeticamente, as suas representações também entram em crise, os individualismos são acentuados, transformando esses conhecimentos e em armas que se voltam contra os seus próprios criadores. O crescimento do individualismo transfere o conhecimento tácito das fronteiras da resistência de classe para as fronteiras do darwinismo social tão bem explorado por Hayek em “O Caminho da Servidão”. O conhecimento tácito como expressão do darwinismo social é uma das formas as quais a concepção neoliberal se materializa no chão da fábrica, deixando como legado, a consolidação de condições brutais de trabalho em que o nível de estranhamento do petroleiro não é apenas àquilo que produz, mas aos

próprios outros trabalhadores que juntos vendem a força de trabalho. Com efeito, os riscos coletivos inerentes à exploração e refino de petróleo tomam dimensão abstrata, vista não como desdobramentos de processos precarizantes de trabalho, mas sim, como manifestação da incompetência individual.

Algumas questões são primordiais. Não é nas fronteiras do trabalho alienado que se reserva a construção de uma sociedade mais avançada em termos sociais. A superação dos limites do capital parte do princípio da união entre o *saber* e o *fazer*, de os homens enxergarem-se naquilo que eles têm de mais humano, *o trabalho*.

Conceber a qualificação profissional além do domínio da técnica consiste em estabelecer dimensões da educação que devem estar ao alcance de toda a coletividade. A recuperação de processos históricos humanos que proporcionem a discussão política, o acesso à cultura, às artes, etc., sendo pressupostos para a construção de uma sociedade na qual a felicidade seja imperativa. Felicidade não compreendida pelos princípios estreitos do consumismo voltado a poucos e nas fronteiras do reino da necessidade. Felicidade, isso sim, como negação da opressão do homem pelo homem.

---

[i] Alex Fiúza de Mello. *Capitalismo e mundialização em Marx.* Editora Perspectiva, 2000, p.110-114

[ii] K. Marx. *O Capital – crítica de la economia política.* Fondo de Cultura Econômica, 1966, p.248.

[iii] K. Marx. *Elementos fundamentais para la crítica de la economia política. Grundisse.* Siglo XXI Argentina Editores, 1973, p.375.

[iv] Frederico Mazzucchelli. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises.* Unicamp, 1983, p.16-23.

[v] Manuel Castells. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo.* Paz e Terra, 1979, p.26

[vi] Para Marx, a composição orgânica do capital é composta pelas relações dialéticas entre a concorrência capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a tendência à substituição do capital variável pelo capital constante. Esse processo é marcado pela resistência dos trabalhadores que se materializa no processo de luta de classes. Id. ao anterior, p. 28-30

[vii] Ibid., p.26-27.

[viii] Itsvan Mészáros. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Boitempo Editorial, 2003, p. 21-23

Mulheres "honestas" e mulheres "impuras": uma questão de Direito

Carlos Martins Júnior [1]

Na virada do século XIX para o XX, o problema dos crimes sexuais transformou-se numa das maiores preocupações das autoridades públicas brasileiras. Vistos como uma das faces negativas do estágio de evolução da civilização ocidental, explicados enfaticamente como produtos da dissolução dos costumes resultante de "vertiginosas" e "perigosas" mudanças estruturais que o país vinha passando, os crimes sexuais foram apontados como atentatórios à ordem social por simbolizarem o primado dos instintos sobre a razão e por colocarem a família em risco de desagregação.

Diante disso, e acompanhando o processo de refinamento dos mecanismos de controle social colocados em prática durante o último quartel do século XIX, delineou-se uma verdadeira campanha contra os chamados crimes de sexo. Foi nesse contexto que se inseriu a obra e o pensamento do jurista de origem maranhense Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906), considerado o maior especialista da época no combate àquele tipo de delito e um dos principais divulgadores, no Brasil, da Nova Escola Penal, corrente do Direito Penal profundamente influenciada pelas teses antropológicas do médico italiano Cesare Lombroso [2].

O primeiro indício do envolvimento do Poder Judiciário republicano no processo de normalização dos comportamentos sexuais, talvez seja a novidade introduzida no Código Penal de 1890, que em seu "Título Oitavo", "Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e da Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor", deu tratamento individualizado aos crimes de defloramento, estupro, rapto, adultério, lenocínio, atentados ao pudor e ultrajes públicos ao pudor [3].

Da perspectiva de contemporâneos como Francisco José Viveiros de Castro, a fixação dessa legislação deveria ser saudada como o coroamento da "civilização" sobre a "barbárie". Isso porque, de seu ponto de vista, naquele estágio de desenvolvimento do Ocidente, o homem, impedido de resistir aos "impulsos cegos das paixões" devido a condicionamentos de ordem biológica e social, entregue, portanto, "aos instintos básicos da

nutrição e da reprodução", era forçado a buscar "carne para alimento e mulher para gozo", o que só poderia obter "pelo uso da força ou pelas manobras da sedução". Sendo assim, a lei assumia um papel "civilizatório" fundamental, uma vez que só ela e o "receio das penas" seriam capazes de incutir, no homem, a noção de responsabilidade por seus atos e "reprimir-lhe os ardores". "O respeito à honra da mulher", concluía, "não é um sentimento inato ao sexo masculino e sim uma vitória das idéias morais sobre a brutalidade dos instintos" [4].

Ao justificar a validade daqueles artigos no primeiro Código Penal republicano, acentuou Viveiros de Castro que, ao se preocupar com a honra feminina, o legislador expressara a "fórmula civilizatória" também quanto à equiparação dos sexos perante a lei, não só por retirar a mulher das condições em que viva nas sociedades primitivas, onde "não passa de uma escrava do homem, que moureja e súa para sustentá-lo, dócil instrumento de seus caprichos e desejos, vegetando na poligamia dos serralhos ou degradando-se na promiscuidade", mas porque ensejava a possibilidade de garantir tanto o futuro da ofendida, quanto o do filho que pudesse resultar de uma "união criminosa" [5]. Nesse raciocínio as noções de "honra" e "honestidade" das famílias confundiam-se com as noções de "honra" e "honestidade" feminina, a indicar que o alvo específico da legislação eram as mulheres, a quem caberia incorporar tais noções para que fossem estendidas à família. Nessa medida, a análise de questões concernentes às circunstâncias objetivas e subjetivas que poderiam estar presentes nos crimes praticados contra a honra das mulheres constituiu um dos principais focos das atenções deste jurista.

Embora Viveiros de Castro destacasse que a lei promovera a igualdade entre os sexos, o fato é que os pressupostos subjacentes às definições dos delitos contra a honra da mulher fundamentavam-se, concretamente, na desigualdade e na hierarquia sexual e social. A dimensão disso pode ser constatada na leitura da redação de, no mínimo, dois artigos do "Título Oitavo" do Código Penal de 1890. Segundo o artigo 279, que estabelecia o crime de adultério ou infidelidade conjugal, "a mulher que cometer adultério será punida com um a três anos de prisão". Acrescentava o parágrafo primeiro, que incorreria em semelhante pena

o marido que tivesse “concubina teúda e manteúda”. Já o artigo 268 definia o crime de estupro como “o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher virgem ou não, mas honesta” [6].

Se, no primeiro caso, o tratamento desigual conferido aos sexos pela Justiça manifestava-se no fato de que o adultério feminino constituía-se a partir de um simples ato, ao passo que a “infidelidade conjugal” masculina só se caracterizava por meio de um estado, o que, no limite, sugeria que a igualdade sexual perante a lei restringia-se apenas e tão somente à previsão da penalidade, idêntica para homens e mulheres; no tocante ao crime de estupro o diferencial de tratamento se instalava nas questões de que a mulher deveria não só comprovar que fora vítima de violência, mas também que era virgem antes do delito ou, caso não fosse, sua “honestidade”. Com base nisso, a caracterização do crime deixava de estar atrelada à constatação do fato em si, transferindo-se para critérios de análise estabelecidos pela medicina legal - a comprovação “científica” da virgindade, por exemplo - e/ou para as imagens subjetivas a respeito do que seriam os comportamentos sociais e afetivos ideais, que as elites desejavam valorizar. Desse subjetivo, emergiam os valores que o aparelho judiciário pretendia difundir a toda a sociedade, e se estabeleciam os parâmetros jurídicos da ordem sexual e moral em relação à honra e honestidade das mulheres e das famílias.

Fundamentado em sua experiência de promotor público e juiz criminal, Viveiros de Castro ensinava que, em casos de delito contra a honra feminina, dois tipos de mulheres podiam se apresentar à Justiça:

> Umas são em verdade dignas da proteção da lei e da severidade inflexível do juiz. Tímidas, ingênuas, incautas, foram vítimas da força brutal do estuprador ou dos artifícios fraudulentos do sedutor. Mas há outras corrompidas e ambiciosas que procuram a lei para fazer chantagem, especular com a fortuna ou com a posição social do homem, atribuindo-lhe a responsabilidade de uma sedução que não existiu, porque elas propositalmente a provocaram, ou uma violência imaginária, fictícia.[7]

Assim, as mulheres eram separadas em “puras”, geralmente as da elite, e “impuras”, as pertencentes às chamadas “classes perigosas”, cujo comportamento tornava-se suspeito para a Justiça. Isso se torna flagrante quando se nota que grande número de inquéritos

envolvendo mulheres trabalhadoras e seus patrões terminavam em prejuízo para as ofendidas [8]. Na realidade, o desnível sócio-econômico (e racial) entre as partes envolvidas transformava-se em quesito desfavorável às vítimas, posto a jurisprudência chamar a atenção dos atores jurídicos para a importância de se observar a "fortuna" e a posição social do réu, pois "é principalmente contra pessoas ricas e importantes que se armam laços de especulação e chantagem, com o fim de provocar escândalos para extorquir dinheiro, para negociar a retirada da queixa" [9].

A advertência possuía motivação abrangente, pois na virada do século XIX para o XX o trabalho doméstico constituía uma das principais atividades femininas. Devido à sua mobilidade, a doméstica facilitava o intercâmbio entre os membros da elite e a rua, o que, aos olhos da Justiça, a transformava num elemento perigoso, pois colocava a ameaça da "degenerescência" no interior das "casas de família". Acrescente-se, por outro lado, que a doméstica que morava no emprego estava distante do universo protetor-repressivo de seu próprio ambiente familiar e, ainda, que muitos filhos da elite tinham nas criadas uma fonte habitual e "natural" de iniciação sexual, sobretudo se for levado em conta que, dada à imposição de rígidos padrões morais, a preservação da virgindade antes do casamento era um dever que as moças de condição social mais elevada deveriam obedecer a qualquer custo [10]. Analisando a situação das empregadas domésticas que recorriam à Justiça queixando-se do assédio sexual dos patrões, destacou Boris Fausto que, independente da veracidade da acusação, a empregada doméstica encontra-se sempre numa condição difícil de provar o alegado, pois as "brincadeiras" dos rapazes com elas eram vistas com indulgência pelos pais, e quando as brincadeiras davam origem a uma queixa na polícia, a família tratava de proteger seus membros mais jovens [11].

Em processos crime que apresentavam as circunstâncias descritas, o esforço dos advogados passava a ser o de demonstrar a desonestidade/ imoralidade da ofendida e de sua família, apelando, por exemplo, para o quesito "andar só à rua" como um dado da inadequação feminina. Novamente, aqui, recorria-se ao que dizia a jurisprudência.

Tentando esclarecer as causas determinantes do aumento dos crimes praticados contra a honra das mulheres e das famílias, Viveiros de Castro considerava “de justiça” responsabilizar, em primeiro lugar, a própria mulher que, “dominada pela idéia, errônea e subversiva de sua emancipação, fazia de tudo para perder a estima e a consideração dos homens”. Para ele, na medida em que ia sendo abandonada, “por anacrônica e ridícula”, a educação nos moldes antigos, simultânea e paulatinamente desaparecia “a mulher tímida, recatada e sensitiva, distante dos contatos rudes da vida”. Em seu lugar, entre as “altas classes e as classes médias”, começava a surgir, a “mulher moderna, vivendo nas ruas, concorrendo com os homens nas diversas profissões, sabendo tudo, discutindo audaciosamente as mais escabrosas questões, sem refreio religioso, ávida unicamente de luxo e sensações, vaidosa e fútil, presa fácil e muita vez até oferecida espontaneamente à conquista do homem”. Se a incorporação de novos padrões culturais já ameaçava desagregar as famílias das elites e das camadas sociais médias, entre as “classes proletárias”, devido às contradições e às necessidades econômicas geradas pela ordem capitalista, a “morte” da família podia ser considerada um fato. Nessas classes, afirmava o jurista, “a fábrica matou a família, dissolvendo os laços que a prendem e unem. O homem trabalha numa fábrica, a mulher em outra, separada dele, exposta a todas as seduções. Meninas de quinze anos vão sozinhas aos ateliers de costura, voltam sós para casa, tentadas, perseguidas” [12].

Nesse imaginário, a “morte” da família entre os populares era referida a partir da impossibilidade do marido manter a esposa sob sua tutela, e da incapacidade do casal educar suas filhas, o que se materializava no fato das meninas andarem sozinhas pela rua, espaço que, no simbólico de médicos e juristas do final do século XIX e início do XX, representava o lugar do perigo, da tentação, dos encontros fortuitos e da concretização dos desejos mais obscuros. Assim, se sair acompanhada às ruas poderia reforçar a imagem da mulher tutelada, aquela de que quem a Justiça efetivamente deveria se ocupar, ser vista desacompanhada e, o mais grave, em locais e horários considerados impróprios,

transformava-se num dado de inadequação, elemento indicativo de que se tratava de "mulher prostituída", oriunda de meios sociais e famílias "viciadas".

Associado às considerações, presentes em algumas teses médicas da época, sobre a influência que determinadas atividades femininas poderiam exercer na proliferação da prostituição pública das grandes cidades, esse referencial permitiu a Viveiros de Castro estabelecer a correlação entre pobreza e prostituição, esta última definida por Cesare Lombroso como o derivativo feminino do crime. Sobre o que considerava ser o expediente mais comum utilizado pelas moças pobres como alternativa à situação de pobreza em que viviam, afirmou em seu estilo sempre direto: "A mulher sendo moça, oferece-se ao primeiro que lhe sorri e tem, assim, por uma operação rápida e agradável, dinheiro pronto e muitas vezes bem remunerador" [13].

Não era por acaso, portanto, que em processos crime envolvendo mulheres e meninas trabalhadoras, o estigma de "desonestas" por andarem sós às ruas, ainda que precisassem fazê-lo por ordem dos próprios patrões ou pela necessidade de ir e vir do trabalho, lhes fosse aplicado pelos advogados dos réus. Na realidade, o que se esperava delas, era que reconhecessem o "seu lugar" na sociedade, sob o risco de, paradoxalmente, se transformarem em responsáveis pelos abusos sexuais que viessem a sofrer.

Se a prática da Justiça promovia o completo desnivelamento entre homens e mulheres perante a lei, para que estas fossem dignas da "proteção", isto é, para que se tornassem cidadãs, tornava-se necessário o seu enquadramento numa identidade feminina específica, configurada na imagem da mulher frágil, ingênua e passiva, vinculada quase exclusivamente ao âmbito da vida privada. No nível do discurso de Viveiros de Castro, era exatamente essa a condição que diferenciava a mulher "civilizada" das que viviam nos limites da "barbárie" que, trabalhando para sustentar o homem, acabavam por se degradar na promiscuidade sexual.

Para a configuração desse modelo identitário, o discurso jurídico incorporou, amplamente, alguns conceitos "científicos" fornecidos pela Medicina, contribuindo, dessa forma, para consolidar o que Jurandir Freire Costa acentuou como sendo o caráter

assimétrico da relação conjugal propugnado pelo saber médico da época, assentado num modelo de relação homem-mulher caracterizado pela forte dominação daquele sobre esta[14].

Estimulados pelas teses emanadas da Biologia, da Antropologia e da Psiquiatria, os médicos da segunda metade do século XIX procuravam compreender a natureza dos sexos, com a finalidade de estabelecer suas diferenças biológicas, psíquicas e comportamentais. Testando as formas como homens e mulheres experimentavam os sentimentos humanos, inclusive o amor, concluíram os doutores que as diferenças de reação a tais sentimentos tinham origem, sobretudo, em distinções antropométricas, características a cada um dos sexos. Segundo as concepções médicas, seria o fato de possuir a cabeça mais volumosa na parte posterior e a fronte mais estreita que a dos homens, o que conferiria às mulheres um caráter marcado pela maior atividade das "faculdades afetivas" em relação às "faculdades intelectuais", dado que serviria para justificar, não só a baixa participação feminina no campo das artes, das ciências e na vida pública de modo geral, mas também a pequena incidência de mulheres nas estatísticas de crimes de assassinato e agressão corporal [15].

"Naturalmente" moldada como um ser fisicamente frágil, as principais "virtudes" femininas passavam a ser a sensibilidade e a passividade. Daí a tendência que, supostamente, as mulheres manifestavam à submissão ao homem, cuja "missão" seria a de "protegê-la", mantendo-a restrita aos cuidados com a casa e com os filhos [16].

Se a "privatização" do elemento feminino funcionava como uma espécie de "freio moral" para o controle da criminalidade feminina, ao mesmo tempo poderia transformar a mulher numa importante aliada do Estado na repressão à criminalidade masculina, na melhoria da qualidade da mão-de-obra - disciplinando o marido e os filhos para o trabalho e para que assumissem seus papéis de futuros pais e mães de família exemplares - e na elevação dos padrões de "civilização" das futuras gerações.

Como poderiam as mulheres trabalhadoras, na grande maioria as chefes de suas famílias, se enquadrarem na imagem idealizada de "rainha do lar"? Por outro lado, na medida em que, por necessidade, o espaço da mulher pobre era, por excelência, a rua, como esperar que ela impedisse a presença dos filhos ali, apontando-o como um lugar

perigoso? Além disso, como seria possível às mães que precisavam sair para trabalhar, a fim de garantirem a própria sobrevivência e a dos filhos, exercerem à risca a tarefa que delas era cobrada pelos poderes públicos, de vigiarem suas filhas e acompanhá-las na ida e na volta do trabalho? Por fim, influenciadas por códigos culturais específicos de seu meio social, o que fazia com que elas estabelecessem esquemas de namoro, concepções sobre as experiências sexuais e o casamento bastante diferentes dos padrões seguidos pelas jovens das elites, como poderiam as jovens das classes trabalhadoras se enquadrarem nas noções de "honra" e "honestidade" que delas passavam a ser exigidas pelos poderes públicos, em geral, e o Direito Penal, em particular?

Do exposto, fica a sugestão do duro confronto que iria se estabelecer entre os valores sexuais e sociais que as elites brasileiras da época, em nome de seu projeto político de transformar a família burguesa em unidade de ordem básica do Estado, pretendiam impor e tornar universais, e os códigos de cultura herdados pelas mulheres pobres e trabalhadoras de seu meio social e familiar tradicional. Ao final, para elas, as perdas seriam praticamente inevitáveis, pois a par de uma legislação que, no nível retórico, se instaurava com a finalidade de "protegê-la" e garantir a igualdade dos sexos perante a lei, o que efetivamente se processou foi a sua exclusão do direito à cidadania ou, no mínimo, a sua inclusão social como cidadã de segunda classe.

---

[1] Professor Titular do Departamento e História do Campus Universitário de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

[2] Professor catedrático da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Turim, Cesare Lombroso (1836-1906) é considerado o fundador da antropologia criminal italiana. Sua principal obra, *O Homem Delinquente*, publicada em Milão, em 1876, expõe as concepções sobre o criminoso nato que, segundo ele, estaria predisposto ao crime desde o nascimento em razão de fatores biológicos atávicos, os quais podiam ser identificados em algumas características físicas e psicológicas do indivíduo. Segundo Lombroso, o correspondente feminino do delinquente nato seria a prostituta, figura que recebeu dele um estudo no livro *A Mulher Criminosa e a Prostituta*, publicado em 1895, considerado o principal trabalho até então escrito sobre a condição da meretriz. LOMBROSO, Cesare – *L´ Uomo Delinquente*. 2ª edição. Turim : Livraria Boca, 1878. LOMBROSO, Cesare e FERRERO, Guilaume – *La Femme Criminelle et la Prostitutée*. 2ª edição. Paris: Felix Alcan, 1896. Para uma análise do desenvolvimento das concepções que conduziram às teses da antropologia criminal italiana e seus desdobramentos, ver DARMON, Pierre – *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. RJ: Paz e Terra, 1991. Para uma abordagem histórica da Nova Escola Penal no Brasil, ver MARTINS JUNIOR, Carlos – *Francisco José Viveiros de Castro e a Nova Escola*

Penal. Criminalidade e Sexualidade no Brasil (1892-1906). SP: USP, dissertação de mestrado em História Social, 1995.

[3] CAMARGO, Hypólito de – *O Código Penal de 1890*. SP: Teixeira e Irmão, 1890. No Código Criminal do Império, de 1830, esses delitos estavam sob o domínio da rubrica dos crimes de injúria e estupro.

[4] CASTRO, Francisco José Viveiros de - *Delitos Contra a Honra da Mulher*. 3ª edição. RJ: Freitas Bastos, 1932, p. 11 (1ª edição de 1897).

[5] Idem, p.12.

[6] Cf. CAMARGO, Hypólito de – *O Código Penal de 1890*. Op. cit.

[7] Cf. CASTRO, Francisco José Viveiros de - *Delitos Contra a Honra da Mulher.* O. cit., p. XIX-XX

[8] ESTEVES, Marta de Abreu - *Meninas Perdidas. Os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. RJ: Paz e Terra, 1989, p. 110-111.

[9] Cf. CASTRO, Francisco José Viveiros de – *Delitos Contra a Honra da Mulher*. Op. cit., p. 25.

[10] Não faltam, na literatura brasileira trabalhos, referindo-se à iniciação sexual de rapazes de famílias ricas por uma empregada da casa. A esse respeito ver, por exemplo, ANDRADE, Oswald - *Um Homem Sem Profissão. Sob as Ordens de Mamãe*. SP: Editora Globo, 1990, p. 65 (1ª edição de 1954); ANDRADE, Mário – *Amar Verbo Intransitivo*. BH: Vila Rica, 1995 (1ª edição de 1927).

[11] FAUSTO, Boris - *Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. SP: Brasiliense, 1984, p.194.

[12] Cf. CASTRO, Francisco José Viveiros de – *Delitos Contra a Honra da Mulher*. Op. cit., p. 21, 22 e 23.

[13] CASTRO, Francisco José Viveiros de - *A Nova Escola Penal*. RJ: Livraria Moderna, 1894, p. 202.

[14] COSTA, Jurandir Freire - *Ordem Médica e Norma Familiar*. RJ: Graal, 1989,p. 85.

[15] Cf. CASTRO, Francisco José Viveiros de - *A Nova Escola Penal.* Op.cit., p. 195-196.

[16] Idem, p. 197.

A ALIMENTAÇÃO E SEU LUGAR NA HISTÓRIA: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO GUSTATIVO DA SOCIEDADE CURITIBANA (1960/2004)

Carlos Roberto A. dos Santos
UFPR

As cozinhas locais, regionais, nacionais e internacionais são produtos da miscigenação cultural, fazendo com que as culinárias revelem vestígios das trocas culturais. Hoje os estudos sobre a comida e a alimentação invadem as ciências humanas, a partir da premissa que a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Eles são atitudes, ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais, como espelho de uma época e que marcaram uma época. . Nesse sentido, o prazer peculiar proporcionado pela História da Alimentação mostra que o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História.

Inspirado nos textos de Lucien Febvre sobre a distribuição regional das gorduras e nos fundos de cozinha, Braudel, como o maior representante da 2ª. geração dos Annales, trabalhou o conceito de cultura material abrangendo os aspectos mais imediatos da sobrevivência humana: a comida, a habitação e o vestuário. Em 1974, a coletânea "Faire de l'histoire", trouxe à tona novos paradigmas da História. Na apresentação desta coletânea, seus organizadores Jacques Le Goff e Pierre Nora reivindicavam para a nova História "a coexistência de vários tipos de história igualmente válidos", e defendiam o fatiamento da história, a micro história, em contraposição a uma história absoluta do passado. Historiadores como Jean Paul Aron e Jean Louis Flandrin deslocam o foco da história em migalhas para o comer e para aquele que come.

O tema da alimentação é relativamente novo no Brasil em termos historiográficos, e só recentemente percebeu-se que os ensinamentos dos Annales, através dos novos padigmas históricos, era para que a comida fosse levada a sério pelos historiadores.

O presente projeto de pesquisa parte da constatação das transformações trazidas pela urbanização e pela globalização, onde a alimentação passou e

continua passando por mudanças que afetam a qualidade dos alimentos produzidos e industrializados. Na verdade, um novo estilo de vida impõe novas expectativas de consumo, que acabam orientando as escolhas de alimentos. Desta forma, a pós-modernidade embalada pela globalização, tem imposto novas formas de consumo alimentar, tem afetado o nosso paladar e os aportes nutritivos, trazendo novos padrões alimentares, novos costumes, hábitos e práticas alimentares. É a civilização McDonald's que se impõe, sendo o Fast-Food o principal fenômeno de consumo do mundo globalizado, onde a praticidade e a rapidez impostas pela sociedade contemporânea, acaba derrubando as convenções ditadas pela sociedade, construídas historicamente e pautadas pela tradição e pelos costumes. A sociedade de consumo em massa faz com que se desestruturem os sistemas normativos e os controles sociais que regiam tradicionalmente as práticas e as representações alimentares.

No Brasil, os estudos e pesquisas têm demonstrado que, em função do fast-food, um novo padrão alimentar está se delineando, com prejuízos dos produtos da dieta tradicional do povo. O arroz, o feijão, a farinha de mandioca, que foram, desde o século XVIII, a base do cardápio da maioria da população, perdem cada vez mais espaço para os produtos industrializados e com maior valor agregado. E logo vamos ter os alimentos transgênicos nesta competição. Pelos dados que temos, nos últimos 10 anos o consumo anual de feijão caiu de 12 kg por brasileiro para 9,5 kg. A farinha passou a ocupar o 38° lugar no mercado alimentar. Em alguns Estados se planta cada vez menos feijão. E isto tudo atinge, principalmente, a população pobre.

O foco desta pesquisa está centrado na questão da preservação do patrimônio gustativo da sociedade curitibana, no tocante ao consumo de alimentos básicos. O objetivo da presente pesquisa sobre a construção de uma Arca do Sabor se inscreve em plena estrutura de domínio do Fast-Food. Esta pesquisa acadêmica se insere numa pesquisa maior, organizada pelo movimento denominado Slow-Food, de resistência ao Fast-Food.

No presente trabalho, que visa preservar o patrimônio gustativo da sociedade curitibana, os pratos, produtos e receitas que irão para a arca do sabor curitibano devem estar ligados a uma memória histórica, a uma identidade. Portanto, devem estar explicados históricamente, passando por fatores ecológicos, culturais e sócio-econômicos, a uma região precisa. Ao dizer que estes produtos devem ter história e tradição, é porque foram de grande aceitação, marcaram uma época, e hoje correm riscos reais ou potenciais de desaparecerem.

Dentre outros objetivos desta pesquisa, há também um objetivo prático: estimular a educação ao bom gosto e reforçar o direito ao prazer proporcionado pela boa comida. Ao longo da presente projeto buscar-se-á responder a questões

como: quais produtos, pratos e receitas poderiam entrar na arca do sabor, para serem salvaguardados, promovidos e valorizados? A partir de quais critérios esses pratos e produtos seriam escolhidos? Como preservar a comida da alma? Comprometido com uma consistência teórico/metodológica, o importante é ir às fontes, utilizar as metodologias da história oral, fazer entrevistas, identificar produtos e contextualizá-los. É fundamental criar a Arca do Sabor, e poder divulgá-la, pois deve expressar um universo da memória gustativa da sociedade curitibana.

A INSERÇÃO AMBIENTAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI

Carlos Xavier de Azevedo Netto[1]
Patrícia Duarte[2]
Adriana Machado Pimentel de OLiveira

INTRODUÇÃO

Atualmente, a abordagem dos fenômenos ambientais vem ganhando uma atenção especial nos mais variados estudos realizados no meio acadêmico, devido à busca de um maior entendimento das relações destes elementos com a sociedade em que estão inseridos. Essa importância pode ser exemplificada pela publicação da Resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, onde estabelece como áreas de estudos ambientais os meios Físico, Biótico e Antrópico. No tocante este último pode-se relacionar toda uma preocupação com a preservação e dinamização do patrimônio cultural, como meio de construção e manutenção das memórias coletiva.

No que diz respeito a questão das memórias coletivas relacionadas com ambiente, parte-se das considerações de Certeau (1994[3]) quando se considera o espaço como uma forma de ver e referenciar as ações cotidianas de uma determinada comunidade. Agrega-se a isso o alargamento da noção de documento (LE GOFF, 2003[4]), pode-se considerar que o ambiente, enquanto espaço de relações entre elementos integrados incluiria a ação do homem, nos seus mais variados meio de adaptação e sobrevivência. Com isso, o ambiente é um atributo a ser considerado na reconstituição de qualquer evento histórico, que qualquer período dado.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal apresentar a situação ambiental dos sítios arqueológicos no Município de São João do Cariri, no Estado da Paraíba, situado no nordeste brasileiros em um ambiente semi-árido. Esse trabalho apresenta os resultados preliminares do projeto *"Arqueologia do Cariri"*, projeto este financiado pelo CNPq, vinculado ao Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração, Bioma Caatinga – PELD-CAATINGA e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA.

O AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI

A região nordeste tem como um de suas características principais no seu interior é a conformação ambiental, visto que se trata de um clima semi-árido, denominada genericamente de caatinga, notadamente frágil e de equilíbrio precário. Esses ambientes possuem um número reduzido de estudos, o que faz deles muito mal conhecidos quer seja no tocante a suas peculiaridade, quer seja quanto ao potencial de abrigar grandes contingentes populacionais. E em se tratando da preservação de bens culturais, a dificuldade de entendimento, já que quando falamos em ambientes do semi-árido a preocupação se torna maior devido à dificuldade que o homem desta região encontra para manter a sua sobrevivência, em virtude do pouco conhecimento que se tem desses ambientes e as possíveis estratégias de exploração, em especial no Cariri Paraibano, onde se situa o município em questão.

Nessa região, a Bacia do Rio Taperoá, observa-se que atividades predatórias do meio ambiente como a exploração das rochas locais, a extração de argila para olarias caseiras e o assoreamento dos rios causam um impacto no local e isto faz com que afete, diretamente, o patrimônio arqueológico existente, em especial a arte rupestre, pois sofrem sérios riscos quanto à sua conservação, como foi observado pro Lax e Almeida (2002)[5].

São João do Cariri, município no Estado da Paraíba (Brasil), está localizado na microrregião do Cariri Oriental. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano 2003 sua população era estimada em 4.777 habitantes. Área territorial de 702 km². S. J. do Cariri está localizada na região mais seca do Brasil localizada no cariri paraibano, e seu território era bastante vasto, abrangendo as atuais cidades de Monteiro, Sumé, Serra Branca, São João dos Cordeiros, Cabaceiras, Boqueirão, Campina Grande e outras cidades do Cariri Velho, como era chamada a região. S. J. do Cariri é cortada pela BR 412, principal via de acesso, e fica a 210 km da capital paraibana.

Sua vegetação característica é a caatinga que ocupa uma área de 734.478 km2 por todo do nordeste do Brasil e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Isto significa que grande parte

do patrimônio biológico dessa região não é encontrada em outro lugar do mundo além de no Nordeste do Brasil e ocupa cerca de 7% do território brasileiro. Este tipo de vegetação estende-se pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e norte de Minas Gerais. Ela tem uma fisionomia de deserto, com índices pluviométricos muito baixos, em torno de 500 a 700 mm anuais.

DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI

A região do Cariri foi inicialmente pesquisada na década de 70, em trabalho pioneiro de Ruth Trindade de Almeida, definido o Estilo Cariri Velhos·[6], filiado posteriormente a Tradição Agreste. Em virtude da baixa pluviosidade e da rede de drenagem muito superficial, essa região apresenta períodos acentuados de seca regularmente. Essa regularidade, de acordo com estudos arqueológicos realizados para regiões similares, no que diz respeito a vegetação hidrologia e demais componentes ambientais, a esta (Martin, 1997)[7], é presente desde o início do holoceno, após o ótimoclimático. Com isso espera-se que as populações que ali na pré-história, tenham encontrado situações semelhantes as atuais, em que pese a interferência da exploração econômica que vêm sofrendo. Para a descrição desses sítios foi levado em conta o seu suporte, a ocupação do suporte, posição do suporte e tipo de sinalação.

- **Sítio Serrote dos Letreiros**

A vegetação e o relevo do local onde se localiza o sítio se mostra característico da região dos Cariris. As pinturas e gravuras foram feitas sobre blocos de rochas que, muitas vezes, se encontram bastante desgastados pelo intemperismo que é comum na região. O local onde se encontram os painéis é de difícil acesso por se encontrar no meio da vegetação típica da região semi-árida, a Caatinga, e por apresentar uma grande quantidade de painéis distribuídos em locais altos como blocos de rochas, com o conjunto de painéis apresentado uma disposição semi-circular, formando um anfiteatro. O sítio mostra gravações com freqüência de sinais geométricos (circulares e lineares), apresentando apenas no painel 21 pintura rupestre. As gravações em sua grande maioria estão colocadas sobre as rochas horizontalmente, com raros

casos verticais, já a pintura encontra-se em face vertical do suporte. As gravações e a pintura apresentam-se muito desgastadas, com bordas muito tênues, devido à ação de intempéries.

Exemplo de painel de gravação vertical	Exemplo de painel de gravação horizontal	Exemplo de painel vertical

- **Sítio Lajedo do Eliseu**

Está localizado em local acidentado, ao longo de uma subida íngreme, com vegetação típica da região do Cariri, mostrando um cenário árido e não apresentando facilidade de acesso. As gravações foram executadas sobre um lajedo granítico coberto por um tipo de fungo que dá umas colorações douradas, distribuídas horizontalmente. O sítio apresenta-se com gravuras em motivos geométricos lineares e circulares, com interferência atual nas gravações (ação antrópica), e com as gravuras que se limitam à região do córtex da rocha. Há vários locais em que o sol e a chuva agiram diretamente sobre a rocha, pois eles se encontram a céu aberto, fazendo com que as camadas superficiais destas rochas estejam prejudicadas, favorecendo a ação da erosão nas gravuras, aumentando o seu desgaste.

	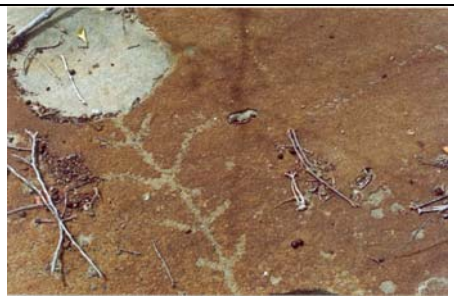	
Vista geral dos sinais	Detalhe dos sinais	Exemplo de depredação

- **Sítio Pedra do Jacó**

Ele se encontra um pouco mais acima do Lajedo do Eliseu continuando uma subida íngreme e com uma vegetação relativamente fechada, típica da caatinga, formada por cactáceas das mais variadas espécies. O sitio apresenta-se apenas com dois painéis de pinturas. No painel um a

pintura mostra desenhos figurativos, com forma de mão humana. Já o painel dois, as pinturas estão dispostas de forma semicircular. É um local de difícil acesso e as rochas se mostram muito desgastadas, intemperizadas pela ação do sol, vento, chuvas e deposição de sais de rocha, formando uma pátina. Devido a este fator as pinturas não se apresentam muito visíveis

Exemplo de restos figuras	Situação das pinturas do sítio

- **Sítio Muralha do Meio do Mundo (Sítio Picoito)**

Apresenta apenas pinturas, com motivos geométricos. Alguns painéis encontram-se em melhor estado que outros e, também, apresenta algumas pinturas sem uma identificação concreta. Por ter sido um local de exploração de granito, acredita-se que muito tenha se perdido na implosão das rochas, restando apenas os painéis descritos acima. Este sítio encontra-se em fácil acesso por se apresentar em local de passagem de veículos. As pinturas encontram-se do lado oposto da via de acesso, o que ajuda na preservação do mesmo, por não deixar visível aos transeuntes da via de acesso o local onde se localizam as pinturas, ocupando a face vertical do mesmo. A vegetação do local não é fechada, pelo contrário, isto porque se encontra em ao lado do acesso e o relevo apresenta-se plano, facilitando a chegada no local do sítio. A única coisa que não nos ajudou muito foi à quantidade de maribondos apresentada nos blocos de pedra, fazendo com que tivéssemos o máximo de cuidado no levantamento dos dados do local.

	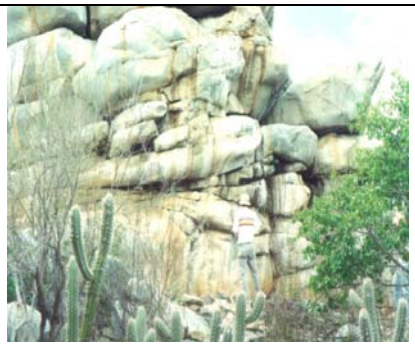	
Visa geral do entorno do sítio	Visa geral do entorno do sítio	Exemplo de pinturas do sítio

- **Sítio Serrote da Macambira**

O Sítio apresenta-se já bastante remexido pelo pessoal da polícia civil, que fez averiguações sobre o local, não descartando a hipótese dele ser local de possível desova. Lá, percebemos que os ossos que foram encontrados por nós seriam uma pequena parcela dos que foram retirados pelos policiais. Foi possível perceber que através das feições deste local, que se trata de um possível cemitério indígena e foi encontrado por moradores do lugar. Hoje, o local está totalmente modificado e, na nossa percepção, foi notada a existência de alguns ossos humanos e de outros de animais. O sítio cemitério é um abrigo com quatro bocas, ou seja, quatro locais de entrada/saída, e, no seu interior, há pedras que estavam deslocadas como se, anteriormente, cobrisse os corpos que lá se encontravam enterrados, segundo depoimento dos moradores locais.

Neste sítio não se encontra a presença de arte rupestre, mas foram encontrados dois artefatos líticos ressaltando, desta forma, a suspeita citada anteriormente, de ser um cemitério indígena. A vegetação e o relevo do local apresentam-se de acordo com o clima semi-árido do Cariri e o lugar onde se localiza o sítio é relativamente alto e muito distante da estrada de acesso. Tivemos que contar com a permissão do morador da fazenda onde ele se localiza para que tivéssemos acesso ao sítio.

Vista geral do sítio	Vista geral do interior do sítio

CONSIDERAÇÕES

As observações iniciais sobre o conjunto de sítios arqueológicos, até o momento localizado, possibilitam inferir algumas regularidades entre essas ocorrências e as formas ambientais que foram escolhidas para ocupação. Em primeiro lugar cabe apontar a constatação de três conjuntos distintos de evidências arqueológicas, os painéis com pinturas, com gravações e os sítios com sepultamentos. A cada uma dessas ocorrências pode-se indicar um tipo de situação ambiental específica.

Para os sítios com gravações, foi observado que sua ocorrência encontra-se associada, de modo geral, a lajedos, ou mesmo a afloramento, horizontais, com figurações geométricas lineares, com raríssimos casos de pontos e círculos, com sulcos muito rasos, sempre a céu aberto. Os suportes dessas gravações encontram-se nos sopés das serras da região, não sendo identificados, até o momento, outros vestígios em contas mais altas.

Para os sítios de pinturas, estes se encontram em afloramentos graníticos, ocupando várias fácies verticais dos mesmos, não sendo observado nenhuma determinação de orientação magnética dos painéis. Os seus motivos são mais abrangentes que das gravações, desde geométricos lineares, circulares até figuras que lembram antropomorfos, ocupando paredes verticais ou mesmo pequenos abrigos. Esses sítios encontram-se em cotas mais elevadas que das gravações, embora sejam ainda próximos aos sopés das serras, não foi observada nenhuma relação de continuidade entre esses sítios, com exceção do Serrote dos Letreiros, onde um de seus painéis é de pintura.

A terceira forma de ocorrência de sítio arqueológico neste município que foi observada é exemplificada pelo sítio Serrote da Macambira. Esse sítio é um abrigo-sob-rocha, formado por afloramentos graníticos que forma um salão com três aberturas. Esse sítio não possui pinturas ou gravações rupestres, mas foi encontrados restos humanos diretos e material lítico e cerâmico. Com respeito a estes restos diretos, cabe informar que serão enviadas para Laboratório de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco para as devidas análises. Este sito encontra-se no cume do Serrote da Macambira, ocupando uma das extremidades de sua crista. Assim, pode-se considerar que os sítios de pinturas são situados na cota intermediária entre os sítios de gravação e os de sepultamentos, cabendo a questão: Existiria alguma determinante ritual nessa distribuição de sítios? Que motivação seria determinante para essa forma de ocupação? Espera-se que com o desenvolvimento do projeto Arqueologia do Cariri possa, pelo menos, esboçar respostas para essas questões.

---

[1] Coordenador do projeto – NDIHR/CCSA/UFPB
[2] Estagiárias – Bolsista PIBIC CNPq/UFPB
[3] CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*, 6ª edição, Petrópolis, Vozes, 1994
[4] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 5ª edição, Campinas, Editora UNICAMP, 2003.
[5] LAX; M., ALMEIDA, J.C. *Sub-projeto de Levantamento e Caracterização dos Sítios Arqueológicos e Paleontológicos*, in Projeto Bacia do Taperoá (Relatório), João Pessoa, UFPB, 2002
[6] ALMEIDA, Ruth Trindade de. *A arte rupestre nos Cariris Velhos*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.
[7] MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 2ªed. Recife: Universitária/UFPE, p. 235 – 309, 1997.

MCDONALD S: UM ESTUDO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA AREA DE ALIMENTAÇÃO

CARMEN LUCIA RODRIGUES ALVES

Na busca de informações sobre o tema reestruturação produtiva, deparei-me com um grande número de trabalhos, seja na forma de artigos, livros, ensaios ou mesmo trabalhos de pós-graduação.O acervo existente é baseado, fundamentalmente, sobre a industria automobilista, e em menor escala no sistema bancário. No entanto, a reestruturação produtiva permeia hoje quase a totalidade de nossas vidas. Produzir cada vez mais num tempo mais curto passou a ser critério essencial. Em minhas observações fui percebendo que em certos setores isso era um fato, ou seja, desde o lazer, o trabalho, tudo parece hoje atender a um padrão estabelecido.

Ative-me então para a questão da rapidez, a necessidade do cronômetro para tudo, até nos relacionamentos familiares sempre temos um tempo estabelecido. Foi então que atentei para a alimentação, a necessidade de se alimentar rápido. Não temos mais o tempo para sentarmos e fazermos nossas refeições tranqüilamente, nossas vidas, de alguma forma, perpassa pelo desenvolvimento tecnológico, um exemplo disso, é o modo de nos alimentarmos na sociedade atual, no qual, predomina os chamados *fast-food*.

Dessa forma, meu interesse pelo McDonald's foi manifestado quando me deparei, não só, com a formação de um líder mundial dos produtos alimentícios, no gênero *fast food* ligado diretamente à sociedade de consumo do sistema capitalista na qual prevalece a racionalidade e redução do tempo, mas sim a formação de um Sistema McDonald's. Assim, esforço-me para entender, através da própria realidade social do grupo, o sucesso da rede em escala global, incluindo o Brasil, sendo atualmente o quinto no mercado mundial da rede.

Assim, desde a graduação, venho me dedicando a esse tema. Minha escolha pela rede de *fast-food* McDonald's ocorreu quando dei por conta ser esta empresa a maior do gênero de comida rápida do mundo, padronizando a maneira de se alimentar por onde se instala, usando para isso, fundamentalmente a tecnologia e seu aperfeiçoamento constante.

O McDonald´s, é considerado atualmente no Brasil, a terceira empresa que mais emprega, são 36 mil funcionários. Decidimos então, que ninguém mais indicado, que o próprio trabalhador, para falar sobre as relações de trabalho e se essas, expressam ou não um tipo de reestruturação produtiva, ou seja, se o trabalho realizado nesta empresa, responde ao impacto de novas formas de produzir na sociedade.

Neste sentido, recolhemos material, como depoimentos de funcionários e ex-funcionários, manuais de treinamento e de ingredientes relacionados ao preparo de seus produtos, assim, como acesso a Processos Trabalhistas e materiais da imprensa jornalística.

A partir do que lemos e pesquisamos entendemos que a reestruturação produtiva cria na sociedade alteração no modo de viver. Vemos essas mudanças nitidamente presente no cotidiano dos indivíduos, onde seus hábitos, costumes, valores e tantos outros fatores têm sido adaptados ao novo padrão estabelecido, em que o tempo e a velocidade são elementos fundamentais: *"A questão do tempo implica uma possibilidade de domínio sobre a vida dos indivíduos e sobre a organização social do tempo de trabalho e da produção capitalista ao tempo da vida urbana".(Antunes, 2000: 174).*

As metamorfoses ocorridas no mundo contemporâneo trazem consigo novas necessidades. Hoje, mais do que antes não é permitido o tempo ocioso, tudo agora é cronometrado, dirigido, desde o lazer até a alimentação. A tecnologia passou a ser a base para a modernização: *"Do ponto de vista geral da reprodução do capital, a inovação tecnológica e a exploração caminham de mãos dadas com a procura de maiores benefícios" (Katz, 1996:12).*

Um exemplo claro é o surgimento dos estabelecimentos comerciais de gênero alimentícios denominados *fast food*, que trazem consigo o modelo ideal da reestruturação

capitalista, um mundo unificado pelo capital e ditado por seu próprio ritmo, tanto no que tange ao modo de se alimentar, e o que se consome, como a maneira em que se dá essa produção social, a forma de cooperação social no âmbito da reprodução do capital.

Assim temos na contemporaneidade, a implantação de uma nova forma de produção, atendimento e consumo no campo da alimentação, que atende às necessidades da redução do tempo, maior velocidade, acarretando um maior aproveitamento da produtividade do trabalhador e, portanto, maior lucratividade. Assim como, a regulação dos comportamentos no lazer, no modo pelos quais a vida cotidiana se harmoniza com o mundo das mercadorias. Neste contexto, tornou-se universal a implantação do tipo e da maneira de alimentação oferecida pelos *fast food.*

Assim, este estudo busca enfocar a reestruturação produtiva, a partir da análise sobre a empresa de *fast food*, McDonald's*,* e deste modo, resgatar o processo de produção de seus alimentos, a tecnologia investida, as definições sobre cor, aroma, gosto; as relações de trabalho, desde a estrutura funcional dos trabalhadores, a seleção dos funcionários e o treinamento para cumprir todas as funções que concretizam o processo produtivo. Implica também estudar, através da análise da propaganda de seus produtos, a ideologia que veicula, particularmente por ser uma cadeia de âmbito internacional.

Desta forma, a pesquisa resgata, desta cadeia, como as relações de trabalho efetivadas no McDonald´s expressam um tipo de reestruturação produtiva que decorre do desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, como o trabalho realizado nesta empresa responde ao impacto decorrente da aplicação de novas formas produtivas, resultantes, por sua vez, do desenvolvimento tecnológico.

Assim pesquisamos tanto o processo de seleção dos seus funcionários, hoje em torno de 36 mil no Brasil como os treinamentos aplicados, que tornam possíveis, ao observarmos suas lojas, a rapidez, a velocidade com que se tem que produzir, atender, cumprir metas, superar cada vez mais os próprios limites, tudo sempre acompanhado de gritos,

palavras de ordem, com o objetivo de quebrar novo recordes, o que conseqüentemente, aumenta a produção e o lucro num tempo reduzido.

O número de funcionários cresceu, consideravelmente, nos últimos anos, colocando a rede de *fast food* do Brasil entre as oito maiores do mercado da corporação em todo o mundo, sendo considerada por alguns setores da imprensa como sendo a terceira melhor empresa para se trabalhar hoje no Brasil:

Nesta perspectiva, elucidações sobre a cadeia McDonald's e sua inserção no Brasil, hoje consolidada em sua posição como a maior rede de serviço rápido, as suas relações com os consumidores e possíveis mudanças nos hábitos alimentares decorrentes de sua política, que têm sido objeto de outros estudos, nos subsidiaram para contextualizarmos nosso objeto e analisarmos os dados obtidos na pesquisa. A rede já atendeu, desde sua chegada ao Brasil em 1979, mais de quatro bilhões de clientes e superou a marca de 577 milhões de *Big Mac* vendidos, é como se a população do Brasil inteiro tivesse ido a restaurantes da rede, aproximadamente, 21 vezes.

Assim, detectamos um padrão de alimentação imposto aos consumidores, e como eles se apropriam desse espaço ditado e organizado pelo mercado. Espaço preferencial dos jovens que optam por um consumo, que consideram agradáveis ainda que sem possibilidades de escolha – na aparência, a multiplicidade da oferta – seja reduzida e padronizada. O gosto é, e tem de ser, inconfundível: a sua marca.

Dadas estas ponderações, observamos que, mais do que a inserção desta cadeia empresarial no mundo nos interessou a evidência das alterações que provoca nos hábitos alimentares de nossa população. Pois, embora, por um lado, responda a uma necessidade atual, que é a de comer rápido, o diferenciador que veicula em suas propagandas é o de que o comer rápido é também sinônimo de comer "bem", isto é, de forma saudável, higiênica, com conforto e "*status*", pois aparece como um bem de consumo de todas as classes sociais.

Ora, tais evidências nos remeteram ao fetiche que uma mercadoria representa, pois um dos motivos mais fortes da entrada deste padrão de alimentação rápida nas periferias não foi somente à falta de lazer, mas também esta fetichização da mercadoria.

> *"É evidente que o homem, por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica". (Marx, 1983:70).*

No entanto, no sistema capitalista essa lógica é invertida, ou seja, o criador é separado de sua criação, o que acarreta a construção metafísica do processo produtivo social.

> "*O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse qüiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais".(Marx; 1983,71).*

Essa característica do sistema capitalista que Marx denominou de fetichismo, transferida para a esfera das relações humanas, sociais, coloca a mercadoria no âmbito do privado, cobrindo assim sua função real, conseqüentemente, passa a ocorrer um poder de dominação da mercadoria sobre os homens, ou seja, o produtor perde o domínio sobre a mercadoria produzida, passando a depender do movimento que tal situação cria. Delegam-se assim poderes enigmáticos que tal mercadoria não possui.

A sociedade capitalista é, pois, mediada pela troca de mercadorias, transformada em "coisa" ou dinheiro, o que faz as relações sociais serem mistificadas, o que camufla o conflito entre capital e trabalho. A questão da mistificação da mercadoria que ocorre na sociedade capitalista é equiparada por Marx como tendo o mesmo efeito que a religião.

Dessa forma, fica claro na elaboração do nosso trabalho, que o que se efetiva no capitalismo são as relações coisificadas, assim comprar expressa a realização de liberdade, o comprar, via dinheiro, coloca os indivíduos em posição de "igualdade", uma vez que os indivíduos sendo possuidores de dinheiro terão acesso a todo e qualquer produto, assim, todos têm supostamente condições de obtê-los, o que faz desaparecer de maneira camuflada a desigualdade.

Mediante o conceito de fetiche da mercadoria, ficou claro o paralelo entre o próprio conceito e o McDonald's, uma vez esse exercendo em nossa sociedade a verdadeira essência do sistema capitalista de produção, não só, como modo de exploração do trabalho, como também um modo de viver e alimentar, e os altos investimentos que vêm ocorrendo nas periferias das grandes cidades, especialmente São Paulo, auxiliaram para o contexto deste estudo.

Neste sentido, inerente, à questão do fetiche da mercadoria, assistimos à veiculação de mensagens que respondem à demanda da população: comer rápido e bem, e é confiável, pois aceito no mundo todo, pelo público mais exigente. Ora, isto se torna um diferenciador em relação a todos os outros fornecedores existentes no mercado. Assim, tal imagem explicitou uma Ideologia, dado que responde à necessidade nos moldes idealizados pelo consumidor, ou seja, pela população. Assim, a ideologia como sendo o momento ideal da ação humana. Esse poder que a ideologia exerce desempenha função específica e determinada por uma dada situação social favorável à sua tendência e ao seu desenvolvimento histórico, como Lukács coloca. Apenas com

o intuito de delimitarmos o que compreendemos por *ideologia*, afastamo-nos de sua utilização que a reduz à simples falseamento da consciência, uma vez que a:

> *"Ideologia não é a consciência, mas uma forma específica desta; especificidade cujo traço marcante é o de estar voltado à prática, o de estar presente em toda a prática humano-social. Tendo em vista essa sua característica essencial, a ideologia, não pode ser o mesmo que consciência da realidade, pois as generalizações produzidas pela ideologia estão sempre orientadas pela práxis, pelo objetivo de transformar ou manter uma realidade dada". (Lukács apud Vaisman, 1986:53).*

Sendo assim, a ideologia funciona como um momento ideal que antecede e orienta a ação na medida em que o Homem é um ser fundamentalmente prático. Neste sentido, o enfoque que nossa pesquisa abordou sobre a reestruturação produtiva, passa necessariamente pelo poder da ideologia, uma vez que as condições capitalistas exigem do trabalhador práticas que são contrárias aos seus interesses.

Para a realização de uma maior exploração, o trabalhador precisa estar em "harmonia" com as práticas determinadas:

> *"Obrigar as pessoas a se submeter aos ditames do trabalho realizado como um 'hábito' mecânico – ditames que emanam do impulso inexorável do capital para o lucro – foi transformado em uma virtude inquestionável". (Mészáros, 1996:89).*

O discurso das novas formas de trabalho é fundamentalmente uma racionalização ideológica. Assim, para aprovar a contínua viabilidade da ordem econômica estabelecida, a ideologia desempenha um papel importante no processo de readaptações estruturais: *"A*

reprodução bem sucedida das condições de domínio não poderiam ocorrer sem a intervenção ativa de poderosos fatores ideológicos em prol da manutenção da ordem existente". (Mészáros, 1996:343).

Sendo a tecnologia um elemento altamente importante na forma de produzir desta empresa, sua renovação é constante, ou seja, as denominadas "estações de trabalho" estão em freqüentes mudanças para alcançar cada vez uma maior produção em um tempo cada vez menor.

Dessa forma, a reestruturação produtiva nos dias atuais acarreta mudanças profundas na forma de ser social e, com esta pesquisa, nos propusemos diagnosticar as mudanças que esse fato trás para a vida cotidiana das pessoas envolvidas com esta produtividade em lojas do McDonald's.

Assim, para elaboração deste trabalho esta prevista o total de três capítulos: I Americanização e *fast food* no Brasil, II O Sistema McDonald's e III A essência da propaganda na sociedade contemporânea.

São Paulo, Maio de 2005.

Carmen Lúcia Rodrigues Alves

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL (1937): UMA LEITURA Histórica DO PRIMEIRO FILME EDUCATIVO PRODUZIDO PELO GOVERNO VARGAS

Carolina Cavalcanti Bezerra
Pós-Graduação (Mestrado em Andamento), pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

Cinema e a educação visual

A escolha das imagens como objeto de estudo, deve-se à sua importância na sociedade atual e, também, à sua presença nos temas e preocupações educacionais. Portanto, justifica-se pela relevância que o assunto apresenta, seja para a educação, enquanto forma de organização e transmissão de conhecimento, seja para a sociedade, receptora e reprodutora destes saberes.

Segundo Pierre Bourdieu, "a experiência das pessoas com o cinema contribui para desenvolver o que se pode chamar de competência para ver, isto é, uma certa disposição, valorizada socialmente, para analisar, compreender e apreciar qualquer história cinematográfica". Mas Bourdieu entende, também, que essa competência não é adquirida apenas se vendo filmes. Toda atmosfera cultural em que as pessoas estão inseridas, lhes permite desenvolver determinadas maneiras de lidar com os produtos culturais.

Sendo assim, o grupo social e as experiências culturais do espectador influem de maneira importante na leitura que fará do filme. A começar pelo "gostar" ou "não gostar". Então, "o gosto pelo cinema enquanto sistema de referências está muito ligado á origem social e familiar das pessoas" [1].

Desta forma, ir ao cinema constitui uma "prática social importante que atua na formação geral das pessoas e contribui para distingui-las socialmente" [2]. O cinema, enquanto produto cultural participa da socialização dos indivíduos. Dentro da sociologia, podemos buscar as definições de socialização em dois autores importantes: Emile Durkheim e Georg Simmel.

---

[1]DUARTE, R. *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.17.
[2]Op. cit., p.14.

Durkheim acreditava que os indivíduos nascem egoístas e associais. Possuindo apenas alguns instintos básicos para sobreviver. A sociedade, representada pelos adultos, incute sobre os recém-chegados, os requisitos necessários ao convívio em sociedade. Para ele, a educação tem um papel importantíssimo neste processo, pois é ela que vai possibilitar a formação do ser social. Assim, tornar-se social significa interiorizar, pela ação educativa, "um sistema de idéias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós o grupo ou os grupos diferentes do quais fazemos parte. Tais são as crenças religiosas, os valores morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda espécie" (DUARTE, 2002, p. 15)[3].

Por sua vez, Simmel, vê a "socialização como um processo no qual o indivíduo socializado tem participação ativa, interfere nas condições em que ela acontece e modifica o mundo social" (DUARTE, 2002, p. 15)[4]. Assim, a socialização é algo que está sempre em construção e não apenas uma transmissão de valores, normas, regras. Para ele, o ser social é um produto de um conjunto de interações, em que possui um papel ativo a desempenhar, sejam interações em ambientes intencionalmente educativos (escola, igreja, família) ou em que não exista intencionalidade pedagógica (grupo de pares, relações de trabalho, etc...).

Apesar das diferenças de visão, Simmel e Durkheim concordam que a educação na escola é apenas uma das muitas formas de socialização de indivíduos humanos. Assim, faz-se importante identificar e analisar todos os espaços e circunstâncias nos quais esses processos acontecem. Um destes espaços é o cinema. Segundo Duarte:

> *"Ver filmes, é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais"* [5].

Pensando nos aspectos mais subjetivos da vida social, como concepções acerca do amor romântico, fidelidade conjugal, sexualidade, etc, possuem como referência significações que emergem das relações construídas entre espectadores e filmes. Estes aspectos subjetivos são permeados ao terem contato com obras artísticas. Assim:

---

[3]DUARTE, R. *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.15.
[4]Op. cit., p.15

> *"Parece desse modo que determinadas experiências culturais, associadas a uma certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais"* [6].

E enquanto os olhos vêem o que as imagens narram, a massa de espectadores acredita mesmo ser possível aprender, viajar, conhecer e saber através, essencialmente, do depoimento das cores, formas e sons vistos. Afinal, estamos vendo. Estamos vendo? Será que o conhecimento que adquirimos através da imagem é o real ou uma representação/reconstrução deste? E o que isso significa para a formação de nossa inteligibilidade do mundo?

Interessa-nos, particularmente, pensar a imagem enquanto representação do real para uma sociedade que vem sendo, cada vez mais, alfabetizada tanto pelas imagens que circulam em nosso cotidiano, quanto pelas metodologias de uso destas na educação.

> *"As palavras nas línguas alfabéticas são sempre representantes abstratos daquilo a que se referem, pessoas, coisa, idéias. Já a imagem-som é uma reprodução real daquilo que reproduz, independente de ser um telejornal ou um filme de seres fantásticos. Aparece visualmente como se fosse real e o é, pois vemos sua forma, cor, movimento, som".* [7]

Estamos presenciando uma cultura social completamente envolvida nos meios de transmissão de imagens. Cadeias de fotogramas que estão, pouco a pouco, se constituindo como a principal fonte de conhecimento, informação e formação da história e da sociedade que se apresenta no mundo da imagem.

Por tal motivo, a escolha da imagem como elemento principal da pesquisa justifica-se por sua importante expressão na educabilidade e na construção da memória do homem/mulher atual:

---

[5]Op. cit., p.17.
[6]DUARTE, R. *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.19.
[7]ALMEIDA, M. J. A. A *Imagens e sons: a nova cultura oral.* São Paulo: Cortez, 1994, p.19.

> *"Ver filmes, analisá-los, é a vontade de entender a nossa sociedade massificada (...). Uma sociedade que se educa por imagens e sons, principalmente da televisão, quase uma população inteira (ricos, médios e pobres) que não tem contato com a escrita, o contato da memória escrita, a reflexão com a escrita. E também a vontade de entender o mundo pela produção artística do cinema".* [8].

Entender o mundo pela produção artística do cinema. Compreender as concepções e relações humanas através da produção de representações, alegorias, cenários, coreografias, musicalidade, cores, formatos, e todo o aparato financeiro, social, histórico, mercadológico, etc. que compõem o cinema. Interpretar a sociedade pela forma como o conteúdo e o contorno destas expressões se relaciona com o espectador e o envolvem numa trama de conhecimentos e valores que são assimilados e reproduzidos em seu desenvolvimento.

Por isso, o interesse da Educação pelo cinema se dá pela sua dimensão eminentemente pedagógica. Precisamos entender qual é o alcance desta participação na vida das pessoas. "Grande parte da população vê o real naturalizado, reproduzido pelo audiovisual, como a verdadeira representação visual do real, com a qual opinam, produzem verdades e agem, tanto no mundo cotidiano como no intelectual, acadêmico" [9].

Neste movimento, percebemos a necessidade de recortar, dentre as inúmeras possibilidades que o cinema nos propõe, aquela que irá nos acompanhar ao longo de toda a trajetória deste estudo; o cinema de Humberto Mauro, em particular, o filme *O Descobrimento do Brasil.*

Educação visual através de Humberto Mauro

> *"Um filme é como uma pessoa. É só dialogar com ele: o que podemos perguntar-lhe, o que ele pode nos responder?" Jean-Claude Bernadet*

---

[8] ALMEIDA, M. J. A. A *Imagens e sons: a nova cultura oral.* São Paulo: Cortez, 1994, p.12.

[9] ALMEIDA, C. A. *O cinema como "agitador de almas": argila, uma cena do Estado Novo,* São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999, p.25.

Com este mesmo pensamento o cinema educativo ou nacionalista dominado pelo controle do Estado[10] começou a servir às ideologias nacionais.

Em 1937, Humberto Mauro[11], dirige *O Descobrimento do Brasil,* seu primeiro filme para um órgão governamental, o Instituto do Cacau da Bahia (ICB) [12]. Neste, o cineasta detalha a chegada dos portugueses ao Brasil até a realização da Primeira Missa celebrada no país.

Depois de produzido este filme foi incorporado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) que teve, em 1932, seu primeiro movimento de oficialização com o Governo Provisório que designou decreto assinado por Getúlio Vargas e Francisco Campos[13].

Nesta data, o então Ministro da Educação, Francisco Campos, tinha como compromisso do seu ministério, fazer "sistematização da ação governamental na área do cinema educativo, através de órgão próprio" [14]. Entretanto, havia uma forte tendência de fazer uso do cinema como ferramenta de divulgação das ações do governo de Getúlio Vargas.

Edgar Roquette-Pinto, idealizador e criador do INCE pensava os seguintes objetivos para o Instituto: "promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como um processo auxiliar do ensino, e ainda como meio de educação popular" ou ainda "instruir aqueles que não tiveram educação formal" [15].

10MACIEL, A. C. de M. D. *Figuras e Gestos de Humberto Mauro: uma edição comentada.* Dissertação de Mestrado - Departamento de Artes, Instituto de Multimeios, Universidade Estadual de Campinas, 2000, p.12.

[11](1897-1983) Diretor nascido em Volta Grande (MG) e de grande importância para o desenvolvimento da cinematografia nacional. Em 1910 tem seu primeiro contato com o cinema através de filmes exibidos em Cataguases. Seu primeiro filme intitulado *Valadião, o cratera* data de 1925. Em 1974 filma seu último filme, *Carro de Bois*, único trabalho realizado em cores por Humberto Mauro.

[12] Órgão fundado em 1931 que sobrevivia com uma verba da produção de cacau e financiava, através de empréstimo, obras públicas.

[13] Ministro da Educação do governo provisório de Getúlio Vargas até 1934. Um dos trechos do decreto explicita: "considerando que os filmes educativos são material de ensino, visto permitirem assistência cultural, com vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo, sobre analfabetos".

14SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.173.

15 RAMOS, F.P. e MIRANDA, L.F. (orgs). *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Senac, 2000, p.471.

À convite de Roquette Pinto, Mauro torna-se parte do *staff* do INCE produzindo centenas de filmes nos quase 30 anos que trabalhou para divulgar e popularizar conceitos de medicina, história, geografia, zoologia etc.

O papel de Humberto Mauro na educação nacional através de imagens iniciou-se bem antes de sua direção de *O Descobrimento do Brasil* [16], seu primeiro grande trabalho com moldes de superprodução. Baseado na Carta de Pero Vaz de Caminha sobre as descobertas em terras brasileiras, "é também o resultado da apropriação fílmica de documentos consagrados a que o filme se propõe reconstituir"[17].

> ***"****(...) O Descobrimento do Brasil e Os Bandeirantes, são reconstituições históricas, encomendadas por instituições públicas. O primeiro tem um frescor de tratamento histórico que é raro em qualquer cinematografia****"*** [18]*.*

Propunha-se como marco do "nascimento de uma nação" (fazendo aqui referência ao filme de D.W. Griffith[19] de mesmo nome) ambicionando a releitura do documento acima citado (carta de Vaz de Caminha) através de imagens.

Um bom motivo para um novo olhar da obra

Qual a relevância deste estudo? Qual seria o incentivo em trabalhar mais uma vez com Humberto Mauro e sua obra *O Descobrimento do Brasil*?

Olhar para o filme *O Descobrimento do Brasil* de Humberto Mauro como obra audiovisual de instrução, informação e educação política do governo de Getúlio Vargas.

---

[16]Já pequeno interessava-se por todo tipo de novidade, e sua primeira 'paixão', seria o rádio. O teatro também viria a ser um dos assuntos de empenho nas conversas de Mauro. A admiração por diretores já renomados, fez de Mauro, um amante do cinema clássico. Era atraído pelo trabalho dos cineastas Charlin Chaplin, D. W. Griffith, King Vidor, Ernst Lubitsch e Serguei Eisenstein (RAMOS, 2000, p.363).

[17]SCHVARZMAN, S. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil.* São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.146.

[18]GOMES, A. C. G. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, p.64.

[19]David Wark Griffith, nascido em 22/01/1875 e morto em 21/07/1948 de uma hemorragia cerebral, dirigiu em 1915 *O Nascimento de uma Nação*, baseado no romance The Clansman, de Thomas Dixon. Uma obra que exaltava a Ku Klu Klan e menosprezava os negros e seus anseios de uma nação igual para todos.

Identificar e analisar a construção estética de uma imagem de Estado e o apelo a um sentimento de nacionalismo que o filme apresenta.

A proposta de investigação baseia-se na construção metodológica que deverá debruçar-se, fundamentalmente, sobre alguns princípios e estudos acerca do tema e considerar as teorias que garantam a especificidade do estudo das imagens e sons em movimento.

> *"Como fazer para que, depois da sessão, o espectador se lembre mais do enredo e dos personagens, que das movimentações da câmara? Para isto, foi necessário desenvolver uma linguagem que passasse como que despercebida".* [20].

Nestes momentos desapercebidos de cortes e focos escolhidos é que construímos o sentido da narrativa da imagem. A inteligibilidade da imagem é compreendida nesta dança de cortes e movimentos, onde o espectador constrói e re-constrói sua história, memória e compreensão do mundo que se propõe a ele. E é nesta mesma dança que se constituem os conteúdos do(s) autor(es/as) da imagem.

> *"Diante desta situação, em que a maioria das imagens produzidas na atualidade se dissolvem no ar, deixando apenas uma sensação de estranheza e mal-estar, é preciso* garimpar *em meio às produções e experiências com imagens e com a reprodução de imagens, aquelas que possam iluminar nossa vida contemporânea, trazendo à tona a possibilidade de compreensão da mesma".* [21]

Assim como a imagem, será necessária a escolha de algumas narrativas e concepções que se formulam acerca do Estado e do nacionalismo do período Vargas, em particular àquelas que se vinculam à Carta de Pero Vaz de Caminha, base para a criação da Obra de Humberto Mauro.

---

[20] BERNADET, J-C. *O que é cinema.* São Paulo: Brasiliense, 2000, p.41.

[21] MIRANDA, C. E. A. *O que estamos vendo? Um estudo sobre a imagem e educação na era da reprodutividade técnica.* Campinas, 1996. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, p.11.

Assim, para este momento, assumimos como princípios de metodologia, em primeiro lugar, a compreensão das imagens como narrativas de construção da história e elemento essencial do processo de educação social e visual.

Uma nova leitura d'*O Descobrimento do Brasil* abre-se aqui, partindo do princípio que o filme foi construído através de imagens pré-concebidas resgatadas por Mauro. Tais como: a própria Carta de Caminha, as pinturas que retrataram a época do descobrimento do Brasil (*A primeira missa, Victor Meirelles/1860* entre outras*)* e obras cinematográficas assistidas (*O Triunfo da Vontade de Leni Riefenstahl/1934* entre outras)*.*

Finalizando, a releitura de Humberto Mauro e sua obra mostram-se relevantes na medida em que a construção de um momento histórico através de imagens agentes e a formação da memória individual e coletiva sobre tal fato histórico[22], foi construída em um governo onde o cinema começava a servir como ferramenta de divulgação de ideários políticos.

O novo caminho que vem sendo percorrido através do estudo das imagens apresentadas na obra, bem como seu poder na formação de uma memória específica (no caso aqui histórico), torna-se importante na medida em que cada vez mais o cinema e os filmes vêm sendo utilizados como ferramentas de instrução em salas de aula.

Jacques Le Goff ao tratar dos documentos (no caso os impressos) como monumentos históricos, tem um pensamento muito interessante que por si só incentivaria uma nova leitura d'*O Descobrimento do Brasil*:

> *"O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só análise do documento quanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa"* [23]*.*

[22] "A memória natural é aquela que está inserida em nossas mentes, nascida simultaneamente com o pensamento; a memória artificial é aquela que é fortalecida e conduzida pelo ensinamento da razão" *In.* ALMEIDA, M.J. *Cinema: Arte da Memória.* Campinas: Autores Associados, 1999, p.67.

[23] LE GOFF, J. Documento/Monumento. *In: História e memória***.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p.535-549.

Em cruzada pela virtude:

Inquietações, possibilidades metodológicas e abordagens acerca do processo de formação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Província Nossa Senhora de Lourdes 1960 – 1990.

Caroline Jaques Cubas - UFSC

Seus conventos serão as casas dos doentes;
suas celas, um quarto de aluguel;
suas capelas, a igreja paroquial;
seu claustro, as ruas das cidades ou as salas dos hospitais;
terão por clausura a obediência;
por grade, a crença em Deus,
e por véu a modéstia[1].

Sinos, cantos incorpóreos, trabalhos, orações, vícios e virtudes. Tendo por palco bucólicos campos ou claustrais construções, é geralmente bastante romântica a imagem criada acerca daqueles e daquelas que se dedicam à vida religiosa. Na literatura, onde o mundo monástico é comumente envolto nesta aura de fantasia, sensibilidade e mistério, encontramos o respaldo necessário para a manutenção de tal imagem. Seja protagonizando romances, como em Umberto Eco ou Diderot, onde atuam, respectivamente, Frei Guilherme de Bakersville ou a Irmã Suzanne Simonin imersos em sortilégios e consagrações, ou apenas figurando e servindo de apêndice às narrativas, como em Shakespeare ou Victor Hugo, podemos recorrer a vários personagens, mesmo que representantes de diferentes escolas literárias, se desejarmos nos envolver nesta sensibilidade romântica. Não precisamos, no entanto, nos restringir à Europa, pois Martins Pena, Bernardo Guimarães e Raul Pompéia são três exemplos categóricos da representatividade de tal imagem em terras brasileiras.[2] Narrativas acerca da vida religiosa não se limitam, porém, apenas ao mundo literário. Ao revisitar nossas próprias lembranças é muito

raro aqueles que não trazem consigo a referência a um padre ou uma freira em especial. Falemos, agora, especificamente de freiras.

Em meus tempos de meninice elas sempre estiveram presentes. E não poderia ser diferente para uma aluna do Colégio São José, de Itajaí, mantido desde 1941 pela Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. O encanto e o medo eram dois sentimentos que se permeavam cada vez que as observava a distância. Sempre à distância. Recordo-me delas como entidades inatingíveis, oscilando entre aquilo que eram e aquilo que meus sentidos ordenavam que fossem.

Com o passar dos anos minha interpretação acerca da atuação dessas mulheres foi sofrendo modificações. O respeito e o receio não. Ainda tenho ressalvas quando delas preciso me aproximar, todavia agora sei que seu alcance vai bem além dos muros do imponente Colégio São José. As concepções acerca da atuação delas foram sendo transformadas ainda durante os anos de escolarização quando, anualmente, assistíamos à biografia de Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus que, além de fundadora da congregação, ostenta agora o título de santa obtido em 2002, após longo processo de canonização.[3] O filme ao qual me refiro é a descrição factual da trajetória de Madre/ Santa Paulina desde os tempos em que, respondendo ainda pelo nome de Amábile Lúcia Visintainer, acompanhou sua família, deixando o Vígolo Vattaro, em Trento, na Itália já unificada de 1875 e se estabeleceu em Santa Catarina, nas terras onde hoje se localiza o bairro de Vígolo na cidade de Nova Trento. Ao narrar a obra de Amábile e suas companheiras, o filme apresenta também o processo de fundação e expansão da própria congregação, afinal, tais histórias se permeiam.

A Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, fundada em 12 de julho de 1890, é a primeira congregação religiosa feminina do sul do Brasil. Estendeu suas fronteiras para além da cidade de Nova Trento, onde foi instituída e, atualmente, encontra-se organizada em quatro províncias e uma regional. São elas: Província Nossa Senhora de Lourdes, com sede em Itajaí; Província Imaculada Conceição, com sede em São Paulo; Província Coração de

Jesus, com sede em Belo Horizonte; Província Imaculado Coração de Maria, com sede em Cuiabá e a Regional Virgem de Guadalupe, com sede em Manágua, na Nicarágua. Além de estar presente em quinze estados brasileiros, a Congregação possui comunidades na Colômbia, no Chile, na Bolívia, na Nicarágua, na Guatemala, em Tchad e Camarões, na África e em Vigolo Vattaro, na Itália.[4] Atuam, majoritariamente, na área da educação, da saúde e do trabalho pastoral, entretanto, mesmo durante o trabalho pastoral, o atendimento em hospitais, centros terapêuticos e postos de saúde, continuam indiretamente educando afinal, de acordo com o que propõe os Estudos Culturais, o trabalho educativo não se restringe, necessariamente, à escolarização.[5]

A questão do trabalho educativo, aliás, é a pedra fundamental sobre a qual foram - e estão sendo - erigidas minhas reflexões, as quais engendraram esta comunicação. Acredito que o trabalho das Irmãzinhas da Imaculada Conceição seja relativamente visível atualmente, principalmente após a instituição de Madre Paulina enquanto santa. No entanto, faz-se bastante ponderável refletir acerca de quem são estas Irmãzinhas. Ao discutir sobre a atuação delas dentro de um amplo projeto educativo esquecemos, muitas vezes, que elas também foram – e continuam sendo - educadas. Diferente do que eu pensava aos oito ou nove anos de idade, estas irmãs não nasceram de hábito. Passaram, inquestionavelmente, por um processo de educação formal e informal onde, além de idéias educadas, tiveram também seus corpos moldados. Foram educadas para educar e servir. Servir ao próximo e servir de exemplo, de parâmetro e referência comportamental.

Quais as marcas deixadas por tal trajeto? Como se processa a transformação de adolescente-peralta em irmã-exemplo? Quais os sentidos e sentimentos que compõe, afinal, este vir-a-ser irmã e, posteriormente, quais as implicações existentes em ser, efetivamente, uma religiosa? Ocupar a posição/ função de freira/ irmã da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição acarreta uma série de pressupostos e, o primeiro deles é, indubitavelmente, servir. Servir seguindo os preceitos *de Jesus Cristo, assumindo seu projeto*

de estilo de vida, expressos no Evangelho e estabelecidos nas Constituições.[6] Ao seguir os preceitos estabelecidos nestas constituições, segue-se, conseqüentemente, à instituição que as elaborou, ou seja, a Igreja Católica. Tais constituições, entretanto, não são estáticas. Sofrem reelaborações e, nas últimas décadas, tais modificações podem ser relacionadas com as determinações do Concílio Ecumênico Vaticano II, o qual se desenvolveu entre 1962 e 1965. De acordo com a Irmã Leodi Bolzan[7] as resoluções do Vaticano II possibilitaram maior abertura à Igreja Católica, mas, ao mesmo tempo, criaram alguns impasses, como os ocasionados pela não obrigatoriedade do uso do hábito, fato que contrariou absolutamente os mais consevadores e fez com que muitas abandonassem a vida religiosa.

De qualquer forma tal Concílio, seguido pelas reuniões do Conselho Episcopal Latino-Americano em Medellin, Colômbia, no ano de 1968 e em Puebla, México, no ano de 1979, definiu novos parâmetros para a atuação religiosa, determinando práticas divergentes daquelas definidas pelo catolicismo ultramontano de outrora. Tais determinações foram certamente sentidas, direta ou indiretamente, por aquelas que, durante este mesmo período, dedicavam-se à vida religiosa. Bastante representativo é, portanto, o depoimento de uma aspirante dos anos oitenta que, ao narrar sua experiência nas casas de formação, conta que suas colegas estavam mais interessadas em discutir questões conjunturais do que nas aulas de mariologia proferidas pela Irmã-formadora. Tal discussão foi categoricamente freada pela irmã com a assertiva de que política era coisa do PT.[8]

Percebe-se, assim, que a conjuntura política, econômica e social figurava entre as preocupações de algumas das moças que se dedicavam à vida religiosa, ou seja, elas não viviam em um mundo à parte, isoladas por entre as paredes espessas e gélidas de um convento com estruturas medievais. Dessa forma, torna-se demasiado instigante refletir acerca do processo de formação e da atuação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição exatamente neste momento em que as próprias estruturas da Igreja Católica enquanto instituição estavam em processo de redefinição, ou seja, durante o período que vai de 1960 a 1990. Sendo assim,

venho, através desta comunicação, sugerir algumas possibilidades metodológicas e diferentes abordagens acerca do tema em questão.

Consciente das limitações de um trabalho que visa enquadrar-se dentro nas novas perspectivas do fazer historiográfico, a delimitação espacial da pesquisa torna-se ponto fundamental. Neste caso, é o próprio objeto de pesquisa que vem determinar suas fronteiras, mesmo que de uma forma não-convencional. Um dos consensos existentes dentro da Congregação diz respeito a não criação de vínculos ou "raízes". Tal consenso, mesmo quando não verbalizado explicitamente, construía-se – e assim ainda o é - através de uma série de práticas, entre as quais uma das mais categóricas era a itinerância. As etapas de formação não se davam apenas em uma casa ou cidade, mas em várias, sendo todas pertencentes a mesma província. Por este motivo, ao invés de elencar uma cidade ou uma única casa, delimitaremos como recorte espacial a Província Nossa Senhora de Lourdes, com sede em Itajaí, por abarcar, dentre outros, o estado de Santa Catarina possibilitando, destarte, maior mobilidade às reflexões. A questão territorial não está sendo vista somente a partir de fronteiras políticas ou geográficas, porém socialmente construídas e, portanto, simbólicas.[9]

Pensar a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, a partir da perspectiva da história das religiões e religiosidades nos abre um amplo leque de possibilidades metodológicas. Em um primeiro momento, é possível problematizar as representações e motivações que engendravam a busca pela vida religiosa. Sabe-se que a procura por uma congregação religiosa pode ser incitada por diferentes motivos, desde um chamado vocacional até a tentativa de fuga de uma realidade deveras desencantada, onde a vivência institucional da religião apresenta-se como oportunidade única de estudo, erudição e distinção social.[10] Para isso, fazem-se fundamentais as reflexões propostas por Pierre Bourdieu acerca das representações enquanto portadoras de eficácia simbólica na construção de uma realidade, dos ritos de instituição visceralmente ligados e investidores de autoridade à estas construções e da constituição de capital social, *como o conjunto de recursos que estão ligados à posse de uma*

rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinados grupos.[11]

Após este primeiro momento, instigado pela ingênua suposição romântica da existência de um devir monástico, poderemos mudar nosso foco e nos direcionar a compreensão das especificidades do processo de formação das Irmãzinhas. Nesse sentido Michel Foucault, no intuito de descortinar questões referentes ao estabelecimento das relações de poder e saber dentro da congregação, assim como das possíveis formas de sujeição, situando-as sempre dentro de um discurso normatizador, é um respaldo primoroso.[12] Vale pontuar que este discurso atua sobre os corpos e mentes das futuras irmãs, instituindo papéis sociais. Como tratamos de uma congregação feminina, torna-se gritante a reflexão acerca das possíveis contradições entre ser freira e mulher. Quais as práticas existentes para lidar - ou velar - questões referentes à sexualidade? Como se processa a reelaboração identitária feminina em um espaço que, *a priori*, supomos assexuado? Quais os elementos que, por fim, vão configurar este ser – feminino e em relação ao quê ele acaba por se constituir? Para tanto, Guacira Lopes Louro oferece-nos consistente respaldo ao relacionar questões como sexualidade e educação, escolarizada ou não, a partir de referenciais pós-estruturalistas, estendendo o conceito de diferença e percebendo-o através da linguagem e suas significações.[13]

Ao tecer interpretações acerca deste complexo processo de formação, repleto de meandros e sutilezas, faz-se mister relacioná-lo com o direcionamento dado a estas irmãs e, conseqüentemente, pensar as formas de atuação e inserção social delas. Qual era - e é - a função social de uma freira? Como elas se situavam dentro da estrutura eclesiástica? O que as diferenciava de uma leiga assistente social? O que as instituía socialmente enquanto freiras agora que o hábito não era mais exigido? É importante pontuar que estaremos pensando estes aspectos dentro de um efervescente contexto, onde o novo, ao mesmo tempo em que fascina e aguça, aterroriza. Além de um breve retorno a Bourdieu e seus escritos acerca das trocas

simbólicas e ritos de instituição, como já pontuados, lançar-nos-emos à análise do cotidiano destas irmãs, percebendo-o enquanto espaço politizado e campo profícuo de análise de conjunturas sociais, a partir de uma leitura hermenêutica, a qual pressupõe formas interpretativas da experiência de vida em sociedade.[14]

Ao invés de respostas ou constatações, esta comunicação vem, além de sugerir algumas possibilidades metodológicas e diferentes abordagens acerca do monasticismo feminino, trazer dúvidas e inquietações afinal, pensar a respeito de uma congregação religiosa feminina é pensar sobre mim. Pensar sobre nós. Vivemos em uma sociedade, mesmo que inúmeras vezes a contragosto, arraigada em valores cristãos. Tais valores nos permeiam, nos comandam e nos regulam. Seja através de discursos, educandários, hospitais, creches, trabalhos comunitários e/ ou pastorais as irmãs fazem-se presentes. Estão vivas. Marcam-nos o corpo ou jazem, de alguma forma, em nosso âmago. A Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição aparece, neste contexto, como encantadora possibilidade. Não que acredite ser possível fugir desta rede discursiva e instituir novos valores através de um trabalho historiográfico. Até porque isto implicaria apenas na substituição de algumas regras normativas. No entanto espero que, por meio dele, seja-me permitido experimentar, da mesma forma que Victor Hugo ao humanizar a quimérica Irmã Simplícia, os deleites de evidenciar as irmãs que tanto me marcaram, me assombraram e me encantaram, enquanto mulheres que vivem, e temem, e sofrem e sorriem e sentem e choram de emoção.

---

[1] HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edameris, 1967. Livro 2, p 80.

[2] Cf. ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record, 1986.; DIDEROT, Denis. *A Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.; SHAKESPEARE, William. *Comédias e Sonetos*. São Paulo: Abril Cultural, 1981; HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Edameris, 1967.;PENA, Martins. *O Noviço*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.; GUIMARÃES, Bernardo. *O Seminarista*. São Paulo: Ática, 1976. ; POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

[3] Em 1988, o Papa concedeu à religiosa o título de venerável. Ou seja, o Vaticano reconheceu que em diversos pontos do país havia seguidores de Madre Paulina. Em 1990, depois de 24 anos de investigações médicas e espirituais, o Vaticano confirmou a veracidade do primeiro milagre da religiosa, ocorrido em 1966 com a cura da catarinense Eluisa Rosa de Souza. Em 1991, quando esteve em Florianópolis, capital de Santa Catarina, o papa oficializou a beatificação de Madre Paulina. Em 14 de Dezembro de 2000, o Tribunal Eclesiástico da Igreja Católica confirmou a veracidade do segundo milagre da religiosa, concebido no dia 5 de Junho de 1992, com a cura da menina Iza Bruna Vieira, em Rio Branco, no Acre. Em 7 de Julho de 2001, o Papa assinou um termo para confirmar a veracidade dos dois milagres de Madre Paulina. Em 26 de Fevereiro de 2002, o Papa anunciou a canonização de Madre Paulina para 19 de maio de 2002.

[4] Informações disponíveis no site oficial da congregação: http://www.ciic.org.br/

[5] Para uma discussão mais elaborada acerca da educação na perspectiva dos estudos culturais cf. SILVA, Tomaz Tadeu. (Org). *Alienígenas na sala de aula*: uma introdução aos estudos culturais em educação.Vozes, 1995.

[6] Link **Identificação** disponível na página oficial da CIIC – Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. http://www.ciic.org.br/identificacao.htm; acessado em 06 de setembro de 2004.

[7] BOLZAN, Ir. Leodi, 38 anos.Depoimento, setembro de 2004, Itajaí. Entrevistadora: Caroline Jaques Cubas. Acervo da autora.

[8] SANSONOWICZ, Onice. Depoimento obtido através de conversa informal e documentado através de anotações pessoais, com a autorização da informante, abril de 2004, Itajaí. Entrevistadora: Caroline Jaques Cubas. Acervo da autora.

[9] Para uma discussão mais elaborada acerca das definições territoriais cf. BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.107.

[10] SILVA, Marilda Checcuci Gonçalves da. *Imigração italiana e vocações religiosas no Vale do Itajaí*. Blumenau: Edifurb, 2001.

[11] BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.10. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. e BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Ed. da USP, 1998.

[12] Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.;FOUCAUL, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber. Rio de janeiro: Graal, 1988.; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. e FOUCAULT, Michel. *Vigia e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

[13] Cf. LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. *Labrys*: revista eletrônica de estudos feministas. n 4, agosto/ dezembro de 2003. Disponível em http://www.unb.br/ih/his/gefem/, acesso em 15 de maio de 2004. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.. Nas redes do conceito LOURO, Guacira Lopes de gênero. In LOPES, M. J.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996. LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Para uma reflexão inicial acerca da teoria pós–estruturalista cf. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo horizonte: Autêntica, 1999.

[14] DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*. São Paulo, (17), nov.1998.

Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)

Caroline Silveira Bauer[1]

Os regimes de terrorismo de Estado implantados pelas ditaduras cívico-militares de segurança nacional foram regimes autoritários, implantados através de golpes de Estado de caráter contra-insurgente, seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, atingindo o Cone Sul durante o período das décadas de 1960 a 1980. Estima-se que, em 1979, "dois terços da população latino-americana, calculada na época em 400 milhões de habitantes, viviam em Estados dotados de regimes militares ou sob dominação castrense."[2]

A experiência inédita desses regimes – não a intervenção militar na política propriamente dita, que é fato recorrente na história da América Latina[3] – levou pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento a formularem teorizações que explicassem aquela realidade. As teses mais aceitas e conhecidas são as de Guillermo O'Donnell e seu conceito de autoritarismo-burocrático[4] e Agustín Cueva e a conceituação do fascismo latino-americano[5]. Outra, ainda pouco explorada pelos pesquisadores brasileiros, é a que pretende interpretar esses regimes como regimes de terrorismo de Estado. Em realidade, apenas os acadêmicos brasileiros ainda não se dedicaram a discutir os limites e as possibilidades da utilização desse conceito para o caso de seu país. Pesquisadores de outras nacionalidades, incluindo os que tiveram em seus países a experiência de regimes de terrorismo de Estado (como argentinos, chilenos e uruguaios), quando estudam esses regimes não hesitam em considerar a ditadura cívico-militar brasileira como um exemplo de terrorismo de Estado.

Este breve artigo tem como objetivos apresentar o conceito de terrorismo de Estado e justificar a aplicação para a ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira e, assim, proporcionar uma hipótese de interpretação para a repressão política empregada no período. Trata-se de objetivos com os quais trabalho em minha dissertação de mestrado, que visa dar inteligibilidade às ações praticadas pelo Departamento de Ordem Política e

Social do Rio Grande do Sul[6] através do arcabouço teórico-conceitual proporcionado pelas análises que trabalham com o conceito de "terrorismo de Estado".

A análise está dividida em duas partes: a primeira, apresentará o conceito de terrorismo de Estado e a possibilidade de utilização para as ditaduras cívico-militares do Cone Sul da América, principalmente para o caso brasileiro; e a segunda, procurará interpretar as ações de repressão política como resultados do regime de terrorismo de Estado implantado com o golpe cívico-militar de 1964, através das práticas repressivas aplicadas pelo regime.

Para uma definição precisa do termo "terrorismo", seria necessário "recuperar tanto algunas de las manifestaciones empíricas con que el fenómeno apareció en la historia, como aquellas reflexiones teóricas que esos fenómenos suscitaran sobre el terror y el terrorismo."[7] Porém, esta tarefa ultrapassa os objetivos desse artigo. A título de exemplificação, poder-se-ia assinalar que as formas mais desenvolvidas de terrorismo surgiram durante o século XX, sendo possível uma classificação tipológica, frente a pluralidade de grupos e Estados que se valeram dessas práticas no último século. Em relação a quem é o agente terrorista, poderia classificá-lo como fruto de ações individuais, ações grupais (políticas, religiosas, étnicas, etc) e ações estatais; quanto ao alcance dos atos de terror, poderia classificá-lo como terrorismo nacional (aplicado dentro das fronteiras de um país por membros – indivíduos, grupos ou Estado – do próprio país), terrorismo internacional (indivíduos, grupos ou Estado) agindo fora de suas fronteiras e terrorismo transnacional; quanto à modalidade das ações terroristas; e, finalmente, em função dos objetivos buscados.[8] No entanto, após os atentados de 11 de setembro de 2001 e a declarada "guerra contra o terror", o termo tem sido apresentado como um conceito auto-evidente, tendo sido aplicado de forma arbitrária e extensional, destacando, apenas, sua conotação política.

Segundo uma análise weberiana, o Estado mantém o monopólio de aplicação da força física contra os indivíduos. Nesse sentido, "dizer que o poder político possui o monopólio da violência é afirmar que esta é seu *meio específico* e tendencialmente

exclusivo, mas não significa afirmar que a violência é o *fundamento* exclusivo e tampouco o fundamento principal do poder político."[9] Alguns pesquisadores não aceitam o conceito de "terrorismo de Estado", ou melhor, a estratégia de imposição sistemática do terror sobre a população de um Estado como uma estratégia política, como "terrorismo" propriamente dito. Essa dificuldade na aceitação do conceito residiria no "preconcepto de aquellos que fuerzan la distinción entre fuerza e violencia."[10] Para esses autores, o suposto "terrorismo" estaria incluso nas medidas das quais um Estado poder-se-ia valer como detentor do monopólio de aplicação da força física.

O controle de uma população em um regime democrático é baseado na possibilidade e uso da violência, porém, ainda sim é necessário um consenso, ou seja, uma tentativa de legitimação perante a sociedade ou pelo menos parte dela. A violência, nesse caso, é mensurável, ou seja, atinge as condutas desviantes que foram determinadas com antecipação – os crimes – e as castiga com intervenções físicas – no caso, prisão – cujo valor é também preestabelecido e medido conforme a gravidade da desobediência – as penas estabelecidas pelo Código Penal. Esse tipo de violência provoca na população um temor racional e permite o cálculo dos custos dos comportamentos de desobediência.[11] Nesse tipo de regime, estão previstas medidas de exceção para situações excepcionais em suas próprias constituições. No entanto, é necessário distinguir "dichos casos de aquellos otros en que alegando también situaciones excepcionales se ha alterado el desenvolvimiento de la vida política e institucional do país actuando *contra-legem*."[12] Há uma distinção entre "medidas de exceção", ou seja, previstas pelo Estado democrático e "Estados de exceção", resultantes de uma nova estruturação do Estado frente a uma grave crise social.[13]

Um Estado de exceção seria "aquel que debido a circunstancias límites, casi siempre motivadas por una crisis política grave, abandona la normatividad del Estado de derecho para adquirir formas excepcionales al margen de la legalidad institucional representada por el modelo tradicional del Estado democrático-parlamentario."[14]

Em um primeiro momento, as ditaduras cívico-militares de segurança nacional instauradas no Cone Sul da América Latina seriam Estados militares, tratando-se de "un modelo arquetípico de Estado de Excepción"[15] caracterizado "por el hecho de que el aparato represivo fundamental del Estado burgués, las Fuerzas Armadas, suprime, subordina y asume las funciones del resto de aparatos propios de aquel Estado, es decir, el Parlamento, la Justicia, etcétera, con la proyección sobre toda la sociedad, de características tanto organizativas como ideológicas que son típicas y propias de las Fuerzas Armadas."[16] Mais especificamente, as características seriam: militarização do aparato do Estado; militarização e subordinação da sociedade civil; alto conteúdo repressivo; desenvolvimento do capitalismo; concepção tecnocrática a serviço de projetos econômicos com interesses do setor hegemônico do capital; alienação frente ao imperialismo norte-americano.[17]

Do desenvolvimento desse tipo de Estado e seu processo de legitimação resultaria o Estado terrorista "un nuevo tipo de Estado de Excepción, cuyas especificidades le otorgan autonomía en relación al modelo de Estado Militar. [...] [El Estado terrorista es] la expresión última del denominado 'Estado contra-insurgente' fundado en la doctrina de la Seguridad Nacional [...]."[18]

Os regimes de terrorismo de Estado instaurados pelas ditaduras cívico-militares de segurança nacional do Cone Sul da América Latina[19] podem ser entendidos como "[…] un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión 'legal' (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a 'métodos no convencionales', a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar a la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada."[20] Esses regimes podem ser considerados resultado direto do conflito ideológico gerado pela Guerra Fria, sendo a forma de terror aplicada correspondendo a "la máxima racionalización de los programas de contra-insurgencia, intervención militar y guerra sicológica […]"[21]. Assim, esses regimes passam a ser entendidos não como um fenômeno meramente contingente, mas como "uma resposta coerente à estratégia de segurança continental, formando parte do conflito Leste-Oeste, claramente expressa a falência da ordem política de administrar

crises, tendo sido uma opção racional das Forças Armadas da região, respondendo a mobilização da sociedade civil."[22]

Esses regimes que se formaram através do controle absoluto do governo e do aparato coercitivo do Estado, através da destituição das autoridades e corpos representativos e submissão do Poder Judiciário; da desarticulação da sociedade política e civil, através da supressão das liberdades públicas, dissolução dos partidos e organizações políticas; da intervenção nos sindicatos e controle absoluto das universidades; do controle e manipulação dos meios de comunicação escritos, orais e visuais[23], tiveram como conseqüência deliberada a geração do terror ou, como alguns autores preconizam, de uma "cultura do medo", fruto da "trivialização do horror"[24].

O termo "cultura do medo" foi cunhado pelo pesquisador argentino Guilllermo O´Donnell como fruto direto de regimes autoritários. O uso generalizado e institucionalizado do clima de suspeição, dos seqüestros, da tortura, dos desaparecimentos, das mortes criou nessas sociedades um "efeito demonstrativo", que atingia não somente aqueles que eram vítimas diretas dessas práticas, mas também todo seu entorno social e familiar. A evidência da repressão empregada pelo estado terrorista criou essa "cultura do medo", na qual a participação política ou a simples contestação poderia ser equiparada ao risco real de sofrer essas práticas. A "cultura do medo" acaba gerando um efeito dissuasivo da sociedade. O efeito combinado da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política.

A "cultura do medo" é um dos pressupostos desses regimes terroristas, já que difunde o medo pela sociedade. No entanto, esse pressuposto gera uma das grandes contradições desses regimes, que acabam por gerar uma crise de legitimidade permanente. O Estado terrorista "debe difundir sus prácticas más crueles y aberrantes para generalizar el terror y asegurar la dominación pero debe, al mismo tiempo, negar su autoría para no transgredir las normas jurídicas internas e internacionales que aseguran – en teoría – el respecto a los derechos humanos."[25]

O regime ditatorial cívico-militar brasileiro foi apontado pela produção acadêmica como dotado de determinadas especificidades em relação aos demais regimes do Cone Sul. Essas especificidades englobam o fato da ditadura cívico-militar brasileira ter sido a primeira a ser instaurada e a com maior duração[26]; o modo como foi feita a transição política para a democracia; a ausência de resistência ao golpe que implantou o regime; a conivência da sociedade brasileira; o rodízio de generais no cargo da presidência da República; a existência de dois partidos políticos; o funcionamento do Congresso Nacional e outras instituições representativas; a promoção de um processo de desenvolvimento econômico; a existência de um menor número de mortos e desaparecidos políticos. Essas importantes diferenças em relação aos casos argentino, chileno e uruguaio, conferem uma especificidade para o caso brasileiro, mas, no entanto, não anulam a possibilidade de utilização do conceito de terrorismo de Estado.

A repressão política durante a ditadura cívico-militar brasileira pode ser dividida em duas principais ações: a produção de informações e a ação repressiva propriamente dita. A atividade de produção de informações sobre determinados grupos e pessoas também pode ser considerada uma forma de repressão, já que a informação é a base de ação da atividade repressiva. Utilizou-se a informação como instrumento de poder através do conhecimento adquirido sobre o vigiado[27], criando-se um clima de constante suspeição sobre todos. Já as práticas de repressão propriamente dita, caracterizam-se, principalmente, pela prática da detenção-desaparição como metodologia central; o seqüestro como forma de detenção; técnicas psicofísicas de destruição dos prisioneiros; a tortura como método institucional; técnicas destruidoras como a presença da morte, a ruptura com o mundo exterior, a perda da noção de tempo, a coisificação, os vexames psicofísicos, a tensão constante; a manipulação psicológica dos prisioneiros; o aniquilamento físico, mascarado pelos “enfrentamentos”, “suicídios”, “justiçamentos”, “acidentes” e “atropelamentos”; o efeito multiplicador do terror, através da família da vítima, etc.[28]

Para esse tipo de ação, foi necessária a formação de um eficiente aparato repressivo, que contou com órgãos pré-existentes ao golpe militar (como os serviços de

informações de cada uma das Forças Armadas, os DOPS, as polícias militares), além da criação de órgãos como o Serviço Nacional de Informações, a OBAN, os DOI-CODIS, etc.

É importante ressaltar que os regimes de terrorismo de Estado não se caracterizam somente pela ação repressiva. Apesar do terror aplicado pelo Estado ficar evidente em sua forma repressiva, setores como o da Educação, das Comunicações, entre outros, foram áreas onde o terror foi implantado como forma de dominação política.

Como resultado da experiência do regime de terrorismo de Estado implantado pela ditadura cívico-militar brasileira, teve-se: 17 Atos Constitucionais, 130 Atos Complementares, 11 decretos-secretos e 2.260 decretos-lei; o Congresso Nacional foi fechado três vezes, fora os inúmeros fechamentos de Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais; 80 brasileiros foram banidos do território nacional; aproximadamente 15 mil exilaram-se (ou foram exilados); cerca de 600 foram mortos e/ou encontram-se desaparecidos; 4.682 foram cassados, demitidos e aposentados compulsoriamente; 245 estudantes foram expulsos das universidades; um incontável número de pessoas foram presas e sistematicamente torturadas.

Para a definição desses regimes, incluso o caso brasileiro, acredita-se que a melhor conceituação é a de terrorismo de Estado, pois, somente através dela, práticas como o seqüestro, a tortura, a morte e o desaparecimento ganham inteligibilidade como métodos de um determinado tipo de regime político. A categoria de “regime autoritário”, utilizada pelos pesquisadores brasileiros como unidade conceitual para a ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira, perde seu potencial explicativo, devido a generalidade do conceito.

Além disso, através da utilização do conceito de terrorismo de estado, ações que poderiam ser vistas como excessos protagonizados por alguns membros do aparelho repressivo do Estado passam a ser percebidas como resultado de um sistema definido, previamente organizado e incentivado desde a própria estrutura do poder.

---

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do CNPq. Contato: carolinebauer@gmail.com

[2] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. l. 4. p. 15.
[3] No Brasil, desde 1930, houve seis intervenções militares, sendo que dessas intervenções, quatro foram contra a democracia pluralista (em 1937, 1954, 1961 e 1964) e apenas duas vezes para garantir a legalidade constitucional. Cf. ROUQUIÉ, Alain & SUFFERN, S. Los militares en la política latinoamericana desde 1930. In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina: política y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997. v. 12, p. 295.
[4] Cf. O'DONNELL, Guillermo. *O estado na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.
[5] Cf. CUEVA, Agustín. *Teoria social y procesos politicos en América Latina*. México: Edicol, 1979.
[6] Os Departamentos de Ordem Política e Social (com variações na nomenclatura, conforme o estado) eram órgãos responsáveis pela repressão política em nível estadual. Estavam, geralmente, vinculados às Secretarias de Segurança Pública, e foram criados, em sua maioria, nas décadas de 1920 e 1930, ou seja, antes da instauração do regime cívico-militar brasileiro. Após 1964, sofreram uma série de modificações em sua estrutura para o combate ao "inimigo interno".
[7] PIERRE, Héctor L. Saint. ¿Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir "terrorismo". In: LÓPEZ, Ernesto (comp.). *Escritos sobre terrorismo*. Buenos Aires. Prometeo Libros, 2003, p. 47.
[8] Ibid., p. 62-63.
[9] STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 8 ed. Brasília: UnB, 1995. v. 2, p. 1291.
[10] PIERRE, Héctor L. Saint. *Op. cit*., p. 54.
[11] STOPPINO, Mario. *Op. cit*., p. 1291.
[12] DUHALDE, Eduardo Luis. *Op. cit*., p. 211.
[13] *Idem*.
[14] *Ibid*., p. 212.
[15] *Ibid*., p. 213.
[16] *Idem*.
[17] *Ibid*., p. 215.
[18] *Ibid*., p. 216.
[19] Devido os limites desse artigo, as obras que analisam o conceito de terrorismo de Estado aplicado pelas ditaduras cívico-militares de segurança nacional serão tratadas de forma coletiva. Para uma análise conceitual mais detalhada de "terrorismo de Estado" cf. os seguintes livros e artigos: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patrícia W.; GARRETÓN, Manuel A. (eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Califórnia: University of California Press, 1992.; PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990.; KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. *Societies of fear: the legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America*. London: Zed Books, 1999.; DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.; PASCUAL, Alejandra Leonor. Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983. Brasília: UnB, 2004.; PIERRE, Héctor L. Saint. ¿Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir "terrorismo". In: LÓPEZ, Ernesto (comp.). *Op. cit.*; PIERRE-CHARLES, Gérard. Dominación política y terrorismo de Estado. *Revista Mexicana de Sociologia*, [s. l.], ano XL, v. XL, n. 3, p. 931-945, jul-set. 1978.; PADRÓS, Enrique Serra e MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os "anos de chumbo" no Brasil e na América Latina. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 28, p. 55-90, jul./dez. 2000.; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
[20] BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Op. cit.*, p. 9.
[21] PIERRE-CHARLES, Gérard *op. cit.*, p. 932.
[22] KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. *Op. cit*., p. 287. Tradução de responsabilidade da autora.
[23] *Ibid*., p. 238-251.
[24] KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. *Op. cit*., p. 16.
[25] BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Op. cit.*, p. 10.
[26] Tomando como referência o ano em houve eleições e tomou posse um presidente civil, temos, em ordem de duração dos regimes cívico-militares o Brasil (1964-1989), com 25 anos; o Chile (1973-1990), com 17 anos; a Argentina (1966-1972 e 1976-1983), com 13 anos; e o Uruguai (1973-1985), com 12 anos, apesar do país já viver sobre um regime autoritário desde 1968.
[27] FAJARDO, Sinara. *Espionagem política : instituições e processo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 1993. p. 29-30.
[28] DUHALDE, Eduardo Luis. *Op. cit*., p. 307-378.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A NECESSIDADE DE UM ESPAÇO INTERMEDIÁRIO

Celia Ferraz de Souza

Entre a casa e a rua, o dentro e o fora, o interior e o exterior, na sociedade moderna, os umbrais da mudança estão fundamentalmente na separação do espaço do trabalho e da moradia. Novas exigências e necessidades conduziram sempre, em todo percurso da história da humanidade, a transformações dos espaços urbanos e de moradia. Porém, especialmente no ultimo século, a transformação da vida privada deu uma guinada significativa na sua articulação com a vida pública.

A redefinição dos locais para o desenvolvimento das relações familiares, lócus da vida doméstica e dos espaços fora desta, locais da vida urbana, por onde os habitantes da cidade circulam, se encontram e estabelecem seus contatos, conduziram a sociedade a erguer novas fronteiras entre os espaços públicos e privados.

No passado as atividades de trabalho eram desenvolvidas nas moradias fossem elas relações de comércio, de oficinas ou do profissional liberal. Não raro toda a família se envolvia com o trabalho predominante, assim como, com as atividades usuais. O espaço da casa era um espaço além de familiar, um espaço no qual se desenvolviam relações de trabalho e outras atividades, que mais tarde passariam para a esfera pública, como a educação ou a assistência social da família. Os espaços da casa estavam destinados a abrigarem diversas funções, como dormitórios, refeitório, estocagem de produtos, produção, comercialização, além de recepção de visitas particulares, realização de estudos e leituras, etc. Era loja, escritório, oficina ou consultório, espaço múltiplo e variado, comumente com peças muito reduzidas, na maior parte da cidade, que com o tempo foram se ampliando de acordo com as necessidades e poder aquisitivo.

Na história das cidades brasileiras, com a permissão de realização do comércio, só no ciclo do ouro, mudanças significativas foram introduzidas na concepção do meio urbano. As lojas começaram a surgir nos andares térreos dos próprios sobrados e em casas

térreas especialmente construídas para este fim. A habitação do proprietário ficava nos fundos ou nos altos. Muitas das casas de porta e janela, também se transformaram em espaços de comércio sendo aumentadas com "puxados" e anexos para abrigar as funções complementares e habitação. Assim, o espaço privado foi ficando mais exposto, se tornando cada vez mais público. A mistura de funções era decorrente. A própria mulher muitas vezes teve que tomar pé da situação, ampliando sua atividade doméstica. Atrás do balcão muitas vezes estava o "bercinho" com o nenê e na sala da casa muito dos estoques da venda. A mesa que servia para as refeições servia também para a contabilidade, para montagens, para consertos, etc.

A tipologia de sobrados e casa térrea, característica das cidades coloniais, perdurou até o final do Império basicamente, apenas se tornando mais diversificada no seu uso. As casas térreas foram se ampliando e os sobrados já não eram mais só para os senhores de terra. O crescimento do comércio induziu a burguesia ascendente a ocupar seu espaço. Começava assim a grande mudança, a separação ou o afastamento do trabalho da moradia.

Na realidade este foi um processo que atingiu a todas as localidades que receberam os impactos ou ressonâncias da Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII e inicio do século XIX, na Europa, produzindo modificações significativas nos espaços urbanos internos e externos. A separação ou o afastamento do trabalho da residência provocou uma redefinição das funções dos espaços públicos e privados e uma conseqüente reordenação na direção do espaço familiar. No início deste processo as cidades sofreram um incremento populacional jamais visto que as levou a enfrentarem um quadro extremamente problemático. Da falta de moradia à falta de higiene e saneamento urbano, associado a ausência de escolas, hospitais, espaços de circulação, praças e parques, a cidade exibia um cenário crítico, onde de ausência do Estado, frente aos novos

problemas ficava patente. Nessas condições surge o urbanismo como uma ação de política pública, permanente na reorganização espacial da administração da cidade e do estado.

A nova economia clamava por espaços específicos, o trabalho não podia mais permanecer no âmbito da casa. A fabrica, não só destronou o artesão, como levou o operário a trabalhar em outro meio que não fosse sua casa. As casas de comercio se sofisticaram e saíram do âmbito da habitação. O trabalho se afastou das moradias provocando a dissociação entre a vida doméstica e a vida profissional. Nesse contexto, surge uma "especialização dos espaços que rompe a igualdade conjugal e institui a mulher como criada"[1]. Ela deixa de ser participativa da produção familiar para ficar a disposição da casa e da família. Passa a se tornar mulher servil que atende ao marido quando retorna do trabalho, formando uma imagem que penetrou no imaginário coletivo. Em decorrência, o trabalho produtivo das mulheres passa a assumir, no início do século XX, um valor de emancipação, cujas conseqüências se refletiram fortemente na organização da sociedade e seus espaços.

A casa por seu lado, não tendo mais aqueles espaços do trabalho, permitiu que a família desenvolvesse espaços mais privados. Até nos sobrados ou mansões posteriores, onde se realizavam trabalhos de professores, preceptoras, e outros serviços, estes começavam a ser dispensados pelo aumento do número de escolas publicas de todos os níveis. A multiplicidade de serviços fora de casa ia sendo criada para atender os anseios de uma nova sociedade que passava a cada dia exigir mais. O afastamento do trabalho do meio doméstico e a participação da mulher no mesmo tiveram como conseqüência o reordenamento da vida privada. Novos espaços passaram a ser possíveis democratizando o direito à vida privativa dos moradores menos aquinhoados.

[1] Prost, Antoine – Fronteiras e Espaços do Privado in PROST, Antoine &VINCENT, Gerard (org) História da Vida Privada, São Paulo, Cia das Letras, 1992 p.40

A cidade moderna passava a exigir a separação de espaços. Do ponto de vista da racionalidade teórica era inadmissível essa promiscuidade de funções que ocorria na cidade até então. O local de moradia tinha que ficar separado das demais atividades A carta de Atenas, documento referencial do urbanismo moderno, pregava em 1933, que os espaços da cidade deveriam ser organizados de acordo com as funções urbanas: habitar, circular, trabalhar e recriar. O aparecimento de casas populares com pequenos jardins ou prédios de apartamentos em forma de conjuntos habitacionais contribuiu para a racionalização da construção e a privatização de espaço familiar. A casa era sempre voltada para a rua, mas se procurava não expor o seu interior como antes. É certo que ainda encontramos pelo Brasil moradias acopladas a uma venda precária, de onde (da rua) se divisa um quarto de dormir ou a cozinha, deixando a privacidade inexistente.

Na cidade brasileira, no início do século XX surgia um misto de casa térrea e sobrado. Ela se assentava sobre um porão, que a afastava da proximidade do chão batido. A influência do neoclássico mandava esconder os telhados construídos em duas águas no período colonial, com balaustradas e vasos de porcelana. Do ponto de vista da rua ainda continuava a mesma morfologia. Entretanto, em breve, começou o afastamento de um dos lados do lote. A entrada da casa passava a ser por um corredor com portão, aberto até a porta que dava ao interior da casa. Logo depois surge afastamento dos dois lados e mais tarde dos quatro lados, característica das casas burguesas. E o com essa liberação, surge o jardim que faz a interface com a rua. Lima Barreto um dos autores mais destacados de seu tempo, com seu fino sentido de observação da cidade, nos traz o seguinte a descrição sobre este tipo de casa, no início do século XX, em "*O triste fim de Policarpo Quaresma*"

> *A casa ficava no centro do terreno, eleva-se sobre um portão alto, tinha um razoável jardim na frente, que avançava pelos lados, pontilhado de bolas multicores, varanda, um viveiro, onde pelo calor os pássaros morriam*

> *tristemente. Era uma instalação burguesa, no gosto nacional, vistosa, cara, pouco de acordo com o clima e sem conforto.*[2]

A casa burguesa era ampla, com diversas peças, sala de visitas, biblioteca, sala de jantar, cozinha, dispensa, lavanderia, quartos de empregados, garagem. Os banheiros e lavabos passaram as integrar o espaço interior da casa, antes localizados em cubículos no fundo do quintal. A especialização dos serviços domésticos levava a criação desses novos espaços. A casa no meio dos jardins, ficava exposta para a rua, de onde os passantes apreciavam seus jardins e percebiam a entrada e saída dos veículos da família que estacionavam na porta da mansão ou se dirigiam para a garagem que, ficava próxima do quarto do motorista e da criadagem em geral. Estes eram também agora, o espaço intermediário entre o privado, o interior da casa e o público que ocorria na rua.

Todavia, existia ainda um outro espaço diferenciado, comum, entre o publico e o privado, que, ficava exatamente no seu entorno das habitações. Era o bairro, onde se encontravam a padaria, a mercearia, a fruteira, o açougue, o bar e outros serviços. Lá as pessoas se sentiam familiarizadas e notavam até quando havia presença de pessoas estranhas, visitantes do local. A especialização dos espaços de trabalho e do urbanismo começou a afastar das habitações todo este espaço de convivência. A presença de shoppings, supermercados, lojas de grande porte, tiraram do convívio as relações pessoais, daquela extensão da vida privada.

Dois momentos marcaram a história da vida privada no século XX, segundo Prost, autor e organizador do ultimo volume da *História da Vida Privada.* "De um lado, o trabalho sai dos domicílios e se estabelece em lugares impessoais, regidos por uma rede formalizada de regras jurídicas e convenções coletivas. De outro, o indivíduo conquista dentro da própria família, o tempo e o espaço de uma vida pessoal. A especialização dos

[2] BARRETO, Lima - *O triste fim de Policarpo Quaresma*

momentos e dos lugares acentua o contraste entre a esfera pública e a esfera privada, e aponta as características específicas de cada uma delas". Entretanto, alerta, que se nos limitarmos apenas a essas duas tendências principais corremos o risco de estabelecer uma oposição demasiado radical entre o público e o privado, deixando de compreender o que ele chama da solidariedade entre ambos dentro de uma mesma sociedade. Para essa compreensão é preciso entender sua articulação. Afirma Prost,

> *"A passagem do privado ao público é freqüentemente brutal: muitos o sentem todas a manhãs. Mal a pessoa acaba de sair de casa, vê-se tragada pelo universo do trabalho, por suas obrigações e servidões. Ela cai inteiramente sob o império da exatidão sob o medo de perder o ônibus, o metro ou o trem, de ficar presa em um congestionamento. Em contraste com a intimidade do lar, cada percurso até o trabalho é um brusco mergulho num espaço público indiferenciado, inamistoso e até hostil: a pessoa se aperta num meio de transporte lotado, já muito contente de chegar em cima da hora no trabalho. Não é uma transição e sim um salto"*

Realmente este quadro caracteriza as cidades, a partir daquelas consideradas de porte médio e sem dúvida alguma, as nossas capitais e mostra ainda, aquele afastamento de que falávamos do bairro com seus serviços. O transporte coletivo é o primeiro enfrentamento referente à esfera pública do trabalho, que a sociedade deve organizar. O uso do carro individual, tão comum nas cidades brasileiras, embora seja também uma tentativa de continuação da vida privada que poderia se tornar uma transição entre as duas esferas, ele na realidade se torna uma transição pobre, nas maiorias das vezes, cujos limites são marcados por engarrafamentos do transito: "as coerções coletivas das ruas que se impõem a esses meios de transporte privados, deixam os indivíduos absolutamente anônimos e solitários" [3]

[3] Prost, Antoine – Fronteiras e Espaços do Privado in PROST, Antoine &VINCENT, Gerard (org) História da Vida Privada, São Paulo, Cia das Letras, 1992, p.117

Hoje começamos a perceber certas mudanças fundamentais na organização dos espaços seja da casa como da cidade. Uma tentativa tem sido de resgatar para a sociedade moderna, convivências e ambientes do passado, trazidos pelo imaginário social atual.

A arquitetura e o urbanismo racionalistas contribuíram para um afastamento da convivência de múltiplas funções nas casas e na cidade. As regras foram estabelecidas e deviam ser cumpridas, não levando em conta características culturais, regionais ou pessoais. Muitos exemplos mostram a serie de problemas criados com essa racionalização. Seja nos conjuntos habitacionais em altura, ou em loteamentos. A ausência de serviços nas proximidades da moradia era sempre um problema. As vias dimensionadas para o trafego rápido de veículos afastavam os pedestres. As imagens eram de espaços vazios e impessoais.

Em muitos dos grandes conjuntos habitacionais, na França entre 1950 e 1970, os responsáveis pelas restaurações de áreas insalubres, não haviam entendido que a forma urbana desempenhava uma função social para além de suas funções utilitárias evidentes (moradia, comércio, trabalho). Assim, suas realizações não facilitaram a criação dos espaços de transição, que fossem ao mesmo tempo públicos e privados. Na perspectiva culturalista bastante diferente, o urbanismo contemporâneo se esforçou para conceber um bairro de convívio, onde pedestres caminhavam por ruelas que formam pracinhas. Hoje isto também já é visível em nossas cidades.

Os espaços da casa burguesa, também receberam uma nova interpretação. Espaços são trazidos para dentro de casa, para a sociabilidade da família, como se fossem agora coisas banais: espaços para festas, bar, churrasqueiras, piscinas, saunas, *home-theater*, *spas*, etc. Os novos condomínios vêm privilegiando também esse aspecto do coletivo e da ambientação. Se no início, foram necessários a criação de espaços públicos

para muitas atividades exercidas no âmbito da casa, como educação, saúde, etc., agora aparece a criação de espaços na casa para atividades que, até faz bem pouco tempo, eram consideradas públicas ou de caráter bastante restrito.

Assim as dimensões, entre o publico e o privado, começam a ser revistas. O crescimento das cidades, a necessidade de proteção tem conduzido a atenção para uma nova organização espacial, nos limites entre a casa e a rua. Os espaços semi-públicos e semi-privados começam a crescer de importância na nossa sociedade, assim como, os espaços familiares e relacionais do meio urbano.

No âmbito da arquitetura dos grandes complexos de uso publico, como shoppings, mercados, etc., se tem visto implantar nos seus interiores, ambientes que lembram os espaços da cidade. As representações da rua ou de praças públicas aparecem no espaço privado de uso publico perfeitamente integrados.

Mais recentemente, também se vêm buscando criar espaços intermediários que permitam uma melhor ambientação entre a casa e a rua, com um tratamento qualificado e cuidado com detalhes. Este hoje é o espaço do desafio, que deve merecer a maior atenção dos produtores do espaço. A pluralidade do espaço é fundamental e as relações humanas fora de casa, continuam valendo como uma necessidade de interação social. Conhecer os vizinhos, ir as compras nas redondezas, circular por alguma pracinha, caminhar no meio urbano continuam sendo atividades fundamentais e cada vez deveriam ser mais valorizadas pelo urbanismo e o planejamento urbano. Entre a casa e a rua deve acontecer o espaço do convívio coletivo na dimensão do usuário, para que ele possa desfrutar da familiaridade dos espaços da cidade. Coisa que os produtores do espaço não devem se esquecer.

"FRONTEIRIÇOS NA AMÉRICA: PIONEIROS OU BÁRBAROS? (CONSTRUÇÕES HISTÓRICO-LITERÁRIAS NO SÉCULO XIX)"

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

O tema da fronteira foi muito relevante na construção das identidades americanas especialmente durante o processo de formação dos Estados nacionais, ensejando aos intelectuais americanos reflexões sobre suas origens, dilemas e soluções para os problemas dos jovens países. Nos Estados Unidos, a partir de relatos da fronteira, escritores como Filson e Cooper criaram a imagem dos *frontiersmen* como os únicos que expandiam os limites da nação, vendo neles qualidades ausentes nos europeus; à descolonização seguia-se o processo de apropriação dos espaços, e os *pioneers* tornaram-se os legítimos portadores do futuro. Por outro lado, na América platina aos fronteiriços que desbravavam os espaços foram atribuídos os principais males dos Estados que se criavam: desde as "memórias" do período colonial, como a de Azara, até os ensaístas, como Sarmiento, foram preconizadas as políticas de subjugação forçada da "barbárie". Refletir sobre tais representações é o objetivo deste texto.

Serão inicialmente destacados para alguns dos elementos construíram o *frontiersman* mitologizado, elevado a paradigma do esforço civilizatório dos Estados Unidos. Certamente os primeiros fronteiros das colônias inglesas norte-americanas foram aqueles que ocuparam a Virgínia, mas dificilmente a imagem do *frontierman* americano estará associada aos agricultores puritanos, mas ao *trapper*[i], vestido de couro, gorro de pele, um longo fuzil e o *tomahawck* indígena. A acirrada disputa entre França e Inglaterra permitiu a afirmação destes homens adaptados à fronteira e que, de caçadores e mercadores de peles, tornaram-se guias das tropas quando não chefes de milícias e negociadores de complicadas alianças com as parcialidades índias.

Eles eram, no entanto, marginais ao sistema colonial da Nova Inglaterra, voltada para a agricultura, para a extração de petrechos náuticos, e para a marinha mercante. Exploravam as florestas que se estendiam pelo vasto território da Louisiana, onde primeiro se estabeleceram caçadores de origem francesa. O *trapper* americano aprendeu com os franceses – e ambos com os índios – os segredos da terra, mas ele se tornou o primeiro modelo de "homem da fronteira". O exemplo canônico destes *frontiermen* foi Daniel Boone, que nasceu na Pensilvânia em 1734; viveu na fronteira da Carolina do Norte com a Louisiana francesa, e foi dos primeiros americanos a chegar ao atual Kentucky em 1775[ii], Daniel Boone foi imortalizado pelo relato de John Filson, *The Adventures of Colonel Daniel Boone*, de 1784, com ampla difusão nos Estados Unidos e na Europa; suas memórias tornaram-se referências sobre os *frontiersmen* que viviam longe da civilização.[iii]

A compra da Louisiana em 1803, motivou o governo dos Estados Unidos a promover o conhecimento do país até o Pacífico. Por iniciativa do presidente Jefferson, iniciou em 14 de maio de 1804 a expedição de Meriwether Lewis e William Clark; saindo de Saint Louis, subiram o rio Missouri, em cujas planícies onde fizeram os primeiros contatos com os *dakota*; mais tarde encontraram *arikaras* e *mandans*, que lhes forneceram as canoas para alcançarem as Rochosas, além de comida e vestuário indígenas. Entre os *mandans* circulavam diversos índios visitantes e caçadores franco-canadenses, e na trabalhosa viagem, antes de chegarem ao Pacífico ainda manteriam aproximações com *shoshones*[iv], *flatheads* e *nez percés*. A publicação do diário da expedição em 1814[v], foi um grande incentivo para que outros procurassem os caminhos para o oeste, sucedendo-se novos santuários de caça e contatos com tribos ainda desconhecidas.

A difusão das andanças de Boone, e de Lewis e Clark prepararam o terreno para a recepção de novos panegíricos sobre os *frontiersmen*, como o sucesso dos romances de

James Fenimore Cooper, que superaram quaisquer autores americanos ou estrangeiros.. A série – *The Leatherstocking Tales* – foi iniciada com *The Pionners,* editado em 1823, apresentando o personagem Natty Bumppo – *"hunter, scout, pathfinder, trapper"*[vi] – já na maturidade, pretendendo viver seus últimos anos na fronteira (a aventura inicia no ano de 1793); as pretensões de Bumppo esbarram no avanço da "civilização", movendo-o a uma nostálgica procura de terras livres onde possa recuperar a liberdade perdida. Assim como os índios, aqueles que avançam a fronteira são também vitimados pela sociedade de povoadores que lhes segue: abrir novos espaços, tal como *"Daniel Boone, whose career was entering the realm of legend even as Cooper wrote, and whose yearning of untrammeled nature had led him in his old age to flee further and further west before the advancing agricultural frontier"*[vii], era o destino dos pioneiros americanos.

A obra mais conhecida de Cooper seria o segundo livro da série, *The Last of the Mohicans*, publicado em 1826; o tempo recua para 1757, quando Bumppo é acompanhado pelos *moicanos* Chingachgook e seu filho Uncas. Em 1827 Cooper lançou *The Prairie*, retomando os últimos anos de Natty Bumppo, agora se adentrando *"from the Atlantic states, to the eastern shores of the Father of the Rivers"*[viii]. A busca da natureza intocada pelos pioneiros arrasta um caudal de seguidores, antecipando o "Destino Manifesto". Em 1840 Cooper retomaria a série com *The Pathfinder*[ix], cuja ação se passa dois anos após os incidentes de *The Last of the Mohicans*; em 1841, *The Deerslayer*, mostraria os primeiros passos do jovem Bumppo com presumíveis dezoito anos.

Na década de 1830, as questões fronteiriças mais preocupantes se deslocavam cada vez mais para oeste e os problemas envolviam o México, especialmente na antiga província *Las Tejas*[x] que, *n*o ocaso da exploração colonial, constituía um "vazio" onde viviam escassamente uns 3.000 *tejanos*. Assim, foi benvindo o pedido de Moses Austin, do Missouri, para colonizar parte do território com trezentas famílias, que jurariam o

Catolicismo Romano e fidelidade à Espanha. Seu filho Stephen Austin iniciou o povoamento do leste texano em 1821, pouco antes da independência do México; o Texas tornou-se um santuário para os perseguidos pelas leis dos diversos estados americanos que buscavam oportunidades longe. No final da década de 1820 a população de anglo-americanos já superava os 7.000, mais que o dobro dos *tejanos* de fala espanhola.

Alguns protagonistas da futura saga texana estavam chegando do leste. Um deles, que havia feito fortuna no tráfico de escravos e de terras, era Jim Bowie, afamado na Louisiana pelas mortes que causou em duelos de facas[xi]. Outro fronteiriço destacado foi William Barrett Travis, advogado da Carolina do Sul, de onde fugira por haver matado em duelo para viver no Texas como jogador profissional e explorando a prostituição. O futuro comandante das forças texanas, Samuel Houston, era também um *frontiersman* de reputação discutível: nascido na fronteira oeste do Tennessee, viveu entre os *cherokee*, e ainda jovem fez parte das milícias que combateram os *creek*, chegando a general; foi congressista e governador de seu estado; esta carreira fulgurante seria interrompida por conflitos e escândalos[xii] e, renunciando ao cargo, migrou em 1832 para o Texas[*xiii*].

Em 1835 agregou-se a esses homens David Crockett, nascido em 1786 numa cabana de pioneiros no leste do Tennessee[xiv]. Em sua autobiografia, Davy Crockett salienta a importância da luta com os indígenas pela ocupação das terras*"*[*xv*]: as migrações cada vez mais para oeste motivaram a guerra com os *creek*, onde iniciou a carreira de de miliciano, onde adquiriu prestígio. Também – *"always delighted to be in the very thickest of danger"*[*xvi*] – destacou-se como caçador, o que lhe deu popularidade para concorrer ao legislativo do estado do Tennessee. Manteve sua vida política apoiada em sua história de *b'ar hunter* e de *frontiersman*, o que lhe dava base para defender os posseiros que rumavam para oeste. Isso motivou a publicação da autobiografia em 1834,

descrevendo seu passado na fronteira. Derrotado nas eleições em 1835, rumou para o Texas.

Em 2 de março de 1836 foi proclamada a República do Texas; no dia 6 de março, 2.600 soldados mexicanos atacaram o forte do Alamo sem clemência e mataram todos seus pouco mais de cem ocupantes, entre eles os coronéis Travis, Bowie e Crockett. A tomada do forte ao invés de abalar os rebeldes, galvanizou a fronteira, e estimulou a vinda de mais voluntários dos estados do sul, enquanto Houston seguia com sua estratégia de guerrilhas. Antes da batalha de San Jacinto, quando derrotou e obteve a rendição do comandante mexicano Santa Anna, usava o exemplo dos guerreiros do Alamo para emular os soldados: *Remember the Alamo!*[xvii]

A independência do Texas seria propalada como uma segunda afirmação dos norte-americanos, e os símbolos construídos restituíam os antigos pioneiros e seus feitos nas fronteiras e na guerra de emancipação. Aqueles homens, proscritos em seus estados, eram agora heróis incontestes e representavam as melhores qualidades americanas. Mais que todos Davy Crockett era o grande ídolo nacional. De 1835 até 1856 foram editados os *Crockett Almanacs*, além da sua já citada autobiografia: *o*s norte-americanos deram um nexo entre a expansão para o oeste e sua história em busca de liberdade e autonomia, e o *Manifest Destiny* tinha já plantadas suas bases culturais e ideológicas.

A construção identitária do fronteiriço no Prata trilhou caminhos muito diversos. Desde a *Memória* do ilustrado espanhol Félix de Azara[xviii], que no alvorecer do século XIX identificava os males dos moradores da campanha fronteiriça, destacando a pouca vontade para o trabalho e suas precárias condições de existência, desenvolveu-se no Prata, especialmente pela chamada “geração de 1937”, entre eles Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi, uma literatura que deplorava os naturais da terra. O fato objetivo de que a independência contrariara a expectativa das elites *criollas* não

trazendo como conseqüência imediata o "progresso" das antigas colônias levou os autores a desenvolver uma série de relações de causalidade que justificasse o "atraso".

Um dos pontos essenciais é a questão racial. A dicotomia entre civilização e barbárie tem neles uma ampla relação de equivalências que termina necessariamente em "homem europeu" e "homem americano". O europeu é um tipo humano "superior" ao ameríndio, ao negro e ao asiático, sendo esta a contingência última de seu crescimento intelectual, conseqüentemente cultural e político. Sarmiento afirma sobre a miscigenação entre europeus, índios e negros que *"de la fusión de estas tres familias ha resultado un todo homogéneo, que se distingue por el amor a la ociosidad y incapacidad industrial"*[xix]. Alberdi compartilha idéias análogas. Em seu texto *Governar é Povoar*, que serve de preâmbulo à edição brasileira de "Bases", é igualmente clara sua noção de superioridade do branco particularmente dos anglo-saxões, como neste paralelo que traçou entre as colonizações na América do Norte e do Sul*: "Povoar é civilizar, quando se faz com gente civilizada, isto é, com populações da Europa civilizada"*[xx]

Também arrolada como causa "natural" do atraso, especialmente por Sarmiento, seria o condicionamento oferecido pelo meio ambiente, obedecendo a uma ótica tipicamente "evolucionista", como o anterior. Entrariam em jogo, principalmente, a extensão territorial que implicava num vazio populacional relativo, e a hostilidade característica do ambiente natural: *"El mal que aqueja a la Republica Argentina es la extensión; el desierto la rodea por todas partes, se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana"*[xxi]; vida nas propriedades rurais desde o início condicionava seus povoadores ao convívio com o sacrifício dos animais, habituando-os ao sangue derramado, e ao manejo dos cavalos, o que daria a base para as *montoneras* das guerras civis. Em Alberdi, apesar de menos desenvolvida que em Sarmiento, a

preocupação com o condicionamento ambiental não é menor, já que a geografia de grandes espaços vazios contribuiria para reverter homens e até animais domésticos ao estado de selvageria: *"Como deserto, o novo mundo tem uma ação retardatária e reacionária sobre o antigo."* [xxii]

Desta forma, a campanha argentina apresenta um atraso que precisa ser revertido através de uma modificação levada em dois sentidos: desenvolvimento de comunicações que desfizessem o isolamento, e mudanças na atividade econômica, trazendo populações "superiores" que vejam no trabalho da terra uma possibilidade de riqueza, e buscando sua riqueza individual tragam o bem da coletividade – uma síntese quase do pensamento liberal. Por outro lado, se na campanha se localiza todo o atraso, é nas cidades portuárias que se concentrava quase uma transposição da civilização européia. As múltiplas atividades proporcionadas pela cidade, beneficiada com o contato fácil com o exterior, faziam dela a antítese do que se operava no interior. Sarmiento é explícito: *"La ciudad es el centro de la civilización argentina, española, europea; allí están los talleres de las artes, las tiendas del comercio, las escuelas y colegios, los juzgados, todo lo que caracteriza, en fin, los pueblos cultos"*[xxiii] Alberdi faz uma classificação distinta de Sarmiento, mas utilizando os mesmos matizes. Não é exatamente a pertinência ou não às cidades que definiria a civilização ou a barbárie, mas a localização no litoral ou no interior[xxiv].

Temos assim bem caracterizada nos dois autores uma dualidade: existem convivendo simultaneamente duas sociedades, e uma delas, por sua inserção no mundo moderno, deve necessariamente transformar a outra. Esta é a base para o raciocínio de Sarmiento e Alberdi de que existem etapas históricas a serem transpostas: o mundo moderno está presente "objetivamente" nas cidades ou no litoral, mas o interior, onde predominam as atividades rurais ainda aos moldes coloniais, está atrasado em relação a este

desenvolvimento, pertencendo portanto a uma etapa "medieval" ou "feudal". Este é o aspecto central da obra destes autores, já que é por primeira vez que surge o "diagnóstico feudal" como explicativo para os problemas argentinos. Ao contrário dos norte-americanos, os intelectuais platinos condenavam os hábitos dos seus fronteiriços, e propunham a intervenção violenta de um Estado "civilizado" para a superação do que, para eles, eram os males atávicos do subcontinente, resultados de uma mescla de raças inferiores em contato com um meio físico hostil.

Estes aspectos principais levantados pelos autores liberais só seriam contestados pela literatura "gauchesca" dos últimos decênios do século XIX, que cresceria como uma forma de resistência ao mundo "civilizado". Um estudo comparativo mais aprofundado, marcando uma tão grande diferença na construção das representações e identidades, é decerto necessário para a compreensão dos problemas históricos do continente americano, mas ultrapassa os limites deste artigo.

---

[i] Palavra sem tradução em português; é o caçador de peles que se utiliza de armadilhas.
[ii] FILSON, John. The Discovery, Serttlement and present State of Kentucke. Appendix: The Adventures of Col. Daniel Boone. In: LEMAY, J. A. Leo (ed.). *Na Early American Reader.* Washington: United States Information Agency, 1989, p. 491-502. John Filson atribuiu a Daniel Boone a descoberta do "caminho do Kentucky", uma das primeiras trilhas para o oeste.
[iii] BOONE, Daniel & HAWKS, Francis L. *Daniel Boone: His Own Story & The Adventures of Daniel Boone, the Kentucky Rifleman.* Bedford (Massachusetts): Applewood Books, 1996, p. 29.
[iv] Indígenas criadores de cavalos, fundamentais para o prosseguimento da expedição. O fato de já estarem habituados a montar antes de terem contatos com os brancos é sugestivo do grau de "mestiçagem cultural" ensejado pela fronteira.
[v] DE VOTO, Bernard (ed.). *The Journals of Lewis and Clark.* Boston: Houghton Miflin, 1999.
[vi] NEVIUS, Blake. Introduction. In: COOPER, James Fenimore. *The Prairie.* New York: Penguin Books, 1987, p. viii.
[vii] Id. Ibid., p. xi.
[viii] COOPER, James Fenimore. *The Prairie.* New York: Penguin Books, 1987, p. 9.
[ix] COOPER, James Fenimore. *The Pathfinder (or The Inland Sea).* New York: Penguin Books, 1980.

---

[x] Em espanhol arcaico escrevia-se *Las* Texas, daí o nome que teria o futuro estado norte-americano.
[xi] Atribui-se a Jim Bowie a invenção da faca de caça de lâmina larga que leva seu nome. DOMENECH, Abel. *Del Facón al Bowie.* Buenos Aires: El Alamo, 1988.
[xii] WARD, Geoffrey C. *The West. An Illustrate history.* Boston: Little, Brown and Cia., 1996, p. 70-71.
[xiii] Id. ibid., p. 65.
[xiv] CROCKETT, David. *A Narrative of the Life of David Crockett of the State of Tennessee.* Lincoln: Nebraska University Press, 1987, p. 15.
[xv] Id., ibid., p. 15-16.
[xvi] Id., ibid., p. 43.
[xvii] WARD, op. cit., p. 78.
[xviii] AZARA, Felix. *Memória sobre el Estado Rural del Rio de la Plata y Otros Ensayos.* Buenos Aires: Editorial Bajel, 1943.
[xix] SARMIENTO, *Facundo*..., p. 23-24.
[xx] ALBERDI, Juan B. Governar é Povoar, op. cit., p. 34-36.
[xxi] SARMIENTO, *Facundo*..., Op. Cit., p. 23.
[xxii] ALBERDI, Governar é Povoar..., p. 40.
[xxiii] SARMIENTO, Op. Cit., p. 25.
[xxiv] ALBERDI, *Bases y Puntos*..., p. 83.

VILAS FERROVIÁRIAS - SÉCULO XX

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Christine Müller

A preservação das vilas ferroviárias deve ser motivada pelo fato de, nesses bens, ser reconhecido um significado cultural, seu valor estético e /ou histórico- não se podendo desprezar os valores simbólicos, emocionais, afetivos- tornando-os dignos de medidas para ser tutelados para as próximas gerações .

Ainda, é destacada a preocupação em preservar as vilas ferroviárias como patrimônio histórico através dos processos de tombamentos, considerando não apenas seu valor histórico arquitetônico, como a ação urbana que possibilita a manutenção dos atuais moradores nos conjuntos residenciais.

Quando se iniciou a instalação da malha ferroviária no Brasil, estações fictícias eram instaladas a cada 20 quilômetros. Situavam-se nos cruzamentos necessários das linhas de uma única via. As Companhias Ferroviárias construíam, ao lado dessas estações, as chamadas casas de turma, pelo menos em número de três, que asseguravam o funcionamento daquele entreposto e a manutenção das linhas. Em todas as cidades por onde a linha percorria, os conjuntos residenciais podem ser verificados:

Os maiores empreendimentos ferroviários localizam-se nos entroncamentos ou em cidades que funcionaram como pontos finais de linha como Araraquara, Ribeirão Preto, Presidente Prudente. [i]

Nas cidades consideradas pontos estratégicos para as Companhias, a demanda por construção de vilas crescia. Outras razões também são mencionadas por Morais para justificar construção das vilas ferroviárias. Uma delas é o fato de que, no início do século XX havia um grande déficit de habitações populares que, conseqüentemente, gerava a instabilidade dos preços de aluguéis, conduzidos por um mercado em constante alta. Tal fato incitava a reivindicação dos ferroviários por melhores salários.

A fim de evitar essa situação, as empresas ferroviárias preferiam construir casas para seus funcionários. Assinalamos que tal motivo apenas se contextualiza no início do século XX. Ou seja, tal razão difere daquela que acarretou na construção de moradias durante a implantação das ferrovias na segunda metade do XIX, quando foi necessário que os funcionários estivessem morando próximo aos entroncamentos ferroviários, de modo que pudessem estar de prontidão para o trabalho sempre que preciso.

Dessa forma, concluímos que é preciso analisar as razões da construção de moradias conforme os diferentes momentos da história das empresas ferroviárias, pois contextos históricos distintos estabelecem motivos, conseqüentemente, diferentes. Independentemente das causas:

[...] próximas aos locais de trabalho, essas moradias possibilitaram que a mão-de-obra fosse utilizada e fiscalizada em tempo integral. A Companhia cobrava por elas aluguéis simbólicos, como forma de salário não pago, criando uma grande dependência entre a empresa e os ferroviários. [ii]

A forma como as ferrovias procuravam investir seu capital em habitação torna claro ainda que, além da necessidade de moradia, os aspectos funcionais de tais empreendimentos eram bastante relevantes. Muito importante também atentar como o perfil dos futuros ocupantes dos vários tipos de casas era definido previamente, o que tinha por finalidade garantir a organização de seu espaço. As companhias ferroviárias, assim como muitas indústrias, apenas alojavam os funcionários essenciais para assegurar os serviços das empresas.

A empresa apenas entregava suas casas aos trabalhadores que exerciam qualificações especiais, mestres e contramestres. No caso das vilas de entroncamentos ferroviários, recebiam as casas os funcionários operadores das máquinas e da manutenção da linha.[iii]

Também Morais enfatiza que, preferencialmente, as casas eram fornecidas a trabalhadores “estratégicos” para a Companhia: “maquinistas, guarda-trens, foguistas, ajustadores, eletricistas e pessoal da estação” [iv]

A partir do exposto, afirmamos que ao discutir sobre patrimônio ferroviário, em especial o relacionado à habitação ferroviária, é importante discorrer sobre o desenvolvimento do conceito de patrimônio industrial, uma vez que as vilas ferroviárias- inserem-se diretamente nesse tipo de patrimônio, pois foram vilas construídas para os funcionários das ferrovias no final do século XIX e início do XX, no Brasil.

O empenho na preservação do patrimônio industrial é recente e não pode ser compreendido fora do contexto da ampliação dos elementos que constituem o que é tido como bem cultural. As discussões à respeito do tema iniciaram durante os anos de 1950 - período em que foi adotada a expressão -, fortalecendo-se e atraindo a atenção pública quando importantes testemunhos da arquitetura industrial foram demolidos. [v]

A partir daquele momento, o movimento foi se expandindo e firmando-se com a adesão de inúmeros países que executaram e estão executando inventários sistemáticos dos sítios industriais.

> *Significativos esforços foram feitos para definir e conhecer o patrimônio industrial, buscando determinar o quê e por quê preservar.* [vi]

A atribuição de valor cultural aos artefatos vinculados à indústria, é tema corrente desde a década de 1960, e cada vez mais tem sua pertinência comprovada e aceita. Distintos autores já evidenciaram que muitos exemplares industriais – edifícios e conjuntos fabris, estações ferroviárias, vilas operárias possuem importância histórica, estética, social e simbólica.

A ampliação do campo cronológico no qual se inserem os monumentos históricos foi determinado tanto pelas “descobertas arqueológicas” quanto pelo “refinamento do projeto memorial das ciências humanas”. [vii]

Tal projeto citado diz respeito a transformação no conceito de história, ciência que por muitos séculos preocupou-se em investigar e registrar somente os grandes feitos políticos.[viii]

A partir de tal transformação privilegiou-se a história social, incluindo-se a contar também o cotidiano das pessoas, em detrimento da história oficial. Dessa forma, a

tendência é inserir junto aos grandes feitos a história das minorias, dos relegados, e a relação entre os diferentes segmentos que compõem as sociedades estudadas, incluindo as relações econômicas e sociais, a vida doméstica, as condições de trabalho e lazer, a atitude para com a natureza, a cultura , a religião, a música, a arquitetura, a educação.

Tais estudos influenciaram na definição do que deveria ser considerado como patrimônio que passou a englobar o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana dos distintos grupos sociais que formaram e formam a sociedade.

As fronteiras de seu domínio ultrapassaram especialmente a jusante, os limites considerados intransponíveis da era industrial, e se deslocaram para um passado cada vez mais próximo do presente.[ix]

Devido ao exposto acima foi possível que os produtos técnicos da indústria adquirissem os mesmos privilégios e direitos à conservação que as obras de arte arquitetônica e as laboriosas realizações da produção artesanal.

Todavia, não só os produtos técnicos da indústria passam a ser valorizados, mas como já foi assinalado por Barretto a extensão do conceito do que passou a ser valorizado pela ciência história influenciou a denominada expansão tipológica do patrimônio histórico.

A expansão tipológica é atribuída não somente devido à mudança no conceito de história, mas também o surgimento de disciplinas novas como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas, a arqueologia medieval que reconheceram e valorizaram edifícios modestos, nem memoriais, nem prestigiosos.

O aporte mais expressivo de novos tipos diz respeito à transposição do limite da industrialização e à inserção, pela prática conservatória, de edifícios da segunda metade do século XX, que se baseiam em técnicas novas de construção.

Imóveis para habitação, grandes lojas, bancos, obras de arte, e também usinas, entrepostos, hangares, refugos do progresso técnico ou das mudanças estruturais da economia, grandes conchas vazias que a maré industrial abandonou na periferia das cidades e mesmo em seu centro [x]

Dessa forma, justifica-se a preservação das vilas ferroviárias por inserirem-se no complexo ferroviário, no limite da história social, além de terem sido construídas com novas técnicas de construção empregadas no início do século XX.

Concluindo, discorrer sobre o conceito das vilas ferroviárias no conjunto do patrimônio ferroviário, é justificar sua preservação, tombamento e a manutenção da população atual residente nas casas.

Notas

[i] Marcelo Morais, *As Vilas Ferroviárias Paulistas- A Arquitetura e as Relações Urbanas nos Núcleos Habitacionais Ferroviários*. Tese de Mestrado. ESSC- USP, 2002, p. 103.
[ii] Ibid., p. 92.
[iii] Marisa Varanda Carpintéro. *A Construção de um Sonho*. Campinas, SP, editora da Unicamp, 1997.
[iv] Marcelo Morais,op.cit.,p.92
[v] Beatriz Mugayar Kühl, "Questões Teóricas Relativas à Preservação da Arquitetura Industrial", in Revista Desígnio, no- 1, 2004, p. 101 e 102.
[vi] Ibid.p.102.
[vii] Françoise Choay. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, editora Unesp, 2001,p.209.
[viii] Barreto, Margarita. Turismo e Legado Cultural. campinas, Sp, editora Papirus,2000, p.11.
[ix] Francoise Choay. Op.cit.p.209.
[x] Ibid.

Procedimentos da memória que construíram os mapas medievais atualizados na linguagem ciberespacial

CINTIA MARIA FALKENBACH ROSA BUENO

O que é um mapa? Ao olharmos mais atentamente para a história da cartografia, vamos reconhecer nos mapas traços comuns de elaboração que remontam à origem de seu próprio aparecimento. Um mapa é uma carta. O conceito de carta vem do grego, e hoje é usado, com pequenas variações, para designar mapas ou cartas geográficas.[i] Os portugueses foram os primeiros a usá-lo na acepção de representação gráfica, sobre um plano, de parte ou totalidade da superfície terrestre.

Na Idade Média, os mapas eram construídos segundo as concepções de realidade conhecidas por seu autor, o que difere muito dos contemporâneos, cujos dados são acessados por ferramentas de acurada precisão, como as fotos de satélite, por exemplo. Para os medievais, a concepção da realidade ligada à representação compreendia o mundo real e o imaginário, o visível e o invisível, o concreto e o abstrato. Ou seja, para eles, não havia divisão entre esses dois pólos. Como o Paraíso e o Inferno cristãos, o mundo representado era considerado uma realidade única e verdadeira – portanto, um mapa que misturava o real e o imaginário era encarado como uma representação da verdade e da realidade.

Durante a Idade Média, a cartografia era praticada por monges cartógrafos. Toda a representação medieval estava sob a supervisão da Igreja e se fazia, então, segundo a iconografia cristã. Não se conhecia ainda o continente americano, e como normalmente a cartografia se dedicava a temas universais, os continentes representados eram os que integravam o mundo conhecido e considerado civilizado: a Europa, a Ásia e parte da África. Além disso, os mapas costumavam ser construídos no formato “T.O.”, ou “mapa de roda”, como eram conhecidos, seguindo as descrições da Bíblia sobre a forma da Terra (a *Orbis Terrarum*); suas representações não eram muito exatas, pois o método de elaboração baseava-se no olhar dos

viajantes, no relato de terceiros e na cópia de exemplares anteriores.

Em geral, o mapa era feito sob encomenda, exercia uma função didática de representação do espaço conhecido e não pretendia servir de orientação aos viajantes; para isso existiam os portulanos, que eram as cartas de navegação, e os mapas viários, que representavam os itinerários terrestres. Após a descoberta da América a concepção de mundo modificou-se. O formato T.O. ganhou maior complexidade pois nele não cabiam mais as novas terras descobertas e o mapa passou a apresentar uma configuração mais próxima da que conhecemos hoje. Mas, qual seria a concepção de um mapa hoje? Objeto didático? Objeto de orientação? Objeto estético, ou ainda um objeto para localização como versa a geografia?

Em verdade, um mapa pode ser tudo isto e em alguns momentos da história ele foi até segredo de Estado, mas ainda que ele tenha todas estas características, ele também é um receptáculo de informações as mais variadas que ali foram guardadas como extensão da memória de quem o concebeu, seja esse alguém homem ou máquina. Assim, não seria incorreto de nossa parte tratá-lo como um banco que armazena dados.

Ainda que banco de dados ontem e hoje, os procedimentos de construção de um mapa contemporâneo não vão diferir muito dos procedimentos de construção dos mapas medievais que são o nosso objeto de estudo. O que podemos salientar aqui com certeza como diferenças é apenas a quantidade, a qualidade e a exatidão das informações que eles contêm.

Na Idade Média um mapa era uma construção da memória humana feito com apuro técnico embora fruto da limitação da capacidade de armazenamento de dados por parte da mente do cartógrafo e das fontes por ele consultadas, mas esta memória também é o produto de uma somatória de memórias que contém em si uma memória da humanidade, um conhecimento acumulado por gerações. Assim, cabia ao cartógrafo muitas vezes, selecionar aquilo que o mapa deveria conter, estabelecer a proporção e o centro do mapa que em geral era Jerusalém.

Hoje, um mapa conta com a memória histórica mantida pela tradição e também com todas as possibilidades tecnológicas que o progresso trouxe, entre elas a rede do ciberespaço.

Munido das ferramentas atuais, a quantidade de informações que ele proporciona, inclui até as provenientes dos satélites. E ainda o nosso mapa contemporâneo não se limita ao campo da geografia, história e mitologia, seu alcance por certo é muito maior. Podemos mapear além da topografia, as cidades, o clima e até mesmo a trajetória de um determinado corpo celeste ou mesmo o percurso de um homem por meio do GPS. (Global Positioning System). Um mapa hoje, não só registra itinerários, como também qualquer outro tipo de informação. O que queremos dizer é que hoje pode-se mapear praticamente qualquer coisa e que as informações necessárias para isto estão disponíveis para qualquer um que possa conectar-se a rede do ciberespaço. Possivelmente até modelos de mapas lá estão disponíveis. Os mapeamentos na rede são, sem dúvida, mais exatos, porque são cálculos matemáticos, mas ainda que conheçamos o mapa, o nosso desconhecimento da totalidade do espaço continua o mesmo do cartógrafo da Idade Média, o que nos leva a concluir que por mais mudanças e transformações que sofram os meios técnicos, alguns procedimentos permanecem iguais.

Os procedimentos da memória humana e da memória digital

A adoção de *ícones* nas barras de ferramentas nas interfaces e nos softwares é um procedimento que já era utilizado na execução de mapas medievais. As legendas estão aí para nos provar que esses ícones são modelos bastante conhecidos da memória, muitos deles transmitidos pela tradição. A memória é o espaço mental onde as idéias e as funções se fazem representar por meio de associações de imagens, cores, sons e palavras. Mas a adoção de imagens na transmissão de informações não exclui a necessidade da leitura e da escrita para uma compreensão mais exata do significado dos textos, ainda que seja daqueles que estão presentes num mapa, essa leitura é muitas vezes uma condição operacional.

É por meio da tradição oral, nas sociedades sem escrita, ou dos documentos, nas sociedades que usam a palavra e a escrita, como as sociedades contemporâneas, que a

memória coletiva se estabelece, apoiada pelas imagens. A memória é um composto daquilo que associamos ao que vemos e ouvimos, mas só podemos chegar plenamente às informações se possuímos os códigos de acesso.

Os símbolos e a escrita somados à tradição oral são a fonte de dados pertencentes a uma cultura. A memória visual tem sem dúvida grande relevância neste contexto, mas não dá acesso pleno à informação, se não houver um texto integrado. O texto contribui para que exista uma memória que perdure no tempo. O esquecimento é uma perda momentânea pois as informações continuam retidas na memória, assim como o impedimento temporário para se acessar um arquivo no computador. Mas o texto enquanto fonte de dados também enfraquece a memória humana pois ao transformá-la, a destitui de sua capacidade de lembrança, pois a substitui. Este fato nos ajuda a perceber que as imagens, que também são simulacros da realidade ou de si mesmas, associadas aos sistemas lingüísticos, nos permitem manter memórias de longo alcance no tempo. Do mesmo modo, os "bancos de armazenamento de dados digitais" são memórias artificiais que guardam essas informações. É desta maneira que eles demonstram sua eficácia no decorrer do tempo, pois não sofrem das adulterações características da memória humana.

Sem se afastar do seu percurso histórico, a tradição continua, porém, sendo transmitida pela memória oral e escrita de geração à geração, apesar das deturpações, valendo-se da cultura adotada pelo sistema social, garantindo assim sua continuidade. Ela registra a passagem do tempo e atualiza o conhecimento de ao menos parte do passado, o que nos permite traçar cartografias das várias linhas temporais: no espaço bidimensional, como uma folha de papel, uma cartografia física, uma representação gráfica; no computador, como um mapa ciberespacial e multitemporal, mas que, como todos os mapas infográficos, é uma construção da memória artificial, que se diferencia da memória humana por ser operada por um modelo digital. E é no disco rígido do computador, nos disquetes, cd-roms e DVDs que esses dados estão armazenados.

A máquina constrói uma cartografia geocibernética utilizando modelos pré-existentes na memória digital dos bancos de dados de seu sistema. No livro *Confissões* de Santo Agostinho, ele descreve claramente este procedimento quando executado pela memória humana valendo-se de suas lembranças:

> Quando lá entro, mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umas apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo, até serem extraídas, por assim dizer, de certos receptáculos ainda mais recônditos. Outras irrompem aos turbilhões e, enquanto se pede e se procura uma outra, saltam para o meio como a dizerem: "Não seremos nós?". Eu, então, com a mão do espírito, afasto-as do rosto da memória, até que se desanuvie o que quero e do seu esconderijo a imagem apareça à vista.[ii]

Estes são os caminhos e os procedimentos de acesso a informação de uma mente humana medieval. Ora, em que difere esta escolha de caminhos, num espaço como o da mente humana, da navegação pela rede ciberespacial, além do fato de que, na rede, todas essas imagens e mensagens estão disponibilizadas em um suporte externo, que é a interface do computador?

Segundo Pierre Lévy[iii] a memória pode ser dividida em dois tipos, de curto e de longo prazos. A de curto prazo utiliza a repetição; a outra, as associações. Supõe-se que a de longo prazo seja armazenada numa única rede associativa. Quando uma nova informação entra na memória, precisa de uma representação, e por meio desta estabelecem-se redes de associações que se constelam em aglomerados de informações. Ao acessarmos um dado, trilhamos caminhos e construímos uma cartografia de acesso até ele, uma cartografia que retrocede no espaço-tempo, indo em direção à fonte dos dados armazenados.

Dá-se o mesmo com a memória digital, acessada por meio de comandos no computador. Alguns dados "arquivados" mostram-se a seu tempo e se associam, até que finalmente atingimos nosso objetivo, impulsionados pelos itinerários da rede. Esses dados, alimentados num *site* de

pesquisa, buscam por representações no meio do mapa constelar do ciberespaço. Códigos digitais os vasculham, conforme a solicitação, e trazem ocorrências dos termos pesquisados. Como descreve Sto Agostinho, num segundo momento esses dados sofrerão uma seleção para que uma nova cartografia mais direta e precisa se estabeleça, até se alcançar o objetivo pesquisado. As associações se estabelecem e disponibilizam as informações por meio de representações.

Sites são como lugares de memória rápida, conforme o tempo que permanecemos a eles conectados; ou de memória longa ou permanente, se os arquivamos no disco rígido do computador. A velocidade com que a informação se dá, a interatividade, a realidade virtual e os organismos cibernéticos são algumas das facilidades de que este meio dispõe. Nem todas são características específicas da rede, mas nela se adaptaram muito bem. Como podemos ver, reproduzimos o tempo todo modelos perpetuados na memória, muitas vezes de forma inconsciente, mas, também, porque os podemos reconhecer, por fazerem parte da nossa subjetividade.

À medida que adicionamos novos dados, com o passar do tempo estes passam a fazer parte do repertório armazenado e conhecido, embora o conteúdo permanente da memória humana esteja relacionado à sua velocidade de esquecimento. Tal qual a mente humana, o computador guarda suas memórias, mas a grande diferença entre eles é que a máquina, além de guardar seus dados indefinidamente, não os perde por falhas momentâneas da memória como o esquecimento. Para que o computador "esqueça", precisa-se apertar o botão "delete", caso contrário, os modelos serão guardados.

A nova biblioteca da humanidade

A rede digital é a nova biblioteca da humanidade, a biblioteca viva, também arquivada em dados e cartografias, lugar por excelência onde as informações se encontram agora e se encontrarão

nas próximas décadas. Praticamente, não se pode mais conceber um sistema de comunicações que não preveja sua inclusão na rede, a expansão desta e, por conseguinte, um aumento na quantidade de usuários para os quais ela estará disponível. Neste sentido, o ciberespaço pode conter uma grande quantidade de informações disponível no mesmo local. Tal evento não se podia conceber até um passado próximo, em que a maior quantidade de informações, passadas e presentes, encontravam-se reunidas e disponíveis num só lugar: as grandes bibliotecas.

De qualquer forma, esse novo espaço aos poucos cativa novos leitores, e a linguagem que ali se utiliza lentamente impõe seus caracteres e conjuntos de significados ao leitor. Seja o código acessível ou não, pelo menos uma leitura vivencial se faz. Mesmo a condução da realidade para dentro de modelos matemáticos, os fractais concebidos pelo computador, a perda da distinção entre real e virtual na transcrição para os códigos digitalizados, a mescla de meios e a isonomia no tratamento das imagens, nada disso causa estranheza ao usuário. Ao contrário, a comunidade ciberespacial aumenta a cada dia. Isso não nos espanta mais pois constatamos que este espaço, pleno de virtudes, ainda encontra lugar para abarcar em seu seio, além de todos esses potenciais aqui descritos, uma investida maciça das linguagens artísticas tradicionais e contemporâneas, bem como a criação de novos focos de interesse, adicionados de elementos específicos desta nova ferramenta, como os ambientes virtuais interativos.

Deste modo, torna-se possível acessar e reler um atlas medieval, em sua forma original, e ainda lhe adicionar novos elementos, que, em virtude de sua contemporaneidade, de certa forma recuperam seu caráter de *maravilha*. Isso nos possibilita conhecê-lo de forma íntegra, e a essa nova leitura ainda podemos acrescentar novas informações que podem recuperar seu mais completo esplendor transformando-o numa *maravilha* contemporânea.

O Atlas Catalão foi recortado, colado e animado em computação gráfica. O texto originalmente em catalão foi traduzido para o português e as imagens ampliadas. As animações estão baseadas nos eventos que elas narram como o Dilúvio Bíblico representado pela Arca de Noé ou as viagens do navegante português Jaime Ferrer ao Rio do Ouro. Essa nova

apresentação faz-se necessária para que estes documentos valiosos mantenham sua atualidade mostrando-se de forma mais dinâmica a contemporaneidade. Um mapa medieval publicado na rede tem a possibilidade de ser visitado por usuários das diversas localidades do mundo e mais, ser compreendido em sua especificidade completando assim ao menos um dos propósitos para o qual foi concebido; o de um banco de dados que registrou informações chegando praticamente intacto aos nossos dias.

---

[i] DREYER-EINBECKE, Oswald. *O descobrimento da Terra: História e histórias da aventura cartográfica.* São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1992, p. 16.

[ii] AGOSTINHO (Santo). *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.224.

[iii] LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999, p.78.

O POSITIVISMO E A IMAGEM DO ÍNDIO NO JORNAL *A FEDERAÇÃO*

Cíntia Régia Rodrigues[1]

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a imagem do Índio no jornal *A Federação* no período que se estende de 1884, ano da fundação do jornal até 1910, quando da criação do SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais). Entende-se por imagem um conteúdo específico do imaginário projetado com base em um objeto. O jornal A Federação era um órgão do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e suas bases estavam alicerçadas no positivismo. Pretende-se vislumbrar as notícias vinculadas no jornal a respeito dos indígenas, uma vez que o PRR utilizava o jornal para disseminar os ideais comteanos. **Palavras Chave**: ÍNDIO - IMAGEM – IMPRENSA- POSITIVISMO

Com a efetiva Proclamação da República, ressurge a questão da nacionalidade. Uma vez que esta esteve adormecida desde a Independência do Brasil em 1822, quando os holofotes ideológicos voltaram-se para a construção de uma nação moderna, independente, voltada para os ideais da Revolução Francesa: “a uma nação deve corresponder um único povo”. Nesse sentido, também a preocupação prática esteve alicerçada na conquista do território e no próprio avanço da sociedade nacional, buscando-se construir um Estado homogêneo que não se fracionasse, ao contrário daquilo que estava acontecendo nos Estados oriundos do Império colonial espanhol.[2]

A partir do processo de construção da República no Brasil a questão indígena voltou a ficar em evidência. Em função da instauração do regime republicano a discussão em torno da “identidade nacional” e do “projeto nacional” ganhou um novo impulso. Como a nacionalidade volta a ser palco de discussão, a retomada da questão indígena é favorecida.

Neste âmbito, um grupo de pensadores, os positivistas,[3] foi de extrema importância, uma vez que ergueu a bandeira em favor da causa indígena, a partir de seus preceitos. Cabe lembrar que com a instauração da República, os positivistas detinham uma certa influência entre os militares, pois os preceitos comteanos eram apreciados por estes, além de muitos militares seguirem os ideais de Comte. Deste modo, surgiu, a partir do Apostolado Positivista do

Brasil, a única proposta encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte, em 1891, que pretendia estabelecer os direitos dos índios:

> *1.Os Estados Ocidentais Brazileiros sistematicamente confederados e que provêm da fuzão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene.*
> *11.Os Estados Americanos Brazileiros empiricamente confederados, constituídos pelas ordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistózas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido. (Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, Bazes de uma Constituição política ditatorial federativa para a República Brazileira, 1890.)*[4]

A proposta acima descrita detém o reconhecimento da soberania indígena, sendo que, neste período, estruturara-se inúmeros artigos acerca do tema pelos representantes do Apostolado Positivista, dentre eles destaca-se Miguel Lemos, que foi presidente da Igreja Positivista do Brasil[5] (IPB) no período de 11 de maio de 1881 até o seu afastamento que ocorreu em 1903, sendo que então, assume, na qualidade de vice-diretor da IPB, Teixeira Mendes ficando no cargo até o ano de 1927.

Os positivistas acreditavam que as nações indígenas eram livres, como quaisquer outras:

> *Urge, segundo os ditames da oral e da razão, (...)as tribús selvagens devem, pois, constituir nações livres, cujos territórios cumpre-nos escrupulozamente respeitar e cuja amizade devemos procurar com lealdade. (R. Teixeira Mendes, Ainda os Indígenas do Brasil e a Política Moderna. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1908, p. 8).*[6]

Apesar de toda a campanha dos positivistas em prol dos indígenas, nenhuma de suas prerrogativas foram consolidadas na Constituição Federal em 1891, tanto que o índio nem foi citado[7], assim também na Constituição regional foram nulas as prerrogativas indígenas. Na lei máxima do país, em seu artigo 64, tratava-se das terras devolutas. Estas poderiam ser repassadas para os Estados federados, desde que ficassem reservadas ao governo federal as terras necessárias para a defesa das fronteiras brasileiras.

O Rio Grande do Sul, no entanto, era um estado distinto dos demais em relação ao trato com os indígenas, nos primeiros vinte anos da República, como destaca Ribeiro:

> *Só uma unidade da Federação, o Rio Grande do Sul, criara um serviço de assistência aos índios para substituir a repartição oficial que, no Império, cuidava do problema. Assim os índios do Sul tiveram suas terras asseguradas e um mínimo de assistência.*[8]

Conforme destaca Ribeiro, o Rio Grande do Sul foi o único estado da federação que criou um órgão, que entre outras incumbências era responsável pela questão indígena. A Diretoria de Terras de Colonização, submetida a Secretaria das Obras Públicas, organizou a "Protecção Fraterna aos Indígenas do Rio Grande do Sul". Esta foi criada em 1908 pelo governador do estado do Rio Grande do Sul, o então Presidente Carlos Barbosa Gonçalves[9]. Este órgão foi, portanto, criado antes da estruturação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, que se deu em 1910. Para assumir o cargo de chefe do novo órgão, foi convidado o engenheiro Carlos Torres Gonçalves, que, desde 1899, já ocupava um cargo na Secretaria das Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Pezat[10], sabe-se que tanto o Presidente do estado do Rio Grande do Sul, quanto Torres Gonçalves seguiam os preceitos de Augusto Comte. Também tem-se presente que a referida Diretoria era bastante atuante, pelo menos nos primeiros anos de sua existência. Durante os primeiros anos da década de 1910, Torres Gonçalves procurou demarcar as terras dos 12 toldos[11] indígenas existentes no Rio Grande do Sul. Os toldos eram os seguintes: toldo do Inhacorá, Guarita, Nonohay e Serrinha (localizados no município de palmeira das Missões); os toldos de: Fachinal e Caseros (localizados em Lagoa Vermelha), o toldo de Lagoão (localizado em Soledade) e os toldos de: Carreteiro, Ventarra, Erechim, Votouro, e o toldo de Ligeiro (localizados em Passo Fundo). O toldo de Ligeiro era o único que, estava submetido diretamente ao SPILTN.

A Diretoria de Terras e Colonização procurava, portanto, demarcar as terras indígenas a partir das suas comissões de terras espalhadas pela região norte do estado. O governo estadual viabilizava verbas para o empreendimento das demarcações de terras afim de manter o controle da demarcação das terras no RS para que o governo federal não tomasse a frente, devido a eminência da efetiva instalação do SPILTN.

Com avanço das frentes nacionais e as melhorias nos setores dos transportes e comunicações, não tardaram as inúmeras reclamações por parte de nacionais quanto aos encontros com os índios, principalmente nas construções de linhas ferroviárias, onde os assaltos e morticídios cometidos pelos índios, entre outros, eram freqüentes. Estes dois últimos foram amplamente relatados na imprensa sul-riograndense, mesmo tratando-se em sua maioria de notícias de fora do Estado.

É pertinente destacar-se que no Rio Grande do Sul, o positivismo foi largamente codificado pelo PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), principalmente a partir de 1882. Em 1883, mediante o primeiro congresso realizado, decidem por criar um jornal oficial do partido e, em princípio de 1884, começa a circular, *A Federação*, sendo que os positivistas acreditavam que os indígenas pudessem ser civilizados, e iriam sair do estado de fetichismo.

O Jornal *A Federação*[12], nasceu em Porto Alegre em 1º de janeiro de 1884 e circulou até o ano de 1937. Este jornal era um órgão do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e suas bases estavam alicerçadas no positivismo. O PRR utilizava o jornal para disseminar seus ideais positivistas. *A Federação* articulava, em suas publicações, questões políticas ligadas ao Estado e ao país, além de apresentar as ocorrências policiais, trazendo ainda alguns anúncios, geralmente para vender e comprar escravos.

Nesse jornal encontra-se notícias referentes ao indígena de todas as partes do Brasil, e não apenas do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, o maior número de ocorrências advém de outros Estados, no caso específico sul-riograndense, havia poucas chamadas.[13] Dos outros Estados da União encontrou-se 37 notícias referente aos indígenas, já no Rio Grande do Sul, encontrou-se 7 notícias. Dentre o período de 1884 a 1910, encontrou-se então, 44 chamadas ao total.

Entende-se por imagem um conteúdo específico do imaginário projetado com base em um objeto, isto é, “Para que a haja a possibilidade da projeção do imaginário, é necessária a existência de um objeto que sirva como “gancho”, sobre o qual o conteúdo do imaginário se

projetará, formando a imagem (Imago), que é distinta do objeto, abrindo uma das vias das construções das representações."[14] Segundo Litaiff, "As representações (como "estar em lugar de") ou símbolos, são imagens das idéias (conscientes ou não) que os indivíduos têm de si mesmos e de suas relações."[15]

No período trabalhado, que corresponde de 1884 a 1910, na imprensa sul-riograndense, nota-se claramente no jornal pesquisado, *A Federação* que foram construídas imagens sobre as populações nativas, estas perpassadas ao longo do tempo, as duas imagens em questão: o Bom selvagem, aquele que detinha qualidades e estava na infância da humanidade, estando subjugado perante a sociedade, e o Mau selvagem, este que matava, agredia, e era um empecilho ao desenvolvimento da sociedade e retardava o progresso em todos os aspectos, mas principalmente no econômico, pois não trazia nenhum benefício à sociedade.

A Federação firmava suas raízes na ideologia positivista, sendo que foram detectadas no jornal 33 notícias que se enquadravam nos preceitos comteanos em relação ao indígena, sendo que o período pesquisado vai de 1884 a 1910, quando se cria o SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais).

O PRR utilizou-se do jornal para tratar sobre o órgão criado em 1908 (Diretoria de Terras e Colonização):

> *O nosso amigo dr. Carlos Torres Gonçalves, director da Diretoria de Terras e Colonisação, já fez entrega ao nosso amigo dr. Candido de Godoy, secretario das Obras Publicas do seu copioso e interessante relatorio sobre os indigenas do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, que consta de muitas paginas, vem tratando desenvolvidamente os toldos do rio Ligeiro e Fachinal relação entre os ocidentaes e os indigenas, informações sobre a vida e os costumes delles, situação e população dos diversos toldos do Estado, que o dr. Torres Gonçalves calcula, pelos dados que colheu na sua recente visita aos toldos, em cerca de 300 habitantes(...).*[16]

A efetiva criação do SPILTN em 1910, vem unir-se dentro de uma proposta, uma política nacional para os indígenas que, deveria acabar com o problema fundiário, aldeando-os e assim abrindo espaço para as frentes nacionais e aos propósitos positivistas de civilização do índio. Neste âmbito abriu-se um grande espaço na primeira página da *A Federação* para os

pronunciamentos do representante do governo federal e do presidente do SPILTN, Rondon[17], dentre outros.

Este jornal abria espaço para fatos importantes, como à solicitação dos índios ao governo federal ou estadual, de providências contra invasões de colonos em locais habitados pelos mesmos. Pois, como citado anteriormente, o avanço da sociedade nacional fez com que os índios, gradativamente, fossem rechaçados das terras que ocupavam. A seguir elenca-se um apelo indígena ao Estado referente ao fato acima mencionado:

> *Achavam-se em São Paulo, há dias indios da tribu guarany, que vivem no antigo aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, proximo a Itaporanga. Elles foram, com o seu chefe, falar ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, afim de solicitar auxilios de modo a não serem perturbados na posse dos terrenos que cultivam e onde vivem. Queixam-se os indios guaranys de ainda não terem podido falar com o presidente – o seu maior desejo; confiavam em que, falando directamente a s. ex., teriam as providencias que desejavam.(...). O aldeamento conta cerca de 800 pessoas que se mostram descontentes com as auctoridades.*[18]

Conforme constatado no jornal pesquisado, o índio poderia tornar-se "civilizado" tendo bons exemplos de brancos:

> *Noticiam de Curitiba que o colono, de nome Gregorio Delai, residente em prudentopolis, declarou pela imprensa que desde o começo do ano de 1907 até agora foi prisioneiro dos indios Botocudos. Foi apanhado pelos indígenas quando trabalhava na linha sul da estrada de ferro do Paraná. Gregorio Delai affirma que foi muito bem tratado pelos indios, com os quais viveu até maio próximo passado, isto é, mais de dois anos. Consegui até mudar-lhes os hábitos, com toda a facilidade. Contou ainda que, com as ultimas caçadas feitas aos indios, estes se exasperaram muito, pois, são geralmente pacificos e generosos.*[19]

A imagem do Mau Selvagem também foi perpassada pelo jornal *A Federação*. Foi encontrada uma passagem cruel, em que os índios atacam para matar:

> *Noticiam de Belém, no Pará, que os indios tapajós trucidaram o collector das rendas federaes em Matto Grosso Thomaz Carneiro, o alferes Ernesto Carnerio, commandante do destacamento, cinco praças deste e uma mulher. Depois de fazerem uso das flechas, arrancaram a facão os intestinos das victimas.*[20]

A partir da efetiva instalação da República, anterior a criação do SPILTN, portanto, o governo federal, organizado em uma federação, delegava aos Estados uma maior autonomia, não estando, porém, totalmente alheio às questões indígenas, mesmo que a maioria dos problemas em relação aos indígenas ainda fossem mais discutidos em níveis estaduais. Cabe

ressaltar que todos os Ministérios Federais estiveram envolvidos de alguma forma com os assuntos referentes aos silvícolas, isso se explica devido aos desentendimentos ocorridos na questão fundiária, ligados diretamente à questão indígena. Eram constantes os confrontos entre os colonos e os indígenas, uma vez que, com o término da escravidão no Brasil, os imigrantes eram os trabalhadores em potencial, sendo que muitos destes adquiriram terras com o governo federal, passando por cima dos índios. Afinal, os indígenas não eram entendidos como trabalhadores em potencial, pois, devido ao seu modo de vida, não estavam preparados para juntar-se as fileiras da expansão da sociedade nacional, pelo menos até a efetiva instalação do SPILTN.

A considerada pouca atuação da política federal referente ao indígena apresentada nos primeiros anos republicanos, aliada às constantes reivindicações dos positivistas, desencadearia uma política indigenista oficial que pretendia proteger e ou integrar, os índios frente ao processo de expansão nacional. Esta política foi empreendida por um seguidor de Augusto Comte, o positivista Marechal Rondon. Segundo Ribeiro, a feição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso.[21]

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) é criado em 20 de junho de 1910 pelo decreto nº 8072 estabelecendo uma política em defesa e integração do índio. O SPILTN já fora determinado em 1906, mas efetivado apenas em 1910.[22]

Deve-se ter presente que, em função dos constantes conflitos entre índios e colonos, o governo federal procurou amenizar estes confrontos a partir da efetivação deste órgão e, também, cedendo a setores da sociedade, os positivistas, que protestavam quanto às condições dos indígenas. Conforme Marés [23], com a criação do SPILTN, “o governo republicano deu início a uma nova era nas relações entre o índio e o Estado”.

Notas

[1]Mestre e Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Docente do curso de História das Faculdades FACVEST – Lages/SC.

[2] Carvalho destaca em sua obra as opções políticas escolhidas para o Brasil e América Espanhola. Ver CARVALHO, José Murilo de. *Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

[3] Conforme Ribeiro, os positivistas estão "baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente. Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa "fetichista" do desenvolvimento do espírito humano, eram susceptíveis de progredir industrialmente". RIBEIRO, Darci. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.* Petrópolis: Vozes, 1986, p.134. Ver PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha.* 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 430.

[4] CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio - Ensaios e documentos.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 71-72.

[5] Conforme PEZAT a denominação do Apostolado Positivista foi modificada ao longo do tempo. PEZAT, op. cit., 1997, p. 78.

[6] CUNHA, op. cit., 1987, p. 72.

[7] Ribeiro ressalta "*Nos primeiros vinte anos de vida republicana nada se fez para regulamentar as relações com os índios, embora nesse mesmo período a abertura de ferrovias através da mata, a navegação dos rios por barcos a vapor, a travessia dos sertões por linhas telegráficas, houvessem aberto muitas frentes de luta contra os índios, liquidando as últimas possibilidades de sobrevivência autônoma de diversos grupos tribais até então independentes".* RIBEIRO, op. cit., 1986, p. 127.

[8] RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1962, p. 01.

[9] O Presidente do Estado fica no cargo de 25 de janeiro de 1908 a 25 de janeiro de 1913. COSTA e SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.

[10] PEZAT, op. cit., 1997, p. 430.

[11] São aldeamentos indígenas assistidos pelo estado do Rio Grande do Sul, sobre os quais o estado era responsável por protegê-los. Informações sobre os toldos podem ser encontradas no AHRGS, no Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas.

[12] De acordo com Silva, o Jornal A Federação foi fundado por Venâncio Aires(...). Lembra que *"O jornal esteve sempre voltado para os ideias republicanos, por isto é considerado um continuador das aspirações dos revolucionários de 1835, tendo sido um dos poucos em que a data farroupinha foi sempre lembrada."* SILVA, Jandira M. M. da et. al. *Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense.* Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 271. Conforme Sodré, A Federação *"órgão republicano com papel político muito importante, em cujas colunas se refletiram alguns dos principais episódios da Questão Militar".* SODRÉ, Nelson Weneck. *A história da imprensa no Brasil.* Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 264.

[13] RODRIGUES, Cíntia Régia. *Os Índios e Imigrantes:* Aspectos Legislativos na Província de São Pedro (1800-1850). 1999. Trabalho de Conclusão (Curso de História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

[14] CALEFFI, Paula. A Identidade Atribuída: um estudo da Historiografia sobre o índio. *Estudos Leopoldenses: Série História*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 50-64, 1997, p. 50.

[15] LITAIFF, Aldo. *As Divinas Palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá.* Florianópolis: Editora da UFSC, 1996, p. 20.

[16] *A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, n. 140, 18 de junho de 1910.

[17] O Marechal Cândido Rondon, devido aos trabalhos realizados em 1906-1909, nas Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, quando do contato com os indígenas, sua figura deteve uma grande amplitude em âmbito nacional, sendo inclusive chamado para se tornar presidente do SPILTN, em 1910. Neste mesmo ano, foram publicadas na imprensa, no Jornal *A Federação*, pareceres de Rondon ao governo federal quanto aos índios.

[18] *A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, n. 99, 29 de abril de 1903.

[19] *A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, n. 207, 06 de setembro de 1909.

[20] *A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, n. 33, 07 de fevereiro de 1903.

[21] RIBEIRO, op. cit., 1962, p. 135.

[22] Conforme Lima, a intenção de se criar um serviço para catequese e civilização dos índios já havia sido decretado em 1906, pelo MAIC (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio). LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz* – poder tutelar e indianidade no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 113.

[23] MARÉS, Carlos Frederico. Da Tirania à tolerância. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 53-81 p.57.

Multilateralismo na Política Externa Brasileira: um novo papel no século XXI.

Cíntia Vieira Souto •

A política externa brasileira possui uma organicidade e uma tradição singulares no plano latino-americano. Contextos de instabilidade política[1] e mudanças radicais na orientação governamental [2] não abalaram substancialmente as poderosas linhas de continuidade que se irradiam da década de 1930, quando se inaugurou a política externa para o desenvolvimento. Isso deve-se, entre outros fatores, ao habilidoso manejo das relações bilaterais e multilaterais ao longo de todo esse período. É impossível caracterizar nossa política externa sem dissecar a relação do bilateralismo com o multilateralismo, bem como o significado de cada um para a formulação da mesma.

Essa relações eram bastante claras até a crise do "nacionalismo de fins" [3]. Desde a estréia do Brasil em foros multilaterais, na Conferência de Haia em 1907, e ao longo de todo o período da política externa para o desenvolvimento as relações multilaterais foram acessórias das bilaterais. Recentemente, com a "crise de paradigmas"[4], houve uma mudança qualitativa importante nessas relações. Com a "internalização" do mundo, na definição de Celso Lafer [5] as relações bilaterais perderam seu protagonismo em relação às multilaterais. É essa mudança que pretendemos analisar no presente texto.

Com respeito ao tema convém desfazer uma confusão no que diz respeito aos termos multilateralização e multipolarização. *Multilateralização* significa um aumento substantivo nas relações multilaterais. Esse termo, muitas vezes é utilizado como sinônimo de *multipolarização*, que corresponde a um aumento de parcerias no plano bilateral. Um bom exemplo é o governo Geisel. Os acontecimentos do início da década de 1970 – e seus reflexos no plano brasileiro –

• Historiadora do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. cintia.souto@gmail.com

possibilitaram que os formuladores da política externa brasileira promovessem uma ampliação de parcerias estratégicas. O enfraquecimento da potência norte-americana resultante da derrota no Vietnã e da crise política interna conjugados aos frutos do Plano Marshall fizeram com que a Europa e o Japão despontassem como interessantes alternativas às relações com Washington. Isso possibilitou algumas "ousadias" no plano externo, como o Acordo Nuclear com a Alemanha de 1975, impensável uma década antes. A segunda onda de descolonização propiciou, no mesmo período, parcerias interessantes com países de igual ou menor desenvolvimento econômico da África, Oriente Médio e Ásia. Todas essas relações deram-se no plano bilateral [6]. Esse período é caracterizado como uma fase de multipolaralização das relações externas brasileiras. Trata-se da ampliação de parcerias no plano bilateral. As relações multilaterais continuaram existindo, mas não sofreram um aumento qualitativo em relação aos anos anteriores. A semelhança gráfica e sonora entre os dois termos é, sem dúvida, a razão de seu emprego indiferenciado.

Até meados da década de 1980, política externa brasileira era essencialmente bilateral. As relações substantivas, que traziam os resultados mais importantes e imediatos davam-se no plano bilateral. É uma característica histórica. Antônio Carlos Lessa observa "*A lenta e gradual constituição de um impressionante acervo de contatos bilaterais é um dos patrimônios mais sólidos da política exterior do Brasil*" [7].Falar em "acervo", nesse caso, não é força de expressão. Tratam-se, de fato, de relações com os "quatro cantos do mundo", com países e culturas das mais diversificas e de diferentes estágios de desenvolvimento. Tal traço, entretanto, não ofuscou o desempenho brasileiro nos fóruns multilaterais. O preparo, a habilidade e a organicidade do corpo diplomático brasileiro são mundialmente reconhecidos. Temas como desarmamento, desenvolvimento econômico, direito do mar, meio-ambiente, entre outros tantos, sempre foram discutidos no plano internacional com a participação brasileira. O interessante para o analista é que as relações bilaterais e multilaterais

correspondem quase a “mundos diferentes” com linguagem diferente, objetivos diversos e alguns canais muito claros de comunicação.

Nos marcos da política externa para o desenvolvimento, as relações bilaterais eram sempre privilegiadas pelos governos. Aliás, era no plano das relações bilaterais que, via de regra, os governos imprimiam sua marca[8]. Por isso, não há muito sentido em caracterizar a política externa de determinado governo como bilateralista[9]. A política externa de qualquer governo brasileiro era sempre bilateralista. Assim, não seria incorreto afirmar que as relações bilaterais exprimiam mais as rupturas, enquanto as relações multilaterais expressavam as linhas de continuidade com respeito à política externa brasileira.

A opção pelo bilateralismo traduzia a outra face do que é denominado pragmatismo [10] na política externa brasileira. A relação bilateral é a relação ideal para a opção pragmática, e o pragmatismo permeia a política externa brasileira desde os tempos do Império. Amado Cervo situa a origem do pragmatismo na época da consolidação do Estado Nacional, no início do Segundo Reinado. Sua sedimentação deu-se com o Barão do Rio Branco e com a política externa de Vargas. Esse autor considera que o pragmatismo:

> *induz a adequação das percepções dos reais interesses nacionais aos desígnios externos, de forma a fazer prevalecer o resultado sobre o conceito, os ganhos concretos e materiais sobre os valores políticos e ideológicos, a oportunidade sobre o destino, a liberdade de ação sobre o empenho do compromisso, o universalismo sobre as camisas de força dos particularismos, a aceitação sobre a resistência aos fatos*[11].

É fácil assim compreender que é na esfera bilateral que o pragmatismo encontra seu lócus perfeito de exercício: nela a negociação é muito mais simples e os acordos traduzem-se em resultados concretos.

Todavia, se eram as relações bilaterais fundamentais, qual era o papel das relações multilaterais? Celso Lafer muito bem aponta a diferença de peso entre a diplomacia bilateral e multilateral na vigência do “nacionalismo de fins”. As relações multilaterais são consideradas como relevantes apenas para estabelecer e promover a presença global do país no cenário

mundial. Com exceção das organizações internacionais que lidam com comércio (o antigo Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT e a atual Organização Mundial de Comércio – OMC), com produtos primários (como a Organização Internacional do Café) e Finanças (como o FMI- Fundo Monetário Internacional), o Brasil sempre foi muito cauteloso quanto aos resultados do multilateralismo. Os diplomatas consideram que "*os melhores resultados das relações multilaterais, o Itamaraty, regra geral, acredita colher nas relações bilaterais que são vistas como substantivas*[12]". O multilateralismo era utilizado para reivindicações econômicas, que, quando atendidas, favoreciam o desenvolvimento brasileiro, e para a busca de informações que eram aproveitadas nas relações bilaterais. O multilateralismo, nesses moldes, servia ao bilateralismo. Durante o período dos governos militares o bilateralismo muito avançou utilizando o multilateralismo para promover a ampliação das parcerias. O discurso de solidariedade para com os países em desenvolvimento trouxe dividendos bilaterais tanto na América Latina, quanto na África. Além disso, a política multilateral é uma espécie de "cartão de visitas" de um país. É nos fóruns multilaterais que o Brasil apresenta suas idéias e formulações ao restante do mundo.

Esse papel utilitário do multilateralismo em relação ao bilateralismo fica evidente quando se analisa a atuação do Brasil nos fóruns multilaterais até o final da década de 1980. No período dos governos militares estabeleceu-se uma espécie de padrão que perdurou até após a redemocratização. O Brasil, via de regra, assumia posturas independentes, descompromissadas com grupos, ao estilo *low profile*. A independência estava sempre na medida certa para permitir eventuais compromissos com os países industrializados. Ela era, contudo, cultivada para que não restassem dúvidas de que não existiam relações de subordinação entre os Brasil e o países desenvolvidos[13]. Gerson Moura e Maria Regina Soares Lima creditam essa postura na esfera multilateral ao que denominam de dupla inserção

brasileira no plano mundial: ao mesmo tempo entre os países avançados do Norte e entre os países em desenvolvimento do Sul[14].

Recentemente, temos assistido a um aumento do peso da diplomacia multilateral. A agenda multilateral contemporânea e a posição do Brasil sobre os mais variados temas têm sido amplamente discutidas pela imprensa. O Itamaraty vem, a cada ano, ampliando os quadros dirigidos à política externa multilateral e remodelando sua estrutura para adaptar-se a uma nova realidade. Já se pensa, inclusive, em uma especialização dos diplomatas [15].

Para Célso Lafer, o esgotamento do "nacionalismo de fins" na década de 1980, reserva um novo papel ao multilateralismo no século XXI. Com a globalização, "*o mundo que o Brasil administrava como uma externalidade, internalizou-se, encerrando assim a eficácia do repertório de soluções construídas a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, que configurou o país no século XX*" [16]. Assim, se o país construiu nesse contexto a autonomia possível pelo distanciamento do mundo, no momento esta autonomia somente pode ser construída pela participação ativa na elaboração de normas e pautas de conduta da gestão da ordem mundial [17]. E isso se dá justamente nos foros multilaterais.

> É por essa razão que a obra aberta da continuidade na mudança, que caracteriza a diplomacia brasileira, requer um aprofundamento nos foros multilaterais da linha da política externa inaugurada por Rui Barbosa, em Haia, em 1907 [18]. Essa se traduz em obter no eixo assimétrico das relações internacionais do Brasil um papel na elaboração e aplicação das normas e das pautas de conduta que regem os grandes problemas mundiais, que tradicionalmente as grandes potências buscam avocar e, na medida do possível, exercer com exclusividade [19].

Para Lafer, trata-se de aprofundar a postura multilateral que o país teve ao longo de toda a história da República. Tal postura consistiu na capacidade do Brasil, como potência média de escala continental e de relevância regional, articular consensos entre diferentes "mundos" e trabalhar pela a possibilidade de harmonia. O Brasil possui com pré-requisitos para desempenhar esse papel uma conduta diplomática coerente de corte grociano, o fato de ser um país relevante na ordem mundial e, ao mesmo tempo, de ser capaz de articular consensos

por não ser uma *monster country* assustador[20]. Isso "*é um ativo potencial num sistema internacional permeado por descontinuidades e com um forte déficit de governabilidade*"[21]. Com o envolvimento construtivo com os temas globais da agenda pós-Guerra Fria na década de 1990 – meio-ambiente, direitos humanos , não-proliferação nuclear – o país teria ampliado sua credibilidade nos fóruns multilaterais.

Amado Cervo é menos otimista na avaliação desse protagonismo do multilateralismo. Na esteira das duras críticas que faz à política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), Cervo considera que "*a disposição do governo brasileiro de influir sobre a regulamentação do sistema mulitateral de comércio e sobre a arquitetura das finanças internacionais subtraíram a energia ao bilateralismo*". Assim, o imenso acervo de contatos bilaterais do país teria sofrido uma acomodação quanto ao papel dos grandes e pequenos, determinada por causa exógenas. A conseqüência natural foi os Estados Unidos na condição de principal parceiro bilateral[22]. Houve declínio nas relações bilaterais com países outrora importantes como Alemanha e Japão. Bons resultados advieram da reaproximação da França e da parceria estratégica com a China, bem como da ruptura do distanciamento com os países ibéricos. Com a África, conquista histórica dos governos militares, as relações declinaram [23]

Cervo também critica o tratamento multilateral dado às questões de segurança na década de 1990, com a diminuição do papel do Exército em detrimento do Ministério das Relações Exteriores. Ele considera que "*o mundo após a Guerra Fria passou (...) do sistema bipolar para um sistema econômico multipolar e outro estratégico unipolar. O trato multilateralista convinha somente ao primeiro*[24] ".

Resta-nos refletir se essa ênfase no multilateralismo persiste no atual governo. A par das declarações, via de regra, para consumo interno de que uma nova era iniciou-se em termos de política externa, observa-se muitas linhas de continuidade. Uma delas é o destaque ao multilateralismo. Paulo Roberto de Almeida comparando a política externa do governo FHC

com a do governo Lula percebe que o primeiro ostentou um multilateralismo moderado com aceitação tácita da existência das grandes potências e dos papéis diferenciados no sistema internacional. Já o governo Lula investe num multilateralismo forte com defesa da soberania e na igualdade entre os países [25]. Em termos retóricos, lembra um pouco o multilateralismo reivindicatório de Costa e Silva.

Com respeito ao multilateralismo econômico, há um clara continuidade, com participação plena nas negociações da OMC. Destaca-se o protagonismo da diplomacia Lula com a formação do G-20 em setembro de 2003 em Cancún. A agenda bilateral do atual presidente é robusta com a reaproximação da África e do Japão, com contatos com países árabes e asiáticos, bem como da vizinhança latino-americana. Mas ainda é cedo para avaliar resultados.

Julgamos que o maior peso do multilateralismo é um reflexo da realidade e não uma questão de preferência de um governo ou outro. Ele apareceu na década de 1990 em virtude das consideráveis mudanças no sistema internacional. Percebemos, todavia, uma clara diferença entre multilateralismo econômico e político. No plano econômico, desde a metade do século XX, a agenda complexificou-se, trazendo as relações econômicas internacionais do plano bilateral no qual se situava no entre-guerras para o âmbito das relações multilaterais [26]. Assim, o incremento da ênfase ao multilateralismo econômico é uma questão de sobrevivência para qualquer país que queira participar ativamente do sistema internacional. Já o multilateralismo político caminha a passos mais lentos. Mas os processos de integração, tanto os mais avançados, como a União Européia, quanto os mais incipientes, como o Mercosul, anunciam também o seu incremento para o futuro. O desafio será participar dessa realidade sem descurar do preciso acervo de relações bilaterais brasileiras. Todavia, não se pode mais considerar as relações multilaterais acessórias das bilaterais, embora as novas relações entre ambas não estejam ainda muito claras.

[1] Podemos citar como exemplo o golpe de Estado de 1937 que instituiu o Estado Novo; a crise política que culminou com a deposição de Vargas em 1945; o suicídio de Vargas em 1954; a renúncia de Jânio Quadros em 1961, entre outros exemplos.
[2] Os melhores exemplos são o Golpe de 1964 e o advento da Nova República em 1985.
[3] O termo "nacionalismo de fins" foi formulado por Hélio Jaguaribe. JAGUARIBE, Hélio. O Nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958, p. 52.
[4] Amado Cervo situa a crise de paradigmas a partir de 1990 com a eleição de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Já Letícia Pinheiro identifica a crise a partir da segunda metade do governo Sarney. CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª ed. Brasília: Ed. da UNB, 2002, p. 455. PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira. Rio de Janeiro: Jorje Zahar Ed. , 2004, p. 51.
[5] LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 113.
[6] Para maiores detalhes ver VIZENTINI, Paulo F. A política externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1998.
[7] LESSA, Antônio Carlos. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais". Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 41 (número especial), 1998, p. 1.
[8] O governo Costa e Silva, nesse sentido, é uma exceção. Sua marca foi justamente fomentar o nacionalismo através de uma participação brasileira mais efetiva e mais alinhada ao Terceiro Mundo nos fóruns multilaterais. Ver MARTINS, Rodrigo Perla. A diplomacia da prosperidade: a política externa do governo Costa e Silva (1967-1969). Programa de Pós-graduação em Ciência Política – UFRGS, 1999.
[9] O governo Médici é, por muitos autores, caracterizado como um governo de orientação bilateralista. Tal afirmação é equivocada. Em primeiro lugar, as relações multilaterais foram muito desenvolvidas nesse período. Além disso, o governo Ernesto Geisel, seu sucessor, implementou muito mais relações bilaterais (em termos quantitativos e qualitativos) e não recebe esse rótulo. Ver SOUTO, Cíntia Vieira. A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici (1969-1974). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
[10] O pragmatismo, também definido como realismo, juntamente com o universalismo, o pacifismo e o juridicismo constituem, nas palavras de Antônio Carlos Lessa, a "moldura conceitual" da práxis diplomática brasileira. LESSA, Antônio Carlos. *Op. cit*., p. 4.
[11] CERVO, Amado. As Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado (org.). O Desafio Internacional. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994, p. 27.
[12] LAFER, Celso. Política Exterior Brasileira: Balanço e Perspectivas. Dados. Rio de Janeiro, n. 22, 1979, p. 55.
[13] SELCHER, Wayne. Brazil's Multilateral Relations. Boulder: Westview Press, 1978.
[14] LIMA M. R. S. de MOURA, G. "A Trajetória do Pragmatismo – uma análise da política externa brasileira". Dados. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982, p. 352.
[15] Até hoje a formação do diplomata brasileiro inclui sua passagem pelo maior número de setores possíveis dentro do Ministério das Relações Exteriores. Assim, o diplomata brasileiro é um "generalista".
[16] LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. Estudos Avançados 14(38), 2000, p. 260.
[17] FONECA Jr., Gélson. A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998, p. 368.
[18] Paulo Roberto de Almeida mostra "a adesão brasileira à maior parte dos principais organismos internacionais de cooperação e coordenação na área econômica, senão a todos eles. (..) Desde meados do século passado [XIX], o Brasil esteve presente em grande parte das conferências inaugurais de diversas entidades internacionais, sendo membro fundador das mais importantes". Destas, a mais antiga é a União Telegráfica Internacional de 1864, antecessora da atual União Internacional de Telecomunicações. ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o Multilateralismo Econômico. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 53.
[19] LAFER, Celso. *Op. cit*., 2000, p. 263.
[20] Terminologia utilizada por Geroge F. Kennan em Arround the Cragged Hill para qualificar o Brasil no sistema internacional. Significa que o país possui dimensões continentais, acompanhando a Rússia e a China nesse aspecto, mas, por outro lado, nuca esteve, por situar-se na América do Sul, nas linha de frente das tensões prevalescentes no campo estratégico militar. LAFER, Celso. *Op. cit*., 2000, p. 260.
[21] LAFER, Celso. *Op. cit.*., 2000, p. 264.
[22] CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit*., p. 477-478.
[23] *Ibidem*, p. 480-482.
[24] *Ibidem*, p. 469.
[25] ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. Revista Brasileira de Política Internacional. 47 (1), p. 166, 2004.
[26] ALMEIIDA, Paulo Roberto. *Op. cit.,* 1999 , p. 24-25.

"*DESENCANTADAS CRIATURAS PROIBIDAS DE AMAR*": A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE MULHERES CELIBATÁRIAS[1]

Cláudia J. Maia
Profa. do Departamento de História da Unimontes/
Doutoranda em História na UnB.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção discursiva de mulheres celibatárias no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, época em que as mulheres engajaram-se de forma mais efetiva no mercado de trabalho e diversos discursos procuravam instituir o casamento e a família conjugal como modelos ideais e hegemônicos. Para tanto, selecionei duas matérias veiculadas em revistas brasileiras de circulação nacional, onde realizei recortes procurando destacar superfícies discursivas que julguei importantes para identificar matrizes de sentido que interessam a meu objeto de análise[2].

A primeira matéria, publicada em 1940, na revista *Alterosa* de Belo Horizonte, é uma entrevista onde quatro atrizes famosas do cinema norte-americano respondem à pergunta: "qual a vida melhor: a de casada ou de solteira?"; das quatro respostas selecionei uma para a análise. No texto que introduz as respostas, diz o repórter:

> Como viveram e como pretendem viver? Quando solteiras eram mais felizes do que depois de casadas ou...? Em algumas perguntas que devem, forçosamente, interessar magneticamente, **todas** as mulheres, sejam **casadas ou solteiras**, **noivas ou solteironas**... [3]

O cinema americano, nesse período, exercia muito fascínio sobre as pessoas, sobretudo sobre as mulheres, em função do forte apelo às histórias de amor, daí a resposta das atrizes "**interessar magneticamente"** a todas as mulheres que, nesse enunciado, são categorizadas pelo repórter tendo em vista seu destino social – o casamento. Ao lado de casadas, solteiras e noivas, uma outra categoria de mulher que não se enquadra naquelas, a solteirona: alguém que não casou e que já passou do tempo de se casar[4]. Nesse sentido, o enunciador constrói as categorias a partir de uma situação estável, definitiva, e outra transitória, enquadrando as mulheres numa ou noutra como indica a conjunção **ou:** casada (situação estável, definitiva) ou solteira (situação transitória), noiva (transitória) ou solteirona (situação estável, definitiva); dentro desse universo limitado, elas são uma coisa ou outra. Antes de apresentar as respostas, o repórter constrói primeiro o lugar de fala das

entrevistadas: bonitas, famosas, cortejadas, ou seja, com atributos de uma moça casadoira que facilmente conseguiria um marido, alguém que está habilitada a exercer uma escolha (entre a vida de casada e a de solteira). Responde a entrevistada sobre qual seria o tipo de vida melhor:

> - A de casada, sem dúvida! Nem pode haver duas opiniões a respeito, penso eu! A solteira vive *ansiosa;* por mais que aparente indiferença, vive pensando no próprio destino... Será, um dia, esposa **ou** irá aumentar a legião de solteironas, **das desencantadas criaturas proibidas de amar**?

De acordo com o excerto anterior, o destino de todas as mulheres é o casamento, excluindo outras possibilidades de que se pode ocupar o pensamento, como uma carreira profissional. Dessa maneira, a vida de casada por oposição à vida de solteira é melhor, não podendo "**haver duas opiniões**", já que a primeira põe fim à ansiedade de sua existência – conseguir ou não um marido. Novamente a conjunção **ou** indica a situação – entre duas únicas possibilidades de condição social – inerente ao destino das mulheres: esposa, realizada, amada e feliz **ou** solteirona, desencantada, proibida de amar. A matriz de sentido principal nessa enunciação é, dessa forma, o amor na sua modalidade burguesa, que determina a felicidade e a realização enquanto mulher. Indica, portanto, que há pessoas que estão autorizadas a amar e outras não, que há um tempo adequado, limitado para as mulheres se entregarem ao amor, e este tem como finalidade o casamento. Esse é o ideal do amor romântico burguês que emerge como o caminho indispensável à plena realização do bem-estar e da felicidade pessoal, e que tem seu ponto de culminância no casamento. Assim, o amor romântico, fundamentado na intimidade da vida a dois, torna-se base das relações conjugais e princípio de uma "escolha individual"[5]. Nesse sentido, pode ser pensando também como um dos pontos de assujeitamento das mulheres na medida em que o amar e ser amada foi construído como algo precioso que deveria ser buscado a todo custo, pois trazia a promessa de felicidade[6].

A segunda matéria intitulada a "Tragédia das solteironas", escrita por Berilo Neves, foi publicada na primeira página da *Revista da Semana* em 17 de julho de 1937[7]. Essa é uma coluna de destaque da revista em que normalmente se publica crônicas. Nela, o autor

escreve como se estivesse respondendo à carta de uma leitora; contudo, como não se trata de uma coluna dessa modalidade, ele pode ter utilizado a resposta a uma carta como estilo literário, e a missivista "Arabela" pode representar, nesse caso, todas as solteironas, para quem ele dirige diretamente sua escrita, ou um tipo de solteirona para quem ele constrói o lugar de fala. O enunciador inicia seu discurso criando a diferença entre aquelas que aceitam sua condição social – de solteirona –, através do ato de confissão, e aquelas que não aceitam.

> Arabela:
> O papel em que V. escreve não é de cor, nem é perfumando. É simples, pobre, regulamentar e burocrático. **Entretanto**, sei que a sua alma **não é uma alma commum.** A sinceridade com que **confessa** a sua trista situação de solteirona é um índice psychologico que a ennobrece.
> "Faço parte – diz V. textualmente – das *solteironas, professoras desilludidas, farandula hostil de todas as mulheres que não se integraram na Biologia*". E acrescenta timidamente, dentro das portas fechadas de um parentheseis: "não foi por falta de caldo de laranjas, porque **não** sou feia".

No trecho final do extrato, o enunciador apresenta entre aspas o que lhe é confessado, para indicar que foi escrito pela missivista, destacando em itálico as representações sociais que estão sendo cristalizadas do que é uma solteirona. As palavras, na superfície discursiva, por sua historicidade, têm uma memória discursiva. Elas possuem, além do dito, outros efeitos de sentidos, do já-dito: professoras desiludidas (mulheres que possuem grau de instrução mais elevado, uma profissão remunerada, normalmente intelectual, e não realizaram seu "sonho" de casamento); farandula hostil (pertencem a um grupo barulhento de mulheres enfurecidas como foram caracterizadas as feministas deste período); não se integraram à Biologia (não cumpriram seu destino biológico – a maternidade). O "não sou feia", é um efeito de negação para afirmar que solteironas são feias.

No início do enunciado, há ainda um jogo de palavras utilizado para imprimir sentidos sobre o que seria a "alma" feminina e construir a diferença em relação às mulheres celibatárias. O enunciador fala do papel sem cor, sem cheiro, pobre, regulamentar, burocrático, para se referir na verdade à alma da suposta missivista, indicado pela conjunção **entretanto** que, nessa oração, funciona como elemento de ligação de uma sentença a outra e ao mesmo tempo de refutação. Ou seja, apesar de solteirona, "Arabela"

não tem uma alma comum às demais solteironas, porque assume sua condição social, confessa-se. A confissão é uma técnica de produção de verdade sobre si, conforme afirmou Foucault, altamente valorizada no ocidente e se inscreveu "no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder". Assim, ao confessar sua "trista situação", que significa estar dentro do seu processo de assujeitamento como solteirona, Arabela, ou todas as mulheres celibatárias que a figura de Arabela representa, redime-se, enobrece-se, pois, conforme Foucault, a confissão "produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, liberta-o, promete-lhe a salvação(...)"[8]. O processo de diferenciação continua em outros extratos do texto:

> Não se engane, porém, amiga Arabela: o peor, para uma mulher, é não casar. **O celibato feminino é uma fábrica, activissima, de monstros**. A mulher é um ser profundamente affectivo. **Nasceu para amar** – seja a um **homem, a um santo ou a um gato. Muitas**, victimas de namoros malogrados, refugiam-se no seio acolhedor da Igreja. São milhares e milhares de devotas, mysticas, exaltadas do sentimento religioso, que encontram aos pés da Cruz um consolo para sua **felicidade perdida**. **Outras** dedicam-se ao professorado – e infernam a alma terna das creanças (devia ser prohibida a existência de professoras solteiras!). Como não casaram, descarregam nos petizes todo o fel accumulado em longos annos de renuncia. **Outras**, enfim, dedicam-se a falar mal da vida alheia, a intrigar, a pôr veneno na vida dos conhecidos, a começar pelos parentes...

O casamento e a maternidade nos discursos desse período são construídos como fundamento da vida das mulheres, única forma delas serem felizes e se realizarem enquanto mulheres, porque é intrínseco à sua natureza. Esses discursos criavam marcas das "diferenças sexuais" que atrelavam as mulheres a um destino biológico (maternidade) e social (casamento). Nesse processo de assujeitamento das mulheres, elas deveriam ser esposas fiéis, mães amáveis, donas de casa hábeis e dedicadas. Neste texto, o enunciador também construiu, anteriormente, sua argumentação sobre o casamento, onde estão presentes diversos elementos que alimentaram o debate em torno das relações conjugais, travados na mídia escrita brasileira como vários estudiosos/as têm mostrado.

Assim, o enunciador primeiro iguala todas as solteironas, a quem o celibato tornou um **monstro**: uma pessoa portadora de anomalias, cruel e horrenda; em seguida eles as diferenciam, tendo como principal elemento da diferença a capacidade de amar. O amor também aparece, no enunciado, como algo natural, intrínseco às mulheres: elas nasceram

para amar independentemente de quem, ou do quê, seja homem, santo ou gato. Esses elementos não são da mesma natureza, mas o amor das mulheres sim. Usa o "**muitas**" para indicar que não são todas que "refugiam-se no seio acolhedor da Igreja, encontram aos pés da Cruz um consolo para sua "**felicidade perdida**". **Outras**, ou seja, aquelas incapazes de amar, vão despejar sua infelicidade e frustração sobre o outros. As que têm uma profissão, como indica a palavra **professora**, vão despejar seu amargor no ambiente de trabalho; aquelas que não trabalham – e serão mais miseráveis porque são dependentes – se especializam em fofocar, espalhar a intriga e o veneno na vida dos mais próximos, nesse caso os parentes. Ele segue na especificação:

> **Todas ellas** – mestras ou analphabetas – têm ódio às moças que se casam. Possuem, em maior ou menor dose, o **instincto da maldade**. A história de milhares de tragédias conjugais nasce dessas almas torvas, às quaes tudo se deve **perdoar** pelo muito que soffreram e penaram. Casaes felizes devem fugir das solteironas como o Diabo da cruz. A **Medicina** sabe que os enfermos de certas moléstias contagiosas têm um prazer satânico em transmittir a sua doença às pessoas sadias. Existe, na psycho-pathologia das solteironas, phenomeno análogo.

O enunciador vale-se de três elementos principais para produção de sentidos sobre as solteironas: ódio, inveja, rancor. Esses elementos são deflagrados em sua personalidade porque fracassaram no objetivo da sua vida, por isso se deve ter benevolência para com elas. As solteironas têm o "instincto da maldade", ou seja, a maldade é nelas algo naturalizado, faz parte da sua essência, e elas sentem um "prazer satânico" em transmiti-la aos "casaes felizes". Assim como os enfermos de certas moléstias contagiosas, a maldade, a inveja, o rancor da solteirona contagia. A Medicina, que o enunciador utiliza como um argumento de autoridade, pois é um discurso científico, aconselha, em todos os casos de doenças infecto-contagiosas, o isolamento do doente, o recolhimento para lugares especializados onde não ofereçam perigo e possam ser tratados e curados. Assim, a doença, ou tudo que representasse perigo à saúde pública, e principalmente da família, deveria ser isolado, afastado. A associação entre maldade e doença infecto-contagiosa leva o leitor a concluir que, assim como os doentes, as solteironas deveriam ser isoladas, retiradas, dos ambientes sadios (como a família conjugal higienizada), de onde ela poderia poluir com seu veneno, discórdia e inveja: "**Casaes felizes devem fugir das solteironas**

como o Diabo da cruz"[9]. Penso que todo o **ódio,** que não provém, mas é dirigido à mulher celibatária, não é porque ela seja má, mas porque ela é a materialização de que nem todas as mulheres seguiram as prescrições da cultura, destinando suas vidas ao casamento e à maternidade. Enquanto exemplo corporificado de uma forma outra de existência, que por si é questionadora das relações de poder do casamento, a solteirona está em todo lugar: na escola, em casa, no cinema, nos escritórios, no supermercado, na igreja, etc., exemplo visível que precisa ser escondido, ou pelo menos camuflado sob a roupagem de um ser repugnante e desprezível, mas de quem se deve ter misericórdia.

Como forma de confirmar a regra, o enunciador apresenta a exceção: "existem – é claro – as excepções. Mas essas são as santas que os altares não conhecem"; ou seja, a exceção é o tipo de solteirona do qual Arabela faz parte, ou que a figura de Arabela representa: aquela que se confessa, que é capaz de amar mesmo que seja a um santo. "Acredito todavia, que V. seja uma dessas excepções que redimem a espécie humana da sua maldade innata. V., **pelo menos**, confessa que é solteirona". Ela não deixa de ser uma solteirona, mas se diferencia das demais, como indica o pelo menos. Então, de quem o enunciador está falando quando no início do enunciado diz "**Todas elas**"? Ele se refere não a todas as solteiras, mas àquelas que ele considera incapazes de amar, que não se confessam; ou seja, aquelas mulheres que excedem ao seu assujeitamento como "solteirona". Finalizando o discurso, o enunciador tece as suas recomendações:

> A leitura, a meditação, o trabalho artístico não substituem um marido mas ajudam a esquecer a sua falta... Depois dos 40 annos, o **império da Biologia** se abranda e adoça. A natureza bem sabe que seria uma tortura innominavel estar, toda a vida, sob a **tyrannia brutal do sexo**. E na mulher – em que as manifestações do sexo são mais delicadas – esse período de tyrannia é, pelo menos, dez annos menor do que no homem.

A matriz de sentido do enunciado é o que Foucault chamou de dispositivo da sexualidade: um aparato de poder usado para produzir a verdade sobre o sexo, tornando-o o eixo definidor e inteligível das pessoas[10]. Como sublinha Swain, todas as pessoas, agora aprisionadas em corpos naturalizados e sexuados, estão obrigadas a uma prática sexual qualquer. A sexualidade passou a definir a identidade dos sujeitos e seus padrões de

comportamento, ela é a única forma de afirmar sua existência e sua inserção no mundo.“(...) Em que me torno, quando me ausento da sexualidade, que ser monstruoso é este, cujos anseios não passam necessariamente por práticas genitais?”, pergunta-se Swain[11]. No enunciado, o sexo e as pulsões sexuais, vistos como naturais, se impõem ao indivíduo independentemente de sua vontade, impreterivelmente: “**o império da Biologia**”. A palavra “**tirannya**” – reforçada pelo advérbio de intensidade “**brutal**” – indica que o indivíduo vive sob as determinações de seu sexo. Assim, o pressuposto do enunciado é a heterossexualidade compulsória, e de que todas as pessoas inevitavelmente têm pulsões sexuais. Neste caso, as solteironas serão pensadas como seres monstruosos, não pela ausência de desejos sexuais, mas pela impossibilidade de realizá-los, uma vez que a castidade delas é também outro pressuposto do enunciado. As diferenças de gênero também são construídas a partir de sentidos cristalizadores de representações sociais sobre as mulheres, ligadas à sua suposta sexualidade exacerbada: “E na mulher – em que **as manifestações do sexo são mais delicadas**”. Desde a lendária Eva, a volúpia foi uma das matrizes de inteligibilidade do feminino como marcas de um “pecado original”. Assim, a mesma natureza que determina a intensidade, ou império, do sexo sob os indivíduos, por sua sabedoria, determina também um período mais curto de desejos e pulsões sexuais nas mulheres em relação aos homens. Seus desejos irrealizáveis, por maior tempo, causariam maiores sofrimentos para si, e maiores perigos para os outros.

> Evite idéas tristes, e procure nadar 500 metros em linha recta. O mar é a fonte da vida e o fornecedor universal das perolas. Que V. pesque, naquellas águas profundas, o **marido do seu sonho** e da sua alma, é o que lhe deseja, em nome da **Biologia**; da **Tradição** e da **Igreja**, o seu servo humilde.

Ele finaliza seu discurso utilizando o argumento de autoridade, da **Biologia** (discurso científico), da **Tradição** (discurso da cultura) e da **Igreja** (discurso religioso). As mulheres celibatárias, produzidas como “solteirona”, são, assim, subversivas de leis naturais, culturais e divinas. Acredito, portanto, que o ataque às “solteironas” e a construção de representações sociais delas como mulheres amargas, rancorosas, invejosas, infelizes, criaturas proibidas de amar, são também parte dos dispositivos utilizados para salvaguardar

um modelo de casamento e família baseados na hierarquia conjugal e distinções de gênero, à medida que empurra as mulheres para o matrimônio, onde poderiam ser mais facilmente controladas tanto por dispositivos legais[12] como pelos dispositivos culturais[13]. Nesse sentido, acredito que as mulheres celibatárias poderiam exercer mais "livremente" suas escolhas ou aspirar a interesses mais individuais, o que seria um ato político, na medida em que não trocam controle/autonomia pela proteção marital. Nesse aspecto, elas saem fora do gênero, ou nos termos de Tereza de Lauretis[14], elas excedem ao seu processo de assujeitamento como esposa e mãe de família; não escapam a suas representações sociais, mas sua forma de vida subverte os padrões definidores do que é ser mulher de uma determinada época. As mulheres celibatárias pareciam, assim, colocar em risco a regularidade de uma ordem que se instituía, constituindo uma ameaça que precisava ser combatida.

---

[1] Este trabalho é um dos temas que está sendo discutido em minha tese de doutorado, sob orientação da Profa. Rita Laura Segato, no Programa de Pós-graduação em História da UnB.

[2] Utilizo a Análise do Discurso a partir das noções de autores como Orlandi (ORLANDI, E. P. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002) e Maingueneau (MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências da Análise do Discurso*. 3ed. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997).

[3] ALTEROSA, ano II, p. 75-76, set./1940. A revista Alterosa era uma publicação voltada para toda a família.

[4] Para Ian Watt a visão da "solteirona" como um "tipo ridículo e até detestável surgiu no final do século XVII", na Inglaterra, como efeito da crise do casamento e do desenvolvimento do capitalismo que provocou mudanças no *status* da mulher solteira. A palavra "*spinster*" – que significa em sua origem fiandeira – sugere isso (WATT, I. *A ascensão do Romance.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996p.127). A palavra *spinster* começou a ser utilizada com um sentido pejorativo, como lembra Quintaneiro, exatamente quando a importância da indústria doméstica decaiu e com ela o *status* das mulheres solteiras (QUINTANEIRO, T. *Retratos de mulher*. Petrópolis: Vozes,1996). A literatura inglesa do século XVIII, passou também a conter numerosas caricaturas de solteironas como "criaturas desprezíveis". No Brasil, conforme Rangel, a "solteirona" como um personagem só aparece na literatura brasileira no início do século XX, justamente quando as mulheres davam seus primeiros passos para a emancipação, dedicando-se ao trabalho fora do âmbito da casa (RANGEL, M.L.S. A solteirona na literatura brasileira. *Leitura*. São Paulo, 12 (142), mar./1994).

[5] LOBATO, J. P. *Amor, desejo e escolha.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. (Coleção Gênero)

[6]- O amor foi uma fonte de intensas críticas do movimento feminista dos anos 1970, visto como fonte de opressão das mulheres, inimigo primordial de sua emancipação. Como sublinha Lobato, "o *casamento por amor* ideologicamente *individualista* e socialmente burguês, fundamentado na intimidade matrimonial" surgia aos olhos de feministas como Betty Friedan "como profundamente prejudicial às mulheres. O amor que lhes era ofertado parecia-lhes como inextrincavelmente ligado a uma submissão inevitável ao poder masculino" (Lobato, Id.p.165).

[7] NEVES, B. A tragédia das solteironas. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 17 de jul.1937.

[8] FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. V.1, A vontade de saber. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 58-62.

[9] Susan Besse destaca que muitas "solteironas frustradas e raivosas" eram internadas por serem consideradas transgressoras de normas da vida familiar e da propriedade sexual; ainda segundo essa autora, a "instituição de uma casa de idosos para as mulheres não-casadas" era uma idéia defendida por uma articulista da Revista Feminina. (BESSE, Susan K. *A modernizando a desigualdade:* reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Endusp, 1999, 153).

[10] FOUCAULT, M. Op. cit.

[11] SWAIN, Tânia N. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitários. *Textos de História*. Brasília, v.8, n.1/2, p. 47-86, 2000.

[12] O primeiro código civil brasileiro, instituído em 1916, que definia o marido como cabeça do casal perante a lei, investido do poder de autorizar ou proibir a esposa a seguir uma carreira profissional.

[13] A maternidade esclarecida que aumentava gradativamente os requisitos que amarravam as mulheres à esfera doméstica e tornava incompatível o exercício da maternidade com uma carreira profissional.
[14] DE LAURETIS, Thereza. Eccentric Subjects: feminist theory and historical consciousness. *Estudies feminist*. s/l, v.16, n.1, p. 115-150, 1990.

A Cooptação dos Intelectuais durante o Estado-Novo e a Legitimação do Governo Vargas através da Ideologia do Trabalhismo - Um Estudo de Caso = Josué de Castro.

Claudia Louback (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE).

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais das pesquisas efetuadas pela autora, para o desenvolvimento de sua dissertação , e posterior- mente , para a obtenção do grau de Mestre. Vale aqui ressaltar que , as fontes documentais utilizadas foram , em sua maioria , jornais da época , já delimitada no título , a correspondência pessoal de J.Castro , nas suas formas ativa e passiva,o periódico `*Arquivos Brasileiros de Nutrição* `, cujo o editor e um dos principais autores de artigos e resenhas ,

durante todo o período de sua publicação , foi o próprio médico nutricionista pernambucano , e alguns livros, também de autoria de Josué, e de outros pensadores brasileiros que , ao longo das próximas páginas serão citados.

Josué de Castro foi um cientista e intelectual brasileiro que, através de suas ações político-científicas nos mais diferentes órgãos nacionais e internacionais , durante toda a sua vida , até a sua morte em 1973 , no exílio , na Franca , transformou-se em um dos maiores estudiosos e críticos da sociedade brasileira. Reconhecido mundialmente como um dos grandes pensadores a se debruçar sobre o problema da fome , não somente a nível nacional , mas de uma maneira mais ampla , também a nível internacional , ele procurou desvendar e divulgar as conseqüências do subdesenvolvimento sobre as comunidades humanas de diversos países pobres .

Exercendo sempre atividades multidisciplinares

(Médico-clínico , Professor Universitário , Catedrático na disciplina de Geografia Humana , Fundador do Departamen-

to de Nutrição da antiga Universidade do Brasil , atual UFRJ,

Deputado Federal , Presidente da FAO – Órgão das Nações Unidas , entre outras) , e caracterizando-se por efetuar estu-dos científicos de perfil interdisciplinar , nas mais diversas

áreas . Sociologia , Geografia , Fisiologia , além de enfoques mais aplicados na área da questão alimentar e da nutrição , já devidamente apontados , Castro conseguiu em

sua obra associar o fator biológico ao social , demonstrando que a existência da fome nas sociedades humanas , e mais especificamente , na sociedade brasileira de sua época , era fruto da desigualdade entre as classes sociais que compunham o país , e mais ainda , conseqüência da exploração econômica imposta , principalmente , a classe trabalhadora e produtora , por um sistema capitalista emergente , embora ainda incipiente.

Durante o período denominado Estado-Novo

(1937-1945) , Josué , entre outros cargos políticos e cien-

tíficos , foi Diretor do S.T.A.N. (Serviço Técnico de Alimenta-

cão Nacional) , órgão de pesquisa científica e centro coorde-

nador de trabalhos experimentais sobre alimentação , reali -

zados em escala laboratorial , semi-industrial e industrial.

Criado em 1942 pelo então ministro João Alberto,

que também ocupava o cargo de Coordenador da Mobiliza -

cão Econômica , esse órgão , além das funções de coorde –

nação , controle e orientação de todas as atividades concer –

nentes a alimentação do país,tinha como finalidades básicas, por um lado , `` estimular a realização de pesquisas e a se - guir procurar os seus resultados práticos no interesse das coletividades. Por outro lado , realizar uma grande campa – nha educacional , visando difundir em todas as camadas so- ciais a importância , a significação e as bases fundamentais da fisiologia e da higiene da alimentação.``[1]

O Periódico `Arquivos Brasileiros de Nutrição `, que foi publicado mensalmente , a partir do mês de Maio de 1944 , constituiu-se como a principal via de divulgação dos trabalhos , experiências e resultados alcançados pelos vá –rios setores do S.T.A.N. . Não menos importantes eram os trabalhos de renomados médicos e cientistas , brasileiros e estrangeiros, dedicados a Ciência da Nutrição, ciência essa, que aqui no Brasil se desenvolvia e se fortalecia como área de conhecimento independente , valorizado por sua contribuição para a melhoria da qualidade da vida humana.

A Propaganda Política colocada em prática por Getúlio Vargas e seus auxiliares , ideólogos do Estado-Novo (Cassiano Ricardo , Lourival Fontes , Candido Motta Filho , entre outros) , responsáveis pelo comando do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – a máquina de informação e difusão dos feitos do governo , utilizava-se de artifícios psicológicos , como uma forma de estratégia , para a obtenção do apoio popular. Segundo Alcir Lenharo , ``(...) , tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalha -dor, (...) . o forjamento do trabalhador despolitizado , disciplinado e produtivo.``[2]

Através de ações de cunho paternalista , divulgadas como medidas sociais protetoras da classe

trabalhadora – criação da Carteira de Trabalho , do Sala-

rio Mínimo , da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) -,

o Estado ocupou espaços sociais que apresentavam-se , de certa forma , vulneráveis . Na falta de uma burguesia e de um proletariado plenamente constituídos nos idos da década

de 1930 , ele assume a posição de agente histórico capaz de exercer o papel de principal realizador e cumpridor das tarefas necessárias para a sustentação de uma sociedade

que ainda apresentava-se sem as mínimas condições de

concretizá-las. Citando novamente Lenharo.``A partir de 30, a omissão do Estado liberal vai sendo substituída pela gran-de conquista da paz social .``Nenhum ressentimento de clas-

ses e todos os direitos reconhecidos... A proteção do Estado a todos os braços e a todos os cérebros.``[3]

Atraídos pelas ofertas sedutoras de res –

peito e estímulo as suas produções artísticas , culturais e intelectuais , apresentadas pelo novo regime, vários

pensadores e estudiosos são cooptados por ele. O poder

simbólico , intrínseco a função , era extremamente útil aos

planos arquitetados por Vargas , de fortalecimento e legitimação do Estado-Novo , perante a sociedade.

Sérgio Miceli , em sua obra `*Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil ( 1920-1945 )* `, nos relata o tra-

jeto feito por muitos , em direção a teia envolvente e burocra-

tizante , organizada pelo governo. Alguns , tornaram-se ser –

vidores do Estado , como uma forma de sobrevivência a decadência social e econômica infringida as suas famílias , representantes da oligarquia nos anos da República Velha .

Eram os funcionários-escritores , que não podiam contar com o apoio de nenhum grupo , que estivesse , aquela altura , em condições de prove-los com boas oportunidades de emprego e complementos adicionais aos seus ganhos mensais. Outros, intelectuais renomados , como o caso de vários modernistas , dentre eles – Plínio Salgado , Menotti del Picchia , Candido Motta Filho , Oswald de Andrade , ao sentirem as dificuldades que seriam impostas as suas carreiras , após a Revolução de 30 e a derrota do Movimento Constitucionalista de 32 , encaminharam-se para as organi - zações de cunho radical , a direita e a esquerda. Havia tam –

> bem , os `praticantes das novas disciplinas `[4], na área das ciências sociais que , pelo fato de suas obras terem alcan – cado uma grande repercussão , tornaram-se referencias teóricas e metodológicas no interior do campo intelectual. Dentre eles . Josué Apolônio de Castro (Geografia Humana), Gilberto Freyre (Sociologia) , Victor Nunes Leal (Política) , Artur Ramos (Antropologia e Etnografia).Todos , catedráti – cos e professores na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
>
> Devido a relevância dos estudos praticados por Josué de Castro , sua representatividade , enquanto porta – voz de um saber não acessível a maioria da população , ele e sua obra , tornaram-se pecas fundamentais para a imple - mentacao dos objetivos políticos do governo federal. Ao

mesmo tempo , a crença na forca simbólica das instituições e seus representantes , levou as classes trabalhadoras a se-

rem , do mesmo modo , cooptadas.

Submetidos aos ideais políticos , econômicos e

sociais , impostos pelo Estado-Novo , os trabalhadores encontravam-se sob a égide da disciplina , imbuída de um caráter militar que , invadia variados setores de suas vidas. Desde a exigência por uma melhor e mais eficiente atitude nos locais de trabalho , passando pela criação do desejo a uma ascendência social , tomando como exemplo o estilo de vida das classes dominantes e mais abastadas , e chegando a introdução de novos hábitos alimentares e de cuidado com o corpo (vide a adoção da disciplina Educação Física nas escolas) , a efetivação das prerrogativas imaginadas pelo poder , objetivando a construção de um novo homem brasileiro , faz sua aparição triunfal e reveladora no palco social . O fascismo conseguira implantar , entre nós , um modelo do totalitarismo.

A partir da cooperação entre as classes sociais , os intelectuais , enquanto classe dirigente , e os trabalhado- res, aptos para produzir , por estarem saudáveis , erguer-

se-ia uma nova sociedade brasileira. Como uma síntese do que foi exposto nos últimos parágrafos , concluo este pe –

queno trabalho com as palavras de Peregrino Júnior . ``... só se pode cogitar de melhorar as condições do homem brasi –

leiro cuidando ao mesmo tempo de sua cultura , de sua saúde , de sua estrutura moral , e isto se poderá conseguir como uma sábia `` política biológica ``...Utilizando essa grande arma moderna da estruturação humana (a educação física) , pelo esforço simultâneo nesses dois sentidos – o da

preparação cultural das elites e o da formação eugênica das

massas , é que se poderá realizar afinal o milagre da forma-cao integral do Homem Brasileiro – forte de corpo , claro de espírito – puro de coração ! ``.[5]

---

[1] `*Arquivos Brasileiros de Nutrição* `. Órgão do Serviço Técnico da Alimentação Nacional (Coordenação da Mobilização Econômica) , Editada pelo `S.T.A.N.` e pela `Nutrition Foundation `, Diretor Professor Josué de Castro , Rio de Janeiro , Volume 1 , Número 1 (Maio / 1944) , Página 4.

[2] LENHARO , Alcir. ` *Sacralizacao da Política* `. Campinas , Editora Papirus e Editora da Unicamp , 1986 , Página 15.

[3] _____. Idem , Página 22.

[4] MICELI , Sergio. `*Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil ( 1920-1945* )`. São Paulo , Editora Difel , 1979, Página 155.

[5] Júnior , Peregrino. `*O papel da Educacao Física na formação do homem moderno* `, Educação Física , número 63 , dezembro de 1942 , p.32**. Op**. **Cit.** LENHARO , Alcir . `*Sacralizacao da Política* `. Campinas , Editora Papirus e Editora da Unicamp , 1986 , Página 105.

A imagem da guerra: arte como síntese de uma catástrofe

Claudia Musa Fay (PUCRS)

Todos nós sabemos que a Arte não é a verdade. A Arte é uma mentira que nos faz compreender a verdade, pelo menos a verdade que nos é dado compreender.
Pablo Picasso (1923)[1]

Nos últimos anos, dezenas de exposições de Picasso ocorreram no mundo. Só em 2005, sua obra será exposta na França, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Austrália, Itália, África do Sul, Japão e Coréia do Sul.

No Brasil, recentemente foram organizadas grandes exposições dedicadas ao artista, tendo a última sido realizada em 2004, no aniversário da cidade de São Paulo.

Segundo Teixeira Coelho, "Picasso está em toda parte"[2]. O artista tem museus totalmente dedicados a sua obra em Paris, Antibes, Barcelona e Málaga e milhares de peças espalhadas por museus de todo o mundo. Podemos dizer que sua obra é universal.

Para Ferreira Gullar, Picasso é o artista que melhor representa o século XX, caracterizado por rupturas, mudanças velozes e ânsia de inovação. Ao superar a natureza cria seus próprios "seres". Apesar disso, nunca subestimou o papel do desenho na pintura. O desenho estabelece a ligação entre o mundo objetivo e a imaginação, entre a realidade e o sonho. Entre o universo individual e o universo social [3]. Já para Daniel Abadie, Picasso está entre os poucos gênios do século XX; seu grande mistério é que, ao contrário de outros artistas que têm seus trabalhos marcados por uma característica comum, ninguém conseguiu ainda explicar o que aproxima as distintas obras de Picasso. Isto é, os quadros da fase rosa ou azul, das naturezas mortas cubistas, dos retratos à moda de Ingres e das esculturas, gravuras e cerâmicas. São quase 22 000 obras do mesmo criador, mas que não possuem uma identidade comum[4].

Nosso objetivo nesta comunicação foi analisar algumas obras produzidas entre 1937 e 1945, os anos de guerra. A pesquisa foi possível pelo farto material produzido por exposições

realizadas nos Estados Unidos e no Brasil. Apesar de a obra mais popular do período, *Guernica,* não ter participado da exposição, pois ela não viaja mais, ela foi incluída na analise pela sua importância.

Ao analisar as imagens produzidas por Picasso, procuramos encontrar um sentido frente ao contexto histórico em que foram produzidas. Para Picasso,

> [...] um quadro vem de longe; quem pode dizer o quão de longe ele veio, como o 'adivinhei, como o vi, como o fiz?' E, no entanto no dia seguinte não sou capaz de ver o que eu próprio fiz. Como penetrar nos meus sonhos, nos meus instintos, nos meus desejos, nos meus pensamentos, que levaram tanto tempo para amadurecer e vir à luz e principalmente como apreender o que coloquei neles, talvez contra minha própria vontade.[5]

Sobre o contexto de guerra o artista declarou:

> Eu não pinto a guerra porque não sou do tipo de pintor como um fotógrafo que vai à cata de um tema. Mas não há dúvida de que a guerra existe em meus quadros.[6]

O estudo de caso permitiu abordar a gênese e os desdobramentos de algumas obras bem como relacioná-las com seus dados biográficos. Segundo Paiva, a imagem não é um retrato de uma verdade, nem representação fiel de eventos históricos, assim como teriam acontecido ou assim como teriam sido[7]. Nossa intenção foi utilizar o estudo da imagem, ao lado das declarações do artista e de seus contemporâneos, para ir além do visível nas obras.

Segundo Baczko,

> [...] a informação estimula a imaginação social, e os imaginários estimulam a informação contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa através da qual exerce o poder simbólico.[8]

A abordagem teórica da nova historia cultural permite perguntar por que razão estas imagens têm despertado tanto interesse em tão distintas regiões do mundo. Ao mesmo tempo, permite fazer inferências sobre o imaginário social da época. Muitas das obras selecionadas não mostram a guerra de forma explícita, mostram espaços restritos, claustrofóbicos, escuros, que refletem os anos de guerra ou revelam outros conflitos, como as guerras domésticas. No caso da obra de Picasso, a tentativa de decifrar suas representações é também uma forma de conhecer o outro, descobrir suas referências, compreendê-lo, dialogar com ele.

Segundo Frederico Morais, a obra de Picasso no período compreendido entre 1937 e 1945 não tem como pano de fundo unicamente a guerra civil espanhola e a Segunda Guerra Mundial, mas também a guerra doméstica do artista com suas mulheres. A vida privada sempre repercutiu na obra de Picasso, que na ocasião foi acrescida de um elemento novo: a política.[9]

Os anos de guerra (1937-1945)

A antiga cidade espanhola de Guernica foi destruída em 26 de abril de 1937 bombardeada por aviões alemães que serviam ao General Franco. Na época, Picasso morava em Paris e ficou sabendo do episódio através de fotos publicadas em jornais[10] e de amigos que traziam relatos. Em janeiro daquele ano, fora nomeado diretor simbólico do Museu do Prado, e o governo espanhol lhe encomendara uma obra para preencher uma parede do pavilhão oficial da Exposição Universal que começaria em junho, em Paris.

Em maio, Picasso faz sua primeira declaração política:

> A guerra da Espanha é a batalha da reação contra o povo, contra a liberdade. Toda a minha vida de artista não passou de uma luta contínua contra a reação e a morte da arte. No painel em que estou trabalhando, e que chamarei *Guernica*, e em todas as minhas obras recentes, exprimo claramente meu horror à casta militar que fez a Espanha naufragar num oceano de dor e morte.[11]

Ainda sob o efeito dos acontecimentos, Picasso pintou um grande painel nas cores preto, branco e cinza.

Barr descreve a cena vista no painel:

> À direita, uma mulher, roupas em fogo, despenca, aos gritos, de uma casa que se incendeia, enquanto corre para o centro do quadro, braços abertos, em desespero. À esquerda, mãe com filho morto nos braços e, no chão, os pedaços de uma escultura de guerreiro, uma das mãos empunhando a espada partida. No centro, um cavalo agonizante dobra os joelhos, lombo varado por uma lança, a cabeça aos relinchos atirada bem para trás. À sua esquerda, planta-se o touro, que observa a cena. Sobre tudo isto brilha um olho radiante, com uma lâmpada em lugar de pupila simbolizando a noite. Abaixo dele, para a direita, uma figura debruçada na janela testemunha a carnificina, uma das mãos agarrada ao seio, e outra segurando a lâmpada de verdade.[12]

Os organizadores da Exposição Universal de Paris pretendiam celebrar a modernidade e os avanços da tecnologia, uma visão de futuro promissor para as nações que ainda sentiam os efeitos da depressão do início dos anos 30. O pavilhão destinado a celebrar os progressos da engenharia aeronáutica prometia encantar os espectadores. No entanto, poucos poderiam prever a devastação que os novos aviões bombardeiros causariam nos anos seguintes.

Anos depois, Picasso se referia a esta época como "o pior período de minha vida".[13]

Em junho de 1935, o casamento com Olga se tornara insuportável. Alguns anos antes, em 1927, Picasso conhecera Marie-Thérèse Walter e se apaixonara por ela. Mais tarde, a própria jovem relatou aos repórteres da revista Life como conhecera o artista:

> Eu tinha dezessete anos. Era uma garota inocente, não sabia de nada – nem da vida, nem de Picasso. Nada ...
>
> Tinha saído para fazer compras nas Galerias Lafayete, e Picasso me viu no Metro. Ele simplesmente me pegou pelo braço, e me disse: - Sou Picasso! Você e eu iremos fazer grandes coisa juntos... Vivia com minha família e tinha que mentir cada dia mais. Dizia que passava a tarde com uma colega e ia ver Picasso.
>
> [...] Brincávamos e ríamos juntos toda a tarde. Tão felizes de nosso segredo, vivendo um amor nada burguês, um amor de boemia...[14]

Em 1935, a jovem Marie-Thérèse estava grávida. Picasso desejava o divórcio, mas Olga não concordava. Além disso, ele se preocupava com a divisão do patrimônio. Em setembro, nasceu sua filha Maya.

Picasso pensava cada vez mais na jovem companheira, na mesma medida em que a fúria de Olga se acentuava.[15]

Nessa época faz uma gravura reveladora, *Minotauromaquia*[16], onde mostra Marie-Thérèse com uma vela na mão em uma cena onde o touro estripa o cavalo. A cena revela a mulher amada iluminando o mundo. A luz e as trevas, presentes na mesma obra. A mesma combinação simbólica foi utilizada pelo artista dois anos depois em *Guernica,* onde também veremos o touro e a lâmpada.

O mito do minotauro será retomado muitas vezes nesse período e, de certa forma, revela uma outra faceta do artista, a decisão que se aproxima. Picasso sabe que o filho que ela carrega, demonstrado na gravura pelos seios fartos, o ventre redondo com que ele a

representa, o força à resolver seu drama com Olga. Mas um divórcio o obrigaria a dividir os tesouros de seus ateliês, perspectiva que não suporta. Mas como obter um acordo?

A persistência do segredo sobre a existência de Marie-Thérese e Maya e a continuidade da crise com Olga fazem parte de seu cotidiano quando, em março de 1936, conhece Dora Maar (Henriqueta Théodora Markovitch), linda intelectual, liberada, pintora e fotógrafa.

Dora seduz Picasso pela sua beleza e por falar o espanhol. Apresentada por Paul Élouard, era amiga de Breton e Bataille, com os quais participa da União dos Intelectuais contra o fascismo. Sua esposa Olga continuava decidida a não lhe conceder o divórcio. O problema aumentara: como conciliar a união com Dora e a ternura que ele sentia por Marie-Thérèse e por Maya?

Durante os anos de guerra, Picasso tenta organizar sua vida entre as duas amantes Dora e Marie-Thérèse. Sua obra demonstra a angústia por que passava. Quadros como *O gato e o pássaro* (1939), *Menino sorrindo e esmagando uma lagosta* e *A mulher que chora* representam, de um lado, o fascismo e os horrores da guerra e, de outro, a guerra interna, doméstica.

Dora, que foi sua companheira entre 1936 e 1943, pouco a pouco foi se tornando a desesperada mulher que chora. Picasso e Dora nunca moraram sob o mesmo teto. Durante todo o tempo em que estiveram juntos, ele continuou a visitar Marie-Thérèse e a filha. Dora, que tem conhecimento da outra, sofre com a situação; apesar de tudo, continua aguardando por ele.

Durante a criação de *Guernica,* Picasso foi fotografado e acompanhado por Dora Maar, que imortalizou as diferentes fases de sua concepção. No entanto, na representação, as duas mulheres dividem a obra. A análise iconográfica da obra demonstra que o artista utilizou uma mistura de elementos, sugerindo uma fotomontagem, um verdadeiro quebra-cabeça de imagens explodidas, sugerindo as explosões do bombardeio. Os símbolos utilizados, o touro e o cavalo, fazem parte de suas remotas lembranças, numa alusão a sua infância na Espanha.

As amantes aparecem representadas na cena: Marie-Thérèse é lembrada como a mãe acalentando o filho morto, e Dora Maar como a portadora da luz. Uma referência à liberdade.

A obra também busca referências na tradição da pintura alegórica de Rubens, Goya e outros antepassados. Ao retratar o massacre dos inocentes e os horrores da guerra, o artista busca inspiração em clássicos da História da Arte, bem como no seu inconsciente. Seu primeiro desenho conhecido, realizado quando tinha oito anos de idade, é de um cavalo. As cenas de *Arena de touros* revelam uma paixão e lembram a Espanha.

Outra forte identificação simbólica é com o mito do Minotauro, que continua sendo representado em várias fases da sua vida. Em setembro de 1936, é a vez de Dora ser pintada ao lado do monstro. Esta obra foi executada em Mougins nas primeiras férias de verão ao lado de Dora, tendo Élouard sido testemunha da intensa paixão entre os dois.

Dora era filha de um arquiteto croata de Zagreb e de uma francesa. Nascida em 1907, ela crescera na Argentina e, muito jovem, falava corretamente três línguas. Em 1927, ingressara no atelier do pintor Lhôte. Mulher livre e apaixonada pela fotografia, abriu seu próprio atelier em 1931. Dora Maar viveu até 1998. Seus biógrafos não entendem como a artista e intelectual tornou-se, depois do rompimento com Picasso, mística e solitária, passando reclusa em seu apartamento, rodeada por recordações do artista, pelo resto da vida. Talvez a explicação possa ser encontrada no intenso sofrimento que lhe causou a revelação, em 1943, do envolvimento de Picasso com uma jovem de 21 anos, Françoise Gilot. Dora sofreu um colapso nervoso, tendo seus amigos pensado que ela poderia ficar louca e até cometer o suicídio.[17] Na ocasião, foi internada e tratada por Jacques Lacan.

Em 8 de janeiro de 1937, Picasso iniciou uma gravura que chamou *Sueno y mentira de Franco,* uma obra que é uma denúncia política. Franco aparece partindo para a guerra com sua bandeira, onde a virgem parece um polvo, sob um sol sorridente. Ele cavalga seu enorme sexo, mas seu assalto fracassa diante da mulher de perfil nobre. Em vão protegido por arames farpados, ele se ajoelha diante de um ostensório cuja hóstia é uma moeda de 5 pesetas. A

arremetida de um touro faz cair sua coroa. Ele volta como mulher, de mantilha e leque. Ele lança serpentes e insetos, fracassa em montar no Pégaso, mas o traspassa com sua lança. Montado num porco, sua meta é o sol. Pégaso morre aos seus pés. Outra prancha mostra uma paisagem catastrófica: uma mulher jaz morta, um cavalo branco dorme nos braços de um homem. Só o touro luminoso impõe respeito ao monstro e é ele que estripa quando se transforma em cavalo.

Essa criação no limite do inconsciente já contém as chaves do que será *Guernica* em maio-junho. Foi nessa ocasião, depois da grande tela, que Picasso tomou a decisão de vender as gravuras *Sueno y mentira de Franco* numa pasta, acompanhadas do fac-simile do manuscrito de um longo poema onde ressoavam os gritos de denúncia.

> *Gritos de crianças gritos de mulheres gritos de pássaros gritos de madeirames de pedras gritos de tijolos gritos de móveis gritos de camas de cadeiras de cortinas de vasos de gatos de papéis de gritos de odores que agarram aos outros gritos de fumaça ferindo o ombro...*[18]

Guernica, exposta ao público em julho de 1937 no pavilhão da Espanha, logo provocou críticas, até mesmo por parte da esquerda. Um dirigente comunista considerou a obra como "um cartão de luto em vez de um apelo às armas, como se esperava".[19]

Passados 60 anos do final da Segunda Guerra Mundial, a obra é uma unanimidade. A obra-prima de Picasso nos anos de guerra ainda tem a força de um grito de denúncia. Ao criar uma versão pessoal para o episódio histórico do bombardeio à cidade basca de Guernica Picasso fez uma obra universal imortal e ao mesmo tempo particular. Até hoje, *Guernica* serve como denúncia do massacre de civis durante a guerra. Embora datada e localizada, a obra tornou-se um grito dos inocentes diante dos horrores da guerra de qualquer tempo e de qualquer lugar. A presença dos elementos espanhóis como o touro e o cavalo não impede que outros povos aí se identifiquem e serve de alerta contra a violência da guerra e a luta desigual do mais forte contra o mais fraco. Ao mesmo tempo, remete para a esperança de um mundo melhor, pois, tal como na tourada, muitas vezes não é o touro (o mais forte) o vencedor. Sua

obra deixa uma marca que ficará para sempre guardada na memória e que ninguém pode apagar.

.

[1] CHIPP, Herschel Browning. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.266. (Entrevista com Marius de Zayas em maio de 1923.)
[2] COELHO, Teixeira. Picasso guerra e paz. *Revista Bravo*, São Paulo, n. 22, p. 44-52, 1999.
[3] GULLAR, Ferreira. *Sobre arte*. São Paulo: Palavra e Imagem, 1982. p. 54-55.
[4] ABADIE, Daniel. Picasso sur la sellette. Paris: *Beaux Arts*, Paris, n. 193, p. 62-71, 2000.
[5] DAIX, Pierre. *Picasso criador*. Porto Alegre: LPM, 1989. p. 363.
[6] CHIP, op. cit., p. 276.
[7] PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica. 2002. p. 20.
[8] BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem (trad. port) Vila da Maia, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, v.5, p. 314.
[9] MORAIS, Frederico. Picasso anos de Guerra. Catálogo da Exposição *Picasso Anos de Guerra 1937-1945*. MAM –RJ. p. 20.
[10] A República espanhola havia sido proclamada alguns anos antes. As propostas da Republica representavam um avanço para a Espanha. Em 1 de abril de 1933, a República deixava para trás a Espanha "negra", como Picasso se referia ao passado obscuro dominado pela Igreja fanática e pela aristocracia dos latifúndios. O jornal Ce Soir, vespertino dirigido por Aragon e que o PCF acabara de criar, publicou em 30 de abril as fotos da cidade destruída. Foi o motivo inicial de sua criação. Picasso começou a obra no dia primeiro de maio. Ver DAIX, Pierre, op .cit., p. 361.
[10] BARR, Alfred. *Introdução à pintura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 40.
[11] DAIX, Pierre. *Picasso criador*. Porto Alegre: LPM, 1989. p .363.
[12] BARR Jr., op .cit., p .41.
[13] DAIX, op. cit., p. 335.
[14] Ibidem, p. 293.
[15] Ibidem, p. 333.
[16] Ibidem, p. 335.
[17] LORD, James. *Picasso e Dora*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. p. 117.
[18] DAIX, p. 359.
[19] Ibidem, p. 363.

Ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais (1973 – 1988)

Claudia Neves da Silva
Pós - Graduação em História. UNESP/Assis

Ao longo das últimas três décadas, temos observado mudanças significativas no campo religioso protestante, como a "pentecostalização" dos grupos históricos protestantes, a ampliação da presença na arena política, nas relações entre gêneros no interior das igrejas e, o que nos interessa desenvolver nesta apresentação, as mudanças no comportamento das igrejas pentecostais frente aos problemas sociais que se apresentam no cotidiano da realidade brasileira, levando pastores e fiéis a adotarem ações que vão além de uma resposta na esfera espiritual a situações como fome, desemprego, uso e dependência de entorpecentes químicos.

Ademais, é importante destacar que essas mudanças vêm se operando concomitante ao incentivo do Estado à formação de uma rede de solidariedade da sociedade civil na proteção social aos excluídos do trabalho, do acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade.

Mas, esse maior envolvimento com os problemas sociais não vêm de longa data. Ao menos em Londrina. Se utilizarmos como parâmetro de comparação o orçamento da Prefeitura do Município de Londrina entre os anos de 1970 a 1989, verificamos que não existiam instituições assistenciais de confissão evangélica pentecostal contempladas com recurso municipal, mas apenas instituições de confissão católica e evangélica histórica.

Somente a partir do ano de 1981 surgiram instituições assistenciais dessa natureza contempladas com recurso público municipal, registrando-se um aumento destas nos anos subseqüentes. São instituições voltadas para atendimento a crianças, a famílias em situação de risco e dependentes químicos. Diante dessa constatação, uma dúvida nos persegue: qual a motivação das igrejas evangélicas pentecostais em estarem voltando-se para a área da assistência social? A partir desta questão central, nos propomos realizar uma investigação tendo por objetivo compreender as motivações das igrejas pentecostais em promover ações na área da assistência social no período de 1973 a 1988.

Uma nova postura diante de antigos problemas

Com a declaração do Pacto de Lausanne, fruto do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, realizado em 1974 na Suíça, deu-se grande ênfase para a necessidade de evangelização das sociedades não-cristãs, mas sendo também lembrada a importância de uma maior ação na área social:

> Afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam.[1]

Todavia, não significou tal Pacto o incentivo para o envolvimento com questões políticas ou sociais. Reforçamos tal afirmação com o fato de que em 1989 deu-se o II Congresso, de onde se organizou o movimento internacional denominado AD2000 e cujo objetivo principal foi *mobilizar a Igreja de Jesus Cristo em sua tarefa de levar o Evangelho para todas as pessoas e plantar igrejas em todo o mundo*. No Brasil sua principal tarefa é *estimular, motivar e criar redes de trabalho junto aos mais variados segmentos da Igreja Evangélica*.

Verificamos que muitas igrejas pentecostais aderiram tanto ao pacto de Lausanne, como ao movimento internacional AD2000, viabilizando projetos de evangelização em diferentes regiões, cidades e bairros. Acreditamos que uma possível forma de concretizar a evangelização foi através da criação de instituições assistenciais e campanhas de solidariedade.

Acreditamos ainda que, além de buscar incentivar a solidariedade e a conseqüente minimização do sofrimento humano, essas iniciativas também têm por objetivo desenvolver atividades que lhes garantam respeito e maior aceitação na sociedade brasileira, como a Católica e as Protestantes históricas, bem como divulgar sua doutrina entre os diferentes estratos sociais, garantindo sua penetração em toda a comunidade, com a conseqüente conquista de novos membros. Há que se destacar que muitos de seus fiéis são usuários da assistência social, exigindo destas igrejas uma atenção que vai além de orações.

Nos discursos e ações dos membros das igrejas, verificamos uma prática na qual há grande destaque aos ritos, como batismos, vigílias, jejuns, orações, unções, e que poderão levar, a partir da força da fé, à solução de problemas familiares, à cura de doenças, do alcoolismo, das drogas, da falta de emprego, de casa para morar. Enfim, à “libertação do maligno” (expressão utilizada por um membro da Igreja Deus é Amor), haja vista que a cura da alma e do corpo estão intrinsecamente ligadas. Há uma forte ênfase teológica no dom da cura divina, do milagre. Segundo Oro (1996, 58)[2]:

> Na seqüência do ritual, os pastores identificam os “demônios” e mostram o seu poder sobre eles, (o poder do Bem), obrigando-os a revelar as suas intenções maléficas. Ato contínuo, submetem-nos, anulam-nos e expulsam-nos, sob aplausos efusivos dos fiéis,

[1] Pacto de Lausanne. Suíça, 1974

[2] ORO, Ari Pedro. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

> onde se vê a religião se dando em espetáculo. A libertação dos demônios, isto é, sua expulsão, graças a uma intervenção exterior, é condição da eficácia terapêutica.

O crescimento, a partir da década de 70, do número de homens e mulheres evangélicas, principalmente ligadas às igrejas pentecostais e neopentecostais, repercute em todos os setores da sociedade, haja vista que seus valores religiosos e concepção de mundo diferem-se substancialmente dos valores e concepção de mundo da Igreja Católica. Não devemos nos esquecer que a cultura brasileira foi se construindo a partir das idéias da Igreja Católica desde seu descobrimento, como bem destacou SANCHIS (1994, p.36)[3]: *é impensável um Brasil que não se defina, entre outros traços, pelo catolicismo*. Citamos, apenas a título de exemplo, uma das normas de comportamento ditadas pela Igreja Congregação Cristã no Brasil e pela Igreja Pentecostal Deus é Amor: *Sempre que a mulher orar ou profetizar deve estar com a cabeça coberta; é necessário estar atenta para em nenhum caso ofender a Palavra de Deus.* (CCB, 2002: 24); *É permitido a mulher usar presilhas no cabelo, desde que não haja exagero, também é permitido usar correntes para segurar o óculos, desde que haja necessidade.* (Deus é Amor, 1962: 07)[4]

No que se refere a área da assistência social, o crescimento dessa influência se faz notar com o aumento do número de instituições assistenciais, de voluntários e de funcionários nas mesmas, também com um discurso diferenciado do discurso católico. Enquanto para estes, as ações se fundamentam na idéia do amor ao próximo, da bondade e da compaixão com aquele que se encontra em situação desfavorável economicamente, para os evangélicos, as ações assistenciais teriam por objetivo divulgar a Palavra de Deus *junto com o alimento material também é oferecido o espiritual a essas almas sedentas, pois pregamos a Jesus, nosso Senhor e Salvador e muitos, ao ouvir o Evangelho de Cristo, têm a possibilidade de reconstruir suas vidas destroçadas*[5].

Essa afirmação é corroborada quando pastores dirigentes de instituições voltadas para atendimento a usuários de drogas afirmam que "basta a oração para libertação das drogas" e quando encontramos uma forte resistência em aceitar as determinações do Conselho Municipal de Assistência Social em contratar técnicos qualificados para o atendimento. Esta situação foi presenciada em reuniões do CMAS realizadas no mês de agosto de 2002. Outro exemplo citamos quando, em conversa com membros da Igreja Pentecostal Deus é Amor, estas afirmaram que "a fé possibilita a cura porque expulsa o inimigo", isto é, o demônio, e impede que ele retorne. Segundo esta fiel, foi a fé quem fez com que ela se curasse da leucemia que se manifestava em seu corpo. É através da

---

[3] SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à 'cultura católico-brasileira'. In: *Nem anjos nem demônios*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. P.34 – 63

[4] Fundação Reviver Refúgio, vida verdadeira. *IDE*, nº 1. São Paulo: Publicação Oficial da Igreja Pentecostal Deus é Amor, dezembro de 1999. p.41-46.

[5] Idem.

conversão individual, ou seja, da entrega a Jesus, que se terá forças para eliminar o mal (ORO, 1996).

De acordo com dados da Secretaria de Assistência Social do município de Londrina (2003), e de levantamento realizado por COSTA (2004)[6], há 223 instituições assistências não-governamentais; 39 são instituições e projetos de origem evangélica: históricas e pentecostais. Destas, 14 estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social do município de Londrina e parceiras do poder público no desenvolvimento de ações assistenciais. Não estão incluídas as entidades que não são conveniadas por não terem atendido os critérios estabelecidos pelo CMAS e, portanto, não estão aptas a receberem recurso público. O cadastro no CMAS é o primeiro passo para o estabelecimento de parceria com o poder público e posterior acesso aos recursos que este repassa às instituições prestadoras de serviços assistenciais.

Em debates ocorridos nas reuniões do CMAS, observamos em algumas ocasiões, a dificuldade e resistência daqueles que são membros destas igrejas pentecostais em apreender a política de assistência social enquanto um direito social garantido pela Constituição de 1988. Esta situação creditamos ao fato destes avaliarem os problemas pessoais, emocionais, de saúde, e mesmo sociais, a partir de uma abordagem individual e espiritual, e somente através desta perspectiva é que os problemas serão superados.

Apenas para ilustrar a presença cada vez mais constante de evangélicos pentecostais na área da assistência, apresentamos dados estatísticos demonstrando o rápido crescimento destes nos últimos 20 anos. O censo demográfico de 2000 revelou que os membros das Igrejas Evangélicas totalizam 26.184.941, sendo que as Igrejas Evangélicas de Missão registraram 6.939.765 de fiéis e as Igrejas Evangélicas Pentecostais totalizaram 17.617.307 de fiéis (www.ibge.gov.br). Estes números representam cerca de 15,4% do total da população brasileira, que era no período de 169.872.856 habitantes.

O censo demográfico de 1980 registrava que 7.885.846 de habitantes se declaravam evangélicos, ou seja, 6.63% da população brasileira no período (www.brasil2010.org). Se comparados com os números atuais, verificaremos que triplicou os fiéis das igrejas evangélicas. No que se refere ao Estado do Paraná, o censo de 2000 revela que somos 9.832.025 de habitantes, sendo que 1.766.848 se declaram evangélicos, ou seja, 18% do total da população paranaense (www.brasil2010.org.br).

Em Londrina, cuja população é de 424 mil habitantes foram localizadas 388 Igrejas Evangélicas, com uma média de freqüência de 82 pessoas por igreja (www.brasil2010.org.br).

---

[6] COSTA, Selma Frossard. A ação social da Igreja Evangélica em Londrina. *A revolução silenciosa: transformando cidades pela implantação de igrejas saudáveis*. São Paulo: Sepal, 2004.

Em nome da caridade foram, e ainda são, construídas entidades assistenciais que, alegando fundamentarem-se em valores como o altruísmo e a devoção, prestam assistência material àqueles que nada possuem. Muitas destas entidades institucionalizaram-se, formulando estatutos, adotando normas e critérios para o atendimento, em busca de recursos da comunidade e do Estado, como doações e isenções de impostos, para ampliarem seus serviços.

É importante frisar que a partir de 1988, com a promulgação de uma nova Constituição, foi estabelecida pela primeira vez a assistência social enquanto *um direito a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social*[7]. Portanto, as instituições assistenciais deveriam em suas atividades pautar-se pelo princípio do direito. No entanto, não é o que temos observado. Em algumas ocasiões, os usuários da assistência vêem-se na contingência de se submeter a determinadas normas e exigências colocadas para receberem a "ajuda", sob pena de se verem excluídos do atendimento.

Foi a partir desses questionamentos que consideramos necessário conhecer como os pastores das igrejas evangélicas pentecostais e seus membros mesclam a doutrina pentecostal com o movimento político, cultural e social da sociedade atual e, principalmente, com a assistência àqueles que são excluídos dos bens e serviços da comunidade.

Consideramos importante e necessário desmistificar a idéia, largamente difundida em nossa sociedade, de que assistência à população carente de bens e serviços deve pautar-se na concepção de caridade, a qual, inadvertidamente ou deliberadamente, é utilizada por diferentes atores sociais, subordinados ou não a uma instituição de confissão religiosa, obscurecendo desta forma, o princípio do direito, garantido no artigo 4º da Lei Orgânica da Assistência Social[8], isto é, a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito a dignidade do cidadão, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, a divulgação ampla dos benefícios, programas e serviços assistenciais.

[7] BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1995.
[8] BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993.

A HISTÓRIA ORAL E A POSSIBILIDADE DE SE CONSTRUIR "HISTÓRIAS" DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DAS NARRATIVAS DOCENTES SOBRE SUAS REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA E NÃO-VIOLÊNCIA[1]

Cláudia Regina Costa Pacheco[2]

Nadia Beatriz Casani Belinazo[3]

Jorge Luiz da Cunha[4]

A possibilidade de se construir "histórias" da educação através das narrativas docentes constituiu-se numa das justificativas para esta investigação. O uso da História Oral como metodologia possibilitou o desenvolvimento da pesquisa que buscou compreender as representações de professores sobre violência e não-violência.

Tema este que, em diversas épocas, causou, e ainda causa, muita efervescência nos debates teóricos. Aliado a uma revisão bibliográfica realizou-se entrevistas com professores que trabalham com alunos do ensino fundamental na cidade de Santa Maria-RS. Observou-se que é através dos relatos destes que se pode restabelecer as suas vozes, pois pelo que se pode notar a história da educação, na maioria das vezes, é feita mais de teorias do que sobre a reflexão sobre as ações dos educadores.

Os professores aparecem como meros apêndices na história, sem muita preocupação com o que eles estão pensando (ARROYO, 2000)[a]. Acredita-se que a reconstrução da historicidade educacional se faz revisitando o passado de modo crítico,

---

[1] Trabalho desenvolvido no Núcleo de Estudos sobre Educação e Memória - CLIO/CE/UFSM.

[2] Mestranda em Educação - CE/PPGE/UFSM. e-mail: clau813@bol.com.br

[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia - Bolsista FAPERGS/CE/UFSM.

[4] Orientador - Prof. Dr. do Departamento FUE e Diretor do Centro de Educação - CE/UFSM.

refletindo sobre as ações docentes contextualizadas no presente, para que se abra um futuro de possibilidades.

Muitos foram os fios que se tramaram na construção deste trabalho, porém as Representações Sociais por constituírem-se em formas de conhecimentos socialmente elaboradas e compartilhadas com o intuito de formar uma realidade comum - no caso a comunidade escolar -, apresentaram-se como adágios que vão guiando toda a pesquisa. Assim como a metodologia da História Oral, sobretudo na modalidade História Oral Temática, configurou-se num buscar pela voz docente, que muitas vezes, é silenciada diante dos muitos modismos educacionais.

A melhor maneira de falar sobre a educação é a partir do diálogo com os seus sujeitos, sobretudo com aqueles que fizeram uma opção pelo educar (ARROYO, 2000). Seguindo uma perspectiva humanista de educação, observa-se que esta se constitui numa eterna relação entre pessoas, entre gerações. Logo, julga-se necessário o trabalho a partir de suas falas e de seus anseios, objetivando uma melhor compreensão de um fator que vem permeando os mais distintos lugares, sendo, muitas vezes, banalizado pela falta de reflexão sobre os seus significados e suas diversas faces.

Discutir os significados da violência e do autoritarismo, assim como as diferentes maneiras que eles se apresentam, constitui-se no próprio (re) pensar sobre a prática docente, uma vez que esta direta, ou indiretamente, estará sofrendo influências destes elementos. Aliado a isso, está um discutir sobre o relacionamento humano, frente a insegurança e a fragilidade dos vínculos humanos identificados num mundo moderno cada vez mais líquido. Bauman (2004)[b] evidencia os riscos e as ansiedades de se viver junto, diante do conflito entre o apertar e o deixar frouxos os laços humanos, que apresentam-se cada vez mais descartáveis.

Essa modernidade líquida, marcada por uma certa dificuldade de amar o próximo também repercute na relação professor-aluno. O professor, na atual realidade, possui cada vez mais alunos, sendo esses, muitas vezes, apenas números. O educador frente a uma

enorme quantidade de alunos não consegue conhecer cada um deles, fato este que pode dificultar a relação estabelecida entre educador e educando.

A quantidade, em muitos casos, pode comprometer a qualidade desses relacionamentos, devido a uma falta de diálogo, considerada de fundamental importância para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Diante dessa liquidez dos relacionamentos, os professores tornam-se objetos a serem usados e descartados a cada final de ano ou de semestre. Muitos dos laços que eram construídos, atualmente já não existem mais. Devido a falta do perguntar e do escutar. Muitas vezes, a falta de tempo configura-se no principal fator ou no principal (pre)texto.

Não havendo o perguntar e o escutar, muitas vezes, o professor ao analisar o seu trabalho pedagógico, tira suas próprias conclusões. E nesse ponto, faz-se necessário, um refletir, pois a qualidade de seu trabalho docente deve ser enriquecida por vários segmentos, não apenas o seu, uma vez que ele tem funções coletivas e não deve ser observado apenas pelo seu olhar, mesmo que este seja um dos principais. A preocupação maior está na possível redução que possa vir a ocorrer, pela qual o professor a partir de suas conclusões trabalhe sem levar em conta o ponto de vista de seu aluno, incidindo num certo narcisismo, envaidecendo-se facilmente de seu trabalho.

A inquietação se faz diante desse certo narcisismo profissional que imerso nos muitos modismos educacionais pode levar os professores a conceberem erroneamente teorias, através de leituras apressadas, pensando em revolucionar o campo educacional sem ter em mente a realidade na qual estão trabalhando, o que de certo modo pode negligenciar o educando.

Conta o Mito, que Narciso, filho da ninfa Liríope e do rio Cefiso, na Fócida, foi um

> jovem de uma beleza resplandecente, era insensível aos sentimentos de amor de que era objeto. A ninfa Eco, que

> sentia por ele uma grande paixão, foi afastada com desprezo e morreu de dor. As irmãs indignaram-se e queixaram-se a Némesis, do egoísmo e da indiferença de Narciso. A deusa decidiu então vingar as apaixonadas repelidas. O adivinho Tirésias tinha afirmado que Narciso viveria enquanto não visse a própria imagem. Némesis, durante uma caçada, atraiu o jovem e fê-lo ir matar a sede a uma fonte. Apaixonado pelo rosto que o espelho das águas lhe devolvia, mas que ele não podia atingir, incapaz de se afastar dele, Narciso, esqueceu-se de beber e de comer, ganhou raiz à beira daquela fonte e transformou-se, pouco a pouco, na flor que tem o seu nome. Desde então, essa flor reflete-se na água durante a bela estação e murcha no Outono. (SCHMIDT, 1985)[c]

Ao contemplar o Mito de Narciso, relaciona-se a ele a necessidade de se estar discutindo o trabalho docente de modo que este esteja sempre em constante aperfeiçoamento não se reduzindo apenas a uma forma de ensinar, mas que seja *adaptável** ao contexto no qual se desenvolve. Não ficando na mera reflexão nas águas, mas na reflexão crítica e consciente.

Representar significa *ser a imagem de; parecer, aparentar, figurar, reproduzir a imagem de; pintar, retratar; significar, simbolizar*[d]*.* Assim como a imagem refletida de Narciso nas águas, a representação é uma imagem construída. No caso das representações sociais, fala-se de uma imagem construída, veiculada de modo coletivo, remete a idéia de um modelo social.

O *Estar no Mundo* é coexistir com outros, com as diferenças sociais, raciais, religiosas, ideológicas, entre outras. Significa (con)viver, ao mesmo tempo, com a semelhança e com a diferença (TEVES, 1999)[e]. E, nesse ponto, Bauman (2004), esclarece a relação de amar o próximo como amamos a nós mesmos, que significaria o respeitar a singularidade de cada um, pois seria o valor das diferenças, que enriqueceriam o mundo no qual se vive.

Se os homens/mulheres são semelhantes naquilo em que se identificam com a espécie humana, com os valores, com as crenças, em contrapartida, também se ressalta que esses mesmos homens/mulheres são, ao mesmo tempo, singulares, devido a suas

peculiaridades. Respeitar a diferença relaciona-se a não negação da dignidade humana, que se constitui no mais precioso dos valores humanos, pois está acima até mesmo da sobrevivência.

Teves (1999) ainda complementa essa idéia afirmando que é na relação dialética com a sociedade que os homens constroem e (des) constroem os sentidos que vivem. Nessa perspectiva, os imaginários sociais configuram-se em forças reguladoras da vida coletiva, na medida em que organizam e distribuem o tempo, assim como explicam os fatos sociais.

Diante disso, os imaginários traduzem as criações do grupo social de maneira tal que estas últimas pareçam inerentes à espécie humana, e não esquemas construídos nas relações sociais. Nesse sentido, os imaginários sociais, enquanto mecanismos de produção, reprodução e atualização, contribuem para a sobrevivência das sociedades.

Enquanto uma lógica social, os imaginários sociais dão unidade e sentido a um mundo caótico por meio de representações. Estas últimas, por sua vez, integram os sentidos numa rede de relações estabelecidas a partir das interações homem-mundo e homem-homem.

A sociedade se reconstrói dia-a-dia, inclusive por meio das novas representações que constitui. Outro aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que ao mesmo tempo em que se criam os sentidos, são também produzidos os (des) sentidos. Para o autor, os ritos perdem sua força, os símbolos se esvaziam de seu potencial identificador (TEVES, 1999).

Frente a isso, percebe-se um certo processo de banalização ou naturalização da violência, pelo qual alguns valores perdem o sentido e algumas ações violentas se tornam normais ou naturais.

Compreender a violência a partir das representações sociais constitui-se numa busca por um decodificar a vida cotidiana. Ao dialogar com os professores buscou-se (re)

pensar a violência na escola, (re) vendo, com isso, a sociedade que os constitui e por eles é constituída.

Cabe salientar que as Representações Sociais são aqui entendidas seguindo uma perspectiva moscoviciana, sobretudo através de Jodelet (2001)[f], que foi uma das principais divulgadoras dessa teoria no Brasil. Nesse sentido, a Representação Social é

> uma forma de interpretar nossa realidade cotidiana, (...) atividade mental desenvolvida por indivíduos e grupos para fixar suas posições em relação a situações, acontecimentos e comunicações da vida cotidiana, enfim, a representação é um conhecimento prático que ajuda a construir nossa realidade. Ela não é simplesmente reprodução, mas construção e comporta, na comunicação, uma parte de autonomia e de criação individual ou coletiva. (JODELET apud TEVES, 1999:128)

E é a partir desse panorama que a referida pesquisa se desenvolve compreendendo a violência nessa ação de reapresentação e decodificação constituída de valores, vivências e crenças docentes.

Quando se trabalha com concepções de violência cabe salientar que esta pode ser considerada relativa, uma vez que determinada ação pode, ou não, ser vista como violenta, dependendo dos elementos que são analisados.

Um exemplo disso seria o grito de uma professora, enquanto alguns consideram como uma forma de violência contra os alunos, em contrapartida, outros consideram como uma ação normal no contexto escolar. O cuidado deve ser tomado no momento em que em nome da ordem e da disciplina, muitas práticas de violência simbólicas, e quem sabe até mesmo física, sejam legitimadas.

O discutir a violência a partir da voz docente somente se torna possível através do uso da metodologia da história oral, que conforme Meihy (1996)[g] é um recurso moderno, uma vez que seu conceito nasceu, oficialmente, no ano de 1947, em Nova York, quando Allan Nevins organizou um arquivo e oficializou o termo. Tal fato se deu no pós Segunda

Guerra Mundial quando os avanços tecnológicos foram aliados a necessidade de propor formas de captar as experiências importantes como as vividas por combatentes, familiares e vítimas dos conflitos.

Como um recurso, a história oral é utilizada para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social. Para Meihy (1996), a história oral é sempre uma história do presente, por esse motivo é também conhecida como "história viva". Vista como uma história dos contemporâneos, a história oral tem de responder a um sentido de uso prático e imediato, uma vez que possibilita respostas aos questionamentos, ao mesmo tempo em que suscitam outros.

Meihy (1996) estabelece três modalidades de história oral: a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. Neste trabalho, sobretudo a ênfase é dada na história oral temática, uma vez que o tema violência e não-violência se sobressai diante dos demais. Embora ao trabalhar com as concepções docentes, muito de suas histórias de vida estarão presentes nos seus relatos. A história oral temática como o próprio nome já diz, trata de um assunto específico pré-estabelecido, seria uma temática central.

Nesta perspectiva, a história oral tem como base o depoimento gravado, no caso as gravações das falas dos professores colaboradores. Seu uso está relacionado a participação social e, nesse sentido, está ligado ao direito de cidadania, considerando que todos são atores históricos. Concorda-se com Meihy (1996), quando este afirma que todo relato é uma narrativa histórica. E é nesse sentido que se trabalha a possibilidade de se construir "histórias" da educação através de um restabelecer da voz docente tendo como base às narrativas de professores.

---

[a] ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens.** Petrópolis: Vozes, 2002.
[b] BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
[c] SCHMIDT, Jöel. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana.** Lisboa: Edições 70, 1985.
[d] Retirado do Dicionário Michaelis
[e] TEVES, Nilda & RANGEL, Mary (orgs). **Representação Social e Educação.** Campinas, SP: Papirus, 1999.
[f] JODELET, Denise. **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
[g] MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 4ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

História, cidadania e livros escolares de OSPB (1962-1964)

Cleber Santos Vieira
Doutorando - FEUSP

Em 31 de janeiro de 1962 o presidente da república João Goulart, acompanhado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves e do Ministro da Educação Antônio de Oliveira Brito, assinavam decreto nomeando os membros do recém criado Conselho Federal de Educação (CFE). Dentre as primeiras medidas adotadas pelos conselheiros[1] enquadra-se a regulamentação do ensino médio no sistema federal de ensino, publicadas no volume de estréia da "*Documenta*", periódico de divulgação dos pareceres, relatórios e demais deliberações do CFE. Buscando valorizar a autonomia dos estabelecimentos de ensino na montagem da grade curricular, a Indicação Nº 1 do CFE, homologado pelo MEC em 24 de abril de 1962, oferecia um complexo e flexível sistema curricular composto, no ciclo ginasial, por disciplinas obrigatórias (Português, História, Geografia, Matemática e Ciências), disciplinas obrigatórias complementares (Organização Social e Política brasileira, duas línguas estrangeiras modernas, língua clássica e desenho) e disciplinas optativas (línguas estrangeiras modernas, música, canto orfeônico, artes industriais técnicas comerciais, técnicas agrícolas)[2].

Este plano curricular, conforme testemunhou Gildásio Amado[3], então diretor da Diretoria do Ensino Secundário, órgão do MEC ao qual coube a tarefa de apresentar a proposta, visava suprir, em caráter provisório, as exigências traçadas na LDB de 1961 para o ano letivo de 1962 até que os conselhos estaduais de educação fossem efetivados. De acordo com Gildásio Amado, o plano foi aceito pelo CFE sem maior alteração com a seguinte ressalva: "a indicação da disciplina Organização Social e Política Brasileira partiu do próprio Conselho Federal, por proposta de Anísio Teixeira".[4]

A Comissão Especial de Ensino Médio, criada para examinar o mérito da Indicação Nº 1, emitiu parecer favorável à proposta admitindo como primeira hipótese a introdução, nas terceiras e quartas séries do primeiro ciclo ginasial, do ensino de OSPB e o de desenho[5]. É desta forma que se encontra, pela primeira vez na história da educação brasileira, referência

à disciplina “Organização Social e Política do Brasil” (OSPB). Pode-se dizer, então, que o surgimento da disciplina OSPB insere-se numa linha de consolidação das diretrizes educacionais de 1961, estabelecendo grade curricular com critérios unificados em âmbito nacional respeitando-se a pluralidade de opções locais. Nesta mesma perspectiva, o CFE não fixou um programa curricular para OSPB, mas estabeleceu os princípios e valores políticos pelos quais deveria se pautar. O documento que com maior propriedade revela o clima em torno da criação desta disciplina, talvez seja o artigo do conselheiro Newton Sucupira registrado no terceiro número da *Documenta,* publicada em março de 1962:

> “Ela tem como finalidade proporcionar ao aluno uma idéia adequada da realidade sócio-cultural brasileira em sua forma e ingredientes básicos. Deverá, pois apresentar o quadro geral das instituições da sociedade brasileira, sua natureza, formação e caráter, bem como as formas de vida e costumes que definem o modo de ser específico e a fisionomia característica de nossa cultura. Será além disso, um estudo da organização do Estado brasileiro, da Constituição, dos poderes da República, do mecanismo jurídico e administrativo em suas linhas gerais, dos processos democráticos, dos direitos políticos, dos deveres do cidadão, suas obrigações civis e militares.” [6]

Tecendo elogios à decisão do CFE, Sucupira admitia que a atitude caminhava no sentido de superar a ausência de uma educação comprometida com a formação cívica dos estudantes brasileiros preparado-os para o exercício consciente da cidadania democrática. O gesto institucional, explicou ainda Newton Sucupira, respondia aos apelos interpostos nas primeiras décadas do século XX pelo escritor José Veríssimo em nome de um sistema de ensino comprometido com a integração nacional[7]. Por fim, o conselheiro interpretava a instituição da Nova Disciplina Organização Social e Política Brasileira “como um passo em direção à civilização cujos parâmetros, no âmbito curricular, eram dados pela disciplina “Instrução Cívica” em vigor na França desde 1885 e a “American Governement” na High-School” americana”.

Em síntese, ao instituir OSPB enquanto disciplina escolar o CFE expressava a vivacidade do debate em torno da instrução cívica presente na história da educação brasileira desde o advento republicano. Todavia, longe de pôr termos à questão, a medida apenas representou o prólogo de uma longa jornada que se estenderia até 1993, quando foi oficialmente extinta dos programas de ensino pela lei nº 8.663 de 14 de junho[8]. Por esta lógica, a incorporação da disciplina OSPB aos propósitos da educação moral e cívica do

período autoritário, expressos no decreto lei nº 869/69[9], pode ser reinterpretada deixando de configurar o marco fundador para significar mais um evento na longa trajetória desta disciplina[10].

No período compreendido entre 1962 e 1964, que corresponde à fase de criação da disciplina até o golpe militar de 1964, os livros escolares compuseram e representaram o rol de estratégias acionadas por conselheiros, autores, escolas e editoras que viabilizaram os primeiros passos da Organização Social e Política Brasileira no sistema educacional. Tão logo a medida anunciada foi autorizada pela União cinco manuais didáticos foram publicados.

AUTOR	**TÍTULO**	**EDITORA**	**ANO**
Victor Mussumeci	Organização social e política brasileira	Editora do Brasil	1962
Umberto Augusto de Medeiros	Organização social e política brasileira	FTD	1963
Theobaldo Miranda Santos	Organização social e política do Brasil	Cia Editora Nacional	1963
Delgado Carvalho	Organização social e política do Brasil	INEP / MEC	1963
João Camilo de Oliveira Torres	Instituições políticas e sociais do Brasil	FTD	1964

Os prefácios inscritos nestas publicações fornecem dados que permitem narrar a história da criação e difusão da disciplina. A leitura deste gênero de paratexto[11] permite situar os livros como expressão do debate maior sobre a educação cívica e que parece ter tramitado nas esferas de poder juntamente com a LDB, não cessando após a sua publicação. Os discursos dos autores, mais do que escritores profissionais a serviço da produção didática, prefiguram o engajamento da Organização Social e Política do Brasil na consolidação daquele ramo de ensino. Reconhecem a medida do CFE como acertada e manifestam a crença da nova disciplina na formação cívica dos cidadãos. A instâncias prefaciais revelam os autores como produtores de discursos didáticos que funcionaram como suportes do discurso normativo sobre a cidadania. Perfilam ainda mensagens textuais que remetem aos fatores determinantes na elaboração dos livros.

Sobre este último aspecto nota-se, em primeiro lugar, um desejo implícito por parte dos autores e editores de se lançarem como pioneiros. Theobaldo Miranda Santos afirmou que atendendo a solicitação da Companhia Editora Nacional e "Diante da inexistência de qualquer compêndio referente ao assunto resolvemos escrever este modesto manual"[12]. Delgado Carvalho situou no CFE e no renomado conselheiro Anísio Teixeira o respaldo para sua obra: "o trabalho que aqui apresento é uma primeira tentativa de corresponder à disciplina criada pelo Conselho Federal de Educação (...) não existindo ainda programas, pois êstes serão elaborados pelos próprios Docentes, apresentei ao professor Anísio Teixeira um plano que me parece interpretar os objetivos do Conselho[13]. Mostrando um traço original, característica da primeira geração dos manuais de OSPB, João Camilo Torres de Oliveira explica ao leitor a origem da obra. A nota, datada em 03 de maio de 1964, revela em detalhes como o discurso oficial sobre a diversificação curricular, que prescrevia um currículo organizado, "não só pela competência dos Estados, mas pela livre opção dos colégios e, através deles, dos próprios alunos, na formulação dos currículos"[14] se materializou nas extremidades do sistema de ensino. Diz a nota: "este trabalho, realizado na base de um programa do Colégio Municipal de Belo Horizonte, por iniciativa do prof. Amaro Xisto de Queiroz, responsável pela equipe que elaborou o plano"[15].

A circulação do discurso[16] sobre a formação cívica do cidadão, finalidade explícita da disciplina OSPB, é notada com clareza a partir das apropriações do discurso de Newton Sucupira. Excluindo-se o compêndio de João Camilo de Oliveira Torres, todos manuais publicados na conjuntura 1962-1964 citaram ou reproduziram o texto de Newton Sucupira. Desse modo, o artigo "A nova Disciplina Organização Social e Político Brasileiro", originalmente publicado na *Documenta*, constituiu-se o discurso fundador dos valores e idéias que permearam a invenção da OSPB. Muito embora o próprio Newton Sucupira[17] atribuísse ao professor Gildásio Amado papel mais destacado no processo de efetivação da nova disciplina, foi o seu discurso em defesa da OSPB que se transformou na grande referência das instâncias produtoras de livros didáticos.

Delgado de Carvalho, cujo compêndio fora patrocinado pelo MEC, por exemplo, publicou o texto integralmente em todas as edições[18], antes e depois do golpe de 1964, inclusive aquelas editadas após o decreto-lei 869/1969, já sob a chancela da editora Record. Outros autores preferiram recortar os fragmentos considerados mais significativos e citá-los no sentido de legitimar seus manuais. Victor Mussumeci optou pelos trechos que acentuavam os laços entre a disciplina OSPB, o jovem estudante e a cidadania:

> "Definiu os objetivos do conjunto de ensinamentos que se formalizaram com aquele título, o conselheiro Newton Sucupira:
> 1- Preparação do jovem para o exercício consciente da cidadania brasileira.
> 2- Inserção do jovem na vida política e social do país através de um conhecimento adequado de nossas instituições, de nossa estrutura governamental, dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático"[19].

Na longa introdução elaborada por Umberto de Augusto Medeiros a ênfase percorre os aspectos informativos e práticos da democracia. Nesse sentido, dentre as falas de Newton Sucupira o autor pôs em destaque os seguintes pontos:

> "Desejamos que cada um tenha uma consciência cívica esclarecida, como diz bem o Prof. Newton Sucupira: "O homem das democracias modernas tem que aprender a orientar-se politicamente dentro de sua sociedade, dentro da organização estatal para bem exercer os direitos políticos que a fórmula democrática do Estado assegura." Não é possível, continua ele, uma preparação para o exercício da cidadania nas democracias de hoje, sem o conhecimento prévio da organização social e política da nação"[20].

Por seu turno, Theobaldo Santos adotou um discurso ambíguo no qual ao mesmo tempo em que elogiava a decisão do CFE, criticava a timidez da decisão por não abranger todos os currículos do curso ginasial:

> "Uma falsa teoria da aprendizagem afastou, por muitos anos de nossos cursos médio, o ensino dessa disciplina formativa".
> Por isso, foi um ato de sadio realismo pedagógico do Conselho Federal de Educação o ter criado a cadeira de Organização Social e Política do Brasil, visando à integração do adolescente no conhecimento e na prática de nossas instituições democráticas. Lamentamos apenas, que nessa disciplina não faça parte de todos os currículos de nosso curso ginasial.[21].

Nas entrelinhas de todas as apresentações perfila um discurso engajado na formação cívica dos estudantes. Implícita está a crença na força dos respectivos manuais didáticos para a configuração desse quadro. Tal crença apoiava-se na primazia do estudo da chamada realidade brasileira. A construção, consolidação e permanência da democracia,

afirmavam os autores, dependia do conhecimento e do engajamento consciente na transformação da realidade brasileira por parte dos jovens. A ênfase na realidade brasileira aproximava explicitamente a disciplina OSPB às temáticas da sociologia. A grandeza da proximidade chegou mesmo a despertar preocupação entre os formuladores da proposta. Newton Sucupira registrou "não se trata de um curso de Sociologia, nem de um curso de Direito Público, mas de um estudo da realidade social e política brasileira com um objetivo definido: contribuir para a educação política do homem brasileiro dentro do espírito da democracia"[22]. Todavia, as deliberações da Diretoria do Ensino Secundário acerca da prática de ensino em OSPB indicam a primazia da sociologia. É ilustrativo citar os pré-requisitos exigidos aos candidatos à docência em OSPB: "O ensino da disciplina organização social e política brasileira poderá ser ministrado, provisoriamente, por professores licenciados em Ciências Sociais ou registrados em Geografia ou História."[23]

A conseqüência imediata deste horizonte foi a valorização de temas políticos, sociais, culturais e econômicos relativos a história mais recente do Brasil. Interpretar e modificar a realidade brasileira foi o mote e o ponto de partida na elaboração dos livros escolares de OSPB. Os autores acoplaram esta perspectiva na crença de que os manuais didáticos criariam efeitos na realidade. João Camilo de Oliveira Torres relatou que a iniciativa de escrever o livro foi um esforço em "oferecer aos estudantes da matéria um compêndio de acordo com uma análise objetiva da realidade brasileira"[24]. Na mesma linha de argumentação Umberto Medeiros afirmou que entre todos os tópicos tratados no manual interessa mais "o estudo da realidade social e política brasileira com o objetivo de politizar o brasileiro dentro do espírito democrático"[25]. A fala de Mussumeci, por sua vez, é oportuna por revelar a preocupação central que permeou o ato de elaboração do manual: "No seu planejamento e sua feitura, ativemo-nos à diretriz de ministrar conhecimentos que nenhum cidadão, como elemento operante da sociedade política, - deveria de ignorar e que os jovens discípulos de hoje – como elementos que se preparam para integrar a classe dirigente de amanhã – precisam aprender"[26]. Theobaldo Miranda Santos foi mais longe e qualificou os professores como interlocutores e mediadores entre o livro e o aluno. "Passo

às mãos experientes de nossos colegas de magistério este pequeno livro, simples e elementar, cuja única finalidade é ajudar nossos estudantes a conhecer, para melhor praticar, os princípios, as normas e os ideais democráticos que regem e anima a livre e soberana Nação Brasileira."[27]

Por fim, Delgado Carvalho recorreu à erudição e à produção acadêmica sobre a realidade brasileira surgida na segunda metade do século XX:

> "Há trinta ou quarenta anos, teria sido mais difícil encontrar fontes fidedignas para a exposição circunscrita dos assuntos aqui tratados. As obras de Nelson Werneck Sodré, de Celso Furtado, de Manuel Diegues, de Florestan Fernandes, de Afonso de Mello Franco, de Hélio Viana, de Temístocles Cavalcanti, de Carneiro Leão, de Jaques Lambert, de Costa Pinto, de Leôncio Basbaum, de Pierre Monbeig, de Emílio Willems, de Oliveira Viana, de Alcântara Machado, de Fernando de Azevedo, de Machado Paupério, de Artur Ramos, de Caio Prado, de Lyn Smith, de Charles Wagley, de Orlando de Carvalho, de Donald Pierson e de muitos outros são obras que permitem focalizar atualmente a 'realidade brasileira', isto é, o elemento essencial na formação cívica de nossos jovens patrícios." [28]

As referências de Delgado Carvalho apresentam as ambigüidades que pairavam não apenas sobre a produção didática de OSPB, como também sobre a configuração assumida pela história política do país naquele momento. Sem dúvida trabalhos como os de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Fernando de Azevedo e Oliveira Viana ofereceram novos elementos históricos, sociológicos e culturais para a compreensão da chamada realidade brasileira. Mas o fato é que estes autores, ou a leitura de suas obras, participaram vivamente da lutas políticas que marcaram o início dos anos sessenta. Ilustram, portanto, a apropriação dos temas prediletos dos autores de OSPB - democracia, cidadania, civismo - por correntes de pensamento que disputavam a hegemonia política e produziram representações do que consideravam ser a cidadania ideal na configuração da realidade brasileira democrática. Assim, a leitura dos livros de OSPB publicados entre 1962 e 1964 permite entrever as representações das várias realidades brasileiras que, sobre o pretexto de interpretar, os autores pretendiam recriar.

[1] A composição inicial do CFE foi a seguinte: Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Abgar Renault, Dom Hélder Câmara, Josué Montello, Francisco Brochado da Rocha, Antônio Balbino de Carvalho Filho; D. Cândido Padim, Joaquim Faria de Góis Filho, Maurício Rocha e Silva, Hermes Lima, Padre José Vieira de Vasconcellos, Edgar Rego Santos, Newton Sucupira, Clóvis Salgado da Gama, José Borges dos Santos, José Barreto Filho, Celso Ferreira da Cunha, João Brusa Neto, Francisco Maffei, Roberto Bandeira Accioli, Deolindo Couto e Raimundo Valnir Cavalcante Chagas. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Documenta.* nº 1. 2ª ed. Março, 1962, p. 13.
[2] Idem. ibidem. p.15.
[3] AMADO, Gildásio. *Educação média e fundamental*. Rio de janeiro / Brasília: José Olympio / Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1973. pp. 138-139.
[4] Idem. ibidem. p. 144.
[5] Idem. ibidem. pp. 17-19.
[6] SUCUPIRA, Newton. In: BRASIL. MEC/CFE. *Documenta*. nº 03. março de 1962. p. 227.
[7] Idem. ibidem. p.226.
[8] BRASIL. LEX. Número 57, abril/junho de 1993. p.414
[9] Decreto lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.
[10] poucos autores mencionam a presença da disciplina OSPB antes de 1964. Entre as exceções citam-se FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 5ª ed. Campinas, 2001. p.36; PILETTI, Nelson. Evolução do currículo secundário. IN: *Revista da Faculdade de Educação*. 13(2): 27-72, São Paulo, 1987. p.64-65.
[11] GENETTE, Gerard. *Umbrales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.
[12] SANTOS, Theobaldo Miranda. *OSPB*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
[13] CARVALHO, Delgado. *Organização social e política brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, MEC, 1963. p.04.
[14] BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / CFE. Documenta. Nº 01, março 1962. pp. 17-18.
[15] TORRES, João Camilo de Oliveira. *Instituições políticas e sociais do Brasil*. SP: Coleção Editora FTD, 1965.
[16] FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.
[17] BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / CFE. Documenta. *Documenta*. Nº 26, junho de 1964. pp. 16-17.
[18] CARVALHO, Delgado. op. Cit. pp. 05-08.
[19] MUSSUMECI, Victor. *Organização Social e Política brasileira*. 23ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963. 09.
[20] MEDEIROS, Umberto. *Organização social e política brasileira*. 27ª ed. São Paulo: FTD, 1967. p.09.
[21] SANTOS, Theobaldo. Op. Cit. prefácio.
[22] SUCUPIRA, Newton. Op. cit. p 227.
[23] MEC / INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.vol. XXXVII, jan / mar, 1962, nº 85, pp. 141-142.
[24] TORRES. João Camilo de Oliveira. Op. cit. prefácio
[25] MEDEIROS, Umberto. Op. Cit. prefácio, p. 09.
[26] MUSSUMECI. Victor. Op. Cit. prefácio, p.09
[27] SANTOS. Theobaldo. Op. cit. prefácio.
[28] CARVALHO, Delgado. Op. Cit. prefácio, p.04

As Relações entre a Guerra na África (1438-1481) e o discurso de Legitimação da Monarquia de Avis*

CLINIO DE OLIVEIRA AMARAL

A análise das crônicas portuguesas, elaboradas pela dinastia de Avis durante o reinado de D. Afonso V, viabiliza compreender o papel da guerra no continente africano como um instrumento de apaziguamento e de propaganda que ajudou na consolidação do Estado português em grande parte do século XV.

O estudo das **implicações políticas** dos descobrimentos, em sua primeira fase[1], vincula-se diretamente às medidas adotadas dentro do Paço de Avis. Pressupõe-se, quanto aos descobrimentos, que inicialmente serviram também para acomodar um segmento da nobreza portuguesa, mas ao longo de seu desenvolvimento transformou-se num foco de tensão, com reflexos em boa parte da sociedade. Assim, o processo que levou à construção de um império colonial iniciou-se de forma paradoxal.

A expansão contribuiu por levar um contingente de nobres armados ávidos por terras, para aquietação das tensões políticas resultantes da vitória do Mestre de Avis. É interessante ressaltar que D. João I, quando tomou a decisão final sobre a empreitada em Ceuta, discorreu sobre os aspectos em que a conquista dessa cidade ajudaria o reino; entre os argumentos elencados no discurso, ele salientou o receio quanto ao fato de existirem nobres com disponibilidade para fazer guerra internamente[2].

---

* Clinio de Oliveira Amaral doutorando em História Social na Universidade Federal Fluminense.

[1] Período compreendido entre os anos de 1415 a 1460, também conhecido como henricino, cuja característica foi a grande atuação do Estado no financiamento das descobertas.

[2] Uma análise mais detalhada das crônicas de Gomes Eanes de Zurara, cronista de D. Afonso V, demonstra os conflitos em torno da expansão Cf. ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por El Re D. João I.* Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1915. Introdução e notas por Francisco Maria Esteves Pereira.

Em 1412, um ano após o tratado de Paz com Castela, iniciaram-se os preparativos para a empreitada à conquista de Ceuta. É muito significativo o fato de o Rei D. João I, em meio às primeiras discussões sobre os preparativos para a campanha em Ceuta, ordenar a seus filhos que consultassem o condestável do reino, D. Nuno Álvares Pereira. Esse acontecimento serve para comprovar que, no **aspecto político**, a expansão teve como objetivo responder à demanda dos apoiadores do Mestre de Avis e foi uma estratégia para aglutinar as dissidências políticas em torno dessa empreitada:

> Vista assy aquella mostrança que o prioll fez, elRey comsijrou sobre todo per algu~u pequeno espaço de dias. e depois que todo teue bem comsijrado, fallou com seus filhos em esta guisa. Comsijrey açerqua de nossos feitos começados, e acho que pera sse bem poderem emxucutar, tenho dous muy gramdes jmpedimentos. O primeiro he a Rainha minha sobre todos muytos preçada e amda molher, a quall por suas gramdes uirtudes e bomdades he assu amada de todos e geerallmente, que sse ella em este feito nom da comssemtimento, nehu~u dos do pouoo nem ajmda dos outros mayores, numca poram maão em este feito com nehu~ua fiuza nem esforço. O segundo empacho he o comdestabre, o quall sabees que assy por sua **muy boa uida como pollos gramdes e bem auemturados aqueeçimentos que ouue, tem assy as gemtes do rregno chegadas a sua amizade, que sse per uemtura comtradisser este comsselho, todos teeriam que nom era feito dereitamente**. a qual cousa lhes faria menos esforço pera nos ajudarem a ello quamdo fossem rrequeridos.[3]

Através dessa passagem, percebem-se duas questões interessantes; a primeira delas, é sobre a rainha e as possíveis conexões existentes entre Portugal e a Inglaterra à época. Sabe-se que Portugal, a partir de meados do século XIII, inseriu-se no circuito comercial europeu[4], transformando-se em um importante entreposto comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte. O casamento do Mestre de Avis com D. Felipa de Lancastre objetivou a aproximação dos dois reinos,

[3] Idem, cap. XIX, p. 60. Grifos meus.
[4] OLIVEIRA, Aurélio. A Crise de 1383-85 e os Fundamentos Econômicos e Sociais da Expansão Ultramarina Portuguesa. In: *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. História, Porto: Série II, Vol. III, 1986. pp. 23-25.

contribuindo para acelerar a inclusão do reino no grande circuito comercial. Portanto, levando-se em consideração essas variantes, considera-se a consulta mencionada pelo cronista como uma espécie de pergunta aos colaboradores internacionais do Mestre de Avis. Nesse período, percebem-se sucessivas confirmações de privilégios a comerciantes portugueses por monarcas estrangeiros como, por exemplo, os ingleses. A figura da rainha pode representar, no mencionado fragmento, um indício de que foi necessário consultar esses colaboradores do reino. A segunda questão inferida no texto trata da tendência de concentração de poder nas mãos do condestável do reino. Toda e qualquer empreitada régia ficaria mais fácil com a aprovação dele. Sua aprovação implicava a arregimentação de várias casas senhoriais de grandes nobres.

Ao delimitar as bases de sustentação do Mestre de Avis, nota-se uma complexidade muito grande. Houve vários atores nessa nova conjuntura após a Revolução de Avis. O primeiro e mais inovador foi a introdução na cena política dos grupos sociais egressos do comércio, sobretudo de Lisboa. Assim, o processo dos descobrimentos figurou, em parte, como um espaço de disputa política e, como toda disputa, acarreta conflitos cuja resolução, embora envolva questões de ordem prática, também passa pela esfera simbólica. Dentre essas disputas, pode-se relacionar a construção do discurso sobre a expansão, durante o reinado de D. Afonso V, como um mecanismo simbólico e prático de consolidação da expansão no norte da África. Simbólico, por apresentar em sua estrutura narrativa alguns elementos da tradição cristã, visando legitimar e sacralizar a guerra na África.

Prático, por consolidar na escrita a memória dos descobrimentos, através da ótica do grupo vencedor de Alfarrobeira[5].

A forma pela qual a dinastia de Avis narrou a guerra em África é bastante peculiar, pois não se encontram grandes traços dos conflitos políticos mencionados. Há uma unidade discursiva muito forte entre todos os cronistas que descrevem essa etapa da expansão.

A monarquia de Avis, desde que se instaurou, em 1385, com a aclamação do Mestre de Avis, investiu na elaboração de uma determinada imagem da monarquia, com o propósito bem claro, naquele momento, de legitimar a aclamação de um bastardo. Mas o tempo passou e os símbolos utilizados para dar sustentação ao "Mexias de Lisboa" incorporaram-se ao imaginário político português, sobretudo, por meio da guerra em África.

A presença de sinais providenciais, cuja função era articular a monarquia de Avis ao universo do sagrado, tornou-se cada vez mais forte. Sinais dos novos tempos como sonhos, milagres, profecias, visões, já pelos meados do século XV, enfim, as manifestações públicas do poder, entre outros, passaram a fazer parte da literatura sobre a vida dos reis avisinos, bem como da Ínclita Geração.

A política não gozava de uma autonomia plena[6], era o cristianismo responsável por oferecer elementos e condições necessárias para as representações da experiência política. É no interior do sagrado cristão que se encontram os referenciais através dos quais a legitimação política passava.

Ao longo do século XV, ocorreu uma experiência ímpar na história do Ocidente, que envolveu tudo isso que os cientistas sociais, hoje, denominam política,

---

[5] Cf. MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico.* Lisboa: Lourenço Marques, 1973.

[6] FRÓES, Vânia Leite. Evolução das representações e da pedagogia do ofício de rei em Portugal Medieval. In: *Convergência Lusíada. Revista do Real Gabinete Português*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda, n. 15, p. 23-31, 1998.

cultura e economia, cujas repercussões penetram os próximos quatro séculos, os descobrimentos. Em seus primeiros momentos, muito conturbados[7], houve uma necessidade cada vez maior de uma propaganda eficaz, capaz de garantir sua manutenção.

A experiência histórica desse processo insistia em trazer desventuras aos portugueses. A navegação ainda não apresentava uma precisão técnica muito grande, fato que criou em torno dos oceanos um grande medo[8], sobretudo, no século XV. Além das tempestades e calmarias, havia o desconhecimento de grande parte da costa da África, os mouros, os guinéus, cujas azagaias venenosas eram imperdoáveis. A morte rondava os navegantes. A primeira cidade conquistada pelos portugueses, Ceuta, em 1415, era nas palavras de muitos contemporâneos, entre eles D. Pedro, um sumidouro de gente e de fazendas.

Não havia apenas essas dificuldades, existiam os conflitos políticos de diversos grupos sociais dentro do Estado, desde os homens de cabedal até os reacionários nobres do norte do país. Todos tinham seus interesses e projetos em relação à participação portuguesa no continente africano. No entanto, no aspecto em que a racionalidade contemporânea pouco se aproxima, eles se entendiam – a crença nas forças sobrenaturais e a atuação de Deus.

Foi através da atuação dessas forças sobrenaturais, que se elaborou a História dessa primeira etapa dos descobrimentos, escrita por Zurara. Nelas, encontram-se histórias fantásticas sobre as conquistas, vê-se Deus atuar em favor dos portugueses, narram-se feitos inacreditáveis realizados pelo Infante D. Henrique. Tem-se a sensação em todo momento que os portugueses agiam pela vontade da Providência e, por isso, eram invencíveis. Não se encontram grandes desventuras

[7] Cf. Cf. MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha....* op. cit.
[8] Em relação ao medo do mar no imaginário do final da idade média Cf. DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300 – 1800. Uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

nessas histórias, apenas glória; é afirmado a todo instante que havia uma missão para essa nação. Os mesmos símbolos providenciais que anunciaram o Mestre de Avis, no século XIV, estavam presentes para garantir os sucessos.

Havia a necessidade da elaboração por parte dessa monarquia de um novo mecanismo de consolidação após o desastre de Tânger e a batalha de Alfarrobeira. Como conseqüência dos dois, ocorreram duas baixas entre os filhos de "Mexias de Lisboa", D. Fernando e D. Pedro, respectivamente. A dinastia de Avis já não contava com figuras carismáticas como D. João I e seu sucessor e filho, D. Duarte, para conseguir manter a estabilidade nesse reino. Já passara, inclusive, por um período regencial muito agitado (1438-1446). Esse novo mecanismo foi a elaboração da imagem de santidade do Infante D. Fernando, um sujeito globalizante, extremamente envolvido com a efervescência política do Paço de Avis e com a expansão.

Sua trajetória de vida foi responsável por lhe conferir algumas particularidades que, somadas à constelação de símbolos providenciais, ofereciam uma figura singular e eficaz para apaziguar os traumas deixados pelas descobertas, mas, sobretudo, aquietar os descontentamentos e repercussões de Alfarrobeira.

O processo de fabricação de um santo vincula-se a três pontos básicos: uma aceitabilidade popular, uma história de vida de acordo com o cânone da Igreja e uma disposição dessa instituição em legitimar um novo culto.

Em relação ao Infante D. Fernando, nota-se, através dos documentos sobre seu período de vida, que havia uma predisposição por parte da monarquia de Avis em elevar alguns dos personagens, envolvidos nas descobertas, à categoria de santo. A trajetória de vida desse Infante contribuiu para a construção dessa

imagem. Por outro lado, segundo Bloch[9], na alta idade média, era comum a crença de que membros da monarquia fossem associados a prerrogativas sobrenaturais. Esse mesmo autor afirma que essa tendência, embora combatida pelo cristianismo[10], manteve-se na Europa cristianizada.

O culto ao Infante D. Fernando é anterior à elaboração de sua crônica[11], fato que aponta para uma receptividade por parte da sociedade portuguesa à época. A convergência dessa expectativa popular à necessidade de um novo elemento aglutinador, por parte de D. Afonso V, foi responsável pelo sucesso da adoração desse Infante em Portugal. Em relação ao terceiro aspecto, pode-se afirmar que existe documentação sobre a tentativa de canonizá-lo, esse material é objeto de minha pesquisa de doutoramento, que até o presente momento, está a apontar para um imbricado jogo de interesses, envolvendo Portugal, Castela e o Papado na "partilha do mundo". Isso é um indício do importante papel exercido pelo culto ao Infante Santo como elemento de propaganda interna e externa do projeto de Avis.

---

[9] BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra.* São Paulo: Cia. das Letras, 1998. A primeira edição francesa é do ano de 1924. Utilizamos e remetemos para a edição brasileira citada, na qual há também a tradução do prefácio de Jacques Le Goff, que foi publicado na edição francesa da Gallimard em 1987.

[10] É fundamental que saibamos que a oposição entre sagrado e profano deve ser tomada historicamente, na realidade social à qual nos referimos, o Ocidente cristão medieval. Portanto, "quando se usa o termo, evoca-se um conceito que pertence essencialmente ao mundo cultural cristão e que, devido à particular evolução dos factos religiosos ocidentais, pressupõe pelo menos dois componentes: a) uma nítida separação dos chamados factos religiosos e sagrados, dos factos denominados não-religiosos, laico e profanos; b) uma estrutura ideológica mítica e ritual organizada que é regida por leis autônomas e que, embora inserida na realidade profana e laica, estabelece com ela um conflito dialéctico e tem fins diversos dela." Sagrado/Profano. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, vol. XII. p. 107. Desse modo, a figura do rei e a da monarquia irão catalisar esse conflito dialéctico, justamente por trazerem em si uma carga simbólica divina, anterior ao advento do cristianismo. Na realidade, essa religião acrescentou, por fazer uma distinção nítida entre essas esferas, esta dimensão ambígua com relação ao rei e à monarquia. Por mais que o cristianismo tentasse traçar uma distinção entre estas duas esferas, a figura do rei e da monarquia conseguiram se manter como um elo.

[11] A sua crônica/hagiografia foi escrita na década de 1450 pelo Frei João Álvares.

PIAUÍ: OS SILÊNCIOS REVISITADOS (ANOS 80 E 90)

Cláudia Cristina da Silva Fontinelles – UESPI/CEFET

1- Introdução

A história recente do Piauí apresenta uma lacuna muito grande em relação à compreensão dos eventos que ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990, sobretudo relativas às tensões ocorridas entre os funcionários públicos estaduais e o Poder Público. A maior de todas foi relativa à educação, posto que neste período houve uma greve de um semestre letivo no ano de 1989 e a perda do ano letivo no ano de 1990 também em função das greves. É sobre esse contexto que versa este artigo.

2 - A configuração de um cenário sombrio.

No segundo mandato do governador Alberto Tavares Silva, o principal oponente que ele se defronta é o funcionalismo público estadual, sobretudo os professores. Estes tinham sido seu principal aliado de campanha, como mostram algumas fontes consultadas e algumas entrevistas com sujeitos que vivenciaram tal período histórico. Isso é revelado pela canção da campanha eleitoral entoada por muitos professores da época, como é lembrado pela professora da rede estadual de ensino, Maria Moura:

> O Karnak[i] desgarrado, sem administração
> Vou votar no Alberto Silva no dia da eleição
> É o povo querendo Alberto
> É o Alberto querendo o povo
> É o povo querendo o Alberto
> Pra governar de novo[ii]

O editorial do Jornal O Dia, do dia dois de agosto de 1989 – referente ao tratamento dado aos professores grevistas pelo governo do Estado - também faz referência a este apoio da categoria dos professores à eleição do governador Alberto Silva:

> O governo Alberto Silva deu, ontem, na reinauguração do Liceu Piauiense, a sua mais sobeja demonstração de despreparo para conviver com as adversidades originárias da democracia e a mais flagrante ação de desrespeito à Constituição Federal em vigor, não bastasse a ingratidão àqueles que se enganjaram maciçamente nas campanhas políticas fracassadas e vitoriosas do atual governador: os professores públicos estaduais... [iii]

O episódio citado pelo jornal diz respeito a um confronto entre policiais e professores grevistas durante a inauguração de reformas na Escola Estadual Zacarias de Góes – Liceu Piauiense – no dia primeiro de agosto de 1989. A reforma do Liceu – uma das escolas mais

tradicionais do Estado do Piauí – durou cerca de seis meses e no dia primeiro de agosto de 1989 foi sua inauguração. Um grupo de cinqüenta professores da rede estadual de ensino, em greve há mais de cem dias, fizeram-se presentes para protestar contra a ironia da situação – a festa de reinauguração de uma escola, enquanto a maioria das escolas públicas estaduais encontravam-se em greve, estando o próprio Liceu inserido no rol dessas escolas com aulas paralisadas.

Os jornais locais do dia primeiro de agosto traziam a inauguração do Liceu em suas páginas de destaque, ressaltando a importância do mesmo para a história da educação de nosso Estado, enfatizando, inclusive, que no mesmo haviam estudado membros ilustres da sociedade piauiense, dando destaque ao fato de no Liceu Piauiense ter estudado até um presidente da República – Castelo Branco. Não se demonstrava até então muito interesse da imprensa em discutir a situação em que se encontravam os alunos do Liceu no presente contemporâneo da reinauguração, vitimados pela greve na rede estadual. O foco era o passado glorioso, mesmo que o presente necessitasse também de atenção. Basta observar a matéria do caderno especial do Jornal O Estado, para conferir tal fato:

> Pelos bancos do velho Liceu Piauiense já passaram nomes ilustres da política e do empresariado, não só local, como nacional. Do Liceu, já saiu até presidente da República como é o caso do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que fez seus estudos preliminares a nível de Científico, no nosso Liceu.[IV]

Além de fazer alusão ao suposto passado glorioso da escola, considerando como importante para a história apenas pessoas que se destacaram política e economicamente – fortalecendo a idéia de história historicizante dos líderes políticos – o jornal aplaude o suposto caráter “moderno” desta instituição de ensino: O dia de hoje, 1º de agosto de 1989, marca uma nova era na vida deste tradicional estabelecimento de ensino do Piauí. Os piauienses agora podem orgulhar-se de um colégio dentro dos padrões modernos exigidos para o ensino também moderno.[V] Talvez tão moderno fosse este colégio que sequer precisasse de alunos e de professores para dar-lhe sentido, uma vez que em plena reinauguração a escola estava com seus professores em greve, em virtude do achatamento salarial, além do atraso no pagamento desse salário.

3 - Magistério: de aliado a oponente

A decepção de muitos professores em relação aos rumos tomados pelo governo do Estado em 1989 era notória, principalmente porque houve um amplo apoio dos professores na campanha eleitoral do então candidato ao governo do Estado pelo PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira): Alberto Tavares Silva, segundo o que é possível perceber pelas falas mencionadas em jornais da época e pela fala de alguns professores entrevistados. O apoio e a conseqüente decepção também são sentidos em uma das paródias cantadas durante as manifestações grevistas em 1989 durante as reivindicações do magistério:

Magistério desgarrado, sofrendo decepção
O governo do desmando só nos trouxe aflição
Está de volta a chibata[vi], batendo no professor
Mas não desistiremos, estaremos firmes, sim senhor.
O povo votou no Alberto,
Alberto traiu o povo
Queremos ver o Alberto
Bem longe daqui de novo[vii]

A canção demonstra a dimensão da decepção com o governo estadual e, se houve decepção, pressupõem-se que tenha em, algum momento, havido expectativa em relação a melhorias no campo educacional durante esta administração. Supor que o magistério como um todo tivesse apoiado a candidatura de Alberto Silva seria ignorar a própria noção de pluralidade de interesse e de valores, comuns a sociedades democráticas, como a que estava emergindo no Brasil naquele momento de lutas pela redemocratização do país. Mas esse mesmo clima de conquistas democráticas também inspirou a confiança em melhorias significativas na realidade educacional piauiense naquele momento. O que se percebe nesta paródia, entretanto, é um intenso anseio dos professores por diálogos com o governo do Estado. Outra paródia, que integra o imaginário dos que presenciaram a manifestação do dia 1º de agosto na Praça do Liceu, que demonstra a insatisfação e a revolta dos professores com as decisões do Executivo Estadual foi a seguinte, entregue por integrantes do movimento de greve à professora Maria Moura, que as recebia e cantava:

Velho Alberto assumiu
Prometendo pra danar
Mas foi só demagogia
Foi logo no outro dia

Começou a enganar[viii]

Em virtude de ser a "porta-voz musical" das reivindicações dos professores, a professora Maria Moura e vários colegas que se encontravam na praça Landri Sales, conhecida como praça do Liceu, durante a manifestação foram presos por soldados da Polícia Militar do Piauí e recolhidos para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), ainda em funcionamento na época. Os jornais da semana que se seguiu ao ocorrido fizeram amplamente a cobertura desse episódio e de seus desmembramentos. Não se sabe, contudo, se em estrito cumprimento do dever de tornar pública esta notícia, ou se em solidariedade ao companheiro de profissão e presidente do sindicato da categoria dos jornalistas à época, Kenard Kruel, que fora vitimado durante as prisões. O jornal O Estado, do dia 02 de agosto noticiou:

> A festa de reinauguração do Liceu Piauiense, ontem em Teresina, acabou se transformando num grande tumulto, que provocou a prisão de 10 pessoas, dentre elas dois líderes sindicais: o presidente do Sindicato dos jornalistas, Kenard Kruel, e o presidente da Associação dos Professores, João de Deus. Eles foram presos e autuados em flagrante na Delegacia do DOPS e enquadrados no artigo 42 do Código de Processo.[ix]

O quadro de violência contra os professores, denunciado pelo jornal, dá mais detalhes do ocorrido ao afirmar que ela foi iniciada quando o governador Alberto Silva chegou à sede do Liceu, sendo vaiado por manifestantes:

> A polícia tentou evitar e terminou se envolvendo numa luta desigual com os professores. A professora Tailândia, ao ser perseguida por policiais, entrou numa residência e quando o dono da casa tentou socorrê-la foi recebido com um soco na boca, desferido por um policial que lhe quebrou um dente.[x]

A violência contra os manifestantes chocou tanto a imprensa local que o espaço cedido por ela para discutir sobre tal fato trouxe à tona um sério problema, até então pouco discutido pela sociedade piauiense – menos ainda por órgãos de comunicação de massa – o tratamento dado à educação pública e a seus educadores pelas autoridades públicas no Estado do Piauí. *"As vaias ao governador e ao seu secretário de Educação também são manifestações democráticas, ainda que incômodas".* É o posicionamento do Jornal O Dia, através de seu editorial do dia 02 de agosto de 1989, sobre o tumulto ocorrido na manifestação, e prossegue o jornal: *"Além do mais, nem só de aplausos vive o político, principalmente se ele não corresponde às expectativas dos que lhe colocaram no poder".*[xi]

A insinuação de descontentamento do jornal com a atitude do governo em relação aos professores é visível. Porém, nota-se que muito mais do que a agressão aos professores – que por si só chocou parte da sociedade – a comoção demonstrada pela imprensa na época revela um real temor ao retrocesso aos tempos do regime militar, pois durante a semana que sucedeu ao confronto entre policiais e professores o que mais se sente nas notícias e posicionamentos do período foram apelos em prol do respeito ao modelo democrático recém conquistado e ainda em processo de efetivação, além de constantes manifestações de repúdio às atitudes arbitrárias e violentas contra a liberdade de expressão – direito assegurado pela Constituição Federal aprovada em 05 de outubro de 1988 e em vigor desde então, portanto, um ano antes do confronto na Praça do Liceu.

As próprias denúncias feitas pelos jornais da ocorrência de prisões em clima de truculência – com a supervisão presencial do Secretário de Segurança, Xavier Neto – tanto demonstram os ares da ditadura militar rondando o Piauí como também que, mesmo com estes ares já era possível sentir sopros de democracia, uma vez que as denúncias em si já mostram uma relativa – mas significativa – conquista. Como a história não ocorre em saltos, observa-se neste episódio o quanto os "ares" ainda se sobrepunham aos "sopros".

"Eles já sabiam quem iam prender quando chegaram à praça"[xii]*.* Afirmou a professora Maria Moura, ao referir-se aos planos da polícia em prender àqueles que eram considerados os responsáveis diretos pelas mobilizações, contrariando os argumentos usados pelos policiais de lutarem para manter a ordem pública alterada no momento pelos manifestantes.

Sem entrar no mérito de qual das duas interpretações é a "verdadeira", preferimos apresentar o que mostra o Jornal O Estado sobre o caso, reconhecendo que o mesmo também é passível de demonstrar visões tendenciosas[xiii]:

> As prisões começaram logo cedo, antes da solenidade de inauguração... O primeiro manifestante a ser preso foi o presidente da APEP, professor João de Deus. Em seguida foi a vez do professor Sá Batista, que foi arrastado pelo chão, até o carro da polícia. As professoras Lujan Miranda e Francisca Nascimento foram algemadas e levadas presas sem a mínima condição de defesa.[xiv]

Em nota oficial publicada na primeira página de todos os veículos escritos da imprensa local consultados, assinada pelo Secretário de Segurança, o governo do Estado justifica o

ocorrido como sendo fruto do "*comportamento afrontoso, desrespeitoso, perturbador e caracteristicamente hostil de um grupo de agitadores",* tendo a prisão decorrido *"na forma da lei, sem violência, sendo autuados os que violaram a legislação vigente".*[xv] A história pode ser contada conforme os interesses de quem a reconstitui, posto que não há realidade histórica acabada, que se entregue por si própria ao historiador, assim como as fontes históricas não se limitam apenas aos documentos escritos, devendo, como defende Jacques Le Goff (1998)[xvi], procurar entender seus vestígios.

4 - Valorização da Educação: algo além do discurso?

Embora o governo não tenha escrito uma linha a respeito da greve e dos tumultos na praça Landri Sales, a reinauguração do Liceu, porém, ganhou destaque no discurso governamental e foi a principal ação referente aos feitos do Executivo para o 2º grau[xvii] no ano de 1989, citada na Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, publicada em 15 de fevereiro de 1990: *"No ensino de 2º grau ressalto a recuperação de 6 unidades escolares, dentre elas o tradicional 'Liceu Piauiense' (Zacarias de Góis)"*[xviii]

Confere-se a grande ênfase dada ao caráter físico e estrutural das escolas, fazendo-nos supor que isso era considerado mais importante que o funcionamento da escola e o aprendizado dos alunos, uma vez que nada mais é dito neste documento oficial acerca do ensino de 2º grau regular no Estado. Aliás, este nível de ensino é o único contemplado neste documento junto como o Ensino Superior oferecido pela então FADEP (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí). Nos demais níveis de ensino menciona-se apenas que os mesmos foram apreciados com a recuperação de 55 prédios escolares[xix] e a instalação – através do SERSE (Serviço Social do Estado) – do Projeto Casa-Escola, que tinha por meta *"suprimir carências pedagógicas, alimentares e de saúde de crianças da faixa etária de 3 a 6 anos"* [xx], tendo residências de famílias da comunidade, que em troca receberiam uma ajuda de custo do governo. A orientação pedagógica às crianças era dada por bolsistas, estudantes do curso normal, que recebiam um salário como forma de incentivo.

Constata-se através destes dados que no discurso oficial vigente em 1989, falar em investimento em educação implicava em construção ou renovação de prédios escolares, restringindo o apoio à educação formal apenas ao caráter arquitetônico. Isso, para muitos, é justificado pelo fato de o governador ser engenheiro civil. No entanto, esta justificativa só convence a quem não entende de administração dos bens públicos ou a quem é míope político e continua propagando a idéia patrimonialista de tratar a coisa pública como sendo bem particular.[xxi]

É óbvio que investir em infra-estrutura é fundamental para a condução eficiente da educação, mas este deve constituir-se como um elemento complementar, não como essencial, posto que o caráter cognitivo, as discussões teórico-metodológicas de ensino e as políticas públicas devem ser as temáticas centrais a serem discutidas por um governo realmente comprometido com a valorização do magistério e com a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos, possibilitando aos primeiros o reconhecimento satisfatório pelo exercício da profissão e aos segundos, o respeito a suas necessidades e direitos de terem uma educação de qualidade que lhes dê condições dignas para aprender e participar da sociedade em que estão inseridos.

Pouco ou nada disso foi posto em prática no período analisado, uma vez que mesmo reconhecendo no início de seu mandato que o quadro social no Piauí era muito precário e que uma das formas de revertê-lo era investir em educação, tanto em ampliação de seus serviços como na qualidade do mesmo, a realidade que encontramos em nossa pesquisa foi o inverso: escolas paralisadas em virtude da greve de professores, que durara mais de cem dias, os alunos do ensino público estadual sem aula e sem terem perspectiva do retorno às aulas. Na semana seguinte aos tumultos na praça do Liceu, a Associação dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Piauí – APEP – decidiu pôr fim à greve, para evitar comprometer o ano letivo dos estudantes no Piauí. O ano letivo foi concluído, mas com uma carga-horária inferior à estabelecida por lei na época que era de 180 dias letivos, dos quais aproximadamente a metade foi de greve.

5 - Considerações finais

Enquanto durante a década de 1980 o Brasil respirava democracia, tendo elaborado em 1988 sua primeira Constituição Federal pós-ditadura militar e, em 1989 vivia um eufórico clima de expectativa em voltar a escolher diretamente, através do voto, o presidente da República, o Piauí presenciava uma realidade educacional que se defrontava com este clima democrático – ao presenciar grande parte das escolas públicas estaduais fechadas devido à greve de professores, que exigiam melhores condições de trabalho.

Essa greve afetou diretamente os alunos, que tiveram sua aprendizagem comprometida durante aquele ano, havendo casos em que muitos evadiram-se da escola – embora a Secretaria Estadual de Educação não saiba precisar o quanto, por falta de informações em seus arquivos. Mesmo isso tendo ocorrido, a própria existência da greve já demonstra que de fato a sociedade piauiense já respirava os ares democráticos, reivindicando seus direitos através de assembléias, paralisações e greves.

---

[i] Karnak é a sede executiva do governo estadual do Piauí

[ii] Canção cantada durante a campanha eleitoral para governador, em 1986, e cantada por muitos professores na época, em favor da eleição de Alberto Tavares Silva, que já havia governado o Piauí segundo a entrevista da professora Maria Moura, concedida no dia 03 de março de 2003.

[iii] Jornal O Dia. 1989. Teresina, 02 de agosto de 1989.

[iv] Jornal O Estado. 1989. Teresina, 1º de agosto de 1989

[v] Ibid.

[vi] A chibata citada na canção não é a agressão sofrida pelos professores no dia 01/09/89, uma vez que atitudes violentas que ameaçassem a integridade física dos professores ainda não tinham existido até então. A chibata mencionada refere-se à aliança política feita entre Alberto Silva e seu vice, Lucídio Portela, candidato do PDS, formado por antigos integrantes da ARENA, que teve a chibata como símbolo implícito de seu governo quando fora governador do Estado do Piau, de 13.03.1979 a 15.03.1983.

[vii] Paródias cantadas durante as reivindicações dos professores. As autorias são desconhecidas, uma vez que eram elaboradas sem identificação, para evitar quaisquer represálias, e entregue aos manifestantes, principalmente aos responsáveis por cantar durante as manifestações.

[viii] Paródia cantada pela professora Maria Moura, autoria desconhecida. Ibid

[ix] Jornal O Estado. 1989. Teresina, 02 de agosto.

[x] Ibid

[xi] Jornal O Dia. Ibid.

[xii] Foi o que disse uma das professoras presas durante a manifestação, Maria Moura. Ibid.

[xiii] DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourtette – mídia, cultura e revolução.** 1990. São Paulo. Cia. Das Letras, p. 18.

[xiv] Jornal O Estado. Ibid.

[xv] Nota Oficial publicadas nos Jornais O Estado e O Dia, em 02 de agosto de 1989, na primeira página de cada jornal.

[xvi] LE GOFF, J. 1998. **História Nova**, 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes.

[xvii] Atualmente denominado de Ensino Médio desde a elaboração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) entrou em vigor em 1996.

[xviii] PIAUÍ. Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa. 1990. Teresina, 15 de fevereiro . P. ix

[xix] PIAUÍ. Op cit. P. 33

[xx] Ibid. p. ix

[xxi] FAORO, Raymundo. **Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro**. Vol. 01. 1997. 12ª edição. São Paulo. Globo.

Elites mercantis do Império Luso-brasileiro: conflitos de poder na administração comercial

Cláudia Maria das Graças Chaves
Profª Adjunta da Universidade Federal de Viçosa
Financiamento/FAPEMIG

A Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas de Navegação foi criada, no Brasil, em 23 de agosto de 1808. Desde 1788, em Portugal, era incluída na categoria de tribunal. Na América, a Junta passou a receber as atribuições da então extinta Mesa de Inspeção – esta possuía funções fiscais e técnicas relativas ao controle do açúcar e do tabaco. A Junta era responsável por matrículas de comerciantes, falências comerciais, aulas de comércio, além de dar pareceres a consultas dirigidas ao Órgão e relativas às áreas de atuação abrangidas, ou seja, ao comércio, à navegação, à agricultura e às fábricas. Era presidida pelo Conde de Aguiar, e tinha como um de seus nove membros José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.[1] Sua constituição na América representou o início do processo de institucionalização e da profissionalização comercial no, então, Reino do Brasil, através das aulas de comércio, destinadas a instruir comerciantes sobre técnicas contábeis e legislações comerciais. A Junta teve um papel decisivo na formulação e na execução de reformas econômicas liberais e para a consolidação do espaço de novos saberes mercantis; foi também o primeiro canal importante de representação política de grupos mercantis no Brasil.

Embora tivesse o papel de arbitrar os problemas comuns ao Império Luso-brasileiro, o fato de ter sido estabelecida na Corte do Rio de Janeiro causou, desde o primeiro momento, conflitos de interesses entre as elites mercantis brasileiras e as elites mercantis portuguesas. O principal ponto de discórdia foi o reforço do discurso liberal para o mercado do Brasil, simultaneamente à permanência de privilégios estabelecidos para os mercados de Portugal. Para os brasileiros, a maior proximidade das relações entre Brasil e Portugal poderia significar os mesmos benefícios da estrutura corporativa e privilegiada das cinco classes de mercadores, além das possibilidades de riqueza e enobrecimento existentes em Portugal. Fazer parte do Império ou pertencer ao Reino Unido de Portugal e

Brasil significaria não haver distinções para os súditos em ambos os lados do Atlântico. Entretanto, não era bem isso que propunha o projeto reformista e nem era a intenção da Junta de Comércio transpor para o Brasil a mesma estrutura administrativa e corporativista existente em Portugal, mesmo porque isso implicaria romper com a estrutura de privilégios dos negociantes portugueses no Brasil. O que, de fato, acaba por acontecer, mas não em função dos interesses mercantis brasileiros, mas, sim, em função da abertura comercial de 1808 e do Tratado de Comércio e Amizade estabelecido com a Inglaterra em 1810.

Como exemplo deste conflito, podemos acompanhar, dos dois lados do Atlântico, a disputa pela direção dos parâmetros e das condutas de mercado dentro do Império. Este é o caso das decisões sobre o comércio ambulante: na América, a decisão sobre liberar o comércio ambulante irritou os comerciantes varejistas brasileiros, os quais gostariam de ver, aqui, adotadas as cinco classes privilegiadas de mercadores com suas prerrogativas de arruamento[2]; em Portugal, os comerciantes se irritavam pelo fato de as novidades "brasileiras" chegarem até eles, isto é, a introdução de comércio ambulante, sem que se fossem respeitados os privilégios estabelecidos por seus estatutos.

O Alvará de 27 de março de 1810 causou a grande polêmica entre os comerciantes varejistas dos dois lados do Atlântico. Ele foi elaborado como resultado de consulta à Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do ***Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos***. Determinava o Alvará:

> *Ficará virtualmente derrogada a anterior legislação, que proibia nas cidades e vilas, a venda das fazendas pelas ruas e casas, mostrando a experiência que foi sempre impraticável a exata observância daquela pragmática suntuária, que os verdadeiros princípios de economia política desaprovam, e que ainda com as modificações do sobredito Alvará [de 21 de abril de 1751], e não obstante a proibição, prevaleceu em todos os tempos a franqueza de tais vendas, que o arruamento dos mercadores nas grandes cidades fez necessárias; exigindo o interesse geral que seja livre* ***a todos os meus fiéis vassalos*** *procurar na útil divisão de trabalho, conforme a propensão e escolha de cada um, os meios de sua subsistência, além de concorrer a multiplicidade das compras e vendas para a extensão do mercado e facilidade de sua extração (...),* ***com proporcional acréscimo na coleta das minhas rendas*** *(...) que tanto convém promover, assim como sustentar com justo equilíbrio* ***pela concorrência de maior número de distribuidores*** *os ganhos que podem produzir as vendas a retalho sem gravame do bem público, ao qual* ***se não deve antepor o interesse particular de corporação alguma****. (...) tendo eles [mercadores com lojas] a seu favor pela vantagem da situação, e menor despesa nos transportes das fazendas, a certeza da sua pronta extração, e* ***consumo das pessoas ricas, que naturalmente procuram suprir-se nas grandes lojas****, onde tem a oportunidade da escolha em mais crescido número de*

> *artigos: sou servido (...) derrogar o Alvará de 21 de abril de 1751 para que fique livre a todos os meus fiéis vassalos vender, como atualmente praticam, pelas ruas e casas todas as mercadorias, de que se tenham pago os competentes direitos. (...)"* [3] (grifos meus).

Este Alvará provocou uma longa batalha, ao longo dos anos de 1812 a 1826, de requerimentos de mercadores e pareceres da Junta de Comércio em torno da questão da liberação para o comércio ambulante, com o agravante de, no ano de 1813, ter sido estendido às mulheres o direito de também participarem de tal comércio. Até aquele período, às mulheres era permitido participar, apenas, com restrições, da classe de mercadores de retrós. O precedente foi aberto no ano anterior, quando o Príncipe Regente lhes havia dado autorização para venderem as mercadorias restritas às cinco classes de mercadores em tempos de guerra para que, assim, pudessem ajudar na subsistência da família[4]. No ano seguinte, as comerciantes de Portugal reúnem assinaturas de negociantes portugueses e ingleses, que afirmam nada terem em contrário à participação de mulheres no comércio ambulante[5]. Anexada ao processo, está uma carta do Procurador das suplicantes, Diogo Henriques:

> *Chegam à presença de V. A R. essas infelizes, a quem pretendem aniquilar a Mesa do Bem Comum dos Mercadores (...). O Alvará de 27 de março de 1810 não é mais do que uma conseqüência deste mesmo tratado e da religiosa observância, com que V. A R. costuma cumprir as suas estipulações,* ***e por isso, debalde se cansa a Mesa do Bem Comum em querer que a disposição seja somente aplicável ao Império do Brasil, lançando linha de separação entre as leis e os vassalos do mesmo soberano,*** *(...).* ***Segundo a hermenêutica da Mesa do Bem Comum uma legislação que derroga expressamente o monopólio das corporações é somente aplicável ao Brasil, onde não há corporações e não se estende aos outros domínios de V A R., onde existe esse flagelo: uma lei fundada no bem público e nas doutrinas dos mais sábios e mais ilustres escritores da Europa, não é aplicável à Europa****; uma lei, enfim, que estende a sua benéfica disposição a todos os fiéis vassalos de V A R., não se deve cumprir em Lisboa. Se a Mesa do Bem Comum e os seus satélites não se julgam compreendidos no número dos fiéis vassalos de V. A R., as suplicantes, muito pelo contrário, derivam toda a sua justiça deste honroso título que lhes compete e que fará sempre a sua felicidade.*[6] (grifos meus).

Por esta representação, e outros documentos da Mesa do Bem Comum dos Mercadores, submetida à Junta do Comércio, podemos ver claramente que os varejistas portugueses não se sentiam inclusos no Alvará de 1810, o qual só se deveria ser aplicado ao Brasil, onde não existiam classes de mercadores. Para eles, o referido alvará não

revogava importantes leis do reino[7], as quais regulamentavam a atividade dos mercadores; por isso, "foi dado para os Estados do Brasil pelas circunstâncias ali ocorrentes", e "que é só particular para os mesmos Estados do Brasil"[8]. O maior argumento apresentado pelos comerciantes portugueses era o fato de o tão polêmico alvará expressar que as novas regras deveriam ser cumpridas em "todos os tribunais do Reino e deste Estado do Brasil". Portanto, ao estabelecer o alcance da lei como "Deste Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos", Portugal, a metrópole, não estava incluída.

Essa questão não é resolvida, de modo que a revolta dos comerciantes portugueses se estende para os artífices e alfaiates, os quais podiam vender suas próprias mercadorias[9]. No ano de 1826, um volumoso processo reúne os principais documentos da batalha travada pelos mercadores das cinco classes[10]. O processo é documentado com os estatutos das cinco classes de 1757, com as demais leis subseqüentes e com o edital de 1813, que autoriza às mulheres a participarem do comércio ambulante. Antes desta data, porém, em documento de junho de 1812, os mercadores estabelecidos de Lisboa ainda tentam intimidar a participação das mulheres, alegando, principalmente, a dissolução de costumes, a ilegalidade e a má influência dos hábitos mercantis brasileiros. Retomando os princípios da jurisprudência romana, lembraram que, desde os "tempos de Augusto", os romanos já se acautelavam em relação às negociações e aos contratos de mulheres, consideradas inábeis para esses fins. Argumentavam, também, que as ordenações portuguesas, baseadas no direito romano, proibiam a participação das mulheres no comércio, exceto em casos especiais. Citam o Tomo 61, do Livro 4, e o Tomo 101, do livro 5, nos quais se determinava que, pela "fraqueza do entender das mulheres", elas somente poderiam vender massas para doces e selos, coisas de "pouca monta". Isso porque "os homens[,] com o seu sexo, merecem com a mira na agricultura e na defesa do reino" não servirem "ao luxo e à gula". Mesmo, assim, nos séculos posteriores, "menos asiáticos no encerro das mulheres", os portugueses toleraram que as mulheres se empregassem em coisas que tivessem "analogia com suas forças e sexo". Afirmavam que até mesmo a prática das "adelas", que vendiam vestidos e roupas usadas – as novas eram exclusivas dos mercadores -, já se encontrava

prevista nas ordenações do reino[11]. Por isso, as regulamentações criadas para o Brasil – referido quase sempre como um lugar longínquo e pouco conhecido - não se adequavam a Portugal, onde a honra e os bons costumes no comércio se mantinham devido aos estatutos.

> *A nossa legislação regulou o comércio interior dos gêneros das cinco classes deu-lhe estatutos com que tem florescido, e os longos anos lhe tem posto o selo:* ***o que o providente soberano ordenou em um diverso, e nascente império, não parece, por isso mesmo, acomodado a este reino, pela mesma razão que os estatutos deste reino não parecerão moldados para aquele****. Acresce, que contando estas classes depois da sua regeneração além de 55 anos se tem criado famílias honestas, e fundado casas dependentes unicamente deste comércio interno.*[12]

Em Portugal, a Junta de Comércio, representante da Mesa do Bem Comum dos mercadores, tende a concordar com os mercadores e com a manutenção do privilégio das classes mercantis, tornando-se desfavorável à legislação elaborada no Rio de Janeiro, embora não pudesse se opor à autoridade de D. João VI. Segundo Madureira, a Junta do Comércio em Portugal foi permeável às idéias mercantilistas, fisiocratas ou liberais, mas foi, sobretudo, uma instituição absolutista no modo de se relacionar com a sociedade e nas formas de cultura política centradas no Estado. Para ele, o papel da Junta era o de continuidade, apesar do seu caráter reformador. Quanto ao mercado, Madureira diz que a Junta seguiu os paradigmas da economia liberal, sendo que acreditava na "convergência espontânea e natural entre o interesse particular e o interesse coletivo". Entretanto, a mão invisível que assegurava tal convergência não se encontrava somente no mercado, "a necessidade de reformas obrigam a uma política esclarecida de intervenção sustentada na economia. É o Estado que deve compatibilizar os interesses particulares e coletivos" [13]

Nesse sentido, a resolução, publicada na *Gazeta de Lisboa,* n.177, em 1826, era uma tentativa de conciliar o interesse de todas as partes envolvidas na querela que se arrastou por tantos anos. D. João reconhecia a importância da manutenção das classes estabelecidas, mas delimitava espaço de atuação para ambulantes, de ambos os sexos, e para alfaiates e modistas que concorriam com os mercadores. A aparente incompatibilidade desses grupos acaba encontrando uma forma de acomodação na nova resolução.

Finalmente, ela assegurava um espaço de mercado para cada grupo, demonstrando que a intervenção política era a melhor solução para a conciliação.

De toda a polêmica resultante do Alvará de 27 de março de 1810, tanto nas praças comerciais de Portugal como do Brasil, especialmente pelos comerciantes do Rio de Janeiro, é interessante observamos que o entendimento das práticas comerciais restritas era respaldado pela legislação suntuária e pela nacionalização do mercado. Assim, as corporações de mercadores estariam resguardadas em suas mercadorias específicas e de produção nacional até o momento em que as importações de manufaturados são abertas, assim como é dada a permissão oficial a outros grupos de mercadores. A idéia de que a liberação do comércio de mercadorias a ambulantes – homens e mulheres – e artífices iria perverter toda uma tradição baseada nos usos e costumes, bem como diminuiria as rendas públicas e incentivaria o consumo de artigos de luxo, está, de certa maneira, ligada ao discurso da "economia moral" na Europa moderna.

Na Corte do Rio de Janeiro, os comerciantes varejistas, por sua vez, reivindicavam a eliminação do comércio ambulante por razões semelhantes. Entretanto, na América, propunha-se a extinção de um hábito em favor da adoção das tradições dos monopólios de Portugal. Defendendo seus interesses específicos, os comerciantes estabelecidos em lojas opunham-se não só ao comércio ambulante, mas também à possibilidade de os artífices, ou, no caso, os alfaiates e fabricantes, venderem eles próprios os seus produtos. Nesse ponto, o pedido dos mercadores brasileiros em nada diferia dos pedidos dos mercadores das cinco classes de Portugal.

> *Com os alfaiates tudo é difícil e dispendioso e até de grande risco. Tem por concorrentes, e compradores, mancebos presumidos, ricos, nobres, fidalgos, (e ainda mulheres) todos caprichosos, escravos das modas, e até supersticiosos, aclamadores dos feitios; por uma suspeitada ruga em um calção rejeitaria o mancebo, todo um vestido de seda de novíssimo gosto, ou do veludo de maior preço.(...). Na política e no comércio, propõem-se aparências e ocultam-se as realidades, e muito mais as estudadas conseqüências.* [14]

Transformar o artífice em mercador era, portanto, confundir as artes mecânicas; era subverter a ordem dos ofícios e impedir que os "verdadeiros mercadores" pudessem

continuar a vender seus tecidos. Noutras palavras, eles não mais teriam bons fregueses, contariam apenas com aqueles que não poderiam pagar pelos serviços de um alfaiate ou de uma modista, ou mesmo de comprar uma roupa pronta feita com cortes e tecidos da moda.

Para o correspondente do *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa, as confusões e os conflitos gerados na interpretação e na aplicação das leis por parte da Junta do Comércio derivava da divisão dessa instituição em duas partes distintas. Ele dizia que os arranjos das importantes repartições do Reino Unido tinham produzido um "verdadeiro monstro de duas cabeças", sendo impossível que os interesses comerciais de tal reino pudessem ser regulados por duas Juntas de Comércio. Hipólito da Costa certamente se preocupava com os rumos das políticas implementadas no Rio de Janeiro, sobretudo com as irrestritas importações de tecidos finos no Brasil, o que não era compatível com a proteção do mercado interno do Reino Unido. Reprovando tais políticas, o correspondente sentenciava: "De uma coisa podem esses ministros estar seguros, é que os portugueses não hão de satisfazer só com o nome de união; e que se faltar à realidade, uma vez que declaram a nomenclatura, o erro do presente modo de administração será tão conspícuo, que ninguém lhe perdoará as más conseqüências"[15].

Para os membros da Junta de Comércio em Portugal, todas as questões arbitradas no Brasil eram questionáveis para o comércio interno Português, pois, apesar de não poderem questionar os "defeitos de uma administração estabelecida em país tão remoto, e cuja organização e atos administrativos só constam o pouco que indicam os documentos produzidos por estas partes", não havia dependência entre os tribunais dos distintos reinos[16]. Não acreditavam que todas as disposições, alvarás e decretos que liberalizavam o comércio fossem benéficas para o Brasil, mas mesmo que fosse isso não dizia respeito a Portugal que se achava "em muitas diferentes circunstâncias"[17].

Assim, estabelecia-se o conflito de difícil solução uma vez que os interesses das elites mercantis de ambos os lados do Atlântico, ainda que às vezes tivessem objetivos comuns, a exemplo do fim do comércio ambulante, eram, do ponto de vista da organização política do Império, irreconciliáveis. As distinções dos usos e costumes nas praças

portuguesas e brasileiras eram principalmente pretextos para uma disputa política e econômica que os portugueses viam escapar-lhes pelos dedos. Por isso, não estavam dispostos a fazerem concessões. Como bem dizia Hipólito da Costa: os portugueses não se satisfaziam apenas com a denominação de "União", principalmente se não estivessem à frente dela.

[1] Ver: Geraldo BEAUCLAIR. *Raízes da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992. pág. 51-2. Segundo esse autor o procedimento da Junta era o seguinte: O interessado dirigia seu requerimento ao Monarca, e era então encaminhado ao tribunal por portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, sendo determinado que o Deputado-Inspetor emitisse parecer sobre o pedido. Estudado o caso, o parecer emitido pelo Inspetor era base para a decisão final dos membros da Junta. Para concluir o trâmite, o Monarca mandava colocar uma nota de acordo na primeira página de consulta. Aprovado o benefício, fazia-se a Provisão, que era o documento legal enviado ao requerente. Ver também: Jorge Pedreira. Os Homens de Negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese).

[2] Refiro-me aqui às cinco classes de mercadores estabelecidas em Portugal, e à determinação dos espaços públicos que deveriam ser ocupados por cada uma dessas classes.

[3] *Correio Braziliense* de 1812*,* Seção de periódicos microfilmados da Biblioteca Nacional de Lisboa. Rolo 1728, p. 691-3.

[4] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT, Junta do Comércio, livro 139, fls. 95-6.

[5] ANTT, Junta do Comércio, mç. 349, cx 711. Essa representação conta com 32 assinaturas e é datada de 11 de maio de 1813. Ela foi elaborada para fazer frente a uma representação semelhante feita pelos mercadores das cinco classes que, no ano anterior, haviam apresentado um abaixo-assinado feito por negociantes britânicos que garantiam preferir vender seus produtos para mercadores estabelecidos do que vende-los para comerciantes ambulantes. ANTT, Junta do Comércio, mç. 367, cx. 738.

[6] Idem. Documento datado de março de 1813.

[7] Nem mesmo a Lei de 1802 que estabelecia que todos os donos de manufaturas poderiam abrir lojas, quando essas não prejudicassem o comércio já estabelecido. ANTT, Junta do Comércio, Livro 133, fl.224.

[8] Idem. Documentos anexos ao mesmo processo.

[9] Uma representação dos mercadores das cinco classes de Portugal datada de 1824 ilustra bem todo o sentimento da classe em relação aos seus concorrentes: "um aluvião de indivíduos de ambos os sexos, deixando as aldeias e campos em que nasceram, e os trabalhos rústicos e domésticos em que foram criados, em que são precisos, vem intrometer-se em traficar nos gêneros privativos dos suplicantes, (...) os mercadores, os quais estão vendo vencer-se as Letras, as rendas das lojas e os ordenados de seus caixeiros sem poderem acudir estes precisos pagamentos, porque nas suas lojas só entram mendigos, em lugar dos antigos compradores que as freqüentavam (...) [eles] se aplicaram desde seus mais tenros anos à profissão mercantil, fiados na promessa e proteção das leis que regularam e classificaram o comércio mercantil, com exclusão de todo indivíduo para ele não habilitado pelo meio e forma legal (...). Lisboa, outubro de 1824". ANTT, Junta do Comércio, mç. 367, cx. 738.

[10] ANTT, Junta do Comércio, mç. 367, cx. 738.

[11] ANTT, Junta do Comércio, mç. 367, cx. 738. Referem-se ao Livro 5, Tomo 60 § 6 das Ordenações do Reino.

[12] ANTT, Junta do Comércio, mç. 367, cx. 738.

[13] MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e privilégios*: a indústria portuguesa entre 1750-1834. Lisboa:Estampa, 1997. pág. 72 e 78

[14] ANTT, Junta do Comércio, mç. 367, cx. 738. Nesse mesmo documento, consta a resposta dos alfaiates a Mesa do Bem Comum e ao Senado, refutando um a um os argumentos dos mercadores das cinco classes.

[15] Biblioteca Nacional de Lisboa, Seção de periódicos microfilmados, *Correio Braziliense,* 31 de agosto de 1816, rolo1735, fls. 294-6.

[16] AHMOP, Junta do Comércio, J/C 10 (1790-33), documento de 10 de julho de 1820.

[17] AHMOP, Mesa do Bem Comum dos Mercadores, MBCM/1, L.2, fls. 44-7. Representação encaminhada para a Junta em 11 de outubro de 1822.

Os Vadios Desamparados e suas Elites Beneméritas

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi [i]

O êxito da implantação da República no Brasil, acontecimento que se deu no imediato pós-abolição, estaria diretamente condicionado à resolução de vícios apontados como próprios ao regime monárquico e à solução de problemas novos advindos com o novo regime. Entre os últimos, estavam a inserção dos libertos no mundo do trabalho livre e a incorporação de inúmeros outros atores sociais no mercado político formal, motivados que estavam pela ampla proclamação do discurso liberal.

Analisemos o primeiro desafio republicano, qual seja, o de viabilizar a transição para o assalariamento na cidade e no campo. Este não era um desafio que atingia somente os libertos, mas a todo um grupo significativo de trabalhadores livres nacionais e dos inúmeros imigrantes que aportaram no eixo sul-sudeste do país.

A ausência de uma política de qualificação e alocação de mão-de-obra foi agravada pelo abandono do campo por parte de vários trabalhadores que buscavam nos pólos urbanos melhores condições de subsistência. Soma-se a isto, uma conjuntura desfavorável provocada pelo Encilhamento, que elevou o custo de vida para a população sem que a oferta de novos postos de trabalho compensasse perdas já tão significativas.

O desvalimento social nas cidades e a marginalização de inúmeros setores sociais contrastavam fortemente com a difusão dos alicerces da cultura política [ii] liberal tão enaltecida pelas elites vencedoras. A igualdade contrastava com os intensos desníveis sociais. A liberdade com o reforço das forças públicas locais e com o aumento dos confrontos entre povo e polícia. A fraternidade contrastava com o abandono generalizado dos excluídos.

Duas soluções foram postas em prática, com o fim de resolver este primeiro desafio republicano. A primeira foi a repressão à vadiagem e a criação de uma nova disciplina do trabalho, através dos inúmeros instrumentos jurídicos disponíveis.[iii] A segunda foi promover algum tipo de amparo social para aqueles que estavam à margem deste processo de inclusão

no mercado de trabalho. Nosso objetivo é o de contribuir com a segunda solução, através do estudo da filantropia.

Quanto ao segundo desafio da República, qual seja, o de incorporar no campo político um vasto contingente populacional que dele estava excluído, as soluções eram bem mais difíceis. Muito embora o discurso liberal compartilhado por vários setores de nossa elite política anunciasse que todos eram, a partir do novo regime, cidadãos republicanos, desta cidadania estava fora a maior parte da população brasileira. Portanto, o processo de inclusão política passaria muito mais pela iniciativa da própria sociedade civil em se organizar do que por uma ação indutora do Estado.

O processo de extensão da cidadania no Brasil foi longo e ainda encontra-se em andamento. Não faz parte de nossos objetivos discutir este tema.[iv] Mas, um dos instrumentos importantes que veio a fazer parte deste processo foi a formação de uma cultura associativa por parte dos setores populares. Acreditamos que o número vasto de associações – dos mais variados tipos – ocorrido em várias capitais brasileiras, foi condição prévia necessária ao advento de sociedades de resistência operária e partidos políticos, tão importantes no processo de consolidação da cidadania brasileira. Tal cultura associativa manifestou-se através da proliferação de alguns tipos de associativismo urbano. Através da pesquisa que realizamos sobre as associações de Minas Gerais entre 1872 e 1934, pudemos observar a seguinte tipologia:

Relação Parcial de Associações de Juiz de Fora e Belo Horizonte (1872-1934)[v]

TIPOS	NÚMERO	TOTAL PERCENTUAL
Profissionais	96	50,80
Seguradoras	34	17,98
Artísticas	20	10,58
Saúde	10	5,30
Étnicas	21	11,11
Outras	8	4,23
TOTAL	***189***	***100***

Em que pese o caráter provisório dos dados, percebe-se o número significativo e variado de associações, revelando uma cultura associativa intensa. Algumas associações chegavam a reunir cerca de 500 a 1800 sócios. É interessante notar que ambas as cidades, a partir dos anos vinte, viverão um intenso movimento sindical. [vi] A comprovação de uma relação de continuidade entre as associações e os sindicatos é difícil de ser feita. Mas, a consolidação de relações de solidariedades horizontais, propiciadas pela vivência de experiências deste tipo, será requisito fundamental para a composição de uma cultura cívica na sociedade civil brasileira.

Tendo em vista o acima exposto, podemos afirmar que a conjugação de dois tipos de esforços – o de criação das sociedades filantrópicas, por iniciativa das elites, e das associações diversas, por iniciativa da própria sociedade civil – contribuiu, pelo menos parcialmente, para a solução dos dois desafios importantes que resultaram do modelo de República implantado no país.

A) O Associativismo Filantrópico

Maurice Godelier, ao fazer uma reflexão sobre a importante obra de Marcel Mauss, nos alerta para a importância das noções que envolvem as dádivas, o seu recebimento e a sua devolução (contra-dom).[vii] Para o antropólogo, a prática das doações envolve sempre a expectativa de devolução da oferta por parte do contemplado, mesmo que o retorno da dádiva concedida seja a manutenção do receptor na condição de dependente do doador. Complementa esta noção a abordagem de Pierre Bourdieu sobre a prática de atos aparentemente desinteressados. O autor, em seus estudos das trocas simbólicas, nos informa que doações aparentemente desinteressadas escondem o interesse pelo acúmulo por parte do doador de capital político ou simbólico, materializados pelo reconhecimento do poder de quem ofertou. [viii]

Esses conceitos podem ser muito úteis para a explicação de incontáveis gestos de generosidade encontrados nas relações que envolvem a elite política e suas associações filantrópicas. Um exemplo específico do que estamos falando foi encontrado em pesquisa desenvolvida sobre a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. [ix] Trata-se de um hospital geral, criado por iniciativa de uma importante irmandade religiosa local, chamada Nosso Senhor dos Passos.

Por trás da criação do que veio a ser, durante muitos anos, o principal hospital da região, esteve um grupo compactado de potentados locais, políticos e lideranças religiosas. As doações que viabilizaram a construção do hospital foram muito significativas. Foi trazido para o hospital um grupo técnico qualificado, formado por médicos e enfermeiras religiosas de outros locais do país e também do exterior. O hospital, a princípio destinado ao amparo dos desvalidos, tornou-se tão competente em sua missão, que nova ala teve que ser construída para abrigar os próprios setores da elite que não dispunham de um atendimento de tão boa qualidade.

Mas o referido hospital não vivia só de doações privadas, que compuseram a maior parte de seu sustento. Seus dirigentes tinham forte inserção política local e atuavam no sentido de reivindicar do poder público, importantes subvenções que ajudassem na manutenção do empreendimento. Além disso, atuavam mobilizando a comunidade em busca de doações as mais diversas.

A imprensa terá um papel fundamental neste processo de recolhimento de doações e de reforço do caixa do "banco de capital simbólico" dos principais beneméritos. Através dos jornais diários, campanhas por doações eram ordinariamente veiculadas. E não faltavam os agradecimentos que envolviam a relação de todas as doações e de seus principais doadores. Como o jornal era o principal meio de comunicação existente, algumas lideranças beneméritas recebiam já o seu contra-dom, reforçando o seu poder no cenário político e religioso do município.

Além do aparecimento nos jornais, havia outros mecanismos de recebimento do contra-dom. Ao fazerem grandes doações, setores da elite conseguiam que seus nomes fossem alçados à condição de cidadãos beneméritos ilustres, nomeando pavilhões e tendo suas imagens retratadas em quadros a decorar as instituições beneficiadas.

O número de associações filantrópicas foi muito grande. Entre católicas, protestantes e espíritas podemos listar cerca de cinqüenta e três delas. Mas nem todas recebiam doações tão vultosas. No caso de um hospital, o grande envolvimento da elite benemérita pode ser explicado pelo seu interesse em prover as condições mínimas de reprodução da força de trabalho, além de seu próprio amparo, quando necessário. Mas outras instituições existentes tiveram muitas dificuldades em conseguir tão facilmente isenções públicas de impostos, subvenções para seu funcionamento ou mesmo adquirir um bom reconhecimento de seu trabalho por parte da comunidade. Como exemplo desta situação podemos citar o caso do asilo de órfãs de Juiz de Fora, conhecido como João Emílio. Por mais que as contribuições para o orfanato fossem requisitadas através da imprensa, a sensibilidade da comunidade para com

meninas órfãs não era assim tão grande. Assiste-se nos jornais, inclusive, críticas a este tipo de amparo social, chegando a sugerir que ao invés de recolher as jovens meninas elas fossem levadas para as casas de família para o desempenho gratuito de funções domésticas. [x]

Portanto,o associativismo filantrópico foi de grande importância para a resolução de parte dos problemas sociais advindos da república excludente implantada no país. Aqueles que não entraram no mercado de trabalho – ou por falta de postos ou por resistirem à nova ordem imposta pelas posturas municipais – restava o acolhimento por parte das inúmeras associações existentes. O processo de higienização do espaço urbano não poderia conviver com as mazelas dos pobres, expostas a cada esquina.

B) O Associativismo Mutuário

As associações de socorro mútuo fizeram parte de um conjunto de outras associações surgidas por iniciativa dos próprios setores populares, mesmo que algumas delas tenha contado com a participação de membros mais bem aquinhoados da população, na condição de seus sócios beneméritos.

Se auto-definiam como organizações cooperativas de ajuda aos trabalhadores nos momentos de doença, invalidez, aposentadoria ou morte. Seus maiores recursos eram gastos com o financiamento de funerais de seus associados.

Sua organização interna era bastante semelhante, em que pese a diversidade de associações. Reuniam trabalhadores de 15 a 55 anos, em geral, que contribuíam mensalmente. Dedicavam-se à promoção de inúmeras festividades com o fim de reforçar seus debilitados caixas. Tais ocasiões serviam como espaços de lazer e sociabilidade para seus membros, bem como para a comunidade em geral. Organizavam espetáculos circenses, missas, quermesses, traziam companhias teatrais e comemoravam datas importantes relativas a sua própria história. Atuavam assim, construindo e reforçando identidades coletivas e estendendo elos de solidariedade horizontal entre seus membros.

Seus associados, apesar de fazerem parte dos setores mais populares, diferiam dos eventuais clientes das associações filantrópicas. Eram assalariados ou semi-assalariados. A exigência do pagamento de uma jóia ou de uma prestação mensal afastava da organização levas de trabalhadores informais, vadios ou aqueles momentaneamente desempregados.

Muitas tiveram dificuldade em se manter honrando seus compromissos. A ausência de uma direção técnica e os abalos econômicos de uma conjuntura nacional nem sempre favorável provocaram o progressivo esvaziamento de tais associações.

No caso mineiro, foram contemporâneas dos sindicatos e tinham em relação a eles uma dimensão distinta. Não atuavam como órgãos de resistência operária, mas apenas amparavam os trabalhadores na ausência de políticas previdenciárias promovidas pelo Estado. Tão logo o estado brasileiro chamou a si a responsabilidade pelo amparo ao trabalhador desvalido, tais associações foram se esvaziando e permanecendo – algumas delas – tão somente como espaços de sociabilidade e lazer.

O número de associações e de sócios era tão grande que desconfiamos da existência de bases múltiplas, ou seja, o mesmo trabalhadores se associariam ao sindicato na luta por seus interesses e ao mesmo tempo às mutuais na expectativa de proteção social.

As relações entre as mutuais e o poder político local costumavam ser cordiais. Recebiam, quando solicitado, isenção de impostos, serviços urbanos em suas propriedades e permissões para realizar suas festividades. Algumas chegavam a receber subvenções públicas. Muitas lideranças políticas locais assumiram, em algumas ocasiões, a direção das mutuais ou foram seus sócios beneméritos. O interesse por parte das autoridades locais em associar-se se explica pela necessidade de reforço de sua liderança política e status social, tal como explicitado anteriormente, em relação às associações filantrópicas.

Desta forma, as mutuais cumpriam um duplo papel. Além de amenizar as necessidades derivadas da falta ocasional do emprego e da renda, propiciava a criação de um espaço

relativamente autônomo por parte dos setores subalternos que reforçaria uma cultura cívica de agregação, a proliferação de relações mais horizontais e a mobilização social em prol de alguns benefícios para os trabalhadores. Neste sentido, muito embora não tenham tido objetivos explicitamente voltados para a inclusão política dos trabalhadores no Estado Liberal, certamente prestaram importante colaboração no processo de construção da cidadania dos setores populares do Brasil, no contexto de sua transição para o capitalismo. Junto com as filantrópicas deram a sua contribuição para a resolução de parte dos desafios mais prementes inaugurados com a República.

---

[i] Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Doutora em História Social pela UFRJ. Neste texto serão apresentados resultados parciais de uma pesquisa em andamento, a qual conta com financiamentos da FAPEMIG, do CNPq e da própria UFJF.

[ii] Entendemos cultura política à maneira de S. Berstein, como um conjunto de referentes difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. No interior de uma nação existem várias culturas políticas e quando a área de valores é bastante ampla, temos uma cultura política dominante. BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998,p. 350 e 354.

[iii] A'este respeito existe uma volumosa bibliografia. Destacaremos algumas: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Bélle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, PESAVENTO, Sandra J. **O cotidiano da república:** elite e povo na virada do século. 4ed, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910), São Paulo: Cia das Letras, 1992, KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem.** 2ed, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

[iv] Sugerimos sobre este assunto a consulta a três trabalhos: CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados:** O Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo: Cia das Letras, 1989, PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas**: representações e práticas acerca da cidadania em Porto Alegre (1889-1991), Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2001 e SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[v] A coleta de dados foi concluída para o município de Juiz de Fora e está em andamento para o município de Belo Horizonte. Este número ainda sofrerá mudanças. Não estão incluídas na presente tabela as associações filantrópicas que somam, só para o município de Juiz de Fora 53 associações.

[vi] Para o caso de Juiz de Fora, ver: ANDRADE, Sílvia M.B.V. **Classe operária em Juiz de Fora:** uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. Para Belo Horizonte ver: FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de S. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. **V Seminário de Estudos Mineiros:** A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG, 1982. Para ambas as cidades ver: DUTRA, Eliana F. de. **Caminhos operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec-UFMG, 1988.

[vii] GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio, Civilização Brasileira, 2001.Introdução e cap. 1 e MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Edições 70, Lisboa, Introdução e cap. 1.

[viii] BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus, São Paulo, 1996, cap. 5

[ix] SÉRIE: 222 - Documentos referentes à Santa Casa de Misericórdia – documento 15. 19/2/1895 do médico do hospital, Dr. N. da Gama Cerqueira para a Câmara Municipal de Juiz de Fora. Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora. Jornal O Pharol de 10/01/1903, p. 1, coluna 8. Jornal O Dia de 13/10/1917, p. 1, coluna 2 depositados na Biblioteca Murilo Mendes, Setor de Memória.

[x] Série 210 – documento 1 – correspondência da Madre Superiora à Câmara Municipal em 09/12/1905. Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora . Jornal O Pharol de 16/02/1907, p. 1, colunas 2 e 3 Artigo de PENNA, Feliciano. Jornal O Pharol, 17/08/1910, p. 1, coluna 3, seção e Jornal O Pharol de 19/10/1910, p. 1, coluna 2. Biblioteca Murilo Mendes, Setor de Memória.

"MORADORES DO MORRO DO CASTELO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES"

Cláudia Míriam Quelhas Paixão

Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense

Esta apresentação visa comunicar o andamento, ainda inicial, da pesquisa de dissertação de mestrado, iniciado em março de 2005. Considerando a discussão e a disputa em torno da proposta de desmonte do morro do Castelo na cidade do Rio de Janeiro durante as três primeiras décadas do século XX, e a tentativa por parte das elites em deslocar as camadas populares de determinados espaços urbanos em busca de um ideal próprio de modernidade[1], pretende-se estudar a população do morro do Castelo durante o processo de arrasamento do morro, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1904 e 1922.

No início do século XX, o morro do Castelo foi alvo de duas demolições significativas. A primeira em 1904 pelo prefeito Francisco Pereira Passos, quando este abriu a avenida Central, demolindo a ladeira do Seminário e uma parte do próprio morro, construindo nas suas encostas a Biblioteca Nacional. A segunda, e definitiva, foi iniciada em 1921 pelo prefeito Carlos Sampaio e teve ampla discutição na imprensa, entre governantes e intelectuais. Em 17 de agosto de 1920, legitimado pelo ideal modernizador que defendia a construção de uma cidade moderna, e diante da carência da maioria da população que o habitava, Carlos Sampaio, como representante do poder executivo municipal, assinou o decreto que autorizava o desmonte do morro.[2] Suas terras foram usadas para construir a seqüência da avenida Beira Mar, aberta na administração de Pereira Passos, apontando uma continuidade na política administrativa entre os dois períodos.

Durante o governo de Carlos Sampaio travou-se uma discussão na imprensa acerca da derrubada do morro.[3] Lima Barreto, que escrevia para a revista *Careta*, insistia regularmente na questão das habitações e dos moradores do morro. Devido à carência habitacional sofrida na cidade desde a administração de Passos, Lima Barreto chama

atenção para a falta de "lógica administrativa" que envolve tal projeto.[4] Mas ainda assim o ideal urbano defendido por políticos e demais autoridades prevaleceu e calou vozes que defendiam o morro e seus habitantes. Houve várias atividades solenes no morro, como a última missa dos capuchinhos, que lotou a igreja com cerca de 10.000 pessoas e a procissão de traslado dos ossos de Estácio de Sá e do marco da cidade.[5] Mesmo sobre fortes discussões e intelectuais se colocando contra, o morro foi arrasado por um novo sistema, moderno e veloz: jatos de água.

Sendo a cidade do Rio de Janeiro marcada por fatores naturais, justificando a necessidade da ação do homem na estrutura urbana para melhorar seu aspecto e facilitar seu uso, tem um histórico marcado por uma série de transformações na sua malha urbana. Os aspectos simbólicos do morro, relacionados com suas origens coloniais, bem como o empobrecimento de seu moradores ocorrido ao longo de anos, em especial àqueles que habitavam o seu topo, serviram para reforçar e legitimar o projeto que defendia o desmonte do Castelo. Tanto o Estado como a grande imprensa, com exceção do Jornal do Brasil e raríssimos intelectuais – entre eles podemos citar Lima Barreto e Vieira Fazenda – defendiam o desmonte e sustentavam seus argumentos pela degradação da população do morro, caracterizada como exemplos opostos daqueles defendidos pelo ideal de modernidade que se deseja alcançar. Se nos tempos coloniais havia a concentração de instituições e funcionários ligados à Coroa e nos tempos do Império alguns prédios de importância, no início do século XX sua população era, em sua maioria, composta de pessoas de baixa renda. Se uma das justificativas para o desmonte era o fato de que a sua população se resumia à

> "homens de carão pálido e chupado, a barba por fazer denunciando moléstia ou penúria estrema; mulheres, burras de trabalho, de ar desalinhado e pobre, as saias de cima na cintura, úmidas da água dos tanques onde trabalham o dia inteiro; crianças cobertas de feridas e endiabradas" residindo em casa de "estilo feio e forte da colônia" [6],

pretendemos perceber até que ponto este foi um discurso elaborado por uma elite para justificar a sua ação interventora. Elaborar uma imagem negativa do morro e de seus moradores ajudaria bastante na ação do desmonte. Em setembro de 1921 havia no morro do

Castelo 408 prédios onde habitavam 4200 pessoas.[7] Pouco se fala a respeito desses agentes sociais. Periódicos da época, como a revista *Careta*, mesmo ao criticar o desmonte representavam seus moradores como pobres, desarticulados, sujos, mal vestidos, etc. Diante disso, pensamos ser importante perceber quem eram esses moradores, quais as suas ocupações e estratégias, como viviam e, ainda, que tipo de importância tinham dentro da rede de relações sociais que travavam entre si e com os demais grupos sociais.

Assim, a dissertação analisará, de uma maneira geral, a relação entre populares e Estado durante a Primeira República na cidade do Rio de Janeiro e, de uma maneira mais específica, os moradores do morro no momento que antecede o seu desmonte a fim de resgatar a identidade e memória desses agentes sociais; analisar suas ocupações e estratégias de vida; compreender a maneira como se relacionavam entre si e com os demais grupos sociais; e ainda refletir sobre a imagem negativa que se consagrou tanto na história como na literatura brasileiras sobre esses agentes sociais.

A idéia deste trabalho surgiu a partir da leitura de dois textos cujo conteúdo se referia a pressupostos metodológicos que defendiam a redução da escala de observação nos estudos de história social.[8] As primeiras leituras sobre a população que habitava o morro do Castelo no momento de seu desmonte fizeram perceber o quão distante era a visão historiográfica deste grupo social, mostrando que as críticas metodológicas feitas pelos textos citados eram pertinentes. Partia-se da definição de grupo e não havia nenhuma tentativa em perceber quem eram os agentes sociais que formavam este grupo e como se relacionavam entre si e entre os demais.

Assim o que se pretende é uma aproximação do olhar sobre esses agentes sociais percebendo-os como indivíduos. Um olhar voltado para o que se convencionou em chamar de *história social da cultura*, uma história preocupada em buscar no passado a trajetória dos “de baixo” sem excluir os “de cima”; pensando não apenas em classes, mas também em gêneros, etnias, gerações e as variadas maneiras pela qual o homem estabelece identidade, buscando ainda as diferenças entre todos, desconsiderando a existência de uma homogeneidade; e aproximando o social do cultural, por ser este um campo privilegiado

para os estudiosos interessados nas redes de práticas, costumes, significados, crenças, comportamentos, atitudes e representações onde as relações e os conflitos estabelecidos entre os diferentes sujeitos sociais dialogam e circulam.[9]

A utilização dos mais variados tipos de fontes complementa a explicação exposta acima. Acreditávamos que a lacuna histórica onde os castelenses estavam escondidos era explicada pela falta de documentos que fizessem referências a essas pessoas. A partir de pesquisas em busca de fontes, percebemos que havia não apenas um conjunto documental, mas vários deles que pudessem dar conta do nosso objetivo. A pergunta que se faz a esses acervos é que nos levaria aos castelenses. Sendo assim, dispomos de um número diversificado de fontes que dão conta dos vários contextos em que esta população estava inserida, considerando a diversidade existente na experiência social de cada um. Partindo do pressuposto de que a heterogeneidade é uma característica intrínseca a qualquer grupo, analisar essas diferenças contribui para melhor entender as ações, estratégias e negociações no cotidiano de um grupo e da sociedade na qual ele está inserido.

As fontes para esta pesquisa são de diversas procedências e sua procura ainda não está encerrada. Entre elas podemos citar quatro obras literárias que fazem referência ao morro e seus moradores; entrevistas realizadas por historiadores e arquitetos sobre as transformações urbanas do início do século XX e suas conseqüências; documentação oficial e privada da administração do prefeito responsável pelo desmonte de 1922, Carlos Sampaio; e as imagens do morro feitas por Augusto Malta, fotógrafo contrato pela Prefeitura para registrar o cotidiano da cidade no período em questão.

Das fontes literárias, duas dessas obras se referem de forma negativa à imagem do morro do Castelo. A primeira delas, *Esaú e Jacob* de Machado de Assis, cuja primeira edição é de 1904, tem como primeiro cenário o morro. Natividade e Perpétua, duas personagens que representam o grupo social mais abastado da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX, vão ao morro para consultar uma cartomante. Nos dois primeiros capítulos, o autor descreve o morro, as impressões de suas personagens, os moradores, a residência da cartomante e a volta para casa das personagens. A segunda foi escrita por

Luiz Edmundo e tem como titulo *O Rio de Janeiro do meu tempo*, sendo impresso pela primeira vez em 1910. Nesta obra o autor descreve a cidade antes de 1904, ano em que se iniciaram as reformas de Pereira Passos, e de uma maneira bastante clara defende as reformas mostrando de um lado a cidade ainda presa a um passado colonial e de outro descrevendo os lugares ícones da modernidade européia.[10]

Os outros dois textos se referem à imagem positiva do Castelo, sendo eles: *Os subterrâneos do morro do Castelo* escrito por Lima Barreto e publicado como folhetim no *Correio da Manhã* de 28 de abril a 3 de junho de 1905 e, *Primeiras Flores* de Manuel Fernandes Figueira e publicado em 1955. No primeiro texto o autor faz uma paródia com a descoberta de uma galeria subterrânea no morro durante as primeiras demolições ocorridas ainda durante o governo de Pereira Passos. O segundo texto relata a memória de um frade capuchinho que morou no convento até 1921.[11] Pretendemos analisar e discutir esses quatro textos, procurando os códigos sociais neles contidos e refletindo acerca das imagens construídas do morro. É preciso destacar aqui que o texto literário será visto como um discurso, e como todo discurso, a "expressão da hierarquia e de valores intrínsecos às estruturas sociais de que emanam".[12] Para nós, o texto literário é uma produção social, imbuída de temas, motivos, valores, tempos e normas da sociedade que a produziu.[13] Nos interessa perceber o que os autores dos textos em análise testemunham sobre a sociedade de sua época, e ainda, investigar as interpretações que estes fazem da sua realidade, ou como nos explica Sidney Chalhoub, perceber a *lógica social do texto*.[14]

Outro tipo de fonte que será utilizada na composição da dissertação é uma série de entrevistas realizada pelo Projeto Arquivo Vivo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.[15] Este projeto conta com dez depoimentos de pessoas que vivenciaram as transformações urbanas sofridas pela cidade na primeira metade do século XX. Entre elas destacamos três entrevistas que representam dois grupos de agentes sociais envolvidos no desmonte do Castelo: de um lado estão dois antigos moradores do morro e do outro dois engenheiros recém-formados que presenciaram as obras do desmonte.

Sr. Francisco Aloi Moreno e dona Florinda Aloi Moreno eram irmãos, nasceram e moraram no morro do Castelo até o momento do desmonte. Tinham, respectivamente, 12 e 20 anos em 1922. No dia 30 de outubro de 1985, quando se realizou a entrevista, relembram os anos que lá viveram, contam casos, descrevem o morro, seus moradores e seu cotidiano. Os engenheiros citados são os srs. Carlos Soares Pereira e José de Oliveira Reis. O primeiro conta, em entrevista realizada em 13 de novembro de 1984, a sua formação na escola Politécnica de Engenharia, sua admiração por Carlos Sampaio e como participou dos trabalhos para a preparação do terreno que daria lugar à Exposição em comemoração ao primeiro centenário da independência do Brasil, espaço antes ocupado pelo morro do Castelo. O segundo, em 02 de outubro de 1985, relata, entre outras coisas, sua vinda para o Rio de Janeiro, sua opinião sobre o desmonte enquanto jovem estudante da Escola Politécnica de Engenharia, sua participação enquanto engenheiro na abertura da Presidente Vargas e a produção do livro que escreveu sob o titulo de *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Pretendemos analisar mais profundamente estes depoimentos, destacando a maneira pela qual os agentes sociais envolvidos no processo do desmonte do Castelo elaboraram a sua memória acerca desse fato histórico. A utilização de fontes orais será por nós considerada na sua especificidade, como construção oral de memória: e mais, destacamos que um indivíduo ao falar de seu passado não falará senão com as palavras e com as categorias do presente, como já foi muito bem definido pelo campo recentemente construído da história oral.[16] Portanto fontes orais devem ser encaradas como mais uma possibilidade para o historiador na sua tentativa de analisar o passado.

Outro *corpus* documental a ser utilizado nesta dissertação procura perceber a participação do Estado no processo de elaboração de uma imagem negativa aos moradores do morro no momento do desmonte do Castelo. Para tal utilizaremos o acervo do prefeito Carlos Sampaio que se encontra depositado no IHGB e as imagens produzidas por Augusto Malta como fotógrafo contratado pela prefeitura para retratar o cotidiano e o andamento das obras de remodelação da cidade, que se encontram no Arquivo da Cidade. Os dois acervos precisam ainda de uma pesquisa mais detalhada, no entanto, gostaríamos por hora de

destacar uma tabela intitulada "Desapropriação do Morro do Castelo segundo dados oficias"[17], que lista as ruas e casas existentes no morro, informando também o valor locativo e a penna d'água de cada uma. Ao analisar este documento percebemos a ausência das casas situadas ao topo do morro, um indício de que provavelmente tais residências não seriam consideradas. Ainda é preciso pesquisar sobre o imposto de água, pois pensamos que penna d'água seria um imposto sobre o uso da água, e o valor locativo de cada imóvel.

A principio, esta tabela nos leva a pensar em dois tipos de posturas tomadas pelo Estado diante das diferenças que marcavam os moradores do Castelo. Uma, para aqueles com melhores rendas e que moravam ou possuíam imóvel na parte mais baixa do morro, o Estado se propôs a pensar em uma indenização; outra, para aqueles que moravam no topo do morro e tinham condições econômicas mais limitadas, o Estado limitou-se a dar um prazo para que desocupassem o local. Diante deste quadro, atentamos para o fato de uma hierarquia social entre os castelenses que se refletia na ocupação do morro. Dessa maneira percebemos a existência de grupos sociais diferentes que compunham a população do morro, interagindo entre si de maneira diferente e estabelecendo diferentes relações com o poder publico, representado pelo Estado, mais especificamente pelo poder executivo municipal.

---

[1] Ver: ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro : Zahar / Iplan Rio, 1987. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos:* um Haussman tropical*.* Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. BRENNA, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos:* uma cidade em questão. Rio de Janeiro : Index, 1985. KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho:* o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*.* Rio de Janeiro : Prefeitura do Rio de Janeiro! Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001. MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos:* a questão nacional no centenário da Independência*.* Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992. PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lílian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". IN: *Revista Brasileira de História* n$^{0.}$ 8/9. Rio de Janeiro : Editora Marco Zero, 1985. ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições:* Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
[2] Ver KESSEL, Carlos. *Op. Cit.*
[3] Ver MOTTA, O*p. cit* p. 61.
[4] BARRETO, Lima. "Megalomania"*. Careta* 28 de novembro de 1920.
[5] Revista *Careta*, janeiro de 1922.
[6] EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* Rio de Janeiro : Xenon, 1987, p. 65.
[7] IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25.
[8] REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" In: ____ (org). *Jogos de escalas:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. REVEL, Jacques. "A história ao rés-do-chão". In: LEVI, Giovani. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.
[9] SOHIET, Raquel. "Introdução" In: ABREU, Martha e SOHIET, Raquel (ORG). *Ensino de História*: conceitos, temática e metodologias. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2003 e CUNHA, Maria Clementina Pereira.

"Apresentação" In: _____ (ORG) *Carnavais e outras f(r)estas*: ensaios de história social da cultura. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2002. Destacamos ainda alguns historiadores que trabalharam com o conceito de cultura e cujas teorias formam utilizadas pelas historiadoras citadas: Carlo Ginzburg, Edward Palmer Thompson, Roger Chartier, Robert Darnton e Peter Burke.

[10] ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro : Ediouro, 2001; e EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* Rio de Janeiro : Xenon, 1987.

[11] BARRETO, Lima. *Os subterrâneos do morro do Castelo.* Rio de Janeiro : Dantes, 1997 e FIGUEIRA, Manuel Fernandes. *Primeiras Flores*. Rio de Janeiro, 1955.

[12] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.São Paulo : Brasiliense, 1983; p. 19.

[13] SEVCENKO, Nicolau. *Ibid; p. 20.*

[14] CHALHOUB, S. e PEREIRA, L.A. de M. (ORG.). A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998.

[15] BENCHIMOL, Jaime; ROCHA, Osvaldo Porto; AIZEN, Mário e VAZ, Lílian. *Projeto Arquivo Vivo* – Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

[16] ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (ORG). *Usos e Abusos da história oral.* Rio de Janeiro : Editora FGC, 2000

[17] IHGB, Coleção Carlos Sampaio, lata 642 p.25.

A colonização contemporânea em Mato Grosso do Sul

Cláudio Alves de Vasconcelos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados

Revendo alguns trabalhos que tratam da colonização em Mato Grosso do Sul[1], tive a sensação de que a história de cada região analisada começou a existir a partir da iniciativa do governo ou de um projeto de colonização, com a aquisição de terras. É o caso da minha dissertação de mestrado concluída em 1986, que trata da colonização em Mato Grosso, das décadas de 1950 a 1970 e que tinha como objeto central um estudo específico de uma experiência de colonização viabilizada por uma empresa particular japonesa, a JAMIC. Neste caso, a história começa a existir a partir da presença da companhia que, na época foi estimulada pelo governo. Era época de colonizar e ocupar os "espaços vazios" e para isso o governo investia na propaganda.

Quando tratei da ocupação da região de Terenos, MS e a implantação da Colônia Várzea Alegre, tive a preocupação (pelo menos) de enfatizar que se tratava da ocupação pelo "homem branco". Para abrigar as populações indígenas que habitavam a região observei que (nas primeiras décadas do século XX) foram constituídas várias reservas. As terras, livres dos "intrusos" índios, e que eram consideradas devolutas, passaram a ser vendidas a particulares nacionais ou estrangeiros – principalmente aquelas que se tornaram acrescidas de um certo valor a partir do momento em que foram servidas pela Estrada de Ferro, a NOB. Isso significava que aos indígenas restavam apenas as áreas reservadas; as demais deveriam ser desocupadas mais cedo ou mais tarde, pois ali com certeza chegaria um novo proprietário[2].

Nessa perspectiva, Mato Grosso era apresentado como um amplo campo de possibilidades para grandes empreendimentos de colonização. Mesmo que eu tenha tido a preocupação de vasculhar os arquivos (especialmente o cartório de registro de imóveis) para

certificar-me da legalidade da aquisição da terra, não consegui ir muito além disso. Na história do município de Terenos, não constam os Terena, os índios.

A história que trata da colonização contemporânea normalmente se inicia assim: "O povoamento da região se deu como fruto de grandes empreendimentos de empresas colonizadoras" – "O povoamento da região se deu com a chegada de migrantes...", etc.

Um dos trabalhos de conclusão do curso de especialização em história assim consta no item "Ocupação da Terra": *A ocupação do sul de Mato Grosso é vista com mais nitidez a partir do século XIX, apresentando-se como uma mina de riquezas a ser explorada por população de outros estados da federação*. O mesmo trabalho, tratando da "colonização na região sul do antigo Mato Grosso" enfatiza que a *ocupação e colonização desta região por empresas colonizadoras vinham ao encontro desejado pelo poder político estadual, que não conseguia atrair para a região levas de colonos, mas ao facilitar o acesso através das companhias particulares de colonização cumpria, é claro que mantidos seus interesses, a ocupação e povoamento da região*[3].

A mesma autora, na conclusão de seu trabalho, afirma que a Companhia Colonizadora Moura Andrade, após colonizar uma região no Estado de São Paulo, *chega ao Mato Grosso, ocupando e colonizando na região sudeste do Estado uma grande área, ampliando as fronteiras agrícolas (...) e quebrando antigas relações de poder que existiam na região e criando outras voltadas para a economia de mercado.* Neste caso, mesmo reconhecendo que havia antigas relações de poder, os índios ainda não foram incluídos na história. A expressão *relações de poder* nunca esteve associada aos índios.

Não cabe aqui nesta exposição desmerecer os trabalhos citados. A preocupação é apontar para os "espaços vazios" deixados pela historiografia. Como na maioria dos trabalhos que tratam da colonização contemporânea em Mato Grosso, não há a preocupação em desvendar o significado da expressão "espaços vazios" citada várias vezes.

Outros trabalhos destacam as iniciativas de grandes companhias de colonização na região Sul do antigo estado de Mato Grosso. As empresas (com projetos de maiores proporções e investimentos) foram a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, a Companhia Moura Andrade e a Companhia Melhoramentos e Colonização S. A., a SOMECO. A reboque desses grandes projetos de grandes Companhias, vieram para Mato Grosso do Sul, além de agricultores que dispunham *de um pecúlio suficiente para pagar a mensalidade inicial que dá acesso à propriedade*[4], os "miseráveis" fugitivos da fome, da seca e sonhadores..., por uma vida melhor ou simplesmente pela sobrevivência.

Nesse processo todo, da chegada das grandes Companhias com seus projetos, uma parte da história está ainda muito obscura: essas terras eram espaços vazios? Estavam totalmente desocupadas antes da chegada dos "colonizadores"? Os "miseráveis fugitivos da fome" encontravam os espaços vazios para saciar a fome e a sede?

A citada enigmática expressão "antigas relações de poder", se for bem pensada historicamente, poderia sim preencher alguns "espaços vazios" na historiografia. Tomemos como por exemplo os relatos de Francis Castelnau em expedição à província de Mato Grosso, no ano de 1845. Naquela época Castelnau, ao visitar uma aldeia Terena na região de Miranda, hoje território sul-mato-grossense, procurava índios que fossem conhecedores da região e que tivessem experiência na arte da navegação para ajudá-lo no transporte de mercadorias e em outras tarefas da expedição. O viajante assim descreveu suas primeiras impressões sobre os índios: *O semblante destes selvagens era frio e circunspecto; suas maneiras, cheias de dignidade. Durante dez minutos conservaram-se silenciosos; depois, começaram a confabular uns com os outros*[5]*.* Depois de um certo tempo de observação atenta da vida dentro da aldeia conclui Castelnau: *Esta gente é bastante industriosa; cria gado e possui muitos cavalos. Fazem grandes lavouras de cana-de-açúcar, de milho, de feijão e de mandioca. Cultivam também bastante algodão, com que as mulheres fazem lindos tecidos, para vender aos brasileiros. Finalmente, sabem fabricar bonita louça de barro. Assim que chegamos, os chefes nos*

receberam num grande alpendre, que faz às vezes de sala do conselho. A cena desta recepção era digna do pincel de um hábil pintor. Enquanto estávamos sentados em esteiras, mais de mil índios se comprimiam em torno de nós, ostentando no corpo as pinturas mais berrantes[6]*.*

É importante enfatizar que as observações do viajante são de 1845, portanto de um período ainda anterior à famosa "Lei de Terras", quando as *relações de poder* se consolidavam a partir de práticas sociais longe de serem regulamentadas pela ação do Estado. A conhecida Guerra do Paraguai (década de 1860) também não acontecera. A disputa pelo poder na citada região dependia muito das *relações de poder* estabelecidas principalmente pela maioria de sua população, ou seja, pelos índios que ali viviam há tempos. A representação de Castelnau apresenta inclusive como cenário das negociações um *grande alpendre, que faz às vezes de sala do conselho,* o espaço físico e simbólico das relações de poder dos índios.

Relato semelhante pode ser encontrado em Taunay, que destaca o papel dos índios no período da Guerra do Paraguai. Segundo ele os índios foram os responsáveis pelo abastecimento de toda a população que fora acuada pelos paraguaios e que se refugiara nos *morros* . Foram eles também que resistiram às freqüentes incursões dos inimigos[7].

A presença de não-índios na região, especialmente nos períodos da, e pós-Guerra com o Paraguai, gerou relações extremamente conflitivas com as "antigas relações de poder" estabelecidas na região. Conflitos entre paraguaios e índios, e entre "brasileiros" e índios. No final do século XIX, iniciam-se em Mato Grosso os primeiros projetos de "colonização" para a distribuição e venda de terras sob o controle do Estado, com a criação da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização. Mas o processo de colonização dirigida intensificou-se durante as décadas de 1930 e 1940, e na década de 1950 o processo de apropriação das terras do Estado foi ainda mais acelerado. Os índios não constam nessa história. A cena descrita por Castelnau e as constatações de Taunay desapareceram da história da colonização. Grande parte dos territórios que abrigavam aquelas populações indígenas e que davam a elas *maneiras cheias de dignidade*, o espaço necessário para suas *grandes lavouras de cana-de-açúcar, de*

milho de feijão e de mandioca e *bastante algodão*, passam a compor, como num "passe de mágica", o quadro de terras devolutas do Estado, os "espaços vazios" a serem ocupados.

Não cabe aqui, com esses questionamentos, negar o papel desempenhado pelas empresas colonizadoras, sejam elas estrangeiras ou nacionais. Alguns estudos já deram conta desse papel. As empresas foram responsáveis pela aquisição e venda de terras e pela introdução de imigrantes e migrantes em Mato Grosso do Sul, principalmente nas décadas de 1950 e 60. Os migrantes e imigrantes já vinham se estabelecendo no estado em períodos anteriores, mas foi no final da década de 40, e nas décadas de 50 e 60, portanto, no período pós-segunda Guerra Mundial, que houve um aumento significativo dessas populações a partir da ação de "colonizadoras". Portanto, como já afirmei em outro trabalho, *a colonização, na forma como se tem realizado, promoveu inegavelmente o aumento da população* [...], hoje eu acrescentaria, da população não-índia. Favoreceu, com certeza, em maior medida as grandes empresas fundiárias [...] *porque levou para as novas áreas o trabalhador que era indispensável aos primeiros trabalhos de "limpeza" do solo, isto é, à preparação do espaço para a reprodução e expansão do* sistema.

Damárci da Costa, em seu artigo *Colonização, especulação fundiária e terra de índio*: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi, quando faz referência à companhia de extração de ervas, a Mate Laranjeira, observa que *a empresa detinha grandes extensões de terras e impedia que migrantes do sul e sudeste, além de estrangeiros, que não fossem mão-de-obra, se fixassem em seus domínios.* Apoiada nos estudos de Brand, conclui que esse monopólio, *sob certo ponto de vista, não foi de todo mau para as populações indígenas*, pois essa grande empresa de exploração de recursos naturais, *apesar da violenta exploração da mão-de-obra, acaba sendo fator de resguardo de grande parte* do território dos índios Guaraní. Isso porque (paradoxalmente) impedia a entrada de projetos de colonização na região. Isso sugere que, para os índios, a situação que não era nada boa com a Mate Laranjeira, pior seria

com as empresas colonizadoras que organizariam o espaço para a expansão capitalista, instituindo na região o estatuto da propriedade privada em todo o território.

Para que os projetos de colonização fossem viabilizados seria necessário, em primeiro lugar, "limpar" as áreas classificadas para a colonização. Daí toda a ação do Estado no sentido de reservar espaços para o confinamento dos índios, ironicamente reconhecidos pelos órgãos oficiais como os "verdadeiros donos da terra"[8].

Terras de índios

> Antes eu vivia no Guyraroká, nas margens do córrego Karacu, meus parentes sempre viveram lá, mas não tinha assistência, o fazendeiro veio, ocupou e aí mandava a gente sair, dizia que lugar de índio agora era na reserva, os parentes já tinham saído quase tudo. Aí veio parente meu que morava na reserva, junto com Funai e disseram que não era bom morar sozinho na fazenda, melhor mudar para reserva, ia ter assistência do governo, ajuda de saúde, escola, semente, ferramenta. Aí eu pensei..., melhor mudar..., fui para a reserva de Dourados, eu era nova, viúva com dois filhos[9].

Para representar a cena descrita pela mulher Kaiowá, outros depoimentos de variados grupos indígenas de Mato Grosso do Sul poderiam nos ajudar com histórias muito semelhantes. Os "fazendeiros" vão chegando e expandindo suas terras, às vezes com "diplomacia" e respaldo da própria Funai, com promessas assistenciais na reserva antecipadamente estipulada para a transferência da família ou do grupo indígena. Na maioria das vezes, o processo de "limpeza" do espaço, visando à consolidação do domínio das terras, não se dá com a referida diplomacia. Os índios, sem outra alternativa, na expectativa de uma vida melhor, com escola, saúde e ferramentas para o trabalho, abandonam seus lugares de origem e mudam para as reservas. Como disse a senhora Kaiowá: *Aí eu pensei..., melhor mudar...*

Na memória do povo Ofaié também ficou registrada a presença do *invasor*:

Uns cem anos atrás, o meu povo Ofaié vivia sossegado porque tinha caça, pesca e mel. Não tinha nenhum invasor. O Ofaié vivia na maior felicidade. Onde que os Ofaié viviam era à

margem do rio Paraná. Nossos aldeamentos eram sempre por alguns dias e as caminhadas eram sempre nas margens dos rios[10].

A chegada dos fazendeiros, e das empresas colonizadoras, com seus capangas e com todas as formas de pressões, inclusive com os meios de transporte para a retirada dos "intrusos" da área desejada, também não seria difícil de ser encenada. Essas ações já foram descritas por uma série de escritores memorialistas que as classificaram de violentas e injustas. Trata-se de colocar os índios apenas enquanto vítimas do processo.

O que fazer então?... Aproveito aqui as observações de Isabel Guillen, que alerta para a necessidade de *não só descobrir novas fontes documentais que permitam construir uma história dessa região tendo também os índios como sujeitos, junto com trabalhadores e posseiros, mas incentivar a produção acadêmica que não marginalize as diversas etnias, ao fazerem uma história dos sertões ou das fronteiras agrícolas*[11].

Nesse sentido, a preocupação fundamental (de pesquisas sobre a colonização contemporânea) será a de, quando analisar as tentativas estaduais ou municipais (portanto oficiais) e particulares de ocupação desse território por suas empresas de colonização; diagnosticar o impacto provocado por esses projetos de colonização (com a derrubada da mata, a inserção de novas lavouras ou pasto) para o deslocamento e/ou desterritorialização das comunidades indígenas, portanto, buscar dialeticamente nos próprios projetos de colonização (nos casos já identificados por outras pesquisas) uma das suas contradições, a desocupação do território, a *limpeza* do espaço, para a inserção de novos elementos.

O método comparativo poderá dar sustentação á pesquisa. Essa opção metodológica, já anunciada em outra ocasião, quando apresentei o projeto de pesquisa sobre a colonização, permitirá estabelecer paralelos entre as várias formas de ocupação (ou desocupação) desse território, buscando a partir daí redefinir o conceito de colonização buscando em cada uma dessas experiências as suas especificidades. A partir desse pressuposto, uma preocupação deve acompanhar todo o desenrolar da pesquisa: não cair meramente no aspecto descritivo de

um "modelito" de colonização oficial, particular ou mesmo espontânea, pois (como já alertou Maurice Le Lannou) *a abundância dos pormenores impede que se compreendam os grandes fenômenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões consideradas*[12].

Isso significa que, para se compreender os *grandes fenômenos* (neste caso o fenômeno da colonização em Mato Grosso do Sul), deve-se entendê-los enquanto produtos históricos, portanto, das práticas sociais, no plural. O que não quer dizer que as explicações para os *grandes fenômenos* deverão ser alcançadas sem o estudo das particularidades. O estudo do processo de colonização deverá ser associado às práticas tanto estruturais (modelo de organização econômica, cultural – dando ênfase também às populações indígenas), quanto conjunturais/circunstanciais (movimentos de imigração e migração, planos econômicos, projetos de companhias de colonização, movimentos indígenas, etc.).

---

[1] É importante lembrar que, em 1977, o Estado de Mato Grosso foi dividido (passando sua porção meridional a constituir o Estado de Mato Grosso do Sul).

[2] As terras que foram adquiridas pela empresa japonesa (por compra a Severino Pereira da Silva), anteriormente já haviam sido propriedade de uma empresa alemã com objetivos de estabelecer núcleos coloniais (a Herm Stoltz & Cia). Essa empresa foi obrigada a vender suas terras durante a segunda Guerra Mundial, em 1943 (ver VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e Especulação Fundiária em Mato Grosso*: A implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970). 1986. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, p. 46)

[3] MAZIERO, Cristina Zucker. *O universo sul-mato-grossense e a política de colonização*: o caso de Nova Andradina. 2004. 80 f., Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, MS, p. 16 (grifos meus).

[4] PÉBAYLE, Raymond e KOECHLIN, Jean. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul*: abordagem geográfica e ecológica. *Espaço e Conjuntura*, São Paulo: Instituto de Geografia, n. 4, 1981, p. 13

[5] CASTELNAU, Francis. *Expedições às regiões centrais da América do Sul (1845).* São Paulo: Ed. Nacional; USP, 1949. t. 2, p. 303.

[6] Idem, Ibidem, p. 302-3.

[7] TAUNAY, Visconde de. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1866.

[8] *Em 1910 foi criado o SPI (Serviço de Proteção aos Índios). De 1915 até 1928 foram reservadas, demarcadas e homologadas, aos Guarani do Mato Grosso, oito áreas de terras, num total de 18.297 ha.* COSTA, Damárci. Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi. *Fronteiras,* Campo Grande: UFMS, v. 2, n. 4, p. 77 – 102, jul./dez. 1998, p. 87.

[9] (Mulher Kaiowá, Xamã, de mais de 60 anos, da reserva de Dourados, *apud* PEREIRA, Levi Marques. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. São Paulo: 2004, 441 p., Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, p. 214.

[10] Ex-cacique Ofaié, Athaíde Francisco Rodrigues. Citado por DUTRA, Carlos A. dos Santos. *O território Ofaié pelos caminhos da história:* reencontro e trajetória de um povo. Dourados, MS, 2004. 289p. Dissertação (Mestrado em História), Câmpus de Dourados, UFMS, 2004, p. 119.

[11] GUILLEN, Isabel C. M. Ausência e produção do conhecimento: história indígena em Mato Grosso do Sul. *Fronteiras,* Campo Grande: UFMS, v. 2, n. 4, p. 103-122, jul/dez. 1998, p. 107.

[12] *Apud* BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 108.

Fotografias e Códigos Culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista *Careta* (1919-1922)

Cláudio de Sá Machado Júnior[1]

A revista *Careta* foi um periódico carioca que circulou comercialmente durante um período de aproximadamente cinqüenta anos. Em 1919, possuía um pouco mais de dez anos de existência e, juntamente com a revista *Fon-Fon*, caracterizou-se como uma das publicações de variedades com uma considerável projeção social. A *Careta* tinha um *design* ousado para a sua época, fato que poderia ser atribuído, hipoteticamente, à permissão de experimentalismos gráficos por iniciativa de seu fundador, o tipógrafo Jorge Schmidt[2]. Pela peculiaridade de ser uma publicação semanal, a revista possuía significativas vantagens em relação, por exemplo, aos jornais de circulação diária.

O prazo de uma semana para o lançamento de uma nova edição facilitava a organização da distribuição de seus conteúdos de forma muito mais elaborada, as quais, segundo seu próprio editorial, estariam voltadas para um público "apreciador das sessões galantes do jornalismo *smart*[3]". No conjunto de elementos que compõe o seu *design*, destacam-se as fotografias localizadas entre suas páginas centrais, impressas em papel tipo *couché*, as quais dividem o espaço visual com uma rica quantidade de caricaturas, algumas de autoria do prestigiado e renomado cartunista J. Carlos[4].

Em meio às múltiplas potencialidades visuais da revista, pretendo neste trabalho destacar alguns aspectos concernentes ao seu conjunto de fotografias, partindo de duas perspectivas gerais: a primeira, de ordem interna, pois pretende ir além do análogo da imagem, incorporando alguns conceitos de estudos desenvolvidos pelas disciplinas provenientes das humanidades, atribuindo sentido aos personagens e suas ações nos espaços sociais; a segunda, de ordem externa, pois busca nas teorias sobre a cognição e consumo da imagem exemplos de algumas variáveis para as interpretações sobre as fotografias, especificamente aquelas relacionadas à imprensa, desdobrando-se em estudos

de casos e em processos propriamente analíticos que concernem as problemáticas e complexidades da presente proposta.

Assim, apresento a fotografia como um instrumento de intervenção social, uma materialidade que interage no comportamento dos indivíduos tanto durante o ato fotográfico quanto na cognição dos consumidores das revistas ilustradas. Em todo o processo de produção, publicação e circulação destas imagens transparece o que poderíamos denominar como uma espécie de *pedagogia do olhar*[5], uma delimitação imaginária sobre os limites espaciais da cidade, oportunidades para a propagação de *recortes* que, na percepção distraída, transformam-se na falsa impressão da constituição de um *todo*[6].

Olhando fotografias, folheando conteúdos

A presente pesquisa abrange o período que compreende os anos de 1919 e 1922, ou seja, abarca a virada do século e se estende até o chamado período da arte e literatura modernistas no Brasil. Apesar dos numerosos trabalhos acadêmicos acerca dos contextos da República Velha, uma pesquisa histórica que considere a visualidade, neste caso a visualidade fotográfica, ainda está em construção. Segundo Miriam Moreira Leite, verifica-se a necessidade de "um estudo comparativo de sistemas de significados, das mediações entre a realidade que se quer compreender e a imagem dessa realidade[7]", a fim de, conforme enfatiza Boris Kossoy, melhor analisar estes "documentos insubstituíveis cujo potencial deve ser explorado[8]". As fotografias são as portas de entrada das revistas ilustradas, assim como também o são as caricaturas. Na trajetória do olhar, elas são privilegiadas em relação aos textos, pois são as primeiras a receberem a atenção do consumidor. E se as fotografias são as principais portas numa página, "as legendas têm de funcionar como maçanetas[9]", interdialogando com a imagem e disciplinando o olhar de seus *leitores*.

Para uma melhor análise do conteúdo da fotografia de imprensa, e neste caso uma fotografia com particularidades, pois se afasta um pouco do que poderíamos denominar como fotorreportagens, como veremos adiante, é possível estruturar seu *corpus* em dois grandes blocos, conforme a proposta de Lorenzo Vilches[10]. Um que considere a identificação e estudo dos *personagens* da fotografia, e outro que leve em conta a

interpretação de possíveis *códigos semânticos* do conteúdo fotográfico, abrangendo as competências do leitor e a organização das imagens visando à publicação. No raiar da modernidade, neste caso a modernidade carioca, a imagem do sujeito e a sua respectiva conquista da individualidade sobressaem-se[11]. Contudo, como se pode perceber nas imagens fotográficas da revista *Careta*, esta é uma individualidade de grupo, uma estratégia imbricada nos costumes dos atores sociais que permitem *dar-se a ver* através da cumplicidade que transparecem ao *deixarem-se ser fotografados*.

O sujeito ganhou um espaço considerável nas páginas do periódico, sendo ele próprio o produto de seu próprio consumo, mas ao mesmo tempo em que é destaque, também é, em sua grande maioria, anônimo, principalmente em virtude do processo de massificação dos grandes centros urbanos. A identificação de seu *eu* pode ter sido concretizada através do contato entre os seus próximos, entre o grupo social de sua época, mas - com o decorrer do tempo - a instituição e o espaço abafaram o sujeito, erigindo-se como sombras as quais o indivíduo constituiu-se como apenas como parte de um grande conjunto. Contudo, nas fotografias em que se encontram políticos e artistas, por exemplo, o *eu* é de certa forma saliente, mas ainda não se desvincula da noção de homens ligados ao regime republicano ou, no outro caso, mulheres relacionadas ao cinema *hollywoodiano*. Trata-se, sobretudo, de um jogo de relatividade e interpretação que desafia o pesquisador que se propõe a trabalhar com os personagens da revista.

Então, como mencionado anteriormente, a proposta desta pesquisa parte de dois pressupostos: um interno e outro externo. Interno porque se propõe a analisar personagens que em sua maioria são anônimos e ligados diretamente a instituições, valorizando em si as formas de sociabilidade; e externo porque se preocupa nas possibilidades de como este complexo de ações sociais, estativizadas pelo registro fotográfico, pode ser percebido pelo olhar humano. A fotografia, como uma imagem, tem o poder de "provocar efeitos, produzir e sustentar formas de sociabilidade, tornar empíricas as propostas de organização e atuação do poder[12]" originado destas mesmas relações sociais.

Desta forma, a fotografia é o pressuposto para um estudo que vai além de sua materialidade. Este é um estudo mais interessado na constituição de uma determinada intriga social e nas hipotéticas formas de recepção destas imagens, expostas às diversas narrativas. Considerando-me como um indivíduo que também consome estas imagens, todavia com finalidades específicas e numa temporalidade diferente, remeto-me a afirmação de Philippe Dubois, na qual enfatiza que "as fotografias propriamente ditas quase não têm significação nelas mesmas: seu sentido lhes é exterior, é essencialmente determinado por sua relação efetiva com o seu objeto e com sua situação de enunciação[13]".

Num processo de percepção através do olhar, que pode ocorrer tanto numa fração de segundos quanto durante os vinte e quatro meses que constituem o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, o sentido atribuído à visualidade é essencialmente humano[14]. Todavia, a proposta é que ambos se relacionem, indivíduo e universo visual, influenciando-se mutuamente. Eis o paradoxo da fotografia, conforme proposição de Roland Barthes[15]: ao mesmo tempo em que ela é o registro do real, possuindo um efeito de impressão denotativa, também é a interpretação do real, possuindo um efeito de impressão conotativa.

Horizontes e expectativas de pesquisa

É possível verificar a ausência de trabalhos que abordem a trajetória da revista *Careta*. Percebe-se que existem muitas pesquisas que se utilizam dos conteúdos do periódico, principalmente no que se refere às caricaturas, mas há certa carência de um estudo com maior fôlego sobre os seus editoriais ou mesmo sobre o seu corpo administrativo. Decerto, as informações que existem sobre a *Careta* são fragmentadas. Por exemplo, numa determinada referência[16], podemos encontrar a menção de que Lima Barreto era o único colunista da revista com ordenado fixo; em outra[17], a citação sobre a importante participação de Luiz e Alfredo Musso, sócios da *Photographia Brazileira*, como fotógrafos colaboradores da *Careta*; em mais duas, uma com menor teor crítico[18] e outra mais completa[19], uma indicação sobre os mais importantes caricaturistas do periódico; e em outra[20], um panorama geral sobre a revista; e assim por diante.

Apresenta-se como indispensável, a fim de conhecer um pouco mais sobre a proposta ideológica da revista, uma leitura crítica de seus editoriais. Neles estão as impressões dos principais redatores do periódico, exprimindo opiniões que muitas vezes discernem do conteúdo visual publicado. Por exemplo, numa oportunidade de estudo sobre as fotografias do presidente Epitácio Pessoa[21], publicadas na *Careta* entre janeiro e junho de 1922, verifica-se uma dissonância entre os discursos visuais propostos pelo conjunto de fotografias e pelo conjunto de caricaturas encontradas. Se nos desenhos incorporavam-se elementos para uma interpretação mais crítica, nas fotografias o efeito não era o mesmo. Cabe, portanto, aos editoriais, denominados *Looping the Loop*, localizados a algumas páginas posteriores da capa, evidenciar o posicionamento da revista.

Mais duas propostas sugerem-se para a construção do texto dissertativo que se constrói para esta pesquisa: a questão do gênero e a questão sobre a *visualidade comparada*. A primeira, visto a grande quantidade de mulheres fotografadas e vinculadas às páginas do periódico, pondo em questão o papel social da mulher expressado pela fotografia; a segunda, pela necessidade de um confronto entre as narrativas fotográficas e, por exemplo, os textos literários, a música, o teatro, a caricatura - há pouco mencionada - e até mesmo outros elementos provenientes de publicações que eram concorrentes à *Careta*. Enfim, há uma gama de potencialidades a serem exploradas na revista, e neste caso, principalmente, no que concerne às fotografias. Neste sentido, uma revisão historiográfica de alguns dos mais importantes trabalhos sobre a República Velha no Brasil[22] pretende fortalecer os argumentos desenvolvidos nesta pesquisa.

Considerações finais

Apesar de caracterizar-se como uma fotografia de imprensa, as imagens publicadas na revista *Careta* têm certa especificidade. Se não fosse por sua vinculação aos meios de comunicação, neste caso o periódico impresso, algumas caberiam perfeitamente em álbuns privados. Aquelas que interessam a este trabalho são, especialmente, as que apresentam os grupos sociais em pose. Uma das primeiras experiências realizadas foi através de um levantamento sobre as fotografias de grupos em clubes[23], local privilegiado para a

circulação de idéias e ações de sociabilidade[24]. Os resultados foram satisfatórios e, posteriormente, serão aprofundados numa análise que privilegie também outros espaços de socialização. Pretende-se desenvolver um estudo mais cuidadoso sobre a modernidade carioca, "desvinculando-a da idéia de um movimento cultural organizado[25]", propondo uma pesquisa de caráter interdisciplinar que dialogue com as pesquisas realizadas nos campos sociológico, antropológico e nas filosofias sobre a percepção humana.

Nos limiares do início da década de 1920, os *anos loucos* ou o período da *belle époque* brasileira, como ficou conhecido comumente, a vida é de ritmo e aceleração. As fotografias acompanham esta desenvoltura, constituindo-se como elementos de consumo no cotidiano, transformando a visualidade material da época e intervindo no comportamento dos indivíduos. O Rio de Janeiro foi uma cidade de espírito cosmopolita, a capital da República, local onde o espírito da modernidade pairou pelas ruas e que se espelhava nas grandes capitais européias[26] e no emergente *american way of life*. E assim como fotografar é "confrontar-se com realidades existentes[27]", o mesmo se aplica ao presente estudo sobre as imagens fotográficas e as formas de sociabilidade percebidas nas páginas da *Careta*: trata-se de um *lidar* com o fragmento conotado de uma realidade que *já foi* e que permanece no tempo - numa estética idealizada - a disposição de uma análise e interpretação mais aprimoradas.

---

[1] Mestrando em História pela PUCRS e bolsista do CNPq. *E-mail*: cdsmjunior@yahoo.es.

[2] É possível afirmar que Jorge Schmidt também era um excelente fotógrafo, conforme podemos encontrar em KOSSOY, Boris. **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002. Pp. 288-289.

[3] Editorial da primeira edição da revista *Careta*, de 06/06/1908, mencionado em MAUAD, Ana Maria. **Janelas que se Abrem para o Mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX**. Disponível em http://www.tau.ac.il/eial/ X_2/mauad.html, acessado em 09/03/2004.

[4] Para maiores informações biográficas sobre J. Carlos, recomendo LOREDANO, Cássio. **O Bonde e a Linha: um perfil de J. Carlos**. São Paulo: Capivara, 2002.

[5] Termo proposto por MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. *O Sensível Olhar Pensante: premissas para a construção de uma pedagogia do olhar*. In: **Arte UNESP**. Vol. 09. São Paulo: UNESP, 1993. Pp. 199-217.

[6] Inferência a seguinte citação: "o efeito de representação faz com que o elemento isolado, o caco, o traço, o detalhe seja tomado como expressão do conjunto ou comparável a uma situação desejada", contida em PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Da Cidade Maravilhosa ao País das Maravilhas: Lima Barreto e o "caráter nacional"*. In: **Anos 90**. Nº 08. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Pg. 34.

[7] LEITE, Miriam Moreira. *A Imagem através das Palavras*. In: **Retratos de Família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 2001. Pg. 26.

[8] KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê, 2001. Pg. 32.
[9] SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003. Pg. 70.
[10] Conforme a proposta contida em VILCHES, Lorenzo. *La Percepción de la Foto de Prensa* e *Los Contenidos en la Foto de Prensa*. In: **Teoría de la Imagen Periodistica**. 3ª ed. Barcelona: Paidós Comunicación, 1997. Pp. 19-37 e 79-90.
[11] No estágio atual da pesquisa, para tratar sobre a questão do sujeito, individualidade e sociabilidade, tenho utilizado as referências de SIMMEL, Georg. **Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Vols. 1 e 2. Madrid: Alianza Editorial, 1986 e TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. Outras referências ainda devem ser acrescentadas.
[12] MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: balanço provisório, propostas cautelares*. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, nº 45. São Paulo: ANPUH, 2003. Pg. 15.
[13] DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Campinas: Papirus, 1994. Pg. 52.
[14] Sobre a percepção e a cognição flexíveis à subjetividade humana influenciam-me os trabalhos de MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Olho e o Espírito**. Lisboa: Grafilarte, 1997 e ARNHEIM, Rudolf. *La Inteligencia de la Percepción Visual*. In: **El Pensamiento Visual**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1986.
[15] BARTHES, Roland. *A Mensagem Fotográfica*. In: **O Óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Pp. 11-25.
[16] SODRÉ, Nelson Werneck**. História da Imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Pg. 336.
[17] ERMAKOFF, George. **Rio de Janeiro, 1900-1930: uma crônica fotográfica**. Rio de Janeiro: Ermakoff, 2003. Pg. 225.
[18] BALBIO, Marcelo. *Careta: a cara alegre do Rio*. In: **Revista de Comunicação**. Ano 08, nº 28. Rio de Janeiro: Agora Comunicação Integrada, abril de 1992. Pg. 17.
[19] SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso: a representação humorística na História brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
[20] REGUEIRA, Lúcio Flávio. *Quem tinha Medo da Careta?* In: **Bloch Comunicações**. Nº 15. Rio de Janeiro, Bloch, 1968.
[21] Trabalho apresentado em 2004/2, na disciplina História e Imprensa, do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS, intitulado *Das Lentes do Periódico Semanal Ilustrado: as fotografias de Epitácio Pessoa na revista Careta*.
[22] Há uma expressiva retomada desta bibliografia em GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. In: **Estudos Históricos**. Vol. 02, nº 04. Rio de Janeiro: FGV, 1989. Pp. 244-280.
[23] Trabalho apresentado em 2004/2, na disciplina Imagem e História, do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS, intitulado *Fotografias e Sociabilidades no Rio de Janeiro Moderno: grupos e espaços sociais nas publicações da revista Careta*.
[24] Uma boa referência de estudos sobre algumas formas de sociabilidade no Rio de Janeiro da República Velha está em GOMES, Angela de Castro. *Essa Gente do Rio... Os Intelectuais Cariocas e o Modernismo*. In: **Estudos Históricos**. Vol. 06, nº 11. Rio de Janeiro: FGV, 1993. Pp. 62-77.
[25] VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Pg. 52.
[26] Inferência à seguinte citação: "a cidade do Rio de Janeiro recende a um forte aroma panglossiano", contida em SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Pg. 52.
[27] MARESCA, Sylvain. *Sobre os Desafios Lançados pela Fotografia às Ciências Sociais*. In: ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Ensaios sobre o Fotográfico**. Porto Alegre: SMC, 1998. Pg. 116.

CENAS DE GUERRA: O EXÉRCITO ROMANO E AS MOEDAS DO SÉCULO IV.

CLÁUDIO UMPIERRE CARLAN*

NEE / UNICAMP

O nosso trabalho tem por objetivo realizar um estudo, utilizando a numismática** como fonte principal, sobre as manifestações políticas e ideológicas ocorridas no Império Romano durante o quarto século cristão, mais especificamente sobre a tentativa dos chamados "Imperadores Reformadores" de reorganizar o Império Romano nas esferas militares, políticas (interna e externa), sociais e econômicas.

I – O século IV e as Reformas Militares.

Sucedendo a um longo período de crise e anarquia militar, tais imperadores procuraram realizar as mais variadas reformas administrativas. A energia dos governantes ilírios livrou o império da invasão e da revolução anárquica. O mais dotado para a administração, Diocleciano, estendeu e retomou essas medidas durante pelo menos uma dezena de anos, antes de sistematizar uma obra que foi, ainda, completada por Constantino. Os perigos externos, tanto dos povos "bárbaros" como dos persas sassânidas, era uma das principais preocupações dessa época. Mas não podemos esquecer que a função do exército, mais do que se defender de ataques externos ao Império consistia em reprimir a dissidência interna, pois era sua presença que garantia o poder romano no interior das fronteiras do Império (FUNARI: 2002, 93).

Na tentativa de restaurar as fronteiras, Diocleciano cria 12 dioceses, dirigida por um vigário, ligadas politicamente a quatro prefeitos pretorianos, encarregados da parte militar; e quatro governantes, responsáveis pela administração. Assim o imperador consegue facilitar o

sistema de defesa, reduzindo a gravidade da "guerra em duas frentes". O efetivo do exército aumenta de 450 para 500 mil soldados e as legiões são compostas por 5 mil legionários (FERRIL, 1989: 36). Ocorre uma variação tática: são incorporados lanceiros de cavalaria, *lanciarri*; companheiros, *comitês*; infantes, *ioviani* e *herculiani*.

Segundo Zózimo, Constantino retira essas forças fronteiriças, ampliando o exército móvel para 10 mil elementos. Enfraquecendo a já debilitada posição (ZOSIME: 1971, 112) . Os tamanhos do exército móveis são desconhecidos, mas a estimativa é de 110 a 1 20 mil homens, sem incluir a África. Boa parte dessas tropas era composta por povos germânicos, chefiados pelos comandantes provinciais, os *duces*, subordinados ao general tarimbeiro, *comes*.[i]

Constantino também reduz o número das legiões para mil legionários, dissolve os pretorianos, mantêm a logística Diocleciana de taxação em espécie. São criados os guardas imperiais especiais, *scholae palatinae*.

As tropas romanas atravessaram o Reno e o Danúbio, ao longo de cujos cursos se reconstruiria uma sólida defesa. Tanto que as melhores representações das numárias romanas sobre as fortificações são, respectivamente, as de Constantino, portas de Trèves (Trier) contidas nas moedas de um sólido, e a de seu filho e sucessor, Constâncio II (CARLAN, 2003: 22). Da época deste último, há dezessete peças no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, que reproduzem a imagem de uma fortaleza ou campo militar (Anexo 3). Essas fortalezas teriam de ser solidamente construídas mas não fortemente defendidas, para evitar a perda de efetivo.

Com a evolução da situação política, fica praticamente impossível para o exército romano manter a ofensiva. Para isso, os imperadores tratam de fortificar as cidades aumentando o número de soldados e reserva de defesa. Mudando a organização interna das legiões, nos períodos anteriores o aumento de efetivo ocorria apenas durante as campanhas.

Durante o século IV cada vez mais os mercenários bárbaros são incorporados ao exército romano (DEPEYROT, 1987: 44).

A Mesopotâmia é reconquistada e o Império Sassânida é obrigado a ceder territórios além-Tigre. No Oriente, Roma nunca avançara tão longe. Como exemplo, podemos citar os combates travados entre Constâncio II e Sapor II, nos quais o Imperador Romano obteve os mais variados resultados. Tais combates estão representados nas moedas existentes nos lotes de números 26 e 27 do Museu Histórico Nacional, onde aparece a figura de Constâncio, à esquerda de quem observa, de armadura, a cavalo, derrotando um inimigo, que aparece de joelhos, com os braços levantados, como se estivesse suplicando misericórdia. (Anexo 4). Apesar de a moeda estar um pouco deteriorada pelo tempo, nota-se, que a imagem central do imperador romano — que é o centro do poder — sempre aparece maior que a do persa. Através da análise desse pequeno objeto de bronze, cujo diâmetro é de 2,5mm, e o peso, de pouco mais de 4 gramas, podemos destacar também a crescente importância da cavalaria, representada aqui pela personificação de Constâncio.

A riqueza iconográfica dessa fase é muito bem representada nas medalhas e moedas romanas, ocorrendo uma exaltação à pessoa, na figura do monarca, da própria política real (NIETO SORIA: 1993, 17 - 18). Uma espécie de propaganda, de comunicação, de que todos os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento, através da visualização das peças, legitimando o poder temporal. Isto também explica as várias cidades, espalhadas por todo o território, onde tal cunhagem era feita .

A experiência vinha provando quão insuficiente era o antigo exército, bem como sua inadaptação às novas condições da guerra agora impostas pelos adversários. Assim sendo, o exército foi aumentado e, ao mesmo tempo, alterada a sua estrutura.

O ideal romano continua sendo o do Estado estabilizado, visando à proteção da totalidade do território. Depois das lutas vencidas pelo então César Juliano, restabelecendo as fronteiras ao longo do Reno e do Danúbio contra os alamanos, começa a ser realizada uma

obra sistemática e de suma importância, sobretudo no tempo de Valentiniano I. Sem voltar ao método dos entrincheiramentos contínuos, multiplicam-se, em relação com as estradas e os rios, as torres, os fortins, os castelos e os campos, seguindo uma técnica que o contato com os persas torna mais apurada: padrões orientais são transferidos para o Ocidente. Do mesmo modo, mantêm-se e aperfeiçoam-se as muralhas urbanas: perante os bárbaros, dotados de rudimentares técnicas bélicas de assédio, as cidades constituem redutos quase inexpugnáveis.

O próprio equipamento individual começa a sofrer mutações que, desde o final do século III, já mostram indícios dos aparatos dos futuros cavaleiros medievais (BROWN: 1972, 98). Os soldados, que desde o governo de Septímio Severo podem contrair matrimônio, recebem terras nas fronteiras para auxiliar em sua defesa. A ponto de o latim vulgar influenciar, até os dias atuais, algumas dessas regiões, como a Trácia (Romênia) por exemplo, isolada depois da grande leva de invasões. Princípio da hereditariedade na profissão paterna aplica-se de maneira rigorosa no exército.

Outra questão importante é a chamada “barbarização” do império. Os numerosos cativos e grupos étnicos que pedem asilo são instalados em território romano, a fim de repovoar e recultivar regiões em que a mão de obra é rara. Trata-se dos chamados letos ou gentios, que a administração deve manter sob vigilância, e cujos filhos são agora obrigados, como filhos de soldados, a entrar no exército. Outros gozam do regime de federados e fornecem contingentes organizados à sua maneira, comandados pelos seus chefes.

Os efetivos da cavalaria aumentam muito, porque a mobilidade torna-se a principal estratégia militar. Como na batalha de Andrinopla, em 378, ganha por uma carga de cavaleiros godos, a qual Ferril afirmou ter sido precursora das táticas medievais (FERRIL: 1989, 53).

Havia também o choque, egoísmo ou até mesmo rivalidade, entre os conselheiros, de seu “escritórios” burocráticos, e, às vezes, entre as populações. A ação militar, que pressupõe unidade de comando, estava cindida, retardada ou precipitada, por ignorância

ou mesquinharia da parte de homens desejosos de triunfar sozinhos. Valente deu combate aos godos, seguindo o conselho do seu comandante-em-chefe, Sebastiano, diante de Andrinópolis, sem esperar a chegada do outro Augusto, que lhe levava reforços. Condenado pelas circunstâncias do sistema colegial, o Baixo Império sofria os seus inconvenientes.

Durante esse período, os imperadores empenham-se em anular o privilégio de sangue, ou seja, os antigos líderes senatoriais são afastados dos comandos das legiões; o que Constantino consegue durante o seu governo, separando as funções civis das militares. A principal conquista social do século III mantém-se no século IV, isto é, a atribuição dos postos e a própria promoção baseadas apenas no mérito. Essa mudança foi influenciada principalmente pela necessidade de ser mantida a ordem política, pois se temia que a ambição da classe senatorial incentivasse a tropa contra o governante. Isso leva Constâncio II a nomear apenas um único oficial para o comando da infantaria e da cavalaria, no Oriente, *o magister equitum et preditum per Orientum*.

Os imperadores continuam sendo aclamados pelas tropas e, no século IV, se não levam seus deveres militares a sério, seu poder é efêmero. Muitas vezes, como nos casos de Juliano e Valentiniano I , devem a proclamação às provas previamente dadas de seu valor militar e não se afastam do exército, participam das expedições e arriscam a vida, no caso de Juliano contra os persas, perdendo-a.

No ano de 350, quando Magnêncio é aclamado imperador, Constâncio leva um rei alamano a atravessar o Reno, numa manobra para despistar as tropas do usurpador, que iria tentar a sorte na Panônia (atual Hungria ocidental) e na Itália. As dificuldades tendem a aumentar quando todo o nordeste da Gália é invadido. Constâncio é obrigado a associar seu primo Galo ao poder, na função de César. Alguns anos mais tarde, Galo seria acusado de traição, e condenado à morte, numa intriga palaciana realizada pelo eunuco Eusébio, que exercia grande influência sobre as decisões do imperador.

II – Cunhagens Militares do Baixo Império.

Apesar do Museu Histórico Nacional / RJ constar com 1888 moedas do século IV, analisaremos apenas as cunhagens militares de Diocleciano (146 moedas), e de Constantino I (360 moedas).

Tipos de Reverso

Os principais temas militares, e suas legendas, encontrados nas moedas de Diocleciano são:

Júpiter e Diocleciano de uniforme militar (CONCORDIA MILITVM) 40 peças, acrescentando mais 6 consideradas raras (Diocleciano aparece vestido como um cavaleiro medieval, lembrando o monumento a Tetrarquia na praça de São Marcos em Veneza); soldados (dois) de guarda a um lábaro (2 exemplares).

Locais de Cunhagem e exergos principais.

ALE, XXIE (Alexandria), PLC, LP (Lyon), PTR, ATR, TR (Trèves ou Trier), *SIS, SIS (Siscia), KS, KΓ (Císico), P*, RP, P**, RṬP, XXIΔ, XXIB, XXIΓ (Roma), PT, ST, SṬT (Ticinum), AQS, AQP (Aquiléia), A, K (Cartago), ANT, XXI (Antioquia), HB, HA, HK (Heracléia).

Temas Militares de Constantino I.

Militares com representações da Vitória

Dois soldados montando guarda a dois ou um lábaro, dependendo da variante (GLORIA EXERCITVS) 88 exemplres; Imagem feminina, com globo, vitória, cetro e elmo (GLORIA ROMANORVM) 2 moedas; Vitória com coroa e um navio (LIBERTAS PVBLICA) 2 moedas; Campo militar, semelhante as cunhagens de Constâncio II. Segundo Cohen, portões de Trèves. Segundo Gomes Marques trata-se dos portões de Londres (PROVIDENTIAE AVGG) 34 moedas; Fortaleza ou campo militar, Constantino com uniforme militar (VIRTVS AVGG ou AVGVSTI) 2 moeda; Votos VOT XX, acompanhado de dois prisioneiros (VIRTVS EXERCITVS) 10 exemplares; Vitória marchando com troféu e conduzindo um prisioneiro (SAR MATIA DE VICTA) 6 moedas; Duas Vitórias, com votos VOT PR e altar (VICTORIAE LAETAE PRINC PERP) 30 moedas; Vitória acompanhada de coroas e palmas (VICTORIA AVGG NN) 4 moedas;

Locais de Cunhagens e Exergos Principais

R*Q, RP, RS, RA, R*P, R*S, RΩP, RΩS, RΘS, RΘP, RT, P*R, PuR (Roma), PTR, STR, TRP, PTRE (Trèves ou Trier), SCON, PCONS, ARLS, P*AR, S*AR, PARLS, SARL (Arles), PLC, PLN, *PLC (Lion), PuT, PT, ST (Ticinum), SMNΓ, SMNA, SMNE, SMNS (Nicomédia), AQT, AQP (Aquiléia), SMHA, SMHB, (Heracléia), TSAVI, .SΓHT, TSΓVI (Tessalônica), CONS, CONSM, CONST, CONSA (Constantinopla), SMANA, SMANS,SMANΓ, SMANE, SMANI, SMANB, SMANT, SMANTB, SMANN (Antioquia), SMKA, SMKS, SMKΔ, SMKE, SMKZ (Cízico), SAMALA, ALE, SMALB (Alexandria), SMTSΓ, TSA, SMTSE, SMTSB, TSA, TSM (Tessalônica), SIS, ASIS, ASSISu, BSISu, ESIS (Síscia), MOSTP, MOSTS (Óstia).

---

[*] Doutorando / UNICAMP. Orientador: prof.dr. Pedro Paulo de Abreu Funari.
[**] Todas as fontes numismáticas aqui citadas pertencem ao acervo do Museu Histórico Nacional / RJ.
[i] Ironicamente em inglês um Duque, *dux* no singular, supera a hierarquia de um conde, *comes*.
AMMIEN MARCELLIN. Histoire. 24. 3.éd. Paris: J. Fontaine, 1977.
BROWN, P. O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio a Maomé. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CARLAN, Cláudio Umpierre. As Fortificações e Constâncio II. In: Revista do Clube da Medalha. Ano XII. N. 24. rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 2003.

DEPEYROT, G. Economie et Numismatique (284-491). Paris: Errance, 1987.

FERRIL, Ather. A Queda do Império Romano. A explicação militar. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Grécia e Roma. Vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002.

NIETO SORIA, Jose Manuel. Ceremonias de La Realeza. Propaganda y Legitimacion en La Castilla Trastámara. Madrid: Editorial Nerea, 1993.

ZÓSIME. Histoire Nouvelle. III. 18. éd. Paris: F. Paschoud, 1979.

Política Externa Sem Diplomacia?
A política externa dos EUA de 2001-2005

Creomar Lima Carvalho de Souza
Mestrando em Relações Internacionais
Universidade de Brasília

Introdução

Esse artigo tem como objetivo principal discorrer acerca de como os atentados de 11 de setembro de 2001 influíram na construção da agenda externa do governo George W. Bush. Neste sentido, adota a visão que a resposta dada as redes terroristas pelo governo dos EUA caracterizam-se, sobretudo, por uma ressurgência do tema segurança, dentro de um viés unilateral, em contraposição ao ensaio liberal e multilateral visto na década de 1990.

O texto tem duas partes principais: na primeira será brevemente exposta a evolução do sistema internacional no pós-Guerra Fria, tentando-se estabelecer a relação entre algumas compreensões de mundo derivadas daquele momento estão presentes no pensamento externo do pós-11 de setembro. A segunda parte do texto irá direcionar-se, sobretudo, no sentido de entender a principal expressão conceitual dos EUA neste momento, a Guerra preventiva, observando sua validade para o caso em questão e quais suas conseqüências no concernente à imagem dos EUA enquanto ator internacional.

A evolução do sistema internacional no pós-Guerra Fria e a construção da unipolaridade

Com o fim da Guerra Fria e os acontecimentos relacionados à formação da coalizão internacional que teve por objetivo desalojar as forças iraquianas do Kuwait[1], os anos 1990 presenciaram um ensaio multipolar. Nesse processo, resultante do vazio hegemônico causado pela ausência da URSS e a demora dos EUA em entender quais os novos desafios a sua hegemonia, criou-se a impressão em certa medida falaciosa de que o sistema internacional tenderia à construção de uma ordem baseada na igualdade soberana entre os Estados e de que as potencialidades econômicas ou morais poderiam preencher os espaços anteriormente ocupados pela força militar dos tempos do conflito bipolar. Paul Taylor propõe que "*...after the end of Cold War an expression in more utilitarian and secular terms of the ancient qualification*

of sovereignty as an absolute: there was a stronger form of the international community which was a modern equivalent of the divine order."[2]

Ao atribuir-se à soberania um valor sacro na relação entre os diversos atores do sistema internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a caminhar no sentido de ter como sua principal função a solução de conflitos armados. Essa iniciativa tornou-se mais forte nos anos 1990 devido a já citada inexistência de uma contra-parte aos valores ocidentais, de um lado, e a conseqüente disseminação da crença na universalidade de valores, como democracia, direitos humanos e liberalismo econômico. Na obra de Francis Fukuyama, o Fim da História apresentou-se a proposição da idéia de que não importando o viés religioso ou cultural de determinado povo havia um modo de vida fadado ao sucesso, a democracia liberal.

Contudo, essa visão de que haveria um *modus vivendi* comum a todos os Estados e que a transformação de suas instituições nesse rumo seria um processo irreversível gerou algumas conseqüências. A primeira diz respeito ao entendimento de que, em certa medida, o regime de segurança internacional, representado no caso pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderia ser utilizado de forma a permitir que em casos de extrema afronta aos ditos valores universais a comunidade internacional pudesse agir coercitivamente para recuperar e preservar a ordem. Essa perspectiva foi aplicada, em casos como os ocorridos no Iraque (1ª Guerra do Golfo), na Bósnia e na Somália, onde por motivos distintos, a comunidade internacional atendeu ao chamado, pela exportação e manutenção dos direitos a soberania, autodeterminação e direitos humanos. O segundo ponto trata das interpretações a respeito de quando e como essas prerrogativas devem ser usadas, refere-se, em outras palavras, a agir segundo critérios pré-estabelecidos para todos os casos, definindo, por exemplo, se a intervenção deveria ser antes ou depois do fato que se pretende combater estar consumado.

A construção desses vieses interpretativos, no entanto, não levavam em conta o primado do direito internacional humanitário, segundo o qual toda ação humanitária é intrinsecamente não coercitiva[3]. Desta forma, a estabilidade do sistema internacional em seu

aspecto de segurança foi paulatinamente afastando-se das normas constituídas pelo direito, em prol de uma visão mais próxima a considerações de *realpolitik*.

A "guerra preventiva" e suas repercussões

Os ataques de 11 de setembro de 2001, além de chocarem grande parte da opinião pública internacional pela sua audácia e eficiência, provocaram uma reação assertiva por parte dos tomadores de decisão em política externa norte-americana, incluindo a construção de conceitos que justificassem a ação militar contra determinados alvos por parte do governo dos Estados Unidos da América. O principal desses conceitos é o de guerra preventiva, contudo, são necessárias algumas considerações acerca da aplicação do mesmo.

John Lewis Gaddis[4] estabelece a diferença entre os conceitos de prevenção e preempção, como marcos do pensamento defensivo americano desde a Guerra Fria. Neste sentido, vale considerar que prevenção significa começar uma guerra contra um Estado que possa, em algum momento futuro, significar algum risco para o ator que está desferindo o ataque. Preempção, por sua vez, significa tomar uma ação militar contra um Estado que estaria próximo a desferir um ataque.

Esses dois conceitos, entretanto, parecem não englobar a especificidade representada pelo terrorismo, uma vez que, o mesmo desenvolve-se em redes ilegais[5] das quais os Estados nacionais não fazem parte. Tal situação, por sua vez, tem como resultante a construção de visões divergentes acerca de como esse problema deve ser enfrentado. De um lado, posicionam-se aqueles que consideram que as normas que regulam os conflitos armados deveriam se ajustar ao combate ao terrorismo. De outro, posicionam-se aqueles que compreendem que o terrorismo deve ser combatido por meio de ações policiais derivadas da cooperação internacional e não resultando necessariamente em uso da força.

Esse disenso acerca de como lidar com o terrorismo acabou transpondo-se para o meio internacional, a partir do momento que a ação dos EUA, e de seus aliados, passou a transgredir o jogo diplomático das Nações Unidas. O choque entre essas perspectivas, e o

ponto de vista oficial norte-americano, pode ser extraído da fala do presidente George W. Bush durante a crise que antecedeu a ação americana contra o Iraque. Ele disse: *"If the United Nations doesn't have the will or the courage to disarm Saddam Hussein and if Saddam Hussein will not disarm, the United States will lead a coalition to disarm [him]."*

Essas diferenças acerca não somente do papel das Nações Unidas, mas, especificamente de quando a organização deve utilizar suas prerrogativas de uso da força refletem uma disputa que está além da própria construção da organização em si e passa por considerações geopolíticas que se materializam na ordem internacional atual. Tais considerações dizem respeito a dois movimentos que ocorrem atualmente no meio da política internacional, de um lado, tem-se a consolidação, a partir do primeiro mandato de G. W. Bush, de uma ordem unipolar encabeçada pelos EUA que, ao estabelecerem sua agenda de combate ao terrorismo, partem do princípio de legítima preventiva, em que não há necessidade de deixar o inimigo dar o primeiro passo rumo às hostilidades para que ocorra uma reação.

Assim sendo, o ataque preventivo aliado a uma firme política de exportação e mesmo imposição de valores “universais” (como feito aos perdedores da Segunda Guerra Mundial[6]) seriam mecanismos legítimos para a construção da estabilidade no meio internacional. A materialização dessa atitude por parte do governo norte-americano, de crença que Estados democráticos são mais tendentes à paz, é exposta pelas tentativas de construção de instituições democráticas no Afeganistão e no Iraque.

Em sentido contrário, buscando restringir as ações dos EUA no meio internacional, encontram-se uma série de outros atores, os quais julgam que as Nações Unidas da forma como estão organizadas hoje não conseguem corresponder eficientemente aos desafios impostos pela realidade internacional. Tal iniciativa deriva do fato que em política internacional os Estados agem de forma a aumentarem a sua própria capacidade de ação ou poder, e não no sentido de fortalecer o outro.

Esse jogo de soma zero, onde um ator automaticamente ganha com a perda do outro, paralisou o Conselho de Segurança durante a era bipolar e, hoje, dá aos EUA a possibilidade de ignorar o multilateralismo sempre que for de seu interesse. Contudo, essa situação que se constitui em aparente vantagem traz em seu cerne, verdadeiramente, a dificuldade desse ator hegemônico em expor seus propósitos para aliados que questionam a capacidade de liderança americana.

Outro ponto que merece atenção e contribui negativamente, para a construção da imagem norte-americana, diz respeito às violações perpetradas pelos militares americanos contra os prisioneiros, tanto em Guantánamo, quanto em Abu Ghraib. Essas ocorrências colocaram em dúvida a capacidade do governo americano em induzir um processo de promoção da democracia, no Iraque e no Afeganistão, e forneceram aos insurgentes a possibilidade de questionar a validade da ocupação, pela falta da coerência entre os valores enaltecidos e a prática dos militares norte-americanos.

Considerações Finais

Por fim, pode-se compreender a política externa norte-americana dos últimos anos oscilando entre a busca de legitimidade interna e a necessidade de construção de uma ação coercitiva contra elementos considerados hostis. Tais inimigos do Estado colocam-se em duas categorias distintas: a – Estados hostis que simbolizem risco futuro para os EUA; e b – grupos terroristas que agem fora dos mecanismos formais operados pelos atores estatais. A detecção desses dois tipos de desafios à segurança norte-americana levou o governo George W. Bush, por meio de um entendimento conservador do meio internacional, a promover uma ação de combate aos mesmos.

Tal mecanismo de ação, que tem como objetivo prover segurança aos norte-americanos materializou-se conceitualmente no termo, guerra preventiva. Contudo, a especificidade representada pelos grupos terroristas transforma-se em um desafio de aplicabilidade ao mesmo. Assim sendo, a montagem de uma estratégia de combate ao terrorismo acabou

subordinando-se a visões que primam pelo uso da força em detrimento ao fortalecimento de instituições multilaterais como o Tribunal Penal Internacional e as Nações Unidas.

O resultado mais evidente dessa tomada de posição dos EUA, em favor de um unilateralismo, ou de construção de alianças que primam pela retórica do *"with us or among us"* geram desconfiança e medo entre outros atores do meio internacional. Do ponto de vista americano, contudo, tais ações não representam uma afronta aos organismos internacionais, sendo entendidas simplesmente como um exercício de liderança, frente a uma encruzilhada moral, ante a qual outros Estados titubearam.

Tendo em vista o fato de que o Presidente Bush foi reeleito para novo mandato, e que sua segunda vitória não sofreu as contestações legais do primeiro pleito, considera-se que os incumbentes norte-americanos interpretam tal acontecimento histórico – a reeleição - como um reforço positivo a política externa desenvolvida durante o primeiro mandato. Neste sentido, a legitimidade obtida a partir da vitória eleitoral pode servir como base para o prosseguimento de estratégias que visem à manutenção do *status quo*[7] no meio internacional.

---

[1] A resolução 678 de 29 de novembro de 1990 abria caminho para a intervenção armada da coalizão liderada pelos EUA, ao cabo de um processo de isolamento progressivo do Iraque e gerava um novo interesse pelo desenvolvimento do paradigma da Segurança Coletiva na Carta da ONU.

[2] Taylor, Paul. The United Nations in the 1990s: Proactive Cosmopolitanism and the Issue of Sovereignty. In: Political Studies. Vol. 47. Number. 3. Special Issue 1999. p. 539-563

[3] Conferência Magna, proferida pelo Prof Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, em 28 de outubro de 2004, no auditório do Instituto Rio Branco, intitulada "A convergência entre o Direito internacional humanitário, o Direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional dos refugiados e a falácia da Guerra preventiva".

[4] Gaddis, John Lewis. Grand Strategy in the second Term. In: http://www.foreignaffairs.org

[5] Redes Ilegais caracterizam-se pela existência de atividades e processos que se desenvolvem fora do alcance da lei. Também essas redes se desenvolvem em fluxos relativamente fixos, por meio dos quais os fluxos ilícitos trafegam, engendrando trocas de valores entre agentes, não raro atravessando fronteiras nacionais. Também nelas há normas de conduta e estruturas relativamente institucionalizadas de comando e controle sobre os fluxos, processo facilitado sobremaneira pelas atuais condições tecnológicas que possibilitaram tanto a conectividade entre os agentes quanto o efetivo tráfico de armas, drogas, animais, seres humanos e seus órgãos, ocasionalmente com a conivência de autoridades governamentais ou por meio de empresas que, estabelecidas legalmente, se valem das estruturas de comércio, turismo e da intermediação financeira para realizar atividades criminosas. Idem. p. 94. Com adaptações.

[6] Japão e Alemanha são casos bem sucedidos de imposição de democracia por parte de uma potência vencedora, no caso os EUA.

[7] Morgenthau define política de Status quo como sendo aquela por meio da qual, um ator promove sua política com o objetivo de manter o poder possuído ou de impedir qualquer mudança que favoreça a redistribuição do mesmo. In: Morgenthau, Hans J. Politics among nations – The Struggle for Power and Peace: revised bua Kenneth W. Thompson. Mc Graw-Hill, 1993. p. 51

Hospital Nacional de Alienados: discursos e práticas para a sociedade brasileira[1]

CRISTIANA FACCHINETTI

O trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa que investiga as práticas e discursos psiquiátricos no Hospício Nacional de Alienados (HNA) da Capital Federal do Brasil. Mais especificamente, buscou-se interpretar prontuários do HNA da primeira década do século XX[2], com o objetivo de discutir o processo de circunscrição de conceitos que produzem representações das doenças mentais no período e suas sobreposições frente ao ideal de "homem civilizado", transpostas para a imagem do "homem normal" na produção psiquiátrica e no pensamento político do período.

A escolha do acervo do Centro de Estudos Paulo Eleijade, do Instituto Municipal Nise da Silveira[3] foi marcada pelo interesse em utilizar fontes pouco acessíveis em pesquisa e pelo intuito de auxiliar no processo de recuperação do material que ali se encontra. O marco inicial temporal pretendeu permitir o acesso às mudanças decorrentes da entrada de Juliano Moreira como diretor do Hospício, bem como a todo um conjunto de ações do governo que se faziam marcar pela idéia de saneamento e higiene.

Para os fins deste trabalho, buscaremos ressaltar as relações entre o hospício e a sociedade que respira ao seu redor. Ainda que possamos considerar uma certa opacidade quando olhamos os prontuários caso a caso, sua reunião permite estabelecer conexões não apenas com o cotidiano do hospício, mas também nos avizinhar das concepções da sociedade que o circunda, para quem os desvios se apresentam como o avesso da civilização e perigo para o progresso da nação.

2. Um hospício a serviço do progresso da nação

O processo de reorganização social que deu origem à proclamação da república, em 1890, esteve entremeado da urbanização, expansão e industrialização da Capital Federal e produziu novos modos de relações e redes sociais. A reestruturação da sociedade trouxe subjacente a questão fundamental de como construir de forma inequívoca uma barreira de

diferenciação entre o civilizado e o bárbaro no país. Novos também passavam a ser os temas da psiquiatria então, voltados então para a sociedade.

Os conceitos-chave utilizados para definir a população local, que no início do século XIX se faziam marcar pela natureza apática do brasileiro em função do meio, passaram a admitir, a partir da década de 1880, a gradação dos estados psicopatológicos, ampliando severamente os riscos da alienação. Após o período de pessimismo que marcou o final do século XIX, pautado por teorias que apontavam a inviabilidade do país, o início do século XX voltou-se para sanear o país e higienizá-lo, em um novo otimismo frente ao futuro[4]. Os diferentes campos científicos se conjugavam em torno de um projeto educativo e profilático, com o objetivo de regenerar o brasileiro e adequá-lo aos valores e hábitos rumo ao ideal de um novo perfil humano[5].

Com a entrada de Juliano Moreira como diretor do HNA, em 1903, implantou-se um novo modelo asilar, com formulações acerca da doença mental, critérios de classificação e embasamento médico e terapêutico advindos da psiquiatria alemã. A alienação passou a ser então compreendida como manifestação de lesões e deficiências na regulação do organismo[6], cuja gênese se apoiava no desenvolvimento do sistema nervoso e nas perturbações deste sistema, associadas à corrupção dos elementos orgânicos[7]. O novo corpo conceitual permitiu repetir no campo da psiquiatria a crítica às teorias das “condições naturais” (quer climáticas ou raciais) que condenavam o país,. Cuidar da “saúde do corpo e do cérebro” garantiria o bom futuro [8].

A psiquiatria kraepeliniana propunha o abandono dos aspectos morais e de noções como a da hereditariedade e da degeneração[9]. No entanto, as referências teóricas francesas continuavam a ser utilizadas. As duas referências, muitas vezes fusionadas, incluíam Esquirol, Magnan, Kraepelin e Morel à uma só vez, e foram responsáveis por manter nas classificações a categoria de degeneração, ampliando mais e mais os limites entre normal e anormal[10].

3. O avesso da nação: os alienados do HNA

Considera-se com Cunha[11] que a loucura reunida e organizada no hospício configura formas de relação com o mundo que os condenou. Deste modo, é possível inferir a partir dos dados coletados a identidade social dos loucos ali internados. Dos 1025 prontuários recolhidos entre 1900-1910, apenas dois eram pensionistas da primeira classe e dezessete eram pensionistas da segunda classe. Há, ainda, treze pensionistas da terceira e dezenove da quarta classe. Embora ínfimos percentualmente, os dados chamam atenção para o fato de que ao contrário do que foi, por exemplo, encontrado no Juquery[12], os prontuários de pensionistas são muito pouco preenchidos. Se lá eles eram mais preenchidos do que o dos indigentes, demonstrando a importância e o *status quo* desses internados e a necessidade de demonstrar a eficiência dos critérios científicos, na Capital Federal preponderava uma postura de respeito em relação à família do interno, que se traduzia em um evidente intuito de esconder os terríveis segredos que transparecem na própria ausência de dados, tornando sua estada no hospício quase invisível do ponto de vista burocrático. Assim, muitas vezes, a relação do requerente com o interno é generalizada com termos como “parente”, “conhecido. Os pensionistas ou são brancos ou não é preenchida a coluna referente a este dado. No caso de senhoras pensionistas, muitas vezes não consta sequer sua idade. Os endereços e detalhamentos do estado do paciente não nos são informados. Apenas não-pensionistas das seções Calmeil ou Morel é que passam pelo escrutínio e descrições das observações – pelo menos ao nível do preenchimento dos dados. Muitas vezes não sabemos sua profissão, procedência, nenhum dado parece surgir daí, a não ser pela exposição da sua ausência. Deste modo, considerar que houvesse no HNA, assim como no Juquery, uma hierarquização nos cuidados médicos, implica considerar o não preenchimento dos prontuários como um cuidado especial para não embaraçar as “boas famílias” da sociedade.

A maior parte das pessoas internadas era composta por aqueles mantidos pelos cofres públicos (870), entre os quais predominavam os pobres. As seções Pinel (380) e Esquirol (235) se destinavam aos alienados designados como indigentes. Note-se que 89% das internações

eram feitas por requisição do Distrito Policial. Deste modo, temos 496 internos que vieram de órgãos da força policial e semelhantes. Se, em 1915, Juliano Moreira atestava que a seção Pinel, destinada aos indigentes masculinos, continha 33,7% do total do HNA e representava o alvo prioritário de inquietações cotidianas dos responsáveis pela assistência, já que "albergava os piores representantes da classes mais desprotegidas da sociedade, com seus piores vícios e delinqüência"[13], podemos afirmar que os dados até agora evidenciados marcam de maneira ainda mais contundente o nível da tensão que ali existia entre 1900 a 1910, uma vez que 40,6% dos internos estavam na Seção Pinel e 23,3% de internas no Esquirol entre 1900 e 1910.

A população à margem da cidade parece então ser a clientela principal do hospício, vagando periodicamente (em muitas reentradas) por seus pátios, medicalizados e diagnosticados. Se a vadiagem, as resistências ou o uso de bebida fossem diagnosticados como alcoolismo (18, 23% dos homens e 15, 30% das mulheres), passavam por uma desintoxicação e em cerca de um mês ganhavam alta, para serem, a seguir, reinternados, como demonstram as estatísticas. Mas se o desvio fosse compreendido como sintoma de outras doenças, como debilidade mental (5,17% dos homens e 1,85% das mulheres) ou loucura maníaco-depressiva (5,17% dos homens e 1, 66% das mulheres), sua estada era mais longa. O hospício conta com alienados que entre os vários pavilhões e colônias, estão ali por 10, 20 anos. O aumento do tempo da estada implicava muitas vezes na morte (ocorrida em 64,3% dos casos até agora investigados), uma vez que diversas doenças pulmonares e gastro-intestinais eram comuns no hospício, lugar supostamente higienizado e com vistas à cura.

Não só esses hábitos contrários à ordem e o progresso foram medicalizados. Eram considerados alienados os homens que transgrediam o uso racional de seu dinheiro e herança, os rebeldes políticos, os hetero e auto-agressivos. O comportamento sexual desviante também tinha seu lugar no hospício: homossexuais, libertinos, mulheres lúbricas também enchiam suas fileiras. A maior parte das mulheres internadas apresenta em seus prontuários observações

acerca de sua sexualidade ou do seu sexo perigoso. Em quase todos pesava a herança da degeneração.

"Na representação de uma população trabalhadora e moralizada, salta a figura de seu avesso: agentes das moléstias e perigos sociais, filhos espúrias do progresso, do industrialismo e do urbanismo"[14]. Como diz Juliano: "é real a massa de gente das cadeias para cá enviadas" [15]. Assim, assistimos a transformação do comportamento anti-social em doença mental, destacando da sociedade uma margem de pessoas com moléstias cujos contornos se fazem pela miséria, ociosidade, vícios e crimes, ameaça de contágio para toda a nação.

O Avesso do Progresso: Cores *Anormaes*

Há um aspecto bastante relevante ainda não mencionado: do total de prontuáriosaté agora pesquisado somam-se 630 brancos, 187 negros, 212 pardos e 54 prontuários cuja categoria "cor" não foi preenchida. É de se perguntar por que no HNA havia um número tão reduzido de negros e pardos se o hospício se encontra em uma cidade com um imenso contingente deles.

De fato, se a população do hospício é constituída principalmente de pobres, sua composição demográfica parece, entretanto, não ser equivalente ao número de ex-escravos e de outros negros e pardos, pobres, moradores da cidade do Distrito Federal. Neste sentido, vale ressaltar que o Rio de Janeiro foi o destino principal não apenas da migração externa, como também da migração interna. Representações como a da "Pequena África", falam dessa população marginalizada que obstacularizava a ordem e ao progresso[16].

Desde a segunda metade do século XIX, os traços étnicos e a condição sócio-econômica da maioria dos negros e pardos passaram a caracterizar sua patologia nos discursos e periódicos científicos. Seu risco para o país se alastrava através da mestiçagem, expandindo a herança degenerada nos estigmas que marcavam o mestiço como síntese de todas as divergências hereditárias. Para ambos, a psiquiatria de Morel e Magnan reservara a

classificação da degeneração inferior, a proximidade ao estado natural e aos estágios primitivos da evolução humana, sublinhando sua inadequação ao tipo “normal”[17].

Juliano Moreira, com seus intuitos de universalização da classificação psiquiátrica propunha, no início do século, que a loucura não escolhia raça, e afirmava que “o trabalho de higienização mental dos povos não deveria ser afetado por "ridículos preconceitos de cores ou castas" [18]. No entanto, havia também aqueles que explicitamente não deixaram de apostar na raça para as questões do psiquismo. Na mesma época em que Juliano tratava de se contrapor a Nina Rodrigues sobre as questões da raça, Henrique Roxo[19] escreve que há doenças específicas para cada raça, devido ao desenvolvimento do cérebro de cada uma, sendo o cérebro dos brancos é mais evoluído do que o dos negros. Para o autor, seria justamente sua inferioridade cerebral que os tornariam presas fáceis da loucura. Para justificar sua posição frente às novas tendências que a psiquiatria tomava por influência de Kraepelin, Roxo afirmava que não era a constituição física dos negros, sua cor propriamente, que marcavam sua inferioridade e sim o fato de que neles, a evolução não havia se estabelecido como teria acontecido aos brancos. Somando a noção de características hereditárias a fatores sociais como a escravatura, Roxo retoma a proposta higiênica convocada pela *Intelligentsia* nacional, propondo que o controle desta população de loucos feito através da educação poderia transformá-los. Sem políticas do Estado que promulgassem sua evolução, nada restaria ao negro, que de tão negro e pobre era praticamente louco, tornar-se o *locus* da maior ameaça social: constituir-se como fator de degenerescência do brasileiro[20].

Se concordarmos com diversos autores[21] que afirmam que os discursos trazem a patologização dos traços não-ocidentais, o que o fazemos, como justificar o número tão reduzido de negros e pardos registrados até agora nos prontuários do HNA (são 55,3% de brancos, contra 20,7% de pardos e 18,2% de negros, contra apenas 5,27% de prontuários onde o item cor não está preenchido)? Frente a uma cidade com um imenso contingente deles?

Frente ao fato qde que, em grande parte, são eles que constituem a massa de pobres e miseráveis que freqüenta o HNA?

A superlotação histórica do hospício deve ter dificultado a entrada de alienados. Deste modo, como ainda hoje acontece, eram as relações pessoais, os contatos com o poder, os relacionamentos do campo da pessoalidade, enfim, que acabavam abrindo as portas da internação. De qualquer modo, creditar à entrada de brancos a um número maior de brancos degenerados – o que poderia ser concluído apressadamente, se tomássemos ao pé da letra as propostas de Juliano, que propunha as condições sociais como propiciadores da doença e não a raça – levar-nos-ia a conclusões que não condizem nem de perto com o que é proposto por aqueles que vêm discutindo a questão do racismo no Brasil[22]. Os dados estatísticos do próprio hospício ajuda-nos a não acreditar neste caminho, na medida que apontam a grande incidência de reentradas de pardos no Pavilhão de Observação, o que revelaria não uma ausência de loucos pardos, mas sim a cronicidade de sua loucura[23]. Como relacionar este dado ao número de internados cuja procedência era a força policial é matéria ainda a ser desenvolvida. De qualquer modo, o avesso da identidade nacional, o alienado do HNA, é branco, pobre, solteiro e trabalhador urbano. É ele quem vai constituir no hospício, uma parte das chamadas “classes perigosas”.

Do caráter fragmentado dos dados até aqui levantados, resultam principalmente algumas indicações de temas a serem perseguidos na continuidade do trabalho, cruzando estas informações com outras séries documentais. Na continuidade desta pesquisa, privilegiaremos as séries documentais arquivadas no conjunto de documentos denominados de “diversos”, além de completarmos o banco de dados dos prontuários, com as séries relativas ao período proposto inicialmente. Esperamos localizar também as ocorrências policiais que se relacionam com os internos do hospital, em especial o material relativo aos cinco diferentes grupos étnicosr a questão da raça nesse universo de pesquisa.

[1] Cristiana Facchinetti. Psicanalista, pesquisadora-visitante do Depto. de pesquisa e professora do PPGHCS da Casa de Oswaldo Cruz (Bolsa PD – CNPq/Fiocruz)
[2] O projeto de pesquisa prevê ter trabalhado com as primeiras três décadas do século XX até seu término.
[3] Agradecemos ao Instituto Municipal Nise da Silveira e ao Centro Cultural da Saúde (MS) pela disponibilização das fontes primárias.
[4] cf. LIMA Nísia T, HOCHMAN Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: Maio MC, Santos RV, orgs. *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Fiocruz; 1996. p.23-40.
[5] ANTUNES, Mitsuko A. M. *et alii.* Jeca Tatu e a identidade do povo brasileiro: contribuição aos estudos sobre as relações entre psicologia e história. *Clio-psyché ontem: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (orgs. Ana Maria Jacó-Villela *et ali*). Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ FAPERJ, 2001, p. 57-82
[6] PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2002.
[7] BRANDÃO, Teixeira. "A Psychiatria. Sua Evolução. Doutrinas Velhas e Novas". *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins,* Anno III, Abril a Junho, Número 2, 1907, Rio de Janeiro. Págs. 129-166.
[8] MOREIRA, Juliano. "Memórias da Saúde Mental no Brasil". *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins.* Rio de Janeiro. Anno III, nº 1, 1907. Págs: 101 à 105.
[9] *Apud* VENANCIO, Ana Tereza e CARVALHAL, Lázara. A classificação psiquiátrica de 1910: ciência e civilização para a sociedade brasileira. In: *Clio-psyché ontem: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (orgs. Ana Maria Jacó-Villela *et ali*). Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ FAPERJ, 2001. Págs. 151- 157.
[10] ENGEL, Magali. *Estratégias e Artifícios: Os Delírios da Razão*. Col. Civilização e Loucura. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001. Págs. 117-179
[11] CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.115
[12] idem
[13] Moreira,J. Relatório da diretoria geral da assistência a alienados enviados ao ministério da justiça em 10/3/1916 (acervo Arquivo Nacional)
[14] CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Op.cit.*, 1986, p.193
[15] MOREIRA, Juliano. "Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil". In: *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, I(1), 1905:52-98, p. 52
[16] c.f. ARAÚJO , Rosa Maria Barbosa de Araújo, *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano.* Rio de Janeiro: Rocco, 1993
[17] FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro, Nau edit., 1999 , p.344
[18] MOREIRA, Juliano. "A luta contra as degenerações nervosas e mentais no Brasil (comunicação apresentada no Congresso Nacional dos Práticos)". Brasil Médico, II, 1922.
[19] ROXO, Henrique de Brito B. "perturbações mentais nos negros no Brasil" , *Brazil Médico*. RJ, 8/5/1904, n. 18, p. 182
[20] idem.
[21] Como em Carrara (1998), Cunha (1996), Engel (2001), Russo (2002), Venâncio (2003)
[22] Brown, W. L. (1997), Maio, M. C., & Santos, R. V. (1996)., Schwarcz, L. M. (1993), entre outros.
[23] ROXO, Dr. Henrique de Brito Belford. "Causas de Reinternação de Alienados no Hospício Nacional" In: *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal.* Rio de Janeiro. Anno VI, Números 1 e 2, 1908. Págs. 403-415.

Comunistas e movimento operário no bairro do Jacaré – RJ (1950-1990)

Cristiane Muniz Thiago[1]

Introdução

O presente trabalho tem como tema a memória dos ex-trabalhadores comunistas do complexo industrial do bairro do Jacaré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, buscando identificar e analisar a atuação desses ex-trabalhadores no movimento operário e comunitário bem como sua situação face à falência da maioria das indústrias na década de 1990, quando cerca de 40 mil trabalhadores perderam seus empregos. Para se entender os processos ocorridos no bairro do Jacaré, torna-se imprescindível considerarmos a comunidade do Jacarezinho que, de acordo com dados do IBGE de 2000, possui cerca de 36.459 moradores, enquanto o bairro do Jacaré possui por volta de 7.392 moradores. Além disso, a maior parte da mão-de-obra do complexo industrial do Jacaré é moradora da comunidade do Jacarezinho. Até 1992, data da criação do bairro do Jacarezinho, a comunidade era identificada como uma favela que fazia parte do bairro do Jacaré.

O complexo industrial do Jacaré ocupava cerca de 15 ruas do bairro e tinha uma enorme diversidade na sua produção. Era possível encontrarmos ali indústrias de sapatos e bolsas, de materiais farmacêuticos, de vidros, de roupas, metalúrgicas, fábricas de café etc. Nas ruas do complexo, e na principal rua do bairro (rua Nilo Teixeira), diversas cantinas serviam aos trabalhadores das fábricas, e uma rede de comércio era alimentada pela economia gerada na produção industrial.

De acordo com os entrevistados diversos grupos estavam presente na vida política-sindical e comunitária do bairro. Podemos citar, de acordo com os entrevistados, a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B), de grupos Trotskistas, da Ala Vermelha, da Frente Operária, do Movimento de

Emancipação do Proletariado (MEP), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e do Partido dos Trabalhadores (PT) já na década de 1980.

O Jacaré representava um espaço importante para os grupos políticos, conjugando um grande potencial de movimento operário, por conta de seu parque industrial, e o movimento comunitário existente no Jacarezinho.

Pressupondo que a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) seja algo relevante na memória operária brasileira em geral e dos trabalhadores aqui estudados elegemos esse grupo como objeto principal da pesquisa.

Para a análise dos processos ocorridos no bairro do Jacaré, utilizamos a metodologia da história oral, bem como o levantamento e a análise de fontes documentais, sobre os trabalhadores e as empresas, relacionadas com o contexto histórico em questão.

De acordo com a metodologia de trabalho adotada para preservar os entrevistados optou-se por não expor a identidade dos mesmos, dando-lhes nomes fictícios. Foram realizadas três entrevistas com militantes ex-comunistas além de outras entrevistas realizadas com ex-operários de outros grupos políticos.

Memória e Espaço

> "... devemos examinar os contextos em que as vidas operárias são vividas. Isso significa visualizar tempo e espaço não como pano de fundo da análise histórica, mas, fundamentalmente como parte intrínseca do próprio processo de mudança histórica"[2].

Ao consideramos o espaço como parte fundamental da análise histórica temos que destacar sua importância na construção das redes de sociabilidade articulando diferentes atores e movimentos na mesma direção. Para além da fábrica, o bairro se torna um importante ambiente que amplia e consolida as relações entre os operários. A identidade

desse grupo é assegurada não apenas por sua formação de classe, tendo a identificação com o bairro com um importante paralelo. Nesse sentido, os comunistas tentam conciliar "as pressões oriundas da vida institucional e aquelas nascidas da base operária"[3]. Essa estratégia inclui uma forte preocupação com o espaço de moradia discutido dentro do movimento comunitário. O movimento comunitário se torna relevante para a pesquisa, pois está diretamente vinculado à participação nos partidos, grupos políticos e nos sindicatos, logo, estando presente na memória operária, tema principal da pesquisa.

Para alguns grupos a participação no movimento comunitário era destacada, sobretudo por sua importância política:

> "A razão da nossa participação no movimento comunitário não era nem pelo comunitário, era pelo político, todo mundo aqui pertencia ao partido... e a razão da gente participar do movimento comunitário é exatamente porque a gente tinha uma consciência diferente dos moradores e pensamos que tínhamos que organizar os moradores para organizar uma sociedade nova"[4].

A narrativa acima é de um morador do Jacarezinho desde a década de 1950 e ex-trabalhador de indústrias no bairro. Ele entrou para o PCB em 1956, passando a organizar o movimento de base dentro das fábricas em que trabalhou. Seu trabalho também se estendia à participação no movimento comunitário. O PCB, assim como outros grupos políticos e os sindicatos era um ponto de convergência entre o bairro e a fábrica, unindo operários e comunidade em torno de uma melhor qualidade de vida. Segundo outro entrevistado:

> "Eu fui trabalhar numa fábrica de sapatos e uns amigos que eram comunistas me chamaram para participar do sindicato... eu achei aquilo lindo porque lá era uma escravidão, lá os latifundiários fazia o pessoal de

> escravo. Eu achei aquilo ótimo, o sindicato um órgão que defende a gente, eu achei aquilo ótimo. Eu aprendi também a ser comunista porque eu achava que o comunismo era a libertação da classe operária (risos)”[5].

A função do movimento de base nas fábricas ia além das reivindicações salariais, estendo-se à participação política dentro dos movimentos comunitários presentes onde o operário residia. Essa política representa uma orientação do PCB que tenta conciliar seus planos na esfera política com as necessidades imediatas vindas da base do movimento operário.

A luta no movimento comunitário, no entanto, não fazia parte da orientação de todos os grupos políticos que atuavam junto à classe operária. Havia não apenas aqueles ligados ao PCB que estendiam a luta na fábrica ao movimento comunitário, mas também outros que mesmo fazendo parte de movimentos organizados, como os sindicatos, não articulavam a luta na comunidade.

Na década de 1970, o Jacarezinho já era uma grande favela. Na falta da presença do Estado, a associação de moradores fazia o papel deste, calçando e iluminando ruas. “Ao invés da prefeitura fazer, a gente era que fazia, o que era errado do ponto de vista político”[6]. Para os integrantes do PCB, a filosofia política entenderia como certo o fortalecimento do Estado para que este realizasse os melhoramentos dos quais a sociedade necessitava. Porém, as melhorias de que o Jacarezinho necessitava eram urgentes demais para se esperar uma transformação maior da sociedade.

Os “movimentos” operários no período de exceção

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) um dos setores mais afetados pela repressão foi o movimento operário. Mesmo tendo suas atividades cerceadas durante todo o período ditatorial, a luta operária manteve-se ainda que na clandestinidade. No caso do

Jacarezinho, os principais líderes se afastam da direção da associação de moradores e só retornam ao movimento social a partir de meados da década de 1970 com a abertura do regime.

Nesse contexto, diferentemente de outros grupos, o PCB opta por um enfrentamento não direto, tampouco armado, com a ditadura militar. A posição do partido é a de desenvolver as frentes políticas e democráticas e tentar organizar os operários contra o regime por meio da própria estrutura sindical, mesmo que essa estivesse controlada por forças políticas que serviam a ditadura.

> "Nesse sentido, na prática sindical a orientação do partido deveria se dar, como em outros momentos, utilizando-se dos espaços legais, por dentro da estrutura sindical vigente, embora não restrito a eles"[7].

Apesar dessa postura de não enfrentamento direto, o PCB não deixou de ser perseguido e ter a violência do regime posta sobre seus membros[8]. Como podemos perceber na fala abaixo, o medo foi companheiro do movimento operário.

> "...nos tínhamos as comissões clandestinas quer dizer na GE também tinha as comissões clandestinas mais por ser um negócio que os trabalhadores tinham até medo naquele momento de se colocar e tinha até receio dos próprios diretores dos sindicatos tinha até receio de falar alguma coisa que ai todo mundo tinha aquele receio porque muitas vezes era entregue a direção e perdia o posto de trabalho"[9].

As estratégias desenvolvidas pelo movimento sindical no bairro, como as citadas a cima, fazem parte de um histórico de lutas dessa comunidade. Movimento comunitário e movimento operário sempre trocaram experiências para enfrentar seus respectivos

problemas, sendo a história da comunidade valorizada por ambos os movimentos como base de suas lutas.

Na prática, verifica-se que a repressão sofrida pelo partido gerou uma memória traumática sobre o assunto. A perseguição pela participação política e sindical através do partido é destaque na memória dos trabalhadores. Em uma das entrevistas, feita com um ex-alfaiate, a participação no PCB não foi citada, marcada por um silêncio que revela o receio em tocar em um assunto que já gerou tanta perseguição. A entrevista foi marcada por trechos como: "Será que eu devo falar nisso?"[10]. A sigla PCB só foi pronunciada após o gravador ser desligado, demonstrando um claro receio em tocar na participação no partido. Esse silêncio, segundo Michael Pollak representa, na maioria das vezes, uma proteção a sua história de vida e não um "esquecimento"[11].

A partir da década de 1980, a abertura do regime vai possibilitar a volta das atividades políticas antes limitadas pela ditadura. O ressurgimento dos trabalhadores na vida política nacional é caracterizado pelas greves que eclodiram no país e pelo surgimento de novas entidades que representariam os trabalhadores. Com o fim do bipartidarismo em 1979, uma série de partidos vai ser criada. No entanto, caberá ao Partido dos Trabalhadores (PT) o papel de destaque junto aos operários e ao movimento sindical na condução dos próximos passos nos anos de abertura do regime e na redemocratização do país. Surge nesse período um conjunto de práticas sindicais que receberia o nome de "novo sindicalismo", dizendo-se capaz de romper com as práticas do sindicalismo que caracterizou os anos anteriores. As organizações intersindicais também vão ser criadas e consolidadas nesse período. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é criada 1986 e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) é fundada em 1986[12]. No Jacaré, nesse período, as greves também fizeram parte da vida do bairro. Eram diversas categorias que depois de anos de arrefecimento da luta saíam novamente para o confronto com o patronato.

Na década de 1990, o bairro vai ser marcado pelo fechamento de diversas indústrias e pelo conseqüente desemprego. Em face do afastamento do movimento comunitário e do próprio PCB, o processo de desemprego que assola o bairro parece não ser muito discutido por essas pessoas que tiveram neste processo uma intensa participação. Os resultados da pesquisa indicam que os ex-trabalhadores do complexo industrial do Jacaré, hoje em sua maioria desempregados ou sub-empregados, sofreram um imenso desgaste tanto no aspecto profissional quanto na sobrevivência individual e coletiva. Um dos fatos mais relevantes indicados pela pesquisa é o afastamento de uma grande parcela desses ex-operários da atividade política sindical. Um bairro antes citado pelas greves e manifestações dos operários tem sua participação no cenário sindical extirpada pelo falta da oferta de empregos. Os sindicatos e os partidos políticos, ao terem dificuldade para achar caminhos que permitissem a incorporação dessa massa de desempregados na sua estrutura, promoveram um inevitável afastamento dessas pessoas da atividade sindical.

Com a atividade comunitária também prejudicada por conta do crescimento do tráfico de drogas dentro da comunidade, poucas foram as continuidades na vida desses trabalhadores.

Considerações Finais

Além de ex-operários e, em grande maioria, moradores, a identidade deste grupo é assegurada por elos de ligação com os movimentos político-partidários e com o movimento comunitário. Novas formas de inserção estão sendo buscadas por essas pessoas. Onde parecia não haver mais saída, outros caminhos foram sendo construídos.

O pertencimento ao bairro é o principal elo de ligação entre esses militantes que ainda hoje trabalham pela melhoria de seu espaço de moradia. Entretanto, o bairro sofreu também um imenso desgaste com o processo de empobrecimento e favelização. O que foi construído por uma geração que acreditava em transformações mais profundas na sociedade, hoje está

destruído, entre outros fatores, pelo crime organizado. Ao afastar as indústrias, o tráfico inibe não só as relações de produção no bairro, mas também desestrutura as relações de sociabilidade, tendo em vista que a violência é uma constante que faz do bairro um local pouco atrativo.

Através de suas próprias memórias conhecemos um pouco da história desses velhos comunistas que contribuíram para o desenvolvimento nacional, operários que fizeram mais que dar suas horas de trabalho na fábrica. Essas pessoas lutaram dentro e fora das fábricas, por melhores condições de vida, por um dia-a-dia mais justo, por uma melhor qualidade de moradia, pela educação de seus filhos, e tudo isso sistematizava a luta por uma sociedade mais justa, por um novo mundo. Esse mundo pode não ter chegado para essas pessoas, mas nem de longe sua história é de fracassos. Marginalizados pela história, esses ex-operários e suas realizações estão presentes, e são condição essencial, na construção de uma memória operária.

---

[1] Mestranda em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

[2] SAVAGE, Mike. "Classe e História do trabalho". In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVIA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe*. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2004. p. 44.

[3] SANTANA, Marco Aurélio. "A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92)". In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel. (orgs.). *Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX.* São Paulo, Cortez Editora, 2003. A citação se refere ao PCB.

[4] Entrevista concedia à autora em 20/01/03 – Joaquim.

[5] Entrevista concedida à autora em 20/01/03. "Lá" refere-se ao estado da Bahia, de onde o entrevistado é migrante – João.

[6] Entrevista concedida à autora em 20/01/03 – Joaquim.

[7] SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, UNIRIO, 2001. p. 150.

[8] SANTANA, Marco Aurélio. "A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92)." In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Isabel (Orgs). *Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

[9] Entrevista concedida à autora em 09/05/03 – Pedro

[10] Entrevista concedida à autora em 20/01/03. Essa entrevista foi realizada com mais três companheiros do Partido Comunista, a pergunta citada acima é dirigida aos demais companheiros – José.

[11] POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, n° 3, Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

[12] SANTANA, Marco Aurélio. "Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. O Brasil Republicano V. 4.

A reforma urbana e o subúrbio carioca na historiografia[1]

CRISTIANE REGINA MIYASAKA[2]

Ainda que a historiografia a respeito das reformas urbanas empreendidas no Rio de Janeiro no início do século XX seja ampla, raros são os trabalhos que se dedicaram ao estudo das conseqüências dessas reformas na vida de seus habitantes. Sendo assim, a comunicação tem como objetivo apresentar um balanço da historiografia que trata do período do "bota-abaixo", bem como de que maneira os subúrbios cariocas foram abordados nesses trabalhos. Essa reflexão é parte da pesquisa que desenvolvo no mestrado, ainda em fase inicial, que investiga o impacto das reformas urbanas no cotidiano dos trabalhadores que viviam em Inhaúma – um distrito suburbano carioca –, em finais do século XIX e início do XX.

Dentre os historiadores que empreenderam esforços para investigar, de maneira crítica, o processo de renovação urbana pelo qual passou a Capital, merece destaque a obra de Jaime Benchimol: *Pereira Passos: um Haussmann tropical*[3]. Partindo de um instrumental teórico marxista, o autor apresentou detalhadamente os antecedentes da reforma, bem como o seu desenrolar. Obra de referência sobre o assunto, nela é possível encontrar tanto reflexões mais gerais acerca desse processo de transformação urbana, como detalhes a respeito de quais ruas foram modificadas, por quais delas circulavam os carroceiros, etc.

Levando em consideração que o seu trabalho não é uma mera descrição dessas mudanças, mas uma análise do processo, vale ressaltar que o autor busca relacionar a transição do sistema escravista para o capitalista às modificações que ocorreram na estrutura física da cidade. Desse modo, na primeira parte da obra, Benchimol apresenta o Rio de Janeiro do início do século XIX como uma cidade escravista, na qual a mão-de-obra negra era fundamental para a realização de diversos serviços urbanos, utilizada tanto no

despejo de detritos das habitações como no fornecimento de energia braçal para as atividades realizadas no porto.

Durante a segunda metade desse século, o Rio sofre com o crescimento populacional, a crise habitacional, os surtos epidêmicos, o aumento da circulação de mercadorias no porto e em suas ruas estreitas e congestionadas. Além disso, no centro, encontravam-se cortiços, casas de cômodos, pequenas oficinas artesanais, escritórios de grandes companhias, casas de comércio, prédios públicos, bancos, entre outros. Benchimol chega à conclusão de que essa utilização do espaço já não atendia aos interesses dos capitalistas estrangeiros e brasileiros, nem aos do Estado republicano[4]. Sendo assim, todos esses fatores em conjunto influenciaram, com maior ou menor intensidade, a realização das reformas.

Cabe ressaltar ainda reflexões importantes que o autor fez a respeito do papel do Estado nesse processo. Considerando que as obras foram levadas a cabo por uma ação conjunta dos governos federal e municipal, Benchimol afirma que ocorreu o seguinte:

> "(...) a expropriação ou segregação de um conjunto socialmente diferenciado de ocupantes de um espaço determinado da cidade – modificado pela ação do Estado – e sua apropriação por outras frações de classe. Essa 'transferência' realizou-se por intermédio de mecanismos de expropriação e valorização acionados diretamente pelo Estado."[5]

Os grupos sociais segregados dos quais fala o autor eram constituídos por trabalhadores e membros da pequena burguesia, proprietária de pequenos estabelecimentos comerciais e de habitações coletivas, que não tinham condições de habitar na região renovada, cujos terrenos foram supervalorizados em razão das obras realizadas. Nesse sentido, Benchimol aponta que o "bota-abaixo" desarticulou uma "trama complexa de relações sociais". Ao desapropriar e demolir diversos prédios, a vida dos que trabalhavam e residiam no centro da cidade foi alterada significativamente.

A respeito dos subúrbios, eles apareceram em dois momentos de sua obra: um antes e outro depois de analisar as reformas. O primeiro deles foi ao tratar da generalização do trabalho livre, apresentando a distribuição espacial das categorias profissionais. Na realidade, em 1870, as freguesias que iriam compor os subúrbios ainda eram denominadas freguesias rurais. Com base em Eulália Lobo e no censo de 1870, Benchimol descreveu que

tipo de profissionais existiam em cada freguesia, distinguindo quantos eram os livres e os escravos, quais atividades eram desenvolvidas, etc.

A segunda menção aos subúrbios ocorre quando Benchimol aborda o crescimento da periferia da cidade, em virtude das reformas. Inicialmente, ele afirma que em finais do século XIX a ocupação dos subúrbios ganhou impulso devido à instalação de estações ferroviárias. As linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rio D'Ouro e Melhoramentos cruzavam diferentes áreas da região. Porém, "a grande expansão dos subúrbios começou, de fato, na primeira e segunda décadas do século atual, estimulada, em larga medida, pelas demolições realizadas no centro da cidade."[6]

Com relação à população que se dirigiu aos subúrbios, Benchimol afirma que foram "segmentos das 'classes médias'", pessoas que possuíam empregos estáveis, "como funcionários, militares, empregados, ou (...) trabalhadores especializados". Ele faz essa observação com base em *Habitações populares*, de Backheuser[7], que apontou o preço elevado e o tempo excessivo do transporte ferroviário, bem como o alto custo dos materiais de construção como obstáculos para a ida do proletariado para os subúrbios.

Outra obra que também tratou especificamente das reformas foi *A era das demolições*, de Oswaldo Porto Rocha[8]. Também partindo de uma perspectiva marxista, Rocha preocupou-se, assim como Benchimol, em apontar os principais interesses que levaram às reformas, embora com menos detalhes. Nesse aspecto, sua obra pouco se difere da anterior. Em suma, a implantação da ordem burguesa criou a necessidade reestruturar a cidade.

De acordo com Rocha, as poucas obras que trataram a respeito da renovação urbana adotaram o discurso da época, o qual enaltecia a "modernização" empreendida por Pereira Passos e Rodrigues Alves. Foi com o intuito de mostrar outros motivos que levaram ao "bota-abaixo", que o autor realizou sua pesquisa.

Uma primeira diferença com o trabalho anterior está relacionada à investigação da atuação e inserção do Clube de Engenharia no desenrolar das reformas. Essa associação, formada por alunos recém-formados da Escola Politécnica, industriais, comerciantes e

proprietários de firmas de construção civil, foi tratada pelo autor enquanto entidade da classe dirigente. Dentre os membros do Clube estava o engenheiro Pereira Passos. A instituição começou a ganhar importância no Rio de Janeiro por sempre se posicionar a respeito das propostas de melhoramentos para a Capital. Segundo Rocha, o Clube foi "o principal responsável pela manutenção do debate sobre o saneamento e urbanização do Rio de Janeiro durante duas décadas e não o poder público"[9].

A segunda distinção que pode ser apontada em relação ao trabalho de Benchimol está relacionada à preocupação de Rocha em buscar pistas da "outra cidade". Segundo o autor, para tal, foi necessário recorrer a fontes não-tradicionais, como a literatura, as biografias e o material sobre a história da música popular brasileira. Através dessas fontes, Rocha apresentou alguns aspectos da vida daqueles que habitavam locais que foram transformados pelas reformas, como os cortiços e os morros.

O autor tratou pouco sobre os subúrbios. Um primeiro momento foi quando ele abordou a expansão da cidade, através dos bondes e trens. Nas palavras do autor,

> "Do mesmo modo que o bonde efetiva a ocupação de bairros na zona sul e norte, o trem possibilita a ocupação de áreas que hoje são chamadas suburbanas, algumas das quais recebem seus nomes em função da própria construção da ferrovia. Cascadura, por exemplo, é um nome originário da resistência do solo na ocasião da abertura dos leitos naquela área."[10]

A segunda referência aos subúrbios é feita quando autor trata das conseqüências da reforma. Para ele, muitos trabalhadores permaneceram no centro da cidade por falta de condições econômicas para mudarem para outras regiões, como as suburbanas[11]. Sendo assim, a principal alternativa para esses indivíduos foi a ocupação dos morros, que é entendida pelo autor como uma nova estratégia de sobrevivência.

É interessante notar ainda que, assim como Benchimol, Rocha destaca como uma das conseqüências desse processo o impacto nas práticas culturais, de resistência e de sobrevivência:

> "Podemos dizer que são comunidades inteiras que desaparecem, *indivíduos que perdem sua identidade social*, na medida em que vêem seu universo cotidiano transformar-se em poeira, em questão de dias."[12]

Afora essas duas obras que trataram especificamente das reformas, existem outras que abordaram o tema em parte de seus trabalhos. Esse é o caso, por exemplo, de *A*

evolução urbana do Rio de Janeiro, de Maurício de Abreu[13]. Com intuito de entender o Rio de Janeiro atual, o autor investigou as raízes da sua estratificação espacial "núcleo-periferia".

Abreu privilegiou o estudo das prioridades e omissões do Estado, a fim de compreender de que maneira essa instituição contribuiu para a estratificação da cidade. De modo geral, sua investigação não difere das dos autores tratados anteriormente. Ele aponta que a primeira expansão acelerada da malha urbana, ocorrida entre 1870 e 1902, foi resultado das "necessidades de reprodução de certas unidades do capital, tanto nacional como estrangeiro"[14].

Ao abordar essa expansão, Abreu também trata do papel dos bondes e trens, descrevendo detalhes sobre quais concessões foram feitas e a quem beneficiavam. Além disso, o autor afirma que apesar de bondes e trens terem induzido, de diferentes modos, o crescimento da cidade, a dicotomia "núcleo-periferia" que já se esboçava antes de 1870, foi apenas consolidada pela instalação desses meios de transporte, mesmo porque a própria escolha de cada um deles para uma região e outra já foi pautada nessa dicotomia que se constituía. Novamente, é nesse momento que os subúrbios aparecem devido às transformações operadas pela introdução das ferrovias nas freguesias rurais.

No que diz respeito às conseqüências das reformas, Abreu aponta a favela como "única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de trabalho"[15]. Porém, o autor aponta ainda que nem todos os expulsos dos cortiços ou que chegaram à cidade instalaram-se nas favelas. Nas palavras de Abreu, a "grande maioria, *ao que parece*, instalou-se nos subúrbios, contribuindo assim para a sua ocupação efetiva."[16] (grifo meu). Para fazer tal afirmação, o pesquisador baseou-se nos dados dos recenseamentos de 1890 e 1906, através dos quais é possível notar o "apreciável" crescimento populacional de freguesias suburbanas como Engenho Novo e Inhaúma.

Além dos trabalhos apresentados acima, existem aqueles que trataram especificamente de determinadas freguesias suburbanas. Sônia Bispo dos Santos analisou processos de defloramento em Inhaúma, Espírito Santo e Engenho Velho. Sua dissertação

teve como preocupação o cotidiano de moças pobres – pardas e negras – e a visão da Justiça no que diz respeito à honra da família[17]. Joaquim Justino Moura dos Santos, por sua vez, dedicou sua tese de doutorado ao estudo das freguesias de Inhaúma e Irajá, desde o processo de distribuição de sesmarias até 1920[18].

Segundo Moura dos Santos, durante a administração de Pereira Passos, o Estado atribuiu a função de áreas residenciais das "camadas trabalhadoras" às freguesias de Inhaúma e Irajá, fato esse que estava plenamente consolidado por volta da década de 1920.

O processo de urbanização, que se iniciou por volta da década de 1870, em Inhaúma, estava diretamente relacionado à valorização das terras dessa freguesia devido à instalação da Estrada de Ferro Dom Pedro II em 1858 e de suas estações no último quartel do século XIX[19]. Os próprios fazendeiros locais promoveram o loteamento de parte de suas terras e abriram diversas ruas[20]. O autor afirma ainda que esse processo não ocorreu de maneira uniforme dentro da freguesia, uma vez que dependia das condições de acesso à cidade, proporcionada, no caso da região oeste de Inhaúma, pela E. F. D. Pedro II.

Também com base nos recenseamentos de 1890 e 1906, Moura dos Santos interpreta as mudanças ocorridas em Inhaúma. O crescimento populacional é a primeira característica apontada, uma vez que o número de habitantes eleva-se de 17.421 para 67.578, ou seja, ocorre um aumento de mais de 50.000 pessoas. Em comparação com os demais distritos da cidade, o autor afirma que Inhaúma foi o que mais cresceu no período[21]. Ainda com relação à população desse distrito, Moura dos Santos apresenta uma informação relevante: o número de trabalhadores da indústria passou de 815 em 1890 para 11.240 em 1906[22]. Além do mais, nesse mesmo período, o número de estabelecimentos do setor secundário diminuiu em tal distrito, mas permaneceu concentrado no centro do Rio de Janeiro. Levando em consideração que os estabelecimentos do setor terciário também se localizavam, em sua maioria, na região central da cidade, o autor concluiu – embora não tenha apresentado os dados – que grande parte das pessoas que se mudaram para Inhaúma ainda trabalhava nas áreas centrais da cidade.

Para Moura dos Santos, a transformação de Inhaúma em área residencial para as "camadas trabalhadoras" ocorreu por diversos motivos, dentre eles: o fato de esse distrito ser o mais próximo da cidade, a industrialização, o papel desempenhado pelos trens e pelos bondes, o custo mais baixo das moradias e, principalmente, a reforma urbana empreendida por Pereira Passos. Para o autor, a intencionalidade do Estado em transformar Inhaúma, e posteriormente Irajá, em área residencial para "camadas trabalhadoras" pode ser identificada a partir do que foi priorizado durante as reformas:

> "A menor atenção dada ao subúrbio pelo Estado, como representante das elites dominantes, indicava o papel que reservava ao subúrbio enquanto área dedicada à moradia das camadas mais pobres da população, bem como a transposição para o espaço do município da hierarquia social própria à sociedade capitalista que se implantava."[23]

Acredito que esse argumento precisaria ser melhor desenvolvido. Diversas mudanças ocorreram nas freguesias rurais ao longo de todo o século XIX. O crescimento de cada uma delas foi desigual, mas também aconteceu no período. De 1872 para 1890, por exemplo, Irajá cresceu 122%, Inhaúma 135% e Jacarepaguá 96% [24]. Ao mesmo tempo, a elevação demográfica total das freguesias rurais atingiu 101%. Diante dessas informações, existe alguma relação entre o crescimento gradativo que se deu durante o século XIX e aquele que ocorreu no período das reformas de Pereira Passos? Os motivos que levaram ao aumento populacional ao longo do século XIX contribuem para a caracterização de Inhaúma e Irajá como áreas residenciais para "camadas trabalhadoras"? Essas são algumas questões para as quais Moura dos Santos não atenta.

Como é possível observar, de modo geral, os subúrbios cariocas aparecem na histografia que trata das reformas urbanas em dois momentos: o primeiro deles é quando se aborda a expansão ferroviária ocorrida no último quartel do século XIX; o segundo é ao tratar do deslocamento populacional provocado pelo "bota-abaixo". Além disso, alguns autores apontam que os trabalhadores que se mudaram para os subúrbios, nesse período, tinham empregos estáveis, porém, nenhum deles apresenta quais foram as fontes que empregaram para essas afirmações. Somente Moura dos Santos, que trata especificamente

de freguesias suburbanas, aponta algumas características sobre essa população com base em dados censitários.

Através do que foi apresentado até aqui, nota-se que a análise da reforma urbana empreendida no Rio de Janeiro no início do século XX foi feita por diversos autores. Contudo, um estudo mais rigoroso das conseqüências desse processo ainda não foi realizado. Do meu ponto de vista, estudar os motivos que levaram à renovação urbana é tão importante quanto investigar os seus desdobramentos – que grupos sociais foram atingidos e de que maneira. Sendo assim, a pesquisa que desenvolvo, além de se debruçar sobre quem eram os trabalhadores que se deslocaram para Inhaúma, pretende buscar também como eles vivenciaram essas mudanças e como criaram alternativas para enfrentá-las.

---

[1] Uma primeira versão desse texto foi apresentada como parte de minha monografia de conclusão de bacharelado, cujo título é "Cotidiano dos moradores suburbanos do Rio de Janeiro através das páginas da imprensa (1913)", orientada pelo Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha. Agradeço, além do meu orientador, aos professores Sidney Chalhoub e Michael Hall, que fizeram parte da banca examinadora, pelas sugestões e pelos comentários ao texto, que foram incorporadas nessa nova versão.
[2] Mestranda em História Social do Trabalho – Unicamp (crisifch@terra.com.br). Essa pesquisa tem apoio financeiro da FAPESP (março/2005 a fevereiro/2007).
[3] Jaime Larry Benchimol. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
[4] Cf. *Ibidem*, p. 245.
[5] *Ibidem.*
[6] *Ibidem*, p. 262.
[7] O estudo de Everardo Backheuser foi publicado em 1906.
[8] Oswaldo Porto Rocha. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
[9] *Ibidem*, p. 52.
[10] *Ibidem*, p. 37.
[11] *Ibidem*, p. 81.
[12] *Ibidem*, p. 110.
[13] Maurício de A. Abreu. *A evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ILPLANRIO & Zahar, 1987.
[14] *Ibidem*, p. 43.
[15] *Ibidem*, p. 66.
[16] *Ibidem*.
[17] Sônia Bispo dos Santos. *Honestas ou transgressoras:* o cotidiano das menores pretas e pardas através dos processos de defloramento, na cidade do Rio de Janeiro - 1894 a 1911. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2000.
[18] Joaquim J. Moura dos Santos. *De freguesias rurais a subúrbio*: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História Social, USP, 1996. Ver também a dissertação de Mestrado de Joaquim J. M. dos Santos, que tratou exclusivamente de Inhaúma. *Contribuição ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro*: a freguesia de Inhaúma (1743 a 1920). Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1987.
[19] Cf. Joaquim J. M. dos Santos, *De freguesias rurais...*, p. 231.
[20] Cf. *Ibidem*, p. 232.
[21] *Ibidem*, p. 244. Embora Moura dos Santos não tenha apontado, vale ressaltar que o distrito de Engenho Velho também teve um crescimento populacional, em números absolutos, de mais de 50.000 habitantes, pois passou de 36.988 residentes para 91.494. Contudo, em termos proporcionais, o crescimento de Inhaúma foi maior. Enquanto Engenho Velho cresceu 147% – valor também alto –, Inhaúma aumentou em 293%. Cf. Maurício de Abreu, *op. cit.*, p. 67.
[22] Cf. Joaquim J. M. dos Santos, *De freguesias rurais...*, p. 244.
[23] *Ibidem*, p. 256.
[24] Cf. Maurício de Abreu, *op. cit.*, p. 54.

Levantamento populacional dos índios Kaingang no Fortim Atalaia (1812-1828).

Cristiano Augusto Durat[1]

1. Aspectos Históricos.

O Fortim Atalaia que foi construído nos campos de Guarapuava em junho de 1810, no espaço compreendido no terceiro planalto do estado do Paraná. Esse território pertencia à província de São Paulo que tinha como limite as cabeceiras do rio Uruguai, divisa com o Rio Grande de São Pedro[2]. A "descoberta" desses campos se deu com as expedições de reconhecimento e posse na década de setenta e inicio dos oitenta dos setecentos.

Essas expedições não obtiveram sua plena realização. Mas foram de extrema importância, ao proporcionar um conhecimento extenso de grande parte da geografia, botânica e alimentícia da região. Nessas expedições também foram de utilidade, por apontar os caminhos mais propícios para se chegar aos campos de Guarapuava e seu fim principal a aproximação, um contato qualquer com os "selvagens", habitantes dos campos, para poder legitimar sua posse.

O comandante geral dessas expedições foi o Tenente-Coronel Afonso de Botelho Sampaio e Souza. Graças ao seu empenho, e com a experiência de seus subordinados que hoje temos a descrição dos acontecimentos marcantes das expedições. Mesmo que as tentativas tenham sido frustrantes do ponto de vista ocupacional, e meramente plausível o esforço deste comandante em estabelecer amizade com o indígena. Mesmo assim, os índios mantiveram-se fiéis as suas raízes. Aproximaram-se do alojamento dos portugueses, atraíram a atenção deles para fora do seu espaço e na mata atacaram alguns componentes da expedição comandada pessoalmente por Afonso Botelho, ocasião em que foram mortos setes homens.

Com receio de serem atacados novamente o comandante determina a retirada dos seus comandados para povoados mais seguros, rompendo com isso os planos de povoamento, que somente será concretizado passado quase quarenta anos com a Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava.

Dom João VI ressuscitaria o projeto de ocupação dos campos no ano de 1809. Para o sucesso da expedição, o número de componentes contabilizara mais de 200 pessoas. Dentre eles tinham militares, trabalhadores, profissionais, famílias, enfim pessoas capazes de abrir um caminho que ligasse a vila de Curitiba aos campos de Guarapuava, e obviamente pessoas com ambição de trabalhar e plantar raízes afetivas nessas terras.

Ao chegarem aos campos de Guarapuava imediatamente levantaram uma proteção para o estabelecimento de casas, capela, e outras benfeitorias para abrigar os portugueses. Essa proteção levou o nome de Fortim Atalaia. O objetivo da construção do fortim era de servir de escudo para possíveis enfrentamentos com o indígena. Era um perigo constante, afinal os índios já haviam assassinados os camaradas de Afonso Botelho e de momento para outro, eles surgiriam. De fato, logo os índios se aproximaram do abarracamento, e cautelosos foram se aproximando.

A expedição tinha outros índios que vieram para servirem de interpretes[3], estes não compreendiam a língua, muito menos os portugueses entenderiam. Pe. Francisco das Chagas Lima, capelão da expedição destaca que os índios tinham uma fala difícil de compreender: [...] *fallam, porêm não se entendem*,[...] [4]

Mesmo com a dificuldade de ambos na fala, os índios se mostraram amigáveis para com os portugueses, oferecendo suas mulheres para que os homens a desfrutassem. Podemos analisar da seguinte forma essa oferenda. Quando os camaradas de Afonso Botelho foram mortos, os índios também haviam prestado mostras de amizade com os portugueses, e no momento oportuno os atacaram. Essa tática de atrair os portugueses para fora do seu abarracamento, ou seja, do fortim, e constatado novamente com os homens da real expedição de Guarapuava. Ao atrair os homens para fora da sua proteção, automaticamente os portugueses ficavam vulneráveis, e seriam presas fáceis.

Pe. Chagas reúne todos os homens e os exorta para não se aproximarem das índias, com a promessa de excomungar que não atendesse seu pedido. Apenas o soldado Manoel Pereira de Magalhães desrespeitou a ordem e se aventurou pela mata. Os demais seguiram as suas exortações.

Graves conseqüências os portugueses tiveram que enfrentar. Dentre elas, defenderem-se do ataque indígena no dia 29/08/1810, no qual por seis horas os portugueses se protegeram e atacaram os índios Kaingang.

Com esses episódios da pré-ocupação, ocupação e pós-ocupação dos campos de Guarapuava, os índios sempre estiveram presentes, ora ganhando, ora perdendo. Cabe destacar, que a partir de 1810 os índios Kaingang serão peças importantes da ocupação.

Para adentrarmos no objetivo desse texto passamos a discutir a documentação que ratifica a presença do índio Kaingang nos campos de Guarapuava, que são os registros paroquiais que o Pe. Chagas redigia ao ministrar os sacramentos e óbitos na povoação.

Esses documentos permitem redigir o levantamento populacional dos índios Kaingang que estiveram presente no Fortim Atalaia, esporadicamente ou por um tempo mais longo.

Para isso, vamos percorrer as fontes que permitem conhecer os índios Kaingang dos Campos de Guarapuava, que ora foram concentrados no Fortim Atalaia.

2. Os livros paroquiais.

A real expedição e colonização dos campos de Guarapuava partiram da vila de Curitiba em agosto de 1809. Na sua bagagem traziam os livros paroquiais para registrar os sacramentos efetuados durante a expedição, e também para registrar os sacramentos do povoamento que seria efetivado nos campos de Guarapuava.

O responsável para zelar dos livros de Batismo, Casamento e Óbito, e consequentemente quem realizaria os sacramentos foi o Pe. Francisco das Chagas Lima.

Cabe destacar que os livros paroquiais eram para serem registrados os sacramentos dos portugueses e índios. Para os registros sacramentais dos escravos negros tinham

outros livros[5]. No entanto, nesse texto vamos nos referir apenas aos registros dos índios Kaingang.

2.1 Os registros de Batismo.

Pe. Chagas teve um papel importante dentro da expedição. Além do seu trabalho como pastor teve um grande cuidado de registrar os sacramentos dos indígenas.

Os sacramentos ministrados para com os índios foram realizados a partir de 1812. Até então os índios estavam dispersos pelo sertão, conseqüência do confronto que ocorreu no inicio da colonização em 1810, do qual já discutimos.

Conforme levantamento e exploração dos registros paroquiais de batismo, Pe. Chagas realizou 449 batismos de índios Kaingang.

Desses 449 registros de batismo, 55% correspondem á pessoas do sexo feminino, e o restante, ou seja, 45 % do sexo masculino.

Essas informações já nos dão uma visão da população indígena que esteve presente no fortim Atalaia. Mas, podemos tranquilamente buscar inúmeras informações que auxiliam o pesquisador populacional. Para exemplificar, em 1812 foi o ano que mais sacramentos de batismo realizou na povoação, contabilizando 121 registros. O ano que menos teve batismo foi em 1828, perfazendo um total de seis. Devemos considerar que o Pe. Chagas permaneceu na povoação até o final deste ano. Interpretamos da seguinte forma permanência no Padre: o seu último registro no livro de batismo data de 12/10/1828. Isso leva a crer que ele deixará a direção do trabalho de catequese e conversão dos índios, e também dos portugueses, posteriormente ao seu último batismo na povoação.

A documentação ainda permite outras interpretações que serão exploradas no decorrer da pesquisa que ora desenvolvemos. Mas a título de esclarecimento, os registros permitem o conhecimento da idade, nome indígena, nome dos pais, padrinhos, forma de batismo e em que situação ocorreu. É importante frisar que esses dados contidos na documentação são orientados pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*[6].

Nessas orientações do arcebispado está evidente também a preocupação com a forma de efetuar os registros de casamento e óbitos.

2.2 Registros de Casamentos.

Diante das fontes primárias que são os registros de Batismo, Casamento e Óbitos. O que menos teve registros foi o de casamentos no período de 1810-1828.

Nesses dezoito anos comandando o bem espiritual dos seus fieis, o Pe. Chagas realizou 55 casamentos. Dos quais 16% das uniões aconteceram entre portugueses e índias, e 84% das uniões foram entre os índios, ou seja, 46 registros.

Se levarmos em consideração os aspectos culturais dos índios Kaingang quanto a poligamia, diríamos que o número de casamentos é bastante expressivo. Logicamente que esses dados não nos dão uma completa visão da realidade, mas estamos o mais próximo possível. Isso também não atesta que os índios tinham apenas uma esposa. Diante da igreja católica certamente que sim, devido suas orientações, mas na sua vida "selvagem", o hábito de ter mais do que uma esposa era prática comum entre os índios que se destacavam em confrontos com outras tribos ou com os "brancos".

Dessa forma, consideramos que os índios casavam-se perante a igreja para obter proteção e respeito das autoridades portuguesas, ou para se destacar diante dos outros índios, servindo-lhes como exemplo a ser adotado. Ao retornarem para o sertão, tomavam novas esposas conforme descrição do Pe. Chagas[7].

Enfim a união entre índias e portugueses foi bastante baixa, apenas 9 casamentos. A miscigenação tão estimulada pelo Marquês de Pombal, através do diretório dos índios de 1757, não obteve seu efeito desejado de construir aqui na colônia uma sociedade igualitária, abolindo as diferenças entre 'brancos' e índios[8].

Há exemplo dos registros de batismo, os de casamentos também proporcionam outras análises que serão discutidas num momento oportuno. No entanto, essas informações acima discutidas nos permitem conhecer, neste texto, mesmo que

esparsamente, o universo das uniões ocorridas nos campos de Guarapuava com os índios Kaingang.

2.3 Registros de Óbitos.

Para finalizar a exploração das fontes utilizadas na pesquisa, onde já discutimos os registros de batismo e casamento, passamos agora a analisar sucintamente os óbitos ocorridos entre os anos de 1812-1828.

Da mesma forma que o ano de 1812 foi promissor para o batismo, sendo o ano que mais registrou-se os sacramentos, o livro de óbitos também aponta que no mesmo ano houve o maior número de mortes nos campos de Guarapuava, obviamente no povoamento de Atalaia.

De um total de 149 mortes, 23% foi no ano de 1812. Pe. Chagas destaca em sua Memória que o impulso dos batismo se deu devido a uma epidemia que se abateu entre os índios. Uma das conseqüências da colonização.

Muitos conseguiram sobreviver, outras não tiveram tanta sorte. O que chama atenção nesses sacramentos, é que o Pe. Chagas certamente aproveitou-se dessa epidemia para catequizar e mostrar o bem que os sacramentos lhes trariam, a promessa de salvação das suas almas.

Os registros de óbitos nos dão claramente a forma de enterro que os índios faziam para com seus irmãos indígenas. Por exemplo, exigindo das autoridades locais que os deixem enterrarem seus mortos conforme seus costumes. Fica evidente esse descontentamento dos índios ao ser enterrado uma índia no cemitério dos portugueses.

Alguns morreram logo que foram batizados. Outros não chegavam a receber o sacramento da extrema-unção. O mesmo procedimento efetuado com os portugueses, os índios também recebiam no item sacramental.

3. Considerações finais.

Com esses três momentos da vida social indígena, orientada pela igreja católica, do batismo, casamento e óbito, podemos exaustivamente chegar mais próximo possível dos acontecimentos do dia-a-dia nos campos de Guarapuava, principalmente no Fortim Atalaia.

É plausível a preocupação e cuidado que o Pe. Chagas em registrar inúmeros dados populacionais que nos proporciona efetuar uma historia local, sem perder sua conexão com o regional, nacional, enfim global.

A ocupação dos campos de Guarapuava foi um projeto do reino português. Expandir seus domínios, ganhar espaço, e afastar um possível alargamento do território espanhol e manter um foco populacional lusitano no sertão.

Pretendemos com a pesquisa, através dos registros paroquiais, cartas régias e outros documentos, analisar e mostrar que os índios Kaingang foram os atores principais dessa ocupação seja através da sua resistência, ou via alianças com os portugueses.

---

[1] Graduado em História pela UNICENTRO-PR, mestrando em História na UPF-RS.
[2] Atual Estado do Rio Grande do Sul.
[3] FRANCO, Artur. Martins. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Curitiba: Tip. João Haupt: 1943. p.88
[4] LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. Curitiba, 2001. Revista Monumenta Editora Aos quatro ventos, v. 3 n 9, p. 58
[5] Os livros Sacramentais do qual nos referimos estão sob a guarda do Arquivo da Catedral Diocesana Nossa Senhora de Belém em Guarapuava, aberto pra qualquer pessoa que deseja pesquisar e apurar essa diferenciação entre brancos, índios e negros.
[6] CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceitas no Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Reimpressão de 1853.
[7] Op. Cit. LIMA p.63
[8] DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1757. Art. 88. Disponível em http://amazonia.com.sapo.pt/Diretorio_Pombal_integral.htm. Acessado em 09/11//2004.

NOVAS PRÁTICAS, NOVOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: O FUTEBOL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970*

Cristiano Cezar Gomes da Silva**

Este trabalho enfoca a instituição do futebol como nova prática de sociabilidade no Agreste de Pernambuco. O estudo é realizado na cidade de Belo Jardim, distante cerca de 180 Km da cidade de Recife, durante as décadas de 1960 e 1970. No ano de 1972, o periódico "O Bitury" em suas páginas esportivas estampa a seguinte manchete: "Cultura melhora estádio", em alusão às reformas implementadas pelo clube chamado Cultura Futebol Clube. Entretanto, desde os anos 40 as notícias futebolísticas têm um espaço de destaque nos jornais da cidade de Belo Jardim.

A cidade tem os seus hábitos modificados. É crescente o interesse pelas disputas realizadas todos os domingos no estádio da Gameleira, pertencente ao Santa Cruz Futebol Clube. Há também convites para times de futebol das cidades vizinhas virem jogar em Belo Jardim. O entusiasmo do público local cristaliza-se na expectativa de assistir às acirradas partidas. Os jornais registram esses novos hábitos que concorrem para a consolidação e proliferação do futebol na cidade.

Durante a década de 1960, o futebol continua a se difundir e a se espalhar pela cidade. Novos clubes surgem, como também cresce o número de adeptos do esporte. O futebol passa a atingir várias camadas sociais e diversas faixas etárias. O público incentiva a prática esportiva ao prestigiar o primeiro campeonato de futebol de Belo Jardim. Inicialmente cinco equipes são inscritas na competição: Santa Cruz, Cultura, Comércio, Dnocs e Mariola, que compõem as primeiras equipes a disputar o campeonato local em 1960[1]. Ocorre ainda a participação de equipes infantis e de aspirantes que realizam as partidas preliminares. O cotidiano da cidade é perpassado pelos novos hábitos incorporados. Instituem-se novas práticas, novos costumes – o futebol se consolida.

Nesse sentido, o futebol durante a década de 1960 instituiu um espaço de sociabilidade. Discussão que Michel de Certeau traz à tona, teorizando a dicotomia entre

“lugar” e “espaço”. Para Certeau, “o espaço é um lugar praticado”, em que o lugar se refere a algo estático em que os objetos inseridos não contém muitos significados. Por outro lado, o espaço seria o lugar praticado a partir das ações dos sujeitos que significam, ressignificam o lugar dando-lhe movimento, ação, enfim, construindo-lhe os significados. Os objetos até então inertes, estáticos, ganham novas dimensões a partir das práticas nele instituídos.[2]

O estádio da cidade de Belo Jardim ganha um redimensionamento mediante as práticas do futebol. Deixa de ser estático, apenas um “lugar”, para transformar-se num novo “espaço” em que a prática estabelecida não seria apenas uma prática esportiva, mas, toda uma rede de novos hábitos e costumes que são incorporados ao cotidiano. Dessa forma, institui-se não apenas a simples disputa esportiva, mas, sobretudo a construção desse novo espaço de sociabilidade envolto num emaranhado de novos significados que a cidade incorpora. O estádio cristaliza-se como novo cenário do cotidiano.

> Indiscutivelmente o futebol belojardinense atravessa uma boa fase. Desde os clubes infantis até os titulares, o movimento é intenso.
> **O Campeonato da Cidade, primeiro da História Esportiva da Terra do Bitury**, já foi iniciado, apresentando inúmeras novidades mostrando assim, bem claro, esse desenvolvimento, que dia a dia, se arregimenta, criando novos incentivos.
> Por outro lado, o público local vem colaborando com esse empreendimento comparecendo em massa a toda as competições esportivas. Enquanto isso, os clubes infantis e Aspirantes têm a primazia de se enfrentarem em partidas preliminares, servindo como uma atração a mais no conclave.[3]

Nos anos seguintes, o futebol consolida-se e o campeonato da cidade passa a se chamar “Hexagonal Hélio Maciel”. Novos times integram as disputas durante o ano de 1964, enquanto outros deixam de participar. O campeonato então é composto por seis equipes: Santa Cruz, Cultura, Ferroviário, Comércio, Mariola Esporte Clube, Associação Belojardinense de Atletismo – ABA. As equipes do Santa Cruz Futebol Clube e do Cultura Futebol Clube, as mais antigas em atividade na cidade, protagonizam o que a imprensa chama de “o grande clássico da terra do Bitury”. As partidas são disputadas sob uma rivalidade que cada um dos clubes desperta e institui entre o público. [4]

A CIDADE ESTEVE EM FESTA

A criação da Liga Desportiva Belojardinense – LDB, filiada à Federação Pernambucana de Futebol – FPF é decisiva na proliferação e consolidação do futebol em Belo Jardim a partir de 1960. O "Diário de Pernambuco" estampa em suas páginas esportivas: "Belo Jardim viveu dias de festas com a posse da diretoria da LDB".[5]

Em 22 de maio daquele ano, a cidade passou a integrar o restrito grupo de municípios representados junto à Federação Pernambucana de Futebol – Caruaru, Limoeiro, Garanhuns, Pesqueira, Igarassu, Escada, Vitória de Santo Antão e Belo Jardim. Dessa forma, o campeonato municipal de futebol passa a não apenas ser oficialmente reconhecido pela entidade competente no Estado, como também se torna mais atraente, reunindo agremiações de cidades próximas.

A Liga Desportiva Belojardinense firma-se como uma das mais importantes do Estado. O campeonato organizado pela LDB conta com a participação de equipes das cidades próximas. Passa a ser habitual ocorrer partidas envolvendo cidades diferentes pelo campeonato de Belo Jardim. Cidades como São Bento do Una, Tacaimbó e Sanharó têm os seus representantes na disputa do título de campeão no certame de Belo Jardim. Os jornais registram essa movimentação em torno do futebol: *"O campeonato de Belo Jardim será iniciado hoje à tarde, com a realização de uma rodada tríplice, que está organizada: Grêmio X Palmeiras, em **Sanharó**; ASA X Comércio, em **São Bento do Una** e Mariola X Cultura, em **Belo Jardim**.* [6]

Em 1962, como vemos acima, as páginas do Diário de Pernambuco apontavam as disputas de futebol pelo interior do Estado. A cidade de Belo Jardim tinha um campeonato considerado dos mais importantes. Havia disputas simultaneamente em várias cidades próximas, como Sanharó, São Bento do Una e Tacaimbó, organizadas pela LDB.

> Com uma arrecadação de 5.780 cruzeiros o Santa Cruz, de Belo Jardim voltou a confirmar o seu favoritismo no presente turno no campeonato patrocinado pela LDB, derrotando ao **Grêmio, de Sanharó**, por 4 x 3. O

> encontro foi realizado no Estádio José de Sousa Cavalcante apresentando ampla movimentação. No primeiro tempo já o Santa Cruz vencia por 3 x 1. O conjunto orientado por Geraldo Magalhães teve no médio volante Wilson o seu maior elemento, secundado por Siqueira; os demais apresentaram-se em plano regular. Com êsse resultado o tricolor assegurou sua posição na liderança, juntamente com o **Asas** (sic), **de São Bento**.[7]

No trecho da reportagem anterior, o cronista assinala a expansão do futebol pelas cidades circunvizinhas. Vemos a participação de clubes das cidades de Sanharó e São Bento do Una, distantes cerca de 20 Km da cidade de Belo Jardim. Assim, o futebol tornar-se-ia um símbolo propagador de novas formas de lazer, de novos hábitos e costumes, preparando o indivíduo para outras práticas de sociabilidade em massa.

O campeonato da Ligas Desportivas das cidades era visto como a possibilidade mais concreta de um grande incentivo e apoio àquelas Ligas. No início dos anos 60, predominava a idéia de que a FPF poderia consolidar e dinamizar a prática do futebol no interior de Pernambuco, mediante a organização do certame intermunicipal que movimentaria as entidades locais filiadas. A imprensa esportiva mais uma vez tornava-se a porta-voz dos desportistas distantes da capital de Pernambuco. Nesse sentido, Lenivaldo Aragão escrevia em um de seus artigos publicados no Diário de Pernambuco:

> Não pode ficar relegado ao esquecimento o futebol no interior, se bem que o <association> da capital requisite pelo menos oitenta por cento das atenções da entidade. De há muito as ligas necessitam de uma maior apoio, moral e material, o que já existe, por sinal, porém em pequenas proporções. A necessidade de se imprimir o desporto interiorano um grau maior de progresso se faz sentir, o que não é papel apenas da entidade da Rua D. Bosco, mas da próprias ligas, que devem unidas trabalhar com este objetivo e apresentar resultados benéficos futuramente.[8]

A preocupação do jornalista estaria centrada no papel a ser desempenhado pela Federação Pernambucana de Futebol e das Ligas Desportivas locais. Para Aragão, as Ligas deveriam se unir na tentativa de sensibilizar o presidente da FPF no intuito de realizar o “campeonato da Ligas”. Naquele momento de discussão, a imprensa teria um importante papel na consolidação dos anseios e dos sonhos de que a FPF patrocinasse e organizasse o campeonato.

A I COPA DO INTERIOR E A TAÇA PERNAMBUCO

As fotografias e os relatos da época registram a repercussão que a criação da Liga Desportiva Belojardinense teve na cidade. Houve um comparecimento de numeroso público para prestigiar a solenidade de fundação dessa entidade esportiva e as partidas disputadas naquela ocasião. Além do almoço de confraternização, oferecido ao Presidente da Federação Pernambucana de Futebol – Rubem Moreira – e demais dirigentes vindos de Recife e das cidades vizinhas, ocorreu um desfile das equipes fundadoras da LDB. Entretanto, a notícia mais comemorada fora o anúncio feito pelo Presidente da FPF de que no ano seguinte – 1961 – seria iniciado o primeiro campeonato de seleções de futebol entre as cidades do interior do Estado, organizado pela Federação Pernambucana de Futebol com a participação das cidades que possuíam suas Ligas Desportivas filiadas.[9]

O anúncio da realização daquele campeonato trouxe grande expectativa e ansiedade entre os desportistas de Belo Jardim e demais cidades que já tinham suas Ligas Desportivas devidamente constituídas e reconhecidas pela FPF. A notícia de que se realizaria a I Copa do Interior patrocinada pela FPF, modificou a rotina do futebol em Belo Jardim. Houve uma reunião entre o Conselho Diretor da LDB a fim de traçar os planos para a participação da seleção local no campeonato. Foram escolhidos inicialmente os nomes do treinador, Geraldo Magalhães e do seu assistente, o preparador físico José Ananias de Moraes. Em seguida, ambos apresentaram à LDB uma relação com os jogadores convocados para a primeira seleção que representaria a cidade de Belo Jardim:

> *"Do SANTA CRUZ – Tininha (goleiro); Raposo e Aluísio (zagueiros); Wilson, Simão, Siqueira, Edmundo (médios); Marconi, Ruy, Arlindo, Tico, Bartó (atacantes).*
> *Do CULTURA – Geraldo (goleiro); Ninha (zagueiro); Joel, Pinheiro, Nado (médios); Juvenal, Missias, Neco, Wassil, Zezito (atacantes).*
> *Do COMÉRCIO – Cincinatto (médio-volante) e Garrincha (ponta-esquerda)."*[10]

Após a convocação da seleção local, inicia-se uma série de partidas amistosas visando à preparação para a competição. Competição essa, que estava cercada de grande importância pela imprensa esportiva pernambucana, por reunir várias cidades e também por ser até então inédita. Assim, a I Copa do Interior era aguardada com grande expectativa pelos desportistas de Belo Jardim.

A I Copa do Interior realizada em 1961 pela FPF, como já frisamos, reunia as seleções das cidades cujas Ligas Desportivas estavam filiadas e homologadas à Federação Pernambucana. A fórmula de disputa era a seguinte: sorteavam-se as equipes, separando-as em duas em duas que jogariam entre si uma vez em cada cidade e ao final das partidas classificaria-se à fase seguinte aquela que somasse mais pontos. Em caso de empate após as duas partidas, realizar-se-ia uma terceira partida de desempate em "campo neutro" que se decidiria até os pênaltis se necessário. A fórmula era simples e se aplicava até as partidas finais.

A importância da prática do futebol no espaço também mostra-se pela transmissão daquela partida ao vivo, além de um bom público registrado pelos jornais . "As rádios Clube e Olinda transmitirão para todo o nordeste esta sensacional partida que também será televisionada."[11] A velocidade da vida moderna se desvela na simultaneidade das transmissões. O público das cidades distantes dos grandes centros urbanos é atingido pela velocidade da informação sobre os acontecimentos. Constrói-se um novo ambiente que interliga o indivíduo ao acontecimento remoto e em tempo real. A simultaneidade é uma marca de uma modernidade caleidoscópica, multifacetada que perpassa a cidade de Belo Jardim e as demais cidades do interior de Pernambuco.

Além da ampliação do número dos clubes de futebol em Belo Jardim, surgem em diversas cidades, novas equipes e adeptos do futebol a partir da criação e do sucesso dos campeonatos envolvendo as diversas Ligas e clubes do interior. Em 1961, a Taça Pernambuco era manchete no "Diário de Pernambuco": "Nova rodada da Taça Pernambuco atração do futebol no Interior".[12]

Faz-se necessário um breve esclarecimento acerca dessa competição, aliás, dessas duas competições, uma vez que existiam dois campeonatos oficiais organizados pela FPF envolvendo desportistas do interior do Estado. A Copa do Interior reunia as seleções das cidades inscritas e filiadas à Federação Pernambucana de Futebol. As seleções eram convocadas e compostas por atletas inscritos na FPF pelos clubes locais. Já a Taça Pernambuco, envolvia apenas os clubes campeões das Ligas locais, espalhadas pelo Estado.

Acerca dessas competições, o jornalista Bartolomeu Marinho esclarece em uma entrevista para essa pesquisa:

> Antes era Copa Pernambuco e Copa do Interior de seleções. No outro ano fazia a Taça Pernambuco, eram os clubes. Cada clube representando a sua Liga. Como por exemplo, a Copa do Brasil, temos times de Recife, um ou dois, representando cada um o seu Estado. Nessa época, na Taça Pernambuco cada time representava a sua cidade.[13]

Durante a realização da Taça Pernambuco, entravam em campo não apenas as equipes com os seus atletas. Mas, toda uma cidade representada pelo seu clube de futebol em um período de efervescência do esporte pelo interior de Pernambuco. A cidade de Belo Jardim se auto-afirmava envolvida pela atmosfera de disputa com as demais cidades do interior e pela boa participação na competição.

Nesse contexto, percebemos a prática de futebol como instituinte de novas práticas de sociabilidade, bem como instituinte de novos espaços de convívio social em que as pessoas viviam as suas experiências com o novo que se instituía naquele instante. A partir do esporte que rapidamente popularizou-se pelos desvãos do Brasil, vemos uma integração das cidades do interior de Pernambuco que se rivalizavam mediante o futebol.

Notas:

* Este trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada *Um Agreste moderno? Ecos da modernidade e a instituição dos signos na cidade de Belo Jardim entre 1953 e 1978*, defendida no PPGH da UFPE com orientação da Profª Drª. Isabel Cristina Martins Guillen e com bolsa do CNPq.

** Professor Assistente da Fundação Universidade Estadual de Alagoas e Professor da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim. Mestre em História pela UFPE.

[1] MARINHO, Bartolomeu. “Futebol da cidade”. *O Batalhador*, Belo Jardim, maio de 1960, ano I, nº 1, p. 2.

[2] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1 – artes de fazer. 7. ed. Tradução de Ephraim Ferreira

Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
[3] MARINHO, Bartolomeu. Op. cit. (grifo nosso)
[4] PAZ, José da. "O hexagonal Hélio Maciel". *O Líder*, Belo Jardim, 02.08.1964, ano I, n.º 1, p. 6.
[5] *Diário de Pernambuco*, Recife, 30.10.1977.
[6] "Certame de Belo Jardim". In: *Diário de Pernambuco,* Recife, janeiro de 1962.
[7]GOMES, Franklin. "Certame de Belo Jardim: Santa Cruz venceu". In: *Diário de Pernambuco*, 31.08.1961.
[8] ARAGÃO, Lenivaldo. "Belo Jardim viveu dias de festas com a posse da diretoria da LBD". In: *Diário de Pernambuco*, maio de 1960.
[9] Idem, ibidem.
[10]TORRES, João. "Convocados os jogadores para a seleção de Belo Jardim". In: *Diário de Pernambuco*, fevereiro de 1961.
[11] "Nova rodada da Taça Pernambuco atração do futebol no Interior" In: *Diário de Pernambuco*, fevereiro de 1961.
[12]Ibidem.
[13]Trecho da entrevista concedida por Bartolomeu Marinho no dia 13 de fevereiro de 2004 na cidade de Jaboatão dos Guararapes.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE

Cristina Ennes da Silva
Centro Universitário Feevale – Novo Hamburgo/RS

Nosso estudo é parte integrante de um projeto de pesquisa institucional que visa o resgate da história do Centro Universitário Feevale. Num primeiro buscamos reconstituir a história da ASPEUR (Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo), que é a entidade mantenedora do Centro Universitário Feevale (Novo Hamburgo-RS) e que resultou num livro já publicado.[1] Concluída a primeira etapa da pesquisa procuramos resgatar a trajetória da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo (FEEVALE), status que a instituição adquiriu a partir da aprovação de seu funcionamento.

Este trabalho procurou valorizar, além da documentação institucional e do material presente no jornal local, a fala de pessoas que vivenciaram o período de instalação das faculdades, bem como o desenvolvimento das atividades e o próprio crescimento da instituição.

Nesse sentido, não nos restringimos a exclusivamente colher os depoimentos e publicá-los, mas buscamos, em conjunto com outras fontes históricas, valorizar a fala de dirigentes, professores, funcionários, alunos e membros da comunidade, que por sua relação com a instituição fizeram emergir um universo de expectativas, sentimentos e percepções acerca do momento vivenciado pela instituição.

A análise do jornal trouxe, também, a percepção da comunidade local, uma vez que não se restringia apenas a noticiar as atividades realizadas pela instituição como também abria espaço para que a comunidade se aproximasse da instituição.

Num outro sentido, enfatizamos a análise das fontes documentais institucionais: atas, relatórios, memorandos, entre outros, onde podemos acompanhar o desenvolvimento da atividade e o crescimento da instituição. A conjugação dessas fontes históricas possibilitou-nos a reconstrução da história que conduziu a instituição ao status de Centro Universitário.

[1] SCHEMES, C e SILVA, C.E.. **ASPEUR. Uma trajetória comunitária.** Memória de seus colaboradores. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2003.

A história da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo teve seu início aproximadamente um ano antes da aprovação de seu funcionamento, isso é no final da década de 60. Nesse período a cidade de Novo Hamburgo destacava-se por ter um quadro econômico onde a indústria, o comércio e os serviços se desenvolviam amplamente. No tocante a educação escolar, a cidade estava dotada de escolas de nível fundamental e médio de qualidade reconhecida. Contudo, com exceção de um Instituto de Belas Artes, não possuía escolas de nível superior que pudessem atender as necessidades de uma população que se aproximava dos 80 mil habitantes. Assim, ao concluírem os estudos secundários os jovens eram obrigados a saírem da cidade se desejassem continuar os estudos.

Dessa realidade surgiu a idéia da criação de uma universidade pelo prefeito da época, Alceu Mosmann, que convocou membros representantes de diversos setores da sociedade a se unirem numa comissão para verificar a viabilidade de instalação de faculdades na região. Da primeira comissão de verificação originou-se uma associação denominada ASPEUR (Associação Pró-universidade em Novo Hamburgo), que viria a ser a mantenedora da instituição de ensino superior.

Por quase um ano os membros da ASPEUR trabalharam no sentido de promover a instalação das faculdades. Uma de suas ações foi a seleção dos cursos que comporiam a instituição de ensino superior: Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Educação (Pedagogia) e Relações Públicas, pois estes cursos estavam relacionados com as necessidades apresentadas pela comunidade.

Inicialmente pensou-se em instalar uma universidade regional, entretanto, na medida em que o processo se desenrolava foi aconselhado pelos órgãos educacionais estaduais e federais que a instituição pretendida assumisse o status de federação, o que aconteceu em 26/02/1970.

No mesmo mês, realizaram-se os primeiros exames vestibulares da instituição, sendo registrado a presença de 202 candidatos distribuídos entre os quatro cursos oferecidos.

Em 24 de março de 1970, iniciaram-se efetivamente as atividades na FEEVALE com a presença do reitor da PUC-RS, Irmão José Otão, que proferiu a aula magna da instituição destacando a importância do Ensino Superior e a criação dos Cursos Superiores em Novo Hamburgo.

Para ministrar as aulas dos quatro cursos a Federação contava com 8 professores titulares, devidamente aprovados pelo MEC, além de 9 assistentes e 2 auxiliares de ensino. Entretanto, as atividades para muitos destes profissionais haviam começado bem antes da realização da aula inaugural, pois em dezembro de 1969 os professores tiveram a primeira reunião do corpo docente da instituição objetivando planejar e traçar diretrizes para os cursos.

Além de um corpo dirigente e docente engajado na construção de uma instituição de ensino superior com qualidade, a FEEVALE contava com um grupo de funcionários dedicados e envolvidos em melhor atender as necessidades da instituição e dos alunos.

> Eu entrei na instituição em agosto de 1975 atuando como professora e com o tempo passei a exercer a função que hoje poderíamos definir como chefia de gabinete. Eu sempre gostei de trabalhar na Feevale, sempre me identifiquei com o trabalho na instituição. As atividades que eu realizei ao longo deste tempo foram sempre muito prazerosas pAra mim e eu fiz com prazer e satisfação todas elas. (Luci Bridi)

Quando da elaboração do projeto para a implantação das faculdades, havia uma previsão para a incorporação do Instituto de Belas Artes – IBA – à Universidade Regional.

Em 24 de abril de 1970, ocorreu uma assembléia que contava com a presença dos Diretores e Conselho Deliberativo da ASPEUR, de representantes da Sociedade Cultural de Novo Hamburgo, da diretoria do IBA, bem como de vereadores e do prefeito Alceu Mosmann, que votou em unanimidade pela incorporação do IBA à FEEVALE, e passou a chamar-se Faculdade de Belas Artes.

Com a união das faculdades o número de professores e o de alunos teve um acréscimo significativo já no primeiro ano de funcionamento da instituição. Assim, em abril de 1971, quando o senador Tarso Dutra proferiu a aula magna, sobre “Educação e

Desenvolvimento", quase 50 professores e mais de 400 alunos estavam presentes na platéia ouvindo suas palavras.

A estrutura administrativa estabelecida no momento da realização do projeto previa a existência de dois diretores, o que por vezes dificultava as ações e as decisões que deveriam ser tomadas. Sentiu-se, dessa forma, a necessidade de promover mudanças que tornassem a administração mais ágil e mais adequada às necessidades da Federação naquele momento.

Entretanto, o modelo adotado tinha sido aprovado conjuntamente com as faculdades, então não seria possível simplesmente alterar os cargos e funções autonomamente. Assim, quando ocorreu a incorporação do Instituto de Belas Artes à Feevale, surgiu a oportunidade de promover a alteração no regimento da instituição. A opção adotada foi a sugerida pelo próprio Conselho Federal de Educação, ou seja, o Regimento Unificado, onde haveria apenas um Diretor Geral, que seria assessorado por dois vice-diretores, sendo que um deles atuaria na área educativa e o outro na administrativa.

Com o estabelecimento do Regimento Unificado os princípios determinados desde a elaboração do projeto universidade foram reafirmados. *"A Federação de estabelecimento de Ensino Superior em Novo Hamburgo – FEEVALE – constituiu-se de estabelecimentos destinados a ministrar o ensino em nível superior, a promover a pesquisa, a ampliar a cultura e a propiciar a prática do civismo." (art. 1º do Regimento Unificado e art. 3º do Estatuto da FEEVALE)*.

Além do princípio geral, outros princípios de atuação foram estabelecidos, norteando a postura assumida pela instituição frente à comunidade que a criou. Estes princípios determinavam a autonomia didática e pedagógica do corpo docente, bem como sua integração social, de forma a aprimorar a política estudantil, dinamizando as atividades sócio-culturais e a participação na administração escolar e acadêmica. Além disso, se destaca o firme propósito da instituição de se abster de envolvimentos em política partidária e em questões religiosas, buscando, assim, defender as tradições democráticas e o patrimônio cultural do país.

Com base nos princípios determinados e observando sua vocação regional nascida da união e vontade da comunidade, a Federação estabeleceu objetivos e metas a serem cumpridas ao longo dos anos de funcionamento. Assim, a FEEVALE se propôs a:

> "a) ser uma comunidade de professores, alunos e funcionários;
> b) desenvolver a instrução, a educação, o ensino, e a pesquisa;
> c) promover a cultura nos planos intelectual, artístico, moral, e espiritual, em função do compromisso com os valores da civilização, e como instrumento de realização da vocação integral do homem;
> d) preparar profissionais competentes, habilitados ao eficiente desempenho de suas funções, com sentido de responsabilidade e participação;
> e) estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e as pesquisas que visem à elevação do nível de educação e cultura da população;
> f) incentivar o intercâmbio com as Universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais e estrangeiras;
> g) dar atendimento específico à comunidade que a compõe, destinando-se a ser centro permanente de formação de recursos humanos e de lideranças, estudar problemas encaminhados pelos municípios, e constituir pólo de fixação.' (do art. Do Estatuto da FEEVALE, adaptado)

Entre as várias ações que exigiam a atenção da direção da instituição estava a questão relacionada ao reconhecimento de seus cursos, o que aconteceu pela primeira vez em dezembro de 1972 com o curso de Relações Públicas. Os demais cursos, como o de Ciências Contábeis e de Educação/Pedagogia tiveram seu reconhecimento em setembro de 1973.

Em 24 de março de 1973, exatamente três anos após a primeira aula magna ocorreu a primeira formatura. Assim, os primeiros alunos formados pela FEEVALE eram do curso de Relações Públicas. A solenidade de formatura envolvia um ato religioso e uma sessão solene onde formandos, familiares, homenageados, enfim, todas as pessoas ligadas a Federação, viram o sonho tornar-se efetivamente uma realidade.

> A formatura, para os alunos, foi uma conquista. O importante é que ao nascer uma entidade nova, existindo outras na região, houve um largo e importante mérito para as pessoas que acreditaram na proposta nova de ensino superior; isto é um milagre a que convêm destacar. Inacreditável. Importante quando surge do nada. E eles, alunos, acreditaram. Para a primeira turma de cada curso que se formava realmente era uma grande conquista. (João Carlos Schmitz)

A formatura representou muito para todas as pessoas envolvidas e não só para os alunos. A origem comunitária da instituição, a restrita quantidade de alunos nos primeiros tempos, as dificuldades vencidas em conjunto, entre outros tantos fatores, fizeram com que

os acadêmicos fossem mais que alunos para seus professores. O ambiente acadêmico era de amizade, harmonia e colaboração.

> O relacionamento da direção com os alunos era excelente. Inclusive houve um fato muito pessoal. A FEEVALE nunca foi de greve, pelo menos naquele período em que eu fui diretor, mas houve uma tentativa de um movimento de greve devido a questões de mensalidade escolar, e eu estava em Gramado, festejando aniversário de casamento. Aí quando eu retornei, a líder estudantil e Presidente do Diretório Acadêmico, procurou-me e disse: "Professor, nós não fizemos a greve em homenagem a seu casamento." Eu disse: "Já que vocês não fizeram a greve não há necessidade de fazê-la. Agora a gente vai negociar. Sou muito agradecido a vocês." O assunto era muito polêmico na época, mas não saiu a greve. (João Carlos Schmitz*)*

A transparência no relacionamento entre os diversos grupos que compunham o universo acadêmico de princípios da década de 1970, possibilitava a agregação de esforços no sentido de dotar a instituição de um alicerce sólido. Os problemas eram colocados para os representantes dos acadêmicos que, de posse do conhecimento da realidade, dispunham-se em somar forças para ultrapassar os períodos mais conturbados.

Nesse contexto é possível compreender a aceitação e o apoio que as propostas lançadas pela instituição tinham por parte da comunidade. Essa confiança era correspondida pelos dirigentes que estavam sempre atentos as necessidades da sociedade local.

É importante destacar que as preocupações da Federação não se restringiam a criação de cursos de graduação ou mesmo de pós-graduação. Havia a percepção de que, apesar de serem realizados diversos cursos de extensão tanto na área cultural como na educacional, a comunidade necessitava de um órgão voltado especificamente para garantir, cada vez mais, possibilidades de realização de atividades além das acadêmicas. Assim, em 1975 foi elaborado um projeto para a criação de um Centro de Educação Permanente (CEP) e, em setembro de 1976, o projeto tornou-se uma realidade e passou a promover e coordenar cursos de especializações, aperfeiçoamento e de extensão, seminários, encontros, jornadas técnicas, projetos específicos, enfim, uma gama de atividades de natureza técnica, educacional e cultural.

Tendo solidificado as bases da educação de nível superior, iniciou-se um processo de análise da possibilidade de ampliação das atividades na área educacional. Assim, em

1987, a ASPEUR determinou que fosse feito um estudo sobre a viabilidade de implantação do ensino de 2º Grau.

> *Nós achamos que era interessante termos as nossas escolas de aplicação. Por isso decidimos criar o segundo grau e posteriormente o primeiro grau, que eu acho que foi altamente positivo. A nossa escola era um pouco diferenciada das demais da região, até porque a convivência com o curso superior cria um outro clima. (Plínio Dall´Agnol*)

Outro projeto de caráter inovador implantado pela FEEVALE ocorreu através de uma resolução da direção geral que propunha a criação de um programa que visasse a comunidade, principalmente aquela parcela da comunidade que já possuía uma idade avançada. Assim, no dia 1º de setembro, foi criada o Programa da Terceira Idade, que tinha como objetivo desenvolver ações de promoção humana dirigidas a arte de envelhecer. Ele tinha por finalidade estimular as pessoas mais velhas a praticarem esportes e desenvolverem práticas sociais.

Após a solidificação dos trabalhos com o ensino de segundo grau, no ano de 1994 foi implantada a Escola de 1º. Grau. As aulas iniciaram em 28 de fevereiro desse mesmo ano, contando com uma turma de pré-escola e uma de 6ª série, conforme projeto de implantação gradativa das outras séries.

Essa escola tinha uma proposta diferenciada das demais, pois funcionava todas as manhãs e duas tardes, oferecia disciplinas alternativas ao núcleo comum, como Técnicas Domésticas, Comerciais, Industriais e Agrícolas, línguas espanhola, francesa e alemã, teatro, música, entre outros, além de vários projetos extracurriculares. O projeto filosófico e metodológico se baseava nos princípios da construção curricular organizada pela comunidade (pais, professores, especialistas), nos espaços de estudos semanais para equipe docente, especialistas e convidados, nos conselhos de classe participativos, entre outros.

Entretanto, após 15 anos de funcionamento a FEEVALE apresentava um problema de espaço, pois a estrutura do Campus I não era mais suficiente para suprir as necessidades da instituição. Dessa maneira, a partir de 1984 foram intensificados os esforços no sentido de se buscar uma nova área que pudesse abrigar as instalações de um novo campus universitário.

Contando com o apoio da comunidade, a ASPEUR pode iniciar a construção do primeiro prédio do Campus II. O plano de ação para as construções havia sido concedido por um grupo de engenheiros e arquitetos que graciosamente elaboraram os planos e projeto de construção.

Desta maneira, o processo de expansão seguia seu curso, construindo um campus moderno que abrigasse os anseios de desenvolvimento e crescimento da instituição. O sonho de implantação do 3º grau em Novo Hamburgo dava os seus frutos, indo além do imaginado pelos seus próprios criadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história*. São Paulo: Loyola,1999.
DALL'AGNOL, Plínio. *ASPEUR*. Novo Hamburgo:s.ed.,1973.
FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org) *Usos & Abusos da História Oral*. 2.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral – Possibilidades e Procedimentos*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial SP, 2002.
Jornal NH: Novo Hamburgo: jun 68-dez 85.
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3.ed. São Paulo:Loyola, 2000.
PRINS, Gwyn. História Oral. In: *A Escrita da História-Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
RELATÓRIOS de atividades ASPEUR/FEEVALE. Novo Hamburgo:1970 a 2001.
SCHEMES, Claudia e SILVA, Cristina E. *ASPEUR. Uma trajetória comunitária. Memória de seus colaboradores.* Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2003.
THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado. História Oral*. 2.ed. São Paulo:

Um olhar sobre as relações de alteridade entre a cidade oficial do Rio de Janeiro e a favela da Rocinha

Cíntia Aparecida Almeida Ramos (bolsista CAPES) – PPGHC/ UFRJ.

Esta comunicação objetiva, a partir dos conceitos de *identidade*; *diferença*; *tática* e *estratégia,* pensar um tipo de relação, historicamente construída, entre a cidade formal do Rio de Janeiro e as localidades faveladas nela presentes, buscando analisar tais relações através da presença da Fundação Leão XIII na favela da Rocinha.

As localidades faveladas dizem respeito a realidades múltiplas, estando o desenvolvimento de cada uma ligado a elementos sociais, políticos e econômicos peculiares a sua formação histórica. Desta forma, podemos dizer que a principal característica desses espaços é a sua heterogeneidade. Apesar de suas diferenças, a formação e desenvolvimento dessas aglomerações urbanas foram caracterizados pela falta de condições materiais de seus habitantes para habitarem os espaços formais da cidade. A opção habitacional apresentada a essas populações foi a apropriação de terrenos públicos e ou privados, muitas vezes descartados pelo mercado imobiliário. Esta forma de ocupação do solo transgredia a legislação referente à utilização do espaço - o Código de Obras[1] – em vigência nas primeiras décadas do século XX, o que deixava os moradores das favelas sem qualquer forma de respaldo jurídico.

Além de serem considerados invasores do espaço de outrem, os moradores eram associados à noção de *classes perigosas*[2] o que agravava o olhar discriminatório sobre eles. Esta *identidade deteriorada*[3] forjada sobre os habitantes de favelas, e sobre o próprio espaço habitado, colocou-os em posição frágil em relação a reivindicações de seus direitos como integrante da cidade. As favelas eram consideradas espaços provisórios, principalmente pelo poder público, prevendo-se eliminá-las da paisagem da cidade o quanto antes. Para tal, durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth, criou-se os Parques Proletários, política desenvolvida entre 1941-1945, cujo objetivo era a construção de habitações provisórias para abrigar a população originária de favelas extintas.[4]

A provisoriedade fez com que políticas efetivas de assistência fossem ausentes durante os primeiros cinqüenta anos de existência dessas localidades. Somente a partir de meados da década de quarenta, as favelas ganharam maior visibilidade aos olhos do poder público e de outros segmentos da sociedade. Alguns acontecimentos políticos e fenômenos sociais podem ser vistos como razões para o crescimento da notoriedade do tema entre as autoridades. Destacaremos aqui dois entre eles, que nos parecem bastante significativos.

O primeiro diz respeito à expressiva votação no Partido Comunista nas eleições do Distrito Federal em 1947 "... embora o partido estivesse em quarto lugar entre os partidos em número de votos, ainda assim o número de votos que ele obteve nesta eleição de 1947 foi tão grande que parecia representar um verdadeiro perigo eleitoral para o futuro."[5] Este fato se relaciona à problemática das favelas, pois estas eram vistas pelo Estado como possíveis redutos para o que chamava "ideologias exóticas", expressão utilizada para referir-se principalmente ao comunismo. Seus moradores eram considerados potenciais agentes revolucionários, o que deixava as forças políticas conservadoras bastante receosas.

O segundo elemento que contribuiu para o ganho de importância das favelas foi o considerável aumento desses espaços no cenário da cidade. Tal acontecimento pode ser elucidado, em parte, pelo incremento das migrações, decorrentes da urbanização e industrialização do então Distrito Federal "... segundo o censo demográfico do Departamento de Geografia e Estatística, publicado em 1949, já existiam 105 favelas, totalizando 138.837 habitantes."[6]

Adicionalmente a esses fatores, a Igreja Católica também se dizia preocupada com o crescimento do índice de pobreza dessas populações.

> "Foi então que, seu representante máximo, Dom Jayme Câmara, conseguiu obter do Marechal Eurico Gaspar, através do Decreto 22.498 de 22 de Janeiro de 1947, a autorização para o prefeito do Distrito Federal, Hildebrando de Araújo Góis, instituir a Fundação Leão XIII."[7]

A Fundação Leão XIII foi a primeira e, até a década de oitenta, a maior instituição de assistência social que atuou em localidades faveladas do Rio de Janeiro, fundada com o objetivo de assistir moral e materialmente os seus habitantes. Sua criação evidenciava não

ser mais possível negligenciar a presença, cada vez mais contundente, das favelas no espaço da cidade.

As intervenções promovidas pelo órgão ocorriam através de Centros de Ação Social (CAS), que prestavam serviços na área de saúde, educação, esportes, assistência social entre outros. Apesar de supralocal, isto é, ter seus princípios organizacionais para além das condições locais específicas das favelas onde atuava,[8] a Fundação Leão XIII estabelecia uma relação peculiar com as localidades faveladas, devido ao seu alto grau de enraizamento, conseguido justamente através dos referidos Centros de Ação Social, localizados em suas bases dentro das favelas.

> "Uma característica da Fundação é que ela não age à distância, mas instala as suas tendas de campanha em cima do morro, no meio dos favelados, a quem não poderá deixar de infundir confiança com essa conduta de absoluta lealdade aos seus objetivos de assistência social, que implicam estreito contato com os assistidos, solidariedade, esforço e compreensão."[9]

A Leão XIII fixou sua base na Rocinha em 1949, ficando lá instalada até o ano de 1983, quando, em razão de animosidades entre a cúpula da instituição e a Igreja Católica, teve seus trabalhos de intervenção encerrados. Suas atividades eram realizadas em salas da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem – localizada na micro-área denominada Rua Um, às margens da estrada da Gávea, na região central da favela – tendo sido o espaço disponibilizado através de um convênio firmado entre a Paróquia e a Fundação.

Não é objetivo do presente artigo discutir empiricamente as ações da Fundação Leão XIII, nem fazer uma narrativa histórica sobre o desenvolvimento da favela da Rocinha no período em que a entidade realizou suas intervenções na localidade. Objetivamos, no entanto, através de algumas noções conceituais e a partir das informações até aqui apresentadas, lançar questões que apresentem uma possibilidade interpretativa das relações instituição-favela.

Os primeiros conceitos que auxiliam nossa reflexão são os de *identidade* e *diferença*, pensados a partir da definição apresentada pelo educador Tomaz Tadeu da Silva. De acordo com o autor, o conceito de identidade é entendido como diretamente relacionado à noção de diferença, pois a medida em que afirmamos qualquer elemento identitário,

afirmamos também uma cadeia de negações. “Desta forma, as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. [...] Identidade e diferença são, pois, inseparáveis.”[10]

Um outro aspecto interessante da definição do autor, refere-se à construção dos conceitos, “A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas [...] Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais.”[11] Como são noções inseparáveis e construídas socialmente, ambas, identidade e diferença, estão sujeitas a relações de poder.

> “Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas [...] A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.[...] A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir.”[12]

A definição de Tomaz Tadeu permite a compreensão da noção de identidade como sendo fundamentalmente política, objetivando, de forma bastante evidente, a delimitação de fronteiras. Essas fronteiras permitem definir quem é o Eu e quem é – ou são – o Outro.

Esse entendimento conceitual auxilia-nos a pensar como administradores públicos, entidades de intervenção e as camadas médias e altas da sociedade civil, da cidade do Rio de Janeiro, construíram uma imagem da favela como o espaço dos “outros” – tomados como fontes de diferenças negativas. As fronteiras forjadas entre o “asfalto” e localidades faveladas, e a segregação que produziram, erigiram uma imagem dos favelados como grupos não constitutivos da cidade e, conseqüentemente, não possuidores de seus direitos como cidadãos da *urbe* assegurados.

Entendemos que a força desta identidade do favelado como um indivíduo apartado da cidade reside, em certa medida, em seu caráter performativo.[13] Em outras palavras, a favela vista como o espaço dos “outros” instituiu-se e foi reforçada através de repetidas enunciações que assim caracterizavam-na.

Desde o surgimento das localidades favelas, até os dias atuais, os habitantes da “cidade oficial” reafirmaram a referida identidade da favela e de seus moradores. Esta

percepção negativizada embasou as práticas políticas que propunham tanto a retirada definitiva da favela e de seus moradores do cenário urbano, quanto práticas de assistência que se diziam interessadas em promover a integração dessas populações à "cidade formal".

A atuação da Fundação Leão XIII na favela da Rocinha estaria inserida na segunda tipologia de práticas políticas apresentadas. Porém, na medida em que ambas formas de intervenção enxergavam o favelado como "o outro", reconheciam uma identidade normal e homogênea para os habitantes da cidade. Estabeleciam, assim, uma hierarquização das identidades e das diferenças. "Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas..."[14]

A forma como o autor apresenta e discuti os referidos conceitos nos leva a problematizar os discursos de assistência da Fundação Leão XIII e a pensar em que termos a inclusão ocorria. Consideramos que a alteridade entre a cidade oficial do Rio de Janeiro e a favela da Rocinha pouco foi repensada a partir dos discursos e práticas da Fundação, na medida em que as diferenças em suas formas de sociabilidade – entendidas aqui como fontes de diversidade, relacionadas ao desenvolvimento sócio-histórico da localidade – não foram vistas como um elemento constitutivo da teia urbana, mas sim como algo a ser homogeneizado segundo a lógica do interventor.

O conceito de *tática*, definida pelo historiador Michel de Certeau como "a arte do fraco",[15] também auxilia a forjar as questões que apresentamos. O fraco deve ser entendido como usuário ou consumidor que "faz uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras."[16] A tática desse fraco, desse consumidor "...tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...] a tática é o movimento dentro do campo de visão do inimigo."[17]

Apropriando-nos desta definição podemos pensar a construção do espaço da favela como uma atitude tática. A criação de localidades informais para residir e constituir laços de sociabilidade, ocorreu, primordialmente, pois a "cidade formal" tem sido inacessível aos indivíduos sem condições materiais para habitá-la. "Habitar [...] [parece] corresponder à

característica das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro...”[18]

No caso específico da favela da Rocinha, o “fraco” é também migrante, condição que aumenta suas dificuldades de pertencimento à cidade oficial. A edificação e, principalmente, o desenvolvimento e manutenção da Rocinha, em um espaço que viria a ser uma das áreas com a população mais abastada da cidade do Rio de Janeiro – o bairro de São Conrado – mostra os estratagemas dos combatentes para alterar o espaço instituído. Os moradores dessa localidade criaram, na verdade, um espaço peculiar, o que não deslegitima seu pertencimento à cidade formal que lhes foi, de certo modo, negada.

Em outras palavras, o conceito leva-nos a pensar na sociabilidade característica da favela da Rocinha e nas astúcias de seus habitantes para contornarem as precariedades materiais, por exemplo, no fornecimento de luz, de água, de saneamento etc. Usando a terminologia de Certeau, a criatividade tática presente nas formas de habitar, e também de viver dos moradores foram consideradas pelos “fortes” como contrárias à ordem da cidade.

Desta forma, questionamos quais foram as relações da Fundação Leão XIII, uma instituição criada por “fortes” - a Igreja Católica e o governo do Distrito Federal – com as táticas dos “fracos”, moradores da favela da Rocinha.

A intervenção da Fundação Leão XIII na favela da Rocinha pode ser pensada através do conceito de *estratégia*, definido como:

> “...cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a um gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.”[19]

Apesar da relação de proximidade com a favela, estabelecida pelos Centros de Ação Social, a instituição teve suas ações informadas pelo olhar dos grupos que a instituíram. As diretrizes técnicas partiam de um ambiente externo. Além disso, não podemos esquecer a conjuntura política na qual a Fundação foi criada, marcada pela necessidade de assistir aos moradores diante do crescimento do número de favelas e pelo temor da difusão de idéias comunistas nesses espaços.

Desta forma, podemos dizer que a criação da Leão XIII na década de quarenta foi estratégica, principalmente, pois estar no espaço do "outro" permitia uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e "incluir" na sua visão."[20]

As questões levantadas na presente comunicação não se pretendem conclusivas, visam sugerir uma problematização a respeito da complexa e, muitas vezes, tensa relação entre a cidade formal do Rio de Janeiro e localidades faveladas – no caso específico deste artigo, analisada a partir da inserção da Fundação Leão XIII na favela da Rocinha. Acreditamos que pensar práticas de assistência, questionando sua negligência às peculiaridades das formas de sociabilidade do Outro, que é seu objeto de intervenção, pode auxiliar a compreensão dos antigos e resistentes estigmas que pesam sobre as favelas e também pode vir a contribuir para a formação de olhares mais plurais sobre a cidade do Rio de Janeiro.

---

1 O Código de Obras foi a legislação criada em 1938, pelo então prefeito Henrique Dodsworth, para regulamentar a ocupação do espaço urbano. A criação do Código foi a primeira tentativa de intervenção que apontou o reconhecimento do poder público a respeito do processo de favelização. No entanto, as favelas apenas se tornam notórias sem que nenhuma proposta de assistência para estas localidades fosse efetivada. Ao contrário disso, o Código de Obras impedia a construção de novas casas e qualquer melhoria naquelas já existentes. *Cf*. VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa*: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 31.

2 A noção referida foi construída a partir de teorias cientificistas do séc. XIX e início do séc. XX, caracterizadas principalmente pelo higienismo e pela eugenia. Criou-se, a partir disto, padrões de indivíduo e de sociedade nos quais as populações menos favorecidas não se enquadravam. Desta forma, passou a ser defendida a existência de uma "natureza" criminal das populações pobres, rechaçando-se a compreensão sócio-histórica da pobreza em detrimento de explicações patológicas e raciais. *Cf*. COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Intertexto, 2001. p. 82-94.

3 GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1988. *Passim.*

4 *Cf*. PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro-evolução-sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, 1969. p. 71-79.

5 LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.198.

6 FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Conhecer para integrar:* 1º encontro de estudos da Coordenadoria do RJ-II. Rio de janeiro: Fundação Leão XIII, 1989. p. 22.

7 *Cf*. FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1989. p. 23.

8 *Cf*. LEEDS, 1978. p. 38-39.

9 FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas:* como trabalha a Fundação Leão XIII -notas e relatórios de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. p. 9.

10 SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org). *Identidade e diferença*: a perspectiva de estudos culturais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75.

11 SILVA, 2000. p. 76.

12 SILVA, 2000. p. 81-82.

13 *Cf*. SILVA, 2000. p. 92-96.

14 SILVA, 2000. p. 83.

15 *Cf*. CERTEAU Michel de. *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. V.1, 2003. p. 101.
16 CERTEAU, 2003. p. 40.
17 CERTEAU, 2003. p. 100.
18 CERTEAU, 2003. p. 103-104.
19 CERTEAU, 2003. p. 46.
20 CERTEAU, 2003. p. 100.

O papel dos leitos, pátios, e conjuntos edificados ligados às ferrovias na estruturação urbanística e nas políticas públicas para o município e Região Metropolitana de Campinas (RMC)

Patrimônio histórico e cultural: o acervo das ferrovias (administrativo, habitacional , operacional e os traçados)

Daisy Serra Ribeiro
(Coordenadoria do Patrimônio Cultural de Campinas)

A cidade de Campinas tem hoje quase que totalmente tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), os leitos férreos, pátios, edifícios e equipamentos que fizeram parte e que restaram, do grande complexo ferroviário que circundou a área urbana e a conectou com as fazendas do município e da região, além de ser o fio condutor entre a capital, o litoral e proporcionar a interiorização da cultura do café, do açúcar e mais tarde da industria.

Evidentemente, que há muito ainda para se pesquisar e inventariar sobre a questão. Na verdade, o que se tem preservado são os documentos materiais objetivos e diretamente ligados com a atividade férrea. Mesmo assim, se olharmos o mapa da cidade e nele indicarmos o que foi preservado, vamos constatar a presença volumosa dos equipamentos ferroviários, sejam ele trilhos, edifícios administrativos ou oficinas de montagem, confecção e manutenção, além de prédios para abrigar funcionários operários, engenheiros e até mesmo empreendedores, chegamos a admirar a força histórica que esta atividade teve no processo de crescimento de toda essa região.

A partir da inauguração do prédio da Estação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Navegação em 1872, Campinas se inseriu definitivamente no complexo mundo da urbanização. Essa inserção, resultante dentre vários fatores, de uma mobilização ágil de grupos da elite econômica campineira diante da força política e do capital que

movimentavam capital federal e ameaçavam desequilibrar os cafeicultores, teve um significado definitivo para o município.

Os "senhores do café", como gostam de nomea-los alguns historiadores, aproveitando se do fato de que os ingleses, apesar de terem o controle legal, não se interessaram em continuar a exploração do transporte ferroviário além de Jundiaí, não tiveram dúvidas e terminaram a ligação com a formação da Cia Paulista em 1868. Ainda puderam se utilizar de um discurso político eficiente e de grande significado social: o capital da companhia era absolutamente nacional, mais ainda, regional, paulista e privado.

A partir desse primeiro impulso, logo outras companhias se formaram e só no município tivemos quatro delas atuando já no final do século XIX. As estradas garantiam o fluxo continuo da carga e dos passageiros, de Campinas até o porto de Santos. Ainda dentro do mesmo século essa distancia prolongou-se até Limeira, Mogi Mirim e Guaçu.

Ao longo de quase um século essas linhas, foram sendo absorvidas em cada crise, umas pelas outras. Na década de 50 do século XX, a crise chegou ao auge e a competição com as políticas petrolíferas voltadas para as industrias automobilísticas e rodoviárias foram corroendo as possibilidades de manutenção e melhoramentos das linhas.

Já em 1971, a Companhia Paulista, que havia absorvido há um bom tempo a Mogiana, tão poderosa quanto sua incorporadora, foi por sua vez absorvida pela empresa estatal Ferrovia Paulista - FEPASA e, o golpe final veio quando em 1999 com sua privadização pela FERROBAN - Ferrovias Bandeirantes. Nestes últimos anos o que temos visto foi o sucateamento da rede em todo o estado.

A privatização das linhas férreas no estado de São Paulo e no Brasil, estão sendo alvo de CPIs e outros questionamentos, assim como estudos e avaliações da pertinência dessa medida no que diz respeito as implicações econômicas e estratégias de comunicação e circulação em um país como o nosso. Mas neste texto vamos considerar apenas parte das áreas que foram abrangidas pela FEPASA, denominada de Malha Paulista, privatizada na data referida a cima. Esta área, dentro do município de Campinas é que esta quase em sua totalidade protegida pela legislação de Patrimônio Cultural.

A partir da incorporação pela a FEPASA desses leitos férreos, já começa a ficar evidente a progressiva decadência desse meio de transporte. Após a compra pela FERROBAN, o que vemos é um sucateamento de todo o patrimônio pelo arrendamento ou mesmo pelo

abandono completo das estações, dos vagões e locomotivas, pelo uso indevido da via ou dos equipamentos e material rodante. A questão ambiental foi totalmente relegada ao descaso e acidentes com derramamento de óleo e outros produtos nocivos ao meio, mesmo tendo sido a empresa alvo de multas nenhuma providência foi tomada. Os prédios que abrigaram oficinas e outros locais abandonados e passíveis de contaminação por agentes poluidores do meio ambiente, ou por já estarem infectados ou por virem a ser pelo uso indevido, em seus contratos de concessão não tem contemplados regulamentação em relação a esta questão.

(Relatórios da FEPASA; Boletins da Associação Brasileira de Engenharia Ferroviária; Revista Ferroviária; Assembléia Legislativa: Relatório da CPI dos Transportes, Setor de Ferrovias).

Esses dados, constatados em relatórios de investigações, denuncias dos Sindicatos, matérias da imprensa e outros ao longo desses últimos trinta anos, não ocorreu de forma aguda. A omissão e o abandono foram de longa data. De certa forma isto também significou a absorção pela sociedade que aos poucos ia perdendo a referência do significado e utilidade desse cordão pesado que rodeava a cidade. Era espaço invadido, sujo e até perigoso. Com a redução de trabalhadores e passar dos anos, as áreas ferroviárias tornaram se inseguras e o patrimônio, de fato da população e das cidades, foram sistematicamente desrespeitados e até sua identidade histórica de certa forma rejeitada. Os próprios funcionários, os ferroviários que tanto se orgulhavam de sua categoria, eram substituídos por contratados sem preparo técnico o que resultou em graves acidentes na via.

Nos anos de 1980, o Museu da Companhia Paulista, conseguiu preservar diversas locomotivas elétricas, e como essa, houve diversas iniciativas de preservação desses equipamentos, porém sem sucesso. Essas locomotivas além da importância histórica são admiradas em todo o mundo, pois são testemunhas de um avanço tecnológico fundamental, a eletrificação. Mesmo assim existe projeto conhecido para este tipo de recuperação.

(Em trabalho de pesquisa sobre a eletrificação da Cia Paulista, o engenheiro A A Gorni, lembra a iniciativa de uma neta do engenheiro Francisco Monlevade, que recuperou e restaurou uma sub-estação na cidade de Louveira, em 2001, que foi aberta ao público.)

A Companhia Paulista foi a primeira ferrovia brasileira que eletrificou suas linhas. Trabalho importante do engenheiro Francisco de Monlevade, na década de 20 que

implantou um sistema sofisticado e que significou também em amplo treinamento dos maquinista e de outros funcionários da Cia. O primeiro trecho, experiência piloto, foi entre Jundiaí e Campinas.

Hoje ainda temos em Campinas o generoso e competente trabalho da "Maria Fumaça", levado avante pela ABPF, que proporciona uma viagem histórica a muitos estudantes da região e de mais longe que sem essa iniciativa, não teriam possibilidade de testemunhar, mesmo com limites, um pedaço desse registro.

Em Campinas, o primeiro tombamento em relação ao patrimônio histórico da FEPASA, foi realizado em 1990, Resolução nº 004, que teve o cuidado de prever uma vasta área envoltória para contemplar o espaço urbano de implantação e os sinais de mudança proporcionando possibilidade de contextualização.

(o CONDEPHAAT, já havia Tombado a área em 1982)

Com o prefeito Antonio da Costa S, em 2001, foram decretados utilidade pública o complexo da FEPASA e trechos de leitos férreos na cidade, tornado-os passíveis de desapropriação. Em seguida a administração municipal passou a negociar vinte e cinco imóveis de valor histórico, terrenos para construção da nova rodoviária, trechos de trilhos e a regularização de vinte e três áreas para fins habitacionais.

O município tem dentro de seus limites o conjunto mais completo do complexo original das redes Paulista, Mogiana e Sorocabana. Já estão tombados ou em estudo de tombamento e já protegido pela legislação de proteção áreas que podem apresentar o cotidiano deste conjunto no que diz respeito às questões administrativas, operacionais e habitacionais.

Em 1903, já temos vestígios do complexo fabril que iria se apresentar e quatro anos mais tarde foi construída na cidade, a primeira locomotiva.

Descrevendo o espaço desse cordão que envolve a cidade podemos ver ainda hoje os restos do que teria sido este poderoso conjunto fabril:

- A grande Vila Paulista, iniciando perto do SENAI, nas bordas do bairro da Ponte Preta, o Departamento de Lubrificantes e as casas operárias ferroviárias ao lado da SANASA, junto a av. da Saudade e a r. José Paulino atéa Mogiana na área da Rotunda; Triangulo da Vila Riza até a Guanabara com um anexo resultando na Sorocabana;

- As duas pequenas redes da Estrada de Ferro Funilense , junto ao Mercado Municipal e o Ramal Férreo Campineiro com suas oficinas, que mais tarde comporiam com as garagens dos bondes além do depósito de óleo à r. Antonio Lobo;
- As fundições de cobre, hoje só temos as estruturas do prédio; fundições de ferro; As fundições de latão que também só temos as estruturas do prédio; e a casa dos moldes das três fundições localizada no barracão dos Lemos;
- As marcenarias e carpintarias que parte desse conjunto é o prédio onde hoje esta a CEPROCAMP;
- As casas de carros da Paulista e da Mogiana;
- A usina geradora à vapor;
- A casa de Força da Paulista;
- As caixas d'água e seus poços, espalhadas por vários locais no complexo;
- As oficinas de fabricação de veículos.

(Esses prédios compõe o acervo das companhias Paulista e Mogiana e foi nos descrito com muitos detalhes pelo historiador e diretor da ABPF, prof. Henrique Anunziata)

Segue os diversos tombamentos feitos pelo CONDEPACC e que formam o grande acervo da cidade sobre a história ferroviária:

1) Complexo Ferroviário Central da FEPASA, sito à praça Marechal Floriano Peixoto s/nº Centro
   Processo de Tombamento nº 004/1989
   Resolução nº 004/1990

Em vinte e sete de novembro de 1990, através da Resolução nº 004, são tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Campinas (CONDEPACC), um conjunto de edifícios e equipamentos que formaram o que ficou sendo chamado de Complexo da FEPASA, denominação que recebeu a malha paulista de ferrovias. Eram exemplares importantes da arquitetura e tecnologia ferroviária e que haviam sido construídos entre os anos de 1872 e 1929, período da implantação das ferrovias em

Campinas momento em que a cidade é testemunha de rápido processo de crescimento urbano e desenvolvimento industrial.

Este conjunto de edifícios e equipamentos, não apenas desempenharam o "papel de suporte material ", como diz a resolução de tombamento, para a história das transformações ocorridas com a chegada das linhas em Campinas, como representou o surgimento de diversas outras cidades do interior paulista que nasceram com estações ferroviárias, que foram pontilhando a medida que os trilhos se alongavam ao oeste do Estado de São Paulo.

Nesta primeira listagem foram tombados:

- Estação da Cia Paulista, sita à rua Lidgerwood;
- Armazém, sito à av. dos Expedicionários;
- Oficina da Cia Paulista, sita à rua Francisco Teodoro;
- Entradas do túnel de pedestre e um trecho de 2m posterior às escadas;
- Antigas oficinas dos Lemos, sitas à rua Cel Antônio Manoel esquina com a rua Francisco Teodoro;
- Escritórios de Administração, sitos no pátio interno da FEPASA e rua Sales de Oliveira;
- Caixa d'água, sita dentro do pátio interno da FEPASA;
- Usina Geradora, sita dentro do pátio interno da FEPASA;
- Oficinas de carros e vagões (duas) sitas no pátio interno da FEPASA;
- Rotunda, sita no pátio interno da FEPASA;
- Oficinas de Locomotivas, sitas no pátio interno da FEPASA;
- Armazém da Cia Mogiana, sita à rua Dr. Ricardo.

Estes bens acima passaram a ser objeto de sanções e benefícios que estão previstos na Lei Municipal nº 5 885 de 17 de dezembro de 1987. (Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município de Campinas)

(Anexo 01 - mapa de situação - pátio interno da FEPASA com localização dos bens tombados)

De acordo com a lei acima citada, previsto nos artigos 21, 22 e 23, ficaram delimitados 300m a partir dos prédios tombados, de área envoltório cujo o objetivo seria preservar o espaço urbano da implantação do Complexo em questão. Esta área, já totalmente edificada, não poderia ser demolida ou modificada sem a autorização prévia do CONDEPACC (Resolução nº 004 de 27 de novembro de 1990, artigos 3º; 4º; e 5º.

Esta Resolução especifica também o grau de preservação total dos três monumentos existentes nos limites desta envoltório como seguem:

- antigo bebedouro instalado na atual Praça 9 de Julho (construído em 1905, por solicitação de Leopoldo Amaral, personalidade de destaque da cidade);
- estátua comemorativa dos 25 anos da Cia Mogiana, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto;
- coreto da Praça Correia de Lemos (construída pela Fundação Lidgerwood em 1883).

(Estes coreto foi instalado primeiramente onde é hoje na Praça Imprensa Fluminense, mais tarde em 1940, transferido para Praça Correia de Lemos)

Estavam também dentro da mesma envoltório inseridos nas exigências de:

- preservação total, cerca de 85 imóveis;
- preservação parcial de fachada e total de volumetria cerca de 170 imóveis;
- preservação de volumetria cerca de 20 imóveis;
- preservação de áreas verdes:

Praça João Milani; Praça José Bíscola; Praça Correia de Lemos; Praça 9 de Julho; Praça Marechal Floriano Peixoto; Praça Dr. Heitor Penteado; Praça dos Expedicionários.

- preservação de exemplares arbóreos: 29 exemplares de tipuana; 01 exemplar de caesalpina ferrea (pau de ferro); 02 exemplares de sibipiruna; 01 exemplar de eucalipto.
- mantêm se preservado o traçado viário contido nos 300m. referidos no artigo nº 4.

No artigo nº 6 da resolução, está previsto o processo de recuperação de toda a área preservada tanto a arquitetônica como a ambiental, para que pudesse realmente exercer sua função de testemunha de uma transformação urbana, além de regulamentada com especificações detalhadas sobretudo quanto ao gabarito de altura, as novas construções.

2) Lidgerwood Manufacturing Ltda, "Museu da Cidade", sito à av. Andrade Neves nº 01 Centro
   Processo de Tombamento nº 003/1989
   Resolução nº 00 4/1990
3) Imóvel situado à r. sales de Oliveira nº 429 e 433, Vila Industrial.
   Processo de Tombamento nº 008/1989
   Resolução nº 009/1992
4) Vilas Manoel Dias e Manoel Freire - Vila Industrial
   Processo de Tombamento nº 003/1989
   Resolução nº 019/1994
5) Mercado Municipal de Campinas, sito à r. Benjamin Constant s/n Centro
   Processo de Tombamento nº007/1995
   Resolução nº 021/1995

6) Palácio da Mogiana, sito à av. Campos Salles nº 427 Centro
   Processo de Tombamento nº 001/1994
   Resolução nº 028/1998

7) Ponte sobre ferrovia no bairro Ponte Preta, entre a av. Francisco Glicério e a r. da Abolição
   Processo de Tombamento nº 008/2000
   Resolução nº 034/2001
8) Ramal Férreo Campineiro, sito no Distrito de Sousas
   Processo de Tombamento nº 009/1994

Resolução nº 044/2004

9) Áreas e prédios do Complexo Ferroviário da Antiga Companhia Mogiana, sito à r. Mário Siqueira Bairro da Guanabara
Processo de Tombamento nº 002/1996
Resolução nº 045/2004

10) Percurso do leito da Antiga Estrada de Ferro Mogiana no trecho entre Campinas até a Divisa do Município de Jaguariúna.
Processo de Tombamento nº 003/2003
Resolução nº 051/2004

Bens em Estudo de Tombamento protegidos pela legislação de Tombamento :

1) Conjunto arquitetônico localizado na vila Industrial, Ruas: Venda Grande; Francisco Theodoro. (Habitações operárias que pertenceram à Cia Paulista)
Processo de Tombamento nº 001/2002
2) Vila Operária dos Ferroviários, sito entre a av. da Saudade e r. Alvaro Ribeiro Bairro da Ponte Preta
Processo de Tombamento nº 004/2004
3) Os 04 bondes que circulam no Parque Portugal, os Trilhos Originas (tipo fenda), Construção sito à r. Dr. Ricardo nº 153 e 233, Conj da Antiga Gare, a Caixa d'água da antiga Cia Ramal Férreo Campineiro de 1889, a Antiga Casa de força/Escritório da antiga Cia Ramal Férreo Campineiro, Posto Telegrafico Riza, Casa do Mestre de Carros e Vagões, Antigo Galpão de Importação da Cia Paulista.
Processo de Tombamento nº 006/2004

4) Traçado urbano da praça 9 de Julho, Prédios geminados sitos à r. Saldanha Marinho nº 66, 70, 115, Praça Marechal Floriano Peixoto, monumento da Cia Mogiana, Prédios assobradados sitos a av. dos Expedicionários nº 288, Edifício "Roque de Marco" ,

e o "Grigoletti", sitos na esquina da av. dos Expedicionários com a r. 13 de Maio, Galpão Industrial, sito a av. Andrade Neves nº 183.
Processo de Tombamento nº 009/2004.

Bibliografia:

As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo.

Prof. Dr. Damião Duque de Farias
Campus de Dourados/UFMS

Um longo leque de iniciativas, mormente as referentes à presença católica no processo de modernização nacional, abriram caminho para que Igreja no Brasil aceitasse com certa tranqüilidade e mesmo protagonismo, o ideal do *aggionarmento* católico assumido por Roma após o Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962-1965. Com a CNBB, em 1952, sob liderança de Dom Hélder Câmara, foi possível a maximização dos recursos, o maior controle das diversas experiências de renovação ocorridas pelo Brasil, a maior centralização das decisões do episcopado e a abertura de um canal de mediação entre a Igreja e o Estado. [1]

Tratava-se de uma nova pastoral religiosa a ser incentivada pela Igreja Católica. Ao contrário do fatalismo e do conformismo comumente presentes na pregação católica, os líderes e os agentes católicos incentivaram a busca da resolução dos problemas a partir da ação social, mediada pelos poderes eclesiásticos de institucionais do Estado. Entravam em cena as formulações do catolicismo francês que apontavam para a necessidade de um ideal histórico concreto do cristianismo.

Na Arquidiocese de São Paulo sob a liderança de Dom Motta teve início o movimento de reforma das paróquias, nos anos 50. Esta iniciativa tinha o objetivo de enfrentar o processo de transformações sociais e a disputa pelo campo simbólico na cidade de São Paulo. O instrumento utilizado foi a propagação da antiga forma de poder católico sobre o território: a paróquia (campanha “Uma igreja em cada bairro”). [2]

No entanto, o processo de modernização urbana e o contínuo crescimento desmedido da capital traziam grandes obstáculos ‘a vida católica. Daí a necessidade de alterações no interior das paróquias. Um dos movimentos que mais contribuiu para esse esforço de renovação foi o Movimento por um Mundo Melhor (MMM). Este movimento é comumente apontado na bibliografia, sem que, no entanto, seja dado-lhe maior atenção.

Aprovado pelo Vaticano em 1952, era dirigido pelo padre Armando Lombardi. As experiências desse jesuíta italiano com movimentos de renovação pastoral datam do período imediato pós-guerra, intitulando-se A Cruzada da Bondade, entre outras denominações que recebeu. Ainda em 1951, essas experiências já possuíam uma larga divulgação na Europa, sendo o padre Lombardi conhecido também por alguns segmentos católicos da América Latina e particularmente do Brasil:[3]

Em 10 de fevereiro de 1952 o movimento receberia a Proclamação Pontificial de Movimento por um Mundo Melhor, em programa radiofônico do Vaticano.[4] O padre Lombardi esteve por diversas vezes no Brasil, divulgando e exercitando o trabalho de transformação apregoado pelo movimento.

Em 1953 o padre Lombardi fez sua segunda viagem ao Brasil, realizando em Porto Alegre as *Exercitações*.[5] Logo após, o episcopado do Rio Grande do Sul oficializou o movimento naquele estado. Em 1959 ocorreu nova visita ao Brasil,[6] desta feita para a realização de um curso em São Paulo; em 1960 foi a vez do Rio de Janeiro e de todos os bispos e arcebispos durante o VII Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Curitiba no mês de maio de 1960.[7]

Além da presença direta do padre Lombardi, houve outras maneiras de divulgação do MMM que contribuíram para sua expansão no Brasil. Por exemplo: vários membros da Igreja eram destacados para ir à Itália participar dos cursos realizados em *Rocca di Papa*, no Centro Pio XII por um Mundo Melhor, sede central do movimento. Também foram desenvolvidas diversas formas de divulgação em língua portuguesa vindas diretamente de Roma e mais tarde no próprio Brasil, à medida que o movimento foi se expandindo. Ainda vale destacar que um dos primeiros grupos a participar e acompanhar o desenvolvimento do Movimento por um Mundo Melhor desde o seu início, aderindo às pregações e à ideologia do padre Lombardi, foi o Colégio Pio Brasileiro de Roma, formando lideranças que atuariam no país.[8]

Em muitas dioceses brasileiras o movimento penetrou. Na Arquidiocese de São Paulo, desde 1951, quando o padre Lombardi esteve na capital paulista para o primeiro curso, o movimento desenvolveu-se continuamente. Em 1956 esteve no Seminário Central do Ipiranga o padre Vitorino Felix Sanson, para ministrar curso aos seminaristas. Em 1958 todos os seminaristas foram novamente submetidos a uma nova etapa de formação do MMM. Em janeiro de 1957 realizou-se o II Encontro Nacional do Movimento Pró-União Sacerdotal, ligado ao movimento de renovação católica que ora analisamos, com a participação de 65 sacerdotes de várias regiões do País. Várias publicações foram utilizadas para difundir suas idéias: o boletim *Pax Nostra*, *Carta aos Padres*, *Ecos Marianos*, dentre outras. Podemos também destacar que diversas organizações católicas passaram a difundir o MMM: a Federação Mariana Feminina, a Juventude Operária Feminina Católica, a Liga Operária Feminina Católica, a Liga Independente Feminina Católica, as Luizas de Marillac, a Pia União de Filhas de Maria.[9]

Em maio de 1959, no curso realizado em São Paulo, na região de Barueri, o próprio Dom Vasconcelos Motta participou do encontro. Em entrevista ao *O São Paulo*, o padre Lombardi manifestou a seguinte opinião: "*mais ou menos 90 sacerdotes estão realizando o curso. Posso dizer que é um curso verdadeiramente seleto. Aqui estão sacerdotes de vários pontos do Brasil, superiores de ordens religiosas, reitores e diretores espirituais de seminários e conto com a presença de seis bispos dentre os quais o cardeal de São Paulo".*[10] **N**a mesma entrevista, Dom Motta seria considerado o *"sexto cardeal do Mundo Melhor"*.

Notamos que esse movimento não criou uma organização específica articulada à hierarquia e destinada à atuação pastoral. Tratava-se de uma tentativa de reorientação de toda a estrutura de atuação católica, sendo um movimento de propaganda de um catolicismo renovado, tanto no plano prático quanto no plano teórico. Suas linhas básicas eram: a) **instrução religiosa**; b) **manutenção e desenvolvimento**

em si da vida divina: c) **alimentação da vida divina, sendo fiel aos exercícios de piedade;** d) **manifestação da vida divina sobretudo no amor ao próximo;** e) **realização pessoalmente da obra de apostolado**; f) **ingresso em alguma organização católica**.[11]

O próprio padre Lombardi esclarece um pouco mais dos métodos e dos objetivos do movimento: "... *a reforma da consciência pelo bem comum. A diferença da tradição dos retiros espirituais é que se pensava quase que exclusivamente na pessoa enquanto que para o mundo melhor procura-se reformar a consciência para que se subordine sempre ao bem comum. O que se quer construir é um mundo melhor e não somente um homem melhor..*[12]

O "mundo" já não era mais considerado caos e desordem, era também sinal positivo de Deus, passa-se de uma concepção mais próxima de Santo Agostinho, para outra mais próxima de Tomás de Aquino. Com relação às estruturas institucionais da Igreja, o ideólogo do MMM propôs a formação de *"comunidades sacerdotais"* para a renovação das paróquias, interligando-as por setores pastorais e distribuindo as tarefas específicas entre os diversos agentes paroquiais. Reunidos sob um mesmo plano e com objetivos definidos, seria possível no nível paroquial e também no diocesano, a coordenação de recursos e de esforços para a expansão da fé e a transformação da realidade social.[13]

Parece-nos evidente que as representações difundidas pelo Movimento por um Mundo Melhor, tanto no plano interno quanto externo, traziam grandes possibilidades de estímulo aos ideais reformistas presentes em outros movimentos e organizações, como a Ação Católica, o MEB, o Movimento de Natal, entre outros. No entanto, é interessante precisar, segundo nosso entendimento, a sua característica estruturante, seja em seus objetivos externos, seja em seus objetivos internos, pode ser sintetizados a seguinte maneira: a expansão da fé e da doutrina católica em estrito controle da

hierarquia. Não há qualquer esboço de rupturas mais profundas com as tradições e com o poder da instituição, nem mesmo indicações de uma crítica mais radical à ordem social.

Embora notemos que a partir dos primeiros anos da década de 1960, tenha diminuído o interesse por esse movimento, considerando a documentação levantada, o que de fato ocorreu foi a incorporação de suas proposições por largos setores do catolicismo brasileiro, notadamente da hierarquia. Assim, podemos dizer que o MMM cumprira sua missão.

No início da década de 60, sob pressão exercida pelo Vaticano (após a Revolução de Cuba), a CNBB elaborou o Plano de Emergência (1961) dando abrangência nacional ao movimento de renovação das paróquias, visando promover maior articulação entre as paróquias de uma mesma região da cidade, o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, a superação da atuação assistencialista católica pela idéia da promoção humana e o dinamismo às atividades pastorais, em consonância com o ideal de transformar a paróquia em uma comunidade de fiéis.

Um outro relato descreve as atividades decorrentes de um curso do Mundo Melhor, realizado para os sacerdotes do Decanato (reunião de várias paróquias) do Brooklin Paulista em São Paulo, em setembro de 1963.[14]

Dentre outras atividades, o relato propunha que, seguindo a linha do curso por um Mundo Melhor, depois da fase de formação de líderes, haveria o início imediato de suas atividades, que consistiriam na formação de núcleos cristãos nos quarteirões. Esses núcleos eram comunidades de base cujos participantes se reuniriam uma vez por mês em uma casa pré-determinada. Cada núcleo contaria com um dirigente e um auxiliar, e as reuniões constariam de três fases: o estudo, a oração e a ação (nota-se uma apropriação do método jocista Ver-Julgar-Agir). Ainda como conseqüência da aplicação do curso, teria início a renovação litúrgica na paróquia, as práticas do domingo passariam a versar sobre a renovação paroquial.

As reformas litúrgicas introduzidas referem-se à missa dialogada, à maior participação dos fiéis, às explicações de cada sacramento pelo vigário antes de sua administração ao corpo dos fiéis, entre outras. Notemos que o relato é do ano de 1963 e a paróquia do Brooklim Paulista estava em pleno processo de renovação paroquial de acordo com o Plano de Emergência da CNBB. Assim, podemos confirmar que o tal plano pastoral de conjunto da CNBB incorporou os temas, e o próprio curso do MMM foi utilizado para o propósito de reforma paroquial. Havia, portanto, uma continuidade entre as idéias do padre Lombardi e o Plano da CNBB, que finalmente se iniciava, e que de forma gradativa tomaria corpo na Arquidiocese de São Paulo.

Com isso, queremos indicar um caminho metodológico para os estudos sobre o processo de renovação católica no Brasil. Hoje, com os novos desdobramentos da história recente do catolicismo, a pesquisa das transformações católicas deve ser feita sob um duplo movimento: o de suas relações externas com a sociedade e o de suas relações internas. No entanto, notamos que o esforço por acentuar as interfaces católicas com a sociedade brasileira e suas contradições e seus conflitos, acabou por nublar a força institucional.[15]

Concordamos com a idéia de que o envolvimento católico nos anos 50 e 60, com os movimentos sociais foi crucial para a formulação do pensamento progressista católico. No entanto, faz-se necessário a observação de que entre a Igreja Progressista do final da década de 1960 e início da década de 1970 e os movimentos da ACB, especialmente a JEC e a JUC, houve uma ruptura marcada pela repressão interna e externa à Igreja. A repressão ocorreu em virtude das divergências com a hierarquia em relação ao tema do socialismo, mas o mote que a desencadeou e a aceitação mais ou menos generalizada nos meios católicos para o processo de extinção da JEC e da JUC, foi a desobediência à autoridade eclesiástica. Após isso, a repressão católica combinou-se com a repressão militar, e JUC, JEC e AP praticamente desapareceram. Se a JOC

permaneceu, isto ocorreu em razão de suas proposições inicialmente pouco radicais, mas principalmente graças a seu acordo com o mandato institucional hierárquico católico, como observa Scott Mainwaring (1989). [16]

O rompimento entre as seções especializadas da ACB e a hierarquia foi por iniciativa da JUC e da JEC, quando ambas avaliaram a incompatibilidade entre o mandato hierárquico católico e o projeto de revolução social defendido por elas.

Portanto, há que se considerar o surgimento da Igreja Progressista nos anos 70, em parte, como fruto do envolvimento da ACB com os movimentos sociais e as causas populares, de sua memória e da produção teórico-metodológica, por exemplo, pela JOC e pela ACO, que conheceram maior continuidade. Mas também temos que levar em conta que o progressismo católico resultou de outros processos de renovação religiosa levados a cabo mediante iniciativas hierárquicas, que nasceram na mesma época e estavam voltados para o interior da vida institucional, mas não exclusivamente para ela. Além disso, estabelecer uma ruptura no interior do progressismo católico entre forças reformistas e forças revolucionárias, em razão de uma maior aproximação com movimentos ou setores das classes subalternas, parece-nos forçar a realidade dos fatos, partindo de uma abstração pouco aceitável.

Para concluir, defendemos a tese de que o M.M.M. inaugura ou fortalece, dependendo do lugar, uma linhagem de renovação pastoral católica com certa perenidade e de maneira diferente da renovação iniciada por meio dos estímulos vindos das organizações da ACB, pois se estas estavam mais próximas das iniciativas dos leigos, o MMM deu curso a iniciativas de sujeitos mais ligados à estrutura eclesiástica e estava dirigido para buscar a mudança neste lugar da vida católica. Postulo que tal movimento perdurou até ser incorporado no processo de renovação pós-conciliar e inclusive na formação da Igreja progressista que, assim, herdou além de algumas contribuições da esquerda católica do início dos anos 60, herdou, também, os resultados das renovações

inauguradas pelo MMM. Por suas características e devido a aprovação que recebeu do Vaticano, o Movimento por um Mundo Melhor tendia a ser mais facilmente incorporado pelas hostes católicas após o Concílio Vaticano II, considerando, inclusive sua forte dimensão de **comunitarismo eclesial.**

---

[1] Ver a respeito Beozzo José Oscar: *A Igreja no Brasil*. In: Beozzo, J. Oscar (org.) *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Econômico II.* São Paulo: Ed. Paulinas, 1993.
[2] Ver a respeito Farias, Damião Duque. *Crise e renovação católica na Arquidiocese de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975).* Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2002.
[3] *O São Paulo*, 30 nov. 1958.
[4] *O São Paulo*, out. 1958.
[5] *O São Paulo*, out. 1958.
[6] *O São Paulo*, 17 maio 1959.
[7] *O São Paulo*, 1 maio 1960.
[8] *O São Paulo*, 30 nov. 1958.
[9] *O São Paulo*, 14 dez. 1958.
[10] *O São Paulo*, 17 maio 1959.
[11] *O São Paulo*, 25 maio 1958.
[12] *O São Paulo*, 17 maio 1959.
[13] *O São Paulo*, 30 nov. 1958 e 1 maio 1960.
[14] Livro de Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus do Brooklin Paulista, 1945-1975.
[15] Cf. Romano, Roberto. *Igreja Contra Estado:* crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.
[16] Ver também Martins, Heloisa Helena T. de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC (1954-1975).* São Paulo, Hucitec, 1994.

O Tráfico Transatlântico de Escravos de Pernambuco (1576-1851): Aspectos Conjunturais

Daniel B. Domingues da Silva

Doutorando pela Emory University

Esforços recentes para reconstruir uma história do tráfico transatlântico de escravos têm oferecido à história da escravidão no Brasil dados importantes relativos a Pernambuco. Até o momento, análises em longa-série do tráfico de escravos brasileiro tem sido possíveis somente para a Bahia e para o Rio de Janeiro. Embora a literatura histórica reconheça Pernambuco como a terceira maior porta de entrada de escravos africanos, pouco tem sido feito para analisar tal atividade comercial da capitania, depois provícia, pernambucana. Os dados geralmente se encontram esparços e isolados, mas há cerca de quatro anos um novo banco de dados organizado por um grupo de historiadores da UFRJ em conjunto com historiadores de diversos países pode oferecer o material necessário para uma possível análise, como o gráfico 1 abaixo demonstra.

O gráfico 1 trata-se de uma série anual de desembarques de africanos em Pernambuco gerada a partir da futura segunda edição do *The Trans-Atlantic Slave Trade: a Database*. A primeira versão desse banco de dados, que pretende rastrear toda e qualquer viagem negreira que tenha cruzado o Atlântico, veio ao público em 1999 pela Cambridge University Press sob o mesmo nome e organizado pelos historiadores David Eltis, David Richardson, Stephen D. Behrendt e Herbert S. Klein.[1] A futura edição contou com o apoio de historiadores brasileiros para suprimir a carência de dados a respeito da participação luso-brasileira nos negócios negreiros.

Gráfico 1: Número estimado de desembarque de escravos em Pernambuco, 1636-1651 e 1742-1851

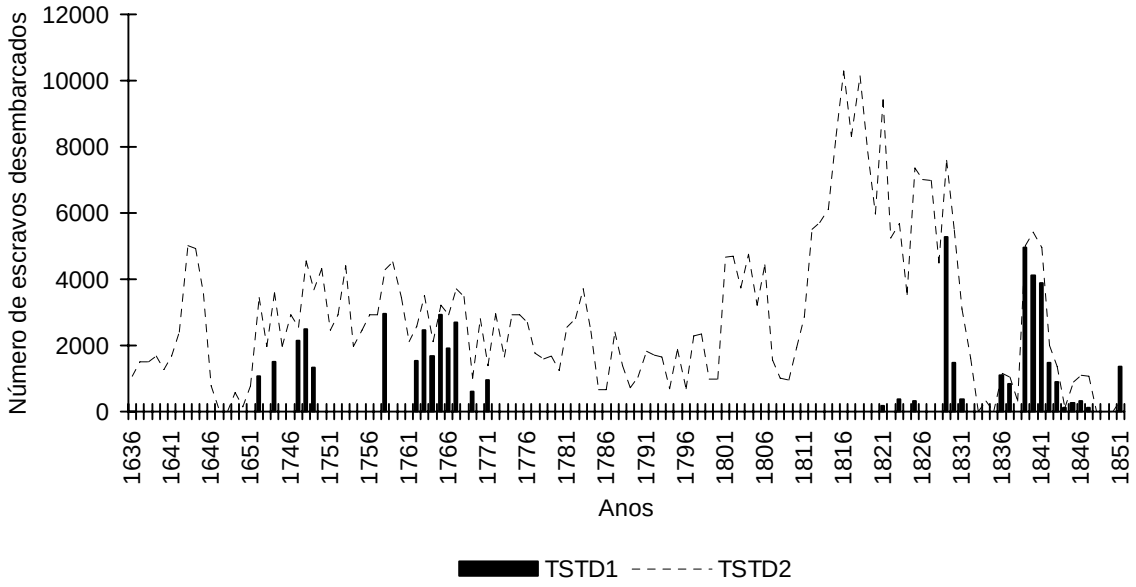

Fonte: TSTD2
Obs.: Note-se que há uma quebra no eixo temporal do gráfico entre os anos 1651 e 1742.

A primeira entrada no banco de dados (TSTD2) consta para o ano de 1576. Tratava-se de um desembarque de 80 escravos vindos em um navio da ilha de São Tomé. Porém, não será exagerado supor que esses escravos tenham sido em verdade congos, pois diante da demanda por mão-de-obra africana, em 1559, a rainha regente de Portugal assinara um decreto real autorizando o governador da ilha a vender até 120 negros do Congo para cada senhor de engenho.[2] Assim, a Coroa atendia os rogos dos colonos do Brasil; em particular aos de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, que pelo menos desde 1542 reclamava à Coroa por escravos negros.[3]

Esse registro deve ter sido antecedido por pelos menos mais dois. O primeiro em 1574 e o segundo em 1575.[4] Ambos fazem referência a São Tomé como porto exportador de escravos. Naquele tempo, a ilha era o maior traficante de escravos e produtor de açúcar do império português, oferecendo condições excelentes de prover escravos aos engenhos que floresciam no Brasil. Ao cabo do século XVI, Pernambuco,

assim como a Bahia,[5] contavam com negros junto a indígenas nas suas plantações de cana-de-açúcar. Em 1577, por exemplo, o engenho *São Pantaleão do Monteiro*, em Olinda, possuía 15 escravos da África em seu plantel de 40 cativos.[6]

À lenta transição do tipo de mão-de-obra seguiu-se o rápido desenvolvimento da produção açucareira, e em consequência o do tráfico de africanos. Os números que podem dar uma noção desse movimento são bem conhecidos. A primeira notícia de açúcar pernambucano entrando em Lisboa data entre 1516 e 1526, produzido aparentemente de modo artesanal por um certo capitão Pero Capico.[7] Em 1542, surge o primeiro engenho-de-açúcar próximo a Olinda de nome engenho *Nossa Senhora da Ajuda*.[8] No entanto, ao findar esse ano, Duarte Coelho informou ao rei que Pernambuco já possuía dois engenhos.[9] Em cerca de 1570, Pero de Magalhães Gândavo informava que na capitania havia "vinte e três engenhos-de-açúcar, dos quais três ou quatro ainda não estão completos".[10] Por volta de 1587, de acordo com Gabriel Soares de Souza, o número de engenhos subiu para 50, os quais rendiam uma dízima de "dezenove mil cruzados todo ano".[11] Finalmente, no ocaso do século XVI, Domingos de Abreu de Brito declarava ter Pernambuco 63 engenhos.[12]

O aumento da produção açucareira demandava cada vez mais braços africanos. Estima-se que no início dos Seiscentos Pernambuco já possuía 120 engenhos,[13] e ao tempo que os holandeses chegaram, em 1630, tinha mais de 160, dos quais 60 foram logo queimados durante a guerra de ocupação (1630-7).[14] A esse ponto, dados com relação ao número de escravos importados são escassos. Todavia, o desenvolvimento da indústria açucareira sugere que o tráfico de cativos deva tê-la acompanhado. Desse modo, podemos imaginar que a introdução acelerada de africanos iniciada no século passado foi temporariamente interrompida com a chegada dos holandeses.

A partir de 1637 tudo parece se normalizar novamente, mas dessa vez sob a direção de João Maurício de Nassau (1637-1644). A produção açucareira voltou a

prosperar e mais escravos eram necessários para levar a cabo a empresa holandesa. Nesse tempo, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais inspirava confiança aos seus acionistas, uma vez que além de Pernambuco as praças de El Mina e Luanda, principais portos fornecedores de escravos na África, foram igualmente subtraídas aos portugueses (em 1637 e 1641 respectivamente).[15] Contudo, o tráfico só veio a dar uma reposta efetiva a partir de 1642, com a introdução de 2.400 escravos na capitania. No ano seguinte, a importação de africanos atingiu o ápice durante o período de ocupação holandesa: em 1643, Pernambuco recebia cerca de 5 mil escravos. Porém, a relativa prosperidade dos holandeses não durou muito tempo. Em 1645, os luso-brasileiros que habitavam a capitania antes da ocupação holandesa e de seus arredores reagiram à presença dos invasores expulsando-os de vez do nordeste brasileiro em 1654. No total, de acordo com as nossas estimativas, o Brasil holandês recebeu cerca de 26.929 escravos entre 1636 e 1651, isto é, uma média de 1.795 cativos por ano.

A restauração de Pernambuco à Coroa portuguesa afetou a organização sócio-econômica da capitania, que dará sinais de instabilidade em fins do século XVII e início do XVIII, retratada no conflito da “guerra dos mascates”.[16] Contudo, num contexto mais amplo, Pernambuco conseguiu se recuperar economicamente, embora nunca mais tenha alcançado a sua posição anterior, a não ser eventualmente.[17] Ao visitar a capitania naquela época, o padre João Antônio Andreoni - o Antonil - registrou no seu tratado sobre a *Cultura e Opulência do Brasil*,[18] que Pernambuco ainda detinha forte presença econômica na América portuguesa. Era o segundo maior exportador de açúcar e principal fornecedor de pau-brasil, além de deter grande participação no comércio dos meios-de-sola e do tabaco, que igualmente entravam no seu cômputo.

Entretanto, o ouro descoberto por paulistas no sertão das Minas Gerais em algum momento entre 1693 e 1695 alteraria essa situação.[19] Então, Salvador Correia de Sá já havia restaurado Angola ao império lusitano (1641) com uma esquadra do Rio

de Janeiro,[20] que passou a entreter relações comerciais com Luanda fortalecidas pela abertura do Caminho Novo um pouco antes de 1711, que ligava o Rio diretamente às Minas.[21] Mesmo assim, o tráfico pernambucano operava em níveis elevados. Apesar de não podermos gerar uma série que percorra esse período, sabemos que nos últimos quatro anos dos Seiscentos pelo menos 29 viagens foram feitas entre Pernambuco e Luanda.[22] Nos próximos anos, essa tendência deve ter continuado, pois temos notícia de que somente em 1724, 15 negreiros entraram em Pernambuco.[23]

Apesar da ascensão do Rio de Janeiro como principal fornecedor de escravos para Minas, o ouro permaneceu como um forte atrativo para os traficantes do nordeste. A simples certeza do pagamento em moeda sonante era mais desejável que as promessas de pagamento em açúcar. Por isso, o tráfico pernambucano aparece firme no gráfico 1 logo em 1742, quando entraram cerca de 3.455 escravos em Recife. Nos 18 anos anteriores ao estabelecimento da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1742-59), 57.941 escravos entraram no nordeste pela capitania, ou seja, uma média anual de 3.219 cativos. Esse ritmo caiu quando a Companhia foi instalada em 1760, pois entre 1760 e 1780, ano em que o monopólio da empresa expirou, apenas 51.806 escravos foram importados, uma média anual de 2.467 escravos.

Em suma, o tráfico de africanos pernambucano operava em níveis elevados muito antes da instalação da Companhia. Porém, com o fim do estanque da Companhia, o cenário mundial apresentou novas oportunidades para a economia colonial brasileira se desenvolver. A crise dos concorrentes antilhanos iniciada em 1780 somada ao declínio do ouro brasileiro e aos eventos ocorridos nas Américas e na Europa – leia-se a independência dos Estados Unidos em 1776, a revolta dos escravos de São Domingos em 1791, a independência do Haiti em 1804, a Revolução Francesa em 1789 e, finalmente, as Gerras Napoleônicas - deu chances para que o se açúcar recuperasse e impulsionasse igualmente o tráfico de escravos.

Destarte, apesar da nossa série se apresentar um tanto questionável para as últimas duas décadas do século XVIII, vemos que o início da década de 1780 acena para um crescimento no tráfico negreiro pernambucano que se consolidará numa tendência bem visível quando levado em consideração o que se apresenta na alvorada dos Oitocentos (cf. gráfico 1). Nesse sentido, a economia pernambucana rejeita o postulado defendido por historiadores clássicos acerca da "falsa euforia", isto é, um intervalo positivo na economia colonial que surgia em fins dos Setecentos em meio a uma suposta recessão generalizada.[24]

No entanto, a passagem do século XVIII para o XIX ofereceu a Pernambuco a oportunidade de se especializar no cultivo do algodão, um artigo até então estranho à capitania. Nos primeiros anos dos Oitocentos, o algodão ocupava sempre algo em torno de 55 a 70% dos produtos exportados pela capitania, enquanto o açúcar confinava-se a algo entre 20 e 40%.[25] Essa mudança já foi constatada por outros historiadores, como Jobson de Arruda, a quem Pernambuco passava "a impressão de uma economia mais dinâmica" quando comparada às demais capitanias.[26] Contudo, o açúcar voltou a ocupar topo da pauta de exportações pernambucana no início da segunda década, quando os Estados Unidos se tornaram os grandes produtores mundiais de algodão.[27]

Além das forças internas de interação, a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, a abertura dos portos da colônia para o comércio com as nações amigas no mesmo ano, e a retirada da Inglaterra do tráfico atlântico de escravos em 1807, adicionaram elementos que condicionariam essas mudanças. Após a sua retirada do negócio negreiro, a Inglaterra passou a fomentar uma política para encerrar o comércio de africanos de vez. Primeiramente ela tentou suprimir o tráfico acima do Equador (1815). Depois tentou colocá-lo a termo no Atlântico sul, junto com a decisão, proferida um pouco sem vontade pelo Império do Brasil, de abolir o tráfico em 1830.

Mas o esforço para suprimir o tráfico correu sem êxito. Os portos brasileiros que se encontravam ao sul do Equador persistiram no negócio concentrando-se nos portos africanos que estivessem no mesmo hemisfério. Evidentemente que ainda havia alguns que tentavam comerciar nos portos do norte, a exemplo do capitão Joaquim Pedro Sá de Faria que, deixando Pernambuco em 1837, insistiu em levar seu brigue de nome *Veloz* para comerciar nos Rios do Benin, onde acabou capturado pela escuna de Sua Majestade Britânica *Fair Rosamond*, comandada pelo tenente William Brown Oliver, e remetido para Serra Leoa onde foi declarado culpado por ter infringido os tratados para a abolição do tráfico de africanos.[28]

Houve muitos casos similares ao do capitão Faria. Algo em torno de 100, que é o número de navios que traficaram durante o período ilegal (após 1830) e deixaram registros na documentação produzida pelo aparelho britânico de supressão ao comércio negreiro (que basicamente dá forma a esse período indicado no gráfico 1). Porém, os maiores picos do tráfico pernambucano ocorreram antes disso. Diferentemente do resto do Brasil, foi na segunda década dos Oitocentos que os maiores desembarques de africanos ocorreram em Pernambuco.[29] Nesse período, foram desembarcados 71.064 africanos, sendo os anos de 1816 e 1818 os maiores picos (respectivamente, 10.291 e 10.155). Já na primeira década foram introduzidos na capitania apenas 31.010 negros. Portanto, entre um período e outro, o número de africanos desembarcados mais que dobrou. A última década do período legal trouxe 62.823 escravos para Pernambuco. Finalmente, o período ilegal (1831-51) encerra o tráfico pernambucano desembarcando na capitania cerca de 29.851 escravos (uma média anual de 1.422).

Enfim, o presente artigo consistiu-se em apenas de uma tentativa preliminar de análise em longa-série do comércio de africanos para Pernambuco. Sua intenção foi estimular o estudo dessa atividade comercial pernambucana com o fim de colocá-la em perspectiva comparada com as de outras regiões do Brasil e do Atlântico, além de

estimular novas idéias e fôlego para retomar antigas questões, como a da difusão do trabalho escravo africano no Brasil e a formação da sociedade brasileira.

---

[1] A segunda edição desse banco de dados será doravante denominada TSTD2, em contraposição à primeira (TSTD1).
[2] Gerald Cardoso, *Negro Slavery in the Sugar Plantations of Veracruz and Pernambuco, 1550-1680* (Washington D.C., 1983), p. 76; Maurício Goulart, *Escravidão Africana no Brasil* (São Paulo: 1975) p. 174. Aparentemente os autores não concordam exatamente quanto a data do decreto. Goulart acredita que o decreto foi publicado em 29 de Maio, enquanto Cardoso sustenta a data de 9 de Março.
[3] Duarte Coelho, *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei* (Recife, 1967), pp. 31-3.
[4] Cardoso, p. 77.
[5] Stuart Schwartz, *Segredos Internos* (São Paulo, 1995), caps. 1 e 2.
[6] Francisco A. Pereira da Costa, *Arredores do Recife* (Recife, 2001), p. 126.
[7] Goulart, p. 95.
[8] Cardoso, p. 90 e Manuel C. de Andrade, *Economia Pernambucana no século XVI* (Recife, 2003), p. 38.
[9] Cardoso, p. 91.
[10] Pero de Magalhães Gândavo, "Treatise on the land of Brazil", in John B. Stetson Junior *The Histories of Brazil* (New York, 1922), p. 132.
[11] Gabriel Soares de Souza, *Tratado descritivo do Brasil em 1587* (São Paulo, 1938), p. 29.
[12] Domingos de Abreu de Brito, *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil em fins do século XVI* (Coimbra, 1931), p. 57.
[13] Hermann Watjën, O dominio colonial hollandez no Brasil (São Paulo, 1938), p. 417.
[14] Stuart Schwartz, "A commonwealth within itself: the early Brazilian sugar industry, 1550-1670" in Stuart Schwartz (ed.). *Tropical Babylons* (Londres, 2004), p. 166. Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada* (São Paulo, 1975), p. 13.
[15] Ernst van den Boogaart e Pieter Emmer, "The Dutch Participation in the Atlantic Slave Trade, 1596-1650", in: Henry A. Gemery e Jan S. Hogendorn The Uncommon Market (New York, 1979), p. 358.
[16] Com relação à guerra dos mascates cf. Evaldo Cabral de Mello, *A Fronda dos Mazombos* (São Paulo, 1995).
[17] Como, por exemplo, em 1804, quando superou economicamente a Bahia, de acordo com as Balanças Comerciais de Maurício José Teixeira de Moraes. Cf. José Jobson de Arruda *O Brasil no Comércio Colonial* (São Paulo, 1980), p. 210.
[18] André João Antonil *Cultura e Opulência do Brasil* (Lisboa, 1711), disponível em: http://www.bn.br/fbn/bibsemfronteiras/, pp. 96-101.
[19] Charles Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750* (Los Angeles, 1973), p. 35.
[20] Charles Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686* (Londres, 1952).
[21] Sobre o Caminho Novo cf.: Antonil, pp. 164-6 e Guillaume François Parscau, "A invasão francesa de 1711" in Jean Marcel de Carvalho e França, *Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial* (Rio de Janeiro, 2000), p. 135. Sobre a concorrência para o fornecimento de escravos entre o Rio de Janeiro e a Bahia às Minas Gerais cf.: Manolo Florentino, Alexandre V. Ribeiro e Daniel B. Domingues da Silva "Aspectos Comparativos do Tráfico de Africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)". In: *Revista Afro-Ásia*, vol. 31, 2004, pp. 83-126.
[22] Essas informações foram extraídas sobretudo de cartas de comerciantes de Luanda e inseridas no TSTD2. A fonte consultada encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), DL 78, 8.
[23] TSTD2. Fontes originais: AHU, Pernambuco, cx. 31 doc. 2865 e Paraíba, cx. 5 doc. 410; e Klein, Angola, data-set, 1723-1771.
[24] Veja por exemplo: Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil 1500-1820* (São Paulo, 1978) e Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (São Paulo, 2000).
[25] Esses dados foram calculados a partir dos Rendimentos da alfândega de Pernambuco para os seguintes anos: 1801: AHU, Pernambuco, cx. 232, doc. 15638; 1802: AHU, Pernambuco, cx. 241, doc. 16193; 1804: AHU, Pernambuco, cx. 257, doc. 17628; 1805: AHU, Pernambuco, cx. 259, doc. 17380; 1806: AHU, Pernambuco, cx. 267, doc. 17828.
[26] Arruda, p. 210.
[27] Robert W. Fogel, Without Consent or Contract (New York, 1989), p. 30.
[28] Confira o caso completo em: Great Britain, *Irish University Press Series of British Parliamentary Papers: Slave Trade*, vol. 16, classe A, pp. 43-67.
[29] Para o tráfico do Rio e da Bahia em perspectiva comparada cf. Florentino *et alli*., p. 85 (citado na nota 21).

EXPERIÊNCIAS DAS ATIVISTAS INTEGRALISTAS DOS ANOS 30 NA CIDADE DE MARÍLIA/SP.

Daniel Henrique Lopes*

Lídia Maria Vianna Possas**

"Nossas mulheres, há muito tempo livres dos espartilhos, já tinham a ousadia de mostrar as pernas e o colo; imitando as atrizes de Hollywood, usavam carmim e cabelos curtos."

*Rosalina Tanuri****

Nosso objetivo ao propor este intento é transitar entre a micro e a macro história buscando analisar as experiências sociais das mulheres que fizeram parte da Ação Integralista Brasileira (AIB) na cidade de Marília. Deste modo, buscamos enfocar as relações sociais criadas entre homens e mulheres enquanto ativistas integralistas no complexo sistema de organização e hierarquia da AIB, em uma cidade interiorana que se urbanizou em pleno os anos 30, vislumbrando compreender as permanências e as mudanças dos papéis normativos constituídos pelos valores burgueses e conservadores da sociedade patriarcal brasileira da época.

A referida abordagem orienta-se no sentido de analisar as representações, as imagens, bem como as falas das militantes integralistas. Assim, propomos investigar novos significados que nos permitam compreender comportamentos, atitudes e valores disseminados na sociedade brasileira, partindo de um olhar que evidencie as individualidades e as concretudes dos sujeitos.

Desta forma, procuramos reconstruir os processos de identidade e subjetividade dos homens e mulheres militantes integralistas, visualizando as relações construídas através da análise de fontes documentais como fotos, relatos orais e jornais, além de uma documentação particular de ex-militantes integralistas e de simpatizantes, a fim de observar como se deu à inserção específica das mulheres no seio do movimento, sem deixar de lado o discurso mais amplo da AIB.

Atentos em esmiuçar as representações, as imagens prescritas nos documentos iconográficos, acompanhadas pelas falas de militantes integralistas, tentamos desvendar o nebuloso complexo de uma agremiação partidária inserida na sociedade brasileira da época, observando os sujeitos que estiveram às margens da historiografia oficial.

Nossa investigação situa-se no contexto de um processo histórico de transição da sociedade brasileira dos anos 30-40, onde se observa a emergência de novos segmentos sociais, principalmente urbanos, como, por exemplo, os movimentos reivindicatórios de natureza política e social como as revoluções tenentistas[1].

Essas revoltas ocorreram simultaneamente ao processo de modernização, acelerado pela Revolução Cultural Técnica e Científica[2] originada nos anos 20, que contribuiu para alterar os hábitos e valores de uma sociedade que se urbanizava. As cidades brasileiras, principalmente as capitais, a exemplo do que ocorria em São Paulo e no Rio de Janeiro, assumiam os ares cosmopolitas impulsionados pela idéia de progresso que se colocava na ordem do dia nas manchetes e nos classificados dos jornais que divulgavam a presença de novos aparelhos, a exemplo do rádio e da vitrola.

A dinâmica desses movimentos e revoltas possibilitou a criação de um novo conjunto de práticas sociais e culturais que passaram a se manifestar com maior intensidade na sociedade brasileira, principalmente, no período abordado.

Diante dessas mudanças e persistências de práticas, valores, comportamentos e costumes sociais, as mulheres passaram a ser reivindicadas por vários setores que até então as excluíam, bem como também passaram a reivindicar o direito de acesso ao espaço público, mesmo que enfrentando críticas e reações frente às tradições e ao conservadorismo predominante.

As ‘novas conjunturas’[3] aceleraram a maior visibilidade e participação das mulheres no espaço público, até então exclusivamente masculino, pelo menos para os segmentos sociais das classes médias e da elite[4].

É a partir desse momento, de maneira mais explicita, que podemos observar o envolvimento de algumas mulheres em movimentos sociais e na militância político-

partidária, tanto na esquerda como foi o caso do Partido Comunista, como em agremiações consideradas de direita, incluindo a AIB, além do Partido Republicano Paulista e do Partido Constitucionalista fundado em 1934.

No agito dessa "Nova Ordem"[5] ampliam-se às condições de construção de uma nova esfera pública marcada pela crescente expansão da imprensa e principalmente do rádio, das oportunidades de outras formas de sociabilidade e de convívio cultural e social, através do cinema que passa a dar maior visibilidade às contradições de uma sociedade em transição – arcaico/moderno – e da presença de múltiplos sujeitos que exigem seus direitos de cidadania e de representação política.

Assim, várias organizações político-partidárias começaram a arregimentar para suas fileiras militantes femininas, pois viam nelas um potencial expressivo de ampliar sua própria militância, como também garantir eleitores e votos a seu favor nas urnas, já que desde de o decreto do presidente Vargas de 24/02/1932 as mulheres tiveram o acesso ao direito do voto, posteriormente oficializado pela constituição de 1934.

É possível revelar pelas fotografias dos comícios e marchas integralistas as militantes femininas em constante presença. Devidamente trajadas em seus uniformes, identificando o Sigma no lado direito, elas passaram a fazer parte da cênica organizada pela AIB a fim de mobilizar a opinião pública[6].

No fervilhar dos anos 30, as mulheres passaram a vivenciar de forma mais participativa a vida pública não só nas manifestações político-partidárias, como também no mercado de trabalho, criando na sociedade brasileira algumas tensões e conflitos diante das inovações culturais em embrião no período[7].

Essas transformações não foram privilégios dos grandes centros. Nas cidades paulistas do interior elas também ocorreram, mesmo que de forma mais branda e amena, devido ao forte apreço a valores e práticas tradicionais.

Objeto do presente trabalho podemos citar como exemplo Marília, onde foi criada em 1931 uma Associação Feminina conforme nos aponta o Jornal *Alto Cafezal*[8].

Esta associação de mulheres marilienses procurava mediar as atividades femininas, conciliando os anseios advindos de sua vida no espaço público com seus afazeres domésticos, vislumbrando as possibilidades evidenciadas pela nova ordem feminina que surgia.

Com a finalidade de identificar as transformações e as relações estabelecidas entre as militantes integralistas e a AIB, tomando como referência suas práticas na cidade de Marília, fundamentamos nossas bases analíticas, principalmente nas possibilidades abertas pela perspectiva de uma análise hermenêutica do cotidiano (Dias, 1998)[9].

Esta perspectiva metodológica abre a possibilidade de desvendar as formas sutis de apropriação do cotidiano e a reconstituição das experiências vividas, na medida em que os trabalhos com a documentação oral, escrita e iconográfica, revelam simultaneamente a existência dos papéis informais femininos, principalmente à identificação das práticas, dos costumes e das estratégias de sobrevivência conforme nos apontou Dias (1998).

A hermenêutica do cotidiano aborda as possibilidades de criticar o processo de politização do cotidiano e de documentar necessidades sociais fora de parâmetros objetivistas, abarcando uma frente ampla de áreas multidisciplinares e envolvendo uma estratégia de questionamentos e de críticas a cultura[10].

O conceito de cotidiano que utilizamos em nossa análise sugere mudanças, rupturas, dissolução de culturas, possibilidades de novos modos de ser, e não a rotina, o repetitivo.

A análise das praticas e experiências cotidianas das blusas verdes nos permitem a descoberta de outras histórias e o questionamento das polarizações, das categorias abstratas e universais, abrindo possibilidades para a recuperação de outros sujeitos sociais, permitindo também o questionamento da existência da universalidade do discurso histórico.

A história do cotidiano, segundo Matos, é uma fonte que oferece possibilidades de recuperação de outras experiências, demonstrando que “[..] a realidade histórica é social e culturalmente constituída [...]” (MATOS, 2002, p.25)[11].

Partindo desses pressupostos, a análise do cotidiano nos possibilita visualizar a sua potencialidade enquanto espaço de resistência por parte das blusas verdes diante do processo de dominação.

Neste sentido, nos orientamos pelas perspectivas abertas pela Nova História que se preocupou com a multiplicidade dos sujeitos e temporalidades sem perder de vista a totalidade do processo histórico.

A fundamentação da Nova História é a idéia de que a realidade é social e culturalmente constituída. Assim Burke nos ressalta, "o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma 'construção cultural', sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço" (BURKE, 1992, p.11)[12].

Encontramos, portanto, a partir dessa abordagem a possibilidade de trabalhar com várias fontes, a fim de fazer um contraponto entre os dados obtidos, tal que os documentos oficiais perdem, nesta abordagem, o seu caráter de veracidade inquestionável, já que "os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial, [...] para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outro tipo de fonte" (BURKE, 1992, p.13).

O caráter metodológico de nossa pesquisa pode ser caracterizado por uma certa "flexibilidade", uma vez que foi se adequando às necessidades de cada momento da investigação e como sugere Burke, "não acredito que haja um método histórico quanto a um procedimento a seguir em todos os casos [...] nós somente descobrimos nosso método ao longo da pesquisa, em vez de começarmos com ele do início [...]" (BURKE, 2000, p.211)[13].

Buscando complementar a nossa pesquisa, prosseguimos com as análises de documentos oficiais integralistas dos núcleos da cidade de Marília e de outras cidades da região, permitindo relacionar os dados oficialmente obtidos com os relatos de ex-integrantes da AIB, tornando a pesquisa rica pela originalidade das fontes e possibilidades abertas.

A realização dos trabalhos em arquivos revelou novos elementos e novas perspectivas para o trabalho. Como observa Burke, "trabalhar em arquivos pode ser, sem dúvida, uma experiência fascinante, algo diferente de outros tipos de pesquisa. Permite que

se estabeleça uma relação mais intima com o passado, ou ao menos uma sensação de maior parentesco com o passado" (BURKE, 2000, p.202).

Priorizamos também a imprensa periódica como uma fonte complementar de primeira ordem, pois nos ofereceu notícias, relatos e outras abordagens sobre as relações entre homens e mulheres. Realizamos minuciosamente a análise de jornais de Marília, principalmente o *Alto Cafezal*, a fim de encontrar elementos que evidenciassem o processo social da cidade na época e a inserção feminina neste processo local, através das práticas e representações sociais existentes. No entanto, tornou-se necessário complementar essas análises com outras fontes, documentais e bibliográficas, uma vez que a imprensa emite juízo de valor de determinado grupo ou segmento político e social.

Tomamos como elemento de análise não apenas o que estava escrito no jornal. Também analisamos o que não encontramos nos jornais da época, as ausências de notícias. O silêncio dos jornais nos oferece indícios, os quais não deixamos passarem despercebidos.

A presença das práticas cotidianas encontradas nas diversas fontes nos levou à "redescoberta de situações inéditas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível, por estar submerso" (MATOS, 2002, p.29).

Esta análise não pretende esgotar as possibilidades explicativas dessas práticas cotidianas, mas sim sistematizar os elementos, dados e indícios, capazes de elucidar algumas questões e possibilidades de interpretação e apreensão desse movimento de mudanças e permanências.

A AIB, como seu discurso, contendo aspectos e elementos legitimadores de uma ordem vigente na sociedade brasileira no contexto elencado, constituiu-se em uma oportunidade para as mulheres encontrarem "brechas"[14] de participação e maior visibilidade no espaço público, uma vez que o Integralismo assumiu feições de um partido urbano.

A observação das blusas verdes e da história da AIB apresenta uma condição inédita, evidenciando como aquela ideologia de forte apelo aos princípios espirituais e de igualdade, justiça e piedade, incluindo a compaixão – a capacidade de sofrer, intensamente,

com os outros (ARENDT, 1971; ARAÚJO, 1988)[15], constituiu-se em uma alternativa para a massa urbana, principalmente para as mulheres que adentravam ao espaço público mobilizadas pela idéia de ascensão social e de acesso a direitos civis e políticos.

Os estudos que enfocam as mulheres nos mais diversos aspectos da sociedade tornaram-se atualmente uma frente crítica do conhecimento contemporâneo.

Procurar respostas para algumas situações que se colocam em nossa sociedade exige evidenciar as nossas raízes culturais e as dificuldades de sua superação. Assim, é necessário "recuperar às múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como a sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas, através das quais pudessem se expressar ou, ao menos, sobreviver" (MATOS, 2000, p.13)[16].

Visando pormenorizar nosso intento, frente aos aspectos estruturais da AIB, realizamos uma análise vislumbrando o contexto histórico-social específico da cidade de Marília nos anos 30, procurando compreender as práticas e as representações criadas e incorporadas pelas blusas verdes nesta cidade.

Marília, cidade nova, surgiu no meio das matas em 1928, estava em pleno desenvolvimento nos anos 30, um desenvolvimento acelerado como demonstram as páginas dos jornais e relatos de pessoas que vivenciaram esse período. A cidade aspirava ares cosmopolitas e não escapava a 'nova ordem' que vinha sendo incorporada em grande parte das cidades do país.

Ao voltarmos nossa análise para o interior de Marília, concordamos com Cavalari ao afirmar que, "para o integralismo o lugar natural da mulher era o lar e a família. Era reservado à mulher a sacrossanta função de mãe, senhora do lar, educadora, e modeladora do caráter dos homens, no sentido de altruísmo, da bondade e da grandeza da pátria e bem da humanidade (CAVALARI, 1999, p.60)[17]. Entretanto, e para a mulher o que era o integralismo?

Salientamos que "as mulheres integralistas, como militantes, assumiram aparentemente os modelos instituídos pela sociedade republicana, mas souberam subjetivar as diferenças e transitar neste terreno a sua maneira" (POSSAS, 2004, p.14)[18].

---

[*] Aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – UNESP/Marília.

[**] Professora Doutora da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília, vinculada ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e a Linha de Pesquisa "Cultura, Identidade e Memória" do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, líder do Grupo de Pesquisa "Cultura e Gênero" inscrito no CNPq em 2003, e coordenadora do GT Estudos de Gênero da ANPUH/Regional/SP.

[***] Historiadora local referindo-se ao comportamento das mulheres Marilienses da década de 30.

[1] O tenentismo aparece na década de 20 sendo categorizado pela historiografia como representante do núcleo organizatório das classes médias. O tenentismo desta fase pode ser definido em linhas gerais, como um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião (FAUSTO, 1970).

[2] Ver: SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: Fernando A. Novais (Org. geral). **História da vida privada no Brasil.** República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

[3] Geradas pela Revolução Cultural, Técnica e Científica descrita por Sevcenko 1998.

[4] É um período de suma importância para compreendermos as alterações e as transformações ocorridas na ordem social dos anos 30, já que é a partir daí que a urbanização e a industrialização começaram a ganhar impulso no cenário nacional.

[5] Na primeira metade do século XX, da qual enfatizamos os anos 20-30, houve no Brasil um fluxo intenso de mudanças em todos os níveis da experiência social, estimuladas, sobretudo, por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até a noção de tempo e espaço das pessoas. O que chama a atenção nesse período não são apenas os novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, ou seja, para as práticas cotidianas das pessoas, mas o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia-a-dia das pessoas (SEVCENKO, 1998, p.10).

[6] Sobre a participação feminina na AIB ver: POSSAS, Lídia Maria Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado 1932-1938. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) **Escrita de si. Escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 257-277. _____. O Integralismo e a mulher. In: **Integralismo: novos estudos e reinterpretações/** Renato Alencar Dotta, Lídia Maria Vianna Possas, Rosa M. F. Cavalari. Rio Claro: Arquivo do município, 2004.

[7] Ver: POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos:** modernidade no sertão paulista. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

[8] Este jornal circulou em Marília de 01/07/1928 à 25/12/1938, sua tiragem era semanal e aos domingos, trazendo notícias locais, nacionais e internacionais.

[9] DIAS. Maria Odila da Silva. Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. In*:* **Projeto história –** trabalhos da memória**.** São Paulo, Nº 17, Nov/98. P. 223 – 235.

[10] (DIAS, 1998).

[11] MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura:** história cidade e trabalho**.**Bauru/SP: EDUSC, 2002

[12] BURKE, Peter. Abertura: A nova história, separando o seu futuro*.* In: _____ (Org.) **A escrita da história –** novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p.7-37.

[13] BURKE, Peter. IN: M. Lucia G. Pallares –Burke. **As muitas faces da história:** Nove entrevistas**.** São Paulo: EDUNESP, 2000, p. 185-231.

[14] A AIB possibilitava à mulher a atuar no espaço público, mesmo que esta tivesse que conciliar seus papéis 'naturais' de mãe, esposa e dona de casa, com os novos papéis provenientes de sua vida pública.

[15] ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Lisboa: Moraes Editors, 1971. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução***.* O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

[16] MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma história da mulher.** Bauru/SP: EDUSC, 2000.

[17] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo** – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 - 1937***).*** Bauru-SP: EDUSC, 1999.

[18] POSSAS, Lídia Maria Vianna. As cartas femininas: relações de gênero na escrita das "blusas verdes". In: Associação Nacional de História - Núcleo Regional São Paulo Anais do **- XVII Encontro Regional de História: *O Lugar da História*/** Sylvia Bassetto, Coordenação Geral. Campinas: UNICAMP, 2004. ISBN 85-98711-01-2

José de Alencar: escritor, leitor e historiador.[1]

Daniela Casoni Moscato*

A História da leitura teve seu início nos trabalhos desenvolvidos em torno de pesquisas sobre a produção e difusão do livro, também denominada de história social e cultural da comunicação impressa. Em seu desenvolvimento, esse tipo de análise acabou por confluir em outras preocupações como a história das bibliotecas, do ensino da leitura etc, alcançando assim um questionamento sobre a difusão das idéias no passado, tanto nas perfilhações dos pensamentos intelectuais e filosóficos, como em pessoas que não estão presentes ou inseridas nessas filiações. Assim, o próprio livro tornou-se um objeto de estudo, principalmente, como possibilidade de transmissão e circulação de idéias: "a história da leitura busca apreender a circulação das idéias, dado que o livro é, na tradição ocidental em particular, o mídia por excelência".[2]

Certeau em seu texto *Ler: uma operação de caça*, atenta para a relação entre leitor, obra e temporalidade e, especialmente, ressalta o leitor na operação da leitura (muitas vezes assimilada a uma passividade): "Se portanto 'o livro é um efeito (uma construção) do leitor', deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de lectio, produção própria do 'leitor'". Ainda nesse sentido, Certeau lembra-nos que a autonomia do leitor diante os textos e, portanto, de sua leitura, depende "das relações sociais que sobredeterminam sua relação com os textos". [3].

Identificamos essa relação do século XIX com José de Alencar, exemplo disso seria, além das exposições de idéias nacionalistas presentes nos oitocentos, a ligação dos estudos do IHGB – expressão constante desse discurso nacional - com as produções literárias românticas, visto que ambas se assemelham nessa busca por um passado verdadeiramente brasileiro.

---

[1] Esse texto apresenta alguns dados parciais de uma pesquisa de mestrado que ainda está em andamento.

* Mestranda em História na FCL/Unesp – Assis sob a orientação de Hélio Rebello Cardoso Jr. Bolsista CNPq.

[2] DENIPOTI, C. **A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural. Paraná, 1880-1930**. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado) – UFPR. pp.16-19.

[3] CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, pp. 264-268

Tentando fundamentar nossa pesquisa em alguns indicadores da História, escolhemos analisar a face leitora de José de Alencar. Isso foi possível, pois nosso leitor deixou-nos pistas acerca de suas leituras em seus textos fictícios e paratextos – prefácios, pós-escritos, autobiografia, etc – que serão apresentados no decorrer deste texto.

Para esse escrito, decidimos apresentar alguns dados do discurso alencariano acerca da leitura e da História.

Em relação à leitura, temos os locais de leitura de nosso leitor que podemos classificar como privado e público. No que tange ao espaço privado, podemos identificá-lo em algumas citações e selecionamos uma, que narra as leituras que eram feitas na infância onde, além de ler cartas e jornais para sua mãe, lia, igualmente uma pequena biblioteca romântica:

> Essa prenda que a educação deu-me para tomá-la pouco depois, valeu-me em casa o honroso cargo de *ledor*, com que me eu desvanecia, como nunca me sucedeu ao depois no magistério ou no parlamento.
> Era eu quem lia para minha boa mãe não somente as cartas e os jornais como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo (...) Nosso repertório romântico era pequeno; compunha-se de uma dúzia de obras entre as quais primavam a *Amanda e Oscar, Saint-Clair das Ilhas, Celestina e outras de que já não me recordo*". [4]

Nesse fragmento, o autor apresenta-se ledor oficial da casa de seu pai. A leitura relaciona-se com a infância assumindo lugar de honra na família de Alencar. Além disso, o discurso pauta-se ainda em referências de leituras – jornais e romances – que fizeram parte da infância do escritor.

A leitura no espaço público pode ser encontrada, igualmente, em sua autobiografia, como a exposição acerca de um gabinete de leitura: "Com as minhas bem parcas sobras, tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega, e que possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas". [5]

---

[4] ALENCAR, J. Como e porque sou romancista. Campinas: Pontes, 1999. p. 24- 29.
[5] ALENCAR, 1999, p. 50.

Segundo Sales, no processo de expansão da leitura no Brasil, os gabinetes de leitura tiveram um papel fundamental, primeiramente porque eram "espaços de leitura" e segundo porque introduziram uma nova prática: a locação de livros.[6] Além dos gabinetes, as Bibliotecas incluem-se nesses espaços, entretanto, o acesso, embora gratuito, era limitado a um público "circunscrito a uma elite de intelectuais e eruditos".[7]

Nesse caso, o espaço público em Alencar é um local destinado à elite, ou seja, aos intelectuais do período que aderiram aos gabinetes de leitura ou às bibliotecas.

Encontramos também em Alencar, além dos espaços de leitura, seu leitor ideal que pode ser percebido em duas passagens significativas acerca da leitura de duas grandes personagens alencarianas: Emília e Lúcia.

Em *Diva* (1864), Emília "tinha na mão um livro aberto e lia com atenção", diferentemente de *Lucíola* (1862) onde cita as leituras "rápidas e sem método" de Lúcia, como algumas obras que essa leitora fictícia teria devorado diariamente ou escutado de seu ledor *A Dama das Camélias*:

> Lúcia conservava de tempos passados o hábito da leitura e do estudo; raro o dia em que não se distraía uma hora pelo menos com o primeiro livro que lhe caía nas mãos. Dessas leituras rápidas e sem método provinha a profusão de noções variadas e imperfeitas que ela adquiria e se revelavam na sua conversação.

A passagem da leitura de Lúcia aponta, ainda, dois elementos que, constantemente, aparecem nas descrições de leituras em José de Alencar: o método e a concentração. Nos discursos identificados acerca da leitura, Alencar insiste em ressaltar a importância do método e da concentração na leitura. Lúcia, que não apresentava esses elementos, é narrada como uma leitora de "noções variadas", ou seja, as leituras rápidas da amante de Paulo são criticadas pelo narrador e nos dão pistas de como deveria ser para Alencar o leitor ideal.

---

[6] SALES, G.M.A. **Palavra e sedução:uma leitura dos prefácios oitocentistas (1820-1881)**. Campinas, 2003. Tese (Doutorado) – Unicamp. p. 35.
[7] SALES, 2003, p. 38-39.

Além dessas questões observamos um discurso acerca da História, enquanto ciência, em *Como e porque sou romancista*.

Ao relatar os encontros políticos realizados na casa de seu pai, o senador Alencar, o escritor deixa claro como este e o grupo político que se reunia com ele foram esquecidos pela história. Num outro momento dessa obra, enfatiza, novamente, a falta de lembranças do nome do senador Alencar, afirmando que ainda não perdera a esperança de escrever o nome de seu pai no "frontespício de um livro que lhe sirva de monumento" [8]. Na verdade, tal objetivo realizou-se na obra *Galeria dos brasileiros ilustres,* onde biografou o pai[9].

Analisando essas observações de Alencar – pautadas de um lado na crença de uma possível injustiça para com seu pai, e por outro, na influência da historiografia oitocentista - percebemos que, para o escritor, a literatura também tinha,como função a, eternização de um determinado momento histórico. Para Alencar, o nome de seu pai registrado numa de suas obras poderia retirá-lo do esquecimento, incluindo-o na história nacional.

A idéia de personagem – índios e brancos - como uma representação heróica e histórica, presente na autobiografia, pode ser identificada em outras obras. Observamos na II parte de *A Guerra dos Mascates*, além da citação de alguns nomes históricos, a justificativa da presença desses nomes no romance. Em *Advertência*, publicada na I edição da obra, o autor deixa claro que as personagens participantes são históricas, classificando esse conceito de duas formas: ou são históricas porque são encontradas nos anais do período ou porque representam costumes e idéias do momento eleito*:* "Os atores da comédia que se chamou a Guerra dos Mascates, são antes de tudo históricos: ou porque os anais do tempo fazem deles especial menção, ou porque representam as idéias e costumes da época" [10].

Portanto, é comum percebermos a freqüência de citações de grandes nomes nesses escritos históricos, compreendidos, nesse momento, como exemplos de civilidade e

[8] ALENCAR**, Como e porque sou romancista**. p. 32
[9] MENEZES, R. de. **José de Alencar: literato e político.** São Paulo: Martins Editora, 1965, p. 48.
[10] ALENCAR, Advertência. In: **A Guerra dos Mascates.** São Paulo: Piratininga, s/d. p. 113.

progresso. Nesse sentido, não é raro encontrar no romance histórico o recurso a esses heróis nacionais, sendo que, além da tentativa de uma escrita do real, tais românticos e, especialmente Alencar, foram influenciados por essa historiografia oitocentista. Em seus romances indianistas e históricos, Alencar compõe uma galeria de heróis nacionais, eternizando em suas obras nomes como de D. Pedro da Cunha, D. Diogo de Mariz, Martim Soares Moreno, Jerônimo de Albuquerque, Sebastião de Castro Caldas, entre outros.

Ao observarmos *O Guarani* (1857) percebemos que a referência aos notáveis é acompanhada de notas comprobatórias. Amiúde, objetivavam a constatação histórica de descrições pontuais do romance que poderiam ser tanto de um herói colonial ou de uma localização geográfica, como o caso do Rio Paquequer, referido anteriormente. Nesse sentido, o autor, em seu objetivo de busca do real, inseria, nas notas, autores consagrados, títulos e citações de obras: "O cão [grifo nosso] – Diz o sr. Varnhagen, na sua História do Brasil, que o cão era o companheiro constante do nosso indígena, ainda mais do que do europeu" [11].

Alencar acreditava que as leituras dos cronistas, viajantes e historiadores possibilitariam a recomposição fiel do passado em seus romances. E concordava com a idéia de romance histórico oitocentista, onde tal gênero "deveria funcionar como depositário do registro de toda a nação. Seu papel compreendia não apenas o entretenimento e a moralização como também a instrução" [12].

Essa tentativa de instrução, presente no romance histórico, também participava do objetivo de registrar a nação representada, entre outras, por meio de um projeto de história nacional que teve como grande expressão, como vimos anteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O IHGB e seu papel de criação de identidades garantiu ao Brasil um ideário nacional pautado em elementos científicos e imagens selecionadas pela elite brasileira e européia. O IHGB, criado nos moldes de academias européias, e seus estudos

[11] ALENCAR,J. **O Guarani**. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. p.505.
[12] VOLOBUEF, K. **Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.p. 181.

baseados, entre outros, em cronistas e viajantes estrangeiros, determinou uma história nacional presa e dependente de elementos europeus. Nesse sentido, podemos afirmar que nosso nacionalismo – e, no caso, nacionalismo romântico – teve uma liberdade limitada. De fato, como nos lembra Nilo Odalia, o fenômeno da dependência mesmo visto, em alguns momentos, como um entrave "incorporou-se à ideologia que se forma na medida mesma em que se pretende dela fugir." [13].

Dessa forma, é comum percebermos uma historiografia que objetivava identidade própria sem, no entanto, fugir do processo linear assinalado pela noção de progresso vinculada ao pensamento racionalista do século XVIII. Assim sendo, os objetivos de dominação – fundamentados na seleção e na diferença – demarcaram a nação brasileira e podem ser observados não apenas nos discursos acerca da História em Alencar como nas leituras que ele realizou, mas isso é uma outra história.

[13] ODALIA, N. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p.13.

Para toda ação uma reação: repressão policial e resistências populares na cidade do Rio de Janeiro. 1902-1906

Daniele dos Reis Crespo*

> "A cidade é torta; a cidade é feia; a cidade é velha; toda a gente lastima que os nossos antepassados nos tenham legado um monstrengo assim; toda a gente maldisse dos administradores contemporâneos que nada endireitavam, antes continuaram a obra de entortamento; pois agora não seria justo reconhecer unanimamente o extraordinário beneficio das demolições com que tirarmos a geração por vir o direito de se queixar de nós como nós nos queixamos do passado?
>
> Ao contrário disso, há até quem julgue nulo o serviço que tem prestado os governos municipal e federal, por entender que ' fácil é derrubar, dificultoso é construir' (...).
>
> Então, que é mais fácil? Destruir uma cidade ou fazer uma cidade?(...).
>
> Como é que a picareta pode avançar sem vencer primeiramente muitas resistências de ordem moral? Como é que pode agir e demolir sem haver primeiramente satisfeito todas as exigências de propriedade, todas as exigências dos costumes arvorados em lei? "[1]

O fragmento anterior vem, como tantos outros vinculados na imprensa carioca da época, em defesa do prefeito Pereira Passos e sua política reformista na cidade do Rio de Janeiro. Essas reformas tinham como objetivo transformar a então capital federal num cartão-postal do Brasil e seu novo regime para o mundo. A República brasileira, que proclamava a modernidade e o progresso, não podia se apresentar para o mundo com seu velho traje: feio, colonial, confeccionado por escravos, sujo e empertigado de mazelas. Era preciso continuar o esforço de legitimação do regime republicano, iniciado pela fracassada investida na conquista do imaginário popular através de símbolos e alegorias[2]. A reforma era vital para "apagar" um passado de Colônia e Império que não deveria ser referenciado ou lembrado a cada esquina. Foi construído assim um forte discurso que validava e reforçava a importância das reformas na cidade naquele momento, com argumentos que iam desde a necessidade de se combater as epidemias que grassavam todos os anos na

* Mestranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora e professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

cidade durante a estação calmosa e que assustavam os estrangeiros e os possíveis investimentos provenientes deles até a necessidade de dar mais funcionalidade ao centro, que com suas ruas estreitas e um porto em condições precárias prejudicava o crescimento econômico. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro, enquanto capital federal, emanaria o progresso para todo resto de país[3].

Somente após a gestão de Campos Salles, que conseguiu equilibrar financeiramente o país a custa de um arrocho na economia interna[4] é que o sonho da reforma pode ser consolidado. Seu sucessor, Rodrigues Alves (1902-1906) nomeou o engenheiro Francisco Pereira Passos para prefeitura da capital. Passos era experiente[5] e havia acompanhado de perto as reformas realizadas pelo Barão de Haussmannn em Paris, reformas essas copiadas por quase todas as capitais que passaram por processos de reurbanização, remodelação e modernização na época como Viena, Florença, Copenhague e Buenos Aires[6]. Com o Rio de Janeiro não seria diferente. A custa de empréstimos, demolições e construções nasce uma nova cidade[7].

A reforma sem dúvida deixou o Rio de Janeiro mais salubre, mais moderno, mais funcional e com melhor aparência. Porém as benesses advindas da modernidade e do progresso tinham como alvo uma parcela bem seleta da população da cidade, os “abastados”, os que podiam pagar pelos serviços e pelo conforto. Os pobres vivenciaram a reforma como uma tragédia coletiva, que os deixava em situação bem pior que a anterior. Para ser construída a nova cidade, ou melhor, o novo centro da cidade, foi necessário que os imóveis coloniais e grotescos dessa área central fossem demolidos para dar lugar a Avenida Central, ao Teatro Municipal e novos prédios com inspiração francesa... A questão é que nesses casarões coloniais se aglomerava grande parte da população pobre da cidade do Rio de Janeiro; eram as habitações coletivas e os cortiços consideradas focos de epidemia e “valhacouto de desordeiros”[8]. A demolição acabou empurrando esses populares para as favelas ou fazendo com que eles se aglomerassem ainda mais nas habitações remanescentes ou mais próximas ao Centro[9]. Tanto a Republica quanto a reforma desejavam colocar o Brasil em dia com a modernidade e o cientificismo[10] e isso não

combinava com homens descalços caminhando pela Avenida Central, escarrando nos bondes, com tabuleiro de miúdos de reses em cada esquina, com vacas bimbalhando seus sinos em frente ao grande teatro ou a uma elegante confeitaria. Isso tudo devia ser proibido, escondido, reprimido. É aqui que acabamos por adentrar no papel da polícia nesse cotidiano reformado.

Voltando ao fragmento que iniciamos esse texto, é preciso prestar bastante atenção no que o jornalista fala que são os empecilhos para que a picareta avance: "resistências de ordem moral", "exigências de propriedade" e "exigências dos costumes arvorados em lei". Não é nosso objetivo no momento discutir as exigências de propriedade e dos costumes arvorados em lei e que estavam sujeitos a uma legislação específica e que precisavam ser respeitados e negociados de maneira formal[11]. Nesse momento desejamos pensar no que ele chamou de "resistências de ordem moral". O que pode ser enquadrado na ordem moral? Tudo aquilo que não está legitimado pela lei? Tudo que é validado pelo costume?[12] Consideraremos aqui que deve ser enquadrado na ordem moral as velhas e tradicionais usanças estabelecidas na cidade que os populares não desejavam abandonar[13]. Esse "não cooperar" com a construção da imagem da nova cidade exigia que a polícia interviesse para que esses costumes fossem alterados[14].

É nesse momento que toda ação vai gerar uma reação. A exclusão social, a repressão policial e a resistência popular caminharam juntas nesse período republicano e os embates cotidianos com a polícia eram de toda ordem. A "missão" da polícia era ser defensora da modernidade, vigiar, reprimir e controlar a massa pobre e incivilizada que deveria fazer parte do teatro da Belle Époque somente para fornecer mão – de – obra abundante e barata. A "missão", quase vital da população pobre, era então defender sua identidade e sua sobrevivência[15]. Temos diversos embates entre polícia e povo no cotidiano[16], que configuravam uma resistência renitente e, na maioria das vezes, fracassada[17]. Nessa ocasião porém não desejamos discutir a validade, o sucesso ou insucesso dessas resistências. Nesse momento nos interessa destacar que eles resistiam apesar da repressão.

> "O controle do mundo urbano revela a não-aceitação por diversos grupos do conjunto de serviços e procedimentos oferecidos ou necessários para o funcionamento da cidade moderna(...). A ação contra 'certas casas de habitação coletiva, espalhadas pelo litoral dessa capital' é tarefa dos médicos da diretoria de higiene e assistência pública, mas deve ser feita com a colaboração da polícia (...). A resistência à institucionalização do serviço urbano transparece em inúmeros pequenos combates onde as agências da prefeitura ou as empresas têm de recorrer a polícia (...). A diretoria de obras e viação também tem de recorrer constantemente à polícia para impedir a passagem de carroceiros pelas ruas em obras, pois estes desmancham freqüentemente as cercas e trincheiras , recusando ao governo o direito de interditar as vias públicas(...). A polícia era chamada (...) para proteger os funcionários municipais encarregados do extermínio de cães vadios , figuras detestados que eram apedrejadas e agredidas pelos populares (...). "[18]

A Diretoria de Higiene também se utilizava muito dos serviços policiais para vencer a resistência dos moradores as investidas sanitárias. A invasão de suas casas para desinfecção, retirada de doentes ou interdição e a invasão de seus corpos através da vacinação obrigatória acontecia de forma extremamente violenta e para que as medidas fossem aplicadas e a fiscalização fosse feita era sem dúvida necessário o apoio da polícia[19]. È fácil compreender assim que junto aos gritos de "abaixo a vacina" pudessem ser ouvido os gritos de "morra a polícia" também[20].

É importante tentar ir além das grandes revoltas para compreender verdadeiramente o aparelho repressivo e de resistência. Apesar de serem importantes é necessário relembrar que elas não aconteciam diariamente. Uma análise sobre o trabalho policial e sobre as manifestações populares que só se concentre nelas pode se tornar um tanto quanto parcial. O trabalho cotidiano da polícia na Belle Époque era um tanto árduo devido as profundas operações realizadas em toda estrutura social e da difícil inserção do populacho na vida moderna, fazendo assim com que o ódio dirigido a ela aumentasse ainda mais. Odiava-se a polícia e tinha-se medo dela; os populares na maioria das vezes dirigiam seus ódios contra o governo para o representante deste mais próximo de sua realidade que

além disso era responsável por reprimi-los mais ainda. Para polícia, que também se organizava[21], era difícil ter uma medida exata do controle que deveria exercer, precisava assim estar improvisando, misturando aprendizado técnico com o do cotidiano, mas na maioria das vezes sempre reprimia em excesso os pobres. As diretrizes políticas gerais eram seguidas a partir de arranjos particulares dos policiais, o que acabava por permitir a possibilidade de sobrevivências e de resistências[22]. Podemos perceber assim que tanto quanto a resistência, a repressão é uma coisa fluída, que deve ser entendida através de práticas do cotidiano e não somente a partir de movimentos pontuais onde a violência é traço marcante, não havendo lugar para negociação ou uma outra alternativa mais viável para ser executada pelo policial.

È preciso atenção para perceber que nesse contexto as pessoas comuns tinham estabelecidos os limites da ação do Estado em suas vidas, que nada mais era que um mal necessário. O governo existia e era preciso conviver com ele, com suas falcatruas e com seu desinteresse pelos mais necessitados. Se esse limite não fosse respeitado pelos detentores do poder e do saber, a alternativa viável e digna era defender, até mesmo com a própria vida, sua honra, seu costume, o que tinham como direito e até mesmo seu meio de sobrevivência.

> "O Estado era aceito por esses cidadãos, desde que não violasse um pacto implícito de não interferir em sua vida privada, de não desrespeitar seus valores, sobretudo religiosos. Tais pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas. Como disse a um repórter um negro que participara da revolta: o importante era 'mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo!'Eram, é verdade, movimentos reativos e não propositivos. Reagia-se a medidas racionalizadoras ou secularizadoras do governo. Mas havia nesses rebeldes um esboço de cidadão." [23]

Esses embates só ocorriam porque eram valores opostos que estavam sendo defendidos por cada uma das partes. Valores esses que podemos entender através da concepção de duas cidadanias: uma formal, defendida pelo Estado que excluía a maior

parte da população e legitimava a repressão e uma informal, defendida pelos populares através de resistências a medidas vindas de cima que contrariavam seus costumes e impediam sua sobrevivência[24]. Essa cidadania informal, que garantia a participação política de setores excluídos, era em geral manifestada por embates físicos. Nas resistências populares aos desmandos do governo, podemos verificar que apesar de não participar da política oficial a população tinha alguma noção sobre os direitos dos cidadãos e deveres do Estado, onde se reagia as medidas extravagantes ou arbitrárias, se estabelecendo assim um esboço de cidadão, mesmo que em negativo[25].

Podemos concluir assim que a análise do cotidiano repressivo da cidade nos fala também da resistência da população as medidas vindas de baixo para cima. A cidadania informal, exercida através dessa resistência demonstra que o Brasil tinha um povo que participava politicamente através de canais próprios e por motivos que estavam arraigados em sua vivência.

NOTAS

[1] Revista *O Commentario*, janeiro de 1904, p. 14-17.

[2] Confira CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

[3] É importante lembrar que o primeiro plano urbanístico da cidade remonta a década de 1870, coincidindo com os anos mais prósperos epidêmicos do Segundo Reinado. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no inicio do século XX.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990, p. 138.

[4] Sobre a administração de Campos Salles confira SEVCENKO, Nicolau. *Mentes insanas em corpos rebeldes.* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 41-46 e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da "política café - com –leite"* . Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, p. 31-72 .

[5] Para mais informações sobre a trajetória de Pereira Passos, confira BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 192-198.

[6] Sobre as reformas urbanas em outras cidades que seguiram a inspiração francesa confira CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas no século XIX, p. 569-598. In: BRENNA, Giovana Rosso Del (org). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão.* Rio de Janeiro: Index, 1985.

[7] "A cidade velha, deteriorada, estreita, abafada e confusa, foi transformada (...) novas ruas foram abertas e as antigas alargadas e calçadas; os velhos edifícios foram destruídos. A abertura de grandes avenidas, a criação de boulevards e o embelezamento da região central revelavam de maneira clara as influências das reformas parisienses" MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e Cultura na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994, p. 58.

[8] 'Ao examiná-las supõe-se serem construções para o Esquimó ou Groenlândia: pequenas e estreitas janelas, portas e não largas, nenhuma condição de ventilação, salas quentes e abafadas, alcovas úmidas, escuras e sufocantes, corredores estreitíssimos e sempre esse esgoto na cozinha, essa sujidade bem junto a preparação dos alimentos cotidianos, tendo uma área, lugar infecto, nauseabundo, onde os despejos aglomerados produzem toda sorte de miasmas'. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 111. In: BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 119.

[9] Confira ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 90.

[10] BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 37.

[11] Sobre a negociação feita pela prefeitura, indenizações, desapropriações e as artimanhas usadas por ela para desvalorizar imóveis confira, BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 246-251.

[12] Nesse momento é impossível não fazer uma ligação com a obra de Thompson e seu conceito de economia moral, sendo esse o sentido que entendemos as "resistências de ordem moral" que trata o fragmento de texto. Confira THOMPSON, E.P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

[13] Sobre essas velhas usanças na cidade confira BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 277-315.

[14] BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 101.

[15] "Nesta conjunção forma-se um cenário privilegiado para os interessados na constituição da cidade capitalista ou disciplinar, Encontram-se aí os embates entre os trabalhadores – em luta para preservar sua identidade, expressa em hábitos de lazer, trabalho e em inúmeras práticas sociais – em choque com a modernidade controladora almejada pelos sábios, que detinham poder suficiente para ser instrumentalizado em beneficio da construção de suas utopias" BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 31.

[16] Para exemplos de resistências populares aos serviços urbanos confira no Arquivo Nacional, GIFI, caixa 6C37.

[17] As resistências "bem –sucedidas" foram designadas como resistências culturais. Para saber mais sobre as resistências culturais confira SOHIET, Rachel. *A subversão pelo riso. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Epoque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

[18] BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 100.

[19] CRAVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 94.

[20] Ibid, p. 101. É curiosos observar que, na maioria dos conflitos que ocorriam na cidade, junto aos gritos da causa sempre encontremos o grito de " Morra a polícia".

[21] BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 37.

[22] BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 93.

[23] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. Um longo caminho,* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 75.

[24] BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 115.

[25] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. Um longo caminho,* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 75.

O SENSO COMUM NORMATIZADO: UMA ANÁLISE DO SISTEMA JUDICIÁRIO ATRAVÉS DE PROCESSOS DE CALÚNIA E INJÚRIA

Deivy Ferreira Carneiro
Doutorando em História Social pelo PPGHIS/UFRJ – bolsista CAPES

Desde meados da década de 1970, historiadores como E. P. Thompson, Natalie Zemon Davis, Douglas Hay[1], têm se utilizado das mais variadas formas de crimes e violência como chave de acesso à vida cotidiana de operários, religiosos e de "camponeses" que resistiam ao aumento abusivo dos preços dos cereais. A maior parte destes autores buscou entender a criminalidade entre as classes subalternas como uma adaptação ou resistência à dominação de classe. Segundo o resultado de suas obras, quando se transformam as relações de classe numa determinada formação social, mudam também os padrões do crime.

No Brasil, Sidney Chalhoub, Boris Fausto, Marisa Corrêa, Marta Esteves, Marcos Bretas, Celeste Zenha, Rachel Soihet, Yvonne Maggie [2], entre outros, vêm se destacando desde o início da década de 80, na utilização de processos criminais como fonte primordial no entendimento das experiências de sociabilidade de trabalhadores rurais e urbanos, policiais, mulheres e habitantes do Rio de Janeiro e São Paulo. Na mesma época e também em períodos posteriores, estes processos foram utilizados na percepção do funcionamento do aparato jurídico-policial[3].

Diversas reflexões sobre a especificidade dos processos criminais como material de pesquisa foram elaboradas por estudiosos. No Brasil os processos foram utilizados

[1] THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. & Senhores e Caçadores. A origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987., DAVIS, Natalie Z**. Culturas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990., HAY, Douglas et alii. **Albion's fatal tree**: crime and society in eightteenth-century England. New York: Pantheon Books, 1975.

[2] CHALHOUB, Sidnei. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986. E **Visões da liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990., FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984., CORRÊA, Mariza. **Morte em família**. Rio de Janeiro: Graal, 1983., ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989., BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997., ZENHA, Celeste. **As práticas da justiça no cotidiano da pobreza**: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1984., SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989., MAGGIE, Yvonne. **O medo do feitiço** – relações entre magia e poder na sociedade brasileira. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1988.

[3] Aqui nos referimos mais especificamente ao trabalho já citado de Mariza Côrrea e ao trabalho de Carlos Antonio Costa Ribeiro. **Cor e criminalidade: estudos e análise da justiça no Rio de janeiro (1900-1930)** Rio de Janeiro: Edufrj, 1995.

basicamente por historiadores e antropólogos. Dentre os historiadores, gostaríamos de ressaltar os trabalhos de Sidney Chalhoub e Martha de Abreu Esteves.

Utilizando indícios e sinais presentes em processos criminais que permitissem uma descrição da "cultura dos dominados" e das relações conflituosas que este grupo mantinha com a ordem dominante, o historiador Sidney Chalhoub buscou revelar aspectos cotidianos da vida de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX[4]. Mais especificamente, a idéia do autor foi reconstituir, a partir de processos judiciais, os discursos de alguns elementos recorrentes da chamada "cultura popular", tais como: as formas de lazer e as relações amorosas, as relações entre companheiros de trabalho e destes com seus patrões, a relação dos populares com a polícia, entre outros.

Chalhoub percebeu a solidariedade entre os imigrantes de mesma nacionalidade em situações conflituosas no trabalho e as rivalidades nacionais e racionais nestas mesmas ocasiões enquanto expressão das tensões provenientes da luta pela sobrevivência[5]. Havia também uma clara predisposição por parte dos membros das classes dominantes em pensar o negro como um mau trabalhador e em reconhecer no imigrante europeu uma agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista[6].

Entre outras coisas, analisou também o mundo do lazer popular, formado em grande parte, pelos botequins e pela rua, e a sua contrapartida inevitável: a repressão policial. Observou que a polícia exerceu um papel mediador em pequenos conflitos na vida cotidiana dos populares e não atuou plenamente e apenas no controle social. Percebeu também que o botequim serviu como espaço de lazer, mas também como espaço adequado à classe dominante para exercer a dominação contínua sobre sua força de trabalho[7].

Através da pesquisa de processos criminais de defloramento, estupro, rapto e atentado ao pudor ocorridos no Rio de Janeiro entre os anos de 1900 e 1913, Martha de

[4] CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**... op. cit.
[5] Idem, p. 70.
[6] Idem, p. 60-2.
[7] Idem, p. 172-204.

Abreu Esteves[8] procurou investigar como o aparelho jurídico exerceu seu poder frente à concepção dos costumes e a criminalidade sexual que, segundo os juristas, tanto ameaçavam a antiga capital federal. Ela percebeu que, através da ampliação da punição de crimes sexuais, aumentou o poder de controle sobre os trabalhadores e que neste sentido, o judiciário foi co-responsável pela implementação da nova política sexual a todo o corpo social em nome de uma proteção aos valores dominantes da sociedade.

Martha Esteves também retirou dos processos criminais aquilo que eles trazem de mais precioso: a possibilidade de análise dos discursos populares, através dos depoimentos de ofendidas, acusados e testemunhas. As histórias registradas nos processos permitiram que a autora reconstituísse parte dos valores morais dos populares, seus comportamentos sexuais, atividades de lazer, relações de vizinhança, etc. Nesse sentido, ela percebeu que mesmo havendo uma política por parte da elite para controlar a sexualidade da população pobre e trabalhadora, esta política não foi absorvida da mesma forma por todos os segmentos. As relações sexuais antes do casamento, o amasiamento, a maior independência e liberdade de movimento das mulheres nas ruas da cidade eram práticas que pareciam perfeitamente normais entre os populares, exercidas sem culpa, mas de certa forma dissimuladas diante dos representantes do poder público. Esse estudo acabou relativizando o alcance das tentativas de disciplinarização dos costumes dos populares realizadas pela elite dominante[9].

Percebe-se então que os referidos historiadores utilizaram os processos judiciais como um meio ou uma fonte para o estudo dos valores e normas sociais presentes na vida dos membros das classes populares de uma determinada época histórica. Segundo eles, este tipo de documentação seria um dos caminhos para a recuperação dos discursos de pessoas dos estratos mais pobres da sociedade e ofereceriam novas possibilidades para estudos históricos da cultura popular. Em outras palavras, a leitura de processos criminais seria capaz de revelar cenas da vida cotidiana.

[8] ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**... op. cit. Passim.
[9] Ver especialmente os capítulos 1 e 2.

Dentre os antropólogos, Mariza Corrêa e Carlos Antonio Costa Ribeiro procuraram analisar, através dos mesmos documentos, a atividade e as crenças dos profissionais do sistema jurídico-policial.

Partindo de uma perspectiva antropológica, Mariza Corrêa[10] afirma que os processos criminais são uma espécie de fábula, construída pelos profissionais do sistema jurídico-policial – os "manipuladores técnicos" – que procuram ordenar a realidade em autos processuais. Os manipuladores técnicos decidem o que deve constar nos autos de acordo com regras legais pré-estabelecidas nos códigos de processo penal. Mas essas decisões, ainda que reguladas legalmente, teriam uma certa margem de liberdade. Segundo Corrêa, os processos penais são conjunções de versões, todas formuladas a partir de um mesmo ato imperceptível. Os discursos encontrados nesses processos ajudariam assim a compreender mais a natureza do sistema jurídico-policial do que os próprios atos a que se referem. Desta forma, os autos seriam uma fonte adequada para escrever uma história da justiça e das representações dos funcionários da justiça sobre a ordem social.

Analisando processos criminais de homicídio e tentativa de homicídio das três primeiras décadas do século XX, Carlos Antonio Costa Ribeiro[11] percebeu que as penas atribuídas aos acusados de cometerem os referidos crimes variavam de acordo com elementos externos ao próprio processo. Segundo ele, a relação entre o acusado e a vítima e, sobretudo, a cor do acusado, eram elementos que pesavam intensamente na atribuição da pena pelo Tribunal do Júri. Em outras palavras, através de uma metodologia estatística, utilizada para desvendar as regularidades e com a descrição pormenorizada de casos que auxiliou na busca de peculiaridades, o autor observou em que medida as decisões jurídicas consideravam as representações sociais da cor de vítimas e acusados envolvidos nesses processos, verificando assim em que medida a prática social dos funcionários jurídicos policiais eram discriminatórias e racistas.

Neste sentido, Carlos Ribeiro percebeu que a característica que mais aumentava a probabilidade de condenação era a cor do acusado. O indiciado preto tinha mais

[10] CORRÊA, Mariza. **Morte em família...** op. cit. Passim.
[11] RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e criminalidade**... op. cit.

chances de ser condenado pelo Tribunal do Júri do que qualquer outro tipo de acusado. Mas se, além de preto, fosse homem, trabalhador manual, casado e acusado de ter cometido um "crime de sangue" contra uma mulher branca, as chances de condenação aumentavam ainda mais. Inversamente, o homem branco, profissional liberal e solteiro indiciado no mesmo tipo de crime contra um homem pardo tinha mais probabilidades de absolvição do que qualquer outro tipo de acusado[12]. Esta análise possibilitou ao autor observar que, em cada processo criminal e em cada julgamento, advogados de acusação e defesa combinavam de formas diferentes categorias sociais de natureza jurídica que definiam a responsabilidade penal dos envolvidos, ou seja, categorias sociais de classificação das pessoas com o intuito de chegar aos veredictos desejáveis[13].

De modo mais geral pode-se dizer, de acordo com os antropólogos, que haveria relações recíprocas entre o direito e a sociedade. As ações dos representantes oficiais do direito seriam condicionadas pelas estruturas e idéias dominantes na sociedade e vice-versa. O direito não apenas "refletiria" as normas e valores vigentes na sociedade, mas também normatizaria e contribuiria para a formação de novos valores e representações sociais[14].

Nosso trabalho aproxima-se das duas perspectivas e as considera totalmente compatíveis, na medida em que procura descrever como os funcionários jurídico-policiais valiam-se indistintamente de representações sociais da sociedade mais ampla e de categorias do direito para julgar os envolvidos nos processos criminais de ofensas verbais, bem como busca apreender os valores e normas sociais presentes na vida dos grupos sociais que habitaram Juiz de Fora no período de 1854 a 1941.

Partindo da analogia feita por Carlo Ginzburg a respeito das semelhanças entre o trabalho do inquisidor e do antropólogo[15], podemos verificar também questões similares entre o trabalho do historiador e dos funcionários do aparato jurídico-policial. Acreditamos que foi a ânsia desse grupo em solucionar os crimes e punir os culpados que permitiu

[12] Idem, p. 72-6.
[13] Idem, p. 141-3.
[14] RIBEIRO, Carlos Costa. **Cor e criminalidade...** op. cit. p. 23.
[15] GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991, p. 206.

que chegasse até nós esta documentação extremamente rica, embora contaminada em vários pontos pela pressão física e psicológica a que os réus e demais envolvidos estavam sujeitos. Neste sentido, esses documentos – assim como todos os documentos utilizados pelos historiadores – nunca devem ser considerados neutros ou transmissores de informações objetivas. Devem ser lidos como resultado de uma relação especial, em que há desequilíbrio total das partes envolvidas. Para decifrá-los, temos que aprender a perceber, para além da superfície do texto, a interação sutil de ameaças, medos, ataques e recuos, ou seja, temos que aprender a desembaraçar as teias que formam a malha textual desses diálogos[16]. Se a realidade fosse superficial e, portanto, imediatamente cognoscível, a análise crítica seria então mais do que supérflua.

Sendo assim, buscamos descrever, através de processos criminais, mesmo que às vezes muito parcialmente, alguns aspectos relevantes das formas de pensar e agir dos indivíduos germânicos subalternos, bem como tentamos "historicizar" suas alternativas de condutas descritas na documentação coligida. Recuperar as indeterminações e a imprevisibilidade dos acontecimentos são esforços essenciais se quisermos compreender os significados que os atores sociais em questão atribuíam às suas próprias ações. Tentamos assim aplicar o modelo indiciário sistematizado por Ginzburg[17] no qual os detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade. Segundo este autor, são esses detalhes que podem dar acesso a redes de significados sociais e psicológicos profundos, inacessíveis por meio de outros métodos[18].

O fundamental em cada história abordada, como bem demonstrou Sidney Chalhoub[19], não é descobrir o que "realmente se passou", e sim compreender como se produziram e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam em cada caso. Assim, buscamos tecer explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes, visto que acreditamos que um dos

[16] Idem, p. 210.
[17] GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 143-179.
[18] Idem.
[19] CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar**... op. cit. p. 22.

melhores caminhos para se acessar elementos da realidade é através da análise de lutas e contradições inerentes a essa mesma realidade. Em outras palavras, através da análise das diferentes relações entre as versões em diferentes processos nos propusemos compreender os significados ali presentes e apreender as lutas e contradições sociais expressas e mesmo produzidas nessas versões.

Associado ao que dissemos acima, analisamos também os processos criminais da mesma forma que o fez Carlos Antonio Costa Ribeiro[20]. Para este autor, os processos criminais são uma construção específica dos funcionários jurídico-burocráticos, que revelam crenças e valores vigentes na sociedade. Seria justamente no curso da elaboração destes processos que estes funcionários lançariam mão destes valores, atribuindo significado às "histórias" que serão julgadas nos tribunais. Pode-se dizer que os processos são construídos pelo mundo social, já que são elaborados pelos funcionários judiciais e são "histórias" nas quais são expressos determinados valores vigentes na sociedade. Uma vez aceitos como versões verídicas da realidade, os valores e idéias que os compõe passam a ser reificados publicamente[21].

No entanto, além de ser um produto da sociedade e de revelar crenças e representações vigentes, o direito possui a "*força oficial de nominação*[22]". Através dos veredictos dos juízes e jurados fica estabelecido publicamente que certas pessoas são culpadas e outras inocentes. O direito é a forma, por excelência, da palavra autorizada, palavra pública, oficial, anunciada em nome de todos e perante todos. Pode-se dizer que o direito tem o poder de estabelecer "verdades" sobre o mundo social – não apenas permeado por representações sociais, mas também as cria, mantém e as torna públicas. Neste sentido, pode-se dizer que o direito é um agente formador desta sociedade possibilitando a perpetuação de determinadas crenças e valores[23].

Como mostramos acima, o processo criminal ou penal é um tipo de material que permite diversas abordagens. Além de buscarmos compreender, através deles, um pouco

[20] RIBEIRO, Carlos A. Costa. **Cor e Criminalidade**... op. cit. p. 24-6.
[21] Idem.
[22] BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p. 236.
[23] THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: as origens da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 358.

das atitudes e ações dos grupos e etnias que habitaram Juiz de Fora em um momento de transformação, nossa pesquisa procurou analisá-los como uma construção específica do aparato jurídico-policial. Uma construção que, apesar de seguir regras pré-determinadas, viabilizava a entrada de valores e representações sociais extra-jurídicas nos procedimentos de julgamentos e de resolução de conflitos. Pode-se observar que o desfecho dos processos, além de dizer quem são os culpados e os inocentes, acabava reificando um tipo específico de culpado e inocente. Assim, ao longo de nosso trabalho, procuramos observar como os funcionários do aparato jurídico-policial representavam as características dos indivíduos envolvidos nos julgamentos e como os resultados possibilitavam a formação e a perpetuação de determinadas crenças a respeito dos vários papéis que os grupos sociais/étnicos deveriam representar e/ou consolidar.

Os processos criminais, produzidos pelo judiciário local, encontram-se alocados no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, organizados de acordo com o tipo de delito cometido, estando divididos em: crimes públicos, crimes particulares, crimes policiais e outros documentos criminais agrupados cronologicamente formando o Fundo "Benjamim Colucci". Com relação aos processos criminais, analisaremos 296 processos criminais relativos a crimes contra a honra (crimes de calúnia e injúria) envolvendo os mais variados grupos étnicos nas condições de réus e vítimas no período citado.

O conjunto de dados levantados nesta documentação – tais como: sexo, profissão dos réus e das vítimas, motivos alegados para o crime, ofensas utilizadas, condenação ou absolvição, fundamentos da sentença etc. – serão analisados quantitativamente levando-se em consideração as variáveis gênero, classe e etnia. Dentre todos os processos pesquisados foram selecionados alguns casos considerados mais expressivos de acordo com critérios previamente estabelecidos, que serão submetidos à análise qualitativa, cujos resultados serviram para redimensionar e aprofundar as conclusões formuladas a partir da análise quantitativa[24].

[24] Uma proposta metodológica semelhante encontra-se em RIBEIRO, Carlos Costa. **Cor e criminalidade**... op. cit. Passim. & ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). In: **TOPOI** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Vol. 1, n.o 1, 2000.

HISTÓRIA E MEMÓRIA ENTRE EX-COMBATENTES: O CASO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-45)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Esta pesquisa é dedicada ao levantamento, sistematização e interpretação dos diferentes suportes e registros de memória, orais e escritos, legados por ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial (1939-45) nascidos no Brasil, independentemente do lado em que lutaram no conflito. No que se refere aos que combateram sob bandeira brasileira, importa interpretar de que forma estas lembranças moldaram uma determinada memória hegemônica da nossa participação naquele conflito. No que se refere aos indivíduos que lutaram do lado alemão, importa tentar entender que tipo de interpretação sobre a guerra é forjada por aqueles que lutaram do lado perdedor.

O número de estudos dedicados ao entendimento dos nexos e vinculações entre a história (enquanto disciplina acadêmica) e a memória (entendida como produção coletiva de lembranças sobre o passado) da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tem conhecido expressivo crescimento nos estudos históricos brasileiros em tempos recentes. Temas como a dominação cultural[1], a política externa[2], e até mesmo a história militar[3], tem despertado interesse crescente dos historiadores nacionais.

Acompanhando um autor como Keegan[4] percebemos a influência que a história militar (entendida como história enquanto acontecimento) exerce sobre a historiografia

[1] TOTA, A P. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda guerra. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

[2] CORSI, F. L. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo, UNESP/FAPESP, 2000.

[3] BONALUME, R. A nossa Segunda guerra mundial: os brasileiros em combate. Rio de Janeiro, Expressão e cultura, 1995. e MAXIMIANO, C. C. Onde estão nossos heróis: uma breve história dos brasileiros na 2ª Grande Guerra. São Paulo, 1995, Ed. do autor.

[4] KEEGAN, P. O rosto da batalha. Lisboa, Porto, 1982.

militar. E é justamente em função do efeito que os eventos militares provocaram, tanto sobre a sociedade mais ampla em geral quanto sobre os seus historiadores em particular, é que podemos compreender a relação que os estudos históricos brasileiros mantém com a historiografia militar. Comparando as tradições historiográficas militares dos países de língua inglesa, francesa e russa, Keegan percebe que somente naqueles primeiros é que "... a história militar pôde ganhar o estatuto de um estudo humano, suscitando um vasto interesse junto aos espíritos informados"[5] Segundo ele, tal se deve ao fato de que as campanhas militares desses países ocorreram via de regra em território estrangeiro, poupando a coletividade nacional mais ampla das desgraças mais imediatas da guerra, além do fato de que suas derrotas jamais ameaçaram a sobrevivência nacional. Os horrores da ocupação estrangeira, ou as perdas maciças de vidas humanas, jamais precisaram ser contempladas pelo historiador militar de língua inglesa, levando com que a sua literatura militar evitasse os piores problemas deste campo, como a difamação pessoal, a xenofobia, a linguagem bombástica, etc. Trata-se de uma abordagem bem diferente, portanto, do estilo e dos métodos adotados por autores franceses e russos, cuja história tem de conviver, num caso, com a questão de como poderia ter sido evitada a derrota e ocupação e, no outro, se teria sido possível evitar a morte de dezenas de milhões de cidadãos.

Posto nestes termos, o caso brasileiro, pelo menos no que se refere ao século XX *poderia* se aproximar bastante do modelo dos países de língua inglesa. Afinal de contas, a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália não implicou nem em perdas substanciais de vidas humanas e nem na ocupação estrangeira de nosso território. Contudo, tal não se verifica, na medida em que o mundo acadêmico brasileiro se mantém curiosamente distante do enfrentamento dos problemas suscitados pela necessidade de se interpretar a história militar e as diferentes memórias a ela associadas. Tal fato pode dever-se à ingrata e problemática relação que a Universidade manteve com o regime militar (1964-

[5] KEEGAN, op. Cit. p. 46.

85). Durante aquele período, por um lado, expandiu-se o ensino de nível superior (inclusive de pós-graduação) de forma sem precedentes. Por outro, a censura e a repressão tanto às atividades políticas da oposição quanto ao ensino e a pesquisa críticos realizados dentro da Universidades, tolheu e mutilou a prática científica, em particular na área das humanidades.

Independentemente destas considerações, pode-se afirmar, com base no exame de diferentes suportes orais e escritos, que existe uma memória hegemônica sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial. Ela é moldada fundamentalmente pelo próprio Exército, enquanto o mais importante agente de preservação social daquela memória. Dentre a variedade de obras e fontes de referência disponíveis, gostaria de citar dois livros, um em nível nacional e outro local onde, cada qual a seu modo, assumem nesse esforço de divulgação de uma certa memória da FEB, uma importância desproporcional. Trata-se dos livros "A FEB pelo seu comandante", de autoria do General João Batista Mascarenhas de Morais (1946)[6], em nível nacional; e o livro "O Paraná na FEB" de autoria de José Agostinho Rodrigues (1953)[7], este último filiado à Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). De características fortemente ufanistas num caso e regionalistas de outro, e em ambos fortemente conservadoras, as duas obras – por razões que ainda cabem ser entendidas – acabaram por se converter nas principais fontes de referência para organização da memória dos ex-combatentes da Campanha da Itália (1944-45) na qual a FEB se viu envolvida. Naturalmente, seus fortes comprometimentos institucionais, seja num caso com o Exército, seja noutro com a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), impõem severas limitações ao alcançe interpretativo destas obras.

Se grandes foram as limitações colocadas ao estudo e entendimento da história militar nacional, maiores ainda foram aquelas relativas à experiência histórica dos brasileiros

---

[6] MORAES, J. B. Mascarenhas de. A FEB pelo seu comandante. Rio de Janeiro, Impressa no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, 2ª edição.

[7] RODRIGUES, A J. O Paraná na FEB, Curitiba, Imprensa Oficial, 1953.

que lutaram durante a Segunda Guerra Mundial contra a Nação Brasileira ou seus inimigos. Presumo que algumas centenas de brasileiros lutaram na Segunda Guerra Mundial sob a bandeira da Alemanha Nazista. Não se pode descartar até mesmo o fato de que indivíduos nascidos aqui tenham combatido entre si, levando em conta os dez meses de participação da FEB na Campanha final da Itália contra a Wermacht naquela guerra, embora até o momento inexistam evidências a respeito.

Por razões óbvias a todo leitor informado, a experiência de vida desses indivíduos, suas memórias e vivências, ficaram até recentemente silenciadas. O tabu contra os indivíduos que prestaram serviço militar sob a bandeira do inimigo, bem como a revelação ao fim da guerra do real significado do projeto nazista (genocídio, escravismo, racismo, totalitarismo, etc.) trabalharam para que a aparição desse tipo de relato permanecesse praticamente impossível. Contudo, a validade do exame e preservação desse tipo de memória sempre foi amplamente reconhecida: o testemunho daqueles que viveram, trabalharam e – neste caso – lutaram pelo III Reich pode nos fornecer pistas importantes para o entendimento de uma série de eventos que tornaram o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial possibilidades históricas, bem como sobre a forma pela qual estes indivíduos vivenciaram a experiência história da dupla cidadania em tempo de guerra.

Conceitos como cidadania e nacionalidade, bem como as práticas a eles associadas, são sempre o resultado de um processo de construção histórica. No caso dos imigrantes de origem alemã que vieram ao Brasil, bem como seus descendentes, tal processo foi vivido de maneira contraditória, senão conflituosa. Na base do conflito está a disjunção entre os princípios fundantes destes conceitos que, no caso alemão, priorizam a origem familiar do indivíduo. Em termos jurídicos, ele é entendido como o *juz sanguinis*. Já o caso brasileiro se prende ao local do nascimento, em se tratando de definir a cidadania e a nacionalidade do indivíduo. Juridicamente, esta prática é conhecida como o *juz solis*.

Sucessivos autores tem se dedicado à interpretar os conflitos que daí advieram para os imigrantes de origem alemã e seus descendentes, em especial na conjuntura da grande nacionalização (1935-45) desencadeada no período Vargas (1930-45)[8]. Contudo, não se tem dado ênfase à este conflito à luz da mais importante das obrigações cívicas que recai sobre os indivíduos do sexo masculino, ou seja, o serviço militar em tempo de guerra. Esta pesquisa também é dedicada ao entendimento da experiência histórica de indivíduos oriundos de famílias de origem alemã que, tendo nascido aqui no Brasil, se viram sob diferentes circunstâncias recrutados para lutarem nas forças armadas alemãs (*Wehrmacht*) durante a Segunda Guerra Mundial. Aqui o foco da pesquisa recai sobre o entendimento do processo de definição da nacionalidade e cidadania destes indivíduos à partir do seu engajamento na *Wehrmach*t (1939-45) até a regularização de suas obrigações militares perante o Exército Brasileiro (1946-1949).

Característica distintiva das memórias destes indivíduos é o seu caráter crítico das interpretações dominantes sobre a guerra, senão francamente revisionistas. Veja-se por exemplo a forma pela qual encaram o início da guerra. Aqui é importante destacar que foi justamente a promessa de garantir a integridade territorial da Polônia contra Hitler que levou a Inglaterra a declarar guerra à Alemanha em 1939. Contudo, a guerra foi declarada apenas contra a Alemanha. Nada se fez contra a URSS, a qual coube mais ou menos a terça parte do território polonês após a destruição do seu exército. Compreensivelmente meus entrevistados insistiam sempre em me chamar a atenção para o que lhes parecia àquela

---

[8] LESSER, J. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994, vol. 28, pp. 121-150. Ver tbm:
SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. & SANTOS, R. (orgs.) Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996. pp. 41-58
_____, Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. In: Estudos afro-asiáticos, no. 20, 1991, pp. 165-184.

época (como ainda hoje) ser uma total incoerência da Inglaterra em declarar guerra apenas contra a Alemanha, já que sob essa alegação caberia também fazer o mesmo à URSS.

Outra crítica recorrente dos indivíduos entrevistados, às versões corrente sobre a guerra, diz respeito aos ataques aéreos. Esta última lembrança, embora revestida dos atrativos da divulgação da manifesta superioridade das máquinas e (no final da guerra) dos pilotos aliados, era constrangida pela memória das centenas de milhares de vítimas civis nos bombardeios à Alemanha. Não surpreende o interesse que desperta na Alemanha, ainda hoje, o estudo e a preservação da memória dos ataques aéreos terroristas anglo-americanos sobre aquele país. Menos surpreendente é a recorrência com que meus entrevistados se referem aos ataques aéreos terroristas perpetrados contra o povo alemão: eles próprios sofreram com estes bombardeios, neles perderam amigos e familiares e, finalmente, foram chamados a participar da defesa aérea de suas cidades.

Finalmente, cabe mencionar ainda o lugar ocupado pela memória do genocídio nazista entre os entrevistados. Nenhum deles revela ter tido conhecimento do processo de sistemático genocídio das minorias “indignas de viver” sob o III Reich e, quase todos eles duvidam que o mesmo tenha acontecido, pelo menos não na escala ou com a intencionalidade que hoje reputamos ao processo.

Esta postura é compreensível. Estudos recentes tem enfatizado o caráter excepcional da formação e recrutamento dos elementos envolvidos com o planejamento e execução das atividades genocidas do III Reich. Confrontando-se diretamente com interpretações que enfatizam o caráter dos alemães “comuns” que teriam se engajado como perpetradores do genocídio, estudos recentes tem destacado o caráter peculiar, de um ponto de vista social e psicológico, dos elementos mais destacados nas tarefas de extermínio, bem como o considerável esforço desenvolvido pelas elites nazistas tanto para legitimar a matança, quanto viabilizála mentalmente entre os perpetradores. Hoje sabemos que o assassinato a sangue-frio de famílias inteiras como rotina diária apresentava desafios mentais e

comportamentais incomuns aos seus executantes, levando a uma série de doenças psicológicas e comportamentos socialmente desviantes que a elite nazista teve de enfrentar.

Em tempos mais recentes, publicações mais radicais chegaram a propor que praticamente cada alemão adulto tinha consciência do genocídio e com ele concordava. A partir de um limitado número de evidências, chegou-se mesmo a proclamar-se que a adesão de alemães comuns ao programa do genocídio como perpetradores das matanças e torturas, seria resultado de um ato voluntário, resultado da crença amplamente disseminada de que os judeus eram realmente seres nocivos e perigosos, e por isso acreditava-se que seria não só necessário como urgente que eles "desaparecessem".

Não se pode, absolutamente, descartar que – em algum grau –alguns indivíduos tenha aderido voluntariamente ao programa de extermínio e dele participado, em suas diversas e sucessivas fases, embora generalizações desse tipo sejam sempre arriscadas. Calcula-se que cerca de 40.000 indivíduos estiveram diretamente envolvidos no extermínio de seres humanos durante a vigência do III Reich. Número talvez igual a esse de pessoas eram necessárias para as atividades de apoio ao genocídio e, por extensão, também era altamente provável que soubessem das finalidades últimas de seu trabalho. Contudo, deve se levar em conta que a progressiva transformação das técnicas de extermínio visava tanto aliviar o fardo emocional que tinha de ser carregado pelos perpetradores, quanto garantir o sigilo da operação. Estas providências parecem ter sido bem sucedidas, em especial nos dois últimos anos da guerra[9]. Mesmo nessa época o extermínio em escala industrial promovido pelo nacional-socialismo ainda era objeto de franca descrença, tanto por parte da maioria das suas vítimas (como por exemplo das centenas de milhares de judeus húngaros arrebanhados quase que sem esforço para uma última grande leva de prisioneiros rumo a Auschwitz em 1944) quanto da opinião pública mundial – que precisou esperar o fim da guerra para ser convencida da extensão do genocídio nacional-socialista. Não é impossível

[9] RHODES, R. Mestres da morte, Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

que a maioria do povo alemão ignorasse a inteireza do horror que encerravam os campos, mas certamente alimentava – no mínimo - enorme indiferença com relação ao destino dos seus internos. O debate a respeito do grau maior ou menor de responsabilidade dos alemães comuns, longe de se intensificar, parece estar aumentando, indicando que – talvez – o povo alemão tenha perdido a oportunidade histórica de ajustar as contas com seu próprio passado.

Em tempo de guerra, a maioria das pessoas se dedica a cuidar da sua própria sobrevivência, prestando muito pouca atenção ao restante do mundo. Tal fato deve ser levado em consideração ao pensarmos sobre as possíveis atitudes do povo alemão ao programa do genocídio, a fim de que as motivações para dele participar, ou ignorar seus resultados, não se resuma à uma correlação automática entre adesão à uma determinada visão de mundo e subsequente engajamento em determinada ação coletiva. O correto entendimento da experiência histórica do genocídio, e das experiências humanas relacionadas com a Segunda Guerra Mundial ainda vai continuar por muito tempo a desafiar os poderes de explicação do historiador. No que se refere aos nossos entrevistados, tais considerações são da maior importância, em se tratando dos entendimentos possíveis a partir da leituras de suas falas.

"Lembranças da Guerra da mata": memórias e mitos da Guerrilha do Araguaia

Deusa Maria de Sousa[*]

***Resumo*:**

Quando se fala hoje em Guerrilha do Araguaia busca-se, principalmente na memória dos moradores da região, os vestígios mais significativos deste episódio recente da história do Brasil. Este conflito ocorreu na região hoje compreendida, entre os atuais estados do Tocantins, Pará e Maranhão. A "*Guerra da mata"* para os moradores da região ou Guerrilha do Araguaia, como assim ficou conhecida, foi um movimento armado de maior resistência às forças oficiais, durante a Ditadura Militar entre os anos de 1972 a 1975. Este artigo pretende discutir, previamente a partir dos relatos de moradores e guerrilheiros que vivenciaram ao episódio do Araguaia, as memórias e os mitos construídos a partir da "*Guerra da mata*" na região do Araguaia.

Palavras-chave: Ditadura militar, guerrilha, memórias, torturas, traumas, mitos.

Introdução

Este artigo se propõe discutir, previamente, as memórias construídas da "*Guerra da mata"* pelos moradores e camponeses da região do conflito, sob a presença das forças oficiais, nas três campanhas de combate a Guerrilha do Araguaia. Esta foi um movimento armado orientado e dirigido pelo PC do B - Partido Comunista do Brasil, localizada na região do Bico-do-Papagaio[1], Inspirada no modelo de guerra popular

[*] Graduada e Mestranda em História no PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. *deusams@terra.com.br*

[1] Essa região foi denominada Bico-do-papagaio, segundo alguns, pela junção dos três estados: Pará, Maranhão e Goiás, atual Tocantins, formando assim uma protuberância geográfica, semelhante ao bico desta ave.

"*O local escolhido para a deflagração da luta armada foi o sul do Pará, pelas dimensões territoriais, pela geografia do local: florestas e serras e disparidades regionais. Contudo, o principal argumento da escolha do local era o fato de os comunistas considerarem o campo, com o abandono das populações rurais pelas*

prolongada e na experiência do líder chinês Mao Tse-tung[2]. Ela nasceu como síntese crítica das experiências do movimento de guerrilha no Brasil e na América Latina, e como estratégia de sobrevivência de suas lideranças, que se encontravam, neste momento, perseguidas pela Ditadura Militar nos grandes centros. A Guerrilha do Araguaia surge neste contexto de grande dificuldade da luta armada na cidade no final da década de 60. Para isso, fez-se necessário contar com condições que fossem adequadas para sua preparação e que fugissem do raio de atenção dos órgãos repressivos do regime ditatorial. A escolha do local pelo Comitê Central do PC do B deu-se após muitos estudos e avaliações entre a região do Araguaia e outras em que se agregassem condições para a deflagração de um movimento que seria feito por etapas. Elza Monnerat, militante comunista e guerrilheira no Araguaia, relata em seu caderno de anotações, redigido na prisão em 1979 e publicado na obra de Verônica Berchet [3] (2002, p.143.), este primeiro momento, com sua chegada na região do conflito:

> (...) *Não podendo continuar no Rio, mudei-me para S. Paulo e depois para o Pará. No dia de Natal de 1967 cheguei ao sítio da Faveira, à margem do Araguaia, junto com dois companheiros: Maurício Grabois e Joca[4]. Ali montamos uma quitanda, fizemos roça, trabalhamos, vivemos em liberdade. Aos poucos, fomos conhecendo os moradores e sua situação. Viviam no mais completo abandono. Seu único contato com o mundo era feito através dos "motores" que subiam e desciam o rio. Não havia estradas, só trilhos, feitos pelos próprios camponeses a fim de poder chegar ao Araguaia, levando nas costas, e em jegue, os produtos da terra e as peles dos animais que caçavam para comer. O facão era seu principal instrumento de trabalho. Com ele brocavam, carpiam, plantavam, tratavam da caça, do peixe, lavravam castanhas, praticamente o usavam para tudo*.(...).

O cenário onde se desenvolverá todo o conflito será nas matas do Araguaia, entre as forças oficiais e as guerrilheiras. Esta última era constituída, em sua maioria por

---

autoridades brasileiras, o elo débil da estrutura social brasileira". In: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

[2] "(...) *O verdadeiro maoísmo passou a grafar sua doutrina como 'marxismo-linismo pensamento de Mao Tse-Tung'. As importantes contribuições de Mao Tse-Tung a respeito da estratégia e tática de guerrilhas e à formulação da 'guerra popular prolongada' repercutiam na elaboração teórica e na estratégia de luta da Ação Popular e do Partido Comunista do Brasil. (...)"* (Idem. P.64.).

[3] BERCHET, Verônica. *Coração Vermelho: A vida de Elza Monerat*. São Paulo: Ed: Anita Garibaldi, 2002.

[4] Codinome de Líbero Giancarlo Castiglia, cidadão italiano e militante do PC do B.

militantes do PC do B, e alguns populares da região, como assim destacou Gorender (1987, p.234)[5]:

> *O PC do B pôde, em suma, concentrar recursos humanos e materiais na estruturação da sua base guerrilheira, no que revelou à margem esquerda do rio Araguaia, no sul do Pará, um grupo de militantes com treinamento na China: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, José Bronca e Paulo Mendes Rodrigues. Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e atingiu o total de 69, dispersos ao longo de um estendido de Xambioá (GO) até Marabá*.

Havia, de acordo com as fontes consultadas (Cabral, 1993)[6], um contrato de segredo de Estado instituído pelo regime ditatorial em relação à Guerrilha do Araguaia. Indícios disto foi a maneira desigual como as forças oficiais trataram este episódio. Foram cerca 10 mil militares (Campos Filho, 1997) em três campanhas. Esse efetivo foi composto pelas Brigadas de Infantaria da Selva (BIS), além de outras unidades, como os efetivos de Brasília, do Rio de Janeiro e militares do Comando Militar do Planalto, para combaterem sessenta e nove homens e mulheres, em sua grande maioria jovem, que até chegarem ao cenário do conflito, nunca haviam pegado em armas.[7] Quando se fala hoje em Guerrilha do Araguaia busca-se, principalmente, na memória dos moradores da região, os vestígios mais significativos deste episódio recente da história do Brasil.

A dureza e a crueldade com que foram tratados os camponeses e a população local da região do Araguaia pelas forças oficiais, principalmente o Exército, é marca, ainda hoje, tanto na memória dos que conviveram com os guerrilheiros, quanto daqueles que não os conheceram, mas que também sofreram humilhações e torturas empregadas pelo Exército. As vítimas guardam em suas memórias a sombra de um passado doloroso em relação a estes acontecimentos, tidos como proibidos durante muito tempo pela população. Neste aspecto, torna-se importante discutir questões da memória, como assinala David

---

[5] *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à Luta Armada.* São Paulo: Ática, 1987. A obra de Gorender apresenta um apurado estudo sobre as diversas organizações políticas da esquerda brasileira. Polemiza também sobre a Guerrilha do Araguaia, da tática a estratégia adotada pelo PC do B.

[6] CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá: Guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

[7] ANTERO, Luiz Carlos, SILVA, Eumano e AMAZONAS, João. *Uma Epopéia pela Liberdade: Guerrilha do Araguaia* – 30 anos. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

Lowenthal[8]: (1997, p.75) "Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado". Houve, durante muito, tempo um temor por parte da população do local do conflito em falar dos acontecimentos que acometeram grande parte dos camponeses, moradores e até mesmo religiosos durante o período do conflito. Este silêncio pode ser interpretado pelos estudiosos das questões referentes à memória de várias formas: lapso, traumas, medo, silenciamentos seletivo, entre outras denominações.

Os depoimentos concedidos aos historiadores Giovane Felipe[9] e Romualdo Pessoa Campos Filho (UFG), entre os anos de 1992 a 1994, após três meses de contatos, demonstram como a presença dos historiadores conseguiu romper o silêncio sobre muitos episódios e o tratamento dado pela forças oficiais aos moradores e guerrilheiros como advertências para não ajudarem ou se envolverem com os guerrilheiros. Muitos moradores não acataram tais ordens e orientações dadas pelas forças do governo, e assim pagaram com o suplício físico e psicológico por tal "desobediência", marcas ainda perceptíveis nos mesmos. No depoimento de AL[10], Guerrilheiro banido pelo comando da Guerrilha por se envolver afetivamente com uma moradora da região – falta grave para conduta dos guerrilheiros, descreve os dias de agonia e torturas nas mãos das forças do Exército:

> (...) *Mais ou menos umas sete horas apareceu três elementos, tudo barbudo, usando metralhadora, arrodearam minha casa. Quando eu dei com a vista nos elementos, já sabia mais ou menos que alguma coisa ia acontecer. Eles entraram, e disseram: você é o Amaro? Eu disse, sou o Amaro. E disseram: vem cá, converse aqui com nós, não vai mentir porque eu já sei o que é que tu está fazendo, tua vida eu já sei, já me contaram tudo. Eu disse, bem, se vocês já sabem então não adianta nem eu conversar, porque... Não, mais conta tua história, como é que tu veio prá aqui. Aí eu comecei, enrolando um pouco, não*

[8] LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de história da Universidade Católica de São Paulo nº0 (1981) – São Paulo: EDUC, 1981.

[9] Romualdo Pessoa Campos Filho é Mestre em História e professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás e ainda autor da obra: Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas. Goiânia, UFG, 1997. Giovane Felipe é Mestre em História pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), foi bolsista da Capes e doutorado em História pela école des Hautes études em Scienses Sociales, em Paris, França, sob orientação do Professor-Doutor Ronald Hubscher. Tese: *Histoire de la guérrila de l'Araguia (Brésil:1996-1975*).

[10] *Entrevista do Sr. Amaro Lins*, lavrador em São Geraldo - PA, remanescente dos primeiros guerrilheiros que vieram preparar a Guerrilha do Araguaia, foi membro-presidente do PC do B da cidade *São* Geraldo.

> *contando... não falando, como se diz, contando a história, sempre protestando. Não, conversa direito, conta tua história firme, porque eu já sei que tu é do Partido Comunista. Eu disse, sou do Partido Comunista, e vim com o pessoal. Mas como é que tu veio prá cá. Aí eu comecei... falava o seguinte, vocês não já sabem tudo, então não adianta mais eu conversar prá vocês porque vocês já sabem, então é isso mesmo. Fiquei dormindo... dormindo não, que eu não dormia, isolado no chão essas noites todas, de vez em quando eles chegavam, torturavam, davam choque elétrico, e dizendo que iam me matar, me jogar dentro do Araguaia, fazendo aquela costumeira... como eles fazem com todo mundo*.

As pesquisas mais recentes feitas por jornalistas e historiadores em relação à ação das forças oficiais no episódio do Araguaia dão mostra dos dias difíceis nos quais a população simples teve de conviver com o terror e a imposição em nome da ordem. O morador JO[11] relata alguns destes momentos que viveu a população com a presença do Exército na região à época do conflito:

> *Foi de desespero. A primeira coisa que as tropas fizeram foi render todos os pais de família daquela época. Inclusive meu pai foi preso, passou oito meses na cadeia, depois para Araguaína, (...) Noite e dia tinha tropa. Inclusive, lá em casa mesmo eles chegaram a alojar mais de semanas lá em casa. Desciam os helicópteros (...) veio também os carros de combate, ficaram lá em casa mesmo, lá na própria sede. Hoje meu pai não conta mais com essa terra, ele vendeu. Prá aquela época que a gente tava começando a ficar rapazinho, nos treze anos, quatorze anos, eu achava aquilo muito bonito. Porém, eu sentia revolta, porque depois que eu fiquei sabendo que aquilo era uma revolta para o bem do povo, porque não eles também lutarem? e então a presença constante do Exército lá eles faziam vitimar muitas pessoas, inclusive um rapaz que foi nosso colega de aula, ele foi vitimado, eles disseram que ele era um dos terroristas. "Seu" Ribas, que era agrimensor formado pela Universidade Federal do Pará,* ***ele ficou traumatizado*** [12]*. (grifo meu) Foi preso, ele apanhou bastante, e sofreu bastante. Inclusive, eu não sei se ele ainda é vivo. Houve muitos casos iguais ao dele por aí*.

Discutir e publicar tais relatos tem sido a ação mais comum dos pesquisadores da Guerrilha. Cada depoimento ou cruzamento de novos relatos dos moradores, cada sopro de memória contribuem para a formação de mosaicos de incerteza e desencontro em relação ao suplício, morte, e aos últimos momentos de vida dos guerrilheiros e às atrocidades cometidas pelo Exército, sobre a população da região. De todas as mortes que ocorreram, houve algumas que marcaram a população pela crueldade com que foram executadas as

[11] *Entrevista com Joel.* Morador do povoado de Metade - São Domingos/PA. Concedida a Romualdo Pessoa em 26 de julho de 1992, Araguaína – TO.
[12] Grifo meu.

vítimas, outras pela prática da decapitação, que surtiram na população que presenciou ao fato um misto de terror e indignação, como bem nos descreve uma moradora[13]:

> *Soldado eu não vi nenhum morto. Sinceramente eu não vi. Agora guerrilheiro eu vi. Eu vi um saco de cabeças, e vi também o Dr. Paulo[14]. Esse eu enfrentei a polícia e fui ver, porque ele tinha sido meu médico, e eu respeito muito quando uma pessoa tem uma posição, e foi uma pessoa que lutou muito pela saúde das crianças, da comunidade, das mulheres grávidas. Eu fui, porque minha salvação foi ele. Fui lá em Xambioá vê-lo morto. Da cintura pr'os pés ele não tinha carne, ou melhor, não tinha couro. Tava tudo em chagas*. (...).

Conclusões parciais

A análise de Maurice Halbwachs, em sua obra *Memória coletiva* (1990), nos demonstra como uma mesma experiência, vividas por indivíduos de grupos ou relações sociais diferentes, pode ter reflexos e desfechos nas memórias destes, e também suporte nas dos outros. No depoimento de um religioso[15], vemos tal exemplificação. O mesmo guarda na memória sua experiência e também visão deste episódio. Quando questionado sobre o período em que o Exército aprisionou e torturou muitos moradores a procura dos *terroristas e subversivos[16] paulistas*, inclusive ele, assim relata o mesmo:

> *Não sei... tinha uns cinco, seis... talvez mais soldados. E, então eles começaram a questionar, mas não foi perguntas prá (...), foi só prá atacar mesmo. "Você é um subversivo, você tá conscientizando o povo prá se revoltar contra o governo brasileiro", e não sei o quê, não sei o quê, começou a atacar... (...) Aí eles pegaram dois prá dar soco assim, na cara, nos ossos, e botavam os dedos nos olhos, e torcendo os braços, e batendo a cabeça na parede, era pontapé na barriga, nos rins, eu fiquei bastante machucado. (...). E só perguntas sem sentido, "onde o Humberto tá se escondendo"? Ele não tá se escondendo em nenhum lugar, porque nós não temos nada prá esconder. "Mentiroso, sacana, safado". É*

---

[13] *Entrevista com D. Domingas* (Moradora de São Geraldo durante a Guerrilha do Araguaia) Araguaína. Concedida a Romualdo Pessoa**,** julho de 1992.

[14] Paulo Mendes Rodrigues, economista gaúcho, viveu em São Leopoldo antes do Golpe de 1964. Membro efetivo Comitê Central do PC do Brasil, foi hábil criador de gado na região, tendo sido um dos primeiros combatentes da Guerrilha a chegar e comprar terras. Conhecido com "médico" pelos moradores da região do conflito. Hoje mitificado, assim como outros guerrilheiros João Carlos Haas, Osvaldão e Dina etc.

[15] *Entrevista com padre Roberto de Valicourt*, concedida a Romualdo Pessoa e Gilvane Felipe Marabá – PA, em 16 de janeiro de 1994.

[16] Desta forma, segundo os depoimentos coletados por Romualdo Pessoa Campos Filho, o Exército se referia aos guerrilheiros do Araguaia. Já a população, os conhecia como "*os Paulistas".*

> *pá, pá, pá, é porrada de todo jeito, e os soldados ficavam lá quieto. Me disseram depois que alguns tavam chorando sabe? Porque os soldados era recrutas, do Planalto. (...) Então, foi assim, durou mais ou menos uma meia hora, depois eles amarraram a gente, eu estava meio tonto, não tava tendo consciência do que tava acontecendo, eles bateram bastante a cabeça no chão e na parede. Pegavam pelo cabelo e batiam. (...) Depois eles amarraram a gente com as cordas, atrás, nos braços atrás e pelo pescoço, os três, e jogaram no Jeep. Fomos prá Palestina*.

Desta maneira, evidencia-se o quanto às relações das memórias construídas pelos diversos grupos ou indivíduos sociais atuaram e mantém amplas conexões. Todas estas manifestações das diversas formas de produção e reprodução da memória presente ao episódio da Guerrilha do Araguaia são demonstrações do quanto ainda precisam ser estudados os limites e alcances das memórias dos envolvidos (Lowenthal, 1997). As conservações destes fatos marcantes pelos indivíduos que vivenciaram este episódio nos mostram como estes grupos ou pessoas acionam, à sua maneira, as implicações deste episódio traumático, como enfatiza Márcio Selingmann-Silva[17]: "Se cada vez mais a realidade é vista como traumática e a psicanálise determina o nosso modo de ver o 'armazenamento' do passado (...) nem por isso devemos acreditar na possibilidade de se entrecruzar sem precauções, o trauma estrutural ontogenético como trauma histórico, filogenético (...)" (2003, p.78). Podemos assim observar a complexidade de um trauma, em dois breves depoimentos de uma moradora e o religioso francês sobre as ações do Exército neste período, e sobre os "terroristas" os quais procuravam.

> *(...) Agora o pior foi depois, sabe? Porque lá a reação foi bastante forte, você reage na hora da tortura, o sistema nervoso reage. Agora depois que passa uns dias vem o medo. Toda noite eu me levantava, ficava sentado na rede, quando via um cachorro passando na rua, uma pessoa, um carro, eu dizia:" pronto eles vêm me pegar". Eu fiquei quase doido, sabe? de medo. Eu tive que enfrentar bastante, o que me salvou... que eu disse "eu vou ficar louco assim, então vou enfrentar". Então eu decidi uma vez de ir a 24 quilômetros, num lugar onde encontrei um guerrilheiro, sem saber quem era... então eu fiz esse caminho a pé com um companheiro no meio do foco. Do Exército de um lado, os guerrilheiros tavam do outro lado, era um lugar muito perigoso naquela época.(...)" O povo me dizia, você é louco, é doido, enfrentar assim e essa área que é perigosa, onde tem patrulha do Exército, onde tem grupo de guerrilha, né? (...) Diziam, você corre perigo de vida. Eu disse, mas eu quero, então voltei prá São Domingos de madrugada, sozinho, tava apenas eu, nunca mais senti medo, sabe? Foi a experiência que fiz*

[17] SELIGMANN-SILVA. Márcio. (org.) *História, Memória, Literatura: O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

> *e que venceu mesmo, depois fiquei tranqüilo. E a Maria das Graças não fez essa experiência, ela não enfrentou, e não conseguiu mais ficar na região. Ela voltou um ano depois, mas não conseguiu dormir mais, aí ela teve que voltar prá Goiânia, não suportou mais. Sem fazer essa experiência eu não sei o que teria acontecido comigo, porque o medo é terrível*.

E de outra moradora[18]

> *Eles falavam assim: eles dizem que esse povo é terrorista, terrorista é eles que vivem aqui matando, espancando, fazendo barbaridade, eles é que são terroristas. Um povo tão bom, que veio aqui para ajudar, tudo é estudante, esse povo tudo é universitário. Todo mundo tinha medo, tinha horror era do Exército, o povo tinha medo era do Exército. A gente tinha tanto medo que alguém quando falava alguma coisa dizia assim que ninguém podia falar alto que podia ter aparelho na rua e que vai ouvir o que a gente tá falando, aí vai pegar a gente e vai levar prá lá. E levaram muita gente lá prá base*.

Os fatos envolvendo a Guerrilha do Araguaia demonstram ao mesmo tempo o amálgama de variados tipos de memória que estão imbricados na vida dos moradores e guerrilheiros, atores diretos e indiretos do conflito. Por se tratar de uma população camponesa, o episódio ainda é, para muitos deles, o fato mais marcante de suas vidas. A Guerrilha do Araguaia requer muitas elucidações pelos historiadores e especialistas em fontes orais. Há que se fazer menção aos limites das narrativas e ao papel em que as repercussões destes fatos pela imprensa, provocaram na estruturação das mesmas, que podem funcionar como indicadores concordantes ou contraditórios da identidade social desta região diante de tais acontecimentos.

[18] *Entrevista com D. Amância* - moradora de Xambioá até o ano de 1977 Araguaína, concedida a Romualdo Pessoa Campos Filho em 23 de julho de 1992.

Gênero, poder e o Código Penal de 1940: as construções de "crise moral", "mulher moderna" e "virgindade moral".

Diva do Couto Gontijo Muniz / UnB

(...) que o Distrito de Amanhece é um lugar atrasado, sem luz elétrica, sem cinema ou clubes de diversões, que as moças costumam passear com seus namorados no vai e vem na plataforma da estação e numa das ruas, que esses passeios são feitos aos domingos e dias de festas, que não são comuns os casos de defloramento no Amanhece (...) que o procedimento leviano de Maria Aparecida ensejava a possibilidade de relações com a mesma, que a vítima, dada a falta de fiscalização sobre a mesma, fazia o que queria, que Maria andava com qualquer um que aparecesse, que uma outra irmã de Maria Aparecida também foi desvirginada, estando atualmente na rua, que Maria ia em todos os bailes, acompanhada com o namorado que tivesse, que conhece o denunciado e sabe que o mesmo tem tido bom procedimento (...)[1]

O fragmento do depoimento de Abadio Peixoto, uma das testemunhas de Oswaldo Vieira de Paiva, fazendeiro, vinte anos de idade, acusado de ter seduzido sua namorada, a adolescente Maria Aparecida Rodrigues, expressa mais do que corriqueiro procedimento jurídico de um processo crime instaurado em 1945. As informações ali contidas são construções culturais que apontam para práticas e representações sociais de gênero, sexo e sexualidade compartilhadas pela sociedade brasileira da época e instituidoras do real em seus aspectos individual e social. Como tais, encontram-se referenciadas por um sistema de imagens, valores, normas, significações materiais e simbólicas "*que orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais*" e interferem na "*definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais*".[2]

Sob tais perspectivas é que analisamos um conjunto de processos relativos a crimes de sedução ocorridos na Comarca de Araguari, Minas Gerais, entre 1940 em 1950, ou seja, na primeira década de vigência do Código Penal de 1940. Afinal, nosso propósito era o de perceber como, à luz do novo dispositivo legal, foram interpretados e significados aqueles tipos de crime que no Código de 1890 eram classificados como de "defloramento". O interesse residia justamente em buscar apreender como se processou o exercício do poder de controlar o campo do significado social pelo aparato jurídico ao nomear aquele tipo de delito como "*crime contra os costumes sociais*". Separado formalmente dos crimes contra a

família, tal construção fundamentava-se em duas outras – a de uma "crise moral" da sociedade e a do perigo que as "mulheres modernas" representavam para a degeneração dos costumes.

Com efeito, a elaboração e promulgação de um novo código penal em 1940 apresentou-se como uma resposta às necessidades de adaptação das antigas prescrições legais à realidade de uma sociedade vincada pelas transformações inscritas no projeto de modernização conservadora do governo Vargas: industrialização, urbanização, difusão de novos meios de comunicação, cultura de consumo e de lazer, dentre outras. Nas mudanças de comportamentos ocorridas, enfocava-se a excessiva liberdade da "mulher moderna" como um dos efeitos daninhos da modernização. As mulheres, modernas ou não, embora constituídas a partir de experiências múltiplas, diversas e variáveis, eram vistas pelo pensamento jurídico da época sob uma perspectiva essencialista, universal e fixa, contida na representação singular de "mulher". Assim, segundo aquele pensamento, a "mulher moderna" do período do pós-guerra, ao sair da proteção da intimidade vigilante do lar para ir trabalhar e/ou receber uma "educação moderna", tornou-se objeto de "*todas as classes de sedução*".[3] Nesse sentido, ela tornou-se sobretudo uma ameaça à desagregação da família e à degradação dos costumes, dominada que foi pela "*idéia errônea de sua emancipação... faz tudo para perder o respeito, a estima e a consideração do homem*".[4] Ameaça, essa, que precisava ser eliminada com a "*interpretação criativa*" de conceitos como a honra e a virgindade femininas, já que, conforme ressaltava o jurista Nelson Hungria,

(...) as moças modernas entraram de participar ativamente do vórtice da vida cotidiana, disseminando-se nas oficinas, nas repartições públicas, nas lojas comerciais, e foram eliminando, pouco a pouco, aquela reserva feminina que constituía o seu maior fascínio e traduzia, ao mesmo passo, a força inibitória do apurado sentimento de pudor. Subtrairiam-se à vigilância e disciplina familiares e fizeram-se precoces na ciência dos mistérios sexuais (...)[5]

Conter esse movimento de modo a reconduzir as mulheres ao confinamento do espaço doméstico para se dedicarem exclusivamente à maternidade, aos cuidados com os filhos/marido/casa, para se entregarem à função de "*guardiãs da moral e dos bons costumes*"[6], foi objeto de investimento do saber jurídico da época. Não por acaso, como

assinala Sueann Caulfield, algumas das mudanças mais contundentes e controvertidas na lei penal de 1940 diziam respeito à família e aos direitos sexuais. Aquela permaneceu definida como instituição patriarcal, na qual o marido continuou na posição de "chefe do casal" e a esposa como "incapaz" para fins de representação jurídica. Quanto aos delitos sexuais, foram separados em duas categorias diferentes – crimes contra a família e crimes contra os costumes. A "honra da família" desaparecia do texto do código, no entendimento de que as violências sexuais constituíram ofensas contra os costumes sociais e não mais contra a família, desatrelando a associação existente no código de 1890 entre "honestidade" sexual das esposas/filhas e honra dos maridos/pais/família. Assim, adultério, bigamia, fraude matrimonial e abandono dos filhos foram incluídos como crimes contra a família; enquanto estupro, sedução, rapto e atentado ao pudor, como crimes contra os costumes sociais.[7]

Dentre esses, o crime de "defloramento", do antigo código penal, passou a ser denominado "sedução", conforme disposto no artigo 217 do Código de 1940. Neste, explicitam-se os critérios para sua caracterização: "*emprego de meios de sedução, com abuso da inexperiência ou justificável confiança da mulher; desvirginamento mediante conjunção carnal; idade da ofendida entre 14 e 18 anos.*"[8] A substituição do "defloramento" por "sedução", ao invés de romper com a cultura do hímen, como defendida por um grupo de juristas, do qual Roberto Lyra era um dos representantes mais combativos,[9] reafirmou-a, ao manter a exigência legal da "virgindade física" anterior à evidência do crime, o elemento relativo ao precedente *status virginitatis* da vítima.

Com efeito, na ressemantização operada, reforçou-se o valor social conferido à virgindade física, ao hímen não rompido, com a inclusão do critério da "virgindade moral", ou seja, da exigência da comprovada "*inexperiência ou justificável confiança da mulher*" que, na prática, significava "conduta recatada", isto é, abstinência sexual entre as mulheres solteiras e retidão moral. E isso se deu sob a justificativa legal de incorporação de conceitos da escola do direito positivo, como a noção de que a "*responsabilidade criminal*" deveria ser

avaliada segundo condições sociológicas, psicológicas e biológicas/sexuais de cada indivíduo[10], ou seja, segundo suas experiências.

Assim, a sedução, interpretada também como "excitação sexual" e não apenas como "promessa de casamento", tal como a considerava o código de 1890, constituía delito cuja prova residia no estado de virgindade "física" e "moral" da vítima. A virgindade física permaneceu, dessa forma, protegida como componente central, decisório da pureza, da honestidade feminina protegida pela lei, pois vista como "*dique de contenção moral*".[11] Modernas ou não, as mulheres permaneciam sendo definidas como seres inferiores aos homens, desprovidas de força moral, movidas pelo instinto e, dessa forma, deveriam ser objeto da tutela, explicitada como "proteção", do Estado, particularmente seu aparato judiciário. Afinal, como a sedução era crime contra os costumes, competia ao Estado zelar para que estes não se corrompessem, intervindo no controle dos corpos, sexos, sexualidades e desejos dos indivíduos, particularmente das mulheres. Daí o código "proteger" a virgindade física, desde que abalizada pela conduta moral da vítima, isto é, protegia a "membrana com virtude".[12] Trata-se de dispositivo legal que finalmente assegurava proteção aos costumes sociais e não aos direitos individuais das mulheres, como cidadãs.

Na proteção à "*membrana com virtude*"[13], explicita-se a dimensão moral sempre presente no julgamento dos crimes sexuais contra as mulheres, agora fortalecida pela sua reafirmação legal. Tal orientação moralizante e moralizadora dos comportamentos sociais tinha em vista especialmente as mulheres, definidas como desprovidas de força moral e portanto vulneráveis aos "*estímulos corruptíveis do ambiente social moderno*".[14] Sua reduzida capacidade de raciocínio, aliada à elevada impressionabilidade, tornavam-nas presas fáceis aos "estímulos sensuais" proporcionados pelo rádio, imprensa e cinema, disseminadores de imagens de uma modernidade moralmente questionável.

Não resta dúvida de que as imagens/valores/normas/significações que informavam o Código de 1940 reafirmavam o poder masculino no controle da vida social, ao ressignificar as assimetrias nas relações entre homens e mulheres, ao ordená-las legalmente segundo a

perspectiva binária e fixa do sistema sexo/gênero. Tais construções orientaram os juízes de Araguari nos julgamentos dos processos de crimes de sedução, como o caso da referida Maria Aparecida Rodrigues. Neste, é visível a arquitetura de defesa do advogado do acusado centrada em apresentar a vítima como "experiente", "independente", "moderna", já que "*fazia o que queria*" e, por conta disso, desprovida da "*membrana com virtude*", não obstante seus apenas quinze anos de idade vividos em um lugarejo "*sem luz elétrica, sem cinema ou clubes de diversões*".

Tal construção é traço característico dos dez processos analisados.[15] Em todos eles verifica-se a transformação das seduzidas em sedutoras graças aos recursos retóricos dos defensores dos acusados/réus. O argumento central apresentado por aqueles foi a alegação da ausência de "virgindade moral" das vítimas, supostamente comprovada pela sua conduta emancipada, desenvolta, moderna, isto é, sem a presença de alguma pessoa de família pelos espaços de lazer da cidade, bem como de trabalho. Sob tal lógica, não obstante a condição anterior ao delito de seu estado de "virgindade física", do precedente *status virginitatis*, elas não possuíam a conduta merecedora da proteção da justiça, pois tinham tido uma "membrana", mas sem "virtude". Até mesmo aquele tipo de virgindade foi colocado sob suspeita pelos defensores dos acusados, ao identificarem as seduzidas/sedutoras como moças de "*costumes soltos*", que viviam de "*namoros íntimos com diversos rapazes*", que"*andavam com qualquer um que aparecesse*".[16]

Outro traço foi a referência pela promotoria à promessa de casamento como evidência do crime de sedução, sem reportar-se à "excitação sexual" das vítimas, definida como característica biológica tão normal quanto a masculina, pelo Código de 1940. A tal "aquisição científica", embora incorporada por aquele dispositivo legal, permanecia ainda não assimilada como orientação na arquitetura dos referidos processos. Afinal, era provavelmente nulo o poder de convencimento desse argumento – o da normalidade da excitação sexual feminina – em uma sociedade informada por um imaginário no qual tal traço era visto exatamente como "desvio", "descontrole", "exarcebação" dos sentidos,

impróprios e inaceitáveis para uma jovem que se apresentava como vítima do crime de sedução.

Ressalte-se, ainda, os visíveis recortes de gênero e de classe social. São processos nos quais as vítimas, adolescentes de famílias pobres, solicitavam a proteção assegurada em lei contra os crimes de sedução de que haviam sido objeto. O estigma da desonra que tal delito lhes impingira, expresso nas discriminações e exclusões sociais a elas impostas, deveria, assim, ser reparado por força da lei, com o casamento, ou com a prisão do réu, nos casos em que esse já fosse casado. É significativa a ausência de vítimas de crime de sedução entre jovens das camadas médias e superiores da sociedade. Tal ausência aponta menos para a ação disciplinadora das família sobre a sexualidade das filhas e mais para estratégias familiares para resguardar-se e resguardá-las, tratando a sedução como questão a ser resolvida na intimidade, no âmbito do poder doméstico.

A análise dos processos possibilitou-nos perceber como as representações sociais de gênero, sexo e sexualidade operaram na produção de práticas discursivas e não discursivas caras ao investimento do saber jurídico no jogo de forças para exercer o controle do campo do significado social.[17] Uma delas, a de "crise moral" decorrente da modernização, que justificou a promulgação de um novo código, visivelmente centrado na "moralização" dos costumes, no qual a reafirmação dos papéis tradicionais das mulheres foi condição e resultado buscados. Outra, a da construção da "mulher moderna", cujos movimentos precisavam ser detidos, contidos e retroagidos porque sua independência, advinda principalmente mas não exclusivamente da inserção no mundo do trabalho, era vista como ameaça, como fator de desagregação da ordem familiar patriarcal. Por fim, a "virgindade moral", como construto jurídico que criava uma exigência adicional, para efeito de comprovação, em juízo, da condição de seduzida, a de seu comportamento. Enfim, os crimes de sedução, ao serem classificados como crimes contra a família, explicitam o exercício do poder jurídico e masculino sobre os corpos, sexualidades e comportamentos das mulheres.

Notas

[1] SECRETARIA CRIMINAL. *Processo Crime de Sedução*. Araguari, 09 de julho de 1945, maço 46.
[2] JODELET, Denise (org). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 22.
[3] CASTRO, Francisco Viverros de. *Os delitos contra a honra da mulher*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932, p. 21.
[4] Id., *ibidem*.
[5] HUNGRIA, Nelson. "Crimes sexuais" In *Revista Forense*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, n. 70, abr. 1937, p. 220.
[6] BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado. O mito do amor moderno*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 256.
[7] CAULFIELD, Sueann. "Que virgindade é esta? A mulher moderna e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940" In *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, jan/dez 1996, p. 167.
[8] HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão Cortes de. *Comentário ao Código Penal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1956, p. 187, v. VIII.
[9] LYRA, Roberto. *Frutos Verdes*. Rio de Janeiro: Brasileira Lux, 1925. p. 17-20.
[10] RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Clássicos e positivistas no moderno direito penal brasileiro: uma interpretação sociológica. In HERSCHMAN, Michel e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (eds). *Uma invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos de 1920-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 130-146.
[11] CAULFIELD, Sueann. *Op. cit.*, p. 193.
[12] Idem, *ibidem*, p. 181.
[13] Idem, *ibidem*, p. 182.
[14] HUNGRIA, Nelson. "Crimes sexuais"… *Op. cit.*, p. 220.
[15] SECRETARIA CRIMINAL. *Processos Crime de Sedução*. Araguari, 1940 a 1950, maços nº 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 88, 89, 113.
[16] Idem, *ibidem*.
[17] PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 41.

OS SERTÕES DO SUDOESTE BRASILEIRO E O TEMPO

Dora Shellard Corrêa
XVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH – Universidade Estadual de Londrina – Julho/ 2005
Simpósio: História ambiental: balanço e perspectivas.

A partir da década de 1990, tem-se assistido a uma instigante discussão sobre a categoria sertão[i]. Uma parte dela chegou a ser apresentada em simpósios da ANPUH. Reconhece-se que o termo sertão provém de Portugal. No Brasil trata-se, desde o período colonial, de uma representação associada ao espaço que vai além do lugar geográfico e da paisagem, remete a uma forma de organização social, econômica, cultural - a uma modo de vida. Definido como uma categoria do pensamento coletivo, constatou-se que no início do século XX, sua referência estava diretamente ligada à formulação de um projeto de nação. Pronuncia-se no singular – sertão - como no plural – sertões - remetendo-nos tanto a matas, campos, territórios dominados por índios, assim como, a terras ocupadas por lavradores com fracas ligações com o mercado. Na sua maioria esses historiadores que têm se debruçado sobre o tema preocupam-se em investigar o seu caráter simbólico.

O sertão paulista dos séculos XVI ao XX é uma representação relacionada a um espaço que é penetrado por bandeirantes, sertanistas, soldados, viajantes e cientistas e por eles retratado, assim como é somente imaginado, sonhado e referido por poetas, escritores, intelectuais que jamais o adentraram. Os intelectuais paulistas do início do século XX, sobre os quais em geral os historiadores contemporâneos se debruçam, que transformaram essa categoria num dos pilares da idéia de Brasil e de brasileiro, ignoraram as descrições elaboradas pelos testemunhos históricos que internaram-se nesse território, embora afirmassem estar recuperando o processo de “devassamento” dos sertões paulistas. Assim é importante acentuar que há documentos descrevendo o

sertão como uma espaço real concreto. A desconsideração desses relatos possibilitou a sua conversão numa representação ideológica[ii] .

Também recentemente, presenciamos a publicação de estudos que têm como objeto a fronteira[iii]. Chiara Evangelista que investiga os confrontos étnicos e interétnicos na frente de expansão, afirma que "fronteira é o lugar geográfico, social, político e ideal" [iv]. Sua atenção está direcionada para a análise de aspectos concretos dos confrontos na fronteira. Essas pesquisas se sobrepõem aos estudos sobre o sertão, na medida em que enfocam representações vinculadas ao espaço. Contudo, enquanto que os historiadores que analisam a categoria sertão estão atentos fundamentalmente ao seu caráter abstrato, aqueles que problematizam a fronteira, em parte, buscam dados do real concreto.

Sertão e fronteira são categorias utilizadas para expressar fenômenos ligados à ocupação da terra, à transformação da natureza, da paisagem e da sociedade. Como objetos de pesquisa eles se sobrepõem particularmente quando se reportam a fenômenos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Porém, um não pode ser reduzido ao outro. Contudo, como já foi apontado, são representações. Sua força vem de conterem fragmentos do real concreto. Os estudos sobre situações de fronteira apresentam uma alternativa metodológica para avançarmos além do simbólico nos estudos sobre o sertão.

Nesta comunicação refletiremos sobre essa noção e apresentaremos descrições de soldados, sertanistas e cientistas que adentraram a província de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, monstrando que a análise desses documentos nos possibilita constatar dissimulações feitas pela historiografia do início do século XX e que ainda não foram devidamente criticadas. Nós presenciamos ainda hoje posturas sendo tomadas quanto a ocupação, posse e uso da terra apoiadas em pressupostos originados dessa visão deformada sobra a formação do Brasil. Particularmente, nos referimos a aqueles que concebem que ainda existe uma natureza intocada[v].

É pertinente refletirmos sobre o sertão paulista e como trabalhar com essa documentação histórica nesse contexto de crescimento do interesse pela história ambiental. O avanço da colonização no período colonial seu impacto sobre o meio ambiente já tem recebido a atenção de alguns intelectuais. A obra mais conhecida é A ferro e fogo de Warren Dean. Há muito a ser feito ainda.

Boa parte dos estudos recentes sobre o sertão apresentam uma crítica à historiografia do início do século XX, que transformou o sertão numa representação ideológica, fixando um lugar central para essa categoria na formulação de uma imagem sobre a formação do Brasil nação. Um discurso apropriado pela intelectualidade paulista no seu afã pela hegemonia política e ideológica do país. Entretanto, esse é dos discursos elaborados sobre o sertão. E como os outros, ele revela assim como oculta realidades ligadas ao processo de avanço da colonização portuguesa.

Os intelectuais paulistas do início do século XX nos falaram através do sertão sobre a formação do Brasil, informaram que a sua referência disparava a imaginação. Ocultaram, contudo, o mundo indígena, mas não os índios. Eles o naturalizaram, assim como os seus embates. Esboçaram-nos como destituídos de cultura, de uma organização social política e econômica. Associaram-nos aos animais, às doenças e aos acidentes geográficos como barreiras ao avanço da colonização. O conflito étnico foi transfigurado em luta contra a natureza.

Enxergaram nesse espaço que denominavam sertão somente natureza. Não seria errôneo considerar essa postura como uma revitalização da concepção dos cronistas dos primeiros séculos da colonização de se tratar de uma paisagem edênica. Ao negarem as interferências indígenas na natureza, a existência de uma paisagem conformada pelo cotidiano dessas sociedades, afirmando ser o sertão um deserto, os bandeirologistas qualificaram a sua invasão e apropriação pela sociedade colonial, mesmo que às custas de atos bárbaros contra os índios.

A questão é que a construção que estabeleceram sobre o sertão foi e ainda é convincente, pois parte de alguns elementos concretos. Entretanto, como outros dados são omitidos, o resultado é um cenário deformado. A análise da documentação sobre as entradas nos sertões paulistas evidencia esses ocultamentos.

As fontes básicas que expõem os sertões paulistas dos séculos XVI a XIX - documentos oficiais e relatos de viajantes e sertanistas – passam num primeiro momento a sensação de uma natureza virgem. Entretanto, em razão desses protagonistas do avanço sobre os sertões enfrentarem problemas concretos relacionados à sua sobrevivência física, revelaram uma paisagem repleta de sinais de existência social e cultural diferente da européia; marcos visualizados pelos poucos familiarizados na lida com a mata, dados sobre a interferência indígena na natureza.

Descreveu-se os sertões como espaços desertos, vazios, mas afirmando-se estarem infestado de índios: "O gentio ainda me não sentiu (...) Por certa causa pena ver desertos tão lindos campos, e terras para a planta tão excelentes, como para a criação, sendo um dos meios para reduzir a este gentilismo o fazer aqui povoações"[vi], relatou-se no diário sobre a expedição ao Tibagi, por volta de 1770. Em realidade, esses relatos expressavam a incoerência entre o visualizado concretamente e o sabido. Era na descrição mirada que a paisagem se mostrava deserta: não se conseguia ver os índios e identificava-se parcialmente os sinais de humanização daquela natureza; não se concebia aquele como um meio passível de se subsistir física e culturalmente, contudo, sabia-se que o índio vivia lá, com seus ranchos e aldeias, que o habitava imemorialmente e que tinha total domínio desse espaço.

A delimitação do sertão, apesar da fluidez de suas fronteiras, não parecia ser nada incerta. Os viajantes sabiam exatamente onde ele começava e onde acabava. Conforme um itinerário datado de 1794: "Aqui acaba o sertão, composto todo o terreno que se tem notado; tendo de extensão entre o rumo N e nornordeste 41 légoas"[vii]. Duas décadas

antes, os comandantes de Afonso Botelho escreveram: "pois desse Rio Caraúna para dentro já é sertão"[viii]. Mas o que não se conhecia eram as suas saídas. Pelo fato de não contar com um sistema de viação facilmente reconhecível pelos europeus, assemelhava-se a um labirinto com uma entrada e uma saída. O desconhecimento desta última ou a demora na sua localização poderia ser fatal ao sertanista, deixando-o a mercê dos "senhores da casa" e da fome. O Tenente Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza determinou a saída de seus soldados dos Campos de Guarapuava em 1771, após um suposto atentado do grupo indígena com o qual estavam estabelecendo contato. A razão da ordem de retirada foi justamente o fato de os índios, como "senhores da casa" e, portanto, conhecedores de suas entradas e saídas, contarem com essa vantagem estratégica na guerra que se queria fazer: "Tanto que o dito capitão nos informou do caso determinou Sua Senhoria ir sobre eles com uma partida de cavalos, o que se impediu o ele ir para que se não desanimasse aquele pequeno corpo; porém foi uma esquadra, que marchado com a presteza possível ao alcance deles, não chegaram a ver senão o rasto, que atravessando as restingas, se meteram aos capões de mato onde a cavalaria nenhuma partida tem, e muito(s) poucos de pé, pois eles como senhores da casa sabem das entradas e saídas"[ix].

Quando entravam nas matas, os sertanistas subiam nos terrenos mais altos para avistar sinais de queimadas, fosse para evitar o contato com os índios ou fosse para justamente ir ao seu encontro. As roças indígenas espalhadas em meio a mata vinham a calhar em momentos de fome. Em realidade, não parece ser tanto a falta de agricultura ou roças no sertão que o caracterizava como inculto, mas a organização geral desse espaço, que refletia uma sociedade que não tinha como fundamento o mercado e o trabalho para esse mercado; As roças geralmente visualizado não eram grandes nem variadas, localizavam-se em pequenas clareiras em meio às matas e comunicavam-se por estreitas picadas.

Ainda que as roças, as picadas, as queimadas e os ranchos fossem comuns entre índios e colonos europeus, eles compunham paisagens diversificadas, pois sua organização, seu tamanho, sua localização, seus produtos revelavam sociedades diferentes. Quando entravam no sertão, aqueles que já contavam com uma certa intimidade com ele, os sertanistas, tinham a capacidade de distinguir a origem de alguns desses elementos. Picadas de animais ou de gente, de índios "selvagens", de "domesticados" ou de "cristãos"; queimada de índio ou de colonos; ranchos e roças de "infiéis" ou de espanhóis; abelheiras tiradas por índios ou por "gente civilizada": "neste dia acharam-se muitas abelheiras tiradas de alguns tempos, porém pelos cortes de machados não parecia de índios, mas sim de gente civilizada"[x].

Até o século XX, várias das expedições que percorreram os sertões de São Paulo tinham, entre outros, o fim de reconhecer o espaço, ou seja, conhecer de novo. Como espaço geográfico era desconhecido por muitos, mas não por aqueles que estavam habituados a penetrá-lo, os sertanistas. Já existia um saber informal sobre aqueles terrenos, sobre seus rios, acidentes geográficos, áreas e épocas de maleita, picadas e ruínas. Esse conhecimento, contudo, não estava sistematizado, fazia parte da memória oral. Os relatos das expedições para os sertões do Tibagi encontram-se repletos de informações fornecidas de antemão por um sertanista que o havia cruzado: "me parece que cheguei entre as Missões, pelas informações, que me dão uns camaradas, que já têm andado por lá (...) verificar-se as notícias dos sertanistas antigos, que por tradição dêles se dizia ser navegável até o rio da Prata"[xi]. Afonso Botelho de S. Paio e Souza, por exemplo, mandou em 1769 a expedição do Tenente Domingos Lopes Cascais verificar as notícias de sertanistas antigos de que o rio Registro (Iguaçu) era navegável até determinado ponto. O Guarda-Mor Lussosa, que descobriu os Campos de Guarapuava em 1770, procurou um caminho que desse saída aos campos, partindo de notícias "dos antigos", que diziam ser na serra de Capivaruçu[xii]. John Elliot, mapista nas expedições

organizadas pelo Barão de Antonina, comentou que ele e Joaquim Francisco Lopes não conseguiram localizar vestígios de índios quando passaram pela serra do Caraguatá em 1845, ao contrário do que havia acontecido anteriormente com a expedição do senhor Borges[xiii].

A elaboração de um material mais informativo e de divulgação não restrita a oficiais do governo e a sistematização dos dados com critérios mais científicos só foram vistos no século XIX, com a vinda dos viajantes europeus, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, principalmente ao final desse século, com a organização, entre outros, da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886) e do Museu Paulista (1895), enfim com as instituições científicas e o domínio real daquele território pelo Estado e por cafeicultores, negociantes e grileiros. Porém, agora as representações forjadas atrás da categoria sertão não são mais as mesmas e esses sertões também não são mais os mesmos. É emblemático o relato que os Panará fizeram a Stephan Schwartzman sobre a razão de sua migração do extremo oeste paulista para Goiás no final do século XIX. Seus antepassados fugiram dos brancos que se aproximavam com suas fazendas de café pois eles eram maus[xiv]. O sertão paulista dos séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX foi invadido, dominado e transformado concretamente e abstratamente. deu lugar a um novo espaço e a uma outra representação.

Como já foi apontado, a constituição do sertão numa representação ideológica em princípios do século XX foi possível através da ilusão de que se divisava uma paisagem natural onde índios, animais, plantas, bactérias, virus, minérios e acidentes geográficos conviviam numa eterna mesmice. Talvez fosse o Éden. Um elemento importante de ser retomado é a crença na existência de uma natureza virgem, destituída de vestígios de um processo de humanização, fundada na idéia de que alguns homens não têm história.

A defesa da proteção do meio-ambiente apoiada numa leitura da realidade que nega ao índio a construção de uma paisagem, condições para o domínio de seu meio ambiente

e das relações que se estabelecem nele que viabilizam ou inviabilizam a sua reprodução, talvez seja uma revitalização do discurso dos intelectuais do início do século XX que negaram aos índios a capacidade de construção de uma paisagem. Hoje reconhecemos seus direitos à terra, mas afirmamos a sua incapacidade de gestão de seus territórios, embora sejam alguns dos poucos espaços que se encontram preservados ambientalmente.

Há um debate sobre a sobreposição de áreas indígenas e áreas naturais. Frente ao que assistimos na leitura da documentação histórica cabe questionar se estamos revitalizando o que aconteceu no início do século XX quando negamos a humanidade do índio em razão de um objetivo que era a apropriação de suas terras. Rejeitamos, da mesma forma que fizemos antes, a proposição de que os índios têm condições intelectuais de gerir suas próprias terras. Produzimos um discurso "científico" sobre a complexidade das relações ecológicas e da sociedade atual. Entretanto, ele serve, ao final, à imposição de uma forma de ocupação e utilização das áreas indígenas, sugerindo ser um direito coletivo da nação, uma entidade imaginária, uma atitude que não temos frente às propriedades privadas, entidades concretas[xv].

---

[i] Vale citar alguns estudos;
ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões. Bauru: Edusc, 2000.
CORRÊA, Dora Shellard. O sertão paulista: uma fronteira natural?. Comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História; Fronteiras. ANPUH, Florianópolis, UFSC, julho de 1999.
OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Americanos. Representação da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. Belo Horizonte: UFMG: 2000.
SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: exercício de imaginação antropológica. Sociedade e Cultura. Revista Ciências Sociais., Goiás, v. 1, n. 1, jan/jun. 1998, p. 19-28.
As informações que seguem foram retiradas desses estudos.
[ii] Estamos utilizando Representação ideológica no sentido dado por Henry Lefebvre, ou seja, formulada visando o domínio consciente de uma classe sobre outra. *Vide*;
LEFEBVRE, Henry. La presencia e ausencia. México: Fundo de Cultura Economica,1983.
[iii] Por exemplo:
MALDI, Denise. De confederados a bárbaros.:a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.
VANGELISTA, Chiara. Terra e fronteira no Brasil: culturas, etnias, sociedade. História Unisinos, Santa Maria, v. 4, n. 2, p.59-72, 2000.
WAGNER, Robert. A conquista do Oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

[iv] VANGELISTA, Chiara. Terra e fronteira no Brasil: culturas, etnias, sociedade. História Unisinos, Santa Maria, v. 4, n. 2, p.59-72, 2000.
[v] Vários intelectuais têm feito essa crítica. *Vide*: DIEGUES, Carlos Sant'Ana. Omito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
[vi] Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do General Don Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, conforme ordens de Sua Majestade. 1768-1774. *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. 76, 1956, p. 125-126.
[vii] Itinerário feito desde os confins septentrionais da capitania do Rio Grande de São Pedro..., *op. cit.*
[viii] Notícia da conquista..., 1956, *op. cit.* , p 239.
[ix] *Idem*, p. 232.
[x] *Idem*, p. 163.
Caberia apontar que não há novidade nessas informações. Sérgio Buarque de Holanda já discutiu esse assunto em *Caminhos e fronteiras*.
[xi] *Idem*, p. 94 e 73.
[xii] *Idem*, p. 133.
[xiii] AYROSA, P. M. da Silva, 1930, p. 250.
A expedição do alferes Antonio Pereira Borges, o "Borges", a que se refere John Elliot em seu itinerário de viagem, aconteceu em 1842 e foi relatada por João da Silva Machado, o Barão de Antonina, em carta ao ministério da Guerra.
Ofício de 21 de dezembro de 1843 dirigido ao Ministro da Guerra..., *op. cit.*
[xiv] SCHWARTZMAN, Stephan. Panará. A saga dos índio gigantes. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 20, n. 119, p. 26-35, 1996.
[xv] Sobre esse debate a respeito da sobreposição de áreas indígenas e unidades de conservação, *vide*: RICARDO, Fany. (org.). Terras indígenas e unidades de conservação da natureza. O desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

A REPRESENTAÇÃO DO CICLO DO BOI NOS ROMANCES TRADICIONAIS

Doralice Fernandes Xavier Alcoforado
Universidade Federal da Bahia

– Quem quiser que eu cante o boi
É de me dar quatro vitém,
A depois do boi cantado (bis)
Todos gostam muito bem.

O Rabicho da Geralda.

Resumo

O boi, animal mitificado em várias culturas e civilizações, no Nordeste brasileiro é tema central de um ciclo de folguedos e de narrativas tradicionais que bem atestam a importância deste animal num estágio da economia dessa região. A partir de narrativas e de outras formas poéticas sobre este tema, estuda-se a representação do ciclo do boi e a persistência dessas manifestações no imaginário nordestino.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura oral e popular; romance tradicional; ciclo do boi.

Objetiva-se neste trabalho analisar o processo de reelaboração simbólica de um momento da história do Nordeste brasileiro em que a atividade da pecuária aí representou um ciclo econômico importante, a partir dos seguintes romances tradicionais: O Boi Surubim, O Rabicho da Geralda, O Boi Espácio, A Vaca do Burel, O Boi Liso, O Boi de Mão de Pau, ABC do Boi Prata, Boi Víctor, Boi Adão, Boi Pintadinho, Boi Misterioso e o ABC do Boi Elias. Para esse estudo, constituiu-se um *corpus* de 35 versões dessas narrativas cantadas – as mais longas com quase 200 versos – que versam sobre a epopéia de corajosos e destemidos vaqueiros na tentativa de aprisionar os indomados barbatões criados em campos abertos As mais antigas foram publicadas há mais de cem anos por vários autores[1]. Essas narrativas constroem quadros interpretativos da sociedade da qual emergem, como nos fala Nei Clara Lima (2003, p.15), entrelaçando episódios históricos e ficcionais que dão pistas de como as pessoas articulam suas visões de mundo, seus valores e suas experiências.

[1] José de Alencar, Silvio Romero, Pereira da Costa, Théo Brandão, Rodrigues Carvalho, Amadeu Amaral, Câmara Cascudo, Jackson da Silva Lima. Incluímos o ABC do Boi Elias publicado em recente trabalho de Washigton Queiroz (1987) e uma versão recolhida na Bahia pelo Programa de Estudo e Pesquisa da Literatura Popular em 1994.

O boi, introduzido no Brasil pelos colonizadores portugueses, tornou-se imprescindível às atividades econômicas da Colônia, quer como meio de transporte e tração, junto principalmente aos engenhos de açúcar, quer como produtor de alimento da população, ou ainda pela utilização dos produtos de couro indispensáveis ao modo de vida da época:

> de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as portas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida; a maca para guardar a roupa, a mochila para milhar o cavalo, a pela para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as bruacas e os surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar o sal, para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisa-se o tabaco para o nariz."(Capistrano de Abreu, Apud Téo Brandão, 1973, 117)

A atividade da pecuária se expande com o aumento da população, que faz crescer a demanda desses produtos, e com a implementação do comércio externo ligado à exportação do couro.

A ocupação territorial da Colônia, embora irregular, deu-se, inicialmente, ao longo da extensa costa, alternando núcleos mais ou menos densos de povoamento. A sua interiorização se deve à atividade da pecuária que divide com a mineração essa primazia. Caio Prado, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, afirma serem as fazendas de gado as responsáveis por uma marcha progressiva rumo ao sertão.

A criação do gado se irradiava de um centro agrícola. Cascudo admite que a fazenda de gado foi a responsável pela fixação da população no interior do Nordeste (1956, XI). Os centros de criação mais antigos situavam-se no litoral do Nordeste açucareiro, de Pernambuco à Bahia, compreendendo a faixa territorial que hoje se estende do médio São Francisco até o Rio Paraíba, nos limites do Piauí e Maranhão. [2]Esta área se constituiu na maior e mais natural zona de criação de gado, só perdendo essa posição na segunda metade do século XVIII, em conseqüência de secas cíclicas, quando o ciclo econômico do gado, nos sertões nordestinos, entrou em decadência, cedendo lugar ao sul do país.[3]

O gado era criado solto, em campos abertos, e só era reunido de vez em quando para controle da criação. A atividade econômica predominante, a "pecuária extensiva" (GALVÃO,1972, 25), foi responsável pela existência de grandes fazendas – antigas sesmarias – que se tornaram grandes latifúndios.

O boi, animal mitificado em várias culturas e civilizações, está representado no imaginário dos mais antigos povos: é animal sagrado no Egito e o guardião do Labirinto em Creta; na Grécia, Zeus, sob a forma de um touro branco, seduz e rapta Europa. Alef,

---

[2] "cabe às fazendas de criação de gado, aos currais que os Garcia d'Ávila ou seu rendeiro Domingos Afonso Mafrense fundaram na ribeira do São Francisco ou nos campos de criação do sertão bravo que se estendiam até o Piauí, o papel de verdadeiros núcleos da civilização sertaneja, os pontos de partida para outra área sócio-econômica – a área do gado, e para outro tipo de civilização – a do couro, (Brandão, 1973, 117)

[3] "As velhas fazendas de gado já não eram em meios do século XIX, as extensões de três léguas, mas a meia de testada, por uma de fundo, na maioria."(Cascudo, 1956, XI)

a primeira letra do alfabeto hebraico, é representado por esse animal. No complexo, variado e ambivalente simbolismo a que a sua figura está associada, o boi representa o espírito macho combativo, força fertilizante que ambiguamente pode referir-se tanto à sexualidade como à perfeição espiritual. Em contos populares do ciclo de "A Bela e a Fera", o boi evoca a sensualidade e a impetuosidade masculina, o poder fertilizante que, ao mesmo tempo, atrai e mete medo; a energia animal que precisa ser alquimicamente transmutada em sentimento, para possibilitar o encontro de amor e o restabelecimento da condição humana plena do ser metamorfoseado.

No Nordeste brasileiro permaneceram inúmeras manifestações populares, cujo tema é o boi, registro inequívoco da importância da pecuária como atividade econômica da qual todos dependiam e, também, documento de um estágio em que a criação do gado era exclusivamente realizada em campo aberto, sem limites cercados, em que a atividade do vaqueiro, por isto mesmo, exigia deste profissional destreza e coragem no rastrear e trazer o boi ao curral. É de José de Alencar um depoimento a esse respeito:

> Na primitiva poesia popular do Ceará, predomina o gênero pastoril como era razão em populações principalmente dadas à indústria da criação, e derramadas por ubérrimas campinas coalhadas de toda espécie de gado" (*O Nosso Cancioneiro*, 962).

A criação em campo aberto, também favorecida pelo clima, tipo de solo e de vegetação, possibilitou o aprimoramento da atividade do vaqueiro, além de dar

> ao homem um sentimento de liberdade de ação, e a ausência de todo um sistema fiscalizador diretivo: feitores, mestres, apontadores do ciclo da cana-de-açúcar, o que era para o vaqueiro um convite à iniciativa e às forças vivas da imaginação e da inventiva pessoal. (CASCUDO,1956, XI)

Dessas manifestações, o Bumba-meu-boi talvez seja a mais difundida e aquela em que o imaginário popular mais tenha atuado em termos de uma reelaboração simbólica. Pereira da Costa , em *Folk-lore Pernambucano*, admite a procedência deste folguedo do território que hoje constitui o Piauí, dada a importância que teve este Estado na atividade pecuária do final do século XVII e início do século XVIII. Admite ainda ser essa manifestação típica do Brasil.

Outra manifestação da literatura oral tradicional, que também aborda o tema deste ciclo, são os romances do boi que centram a fabulação nas atividades do vaqueiro no trato com o gado, "episódios da eterna heróida do homem em luta com a natureza." (Alencar, 962).

O romance tradicional, uma criação literária original e representativa do povo espanhol, é uma construção narrativa em versos, destinada ao canto. Tem sua origem em cantares de gesta, cujos fragmentos, desgarrando-se do conjunto do poema, conservaram-se na memória popular ganhando vida própria; ou também pode resultar da produção poética jogralesca medieval. Os romances chegaram ao Brasil com os colonizadores, no século XVI, época do seu apogeu, e desde então vêm sendo recriados, adaptando-se ao novo contexto, inventando novas construções, elegendo novos temas, dando-lhes cor local.

As narrativas em versos foram registradas entre nós desde fins do século XVIII. Paralelamente a essa tradição herdada, que continua sendo recriada ainda em nossos dias, floresce uma tradição poética brasileira própria que mesmo tendo sofrido influência da tradição européia transplantada, apresenta características particulares de um modo de ser regional diferenciado, formador da nossa identidade nacional.

A tradição poética oral nordestina está repleta de ciclos construídos pelo imaginário popular que simbolicamente reproduzem e plasmam para a posteridade um modo de existir dessa região. Assim temos ciclos de narrativas que tematizam o cangaço; a religiosidade popular, a exemplo das narrativas intituladas "No tempo em que Jesus e São Pedro andavam no mundo"; as narrativas sobre personagens malandros e astuciosos exemplificados no ciclo de Pedro Malasartes e no ciclo do "amarelo", este imortalizado por João Martins de Ataíde no "João Grilo", e as narrativas sobre o ciclo do gado – os romances do boi. Na tradição oral desses romances, o herói é apenas o boi; os demais personagens – vaqueiro, cavalo, fazendeiro – são secundários:

> o poeta popular dá nova dimensão ao ciclo, criando um pequeno universo em que se movimenta toda a sociedade com seus usos e costumes. O poema não tem apenas a dimensão lúdica, mas se transforma em veículo de informação social de natureza semelhante aos romances de costume, (NASCIMENTO, 1973, 225).

Nas narrativas relacionadas com a cultura do gado são ressaltadas as qualidades do boi, geralmente ditas por ele próprio como personagem-narrador, mas também a destreza e a valentia dos vaqueiros no domínio do animal. Esses dois personagens principais disputam entre si, na condução da trama, o melhor desempenho na demonstração de força, destreza, coragem e valentia. Para o vaqueiro, mais importante que a recompensa pecuniária é o reconhecimento da sua esperteza e valentia demonstradas na captura do barbatão. Por isso, quanto mais longe chegar a fama do boi que não se deixa capturar, mais honrarias se carreiam para o vaqueiro que conseguir trazê-lo ao curral. A fama do boi transita para o seu capturador, razão destes romances, também serem chamados de romances de vaqueiros, considerados por Câmara Cascudo como o elemento mais característico e mais antigo da tradição poética sertaneja.

Coube a Celso Magalhães as primeiras referências sobre o assunto. Alencar, em 1874, publica no jornal Globo, no Rio de Janeiro, estudo sobre O Rabicho da Geralda, que ele denomina de "poemeto sertanejo", refundindo em uma, cinco versões recolhidas da oralidade. Desta tradição poética, Théo Brandão diz ser o romance do Boi Surubim "o primeiro dos romances do ciclo de que há notícias" (1973, 118), sendo o Rabicho da Geralda o que lhe segue cronologicamente, pelo menos em documento datado. Há registro de uma versão desse romance no Ceará, em 1792, feito por Rodrigues de Carvalho em *Cancioneiro do Norte*.

A análise das 35 versões, no que diz respeito à estrutura fabular, revela que o maior número das seqüências temáticas do desenvolvimento narrativo é comum a todas elas, embora nem sempre articuladas numa mesma ordem. Estruturalmente estes romances apresentam as seguintes seqüências narrativas:

1. Orgulho do animal pelo seu desempenho

Geralmente a narração é conduzida pelo próprio animal que se mostra vaidoso das suas qualidades e proezas, sempre confiante no seu sucesso, responsável pela fama que corre tão veloz como as patas dos cavalos que o perseguem:

Eu fui o Liso Rabicho,
Boi de fama conhecido
Nunca houve neste mundo
Outro boi tão destemido.
Minha fama era tão grande,
Que enchia todo o sertão.
Vinham de longe vaqueiros
Pra me botarem no chão.

(Sílvio Romero. *O Rabiho da Geralda*).

Por vezes, a fama é apenas depreendida pela derrota que o boi imprime a vaqueiros famosos:

Na fazenda do Burel,
Nos verdes onde pastei,
Muitos vaqueiros de fama,
Nos carrascos eu deixei.

(Pereira da Costa. *A Vaca do Burel*)

Quando a ótica da condução narrativa não é a do animal, o que raramente acontece, o enunciador demonstra grande simpatia pelo boi, tomando sempre o seu partido:

Eu tinha o meu boi Espácio,
muito preto caraúna,
por ter as pontinhas finas
não pude passar-lhe a unha.

(Pereira da Costa, *Boi Espácio*)

As qualidades excepcionais do boi já são prenunciadas desde a sua infância,

Quando o Surubim nasceu
Daí a um mês se ferrou
Na porteira do curral
Cinco touros enxotou

(Sílvio Romero. Boi Surubim).

e a sua fama começa a ser construída a partir das derrotas que imprime a vaqueiros experientes e famosos, cuja destreza está bem documentada neste trecho:

Havia um pau cavaleiro
Na passagem do riacho;

O cabra passou por cima,
E o cavalo por baixo.

(Théo Brandão. O Rabicho da Geralda).

2. Coragem e destreza dos vaqueiros

Nesta seqüência são descritas e ressaltadas as habilidades de corajosos vaqueiros que aceitam o desafio do animal:

Quando chegou lá na serra
Arriba, cão, este boi;
Espácio partiu a ele,
Enfiaram todos dois

Saiu Joaquim de Gusmão
No seu cavalo graxeiro;
Corria tão violento,
Conhecia-se pelo carreiro.

Mas o narrador, que torce pelo boi, passa-lhe a condução da narrativa no momento em que o vaqueiro se desarma diante da superioridade do boi, justificando as fantasiosas histórias a seu respeito que correm meio mundo:

Quando deu com os olhos em mim
Ficou tão sarapantado,
Disfarçou de serra abaixo
Como quem ia a outro gado.

(Théo Brandão. Boi Espácio).

3. A ótica dos vaqueiros

Nesta seqüência o narrador inicialmente passa a voz aos vaqueiros para emitirem opinião sobre o boi:

Senhores, o boi eu vi
O mesmo foi que não ver,
Pois como este excomungado,
Nunca vi um boi correr.

reassumindo-a novamente para mostrar o seu desapontamento e perplexidade:

No fim de uma semana
Voltaram mortos de fome
Dizendo: “O bicho, senhores,
Não é boi; é lobisome.
(Sílvio Romero. O Rabicho da Geralda)

4. A derrota do boi

O barbatão só pode mesmo ser derrotado por um fenômeno que fuja do seu controle :

Veio aquela grande seca
De todos tão conhecida;
E logo vi que era o caso
De despedir-me da vida.
Secaram-se os olhos d'água
Onde eu sempre ia beber,
Botei-me no mundo grande,
Logo disposto a morrer.
Segui por uma vereda
Até dar num cacimbão,
Matei a sede que tinha
Refresquei o coração
Quando quis tomar assunto
Tinham fechado a porteira
Achei-me numa gangorra
Onde não vale carreira

(Sílvio Romero.O Rabicho da Geralda)

A seca, contra a qual não tinha armas para enfrentar, ou então pelo aparecimento de um vaqueiro excepcional que lhe "Desfecha golpe mortal" ,retornando à fazenda para receber a recompensa:

–Escolha destas três filhas
A que mais lhe agradar,
Que eu dou-lhe dez engenhos
Dez fazendas de criar.

(Pereira da Costa. Boi Espácio)

5. Despedida do Boi.

Esta referência aparece apenas em alguns romances:

Adeus, morro do Caetano,
Lugá onde eu nasci
No tanque de Manuele Cruz
Muntchas vez ali bebi
Capuera de junto da roça
Muntchas vez ali cumi.

(Washington Queiroz ABC do Boi de Elias)

6. Testamento do boi.

Esta seqüência também não aparece em todos os romances. Por vezes é apenas sugerida em uma quadra, como no caso de uma versão do *Rabicho da Geralda* de Rodrigues de Carvalho:

Disse então um dentre eles,
Só assim, meu camarada,
Nós provaríamos todos
Do Rabicho da Geralda.

No romance do Boi Espácio, esta aludida seqüência é encontrada até mesmo em versões bem fragmentadas com uma única sequência (LIMA, 454), e caracteriza-se pela descrição hiperbólica das partes do boi, do que se depreende não apenas o seu avantajado porte, mas, sobretudo, o seu valor simbólico amplificado pela dimensão mítica:

couro do Boi Espácio
Deu cem pares de surrão,
Para carregar farinha,
Da praia de Maranhão.
.....
A língua do Boi Espácio
Dela fizeram fritada;
Comeu a cidade inteira,
Não foi mentira nem nada.
.....
Os cascos do Boi Espácio,
Deles fizeram canoa,
Para se passar Marotos
Do Brasil para Lisboa

(O Boi Espácio)

7. Surgimento do mito

Nas versões em que a condução narrativa é do próprio animal, aparece, ao final, um narrador onisciente que anuncia morte do boi e a sua transmutação em mito:

Acabou-se o boi de fama
Por Rabicho intitulado,
Não nascerá no sertão
Outro pra ser tão falado.
(Théo Brandão. O Rabicho da Geralda)

Acabou-se o boi de fama
O corredor famanaz,
Outro boi como o Rabicho
Não haverá nunca mais
(Sílvio Romero. *O Rabicho da Geralda*)

Mesmo morto, a fama do boi sobreviverá nas narrativas que continuam sendo recriadas e que atualizarão a sua história a novos tempos, a novas formas, a novas

realidades culturais. O boi se eternizará em folguedos que ritualisticamente trazem de volta o ser mítico, como *naqueles tempos:*

Aqui dou pur terminado
A vida do Boi Elias
Pedindo a Deus um bom ano
Para vim novas fulia
Peço que tudo termine
Sem queixa, sem arrelia.

(Washington Queiroz. *ABC do Boi Elias*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial.* 4.ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.
ALENCAR, José de. O nosso cancioneiro. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1952. v. 4.
AMARAL, Amadeu. *Tradições populares.* São Paulo: Instituto Progresso Industrial, 1948.
ANDRADE, Lauro Ruiz de. Bu*mba-meu-boi e outros temas.* Fortaleza: UFC, 1985.
BRANDÃO, Théo. Os romances do ciclo do gado em Alagoas. In: ANAIS do I Congresso Brasileiro de Folclore. Rio de Janeiro, 1973. v. 2.
CARVALHO, José Rodrigues. *Cancioneiro do norte.*
CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina.* Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.
CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e cantadores.* Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
COSTA, F. A . Pereira da. *Folk-lore pernambucano:* subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco. Recife: Arquivo Público, 1974.
GALVÃO, Walnice Nogueira. O sertão e o gado. In: *As formas do falso.* São Paulo: Perspectiva, 1972.
LIMA, Jackson da Silva. *O Folclore em Sergipe I*: romanceiro. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1977.
LIMA, Nei Clara de. *Narrativas orais:* uma poética da vida social. Brasília: Editora da UNB, 2003.
NASCIMENTO, Bráulio do. O ciclo do boi na poesia popular. In: *Literatura popular em verso:* estudo. Rio de Janeiro: MEC e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.
PRADO, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense.
QUEIROZ, Washington. *Vaqueiros e cantadores*: vivências e mitologia.
ROMERO. Sílvio. *Folclore brasileiro:* Cantos populares do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985.

A Cidade Conflagrada: Republicanismo e Projetos de Poder na Sabinada (1837-1838)

Douglas Guimarães Leite

No dia 12 de agosto de 1837, o Presidente da Bahia, Francisco de Souza Paraíso, escreveu ofício ao governo da Corte, na pessoa de seu Ministro da Justiça Francisco Montezuma, a fim de lhe atualizar do ocorrido naquela Província:

> Por dever do cargo que ocupo de Presidente desta Província, vou comunicar a V. Exa. para que não ignore o Governo Geral qualquer circunstância nela ocorrida, que nesta capital tem, há dias, aparecido boatos desorganizadores os quais, posto que diferentes, contudo parecem estar de acordo quanto à separação da Província, mas não tendo ainda dados para avaliar como filhos de uma mesma combinação entre pessoas que possam influir nos destinos da mesma Província, inclino-me a crer que não passam por ora de desejos dos amigos das novidades que se nutrem com espalhar tais idéias, para o que talvez lhes tenha fornecido matéria a linguagem da folha há pouco aparecida na mesma capital com o título de *"Novo Diário da Bahia"* (...)[1]

Não era sem porquê a comunicação. Um rápido olhar dirigido aos levantes e sublevações havidos na Bahia desde a abdicação de Pedro I e estava justificada a sua vigilância. E se ele fora atento para perceber, dentre tantos, o nascimento de um dos principais jornais de oposição ao regime, sua confiança na tropa – a quem via possuída "de sentimentos de ordem, assim como, em geral, os habitantes desta mesma província" – seria traída meses depois.[2]

De fato, esperar ver a ordem difundida entre uma população que atravessava prolongada crise de abastecimento e que suportava os efeitos do desaquecimento da economia açucareira debaixo da proteção de salários vis, quando não restava mesmo dispensada do trabalho ou simplesmente espantada pelo "espectro da fome",[3] contar com a ordem em tais condições talvez fosse mais ofício de fé.

Pois foi neste conflituoso contexto que se fundou a nova “folha”. Era julho daquele ano e seu editor viria a ser o principal ideólogo da revolta que, estourando dali a três meses, tomar-lhe-ia emprestado o nome. Sabino Vieira, após alguns anos de reclusão e de dedicação às carreiras de médico e publicista, voltaria ao debate na melhor forma de agitador revolucionário.[4] Seus escritos fizeram coro com o periodismo intenso de outros “amigos das novidades”, atividade que se desenvolvera na condição de um dos mais eficientes instrumentos de circulação de idéias numa década que, marcada pela vasta pluralidade político-ideológica, parecia não obstante ter um só foco prático: a revolução. “Nessa situação, disse Luiz Viana Filho, a Bahia seria presa fácil do ideal revolucionário. De 31 a 37 não conhecera a Província um instante de tranqüilidade”.[5]

Era seguindo esse tom que o *Novo Diário da Bahia*, a folha de Sabino, clamava abertamente pela revolução. Respaldando sua crítica numa análise sócio-econômica cujos tons franceses acusavam a recolonização das províncias pelo governo central, ele convocava seus concidadãos a reformarem o pacto social: “Temos, pois, sido e continuaremos a ser felizes com o sistema atual sem que se lhe dê algumas modificações, tomadas imediatamente pelo poder soberano inalienável?”, indagava Sabino com o destemor editorial que pôde aproveitar da organização programática que, sobretudo após 1831, a consolidação dos *clubs* e de diversas sociedades políticas secretas conferiu às idéias de conspiração na Bahia .[6]

Esse meio político heterogêneo poder-se-ia dizer filho do imaginário da Independência e do seu desenrolar pontilhado pela queda de Pedro I e pelas expectativas frustradas, primeiro pela Regência e depois pela direção que ela daria ao Ato Adicional de 1834, acordo que fez sustar durante algum tempo os ânimos excitados pela opção revolucionária.

Entre 1823 e 1837, com as disputas abertas em nome da formação de um estatuto sócio-político para o Estado brasileiro, a Bahia produziu o seu repertório próprio de movimentos armados, combinando com as “francesias” as tensões e os motivos existentes ali desde “antes do jacobinismo”.[7] F. W. O. Morton concluirá que o fracasso da Sabinada marcou então “o

triunfo final da classe proprietária de terras. Foi o fim da era de mudança e incerteza que, com raízes lançadas no passado, viu pela primeira vez a luz do dia em 1798”.[8]

A Sabinada tentara romper do modo mais radical até então conhecido na Bahia o acordo conservador em que consistira a “revolução da Independência”. Religava a ela a idéia de república, certamente não haitianista, mas suficientemente clara para fundar as bases da separação do Império. Sabino não cessava de repetir que “os negócios do Brasil vão assim em tão grande desmantelação pela falta de ingerência do povo nas cousas públicas”. E ele tinha remédio muito mais amargo para a elite do que o acordo da monarquia federativa, em vão tentada nos levantes e na própria política precedentes: “Senhora Corte central, cuide no seu centro que nós só podemos ser felizes cuidando cá na nossa periferia. Ganhe por lá se quiser gastar tanto que nós não estamos mais para sustentar semelhante madrasta”.[9]

Os acordos políticos que tanto a preparação da Sabinada quanto o seu desenvolvimento permitem inferir fornecem elementos importantes para a discussão do seu perfil. Seu avanço no tempo vai descortinando a emergência de projetos ligados a grupos específicos de rebelados, cujo diálogo com os demais evidencia as formas particulares de apropriação de temas como república, federação e monarquia, classe e escravidão.

A Sabinada: descortinando horizontes ideológicos.

Foram dois os principais documentos redigidos na Câmara de Salvador logo quando da tomada da cidade pelos revolucionários. O primeiro deles, a ata datada de 7 de novembro de 1837, afora as extensas disposições militares, resume seu mais importante propósito num único artigo, o primeiro:

> A Província da Bahia fica inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro, e considerada Estado livre e independente pela maneira por que for confeccionado o pacto fundamental, que organizar a assembléia constituinte, que deverá desde já ser convocada, procedida a eleição de eleitores na capital, e ao

> mesmo tempo proceder-se por toda a província a eleição de eleitores, que elegerão nova assembléia para desenvolver as bases apresentadas pela primeira.[10]

Era separatista a Sabinada. Perfeitamente separatista, para ser mais exato. Com isso pareceram concordar as 105 pessoas que assinaram a ata aclamada na sessão extraordinária desse dia. A seriedade da proposta, que não seria de duvidar haja vista o modo bastante consistente pelo qual já a vinha desenvolvendo o jornal de Sabino, pôs em fuga, contudo, alguns desses signatários. Ocorre que a vontade de rebelião parecia muito mais diversificada do que aquela que a mensagem radical de separação comportava.[11] E logo nos primeiros dias do movimento, doze daqueles que a haviam subscrito deixam a cidade escoltados pela polícia. Pela sua ocupação, Hendrik Kraay os arrola como membros da elite.[12]

E não tardou até que, dois dias depois de assinada a ata fundadora, o governo fosse alcançado por petição encaminhada por alguns dos cidadãos presentes à sessão anterior. Diziam representar os demais. E temiam abalos à tranqüilidade pública,

> por isso que se há conhecido que o lapso de pena da ata que teve lugar em o memorável dia 7 do corrente ante a Câmara Municipal, quanto a não se ter expressamente declarado que a separação d´este Estado será até a maioridade de dezoito anos de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro 2.º como diz o Art. 121 da Constituição para o Império do Brazil, há introduzido receios, e desconfianças n'esta Capital (...)[13]

A nova ata, proclamada quatro dias depois da primeira, com esse novo teor, é estimada por muitos como contra-revolucionária.[14] Os motivos políticos mais fundos desse conflito, porém, foram ainda pouco explorados. Tratando a natureza e a consistência dos seus acordos na história de sua formação, seríamos levados a falar mais nos discursos políticos da Sabinada e menos no "movimento em si", o que evitaria que assim se a tomasse simplesmente como um "movimento contraditório nas intenções".[15]

Tendo contado a Sabinada com um apoio progressivamente crescente da massa de trabalhadores iletrados, natural que o seu primeiro retrato fosse esmaecendo na medida em

que a fuga dos ilustres fosse compensada com o recrutamento dos nem tanto. Ela foi assumindo, a cada instante, com o apertar do cerco, o caráter de "conflito de ricos contra pobres e de brancos contra pretos".[16] Esses últimos seriam contados nas listas de presos ou no rol dos mortos nas viagens de deportação.[17]

Sabino via nesse quadro um nítido viés de classe. Contra os emigrados da Província, que jamais "tinham anuído nem expressa nem tacitamente a revolução alguma feita no Brasil", levantavam-se os "irmãos da Capital". O que Sabino parecia não entender era: "Como é que se sacrificam sem fruto tantas vítimas, que fazendo a guerra a seus irmãos da Capital, não podem certamente nutrir o menor vislumbre de esperanças para o melhoramento da posição miserável em que se acham colocados?". E isso ele só podia atribuir ao poder dos "malvados", dos "zangões da sociedade", à aristocracia senhorial cujo poder cooptador confundia e desmobilizava, sobretudo por meio de recursos clientelísticos, a classe daqueles que, segundo ele, tinham todas as razões para investir no movimento revolucionário.[18]

A classe de que fala Sabino nesse trecho tinha mesmo, para ele, um sentido generalizante. Esse sentido se apreende por sua leitura da configuração social baiana, na qual era possível opor "a classe dos opressores" (altos funcionários, negociantes e proprietários) a toda a massa de homens livres, libertos e cativos espremidos pelo modo vigente de reprodução social. Mas a "classe dos oprimidos" não era uma só.

A interpretação social generalizante de Sabino é, por isso, uma eficiente porta de entrada na complexidade de suas elaborações sobre um projeto republicano para uma sociedade escravista; sobre o sentido e o alcance da igualdade numa sociedade em que os oprimidos tinham muitas razões para divergir. Sabino fala de sua própria convicção, estudioso que era dos textos fundamentais de política da sua época, o que o torna certamente ímpar entre os baianos de seu tempo. Mas a Bahia não era a França. E a escravidão não era uma metáfora.[19]

Com ela, a França, Sabino parece ter aprendido os fundamentos de um republicanismo revolucionário. Na sua esteira, o motivo do progresso para justificar a inevitabilidade do governo das liberdades públicas; a defesa do "verdadeiro direito das gentes" no combate em favor de que um "povo escravizado" retomasse as rédeas do seu próprio poder soberano; a ênfase decidida no papel da instrução pública para formar entre os cidadãos uma natureza política compatível com a introdução do "elemento democrático puro" no governo da Província; enfim, a centralidade da razão para garantir o acerto dos projetos fundados na interpretação mais genuína do gênero humano.[20] No seu repertório de idéias, as notas francesas eram claras. Claras demais para a cidade da Bahia.

O mapa socioeconômico dessa cidade indicava a potência de sua conflituosidade. E mais. Apontava para o modo como ela se desenvolvia diferentemente entre as populações marcadas de modo distinto pela reprodução social escravista. Os tipos de ocupação urbana eram índices valiosos dessa divisão, que se expressava na correspondência entre as formas de fixação e de circulação na cidade, por um lado, e a natureza dos projetos de luta política, por outro.

As periferias de população marcadamente parda e negra, escrava ou liberta, invariavelmente pobre, tornaram-se conhecidos locais de conflito da cidade. Em Brotas ou em Itapagipe, por exemplo, tramaram-se revoltas de pretos, lá se estabeleceram candomblés e quilombos, para lá também, nesse tempo, se empurraram as sobras humanas da cidade, encontráveis dentre aqueles cuja circulação era objeto de constante regulação e controle.[21]

Nada mais natural, portanto, que o decreto de janeiro de 38, convocando os escravos à batalha, agravasse o problema dos projetos. O cerco à cidade, a falta de braços para a luta e a iminência da derrota faziam nascer o "Batalhão de Alforriados". Para eles, porém, Sabino não tinha nenhum projeto propriamente político. Contra os federalistas, reformistas que tinham na revolta não "uma república, uma independência absoluta do Rio de Janeiro e da comunhão brasileira",[22] ele opunha sua convicção separatista republicana, plena de reservas aos males da

integridade, perfeitamente consciente do seu anti-monarquismo, ainda que compondo, estrategicamente, com o lapso da menoridade nos seus próprios textos. Reconhecia a moderação da política brasileira, entendia a necessidade de considerá-la, mas acreditava não poder evitar a revolução para radicalizar a igualdade que de outro modo não viria.

O projeto dessa igualdade não reconhecia, porém, a condição política da escravidão. Não estendia a ela o seu diálogo político. Nesse sentido excluía-os da razão.[23] Alheios à possibilidade de forjar um projeto mais consistente de vida nessas circunstâncias, fugir era o que se afigurava ao alcance de sua "utopia política". E muitos se aproveitaram do ensejo. A essa altura não importava, naturalmente, a denominação política da revolta: monarquista ou republicana, separatista ou federalista, a Sabinada não produziu evidências de que uma utopia revolucionária estivesse à disposição dos escravos, mendigos e desocupados admitidos em suas fileiras de combate.[24] Essa não era a sua cidade. Revolta do centro, essa não era a sua revolta.

NOTAS

[1] Ofício de Francisco de Souza Paraíso a Francisco Gê Acayaba de Montezuma, 12.08.1837. Publicações do Arquivo do Estado da Bahia (PAEBa), *A Revolução de 7 de Novembro de 1837 (Sabinada)*, vol IV, 1945, pp. 395-396
[2] Ofício de Francisco de Souza Paraíso a Francisco Gê Acayaba de Montezuma, 12.08.1837, PAEBA, pp.395-396.
[3] Kátia Mattoso, *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.234.
[4] Luiz Viana Filho, *A Sabinada (A República bahiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, pp. 87-90.
[5] Viana Filho, *A Sabinada*, p. 08.
[6] *Novo Diário da Bahia*, 11.08.1837. PAEBa, IV, pp. 400-403. João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês.* São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p.58.
[7] Viana Filho, *A Sabinada*, p.17.
[8] F. W. O. Morton, *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. Tese de Doutorado, University of Oxford, 1974, p.373.
[9] *Novo Diário da Bahia*, 09.08.1837. PAEBa, IV, pp. 399-400.
[10] "Ata da Sessão Extraordinária de 7 de Novembro de 1837", *apud*, Francisco Vicente Vianna, *A Sabinada*, PAEBa, I, pp. 114-117.
[11] Paulo César Souza supõe uma "tendência separatista mais generalizada" que, inclusive, "explicaria em parte a relutância inicial de certas autoridades em reprimir o movimento (...)". Paulo César Souza, *A Sabinada*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, p.172.
[12] Dentre eles havia advogados, médico, professor, tenente da polícia, comerciante e proprietário. Hendrik Kraay, "'*As Terrifying as Unexpected*': The Bahian Sabinada, 1837-1838". *In*: *Hispanic American Historical Review*, 72:4. Durham: Duke University Press, 1992, p.516.
[13] "Petição encaminhada ao Presidente da Província. 09.11.1837", *apud* Francisco Vicente Vianna, *A Sabinada*, PAEBa, I, pp.117-118.
[14] Braz do Amaral, *A Sabinada*, PAEBa, II, pp. 23-24. Morton, *The Conservative Revolution*, p.351. Viana Filho*, A Sabinada*, pp.107-122. Souza, *A Sabinada*, p. 166.
[15] Souza, para quem a "nunca negada submissão a D. Pedro" encerrava fatal contradição. Souza, *A Sabinada*, p.166.
[16] Morton, *The Conservative Revolution*, p.362.
[17] Kraay, *"As Terrifying as Unexpected"*, pp.516-517.
[18] *Novo Diário da Bahia,* 07.12.1837. Os exemplares do Novo Diário da Bahia e dos demais jornais baianos da época estão disponíveis em microfilme na Biblioteca Nacional e no Setor de Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.
[19] Há bons indícios de que Sabino era interlocutor de seus contemporâneos. No seu vocabulário, e esse é só um exemplo, a expressão escravidão surge em geral como metáfora para indicar a situação de um povo submetido a regimes despóticos, uso regular na tradição dos republicanistas modernos. É patente a influência de Rousseau em passagens diversas de seus textos. No seu inventário, essa e outras obras seriam encontradas. Esse documento está ainda por estudar. Cf. Souza, *A Sabinada*, p.185.
[20] *Novo Diário da Bahia*, edições de 30.11, 04 e 22.12 de 1837.
[21] João José Reis, *A Morte é uma Festa*. 3ª reimpressão: São Paulo, Companhia das Letras, 1999, pp.31-32.
[22] Trecho d´*O Sete de Novembro*, jornal rebelde, edição de 23.11.1837.
[23] "A Bahia só não explodiu em revolução porque praticamente ninguém entre os livres – com exceção, talvez, dos africanos libertos – queria igualar-se no plano social com os escravos. Contra estes, os baianos livres reuniram suas forças, independentemente de classe ou de cor". Reis, *Rebelião Escrava*, pp.65-66.
[24] "Não são políticos nem tão pouco ideológicos os motivos que arrastam as camadas populares na aliança precária com as camadas dominadoras da sociedade. A batalha que estas empreendem é uma luta pela sobrevivência, por uma porção de farinha, por um emprego, numa época de crise econômica que resulta da desorganização da produção que eleva os preços dos produtos de subsistência e mantém os salários em níveis baixos". Kátia Mattoso, *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.234. Por outro lado, sobre revoltas negras e seus projetos de poder, "revoltas periféricas", Reis, *Rebelião Escrava*, especialmente pp. 68-121.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESCOLAR, FORMAÇÃO HUMANA E DA SOCIEDADE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.

Décio Gatti Júnior[1]

1 A compreensão da relação entre educação e formação humana encontrou em Dermeval Saviani, uma formulação bastante profícua no interior do campo marxista de análise social. Seu texto "Sobre a Natureza e Especificidade da Educação", escrito originalmente em 1984, parte da afirmação de que o trabalho é o elemento que diferencia o homem dos demais animais, sendo a educação, simultaneamente, "uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho"[2].

Como desdobramento dessas assertivas o autor explicita suas conclusões em torno da definição da natureza e da especificidade da educação do seguinte modo:

> [...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens [3].

Estas definições apresentam-se satisfatórias no sentido de precisar que a transmissão da cultura e de suas representações confere o caráter de humanidade aos membros da espécie humana e, ainda que neste início do Séc. XXI existam tendências naturalizantes no entendimento dos comportamentos e da personalidade humana

(sobretudo advindas dos estudos de base biogenética), a velha idéia de Marx, exposta, em 1859, de que "não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência[4] parece permanecer bastante válida, evitando-se, evidentemente, os excessos estruturalistas e deterministas advindos daquilo que Hobsbawm classificou como "marxismo vulgar"[5].

Nesse sentido, é importante destacar que Hobsbawn caracterizou o "marxismo vulgar" como uma elaboração teórica feita em nome de Marx, mas que muito pouco possui de marxista, ou seja, não representa necessariamente o pensamento amadurecido de Marx. O "marxismo vulgar", segundo Hobsbawm, expressou-se por meio de uma interpretação econômica da história, na qual tudo dela depende; de um modelo de 'base e superestrutura', em que a primeira domina e determina unilateralmente à segunda; de uma limitação do movimento da história ao interesse de classe e a luta de classe; de um determinismo evolucionista e mecânico expresso nas leis históricas e inevitabilidade histórica e ainda na eleição de determinadas temáticas como prioritárias, além da afirmação de certa imparcialidade da verdade nas obras historiográficas[6].

Se a relação entre educação e formação humana, a partir das definições de natureza e especificidade da educação apresentadas por Saviani[7], pode ser percebida historicamente desde as civilizações da Antiguidade, a forma escolar tomada pela educação, a partir de sua organização sistemática em níveis primário, secundário e superior pelas mãos do Estado Moderno, é um fenômeno mais recente e que ganhou seus contornos mais próximos dos encontrados na atualidade a partir do Séc. XVIII, com a criação de um cotidiano específico e original designado, de modo geral, como processo de escolarização que, em associação com o fenômeno da urbanização, produziu a Modernidade.

2. Precisar teoricamente o lugar do sujeito histórico, tomado como ser social na definição marxista, constituiu esforço de intelectuais importantes do pós–guerra, dos quais destacam-se os ingleses E. P. Thompson e Raymond Williams que, inspirados nos estudos sobre a dialética marxista de Lukács e na textualidade de Gramsci elaborados no período

entre guerras, promoveram uma inflexão importante diante do marxismo vulgar e anti-humanista que ganhara corpo a partir da Revolução Russa, de 1917, do stalinismo e da proliferação dos partidos comunistas em solo europeu e extra-europeu.

Desse modo, é interessante observar a articulação entre a definição de objeto de pesquisa e dos conceitos de experiência e de formação social expressos em E. P. Thompson[8], como esforço teórico de busca de valorização do sujeito e de sua formação no processo de pesquisa e de escrita das interpretações sócio-histórica, o que, em outros termos, significa a defesa da valorização do exame das práticas sociais e do cotidiano como objetos das ciências humanas. A esse esforço pode ser agregada a elaboração da concepção de materialismo cultural, conforme se expressa em Williams[9].

Na obra de Thompson aparece claramente uma recusa à execução de uma análise do social vinculada à dicotomia base/superestrutura, tradicionalmente ligada ao marxismo vulgar. Sua reflexão está calcada na valorização explícita da pesquisa sobre os sujeitos históricos e sobre as mediações culturais e morais que se engendram em sociedade.

Para Thompson, a experiência social, tomada como experiência de classe, é a resultante do desenvolvimento das relações sociais de produção. Esta experiência não é apenas fruto de determinações históricas, mas, o que é mais importante as constitui no terreno do real[10]. Em sua critica ao marxismo althusseriano, a quem acusa de ser afinado com o elitismo burguês e com o teoricismo aristocrático, Thompson observa, sobretudo, que, no final da década de 1960, os marxistas estavam tratando Althusser com negligência ou com cumplicidade, sem perceber o caráter anti-humanista de suas idéias e o idealismo ou a teologia subjacente a seu pensamento.

Thompson é avesso ao determinismo econômico agregado ao idealismo teórico que, segundo ele, resulta em um procedimento que é totalmente autoconfirmador, conforme expresso em Althusser[11]

Nesse sentido, sua crítica se recusa a enxergar o conhecimento como um truísmo, ou seja, uma verdade que dispensa demonstração, típica do cartesianismo. Recusa,

portanto, a idéia de que o real seja a teoria. Thompson explicita seu ponto de vista ao caracterizar o objeto de pesquisa como sendo

> [...] epistemológicamente inerte: isto é, não se pode impor ou revelar ao conhecimento: tudo isso se processa no pensamento e seus procedimentos. Mas isto não significa que seja inerte de outras maneiras: não precisa, de modo algum, ser sociológica e ideologicamente inerte. Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o 'real', sentimos a nossa própria realidade palpável[12].

pois, e o que é mais importante na reflexão ora empreendida,

> O texto morto e inerte de sua evidência não é de modo algum 'inaudível'; tem uma clamorosa vitalidade própria; vozes clamam do passado, afirmando seus significados próprios, aparentemente revelando seu próprio conhecimento de si mesmas como conhecimento[13].

Esta última formulação tem conseqüências decisivas para a análise sócio-histórica que leva em consideração o sujeito histórico tomado como ser social, pois contribui para o esclarecimento de que as evidências de pesquisa, nas suas mais diversas formas materiais - documentos impressos, manuscritos, iconografia etc. - possuem marcas de constituição humana e representam relações sociais que tornaram possível sua própria existência. Essa assertiva confere um humanismo contagiante ao olhar do pesquisador que se vê envolto em um processo de análise que necessita formular questões que necessariamente tomam o

elemento humano, sua formação, sua historicidade como parte necessária e fundamental para a construção de uma interpretação sobre a sociedade.

Para Thompson é necessário distinguir a categoria de análise marxista modo de produção da de formação social[14], pois é na segunda que se podem perceber as determinações históricas como resultado do exercício de pressões sociais complexas.

Complementarmente, Thompson, faz um esforço lógico-concreto no sentido de apresentar uma categoria que demonstrava o espaço conferido aos sujeitos, singulares (indivíduos) ou particulares (grupos), por meio do termo experiência, visto, pelo autor, como

> [...] uma categoria que, por mais imperfeita que seja é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. [Com a utilização do conceito de experiência] a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história[15].

Com a introdução do conceito de experiência, Thompson funda um novo espaço teórico, no qual em suas palavras, “um nome [...] é ambigüidade, outro é possibilidade”[16]. Nesse sentido, mesmo a noção de moral que depende do processo histórico, consiste em um imenso território de disputas, tais quais as disputas de classe e em torno de salários, condições de trabalho etc.

A partir dos caminhos abertos por Thompson, encontra-se a brilhante análise das sociedades, especialmente no território de constituição do que se tem chamado de materialismo cultural, na obra historiográfica e sociológica de Raymond Williams.

Boa parte da produção intelectual de Williams configurou-se como sendo uma procura de, partindo da textualidade marxiana, reinterpretá-la, apontando suas insuficiências e propondo novas teorizações, novos entendimentos sobre a realidade social.

Em Marxismo e Literatura, de 1971, Williams traçou os principais pontos teóricos da sua "teoria das especificidades da produção cultural e literária material, no interior do materialismo histórico"[17], ou seja, daquilo que ele mesmo chamaria de "materialismo cultural", munido, porém, à semelhança de Thompson, de uma rejeição tácita à teoria dos "reflexos" e "ecos" tão comum à tradição do "marxismo vulgar".

De fato, a tardia publicação de importantes obras marxianas conjugada ao estabelecimento de um "marxismo oficial", a partir da União Soviética, limitou o desenvolvimento da análise histórico-marxista sobre a cultura, ou mesmo sobre aspectos da vida social desvinculados do território designado como estrutural.

"Marxismo e Literatura" pode ser lido como um texto teórico que se esforça em superar as amarras às quais o pesquisador das ciências humanas parecia estar confinado. Ao tratar cuidadosamente de conceitos como cultura, língua, literatura, ideologia, hegemonia e teoria cultural, Williams procurou entendê-los como conceitos que se desenvolvem e alteram-se no interior do processo histórico que os envolve, os específica e lhes confere sentido.

Valiosas foram as leituras realizadas por Williams de importantes obras de Bakhtin, Gramsci, Lukács, Marcuse, Vygotsky etc. Obras que subsidiaram seu posicionamento contrário às abordagens sócio-históricas mecanicistas. A leitura destes autores o desviou também da influência do estruturalismo lingüístico, encaminhando-o para o desenvolvimento da idéia fundamental de uma cultura articulada, imbricada, com o movimento histórico da sociedade.

Ao destacar esse aporte teórico advindo do marxismo, mas, de maneira peculiar, constituindo uma resposta satisfatória aos determinismos e mecanicismos presentes em parte das teorias sócio-históricas da textualidade marxista do início a meados do Séc. XX, busca-se explicitar que a idéia de formação humana passa, necessariamente pelas interações sociais construídas pelos sujeitos sociais (indivíduos e grupos) em seu cotidiano, por meio de práticas e instituições relacionadas às formas como as relações sociais e de produção material e não-material se articulam nas diferentes formações sociais.

Desse modo, a compreensão da dimensão ética da vida social, entendida como o estudo da moral em suas manifestações sócio-históricas, bem como o estudo da política, apreendida em sua volatilidade e constante mudança, leva ao estabelecimento de uma epistemologia que tome as sociedades como lugar do imprevisível, da mudança, afastando, desse modo, a metafísica, os determinismos e os mecanicismos dos processos de entendimento dos fatos e processos sociais.

NOTAS

---

[1] Décio Gatti Júnior é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de História da Educação e membro do Núcleo de História e Historiografia da Educação (NEPHE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *E-mail*: degatti@ufu.br.

[2] Dermeval SAVIANI (1991). Sobre a Natureza e a Especificidade da Educação. In: *Pedagogia Histórico-Crítica:* primeiras aproximações. São Paulo, Campinas/SP. Cortez, Autores Associados. p. 19.

[3] *Ibidem*. p. 29-30.

[4] Karl MARX (1983). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes. p. 24.

[5] Eric HOBSBAWM (1982). A Contribuição de Karl Marx para a Historiografia. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia na Ciência Social*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. p. 248.

[6] *Ibidem.* p. 249.

[7] Dermeval SAVIANI (1991). *op. cit*. p. 19-20.

[8] Edward Palmer THOMPSON (1981). *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro. Zahar e Edward Palmer THOMPSON (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa* (3 vols). Rio de Janeiro. Paz e Terra.

[9] Raymond WILLIAMS (1979). *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro. Zahar e Raymond WILLIAMS (1992). *Cultura*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

[10] Edward Palmer THOMPSON (1981). *op. cit.* p. 180-201.

[11] *Ibidem.* p. 21.

[12] *Ibid.* p.27.

[13] *Ibid.* p. 27.

[14] *Ibid*. p. 181.

[15] *Ibid.* p. 15.

[16] *Ibid.* p. 187.

[17] Raymond WILLIAMS (1979). *op.cit.* p. 12.

Guerra e paz: práticas pedagógicas possíveis aos alunos em fase de alfabetização

Édina Soares Maciel[1]

Para Giolitto[2] (1986), uma das maiores dificuldades no ensino de História para crianças é decidir que conteúdos devem ser ensinados e/ou que acontecimentos históricos merecem ser abordados com elas. Esse autor, citando o historiador Marc Ferro, aponta seis critérios para a escolha dos conteúdos:

1. Aqueles que, na época em que foram produzidos, foram percebidos como de grande importância e, a seu respeito, as populações se sentiram altamente interessadas; 2. Aqueles que foram conservados pela memória das sociedades como grandes acontecimentos; 3. Aqueles que trouxeram mudanças na vida dos Estados e das Sociedades e têm, assim, efeitos de longa duração; 4. Aqueles que, por seu significado, deram origem a múltiplas interpretações e debates, até os dias atuais; 5. Aqueles que repercutiram além dos lugares onde foram produzidos; 6. Aqueles que sobreviveram pelas numerosas obras que suscitaram, como romance e filmes.

Na continuidade, Giolitto[3] ressalta que a noção de acontecimento integra também “o não-acontecimental relativo à vida cotidiana dos homens (o que deve ocupar um lugar de destaque na escola primária).”

Essas considerações iniciais tiveram como propósito estabelecer os pressupostos que nortearam o destaque dado ao conceito de “guerra”, numa classe de primeira série da Escola Fundamental do Município de Araucária.[4] Essa classe comportava cerca de vinte e sete alunos com idade entre 6 e 8 anos, em fase de alfabetização.

Segundo a proposta curricular em vigor, o conteúdo a ser trabalhado no bimestre era “a história das famílias e da sua vida cotidiana". A metodologia de ensino de História, que vem sendo utilizada com base nas diretrizes curriculares e foi sugerida nos cursos de formação continuada dos professores do município, propõe a utilização de documentos históricos em aula, sendo essa uma sugestão bem assimilada nos trabalhos desenvolvidos, tendo em vista que

Hoje, o desafio de usar diferentes documentos como fonte de produção para o conhecimento histórico e também como veículo para o ensino da História é amplamente debatido. Da mesma forma, busca-se diversificar as possibilidades de uso de documentos históricos em sala de aula com o objetivo de construir propostas de ensino identificadas com as expectativas e cultura do aluno. Uma das fontes mais interessantes para trabalhar em sala de aula refere-se ao conteúdo de documentos guardados na casa do próprio aluno.[5] (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 105)

Assim, nessa prática docente, buscou-se definir estratégias de trabalho que levassem os alunos a pesquisar e identificar documentos relacionados com o conteúdo proposto, bem como permitir que eles analisassem o material coletado com base em seus conhecimentos prévios. Essas estratégias levaram à produção da narrativa histórica por parte do aluno e fizeram com que ele pudesse se sentir sujeito da história e produtor do conhecimento histórico.

Ao pedir aos alunos para trazerem de casa alguns objetos ou documentos do passado, o que mais chamou atenção da turma – dentre tantos outros igualmente importantes como fotos, moedas, livros antigos – foi um depoimento que a aluna Andressa trouxe. O relato foi feito oralmente pela sua avó, Dona Wanda, e diz respeito a seu pai, bisavô da aluna. A mãe de Andressa, Dona Vergelina, foi quem transcreveu o depoimento, pois a avó não sabe escrever:

Este senhor é um bravo valente. Serviu a guerra: sofreu de ver os amigos e companheiros serem mortos na frente dele, pois estavam todos lutando juntos. Minha mãe Victória contava pra nós tudo o que ela conseguia lembrar da guerra. Eu era pequena e não tinha noção do que era a guerra e nem o que acontecia. Mas, lembro bem de quanto o meu pai sofreu quando ele voltou da guerra: começou a beber, não comia, não tinha mais paz, pois foi se entregando até a morte, este bravo pai, avô e bisavô que nós amamos muito, foi morar com o papai do céu, mas deixou sua história real e antiga desse meu querido bisavô.[6] (PATHEK, 2004)

O depoimento exprime as impressões da avó, Dona Wanda, quanto aos sentimentos do pai em relação à guerra e de como ele passou o “restante” de sua vida com esse grande trauma que culminou em seu suicídio.[7]

Esse depoimento despertou um enorme interesse dos alunos, particularmente pela presença forte do tema “guerra”. Decidiu-se, então, fazer uma intervenção pedagógica sobre esse assunto, deixando suspensos, por ora, os conteúdos sugeridos na proposta curricular, uma vez que foi grande o entusiasmo criado pelo depoimento e que ele trouxe à baila um conteúdo não-previsto. Os critérios de relevância dos conteúdos, indicados por Giolitto,[8] justificam essa intervenção e são reforçados pela manifestação de interesse apresentada pelos alunos.

No entanto, como fazer essa intervenção diante da complexidade do tema e do fato de se estar trabalhando com crianças em fase de alfabetização? Ou seja, como afirma Carretero,[9] “como fazer com que as crianças possam visitar este estranho país chamado passado?” (1997, p. 82). Como aponta ainda esse autor, “é importante levar-se em conta que, embora o ensino de História implique na transmissão de um conhecimento sobre o passado, este se faz por meio de ferramentas conceituais que tem sentido no presente.” (p. 84)

Nesse sentido, optou-se por tomar como objeto de trabalho o desenvolvimento de conceitos sobre guerra e paz com os alunos, iniciando-se com uma investigação sobre os seus conhecimentos prévios acerca desses temas, considerando que o que se pretendia era de fato aprimorá-los.

É importante destacar que realizar um levantamento sobre as idéias dos alunos quanto aos conceitos e temas que queremos ensinar é fundamental, uma vez que as informações podem parecer óbvias apenas sob o ponto de vista do adulto. É preciso, então, num primeiro momento, conhecer o que as crianças pensam para que se possa ir diminuindo a distância entre o que compreenderam e o que poderão vir a compreender (AISENBERG, 1994).[10] Buscar um entendimento mais objetivo possível é a tarefa central do professor concebido como mediador essencial no processo ensino-aprendizagem.

Para poder hacerlo, es imprescindible que esas distorsiones surjan en la clase, única manera de conocerlas, para poder intervenir. No pretendemos sostener que por nuestra intervención, por

nuestras explicaciones, vamos a anular totalmente estas distorsiones, pero sí podremos reducir la distancia en algunos casos, acercando a los niños a tomar conciencia de que la diferencia existe." [11]

Para que a intervenção seja efetiva, faz-se necessário entender a realidade social das crianças, pois elas recebem informações de um mundo cheio de conflitos sociais, ideológicos e religiosos, os quais muitas vezes resultam em guerras.

Logo no primeiro levantamento de conhecimentos, constatou-se o quanto as crianças já relacionavam suas experiências sociais com as informações veiculadas na mídia, como a aluna Thalyssa, que chegou a comentar que viu no jornal uma reportagem sobre uma "bomba" que machucou um menino. Foi-lhe solicitado que trouxesse o artigo para a sala de aula e, no outro dia, a professora fez uma leitura para a turma, bem como uma contextualização, localizando a Rússia no mapa e comentando as dificuldades sofridas pelas pessoas, conforme a reportagem. Ao mesmo tempo, as crianças foram relatando outros acontecimentos relacionados à violência, dos quais elas tomaram conhecimento por outros meios de comunicação ou em seu próprio cotidiano.

Essa leitura de mundo é fundamental em sala de aula, uma vez que os conceitos históricos são compreendidos pela relação que o aluno faz com sua realidade humana e social. Até porque, quando um aluno procura explicações para uma situação do passado, à luz da sua própria experiência, já está revelando um esforço de compreensão histórica.

Após as reflexões sobre os fatos contados e noticiados, o encaminhamento metodológico da exploração do depoimento de Dona Wanda caracterizou-se por investigar quais eram os conhecimentos prévios dos alunos quanto à prática social em relação aos conceitos de guerra e paz. A opção pela contraposição entre esses termos teve como referência a perspectiva de Wallon (1989),[12] segundo a qual o pensamento da criança, mesmo em seus primórdios, está longe de ser inorganizado e se constata, desde o início, a existência de elementos que estão sempre aos pares pois, "Todo termo identificável pelo pensamento, pensável, exige um termo complementar, com relação ao qual ele seja diferenciado e ao qual possa ser oposto" (p. 30). Na mesma direção, afirma o autor, "no par,

afrontam-se duas condições, dois momentos exatamente complementares do pensamento: unidade e diferenciação, assimilação e pluralidade" (p. 81).

Nesse sentido, foi solicitado aos alunos que desenhassem e/ou escrevessem o que entendiam sobre guerra e paz. Ao analisar esse material, concluiu-se que a diversidade de respostas ocorreu conforme a vivência de cada um, e que nenhum aluno deixou de responder às questões. Observou-se, ainda, que eles não fizeram nenhuma pergunta solicitando esclarecimentos sobre essa atividade.

Para iniciar o trabalho com o conceito "guerra", procurou-se um recurso didático, cuja escolha recaiu sobre um livro de literatura infantil com o qual as crianças pudessem estabelecer uma empatia histórica, pois

> Os relatos são importantes. São tão fundamentais na vida cotidiana como o são para os historiadores. Há conflitos de personagens, gostos e aversões naturais, amores e ódios..., os conflitos, as irracionalidades, as lealdades divididas, dramas e tragédias. As crianças pequenas se encontram à vontade escutando contos. Ampliam sua experiência e seus conhecimentos. Os contos afetam seu desenvolvimento intelectual porque elas não os escutam de forma passiva" [13] (COOPER, 2002, p. 82).

O livro escolhido – *Por quê?*[14] – trata, em síntese, da "guerra" entre sapos e ratos pela conquista de um jardim e de suas flores, mas na história ninguém é vencedor, pois, em função do conflito, todos acabam destruindo o jardim e não podem mais usufruir daquele belo lugar. Esse livro tornou o tema "guerra" muito significativo e ao mesmo tempo lúdico.[16] O final da história fez com que os alunos refletissem realmente sobre o quanto um conflito pode ser nocivo, conforme o contexto.

Dessa forma, foi proposta uma problematização aos educandos: Como poderia ser resolvido o conflito ocorrido entre os diferentes grupos (sapos e ratos)? As respostas foram diversas e algumas mencionaram a questão da territorialidade: "Eles poderiam fazer uma cerca e cada um ficava com a metade do o jardim." Houve também quem sugerisse a utilização do espaço em conjunto, usufruindo das flores: "Eles parariam com a guerra e plantariam tudo de novo e fariam amizade."

Enfim, conforme as respostas foram sendo formuladas, levantaram-se alguns questionamentos e exemplos de acordo com a vivência das crianças: É preciso colocar

cercas na sala de aula para conviver bem com os colegas? Por que há muros que separam um terreno do outro? E se não houvesse separação? Após a discussão sobre essas questões, foi lançada a seguinte pergunta: Por quê, então, acontecem as guerras? As crianças, com o auxílio da mediação, concluíram que é para conseguir o que se quer, e que isso em geral resulta em "poder".

Após a conclusão, foram distribuídas cópias do relato da avó de Andressa e, conforme a sua exploração, constatou-se que as crianças apresentaram algumas dificuldades para construir referenciais temporais. Assim, foi feita uma intervenção pedagógica com a construção da linha do tempo, com datas significativas para eles (seu nascimento, o da professora, o da fundação da escola, o início da Segunda Guerra Mundial). Outro recurso utilizado para contextualizar foi a localização, no mapa, dos países onde ocorreu a guerra.

Com base no pressuposto de que a relação presente/passado é importante para se compreender diferenças entre períodos históricos, Aisenberg afirma que:

> ...Para comprender una organización social em cualquier época de la historia el referente infantil es su conocimiento sobre la sociedad actual. Esto produce distorsiones en la comprensión de las sociedades del pasado, porque los niños les atribuyen significados que son de nuestra realidad.
> Es cierto que también los adultos interpretamos el pasado desde la actualidad. La historia es una teoría actual que trata de explicar el pasado, y en gran medida las investigaciones que se realizan están relacionadas con problemas del presente.[17]

Sendo assim, para reforçar os referenciais temporais, foi proposto aos alunos que – por meio do relato de Andressa sobre a avó e de questionamentos como: O que ela fazia? Do que brincava? – procurassem reconstituir os fatos do cotidiano de Dona Wanda. E, em seguida, desenhassem-na e escrevessem sobre ela, procurando estabelecer um paralelo com a realidade atual, ou seja: O que as crianças fazem hoje? Do que brincam?

A busca constante da relação entre passado e presente é primordial para que a criança vá construindo conhecimentos e também amplie suas concepções. Assim, foi possível verificar que a avó de Andressa realizava atividades bem diferentes daquelas que eles costumam realizar. A relação professor-aluno, baseada na intervenção pedagógica,

propiciou a construção do conhecimento de forma a integrar os saberes prévios a novas compreensões.

Para trazer à tona os conhecimentos, entendidos como prévios, em relação ao tema paz, foi utilizado o livro de literatura *Tempos de paz*.[19] Essa obra traz noções simples, relacionadas ao bem-estar físico individual e vai aprofundando o conceito, atingindo ao final questões sociais e de direito. O objetivo era explorar quais são os tipos de "guerra simbólica" (situação conflituosa) que temos hoje: pessoas sem emprego, alimento, enfim sem seus direitos assegurados. Após a leitura, foi feita uma discussão e, nesse ínterim, algumas inferências dos alunos mereceram destaque, porque são surpreendentes e também porque abrem caminho para muitas outras problemáticas a serem discutidas.

Na atividade "Desenhe e escreva o que é guerra para você", o aluno Matheus Gabriel mencionou que "é o prefeito prometer e não cumprir." Mediando o trabalho, a professora explicou que isso também é um grande problema e leva as pessoas a muitas dificuldades. Ao realizar a atividade "Desenhe e escreva o que a guerra causa nas pessoas hoje", a aluna Laís relatou: "o prefeito deveria dar comida, emprego, entre outros." E, logo após, uma colega (Emily) mencionou que "as fábricas trazem dinheiro e o prefeito deve trazê-las." Na verdade, nesse momento, a própria Emily mediou a primeira informação, já que a compreensão pretendida era a de que a resolução do problema da fome não seria o assistencialismo de dar comida, mas o de procurar garantir acesso ao emprego. Emily demonstrava com sua colocação estar conectada aos assuntos veiculados na mídia, por ser Araucária um pólo industrial representativo no Paraná.

Após as discussões, alguns alunos entenderam que a falta de direitos assegurados é uma forma de perder a paz. Foi então em torno dessa idéia que se estabeleceu uma interação com a turma, buscando ampliar suas compreensões, assim como foi feito com o tema "guerra". Então, contando com os conhecimentos prévios dos alunos, foi proposta a atividade "Desenhe e escreva o que é paz para você", a qual resultou em várias compreensões que vieram à tona ligadas ao bem-estar individual: dormir em paz, dispor de silêncio, escutar música, amar, viajar, descansar, entre outras possibilidades.

A transformação limitada desses conceitos, deu-se à medida que houve a análise de uma proposta de texto diferenciado em relação a história do livro *Por quê*. Nesse momento, os alunos apresentaram alternativas bem elaboradas para se viver em comum e até de reconstruírem o espaço juntos, compartilhando o que havia nele. Emily escreveu o seguinte: "Começou assim: a rã tinha pegado a flor e saiu um rato debaixo da flor e a rã ficou assustada. Ela viu que era o rato e começou a briga. Para evitar esse problema os dois não deveriam ter feito a guerra. Esta história ajudou a pensar que nem sempre as coisas são do seu jeito."[20]

Essas idéias levam às considerações finais que corroboram com Aisenberg (1994) quando essa autora trata da importância de ir diminuindo distorções em relação aos conceitos, levando os alunos a expressar-se e a construir sua própria compreensão histórica por meio de suas narrativas, mesmo que essas ainda se apresentem de forma precária sob o ponto de vista dos adultos. Notável é que os alunos, mesmo em fase de alfabetização, conseguiram desenvolver qualitativamente sua concepção quanto ao tema "guerra e paz", bem como se mostraram sujeitos na produção de novos conhecimentos.

---

[1] Pedagoga e professora da Rede Municipal de Educação de Araucária. Responsável pela coordenação das Escolas Rurais na SMED.
[2] GIOLITTO, P. **L'enseignement de l'histoire aujourd'hui**. Paris: Armand Colin-Bourrelier, 1986.
[3] Ibid., p. 86.
[4] Trata-se da Escola Fundamental Alderico Zanardini Ozório.
[5] SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
[6] PATHEK, W. **Relato**. Araucária, 2004. (Avó da aluna Andressa da 1.ª série da Escola Municipal Alderico Zanardini).
[7] Informações como a do suicídio de Leopoldo Pavilik foram coletadas pela professora/pesquisadora, por meio de uma visita à casa de Wanda Pathek.
[8] GIOLITTO, op. cit.
[9] CARRETERO, M. **Construtivismo e educação**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
[10] AISENBERG, B. Para qué y cómo trabajar en el aula con los conocimientos previos los alumnos: un aporte de la psicología genética a la didáctica de estudios sociales para la escuela primaria. In. AISENBERG, B.; ALDEROQUI, S. (Comps.). **Didáctica de las ciências sociales**. Buenos Aires: Paidos, 1994.
[11] Ibid., p. 149.
[12] WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.
[13] COOPER, Hilary. **Didáctica de la historia em la educación infantil y primaria**. Madrid: Morata, 2002.
[14] POPOV, N. **Por quê?** São Paulo: Ática, 2003.
[16] Lúdico, porque o autor utiliza rimas muito divertidas, despertando o riso das crianças.
[17] ALDEROQUI; AISEMBERG, op. cit., p.146-147.
[19] INGPEN, R. **Tempos de Paz**. São Paulo: Global, 2000.
[20] Texto modificado pela professora apenas em relação à ortografia e às concordâncias.

O movimento ecumênico entre a guerra e a paz[1].

Edison Minami[2].

Nesta comunicação queremos comentar algumas conclusões a que chegamos em nossa dissertação de mestrado intitulada *Os franciscanos da reconciliação e o ecumenismo na Arquidiocese de São Paulo (1977-1994)*[3] onde procuramos mapear a aplicação dos carismas ecumênico e missionário na cidade.

Inicialmente citamos uma frase de Frei Paul Couturier, um dos pioneiros católicos do movimento ecumênico: *"Orar pela 'unidade que Deus quiser' para o 'tempo e pelos meios que ele mesmo desejar'"*. Essa frase foi utilizada ao longo do século XX dentro do *movimento ecumênico*[4] para provar que a unidade de todos os cristãos ocorreria do modo mais imprevisto possível.

De fato, o movimento ecumênico nasceu da convicção de que a *Reforma* no séc. XVI provocou uma cisão no mundo cristão. Essa constatação fortaleceu-se entre missionários protestantes e católicos na Ásia e África (sécs. XIX – XX)[5], que chegaram a estes continentes no bojo do chamado neo-colonialismo. Entendimentos rumo à unificação de ações começaram a aparecer. O *Congresso de Edimburgo* em 1910 foi o primeiro resultado visível, passando a ser considerado o início do movimento ecumênico. A partir do congresso nasceram três entidades ecumênicas: *Faith and Order, Life and Work,* e o *Movimento Missionário Mundial*[6].

Faith and Order e *Life and Work* atuaram paralelamente até 1948, quando na Primeira Assembléia do *Conselho Mundial de Igrejas* (em inglês *World Council of Churches – WCC*) as duas entidades se uniram, marcando a maturidade do movimento. Nessa ocasião estavam presentes cerca de 350 delegados representando 147 Igrejas de 44 países. Hoje já são mais de 300 Igrejas filiadas. O Conselho Missionário Mundial só ingressou em 1961 durante a Assembléia

de Nova Délhi – Índia[7]. O CMI introduziu a acepção do termo 'oikoumene' (ecumenismo) como a reunião de todos os cristãos:

> "Depois da fundação do Conselho Ecumênico das Igrejas – no mundo anglo-saxão, há a preferência de referir-se a ele como Conselho Mundial de Igrejas -, em Amsterdã (1948), o termo 'ecumênico' exprime já, sem dúvida alguma, o propósito de reconciliação das Igrejas cristãs como expressão visível da 'universalidade do cristianismo' e como sinal 'para que o mundo creia'"[8].

Mas para a Igreja Católica Romana, nesse momento, o problema se resolveria de um modo simples com a conversão ao catolicismo. Os papas em diversas ocasiões defenderam esse ponto de vista. Vejamos rapidamente como os papas do período encararam o problema.

Leão XIII na encíclica *Satis Cognitum (1896)* lembrava que a Igreja Católica era a plena detentora da mensagem transmitida por Cristo, e que era seu dever que os cristãos de outras confissões voltassem ao redil de Cristo:

> "Sabeis bastante que uma parte considerável dos nossos pensamentos e preocupações é dirigida para este fito: esforçar-nos para reconduzir os transviados ao redil governado pelo Supremo Pastor das almas, Jesus Cristo"[9].

Já Pio XI publicou a encíclica *Mortalium Ânimos* (1928), onde defendia que:

> "Há apenas um modo pelo qual a unidade dos cristãos pode ser promovida: trabalhar pelo retorno à única igreja verdadeira de Cristo daqueles que dela se separaram, pois foi desta única igreja verdadeira que eles se separaram no passado"[10].

Pio XII produziu dois documentos que faziam referência ao ecumenismo. A encíclica *Mystici Corporis Christi* (1943) sobre o corpo místico de Cristo reafirmou a doutrina da Unidade da Igreja:

> "Como membros da Igreja contam-se realmente só aqueles que receberam o lavacro da regeneração e professam a verdadeira fé, nem se separaram voluntariamente do organismo do Corpo, ou não foram dele cortados pela legítima autoridade em razão de culpas gravíssimas"[11].

Já *Humani Generis* (1950) possuía trechos em que colocava sob suspeita o movimento ecumênico:

> "(...) não julguem, levados por um falso irenismo, que se possa obter o suspirado retorno dos dissidentes e dos errantes ao seio da Igreja se não se lhes ensina, sinceramente, sem nenhuma diminuição, toda a verdade professada pela Igreja"[12].

Os diversos trechos anteriores mostraram qual foi a doutrina da Igreja Católica acerca do ecumenismo até meados do século XX. Mas a partir da celebração do *Concílio Vaticano II (1962-1965)* e a aprovação do *decreto Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo o conceito de missão, que estava subjacente a essas colocações, passou a ser questionado pela síntese entre culturas (*inculturação*):

> "Nos vinte anos que levam ao Concílio Vaticano II, a Igreja preocupa-se cada vez mais em repensar o destino das missões, num contexto mundial em que não se pode mais dividir o mundo entre pagãos e cristãos — como ainda o fazia em 1919 a encíclica *Maximum illud* —, no qual é preciso aceitar a liberdade religiosa e, portanto, repensar os objetivos da conversão que até então haviam orientado o trabalho missionário"[13].

Eis em brevíssimas linhas, o palco de atuação do movimento ecumênico até fins do século XX. Agora vamos analisar algumas idéias que se encontram presentes no momento.

O movimento ecumênico é parte do fenômeno de mundialização das culturas ocidentais, ou seja, o anseio de abarcar todo o universo utilizando um discurso de unidade na diversidade entre as denominações religiosas (diálogo religioso) e denominações cristãs (diálogo e movimento ecumênicos).

O detalhe importante para nós é que o Catolicismo encampou esses anseios de unidade, não sem tensões. A inculturação do Evangelho formulada durante a *IV Conferência Episcopal de Santo Domingo (1992)* defendeu a recuperação das culturas indígenas a partir do catolicismo, iniciando uma retomada do projeto ecumênico ocidental, aqui entendido como visão totalizadora do universo conhecido. Assim, o grande desafio seria conciliar projetos conflitantes:a identidade das denominações a que eles pertencem, com o anseio de unidade com os outros cristãos, dois dos grandes dilemas do ecumenismo.

Mas, como preservar a identidade sem barrar o diálogo? Aqui vale falar sobre as reticências à religiosidade popular, tachada de anti-ecumênica. Na verdade estavam em jogo as diversas visões de *oikoumene*: a de uma denominação específica, e a que busca um

denominador comum entre as diversas denominações religiosas, excluindo a leitura exclusivista. O *oikoumene* popular é o da denominação que almeja abarcar todo o mundo conhecido, abrindo para a possibilidade da conversão do outro. Na nossa vivência pessoal pudemos travar relações com neopentecostais que explicitamente cobravam a conversão dos judeus, dos católicos, e demais protestantes.

Em contrapartida o diálogo religioso, ao repudiar a religiosidade popular, opta por trabalhar apenas com líderes religiosos em pequenos grupos, excluindo inconscientemente a massa dos fiéis das diversas denominações. Para o diálogo religioso o proselitismo é condição para a prática da intolerância, significando um desrespeito à identidade confessional do outro. Aqui o cuidado dos integrantes do diálogo religioso encontrava respaldo tanto no decreto sobre ecumenismo quanto no diretório ecumênico católicos, que recomendavam esses cuidados. Sem dúvida a qualidade dos debates melhorava muito, mas permanecia o desafio de levar a mensagem aos fiéis.

Podemos dizer que a questão ecumênica estava apresentada, de forma velada e extra-oficial em *Medellín* (2ª Conferencia Episcopal Latino-americana), e mais claramente em *Puebla* (3ª Conferencia Episcopal Latino-Americana). Mas o ecumenismo ficou em segundo plano diante da maior ênfase dada a *opção preferencial pelos pobres*. O ecumenismo incentivou os setores progressistas para que promovessem o discurso ecumênico, mas é claro que a contrapartida era verdadeira: a partir do momento em que a direção das Igrejas Cristãs passou a se pautar por uma linha mais conservadora, relativizando a importância do diálogo como ponto de atuação, o movimento ecumênico se ressentiu, como de fato passou a ocorrer a partir de inícios dos anos oitenta do séc. XX. A eleição do papa João Paulo II (1978-2005) sob as bandeiras do anti-comunismo, da família, moral e tradição na Igreja Católica foram a origem de mais tensões.

A presença da Igreja Católica no movimento ecumênico criou um desequilíbrio para as denominações protestantes envolvidas, pois o próprio tamanho da Igreja Católica explica a

maior participação de católicos, o que pressiona as entidades ecumênicas. Isso é agravado pelo menor tamanho das Igrejas protestantes participantes nos órgãos ecumênicos. O próprio CMI evitou o problema adotando o sistema de representatividade por número de Igrejas em suas Assembléias. Ainda assim, a Igreja Católica Romana ainda não é membro oficial do Conselho Mundial de Igrejas, apenas de alguns órgãos como Fé e Constituição, por exemplo.

Esses detalhes são agravados por estarmos num momento em que as cúpulas das Igrejas que apoiavam o movimento ecumênico ameaçam romper relações com a Igreja Católica. O antropólogo Ralph Della Cava comentou sobre a radical mudança no movimento ecumênico:

> "Vocês poderão perguntar como essas duas evoluções — a crise na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e no Anglicismo mundial e a reapropriação de denominações históricas do Protestantismo americano por parte dos tradicionalistas — afetam as forças ecumênicas liberais na América Latina. Em primeiro lugar, muitas denominações — Católica, Ortodoxa e Reformada — agora se encontram em total consonância com a oposição fundamentalista *evangelical* às várias formas de inclusão. Naqueles países latino-americanos com classe-média urbana, substancial e relativamente próspera, tal posição — na sua atual forma — pode apenas servir para criar uma distância ainda maior entre essa classe e a prática ecumênica liberal. Mesmo entre Católicos vigilantes, as atuais posições da igreja em relação a sexualidade, reprodução e a ordenação de mulheres imploram por mudança.
>
> Em segundo lugar, a influência decadente do Conselho Mundial de Igrejas já cobrou pedágio nas atividades das denominações históricas em diversas nações da América Latina. E o CMI também ameaça reduzir ainda mais os diversos projetos ecumênicos, úteis e colaborativos, atualmente em curso com os correspondentes católicos.
>
> Finalmente, a tendência dos tradicionalistas dos Estados Unidos para a 'reapropriação' do Protestantismo Americano de fato apenas começou. Além disso, a sua aliança de fato com as forças conservadoras na arena política nacional e sua manipulação de um quadro novo e militante tem a intenção de consolidar um 'novo consenso' no qual a visão deles e não a do Evangelho Social se tornará hegemônica e irá lhes assegurar um importante papel na política das religiões mundiais num futuro próximo.
>
> Nessa arena, pode-se esperar que apoiarão os confrades fundamentalistas por toda a América Latina, não importando quão 'indígenas' e genuinamente nacionais seus pastores e igrejas tenham se tornado. Na medida em que isso promove a 'Protestantização' da América Latina na forma da fé Pentecostal e neo-Pentecostal, já em ascensão, a 'via principal' religiosa, antes amplamente ocupada por Protestantes e Católicos Romanos progressistas, está destinada a se estreitar ainda mais.
>
> Dada tal prospectiva, as estratégias pastorais e institucionais das forças ecumênicas na América Latina devem, certamente, ser reconsideradas"[14].

Como pudemos ver, segundo Della Cava, o momento atual presencia o nascimento de um novo movimento ecumênico, de caráter claramente diferente do modelo tradicional que

vigorou a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Della Cava teceu o comentário acima refletindo sobre a eleição do bispo Episcopal Anglicano Gene Robinson, para a diocese de New Hempshire, EUA, primeiro homossexual assumido a ser eleito para uma diocese anglicana.

Ora, de acordo com Della Cava, o episódio foi habilmente utilizado pelos conservadores de diversas denominações cristãs e religiosas para se unirem em torno da causa comum e fechar importantes acordos em prol da luta pelos valores tradicionais. Esse fato e a recente eleição do papa *Bento XVI* (19/04/2005) podem estar confirmando os prognósticos de Della Cava.

Bento XVI (antigo Cardeal Joseph Ratzinger), foi prefeito da *Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé*, o que o colocou como um dos assessores mais próximos de João Paulo II. Sua fama de conservador foi sendo consolidada com o passar do tempo, em particular em três episódios: a condenação do teólogo brasileiro Leonardo Boff (1986), que simbolizou um golpe a Igreja Popular; a subordinação do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos à Sagrada Congregação (1986), que representou um maior controle sobre a teologia ecumênica; e mais recentemente a publicação do documento *Dominus Iesus (2000)*, que reafirmou a primazia da Igreja Católica Romana como plena detentora da revelação do Cristo, o que irritou lideranças cristãs ao redor do mundo, em particular no Brasil. A pergunta que muitos ecumênicos fazem agora é saber qual será sua política acerca do ecumenismo.

Na imprensa muito se comentou sobre a escolha do nome Bento, referência ao papa Bento XV que procurou negociar o fim da *Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Nesse sentido Bento XVI quer seguir a linha da conciliação e da paz, não só entre os homens mas também entre religiões e denominações cristãs.

Mas uma outra leitura seria possível. O nome também é uma homenagem a São Bento de Núrcia, fundador da Ordem Beneditina e do monaquismo ocidental. Ora, os monges de São Bento foram fundamentais para a evangelização da Europa durante a Alta Idade Média (Sécs. V-X d.C), sendo São Bento conhecido como evangelizador da Europa. Assim, Bento XVI pode

indicar um reforço do espírito missionário em particular no continente europeu, combalido por um acelerado processo de secularização.

Se essa leitura for pertinente, ficaria o novo pontificado marcado também pelo reforço na identidade católica, o que pode ser interpretado como obstáculo ao diálogo.

No momento em que escrevo estas linhas, chegam notícias pelos jornais, revistas e Internet, de que comunidades judaicas e gregas ortodoxas vêem com esperança o novo pontificado, o que poderia estar confirmando as hipóteses do Prof. Della Cava de que os líderes conservadores vêem em Bento XVI um interlocutor mais adequado do que foi o papa João Paulo II pelo simples fato de ele ter representado um defensor intransigente de sua denominação religiosa em passado recente.

De qualquer forma, o futuro próximo aponta para um ecumenismo entre denominações, lideranças religiosas e grupos de estudos entre especialistas de Igrejas. O ecumenismo dito popular só será possível se nos libertarmos da dialética *povo versus cúpula*, herança metodológica da *teologia da libertação*, e do conservadorismo. A hora de um verdadeiro ecumenismo popular ainda não chegou.

---

[1] Comunicação a ser apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, a ocorrer entre os dias 17 a 22 de Julho de 2005 na UEL, Londrina-PR.

[2] Aluno do programa de pós-graduação em História Social, DH-FFLCH-USP, nível mestrado. Bolsista CAPES.

[3] Vale falarmos rapidamente sobre os franciscanos da reconciliação. Fundados em 1898 pela iniciativa do então reverendo Episcopal Anglicano Paul James Francis (Pe. Paul Wattson) e da Irmã Lurana White pregavam a união das *Igrejas Católica, Episcopal Anglicana e Ortodoxa Grega.* Em 1909 a conversão ao catolicismo não interrompeu as atividades ecumênicas, que prosseguem mesmo após a morte de Paul Wattson em 1940. Iniciaram a Missão no Brasil nas Dioceses de Jataí e Rio Verde (GO) em 1963. Em São Paulo chegaram em inícios de 1977 a convite do arcebispo D.Paulo Evaristo Arns, que queria ampliar o ecumenismo na Arquidiocese. Em 1994, devido a causas diversas, encerraram a presença no Brasil.

[4] "(...) entendemos por movimento ecumênico as atividades de caráter institucional e organizativo, de cunho interconfessional visando uma maior unidade visível da Igreja, para que o testemunho do Evangelho seja crido". 'Guia ecumênico, in: *Col. Estudos da CNBB, No. 21.* São Paulo, Paulinas. 1979. p. 178.

[5] "(...) no plano concreto da obra missionária, em nível local (sic), surgia o escândalo das divisões. Como toda pedra de tropeço, impedia que o apreço pela mensagem de Jesus Cristo, pelo Evangelho, se transformasse em adesão às igrejas. Especialmente na Ásia e na África a multiplicação de esforços missionários levava à confusão: todos pregavam o mesmo Cristo, mas os missionários davam testemunho de rivalidade e até de intransigência e intolerância. Diziam que Cristo reconciliava, mas nos atos as igrejas estavam divididas. A experiência começou, portanto, a ensinar que a unidade era necessária, que o diálogo e o entendimento eram imprescindíveis". SANTA ANA, Júlio H de. SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e libertação – reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus.* 2ª edição. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo, Vozes. 1991. pp. 222-223.

[6] Faith and Order, ou Fé e Constituição, preocupa-se com os entendimentos ecumênicos de ordem doutrinal e eclesiástica; Life and Work, ou Vida e Trabalho, atua no chamado cristianismo prático, desenvolvendo a consciência

ecumênica em trabalhos sociais, dentro do espírito de cooperação ecumênico; o Movimento Missionário Mundial, por sua vez, trabalharia a cooperação entre as diversas Igrejas em terras de missão. Estes três movimentos tiveram origem nos entendimentos do Congresso de Edimburgo. (Para mais detalhes, Cf. SANTA ANA, principalmente as pp. 232-238).

[7] Ocorreram as seguintes assembléias do CMI: Amsterdã, Holanda (1948); Evanston, EUA (1954); Nova Deli, Índia (1961); Uppsala, Suécia (1968); Nairobi, Quênia (1975); Vancouver, Canadá (1983); Canberra, Austrália (1991); e finalmente Harare, África do Sul (1998). Cf. ELDEREN, Marlin Van. "Introducing the World Council of Churches". In: *Risk Book Series.* Geneva, Switzerland. WCC Publications. 1990. A próxima Assembléia Geral foi marcada para 2006 e será realizada na cidade de Porto Alegre – Brasil.

[8] NAVARRO, Juan Bosch. NAVARRO, Juan Bosch. *Para compreender o ecumenismo.* Trad. Maria Stela Gonçalves – Adail Ubirajara Sobral. São Paulo, Loyola. 1995. p. 12.

[9] Leão XIII. *Satis Cognitum*, N°1. Petrópolis, Vozes, 1951.

[10] Pio XI. 'Mortalium animos', in: OUTLER, Albert C. *Para que o mundo creia.* São Paulo. Imprensa Metodista. 1973. p. 122.

[11] Pio XII. *Mystici Corporis Christi*. Petrópolis, Vozes. 1950. II Edição. N°20.

[12] Pio XII. *Humani Generis.* N°42.

[13] MONTEIRO, Paula. "A universalidade da Missão e a particularidade das culturas", in: MONTEIRO, Paula. (Org.). *Entre o mito e a história.* Petrópolis, Vozes. 1996. p.109-110.

[14] CAVA, Ralph Della. "Protestantismo mundial: o 'novo' consenso emergente". In: *Revista Tempo e presença.* Rio de Janeiro. Ano 26, Maio/junho de 2004. trad. Rosa L. Peralta. pp. 27-36. p. 36.

É a História uma ciência?: o problema do fundamento epistemológico do conhecimento histórico em Wilhelm Dilthey (1833 - 1911)

Edmar Luis Da Silva

Wilhelm Dilthey foi um dos pensadores mais originais do século XIX. Influenciou pensadores de bastante importância no final do século XIX e durante todo o XX, como Max Weber, Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer, Jürgen Habermas, Paul Ricoeur, Karl Jaspers, Ortega y Gasset, dentre outros.[1] Dilthey foi, segundo Ortega y Gasset, o pensador mais importante da segunda metade do século XIX, sendo sua teoria a base do pensamento filosófico de todo o século XX.[2] E. Fueter o chamou de “Newton" dos estudos relativos às ciências do espírito.[3] "O debate que ele iniciou interessa a todo aquele que trata de metodologia das ciências humanas. Ele foi o primeiro a conceber uma epistemologia autônoma dessas disciplinas. Ele pôs a questão fundamental da 'crítica da razão histórica'".[5]

Questões importantes fizeram parte de seu trabalho desde o início: *como seria possível estabelecer um conhecimento epistemologicamente fundamentado sobre a experiência histórica? Onde residiria a essência da história e sua diferença das outras ciências?Seria possível estabelecer um saber histórico objetivo?* Esses, dentre outros, compunham o grupo de problemas relativos à correta forma de se acessar a realidade histórica, pois, se de um lado, fazia-se necessária a fundamentação do conhecimento histórico em bases epistemológicas seguras, por outro, a realidade sobre a qual assenta base esse conhecimento é caracterizada justamente pela peculiaridade de não se deixar apreender por conceitos universais, generalizantes e absolutos. Dilthey sabia muito bem dos problemas que deveria enfrentar para se chegar a um conhecimento seguro do mundo histórico. Contudo, dado o tamanho do empreendimento, seguiu com a tarefa até na metade do caminho. Sabia da meta, mas não pôde alcançá-la.

Segundo Michael Löwy[6], Dilthey foi o autor que melhor formulou a questão acerca da objetividade do conhecimento histórico. Se não alcançou uma resposta plausível, isso se deu

pelos limites conceituais e metodológicos de sua época. No entanto, sabia que sua tarefa iria ser continuada e o problema encontraria outras respostas mais elaboradas. Questionava-se sobre a viabilidade de uma ciência que pudesse compreender a história na sua especificidade. Para ele, o trabalho iniciado pela Escola Histórica Alemã deveria ter continuidade com a elaboração conceitual e epistemológica do conhecimento. Não bastava somente conhecer a história, era necessário estabelecer os meios sob os quais fosse possível a realização de uma disciplina responsável por compreender a dinâmica dessa realidade complexa.[7] De fato, a questão da objetividade não só na história, como em outras disciplinas das ciências humanas é um problema que ainda espera solução. A necessidade de um ponto fixo que baseie o conhecimento de um lado e o fluir inconstante do tempo, de outro, é um problema recorrente no pensamento ocidental desde Parmênides e Heráclito.[8]

Instigados por essas questões diversos autores se propuseram formular uma resposta segura de fundamentação do conhecimento. Dilthey se insurgiu principalmente contra os metafísicos e os positivistas que não pensavam a autonomia das ciências humanas e insistiam na submissão desse conjunto de disciplinas a outros modelos cognitivos, muitas vezes, a-históricos.[9]

Segundo a teoria positivista, a realidade poderia ser conhecida seguindo-se a mesma lógica das ciências naturais. Nesse sentido, o conhecimento histórico deveria oferecer "explicações causais" e "previsões condicionais". Trataria de "encontrar uma explicação causal unitária da realidade, colocando em conexão leis naturais independentes e subordinando o espírito à natureza".[10] Tomaria a realidade de uma maneira natural, externa, fria, mecânica, física e insensível. Porém, no positivismo a relação entre sujeito e objeto é algo prejudicial ao conhecimento, pois o sujeito deve-se manter neutro diante do objeto sem deixar que suas "paixões" prejudiquem a eficácia de seus experimentos. O que garantiria a objetividade do conhecimento histórico seria o distanciamento de seu objeto.[11] Por isso, o sujeito só poderia explicar o objeto e nunca compreendê-lo. Compreender significaria contaminar a objetividade

com opiniões, pontos de vista e sentimentos. Isso retiraria a história do campo da ciência e o historiador não faria outra coisa, senão "discurso fantasioso".

Chegamos aqui no ponto principal da recusa de Dilthey ao positivismo e às concepções naturalistas da história. Segundo ele, o objeto histórico, distintamente da natureza, só pode ser compreendido por um sujeito historicamente condicionado. A relação de sujeito e objeto é empática, necessária e fundamental ao conhecimento. O historiador possui o mesmo atributo de seu objeto: é uma experiência vivida; por isso pode compreendê-lo empaticamente. O ato da compreensão é, por si-mesmo, uma experiência de vida. Aliás, seria a ação mais sublime do agir humano.[12] Assim, mais do que uma operação metodológica, a compreensão garante a especificidade do conhecimento histórico.

Do mesmo modo, os autores metafísicos tentaram formular uma solução plausível ao problema relativo à objetividade do conhecimento histórico. A primeira hipótese metafísica é que, a história teria uma essência e a função do historiador seria a de "desvelar" o sentido de um desenvolvimento histórico. A realidade seria conseqüência da atuação de um "Espírito" que lhe imprimiria uma essência. A complexidade do real, sua diversidade, heterogeneidade e desconexão obteriam inteligibilidade a partir dessa essência. A metafísica, como *filosofia primeira*, abarcaria a natureza do ser. Para a metafísica o vivido é sempre carente de um sentido, por isso necessita de complementos. Estes só poderiam ser dados além da vida.

Contra essa teoria Dilthey escreve: "é salutar não se perguntar sobre as coisas do além-vida***".***[13] Para ele, seria impossível um conhecimento que tivesse por finalidade o alcance das essências. Da realidade, poderíamos apreender somente suas manifestações históricas. Retomando Vico, Dilthey afirma que o sujeito só pode compreender aquilo que criou: a experiência histórica.[14] A História seria um conhecimento possível não porque revela um sentido exterior da vida, mas, pelo contrário, compreende historicamente o sentido interno do qual é portadora, a partir de uma "consciência histórica", pois "o pensamento não pode ir além da vida".[15] A conclusão de Dilthey leva esse argumento às últimas conseqüências: "o que a vida

é, só sua história pode dizer".[16] Por isso, só um conhecimento que tenha consciência de sua própria relatividade histórica poderia compreender a realidade de forma segura.

Assumir a relatividade e a historicidade de toda manifestação histórica ainda não garante uma resposta eficaz ao problema do fundamento: a questão ainda está aberta, pois, como vimos até aqui, Dilthey preocupou-se somente em mostrar quais os pontos falhos do positivismo e do pensamento metafísico, recusando-lhes. O seu objetivo final, no entanto, visava a elaboração de uma "Crítica da Razão Histórica", isto é, um fundamento seguro e objetivo que desse conta da especificidade e da autonomia do conhecimento. Com a intenção de atingir esse objetivo, Dilthey se propôs escrever uma "Introdução às Ciências do Espírito" que seria composta por três partes: na primeira parte, mostraria que os pressupostos metodológicos do positivismo seriam equivocados e limitados, pois subordinariam as ciências do espírito às ciências naturais, por isso pretendia: "eliminar definitivamente a subordinação dos princípios das ciências humanas e de seus métodos aos das ciências da natureza".[17] Na segunda, faria uma história fenomenológica da metafísica, destacando a importância da metafísica na formação intelectual do pensamento ocidental. Pois só um histórico minucioso de seu percurso poderia oferecer os elementos para apontar seus erros e limites.[18] Numa terceira parte, trabalharia com o "fundamento positivo" do saber histórico e responderia às suas indagações iniciais.[19] Contudo, essa terceira parte não foi publicada. A "Introdução às Ciências do Espírito" que foi editada no ano de 1883, trazia somente as duas primeiras partes. Mais de 30 anos se passara desde que Dilthey se indagou pela primeira vez sobre o fundamento das "ciências do espírito" e a questão ainda aguardava uma solução.

Ao longo de sua vida, Dilthey nunca abandonou o problema, mas as respostas dadas à ele foram distintas e múltiplas. Em suas obras de juventude estava convencido de que seria a psicologia este fundamento seguro. Dizia "... o ponto de partida da teoria do conhecimento reside numa psicologia verdadeiramente descritiva, que inclua também o conteúdo dos fatos psíquicos. Dita psicologia fundamentará tanto a estética, a ética, como a teoria da ciência".[20] A

psicologia seria um fundamento inquestionável destas ciências, pois lida diretamente na origem das ações dos indivíduos: na vida anímica. No entanto, ela não é um fundamento suficiente, pois encontra limites para compreender o mundo exterior ao indivíduo. Ela analisa a captação interna da realidade pelo sujeito, mas se limita a isso. O mundo acaba por se submeter ao sujeito do conhecimento e perde quaisquer possibilidades de objetivação.

Em busca dessa objetividade, Dilthey aproxima-se do terreno da história que amplia o universo do sujeito, relacionando-o com o mundo. Todos indivíduos são componentes de uma realidade histórica dada e só podem ser compreendidos dentro desse mundo. O que permite a investigação histórica é a consciência da perecidade e efemeridade de todo objeto. O problema surge no fato de que a história, como era concebida e praticada no século XIX, submetia o sujeito à uma posição "coadjuvante" da realidade humana. A Estrutura Histórica, a Nação, o Estado e a Sociedade eram generalizações limitadoras da iniciativa do sujeito. Era preciso pensar a história de uma outra forma.[21]

A questão inicial ganha outros elementos e se amplia; assim, perguntamo-nos: como conciliar "a relatividade do agir humano" com "a necessidade de um conhecimento universalmente válido?" Qual o desdobramento possível da relação dessas duas vertentes com a mudança de perspectiva do conhecimento histórico observada nos últimos tempos? Nas palavras do historiador Astor Diehl: "(...) como resgatar a unidade sintética que suporta a inteligibilidade universal, própria do conhecimento plausível, quando os objetos do conhecimento são individualidades, cuja natureza está, exatamente, na resistência à subsunção por categorias uniformizantes ou totalizantes?"[22]

A nossa hipótese é que Dilthey procura integrar essas duas dimensões: o geral e o particular. Em sua obra vê-se a influência de duas correntes de pensamento distintas que possibilitam essa relação: o romantismo e o iluminismo. O romantismo propõe a necessidade de um olhar particularizante e singularizante da história. A vida singular, particular, irrepetível e, por vezes, trágica é o seu objeto. Já o iluminismo preocupa-se com o fundamento do

conhecimento. É generalizante e universalizante. A necessidade de um caráter científico para a história em Dilthey, teria nessa influência, a sua origem. A posição de Dilthey antecipa os debates atuais. A problematização sobre a objetividade do conhecimento histórico tem se acirrado nos últimos anos, principalmente devido as críticas de Hayden White (e da historiografia pós-estruturalista) ao modelo epistemológico adotado pela historiografia no século XX.

Para White, a narrativa é a forma explicativa *sui generis* do vivido e, por conseguinte, é o fundamento da história, como tal, prescinde de quaisquer discussões acerca da cientificidade do conhecimento histórico. O projeto "cientificista" do século XIX é visto como inocente, improdutivo e limitado. A explicação científica do passado seria a concatenação de fatos que ganham sentido segundo leis causais como efeitos de forças mecânicas. A história deve discutir agora não sua objetividade, mas o que de fato ela é: um constructo narrativo elaborado pelo historiador, um "artefato literário".[23] A história é tributária da subjetividade do historiador. "(...) na história o que é trágico de uma perspectiva é cômico de outra".[24] O historiador utiliza-se de uma linguagem figurativa, pois não tem um sistema terminológico-formal para sua disciplina; de outra maneira, o cientista utiliza uma linguagem técnica, pois ele mesmo elabora seu objeto, podendo manipulá-lo com experimentos mensuráveis, mas impedido do uso de elementos literários, pois seus conceitos estão previamente determinados.[25] Segundo White, a crise identitária pela qual a história passa, se deve, em grande medida, a uma preocupação excessiva de aproximá-la da ciência. Nas suas palavras: "(...) a história enquanto disciplina vai mal atualmente porque perdeu de vista as suas origens na imaginação literária. No empenho de parecer científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação".[26]

A discussão acerca da objetividade do conhecimento histórico nessa perspectiva, portanto, parece não ter mais sentido, pois a aproximação da história com a teoria literária prescindiria desse tipo de debate. Por isso, nos perguntamos: *como seria possível então, nos dias de hoje, propor uma discussão que trate da objetividade da História? Como falar de uma*

Ciência Histórica no momento de uma possível crise da Razão Histórica? É possível instituir um conhecimento objetivamente orientado no momento em que o referencial temporal parece se perder pela velocidade da obsolescência dos fatos históricos?

Nossa teoria é a de que todas essas questões, de uma forma ou de outra, tratam e questionam o estatuto epistemológico da história. Os historiadores têm-se questionado a respeito da identidade do conhecimento que praticam. Porém, as coisas nem sempre foram assim. Durante todo o século XX faltou trabalho teórico que se dedicasse sistematicamente ao problema. Predominou nos grandes centros de pesquisas históricas no Brasil, até recentemente, uma atitude deliberadamente anti-teoricista. Hoje, contudo, a situação tem mudado: "(...) além dos trabalhos especificamente teóricos ou historiográficos, também é possível detectar na produção de conteúdo histórico um relativo distanciamento do antiteoricismo que prevaleceu no final dos anos 1980".[27]

Dilthey antecipa algo que ainda repercute na historiografia atual. Para ele, discutir a cientificidade da história é trabalho de todo historiador. Mesmo sem saber, o historiador ao operacionalizar métodos, conceitos, fontes, linguagem etc., numa narrativa histórica, utiliza-se de uma racionalidade específica: a histórica. A natureza dessa "Razão Histórica" só se tornará inteligível na discussão sistemática desse conhecimento que a opera. Dilthey não se isentou de posições: levantou o problema e propôs caminhos. Para o que nos interessa, elaborou uma metodologia própria da história ainda carente de estudos.

Segundo ele o sentido da história é atualizado na relação parte-todo que é operacionalizado através do percurso compreensivo (Verstehen). Reside aqui, na nossa hipótese, um caminho para solucionar o problema apontado previamente. Dilthey elabora o método ***histórico-hermenêutico***. Este seria o fundamento epistemológico da ciência histórica, pois toma como base a relação das categorias Experiência Vivida (Erlebnis), Compreensão (Verstehen) e Expressão (Ausdruck). Tal método "estuda o complexo processo que vai do compreender à vivência pelo caminho da expressão; classifica as expressões científicas que se

manifestam em conceitos, juízos e elaborações racionais, as objetivações de vivências na religião, a arte, a filosofia, e todas as manifestações permanentes do espírito objetivo."[28] O método compreensivo diretamente interligado ao pensamento histórico é, portanto, uma síntese metodológica, gnosiológica e lógica de outros fundamentos, conseguindo conectar aspectos subjetivos e objetivos necessários ao conhecimento. Pela compreensão o historiador pretende apreender o sentido da vida no tempo. A compreensão do movimento histórico tem a função de restabelecer a parte ao todo e vice-versa. A hermenêutica como fundamento do conhecimento histórico só será possível se puder compreender o espírito do tempo de cada época, a singularidade de cada momento histórico.[29]. Cumprida tal tarefa a história encontraria aí sua base epistemológica.

---

[1] Para ver mais consultar: LÖWY, Michael. *Historicismo*. In: Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Côrtez Editora, 1985. REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a Autonomia das Ciências Historico-Sociais.* Londrina: EDUEL, 2003. RICKMAN, H. P. *Dilthey Today*: a critical appraisal of the contemporary relevance of his work. New York: Greenwood Press, 1988.
[2] ORTEGA y GASSET, J. *Kant. Hegel. Dilthey*. Madrid: Revista de Occidente, 1958.
[3] APUD. RICKMAN, H. P. *Wilhelm Dilthey: Pioneer of the Human Studies.* Berkeley: University of California Press, 1979. p. 1.
[4] Op. Cit.Reis, 2003, p. 27.
[5] Op. Cit. Löwy, 1985.
[6] DILTHEY, Wilhelm. *Introduction a las Ciéncias del Espiritu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
[7] PUCCIARELLI, Eugenio. *Introduction a la Filosofia de Dilthey*. In: Wilhelm Dilthey: La Esencia de la Filosofia. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 1952.
[8] Idem.Dilthey, 1949.
[9] Ibidem. Dilthey, 1949, p. XXII.
[10] REIS, José Carlos. *A História Entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
[11] Ibidem. Dilthey, 1949.
[12] Op. Cit. Dilthey, 1949; Cerío, 1958.
[13] Idem. Reis, 1999.
[14] Ibidem. Dilthey, 1949, p. XIX; 1992.
[15] Ibidem. Dilthey, 1949, p. XXV.
[16] Ibidem. Dilthey, 1949, p.110.
[17] Dilthey, 1949; Reis, 2003; Espí, 1986.
[18] Rickman, 1979; Imaz, 1978.
[19] Dilthey, Wilhelm. *Crítica de la Razón Histórica*. Barcelona: Ediciones Península, 1986. p. 91.
[20] Ibidem. Dilthey, 1949.
[21] DIEHL, Astor Antônio. Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002. p. 59.
[22] WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.
[23] Op. Cit. White, 1992, p.101.
[24] Idem. White, 1992.
[25] Ibidem. White, 1992, p. 116.
[26] FICO, Carlos. POLITO, Ronaldo. *A Historiografia Brasileira nos Últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica.* In: Jurandir Malerba. A Velha História: método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996. p. 36/7.
[26] Op. Cit. Pucciarelli, 1952, p. 53
[27] Para ver mais, consultar: Dilthey, 1949; Pucciarelli, 1952; Imaz, *El Pensamiento de Dilthey.* México: Fondo de Cultura Econômica, 1978; Diehl, 2002.

TERRITÓRIO DAS MINAS NA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: CONTATO ENTRE CULTURAS E OCUPAÇÃO[1]

Edneila Rodrigues Chaves[2]

Tratando-se da colonização portuguesa, o território de Rio Pardo é aqui abordado nos aspectos do contato entre culturas e de sua ocupação. Situado ao norte da capitania das Minas Gerais, esse território foi um dos pontos de encontro entre nativos e colonizadores portugueses. A primeira incursão no norte mineiro de caráter colonizador foi realizada pelo castelhano Francisco Bruzza de Spinosa, entre 1553 e 1554, durante o governo de Duarte da Costa. A iniciativa de organizar essa expedição foi motivada pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos nos sertões. Partindo de Porto Seguro, ela percorreu várzeas e bacias do rio Jequitinhonha e do rio Pardo e passou pelo rio São Francisco.[3] Reconhecida como a primeira incursão significativa nos sertões, a expedição de Francisco de Spinosa inauguraria uma série de buscas incansáveis pelas supostas minas sertanejas.

As suposições da existência de ouro pelo interior, noticiada pelos indígenas, mobilizaram a organização de outras entradas. Da Bahia, expedições saíram do litoral, adentrando pelos sertões. Na segunda metade do século XVII, as bandeiras de São Paulo chegaram ao vale do rio São Francisco. A ambição de encontrar ouro e pedras preciosas nos sertões continuou a impulsionar outros homens a desafiar as condições adversas do território desconhecido. Assim, portugueses e seus descendentes no Brasil partiram do litoral rumo ao sertão, levando suas representações já construídas sobre o território: lugar distante, vazio, não colonizado e habitado por índios selvagens e por animais ferozes. Ele oferecia a possibilidade de encontrar riquezas, mas era um lugar aterrorizante.

---

[1] Este artigo é parte da dissertação de mestrado, que defendi no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2004. Cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*.

[2] Mestre em História Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte/MG.

[3] CARTA de João de Aspicuelta Navarro. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1899.

Contato entre culturas

A chegada de portugueses em áreas ocupadas pelos nativos foi resultado das demandas do processo de colonização. As constantes investidas das frentes de expansão e de ocupação forçaram o indígena a se deslocar, na tentativa de garantir sua sobrevivência. Não obstante, os confrontos foram freqüentes, intensificando-se à medida que os colonos se apropriavam das terras. Várias localidades foram fundadas pelos colonizadores, mediante a submissão de povos nativos. A passagem de bandeirantes por locais habitados por esses povos resultava em escravidão, expulsão e morte. Um exemplo foi o arraial de Vitória da Conquista, que pertenceu à freguesia de Rio Pardo. João Gonçalves da Costa foi um dos desbravadores que participou do processo de conquista dessa região. Em busca do ouro, ele adentrou pelo sertão baiano e travou sangrentas batalhas com os indígenas locais. As entradas empreendidas por esse desbravador, bem como por outros, atendiam diretamente aos interesses econômicos e políticos da administração colonial portuguesa. A conquista e a ocupação do interior decorreram da busca por metais e pedras preciosas, das expedições militares para o combate de grupos indígenas e da condução do gado para o interior.[4]

As regiões do norte mineiro e do sul da Bahia foram habitadas pelos índios aimorés – conhecidos como botocudos – pelos mongoiós, pelos pataxós e pelos índios tapuias, dentre outros.[5] Por meio da construção de aldeamentos, as bandeiras recorreram à exploração do trabalho indígena, associada a ações de violência, resultando na redução de alguns grupos e, por vezes, na dizimação de tribos inteiras. O aldeamento do Salto do rio Pardo, por exemplo, além de ter estabelecido os botocudos em áreas próximas aos quartéis, construídos para a defesa das vias de circulação, visou utilizar a mão-de-obra desse grupo e apossar-se dos seus

[4] Sobre a ocupação dessa região no contexto da colonização portuguesa cf. IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá*; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do sertão da Ressaca*.
[5] Cf. sobre o assunto: TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*; OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*.

territórios. Grupos não aldeados da região – como os pataxós e subgrupos dos botocudos – foram constantemente combatidos, vistos como bravos e selvagens.

No arraial da freguesia de São Miguel da 7ª Divisão, às margens do rio Jequitinhonha, os objetivos do comandante João Fernandes Leão, que lá chegou em 1811, eram a conquista da área e a expropriação das terras dos índios botocudos. O destacamento militar instalado no local pretendia garantir a navegação no rio face às investidas dos nativos. A pretensão era, também, "catequizar e civilizar" os índios, que habitavam as margens do rio. Os moradores de São Miguel, arraial e depois distrito de Rio Pardo, envolviam-se com freqüência em batalhas sangrentas com os botocudos. O uso da força pública sobrepunha-se às armas dos indígenas. Em 1837, por exemplo, os botocudos "assaltaram o distrito" e, imediatamente, cem homens foram reunidos para seu guarnecimento. Na avaliação do juiz de paz, Felino da Motta, os prejuízos causados pelos "invasores" haviam sido enormes. Eles saquearam propriedades, "onde ali devoravam o gado, carneiro e cabras". Alguns dos mesmos botocudos que tinham "amizade e afeição" por certos moradores lhes aconselharam a se retirarem, pois os guerreiros desejavam matá-los para apossarem-se das plantações, das ferramentas e do gado. A solicitação do juiz, encaminhada à câmara de Rio Pardo, era para que o governo provincial providenciasse o fornecimento de sessenta praças armados, com ordem para que os guardas jamais deixassem "aquelas feras" se aproximar da localidade e, assim, garantir o "sossego dos povos".[6]

Com a aldeia Chique-Chique o procedimento foi diferente. Os vereadores da vila de Rio Pardo, em 1840, solicitavam do presidente da província uma quantia em dinheiro para a compra de vestuário e de ferramenta para os indígenas da aldeia. Eles já haviam visitado a vila, e a intenção era atraí-los, facilitando, assim, "sua civilização".[7] Os índios "mansos", que moravam nos aldeamentos no interior dos bosques, iam também à povoação, acompanhados de alguns

[6] APM. Correspondência da câmara de Rio Pardo (CCRP). PP 1.33, cx. 222, doc. 46, 1837.
[7] APM. CCRP. PP 1.33, cx. 223, doc. 52, 1840.

"bravos", mas em "caráter pacífico".[8] A cooptação de índios foi uma ação recorrente. Em 1845, um decreto imperial versava sobre a catequese e civilização dos índios. As províncias passavam a contar com um diretor geral, que faria um levantamento de dados sobre os povos indígenas. Cabia ao diretor desenvolver uma política de estímulo aos aldeamentos, às atividades agrícolas e à cristianização. Nas aldeias, seriam distribuídas ferramentas e tarefas de cultivo, com o entendimento de que nelas os índios "aprenderiam as vantagens da civilização".[9] Na presidência da província mineira, já em 1837, a avaliação era a de que a população aumentaria consideravelmente, caso se conseguisse "arrancar das matas e trazer à civilização as hordas selvagens, que por elas anda[va]m errantes".[10]

As relações estabelecidas com os indígenas foram conflitantes, mas houve também relações de acomodação. O nativo, o português (e seu descendente) e, posteriormente, o africano desenvolveram práticas culturais, compartilhando um mesmo espaço. Assim, coexistiam matrizes culturais distintas: algumas eram nativas, outras de origem européia e africana, e outras se constituíram a partir das influências recíprocas. A partir das ações de intervenção desses povos, desencadeou-se um processo de sobreposição, mistura e influência de costumes e de hierarquização de culturas.[11]

Posteriormente, já não era mais o colonizador que estava lá se relacionando com o nativo, e sim os homens e mulheres descendentes desses três povos. Assim, sob o olhar dos administradores de Rio Pardo, cujas representações compartilhavam, provavelmente, com seus conterrâneos, os indígenas continuaram sendo vistos como bárbaros "mansos" e "bravos". Com os "mansos", as relações de acomodação ocorreram com contornos mais nítidos. As visitas à vila e as relações fundamentadas no valor da amizade aproximaram indígenas e os outros habitantes de Rio Pardo. Civilizar os índios que habitavam os arredores da vila era uma meta

[8] Cf. NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 369.
[9] BRASIL. Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.
[10] RELATÓRIO do Presidente da Província de Minas Gerais, 1837 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.
[11] Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*, p. 32.

dos administradores. A vila, portanto, constituía-se em parâmetro de civilização para julgar os indígenas bárbaros.

Na relação estabelecida entre as autoridades de Rio Pardo e os povos indígenas locais, pode ser visualizada uma clara incorporação das noções de civilização e de barbárie correntes no Brasil do século XIX. Nesse sentido, são identificados três níveis de relação de dominação, atravessada pelas noções de superioridade e de inferioridade culturais. Em nível mais geral estavam as relações estabelecidas entre os europeus e os brasileiros; em segundo nível, no Brasil, as relações entre os habitantes do litoral e do espaço urbano e entre os habitantes do sertão; e em terceiro nível, as relações entre os habitantes da vila de Rio Pardo e os indígenas de seu entorno, a qual se situava no sertão. Se os habitantes do sertão encontravam-se em um estágio aquém do desejado para o país, já em âmbito local eram os costumes dos indígenas, que destoavam do modelo de civilização vigente na vila. Assim, a relação entre culturas, marcada pelas noções de superioridade e de inferioridade culturais, pode ser visualizada nessa gradação, que reproduzia as relações de dominação entre os povos.[12]

Ocupação

No que se refere à ocupação de Rio Pardo, no contexto colonial, ela data de 1698, quando o bandeirante paulista Antônio Luís dos Passos estabeleceu sua morada às margens do rio Pardo.[13] Ele percorreu o território em busca de riquezas minerais, que já haviam sido confirmadas por expedições que por lá passaram.[14] A partir de então, pessoas vindas de diferentes partes foram fixando residência na localidade, ocupando-se com as atividades de extração mineral, de criação de animais e de agricultura. O aumento do número de moradores

[12] Sobre esse assunto cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*.
[13] Antônio Luís dos Passos, juntamente com um grupo de sertanistas paulistas, obteve da coroa portuguesa a doação de uma sesmaria. Localizada entre os rios Pardo e Doce e de aproximadamente oitenta léguas, a sesmaria foi uma recompensa pelo trabalho do grupo no combate ao quilombo dos Palmares. Cf. ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses*, p. 13; VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*, p. 1431-44.
[14] Cf. NEVES, Antonino. *Corographia do município do Rio Pardo*, p. 415.

veio com a descoberta dos ribeirões auríferos das Minas Novas, em 1727, e com a abertura da estrada até à Bahia, passando pelo novo arraial.

A descoberta de metais preciosos em Minas Novas foi motivo de conflitos de jurisdição entre autoridades baianas e mineiras. Inicialmente, o território das Minas Novas foi incorporado à capitania da Bahia, ficando subordinado, cível e politicamente, à comarca do Serro Frio. Com a criação da comarca de Jacobina, em 1742, a ela foi anexada a vila de Minas Novas, criada em 1730. A incorporação de Minas Novas à capitania mineira, no entanto, foi solicitação recorrente das autoridades dessa capitania. O principal argumento consistia em evitar a garimpagem clandestina de ouro e a de diamante, cujo descaminho era facilitado pelo precário sistema de vigilância da Bahia. Por fim, Minas Novas foi incorporada à capitania das Minas em 1757, ficando subordinada à Bahia somente no que se referia à administração eclesiástica.

O deslocamento de garimpeiros de áreas diamantinas foi outro fator que contribuiu para o povoamento de Rio Pardo. As perseguições administrativas no Distrito Diamantino movidas contra os garimpeiros forçaram-nos a buscar trabalho em outras regiões.[15] Uns optaram em avançar um pouco ao norte da capitania, na tentativa de descobrir novas minas. As buscas não foram em vão. Data de 1768 a descoberta de riquezas minerais na serra de Santo Antônio de Itacambiraçu, onde foi fundado o arraial da Serra de Grão-Mogol.[16] Nessa mesma época, ouro e diamantes foram achados no rio Peixe Bravo, que se situava próximo das nascentes do rio Pardo, região circunvizinha de Grão-Mogol. O lugar desse novo descoberto ficou denominado Serra Nova. Diante da possibilidade de encontrar essas riquezas, gente vinda da Bahia e do Distrito Diamantino espalhou-se na área. Garimpeiros perseguidos pelo patrulhamento da serra de Grão-Mogol iam também para lá.[17]

---

[15] Sobre a administração do Distrito cf. FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes*.

[16] Sobre a ocupação desta serra cf. PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*.

[17] Embora não houvesse uma política administrativa com ações bem delineadas para os lugares mais distantes da área, a região norte da Demarcação não estava isenta da atenção das autoridades. Cf. PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 58.

Além da atividade de extração mineral, a ocupação e o povoamento de Rio Pardo estiveram ligados a outro processo: o da expansão econômica das áreas ao sul da capitania da Bahia e ao norte da mineira. Essa extensa área estava inserida nas rotas de busca por riquezas minerais e nas de expansão dos currais de gado bovino. As duas frentes de ocupação do norte mineiro, que vieram da Bahia e de São Paulo, deixaram a questão em aberto sobre a precedência de baianos ou de paulistas no seu processo de povoamento. Há uma vertente de análise que aponta para a predominância dos baianos nesse movimento, os quais instalaram fazendas de gado bovino na região desde o século XVII. Nessa interpretação, as bandeiras paulistas não deram continuidade de povoamento, como ocorreu com as correntes vindas da Bahia.[18] Outra tese, de argumentação contrária, afirma que a primeira onda de povoamento da região em questão foi paulista. O que se verifica é que importantes bandeiras paulistas instalaram grandes fazendas de criação no vale do rio São Francisco, contribuindo para o povoamento da região.[19] Esse impasse permite pensar em uma terceira via de interpretação, articulada a partir não da defesa de exclusividade de uma frente ou de outra, e sim da compreensão de que esse processo de povoamento pode ser visto como tendo sido promovido por ambas as frentes. De fato, ocorreu uma simultânea presença de baianos e de paulistas na região, explorando, ocupando e povoando. A permanência deles no território permite inferir que uns e outros participaram efetivamente desse processo.[20]

As fazendas de gado implantadas na Bahia no governo de Tomé de Souza fomentaram o povoamento da região em tela. O governo já tinha interesse em levar a pecuária para o interior quando, em 1701, proibiu-se a pecuária a menos de dez léguas da costa atlântica, uma vez que o solo massapé do recôncavo estava destinado à produção açucareira.[21] Assim,

[18] Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 197. Urbino Vianna e Salomão de Vasconcellos têm também argumentação similar à de Caio Prado Júnior. Cf. VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*; VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*.
[19] Cf. TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*.
[20] Sobre a colonização paulista no vale do rio São Francisco Cf. SANTOS, Márcio Roberto. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande*.
[21] Cf. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1520-1820)*, p. 150-152.

inúmeras fazendas de criação foram sendo estabelecidas na região e ao longo do rio São Francisco. Às margens desse rio, as grandes sesmarias de Antônio Guedes de Brito e dos Garcia d'Ávila, datadas do século XVII, subsidiaram aquele processo de ocupação e de povoamento.

Antônio de Brito foi proprietário do território que se constituiria no termo de Rio Pardo. Ele possuiu uma enorme faixa de terra à margem direita do rio São Francisco, localizada entre a capitania da Bahia e das Minas. Em seus dilatados domínios, havia fazendas, como também sítios para venda e arrendamento, onde se desenvolveram a pecuária e a agricultura.[22] Tanto as atividades econômicas desenvolvidas nos sítios como nas fazendas estiveram inseridas no processo de ocupação e de povoamento do norte mineiro, em geral, onde foi desenvolvida uma economia baseada na agricultura e na criação de bovinos, que atendeu ao abastecimento alimentar e à demanda da atividade artesanal pelo couro. Quanto à força do animal, ela foi utilizada no transporte de cargas e nas atividades manufatureiras.

Em princípios do século XVIII, essa região já se encontrava em condições de suprir o aumento da demanda por alimentos nas áreas de mineração da capitania. As principais rotas de abastecimento das minas e de contrabando do ouro estavam localizadas nela. Um conjunto de fatores possibilitou o estabelecimento de redes de comunicação e de comércio entre o norte mineiro e as capitanias da Bahia, de Pernambuco e de Goiás, em um processo de consolidação do mercado nacional.[23] Em Rio Pardo, as atividades produtivas basilares de criação de animais e de agricultura possibilitaram o movimento de sedentarização de muitas pessoas. Os primeiros que lá chegaram encontraram os povos nativos pelo território. Pretensamente civilizados, os colonizadores objetivaram civilizar e catequizar os indígenas, com a compreensão de que a cultura destes era uma extensão menor da cultura européia Posteriormente, os africanos e seus descendentes foram levados para lá como escravos. Do contato cultural entre esses povos,

[22] Cf. PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*, p. 45; NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 363; ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 95.
[23] Cf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, p. 39-40.

marcado por relações de enfrentamento e de acomodação, emergiram práticas que se superpuseram, misturaram-se e influenciaram-se continuamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962.

ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses*. Rio Pardo de Minas, 1998, v. 1-4

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: UNICAMP, 1995.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes*: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina – 1740-1771. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996.

IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá*: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895). 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

MADER Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio*: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do município do Rio Pardo. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908, v. 13

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da serra de Santo Antônio do Itacambiraçu. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PIRES, Simeão Ribeiro*. Raízes de Minas.* Montes Claros, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1520-1820).* 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1962.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do sertão da Ressaca*: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 17ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*: estudo das bandeiras paulistas na descoberta de Minas Gerais. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1935.

“Cabeça Dinossauro”* : Juventude e Rebeldia nos anos de 1980.

Edson João Liberato Dias
Professor de História do ensino público estadual

No início da carreira, os Titãs apresentavam influências musicais bastante diversificadas, como pode ser constatado nos dois primeiros trabalhos de estúdio da banda: “Titãs”, o disco homônimo, de 1984, e “Televisão”, lançado em 1985.

O grupo foi mais coeso nas composições e teve maior unidade na sonorização do terceiro álbum, lançado em 1986, conseguindo se consolidar entre as grandes bandas de rock do Brasil. O “Cabeça Dinossauro” fez com que os Titãs tivessem o reconhecimento de seu trabalho tanto pela crítica especializada, quanto pelo público. Atualmente, este trabalho ainda serve como referência quando se fala dos discos de rock brasileiro produzido nos anos de 1980. Através dele os Titãs ganharam vários prêmios, “no final de 1989, quando o ‘Jornal do Brasil’ elegeu os 20 melhores discos da década, dez nacionais e dez estrangeiros, ‘Cabeça Dinossauro’ ganhou 19 votos de 30 possíveis, em um colégio eleitoral que incluía jornalistas e artistas, tornando-se assim ‘o melhor disco brasileiro dos anos de 1980’”[1]. No ano de 1997, na edição de fevereiro da revista “Showbizz”, foram eleitos os vinte melhores discos de pop rock nacional de todos os tempos, os eleitores eram 44 críticos, jornalistas, especializados de diversos jornais e revistas do país, e novamente o “Cabeça Dinossauro” acabou levando o primeiro lugar[2].

Em 1986, o Titãs era formado por: Nando Reis e Paulo Miklos que se revezavam no baixo e nos vocais; Toni Bellotto e Marcelo Fromer nas guitarras; Sérgio Brito nos teclados e vocais; Charles Gavin na bateria; Arnaldo Antunes e Branco Mello nos vocais.

* Título do terceiro disco da banda de rock paulista, Titãs.
[1] DAPIEVE, Arthur. BRock: o rock brasileiro dos anos 80. Rio de Janeiro: 34, 2000. p. 99.
[2] REVISTA SHOWBIZZ, p. 38, fev., 1997.

A gravação do LP “Cabeça Dinossauro” foi precedida pelas prisões de Toni Bellotto e Arnaldo Antunes por porte de drogas. O primeiro pagou a fiança e foi liberado no dia seguinte, pois a quantidade que possuía o classificava como usuário, já Arnaldo foi enquadrado como traficante, porque tinha uma quantia maior de drogas, e ficou detido por um mês. O resultado do processo judicial levou a condenação do guitarrista por seis meses e do vocalista a três anos; ambos cumpriram suas penas em liberdade. O baterista Charles Gavin comentou na época: “o espírito do disco era todo relacionado com o fato de Arnaldo ter sido preso, não dá para separar as coisas”, e o próprio Arnaldo confirmava: “já havia uma vontade de optar por um som mais pesado, expresso na época do “Televisão”, (...) , isso foi potencializado tematicamente com minha prisão, e tentamos musicalmente representar nosso sentimento também”[3].

A potencialização temática encontrada pelos Titãs, atacava a sociedade capitalista moderna e suas instituições, como foi comentado pelo poeta Paulo Leminski no release do disco posterior denominado “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”: “no Cabeça Dinossauro, vocês demoliram com os cinco pilares da ordem social, a polícia, o Estado, a Igreja, a família e o capitalismo selvagem”[4]. A relação entre o instituído e o instituinte se dá de maneira intrínseca, “o poder deve tudo à potência que lhe serve de suporte. Existem momentos em que a potência subterrânea explicita sua força e sacode tudo no seu caminho. Trata-se de onde violenta que pode ter modulações bastante diferentes de acordo com os lugares: explosões brutais, indiferença política, reserva astuciosa”[5].

A sociedade capitalista moderna é criticada, já no século XVIII, no movimento que terá, inicialmente, suas principais formas de expressão dentro da literatura, o romantismo. O surgimento do romantismo ocorre quando a revolução industrial torna hegemônico o sistema de produção capitalista, baseado nas leis de mercado, que se concretiza no domínio do conjunto

[3] ALEXANDRE, Ricardo. Dias de Luta: o rock e o Brasil dos anos 80. Rio de Janeiro: DBA, 2002. p. 263.
[4] DAPIEVE, Arthur. BRock: o rock ... p. 101
[5] MAFFESOLI, Michel. A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 21.

da vida social. Os autores Michael Lowy e Robert Sayre defendem tanto outras formas de expressões artísticas, que mais tarde o romantismo irá fazer parte, como também a "longa" permanência de algumas características deste movimento, devido à continuidade de existência de seu opositor, o capitalismo.[6]

Para exemplificar a concepção de modernidade, voltada ao progresso mecanicista, tendo o modo de vida capitalista o objetivo do lucro, tem-se a análise da obra de Charles Dickens, "Tempos Difíceis"[**], feita por Lowy e Sayre, na qual é apontada para a questão que "a modernidade exclui qualidades como a beleza, a imaginação e a cor da vida material dos indivíduos ao reduzi-la a uma rotina enfadonha"[7]. Este sentimento também foi compartilhado pelos jovens em meados dos anos de 1980, o que levou Sérgio Britto e Marcelo Fromer a comporem a segunda música do disco "Cabeça Dinossauro", "AA UU", que tem em uma de suas estrofes os seguintes versos:

> Eu como, eu durmo, eu durmo, eu como / Eu como, eu durmo, eu durmo, eu como / Está na hora de acordar / Está na hora de deitar / Está na hora de almoçar / Está na hora de jantar[8]

Na modernidade as pessoas não possuem mais o controle do tempo, este é ditado pelas relógios e máquinas de um modo geral. A mecanização da sociedade atinge tal ponto que as pessoas também passam a ser tidas apenas como peças destas máquinas.[***] Para a modernidade "o homem e as sociedades tornam-se 'objetos de ciência' e poderão ser dirigidos como tais"[9]. Muitas vezes as pessoas são identificadas por suas profissões, ou seja, pelas funções que cumprem no modo de vida capitalista. A legitimidade da sociedade moderna é feita

[6] LOWY, Michael; SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.
[**] A primeira publicação desta obra ocorre no ano de 1854.
[7] LOWY, Michael; SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia ... p.61.
[8] TITÃS Cabeça Dinossauro. Manaus: Warner Music Brasil Ltda. (C) 1986 (P) 2000. 1 CD (39 min): digital, estéreo. M 255122-2
[***] Vale lembrar o filme que consegue sintetizar esta situação, "Tempos Modernos" de Charles Chaplin, quando o protagonista é engolido pela máquina e acaba tendo seu corpo moldado por ela.

"na base da domesticação das paixões sociais, engendra a investigação criminológica, preside o adestramento das crianças, regulamenta a economia do sexo e, sobretudo, favorece a obrigação do trabalho"[10]. Na música "Porrada" composta por Arnaldo Antunes e Sérgio Brito, os Titãs atacam a organização social e a aceitação destes papéis sem excitação:

> Nota dez para as meninas da torcida adversária / Parabéns aos acadêmicos da associação / Saudações para os formandos da cadeira de direito / A todas as senhoras muita consideração // Porrada / Nos caras que não fazem nada. // Medalhinhas para o presidente / Condecorações aos veteranos / Bonificações para os bancários / Congratulações para os banqueiros // Porrada / Nos caras que não fazem nada. // Distribuição de panfletos / Reivindicação dos direitos / Associação de pais e mestres / Proliferação das pestes // Porrada / Nos caras que não fazem nada.[11]

A letra demonstra a juventude se posicionando de maneira mais contundente em suas críticas. A volta da democracia no país permitia que as bandas de rock falassem com maior liberdade, comparados aos compositores da MPB que sofreram a grande repressão do regime militar. A tecnologia da aparelhagem musical utilizada, nos anos de 1980, era de qualidade superior às décadas anteriores, o que possibilitava um estilo musical mais pesado. O rock contém em sua própria estrutura rítmica um som que se torna mais forte aos ouvidos, o que contribui para que a composição das letras tenham uma postura mais agressiva. Nando Reis referindo-se ao "Cabeça Dinossauro" disse: "conseguimos juntar toda a informação que queríamos e envolvê-la numa massa sonora impactante, convincente"[12].

A faixa "Bichos Escrotos" do LP, também critica a sociedade de maneira agressiva, o que fez com que fosse vetada na época pela Departamento de Censura, que ainda existia, tendo a radiodifusão e execução pública proibidas.[13]

> Bichos, / Saiam dos lixos. / Baratas, / Me deixem ver suas patas. / Ratos, / Entrem nos sapatos / Do cidadão civilizado. / Pulgas, / Que habitam minhas rugas. // Oncinha pintada, / Zebrinha listrada, / Coelhinho peludo, / Vão se foder! / Porque aqui na face

[9] MAFFESOLI, Michel. A Transfiguração ... p. 53.
[10] MAFFESOLI, Michel. A Transfiguração ... p. 54.
[11] TITÃS Cabeça Dinossauro...
[12] ALEXANDRE, Ricardo. Dias de Luta ... p. 266.
[13] TITÃS Cabeça Dinossauro...

> da terra / Só bicho escroto é que vai ter! // Bichos escrotos, saiam dos esgotos. / Bichos escrotos, venham enfeitar / Meu lar, / Meu jantar, / Meu nobre paladar.[14]

A composição de Arnaldo Antunes, Sérgio Britto e Nando Reis contém palavrões que transmitem a revolta que "a sensibilidade romântica representa contra a civilização criada pelo capitalismo"[15]. Nas representações da arte romântica, é possível apresentar estilos ou formas com aspectos positivos e negativos. "É evidente que, no decorrer de dois séculos, as criações românticas não manifestam qualquer conjunto de atributos formais precisos. A estrutura de sensibilidade do romantismo pode se exprimir através de uma multiplicidade de formas artísticas."[16]

Os oito integrantes dos Titãs eram compositores e cinco deles se revezavam nos vocais. Apesar da banda tentar ser democrática, nem sempre era possível chegar a um consenso unânime nas suas decisões, sendo aceito como o "veredicto" o voto da maioria. Uma das maiores divergências que a banda teve, em toda a sua trajetória, foi o debate moral originado pela discussão de incluir a música "Igreja", composta por Nando Reis, no repertório. Ele percebia o disco sendo formado por "declarações", e resolveu aproveitar o momento para colocar seu posicionamento com relação a religião. Em uma entrevista, Nando declarou que seu ceticismo era originário dos problemas de saúde que dois de seus quatro irmãos possuíam, um deficiente auditivo por causa de uma meningite e a outra deficiente mental originada de uma paralisia cerebral. O tema era bastante delicado, como aponta o próprio compositor, e isso levou Paulo Miklos e Arnaldo Antunes a se oporem a música. A maioria acabou votando para que ela ficasse, Paulo acabou cedendo, mas Arnaldo por anos chegava a se retirar do palco quando a banda ia tocá-la.[17]

[14] Idem
[15] LOWY, Michael; SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia ... p.37.
[16] Idem, p.47.
[17] SIQUEIRA, JÚNIOR, Carlos Leoni Rodrigues. Letra Música e Outras Conversas. Rio de Janeiro: Gryphus, 1995.p. 257.

> Eu não gosto de padre / Eu não gosto de madre / Eu não gosto de frei. // Eu não gosto de bispo / Eu não gosto de Cristo / Eu não digo amém. // Eu não monto presépio / Eu não gosto do vigário / Nem da missa das seis. // Eu não gosto do terço / Eu não gosto do berço / De Jesus de Belém. // Eu não gosto do papa / Eu não creio na graça / Do milagre de Deus. // Eu não gosto de igreja / eu não entro na igreja / Não tenho religião.[18]

As outras instituições foram atacadas em comum acordo. A música "Polícia", composta por Toni Bellotto, e "Estado Violência", de autoria de Charles Gavin, estavam diretamente ligadas ao episódio da prisão do Arnaldo Antunes. A primeira era inspirada em "Police and Thieves" - dos jamaicanos Lee Perry e Junior Murvin - que a banda inglesa The Clash tocava. "Estado Violência" era uma música da banda paulista Ira!, que nunca havia sido gravada e se chamava "O Homem Palestino", Charles a readaptou após ter ido visitar o seu amigo na prisão.[19]

> Polícia
> Dizem que ela existe pra ajudar /Dizem que ela existe pra proteger /Eu sei que ela pode te parar / Eu sei que ela pode te prender / Polícia para quem precisa / Polícia para quem precisa de polícia // Dizem pra você obedecer / Dizem pra você responder / Dizem para você cooperar / Dizem pra você respeitar / Polícia para quem precisa / Polícia para quem precisa de polícia.
>
> Estado Violência
> Sinto no meu corpo / A dor que angustia / A lei ao meu redor / A lei que eu não queria // Estado violência / Estado hipocrisia / A lei que não é minha / A lei que eu não queria // Meu corpo não é meu / Meu coração é teu / Atrás de portas frias / O homem esta só // Homem em silêncio / Homem na prisão / Homem no escuro / Futuro da nação // Estado Violência / Deixem-me querer / Estado Violência / Deixem-me pensar / Estado Violência / Deixem-me sentir / Estado Violência / Deixem-me em paz.[20]

A família é atacada no disco com uma faixa homônima à instituição, de maneira irônica, em uma música que está voltada ao ritmo originado na Jamaica, o reggae. A letra composta por Arnaldo Antunes e Toni Bellotto também nos leva a pensar que "qualquer imposição repousa sobre uma forma de aceitação"[21], como nos demonstra a primeira estrofe da música.

[18] TITÃS Cabeça Dinossauro...
[19] ALZER, Luiz André; MARMO, Hérica. A vida até parece uma festa: toda a história dos Titãs. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 103
[20] TITÃS Cabeça Dinossauro...
[21] MAFFESOLI, Michel. A Transfiguração ... p. 88.

> Família, família, / Papai, mamãe, titia, / Família, família, / Almoça junto todo dia, / Nunca perde essa mania. / Mas quando a filha quer fugir de casa / Precisa descolar um ganha-pão. Filha de família se não casa / Papai, mamãe, não dão nenhum tostão.[22]

A juventude brasileira contesta a sociedade capitalista moderna, por não encontrar uma sociedade em busca de qualidade de vida, mas sim em busca de uma quantidade exacerbada de produção e consumo. O jovem opõe-se a esta automatização social por não estar totalmente cooptado pelo sistema, e por carregar consigo o emblema do novo, além de toda a energia que possui. "No romantismo é possível notar a expressão do "desacordo, a distorção, a contradição no interior do indivíduo, a contradição entre o individual e o social. Implica o desacordo entre as idéias e a prática, a consciência e a vida, as superestruturas e a base."[23] Na música "Homem Primata", composição de Sérgio Britto, Marcelo Fromer, Nando Reis e Ciro Pessoa, os Titãs opõem-se a organização econômica social .

> Desde os primórdios / Até hoje em dia / O homem ainda faz / O que o macaco fazia / Eu não trabalhava, eu não sabia / Que o homem criava e também destruía // Homem primata / Capitalismo selvagem / ôôô // Eu aprendi / A vida é um jogo / Cada um por si / E Deus contra todos / Você vai morrer e não vai pro céu / É bom aprender, a vida é cruel // Eu me perdi na selva de pedra / Eu me perdi, eu me perdi // I'm a cave man / A young man / I fight with my hands / With my hands / I'm a jungle man, a monkey man / Concrete jungle! / Concrete jungle![24]

O romantismo é conscientemente subversivo, assim como também é o rock desde sua origem nos Estados Unidos, nos anos de 1950. Neste período, a música jovem servia como bandeira contra a repressão sexual. No Brasil dos anos de 1980 o rock serviu, entre outras coisas, para a juventude poder contestar os limites impostos pelo modo de produção capitalista. Como afirma o sociólogo Michel Maffesoli, "certamente não se pode silenciar sobre o que provoca incômodo e incompreensão"[25].

[22] TITÃS Cabeça Dinossauro...
[23] LOWY, Michael; SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia ... p.244.
[24] TITÃS Cabeça Dinossauro...
[25] MAFFESOLI, Michel. A Transfiguração ... p. 19.

As diferentes análises críticas da civilização moderna quase sempre voltam aos temas do romantismo, dando-lhe um novo significado devido a sua realidade vivida em específico. Não há necessidade de um vínculo direto com os pensadores precursores do romantismo, a analogia é possível pela persistência das características essenciais da modernidade industrial - burguesa.[26]

[26] LOWY, Michael; SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia ... p.315.

ÍNDIOS NO NORDESTE: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI

Edson Silva[1]

Introdução

O conflito, que se convencionou chamar a Guerra do Paraguai (1865-1870), vem sendo, nos últimos anos, objeto de vários estudos, que baseados em amplas pesquisas documentais, possibilitaram novas abordagens sobre o confronto armado que sacudiu o Cone Sul no quartel final do século XIX. Nessa perspectiva, foram superados os trabalhos tradicionais que enfatizaram aspectos militares, bem como as biografias de heróis oficiais da Guerra do Paraguai (GP). Foi deixado de lado também o enfoque positivista republicano que acusava o Brasil monárquico pelo genocídio imposto ao Paraguai. Assim como foi abandonado o enfoque marxista de fins da década de 1960, que enfatizava um suposto nacionalismo progressista paraguaio, e apontou o expansionismo do imperialismo britânico como responsável pela Guerra. O conflito passou a ser visto como regional, uma disputa entre os países envolvidos pela hegemonia na região do Prata.[2]

Com os estudos mais recentes foram evidenciados outros aspectos da Guerra. Através dos novos enfoques, foram discutidos as formas do recrutamento, a participação negra de escravos e libertos, de mulheres, as imagens(fotografias, pinturas e caricaturas) da guerra, etc. Todavia ainda foi pouco estudada a dimensão da participação indígena naquele conflito, bem como as narrativas e as memórias resultante dela. Nos novos estudos sobre a GP as análises sobre o recrutamento são unânimes em apontarem que no início do conflito a perspectiva de sua curta duração, somando-se a imagem construída de uma guerra da civilização moderna contra a “barbárie” paraguaia indígena guarani, que deveria ser derrotada, motivaram o alistamento de muitos para participar no *front* de combates. Com o prolongamento da Guerra, além de manifestações de protestos em todas as províncias do Brasil, tornou-se difícil o recrutamento de novos soldados, inclusive com a resistência da Guarda Nacional.

Mesmo tendo a libertação de escravos como uma primeira solução para suprir as necessidades de combatentes, com a continuidade do conflito, o Governo Imperial através de decreto criou e incentivou os corpos de Voluntários da Pátria. Ainda assim, em uma fase crucial da Guerra, quando depois de seguidas derrotas os aliados partiam para batalhas ofensivas decisivas, os entusiasmos patrióticos minguaram e os alistamentos diminuíram.[3] Nesse momento foi usado o velho e conhecido método do recrutamento forçado, que atingiu os membros do partido opositor ao que estava no poder em cada província, os contrários a ordem política e social vigente, os considerados desordeiros, perigosos, os presos e condenados por crimes, e principalmente a população pobre, os habitantes das cidades do interior, das zonas rurais, a exemplo dos índios no Nordeste.

Para fugir das perseguições das forças legais, os considerados como potenciais "soldados-voluntários" elaboraram diversas estratégias contra o recrutamento forçado. A análise de fontes documentais bem como de relatos de memórias indígenas sobre a GP, a respeito do recrutamento, da participação e o retorno dos sobreviventes do conflito, nos possibilita evidenciar os significados das elaborações dessas narrativas para a história dos povos indígenas no Nordeste.

História e memórias indígenas do recrutamento

Na documentação da Diretoria dos Índios em Pernambuco encontramos diversos ofícios que se referem ao processo de recrutamento de índios para a GP. É clara a truculência empregada pelos Diretores das Aldeias no alistamento forçados dos índios como Voluntários da Pátria. As justificativas sempre são a manutenção da ordem e da paz nas aldeias. A exemplo de punição para acusados ou envolvidos em assassinatos, como ocorreu em 1865 quando o Diretor Parcial da Aldeia de Barreiros que informava ao Presidente da Província estar enviando 10 e não 15 recrutas e que diante da recusa de índios como "voluntários", afirmava "Se V. Exª. o determinar, mandarei recrutá-los".[4]

Encontramos acompanhando um ofício datado de 1865, uma relação com nomes de 82 índios "Voluntários da Pátria" da Aldeia de Cimbres, onde habitam atualmente os Xukuru

do Ororubá, em Pernambuco. Informa ainda o documento que os alistados estavam deixando seus soldos em consignação para suas famílias.[5] Mas o recrutamento que aparece como uma ação tranqüila, é desmascarada na leitura de um ofício do ano seguinte, enviado ao Presidente da Província pelo do Diretor Geral dos Índios, com a queixa de um índio de uma numerosa família, pedindo dispensa de dois filhos seus que "forão forçados a se alistar como Voluntários da Pátria".[6]

Os aldeados em Cimbres por diversos meios procuraram se livrar do recrutamento obrigatório. A exemplo do índio José Carneiro da Cunha, que em 1865 solicitou e conseguiu de 6 moradores de Olho d'Água, atestados reconhecidos em cartório, confirmando ser o seu filho Laurentino José Carneiro portador de gôta, doença que o impedia de ser recrutado[7]. Posteriormente, Laurentino através de um Requerimento, pediu e recebeu do Tenente Joaquim Almeida de Carvalho, Diretor do Aldeamento de Cimbres, um "Atestado" também reconhecido em cartório, confirmando a condição de índio do solicitante, informando ainda o documento que os índios não eram "sujeitos a recrutamento."[8]

O índio Laurentino "a fim de pedir dispensa do serviço para o qual foi designado", tendo sido "detido na Vila de São Bento", dirige um requerimento outra vez ao Diretor de Cimbres, justificando seu pedido "por ser índio e não ser qualificado". Atendendo ao pedido, o Diretor por meio de um "Atestado" confirmou a residência de Laurentino na Aldeia de Cimbres, afirmando ainda que ele não teria condições para compor as tropas da Província a serem enviadas a GP.[9] Possivelmente a documentação do índio Laurentino foi ignorada pelas autoridades, e por essa a razão o seu pai, afirmando ser um agricultor sexagenário com dificuldades de trabalhar, enviou um requerimento ao Presidente da Província, pedindo a liberdade do seu filho que era "o responsável pelo sustento da família", pois com o seu recrutamento ficaria difícil para seus familiares aldeados em Cimbres sobreviver sem a sua ajuda.[9]

O desamparo em que se encontravam em 1866 as famílias dos índios de Alagoas enviados para a GP, era motivo de recusa dos novos voluntários. Informava o Diretor Geral

dos Índios que escreveu aos diretores das aldeias com uma “ordem de recrutamento dos índios que estiverem ao seu alcance”[10]. Em outra correspondência ao Presidente da Província, insistia o Diretor Geral na necessidade de pagar os vencimentos às famílias, pois sem a vantagem pecuniária 40 índios da Aldeia de Jacuípe que atenderam a convocação para o recrutamento, “esfriarão todos”.[11]

As fugas para se esconder nas matas ou desaparecimento do seu local de moradia, as deserções de tropas já formadas, as declarações de doenças, os casamentos até com mulheres mais velhas, homens que se vestiam de mulher, os ataques de grupos armados as forças legais que traziam recrutados a força para a capital, ou ataques a cadeias do interior libertando os presos a serem enviados como soldados para a guerra, rebeliões, etc. foram as muitas formas de resistências ao recrutamento que ameaçaram a ordem social vigente.[12]

Entre os índios *Xukuru* do Ororubá da cidade de Pesqueira, os *Fulni-ô* (anteriormente conhecidos como *Carnijós*) de Águas Belas ambos no interior de Pernambuco, os *Xukuru-Kariri* em Palmeira dos Índios e os atuais *Wassu* de Jacuípe, em Alagoas, encontramos muitos relatos orais, memórias sobre a GP. Por razões de espaço, selecionamos aqui para a nossa discussão, apenas alguns trechos desses relatos.

O índio fulni-ô Elpídio de Matos, com 88 anos relatou o que ouviu dos seus antepassados sobre a GP, "A Guerra do Paraguai eu ouvia dizer que foi uma guerra que era para se acabar mesmo. Foi 50 e tantos índios... tudo foi morto lá. Meu avô foi para a GP. A história era contada pelos que voltaram. Meu avô não voltou, morreu. Sobre o recrutamento, Elpídio em sua narrativa confirmou o que aparece na documentação escrita: “Os índios daqui, eles foram a pulso!. Eles foram a pulso para essa tal da GP. Quem não queria ir, foi um puxão, eles foram na marra. Pegaram a pulso. E foi uma poção de gente dessa cidade também, foi pobre e rico”.

Elpídio relata outras lembranças do recrutamento forçado e as resistências a ele : “Disse que tinha deles menino com 12 anos que já era uma rapaizote, vestia roupa de

mulher para não ir. Porque não podiam levar mulher para a guerra! Então não era só índio, era qualquer pessoa! Disse que vestia roupa de mulher para ficar como mulher para não ir para a Guerra, para a policia não pegar". "Foi índios de outras aldeias também. Quem foi vivo nessa época foi. Aquilo ali foi para muitos pobres e só não ia o rico! Mas os pobres ia na marra! Quem, correu se escondeu no mato! Quando eles pegavam era só índios. Pegava e amarrava, foram amarrados encangados. Foi 20 e tantos índios daqui, encangados"[13]

Memórias Xukuru: a bravura de Maria Coragem e dos "30 d0 0rorubá"

Sabe-se que diversas mulheres, prostitutas, esposas e seus filhos menores acompanhavam seus maridos-soldados na GP. Mulheres que seguiam as tropas e "não tinham medo de coisa alguma", e nas frentes de batalhas ora socorriam os feridos improvisando ataduras com suas próprias vestes, ora combatiam ao lado dos homens.[14] O povo Xukuru do Ororubá dentre os vários relatos acerca da Guerra, falam sobre "Maria Coragem", uma índia que se destacou nos campos de batalha, "...foi Coragem, uma mulher chamada Coragem, porque o nome dela não era coragem, chamaram depois que ela foi para a Guerra, pela coragem dela."[15]

Nas narrativas dos Xukuru são lembrados enfaticamente "os 30 do Ororubá", combatentes que se destacaram em uma das batalhas na GP, "Eu ouvi falar assim, é uma história nossa que nós temos dizendo que os Xukuru foram para a GP brigarem. Foram 30, morreram 12, voltaram 18. Então eu ouvi falar, então foi os índios do Brejinho, não lembro nem aonde mora, nem o nome deles. Eles são da família dos Nascimento, lá na Aldeia Brejinho. E foi mais uns outros de outras aldeias Xukuru, e foi uma índia chamada Maria Coragem também".

O mesmo narrador fala sobre os chamados bravos do Ororubá, "E lá eles brigaram na Guerra... aí levaram a bandeira... e pediram para eles irem buscar. Então, eles foram, eles já tinham passado... e eles chegaram na beira do rio, e eles já tinham atravessado o rio, eles entraram no mato, cortaram madeira, cortaram cipó, fizeram um barco, foram lá, cortaram tudo de facão e trouxeram a bandeira para a Princesa Isabel".[16]

A respeito do relatado acima, um pesquisador escreveu que o fato ocorreu durante a Batalha de Tuiuti, um dos maiores embates da GP, quando "o inimigo arrebatou a bandeira do '30 de Voluntários', batalhão integrado pelos nossos índios xucurus. O Comandante, Ten. Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da Gama, em assomo de desapontamento, bradou para os seus soldados (os nossos índios) que retomassem a bandeira e pouco depois a companhia de guerra que partira no cumprimento da ordem, regressava reduzida a 10 ou 12 homens trazendo o nosso pavilhão a despeito de quase transformado em farrapos."[17]

Os Xukuru relatam também que os seus antepassados voltaram com condecorações da GP, "... o Irmão da Hora trouxe um terno, de reis. Digo, porque o terno eu vi. De coroa, galão e todo, porque ganhou esse prêmio Irmão da Hora, Antonio Molecão e Antonio Tavarinho"[18] Em seus relatos, os Xukuru falam ainda de quépes, medalhas, espadas, "diplomas da Guerra", roupas e outros adereços militares, além dos "títulos de terra", trazidos por seus antepassados que retornaram da GP. Autores destacam o "heroísmo" do Cabo Zeferino da Rocha, morador do "Sítio Goiabeira no alto da Serra" [do Ororubá], veterano da GP, membro do "Trinta de Voluntários", composto de índios xukurus, "todos condecorados depois com medalhas de Guerra e Bravura".[19]

A "nossa terra a custa do nosso sangue". "Nós vencemos a guerra!"

Quais os significados que os atuais indígenas no Nordeste dão a participação de seus antepassados na GP? Sabe-se que finda a Guerra o Governo Imperial, como recompensa, destinou além de honrarias militares, lotes de terras aos ex-combatentes. Quais leituras sobre as recompensas que seus antepassados receberam por participarem na Guerra, fazem os índios que desde o último quartel do século XIX enfrentam conflitos com tradicionais latifundiários invasores das terras indígenas, muitos deles descendentes de vereadores encastelados nas câmaras municipais que solicitavam insistentemente aos governos provinciais e ao Gov. Imperial as terras dos antigos aldeamentos?

Os trechos de alguns depoimentos nos dão uma idéia dessas leituras e seus significados. O fulni-ô Elpídio afirmava: "Aqui foi dado com o Rei, *foi o sangue que os*

nossos troncos derramaram numa guerra que o Sr. tem visto falar, GP. Nisso aí morreu 20 e tantos índios já nessa Guerra. Então o Rei queria dar uma quantidade de dinheiro, muito, pelo sangue que derramaram. Aí dizem que a Princesa Isabel que era a mulher senhora dele, desse Rei, disse prá ele 'Não! Por dinheiro não, que o dinheiro se acaba. Agora vamos um dá um terreno prá eles'... ... ... disse que está escrevido com tinta de ouro, essa assinatura que a Princesa Isabel assinou. E de lá prá cá tomemos orgulho e graças a Deus a gente vive e eles não tomam mais não!" (grifamos).

Entre os Xukuru encontramos relatos semelhantes, "... chamavam o número Trinta dos Voluntários. Chama os Trinta dos Voluntários porque foram pro Paraguai, lutaram na guerra lá venceram... ... ... mas quando veio de volta, passaram no RJ, o rei e a rainha não tinham com que agradecer a eles e disse*: 'vocês faça sua divisão de terra, é patrimônio que eu vou assinar pra vocês*".[20] Ou ainda de forma mais explícita na fala do Vice-Cacique Xukuru, "Olhe, a dádiva que da Guerra foi oferecido dinheiro e ouro. Só que para os índios, dinheiro e ouro não eram interessantes, interessante era a terra. Aí eles disseram que ao invés de ouro eles queriam uma coisa que nunca se acabasse, que era a terra que estava na mão de algumas pessoas que não deixavam eles trabalhar. Então, *eles queriam a terra para eles viverem*, os filhos deles viverem e os filhos dos filhos deles. Isso aí *foi o pagamento que eles receberam*, que eles pediram".[21] (grifamos).

A partir dos relatos, é possível entender das leituras que indígenas fazem sobre a participação de seus antepassados na GP, dentre outros prováveis significados, que eles lhes deixaram como herança a vitória da Guerra, transmudada também em uma certeza da vitória da guerra em muitas batalhas por suas terras, pela reivindicação e reconhecimento de seus direitos históricos, que lhes garante o futuro.

1Doutorando em História Social da Cultura na UNICAMP. Mestre em História pela UFPE. Leciona História no Col. de Aplicação e Prática de Ensino de História pelo Dep. de Métodos e Técnicas de Ensino/DMTE, no CENTRO DE EDUCAÇÃO/UFPE. E-mail: edson @ cap.ufpe.br

2DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, Cia. das Letras, 2002, p.19.

3LUCENA FILHO, Márcio. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem.* Recife, UFPE, 2000, p.14 (Dissertação de Mestrado em História).

4Ofício do Dir. da Aldeia de Barreiros, 9/4/1865. Arquivo Público de PE (APE). Códice DII, volume 19, folha 86.

5Quadro com a relação dos Índios do Urubá /Voluntários da Pátria, em 2/4/1865. APE, Cód. DII, v.19, fl. 83.

6Ofício do Diretor Geral dos Índios, em 21/1/1866. APE, Cód. DII, v.19, fl. 96.

7Requerimento de José Carneiro da Cunha, em Cimbres 08/10/1865, acompanhado de 6 Atestados com firmas reconhecidas. APE, Petições Índios, fls.73 e 73 verso.

8Requerimento do índio Laurentino José Carneiro, em Cimbres 13/11/1865; Atestado de Joaquim de Almeida Carvalho para Laurentino José Carneiro, em Cimbres 14/12/1865. APE, Petições Índios, fl.15.

9Req. do índio José C. da Cunha, em Cimbres 14/12/1865, ao Pres. da Prov. de PE. APE, Petições Índios, fl.17.

[10]Ofício do Diretor Geral dos Índios de Alagoas a Presidência da Província, em Maceió 30/08/1866. In, ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas:* documentário. Maceió, Edufal, 1984, pp.140-141.

[11]Of. do Dir. G. dos Índios de AL a Pres. da Província, em Maceió 28/09/1866. In, ANTUNES, op. cit. p.142.

[12] DORATIOTO, op. cit., pp.264-265; LUCENA FILHO, op. cit., pp.97-128.

[13]Trechos do depoimento gravado na Aldeia Fulni-ô, em Águas Belas/PE, em 08/07/97.

[14]CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora,1980, p.300.

[15]Pedro Rodrigues Bispo, 72 anos. Pajé Xukuru , conhecido por “Seu Zequinha”. Em Pesqueira, 29/03/2002.

[16]João Jorge de Melo, 65 anos. Aldeia Sucupira, Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira, em 30/03/2002.

[17]MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres.* Recife, Centro de Estudos de História Municipal,1980, p.116. (Obras completas, vol.1),

[18]Malaquias Figueira Ramos, 62 anos, Aldeia Caípe, Terra Indígena Xukuru do Ororubá, 12/11/1996.

[19]BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá*: caminhos e personalidades da História de Pesqueira. Recife, Cent. de Est. de Hist. Municipal,1977, p.71; WILSON, Luís. *Ararobá lendária e eterna* (notas para a História de Pesqueira). Pesqueira, Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980, p.42.

[20]Trecho de depoimento de Durval Ferreira Farias, 84 anos. Bairro Xukurus, Pesqueira, em 10/05/1997.

[21]José Barbosa dos Santos, 55 anos, conhecido por “Zé de Santa”. Aldeia Santana, Terra Xukuru, 30/03/2002.

Uma breve análise historiográfica do protestantismo brasileiro e suas tendências atuais

Eduardo Guilherme de Moura Paegle

(Mestrando em História da UFSC)

Introdução

O presente artigo pretende abordar uma síntese sobre a historiografia do protestantismo[1] nacional, bem como buscar elementos significativos na pesquisa histórica atual, relacionado à temática em questão. De início, afirmamos que o protestantismo brasileiro não possui uma uniformidade em sua configuração, quer consideremos os seus aspectos doutrinários, históricos, litúrgicos e teológicos. Existem na verdade diversos "protestantismos", fenômeno plural e complexo quando se insere na sociedade brasileira.

A inserção do protestantismo no Brasil

As duas primeiras tentativas de inserção do protestantismo brasileiro foram ainda no período colonial. A primeira tentativa ocorreu no Rio de Janeiro, quando os calvinistas franceses[2] liderados por Nicolau Duránd de Villegaignon conquistaram a referida cidade durante o período de 1555-1559. A segunda experiência com os holandeses no Nordeste, de 1630-1654. Como ambas experiências foram frustradas e não deixaram igrejas protestantes após o período relatado, a historiografia protestante não se deteve muita nessas inserções efêmeras.

Assim, consideramos o começo efetivo do protestantismo brasileiro no século XIX.

Á partir de 1808, com a vinda da família real, fugindo de Lisboa atacada pelas tropas napoleônicas, devido a sua neutralidade no "Bloqueio Continental", entre apoiar a Inglaterra ou a França, foi possível a inserção do protestantismo com algumas restrições para permitir que os ingleses realizassem seus cultos nos navios ancorados nos portos brasileiros.

Essas restrições são descritas a seguir:

Assim, a fuga da família real e dos milhares de nobres e funcionários da corte, em navios portugueses escoltados por navios da marinha inglesa, prenunciava a preeminência inglesa do Brasil, formalizada dois anos depois pela série de tratados de fevereiro de 1810. O Tratado da Amizade e Aliança proibiu a implantação da Inquisição no Brasil (art.IX) e igualmente proibiu os súditos do Príncipe Regente de continuarem com o tráfico de escravo de qualquer parte da África, exceto das atuais possessões portuguesas naquele Continente (art.X).[3]

De fato, essa inserção ocorreu de duas formas, com o **protestantismo de imigração**, também chamado do protestantismo de colônia ou étnico, como, no caso, dos luteranos oriundos de territórios que posteriormente formaram a Alemanha, onde a Igreja foi totalmente trazida da Europa para o Brasil, como na comunidade de Nova Friburgo – RJ, de 1824[4]; e o **protestantismo de missão**, aonde o missionário vindo do exterior, procurava realizar a obra missionária, buscava converter os brasileiros, sendo apoiado normalmente pelas Sociedades Bíblicas. Dentro dessa perspectiva, podemos citar, a Igreja Congregacional (com o missionário escocês Robert Kalley[5], em 1855, no Rio de Janeiro), a Igreja Presbiteriana (com o missionário estadunidense Ashbeel Green Simonton[6], em 1859, também no Rio de Janeiro) e a Igreja Batista (com Willian Bagby e Zacharias Taylor, em Salvador - BA, em 1882).

Apesar de todas as dificuldades do período do Império, em torno das liberdades religiosas para as populações acatólicas, já que a religião era vista como algo público, em outras palavras, a religião do rei deveria ser a religião do povo, protestantismo conseguira gradativamente romper o monopólio católico.

Já o século XX ficou marcado pela inserção do pentecostalismo[7] brasileiro, que segundo a classificação de Paul Freston apresentou 3 momentos distintos, chamados de 3 ondas, que são:

- a primeira onda, também chamada de pentecostalismo clássico, surgido no Brasil na década de 1910, representados pela Assembléia de Deus (1911) e Congregação Cristã do Brasil (1910);
- a segunda onda, insere-se no país na década de 1950 e 1960, com a Igreja Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1961), surgido dentro do contexto paulista;
- a terceira onda, também chamada de neopentecostais, surge na década de 1970 e 1980, entre elas, a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), surgido no contexto carioca.[8]

Uma análise historiográfica do protestantismo

Analisamos de forma bastante simplificada, como ocorreu à inserção das diversas denominações protestantes no Brasil, sejam elas do protestantismo de missão, de imigração, pentecostal e neopentecostal. Cada um, com as sua particularidades, desse fenômeno plural no universo religioso brasileiro.

A historiografia referida ao protestantismo brasileiro apresentou ao longo desses anos, basicamente duas formas distintas de olhar o protestantismo: uma historiografia apologética e uma historiografia crítica.[9]

A historiografia mais tradicional, ligado ao aspecto positivismo, apareceu sob o aspecto bastante apologético dentro das estruturas denominacionais. Existe primeiramente uma História escrita pelos missionários, pastores, de cunho confessional. Num segundo momento, uma História crítica, quando a pesquisa científica passou a tratar o protestantismo, como objeto de pesquisa, adentrando no universo acadêmico.[10]

Até a primeira metade do século XX, a pouca visibilidade dos protestantes dentro da sociedade brasileira, era traduzida também na sua invisibilidade, enquanto objeto acadêmico. Decorre disso, ser natural, que uma história apologética era produzida de protestantes para protestantes. Em outras palavras, para o consumo interno. Nessa época, o neopentecostalismo não havia surgido no Brasil, o pentecostalismo lentamente se urbanizava, o protestantismo de imigração buscava sair do seu universo linguístico e cultural (como os luteranos alemães, que se nacionalizavam no período do governo Vargas) e o protestantismo de missão já não apresentava o mesmo crescimento do século XIX (quando estava ligada a idéia de modernidade e do progresso).

A legitimação da história apologética ocorria em defesa da confessionalidade, procurava em linhas gerais romancear um passado, enfatizar as dificuldades de evangelização no país, as longas e penosas viagens missionárias, enfim mostrar um passado institucional glorioso para cada denominação. Não existia uma “história protestante”, mas sim, um conjunto de histórias denominacionais, dos batistas, dos luteranos, dos presbiterianos e assim, por diante. Dessa forma, ocorria a valorização dos grandes vultos da história. Os presbiterianos, por exemplo, valorizavam as biografias dos homens ilustres, como dos missionários Simonton, Blackford,Landes; os batistas, dos Bagby;os congregacionais, com Robert

Kalley; enquanto, os pentecostais buscavam mostrar a relação entre a história e ação do Espírito Santo.

O marco de uma historigrafia do protestantismo brasileiro se deu com a obra "O protestantismo brasileiro – estudo da eclesiologia e história social", de autoria do historiador francês Émile G.-Leonárd, uma história vista de baixo, pois:

Contrariamente à tendência dos nossos 'historiadores', quase todos de formação teológica – pois eram ou são ministros do Evangelho e por isso davam mais atenção aos problemas doutrinários e administrativos, assim como as lutas com o catolicismo -, Léonard procurava, mesmo no estudo destes, focalizar a massa, o corpo de fiéis, dedicando a atenção e simpatia até por assim dizer 'marginais' e por isso ignorados ou subestimados nos meios eclesiásticos oficiais.[11]

A década de 1970, assistiu a queda do fenômeno religioso, como objeto de pesquisa. Isto ocorreu devido à tradição historiográfica marxista no período, que compreendia a religião como aparelho ideológico do Estado, como na versão althusseriana, como relatado a seguir:

...houve quem, desejando obliterar os fatos historicamente comprováveis, tentasse reduzir as manifestações religiosas e as igrejas às condições de simples 'aparelhos ideológicos do Estado', como é o caso de Louis Althusser em um livro exatamente denominado, **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**, como se a fé e as religiões que lhe dão suporte não tivessem suas especificidades e peculiaridades, seu modo específico de se constituírem e, como manifestações superestruturais, não tivessem a sua relativa autonomia[12]

A influência dessa historiografia marxista já não é tão presente, como podemos perceber nas atuais tendências historiográficas sobre o

protestantismo brasileiro, reabilitado como objeto de investigações acadêmicas, como mostrado a seguir pela força da História Cultural, de origem francesa.

As tendências atuais da historiografia protestante brasileira

A historiografia protestante brasileira já está consolidada no meio acadêmico brasileiro, apresentando uma variedade de pesquisas relativas a essa temática. O crescimento numérico dos pentecostais e neopentecostais na sociedade brasileira e sua grande visibilidade na mídia, fez com que a produção acadêmica acompanhasse esse processo, havendo neste sentido mais pesquisa sobre esses dois grupos do que os protestantes históricos. . Enquanto, geralmente o protestantismo histórico apresenta, em geral, arquivos bem cuidados e prontos para serem pesquisados pelo historiador; os trabalhos em relação aos pentecostais,são trabalhos mais de campo, envolvendo entrevistas orais, observações da liturgia dos cultos, preenchimento de formulários, devido muitas vezes à escassez de arquivos organizados, as dificuldades de acesso, a uma cultura oral e não-escrita (como no caso, da Congregação Cristã do Brasil) e análises de discurso de fontes televisivas e de rádios.

Percebemos também uma interdisciplinariedade entre historiadores, sociólogos, antropólogos, pesquisadores da religião nas investigações acadêmicas.[13] Essa interdisciplinariedade em conjunto com a influência da historiografia cultural francesa aplicada as pesquisas científicas sobre o protestantismo nacional permitiu o aparecimento de novos questionamentos, uma nova história-problema sobre o cada vez mais complexo universo protestante nacional. Assim,surgem novas temáticas, como por exemplo, o papel da mulher na igreja, o cotidiano dos fiéis, o tele-evangelismo, o papel

da mídia evangélica, a participação política dos evangélicos, a espetacularização da fé ao lado de temas tradicionais, como as escolas evangélicas e as questões doutrinárias.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos uma rápida abordagem sobre as diferentes vertentes do protestantismo e como se inseriram dentro do universo religioso. Percebemos duas formas historiográficas: uma história apologética, ligada a uma história positivista e de outro lado, uma história crítica, ligado à Nova História, também chamado de História Cultural. Enquanto nas Universidades e Centros de pesquisa a História Crítica é dominante, segue-se ao lado uma História Apologética, normalmente valorizando a continuidade histórica e antiguidade institucional e para consumo interno.

Por último, percebemos que a complexificação do protestantismo nacional, obrigou aos estudiosos da religião a multiplicarem os seus olhares, as suas perspectivas, as suas fontes, para entender esse fenômeno plural que é o protestantismo, ou no dizer de Antônio Gouvêa Mendonça, dos "protestantismos".[14]

Notas Bibliográficas

[1] Incluo aqui com protestantismo tanto as denominações históricas, quanto os pentecostais e neopentecostais.

[2] Também chamado de huguenotes.

[3] REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil.** São Paulo: ASTE, 1993. p.39.

[4] MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Introdução ao Protestantismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1990.p.17-18.

[5] O fato do missionário escocês Robert Kalley, exercer o ofício de médico e falar português (pois havia morado na Ilha da Madeira, onde fora expulso por perseguições religiosas) ajudou na evangelização. Assim, combinava o conhecimento médico com a questão espiritual de sua pregação.A sua esposa Sarah Poulton Kalley marcou pela composição de inúmeros hinos evangélicos.

[6] Enviado da Pensilvânia (EUA) para ser missionário no Brasil, onde em 8 anos de trabalho, fundou a primeira Igreja Presbiteriana (atualmente a Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro), o primeiro jornal evangélico do país, chamado "A Imprensa Evangélica." Morreu, vítima da febre amarela, na capital carioca.

[7] O pentecostalismo se caracteriza pela ação do Espírito Santo, através da glossolalia (dom de línguas), curas, exorcismos e profecias, que são aspectos valorizados. O pentecostalismo moderno iniciou em Los Angeles no início do século XX, procurando resgatar o pentecostalismo descrito no livro de Atos dos Apóstolos.

[8] Cf. FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro in: ANTONIAZZI, Alberto (org.). **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo.** Petrópolis: Vozes, 1994.p 67-159.

[9] GIL, Benedito M; SIEPIERSKI, Paulo D.(org) **Religião no Brasil**: enfoques,dinâmicas e abordagens. In: O Protestantismo brasileiro: um balanço historiográfico.SILVA, Elizete da. São Paulo: Paulinas,2003 (Coleções ABHR) p.127-130.

[10] Id. Ibid.

[11] SALUM,Isaac (prefácio) in: LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro** – estudo de eclesiologia e história social. São Paulo: ASTE, 1963. p.8.

[12] MANOEL,Ivan Aparecido(org.).**Caderno de Resumos do VI Simpósio de História das Religiões.** Franca:UNESP.01-04 jun.2004.p.6.

[13] Interessante perceber o surgimento na década de 1990, da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) e de cursos de Ciências da Religião, inclusive nas pós-graduações.

[14] MENDONÇA,Antônio Gouvêa. **Introdução ao Protestantismo no Brasil.** São Paulo: ASTE,1993.

O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822) e os símbolos do Império

Eduardo Romero de Oliveira
Prof. Assistente Doutor de História - UNESP

Este texto concentra-se no exame do cerimonial régio fundador da monarquia constitucional brasileira: a sagração e coroação do Imperador D. Pedro I. E nosso exame parte justamente do seu caráter litúrgico, para compreender porque este aspecto foi considerado essencial então, para afirmar a autonomia e definir o poder político do novo Império. Esta caracterização requer dois cuidados metodológicos.

Propomos aquele primeiro cuidado metodológico com intenção de inquirir se os possíveis modelos cerimoniais que os organizadores poderiam ter em mãos para compor esta cerimônia. Há duas hipóteses em questão. A primeira afirma um modelo externo. Uma testemunha do evento, o plenipotenciário austríaco Barão de Mareschal, reporta que este lhe lembrou um outro, a sagração de Napoleão Bonaparte, ocorrida em 1804.[1] Provavelmente os organizadores do cerimonial do novo Império brasileiro conhecessem a sagração de Bonaparte, como José Bonifácio. Contudo, não há nenhum motivo evidente para estes terem se pautado pelo cerimonial napoleônico; pelo contrário, a figura de Napoleão era extremamente negativa na Corte português. É justamente contra esta imagem da unção do usurpador e do castigo divino que parecesse se colocar a sagração de D. Pedro: de sustentar a aclamação de um monarca legítimo. Uma segunda hipótese mais consistente considera que os procedimentos foram estabelecidos por recurso ao Pontifical Romano, de fins do século XVI - um documento no qual constavam as regras que dispunham sobre a sagração dos reis.[2] Mas nosso questionamento é anterior: cabe perguntar porque se optou em utilizar os procedimentos religiosos de sagração na

aclamação de D. Pedro? Ressalve-se ainda que há detalhes da sagração de D. Pedro que também não tem precedentes, caso das insígnias imperiais. O cetro utilizado pelo Imperador em nada se assemelha ao utilizado por D. João VI (vide Fig. 2, em anexo) – nem o Pontifical Romano prescreve a sua forma.[3] O cetro foi confeccionado como uma grande vara, ao invés de um bastão como foi o modelo de João VI (vide Fig. 3). Mesmo a coroa de D. Pedro I em nada se assemelha com a de D. João VI (vide Fig. 1 e Fig. 3). Os integrantes da comissão do cerimonial conheciam este modelo, e possivelmente também os artífices fluminenses, mas não o seguiram. Trata-se, portanto, de refletir sobre a opção por um procedimento religioso num evento que busca afirmar não apenas o poder régio, mas também a autonomia política.

Consideremos, em segundo lugar, qual a função da religião na compreensão dos membros da Junta organizadora da aclamação de D. Pedro. Para José Bonifácio, membro da Junta, os homens não são capazes pelas paixões, tanto quanto pelas necessidades, de criar governos regulares. Estes governos apenas advêm da extensão da inteligência e da atividade individual.[4] Segundo José Bonifácio, o homem é um autômato sem aquela faculdade da razão e desta atividade, guiado tão somente pelos prazeres grosseiros e pela inevitabilidade de suas necessidades. E a conversão dos homens bárbaros (como seriam os índios, para o Andrada) em homens civilizados, que vivem em governos regulares, depende da educação. Assim foi a catequização jesuítica que permitiu aos índios alcancem os elementos primeiros destas condições: o aprendizado dos cálculos e que se viva debaixo das leis do evangelho. São estes elementos que permitem produzir, comercializar e obedecer; através deles, poder-se-ia ensinar os benefícios do uso dos bens e do dinheiro. A catequese aprimora nos indígenas a faculdade do entendimento, permite que aprendam o autocontrole e a obediência à autoridade superior. Enfim, a catequese institui um governo regular e se propõe dotar os

homens do uso da razão para que aprendam a governar a si mesmos, e ministrará também o respeito aos governantes, mostrando aos indígenas seus deveres. Deste modo, a educação religiosa contribuiria para formar um governo regular e um centro comum de união política.

Assim, cabe analisar em profundidade, como os procedimentos religiosos concebem o poder político atribuído a D. Pedro. Se não encontramos maiores informações dos próprios organizadores, temos no sermão de Frei Sampaio, proferido durante o cerimonial, um documento que pode nos dar algumas indicações. A imagem de D. Pedro será apresentada aqui num entrelaçamento de elementos religiosos e políticos. Pela caracterização religiosa, o Imperador é o ungido do Senhor, "aquele que recebe a sanção religiosa e por isto, a proteção divina".[5] Por este meio recebem de Deus a marca de "seus representantes sobre a terra"; e, citando a história bíblica da escolha do Rei Salomão, o frade expõe a glória alcançada pelos povos que por causa dessa sanção respeitaram seus monarcas, e o desastre daqueles que não o fizeram. Assim, o cerimonial de sagração marcando o "representante" com o selo sagrado da inviolabilidade. Contrapondo o exemplo das desgraças que assolaram as nações ao macularem o torno, coloca-se o da monarquia constitucional que se inaugura no Brasil: o respeito às leis, uma constituição e a inviolabilidade real. E mais, D. Pedro foi posto no destino do Brasil, para que através dele se obtenha riqueza e, mais importante, a sua sustentação dos direitos dos cidadãos. Esta fundamentação teleológica permitiria identificar nele o "augusto representante da nação". Uma idéia de representação também perpassa o sermão de Frei Sampaio, significando ao mesmo tempo "representante de Deus" e "representante da nação". Portanto, a divindade (fonte primeira de poder) e o povo, que ratificou a decisão daquele, deram as sanções religiosas e política para eleição de D. Pedro como monarca do novo Império do Brasil. Enfim, a idéia de representação

política traz consigo um forte teor religioso, na medida em que a sanção política confirma a decisão divina – aos moldes da idéia de que a dinastia regente materializa na dimensão temporal o desígnio de Deus. Caráter ambíguo da eleição de D. Pedro, que teria sido aclamado pela vontade do povo e ao mesmo tempo pela vontade divina – em que esta se materializa naquela. Enfim, temos no sermão três fundamentos políticos da nova monarquia que o procedimento religioso da sagração estabeleceu: legitimidade do monarca constitucional, o caráter teleológico do que era a representação política do imperador e a inviolabilidade sagrada do monarca.

Nossa análise do cerimonial deve considerar ainda a questão da eficácia política pretendida: contra quem foi proposta esta relevância da religião, e também contra quem foram contrapostos aqueles três fundamentos políticos, expostos nos sermão de Fr. Sampaio. Afinal a sagração foi proposta pela Junta organizadora do cerimonial num momento de embate entre o governo do Imperador e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Havia, portanto, um potencial conflito de autoridade entre o poder do Imperador D. Pedro I e o da Assembléia: entre o poder intocável do imperador e o poder dos deputados constituintes para instituir a organização social. E esta divergência colocava em debate a restrição às funções dos poderes e as condições de exercício de cada um, e questionava particularmente se o poder real estaria alheio à confecção das leis ou não. O que estava em questão era uma delimitação dos poderes que legalmente comporiam o Estado imperial.

Destacamos como o recurso à religião na sagração de D. Pedro contribui resolver este conflito em favor do imperador, tendo a razão por princípio político. A sagração do novo Imperador recorre ao “dever de consciência” como depositário do respeito que lhe é devido. Quando o sermão de Frei Francisco de Sampaio, pronunciado na sagração, foi publicado no jornal *O Regulador Brasileiro*, teve uma epígrafe muito significativa:

“Établissons nos institutions sur l’amour des citoyens, et sur leur volanté eclairée” (estabeleçamos nossas instituições sobre o amor dos cidadãos e sua vontade esclarecida). O respeito e obediência ao Imperador são produzidos através da exortação ao devoto, que deve apreender os sinais divinos e avaliá-los em sua consciência, guiando sua vontade pelo que lhe dita na sua consciência – posterior à natureza e um artifício humano, como as leis positivas. Assim, na sagração de D. Pedro I, está proposta uma dimensão normativa sustentada internamente, e na qual atuam os deveres religiosos e civis, a “obediência às leis e ao Imperador”. No lugar de marcar no corpo do súdito a sujeição, buscava-a na interioridade do homem, numa disposição moral de obedecer e que lhe fosse de algum modo inerente. Nesta relação o dever é uma disposição racional de obediência, princípio consciente e voluntário, em que o cidadão identifica nesta situação a realização de sua felicidade, daí o afeto pelo soberano.

Ao comentar as garantias para que um povo encontre sua felicidade e seus direitos sem cair nas desgraças da guerra civil e do despotismo, Frei Sampaio aponta além do respeito às leis “uma Constituição firmada sobre as bases do *direito das gentes*”. Este direito das gentes estaria fundamentado nas disposições da Natureza, e que os homens podem conhecer através do recurso à sua “razão natural”. O que se propõe então na sagração de D. Pedro I é que tanto a autoridade do Imperador quanto o próprio do poder da Assembléia Constituinte estariam baseado naquela “razão natural”, própria de todo homem, e que exigia uma obediência absoluta às Leis.

Tais considerações permitem-nos observar alguns outros aspectos do cerimonial da sagração de D. Pedro I. Vide as insígnias que o D. Pedro leva consigo. Estas permitem compor a cena do Imperador indo para a batalha, “marchando à sua frente com a tábua da Lei em uma mão, e noutra com a vara da Justiça”, isto é, a Constituição e o cetro – conforme o sermão de Frei Sampaio. Observamos que D. Pedro sustém um bastão

durante a cerimônia (o cetro imperial), que não é idêntico ao cetro real de D. João VI – com a forma de um pequeno bastão curto e símbolo tradicional do poder régio em Portugal (vide fig. 2). Aquele de D. Pedro I assemelha-se, isto sim, ao báculo, o cajado dos bispos e indicativo da função pastoral, daquele que guia os povos para a salvação das almas (vide fig. 3). Uma semelhança que Sampaio ressalta logo no início do sermão da sagração. E como Cristo, na imagem do Bom Pastor, está disposto a dar sua vida por aqueles que conduz. E Sampaio ressalta também o dom do Imperador: sua eleição pela Providência para o reinado do Império do Brasil. Ora, se a coroa imperial não tem a forma tradicional de coroa régia, assemelha-se porém à mitra: barrete usado pelos bispos como insígnia do poder de jurisdição no bispado, que foi concedido como um dom, um poder ofertado pela Providência.[6] O báculo e a mitra são insígnias daquele que detém um poder de reger e julgar, derivado da Providência divina e que se exerceria com propósito de salvação espiritual dos homens. Destacamos assim algumas remissões formais entre as insígnias episcopais e as imperiais, que o sermão de Sampaio estabelece direta ou indiretamente. E que as faz para afirmar um outro poder de salvação exclusivo do Imperador: a defesa dos direitos constitucionais. Enfim, é preciso refletir um pouco mais cuidadosamente sobre a articulação entre a dimensão política e a religiosa efetuada na cerimônia de sagração de D. Pedro I.

Note-se, em primeiro lugar, que na imagem do imperador com as insígnias está simbolizado aquele que é o ungido de Deus, um “de seus Representantes sobre a terra”, como descreve o próprio Frei Sampaio. O imperador apresenta-se como um sacerdote, agora sagrado, e que detém o poder de justiça para fazer valer os direitos e liberdades de seu povo – o sermão do Frei Sampaio alude à “vara da Justiça”. Em segundo lugar, são direitos que, como a Constituição a ser redigida, repousa nos “direitos das gentes”, isto é, no direito natural. Entrecruzam-se aqui os direitos naturais dos homens e a ordem

universal posta por Deus, aqueles direitos refletindo esta ordem e reafirmando-se. Assim, defender os direitos dos povos é também fazer cumprir a Lei suprema estabelecida pela vontade de Deus. Representante divino na terra, o imperador é também defensor da Constituição, dos direitos e liberdades da nação: operador de justiça humana e divina simultaneamente. Daí as imagens de sacerdote e soldado superpõe-se de maneira coerente no cerimonial da sagração. Cerimonial em que o princípio da inviolabilidade do monarca adquire caráter sagrado (pois está posto na Lei de Deus) e valor político, pois é centro de unidade e defesa dos direitos constitucionais. De maneira que o poder político de D. Pedro fundamentará sua autoridade nos próprios princípios de uma razão natural - aos quais a redação da Constituição deve igualmente se submeter - como também na soberania divina – a que todo ser vivente e criatura de Deus está incondicionalmente sujeito.

A imagem do Imperador como defensor constitucional reúne tanto caráter de realizador dos desígnios divinos através do poder político, quanto representante da vontade dos povos que elegeram D. Pedro. Uma primeira indicação desta articulação é a dupla eleição (divina e popular) aludida por Frei Sampaio e pela qual estaria se coroando D. Pedro. O fato de que a figura do Imperador seja assim composta leva-nos a descartar uma análise pautada pela simples contraposição da imagem do rei-salvador ao ideário revolucionário. O que temos ao contrário é um entrelaçamento paradoxal entre a imagem do rei-salvador e símbolos de ruptura com um poder monárquico “absoluto” (“a tábua da lei” constitucional), entre a teoria do direito divino (expressão da vontade de Deus) e o moderno conceito de representação política (expressão da vontade popular). Por isso, a dimensão política nesses anos 1820, no Brasil, é o resultado destes elementos entrecruzados, nos quais a alteração e a mudança são difíceis de identificar. Outra indicação é o fato de que a coroa do Imperador, de formato distinto daquela da coroa do

rei português, reproduz a "coroa imperial portuguesa" - localizamos esta "coroa imperial" já num pendente de Banda da Cruz de Sant'Iago, do ano 1812 (vide figuras 5 e 6, em anexo).[7] O que temos agora no cerimonial da sagração de D. Pedro I é justamente o entrelaçamento desta insígnia imperial, já conhecida pelos artesãos como "coroa imperial portuguesa", com o cajado – que é tanto símbolo religioso da função pastoral do bispo, quanto do detentor de Justiça e dom da Providência. Isto caracteriza o poder imperial de D. Pedro como um poder imperial supremo que tem por objetivo a salvaguarda de direitos constitucionais, definindo o Imperador como governantes eleito por Deus e ratificado pelo povo. E também alusiva ao estabelecimento daquele vínculo é a formulação de que se os cidadãos examinarem suas consciências, encontrarão ali desígnios divinos - os quais confirmam a escolha daquele. Este governo protetor que surge então traz como seus fundamentos a vontade de Deus e a "vontade dos povos", reunidos no poder político de D. Pedro. Enfim, a imagem do Imperador-defensor permite-nos sustentar a hipótese de uma articulação entre o dever real de salvação e a vontade da nação. Com a sagração de D. Pedro I fez-se um uso moderno do procedimento antigo da sagração, para constituir uma sujeição política fundamentada na razão universal do Homem.

---

[1] MARESCHAL, Barão de. Correspondência do Barão Wenzel de Mareschal. (1821-1822). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 80, p. 131, 1916. Ofício de 3 de dezembro de 1822, n. 39, letra A. Esta hipótese foi endossada, mais recentemente por Maria Ribeiro, para vincular este cerimonial e a sagração dos reis franceses. Cf. RIBEIRO, Maria Eurydice de B. *Os símbolos do pod*er. Brasília: UnB, 1995.

[2] Cf. SCHUBERT, M. Guilherme. *A coroação de D. Pedro* I. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

[3] Vide as reproduções da coroa e cetro de D. João VI no catálogo da exposição D. João VI e o seu tempo. *D. JOÃO VI e o seu tempo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. Figuras 1 e 2, em anexo.

[4] SILVA, José Bonifácio de Andrade e. "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil". In: *Projetos para o Brasil*: José Bonifácio de Andrade e Silva. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras: Publifolha , 2000. p. 49.

[5] "Sermão que na cerimônia da sagração do Imperador D. Pedro I fez Fr. Francisco de Sampaio", publicado n' *O Regulador Brasílico*, Rio de Janeiro, nº 21, 1822. Reproduzido em SCHUBERT, op. cit., p. 81-86.

[6] CF. BECKER, Udo. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Edwino Royer. São Paulo: Paulus, 1999, p. 292. Ver também HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário dos símbolos*: imagens e sinais da arte cristã. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1994, p. 52-53; p. 276-278. Vocábulos "bastão", "pastor"e "mitra", respectivamente. Aliás, aqueles bispos que tem direito a mitra portam um cajado curvo, voltado para fora. Cf. HEINZ-MOHR, idem, p. 251.

[7] Este exemplar está reproduzido em *D. João V e o seu tempo*, op. cit. Figuras 5 e 6, em anexo. Se a coroa imperial materializa o "projeto político de um poderoso império" de D. Rodrigo Coutinho, conforme a tese de Maria de Lourdes Lyra, isto não pudemos confirmar durante a pesquisa. Este pendente em particular pode ter

sido concedido por mérito nas lutas contra a ocupação francesa. De todo modo, o que importa são as reativações de conceito, símbolos e alusões a um Império, apesar de distintas.

IDÉIAS DE HISTÓRIA E DIREITO NATURAL NAS CERIMÔNIAS RÉGIAS DE D. JOSÉ I (1750) E D. MARIA I (1777)

Eduardo Romero de Oliveira
Prof. Assistente Doutor de História - UNESP

1. Introdução

Um exame superficial dos cerimoniais setecentistas de aclamação dos reis portugueses permite-nos perceber como estes rituais eram constituídos por alguns elementos bem evidentes. Num primeiro exame, temos os principais elementos constitutivos deste cerimonial: um conjunto de regras de conduta, a exposição de atos e decoração, fórmulas de juramento. Estes elementos levam-nos a considerar o cerimonial de aclamação tanto pela sua dimensão reguladora e visível, quanto pela realização de um compromisso entre o monarca e os súditos. Além disso, se este cerimonial denomina-se como de preito e homenagem ao Rei, devemos procurar compreender estes termos a partir destas regras e fórmulas: isto é, como esta dimensão reguladora e o juramento constituem sujeição e respeito, produzindo uma dimensão política e caracterizando a relação entre o monarca e os súditos.

Temos então alguns procedimentos, termos e imagens que precisam ser examinados porque são os elementos definidores de uma dimensão política na monarquia portuguesa, durante o século XVIII. A pergunta que podemos colocar é se esta disposição formal, presente em diversas aclamações ocorridas naquele século, estaria isenta de todo movimento intelectual que perpassava a Europa? Ou dito em outros termos, esta repetição formal passaria ao largo das alterações mentais, aos quais se deu o nome de Iluminismo? É neste problema que o nosso texto se concentra: se há algum tipo de alteração na dimensão política em Portugal na segunda metade dos Setecentos. Colocaremos esta questão com relação tomando os cerimoniais régios, em particular dois

cerimoniais: a aclamação de D. José I (1750) e de D.a Maria I (1777). Examinamos neste texto como o poder político foi definido nesses cerimoniais, procurando averiguar se estas reiteradas demonstrações de sujeição estiveram imunes às novas concepções e teorias do século das luzes. E concentramo-nos justamente nesta formulação jurídica de um compromisso entre monarca e súditos, para vislumbramos a definição de um poder real no final dos Setecentos.

2. Elementos de consciência

Isto leva-nos a expor primeiramente a concepção jurídica vigente até meados do Setecentos, para podermos entender então a sua pertinência do procedimento de juramento dentro do cerimonial de aclamação. Neste sentido, temos de considerar aquele conjunto de relações, aquela configuração que se estabeleceu entre os cerimoniais monárquicos seiscentistas e o campo jurídico. Nos *Regimentos* da Mesa de Consciência e Ordens, redigidos quando de sua reestruturação, em 1608, uma noção de consciência do Rei tinha se afirmado em contraposição ao um debate em torno da idéia de uma Razão de Estado, ainda no século XVI. Neste debate afirmava-se sempre uma Razão que era distinta do mundo jurídico (que se pautava pela moral cristã), como uma nova ciência propositora dos limites de ação política. Para administradores ou diplomatas, que se abstinham de tomar as ações do Estado em função das virtudes cristãs; enquanto que os teólogos tomavam esta ciência da ação como propriamente sua e baseada na moral cristã. Desde modo, o estabelecimento desta Razão tornou-se foco de disputa entre magistrados e teólogos.[1]

Em contraposição a esta discussão sobre a Razão de Estado (seja aquela defendida pelos magistrados, seja pelos teólogos), os *Regimentos* foram concebidos por juristas segundo uma noção da consciência do Rei, a qual estaria assentada em leis: nas ordenações do reino ou nas resoluções que a própria Mesa da Consciência dispõe. Para

o que havia sido restabelecida a prática do jurista italiano Bartolo de Sassoferrato (1314-1357), tanto como método de trabalho para identificação das leis vigentes no reino, quanto reconhecimento do direito romano como direito subsidiário às leis do reino. Será, portanto, na forma de leis que se apresentam prescrições de consciência, e organiza aquele acúmulo de prescrições depositado no tribunal. Por se manifestar como legislação e jurisprudência, esta consciência do Rei será entendida como Direito. O que temos então seria uma concepção de Direito vigente na monarquia portuguesa até meados do século XVIII, e reconhecível na jurisdição eclesiástica e na secular. Segundo esta concepção, os juristas portugueses seiscentistas colocavam a Jurisprudência como a própria "ciência moral" (a Ética), um conhecimento dos costumes e que diz respeito à monástica (ao governo do indivíduo), à economia (o governo da família) e à política (governo do reino).[2] A Jurisprudência estabelecia então uma continuidade entre o indivíduo, a família e o reino por serem todos objetos de governo moral. Isto recoloca a discussão em termos da idéia de bom governo e da formulação de uma ciência moral, desqualificando o recurso a uma noção de Razão de Estado proposta pelos teólogos e magistrados. Enfim, os juristas seiscentistas procuram afirmar esta ética numa Jurisprudência.

Esta concepção de Direito, em sua forma cerimonial, estaria presente ainda na aclamação de D. José I, em 1750. O procedimento de juramento ratifica uma relação entre os súditos e o monarca português que estaria assentada num determinado conjunto de prescrições legais pré-existentes (os "bons costumes, privilégios, graças, mercês, liberdades e franquezas", conforme a fórmula do juramento pronunciada pelo Rei). E confirma ainda um poder real cuja legitimidade residiria na herança. O levantamento da pessoa de D. José ao trono é um acúmulo de instruções legais e deveres herdados, que se sobrepõe à sucessão natural.[3] Deste modo o cerimonial de aclamação de D. José I concebe o procedimento de juramento conforme aquela concepção de Jurisprudência – um conhecimento que é a memória e consciência do Rei, das resoluções legais e

privilégios concedidos. Além disso, os procedimentos cerimoniais (do cortejo, de distribuição dos lugares na cerimônia e as instruções sobre os atos) formalizam uma atribuição de precedência que regia a relação entre os súditos e o monarca português (tanto dentro da Corte, como também na administração do Reino). Uma precedência legada pela tradição, proposta como distribuição do *status* social a partir do rei e que se superpõe ao cerimonial cortesão. Toda esta formalização da conduta terá seu equivalente jurídico no auto de levantamento real. E o procedimento cerimonial do juramento é uma manifestação do poder real enquanto uma moral, mas também um ritual de valor jurídico – em que os participantes assinam inclusive o auto do juramento. E a regulação das condutas que esta jurisprudência propõe enquanto uma ética, por sua vez, articula-se com as regras de precedência.

3. A instituição de uma razão histórica e natural

O cerimonial da aclamação de D. Maria I tem uma estrutura equivalente à daquele de D. José I (cortejo, juramento e aclamação). Mas há alguns detalhes desta cerimônia que merecem destaques, pois nos parece indicativo de uma outra concepção de poder real estabelecido por este cerimonial monárquico português.

O primeiro deles encontramos no discurso do desembargador, transcrito no relato do oficial do cerimonial, o *Auto do Levantamento e Juramento*, observamos a alusão às antigas Cortes de Lamego, que teriam estabelecido o direito de sucessão real. O discurso de Dr. José Ricalde Pereira de Castro, desembargador do Paço e do Conselho do Santo Ofício, faz alusão à legitimidade de sucessão por Maria I como um direito histórico, estabelecido pelas antigas Cortes de Lamego. Nestas Cortes teriam sido juradas “aquelas leis primeiras constitutivas e fundamentais desta Monarquia, tão sagradas e invioláveis, que até os mesmos Reis lhes devem render sujeição”. [4] Assim, o cerimonial possui um valor jurídico, já que se trata de ratificar uma legitimidade segundo um direito antigo. E

cujo cumprimento teria sido questionado na sucessão de D. José I, pois a execução deste direito apresenta-se assim impreterível. Isto faz com que o fundamento do poder real seja considerado na história, como um direito antigo, primeiro e inviolável que tem sido ignorado mais recentemente. A alusão às Cortes, num comentário histórico de um direito de sucessão, sustenta a legitimidade da nova regente, e afirmam o caráter obrigatório da obediência a este direito.

Além da afirmação de um direito histórico, no cerimonial de aclamação de D. Maria I, o discurso do desembargador Pereira de Castro atribui uma origem divina ao poder real. Alude que os votos de toda a nação são "[...] tão certos e constantes que se a natureza não deferisse a V. Majestade a coroa e o cetro, como deferiu pelo imutável direito de primogenitura lhe seriam sempre devidas estas insígnias do alto e supremo poder pela geral aclamação dos seus vassalos".[5] Tal formulação contrasta com o destaque ao poder político herdado pelo sangue e que carrega consigo um acúmulo de prescrições legais; uma herança natural e jurídica da qual o monarca não pode se desvincular porque é o que constitui o poder real. No sentido estrito da palavra, trata-se de um poder real constituído no decorrer do tempo. Diferente desta base cumulativa, o desembargador Pereira de Castro conceberia, ao recorrer à tese do direito divino, um poder cuja fundamentação seria duplamente transcendente: divina e natural. Sendo metafísica e espiritual por conta da divindade, esta transcendência natural tem caráter universal e é temporal.

E este direito hereditário instituído pelas Cortes acabaria por conceder o poder àquelas mesmas pessoas a quem Deus concederia o poder. De modo que de Deus e da História resulta a felicidade atual dos povos portugueses. Pereira de Castro conclui assim que a história só pode confirmar a natureza da monarquia: de que o poder político seja exercido pelo monarca, e apenas seus sucessores serão igualmente revestidos por Deus destes régios e supremos poderes. É assim que o discurso do desembargador Pereira

formula o poder real pela assunção simultânea destes dois fundamentos (histórico e natural). Ambos se reforçam numa narrativa teleológica e tornam imperativo o reconhecimento da titularidade de D. Maria e a legitimidade de seu reinado.

Observamos que estes dois fundamentos encontrados no cerimonial de D. Maria I (um direito histórico e a origem transcendente do poder real) foram definidos teoricamente e admitidos politicamente pela reformas pombalinas (jurídicas e ensino) das décadas de 1760 e 70. Então, estas reformas jurídicas e do ensino confrontarão, pela primeira vez, aquela concepção de direito hereditário, pois o ensino do direito natural permitiu conceber o poder real em proposições distintas daquele.

As reformas jurídicas repudiavam a predominância do ensino dos jesuítas e seu método pedagógico racional, e procuravam atingir também o método da escola bartolina, consagrado nos estudos jurídicos no século XVII, em Portugal. Este orientava o trabalho dos juristas para aquele acúmulo de precedentes jurisprudenciais (das ordenações, do direito romano, canônico e decisões reais), construindo a argumentação jurídica em função do recurso à autoridade dos tratadistas (a *opinio communis doctorum*). Tal método de trabalho fora rompido, num primeiro momento, por uma lei de 1769 (a Lei da Boa Razão) que colocava todo julgamento em função dos "princípios de direito natural ou das gentes" e da jurisprudência da Casa de Suplicação.[6]

Em desdobramento a esta legislação, num segundo momento, em 1772, temos a reforma do ensino jurídico, que atingiu a estrutura deste ensino e os autores aos quais ela se remetia. Buscava-se então estabelecer os meios para se reconhecer a antigüidade dos costumes e das leis romanas em Portugal, como também o que seria a "boa razão" e o "direito natural", que a lei de 1769 deixara em aberto. Os *Estatutos Pombalinos da Universidade* (1772), que estabeleceram as diretrizes do ensino jurídico em Portugal, tomavam por referência a retificação do uso moderno que havia sido proposta pelos juristas alemães do Setecentos, que recorrem à história para investigaram a prática

jurídica germânica (Boehmer, Heinécio e Martini, entre outros). Caberia verificar o próprio uso do Direito Romano em Portugal, enfatizando "a autoridade, que em subsídio das leis pátrias, deram os senhores reis".[7] Quando da reforma de Coimbra, foi nos juristas alemães do Setecentos que se pautou a reforma do currículo dos cursos de Direito Civil e Canônico na Universidade de Coimbra. Esclarecendo que a razoabilidade do direito romano passava pela retificação do "uso moderno das mesmas Leis Romanas" nas nações européias atuais – correção pela adoção de um método histórico de análise dos códigos romano e português e a criação de uma cadeira de história do direto romano e pátrio. Também com objetivo de marcar este uso moderno do direito romano, aliado ao ensino dos princípios que orientariam este direito das gentes, propôs-se uma cadeira de direito natural - cujos compêndios utilizados foram os textos do jurista italiano Carlo de Martini, *Positiones de lege naturali* (1764) e *Positiones de jure civitatis* (1768).

Enfim, temos aqui uma "consciência do Rei" (a deliberação jurídica) afirmada em outras bases: no Direito Natural, produzido pelos juristas alemães que revisaram o *usus modernus*, e na história do direito pátrio de Portugal, escrita ou ensinada por juristas portugueses. A história do direito (canônico ou civil) faz com que o conhecimento jurídico se volte para a origem da lei, procurando apreender as incoerências ou conformidades com a moral cristã (o Direito Divino) e a "Razão Natural" (entendida como o direito natural ou das gentes, praticado nas nações européias). Estes princípios sustentariam os direitos de sucessão natural e na origem divina do poder que pautam o cerimonial de aclamação de D. Maria I.

O juramento de D. Maria I e dos súditos celebraria esta origem divina e a constituição histórica da monarquia portuguesa: de um poder absoluto e superior (porque de origem divina), que fora antigamente acordado em Cortes e se coloca para todos. Mas também ratificação jurídica de um direito natural (o poder supremo e superior do monarca), que está conforme a moral cristã (o Direito Divino que origina o poder real). O

juramento na aclamação de D. Maria I afirma assim uma prática jurídica tal como este se estabeleceu nas reformas pombalinas: um conhecimento pautado pelo direito natural (moderno) e divino (depurado); encontrando nestes os critérios para uma investigação histórica e um método interpretativo; e cujo funcionamento estaria baseado na jurisprudência e na legislação régia. Se o direito de sucessão real era antes concebido como uma herança, baseado na tradição e do arbítrio de um foro que estabelece seu legado; trata-se agora de um direito natural e divino que determina e assegura a sucessão. Esta preocupação em afirmar a sucessão natural tinha como objetivo tático enfraquecer o poder da nobreza e do clero, e ao mesmo tempo reforçar o poder político do Rei. De modo que, no reino português, a formulação de uma idéia de herança natural do monarca (pelo sangue) vai contra privilégios de linhagem da aristocracia. Enfim, ao invés de um acúmulo de legislação, um exame e depuração histórica pelo qual se estabelece qual a legislação vigente que sustentaria o direto de sucessão de D. Maria I.

---

[1] Cf. ALBUQUERQUE, Martin de. Política, moral e direito na construção do conceito de Estado em Portugal. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.1º volume. p. 180-181.

[2] Vide João Salgado de Araújo, *Ley regia de Portugal. Primeira Parte.* Madri, 1627 apud Ibidem, p. 198.

[3] "Vossa Majestade não foi adotado: a natureza e a Providência lhe deferiram com o sangue a sucessão. Mas Vossa Majestade a recebeu tão qualificada com o exemplo, com os documentos e com as instruções de seu Augustíssimo Pai, que esta obrigação incomparavelmente grande, parece que insta por fazer-se mais memorável que o benefício da natureza." Discurso pronunciado pelo desembargador Dr. Manoel Gomes de Carvalho no cerimonial de aclamação de D. José I. Auto da Aclamação d'El-Rei Dom José I. *Revista de História*, São Paulo, vol. IX. p. 241.

[4] Auto de Levantamento, e Juramento, que [...] fizerão à. Rainha fidelíssima Senhora D. Maria I,etc., 1780, p. 23-24. Apud BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I*. 4ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944, p.123.

[5] Auto do Levantamento de D. Maria I apud CASTRO, Zília Osório. Poder régio e os direitos da sociedade. O "absolutismo de compromisso" no reinado de D. Maria I. *Ler História*, n. 23, 1992, p. 16.

[6] Preâmbulo do Alvará de 12 de maio de 1769, § 11 e 4 apud HESPANHA, Antonio. Prática dogmática dos juristas oitocentistas. In HESPANHA, Antonio. *A história do direito na história social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 76-77; p. 132, nota 6 e 7. Nossas considerações sobre a noção de história em fins do século XVIII partem deste trabalho de Antonio Hespanha, rico em informações e indicações bibliográficas sobre a prática jurídica do período.

[7] *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Régia Tipografia, 1773. livro II, tit. V, cap. III, § 16.

Imagens da Saúde na Amazônia

Eduardo Vilela Thielen

Imagens fotográficas, saúde pública na Amazônia, início do século XX. Esses temas se juntam para construir uma história visual e social da saúde na Amazônia.

As fotografias da saúde na Amazônia nos remetem inicialmente ao Rio de Janeiro, onde a fotografia se juntou à ciência e às práticas urbanas de combate às doenças, assim como à memória e à divulgação das suas ações. Consolidada institucionalmente, com a contratação de J. Pinto para o serviço de fotomicrografias do Instituto Oswaldo Cruz em 1908, ela acompanhou as viagens de pesquisa da instituição à Amazônia entre 1910 e 1913, confrontando essa experiência fotográfica com uma já existente desde o século XIX, quando viajantes estrangeiros documentaram imagens exóticas para os europeus e brasileiros contemplarem, alguns deles fixando suas empresas fotográficas na região. Era o período áureo da economia da borracha, responsável por metade das exportações brasileiras, que iniciava seu declínio. Com o intuito de melhorar as condições de trabalho dos seringueiros, as ciências da saúde são chamadas a intervir.

Aí já vemos a primeira idéia que aparece quando pensamos num imaginário criado sobre a região amazônica. Tanto o inferno como o paraíso atraía a atenção de estrangeiros e brasileiros. Ali existia tanto o Eldorado como os perigos de uma natureza selvagem que coloca a vida em risco de sofrimento e morte. Essa dualidade ficou bem expressa na obra de Euclides da Cunha sobre a região, a terra sem história que precisava ser civilizada. E também nas fotografias do período, especialmente nos álbuns ilustrados do início do século, onde a modernidade e o progresso de Belém e Manaus são destacados ao lado de uma natureza pródiga, que necessitava ser melhor explorada e dominada.

Acompanhando obras de infraestrutura, como construção de ferrovias, barragens, modernização de portos, a saúde pública brasileira tomou contato com a realidade sanitária do interior do país, tanto na região das secas como na abundância de águas da Amazônia. Aqui os dois principais nomes da saúde federal no período juntam-se em viagens de

investigação científica e de combate a doenças: Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, entre 1905 e 1913, perscrutam e fotografam a vida e a saúde das populações ribeirinhas dos principais rios borracheiros e das principais cidades da região, inspecionam portos, combatem doenças na construção da ferrovia Madeira-Mamoré e na capital Belém. Suas imagens mostram o quadro de uma região com natureza rica mas dificultada pelo inferno da doença, que pode ser dominada com o conhecimento médico-científico. Daí a necessidade de integrá-la à nação que se pensava litorânea, espelhada na modernidade ocidental, civilizá-la através da saúde.

Essas imagens confirmam o imaginário amazônico construído desde os tempos coloniais, mas, a partir da década de 1910, passam a mostrar a ação humana contra a doença, pensada como empecilho para o trabalhador da região executar suas atividades.

Divulgando esse retrato médico da Amazônia e do interior do país, a saúde pública federal transforma-se em Departamento Nacional e cria os serviços de profilaxia rural em diversos estados do Brasil, que passará a mostrar não só a imagem da doença estudada, mas também combatida e podendo ser dominada. As imagens cumprem um papel também educativo e de propaganda, propondo a regeneração do inferno pela ciência, buscando a possibilidade de transformação em rico paraíso pela promoção da sua saúde.

As fotografias da saúde na Amazônia confirmam o imaginário dual sobre a região, afirmando a doença e o paraíso natural, fundamentando, porém, com uma base científica a intervenção pública no sentido de controlar o inferno e os males da floresta, para civilizar o paraíso.

Com o intuito de relacionar tempos e imagens distintos, as fotos do início do século XX foram confrontadas com as imagens em movimento do período e com fotografias realizadas no final do século, leitura que também buscou comparar as condições de vida e saúde das populações da Amazônia nesses dois tempos. Um tipo de pesquisa onde aparece claramente o tempo da memória, a recordação, a história oral, relacionados ao mesmo espaço e a diferentes meios de produção de imagens. A fotografia preto e branco e a colorida, o filme mudo e o vídeo digital, juntam-se para pensar permanências e

transformações, o espaço e a imagem mudados pelo tempo, problematizando o fascínio que as imagens técnicas despertam, em um presente que já foi qualificado como tempo das imagens.

A história pensada com documentos visuais em um determinado âmbito da ação pública, a saúde da região amazônica, onde notamos situações econômicas e sociais distintas entre o início e o final do século passado, refletidas no quadro nosológico da região, mas também permanências, como as principais endemias da Amazônia. Mudam as realidades e a saúde, mudam os meios de registro visual, mas imagens semelhantes continuam. O que nos leva a dizer que a proposta da saúde pública de transformação do imaginário amazônico do inferno em rico paraíso saudável ainda não foi realizada. O desenvolvimento amazônico vem sendo objeto de práticas que têm agravado a questão sanitária e ambiental. A devastação florestal e a urbanização das populações amazônicas fizeram com que as doenças também se urbanizassem. O aumento da população no século tem curvas de deflação nos períodos de crises econômicas da borracha, mas no final prevalece uma grande ampliação com a implantação da Zona Franca de Manaus e suas indústrias eletro-eletrônicas e os projetos de colonização agrária com contingentes vindos do sul do país, desenvolvendo as capitais dos estados e criando cidades hoje de porte médio. As doenças antigas permanecem em novo contexto, enquanto as novas, as crônico-degenerativas, ficam tão significativas como as endemias do passado. Neste contexto as imagens continuam a desempenhar um papel importante no conhecimento e ação pública da saúde no Brasil, não só como registro, mas como meio de divulgação do saber médico-sanitário e sua ação. As novas mídias de imagens estão hoje muito presentes tanto na medicina, com suas novas tecnologias de diagnóstico individual, como na saúde pública, com a incorporação do geoprocessamento para o diagnóstico social de grandes áreas territoriais.

A objetividade da fotografia e das imagens técnicas, particularmente em suas utilizações científicas, sempre foi questionada, mas a idéia do seu caráter verdadeiro, prova de realidade, se perdeu a força que tinha no primeiro século de sua existência, permanece

em amplos contextos sociais. Pensá-las nos seus circuitos sociais de produção, circulação, consumo e permanência, e lê-las com o olhar crítico do presente e do passado, são passos necessários para uma melhor compreensão dessas imagens que dominam nosso cotidiano. Reconhecê-las como objetos com uma linguagem visual historicamente construída certamente é um passo necessário para inverter essa dominação.

Ao olhar para os cartões-postais de J. Pinto, saudando a memória de Oswaldo Cruz e realizando uma fotomontagem auto-antropofágica, vemos um alerta do fotomicrógrafo, com mais de 40 anos de experiência nessa atividade, sobre a imagem sempre representar a realidade, não ser ela própria. Apesar do seu inegável caráter indicial, a imagem técnica é resultado de uma escolha visual e narrativa, que, no caso das nossas imagens, cria uma história da prática médico-científica construída sobre memórias. Memórias do conhecimento construído, da prática social, da corporação, da instituição, dos eventos, dos homens, enfim, sãos e doentes. Memórias que com o seu tempo próprio também constroem a história.

O relato de Jorge Amado sobre a União Soviética e a manutenção da Paz Mundial[1].

EDVALDO CORREA SOTANA[2]

O baiano Jorge Amado aliou a produção de romances a uma profícua atuação política. O escritor realizou inúmeras atividades como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB). Produziu textos de teor político, participou de concursos literários, esteve presente em eventos para arrecadar recursos financeiros, atuou como deputado na Assembléia Constituinte e realizou diversas viagens à União Soviética. As duas primeiras viagens ao país dos soviéticos foram descritas no livro *O mundo da paz*[3]. No texto, o escritor ressaltou a organização da sociedade soviética, a vida dos trabalhadores, a educação, a saúde, a segurança, a agricultura e a literatura soviética, bem como os diversos passeios que permitiram descrever tais observações e as visitas as mais diversas associações. Estes não são, entretanto, os únicos temas do relato de viagem. O escritor viajante também debateu o papel dos soviéticos na luta pela paz.

Convém ressaltar, porém, que a sua preocupação com a manutenção da paz mundial também foi manifestada de outras maneiras. Amado também participou do movimento pela manutenção da paz mundial ao dirigir-se aos congressos e ao participar de inúmeros atos públicos no Brasil e no exterior. Cabe delimitar, no entanto, que este breve artigo não pretende tratar da participação do escritor brasileiro nos congressos e nos atos públicos de cunho pacifista. O objetivo central deste texto é refletir sobre as formulações de Jorge Amado, no livro *O mundo da paz*, para representar a União Soviética como “baluarte na luta pela manutenção da paz mundial”.

O escritor comunista Jorge Amado e a sua esposa Zélia Gattai conheceram o território soviético como convidados da União dos Escritores Soviéticos, entre dezembro de 1948 e janeiro de 1949[4]. Os dois viajantes estivam, muito provavelmente, entre os primeiros brasileiros

que visitaram aquele país após a Segunda Guerra Mundial. Este provável pioneirismo aparece nas memórias de Zélia Gattai, quando relembrou que até 1948: "pouquíssimos brasileiros haviam visitado aquele país socialista, e creio que nós éramos os primeiros a ir, depois do rompimento das relações com o Brasil, em 1947"[5]. A referida visita ocorreu, contudo, de maneira extremamente peculiar. Após a cassação dos mandatos dos deputados comunistas brasileiros, Jorge Amado entregou-se a um exílio voluntário na Europa, quando, residindo em Paris, visitou alguns países das chamadas *Democracias Populares* e a principalmente à União Soviética.

Já a segunda viagem ocorreu em circunstâncias completamente diversas. Jorge Amado e Zélia Gattai, na época morando na Tchecoslováquia, tornaram a viajar a pátria soviética em 1951. O casal Amado embarcou em Praga com o objetivo de gozar um período de férias em Moscou. A idéia da viagem partiu do romancista russo Ilya Ehremburg, que sugeriu o repouso por achar Jorge Amado muito abatido no árduo trabalho de redação do seu livro naquele período, *Os Subterrâneos da Liberdade*[6].

Em 1952 Jorge Amado viajou pela terceira vez à União Soviética. Um companheiro de viagem salientou a familiaridade de Jorge Amado com os soviéticos e a cordialidade com que era recebido nas entidades de escritores soviéticos[7]. Ainda residindo na Europa, viajou com o objetivo de receber o prêmio Stálin, que lhe fora concedido em dezembro de 1951[8]. O mérito de receber um importante prêmio não gerou alegria apenas no escritor. O jornalista Edmar Morel também relembra que ficou muito contente com a premiação conferida ao escritor brasileiro. Morel informou que encontrou com Jorge Amado naquela ocasião e ficou muito feliz por constatar o prestígio do escritor baiano nos meios literários soviéticos, ou como o próprio jornalista recordou em seu livro de memórias: "Jorge acabara de ser contemplado com o prêmio Stálin da Paz. Suas obras batiam recordes de venda"[9].

Convém ressaltar, no entanto, que as observações desta última viagem não figuram no livro *O mundo da paz*. Mesmo assim, sua importância para a discussão pretendida reside no

fato do escritor ter sido laureado com o emblemático prêmio “Stálin da Paz”. Certamente, o ritual e a premiação devem ser inscritos dentre os mecanismos simbólicos utilizados pelos soviéticos para cultuar “a personalidade de Stálin”, já que a premiação associava o dirigente à luta pela paz. Deve-se observar, entretanto, que os soviéticos não foram os únicos a cultuar Stálin. O escritor brasileiro também participou ativamente do culto ao governante da União Soviética. Jorge Amado utilizou todo o seu capital cultural para proferir emocionadas palavras na ocasião do falecimento de Stálin em 1953. Cabe informar, no entanto, que o escritor já havia construído uma representação simbólica do líder soviético alguns anos antes, no relato que objetivava retratar as duas viagens iniciais que realizou a União Soviética.

Jorge Amado cultuou Stálin antes mesmo de receber a premiação oferecida pelos soviéticos. Pode-se observar, muito provavelmente, que o teor do discurso contido no relato de viagem pode até ter ajudado na obtenção do “prêmio Stálin da paz”. O relato apresentou Stálin como defensor da paz mundial em diversas passagens. Ressaltou, por exemplo, que o líder soviético era o guia “genial dos povos” e o “artífice genial da sociedade soviética e da paz mundial”[10]. O culto a Stálin não ficou restrito as duas frases. O autor reservou um capítulo inteiro do seu relato para cultuar o líder soviético, intitulando-o, inclusive, “Stálin, mestre, guia e pai”. No referido capitulo, registrou que o governante soviético era o principal condutor da campanha pela paz mundial “na decisão de barrar o caminho dos provocadores da guerra” e “de impedir que eles ataquem a URSS”. Salientou ainda que o governante soviético desfraldava a bandeira da paz como um “comandante, guia, mestre e pai” dos povos[11].

È possível observar que esta representação não era muito diferente daquelas construídas por outros membros do Partido Comunista do Brasil. Jorge Amado retratou o líder soviético na condição de membro de um partido que admirava profundamente o líder do país que servia como modelo de transformação e de regime político, social e econômico justo e igualitário. Seu discurso não destoante da maioria dos comunistas brasileiros do período. Com

todos os excessos, representava a voz de um escritor que tinha incorporado uma disposição que era comum aos membros do PCB, cultuar Stálin e a União Soviética.

Deve-se salientar, entretanto, que o culto à personalidade de Stálin não é o tema desta reflexão. O interesse desta apresentação recai apenas sobre as representações construídas para salientar o papel da União Soviética na luta pela paz, mesmo considerado que em diversas ocasiões Jorge Amado representou Stálin como o "guia genial dos povos na luta pela paz" ou como "o defensor da paz no mundo".

O escritor brasileiro apresentou a União Soviética como uma nação que lutava pela manutenção da paz mundial antes mesmo de iniciar o relato da sua viagem. A epigrafe escolhida para abrir o texto ilustra bem esta observação. Antes do início do texto o leitor pode encontrar um poema com o seguinte dizer: "nesta noite escura de turvos assassinos, invoco o teu nome de mariposa e águia, de flor e tempestade e quando digo URSS, ouço o eco dos povos repetindo teu nome traduzido: PAZ significa." Além destas referências iniciais, o relato contém inúmeras passagens que glorificam o "papel decisivo" da União Soviética no desfecho da Segunda Guerra Mundial. O escritor brasileiro afirmou, por exemplo, que todos os povos do mundo deviam ao " invencível Exército (vermelho) a liquidação do nazismo, ameaça real contra a independência de todos os países, inclusive do nosso, (...)"[12] Amado ressaltou também que todos os brasileiros se beneficiaram da vitória soviética sobre o nazismo por ter inviabilizado o projeto em que Hitler pretendia transformar os povos por ele considerados impuros em "escravos"[13]

No trecho acima, o romancista considerou fundamental um conjunto de ações bélicas para impor um desfecho ao conflito. Por isso, é possível associar a posição do autor do relato com relação à União Soviética a uma visão pacifista que se define pelo desejo de estabelecer o estado de não-guerra, como bem classificou Norberto Bobbio o próprio termo paz significa a

mais completa ausência, cessação ou solução de tipo muito particular de conflito que é a guerra[14].

Em outras passagens, Jorge Amado representou mais diretamente o papel pacifista da União Soviética. Convém salientar que até reservou um capitulo do seu relato para tratar do tema. O referido tópico intitula-se "impor a paz, palavra de ordem dos povos". O escritor demonstrou, por exemplo, que os representantes do amplo "campo dos que lutam pela paz, pelo progresso de suas pátrias, por seus governos realmente democráticos e patriotas, (...) fitam a União Soviética como sua grande esperança, como o baluarte da paz."[15]. Amado informou, no entanto, que apenas durante a viagem à União Soviética compreendeu "toda a importância e todo o significado da luta pela paz para os soviéticos." Observou também que o final da guerra não gerou nos soviéticos uma "mentalidade guerreira" ou uma "ânsia de conquistas militares", mas apenas o desejo de manter a paz. Justamente por isso, informou que tudo que o cidadão soviético desejava, de Stálin ao mais humilde kolkoziano da Ásia Central, era "um largo período de paz, tranqüilidade para prosseguir em seu trabalho de construção. A paz é sua aspiração suprema."[16] O autor evidenciou ainda que o desejo dos soviéticos em manter a paz não provinha do temor de uma derrota militar, mas da condição de Estado socialista que não tinha interesse pela guerra e que apenas deseja avançar na construção do comunismo[17]. Como registrou em seu relato, impor a paz era uma palavra de ordem dos soviéticos "mesmo que, para isso, tenham de lutar com unhas e dentes, tenham que levantar as pedras dos caminhos " (p. 63).

O escritor brasileiro concebia, portanto, que a União Soviética teria um único motivo para iniciar um combate nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Jorge Amado defendeu que os soviéticos lutariam apenas em uma situação, para manter a paz mundial. O seu discurso qualifica a luta para preservar a paz mundial como a única que era possível e também justa. O escritor formulou uma genérica idéia de "guerra justa" no seu relato. O termo

“guerra justa” foi alvo de uma breve reflexão do pensador italiano Norberto Bobbio. O filosofo argumentou que a doutrina de guerra justa está “subentendida em todas as declarações oficiais dos governos, principalmente dos governos mais responsáveis pela corrida frenética para armamentos cada vez mais destrutivos e mais incontroláveis, ou seja, para falar claro, em direção à catástrofe.”[18]

Cabe lembrar, igualmente, que numa *nota de apresentação* o escritor ressaltou que o trabalho realizado pelos soviéticos era fundamental na defesa da paz e que seu livro também tinha a intenção de ser útil ao povo brasileiro na luta “contra o imperialismo ianque, pela sua libertação nacional e pela paz.” Além disso, o próprio autor informou que escreveu o livro como “uma contribuição à luta pela paz”.

Desta forma, esta breve investigação procurou demonstrar que Jorge Amado utilizou o seu relato de viagem para produzir representações sobre a União Soviética como “baluarte da paz mundial” e de Stálin como um gênio que guiava os povos na luta pela paz. A descrição de Amado sobre o pacifismo soviético pode ser compreendida ao considerar as tensões geradas pela Guerra Fria. A manutenção da paz mundial também foi um assunto tanto para capitalistas como para comunistas. O pacifismo pode ser considerado um tema recorrente num embate simbólico que pretendia ampliar a influência política dos dois blocos no cenário mundial. Neste contexto, Jorge Amado produziu representações como membro de um determinado espaço social. Por isso, sua posição deve ser entendida como a de um comunista brasileiro que escreveu o relato e depois foi laureado com o *Prêmio Stálin da Paz*. O discurso contido no seu relato de viagem, portanto, deve ser observado como o de um militante político que acreditava naquilo que estava representando e não apenas como um texto produzido por um escritor como instrumento de um eficiente trabalho de propaganda.

[1] Texto apresentado ao Simpósio Temático História do Tempo Presente no **XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz**
[2] Mestre em História pela Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/ Assis. Professor da Faculdade de Presidente Prudente - UNIESP/ Presidente Prudente, SP.
[3] AMADO, Jorge. **O Mundo da Paz:** União Soviética e democracias populares. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
[4] TATI, Miécio. **Jorge Amado:** vida e obra. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961, p.144-7.
[5] GATTAI, Zélia. **Senhora dona do baile.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997,p. 138.
[6] GATTAI, Zélia. **Jardim de Inverno.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 105.
[7] LOUREIRO, Orlando. **A sombra do Kremlin.** 2.ed. Porto Alegre: Globo,1954,p.86.
[8] GATTAI, Op. cit. 1997, p. 167.
[9] MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter.** Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 197.
[10] AMADO, Op. cit. p. 25.
[11] AMADO, Op. cit. p.231 e 234.
[12] AMADO, Op. cit. p. 19.
[13] AAMDO, Op.cit. p.63.
[14] BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz.** São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. p.138-139 e 156-157.
[15] AMADO. Op. cit. p. 43.
[16] AMADO, Op. cit. p. 40.
[17] AMADO, Op. cit. p.49-50.
[18] BOBBIO, Op. cit. p. 31-32.

Getúlio e a família Vargas: narrativas do *passado*

Eliane Lucia Colussi
Universidade de Passo
Fundo -RS

O objetivo deste estudo é analisar algumas narrativas biográficas e autobiográficas referentes a Getúlio Dornelles Vargas e sua família, especialmente no que tange às referências ao *passado*[i]. A definição de passado que servirá para delimitação do trabalho estende-se do período de 1870 até 1928, ano da ascensão de Vargas à Presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse intervalo de tempo de mais de sessenta anos, ocorreu o casamento de Manuel Nascimento Vargas e Cândida Dornelles, em 1872. Dessa união nasceram cinco filhos homens: Protásio (1876-1969), Viriato (1874-1953), Getúlio (1883-1954), Espártaco (1894-1986) e Benjamin (1898-1973).

O período em questão foi pouco estudado pela historiografia acadêmica brasileira. Muitos aspectos da vida pregressa da família estão envoltos em polêmicas e obscuridade. As obras existentes, de caráter biográfico ou não, que fazem referências ao passado dos Vargas foram produzidas, em sua maioria, por não-historiadores. Na maior parte desses trabalhos há uma motivação pessoal ou política para a sua publicação. Com isso, verifica-se uma parcialidade nas interpretações ou uma insuficiência de dados empíricos nas explicações oferecidas. O que é comum a esses autores é a menção mais ou menos explícita ao recorrente envolvimento dos integrantes da família Vargas em processos judiciais, como por exemplo, em crimes de morte.

De forma geral, três episódios aparecem no *passado* dos Vargas: o primeiro ocorrido em 1898 na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, onde os três filhos mais velhos de Manuel Nascimento Vargas estudavam, envolvendo Viriato Vargas que teria assassinado um estudante paulista, desafeto do irmão mais novo, Getúlio; o segundo

episódio, refere-se à saída ou expulsão de Getúlio Vargas do Colégio Militar de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul; o terceiro, o episódio do assassinato, em 1915, do médico Benjamin Torres Vargas, crime atribuído à família Vargas, especialmente a Viriato como suposto mandante.

Para esse estudo, selecionaram-se três obras que apresentam narrativas biográficas ou de registros pessoais que, de alguma maneira, refletem o mito e o líder político como indivíduo e revelam aspectos da sua trajetória de vida. O *passado* poderá revelar algumas representações sociais do complexo mundo social de onde ele emergiu e ao qual sempre retornou: foi no *passado* vivido, construído e divulgado que nasceu o mito.

A primeira obra a ser analisada são "os diários" de Getúlio Vargas; em seguida, a biografia de Vargas escrita para crianças, de autoria de André Carrazzoni, e, por fim, a obra biográfica de Carlos Heitor Cony. Outras obras de caráter biográfico importantes poderiam integrar esse estudo[ii], porém, para o objetivo proposto, as selecionadas dão a idéia precisa do modo de construção das representações do *passado* de Getúlio e da família Vargas.

A primeira obra analisada são os cadernos de registros pessoais de Getúlio Vargas referentes aos anos de 1930 a 1942. É interessante observar que Getúlio iniciou seus registros pessoais em 3 de outubro de 1930, dia da vitória do movimento de 30 encerrando-se em setembro de 1942, período em que o governo getulista já estava profundamente desgastado. Segundo Celina Vargas do Amaral Peixoto, ao registrar seu diário, Getúlio "revela a exata noção da importância do texto que redige diariamente, preocupando-se com seu significado e avaliando sua produção".[iii] Se, por um lado, a consciente dimensão da sua historicidade torna esses registros menos espontâneos, mais racionalmente narrados, por outro, não "consegue" esconder a vida cotidiana e a sua dimensão humana e privada. Constam ali desabafos, pensamentos fortuitos, frustrações, tristezas, alegrias, prazeres clandestinos, entre outros temas e sentimentos.

Em muitos momentos, Getúlio Vargas, o narrador, interrompe seus registros e explica ao *futuro leitor* o objetivo de suas anotações diárias: “Neste registro, não constam geralmente os trabalhos comuns de administração, primeiro, porque são assuntos públicos, sem interesse para esta apressada anotação pessoal, e porque se fosse dar-lhes tal extensão, nem tempo me sobraria, e teria antes uma história da administração”.[iv]

No seu diário não aparecem referências explicitas ao passado, ou seja, a sua vida antes de 1930; ao contrário, repetidas vezes Getúlio menciona o *presente* da velhice e da solidão e o *futuro* incerto ou da morte que se anuncia. Contudo, indiretamente, seu passado toma alguma representação quando Vargas informa a situação ou a presença da sua família e de aspectos da sua vida no sul. A satisfação e alegria por ele registradas quando dos seus encontros com o pai e os irmãos são fundamentais para que se possa retratar a forte estrutura familiar patriarcal do *presente* e do *passado* dos Vargas.

Numa de suas visitas ao Rio Grande do Sul, no ano de 1934, Getúlio registra: “As emoções desta viagem, o acolhimento carinhoso, a visita a meu pai no dia em que completava 90 anos são emoções difíceis de descrever nestas anotações. Estabeleceu-se um hiato que não descrevo, mas que foi de intensa alegria e grandes vibrações que algumas pequenas sombras não conseguiram nublar”.[v]

Em 1936, novamente uma menção ao *passado*. Ele relata, no dia 13 de março, uma conversa com seu filho Lutero, no qual explica que sua preocupação filosófica nos últimos anos de sua vida de estudante era a ânsia de encontrar na ciência e na filosofia uma fórmula explicativa da vida e do mundo[vi]. Dessa forma, as representações narrativas de seu passado se limitam, no seu diário, a essas menções à família, a São Borja e a posicionamentos políticos e filosóficos. O *passado* anterior a 1930, especialmente o que se refere às polêmicas, rivalidades e prováveis violências praticadas, parece ter sido esquecido.

Por outro lado, na obra de André Carrazzoni, uma biografia de Getúlio Vargas na forma de cartilha, com desenhos ilustrativos e dirigida para crianças, seu *passado* é extremamente valorizado. A obra foi publicada em 1942 por encomenda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado diretamente à Presidência da República. A publicação teve por objetivo auxiliar na construção da imagem do chefe de governo[vii]. Em termos temáticos, o autor inicia situando geograficamente a cidade de São Borja e menciona a importância de seu pai, Manoel Nascimento Vargas, homem de grande projeção política e social na região.

O fio condutor da trajetória de vida narrada pelo autor centra-se no fato de Getúlio Vargas alimentar um sonho desde menino: vestir a farda, ser militar. Aliás, muitas mudanças no rumo na vida de Getúlio são explicadas com esse sonho. Contudo, o autor informa que teria sido o senador Pinheiro Machado, amigo pessoal de seu pai, quem descobrira prematuramente a vocação de Getúlio para a política quando ele tinha apenas sete anos. Neste ponto, o autor destaca que Getúlio possuía atributos especiais que mais tarde definiriam sua projeção nacional: a força física e a inteligência.

Em relação ao primeiro episódio polêmico envolvendo Vargas no assassinato do estudante paulista em Ouro Preto, Minas Gerais, o autor nada menciona, porém informa sobre a passagem de Vargas pela cidade de forma romantizada: “E, em 1897, com apenas 14 anos de idade, Getúlio foi reunir-se aos irmãos Protásio e Viriato, na velha cidade de Minas Gerais. Ouro Preto nunca mais lhe sairia da memória, com suas ruas tortas, com suas casas de estilo colonial e as recordações ainda mais vivas dos inconfidentes. Foi ali que ele vestiu as suas primeiras calças compridas”. [viii]

O retorno ao Rio Grande do Sul, menos de um ano depois de ter se instalado em Ouro Preto, é explicado na obra como sendo de livre opção do jovem Getúlio. O autor recorre ao argumento do velho sonho alimentado por Getúlio de um dia vestir a farda como seu pai “já vestira um dia. E em 1898, com quinze anos, o rapaz se alistou como

soldado no 6º Batalhão de Infantaria, estacionado em São Borja".[ix] Como veremos mais tarde, na análise da obra de Cony, as evidências empíricas e bibliográficas confirmam que a precipitação do retorno dos três irmãos à terra natal deveu-se ao episódio do crime de morte antes citado.

As qualidades humanas e políticas do futuro presidente da República são muitas vezes mencionadas: disciplina, humildade, inteligência delicadeza e discrição às quais o teriam levado ao sonho de fazer carreira militar. Assim, em 1898 ele se matriculou na Escola Preparatória e de Tática, em Rio Pardo. Porém, "o destino não queria que o moço realizasse o maior desejo da sua vida, reservando-lhe outros caminhos não menos gloriosos". [x] Um grupo de cadetes teria se insurgido contra ordens superiores, o que levara ao desligamento dos integrantes do grupo. Getúlio "apenas" por solidariedade aos companheiros, teria solicitado também seu afastamento da escola.

Carlos Heitor Cony traça uma biografia importante de Getúlio Vargas centrando-se no episódio do seu suicídio em 1954, porém, em diversas passagens da obra valoriza o *passado* de Vargas. Diferentemente das duas primeiras obras aqui analisadas, esta foi elaborada por um intelectual sem vínculo pessoal com Vargas. É importante observar que o autor se baseou especialmente em entrevistas e depoimentos colhidos em São Borja com pessoas diretamente ligadas a Vargas. No início da obra, o autor apresenta sua visão sobre o biografado afirmando que teria visto Getúlio Vargas apenas uma vez na vida e que não teria simpatizado com ele.

O autor justifica essa antipatia inicial argumentando com a idéia de repulsa que a maioria dos jovens da sua geração tinha ao ditador. Contudo, no transcorrer da sua narrativa, Cony muda sua visão, passando a admirar e a defender o mito Vargas. Significativa nesse sentido é a observação no início do trabalho: "Comecei a ver a sombra de um anão. À medida que procurava situá-la, contorná-la, comecei a compreender o gigante".[xi] O *passado* de Vargas e de sua família aparecem apenas como pano de fundo

para a construção da trajetória de vida do mito e do líder político. Mais do que isso, é no *passado* que o autor procura as explicações sobre essa trajetória de vida tão particular. O meio cultural e a violência como característica do lugar onde a família vivia, São Borja, seriam aspectos a serem considerados para justificar ou para diminuir as responsabilidades dos Vargas nos casos de violências e polêmicas em que estiveram supostamente envolvidos.

No *passado* de Vargas, os conflitos já teriam surgido antes mesmo do nascimento dos filhos de Manoel e Cândida. Segundo o autor, Getúlio era filho de uma estranha mistura de duas famílias inimigas: "Os Dornelles de São Borja! Seu pai, o então capitão Vargas, caçando durante o dia Dinarte Dornelles e, à noite, namorando a irmã desse mesmo Dornelles! Ele nasceria desse casamento, dessa união impossível de Dornelles e Vargas, Montecchios e Capuletos de uma Verona pampeira, chimangos e maragatos, republicanos e federalistas".[xii]

Outro aspecto importante na narrativa do *passado* de Vargas é a explicação do autor em relação à violência como prática política comum na atuação política dos Vargas. O contexto histórico e cultural do Rio Grande do Sul, especialmente das cidades da região sul, justificaria a naturalidade com que algumas práticas políticas se consolidaram. Dessa forma, "não se compreenderá a personalidade humana e política de Getúlio Vargas sem antes retrocedermos à história do antigo Continente de São Pedro, esquecido e desprezado pelo Império e hostilizado pela incipiente República".[xiii].

Em meados da década de 1960, período em que o autor permaneceu na cidade de São Borja colhendo depoimentos e informações para a elaboração da obra em questão, ainda eram comuns a presença de homens armados pelas ruas e a ocorrência de assassinatos por motivos fúteis. O autor revela sua estranheza quanto à espontânea naturalidade com que os moradores mais antigos mencionam a freqüência dos

assassinatos e as suas motivações, pois quase sempre os motivos seriam justificados por "um agravo", isto é, por motivo de honra do homem.

Partindo dessa argumentação, Cony relata o envolvimento dos irmãos Vargas no episódio do assassinato do estudante paulista em Ouro Preto. Segundo o autor, a pequena permanência de Getúlio em Ouro Preto teria se devido a um "incidente", que sempre fora usado politicamente pelos adversários de Vargas, porém não fora de responsabilidade dos Vargas. Contrariando a maioria dos relatos sobre o fato, o autor defende os Vargas. Segundo ele: "Numa briga entre estudantes paulistas e gaúchos, uma troca de tiros, cai morto um rapaz de São Paulo, de nome Prado. Seu irmão mais velho, Viriato, foi acusado, preso, processado e finalmente 'absolvido'. Mas o general Vargas teria se deslocado até Ouro Preto e retirado seus filhos dali".

Os indícios indicam que as desavenças que resultaram no assassinato do estudante paulista teriam sido mais graves e que Getúlio estaria envolvido diretamente no episódio. Outra informação muito divulgada é a de que Manuel Vargas pode ter subornado a Justiça e, em especial, o juiz. Porém, Cony prefere acreditar que o pivô do incidente tenha sido seu irmão: "Viriato e que tudo começara com um açucareiro derramado num bar, o tradicional agravo".[xiv] Dessa forma se justificaria, no passado de Vargas, o episódio de Ouro Preto. A violência, assim, seria justificada.

Interessante na obra de Cony é a ausência de menção ao assassinato do médico Benjamin Torres, ocorrido em março de 1915 em São Borja. Em 1913, o médico, desafeto político dos Vargas, havia denunciado inúmeros crimes e irregularidades políticas envolvendo Viriato Vargas e a família ao delegado de polícia, o qual instaurara um inquérito policial[xv]. Diante da atitude do médico, até não muito tempo antes amigo íntimo da família de Manoel Vargas, criou-se na região uma expectativa em relação à resposta que a família atingida daria ao inimigo. Numa espécie de "crônica de uma morte anunciada", a cidade aguardava o trágico desfecho. Após algumas emboscadas

frustradas, dois capangas a mando de Viriato assassinaram o médico. Então, Viriato fugiu para o interior da Argentina ali permanecendo entre 1915 a 1922.

Esse período foi extremamente conturbado para os Vargas, pois a repercussão do crime e os seus desdobramentos pressionaram a família politicamente. Contudo, Carlos Heitor Cony, segundo depoimentos por ele colhidos, informa que o período mais feliz da vida de Getúlio Vargas teria sido justamente entre 1913 e 1917, quando ele renunciou ao mandato de deputado estadual, até a eleição do novo mandato. Sua transferência de Porto Alegre para São Borja teria trazido a Getúlio paz e tranqüilidade.

Nas obras aqui analisadas as representações do *passado* dos Vargas, e de Getúlio em especial, são ora enaltecedoras da sua valentia e inteligência, ora melancólicas ou, mesmo, aparentemente ausentes. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder no âmbito nacional apagou de certa maneira muitos aspectos do seu passado narrados por seus biógrafos e por ele mesmo.

---

[i] Entre os muitos trabalhos importantes sobre biografias autobiografias aparecem: BORGES, V. Pacheco. Dasafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella NAXARA (org.). *(Res) sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p. 287-312; SCHMIDT, Benito B. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História*. São Leopoldo. Unisinos. v. 8, n. 10, p. 123-130, 2004.

[ii] Ver: FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944; PEREIRA DA SILVA, Gastão. *Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde Editor, s. d.; PÉREZ, Leopoldo. *Getúlio Vargas*. O homem e o chefe. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944.

[iii] PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. Apresentação. VARGAS, Getulio. *Getúlio Vargas: Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. (2 v.) p. IX.

[iv] VARGAS, Getulio. *Getúlio Vargas: Diários*. p. 336.

[v] VARGAS, Getulio. *Getúlio Vargas: Diários*. p. 342.

[vi] Idem, p. 486.

[vii] Sobre a importância desse material de divulgação e propaganda ver: CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.

[viii] CARRAZZONI, André. *Getulio Vargas e sua vida para a criança brasileira*. São Paulo: DIP, Lithographica Ypiranga, 1942. p. 8.

[ix] CARRAZZONI. André. *Getulio Vargas e sua vida para a criança brasileira*. p. 9.

[x] CARRAZZONI. André. *Getulio Vargas e sua vida para a criança brasileira*. p. 13.

[xi] CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas*. 1954: uma tragédia brasileira. 3. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004. p. 12.

[xii] CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas*. 1954: uma tragédia brasileira. P. 41-2.

[xiii] CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas*. 1954: uma tragédia brasileira. P. 45.

[xiv] CONY, Carlos Heitor. Quem matou Vargas. 1954: uma tragédia brasileira. P. 51.

[xv] O Inquérito policial consta como parte do Processo-crime n. 2292, m. 91, E. 96 A, (8 volumes-1915-1922). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O Projeto da Via Pacífica do Partido Comunista Chileno: “Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas”.

Elisa de Campos Borges[i]

Neste artigo, pretendemos fazer um estudo de um dos acontecimentos mais intrigantes da história política em “Nuestra América”: a tentativa realizada pela esquerda chilena, através da Unidade Popular[ii], de construir um projeto de transição ao socialismo através de uma via não armada, que começou a se concretizar em 1970 com a vitória de Salvador Allende[iii] para presidente da República e teve seu final trágico em 1973, através do golpe das forças reacionárias comandadas pelo General Pinochet com o apoio e financiamento dos Estados Unidos. Este projeto foi denominado de “via chilena ao socialismo”.

Procuramos apresentar a discussão da via pacífica ao socialismo a partir das discussões formuladas pelo Partido Comunista Chileno, que foi um dos principais elaboradores deste complexo debate no Chile, que permeou as discussões dos partidos comunistas no final dos anos sessenta e setenta.

Em junho de 1912 foi fundado por Emilio Recabarren o Partido Obrero Socialista, formado principalmente por trabalhadores das minas de cobre e salitre. Em 1922, este partido aceita a se filiar na III Internacional Comunista (IC)[iv], modificando seu nome para Partido Comunista do Chile, já que desde a revolução soviética, já se mostrava simpatizante daquele país. A entrada do POS, agora PC, na internacional comunista provoca uma série de mudanças na sua forma e organização: passando a adotar uma estrutura centralizada, hierarquizada. Sua formulação política passa a ser influenciada pelas discussões realizadas entre os países comunistas, sob liderança da União Soviética.

Em 1933, mesma data de fundação do Partido Socialista, é realizada uma importante conferência nacional do PC. Nesta conferência, aprova-se uma linha política denominada de Revolução Democrático-burguesa, que tinha como objetivo central unir todos os setores democráticos do Chile para derrotar o imperialismo dos Estados Unidos, o latifúndio e as

oligarquias nacionais. Portanto, não teria imediatamente um processo de revolução socialista. Esta seria fruto de um desenvolvimento gradual.

Essa visão foi chamada de etapista pelo Partido Socialista[v] e foi muito criticada, já que ela não via o socialismo como algo imediato. Ao longo das eleições chilenas, o PC chileno foi desenvolvendo essa linha política que vislumbrava a consolidação de uma aliança política ampla, resultando na sua participação em coalizões com o Partido Radical, Partido Democrático, e o próprio Partido Socialista na candidatura de Pedro Aguirre Cerda pela Frente Popular, Aliança Democrática em 1942 dentre outros.

Foi em 1956, que no Congresso Nacional do Partido Comunista aprova um novo programa que reflete as discussões geradas pelo campo comunista e também pela experiência prática de formação das coalizões políticas para disputar o poder. O programa tinha como base à libertação nacional, a aliança com setores democráticos, mas tendo como sujeito principal à da classe trabalhadora enquanto percussora da revolução chilena. Em suas principais linhas de ação, a nacionalização das riquezas básicas, a reforma agrária, a estatização dos bancos e das grandes indústrias. É neste congresso que foi sustentado a possibilidade de avançar ao socialismo pela via não armada, a partir da conquista do governo pelo movimento popular.

As discussões da possibilidade da via pacífica foi construída a partir das teses do XX Congresso da União Soviética, realizado em 1956. Foi neste congresso que Krushov apresentou o relatório contra Stalin, mostrando os abusos do uso da autoridade e de violência, além de pautar alguns debates que iriam dividir o mundo comunista principalmente entre os dois principais partidos comunistas: o da URSS e o da China[vi].

A partir da análise do plano internacional, em que o mundo estava dividido em regimes políticos e econômicos diferentes, capitalismo e socialismo, o Congresso desenvolveu o princípio da coexistência pacífica. Falava-se em desenvolver melhor as relações entre URSS e os EUA sob alguns princípios: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não agressão, não ingerência nos assuntos internos de outros países, igualdade e vantagens mútuas, coexistência pacífica e colaboração econômica.

Esses eram os princípios básicos da política apresentada por Krushov, primeiro secretário do Comitê Central do Partido Comunista da URSS. Para ele, só existiam dois caminhos: a coexistência pacífica ou a guerra. A coexistência era vista como um caminho nas relações internacionais entre países socialistas e países capitalistas. O relatório de Krushov apresentava que a maioria a humanidade repelia a política de posições de força, por ser uma política que acabava desenvolvendo a guerra.

Além dessa argumentação, o Partido Comunista Chileno construiu a partir da teoria marxista uma fundamentação teórica. Segundo o secretário geral do Partido Comunista Chileno, Luis Corvalán, ao se referir à via pacífica, era preciso recordar as "Teses de Abril", escritas por Lênin em 1917. Segundo as interpretações do PC, ali se falava sobre uma possível revolução socialista na Rússia por meio de uma via pacífica, mediante a conquista no parlamento e nos espaços do governo burguês. Análise essa feita sobre a passagem do estado capitalista ao estado socialista. Somente após inúmeras complicações do movimento revolucionário é que Lênin e o Partido Bolchevique passaram a construir a saída pela insurreição. Isso, para Corvalán, não significava que o caminho pacífico não teria condições de se concretizar, mas que naquelas circunstâncias não existiam condições objetivas para que ela se desenvolvesse. Segundo as interpretações do Partido Comunista Chileno, tanto Marx como Lênin conceberam a via pacífica como uma possibilidade excepcional para se chegar ao socialismo.

Muitos historiadores e cientistas sociais discordam dessa leitura das "Teses de Abril". Augusto Buonicori[vii], por exemplo, apresenta que Lênin havia anunciado uma tática que se baseava no processo de acumulação de forças e de "desenvolvimento pacífico da revolução" através da conquista da maioria pelos sovietes, aprovado na 7º Conferência Nacional dos Bolcheviques. Essa tática nada tinha haver com a tese da "via pacífica para o socialismo". Lênin partia do pressuposto que havia a existência de um duplo poder, no qual o poder operário e popular possuía força política, moral e militar. Não se tratava de chegar ao socialismo através do jogo eleitoral. Para Florestan Fernandes[viii], Lênin chega a ser categórico em dizer que Marx e Engels afirmaram como um dos princípios de suas teorias

de que a revolução violenta era necessária e inelutável. Sem ela, era impossível substituir o Estado burguês pelo proletário.

O PC do Chile, principalmente a partir do seu congresso de 1969, fundamentado principalmente na teoria leninista, desenvolve algumas formulações sobre a revolução chilena. Ele compreendia que no Chile não havia espaço para uma ditadura do proletariado pela história de democracia no país[ix]. Por isso via como central a manutenção do sufrágio universal, a escolha do projeto político para o país através das urnas e do candidato para após a eleição, iniciar um projeto de mudança do caráter do Estado. O sufrágio universal era entendido como um ponto de partida para a democracia, ela não poderia apenas ser representativa, mas deveria ser direta, através da participação popular, do controle dos órgãos de decisão política e econômica. Argumentavam que, inicialmente, buscaria obter a vitória no poder executivo para depois trilhar a conquista de maioria no parlamento. Achavam importante primeiro obter a Presidência da República para modificar a natureza do Estado chileno.

O socialismo, segundo discurso do PC, seria instituído a partir da conquista, conservação e aprofundamento da democracia política. A democracia se tornaria o meio e o fim para o socialismo, seria através dela que ocorreria a passagem do capitalismo para o socialismo e, ao mesmo tempo, a democracia só significaria o seu conceito filosófico pleno se houvesse socialismo. Ela seria no futuro mais que pluralista, seria hegemonizada pelos trabalhadores. Era impossível conceber um governo popular sem assegurar as garantias individuais de todo o povo como liberdade de consciência, palavra, imprensa, reunião, inviolabilidade de domicílio, direito de organização em sindicatos ou qualquer tipo de associações, eleição democrática para todas as autoridades.

No mesmo programa apresentavam que, para haver o desenvolvimento da Revolução Chilena era preciso percorrer determinados aspectos da luta social. Por exemplo, impulsionar a frente da luta de massas, fortalecer a unidade e a luta da classe trabalhadora, avançar na aliança entre trabalhadores e camponeses e trabalhar para agrupar a maioria da nação chilena em torno do proletariado e dos objetivos antiimperialistas e antioligárquicos.

Portanto, era necessário que houvesse o desenvolvimento da consciência política do proletariado e mais amplamente das massas populares que se agrupariam em torno de um amplo programa de reformas democráticas.

A revolução chilena era concebida no programa como um movimento da classe trabalhadora e do povo organizado que mediante a luta de massas, retira do poder as atuais classes governantes, elimina o velho aparato do Estado, introduz transformações na estrutura econômica, social e política do país.

O programa aprovado no Congresso de 1969 propunha mudanças concretas na economia no sentido transformar o Chile em um país socialista e modificar as estruturas sociais do país. Falava em nacionalizar as empresas estratégicas para o país (nas quais estariam sob comando dos trabalhadores), estimular a pequena produção e difundir o "capitalismo de estado". A relação comercial com os Estados Unidos não deveria ser rompida, mas deveria se basear em novos princípios como a igualdade de direitos, respeito à soberania nacional e mútua convivência.

Para que a Revolução Chilena pudesse se concretizar pela via pacífica, era fundamental para o PC, que fosse consolidada sua aliança com o Partido Socialista, que tinha em sua formação social, a representação de parcela do proletariado e da classe média. Entretanto, houve muita resistência por parte do Partido Socialista em aceitar a "via pacífica".

O Congresso do PS em Chillán em 1967, o definiu como um partido marxista-leninista que apoiava a luta armada como única forma de se chegar ao socialismo. Diziam em suas resoluções que "a violência revolucionária era inevitável e legítima", que resultava necessariamente do caráter repressivo e armado do estado de classe, e, portanto, se constituía na única via que conduziria o Chile à retomada do poder político e econômico, com a devida defesa e fortalecimento nacional. As formas pacíficas ou legais de luta não conduziriam por si mesma ao poder o proletariado, e estabeleceu Cuba como espelho revolucionário para a América Latina.

O PS achava que a revolução socialista deveria ser incorporada desde o início do processo, sem constituir uma fase anterior, no período de mudanças antiimperialistas e antioligáquicas. A revolução conformaria assim, uma aliança social e política da qual somente poderiam fazer parte àqueles setores que realmente queriam o fim das relações capitalistas. E por essas razões, aliar-se a setores da burguesia significava a mudança dos objetivos e do caráter da revolução.

O presidente Salvador Allende que era filiado ao Partido Socialista, foi o candidato da Unidade Popular, apesar de defender a "via pacífica". A imprensa do período dizia que ele mais parecia filiado ao PC do que ao PS por justamente por se identificar com as discussões apresentadas pelos comunistas. Allende chegou a declarar: "sempre fui e sempre serei filiado ao Partido Socialista" e apresentava discordâncias de algumas posições do Partido Comunista, como a vinculação, o compromisso e a implementação das políticas da Internacional Comunista. Segundo historiador Luís Márquez[x], ele acreditava que a liberdade burguesa e as suas reivindicações relativas às garantias individuais, não estavam ligadas apenas a superestrutura do capitalismo e da dominação burguesa, mas eram conquistas da humanidade. Elas se realizariam em sua plenitude quando se livrasse das amarras que as impunha o capital. Ele era a favor da construção de um consenso majoritário, político, social e ideológico que tornasse possível a confluência entre o centro e a esquerda em torno de uma estratégia não capitalista. Isso possibilitaria uma via gradual, sem ruptura institucional, sustentada sob base jurídica e derivada das maiorias políticas e sociais. A via chilena seria uma articulação entre democracia e socialismo, seria uma sociedade construída sob a democracia, pluralismo e libertação.

Allende refutava a idéia de ditadura do proletariado e dizia não existir experiências anteriores que utilizaram a via pacífica e, por isso, fazia-se urgente o desenvolvimento da teoria e da prática deste novo caminho para se chegar ao socialismo.

Apesar das divergências, Allende consegue convencer o PS, em conjunto com outros partidos formarem a Unidade Popular, assim como ser o candidato dessa coalizão, já que sua candidatura na eleição anterior havia ficado em segundo lugar.

O Partido Socialista enquanto direção continuou durante todo o período de 1970-1973 reafirmando que eram contrárias as posições do Partido Comunistas, aprovando resoluções contrarias a via pacifica. Isso demonstra a falta de unidade e de um projeto único da coalizão o que provocou desencontros e crises no plano político durante o governo. Fica nítido que durante o governo, conviveriam duas concepções muito distintas a respeito do processo revolucionário e que dificilmente se chegaria a um acordo para engendrar o processo político chileno. O próprio presidente se tornou o centro de pressões entre o seu partido e o comunista.

O que vai transparecendo no decorrer da pesquisa, é que o projeto da "via chilena" foi uma formulação gestada principalmente pelo Partido Comunista Chileno, por achar que não se poderia aplicar ao país apenas uma cópia mecânica dos processos ocorridos em outros países como, por exemplo, Cuba e União Soviética. O histórico democrático e também a forte presença de um proletariado ativo na vida política e social do país demonstravam peculiaridades no processo a ser engendrado no Chile. O estudo e a análise da realidade chilena juntamente com o desenvolvimento do pensamento teórico-político do PC foram sem dúvida os principais norteadores da formulação da via pacífica para o Chile.

Luis Corvalán, secretário geral do PC, certa vez questionado da real possibilidade de implementar a via pacífica, respondeu: "Cabe aqui uma reflexão geral. Havia algum outro caminho possível para a revolução chilena nesse período e nessas condições? Estamos convencidos que não. Dito de outra maneira, nesses momentos, a alternativa da via pacífica não era a via armada. Não havia outra alternativa revolucionária possível".[xi]

[i] Elisa de Campos Borges é mestranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no Programa de História Social.

[ii] A Unidade Popular foi uma coalizão de partidos políticos que se agruparam para disputar as eleições presidenciais de 1970, na qual participavam como principais protagonistas o Partido Socialista e o Partido Comunista, tendo ainda a participação do Partido Radical, Social-democratas, Ação Popular Independente e parte da esquerda católica, o Movimento de Ação Popular Unificado.

[iii] Salvador Allende Gossens nasceu em 1908 em Valparaíso, era médico, foi presidente do Centro de Estudantes de Medicina, vice-presidente da Federação de Estudantes do Chile. Em 1937 é eleito deputado e depois assume o cargo de ministro da saúde do governo Pedro Aguirre Cerda. Em 1946, 1952 e 1969 foi eleito senador. Foi um dos fundadores do Partido Socialista, em 1933 e em 1943 é eleito secretário geral. No interior do partido, Allende sempre lutou pela unidade da esquerda, inclusive para se concretizar a Frente Popular e mais tarde a Unidade Popular. Foi candidato presidencial nas eleições de 1952, 1958, 1964, 1970.

[iv] A III Internacional Comunista foi criada por iniciativa de Lênin inspirada na práxis de Marx e Engels e na necessidade de assegurar e ampliar a Revolução Russa. Ela continuou o projeto da Liga dos Comunistas em especial, a I Internacional que era chamada de Associação Internacional de Trabalhadores durante o período de 1864 a 1872 e foi encabeçada principalmente por Marx. A II internacional funcionou durante 1889 a 1914, mas teve a participação de Engels até 1895 (ano de sua morte), e tentou continuar o trabalho de dar coesão aos proletários e ampliar a propaganda do marxismo. Sua ruína esteve também ligada aos esforços de guerra dos diversos países no sentido de colaborarem com a burguesia para recuperação do capitalismo e pela degeneração da maioria dos partidos participantes. A III IC criada em 1919 a 1943 tinha como objetivo principal intensificar a expressão da crescente internacionalização da luta de classe do proletariado nas condições da crise do capitalismo e da divisão do mundo em dois sistemas – o socialista e o capitalista e no seu enfrentamento. Como nosso objetivo não é entrar na discussão das internacionais, mas apenas apresentar que as discussões de todas elas influenciaram nos debates e posições tomadas pelo PC do Chile.

[v] O Partido Socialista, no momento da sua formação era um conjunto de grupos ideológicos que vinham de outras organizações como o Partido Radical, o democrático, grupos anarquistas, células comunistas, ex-militares, intelectuais, etc. Em sua primeira Declaração de Princípios indicava sua aceitação pelos fundamentos do marxismo e da luta de classes, sua organização deveria ser por núcleos pequenos, na qual deveriam adotar o método do centralismo democrático, mas não chegou a se filiar em nenhuma internacional por discordar de suas orientações. Era crítico a algumas políticas da União Soviética e a Stalin.

[vi] Alguns autores como Eric Hobsbawm, Jean Baby e Fernando Claudin analisam esse momento com ênfases diversas, mas que permite quem queira conhecer o assunto ter um panorama de diferentes leituras.

[vii] BUONICORI, Augusto. Lênin e os dilemas da Revolução Russa de 1917, Sítio Vermelho, 10 e 17 de novembro de 2004.

[viii] FERNANDES, Florestan (org). Lênin – Política. São Paulo, Ed. Ática,1989.

[ix] Na avaliação do PC, havia uma estabilidade política constitucional no país a partir de 1932, após experiências parlamentaristas de 1891 a 1924, e contava com significativa participação da população chilena no processo político. O voto feminino foi instituído em 1949, em 1970 os maiores de 18 anos já podiam votar, no final dos anos 30 elegeu ao governo a Frente Popular, em 1958 a direita retornou ao poder, em 1964 ganhou o governo da Democracia Cristã, em 1970 foi a vez da esquerda, enfim não havia o predomínio de uma única força política que governava o país. E essa reflexão foi muito importante na construção por parte do PC da via não armada para a Revolução Chilena.

[x] MARQUEZ, Luis Corvalán. Del anticapitalismo al neoliberalismo em Chile. Santiago: Ed. Sudamericana,2001.

[xi] Partido Comunista do Chile : " La Revolucion Chilena: sus grandes méritos y las causas de su derrota", IN: Boletin del exterior, nº 26/novembro-decembro,1977.

O PROFESSOR DE HISTÓRIA E O SEU OUTRO

Elison Antonio Paim[1]

Enquanto doutorando na Faculdade de Educação da UNICAMP, junto ao grupo Memória, desenvolvo a tese "**DA UNOESC ÀS SALAS DE AULA:** Experiências de professores de História em Início de Carreira". Dentre outras questões, com esta pesquisa, estou buscando entender: Como os alunos egressos, do Curso de História UNOESC-CHAPECÓ[2] nos anos de 1998 e 1999, avaliam a experiência de passar de acadêmicos para profissionais? O principal instrumento de coleta de informações são os depoimentos orais, gravados. Quanto à amostra selecionei 20 depoentes, em diferentes municípios do Oeste de Santa Catarina que procurassem expressar as diversas condições de trabalho em escolas públicas municipais, estaduais e particulares.

Com os estudos que venho realizando sobre a formação de professores, vão sendo vislumbradas diferentes formas de perceber a função docente. Esta discussão pauta-se na forma de olhar **sobre, para** ou **com** o professor. Olhar **sobre e para** o professor, pressupõe alguém de fora do seu mundo que o observa e analisa, pautado numa relação de hierarquia entre pesquisadores e os professores. Na primeira perspectiva, os pesquisadores ao olharem sobre os professores buscando principalmente um determinado modelo de professor, assim, não percebem o que os professores realmente fazem. Na segunda perspectiva, os acadêmicos criam determinados modelos para que os professores apliquem em suas escolas. Enquanto que, na perspectiva do **olhar com**, pressupõe que, os professores se coloquem, se expressem, buscando a construção de análises conjuntas entre academia e escola, se não entre iguais, no mínimo numa relação entre saberes diferenciados e não um sobrepondo-se ao outro[3]. Na pesquisa que desenvolvo procuro olhar as questões **com os** professores, numa perspectiva de diálogo, que, como disse Bakhtin, "pode-se compreender a

palavra "*diálogo*" num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação verbal, de qualquer tipo que seja"[4].

Ao trabalhar numa perspectiva que considere os professores como sujeitos do processo, de seu fazer-se, sou levado a partilhar das reflexões de Walter Benjamim[5] sobre o que a modernidade capitalista fez com a experiência, assim para ele:

> Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre foi comunicada aos jovens. De forma concisa, com autoridade da velhice, em provérbios, de forma prolixa, com a loquacidade, em histórias; muitas vezes com narrativas de países longínquos, diante da lareira, contados a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração à geração? Quem é ajudado hoje por um objeto oportuno? Quem tentará sequer lidar com a juventude invocando sua experiência?

Além das contribuições de Walter Benjamin, ao trabalhar com experiências vividas, Eduard Thompson, nos propõe pensarmos a sociedade através das experiências, pois: "homens e mulheres experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades".[6] Considerar estas questões é fundamental para que possamos discutir a formação de professores junto com professores, junto com a experiência, levando-se em consideração o que o professor pensa, como vive, quais experiências tem para contar, que metodologias desenvolve, qual a relação que faz entre teorias e práticas cotidianas.

Estou buscando romper com a idéia de formar professores[7] pensando que, "Nós nos tornamos nós mesmos através dos outros".[8] Assim, os professores, enquanto seres humanos, se constroem em sociedade, ou seja, em ambientes sociais tais como em família, na escola/universidade e posteriormente na escola enquanto profissionais, é uma construção

permanente e acontece nas mais diversas relações sociais. Particularmente no aspecto profissional este fazer-se é inteiramente social. Para que esse fazer-se ocorra de maneira relacional é fundamental o diálogo, este, **"**apresenta-se como uma forma de conexão entre a linguagem e a vida, tornando possível que a palavra seja o espaço, no qual os valores sociais contraditórios se confrontam".[9]

Neste momento o diálogo com os professores depoentes, será realizado procurando captar quais são as tendências prevalecentes e dissonantes em seus discursos sobre o fazer-se professor, assim torna-se central a questão do **outro** trabalhado por Mikhail Bakhtin. Quem é **o outro** dos professores, os pais, os alunos, a direção e funcionários da escola, os demais professores? Os interlocutores – **o outro** – do professor são muitos. Nesta comunicação abordo como os professores, nas experiências cotidianas, no seu fazer-se, dialogam ou não com os demais professores presentes na escola.

O outro que me refiro aqui são todos os sujeitos com os quais o professor no seu fazer-se vai se relacionando no interior da escola. As relações que vão se desenvolvendo podem ser de identidade ou de alteridade. As relações de identidade se desenvolvem com aqueles sujeitos com os quais há uma identificação, uma empatia, essas relações se traduzem na forma de cooperação, de auxílio, de trocas de experiências, no desenvolvimento conjunto de programação das atividades, especialmente entre os professores que já estão na escola e os que chegam - os nossos depoentes. Enquanto que, as relações de alteridade são aquelas de divergência, de estranhamento entre os professores que já estão e os que chegam na escola. As relações - ou não-relações – que vão se realizando dentro das escolas na maioria das vezes vão se pautando por mal entendidos, por ressentimentos que acabam desembocando em situações muitas vezes constrangedoras, como, por exemplo, dois professores de História dentro da mesma escola que mal trocam um bom dia ou boa tarde, não conseguem trabalhar juntos, trocar informações, transformando assim, o que poderiam

ser relações de ajuda, de troca que com certeza enriqueceriam o trabalho em dificuldades, em disputas que só dificultam ainda mais o trabalho.

Neste sentido, as relações são negadoras da enunciação do outro, transformando ambos, em seres mudos, privados da palavra, enquanto poderiam ser seres cheios de palavra interior, seres que poderiam comunicar, dialogar com o seu outro.[10] O colega professor, o outro, torna-se "aquele em relação ao qual não há adesão".[11] Portanto, "se todo contato é perda e decadência, se toda tradução é impossível , como revelar as marcas do outro em mim, como me deixar *alterar* e objetivar essa *alteração?".*[12]

Destacarei a seguir como estas questões aparecem nas experiências vividas por duas depoentes, quando, narraram as relações com os demais professores, especialmente, os professores de História que já estavam na escola quando elas chegaram.

Inicialmente destaco a narração da professora Neiva, trabalhadora em uma escola considerada grande para a realidade dos pequenos municípios da Região Oeste de Santa Catarina, onde boa parte das escolas tem um ou dois professores para cada disciplina. Sua narração aqui está calcada na experiência de organização de uma feira escolar, onde ela teria organizado juntamente com seus alunos, uma série de trabalhos e exposto na feira, rendendo-lhe elogios da diretora da escola; evidencia-se nesse episódio elementos significativos das relações entre estes professores, vejamos como ela narra esta experiência:

> Quando eu me efetivei, eu cheguei assim, tinha dois professores de história em final de carreira eu procurei. Pedi que me dessem idéias para montar essa feira, assim juntas. No início, sim beleza, disseram que iam me ajudar e tal, só que quando era a hora de dar essa ajuda de dar idéias (...) ninguém me ajudou. Esses professores não estão mais dispostos a ajudar a gente. (...) eles tem certa inveja da gente em fazer essas aulas diferentes, dessa criatividade, porque a diretora chega na sala de professores ela fala, ela diz assim: - vocês viram o trabalho que a professora Neiva fez com os alunos?

> Vocês viram que coisa bonita que os alunos estão aprendendo, estão fazendo coisas diferentes? E aí, eu sei lá, elas se sentem desvalorizadas porque elas não fizeram esse tipo de coisa. Então, procuram não ajudar, elas procuram criticar, de vez em quando elas dizem, mas isso aqui você podia ter feito melhor, mas não ajudam assim, na hora poderiam dizer: ó Neiva, aqui você podia fazer isso", aquilo, depois que aconteceu se percebem alguma falha dizem: na próxima vez, você pode fazer assim. Mas elas não ajudam. Então, é isso que a gente sente dificuldade com esses professores de História que pararam no tempo, ficam só em cima do livro, não criticam nem o livro didático nada, e não ajudam.

A professora Marilita narrou que, embora, trabalhando em outro município, em outra escola, as relações entre ela e a colega de História são semelhantes e em alguns aspectos até mais difíceis. Por que, segundo nossa narradora ela solicitou ajuda para seu inicio de trabalho e, lhe foi negada. Por outro lado, percebemos em sua narração sinais de alteridade, tanto de quem estava chegando como de quem já estava na escola, aqui podemos trazer as reflexões de Norbert Elias quando aponta as relações entre "Os Estabelecidos e Os Outsiders",[13] ou seja, aqueles que já estão na escola se sentem ameaçados e recebem de forma, muitas vezes, agressiva e passam a desqualificar o trabalho dos que chegam, os de fora. Mas, vejamos como ela nos narrou as experiências vividas ao chegar para trabalhar na escola:

> Pelo fato de você iniciar, muitas delas acham que, você tem que estar sempre submisso, porque elas sabem mais. Elas estão se aposentando, então nós não temos o direito nenhum de saber sobre um assunto a mais ou ter uma forma diferente de trabalhar. Você é sempre é contestada você é sempre... Põe em dúvida o teu trabalho. Até se você precisar de um material, uma coisa assim, no meu caso eu não peço, eu vou atrás (...) tem um muro de Berlim, um muro Americano entre nós e que, não é fácil ultrapassar. Não porque eu não queira. Desde que eu comecei a universidade eu

> procurei ajuda, eu senti dificuldade, mas eu vi que não tinha retorno nenhum. Por exemplo, uma época eu fui pedir um material sobre o município, uma determinada professora me disse assim: vai lá na prefeitura que eles tęm. Em momento nenhum, ela disse assim: eu tenho se você quer eu te empresto, se por acaso você não quiser pegar o meu vai lá na prefeitura. Não aquela coisa bem direta: vai lá na prefeitura que tem. Eu sabia que ela tinha. Então, a partir daquele momento, eu disse: não, vou ter que fazęr tudo sozinha. Então, eu não procurei mais ir atrás. Então, além de você ter todo esse problema de material didático, de problema financeiro dos alunos, ainda você se depara com colegas achando que você está competindo e não achando que, você vai trabalhar junto, que você vai contribuir um ao outro, ela com a experiência dela e eu digamos com a minha forma nova de trabalhar que seria diferente. Não existe isso, aqui não existe.

Evidenciam-se nas narrativas acima elementos constituintes da racionalidade técnica instrumental que historicamente foi sendo implementada nas escolas, onde cada um realiza o seu trabalho sem se vincular com os demais. Explicita-se exatamente o modelo de escola concebido pela modernidade capitalista, onde predominam as relações verticalizadas, hierarquizadas entre os sujeitos que nela convivem de maneira distanciada.

Nesta falta de relação com o outro se revelam alguns elementos constitutivos do ser professor que encontra no outro a si próprio bem como, vai se fazendo nessa relação com ao disputar espaços, tempos, saberes, atenções. Na relação com o outro, ao tentar se colocar como diferente, como superior, como mais capacitado escondem-se as fraquezas e dificuldades. Portanto, se o outro pensar que sou diferente, que faço um bom trabalho, que tenho a simpatia e o respeito dos dirigentes, escondo assim as fraquezas e me torno alguém que precisa ser respeitado.

As narrativas me remetem para o diálogo com a perspectiva bakhtiniana de linguagem onde a chave está na “palavra do outro, de um outro que não se opõe, como categoria

fechada, ao 'eu'".[14] Onde se evidencia a nossa constituição enquanto sujeitos possuidores de linguagem, pois: "Nossas palavras não são 'nossas' apenas; elas nascem, vivem e morrem na fronteira do nosso mundo e do mundo alheio; elas são respostas explícitas ou implícitas às palavras do outro, elas só se iluminam no poderoso pano de fundo das mil vozes que nos rodeiam".[15]

Ao tentar produzir esta comunicação numa perspectiva dialógica procurei fazer como Bakhtin nos ensinou o quão necessário é fazer a recomposição do sujeito na sua totalidade; procurei ver os fragmentos os estilhaços das relações nas narrativas das professoras, mas também a totalidade ao pensar as relações desenvolvidas na escola racionalizada. Possibilitou-me perceber nessa relação com o outro dos depoentes, o quanto é necessário para nós pesquisadores respeitarmos e valorizarmos nosso outro na relação de pesquisa fazendo com que o outro - o depoente - se torne sujeito, que tenha também autoria e assim: "O objeto de estudo torna-se então sujeito, sujeito falante, autor, do mesmo modo que aquele que o estuda".[16]

---

[1] - Professor de Prática de Ensino de História na Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Mestre em História Social pela Puc-SP. Doutorando em Educação junto ao Grupo Memória da Faculdade de Educação da UNICAMP.

[2] - A UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina era constituída por cinco campis até 2002, a partir de então, o campus de Chapecó desmembrou-se dando origem a UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária Regional de Chapecó. No período temporal desta pesquisa os professores depoentes foram formados em História pela UNOESC –Campus de Chapecó.

[3] - Para aprofundar esta questão o leitor poderá buscar maiores informações em DOMINGO, José Contreras. **Autonomia de Professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

[4] -BAKHTIN, Mikhail (Volovhinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Sao Paulo: HUCITEC/Anablume, 10ª Ed.,2002, p.123.

[5] BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas vol. 1**. São Paulo: Brasiliense, 7ª ed, 1994, P.115.

[6] - THOMPSON, Eduard P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.182.

[7] - Trabalho no sentido de questionar a idéia de formação onde o professor estaria formado ao concluir a graduação, defendo a idéia de que o professor vai se fazendo ao longo de toda sua vida. Para tanto, embaso-me em Eduard Thompson, quando na sua obra **A Formação da Classe Operária Inglesa**, editada pela Paz e Terra, 1989, defende que a classe operária não nasceu pronta ela foi fazendo-se.

[8] - Idéia defendida por Vigotski no Manuscrito de 1929, texto trabalhado por SIRGADO, Angel Pino. O Social e o Cultural na Obra de Vigotski. In: **VIGOTSKI - O MANUSCRITO DE 1929: temas sobre a constituição cultural do homem. Educação & Sociedade – 71**. Campinas: CEDES, 2000, p.45-78. No mesmo número da revista está publicado o Manuscrito de Vigotski e uma série de artigos que tratam dos temas desenvolvidos por Vigotski.

[9] - BOLZAN, Dóris. **Formação de Professores:** compartilhando e reconstruindo conhecimentos. Porto Alegre: Mediação, 2002, p.50.

[10] - Bakhtin, Op cit, p.147.

[11] - AMORIM, Marilia. **O Pesquisador e Seu Outro**: Bakhtin e as Ciências Humanas. São Paulo: Musa, 2ª reimpressão, 2004, p. 69.
[12] -Idem, p.78.
[13] - ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
[14] - TEZZA, Cristóvão. Discurso Poético e Discurso Romanesco na Teoria de Bakhtin. In: FARACO, Carlos et alli. **Uma Introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988, P. 55.
[15] -Idem.
[16] -Amorim, Op cit, p. 188.

O DOTE É A EDUCAÇÃO: mulher, instrução e sociedade em São Luís no início da República.

Profa. Msc. Elizabeth Sousa Abrantes
Universidade Estadual do Maranhão

Considerando que a educação é um instrumento fundamental na transmissão de valores e na manutenção de uma determinada ordem social, ocorrendo tanto de maneira informal como institucionalizada, procura-se analisar neste trabalho o sentido da educação destinada às mulheres em São Luís no início da República. O estudo relaciona esta educação com o ideário feminino presente na sociedade ludovicense do período, com seus modelos de família e casamento estruturados de acordo com os padrões burgueses, procurando mostrar como simbolicamente a educação escolarizada destinada às mulheres passou a ser vista como substituta do dote material, tornando-se, assim, seu símbolo 'moderno'.

Sobre a prática do dote na sociedade brasileira, um importante estudo é a obra da historiadora Muriel Nazzari[1], em que trata do costume do dote e seu desaparecimento entre as famílias paulistas, através de um recorte cronológico do século XVII ao XIX. O estudo mostra o costume das famílias proprietárias paulistas, no século XVII, em dotar suas filhas, geralmente fornecendo casa, gado e escravos (índios), bens necessários para o estabelecimento de uma nova família, segundo os padrões da elite local. Dessa forma, o dote que era levado pela mulher contribuía decisivamente para o sustento do novo casal, uma vez que a família nesse período era vista como uma unidade de produção.[2] No século XVIII esse costume começou a sofrer transformações, acompanhando as mudanças na sociedade e no pacto matrimonial, até desaparecer no final do século XIX, tendo mudado a característica das famílias de unidades de produção para simplesmente unidades de consumo.[3]

"Em meados do século XIX o quadro mudara completamente. As filhas não eram mais favorecidas em detrimento dos filhos. Houve algumas poucas legações a moças solteiras, e menos de um terço das famílias proprietárias davam dotes. Quando isso acontecia, eram dotes comparativamente menores, com um conteúdo diferente, que não

ajudavam muito os recém-casados. As esposas eram sustentadas por seus maridos, ao invés de prover a maioria dos meios para a manutenção inicial do casal, como acontecia no século XVII.[4]

Algumas conseqüências dessa mudança foram a gradual diminuição do poder patriarcal sobre sua prole adulta, embora para as mulheres essa liberdade não se efetivasse na prática, pois com o casamento passava para a dependência do marido. Assim, o dote que no período colonial era uma forma da esposa contribuir para o sustento do casal, deixando o marido numa situação de devedor, embora fosse o administrador dos bens do casal, com o desaparecimento dessa prática retirava-se da mulher essa possível vantagem, deixando-a totalmente dependente do marido para o seu sustento.

A ênfase na instrução feminina como o símbolo moderno do dote no início do século XX em São Luís serve para mostrar como a sociedade, apesar das transformações sociais e políticas advindas com a República, no tocante ao feminino procurou reforçar os valores de conservação da mulher nos papéis tradicionais de esposa e mãe. Com o declínio da prática do dote em bens materiais, o que representava um atrativo a mais das moças de famílias ricas, era necessário mostrar outros atributos a fim de realizar bons casamentos. Exigia-se das mulheres mais instrução, entre outros motivos, para estarem á altura dos seus companheiros, sendo essa preocupação verificada desde o século XIX:

O homem que receber uma boa educação ama a conversação e jamais se pode lembrar sem dor, da ignorância de sua mulher, que lhe dificulta este prazer! Temos aqui uma mulher posto que formosa, causando um dissabor a seu marido e diminuindo-lhe em parte sua felicidade.[5]

Conversai com as moças que passam por mais bem educadas. Tratais de assuntos sérios? Elas não vos acompanham. O maior esforço que fizerdes será inútil para entretê-las. Se não souberdes falar de bagatelas e monadas, a vossa interlocutora começará logo a bocejar, e vós enfiareis com o seu desprazer.[6]

O início da República representou um recrudescimento dos valores pautados na honra e moral femininas, buscando através de dispositivos jurídicos e ideológicos um maior controle feminino como meio de preservar a família e a sociedade, num momento marcado por uma maior participação da mulher no espaço público, no mercado de trabalho e na luta pela conquista de direitos civis e políticos.

Nesse contexto, a associação feita por autoridades religiosas, jurídicas e civis em relação a honra sexual feminina, família, sociedade e nação era simples: " *Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização – termo que assumia diferentes significados para diferentes pessoas – causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social.* [7]

A educação, tanto doméstica quanto escolarizada buscava reforçar esses valores. Desde a segunda metade do século XIX, a instrução feminina em São Luís apresentava algumas mudanças, com um maior número de estabelecimentos de ensino, onde já era possível, especialmente às mulheres das camadas sociais mais privilegiadas, que podiam estudar em escolas particulares, obter uma instrução mais elevada, embora diferenciada daquela que era dada para os homens. Enquanto o ensino secundário masculino era preparatório para o ensino superior, o ensino feminino, voltado para preparar a mulher para o casamento e a maternidade, tinha um cunho doméstico e os conhecimentos literários e científicos não permitiam superar o "objetivo da conservação". [8]

Os discursos dos intelectuais maranhenses e das autoridades educacionais no final do XIX eram unânimes em reconhecer a necessidade da instrução escolar para as mulheres, justificando através da função materna o papel de primeira educadora dos filhos, ajudando a forma-lhes o caráter e preparar-lhes para serem bons cidadãos.

O crescimento urbano de São Luís e os novos espaços de sociabilidade propiciavam oportunidades de maior convivência social para as mulheres da elite, demandando dessa forma o aprendizado de novas prendas sociais, como o tocar um instrumento musical, cantar, falar uma língua estrangeira, conhecer as regras de etiqueta, além das noções de conhecimento sobre a história pátria, geografia, etc. [9]

A sociedade considerava que a grande, a mais elevada função da mulher era ser mãe e esposa, sendo a instrução um componente essencial para o bom desempenho dessa missão:

A mulher, reconhecendo pela sua educação os seus direitos, compreenderá melhor a obrigação de mãe e melhor a exercerá, fazendo desta arte melhores os homens. A sociedade pois, para que possa conter em seu seio bons cidadãos, deve com afã curar a educação da mulher... Esposas! Mães! De vós depende a ordem, a prosperidade, a paz de nossa pátria; dai-nos bons cidadãos e nós teremos todas estas coisas. [10]

A aplicação prática dos conhecimentos obtidos com a instrução escolar deveria ser feita no lar, portanto, a educação proposta para a mulher não pretendia colocá-la em pé de igualdade com os homens ou possibilitar-lhe uma profissão. Com exceção do magistério, considerado mais uma vocação e um sacerdócio do que uma profissão, a mulher deveria obter mais conhecimentos para estar apta a exercer seu papel de mãe e esposa.

Será talvez desagradável para um marido que uma dona de casa ignore por completo a história, a psicologia, a ciência, mas será bem pior se ela não for capaz de dirigir a sua casa, de educar seus filhos e de cuidar do bem estar dos seus e da higiene caseira(...). Não basta que a futura dona de casa saiba preparar mais ou menos gostosamente os alimentos, é preciso que saiba em que medida eles reparam as forças e quanto rendem a comparação do seu custo. [11]

Com a continuidade dessa imagética feminina no início do século XX, associada ao fortalecimento do poder marital, a educação mais do que nunca era vista como uma forma de' valorizar' a mulher nesse novo pacto matrimonial, um atrativo importante ao lado da virgindade, beleza, idade, especialmente para as moças da elite, já que as mulheres pobres recebiam uma educação elementar que deveria ser aproveitada para garantir-lhes o sustento.

Na opinião do advogado maranhense Antônio Almeida Oliveira, defensor da educação feminina como uma forma de reforçar as qualidades 'naturais' de mãe, a instrução permitia exercer melhor essa 'missão'. Explicava que o dote das moças pobres não era admissível como obrigação social, sendo que esse costume desaparecia até entre as famílias mais ricas, no entanto, a educação seria o substituto desse dote material pois quem educa não é obrigado a dotar, porque o dote é a educação. [12]

Como já salientamos inicialmente, o processo de educação dos sujeitos sociais ocorre de maneira complexa, dentro e fora da escola, através de diversas práticas sociais.

"Quando Bourdieu fala de um 'trabalho de formação que se realiza, seja através da familiarização com um mundo simbolicamente estruturado, seja através de um trabalho de inculcação coletivo', ele certamente pretende lembrar as diversas práticas sociais que 'educam' os sujeitos, muitas delas implícitas nas instituições sociais, na divisão/distribuição dos espaços físicos e do tempo, na vestimenta, na estética, etc; e práticas explicitamente inscritas nas normas sociais, nas doutrinas religiosas, jurídicas ou educacionais. [13]

O discurso educacional vigente em São Luís no início da República, em sintonia com o ideário feminino presente na sociedade, pautava-se na defesa de uma maior instrução para as mulheres através da ampliação dos seus estudos, com mais conhecimentos científicos, objetivando reforçar os princípios conservadores de fortalecimento dos ideais burgueses de família, casamento e do papel da mulher na sociedade, segundo a visão naturalizante das diferenças entre os sexos, cabendo ao homem o papel de comando da família e do Estado, enquanto à mulher era destinado o espaço doméstico, do cuidado com os filhos.

O casamento era apresentado como o ideal na vida de uma mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude e alvo de sua existência. Com esse ideário pretendia-se estimular o casamento como alicerce da organização social e ao mesmo tempo garantir a submissão feminina.

NOTAS

[1] NAZZARI, Muriel. O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
[2] NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). In. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero. Vol. 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989. p. 87.
[3] Ibid.
[4] Ibid. p. 88
[5] Jornal Farol Maranhense, 30.05.1828.
[6] OLIVEIRA, Antônio de Almeida. O Ensino público: obra destinada a mostrar o estado em que se acha e as reformas que exige a instrução pública no Brasil. Maranhão, 1874, p. 456.
[7] CAULFIELD, Sueann. Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000. p. 26
[8] SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópoles: Vozes, 1976. p. 197.
[9] ABRANTES, Elizabeth Sousa. A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX. Recife: UFPE, 2002. p.99. (Dissertação de Mestrado).
[10] Jornal O Globo, nº51, 30.06.1852.
[11] Jornal O Avante, de 08.12.1910.
[12] OLIVEIRA, Antônio Almeida. Op. Cit.
[13] LOURO, Guaira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. In. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Brasil, 1981. p. 43.

A Gripe Espanhola em Goiás

Eliézer Cardoso de Oliveira

Introdução:

Aparecendo em 1918, durante a I Guerra Mundial, a Gripe Espanhola matou mais do que qualquer outra epidemia do século XX e, talvez, de qualquer outro século. As análises conservadoras estimam em 20 milhões as vítimas fatais; as mais ousadas chegam ao assustador número de 100 milhões de mortos. A Gripe chegou ao Brasil em setembro de 1918. No mês seguinte, ela já havia se espalhado por praticamente todo o território nacional, atingindo, inclusive, as remotas aldeias indígenas da Floresta Amazônica, matando em torno de 300 mil pessoas. Além da frieza dos números, ela causou grande comoção ao provocar a morte do presidente eleito Rodrigues Alves e inúmeros transtornos com a suspensão de alguns serviços públicos, tais como o funcionamento do Congresso Nacional e a das aulas.

Em Goiás, as primeiras notícias sobre a Gripe Espanhola apareceram no final de outubro de 1918. A epidemia não atingiu as proporções mórbidas verificadas nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo[1]. No entanto, nem por isso a história da Gripe em Espanhola é menos digna de ser contada em Goiás. Pelo contrário, o estudo da epidemia ajuda a compreender melhor muito de seus aspectos sócio-históricos na segunda década do século XX.

Uma situação crítica

O estudo das epidemias demonstrou ser bastante frutífero nas mãos dos historiadores. Ele possibilita esclarecer inúmeros aspectos sociais: medicina popular e erudita, mentalidades, preconceitos, autoritarismo, religiosidade, cotidiano, etc. No entanto, essa abertura analítica só é possível pelo fato das epidemias serem situações extraordinárias, servindo, assim, para analisar como uma determinada sociedade lida com situações imprevistas. Um conceito que ajuda compreender melhor os momentos de epidemia é de situação crítica formulado por Anthony Giddens:

> *Circunstância de disjunção radical do tipo imprevisível, que afeta uma quantidade substancial de indivíduos, situações que ameaçam ou destroem as certezas de rotinas institucionalizadas*[2].

O pioneiro em fazer uma análise sistemática das situações fora da rotina de uma determinada sociedade foi Émile Durkheim[3] a partir do conceito de anomia, o enfraquecimento ou ausência de normas sociais. Inspirando-se nele, Roberto K. Merton[4] estabeleceu uma verdadeira teoria geral da anomia. Talvez seja exagerado utilizar o conceito de anomia de Durkheim e de Merton para analisar a situação vivenciada pelos habitantes das diversas atitudes goianas durante a epidemia da Gripe Espanhola. É melhor ficar com o conceito de situação crítica de Giddens.

A rotina é confortante porque é uma forma de garantir a previsibilidade. Por isso situações de epidemia são acompanhadas quase sempre pelo pânico coletivo. Em Goiás o relativo isolamento, conseqüência das precariedades dos meios de comunicação com as outras regiões, explica, de certa forma, a existência do pequeno número de epidemias ocorridas durante a sua história. Surtos epidêmicos de varíola pontuaram os séculos XVIII, XIX e XX. Apesar de não muito freqüente, pode-se afirmar que a varíola era a epidemia mais temida em Goiás, pelo menos é essa a impressão de quem lê os relatórios dos governadores do século XIX. O temor da varíola é explicável pelo sofrimento que acarretava nas vítimas que, quando não morriam, ficavam com cicatrizes indisfarçáveis.

Se a varíola representava o extremo máximo do medo de doenças, a gripe representava o mínimo. Era bastante freqüente, não deixava marcas no corpo e raramente provocava uma grande mortalidade, a não ser para algumas tribos indígenas, como os de Nova Beira, na Ilha do Bananal que

> *ao serem levados para outro aldeamento, cujo clima inóspito, frio e doentio lhes favoreceram o contato com a gripe para a qual não possuíam resistência orgânica. Oitenta pessoas restaram de mil oitocentos que compunham a tribo*[5].

No entanto a Gripe Espanhola não era apenas um surto anual de gripe como outro qualquer. Era uma gripe muito mais contagiosa e muito mais letal. De acordo com Kolata seus sintomas eram:

> *Você começava sentido uma forte dor de cabeça. Seus olhos começavam a arder. Vinham calafrios e você ia para a cama, enrolado em cobertores. Mas não havia manta nem cobertor que conseguisse aquecê-lo. Você adormecia sem repousar, delirando e tendo pesadelos à medida que a febre aumentava. E quando você começava a despertar, entrando num estado de semiconsciência, seus músculos doíam e sua cabeça latejava e de alguma maneira ficava sabendo que, embora seu corpo gritasse 'não' você caminhava para a morte*[6].

Adicione ao sofrimento descrito acima o aspecto do doente – rosto arroxeado escuro, tosse de sangue, pés pretos e uma sensação angustiante de falta de ar –, será fácil entender o medo suscitado pela Gripe Espanhola.

O Jornal *Correio Oficial* diante da eminência da invasão da espanhola, publicou no dia 19 de outubro de 1918 uma notícia de certa forma reconfortante para os habitantes da Capital:

> *Felizmente para nós a capital do estado dispõe dos recursos precisos, medicamentos e médicos para combater a invasão da pandemia. O resto do estado, porém, não está prevenido como sôe acontecer sempre, sendo de se aconselhar particularmente a todos a melhor provisão de drogas applicaveis. Em último caso ahi está nossa flora medicinal abundante para nos remediar de uma penuria certa*[7].

No entanto, o otimismo durou pouco. Uma semana depois, o mesmo jornal resignado dizia sobre a Gripe Espanhola: *infelizmente sua carreira vertiginosa não poderá ser interdicta pela sciência medica, dados os caracteres especiaes da molestia*[8]. De fato, o redator tinha razão. O Inspetor de Higiene da Capital, o médico Alipio Alpino da Silva, montou um posto de observação nas proximidades da cidade de Goiás para impedir que

pessoas infectadas pela gripe dirigissem a cidade. Além de seus esforços terem sido inúteis, ele foi acometido pela doença, falecendo alguns meses depois de complicações da Gripe[9].

A Gripe Espanhola, em novembro de 1918, já alterava a rotina dos habitantes da cidade de Goiás. Sobre o Dia de Finados, o *Correio Oficial* comentou:

> *É de praxe a vizita aos cemitérios nesta data. Mas a anormalidade do estado sanitário não permite que ella se realise, este anno, como prudente medida profhilaxica[10].*

É comum nas situações críticas suprimir ou simplificar alguns detalhes rituais. Em Goiânia, no finados de 1987 grande parte da população deixou de visitar um cemitério pela *simples presença* dos corpos das vítimas do acidente radioativo [com o Césio-137] enterrados[11]...

Não se sabe ao certo o número de pessoas mortas pela Gripe Espanhola em Goiás, mas existem indícios de que o número de vítimas foi maior do que o comumente é aceito[12]. O padre redentorista José Francisco Wand, por exemplo, escreveu em sua crônica sobre os índios do Norte do Estado:

> *Na Epidemia de Gripe em 1918 morreram milhares deles; atacados pela febre alta, muitíssimos, em procura de alívio, lançam-se nas águas frias do rio e lá encontram morte instantânea. Também os índios domesticados, que se acham reunidos em aldeias não escaparam a esta fatalidade[13].*

O relato do padre pode ajudar a esclarecer o desaparecimento abrupto de algumas etnias indígenas no século XX, como os avás-canoeiro. Mais objetivo, um telegrama[14] do juiz de direito de Ipameri, de 28 de novembro de 1918, relata 40 casos fatais. Um número proporcionalmente alto, pois o número total de mortos em todo o segundo semestre do ano de 1918 na cidade foi de 56, segundo relatório do mesmo juiz[15]. Em fevereiro de 1919 o *Correio Oficial*[16] dizia que o número de mortos decorrente da Espanhola até essa data tinha sido de 80. Numa especulação ousada, é possível que o número de vítimas fatais da Espanhola em Goiás não tenha sido inferior a 1% do número total da população (mais ou menos 500 mil habitantes na época): uma proporção próxima a média nacional.

Mesmo que não tenha havido em Goiás o congestionamento dos serviços funerários como nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro, a morte por influenza talvez tenha até impressionado mais a população do que naqueles lugares. É que as pequenas localidades goianas são caracterizadas pelo que Simmel chama de "conhecibilidade mútua[17]". Assim morte de pessoas conhecidas, das quais se sabiam o nome e a história, chocava muito mais do que as de pessoas desconhecidas das grandes cidades.

Além do mais a raridade cria valor. Oscar Leal observou que:

> *Em Perynopolis os óbitos são raros, e tanto assim, que durante a minha estada alli, sucedendo darem-se três fallecimento no prazo de uma semana, o povo chegou a commentar o facto, apoderando de pânico e terror[18].*

A média semanal de mortes foi maior e mais constante pelo menos em Ipameri e na Cidade de Goiás no tempo da Gripe Espanhola do que a verificada pelo viajante português em Pirenópolis na década de 1890. Além do número é preciso considerar também o impacto psicológico dos rituais católicos relacionados ao sepultamento. Péricles Xavier Rebello constatou que no início do século XX em Santa Luzia (hoje Luziânia):

> *Quando faleciam adultos, os sinos maiores badalavam grave; os sinos menores badalavam agudo, significando o falecimento de uma criança. Comumente o toque de morte ficava impregnado na alma das pessoas, o que lhe traziam o sentimento de pesar[19].*

Em muitos lugares, os toques de sinos anunciando a morte podiam ser ouvidos até uma distância de 6 quilômetros. Quando os sinos dobravam anunciando o morte pela "Espanhola", ou por outra epidemia, o efeito era maior, pois

> *As doenças infecciosas têm um aspecto ainda mais perturbador: às vezes contraímos da doença de outra pessoa. Isso pode transformar o medo da doença em medo do outro. Na reação a esse medo, os seres humanos têm sido incrivelmente corajosos e cruéis[20].*

Na cidade de Goiás, na época da Espanhola foram paralisados os expedientes das repartições públicas[21] e as aulas da escola[22]. Para socorrer os municípios atingindo pela

doença, o Governo Estadual abriu um crédito de até 50 contos de reis[23]. Na cidade de Ipameri, a ajuda chegou um pouco atrasada, ocasionando um fato raro nas relações entre o contribuinte e o Fisco no Brasil. Como não havia dinheiro em caixa, os contribuintes anteciparam o pagamento de imposto referente ao ano de 1919 para que a quantia fosse utilizada pela Comissão de Socorro aos Necessitados de Ypameri para atender as vítimas da gripe[24].

Na cidade de Goiás, segundo o *Correio Oficial,* as principais medidas do poder público relacionadas com a gripe foram:

> *Além de fornecimento de medicamentos e alimentação a classe pobre e de outras medidas postas em práticas, foi criado um posto no collegio das Irmãs Dominicanas de socorro às crianças desvalidas[25].*

A oposição, representada pelo jornal *O Goyaz,* denunciou que a população pobre não conseguia encontrar remédios gratuitos. O *Correio Oficial* rebateu, argumentando que se tratava de má-fé ou despeito[26]. Sem condições de avaliar objetivamente o debate, cabe ao historiador apenas observá-lo, embora no seu íntimo fique a sensação de que, em casos como esses, quase sempre, a oposição tem razão...

De qualquer modo, pouco se podia fazer eficazmente diante da Gripe Espanhola. Da mesma forma misteriosa e imprevista que ela apareceu, gradativamente começou a desaparecer sem deixar vestígios. No mês de fevereiro de 1919, o *Correio Oficial* pôde finalmente dizer: *A Gripe tem declinado bastante entre nós, sendo já resumidos os casos havidos entre nós[27].*

Conclusão

Enfim, foi analisado nas linhas anteriores como um evento imprevisto abala a rotina de pequenas comunidades relativamente isoladas. No caso da Epidemia de Gripe Espanhola em Goiás, apesar do esforço de alguns poucos pesquisadores, ainda tem-se mais dúvidas do que certezas, muitas perguntas e poucas respostas.

Sabe-se de efetivo que as relações sociais foram afetadas pela Gripe. Numa sociedade em que as relações de vizinhança eram primordiais, a suspensão ou diminuição dos contatos provocou a intensificação da angústia vivida naqueles tempos difíceis. A epidemia sobrecarregou os serviços públicos relacionados à saúde e transtornou os outros pelo desfalque de funcionários. O badalar mórbido dos sinos deixava os acamados mais apreensivos.

No entanto, nenhuma sociedade é capaz de viver fora do rotina o tempo todo. Talvez se possa pensar numa rotinização dos comportamentos, de forma parecida com que Weber analisou a rotinização do carisma[28]. Do mesmo modo em que os seguidores do profeta, mais cedo ou mais tarde, vão ter que cuidar dos seus interesses materiais e exigir regras estabilizadas; as pessoas atormentadas pela situação de catástrofes vão retornar às suas, antigas ou novas, rotinas. De modo geral, os humanos seguem o conselho dado pelos funcionários ao transtornado rei D. José diante da Lisboa destruída pelo terremoto de 1755: "enterrar os mortos e cuidar dos vivos[29] No entanto, a lembrança dos mortos, principalmente dos entes queridos, e do sofrimento sempre fica na memória dos sobreviventes. Para eles o badalar dos sinos nunca vai ser o mesmo.

---

[1] Sobre a análise da gripe nessas duas cidades ver, respectivamente: GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro.* Niterói, Dissertação (Mestrado em História), UFF, 2003 e BERTOLLI FILHO, Claudio. *A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918.* São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[2] GIDDENS, Anthony. *Constituição da Sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 70-1.
[3] Principalmente no seguinte livro: DURKHEIM, Émile. *O suicídio.* São Paulo: Martin Claret, 2001.
[4] In MERTON, Robert. K. *Sociologia: teoria e estrutura.* São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
[5] SALLES, Gilka V. F. de. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás.* Goiânia: UFG, 1992, p. 225.
[6] KOLATA, Gina. *Gripe: a história da pandemia de 1918.* Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 14.
[7] Correio Oficial, Cidade de Goiás, 19 de outubro de 1918. Instituto de Pesquisa Histórica Brasil Central (a partir de agora IHPBC). Microfilme
[8] Correio Oficial, Cidade de Goiás, 26 de outubro de 1918. IPHBC, microfilme.
[9] Estas informações foram retiradas de BUENO, Jerônimo Carvalho. *História da Medicina em Goiás.* Goiânia: Edição do autor, 1979, p. 56.
[10] Correio Oficial, Cidade de Goiás, 2 de novembro de 1918. IPHBC, microfilme.
[11] O Popular, Goiânia, 31 de Outubro de 1977. Arquivo do autor.
[12] Gilka Vasconcelos Salles (SALLES, Gilka V. de. "Saúde e doença em Goiás – 1826 – 1930". In. FREITAS, Lena C. B. F de. *Saúde e doenças em Goiás.* Goiânia: Editora da UFG, 1999. P. 63 a 128) diz que o baixo número pode estar relacionado à imprecisão do diagnóstico, não associando a mortalidade por pneumonia, doenças gastro-intestinais, reumatismo com a Gripe Espanhola. Já em GODINHO, Iúri R. *Médicos e medicina em Goiás.* Goiânia: Contato Comunicação, 2004. P. 37 diz que "Em Goiás a gripe espanhola não foi a ceifadora de vidas de outros estado. Matou 24 pessoas e houve 347 atendimentos, sendo 300 carentes." O número é muito baixo e não condiz com os registros oficiais.

[13] WAND, José Francisco. Costume e riquezas de Goiás. Aparecida, SP, 1987. P. 93. Datilografado.
[14] In. Correio Oficial, Cidade de Goiás, 30 de novembro de 1918. IPHBC, microfilme.
[15] Mapa Estatístico Civil da Comarca de Ypameri no ano de 1918. Arquivo Histórico Estadual (a partir de agora AHE). Ipameri. Cx. 01, doc. Manuscrito.
[16] Correio Oficial, Cidade de Goiás, 8 de fevereiro de 1918. IPHBC, Microfilme.
[17] SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental". In. GUILHERME VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1967, p. 13 a 28.
[18] LEAL, Oscar. *Viagens as terras goyanas.* Goiânia: UFG, 1980. P. 81.
[19] REBELLO, Péricles Xavier. *Usos e costumes do Estado de Goiás (1900 – 1980).* Goiânia: edição do autor, 1987. P. 128.
[20] FARREL, Jeannet. *A assustadora história das epidemias.* São Paulo: Ediouro, 2003. P. 21.
[21] Um decreto do Presidente do Estado em 18 de janeiro de 1919 abonou as faltas dos funcionários públicos durante a epidemia de Gripe Espanhola. In. Correio Oficial, Cidade de Goiás, 1º de fevereiro de 1919. IPHBC, ,microfilme.
[22] Um projeto Federal aprovou todos os alunos matriculados nas escolas.
[23] Decreto 5948 de 18 de novembro de 1918.
[24] Intendência Municipal de Ypameri. Decreto n. 158, de 18 de novembro de 1918. AHE. Ipameri, CX. 01
[25] Correio Oficial, Cidade de Goiás, 25 de janeiro de 1919. IPHBC, microfilme.
[26] Correio Oficial, Cidade de Goiás, 15 de fevereiro de 1919 .IPHBC, microfilme.
[27] Correio Oficial, Cidade de Goiás, 8 de fevereiro de 1919 .IPHBC, microfilme.
[28] O conceito de carisma em Weber, seja na Sociologia da Religião ou na Sociologia da Dominação, é uma forma de analisar as relações sociais fora da rotina. A rotinização corresponde o retorno à rotina. Sua origem está principalmente no desejo dos discípulos do líder carismático em "transformar o carisma e a felicidade carismática de uma agraciação livre, única, externamente transitória de épocas e pessoas extraordinárias em uma propriedade permanente da vida cotidiana." In. WEBER, Max. *Economia e Sociedade.* Brasília: Editora da UNB, 1999. Vol. 2. P. 332.
[29] DEL PRIORE, Mary. *O mal sobre a terra.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 145.

A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO PARANÁ: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CEFET-PR

Eloiza Aparecida Silva Ávila de Matos
CEFET-PR /Unidade Ponta Grossa
Programa Doutorado em Educação
Unimep – São Paulo

A dimensão histórica do processo de tecnificação e civilização

A história do homem com a natureza é um estado permanente de luta para produzir artefatos que transponham as dificuldades impostas pelas forças naturais. O uso e o fabrico dos mais diferentes instrumentos, fê-lo entrar numa dança entre as necessidades naturais e sua própria satisfação.

Em lógica, a necessidade natural estabelece o aparecimento de determinado instrumento, por conseguinte, leva à satisfação e por outro lado a aquisição de instrumentos gera novas necessidades.

Essa relação entre o indivíduo e o coletivo marca a história do desenvolvimento técnico tendo como característica a irregularidade. Da antiguidade até o século XVIII as mudanças se apresentam lentas e sem grandes alterações. O grande salto será dado a partir do século XIX e contemporaneamente, as mudanças tornaram-se rápidas e diversificadas.

Em vista desses fatos, pode-se considerar que os sistemas técnicos tratados sob a ótica da tecnologia são insuficientes, uma vez que uma mesma tecnologia pode prescindir inúmeras modalidades de execução aplicáveis nas mais diferentes sociedades.

Na medida em que os indivíduos se organizam em torno de tecnologias, as configurações de poder também se ordenam e exercem o controle social.

A opção por determinados instrumentos, artefatos, máquinas e processos e controle exercido em nome de um segmento social, institucionalizam a tecnologia. Quando escolhidos pela sociedade, esses instrumentos se transformam em instrumentos de inovação e se adaptam a interesses e necessidades intrínsecas ou extrínsecas a ela.

Assim, as técnicas são interdependentes através de certa coerência para formar um sistema técnico. Este depende de outros sistemas sociais.

A história dos povos coincide com o desenvolvimento do progresso técnico. Até a Idade Média são as técnicas arcaicas e primitivas. No Renascimento, são ligadas aos acontecimentos da curiosidade e do espírito experimental que se estendem às camadas sociais. Do século XVII ao XIX aparecem às invenções revolucionárias, trazidas pelos amadores da ciência. O século XX abre passagem para a profissionalização do cientista e do tecnólogo, a partir de formação de equipes envolvidas com empresas e governos.

A dimensão histórica e social da tecnologia, estruturada nas relações dinâmicas entre a tecnologia e a sociedade, determinam o desenvolvimento de conhecimentos e posicionamentos éticos, fundamentais para analisar e compreender os sistemas tecnológicos e os seus impactos sociais.

O conceito de civilização refere-se ao processo não planejado — numa perspectiva de longo prazo — as mudanças civilizadoras têm sido dominantes no desenvolvimento da humanidade.

A relação entre tecnificação e civilização são processos não planejados, tendo em vista que oriundam do entrelaçar, da conjunção, da cooperação e confrontação de muitas atividades planejadas. Ambos, processo de tecnificação e civilização são também processos de aprendizagem involuntários para a humanidade.

O processo de civilização está relacionado à aquisição de controle e autocontrole. GEBARA[1], 1998 observa que Elias formula uma tríade de controles básicos, que demonstrariam o estágio de desenvolvimento da uma civilização:

a) Controle dos acontecimentos naturais, poderíamos dizer então que as ciências da natureza desenvolveram-se muito mais, dado que o controle dos acontecimentos não humanos verifica-se prioritariamente. O desenvolvimento científico e tecnológico corresponde ao nível de controle atingido pelo homem em relação ao natural. Neste processo, o papel da Educação é bastante evidente, de maneira geral podemos afirmar que o ensino das ciências naturais e da tecnologia, tem sido um dos pilares, pelo menos ao nível do conteúdo curricular escolar e dos processos avaliatórios, que tipificam o sistema Educacional.

b) Controle das relações entre os humanos ou seja das relações sociais, é evidente, e Elias reafirma em várias passagens, que é bastante característico das sociedades modernas o fato de a dimensão de suas hipóteses de controle sobre as relações naturais ser superior e crescer com maior rapidez do que a dimensão relativa às hipóteses de controle das relações sociais. Ou ainda, as ciências naturais desenvolveram-se muito mais do que as ciências sociais, em consequência da dificuldade maior de controlar as relações sociais.

c) O que o indivíduo apreendeu durante a sua vida no sentido de exercer o autocontrole. Sem correr muito risco em relação a fidelidade ao pensamento de Elias, julgo poder afirmar aqui o papel central da Educação em sua teoria, especialmente se observada a articulação com o domínio da ciência e da tecnologia.

Do ponto de vista prático, as questões de produtividade e qualidade, por exemplo, referem-se à possibilidade de dominar melhor a natureza das relações sociais, e não em dominar uma nova tecnologia, isto no atual estágio de desenvolvimento da tecnologia e das ciências naturais.

São evidentes as transformações advindas desse processo irreversível de mudanças aceleradas, cujo ritmo nem sempre é alcançado pelos homens que dela participam. A interação entre as inovações tecnológicas e o novo cenário no âmbito da economia, política e da vida social, cultural e educacional são significativas.

Retraçar o caminho histórico da técnica e da tecnologia oferecerá, nesse estudo sobre a educação tecnológica no Paraná, meios para compreender mais profundamente os instrumentos buscados pela Instituição CEFET-PR para estabelecer contornos diferenciados, num alargamento do processo de formação profissional. Outro aspecto será a instrumentalização para uma discussão sobre as imbricações na educação tecnológica do processo de tecnificação e civilização.

CARVALHO[2] considera que:

> "A dimensão da história torna-se, pois, o elo para nos aproximar do cerne das técnicas e das tecnologias. Estas não são fatos isolados ou fragmentos de peças fragmentadas. Tudo é revestido de história, de acontecimento e de ação humana interpretando a vida e é reconstruindo seu destino. A história aproximará também a educação da tecnologia enquanto força propulsora para resgatar a técnica, situá-la

> no seu devido lugar e interpreta-la a serviço do bem comum da sociedade. A história oferecerá à educação os meios não só para entender mais profundamente as técnicas, mas também os instrumentos necessários para superar as dificuldades na transmissão de conhecimentos e na sua execução restrita a meras aplicações." (1998, p.18)

As questões norteadoras

Os seres humanos, como uma espécie, para Elias, representam uma ruptura evolucionária, pois o equilíbrio de poder entre condutas aprendidas e não aprendidas tomou um novo rumo. No processo evolucionário, modos predominantemente aprendidos de direcionamento comportamental tornaram-se, de forma clara e incontestável, dominantes em relação aos modos predominantemente não aprendidos.

O projeto de pesquisa parte do pressuposto que: o CEFET-PR em 95 anos impõe-se como uma instituição da modernidade, intrínseca ao projeto da sociedade burguesa urbano-industrial; como tal, vem desempenhando a função de formar e conformar os sujeitos individuais e coletivos aos padrões de racionalização e burocratização dessa sociedade.

Questiona-se, ao mesmo tempo, que a educação tecnológica é um processo a longo prazo que emerge da própria característica do homem em aprender e buscar desenvolver processos e sistemas dos quais se apropria, assim essa sociedade tecnológica nada mais é do que a própria criação do homem, cujas características de aprendizagem e satisfação; de criação e inovação quer de instrumentos e objetos, quer de processos e modos de viver. Estabelece em seu bojo a necessidade de uma configuração educacional que lhe possibilite repensar a indissociável relação entre o desenvolvimento tecnológico e humano e o processo de civilização enquanto mudança de comportamento e de estruturas psíquico-sociais.

A Instituição vem mantendo, ao longo de sua trajetória, com outras instituições e organizações sociais, relações que se alteram no tempo e no espaço, à medida que suas práticas respondem a situações sociais distintas. Desse modo as feições, que o CEFET-PR toma em tempos e lugares diferentes, remetem às tensões e complementaridades da sociedade em que se insere.

A teoria do processo civilizador: fio condutor para pensar a história da educação tecnológica

Com efeito, considerando a necessária resposta qualitativa à questão inicial: Em que patamares a educação tecnológica no Paraná, inserida num processo civilizador impelido pelo Estado, deslocou o balanço do poder, reconfigurando o seu cenário educacional**;** a pesquisa assume o seguinte desenho:

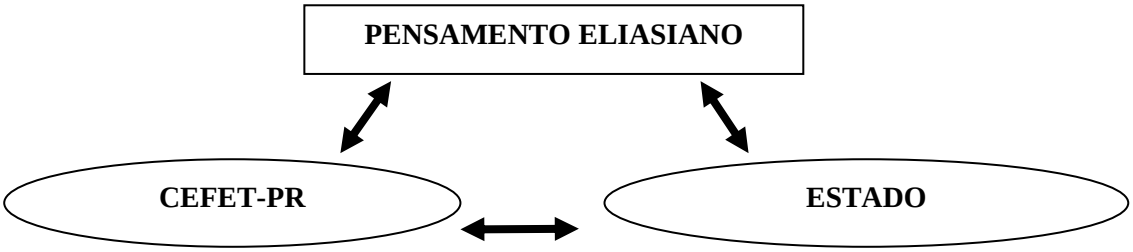

Figura 1: Desenho da pesquisa

Elias[3] desenvolve uma teoria da civilização enquanto teoria das transformações do comportamento e das estruturas da personalidade, é uma teoria da formação do Estado enquanto teoria do desenvolvimento social. Entrelaça, portanto, a psicogênese do indivíduo com a sociogênese do Estado. A sociologia estuda figurações: o "todo", considerado enquanto processo resultante das infinitas interdependências que se tecem sem parar entre os indivíduos e que os tornam, precisamente, indivíduos.

Destarte a pesquisa será norteada pela teoria do processo civilizador inculcado na evolução da educação em nosso país, referencial para discussão acerca da evolução da educação tecnológica no Paraná imbuída na trajetória do CEFET-PR e as relações com as interdependências com o Estado em suas configurações de poder.

A natureza básica do estudo em questão será descritivo-explicativa e documental, tendo em vista que buscamos maior compreensão a respeito da memória histórico-educacional do CEFET-PR.

A opção será pela abordagem qualitativa, que imprime possibilidade do objeto ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.

Em função dos procedimentos técnicos empregados, a pesquisa utilizará o estudo de caso.

A construção da unidade proposta, a educação tecnológica no Paraná, será feita dentro da perspectiva histórica.

O *corpus* documental da pesquisa será composto por conjuntos de documentos de naturezas distintas. O primeiro conjunto será formado por documentos oficiais, nele se inserem desde Leis e Regimentos; documentos do arquivo público do estado do Paraná; registros internos da instituição; jornais e revistas de época; material iconográfico; projetos dos cursos examinados e materiais de propaganda institucional; história oral-temática.

Parte-se do princípio de que toda significação discursiva é um *gesto* semântico, implicando sentidos históricos, sócio-culturais, políticos, nem sempre claramente expresso, mas processados como relações de forças histórico-sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, nesse primeiro momento, um arcabouço teórico que deverá conduzir a arquitetura do objeto dessa pesquisa, propiciando a formulação de perguntas e produção de respostas a respeito do cenário educacional estabelecido pelo Estado, em relação à construção da educação tecnológica no Paraná, e os condicionantes existentes, para sistematizar relações e avaliar vínculos, resultados e aplicações.

Pretende-se que o pensamento eliasiano assentado na teoria do processo civilizador componha o modelo e controle para articular as relações de poder que configuraram a estruturação da educação tecnológica no CEFET-PR.

NOTAS

[1] GEBARA, Ademir. Anotações para a teoria do processo civilizador. In: **Comunicações.** Ano 5, nº. 2, novembro, 1998, Universidade Metodista de Piracicaba. Programa de Pós-graduação. Piracicaba – São Paulo.

[2] CARVALHO, Marília Gomes de. Tecnologia e Sociedade. In**: Tecnologia e Interação**: Publicação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE/CEFET-PR / João Augusto de Souza Leão, org.; Y. Shimizu, rev. — Curitiba: CEFET-PR, 1998. 174 p. (Coletânea "Educação & Tecnologia"- CEFET-PR).

[3] ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do estado e civilização. Tradução de Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.2v.

Subcultura política e ideologia do clientelismo: análise de Caso em Londrina (PR), 2000

Elsio Lenardão (Prof. do Deptº . Ciências Sociais/UEL)

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta e comenta, na qualidade de uma pesquisa exploratória, o levantamento e organização de um elenco de noções, representações e valores que se referem diretamente, à esfera da atividade política e que são compartilhadas pelos agentes sociais de setores populares envolvidos em práticas clientelísticas, articuladas para a garantia de votos e apoio a um político de expressão que atua na cidade de Londrina (PR)[1]. Parte-se de alguns eventos que mostram práticas de clientelismo[2] desenvolvidas por esse político e que revelam o apoio que ele recebe de seguimentos populares (especialmente lideranças de associações de moradores) através do vínculo clientelista.

Pretende-se verificar se há, entre os indivíduos das classes populares que participam desse vínculo, a partilha de uma subcultura política particular que o sustentaria, quer dizer, que o organizaria ideologicamente. E, qual seria seu conteúdo (crenças, noções, representações, práticas)? Através de observação inicial, verificou-se que algumas representações sobre o que é a 'autoridade política' e a função do político repetem-se e parecem centrais na organização da concepção política que orienta aqueles que participam do vínculo clientelista: um forte apelo ao personalismo, à figura do político-chefe; a crença marcante em seus 'superpoderes', em uma expectativa exagerada quanto às suas capacidades e possibilidades de resolver problemas sociais; a noção de que a fonte dos benefícios públicos é o próprio político e não o fundo público; a crença no valor de que a forma do vínculo mais eficaz com a administração pública se dá através da troca de favores e ajudas com o político-chefe.

Preocupar-se com representações, crenças e concepções justifica-se porque é sabido que as pessoas fazem suposições e elencam categorias para orientar e interpretar suas experiências. Quer dizer, portanto, que o conhecimento do conjunto comum de tais suposições, categorias, noções e crenças, é fundamental para a compreensão das atitudes concretas dos membros de uma sociedade ou de um grupo social; nesse caso, de um grupo de eleitores. No levantamento das informações que interessam foram utilizados depoimentos, colhidos por jornais da cidade, de pessoas pertencentes à clientela do Sr. Antônio Belinati e que estiveram envolvidas em atividades políticas de apoio ao ex-prefeito na ocasião em que este respondia na Câmara de Vereadores a um processo de cassação, no primeiro semestre de 2000[3].

POSSIBILIDADES DE UMA *IDEOLOGIA DO CLIENTELISMO*

Pretende-se verificar a presença de elementos compondo uma possível *ideologia do clientelismo*, a partir das representações expressas por agentes sociais envolvidos em práticas clientelistas, na cidade de Londrina/Pr, conforme esclarecido na introdução.

A atenção especial para a possibilidade desse fenômeno foi despertada por ocasião de um conjunto de eventos ocorridos no primeiro semestre de 2000, envolvendo a cassação do mandato do prefeito da cidade, o Sr. Antônio Belinati. O que nos interessa nesse conjunto é a presença de manifestações públicas de apoio ao prefeito, realizadas por setores populares da periferia da cidade, e que revelavam fortes vínculos clientelísticos com o prefeito acusado.

Esses eventos revelaram com exuberância a presença de clientelas políticas organizadas pelo prefeito e seus asseclas (funcionários públicos, comissionados e cabos eleitorais). Mais do que isso, graças ao trabalho de jornalistas locais, pôs-se em evidência também, inúmeros depoimentos de eleitores-clientes do prefeito, de modo a insinuar, pela recorrência de algumas representações nas falas, a presença de um conjunto

de noções, crenças, valores e práticas a respeito da atividade política, e que foram aventadas por causa da participação no vínculo clientelista, que pareciam compor uma espécie de subcultura política[4] própria à política de clientela, ou, nos termos que escolhemos, uma ideologia do clientelismo.

O problema central colocado para esta pesquisa pode ser resumido nas seguintes perguntas: as práticas clientelistas, quer dizer, aquelas que articulam a relação entre o político e o eleitor, através da troca de benefícios imediatos por voto e apoio político, são orientadas por algum conjunto coerente de representações, noções e valores? Ou seja, seria própria a essas práticas alguma subcultura política? Seria possível vislumbrar uma espécie de ideologia do clientelismo, orientando/motivando a participação dos envolvidos nos vínculos desse tipo, em especial os membros dos setores populares? Ou ainda, quando os indivíduos envolvidos nos vínculos clientelistas agem, será que compartilham representações, noções e valores que articulariam as relações clientelistas?

Para responder a essas perguntas foi selecionado o estudo de um caso, o que certamente não permitirá grandes generalizações, mas acrescenta uma análise a outros estudos de caso sobre o clientelismo, de modo que vamos acumulando algumas compreensões sobre o fenômeno.

Tenta-se levantar essa suposta ideologia do clientelismo através da coleta de depoimentos de alguns moradores e lideranças populares que participam de vínculos clientelistas com o grupo político ligado ao Sr. Antônio Belinati. São lideranças de Associações de bairro, favelas e assentamentos que se filiam à liderança política do Sr. Belinati, e que buscam estender a moradores de seus bairros a mesma filiação, através da prática do clientelismo: troca de apoio político por ‘favores’, ‘ajudas’, promessas etc.

PESQUISA EXPLORATÓRIA

A análise do conteúdo dos depoimentos coletados pelos jornais permite traçar indícios da *pauta* de uma possível *ideologia do clientelismo* orientando as atividades

políticas dos indivíduos dos setores populares ligados a vínculos clientelísticos, mantidos pelo Sr. Antônio Belinati. Dá para observar, por exemplo, a presença das seguintes *crenças*, noções ou representações:

1ª. Crença num suposto 'hiper-poder'/ super-poder do chefe político (no caso o prefeito) em solucionar todo tipo de problema ligado a demandas de caráter público. Vê-se, por parte do eleitor-cliente, uma 'investidura' de 'força' e capacidade de influência à figura do político. Uma moradora da periferia (Jd. Monte Cristo) disse, por exemplo, sintetizando essa crença: *"Para os pobres, ele* [Belinati] *é um Deus".*

A moradora de um outro assentamento afirmou que: *"Sem o Belinati o pobre não é nada"*.

Observando as solicitações e pedidos feitos por moradores e registrados pela imprensa, em 'sessões de atendimento' que o prefeito organizava de madrugada em seu gabinete para atender pedidos da população (1998/1999), dá para ver que os moradores sobrestimavam a capacidade de decisão e resolução do prefeito para atender suas demandas: estas iam de pedidos de empréstimos de dinheiro, a pedidos de doações de casas.

2ª. Uma *expectativa* e até *exigência* de *pessoalização* na relação política. Uma forte necessidade de *personalismo* nessa relação. Expectativa mesmo de contato pessoal, de reconhecimento pessoal, por parte do eleitor-cliente. O político que presta, para este eleitor-cliente, é aquele que o cumprimenta, que olha em seu olho, que lembra seu nome. Um líder comunitário, que já foi presidente da Federação das Associações de Moradores de Londrina e que é ligado ao grupo político do Sr. Belinati disse que parte do sucesso do prefeito estaria na abordagem direta que ele faz com o morador-eleito, promovendo o contato pessoal e físico. Segundo ele: *"*[O Belinati] *é um político jeitoso, que vai na favela, pega no colo a criança suja, passa a mão na cabeça de um, abraça o outro, e conquista as pessoas (...)*.

3ª. A crença de que *o político* (chefe político) seria a própria *fonte* dos benefícios públicos; por isso ele pode apresentar-se como 'doador', 'ajudante'.

Uma moradora eleitora do Sr. Belinati e que participou de manifestações em sua defesa em 2000, por ocasião do processo de cassação, disse que: *"*[sua] *família era grata ao prefeito por <u>ele</u> ter doado material de construção para erguer as casas no Bairro* [Jd. João Turquino].

Eu não tinha casa, ele foi pessoalmente numa reunião e disse que era um presente para a gente".

Outra liderança (do assentamento Jardim dos Campos), disse que *"O povo tem gratidão pelo lote, pela água, pela luz e confia que o prefeito vai asfaltar e legalizar os documentos dos lotes. Sem ele na prefeitura acaba toda nossa esperança"*.

Um segundo líder comunitário observou: *"Outros políticos só lembram dos pobres quando chega a eleição, mas o Belinati não, sempre tem ajudado e socorrido as pessoas carentes"*.

4ª. Crença de que *a maneira de buscar benefícios* ligados ao poder público *passa pelo pedido* feito diretamente, ou via 'seu despachante' (cabos eleitorais), ao chefe-político. Ou, noutros termos, o aceite de que o mecanismo da conquista das demandas é o *pedido* de ajuda, o pedido de 'favor'. Ou ainda: procurar pessoalmente o prefeito é a solução.

Eram os eleitores-clientes do Sr. Belinati que enchiam as 'sessões de atendimento à população' realizadas de madrugada e lotavam também, diariamente, seu gabinete.

Foram colhidos depoimentos de moradores que foram até o prefeito para fazer *pedidos*, para solicitar ajuda. Uma moradora disse que, certa vez, "*acordou às 5 horas (da madrugada) para pedir duas vagas na supercreche [creche municipal que leva o nome do pai do ex-prefeito] para seus filhos de 2 a 4 anos"*.

Outra relatou: *"Fui pedir a legalização de um terreno onde moro no Jardim Santa Rita. Estou lá há 20 anos mas não tenho a posse. O terreno é da prefeitura. Quero ver se o prefeito legaliza"* (...).

5ª. Ligada imediatamente a esta última crença, está a representação que considera o político (no caso o Sr. Belinati) como 'pai', 'protetor'.

Uma liderança entrevistada, disse ser o Sr. Belinati, *"o nosso protetor"*. Outro morador, referiu-se a ele como "*o pai dos moradores dos assentamentos".*

Todas essas crenças e representações se ajuntam, conformando numa noção mais ampla e mais ou menos coerente sobre o que é o mundo da política, ou melhor, sobre o que é a relação política, que a entende como: a arte do 'favor', da ajuda, da doação e da *troca* entre o político e o eleitor.

Para se dimensionar as implicações dessa noção, pode-se contrapô-la a uma outra que vê o campo da política como *o espaço da realização de direitos* ou da disputa da riqueza social, onde se resolve, permanentemente, conflitos entre grupos e classes sociais que possuem interesses divergentes em relação ao uso do fundo público, à construção da legislação e à detenção do poder estatal.

Pode-se observar, portanto, a presença de uma **subcultura política clientelista**, como congregadora de concepções e noções sobre a atividade política e que aparecem como comuns aos agentes envolvidos na rede clientelista, da cidade em foco. Tal subcultura funcionaria como *o código que os une*, que aproxima e permite o *diálogo* político entre seus membros, definindo parte dos roteiros do comportamento político destes agentes.

Encontra-se aqui, na esfera dos valores — que repercutem diretamente em interesses — , o que permite inferir que essas concepções e noções cumprem uma importante função ideológica, assimilando e unificando a ação política de parte dos agentes sociais das classes populares, inscrevendo-os como subordinados na esfera das relações políticas organizadas pelo vínculo clientelista.

Baseada nos termos levantados por ora, estaria dada uma *subcultura do clientelismo local*, com alguns traços já observados em outros casos[5] . Estamos supondo que esta possível **subcultura do clientelismo** pode ser interpretada como uma *ideologia da dominação*, nos termos que aparece em FRANCO (1976:cap.III)[6] ao referir-se às representações que afetam as relações entre os homens livres pobres e os grupos dominantes da região do Vale do Paraíba, em São Paulo, na segunda metade do século XIX. Seria uma *ideologia da dominação* se considerarmos sua funcionalidade:

a) promove o vínculo de setores das classes populares às elites políticas de maneira a situá-los na posição de subordinados;
b) promove a sujeição desses setores a certos grupos políticos da cidade;
c) articula a cooptação desses setores por parte de grupos políticos descomprometidos verdadeiramente com os interesses das classes populares;

d) leva à restrição da autonomia política desses setores e;

e) realimenta as formas de dependência nascidas da pobreza e da exclusão política.

---

[1] Trata-se do Sr. Antônio Belinati, ex-prefeito da cidade e figura de grande destaque na política regional há mais de 30 anos.

[2] Clientelismo é aquela modalidade de prática política que visa o controle do voto e do apoio político de parcelas do eleitorado, baseada na cooptação/conquista de seu voto e apoio através da oferta de favores e ajudas (dinheiro, alimentos, materiais de construção, empregos, etc.) por parte do político. Entende-se aqui que o clientelismo vai além da simples compra de voto que seria mais pontual, mais imediatista. Quer dizer, o grande objetivo daqueles políticos que fazem uso dessa prática é constituir suas bases de eleitores na forma de clientelas, ou seja, espécies de eleitores cativos, fiéis, sempre disponíveis para tarefa que estrapolem os períodos eleitorais. Sobre o clientelismo no Brasil, ver: AVELINO FILHO, George. **Clientelismo e política no Brasil**. Revisitando velhos problemas. Novos Estudos. São Paulo: nº. 38, p. 125-240, mar. 1994; CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados.** V. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997; DROULERS, Martine. Clientelismo e emprego público. **Sociedade e Estado**. Brasília: vol. 4, p. 126-144, jan/jun. 1989.

[3] Sobre o processo de cassação ver: CÉSAR, Délio. **A primavera de Londrina: o despertar de uma cidade contra a corrupção.** Londrina: Midiograf, 2001; SILVEIRA, Fábio. **Imprensa e política: o caso Belinati**. Londrina, Edições Humanidades, 2004.

[4] De acordo com DULCI (1984), é possível se falar em *subculturas* políticas, quando um conjunto particular de orientações políticas distingue-se de outros no sistema cultural geral. (p. 12). Crê-se, portanto, haver certas especificidades de comportamento político de grupos locais, com particularidades em suas orientações e em sua postura política, sugerindo a possibilidade da existência de subculturas políticas locais. A referência é: DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: Ver. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Cortês, 1984.

[5] DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; VIEIRA, Ana Cristina. Clientelismo e serviços de saúde: **Revista de políticas públicas.** São Luiz/Maranhão, v. 6, n 1. jan/jun/2002.

[6] FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.

RÁDIO SOCIEDADE ZY-D7 MONTES CLAROS : DIMENSÕES DO POPULISMO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DÉCADA DE 1940/1960 MONTES CLAROS –MG

Elza Clementina Lopes Gomes*

A intenção de pesquisar sobre a história do Rádio em Montes Claros, entre 1940 a 1960 deve-se ao fato de que foi percebido uma lacuna quanto a discussões que margeassem a evolução deste, junto sociedade montesclarense. Ao perceber tal ausência, identificamos que as significantes informações que esse apresentava em forma de fontes: fotográficas, memórias dos funcionários da emissora Rádio Sociedade ZY-D7, textos do rádio teatro e outros, não haviam sido indagados de forma que proporcionasse um trabalho histórico.

Nosso objetivo com o presente trabalho é proceder á análise ideológica e cultural da produção radiofônica de maior penetração na região de Montes Claros e norte de Minas nas décadas de 40 a 60 ligada á Rádio Sociedade de Montes Claros, buscando seu significado social-político mais amplo, a partir de sua participação no conjunto das práticas sociais do período.

A rádio Sociedade ZYD7 de Montes Claros foi criada em 1944 por um grupo de montesclarenses, com apoio do político paulista Adhemar de Barrros[1], dentro do seu projeto de ser Presidente da República, posteriormente, ele repassou a rádio para seu genro, João Saad[2], que a fortaleceu.Dos seus microfones surgiram líderes políticos, José Vicente,Eduardo Lima,José Nardel,Benedito Said, eleitos vereadores.Luís Tadeu Leite[3]. Pioneira fez a diferença em nossa sociedade, cobertura jornalística na apuração das eleições parava a cidade pela eficiência e rapidez nas informações.A rádio ZYD7 entrou para a história do radialismo brasileiro por ter sido a primeira do interior brasileiro a fazer transmissão internacional de jogos de futebol ,em 1976, acompanhando na taça libertadores Copa do Mundo dos Clubes, o que mereceu elogios do locutor Jorge Cury, da Rádio Globo, além deste, em 1976, José Nardel, juntamente com Elias Siufi[4] sairam de Montes Claros para fazer cobertura jornalística em Monique, na Alemanha.Programas de auditório também marcaram época .

A programação da Rádio ZYD7, iniciava ás 5 da manhã e encerrava ás 00 . Esta contava com vários programas musicais, discussões políticas e orações.[5] Houve um pequeno período em que ela funcionou das 00 h ás 2 h da manhã, só com músicas,voltando a programação normal,ou seja a rádio saia do ar nesse horário voltando ás 5 h.

No cotidiano dos brasileiros nos anos de 1940 a 1950, o rádio foi o grande instrumento de informação.Era ele ,que levava as últimas notícias as massas urbanas e aos habitantes do interior do país,isolados pela distância e pela falta de meios de transporte.Desse modo, o rádio formava a opinião pública, vendia produtos e lançava modas.Para a população, o rádio era a fonte mais barata de diversão. Os artistas radiofônicos eram celebridades nacionais, sobressaindo-se locutores de radionovelas e as cantoras.Destas, destacaram-se Marlene e Emílinha Borba, que tinham fãs-clubes fanáticos e eram mostradas pela imprensa como rivais, numa forma de publicidade que não correspondia a realidade.Os programas de auditório, musicais e humorísticos, transmitidos pelas emissoras de rádio,ouvidos por milhões de pessoas,geralmente de baixa condição social ajudaram a construir grandes nomes da música popular brasileira, mesmo, da futura televisão nacional. Assim se tornaram conhecidos, entre outros, cantores como Cauby Peixoto, Ângela Maria, Dalva de Oliveira,

O período abordado pela pesquisa contempla a chamada “Era Vargas”. Esse presidente apropriou-se inúmeras vezes desse meio de comunicação para tornou-se “popular”.

> ‘O populismo, enquanto prática política e ideológica de incorporação das massas ao sistema de dominação, teria acionado mecanismos de controle político explícitos, bem como formas de participação objetivamente canalizadas para fortalecer seu intuito de compromisso social[1].

Vargas graças á legislação social transformou-se em um líder popular.Durante seu governo foi criado um programa diário de rádio, Hora do Brasil, por meio do qual Vargas se comunicava com a massa e, em seus discursos, saudava os trabalhadores do Brasil.Criou com bastante sucesso a imagem de pai dos pobres,Getúlio conseguiu a façanha de ser um ditador popular querido e devotado pela maior parte dos trabalhadores brasileiros, que

reconheciam nele o patrono de seus direitos, tal como era veiculado pela propaganda oficial.

O repórter Esso e o programa oficial, a Hora do Brasil,eram responsáveis pelas notícias do país e do mundo.A Voz do Brasil merece uma menção especial. A primeira edição da Voz do Brasil foi apresentada em 25 de julho de 1936, com locução do carioca Luís Jatobá , como noticiário oficial do governo federal ,por ordem do Presidente Getúlio Vargas.Naquela época, chamava-se Programa Nacional. A transmissão obrigatória do programa por todas emissoras de rádio do país, em rede nacional, iniciou-se após 1938.Essa retransmissão ainda é obrigatória, embora algumas emissoras, munidas de mandado de segurança, não a retransmitam Em 1962 ocorreu a mudança de nome, com o programa passando a chamar-se "A Voz do Brasil";e ficou sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Notícias (ABN), que foi substituída em 1988 pela Radiobrás. A Voz do Brasil entrou para o Guiness Book como o programa de rádio mais antigo do Brasil. É também o mais antigo programa de rádio do mundo que está no ar ininterruptamente.

Na rádio Sociedade zy-D7 as telenovelas eram destaques na programação com grande audiência..O programa " Grande Teatro D7"- produção e apresentação do radialista Ubirajara Toledo teve grande repercussão com destaque para telenovelas como :Sinhazinha,La Compacita,O Grande Perdão, Corações em Chamas, A Volta do Filho Pródigo,O menino do Patronato, A locomotiva 108, A Dama de Cotegipe,Um Conto de Natal.O rádio teatro contava com efeitos musicais gravados nos estúdios da rádio Bandeirantes de S.P.em disco de vinil ou massa ex.: apitos de trem,choro de criança,cantos de pássaros, barulho de automóvel funcionando,chuvas e trovoes,suar de metralhadoras e canhões, sons de animais. No estúdio da D7 também eram produzido efeitos e usavam fundos musicais.Eram dados sinas em vermelho advertindo os atores que o microfone seria aberto em 5 minutos para inicio da gravação.Para entrar o fundo musical piscava-se a luz do teto duas ou três vezes.Os programas Grande Teatro D7 e Clube do Tio Bira da D7 possuía um conteúdo didático e cultural.

Os ouvintes, principalmente feminino, buscavam associar suas vidas ás telenovelas. Românticas donas de casa, jovens sonhadoras buscavam o mundo ilusório das telenovelas.Elas tratavam de assuntos do cotidiano, amores perdidos, desilusões, festas, traições.

> ‘Ainda que releve o sentido predominantemente narcotizador deste gênero de produção literária,a novela substituiu (e favorece ao mesmo tempo)a Fantasia do homem do povo, é um sonhar acordado”[6]

Este mundo “ilusório”, não discriminava ninguém, segundo Dângelo, este entretenimento era apreciado por pessoas das mais várias classes sociais:

> Este mesmo universo de entretenimento e satisfação de desejos, que promovia o encontro de diferentes perspectivas de ocupação do espaço urbano como lazer e entretenimento, tornou-se substrato de radionovelas, nas quais , também incorporando histórias românticas de folhetins,as pessoas “chics” e pobres conviviam, alimentando tensões em torno de trocas de paternidade, traições,separações e amores impossíveis.[7]

A partir de 1930 nos Estados Unidos e no Brasil, o gênero de programa radiofônico radionovela trouxe encanto para multidões. Na radionovela elabora-se uma história fictícia, transformando-a em peça radiofônica com tecnologia acústica num tom dramático levando á sedução de crianças, jovens adultos e idosos.Explorando o imaginário auditivo a dramatização ativa algumas faculdades mentais como emoção,expectativa,curiosidade se bem dramatizados,geram emoções inesquecíveis.As vezes a vida imita a arte, através dela pode-se expressar muitas verdades que não podem ser ditas diretamente, sob pena de represálias. A fantasia se misturava á realidade.As mulheres ouvintes assíduas buscavam incorporar seus sonhos do dia-a-dia de consumo e sentimental aos textos das radionovelas.

> “Bem mãezinha é chegada a hora da partida os clarins anunciam avançar sempre avançar para o desconhecido entre o canhoneiro e as bombas que explodem a todo momento. A benção mãezinha querida, perdoa este filho que para cumprir o dever tem que matar .Se algum dia regressar á pátria querida, quero ter-te sempre perto de mim penitenciando dos meus erros recebendo teus carinhos e palavras de confortos que só as mães sabem ter e podem dar. Adeus mãezinha abençoe este teu filho.
> Enquanto a guerra devastadora arrasta milhões de seres humanos á destruição, o filho soldado caminha para o horizonte sem fim de incertezas e de mortes.Muito tempo depois sua velha mãe no leito de um asilo recebe a carta dos campos de batalhas com lágrimas que descem em caudal pelo rosto.”

Um “ Conto de Natal” vem colocar a situação da guerra com suas tristezas destacando o patriotismo, sempre muito fervoroso era encontrado nos textos das

telenovelas como no citado trecho anterior , onde o jovem pracinha deixa seu lar e vai para a guerra. A pátria querida ganha maior importância que sua família.

A rádio D7, assim conhecida entre os moradores de Montes Claros, foi instrumento de atos de benemerência. Na emissora Tio Bira, em seus programas assim como outros locutores, realizaram diversas campanhas atendendo ás pessoas carentes de todo o município, providenciando e distribuindo várias cadeiras-de-roda, internamentos hospitalares em Montes Claros e hospitais de Belo Horizonte.Pela rádio distribuíam materiais de construção para reformas em barracões na periferia de Montes Claros, ofereciam dezenas de empregos para jovens em indústrias e no comércio de Montes Claros,várias muletas e calçados apropriados para pessoas com deformações físicas.A programação da rádio também foi responsável na realização de campanhas como "O NATAL DO MENINO POBRE" que recolhia da sociedade roupas,agasalhos,alimentos, brinquedos com farta distribuição .Sendo festivamente distribuídos na periferia de Montes Claros com cobertura da rádio esses eventos foram realizados por quase 12 anos consecutivos.Esses donativos eram doados por políticos da região também. O que gerava o aumento da audiência da rádio e o carisma do público para com seus organizadores e doadores.Foram nos programas de Ubirajara Toledo – Tio Bira ,que se realizaram as primeiras campanhas para instalação da faculdade de Medicina de Montes Claros com a participação de autoridades locais e estaduais, destacando-se professor Darcy Ribeiro[8] *),Dr. João Vale Mauricio[9] ,DR Mário da Silveira[10],Dr.Haroldo Tourinho[11] e tantos outros.Também foram feitas muitas campanhas e entrevistas nos programas da rádio para a implantação do asfaltamento de Montes Claros a Belo Horizonte, com atuação destacada dos prefeitos da época e dos vereadores montesclarenses.

Dos vários programas do Tio Bira destacou-se "Tribunal da Opinião Pública", programa de entrevistas ,que ia ao ar as quintas-feiras das 20 as 22 h .Foram entrevistados políticos de Montes Claros e região e em nível estadual, nacional, artistas, empresários liberais e pessoas da comunidade. Destacando o grande mérito desse locutor por haver entrevistado doze ex-presidentes da República Federativa Do Brasil como: Dr. Getúlio Dorneles Vargas(em Juiz de Fora- MG 1945),Dr.Café Filho presidente interino(em Belo Horizonte-MG) ,Dr.João Goulart(Rio de Janeiro RJ),Dr.Juscelino Kubstchek de Oliveira(por duas vezes: em Brasília-DFe Montes Claros-Mg na residência do DR. Mário

Ribeiro da Silveira),Dr. Tancredo Neves(em Belo Horizonte-MG), Dr. Fernando Collor de Melo(Brasília –DF),Dr. Itamar Augusto Castilho Franco por três vezes sendo duas em Brasília-DF e uma outra em Juiz de Fora–MG,General Castelo Branco(EM Brasília-DF)regime militar,General Medice(Belo Horizonte –MG)regime militar, General Ernesto Geisel(em Montes Claros-MG)regime militar,General Figueiredo (em Montes Claros-MG inauguração do terminal rodoviário e outras obras-administração Antônio Lafetá Rabello),e Dr. José Sarney(em Brasília-DF ao lado dos prefeitos da AMAMS).No seu programa "TribunaL da Opinião Pública"na rádio ZYD7 –Montes Claros,Ubirajara Toledo –Tio Bira-entrevistou o General Olímpio Morão Filho, líder da Revolução de 64- dentro de seu gabinete e ao lado dos seus oficiais do Estado Maior no interior da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora , no segundo dia do movimento revolucionário quando ainda estavam indefinidos os rumos que o Brasil seguiria. Sem dúvida, Ubirajara Toledo(o Tio Bira) fez parte da história contemporânea do nosso País.

Entre os locutores da ZYD7 destacam-se também José Nardel e Luís Tadeu Leite[12].

Entendemos que a Rádio Sociedade ZYD7 de Montes Claros inaugurada em 1944 teve grande importância para a região marcando época por ser pioneira no norte de Minas.Teve grande participação política influenciando o desenvolvimento da região.Seus programas além de entretenimento eram munidos de informações sobre a região e o mundo.Com uma programação diária onde seus locutores levavam até os ouvintes programas de exportes,entrevistas,participação popular entre outros. Diante da perda de acervo da rádio com sua venda para a LBV tivemos dificuldades para encontrar fontes.Procuramos, então, os funcionários da rádio, principalmente os locutores que nos forneceram seus registros particulares. Dando atenção especial para o rádio teatro, buscamos conhecer os textos e suas influências no cotidiano das pessoas. A Rádio Sociedade teve grande audiência pois a cidade tinha poucas opções para o lazer e informações.

---

[*] Professora da Universidade Presidente Antônio Carlos.

[1] dono da cadeia Verde Amarela norte-sul do país.Compreendia emissoras de rádios, jornais e estação de tv.TV Bandeirantes.Foi governador de S.P. por duas vezes.Político de projeção nacional candidato á presidência da República mas não ganhou. Com sua morte assumiu a direção da empresa o DR. João Saad (grande empresário de expressão nacional genro de Ademar Barros.João Saad teve um filho de nome Roberto Saad (passou a ser administrador das emissoras da cadeia rádio ZY-D7 Sociedade do Norte de Minas, foi a única emissora de referida empresa no norte de Minas (1960)

[2] indicou para diretor da rádio em Montes Claros o professor José Monteiro Fonseca(já falecido) e como gerente da emissora local o Sr. João Teixeira Bastos os dois dirigiram a rádio.Após a morte de João Teixeira Bastos assumiu a gerência da rádio o bancário Valdir Fróes e o radialista Ubirajara Toledo que já estava na emissora aproximadamente 3 anos.Em meados de 1965 assumiu a direção da ZYD7 como diretor o Sr. Elias Siufi (diretor).Ele dinamizou toda estrutura da rádio.contando com a participação experiente do Ubirajara Toledo gerando, assim, uma programação jovem idêntica ás das melhores emissoras do país. Ex. jornais falados (incrementado entre 64 e 65). Programas onde as notícias eram transcritas de outros jornais (SP RJ)de várias partes do país como o Jornal do Comércio(RJ), O Globo(RJ),O Dia(RJ),Última Hora(RJ)Jornal dos Exportes(RJ).Datilografados em papel próprios onde os locutores podiam lê-las.
11:00 h apresentada de segunda a sábado e aos domingos transmissões externas em Montes Claros ou Belo Horizonte transmitindo campeonato brasileiro. Em Montes Claros campo do Cassimiro de Abreu e Ateneu.
Participavam da equipe esportiva :João Teixeira Bastos comentarista, Afeu Prates (narrador),Geraldo Lopes (comentarista) Gelson Dias(comentário de campo) e operadores Nascimento Silva, Clésio Meira, nos transmissores o operador era João Meira.
Deve-se observar (citar) que a emissora D7 foi a única interiorana do país a transmitir diretamente de Londres, jogos de equipes brasileiras inclusive amistosos da própria seleção brasileira

[3] LUÍS TADEU LEITE Como radialista , conduziu o programa Boca no Trombone.Na vida pública ocupou cargos de vereador, prefeito de Montes Claros por duas vezes, deputado estadual e federal.

[4] Elias Siufi, radialista e empresário do ramo de comunicação, foi diretor da Rádio Sociedade DE Norte de Minas, mas também pertencente a Cadeia Verde Amarela em Montes Claros. É um dos fundadores da TV Montes Claros (TV Grande Minas), no início afiliada da Rede Bandeirantes e, hoje, integrante da Rede Globo.

[5] Era composta da seguintes programas: das 5:00 as 7:00 PROGRAMA SERTANEJO: "SERTÃO NA CIDADE",das 7:00 as 8:00 Jornal falado – "GRANDE MATUTINO D7;das 8:00 as 9:00 BOCA NO TROMBONE, das 9:00 as 10:00 J.Lois – SUCESSOS MUSICAIS, 11:00 as 12:00 "EXPORTE NO AR"12:00 as 13:00 "HORÓSCOPO MUSICAL", 13:00 as 15:00 'SUCESSOS DE TODOS OS TEMPOS, 15:00 as 17:00 'O OUVINTE FAZ O UCESSO" , 17:00 as 18:00 'AS ÚLTIMAS EXPORTIVAS", 18:00 "HORA DO ANGELOS", 18:00 as 19:00 "CANTO DA TERRA", 19:00 as20:00 "A VOZ DO BRASIL", 20:00 as22:00 "O FATO E O NOSSO COMENTÁRIO", 22:00 a 00:00 "PINGOS DE SAUDADE", 00:00 h –

[6] GOLDFEDER, Mirrian .Por Trás das Ondas do Rádio.

[7] DÂNGELO, Newton-Vozes da Cidade:Progresso,Consumo e Lazer ao Som do Rádio-Uberlãndia-1939/1970 . Dissertação de Mestrado, 2001.

[8] Antropólogo montesclarence, com destaque nível nacional e internacional.Foi eleito senador da República em 1991,elaborando e fazendo aprovar no senado a Lei de Diretrizes e Bases.

[9] Médico em Montes Claros e um dos principais incentivadores para a implantação da faculdade de Medicina de Montes Claros.Ocupando quase sempre os microfones da ZY-D7,concitando as autoridades e o povo para que enviassem pedidos e sugestões ao secretário do Estado da Educação e Cultura.Era amante da música de seresta, criando inclusive o grupo de serestas "Lágrimas ao Luar";onde despontaram cantores da melhor qualidade do gênero em todo estado de Minas Gerais.Participou do programa Pingos de Saudade, uma vez por semana como ocorria com o grupo, de serestas João Chaves de 1962 até 1987.Era escritor legando a

posteridade romances e livros didáticos .Sua família cedeu inclusive toda a área onde hoje se localiza a Unimontes sendo dela também um dos primeiros reitores.Falecido

[10] Mário Ribeiro irmão de Darcy Ribeiro.Na sua extensa folha de serviços prestados destaca-se a criação do curso de medicina em Montes Claros, idealizou o crédito educativo, implantou na cidade salas de cinema.Foi vereador e prefeito .

[11] Médico clínico geral e obstetrício.Trabalhou ao lado de outras lideranças montesclarenses tais como Dr. Luis de Paula Ferreira (presidente do grupo Coteminas) ,Dr. Ubaudo grande advogado e professor direito; Darcy Ribeiro, Mário Ribeiro da Silveira(ex. prefeito de Montes Claros)),para implantação não apenas da Faculdade de Medicina de Montes Claros como reforma total que foi procedida ao Hospital Municipal que hoje o homenageia com o seu nome :Hospital Municipal Haroldo Tourinho.Participou de muitas campanhas junto aos bairros e subúrbios de Montes Claros ensinando as populações mais carentes hábitos de saúde pessoal e de alimentação.

Memória de um movimento social pela moralização da administração pública de Londrina, Pr, 1998-2000

Enezila de Lima
Universidade Estadual de Londrina

O objetivo deste texto é apresentar uma parte dos resultados do projeto de organização documental[1] do movimento pela moralidade na administração pública de Londrina, 1998-2000, doado ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Curso de História da UEL, pelas lideranças do movimento OAB-ACIL.

Esse movimento teve início a partir de solicitação feita pela vereadora Elza Correia, que recebera denúncia de irregularidades na terceirização de serviços na AMA. Uma análise das planilhas de custos das ações da AMA mostrou a existência de superfaturamento nos serviços executados pela Tâmara Serviços Técnicos, empresa ligada à Principal Vigilância, que também prestavam serviços a COMURB.

Em 25 de fevereiro o Ministério Público inicia investigação para apurar a existência de corrupção na Autarquia do Meio Ambiente (AMA) e na Companhia Municipal de Urbanização (COMURB), fato que ficou conhecido como escândalo AMA-COMURB.

Na verdade, as desconfianças quanto ao executivo municipal tiveram início com a Lei 7.336, de 17 de abril de 1998, que dividia a SERCOMTEL – Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina - em duas empresas – Sercomtel Telecomunicações S.A. (telefonia fixa e outros serviços) e Sercomtel Celular S.A. (telefonia celular, Banda A).

Essa divisão, segundo se afirmava, visava tornar a empresa mais ágil e capaz de ampliar sua área de atuação para outros municípios, dentro das exigências do plano de privatização da telefonia nacional. Um mês após essa divisão, com aprovação - ainda não elucidada - do Legislativo Municipal, deu-se a venda de 45% das ações ordinárias das duas empresas Sercomtel à COPEL – Companhia Paranaense de Eletricidade – por 186 milhões de reais, sem que a sociedade civil, que já havia lutado pela preservação desse patrimônio, fosse consultada.[2]

As desconfianças cresceram porque, mesmo após a venda dessas ações, o prefeito municipal Antônio Casemiro Belinati, esposo da vice-governadora, Emília Belinati, declarou à imprensa, em janeiro de 1999, que a *"Prefeitura de Londrina apresenta um déficit de R$ 2 milhões por mês".*[3] No entanto, a 26 de fevereiro de 1999, o mesmo prefeito, em carta aberta à população, afirmava:

> O Município de Londrina tem aplicado no Banestado, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, nesta data, um valor total de R$ 65.986.108,00. Portanto a situação do Tesouro Municipal é de absoluta normalidade. Nossa administração faz um controle rigoroso dos gastos fixos, sem interromper os investimentos....[4]

Com pronunciamentos desencontrados, a imprensa perguntava ao senhor prefeito: - qual o saldo da venda de 45% das ações da *Sercomtel*, uma vez que as ações foram negociadas por R$ 186 milhões e o Município recebera *apenas* R$ 97.256.137.00, dos quais foram retirados mais de 30 milhões *para obras e pagamento de dívidas*? qual a origem do déficit mensal da prefeitura; quanto rendeu os restantes 66 milhões, depositados, segundo o prefeito, nos estabelecimentos bancários por eles citados? [5]

As investigações tiveram início com o promotor de Defesa do Patrimônio Público, Bruno Galatti e ganharam o reforço do promotor de Investigações Criminais, Cláudio Esteves, da promotora da 3ª. Vara Civil, Solange Vicentini, designada, com exclusividade, para o caso e da abertura dos processos AMA-COMURB e SERCOMTEL. Em agosto, após informações de que os contratos estavam sendo manipulados na tentativa de acobertar as fraudes, os promotores, numa devassa na COMURB e apreenderam documentos referentes a contratos suspeitos.

A cidade, aparvalhada, acompanhava as notícias pela imprensa falada e escrita. Aos poucos, a população se incorporou às entidades civis representativas, começando um movimento de apoio aos promotores e contra a corrupção. Não era mais possível ignorar as passeatas e atos públicos da sociedade civil organizada no *Movimento pela Moralidade na Administração Pública de Londrina, 1998-2000*, também conhecido como *"Pé vermelho! Mãos limpas!"*

Sob pressão do *Movimento*, a Câmara Municipal, que havia rejeitado a abertura de Comissão Processante, aprovou, em 17/11/1998, a abertura de Comissões Especiais de

Investigação – CEIs -, suspensas por liminar, mas reabertas por parecer favorável da Comissão de Justiça, em 23/03/1999.

Enquanto se desenrolavam essas investigações, em 14 de maio de 2000, o Ministério Público, por meio de *Medida cautelar inominada,* pedia o afastamento do prefeito, a quebra de sigilo total da família e indisponibilidade de seus bens, inclusive de todos os relacionados pelos promotores -, porque, entre outras evidências, observou

> ... procedimentos todos de caráter anti-ético e imoral, levam à presunção de que o Prefeito Antônio Belinati tenta ocultar e evitar que a verdade venha a ser apurada nas investigações sobre as trinta licitações apontadas como fraudulentas, no total de R$ 33.393.296,59 [...], e também em relação à destinação misteriosa da quantia de R$ 186.000.000,00 [...], recebida em maio de 1998, com as vendas das ações da SERCOMTEL.. [6]
>
> ... tudo leva a crer que, continuando em atividade e no exercício do mandato, poderá ele prosseguir com tais práticas [...] e criar todo o tipo de embaraço para evitar o sucesso nas investigações e a própria instrução processual. [7]

Com esse afastamento, a CEI da Câmara Municipal encerrou seus trabalhos, apresentou os resultados ao plenário, recomendando o afastamento do prefeito, o que ocorreu em sessão que, por 14 votos contra 6, cassou o mandato do prefeito Antônio Belinati, em 22 de junho de 2000. [8]

A documentação referente a esse movimento, em processo de organização, é constituída por documentos de diferentes suportes: papel – jornais e recortes de jornais; autos da CEI-GERAL Sercomtel e de duas CEIs instaladas pela Câmara Municipal, num total de 8 volumes; autos de processos do Ministério Público da 6ª. Vara Cível -, num total de 18 volumes; oral – fitas K-7 e audiovisua l- entrevistas com líderes do movimento e de participantes das manifestações de rua e de programas radiofônicos e televisivos; imagético: 300 fotografias de diferentes momentos do movimento.

Como já salientado, trata-se de acervo organizado por um movimento da sociedade civil – movimento social -, que agrega documentação que comprova a existência de corrupção na Prefeitura de Londrina e diz respeito às instâncias da esfera pública e da esfera privada na sociedade brasileira.

Justifica-se a organização desse acervo para futuras pesquisas, uma vez que a corrupção e a violência estão, na atualidade, entre as questões mais debatidas no interior da

sociedade brasileira. Sem precisar ir para espaços mais distantes, na Folha de Londrina de 28 de setembro de 2002, três notícias chamam a atenção: a prisão de três delegados, acusados de facilitar, mediante pagamento, as ações de uma quadrilha especializada no "roubo" de cargas e de caminhões, em Curitiba; a prisão de um policial por ter sido "pego" tentando passar um telefone celular para um presidiário, em Londrina; a negação de *hábeas corpus* ao delegado da cidade, preso por fraudar uma licitação na Prefeitura local.

Observa-se que não há diferença entre essas notícias e a cassação do prefeito Antônio Casemiro Belinati. Tornaram-se fatos comuns, vistos apenas como corrupção, quando, na verdade, estão marcados pela violência que permeia as relações entre as instâncias pública e privada, no Brasil.

Há que se considerar o fenômeno da violência e as características que lhe são atribuídas, na atualidade. Afirma-se, segundo Renato P. Saul, [9] que a violência se origina ou está vinculada à miséria que assola o País e que seu agravamento, nos últimos anos, tem suas origens na instabilidade da vida econômica. Ao vincular-se o problema da violência à criminalidade, a solução que se apresenta é a reforma da legislação de combate ao crime, como se essa reforma, por si só, solucionasse a questão da violência. Nessa perspectiva se está sendo "naturalizando" violência, mas não encaminhada sua solução

Ainda, segundo o mesmo autor, o que torna a injustiça social no Brasil uma ocorrência particular, se comparada a outros países, é a sua longa permanência no tempo e no espaço. A violência parece fazer parte, na atualidade, do modo de ser do brasileiro – o brasileiro é violento -, ao contrário da cordialidade, expressa por Sérgio Buarque de Holanda[10] na terceira década do século passado. O medo e a necessidade de desforra às agressões, vivenciadas pelo brasileiro, estão incorporadas ao seu cotidiano como estratégia de vida, como atestam as pesquisas sobre qualidade de vida nas grandes e médias cidades, quando a questão da "segurança" é apresentada como prioritária; as pessoas têm medo de sair às ruas.

Tomando a violência como ação que provoca constrangimento físico ou moral; ou ação contrária à ordem estabelecida ou, ainda, como coação e/ou uso de força para a

obtenção daquilo que se deseja alcançar, parece que há uma intensificação da violência, em nossos dias.

O centro nevrálgico da presença da violência, no Brasil, pode ser observado a partir das articulações entre a esfera pública e a privada, segundo práticas institucionais. Nessa articulação reside o terreno fértil para a disseminação da injustiça social e da de forma institucionalizada, a impunidade (SAUL, 1995, p.113).

Para além dos índices de criminalidade, de um modo geral, os registros que se pode fazer a esse respeito, são inúmeros e têm características diferenciadas. Ocorrem as mais diversas situações vinculadas à corrupção na esfera pública, como as denúncias que vão desde a indicação de cargos e desvio de verbas públicas em benefício de interesses de pessoas e grupos privados, ao descaso da fiscalização em órgãos públicos – BANESTADO, INSS, IBAMA, Receita Federal, entre outros tantos; ao lado disso, ocorre a utilização de serviços públicos, como é o caso dos Correios, para agenciar loterias e concursos de vários matizes, patrocinados por grandes empresas privadas. Isso sem falar nas chamadas "licitações" cujos editais são construídos para favorecer grupos privados "amigos" o que, ao lado da "terceirização" dos serviços, objetivam "racionalizar" os gastos públicos. Na verdade a "racionalização" que fica à mercê das "benesses" do poder e do "patrimônio privado".

Uma outra questão também vinculada a essas esferas é a violência da degradação ambiental. Fruto, por um lado, da "expansão da fronteira agrária/agronegócio", em projetos de desenvolvimento ocorre a destruição dos meios de sobrevivência de numerosas populações e a degradação do trabalho; por outro, em se tratando da "expansão urbana", em projetos de urbanização, se dá a liberação de espaços para condomínios de alto luxo em áreas de mananciais,[11] ou se faz doação, à iniciativa privada empreendedora, de áreas do patrimônio público destinadas à praças de lazer em vários pontos da cidade.[12] Essas ações nunca são relacionadas à violência, mas à corrupção, como se esta não fosse violenta.

A ocorrência dessa confusão entre público e privado tem sido interpretada de diversas formas. Para Guilhermo O'Donnell, [13] a questão, no Brasil, está na incapacidade –

resultante do estilo patrimonialista de fazer política e administrar o país - de delimitação entre o público e o privado, derivada da dificuldade de organização de instituições e regras definidoras das dimensões cívica e republicana, indispensáveis à consolidação democrática.

Na mesma linha, mas com enfoque diferente, Roberto da Matta,[14] chama a atenção para a tendência, existente no Brasil, da transformação de direitos em privilégios, da qual resultaria a disseminação de práticas de invasão da esfera pública e de seu tratamento como esfera privada.

2. Metodologia:

O trabalho está sendo realizado segundo metodologia preconizada pelas normas técnicas da Arquivologia. A organização de acervo documental demanda pesquisa para o levantamento das informações que permitam efetuar a sua identificação, descrição e arranjo. É um trabalho minucioso, desdobrado em várias etapas.

2.1. Atividades desenvolvidas:

2.1.1. Identificação da coleção:

O conjunto documental reunido pela OAB-ACIL forma a coleção *Movimento pela Moralidade na Administração Púbica de Londrina, 1998-2000*, transferidos ao CDPH em 2000. A seguir, procedeu-se à identificação das seções e séries e constatou-se que a documentação escrita e iconográfica é a mais volumosa.

2.1.2. Avaliação do acervo:

A avaliação constatou que a documentação, por ser recente, está em boas condições, dispensando intervenções de recuperação.

2.1.3. Arranjo :

Entende-se arranjo como sendo

> ... a ordenação dos documentos em fundos; a ordenação das séries dos fundos e, se necessário, dos itens documentais das séries. documentação a ser organizada tem o papel por suporte documental. [15]

O material foi organizado segundo seu suporte documental, em séries. Constatou-se que grande parte do acervo é constituída por fitas cassette e VHS - entrevistas com participantes do movimento e lideranças, nos movimentos de rua. Esse material foi

listado, por ordem cronológica de cada programa ou ação e, juntamente com o material imagético - separado por ação -, foi armazenado em arquivo deslizante em sala climatizada.

A documentação em papel foi organizada nas seguintes subséries:

a) jornais e recortes de jornais; b) CEIs; c) autos cíveis

Os jornais foram organizados em ordem cronológica, por subsérie ; os recortes, por assunto, em ordem cronológica, respeitando as subséries. Finalizada a organização dos jornais e dos recortes passamos à fase de descrição de cada matéria.

2.1.4. Descrição:

Entende-se como descrição,

> ... um conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa.[16]

Na descrição, cada matéria foi analisada, segundo princípios de Arquivística, por meio do preenchimento de uma ficha para a recuperação dos seguintes dados:

a) IDENTIFICAÇÃO:

1. Ficha n°. (numeração cronológica crescente) 2. Sub-série: Jornais

3. Jornal: nome do jornal 4. Caderno, página e data:

b) DADOS ESPECÍFICOS DO ARTIGO:

1. Artigo: 2. Autoria: 3. Onomástico:

4. Onomástico de Empresas 5.Temático: 6.Geográfico:

c) DADOS DO PESQUISADOR:

2.1.5. Elaboração do bando de dados:

Concluída a descrição, estamos revisando o trabalho para iniciarmos a digitação das fichas em um banco de dados, que estará aberto à consulta pública no CDPH. Esperamos que este trabalho, que já vem sendo procurado por pesquisadores, possa contribuir para preservar a memória do movimento social pela moralidade na administração pública de Londrina.

---

[1] Projeto vinculado à linha de pesquisa *Memória, documentação e patrimônio,* do Departamento de História da UEL

[2] Cf. Estélio Feldman. *Sercomtel:* 30 anos de história, 1968-1998. Londrina, Pr: Midiograf, 1998.

[3] Folha de Londrina, 28 de janeiro de 1999, Caderno 1, p.3

[4] Folha de Londrina, 26 de fevereiro de 1999, Caderno 1, p. 3.

[5] CÉSAR, Délio. *A primavera de Londrina:* o despertar de uma cidade contra a corrupção. Londrina, Pr.: Midiograf, 2001, p. 21.

[6] Ver *Comissão de Inquérito (CEI)* e *Comissão Processante* sobre o caso *AMA-COMURB,* ANEXO X, 140-42; do ANEXO XXI, fls. 157-161.

[7] Folha de Londrina, 15 de maio de 2000, Caderno 1, p. 3.

[8] *Idem,* 23 de junho de 2000, Caderno 1, p. 3.

[9] SAUL. Renato P. A violência e a equação público-privado, *Revista Anos 90.* Porto Alegre RS, n. 3, 1995, pp. 11-1127.

[10] Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

[11] Reportagem da Folha de Folha de Londrina, 12 de setembro de 2002, Caderno 1, p. 3,apresenta loteamento para um condomínio fechado em área de nascente de manancial, não aprovado pela Companhia Municipal de Planejamento Urbano por romper com o zoneamento urbano da cidade e causar dano ambiental, embora a construtora fizesse propaganda de sua iniciativa colocando lotes e apartamentos à venda.

[12] Jornal de Londrina, 29 de maio de 2005, p. 3.

[13] O'DONELL, Guilhermo. Situações. Microcenas da privatização do público em São Paulo. *Novos Estudos.* São Paulo, n. 22, pp. 45-52, out. 1988. Do mesmo autor: *A democracia no Brasil:* dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

[14] MATA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis:* para uma sociologia do dilema brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

[15] CAMARGO, Ana Maria & BELOTTO, Heloísa L. (coord.) *Dicionário de terminologia arquivística.* São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: Núcleo Regional de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 23.

[16] *Idem. Ibidem.*

Reflexões sobre as 'stáseis' urbanas no século IV d.C.:
O episódio do Levante das Estátuas segundo o testemunho de João Crisóstomo[1]

Érica Cristhyane Morais da Silva

Considerando o amplo movimento de reestruturação enfrentado pela sociedade romana na instauração do sistema político a que chamamos *Dominato,* os conflitos sociais eram freqüentes nas províncias do Império Romano, em especial, nas províncias orientais. Estes conflitos se apresentaram sob as mais variadas formas: intolerância religiosa, guerras civis, usurpações e levantes populares urbanos. Na presente comunicação nos ocuparemos do fenômeno dos levantes populares urbanos a partir do episódio conhecido como Levante das Estátuas. Mas antes de tratarmos do tema em questão, torna-se necessário definir o que se entende aqui por levantes populares urbanos.

Ao analisar alguns levantes no século IV d.C., Gilvan Ventura da Silva[2] os define como sendo "populares na medida que são produzidos e sustentados por segmentos exteriores à elite" os quais são denominados, em seu conjunto, por *plebs urbana*. Em razão disso, estas manifestações possuem "especificidades em termos de interesse e procedimentos táticos que os diferenciam bastante dos conflitos gerados no seio da própria oligarquia romana, a exemplo das usurpações".[3] Segundo Robert Browning[4], o Levante das Estátuas não é um evento isolado na medida que irrompe nas províncias e num contexto de manifestações populares contra o governo imperial as quais são caracteristicamente diferentes dos "conflitos e dos banditismos endêmicos das áreas rurais".[5] Neste sentido, os levantes populares urbanos são manifestações produzidas por uma categoria social específica, a *plebs urbana*, deflagradas em um espaço determinado, a *urbs*, e com objetivos considerados políticos na medida que são eventos que "focalizam explicitamente o sistema político ou torna-se político devido à reação das autoridades e do público"[6].

No caso de Antioquia, os amotinados destruíram estátuas imperiais num protesto contra a criação de um novo imposto. De acordo com Stephen Williams e Gerard Frill[7], "as

imagens imperiais são os símbolos políticos mais sagrados do Império". De fato, num contexto em que a imagem imperial é compreendida como *mimesis* do imperador[8], a destruição de estátuas ou de outro material imagético portando a efígie imperial é considerado um ato grave de traição e ao praticante da ação é imputada o crime de *laesae maiestatis*.[9] E as referências ao episódio evidenciam o impacto e a importância deste conflito no contexto romano. Kenneth M. Setton[10], ao mencionar o conflito, afirma que foi um empreendimento grave no qual imagens imperiais foram profanadas. Para Wilfried Nippel[11], o levante foi uma "sublevação séria o suficiente para colocar em perigo autoridades imperiais e até mesmo o imperador". Nos escritores do Baixo Império o conflito aparece sempre destacado e apresentando tanto a reação popular quanto a imperial frente a destruição das estátuas.[12] Dentre estes escritores, dois se tornaram referências principais quando se trata do Levante das Estátuas. Libânio, um retórico pagão, pronunciou cinco orações[13] em decorrência do conflito. João Crisóstomo, que na época exercia a função de presbítero na sé de Antioquia, predicou vinte e uma homilias[14] que ficaram conhecidas como *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*.

João Crisóstomo, em relação à Libânio, nos lega uma numerosa documentação sobre o levante. No entanto, observamos que as cinco orações de Libânio são consideravelmente mais exploradas pela historiografia, enquanto as homilias de João Crisóstomo aparecem como um adendo à compreensão do conflito ocorrido em Antioquia. De fato, nas obras gerais sobre a história romana ou nas específicas sobre o levante, podemos observar o tratamento diferenciado no que se refere às fontes. Averil Cameron[15] destaca as características gerais do conflito e enfatiza como fonte principal de informação sobre estes aspectos os discursos de Libânio reforçando a posição complementar do testemunho de João Crisóstomo. Robert Browning[16] também argumenta que os discursos de Libânio fornecem, em maior detalhe, a evolução do conflito e que João Crisóstomo, apesar de sua eloqüência, relata muito pouco sobre o que realmente aconteceu.

A maior ou menor utilização da documentação de Libânio influencia diretamente na forma como a historiografia apresenta o Levante das Estátuas. Logo, no que se refere às

descrições historiográficas, estas tendem a apresentarem o levante em termos dos motivos que levaram à revolta, da composição social dos participantes e das ações imperial e popular frente ao ocorrido[17]. Esta tendência historiográfica que trata das características gerais do conflito – da sua composição social, das motivações e a forma como os participantes procederam e da ação imperial suscitada – pertencem a uma abordagem que chamaremos de "social", ou seja, um modelo de explicação histórica que "direciona seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana dos grupos e categorias sociais".[18] Assim, a maior exploração do depoimento de Libânio relaciona-se com os interesses daquele paradigma histórico voltado para a investigação dos aspectos sociais.

Só muito recentemente verificamos um voltar-se para as fontes cristãs. Existem duas razões para isso: a retomada de estudos que apresentam uma outra vertente de interpretação revista pela nova História Cultural e o enriquecimento da História com teorias e metodologias provenientes de outras áreas do conhecimento. Renovados pela mudança de ênfase – do social para o cultural – os estudos que se detêm na compreensão da dimensão cultural estimulam o retorno às fontes cristãs. Estas novas referências estimulam novas áreas de discussão que ainda se encontram silenciadas na historiografia. Averil Cameron[19], por exemplo, evidencia que atualmente a história do desenvolvimento do cristianismo no Império Romano, escrita por historiadores, tem enfatizado as dimensões social e institucional do fenômeno em detrimento dos modos simbólico de expressão. Dessa maneira, a autora destaca que ainda existem muitos outros pontos de vistas do discurso cristão que precisam ser investigados.

Nesta perspectiva, a documentação de João Crisóstomo, pouco explorada até o momento, muito pode contribuir para o debate sobre o Levante das Estátuas bem como apresentar uma nova dimensão deste conflito, ou seja, a representação cristã. Realmente, as homilias são importantes fontes históricas porque nos permite alcançar a visão de mundo cristão na medida que são espaços nos quais se debatiam e se expressava a posição da Igreja sobre algum tema social. São fontes históricas importantes, sobretudo, pelos detalhes que fornecem já que estes textos são, geralmente, contemporâneos aos acontecimentos

aos quais aludem.[20] Contudo, a utilização do testemunho de João Crisóstomo como documento histórico coloca alguns problemas teórico-metodológicos que precisamos considerar.

Em primeiro lugar, as Homilias sobre as Estátuas, de João Crisóstomo, são textos classificados, em termos literários, como orações, sermões ou homilias. De acordo com Dorothea French[21], este tipo de fonte tem por objetivo apresentar "provas retóricas inventadas" ou "argumentos" que convençam a audiência a aceitar a explicação que produz. Segundo esta autora, este tipo de documento não é desinteressado, não apresenta uma "visão objetiva" dos eventos que propõe debater. Vejamos este problema sob um ângulo diferente. Não se trata de verificar até que ponto as provas e os argumentos são objetivos ou não, mas de compreender as estratégias particulares. Nenhum discurso é neutro. Os discursos quaisquer que sejam sua natureza, estão permeados dos interesses do grupo, são apreensões que imporão sua forma de compreender o mundo e, assim sendo, incorrerão em práticas sociais.[22] Desse modo, os "argumentos" e as "provas" apresentadas por João Crisóstomo nas Homilias sobre as Estátuas compõem um repertório de informações que nos permitem alcançar os modos de organização e as relações sociais pretendidas ou, efetivamente realizadas, pelos cristãos, na sociedade romana do século IV d.C. Em segundo, as homilias são prédicas pronunciadas em público o que implica na agregação de uma audiência de ouvintes. Ramsay MacMullen[23], buscando definir quem era a audiência dos bispos na segunda metade do século IV, conclui que aqueles que ouviam as prédicas possuíam um elevado nível educacional considerando o sofisticado e complexo estilo das homilias. Assim, excetuando alguns dias específicos do ano quando a audiência se tornava mais representativa das diversas categorias sociais, a audiência era, geralmente, composta pelos grupos sociais mais elevados. Wendy Mayer[24] afirma que João Crisóstomo teve mais de uma congregação e para definir as pessoas que ouviam as homilias devemos considerar a época e o lugar no qual as homilias foram pronunciadas. Estes são alguns dos aspectos que devemos considerar na análise da documentação de João Crisóstomo sobre o Levante das Estátuas, mas apesar dos problemas colocados por este tipo de fonte

documental, precisamos reconhecer que, como afirma Peter Stewart[25], "o que aconteceu em Antioquia na primavera de 387 merece, no mínimo, ser bem conhecido".

---

[1] Este trabalho é o resumo de alguns dos tópicos abordados no primeiro capítulo da dissertação de Mestrado, provisoriamente, intitulada "O Levante das Estátuas em Antioquia (387 d.C.): um estudo sobre o conflito a partir dos testemunhos de João Crisóstomo" que desenvolvemos no Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo na área de concentração História Social das Relações Políticas sob a orientação do Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva.

[2] SILVA, G.V. Motivações e procedimentos dos levantes populares urbanos no IV século. *Phoînix*, Rio de Janeiro, ano 3, 1997, p. 158.

[3] Ibid., p. 158.

[4] BROWNING, R. The riot of A.D. in Antioch: the role of the theatrical claques in the Later Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 42, 1952, p. 13.

[5] Sobre o contexto rural e os conflitos deflagrados no campo ver: HOPWOOD, K. Bandits, elites and rural order. In: WALLACE-HADRILL, A. *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1990, p. 171-187. DRINKWATER, J. Patronage in Roman Gaul and the problem of the Bagaudae. In: WALLACE-HADRILL, A. *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1990, p. 189-203. SHAW, B.D. Bandits in the Roman Empire. *Past and Present*, n. 105, 1984, p. 3-52.

[6] ZIMMERMANN, E. Macropesquisa comparativa sobre o protesto político. In: GURR, T.R. *Manual do conflito político*. Brasília: UnB, 1985, p.197.

[7] WILLIAMS, S. & FRIELL, G. *Theodosius: the empire at bay*. Routledge, 1998, p. 44.

[8] BONFANTE, L. Emperor, God and man in the IV century. *La Parola del Passato*, Napoli, fasc. XCIX, 1964, p. 408.

[9] LEAR, F.S. The crime of majesty in Roman public law. In: ___. *Treason in Roman and Germanic Law*. Austin: University of Texas Press, 1965, p. 34-5.

[10] SETTON, K.M. *Christian attitude towards the emperor in the fourth century*. New York: Columbia University Press, 1941, p. 189.

[11] WILFRIED, N. *Public order in ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 110.

[12] Sozomeno, um escritor cristão, na sua História Eclesiástica, reserva um capítulo para escrever sobre o conflito de Antioquia. Neste capítulo, Sozomeno nos informa que "as estátuas do imperador e da imperatriz foram derrubadas e arrastadas pelas ruas da província e a multidão enfurecida vociferava todo tipo de insulto que a paixão do momento poderia sugerir". Ainda conforme Sozomeno, o imperador determinou a morte de muitos dos cidadãos de Antioquia devido ao insulto cometido. Na *História Eclesiástica* de Teodoreto, a menção ao conflito de Antioquia também é feita em um capítulo. Teodoreto apresenta a gravidade das ações cometidas bem como a reação do imperador ao ser informado dos acontecimentos. Conforme Teodoreto, "o imperador, ao ser informado dos eventos, se mostrou indignado, como era de se esperar". Ainda segundo este autor, o imperador, então, privou a província de seus privilégios e transferiu a dignidade de metrópole de Antioquia à província vizinha, a Laodicéia, de modo que pudesse infligir àquela a maior indignidade, a de rebaixá-la ao *status* de vila. Depois ameaçou a cidade de queimá-la e destruí-la. Conferir: SOZOMEN. Ecclesiastical History. Book VII, 23. In: CATHOLIC ENCYCLOPEDIA, 2003. Disponível http:// www. newadvent.org/fathers/26027.htm. Acesso em: 15 maio 2005; THEODORET. Ecclesiastical History. Book V, XIX. In: SCHARFF, P. *A Select Library of the Nicene and Pos-Nicene Fathers of the Christian Church*. Series II, Volume III. Disponível http://www.ccel.org/fathers2/NPNF2-03/Npnf2-03-14.htm#P2425_782521. Acesso em: 15 maio 2005.

[13] LIBANIUS. The Riots of the Statues. In: LOEB CLASSICAL LIBRARY. Libanius: Selected Works, v. 2. Harvard University Press, 1978, p. 237-407.

[14] Nosso estudo é fundamentado na classificação tradicional que reconhece vinte e uma homilias sob a rubrica As Homilias sobre as Estátuas ao povo de Antioquia de João Crisóstomo, mas há divergências quanto ao número de homilias relacionadas ao conflito. O número de homilias oscila entre 21 e 24. Conferir: PAVERD, F.Van de. *Saint John Chrysostom: The Homilies on the Statues – An introduction*. Orientalia Christiana Analecta 239. Roma: Pont. Institutum Studiorum Orientallum, 1991; VALEVICIUS, A. Les 24 homelies 'De Statuis' de Jean Chrysostome: recherches nouvelles. *Revue des Estudes Augustiniennes*, n. 46, ano 2000, p. 83-91.

[15] CAMERON, *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993, p. 174.

[16] BROWNING, The riot of A.D. in Antioch: the role of the theatrical claques in the Later Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 42, 1952, p. 13.

[17] Ibid, p. 16; ALFÖLDY, G. A história social de Roma. Lisboa: Presença, 1989, p. 226; DOWNEY, G. *A history of Antioch in Syria: from Seleucus to the arab conquest*. New Jersey: Princenton University Press, 1961, p. 426-9.

[18] HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 2.

[19] CAMERON, A. *Christianity and the rhetoric of Empire*. Berkeley: University of California Press, p. 2-3.

[20] MAYER, W. The Homily as historical document: some problems in relation to John Chrysostom. *Lutheran Theological Journal* 35, ano 2001, p. 17.

[21] FRENCH, Rhetoric and rebellion of A.D. 387 in Antioch. *História*, n. 47, 1998, p. 469-70.

[22] CHARTIER, R. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

[23] MAcMULLEN, R. The preacher's audience (AD 350-400). *Journal of Theological Studies*, n. 40, 1989, p. 503.

[24] MAYER, W. John Chrysostom and his audiences: distinguishing different congregations at Antioch and Constantinople. *Studia Patristica*, n. 31, 1997, p.72.
[25] STEWART, P. The destruction of statues in Late Antiquity. In: MILES, R. *Constructing identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999, p. 159.

HISTÓRIA CRÍTICA DO ESPORTE E DO LAZER: RESGATE PARA NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Érika de Fátima Eidam – Grupo de Pesquisa “Filosofia e História” / UEPG

Dr. Antônio Marques do Vale – líder do Grupo de Pesquisa “Filosofia e História” / UEPG

INTRODUÇAO

A história dos exercícios físicos, do esporte e do lazer é história da escola de Cultura e de Educação Atrativa. Entrosa acontecimentos naturais com diferentes aspectos políticos, sociais e militares da História da Civilização, numa história que é possível documentar. Segundo Ramos (1), *a prática dos exercícios físicos vem da pré-história, firma-se na antiguidade, estaciona na Idade Média, fundamenta-se na Idade Moderna e sistematiza-se nos primórdios da Idade Contemporânea.* Nos dias atuais, uma prática dos exercícios físicos se universaliza e se molda segundo condições novas de vida e ambiente.

Nas suas vacilações, o conceito dos exercícios físicos corresponde ao momento cultural e sócio-filosófico em que vivemos. O trabalho físico de predominância desportiva orienta-se para a vida dos dias futuros em que o homem, preso à máquina, se certifica, pela resposta do seu organismo, da necessidade dos tempos de lazer. Educação física, esporte, dança e lazer surgem como promotores da qualidade de vida.

Manacorda (2) colocou a educação física entre os exercícios de *educação moral e cívica, através dos quais as jovens gerações eram aculturadas nas tradições pátrias*. Preparava o futuro cidadão, e a pátria, para o uso das armas. Principal e mais importante aspecto da formação do homem, foi denominada por Manacorda, como *guerreira.* Mas era um *fazer* das classes dominantes, para o exercício do poder e para a guerra. Diferentemente, a educação cavalheiresca abrangia artes liberais para intelectuais e clérigos, incluindo nadar, cavalgar, lançar dardo, esgrimir, compor versos e jogar xadrez, e aperfeiçoava a civilização com

as artes da corte, como a política, a diplomacia, o cerimonial, as leis e as diversões como a dança.

Segundo Manacorda (3), a educação física era muito importante no Renascimento, e Pestalozzi exaltava os cuidados com o corpo. A educação física também era incluída por Marx (4) (1866) no seu programa para a formação do homem global ou omnilateral; ia além da instrução intelectual e tecnológica e do treinamento voltado à vida militar. Somente a Grécia antiga, porém, a conhecera e desenvolvera em formas originais e como elemento essencial. Neste sentido é que apreciamos o texto do Art. 1° da Lei n° 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN): *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*. Esse conteúdo legislativo torna claro que todas as ações do profissional dessa área devem vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social do educando.

1 – A HISTÓRIA ANTIGA

Os povos autóctones da África praticavam atividades físicas. Os Wanas eram exímios saltadores. Mesmo vivendo às margens do rio Nilo, os egípcios desconheciam a natação, mas realizavam exercícios físicos nas cerimônias religiosas, nos funerais e no treinamento dos guerreiros. Os hindus apreciavam danças e jogos e se utilizavam de exercícios físicos para tratamento respiratório. Para os chineses, havia práticas vitais, como a das massagens; eles também se preocupavam com a postura correta, com a ginástica corretiva e principalmente com os hábitos higiênicos.

Na Grécia antiga, os atletas eram considerados exemplos para os jovens. Surgiram lá muitas das práticas atléticas atuais e os nossos Jogos Olímpicos. Os romanos, guerreiros, cultivaram artes militares, como a corrida de bigas, o pancráceo e o duelo de gladiadores.

Esse tipo de riqueza cultural foi desconhecido da Idade Média, que quase se limitou às justas e torneios, combates praticados entre os nobres. No Renascimento, a Itália iniciou um movimento de criação de escolas de Educação Física. Foram editados livros, e a Educação Física voltou a ser bem vista. Na Idade Contemporânea, surgiram novas modalidades esportivas como o handebol, o basquetebol, o futebol e voleibol. O Barão de Coubertin, fazendo renascer os Jogos Olímpicos, divulgou o esporte como meio de integração entre os povos.

2 – A EDUCAÇAO FÍSICA NO BRASIL

Os índios brasileiros praticavam Educação Física de maneira natural: caçar, pescar, remar, correr, saltar, arremessar, laçar e lutar. Excelentes nadadores e canoeiros. E os negros, transportados para cá, deram origem à capoeira.

No Brasil, os soldados, preparando-se para defender a pátria (e ofender a pátria alheia), eram treinados através de exercícios naturais, como correr, saltar, arremessar e lutar. Segundo Hudson Ventura Teixeira (5),

> *em 1893, a Associação Cristã de Moços se estabeleceu no Brasil e começou incentivar a prática de ginástica e desportos como o basquetebol e o voleibol. Em 1907 uma missão militar francesa veio para o Brasil. Trouxe consigo o método francês de ginástica, que foi aplicado na Força Pública do Estado de São Paulo. Daí surgiu a Escola de Educação Física da Polícia Militar, a mais antiga do País. Assim, em 1920, o Brasil pôde enviar a primeira equipe de atletas para os Jogos Olímpicos*.

Conforme Teixeira, *o atletismo foi introduzido no Brasil em 1910, mas popularizou-se somente a partir de 1940*. Então, se destacaram atletas como Adhemar Ferreira da Silva. A prática do basquetebol profissional, surgida em 1896, em Trenton, Nova Jersey, Estados Unidos, foi introduzida em São Paulo em 1910. Entre brasileiros, a prática profissional só foi iniciada em 1912 e as primeiras regras oficiais em português foram publicadas num catálogo de 1916.

O basquetebol brasileiro foi dirigido pela Confederação Brasileira de Desportos de 1925 até 1933, ano em que foi fundada a Confederação Brasileira de Basketball, no Rio de Janeiro, depois denominada Federação Brasileira de Basketball (6). Nosso país é considerado, hoje, uma das maiores expressões do basquetebol mundial, masculino e feminino. A Federação Internacional de Voleibol (FIVB), fundada em 1947, regulamentou esse esporte em todo o mundo.

Em 1954, foi criada a Confederação Brasileira de Voleibol. Após os títulos nas categorias masculina e feminina no primeiro campeonato Sul-Americano de Voleibol (promovido pela Confederação Brasileira de Desportos – CBD), o país participou, pela primeira vez, de uma Olimpíada: Japão, 1964, sétimo lugar na categoria masculina. A seleção de voleibol masculino obteve honra ao mérito das medalhas de ouro nas Olimpíadas de 2004. A feminina conquistou o ouro pelo *Grand Prix*, na Ásia, em 1994, e prata no mundial realizado no Brasil aquele ano.

O alemão Karl Schellenz regulamentou o handebol de campo em 1914 e existe uma Federação Internacional de Handebol. A modalidade estreou nos Jogos Olímpicos em 1936.

O desenvolvimento do futebol moderno ocorreu na Inglaterra. O nome é de origem inglesa: *foot* (pé) *ball* (bola). Foi Charles Miller, filho de pai inglês e mãe brasileira, quem trouxe o futebol para o Brasil. O país se empolgou. A seleção brasileira conquistou a Copa em 1958, 1962, 1970, 1994, para chegar ao pentacampeonato mundial em 2002. O futebol de salão, atualmente *futsal*; teve início em Montevidéo, em 1932, com regras dadas pelo diretor do departamento de menores da Associação Cristã de Moços (ACM) de Montevidéo, Juan Carlos Ceriani. O primeiro torneio aberto brasileiro de futebol de salão se deu no Rio de Janeiro, em 1949, entre meninos de 10 e 15 anos de idade. A fundação da Federação Metropolitana de Futebol de Salão do Rio (1954) e da Federação Paulista de Futebol de Salão, São Paulo (1955), levou à unificação das regras do *futsal.*

3 – A EDUCAÇAO FÍSICA NO ESTADO DO PARANÁ

Após a análise do documento com os resultados dos encontros dos Núcleos da Rede Estadual de Ensino, muitos professores insistiram que era necessário fortalecer a cultura escolar e de suas comunidades. Ressaltaram que os profissionais devem reconhecer a diversidade étnica no Estado do Paraná. Comunidades do litoral Paranaense decidiram resgatar ou preservar práticas culturais como a do fandango. O Sul do Estado acolheu povos eslavos. O Oeste recebeu o influxo do Rio Grande do Sul. Boa parte do Norte do Estado se formou a partir das culturas bandeirante, paulista ou caipira. Todo o quadro revela a pluralidade sócio-geográfica e cultural do Estado; uma riqueza que sugere o trabalho cultural voltado para a expressão corporal e a dança, ou seja, promover a cultura paranaense através do movimento humano. Os professores ainda insistem que a educação física, na grade curricular, favorece convívio social e um lazer sadio. A SEED apontou, então, a *corporalidade* como importante objetivo, e propôs a articulação do trabalho docente em torno de algumas diretrizes: *o corpo que brinca* (manifestações lúdicas); *o potencial expressivo do corpo*; a *relação do corpo com o mundo do trabalho*. Essas propostas evidenciaram o corpo em movimento como pressuposto básico. Assim se confirmou também um interesse novo pela dança e o teatro.

4 – EXPERIÊNCIA ESCOLAR COTIDIANA

O atletismo permite aprendizado mais fácil, devido não “exigir” materiais didáticos de alto valor. O profissional pode fazer adaptações, que sempre estiveram presentes na história do homem, e no seu cotidiano. Exemplo da corrida: conforme o comentário de Hudson (7), ela *deve ter surgido dos homens primitivos, para andar mais depressa, para fugir dos perigos ou perseguir a caça*. Hoje é possível afirmar que o ser humano inicia a prática do “arremessar” desde bebê; ou que, tão logo consiga coordenar os próprios passos, evolui para a criatividade dos *saltitos*, saltos e corridas diversificadas. A maratona, de fato, decorre de exercícios do

cotidiano, como sejam: a caminhada para a escola, o retorno, a corrida para vencer um aclive ou declive. O ensino do revezamento se utiliza de criatividade: os “joguinhos” recreativos, a bola ao túnel, as brincadeiras de roda, o passar “cartuchos” de papel, o evoluir para a passagem dos cones em curta distância até o bastão propriamente dito, jogo que se pode realizar com pedaços curtos de cabos de vassoura. Valendo-se dos exemplos do saltar valas e do saltar à distância quando se vai debaixo de chuva, as pessoas aprendem saltos. À maneira dos homens primitivos, o público infanto-juvenil dá saltos de altura quando ultrapassa muros e gradis. E apela para recursos como grama, areia, pneus e outros mais.

A prática esportiva cotidiana escolar coloca situações reais. Diagnosticamos a preferência geral dos alunos pela prática do futebol. Até o grupo feminino reclama por ela nas aulas. A rapaziada, essa nasceu chutando bola. Foi aprendido em casa, com os pais e irmãos, tios e primos; ou com os amigos, nos clubes e escolinhas, no cotidiano das ruas ou *campinhos.* Ou com as transmissões da TV. Não por acaso, somos, no exterior, o país do futebol.

O profissional da educação deve formar o aluno para o exercício da cidadania e para boa qualidade de vida. Daí a perguntas: o esporte seria apenas lazer na escola? Não revela interesses negadores de corporeidade e humanização? Nossas experiências e práticas também suscitam reflexões políticas, que apontam resistências e protestos, vontade de poder e invasão cultural. Nossa historiografia educacional obriga a reclamar, portanto, mais do que superação do sedentarismo, etc. Reclama um resgate amplo e esforços pela qualidade de vida.

As influências políticas na prática da educação física são evidentes. E quanto a resgate, temos de salientar, no Paraná, a dança**.** Os povos antigos a cultivavam como forma de expressão ligada a atividades religiosas, guerreiras, sociais, agrícolas, etc. Quando movimentos sistematizados ficaram estereotipados e até limitados a determinada classe social, a dança perdeu o caráter popular e espontâneo. Contudo, ela ressurge e retorna ao seu lugar de atividade profundamente humana, de cultura e interação.

Essas observações nos remetem a Oliveira (8): *o envolvimento da Educação Física com o indivíduo e com a sociedade dá-lhe responsabilidades que extrapolam o fazer ginástica ou o jogar futebol.* Deduz-se que o professor de educação física não é um profissional só do conhecimento técnico. Este, necessário, se volta ao preparo, orientação e conhecimento do movimento humano. E esse movimento constrói cidadãos, antes de tudo.

CONCLUSÃO

A instituição escolar, para se colocar ao passo das demandas sócio-culturais, tem de revisar currículos, analisar diferentes problemáticas, inclusive as da violência, do preconceito geral, dos padrões estereotipados. Mas, sobretudo, deve recordar a corporalidade, como expressão consciente no conjunto das manifestações humanas histórica e culturalmente produzidas. Corporalidade não admite a educação física como mera atividade motora. Do professor, então, se espera que possa inovar e despir-se de resistências. É como propõe Taborda de Oliveira (1998): (9)

> *O profissional de Educação Física precisa compreender-se como aquele intelectual responsável pela organização e sistematização competente e crítica das práticas corporais conscientes do homem e suas determinações pelas relações com o trabalho, a linguagem e o poder, elementos estruturantes de uma sociedade cindida em classes e, conseqüentemente, em interesses antagônicos. Pensar a Educação Física no interior da escola sem pensar os seus determinantes culturais é, como a sua história bem tem demonstrado, torná-la acéfala.*

A educação física *tem como pressuposto básico o desenvolvimento do homem onmilateral a partir da intervenção sobre as práticas corporais dos sujeitos* (10). A escola tem de abordar as manifestações corporais do homem em sua totalidade e superar toda visão reducionista (trabalho biomecânico). O profissional da educação física deverá considerar a

diversidade das experiências culturais, e mesmo as representações de uma família. Mas história não se limita a um grupo de indivíduos ou a classes específicas É importante que ela trabalhe o ser humano como ser total.

A proposta de novas políticas educacionais vai priorizar, assim, a qualidade de vida e a busca de aprendizagem significativa. Vai assim estimular os educandos, resgatando também a auto-estima. A proposta do Currículo básico para a Escola Pública do Estado do Paraná (1992), já enfatizou este ponto de partida: *a concepção de corpo (...) produzido historicamente*. Os alunos, pois, se situam na contemporaneidade e também podem reelaborar a consciência e a cultura corporal.

Não há receitas. Cabe, porém, e ao professor primeiro, relacionar homem e natureza, e relacionar, então, as práticas do esporte, da dança e do lazer com o bem-estar físico e mental. Desta relação decorre o movimento, mas especialmente multiplicidade de linguagens, cultura humana e cultura corporal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RAMOS, J.J. *Os exercícios físicos na história e na arte*: do homem primitivo aos nossos dias. São Paulo: IBRASA, 1982.
2. MANACORDA, M.A. *A história da educação*: da antiguidade aos nossos dias. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
3. Ibidem.
4. MARX, K., 1866.
5. TEIXEIRA, H.V. *A educação física e os desportos*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
6. Ibidem.
7. Ibidem.
8. OLIVEIRA, V.M. *O que é educação física*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
9. TABORDA de OLIVEIRA, M.A.T. *Pensar a prática:* existe espaço para o ensino de educação física na escola básica? s/d., 1998.
10. Ibidem.

O “partido anarquizador” e o jogo político em Mato Grosso (1840-1854)

Ernesto Cerveira de Sena*

No início do Segundo Reinado, a elite política de Mato Grosso era representada sobretudo por negociantes e fazendeiros, o que não excluía alguns de seus representantes terem patentes militar ou usarem batina. Essa elite era dividida em dois grupos. Um deles, que veio a se chamar *Liberal*, dominava a disputa partidária desde os anos 30 - quando foi formado -, vindo a perder sua hegemonia somente em 1850. Tal predomínio se fazia a despeito de terem como oponentes presidentes da província e leis centralizadoras. O governo central tinha cautela em confrontar os *liberais*, que por muitas vezes eram chamados de “partido anarquizador”.

A formação desse grupo começou entre 1837 e 1838, quando foi presidente de Mato Grosso o bacharel Pimenta Bueno, que depois viria a ser o Visconde de São Vicente. Pimenta Bueno colaborou em formar esse partido para distingüí-lo de outras duas facções que existiam na província antes da sua chegada (1836); uma ligada aos políticos *tradicionais* de Cuiabá e a outra aos *revoltosos* de 1834. Este último grupo era composto por seguidores do negociante Poupino Caldas. Ele, juntamente com o médico Patrício da Silva Manso, tinha sido o cabeça de uma sociedade chamada *Zelosos da Independência* que combatia os antigos políticos de Cuiabá[1] e preconizava a retirada de portugueses da província na primeira metade da década de 30[2]. Essa posição política aliada ao descontentamento popular, agravada pela carestia, acabou desembocando na “noite de 30 de maio”, depois conhecida por *Rusga*, na qual dezenas de portugueses e brasileiros foram mortos[3].

O líder dos *Zelosos* tornou-se um colaborador do presidente Antônio Pedro de Alencastro que chegou ao Mato Grosso, ainda em 1834. Denunciou seus ex-colegas de facção pela culpa nos assassinatos no “30 de maio” e perdeu bastante força política. Com a troca de

governante, assumindo a província Pimenta Bueno, Poupino foi assassinado por um de seus muitos desafetos, logo após ter sido intimado a deixar o Mato Grosso pelo presidente[4].

O futuro visconde de São Vicente não procurou apoio nos antigos políticos de Cuiabá, como os proprietários Antônio Corrêa da Costa e André Gaudie Ley. Preferiu organizar o partido Liberal, contando com homens públicos de outros lugares da província, além da própria capital.

No início do Segundo Reinado, a bem sucedida articulação com as freguesias do *interior* fez com que o partido Liberal de Mato Grosso conseguisse e reafirmasse seguidamente a supremacia na Assembléia Legislativa, enquanto o partido Conservador conseguia concentrar seu poderio somente na capital. A Assembléia era o principal espaço para o exercício político dos homens públicos da província. Era um estágio avançado da carreira em Mato Grosso, pois, geralmente, um deputado provincial já havia passado por cargos como juiz de paz e vereador de câmaras municipais. Muitas vezes os cidadãos escolhidos para serem candidatos a deputado geral não eram os principais expoentes de seu partido. Antes demonstravam a força dos seus chefes partidários do que a sua própria habilidade em ser eleito.

Em 1840 começam a se tornar explícitas as diferenças entre as lideranças locais, presentes principalmente na Assembléia, e os delegados do Império. Nessa época era presidente de Mato Grosso Estevão Ribeiro de Rezende, advogado, que mais tarde viria a ser desembargador do Tribunal da Relação na Bahia e ganharia o título de visconde de Valença. Ele havia sido nomeado para governar o Mato Grosso pelo Regente Araújo Lima, fazendo parte do partido Conservador que se formava.

Um sinal de desacordos entre o presidente e a Assembléia foi quando esta última escolheu os vice-presidentes, cuja seleção era de sua competência, até então. O cargo de vice-presidente era importante numa província como Mato Grosso. Pela distância da Corte – aproximadamente 3 meses de viagem -, um vice-presidente poderia governar por um bom tempo, entre a saída de um governante a chega do titular nomeado pelo governo central.

Assim, a casa legislativa tinha escolhido para as seis vagas de vice-presidentes duas pessoas do partido conservador e quatro do liberal. Ribeiro de Rezende escrevia para a Corte dizendo que os quatro do lado liberal eram "por seus sentimentos anárquicos" possuíam "nem uma capacidade intelectual", sendo, portanto, "por este governo considerados indignos da confiança do Governo Imperial e prejudiciais a ordem pública". Descontentando agudamente o governante, o 1º vice, ou seja, o seu substituto imediato, era o padre Silva Guimarães, a quem considerava o chefe dos "anarquistas", e caracterizado por levar uma vida imoral. O presidente dizia ter receio em deixar a província com tal sorte de políticos[5].

O desacordo entre o Legislativo provincial e o Executivo ficou patente quando o presidente se recusou em sancionar duas leis feitas pela Assembléia. Uma extinguia os "delegados do governo da província", que eram cargos instituídos em 1836, por uma lei provincial, que visava dispor ao presidente homens por todo o Mato Grosso para a vigilância da *ordem*. Outra lei vetada por Rezende era uma que proibia o executivo de transferir, colocar em diligência ou afastar da capital para cumprir serviços os funcionários civis ou militares que estivessem participando da Assembléia, em tempo de sessões do parlamento[6].

Os deputados teriam que conseguir 2/3 em plenário para derrubar os vetos. Não conseguiram por apenas 1 voto. Mas os parlamentares liberais não deixaram por menos. Obtiveram êxito em obstruir a votação da lei orçamentária para o ano seguinte, o que era fundamental para a administração provincial. Também escreveram para a Corte, pedindo a pronta demissão do presidente. Diziam que Rezende estava atiçando os ódios partidários, que não respeitava o legislativo, e que a qualquer momento poderia deixar a província fora de controle[7].

No entanto, na Corte logo subiu um gabinete liberal, em 24 de julho de 1840, promovendo a saída de Ribeiro de Rezende de Mato Grosso. O novo presidente de província nomeado pelo governo central, para desgosto do ex-governante, era o padre Silva Guimarães. Era muito raro ser designado chefe do Executivo um habitante da própria província.

Silva Guimarães, mesmo sendo liberal, passou a receber oposição dos seus antigos correligionários, agora liderados pelo fazendeiro de Poconé, Manuel Alves Ribeiro. Como demonstração de força, a Assembléia novamente não aprovou a lei orçamentária. Silva Guimarães considerava seus ex-aliados um bando de *anarquicos*[8].

Dessa maneira, como indicação para vice-presidentes, o padre sugeria somente nomes do partido conservador[9]. Acontecia que a escolha dos vices havia deixado de ser prerrogativa das Assembléias, para tornar-se competência exclusiva do governo central. Isso fazia parte do conjunto de medidas centralizadoras. No entanto, era usual o governo no Rio de Janeiro pedir pareceres para os presidentes de província sobre as pessoas que poderiam assumir tal cargo.

Não obstante as várias cartas de Guimarães desqualificando o líder dos liberais, o governo central acabou escolhendo Manoel Alves Ribeiro como 1º vice-presidente.

O poderio do fazendeiro de Poconé já era comprovado na eleição para deputado geral em 1840. O seu partido escolheu como candidato José Joaquim de Carvalho, um proprietário sem muita tradição na política. Contra os liberais estava o próprio padre Silva Guimarães, o aparato governamental e os conservadores. O candidato liberal venceu. Em 1842, em nova eleição contra o padre Guimarães, outra vez Joaquim de Carvalho foi eleito deputado geral. Os liberais ainda acusaram o padre de várias irregularidades no pleito, usando intensivamente os corpos armados da província[10], mas que mesmo assim não lhe garantiram vitória frente aos homens de Ribeiro.

Com um gabinete conservador desde 1842, o que fez os liberais de Minas e São Paulo se rebelarem, o padre é exonerado do cargo. Em seu lugar ficou governando como vice-presidente justamente Manoel Alves Ribeiro.

O fazendeiro de Poconé sabia que não era longa sua permanência no governo. Assim, apressou-se em aprovar a leis de seu interesse, como a orçamentária, e uma que interferia na Guarda Nacional, começando pela demissão de seu comandante. Conseguiu com que a Assembléia aprovasse lei permitindo que o governo da província pudesse remover os oficiais

de seus postos da *milícia cidadã*. Assim, Ribeiro demitiu uma lista de pessoas da guarda, e promoveu seus partidários. O legislativo provincial também aprovou lei que concedia imunidade para seus parlamentares, como a que existia na Câmara Geral.

Os dois presidentes seguintes, Moreira Freire (24/10/1843 – 26/9/1844) e Gomes Jardim (26/9/1844-5/4/1847) também sofreram a oposição da Assembléia Legislativa comandada pelo fazendeiro de Poconé, mesmo um sendo nomeado por gabinete conservador e outro por liberal. Os dois procuraram anular as promoções feitas na Guarda Nacional, e argumentavam que as assembléias provinciais não poderiam legislar sobre essa força.

Também pediam que se recriasse o corpo policial, extinto pelos deputados provinciais desde 1840. Ora, os corpos armados, como a Guarda Nacional e a polícia, podiam ser decisivos nas eleições. Os partidários de Ribeiro souberam neutralizar o poderio dos presidentes de província, e assim elegiam seus deputados seguidamente.

Os chefes do Executivo e os políticos conservadores, por sua vez, apontavam muitas irregularidades praticadas pelo fazendeiro de Poconé, como a apropriação indevida de uma fazenda, a de Camapuã, a venda de escravos de terceiros, e a reduzir pessoa livre ao cativeiro. Mas o poconeano se entrincheirava nas imunidades parlamentares

O presidente Crispiniano Soares foi o único, desde 1840, a não se chocar com a Assembléia Legislativa. Pelo contrário, fez vistas grossas para as irregularidades do grupo de Ribeiro, como o seqüestro do doutor Sabino, líder da Sabinada na Bahia, que foi retirado das mãos das autoridades locais e mandado ir morar numa fazenda de um dos aliados do chefe liberal[11].

Como recompensa pela boa relação, Crispiniano Soares saiu da presidência eleito, com o apoio do fazendeiro de Poconé, deputado geral pela província de Mato Grosso.

Mas a situação dos liberais começou a mudar com a chegada do presidente major José Joaquim de Oliveira, que dizia ter encontrado a província como uma “conquista dos

anarquisadores", em que "os dinheiros do cofre públicos, os bens das fazendas nacionais, os direitos dos pacíficos habitantes, tudo estava à mercê dos conquistadores"[12].

Uma das primeiras medidas do novo presidente foi constituir uma guarda armada, composta por cidadãos voluntariamente. Vários desafetos de Ribeiro e inclusive ex-aliados entraram para essa corporação[13]. Assim, sentindo-se com mais força, o governante conseguiu a remoção de militares de alta patente, que apoiavam os liberais, para fora da província[14]. Ao mesmo tempo pedia urgência para que a Corte mudasse a lista de vice-presidentes, na qual o grupo de Ribeiro era privilegiado. Se fosse assassinado, os "anarquizadores" não teriam a "posse" de Mato Grosso, acreditava Oliveira[15].

O presidente desengavetou os processos contra Ribeiro. Este reagiu com um tiro, dado por camarada seu, no juiz que levava as contendas à frente. Mas o major atacava por vários lados. Anulou as últimas votações para a Câmara de Cuiabá, em que os liberais tinham derrotado os conservadores em seu principal reduto, em 1848. A nova câmara formada, a partir de então, era completamente favorável ao presidente[16].

Outra medida que desagradou o grupo de Ribeiro foi a reformulação dos postos da Guarda Nacional pelo chefe do Executivo provincial. Este também se beneficiou pela mudança da lista de vice-presidentes expedida pelo governo central[17].

Tentando não deixar escapar nada, Oliveira procurou anular a venda da tipografia que pertencia ao governo, feita na época de Crispiniano Soares. Ela tinha sido adquirida pelos liberais por um preço muito baixo: oitocentos e dez mil réis. O governo, dessa transação, passou a pagar mais de um conto de réis para mandar fazer suas impressões[18].

Completamente incomodado com o governante, o fazendeiro de Poconé decidiu pessoalmente empreender uma viagem à Corte, para negociar a demissão de Oliveira.

Pouco depois de sua saída, era anunciada nova eleição para compor outra legislatura na Câmara Geral. Era aí que se daria a prova final. De um lado concorreu o presidente Oliveira, de outro o caudilho Ribeiro, para a única vaga em que o Mato Grosso possuía.

Ribeiro conseguiu voltar pouco antes das eleições, com a demissão assinada de Oliveira[19]. Mas o major, usando de todos os recursos disponíveis, venceu o pleito por margem apertada. Mas não era a derrota definitiva de Ribeiro. A Corte resolveu abrir uma segunda vaga para a província, e o líder liberal foi eleito. Os dois representaram o Mato Grosso entre 1850-1852.

Nessa eleição de 1849, os conservadores da província também conseguiram fazer a primeira maioria na Assembléia. Mas não houve uma desforra, apesar de anularem algumas leis anteriores como a de imunidades. Aconteceu que os governos provinciais seguintes passaram a se esforçar para que não ficasse completamente excluído dos postos e cargos o partido perdedor nas eleições. O auge dessa política de "Conciliação" vai ser com o bretão, morador de Mato Grosso, chamado Augusto Leverger (2/1851 – 4/1857). Essa política certamente foi facilitada com a permanência de Ribeiro na Corte desde 1850, e por sua morte em 1854.

O fazendeiro de Poconé, depois da legislatura na Câmara dos Deputados, ainda tentaria um vôo mais alto, se candidatando para senador pela província. Contudo, faleceu de febre amarela depois das votações, mas antes da escolha do Imperador entre os nomes da lista tríplice. Provavelmente não seria o escolhido. Todos os senadores de Mato Grosso, durante o Império, foram pessoas não moradoras da província. Eram geralmente figuras de âmbito "nacional", ou seja, nomes de destaque do Rio de Janeiro ou de outros lugares proeminentes, como os homens públicos José Maria da Silva Paranhos e José Saturnino da Costa Pereira.

Apesar de o governo central ter feito várias concessões ao fazendeiro de Poconé, não queria dizer que pudesse chegar a lhe franquear uma alta representação, como a do Senado. Quando Ribeiro assumiu a província, por exemplo, na qualidade de vice-presidente, em 1848, já estava a caminho de Cuiabá uma ordem do governo central mandando que se passasse o cargo para o segundo vice, Nunes da Cunha. Era primo de Ribeiro, era do Partido de Ribeiro, mas não era Ribeiro. O governo central, mesmo sob gabinete liberal, já demonstrava suas

prevenções em relação ao fazendeiro de Poconé. Este, por sua vez, sabia que o perigo da *desordem* fazia com que ganhasse várias posições no jogo político, mesmo em momentos de gabinete conservador.

---

[*] Ernesto Cerveira de Sena é doutorando em História Social e das Idéias pela Universidade de Brasília.
[1] Não obstante, o próprio Poupino ter sido um representante dessa elite, nas décadas de 1820 e inícios de 30, quando lutou junto com os políticos de Cuiabá pela transferência da capital para a baixada cuiabana.
[2] *Estatutos da Sociedade dos Zellosos da Independência installada na cidade de Cuiabá – Província de Matto Grosso,* 27 de fevereiro de 1832. RIHGMT, ano XII, tomo XXIII, 1930, p. 63.
[3] SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos.* São Paulo, (dissertação de mestrado) – FFLSH- USP, 1992.
[4] CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.
[5] Arquivo Nacional. IJJ(9) 506 Estevão Ribeiro de Rezende para Manoel Antônio Galvão, ministro do Império. Cuiabá, 16 de março de 1840.
[6] Arquivo Nacional. IJJ(9) 506 Estevão Ribeiro de Rezende para Manoel Antônio Galvão, ministro do Império. Cuiabá, 2 de maio de 1840.
[7] Arquivo Nacional. IJJ(9) 506 Representação de Membros da Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso contra o Presidente de Província Bacharel Estevão Ribeiro de Rezende. Cuiabá, 30 de abril de 1840.
[8] Arquivo Público de Mato Grosso. Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847. N. 076. José da Silva Guimarães para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 1º de junho de 1843.
[9] Arquivo Nacional IJJ(9) 506 José da Silva Guimarães para Salvador Cândido Paz de Araújo Viana, ministro do Império. Cuiabá, 11 de agosto de 1842.
[10] Arquivo Nacional. IJJ(9) 506. *Abaixo-assinado de deputados provinciais para demissão do atual presidente de província*. Cuiabá, 13 de setembro de 1842.
[11] CORRÊA FILHO, Virgílio. "Bahianos em Matto Grosso". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, julho de 1948.
[12] Relatório de Presidente de Província. Major Joaquim José de Oliveira, 8 de setembro de 1849, p. 8.
[13] Arquivo Nacional. IJJ(9) 507. Joaquim José de Oliveira para Antônio Manoel de Campos Mello, ministro da Justiça. Cuiabá, 29 de novembro de 1848.
[14] *Ibidem*, p. 11.
[15] Arquivo Nacional. IJJ(9) 507 Reservado. De Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 31 de outubro de 1848
[16] Relatório de Presidente de Província. Major Joaquim José de oliveira, 1849, 8 de setembro de 1849, p. 13.
[17] Arquivo Nacional. IJJ(9) 507. Joaquim José de Oliveira para Antônio Manoel de Campos Mello, ministro da Justiça, 29 de dezembro de 1848.
[18] Relatório de Presidente de Província. Joaquim José de Oliveira, 3 de maio de 1849, p.16.
[19] Relatório de Presidente de Província. Joaquim José de Oliveira, 8 de setembro de 1849, p. 9

AÇÕES EDUCACIONAIS NO GOVERNO DE RODRIGUES DÓRIA (1908-1911)

Eva Maria Siqueira Alves

Departamento de Educação / Universidade Federal de Sergipe

Não satisfeito com os rumos da educação sergipana diante de um ensino público primário ministrado por "processos obsoletos", um ensino normal que não preenchia os fins a que fora destinado, um ensino secundário distante das reformas federais e inconformado com os gastos feitos pelo governo do Estado, buscou Rodrigues Dória meios para empreender melhoramentos e novas perspectivas para a educação em Sergipe.

Este trabalho objetiva analisar ações educacionais realizadas no governo de José Rodrigues da Costa Dória (24 de outubro de 1908 a 24 de outubro de 1911), utilizando como peças documentais da investigação, as falas presidenciais, decretos aprovados, textos jornalísticos. Dentre os atos governamentais que almejavam deflagrar o progresso educacional destaque-se: criação da Escola de Aprendizes Artífices, a compra de aparelhos e utensílios para os gabinetes e laboratórios do Atheneu Sergipense, construção do amplo prédio da Escola Normal, o Decreto 563, dando nova organização ao ensino no Estado.

Palavras-chave: história da educação; formação da sociedade sergipana; Rodrigues Dória.

Traços Biográficos de Rodrigues Dória

"Homem de grande lucidez de intelligencia e accentuada cultura profissional",[1] José Rodrigues da Costa Dória nasceu na cidade ribeirinha de Própria / SE em 25 de junho de 1859. Com seu pai - Gustavo Rodrigues da Costa Dória -, rábula, conhecedor profundo do Latim, Francês e amante da música, adquiriu Rodrigues Dória os seus primeiros conhecimentos. Com o Rio São Francisco aprendeu a não se voltar para trás, "seguindo seu exemplo na marcha constante, na mesma direcção, sem retroceder nem esbarrar, purificando as suas aguas nos varios tropeços e multiplicados embaraços que lhe agitam a corrente, mas não lhe desmandam o curso."[2]

Durante os anos de 1875 e 1876, o Atheneu Sergipense, primeira instituição oficial de estudos secundários de Sergipe, teve no seu quadro discente o futuro governador do Estado, cursando seus Preparatórios para matricular-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Como estudante do Atheneu, ensinou Inglês e Matemática a colegas mais jovens.

Após diplomar-se médico em 1882, com a tese "Das febres intermitentes complicadas do elemento tífico", Rodrigues Dória exerceu clínica durante três anos na cidade de Laranjeiras / SE, importante centro econômico, produtor de açúcar. Uma "cidade afamada, os médicos buscavam-na para centro de suas clínicas, os advogados encontravam nela o fôro mais ativo e rendoso da Província".[3] Ali, o "republicanismo histórico teve seu fulcro". Residiam e atuavam através da imprensa, com conferências e reuniões, políticos e intelectuais que "respiravam os influxos do cientificismo [...] [e] a influência de Tobias Barreto".[4]

Voltando Rodrigues Dória à Bahia para concorrer à cadeira de Medicina Legal e Toxicologia, foi nomeado em 1885, ali permanecendo e atuando como lente da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito Livre. Como professor foi um pesquisador e analista, contribuindo para o desbravamento da Medicina Legal. Durante sua vida ativa no ensino na Bahia e em Sergipe, fez várias publicações, com participações em Congressos Nacionais e Internacionais. Seu trabalho "Os fumadores de maconha, efeitos e males do vicio" foi o primeiro sobre o assunto a ser publicado no Brasil. Pires Wynne, seu ex-aluno na Faculdade de Direito da Bahia, assim o descreve:

> de apreciável estatura, robusto, trajando sempre roupas sombrias e pesadas, solene na sua postura, de voz pausada e grave, inspirando respeito e simpatia, se impunha, despertando a atenção dos alunos, e as suas aulas jamais cansativas, prendiam pela clareza e segurança das lições, sempre atraentes e oportunas.[5]

Fora do Estado natal, não almejava Rodrigues Dória militar em política. Eleito Deputado Federal em dezembro de 1897, renovou o mandato por quatro legislaturas, até o ano de 1908 quando elegeu-se a 30 de julho, sem pretensão de sua parte, Presidente do Estado de Sergipe.[6] Avaliando sua carreira como Deputado, assim declara:

> Em 1897 discuti o projecto de reforma do codigo penal em discurso que tive o prazer de ver transcripto em jornaes e revistas, e citado em trabalhos de natureza juridica. Discuti a questão da instrucção publica em 1897, 1899, 1900, 1901. Discuti em longos discursos a reforma da hygiene em 1903, e a questão da vaccina obrigatorea em 1904. Propuz e justifiquei um projecto regulando a eleição de vice-presidente da republica, merecendo o projecto elogios do jornal *O Paiz*. Discuti em 1905 perante a commissão e no seio da camara o projecto do Codigo Civil, fazendo na tribuna lisonjeira referencia ao ultimo discurso o Deputado Barbosa Lima; e finalmente fallei sobre o projecto da Lei Béranger, apresentado pelo Deputado Esmeraldino Bandeira em 1907.

Empossado a 24 de outubro de 1908, o Presidente do Estado de Sergipe, José Rodrigues da Costa Dória "homem honesto, pautando os seus passos dentro da lisura, e contrariando a muitos no âmbito administrativo e nos interesses políticos" [7], buscava a ordem e, em suas palavras, estava sempre "attendendo ao interesse geral" praticando os atos por ele mesmo, "depois de sobre elles reflexionar, e sem consultar conselheiros, muitas vezes parciaes e interessados". Zelava pelo dinheiro público, evitando empréstimos, mostrando-se parcimoniosos nos gastos.

> Tenho deixado de acceitar varias propostas de emprestimos, dentro do paiz e fóra delle, por consideral-os processo ou recurso inconveniente e perigoso de concertar finanças, de bons effeitos no momento, mas compromettedor no futuro, salvo quando appicado a serviços de urgente e imprescindivel necessidade, ou melhoramentos reproductivos e remuneradores.[8]

Ações Educacionais do Presidente Rodrigues Dória

Com o perfil anteriormente exposto, Rodrigues Dória direcionou seu olhar também para as questões educacionais, almejando deflagrar o progresso educacional e a formação da sociedade, notadamente a sergipana, algo que dele exigiu ponderação, levantando pontos que necessitavam e mereciam ser modificados.

Suas mensagens testemunham as posições assumidas, além de demonstrar amplo conhecimento, citando exemplos e autores que tratavam dos temas a que se referia.

Censurou as dissertações literárias das mensagens governamentais ao tratarem a instrução pública, que segundo ele, era assunto sem resultado prático, pois as várias reformas que se sucederam não refletiram em melhoria do ensino. Alegava, no fim do seu governo, não ter sido possível acabar com as escolas isoladas, que embora cômodas para o professor, as aulas em sua residência provocava prejuízo ao ensino. Defendia a realização de concursos para o provimento das cadeiras vagas, de modo a não mais continuar sendo ocupadas por indicações. Dizia não ser raro verificar um médico ensinando literatura e um advogado lecionando física, pedidos feitos aos chefes políticos. A instrução pública, ao lado da polícia, são os campos mais férteis para a politicagem, avaliava Dória.

Ao afastar-se do governo por alterações de saúde em 10 de julho de 1909, ficou no cargo o vice-presidente Manuel Baptista Itajahy, com a incumbência de prosseguir o programa de governo. No entanto, apoderando-se de "modo inconfessavel" [9] de um documento, um ofício de renúncia deixado por Rodrigues Dória temendo o agravamento do seu estado, publicou-o Itajahy na imprensa local. Protestando tal atitude perante o Presidente da República, Nilo Peçanha, e não reconhecida a validade jurídica do documento, Rodrigues Dória, acompanhado de força federal, retornou a Aracaju em 13 de novembro de 1909, recebido festivamente pelo povo sergipano que "se via desafogado da atmosphera de pressão que o ameaçava".[10]

No início do governo de Rodrigues Dória, o Decreto Federal 7129 de 26 de novembro de 1908, concedeu ao Atheneu Sergipense, instituição oficial de estudos secundários, a equiparação com os mesmos privilégios e garantias que gozava o Ginásio Nacional. Antiga aspiração da sociedade sergipana, esse fato provocou o pedido de louvor e congratulação do médico e lente do Atheneu Sergipense, José Moreira Magalhães, ao Presidente do Estado.[11]

Tendo por fim ministrar a instrução secundária e fundamental, necessária e aplicável a todas as exigências da vida, o curso integral de seis anos ministrado no Atheneu Sergipense contava com as seguintes disciplinas: Português; Francês; Latim; Inglês; Alemão; Grego; Matemática Elementar; Geografia Geral; Corografia do Brasil e Noções de

Cosmografia; Física e Química e Noções de Higiene; História Natural; História Universal, especialmente da América e do Brasil; Moral, Instrução Cívica e Noções de Direito; e Psicologia e Lógica. Desenho compunha também o quadro das disciplinas, sendo ministrado nos 1º, 2º, 3º e 4º anos. Escrituração Mercantil, não fazendo parte do curso fundamental, poderia ser freqüentado por qualquer pessoa, satisfeitas as condições de exigências para a matrícula.

Rodrigues Dória, procurando estimular o ensino secundário ministrado no Atheneu Sergipense, com materiais necessários para as aulas práticas, importou da Europa "dispositivos indispensaveis para a organização dos gabinetes de Chimica, Physica, Mechanica, Historia Natural e Geographia", além de esferas armilares, sistema planetário e mapas murais para o ensino de Geografia.[12]

Embora criado o Atheneu Sergipense em 1870 para ser freqüentado de forma seriada, os alunos o procuravam para estudos das cadeiras exigidas nos exames de preparatórios, causando desta feita a não conclusão do curso. Em 22 de março de 1911 o Atheneu Sergipense é palco de ato solene de formatura do Bacharel em Ciências e Letras, Gentil Tavares da Motta.[13] No ano seguinte, Sílvia de Oliveira Ribeiro foi a primeira mulher a concluir o Bacharelado em Ciências e Letras, no Atheneu Sergipense, após seis anos de curso, numa época em que outras jovens ingressavam na instituição, tentando romper na primeira década do século XX a tradição de que à mulher cabia estudar o curso primário, ou o curso Normal e tornar-se boa mãe.[14]

Ainda buscando melhorar o quadro educacional no Atheneu Sergipense, o governo de Rodrigues Dória ampliou o prédio, construindo quatro salas de modo a acomodar a secretaria, a Congregação e os gabinetes de Física, Química e História Natural.

Não obstante, as ações do governo são alvo de ferrenhas críticas. É o que se vê na imprensa local a respeito de estarem os professores de Desenho, Leandro Diniz do Faro Dantas e o de Geografia, Antonio Garcia Rosa, no gozo de licença e não terem sido providenciadas substituições para as referidas cadeiras, fato que se dava exatamente no governo daquele que

> como candidato á presidente do estado, havia prommetido cuidar com desvelo particular da instrucção e que não perde vasa para jactar-se de que veiu normalizar todos os serviços publicos desta terra, que diz ter encontrado completamente anarchisada [...] Realmente ainda estava para vir o presidente que tinha de interromper o curso de qualquer materia do Atheneu, pelo simples facto do proprietario da cadeira entrar no goso de licença. Esta gloria estava reservada ao sr. Doria.[15]

Segundo Dória, a obrigatoriedade do ensino primário era condição indispensável para a larga disseminação da instrução.[16] Os dizeres introdutórios do Decreto n. 563 de 12 de agosto de 1911, dando nova organização ao ensino no Estado, por si denotam o grau de importância que Rodrigues Dória tinha com a educação, avaliando criteriosamente o ensino primário, normal e secundário, naquele momento, e não visto em outras legislações analisadas.[17]

> Attendendo a que o ensino publico primario deste Estado é ainda ministrado por processos obsoletos e condemnados pela moderna Pedagogia;
>
> Attendendo a que o ensino normal não preenche os fins a que é destinado, não tendo a moderna Pedagogia o desenvolvimento actualmente dado a esta materia na sua relevante importancia, nos methodos de ensino, na conservação da saude da creança e no seu desenvolvimento, sem que lhe sirva de estorvo, e antes lhe seja auxiliar;
>
> Attendendo a que a ultima reforma do ensino secundario da Republica, estabelecendo a instrucção fundamental, se distancia do ensino adoptado neste Estado e que é de inteira necessidade acompanhal-a no seu plano geral.

Para o presidente, a remodelação do ensino em Sergipe exigia "tempo, perseverança, e introducção de elementos novos, educados em meio adiantado neste serviço".[18] É dos Estados Unidos que partem os modelos de instrução utilizados em países como a Argentina e Brasil, e São Paulo servia de norma para outras unidades da federação, desejosas por libertar-se do "systema velho, obsoleto, atrazado em que se arrasta a instrucção."[19]

Assim compreendendo, Rodrigues Dória reformou a instrução pública do Estado de Sergipe, modelando-a pela de São Paulo e levando-o a entendimentos que provocou o pedido e a concessão do Diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, Dr. Carlos da Silveira, para em terras sergipanas dirigir a Escola Normal, na tentativa de empreender melhoramentos e novas perspectivas para a educação em Sergipe.[20] Críticas foram feitas, alegando que em Sergipe havia "boa prata", não necessitando de pessoas de fora. Justifica sua ação, citando exemplos como o Japão e Estados Unidos que, atraindo mestres de outros países, desencadearam o desenvolvimento educacional.

Continua Rodrigues Dória suas ações, inaugurando festivamente em 1911, o novo edifício da Escola Normal e Escola Modelo anexa, na Praça Mendes de Moraes. Quatro passaram a ser os anos de estudos do Curso Normal, que devia ter um caráter prático, indispensável ao preparo profissional dos candidatos ao magistério primário. Estabeleceu ainda o limite de alunos em sala (40), exigindo para a matrícula a idade mínima de 14 anos para o sexo feminino e 15 anos para o masculino.[21]

> Devo dizer-vos que o serviço da instrucção publica, embora de recente execução, de acordo com os regulamentos baixados a 12 de agosto, quer na Escola Normal e em Grupo Modelo, e mesmo no Grupo Central, estão excedendo a expectativa geral, pelo que me ufano em dizer que os exemplos partidos desses estabelecimentos de ensino, sob a direcção criteriosa, competente e practica do Dr. Carlos da Silveira, professor paulista contratado neste Estado, hão de conseguir forçosamente a melhoria do ensino publico de Sergipe.[22]

É ainda em seu governo que é criada a Escola de Aprendizes Artífices, por Decreto do governo federal em 23 de setembro de 1909 e inaugurada a 1º de maio de 1911 nas comemorações do Dia do Trabalho, assumindo a direção o médico Augusto César Leite. Contava com as oficinas de alfaiataria, ferraria, marcenaria, sapataria e selaria, além de aulas primárias e de desenho, abrindo campo para o ensino profissional em Sergipe.

Estudar as ações educacionais empreendidas no Governo de José Rodrigues da Costa Dória permitiu verificar as marcas deixadas no ensino profissional, primário, normal e

secundário, dentro do processo de deflagração do desenvolvimento educacional da sociedade sergipana. Antes de afastar-se do governo, assim se exprime: "Poderei ter errado; nunca, porem, commetti erros por vontade; foram de intelligencia, se os commetti".

NOTAS

[1] Bittencourt, Liberato. 1913. *Brasileiros ilustres – sergipanos ilustres.* Rio de Janeiro: Typ. Pap. Gomes Pereira, p.104).

[2] Dórea, Rodrigues. 1919. *Conferencia*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n.4, v.8, p.250.

[3] Santos, Lourival Santana. 2003. *As idéias republicanas em Sergipe.* In: Cadernos UFS: História 5, p.43.

[4] Oliva de Souza, Terezinha. 1985. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; Universidade Federal de Sergipe, p.54.

[5] Wynne, Pires. 1959. *Um capítulo da história política e administrativa de Sergipe: Rodrigues Dória 1908-1911*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v.18, n.23, p.181 a 196.

[6] Guaraná, Armindo. 1925. *Diccionario Bio-Bibliographico Sergipano.*Rio de Janeiro.

[7] Wynne, J. Pires. 1970. *História de Sergipe (1575-1930.* Editora Pongetti: Rio de Janeiro – GB, p. 402.

[8] Fala de Rodrigues Dória à Assembléia Legislativa de Sergipe, em 7 de setembro de 1910. Jornais da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, e Sergipe noticiaram sua morte em 14 de fevereiro de 1938 na Bahia, com notas de pesar, elogiando suas ações políticas e científicas. Seu irmão, João Rodrigues da Costa Dória, no texto "Vida e trabalhos do Professor José Rodrigues da Costa Dória", mandado fazer pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe como edição comemorativa do centenário de nascimento, não faz referências ao tempo que ele esteve no governo de Sergipe.

[9] Fala de Rodrigues Dória em 15 de março de 1910, justificando a convocação extraordinária da Assembléia Legislativa.

[10] Fala de Rodrigues Dória em 15 de março de 1910.

[11] Conforme Ata da Congregação do Atheneu Sergipense em 1º de dezembro de 1908.

[12] Quanto aos materiais necessários para a organização do ensino público primário em Sergipe, rege o Decreto 563, dever ter as escolas mobília fabricada segundo os "preceitos pedagógicos moderno", com bancos / carteiras, mesas com estrado para os professores, quadro preto para os exercícios, relógio de parede, cadeira de braços para o professor, cadeiras simples para os visitantes, mapa geográfico do Brasil e de Sergipe, cabides e armários para depósitos, padrões do sistema de pesos e medidas.

[13] Durante o período que Gentil Tavares estudou no Atheneu Sergipense, fundou e redigiu *O Necydalus,* órgão defensor dos interesses dos estudantes. Recebeu o grau de Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Bahia em janeiro de 1917. Lecionou as cadeiras de Geometria Descritiva e suas Aplicações às Sombras e Perspectivas e Princípios Gerais e Práticas de Agrimensura no Atheneu Sergipense. Em 1922 foi eleito para o mandato de Deputado Federal (cf. Guaraná, 1925).

[14] Sobre o tema mulher, consultar as pesquisas: Freitas, Anamaria Gonçalves Bueno de. 2003. Educação, Trabalho e Ação Política: sergipanas no início do século XX. Tese de Doutorado em Educação, UNICAMP; Valença, Cristina de Almeida. 2003. Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju 1871-1931. Monografia do curso Licenciatura em História, UFS.

[15] *Diário da Manhã,* 2 de junho de 1911, sem identificação de autoria. No início do governo de Rodrigues Dória, três eram os jornais publicados: O *Estado de Sergipe*, jornal oficial, *Folha de Sergipe*, então governista e de propriedade do Bacharel Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, tornou-se depois adversária ao governo de Rodrigues Dória e *Correio de Aracaju*, oposicionista moderado. Surgiram outros jornais: *Operário*, *A Rua*, *O Tempo*, *Gazeta da Tarde*, *O Rebelde*, *A Luz*, *Diário da Manhã*. Este último fazia também oposição ao governo.

[16] Na "Conferência" de 1919, obra citada, Rodrigues Dória aborda o problema do analfabetismo e das várias formas de resolvê-lo, ressaltando como imperioso e essencial tornar real e efetivo o ensino, disseminando-o por toda a parte, com tratamento especial ao agente, o mestre e o material com que ele trabalha, o discípulo, a criança. Apóia-se Dórea em Pestalozzi, Truper, Luigi Visconti, Froebel, dentre outros.

[17] Alves, Eva Maria Siqueira. 2005. *O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária Examinada Segundo os Planos de Estudos (1870-1908).* Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[18] Mensagem do Presidente em 7 de setembro de 1910.

[19] "Impressões dos Estados Unidos" conferência proferida por Rodrigues Dória no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe após retornar do Segundo Congresso Científico Pan-Americano, em 1916.

[20] O nome de Carlos da Silveira é citado no Decreto 563, no Artigo 166.

[21] Importou dos Estados Unidos da América do Norte, da American Seating Company, não só para as aulas daquele edifício, como também para outras que mereceram, 500 carteiras automáticas (Automatic Triumph Desk), sendo "dos ns 2 e 4 repartidamente, e 100 de um assento e 400 de dois". Mensagem do Presidente em 7 de setembro de 1911.

[22] Mensagem do Presidente em 23 de outubro de 1911.

A MEMÓRIA HISTÓRICA DE AMERICANA

- EVELIN PALUMBO DA SILVA -

Americana teve sua formação como muitas outras vilas do interior de São Paulo. Essa formação se intensificou a partir da chegada da linha - tronco da Cia Paulista, mais tarde denominada FEPASA.[1] Apesar de ter se intensificado no final do XIX os primeiros registros sobre a ocupação do território de Americana datam no final do século XVIII e fazem menção a Antônio Machado de Campos, Antonio de Sampaio Ferraz, que se estabeleceram nas terras de Salto Grande, distribuídas ao longo das margens dos rios Atibaia e Jaguarí, afluentes do Rio Piracicaba.

Na segunda metade do século XIX, dentro de um Brasil eminentemente agrário onde a cultura do café destacava-se pela sua importância econômica, o interior povoava-se de velhas e novas cidades. As primeiras, nascidas no período colonial e as segundas, constituindo-se em função das transformações ocorridas ao longo do Segundo Reinado. Na então província de São Paulo entre a freguesia de Santa Bárbara d'Oeste (Município de Nova Constituição, hoje Piracicaba) e São Carlos (hoje a cidade de Campinas), estendia-se à área onde Domingos da Costa Machado era dono de uma sesmaria. Dentro desta sesmaria, a Fazenda Machadinho compunha a área cultivada, enquanto que larga parcela continuava abandonada. A cana-de-açúcar constituía na época o elemento agrário de maior rentabilidade e por isso espalhava-se pelas terras da fazenda.[2] (Olivieri, 1999)

Parte desta sesmaria foi vendida por Domingos da Costa Machado a Antônio Bueno Rangel, que nela se instalou, dando continuidade à atividade agrícola. Posteriormente, esta fazenda tornou-se elemento de grande importância para o aparecimento do núcleo populacional que viria a tornar-se à cidade de Americana. Aos poucos o território começou a ser ocupado.

As pressões e as transformações ocorridas nos Estados Unidos em função do final da Guerra da Secessão na segunda metade do século XIX (1865) motivaram a migração de muitas pessoas para outros países, sendo um deles o Brasil. Naquele momento, a

necessidade de mão-de-obra nas fazendas se intensificava, principalmente devido às transições do trabalho escravo para o livre.

Em 1866 o imigrante norte-americano Cel. William Norris, comprou parte das antigas terras das sesmarias de Domingos Machado, assim muitos imigrantes norte-americanos se instalaram em sítios e fazendas da região, produzindo novos produtos e novas técnicas no cultivo da terra. Os americanos trouxeram seus hábitos, costumes e técnicas agrícolas do sul dos Estados Unidos – com a produção de melancia e algodão – e tiveram papel decisivo na formação desse núcleo urbano. (Bryan, 1967).[3]

Em 1873 a Companhia Paulista de Vias Férreas, que primeiramente chegava só até Campinas, alcançou esse povoado, por iniciativa dos fazendeiros de café da região, para facilitar o escoamento dos produtos regionais. Assim, a estação de Americana se formou como uma das mais antigas do interior Paulista, sendo fundada em 27 de agosto de 1875. Essa estação primeiramente recebeu o nome de Santa Bárbara, pois pertencia a esse município, mas como sua cede distava cerca de 10 quilômetros daquele núcleo urbano e não era servida pelos trilhos, essa estação passou a ser uma estação intermediária, que supria a necessidade dos moradores de Santa Bárbara. O percurso da Ferrovia acompanha o curso natural do Vale do Quilombo (Ribeirão Quilombo), passando então ao largo da vila de Santa Bárbara. [4]

Além do impulso da ferrovia, que naquele momento teve um importante papel na formação e transformação de diversos núcleos urbanos no interior paulista, outras atividades, não restritas aos empreendimentos ligados à base agrícola da economia, tiveram papel na configuração de Americana. Na mesma época, foi fundada a Fábrica de Tecidos de Carioba – bairro esse que criou dupla centralidade para o município no fim do século XIX, devido ao seu poder industrial e por em Carioba morar pessoas influentes na então Vila, como a família Müller.

Muitas das pessoas que chegavam com destino a Santa Bárbara acabavam se instalando próximas à estação (Fazenda Machadinho). O senhor Ignácio Pacheco, dono das terras por onde a ferrovia passava, visando lucro resolveu lotear suas terras, assim formou-

se assim o primeiro *núcleo urbano*. Com isso a vila acabou recebendo o nome de **VILLA DOS AMERICANOS** pela Companhia Paulista no ano de 1900. Em 1904 a vila tornou-se distrito de paz de Santa Bárbara D'Oeste.

A edificação original da estação ferroviária foi demolida[5] e em seu lugar foi construído, em 1912, um prédio muito maior que é o que está até os dias de hoje. O município emancipou-se em 1924 e o nome – **AMERICANA** - somente começou a retratar oficialmente a cidade em 1939. (1975).[6]

Os imigrantes italianos chegaram em 1887 e colaboraram muito nos serviços da lavoura, e posteriormente na indústria têxtil. Construíram a 1ª Igreja de Americana (Igreja de Santo Antônio), inaugurada em 1896. Destaca-se também na região, imigrantes alemães, em grande parte constituindo mão-de-obra especializada. Como a família Müller, idealizadora da vila operária Carioba nas primeiras décadas do século e impulsionou a industrialização do município e da região.[7]

Estimulada pela chegada da ferrovia, Americana como a maioria das cidades que eram banhadas pelas linhas de trens, se desenvolveu muito, sendo hoje uma das maiores da região, tendo uma grande vocação industrial e fazendo parte da Região Metropolitana de Campinas.

Hoje vivem no município de americana cerca de 180.000 habitantes, sendo 99,9% na zona urbana e 0,1% na zona rural, ocupando uma área de 133,9Km^2, sendo 97,4Km^2 de área urbana e 27,5Km de área não urbanizada, com 9 Km inundados pela Represa de Americana, resultando numa densidade demográfica de 1.227 hab/ Km. Este município dista 133Km (142Km por ferrovia) da capital do Estado de São Paulo, no sentido noroeste, em direção ao interior.[8]

São limites do Município: ao Norte a cidade de Limeira, a Nordeste: Cosmópolis, a Oeste: Santa Bárbara D'Oeste, ao Sul: Nova Odessa, e a Leste: Paulínia.

Outra característica importante a ser considerada é a questão da centralidade nesse núcleo urbano. A cidade de Americana teve em seu desenvolvimento uma dupla centralidade, tendo o centro como difusor e distribuidor de fluxos e um outro núcleo formado

anteriormente a chegada da ferrovia no bairro de Carioba. Em Americana os dois núcleos urbanos distavam entre si cerca de sete quilômetros. Essa dupla centralidade faz com que essa cidade tenha um perfil diferente de outras formadas no mesmo período, pois as cidades do fim do séc. XIX tinham seu núcleo no entorno da ferrovia, e o restante ainda estavam sem urbanização.

A malha urbana, após 1872 começou a se formar no entorno da ferrovia (Rua Antônio Lobo), nesta implantação deu-se as primeiras habitações, comércio e serviços. Seu traçado original foi formado a partir de quarteirões quadrados, ruas paralelas, como um tabuleiro de xadrez. Essa característica era presença marcante nas cidades daquela época.(Olivieri, 1999).[9]

As estações ferroviárias no Brasil perderam sua importância com o declínio do sistema de transporte ferroviário, entre outros motivos, por ser considerado um meio de locomoção lento para os dias atuais, sendo substituído pelo transporte rodoviário. Em 1995 a FEPASA reforma o edifício da estação, na tentativa de recuperar os passageiros que migraram para outros meios de transporte.

"Embora a história oficial considere que as ferrovias brasileiras tenham entrado em declínio em função de sua obsolescência, de um lado, e o fato de haverem sido construídas com diferentes bitolas e outros fatores que dificultaram sua integração, de outro lado, esta explicação não pode ser generalizada à Fepasa, cujas características eram bastante diferenciadas em relação ao perfil precário da maioria esmagadora das demais ferrovias brasileiras. Nesse sentido, e em que pese a influência perniciosa exercida por sucessivas políticas governamentais que passaram a investir maciçamente no transporte rodoviário ao mesmo tempo em que deixavam de modernizar nossas ferrovias, a história oficial em relação à Fepasa parece omitir, alegremente, o que poderiam ser as mais determinantes causas por trás da situação caótica em que se encontrava a estatal ferroviária paulista em 1998, decorridos 17 anos após a sua criação em 1971: gestão inadequada de recursos e potencialidades, mega-endividamentos (para a compra de materiais rodantes que jamais foram utilizados, por exemplo), provavelmente excessivas ingerências políticas em suas

diversas administrações, parecem haver contribuído consideravelmente para a sua debilitação.(FEPASA – 2005)[10]

Em 1998 o abandono da estação de Americana já era visível, assim no fim deste ano o edifício foi fechado. Em janeiro de 1999, a FERROBAN, nova concessionária da linha, acabou com os trens de passageiros. Apesar de terem sido reativados em agosto do mesmo ano, com apenas dois ou três trens semanais, em sua maioria percorriam os trilhos praticamente vazios e em precárias condições. No início de 2001 foi encerrado o transporte de pessoas pela ferrovia. [11]

Com esse abandono, parte das linhas acabaram sendo depredadas, ferros enferrujaram e os dormentes apodreceram, mostrando assim um descaso das autoridades administrativas com o patrimônio construído ao longo de décadas e, por que não dizer, com a própria história.

Hoje esse centro da cidade originalmente ligada à estação ferroviária não possui sinais significativos das antigas edificações, quer seja residencial ou comercial. Esse centro antes residencial deu lugar ao centro de comércio da cidade de Americana, que conta na sua maioria com lojas de vestuário. As principais ruas de comércio transformaram-se em calçadão (Ruas 30 de Julho, Fernando de Camargo e parte da Vieira Bueno), sob a justificativa de viabilizar-se maior privacidade e segurança dos pedestres.

O centro, que no passado era visto por seus moradores como ponto nobre da cidade, com a desativação do transporte ferroviário como meio de locomoção de passageiros, causou um processo de degradação da estação ferroviária. Esse abandono levou com que pessoas sem moradia se abrigassem no prédio histórico e em alguns vagões deixados nos trilhos, freqüentemente exercendo ali atividades ilícitas ou tidas como degradantes como a utilização de drogas, estratégias para obtenção de comida e recursos, como a prática de furtos no terminal, calçadão e praças do centro. Além dessa degradação, esse antigo centro transformou-se hoje, apenas em local de passagem. [12]

No entorno localiza-se a Praça Comendador Muller, Museu de Arte Contemporânea, Biblioteca Municipal, Matriz de Santo Antônio, praça da antiga Matriz de Santo Antônio[13], e

Terminal Urbano. Isso mostra que o fluxo de pessoas todos os dias neste local é gigantesco. O trânsito durante o dia se torna caótico, por conter ruas estreitas, e toda a circulação dos veículos na malha urbana da cidade passa necessariamente por este local. Por outro lado, no período noturno, quem necessita transitar por esse centro, sente-se inseguro, por faltar um uso misto neste local.[14] O calçadão, composto prioritariamente por edificações comerciais, que no período noturno estão fechadas, torna-se um local deserto, onde se favorece a ocorrência de delitos. Com esse quadro, a população insegura acaba se afastando cada vez mais deste centro e conseqüentemente de seus patrimônios e da memória de Americana.

Como alternativa que buscava solução para esses impasses, no ano de 2004 o prédio da estação foi reformado pela prefeitura municipal[15] e as pessoas que lá moravam foram simplesmente expulsas, para interdição e reforma do edifício para a instalação do Centro Cultural.

"*Em 22/12/2004, em um bastante frio, ventoso e chuvoso final de tarde do primeiro dia do verão, a Prefeitura da cidade entregou a estação restaurada e reformada, com festas, onde nem o trem faltou: uma composição com três locomotivas e cerca de trinta vagões de soja passou pela gare da estação, na hora da festividade, as seis e pouco da tarde, apitando e saudando o prédio de volta à vida, no sentido do porto de Santos. Afinal, não foi para isso que a estação sempre existiu?" (*Giesbrecht – 2005).[16]

Esse tipo de mudança de uso das estações ocorreu em muitas cidades que tiveram seu desenvolvimento através da ferrovia, que no momento que perdem sua função original tornam-se edifícios abandonados.

O poder público parece propor com reformas desse tipo não apenas a recuperação física dos equipamentos urbanos, mas a restauração, em certo sentido, da memória do local e da cidade. Não parece atentar-se para outras implicações, como por exemplo, a alteração dos usos e dos significados da edificação. Cabe, portanto, perguntar-se se simplesmente colocando algumas imagens nas paredes se estaria preservando a memória e a história da

cidade. De certo modo, isso indica a distância social entre os projetos executados e a realidade existente nas cidades e em seus moradores.

Depois da ocorrência da degradação a população não volta a utilizar esse local histórico apenas por que se transformou em um Centro Cultural. O centro continua degradado, não foi feito nada no âmbito social com as pessoas que utilizavam a ferrovia como ponto de moradia. Elas simplesmente estão sofrendo novamente a ação da segregação urbana, onde são excluídas dos projetos e acabam sendo “escondidas” pela administração pública. É como se colocassem o que incomoda a estética da cidade, distante do olhar da população.

Esse patrimônio histórico que no fim do séc. XIX era o portão de entrada e saída da cidade, e onde todas as classes sociais utilizavam esse pórtico, com essa mudança de uso vemos que só há fluxo em um sentido e assim também existe a seleção das pessoas da sociedade que devem ou não utilizar esse patrimônio. Para cada um dos moradores da cidade a ferrovia contribuiu para a formação de suas histórias e formaram-se assim suas memórias.

Os governantes tinham que se importar mais com a memória dos moradores, não simplesmente impor um projeto de revitalização. Deveria ser formulada uma pesquisa séria, onde seria levantada a sugestão dos usuários para o local a ser requalificado. Saber se essas pessoas que transitam por esse centro com freqüência concordam ou não com esse novo uso e a restrição de fluxos, que o projeto prevê. Além de pensar no projeto como um todo, dever-se-ia pensar em formar um conjunto com o entorno, com os outros patrimônios existentes no local, formando-se assim, um conjunto harmonioso e um percurso histórico e de memória dos moradores com sua cidade.

Não parece possível propor a recuperação do prédio da estação sem pensar nas pessoas que acabaram utilizando aquele local como o de moradia permanente – como está acontecendo atualmente. Essas pessoas simplesmente mudaram de lugar, se tornaram mais distantes da comunidade, mas continuam praticando seus delitos e suas depredações no entorno da Ferrovia. Assim a população que utiliza o local, para percurso diário, continua

sofrendo riscos, e acaba não tendo vontade de utilizar novamente este centro. Do mesmo jeito que com o corre-corre do dia a dia, as pessoas acabam passando desapercebidas por esse eixo difusor de fluxos, e acabam não se dando conta, da história deste lugar. [17] O trânsito contribui para que as pessoas acabem não tendo vontade de utilizar o comércio, afinal é sempre complicado estacionar, e trafegar pelas ruas do entorno.

Pensar nesse local, na importância que essa história traz aos moradores mais antigos, que se recordam de forma nostálgica, de um período sem violência, que iam para a estação, sempre bem alinhados, pois a viagem de trem era um status para aqueles que até então viajavam a cavalo. Dever-se-ia no projeto inserir mobiliários entre os edifícios históricos do entorno, que integrassem o passado e o atual, pois quem circula por esse centro, não perderia no tempo, parte de sua história. E as pessoas mais novas, que não fizeram parte dessa época, conseguiriam identificar como em uma linha do tempo, uma cidade que tem passado. Seria muito mais proveitoso, para a preservação da história de Americana, a recuperação dos seus edifícios e da memória de seus moradores.

NOTAS:

[1] Que tinha como trecho inicial Jundiaí – Campinas (1872) e depois chegando até Rio Claro em 1876.

[2] Olivieri, Fanny - Preservando Nossa História; Americana; 1999.

[3] Bryan, Abílio Serra – Americana, Sua História – Americana; 1967.

[4] O Ribeirão Quilombo tem início em Campinas e confluí-se com o Rio Atibaia, desaguando no Rio Piracicaba.

[5] 1ª Edificação construída em 1873.

[6] Americana – Edição Histórica; Editora Fícus - 1975.

[7] Resumo histórico- www.americana.sp.gov.br

[8] Site oficial da PMA – www.americana.sp.gov.br

[9] Olivieri, Fanny - Preservando Nossa História; Americana; 1999.

[10] Site oficial FEPASA - http://www.cpef.hpg.ig.com.br/fepasa.htm

[11] Site das estações ferroviárias do estado de São Paulo - http://sp4br70.digiweb.psi.br/a/americana.htm

[12] Levantamento feito no local

[13] Localizada na rua 12 de Novembro

[14] Uso misto- definição utilizada em zoneamento urbano, para classificação de utilização de áreas dentro da cidade. Tipos de zonas: Comercial, residencial, industrial, serviços. O uso misto é utilizado quando um local permite mais de um tipo de utilização.

[15] Por existir incentivos fiscais para a área cultural

[16] Giesbrecht , Ralph Mennucci - Site das estações ferroviárias do estado de São Paulo - http://sp4br70.digiweb.psi.br/a/americana.htm

[17] Levantamento feito no local

HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS E CULTURA JURÍDICA NO BRASIL NA PASSAGEM À MODERNIDADE

Fabiana Cardoso Malha Rodrigues[i]

> "Mas, ainda assim, se quisermos inscrever o Código Civil à sombra de dois nomes que o tenham marcado com os sinais dos seus espíritos raros, creio que Clóvis Bevilacqua, realizando o Projeto, defendendo-o, impulsionando-o até o sucesso final, e Rui Barbosa combatendo-o, reescrevendo-o e reclamando para êle a perfeição e a grandeza, que o tornaram um monumento tabular da sociedade republicana, são os nomes a indicar." [ii]

É a partir desse trecho, no qual pode ser percebida a importância dessas duas figuras históricas, intelectuais do campo do direito: Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa. Portanto, lançamos nossas questões, para a organização jurídica do Estado republicano brasileiro, objetivando analisar os componentes que, por estarem talvez pouco evidentes, passam de maneira despercebida para um pesquisador que se propõe o estudo do período de modernização das instituições brasileiras, ou mesmo o estudo dessas biografias.

A citação de abertura desse trabalho nos fornece um dos exemplos de referências às participações de Clóvis Bevilacqua e de Rui Barbosa no Código Civil de 1916, desde a elaboração do projeto, a sua discussão e a sua posterior promulgação. Assim, Clóvis e Rui são tomados, principalmente nos anos seguintes à promulgação do Código, como verdadeiros pilares, por vezes antagônicos, nos quais o Código está apoiado.

Ao apontarmos como objetivo a análise os aspectos não tão evidentes, estamos fazendo referência direta aos sentimentos e ressentimentos que se fazem presentes nessas trajetórias e que, de alguma forma, conduziram seus atos e influiram nos processos históricos dos quais fazem parte.

Sobre a questão da análise dos sentimentos e ressentimentos apontamos para o trabalho de Claudine Haroche[iii] que frente à essa pesquisa nos ajuda a identificar evidências que o debate entre Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa. A partir do convite para a elaboração do projeto de Código Civil as controvérsias ultrapassaram os aspectos meramente técnicos (juridicistas) ou políticos e mesmo lingüístas, e situou-se, também, no

plano das subjetividades (sentimentos e ressentimentos) envolventes relacionados ao reconhecimento intelectual dos contendores.

As suas trajetórias a partir dos fatos precisos constitutivos de suas vidas nos revelam biografias ricas, tanto no plano pessoal quanto no plano político, marcadas pelo caráter laudatório.

Clóvis Bevilacqua nasceu em Viçosa, na Serra de Ibiapaba, no interior do Ceará (CE) em 4 de outubro de 1859[iv], filho do padre José Bevilacqua, Vigário Geral de Viçosa.

Sobre esse dado, Noemia Paes Barreto Brandão analisa que talvez possa ser isso a causa do seu retraimento, pelo fato da existência de segmentos moralmente rígidos na sociedade e de preconceitos, num quadro de catolicismo arraigado às tradições[v].

Em 1878 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde foi aluno de Tobias Barreto. Voltou-se, então, para o estudo do direito, fortemente influenciado por seu mestre e pelo empirismo evolucionista alemão, publicando, nessa época, seus primeiros ensaios sobre filosofia e direito comparado.

Foi colega na faculdade de Silvio Romero, Phaelante Câmara, Artur Orlando, Graça Aranha, Isidoro Martins Junior, José Higino e João Freitas. Este irmão de sua futura esposa Amélia[vi].

Um fato curioso sobre sua aproximação com Amélia é que ao aproximar-se da família do desembargador piauiense, Clóvis escolheu para casamento uma de suas filhas[vii].

Clóvis havia tido uma inclinação (mencionada por Noemia Brandão como platônica) pela irmã de Amélia, Ana Julieta, a segunda filha da família Freitas. Consta que o pai das moças convenceu Clóvis a optar pela Amélia, a mais velha. Noemia Barreto Brandão afirma que, segundo o depoimento da própria Amélia, a irmã teria sido sua consorte se o pai não interviesse achando que a mais velha deveria ser a escolhida.

À época do convite do presidente Epitácio Pessoa para preparar o projeto de Código Civil, Bevilacqua já despontava como mestre do direito, com diversas obras importantes, como *Direito das obrigações* (1896), *Direito de família* (1896), *Criminologia e direito* (1896) e *Direito das sucessões* (1899).

Em Pernambuco nasceram as filhas Floriza e Doris Thereza e no Rio de Janeiro, após alguns anos de sua chegada, Veleda e Vitória vieram a ser unir na qualidade de filhas caçulas. Na verdade, as meninas nascidas no Rio de Janeiro são filhas de Floriza, que por incompatibilidade de gênios, ela se separou do marido, tendo o casal Bevilaqua perfilhado as meninas[viii]. Clóvis Bevilacqua morreu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1944.

Rui Barbosa nasceu em Salvador, Bahia, no dia 5 de novembro de 1849 e morreu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1 de março de 1923. Bacharelado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo. O seu ingresso na Faculdade de Direito de Recife foi em 1866, tendo realizado somente o primeiro e o segundo ano de estudos, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde realizou os três últimos anos de estudos. Sua mãe faleceu quando Rui estava no Recife, iniciando o curso jurídico. Sua irmã, Brites casou cedo, não foi feliz e desapareceu no mundo quando Rui Barbosa iniciava a carreira parlamentar.

Voltando a Salvador, estabeleceu banca de advocacia. Em 1878 foi eleito Deputado na Assembléia Provincial da Bahia passando a ser Deputado Geral em 1879.

Com a passagem à República, Rui Barbosa tomou posse como vice-chefe do Governo Provisório e da Pasta de Finanças. Escreveu o projeto da Carta Constitucional da República. Sendo dissolvido o Congresso por Deodoro da Fonseca, abandonou o cargo que ocupava, passando para a oposição.

Em 1893, viu-se envolvido na Revolução da Armada, em virtude da qual foi exilado. Esteve na Argentina, Lisboa, Paris e Londres. Regressando para o Brasil, foi eleito Senador pela Bahia, em 1895. Rodrigues Alves, Presidente da República, designou-o como representate do Brasil na II Conferência de Paz, em Haia. De volta ao Brasil, candidatou-se à Presidência da República em oposição a Hermes da Fonseca, para o qual perdeu; foi membro criador da Academia Brasileira de Letras, e por algum tempo seu presidente.

Com relação a produção dos seus biógrafos, após a recolha do material divido basicamente entre biografias sobre Clóvis Bevilacqua e sobre Rui Barbosa e obras produzidas por esses dois autores, em diversos fundos, escolhidos entre algumas das

principais bibliotecas públicas do Rio de Janeiro, entendo sua importância por ter sido capital federal, foram elaboradas, a partir de diversas listagens produzidas, tabelas e gráficos a fim de facilitar a visualização de alguns importantes dados para essa nossa análise.

É importante aqui esclarecermos que nessas listagens constam as diversas edições publicadas a partir da mesma obra. Isso porque é nosso interesse destacar o volume de obras desses tipos constitutivas dos diversos fundos pesquisados. Dessa forma, trazemos o primeiro gráfico:

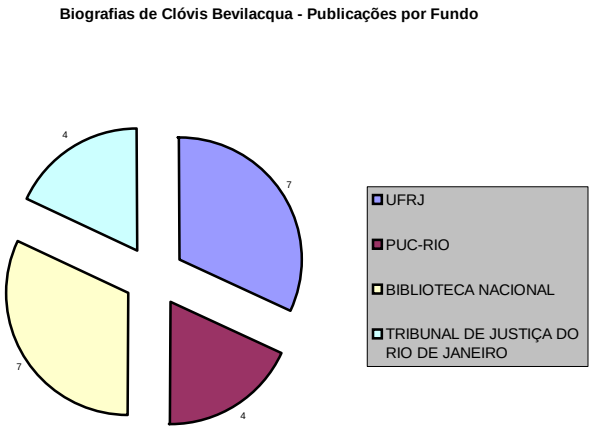

É interessante destacarmos a partir desse gráfico, o baixo número de biografias sobre Clóvis Bevilacqua existentes nesses fundos. Tal fato, se cruzado com a tabela produzida a partir das publicações desse tipo de obras por ano, torna mais evidente a questão da existência de um número reduzido de biografias sobre Clóvis Bevilacqua se comparado a Rui Barbosa. Para isso, apontamos a tabela seguinte que diz respeito a publicação de biografias de Clóvis Bevilacqua por ano[ix]:

1948	1
1956	1
1959	3
1960	4
1961	1
1962	1
1989	2
1990	3
1992	1

1995	1
1997	1
2001	1
?	2

Atentamos para o fato que somente quatro anos após a sua morte, temos a primeira biografia publicada e é no momento anterior à ditadura e posterior à ditadura é que temos um maior número de biografias publicadas, o que também corresponde à dizer que é nos momentos de democratização que vemos a trajetória de Clóvis Bevilacqua ser revisitada.

Em relação a Rui Barbosa temos, em primeiro lugar, o gráfico que nos mostra as publicações por fundo:

Biografias de Rui Barbosa - Publicações por Fundo

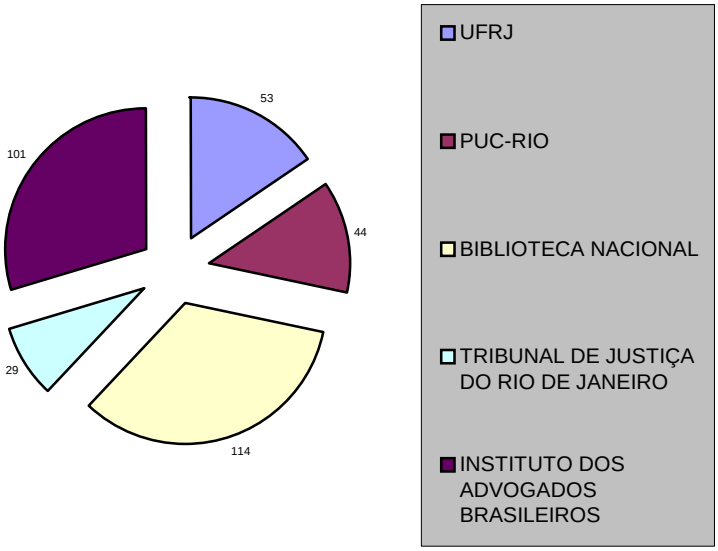

É evidente a diferença existente entre os números de biografias publicadas sobre Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa. Sobre o último autor, não só pelo fato de existir uma Fundação[x] que tem como objetivo a preservação da sua memória, mas também efetivamente ser um autor bastante biografado.

Aqui ficou para nós, em função do tipo de entrada permitida no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa[xi], impossível contabilizarmos o número de publicações desse tipo nesse fundo. Esse centro de documentação aparecerá no capítulo seguinte, no qual serão apresentadas as publicações que versam de modo mais amplo sobre as obras completas de Rui Barbosa.

Ao cruzarmos esse gráfico com a tabela produzida a partir das publicações das biografias sobre Rui Barbosa por ano, apontamos outros elementos. Vejamos a seguinte tabela[xii]:

1914	1	**1929**	2	**1944**	4	**1956**	6	**1973**	10	**1984**	6	**1999**	28
1916	2	**1930**	1	**1945**	3	**1957**	4	**1974**	4	**1985**	3	**2000**	16
1917	2	**1932**	1	**1948**	2	**1958**	13	**1975**	3	**1987**	3	**2001**	10
1919	1	**1933**	1	**1949**	42	**1959**	1	**1976**	2	**1988**	3	**2002**	8
1920	1	**1934**	1	**1950**	8	**1960**	2	**1977**	6	**1989**	1	**2003**	3
1921	1	**1935**	2	**1951**	2	**1962**	2	**1978**	4	**1994**	7	**2004**	3
1923	1	**1938**	2	**1952**	4	**1964**	3	**1980**	3	**1995**	2	**?**	49
1924	1	**1941**	1	**1953**	3	**1965**	6	**1981**	2	**1996**	1		
1926	2	**1942**	2	**1954**	8	**1967**	7	**1982**	2	**1997**	2		
1928	1	**1943**	2	**1955**	3	**1972**	4	**1983**	3	**1998**	1		

Notamos que a primeira biografia sobre Rui Barbosa data de 1914, ou seja, sete anos antes de sua morte. Além disso, as publicações de suas biografias perpassam todas as décadas, desde a primeira publicação não havendo interrupção em nenhum dos períodos vividos na história do Brasil. Também apontamos para o altíssimo número de publicações em 1949, totalizando 42, ano do seu centenário.

Atentamos também para a segunda data de maior publicação de biografias de Rui Barbosa: 1999, totalizando 28 exemplares. Talvez por ser o ano de comemoração dos 150 anos de seu nascimento. Com isso, apontamos para a existência de um certo insensamento da sua figura que perpassa já todo o século XX. Apontamos para a existência, na figura de Rui Barbosa e para o campo jurídico, que ultrapassa a sua experiência, e que é responsável pela permanente atualização da característica simbólica da sua existência para esse campo.

Já com relação ao conteúdo dos trabalhos desses biógrafos destacamos o tom que marca as narrativas das suas trajetórias, suas vidas estão diretamente relacionadas ao processo de aprovação do Código Civil. É em direção a ele que suas trajetórias caminham e é a partir dele que suas vidas são contadas.

Aqui chamamos atenção para um dado: Rui Barbosa torna-se um símbolo, um conjunto de idéias, uma espécie de personalidade que ultrapassa a constituição de um indivíduo, mas que reflete as aspirações talvez de alguns segmenos da sociedade.

Dessa forma, ele é o que essas camadas esperavam que a sociedade se propusesse a ser, quase como a personificação do desejo desse projeto na passagem à modernidade que permanece sendo revisitado pelos que se propõe a estudá-lo.

O destaque para esse elemento é interessante, pois a partir dessa reflexão buscaremos entender em quais bases está assentado esse revisitar sempre tão atual no Brasil dessa figura histórica, das suas obras, dos seus pensamentos e dos atos.

A partir dessas considerações, percebemos que em relação às narrativas acerca da trajetória de Clóvis Bevilacqua, o caráter pessoal caminha rumo ao público, ou seja, é forte a presença de elementos de sua vida pessoal e é ela quem o leva ao mundo da política, pouco a pouco.

Sobre Rui Barbosa, contrariamente, é o caráter da sua vida pública que está em evidência. As narrativas dão um caráter político à sua existência na totalidade. A sua vida pessoal existe em função da sua vida pública, fica para nós uma imagem, acima de tudo, de um homem público, quase que esculpido para isso, nascido pronto para a vida pública.

Com isso, também é de nosso interesse investigarmos o quanto existe de intencional em fragilizar a trajetória de Clóvis frente a intenção em ressaltar a destreza de Rui para a vida pública, num período ainda muito marcado pela disputa ideológica diante da recente promulgação do Código Civil.

Diante do processo de modernização brasileira a análise dos sentimentos e ressentimentos dessas figuras históricas torna-se possível, entendendo-a assim, após ter tornado evidente suas implicações nos processos históricos ocorridos no período por elas vivido. Essa análise aponta para a existência de uma disputa que ultrapassa as questões políticas e que, se entendidas no plano dos sentimentos, ajudam-nos a dimensionar melhor o quadro político do período vivido.

Dessa maneira, essa inicial análise aponta para uma disputa que ainda hoje está presente nos que levam a diante a tarefa de insensar a figura histórica que ultrapassou a conformação de um indivíduo e transformou-se em capital simbólico para os campos da política e da justiça.

---

[i] Aluna do Programa de Pós-graduação (Doutorado) em História - Universidade Federal Fluminense/UFF.
[ii] DANTAS, San Tiago. *Figuras do direito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962, p. 78.
[iii] Claudine Haroche é diretora do *CNRS – Centre de Reserches Politiques de la Sorbonne* (Universidade Paris I) e desenvolve pesquisa nas áreas de política, economia política e economia moral. Nos seus trabalhos articula uma análise do processo de individualização à luz dos direitos nas sociedades democráticas contemporâneas aliado à questão do reconhecimento como garantidor da posse desses direitos. Dessa maneira, assinalo que o conceito de reconhecimento é um refinamento da questão moderna de indivíduos como portadores de direitos, estando intrinsecamente ligado à idéia de justiça e de injustiça.
[iv] Dia da morte de São Francisco de Assis, como nos lembra a autora Gizlene Neder em seu texto:
NEDER, Gizlene. *Amélia e Clóvis Bevilacqua: o casamento, o casal e a idéia de indivíduo*. ANPUH Regional, mimeo., 2002.
[v] BRANDÃO, Noemia Paes Barreto. *Clovis Bevilacqua na intimidade.* Rio de Janeiro: edição da autora, 1989.
[vi] "Filhos do desembargador Manoel de Freitas, magistrado e presidente das Províncias do Maranhão e Pernambuco. Seu futuro cunhado, Otávio de Freitas foi o fundador da Faculdade de Medicina de Pernambuco. Tratava-se de família muito importante no quadro da administração do Império brasileiro no segundo reinado, cuja origem era o Piauí", In: NEDER, Gizlene. *Amélia e Clóvis Bevilacqua: o casamento, o casal e a idéia de indivíduo*. op. cit. p. 11.
[vii] Segundo Noemia Paes Barreto Brandão, filha de um grande amigo de Clovis, Carlos Xavier Paes Barreto, seu aluno na Faculdade de Direito de Recife, afilhado de casamento e amiga das filhas caçulas que lhe deram acesso a várias informações para seu livro:
BRANDÃO, Noemia Paes Barreto. *Clovis Bevilacqua na intimidade.* op. cit.
[viii] Sobre essa questão ver:
BRANDÃO, Noemia Paes Barreto. *Clovis Bevilacqua na intimidade.* op. cit.
[ix] Nessa tabela, o símbolo ? diz respeito às publicações nas quais não foi possível identificar o ano de publicação.
[x] A Fundação Casa de Rui Barbosa tem sede na casa onde residiu Rui Barbosa entre 1895 e 1923, data de sua morte. Comprada pelo governo brasileiro em 1924, juntamente com a biblioteca, os arquivos e a propriedade intelectual das obras de Rui Barbosa, a casa foi aberta ao público como museu - o primeiro museu-casa do Brasil - em 1930.
[xi] Na ocasião da pesquisa (24/06/04) e tendo sido posteriormente revisitada (27/12/04) era disponibilizada para o pesquisador, através do atendimento on-line, somente um link de pesquisa de âmbito mais geral: "obras completas de Rui Barbosa".
[xii] Esclarecemos que o símbolo ? diz respeito às publicações nas quais não foi possível identificar o ano de publicação.

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA PARAÍBA: PROBLEMAS E DESAFIOS

Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa
(Professor de História da Universidade Federal de Campina Grande)

Nos últimos anos o Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande vem intensificando e ampliando suas reflexões sobre o ensino e o seu significado na formação dos alunos (as) de graduação, futuros professores de história. Com as discussões do Projeto Pedagógico estas reflexões assumiram um papel central nas preocupações dos professores, redefiniram a sua atuação na elaboração de projetos de pesquisa, dos planos de cursos, nos métodos e recursos didáticos utilizados em sala de aula e estão modificando a relação do curso com as escolas de ensino fundamental e médio.

O centro destas preocupações e mudanças de atitudes é o (a) aluno (a) e professor(a) que formamos e que atua ou atuará nas escolas do ensino fundamental e médio e as possibilidades e usos de linguagens, recursos, metodologias, materiais e livros didáticos no ensino de História.[1]

As preocupações e justificativas para a elaboração de projetos e, neste caso, de um texto que tem o livro didático de História da Paraíba como centro são várias: primeiro, os próprios professores e professoras do ensino fundamental e médio constantemente indagam sobre a inexistência ou o desconhecimento de materiais e livros didáticos acessíveis para o ensino da História da Paraíba; segundo, grande parte dessa demanda está associada aos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que em suas reflexões sobre o ensino de história nas séries iniciais, estimulam os professores e educadores a começarem suas atividades a partir de pesquisas e reflexões sobre a realidade e o contexto mais imediato em que os alunos estão inseridos; neste sentido a história local passa a ter um

papel significativo na sua formação; terceiro, porque há cerca de dez anos leciono disciplinas de história local, o que tem proporcionado, entre outras coisas, importantes experiências e discussões sobre a produção de livros e materiais didáticos de História da Paraíba; e quarto, por conta das pesquisas e dos novos trabalhos de dissertações e teses elaborados em cursos de pós-graduação que, apesar de tratarem de novos temas, objetos e abordagens, até o presente momento não tiveram ressonância nos livros e materiais didáticos de História da Paraíba publicados mais recentemente.[2]

Associada a estas questões é também fundamental a discussão e reflexão sobre materiais e livros didáticos de história a partir de uma preocupação e atenção com a abordagem teórico-metodológica e a concepção de história que inspira o seu autor ou autora. Ou seja, é importante que a utilização dos livros e materiais didáticos em sala de aula seja acompanhada de uma reflexão sobre o lugar a partir do qual fala o(a) autor(a). Isto daria um novo e diferente significado ao ensino de História de uma forma geral e ao uso de materiais didáticos por parte de professores do ensino fundamental e médio, de forma particular.

Na discussão sobre o ensino, o livro didático aparece enquanto um problema que tem merecido a atenção de professores e educadores pelo Brasil afora. É em torno do livro didático de História da Paraíba, do papel e significado que tem para professores do ensino fundamental e médio e da problematização a que ele vem sendo submetido que foram feitas as reflexões a seguir.

Neste sentido, algumas indagações merecem uma reflexão: por que os poucos livros didáticos de história da Paraíba editados são de difícil acesso aos professores do ensino fundamental e médio? Por que não há uma divulgação maior deste material entre professores e alunos? Estas indagações assumem uma dimensão ainda mais importante quando se sabe que alguns destes livros e materiais didáticos foram publicados por

órgãos e instituições públicas, como a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, a editora do jornal oficial *A União*, a editora da Universidade Estadual da Paraíba e, por fim, pela editora da Universidade Federal da Paraíba, o que significa dizer que deveriam, no mínimo, estar à disposição de professores e alunos da rede pública estadual de ensino.

Outra questão que chama a atenção é por que os livros e materiais didáticos de História da Paraíba, publicados recentemente, não incorporam os novos temas, objetos e abordagens tão difundidos na academia e já comuns em algumas coleções e manuais didáticos de História do Brasil?[3] Este é outro aspecto curioso, pois na sua maioria, os livros didáticos de História da Paraíba publicados nos últimos anos têm como autores professores das universidades federais e da universidade estadual da Paraíba, onde exatamente as pesquisas e discussões sobre esses temas são mais freqüentes.

Em relação a esta última questão, pode-se adiantar uma primeira constatação: mesmo havendo uma significativa produção de trabalhos de pós-graduação explorando novos temas e novos objetos e utilizando novas abordagens, não se observa a sua inclusão nos livros e materiais didáticos de História da Paraíba publicados na última década. Como exemplo, citaria o número significativo de pesquisas e trabalhos sobre mulher e relações de gênero,[4] que não aparece em nenhum dos livros e materiais didáticos publicados na década de 1990 ou no início dos anos 2000.[5]

Partindo do pressuposto de que é importante a identificação do lugar a partir do qual fala o(a) autor(a), deixamos claro para o(a) leitor(a) que nossas preocupações com a discussão do livro didático partem da aproximação e diálogo com dois dos principais campos que têm marcado a historiografia brasileira e mundial nas últimas décadas: a história social e cultural. Estes campos, mesmo não tendo surgido ou não estando

comprometidos diretamente com preocupações com o ensino e a educação, têm sido fundamentais na proposição de novos temas, objetos e abordagens na história, o que tem inspirado educadores e historiadores os mais diversos, marcando significativamente os profissionais que têm se voltado, nas suas práticas, para a questão do ensino.

É à luz do que autores como Eduard P. Thompson, Natalie Zemon Davis, Robert Darnton, Georges Duby, Jacques Le Goff, Carlo Ginzburg e outros deixaram em suas obras, do que elas inspiram historiadores e da bibliografia que discute o ensino e o livro didático em história, que dialogamos e problematizamos as principais obras de história da Paraíba elaboradas nas últimas décadas para atender ao público do ensino fundamental e médio, tais como: *História da Paraíba*, de José Octávio, *Paraíba, conquista, patrimônio e povo*, organizado por José Octávio e Gonzaga Rodrigues; *História da Paraíba em verso*, de Luiz Nunes; *História da Paraíba em quadrinhos*, de Deodato Borges e Deodato Filho; *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, de vários autores; e a coleção denominada *História Temática da Paraíba*, organizada por professores do Núcleo de Documentação e História Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba.

No que diz respeito às discussões sobre o ensino de história, em particular, acompanhamos os debates e as preocupações dos especialistas que elaboraram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e participam do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, além de defenderem a melhoria na qualidade do livro didático e o conceberem como um dos recursos e não como o único, estimulam o uso de diferentes linguagens e metodologias em sala de aula, o que termina por redefinir o papel do manual ou livro didático no ensino.[6]

Com este texto e o projeto de pesquisa que ora coordenamos e as reflexões que nele fazemos sobre os livros e materiais didáticos utilizados

no ensino de história da Paraíba, pensamos também discutir as diferentes perspectivas e possibilidades que o professor e a professora de história têm em seu trabalho na sala de aula, que além de proporcionar informações fundamentais aos alunos para o conhecimento da História da Paraíba, deve fazê-lo de forma criativa e prazerosa.

Para o presente texto vamos nos ater nas páginas seguintes a tecer alguns comentários preliminares sobre os lugares a partir dos quais falam os autores dos livros didáticos de história da Paraíba anteriormente referidos.

Em uma primeira incursão sobre o universo teórico-metodológico de algumas obras de História da Paraíba, observa-se que, direta ou indiretamente, as mesmas dialogam com duas vertentes historiográficas: a tradição vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, também denominada de história oficial, positivista ou tradicional, e o materialismo histórico, na sua vertente econômico e social. Vejamos uma análise preliminar desses materiais com o intuito de identificar o lugar teórico a partir do qual falam.

Paraíba: conquista, patrimônio e povo organizado por José Octávio e Gonzaga Rodrigues[7] foi publicado originalmente no ano da comemoração do 4º Centenário da Paraíba, 1985. É uma obra composta por textos e artigos de diversos autores escritos em diferentes épocas. Nela há textos e documentos dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. Os organizadores desta coletânea fizeram escolhas de textos, documentos e autores que em muito se aproximam de uma concepção tradicional ou oficial da história da Paraíba, sendo sintomática a publicação da sua primeira edição, financiada pelo governo do Estado, no ano da comemoração do quarto centenário da conquista da Paraíba.

No entanto, percebe-se também textos assinados por professores e historiadores que se inspiram na chamada história crítica, mais

precisamente em uma leitura marxista comum na academia no início dos anos 1980.

História da Paraíba[8], de José Octávio, é a obra mais completa publicada até o presente sobre a história da Paraíba. Trabalha todo o período da história da Paraíba: das lutas da conquista (1574) até a década de 1990, além disso, traz ao final de cada capítulo, uma bibliografia básica comentada e uma bibliografia complementar que podem ajudar os interessados em aprofundar os seus estudos sobre diferentes períodos da história da Paraíba.

O autor em sua versão da história da Paraíba é informado tanto por uma concepção tradicional ou oficial da história como pelo materialismo histórico, o que a deixa com alguns traços ambíguos, já que hora se volta para conceitos e temas marxistas (trabalho, economia, lutas e movimentos sociais), mas se apropria destes de uma perspectiva próxima a dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, dando destaque a personagens da elite proprietária e intelectual e para fatos e marcos históricos em que estas elites aparecem como protagonistas.

Nesta última perspectiva aparecem duas obras que, a partir de linguagens e caminhos poucos usuais, a literatura popular e a história em quadrinhos, constroem versões da história da Paraíba comprometidas com uma certa visão épica e ufanista, ou oficial da história.

Em *A História da Paraíba em quadrinhos*, Deodato Borges e Deodato Borges Filho[9] fazem um empreendimento que é uma primeira tentativa de popularizar a história da Paraíba através de uma linguagem e recurso bastante atraentes para jovens e adolescentes, a revista ou gibi em quadrinhos. Nesta obra o autor constrói uma versão da história da Paraíba que vai da conquista ao movimento ou revolução de 1930.

É uma leitura tradicional e/ou oficial da história da Paraíba. Esta é narrada, especialmente através de imagens, como um grande épico

(aventura) protagonizado por homens e famílias de elite que lutaram em nome do progresso da Paraíba desde os seus primórdios.

História da Paraíba em verso de Luiz Nunes[10] também é uma tentativa de popularizar a história da Paraíba através de uma linguagem e recurso comum no nosso meio, que é a poesia popular. Nesta obra o autor faz uma história da Paraíba, em versos, da conquista até o movimento ou revolução de 1930. É, também, na maior parte, uma leitura tradicional e/ou oficial da história da Paraíba, que é narrada como um grande épico, protagonizado por homens e famílias da elite branca que lutaram em nome da civilização e do progresso da Paraíba desde o início da colonização.

Como um contraponto às leituras mais comprometidas com um discurso ou uma versão oficial da história da Paraíba,[11] surgem diferentes obras didáticas na segunda metade da década de 1990, comentarei rapidamente duas dessas obras e/ou coleções.

Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos[12] é uma obra coletiva publicada por professores(as) da Universidade Estadual da Paraíba. Alguns capítulos são resultados ou parte das dissertações de mestrado dos (as) autores (as) do livro. Também trabalha com todo o período da história da Paraíba, da colônia à república.

É uma obra composta por textos assinados por autores comprometidos com uma concepção materialista da história. Nos diferentes capítulos que a compõem, os aspectos econômicos e sociais aparecem com um destaque especial na construção da história da Paraíba, principalmente movimentos e lutas de resistência protagonizadas por indígenas, escravos, livres pobres e trabalhadores em geral que, em seus conflitos com os grupos e classes dominantes em diferentes momentos, são pressionados pelas condições ou mudanças econômicas e materiais, demiurgos que, em última instância, os impulsionam à ação.

Nesta mesma perspectiva, embora com um grau maior de sofisticação e refino, temos as obras da coleção História Temática Paraibana, organizada em torno de temáticas caras ao pensamento marxista, tais como: *O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre*, de Maria do Céu Medeiros e Ariane Norma Menezes de Sá; *Atividades produtivas na Paraíba*, de Irene R. Fernandes e Laura Helena B. Amorim; *Questão urbana na Paraíba*, de Regina Célia Gonçalves et alii; e *Estrutura de poder na Paraíba*, de Rosa Maria Godoy Silveira et alii.[13]

É uma interessante coleção de História da Paraíba, que tem uma especificidade em relação a outros livros e materiais didáticos: é composta por obras temáticas, ou seja, as autoras e autores discutem a história da Paraíba desde o início da colonização, mas o fazem a partir de temas, como o trabalho, as atividades produtivas e econômicas, a questão urbana e a estrutura de poder.

A coleção está comprometida com uma concepção materialista da história, que dá um destaque especial ao papel da economia e da luta de classes na sua construção. Nessas obras, os movimentos ou resistências protagonizados por grupos marginalizados ou subalternos assumem um papel central, mesmo que esses grupos sociais e/ou étnicos apareçam quase sempre enquanto categorias gerais e abstratas e no mais das vezes como vítimas das tramas e urdiduras das elites e classes dominantes.

Naturalmente que os comentários anteriormente feitos não dizem tudo sobre as obras comentadas, tendo ficado de fora aspectos que merecem uma reflexão mais cuidadosa como, por exemplo, o contexto em que cada obra foi escrita, seus principais interlocutores e/ou o seu lugar de produção (universidades e institutos históricos), etc. No entanto, pelo exíguo espaço que dispomos, deixamos tais reflexões para produções posteriores. No presente texto queríamos apenas deixar claro algumas linhas e traços

gerais sobre a perspectiva teórico-metodológica de obras e coleções sobre a história da Paraíba publicadas nas últimas décadas.

---

[1] Em 1998 o Departamento de História e Geografia criou o curso noturno que, junto com o Programa Estudante Convênio – Rede Pública (PEC-RP), também criado em 1998, atende um significativo número de professores do ensino fundamental da rede pública municipal de Campina Grande e cidades circunvizinhas.

[2] A maioria dos trabalhos a que tive acesso nos últimos anos é resultado de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em história da UFPE, UNICAMP, USP, UFPB e UFCG. As dissertações e teses a que me refiro, na sua maioria, ainda não foram publicadas, dentre elas destacaria as seguintes: ARANHA, Gervácio B. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, dezembro/2001; SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, março/2001; SOUZA, Antonio Clarindo B. de. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos. Sociedade, cultura e lazer na Campina Grande dos anos 50 e 60*. Doutorado em História, Recife, UFPe, 2002; BARRETO, Maria Cristina Rocha. *Imagens da cidade. A idéia de progresso nas fotografias da cidade da Parahyba (1870-1930)*. Mestrado em Ciências Sociais, João Pessoa, UFPb, 1996; CAVALCANTI, Silêde L. O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas*. Mestrado em História, Recife, UFPe, 2000; LIMA, Luciano M. de. *Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande*. Mestrado em História, Campinas, Unicamp, dezembro/2001; ROCHA, Solange Pereira da. *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba (1828-1888)*. Mestrado em História, Recife, UFPE, 2001; SILVA, Alômia Abrantes da. *As escritas femininas e os femininos inscritos. Imagens de mulheres na imprensa Parahybana dos anos 20.* Mestrado me História, Recife, UFPe, 2000.

[3] No projeto "O livro didático de história: problemas e desafios", a análise de alguns livros didáticos de história do Brasil e geral, publicados recentemente, mostra que em grande parte os autores e as editoras estão sintonizados com o que é produzido na academia brasileira. Sobre esta questão, ver também MUNAKATA, Kazumi. "História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil" In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998:271-296 e "Indagações sobre a história ensinada" In GUAZZELLI, César Augusto B. et. Alli. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000:303-316.

[4] As autoras das dissertações de mestrado sobre gênero e história da mulher são as seguintes: Alômia Abrantes da Silva, Silêde Leila Cavalcanti de Oliveira, Keila Queiroz da Silva e Solange Pereira da Rocha. Ver referências dessas dissertações na nota número 2.

[5] Os livros e materiais publicados na década de 1990 a que estou me referindo são os seguintes: *História da Paraíba*, de José Octávio; *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, de vários autores; e a coleção denominada História Temática da Paraíba, organizada por professores do Núcleo de Documentação e História Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ver referências bibliográficas na nota 7.

[6] Ver SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997 e PNLD 2004 – *Guia de Livros Didáticos para a Primeira Fase do Ensino Fundamental*, documento que define as bases para a avaliação dos livros didáticos de história para o ensino fundamental.

[7] MELLO, José Octávio A e RODRIGUES, Gonzaga. *Paraíba: conquista, patrimônio e povo*. 2ª edição, João Pessoa: Grafset, 1985.

[8] MELLO, José Octávio A. *História da Paraíba*. 1ª edição. João Pessoa: Editora da UFPB, 1994.

[9] BORGES, Deodato e BORGES FILHO, Deodato. *A História da Paraíba em quadrinhos*. 2ª Edição. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Comissão do Quarto Centenário, 1985.

[10] NUNES, Luiz. *História da Paraíba em verso*. 2ª ed. João Pessoa: Unipê Editora, 2001.

[11] Sobre este aspecto, ver DIAS, Margarida dos S. *Intrepida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local (1905-1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996 e a "Apresentação" de *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, p. 03.

[12] LIMA, Damião et alii. *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*. 1ª edição: 1999; 2ª edição de 2001.

[13] MEDEIROS, Maria do Céu e MENEZES SÁ, Ariane N. *O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb, 1999. FERNANDES, Irene R. e AMORIM, Laura Helena B. *Atividades produtivas na Paraíba.* João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. GONÇALVES, Regina Célia et alii. *Questão urbana na Paraíba.* João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et alii. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb, 1999.

UTOPIA DIVIDIDA – A CRISE DO PCB (1979-1985)

Fabricio Pereira[1]

Esse trabalho aborda a trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao longo da abertura e redemocratização do país (1979-1985). Nele, apresento sucintamente alguns resultados da minha dissertação de Mestrado defendida recentemente[2], na qual analiso a crise e extinção do partido. No período entre 1979 e 1985, o PCB perdeu definitivamente seu papel hegemônico e referencial no campo das esquerdas para uma nova agremiação (o Partido dos Trabalhadores – PT, fundado em 1980) e assistiu à erosão de suas bases sindicais. Nas páginas seguintes, serão comentados os principais movimentos do partido nesse período, e sistematizados os fatores que em minha avaliação mais contribuíram para a sua crise.

O período escolhido começa com a extinção do Ato Institucional n.º 5 e a decretação da Anistia – o que abriu novos espaços para a atuação do PCB e permitiu a volta dos dirigentes pecebistas exilados na Europa. No entanto, deve-se recordar que os pecebistas eram obrigados ainda a conviver com a ilegalidade e a repressão (ainda que numa intensidade baixa se comparada aos anos anteriores). A partir desse momento se iniciou a atuação pública dos autodenominados “renovadores” – boa parte dos intelectuais de renome do partido, que exigiam a democratização das instâncias partidárias e o “arejamento” do ideário comunista pela concepção da “democracia como valor universal”[3]. Também dos chamados “prestistas”, agrupados em torno de Luiz Carlos Prestes, que pugnavam pelo “resgate do caráter revolucionário” pecebista e por uma postura de enfrentamento aberto em relação à ditadura.

Travou-se então uma das disputas internas mais difíceis da história do partido, que foi “resolvida” (se é que o termo pode ser empregado) da maneira até então tradicional entre os pecebistas. Afastadas ou isoladas as dissidências, o PCB manteve sem maiores modificações até os momentos decisivos da redemocratização sua linha política já consagrada nos anos anteriores: superação processual e pacífica da ditadura através da formação de uma ampla frente democrática intraclassista e atuação nos espaços legais oferecidos pelo regime. A virada dos anos 1970 para os 1980, e os primeiros anos desta década, indicavam que a política proposta pelo PCB rendia frutos. A Abertura seguia adiante, apesar de alguns percalços. A luta contra a ditadura avançava da forma que os pecebistas propunham. Eles não conseguiam, porém, traduzir aquele momento favorável à sua política em fortalecimento orgânico e influência social. Pelo contrário: perdiam progressivamente seu espaço entre os setores progressistas organizados da sociedade e no próprio campo das esquerdas.

A esse respeito, é necessário comentar mais detidamente o surgimento no período de “setores modernos” do sindicalismo, responsáveis pela retomada do movimento sindical progressista nos últimos anos da década de 1970. Os atores dessas lutas eram trabalhadores organizados dos setores de ponta do capitalismo brasileiro, concentrados em grande parte na Região do ABC paulista. Esses novos setores (que vieram a ser conhecidos como o “novo sindicalismo”, ou “combativos”) sustentaram a fundação de um partido dos trabalhadores (o PT), obtendo o apoio de setores da intelectualidade progressista e da “esquerda revolucionária” (trotskistas, comunistas revolucionários e herdeiros da “esquerda armada” dos anos 1960), extremamente críticos ao PCB. O PT logo se definiu como uma alternativa “à esquerda” dos pecebistas, assumindo um papel oposicionista mais radical, avesso ao diálogo e ao aproveitamento das “brechas” oferecidas pelo regime – criticando o “reformismo” da linha pecebista.

No meio sindical, as diferenças também se acentuaram. Desde as greves do final dos anos 1970, o PCB criticava o pretenso “radicalismo” e “voluntarismo” do “novo sindicalismo”, enquanto este associava os pecebistas ao sindicalismo pré-1964, para eles “pelego” e “reformista”. Tais posições acabaram levando os setores sindicais dos dois partidos a caminhos opostos, contribuindo para a formação de duas centrais sindicais: os petistas apoiaram decisivamente a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, enquanto os pecebistas, por razões táticas, escolheram permanecer atrelados a setores conservadores do movimento sindical e participar da fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986. Aos pecebistas (que além de tudo fincavam raízes em setores mais “antigos” ou “tradicionais” da classe operária brasileira) pareceu mais seguro disputar espaço com os conservadores e fazer valer suas posições, *hegemonizando* a CGT. A alternativa a isso seria conviver com os setores mais “combativos”, que controlavam a CUT e possuíam, em relação ao PCB, a vantagem de um discurso igualmente progressista, mas calcado numa inserção já consolidada nos setores sindicais sobre os quais a CUT tinha ascendência. De qualquer forma, a ilusão da possibilidade de hegemonia (ou mera sobrevivência) pecebista na CGT levou o partido a atuar por vários anos numa central sindical dividida e progressivamente enfraquecida, enquanto a CUT (hegemonizada pelo PT) atravessou a década de 1980 em constante crescimento[4].

O PCB seguiu nos primeiros anos da década de 1980 em seu “delicado equilíbrio” entre atuação institucional e luta de massas, entre o enfrentamento ao regime e o temor a um retrocesso na transição democrática. Tal linha de atuação ficou clara nos momentos centrais da redemocratização, entre 1984 e 1985. Nos primeiros meses da campanha pelas *Diretas Já* para presidente (sustentada pela direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, e imediatamente apoiada pelo PT), uma ausência sentida foi a do PCB. O partido sempre havia defendido coerentemente a proposta da

Assembléia Constituinte – e mesmo após aderir à campanha, reafirmaria a centralidade da proposta de Assembléia Constituinte, à qual subordinava a luta por eleições diretas em todos os níveis. Além disso, é razoável supor que, naquele momento, lidando com suas lutas internas e retomando sua campanha pela legalidade, o partido estivesse num momento de certa paralisia decisória e excessivo temor em relação à possibilidade de um retrocesso na transição democrática "motivado" pelas manifestações populares. Qualquer que tenha sido o motivo, o fato é que o PCB tardou a prestar apoio e a participar efetivamente do movimento, engajando-se apenas quando percebeu sua irreversibilidade.

Com a derrota no Congresso Nacional da Emenda Constitucional das eleições diretas em todos os níveis, o partido afirmou não ter preconceito em relação à negociação. Com o crescente deslocamento da "luta" para a "negociação", a opção mais viável passava a ser apoiar uma candidatura única de oposição no Colégio Eleitoral que se aproximava – o que o PCB fez sem titubear, seguindo sua divisa de "lutar para negociar, negociar para mudar". Formada a "Aliança Democrática" (sustentada pelo PMDB e por dissidentes do regime reunidos na Frente Liberal), o PCB prestou apoio imediato à candidatura de Tancredo Neves e José Sarney, vitoriosa na votação indireta. Com o dramático adoecimento e falecimento de Tancredo, o partido seguiu apoiando o novo governo democrático (encabeçado por Sarney, que poucos meses antes era presidente do partido governista, o Partido Democrático Social – PDS) em seus primeiros anos, passando para a oposição apenas em 1988.

O que a maioria dos pecebistas não compreenderam em toda a sua extensão naquele momento foi a dimensão conservadora da transição brasileira. Pode-se recorrer aqui a Carlos Nelson Coutinho, que apontou a redemocratização brasileira como uma "transição fraca". Havia um "risco contido nessa forma de transição relativamente 'negociada'. Nela se verifica sempre (...) a combinação de processos 'pelo alto' e de processos provenientes 'de baixo'; e, decerto, é o predomínio de uns ou de outros o que

determina o resultado final”[5]. Como naquela transição democrática predominaram as forças do “alto”, ela terminaria por “reproduzir, ainda que ‘atenuados’ e ‘modernizados’, alguns dos traços mais característicos do tradicional modo ‘prussiano’ e ‘passivo’ de promover as transformações sociais no Brasil. Uma transição desse tipo – que poderíamos chamar de ‘fraca’ – implicava certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil”[6].

No entanto, malgrado o caráter conservador do novo regime, se completaria o longo processo de redemocratização, com o qual os pecebistas haviam contribuído com sua política de “frente democrática”. Política que o partido, superado o regime ditatorial, manteve ao longo do que considerou um “período de transição”, e que, assim como não vinha dando frutos mais práticos ao PCB nos últimos anos de autoritarismo, menos ainda os deu nos tempos da “Nova República”. O autodenominado “artífice” da nova ordem (progressivamente desassociada de qualquer tipo de “transição forte”) decaía, enquanto o (ao menos na aparência) partido anti-sistêmico consolidava-se. O PT aparecia na nova fase democrática como o núcleo principal da oposição de esquerda, e o único em condições de apresentar uma alternativa progressista viável ao novo regime.

O período analisado aqui de forma sucinta pode ser considerado como o da “grande crise” pecebista. Ao longo daqueles anos, o partido foi perdendo progressivamente espaço nas esquerdas e nos movimentos sociais, enquanto ascendiam o PT e a CUT. Com a legalidade em 1985, os pecebistas foram obrigados a amargar ínfimos resultados eleitorais. Tiveram que conviver com crises internas que custaram esporádicas cisões e com a crise que acometia o “mundo socialista” e o pensamento marxista em geral. A derrocada do chamado “socialismo real” (1989-1991) seria o golpe final para o partido que, devido às experiências acumuladas nos anos anteriores, optou majoritariamente pela transformação do PCB em uma nova agremiação, o Partido Popular

Socialista (PPS) – equilibrado entre referências a uma “nova esquerda” e a “herança” (devidamente selecionada) de um rico passado. Enquanto isso, um grande número de pecebistas decidiu seguir sua militância (ou reinventá-la) numa gama de outras organizações, enquanto alguns buscam até os dias de hoje “reconstruir o PCB”. No entanto, se o PCB encerrou suas atividades em janeiro de 1992, pode-se afirmar que os principais movimentos para a compreensão de sua crise final (à exceção da derrocada do “socialismo real”) podem ser encontrados no período entre 1979 e 1985. No momento em que as propostas pecebistas para a redemocratização em boa parte foram vitoriosas, o partido encontrou sua maior crise e praticamente se esgotou, acabando posteriormente por ser oficialmente extinto.

Para ajudar a compreender esse aparente paradoxo, pode-se lançar mão da seguinte chave explicativa: o Brasil estava completando naquele período sua modernização capitalista por meio de uma “revolução passiva”[7] – e a ditadura (de caráter “modernizador autoritário”) constituiu-se como um passo fundamental nesse caminho. A sociedade brasileira passava com isso por profundas transformações, tornando-se assim mais complexa, com o desenvolvimento de uma pujante sociedade civil[8]. Nesse novo contexto, teriam mais chance de êxito organizações partidárias adaptadas à nova realidade: mais democráticas, desburocratizadas, plurais, que afastassem o caminho insurrecional de seu horizonte. Algo distante do modelo leninista de partido ainda reproduzido naquele momento pelo PCB.

O PCB – dividido ao longo de sua trajetória entre a reforma e a revolução, entre ser representante do operariado ou do povo brasileiro, valorizar a democracia e o caminho pacífico ou a ditadura do proletariado e a insurreição[9] – não soube superar a “divisão de sua utopia” quando a nova configuração do país exigia uma opção mais clara pela “modernização” do partido. Assim, a persistência de concepções e práticas não adaptadas à nova realidade brasileira (não superadas graças à sua persistente dicotomia,

que se manifestou com violência em seus últimos momentos) é a principal causa da crise final do PCB. Nesse contexto, houve uma clara incompreensão da política democrática, fazendo com que se mantivesse uma concepção *tática* da democracia (segundo a qual ela apenas ofereceria *melhores condições* para a luta pelo socialismo), e não *estratégica* (compreensão da democracia como o *caminho* para o socialismo).

A isso se juntaram as dificuldades pecebistas em lidar com a transição negociada (à qual terminou atrelado em posição subalterna), uma transição "fraca", com predominância dos interesses conservadores – o que não era, obviamente, a intenção do PCB. Com isso, o partido demorou muito a apoiar as *Diretas Já* (paralisado pelas suas disputas internas e defensor até o fim da proposta de Constituinte), apoiou corretamente a solução do Colégio Eleitoral e a Aliança Democrática, mas ficou subordinado àquele projeto sem maior independência, e depois disso também ao Governo Sarney. Já o PT e a CUT, assumindo posição radicalmente oposta à forma como se deu a transição e à "Nova República", se viabilizaram enquanto forças hegemônicas, respectivamente, nas esquerdas e no movimento sindical progressista. Por fim, um outro fator importante (mas que teve seus momentos decisivos no período posterior ao analisado nesse trabalho) foi a crise e derrocada do mundo socialista, o que terminou por reforçar e legitimar tendências e posições já presentes no PCB, numa espécie de retirada da "camisa-de-força" internacional que o partido até então "simbolicamente" vestia. Isso seria importante especialmente nos últimos momentos de sua trajetória, quando serviu de justificativa e inspiração para atos mais determinados no sentido da extinção/superação do PCB.

Para concluir o trabalho, uma última observação deve ser feita. Sejam quais forem as críticas que possam ser formuladas à atuação do PCB durante os anos finais da ditadura (e certamente são muitas), não restam dúvidas de que, malgrado o caráter "fraco" assumido pela transição em seus momentos decisivos, a política democrática de amplas alianças para a superação da ditadura militar-tecnocrática rendeu frutos que até

hoje muitos analistas insistem em negar. E igualmente não pode haver dúvidas acerca da importância do PCB enquanto agente divulgador e (num dado momento) importante catalisador dessa política. Esta deve ter sido a última grande contribuição do PCB à sociedade brasileira.

---

[1] Fabricio Pereira é mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ.

[2] Intitulada *Utopia Dividida – crise e extinção do PCB (1979-1992)*, e defendida no PPGHIS da UFRJ em março de 2005.

[3] Título de importante artigo publicado por Carlos Nelson Coutinho em 1979.

[4] A respeito desse tema, cf. SANTANA, Marco Aurélio, *Homens Partidos*, São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Unirio, 2001.

[5] COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, pág. 52.

[6] Ibid., pág. 53.

[7] O filósofo marxista italiano Antonio Gramsci lançou mão do conceito de "revolução passiva" para explicar a possibilidade de uma sociedade passar a um novo estágio de organização sem uma revolução aberta. Tal fenômeno se daria de uma maneira processual e em certos aspectos incompleta, a partir de um grande equilíbrio no processo de luta de classes.

[8] Nos dizeres de Gramsci, uma sociedade "ocidentalizada". Gramsci analisa as diferenças estruturais existentes entre "as formações sociais do 'Oriente' (...) caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e (...) as formações sociais do 'Ocidente', onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou concretamente a 'ampliação' do Estado. (...) Nas "formações 'orientais', a predominância do Estado-coerção imporia à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma 'guerra de movimento' ou 'de manobra', voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no 'Ocidente', ao contrário, as batalhas deveriam ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços ('guerra de posição'), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação" (COUTINHO, Carlos Nelson, *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pág. 147).

[9] A respeito dessa dicotomia, cf. BRANDÃO, Gildo Marçal, *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista*, São Paulo: Hucitec, 1997.

UNIVERSIDADE NA ESCOLA: PROJETOS DE ENSINO DE HISTÓRIA

Fausto Alencar Irschlinger[i]

Atuando na formação de professores de História estamos envolvidos pelo "fascínio" e ao mesmo tempo pelas "incógnitas/receio". Pelo fascínio, pois, temos a oportunidade de discutir, apresentar possibilidades e nos tornarmos partes constitutivas da formação dos mais importantes e insubstituíveis profissionais. Já estarmos envolvidos pelas "incógnitas", se deve a grande responsabilidade que isso acarreta, bem como, pelas dificuldades que encontramos na tentativa de tornar os estágios em Prática de Ensino além de teóricos, meios práticos no percurso humano em direção à almejada práxis transformadora. No entanto, somos impulsionados a refletir e perseguir passos operativos, que possam atenuar o desgastado problema refletido em aliar teorias e práticas.

Nesse sentido, inúmeras questões emergem em torno da formação de professores, no que se refere a sua bagagem teórica e metodológica; habilidades formativas e pessoais para trabalhar com as diversidades e situações desafiadoras em sala de aula; posicionamentos; propostas governamentais e pedagógicas.[ii]

Temos assim, um borbulhar de questões de cunho pedagógico em torno da formação dos acadêmicos-estagiários. Desse modo, queremos nos direcionar ao estágio curricular como um fator importantíssimo, mas não único na formação do futuro profissional da Educação. Lembrando ainda, que o estágio curricular é tema de inúmeros debates no Brasil (como a educação escolarizada) levantando diversas discussões quanto à sua aplicabilidade, à mediação entre teoria e prática, sua adequação junto às renovadas propostas e "novos rumos" da História. Parece que ao mesmo tempo, que nos remetemos a "renovações", visualizamos entraves.

Adicionados a esses entraves, detectamos uma certa inadequação da educação escolarizada ao panorama social brasileiro. Ligado a isso, temos o próprio estágio, que no perseguir de seus objetivos formativos, deveria tomar como ponto de partida a realidade e o

cotidiano da sala de aula como fontes de conhecimento. Destaca assim Jane Soares de Almeida:

> Se o cotidiano de sala de aula caracteriza-se como fonte inesgotável de conhecimento, é daí que deverão ser retirados os elementos teóricos que permitam compreender e direcionar uma ação consciente que procure superar as deficiências encontradas e recuperar o real significado do papel do professor no sentido de apropriar-se de um "fazer" e um "saber fazer" adequados ao momento que vive a escola atual.[iii]

Entretanto, apesar das problemáticas apontadas somos inspirados pela perspectiva de que o estágio possa ser um dos instrumentos valiosos na formação do professor, sendo um aliado ao chamado saber fazer. Um fazer politicamente comprometido que vise romper com a alienação, que não esteja centrado somente na técnica mas na reflexão, não apenas como um mero requisito a ser cumprido pelo estagiário, mas uma possibilidade de se espraiar ações sociais.

Chamamos atenção, como destaca Almeida, ao papel do professor estagiário como agente comprometido com a educação, um ser dotado de criatividade, que possa substituir um estágio curricular acrítico e apenas descritivo, por um estágio crítico e relevante, interagindo com os sujeitos envolvidos.

Nessa perspectiva, apresentamos uma proposta de trabalho que pode contribuir com a idéia de um processo de estágio renovador. Trataremos aqui, dos "Projetos de Ensino de História".

Projetos de Ensino de Historia: limites e possibilidades

Através da realização dos Projetos de Ensino, buscamos aproximar o "mundo" das Universidades com o "mundo" dos Estabelecimentos de Ensino públicos, no caso, em Cascavel,PR. Nesse sentido, promovemos aulas, oficinas/atividades em torno da História do Paraná aos alunos do ensino médio e fundamental, envolvendo os alunos estagiários em História, professores e supervisores de Estágio (UNIPAR), professores estaduais e escolas.

Além de temáticas sobre a História do Paraná, também são desenvolvidos projetos que abordam temas como cidadania e identidade, diferenças sócio-econômicas, culturais, diferenças étnicas, etárias e de gênero.[iv] Como podemos observar no demonstrativo que segue:

Temática 1: História do Paraná A) Paraná: Ciclos Econômicos; B) Paraná: Imigração, Cultura e Sociedade.
Temática 2: História e Cidadania A) Identidade e Cidadania; B) Diferenças sócio-econômicas, culturais, sociais, etárias, de gênero.

Com a preparação e desenvolvimento desses temas, objetivamos entre outros aspectos:

- Proporcionar aos alunos do Ensino Médio e Fundamental, maior conhecimento e reflexões sobre a história do Paraná e região, bem como, seu papel como sujeitos históricos;
- Possibilitar aos alunos/professores estagiários de Licenciatura em História, vivenciarem o ambiente escolar preparando-se para a sua vida profissional, desempenhando ações práticas em torno do ensino de História;
- Possibilitar aos alunos/professores estagiários uma prática docente mais dinâmica;
- Proporcionar uma maior integração entre Universidade, Curso de História e Escolas.

Para termos uma idéia do campo de abrangência dos projetos, elaboramos um quadro demonstrativo dos módulos já desenvolvidos em 2004 e em desenvolvimento no primeiro bloco/semestre de 2005:

Escola:	**Bairro:**	**Nº de turmas envolvidas:**	**Estagiários envolvidos:**
1º Semestre/2004 Col. Estadual Pe. Carmelo Perrone	Alto Alegre	20 Ensino Médio – MT	55 6º período de história
Col. Estadual Júlia Wanderley	Claudete	10 Ensino Médio – NT	30 3º ano NT
Col. Est. Eleodoro Pereira	Centro	18 Ensino Médio – MT	60 3º ano MT
2º Semestre/2004			
Col. Estadual Mário Quintana	Paulo Godoy	07 Ensino Médio – MT	21 3º ano MT
Col. Estadual São Cristóvão	São Cristóvão	08 Ensino Médio – MT	24 3º ano MT
Col. Est. Santa Cruz	Santa Cruz	08 Ensino Fundamental	37 2º ano MT
		Total Turmas: **71** T. Alunos: **2485**	
1º semestre/2005			
Col. Est. Wilson Joffre	Centro	19 Ensino Médio – MT	64 3º ano MT
Col. Est. Eleodoro Pereira	Centro	10 Ensino Médio – NT	44 3º ano NT

Vale ressaltar que oficialmente, nosso campo de estágios foi acertado pelo Núcleo Estadual de Ensino de Cascavel.[v] Logo, além de trabalhar com pesquisas, observações,

regências e projetos nas escolas designadas, acabamos ampliando nossa área de atuação, seja pela necessidade de trabalho dos estagiários ou pela acolhida de nossos projetos.

Também fica perceptível com o demonstrativo anterior, o expressivo número de alunos envolvidos nas escolas públicas, bem como, a participação dos estagiários. Além dos projetos serem inéditos na área da História em Cascavel, são considerados pioneiros e inovadores pelas escolas que já os receberam, o que rendeu matérias em jornais locais e reportagens na mídia televisiva.[vi]

Mas além dos números e grupos envolvidos, gostaríamos de apresentar os passos operativos em torno dos projetos de ensino. Onde esses projetos, apos idealizados pelos professores de Prática de Ensino em História da UNIPAR (campus Cascavel) são apresentados e efetuados em parceria com os citados Estabelecimentos de Ensino. Desse modo, as escolas são contatadas e esclarecidas anteriormente dos objetivos, temas e possibilidades de trabalhos, podendo sugerir alguns procedimentos.

Através de esclarecimentos e preparações prévias, desempenhados com os estagiários de História, os mesmos organizam suas ações na busca e seleção de materiais e estratégias de atividades, sendo orientados pelos professores de Metodologia e Prática de Ensino.[vii] Vale salientar a contribuição de disciplinas na formação dos estagiários, como História do Paraná, ao processo preparatório dos projetos.

Após formar pequenos grupos de estagiários, passam a ser preparadas aulas e atividades/oficinas. As quais, buscam ser desenvolvidas de forma dinâmica e abrangendo um número significativo de turmas nas escolas. Posteriormente os estagiários e professores são deslocados para a escola, o que chamamos de “Universidade e História na Escola”. Já o tempo de execução simultânea do projeto em uma escola, pode variar de cinco a dez horas e sua preparação atinge cerca de dois meses por módulo.[viii]

Nesse sentido, auxiliando nas aulas expositivas e dialogadas, os estagiários buscaram utilizar ou criar diversos materiais em torno das temáticas propostas, como mapas específicos, cartazes, jornais e impressos, imagens, charges, painéis contendo fotos e textos explicativos, materiais de auxilio diversos em torno dos ciclos econômicos e questões

sócio-culturais referentes ao Paraná. Quanto aos temas de cidadania, identidade e diferenças sócio-econômicas, também são preparadas atividades podendo variar com apresentação de danças, representações, trabalho com músicas e paródias, trabalho com estatutos, direitos e normas, cartazes, imagens, charges, painéis, aspectos comportamentais, indumentárias e uso de outras técnicas.

No decorrer das atividades também podem ser criados com os alunos das escolas, diversificados materiais em torno das temáticas bases, promovendo maior interação entre os envolvidos, além das exposições de idéias e esclarecimentos de dúvidas. Logo, o objetivo desses trabalhos não está calcado na simples substituição dos conteúdos pelas técnicas, mas sim, em proporcionar atividades ligas aos temas que possam auxiliar na reflexão por parte dos alunos, despertando seu papel como sujeitos históricos em meio às diferenças e pré-conceitos.

Junto ao desenvolvimento ou após a realização dos projetos, buscamos detectar suas contribuições e seus limites, tanto na perspectiva da escola envolvida (direção, professores, alunos) como por parte das experiências adquiridas e sugestões dos professores estagiários. Com a realização de cada módulo retornamos à escola procedendo com as avaliações e considerações sobre os trabalhos.

Falando em avaliações, limites e possibilidades, podemos considerar que as atividades desenvolvidas em torno dos projetos ocorreram de forma positiva. Destacando que a disponibilidade dos colégios, seus coordenadores, como o acompanhamento por parte dos professores da instituição, revelam-se centrais na realização dos trabalhos e na obtenção dos objetivos alinhavados.

Os horários dos trabalhos também podem ser considerados adequados, bem como, a estrutura geral dos projetos, mas destaca-se a necessidade de ampliação do tempo de execução. Conforme as avaliações gerais dos estagiários, o desempenho do projeto, na maioria das vezes, superou as expectativas, chegando a categoriza-lo como uma “excepcional experiência-prática para a formação de professores de história”, além de “uma boa oportunidade para desenvolver trocas de experiências com seus colegas estagiários e

com os professores da escola", ou ainda, "uma boa alternativa para perder o medo de enfrentar uma sala de aula".[ix]

Outro ponto fundamental é a percepção e o posicionamento da maioria dos alunos das escolas, onde destacam a maneira dinâmica e participativa dos trabalhos aliados com a história de seu Estado e região, noções de cidadania, deveres e direitos, aspectos culturais, contribuindo ao seu conhecimento e formação crítica.

Nas avaliações dos estagiários fica evidente que se tornou possível, com o desempenho dos projetos, conhecer uma nova realidade de trabalho. Bem como, obtiveram retornos diferenciados na aplicação as temáticas em mais de uma turma de alunos, percebendo assim, as diversidades.

No entanto, no que se refere aos limites alguns pontos merecem destaque. Apesar de contatos e preparações anteriores com as escolas e seus coordenadores, nem todos os professores do estabelecimento de ensino optam por acompanhar as atividades e projetos, alegando usar esses horários para os fazeres burocratizados. Outro aspecto mostra que alguns alunos de ensino fundamental e médio, demonstram inicialmente um certo descontentamento com a disciplina de história, o que acaba exigindo maiores estratégias, visando seu envolvimento nos projetos apresentados pelos professores estagiários. Mas na maioria dos casos, em meio a sua realização, acabam se incorporando e participando das oficinas e atividades propostas.

No que se refere aos estagiários, podemos detectar inicialmente uma certa apreensão frente ao desafio dos projetos e suas temáticas. Mas em sua maioria, fica evidente seu comprometimento e significativa preparação e participação nas atividades do projeto. Porém, um pequeno número desses "novos professores" nem sempre acabam se empenhando a contento, merecendo assim, maiores reflexões e motivação para sua prática.

Quanto aos professores de Metodologia e Prática de Ensino, é visível seu comprometimento na realização dos projetos e, sua contribuição com esses novos profissionais. No entanto, revelam a necessidade de obterem um tempo ainda maior

(delegado pelas instituições superiores) para seu deslocamento e acompanhamento dos estagiários visando o compromisso em auxiliar ao saber fazer.

Contudo, avalia-se a necessidade de ampliação dos trabalhos em torno da história do Paraná, cidadania e identidade, e o desenvolvimento de uma maior consciência social-cultural, como a ampliação de parcerias entre Universidades e Escolas. Cabe também citar:

> Se os estágios em Prática de Ensino feitos durante a formação forem produtivos e ricos em experiência a não um fazer burocratizado que vise apenas o cumprimento de carga horária exigida, estes serão um instrumento valioso para desenvolver a postura crítica e proporcionar o referencial teórico-prático necessário ao profissional que exigem os tempos atuais, para a melhoria da escola e da educação – com conseqüências sociais alentadoras, mesmo que seja a longo prazo.[x]

Buscamos aqui apresentar a modalidade de projetos de ensino como uma possibilidade, auxiliando na preparação e formação de professores e seu referencial teórico-prático, contribuindo para o que chamamos de “fascínio”. Além disso, essas alternativas podem proporcionar uma maior integração entre Universidade e Escolas públicas; entre estagiários e alunos do ensino fundamental e médio; entre formação e reflexão, valorizando o aluno e seu universo. Outro ponto importante diz respeito à busca da transversalidade, incluindo as demais áreas do conhecimento no trabalho com os projetos e temáticas bases.

Reforça Selva Guimarães Fonseca, ao defender a necessidade de uma reflexão permanente sobre nossa formação e ações, no texto que trata da nova LDB, os PCNs e o ensino de História:

> ... ensinar e aprender história requer de nós, professores de história, a retomada de uma velha questão: o papel formativo do ensino de história. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da história, ou seja, a história como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas. Requer assumir o ofício de professor de história como uma forma de luta política e cultural. A relação ensino-aprendizagem deve ser um convite e um desafio para alunos e professores cruzarem ou mesmo subverterem as fronteiras impostas entre as diferenças culturais e grupos sociais, entre a teoria e a prática, a política e o cotidiano, a história, a arte e a vida.[xi]

Vale lembrar, que a função formadora da Universidade não se concretiza de uma só vez, sendo um processo contínuo, que não se produz apenas no interior de um grupo, sendo resultado de condições históricas. A formação de profissionais como pessoas e cidadãos é uma das tarefas complexas a ser desenvolvida pelas Universidades, mas não como obstáculo, e sim como desafio. Se parece importante, os profissionais terem

consciência dos problemas, também é importante proporem alternativas para a sociedade brasileira.

O estágio dinamizado através de projetos de ensino, contribui expressivamente para a relação entre teoria e prática e ao processo de ensino-aprendizagem. Já o estágio curricular desenvolvido individualmente ou em parceria em uma determinada turma(s) de alunos não pode ser descartado, mas dinamizado e não apenas visto como cumprimento isolado de horas burocratizadas. Vale lembrar que as problemáticas, os "jogos de interesses" e o próprio "receio" com relação à educação e formação em nosso país, representam grandes desafios que merecem ser superados.

---

[i] Graduando e Mestre em História (UPF); Professor – UNIPAR (Universidade Paranaense), Cascavel-PR.

[ii] Maiores considerações podem ser vistas em: CHAUÍ, Marilena. As humanidades contra o humanismo. In. SANTOS, Gislene A. (Org.). Universidade, formação, cidadania. São Paulo: Cortez, 2001; FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, Hilda (Org.). Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1999.

[iii] ALMEIDA, Jane Soares de. Estágio supervisionado em prática de ensino – relevância para a formação ou mera atividade curricular? ANDE: Revista da Associação Nacional de Educação – Ano 13 – n. 20. 1994, p. 39.

[iv] De certa forma, as temáticas apresentadas estão previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História. Já quanto às obras que tratam da possibilidade de articulação entre pesquisa e ensino, pensando conceitos-chave como identidade, cultura, cidadania e gênero e tratam de análises dos Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos citar: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003; FONSECA, Selva G. A nova LDB, os PCNs e o Ensino de História. In: Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003; NETO, José Alves de Freitas. A transversalidade e a renovação no ensino de história. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

[v] Campo de estágio: Colégio Estadual Wilson Joffre; Col. Est. Júlia Wanderley; Col. Est. Marilis F. Pirotelli; Col. Est. Eleodoro É. Pereira; Col. Est. Pe. Carmelo Perrone; Col. Est. Cataratas; Col. Est. Washington Luiz; Col. Est. Jardim Clarito; Col. Est. Jardim Santa Cruz; Col. Est. Santos Dumont.

[vi] Reportagens no jornal: O Paraná; no jornal Hoje (11/05/2004, p. 14); divulgação na TV RPC (Rede Paranaense de Comunicação) em outubro de 2004.

[vii] Estamos apresentando alguns aspectos dos projetos de ensino de história, no entanto, discussões sobre o arsenal crítico do conhecimento histórico, e questões sobre a didática da história, podem ser vistos em: DIEHL, Astor Antônio; MACHADO, Ironita P. Apontamento para uma didática da história. Passo Fundo: Clio, 2001; FONSECA, Selva G. A nova LDB, os PCNs e o Ensino de História. In: Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

[viii] Cabe lembrar que todos os professores das escolas envolvidas, independente de pertencerem à área das Ciências Humanas, são convidados para acompanhar os projetos de ensino, obtendo a possibilidade de estabelecer relações com seus conteúdos. Algo que melhor fomentado, poderia interligar a perspectiva do ensino temático e multicultural, presente nos próprios PCNs. Assim, chamamos atenção para as considerações de Selva G. Fonseca, ao discutir a necessidade de uma mudança pedagógica na formação inicial e continuada do docente, pois, a formação se da ao longo da história de vida dos sujeitos somadas com suas experiências docentes. FONSECA, op. cit.

[ix] Pequenos relatos extraídos das avaliações dos estagiários de Licenciatura em História (Cascavel, nov./2004).

[x] ALMEIDA, op. cit., p. 42.

[xi] FONSECA, op. cit., p. 37.

QUEM SOLTOU A BICHARADA? LUIZ EDMUNDO E O INÍCIO DO JOGO DO BICHO

Felipe Santos Magalhães
Doutor em História Social Pela UFRJ

Em sua obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*, o memorialista e cronista Luiz Edmundo destinou um capítulo para o jogo do bicho. Em "jogadores e jogatinas" acabou construindo aquele que possivelmente é o primeiro trabalho memorialístico sobre esta loteria. Talvez mais importante do que assinalar um possível pioneirismo de Edmundo, seja refletir sobre a importância de "jogadores e jogatinas" sobre uma série de publicações acerca do jogo do bicho. Neste sentido, tanto obras acadêmicas como não-acadêmicas se utilizaram indiscriminadamente dos relatos do memorialista. Muita vez, sem ser devidamente citado, o texto de Edmundo foi explorado para se (re)contar a história do jogo do bicho no seu momento original, ou seja, no Jardim zoológico. Decerto que as imprecisões contidas em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, sobre o *bicho*, acabaram sendo transformadas em verdades ou em fatos consumados, através do exercício da repetição.

Esta comunicação tem o objetivo de refletir sobre os sentidos criados por Luiz Edmundo para o jogo do bicho e alguns personagens com ele envolvidos. Em linhas gerais poderia iniciar dizendo que "jogadores e jogatinas" acaba seguindo as características e a estrutura da obra em geral. Entre ambigüidades, ataques aos estrangeiros, defesa dos elementos nacionais e do progresso, Edmundo construiu sua narrativa sobre o jogo.

Para contar como o jogo do bicho foi criado e introduzido no Rio de Janeiro, Luiz Edmundo recuou até o momento da fundação da cidade. Numa breve incursão à história dos jogos de azar, o memorialista conta que os soldados de Estácio de Sá quando desceram à terra conquistada já traziam escondidos seus baralhos nas virilhas[1]. Posteriormente, a Metrópole teria se tornado promotora de tais práticas. Em 1606, o Real Estanco começaria a imprimir baralhos e em 1806, a Tipografia Real de Lisboa, publicaria *Academia de Jogos*, para o espanto e a admiração de Edmundo. Até que em 1811, seria

anexada “aos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, a Real Fábrica de Cartas de Jogar!”[2]

Mesmo sendo estimulado pela metrópole, no entender de Edmundo, os cariocas não teriam adquirido muito gosto pelos jogos de azar. Tais jogos seriam praticados aqui como uma inocente brincadeira, cujo principal intuito seria o de aproximar as famílias e os amigos com um divertido passatempo. Edmundo oferece um caráter lúdico para dar sentido à relação entre os cariocas e os jogos de azar. Sua descrição é quase pueril, namorados aproveitando-se da proximidade das pernas, famílias aconchegando-se sob a luz amiga, reuniões honestas para se passar o tempo, enfim, sentimentos que logo seriam postos à prova. Assim a cidade teria seguido seu caminho, sem conhecer jogadores profissionais, até

> os fins do século XIX, mal pensando que dentro de pouco tempo teríamos que ver tornada esta beatífica e risonha cidade em um autêntico principado de Mônaco, *Maelstrom* de **vício, de inquietação e de loucura, onde presa do mais vivo frenesi, toda a população alucinada jogava** – do presidente da República ao mais obscuro criado de servir, de envolta com sacerdotes, pais de família, educadores, juízes, senhoras e até crianças! Foi preciso para que esse **delírio** se mostrasse, que aqui nascesse o chamado “jogo-do-bicho” (grifos meus)[3].

Mas, quem teria libertado os bichos? Como uma cidade virtuosa, pôde ser levada ao vício dos jogos de azar de forma tão intensa e cruel? Afinal, quem corrompeu a cidade menina de Edmundo? A resposta mais apressada, faria com que a culpa recaísse sobre os ombros do criador do Jardim zoológico, o Barão de Drummond. Entretanto, Luiz Edmundo sempre pode provocar alguma surpresa.

O Barão de Drummond por ser o principal responsável pela criação e organização da Companhia do Jardim Zoológico, mereceu o título de fundador do parque. Contudo, na tentativa de desvincular a figura de Drummond do jogo do bicho, Edmundo tentou imprimir novos sentidos ao empresário e à loteria.

Neste sentido, Luiz Edmundo ao “restabelecer a verdade” sobre a criação do jogo do bicho no Jardim zoológico afirma que o jogo não teria saído da cabeça de Drummond. Ao perder a subvenção anual, seu único intento seria conseguir arrumar outra fonte de renda para livrar os animais da inanição[4].

Se alguma “culpa” caberia ao Barão esta seria a de tentar dotar a cidade de um empreendimento de **utilidade pública**. O primeiro sentido atribuído ao personagem Drummond é o do homem dotado de elevado espírito público, preocupado com o embelezamento paisagístico e o engrandecimento cultural da Capital Federal, buscando aproximá-la das mais importantes e modernas metrópoles européias. Para a construção de tal estabelecimento, teria usado terrenos de sua propriedade, além de ter investido honestamente todo o dinheiro recebido para a aquisição de fauna estrangeira[5].

A propósito, a origem do jogo do bicho, na narrativa do nosso memorialista, está ligada ao fato da subvenção anual ter sido, supostamente, cortada. Seguindo a narrativa de Luiz Edmundo o elemento facilitador para a introdução do jogo do bicho na sociedade carioca teria sido o fato do governo republicano ter negado o auxílio dos cofres públicos para a manutenção e o bem-estar dos animais do Jardim.

A alegação para tal ato seria a amizade entre D. Pedro II, o imperador deposto meses antes, e o Barão de Drummond. Esta suposta perseguição sofrida pelo barão poderia ser uma referência às perseguições sofridas por aqueles que explicitamente mantinham relações próximas com o regime anterior ou com suas principais figuras. Assim, o corte da subvenção teria implicitamente um caráter de vingança, sentimento que não permitiria enxergar os benefícios que um empreendimento como o do Jardim zoológico poderia trazer para a capital federal.

Neste ponto pode-se pensar num dos culpados: a política. Em *O Rio de Janeiro do meu tempo* um dos males impeditivos para o progresso do Brasil seria o mundo da política. Ao caracterizar este espaço como propício para ações cujos interesses estariam balizados por critérios vis, no qual as decisões apontariam menos para a realização de objetivos coletivos do que para a satisfação de desejos particulares, Edmundo percebe a política ou, pelo menos, a prática política experimentada por ele, como algo responsável pela posição inferior do Brasil no cenário internacional se comparado às grandes nações européias.

Seguindo nesta trilha, chegamos àquele que poderia ser apontado como mais um “culpado”, o mexicano Manuel Ismael Zevada. Nosso memorialista conta que o final da

subvenção teria desencadeado uma grave crise no Jardim zoológico. Em meio aos problemas financeiros vividos pelo parque do Barão, eis que teria aparecido diante dele Zevada, com a idéia da criação do jogo dos bichos. O futuro gerente da Companhia do Jardim Zoológico, já teria bancado o **jogo das flores** na Rua do Ouvidor.

A "aparição" de Zevada diante do Barão teria ocorrido exatamente no meio desta "crise muito séria"[6]. Com ele trazia a idéia de transpor o jogo das flores para o jogo dos animais. Ao "restabelecer a verdade dos fatos" o cronista busca desfazer a idéia de que a invenção de tal vício teria sido obra de Drummond.

Em sua narrativa, o Barão e o estrangeiro Zevada teriam um papel de destaque no início do jogo do bicho. Contudo, os sentidos atribuídos a cada um dos personagens são bastante diferentes. Drummond seria um homem de elevado espírito público, preocupado em servir sua cidade. Para Edmundo, um empreendimento como o Jardim zoológico seria mais um elemento capaz de trazer de civilização e progresso para a Capital Federal. Tanto o parque como o jogo dos bichos, seriam uma fonte de diversão para o barão. Ele mesmo seria o encarregado de escolher o bicho do dia, e os apostadores, sabedores deste fato, corriam atrás de Drummond em busca de palpites. O Jardim zoológico seria um motivo de diversão para o Barão. Ver toda aquele gente passar pelos portões do parque seria um motivo de felicidade, não pelo dinheiro arrecadado em si, mas pelo fato de poder manter seu estabelecimento aberto, oferecendo diversão e conhecimento para a cidade. Edmundo se esforçou em ressaltar o caráter lúdico de Drummond.

Por outro lado, o interesse nos lucros auferidos pela Companhia seria uma característica de Zevada. Este teria como principal interesse ganhar dinheiro através do jogo. Edmunto conta que em três meses o jogo dos bichos já oferecia grandes lucros, sendo que em apenas um domingo teriam sido vendidos cerca de 80 contos de réis em entradas. Numa de suas ironias o memorialista afirma que "o que a Zevada não dera, em ganhos, a botânica, começava a lhe dar a zoologia."[7]

As características atribuídas pelo cronista ao Barão e à sua empresa vêm reforçar a idéia de que seus objetivos estavam apenas voltados para a promoção dos interesses

públicos. Em primeiro lugar, Edmundo fez questão de negar categoricamente que a criação do jogo do bicho tenha sido obra exclusiva de Drummond. Nas palavras de Edmundo, a idéia da exploração de uma loteria envolvendo os nomes e as imagens de animais teria partido do mexicano Manuel Ismael Zevada. Tendo achado boa a proposta e talvez como uma das poucas chances de salvar o Jardim zoológico da falência, os animais da morte e a cidade da perda de um "estabelecimento de utilidade pública", Drummond se viu compelido a acatar a idéia.

Em nenhum momento a figura do Barão é confundida com a de um capitalista ou com a de um empresário. Todos os sentidos da ação de Drummond para Luiz Edmundo estavam calcados apenas no pleno interesse público, tanto que teria aberto mão de "terrenos de sua propriedade", para ali instalar um empreendimento de "utilidade pública".

Em contrapartida, o mexicano Zevada surge como o estrangeiro interessado apenas no seu próprio benefício, vendo no Jardim zoológico e na loteria oferecida por ele ao Barão, que o fez seu sócio, apenas uma forma de ganhar dinheiro, de auferir algum lucro. Para Edmundo, enquanto o Barão "divertia-se" em função dos insistentes pedidos de palpites feitos pelos visitantes do parque "o Zevada ia espiar a féria"[8].

É como se o interesse em lucrar com o empreendimento fosse exclusivo do estrangeiro Zevada, deixando a figura do Barão incólume. E, além disto, parece que a féria do dia no jardim era proveniente apenas do arrecadado com os bilhetes vendidos, não da série de jogos lícitos, divertimentos e atrativos explorados pelo Barão e seus sócios.

Talvez seja importante, neste momento, voltarmos a falar do Barão de Drummond. Ele se notabilizou através do seu espírito empreendedor e de seus diversos negócios. Contudo, Edmundo em nenhum momento de sua narrativa faz menção a estes aspectos do seu caráter, apesar dele ter sido capaz de articular uma imensa rede de empreendimentos e de sociedades, inclusive algumas voltadas para o nascente mercado das diversões, dentro do mais puro espírito capitalista; Zevada não teria atributos tão nobres quanto os do barão.

Não é possível deixar de pensar no sentimento anti-estrangeiro existente em alguns segmentos da sociedade carioca no momento entre o fim do século XIX e o início do XX. A

idéia do elemento estrangeiro como pernicioso à sociedade brasileira, elemento que teve sua introdução facilitada graças ao trabalho e empenho dos republicanos que os recrutavam em diversas partes do mundo como forma de substituir a mão-de-obra nativa, ou se quiser, brasileira.

É importante destacar que na narrativa de Edmundo, o jogo do bicho teria uma origem específica. Sua criação só foi possível graças à crise vivida pelo Jardim zoológico e à aparição do mexicano Zevada. No entanto, esta loteria foi introduzida no mesmo momento em que a Companhia passava a explorar vários tipos de diversão, inclusive jogos lícitos. Ao separar o jogo do bicho de todo este processo, o memorialista tenta criar um mito de origem para a própria loteria, considerada por ele negativa para o país, e identificar os responsáveis pela sua introdução, a política e os estrangeiros.

A estes dois atores deve-se ainda acrescentar um terceiro, o responsável por oferecer tanta popularidade à loteria dos animais, a população do Rio de Janeiro. A "diversão ingênua" teria sido pervertida em função do desejo de lucro fácil. Se de um lado, Edmundo acusa os cariocas de terem desvirtuado a idéia do Barão, por outro, estes apostadores surgem como vítimas deste processo, chamado de delírio, pelo memorialista.

Se o parque de animais teria nascido do espírito público de Drummond, preocupado em gerar diversão e conhecimento para o povo da capital do império, o jogo do bicho teria características semelhantes. O mito da sua criação, em Edmundo, estaria ligado ao desejo desinteressado do Barão de manter o Jardim zoológico em funcionamento, preocupado apenas em contribuir para a civilização e o progresso do Brasil.

Em primeiro lugar é necessário deixar claro que o jogo do bicho no entender de Edmundo tem o sentido de um marco delimitador dentro da própria história da cidade do Rio de Janeiro. Até o surgimento da loteria dos animais "pouca gente jogava"[9] e jogadores profissionais só existiriam como um "vago personagem de romances e apenas concebido pelas imaginações mais ou menos irrequietas e abrasadas"[10]. E desta forma pacata, livre do vício do jogo teria vivido a cidade.

Assim, o jogo do bicho na ótica de Luiz Edmundo assume a condição de transformador do aspecto da cidade do Rio de Janeiro. A aparição de Zevada com a idéia de se levar o jogo das flores para o zoológico marcaria o destino da cidade. A imagem criada pelo cronista ganha tons dramáticos. Há uma divisão clara proposta, entre a cidade antes do advento do jogo do bicho e após a sua criação. As palavras escolhidas pelo cronista emprestam uma grande dramaticidade ao momento. A cidade "beatífica e risonha", tal qual uma menina bem educada da corte, pura e ingênua, de um momento para o outro foi tomada por um sentimento de vício e loucura, como se tivesse sido violada na sua pureza e impelida a assumir alguns sentimentos que não seriam condizentes com a sua essência. Nesta direção, os dois principais responsáveis por esta alteração do caráter da cidade, teriam sido o estrangeiro Zevada e o pouco espírito público dos administradores da cidade.

O jogo do bicho, na narrativa de Edmundo, pode ser entendido como uma metáfora do próprio país. O Barão de Drummond encarnaria a figura do homem público, preocupado em "civilizar" a cidade do Rio de Janeiro, oferecendo a ela um espaço de lazer e de cultura. Seria um homem comparável a Passos, não pelas obras realizadas, mas pelo espírito. Assim como o "gênio reformador da cidade"[11], colocaria suas ambições pessoais abaixo dos interesses públicos.

A idéia da implantação de um Jardim zoológico na Capital Federal representaria um projeto de modernização do espaço público, "imprescindível numa cidade de certa cultura e importância"[12], como comenta Edmundo. Os argumentos do Comendador Drummond para convencer os procuradores da Intendência Municipal apontam nesta direção, assim como os pareceres laudatórios da iniciativa.

Este "projeto civilizador" teria sido suplantado em função de outros interesses que não os da coletividade. Em primeiro lugar, por uma questão de vingança, a subvenção anual teria sido retirada do orçamento; segundo, o mexicano Zevada estaria preocupado em lucrar com a jogatina; e por último, o povo que além de desvirtuar a generosa idéia do barão, ainda teria relegado o Jardim ao mais completo abandono após a proibição do sorteio dos bichos.

Os fatores determinantes para o processo de falência deste "projeto civilizador", simbolizado pelo Jardim do barão, teriam sido contornados por Pereira Passos no seu trabalho de transformar a "cidade-pocilga em Éden Maravilhoso"[13]. Com a política não se preocuparia, pois havia recebido poderes discricionários para governar; segundo Edmundo, exigência do próprio. Assim, não precisaria ceder a nenhum tipo de interesse pessoal. Guiado apenas pelo interesse público, mesmo que o público não entendesse muito bem as intenções do prefeito, teria Passos levado à cabo sua "obra de titã"[14].

Deste modo, o surgimento do jogo do bicho e o seu rápido crescimento, seriam a própria falência do projeto que desejaria transformar a cidade, ou pelo menos, apontar para a transformação. Assim, esta loteria seria mais um resquício dos tempos coloniais, mais uma marca da morrinha colonial que segundo o memorialista barrava a expansão da cidade. O jogo do bicho estaria ligado ao passado, enquanto o Jardim zoológico seria uma ponte para a modernidade. Quando os bichos se tornaram maiores que o parque que os aprisionava e de lá saíram em debandada isto teria marcado a vitória do vício sobre a virtude, da jogatina sobre o lazer, do atraso sobre o progresso, da desordem sobre a ordem, da pocilga sobre o Éden, da morrinha sobre o perfume francês.

---

[1] EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª. ed. (1ª. ed., 1937)Rio de Janeiro: Conquista, 1957. (5 vol.).
[2] *Ibidem.*
[3] *Ibidem.*
[4] Idem, pp 864-865.
[5] *Ibidem*.
[6] Idem, pp 864-865.
[7] Idem, pp 866-867.
[8] Idem, p. 870.
[9] *Ibidem.*
[10] *Ibidem.*
[11] Idem, p. 24.
[12] Idem, p. 865.
[13] *Ibidem*.
[14] Idem, p. 41.

"A Educação dos Surdos no Brasil Oitocentista: a criação de um Instituto"

FERNANDA BOUTH PINTO

Tanto no Brasil quanto em outros países, percebe-se a coexistência das vertentes médica e religiosa na educação de surdos. Os estudos médicos sobre a deficiência e a linguagem, e a influência da medicina com a aplicação de normas higiênicas e disciplinares nas escolas, estiveram relacionadas às iniciativas de religiosos em criar e desenvolver institutos específicos para a educação dos surdos. Desta forma, estabeleceu-se uma estreita relação entre educação especial e medicina.

Os debates a respeito da educação após a Revolução Francesa giravam em torno da questão dos métodos de ensino tanto para os "normais" como para os surdos. Desta forma, com o avanço da medicina e as discussões nos Congressos Internacionais de Surdos-Mudos, as propostas de educação de surdos detiveram-se numa preocupação com o desenvolvimento da linguagem. Não houve preocupação em fazer com que o surdo pudesse adquirir a instrução, conforme era compreendida para os normais. Entretanto, no caso do Imperial Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro, a Direção procurou ampliar o objetivo educacional e incluir a proposta de instrução para os surdos. De acordo com o currículo oficial do Instituto, a instrução oferecida compreendia disciplinas como Língua Portuguesa, Geografia, História do Brasil, entre outras, associadas à Linguagem Articulada e Leitura Sobre os Lábios. Portanto, além de cumprir sua função educacional, o Instituto também se propunha ao ensino da comunicação e da instrução elementar dos surdos.

A análise a respeito da intervenção médica na educação dos surdos torna-se fundamental para a compreensão da forma como foi construído o campo médico no Rio de Janeiro. A salubridade estava relacionada aos interesses do país, uma vez que a higiene, ao estar imbricada com a causa educacional, baseava-se na melhoria do estado sanitário, da civilização, do engrandecimento moral e material da Corte e de seus habitantes, pois ambas estavam comprometidas com a transformação educacional. A estratégia do Estado moderno era higienizar as cidades, tendo a medicina apoderado-se do espaço urbano como

pântanos, rios, ar, cemitérios, escolas, fábricas, casas. COSTA (1989) investigou a transformação pela qual passou o país, observando que

> "(...) na Colônia, a visão caritativo-assistencial da religião reduzia a "assistência-médica" a uma atividade social marginal e supérflua, no Império, a ética leiga dos higienistas fez ver que saúde da população e do Estado coincidiam. A saúde da população inscrevia-se, assim, na política de Estado."[i]

O impulso dado à higiene através da medicina fora ocasionado pelo apoio do Estado brasileiro na saúde das famílias. Entretanto, é preciso destacar que família era essa: o objetivo da higienização dirigia-se, em um primeiro momento, apenas às famílias da elite, ou seja, escravos, mendigos, loucos, vagabundos, entre outros desclassificados, estavam excluídos deste projeto de higiene, sendo dedicadas a eles outras políticas médicas, como os ambientes segregados de asilos e prisões, polícia ou recrutamento militar.

A pedagogia da higiene relaciona-se à ciência da educação como instrumento de grandeza e felicidade do homem. Somente através da educação os males das nações seriam removidos. Desta forma, o projeto civilizatório baseado na racionalidade médico-higiênica, deveria ser planejado, medido, controlado, integrado e hierarquizado de maneira que fosse disseminado como padrão de civilização no mundo ocidental.

Para FOUCAULT (1987)[ii], no século XIX houve a substituição progressiva do espaço da lei pela tecnologia da norma. Sendo assim, a ação normalizadora passou a atuar nos interesses do Estado moderno, ao solucionar urgências políticas. Uma das urgências políticas referia-se ao controle dos indivíduos e das famílias.

COSTA afirma que "(...) a filantropia, a assistência social e a medicina concertaram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar (...)" e, desta forma, "(...) a normalização tornou-se indispensável ao funcionamento do Estado e tendeu a crescer e estabilizar-se num campo próprio de poder e saber, o do "desvio", da "anormalidade"".[iii]

MAGALHÃES (2002), ao trabalhar com a situação de conflito social causada pela presença do "outro", do diferente, do deficiente, coloca que estas diferenças devem ser consideradas como parte da tessitura social e não de forma marginal a esta tessitura. Para a

autora, as discussões acerca da construção de uma ordem ética pautada no respeito e na tolerância apontam para a urgência em se atender no âmbito da escola regular às demandas de todos os alunos, mas historicamente esta discussão é recente diante dos séculos de intolerância que geraram formas de disciplinar e punir comportamentos julgados inadequados.[iv]

Com relação à Educação na Corte Imperial, de acordo com SILVA (1999), com a saída da Corte de D. João, os gastos com a instrução pública ficaram comprometidos, já que tradicionalmente "as primeiras letras nunca receberam (...) o mesmo tratamento dispensado aos níveis superiores de ensino". Ou, por outro lado, "recebeu o tratamento adequado àquela sociedade"[v], onde poucos tinham o privilégio, e não o direito, do acesso à instrução por iniciativa pública.

A criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos, em 1856, estava associada ao projeto saquarema de implementação da instrução pública na Corte. Em relatórios sobre a situação e trabalho no Instituto, há passagens em que os surdos deveriam ser ensinados para trabalhos manuais de forma a serem aproveitados numa atividade produtiva. Cabe ressaltar qual o sentido prático desta instrução, ou seja, se os surdos estavam recebendo aulas para formação profissional e assim exercerem uma função econômica na sociedade, apesar de sua deficiência auditiva.

Desde meados do século XIX, a formação do Estado imperial brasileiro teve como preocupação e fundamentos a educação e a formação da Instrução Pública. A primeira Constituição Política do Brasil trazia, no artigo 179, a garantia da instrução primária a todos os cidadãos, gratuitamente.[vi] Através da regulamentação da Instrução, o problema da educação, auxiliado pelos projetos dos saquaremas, vai sendo encaminhado junto às questões de formação da nacionalidade. De acordo com MARTINEZ (1997), a criação de escolas públicas na Corte tinha o objetivo de difundir e unificar a língua nacional, propagar a religião, o ensino da leitura e escrita, além de uma moral atrelada às visões das classes senhoriais.

No caso do regulamento de 1854, o caráter obrigatório e gratuito da instrução primária garantia esta instrução a toda população livre, porém excluía os escravos e os doentes. No Brasil, em fins do século XIX, ocorreu um movimento de busca das raízes culturais, como forma de reconstruir a nação. A educação popular, além de instruir a população, objetivava fornecer educação moral e religiosa aos indivíduos, como um exercício de cidadania ao povo, transformação social e civilização.

O processo de produção e implantação da reforma educacional instituída pelo Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz através do decreto 1331A de 17 de fevereiro de 1854 teve, entre outros, desdobramentos que alcançaram a criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos, em 1856.

Uma das deliberações da Reforma trata do problema da formação de professores, incorporando o princípio de formação pela prática, ou seja, a classe dos professores adjuntos nas escolas primárias de 1º e 2º graus. Esta modalidade de formação conseguia atingir dois objetivos: escolarizar a população e formar os professores. Outra deliberação da reforma refere-se à nova estrutura e funcionamento para a instrução, estabelecendo dois graus para o ensino primário, sendo estes o elementar e o superior. Assim, com a invenção da escola graduada, vai-se eliminando o modelo das escolas de primeiras letras, para o primário, e o de aulas avulsas para o secundário.

A emergência da legislação de reforma do ensino público na Corte estava relacionada aos objetivos e questões políticas e sociais de seus empreendedores. O contexto de construção do Estado imperial e da nacionalidade brasileira foi traduzido no embate entre luzias e saquaremas[vii], em sua política de instrução pública, entre outros aspectos.

Deve-se ressaltar quais as circunstâncias em que o Imperial Instituto dos Surdos Mudos foi instituído, na medida em que podem revelar o aspecto excludente para com os surdos. Para LEITÃO (2003, pág. 263), “o atendimento não incluía um contingente significativo de surdos: nessa instituição, eram atendidos dezessete surdos, enquanto a população estimada, no Brasil, na época, era de 11.595.”[viii]

A análise das questões a respeito da “boa sociedade” segue os pressupostos do trabalho de MATTOS (1990) *O Tempo Saquarema*, na medida em que este autor trata da formação do Estado Imperial, referindo-se às políticas de Instrução Pública. A “Ordem” sugerida por MATTOS significava a continuação da exclusão e do caráter hierarquizador de homens e lugares no Império do Brasil.

As diferenças e hierarquias sociais demonstravam o contra-senso existente entre amplos setores da sociedade com relação a propostas, projetos e leis educacionais. “Luzias” e “Saquaremas” debatiam ideais políticos; liberais radicais ou republicanos defendiam sua visão de mundo. Embates e conciliações foram moldando a política de Instrução Pública, constituindo-se a partir de meados do século XIX.

MATTOS trata da importância de considerar as visões de mundo e as classificações que correspondem a cada grupo social, já que são essas representações que acabam por dirigir a conduta social. Uma vez que o liberalismo distinguia a sociedade brasileira através da construção do Estado Imperial e da constituição da classe senhorial, suas idéias permitiam destacar os monopólios de mão-de-obra, terra, negócios e política desta classe, ou seja, da elite.

A classificação da sociedade oitocentista baseava-se nos atributos de liberdade e propriedade, ou seja, pelas condições sociais e raciais poderiam ser identificadas três classes: a dos brancos, ou a boa sociedade; a do povo; e a dos escravos. A participação política imperial era determinada por uma classificação entre cidadãos e não-cidadãos. A análise da construção do Estado imperial resultou *um Império e três mundos*, sendo estes, de acordo com MATTOS, o mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem.

Na sociedade política estava presente a “boa sociedade”, os luzias e os saquaremas, constituindo o *mundo do governo* que deveria ser ordenado e deveria ordenar a sociedade através de sua ascensão ao poder público. Desta forma, a análise da “boa sociedade” se faz contundente quando a “escória da população” também é observada. Para a existência do senhor, enquanto elemento do *mundo do governo*, é necessário existir o escravo, que

compõe o *mundo do trabalho.* O *mundo da desordem* era composto por pessoas que não tinham lugar, nem ocupação, constituíam um mundo à parte dos ideais de sociedade pensados pela elite.

Para MATTOS, a instrução pública foi o ramo da administração que mais serviu à manutenção da Ordem. Os saquaremas atribuíram grande importância à instrução pública e à educação, na província do Rio de Janeiro, buscando investir na sua difusão.

Quanto à educação, a criação do IISM dependeu da ação de alguns ilustres homens públicos, pois sem seu esforço o Instituto não sobreviveria. Estes homens pertencentes à elite, à "boa sociedade", exerceram o papel de incentivadores e difusores da instrução pública.

Ao tratar da existência privilegiada do doador, enquanto pertencente à Comissão Promotora do IISM, evidenciam-se as figuras de Marquês d'Abrantes como Diretor, Marquês de Montalegre, Marquês de Olinda, entre outros. Estes colaboradores pertenciam a um grupo privilegiado e minoritário que ocupavam um lugar eminente na sociedade brasileira em meados do séc. XIX, ou seja, eram membros da elite. Esta elite pode ser evidenciada pelas contradições em suas atitudes, uma vez que ao mesmo tempo em que introduzia os ideais do liberalismo, do progresso, por outro lado, mantinha o poder nas suas mãos através de relações de trabalho baseadas na escravidão.

O IISM foi a primeira escola especializada na educação de surdos do Brasil. Este Instituto merece atenção quanto ao seu pioneirismo e força de vontade de seus colaboradores. Este tão necessário estabelecimento contava com o auxílio do Governo Imperial e esperava seu benefício para o desenvolvimento de suas atividades. De acordo com próprias palavras de Marquês de Abrantes,

> "Assim pois, convencido da utilidade ou antes necessidade d'um Instituto como este, reclamado pela *Humanidade*, e já exigido pelo estado atual de nossa civilização; e animada, além disso, pelo desvelado empenho com que V. M. I. não cessa de promover os melhoramentos do País, e de proteger o mesmo Instituto (...)"[ix]

Para o andamento do Instituto foram realizadas “caridades”, doações dos membros da Comissão Inspetora a fim de que os alunos continuassem suas aulas. O Império concedeu pensões anuais a alguns alunos. A história da Educação Especial Brasileira caracterizou-se como uma história de exclusão, ainda hoje sendo assim. O pioneirismo do IISM no Brasil aparenta iniciativa isolada e elitista, numa sociedade escravocrata e agrária, na qual poucas pessoas tinham acesso à escolarização, quanto menos ainda as pessoas surdas. Outro exemplo desta postura foi a criação do Instituto dos Meninos Cegos em 1854, o atual Instituto Benjamin Constant, destinado à educação dos deficientes visuais.

Em meados do século XIX, na Corte imperial, o processo de formação do Estado independente e a formação do Império influenciou direta e gradativamente a construção da educação pública nacional. Este processo de construção da escolarização no Brasil, e especificamente das escolas para surdos e cegos na cidade do Rio de Janeiro, não foi uniforme, de maneira que não possuíam caráter democrático, passando muito ao longe do lema “escola para todos”. Seguindo a linha de pensamento de MARTINEZ (1997), a autora coloca que

> “(...) as pesquisas sobre a história da educação imperial têm apontado que, a partir da década de 1830, em várias localidades do país, houve intensas discussões sobre a implantação de escolas públicas elementares, bem como debates sobre a pertinência, ou não, de se escolarizar as crianças, os negros, os índios ou as mulheres, em um momento em que a escola não possuía ainda lugar de destaque na sociedade. Lugar que foi se afirmando lentamente, a partir, inclusive, da presença estatal, que produzia, paulatinamente, a centralidade da instituição escolar, através, por exemplo, de um longo processo de normatização, no qual se descortinam as inter-relações entre os processos de estruturação do Estado e os de estruturação da instrução elementar.”[x]

Neste sentido, a presente pesquisa não se esgota aqui, tendo suscitado outras questões que posteriormente serão satisfeitas, tanto com relação à história da educação brasileira quanto ao processo de constituição da educação dos surdos no Brasil, em meados do século XIX, momento de surgimento de tal prática.

---

[i] COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. 3ª ed. RJ: Graal, 1989, p. 30.
[ii] Ver FOUCAULT,M. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
[iii] COSTA, p. 52.
[iv] MAGALHÃES, R. de C. B. Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002, p. 28.
[v] SILVA, Adriana M. P. Aprender com perfeição: escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX. Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado em Educação, 1999, p. 32.
[vi] BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil.* 1824
[vii] Os termos foram apropriados de MATTOS, I. R. de. O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial. SP: Hucitec, 1994, 3ª ed.
[viii] LEITÃO, Vanda Magalhães. A História Silenciosa e a Educação de Surdos no Ceará. *In* CAVALCANTE, I. M. & BEZERRA, I. A. (orgs) Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais. Fortaleza: UFC, 2003.
[ix] Relatório do Ministério do Império, 1857. Arquivo Nacional
[x] MARTINEZ, Alessandra Frota. Educar e instruir: a instrução pública na Corte Imperial (1870-1889). Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado em História, 1997, p. 273.

A SECULARIZAÇÃO DA MORTE EM JUIZ DE FORA (1850-1889)

FERNANDA MARIA MATOS DA COSTA

Mestranda em História – Universidade Federal de Juiz de Fora

As primeiras preocupações com o hábito de se enterrar os mortos no interior das Igrejas ou nos adros destas surgiram na Europa, mais especificamente, na França, em meados do século XVIII.

Na França, uma nova atitude diante da morte e dos mortos se delineou ao longo do século XVIII no rastro do Iluminismo, do avanço do pensamento racional, da laicização das relações sociais e da secularização da vida cotidiana. Essa nova atitude perante a morte foi denominada por Ariès como "morte selvagem"[1], ou individualizada e asséptica, conforme denominação de Norbert Elias[2]. Michel Vovelle[3], em suas pesquisas nos testamentos da região da Provença, sul da França, detectou a ocorrência de um processo de descristianização através da diminuição do conteúdo religioso contido nestes documentos. Os funerais se tornaram mais econômicos e menos barrocos. Os mortos passaram a ser encarados como um tabu público, sendo velados e sepultados em âmbito familiar e privado.

Um marco importante ao redor desse processo de mudança foi o nascimento da medicina social francesa[4]. Com o capitalismo, a preocupação ao redor do corpo enquanto força de trabalho foi socializada, na medida em que o controle da sociedade sobre os indivíduos começou com o corpo. É assim que Michel Foucault situa o medo urbano, o medo da cidade e tudo o que ela representava para o poder estatal: medo das oficinas e fábricas, do amontoamento da população, das casas muito altas, do crescimento populacional, das epidemias, dos esgotos e também dos cemitérios que, a exemplo do *"Cemitério dos Inocentes"* de Paris, situava-se no centro da cidade, em meio às casas e à população, sem quaisquer cuidados para com os cadáveres. Estes eram amontoados na área do cemitério, uns sobre os outros, aguçando ainda mais o pânico urbano com relação aos cemitérios[5].

Já por volta de 1740-50, Foucault relata o surgimento dos primeiros protestos contra o amontoamento de cemitérios no centro urbano e, em torno de 1780, as primeiras emigrações de cemitérios para as periferias. E é justamente nessa época, entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX, que surgem os cemitérios individualizados, com caixões individuais e sepulturas reservadas para as famílias, com as devidas identificações. É o início, portanto, da secularização dos cemitérios na Europa, através do caso emblemático da França[6].

O saber médico foi essencial no decorrer desse processo de secularização e expulsão dos mortos da cidade dos vivos. Os médicos recomendavam que os moribundos e os mortos fossem evitados por motivos de saúde pública. Essa nova atitude se fundamentava, sobretudo, na doutrina dos miasmas, desenvolvida pela ciência do século XVIII. Através dessa doutrina, acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos, como a temperatura, umidade e direção dos ventos, eram responsáveis pela formação de vapores ou miasmas prejudiciais à saúde, infectando o ar que se respirava[7].

Deste modo, começaram a surgir na França tentativas de se proibir a prática dos sepultamentos nas Igrejas, através da legislação. Antigas leis proibindo essa prática e recomendando a transferência dos cemitérios para fora das cidades foram revividas. Um inquérito de 1763 determinava ao Parlamento de Paris uma ordem interditando enterros nas igrejas e recomendando a construção de oito cemitérios fora da cidade, com exceção de alguns membros do corpo eclesiástico e de quem se dispusesse a pagar uma determinada quantia exigida para ter seu enterro realizado na igreja. Apesar dessa ser a primeira medida tomada contra a prática dos sepultamentos nas igrejas, ela possuía muitas brechas e nada foi feito no sentido de cumprir suas determinações, até o surgimento da famosa ordem régia de 1776[8], que reafirmava a lei anterior ampliando a jurisdição geográfica onde teria atuação[9].

No Brasil, as práticas de sepultamentos nas igrejas começaram a ser questionadas com maior freqüência a partir da década de 1830, pela influência da medicina social

francesa e da visão médica e racionalista que cada vez mais conquistava adeptos entre os médicos residentes no país[10].

Segundo a visão médica, os mortos representavam um grande problema para a saúde pública. Para eles, a decomposição dos cadáveres era uma fonte causadora de doenças e epidemias, uma vez que produzia gases responsáveis pela contaminação dos vivos. Desse modo, todos os costumes relativos a funerais e velórios eram por eles considerados como reflexo de uma mentalidade atrasada e supersticiosa, que não condizia com os ideais civilizatórios da nação que se formava. As mudanças ocorridas nas formas de sepultamento e velório, para eles, estavam associadas à organização civilizada do espaço urbano. Associavam a morte asséptica e distante dos centros urbanos com o ideal civilizador, tendo a França como maior influência[11].

Este ideal civilizatório se expandiu por várias regiões do país e pelas diversas províncias. Vejamos o caso específico de Juiz de Fora.

Situada na Zona da Mata, suas origens remontam à abertura do Caminho Novo, estrada criada para o transporte do ouro no século XVIII. Diversos povoados surgiram ao longo desta estrada, estimulados pelo movimento das tropas que ali transitavam rumo ao Rio de Janeiro, a exemplo de Santo Antônio do Paraibuna, criado por volta de 1820[12].

Em 1850, a Vila de Santo Antonio do Paraibuna é elevada à categoria de cidade e, quinze anos depois, ganha o nome de cidade do Juiz de Fora. A partir desta data, Juiz de Fora passa a vivenciar um processo de grande desenvolvimento econômico proporcionado pela agricultura cafeeira que se expandia pela Zona da Mata Mineira, dando origem à formação de várias fazendas. Por iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage, inicia-se a construção da primeira via de transporte rodoviário do Brasil: a Estrada União e Indústria, com o objetivo de encurtar a viagem entre a Corte e a Província de Minas e facilitar o transporte do café[13].

Um passo importante para a urbanização da cidade foi a construção do Cemitério Municipal. Até então, os mortos eram enterrados nos terrenos ao redor das igrejas – no caso, a matriz de Santo Antônio do Paraibuna, a atual Catedral Metropolitana, onde por

cerca de 20 anos foram enterrados os cristãos, batizados e devidamente encomendados pelo vigário da paróquia[14].

Porém, com as epidemias de cólera e febre amarela, que surgiram na cidade por volta de 1850, surgem as primeiras preocupações com o antigo hábito de se enterrar os mortos em torno dos templos católicos. Iniciam-se pedidos por parte da Comissão de Saúde designada pela Câmara Municipal para que se construa o mais rápido possível um Cemitério Público, afastado das casas de forma que os ares maléficos advindos dos cadáveres em putrefação não atingissem os moradores no centro urbano[15].

Paulino de Oliveira[16] relata que desde o ano de 1853 os habitantes da vila de Santo Antônio do Paraibuna vinham reclamando a construção de um cemitério, devido à impossibilidade de se continuar realizando sepultamentos na Matriz e em suas proximidades, com o crescente desenvolvimento da localidade. De acordo com este autor, neste mesmo ano de 1853 foi realizada uma subscrição pública onde alguns dos mais ilustres habitantes da vila assinaram doando quantias com a finalidade de construir o cemitério. Porém, tal construção não foi cogitada pela Câmara Municipal, nem neste ano nem em 1854.

Somente em 1855, com o agravamento da epidemia de cólera, a Câmara Municipal passou a cogitar a construção de um cemitério. Paulino de Oliveira cita alguns documentos deste ano, que tratam sobre a escolha do terreno, bem como sobre doações deste para o município. Contudo, tais propostas continuaram estagnadas na Câmara, na medida em que será somente em 1863 que esta irá, efetivamente, formalizar a documentação necessária para o início da construção do cemitério[17].

Tem-se, deste modo, a publicação do Edital para construção do Cemitério. Publicado em 21 de novembro de 1863, o edital propõe uma concorrência pública para a obra do Cemitério, sendo dada por arrematação a *"quem melhores condições oferecer a construção do Cemitério Público"*[18], junto a Estrada União e Indústria, com orçamento previsto de 2 contos e 930 mil réis. A Comissão responsável propõe ainda a realização de algumas obras necessárias no local, bem como a construção de uma capela:

> … propõe que quanto antes se mande roçar, destoçar, bem pelo fundo, e limpar todo o terreno, bem como consertar o respectivo portão (…) a mesma Comissão julgando muito apropriado o lugar ao fim a que é destinado propões que nele se faça uma Capelinha, com as condições seguintes: 35 palmos de comprimento, 20 de largura, 22 de altura (…) com mais madeiramento de paroba e tablado de cedro com iguais grossuras (…) paredes de tijolos, areia e cal, caiada, oleada…[19]

São recebidas diversas propostas de diferentes proponentes, mas é aceita a proposta realizada pelo Sr. Carlos Augusto Sanches. Para a Comissão, a preferência por esta proposta ocorreu devido a esta ser mais vantajosa quanto ao tempo exigido para o complemento da obra, bem como *"mais elegante"*[20], oferecendo a solidez indispensável. Vejamos alguns termos do contrato a que se dispõe o proponente: fazer a Capelinha; executar e acabar a obra no prazo de três meses, pela quantia de 2 contos e 800 mil réis; receber a quantia pedida em um só pagamento depois de concluída a obra e fazer os demais reparos que se acham prescritos no orçamento pela quantia de 130.000 réis. Assim, o proponente foi designado pela Comissão devido o mesmo ter se comprometido em terminar a obra dentro do orçamento previsto, 2$930.000 réis, e no prazo de três meses. Outra proposta para construção do Cemitério, de Antônio Duarte Neves[21], foi recusada por prometer cumprir a obra no prazo de cinco meses, dois a mais que a proposta vencedora da arrematação.

Contudo, um documento de 14 de junho de 1864[22] indica que a obra durou mais que o previsto. Neste documento, o arrematante da obra comunica à Câmara Municipal que a obra do Cemitério está pronta e acabada e solicita que seja nomeada uma Comissão para a fiscalização da mesma. Passados, portanto, seis meses do final do processo de arrematação da obra, é comunicada a sua conclusão, indicando que o proponente teve descontado um por cento da quantia orçada para cada mês de atraso na entrega da obra, conforme escreveu a Comissão no contrato do arrematante[23].

A Comissão solicitada pelo proponente foi nomeada e, conforme documento datado de 25 de junho de 1864[24], as obras da Capela e acessórios foram concluídas, cumprindo assim o contrato.

Desse modo, apesar de ter ficado resolvido na Câmara, em sessão de 17 de dezembro de 1855[25], que fosse comunicado ao vigário da vila a ordem de cessar os enterramentos no cemitério localizado no adro da Matriz, devido à epidemia que assolava as imediações da vila, os sepultamentos continuaram a serem realizados no terreno próximo à Matriz. Já os sepultamentos no cemitério público iniciaram-se somente em 1864, após a conclusão das obras do mesmo.

Além desses documentos expedidos pela Câmara, acima descritos, também podemos vislumbrar a atuação da Câmara Municipal em dois documentos significativos: no Código de Posturas[26] e no Regulamento de Cemitérios[27]. Estes documentos revelam inúmeros aspectos a respeito do processo de secularização da morte na então cidade do Paraibuna, estabelecendo a proibição de sepultamentos em qualquer local que não seja o Cemitério Público e regulando diversos aspectos referentes à administração e manutenção deste, como a aplicação de penas, multas e valores aos diversos serviços realizados por um cemitério, por exemplo.

Podemos notar, deste modo, que a epidemia de cólera não deve ser utilizada como único fator para justificar a construção do Cemitério Municipal, uma vez que esta somente foi devidamente iniciada com publicação de edital e concorrência pública, nos anos de 1863/64, data em que a primeira epidemia já havia sido controlada e não representava tantos perigos, nem suscitava tanta polêmica na Câmara[28].

Os primeiros sepultamentos datam, portanto, de 1864, conforme indicam os atestados de óbito e convites para enterros encontrados no AHPJF. Entre os atestados de óbito, podemos encontrar nomes de vários escravos e indigentes, o que indica que nos anos iniciais de funcionamento do Cemitério os sepultamentos realizados neste eram quase que em sua maioria de pessoas vindas de classes menos favorecidas. Conforme relatado por Paulino de Oliveira, ainda continuavam sendo realizados sepultamentos no Cemitério

existente próximo à Matriz, hábito que se estendeu por alguns anos além da data de construção do Cemitério Público[29].

Através dos convites para enterros podemos visualizar com clareza essa questão. O convite de data mais remota encontrado no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora é de 1864, sendo referente ao enterro de D. Luzia Perpétua de Siqueira, realizado no dia 14 de julho. Através do texto e das imagens presentes neste convite, percebemos que o fator religioso continuou sendo de extrema importância. A finada foi encomendada na Igreja dos Passos e somente após isso o cortejo seguiu para o Cemitério Municipal, onde foi sepultada. O texto do convite datado de 1864 também revela a influência religiosa, sendo tal fato visível através de palavras como *"que foi Deos servido levar desta para melhor vida sua avó...", "… lhe honre este acto de caridade e Religião, próprio das almas bem formadas e piedosas".* Já nos demais convites, podemos perceber progressivamente um texto mais conciso, curto e sem muitas referências religiosas, com pequenas diferenças no texto e nas imagens utilizadas. Em sua maioria, os finados foram encomendados antes da realização do enterro, seja na Igreja dos Passos ou na Matriz[30].

Os atestados de óbito e pedidos de sepultamento também são documentos reveladores da rotina de trabalho no cemitério, bem como das divisões das sepulturas. Estes documentos possuem, geralmente no verso, indicações do local onde a pessoa indicada foi enterrada e número da sepultura. Também podemos encontrar o dia e mês de sepultamento e o valor pago para tal fim. Com relação aos valores anotados, estes são mais baixos do que aqueles expostos no Regulamento do Cemitério[31].

Através destes documentos, é possível visualizar a estratificação encontrada no Cemitério. As crianças eram sepultadas em local específico, destinado aos "anjinhos", conforme exemplos: *"Na 4.ª sepultura na linha de anjinhos do lado esquerdo da capela"*, *"A 6.ª cova de anjinho do lado esquerda na linha"*. Também é possível visualizar a divisão encontrada entre protestantes e católicos, bem como entre pessoas batizadas e não-batizadas, como *"Catacumba próxima ao portão dos pagães"*, por exemplo.

A partir desses dados, podemos levantar algumas hipóteses, tais como: a laicização da morte em Juiz de Fora ocorreu sem grandes discussões e conflitos; a débil tradição de funerais pomposos na cidade, do tipo *"barroco"*, determinou que a transição para a secularização dos cemitérios e a conseqüente mudança de hábito acontecesse de modo rápido e "indolor".

Em Juiz de Fora, as medidas secularizantes não foram realizadas imediatamente após a ocorrência da epidemia de cólera, ao contrário do Rio de Janeiro, onde todo o esforço para a proibição dos enterros ocorreu sobretudo devido às diversas epidemias que assolavam a corte[32]. Deste modo, as medidas relativas à secularização determinadas pelo município de Juiz de Fora ocorreram, primeiramente, como um reflexo das políticas de secularização que estavam sendo redigidas em todo o país, sendo que a ameaça provocada pela epidemia de cólera refletiu apenas como um pano de fundo.

Desse modo, é possível perceber em Juiz de Fora um alinhamento com as deliberações ocorridas em nível imperial e provincial, vindo reforçar ainda mais o fato de que a criação do cemitério público ocorreu como um mero cumprimento à legislação e às discussões que estavam ocorrendo não apenas em nível municipal, mas também no interior de outras províncias, sobre o "hábito maléfico" de se enterrar os mortos nas igrejas e terrenos adjuntos. Seja no Rio de Janeiro[33], em Salvador[34] ou em Cuiabá[35], por exemplo, a preocupação com a medicalização da morte e a conseqüente secularização foi uma constante durante todo o século XIX.

---

[1] ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, pp. 84-99.
[2] ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
[3] VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, segunda parte (pp. 103-150); VOVELLE, M. **Piété baroque et déchristianisation**, lês attitudes devant la mort em Provence au XVIII siècle, Le Seuil, Paris, 1978; VOVELLE, M. **Les métamorphoses de la fête em Provence de 1750 à 1820**, Aubier-Flammarion, Paris, 1976.
[4] FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 12.ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996, p. 50-52.
[5] Idem, p. 51.
[6] Idem, p. 53.
[7] REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 75.
[8] Idem, p. 76.
[9] Idem.
[10] Idem, pp. 255-256.
[11] Idem, p. 247.

[12] As informações aqui citadas foram obtidas através do seguinte endereço da internet, disponível em: <http://www.asminasgerais.com.br/ZonadaMata/Cidades/juiz_de_fora/texto.htm>.

[13] Idem.

[14] COUTO, Ângela Oliveira & ROCHA, Izaura Regina Azevedo (Orgs.). **Juiz de Fora em dois tempos**. Juiz de Fora: Tribuna de Minas/Esdeva, 1997, p. 17.

[15] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de For a (AHPJF) – Fundo da Câmara Municipal no Império (FCMI). Documento de 24 de abril de 1865. Série 59/2.

[16] OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2.ª ed. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1966, p. 32.

[17] Idem, pp. 32-33.

[18] AHPJF – FCMI. Edital para construção do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, publicado em 21 de novembro de 1863. Série 104.

[19] Idem.

[20] AHPJF – FCMI. Propostas de obras no Cemitério. Documento de 16 de dezembro de 1863. Série 104.

[21] AHPJF – FCMI. Propostas de obras no Cemitério. Documento de 17 de dezembro de 1863. Série 104.

[22] AHPJF – FCMI. Arrematante pedindo à Câmara que esta fiscalize a obra pronta indicando para esta uma Comissão. Documento de 14 de junho de 1864. Série 104.

[23] AHPJF – FCMI. Propostas de obras no Cemitério. Documento de 16 de dezembro de 1863. Série 104.

[24] AHPJF – FCMI. Arrematante pedindo à Câmara que esta fiscalize a obra pronta indicando para isto uma Comissão. Documento de 25 de junho de 1864. Série 104.

[25] OLIVEIRA, Paulino de. Op. Cit., pp. 32-33.

[26] **POSTURAS** da Câmara Municipal da Cidade do Parahybuna da Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Typografia de Soares e Irmãos, 1860, artigos de n.º 71 a 81.

[27] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora – Fundo Câmara Municipal Império. Documentos referentes ao Cemitério Municipal. Regulamento dos Cemitérios Públicos. Série 116/1.

[28] A primeira epidemia de cólera ocorreu entre os anos de 1855/56 e a segunda somente em 1894/95, conforme relata a monografia de Rita Zambelli sobre a epidemia de Cólera. Cf. ZAMBELLI, Rita de Cássia. **O cólera em Juiz de Fora**: uma realidade presente no século passado. Juiz de Fora: UFJF, 1993. Monografia elaborada em decorrência da bolsa de iniciação científica da PROEP/UFJF. Bacharelado em História.

[29] OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Op. Cit., p. 33.

[30] AHPJF – FCMI. Convites para enterros – 1867/1878. Série 113/3.

[31] No Regulamento são cobrados 6.000 réis para sepultamentos de maiores de 07 anos e 4.000 para menores. Já nas indicações apresentadas nos atestados de óbito e pedidos de sepultamento, os valores encontrados são de 4.000 para maiores de 07 anos e 3.000 para menores.

[32] Conferir as pesquisas realizadas pela historiadora Cláudia Rodrigues: RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além:** o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII E XIX). Tese (Doutorado). UFF, Niterói, 2002; RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos.** Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Revisão e Editoração, 1997.

[33] RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**. Op. Cit.

[34] REIS, João José. **A morte é uma festa**. Op. Cit.

[35] ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. **Igrejas e cemitérios:** transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá (1850-1889). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

A política externa no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso: a articulação regional e a integração sul-americana (1995-2002).

Fernanda Tondolo Martins / Mestranda em História – UFRGS.

O estudo da integração sul-americana no período referente aos dois mandatos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso suscita a análise dos paradigmas da política externa brasileira nos anos 1990, as quais nortearam a atuação dos formuladores da política do país. A análise da articulação regional visa compreender o propósito político-estratégico que norteou o processo de integração, cujas linhas gerais estariam traçadas num esquema de liderança regional do país na América do Sul.

A historiografia, tradicionalmente, atribuiu a origem do Mercosul a um longo processo de integração latino-americana que teria se iniciado em 1960, e se estendido até as iniciativas de integração bilateral Brasil-Argentina, inauguradas nos anos 1980[1] (esse percurso incluiria projetos como Associação Latino Americana de Livre Comércio – Alalc - e Associação Latino Americana de Integração - Aladi), as quais teriam dado origem ao Mercosul[2], cuja condição prévia teria sido a redemocratização política ocorrida em meados da década de 1980 nos dois países. Desse modo, as relações entre o Brasil e os seus vizinhos teriam respondido a apelos históricos contraditórios: isolamento, boa-vizinhança e liderança. Imagens e percepções dos dois lados, além das afinidades e diferenças, que condicionaram a integração regional.

Partindo-se dessa premissa, esse trabalho tem como objetivo tentar identificar até que ponto o projeto de integração já estava na pauta dos governos militares brasileiros (ou remontava a eles, considerando-se a Alalc - 1960), foi fruto da transição democrática nos anos 1980, ou se vinculou ao reordenamento mundial de fins dessa década e início da década da de 1990, cujas transformações econômicas teriam trazido a necessidade de um desenho mais pragmático da política externa como instrumento para dinamizar as relações econômicas exteriores.

A ênfase dada à década de 1990 justifica-se porque com a volta do país à democracia, alteraram-se as condições em que a política externa vinha sendo formulada. Como destaca Nei Canani[3], com a consolidação democrática, não apenas as decisões de política externa passaram a depender de aprovação parlamentar, como a cooperação diplomática se viu forçada a abandonar seu "insulamento burocrático", tendo de articular de alguma forma os distintos interesses da sociedade na formulação da política externa. Cabe retomar o conceito formulado por Paulo Vizentini[4] sobre a "porosidade do Estado moderno", uma vez que devido à pressão de lobbies e grupos de influência, é importante detectar os inúmeros fatores que determinaram a formulação da política exterior do país.

Logo, a partir do momento em que rearranjos de interesses e novas correlações de forças na política brasileira, assim como percepções conflitantes das características da ordem mundial pós-Guerra Fria colocaram-se na pauta das discussões dos formuladores de política exterior, uma nova política internacional se definiu, refletindo a interação entre o doméstico e o internacional.

Assim sendo, esse trabalho procura trabalhar com a noção de "matriz", definida por Ricardo Sennes[5], a qual diz respeito aos contornos mais gerais da política externa de um país, e busca determinar a forma como ele concebe o sistema internacional; identifica as ameaças e possibilidades que esse sistema representa para seus próprios objetivos; dimensiona suas possibilidades, recursos, fraquezas e capacidades de ação internacional; e planeja uma inserção nesse sistema do modo que considera o mais vantajoso possível.

Para este autor, o aumento da atuação brasileira na América do Sul pode ser compreendido a partir do progressivo relaxamento do ordenamento da Guerra Fria e da redução da presença condicionante dos Estados Unidos, que teriam permitido o aparecimento de novos projetos de cunho regional. Portanto, a partir da segunda metade

dos anos 1980, diversos sistemas e subsistemas regionais readquiriram autonomia, deixando de reproduzir a dinâmica bipolar global.

Dentro dessa discussão, cabe a ressalva feita por Luis Fernandes[6], que destaca duas dimensões da política externa: a política de Estado, que reflete os interesses mais permanentes e consolidados do Estado brasileiro, e a política de governo, que se relaciona às prioridades, às ênfases, ao estilo e ao tom definidos pelas forças que ocupam, em diferentes períodos, o comando do poder executivo nacional.

Para Fernandes, como política de Estado, a agenda externa do Brasil emanaria da sua condição de Potência Média, de dimensões continentais, situada no coração da América do Sul. Ao se confrontar, a partir dessa condição, com as brutais assimetrias que caracterizam o mesmo sistema internacional, o Brasil teria se orientado pelo objetivo de preservar e ampliar a sua margem de ação autônoma no mundo. Assim, apesar de o governo Cardoso ter sido responsável pela consolidação de um modelo econômico interno calcado no binômio liberalização-desnacionalização, sua política externa teria se mantido reticente em relação à criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) nos moldes propostos pelos Estados Unidos, por entender que isso tolheria sua capacidade de ação autônoma e enfraqueceria sua liderança regional. Por isso mesmo, tratou de fortalecer o Mercosul como marco alternativo de integração ao longo de seus dois mandatos.

Em relação aos conceitos de política de Estado e política de governo, cabe destacar que num cenário de mudanças nacionais e internacionais, a continuidade da política externa deve receber tanta atenção quanto a ruptura, pois estará sinalizando a manutenção de um mesmo projeto político ao longo do tempo. Entretanto, é importante evitar a formulação de análises baseadas somente nos conceitos de política externa, consubstanciados nos discursos diplomáticos, pois é no contexto prático das políticas, no

cotidiano das relações entre os Estados, na interação do doméstico e do internacional, que o discurso ganha sentido.

Paradigmas da política externa brasileira nos anos 1990

O reordenamento mundial que se processou a partir do final da década de 1980, que propiciou a aceleração do processo de globalização econômica, da revolução científico-tecnológica entre os países desenvolvidos e a formação de blocos econômicos, acabou agravando a já difícil situação internacional de regiões como a América do Sul. Dentro do contexto regional, a nova agenda enfatizava a abertura dos mercados internos dos países periféricos e a redemocratização de seus governos. E, somado a esse quadro, estava a crise da dívida externa, que tornou os países sul-americanos vulneráveis às pressões de instituições econômicas e financeiras mundiais. Nesse sentido, as alterações do cenário externo conduziram os países do sub-continente a um retraimento político, que se somou a várias áreas de atrito e vulnerabilidade – um enorme passivo em termos de endividamento externo, uma grande dependência de fluxos de capitais internacionais, vários contenciosos comerciais, defasagem tecnológica em relação aos países desenvolvidos, entre outros.

A matriz da política externa brasileira e, conseqüentemente, suas estratégias e percepções, refletiram um esforço para incrementar sua inserção internacional com os recursos de poder de que dispunha. Tal ação privilegiou o aumento da presença brasileira no continente sul-americano, evitando, sempre que possível, a influência de potências extra-regionais. Para Sennes, essa inflexão teve profundo impacto no Brasil pelo fato de ser ele uma Potência Média[7], que considera, no âmbito das relações intenacionais, o espaço regional como preferencial para o engajamento político e a arena em que vêem mais diretamente envolvidos seus interesses.

Contudo, a efetivação da esfera regionalista pôde ser vislumbrada mais claramente a partir da segunda metade da década de 1990, pois a primeira

corresponderia à “crise da matriz multilateral e mundialista da política externa do país”[8]. Para Amado Cervo, tal postura vincular-se-ia à “dança dos paradigmas”[9], na qual o pensamento político brasileiro aplicado às relações internacionais do Brasil desde 1990 não foi homogêneo.

Celso Lafer[10] analisou essas modificações a partir de um ângulo mais positivo. Para ele, o esgotamento do “nacionalismo de fins” da década de 1980 reservaria um novo papel ao multilateralismo no século XXI. Com a globalização, “o mundo que o Brasil administrava como uma externalidade, internalizou-se, encerrando assim a eficácia do repertório de soluções construídas a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, que configurou o país no século XX”.

Cíntia Vieira Souto[11], numa discussão sobre as diferenças e conexões do bilateralismo e do multilateralismo na política externa brasileira, retoma Amado Cervo para rebater a argumentação de Lafer. Este identificaria uma mudança importante neste binômio a partir da década de 1990. No período em que, de acordo com o autor, o Brasil imprimiu “orientações confusas e até mesmo contraditórias, à política exterior”, a diplomacia brasileira manteve forte presença nos fóruns multilaterais e houve um importante declínio no bilateralismo. O âmbito multilateral teria ocorrido uma mudança de caráter: “o multilateralismo foi eleito como meio de ação de uma nação desprovida de poder para realizar sua vontade”. A presença multilateral teria por objetivo influenciar na definição de parâmetros de ordem global buscando atuar sobre a regulamentação do sistema bilateral de comércio sobre a arquitetura das finanças internacionais, bem como trabalhar os novos temas da agenda da globalização”. Os operadores da política exterior brasileira foram bem-sucedidos, na visão de Cervo, especialmente no manejo da questão dos direitos humanos e de temas ligados ao meio ambiente. Essa modificação, contudo, subtraiu energia do bilateralismo que, entregue ao descaso, teria se acomodado quanto ao papel dos grandes e pequenos.

Para João Paulo Soares Alsina Jr[12], a política externa não teria sofrido mudanças significativas ao longo do período que se inicia com a presidência de Fernando Collor e estende-se à gestão de Fernando Henrique Cardoso. Para ele, seria possível apontar uma leve inflexão do discurso diplomático brasileiro dentro da própria presidência de FHC, ainda que não admitida ou alardeada, podendo-se dividir sua gestão em dois períodos no que se refere à política externa. Estes corresponderiam, grosso modo, aos dois mandatos presidenciais: 1995-1998 e 1999-2002. A hipótese é que teria havido uma mudança na percepção do caráter do processo de globalização no segundo mandato, sobretudo a partir do fracasso da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Seatle em 18 de dezembro de 1999.

O pesquisador André Luiz Reis da Silva[13] corrobora a linha de pensamento de Alsina Jr. afirmando que se nos discursos do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique a globalização aparecia como um desafio a ser encarado. A partir de 2000, já se torna perceptível o destaque dado aos aspectos assimétricos da mesma. Para o autor, a política externa de FHC foi marcada pelo apogeu e crise do modelo neoliberal da inserção internacional do Brasil surgido no início da década de 1990.

Em relação à integração sul-americana, cabe inferir se a posição assumida pelo governo brasileiro não representou uma posição de reticência, quando não de franca oposição, ao Estados Unidos, que rechaçaria a iniciativa de liderança hemisférica do Brasil. Tal raciocínio aplicar-se-ia ao Mercosul, uma vez que inúmeras vezes o governo brasileiro resistira sistematicamente às propostas argentinas de agregar temas que ultrapassassem a mera supressão de barreiras comerciais e a proteção tarifária externa do mercado na região. Seja no âmbito do Mercosul, de sua extensão à América do Sul, ou da Alca, a diplomacia brasileira teria apresentado uma imensa dificuldade para assumir uma liderança positiva, seja formulando a agenda seja propondo uma ação substantiva. As posições brasileiras tenderam a ser processualísticas, isto é, referirem-se a métodos e

cronogramas e não à substância das negociações em pauta. A impressão dessa atuação é de que o país não quis, ou disse não querer, ou silenciou sem dizer não, em cada um desses fóruns, mas sem apresentar uma iniciativa com agenda substantiva ou modelo de integração definido a curto e médio prazo.

Considerando a inflexão do discurso de FHC é mister considerar se o aumento da vulnerabilidade externa não teria sido utilizado pela classe política brasileira para conceber a política externa como um instrumento para a resolução de problemas domésticos. Em decorrência dessa redução da política externa a um papel ancilar com relação às políticas domésticas – sem simplificar a inter-relação entre esses âmbitos – há que se inferir se a diplomacia não estaria rechaçando a definição de uma estratégia externa e contentando-se em controlar o caráter defensivo e reativo da diplomacia. Tal posição poderia, inclusive, ser vista como uma tática reativa e defensiva, semelhante a adotado nos anos 1980, uma vez que as pressões externas identificadas com a abertura comercial teriam renovado esse sentimento de “cerco”. Daí a adesão de táticas dilatórias, como a adesão aos temas transnacionais dos direitos humanos, direitos dos povos, direitos ambientais, entre outros, os quais são tratados em forma de coalizão e tomam o lugar de uma política afirmativa.

Essas hipóteses, ou questionamentos sobre a atuação do governo brasileiro durante a era FHC são colocadas para desmistificar o caráter discursivo de aprofundamento da integração sul-americana, uma vez que a atuação do país a nível externo responde a uma multiplicidade de fatores, bem como se articula às demandas nacionais para a solução dos problemas internos. Mesmo que o reordenamento mundial operado a partir de fins da década de 1980 tenha possibilitado ao Brasil inserir tal iniciativa no discurso da política exterior como forma de aumentar sua inserção internacional a partir dos recursos de poder de que dispunha, é importante considerar até que ponto iria a influência da percepção herdada da guerra fria de que a única ordem

possível seria a polarizada, e daí a noção de que só existiria uma só alternativa para todos os países: aderir aos Estados Unidos ou resistir a ele.

---

[1] O conceito de integração econômica latino-americana teria surgido no ambiente da Guerra Fria, refletindo uma reação à hegemonia geopolítica dos Estados Unidos. Entre as influências para esse processo estariam a descolonização afro-asiática, que se desenrolou entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1960 e o movimento de integração européia expresso pela fundação da Comunidade dos Estados Europeus (CEE).

[2] O passo inicial da aproximação foi a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), em julho de 1986. Em novembro de 1988, desenhou-se a meta de um mercado comum, no prazo de dez anos, fixada pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Em julho de 19990, os governos dos dois países resolveram acelerar o processo de integração, antecipando para 31 de dezembro de 1994 o estabelecimento o mercado comum bilateral. Em seguida, entrou em vigor o Acordo de Complementação Econômica (ACE -14), prevendo a redução gradual das tarifas alfandegárias, até a sua completa eliminação.

[3] CANANI, Nei. **Política externa no Governo Itamar Franco (1992-1994): continuidade e renovação de paradigma nos anos 1990.** Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 1993.

[4] VIZENTINI, Paulo. **A política externa no Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

[5] SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém-industrializada.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

[6] FERNANDES, Luis. **Autonomia pela liderança: o governo Lula conquistou importantes vitórias na frente diplomática.** Revista Bonifácio, Abril, 2004 [25-27].

[7] Para Ricardo Sennes, o interesse acadêmico em analisar especificamente a ação internacional das Pequenas e Médias Potências cresceu significativamente em decorrência tanto da performance do movimento dos Não-alinhados como do surgimento de países industrializados entre os países em desenvolvimento. A partir de então uma multiplicidade de conceitos surgiu para designar a categoria de país intermediário, uma vez que tal conceituação escapa ao campo teórico do realismo tradicional, cuja perspectiva está voltada para análise da estruturação e do funcionamento do sistema internacional a partir da ação das Grandes Potências. Dentre os aspectos importantes para a classificação das Potências Médias destacar-se-iam: o papel dos países frente aos processos decisórios internacionais, sua inserção regional, a dimensão e qualidade territorial e populacional, a produção agrícola, industrial, energética e mineral, o bem-estar e a integração nacional, a sua capacidade militar, seu *status* diplomático, sua taxa de importações e exportações, entre outros. Após uma revisão teórica dos autores que discutem esse conceito, Sennes conclui que o traço mais marcante entre eles, ainda que em proporções e combinações distintas, é o fato de ocuparem uma posição intermediária no sistema internacional global com sua conseqüente condição de *system-affecting states* e, de outro, participando intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais onde se encontram. Seria na combinação dessas duas vertentes que as Potências Médias se destacariam como atores relevantes, atuantes e estruturantes do sistema internacional.

[8] VIZENTINI, Paulo. A política externa brasileira em sua fase multilateral: cronologia 1961-1964. In: **Cadernos de Ciência Política,** nº 4. Série Pré-Edições. Porto Alegre: Programada de Pós-graduação em Ciência Política / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

[9] CEVO, Amado. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** Ano 45, nº 1. Brasília, 2002 [05-35].

[10] LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. In: **Estudos Avançados,** nº 14 (38), 2000.

[11] SOUTO, Cíntia Vieira. Bilateralismo e Multilateralismo na política externa brasileira: diferenças e conexões. In: **História, Memória e Testemunho. Caderno de Resumos**. VII Encontro Estadual de História – ANPUH/Pelotas, 2004.

[12] ALSINA JR., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: a articulação entre política externa e de defesa na era Cardoso. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 46, nº 1, 2003 [02-35].

[13] REIS, André Luiz da Silva. Rupturas e continuidades na política externa do governo Fernando Henrique Cardoso. In: **História, Memória e Testemunho. Caderno de Resumos**. VII Encontro Estadual de História – ANPUH/Pelotas, 2004.

Economia e Democracia na Revista de Economia Política (1981-1985)

Fernando Antonio Faria
Líder GrPesq Laboratório de História Social da Economia (LAHSOE-UFF)
Líder GrPesq Laboratório de Estudos Republicanos (LER-UERJ)

O objetivo desta comunicação é analisar as discussões sobre os rumos da economia brasileira na primeira metade dos anos 1980, através da produção intelectual dos economista reunida pela Revista de Economia Política, fundada em 1981 e mantida pelo Centro de Economia Política de São Paulo, tendo como diretor responsável Luiz Carlos Bresser Pereira e como patronos Caio Prado Jr., Celso Furtado e Ignácio Rangel.

Os marcos cronológicos são os anos de 1981 e 1985. O ano de 1981 distinguiu-se pela fundação da Revista de Economia Política, despontando no campo intemectual como um fórum de debates sobre os rumos e alternativas a serem implementados quando do retorno do País ao estado de Direito. O ano seguinte, 1982, reforça a afirmação das forças democráticas com a vitória da oposição nas urnas, apontando na direção da viabilidade de caminhos alternativos à condução da política econômica em nosso País. O marco final, 1985, é definido pelo fim do regime autoritário e pela viabilização de condições político-instituicionais para a implementação das idéias econômicas formuladas ao longo da primeira metade da década.

A década de 1980 foi consagrada na historiografia como marco de intenso processo de estagnação econômica acompanhado de elevadas taxas de inflação, fruto do esgotamento das estragégias desenvolvimentistas, que simultaneamente agravava o quadro de concentração de renda e de aprofundamento das desigualdades sociais, o que pode ser percebido pelos analistas da cena contemporânea. O mesmo não acontecia, no entanto, no que tangia ao ajuste estrutural em curso. Consagrou-se a expressão “década perdida” para referir-se a este momento de crise persistente que parecia resistir às mais variadas experimentações de política econômica.

A produção intelectual de um seleto grupo de economistas profissionais reunido em torno da *Revista de Economia Política*, caracterizou-se por uma heterogeneidade de posicionamentos teórico-metodológicos e políticos, que refletia o amplo espectro de correntes no campo da oposição democrática à política econômica do regime militar. Esta pluralidade fica patente quando da análise dos perfis dos membros que compunham o seu Conselho de Direção: Carlos Lessa, Dércio Munhoz, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, João Sayad, Luiz Carlos Bresser Pereira, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, Pedro Malan, Roberto Cajado Nicol e Yoshiaki Nakano. Com o retorno à democracia, passaram também a contribuir na condição de quadros dirigentes do Estado, participando ativamente nos sucessivos pacotes que assinalaram as numerosas reformas econômicas a partir daí.

A primeira edição da REP (Vol.1, n.1, Jan-Mar de 1981), traz a contribuição de Ignácio Rangel, um dos fundadores da economia política brasileira e patrono da revista, formulador da Teoria da Dualidade Básica da economia brasileira, integrante da Assessoria Econômica do segundo governo de Vargas, integrou os quadros do ISEB e teve uma participação destacada no BNDE na execução do Programa de Metas durante o governo de JK. É um representante da corrente independente no interior do pensamento econômico brasileiro e homem público com posições progressistas. Rangel no artigo “A Questão Financeira” a situa no centro da crise da economia brasileira. Isto porque o aparelho econômico se apresenta com um pólo de ociosidade e outro de anti-ociosidade, característica apontada pelo autor como típica dos ciclos Juglar ao longo do processo de desenvolvimento industrial brasileiro. Portanto, para Rangel, a transferência de recursos dos setores ociosos para os setores dinâmicos passaria necessariamente pelo serviço de intermediação financeira.

O quadro recessivo vigente seguido pela perda da capacidade de investimento do Estado, e obstáculos no campo institucional não resolvidos conformaram a dita

questão financeira. "*Por outras palavras, a retomada do ritmo de crescimento não resulta, essencialmente, do reinvestimento dos lucros de cada empresa, em sua própria expansão, mas do investimento, em um setor, de lucros originários da atividade de outros setores, trazendo implícita a questão dos meios e modos usados para captar diretamente, ou via setor Família, no pólo de ociosidade, o excedente econômico que surgirá como investimento no pólo oposto, isto é, no pólo da anti-ociosidade, ou área dos pontos de estrangulamento (....) Para desincumbir-se da missão que lhe é atribuída, o aparelho de intermediação financeira deve passar por uma reforma relativamente profunda. Afinal, a área do sistema econômico privilegiada para o campo de investimentos, convertida em pólo de ociosidade, deverá agora passar para a condição de formadora de excedente econômico"* (REP, Vol.1, n.1., Jan-Mar 1981, p. 32). O serviço de intermediação financeira, desta forma, deveria cumprir a tarefa de desfazer os gargalos existentes que impediam o trânsito de recursos entre os dois citados pólos, permitindo contornar as pressões inflacionárias surgidas ao longo do movimento cíclico de Juglar, característica marcante da história da economia industrial brasileira.

Uma visão discrepante a esta foi apresentada no número seguinte (Vol.1, n.2., Abr-Jun de 1981) por Luiz Carlos Bresser Pereira no artigo "A Inflação no Capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente)" no qual toma como ponto de partida o fato da inflação ter se tornado inerente ao funcionamento do capitalismo contemporâneo, que para ele se apresenta como capitalismo de Estado ou capitalismo tecnoburocrático, definido pela presença das grandes empresas e sindicatos, controlados por uma elite administrativa com elevados salários. Decorrente desta constatação, a inflação transcende sua dimensão tipicamente monetária, generalizando-se como fenômeno que passa a estar presente nos países centrais e não mais restrito à esfera do sistema econômico dos países subdesenvolvidos. Bresser destaca três processos inflacionários que dinamicamente interagem com a inflação estrutural. São eles: a inflação administrada, a compensatória e a corretiva. A primeira é deccorente da ação dos

atores econômicos com poder de mercado. A segunda é fruto da política de garantia da taxa de acumulação imposta ao Estado pela pressão dos grandes grupos econômicos. A terceira, tal como a expressão antecipa, surge em função dos desvios que emergem na condução da política econômica.

Vemos, portanto, nas análises de Rangel e Bresser pontos de aproximação. Bresser admite que a inflação é decorrente de causas monetárias, estruturais, administrativas e de demanda agregada que interagem, e conclui que uma única teoria explicativa da inflação, por mais abrangente que possa ser, é insuficiente para dar conta de um fenômeno tão complexo. Rejeita portanto a ortodoxia na medida em que ela se limita "*(a) liberar preços, juros, taxas de câmbio, e não apenas liberar, mas reduzir administrativamente (via inflação não corrigida plenamente) os salários; (b) eliminar rapidamente o déficit do governo, reduzindo despesas, preferivelmente aumentando impostos; (c) reduzir drasticamente a quantidade de moeda. Em conseqüência destas políticas, a ecomomia deverá entrar em recessão, e o mercado dada a oferta agregada maior que a procura, encarregar-se-á automaticamente de obter as reduções de margens e preços* (Vol. 1, n.2, Abr-Jun de 1981, p. 37)". É consensual que o combate à inflação passa necessariamente pela redução de lucros, juros, aluguéis e salários, mas o autor critica a política econômica ortodoxa pois na prática, a recessão provocada pela sua implementação recai mais intensamente sobre os salários. "*A política administrativa provavelmente garantirá ao sistema econômico taxas mais elevadas de crescimento econômico a médio prazo, além de lograr manter em níveis aceitáveis a inflação. Seu pressuposto é o de que qualquer política de controle da inflação só terá êxito na medida em que logre diminuir as resistências das empresas à redução de suas margens de lucro via controle de preços, e, ao mesmo tempo, permita que os trabalhadores limitem suas reivindicações salariais à manutenção do salário real mais o incremento médio de produtividade. Ora, dado o poder de mercado das empresas e o crescente poder de barganha dos trabalhadores, essas duas condições de controle da inflação serão muito mais facilmente atingíveis em uma economia em crescimento, que reduz a capacidade*

ociosa e aumenta o nível de emprego" (p. 39). Desta forma, Bresser expressa seu plano de combater a inflação sem prejuízo do crescimento econômico.

Este é um ponto comum a todos os colaboradores deste periódico no período estudado, e justifica a existência do mesmo, isto é, a busca de uma abordagem do fenômeno inflacionário que não se confundisse com os esquemas ortodoxos adotados pela política econômica do regime autoritário. O compromisso intelectual, num sentido mais amplo, político, do seleto grupo reunido em torno da REP estava em elaborar visões alternativas à oficial que pudessem se traduzir em plano de combate à inflação com a manutenção de taxas mais elevadas de crescimento econômico a médio prazo. E esta preocupação encontrava respaldo em um quadro político-institucional de exaustão do regime autoritário e da perspectiva de uma transição para o Estado de Direito, com a passagem do poder para o controle civil, o que permitiu que esse período se transformasse em um verdadeiro laboratório de idéias concorrentes no processo de democratização da sociedade da época.

Em "Crítica ao Receituário Ortodoxo" (Vol.1, n.4, Out-Dez de 1981, pp. 71-86), José Serra elabora um inventário da política econômica em vigor, questionando-a item por item. Para ele, o ano de 1980 é o marco da exaustão da fase que sucedeu ao "milagre econômico". Esta constatação se baseia na elevação da inflação, no agravamento do equilíbrio externo e no avanço da estratégia recessionista governamental, num quadro em que a produção apresentava um desempenho aceitável. "*A inflação é hoje a mais elevada de nossa História, atingindo nos últimos doze meses a casa dos 110% anuais. Projetando para um ano as tendências do último trimestre ou quadrimestre, ficaríamos em torno dos 120%. Trata-se de uma espiral inflacionária que, graças à força dos mecanismos de propagação e às expectativas, vai muito além do que poderia ser explicado por fatores do tipo pressões por demanda, 'gargalos' de oferta, conflitos distributivos ou choques externos. É preciso ter claro que, hoje, embora o combate à inflação centrado na eliminação de tais fatores pudesse atenuar a espiral inflacionária, de*

modo algum seria capaz de fazê-la retroceder significativamente à curto prazo" (p. 71).

Ainda que o autor reconheça que as orientações por ele apontadas criam condições favoráveis para a economia brasileira a médio e longo prazos, sem a incidência de custos sociais e políticos inaceitáveis, afirma a necessidade da mudança do padrão de desenvolvimento que vigorava nas últimas três décadas de modo a garantir uma elevada taxa de crescimento e fazer face ao aumento de investimento que se situa em um nível acima daquele vigente durante a industrialização ao longo da segunda metade do século XX. Desta forma, percebe-se um verdadeiro consenso em torno do esgotamento do padrão de acumulação por parte deste seleto grupo de intelectuais reunidos nas páginas da REP.

Mais uma expressão do pensamento econômico heterodoxo brasileiro foi dado por Yoshiaki Nakano em seu artigo "Recessão e Inflação" (Vol. 2. n.6, Abr-Jun de 1982, pp. 133-137). O alvo da crítica mais uma vez são os economistas neoclássicos que reiteram a necessidade de uma política monetarista como forma de controle da inflação. A ortodoxia neoclássica atribui a redução dos preços à redução da demanda via restrição monetária, o que, não obstante o fato de ser reiterado nos livros-texto tradicionais de Economia, não passa de um argumento ideológico que não encontra respaldo na experiência da economia do mundo real. O autor em suas breves notas não se limita a criticar tal visão. Argumenta que a recessão, além de recair de forma injusta sobre os setores competitivos e os trabalhadores, via perda de empregos e queda do salário real, não é eficiente forma de controle da inflação, pois os setores oligopolistas compensam a retração da demanda dos consumidores através da elevação dos preços. Além de injusta, é ineficaz.

Para uma inflação que a cada dia que passava se tornava mais rebelde à ação da política econômica, que assumia contornos políticos ameaçadores que levavam a um desgaste crescente o regime autoritário, Bresser Pereira e Nakano

propuseram a substituição dos choques ortodoxos implementados até então (vide 1981 e 1983), por uma "Política Administrativa de Controle da Inflação" (Vol.4, n.3, Jul-Set de 1984, pp. 105-125). O diagnóstico é um passo essencial em uma política de controle da inflação. Os autores reiteram os diversos tipos de inflações com os seus respectivos corretivos: "*se a inflação for de demanda, o controle monetário e/ou fiscal de demanda agregada será a política indicada; se a inflação for autônoma ou administrada, o mercado será imperfeito e portanto o controle de preços e a política de rendas serão o caminho natural; se a inflação for estrutural, será preciso conviver com a inflação ao mesmo tempo que se adotam medidas de longo prazo para reduzir os desequilíbrios estruturais"* (p. 105).

Ocorre que os mesmos reconhecem que o processo inflacionário nunca é produto de uma única causa, sendo resultado da interação entre tipos acima. Claro está que um deles predominará e a política a ser implementada deverá contemplar, portanto, o tipo de inflação predominante. No artigo os autores tomam como objeto central de suas reflexões a inflação autônoma ou administrada como a principal causa que deveria ser combatida pela política anti-inflacionária, visto que o fenômeno da estagflação é uma característica marcante tanto nas economias ditas desenvolvidas quanto no "subdesenvolvimento industrializado" nas últimas décadas do século XX, momento em que interagem alto desemprego e capacidade ociosa crescente. Assim, a política anti-inflacionária enunciada por Bresser e Nakano consiste em "*uma proposta de controle gradual da inflação via controles administrativos de preços e rendas, inclusive desindexação parcial e planejada de economia, combinada com medidas de redução do déficit público e da oferta monetária à medida que a inflação vai baixando. As políticas monetária e fiscal aparecem, assim, de forma subordinada, na medida em que a oferta monetária e o déficit público, quando a inflação é autônoma, são apenas fatores sancionadores da inflação"* (p. 123).

No quadro de uma inflação prolongada, como o caso brasileiro, a política gradual pregada pode não se efetivar. "*Nessas condições, uma política 'heróica' de*

controle administrativo de preços e de desindexação da economia pode ser a única alternativa adequada. É preciso ficar claro que não se trata do clássico 'tratamento de choque' dos economistas ortodoxos, já que não se pretende que a inflação autônoma seja liquidada através de violenta compressão de demanda, e conseqüente recessão. A ineficiência deste tipo de política já está demonstrada" (pp. 123-124). A política é 'heróica' pelo fato de ser de alto risco. O que se busca não é a recessão tal como os neoclássicos aspiravam, muito menos introduzir distorções de caráter distributivo ou alocativo. O risco reside na possibilidade de que esta política, visto a sua proposta radical, possa desorganizar o sistema econômico, atingindo frontalmente o sistema financeiro que, por um lado, é o maior favorecido, e por outro é a grande fonte de instabilidade no quadro de uma economia inflacionária. Os autores concluem, apontando na direção de que "*uma política heróica de combate à inflação só pode ser adotada quando a inflação saiu claramente do controle da política econômica convencional, ou quando a sociedade civil como um todo se convenceu de que as distorções causadas pelas altas taxas inflacionárias vigentes são mais do que os eventuais riscos da solução heróica"* (p.124).

Percebe-se claramente uma preocupação por parte dos autores de que a sua proposta tenha um respaldo no voluntarismo da sociedade, no sentido de uma ampla adesão ao projeto proposto, bem como no reconhecimento público da inflação como principal inimigo da retomada do crescimento da economia em bases estáveis. Nisto, como de resto, se diferencia de forma nítida das soluções empregadas pelo regime autoritário no tratamento da mais premente questão do período.

“VOLUNTÁRIOS DE PAU E CORDA”: OS POPULARES E A RESISTÊNCIA NA GUERRA DO PARAGUAI. (1864-1870)

FERNANDO AUGUSTO FARIA

A guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança foi um fato que alterou toda a configuração política e geográfica dos países participantes do conflito. Contudo, as modificações causadas em dimensões mais reduzidas também nos são pertinentes. Concomitantemente ao acontecimento da campanha militar no Paraguai, diferentes batalhas – no Brasil – são travadas em busca de outros interesses, decorrentes da Guerra do Paraguai. As batalhas a que nos referimos são entre a política imperial de recrutamento e os diferentes grupos sociais, sobretudo as camadas populares, estes buscando interesses particulares e que, muitas vezes, configuram-se como fatores de resistência.

Com a finalidade de engrossar o contingente que seguiria para o campo de batalha, o império toma uma medida para o recrutamento de não-oficiais; a criação dos corpos de *Voluntários da Pátria*, em 7 de janeiro de 1865, que pretendia aflorar o patriotismo da população e oferecia uma série de atrativos[1]. Inicialmente o decreto mobilizou um grande contingente de reais voluntários, mas posteriormente com a guerra tornando-se impopular por sua longa duração, os verdadeiros voluntários tornaram-se escassos e por sua vez, o decreto que faria menção aos corpos de Voluntários da Pátria sofreria modificações – não em sua jurisprudência – em sua aplicação prática. Em certos momentos os voluntários seriam chamados de “voluntários de pau e corda” [2], tamanha truculência exercida pelos agentes de recrutamento. Todavia o decreto não menciona possibilidade de substituição e outras isenções – pois estas não seriam necessárias num corpo de voluntários, mas no final de 1865, os que eram parte do “voluntariado forçado” receberam permissão formal para pagar 600$000 para não terem de servir[3].

Nota-se que o decreto, no início, tinha como intenção atingir todos os grupos sociais para que se alistassem voluntariamente, mas posteriormente – quando passa a interferir no âmbito privado das pessoas – a lei se voltaria somente às camadas mais pobres da população. Assim, demonstrando a face operante da lei como mediação das relações de classe como um conjunto de regras e sanções adequadas às quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder da classe dominante[4].

Na correspondência do quartel do Comando Superior da Guarda Nacional de Guarapuava, enviada ao presidente de província, em 28 de novembro 1867, podemos identificar o esforço dado ao recrutamento e cotas designadas aos postos de alistamento:

> (...) para fazer chegar ao conhecimento de V. Ex ª que o número dos designados que tocou a este Commando Superior [92], não tem sido abatido quatorze que remetti logo depois dos 22 voluntários da pátria que daqui forão, o que deveria constar na Secretaria do Governo da Província.
>
> Passo a dar as providencias que estiverem ao meu alcance **a capturar os designados que voluntariamente não quiserem seguir, para remettelos a V.Exª.**[5] (grifo meu)

Temos a possibilidade de vislumbrar que mesmo quartéis de guarda nacional eram responsáveis pela captura do voluntariado compulsório, além da cota de guardas nacionais que era cobrada incessantemente pelo governo imperial e conseqüentemente pela administração provincial. Porém a tarefa de recrutar pessoas que fossem à frente de batalha era complicada pelas mais diversas estratégias de resistência ao recrutamento, como a associação ao Partido Liberal, para ser protegido pelos chefes políticos locais, procurar refúgios em bosques ou florestas ou, ainda, se casar – esta última se mostrou muito eficiente para os que não queriam ser enviados para o Paraguai[6]. Da lista de 62 recrutados, pela Guarda Nacional de Guarapuava, em novembro de 1867, constavam 56 solteiros, 2 viúvos e 4

casados, nos dados destes casados constando sempre à observação de que não moravam com as respectivas esposas[7].

Em 21 de janeiro de 1865, o Império, por meio do decreto 3383 mobiliza a Guarda Nacional, estipula cotas para as províncias de enviados para a guerra, num total de 14.796 guardas nacionais[8]. Desta cota cabe ao Paraná enviar 416 homens, o cumprimento da meta não parecia ser difícil se considerando que a província do Paraná teria 13.217 guardas nacionais dos quais 2.974 pertenceriam à classe de reserva[9]. Entretanto nem Império, nem província, esperavam por uma resistência tão grande por parte de populares e Guarda Nacional[10] no momento de alistamento. Os guardas nacionais não poderiam pagar para se livrar da guerra, mas lhes era permitida a substituição por outro indivíduo, às substituições proporcionavam o engajamento na Guarda Nacional de despossuídos de cidadania em busca desta e de escravos sempre procurando a alforria.

As camadas populares eram compostas essencialmente por brancos pobres e negros, sendo que estes últimos poderiam ser classificados ainda como escravos, libertos ou negros livres. Quando se inicia a Guerra do Paraguai estes excluídos socialmente têm seu cotidiano alterado e suam privacidade fortemente violada, principalmente, pelo recrutamento compulsório que mudou toda a movimentação social do Império como comenta o General Queiros Duarte:

> (...) as autoridades recrutadoras, delegado de polícia e seus prepostos iam caçar o caboclo no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim, brancos, mulatos e os negros que, depois de reunidos e contados eram despachados em magotes, sem uma simples inspeção de saúde, sem se indagar da sua condição de chefe de família, para as capitais provinciais ou mesmo pra a corte... [11]

Fica claro no trecho acima que os despossuídos eram indubitavelmente os alvos dos agentes de recrutamento – inspetores de quarteirão, chefes de polícia, guarda nacionais, etc. – que estavam nas ruas procurando alcançar a quantidade de alistados destinados a cada província. Assim, todo o homem

capturado pela malha do recrutamento como suspeito de deserção, vadio, arruaceiro, gatuno, capoeira, ou órfão poderia ser enviado pra a marinha ou exército.

Neste sentido, as forças armadas passaram a ter uma função "civilizadora" onde as milícias de alistamento procuravam controlar o movimento desta população despossuída, bem como modificar suas disposições criminosas, segregando e punindo violentamente estes indivíduos para "moralizá-los" e tira-los das ruas onde perturbavam a ordem social. Visando eliminar resistentes do sistema social. Desta forma o recrutamento serviria de forma correcional e punitiva, de uma maneira que estes indivíduos ficassem susceptíveis de utilização e controle[12].

Libertos e negros livres, neste momento vivem a situação de serem alvos das patrulhas de recrutamento, por seu estereotipo os denunciarem como despossuídos, no entanto estes poderiam se fazer passar por escravos, como um trunfo contra o recrutamento. O fato de se passar por cativos seria um modo de resistência ao alistamento, de forma que alguns negros que conheciam o mundo dos brancos e sabiam da difícil relação do Estado com os proprietários de escravos, portanto, os recrutadores deveriam ter mais cuidado com os cativos. O alistamento para a Guerra do Paraguai causou uma inversão de interesses, onde negros livres e libertos diriam-se cativos para continuar com sua liberdade fora das forças militares.

As táticas escravas, para ludibriar o recrutamento têm uma conotação peculiar, pois estes teriam o intuito de ir à guerra, com o objetivo maior de adquirirem a liberdade. Como já uma das maneiras do escravo ir à frente de batalha era como substituto, mas isto dependeria da vontade de seu senhor, entretanto, a partir do momento que os escravos aprenderam que a substituição na guerra era uma via de libertação[13], passaram a imprimir uma pressão sobre os seus proprietários por meio de rebeliões, assassinatos, resistência ao trabalho e delitos, com a finalidade de serem "utilizados" como substitutos ou vendidos ao império para a servirem as Forças Armadas. Desta maneira, interferindo em providências que dizem respeito a seu próprio destino. [14] Os cativos – principalmente os urbanos – poderiam se aproveitar

da sede de recrutas do Império, e como que sem preensão cair nas malhas do alistamento por pequenos delitos, promovendo desordens e arruaças, zanzando pelas ruas após o "Toque de Recolher", proferindo impropérios e envolvendo-se em brigas, se o agora "recruta" chegasse ao chefe de policia ele poderia optar em ir à guerra ou revelar sua identidade de cativo, retornando ao cativeiro. [15] Notemos aqui a interessante inversão de papéis onde o escravo gostaria de ir à guerra, se fazendo passar por liberto ou negro livre.

Os interesses aqui em questão podem ser representados como uma espécie de triângulo social, onde em um de seus vértices estaria localizado o interesse escravo e nos outros dois estariam respectivamente os objetivos do Estado Imperial e dos proprietários escravistas. Desta maneira, os escravos traçariam suas estratégias sociais "colaborando" com os interesses de um dos dois vértices do triângulo social, desde que isso lhes fosse oportuno no sentido de alcançar seus próprios objetivos. Como fica exemplificado nas experiências de cativos que fugiam com o intuito de ir à frente de batalha no Paraguai, que supostamente estariam colaborando com a necessidade "do vértice" imperial, voltando-se contra os seus senhores – que tentavam neste momento assegurar o seu direito de propriedade – objetivando assim adquirir a alforria por meio da Guerra. Tendo em vista que as autoridades posicionavam-se contra a possibilidade de um "voluntário da Pátria" voltar a sua condição servil[16].

O que levantamos de mais importante, seria compreender os diferentes significados da onda de alistamento; que vão desde castigo e meio de moralização para os homens livres até alternativa seguida por escravos para encobrir suas fugas e garantir a liberdade. Sem deixar de salientar a imensa agitação social resultante do alistamento para a Guerra e a inversão momentânea de papéis – sobretudo – entre escravos e negros livres.

[1] BRASIL, **Colleção das leis do Império de 1865**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Decreto 3371. p. 36-9.

[2] SILVA, E. **Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo:** Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. p.42.

[3] KRAAY, H. **Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai**. Estudos Afro-Asiáticos, n 33. Rio de Janeiro, 1998. p. 119.

[4] THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 350.

[5] DEAP. Comando Superior da Guarda Nacional de Guarapuava. Pasta officios, 1867, v.16. Ap. 266 p. 118-9.

[6] DORATIOTO, F. M. **Maldita Guerra: Novas Histórias da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.265.

[7] DEAP. Comando da Guarda de Guarapuava. Pasta officios, 1867, v.16. Ap. 266, p. 120.

[8] BRASIL, **Colleção das leis do Império de 1865.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Decreto 3383. p. 45-6.

[9] PARANÁ, **Relatório do Presidente da Província**, Pádua Fleury, de 21/03/1865. Curitiba: Typographia Perseverança, 1865. p. 09.

[10] A Guarda Nacional era normalmente, organizada e subordinada a autoridades locais, por sua vez subordinados a grandes senhores e proprietários; só eram membros da guarda nacional aqueles que tivessem uma renda superior a 200$000. A centralização da Guarda Nacional no momento que era incorporada ao exército desagradou aos proprietários locais, o que causou uma dificuldade no recrutamento destes guardas nacionais, para a guerra contra o Paraguai.

[11] DUARTE Q. *Apud* SALLES R. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exercito. RJ: Paz e Terra, 1990. p.102-3.

[12]FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir***:* história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 142.

[13] Ver o exemplo do escravo Lucio, que foi apresentado como substituto do guarda nacional Francisco Neves de Macedo Rosas, no dia 06 de novembro de 1865. DEAP. Pasta Requerimentos, 1865, v.08. Ap. 227, p. 106.

[14] CHALHOUB, S. **Visões da liberdade:** uma historia das últimas décadas de escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 58.

[15] NASCIMENTO, A. P. **Do cativeiro ao mar: escravos na Marinha de Guerra.** Estudos Afro-Asiáticos, n 38. Rio de Janeiro, 2000. p. 98.

[16] SALLES R. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exercito. RJ: Paz e Terra, 1990. p. 65.

Entre a ameaça do Santo Ofício e a necessidade de produção na colônia: a trajetória do casal de cristãos-novos Diogo Fernandes e Branca Dias (século XVI).

Fernando Gil Portela Vieira, UFF

A aliança entre os poderes laico e religioso, característica intrínseca às relações de poder político nas monarquias ibéricas modernas, contribuiu para que os súditos do reino que professassem outra religião, além de inimigos da fé, fossem tidos como inimigos da Coroa. Em Portugal, uma das atitudes oficiais mais importantes neste sentido (se bem que em parte ditada por motivos pontuais como o casamento real com a herdeira de Castela) foi a conversão forçada de todos os súditos à fé católica, incluindo os judeus, os quais passaram a ser identificados por "cristãos-novos", ordenada por D. Manuel I em 1496-7[1]. O desenrolar deste processo culminaria na criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, instituição legitimada pelo papado mas submetida à autoridade temporal, criado em Portugal em 1536, no reinado de D. João III. Entre os séculos XVI e XIX, enquanto vigorou sua ação no reino e nas colônias, este tribunal, responsável por *inquirir* sobre a fé de todos os cristãos batizados, abriu milhares de processos contra indivíduos acusados de atentar contra a ortodoxia católica, seja professando outra religião ou colocando em xeque a moral e os "bons costumes". Porém, indubitavelmente o *leitmotiv* do tribunal luso tenha sido os cristãos-novos, tidos mesmo como "elementos corruptores da identidade do reino"[2].

A vasta documentação deixada pela Inquisição torna a análise do tribunal uma rica possibilidade de combinar as escalas de observação – tarefa nem sempre fácil – na História, posto ao menos sua influência se fazer sentir em todos os estratos sociais[3], como aprazia afirmar o próprio tribunal. Lembremos da temática da Inquisição presente em alguns dos mais conhecidos trabalhos de "micro-história". Esta tendência, nascida da prática de historiadores italianos desde a década de 1970, pretende, grosso modo, partindo do estudo de pequenos grupos ou mesmo de indivíduos, enriquecer a análise da experiência social a partir das margens de manobra oferecidas àquele grupo ou indivíduo em sua sociedade.

Carlo Ginzburg, autor de *O queijo e os vermes*, livro sobre as idéias de um moleiro italiano quinhentista processado pela Inquisição, ressalva que a investigação a partir do "micro" não deve prescindir da estratificação social existente nem do fato de que a liberdade individual é contrabalançada pelas limitações impostas pelos sistemas normativos prescritos e opressivos. Quanto à metodologia, corre-se o risco da ausência de comparação e do subjetivismo[4]. Afinal, será legítima a investigação de uma trama pessoal se se vislumbrar pouco além da mera trama pessoal? Plínio Gomes, autor de obra dedicada à temática da Inquisição, responde: "[é] inegável que os registros de natureza biográfica nunca deixarão de ser um instrumento essencial ao trabalho do historiador. Pois nem a abstração numérica das curvas de preço nem a anatomia impalpável das estruturas mentais de longa duração adquirem sentido se não forem entendidas como parte das tensões formadas no conjunto das *experiências pessoais* dos nossos antepassados", ou segundo Jacques Revel: "[a biografia] não é mais pensável apenas sob a forma da necessidade (...) mas como um *campo de possibilidades entre as quais o ator histórico teve de escolher*"[5].

O estudo de uma trajetória particular relacionada à ação do Santo Ofício pode congregar, além de práticas religiosas (o campo da alçada do tribunal), vínculos afetivos, redes de sociabilidade e atividades exercidas[6]. Dentre os milhares de processos abertos pela Inquisição portuguesa, um respeita à cristã-nova Branca Dias, conversa nascida no reino no primeiro quartel do século XVI e que, conforme as denúncias feitas quando da visitação do tribunal da fé ao Brasil, entre 1591-5, viera para esta colônia e, após a morte de seu marido, Diogo Fernandes, chegara a administrar um engenho na próspera capitania de Pernambuco, ainda antes da supracitada incursão inquisitorial[7]. Caso já conhecido de autores dedicados aos assuntos inquisitoriais[8], pela trajetória de Branca e seu marido perpassam cenários como o apogeu da expansão marítima portuguesa, a criação do tribunal da fé luso, os primeiros anos de sua ação no reino, os princípios da ocupação sistemática do Brasil, o cultivo do açúcar e, *post-mortem*, a visitação ao nordeste colonial. Nossa proposta é, pois, demonstrar as possibilidades de uma análise de aspectos da sociedade colonial quinhentista partindo de pressupostos da escrita biográfica e da proposta micro-

histórica, enfocando menos as suspeitas atitudes do casal de praticar o judaísmo ocultamente do que sua trajetória no contexto do Império Português nos Quinhentos e do ciclo do açúcar no território colonial.

Filha de pais conversos, natural de Viana da Foz do Lima, norte de Portugal, Branca Dias foi presa pela Inquisição de Lisboa em 1543, acusada de "judaizar" por sua mãe Violante e sua irmã Isabel Dias, ambas encarceradas no Santo Ofício. Casada, quando da prisão, há doze ou quinze anos com o mercador de tecidos, também converso, Diogo Fernandes, então no Brasil, e mãe de sete filhos, Branca declarara ao tribunal que vivia de fiar, vendendo seus tecidos com o auxílio de criadas cristãs-velhas. Sem alternativa para livrar-se das suspeitas dos inquisidores, a ré confessou as culpas imputadas pelas familiares, tendo sido reconciliada à Igreja em abril de 1544. Contudo, não escapou a dois anos de prisão e ao uso do sambenito, o hábito penitencial trazido pelos condenados do tribunal, sendo a pena posteriormente comutada a seu pedido, sob o argumento da necessidade de trabalhar e cuidar dos filhos, posto o marido estar ausente do reino, mas com a condição de não sair do Reino sem licença especial[9]. No entanto, apesar de fartamente denunciada ao visitador do Santo Ofício ao Brasil, em 1591-5, não conhecemos uma hipotética pena de degredo para a colônia ou permissão para Branca Dias deixar o reino, restando a hipótese de fuga da conversa com seus filhos. Segundo Geraldo Pieroni, as primeiras penas de degredo da Inquisição lusa registradas são do Tribunal de Évora, em 1555; além do que somente 8,48% dos degredados pelo tribunal no século XVI tiveram como destino o Brasil. Ademais, não foi encontrado em sua extensa pesquisa sobre os cristãos-novos condenados ao degredo no Brasil o nome de Branca Dias[10]. É mister lembrar, por outro lado, que os inquisidores tinham conhecimento de que o marido da ré estava na colônia: o degredo para a América era punição bastante desagradável, mas possibilitaria o encontro da penitente com seu marido.

Da mesma forma, não há certeza quanto aos motivos que levaram Fernandes a migrar para o Brasil, ainda antes da mulher e filhos. Elias Lipiner cogita que o mercador talvez viera na frota que trouxe Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, em 1535,

dedução fundamentada na amizade que ligava Fernandes a Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário. Gonsalves de Mello objeta que, sendo comerciante próspero no Reino ("por junto"), somente um motivo de força maior, como uma pena de degredo, sobre o que não temos registro, faria com que Diogo migrasse para o Brasil. Fato é que Fernandes, junto com o converso Pedro Álvares Madeira, recebeu de Coelho em 1542 sesmaria às margens do rio Camarajibe com a função de construir um *engenho de açúcar*[11]. Contudo, a empresa foi impedida por sucessivas rebeliões indígenas que destruíram a propriedade. Porém, a amizade com o clã do donatário fez com que o sucessor de Duarte, o supracitado Jerônimo de Albuquerque, enviasse uma carta, datada de 28 de agosto de 1555, ao rei luso D. João III, na qual elogiava e rogava auxílio a Diogo, informando que:

"Dois engenhos se perderam ou quasi tres no tempo desta guerra, nos quaes se fazia muitos assucares; um delles é o de (...) Santiago de Olinda, que por estar fracamente provido nelle um Diogo Fernandes, que o fez com outros companheiros de Vianna, por ser gente pobre mandei recolher a esta villa, por achar não tinha escravaria, armas, nem artilharia com que se pudesse defender, no qual tempo os Indios o queimaram e roubaram, pelo que este engenho ficou deserto e si tivera cem peças de escravos não se despovoaria (...) [neste engenho] se podem assentar dentro da cerca dois engenhos d'assucar e tem bôas terras e muitas madeiras, e lenhas e outras cousas necessarias; os quaes, andando bem providos do necessario e escravaria, como cumpre, se farão nelles cada anno dez mil arrobas d'assucar, e porque isto é cousa do serviço de Deus e de Vossa Alteza (...) Folgue Vossa Alteza de favorecer nisto o dito Diogo Fernandes, que está muit pobre, com seis ou sete filhas e dois filhos, sem ter com que os possa manter pela dita perda que recebeu, e elle é homem que para negociar o ditos engenhos outro mais sufficiente na terra que elle não se achára, e que com menos dinheiro e tempo isto acabee ponha no estado que cumpre, dando-lhe um quinhão como elle soia ter no dito engenho"[12].

É de se notar que na carta não há qualquer menção à condição de cristão-novo de Diogo; o que se requer ao rei é ajuda para o que é coisa do serviço de Deus e do rei. A colônia começa a marcar suas diferenças em relação à metrópole: os interesses da ocupação produtiva superam, ao menos aqui, as exigências de sangue. Infelizmente para os sesmeiros, a carta não surtiu efeito junto à Coroa, e no mesmo ano o Ouvidor da Capitania notificou Fernandes, dando prazo para o aproveitamento do engenho. Atitude que remete à preocupação com as sesmarias ociosas após a instalação do governo geral, em 1549. Como não cessassem os contratempos com os índios, o novo donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, ordenou que toda a gente válida da capitania participasse do rechaço

aos nativos, campanha liderada pelo rico mercador converso Bento Dias de Santiago. Ocorrida no início dos anos 1560, a mesma logrou êxito, em virtude da qual Santiago requestou ao donatário as terras de Camarajibe, doação acordada em 1563, tendo certamente pesado na decisão, além da vitória contra os indígenas, os cabedais de que o converso dispunha. A Fernandes caberia um quarto da propriedade, quinhão que administrou até sua morte, ocorrida antes de 1567, quando a esposa já o dirigia[13]. Uma *mulher cristã-nova*, penitenciada pela Inquisição, administrando um engenho na colônia portuguesa. Antes, porém, da morte do marido, Branca ajudou-o em tempos difíceis para o casal, mantendo na vila de Olinda, entre os anos de 1550-60 (segundo as denúncias feitas à visitação), um pensionato para ensinar prendas domésticas a filhas de colonos, em cuja assistência contavam-se filhas de cristãos-velhos graúdos da capitania.

Em fins do século XVI, Pernambuco era a capitania da América Portuguesa que mais proporcionava rendas à Coroa, graças, por exemplo, aos impostos sobre o açúcar, o que denota tanto a produtividade dos engenhos quanto a riqueza de ao menos uma parcela da população. Em seu principal porto, a vila de Olinda, eram tantas as lojas abertas por mercadores e a variedade de produtos postos à venda, que a mesma assemelhava-se a uma Lisboa pequena[14]. Com uma economia tão dinâmica para os padrões coloniais quinhentistas, não é de espantar que não poucos cristãos-novos exerceram várias das atividades existentes na colônia, desde prostitutas até, apesar da “mancha” étnica, clérigos[15]. Ademais, os conversos possuíam, de alguma forma, os atributos necessários à sociedade do açúcar: certos indivíduos com muitas posses, aliando alguns a função mercantil à de lavradores; todos, cristãos batizados. Descartando a questão da fidelidade religiosa dos conversos, há de se ressaltar as aberturas e peculiaridades da sociedade colonial.

A sociabilidade do casal de cristãos-novos Branca Dias e Diogo Fernandes, cuja fama de penitenciados do Santo Ofício corria à solta tanto no engenho de Camarajibe como em Olinda, demonstra tais aberturas e peculiaridades. Vejamos, por exemplo, algumas das meninas que freqüentaram o pensionato da matriarca em Olinda, e que durante a visitação

inquisitorial denunciariam a já então falecida mestra de práticas judaicas: Joana Fernandes, de pais africanos e nascida na África; Maria Lopes, cristã-velha, natural de Pernambuco, "filha de Domingos Lopes dos da governança desta terra"; as mamelucas Isabel de Lamas e Maria Álvares; Isabel Frasoa, cristã-velha, natural da capitania, filha de Francisco Frasão, outro que, a confiar no depoimento, era "dos da governança" da capitania, além de enteada de Guiomar Fernandes, filha de Branca Dias[16]. O próprio engenho, incentivado pelo sistema colonial e instrumento na política de povoamento, proporcionava a convivência ou até laços de amizade entre os que participavam das lides do açúcar a qual, ao menos neste aspecto da colonização, punha cristãos-velhos e novos lado a lado. Como na morte de Diogo Fernandes, ocorrida entre 1560 e 1563, quando D. Beatriz de Albuquerque, esposa do donatário Duarte Coelho de Albuquerque, vai à casa do converso assistir aos últimos momentos do amigo de seu irmão Jerônimo. Apesar da amizade, a donatária lembra a Diogo sua condição de cristão batizado, instando-o para "que chamasse pello nome de Jesu". Já o converso, por mais que adira às necessidades da colonização, inclusive casando cinco dos seus oito filhos que desposaram com cristãos-velhos, se mantém na agonia fiel à religião herdada dos antepassados[17]. Atitude que, relatada muitos anos depois perante o tribunal da fé, ajudaria a pôr a ferros sua filha mais velha e boa parcela de sua descendência.

Cabe, à luz da trajetória do casal Diogo e Branca, fazer algumas considerações sobre questões como o papel ativo do indivíduo na dinâmica histórica e a relação entre aquele e seu contexto. Em seu texto "A biografia como problema", Sabina Loriga esclarece que mesmo os fatos aparentemente minúsculos e anedóticos são autênticos fragmentos da vida, posto serem extraídos da realidade. Apesar da regra de ofício do historiador que impõe o dever de inserir o homem num ambiente e de reconstituir um tecido social mais vasto, os homens e mulheres são como arquipélagos, com suas particularidades e fragmentações. Empreender uma análise a partir do indivíduo, portanto, não implica necessariamente no rompimento com o compromisso da história social (definir o funcionamento de um conjunto), pois a proposta passa a ser o enriquecimento da análise social por meio da multiplicidade da

experiência coletiva[18]. Claro que é difícil tirar conclusões muito gerais a partir de um indivíduo apenas; mas o que é permitido a este mesmo indivíduo fazer e agir sobre aquele conjunto justifica a escolha do particular como uma maneira de abordar o social.

Mesmo com esta ressalva, é mister lembrar que à escolha do individual para abordar o social acompanha uma multiplicidade de espaços, tempos e relações[19]. Múltiplas experiências e situações pelas quais passaram Diogo Fernandes e Branca Dias, a saber, o impacto da conversão forçada dos judeus do reino e o surgimento dos *cristãos-novos*; a expansão marítima lusa, que abre para os conversos a perspectiva, ainda que cerceada por várias restrições, de viver mais distante do tribunal da fé; e a cultura açucareira dos Quinhentos, que oferece perspectivas (quiçá boas) de sobrevivência no ultramar. Multiplicidade de relações: de Branca Dias com os inquisidores; com a sociedade colonial, teoricamente ortodoxa na fé mas que necessita de braços indistintos para tornar a possessão economicamente viável no conjunto do Império Português. Por fim, os vários espaços em meio ao Atlântico: a Ibéria, a América, e a própria travessia do oceano.

Eram Diogo e Branca indivíduos situados numa sociedade fortemente hierarquizada, calcada em foros e privilégios como o de sangue, que afetava diretamente as nossas personagens, a qual, contudo, não exclui operações de circulação e negociação que submetem alguns de seus princípios a lógicas particulares. O fato de um mercador converso, com fama de penitenciado do Santo Ofício, receber sesmaria do donatário da capitania – honra concedida diretamente pelo rei – e ser seu amigo, além de algumas alunas de Branca Dias serem filhas de homens os mais importantes da capitania, mostra a plausibilidade da proposta de apreender alguns contornos do conjunto social a partir de casos particulares. Ainda que não sejam tais contornos predominantes, pensamos como Revel, no prefácio ao *A herança imaterial* de Giovanni Levi: a exemplaridade do fato social não precisa ser exclusivamente medida em termos estatísticos[20].

Que o casal Fernandes não podia fugir dos mecanismos de pressão do Império Português, do Tribunal do Santo Ofício e tampouco da condição de cristãos-novos, não nos é dado discutir. Mas as escolhas pessoais têm um peso desmedido no que os homens

fazem, ainda que nos limites impostos por suas sociedades. Vale a pena, como o fez Sabina Loriga, reproduzir Johan Droysen sobre este argumento:

"Se designamos por *A* tudo o que um homem é, possui e faz, esse *A* é formado de *a* + *x*, onde *a* representa tudo que lhe vê dos elementos exteriores, a saber, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e o pequenino *x* constitui sua contribuição pessoal, a obra de sua vontade livre. Por menor que seja esse *x*, ele tem um valor infinito (...)"[21].

---

[1] Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza. *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 25.

[2] Ronaldo Vainfas. Justiça e Misericórdia: reflexões sobre o sistema punitivo da Inquisição portuguesa. In: Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). *Inquisição*: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1992, p. 141.

[3] Jean-Pierre Dedieu et René Millar Carvacho. Entre histoire et mémoire – L'Inquisition à l'époque moderne: dix ans d'historiographie. *Annales HSS*, 57 (2), 2002, p. 350.

[4] Cf. Ronaldo Vainfas. *Os protagonistas anônimos da história*: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002, espec. pp. 68-75; 105-16; 148-9.

[5] Plínio Gomes. *Um herege vai ao paraíso*: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 20 (grifo original); Jacques Revel. Microanálise e construção do social. In idem (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 38 (grifo meu).

[6] Por exemplo, o clássico de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [2003] (3ª ed., 1ª reimp.) e a supracitada obra de Plínio Gomes, *Um herege vai ao paraíso*.

[7] José Antônio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1996, pp. 118-9.

[8] Além de Gonsalves de Mello, outros dois autores mencionam de modo particular o caso Branca Dias: Elias Lipiner. *Os judaizantes nas capitanias de cima* (Estudos sobre cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII). São Paulo: Brasiliense, 1969; e Evaldo Cabral de Mello. *O Nome e o Sangue*: uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

[9] José Antônio Gonsalves de Mello, op. cit., pp. 119-21.

[10] Geraldo Pieroni. *Os excluídos do reino*: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil colônia. Brasília/São Paulo: Editora da Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 274; Idem. *A Inquisição e a lista dos cristãos-novos condenados a viver no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 113 a 227.

[11] Elias Lipiner, op. cit., pp. 171-2; José Antônio Gonsalves de Mello, op. cit., pp. 122-4.

[12] Carta de Jeronymo de Albuquerque a el-rei de Portugal (D. João III). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. XLIX, Tomo I, Rio de Janeiro, 1886, pp. 584-6.

[13] José Antônio Gonsalves de Mello, op. cit., pp. 124-7; 131.

[14] José Antônio Gonsalves de Mello. Introdução. In: Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1997 (3ª ed.), pp. XLII-III.

[15] Ângela Maria Vieira Maia. *À sombra do medo*: cristãos Velhos e Cristãos Novos nas Capitanias do Açúcar. Rio de Janeiro: Oficina Cadernos de Poesia, 1995, pp. 106-7; alguns conversos que exerceram cargos administrativos no Pernambuco quinhentista foram: Duarte de Sá, vereador de Olinda, Cristóvão Paes d'Altero, membro da governança desta vila, João da Rosa e Diogo Lopes da Rosa, tabeliães da mesma, Brás Fernandes, meirinho da vila de Igarasú, e o escrivão da alcaiadaria desta última vila, Paulo d'Abreu. Idem, p. 114.

[16] *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denunciações e Confissões de Pernambuco, 1593 – 1595*. Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. Denúncia de Joana Fernandes: pp. 30-2; Maria Lopes: 149-53; Isabel de Lamas: pp. 181-4; Maria Álvares: 200-3; Isabel Frasoa: pp. 44-7.

[17] "Anna Lins contra Diogo Fernandes, sua mulher Branca Dias e suas filhas, Violante Fernandes e Bento Teixeira". Idem, p. 57.

[18] Sabina Loriga. A biografia como problema. In: Jacques Revel (org.), op. cit., pp. 243-7.

[19] Jacques Revel, op. cit. In: idem (org.), op. cit., p. 21.

[20] Jacques Revel. Prefácio – A História ao rés-do-chão. In: Giovanni Levi. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 34-5.

[21] Apud Sabina Loriga, op. cit., p. 233.

Totalitarismos como regimes de guerra.

Prof.Fernando Kolleritz
Unesp.Franca.

A guerra de 1914 tem para a história do século XX o mesmo caráter matricial que a revolução francesa tem para o século XIX. François Furet.

Le totalitarisme est um concept abstrait, la réalité historique une totalité concrète,mouvante et plurielle. Enzo Traverso.[1]

Nesta comunicação, ao invés de ponderar sobre a legitimidade do uso do conceito de totalitarismo entrando em discussões que acabam classificatórias (um mesmo quadro para o comunismo realmente existente, o fascismo e o nazismo?), gostaríamos mais de insistir sobre uma das características que estes regimes têm em comum: o de poderem ser considerados regimes de guerra, isto é, ao mesmo tempo oriundos da guerra e em permanente estado de guerra. As referências e citações que nutrem este texto constituem um quadro de exploração, ainda que bastante incompleto, para constituição, em termos histórico-conceituais, da relação guerra/regimes totalitários.

São numerosas as fontes apontando para a proximidade entre dimensões sócio-politicas do que se poderia chamar de "regimes de guerra" (de mobilização total) e os regimes ditos totalitários. Em recente antologia sobre o conceito de totalitarismo, partindo dos escritos de autores de prismas ideológicos diferentes e acompanhando o nascimento da noção até seu desenvolvimento em nossos dias, Enzo Traverso escreve em sua apresentação: "Esta guerra {a de 1914-1918} marca o início de uma brutalização da vida política que moldaria em profundidade o imaginário de uma geração." (p.10) e um pouco além: " A idéia de totalitarismo se forja e evolui neste contexto de guerras, tanto abertas, quanto surdas e abafadas, cujo espírito de cruzada não abandona jamais os adversários, mesmo quando as armas se calam." (p.10)

Há de se notar, em primeiro lugar que o termo totalitário nasce acoplado ao de guerra. De modo paradigmático, Mussolini apresentava o seu jornal o Popolo d'Italia como o "cotidiano dos combatentes e dos produtores"; exaltava-se assim no fascismo triunfante

uma cultura do heroísmo e do risco, verberando-se o gosto pequeno-burguês do dia-a-dia caseiro, dos pequenos confortos domingueiros. As citações do Duce são mais do que eloqüentes: "Tutta la nazione deve essere militarizata [...] Nella vita la felicità non esiste. [...] lo considero la Nazione italiana in stato permanente di guerra.[...] Vivere è per me la lotta, il rischio, la tenacia, [...] Il fascista disdegna la vita comoda.[...] Il credo del fascismo è l'eroismo." (p.344) [2]

Fomento popular e ativismo belicista vão de par. Mussolini cuida de não separar a idéia da revolução da renovação nacional. Ele e Lênin têm a mesma certeza que a guerra servirá a sua ação. A Nação imperiosa, redentora e exaltante vitaliza o socialismo do *fascio*. "O fascismo italiano é o filho da guerra mais diretamente do que qualquer outro regime ditatorial daqueles anos", lê-se no *Passado de uma Ilusão.* (p203).[3] O Itinerário do movimento é inseparável da guerra e seus procedimentos são estendidos à política." Antes mesmo de ser uma doutrina, o fascismo é um partido para-militar, secundado por organizações armadas. Os "arditi", esses grupos de choque do exército italiano, formados em um espírito de aristocratismo guerreiro, habitam os primeiros "feixes" desde a sua fundação, na primavera 1919." (id.p.204) A política fascista é simples como a guerra e sabe estender ao compatriota a categoria de inimigo. Perceba-se no movimento uma energia pequeno-burguesa e plebéia, anti-socialista e também anti-burguesa, anti-elites parlamentares, que revestida dos valores da guerra importa na política os valores da guerra e onde a força tem precedência sobre o direito; há tempo as ideologias socialistas - desde o sindicalismo revolucionário -reverberam a legalidade jurídica burguesa.

Lembremos outra personalidade autorizada, a de Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler: após os primeiros revezes dos exércitos alemães diante de Stalingrado e de Moscou, em discurso pronunciado face a seleto publico SS, o ministro grita para a platéia a pergunta memorável: "vocês querem a guerra total?"; mulheres e homens uniformizados, cruz gamada no braço, levantam-se, aplaudem uivando seu apoio entusiasta. A guerra muda de caráter para os alemães e a solução final começa a ser incrementada, dupla face de esforços ingentes.

Existe, de 1936, um texto bastante significativo escrito pelo historiador liberal francês Élie Halévy, l´Ère des Tyrannies.[4] Études sur le socialisme et la guerre. A tese do autor já firmou tradição: pretende mostrar que as modalidades sócio-economicas de engajamento de aliados e adversários na Primeira Guerra Mundial moldaram os aspectos essenciais do sistema em que irão ingressar. Do ponto de vista da economia a estatização dos meios de produção, troca e distribuição permanecerá como fora durante o conflito; haveria igualmente um recurso às militâncias operarias para que contribuem para o esforço de

incremento econômico global (daí, a influencia sindical, corporativista ao mesmo tempo que o reforço estatal). Do ponto da vista intelectual, Halevy remete à estatização do pensamento", de caráter repressivo por um lado (coibindo a liberdade de expressão), mas suscetível de "organizar o entusiasmo" pelo outro. "É este regime de guerra muito mais do que a doutrina marxista que origina todo o socialismo do pós-guerra". (p.173). Constitui um paradoxo ímpar que muitos tenham entrado em socialismo porque enojados da guerra, e que tenham contribuído a fortalecer as mais poderosas e sistêmicas maquinas de guerra que se poderia imaginar. De qualquer modo, o primeiro comunismo – bolchevique- é um comunismo de guerra.e foi inaugurado por um grupo de homens armados, animados por uma fé comum, que decretaram ser, eles próprios, o Estado. (P.173-174).

Em titulo significativo – A Filosofia totalitária da Guerra -, texto de 1939, Hans Kohn opõe a compreensão liberal do significado da palavra guerra a este construído pelos movimentos comunistas e nazi-fascistas, que chama de totalitários.[5] Os liberais operariam optando por uma ordem mundial sem guerra; nessa concepção, os conflitos bélicos não significam nada mais senão o resultado de uma ordem social e política, hoje insuficiente, que um dia poderia e deveria ser ultrapassada pela aplicação racional dos homens. Ao contrario, a "filosofia totalitária" faz da guerra a realização de toda vida, "uma manifestação suprema da vitalidade e da virtude, uma parte dominante e inalterável do sistema em seu conjunto".(p.340) Outra idéia do homem e da natureza jaz no fundamento destas interpretações díspares quanto à essência dos conflitos bélicos.

De certo modo a palavra guerra teria mudado seu sentido; afora algumas exceções (como a de Esparta), sempre teria sido relacionada ao anormal, a um recurso último e solução extrema. Sob influencia do humanismo estóico, do cristianismo e de éticas racionais, "A política era a arte de evitar a guerra"; esta última significava para o homem de Estado o despedaçamento da diplomacia e da ordem civil. "Entretanto, no curso destes últimos anos, o fascismo erigiu a guerra em norma da existência, cessando de considerá-la como uma aberração causada por uma insuficiência moral e intelectual, tomaram-na antes, como apogeu das energias vitais e éticas do Homem, assim revelado sob forma desabrochada". (p.338). O conflito bélico deixa de ser uma coisa estritamente circunscrita e limitada, a fronteira entre paz e guerra se apaga, tudo participa da guerra potencial ou real, e tudo da mesma maneira pode ser qualificado de paz. Se há exemplos numerosos de monarcas e homens de Estado que tenderam a fazer da guerra um meio de vida para si e para os seus povos, a filosofia totalitária da guerra é ainda outra coisa. Ignora e despreza os benefícios da vida tranqüila e cotidiana, faz troça do conforto da segurança. (p.338-359)

A violência como parteira necessária da História, uma Historia representada como se talvez nunca pudesse vir a se pacificar antes de atingir fins últimos, só alcançáveis com o redobrar de forças cada vez mais incandescentes. Clamar pelo uso da violência como necessidade justa, aderir à historia sob espécie de violência triunfante, este tipo de tentação que ratifica o acontecimento, que faz do juízo da Historia o juízo racional; por definição será um juízo racional em constante revisão pois que na dependência da realidade efetiva, manifestará uma racionalidade errática que se pretende sabedoria realista ao mesmo tempo que ontológica. Trata-se por estes pressupostos de filosofia historicista de acertar ou consertar entre si a justiça e a guerra onde a luta é o meio de realização do certo. Clamar pela guerra total e pela luta impiedosa contra o inimigo de classe, eis o que se fez discurso para as massas, mas que a doutrina já continha como seu cerne: motor da Historia, a luta violenta por onde a Humanidade do proletariado realizar-se-á e os povos italianos e alemães, ressuscitando o passado, conquistando seus espaços históricos e vitais, imperiais, atingirão seu fim.

Disse-se algumas vezes, discutindo o conceito de totalitarismo, que comunismo e nazismo comungam apenas da sua respectiva oposição ao individualismo e ao pluralismo liberal. Há mais do que isso. Em ambas as concepções, a Historia manifesta domínio: imposição de povos sobre outros, de classes sobre outras. Com Stalin, o socialismo tornou-se antes de tudo uma geo-política, o universalismo afirmado na ideologia da classe operária deixou de ter significado e abriu espaço às práticas estratégicas da URSS baluarte do socialismo. O Primeiro Secretário está interessado em forjar potência em detrimento de outras potências, a identidade da formação social singular soviética se faz valer.

Hans Kohn é um dos primeiros a lembrar, neste texto de 1939, referindo o *Mein Kampf e ao Declínio do Ocidente,* o caráter nihilista desta filosofia da forca – manifestação vital e privilegiada da natureza cujo critério único é o do êxito.[6] No caso nazista, a contestação da medida universalizante como marca do civilizatório vem desde o principio; a essência do real é a particularidade da nação, concentração de energia política, econômica e cultural, moldada para o enfrentamento. “Cada um é um inimigo potencial e cada inimigo torna-se um inimigo total. A existência, no seu conjunto, é sempre eclipsada pela guerra. O exército torna-se um modelo de vida e seu coletivismo, erroneamente assimilado a um socialismo expande-se por todos os domínios da ação humana”. (P.342). O político assumiu o lugar do econômico, mas de uma política que é sempre de emergência. Percebe-se aqui o essencial: se as guerras deram nascimento aos regimes totalitários, estes por sua vez entretêm a guerra, fazem do terror e da liquidação do inimigo seu traço potencial ou imaginário seu traço prioritário.

F. Furet, em o Passado de uma Ilusão, refere-se a tiranias cuja cronologia natalícia ordenava em três datas: 1917, 1922 (Ascenso do fascismo ao poder,1923 (putsch fracassado de Hitler) que "faz supor uma comunidade de época entre as paixões levantadas por estes regimes inéditos, que fizeram da mobilização política dos antigos soldados a alavanca da dominação sem partilha de um só partido". (P.194).[7]

Os regimes não se assemelham apenas pelo que combatem em comum. Bolchevismo e fascismo nascem de um mesmo solo, a guerra. "São filhos da mesma história." O bolchevismo pôde radicalizar as paixões políticas. "Filhos da guerra, bolchevismo e fascismo herdam dela o que possuem de elementar". Transportam para a política o aprendizado recebido das trincheiras: o habito da violência, a simplicidade das paixões extremas, a submissão do individuo ao coletivo, enfim a amargura dos sacrifícios inúteis ou traídos." De fato, é nos paises perdedores ou frustrados pelas negociações de paz que os movimentos totalitórios do inicio do século passado grassaram.

Introduzindo na ordem política o numero, as massas convocadas para servirem e defenderem a Nação, para oferendarem suas vidas à pátria, nacionalizadas pela guerra, integradas e organizadas para servirem as novas tecnologias trazem, bem ou mal, caráter revolucionário aos novos regimes. Furet desenvolve o tema apaixonante da relação estabelecida a partir do séc. XIX entre nação e democracia, elo histórico que P. Nora também destacou. A lógica do Estado-nacional, via engajamento cada vez maior das massas na grande Historia, entroniza por vias inesperadas a democracia. Abriu-se uma lógica de enfrentamentos entre nações, de guerras que seriam ditas totais e totalitárias porque engajam todas as energias de todos os indivíduos, homens e mulheres e até crianças. "A guerra expandiu em todo lugar o duplo costume da violência e da passividade. Deu aos povos europeus a pior das educações políticas no momento onde mobilizava em seu proveito até o último cidadão. A Revolução russa se inscreve nesta situação. Tudo conspira a favor dela: as derrotas militares, o enfraquecimento institucional do Estado, as debilidades do Governo provisório". (p.208)

O autor partilha do sentimento de outros historiadores ao se referir à perda das regras civilizatárias que acertavam as instituições na Europa do séc. XIX e ressalta o ardor das molas passionais deste século radicalmente ideologizado: "poderosas e universais" como nunca. "O ódio ao dinheiro, o ressentimento igualitário ou a humilhação nacional": paixões ao mesmo tempo partilhadas e manipuladas pelos chefes encontram vasta ressonância nas massas. Assumido o tom doutrinal do bolchevismo e o fascismo, a política "torna-se cada vez mais elementar, em primeiro lugar porque transforma as idéias em crenças, em segundo porque todos os meios servem, a começar pelo engodo e pela

assassinato, erigidos em virtudes cívicas. Mata-se um cidadão como na guerra. Basta que pertença à classe errada ou ao partido oposto. A denúncia da mentira da legalidade formal desemboca sobre o exercício "real"do poder arbitrário e do terror. Aquele que detém o poder se auto-investe, de modo imediato, do direito de designar o adversário que é preciso exterminar". (p. 208)

Não só ao substantivo guerra acopla-se o adjetivo total, também ao de mobilização. E a palavra se transforma semanticamente, de modo perfeito, do estado de guerra efetiva para o das formações sociais totalitárias; de fato, estas mobilizam para ouvir em comícios e desfiles, em paradas e festejos, os discursos dos líderes partidários, mobilizam para fazer parte de *campanhas* (toda sorte de campanhas: recolher ouro e divisas, dar parte do seu salário e horas gratuitas de trabalho para o socialismo, matar todas as moscas que infestam o campo chinês e todos os ratos que pululam nas ruas de Moscou), mobilizam sobretudo para a produção, para um esforço produtivo intenso e que seja ao mesmo tempo exemplar. O célebre texto de Ernst Junger, intitulado a *Mobilização Tota*l partia também da referência à Primeira guerra mundial, o grau de requisição que exigiu faz dela um acontecimento que ultrapassaria em importância a Revolução Francesa. [8]

Em contraste, as guerras tradicionais, quando bastava mandar algumas centenas de milhares de súditos confiados a um comando seguro para uma batalha cujo desfecho deveria deixar a população mais ou menos indiferente. (P113). A mobilização parcial correspondia à monarquia: o rei temendo perder demais dos seus bens pessoais, alguma parte substancial do seu tesouro e do seu patrimônio, fazia questão de manter controle sobre o custo da guerra e geria o conflito sem perder de vista o calculo, este sim estratégico, das perdas e ganhos. Junger, cuja reflexão é toda orientada pela especificidade da ultima guerra mundial, pelo surto industrial e tecnológico acompanhado de centralização e planejamento estatal, neste texto de 1930, lembra que a defesa armada do país deixou de ser a tarefa de parte ínfima da população para se tornar obra de todos aqueles capacitados para carregar armas. O volume dos recursos investidos no novo tipo de guerra não possui mais limites e "requisiciona-se até o mínimo centavo para manter a máquina em marcha". (p.115) Mais do que a imagem de uma ação armada desdobra-se a de um "gigantesco processo de trabalho". As novas sociedades procedem à "exploração total de toda energia potencial que canalizaram para a guerra em 1914". Com esta, modifica-se, de um só golpe, a estrutura da divisão do trabalho; a mobilização total liga uma rede produtiva já extremamente complexa e diversificada à rede de alta tensão que conduz o conflito militar.

O nexo do argumento, entretanto, reside em perceber a imposição ampliada do modelo guerreiro de organização e convocação à ordem publica do estado de paz. Em vários Estados deste pós-guerra, escreve E. Junger, os métodos gestionários já se conformam

ao modelo de moblização total. É neste âmbito que se devem ler as restrições às liberdades individuais "cuja meta é fazer desaparecer tudo o que *não for* engrenagens do Estado, efetivas na Rússia e na Itália em primeiro lugar, mas entre nos também..." (P.117). Desde já é possível imaginar que todos os países que quiseram desempenhar algum papel no cenário mundial deverão por sua vez radicalizar as restrições aos direitos. Assim, na Franca, analisam-se as relações de força atuais, mas também tomam-se em conta *a energia potencial* dos rivais, os Estados Unidos exemplificam bem a aproximação entre estados-maiores e indústria. (PP.113-117).

Importa ver igualmente, argumenta o autor, que a vertente técnica da nossa existência não é o essencial, o seu aspecto decisivo reside na "disponibilidade a ser mobilizado". Podemos talvez traduzir assim: as populações (poeira atomizada de contribuintes-soldados-eleitores-cidadoes) estão disponíveis não só frente ao Estado mas *para a* potência soberana estatal e esta instância soberana possui os meios de entusiasmar os indivíduos, conformando-os em massa.

A novidade do totalitarismo na historia da civilização é que alcança a massa de modo a reforçar o poder. "O eixo destes novos regimes não era nem a casta militar nem as antigas elites aristocráticas, mas as massas constantemente mobilizadas e enquadradas pelos meios de comunicação os mais modernos."[9]

Regimes com dimensão plebéia inconteste, presente inclusive em sua direção (Mussolini, Stalin e Hitler), regimes geracionais dispondo da juventude, regimes cuja próprio caráter mobilizatório desenvolve em correlato a indiferença crescente das massas face ao religioso: nestes traços todos acusa-se uma exortação ao respaldo popular, uma interpelação maciça constante.

Uma das novidades do totalitarismo advém da sua exaltação da potência e da força, que já não são meios para algum fim, mas um fim em si (Hayes, p335).[10] A ideologia integrou a violência e dependeu das massas e do seu entusiasmo. O poder firma, encarnando-a, esta junção. É poder violento em dependência das massas. Discursos e vocábulos reivindicam a força; o proletariado esta em combate de vida e de morte contra o capitalismo e a burguesia, suas razões se consagram na Historia, tem obrigação de ser forte para ter razão; assim, em ato, vê-se liquidada toda a metafísica ocidental. A paciência histórica ou a prudência política vêm a representar vício e o progresso consiste na dependência de uma luta pela existência e pelo espaço vital. (p.335).

"O fato é que se invoca, exaltando-a, a força bruta tanto no que concerne a política interior quanto a política estrangeira do Estado totalitário. A forca contra os judeus e os cristãos! A força contra os Tchecos e Albaneses, os Poloneses e os Finlandeses.A exaltação da força e do terrorismo não equivale simplesmente a doutrina imoral segundo

a qual os fins justificam os meios. Equivale a uma recusa completa de toda lei moral superior à potência dos ditadores". (p..336)

H. Arendt já o fez observar, em paginas fortes: a moral, como laço social ou como forma de reconhecimento, não possui lugar quando a direção política e a Lei/Movimento de História se confundem. Neste momento, a moral consiste toda em manter firme o curso histórico que a tomada do poder revolucionário inaugurou. Mas *a totalidade* que a vontade política pretende conformar para inaugurar os novos tempos tem que destruir obstáculos e inimigos. Seu curso assim se caracteriza pela necessidade da violência, pois, a liquidicao dos inimigos mantém, só ela, a fantasmagoria totalitária, simbolizada na unidade social, encarnada na unidade partidária, incorporada na figura una do Chefe.[11]

São Paulo, 30 de maio, 2005.

---

[1] Enzo Traverso.*Le totalitarisme. Le XX ème siècle em débat*. Paris: ed. Seuil, 2001. As numerações de paginas correspondem em sua maioria a esta antologia..

[2] Benedito Mussolini, *Sritti e discorsi*, cit. in Hans Kohn, "La philosophie totalitaires de la guerre", trad. De The Totalitarian Philosophy of War" comunicação apresentada em simpósio sobre o Estado Totalitário, publicada inicialmente em Procedings of American Philosophical Society, Vol.82, no.1,fev 1940, p.57-72.

[3] François Furet. *Le passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXème siècle*. Paris: Robert Laffont/Calmann-Lévy, 1995.

[4] Elie Halévy. *L'ère des tyrannies. Études sur le socialisme et la guerre.* Paris: Gallimard,1938

[5] Hans Kohn. Op.cit.

[6] Adolf Hitler. *Minha Luta*. São Paulo: ed. Centauro, 2003. Oswald Spengler . Der Untergang des Abendlandes, C. H. Beck. Munich, 1922, vol. II, p. 635.(Le déclin de l'Occident. Esquisse d'une morphologie de l'histoire universelle. Gallimard, Paris, 1948).

[7] F.Furet, op. Cit. Cap. "Comunismo e fascismo", pp.194-210.

[8] Ernst Junger. "La mobilisation totale", trad. do alemão e recolhido em L'État universel suivi de la Moblisation totale. Paris: Gallimard, 1990. Editado como introdução à obra coletiva *Krieg und Krieger* por E.Junger.

[9] E. Traverso, op. cit, em comentário ao texto de Carlton J. H. Hayes. p.324 da antologia.

[10] Carlton J. H. Hayes. "La nouveauté du totalitarisme dans l' histoire de la civilisation occidentale" (1939), trad. de "The Novelty of Totalitarianism in the History of Western Civilization", Proceedings of the American Philosophical Society, vol. 82, no 1, fev.1940, p.91-102.

[11] Claude Lefort. A invenção da democracia. Os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Vila Operária Confiança: estratégias de preservação do espaço social.

Fernando Rabello Valle Rego.

1 Introdução

Este trabalho visa abordar, a partir da memória coletiva de moradores e ex-moradores da Vila Operária Confiança, estratégias utilizadas pelo grupo a fim de preservar seu local de moradia e sua relação social com aquele espaço. Além disso, destacamos as ações praticadas por aqueles que se opunham à permanência do grupo na Vila Operária após o fechamento de sua fábrica ocorrida em 1965. Localizada em Vila Isabel, no Rio de Janeiro e construída para moradia de operários da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, a Vila Operária foi inaugurada em 1885.

Este trabalho é parte integrante de pesquisa em andamento no Mestrado em Memória Social e Documento da UNIRIO, e tem por objetivo analisar as diferentes maneiras com que esse grupo se organizou e manteve-se em luta pela manutenção de seu espaço social. É de nosso interesse, ainda, caracterizar suas relações pessoais, laços de solidariedade e conflitos, no que tange à busca em preservar a Vila Operária frente às ameaças ocorridas.

Grande parte de nossas informações, foi obtida por via narrativa, baseada na capacidade de articulação da memória dos entrevistados, o que nos remete a considerações ressaltadas por Halbwachs (1990: 25 - 71)[1].

> *Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras.*
>
> *A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por*

[1] HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

> *outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada.*

Desta forma trabalhamos com informações que nos possibilitaram um conhecimento sobre o modo de vida destas pessoas, tendo como ponto de partida suas próprias perspectivas e iniciativas.

2 Memória, Trabalho e Luta.

Com a reabertura da fábrica de tecidos Confiança, efetuada por seu novo proprietário, Sr. Menezes de Queiroz no ano de 1933, houve a necessidade de obtenção de mão de obra fazendo que uma grande leva de migrantes, composta principalmente de pernambucanos, conterrâneos de seu novo patrão, viesse a se juntar àqueles remanescentes do período anterior de funcionamento, que durou até 1930.

Este grupo de migrantes vinha diretamente de sua terra, já com promessa de emprego e moradia, mesmo que para isso tivesse que dividir uma mesma casa com outra família, caso bastante comum, senão regra, no espaço da Vila Operária Confiança. Segundo alguns relatos, quase sempre havia a necessidade de duas famílias conviverem, dividindo a mesma moradia, quando muito, uma em cada andar da casa. Este fato por si só já era causa de alguns conflitos, pois nem sempre as famílias em questão se adaptavam umas às outras e começavam, assim, os problemas de relacionamento.

Diante dessa situação, a alternativa encontrada era simplesmente mudar uma das famílias de casa e esperar que a nova tentativa desse certo. Afinal, a quantidade de casas era muito pequena para atendimento da demanda.

Atualmente a Vila conta com 172 casas, distribuídas em um conjunto de nove vilas e são compostas em sua maioria de duas salas, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviços, podendo ser de um ou dois pavimentos.

Enquanto a Fábrica Confiança esteve em funcionamento, até o ano de 1965, as casas da Vila Operária eram administradas diretamente por sua direção, cabendo-lhe todas as obrigações de manutenção e preservação patrimonial.

No decorrer das entrevistas, algumas informações nos dão indícios sobre o critério utilizado para definição daqueles que poderiam usufruir o direito à moradia por se tratarem de empregados da Fábrica. Se considerarmos que a Fábrica chegou a ter em seus quadros um total de 5000 operários e que as casas chegaram ao número máximo de 200 unidades fica fácil perceber a dificuldade da missão. Essa dificuldade se expressa inclusive na reserva com que o assunto é tratado ainda nos dias atuais, demonstrando que a questão deve ser conduzida com bastante critério e cuidado.

Um dos primeiros dados relativos ao assunto, surgiu durante entrevista realizada com o Sr Mathias João da Costa[2], soldador elétrico, segundo sua própria definição, que nos contou como obteve, diretamente de seu patrão o direito a utilizar uma das casas.

Segundo seu relato, por ter conhecimentos de mecânica de automóveis, foi levado até a residência "do Dr. Menezes", onde consertou um carro, mas também conheceu aquela que sendo empregada da família, viria a ser sua esposa. E assim ele nos conta que após tornar-se conhecido de "dona Miranda" esposa de seu patrão, ocorre a seguinte cena:

> *Aí eu fiquei noivo e ela (dona Miranda) falou: "Mathias eu vou arranjar pra você uma casa. Aqui uma casa é pra duas famílias, mas eu vou arranjar uma casa pra você sozinho... você e sua mulher". Foi na Souza Franco número dez. Ela disse: "Você vem aqui amanhã pra comprar móvel". Aí eu disse: Mas dona Miranda, com o dinheiro que eu tô não dá pra comprar móvel. Aí ela disse: "Não se incomoda com isso, vem amanhã pra comprar móvel. Vamos lá!" E comprou móvel de toda qualidade que precisava pra mim.*

[2] Entrevista realizada em 17/06/2004 na residência do entrevistado, localizada na Vila Operária Confiança.

Em outra ocasião devido à falta de cumprimento às leis trabalhistas, o direito a moradia era usado também como moeda de troca, chegando até a se tornar uma "indenização por acidente de trabalho". Foi o caso narrado por Dona Maria de Lurdes Cunha Machado[3], a respeito da morte de seu pai em pleno exercício de suas funções. Eis o caso:

> *Meu pai era filho de português com indiana. Quando meu avô voltou pra terra dele, ficou aqui minha avó com meu pai ainda muito pequeno e na maior pobreza. Então, meu pai com nove anos foi trabalhar na Companhia Confiança Industrial e por ironia do destino, a máquina em que ele começou a trabalhar, como azeiteiro, veio mata-lo aos quarenta e três anos de idade. Ele morreu estraçalhado na Fábrica Confiança.*

Diante da tragédia, a solução adotada pela direção da Fábrica foi a de "permitir" que a viúva permanecesse morando com seus filhos numa das casas da Vila Operária. Quanto a esse acerto, Dona Maria de Lurdes faz as seguintes observações:

> *Eu tinha onze anos. Ele faleceu em 1951. Em 20 de julho de 1951. Aí, mediante a morte do meu pai, o Abdala que era na época o dono da Fábrica fez um acordo com a minha mãe. Ele prometeu a minha mãe que ela iria morar enquanto fôssemos crianças.Enquanto crescêssemos, minha mãe ficava conosco lá. Foi o tipo de indenização que deram à minha mãe. Depois disseram que iam indenizar a minha mãe, mas até hoje estamos esperando e nunca indenizaram a morte do meu pai.*
> *Aí passado sete anos, minha mãe conheceu o meu padrasto e eles obrigaram minha mãe a se retirar da casa. Eu e meus irmãos ainda éramos pequenos e eles prometeram que iam deixar, entendeu? Mas não cumpriram nem isso!*

[3] Entrevista realizada em 23/02/2005 em local próximo à Vila Operária Confiança na Rua Rocha Fragoso 15 - Vila Isabel.

Ainda no decorrer da entrevista de Dona Maria de Lurdes foi possível compreender que o fato de morar uma só família, numa das casas, era visto como um autêntico "privilégio", mesmo entre os outros trabalhadores da Fábrica:

> *Até tinha um problema muito chato porque às vezes nós estávamos lá em casa e as pessoas batiam na porta. Aí iam lá procurar casa e o pessoal da administração dizia: Vai lá na casa da viúva do Seu Erotildes! Ela mora numa casa grande sozinha com os três filhos, você vai lá e pede pra ela pra morar lá! Era uma droga. Toda hora tinha gente batendo na porta da minha mãe: - Dona Lea a senhora... e ela dizia: - Não! Aqui eu tenho que cumprir o que me mandaram. Eu morar com os meus três filhos! - Mas a casa é muito grande só pra senhora. A senhora tem que me deixar morar! Aí minha mãe era até grosseira e respondia: - Então vocês deixam o marido de vocês morrer estraçalhado na máquina e vão pedir uma casa pra vocês! Pra eles era como se a casa fosse um prêmio pra minha mãe!*

Entretanto, apesar de todas as dificuldades e lutas que tiveram que passar estes operários e seus familiares durante o funcionamento da Fábrica, a situação ficaria muito pior a partir do seu fechamento em 1965. Sem terem suas rescisões contratuais acertadas, sem saber como ficaria sua situação futura e ainda por cima sem emprego, tiveram que lutar com unhas e dentes pela preservação de suas moradias. Ficava o impasse. De quem eram aquelas casas? Da Fábrica? Dos moradores? Do Estado? A vida dessas pessoas entrou em total confusão. A todo instante eram ameaças de despejo, inclusive com uso de violência. Pessoas que se davam ao direito de proprietários, forjavam ordens de despejo, ofereciam quantias irrisórias para que pessoas humildes e de boa fé abandonassem suas casas, fazendo-os abrir mão de um direito conquistado com muitos anos de trabalho. E nesses casos a primeira providência era a derrubada das

casas para que ninguém mais viesse ocupá-las. Não apenas destruindo o imóvel em si, como fazendo desaparecer parcela importante de um conjunto arquitetônico. Numa só investida foram derrubadas mais de dez casas[4].

A estratégia utilizada por esses prepostos do proprietário da Fábrica para retirar os antigos operários de suas casas teve dois grandes momentos de violência. O primeiro durante os anos oitenta, constituído de violência física mesmo, com uso de capangas e da polícia. O segundo, na década seguinte, com a violência psicológica devido à emissão de inúmeras ordens de despejos e o desespero que isso causava nos moradores.

Num primeiro momento muitas pessoas acabaram se convencendo que teriam mesmo que sair das casas e as abandonaram. Diante disso, outros moradores se preocuparam com a situação e se articularam formando uma associação de moradores a fim de fazer frente a essas ações.

Inicialmente, de acordo com o relato de Dona Josefa Farias Ferrreira[5], essa associação recebeu, em 1982, o nome de Núcleo Noel Rosa passando em 1985, a se chamar Associação de Moradores e Amigos da Vila Operária Confiança. A AMAVOC.

Com relação à estratégia utilizada no segundo momento, isto é, a emissão de várias ordens de despejo simultâneas, fez com que se espalhasse um verdadeiro terror no interior da Vila Operária, mas ao mesmo tempo foi a senha que faltava para uma verdadeira reação popular. A partir daí esse grupo se uniu em torno da AMAVOC, não esmorecendo um só momento até o desfecho final. A seguir trechos do depoimento de Dona Wânia Calado que demonstram bem todo o processo de luta que tiveram que empreender para preservação de suas casas e também de sua articulação política na busca de soluções.

---

[4] Conforme relato de Dona Wânia Calado durante entrevista realizada em 1/3/2005 em seu local de trabalho à Rua Rocha Fragoso 15 – Vila Isabel.

[5] Entrevista realizada em 23/3/2005 no local de trabalho da entrevistada à Rua Gonzaga Bastos 272 loja 3 – Vila Isabel.

> *Fizemos um bom trabalho junto à Secretaria de Cultura do município, tanto que a gente conseguiu esse tombamento pelo patrimônio histórico. Nós viramos o Rio de Janeiro! Nós fizemos vigílias no meio da rua, de botar o fogão na calçada, da gente ficar três dias sem ir em casa, porque a gente ficava defendendo a casa dos moradores, que já tinham decretado o despejo. A gente ia pra rua, chamava amigos dos outros bairros, amigos de nossas famílias, amigos de trabalho, e a gente fazia carreatas pela rua, a gente fez panelaço, a gente botou o fogão do lado de fora, a gente fazia comida no meio da rua, a gente comia no meio-fio, porque a gente se acorrentou na nossa vila pra que não entrasse ninguém.*

E ela conclui mostrando a importância da solidariedade entre os moradores para que fosse possível lutar contra as dificuldades:

> *Quando era necessário, a gente se unia e voltava à luta. E aqueles que tinham mais conhecimento, aqueles que tinham mais tempo iam até as autoridades, enquanto os outros ficavam olhando filhos, ajudando em passagens. Chegava um dava um almoço porque a gente ficava na rua o dia inteiro procurando ajuda, ia pra procuradoria ia pra Secretaria de Fazenda, ia pra Prefeitura, pra ter audiências com o prefeito, porque foi uma fase muito difícil, a gente teve que tirar muitas certidões de ônus reais, então era um gasto muito grande, porque às vezes a gente tinha que tirar dez certidões, entendeu? Cada uma num registro de imóveis diferente, então era um gasto muito grande...*

Como resultado de toda essa ação comunitária foi obtido em 19 de novembro de 2003, o tombamento da Vila operária Confiança, permitindo que seus moradores permanecessem em suas casas, sem sofrerem mais ameaças de despejo.

Contudo, a luta desses ex-operários e descendentes não pararia por aí. No momento em que as casas passam por um processo de abandono por parte de alguns moradores, justo no calor da disputa pela sua posse, algumas pessoas de fora do ambiente fabril, ou mais especificamente, vindo de favelas próximas à região, invadem as casas, nelas permanecendo até os dias de hoje. Este fato, gerador de várias controvérsias vem acarretar disputas internas que se arrastam há anos causando desavenças entre vizinhos que, feridos em seus costumes, interpretam essa interferência como maléfica ao local.

Esse processo de luta, intestina, delicada, capaz de gerar enormes constrangimentos, ainda se arrasta de modo subliminar, já que afinal todos ali passaram pela ameaça de perder suas casas e agora vivem situação semelhante, só que do “outro lado da mesa”. Para estes ex-operários, o que lhes garante o direito de ali morarem é exatamente sua ligação com a história da Fábrica. Direito garantido pelo sentimento de pertencerem àquele espaço vivenciado por eles. Sentimento esse, que por sua ótica, não é correspondido pelos novos moradores.

Somado a isso, segundo nos foi relatado, resta também a certeza de que a luta não terminou com o tombamento efetuado pela Prefeitura, pois os títulos de propriedade ainda não foram obtidos pela maioria dos moradores. Assim, o caminho percorrido por esse grupo na busca de seus objetivos está agora menos árduo, é certo, mas todos devem estar conscientes de que a luta continua, e que para isso precisam estar sempre atentos à preservação desse patrimônio cultural chamado Vila Operária Confiança!

A GUERRA ENTRE OS CELTAS: DA ARROGÂNCIA AO ESTUPOR

Filippo L. Olivieri – Doutorando/História/UFF-Maio/2005.

Orientador: Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso

(O presente trabalho foi realizado com o apoio do conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil)

Introdução

A visão que as culturas clássicas grega e romana tinham dos povos celtas foi marcada, principalmente, pela importância que estes davam à guerra e a tudo o mais que dizia respeito a essa atividade. Para os romanos, os gauleses seriam o protótipo do bárbaro por excelência. A irrupção das tribos celtas no norte da Itália, no começo do século IV a.C., a derrota do exército etrusco e o saque de Roma, em 389 a.C., marcaram profundamente a impressão dos romanos em relação ao modo de ser dos celtas. Essas incursões pela Itália e a insegurança que tais razzias provocaram em Roma, foram determinantes para a concepção do chamado *tumultus gallicus*, ou seja, o terror causado pelas invasões celtas e um estado de alerta em relação ao perigo gaulês[1]. Para os gregos, o ataque gaulês ao santuário pan-helênico de Delfos cunhou fortemente a idéia do bárbaro celta.

O "caráter" dos celtas através da pena de César

A grande maioria dos autores clássicos, que abordam os celtas, fazem considerações acerca dos caráter do guerreiro. Temos no *De Bello Gallico* várias impressões de César sobre o caráter dos gauleses, em particular, em situações de guerra ou a ela relacionadas. Esses relatos acerca do caráter dos celtas são importantes pois o general foi o mais importante relator sobre a Gália, além de ter sido testemunha dos eventos. Assim temos as seguintes referências:

Quando os venetos prendem os embaixadores romanos: "os gauleses são precipitados e levianos em suas resoluções".[2] Quando a rebelião dos venetos poderia levar outros povos à rebelião: "serem (os gauleses) inconstantes e prontos em recorrer às armas e amando naturalmente a liberdade (...)."[3] Por ocasião da submissão dos armoricanos,

liderados pelos venetos: “porque, assim como são por índole alvoroçados e belicosos, assim são os gauleses pusilânimes para resistir às calamidades.”[4] Quando do ataque dos germanos contra os menápios, e da possibilidade de nova rebelião: “Informado disto e temendo a inconstância dos gauleses, que são prontos a mudar de resolução e inclinados à novidades, julga César não dever confiar neles. Tal é a curiosidade destes povos, que não só obrigam os viajantes a parar, ainda contra a vontade, para inquirir deles o que ouviram dizer ou sabem, mas o mesmo vulgo cerca nos mercados nas cidades, para dizerem de que terra vêm e o que aí se passa.”[5] Quando os germanos não cumpriam com os acordos, e os gauleses podiam segui-los: “(...) e conhecedor (César) da inconstância dos gauleses.”[6] Após César vencer os germanos, estes pedem proteção contra a vingança dos gauleses: “Receando porém os suplícios e crueldades dos gauleses (contra os germanos).[7] Sobre o massacre de mercadores romanos em Genabum: “a morte dos cidadãos romanos trucidados em Genabum pela perfídia dos gauleses”[8]. Sobre a engenhosidade dos gauleses no sítio de Avaricum: “Ao singular valor de nossos soldados punham os gauleses toda espécie de traças, como gente muito engenhosa que é, e habilíssima em imitar.”[9] Durante o cerco de Gergóvia, os éduos massacram os mercadores romanos: “(...) nenhum espaço se deixam à reflexão. A uns impele a avareza, a outros a iracúndia, e a temeridade, natural àquele gênero de homens, de terem uma leve audição por coisa averiguada.”[10]

As impressões que o general nos legou através dos seus relatos de campanha, remetem a determinados aspectos que são enfatizados durante toda a narrativa. A questão da impulsividade para o ataque, o fato de tomarem boatos como fatos consumados, a tendência dos celtas mudarem de lado numa guerra com freqüência são colocados como fatores que desqualificam o guerreiro. Contudo, o general soube se aproveitar disso em seu favor, através da exploração das animosidades entre as tribos.

Através de outros autores clássicos

O caráter dos celtas que os autores clássicos apreenderam são concernentes ao comportamento dos celtas enquanto guerreiros. Em Estrabão, encontramos comentários

bastante explícitos: “a raça gaulesa é apaixonada pela guerra, afeita à cólera e pronta ao combate (...)”[11] Mais adiante, na mesma obra, ele diz: “Por causa da volatibilidade de caráter, a vitória os torna insuportáveis, mas a derrota os mergulha no estupor. Sua irreflexão é acompanhada de barbárie e selvageria (...)”[12] Cícero em sua defesa do governador da Província Narbonensis, Marco Fonteius, evoca o episódio em que os gauleses atacaram o Fórum romano em 390 a.C. “Vejam eles comparecendo alegres e arrogantes diante do Fórum, a ameaça na boca, procurando nos amedrontar com a horrível sonoridade de sua língua bárbara.”[13] Em Diodorus, encontramos uma citação bastante viva desse elemento: “(...) quando estão bêbados eles (os gauleses) caem em um estado de estupor ou um estado de loucura.”[14] Já Apiano[15], em seus comentários sobre a conquista da Gália Narbonensis, endossa o descontrole dos gauleses “Os celtas se enchiam de vinho e outros alimentos até a saciedade, eram incontinentes por natureza (...).” Mais adiante, ele destaca a falta de temeridade dos celtas nas batalhas[16]. Amiano Marcelino[17] destaca o gosto dos gauleses por querelas e de serem presunçosos ao excesso.

A imagem do guerreiro celta

Através desses relatos, é possível perceber que certos temas são recorrentes. A arrogância na vitória em contraste com a apatia na derrota, levando mesmo o chefe derrotado, não raro, a se suicidar.[18] À imagem do guerreiro “apaixonado pela guerra” como queria Estrabão, junta-se outra que coloca o guerreiro celta com gosto imoderado pela bebida.[19] César acentua a irracionalidade dos gauleses, sempre tendentes a mudar de opinião ou de lado, fato que acontece freqüentemente durante as suas companhas. O gosto desmedido pela bebida é outro tema que colabora para uma idéia de irracionalidade e impulsividade. César[20] chega a declarar em relação aos nérvios que estes se sentiam mais aguerridos que os outros celtas da Gália por não permitir que os comerciantes de vinho entrassem em seu território.

As experiências negativas que os romanos tiveram com os celtas, são, não raro, evocadas como uma forma de enfatizar o quanto perigosos esses homens poderiam ser. O

sítio e saque de Roma pelos senones, comandados por Brennus, sem dúvida, foi o episódio mais marcante. Cícero, como vimos, evoca esse momento como uma forma de dar ênfase ao seu ataque contra os gauleses.

Os sacrifícios humanos também serviram para realçar essa imagem de barbarismo. Tal fato foi diretamente associado aos druidas como os legítimos ministros dos sacrifícios.[21] Vários autores enfatizam essa atividade como um aspecto bárbaro dos celtas, em particular dos gauleses.

O combate

A forma de combate a qual o guerreiro celta estava afeito diferia muito daquela das legiões romanas. As armas celtas, aparentemente, não estavam adaptadas para um combate ao estilo do legionário romano. O estilo de combate baseado no desafio não era a regra, mas é possível que o combate entre os guerreiros celtas fosse próximo desse tipo. As espadas tornam-se mais longas a partir do final do século III a.C., chegando às vezes a um comprimento de lâmina de 90 cm.[22] O guerreiro, um nobre, descia do carro de combate e desafiava o oponente, tratava-se do combate singular, como descrito por Diodorus.[23] Contudo, essa forma não deve ser vista como generalizada. Com o abandono do carro, pelo menos no mundo céltico continental, a cavalaria tornou-se mais valorizada. Todavia, o aumento do tamanho das espadas que coincidiu com o abandono progressivo dos carros pode ter uma explicação. O cavaleiro necessitava de uma espada mais longa. Contudo, Allen, citando Pausânias, aponta para o fato de que na Itália os cavaleiros costumavam descer dos cavalos para combater a pé.[24]

De qualquer forma, as espadas tornam-se mais longas a partir de La Tène Média e as pontas das lâminas assumem uma forma arredondada. Tal fato, caracterizaria um estilo de luta que precisaria de uma certa distância entre os contendores. Esse fenômeno pode ter sido fundamental na derrota dos celtas frente às legiões romanas, como pretende Rankin: “A perda da manobrabilidade dessas armas em corpo-a-corpo muito próximo geralmente foi uma importante causa da derrota dos celtas.”[25] Políbius[26] já ressaltava, acerca dos celtas do

norte da Itália, no século III a.C., o grande comprimento da lâmina e o formato arredondado da ponta indicam uma espada apropriada para o corte e não para a estocada. Dionísius de Helicarnasso[27], na mesma linha, coloca que o guerreiro celta tenta colocar todo o peso do corpo no golpe com a espada, como se quisessem cortar o corpo do oponente em pedaços. O costume disseminado do corte das cabeças do inimigo atesta bem o uso de uma arma própria ao corte e de uso pela cavalaria dos séculos II e I a.C.[28]

O combate singular aparece nos textos mitológicos da Irlanda. Em relatos como *A Razzia das vacas de Cooley* (*Táin Bó Cúalngé*)[29] pode-se perceber toda a importância que os celtas davam a esse tipo de combate. Numa cena, Cuchulainn[30] enfrenta vários oponentes em combate singular e depois de os matar, expõem suas cabeças:

> (...) A razão pela qual eles vieram a esse encontro com Cuchulainn era por causa de seus feitos do dia precedente, ou seja, que ele havia matado os dois filhos de Nera (...) e matou também Orlan, filho de Ailill e de Medb, e mostrou suas cabeças aos homens.[31]

O furor do guerreiro também é relatado de forma bastante emblemática. No momento da morte de Cuchulainn, os guerreiros temem chegar perto do seu corpo:

> (...) A neve fundiu a trinta pés de cada lado dele, por causa da elevação do calor do guerreiro e por causa do calor do corpo de Cuchulainn. O rapaz (oponente de Cuchulainn) não pôde ficar próximo dele por causa da grandeza de sua cólera e do ardor do guerreiro e por causa do calor do seu corpo.[32]

Outros aspectos contribuíram para caracterizar a idéia do guerreiro celta como o protótipo do combatente impulsivo e bárbaro. O costume de cortar e expor as cabeças dos inimigos foi um tema recorrente entre os autores clássicos[33]. O aspecto religioso de tal prática, contudo, nunca chega ser explorado por esses autores[34]. O furor guerreiro, como citado em relação a Cuchulainn, é realçado em alguns relatos, como Estrabão acerca do gosto dos celtas pela guerra, pode ser, por outro lado, elogiada, como o faz César a respeito de dois chefes alóbroges que serviram com ele durante suas companhas na Gália e o seguiram em suas companhas contra Pompeu:

> "Entre os efetivos de sua cavalaria, contava César com dois irmãos alóbroges, Roucilo e Eco, filhos de Adbucilo, que por muitos anos esteve à testa da sua nação; eram homens de coragem excepcional, de cujos préstimos valiosíssimos e de grande bravura, César se servira em todas as companhas da Gália."[35]

Os druidas, muito possivelmente, estariam diretamente envolvidos na exaltação da coragem do guerreiro e de incutir-lhe o desprezo pela morte. César relata: "Fazem (os druidas) sobretudo acreditar que as almas não perecem, mas passam, depois da morte, de uns para outros corpos, e com isso julgam incitar-se principalmente ao valor, desprezando o medo da morte"[36]. Sobre esse ponto, temos o relato de Tácito[37], acerca da confronto entre as legiões de Suetônius Paulinus e um exército bretão, por ocasião da revolta de Boudica, em 61 d. C. A cena relatada pelo escritor romano, afirma que os druidas e um grupo de mulheres (druidessas?) estariam excitando os guerreiros para que enfrentassem os legionários.

A coragem do guerreiro celta quando em combate, entretanto, não foi suficiente para o sucesso dos celtas frente ao avanço inexorável das legiões de Roma. A impressão causada em muitos autores antigos pode ser qualificada nas palavras de Rankin[38] de uma "inocente e arcaica coragem." A dependência do primeiro impacto sobre exército inimigo poderia ser um fator que faria os autores clássicos desqualificar os celtas como estrategistas. Para Políbius[39], os celtas, com seu temperamento impulsivo e não dado à reflexão, qualificava-os como irracionais, em contraste com o pragmatismo romano em combate. Os celtas teriam pouco senso de realidade e instabilidade (*athesia*). Em sua descrição da batalha de Telamon, que opôs Roma contra os gauleses cisalpinos, Políbius coloca que os romanos puderam utilizar os cenômanos como aliados contra os insubres. Essa volatilidade de comportamento era um fator que tornava os celtas mais vulneráveis às derrotas. Tal tendência, em mudar de lado com facilidade, é realçada, como vimos, diversas vezes por César, que apesar de se queixar desse aspecto, em muito se beneficiou disso colocando vários povos da Gália a seu favor na luta contra os povos revoltosos.

Entretanto, nos momentos de derrota, alguns relatos traçam um quadro do guerreiro desistindo de sua causa. A morte, fuga ou captura do chefe podia abalar a moral dos guerreiros e faze-los se entregar ao vencedor. Dio Cássius[40] narra alguns exemplos acerca das rebeliões dos alóbroges, em 62-61 a.C., que após ser morto o seus chefe, Catugnatos, os alóbroges se rendem. Após a derrota e morte de Boudica frente aos romanos, em 61 a.C, ele diz: "quanto a eles (os icenos), como haviam sido na realidade vencidos, eles se dispersam."[41]

O confronto entre celtas e romanos

Para Alain Deyber[42], a sociedade céltica era organizada militarmente com sua hierarquia e códigos próprios. Jean-Louis Brunaux[43] coloca que as preliminares da guerra seriam extremamente ritualizadas. Obviamente, que os exércitos celtas não se precipitavam sobre os romanos porque eram simplesmente desorganizados. Havia todo um sistema de códigos visando a guerra. Esses códigos eram compreendidos entre dois exércitos celtas. Se tomarmos os relatos de Diodorus[44] e de Estrabão[45], acerca dos bardos ou dos druidas detendo dois exércitos prestes a se enfrentar, vemos que dois exércitos celtas alinhados frente-a-frente deveriam respeitar as prerrogativas dos druidas. Diodorus inclusive afirma que o exército inimigo também devia respeitar a autoridade dos mediadores. Contudo, os romanos deviam ter um olhar desdenhoso em relação a tais práticas.

Os celtas não lograram adotar novas táticas para aumentar sua eficiência contra as legiões. Na guerra das Gálias[46], Vercingetorix tentou controlar a impulsividade do seu exército, ao tentar fazer com que se acostumassem a ver o exército romano, mas esperar o momento oportuno ao invés de atacar de forma apressada. Mas, tal tentativa não surtiu maiores efeitos.

Conclusão

A imagem que os autores gregos e romanos tinham dos celtas era derivada principalmente de aspectos considerados selvagens ou bárbaros. Os sacrifícios humanos

também foram, com certeza, um dos elementos que mais contribuíram para essa imagem. Mas, é através da conduta do guerreiro celta na guerra que se cristalizou uma representação caricatural emblemática do guerreiro impulsivo, presunçoso, mas que as dificuldades e reveses da guerra, podem levar ao desânimo e mesmo a uma paralisia. O estereótipo do guerreiro querelante e com um descabido gosto pela bebida completavam um quadro de selvageria.

Através dos relatos dos autores clássicos, percebemos que os celtas são retratados muitas vezes em termos desses paradoxos, quer dizer, aguerridos e paralisados. Os autores romanos e gregos, que escreviam para um público romano, podem ter realçado essas características como uma forma de justificar a romanização dos povos celtas.

---

[1] BRUNAUX, Jean-Louis. *Les Gaulois*. Paris: Les Belles Lettres, 2005, p. 27.
[2] CÉSAR. *A guerra das Gálias*. III, 8.
[3] Ibidem. III, 10.
[4] Ibidem. III, 19.
[5] Ibidem. IV, 5.
[6] Ibidem. IV, 13.
[7] Ibidem. IV, 15.
[8] Ibidem. VII, 17.
[9] Ibidem. VII, 22.
[10] Ibidem. VII, 42.
[11] ESTRABÃO. *Geografia*. IV, 2.
[12] Ibidem. IV, 5.
[13] CÍCERO. *Pro Fonteio Oratio*. XV, 33.
[14] DIODORUS SÍCULUS. *Biblioteca Histórica*. V, 26.
[15] APIANO. *História Romana*, (*Céltica*), 7.
[16] Ibidem, 8.
[17] AMIANO MARCELINO. *História*. XV, 12.
[18] RANKIN, David. The Celts Through Classical Eyes. In: GREEN, Miranda. *The Celtic World*. London, 1995, p. 21. Sobre o monumento que o rei helenístico de Pérgamo, Atalo, erigiu para comemorar a vitória sobre os gauleses que haviam invadido a Península Balcânica e tentavam passar à Asia Menor. O elemento central do monumento, segundo a reconstrução, seria um chefe gaulês que mata sua mulher e depois se suicida.
[19] CUNLIFFE, Barry. *Greeks, Romans & Barbarians: Spheres of Interaction*. Nova York: Ed. Methuen, p. 59-79. GOUDINEAU, Christian. *César et la Gaule*. Paris: Errance, p. 74-75. Comentam as evidências arqueológicas sobre a grande quantidade de ânforas encotradas na Gália.
[20] CÉSAR. Op. cit. II, 15.
[21] Idem. VI, 16; DIODORUS SÍCULUS. Op. cit. V, 31; ESTRABÃO. Op. cit. IV, 5; LUCANO. *Pharsalia*. I, 444-462;
[22] ALLEN, Stefhen. *Celtic Warrior. 300 BC. – AD 100*. London: Osprey, 2004, p. 46. Os achados arqueológicos demonstram a veracidade das fontes. No século I a.C., as lâminas das espadas dos celtas na Gália haviam atingido, não raro, um comprimento de 90 cm, com a ponta arredondada.
[23] DIODORUS SÍCULUS. Op. cit. V, 29.
[24] Ibidem. p. 46.
[25] RANKIN, David. Op. cit. p. 69.
[26] POLÍBIUS. *Histórias*. II, 33.
[27] DENIS DE HELICARNASSO. *História de Roma*. XIV, 10.
[28] WILCOX, Peter. *Rome´s enemies 2: Gallic and British Celts*. London: Osprey, 1996, p. 46-47.

[29] Mais importante relato mitológico da antiga Irlanda. Representa o combate entre a província de Connaugh, liderado pela rainha Medb e o rei Ailill, contra o reino de Ulater, liderado pelo rei Conchobar. O motivo da guerra é a posse de um touro divino, o touro de Cúalngé.
[30] O mais importante herói dos mitos irlandeses. Protótipo do guerreiro destemido e invencível.
[31] La *Razzia des Vaches de Cooley*. Trad. Christian Guyonvarc´h. Paris: Gallimard, L´aube des peuples, p. 104.
[32] *La Razzia des Vaches de Cooley*. Op. cit. p. 116.
[33] POLÍBIUS. Op. cit. II, 18; DIODORUS SÍCULUS. Op. cit. V, 29; ESTRABÃO. Op. cit. IV, 5; TITUS LÍVIUS. *História*. X, 26 e XXIII, 24; ATHENEUS. *Deipnosofhystas*. IV, 154.
[34] RITCHIE, W. F. and. G, J. N. The army, weapons and fighting. In: GREEN, Miranda. *The Celtic World*. London: 1995, p. 54.
[35] CÉSAR. *A Guerra Civil*. III, 59.
[36] CÉSAR. Op. cit. VI, 14.
[37] TÁCITUS. *Anais*, 30.
[38] RANKIN, David. Op. cit. p. 77.
[39] POLÍBIUS. Op. cit. II, 35.
[40] DIO CÁSSIUS. *História Romana*. XXXVII, 47-49.
[41] Ibidem. LVII, 12, 6.
[42] DEYBER, Alain. Ambiorix e Vercingétorix: Entre guerre traditionelle et modernité. In: GUINCHARD, Vincent. et PERRIN, Franck. *L´aristocratie celte à la fin de l´age du Fer. (du II siècle avant J.-C. au I siècle aprés J.-C.)*. Glux-en-Glenne: Collection Bibracte 5, 2002, p. 259-267.
[43] BRUNAUX, Jean-Louis. *Guerre et religion en Gaule: Essai d´anthropologie celtique*. Paris: Errance, 2004, p. 68-69.
[44] DIODORUS. Op. cit. V, 31.
[45] ESTRABÃO. Op. cit. IV, 4.
[46] CÉSAR. Op. cit. VII, 20.

O ESPIRITISMO EM GUARAPUAVA: UM LEVANTAMENTO DE FONTES

FLAMARION LABA DA COSTA

INTRODUÇÃO.

O estudo das religiões nas últimas décadas vem ocupando a atenção de historiadores, sociólogos e antropólogos. As pesquisas abrangem um leque cada vez maior de religiões e estudam suas origens e as influências que o pensar e agir religioso exerce sobre os grupos sociais e na sociedade como um todo.

Nos meios acadêmicos, o estudo sobre religião ganhou projeção ainda no século XIX. Segundo Mircea Eliade, o início deu-se em 1873, quando foi criada na Universidade de Genebra, a *"...primeira cátedra universitária de história das religiões"*i***[1]*** A seguir várias instituições de ensino superior na Europa inseriram-na em seus currículos, expandindo sua difusão, interesse e novas pesquisas.

A prática da religião ou as manifestações de religiosidade aparecem implicitamente incorporadas nas sociedades, abrangendo pessoas de todas as classes sociais como crentes de um determinado conceito doutrinário.

A importância das religiões nas diferentes sociedades foi também identificada por Pierre Bourdieu, para o qual as formas como as sociedades se organizam variam de acordo com o desenvolvimento do seu aparelho religioso e das instituições incumbidas da sua administração e conservação.ii[2]

Max Weber ao abordar religião trabalha com os conceitos de racionalismo, carisma, urbanismo e sofrimento,iii[3] que podem ser empregados em estudos de diferentes conceitos religiosos e também para o Espiritismo, visto este buscar consolar e como as demais minorar sofrimentos trazendo conceitos esclarecedores.

O foco do nosso estudo foi o Espiritismo na cidade de Guarapuava – PR., onde buscamos levantar as fontes para o estudo e futuros trabalhos sobre história das religiões.

Para maior esclarecimento sobre esta crença é necessário que façamos uma abordagem do seu surgimento na França até sua estruturação no Brasil, no Paraná até chegar nos primeiros anos do século XX em Guarapuava.

A organização do Espiritismo deu-se na França na metade do século XIX em um trabalho desenvolvido pelo professor Hippolyte Leon Denizard Rivail, mais conhecido pelo cognome *"Allan Kardec"* que o tornou famoso em inúmeros países de todos os continentes.

Allan Kardec nasceu na cidade francesa de Lyon, em 03 de outubro de 1804, e faleceu em Paris, a 31 de março de 1869. Realizou seus estudos na escola Pestalozzi, em Yverdum na Suíça. Seguiu e propagou os métodos de seu mestre Pestalozzi, publicando várias obras sobre educação, que tiveram aceitação na França e em outros países.

É de 1824 sua primeira publicação pedagógica, *"Curso Prático de Aritmética, segundo o método Pestalozzi dos professores primários e das mães de família"*iv***[4]***,* a partir da qual seguiram-se outras versando sobre várias disciplinas, destacando-se ainda como tradutor de obras do francês para o alemão.

Segundo o próprio Kardec, foi no início de 1854 quando, pela primeira vez, teve conhecimento da existência das *mesas falantes, girantes ou dançantes.*

Num primeiro momento, Kardec demonstrou incredulidade para com os fenômenos, mas após observação mais atenta passou a cogitar se não haveria nelas algo mais que efeitos físicos ou simples divertimento. Passou a formular com antecedência perguntas que lhe trouxessem respostas e explicações mais concretas. *"Apliquei a essa nova ciência, como o fizera até então, o método da experimentação, jamais ocasionei teorias preconcebidas : observava atentamente, comparava, deduzia as conseqüências; dos efeitos procurava encontrar as causas, pela dedução e encadeamento lógico dos fatos, não admitindo uma explicação como válida senão quando podia resolver todas as dificuldades."*v***[5]** Foi por estas observações e contatos que Kardec concretizou seu trabalho com relação ao Espiritismo,

desenvolvendo uma nova crença baseada no tripé, *FILOSOFIA, CIÊNCIA E RELIGIÃO*. O corpo doutrinário foi codificado por Kardec em cinco obras, consideradas pelos espíritas como básicas para o conhecimento e vivência do Espiritismo. Nelas se encontram os fundamentos e explicações filosóficas, científicas e religiosas, que vieram a público a partir de 18 de abril de 1857, quando foi publicado *O Livro dos Espíritos,* que contém a parte filosófica. Seguiram-se-lhe, *O Livro dos Médiuns*(1861), a parte experimental; *O Evangelho Segundo o Espiritismo*(1864), para as questões morais; *O Céu e o Inferno* (1865), sobre os castigos e recompensas dos espíritos encarnados e desencarnados; *A Gênese* (1868), que é um complemento e síntese das demais.

Publicou-se paralelamente, a partir de 1858, a *Revista Espírita.* É também deste ano a fundação da *Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas.* Em 1890, vinte e um anos após a morte de Kardec veio a público a obra intitulada *Obras Póstumas.*

Para os adeptos dos princípios espíritas, criou Kardec os termos *ESPÍRITA E ESPIRITISMO,* para diferenciá-los de *ESPIRITUAL, ESPIRITUALISMO, ESPIRITUALISTA,* visto que para os seguidores da nova doutrina é possível a comunicação entre vivos (*encarnados)*, que habitam o mundo *material*, e os mortos *(desencarnados)* que habitam o mundo *espiritual*. Também pode ocorrer a volta deles para novas vidas materiais por meio da *reencarnação*, que consiste em oportunidade que Deus oferece ao espírito de voltar para novas vidas, para o resgate de seus débitos de encarnações anteriores.

O ESPIRITISMO NO BRASIL.

A colonização no Brasil por uma nação européia – Portugal – atrairá os reflexos daquele continente que via metrópole, atingirá sua colônia. Num primeiro

momento, na condição de colônia, a metrópole portuguesa simplesmente transferiu sua estrutura, administrativa e doutrinária religiosa, obrigando os colonos a seguirem os seus ditames. As ocorrências dos séculos XVIII e XIX, na Europa, refletiram-se na colônia brasileira. Para o final do século XVIII, sob influência da corrente de pensamento iluminista, organizou-se o movimento emancipatório conhecido como *Inconfidência Mineira.*

No início do século XIX, em 1808 a Família Real portuguesa transferiu-se para o Brasil e, em 1822, a proclamação da Independência, libertando-se então o território brasileiro do domínio político português. O Brasil livrou-se do domínio de uma nação européia, mas não da influência tanto econômica quanto das idéias: da econômica principalmente, da Inglaterra; e da filosófica, da França. Devido a isto, a França caracterizou-se nos séculos XVIII e XIX como um centro gerador de princípios que afetaram o mundo ocidental, provocando profundas mudanças institucionais.

Portugal implantou no Brasil a religião católica que era a oficial do reino desde a sua fundação no século XII, e assim manteve-se em território brasileiro, até as últimas décadas do século XIX. Após a Independência, o vínculo Igreja-Estado permaneceu, com aprovação constitucional, mas o relacionamento com países não católicos, e a necessidade de estes países manterem representantes – diplomáticos e comerciais – em território brasileiro, obrigou as autoridades governamentais a relaxarem o rigor, permitindo a prática reservada de outros cultos religiosos.

Também para o Brasil vieram importadas novas correntes de princípios filosóficos, científicos e religiosos como o positivismo, teosofismo, liberalismo, darwinismo, materialismo e o Espiritismo que, de modismo e curiosidade, estava tomando outra conotação, tendendo para o religioso. Para o sucesso destas novidades a década de 1870 é decisiva, pois é desse ano o final da guerra do Paraguai, que, por sua vez propiciou um acirramento da discussão existente sobre a situação dos escravos e fundou-se o Partido Republicano.vi[6]

No Brasil, as primeiras notícias sobre os *fenômenos espíritas* , que chamavam a atenção na Europa e nos Estados Unidos, e a conseqüente comunicação entre vivos e mortos, data da metade do século XIX, mais especificamente o ano de 1853, portanto, um ano antes de Allan Kardec começar a ter contato com os grupos que se dedicavam a admiração dos ditos fenômenos.

O conhecimento deu-se por meio de notícias vindas na metade do século XIX, da Europa e que eram publicadas em jornais do Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza.

No ano de 1840, chegaram ao Brasil dois médicos, que faziam uso da medicina homeopática e os *passes magnéticos*, que eram recomendados por Hahnemann para auxiliar no tratamento. Essa data é considerada por alguns como marco da introdução do Espiritismo no Brasil. Estes médicos chamavam-se Bento Mure (seu nome original era Benoit Jules), francês, e João Vicente Martins, português. Pelas suas atividades filantrópicas no Rio de Janeiro, tornaram-se conhecidos como *médicos dos pobres*, popularizando o uso da homeopatia aliada aos passes entre a população mais necessitada da então capital do Império.

Dentre as várias notícias sobre os primórdios do Espiritismo no Brasil, uma há que é unanimidade entre os pesquisadores, a de que o primeiro grupo espírita foi organizado por Luis Olímpio Teles de Menezes, na cidade de Salvador, na Bahia, em 17 de setembro de 1865 e denominou-se *Grupo Familiar do Espiritismo*, que a partir de 1873 chamou-se *Associação Espírita Brasileira.*

Se foi em Salvador que se organizou o primeiro grupo, foi na cidade do Rio de Janeiro que ocorreu a estruturação do Espiritismo brasileiro, com a fundação da *Federação Espírita Brasileira*, em 02 de janeiro de 1884, considerada a *Casa Mater* da doutrina, e seus moldes foram adotados para o surgimento da Federações estaduais.

Naquela cidade, os princípios espíritas eram discutidos na década de 1860, por uma elite francesa composta por profissionais liberais ali residentes, da qual vai

sobressair-se o professor Casimir Lieutaud.vii[7] Como as obras de Kardec, não haviam sido traduzidas para o português, a sua leitura e discussão restringiram-se às pessoas com conhecimento da língua francesa, o que reduzia o número de leitores.

Para o final do século XIX e início do XX o Espiritismo passou a ser conhecido, praticado e estudado em várias regiões do Brasil, facilitado pelas traduções para a língua portuguesa das obras de Kardec que ocorreu em 1875. Foram traduzidos, *O Livro dos Espíritos, O Evangelho Segundo o Espiritismo, O Céu e o Inferno,* trabalho realizado por Joaquim Carlos Travassos, sob o psedônimo de *Fortunio,* editados pela editora B. L. Garnier.

Também, em vários Estados foram surgindo grupos e publicações. No Paraná já em 1890 publicavam-se duas revistas, *" A Luz"* e *"A Revista Espírita"*

A 24 de agosto de 1902, fundou-se a *Federação Espírita do Paraná,* a qual se propôs a unir todos os *centros e grupos* que existiam, para uma uniformidade de ação e propagação do Espiritismo.

A Federação Espírita Brasileira faz referência, em 1904, às publicações de *"A Luz"* e *"A Revista Espírita"* e acrescenta as revistas *" O Pharol de 1893", "A Fé Espírita de 1895"* e a *"Voz da Verdade de 1898"* todas de Paranaguá incluindo *"A Doutrina"* publicada em Curitiba em 1900. Nesta publicação, além da capital, fazia-se referência a Paranaguá, "Guarapuava" e Palmeira, no interior do Estado do Paraná, com grupos organizados.viii[8]

Como se pode observar de acordo com o citado, a cidade de Guarapuava já contava com grupo organizado para o estudo do Espiritismo no início do século XX, chamando a atenção por tratar-se de uma cidade interiorana, e provavelmente como as demais regiões do Brasil com forte e marcante presença católica.

Partindo desse princípio os adeptos iniciais eram de confissão católica e talvez surgindo a necessidade de praticarem as duas crenças ao mesmo tempoix[9] ou, de trocarem seu conceito religioso. Para Dominique Julia isto ocorre porque: "As mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais

produzem nos fiéis, modificações de idéias e desejos tais que as obrigam a modificar as diversas partes do seu sistema religioso”.x[10]

Os espíritas da cidade de Guarapuava utilizaram-se para a divulgação do Espiritismo, os meios de comunicação disponíveis para a época onde o mais comum era o jornal, palestras e atividades desenvolvidas pelos Centros na assistência à população.

Das fontes levantadas as que nos apresentaram maiores detalhes foram os jornais publicados na cidade os quais citamos abaixo:

- Folha Regional
- Folha de Guarapuava
- Diário de Guarapuava
- Folha do Paraná
- Folha Regional
- A Cidade
- Folha do Oeste
- O Jornal
- Tribuna de Guarapuava
- Jornal de Guarapuava
- Esquema Oeste
- Correio do Oeste

Nestes periódicos identificamos a forma como era conduzida a divulgação e propaganda do Espiritismo, possibilitando-nos o levantamento de fontes propostos em pesquisa desenvolvida junto ao de História da UNICENTRO.

Além dos periódicos consultamos a documentação de três centros espíritas os quais foram selecionados por serem os únicos que constam como cadastrados junto a Federação Espírita do Paraná com sede em Curitiba, sendo a “Sociedade

Espírita Jesus e Verdade;" "Centro Espírita A Caminho da Luz" e a "Sociedade Espírita Joaquim Nabuco", existindo vários outros na cidade.

O estudo e as pesquisas sobre religião apresentam uma visão sobre a sociedade, onde na cidade de Guarapuava repete-se o fato de várias crenças apresentarem um crescimento constante ao longo do século XX, consolidando-se na sociedade como alternativa para a busca de conforto principalmente o espiritual que segundo a maioria das igrejas apresenta como eterno e duradouro.

Prof. Dr. Flamarion Laba da Costa

Departamento de História da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO – Guarapuava – PR.

NOTAS

i[1] ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1.

ii[2] BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas.3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 40.

iii[3] WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982. p. 11.

iv[4] KARDEC, Allan. Obras Póstumas. Araras; Instituto de Difusão Espíritas, 1993. p. 259

v[5] Idem p. 259.

vi[6] Damazio, Sylvia F. Da Elite ao Povo. Advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. p. 54.

vii[7] Ide. P. 102.

viii[8] Memória Histórica do Espiritismo. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, p. 58.

ix[9] Para esta prática indicamos as obras de Frei Boaventura Kloppenburg publicadas na década de 1950 quando representava o discurso oficial da Igreja Católica contra o Espiritismo. Entre as obras citamos: " Espiritismo. Orientação para os católicos"; "O Livro negro da evocação dos espíritos"; "O reencarnacionismo no Brasil"; entre outras.

x[10] JULIA, Dominique. História Religiosa. In. LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 106.

Escola Nova e Ensino de História no Brasil

Flávia Eloisa Caimi
Universidade de Passo Fundo/RS

O presente estudo analisa as aproximações existentes entre o ideário da Escola Nova, expresso no *Manifesto dos Pioneiros de 1932* e as concepções de ensino da história na reforma educacional brasileira nos anos de 1990, tratando especialmente dos princípios e métodos que fundamentam o documento da Área de História, nos Parâmetros Curriculares Nacionais. No cumprimento deste propósito, primeiramente buscamos contextualizar o ensino da história no Brasil, nos primeiros decênios da República, seguindo com uma análise comparativa entre o Manifesto dos Pioneiros de 1932 e o documento da área de História nos PCNs, de 1998. Orienta-nos, como hipótese inicial, a idéia de que existem convergências entre os dois textos, principalmente no que se refere à relevância social da educação, à questão da tensão diversidade regional *versus* identidade nacional, à centralidade do aluno no processo pedagógico, à relação conteúdo-método, entre outros aspectos.

O ensino da história frente ao ideário da Escola Nova

A história como disciplina escolar surge na França, no cenário das transformações revolucionárias do final do século XVIII, em meio à defesa da educação universal, pública, gratuita, laica e obrigatória. Para a consolidação dos Estados Burgueses, tornava-se necessário cunhar os conceitos fundamentais das histórias nacionais, tais como nação, pátria, nacionalidade, cidadania, de modo a substituir a história sagrada, predominante no sistema escolar até essa época, cuja tarefa seria desempenhada, em grande medida, pelos historiadores e pela história escolar.

No Brasil, a constituição da história escolar ocorreu algumas décadas mais tarde, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838. Sua missão primordial era elaborar uma história nacional e difundi-la nas salas de aula por meio do ensino de história, o que seria operacionalizado pelo Colégio Pedro II, estabelecimento oficial de ensino

secundário criado no mesmo ano. Nos programas curriculares e manuais didáticos produzidos no âmbito do IHGB, pelos próprios sócios do Instituto, desenhava-se uma história eminentemente política, nacionalista, eurocêntrica, que exaltava mais os princípios da moral cristã e a doutrina da Igreja Católica do que as noções de cidadania, fato que aconteceria após o advento da República.

No início do período republicano, cresce a importância atribuída ao ensino da história na difusão do sentimento nacional e na responsabilidade de formar os cidadãos da nação. Progressivamente, "a moral religiosa foi absorvida pelo civismo, orientando a idéia de que os conteúdos da História Pátria não deveriam ficar restritos ao âmbito específico da sala de aula. Práticas e rituais cívicos, como festas, desfiles, eventos comemorativos e celebrações de culto aos símbolos da Pátria, foram desenvolvidos para envolver o conjunto da escola e estabelecer o ritmo do cotidiano escolar".[i] Baía Horta demonstra que a inclusão de *Instrução Moral e Cívica* nos currículos escolares foi um dos principais mecanismos adotados nas políticas educacionais da época, para cumprir o propósito de desenvolver "noções de civilidade, sociabilidade, trabalho, verdade, justiça, eqüidade, amenidade no trato, gentileza, asseio, amor à família e à pátria, altruísmo, etc.".[ii] O autor esclarece que a partir da Reforma Rocha Vaz, em 1925, a Instrução Moral e Cívica passa a fazer parte do currículo das escolas secundárias. Quanto ao ensino primário, incorporará essa disciplina através das reformas regionais promovidas pelos "profissionais da educação", na década de 1920, especialmente em São Paulo, Ceará e Bahia.

Embora não se possa afirmar, a rigor, que no período republicano o ensino de história tenha se alterado substancialmente, no que se refere às concepções teóricas e historiográficas predominantes desde a época do Império, pode-se destacar uma preocupação mais evidente com os métodos empregados no campo da história escolar, nas primeiras décadas do século XX. Inúmeros estudos[iii] apontam que a introdução do ideário da Escola Nova na educação brasileira influencia o ensino da história, fazendo surgir outras possibilidades metodológicas, dentre elas a preocupação em despertar hábitos de investigação, crítica e raciocínio lógico,

procurando superar, ao menos no ideário acadêmico, o ensino memorístico e livresco vigente nos estudos históricos.

Essa influência é demonstrada, ainda que de modo um pouco sutil, nos prefácios dos livros didáticos, dirigidos especialmente aos professores, contendo orientações em termos de métodos e recursos mais apropriados para atingir os objetivos da disciplina. Uma inovação trazida por Rocha Pombo em um manual didático de História publicado em 1918, esclarece na capa que o livro contém “muitos mapas históricos e gravuras explicativas”. Murilo Mendes denuncia, em 1935, o ensino de história restrito à memorização de fatos, datas e heróis, dizendo: “nossos adolescentes também detestam a história. Votam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o ‘ponto’ exige ou se valendo lestamente da ‘cola’ para passar nos exames”.[iv] Jônatas Serrano, autor de inúmeros livros de História nos anos de 1920 e 1930, era caracterizado como um escolanovista católico, preocupando-se com o uso de novas tecnologias no ensino da história escolar, especialmente o cinema como recurso didático. Em 1932, publicou um volume com o título *Escola Nova,* onde declarava que “o movimento renovador da escola, a cruzada pela escola nova pode e deve continuar (continuar e não começar, pois foi brilhantemente iniciado faz algum tempo), e com a colaboração de todas as forças vivas do nosso meio".[v]

Em que pese a importância desses pequenos avanços nos anos iniciais da República, nas práticas do ensino da história da época predominam uma visão tradicional baseada no estudo do passado, com ênfase nos fatos políticos e feitos heróicos, uma concepção de professor-transmissor e de aluno-receptor, entre outros condicionamentos contra os quais nos debatemos até hoje.

Parâmetros Curriculares Nacionais e Manifesto dos Pioneiros de 1932

Analisar e cotejar documentos advindos das políticas educacionais públicas ou de manifestações de categorias profissionais, como é o caso aqui, requer algumas considerações. A primeira delas é que não se pode ignorar que estamos confrontando dois documentos

produzidos em épocas muito distintas e distantes no tempo e que cada um está imerso em conjunturas políticas, econômicas e sociais próprias do seu tempo. Frente a esse fato, optaremos por analisar os documentos em suas propostas textuais, focalizando princípios, finalidades e métodos educacionais, sem grandes preocupações com análise de conjuntura. O segundo aspecto a considerar é que, embora os documentos oficiais constituam-se mecanismos de controle e regulação dos sistemas educativos, a recepção por parte daqueles que efetivamente operacionalizam as propostas nas salas de aula é limitada, re-elaborada, em parte negada, em parte assumida. Com isso queremos dizer que a escola não pode mais ser pensada como um espaço de reprodução ou reflexo das políticas públicas ou da cultura dominante, pois, segundo Fonseca, "a escola é dotada de uma dinâmica própria – saberes, hábitos, valores, modos de pensar, estratégias de dominação e resistências, critérios de seleção constitutivos da chamada 'cultura escolar'".[vi]

Feitas essas considerações, passemos à análise dos dois documentos: o texto do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*, de 1932, e o texto dos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de História*, lançado oficialmente pelo Ministério da Educação em 1998. Iniciaremos por apontar, nos documentos, a centralidade com que a educação é apresentada no contexto econômico e social do país. No *Manifesto*, as primeiras palavras afirmam que "na hierarchia dos problemas nacionaes, nenhum sobreleva em importancia e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caracter economico lhe pódem disputar a primazia nos planos de reconstrucção nacional".[vii] Já, nos *Parâmetros*, um prefácio assinado pelo ministro Paulo Renato de Souza enfatiza que "o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos".[viii] A crença no papel da educação para o desenvolvimento humano e crescimento social é evidente nos dois contextos, muito embora 66 anos os separem.

A questão da diversidade regional e da identidade nacional também constitui ponto central nos dois documentos. Para os pioneiros, a diversidade regional em termos educacionais era tida como um problema a ser corrigido, no esforço de constituir um sistema nacional de educação. No texto, alertam que após 43 anos de regime republicano permanece "tudo fragmentario e desarticulado. A situação actual creada pela successão periodica de reformas parciaes e frequentemente arbitrarias, lançadas sem solidez economica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão de construcções isoladas".[ix] Com isso, apontam a necessidade premente de organizar o aparelho escolar pela determinação dos fins da educação e da aplicação de métodos científicos aos problemas da educação.

Nos *Parâmetros* a questão se apresenta um pouco distinta, já que estamos tratando de uma época em que mais de 95% das crianças já freqüentam o ensino fundamental, porém, o esforço de constituir articulações nacionais em educação ainda está em pauta: "os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de uma lado, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras", diz o ministro.[x] Parece-nos que o que está por detrás dessa posição é a questão da identidade nacional, tratada nos dois documentos como função social da escola e nos PCNs, especificamente, da história escolar.

No texto do *Manifesto,* o último parágrafo refere que "o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciencia de si mesmo e de seus destinos e a força para affirmar-se e realizal-os, entretém, cultiva e perpetúa a identidade da consciencia nacional, na sua comunhão intima com a consciencia humana".[xi] Escrito num contexto de defesa dos nacionalismos e sentimentos cívico-patrióticos, é bastante compreensível essa posição no *Manifesto.* Os *Parâmetros,* como era de se esperar, dão um tratamento diferente à questão da identidade nacional, reconhecendo a importância, mas

problematizando a atualidade do conceito nos seguintes termos: “uma das tradições da área tem sido a de contribuir para a construção da identidade, sendo esta entendida como formação do ‘cidadão patriótico’, do ‘homem civilizado’ ou da ‘pessoa ajustada ao seu meio’”.[xii] Entretanto, alerta que atualmente é preciso “repensar o que se entende por identidade e qual a sua relevância para a sociedade brasileira” (Idem). Convida os profissionais da área a refletir sobre os processos migratórios globais, que intercambiam valores, comportamentos, tecnologias, produzindo desarticulações nas formas tradicionais de trabalho e nas relações socioculturais. Frente a isso, cabe ao ensino da história “fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial”. Desse modo, a disciplina contribuiria não para a construção de uma identidade nacional homogênea, una, indivisa, mas de identidades que reconheçam semelhanças, diferenças, igualdades, consensos e conflitos nas sociedades humanas.

Um outro ponto de convergência que identificamos nos dois documentos diz respeito à noção de escola ativa. Inúmeras referências contemplam, tanto no *Manifesto* quanto nos *PCNs,* a idéia de que a escola precisa superar os métodos tradicionais de ensino, baseados na memorização e na reprodução, tornando-se vida através de métodos ativos. No *Manifesto* defende-se que, desde a escola infantil até a universidade, o processo pedagógico “deve levar à formação da personalidade integral do alumno e ao desenvolvimento de sua faculdade productora e de seu poder creador, pela applicação, na escola, para a acquisição activa de conhecimentos, dos mesmos methodos (observação, pesquiza e experiencia), que segue o espirito maduro, nas investigações scientificas”.[xiii]

Da mesma forma, os *PCNs* apontam o valor da atitude investigativa do aluno, esclarecendo que “a apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber histórico escolar não significa que se pretende fazer do aluno ‘um pequeno historiador’ e nem que ele deve ser capaz de escrever monografias. A intenção é que ele

desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno".[xiv] Argumentando em favor da abertura da escola à comunidade, os Pioneiros entendem que "a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possivel, todos os recursos formidaveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o radio".[xv] Nessa mesma perspectiva, de invocar a realidade social como laboratório de aprendizagem, o texto dos *PCNs* traz a idéia de que "rádio, livros, enciclopédias, jornais, revistas, televisão, cinema, vídeo e computadores também difundem personagens, fatos, datas, cenários e costumes que instigam meninos e meninas a pensarem sobre diferentes contextos e vivências humanas".[xvi]

Tratando da relação conteúdo/método, quantidade/qualidade, os dois documentos oferecem uma posição similar. No *Manifesto* verifica-se a opção pelo método em detrimento de um ensino que privilegie o acúmulo de conteúdos, como expressa o trecho que segue: "a escola do passado, com seu esforço inutil de abarcar a somma geral de conhecimentos, descurou a propria formação do espirito e a funcção que lhe cabia de conduzir o adolescente ao limiar das profissões e da vida".[xvii] Os Pioneiros defendem que importa menos a quantidade das matérias do que o método de aquisição desses conhecimentos.

Em diversas passagens do texto dos *PCNs* encontramos posições muito próximas às esboçadas no Manifesto, no que se refere à relação conteúdo/método. Pode-se exemplificar com o seguinte trecho: "nas décadas de 80 e 90, alguns professores começaram a denunciar a impossibilidade de transmitir o conhecimento de toda a história da humanidade, em todos os tempos".[xviii] Ou ainda: "é consensual a impossibilidade de estudar a História de todos os tempos e sociedades"[xix]. Diante de tais constatações, defende-se, nos *PCNs*, a necessidade de estabelecer critérios de seleção de conteúdos, privilegiando o ensino de procedimentos e o incentivo de atitudes frente ao conhecimento histórico. Entre os procedimentos destacam-se:

> coletar informações em bibliografias e fontes documentais diversas; selecionar eventos e sujeitos históricos e estabelecer relações entre eles no tempo; observar e perceber transformações, permanências, semelhanças e diferenças; identificar ritmos e durações temporais; reconhecer autorias nas obras e distinguir diferentes versões históricas; diferenciar conceitos históricos e suas relações com

> contextos; elaborar trabalhos individuais e coletivos (textos, murais, desenhos, quadros cronológicos e maquetes) que organizem estudos, pesquisas e reflexões.[xx]

O que se verifica, no conjunto das proposições dos *PCNs/História*, é a ênfase em propostas e métodos que atribuam aos alunos o papel de protagonistas da realidade social e da história, constituindo-os sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Eis a centralidade do aluno no processo pedagógico tão propalada e propagada no ideário da Escola Nova no Brasil desde há muitas décadas. Ao olhar para o ensino da História na atualidade, percebe-se uma significativa distância entre o ideário presente em documentos oficiais de sucessivas reformas educativas e as práticas escolares, que seguem um ritmo peculiar em relação a este contexto oficial. Uma proposta educativa oficial precisa estar, afinal, articulada com o desenvolvimento profissional dos professores, com suas condições de trabalho, com as escolas e seus projetos, sob pena de expressar-se nas experiências escolares tão somente como um discurso, que não repercute em mudanças consistentes.

---

[i] BRASIL. SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais:* História. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 21.
[ii] BAÍA HORTA, José S. *O hino, o sermão e a ordem do dia:* regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 137.
[iii] Ver especialmente: DA FONSECA, Thaís Nívia. *História e ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003; MATTOS, Selma R. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
[iv] Mendes, 1935, in NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 26/26, set.92/ago/93, p. 92-93.
[v] SERRANO, Jônatas. *A Escola Nova.* Rio de Janeiro: Schmidt, 1932, p. 115.
[vivi] FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003, p. 34.
[vii] MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. In: GHIRALDELLI Jr. Paulo. *História da Educação.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 54. Nas citações do Manifesto será mantida a escrita da época.
[viii] PCNs, Op. Cit. , p. 5.
[ix] Manifesto, Op. Cit. p. 54.
[x] PCNs, Op. Cit. p. 5.
[xi] Manifesto, Op. Cit. p. 78.
[xii] PCNs, Op. Cit. p. 34.
[xiii] Manifesto, Op. Cit. p. 69.
[xiv] PCNs, Op. Cit. p. 40.
[xv] Manifesto, Op. Cit. p. 75.
[xvi] PCNs, Op. Cit. p. 38.
[xvii] Manifesto, Op. Cit. p. 70.
[xviii] PCNs, Op. Cit. p. 27.
[xix] Idem, p. 45.
[xx] Idem, Ibidem, p. 45.

As ciências sociais vão à guerra

Flávio Diniz Ribeiro

"The horror! The horror!"[1]

Trato aqui do engajamento, intelectual e institucional, de parte significativa das ciências sociais norte-americanas na guerra do Vietnam, no contexto do Estado de segurança nacional, nos marcos da Guerra Fria. Pretendendo colocar a ciência social a serviço da sociedade americana e reforçar a rede entre a academia e o financiamento governamental, esses cientistas oferecem seu instrumental analítico para a defesa da nação. Um dos argumentos que justifica a conveniência, ou a necessidade, deste engajamento é que estas ciências estão aptas a fornecer um modelo integrado de mudança social, econômica e política que pode guiar a estratégia militar americana, modelo que é formulado pelas teorias da modernização, usadas de modo a ligar a promoção do desenvolvimento social e político com as estratégias das operações de guerra. É o caso do projeto de urbanização forçada do Vietnam, em que a escalada de violência deveria também promover uma transformação fundamental da sociedade vietnamita.

Durante a Segunda Guerra houve forte aproximação entre o Estado e cientistas, não só das chamadas "ciências duras", mas também das ciências sociais e comportamentais. Não foram poucos os cientistas sociais de renome, pesquisadores e professores universitários de grande influência que mantiveram um relacionamento estreito com o Estado, através das suas agências de segurança e informação. Especialmente sob os governos Kennedy e Johnson muitos destes cientistas, de várias especialidades e de diferentes centros acadêmicos, chegaram a participar intensa e continuadamente da formulação de políticas, traduzindo suas idéias em recomendações. Davam continuidade a um trabalho conjunto que já tinha sido importante por ocasião da grande depressão de 1929 e que se fortaleceu bastante durante a Segunda Guerra Mundial.[2]

1

Christopher Simpson afirma: “By now it is clear that military, intelligence, and propaganda agencies provided the by far the largest part of the funds for large research projects in the social sciences in the United States from World War II until well into the 1960s, and that such funding was designed to support the full range of national security projects of the day, from the benign to the horrific. […] In some cases, the security agencies’ intervention proved decisive in the ‘scientific’ evolution of an academic field, which is to say, in the establishment of the institutions, texts, methodologies, and body of knowledge regarded as central to that academic enterprise. This has been true particularly in the interdisciplinary fields that have grown up since about 1945, such as development studies, area studies, communication research, and operations research, among others.”[3]

Entre os campos em que este envolvimento de cientistas sociais com o governo norte-americano avançou muito durante a chamada Guerra Fria estão os estudos sobre “desenvolvimento” e os “estudos de área”. Grandes universidades formaram centros específicos onde estes estudos foram institucionalmente alocados e bem financiados com recursos governamentais e de agências filantrópicas. Tais estudos foram utilizados como fundamentação da política norte-americana para a Guerra Fria e também para as guerras propriamente ditas que os Estados Unidos promovem no período. A sociologia oferece uma teoria social geral (a teoria da modernização) que se adapta muito bem às principais questões que o Estado norte-americano enfrentava e assim se torna referência permanente às aplicações de guerra das ciências sociais americanas naquele momento. De acordo com aquela teoria, a modernidade – caracterizada nos termos da sociedade americana contemporânea – é o destino comum e estágio superior de todos os povos, cada um dos quais é pensado como relativamente atrasado e portanto em estágio inferior à sociedade “moderna”.

Halberstam cita um diálogo eloqüente e esclarecedor a respeito, entre o General Curtis LeMay, comandante da Força Aérea, e McGeorge Bundy, assessor especial do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional: “We were, LeMay said, swatting at the flies, when we should really be going after the source, the manure piles. Bundy deflected that

2

one, and LeMay continued: they had targets, oil depots, ports, dikes, and if they existed and we were their enemy and we were enemy enough to fight them and to die, we should tear it all down. 'We should bomb them into the Stone Age.' 'Maybe,' answered Bundy, 'they're already there'."[4]

Robert McNamara, então secretário de defesa do governo Kennedy, disse que se a Primeira Guerra foi a guerra dos químicos e a Segunda Guerra a guerra dos físicos, então a do Vietnam bem poderia ser considerada a guerra dos cientistas sociais.[5]

Estudos recentes sobre a Guerra do Vietnam nos fazem relembrar que houve uma "outra guerra" no Vietnam. "Enterprising American and South Vietnamese officials – like Edward Landsdale, John Paul Vann, Victor Krulak, George Tanham, Robert Komer, and Nygyen Be – worked hard to raise the status of this 'other war' in the eyes of allied policymakers, and they had the backing of social scientists from elite American universities and research institutions, many of whom worked for the U.S. government. Not only did their studies and reports on nation building and counterinsurgency influence the development of U.S. policy with regard to the 'other war' in South Vietnam, but they provided the intellectual basis for America's complex and problematic strategy of managing political change in the Third World".[6]

É necessário esclarecer em que consiste esta "outra guerra", já que é aí que a participação dos cientistas sociais se dá preferencialmente. "The 'other war' was all that the 'big unit' war was not within the context of South Vietnam. It did not include conventional-style combat outside of populated areas conducted by regular American and South Vietnamese military forces against the regular units of the National Liberation Front (NLF) and the People's Liberation Armed Forces (PLAF). But it did include certain U.S.-GVN conventional force activities, such as pacification support (clear and hold) operations, resource control operations, and military-sponsored nation building (civic action) projects. During the Vietnam era, counterinsurgency was employed in two ways. Loosely defined, it simply referred to the allied campaign to quash the Viet Cong insurgency in South Vietnam. As used by advocates of a counterinsurgency strategy, though, it normally referred to the

3

coercive aspect of the 'other war': that is, allied operations undertaken within, or in the vicinity of, populated rural areas designed either to prevent Viet Cong political operatives and armed guerillas from gaining access to the local population or to locate and 'neutralize' the insurgents by killing or arresting them or persuading them to surrender voluntarily. The constructive aspect of the 'other war' was nation building: political, economic, and social activities carried out by civil-military authorities for the purpose of winning the 'hearts and minds' of the South Vietnamese people and constructing the basis for a stable, prosperous, and democratic Republic of Vietnam. For its part, pacification referred to most, but not all, counterinsurgency and nation building activities directed at rural village and hamlet residents; at this level, however, they were more commonly labeled security and development programs."[7]

A pesquisa social patrocinada pelo / para o Estado de segurança nacional nos Estados Unidos tornou-se uma atividade regular e institucionalizada para um número significativo de profissionais das ciências sociais, que através destas atividades alcançaram grande proximidade com o poder político-militar e grande projeção acadêmica.

Nesse momento se manifesta a tendência de ampliar o âmbito da guerra psicológica contra o comunismo desde a persuasão e a propaganda até o desenvolvimento. "At the forefront of this trend were the scholar-warriors of the Center of International Studies (CENIS) at the Massachussets Institute of Technology (MIT)… . CENIS originated in Project Troy, a top-secret study group based at MIT, whose task was to advise the State Department on how to beam American propaganda across the Iron Curtain. The project's final report, submitted to the secretary of state in February 1951, stressed the importance of cementing tight relations between American universities and the American foreign relations and intelligence bureaucracies. An annex to the report recommended the establishment of grant research centers on university campuses to assist the government in waging political warfare. CENIS was the first center of this kind. It was set up with CIA and Ford Foundation money, and the CIA's assistant director, economist Max Millikan, stepped down to become

4

the center's first director. Because of the classified nature of its research, CENIS's doors were watched by an armed guard, and badges were necessary to enter the premises."[8]

Num relatório preparado para o Office of Naval Research (ONR), editado por Ithiel de Sola Pool, Lucien Pye e Harry Eckstein "urged the government to award contracts to social scientists for counterinsurgency research. Counterinsurgency, Pye stated in the report, 'may prove to be a more fruitful [research area] for social scientists than many other aspects of military strategy. … Without question, social science research is in a strong position to contribute useful knowledge in designing and developing internal security forces'."[9]

A recomendação foi acatada e gerou grandes financiamentos para projetos de pesquisa e consultoria em ciências sociais. "The recommendation of the ONR report was enacted by the Kennedy administration, and large sums of counterinsurgency research funds were channeled to social scientific research projects and consultancies; Pye and his CENIS colleagues were among the major beneficiaries. Pye taught courses in counterinsurgency theory for the State Department, advised the U.S. Agency for International Development, and, as Christopher Simpson notes, 'was a frequent consultant to government agencies concerning psychological warfare aimed at Asians.' At least one of these consultancies took Pye to Vietnam, where he applied his experience with communist defectors in Malaya to the 'Chieu Hoi' program, a psychological warfare campaign designed to encourage defections of Vietcong personnel. Insights from the theories developed by Pye, Pool, and David Lerner at MIT were also used by the CIA in designing the controversial Phoenix program, which sought to neutralize Vietcong personnel either through persuasion or, in thousand of cases, through summary liquidation."[10]

Um exemplo interessante da forma de participação de um profissional das ciências sociais nas atividades de pesquisas vinculadas ao Estado de segurança nacional norte-americano é Ithiel de Sola Pool. "From about 1966 to 1968 Pool served as a major ARPA contractor for counterinsurgency research in Vietnam. He operated through the Simulmatics Corporation, a private firm Pool cofounded in 1959 to perform computer simulations of voter behavior for the Kennedy presidential campaign. ARPA [Advanced

5

Research Projects Agency] gave Simulmatics a substantial contract covering several research tasks, including studies of the Chieu Hoi program, rural pacification, and urban insurgency. […] the Simulmatics contract was a source of research material and / or employment for graduate students."[11]

No entanto, é importante ressaltar que a partir de um certo momento houve reação de vários cientistas sociais e do movimento estudantil. "The outspoken hawkishness of MIT's political scientists marked them as favored targets of the antiwar movement on campus. In October 1969, 150 students marched peacefully to the CENIS building, calling for the termination of Pool's project COMCOM and the other psychological warfare projects: International Communism, headed by Griffith; and the Cambridge Project, which aimed to develop computer techniques for social scientific foreign area research. Several weeks later Pool, Pye, Griffith, and Max Millikan were tried by a mock revolutionary tribunal and found guilty of 'crimes against humanity'."[12]

Quanto ao conhecimento sociológico aplicado diretamente à guerra, Samuel P. Huntington, por exemplo, em "The Bases of Accommodation"[13] analisa a situação socio-política vietnamita e entende que o controle exercido pelo governo central alcança somente a população urbana, de tal modo que a característica crucial das áreas rurais mais conflagradas é a ausência de organização social e política eficaz acima do nível local, se é que existe neste nível. Huntington supõe que os viet-congs operariam sobre este vazio de poder: "The strength of the Viet Cong is its ability to fill this vacuum of authority." A partir desta suposição, conclui que "The depopulation of the countryside struck directly at the strength and potential appeal of the Viet Cong."[14]

Tendo estas suposições como fundo, Huntington remete a uma formulação de Sir Robert Thompson que aponta como característica mais marcante da revolução popular maoísta e norte-vietnamita "its immunity to the direct application of mechanical and conventional power".[15] Apoiando-se nesta formulação, Huntington propõe uma recomendação de ordem estratégica militar. Diz: "In the light of recent events, this statement needs to be seriously qualified. For if the 'direct application of mechanical and conventional

6

power' takes place on such a massive scale as to produce a massive migration from countryside to city, the basic assumptions underlying the Maoist doctrine of revolutionary war no longer operate."[16] Aponta assim uma maneira para acabar com a "imunidade à aplicação direta de força mecânica e convencional" a que Thompson se referia. Huntington acrescenta: "em escala maciça" tal que produza "uma migração maciça do campo para a cidade". Em sua análise prévia, Huntington utiliza dados censitários sobre urbanização no Vietnam. Em sua sugestão de estratégia militar, fala em migração maciça do campo para a cidade promovida por aplicação maciça de "força mecânica e convencional", recorrendo a uma expressão que camufla, mas não esconde tratar-se de bombardeio maciço sobre a população camponesa. Esta eliminação da população rural através de bombardeio maciço, somada ao deslocamento da população rural remanescente, aterrorizada com novos bombardeios maciços, Huntington chama de "revolução urbana patrocinada pela América". Assim, conclui: "The Maoist-inspired rural revolution is undercut by the American-sponsored urban revolution."[17]

Diante deste tipo de "expertise" sociológica aplicada à guerra, Eqbal Ahmad comenta: "Sam simply lost the ability to distinguish between urbanization and genocide."[18]

Notas

[1] Conrad, Joseph. *The Heart of Darkness*. Edição bilíngüe. Paris: Gallimard, 1996, p.300.

[2] Ver Ribeiro, Flávio Diniz. *Poder e Conhecimento: A Construção das Ciências Sociais na Guerra Fria*, XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 31 de maio a 3 de junho de 2005.

[3] Simpson, Christopher. Universities, Empire, and the Production of Knowledge: An Introduction, in Simpson, Christopher (editor). *Universities and Empire. Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War*. New York: The New Press, 1998, p. XII.

[4] Halberstam, David. *The Best and the Brightest*. Twentieth-Anniversary Edition, with a New Introduction by the Author. New York: Ballantine Books, 1992, p. 462.

7

[5] McDougall, Walter A., Back to Bedrock. The Eight Traditions of American Statecraft, *Foreign Affairs*, 76, no. 2, March/April 1997, p. 141.

[6] Marquis, Jefferson P., The Other Warriors: American Social Science and Nation Building in Vietnam, *Diplomatic History*, Vol. 24, No. 1, Winter 2000, p. 79-80.

[7] Id., ibid., p. 80, nota 4.

[8] Oren, Ido. *Our Enemies & US. America's Rivalries and the Making of Political Science*. Ithaca & London: Cornell University Press, 2003, p. 148.

[9] Id, ibid., p. 149.

[10] Id.

[11] Id, ibid., p. 150.

[12] Id, ibid., p. 152. "Pool sought to estimate the size of Soviet audiences by developing a computer simulation model of communication in totalitarian societies (this effort became designated Project COMCOM)". Id., ibid., p. 150.

[13] Huntington, Samuel P., The bases of accommodation, *Foreign Affairs*, 64, July 1968, p. 642-656.

[14] Id., ibid., p. 644.

[15] Thompson, Sir Robert, Squaring the Error, *Foreign Affairs*, April 1968, p. 447, apud Huntington, Samuel P. Op. cit., p.650.

[16] Id., Ibid.

[17] Id., Ibid.

[18] Ahmad, Eqbal, Revolution Warfare and Counterinsurgency, in Miller, Norman & Aya, Roderick (editors). *National Liberation: Revolution in the Third World*. New York: Free Press, 1971, p. 198, apud Gilman, Nils. *Mandarins of the Future. Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 2003, p. 233 e nota 57, p. 306.

8

Comunicação: A relação entre estabilidade e diversidade no pequeno comércio mineiro Camargos: (1718-1755)[1]

Flávio Rocha Puff

A opção por uma determinada atividade econômica sempre esteve ligada à busca de um meio para assegurar uma vida mais estável. Porém, a atividade comercial na América portuguesa mostrou ser uma das mais instáveis para seus agentes. Tal ocorrência se dava principalmente devido aos seguintes fatores: mercado restrito e especulativo, flutuação dos preços e colheitas irregulares[2]. Todavia os homens de negócio mais abastados sofriam menos com esses obstáculos oferecidos pelo mercado colonial, apesar de não estarem livres de possíveis crises.[3]

Dessa forma, podemos concluir que quanto mais se desce na hierarquia dos agentes comerciais coloniais, maiores são os índices de instabilidade? A princípio essa seria a resposta mais evidente, uma vez que, a busca de melhores condições de vida forçava os indivíduos na colônia a migrarem. O que no caso dos ricos ocorria em menor freqüência.

> *"O homem de posses, independentemente de sua origem étnica se fixava mais em um determinado lugar. O contrário dos pobres que viviam como nômades, em busca da sobrevivência".*[4]

A instabilidade dos pobres há de se agregar vários fatores, como a limitação do mercado colonial, a qual era generalizada, porém mais sentida nesse extrato social. O baixo fluxo monetário, ou melhor, a concentração de moeda nas mãos da elite mercantil colonial. Em decorrência disso, eram empurrados para o mercado de crédito em situação de inferioridade, o que vetava a sua ascensão para camadas superiores da estrutura mercantil[5]. Todavia, dentro das restrições que lhe eram impostas, os pobres que se envolviam com o comércio conseguiram por muitas vezes driblar tais dificuldades e manter-se por longos períodos como proprietários de casas de comércio.

Portanto, tentaremos mostrar nessa comunicação os níveis de estabilidade registrados pelos pequenos comerciantes de Camargos. Buscando destacar o

comportamento, relativo ao período em que se mantiveram como agentes comerciais, dos seguimentos masculinos, femininos, livres, forros e escravos. Por fim procuraremos estabelecer uma relação entre a estabilidade e diversidade de atividades dos pequenos comerciantes para remontarmos uma possível hierarquia desses agentes.

Os pequenos comerciantes mineiros do século XVIII estavam em sua maioria enquadrados nas classes mais baixas da sociedade. Reafirmando o que diz Faria, os pobres enfrentavam grandes dificuldades para sobreviverem em uma economia que lhes impedia de ascender socialmente[6]. O comércio apesar de ser uma das poucas oportunidades destes de conseguirem meios de acumular riquezas, quase sempre foi apenas mais uma frustração destas pessoas. Uma vez que o lucro obtido nas negociações da base do comércio era reduzido, ao contrario das grandes transações, as quais deixavam para seus agentes enormes vantagens.[7] Dessa forma, o fraco rendimento, aliado a pouca movimentação financeira em Minas Gerais, fruto do baixo fluxo monetário nas classes mais pobres, colocava os pequenos comerciantes em uma situação delicada. Tais ocorrências levavam muitas vezes os micro-agentes comerciais a não perdurarem mais de um ano em seus empreendimentos.

Para analise dos níveis de estabilidade entre os pequenos comerciantes fizemos uma divisão por grupos de freqüência de registros de almotaçaria. O primeiro e o segundo grupo de comerciantes consideramos como sendo aqueles que permaneceram por um ano com a casa de comércio aberta. O terceiro de um a dois anos, o quarto de dois a quatro anos, o quinto mais de quatro a seis anos, o sexto de 7 a 9 anos, e o último com mais de dez anos. Com respeito ao tipo de agente comercial que esta fonte apresenta, estão os donos de venda de molhados fixo e volante e de lojas de fazenda seca.

O principal dado que nos chama atenção é a grande quantidade de indivíduos que aparecem em apenas um registro. Os 96 comerciantes que aparecem em apenas uma ocasião nos registros de almotaçaria representam 36,5 % da soma total. E se tomarmos os que se encontram em até cinco vezes (77 comerciantes, o que corresponde a 29,3% do

total), temos um montante de 173 (65,8 %), de agentes comerciais que mantem-se por apenas um ano à frente da atividade.

Uma outra questão interessante é relativo à concentração de registros em um pequeno grupo de comerciantes. Nos registros de almotaçaria 10% dos comerciantes (26) que constam com maior freqüência, concentram 48% dos registros (936). Tal concentração é destacada também por Fragoso quando da análise das consignações das embarcações da praça do Rio de Janeiro com várias regiões do Império. Porém o autor mostra que no montante das consignações das embarcações predominava aqueles comerciantes que apareciam apenas uma vez, o que aponta uma lógica inversa das apontadas nos registros de almotaçaria. Esses dados demonstram um caráter especulativo maior entre os agentes envolvidos em transações financeiras de maior vulto[8]. A concentração nos registros do pequeno comércio indica também uma evidente hierarquização.

De qualquer forma, os índices de instabilidade apresentados pelo pequeno comércio são significativos. A idéia de que por se tratarem da maioria dos registros de estabelecimentos fixos teríamos uma maior freqüência dos comerciantes não se comprova. Comparando os números de estabilidade apresentados por Fragoso para os comerciantes envolvidos com o grande comércio surpreendentemente encontramos percentuais que indicam relativa semelhança nas freqüências dos comerciantes[9].

3.1.2- ESTABILIDADE ENTRE OS DIFERENTES GÊNEROS E CONDIÇÕES SOCIAIS.

Para complementação da análise sobre o período de permanência de um comerciante à frente de um determinado ramo comercial, torna-se imprescindível compreendermos como se deu a participação de homens, mulheres, livres, forros e escravos, no que tange a este aspecto. Para tanto, iniciaremos nossa análise destacando a relação entre estabilidade e sexo. O primeiro ponto a destacar é a semelhança da porcentagem de homens e mulheres que aparecem apenas uma vez nos registros de almotaçaria. Todavia, ao observarmos por sexo o grupo dos comerciantes que comparecem apenas uma vez nos Almotaçarias, só que de forma individualizada, nota-se que os homens eram mais constantes do que as mulheres, aproximadamente 12%.

Mas, o que mais chama-nos atenção nestes registros, são os anos que se seguem aos primeiros registros. O fato é o crescimento da presença das mulheres a partir daí. Do grupo das pessoas que registraram de duas a cinco vezes almotaçarias, as mulheres encontram-se com um percentual de estabilidade superior a 10% sobre os homens. No subseqüente, os homens são mais instáveis 6%, no agrupamento de onze a vinte registros. Além das comerciantes do sexo feminino terem um grau de estabilidade maior que 7%, elas ainda são superiores em quantidade de agentes. Nos agrupamentos posteriores a proporção é bem próxima, com pequena predominância dos homens.

Então diante destas informações como explicar tal estabilidade feminina ou mesmo a instabilidade masculina? Acreditamos que tal resposta esteja na capacidade de diversificação, que no caso dos homens foi bem maior. As mulheres envolvidas com a atividade comercial eram quase que em sua totalidade de origem humilde, e acompanhando a lógica do mercado colonial quanto mais pobre fosse o comerciante, menor seria sua capacidade de diversificar e conseqüentemente de especular. Assim sendo, em uma economia restrita como era a de Minas Gerais no século XVIII, o comércio de molhados tornava-se uma das poucas oportunidades que tinham as mulheres de atuarem ativamente. Como a venda de molhados não exigia grandes investimentos, tal ocorrência permitia-lhes insistirem por mais tempo no comércio, mesmo que as vendas não tivessem dando o lucro esperado. Dessa forma, elas dedicavam-se com maior empenho na atividade comercial, através da venda de produtos diversos seja na venda estabelecida, seja na volante. [10]

Quanto à estabilidade entre as diferentes condições sociais como era de se esperar[11], esta guarda quase sempre, uma relação aproximada com a variação do sexo dos comerciantes, salvo em algumas circunstâncias. O comerciante do sexo masculino era em sua imensa maioria livre, enquanto as mulheres eram forras ou escravas. No primeiro grupo de freqüência (os que aparecem apenas em 1 registros) podemos perceber que a diferença do percentual dos homens para as mulheres e dos livres para os forros e escravos, que aparecem em apenas um registro, é mínima, variando em torno de 2%. No segundo grupo(de 2 a 5 registros), porém, podemos notar uma pequena discrepância dessa relação, os

números de livres e escravos acompanham a mesma tendência que a dos homens no caso dos livres e das mulheres no outro. Porém, os forros demonstram aí serem percentualmente inferiores aos números dados no caso das mulheres. Esse ocorrido aponta duas inclinações: a primeira é a dos escravos terem níveis de estabilidade diferenciados dos forros, talvez isso se explique pela dependência a que estavam sujeitos, tendo que mudar de atividade assim que seu proprietário desejasse; a segunda é da maior estabilidade dos forros nos graus médios e altos da escala de freqüência.

Nos níveis de freqüência posteriores, o terceiro grupo(de 6 a 10 registros) confirma o quadro apresentado no segundo com os livres e homens com percentuais parecidíssimos, escravos e mulheres idem, e os forros discrepando em 3% a menos do que as mulheres. Do quarto grau de freqüência em diante(mais de 10 registros) os forros predominam como mais estáveis que livres e escravos.

A longevidade do seguimento forro fica muito bem exemplificado na forra Tereza de Souza Meireles[12]. A prática de comercializar molhados vinha desde o cativeiro, quando era propriedade de Manoel de Souza Meireles. Esta ex-escrava abandonou a condição de cativa, porém, manteve-se na mesma localidade exercendo a atividade que, possivelmente, lhe dera condições de se alforriar. Tal ocorrência ao nosso ver denota, uma estratégia individual dessa vendeira, que uma vez estabelecida comercialmente nessas localidades não arriscaria começar do zero, longe do lugar onde se relacionava comercialmente desde tempos remotos. Além de ser um bom exemplo do alto grau de perseverança desse seguimento social à frente do pequeno comércio.

HIERARQUIA NO PEQUENO COMÉRCIO CAMARGOS (1718-1755)

> "*Porque é certo que nunca houve um país, em qualquer época que fosse onde os mercadores se encontrassem num único nível, iguais entre si e como que intercambiáveis".*[13]

Essa diferenciação que prega Braudel esteve presente em todos os níveis dos agentes mercantilistas coloniais. Do pequeno comércio varejista das vendas e lojas, até o grande comércio das embarcações de escravos e mercadorias em geral, encontraremos

grupos de comerciantes que sobressaiam aos demais. O principal mecanismo de afirmação dessa hierarquia fora sem dúvida o mercado de crédito. Através do controle da liquidez monetária os comerciantes de maior envergadura mantinham com seus inferiores relações calcadas na submissão, uma vez que o financiamento era a única forma de abrir ou, mesmo expandir um negócio[14]. Com isso, temos na classe mercantil a reprodução do modelo excludente com reduzidíssima mobilidade, ou seja, para um dono de venda de molhados estaria praticamente vedada a sua participação nos grandes empreendimentos[15].

Portanto, para fazermos um estudo sobre a hierarquia do pequeno comércio em Camargos, o caminho mais usual seria procurar nos inventários vestígios de endividamento, bens arrolados e outros sinais de riqueza dos comerciantes identificados nos registros de Almotaçaria e Coimas e Fianças. Todavia, não havendo tempo hábil nesta pesquisa para que tal procedimento fosse executado, buscamos em outros aspectos os sinais de uma diferenciação existente entre os agentes mercantis da localidade estudada. Tais aspectos são a capacidade de diversificação, isto é, quanto maiores forem as áreas de atuação maior será a capacidade acumulativa do comerciante e a estabilidade.

Então faremos a divisão dos grupos de comerciantes cruzando as informações de estabilidade e reconstituindo assim a hierarquia do comércio de Camargos. Relembrando os segmentos em que foram divididos: o primeiro grupo foram os de donos de vendas de molhados e loja de fazenda seca; o posterior é dos oficiais mecânicos proprietários de vendas ou de lojas; o terceiro grupo são os comerciantes de molhados e proprietários rurais, simultaneamente; e o último é dos que atuaram em mais de duas atividades ao longo da primeira metade do século XVIII.

A divisão desses grupos já nos indica uma possível hierarquia dos comerciantes locais. A presença em um destes já demonstra que o agente fazia parte de uma camada mais abastada, ou seja, diferenciando daqueles que em todo o período apareceram atuando em apenas um ramo. Mas qual entre estes grupos poderia ser indicado como pertencente à elite mercantil local? A princípio acho difícil indicar qual destes sobressaia, porém não

podemos deixar de destacar o quarto grupo devido à capacidade de diversificação que os comerciantes apresentam.

Um aspecto que chama atenção nesse grupo de comerciantes é que todos os presentes têm ligação com o campo. Mas o que contribui para que estes se encontrem entre a elite mercantil local não os garante na elite agrária. Afirmamos isso, pois, dos cinco o que tem maior produção taxada pelo dízimo, é Francisco Monteiro da Silva que pagou no triênio que vai de 1751 a 1754 a quantia de 13 oitavas e meia. Tal soma é a metade da média paga pelos dizimistas da freguesia, e insignificante perto dos maiores valores pagos (300, 128 e 100 oitavas). A pequena quantia paga por estes comerciantes por suas produções agrárias, aliadas ao dado de que todos tinham venda de molhados indica que a produção que destinava-se ao mercado, provavelmente era comercializada nas suas vendas de molhados. Essa tendência marcou também os demais pequenos comerciantes ligados ao campo, salvo algumas exceções como Amaro Pires, pagador de 45 oitavas, Manoel de Meireles e Manoel de Miranda, 55 oitavas.

Apesar de reconhecermos que o grupo dos pequenos comerciantes que tinham maior capacidade de diversificar estão entre os principais agentes comerciais das duas localidades, não podemos deixar de destacar um outro grupo que são os oficiais mecânicos envolvidos com a atividade comercial. O grupo de alfaiates se destaca por atuar tanto como donos de vendas de molhados como nas lojas de fazenda seca, sendo que no último estabelecimento com mais ênfase. Daniela Barreto afirma que os oficiais mecânicos, principalmente os ligados à área de vestuário, que possuíam estabelecimentos comerciais levavam grande vantagem sobre os demais comerciantes, primeiro por adquirirem a matéria prima em melhores condições e segundo por deterem o controle dos meios de produção[16]. Outra característica dos oficiais mecânicos que enfatiza Barreto era a necessidade destes de se estabelecer.[17]

Acompanhando o quadro apresentado por Barreto, o grupo de comerciantes-oficiais mecânicos de Camargos apresenta-se com bons índices de estabilidade e de diversificação de atividades. Os exemplos de oficiais bem sucedidos são os dos alfaiates Manoel da Costa

Gião, José do Couto Cruz, João Rodrigues Peixoto da Costa, João Ferreira Braga. Entre os sapateiros, Pantaleão Coelho e Francisco Monteiro da Silva.

Em contraposição a estes comerciantes da elite mercantil local estão os situados na base desse pequeno comércio. Esses compunham a maior fatia dos agentes identificados nos registros pesquisados. Indivíduos que viviam do comércio de molhados, e encontravam-se normalmente em situação financeira precária, com poucos recursos para se manterem por mais tempo com o estabelecimento aberto devido à vulnerabilidade à qual estavam sujeitos. Em sua maioria esses agentes comerciais eram mulheres, forras ou escravas, o que não quer dizer que boa parte dos homens e dos livres não se enquadrasse em tal grupo. O pequeno comércio em Minas Gerais setecentista foi atividade essencialmente realizada pelos extratos mais pobres.[18]A saída dessa condição era o objetivo maior das pessoas que se envolviam em tal atividade, porém, o sonho da maior parte destes era frustrado já no primeiro ano pelas limitações que citamos acima.

NOTAS

[1] Flavio Rocha Puff. Mestrando no programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação da Prof. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida.
[2] FRAGOSO, João Luís R. Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro (1790-1830) . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 211.
[3] Ibidem op. cit. p. 216.
[4]FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 102.
[5] FRAGOSO, João Luís R. op. cit. 246.
[6] FARIA, Sheila de Castro. op. cit. 102.
[7] BRAUDEL, Fernand. O jogo das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996 p. 357 e p. 405.
[8] FRAGOSO, João Luís R. op. cit. p. 193.
[9] Ver: FRAGOSO, João Luís R. op. cit. p. 188 e 192. Tabela 13.1.
[10] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 54 e 56.
[11] Sobre a relação entre o sexo e a condição social dos comerciantes de Camargos ver o tópico 2.1 dessa monografia.
[12] Fontes AHCMM, Regitro de Almotaçaria códice 682 f. 25, códice 702 f. 71v

[13] BRAUDEL, Fernand. op. cit. p. 331.
[14] FRAGOSO, João L. R & FLORENTINO, Manolo Garcia. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 204
[15] SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Na curva do tempo, na encruzilhada da história: Hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro c. 1650-1750). Niterói, 2000. (tese de doutoramento) p. 211.
[16] BARRETO, Daniela Santos. A qualidade do artesão: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c.1690-c. 1750. Rio de Janeiro:UFRJ, 2002. (dissertação de mestrado) p. 121.
[17] Ibidem op. cit. 121.
[18] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. op. cit. p. 33.

Epidemias e fontes históricas no Ceará do século XIX

Francisco Carlos Jacinto Barbosa

Universidade Estadual do Ceará – UECE

As abordagens mais tradicionais sobre a medicina e saúde pública no Ceará, produzidas em sua maioria por médicos, demonstra a preocupação em dar conta de longos períodos mediante uma narrativa linear em que se busca apresentar, de um lado o perfil nosológico da Província e, de outro, a trajetória da medicina, dos antigos *cirurgiões* aos médicos e das instituições de saúde.

O cuidado na coleta de documentos não parece estar acompanhado com o esforço interpretativo. Conta-se uma história sem trama, acentuadamente laudatória, em que se destacam personagens como médicos ou Presidentes da Província, que atuaram, pensando e pondo em prática os serviços de saúde.

A despeito de serem obras datadas e elaboradas por profissionais da medicina, contribuem para perpetuação de uma memória da medicina, da saúde e da doença, na qual é afirmada a supremacia da ciência médica e destacada a importância dos serviços e o papel das autoridades médicas e administrativas.

Mais recentemente, inscrito numa perspectiva de reflexão, inspirada na obra de Michel Foucault, o estudo de Ponte (1992) sobre a Cidade, entre as últimas décadas do século XIX e os trinta primeiros anos do século XX, refere-se ao papel acentuado da medicina e dos médicos, no que denomina de controle e disciplinamento dos corpos, num momento em que em que a Cidade vivencia reformas urbanas e sociais.

Apesar de problematizar tanto saberes, como práticas médicas, articulando-os às formas de controle social, acaba por enfatizar o caráter disciplinar. Não busca nuançar a experiência da medicina em Fortaleza como uma construção, no sentido de apreender as diferenças existentes entre as perspectivas e práticas médicas, a relação destes com os Presidentes e ainda, o que parece mais importante, a relação da população urbana com uma cidade tomada por problemas de higiene, precariedade alimentar e doenças. Dito de outra forma privilegia-se a abordagem dos mecanismos disciplinares, enquanto os sujeitos deste processo, não aparecem em sua luta diária contra a doença de um lado e o controle social, de outro.

A leitura da obra passa a impressão de que havia um planejamento sistemático de medicalização da Cidade, o que me parece questionável, se atribuído ao período anterior a 1880, a considerar o caráter precário e improvisado das práticas de saúde concretizadas por médicos e, de iniciativas dos presidentes objetivando a salubridade pública. A existência de *hospitais*, *lazaretos* e *enfermarias* parece ter obedecido a um longo processo marcado por momentos em que eram desativados e, em seguida reativados, conforme a incidência das epidemias.

Deste modo, existe a meu ver, um viés que pode ser ainda explorado nos estudos que relacionam saúde, doença e políticas de saúde. Refiro-me à experiência com a doença, com a variedade de práticas terapêuticas, e com as iniciativas dos poderes públicos no sentido de ter o controle da *gestão* da saúde. Assim é que ao nos reportarmos ao caso de Fortaleza no século XIX, percebemos que para além do aspecto puramente disciplinar, a vivência cotidiana com a doença na Cidade, vai moldando, de maneira improvisada,

estratégias de combate às moléstias, não raras vezes, desacreditadas pelos moradores. A negação ou a indiferença quanto às medidas *prophilaticas* do governo no sentido de estabelecer a salubridade pública e a relutância dos habitantes à vacina ou desconfiança em relação aos métodos da medicina formal e científica, sinalizam para a necessidade de compreensão dos modos de vida experimentado nos vários territórios da Cidade.

A constituição de uma prática de saúde pública foi acontecendo na medida em que se intensificavam os problemas sociais gerados pela incidência constante, durante a segunda metade do século XIX, de moléstias, consideradas, à época, bastante graves e de grande poder letal.

O teor das epidemias e seus desdobramentos sociais no espaço da Cidade, bem como o reduzido número de médicos, ambulâncias, boticas e enfermarias, punha em evidência a precariedade dos serviços de saúde, especialmente aqueles voltados para a pobreza, dita indigente. A constância de casos fatais entre os habitantes dos arredores do Centro, é sempre constatada na documentação.

Daí porque o cuidado das autoridades, mesmo que de forma deficiente, em insinuar um trabalho preventivo. Eram comuns as quarentenas, impostas a pessoas recém chegadas à Cidade, o isolamento dos acometidos de alguma doença contagiosa, as empreitadas de limpeza pública, uma vez que não havia uma coleta sistemática e a busca de eliminação de focos de miasmas.

Ao mesmo tempo em que se produzia um ainda incipiente serviço de saúde, também eram formuladas interpretações sobre as doenças diversas, conforme o lugar de onde partiam.

A doença, portanto, deve ser entendida não apenas no sentido patológico, mas, sobretudo no que tem de cultural. Não constitui um dado, imutável e sem relações maiores com a experiência social vivenciada na Cidade, uma vez que em torno dela são elaborados discursos e organizadas ações as mais diversas, que se instalam no dia-a-dia dos moradores, buscando impor-lhes hábitos compatíveis com o que acham ser o estado ideal de salubridade.

Deste modo é que a experiência material e subjetiva com a doença na Cidade é reveladora de modos diferenciados de lidar com a cura, revelando posturas de indiferença, desconfiança ou recusa dos moradores aos “serviços de saúde pública", que acredito, só podem ser compreendidos, se estamos atentos à maneira como são abordadas culturalmente.

O levantamento de *usos e costumes cearenses*, feito pelo médico Guilherme Studart, que teve atuação clínica durante o período de ocorrência das epidemias aqui tratadas, embora se identifique com o trabalho de um folclorista, permite uma aproximação com práticas terapêuticas populares, que vão da oração à confecção de *remédios* diversos. A contextualização do que consta na listagem e indicação de práticas de cura, é buscada, no sentido de que se perceba o costume como referência de legitimidade dos grupos sociais.

Portanto, a idéia de cultura enquanto uma categoria para abordar a experiência material e subjetiva, permite a percepção de diferenças e singularidades em torno de processos históricos estudados.

Analisar a experiência dos moradores de Fortaleza com a doença, tem nos exigido um esforço que se assemelha à montagem de um quebra–cabeças. Não são poucos os periódicos publicados ao longo desse período,

embora algumas coleções apresentem lacunas, além de existirem casos em são raros os números recuperados em fotogramas. O jornal médico intitulado *A Lanceta*, por exemplo, apesar de figurar no catálogo, não aparece no acervo.

A documentação hemerográfica não pode ser tomada como homogênea. A pluralidade de interesses e de formas a partir das quais estes se manifestam constitui uma característica fundamental desse tipo de fonte. Deste modo, constituem tarefas indispensáveis: a identificação do grupo ao qual cada órgão está ligado visando descortinar os vários interesses, a circulação dos jornais e a importância que o tema em questão vai adquirindo nos contextos de epidemia. É, sobretudo importante a observação do debate travado na e pela imprensa.. Isto possibilita a percepção de elaborações diversas sobre as doenças e as formas de cura, legitimadas ou condenadas pela população.

Deste modo é que as notícias, crônicas e artigos publicados em jornais, bem como relatórios médicos, referentes à doença e a gravidade de epidemias, constróem um perfil das doenças, ao mesmo tempo em que atuam quotidianamente, junto aos serviços de saúde publica. Ao caracterizar a patologia, recomendar procedimentos terapêuticos e a adoção de hábitos de higiene, relatar casos e organizar a estatística mensal da clínica médica, busca-se legitimação social para o discurso sobre as doenças e as práticas médicas. Além disto, indicam territórios ditos perigosos. A partir destas fontes, foi sendo possível, reconstruir a geografia da doença: lugares e pessoas mais intensamente atingidos.

O fenômeno da doença na cidade, ao mesmo tempo em que estimula a produção discursiva e instiga ao surgimento e/ou aprimoramento de estratégias de gestão da saúde pública, revela uma rede de procedimentos terapêuticos

diversos, como a alopatia e a homeopatia, entre os partidários de uma medicina científica e, as práticas de uma medicina popular.

O debate entre dois médicos, cuja clínica direcionava-se predominantemente à pobreza, sobre alopatia e homeopatia, ocupou, durante a primeira metade da década de 1850, as páginas dos jornais, expondo argumentos e apresentando casos. O período é delicado, em função da ocorrência da epidemia de febre amarela.

A elaboração de manuais para tratamento de doenças como o cólera e a febre amarela, ao serem publicados na imprensa, em linguagem acessível à população, conforme defendem seus autores, ao mesmo tempo em que buscam popularizar o tratamento da medicina formal e científica, objetivam também legitimidade. No entanto, possibilitam a aplicação dos conselhos ali contidos, indiscriminadamente por qualquer pessoa mais interessada nas *artes da cura.*

A aproximação com os usos terapêuticos populares, é feita a partir do cruzamento de informações sobre meizinhas e orações, registradas por observadores que testemunharam, mesmo que pontualmente e sem o cuidado da contextualização, com receitas enviadas por populares para a redação dos jornais que as publicam e com levantamentos produzidos por folcloristas sobre medicina popular.

O interesse em compreender as experiências dos moradores da cidade com as epidemias, apontou a necessidade de conferir a documentação resultante das atividades administrativas do Governo. Tais documentos, a partir de 1836 passam a dedicar itens específicos que informam sobre saúde pública e caridade, delineando assim, embora de maneira não muito sistemática, uma

política de atuação direcionada para a gestão da salubridade urbana. Amparados nas exortações médicas, para as condições da água e do ar, o que se traduz em organizar minimamente o abastecimento da população, a partir da construção ou reativação de *chafarizes* e *cacimbas*, na eliminação de poços de água estagnada, na limpeza e controle do uso dos rios e lagoas, na organização, em momentos considerados críticos, da limpeza urbana, na transferências de salgadeiras do Centro para lugares mais afastados. Em situações de epidemia, improvisam-se enfermarias, localizadas em pontos estratégicos, em geral em espaços cuja concentração de pobres é significativa, onde fosse realizado o tratamento sem que os acometidos precisassem sair dos bairros e acampamentos de retirantes, quando da ocorrência de secas, entre outros, como a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia e de cemitérios, desestimulando assim as inumações em adros e templos religiosos.

Ao mesmo tempo, os códigos de postura, ao normalizarem a convivência urbana, reforçam as determinações médicas, relativas à saúde pública.

A idéia de que a ocorrência de endemias e epidemias vai senão determinando, pelo menos precipitando, a organização mais sistemática dos serviços de saúde pública e, evidenciando, modos diversos de lidar com a doença, resultando uma experiência urbana singular, possibilitou-me traçar percurso metodológico no qual a ênfase na observação das epidemias, permite visualizar melhor, os recursos postos em prática para combatê-las. Assim, na pesquisa realizada, busquei organizar as fontes de maneira a permitir uma reflexão que parta das formas como a doença, ao se instalar entre os

moradores da Cidade, é apropriada pelos discursos dos médicos e das autoridades da administração provincial, de maneira a serem gerados mecanismos de combate e controle não só dos efeitos físicos da doença, mas de todo o social, no que diz respeito aos hábitos e condutas e lugares, até chegar, aos caminhos trilhados em busca da cura.

As memórias produzidas por Rodolfo Teófilo e Guilherme Studart, resultantes de sua atuação na época, constituem o substrato a partir do qual é possível analisar a experiência com as moléstias e sua intensidade no espaço urbano. A despeito de escritas por quem vivenciou, são relatos elaborados, depois de algum tempo, diferente de anotações feitas no calor da hora.

Refletir sobre a experiência com a saúde e a doença, representou a necessidade de realizar um percurso no qual discuti produções discursivas diversas e procurei cruzar as informações nelas contidas objetivando construir uma interpretação do fenômeno das epidemias ocorridas no Ceará na segunda metade do século XIX.

CONTINUIDADE E REINVENÇÃO DA TRADIÇÃO: TARKOVSKI E SEU TEMPO

Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior[i]

O presente texto apresenta algumas considerações sobre aspectos históricos relacionados ao impulso criativo do cineasta russo Andrey Tarkovsky, entendido como sujeito histórico que se apropriou de uma tradição cultural relacionada a herança imagética e a reflexão sobre a arte da cultura russa. Apresenta-se sucintamente um painel sobre elementos da tradição que constituíram o espaço da experiência do cineasta.

O quadro que segue tenta rastrear a genealogia provável das idéias de Tarkovsky, que além de realizador de filmes teorizou sobre arte e cinema.[ii] O percurso a seguir é histórico na medida em que visa buscar a recorrência de temas afins na cultura visual russa que remota aos ícones medievais. O cineasta defendia a arte como investimento espiritual do homem e sua defesa do cinema como arte recorre a toda uma tradição para justificar sua prática cinematográfica. Seus filmes são subjetivos e vão contra a estética do cinema soviético de então (décadas de 1960 e 1970), mas ainda assim a imagem do cinema por ele criada (bem como suas idéias) estão em sintonia com seu a conjuntura da URSS após o degelo stalinista. O resultado vai além de suas pretensões, pois as manipulações estilísticas dos filmes do realizador desencadeiam outra relação entre espectador e imagem.

A “escola poética” de cinema, como a chama a historiografia cinematográfica inaugurada por Tarkovsky com *A Infância de Ivan* (1961) ao recorrer a tradição cultural russa, da mesma forma, a modifica e inaugura outra imagem conectada com as necessidades históricas de sujeitos específicos.

* * *

A tradição visual russa remonta a penetração do estilo bizantino na Rússia medieval quando esta se tornou cristã no século X. Nessa época as igrejas começam a ser construídas e a decoração, que rejeitava esculturas, considerava as pinturas importantes.

Tomando Bizâncio como modelo os russos, adaptaram os cânones bizantinos ao seu gosto. Numerosos centros (Moscol, Novgorod, Pikov, Kiev) sucederam-se em influência pelas planícies russas, criando seus próprios estilos. Ícones e utensílios eclesiásticos compunham ambiente ímpar e representaram objetos de culto, adoração e admiração pelo "país" inteiro.

Os ícones tiveram papel importante na vida litúrgica, teológica e intelectual da Rússia. Esta mergulhou na cultura teológica bizantina e na cultura iconográfica que floresceu com o "triunfo da ortodoxia", isto é, a permissão da veneração dos ícones contra o "iconoclasmo".[iii]

Segundo Jean-Claude Marcadé[iv], nos ícones, o abstrato sobrepõe-se ao concreto, a dramatização é excluída e a imagem revela a presença de Deus entre os homens. Ao contrário do quadro de temática religiosa do ocidente, o ícone não é fruto do individualismo, nascendo de um consenso eclesiástico, do movimento profético e da experiência eclesiástica da comunidade. Eles representam uma ordem, inscrevendo-se no templo, espaço sagrado que sacraliza a imagem na mesma medida em que ela faz o mesmo com o espaço.

O ícone permitiria ver a humanidade divinizada, a fusão do divino e do humano, do visível e do invisível, do aparente e do oculto: "a percepção do ícone russo como distinto, por seu espírito e por sua "letra", de todas as manifestações orientais e bizantinas, começou na segunda metade do século XIX e acabou por se impor no século XX".[v] Antes disso, porém, no século XVIII, graças às reformas de Pedro I, a Rússia voltou-se novamente para a Europa Ocidental. Os russos passaram a construir palácios e decorá-los com estilo europeu (paisagens, naturezas mortas, telas de temas históricos, mitológicos e bíblicos).

Houve então uma predominância dos princípios e da estética ocidental, o que não significou, porém, que a arte religiosa tivesse sido interrompida. Paralela a "ocidentalização", as igrejas e ícones continuaram a ser construídas e pintados.

Muitos artistas (entre eles escritores como Lieskov e Dostoievski) rejeitaram as representações religiosas do século XIX por acharem-nas alheias às tradições de ícones russos. Também muitos artistas do primeiro quarto do século XX sofreram influências dos ícones russos. Ele servia de pedra de toque à tomada de consciência da herança visual e formal russa e os pintores em especial sofreram larga influência figurativa.

* * *

Até 1917 o cristianismo foi reverenciado na Rússia. Até esta época a população ocupava-se com agricultura e morava no campo. As novas tendências demoravam para chegar e havia resistência contra elas. Era o meio artístico no qual os utensílios eclesiásticos, ícones e objetos religiosos dominavam o ambiente que educava os camponeses. Ainda assim os hábitos ocidentais e estilos ocidentais clássicos e realistas se apropriavam de novas possibilidades expressivas que não tinham espaço na iconografia religiosa.

No começo dos anos 1910, começam a pipocar os movimentos artísticos. Inspirados no fauvismo francês e no expressionismo alemão, nos anos 1910-1913, o grupo artístico "Valete de Ouro" queria devolver a arte sua pureza original, a selvageria que possuíam os não-profissionais (desenhos infantis, ícones, brinquedos de barro e madeira eram fontes de inspiração). A inovação está que os artistas se preocupavam mais com a atmosfera da época, com o estilo e a conduta de seus representantes do que com a semelhança física (figurativa) de seus personagens. A cor ganha importância capital e passa a substituir os procedimentos tradicionais na arte do retrato. A figuração começa a perder terreno.

Com a destruição da forma convencional do objeto, os artistas adquiriram liberdade criativa antes não experimentada. Na década de 1910 os meios de expressividade não eram suficientes e começava a divisão da arte russa em vários movimentos: *cubo-futurismo* (Natalia Gontchanova; Marc Chagall), *abstracionismo* (Wassily Kandinski), *suprematismo* (Olga Rozanova, Mikhail Malevitch). No final dos anos 1910 e início dos anos 1920 nascia o *construtivismo* (movimento no qual vários cineastas tais como Eisenstein se inscreveriam).

É interessante, porém, observar que os ícones nesse contexto tiveram visibilidade. Sua problemática sobreviveu nas obras e mesmo nas propostas teóricas de pintores russos de então, como transparecem nas considerações teóricas de pintores como Wassily Kandinski e Mikhail Malevicth. O que é central ao ícone pode ser tomado como sua força de representação/presentificação do divino, um meio de ligação entre humano e divino, seu caráter de *contato com o sagrado*. As vanguardas russas do final dos oitocentos e início dos novecentos se apropriaram dos ícones, porém, pensando-os como expressões artísticas, estéticas e não religiosas.

Destacaram-nos de seu contexto sagrado e pensaram-no não como ligação com o culto, mas não conseguiram desvencilhar-se da problemática do contato com um Outro Transcendental maior pelo qual a imagem é o meio. A *arte* substituirá, nas teorias sinfonias/cromáticas[vi] desses teóricos-artistas, o *divino*. Caberá a ela promover o espírito humano.

* * *

Andrei Tarkovsky, Andrey Konchalovsky, Sergei Paradjzhanov, Elem Klimov, são alguns dos nomes que constituem a "escola poética" do cinema russo que foi inaugurada, segundo a historiografia oficial, pelo primeiro na década de 1960 na então URSS.

As idéias que Andrey Tarkovsky exporia de forma mais sistematizada em *Esculpir o Tempo*, publicado apenas na década de 1980, já apareciam na década de 1960. Maya Turovskaya colocou que em 1967, o cineasta já afirmava que o homem havia inventado com o cinema:

> uma matriz de "tempo real" em suas mãos. O cinema é a primeira e maior frente de tempo impresso. Mas de que forma o cinema faz a imprimir o tempo? Eu definiria que a forma é factual. Se o tempo no cinema é expresso como um fato, o modo como percebemos este fato é através de sua observação direta. O principio formal mais importante do cinema... é a observação... Minha forma ideal de cinema são tomadas de cine-jornais.[vii]

Essa idéia evoluiria e se tornaria a base do esquema teórico-poético de *Esculpir o Tempo*, publicado vinte anos depois. O tempo se faz presente na imagem na forma de acontecimento e o objetivo do cinema é trazer o tempo perdido pelo espectador e pelo artista de volta pela ação sincera da expressão do sentimento do artista. Este tem a função reunir (esculpir) o tempo a ser impresso no plano cinematográfico.

Tarkovsky assinala algumas outras questões, notadamente no que se refere à arte. Para o diretor de *Stalker* o objetivo da arte é explicar ao próprio artista e aos que o cercam para que vive o homem e qual o significado de sua existência. O papel da arte seria algo de paralelo ao da cultura, e o homem faz dela uma maneira de conquista da realidade por meio de uma experiência subjetiva.

Neste quadro, uma descoberta artística ocorre quando uma imagem nova e insubstituível do mundo surge. Ela surge de um desejo transitório e apaixonado de apreender o mundo intuitivamente. A atividade artística se dirigiria então na esperança de criar uma impressão e ser repleta de um impacto emocional.

A reflexão de Tarkovsky é repleta de anti-individualismo e considera o artista como pessoa que, dotada da possibilidade de poder pensar/expressar sentimentos, pode se oferecer em sacrifício em prol de um bem maior. A idéia da atividade do artista como conseqüência do dom inabalável que tem e tráz grande sofrimento (pois nasce do confronto entre o ideal e a vida) está presente em toda a obra escrita de Tarkovsky. O sentido da vida, então grande objetivo da arte, passa por uma apreensão subjetiva e emocional do artista e da audiência frente a obra de arte e nada deste sentido pode ser apreendido por meio de ferramentas intelectuais.

Por isso o cineasta desenvolve um projeto de cinema, que se embora não pensado e praticado de maneira sistemática, considera que a imagem cinematográfica, vista por ele pelo signo da arte, deve devolver o tempo perdido ao espectador, dar-lhe a oportunidade de criar o sentido da vida. Este nasce de uma apreensão subjetiva e emocional do artista e do espectador. A verdade é subjetiva e inverbalizável. Entendendo a imagem artística (da qual o cinema faz parte) como inteireza de símbolo no qual o sentido é uma abertura que leva ao inefável, seguirá sua prática de cineasta tentando criar no cinema uma imagem que leve o espectador a realizar seu próprio trabalho interpretativo.

A “escola poética” nasceu dessa tentativa de suscitar imagens ambíguas que subvertem a narrativa cinematográfica clássica baseada na ordem das causas e dos efeitos sensório-motores e passa a explorar outras configurações narrativas: usos de imagens de excessos (imagens que parecem desconectadas da cadeia narrativa), psicologia dos personagens indefinidas, confusões entre níveis ficcionais de sonho, memória e vigília de forma que o espectador não consegue determinar quando está vendo um sonho, uma memória ou a “realidade”. Os resultados são narrativas nas quais o imaginário das personagens e a realidade se confundem e articulam a necessidade do espectador trabalhar sobre a imagem de forma a apreender seu sentido como “aberto”: cabendo-lhe completar o sentido da imagem.

A imagem do cinema deve agora servir à verdade subjetiva do artista que a cria e do espectador que a vê. A imagem é símbolo de abertura na medida em que o sentido é uma articulação da linguagem com a experiência vivida. Ali deve ocorrer uma explosão da linguagem (no caso a do cinema) em direção a algo distinto dela própria, a "verdade" subjetiva do espectador. Entendida sob o signo da arte, a imagem realiza uma tarefa semelhante a do ícone medieval na medida em que a presença real não está na imagem simbólica representada, mas na relação entre esta e o modelo ausente. No caso do ícone o modelo era o divino, uma vez que o contexto da imagem era o do culto; no caso do cinema o modelo é a verdade do espírito, é o contexto da arte laica.

* * *

Tarkovsky teorizou sobre sua prática porque queria compreender a si mesmo como sujeito prático, queria entender os rumos de sua trajetória e no processo elaborou teses sobre a responsabilidade do artista e da arte. Mas suas idéias e práticas (entendendo aqui a reflexão do cineasta e seus filmes como ação social) esses não nascem da simples iniciativa do individuo que inventa livremente em sociedade. Todos os sujeitos estão imersos em culturas que possuem categorias as quais recorrem para elaborarem o entendimento de sua própria prática individual e coletiva. Tarkovsky elabora suas idéias sobre arte e cinema dentro das possibilidades dadas pelo meio, encadeando suas possibilidades criativas.

Seu espaço de experiência[viii] é o da cultura visual e artística russa marcada por forte herança do ícone russo e pelas experiências das vanguardas russas tanto pictóricas quanto cinematográficas.[ix] A concepção da imagem do cineasta tem assim tanto um lado figurativo (a imagem no seu sentido de indício, traço do mundo visível apanhado em película) quanto metafórico (o sentido que ela pode projetar). Esta concepção metafórica da imagem transparece não só no trabalho dos ícones que remetiam ao divino, mas nas pinturas de Kandisnki e Malevitch (e até nos últimos trabalhos de Sergei Eisenstein), todos envolvidos com o interesse pelo espírito humano, tido como alcançável pela arte, não mais num sentido transcendental, mas subjetivo.

A experiência do cineasta não está ligada apenas a uma reflexão e experiência com o visual em si, mas também com a realidade soviética de então. Após a morte de Stalin em 1953 houve uma explosão de expressividades artísticas na URSS. Os anos 1950 e, principalmente 1960, viram o

início das carreiras de muitos cineastas que tinham em comum a emergência de um "tratamento poético" no cinema: Marlen Khutsiev, Georgy Danelia, Otar Ioseliani, Larissa Sheptiko, Elem Klimov, Vasily Shukshin, Andrey Konchalovsky, Sergey Paradzhanov.

Lênin dizia que o cinema era arte e via seu uso potencial como propaganda. Inaugura-se na década de 1920 um cânone estética que educou gerações inteiras que só começaram a trabalhar nos anos 1950 e 1960. O "realismo socialista" foi incorporado no panteão da estética soviética e sedimentou uma espécie de contrato entre artista e estado baseada na idéia de que a "boa arte" ajuda a modelar o homem soviético ideal. Essa idéia foi instaurada pelas vanguardas dos anos 1920 e sobreviveu as perseguições de Stalin. Quando do fim do stalinismo, era uma questão de moral e de humanismo reparar o mal feito na ditadura e, além do que, tinha-se a "boa arte" como forma de modelar o bom homem – a missão do artista sobrevive. Como Ian Christie coloca:

> Como os artistas pós-guerra da Alemanha que enfrentou a tarefa de "depois dos nazistas" e renovaram sua linguagem, no meio em que trabalhavam, a geração pós-Stalin de Tarkovsky sentiu o imperativo de "fazer o novo". Isso significou não somente encontrar novas formas no lugar dos gêneros stalinistas – o épico patriótico, a biografia exemplar, a história de auto-sacrifício, o desmascarar dos sabotadores – mas também ajudar as audiências a verem coisas "do jeito certo de vê-las", não como símbolos.[x]

O espaço de experiência faz com que o passado seja lido de forma original, pois categorias culturais de antes são atualizadas e retrabalhadas para o presente pelos sujeitos históricos. Tanto na reflexão sobre arte, como a prática cinematográfica são re-significadas para dar nova visibilidade à individualidades (o que não quer dizer individualismo) antes inauditas. A "verdade subjetiva" passa a ser visada pela imagem cinematográfica dos filmes de Tarkovsky. O que surge dessa tentativa é outra imagem, mais aberta à significação, pois exige um trabalho hermenêutico constante do espectador como agente que completa o sentido com sua própria experiência. A imagem acaba inclusive podendo negar o impulso que a criou interessado em devolver espiritualidade ao espectador. Sob o signo da arte, a cena do cinema é tão subjetiva que vai além do quadro visual que lhe deu origem. O compromisso de Tarkovsky (bem como outros cineastas de sua geração) é com a subjetividade eclipsada pelo stalinismo, visando observar a realidade de forma

original e verdadeira, por isso o recurso à tradição de elementos presentes nos ícones medievais e nas vanguardas pré-revolucionárias e imediatamente pós-revolucionárias. Mas ao fazer isso continua inserido na proposta do artista como alguém que trabalha para a formação do cidadão: o que antes, para Eisenstein, por exemplo, visava o homem das massas, visará o homem individual. Muda a faceta do projeto social ao qual o cineasta não consegue escapar.

Inserida no contexto cultural e político que exigiu de um sujeito histórico uma postura singular, surge uma nova imagem interessada em mostrar o mundo de forma verdadeira. Ao recorrer à tradição cultural russa pré-revolucionária (os ícones medievais), ocorre a reinvenção da cultura soviética e sua reprodução uma vez que o dever moral do artista instaurado pelas vanguardas pós-revolucionário continuou ativo. Ocorre o deslocamento das obras visuais soviéticas na recorrência à tradição russa, numa situação específica na qual a cultura acaba, como coloca Marshall Sanlins, sendo o espaço no qual os sujeitos organizam a situação atual em termos do passado e a transformam o passado em termos do presente.[xi] Um espaço de experiência faz-se lugar de trabalho constante sobre tradições que ampliam os horizontes da cultura russa, ao menos no que se refere ao cinema e a visualidade.

---

[i] Graduado em Licenciatura Plena em História e mestrando em Multimeios pela UNICAMP.

[ii] Escreveu um livro chamado *Esculpir o Tempo*, no qual, através de um relato no qual objetiva compreender sua própria trajetória, lança algumas de suas teorias sobre a arte e o cinema.

[iii] O "Triunfo da Ortodoxia" foi a vitória e revogação pelos "iconófilos", defensores do uso de ícones no culto católico ocorrida no século IX, contra o édito imperial, defendido pelos Iconoclastas no século VIII, que impedia a presença de imagens, sejam elas esculturas ou pinturas, nos templos bizantinos.

[iv] MARCADÉ, Jean-Claude. Ìcone e vanguarda na Rússia – duas faces maiores da arte universal. *500 Anos de Arte Russa*. Rio de Janeiro: Brasil Connects, 2002.

[v] MARCADÉ, Jean-Claude. *500 Anos de Arte Russa*. Rio de Janeiro: Brasil Connects, 2002, pp, 93.

[vi] Tanto Kandinski, quanto Malevicth (e até Eisenstein, mas pensando na imagem do cinema) desenvolveram teorias da arte que usam de metáforas musicais para pensar a influência da cor sobre o espírito humano.

[vii] TARKOVSKY apud TUROVSKAYA, Maya. *Tarkovsky*: cinema as poetry. London: Faber and Faber, 1989, pp, 85.

[viii] *Espaço e experiência* e *horizonte de expectativa* são conceitos tomados de Reinhardt Koselleck, entendidas pelo filósofo e historiador como categorias antropológicas que relacionam o passado e o futuro, ou seja, conceitos que articulam circunstâncias existenciais humanas que inserem a vivência do homem no pensar do tempo. Como os define o próprio Koselleck: "a experiência é o presente passado, cujos eventos foram incorporados e podem ser lembrados. Dentro da experiência se inclui uma reformulação racional, junto com formas inconscientes de conduta que não precisam estar presentes conscientemente. Há também um elemento da experiência alheia contido e preservado, e transmitido pelas gerações e instituições […]. De modo similar com a expectativa: a um tempo específico de cada um e interpessoal, a expectativa tem lugar no hoje; é o futuro feito presente; dirige-se ao não ainda experimentado, àquilo que deve ser revelado. Esperança e medo, anseios e desejos, preocupação e análise racional, abertura receptiva e curiosidade: tudo entra na expectativa e a constitui" (KOSELLECK. Reinhardt. *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. Cambridge, MA, The MIT Press, pp 272.)

[ix] Não está sendo explorado, por questões de espaço, as relações da geração de Tarkovsky com as vanguardas cinematográficas russas dos anos 1920 (Sergei Eisenstein e Dziga Vertov pra ficar em dois exemplos).

[x] CHRISTIE, Ian. Tarkovsky and this time. In: TUROVSKAYA, Maya. *Tarkovsky*: cinema as poetry. London: Faber and Faber, 1989, pp, XV XVI.

[xi] SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Urbanização e salubridade na cidade de São Paulo, 1911-1930*

Fábio Alexandre dos Santos

Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

O intenso processo de urbanização pela qual a cidade de São Paulo atravessou a partir da segunda metade do século XIX trouxe consigo os problemas inerentes ao adensamento populacional que, conjugado ao crescimento físico desordenado provocou toda sorte de problemas, refletindo na ocupação desigual do espaço, na eclosão de problemas estruturais ligadas à falta de infra-estrutura e de salubridade. Neste contexto, sob a dinâmica de fatores exógenos como a consolidação do Brasil nas linhas da economia mundial, e endógenos, como as instalações ferroviárias, a Proclamação da República, o fim do escravismo, a imigração etc. a cidade de São Paulo desenvolveu características peculiares de um intenso, porém, desigual processo de urbanização.

A instalação dos trilhos das diferentes companhias ferroviárias, a partir de 1867, com a São Paulo Railway ligando a principal zona cafeeira do interior da Província naquele momento, ao porto exportador, Santos, passando pela capital do estado; e, em 1877, a Estrada de Ferro do Norte (Central do Brasil) ligando São Paulo à capital brasileira, fundou as premissas básicas para o ulterior incremento urbano da cidade, pois além de permitir a circulação de mercadorias, pessoas etc., também incrementou sobremaneira a ligação com outras regiões e aumentou a velocidade de comunicação entre elas. A partir de Jundiaí, abriram-se ramais férreos rumo ao interior, com a construção da Cia. Paulista e da Cia. Mogiana, as quais incentivaram o processo de absenteísmo de abastados fazendeiros de café que se deslocaram para São Paulo. A capital paulista transformou-se, assim, em uma área tributária privilegiada, como uma encruzilhada de caminhos, na qual a atividade comercial foi largamente favorecida.[1]

Com os imigrantes foi possível a consolidação do mercado de trabalho, que de 1889 ao início do século XX, acarretou na chegada de cerca de 750.000 estrangeiros em São

Paulo, dos quais 80% subsidiados pelo governo; já da abolição do escravismo à Depressão de 1930, aportaram em terras paulistas 2.250.000 imigrantes, sendo 58% subsidiados; além disso, muitos dos que vieram após 1900 pagaram suas próprias despesas de viagens.[2]

Ao fim da primeira década do século XX, a cidade de São Paulo abrigava uma população de 375 mil almas, passando a quase 600 mil por volta de 1920 e, em 1930, chegando a quase 900 mil habitantes. Ao se tomar o período de 1910 a 1930, a taxa de crescimento populacional da cidade de São Paulo cresceu em torno de 136%, enquanto a capital brasileira apresentou uma taxa de 66%, Porto Alegre de 121% e Recife de 102%.

Por volta de 1920 os trabalhadores estrangeiros compunham 52% da mão-de-obra da indústria paulistana e o distrito do Brás, "localizado na parte baixa da cidade, a leste do antigo centro urbano, tornou-se uma das zonas residenciais que mais concentrava trabalhadores. Em 1910, cerca de um terço da população da capital vivia ali. Os vereadores que representavam o distrito trabalhavam duramente para conseguir que o governo municipal fornecesse a seus habitantes a mesma qualidade de serviços públicos que gozavam os bairros mais abastados."[3]

Com a República estabeleceram-se as descentralizações fiscal e política, propiciada pelo Federalismo, as quais dotaram os Estados dos mecanismos necessários à adoção de medidas que atendessem diretamente aos interesses de seus setores dominantes, entre eles a possibilidade de contrair empréstimos externos, a implementação da política de imigração subsidiada[4], que acabou refletindo diretamente na formação do mercado de trabalho urbano da cidade de São Paulo e a estruturação dos serviços sanitários do estado.

No tocante aos aspectos políticos, a Proclamação da República definiu as atribuições das Câmaras Municipais, as quais deveriam ser regidas diretamente pelo que rezavam as Constituições Estaduais, elaboradas por cada Estado.[5] Quanto à administração do espaço da cidade às Câmaras Municipais era permitido deliberar sobre a venda, o aforamento, a locação, a troca de bens, além da possibilidade de promover desapropriações por utilidade pública sem a aprovação de qualquer outro poder instituído, nem mesmo em nível estadual. É interessante ressaltar que entre suas atribuições estava a responsabilidade de legislar

sobre serviços públicos como limpeza, calçamento, construção de ruas e praças, conservação de obras e prédios públicos, assim como sobre os matadouros e outros serviços que podiam "prejudicar a saúde e o sossego dos habitantes".[6] Ao governo estadual coube legislar sobre as atividades relativas aos jardins e passeios, navegação fluvial e marítima, obras públicas e edifícios públicos em geral, estradas, estradas de ferro, iluminação, água e esgotos.

No caso dos serviços ligados à saúde, sua origem em São Paulo remonta ao Decreto Federal de 30 de dezembro de 1891, do Governo Provisório, que autorizou a descentralização das organizações sanitárias, em função do Federalismo. No caso do Estado de São Paulo foram várias as leis que trataram do tema: a Lei nº 43, de 1892 criou o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, subordinado à Diretoria de Higiene, com objetivos de prevenir, combater ou atenuar as moléstias endêmicas, epidêmicas e transmissíveis. Essa legislação – a primeira do período republicano no tocante à saúde – visava o controle sanitário por meio da intervenção no espaço urbano, com a utilização de técnicas de engenharia sanitária e da ação da polícia médica em campanhas contra epidemias. Suas ações eram baseadas no modelo tecno-assistencial campanhista-policial. Nas alterações subseqüentes dos Serviços e dos diversos Códigos Sanitários promulgados, as principais preocupações sempre giravam em torno da problemática urbana, especialmente a de 1911, que ressaltava a calamitosa situação da cidade de São Paulo. Em 1917 e em 1925 novas reformas ocorreram e o tema se expandiu à área rural e à esfera da educação sanitária.

Por outro lado, essas diversas alterações e reformulações demonstram a atuação dos poderes públicos de tentar responder a uma demanda crescente na cidade por serviços desta natureza que, aliado ao adensamento populacional em um espaço em constante mutação, cada vez mais colocava em relevo as mazelas tipicamente urbanas.

Não é em vão que é justamente no final da década de 1910 que ocorre a encampação, por parte da municipalidade, dos serviços de limpeza pública da cidade e, no ano seguinte, na tentativa de resolver ou, no limite, minimizar o problema da falta de

recursos financeiros destinados à limpeza da cidade foi criado pela municipalidade a cobrança da taxa sanitária, promulgada pela Lei nº 1.413, de 20 de abril de 1911, que tratava da arrecadação da taxa sanitária para o serviço de limpeza publica e particular; e pelo Ato nº 402, de 24 de maio de 1911, que regulamentava sua cobrança e sua arrecadação.

As preocupações urbanas dos setores públicos não estavam focadas unicamente nas questões insalubres e carentes da cidade. Também se fazia mister demonstrar que a cidade crescia e se "modernizava" face aos valores da *belle époque*, como uma cidade civilizada. Durante as administrações de Antonio Prado (1899-1910), Raimundo Duprat (1911-1913) e Washington Luís Pereira de Souza (1914-1918) a cidade recebeu melhorias que buscavam dar conta dessa "modernidade" que as elites requeriam, houve aberturas de avenidas, arborização de praças etc., mas muitas vezes ao custo de demolições de cortiços, expulsão das prostitutas das ruas, além de outras intervenções que pudessem apagar os resquícios de um mundo considerado atrasado.

Estas obras representavam a conjunção entre o discurso científico da época, as práticas urbanas e as oportunidades de lucro especulativo, expressas no desejo generalizado de as elites conquistarem a modernidade, *status* auferido como sinônimo do progresso material; mas, nesse meandro eis que ganha escopo a questão social da pobreza que remete ao trabalhador, majoritariamente imigrante.

Neste sentido, a cidade "cindida" apresenta cada vez mais necessidades de saneamento, pois áreas tidas como insalubres passavam a representar perigo às regiões salubres, ameaçando a saúde de toda a população, cujo argumento central era largamente pautado na concepção miasmática, que considerava as várzeas e charcos próximos aos rios locais insalubres e nocivos à saúde, em função das emanações pútridas que poderiam exalar das águas estagnadas em seu entorno.

Desenhava-se na cidade, portanto, os locais de aglomeração dos pobres, dos trabalhadores, os bairros populares e insalubres, considerados "perigosos", e que acabaram sendo focos das intervenções urbanas por parte das autoridades preocupadas com a

mínima possibilidade de as latentes epidemias se alastrarem por toda a cidade e, assim, alcançar o outro lado da "fronteira" – os elegantes bairros das elites paulistanas –, considerados arejados e salubres, como Campos Elíseos, Higienópolis, etc., além da trágica possibilidade de se obstar o processo produtivo.

De acordo com Raquel Rolnik, há uma articulação entre a ordem política e a ordem urbanística, associando formas de inscrição territorial à condição de legalidade e ilegalidade. Neste contexto de definição de espaços legais e ilegais, as posturas acabam por promover a estigmatização dos territórios, "faz parte do mecanismo poderoso de reprodução do modelo – é a maioria integrada e 'normal' que se identifica nesta operação. A favela ou cortiço, espaço marginalizado, passa assim de contradição do modelo à territorialidade inimiga." É a partir daí que se justifica uma intervenção que destrua estes locais e os reconstrua de acordo com o projeto padrão, impondo novamente a norma.[7] Em outra esfera da realidade, o setor privado se ocupou lucrativamente destas mesmas concepções na valorização dos espaços da cidade que interessavam aos interesses especulativos, como indica Murilo Marx ao enfatizar que desde 1850 com a Lei de Terras, baseada no liberalismo, o conceito da terra foi universalmente transformado, conferindo-lhe o caráter de mercadoria e, incluída neste conceito, também estava a terra urbana.[8]

Ao livre mercado imobiliário também se conjugou a necessidade de salubridade, reforçada pela discussão imposta pelas teorias urbanísticas e sanitárias, que acabou reforçando as margens de manobra dos agentes especulativos, pois permitiu a cada região da cidade receber classificações capazes de condicionar sua capitalização. A questão da altitude foi uma delas, através da qual se definia o espaço considerado salubre e em boas condições de moradia, pois eram mais arejadas e estavam menos sujeitas às doenças, segundo a teoria miasmática.

Essa delimitação do espaço através do mercado imobiliário representa um processo no qual foram recrudescidos os locais específicos de moradia e trabalho a determinados grupos sociais, da mesma forma que também foram reproduzidos os espaços destinados às elites. Da mesma forma, foi a partir da concepção de que o contágio das doenças se dava

por meio dos fluídos miasmáticos que se direcionaram os programas de intervenção urbana destinados à remoção dos elementos físicos que poderiam causar a difusão de doenças, por meio da putrefação da água, do lixo, dos esgotos, de águas poluídas, das habitações e dos cortiços superlotados, com pouca ventilação e pouca higiene etc. Por isso, as áreas localizadas próximas aos rios, várzeas, charcos foram consideradas insalubres e comercialmente inviáveis, portanto, mais baratas do ponto de vista do mercado imobiliário.

Mesmo diante de inovações, como as descobertas da microbiologia, a utilização da teoria miasmática teve longa "utilidade" aos interesses do capital, e grandes áreas localizadas próximas às várzeas – como a Várzea do Carmo, a Várzea de Pinheiros – representam os exemplos da exploração deste discurso ligados aos interesses do mercado imobiliário.

Nestas condições, o direcionamento da ocupação da cidade para as terras consideradas baixas e mais baratas, traria como conseqüência os conflitos entre a cidade e as várzeas dos rios, em função das periódicas inundações, as quais ocasionavam a proliferação de insetos e causavam doenças. Da mesma forma, essa ocupação resultou no empreendimento de obras que visavam seu saneamento, através de drenagem, aterramento, canalizações e retificações de rios que, ao passarem por estas intervenções, passavam imediatamente a interessar ao mercado imobiliário e eram por ela incorporadas.

As intervenções, explica Ferreira, podem acontecer através de obras urbanizadoras convencionais, mas também por meio de um conjunto de instrumentos tributários e reguladores do uso e das formas de ocupação do solo urbano. "Ou seja, nessa dinâmica é muito fácil entender como a influência sobre a máquina pública pode render benefícios significativos a quem conseguir direcionar os investimentos do Estado segundo seus interesses de valorização".[9] E tal fato encontra-se instalado no conjunto deste objeto de estudo, quando consideramos as obras de expansão dos serviços de água e esgotos e dos serviços da Light (incluindo bondes e energia elétrica), por exemplo, em relação às regiões que abrigavam os inúmeros loteamentos privados lançados durante as décadas de 1910 e 1920, ou ainda, quando consideramos a incorporação imobiliária das terras localizadas ao

longo do rio Tamanduateí, o qual teve seu curso retificado e suas áreas de charcos e várzeas saneadas. Tal fato também foi muito bem observado por Maria Luisa Paschkes, que ao buscar conhecer a especulação da cidade através do capital privado aponta que "tanto os bondes quanto os imóveis da Light se constituíram em instrumento de especulação, disseminando a ocupação e expansão da cidade ao sabor dos interesses privados, sem a possibilidade de controle por parte do poder público."[10]

Em ambas as situações – tanto originárias dos poderes públicos quanto da iniciativa privada –, os interesses do capital estavam garantidos por meio das intervenções urbanas ora pautadas pelas ações sanitárias ora pelas sanitárias associadas a outros fatores, como o domínio e o controle do trabalhador, no caso, colocado em prática por meio das construções das vilas operárias.

Na pauta de discussão das autoridades públicas e dos trabalhadores há muito tempo, a moradia para trabalhadores foi arrastada durante anos; várias leis foram promulgadas visando sua construção em massa, porém todas fracassaram.[11] Segundo o recente estudo de Marcos Lima, quando os empresários resolveram empreendê-las realizaram-na como forma de se proteger de uma possível legislação trabalhista em discussão em nível federal.[12] Ao implementá-las, contudo, ampliaram também o grau de dependência e de subordinação do trabalhador aos interesses do capital, reforçaram os laços de dominação assim como minimizaram ou até sanaram problemas decorrentes das más condições de vida dos trabalhadores, que muitas vezes estavam alocados em moradias coletivas e insalubres.

A importância desta problemática aos propósitos deste trabalho reside no fato de que várias empresas ao se dedicarem à construção de vilas operárias além de, relativamente, minimizar ou resolver a questão das más condições de vida para uma parcela da população, também acabou direcionando parte de seus negócios ao lucrativo mercado imobiliário, como foi o caso, por exemplo, da Sociedade Anonyma Industrias Reunidas Francisco Matarazzo, empresa do grupo Matarazzo que passou a atuar no mercado imobiliário na cidade de São

Paulo e que também investiu na construção de vila operária; ou ainda da Sociedade Anonyma Votorantin.

Assim, da inter-relação da ocupação e capitalização do espaço urbano, da salubridade, das condições de vida dos trabalhadores em relação à oferta de serviços públicos emergem as preocupações deste estudo, que pretende apreender os interesses envolvidos assim como as formas de urbanização da cidade, que excluiu os trabalhadores das condições mínimas de vida, numa relação inversa ao processo de urbanização, ao oferecimento de serviços públicos e de acumulação de riqueza.

---

[*] Esta comunicação apresenta alguns resultados parciais do trabalho de doutoramento intitulado *Saneando a cidade, fomentando disparidades. Trabalhadores, intervenções urbanas e salubridade em São Paulo, 1911-1930*, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada – Área de Concentração em História Econômica, do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

[1] Paul Singer. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1974, pg. 363. Sobre um estudo específico que mostra os impactos da chegada da ferrovia em uma cidade ver o trabalho do mesmo autor: Fábio Alexandre dos Santos. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.

[2] Thomas H. Holloway. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.* Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 68 e 84.

[3] Joseph Love. *A locomotiva. São Paulo na Federação, 1889-1937*. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pg. 122.

[4] Naquele momento, os estados passaram a contar com o acréscimo, em seus cofres, dos lucros oriundos da receita dos impostos de exportações, enquanto as receitas provenientes dos impostos de importações eram direcionadas ao governo Federal. Com a descentralização financeira e administrativa, explica Nelson Hideki Nozoe. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE/ USP, 1984, pg. 18, houve um "extraordinário aumento da receita" de São Paulo no exercício de 1892 ante a anterior à reforma: "em 1890-1891 a receita foi de 9.100 contos de réis e, em 1892 chegou a 388.100 contos de réis." Igualmente importante para o resultado alcançado no exercício de 1892, complementa o autor, foi o aumento da quantidade de café exportado, que saltou de 137.898.061 kg em 1888/90 para 245.456.719 kg em 1892; somado a isso, o preço do produto, cujo valor médio do quilograma fora de $586 em 1889-1890, subiu para 1$026 em 1892. Nelson Hideki Nozoe. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE/ USP, 1984, pg. 18.

[5] Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. 5.ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1986, especialmente o capítulo terceiro – Eletividade da administração municipal.

[6] Dainis Karepovs. "Papéis avulsos. A Constituição Santista." In: *Acervo Histórico*. São Paulo: Divisão do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nº 2, 2º semestre de 2004, pg. 39.

[7] Raquel Rolnik. "São Paulo na virada do século: territórios e poder". In: *Cadernos de História de São Paulo*. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, nº 1, jan./dez. de 1992, pp. 41 e segs.

[8] Lei nº 601 de 1850 e Decreto nº 1.318 de 1854. Murilo Marx. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991, especialmente o capítulo Patrimônio Leigo.

[9] João Sette Whitaker Ferreira. "A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil." Texto inédito a ser publicado pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

[10] Maria Luisa N. de Almeida Paschkes. "Bondes, terrenos e especulação." In: *História e Energia*. São Paulo: Eletricidade de São Paulo S.A., 1, maio de 1986, pg. 45.

[11] Segundo Márcia Lúcia R. R. Dias. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo (1870-1914)*. São Paulo: Nobel, 1989, pg. 61. Sobre as construções de vilas operárias consultar a importante obra de Eva Alterman Blay. *Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

[12] Marcos Alberto Horta Lima. *Legislação e trabalho em controvérsias historiográficas. O projeto político dos industriais brasileiros (1919-1930)*. Campinas: Tese de Doutoramento, IFCH, Unicamp, 2005.

O General Lecor e o Congresso Cisplatino: considerações a respeito da incorporação de Montevidéu e sua campanha ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Fábio Ferreira

Primeiramente, sobre Carlos Frederico Lecor, ressalta-se que nasceu em Faro, no Algarve[1]. Na Europa, participa de conflitos como, por exemplo, a Campanha do Rossilhão, onde é, inclusive, ferido gravemente[2] e, ainda, das campanhas contra Napoleão Bonaparte, liderando, ao fim da guerra, as vitoriosas tropas lusas no retorno a Portugal.

Findo os conflitos na Europa, Lecor, nesta altura já general, chega ao Rio de Janeiro em 30 de março de 1816[3], recebendo a incumbência de liderar as tropas luso-brasileiras[4] na ocupação da Banda Oriental, que, neste momento, está sob o controle de Artigas.

Após dois meses e meio no Rio, em 12 de junho Lecor e as suas tropas partem para o sul, conquistando Montevidéu em 20 de janeiro de 1817. É válido observar que a ocupação deste núcleo urbano é negociado com o seu Cabildo. Figuras como o Padre António Dámaso Larrañaga, Jerónimo Pío Bianqui, Francisco Llambí e Juan José Durán[5] fazem parte do grupamento oriental que articula a entrada de Lecor em Montevidéu, apóia a sua administração e, ainda, compõe o Congresso Cisplatino.

Sobre o Congresso, ele é ordenado por D. João VI em 16 de abril de 1821, dez dias antes do monarca retornar para Portugal, estando inserido no contexto liberal vivido no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O Congresso é estipulado para que os orientais decidam o futuro do território ocupado. Como alternativas, pode-se votar pela anexação a algum outro governo, como, por exemplo, Buenos Aires ou Entre Rios; pela independência, constituindo, deste modo, um novo país; ou, ainda, pela incorporação à monarquia lusa.

Lecor não teria aceito as alternativas que significariam o abandono da Banda Oriental e, assim, articula com orientais a votação pela incorporação à monarquia portuguesa.[6] Dentre estes orientais estão os cabildantes que negociaram a entrada de Lecor em Montevidéu. Observa-se que Durán, nesta altura Governador Intendente Interino da Província, é quem

organiza o congresso: em 15 de junho de 1821, Lecor dirige-lhe oficio informando que para dar cumprimento as reais ordens, convocar-se-á um Congresso extraordinário de deputados de todos os pueblos, que deverá iniciar-se no dia 15 do mês seguinte.

Lecor e Durán fazem com que o Congresso seja composto por aliados seus e, deste modo, ao invés dos congressistas serem eleitos proporcionalmente de acordo com a população dos pueblos, estabelece-se o número fixo de 18 deputados, sendo que eleitos seriam somente cinco, não pelo voto popular, e sim pelos respectivos Cabildos.[7]

O Congresso inicia a sua atividade no dia 15 de julho, contando, entretanto, com doze deputados, e não dezoito conforme as instruções. Como congressistas, constam da seção de abertura

> Juan José Durán, Diputado por parte de esta Capital [Montevidéu], Presidente en esta Junta, como Gefe político de la Província: el Sor. Cura y Vicario D.or D. Dámaso Antonio Larrañaga, y el Sor. D. Tomás Garcia de Zúñiga también Diputados por esta Ciudad, así como su Síndico procurador general D. Gerónimo Pío Bianqui – el Sor. D. Fructuoso Rivera, y el Sor D.or D. Francisco Llambí, Diputado por el vecindario de extramuros – el Sor D. Luis Pérez, Diputado por el Departamento de S. José – el Sor D. José Alagón, Diputado por el de la Colonia del Sacramento – el Sor D. Romualdo Gimeno, diputado p.r el de Maldonado el Sor D. Loreto de Gomenzoro, Diputado por Mercedes como su Alcalde territorial: el Sor D. Vizente Gallegos, que lo es de Soriano y D. Manuel Lagos, del Cerro-Largo [...][8]

Outros congressistas apresentam-se posteriormente. No dia 16, Mateo Visillac, de Colônia do Sacramento. No dia 18, Alejandro Chucarro, deputado pela vila de Guadalupe, Salvador García, síndico suplente da mesma, Manuel Antonio Silva, síndico de Maldonado e Romualdo Gimeno, deputado desta localidade.

Mesmo com o atraso desses congressistas, elege-se a mesa diretiva no primeiro dia do Congresso. Como presidente é eleito Durán, como vice-presidente, Larrañaga, e como secretário Llambí. Assim, antigos aliados de Lecor estão no comando do Congresso.

A aliança entre as forças luso-brasileira, representada por Lecor, e a do grupamento dirigente oriental, representado pelos congressistas, é possível de verificar-se através das atas do Congresso. Outras questões podem ser analisadas através das atas, pois são fontes que permitem a análise de vários aspectos da sociedade oriental de então.

Assim, neste conjunto documental é recorrente a menção dos congressistas sobre a possibilidade do retorno dos conflitos bélicos ao território oriental, pois este foi assolado, desde 1811, por vários confrontos. Montevidéu, por exemplo, entre 1811 e 1817 foi controlada pelos espanhóis, pelos portenhos, pelos artiguistas e, por fim, pelos portugueses. A destruição em função da guerra é mencionada por vários contemporâneos a ocupação de Lecor, como, por exemplo, Saint-Hilaire[9], Emeric Essex Vidal[10] e Breckenridge[11].

A questão da ameaça bélica já está presente no segundo dia do Congresso, através da seguinte mensagem que Lecor envia para os congressistas:

> Señores del Muy Honorable Congreso extraordinario de esta Provincia= S.M. El Rey del reyno unido de Portugal, Brasil y Algarbes, ha tomado en consideración las repetidas instancias, que han elevado á su real Presencia, Autoridades muy respetables de esta Provincia, solicitando su incorporación á la Monarquía Portuguesa, como el único recurso que en medio de tan funestas circuntancias, puede salvar el País de los males de la guerra y de los horrores de la Anarquía. – Y deseando S.M. proceder en un asunto tan delicado con la circunspección q.e corresponde á la Dignidad de su Augusta persona, á la liberalidad, de sus principios, y al decoro de la Nación Portuguesa, ha determinado en la sabiduría de sus Consejos, que esta Provincia, representada en el Congreso extraordinario de sus Diputados, delibere y sancione en este negocio, con plena y absoluta libertad, lo que crea más útil y conveniente á la felicidad y verdaderos intereses de los pueblos que la constituyen. – Si el Muy Honorable Congreso tubiere á bien decretar la incorporación a la Monarquía Portuguesa, Yo me hallo autorizado por el Rey p.a continuar en el mando y sostener con el Ejército el órden interior y la seguridad exterior bajo el imperio de las Leyes. Pero si el Muy Honorable Congreso estimase más ventajoso á la felicidad de los pueblos incorporar la Provincia á otros estados ó librar sus destinos á la formación de un Gob.o independiente, solo espero sus decisiones para prepararme á la evacuación de este territorio en paz y amistad conforme á las órdenes Soberanas – La grandeza del asunto me excusa recomendarlo á la Sabiduría del Muy Honorable Congreso: todos esperan que la felicidad de la Provincia será la guía de sus acuerdos en tan difiiles circunstancias = Montevideo y julio diez y seis de mil ochocientos veinteuno = A los S.S. de Muy Honorable Congreso de esta Provincia = Barón de la Laguna [Lecor]=[12]

Esta mensagem de Lecor destaca-se pelo fato de que, a partir dela, desencadeia-se toda uma discussão onde o temor e a afirmação da possibilidade do retorno aos conflitos bélicos estão presentes, vindo, inclusive, a ser argumentação dos deputados a favor de seus posicionamentos pró-incorporação à monarquia lusa.

Primeiramente, já nas primeiras linhas da mensagem, o general afirma existirem autoridades locais que anelam a união com a monarquia portuguesa, vinculando este desejo a manutenção da ordem e a salvação do território oriental.

A mensagem de Lecor pode ter o objetivo de pressionar os congressistas a votarem pela incorporação, associando a presença de suas tropas na região à estabilidade. Deste modo, Lecor manipula a insegurança dos deputados e, segundo Calógeras, a mensagem significa "[...] agitar o espectro da guerra com Buenos Aires, ou da nova invasão de Artigas [...]"[13]. Portanto, Lecor estaria a trabalhar com o imaginário oriental temeroso em relação à instabilidade em função dos conflitos bélicos que afligiram anteriormente esta sociedade.

O significado da mensagem de Lecor pode ser mais que uma ameaça aos congressistas, que, segundo grande parte da historiografia, estão alinhados com o general. A atitude de Lecor pode ser entendida como um meio de legitimar o já acordado resultado do Congresso (a incorporação à monarquia lusa) diante da população oriental, pois vota-se pela opção que impediria uma invasão ou uma revolução. Em decorrência, cria-se a idéia de que os congressistas escolhem a opção que não teria conseqüências dolorosas, mantendo o território oriental "sob o império das leis" e guardando, deste modo, "a ordem interna e a segurança exterior" da Província. Além disto, o aviso de Lecor, manipulando o imaginário oriental temeroso ao retorno dos conflitos, pode ser um meio de ratificar a argumentação dos congressistas que viriam a votar pela incorporação, conforme será mostrado.

Assim, no dia 18, é discutida a questão da incorporação propriamente dita:

> [...] se propuso por el Sor Presidente, como el punto principal p.a que había sido reunido este Congreso – si segun el presente estado de las circunstancias del Pais, convendría la incorporacion de esta Provincia á la Monarquía Portuguesa, y sobre que bases o condiciones; ó si por el contrario le sería más ventajoso constituirse independiente ó unirse á cualquiera otro Gobierno, evacuando el territorio las tropas de S.M.F.[14]

Bianqui, Llambí e Larrañaga, os únicos que discursam, são favoráveis à anexação, expondo os seus argumentos sempre fazendo menção à guerra. Bianqui afirma que tornar a província um Estado é, no âmbito político, impossível. O deputado acrescenta que para sustentar a Independência necessita-se de meios, no entanto, o território oriental não possui

população nem recursos para que seja governado pacificamente. Os orientais não teriam como impedir a guerra civil, nem ataques externos, nem conquistar o respeito das outras nações, além de que haveria a emigração dos capitalistas, voltando, assim, a ser o "teatro da anarquia" e "a presa de um ambicioso atrevido".[15]

Observa-se que Bianqui mostra o temor existente no imaginário oriental do retorno aos conflitos, pois se este medo não fosse presente, não haveria razão de Bianqui enfatizar a possibilidade do retorno ao "caos", nem ao surgimento de "um ambicioso atrevido", provavelmente aludindo a chance do surgimento de alguma outra liderança como foi a de Artigas. Assim, a ameaça bélica, independentemente de existir ou não, independente do congressista acreditar nela ou não, está a ser trabalhada por ele no Congresso Cisplatino.

Bianqui anula a possibilidade da Banda Oriental constituir-se estado autônomo, levantando, assim, a necessidade de incorporar-se a outro estado. Descarta Buenos Aires e Entre-Ríos em função de seus conflitos internos. A Espanha também é descartada, pois segundo o deputado os Pueblos já votaram contra ela e, também, por ser incapaz de manter a província em paz. Deste modo, para o congressista, não há outra opção que não seja a incorporação à monarquia portuguesa sob uma constituição liberal. Com a manutenção do poder luso, segundo o deputado, impossibilita-se a anarquia, o setor produtivo continua as suas atividades, restituindo, assim, os anos de prejuízos, e os "arruaceiros" teriam que dedicar-se ao trabalho ou então sofrer o rigor das leis.

Em seguida, Llambí discursa, abordando a possibilidade de que com a saída das tropas de Lecor o território oriental provavelmente sofreria novas invasões ou cairia em uma guerra civil. Corroborando com Bianqui, o secretário retoma os conflitos que a Banda Oriental sofreu nos anos anteriores, afirmando, inclusive, que mais da metade da população foi dizimada, bem como as suas riquezas, e que perderam o pouco armamento que tinham.

Deste modo, Llambí aponta a devastação em que a província encontra-se e utiliza este fato para argumentar a incapacidade dos orientais tornarem-se independentes, além de retomar a questão da estabilidade, já levantada no Congresso: "[...] Un Gobierno

independiente pues entre nosotros, sería tan insubsistente, como lo es, el del que no puede ni tiene medios necesarios para sentar las primeras bases de su estabilidad."[16]

A possibilidade da incorporação a outros estados também é abordada por Llambí. O congressista levanta a possibilidade da Espanha, Buenos Aires, Entre Rios e o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A metrópole castelhana é descartada por razões como a distância, a sua impossibilidade de resolver as mazelas orientais e, ainda, porque levaria a conflitos armados no interior da província entre partidários a favor e contra a Espanha. As guerras em que Buenos Aires e Entre Rios estão envolvidas impossibilitam, segundo Llambí, a união da Banda Oriental a estes estados. Assim, o congressista expõe que "A cualquier parte que vuelvo la vista me veo amenazado de los efectos de esta [a guerra]; y si à todos se les presenta con el horroroso aspecto que á mí, ningún mal deberémos temer tanto como él."[17]

Llambi ainda afirma que, de fato, a Banda Oriental está em poder das tropas portuguesas, o que não se pode evitar, e que qualquer resolução dos orientais, por melhor que seja, pode ser destruída por alguém que possa agrupar um pequeno número de combatentes. O aventurar-se nestas contingências seria uma imprudência que eles teriam que responder para sempre aos pueblos. Percebe-se no discurso de Llambí uma certa dose de pragmatismo ao destacar a fragilidade da província para sustentar-se independente.

Ainda sobre o discurso de Llambí, independentemente se ele acredita em sua argumentação, ou se a mesma é um meio de justificar o seu voto e de congregar partidários em torno da opção acordada com Lecor, pode-se entendê-lo como meio de identificar uma sociedade com imaginário temeroso no que tange o retorno das guerras ao seu território.

Assim, o discurso enfatizando a possibilidade do retorno da guerra, e o destaque a possibilidade da paz, vista a ocorrência da recuperação do setor produtivo, é, sem dúvida, altamente persuasivo para uma população que sofreu por anos em virtude de questões bélicas. Além disso, por mais que a participação popular tenha sido vetada no Congresso, provavelmente o que é discutido ali tem a sua repercussão junto à população oriental,

criando, deste modo, argumentos favoráveis à atitude dos congressistas de anexar o território oriental à monarquia lusa, bem como a presença de Lecor e suas tropas na região.

Após a fala de Llambí, Larrañaga é o deputado a discursar, ressaltando uma posição pragmática e o rechaço à guerra, revelando uma espécie de trauma em relação aos conflitos. O sacerdote diz que encontravam-se, desde 1814, abandonados pela Espanha. Buenos Aires e as demais províncias fizeram o mesmo, deixando a Banda Oriental sozinha em uma guerra muito superior as suas forças e, por esta razão, Larrañaga anula qualquer ligação do território oriental com as províncias limítrofes e com a Espanha. Assim, a questão dos conflitos bélicos vem a estar presente na argumentação de mais um dos congressistas.

Outro ponto a se observar é que o padre afirma que após dez anos de revolução, a província está distante do ponto de partida e que o dever dos congressistas é, neste momento, conservar o que restou do seu aniquilamento e, caso o consigam, serão verdadeiros patriotas.

Pragmaticamente, Larrañaga conclama os deputados a afastarem a guerra e a desfrutarem da paz e da tranqüilidade através da união da província à monarquia portuguesa. No entanto, ele defende a sua autonomia, propondo que considere-se o território oriental como um estado separado, conservando-se, por exemplo, as suas leis e autoridades.

Depois do discurso de Larrañaga acorda-se a incorporação do território oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves:

> Entónces por una aclamacion general los S.S. Diputados dijeron: Este es el único medio de salvar la Provincia; y en el presente estado à ninguno pueden ocultàrse las ventajas que se seguiran de la Incorporac.n bajo condiciones que aseguren la libertad civil [...] En este estado, declaràndose suficientemente discutido el punto, acordaron la necesidad de incorporar esta Provincia, al Reyno Unido de Portugal, Brasil y Algarbes, Constitucional, y bajo la precisa circuntancia de que sean admitidas las condiciones que se propondrán y acordarán por el mismo Congreso en sus ulteriores sesiones, como bases principales y esenciales de este acto [...][18]

Assim, no dia 18 de julho de 1821, os congressistas, unanimemente, votam pela incorporação de Montevidéu e sua campanha ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sendo o temor ao retorno dos conflitos bélicos o grande argumento para a opção pela incorporação.

No dia 23, denomina-se a província recém anexada aos domínios lusos de Estado Cisplatino Oriental e, ainda, decide-se que os cisplatinos terão representação no Congresso Nacional. No dia 31, Lecor aceita a incorporação em nome de D. João VI. No quinto dia de agosto ocorre o juramento de incorporação, comparecendo Lecor, os congressistas e todas as autoridades e funcionários de Montevidéu. No dia 8 há a dissolução do Congresso Cisplatino, conforme estabelecido por Durán, nas instruções de junho. As últimas ordens do Congresso são no sentido de enviar cópia das atas a Lecor, para assim informar ao rei D. João VI e as cortes de Lisboa dos acontecimentos.[19]

---

[1] DUARTE. Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828.* 3v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
[2] Pasta: Antonio Pedro Lecor, I – 19 – 70, AHEx.
[3] SOUZA, J.A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: BARRETO, Célia de Barros. *O Brasil monárquico*: o processo de emancipação. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, t.II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.359.
[4]Sobre a composição das tropas, doze mil homens compõem seus quadros, sendo quatro mil portugueses e oito mil oriundos do Brasil. (DONGHI, Tulio Halperin. *Historia Argentina de la Revolución de Independencia a la confederación rosista*, volume III. Buenos Aires: Editorial Piados, 2000.)
[5] Quando ocorre a ocupação, Durán não encontra-se em Montevidéu. No entanto, é membro do Cabildo que entrega as chaves da cidade a Lecor. “Três atas do cabildo de Montevidéu sobre a entrada ali de tropas portuguesas e posse dada ao general Lecor do governo da Praça e capitania”. Localização: 07,4,062. Seção: Manuscrito. Biblioteca Nacional.
[6] GOLIN, Tau. *A fronteira*: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.
[7] CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independência y la república caudillesca*. Historia Uruguaya,, tomo 3. 1998. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998, p.18.
[8] ACTAS DEL CONGRESSO CISPLATINO. Montevidéu, 1821. Archivo General de la Nación.
[9] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* Brasília: Senado Federal, 2002.
[10] RIBEIRO, Ana. Montevideo, la malbienquerida. Montevidéu: Ediciones de la Plaza, 2000, p.43.
[11] RIBEIRO, op. cit., p.44.
[12] ACTAS, Op. cit., p.4v.
[13] CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império.* Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998, p.453.
[14] ACTAS, op. cit., f. 8v e 9.
[15] Op. cit., f.9
[16] Op. cit., f.10 v e 11.
[17] Op. cit., f.10 v e 11.
[18] Op. cit., f.12v.
[19] Op. cit., f.39 e 39v.

ESTADO NOVO E EUGENIA

FÁBIO KOIFMAN

Pretendo fazer um breve apanhado historiográfico relacionado a algumas produções que trataram da relação entre o ideário eugênico e sua influência no Estado Novo brasileiro. Em seguida, analisarei trechos de pareceres de Francisco Campos dirigidos a Getúlio Vargas relacionados ao tema da entrada de estrangeiros no Brasil. Especialmente os pontos centrais da argumentação que acabaram por convencer o presidente em adotar uma legislação influenciada por tais sugestões. Buscarei analisar as relações entre a argumentação do ministro da Justiça e as fontes citadas por ele, estabelecendo indícios sobre a inter-relação entre os autores mencionados, as filiações intelectuais e a origem das idéias apresentadas. Em especial, nos temas relacionados a Eugenia.

Conforme já demonstraram alguns estudos, a recepção do pensamento eugenista no Brasil guardou características originais.[i] Além das subdivisões determinadas pelas diferentes correntes já estabelecidas na Europa e nos Estados Unidos, os eugenistas brasileiros trataram de estabelecer sentidos próprios para o movimento no país. Não que esta "tropicalização" de ideário estrangeiro fosse algo incomum, mas, especificamente em relação às propostas ditas eugenistas, apresentadas por intelectuais brasileiros, não raro elas nada diziam respeito à Eugenia, tal como a "ciência" era reconhecida no exterior.

Um dos principais expoentes divulgadores do pensamento eugênico no Brasil foi o médico Renato Ferraz Kehl. Kehl que esteve envolvido, desde 1917 até os anos 1940, com o debate relacionado à eugenia. Participou dos primeiros congressos brasileiros e de diversas organizações que sugiram no período. Mesmo acreditando estar reproduzindo no Brasil os conceitos modernos da nova "ciência eugênica", criada pelo inglês Francis Galton, a proposta brasileira produziu um leque extenso de interpretações. Em 1931, depois de estudar textos produzidos por eugenistas brasileiros, o eugenista britânico K. E. Trounson

concluiu que os brasileiros interpretavam a palavra eugenia de forma menos estrita que os europeus, incluindo a higiene e sexologia, não traçando distinção muito entre "condições congênitas devidas a acidentes pré-natais e doenças estritamente genéticas (...) Conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais parecem ser os assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica que biológica". [ii]

Para Nancy Stepan, "vista com olhos britânicos, a eugenia brasileira pode ter parecido um exemplo de pensamento cientifico errôneo ou descuidado. Vista na perspectiva brasileira, porém, o britânico deixara de perceber a lógica subjacente à sua ciência eugênica, uma lógica que permitia a muitos brasileiros afirmar que 'sanear é eugenizar'". Para a Stepan, "em virtude de seu clima tropical e de sua população 'mestiça', o Brasil representava tudo que os europeus consideravam disgênico". [iii] Nas análises sociais e científicas européias a que os intelectuais brasileiros tinham acesso e citavam, "O Brasil era tido como exemplo ideal da 'degeneração' que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas". Autores como Henry Thomas Buckle, Benjamin Kidd, Georges Vacher de Lapouge, Gustave Le Bon, o conde Gobineau e demais darwinista sociais. [iv]

Diversos autores consideravam a formação da população brasileira como evidência de que os mestiços não poderiam produzir uma grande civilização e pagariam pela "promiscuidade" de sua "liberalidade racial" nos "cruzamentos" que produziram degeneração.

Por razões óbvias, tais premissas foram rebatidas por alguns dos eugenistas brasileiros. Um exemplo pode ser encontrado nos escritos de Roquette Pinto, que, em 1927, escreveu: "(...) Tudo quanto se tem apurado, no laboratório de antropologia do Museu Nacional, confirma (...) a nossa população mestiça, quando sã, não apresenta nenhum caráter de degeneração física ou psíquica. (...) não denunciam absolutamente nenhuma inferioridade biológica. Quanto ao que a raça pode dar como energia moral (...) são o melhor testemunho de que ela não fica a dever nada aos povos fortes". [v] Embora parte dos

eugenistas tenha de fato se convencido da suposta má-formação ou degenerescência do povo brasileiro, outros advogaram que "seria por meio da miscigenação racial que o Brasil realizaria seu próprio futuro 'eugenico'". Nesse contexto é que está inserida uma certa retomada dos ideais de branqueamento. A miscigenação e a integração do povo, com novas levas de imigrantes brancos – considerados superiores ou fortes biologicamente –, propiciariam um futuro "menos moreno" à população brasileira.

À exceção de Stepan, a historiografia ainda segue considerando como próprio do que se possa classificar como ideário e discurso eugenista, de boa parte dos intelectuais brasileiros, os discursos que, tão-somente, seguiam os modelos estabelecidos dentro dos padrões estrangeiros clássicos do chamado movimento eugênico. Concedendo pouca atenção para o fato de que, mesmo em se tratando de matéria aparentemente não conexa à "ciência da eugenia", assim era compreendida e classificada em determinado tempo no Brasil. O próprio Roquete Pinto alertava que "muitos, e mesmo alguns médicos mal informados, confundem eugenia com higiene". Por outro lado, especialmente na década de 1930, Kehl, percebendo que "a elite abraçou a higiene pessoal, o exercício físico e até os esportes organizados como 'eugenicos'", começou a protestar, "afirmando que nenhuma reforma higiênica, por maior que fosse, poderia alterar o estoque hereditário do Brasil", e passou a citar mais correntemente eugenistas raciais alemães e escandinavos "passando a uma eugenia mais negativa e racista". [vi] Ainda assim, Kehl seguia em 1937 considerando eugenismo atividades que promoviam "a educação, o saneamento, os esportes, a legislação e a higiene". [vii]

No Brasil o termo adquiriu uma conotação elástica – na qual a associação de eugenia com higiene social era a mais comum – que permitiu uma ampla utilização, até mesmo porque foi preciso estabelecer outro modelo que não considerasse a formação do povo brasileiro como necessariamente degenerado. Assim, a utilização da expressão eugenia – mesmo que intrinsecamente complexa para um país miscigenado – seguiu soando "moderna", "científica", "acadêmica" e "internacional", enchendo os olhos dos

intelectuais que faziam uso dela. Os filtros e adaptações eram necessários e foram estabelecidos.

A historiografia, até aqui, tem feito a sua análise a respeito da influência do pensamento eugenista no Brasil sem dar a devida atenção à influência dos eugenistas norte-americanos. De acordo com o número de citações de vários desses autores em textos de Francisco Campos, essa influência merece uma apreciação mais apurada. A historiografia que tratou da entrada de estrangeiros mencionou (sem precisão ou indicação segura de fonte) a influência do pensamento eugenista de origem européia – especialmente as variantes aceitas pelo nazismo – em certos grupos, ignorando também a forte influência que o movimento eugenista alemão sofreu de acadêmicos de M.I.T., Yale, Columbia, Harvard, entre outros, no desenvolvimento das teorias raciais nazistas.

De forma não diferente da que adquiriu em países europeus e nos Estados Unidos, não raro o discurso eugênico – especialmente as linhas que estabeleciam valoração genérica de qualidade entre diferentes grupamentos humanos, a variante racista – simplesmente concedeu um discurso de aparências supostamente científicas às mais diferentes formas e expressões de preconceito, em um processo de racionalização do ódio que não foi exclusivo ou original aos intelectuais brasileiros. Tal fenômeno não se constituiria em novidade em um país recém-saído de uma sociedade escravista, embora um grupo expressivo de eugenistas brasileiros não corroborassem com o viés racista.

Nas primeira duas décadas do século XX, o sucesso das campanhas de saneamento e prevenção de diversas doenças levadas a cabo por Oswaldo Cruz gerou uma aproximação entre a classe médica (e dos profissionais de orientação científica de um modo geral) e o Estado em uma integração ou consultoria que repercutiu na orientação das políticas públicas, tendo a saúde paulatinamente se tornado parte integrante dos objetivos políticos.

No Brasil o movimento eugênico seguiu algumas correntes do pensamento no estrangeiro, sempre sofrendo adaptações. A corrente que interessa especialmente ao tema

da entrada de estrangeiros é a que foi fundada nos círculos de medicina legal, que associava crimes à questão racial e elaborava questões eugênicas relacionadas à imigração, como, por exemplo, o teor dos discursos de Miguel Couto em sessões da Academia Nacional de Medicina.

Em julho de 1929 realizou-se no Rio de Janeiro o primeiro "Congresso Brasileiro de Eugenia". Os temas debatidos já dão uma idéia da abrangência do assunto entre os eugenistas brasileiros: "matrimônio e eugenia, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, a importância dos arquivos genealógicos, imigração japonesa, campanhas antivenéreas, tóxicos e eugenia, tratamento dos doentes mentais e proteção à infância e à maternidade." [viii]

Azevedo Amaral apresentou o documento restricionista a não-brancos, intitulado "O problema eugênico da imigração", que dominou boa parte dos debates. Por outro lado, um grupo liderado por Roquette-Pinto concordava com a necessidade de selecionar novos imigrantes, desde que isso tivesse como base a "saúde e visaria a assegurar a entrada de pessoas dispostas a aprender português e a adaptar-se ao jeito brasileiro, de modo que o Brasil pudesse chegar à unidade nacional. Aquilo a que se opunham era uma seleção racial da imigração".[ix] Entre as resoluções aprovadas, uma que instava o governo a estabelecer "(...) uma política nacional de imigração que limitasse a entrada no Brasil aos indivíduos julgados 'eugenicamente' adequados com base em algum tipo de avaliação médica". O assunto reapareceria nos debates da Constituinte de 1933/34 – que estabeleceu o sistema de quotas de imigração visando especialmente a restringir a vinda de novos imigrantes japoneses – e com o Estado Novo, com a promulgação do Decreto-lei 3.010, de 1938, que impôs a necessidade de exame e de laudo médico, que passaram, entre outras exigências, a integrar o rol de documentos necessários à obtenção de um visto para o Brasil.

Uma especificidade que vale a pena ser mencionada em relação aos eugenistas brasileiros diz respeito ao controle de natalidade em relação às "raças inferiores", tema recorrente entre os seus pares na Europa e nos Estado Unidos. Além da forte barreira

relacionada a esse assunto estabelecida pela influente Igreja Católica no Brasil, que em nenhum momento admitiu um discurso que pregasse tal controle, a preocupação em ocupar os correntemente citados "imensos vazios populacionais do território nacional" – a serem ocupados também por meio da contribuição da imigração estrangeira "de qualidade" – fazia com que diversos eugenistas brasileiros advogassem programas de saneamento como forma "eugênica" de melhorar as condições e a formação do povo. A encíclica do Papa Pio XI, *Casti Conubii*, de 1930, condenava a esterilização – largamente realizada em diversos países, entre outros, os Estados Unidos – e a eugenia.

Em 1924 os Estados Unidos aprovaram uma lei de imigração de inspiração eugênica. Além das já mencionadas repercussões na Constituinte de 1933/34, existem indicações de que esse debate seguiu os anos 1930 e que a legislação norte-americana, aprovada em 1924, e também diversos aspectos do pensamento eugênico, tenham influenciado o pensamento de Francisco Campos em relação à elaboração da legislação imigratória, em especial, a confecção do Decreto-lei 3.175 de 1941.

Durante a década de 1930 o movimento eugenista brasileiro sofreu algumas sub-ramificações. As correntes "neolamarckiana" e "mendeliana" se constituíram nas duas principais linhas. Enquanto Renato Kehl era a maior expressão do primeiro grupo, considerado racista "biológico", Octávio Domingues e Roquette-Pinto eram expressões da outra linha, de um racismo "sociológico", que não considerava a miscigenação como causa da degeneração racial. Domingues era professor de Zootecnia da Escola de Agricultura de Piracicaba. Os três fizeram parte da "Comissão Central Brasileira de Eugenia", criada em 1931, e composta de dez membros com o fim de "fazer looby pela legislação eugênica entre os membros da Assembléia Constituinte". [x] Nesse mesmo ano, o também eugenista (e sogro de Kehl) e membro da Comissão, Belisário Penna, foi nomeado diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão subordinado ao Ministério de Educação e Saúde Pública, que tinha como titular da pasta Francisco Campos. Penna chegou a ocupar interinamente a titularidade do Ministério. Uma de suas obras, Saneamento do Brasil, é

considerada como fundamento de posições eugenistas no país, sendo uma das muitas evidências relacionadas à mistura que se deu entre higienismo e eugenismo no Brasil.[xi] Na mesma época da nomeação de Penna, o Ministério do Trabalho criou uma comissão especial "para consultoria sobre eugenia e problemas de imigração" e convidou Roquette-Pinto e Kehl para membros.

Data desse período à entrada paulatina da eugenia como expressão de algumas das políticas de Estado. A idéia de proteção e do bem-estar infantil, a restrição ao trabalho infantil, "e a atenção dada à saúde das mães não podem ser entendidas sem referência à história da eugenia no país". Depois da eficiente defesa dos ideais eugênicos durante a constituinte de 1933/34, os ativistas "conseguiram transformar parte de suas preocupações eugênicas em novas leis e instituições culturais e sociais". [xii]

Em 1935, por exemplo, Francisco Campos, que na época era secretário de educação do Distrito Federal, visitou a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), "(...) pois, mostrando-se verdadeiramente interessado com tudo que assistiu por ocasião de sua visita à EsEFEx, concorreu para que fosse tornado obrigatório [sic] a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, segundo o método francês, utilizado na escola". [xiii] A visita ocorreu durante a primeira fase da escola que, na época, estava imbuída de "(...) uma busca da eugenia do povo brasileiro, visando tornar uma raça feia e triste em uma raça forte, caracterizada pela contribuição da EsEFEx para a formação de profissionais na área da Educação Física e Medicina Esportiva, tanto de militares quanto de civis e pela contribuição para criação de instituições de Educação Física civis (...) da consolidação de uma raça genuína, forte, audaz, que incorporasse as idéias da construção de um Brasil novo". [xiv]

O ponto mais alto da influência do pensamento eugênico nas atividades do Estado brasileiro ocorreu durante o Estado Novo. "A complexidade do regime Vargas encontrou seu par no movimento eugênico – em sua orientação científica (neolamarckiana e mendeliana), em sua ideologia racial (que ia do segregacionismo ao assimilacionismo) e em sua proposta

de políticas sociais (higiene pública, proteção à maternidade, legislação trabalhista, controle da imigração)".[xv] Todos os ramos do movimento eugênicos encontraram lugar no Estado Novo. A puericultura, os esportes de equipe, a educação física etc. "A restrição à imigração, sonho antigo de alguns eugenistas, foi popular entre os políticos na década de 1930 devido ao crescente endosso a um processo de fusão e branqueamento dentro do Brasil, com o auxilio da eugenia".[xvi]

Em 1938, a propósito da organização nacional da "Juventude Brasileira", Francisco Campos redigiu em um dos projetos de decreto lei que fez referência à propaganda eugênica: "(...) à assistência social e à saúde física por meio da instituição de Centros de Saúde e de propaganda eugênica e caixas de amparo que distribuam recursos aos mais necessitados". [xvii]

---

[i] Stepan, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca, New York: Cornel University Press, 1991; e *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. In Hochman, Gilberto (org.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp 331-391.
[ii] Apud Stepan, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil…*, op. cit. p. 345.
[iii] Stepan, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil*… op. cit. p.335.
[iv] Stepan Nancy Leys. *The Hour of Eugenics*…pp. 44-45.
[v] Roquette-Pinto, Edgard. *Seixos Rolados (estudos brasileiros)*. Rio de Janeiro: s/ ed.,1927, pp. 201-202. O livro possui um capítulo intitulado "As leis da Eugenía" (pp. 163 a 205) na qual Roquette-Pinto realiza uma longa análise e críticas sobre o tema.
[vi] Stepan, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil*…, op. cit. p. 365.
[vii] Idem, p. 366.
[viii] Idem, p. 345.
[ix] Idem, pp. 371-372.
[x] Idem, p. 373.
[xi] Silva, Marcos Virgílio. *Detritos da civilização: eugenia e as cidades no Brasil*. Arquitextos. Periódico mensal de textos de arquitetura, p. 5. Disponível http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp235.asp. Acesso em dezembro de 2004.
[xii] Stepan, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil*…, op. cit. p. 374.
[xiii] Soeiro, Renato Souza Pinto. *A Contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o Esporte Naciona:1933 a 2000*, p. 58. Dissertação de Mestrado em Motricidade Humana. Universidade Castelo Branco, UCB-RJ. Disponibilizada em http://www.esefex.ensino.eb.br/esefex/historiaprincipal.htm. Acesso em 5 de março de 2005. O segundo capítulo, onde aparece o trecho aqui citado, tem como título "Fase da busca da eugenia e de influência na formação de profissionais de educação física e de medicina esportiva (1933-1941)".
[xiv] Idem. A fonte citada por Soeiro é a *Revista de Educação Física* editada ao longo da década de 1930.
[xv] Stepan, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil*…, op. cit. p. 374.
[xvi] Idem, pp. 377-378.
[xvii] Apud. Pereira, Junia Sales. *Juventude e Eugenia no Ministério Gustavo Capanema*, p. 13. Ensaio premiado no Concurso Nacional de Ensaios promovido pela Fundação Nestlé de Cultura e Ministério da Educação em 2000, temática Gustavo Capanema: pensamento e ação. O ensaio é parte modificada de Dissertação de Mestrado em História *A escultura da raça: juventude e eugenia no Estado Novo*, defendida em setembro de 1999, Departamento de História UFMG. Texto não publicado, gentilmente cedido ao autor. Junia indica como fonte o projeto de decreto-lei de autoria de Francisco Campos, *organização da juventude brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, FGV, 38 03 00/1, n. 0931-0936, 1938. (Microfilme).

DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA NA SAÚDE DAS TRABALHADORAS DA MERENDA E DA LIMPEZA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO

Dra. Fátima Machado Chaves[1]

Analisamos a forma e a intensidade das relações sociais de raça[2], na transversalidade com as de classe e de gênero, presentes em experiências de vida e trabalho das serventes e merendeiras, responsáveis pela limpeza e pela confecção da merenda em escolas da rede municipal de ensino fundamental da cidade do Rio de Janeiro, compreendendo-as como intervenientes em seus processos saúde/doenças. Nossa análise, inserida nas pesquisas sobre trabalho, gênero e saúde nas escolas públicas, realizadas pelo CESTEH/ENSP, a UERJ, a UFPb, juntamente com o SEPE/RJ [3] respondeu, em parte, qual a problemática que a variável "raça/cor" introduziria na investigação da saúde de serventes e merendeiras, para além do fato de que suas ocupações serem reservadas aos negros, embora isso seja naturalizado, passando despercebido.

Vivemos uma conjuntura histórica, nacional e internacional, propiciadora de debates sobre as relações raciais, porque existe um consenso, tanto no meio científico, quanto nos movimentos sociais, que a população negra, quando comparada com a branca, vive em condições de desigualdades nas esferas sociais, políticas e econômicas, exercendo uma cidadania mutilada[4]. Na proporção que as relações raciais estão construídas em dinâmicas situacionais, não havendo um padrão de comportamento racial de "etiqueta"[5], verificamos a forma particular do racismo no cotidiano de escolas municipais, partindo da análise de seus processos de trabalho, porque, como resultados históricos dos antagonismos e contradições sociais, especificam a relação entre o trabalho, os instrumentos, o objeto e as condições de trabalho[6], ressaltando a união indissolúvel entre corpo e mente, entre trabalho e vida. Privilegiamos a centralidade do trabalho, incorporando o doméstico, o formal e informal como modalidades singulares, mas complementares do processo de produção.[7] Assim, verificamos como a diferença racial se constrói através do gênero, como o racismo divide a identidade e a experiência de gênero, e como a classe é moldada por gênero e raça, partindo das premissas da transversalidade das relações de gênero[8], com as de classe e de raça.[9] Pensamos o processo saúde/doença de merendeiras e serventes no interior de um jogo que se estabelece entre determinações sociais e as capacidades vitais de autocuidado, supondo uma polaridade dinâmica entre o organismo e o meio social, porque a média de vida "não é a duração de vida biologicamente normal, mas é, em certo sentido, a duração de vida socialmente normativa [...] depende [...] de níveis de vida".[10] Dessa forma, os organismos/grupos populacionais menos saudáveis, são, provavelmente, aqueles que possuem menor capacidade, construída historicamente, para tolerar e enfrentar as "infidelidades do meio" em que vivem. Quere dizer, as capacidades ou as possibilidades normativas de enfrentamento da mulher negra e pobre seriam limitadas, encontrando-se mais indefesa e vulnerável em questão de saúde.

Nessa abordagem qualitativa, escolhemos, como observação de campo, aleatoriamente, uma escola municipal localizada na zona sul da cidade, que, no entanto, foi obrigada a acolher em seu próprio espaço, uma outra, cujo prédio fora interditado por questões sanitárias, mas também observamos o Departamento Geral de Perícias Médicas, objetivando conhecer os encaminhamentos do processo da readaptação funcional. Com a finalidade de compreender a dinâmica das relações sociais, ou até os racismos inconfessos[11], articulando-as com a saúde de merendeiras e serventes, incluímos depoimentos da quase totalidade dos trabalhadores das duas escolas. Então, dentre dezesseis, entrevistamos treze: onze mulheres (seis merendeiras e cinco serventes) e dois homens (serventes terceirizados). Utilizamos dois tipos de identificação racial, confrontados entre si: uma feita por nós, de acordo com os critérios do IBGE, e uma livre autoclassificação, estimulada pela pergunta aberta "Qual sua cor?" Os entrevistados apresentaram-se assim: duas brancas (Merendeira Norma, Servente Bruna), uma clara (Merendeira Isabel), três negras (Merendeiras Elisa e Alice, Servente Paula), três morenas/os (Serventes Bianca, Eduardo e Adailton), duas pardas (Merendeira Marta e Servente Lene), uma preta (Servente Vanessa) e uma mulata (Merendeira Ângela). Porém, Marta e Ângela, que nós classificamos de brancas, auto-identificaram-se como "parda" e "mulata", respectivamente. As funcionárias brancas, sem dúvidas quanto a branquitude de suas peles, acharam engraçada a indagação, na medida que não se apercebiam como "pessoas de cor"[12], enquanto as funcionárias negras autoclassificaram-se através dos variados tons de pele dos brasileiros, insistindo num processo de branqueamento de suas famílias: "meu pai é mais escuro, é negro, mas bem escuro e a minha mãe é uma negra mais clara, morena. Mais para morena" (Paula). Entretanto, a miscigenação brasileira traz consigo uma certa dificuldade de identidade: "eu sou parda, né? Não sou branca, nem preta, eu estou na coluna do meio, indecisa (risos)" (Lene).

Construímos um roteiro temático semi-estruturado, conduzido de forma flexível, privilegiando dados significativos das experiências vividas pelas funcionárias, tais como origem familiar, formação, ambientes geográficos e ocupações anteriores. Ás vezes, a temática racial foi retomada no final, descontraidamente, pois, por sua complexidade, algumas respostas eram reticentes, podendo demonstrar a relatividade da memória, ou significar uma falta de oportunidades em questionar aquela problemática, na medida que, em geral, "o mito da democracia racial desempenha um papel na contenção dos discursos sobre racismo"[13], ou ainda uma fuga de experiências desagradáveis, visto que, comumente, escondemos, até de nós mesmos, o que nos causa algum tipo de desconforto. Talvez representasse desconfianças e constrangimentos com nossa figura de professora/ pesquisadora de cor branca, porque, em investigações com a temática racial, deve-se considerar a possibilidade da relação entre o entrevistador e o entrevistado ficar afetada pelas tensões históricas entre brancos e negros.[14] Mantivemos os depoimentos, reveladores de um saber compartilhado pelo grupo, em sua carência gramatical no sentido de permitir sua identificação e demonstrar a riqueza significativa, contida em suas expressões, fazendo relações entre o concreto e o abstrato.[15]

As merendeiras e serventes, em sua maioria, são mulheres negras, adultas, sendo que algumas das que entrevistamos se apresentaram como viúvas ou separadas, portanto "chefes de família" e,

comumente, antes das atividades escolares, iniciaram ocupações femininas, típicas de mulheres negras e pobres, desde a abolição da escravidão[16]: foram empregadas domésticas, babás, faxineiras, cozinheiras, auxiliares de enfermagem, operárias ou comerciarias. Muitas se originaram das migrações internas, enquadrando-se dentro do perfil das famílias pobres em nosso país: em sua maior parte, negras, monoparentais, matrifocais[17], freqüentemente moradoras em periferias urbanas e rurais. Esse perfil de merendeiras e serventes já foi delineado por professoras: "não me lembro de nenhum homem trabalhando nessa função. São sempre mulheres de meia idade [...] muitas delas, negras e mulatas [...] de um nível elementar [...] aquela figura típica de merendeira, da servente"[18] e confirmado pelo Departamento Geral de Perícias Médicas: "a merendeira do município [...] são mulheres, a maioria [...] Tem ´branquinha´ [...] mas a cor de merendeira e servente é para pardo e negro, que é justamente o perfil de quem mora em favela."[19]

A função exercida pela merendeira relaciona-se com a política pública da merenda escolar, cada vez mais complexa, em conformidade à precariedade dos nossos educandos: "muita criança carente depende dessa merenda [...] acho muito importante essa preocupação, porque tem criança que só alimenta aqui no colégio. Esse período de férias é muito ruim [...] porque ele não tem o que comer em casa, às vezes" (Elisa). O trabalho dos/as serventes é imprescindível, uma vez que a higienização é fundamental para o funcionamento da escola e sugere implicações educacionais diferentes do mesmo serviço realizado em empresas, fábricas, bancos etc. As merendeiras e serventes fazem parte do currículo oculto da escola, socializando os alunos. Entretanto, em muitas escolas, suas atividades são desvalorizadas e vistas como de empregadas domésticas: "Muitas [professoras] se acham patroas da gente [...] para não ficar pior na situação de trabalho a gente muitas vezes até cumpre as normas, mas elas se acham donas, patroas da gente" (Isabel). As condições de trabalho de merendeiras são extremamente difíceis, portanto, para garantir a alimentação da escola e, simultaneamente, preservar a saúde do coletivo, elas precisam driblar as adversidades no decorrer da ação/do fazer, com muita energia, criatividade e cooperação.[20] Os meios de trabalho indicam as condições concretas nas quais se trabalha e o valor que se dá ao trabalhador, assim, as merendeiras e serventes executam suas tarefas da forma mais precária possível: "a única coisa que tinha elétrico era um liquidificador [...] Só a mão [para cortar]. E abóbora ainda é fácil de cortar, pior é carne, né!? Essas carnes de segunda, cheia de pele, de pelanca, de sebo, de tudo. E as facas são horríveis muitas vezes não tem nem faca para se trabalhar" (Isabel). Vejamos as condições concretas dos instrumentos de trabalho: "Não é legal também não [...] Falta espaço [...] o fogão não funciona direito, pra cozinhar uma comida é uma tristeza. O fogão é todo entupido, tem dias que a gente fica doidinha ali naquela cozinha. É! [...] um vazamento de baixo da pia, tudo molhando, é um horror essa cozinha! Quente, é quente" (Marta). No caso dos serventes, as condições de trabalho são também extremamente penosas, pois para a limpeza continuam usando a força humana com baldes, vassouras, rodos e péssimos produtos químicos, sem indumentárias apropriadas como luvas ou botas. Erguem, várias vezes, o peso de mesas e cadeiras, com mais ou menos seis quilos, carregam baldes com água pela escola, normalmente com escadas, assim como grandes sacos cheios de lixo:

> olha, eu aguentava porque tinha necessidade, precisava e preciso do emprego [...]. Era um serviço braçal, um esforço sobre humano, mas ia fazer o quê, não tinha outra coisa para fazer. E o dia de lavar a escola era uma coisa assim que quando termina, nós estávamos assim mortas, não aguentávamos nem… se a gente sentasse não aguentava levantar, o corpo todo doía (Lene).

Na medida que "uma mulher se pensa dentro de uma rede de relações sociais, como mãe, trabalhadora" [21], acreditamos que ela se vê também como branca ou como negra, ou seja, exerce ou vivencia a subordinação, constrói sua identidade individual e coletiva, assim como elabora suas práticas, de acordo com a posição ocupada também nas relações raciais. Então, as merendeiras e serventes, por serem majoritariamente mulheres negras, sofrem as decorrências das desigualdades sociais brasileiras na apropriação da parcela de bens e de direitos sociais, potencializadas pela transversalidade das relações sociais de gênero, de classe e de raça.[22] Algumas destas práticas são o pior atendimento à saúde[23], o maior subemprego, a ocupação nos postos mais baixos da escala salarial, a remuneração desigual, a discriminação na admissão, na promoção e na qualificação, as demissões injustas.[24] A solidariedade racial branca atuou efetivamente no mercado ocupacional: "aqui não. Logo que eu comecei a trabalhar em outros lugares [...] eu perdi uma vaga numa Clínica de Estética [...] por ser negra. [...] tinha uma menina [com] a mesma profissão que eu e era lourinha e estava mais dentro do padrão estético que eles queriam. E eu perdi a vaga por isso [...] não disseram, mas a gente sente, a gente conhece" (Alice).

A maioria das funcionarias entrevistadas localizaram as assimetrias entre os gêneros no trabalho doméstico, pois embora trabalhadoras remuneradas, a "responsabilidade da mulher é marido, ela tem que dar conta na rua e tem que dar conta em casa, da educação, nas tarefas da casa, é complicado isso aí, sacrifica muito a mulher" (Lene). Suas experiências de vida conjugal explicam as relações de gênero no trabalho doméstico. Seus maridos, quando "podem", ajudam e conservam, mas repousam após o trabalho, porque chegam cansados. Todavia, "a gente mulher, né!? Além de cansada [...] temos que fazer ainda mais, ainda cansar mais um pouco em casa. Mas ele não, chega, toma o banho dele, janta e vai dormir, né!? Então, é assim que funciona" (Elisa). Por isso, a vida de mulher, "é diferente! Muito diferente. Ih, não tem nem comparação! Não é? [...] Com certeza! Homem não tem aquele compromisso de limpar casa, de lavar uma louça, de fazer comida. Pelo menos o meu não tem, se não fazer, ele fica com fome (risos). Faz não (risos)" (Marta). O gerenciamento do tempo, após o trabalho, denota uma divisão sexual do trabalho, pois os serventes do sexo masculino descansam e têm lazer: "Ah, tomo café, vejo um pouquinho da novela das seis e saio para rua conversa fiada [...] me divertir com aqueles assuntos de amigos, não é? Bate papo, toma uma cervejinha aqui, uma cervejinha ali" (Eduardo). Enquanto isso, as serventes femininas executam seus afazeres domésticos, ou, quando é impossível, criam estratégias:

> Ah! Eu driblo, faço aos pouquinhos, o tempo que dá para fazer, mais final de semana. O sábado e domingo, às vezes, é só pra fazer o serviço de casa [...] Durante a semana não dá. Saio de casa seis e meia, chego em casa seis e meia, são doze horas na rua. Qual é o tempo que tem? Chego do colégio dez e meia da noite, cadê mais? (Marta)

Caso tenham filhos pequenos, a jornada torna-se quase ininterrupta: "[acordo cinco e meia] quando chego em casa, vou arrumar a casa, vou cuidar do meu neném, fazer a comida do meu neném, lavo roupa do neném, passo, vou dormir muito tarde. E eu não descanso direito. Ainda venho a pé" (Vanessa). Um dos problemas da relação entre trabalho feminino e saúde vem sendo o "trabalho invisível" necessário à

conciliação das responsabilidades familiares, profissionais e sociais. As merendeiras e serventes submetidas a um trabalho doméstico muito menos socializado com seus companheiros, sempre enfrentaram esse dilema. De forma geral, enquanto trabalhavam, pagaram pessoas estranhas, normalmente meninas /adolescentes, ou utilizaram o apoio de suas filhas[25] ou a rede feminina de familiares e da vizinhança, situação comumente utilizada pelos grupos populares.

Ainda não se tem avaliado eficientemente nos processos de saúde de mulheres, as práticas e culturas subjetivas, como a manutenção das relações de dominação masculina, a dificuldade do acesso ao trabalho remunerado e a coexistência da dupla jornada feminina de trabalho. Seus momentos de lazer, em geral, confundem-se com as obrigações familiares, como as visitas aos pais e a filhos casados ou brincar com os menores. O problema da relação entre trabalho das funcionárias e a sua saúde não é apenas a realização da dupla ou tripla jornada - sem descanso, as tarefas escolares ficam mais cansativas e estressantes, mas também o conteúdo dos seus trabalhos, pois realizam semelhantes às exercidas em casa e do qual tentam distanciar-se. Essa repetição reduz a função de construção pessoal que o trabalho proporciona, constituindo uma fonte de esgotamento.

Refletir sobre a temática racial foi tarefa extremamente complexa, na medida que entendem que “é melhor não mexer nisso”, ou seja, “é melhor você fazer que não está ouvindo” (Elisa). Evita-se a questão, porquanto ela visibiliza as contradições da ideologia da “democracia racial” brasileira, socialmente hegemônica, ressaltando a estigmatização da pessoa negra, porquanto, em geral, isenta-se o branco e se culpabiliza o negro pela sua situação social desigual. A questão da “raça/cor” vem sendo tratada como problema apenas de negro e não decorrente de uma relação entre negros e brancos, resultante de um sistema social que modela as experiências diárias e a identidade de personagens negras e brancas. [26] Relativizando o debate, a merendeira Marta acha “que o racismo de negros está entre eles mesmo. Eu tenho a minha opinião que o nego é racista com o próprio nego. Eu tenho isso (risos). Eles, entre si mesmo, eles são racistas”.

A “democracia racial” brasileira não se encontra apenas nos livros acadêmicos, mas também permeia o senso comum das merendeiras e serventes, porquanto a interiorização dos preceitos e valores do sistema vigente em nossa sociedade revelou-se no não entendimento de algumas funcionárias de que o racismo atua sobre a materialidade concreta de suas vidas. Os depoimentos impregnaram-se de contradições e ambigüidades, mas também de reticências e silêncios, informadores do não-dito, do que não pode expressar-se, escamoteando os sofrimentos. Demonstraram ser funcionárias subalternas, conformadas, porém, astuciosas, estrategicamente inteligentes nos caminhos a trilhar para sua sobrevivência, quietas, afirmaram que as relações raciais escolares são amistosas. Confirmando pesquisas[27], as merendeiras e serventes, pela sabedoria cotidiana, acreditam que as crianças negras não são bem acolhidas nas escolas, crescendo sem auto-estima e/ou modelo social positivo, admitindo que suas trajetórias serão de sofrimento: “tem muitos adultos que acham uma criancinha negra bonitinha [...] mas na hora de dar um carinho, de ter mais apego a uma criança... você não vê um adulto, uma

professora, com uma criança negra no colo, dando carinho, dando atenção a ela. Você vê mais isso com as crianças com pele de cor clara" (Ângela). Frente às discriminações raciais, funcionárias negras, evitando os sofrimentos, estrategicamente, negam o racismo em relação a si e seus familiares, evitam pensar se os tratamentos diferenciados foram raciais, autovalorizam-se, depreciam o opressor, valorizam a cultura negra e tentam melhorar o nível educacional. Evitando sofrer, o melhor é ignorar: "tem muito [racismo] [...] É como se a gente fosse assim um objeto, não é? Não significasse nada, as pessoas olham e não nos enxergam [...] na hora a gente fica sentida, mais depois a gente passa por cima [...] quando eu sinto que tem uma pessoa que está me tratando assim com indiferença, eu me afasto dela" (Ângela). Em suas artimanhas de viver e não sofrerem com o racismo, as mães ensinam táticas:

> *eu finjo às vezes que nada está acontecendo [...] porque eu quero viver, eu gosto de viver bem* [...] Eu sei que muita gente não reclama, porque faz a mesma coisa que eu [...] E procuro passar isso também para os meus filhos para não sentir o que eu sinto [...] a pequena, fala: "Mãe, eu não queria ter esse cabelo assim". E isso me dói muito porque [risos] uma criança de nove anos, já sentir isso, imagina então os mais velhos o que não sentem. E é muito ruim para nós mãe ver os nossos filhos pensando assim, sentindo isso que a gente sentiu a vida inteira (Ângela, grifos nossos).

Essas reflexões não são incoerentes, quando sabemos que o senso comum da igualdade racial brasileira impossibilitou que a população negra desenvolvesse esquemas conceituais para interpretar e analisar suas experiências. Reconhecer preconceitos,

> É um movimento de se deslocar para fora de uma situação [...] interpretá-la e narrá-la. É um reconhecimento de algo extremamente difícil, reforçando a idéia de entender o preconceito como uma atitude num contexto de interação [...] as situações de manifestação de preconceito são mediadas por hierarquia, poder, proximidade, distância, brincadeira, desentendimento, dentre outras, fazendo de cada situação um episódio muito singular.[28]

Essas táticas e estratégias caracterizam-se como de atitudes de defesas, resistências psíquicas, parecendo ser bem sucedidas, todavia, podem tornar-se, ao contrário, uma ameaça à "normalidade saudável". As precárias situações do "lugar" de trabalho das funcionárias, associadas a sucessivas frustrações pessoais pelas experiências raciais que atacaram suas auto-imagens, estreitaram progressivamente suas perspectivas quanto à vida saudável, correspondendo às insônias e "ao aumento do consumo de substâncias tóxicas".[29] Suas experiências vividas acarretam-lhes doenças, mas também lhes impedem a procura de tratamentos de saúde adequados:

> Eu me sinto cansada. Eu já levanto cansada, eu sei que é muito esforço, é muita carga de trabalho, eu já levanto cansada e eu já acordo pensando: "meu Deus do céu eu poderia dormir mais um pouquinho". De vez em quando, eu sinto dores nas costas, de vez em quando, dores nas pernas, nos joelhos [...] é devido ao trabalho. Entende?! A gente fica com muita falta de tempo, tempo para se cuidar, para ir ao médico, fazer um tratamento regularmente de seis em seis meses, pelo menos, no mínimo. Então, eu posso dizer que não estou com saúde, eu não estou nem me cuidando. Então, eu não posso estar com a minha saúde perfeita (Alice).

Os sintomas apresentados pelas funcionárias são comprovados pela alta percentagem de readaptações funcionais. Em janeiro de 1998, readaptaram-se 103 funcionários da administração pública, sendo que, dessa totalidade, 89 pertenciam ao setor educacional: 35 professores e 02 administradores educacionais, enquanto 52, mais da metade, 50,48%, distribuía-se entre merendeiras (26), serventes (23) e "trabalhadores" (03)[30]. As principais doenças de merendeiras e serventes, segundo as clínicas, são a cardiologia (principalmente a HAS), a reumatologia e a ortopedia,[31] que se referem ao tipo e às condições

de trabalho escolar, mas, também, à vida pessoal das merendeiras e serventes. Assim, entende-se o perfil patológico das mesmas, elaborado pela perícia médica, reconhecendo que a

> a vida de merendeira é curta. O tempo útil de uma merendeira certamente, hoje em dia, é de cinco a oito anos, no máximo [...] São trinta anos de serviço. Elas já entram [...] com cinqüenta anos, já estão arrasadas. É muito peso gente, é desproporcional a quantidade de merendeira e o número de refeições diárias... [o ideal?] [Risos] Isso não existe [...] fazer comida para cem pessoas, tendo que dar naquela hora certa [...] Porque são pessoas sem qualificação e sem perspectiva de emprego [...] que vêm sofrendo as agruras da vida. Não arranjam emprego em lugar nenhum, ou então são empregadas domésticas, moram mal, tanto servente como merendeira [...] se alimentam mal, tiveram uma infância difícil, com alimentação também muito precária [...] além de todo o desgaste da própria vida, tem o desgaste hormonal [...] toda aquela problemática [...] que acontecia em 1800**,** vai acontecer com elas hoje, porque não têm condição de fazer o tratamento (DGPM, 2000).

Nos indícios desse discurso médico, percebemos transversalidades entre as relações de classe, gênero e raça interferindo nos processos saúde/doenças das funcionárias, influenciados pelo "lugar" do trabalho que ocupam na estrutura social e ocupacional, uma vez que a determinação dos perfis de morbi-mortalidade se dá em função das relações sociais. As relações entre racismo e saúde podem ser indiretas, derivadas das condições objetivas, quer dizer, percebemos uma teia de mecanismos sociais discriminatórios para com as merendeiras e serventes que produz condições desiguais e vai construindo circularidades entre vida, trabalho e adoecimento. Contudo, acreditamos que as relações entre racismo e saúde podem ser diretas, advindas das condições subjetivas, devido aos sofrimentos vivenciados por merendeiras e serventes pelos tratamentos preconceituosos em suas relações, tais como a posição social, o "lugar" de subalternidade no trabalho escolar tipo doméstico, do estigma negativo dos estereótipos da aparência física e da representação negativa de sua sexualidade. Fundamental incluir os estudos com recorte racial na Saúde Pública, pois permitiriam resgatar a complexidade da relação entre os processos sócio-econômicos e a saúde da população negra. Ainda mais, não haverá democratização do setor de saúde nem da sociedade como um todo, enquanto os mecanismos ideológicos do racismo, sem serem questionados, continuem a construir "cidadãos de segunda classe."[32]

---

1. Professora de História da SME/RJ e de professora do Curso de Pedagogia da UNESA. fatchaves@terra.com.br
2. Decidimos usar e não grafar com aspas a categoria raça, na medida que a definimos como "raça social", referindo-se a um grupo de pessoas, julgadas semelhantes, baseando-se nas características socioeconômicas, resultantes das relações da estrutura social e não nas fenotípicas, concebida. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, 1999. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à universidade de São Paulo; Editora 34. As relações raciais no Brasil têm especificidades. Com a abolição da escravidão, à igualdade formal entre brancos e negros, sugerida constitucionalmente, foi contraposta a desigualdade sócio-cultural. Por ser uma sociedade multirracial, sem normas jurídicas que estabelecessem linhas de estratificação racial entre os dois grupos populacionais principais, os brancos e os negros, a distinção foi construída em termos simbólicos. A diferenciação passou a ser designada através da homologia entre cor e biologia: o termo "negro", e não "preto", definia aqueles que eram biologicamente inferiores aos brancos. Nas primeiras décadas do século XX, foi associado à ele uma hierarquização cultural, ou seja, pelo "mito das três raças" como formadoras da identidade do povo brasileiro, surgiram cores e culturas distintas, hierarquizadas. Seguindo a posição do movimento negro, já incorporada pelos órgãos oficiais, privilegiamos, para o conjunto da população parda e preta, a terminologia "negra/o". In: CHAVES, Fátima M.. 2004. Vidas negras que se esvaem. Experiências de saúde das funcionárias escolares em situações de trabalho. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública. Fiocruz. p. 2-28.
3. ABRASCO, 2000. Relações de gênero, precarização do trabalho e saúde. Projeto. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva; ATHAYDE, M., BRITO, J. e NEVES, M. Y. (orgs.) 2003. Caderno de Relatos de Experiência*:* Programa de formAção em saúde, gênero e trabalho nas escolas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb; ATHAYDE, Milton, BRITO, J., BARROS, M.E. e NEVES, M.Y. (orgs.). Trabalhar em escolas? Só inventando o prazer*.* Rio de Janeiro: Edições IBUP/CUCA; BRITO, J., ATHAYDE, M. e NEVES, M. Y. (orgs.), 2003b. Caderno de Método e Procedimentos: Programa de formAção em saúde, gênero e trabalho nas escolas. João Pessoa: Ed.Universitária /UFPb; NUNES, B., 2000. O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. FIOCRUZ.

4. BRASIL, 1996. Mesa redonda sobre a saúde da população negra. Relatório Final. Ministério da Saúde. Brasília: O Ministério; BRASIL, 1998. Brasil, gênero e raça: todos unidos pela igualdade de oportunidades. Brasília: Ministério da Justiça/ Programa Nacional de Direitos Humanos; BRASIL, 2001. Política Nacional de Saúde da População Negra: Uma questão de Equidade. Ministério da Saúde. Brasília: PNUD/OPAS; HENRIQUES, R. (org.), 2000. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; PAIXÃO, M. J.P., 2003. Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A.; SANT'ANA, Wania, 2001. Relações raciais no Brasil: Entre a unanimidade e a paralisia. Perspectivas em Direitos Reprodutivos, 4 (2): 53-69, São Paulo: MacArthur.
5. SCHWARCZ, L. M., 1993. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras. p. 247; MÜLLER, M. L. Rodrigues, 1999. Professoras negras na Primeira República. In: Oliveira, Iolanda (org.). Relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: Intertexto. p. 37-38.
6. LAURELL, A.. C. e NORIEGA, Mariano, 1989. Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec.
7. HIRATA, H..1993, La marche du temps. Paradigmes du travail, un "point de vue transversal". Futur Antérieur, 16: 5-10.
8. HIRATA, 1993, op.cit.; HIRATA, H. e KERGOAT, Danièle. 1987. Divisão Sexual e psicopatologia do trabalho. IX Encontro anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, São Paulo; KERGOAT, D. 1996. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, Meyer e Waldow.(orgs.). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 19-27.
9. CASTRO, Mary Garcia, 2000. Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos? In: Rocha, M. Isabel Baltar da (org.). Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34. pp. 367-378; HASENBALG, Carlos, 1999. Perspectivas sobre raça e classe no Brasil. In: HASENBALg, C. e SILVA, N. V e LIMA, M.R.S. (orgs.); Cor e estratificação social Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 7-33; SAFFIOTI, H.h I.B., 1992. Rearticulando gênero e classe social. In: Costa, A. de O. e Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. pp. 183-215; STOLCKE, Verena, 1991. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? Estudos Afro-asiáticos, 20: 101-119. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos. Universidade Cândido Mendes.
10. OLIVEIRA, F., 1998. Oficinas Mulher Negra e Saúde. Belo Horizonte: Mazza; OLIVEIRA, F., 1999. O recorte racial/ étnico e a saúde reprodutiva. In: Giffin, K. & Costa, S. (orgs.). Questões da Saúde Reprodutiva. Rio de Janeiro: Fiocruz.
11. CANGUILHEM, p. cit. p. 127.
11. CARONE, Iracy, 2002. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: Carone, I. e Bento, M. A. (orgs.). Psicologia social do racismo. Estudos sobre Branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes. p.13-14.
12. BENTO, M. A. S., 2002. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Carone, I. e Bento, M. A. S. (orgs.). Psicologia social do racismo. Estudos sobre Branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes. p. 25-58.
14. HASENBALG, op. cit. p. 243.
15. MÜLLER, 1999, op.cit.
13. MINAYO, Maria Cecília de Souza, 1992. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco. p. 222 - 227 e 235.
14. FERNANDES, F., 1978. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Atica. p. 145; ANDREWS, G. R., 1998. Os Negros e brancos em São Paulo (1888-1989). São Paulo: EDUSC. p. 166; CHALHOUB, Sidney, 1986. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense.
15. AGUIAR, Neuma, 1994. Rio de Janeiro plural: um guia para políticas sociais por gênero e raça. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: IUPERJ. p. 98.
16. CHAVES, Fátima Machado, 1998. O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Niterói. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense. p. 52.
17. DGPM, 2000. Entrevista. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Saúde/ Departamento Geral de Perícias Médicas.
21. BRITO, ATHAYDE e NEVES, 2003a, op.cit. p. 3.
22. KERGOAT, 1996, op.cit. p. 22.
23. O Brasil, em 2000, com um IDH de 0,836, foi classificado, pelas Nações Unidas, na 65ª colocação, entre 175 países. Mas, considerado o IDH por raça/cor, o segmento negro encontrava-se na 107ª posição e o branco, na 46ª. In: HENRIQUES, op. cit.; PAIXÃO, 2003, op.cit. p. 62; SANT'ANA, 2001, op. cit. p. 53-69.
18. CRUZ, I. C. F. da e PINTO, A. S., 2002. Condições para a saúde e o bem-estar? Inquérito sobre as mulheres negras do Estado do Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública. 18 (1): Rio de Janeiro; CUNHA, Estela M. G. de Pinto da, 1997. Raça: aspecto esquecido na iniqüidade em saúde no Brasil? In: Rita Barradas Barata (org.). Eqüidade e saúde: contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO. p. 219-234; LOPES, Antonio Alberto, 1997. Significado de raça em pesquisas médicas e epidemiológicas. In: Rita Barradas Barata (org.). Eqüidade e saúde: contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ ABRASCO. p. 245-256; MINAYO, Maria Cecília de Souza, 2000. Condições de vida, desigualdade e saúde: a partir do caso brasileiro. In: VIII CONGRESSO da Associação Latino-Americana de Medicina Social e XI CONGRESSO International Association of Health Policy, Havana, Cuba (mimeo); OLIVEIRA, 1998, op.cit.; WILLIAMS, David R., 1999. Race, socieconomic status, and health. The added effects of racism and discrimination. Annals of the New York Academy of Sciences, 896: 173-178.
19. BRASIL, 1998, op.cit.; ANDREWS, 1998, op.cit.; LIMA, M. R. S., 2001. Serviço de "branco" e serviço de "preto". Um estudo sobre "cor" e trabalho no Brasil urbano. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ.
26. Confirmando as diferenças de gênero na educação infantil e a naturalização das habilidades femininas, as funcionárias, enquanto crianças, responsabilizando-se pelo trabalho de suas casas, fazendo o mesmo hoje com suas filhas.
27. BENTO, 2002, op.cit. p.148.
20. CAVALLEIRO, Eliane dos S., 1998. Do silêncio do lar ao racismo escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
29. LIMA, 2001, op.cit. p.211.
30. BRASIL, 1998, op.cit. p. 19-20.
21. CHAVES, F. M., 2000. Os "quadros negros" de escolas públicas: trabalho e saúde da funcionária negra. Relatório de pesquisa. Primeiro Concurso de Dotação Negro e Educação. Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação (Anped) e Ação Educativa, em convênio com a Fundação Ford. Rio de Janeiro.

32. ATHAYDE, M., BRITO J. e NEVES, M. Y., 2001, op.cit.; BRITO, ATHAYDE, e NEVES, 2003, op.cit.
22. KOIFMAN, S., 1986. Racismo no Brasil: os trabalhadores de saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2 (3):273-278. p. 295.

Almeida Júnior, Modernização e Identidade Paulista: Pintura da Vida Moderna, o Caipira e os Bandeirantes.

Prof. Dr.Fábio Lopes de Souza Santos. EESC-USP.

Cerimônias foram organizadas em diversas cidades paulistas para homenagear José Ferraz de Almeida Júnior, quando de sua morte em circunstâncias trágicas. Refletindo sua fama, um ano depois, foi organizada uma grande exposição reunindo mais de 130 obras. Na geração seguinte, seu prestígio cresceu: Monteiro Lobato e o (então futuro) modernista Oswald de Andrade elogiaram-no, reconhecendo que em suas imagens a arte brasileira havia atingido um novo patamar. Procuraremos entender o sucesso alcançado por suas pinturas, especialmente as "caipiras", confrontando-as com outros gêneros artísticos que praticou para, simultaneamente, relacioná-las com o processo de modernização de São Paulo e com a procura de identidade por parte da elite paulista.

Sem dúvida, a arte de Almeida Júnior emergiu no final do século XIX como parte da resposta a um anseio nacionalista inovador nas mais diversas áreas. Sentia-se então a necessidade de uma arte verdadeiramente brasileira, colocada muitas vezes nos termos da comunhão da cultura com a vida nacional. Inquietações estas que deram origem à chamada "geração de 70", que assumiu a tarefa de repensar o Brasil afim de converte-lo em nação moderna. Esta geração implementou uma nova visão do nacionalismo fundado nos conceitos de terra, raça, língua, folclore, arte e história.

Mas, como retratar o Brasil levando em conta estas novas questões se a prática da Academia Imperial de Belas Artes centrava-se ainda na idealização dos próceres e de grandes eventos da história pátria ou de cenas da literatura indianista? Críticos externos à academia, servindo de mediação entre estas novas exigências e a produção de artes plásticas, colocavam a necessidade de uma nova representação. Em "Belas Artes: Estudos e Apreciações" (1885), Félix Ferreira definiu como veículos apropriados a pintura de gênero e a "paisagem brasileira". Encontramos perfeita resposta a estas críticas na pintura de Modesto Brocos y Gomez, mestre da Academia. Sua tela "Engenho de Mandioca" (1892)

registra na penumbra de um galpão um grupo predominantemente feminino de trabalhadores, prováveis ex-escravos, sentados em volta de uma pilha de mandiocas, absortos no trabalho de descasca-las. O cuidadoso registro da luz, do espaço e da atividade do trabalho confere um tom realista à cena, que na ausência de qualquer retórica, desprende uma objetividade quase etnográfica. Não se observa nesta pintura qualquer traço de empatia explícita entre o pintor e o grupo humano que retrata. Podemos considerar tal pintura de gênero, redesenhada em representação de costumes nacionais, como respondendo às demandas de um Sílvio Romero ao encurtar a distância entre "vida nacional" e alta cultura.

Como nos escritos da geração de 70, nesta produção visual assumem importância inaudita temas referentes à composição étnica do país, aos legados culturais de africanos, de indígenas e das populações sertanejas que, mesmo sob ótica paternalista, não deixam de ser polêmicos. Se olharmos para "Engenho de Mandioca" pensando nos ideais de uma cultura nacional orgânica, perceberemos a dificuldade em assimilar o legado deixado pelo trabalho escravo. Os impasses desta situação, emparedada entre o desejo de conhecer a realidade da vida nacional e a camisa de força das idéias modernizadoras e deterministas utilizadas para sua interpretação, ficam ainda mais patentes na pintura posterior de Modesto Brocos, "A Redenção de Can", apresentada em 1911 por J. B. Lacerda no I Congresso Internacional das Raças. Diante da soleira de um casebre de pau-a-pique, assistimos à interação de quatro personagens de uma cena familiar. O pai, indubitavelmente "branco", olha orgulhoso, descansando apoiado na soleira, o filho de colo "caucasiano" que sua esposa, mulata clara, segura no colo. O sentido alegórico da cena se revela na saudação que, em agradecimento, a avó, "negra", levanta aos céus (a postura da mãe, sentada segurando o bebê, remete à iconografia da sagrada família). Temos aqui uma alegoria (representação visual de um conceito abstrato) vestida paradoxalmente de roupagem realista, da teoria do Branqueamento, a solução achada pelas elites brasileiras na época do determinismo científico – para pensar o futuro do Brasil.

Outro gênero de pintura nesta mesma época atravessava imenso desenvolvimento: aquilo que chamamos aqui de “pintura da vida moderna”. Surgida na Europa, muitas vezes em polêmica com a academia, tratava de temas do cotidiano metropolitano, então em surpreendente mudança. Se lembrarmos que a Academia Imperial era uma instituição voltada para a modernização do país, não surpreende que seus pintores fossem atraídos pela “pintura da vida moderna”, tal como absorvida e praticada nas academias européias. Esta vertente assume no Brasil a função de crônica de vida da elite, registro dos novos hábitos e descrição de seu consumo refinado, troféus a serem exibidos como prova de sua adequação ao progresso. Desta, a obra de Belmiro de Almeida, “Arrufos” (1887), é mais do que representativa. Nela o pintor “narra”, em um ambiente de refinamento, expresso no luxo do mobiliário e na elegância das vestimentas, os desentendimentos de um casal por meio da contrastante linguagem corporal de ambos. Em sua contemplação, o observador é jogado diretamente no drama que ali se desenrola, entre a mulher que se desespera perante a estudada indiferença e superioridade masculina, sendo levado a se envolver com as paixões que ali imagina estarem em jogo, reconhecendo assim nestes personagens subjetividades de uma complexidade semelhante à sua.

Comparando as obras de Modesto Brocos e de Belmiro de Almeida, percebemos que enquanto a pintura da vida moderna se especializa na descrição da vida sofisticada e urbana da elite, a outra voltada ao especificamente nacional enfoca a atividade agrícola, os tipos raciais não-brancos, elementos do “atraso”. Para o público da época, a distinção era clara: embora ambos gêneros abordassem aspectos da vida brasileira, um representava o povo “objetivamente”, “mantendo a distância”, enquanto o outro idealizava a vida da elite, representando-a de maneira envolvente, subjetiva e complexa.

O fato de Almeida Júnior pintar o “caipira” no momento em que as elites paulistas procuravam definir uma forte identidade regional, facilitou-lhe a abordagem não de distância, mas de identificação com o personagem. O caipira pintado por Almeida Junior não aparece como uma figura representada de forma distante: pelo contrário, o contato com seus

quadros desperta uma sensação de intimidade. Por meio deles não reconhecemos uma figura típica (ou estereotipada) em meio ás suas atividades peculiares; pelo contrário, entramos em seu cotidiano, dele participamos, compartindo suas emoções. O tipo de relação que os quadros estabelecem com o observador afasta qualquer reserva: suas imagens permitem, melhor, pedem, que o público vivencie na cena caipira subjetividades análogas à sua. Não é nada difícil sentir empatia pelo embaraço que toma conta do menino de “Recado Difícil” (1895), entender o sofrimento da viúva de “Saudades”, ficar de sobressalto junto com os caçadores de “Caipiras Negaceando” (1888) ou compartir a introspecção do “Caipira Picando Fumo” (1893) ou de “Nhá Chica” (1895) fumando á janela... E neste aspecto Almeida Júnior é renovador. Embora o “tema caipira” se encaixe como uma luva nas expectativas do cenário cultural “nacional-naturalista”, o tratamento dado as supera, ao desviar-se das armadilhas autoritárias ou paternalistas do distanciamento “científico” ou do “pitoresco”. Nos quadros do pintor de Itu, em contraste com os de Modesto Brocos, a “distância” estabelecida entre o público e os personagens dissolve-se antes de se manifestar. A arte de Almeida Júnior parece remediar magicamente este “divórcio” e esta característica, a impressionante “naturalidade” que o pintor de Itu conseguiu imprimir à cena regionalista, foi sem dúvida um dos motivos de seu sucesso. Procuraremos elucidar como o pintor logrou isto: voltemos ao texto clássico de Gilda de Mello e Souza, em “Pintura Brasileira Contemporânea: os Precursores” (*Discurso* nº 5, São Paulo, 1974), que forneceu uma importante pista: após discutir a importância da representação dos efeitos da luz tropical na confecção de uma imagem realista do caipira, acata esta opinião com reservas, preferindo voltar sua atenção para a perfeita representação da postura do caipira alcançada:

“O seu mérito principal não deriva de ter pintado o caipira. (...) Coube a Almeida Júnior surpreender a verdade profunda de uma nova personagem; não apenas a aparência externa, os traços do rosto ou a maneira peculiar de se vestir, mas a dinâmica dos gestos (...) Almeida Júnior aprofunda a análise do comportamento corporal do homem do campo.

Aprende a sua maneira canhestra de caminhar, sem nobreza, mantendo os joelhos meio dobrados enquanto apóia os pés no chão. Fixa-o em várias posições e nas diversas tarefas diárias, amolando o machado, arreiando o cavalo, empunhando a espingarda, picando fumo, ou nas horas de folga ponteando a viola."

Para continuar sua linha de raciocínio, visando entender a comunhão obtida por Almeida Júnior entre personagem e público, seria interessante fixar a atenção no uso do gerúndio por D. Gilda na descrição das ações do caipira: "amolando (...) arreiando (...) empunhando (...), picando". O tempo verbal é exato, uma vez que Almeida Júnior sempre pinta o caipira em meio a uma ação: o público quase sempre o surpreende, de supetão, em meio a alguma atividade. Esta técnica está meridianamente clara na tela "Amolação Interrompida" onde um caipira, situado em no cruzamento de caminho com um riacho, se volta espantado e ainda encurvado, olhando diretamente para o observador, como se sua aproximação o obrigasse a interromper sua amolação, e, num gesto obrigatório, saudar o caminhante. Dois efeitos importantes são assim obtidos: a confrontação direta entre público e personagem e a criação de "*uma típica cena dramática em um quadro sem maiores ajudas contextuais que, no máximo, um título".* Em "Arrufos" encontramos uma estratégia de "*mise-em-cene*" semelhante, na verdade corriqueira na produção da "pintura da vida moderna", a ponto de merecer uma análise detalhada de Ernest Gombrich, na qual discrimina uma prática bem específica, a *"story telling"*, que define como "pintura anedótica" (Action and expression in Western Art, in *The image and the eye*, Oxford, Phaidon Press Ltd. 1982): "(...) deve haver uma grande diferença entre uma pintura que ilustra uma história conhecida e outra que deseja contar uma história. Não existe uma história (da arte) desta segunda categoria, a chamada pintura anedótica que floresceu principalmente nos quadros do salão do século XIX. (...) É provável, contudo, que o estudante de comunicação não-verbal encontre bastante interesse nestas sistemáticas tentativas de condensar uma típica cena dramática em um quadro sem maiores ajudas contextuais que, no máximo, um título. Várias destas pinturas, claramente, devem ter aprendido mais do estudo do palco realista do

que da cópia do natural (...) A pintura de Haynes King “Ciúmes e Flerte” (1874), dificilmente necessitaria de um título. A moça namoradeira com seu olhar insinuante, suas mãos apoiadas sobre a cabeça, é imediatamente compreensível, assim como é a desengonçada mas agradecida reação do rapaz. A expressão de ciúmes pode ser um pouco obvia demais, embora o gesto ‘autista’ da mão esquerda da garota seja bastante expressivo”.

Lendo este trecho de Gombrich parece estarmos perante o quadro de Almeida Junior “Pausa do Modelo”, que poderíamos classificar como *“tentativas de condensar uma típica cena dramática em um quadro sem maiores ajudas contextuais que, no máximo, um título”.* Gonzaga Duque (“A Arte Brasileira”, Campinas, Mercado de Letras, 1995), ao comentar esta tela, se entrega à narração implícita nos comentários de Gombrich:

“É um atelier de pintura. O interior é quente e banhado por uma luz fraca e igual. Num fundo de parede brilham duas fainças, uma moldura de quadro, o ferro agudo de uma lança, O pintor – um mestre, de longas barbas louras, corado, simpático, com a cabeça toucada por um barrete de veludo cor de vinho – acaba de descansar a palheta, acende o cigarro e, durante esse lapso de tempo perdido, o modelo – uma morena preludia ao piano uma música. -Muito bem! Muito bem! Dize-lhe o mestre e bate palmas, a sorrir com o cigarro entre os dentes. Ela pára, agradece-lhe com uma risadinha fresca e maliciosa os elogios”.

Nossa hipótese é que boa parte da impressão de realismo ou de intimidade que Almeida Junior consegue passar para o público nas telas de temática caipira provém de estratégias que ele aprendera durante sua estadia em Paris da “pintura anedótica” que ali se praticava. As telas caipiras de Almeida Junior como “Amolação Interrompida” foram estruturadas como narrativa visual da mesma maneira que “Pausa do Modelo”. A tela seminal de Almeida Júnior, o “Derrubador Brasileiro”, também retrata uma pausa no trabalho, o que pressupõe um antes e um depois. Esta maneira peculiar de contar visualmente uma história envolve o observador em um trabalho de imaginação que pressupõe a projeção, na cena representada, de mundo semelhante ao seu, gerando assim a aproximação pelo laço da empatia entre público e representação. Comentamos a

polaridade criada na percepção do público entre “Arrufos“ e “Engenho de Mandioca”, que intuitivamente diferenciava dois tipos de pintura, uma voltada para a vida da elite e outra para a dos pobres. Com sua *“mise-em-cene”* do caipira baseada nas estratégias da pintura anedótica, Almeida Júnior quebrou de um só golpe esta dicotomia. Surge então a questão de por que Almeida Júnior lançou mão, decidida e repetidamente, dos recursos da pintura anedótica para pintar o caipira, enquanto Modesto Brocos, que seguramente os conhecia, deixou-os de lado. Podemos imaginar que as peculiaridades da situação por que passava São Paulo auxiliaram Almeida Júnior a preservar intacta sua “identidade pessoal caipira” e a retratar o “personagem caipira” como alguém que comparte a mesma humanidade da elite: junto com o progresso da economia cafeeira, avançava entre a elite paulista a ambição de ter uma identidade própria, paulista. Os anos nos quais esta identidade regional encontra definição coincidem perfeitamente com a maturidade artística de Almeida Júnior. Uma vez que a riqueza do café alçara a província à posição de destaque na economia nacional, a oligarquia paulista passou a fazer exigências, ressentindo o que considerava o pouco respeito por seus interesses, mal representados na estrutura política do Império. Como reação, grupos e depois o Partido Republicano Paulista começaram a fazer propaganda pela solução federativa (ou mesmo em favor do separatismo). Prontamente intelectuais se entregaram à tarefa de definir os contornos, o território, a história e o “Volksgeist” da “Pátria Paulista”. Uma das peculiaridades desta “elite” era, admitindo sua condição mestiça, fazer disso fundamento de seu valor. Foi neste contexto, de agitação federalista ou regionalista, que a figura do caipira paulista foi (ao menos simbolicamente) valorizada. Concomitantemente, surgiu, ao lado da figura do caipira, outra representação do “espírito paulista” encarnada no mito historicista do bandeirante, que deu origem a uma produção de pintura histórica que se estenderá por mais de meio século e na qual Almeida Junior teve papel pioneiro.

Ao final de sua vida Almeida Junior recebe de Cesário Mota, importante político ligado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a encomenda das telas “Partida da

Monção" (atualmente no Museu Paulista) e "Epopéia Paulista". Na "Partida da Monção" encontramos aspectos renovadores em relação à prática corrente da pintura histórica, entre eles o abandono do tom retórico de praxe. Embora nesta pintura as autoridades ainda ocupem a posição central, chama a atenção o deslocamento efetuado para o primeiro plano da massa que embarca. Sem alarde, Almeida Júnior destacou a presença da massa anônima no evento, descrevendo tarefas corriqueiras do embarque ou a aflição da despedida sem grandiloqüência. Assim, a "naturalidade" que Almeida Júnior lograra em suas telas caipiras e da vida moderna reaparece em sua pintura histórica, na qual retoma novamente a tática, proveniente da pintura anedótica, de captar um momento do transcurso de ações quotidianas. Embora "A partida da Monção" representasse sem alarde os personagens encarregados da cerimônia de embarque, ela não deixava de homenagear à "elite" paulista. A tela, astutamente, não se restringia à representação de façanhas passadas. Em artigo para a Revista do Brasil, Monteiro Lobato apontou a presença dos retratos do "Conde do Pinhal, Campos Sales, Prudente, o pai do artista, o vigário de Itu" (Chiarelli, T. *Um Jeca nos vernissages,* São Paulo, EDUSP, 1995).

As telas de Almeida Júnior revezaram-se entre o elogio da vida caipira, a homenagem ao passado bandeirante e o deleite perante o refinamento moderno. Apesar de sua aparente disparidade, estas imagens do "progresso", do "tradicionalismo bandeirante" e da "simplicidade caipira" constituíam facetas complementares e ajudavam a elite paulista a lidar com desafios trazidos pela riqueza do café, ao harmonizar seus desejos (aparentemente contraditórios) de estar em dia com Paris e de ser herdeira privilegiada de tradições coloniais. Analisando-os como um conjunto, percebemos como os gêneros praticados pelo pintor de Itu responderam aos anseios desta elite, que se queria moderna mantendo os privilégios de sempre. Almeida Júnior soube equacionar em suas pinturas inúmeras questões levantadas pela modernização, razão de sua permanência no cenário cultural do século XX.

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TRÁGICA DA HISTÓRIA.

Gabriel Giannattasio[1]

Tomando como instrumento de análise a segunda extemporânea de Nietzsche, 'Da utilidade e desvantagem da história para a vida'[2], se quer, aqui, pensar a produção historiográfica contemporânea, partindo do pressuposto de que tal produção está orientada pela chamada 'revolução francesa da historiografia'[3], ou, para dizer o mesmo, pelo movimento dos Annales[4].

Deparamos-nos com um primeiro problema, afinal, o movimento dos Annales não é homogêneo e as chamadas gerações que o marcam são expressões de rupturas em meio às continuidades. Como então superar este problema e tomar os Annales como um 'continuum'? Aqui nada a fazer, a arbitrariedade é a arma de que se dispõe diante de problemas que, tomados na sua acepção mais radical, mostram-se insolúveis. Partirei das análises propostas por Peter Burke, em seu 'Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro'[5], como uma espécie de fundamentação legitimadora do trabalho que proponho aqui desenvolver. Em sua interpretação, Burke – para além das diferenças marcantes entre uma geração e outra, e que, diga-se de passagem, o historiador inglês não desconhece – situa o observador num lugar estratégico, isto é, na terceira geração do movimento dos Annales, e é exatamente a partir deste ponto que apresentará seu balanço. Situado, portanto, num determinado momento do movimento, fará uma radiografia, mapeando sua herança e indicando elementos de seu espólio para as gerações futuras.

Quais os elementos que interessam à análise que pretendemos aqui empreender e que constituem este 'continuum'? Poderíamos resumi-los estrategicamente da seguinte

forma: crise de identidade da história, crise dos modelos explicativos, crise conceitual e crise de síntese. Abordaremos aqui aspectos das três primeiras ordens.

CRISE DE IDENTIDADE

É sabido que, desde o século XIX, a história – através de seus mais eminentes divulgadores – tem nutrido uma certa 'aversão' pela filosofia. Considerada, pela história oficial daquele século, como uma disciplina de caráter especulativo, ela oferecia mais problemas que soluções para um campo que se pretendia vocacionado à ciência. Em meio à crise dos saberes, que marca a virada do século XIX para o XX, esperava-se que a nossa chamada 'revolução historiográfica' – chamo-a de nossa por situá-la no território do historiador – re-considerasse tal comportamento. Em particular, se pensarmos que os problemas imperativos nascidos naquela conjuntura dizem respeito aos limites do que é possível conhecer, perceberemos, então, que eles possuem uma origem epistemológica e estão localizados num espaço que é próprio ao do saber filosófico. Mas uma importante fonte de inspiração do movimento dos Annales, o filósofo e historiador Henri Beer[6], afirma, paradoxalmente, numa carta datada de 1911:

"Sou um simples historiador, não um filósofo, cultivo o meu jardinzinho, cumpro o meu oficio honestamente, não me meto naquilo que me ultrapassa" (Beer apud Saliba).

Deste ponto de vista, a renovação da história deveria se realizar apenas a partir do interior da oficina do historiador. O que oculta uma tal afirmação? Mas, para além do que oculta, há ainda uma pergunta mais incômoda: teria um tal vaticínio se constituído numa espécie de regra para a historiografia do século XX? Se não, como interpretar a crítica expressa por um dos expoentes da terceira geração dos Annales, Jacques Le Goff, e formulada quase quarenta anos depois da fundação do movimento? Nas palavras dele é

preciso reconsiderar os caminhos da produção historiográfica, para que a história deixe de ser 'o baú, a torta de creme ou o álibi da preguiça epistemológica'.

Se a história mergulhava numa crise de identidade desde a aurora do século passado, crise esta que contribuiu para estreitar seus laços com as chamadas ciências sociais, seria injustificável a manutenção de uma tipo de 'apartheid' filosófico ou, para ser mais preciso, epistemológico. Afinal, um dentre os problemas mais urgentes que se apresentavam era o de saber o que seria possível à história saber. Problema histórico, filosófico e político por excelência.

A história é uma espécie de expediente metafísico que os espíritos menos dotados necessitam para justificar a existência: a lembrança como instrumento de minha doce vingança. Na sua incapacidade de esquecer, o homem precisa lançar mão de uma força suplementar à força do 'lembrar-se', mas este 'lembrar-se' estará, ora a serviço de forças transcendentes à vida: Deus, Partidos, Estados, Ideologias Sociais; ora à disposição daquelas outras, imanentes à própria vida. E aqui, a vingança pode estar tanto a serviço das forças coletivas e sociais, como a disposição dos ressentimentos individuais. Diante da crise de identidade da história, a pergunta trágica seria: a serviço de quem está a história? Ou melhor: a serviço de quem se encontra a 'tua história'? A pergunta acerca da identidade é dirigida às individualidades, ao homem singular, dotado de força plástica suficiente para 'lembrar-se', de modo que a lembrança favoreça a sua existência.

Isto nos remete, diretamente, à preciosa questão da 'história problema'. A 'revolução francesa da historiografia' muitas vezes, é nomeada como sinônimo da 'história problema', o que significa dizer que a história deixou de ser meramente descritiva e, portanto, uma captura do passado – consagrada através da formula rankeana de uma narrativa do que realmente aconteceu – para se constituir numa nova compreensão que agora se dispõe a sacrificar a 'objetividade do conhecimento histórico' em nome de uma 'história do tempo presente'. O passado deixa de existir de forma independente do sujeito,

de sua cultura e das relações sociais que ele estabelece – o que equivale dizer, das relações de força que atravessam o sujeito, e também das forças que ele próprio é capaz de lançar mão neste jogo – e passa a ser visto como uma espécie de matéria inerte à espera da força que o historiador irá lhe imprimir. À maior ou menor potência do historiador está associado todo o sucumbir.

O historiador, em seu trabalho de pesquisa vê-se agora diante de um velho problema que se apresenta com uma nova roupagem: sabe ele, de ante-mão, onde quer chegar com sua pesquisa? Suas mãos terão a potência e a habilidade necessárias para não sucumbir aos desejos, às forças, às vontades alheias? Pode o historiador resistir, mesmo diante da força dos documentos? A retórica, muito mais do que a prova, é o instrumento de sedução do historiador. Penso, honestamente, que um curso de retórica deveria ser disciplina obrigatória nas academias de nossos tempos. E aqui, não se pode deixar passar despercebida a astúcia argumentativa de Ginzburg[7]. Afinal, só quem conhece os princípios elementares da arte do convencimento, isto é, a astúcia do retórico, poderá perceber o exagero premeditado de que ele lança mão para estabelecer uma clara e radical oposição de valores, entre retórica e prova na obra nietzscheana. Não há, no filósofo alemão, nenhuma espécie de oposição absoluta dos valores. Há tensão, jogo de forças, disputas pelo centro, mas, jamais, isto ou aquilo, como insinua o historiador italiano no ensaio de abertura de seu 'Relações de força: história, retórica e prova'.

Diante da primeira das crises, a sabedoria trágica nos ensinaria a não querer resolvê-la, mas, antes, a habitar seu universo.

CRISE DOS MODELOS EXPLICATIVOS

A primeira geração dos Annales (1929-1945), mais que a segunda, entregou-se a oportuna aventura de navegar com a história em mares abertos e nunca dantes

navegados. Nada de modelos, categorias explicativas, fatores determinantes da história: agora, tudo interessa ao homem e nada é estranho ao historiador. E aqui, diga-se de passagem, nem os velhos paradigmas da história política, nem a tardia ortodoxia marxista tiveram acolhimento. O que se almejava era a história total, em outras palavras, a história na sua pluralidade mais ampla de campos (social, econômico, cultural, geográfico, religioso), na sua diversidade de tempos (indicando que cada tempo histórico criava um juízo do passado, ou para ser mais preciso, juízos do passado; incorporando também, a idéia de que o próprio tempo é atravessado por distintas temporalidades) e na sua riqueza de perspectivas (esta reconheceria o lugar a partir do qual o historiador observa os fenômenos históricos).

No século XIX, a história constitui-se – e o historicismo é um sintoma dos tempos – numa espécie de território comum do conhecimento, portanto, numa disciplina que não pode ser negada pelos outros campos do saber. O historicismo é uma espécie de diagnóstico necessário ao século XIX, de tal forma que todos os fenômenos passam a estar submetidos à chave do tempo, tudo se explica e se compreende como criação do tempo. Entretanto, já na virada do século XIX para o XX, o historicismo deverá enfrentar a grande crise que sobre ele se abate. Ora, no entender de Karl Popper, o historicismo se confundia com o marxismo, pois havia sido Marx o que mais adiante havia levado este projeto de uma Ciência Social fundada numa espécie de história como a chave dos tempos, ou que reconhecia no tempo a sua categoria explicativa. O início do século XX anuncia a crise do historicismo.

A história passa a se reconhecer como um domínio a mais desta crise, como uma expressão a mais deste homem problemático: nascia, no início do século XX, a história-problema. Não se trata mais de perseguir a verdade. A crise instalada solicitava uma nova linguagem e a história deixava de ser a narrativa ‘do que realmente aconteceu’ para se transformar em representações do passado, criadas a partir dos problemas formulados

pelo homem do presente. Nas palavras de Burke, o historiador interpreta conflitos como conflitos de interpretação. Nascia a história moderna como representação do passado[8]. Ainda no século XIX, o autor da 'segunda extemporânea' assim entendia os dilemas do historiador:

"Não, justamente não há fatos, somente interpretações. Nós não podemos constatar nenhum *factum* 'em si': talvez seja um contra-senso querer esse gênero de coisa (...) São nossas necessidades *que interpretam* o mundo: nossos instintos, o seu pró e o seu contra"[9]

E pouco resolve perguntar: então, quem interpreta? Afinal, o intérprete é um interpretante em permanente devir, ele não é, ele se encontra naquela circunstância, naquele lugar, atravessado por determinadas vontades e desejos!

Desde Nietzsche, mas poderíamos recuar ainda mais no tempo, ou se quisermos adotar uma postura mais compreensiva e tolerante, desde a virada lingüística saussereana no início do século XX, não podemos tomar a linguagem na sua neutralidade valorativa. As palavras são politicamente marcadas, trazem os sinais da batalha e só através de um efeito do esquecimento podemos considerá-las, de forma ingênua, como expressão de uma realidade ou de uma universalidade. A linguagem está atravessada pela política, pelas relações de poder e, ainda hoje, raramente nos dedicamos a refletir sobre os valores que cada termo carrega em sua bagagem.[10]

E o que me pergunto, é se a historiografia do século XX, inaugurada pelos Annales e por eles inspirada, submeteu-se a esta espécie de psicanálise da linguagem.

É comum na historiografia encontrarmos trabalhos que se colocam em sintonia com o diagnóstico de crise dos paradigmas, da falência dos modelos explicativos universalizantes, da crise de métodos, dos conceitos e definições, e que se aliam, portanto, aos pressupostos que agitaram a assim chamada 'revolução francesa da historiografia'. Afinal a linguagem – e aqui me refiro especialmente à linguagem

historiográfica – não suportaria mais a utilização de termos que têm na política da verdade seu centro de formação. A idéia de verdade tem um nascedouro – deveríamos, quem sabe, remontar à filosofia socrático-platônica para compreender a política da verdade, como momento de gestação de uma cultura fundada na idéia de que para todas as perguntas legítimas só poderíamos obter uma única resposta verdadeira – tal política popularizou-se com o judaísmo/cristianismo e ganhou, finalmente, sua configuração mais íntima a nós através da filosofia moderna. A 'Escola dos Annales', ao colocar no centro de seu combate uma certa perspectiva da história – perspectiva esta que privilegiava uma história científica, restringindo o conhecimento historiográfico a uma narrativa de fatos e acontecimentos – alimentou a crise das certezas tão característica aos diversos campos do saber na virada para o século XX. Naquele momento, falava-se de uma física moderna, para não se falar de uma física clássica; falava-se de uma arte moderna, para não se falar de uma arte clássica, falava-se da renovação e da revolução dos saberes e do nascimento de um novo sujeito, neste e deste processo, 'o homem problemático'.

CRISE CONCEITUAL

Num horizonte impregnado pelo relativismo – marca do pensamento do século XX – toda espécie de conhecimento fundado em valores conceituais exigirá sempre uma espécie de nota explicativa. A rigidez dos conceitos – lembrando a definição do filólogo Nietzsche ao afirmar que 'todo conceito nasce da igualação do não igual'[11] – impedia a necessária mobilidade e agilidade intelectual imposta por uma sociedade do conhecimento perspectivista. Assim, diante de toda definição que se pretendia dotada de explicação universalista – e esta é uma característica da linguagem conceitual – exigia-se o acompanhamento de um senão.

Esta crise conceitual não deixou a historiografia do século XX ilesa, pois ao apoiar-se numa crise de valores, e dirigindo-a contra as estruturas que sustentavam a tradicional

narrativa da história, a moderna historiografia viu-se órfã dos conceitos. A partir dali toda a tentativa de oferecer definições que aspirassem à universalidade, imediatamente entravam em colapso.

Vejamos um exemplo desta operação. Contra uma historiografia elitista, que tratava os homens e a sociedade dos homens como uma espécie de 'rebanho que necessitava de pastores', a historiografia dos Annales deslocou o eixo interpretativo enfatizando a sociedade, ao invés do Estado e de seus agentes. Começava a se constituir ali uma espécie de hegemonia da história social no discurso historiográfico do século XX[12]. A hegemonia da história social, na produção historiográfica contemporânea, foi alimentada por um preconceito dos pais da Escola dos Annales. Em oposição a uma história elitista, que privilegiava o Estado através de seus agentes, reis, monarcas, heróis, estadistas modernos e suas instituições, os annales propuseram uma 'história sob a perspectiva dos de baixo', uma história social construída no anonimato de seus agentes. Pela primeira vez o povo entra, de forma decisiva, na cena historiográfica e irrompe com tal violência que agora tudo é história social, como se o social fosse a grande matriz explicativa, fora da qual nada poderia ser compreendido. O que exigiria afirmar que, mesmo quando fazemos história biográfica, é no tecido social que as individualidades se constituem e isto independentemente da configuração do biografado. Como se a história tivesse se livrado do caos do conhecimento e encontrado seu porto seguro em novas bases explicativas.

Ainda no século XIX, Nietzsche denominava este modelo como 'história sob o ponto de vista das massas' e assim, a ele, o filósofo alemão se referia:

"(...) basta que se continue a escrever a história do ponto de vista das massas e a procurar nela aquelas leis que podem ser derivadas das necessidades das massas, portanto as leis de movimento das mais baixas camadas de lama e de argila da sociedade. Somente sob três perspectivas as massas me parecem merecer um olhar:

uma vez, como cópias esmaecidas dos grandes homens, impressas em mau papel e com chapas gastas, em seguida como obstáculo contra os grandes e, enfim, como instrumento dos grandes; de resto, leve-a o diabo e a estatística!"[13]

Em nossos dias, alguém ainda duvida deste diagnóstico? Agora que elas, as massas, triunfaram!

---

[1] Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Núcleo de Estudos do Romantismo – NERO – e autor de **Sade, um anjo negro da modernidade** (Imaginário:2000), **Próxima parada: o haras humano** (Atrito Art: 2004).

[2] NIETZSCHE, F. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. CASANOVA, Marco Antonio. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2003.

[3] BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. Trad. ODÁLIA, Nilo. São Paulo:Edunesp, 1991.

[4] Não desconheço as pluralidades que se abrigam no interior deste vasto movimento denominado Annales. Reconheço que se há algo que permite agregar tanta diversidade, este elemento deverá ser encontrado na recusa de se fazer uma história tradicional nos moldes daquela que se praticava de forma hegemônica até a metade do século passado.

[5] BURKE, Peter. 'Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro' in: A escrita da história. Trad.LOPES, Magda. São Paulo:Edunesp, 1992.

[6] SALIBA, Elias Thomé. 'Mentalidades ou história sócio-cultural; a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico' in: Revista Margem. São Paulo:Educ, 1992, [p. 29-36].

[7] Por outro lado, Ginzburg foi preciso em seu diagnóstico ao debitar às influências do pensamento nietzscheano – particularmente, através do texto 'verdade e mentira no sentido extra-moral' – as marcas do relativismo cultural na historiografia contemporânea, para tanto basta ler a 'Introdução' in: Relações de força; história, retórica e prova. São Paulo:Companhia das Letras, 2002.

[8] Mas aqui não se deve pensar a representação como o ato de apresentar novamente algo que já não mais se encontra em cena. Afinal, mesmo esta idéia de representação é debitaria da noção insustentável de verdade.

[9] Fragmentos Póstumos 7 [60], Fragments Posthumes, Automne de 1885 – Automne de 1887, Oeuvres Philosophiques Complètes, Paris, Gallimard, 1978.

[10] MOSÉ. Viviane. Nietzsche e a grande política da linguagem. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2005.

[11] NIETZSCHE, F. 'Verdade e mentira no sentido extra-moral' in: Os Pensadores. São Paulo:Abril Cultural, 1978.

[12] Ainda que tal tendência só tenha se tornado mais visível a partir dos anos 60 do século passado através dos trabalhos oriundos da historiografia inglesa e tomando como marco de referencia desta o livro de E.P. Thompson 'A formação da classe operária inglesa'.

[13] NIETZSCHE, F. 'Da utilidade e desvantagem da história para a vida' in: Os Pensadores Obras Escolhidas. São Paulo:Abril Cultural, 1978, p. 70.

OS INTELECTUAIS E O MINISTÉRIO DA REVOLUÇÃO: O BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO NO GOVERNO VARGAS (1934 - 1937)

Gabriela Carames Beskow

"É o Ministério do Trabalho, especificamente, o Ministério da Revolução".

Esta frase declamada por Lindolfo Collor na cerimônia em que tomava posse como primeiro Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, tem o poder de sintetizar as bases e as diretrizes do pensamento de um forte grupo de políticos que chegavam ao poder a partir da Revolução de 1930.

O Ministério do Trabalho teve papel central a partir de um novo projeto de desenvolvimento que se baseava na colaboração e na convivência harmônica entre os vários setores da sociedade em prol do crescimento nacional. A necessidade da inclusão dos segmentos populares se construiu principalmente a partir da regulamentação de seus direitos, deveres e funções dentro do processo produtivo.

É preciso, porém, levar em consideração que a Revolução de 30 se desencadeou e se tornou vitoriosa através da participação de muitos grupos com pensamentos diferenciados e até mesmo contraditórios, o que se refletiu no momento pós-revolucionário por grandes disputas por espaço político e pela predominância de diretrizes políticas. O Ministério do Trabalho incluía-se no plano político como símbolo de uma grande novidade, que por um longo período causou estranhamento tanto entre os grupos opositores como por parcelas da opinião pública. O Ministério, então, buscou em contraposição construir sua legitimidade frente a estes setores.

O processo de montagem não apenas do Ministério do Trabalho, mas também dos outros Ministérios e da máquina governamental de um modo geral, passou a se dar, após a Revolução, sobre novas bases, se tornando mais evidente e mais enfática a partir do Estado

Novo. O corpo de funcionários constituinte destes órgãos seria formado de técnicos e especialistas, mas também com forte presença de grupos intelectuais. Estes intelectuais apresentavam um importante papel não apenas na constituição de base teórica para as ações do Estado, mas também como construtores de um discurso de legitimidade dessas ações frente às opiniões pública e política. No caso do Ministério do Trabalho, podemos observar a participação destes técnicos, especialistas e intelectuais na construção de discursos que tinham como objetivos principais o esclarecimento e divulgação das ações do órgão, de forma a garantir a sua legitimidade e consolidação.

Para a conceituação de intelectual a ser utilizada neste trabalho, buscarei uma breve referência em uma das definições estabelecidas por Carlos Marletti, em que o termo trata de uma "categoria ou classe social particular que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas"[i]. A concepção de intelectual torna-se, assim, sinônimo de técnico, o que acredito ser extremamente válido para o fenômeno da montagem da máquina do Estado brasileiro nos anos 1930.

A partir destas observações, me dedico a realizar uma breve análise dos *Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, desde o seu lançamento, em 1934, até a instituição do Estado Novo, em 1937. Os Boletins, além de nos fornecer exemplos dos discursos produzidos, apresentam importantes indicações sobre quem eram os homens envolvidos e quais eram os seus papéis na construção do Ministério da Revolução.

O BMTIC foi lançado em Setembro de 1934, quando a pasta era chefiada por Agamenon Magalhães. Em seu primeiro volume, a nota de apresentação buscava indicar os objetivos desta iniciativa:

"Recebeu o Sr. Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, que o Departamento de Estatística e Publicidade, atendendo aos fins a que se destina, organizasse e fizesse editar, sob o título de Boletim do Ministério do Trabalho (...), uma publicação mensal *capaz de reunir nas páginas que*

lhe formem o texto não só ensaios e estudos de natureza técnica ou especializada como também notas e informações que possam correr concorrer para um entendimento entre a administração pública e os particulares (...)"[ii]. (grifos meus).

A questão de o Boletim ter sido apresentado como canal entre Estado e particulares vem contribuir com a hipótese de busca pela construção de um discurso legitimador a partir do esclarecimento de suas funções e a divulgação de suas ações.

Em sua estrutura, o Boletim apresentava os seguintes itens: **Atos Oficiais**, **Trabalho**, **Indústria**, **Comércio**, **Previdência e Assistência Social**, **Povoamento**, **Estatística**, **Notas e informações**. Essa estrutura fornece importantes informações sobre o que era entendido como área de competência deste Ministério. Porém, buscarei enfatizar alguns dos textos componentes do item **Trabalho,** dentro de um universo que abrange, no recorte proposto, cerca de 150 artigos. O Boletim aparece como uma importante fonte sobre as questões mais evidentes nos diversos momentos do contínuo processo de montagem das leis sociais. No período abordado, ganharam destaque questões como a sindicalização, a montagem do aparelho de Justiça do Trabalho, o esclarecimento das leis que estavam sendo discutidas ou promulgadas, e até mesmo artigos informativos sobre as condições de trabalho em certas profissões.

Através de um inventário destes artigos é possível observar que alguns de seus autores se destacam pela assiduidade com que apareceram no Boletim. Oliveira Vianna era o mais assíduo autor no item Trabalho, com dezoito artigos publicados nos Boletins do período estudado. Como consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, a participação de Oliveira Vianna na publicação era dedicada a esclarecer dúvidas com relação à Legislação Trabalhista que entrara em vigor. São apresentados diversos pareceres de sua autoria sobre questões trabalhistas, utilizando-se estes estudos de caso como ilustrações para melhor entendimento dos objetivos da lei. No Boletim de Maio de 1936, por exemplo, foi analisado um parecer de Vianna intitulado "Recisão brusca e recisão injustificada"[iii], no qual o autor esclarecia as formas

de recisão contratual estabelecidas pela lei a partir de um caso de conflito entre patrão e empregado que chegou à atenção da Justiça. No Boletim anterior, relativo ao mês de Abril de 1936, também um parecer de Oliveira Vianna sobre uma questão jurídica foi abordado, relacionado a dúvidas sobre o serviço de trabalhadores de bagagens[iv].

Os pareceres de Oliveira Vianna tinham a utilidade de reforçar o discurso construído pelo Boletim sobre os objetivos e funções da Justiça do Trabalho. Seus estudos de caso mostram como as questões do trabalho ganhavam importância jurídica, passando pelas mãos de pessoas preparadas, neutras e que estavam representando a obediência à legislação elaborada. Constavam artigos sobre o funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento e sobre as Comissões Mistas de Conciliação, sobre o projeto da constituição da Justiça do Trabalho, sobre a fiscalização das leis trabalhistas, entre outros.

O discurso legitimador do Ministério e de suas ações era apresentado de diversas maneiras ao longo dos Boletins. Em seus primeiros volumes, essa busca de legitimação se dava de maneira bastante direta, com artigos que visavam claramente justificar a necessidade do Ministério pela importância de suas ações no contexto sócio-político brasileiro.

É muito interessante o conteúdo de um artigo datado de Dezembro de 1934 intitulado "Ministério da Revolução"[v]. Trata-se de algumas passagens de um parecer apresentado por Edgard Teixeira Leite sobre o Ministério do Trabalho à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. O autor do parecer deixava clara a existência de uma divisão das opiniões no país em relação à importância do Ministério. Sem entrar no mérito da discussão sobre a existência ou não da questão social no Brasil, Teixeira Leite observava apenas que a intervenção do Estado naquele setor era necessária, marcando o fim de uma era de individualismo econômico, em que o trabalho passou a ser internacionalmente reconhecido pela colaboração na produção de riquezas. Salientava também as tentativas anteriores a 1930 de regulamentação da questão trabalhista, sempre combatidas por "fortes interesses contrários". É interessante a observação do autor em que este reconhecia a fragilidade na execução das leis no pós-trinta, devido

principalmente à “falta de elementos especializados, com corpo de funcionários quase que improvisado”. Mesmo com essa fragilidade, Teixeira Leite afirmava que os resultados conseguidos até então se apresentam satisfatórios, dando esperanças de um futuro promissor – ou seja, defendia a importância do Ministério naquele contexto.

A referência a uma onda mundial de discussão da questão do trabalho e sua regulamentação também servia como dado legitimador das ações estatais brasileiras. Diversos artigos partilhavam desta base legitimadora, entre os quais destacamos aqueles que cobriram a participação brasileira em eventos internacionais sobre o trabalho.

No volume do Boletim de Abril de 1936, Affonso Bandeira de Mello foi autor de um relatório sobre a Conferência Internacional do Trabalho[vi], ocorrida em Genebra entre os dias 4 e 27 de Julho de 1935. O autor dava destaque às resoluções tomadas na Conferência, como redução da jornada semanal para 40 hs; férias remuneradas; resoluções sobre trabalho em condições insalubres; e a aplicação das convenções internacionais do trabalho. As resoluções internacionais tornavam-se importante referencial para as medidas legislativas tomadas em âmbito nacional.

No Boletim de Julho do mesmo ano, a Conferência de Santiago foi abordada em artigo de Guilherme Vidal[vii]. Nesta Conferencia, os principais debates giravam em torno das questões do trabalho do menor e da mulher. Nos debates, o grupo de representantes do Brasil alcançou grande destaque, apresentando propostas e tendo voto de peso junto aos participantes. Entre as resoluções destacadas, encontra-se o estabelecimento de um salário mínimo e mensal, de igual valor para homens e mulheres na execução a mesma função; dispensa de noventa dias anteriores e posteriores ao parto da gestante, que deveriam ser pagos em caso do descumprimento da lei; a fixação de dezesseis anos como idade mínima para o trabalho noturno, entre outras. É importante salientar que a Conferência aprovou também a criação de conselhos para estudos sobre estes grupos específicos, que marcava o fenômeno da racionalização da máquina estatal em diversos países.

O embasamento teórico e científico do discurso da questão do trabalho era enfatizado, também, a partir de estudos médicos. Gilberto Freyre destacava, a partir dos anos 1920, o "início de uma série de estudos brasileiros em que o critério fisiológico se junta, através da higiene, a preocupações que se acentuam em trabalhos recentes de médicos voltados para problemas de antropologia social"[viii]. O Dr. Alexandre Moscoso, citado por Gilberto Freyre como um dos expoentes de um novo modelo de comprometimento social da medicina, teve papel ativo nas publicações dos Boletins durante o período privilegiado neste trabalho. O médico dava ênfase à importância da alimentação para a melhoria da capacidade produtiva do trabalhador, inclusive sendo necessárias diferentes dietas para as diferentes atividades profissionais. Era inclusive propagandeador de uma alimentação racional, através de classes de nutrição e economia doméstica. Participando da Comissão Elaboradora da Lei de Salário Mínimo, defendia este como garantia de alimentação fundamental aos trabalhadores[ix].

O intelectual, como buscamos mostrar, era peça fundamental no discurso do trabalhismo que foi sendo construído durante os anos 1930 e que se consolidou com o Estado Novo, principalmente a partir da gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como destaca Adalberto Paranhos, "Incontestavelmente, este 'projeto' alcançou uma configuração mais bem definida de 1942 em diante. Mesmo assim, a meu ver, ele tem, necessariamente, que ser encarado, nas suas idas e vindas, marchas e contra-marchas, como algo que vinha *se fazendo*, se construindo, desde o início da década de 30, em meio aos confrontos das forças sociais presentes na cena política. Em partículas, parece-me da maior relevância destacar que as linhas básicas da estrutura ideológica, *strictu sensu*, eram perceptíveis nas falas das autoridades governamentais *antes* até da implantação do 'Estado Novo'"[x]. (grifos do autor).

Estas afirmações de Paranhos vão ao encontro do olhar que procuro dar à questão trabalhista. Ao analisar os Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio busco identificar quem eram os homens que estavam construindo o discurso trabalhista em seus primeiros anos, e

quais eram as questões que naquele momento geravam os debates e traziam inquietações. Acredito ser fundamental para o entendimento das perspectivas deste trabalho a conceituação de intelectual utilizada, baseada na proposta de Carlos Marletti. A racionalidade, alheia às paixões ideológicas e políticas, passou a ser enfatizada pelos ideais do novo regime como o caminho para a resolução dos problemas do país. Sendo assim, os intelectuais eram os funcionários perfeitos para a composição dos quadros estatais, por toda sua formação que o capacitava a identificar, estudar, analisar e propor soluções aos problemas levantados naquele contexto histórico, atuando como um técnico, isento de paixões ideológicas que poderiam vir a prejudicar seu julgamento e suas propostas.

Creio que estudos futuros sobre o conteúdo dos Boletins me permitirão aprofundar a discussão e a própria apropriação que faço do conceito de intelectual. As análises de Gramsci[xi] sobre o grau de envolvimento dos intelectuais com o projeto político, os graus de hierarquia que se estabelece no meio intelectual entre produtores e difusores, são questões determinantes que exigem maior profundidade e reflexão. Meu objetivo é demonstrar que o Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi uma fonte rica de informações e analises que permite trazer novas perspectivas a discussões sobre o pensamento intelectual e político brasileiro, e sobre o nascimento e origens do discurso do Trabalhismo.

[i] MARLETTI, Carlo In BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* Brasília: Ed.
Universidade de Brasília, 2000.
[ii] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Outubro de 1934.
[iii] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Maio de 1936.
[iv] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Abril de 1936.
[v] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Dezembro de 1934.
[vi] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Abril de 1936.
[vii] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Julho de 1936.
[viii] FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia.* Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 208 p.
[ix] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Maio de 1936
[x] PARANHOS, Adalberto**.** *O roubo da fala.* Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999. p. 94.
[xi] GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Entre modas, polcas e chamamés: um estudo da obra musical de Helena Meirelles -

Geni Rosa Duarte (UNIOESTE)

Objetivando discutir questões situadas na relação História / música popular, proponho-me a realizar reflexões a partir da obra musical, essencialmente instrumental, de Helena Meirelles, executante de viola caipira.

Helena Meirelles nasceu em 1924, em uma fazenda às margens do Rio Pardo, no Mato Grosso do Sul. Só muito recentemente ingressou no mercado discográfico. Aprendeu a tocar viola ainda criança, no contato com instrumentistas populares, recepcionados no local de moradia por seu avô materno, dono da fazenda Jararaca. Muitos desses instrumentistas eram paraguaios como o avô, mas nas rodas de tererê nas quais se apresentavam os músicos só eram admitidos homens. Helena conta que. ainda criança, aprendeu a tocar observando escondida esses músicos amadores, bem como seu irmão e seu tio, exímios instrumentistas. Descoberta por esses últimos, uma vez que sabia inclusive afinar a viola, passou então a acompanhá-los em festas e bailes nas redondezas.

Casou-se aos 17 anos, separou-se, e adotou um estilo de vida em que misturavam a vida errante, a música, a boêmia e a bebida. Teve outras ligações, e filhos, onze ao todo, entregues alguns a pais adotivos. Tocando em bordel, conheceu seu terceiro marido. Com ele, Helena conta que mudou de vida, tendo trabalhado na sua companhia em fazendas, exercendo então os mais diversos ofícios - cozinheira, lavadeira, parteira.

Com quase setenta anos, reuniu-se à família, em São Paulo. Passou a se apresentar tocando em alguns locais públicos, e só então foi reconhecida como exímia instrumentista. Em 1993, ganhou o prêmio *Spotlight Artist* (como revelação) da revista americana *Guitar Player*, a partir de uma fita enviada por um sobrinho, e apontada entre as cem melhores executantes do mundo. A partir daí, vieram as gravações e os shows.

Sua produção musical acha-se reunida em três CDs gravados pelo Estúdio Eldorado em 1995, 1996 e 1997, respectivamente *Helena Meirelles, Raiz Pantaneira* e *Flor da Guavira.* A maior parte das composições é de sua autoria, mas há também temas de domínio público, polcas, raqueados, guarânias, chamamés, etc.

Até então, segundo texto escrito pelo produtor Mário de Araújo na apresentação do seu primeiro CD, seus ouvintes haviam sido apenas "os privilegiados habitantes da Jararaca e fazendas vizinhas, os peões da velha estrada boiadeira, os freqüentadores e operárias das zonas de meretrício e botecos de diversas cidadezinhas sul-matogrossenses e do lado paulista da divisa, além dos boiadeiros do Pantanal". Isso tudo tornou a obra musical de Helena Meirelles bastante característica, mesclando influências muito diversas, tanto na composição de seu repertório, mesclando como na maneira de tocar a viola.

Helena Meirelles toca de forma muito diferente dos demais violeiros dos quais se dispõem de gravações (distancia-se, nesse sentido, tanto de Almir Sater, da mesma região, mas com formação erudita, como de outros de matriz mais popular, como Tião Carreiro, por exemplo). Ela afina sua viola de um modo muito particular [i], incorporando características de tradições advindas do país vizinho, inclusive formas de tocar utilizadas por executantes de harpa paraguaia [ii].

Na sua obra musical, portanto, cruzam-se práticas e aprendizados que se deram em espaços distintos, quais sejam, os do interior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, incorporando práticas e formas de viver ligadas à pecuária, à lida com bois, com outras decorrentes da vivência no espaço urbano e na exposição à mídia, bem como no contato com outros violeiros e outras formas de tocar e de se apresentar como executante (o CD *Raiz Pantaneira* contou com a participação em uma das gravações de Sérgio Reis). Intercruzam-se também influências a partir de modos de viver e trabalhar nos quais o nomadismo é a regra (ou seja, os indivíduos se deslocam para trabalhar em empreitadas nas fazendas, fixando-se nelas por três ou quatro meses com a família, depois partem), mas que não desconsideram formas de solidariedade e formas de se expressar para além de práticas fragmentadas e individualizadas (o que fazia com que Helena Meirelles, antes de ser levada à mídia, fosse muito conhecida na região onde atuava, e identificada como executante, *violeira*).

A análise de fontes musicais, mormente as instrumentais, apresenta desafios para o historiador, que necessita atentar, em primeiro lugar, para a especificidade dos documentos

dos quais ele se aproxima e "*criar seus próprios critérios, balizas e limites*" na sua manipulação, no dizer de José Geraldo Vinci de Moraes [iii] Esses limites advêm da própria formação musical do pesquisador, que, mesmo não necessitando ser um especialista, ou um instrumentista, deve dominar noções, conceitos e vocabulário suficientes para estabelecer diálogos com a especificidade dessas fontes. Por isso, a análise nunca esgotará as possibilidades desse diálogo, dada a natureza polissêmica e complexa do qualquer documento de natureza estética [iv]

Marilena Chauí acentua que "uma obra de arte (superior ou inferior) não se encontra apenas nela mesma, como objetividade empírica ou ideal, mas no campo constituído por ela e seus destinatários, campo criado a partir dela com eles, aos quais se dirige" [v]. A obra musical, nesse sentido, articula tradições e temporalidades, atualizando e recompondo passados, mas ao mesmo tempo é constituidora de modos de pensar e viver o presente. O músico é um sujeito histórico, que vive o seu tempo e nele age. Mas a sua obra adquire significados diversos a partir das formas como ela é produzida, vivenciada, compartilhada, o que nos leva a considerar os diferentes circuitos pelas quais ela se difunde (inclusive o mercado radiofônico, discográfico, televisivo, cinematográfico, etc.).

A produção musical de Helena Meirelles, nesse sentido, ultrapassa as fronteiras nacionais, e deve ser pensada na situação de contínuos contatos entre populações fronteiriças. A sua ligação com a música paraguaia se faz principalmente através da *polca* [vi], cujas letras freqüentemente misturam palavras dos idiomas guarani e espanhol, numa aproximação da forma popular de falar, com muitas composições abordando temas históricos. No primeiro CD, ela chega a cantar (com voz meio rouca) em guarani uma estrofe da polca *Cerro Corá*, de Hermínio Gimenez e Felix Fernandes. Essa letra faz uma louvação a Solano Lopez, referindo-se aos episódios da Guerra do Paraguai, o que sinaliza que as identidades regionais pesam muito mais que as diferenças nacionais. Sua interpretação de *Merceditas,* originalmente um chamamé, composição do argentino Ramon Sixto Rios, aproxima-se de uma polca paraguaia, distanciando-se das interpretações de grupos tradicionais argentinos.

Alguns dos temas assinados por Helena Meirelles dão-nos a impressão de algo já ouvido alhures. Não é um demérito, mesmo porque eles conseguem deixar ver a virtuosidade da intérprete; pode-se considerar tais temas mais do que *releituras* a partir de inúmeras tradições musicais, [vii] mas sim, *recriações* [viii].

Saliente-se, todavia, que Helena Meirelles não faz uma "recuperação" dessa produção musical, como faz, por exemplo, o grupo musical paraguaio *Tetãgua,* numa perspectiva mais erudita [ix]. A análise dessa produção pode abrir caminhos para se pensar outras formas de difusão musical, uma vez que algumas gravações reproduzem temas compostos há cinqüenta, oitenta anos, em outros contextos, e que permanecem na memória musical dos músicos populares com os quais ela desenvolveu seu aprendizado.

Helena Meirelles, como compositora e como intérprete, dentro de um processo de *recriação*, não somente de *reprodução,, funde* influências as mais diversas. Não se objetiva, neste projeto, *mapear* essas fusões visando conhecer a origem de um suposto *processo identitário* [x], a partir dos processos de ocupação desencadeados na região. Propomos a discussão dessas questões a partir de suportes teóricos desenvolvidos por uma série de pesquisadores que buscam entender a complexidade presente nas práticas culturais populares, sem reduzi-las a padrões teóricos simplistas, que terminam por negá-las em nome de uma modernidade ou modernização colocada como destino para toda a América Latina.

Abandonando perspectivas muito comuns nos anos 60 e 70, segundo as quais tornava-se necessário passar "dos comportamentos prescritos aos eletivos, da inércia dos costumes rurais ou herdados a condutas próprias de sociedades urbanas, em que os objetivos e a organização coletiva seriam fixados de acordo com a racionalidade científica e tecnológica", intentamos pensar a América Latina "como uma articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento", como acentua Canclini [xi]. No caso da música popular latino-americana, resultante embora de múltiplas mesclas, não se trata de investigar origens ou buscar a sua "essência", mas investigar os

processos de coexistência de mudanças, permanências, fraturas, deslocamentos, que apontam para questões que muitas vezes estão para além da própria materialidade da sua produção. Ou seja, importa mais investigar os *processos* de constituição, de *hibridação,* nos termos propostos por autores como Canclini, Gruzinski, Quintero-Rivera, por exemplo, do que avaliar seu resultado final.

Dessa forma, entendo que a produção musical deve ser abordada pelo historiador não necessariamente na dependência de critérios estéticos – embora eles não devam ser desconsiderados na análise. Mas eles não são critérios para escolha das fontes musicais.

Frente à profunda diversificação da produção musical latino-americana, Canclini propõe exatamente a utilização da noção de *hibridação* no lugar de termos outros muitas vezes usados como seus antecedentes ou equivalentes, como mestiçagem, sincretismo, *crioulização*, etc., "para designar as misturas interculturais propriamente modernas, entre outras, aquelas geradas pelas integrações dos Estados nacionais, os populismos políticos e as indústrias culturais" [xii]. Ou seja, produções cuja análise não pode se esgotar na discussão de critérios estéticos, mas que remetem a questões sociais e a questões de poder. Esse posicionamento condiz com a perspectiva assumida por Quintero-Rivera, ao analisar a música cubana, quando esse autor acentua que os ritmos ali presentes sinalizam que não se trata de " músicas da África transportadas ao Novo Mundo, mas sim, músicas do Novo Mundo, com todo o continuado hibridismo que elas contêm e os transtornos dramáticos que os deslocamentos territoriais representaram e representam, nas formas de experimentar o tempo" [xiii].

Da mesma forma, ao analisar a obra musical de Helena Meirelles no contexto latino-americano, não há como se desconsiderar a mescla de influências – de tradições brasileiras, inclusive a partir da música caipira/sertaneja, de tradições paraguaias, argentinas e outras, que a tornam uma produção híbrida, contendo em si os "transtornos dramáticos", para usar a expressão do autor citado acima, que sinalizam os deslocamentos vivenciados pelas populações da fronteira. Transtornos que sinalizam a coexistência de

diferentes temporalidades, expressas nas muito diferenciadas formas de viver e se expressar que vão muito além das diferenciações politicamente colocadas.

Para concluir, queremos tão somente apontar a forma como Almir Sater e Paulo Simões expressaram essas questões de forma muito feliz na composição "Sonhos guaranis", especialmente se levarmos em consideração o sentido (oficial) sobre a Guerra da Tríplice Aliança construído tanto pelo Paraguai como pelo Brasil: *Mato Grosso encerra em sua própria terra / sonhos guaranis / por campos e serras / a história enterra / uma só raiz / que aflora nas emoções / e o tempo faz cicatriz / em mil canções lembrando / o que não se diz / Mato Grosso espera / esquecer quisera / o som dos fuzis / se não fosse a guerra / quem sabe hoje era / um outro país / amante das tradições / de que me fiz aprendiz / por mil paixões sabendo / morrer feliz.*

---

[i] Os violeiros usam formas diferentes de afinar a viola, algumas das quais têm nomes particulares. Há outros que afinam a partir da voz dos cantadores. Helena Meirelles, em depoimento a NEPOMUCENO (1999, p. 404), afirmou que afina "mais ou menos na paraguaçu, na oitavada e na direita, do jeito que a paraguaiada e o meu tio tocavam".

[ii] A harpa, inicialmente um instrumento de orquestra europeu, passou a ser tocada por músicos ambulantes paraguaios, adquirindo características próprias, o que fez com que ela passasse a ser denominada, justamente, "harpa paraguaia".

[iii] MORAES, José Geraldo Vinci de. História e Música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 20, n° 39, 2000, p. 210.

[iv] NAPOLITANO, Marcos. **História & Música** – história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 78.

[v] CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistencia –** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 92

[vi] A polca paraguaia, de compasso ¾, distingue-se das demais formas musicais que levam esse nome. Mais acelerada que a guarânia, muitas delas abordam temas históricos, principalmente relacionados com a Guerra do Paraguai e com a Guerra do Chaco.

[vii] O mesmo fenômeno se processou na música feita nos terreiros no Rio de Janeiro do início do século XX e que veio a ser chamada de samba – veja-se, por exemplo, o caso do *Pelo Telefone*, registrado por Donga.

[viii] No caso, as composições não podem ser pensadas separadas de sua execução, pois formam um todo indisssociável.

[ix] Esse grupo faz uma recuperação, de forma bastante elaborada musicalmente, de músicas tradicionais paraguaias, e apresenta composições próprias, muitas das quais em guarani.

[x] Há trabalhos que pretendem discutir a presença de influências paraguaias e argentinas na música do Mato Grosso do Sul configurando um processo identitário associado a uma "alma guarani", ligado a um processo de resistência cultural que tem origem na época colonial, na relação indígenas/jesuítas/bandeirantes. Não é essa a nossa perspectiva.

[xi] CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 28

[xii] Idem, ibidem,, Introdução, p. XXX.

[xiii] Apud VARGAS, Herom. O enfoque do hibridismo nos estudos da música popular latino-americana, in **Anais do V Congresso Latinoamericano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular,** Rio de Janeiro, 2004 (www.hist.puc.cl/historia/iaspmla.lhtml).

Renegados e excluídos:
cristãos islamizados perseguidos pela Inquisição portuguesa

Geraldo Pieroni (professor na Universidade Tuiuti do Paraná)

No dia 23 de maio de 1536, durante o reinado do rei D. João III, a Inquisição recebeu autorização para funcionar em Portugal. No entanto, por razões de divergências diplomáticas entre a monarquia portuguesa e a cúria romana, foi somente no dia 16 de junho de 1547, através da bula do papa Paulo III – *Meditatio Cordis* – que o Santo ofício foi definitivamente estabelecido.

O motivo essencial que justificava a punição daqueles que infringiam a lei divina, era a salvação de suas almas e para reintegrar uma minoria dissidente na sociedade católica, a Inquisição do Santo Ofício recorreu ao castigo e à catequização: meios do *compellere intrare* numa época onde o temor estava institucionalizado. Mais eficaz que a fogueira foi a "pedagogia do medo"[1] que gerou a ruína de muitos indivíduos e de suas famílias. Esta arma, a mais discreta de todas as punições e suplícios, foi indubitavelmente, a que melhor coagiu.

Os heréticos, na maioria judaizantes, foram rigorosamente perseguidos. Além deles, haviam também os cristãos convertidos ao islamismo, os assim chamados RENEGADOS. Durante nossa pesquisa nos Institutos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em Lisboa, inúmeras questões emergiam ao estudar os processos destes desviantes. Nos perguntávamos, por exemplo, se foram eles islamizados voluntariamente ou forçados pelos mouros a seguirem os preceitos de Maomé? Mesmo se a maioria dos processos analisados

afirmavam o constrangimento da apostasia, é evidente que nem todos foram compelidos a se converterem ao islã. Sem dúvida muitos portugueses aderiram a lei de Maomé voluntariamente com o objetivo de uma maior integração ao meio cultural onde eles estavam inseridos. No entanto, segundo os processos, os réus se diziam obrigados a "passarem para a seita dos mouros".

A perseguição aos portugueses islamizados (batizados e portanto pertencentes à Igreja católica) explica-se pelo fervor e intolerância do Estado e da Igreja no século XVI, época na qual uma densa atmosfera religiosa banhava a Europa cristã. Em Portugal, nos tempos inquisitoriais, a fé e o ardor em relação a Deus e sua corte celeste estavam profundamente presentes no quotidiano do povo. A religião católica penetrava e ao mesmo tempo regulamentava a vida social e individual dos povos ibéricos, os quais freqüentemente exprimiam sua religiosidade através de fulgurantes manifestações exteriorizadas: grandes cerimônias, procissões e peregrinações. Os portugueses – homens e mulheres de devoção profunda – glorificavam a Deus e ao seu filho Jesus, veneravam a Virgem Maria e suplicavam aos santos que lhes concedessem graças e milagres. A nação portuguesa não se concebe, portanto, sem um catolicismo fervoroso. O Reino é considerado sagrado por causa da predestinação divina que escolheu a monarquia e o povo lusitano como arautos do catolicismo. O Santo Ofício encarregava-se, com muito zelo, de manter a ortodoxia da religião e de salvaguardar os dogmas que sustentavam a magnificência espiritual da Igreja. Os olhos atentos dos inquisidores estavam em todo lugar: nos lares, nas igrejas, nas praças e tabernas. Em nome da verdadeira doutrina, a Inquisição

vigiava os comportamentos desviantes desse povo destinado por Deus à uma missão sagrada: defender e difundir a fé.

Estamos no século XVI e numa sociedade cujas leis se fundamentavam nos valores morais e espirituais do catolicismo. Neste contexto é evidente que o islamismo era visto como inimigo a ser combatido. A legislação portuguesa encontrava várias maneiras de persegui-lo. Vender aos mouros, coisas proibidas, como armas, material de construção de navios "ou qualquer outro instrumento que os infiéis pudessem utilizar em ato de guerra"[2], era um delito grave que punia o infrator com a pena de degredo. Também castigados eram aqueles que iam ao território dos mouros sem a permissão do rei, ou aqueles que, "sem a obrigatória licença real", levavam para fora do Reino trigo, cevada, farinha ou qualquer cereal, peles de cabras e "outras peles"[3]. Condenados ao degredo na África eram todos aqueles que encaminhassem os cristãos para as terras islâmicas. Além do banimento os infratores teriam suas casas e propriedades confiscadas. As Ordenações Filipinas (1603) estipulavam o lugar e a duração do degredo: "quatro anos para a África". O capitão do navio que fizesse tal transporte seria também degredado[4].

Além das ordenações seculares, os cristãos islamizados eram também perseguidos pelos Regimentos inquisitoriais. O livro III do Regimento de 1640, aquele que melhor aprofundou as penas para cada tipo de crime, especifica, detalhadamente, as penas "que hão de haver os culpados nos crimes de que se conhece no Santo Ofício"[5]. Todos os delitos de interesses dos juizes da fé e suas respectivas punições são minuciosamente explicados neste códice. As faltas cometidas contra a religião e a moral católica sobressaem. O Santo Ofício possuía uma jurisdição detalhada sobre os crimes relacionados à heresia. Na realidade não é muito comum encontrar os condenados pela

Inquisição acusados de seguirem a doutrina de Maomé. Mas eles existem nas listas dos auto-da-fé e são sobre eles que trataremos agora.

Manuel Cardoso, um jovem marinheiro de 23 anos, por exemplo, foi condenado a 6 anos de degredo "por ter negado a fé católica e ter passado para a seita mafona" (partidários de Maomé). Segundo os inquisidores, Manuel rezava para Mafomede (Maomé, Muhamed) "cujos mouros consideravam como um santo"[6].

Outro perseguido foi Pedro Afonso acusado de defender a doutrina islâmica e de proferir blasfêmias negando a vida eterna e a ressurreição da carne. Pedro tinha 60 anos quando foi preso pela Inquisição de Évora em 22 de julho de 1551. Ele foi conduzido ao auto-da-fé, descalço e sem carocha, levando à mão uma vela acesa e sua boca foi coberta com uma mordaça[7].

As leis confirmavam sempre mais a intenção de dificultar qualquer benefício aos maometanos. Se alguém era acusado de ter ido nas "terras dos mouros" e de ter abandonado a fé católica negando, diante dos inquisidores, esta apostasia, era torturado por ter tido "a pretensão de não se sentir bem da fé católica e de ter passado para a religião dos mouros". Se apesar das torturas, o acusado persistia "negativo", ele faria uma retratação pública em um determinado local definido pelos juizes e seria punido segundo sua condição social e conforme a gravidade da falta cometida.

No caso em que algum suspeito confessasse ter passado para a "seita dos mouros" por medo e constrangimento, o Regimento do Santo Ofício determinava que o culpado fosse torturado por não ter se apresentado para confessar seu crime diante do tribunal da Inquisição. Foi o que aconteceu com Tomé de Carvalho, um caso entre tantos que se encontra nas listas dos condenados. Situações como esta não eram atípicas e mostravam que a

"conversão" ao islamismo se manifestava como uma necessidade de sobrevivência. Os documentos analisados - os famosos processos inquisitoriais - devem, evidentemente, ser lidos criticamente. Se uma primeira leitura destes dossiês permite descobrir os sentimentos que animaram as autoridades inquisitoriais que os produziram, uma leitura mais aprofundada faz vir à tona o pensamento escondido dos condenados e, sobretudo, suas queixas, lamentos e sofrimento. Durante os interrogatórios, as perguntas dos inquisidores condicionavam determinadas respostas que davam poucas chances ao réu de escapar das acusações. Eis o caso:

O menino Tomé de Carvalho, filho de Maria Álvares e de Manoel Carvalho, era um grumete que viajava pelo mundo inteiro. Quando tinha 12 anos e se encontrava num navio cujo destino seria o Brasil, ele juntamente com seu pai e outros companheiros, foram presos pelos mouros quando passavam pela África do norte. Todos foram levados para Salé, importante praça comercial do Marrocos, lá foram vendidos como escravos. Maltratado, o pequeno Tomé negou a fé católica e passou a ser chamado de Solimão. Em seguida ainda prisioneiro, o menino e os demais capturados embarcaram, num navio corsário, para Alger, famosa cidade da Argélia, situada entre o mar Mediterrâneo e os maciços da cadeia do Atlas Teliano. Nas proximidades do Algarve a tripulação se rebelou e os revoltosos mataram alguns mouros conseguindo aprisionar os 14 sobreviventes restantes. Todos foram para Tavira, outra cidade situada no sul de Portugal. Alguns anos se passaram. Tomé cresceu e tornou-se adulto. Ele continuava sendo um marinheiro quando foi encarcerado pelo Santo Ofício. Acusado de heresia, ele ouviu seu veredicto na sala da Inquisição onde com uma vela acesa na mão abjurou o islã. Todos estes fatos que mais se assemelham às peripécias de um filme de aventuras,

tiveram sua conclusão no dia 6 de setembro de 1632 quando os inquisidores decidiram punir o réu com algumas penitenciais espirituais. Tomé explicou aos eclesiásticos da Inquisição que ele não queria absolutamente ser maometano mas que, na África islâmica, foi obrigado a negar a fé católica para salvar sua vida[8].

Os números da repressão aos praticantes da religião islâmica registrados pela Inquisição portuguesa não são relevantes se comparados aos perseguidos de origem judaica. Na Inquisição de Évora, por exemplo, no período de 1536 a 1668, conta-se 93 processos em 8644, ou seja, um pouco mais de 1%. Quase todos os acusados eram cristãos renegados na África mediterrânea e que aderiram o islã para escaparem ou amenizarem o cativeiro. Diante dos juizes inquisitoriais eles não podiam comportar de outra maneira. Se confessassem ter aderido ao islã voluntariamente as penas seriam muito mais rígidas.

Na década 1551-1560 a perseguição inquisitorial, ao que tudo indica, atingiu uma maior intensidade contra os remanescentes mouros. Neste período tivemos 47 processos contra muçulmanos, o que representa 19% dos casos[9]. Nessa época um cristão islamizado foi condenado a morte. Seu nome era Pedro Álvares, de 41 anos, casado, natural do Campo de Azamor, residente em Évora. Era um estalajadeiro. No seu processo encontra-se a seguinte acusação: “Como mouro ele se encomendava a Mafomede e a outros que os mouros têm por santos, as quais cousas ele réu disse em ajuntamentos. No tempo de comer, ele réu benzia a mesa e dava as graças como mouro .... E como tal chamava seus filhos pelo nome de mouros”. Pedro Álvares negou todas as acusações dizendo que não aderia a “seita de Mafomede”. Foi queimado no auto da fé do dia 12 de maio de 1560[10].

Ao que tudo indica, segundo os processos inquisitoriais que consultamos e, portanto, vistos pelo olhar da doutrina católica, quase todos se converteram ao islã para “salvar suas vidas” ou simplesmente porque foram escravizados pelos mouros e utilizados na lide corsária mediterrânica. Muitos deles tinham sido aprisionados no norte da África e depois de várias tentativas conseguiram fugir e voltar à Portugal sem , contudo, poderem viver livres e em paz. Uma vez em solo pátrio, distantes das práticas islâmicas, eles tinham ainda um obstáculo a ser superado: o rigor dos juizes da fé que os perseguiam com o objetivo de saber se eles haviam renegado a fé católica durante o período que se encontravam cativos dos mouros. A atitude mais adequada para ver-se livres das garras inquisitoriais era a de se apresentarem voluntariamente diante da mesa dos inquisidores, contado-lhes suas variadas histórias de capturas, naufrágios, corsos e mortes. Como corretivo eles eram catequizados nos principais dogmas católicos e depois de prometerem permanecer fiéis à Igreja de Roma, partiam para poderem cumprir suas penas espirituais que consistiam em assistir missas, rezar o terço e visitar santuários. Enfim, eram perdoados, salvo evidentemente, se negassem às acusações feitas contra eles ou se fossem reincidentes nos seus delitos considerados heréticos. Nestes casos as penas eram múltiplas, de acordo com a gravidade de cada caso: morte na fogueira, degredo para a África ou para o Brasil, confisco dos bens, prisões, açoites e penas espirituais.

A maioria dos cristãos islamizados atuava na lide colonial e, portanto, acostumados a adentrarem universos e culturas diferentes. Eles deslizavam, segundo a conveniência, entre a doutrina católica e os preceitos islâmicos. Na África mediterrânea eram muçulmanos e em Portugal eram católicos.

A sociedade portuguesa regida pela intolerância sufocava qualquer possibilidade de racionalidade fora das doutrinas inquisitoriais e do Estado. A justiça apontava uma vítima capaz de personificar o pecado e o delito social. O perseguido era o "bode espiatório", o qual René Girard na sua obra "A violência e o sagrado" estudou em profundidade[11]. No caso deste nosso estudo é a exclusão social do herético que caracterizava a vítima. Supressão determinada pelo sistema penal cujo princípio de justiça estava imbuído de traços de vingança. Os castigos aplicados aos heterodoxos funcionavam como revanche ao desrespeito das leis e dogmas.

O Trono e o Altar utilizaram a violência como mecanismo para a harmonização social e o triunfo político e religioso. A monarquia e a Inquisição eram instituições unânimes e onipresentes. Nenhum grupo podia se voltar contra suas decisões. Eram entidades que possuiam o monopólio sobre a vingança. O Dicionário dos Inquisidores afirmava categoricamente que castigar não era um ato de crueldade mas sim de piedade: "Aquele que bate nos malvados não é um homem cruel, é um ministro de Deus". Para os inquisidores não existiria Juízo final se todos os pecados fossem punidos nesta Terra[12]. As legislações do Estado se inspiravam nesta mesma máxima.

---

[1] Bartolomé Bennassar. L´Inquisition Espagnole. Hachette. Paris: 1979, p. 101.
[2] Ordenações Filipinas, Livro V, título CIX: Das cousas que são defensas levarem-se a terra de Mouros.
[3] Ordenações Filipinas, Livro V, título CVIII: Que nenhuma pessoa vá a terra de Mouros sem licença d'El Rey. E título CXII: Das cousas que se não podem levar fora do Reino sem licença de El Rey.
[4] Ordenações Filipinas, Livro V, título CXI: Dos cristãos novos e mouros e cristãos mouriscos que vão para terra de mouros ou para as partes de África, e dos que os levam.
[5] Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal, ordenado por mandado do Ilmo e Rmo senhor Bispo D. Francisco de Castro, Inquisidor Geral do Conselho de Estado de S. Majestade. Em Lisboa, nos Estaos, por Manoel da Silva, 1640, Livro III.
[6] IAN/TT (Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo). Conselho Geral do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 435.
[7] IAN/TT. Inquisição de Évora, processo 5649: Pedro Afonso.
[8] IAN/TT. Inquisição de Évora, processo 2237: Tomé de Carvalho.
[9] António Borges Coelho. Inquisição de Évora. Editorial Caminho, Lisboa: 1987, vol. 1, pp. 230-232.
[10] IAN/TT, Inquisição de Évora, processo 8582: Pedro Álvares.
[11] René Girard. A violência e o sagrado. Unesp, São Paulo: 1990.
[12] Dictionnaire des Inquisiteurs, Valence, 1494, Éditions Galilée, Paris: 1981, pp. 158 e 269.

"Rede Globo retratando uma história *fantástica*: Aids, de 1983 a 1992".

BARATA, Germana Fernandes[1] e MAGALHÃES, Gildo [2]

[1]Mestranda em História Social - FFLCH/USP

[2] Professor Livre-docente do Depto. de História - FFLCH/USP

O surgimento da Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) nos anos 1980 como maior epidemia do século XX modificou o papel da medicina e da ciência, como panacéia para os problemas humanos. Evidenciou as relações sexuais da sociedade - pós-liberação sexual, vivida no final da década de 1960 e marcada pelo festival de Woodstock – e, no Brasil, os inúmeros preconceitos, censuras e moral relativos a ela, em harmonia com o governo militar que encerraria em 1985, 20 anos de castração intelectual. Foi também a Aids que implementou mudanças no Brasil, sem precedentes, no sistema público de saúde, no controle de qualidade dos bancos de sangue, no engajamento da comunidade homossexual e nas disputas pela quebra de patentes de medicamentos da poderosa e bilionária indústria farmacêutica mundial. Nenhuma outra patogenia impulsionou tantas discussões científicas, governamentais e sociais, em tão curto espaço de tempo e de forma globalizada. Desempenhou também papel importante na divulgação científica, levando ao público leigo informações sobre as descobertas, avanços e desafios enfrentados por médicos e cientistas e revitalizou o diálogo dentro dos lares entre diferentes gerações e casais. Democratizou a preocupação com a contração e disseminação da doença entre pobres e ricos, jovens e velhos, homens e mulheres, brancos e negros, alfabetizados e iletrados. Conquistou importante espaço na grande mídia, brilhou em Hollywood, popularizou seu símbolo de fita vermelha e humanizou os doentes através de seus célebres soro-positivos. Trouxe à tona velhos mitos e símbolos da humanidade, sempre latentes no inconsciente coletivo, e nos obrigou a lidar com a fragilidade do homem moderno e seu temor pela morte.

Nestes 25 anos após o reconhecimento oficial do primeiro caso da Aids no mundo [1], a problemática da doença se sofisticou, passando do *status* de doença letal para crônica,

baixando a guarda das novas gerações que cresceram na era dos coquetéis anti-HIV (vírus causador da Aids), onde os soro-positivos podem retomar suas vidas e se reintegrar na sociedade, muitas vezes preferindo manter sua condição em sigilo. Ainda não existe cura, mas os tratamentos avançaram e a qualidade de vida dos pacientes que têm acesso à medicação melhorou. Apesar disso, permanece o estigma em torno dos portadores do vírus HIV, que são automaticamente julgados por meio de onde e como se deu a contração da síndrome.

Entender essas múltiplas facetas em que a doença estava imersa é fundamental para a análise que se segue. Nosso foco de interesse é a divulgação científica da Aids para a população brasileira durante os dez primeiros anos em que a doença pautou a grande mídia, de 1983 a 1992. No caso da Aids, a informação era, e ainda hoje é, o maior aliado de sua prevenção. E são justamente as primeiras notícias divulgadas que ajudaram a construir o imaginário da doença na população e moldaram ou reforçaram o comportamento social diante da doença e de seus pacientes.

Nos primeiros anos da década de 1980, a divulgação das informações sobre a Aids precisou encontrar um equilíbrio entre tratar a questão pelo viés da moralidade - condenando os comportamentos dos grupos mais infectados pelo HIV e o da saúde pública, procurando garantir aos infectados uma qualidade de vida e tratamento médico, limites muito tênues nos primeiros anos da Aids. Foi assim que, a mídia se viu diante de um desafio: reportar um novo problema de saúde fatal e desconhecido, de uma forma responsável - informar sem inflamar, educar sem alardear [2].

Certamente, esta não é a primeira vez que a divulgação da Aids nos meios de comunicação de massa desperta a atenção da academia. No entanto, as análises da divulgação da Aids através da mídia brasileira têm sido feitas quase exclusivamente baseadas nos jornais. Estes, diferentemente da televisão, ainda são um produto de elite, atingindo uma pequena parcela da população. Segundo dados do IBOPE, apenas 19% dos paulistanos lêem jornal (abril a junho de 2002), enquanto a televisão está presente em mais

de 90% dos lares brasileiros (2003), reforçando sua denominação de meio de comunicação de massa.

Televisão

No caso da Aids, a televisão desempenhou papel chave ao apresentá-la à população, muito antes que os governos, profissionais da saúde e pesquisadores tivessem respostas seguras sobre a doença. Trabalhos que tomaram a televisão enquanto meio de divulgação da Aids são escassos e lidam apenas com campanhas de prevenção da doença exibidas durante os intervalos comerciais e não propriamente dentro de programas televisivos. Este é o caso da análise das campanhas produzidas pela Rede Globo entre 1990 e 1994, estudada por Polistchuck (1999), ou pelo Ministério da Saúde, como fizeram Hildebrand (1995), de 1988 a 1991, e, mais recentemente, Contrera (2002)[3]. As campanhas, diferentemente do noticiário, estão voltadas para a prevenção e foram lançadas em 1986, quando o mundo já tinha construído uma primeira imagem da Aids.

A linguagem visual é o diferencial mais poderoso da TV que, além de dar mais credibilidade e veracidade às informações, carrega consigo símbolos e significados que fazem dela uma grande produtora de mitos. Essa capacidade de disseminar formas simbólicas, via texto e imagem, funciona como sementes ideológicas que são reforçadas na vida cotidiana e podem ser incorporadas nas interações sociais. Os símbolos que aparecem na TV são produzidos por ela, mas também reproduzidos a partir da sociedade, em um processo de retro-alimentação. “A TV não manda ninguém fazer o que faz; antes autoriza, como espelho premonitório, que seja feito o que já é feito”[4], contrariando a visão de que a televisão manipula seus espectadores, que dela tudo aceitam de maneira passiva.

O *Fantástico*

Neste trabalho optou-se pela análise da divulgação da Aids, quando ela surgiu nas telas da TV, através do programa *Fantástico* da Rede Globo - emissora que já na época liderava a audiência nacional com e estava presente em todo o território nacional por meio de suas regionais. Trata-se de um programa-revista, que contém os resumos dos principais fatos da semana e, há 32 anos, vai ao ar sempre aos domingos, arrebanhando grandes

índices de audiência [5]. Uma das características mais marcantes desse programa é a valorização de histórias extraordinárias, bizarras e grotescas inspiradas no gênero f*ait divers* – originado na França do século XVIII para contar histórias na forma oral e escrita. "O *fait divers* proporciona assuntos que desviem da norma, levando o público a sentir-se melhor sobre si mesmo e descompromissando o autor da responsabilidade de analisar a história, ou seja, ao narrador cabe o papel de simplesmente mostrar/contar esta história" [6]. A Aids, por ter sido à época uma doença desconhecida, moralizante (por ser transmitida sexualmente, principalmente), mortal e com alta capacidade de disseminação, atendeu prontamente os quesitos exigidos pelo *fait divers*.

Outra característica importante é que o *Fantástico* se destacou na divulgação de temas de Ciência e Tecnologia desde a década de 1970, quando mostrava os avanços dos países desenvolvidos [7] e sempre reservou amplas reportagens à questão da saúde, confirmando a preferência pelo tema também na divulgação científica de jornais e revistas. Muitos dos repórteres que cobriram a Aids no programa já tinham um histórico de trabalhos na área de saúde, como Hélio Costa, Ernesto Paglia e Eleonora Pascoal.

Nossa análise partiu de um levantamento feito pelo Centro de Documentação (Cedoc) da Rede Globo de televisão sobre as matérias que abordaram a Aids de 1981 a 1990, para cobrirmos a primeira década da doença. Como a busca no banco de dados é feita através do uso de palavras-chave (neste caso *Aids*), foram localizadas 105 matérias entre 1983 e 1992. Destas selecionou-se 25 que priorizaram os aspectos científicos da doença - encontros científicos, descobertas e avanços na prevenção, diagnóstico e tratamento -, além do anúncio da morte de personalidades (Freddy Mercury e Lauro Corona) e sobre comportamento (conceito de comportamento de risco, sexo seguro e manifestações no mundo). O tamanho da amostra foi definido dentro das possibilidades disponibilizadas pela equipe do Cedoc.

O foco está menos no conteúdo científico e mais nos símbolos e signos da Aids e da ciência produzidos como fruto de um fenômeno cultural, a partir de uma leitura e análise das imagens e do texto. Como a amostragem era pequena para a primeira década da Aids,

optou-se por uma análise qualitativa em detrimento da quantitativa. As hipóteses colocadas eram de que, pelas características do *Fantástico*, a divulgação da Aids teria reforçado: a imagem da ciência como mito e acima de qualquer suspeita (ou seja, não sendo questionada); os estereótipos e estigmas da doença; e as metáforas e mitos das doenças presentes no inconsciente coletivo.

Resultados

Na história da Aids, o *Fantástico* foi pioneiro na divulgação do nome Aids na grande mídia ao exibir em 27 de março de 1983 a reportagem "Síndrome da Deficiência Imunologia-Epidemia do Século" de Hélio Costa. Segundo Soares [8], a matéria mais antiga sobre a síndrome a que ela teve acesso data de 3 de junho de 1983, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* sob o título "Congresso Debate doença comum entre homossexuais", que já trazia o nome de Aids e constava que no Brasil ainda não teria sido diagnosticado nenhum caso. O *Jornal do Brasil*, no entanto, bate a FSP com sua notícia de 21 de abril de 1983 de título "Congresso debate no Rio Aids, a doença que prefere os 'gays'". Outras notícias trataram da Aids anteriormente ao *Fantástico*, mas não nomeavam a doença desta forma. São elas: "Doença nova atinge homossexuais nos EUA" (30/05/1982), do *Jornal do Brasil, e* "Médico relatará o 'câncer dos homossexuais'", de 25 de março de 1983, da *Folha de S. Paulo*. Mais interessante é perceber a dimensão que o *Fantástico* dá à doença quando apenas em junho daquele mesmo ano apareceriam os primeiros dois casos de Aids no Brasil.

De forma geral, as notícias tiveram uma média de 7 minutos de duração, o que é considerado alto para os padrões das notícias televisivas (2 minutos já pode ser considerado relevante nos telejornais diários). As imagens da ciência estão exaustivamente presentes: tubos de ensaio, laboratórios, cientistas vestindo o jaleco branco, óculos, livros, microscópios, células e bactérias em movimento no microscópio, técnicos trabalhando no laboratório, entre outras. As qualificações dos cientistas ou especialistas são sempre enfatizadas, de forma a legitimar a informação dada pelos entrevistados. A autoria das matérias fica diluída em meio ao amplo número de repórteres em cada notícia. Muitas fontes são consultadas por matéria, chegando a 10 cientistas em apenas uma delas, com uma

média de 4. Os adjetivos usados nas matérias reforçam o gênero *fait divers* do programa: assunto *grave*, doença *misteriosa*, epidemia mais *violenta*, mal *fulminante*, avanço *assustador*, resultado *dramático*, estatísticas *estarrecedoras*, *esperança* na luta, *melhores* perspectivas, apenas para citar alguns.

De 1983 a 84, as matérias continham um tom reforçando o medo, o pânico e o mistério, estampado nas músicas de fundo, imagens escuras, voz do narrador, que direcionam a interpretação que o telespectador deve fazer da informação recebida. Aqui, as informações priorizadas são as científicas, principalmente no que diz respeito ao mecanismo de ação da doença e do sistema imunológico, formas de contaminação, sintomas, grupos de risco (principalmente "homossexuais, drogados, refugiados haitianos e pessoas que receberam transfusão de sangue") e busca por uma vacina. A Aids é tratada como mal, epidemia, peste, sendo 100% mortal, fatal, fulminante. O objetivo principal é informar, sem questionar, mas as notícias chegam de forma a distanciar o espectador às realidades apresentadas.

A partir de 1985, quando o governo federal brasileiro oficializa sua ação de combate à Aids, as notícias passam a ter um tom alarmante, enfatizando que a epidemia está se disseminando e aproximando-se do espectador. O discurso científico passa a lidar também com a política: falta de investimentos em pesquisa, equipamentos para hospitais e recursos humanos para tentar conter a doença. Os pacientes passam a ser ouvidos. Surgem mapas da Aids no Brasil e no mundo e informações sobre os hospitais que atendem os pacientes da Aids. Ainda se fala em grupo de risco, com mais enfoque para homossexuais e usuários de drogas, além de avanços no tratamento da Aids. Embora apareça aqui a busca por tratamentos alternativos, a ciência é mostrada como reguladora da ordem, dos parâmetros, estando acima de tudo que não tenha seu aval, e, ao mesmo tempo, não se questiona quando ela própria utiliza pacientes para testar seus novos medicamentos.

De 1989 a 1992, o discurso passa a incorporar um tom de esperança. Surgem novas drogas que ampliam as possibilidades de tratamento, fala-se em vacina, em prolongamento da vida dos pacientes. Muda o perfil da doença e os heterossexuais e mulheres passam a

ser os principais novos casos de Aids. Cientistas aparecem cobrando mais ação do governo em relação a campanhas de saúde, distribuição de preservativos, medicamentos para todos os pacientes de Aids. Aparecem os primeiros rostos e nomes de pacientes, as primeiras celebridades com a doença e que contribuem para diminuir o preconceito da doença e humanizar seus doentes. Iniciam-se matérias que se interessam em esclarecer como a população deve agir em relação à Aids, com os temas de comportamento. Fica clara a aproximação e correspondência com o público.

Conclusão

A divulgação da Aids sem dúvida é carregada de símbolos de medo, moral, ciência, esperança que vão intercalando-se conforme aumenta o conhecimento sobre a doença, muda o perfil dos pacientes de Aids e os papéis dos atores na história - primeiro os cientistas, depois o governo, os pacientes e a sociedade em geral. As informações são bastante presas ao discurso das fontes consultadas, de forma a não se responsabilizar pelos discursos das notícias.

Por vezes o discurso da imagem se contrapõe ao do texto. Assim, embora seja dito que todos podem potencialmente contrair a Aids, as imagens enfatizam os homens homossexuais como principais contaminados. Fala-se em evitar o preconceito e o pânico, mas as imagens frisam salas de hospitais com aviso de *isolado*, pacientes são citados com nomes fictícios, mostrados de costas ou aparecendo apenas uma parte de seu corpo, surge faixa preta nos olhos da foto do paciente ou apenas sua sombra, e pergunta-se como contraíram a doença, novamente reforçando o julgamento da doença e seu caráter marginalizador.

É possível que um discurso contrário gerasse estranhamento nos telespectadores e resultasse em diminuição da audiência e, conseqüentemente, de ganhos da emissora. Em função da busca por esta correspondência de significados, o *Fantástico* poderia ter contribuído para aproximar seu público de um problema que já em seu primeiro programa anunciara que seria a epidemia do século. Ao contrário, preferiu reproduzir os valores e moral presentes na sociedade, deixando-a distanciada da realidade da Aids e contribuindo

para um quadro de ignorância que persistiu na sociedade brasileira até ela perceber que a Aids era problema de todos.

A mídia não foi a única a experimentar um período de desinformação sobre esse assunto. A própria ciência biomédica teve dificuldade em entender os mecanismos de atuação do retrovírus do porte do HIV, contribuindo para a manutenção de mitos sobre a doença[9], como de início pensou-se que a transmissão seria unicamente anal[10]. Por outro lado, a Aids recolocou em discussão a subjetividade e os limites da distinção entre normal e patológico, tema historicizado e dinâmico [11], extrapolando da seara médica para a de costumes. A mídia, cuja relação de divulgação com a ciência, é tantas vezes problemática, no caso do programa *Fantástico* preencheu algumas lacunas junto ao grande público, mas deixou a descoberto os flancos por onde entram as questões bioéticas, morais e, no final, ideológicas.

Palavras-chave: Aids, televisão, divulgação científica, história da doença.

---

[1] Em 1981 inúmeros médicos diagnosticam uma nova doença, Aids, em grupos de homens homossexuais nos EUA. *The Chronology of Aids Research*. Nature. Vol. 326 (2), April, 1987.

[2] PRINCETON Survey Research Associates. *Covering the Epidemic: AIDS in the News Media, 1985-1996* (online). Menlo Park, CA: Henry J. Kaiser Family Foundation. p.1, June 26, 1996. Disponível em http:www.kff.org/archive/ aids_hiv/ general/psr/toc.html.

[3] POLISTCHUCK, Ilana. *Campanhas de Saúde pela Televisão: a campanha da Aids da rede Globo*. Escola de Comunicação da UFRJ, 1999. HILDEBRAND, Luci Mary Araújo. Comunicação oficial brasileira sobre a Aids: um percurso pelas linhas e entrelinhas da telinha da teve. Escola de Comunicações e Artes-USP. 1995. CONTRERA, Wildney Feres. *Saindo da toca: um passeio no espaço público: A publicidade Oficial sobre Aids e o seu impacto comportamental*. Dissertação de Mestrado apresentada na ECA-USP. 2002.

[4] Bucci, Eugênio e Kehl, Maria Rita, *Videologias*, pp.15 e 19. (São Paulo Boitempo, 2004).

[5] Por exemplo, de 2 a 8 de maio de 2005 chegou a 33% na Grande São Paulo, segundo dados do IBOPE.

[6] *Apud* Dubied, Annik e Lits, Marc. Extraído de MESQUITA, S. *Fantástico 27 anos no ar: o caleidoscópio da TV brasileira*. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, pp.45, 1999.

[7] SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira em *A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo*. AnnaBlume. São Paulo. 1999.

[8] SOARES, Rosana de Lima. *Imagens Veladas: aids, imprensa e linguagem*. AnnaBlume. São Paulo, 2001.

[9] ROOT-BERNSTEIN, Robert S. *Five Myths about Aids that have misdirected research and treatment*. Genetica, vol.95, N. 1-3, 1995.

[10] Nas palavras de Robert Gallo, um dos descobridores do vírus da Aids, se alguém quisesse um agente biológico perfeito, seria difícil ganhar desse vírus – citado em Grauerholz, John, *Optical biophysics and viruses*, *21st Century*, vol. 1, n° 3, July-August 1988.

[11] Conforme discorreu o médico e historiador da ciência Georges Canguilhem, em sua clássica tese de doutorado (1943), *O Normal e o Patológico* (Rio de Janeiro Forense Universitária, 1995).

ANTISEMITISMO NA REPÚBLICA VELHA: AS POLACAS

Getúlio Nascentes da Cunha

Ao olharmos para os estudos sobre o anti-semitismo na história brasileira é perceptível algumas lacunas. Os estudos de Maria Tucci Carneiro sobre o anti-semitismo na colônia e depois durante o Estado Novo, são fundamentais para a compreensão do problema. Por outro lado, os trabalhos de Jeffrey Lesser sobre a imigração judaica apesar de traão judaica apesar de trazer novas luzes sobre a questão, não detalha os problemas da inserção dos imigrantes dentro do contexto nacional

O racismo durante o período da República Velha é hoje um assunto de consenso entre os historiadores, principalmente para aqueles que se dedicam à imigração. Era patente a preocupação daqueles que se dedicaram à política imigratória, com a questão racial. Quais os grupos seriam mais adequados às necessidades nacionais era discussão presente em vários autores da época. Essas necessidades não se referiam apenas à questão econômica, mas também ao próprio perfil racial que se pretendia construir para o brasileiro. A questão do branqueamento era central em todas as discussões que pautavam o programa de imigração e vinham já do século XIX, ganhando no início do século XX apenas uma roupagem mais científica coma incorporação das teorias racistas decorrentes do darwinismo social então em voga.

Dentro da divisão de raças propostas por Le Bon, os povos semitas, entre eles os judeus, eram tratados como uma raça média[1]. Durante a Primeira República não parece ter havido uma restrição específica à entrada de imigrantes judeus. O objetivo central era a atração de europeus, dentro do objetivo de embranquecimento da população brasileira. Não havia uma categoria específica para os judeus. Por outro lado, não havia um significativo interesse da população judaica em imigrar para o Brasil[2]. O fato do país ser basicamente agrário e com forte influência do catolicismo são apontados como fatores que dificultavam a entrada de imigrantes judeus. A população de judeus no final da década de

1910 era estimada entre 6.000 e 8.000 pessoas, que se dedicavam sobretudo a atividades urbanas[3].

A partir da década de 1920, o número de imigrantes judeus começou a crescer. Entre 1920 e 1936 entraram no Brasil algo entre 40.000 e 50.000 judeus vindo principalmente da Polônia, Romênia e Lituânia. Esse aumento de imigração se deveu tanto pela melhoria das condições econômicas do Brasil que ofereciam melhores oportunidades, mas também, e principalmente, pelas restrições à imigração impostas pelos Estados Unidos, Canadá e Argentina.

O crescimento da população de judeus e o seu estabelecimento como uma população estável e que se identificava como sendo judaica mudou a forma como a população brasileira via esse grupo. Desde logo começou-se a construção de estigmas que fundamentaram práticas sociais discriminatórias. A construção de estigmas demonstra a forte presença do anti-semitismo na sociedade brasileira. Anti-semitismo que não teve origem na década de 1930 com a ação dos integralistas ou coma política do Estado Novo, mas que já estava presente como valor na população quando imigrantes judeus começaram a chegar ao Brasil em finais do século XIX.

Dois pontos são fundamentais. O primeiro diz respeito ao estigma judeu-cáften-prostituta, posteriormente transformado em judeu-cáften-prostituta-comunista. O segundo, refere-se à preocupação internacional de deter o tráfico de mulheres, mais especificamente o de mulheres brancas, numa clara indicação de que a prostituição de européias escandalizava a Europa, ao mesmo tempo em que reafirmava o estigma judeu-pária social, já que grande número dessas mulheres eram judias. Mais ainda, para o olhar anti-semita só estaria havendo a prostituição de “polacas” e, para o mundo constituído no circuito das práticas sociais repressivas, apenas um grupo de pessoas seria capaz de escravizar essas mulheres brancas: o judeu degenerador.

A metáfora do corpo doente era bastante utilizada para representar a forma como os judeus atuariam. Não havia melhor maneira de se destruir moralmente o homem (e, junto com esta destruição produzir sua corrosão física), do que através da prostituição

(da qual se encarregam os agentes judeus: as prostitutas e os cáftens) e da temida sífilis. Uma vez enfraquecido o corpo, poderiam agir facilmente as doenças que os judeus traziam consigo: o socialismo, o comunismo e o internacionalismo[4].

Na opinião dos anti-semitas do início do século XX, os povos cristãos estavam decadentes, embrutecidos pelos vícios; a juventude encontrava-se corrompida pelos clássicos e pelo deboche precoce em que a lançaram ao agentes do judaísmo, os seus comissários espalhados por todo o mundo, não era difícil achar razões que explicassem a capacidade dos judeus de colocarem suas próprias mulheres para se prostituírem[5]. Segundo Witold Kowerski isso seria natural, pois estaria no Talmud que "uma judia copulando com um boi, não perde a sua virgindade"[6]. Se era assim, as prostitutas poderiam servir ao complô judaico sem se preocupar com as sanções religiosas. Se o próprio Talmud as autorizava a copular com um boi, na visão do anti-semita, com certeza não haveria de punir a cópula com um cristão, cujo objetivo final era ser tão escravo dos judeus como os bois.

A presença de mulheres de origem judaica na prostituição das principais cidades brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Santos era fato conhecido desde o final do século XIX. O número exato dessas mulheres é desconhecido, mas as estimativas apontam em mais de 10.000 mulheres trazidos para o Brasil através do tráfico internacional, entre 1908 e 1930[7]. O número não era grande se comparado com outros grupos, inclusive o das próprias brasileiras. Ainda assim chama a atenção de todos, inclusive do jurista Evaristo de Moraes. Segundo ele:

> Um dos aspectos e tristes da pobrez israelita – aspecto que se oferece – é o da contribuição dessa pobreza para o lodaçal da prostituição. Desde os últimos anos do Império, fora notado o fenômeno: vinham às porções, pobres moças judias, trazidas por vis exploradores [também de origem judaica], os famosos cáftens, e aqui eram vendidas, literalmente vendidas.[8]

O grande número de mulheres judias entre as prostitutas presentes no Brasil do início do século, fez com que o próprio termo polaca passasse a ser sinônimo de meretriz, obrigando, por polidez, a se substituir o gentílico por *polonês*, com "violência da

vernaculidade, segundo Coaracy[9]. Tal associação fez com que o colônia polonesa do Rio de Janeiro enviasse ao 1º Delegado Auxiliar de Polícia (então responsável pelo controle da prostituição na capital) carta negando a participação de qualquer membro da colônia na prostituição e reafirmando ser os judeus os verdadeiros envolvidos[10].

Junto à prostituta, à polaca, estava sempre presente a figura do cáften, o explorador da prostituição e o responsável pelo tráfico de mulheres. A imagem que se construiu do cáften era de um homem completamente sem escrúpulos, "capaz de vender a própria mãe" ou de fazer tudo o que fosse necessário para garantir seu lucro e sua sobrevivência. Tal qual o demônio, podia travestir-se em uma pessoa instruída, elegante, que conhece o mundo. Desprovido de senso moral "o cáften ri-se do pudor, da honra, da amizade, do amor, do patriotismo, da inocência, e só crê na magnificência do vício e na grandeza do dinheiro"[11].

Quem era esse ser tão vil? De onde ele vinha? Segundo Ferreira da Rosa,em reportagem publicada no jornal O Paiz, "o cáften, de ordinário, é um israelita, é um judeu". Mas ele não era o único a identificar os cáftens como judeus. Clímaco dos Reis, após se referir aos profissionais ligados à repressão do tráfico de mulheres que se deixavam subornar pelos cáftens, afirma que "não têm os miseráveis, tão judeus como so próprios cáftens, poupado a vil alma da calúnia, vibrando-a às cegas contra os que cumpriram com o seu dever"[12].

Essa imagem do judeu-cáften-prostituta esteve cada vez mais presente no discurso anti-semita, fazendo, inclusive, que se negasse as evidências de forte participação de outros grupos dentro da prostituição, fazendo com que Kowerski afirmasse que "90% das pensionistas dos lupanares no Rio, em Santos, em Montevideo e em Buenos Aires são judias que, ali, não perdem a sua virgindade, porém, perdem o seu nacionalismo judaico e apresentam-se como "polacas", húngaras, francesas, russas, etc."[13]

O estigma do judeu-cáften-prostituta foi construído num momento em que a sociedade reagia contra o desenvolvimento da prostituição. Os envolvidos com o meretrício sofriam o estigma e eram considerados agentes degeneradores da civilização.

O envolvimento de judeus com o tráfico de mulheres permitiu a identificação de todo o grupo com o estigma que lhes foi imposto, agravado pelo forte anti-semitismo presente na sociedade brasileira. No Brasil, a construção do estigma do judeu-cáften-prostituta foi ainda reforçada pela cientificidade atribuída a teorias como a Criminologia. A estigmatização se processava através da valorização de determinada característica – sempre negativa para aquele grupo – presente no sujeito. No final do século XIX e início do século XX, quando era forte a influência do evolucionismo darwiniano, presente entrre outros na Criminologia, vários grupos foram estigmatizados com base na "cientificidade" da determinação biológica e da exist~encia de um padrão psico-biológico comum aos integrantes de cada raça. Assim, segundo Candido Motta:

> Lombroso, a despeito da mui pronunciada simpatia que mostra pelos israelitas, é obrigado a reconhecer que eles são os piores inimigos do alheio. Segundo ele, seus crimes versam principalmente sobre o contrabando, o estelionato e o lenocínio. Os dados da estatística legal russa provam que os israelitas são pouco inclinados aos crimes violentos e nesse ponto coincidem com os dados da estatística legal alemã"[14]

As operações realizadas pela polícia brasileira com o intuito de combater o lenocínio possuíam um caráter fortemente discriminatório e preconceituoso. O estigma construído em torno da figura do cáften judeu, tanto pelo discurso anti-semita, como pelo discurso criminalista, levava à perseguição constante de grupos de judeus e à sua expulsão do país. A forte influência da criminologia e a pressuposição de sua cientificidade fazia com que a culpa fosse formada com antecedência justificando arbitrariedades por parte da polícia.

---

[1] Segundo SEYFERTH Le Bon dividiria as raças em "primitivas (australianos), inferiores (negros, capazes apenas de rudimentos de civilização), médias (chineses, japoneses, povos semitas) e superiores (indo-europeus). SEYFERTH, Giralda. "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998 (1ª reimpressão).

[2] Entrre 1840 e 1942, os Estados Unidos receberam 71,5% dos imigrantes judeus, a Palestina 9,7% e a América Latina 9,6%, não sendo o Brasil o principal destino latinoamericano. ELKIN, Judith Laikin. *History of Latin América in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. (tese de doutoramento), 1976.

[3] LESSER, Jeffrey. *Jewish Colonization in Rio Grande do Sul, 1904-1925*. São Paulo: USP, 1991, p. 21 (Estudos CEDHAL nº 6).
[4] KOWERSKI, Witold. *Israel Sem Máscaras. Arios, cercae fileiras!* Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1933, p. 27
[5] A história do tráfico de mulheres judias para a prostituição pode ser encontrada em vários textos acadêmicos ou romanceados. Remeto os interessados aos livros de BRISTOW, Edward J. *Prostitution and Prejudice. The jewish fight against White slavery, 1870-1939*. Oxford: Clarendon Press, 1982. e SCLIAR, Moacir. *O Segredo das Águas*.
[6] KOWERSKI, op. Cit., p. 478.
[7] PEREIRA, Armando. *Sexo e Prostituição*. Rio de Janeiro: Record, 1967, p. 197.
[8] MORAES, Evaristo de. "Judeus sem dinheiro, tal como eu os vejo...". In: PEIXOTO, Afrânio e outros. *Os Judeus na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Uri Zwerling, 1936, p. 107.
[9] COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988, p. 102.
[10] Arquivo Nacional/RJ, Série – Documentos da Polícia do Distrito Federal, Caixa 5215.
[11] GONÇALVES, Emílio. *A Prostituição: seus males, seus remédios*. São Paulo: Livraria Zenith, 1918, p. 88-91
[12] REIS, Clímaco dos. *Os Cáftens ou os Exploradores de Mulheres*. Rio de Janeiro: Typographia de Molarinho & Mont'Alverne, 1879.
[13] KOWERSKI, op. Cit, p. 478.
[14] MOTTA, Candido. *Classificação dos Criminosos. Introdução ao estudo do Direito Penal*. São Paulo: J. Rossetti, 1925, p. 40-1.

GUERRA E ALIANÇA NA HISTÓRIA DOS KADIWÉU:

A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) REMEMORADA PELOS ÍNDIOS

Prof. MsC. e Doutorando Giovani José da Silva

Universidade Federal de Goiás (UFG) e Capes

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os Kadiwéu, remanescentes dos antigos Mbayá-Guaikuru, habitam atualmente o município de Porto Murtinho, MS, na *Reserva Indígena Kadiwéu*. Contam os *Ejiwajegi* (autodenominação do grupo) mais velhos que a área de aproximadamente 538.536 hectares da *Reserva* (a maior do Centro-Sul brasileiro, na atualidade) foi conquistada graças à tenaz participação do grupo na Guerra do Paraguai (1864 – 1870) em uma aliança estabelecida com os brasileiros contra os paraguaios. Problematizar a memória dos indígenas Kadiwéu sobre o conflito platino, buscando revelar como guerras e alianças são pensadas por eles, é o principal objetivo do presente artigo. As fontes utilizadas foram relatos recolhidos por antropólogos que, durante o século XX, conviveram com o grupo indígena. Além disso, contou-se com a recente experiência do autor como professor dos índios Kadiwéu da Aldeia Bodoquena (2000-2004) no recolhimento de versões contemporâneas da Guerra. Os relatos da Guerra do Paraguai são elaborados pelos Kadiwéu nas categorias de histórias concebidas por eles: as *histórias de admirar* (o que seria chamado de mitos por antropólogos) e as *histórias que aconteceram mesmo* (narrativas de cunho verídico).

MEMÓRIA E HISTÓRIA

No presente artigo procura-se demonstrar que a memória social está estreitamente relacionada à construção da identidade étnica. A esse respeito, Michael Pollack afirma que:

> [...] *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente muito importante do sentimento de

> continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [1]

A contínua reconstrução da memória corresponde, portanto, à contínua reconstrução do sentimento de identidade, pois:

> [...] ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. [...] Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. [2]

Assim, o estudo relacionado a uma sociedade indígena, como a dos Kadiwéu, cuja tradição oral resiste com força até os dias atuais, faz recorrer ao conceito de memória, pois, segundo Jacques Le Goff, "[...] são as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória" [3]. O historiador Norberto Luiz Guarinello afirma que "[...] a memória é, assim, uma forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e para orientarem sua ação individual ou coletiva" [4]. A memória fixa os sentidos e as identidades, permitindo às sociedades indígenas traçarem suas origens, garantindo permanência e auto-reconhecimento, a despeito do tempo. Penso que, como deseja o historiador britânico Peter Burke [5], a memória deve ser estudada como uma fonte histórica, elaborando-se uma crítica da confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos.

A GUERRA DO PARAGUAI E OS ÍNDIOS

Em Mato Grosso, nos primeiros anos após a proclamação da independência política do Brasil, as ações governamentais relativas aos indígenas foram tomadas arbitrariamente no âmbito das províncias, já que ao governo central só interessavam as questões de fronteiras. A política indigenista no Império foi norteada pelo binômio defesa contra os

índios/ aproveitamento da mão-de-obra indígena, submetida basicamente ao controle militar [6]. Além disso, foram tentados, sem grande sucesso, projetos de catequese dos indígenas, entregues a diversas ordens religiosas. Por parte do governo central, a preocupação maior era em manter uma política de amizade com os Estados vizinhos recém-formados. Essa política sofreu sérios abalos na segunda metade do século XIX, com a guerra contra o Paraguai. De acordo com o historiador Cláudio Alves de Vasconcelos:

> A guerra do Paraguai acelerou o fracasso dos débeis projetos de catequese ensaiados na província de Mato Grosso. Aliás, foi exatamente onde se desenvolveram estas experiências com missionários capuchinhos na catequese, que se deu a invasão paraguaia e o conseqüente conflito que envolveu [...] as duas nações vizinhas. [7]

O recrutamento e o engajamento de indígenas Guaná e Mbayá-Guaicuru, dentre outros, nas tropas brasileiras não se deram apenas pela força do exército, mas, também, pela própria necessidade de impedir que as terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios. No entanto, após o conflito platino, os índios não conseguiram o essencial, que era a garantia de permanecerem livres e seguros em suas terras.

OS ÍNDIOS KADIWÉU E A GUERRA DO PARAGUAI

Ainda que a sociedade Kadiwéu tenha sofrido mudanças ao longo do tempo, valores ligados à guerra marcam os limites da identidade étnica do grupo. O relembrar a relação com os não-índios, por meio das alianças com os brasileiros, está mediada, assim, pela afirmação da identidade. O *ethos* guerreiro é recordado por narrativas, as *histórias que aconteceram mesmo* e as *histórias de admirar*, e acionado na relação com os não-índios como advertência contra a ameaça à integridade cultural e territorial dos Kadiwéu. Segundo Mônica T. S. Pechincha:

> A Guerra do Paraguai é, sem dúvida, o acontecimento da história das relações com o branco mais contemplado pela memória deste povo. Razão de orgulho nacional, reconhecem um desempenho glorioso na sua participação nesta guerra. É evento que posiciona os Kadiwéu frente à

> nação brasileira. É marco fundamental na reivindicação de direitos territoriais. [8]

Relembrando situações contadas pelos pais e avós o indígena Kadiwéu Antônio Mendes afirma que:

> E lá no governador dele os soldados brasileiros já idearam falar para ele que a indiada ajudou, senão já tinham perdido. No outro dia, chamou a indiada o tal de Coronel de Barros. Coronel de Barros, comandante do batalhão. Aquela indiada, indiada sem roupa, nada. É indiada. Alguns deles falava um pouco português. E falou: "aqui, pessoal, vamos fazer nossa reunião. Eu quero saber o que você queria ganhar. Espera, eu te dou dinheiro. Está lá a sacola de dinheiro. Eu vou te dar esse daqui agora, sacola de dinheiro, olha lá". O capitão falou: "senhor, índio não sabe pegar dinheiro. Não vamos pegar a sacola. O que vamos fazer com este dinheiro? Então nós queremos, se fossemos ganhar algum, ganhar o nosso lugar. Nós não vamos querer o dinheiro, nós vamos querer a área para criar os nossos filhos". Como até hoje é nosso lugar aqui. É sagrado. [...]. Mas ainda temos a segurança que ajudamos a segurar a bandeira do Brasil. Por isso mesmo que ganhamos esta terra. Aqui é sagrado. Já veio esse sabido que iludiu os índios... mas aqui ninguém toma, ninguém toma. [9]

A apropriação que estes índios fazem de sua participação na Guerra do Paraguai, associando o conflito à legitimação da posse do território indígena, pode ser compreendida também na fala da anciã Durila:

> Ninguém jamais poderá tomar posse desse campo, isto vem desde antigamente [...]. Hoje é diferente, ninguém teme mais os índios, ninguém mais respeita, nós que tememos as altas autoridades, parece que eles que querem ser o dono do que na realidade é nosso, mas foi uma autoridade superior de quem o capitão ganhou esta terra, como recompensa no término da guerra contra os paraguaios. Dizia para ele: – Tome esta terra capitão, esta será sua, se eu pagasse em dinheiro não daria, mas essa terra durará para sempre, cuide sempre desta terra, não deixe que ninguém a tome. [10]

Segundo o antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr., "[...] os depoimentos sobre a participação na guerra têm uma grande riqueza de detalhes, revelando a minúcia com que elaboraram esse evento na sua memória e ressaltando um 'ethos' guerreiro [...] com que enfrentaram os brancos" [11]. Desse enfrentamento, os Kadiwéu teriam saído fortalecidos e, por essa razão, agraciados com o conjunto de terras que hoje constituem hoje a *Reserva*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Reserva Indígena Kadiwéu* é hoje uma pequena porção de terras, se comparada ao imenso território por onde os Mbayá-Guaikuru transitavam em séculos anteriores. Ainda assim, a sociedade não-indígena elabora um discurso de que os Kadiwéu possuem, na atualidade, mais terras do que necessitam. Esses índios, por sua vez, criaram uma tradição e nela se apóiam para explicar a posse das terras que hoje ocupam. Segundo essa tradição, o Imperador D. Pedro II teria doado a eles as terras da *Reserva*. Interessante notar que esse mesmo discurso é utilizado por antropólogos e indigenistas, mas sem qualquer comprovação de sua veracidade! De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo:

> Quanto aos Kadiweu ou Guaicurus, foram, em 1830, armados pelos habitantes e auxiliados pela tropa para roubarem no Paraguai. Algumas décadas mais tarde, *sua participação inicial em apoio aos brasileiros na Guerra do Paraguai valeu-lhes a demarcação de terras por ordem de D. Pedro II*. [12]

Faz-se necessário deixar claro que, do ponto de vista do historiador, não houve de fato doação alguma [13], embora se acredite que a memória social Kadiwéu continuará a reproduzir o evento dessa maneira para as próximas gerações.

A verdade que contam os Kadiwéu em suas memórias não é a mesma verdade do historiador e nem poderia ser. Os indígenas legitimam o que contam por meio da autoridade que conferem aos mais velhos: os “Joões dos tempos”, na feliz expressão utilizada por Taunay [14]. O historiador busca legitimação no que escreve no entrecruzamento de diversas fontes, naquilo que sobreviveu ao tempo para contar o que teria acontecido. Muito daquilo que contam os anciãos Kadiwéu está, provavelmente, impregnado da chamada “aproximação da verdade do historiador”, pois jamais se saberá o que realmente aconteceu no passado. A memória, portanto, pode ser um auxiliar útil nessa doce e difícil tarefa de perscrutar o passado. Sob pena de descontextualizar as falas Kadiwéu recolhidas por outros, as mesmas foram selecionadas, recortadas e analisadas sob uma determinada perspectiva. Deseja-se ter conseguido, brevemente, mostrar que os indígenas, ao contrário

do que sugeriu a historiografia durante muito tempo, não reagiram passivamente à presença do *outro* em seus territórios, em suas vidas. Na elaboração dos poucos discursos aqui apresentados, foi revelada uma profunda ressignificação de sentidos, de posturas e da própria cultura dos Kadiwéu que, obrigados a deixar de ser nômades, de renunciar à guerra, ao infanticídio e a tantas outras características de seu antigo *ethos*, mudaram para continuarem sendo Kadiwéu.

Assim, depara-se com a força da memória e dos mitos como explicação de determinados eventos importantes para idosos, jovens e crianças, enfim, gente de toda a idade. Se, em sala de aula, ouvia-se de jovens alunos indígenas nas aulas de História da Escola Municipal Indígena "Ejiwajegi" – Pólo, onde o autor foi professor dos Ensinos Fundamental e Médio durante anos, que a *Reserva* fora doada pelo Imperador D. Pedro II, em gratidão pela bravura demonstrada pelos Kadiwéu na Guerra do Paraguai (em que nenhum *Ejiwajegi* foi sequer ferido, pois tinham o corpo protegido!), também é verdade que já foi ouvida de professores universitários a mesma versão, como se essa fosse a mais absoluta verdade! Os alunos Kadiwéu contavam, ainda, que se os brasileiros não tivessem feito aliança com os *Ejiwajegi*, o Brasil teria perdido a Guerra e o atual Mato Grosso do Sul seria território paraguaio. Crê-se que é possível chamar a atenção da memória como uma possível (e valiosa) fonte histórica, pois cada uma a seu modo, memória e história não querem deixar que homens e mulheres esqueçam o que são e nem de onde vieram.

Assim, o pressuposto básico é a concepção de história e memória enquanto critérios definidores da territorialidade e fatores intrínsecos à construção da identidade étnica Kadiwéu. Tratou-se do exame de um corpo de narrativas (muito maior do que o aqui apresentado), entendido como produto de reflexão de uma sociedade indígena sobre sua particular experiência histórica. O interesse esteve em examinar e compreender que aspectos da história foram selecionados pela memória de membros dessa sociedade indígena e incorporados ao acervo de conhecimentos sobre o seu próprio passado. Argumenta-se que as narrativas Kadiwéu portam outros sentidos, pois, embora sejam relatos sobre o passado, fundem os tempos pretérito e presente, revelando o quanto são

contemporâneas. Reitera-se que essa forma de conhecer o passado é fundamental para o reforço da coesão e da identidade cultural e étnica do grupo.

Por que algumas sociedades indígenas parecem mais preocupadas que outras em lembrar o passado? Por que esse agudo contraste de atitudes para com o passado em diferentes culturas? A Guerra do Paraguai, exaustivamente contada e recontada entre os Kadiwéu como fonte de legitimação da posse da *Reserva Indígena Kadiwéu* é exemplo claro do uso do passado, da memória social e dos mitos para construir a identidade étnica dessa sociedade indígena, pois a finalidade de tudo isso é, sem dúvida, dizer quem são *eles* e diferenciá-los de *outros*. A memória social não é homogênea e é impossível discuti-la sem se observar conflitos e dissensões. Se há, entre os Kadiwéu, memória de conflitos, tais como a Guerra do Paraguai, há também conflito de memórias. Haveria, então, uma *guerra pela memória* no interior do grupo? De quem são as versões registradas ou preservadas? Para entender os mecanismos da memória social, talvez valesse a pena examinar a organização social do esquecer, as regras de exclusão, supressão ou repressão, o que nesse breve espaço não foi possível realizar.

Somente quando a memória faz parte de uma sociedade é que pode ser partilhada com outros. A memória, portanto, desempenha um importante papel social. Diz quem são as pessoas, integrando o seu presente ao próprio passado. Para muitos grupos, e com os Kadiwéu não é diferente, isso significa montar um quebra-cabeça: reinventar um passado adequado ao presente ou, do mesmo modo, um presente adequado ao passado. Os Kadiwéu preservam o passado à custa de descontextualizá-lo e, de em parte, o borrar. Assim, uma tradição sobrevive numa determinada versão porque, para o grupo que a recorda, apenas essa versão parece a mais adequada. A memória social é, portanto, o conjunto de acontecimentos essenciais do passado de um grupo e desse passado retém-se apenas aquilo que é capaz de viver na consciência do grupo.

Trabalhar com a memória de jovens e velhos Kadiwéu foi estar, a todo tempo, tateando a presença da vida e da morte, lidando com o tempo que se esgota lentamente e que se transforma, em um determinado momento, somente em *tempos de antigamente*. Os

desejos, os sonhos e as esperanças transmutam-se, assim, em recordações. Isso tudo leva a uma característica básica do passado reconstituído pela memória: ele é sempre uma reconstrução, por mais detalhes que contenha, feita no presente. Este trabalho alinha-se com a proposição de que a memória social fertiliza e renova a história, ao invés de voltar-se contra ela.

Assim, verificou-se que a memória Kadiwéu cria um corpo de conhecimentos próprios e exclusivos, constitutivos da identidade cultural étnica do grupo. Referir-se, portanto, à construção de identidade a partir da relação com o espaço, através do tempo, é falar de representações e de adoção de atributos específicos aos Kadiwéu, em oposição a outras sociedades indígenas e à sociedade não-indígena. Tudo isso é o resultado de uma situação histórica de expansão da sociedade nacional sobre as áreas originais e sucessivamente ocupadas pelos índios. As lutas do tempo presente, portanto, não são mais as lutas dos *tempos de antigamente*, mas, com certeza, reeditam a guerra para uma sociedade de guerreiros.

---

[1] POLLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, APDOC, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. p. 204.
[2] *Ibidem*, p. 204-205.
[3] LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992, 553 p. p. 476.
[4] GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh/ Marco Zero, n. 28, v. 14, p. 180-193, 1994. p. 188.
[5] Cf. BURKE, P. *variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 318 p.
[6] Cf. PINA DE BARROS, E. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*, São Paulo, volumes 30-32, 1987-89, p. 183-223, 1989.
[7] VASCONCELOS, C. A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso*: conflito, trama e continuidade. Campo Grande: UFMS, 1999, 160 p. p. 86.
[8] PECHINCHA, M. T. S. *Histórias de admirar*: mito, rito e história Kadiwéu. 1994. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1994. p. 135.
[9] Citado por *Ibidem*, p. 153.
[10] Citada por SIQUEIRA JR., J. G. *"Esse campo custou o sangue dos nossos avós"*: a construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993, 290 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993. p. 210.
[11] *Ibidem*, p. 210.
[12] CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*: uma compilação (1808-1889). São Paulo: Edusp/ CPI-SP, 1992. 362. p. 29, grifos do autor.
[13] Cf. JOSÉ DA SILVA, G. *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu*: memória, identidade e história. 2004, 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Dourados, 2004.
[13] *Ibidem*, p. 210.
[14] Cf. TAUNAY, A. de E. *Entre nossos* índios: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaycurus, caingangs. São Paulo: Melhoramentos, 1931. 134 p.

"BARDOS DA CANALHA, QUARESMA DE DESALENTOS": TRANSGRESSÃO, DESENCANTO E NORMALIDADE NAS PRÁTICAS LETRADAS EM FORTALEZA DURANTE A REPÚBLICA VELHA (1889/1930)*

Gleudson Passos Cardoso**

Esta pesquisa nasceu da análise de documentos históricos, em que foi possível observar conflitos de natureza sócio-política no espaço da cidade de Fortaleza, entre 1889 e 1930. A partir de alguns textos literários e jornais de pequeno porte de época, observou-se que um grupo de escritores em Fortaleza, menos comprometido com a reorganização do poder oligárquico durante a República Velha, contrapôs-se à produção dos intelectuais que atuavam em parceria com o Estado ou com as instituições de produção do saber, as academias científicas e literárias.

A partir da análise documental, constatou-se a existência de diferentes posturas entre os intelectuais do período, sobretudo, narrativas em textos literários e científicos de sujeitos históricos letrados que se posicionaram diante das tensões sociais e políticas nos primórdios da política republicana no Ceará. Ao cruzar tais leituras com outros materiais históricos coletados[i], tornou-se mais evidente a complexidade do pensamento social, político e científico daqueles produtores culturais. Em boa medida, as mais expressivas posturas identificadas, no pensamento orgânico e científico das sociedades literárias cearenses daquela época, foram estudadas na dissertação de mestrado "As Repúblicas das Letras Cearenses: Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904)", desenvolvida no Programa de Estudos Pós Graduados em História da PUC/ SP. A reflexão partiu da análise sobre o uso das práticas letradas e os interesses políticos durante a transição Monarquia/ República, em que duas gerações de intelectuais, a "Mocidade Cearense" e os "Novos do Ceará", distribuíram-se pelos espaços da Academia Francesa, Clube Literário, Padaria Espiritual, Academia Cearense e Centro Literário, a participarem mais ou menos da montagem do regime republicano e da política oligárquica naquele espaço social.

Contudo, outras reflexões sugiram mediante a existência de uma outra documentação, inédita aos olhos da análise historiográfica cearense, sobre a produção letrada daquele período. Bonfim Sobrinho, Emília de Freitas, Raimundo Varão, Lívio Barreto, Cabral de Alencar, produtores de uma literatura mórbida, fúnebre e profundamente triste, bem como Otacílio de Azevedo, Gastão Justa, Moacir Caminha, Joaquim Pimenta, autores de literatura boêmia e popular, levam a crer que suas obras se inserem em um específico *campo artístico e cultural*[ii]. Estes sujeitos, dentre outros boêmios, escritores anônimos e literatos menos reconhecidos, diferenciaram sua escrita daqueles outros que estavam empenhados nas campanhas "em prol do progresso e da civilização", como Antônio Bezerra, Antônio Sales e Justiniano de Serpa. Diferentemente dos primeiros citados, durante a reorganização dos grupos políticos na arena local, estes últimos obtiveram alguma regalia, seja enquanto produtores de um saber orgânico na Academia Cearense ou no Instituto do Ceará[iii], bem como participando das instituições do poder estatal montadas após o golpe republicano.

De acordo com alguns documentos estudados, percebeu-se que os conteúdos semânticos dos seus textos estiveram inseridos em um *campo político*[iv] de debates, em que na obra literária e os pasquins satíricos e jocosos mostraram sua insatisfação diante do discurso liberal e cientificista da imprensa partidária e dos órgãos literários e científicos, a favorecerem o monopólio dos bens simbólicos das elites urbanas que operaram a consolidação oligárquica nas esferas do poder local. Os grupos dominantes hegemônicos do período irradiaram sua influência principalmente do centro social-econômico-político da cidade de Fortaleza, núcleo do poder administrativo e principal entreposto comercial do Ceará. Através de artifícios estéticos da linguagem, tanto os literatos boêmios quanto os redatores anônimos da imprensa não-autorizada procuravam sua inserção pública no espaço sócio-urbano, usando "palavras-de-ordem"[v] com fins de ataque à estrutura sócio-política dominante.

Desta feita, esta pesquisa investiga essa produção intelectual que ficou esquecida do debate historiográfico no Ceará, a fim de perceber quais foram as estratégias e as formas de

luta simbólica caracterizadas naquele campo político, os conteúdos daquela produção cultural, bem como a realidade social daqueles sujeitos históricos letrados na República Velha. Suas experiências sociais e vivências no espaço da cidade, apresentam a posição dos referidos sujeitos no embate das classes sociais e no jogo político à época, a partir da análise das trajetórias de vida, dos discursos e narrativas, das atividades políticas e intelectuais identificadas na documentação histórica analisada.

Como bem pode ser percebido nos relatórios de Presidente do Estado do Ceará, Decretos Leis, Documentos da Alfândega, Códigos de Postura, livros de Memória, Romances, Crônicas, Jornais Políticos e Literários, Romances de Época, Revistas, dentre outros documentos históricos, em Fortaleza, entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, os letrados empenhados com a produção intelectual e as técnicas de difusão cultural[vi] discorreram em textos literários, políticos e científicos sobre os processos sociais e político-institucionais da sociedade brasileira naquela época, como a abolição da escravatura, o golpe republicano de 1889, a reorganização dos grupos dominantes hegemônicos e o avanço da ordem capitalista que configurou o Brasil numa posição periférica. Esse período foi marcado pelos rumores de desestabilidade da estrutura política do Segundo Império até a acomodação das instituições republicanas na sociedade brasileira. Entre 1889 e 1930, os interesses da elite senhorial no Brasil buscaram ajustar-se ao avanço do capitalismo monopolista, sob os rumores da nova ordem político-institucional com orientação republicana[vii].

Naquele momento, os grupos emergentes discursavam nos periódicos de época preocupados em criar uma “pólis moderna e civilizada” no território de Fortaleza[viii], tendo em vista a materialização dos seus interesses hegemônicos. Estes setores, formados por comerciantes, funcionários públicos, administradores, médicos, bacharéis, aliando-se a uma extensão dos segmentos tradicionais e patrimonialista-senhoriais, empenharam-se por adequar a antiga estrutura de poder ao avanço das relações capitalistas naquela realidade, uma vez que desde 1860 a cidade já havia se tornado um importante entreposto portuário-comercial destacado pelo ciclo algodoeiro. Como foi estudado em outro momento, o uso da

máquina discursiva das revistas, jornais e órgãos das agremiações literárias de época, deu-se no sentido de tornar aceita a nova ordem política, reafirmar a orientação econômica agro-exportadora, bem como neutralizar a ação política dos agentes não comprometidos com o pacto oligárquico, liderado no Ceará pela facção Pompeu-Accioly[ix].

Nos espaços das principais sociedades literárias e científicas do período, como Academia Francesa (1873/1904), Clube Literário (1887/1888), Centro Literário (1894/ 1904) e Academia Cearense (1894/1922), estes sujeitos sociais afirmaram-se sobre aquele campo político as idéias que evidenciavam os seus interesses de classe dominante. Eles utilizaram-se da estratégia simbólica da "nomeação" para autorizarem o exercício de um poder que *a priori* pertencia-os. O prestígio público, político e social adquirido por essa extensão letrada dos segmentos oligárquicos[x], deu-se quando estes sujeitos, após realizarem a abolição dos cativos na província em 1884, auto-nomearam-se "regeneradores da ordem social", as "alavancas do progresso"[xi]. Nos anos subsequentes, eles ocupariam cargos nas assembléias legislativas, na administração local e nas instituições de saber, sobretudo, no Instituto do Ceará (1887) e Faculdade de Direito do Ceará (1903), dentre outros espaços[xii]. Assim, desde o início da década de 1880, o discurso liberal-cientificista desses intelectuais já era um agente simbólico dos meios de institucionalização da sua leitura de mundo excludente, pois, ao mesmo tempo em que pregavam os ideais de liberdade individual e democracia, eles atribuíram à seu grupo social dominante o direito de "orientar" a organização social. Essa postura foi bem percebida quando, após o período de estiagem no final da década de 1870, uma série de operações objetivas como a construção de asilos para retirantes pobres, mendigos, alienados, lazaredos, bem como um maior interesse com a segurança pública, traduziu a preocupação desses porta-vozes das classes hegemônicas, empenhadas tanto no ordenamento do perímetro urbano quanto no controle das "classes perigosas", ou seja, dos trabalhadores pobres, mendigos, retirantes, prostitutas, desocupados que viviam no espaço físico e social de Fortaleza daquela época[xiii]. É percebido que o uso dos bens simbólicos foi exercido em nome da disciplinarização e das

técnicas de controle social, a ajustarem as classes subalternas aos anseios da normalidade capitalista.

Contudo, outras leituras também foram produzidas por autores fora do convívio daqueles que tiveram participação nas campanhas abolicionista e republicana. Leitores de Baudelaire, L'autrémont, Nerval, Rimbaud, Marllamé, Verlaine, dentre outros "que conduziram a literatura e a arte para o caminho do anticientismo"[xiv], não tardaram a chegar aos círculos de uma geração de leitores de Fortaleza que viveram a ressaca da implantação do regime republicano naquelas paragens, como Lopes Filho, Lívio Barreto e Cabral de Alencar, membros da Padaria Espiritual. Em comum a outros autores como Raimundo Varão, Otacílio de Azevedo, Joaquim Pimenta e Moacir Caminha, estes sujeitos, além do mesmo repertório de leituras (que girava em torno dos escritores decadentistas-simbolistas e dos textos anarquistas e socialistas na imprensa não-autorizada), tinham a mesma experiência social: pertenceram aos setores médios e baixos da capital e, em maioria, eram naturais dos sertões que vieram para cidade afim de angariar *status* social, uma vez que possuíam o "poder da palavra escrita"[xv]. Na cidade, eles encontraram certa resistência para ocuparem uma melhor posição na estrutura social, e quase nenhuma inserção no campo político. Os filhos dos chefes políticos locais, médicos, bacharéis e correligionários das facções políticas, já fechavam em torno do seu grupo o mercado dos bens simbólicos, como prestígio, cargos administrativos, *status* social e o monopólio dos bens culturais. Para aqueles que estavam excluídos do processo das decisões coletivas, sua produção literária fez uso das estratégias simbólicas, semânticas e narrativas, como forma de sobressair-se daquela relação de forças.

Lívio Barreto, por exemplo, retirante do município de Granja, era caixeiro e veio para a capital na esperança de conquistar uma melhor condição de vida. Em busca da "analogia universal", o autor de "Dolentes" (1897) abusa das imagens e dos objetos em seus poemas, a expressar sua revolta em forma de violência simbólica, "através do trabalho sobre a língua, que implica a uma só vez e alternadamente resistência, luta, e submissão, renúncia de si, que opera a magia evocatória [e] como uma encantação, faz surgir o real",

que se esconde por trás dos enunciados[xvi]. Para que a "idéia [não] morra no lábio com a verdade na voz", o autor produz a estratégia simbólica de fuga, "fazer brigada no céu"[xvii], não deixando seu campo desejante[xviii] ser capturado pelo *monopólio da violência simbólica legítima*[xix].

A partir da análise de Foucault, sobre a demarcação dos campos de análise aos quais foram edificados os discursos científicos e as técnicas punitivas de controle do corpo ("psique, subjetividade, personalidade, consciência")[xx], é possível identificar a "tecnologia do poder sobre a alma", sobre o campo simbólico de cada sujeito/ agente social, que a estética daqueles autores condenava. Na verdade, os escritores malditos haviam encontrado a chave da dominação simbólica, a "prisão incorpórea", a raiz de toda ação repressora da era moderna: a legitimação da palavra-de-ordem que atendia os interesses da lógica tecnicista-civilizatória, o discurso racional-científico que condenava o sentido amplo do símbolo e da palavra à mera categorização do conteúdo lógico. Aos agentes legítimos do monopólio dos bens simbólicos, médicos, psiquiatras, psicólogos, pedagogos, educadores e intelectuais orgânicos, coube esse papel em nome do ajustamento social pregado pelo *modus operandis* do regime republicano[xxi].

Assim como na literatura, este conteúdo semântico-narrativo esteve também presente nos pequenos órgãos da imprensa satírica e libertária da cidade. Editados, em sua maioria, por operários gráficos ou por sujeitos anônimos que temiam uma ação violenta dos aparelhos do regime recém implantado como a Polícia, esses órgãos ora utilizaram a metáfora, ora o conteúdo crítico-social, não só para ocultar sua identidade mas também para terem autonomia no campo da produção cultural e afirmarem seu olhar contestador na esfera política. O pasquim "O Besouro" (1892) e os jornais "O Regenerador" (1908) e "o Combate" (1921), dentre inúmeros outros, deram mostra desta linguagem transgressora à ordem vigente.

Outra consideração a ser feita sobre este tema, diz respeito aos trabalhos da historiografia literária e da história do jornalismo cearenses. Nas obras dos estudiosos mais mencionados, como Dolor Barreira, Mário Linhares, Sânzio de Azevedo, Geraldo Nobre,

Abelardo Montenegro, Otacílio Colares e Euzébio de Souza, dentre outros, destacam-se os autores que participaram das campanhas abolicionistas e republicanas já mencionados. O mais intrigante é que a narrativa dos estudos históricos sobre esta geração reproduz o mesmo teor do discurso ufanista empregados pelos os intelectuais da "Mocidade Cearense"[xxii]. É como se a historiografia literária e a narrativa histórica reconstituíssem as experiências passadas a reproduzir signos e enunciados dos cânones que inventaram uma dada tradição intelectual para o Ceará. Em relação àqueles escritores menos comprometidos com as esferas do poder, sequer aparecem nas obras dos historiadores da literatura e do jornalismo; e quando apresentados, são evidenciados como malditos, mórbidos ou excêntricos. Assim, percebe-se a importância em analisar tais situações, afim de que se possa entender as relações históricas de poder que perpassam não só aquelas experiências históricas, bem como a produção historiográfica sobre os intelectuais do período.

---

[*] Esta pesquisa está integrada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Urbanas ligada ao Curso de História da Universidade Estadual do Ceará e é financiada com bolsa de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa/ FUNCAP

[**] Professor Assistente do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará e Membro da Sociedade de Belas Letras e Artes Academia da Incerteza

[i] A pesquisa empírica de identificação e análise das fontes foi realizada nos setores de obras raras, microfilmes e periódicos da Biblioteca Pública do Ceará, Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará, Arquivo Público do Ceará, Museu da Imagem e do Som e da biblioteca particular de José Bonifácio Câmara (o bibliófilo de maior acervo sobre o Ceará).

[ii] BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Artístico**. – São Paulo: Cia das Letreas; 1996.

[iii] AMARAL, Eduardo Guilherme. **Barão de Studart: memória da distinção**. – Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT; 2002.

[iv] BOURDIEU. **O Poder Simbólico**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998. P. 165 – 207.

[v] Idem. P. 157 e 158.

[vi] DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução. O Submundo das Letras no Antigo Regime**. – São Paulo: Cia das Letras; 1987 e **Edição e Sedição. O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII**. – São Paulo: Cia das Letras: 1992.

[vii] FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder. A Formação do Patronato Político Brasileiro**. – São Paulo: Globo; 1995 (10ª ed.) P. 410 e 411, CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras. A Política Imperial**. – Rio de Janeiro/ São Paulo: IUPERJ/ Vértice; 1988 P. 53 – 55 e PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. – São Paulo: Brasiliense; 1971 (14ª ed.).

[viii] PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social (1860 - 1930)**. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf; 1993 e TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**. – São Paulo/ Natal: HUCITEC/ Editora da UFRN; 1995.

[ix] CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904)**. – São Paulo: Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Estudos Pós Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2000.

[x] Em um estudo sobre tempos mais recentes, Ma. Auxiliadora Lemenhe analisou as estratégias políticas da facção oligarquica liderada pela família Bezerra de Menezes, reportando-se às origens históricas do poder tradicionalista no Ceará. LEMENHE, Ma. Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder. O (o)caso dos Coronéis**. – São Paulo/ Fortaleza: Annablume/ Edições UFC; 1995. Ver também MONTENEGRO, João Alfredo. **O Trono e o Altar. As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817 - 1978)**. – Fortaleza: BNB; 1992.

[xi] Ver artigos: LOPES, João. "Os Quinzes Dias" IN: **A Quinzena. Órgão do Club Litterário**. –Fortaleza: Anno I. Nº 01. 15/ 01/ 1887. P. 07 e 08, BEZERRA, Antônio. "O Ceará e os Cearenses" IN: **Revista da Academia Cearense**. Anno: V; Nº 05. – Fortaleza: 1900. P. 191 e SOUZA, Euzébio de. "O Ceará e a Abolição" IN: **Revista do Instituto do Ceará**. – Fortaleza: Typographia Minerva; 1923. P. 385.

[xii] CARDOSO. Op. Cit. P. 130 – 176.

[xiii]PONTE. Op. Cit. P. 61 – 123.

[xiv] MORETTO, Fulvia M. L (org.). **Caminhos do Decadentismo Francês**. – São Paulo: Perspectiva/ EDUSP; 1989. P. 24.

[xv] Ver MOTA, Leonardo. **A Padaria Espiritual**. – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC; 1994 e SALES, Antônio. **Novos Retratos e Lembranças**. – Fortaleza: Casa de José de Alencar; 1995.

[xvi] BOURDIEU. 1996. P. 128.

[xvii] Trechos do poema "Refúgio Eterno" publicado no livro **Dolentes**, obra póstuma do autor (1897).

[xviii]ROLNIK, Suely e GUATTARI, Félix. **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. – Petrópolis: Vozes; 1987 (2ª ed.).

[xix] BOURDIEU. Op. Cit. P. 146.

[xx] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. - Petrópolis: Vozes; 1987. P. 27 – 29.

[xxi] COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil. Um Recorte Ideológico**. – Rio de Janeiro: Xenom; 1989 (4ª ed.) e **Ordem Médica e Norma Familiar**. – Rio de Janeiro: Graal; 1989 (3ª ed.).

[xxii] Ver LINHARES, Mário. **História Literária do Ceará.** – Rio de Janeiro: Jornal do Comércio/ Rodrigues & Cia.; 1948 e BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. – Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará; 1948. Tomos I, II e III.

IRENE BOEMER: UMA MULHER EM ITAJAÍ QUE ALCANÇA O ESPAÇO PÚBLICO EM TEMPOS DE GUERRA.

Tudo o que eu queria na vida o consegui, hoje sou uma mulher realizada. (Irene de Souza Boemer).

.

Gloria Alejandra Guarnizo Luna[1].

O cotidiano da cidade de Itajaí na década de 1940 respirava tempos de guerra. Este cenário pode ser visualizado em parte através das memórias de Irene Boemer, locutora da *Rádio Difusora,* empresa pioneira na cidade, fundada em 1942. Nascida em Itajaí em outubro de 1924, Irene Boemer desempenhou sua atividade profissional durante meio século (1947 – 1997) em um campo que até hoje é exercido quase que exclusivamente por homens. E por ser ainda uma época conservadora nos papéis ditos femininos desempenhados em meio público, alcançou o sucesso e o reconhecimento dos ouvintes da *Rádio Difusora* de Itajaí.

A década de 1940 se inicia e junto com ela a modernidade chegava a Itajaí, criando elites[2] comerciais que sustentavam o sonho de uma parcela da população da cidade, baseado no consumo de produtos como os eletrodomésticos que apareciam no mercado. Com a procura pela modernidade, chega a rádio na cidade, fruto do sonho das elites locais que passa através dela a provocar mudanças nos padrões sociais. A modernidade sem dúvida conduz à criação de algo real, mas também a conservação de locais e práticas sociais. Neste contexto segundo Berman, ser moderno *é ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador*[3]*.*

Neste tempo, anos 1940, a Rádio já fazia parte do cotidiano das pessoas de muitos centros urbanos brasileiros[4], e em Itajaí se realizavam ensaios para o inicio da

radiodifusão. O dizer de Oliveira Junior, um dos fundadores da Rádio Difusora, procura narrar como esta novidade aparece para o publico de Itajaí.

> E a rádio surgiu como uma curiosidade, foi adaptado um pequeno aparelho que conectei a aparelhagem do cinema, onde se aproveitavam as musicas do filme e antes das seções jogava a musica no ar[5].

Neste tempo de inicio da rádio em Itajaí, surge Irene Boemer, transgredindo de certa forma o modelo de educação pré-estabelecido – mulher para a casa, espaço privado e vai *ousar falar no alto falante*[6], como ela mesma diz. Assim falar sobre sua vida, é falar também sobre a cidade de Itajaí, já que suas memórias se misturam a história da cidade, e esta memória como nos lembra Raphael Samuel, tem estampadas *às paixões dominantes em seu tempo*[7]. Cada vida pode ser vista como sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo social, síntese da tensão entre liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais[8].

Estava-se vivendo a Segunda Guerra Mundial[9] (1939 – 1945), época na qual Itajaí, embora ainda pequena em comparação a sua atual configuração urbana, tomou parte no movimento, enviando soldados para os campos de batalha e assinando bônus de guerra para financiar o envio de tropas à Itália, alterando o dia a dia da cidade e de sua população[10]. Neste cenário de guerra e também da criação do Estado Novo, é que esta narrativa se desenvolve, tendo como fio condutor às memórias de nossa personagem.

Irene lembra que as mulheres da sociedade itajaiense saiam a passear pela cidade com militares de alto escalão, ou até com soldados rasos que eram de famílias ricas ou influentes. Estas moças não eram bem vistas, ainda mais se fossem de famílias pobres. Irene manteve-se à margem desta situação, pois sentia medo e não queria ser comentada em Itajaí. O que valia para que uma moça de sociedade saísse com um militar tinha a ver muitas vezes com seu poder aquisitivo. Segundo ela: *Não tem aqueles carros*

conversíveis? Os tenentes que tinham esses carros, elas ficavam loucas... se for soldado raso, elas nem olhavam, mas se ele tivesse dinheiro dai elas namoravam.

Destes relacionamentos entre militares e moças de Itajaí, os quais foram referidos anonimamente por Irene, pode-se cogitar que muitos namoros e alguns casamentos tenham acontecido. Isto sugere ver que o tempo de guerra, além de ser um palco de disputas, medos, conflitos políticos e sociais, era também um momento em que a cidade se encontrava movimentada no sentido de fluxo de pessoas que iam e chegavam a Itajaí.

O namoro com militares de alguma maneira tendia a quebrar os conceitos de uma sociedade dita conservadora, que via os papéis femininos como algo que devia ser exercido no privado, não no público. A vida amorosa das mulheres não poderia estar fora de controle. Os comentários a respeito dos papéis femininos se discutiam dentro de casa, para evitar que as moças fossem mal faladas pela sociedade. Este fator indicava se esta ou aquela menina era de família e a outra não, ou seja, se poderiam ou não ser uma "moça para um bom partido"[11], como percebe Marlene de Fáveri.

Deste tempo a personagem rememora, que da janela de sua casa, quando morava na rua Lauro Muller, viu como um senhor de descendência germânica, foi humilhado por policiais brasileiros. Este senhor a qual ela não refere o nome, era dono de um hotel da cidade, e teve que caminhar até a delegacia de polícia com o rádio nas costas, como era costume punir os alemães, italianos e seus descendentes no tempo da Segunda Guerra Mundial. Sobre este episodio Irene pontuou:

> Não posso me lembrar, aquele homem nunca falou mal dos brasileiros! Sempre se dava bem com os brasileiros, nunca falava que a Alemanha era melhor. Ele era um itajaiense!... apenas ele ligava o rádio à noite de vez em quando, assim como nós gostamos de saber as coisas...

Durante o Estado Novo de Vargas após o Brasil ter entrado definitivamente na Segunda Guerra, em 1942, Itajaí passa a conviver com duas repercussões deste conflito: o medo da invasão nazista na cidade e a perseguição e humilhação de alemães e suas famílias que ali habitavam. O fato apontado por Irene anteriormente, onde a polícia recolhia, ou melhor, comandava o recolhimento dos rádios de moradores de ascendência germânica, mostra uma pratica para evitar com que eles ouvissem programas de rádios européias ou nacionais que noticiavam a Guerra. Cabe lembrar que isto ocorria porque o governo Vargas tinha sob controle, através do DIP, a imprensa brasileira, difundindo que os alemães eram os inimigos e a grande ameaça do mundo, e que os americanos (leia-se estadunidenses) iriam curar este mal.

Essa perseguição vinha ao encontro de todo um imaginário construído de que todos os alemães e italianos fossem "quinta colunas", ou seja, traidores da pátria. É claro que existiam alguns partidários ao nazismo, porém a repressão não poupou quase ninguém, era março de 1942, quando um Capitão do Exército ouviu crianças falando alemão, e prendeu os pais, noticia que foi anunciada na primeira página do *Jornal do Povo*[12]. Esta é uma das fontes que retratam cenas do cotidiano da Guerra em Itajaí, e estas e outras viviam em todo o Estado de Santa Catarina[13].

A própria Difusora nasceu neste contexto de tensões étnicas e de repressão. *Nós éramos controlados pelo batalhão, servíamos de elo de ligação entre o público e o comandante do batalhão, foi o que permitiu o registro da emissora na época* (em 1947), recorda Oliveira Junior[14]. Seriam mesmo? Sabemos que a imprensa é formada de opiniões, e está a serviço de grupos e interessados que querem reforçar suas idéias e emitir seus conceitos como verdadeiros[15].

Segundo Silvia Pinto, a forma com que as notícias eram transmitidas ao público, apontando um inimigo comum, contribuiria para a união da nação brasileira em torno de um único objetivo[16].

Alemão não presta mais, até então prestava, rememora Irene quando se referiu às famílias que saíram de Itajaí, e continua dizendo que *muitas saíram sim*. *Eu vi a perseguição!* Vale lembrar que Itajaí se mostrava uma cidade com algumas características teuto-brasileiras, onde algumas famílias, como os Konder e Bornhausen circulavam na esfera política, bem como comerciantes importantes da época, como a família Malburg e Heusi. Nem todos os alemães e/ou seus descendentes sofreram perseguições, o que indica o valor do status social que esta família tivesse e a influência da mesma no cenário político e econômico na cidade.

Irene não veio de uma família influente, pelo contrário, passaram necessidades e desde cedo teve que trabalhar para ajudar nos gastos de casa, assim como aprender a costurar e fazer suas próprias roupas. Isto permitiu que posteriormente costurasse seus vestidos quando começou a trabalhar como radialista, pois como mulher que atuava em um meio público e que participava de eventos sociais, tinha que manter uma variedade de vestidos que permitissem com que ela pudesse estar dentro do circulo das elites.

Antes de atuar como radialista, ela trabalhou como telefonista, tempo que ela referiu como complicado em Itajaí, pois o Brasil estava participando na Guerra. No seu trabalho tinha que ter certos cuidados, para que não houvesse desconfiança de que ela poderia estar falando sobre as conversações daqueles que iam para telefonar, já que muitas informações eram consideradas como confidenciais. Isto foi em 1942, quando ela sai de casa para trabalhar.

Deste tempo, lembrou que as outras moças que trabalhavam junto com ela, falavam com os militares que estavam na cidade ou que ligavam de outras cidades. *Telefonista não podia namorar por telefone*, lembra Irene, já que se o diretor soubesse de algo deste tipo, poderia despedi-las. Ela evitava falar com os militares que achegavam até ali, por medo de criar vínculos com eles ou ser comentada na cidade. Lembra que *tinha medo de soldado de guerra! Não queria ficar mal vista pelos outros.* Em Itajaí, durante a

Guerra, aquartelaram-se soldados para vigiar o Porto e reprimir quem não falasse o português, e se havia moças para namorar, outras, como Irene, preferia se preservar dos possíveis falatórios.

Interessante notar que se por um lado Irene Boemer quebrou algumas regras sociais no que diz respeito a condição da mulher para o trabalho doméstico, e ousou trabalhar em ambientes considerados "não apropriados" para mulheres, por outro lado, ela mantinha sua postura de mulher comportada, cuidando de sua imagem no meio no qual circulava. Ainda, falar sobre Itajaí através de suas memórias possibilita perceber que cada sujeito singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social, e mostra que é possível *ler uma sociedade através de uma biografia*[17]

Irene entra na *Rádio Difusora* em Itajaí em 1947, portanto quando a Segunda Guerra já tinha acabado, mas que as repercussões ainda se sentiam na cidade. Não se podiam fazer comentários sobre o que havia acontecido nesse momento de conflitos. O silencio tinha que prevalecer, não se podia fazer comentários sobre as repercussões da Guerra e ainda se mantinha a cautela nas falas e nas colocações que eram feitas em público. Este silêncio também prevaleceu na *Rádio Difusora* e Irene lembra que os programas se dirigiam ao público em geral, chamando a atenção para o comercio local, viagens, rádio novelas, eventos na cidade e região, não focalizando questões políticas que pudessem ter repercussão local.

Dentre os programas que Irene realizou, o de maior repercussão foi o *Suplemento Feminino* que era transmitido no horário matutino, abordando, como o próprio nome sugere, assuntos voltados para o público feminino. Falava neste programa sobre elaboração de receitas de cozinha e de beleza, referia-se às maneiras de se comportar em ambientes púbicos, sobre como agradar a família com o paladar, falava sobre suas viagens pelo mundo e outros temas de interesse geral, mostrando como era direcionada a educação para mulheres na época.

Este artigo retrata passagens cotidianas de Itajaí através da memória de Irene Boemer, em tempos de conflitos provocados pela Segunda Guerra Mundial. Permite perceber normas de vigilância, maneiras de ser e de se comportar em determinados locais, desenhando uma mulher que desafiou algumas regras sociais impostas naquele momento, sem deixar de ser conservadora, acreditando sempre nos valores nos quais foi educada.

Ela viveu respirando a paixão pela rádio, suas lembranças se misturam a história da radiodifusão em Itajaí e a história da cidade, abrindo novos leques que nos mostram que uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história permite compreender determinadas formas de viver, comportamentos e idéias de um outro tempo. A nossa personagem ensina que a experiência e a memória são fios da mesma teia.

---

[1] Mestre em história pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da EJA – Univali e pesquisadora.

[2] A palavra elite designa "os melhores" (optmi) nas relações entre dominantes e dominados. A época das luzes rejeitou e discriminou os "não bem nascidos", na passagem da nobreza hereditária para uma elite dominante fundada na fortuna, portanto na propriedade da terra. Nas sociedades atuais o termo elite continua a indicar a idéia de domínio, portanto e ela a quem têm poder. Ver: BURGUIÉRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

[3] BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da** modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1986. p.13. Cabe ressaltar que a palavra modernidade vem sendo utilizada em vários momentos históricos ao longo dos séculos XIX e XX. A modernidade trás e busca sempre algo novo. Ser moderno de alguma forma indica determinados elementos que podem caracterizar diferentes momentos e lugares históricos, também viver num mundo de paradoxos e contradições.

[4] ORTRIWANO, G. S. **A informação no Rádio –** Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

[5] OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo de. Entrevista concedida a Walter Gonçalves. Itajaí, 08 de outubro de 1998.

[6] Entrevista concedida por Irene Irene de Souza Boemer em 8 de outubro de 2000. Suas falas remetem-se as entrevistas realizadas nesta data e nas seguintes: 23 de junho de 1994, 14 de novembro de 1998, 16 de maio de 2001.

[7] SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: **Revsita Brasileira de História**, v.9, nº 19. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, set. 1989/fevereiro 1990.

[8] GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

[9] A Segunda Guerra Mundial iniciou-se em 1939, e terminou em maio de 1945. Em 1942, no mês de agosto, o Brasil declarou guerra aos paises do Eixo – Alemanha, Itália e Japão, ficando ao lado dos Estados Unidos.

[10] Sobre este assunto ver SILVA-PINTO, Araci Medeiros. O Cotidiano da Guerra em Itajaí. **Anuário de Itajaí – 2000**. Fundação Genésio Miranda Lins: Itajaí, 2000.

[11] FÁVERI, Marlene. **Moças e Moços para um bom partido:** Itajaí, a construção das elites (1929 – 1960) (2ª edição). Itajaí: Editora da Univali, 1999.

[12] **Jornal do Povo**. 01 de março de 1942.

[13] Sobre o assunto ler: FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**.** Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed da UFSC, 2004.
[14] OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo de. ***Op cit.***
[15] PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**. Florianópolis: ed da UFSC, 1995.
[16] SILVA-PINTO, Araci Medeiros da. **Cenas do cotidiano da Guerra em Itajaí (1939-1945)**. Itajaí, 2000. Monografia de conclusão do curso de História. Centro de Educação Superior de Ciências Humanas e da Comunicação, Univali.
[17] NORMAN, K. Denzin. "Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sarte, Heidegger e Faulkner" em **Dados-Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.27, nº 1, 1984. p.30.

Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-guerra fria: entre a hegemonia e a multidimensionalidade.

Graciela De Conti Pagliari

doutoranda Relações Internacionais – UnB.

A emergência de novas ameaças globais e seus reflexos tem sido uma preocupação para todos os países do hemisfério – especialmente considerados para este trabalho os do Cone Sul e Andinos. No entanto, deve-se equilibrar a necessidade de encontrar respostas sem que isso signifique "securitizar" todos os temas. Isso passa pela definição dos temas de segurança para o hemisfério e como esses interagem com os atores, e, a partir daí, pela coordenação das políticas a serem desenvolvidas.

O processamento político e os atores na nova agenda de segurança hemisférica

As atuais questões que dizem respeito à segurança internacional partem de dimensões novas e mais complexas na ordem internacional do pós-Guerra Fria. O fato é que as mudanças desencadeadas com o término da bipolaridade produziram diferentes reflexos entre os diversos Estados e regiões.

Os países do hemisfério começaram a refletir sobre a necessidade de revitalizar as instituições de governo regionais, de atualizar os mecanismos de segurança hemisférica e de analisar o significado, a abrangência e as implicações dos conceitos de segurança internacional no hemisfério, com o propósito de desenvolver os enfoques comuns mais apropriados que permitam examinar seus diversos aspectos e identificar as formas de revitalizar e de fortalecer as instituições do Sistema Interamericano.

Na década de 1990 iniciou-se a discussão sobre a segurança hemisférica levando em conta os novos parâmetros regionais e mundiais. Então em 2002 lançou-se a Declaração de Bridgetown, mediante a qual, adotou-se uma abordagem multidimensional para a segurança hemisférica. Mas a discussão envolvia, além da segurança coletiva, outros

assuntos prioritários para os países latino-americanos: o comércio regional, a defesa da democracia e a proteção aos direitos humanos.

As reflexões produzidas no âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) foram tratadas na Conferência Especial sobre Segurança, realizada em outubro de 2003 no México, onde novas abordagens à questão da segurança nas Américas foram apontadas, no entanto, não se indicou o surgimento de novos mecanismos de segurança e nem uma resposta única e coesa de todos os países.

A percepção manifesta com relação aos aspectos de ameaça à segurança é extremamente abrangente, de caráter multidimensional. Além das ameaças tradicionais, incluem-se como novas ameaças à segurança: o terrorismo, o crime organizado, as drogas, a corrupção e a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas, os desastres naturais e de origem humana, o tráfico de seres humanos. Por outro lado, a pobreza extrema e a exclusão social são também fatores que afetam a estabilidade e a democracia, pois abalam a coesão social e vulneram a segurança dos Estados.

A aparente multidimensionalidade dos temas consagrados na Conferência não permite concluir que se estabeleceu uma agenda multidimensional real. Isso porque não se fixou um plano de ação cooperativo e nem há uma unidade de idéias e ações entre os vários países do hemisfério. Apesar de os problemas e ameaças serem distintos para os diversos países, a multidimensionalidade resultante não deixa de ser uma nova forma de reiterar a supremacia norte-americana no continente, isso porque diferentes países priorizam estratégias, mecanismos institucionais e temas de segurança diversos e as principais estratégias e respostas são capitaneadas pelos Estados Unidos.

A indicação dos temas da nova agenda

Os novos temas de segurança decorrem, em grande medida, de um recuo da atuação estatal e a importância dos mesmos pode ser reduzida ou aumentada toda vez que um conjunto novo de ameaças emerge na agenda de segurança global[1].

Os desafios que a região enfrenta manifestam-se politicamente em fragmentação que fica caracterizada quando se examina a Colômbia e se observa que as suas

preocupações estão centralizadas no combate ao narcotráfico e às guerrilhas e às aquisições militares e o uso das forças armadas para enfrentar estas ameaças. Dessa forma, tem recebido apoio norte-americano via Plano Colômbia.

O objetivo é analisar se esta nova agenda como está sendo proposta inclui as necessidades dos países latino-americanos ou se apenas se volta à nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos pela qual o combate ao narcoterrorismo e à corrupção são prioridades.

A América Latina não tem uma unidade de iniciativas políticas e o fato de a região ter se democratizado e os laços econômicos intra-regionais não serviram de estímulo para um institucionalismo interamericano e intralatino-americano, segundo Hirst (1995)[2]. Não há uma coincidência plena nas agendas de segurança dos países da América Latina e, ao mesmo tempo, a nova agenda apresenta tanto possibilidades quanto obstáculos para a configuração de uma agenda de segurança que seja plenamente compartilhada entre os países do hemisfério[3]. Apesar dessas diferenças há o compartilhamento da essencialidade em se revitalizar as instituições hemisféricas, no entanto, a abrangência dos temas indica uma pauta ampla o que faz com que se reduzam os espaços e as possibilidades de ação e de tomada de decisões.

Passa-se da ameaça externa como a questão principal da segurança internacional para se indicar como foco central as ameaças autóctones e eventuais conflitos intra-hemisféricos. Quer dizer, segundo Pericás Neto (1997)[4] que, uma vez que não se identifique ameaça externa com credibilidade, o problema central passa a ser combater as ameaças que surgem dentro de cada país – como as organizações que controlam o tráfico de drogas – ou impedir os conflitos entre Estados da região.

A superioridade norte-americana que se mostra no sistema internacional no pós-Guerra Fria tem trazido inúmeras implicações para a agenda de segurança do hemisfério, onde os diversos desacordos entre as questões de segurança serviram para negociar acordos bilaterais em detrimento da multilateralidade.

Nas discussões da nova agenda o exercício da liderança dos Estados Unidos fica demonstrado pela indicação dos temas do terrorismo e tráfico de drogas como os principais problemas enfrentados pelos países da região no que diz respeito à segurança internacional. Onde o conteúdo e o significado das ameaças à sua segurança são indicados a partir da análise de sua posição relativa na balança de poder hemisférica. Isto é, a pauta pode variar de acordo com os interesses em jogo. Num exemplo: a Colômbia tenta, por intermédio do Plano Colômbia, manter o fluxo financeiro proveniente dos EUA, mesmo que essa ajuda signifique a militarização do combate às drogas.

Assim, a multidimensionalidade da agenda não se traduz em respostas aos problemas e ameaças dos diversos países do hemisfério, mas sim, na reiteração da relação Estados Unidos/América Latina ao caracterizar, com uma nova roupagem, esta relação na medida em que os principais temas continuam a ser os indicados pelos norte-americanos.

Dessa forma, passa-se a referência, como indicativo de análise, de duas ameaças dentre aquelas apresentadas na agenda, sendo as que mais se destacam nas discussões em função do imenso poder de arregimentação que os Estados Unidos detêm para a sua agenda: terrorismo e tráfico de drogas.

Terrorismo: O posicionamento dos Estados Unidos nas discussões acerca da redefinição dos conceitos das instituições de segurança do hemisfério estava centrado na insuficiência dos atuais mecanismos, pois concebidos para enfrentar ameaças externas, sendo que as atuais ameaças têm sua origem, essencialmente, dentro da região. E assinalam como ameaças contemporâneas a serem enfrentadas o terrorismo, o narcotráfico, os desastres naturais, as organizações criminais transnacionais e a imigração ilegal como ameaças transnacionais, ainda as ameaças à democracia e aos direitos humanos. Portanto, o sistema interamericano revisto deveria ser capaz de dar respostas multilaterais em caso de ameaça aos governos da região, de maneira que pudessem se antecipar a elas e adotar medidas coercitivas antes que se convertam em um conflito.

O terrorismo encarado como fenômeno de ameaça à segurança indica a utilidade que mecanismos de alerta prematura, de prevenção e de antecipação dos conflitos possam

ter. Os mecanismos do sistema de segurança hemisférica não proporcionam esses instrumentos. Para que isso seja possível, pois o caráter multidimensional da segurança indica a necessidade de medidas de ação efetiva para prevenir a violência e outras ameaças não militares, a literatura refere a conveniência de abordar dois aspectos essenciais para o Estado de direito e para a democracia: o exercício de forma plena da soberania estatal em todo o conjunto do território e o monopólio estatal da violência. Somente considerando estes aspectos de forma clara e em conjunto é que se poderá avançar em medidas efetivas de solidariedade e de segurança coletiva.

As questões de ameaça à segurança, especialmente o terrorismo, não se detêm na fronteira dos Estados. E, essencialmente, a responsabilidade em áreas como a segurança pública e o Estado de direito permanecem com o Estado-nação, que, teoricamente, conserva em seu poder o monopólio legítimo da coerção democraticamente controlada.

Uma questão importante para os governos da América Latina é estabelecer, neste momento, o papel das forças armadas e quais passam a ser as tarefas dos organismos estatais de segurança. Não há unanimidade de pensamento acerca dessas questões, basta ver que, para os países andinos, o combate ao narcotráfico é feito pelas forças armadas, diversamente do que entendem os países da América do Sul. A falta de consenso decorre, sobretudo, da transição para a democracia onde as forças armadas receberam tratamento diverso em cada um dos países o que torna difícil indicar a sua situação em cada um deles.

Para indicar o seu papel na nova agenda de segurança, cabe diferenciar as ações que dizem respeito à segurança e à defesa. Para esta última, onde o essencial é a preservação do Estado como unidade soberana autônoma, as forças armadas desempenham um papel central, quando as circunstâncias assim o requerem. Enquanto a principal preocupação das forças armadas classicamente tem sido a proteção das fronteiras, ou seja, a segurança externa, a responsabilidade da manutenção da ordem pública tem sido da polícia e do sistema judicial. Com relação às novas ameaças a preocupação está na militarização do seu tratamento, ou seja, cada uma das áreas deve ter respeitado o seu eixo de fixação para que seja possível desenvolver políticas adequadas. Portanto, os assuntos

de polícia, meio ambiente, bem-estar social ou relações exteriores devem ser tratados como tais, quer dizer, como assuntos não diretamente ligados ao uso potencial da força. Os temas da agenda social e econômica devem merecer respostas políticas eficazes e não serem enfocados primordialmente pela ótica da segurança a fim de não corromper a natureza das funções específicas das forças armadas, previstas em cada um dos Estados.

Para o hemisfério, em quase todas as etapas do relacionamento com os Estados Unidos, a ação pautou-se pela intervenção, portanto, sem a união entre os países com interesses comuns, será muito difícil implementar uma agenda comum que contenha mecanismos realmente eficazes e efetivos com relação às necessidades da América Latina.

Segundo Hurrell (1998)[5] uma resposta regional efetiva quanto à nova agenda não é uma tarefa simples, porque há pouco consenso sobre o que ela representa ou implica. Enquanto as ameaças tradicionais são sentidas por todos ao mesmo tempo, as novas minam o consenso regional devido aos diferentes parâmetros dos interesses dos Estados e no apropriado papel das forças armadas. Além disso, a interdependência entre os Estados é forte, contribuindo para aumentar os níveis de vulnerabilidade. O poder na região é extremamente desigual sendo, segundo este autor, a combinação entre a interdependência e a desigualdade de poder, a maior dificuldade de um arranjo de segurança regional.

As drogas e o Plano Colômbia: No pós-Guerra Fria a prioridade inicial dos EUA estava no combate ao narcotráfico visando a debelar sua rede de produção e distribuição, mas após os atentados de 11 de setembro, a primazia passou a ser a luta contra o terrorismo. O ressurgimento da violência em alguns países da América Latina com a conseqüente militarização da sociedade contrasta com a tendência à desmilitarização e ao desarme na América Central e a cooperação, decorrente da integração e da restauração democrática, entre as forças armadas no Cone Sul.

Para a região andina há o problema do narcotráfico, assim, o governo colombiano de Andrés Pastrana anunciou o Plano Colômbia. Originalmente traçado com o objetivo de alcançar a paz, erradicar a droga, promover desenvolvimento alternativo, os direitos humanos e uma reforma judicial. A ajuda oriunda dos EUA e o apoio firme do caráter militar

desencadeado pelo Plano deu o tom de assistência militar, pois, a partir daí, novas brigadas antinarcóticos do exército foram treinadas. Este Plano é um exemplo considerável de ação que visa a transformar a agenda norte-americana em agenda multilateral das Américas. Contudo, não tem sido muito clara esta incorporação, eis que o apoio ao Plano Colômbia não tem sido unânime havendo rejeição a imagem de "narcoterror", que serve para justificar um aumento da presença militar dos Estados Unidos na América do Sul. O governo colombiano tem agido de forma a manter, a todo custo, o país como área de interesse para os Estados Unidos, objetivando a manutenção da ajuda norte-americana.

A questão da instabilidade na Colômbia e da transposição de suas fronteiras alcançando seus vizinhos, evoca a importância da estabilidade regional. No limite, a segurança de um país não pode estar baseada em vizinhos não estáveis, pois as ameaças não se atêm às fronteiras físicas. A política dos EUA para as drogas, considerada como questão de segurança nacional, converteu-se na maior fonte de inseguridade para a região.

Os países latino-americanos não têm políticas de Estado para controlar a escalada da violência, nem instituições suficientemente fortes e enfrentam uma fragilidade democrática. No caso da Colômbia, as drogas têm uma conotação de maior gravidade porque fomentam guerrilhas internas, incentivando a guerra por território, na qual a população civil é o perdedor imediato. O problema da transposição da fronteira colombiana do combate às drogas, deve ser encarado considerando que as agendas externas dos países são construídas também em função de suas questões internas. Quer dizer, se há uma intensa fumigação das áreas de plantio, necessariamente vai implicar em conseqüências também para os países vizinhos, seu solo, a saúde de suas populações e suas dinâmicas internas em como lidar com o problema das migrações, das pessoas que se deslocam de seu habitat em decorrência dessas fumigações.

Estas questões internas são compostas também por fatores externos a elas, como o indicativo de que é a partir de uma agenda norte-americana que se produz a agenda dos nossos países, especialmente dos andinos, segundo Bonilla (2003)[6], porque a ênfase tem

sido dada a dinâmicas bilaterais ao invés de multilaterais. Assim, se está criando uma agenda sub-regional sem integrar os demais países também implicados nesta problemática.

Procurou-se discutir como o reflexo da reavaliação dos temas e mecanismos se coloca para a América Latina referente a sua relação assimétrica com os Estados Unidos. A agenda multidimensional adotada reflete, em certa medida, uma nova forma da reiteração da relação hegemônica entre os Estados Unidos e os demais latino-americanos. Pois, apesar de todas as percepções e ameaças à segurança dos diversos países estarem ali indicadas, não foram criados mecanismos de resposta a esses problemas. Faltou também a coordenação de posições para um entendimento comum, tendeu-se a especialização dos temas de maneira sub-regional. Os enfoques adotados pela OEA são, como ressaltam muitos dos membros, reflexo da agenda norte-americana de ênfase do combate às drogas e terrorismo, não contemplando medidas adequadas às demais questões de segurança.

O fato é que a América Latina está profundamente dividida, a crônica instabilidade política e a escalada da violência, diferenciam a agenda da região andina da do Cone Sul, onde houve um aprofundamento da democracia. Do mesmo modo, há uma diferença de posicionamento no que se refere às políticas de defesa e segurança: para os andinos caberia aos militares o combate às drogas, já para o Cone Sul isso seria uma tarefa das forças policiais locais. Portanto, concepções diversas sobre a segurança mundial no pós-Guerra Fria, não criam a convergência necessária para a formação de uma agenda comum.

---

[1]HIRST, Monica. Seguridad regional en las Américas. In: GRABENDORFF, Wolf. **La seguridad regional en las Américas**. Bogotá: Cerec, 2003. p. 25-80.

[2] HIRST, Mônica. Obstáculos ao governo regional no hemisfério ocidental: velho regionalismo na nova ordem mundial. **Revista Política Externa,** São Paulo, v. 4, n 2, p. 95-122, set. 1995.

[3] GÁLVEZ, Sergio G. Hacia un nuevo concepto de seguridad hemisférica. **Comité Jurídico Interamericano – OEA, doc. 35/99**. Brasil, 55º Período Ordinario de Sesiones, 1999.

[4] PERICÁS NETO, Bernardo. Perspectivas do Sistema Interamericano. In: FONSECA JÚNIOR, Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (Org.). **Temas de Política Externa Brasileira II**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, v. 1, p. 123 - 134.

[5] HURRELL, Andrew. Latin America's New Security Agenda. **International Affairs**, v. 74, n 3, p. 529 - 546, July 1998.

[6] Conforme palestra proferida por Adrian Bonilla, no Seminário "**Agenda de Segurança Andino-Brasileira**", ocorrido nos dias 20 e 21 de out. de 2003, em Brasília.

COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NA BAHIA NO SÉCULO XVIII

Grayce Mayre Bonfim Souza*

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas considerações acerca do ofício, atuação e importância dos Comissários[1] do Santo Ofício português na Bahia nos séculos XVIII. Estes agentes eclesiásticos, pertencentes aos quadros da Inquisição, eram responsáveis pela preservação da fé, controle da moral e dos costumes da população colonial. Auxiliares que exerciam suas funções em distritos, províncias e arcebispados afastados das sedes dos tribunais.[2]

A inquisição, cujas origens remontam à Baixa Idade Média, era fruto de preocupações da Igreja com o crescimento de grupos heréticos que se espalharam pela Europa, principalmente no sudoeste da França. Assim, objetivando conter o progresso dos movimentos heréticos, o "papa Gregório IX delegou a Domingos de Gusmão a tarefa de organizar um tribunal religioso encarregado de descobrir e inquirir os apóstatas do cristianismo" [3].

A Inquisição pontifical, embora tenha legado importantes elementos à instituição inquisitorial moderna, não pode ser confundida com esta última que tem como ponto de partida a promulgação da bula *Exigit sincerae devotionis affectus*, pelo papa Sixto IV, em novembro de 1478. Ao contrário da Inquisição medieval, as inquisições modernas – ao menos aquelas do mundo ibérico – têm um estatuto particular que se traduz por uma quase total independência de ação em relação à cúria romana[4].

Após quase 60 anos de experiência da Inquisição Espanhola, Portugal deu passos decisivos rumo à criação do Santo Ofício. Utilizando a mesma alegação feita anteriormente pelos reis de Aragão e Castela – de que estava ocorrendo um crescimento substancial de práticas judaizantes em meio aos recém-convertidos ao cristianismo –, o monarca português (D. João III) solicitou uma licença para a instalação do Tribunal do Santo Oficio voltado para apurar e punir tais desvios. Embora as negociações entre o rei e o papa com relação à jurisdição da

Inquisição portuguesa não tenham sido tranqüilas a bula *Cum ad nihil magis* foi emitida em 23 de maio de 1536 oficializando a criação de tal Tribunal.

Os crimes da alçada da Inquisição portuguesa estavam divididos em duas categorias. De um lado, os delitos contra a fé – judaísmo, maometismo, protestantismo, molinismo, deísmo, libertinismo, criticas aos dogmas etc. –, considerados de maior gravidade pela Igreja e que resultavam em punições mais rigorosas para os réus. De outro lado, os crimes contra a moral e os costumes – bigamia, sodomia, feitiçaria – que em alguns casos se confundiam com os primeiros, contudo geralmente percebidos como de menor gravidade e, conseqüentemente, passíveis de penas menos severas.

A relação entre Estado e Santo Oficio foi bastante estreita desde o estabelecimento do tribunal até a União Ibérica, principalmente no período dos cardeais D. Henrique e Alberto de Áustria e do bispo D. Pedro de Castilho que foram simultaneamente governadores e inquisidores. Todavia, nem sempre essa relação esteve isenta de tensões e conflitos. O período da Restauração, em particular, foi um momento crítico da relação entre a coroa e o poder inquisitorial. Numa época em que a guerra contra a Espanha pela manutenção da Restauração exigia recursos financeiros dos quais o Estado português não dispunha, surgiram várias propostas para resolver ou amenizar o problema da falta de dinheiro. Algumas delas suscitaram de pronto a oposição do Santo Ofício português, como a proposta do padre Antonio Vieira que, em 1643, num escrito sobre a importância do capital dos cristãos-novos para a manutenção da independência portuguesa, pede ao rei que outorgue um perdão geral a estes, que, “dissimuladamente, modifique as regras da Inquisição e que conceda igualdade de direito aos hebreus”. A publicação do Alvará de 1649 (que proibia a confiscação dos bens dos cristãos-novos) provocou o protesto indignado da Inquisição que recorreu a Roma para descumprir a ordem real. O desentendimento entre o monarca e aquele tribunal a este respeito perduraria até 1656, quando da morte do rei D. João IV. [5]

Somente na segunda metade do século XVIII, no período pombalino, a Inquisição portuguesa parece ter sido completamente dominada pelo Estado. Foi também durante o governo do Marquês de Pombal (1774) que a Inquisição teve o quarto e último regimento de sua história (os anteriores datam de 1552, 1613 e 1640).

Por meio destes regimentos podemos conhecer os ritos, cerimônias, etiquetas, formas de organização, modelos de ações e sistemas de representações, mecanismo de orientação para o funcionamento e atribuições dos agentes do Santo Ofício. O estudo aprofundado de tais regimentos é indispensável para o desenvolvimento o estudo que ora apresentamos.

Para Lana Lage, de todos os regimentos que estiveram em voga no Santo Ofício português o de 1640 "é o mais completo, demonstrando a consolidação da estrutura inquisitorial"[6]. Com efeito, apresenta definições pormenorizadas do processo penal, de regras e deveres de conduta para os funcionários; também a caracterização da tipologia de casos possíveis e das respectivas penas. Elemento de igual importância foi a atenção dedicada à organização administrativa, à sistematização dos ritos (investidura, autos de fé...) e etiquetas internas; ao reforço do segredo do tribunal e da "qualidade" da organização social dos funcionários. Já o Regimento de 1774 é a representação da interferência do Marquês de Pombal, da completa subordinação desta instituição a coroa, transformando-a em tribunal régio. Este último regimento representou uma reforma institucional e a reafirmação enquanto um tribunal da Coroa portuguesa.

De igual importância para nosso trabalho é o regimento especifico dos Comissários e Escrivães que orientava as ações de tais agentes, explicitando os elementos fundamentais para suas ações, comportamentos e condutas. Dentre estes figuravam o segredo que deveria fazer parte de suas vidas, não só em questões de maior importância mas também nas que julgassem de menor relevância:

> Os commissarios do Santo Officio, além de haverem de ter todas as qualidades, que, conforme ao Regimento, se requerem nos Ministros da Inquisição, serão pessoas Ecclesiasticas, e de prudencia, e virtude conhecida. Cumprirão inteiramente o que por este Regimento se dispõe, e mais, que os Inquisidores lhes ordenarem. Guardarão segredo nos negocios, que lhes forem

> commettidos; e não só naquelles, de que poderia refultar prejuizo ao Santo Officio, se fossem revelados, mas ainda nos de menos consideração.[7]

Além da conduta exemplar, necessária aos agentes da Comissaria, o regimento trata de questões relativas à sua competência, como, dentre outras, o reconhecimento das denúncias e o ouvir e interrogar as testemunhas.

A Inquisição portuguesa, a exemplo da espanhola, tinha uma rede de oficiais encarregados de assegurar o controle dos territórios que não tinham os membros mais diretos do tribunal: eram os Comissários – "as pontas de lanças dos inquisidores"[8] –, Notários, Qualificadores e Revedores, Visitadores das naus e Familiares dentre outros. Era para a Comissaria que os outros agentes locais deveriam recorrer; eram os seus membros que examinavam as acusações e determinavam as prisões e que davam encaminhamentos a todos os processos de habilitação, solicitações e diligencias para Lisboa. Enfim, a Comissaria foi, por assim dizer, o nível mais alto da hierarquia inquisitorial presente na colônia, com exceção aos períodos de visitações. Em geral ser um oficial da Inquisição era algo tão importante que ocorreram casos apresentação de falsos agentes.[9]

Na América Portuguesa o aparecimento desses oficiais começou a ocorrer, em escala mais considerável, a partir do final do século XVII, mas foi o século XVIII que concentrou o maior número de nomeações. Para fazer parte dessa rede, tanto integrantes do clero como leigos deveriam provar suas qualidades; para serem habilitados, deveriam constituir uma "aristocracia de sangue e de espírito", compor um corpo com mentalidade própria, jurídico-religiosa[10]. Por estes motivos, o Santo Ofício exigia uma serie de requisitos para a aquisição de uma destas patentes. Destas a principal era ser dotado de pureza de sangue: importância tamanha que foi sancionada por uma Carta Régia e uma Bula, ambas de 1612, embora já vigorasse bem antes disso e só extinta no período pombalino.

Em geral um processo de habilitação para o Santo Ofício demandava tempo significativo e tinha custo bastante alto. A relativa "demora justificava-se pela necessidade de se ter de

inquirir numerosas testemunha na terra natal dos pais e avós do habilitando, para saber com certeza se eram 'brancos legítimos' e com bons antecedentes".[11]

Trabalhar com os processos de habilitação dos Comissários é, portanto uma fonte riquíssima para percebemos a presença e atuação destes agentes do Santo Ofício português na Bahia, e na colônia em geral, sobretudo quando partirmos para analisar aspectos relativos às suas origens socioeconômicas – todos pertencentes a uma elite e de sangue puro –, aos privilégios auferidos pelo exercício de tal função, o desempenho de suas atividades e o tipo de relação estabelecida com os inquisidores do tribunal lisboeta ao qual estavam subordinados.

O processo de habilitação e sem dúvida a melhor maneira de conhecermos os Comissários que atuaram na Bahia, sobretudo no século XVIII. Porém dos registros de passagem destes não podemos negligenciar os processos encaminhados por eles. É por meio dessa documentação que temos contato com outras habilitações de oficiais e principalmente dos casos que daqui eram enviados para Lisboa.

A articulação entre Inquisidores e Comissários ocorreu praticamente por meio da prática epistolar que era o principal meio de comunicação. O Comissário João Calmon (habilitado em 1701), por exemplo, teve sua passagem registrada por diversas correspondências endereçadas à Inquisição de Lisboa, as quais informava e encaminhava casos de crimes contra a fé, moral e costumes. Por ser juiz dos Casamentos ordenou muitas prisões por crime de bigamia e enviou prisioneiros para os cárceres em Portugal.

Importantes também foram às ações e correspondências de Antônio Rodrigues Lima, Gonçalo Ribeira de Souza, João Oliveira Guimarães, Estanislau de Jesus Maria e Gabriel José Pereira de Sampaio dentre outros Comissários da Bahia.

Quando fosse necessário ou da vontade dos "reverendos inquisidores" era acionado um ou mais comissários para obtenção de informações extras acerca de um determinado indivíduo que se encontrava preso em um dos cárceres de Lisboa, ou em caso de investigação iniciada. Para melhor exemplificar esta passagem e importante cita o processo de Manuel Nunes

Sanches (nº 17018) quando inquisidores de Lisboa escreveram para seus agentes na Bahia solicitando mais informações acerca do referido réu. Os comissários em questão foram Antônio Rodrigues de Lima, João Calmon e João de Oliveira Guimarães[12].

Neste processo Herson faz referencia a intervenção de um comissário em favor do réu:

> Pela autoridade que tenho dos Ilustres Senhores Inquisidores Apostólicos da Inquisição de Lisboa, consento ao Vigário dos fanados nas Minas Novas Talthazar Alveres Mourão esta diligência: e rogo por serão de Deus Nosso senhor e do mesmo tribunal, trate deste com a brevidade possível. E com a mesma me remeterá a esta cidade por fiel.
>
> Bahia, 12 de Setembro de 1732.
> Assinado: Roiz Lima Comissário do Santo Ofício.[13]

A atuação dos Comissários e demais agentes é peça importante para compreender a política de territorialização dos tribunais – mantendo-os sempre informados –, pois eram os oficiais que compunham a rede de cada tribunal e estavam encarregados de inquéritos os mais diversos: reconheciam denúncias, ouviam testemunhas, faziam devassas e sumários contra os suspeitos, "prendendo os culpados, seqüestrando-lhes os bens e remetendo-os para os cárceres secretos da Inquisição lisboeta. Para tais diligências, dispunham de dezenas de 'familiares do Santo Ofício'".[14]

Curiosamente, o crescimento do número de Familiares e Comissários no Brasil ocorreu exatamente quando a Inquisição em Portugal entrava em declínio. De certa maneira, tanto na Inquisição Portuguesa como na Espanhola, o crescimento do número de Familiares e Comissários do Santo Ofício influencia diretamente nas visitas periódicas, aparecendo em substituição destas, embora no caso português elas não tenham jamais sido tão constantes quanto no espanhol.

Em 1845, Francisco Adolfo Varnhagen publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os "*Excertos de vários condenados pela Inquisição de Lisboa desde o anno de 1711 ao de 1767, compreendendo só brasileiros, ou colonos estabelecidos no Brasil*" que é uma documentação importante para percebermos aqueles da colônia que foram

penitenciados – aproximadamente 200 pessoas entre brasileiros natos e colonos estabelecidos no Brasil – em autos do Santo Ofício português.

De alguns processos encaminhados para os cárceres de Lisboa que tivemos contato por meio das contribuições referidas acima, gostaríamos de registrar algumas passagens que melhor exemplifica a atuação dos Comissários.

Em 1732 o senhor Isidoro da Silva, um lavrador de 42 anos foi preso em Jaguaripe, Bahia. Nos autos deste processo consta que ele cometeu o crime de blasfêmia quando acusou a Igreja de cobrar dízimos para sustentar os vícios de seus clérigos e que os sacramentos não deviam ser seguidos, pois era mais uma invenção destes homens para viver do trabalho alheio. Assim, por "proferir proposições contra a pureza de nossa santa fé catholica"[15] foi enviado para os cárceres do Rocio, submetido a tortura e sua sentença – degredado por três anos para Mariana – foi lida no auto de fé de Lisboa em 6 de julho de 1732[16].

Dos indivíduos naturais ou moradores do arcebispado da Bahia que aparecem como sentenciados nos autos de fé da lista de Varnhagen um chama ainda mais a nossa atenção pela pouca idade que tinha. Foi Brites Lopes uma menina de apenas 16 anos, que abjurou pela falha de judaísmo e foi sentenciada ao cárcere e habito perpetuo[17].

Da relação de dezoito autos de fé realizados com condenados da Bahia, três foram relaxados a justiça secular para efetivação da pena capital. São estes os casos: Pe. Manoel Lopes de Carvalho, 44 anos, acusado de judaísmo e sentenciado no auto de fé de 13 de outubro de 1726; no auto de 17 de junho de 1731 foi condenado Felix Nunes de Miranda, com 28 anos, por crime de heresia e apostata da fé católica, *convicto, ficto, falso, simulado, confitente, diminuto, impenitente, e relapso*; e por fim, em 18 de outubro de 1739 foi a vez do cristão novo Luiz Mendes de Sá, de 35 anos, habitante do Rio das Contas (Bahia) também como *convicto, ficto, falso, simulado, confitente, diminuto e impenitente*.[18]

Nos processos do Santo Ofício temos contato – seja por meio dos delatores, testemunhas, agentes do Tribunal, dos confitentes e os interrogatórios em si – com uma

realidade, um universo bem rico e diversificado. Estudar a atuação deste Tribunal no Brasil é ter possibilidades de investigar diversos aspectos da vida dos brasileiros no período colonial; trabalhar com a documentação deixado pelos agentes inquisitoriais é fonte preciosa de pesquisa, pois esta documentação apresenta ao leitor algo mais que o *modus faciendi* inquisitorial em terra brasileira, mas seguira de muito perto o cotidiano colonial: "os mexericos, amores, adultérios, impropérios, magias, bebidas afrodisíacas. No modo de morar e dormir, redes e esteiras, casas devassadas, frestas na porta, ruas desalinhadas com seus peculiares pontos de referência no lugar de nomes"[19].

---

[*] Professora de História Moderna da UESB / Mestre em Ciências Sociais pela PUC – SP / Doutoranda do PPGH da (História Social) pela UFBA.

[1] A nomeação dos primeiros comissários da Inquisição remota ao século XIII com o Papa Gregório IX.

[2] Quadro de Comissários na Bahia: na primeira metade do século XVII existia apenas 1; na segunda metade foram 5; no século XVIII o número cresceu significativamente para 36; e no século seguinte somente 2. Assim, durante toda a história do Tribunal lisboeta na Bahia foram habilitados apenas 44 Comissários. SIQUEIRA, Sônia. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. A. São Paulo: Ática, 1978.

[3] VAINFAS, Ronaldo. Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 195.

[4] BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições –** Portugal, Espanha e Itália: séculos XV-XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

[5] SOUZA, Evergton Sales **Entre Cristandade e razão de Estado – As hesitações da monarquia portuguesa à época da Restauração**. Comunicação apresentada no 2º Encontro Regional da ANPUH-Bahia, em julho de 2004. O escrito supracitado é do Pe. António Vieira.

[6] LIMA, Lana Lage da Gama. **O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado**. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 13, NOV. 1999, p. 17-21. Ip. 19). Disponível em: http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/.

[7]Em 1990 Luiz Mott publicou pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia os Regimentos dos Comissários E Escrivães De Seu Cargo, Dos Qualificadores e Dos Familiares – referente ao exercício especifico desses setores – em edição fac-simile reduzida.

[8] MOTT, Luiz. Um nome em nome do Santo Ofício: O Cônego João Calmon, Comissário da Inquisição na Bahia Setecentista. **Universitas** (Revista da Universidade Federal da Bahia), n.37, jul/set. 1986: pp. 15-31.

[9] "Fr. Jamario de S. Pedro, aliás Fr. José de Igoareta, 36 anno, religioso leigo professo de certa religião; natural da cidade de Quito, reino do Peru, e assistente na cidade da Bahia: por se fingir de sacerdote e ministro do Santo Officio, e com este pretexto fazer algumas prisões e confiscações de bens; e dizer missa, prégar, confessar e batptizar solenemente. Inabilitado para ser promovido a ordens, e 10 annos nas galés". (VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Excertos de vários condenados pela Inquisição de Lisboa desde o anno de 1711 ao de 1767, compreendendo só brasileiros, ou colonos estabelecidos no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1985, pp. 52-85, p. 76).

[10] Sonia Siqueira, *op. cit*. p.160.

[11] Luiz MOTT, *art. cit.*, 1986, pp. 18-19.

[12] HERSON, Bella. **Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500/1850).** São Paulo: EDUSP, 1996. pp. 64, nota 91; pp. 158-160.

[13] Correspondência anexa ao Processo. Citado por Herson, op. Citt, p. 160,

[14] Luiz MOTT, *art. cit.*, 1986, pp. 17-18.

[15] F. A. Varnhagen, *art. cit.* p.65.

[16] Ver também Luiz Mott, *art. cit.* 1986, pp. 26-27.

[17] Embora não tenha sido moradora ou natural da Bahia e importante citar o episodio de Catharina Rodrigues, uma senhora de 92 anos que foi enviada do Rio de Janeiro à Lisboa para abjurar (F. A. Varnhagen, *art. cit.*).

[18] *Idem*, pp. 60-75.

[19] Confissões da Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 32.

OS JESUÍTAS E A POLÍTICA DA ELOQÜÊNCIA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Guilherme Amaral Luz[1]

Desde sua criação até o momento em que foi perseguida, a Companhia de Jesus caracterizou-se por ser uma ordem atuante nos campos da pregação e da política temporal. Sua presença na América colonial deixou como legado um repertório de escritos de naturezas diversas, abrangendo material devocional e catequético, cartas, sermões, descrições da fauna, da flora e dos habitantes da América etc. Antes de se configurarem como material transparente a ser convertido em documento pelo trabalho do historiador, tais escritos são frutos de operações hermenêuticas que se fundam de acordo com uma forma de perceber o mundo, resultante da formação teológica e humanística dos padres jesuítas. Essa formação apoiava-se em um conjunto hierárquico de conhecimentos úteis ao objetivo missionário da ordem e reapropriava-se do *trivium* como etapa inicial da formação dos seus alunos. A poética, a dialética, a gramática, a história e a retórica são alguns dos campos principais da formação jesuítica[2], fundando as bases do seu discurso teológico-político.

A primeira investida jesuítica para normatizar a formação dos missionários dá-se com o próprio Inácio de Loyola, que apresenta vários tópicos sobre a questão nas *Constituições*. O objetivo da educação dos padres, segundo Loyola, é prover os mesmos dos instrumentos necessários para "ajudar o próximo a conhecer o amor de Deus e a alcançar a salvação da alma". Para isso, não bastaria ao missionário o domínio teológico. Antes de chegar a ele, o pupilo deveria passar por "faculdades inferiores", abarcando o estudo de Letras de Humanidades (Gramática, Retórica, Poesia e História), de Lógica, Física, Metafísica, Matemáticas, Filosofia Natural, Filosofia Moral e línguas antigas e modernas. Além disso, as *Constituições* previam peregrinações e exercícios espirituais como formas de desenvolver a caridade, a oração, a fé, o amor e a obediência, virtudes sem as quais o engenho, a imaginação e a razão não poderiam dar frutos. Depois de passar pelas "faculdades inferiores" e de estar espiritualmente preparado para a vida apostólica, os padres se

dedicariam ao estudo da Teologia (Teologia Moral, Escrituras, Direito Canônico e Teologia Positiva) e da Filosofia (Escolástica), completando, assim, sua formação[3].

Nem todos os missionários chegavam a completar os estudos teológicos. As Letras de Humanidades e as línguas, por outro lado, eram disciplinas comuns tanto para futuros Coadjutores Temporais como Espirituais. Além disso, os colégios da Companhia espalhados pelo *orbe* nem sempre tinham condições de instruir a todos nos moldes estabelecidos nas *Constituições*, fosse por falta de livros ou de mestres. Até a uniformização da educação jesuítica através do *Ratio Studiorum* (1599), não havia um modelo universal a ser seguido em todos os colégios. Assim, no mundo ultramarino, os princípios da formação jesuítica eram quase que exclusivamente as aulas de Gramática, Retórica, História e Poética, aliadas ao estudo da Doutrina, às orações e aos exercícios espirituais. Alunos considerados prodígios eram enviados à Europa para completar seus estudos. Assim, as Letras de Humanidades – dentre as quais a Retórica – foi se tornando um repertório mais familiar aos membros da Companhia como um todo do que a própria Teologia mais sofisticada[4].

A ênfase jesuítica no ensino humanístico fazia ressonar, na formação cristã, o modelo de educação civil herdado das fontes romanas de Retórica, especialmente Cícero (incluindo, aqui, o autor de *Ad Herenium*) e Quintiliano. A adaptação desse modelo não chegava a contrariar as bases da educação cristã, mas redirecionava encaminhamentos dados ao problema no interior da Igreja, como, por exemplo, em Santo Agostinho. No Livro IV de sua *Da Doutrina Cristã*, Agostinho apresenta sua visão a respeito da utilidade do ensino de Retórica aos professores cristãos. Nele, a arte da eloqüência é considerada importante para o professor e para o pregador desde que seja empregada com sabedoria. Ao seu entender, o modelo principal para este emprego está nas *Escrituras*, pois, as falas das autoridades bíblicas são inspiradas por Deus de modo a trazerem a verdade e a serem persuasivas para os homens. O objetivo da Retórica cristã para Santo Agostinho define-se conforme o cânone ciceroniano: “um homem eloqüente deve discursar para ensinar, para deleitar e para persuadir”, acrescentando que ensinar é a necessidade, deleitar é a beleza e

persuadir é o triunfo dos discursos, que devem mover o auditório a fazer o que deve ser feito[5].

Santo Agostinho, no entanto, mesmo reconhecendo o valor da eloqüência, não a defende como disciplina (contrariando, assim, Quintiliano, por exemplo); antes, segundo ele, o que importa ao orador cristão é inspirar-se nos modelos de eloqüência que emanam de vozes ungidas pelo Espírito Santo e não o aprendizado de preceptivas. O modelo jesuítico vai além, lançando as preceptivas retóricas para a base da educação, aproximando-se do humanismo, por exemplo, de Juan Luís Vives[6]. Ele instrumentalizará a Retórica para atender as suas finalidades religiosas e políticas. Sem excluir a fonte do discurso verdadeiramente eloqüente, ou seja, a inspiração divina, assumirá a eficácia do emprego da Retórica como técnica de produção de efeitos edificantes, belos e persuasivos. Elementos desta arte são largamente empregados nos exemplares textuais jesuíticos provenientes da América portuguesa e variarão conforme as circunstâncias, objetivos e auditório de cada texto em particular. A seguir, trataremos de alguns exemplos de emprego retórico em textos jesuíticos da América portuguesa nos séculos XVI e XVII.

1º. Exemplo – *Debate Caxa versus Nóbrega* (1567):

Depois da definitiva expulsão dos franceses da Bahia de Guanabara e da fundação do Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro, o Governo de Mem de Sá passava a se dedicar à formulação de um primeiro corpo de leis sobre a questão indígena. Na ocasião, foi formada, em 1567, uma Junta composta pelo próprio Governador Geral, o Ouvidor (Brás Fragoso), o Bispo (Pedro Leitão) e três padres da Companhia de Jesus (Manuel da Nóbrega – Reitor do Colégio do Rio de Janeiro –, Luís da Grã – Provincial – e Inácio de Azevedo – Visitador de Portugal), que elaborou um conjunto de leis chamado *Monitoria*. Dos documentos relativos a essas leis, é conhecido apenas um: as opiniões formuladas por Manuel da Nóbrega e Quirício Caxa sobre a legitimidade ou não de alguém se vender ou ser vendido por seus pais em caso de extrema necessidade, o qual é conhecido por *Debate Caxa versus Nóbrega*. Na própria composição da junta, demonstra-se o prestígio dos padres jesuítas junto ao Governador Geral e à coroa portuguesa. O conselho “sábio” de

missionários na Mesa de Consciência e Ordens era tomado como medida prudente para a definição do que seria justo como forma de tratar com a questão indígena nos domínios ultramarinos.[7]

Segundo os cânones das preceptivas retóricas latinas (Cícero e Quintiliano), são três os gêneros da oratória civil: o deliberativo, que trata de assuntos que implicam decisão ("persuasão ou dissuasão") sobre o que fazer; o demonstrativo, que tem por finalidade agregar a comunidade em torno de valores comuns, e o judicial, que visa determinar o que é justo ou injusto, racional ou irracional, útil ou inútil em um contexto de "acusação e defesa"... O *Debate Caxa versos Nóbrega* insere-se no gênero deliberativo (político por excelência) e mobilizará elementos próprios desse para chegar a um acordo sobre a questão proposta. Além disso, uma vez chamados a tomarem posição, os padres da Companhia assumiam o *status* político de cidadãos, ou seja, homens de virtude pública, investidos da autoridade de opinar sobre assuntos relevantes ao "bem comum". Também segundo os cânones retóricos latinos, este é o papel do orador: fornecer um discurso autorizado sobre assuntos públicos, ensinando, deleitando e movendo o seu auditório na direção do que é justo, belo, verdadeiro, útil, preferível ou desejável. Orador, homem de virtudes e cidadão são, portanto, categorias estruturalmente dependentes[8].

O debate inicia-se com a defesa de Caxa a favor de alguém se vender ou o seu filho em caso de extrema necessidade. Seus argumentos baseiam-se na autoridade o tratado de Direito Natural *De Iustitia et Iure* de Domingo de Soto, discípulo dominicano de Francisco Vitória. Caxa afirma que não é sua intenção formular leis originais para o caso americano, mas fazer que sejam aplicados os princípios do Direito Natural conforme os seus cânones universais. Sua defesa é, portanto, *quid iure* e restringe-se a situar a extensão do problema, instruindo sobre o conceito fundamental para avaliá-lo, o de *dominium*. Terminada sua exposição, inicia-se a de Nóbrega, contrária à tese da legitimidade da "servidão voluntária" dos índios em caso de extrema necessidade. Nóbrega aceitará os argumentos de Caxa formulados *quid iure*, não os refutando com base em autoridades jurídicas. A base conceitual de sua posição será a mesma de Caxa, no entanto, ele buscará reorientá-la para

a avaliar o problema *quid facti* ou *in contingentia facti*, isto é: levando em conta as circunstâncias específicas que iluminam a aplicação das leis. A autoridade que fundamenta a escolha desse caminho é também Soto, para quem "os fatos do caso provêm a base para a leitura autorizada do texto". E o fato, segundo Nóbrega, era que a extrema necessidade dos índios decorria de ações movidas por má fé por colonos interessados na escravização dos índios[9].

As conclusões de Caxa e Nóbrega no *Debate*, são distintas. Para o primeiro, os indígenas poderiam vender a si mesmos em caso de necessidade. Para o segundo, considerando as circunstâncias da América portuguesa, isso não seria uma prática justa e legítima. Isso não significa, contudo, que haja uma diferença interna de pontos de vista no interior da Companhia de Jesus sobre o problema, pois, como se percebe no *Debate*, os dois veredictos mais se complementam do que se excluem. É possível, inclusive, lançar como hipótese que os discursos de Caxa e Nóbrega representam exemplarmente maneiras diferentes de olhar para o problema e não exatamente as opiniões subjetivas de um ou de outro missionário. O efeito produzido pela edição dos dois discursos em conjunto aproxima-se ao de um diálogo, cujo objetivo é gerar um acordo racional entre posições parciais a respeito de um tópico[10]. Nesse caso, estamos diante de uma utilização engenhosa de um exercício de declamação retórica *in utramque partem*, que consiste em dois oradores proferirem discursos sobre uma questão controvertida, um argumentando a favor e outro contra. Os dois lados da questão são, assim, dispostos em um diálogo que conduz ao veredicto sobre o tópico.

2º. Exemplo – História e Eloqüência em *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil* (1663):

> Era o Governador Mem de Sá homem de grande coração, zelo, e prudência, acompanhada de letras, e experiência em paz, e guerra. (...) A primeira coisa que fez este bom capitão, saltando em terra, foi recolher-se em um cubículo dos religiosos da Companhia de Jesus, e tomar aí por oito dias os exercícios espirituais de nosso santo patriarca Inácio, à instrução do Padre Manuel da Nóbrega, consultando com Deus, e com seu instrutor (...) os meios mais suaves, com que poderia conseguir o intento del-rei seu senhor (...)[11].

O trecho citado acima – retirado do segundo volume da *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil* do Pe. Simão Vasconcellos – é exemplar do uso corrente de tropos e figuras convencionais de elocução em um estilo grandioso na prosa historiográfica. O trecho começa com uma *adjunção* ("Era o Governador Mem de Sá...") e progride com a *copia*, figura comum no registro épico, que se caracteriza pela enumeração ou acúmulo de virtudes que fornecem o *retrato* moral da personagem ("...homem de grande coração, zelo, e prudência, acompanhada de letras, e experiência em paz, e guerra..."). O longo período seguinte é todo marcado por *hipérbatos*, transposições e *anastrophes*, cuja intenção era a de reforçar determinados elementos da prudência do Governador. "A primeira coisa que fez" (a mais importante e das quais as demais dependeriam...) foi recolher-se junto à Companhia de Jesus para Exercícios Espirituais. Seu instrutor é enfatizado duas vezes, Manuel da Nóbrega, e o objetivo do recolhimento era a consulta com Deus para que encontrasse os melhores meios de servir a autoridade política: o Rei.

Vasconcellos, na sua *Crônica*, aplica um grande repertório de convenções retóricas, orientando-o na direção de seu objetivo principal: *demonstrar* a grandeza do *serviço* da Companhia de Jesus no processo de colonização portuguesa da América. A *Crônica* é um subgênero da narrativa histórica, que Quintiliano define como exposição de algo sucedido, em contraposição à narrativa poética, que fala de algo que não aconteceu de fato, e à narrativa argumentativa, que fala de algo irreal ainda que verossímil. Para Quintiliano, a narrativa histórica deve ter tanta força quanto tem a verdade sobre a qual ela escreve e, por isso, deve ser o primeiro exercício a se propor aos estudantes de Retórica. A narrativa histórica, portanto, deve ser composta segundo as convenções formais que fazem de seu estilo eloqüente e isso não se contradiz com sua fidelidade aos fatos ocorridos[12]. Também em Cícero a narrativa histórica deve ser composta segundo os cânones da boa eloqüência, cumprindo, assim, seu papel de *mestra da vida*, fornecendo "à luz da verdade", feitos públicos exemplares que movam os ânimos do auditório presente, atingindo-o por meio da memória[13].

O trecho que selecionamos é típico da elaboração eloqüente em prosa histórica de um exemplo de virtudes políticas a ser seguido por aqueles que almejam servir o bem comum e a vontade de Deus. O Governador Mem de Sá aparece no trecho como um cidadão exemplar, quer dizer, ao mesmo tempo real e representativo daquilo que se espera como um homem que ocupa uma posição como a sua. Nesse sentido, a construção aproxima-se do gênero demonstrativo, sublinhando os valores e virtudes a serem encontrados em um *vir civilis*: misericórdia, fé e devoção ("homem de bom coração"); diligência e obediência ("zelo"); "prudência"; engenho e eloqüência ("letras") e experiência ("em paz e em guerra"). No segundo período, a diligência, a prudência e a fé reforçam-se mais uma vez na sua primeira atitude, manifestas na subordinação dos atos ao serviço público, ao bem comum e à causa da Religião. O que se percebe, ainda, é o papel do Jesuíta como instrutor ou conselheiro do homem público, reforçado pela ênfase na figura de Manuel da Nóbrega, que é a grande personagem da *Crônica*. Vasconcellos chama para a Companhia de Jesus a tarefa pública de moldar as ações de todo o corpo político e o próprio autor, através de sua eloqüente história, colabora com essa tarefa, fornecendo os exemplos capazes de mover (persuadir) os cidadãos a fazerem o que deve ser feito, ensinando-os e deleitando-os com um discurso sábio, claro, gracioso e elegante. O que se vê, portanto, é novamente a tarefa política do orador, atualizada e cristianizada na figura do missionário jesuíta.

Considerações Finais:

Muitos outros exemplos poderiam se somar aos dois que selecionamos para evidenciar o papel da eloqüência na prática política dos Jesuítas na América portuguesa. As cartas, os sermões, as narrativas de consolação e muitos outros gêneros textuais poderiam ser aqui tratados em alguns dos seus componentes retóricos que visam atingir os objetivos políticos da Companhia de Jesus. Acreditamos que, no espaço disponível desta apresentação, os dois exemplos são suficientes para a proposição de uma hipótese: as artes retóricas humanistas, latinas e neolatinas são, além de ferramentas para a escrita jesuítica, referências para a sua concepção de participação política, conformando modelos

de vida civil adequados a uma agremiação religiosa atuante. A leitura dos textos jesuíticos como fontes históricas da América portuguesa deve ter como ponto de partida a preocupação com as chaves retóricas desses escritos, cuja autoridade não deverá repousar sobre cada autor em particular, mas sobre a própria ordem como um todo orientado segundo a sua missão.

---

[1] Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS/UFU).

[2] Sobre o sistema educativo jesuítico, sugerimos: FRANÇA, L. *O Método Pedagógico Jesuítico. O "Ratio Studiorium"*. Rio de Janeiro: Agir, 1952 e GIARD, L. (org.). *Les jésuites à la Renaissance: système éducatif et production du savoir*, Paris: P.U.F., 1995.

[3] Ver: LOYOLA, I. "Constituciones de la Compañia de Jesus". In: *Obras*, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1991. pp. 530-569.

[4] Ver: LUKÁCS, L. "De origine collegiorum externorum deque controversiis circa eorum paupertatem obortis. Pars prior: 1539-1556". In: *Archivum historicum Societatis Iesu*, v. XXIX, 1960. pp. 189-245.

[5] Ver: AGOSINHO, Santo. *On Christian Doctrine (Book IV)*. In: *New Advent: Catholic Encyclopedia*. Disponível em www.newadvent.org/fathers/120204.htm. Visitado em 18/03/2005.

[6] Os escritos do espanhol Juan Luís Vives (1492-1540) sobre retórica e educação tiveram influência decisiva, sobretudo, no mundo protestante, devido sua filiação erasmita, mas, em linhas gerais, sua leitura dos cânones latinos de Retórica era bastante afinada com o que transparece nas preceptivas jesuíticas. Sobre as teorias educacionais humanistas com base na retórica latina, sugerimos o estudo de Skinner a respeito das mesmas na Inglaterra quinhentista: SKINNER, Q. "A eloqüência clássica na Inglaterra Renascentista" & "A Política da Eloqüência". In: *Razão e retórica na Filosofia de Hobbes.* São Paulo, Cambridge: Editora UNESP, Cambridge University Press, 1999. pp. 41-192.

[7] Ver: EISENBERG, J. "A escravidão voluntária dos índios". In: *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. pp. 125-166.

[8] Ver: SKINNER, Q. *Op cit.* pp. 62-72.

[9] A edição tomada como base para nossa leitura foi: NÓBREGA, M. *Cartas do Brasil e mais escritos*, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. pp. 397 - 430. Sobre o papel do discurso *in contingentia facti* de Soto nos debates sobre a questão da liberdade dos índios, ver: PAGDEN, A. "*Ius et factum*: text and experience in the writings of Bartolomé de Las Casas". In: GREENBLATT, S. (Ed.). *New World encounters*, Berkeley: University of California Press, 1993. p. 96.

[10] Sobre o gênero dialógico e sua aplicação específica na circunstância missionária jesuítica na América portuguesa quinhentista, sugerimos o ensaio de Alcir Pécora sobre o *Diálogo sobre a conversão dos gentios*, de Manuel da Nóbrega: PÉCORA, Alcir. "A conversão pela política". In: *Máquina de gêneros*, São Paulo: Edusp, 2001. pp. 91-115.

[11] VASCONCELLOS, S. *Crônica da Companhia de Jesus (vol. 2)*, Petrópolis: Vozes, 1977. p. 33.

[12] Ver o Livro II da *Institutio Oratória* de Quintiliano.

[13] Sobre a tópica ciceroniana da História como mestra da vida e a função retórico-política da memória na antigüidade, sugerimos: HARTOG, F. "A arte da narrativa histórica". In: BOUTIER, J. & JULIA, D. (orgs.). *Passados recompostos - campos e canteiros da História*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Editora da FGV, 1998. pp. 193-202; KOSELLECK, R. "Historia magistra vitae: the dissolution of the topos into the perspective of a modernized historical process". In: *Future past - on the semantics of historical time*, Cambridge-MA: MIT Press. pp. 21 – 38. & LE GOFF, J. "Documento e Monumento". In: *Enciclopédia EINAUDI, vol. 1: Memória-História*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. pp. 95-106.

Arqueologia e Patrimônio Industrial: a Estação Cultura em Campinas.

Guilherme Pinheiro Pozzer[1]

1. Trajetória da estação em Campinas

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro foi fundada em 1868 e a inauguração da linha de Jundiaí até Campinas só ocorreu em 11 de Agosto de 1872. A partir daí a estação em Campinas passou por diversas intervenções e sistemáticas reconstruções, ampliações, dentre outras transformações, devido ao aumento do número de passageiros e do tráfego ferroviário, a diversificação dos serviços e do número de linhas, dentre outros fatores. Pela análise da documentação percebe-se que sua construção possuiu duas configurações principais, a primeira que data do ano da inauguração e a segunda que data de 1884, sendo que esta passou por sucessivas reformas que alteraram sua volumetria, mas que buscaram manter o padrão de 1884.

Assim, a primeira configuração da estação da Companhia Paulista em Campinas data de 1872 e sua estrutura era "de grande porte e de linhas classicizantes",[2] com um corpo central e dois laterais. Como se mencionou, em 1884, a estação foi reestruturada por completo de acordo com padrões arquitetônicos ingleses, no estilo gótico vitoriano, a torre do relógio foi colocada e foram adicionadas outras estruturas. Segundo Nestor Goulart, ainda nesse ano foi feita a primeira reforma, com a construção de um anexo.

A instalação a estação na cidade transformou o cotidiano do espaço em que foi alocada. Em estudos sobre a cidade, a idéia de que a estação teria servido como um dos principais vetores, senão o principal, de desenvolvimento da área urbanizada aparece com freqüência, como, por exemplo, na possibilidade de que o centro comercial teria se prolongado até ela.[3]

---

1 Mestrando em História, IFCH-UNICAMP, CNPQ, guipozzer@yahoo.com.br

2 KÜHL, B. M. 1998. Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura. P. 156

3 LAPA, José Roberto do Amaral. A cidade: os cantos e os antros. São Paulo: Edusp, 1996. P. 26

Em geral, costuma-se afirmar que as estações ferroviárias aparecem como um programa arquitetônico novo, em grande parte devido às modificações ocorridas nas técnicas construtivas.[4] Inicialmente em Campinas isso parece não ocorrer, pois no que diz respeito à representatividade em termos arquitetônicos da inserção daquela edificação na cidade pode-se dizer que inicialmente não houve uma verdadeira ruptura no modo de construir tanto por suas linhas classicizantes quanto pelo método construtivo empregado – a taipa de pilão, então o mais utilizado.

Uma maneira de interpretar o espaço da estação se liga ao seu papel de mediador entre a cidade ainda possuidora de traços coloniais e a ferrovia, um dos símbolos da era industrial. Para Schivelbusch, as estações funcionavam como uma passagem na qual o passageiro que fizesse a travessia da cidade, passando pelo edifício da estação até sua chegada à plataforma experimentaria um processo de expansão do espaço ou mesmo uma experiência de "industrialização do espaço".[5]

Entretanto, se, por um lado, é essa edificação que "abre as portas para o mundo", pois é a entrada para progresso, para novidade, para técnica; por outro lado ela é a porta para o "perigo" também, pois poderia trazer as epidemias, junto com os estrangeiros. A estação se constituiu também um instrumento disciplinador, pois foi um marco territorial que dividiu a cidade em duas áreas, numa segmentação carregada de simbolismo. As construções consideradas insalubres – como o leprosário, o matadouro e o curtume – passaram a ocupar os espaços periféricos, com destaque para os terrenos localizados atrás da estação, na Vila Industrial.

Assim, além de ser um pondo de ligação de Campinas com outras cidades, a estação estava, fisicamente, localizada entre essas duas áreas. Sua presença ali também representou novo espaço de convivência na cidade, no qual se processavam encontros de diversos grupos sociais. Porém, ela não deve ser caracterizada apenas como um ponto de encontro desses grupos, mas também como um espaço de alteridade e formador de

[4] KÜHL *Op.Cit.* e SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura do ferro no Brasil. São Paulo: Nobel, 1986.
[5] SCHIVELBUSCH, W. The Railway Journey. The Industrialization of time and space in the 19th century. Berkeley, California: The University of California press, 1986. P. 174

relações sociais.

Segundo o estudo de Nestor Goulart, após a reconfiguração da estação em 1884 houve diversas reformas estruturais a partir da primeira década do século XX, que se ligavam a necessidades impostas pelo aumento no trânsito ferroviário. A última grande reforma, segundo o autor ocorreu na década de 1960, mas é importante lembrar que todas as mudanças tentaram preservar o modelo de fachada de 1884.[6]

Com o passar dos anos, especialmente a partir da década de 1940, inicia-se um processo de decadência do transporte ferroviário. Sua desmobilização progressiva transformou áreas urbanas em espaços deteriorados, terrenos baldios como afirma Matos. Para ele, as áreas das "estações passaram a ter aspectos não muito convidativos", pois faziam parte das zonas deterioradas das cidades.[7] Benfatti diz que os espaços da estação foram degradados, e de certo modo até esquecidos, especialmente pelo fato de ter havido uma promoção dos meios de transporte rodoviários. [8]

Nesse processo, a estação da Companhia Paulista passou por um período de abandono, seguida de sua estatização, vindo a incorporar a Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA. Em 1978, abriu-se junto ao CONDEPHAAT um processo de tombamento e em 1982 foi inscrita no livro de tombo. Em 1989, o CONDEPACC abriu um processo de tombamento em nível municipal de todo o complexo ferroviário junto à estação, efetivado em 1999.

É importante ressaltar que ambos os processos foram abertos tendo como justificativa o valor histórico e arquitetônico das edificações, porém, isso não modificou o estado de semi-abandono que se encontrava a estação. Somente em 2002, a estação ganhou nova conotação na cidade ao ser transformada em centro cultural, a "Estação Cultura".

---

[6] REIS, Nestor Goulart. Estação Cultura: patrimônio ferroviário do povo de Campinas. São Paulo: Via das Artes, 2004.
[7] MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias. São Paulo: Alfa-Omega, 1974. P. 129
[8] BENFATTI, D. M. "Patrimônio ferroviário e política pública" *In* Revista Oculum. Campinas: Puc, Janeiro/2002.

2. A estação: patrimônio industrial e porta de estudo sobre Campinas

A idéia de tratar a estação como uma "porta de entrada" para o estudo de Campinas deve ser entendida de forma simbólica e múltipla. A analogia não se refere apenas à sua presença física na cidade, mas também às diversas possibilidades de estudo que se pode abordar. Tal analogia se deve à Stella Bresciani[9] que em seu texto "Sete portas da Cidade" estabeleceu uma "homologia entre as entradas de estudo" da cidade e as "entradas das antigas cidades muradas". Para a autora, da mesma forma que as entradas das cidades "reais" eram construções, estas de "pedra", as entradas de estudos, para as pesquisas, são "construções intelectuais" que "buscam dar conta de várias facetas da vida urbana".

Segundo Karen Bowie, a maioria dos estudos sobre a história das estações se pauta pela questão da tipologia arquitetônica. Para essa autora, ainda que esses estudos se configurem preocupações legítimas, eles acabam por retirar o objeto arquitetônico do seu contexto histórico, urbano e ferroviário. Neste sentido, a autora propõe uma "reorientação do olhar" por meio do "estudo das estações não como o espaço dos viajantes (batiments voyageurs), mas na sua articulação com as cidades, com as zonas periféricas que são, via de regra, ocupadas pelas funções de logística, manutenção do material e transporte ou estocagem de mercadorias e com os contextos políticos, jurídicos, financeiros e industriais nos quais inserem-se os atores destes grandes projetos de organização ferroviária e urbana que são as estações".[10]

Assim, a pesquisa divide-se em duas questões básicas que são indissociáveis: em primeiro lugar, busca-se levantar questões que se referem à edificação em si, como sua tipologia, suas principais reformas ao longo dos anos, entre outras, abordando-a como "discursos materiais", pois se tem em mente que as edificações são objetos sociais, e como tais estão carregados de valores e sentidos próprios.[11] Em segundo lugar, pretende-se

9 BRESCIANI, Maria Stella M. "Sete portas da cidade" In Espaço e debates. No. 34. 1991. P.10-15

10 BOWIE, Karen. "L'impact de l'essor du chemin de fer la profession architectural em Farnce au XIX siècle". In Revue de Historie des Chemins de fer, v. 5/6. AICF, Paris, 1991/1992. P. 34 Apud. LANNA, Ana L. D. "Cidade e Ferrovia". In Anais eletrônicos do I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas, 2004. P. 02

11 ZARANKIN, A. Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista. Campinas: Centro de

evidenciar a pluralidade de relações que o edifício pode estabelecer com Campinas.

Os parâmetros metodológicos adotados dialogam com a arqueologia industrial. Essa disciplina ganha impulso no pós-guerra, sobretudo na Grã-Bretanha, e "coincidiu com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial – cujos alvos estratégicos era, freqüentemente, as unidades industriais –, e pela posterior reconversão econômica e urbanística que se seguiu, a qual se prolongou até os primeiros anos da década de 60. Essa situação contribuiu não apenas para a formulação de uma nova noção de patrimônio – o patrimônio industrial –, como também para a emergência da arqueologia industrial como uma nova área de investigação arqueológica".[12]

Um dos objetivos da arqueologia industrial é "produzir conhecimentos históricos que possam interpretar e explicar a realidade do período e do objeto a serem estudados e, se necessário, sua proteção, por representarem um bem cultural".[13] De maneira geral pode-se dizer que a disciplina preocupa-se em registrar, investigar e analisar os vestígios materiais da sociedade industrial capitalista, valendo-se dos procedimentos e métodos arqueológicos, como prospecção, escavação, documentação, classificação e análise do que foi registrado.[14]

Os estudos de arqueologia industrial se destacam por privilegiar a pluralidade de documentos utilizados – na medida em que confrontam textos, imagens e as próprias edificações como documentos, como cultura matéria – e de disciplinas envolvidas – como a história, a arquitetura, urbanismo, engenharia mecânica e civil, geografia etc. – para a obtenção de informações acerca do objeto de estudo, do período e da sociedade em que se inserem os bens industrias, havendo a necessidade de intercâmbio e complementaridade

---

História da Arte e Arqueologia (IFCH-UNICAMP), 2002. P. 38

12 CORDEIRO, José Manuel Lopes. "Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender". In Anais eletrônicos do I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas, 2004. P. 02

[13] VICHNEVSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). Dissertação de mestrado - UNICAMP. Campinas: s.n., 2004.

[14] CERDÀ, Manuel e BONAFÉ, Mario García. Arqueologia Industrial. In: BERROCAL, Paloma (coord.). *Enciclopédia Valenciana de Arqueologia Industrial*. Associació Valenciana d'Arqueologia Industrial. Valencia, Espanha: Edicions Alfons el Magnànim e Institució Valeciana d'estudis i investigació, 1995. P. 94

entre elas, como afirma Kühl, caracterizando-se, portanto, como um saber interdisciplinar, que visa contribuir para uma melhor compreensão do passado industrial.[15]

Em geral, uma característica importante do patrimônio industrial, como mostra Kühl, é o fato de "ocupar, geralmente, vastas áreas em centros urbanos e sua obsolescência e falta de rentabilidade tornam bastante delicada a questão de sua preservação". No que diz respeito ao patrimônio ferroviário é corrente na idéia de que com a decadência do desse tipo de transporte, seus espaços deterioraram-se, tendo estas áreas uma visibilidade negativa, com grandes espaços vazios e estruturas desativadas.[16]

Uma das maneiras de "revitalizar" estas áreas tem sido sua reutilização, que se insere na dinâmica de resignificação dos espaços, recorrente nos últimos anos, especialmente no que se refere ao patrimônio urbano. Para Lia Motta as múltiplas reapropriações dos espaços urbanos ocorrem naturalmente, pois da mesma forma que as demais obras do homem, eles são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações, sendo "através de um permanente processo de criação e reapropriação que o homem transforma o ambiente em que vive, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para criações futuras". [17]

Entretanto, para Choay, apesar de a prática de valorização dos espaços preservados por meio de sua reutilização, sua reintegração a um "uso normal" ser freqüente, ela "é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio".[18] Isto talvez pelo fato de diversas questões e interesses – sociais, econômicos e políticos – estarem evolvidas na preservação de um determinado espaço.

Motta e Choay trabalham a idéia de que o mundo contemporâneo parece utilizar-se do patrimônio histórico como uma espécie de "produto de mercado" a ser explorado pela chamada "indústria cultural", evocando nos monumentos um novo valor simbólico para sua valorização, voltado para interesses que muitas vezes imprimem um caráter cênico ao uso

[15] KÜHL, B. M. *Op. Cit.* P. 229
[16] Cf. BENFATTI 2002 e KÜHL *Op. Cit*.
[17] MOTTA, Lia. "A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global". *In* ARANTES, A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. P. 259
[18] CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/ Unesp, 2001. P. 209

cotidiano do objeto e que baseia sua preservação apenas em uma homologia das suas funções originais.

Como mostra Canclini, os diversos fatores que influenciam na reutilização dos bens preservados na atualidade, como o crescente desenvolvimento urbano, as indústrias culturais e o turismo, são comumente tratados nos debates sobre patrimônio histórico como ameaças aos mesmos. Entretanto, este autor diz que é importante trabalhar tais fatores não apenas como ameaças, mas também como "contextos".[19] Assim, seria possível entender a própria historicidade em que ocorrem as resignificações dos espaços preservados, os novos usos, as novas relações que venha a suscitar etc.

O estudo sobre a estação, nesse sentido, possibilitaria captar diferentes formas de percepção e de representação da estação em si e também da cidade de Campinas já que as apropriações são múltiplas, permitindo que se encontre, como diz Choay, "a coexistência em um mesmo tempo de uma diversidade de modos de apreensão da cidade e seu espaço que se referem, segundo os grupos sociais dados, a configurações históricas diferentes".[20]

3. Considerações finais

O estudo e a investigação do patrimônio industrial no Brasil iniciaram-se antes da difusão da disciplina arqueologia industrial no país, que ocorreu durante a década de 1970.[21] Porém, pode-se se dizer que as pesquisas e a preservação do patrimônio industrial no Brasil são ainda incipientes e seu campo teórico, metodológico e prático para o conhecimento sobre o patrimônio industrial é ainda disperso em esforços isolados e pouco difundidos.[22]

---

[19] CANCLINI, Nestor G. "Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional". *In* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23. P. 94

[20] CHOAY, Françoise. "A História e o método em Urbanismo". *In* BRESCIANI, Stella. Imagens da cidade. São Paulo: Marco Zero/ Fapesp, 1994. P. 23

[21] VICHNEWSKI. *Op. Cit.* P.31

[22] KÜHL, B. M. "Arquitetura Industrial em São Paulo". *In* Diário Oficial do Estado. Poder Executivo. Seção 1. Suplemento São Paulo, V. 113, n. 18, 25 de janeiro de 2003. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Universidade de São Paulo, 2003; MENEGUELLO, C. e RUBINO, S. "Patrimônio industrial: perspectivas e abordagens". *In* Anais eletrônicos do I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas, 2004. P. 02

A pesquisa que se pretende desenvolver acerca da estação da Companhia Paulista em Campinas tentará desenvolver um debate em torno do tema patrimônio industrial tendo como embasamento metodológico a arqueologia industrial. Para tal é necessário inserir esse estudo no contexto mais amplo dos debates em torno da arqueologia e do patrimônio industrial como forma de evidenciar suas especificidades.

Isso porque, ainda que existam similaridades com outras cidades em vários momentos que se relacionam à chegada dos trilhos, como nas festas de inauguração, nas expectativas quanto à vinda dos trens, no encanto com a maquinaria, nas transformações das percepções de tempo e espaço, nas mudanças no trânsito urbano, no estímulo ao comércio e aos serviços etc., "a maneira como estas expectativas ocorreram e impuseram suas marcas sobre os espaços das cidades é extremamente diversificada". Assim, o fato de as questões que se relacionam às transformações das cidades pela chegada das ferrovias serem múltiplas torna-se frágil qualquer tentativa de "conformar padrões gerais que façam legíveis a diversidade de impactos ocorridos com a implantação dos trilhos".[23]

A idéia de que a estação pode ser uma "porta de entrada" para cidade deve ser entendida como algo simbólico e múltiplo, que diz respeito sobretudo às interpretações sobre sua inserção na cidade bem como as várias possibilidades de análise que ela permite. A história recente dessa edificação permite discutir as políticas preservacionistas dos bens históricos e culturais, a maneira como eles foram sendo resignificados ao longo do tempo e os novos usos dados a eles. Todas as questões, como outras que podem ser levantadas, devem ser mais exploradas, pois a relação de Campinas com a estação evidencia um grande potencial de pesquisa e análise que passa pelas transformações urbanas, sociais, culturais e de sensibilidades da cidade.

[23] LANNA, Ana L. D. *Op. Cit.* Pp. 10-11

Gerações:
Mídia e (Re)construções Míticas e Utópicas

Gustavo Esteves Lopes

RESUMO:

O TEXTO PRETENDE UMA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA QUE COMPREENDA OS MITOS E UTOPIAS (RE)CONTRUÍDAS, ATRAVÉS DA MÍDIA, PELAS SUCESSIVAS GERAÇÕES DE JOVENS, DO PÓS-II GUERRA MUNDIAL AO SÉCULO XXI, NA QUAL SE APRESENTAM OS CONTEXTOS INTERNACIONAL E, PRINCIPALMENTE, BRASILEIRO. DENTRE AS FORMAS DE CONSTRUÇÕES MÍTICAS E UTÓPICAS MAIS RECORRENTES É A DE DENOMINAR OS ANOS OU DÉCADAS COM ADJETIVOS QUE EXPRESSAM OS COMPORTAMENTOS DESTES JOVENS. PERCEBE-SE QUE AS COMPLEXAS TEMPORALIDADES QUE ENVOLVEM A SUCESSÃO DE GERAÇÕES DE JOVENS ABARCA MAIS IMAGINÁRIOS E EVENTOS DO QUE AQUELES DEFINIDOS PELA MÍDIA COMO OS ANOS "DOURADOS", "REBELDES", "DE CHUMBO", "PERDIDOS", "DO NOVO MILÊNIO", PORQUE NÃO HÁ HISTORICIDADE QUE DITE ONDE COMEÇA E TERMINA, DE FATO, CADA GERAÇÃO. NO ENTANTO, O PONTO EM COMUM QUE LIGA AS GERAÇÕES DE JOVENS É A INATA REBELDIA, QUE ACOMPANHA SUAS TRAJETÓRIAS; E POR MEIO DA QUAL SE PRATICAM SEUS RITOS QUE BUSCAM MÍTICOS ESPÍRITOS PRIMORDIAIS E UTÓPICAS POSTERIDADES NAS SOCIEDADES MODERNAS.

"Os Mass Media, é sabido, veiculam sem cessar todo um mundo mítico cujos pulmões são fortes..."
Dominique Cexus[1]

Uma historiografia preocupada com mitos e utopias pretende compreender os significados das sacralizações emanadas das realidades que compõem os mesmos tecidos narrativos que os dos acontecimentos históricos propriamente ditos. Ainda que os mitos pretendam retornar aos espíritos primordiais, e as utopias referiram-se a uma posteridade refletida no tempo presente, não se deve considerá-las meras fábulas, mas construções das memórias coletivas, entendidas como formas de representação social. Trabalhar com periodizações que delimitam o tempo da narrativa do historiador é como seguir um caminho contrário ao tom vital das narrativas míticas e utópicas, à medida que a historiografia trata do que de fato aconteceu, ao passo que mitos e utopias, do que poderia e que poderá acontecer. Mas historiografia é escrita com a intenção de relatar não apenas atos, discursos oficiais. Serve-se pois a relatar também oralidades e culturas escritas que apresentam visões de mundo, consumadas ou não, inerentes às paixões e necessidades expressadas na edição e execução de leis e atos institucionais; na realização de manifestações cívicas, religiosas e mesmo de protesto; no desenvolvimento tecnológico e científico norteado por quaisquer ideologias (por exemplo, o progresso); no tombamento dos monumentos e documentos que rememorem e ensinem as glórias dos fundadores de uma República e de todos os regimes de governo, protagonistas em relação ao saudosismo (ressentimento) e infâmia dos vencidos; e no sacrifício de bodes expiatórios para alimentar o estômago e a alma de deuses instituídos em Estados Nacionais, sistemas econômicos, e revoluções. Estes eventos ocorridos em sociedade,

[1] Cexus, Dominique. O Circo dos Comodistas; in: Luccioni, Gennie; Barthes, Roland.; Ramnoux, Clemence (Et. Alli). Atualidade do Mito. São Paulo: Duas Cidades. 1977. p.162. O presente artigo *é uma re(leitura), grosso modo, das narrativas de memórias apoiadas nas Mass Media. Como recompensa, seria interessante investigar historiograficamente as construções míticas utópicas das sucessivas gerações de jovens através da mídia. Para tanto, livros de memória escritos por jornalistas podem ser considerados documentos/monumentos que expressariam uma memória coletiva construída através do amparo dos recursos técnicos midiáticos.*

família e individualmente são ritos que dão sentido à manutenção que estratifica grupos sociais em cidadanias, classes, gêneros, etnias, ofícios, ideologias, e gerações.

As gerações, enquanto representações sociais, têm importância singular quanto a esta discussão acerca dos mitos e utopias compreendidos na narrativa historiográfica. Porque estão em espaços e tempos de modo a estabelecerem-se como elos entre as outras representações sociais, cujas memórias coletivas se reconstroem a partir da complexa sucessão de papéis entre jovens e velhos; aspirantes, iniciados e reformados, filhos, pais e avós. Ou seja, gerações são grupos etários que comungam identidades cujas relações se fundamentam nos respectivos sentimentos de pertencimento e não-pertencimento, em tempos e espaços comuns. Nas sociedades modernas, da mesma forma que as gerações de grupos etários adultos iniciados ou reformados experimentaram responsabilidades memoráveis, a geração de um grupo etário juvenil também aspira construir as próprias responsabilidades, testemunhar as memórias de uma época, ainda que à luz dos acontecimentos, dos mitos e das utopias perpetrados por suas gerações predecessoras. Mais especificamente, a geração de um grupo etário juvenil, i.e. a juventude, assume posição de rebeldia e contestação diante das gerações mais antigas, não necessariamente de todas, mas daquelas que não representam os anseios de uma presente geração de jovens para com as próximas. As sucessivas gerações de jovens são capazes de saudosismos (invenção de tradições que retomam ideais e códigos de conduta exemplares, que todavia não seguem lógicas internas) reconstruídos junto às reivindicações específicas de cada época. [2]

Quaisquer experiências em que há sacrifícios, sobretudo em guerras e ditaduras, as juventudes têm seus mitos e utopias esterilizadas, porque comungam de um rito o qual amadurecem-lhes precocemente, cerceando radicalmente o que resta da inata inocência que ainda carregavam desde a infância. Nas sociedades modernas, que passaram pelas transformações estruturais decorrentes dos efeitos da II Guerra Mundial, considera-se que suas primeiras gerações de jovens se formaram à medida que os sobreviventes da faixa etária infantil foram amadurecendo (além de que não registram, como os adultos, na memória acontecimentos compreensíveis em sua totalidade). Deste modo, a primeira geração de jovens experimentado-se no mundo pós-guerra, consensualmente, marcou época a partir dos “Anos 50”, embora antecedentes e posteridades ocorreram para aquém e além de uma década. A rebeldia destes jovens manifestava-se nos modos de se vestir,

[2] Cf., Eliade, Mircea. Mito e Realidade. São Paulo: Perspectiva, 6ª ed. 2002; Halbwachs, Maurice. La Mémoire Collective. Paris: PUF. 1950; Eisenstadt, N. S. De Geração em Geração. São Paulo: Perspectiva. 1976. pp. 33-5; 253-305; Luccioni, G.; Barthes, R.; Ramnoux, Clemence (Et. Alli). Atualidade do Mito. São Paulo: Duas Cidades. 1977.

em assumir hábitos até então constrangedores, e abdicar da mesma educação dos pais, familiares e mestres. Entretanto, a rebeldia também se manifestava em um radicalismo, no intuito de fortalecer tradições que os próprios pais e mestres foram incapazes de dar continuidade às utopias dos avós e dos mestres mais antigos. Em tais construções da memória coletiva à luz das *Mass Media*, diversas denominações tiveram os mitos e utopias das sucessivas gerações, dos grupos etários que vivenciaram o pós-guerra. Entendem-se os "Anos 50" especialmente como "Anos Dourados". Esta denominação pode-se compreender pelo universo mítico de uma situação de retorno ao primordial, uma redenção que reaviva utopias, por conseguinte, esperanças, recomeços. Com o desenvolvimento tecnológico produzido durante a II Guerra Mundial, as sociedades modernas passaram por uma condição em que novos paradigmas se fundaram às suas estruturas e superestruturas – como o do consumo estilizado pelo capitalismo de mercado, e seus meios de comunicação de massa – que influenciaram as aspirações sociais desta juventude dos "Anos Dourados". A título de exemplos ilustrativos sobre o contexto internacional, na ex-URSS, no tempo da morte de Stálin, formava-se o laboratório teatral de Stanislavski; nos Estados Unidos, o cinema estrelado por James Dean e o *rock'n roll* de Elvis Presley formataram comportamentos seguidos pelo público jovem, ao passo que também florescia uma literatura da experimentação do tradicional e alternativo, com os *beats*; na Europa, filosofias tornaram moda festejá-las dentro e fora (dos bares e salas-de-aula) das academias, como o existencialismo de J.-P. Sartre, enquanto as passarelas eram tomadas por manequins como a atriz Marlene Dietrich. E um ícone para posteridade surgia em 1959 com a Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro: o mito Ernesto "Che" Guevara.

Após o evento público e radiofônico do cortejo fúnebre do suicídio do presidente Getúlio Vargas - "O Pai dos Pobres" –, o presidente empossado, o vice udenista Café Filho, a duras penas aceitou a democracia representativa até o término de seu mandato, mas deu posse ao presidente Juscelino Kubitschek, que: não somente realizou uma gestão liberal; uma modernização industrial (às custas do capital internacional); a oportunidade de emprego em larga escala nos pólos industriais metropolitanos; mas o sonho de consumo de muitos jovens da chamada classe média – por exemplo, Fusca ou DKW da Vemag-VW. O ano de 1958 foi o mais *feliz* dos frutuosos "Anos Dourados"; mais ainda porque o futebol da seleção brasileira conquistara a Taça Jules Rimet na final contra a anfitriã Suécia, vencida por 5x2, da Copa do Mundo, oito anos após o fatídico 2x1, contra a celeste uruguaia em pleno Maracanã, o maior estádio do mundo, construído

para a Copa de 1950 – e a festa do Bicampeonato teria continuidade no Chile. Em outros esportes, Adhemar Ferreira da Silva sagrara-se Bicampeão Olímpico de Salto à Distância (1952 e 1956), e Maria Esther Bueno, Tricampeã em Wimbledon (1959-1960-1964). A cultura brasileira tivera o milagre de parir uma literata (diarista) na sensibilidade e esforço de uma senhora negra, favelada, como maior parte dos trabalhadores migrantes que tentavam a vida na cidade grande: Maria Carolina de Jesus; mas também teve a ironia de excretar de um velho o modelo de mentalidade reacionária (que olhando para os "Anos 1950", seria ele algo meio idealista, romântico às avessas): o jornalista e escritor Nelson Rodrigues. A Chanchada, originada do teatro de revista dos finais dos anos de 1940, lotava as sessões de cinema; enquanto na música a bossa nova ganhava rapidamente o conhecimento do público internacional e o rock era traduzido para a língua portuguesa na voz de Cely Campello. O teatro do TBC apresentava espetáculos de textos clássicos, com Paulo Autran. Porém, militância política também se fez presente no teatro, como o Arena. Se a política se faz segundo o embate de opiniões, havia também exageros de uma juventude mais violenta que transgressora, que além de praticar a violência da cultura de *gangs*, no mais das vezes, agrupavam-se em grupos que se congregavam em torno de ideais conservadores e extremistas contra o populismo (ou também à superada ditadura de 1930 a 1945) de Vargas, e da mesma forma contra o "comunismo" (o totalitarismo que sobreviveu à II Guerra Mundial). Mas no Brasil havia *gangs*, como nos Estados Unidos, que se bastavam em incendiar mendigos ou *violentar* garotas. Ensinaram por meio da rebeldia excessos, autoritarismo, violência às sucessivas gerações. Apesar do estigma de *Rebelde Sem Causa*, a geração dos "Anos 50" se consolidava como o modelo áureo de juventude, caracterizando-se como os "Anos Dourados", ainda entre a inocência e perversidade.[3]

Mas nos "Anos 60" iniciava-se uma inquietação que faria esta geração ser rememorada como a dos "Anos Rebeldes". Porque a geração dos "Anos 50" legou para a posteridade uma rebeldia como forma protesto para a alcançar a realização dos anseios da juventude das sociedades modernas. À medida que a *Guerra Fria,* ideológica contra a URSS, mas militar contra países do terceiro mundo espalhados pelo globo, recrudescia, o autoritarismo que imperava na conjuntura na virada para os "Anos 60" aguçava a rebeldia

[3] Cf., Carmo, Paulo Sérgio do. Culturas da Rebeldia: A Juventude em Questão. São Paulo: SENAC. 2001. Seráfico, José. Memórias Talvez Precoces. Belém: CEJUP. 1991. Santos, Joaquim Ferreira dos. Feliz 1958!: O Ano Que Não Devia Terminar. São Paulo: Record. 1998; Meihy, José Carlos Sebe Bom. Cinderela Negra: A Saga de Maria Carolina de Jesus. Rio de Janeiro: UFRJ. 1994; Rosenfeld, Anatol. O Problema das *Gangs*; Cultura e *Gangs*; in: Texto/Contexto II. São Paulo: Perspectiva. 1993. pp. 217-32. Revista Brasileira de História. Brasil (1954-64). São Paulo: ANPUH/Marco Zero. V.14, nº27. 1994; RBH. Brasil: do Ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo: ANPUH, v. 24, n.º 47. Seráfico, José. Memórias Talvez Precoces. Belém: CEJUP. 1991.

inata, deste modo acentuando a politização e contestação dos jovens. Nos Estados Unidos, enquanto o governo cada vez mais se abalava com o assassinato do presidente John F. Kennedy, os mísseis nucleares em Cuba apontados para a Flórida, e a corrida armamentista e espacial disputada com a URSS, a juventude se efervescia na luta contra os preconceitos raciais e a Guerra do Vietnã; na Europa, Estados Unidos e América Latina, levas de estudantes reivindicavam melhorias das condições educacionais garantidas com o pós-guerra, que não se concretizavam. No Brasil, a juventude estudantil respirava toda efervescência cultural e política conduzida pelas liberdades alcançadas durante os "Anos Dourados". A *Jovem Guarda* ainda guardava aspectos da inocência de que a juventude ainda vivia mais na malandragem que na delinqüência, mas não deixara de ser um celeiro para efervescência do rock no Brasil, do qual floresceram artistas como os Mutantes e um baiano que chamava Raul Seixas, de uma banda chamada *Os Panteras*. O teatro do CPC e o Cinema-Novo preocupavam-se em mostrar a face carente do Brasil, desconhecida senão velada, durante os "Anos Dourados", que ainda se faziam de certa forma presentes no início dos "Anos 60". O samba fazia o encontro de três gerações etárias, no Restaurante *Zicartola*, reunindo Zé Kéti, Cartola e Nelson Sargento, o amadurecido Tom Jobim e o jovem Paulinho da Viola, enquanto funcionou entre 1963 e 1965. As conquistas do movimento estudantil estavam cada vez mais presentes nas manifestações políticas, representadas por suas entidades civis (UNE, UMES, etc.), e agremiações políticas (JUC, AP, PCB). No plano político-institucional, o governo populista do presidente João Goulart era paulatinamente minado pelo revanchismo da sociedade civil conservadora; e pelas próprias Forças Armadas, preparadas na Escola Superior de Guerra para a ocasião de uma *contra-revolução* comunista no Brasil. Até seu padrinho de casamento, o ministro da Guerra, General Amaury Kruel, na última hora, debandou de seu governo, em crise desde o início, com a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros. Jovens, anticomunistas ou não, acompanhavam, suas mães e avós na *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* e similares, que pôs nas ruas mais de 1 milhão de pessoas, o dobro de pessoas que aclamaram as Reformas de Base *,* diante da *Central do Brasil .*

Todavia, a *Revolução de 1964*, além de abandonar completamente o projeto de desenvolvimento nacional do governo deposto, contribuiu para que a revolta estudantil aumentasse, principalmente porque não supriu a necessidade de vagas para jovens recém-ingressos nas universidades públicas e privadas (com o auxílio de bolsas), e desde que tomaram o poder foram muito severos com o *futuro* do país. Durante o governo do Marechal Castelo Branco, a *Crise dos Excedentes* de 1966 e 1967 reavivou as rixas

estudantis internas entre direitas e esquerdas, alimentadas pela bipolaridade ideológica da *Guerra Fria*. Todos jovens adequavam a rebeldia em seus mitos e utopias, seja a revolução social, sexual, ou mesmo seu contrário, a de *1964*. A violência, durante o governo militar (cada vez menos civil), constatava-se em 1968 em cada manifestação reprimida pelo Exército e pelas polícias, da mesma forma que o protesto armado tornava-se a única saída para aqueles que não abandonavam seus ideais. Muitos jovens que desfilaram com as mães em 1964, "tiveram" de ser detidos e entregues à família em 1968 (porque depois do AI-5, a época não era mais a mesma); enquanto outros organizavam-se politicamente representados por siglas bizarras (CCC, MAC, FAC) segundo os mesmos ideais aclamados pela *Marcha*, e depois que se formaram nas faculdades, muitos vieram a trabalhar em delegacias e foram *justiçados* por comandos revolucionários de esquerda, em vista dos excessos cometidos em tortura. A rebeldia de comportamento e pensamento não tinha mais espaço no cotidiano da juventude, porque cerceada pelo autoritarismo – com o fechamento ditatorial editado pelo presidente Costa e Silva, que tentou calar na marra a boca de jovens subversivos (inclusive de para-militares estudantis, obviamente de direita), e quaisquer outros descontentes com a situação. A juventude dos "Anos 60" foi se consumando com as reações do poder aos seus protestos, de modo a conduzir os mais inflamados por ideais a cair na experiência da luta armada, na qual se sabia que perderiam o contato com a família, namoradas e amigos, para a exclusiva dedicação ao protesto do fuzil na mão, com a disposição de arriscar as próprias vidas. Isto valia também para o outro lado, em que havia, por exemplo, um jovem delegado, negro, complexado sexualmente, que seria assassinado em 1973 por *justiçamento revolucionário*, Otávio Gonçalves Moreira Júnior, o torturador Otavinho, nove anos após formar-se em Direito no L. São Francisco, e se profissionalizar no que aprendera com sua *gang*, o CCC., durante os meados dos "Anos Rebeldes". [4]

Rebeldia juvenil, só no chumbo. Os "Anos 60", antes que a própria década se encerrasse, foram se tornando não mais simplesmente "Anos Rebeldes", mas "Anos de Chumbo", em que jovens alcançando a maturidade, tornaram-se *terroristas, guerrilheiros, e torturadores*; salvo jovens silenciados pela ideologia do progresso de um "*Brasil, país do futuro*". *In illo tempore* o Brasil parava para assistir o Tricampeonato de Pelé, Tostão, e cia. na Copa de 70, no México. O milagre econômico coexistia à guerra interna, enquanto

[4] Cf. Carmo, P. S. Op Cit. pp. 17-105.;Castro, Maurício Barros de. Zicartola: Política e Samba na Casa de Cartola e Dona Zica. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004. Gorender, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Ática, 6º ed. 2002; Ventura, Zuenir. 1968: O Ano Que Não Terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1988; Perrone, Fernando. Relatos de Guerra: Praga, São Paulo, Paris. São Paulo: Busca Vida. 1988; Martins, Luciano. A "Geração AI-5" – Maio de 68: Duas Manifestações Intransitivas. Rio de Janeiro : Argumento. 2004.

o público consumidor de mídia no Brasil esperava apenas que se alcançasse a conquista do Tetracampeonato. Nos centros urbanos, mesmo após o governo Médici, o pavor da sociedade civil, arrependida por um dia apoiar um golpe de Estado, verificava-se em acontecimentos como a morte do jornalista *Wlado* Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, que se somavam às centenas de mortos e desaparecidos políticos (silenciados pela censura prévia), para a tristeza e rebeldia de *filhos da ditadura* como o então jovem (porque não ainda?) Marcelo Rubens Paiva, filho do deputado federal pelo MDB (de origem petebista) Rubens Paiva. Operários se reuniam para construir seus novos sindicatos, mas os jovens rebelavam-se pelas saídas políticas e culturais que foram empreendidas desde antes do Golpe, em que reconstruísse as antigas UNE, UEE's UBES, UMES, de modo que a parcela mais nova desta juventude decidiu-se por uma titubeante desilusão – o descomprometimento político que atacou o mesmo órfão *Marcelo* que pulou de cabeça em laguinho e quebrou a quinta vértebra, deixando-o paraplégico. Ainda que o governo Geisel tentasse dar fim às torturas e revanchismos, a tarefa complicava-se. Após a Anistia conquistada definitivamente no governo João Baptista Figueiredo, a violência e a delinqüência se disseminavam politicamente com o ressurgimento de agremiações estudantis como o CCC, que destruíam bancas de jornal, além das corriqueiras agressões físicas, e sem deixar de mencionar o mau-exemplo dos militares que se acidentaram com a própria bomba no 1º de maio de 1980, incentivando a conduta desta juventude extremista e perversa.[5]

Dos meados dos "Anos 70" aos meados dos "Anos 80", a construção do PT e as campanhas pelas "Diretas Já!" e demonstravam que o país não vivia mais plenamente os "Anos de Chumbo". Entretanto, a repetição de mais uma eleição presidencial indireta afogou os ânimos da juventude mais exaltada, aprofundada após a morte do presidente eleito indiretamente Tancredo Neves com a posse do então vira-casaca (ex-ARENA) José Sarney, que em seu governo elevou a inflação a mais de 100% ao mês, sem mencionar todas as Copas do Mundo que o Brasil não conquistou desde o Tricampeonato, circunstâncias estas que conduziram os incipientes "Anos 80" à condição de "Anos Perdidos", "Década ou Geração Perdida". Apenas a história de vida de Marcelo Rubens Paiva contradiz que esta foi a "Geração Perdida", porque nesta época se descobriu um

[5] Aquino, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O Exercício Cotidiano da Dominação e da Resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC. 1999; Fon, Antônio Carlos. Tortura: História da Repressão no Brasil. São Paulo: 1979. Global Gorender, Jacob. Op. Cit.; Gabeira, Fernando. O Que É Isso Companheiro?. Rio de Janeiro: CODECRI, 6ª ed. 1979; Syrkys, Alfredo. Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida. 1980; Paiva, Marcelo Rubens. Feliz Ano Velho. São Paulo: Brasiliense. 1982. Kucinski, Bernardo. Jornalistas e Revolucionário: nos Tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo: Scritta. 1991.

literato, talentoso e de um esforço de recuperação que faltou ao jogador Zico após tantas cirurgias no joelho. O rock brasileiro, nas vozes *punks* e *waves*, cantava a vontade de libertação, enquanto os músicos predecessores, originados da MPB e Tropicália, retornavam da Europa e Estados Unidos enriquecidos, conservadores e com ares de redenção, da mesma forma que antigos jovens militantes esquerdistas foram assumindo cargos burocráticos e eleitorais na Nova República (pós-Constituição de 1988), contradizendo-se sem arrependimento suas histórias de vida de luta revolucionária, assumindo posição liberais que durante a geração dos "Anos Rebeldes" seriam inadmissíveis. Com as evidências definitivas para se construir os "Anos 80" rememorados como "Geração Perdida" reconhece-se tal veredicto na esperança frustrada com a derrota do sindicalista e então deputado federal petista Luís Inácio Lula da Silva para o *playboy* Fernando Collor de Mello. Mas a bipolaridade entre direita e esquerda foi se esfacelando à medida que a *Guerra Fria* acontecia nas estrelas, demonstrada no cinema com as hipotéticas derrotas humilhantes que sofriam os malvados soviéticos – bem menos perigosos que os ET's – e realizada de fato com as cenas da queda do Muro de Berlim e do fim do *regime comunista.* O ator R. Reagan saiu-se como herói no filme da vida real.

Em vista das conturbações sociais, políticas e culturais no Brasil, decorrentes dos "Anos 80", o início dos "Anos 90" aproximava-se mais da "Década Perdida" do que do "Novo Milênio". O Congresso permitiu a renúncia de um presidente (muita gente ainda acredita que houve impeachment, e graças aos caras-pintadas) que corrompeu-se, tirou férias, mas há um tempo voltou a candidatar-se; os consumidores e contribuintes tiveram que passar pelo acondicionamento econômico de transição da Moeda Nacional; até o computador demorou a ser popularizado, ser utilizado em escolas; e os espectadores tiveram que presenciar a *pasteurização* sem precedentes tanto das novas quanto antigas gerações de artistas brasileiros. Vale ressaltar que a seleção brasileira da Copa de 1990, comandada por Sebastião Lazzaroni, ainda é lembrada como *a pior de todos os tempos*. E os torcedores tiveram que rever a "Era Dunga" redimir-se em 1994 nos Estados Unidos, mais com o sentimento de desabafo do que propriamente emoção pela vitória maior no esporte bretão. Percebe-se, portanto, que esta geração de jovens formada entre os meados dos "Anos 90" e a virada do Século XXI está construção, tentando compreender a memória coletiva das gerações predecessoras quanto de si mesma. Por isso é complicado estigmatizá-la, senão como algo entre o escatológico e o *enlatado* denominado "Novo Milênio", tão esotérico e sem critérios quanto a sociedade de consumo atual, dita pós-moderna, que sintetiza pela mídia os mitos e utopias vivenciadas pelas

precedentes gerações de jovens, reconstruindo-os, como os sucessivos presidentes FHC e Lula. Pois nas sociedades modernas, o mito e a utopia intrínsecos às gerações de jovens estão, a priori, ainda na representação do *Rebelde Sem Causa,* idealizada nos *"*Anos Dourados*",* seja com o filme homônimo, ou com a morte estúpida de James Dean, na vida real*.* Basta ligar a tv, acessar a internet, ou ler um jornal para que as rebeldias dos jovens se expressem como ritos, por exemplo, dos mitos e utopias do terrorismo e das glórias do Pentacampeonato, enaltecendo Bin Laden e brigando em estádios de futebol, sem saberem porque. [6]

[6] Carmo, P. S. do. Idem. pp. 123 ss.; Harvey, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 12ª ed. 2003. pp. 16-113. Darnton, Robert. O Beijo de Lamourette. São Paulo: Cia. das Letras. 1995. pp. 51-105.

José Honório Rodrigues: *Por uma História Combatente*

Géssica Goes Guimarães

Este trabalho consiste na exposição de algumas conclusões obtidas a partir da elaboração da monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para a obtenção do grau de Bacharel, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, em março de 2005.

Selecionamos como objeto de pesquisa a produção intelectual de um historiador, José Honório Rodrigues, tencionando entendê-lo a partir de sua própria historicidade: o tempo em que viveu e suas influências intelectuais. Em sua vasta bibliografia, investigamos acerca de sua interpretação sobre o processo histórico brasileiro e seu posicionamento face ao ofício de historiador.

Percebemos que, na segunda metade de sua trajetória intelectual – a partir de 1960 – José Honório Rodrigues assumiu um posicionamento político veemente em sua escrita, se antes o autor privava-se de intervenções ideológicas em sua narrativa, em seu segundo momento, importa-lhe, sobremaneira, transformar sua historiografia em *combatente*, atribuindo-lhe capacidade política de intervenção na sociedade em que vivia.

O Elogio a Capistrano de Abreu

Dentre as leituras que, em um primeiro momento, informaram a obra de José Honório, destaca-se a produção de João Capistrano de Abreu. A preocupação em escrever uma história nacional, que tivesse como personagem principal o povo brasileiro, presente de maneira tão altiva nas idéias de José Honório e pugnadora de sua historiografia combatente, resultava da influência da interpretação que Capistrano elaborou de nossa história, representada em sua metáfora do povo *capado e recapado, sangrado e resangrado*, expressões relembradas por José Honório na quase totalidade de seus livros e apropriada pelo historiador como sua própria base de argumentação.

Segundo nosso historiador, é com João Capistrano de Abreu que se iniciava a "historiografia nova", ou seja, a análise crítica da história do Brasil, pois Capistrano haveria rompido com o modelo consolidado por Varnhagen, da história de nosso país como a continuidade da história de Portugal. Capistrano, de acordo com Rodrigues, inaugurara a "história nacional", privilegiando o interior, pois o litoral ligava-se nos costumes e no ritmo de vida à metrópole e sua população era majoritariamente composta por elementos alienígenas. Do sertão, portanto, que surgia o primeiro brasileiro: o mameluco e a vida sertaneja que criaria

os primeiros sentimentos de brasilidade. Estudar o período colonial, desnaturalizando as verdades eternizadas por uma tradição conservadora, tornava-se imprescindível para quem almejava escrever uma nova história do Brasil, por isso José Honório afirmava que na história de Capistrano *"a rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial"*.[1]

Para José Honório, a nova posição crítica que Capistrano inaugurava, não se restringia à interpretação do processo histórico brasileiro, mas continuava em direção aos próprios pilares da condição do historiador. Segundo Rodrigues,

> *"os Capítulos de História Colonial foram, na verdade, o primeiro estudo a ir além do que os franceses chamam évènement, para conseguir uma visão interpretativa liberta dos fatos, usando somente os estritamente necessários para localizar desenvolvimentos importantes. Também explorou aspectos da história social que simplesmente não existiam nas histórias brasileiras da época – a formação da família, a vida diária do povo comum".*[2]

José Honório revelava em sua escrita, a preocupação em construir uma história verdadeiramente nacional, que não derivasse dos estrangeirismos, mas que refletisse as necessidades da realidade concreta do país. Tal atitude historiográfica consistia em herança do deslocamento do olhar do historiador, praticado pela primeira vez por Capistrano, pois certamente atribuiu ao legado português papel secundário na formação do caráter nacional, ao iniciar sua história a partir dos povos autóctones e da própria natureza, elementos centrais em sua caracterização da *brasilidade*. Tal inversão do olhar possibilitou, também, o deslocamento da narrativa, que se afastou da diacronia dos acontecimentos político-administrativos e passou a privilegiar o tempo sincrônico da vida social e cultural, aproximando-se dos personagens cotidianos e recusando-se a uma descrição homérica.

José Honório continuou seu elogio ao *"historiador caboclo"* afirmando que sua erudição e originalidade lhe permitiam tratar de qualquer assunto da história pátria. Mesmo tendo sido sua obra restrita à experiência colonial, Rodrigues assinalava que Capistrano possuía todas as virtudes de um bom historiador: a imaginação, a habilidade para a pesquisa, sensibilidade para selecionar e interrogar os fatos, poder de articulação e síntese, pensamento lúcido, e

---

[1] RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5ªed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1978, p. 34.

[2] RODRIGUES, José Honório. "Hispanic American Historical Review (HAHR)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 344: 157-172, jul.-set., 1984. Entrevista concedida ao professor John D. Wirth, em 1982 e traduzida por Lêda Boechat Rodrigues.

asseverara que *"tudo o que fez foi bem feito, e foi, sobretudo, original, sugestivo, heterodoxo, não-oficial. (...) Este é o homem, e esta é a obra curta, como a vida, mas longa, pela riqueza do legado".*[3]

A constante preocupação de José Honório Rodrigues com o presente o levou a buscar tal inclinação na produção intelectual de Capistrano de Abreu. Compreendendo que a historiografia viva não consiste naquela que trata de temas atuais, porém na prática historiográfica orientada do presente para o passado, isto é, iluminando as experiências passadas à luz das indagações do presente, Rodrigues afirmava que Capistrano refletia em sua obra as tensões políticas e sociais que engendravam a nova ordem político-institucional. A República, como esperança da democratização da política e início de um tempo genuinamente nacional, requeria uma interpretação da história do país que o libertasse de uma vez por todas das raízes européias e encontrasse a especificidade de *ser brasileiro*. Frente a essa tarefa, que Capistrano teria elaborado sua crítica à história de Varnhagen e, segundo José Honório, revolucionado a historiografia nacional.

Na interpretação que José Honório Rodrigues formulou sobre o processo histórico brasileiro, uma das idéias de Capistrano de Abreu mais presentes consiste na tese de que esse povo sofreu por toda a sua história as crueldades da subordinação – seja ela racial ou econômica – que gerou a concentração do poder político por um grupo conservador e impediu a democratização da política e do discurso sobre a sua história. A metáfora do *povo capado e recapado, sangrado e ressangrado*, cunhada por Capistrano, aparece repetidamente nos escritos de Rodrigues, empunhada como uma espada, pronta para enfrentar a "historiografia conservadora", que ele tanto desafiou.

Duas idéias centrais permeiam essa discussão aventada por nosso historiador, a primeira consiste no caráter cruento de nossa história e a segunda, como que em solução para o primeiro problema, denota a presença de uma postura político-cultural conciliatória. É a complexa dinâmica entre esses dois elementos determinantes que originaria a especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro. José Honório diz que, se por um lado não podemos dizer que nossa história foi um processo francamente cruento, também não devemos deixar de frisar as violências geradas pela a escravidão negra e indígena e toda a miséria e pobreza a que o povo tem sido lançado, sempre manchando de vermelho o véu que acortina nossa "verdadeira" história. A *conciliação* política ocorreu muitas vezes, amenizando as disputas e diminuindo os conflitos, mas, contudo, sem conseguir eliminar o aspecto cruel inerente a

[3] RODRIGUES, José Honório. *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 230.

qualquer subordinação. O dissídio entre poder e sociedade, afirmava ele, consistia em traço marcante de nossa experiência política.

José Honório Rodrigues, ao estudar os *Capítulos de História Colonial*, assinalou que seu personagem principal era o povo, destacando o fato de que na obra de Capistrano *"não era a gente de ficção que andava em suas páginas, mas a gente real e concreta, que vivera e trabalhara. Ele dava, assim, carne, vida e sangue à sua história e, como historiador, achava a verdade mais bela do que a novela".*[4] Rodrigues tomou de empréstimo de Capistrano este ideal e acreditava que a única maneira de atribuir vida à sua história seria transformá-la em instrumento eficaz na luta do povo pelos seus direitos, somente desta forma sua história poderia transformar-se em *potência.*

Em *Conciliação e Reforma*, José Honório atentou para o fato de que o espírito de conciliação que prevaleceu na consciência do povo brasileiro – em parte manifestado através da unidade lingüística e religiosa e na mestiçagem – não impediu que tal povo rompesse com o comportamento conformista e, por vezes, lutasse pelo o que lhe era de direito. Lutas sociais, com grande derramamento de sangue, são a prova inconteste de períodos em que os interesses permaneciam inconciliáveis.

Segundo a análise de José Honório, a história do Brasil viveu dois momentos que poderiam ter se transformado em processos revolucionários, mas que, no entanto, não modificaram a realidade nacional e não foram capazes de entregar ao povo as rédeas de sua história. Esses dois momentos seriam a Independência, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889, duas grandes oportunidades de tomada da história, por aqueles que realmente a constroem, porém dois grandes baluartes da política de conciliação e reforma.

A política de conciliação, de acordo com a interpretação de Rodrigues, foi uma estratégia dos grupos dirigentes em nosso país, tencionando amortecer os conflitos e conter o curso do processo histórico brasileiro. Porém, se lembrarmos que para José Honório o sentido da nossa história consistia no total atendimento das necessidades do povo, não seria de estranhar que José Honório acreditasse que *"os conciliáveis ajudaram muito – quando faziam concessões e pensavam no povo – a pacificar a nossa História, contando com o apoio do próprio povo"*.[5] Do que podemos concluir que, para Rodrigues, não era o sistema representativo em si que deveria ser modificado, mas seu caráter conservador estrutural. José Honório nunca foi comunista, não acreditava em uma sociedade governada por todos, era um legítimo liberal,

---

[4] RODRIGUES, José Honório. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 221: 120-138, out/dez, 1953.

[5] RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-político.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 12-13.

democrata, acreditava no homem e na possibilidade de um governo justo, que percebesse a importância do povo e governasse para ele. Não é, portanto, difícil entender porque Carlos Guilherme Mota tenha afirmado que José Honório Rodrigues representava a vertente erudita do getulhismo.[6]

Para José Honório, a visão de um povo dócil e democraticamente constituído não passava de um retrato deformado construído pela historiografia tradicional, mistificadora de nossa real história e forjadora de consensos nacionais. Dessa forma, o historiador carioca avaliava que toda a escrita da história carrega em si responsabilidades com o lugar político de onde ela é concebida e que as deformações na elaboração do passado provoca deformações na ação presente, isto é, a apropriação reacionária do passado serviria à conservação da tradição e da dominação elitista, já um revisionismo de tal historiografia poderia motivar a ação revolucionária e modificar o *status quo*. É seguindo tal raciocínio que José Honório Rodrigues faz da crítica historiográfica a espinha dorsal de sua atuação enquanto historiador e transcende o academicismo ao transformar sua interpretação da história do Brasil em instrumento de intervenção social. Torna-se um combatente da história.

Crítica à Historiografia Conservadora

Comprometido com as idéias de Benedetto Croce, segundo as quais o conhecimento histórico é uma elaboração sempre contemporânea, José Honório Rodrigues postulou que toda historiografia nada mais era do que um reflexo de seu tempo, impregnando em si mesma as características do lugar de onde ela foi produzida. Como toda construção humana, a história estará sempre condicionada aos limites de sua própria historicidade, ou seja, escrever *história*, em certa medida, consiste em revelar mais sobre o espírito do sujeito da escrita do que sobre o objeto investigado.

Acreditando na contemporaneidade da história como um axioma, José Honório afirmava ser, não somente possível, como também necessário, desvendar a escrita da história de cada tempo, objetivando desmistificar sua narrativa, compreendendo suas motivações e revelando suas intenções. É com tal intuito que nosso historiador se lançou à análise crítica da historiografia nacional, ele acreditava que, se fosse capaz de entender o pensamento dos historiadores, poderia, por conseguinte, compreender a cultura e a sociedade que o produziram, reciprocamente.

[6] Vide: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1973.

Escusado dizer que o embasamento de todo este pensamento também se apóia nas idéias dos intelectuais *historistas*, assim como os denominou Arno Wheling, principalmente Mannheim e Dilthey, cuja influência pode ser largamente sentida na concepção de história formulada por Honório Rodrigues.[7]

Ao investigar a escrita da história de seu país, ao longo de seus quase 500 anos, José Honório percebeu que o discurso sobre o nosso passado foi, majoritariamente, monopolizado por um pequeno grupo que se apropriou da história como instrumento político, utilizando-a para legitimar a continuidade de um determinado estado de coisas e projetando em sua narrativa os valores de uma sociedade tradicionalista e conservadora.

Raquel Glezer, em sua tese de doutoramento, nos diz que *"a colocação da historiografia como dependente da história, integrada na cultura e sociedade do momento em que foi produzida, no caso brasileiro, permitiu uma ampla reflexão teórica sobre o todo da história nacional,"*[8] pois, através dessa nova postura, José Honório pôde compreender a historiografia como um reflexo dos problemas nacionais e propor a solução de tais problemas através de uma prática historiográfica, primeiramente, comprometida com a mudança, e, principalmente, empenhada em corrigir as injustiças que o povo brasileiro tem enfrentado por todos esses anos de história. A verdadeira questão consistia em escrever a história do povo, seguindo a sugestão do mestre Capistrano de Abreu.

José Honório diz que o maior problema da historiografia brasileira residia em seu caráter conservador e seu alheamento frente às dificuldades ultrapassadas pelo país; era a ausência de resposta historiográfica aos anseios e questões do presente que a caracterizava como conservadora. Preocupava-se com a permanência, empenhava-se em conter o curso da história, era, portanto, a responsável pela permanente vitória da contra-revolução.

Vícios como o biografismo, o elitismo, a personalização, o apego ao passado e a postura contemplativa face ao presente, apenas começaram a ser questionados após a década de 1930, seja através do revisionismo factual, mas, principalmente, por uma verdadeira revolução historiográfica provocada pelas publicações de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre.

José Honório analisou que, na historiografia européia, sobretudo, o grande marco historiográfico contemporâneo era a traumática experiência da Segunda Guerra Mundial, que encerrou um longo período de crença na razão iluminista. Contudo, ao pensar a historiografia

---

[7] WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro/Niterói, Gama Filho/UFF, 1994.

[8] GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues (Um modelo de análise historiográfica)*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1976, 2v, p. 159.

brasileira, o historiador carioca questionava-se exatamente sobre a existência de uma ruptura, um momento revolucionário. Para Rodrigues, o momento de grande mudança na historiografia só poderia ocorrer conjugado a uma verdadeira revolução em nosso processo histórico, e, segundo seu olhar crítico, 1930 é a grande ruptura em nossa história, e *"o movimento revolucionário despertou um grande esforço de autocognose do Brasil e dos brasileiros"*[9], portanto, aliado a um processo acelerador do curso da história, surgiria uma necessidade intrínseca de rever a jornada até então percorrida.

Todavia, Honório Rodrigues assinalou que nem mesmo o rompimento da década de trinta foi suficientemente bem sucedido para provocar a total reformulação de nossas concepções historiográficas. Raquel Glezer nos lembra que, para José Honório, *"de 1945 em diante a historiografia omite-se e "sua voz torna-se a voz do silêncio, a conversa erudita sobre os mortos que não ressuscitam""* [10], e, mesmo a tendência *desenvolvimentista* de análise da história, representada, sobretudo, pelas publicações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, é caracterizada por Rodrigues como *"mais oportunista que realista, mais conjuntural que estrutural"*[11].

A crítica ao caráter conjuntural da história que tem sido escrita no Brasil consiste em uma constante nas análises de José Honório Rodrigues. O historiador atentava que o estudo da conjuntura revela a aparência, o instantâneo, e que, somente a história estrutural pode desvelar a "substância da realidade". Rodrigues se apropriou da teoria dos tempos concomitantes de Fernand Braudel e afirmou que *"a realidade é um somatório de várias realidades, conjunturais e estruturais, regionais e nacionais, oficiais e populares, coexistindo em vários tempos históricos"*[12], admitindo, portanto, a possibilidade de diferentes narrativas sobre o mesmo evento, distinguindo-se o *lugar* e o *olhar* que as produzem.

Ele possuía sua própria concepção de "história real". Esta deveria cumprir um primeiro e imprescindível requisito, sua escrita precisava, obrigatoriamente, revelar uma atitude política do historiador, ou seja, a história deveria ser *combatente*. Em segundo lugar, esta história deveria estar comprometida com o povo que tem sido *capado e recapado, sangrado e resangrado*, isto é, dar voz aqueles que têm sido os verdadeiros construtores de nossa história, porém, que sempre foram marginalizados pela *narrativa conservadora*. Uma outra característica de máxima importância consistia na exigência de que tal história fosse estrutural, para que pudesse localizar as raízes dos problemas brasileiros e combatê-los desde a base. Para José Honório, o

[9] José Honório Rodrigues. Apud: GLEZER. Op. cit, p. 166.
[10] GLEZER. Op. cit, p. 167.
[11] José Honório Rodrigues. Apud: GLEZER. Op. cit, p. 167.
[12] RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 9.

dever da história residia exatamente na capacidade de desmistificar a aparência e investigar as mais profundas genealogias do fato histórico.

Analisada a crítica de José Honório à historiografia brasileira e enumeradas as qualidades de uma história por ele idealizada, podemos concluir que seu objetivo era dotar a história de poder de intervenção política na sociedade, de tal forma que, o historiador, em sua prática, fosse um perpétuo protetor do povo, reservando para este o mais digno e honroso lugar em sua escrita. José Honório acreditava que o caminho para o acesso irrestrito aos direitos políticos e sociais passava obrigatoriamente pela democratização da narrativa da história. Somente através de um revisionismo historiográfico, que conduzisse o povo a um lugar de destaque em nossa história, poderiam ser reparadas as injustiças responsáveis pelo caráter cruento da história do Brasil, bem como as "verdades" naturalizadas pela ideologia conservadora poderiam ser desmistificadas.

> *"Quando se vê a história assim, as virtudes do povo e a deliberada maldade da minoria dominante, a verdadeira missão da história torna-se subversiva, no sentido de combater pela transformação desse quadro opressivo e deformado. (...) Assim, a missão do historiador é mostrar a necessidade de derrotar a opressão, as ditaduras, as minorias elitistas, que querem tudo para si e nada dar ao povo. (...) Se estamos interessados na capacidade do povo de fazer história, devemos reformar nossa pesquisa, nosso método, nossa história".*[13]

[13] RODRIGUES. idem, p. 32.

Acampamento Mário Lago – um sonho em construção

Hanen Sarkis Kanaan

Os debates sobre a reforma agrária no país envolvem com freqüência discussões apaixonadas e fortemente ideológicas. Com o término do regime militar e o amadurecimento da democracia, criou-se um clima mais favorável a estes debates e a atuação de alguns movimentos sociais reivindicatórios, destacando-se o Movimento dos Sem Terra (MST), tem aumentado significativamente.

A mídia, de uma forma geral, tem reservado à questão agrária um tratamento bastante superficial e preconceituoso. Enfoca principalmente os conflitos gerados pelas ocupações de terra e as explosões de violência no campo, favorecendo, deste modo, a criação de um imaginário popular onde a agricultura nacional está sempre relacionada com o atraso e a violência.

Historicamente, o governo tem enfrentado a questão do acesso a terra com programas de colonização, regularização fundiária e desapropriações, sendo esta última principalmente a partir de 1985. Cumpre-se salientar que todas estas medidas tem sido implementadas mais para aliviar as tensões sociais e políticas do que para efetivar uma política rural de desenvolvimento sustentável. Tais medidas são apropriadas apenas para reduzir os casos de ocupações de terra e as vítimas fatais de violência, o lado negativo das lutas pela terra.

Os beneficiários da reforma agrária, de uma forma geral, não tem acesso à uma infra-estrutura de auxilio na superação dos novos desafios que a condição de assentado apresenta. Em muitos casos os governantes optam por abandonar deliberadamente estes beneficiários, visando a posterior comprovação da ineficácia dos programas de assentamentos dados a sua baixa produção e carências generalizadas.

Enquanto isto, nos acampamentos, etapa inicial dos futuros assentamentos, entende-se perfeitamente o sentido do termo ‘luta pela terra’. Nestes locais as condições de vida são precárias: vive-se em barracas de lona plástica; a água é de origem duvidosa; as condições de higiene são precárias. Cada dia de permanência no acampamento representa uma vitória da esperança e da união das pessoas que formam o grupo.

Neste trabalho são apresentados os resultados de uma pesquisa de campo realizada no acampamento do MST, denominado Mário Lago, que foi inicialmente

formado no município de Gaspar, Estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2002 à setembro de 2003. O objetivo do trabalho foi traçar um perfil básico das condições sócio-econômicas dos acampados. As informações foram obtidas diretamente das famílias mediante entrevistas e preenchimento de um questionário padrão. Foram pesquisadas cerca de 50% das famílias do acampamento. Ressalta-se que o número de famílias encontradas no acampamento apresentou certa variação. Durante o período da pesquisa algumas famílias migraram para outros acampamentos, principalmente os acampamentos localizados nos municípios de Canoinhas e Abelardo Luz. Outras optaram por voltar para seus locais de origem.

O acampamento Mario Lago nasceu de um processo de luta que começou no município de Gaspar às margens da Rodovia 470, no ano de 2001. As famílias que participaram deste primeiro acampamento foram reunidas pelo MST, que promoveu vários encontros de formação na periferia de cidades, tais como Chapecó, Itajaí, Blumenau e Joinville. A divulgação dos encontros era feita pelas lideranças dos bairros em cada município. Nestes encontros, os participantes discutiam temas como o socialismo, os movimentos sociais, a reforma agrária, e conheciam um pouco sobre a ideologia do MST. A partir disto eram convidados a integrar o movimento.

No ano de 2001 os acampados tinham a intenção de ocupar uma área que ficava a uma distância de 2,5 Km do acampamento, também às margens da rodovia 470. Esta propriedade era uma fazenda pertencente ao grupo Sulfabril, que estava em processo de falência. Os acampados contavam com aproximadamente 150 famílias oriundas de várias regiões do Estado de Santa Catarina. A maioria delas era formada por trabalhadores rurais que moravam na periferia das cidades de Chapecó, Itajaí, Blumenau, Balneário Camboriu, Joinville, Maravilha, Xanxerê, Gaspar, Mafra, Palhoça.

A primeira ocupação aconteceu entre maio de 2001 e março de 2003. Nesse período o grupo enfrentou muitas dificuldades para garantir sua subsistência e manter o grupo unido. A alimentação era escassa e muitos acampados apresentavam problemas de saúde decorrentes da má alimentação, da falta de saneamento básico e do uso de água imprópria para consumo.

Os acampados acreditavam que a área escolhida seria a definitiva, e só aguardavam a desapropriação para começar efetivamente os trabalhos de preparo e plantio da terra.

No acampamento Mário Lago havia um filho de pai assentado. Neste caso, o pai adquiriu um lote, mas o módulo rural era insuficiente para prover o sustento de toda a

família. Essa é uma prática comum nos assentamentos. Os jovens em idade de constituir família saem do assentamento onde vivem e vão para o acampamento para conseguir um pedaço de terra. Às vezes passam anos acampados e chegam a constituir família no próprio acampamento. Esses jovens geralmente trabalham na formação de outras pessoas, na frente de massa que vai para a cidade encontrar pessoas que estejam dispostas a integrar o movimento. Os encontros costumam acontecer na periferia das cidades; lugares onde a população costuma ser esquecida pelos órgãos governamentais. É comum encontrar nestes locais ex-trabalhadores rurais, diaristas e ex-pequenos proprietários, que foram expulsos de suas terras pela violência no campo, ou mesmo que perderam as terras para os bancos. Alguns deles fugiram sob ameaça de morte. Na cidade não encontram oportunidade de trabalho devido à falta de qualificação profissional. Eles são agricultores e não operários urbanos. Nesse contexto, geralmente acabam se tornando vítimas do descaso governamental e vivendo na pobreza.

A organização de todo o acampamento é muito bem planejada. Eram freqüentes as reuniões para a formação política dos acampados. Os grupos eram divididos em 5 setores:

- Setor de formação: responsável pela formação política dos acampados. Nesse setor eram organizados estudos e debates sobre o movimento, a reforma agrária e o socialismo. Os rumos do acampamento eram decididos nas reuniões deste setor, que é considerado o mais importante de todos. A partir deste são formados todos os outros setores e escolhidas as principais lideranças do acampamento;
- Setor de educação: responsável pela formação educacional dos acampados (crianças, jovens e adultos). Organiza a escola desde a sua implantação, com a escolha do local adequado, a obtenção da licença para o funcionamento, contratação de professores, obtenção de material didático e merenda.
- Setor da saúde: atuam como agentes de saúde dentro do acampamento. Organizam uma pequena farmácia, com material de primeiros socorros e remédios que não necessitam de receita médica. Encaminham os acampados para consultas médicas em postos de saúde e em hospitais públicos.
- Setor da segurança: responsável pela segurança interna e externa do acampamento. Impedem comportamentos inadequados ao bom convívio social das famílias, evitando brigas e o uso de álcool dentro do acampamento. Controlam a entrada e a saída dos acampados e visitantes.

- Setor de alimentação: responsável pela arrecadação e distribuição dos alimentos. Buscam doações de alimentos e roupas junto aos sindicatos, associações, entidades assistenciais, assentamentos e demais pessoas interessadas em auxiliar o movimento.

Os dados estatísticos obtidos na pesquisa através das entrevistas e da aplicação do questionário foram divididos em itens e são apresentados a seguir:

1. Profissão anterior do chefe da família:

A atividade profissional anterior à participação do processo de ocupação é principalmente agrícola (51%). Mesmo aqueles que possuíam outras ocupações tais como, pedreiro, motorista, doméstica, quase que totalidade deles teve experiências na área agrícola. Alguns deles não continuaram a trabalhar no campo pela dificuldade em manter a propriedade, contavam apenas com a mão de obra de família e tinham dificuldade em conseguir e pagar o crédito agrícola. Outros saíram do campo ainda crianças acompanhando os pais, que acreditavam que na cidade teriam melhores oportunidades de trabalho e renda.

2. Organização de trabalho

Este item refere-se à preferência da família pela forma de trabalho, incluindo o individual, o coletivo ou o trabalho em grupos. Este item é relevante, pois a opção de trabalho representa profundas diferenças dos futuros assentados frente ao cooperativismo, a produção agrícola e a divisão de trabalho.

A preferência da maioria dos acampados (69%) é pela organização de trabalho individual. Geralmente os trabalhadores que optam pela produção individual, não tiveram boas experiências no coletivo. Trabalharam como meeiros ou diaristas no campo e nunca foram donos de terras. O tempo de militância social ou política destes é inferior ao daqueles que optaram pelo trabalho coletivo. A idéia de coletividade desagrada a muitos, que a relacionam com uma falta de autonomia e liberdade, pois todas as decisões subordinam-se aos interesses da coletividade.

Entre os 22% que tem preferência pelo coletivo, estão as lideranças do acampamento e os acampados de maior grau de escolaridade.

3. Escolaridade

O nível de escolaridade da maioria dos acampados é baixo. Cerca de 75% dos entrevistados não completou o Ensino Fundamental. Este dado aparentemente repercutiu nas opções por organização de trabalho. Os entrevistados com maior grau de escolaridade optaram pela forma coletiva de trabalho, conforme citado anteriormente.

Ressalta-se que a organização do MST reserva uma atenção especial para a área da educação. Todos os filhos dos acampados recebiam aulas em uma escola improvisada no próprio acampamento. Na época da pesquisa um dos professores do acampamento estava em processo de credenciamento junto à Secretaria de Educação do Estado e, desta forma, o seu trabalho seria remunerado e reconhecido junto aos órgãos de educação. O movimento também oferece um programa de alfabetização de jovens e adultos. No acampamento a única pessoa que tinha escolaridade de nível superior era o professor, que estava concluindo a Faculdade de Pedagogia na UFSC.

4. Tempo de acampado

O tempo de permanência em acampamentos da maioria dos entrevistados (79%) está entre 1 a 2 anos. Este tempo inclui acampamentos anteriores ao Mario Lago. Durante a pesquisa de campo constatou-se casos de famílias que estão a mais de 5 anos acampados a espera de um lote de terra, e já passaram por vários acampamentos no Estado. Muito comumente os jovens filhos de assentados ao completarem o Ensino Fundamental vão para os acampamentos como uma alternativa para obter a terra e continuar trabalhando no campo.

5. Problemas de saúde

A pesquisa apontou que 61% das pessoas do acampamento Mario Lago afirmam ter problemas de saúde. As queixa mais freqüentes foram de problemas de coluna, pressão alta e doenças no coração. Estas doenças, em geral, são agravadas e/ou decorrentes das condições de vida miserável e de trabalho insalubre. Havia um encarregado do movimento, do assentamento de Garuva, que prescrevia remédios caseiros para os problemas de saúde mais simples, tais como gripes, resfriados, dores de cabeça e enjôos, e também fazia curativos nos ferimentos leves. Os problemas mais sérios eram encaminhados para os postos de saúde públicos.

6. Religião

A religião predominante dos pesquisados foi a religião católica. No entanto muitos dos entrevistados que se denominavam católicos praticantes, afirmavam não ter o hábito de freqüentar a Igreja e tinham crenças incompatíveis com os dogmas da religião católica. Muitos deles acreditavam em benzeduras, curas espirituais e viviam com os seus parceiros sem o casamento religioso.

7. Número de filhos

Metade das famílias entrevistadas apresentaram mais de 4 filhos. No entanto, nem todos estes filhos moravam junto com a família, pois uma grande parte dos casais

tinham filhos de relacionamentos anteriores. Alguns dos entrevistados afirmaram encontrar nos filhos uma motivação para continuar lutando pelo acesso à terra. O desemprego, a falta de perspectiva profissional e as difíceis condições de vida eram fatores que contribuíam na separação dos casais.

Os dados obtidos nesta pesquisa merecem algumas considerações. Primeiramente, cabe ressaltar que a rotatividade das pessoas nos acampamentos, de forma geral, costuma ser alta. Essa rotatividade se deve principalmente às duras condições de vida dos acampados, incluindo o trabalho árduo, a exposição às intempéries, e outros fatores já comentados. Muitos acampados também sentem a necessidade de morar em regiões mais próximas de seus locais de origem. Portanto, os dados são de certa forma dinâmicos, ou seja, se a pesquisa for novamente realizada, provavelmente outras famílias estarão protagonizando a luta.

Por outro lado, mesmo reconhecendo que a pesquisa abrange um determinado período de tempo, ela não se torna menos relevante. Os dados fornecem características do começo do processo de luta no acampamento que possivelmente retratam a trajetória de outros acampamentos. O perfil encontrado nos acampados do Mario Lago, talvez aponte para um perfil comum de muitos outros acampados.

A realidade encontrada no acampamento revela a dimensão das distorções de nosso país. Apesar de o Brasil ser um país com vocação agrícola e ser um dos maiores exportadores de grãos do mundo, a riqueza produzida no campo não reflete a situação da maioria dos agricultores. Na área rural brasileira se concentra, contraditoriamente, a maior parte da população pobre do país. A cada dia milhares de camponeses são expulsos de suas terras ou ficam desempregados no campo e acabam migrando para a cidade.

A riqueza gerada pela produção agrícola brasileira não democratizou o acesso à alimentação, já que a produção tem como principal objetivo o mercado externo. Os pequenos produtores e assentados que produzem a maior parte dos grãos que abastecem o mercado interno são, muitas vezes, forçados a abandonar o campo por não terem condições de sobreviver do trabalho agrícola. Muitos deles se “integram” aos grandes complexos agroindustriais sujeitando-se a uma remuneração de subsistência.

Desenvolver políticas públicas que atendam as necessidades dos pequenos agricultores e que proporcionem condições de implantação e sustentabilidade dos assentamentos rurais é fundamental para garantir renda e qualidade de vida para todos os brasileiros, com ou “sem terra”.

Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: 1928 – 1950. Um instrumento de Educação na zona do Alto Paranaíba - MG

Hedmar de Oliveira Ferreira

Entre 1911 e 1945, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria fundaram ou receberam a direção de estabelecimentos de ensino, orfanatos e santas casas nas regiões do Triângulo e Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Em Patrocínio, o Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio foi fundada em 11 de outubro de 1928, pelas Irmãs Ghislaine, Alda e Antonina; a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio em 1929; o Patronato Coronel João Cândido Aguiar em 19 de março de 1952 e o Asilo São Vicente de Paula em 08 de setembro de 1956, todos sob os seus cuidados.

Esta congregação além de expandir a sua atuação em Minas Gerais ampliou-se também para o sul do país, em Londrina no Paraná e para o Distrito Federal, na cidade de Taguatinga, reforçando ainda mais a sua opção educativa.

O que se pretende é reconstituir, o tanto quanto a documentação permite, o processo de instalação dessas religiosas para Minas Gerais, na região do Alto Paranaíba, na cidade de Araguari e Patrocínio, onde fundaram ou receberam a direção de institutos assistenciais. A redação, dada a orientação geral adotada para o trabalho como um todo – demonstrar o envolvimento da Igreja, da oligarquia e do Estado nesse processo – optou-se por explicitar, a aliança dessas forças e instituições, independentemente da sincronia de ação entre elas.

No pensamento da hierarquia católica, era importante criar uma nova ordem política e social fundamentado nos princípios cristãos; em outras palavras: transformar o regime político inspirado no ideário positivista num verdadeiro Estado cristão.

A política ultramontana não se restringia à instituição eclesial, mas, ao contrário, perpassava por todos os setores da sociedade. Na família, lançou um olhar especial, invadindo os lares católicos por meio da prática religiosa, efetuada nas igrejas, nos colégios,

nos orfanatos, nas creches, sendo esses os lugares considerados preferenciais de sua ação:

> *"O cotidiano doméstico foi devassado: noivados, casamentos, obrigações dos chefes, nascimento, número de filhos, educação dos jovens eram aconselhados e normatizados pelos chefes da Igreja. A voz oficial, como em círculos concêntricos, atingia através dos bispados os mais distantes microcosmos paroquiais. Através dessa forte presença, os pontífices sonhavam com a constituição de uma única família cristã, idealizando-se na chefia dessa comunidade de fiéis."*[1]

A partir da década de 20, a Igreja procurou uma reaproximação com o Estado, não em termos de subordinação, mas de colaboração. A hierarquia eclesiástica mostrou-se disposta a colaborar com o governo na manutenção da ordem pública, exigindo em troca que o Estado atendesse as suas reivindicações de caráter religioso.

Para a direção, educação e formação religiosa, os bispos, em consonância com a Santa Sé foram buscar os padres lazaristas franceses e capuchinhos italianos, convictos partidários das idéias ultramontanas. Trouxeram também outras ordens e congregações tanto masculinas como femininas vindas da Europa que assumiram paróquias, engajaram-se nas missões populares, atuaram no ensino, dirigindo ginásios, colégios, escolas técnicas e profissionais, além dos orfanatos e asilos.

A chegada dos padres holandeses, da Congregação dos Sagrados Corações, em Uberaba, Minas Gerais, em 12 de junho de 1925, possibilitou o estabelecimento de negociações entre a diocese e a municipalidade de Patrocínio para a realização do projeto do Bispo Dom Antonio de Almeida Lustosa, referente à fundação dos colégios para meninos - Colégio Dom Lustosa – em Patrocínio (MG), em 1927 e do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em 1928, em Patrocínio (MG).

A criação e consolidação desses colégios, segundo Ivan Manoel,

[1] GAETA, M.A.J.V. " `A Deus, á Igreja e à Pátria." História, São Paulo: 1992. V. 11, p.245.

> *" foi a expressão prática da aliança tácita entre o Estado, que se eximia o mais possível da responsabilidade pela educação pública, a oligarquia, que procurava uma educação conservadora para suas filhas, e a Igreja, que estabelecia, por intermédio da educação escolarizada, uma base estratégica para seu programa de recristianização da sociedade pela doutrina ultamontana".*[2]

Em 1911, aqui chegaram as primeiras religiosas, vindas da Bélgica: Irmã Ghislaine, Irmã Gilberta. Os entendimentos de Dom Lustosa, Bispo de Uberaba e as lideranças patrocinenses enquadraram o projeto de educação da juventude na linha do conservadorismo católico ultramontano, colocando sob os cuidados dos padres dos Sagrados Corações de Jesus, o colégio masculino, e sob a direção das freiras belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Maria, o colégio feminino.

A vinda dessas religiosas revela o envolvimento do clero, da oligarquia e da municipalidade nesse processo através da doação de recursos financeiros, porque a viagem dessas Irmãs foi custeada por doações arrecadadas com a liderança do fazendeiro João Cândido Aguiar.

Sobre este assunto, a documentação é bem explícita: cartas do Bispo Dom Lustosa para João Cândido Aguiar, para sua esposa Emydia e para a Madre Superiora, Irmã Blandina, em Araguari-MG, diversas listas de contribuição e donativos.

Esse apoio logístico, financeiro e social recebido do povo em geral, o rápido estabelecimento das Irmãs belgas em Patrocínio indicam que a população teve aceitação da nova política da Igreja e citando Ivan Manoel, *"sem se preocupar muito com as razões e oposições dos discípulos de Voltaire, Rousseau e Auguste Comte*."[3]

Pelos depoimentos, leitura das listas de donativos e contribuições permite verificar que pessoas simples e comuns da cidade, contribuíram para a vinda das irmãs e instalação da congregação, de forma confortável – emprestaram móveis, ofereceram

---

[2] MANOEL, I. A Igreja e Educação Feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista,1996.(Prismas), p.62

[3] *Idem, ibidem. p. 67.*

gêneros alimentícios, além da disponibilidade para os trabalhos domésticos de forma gratuita. Mas, o apoio decisivo veio da municipalidade, representada pelo Agente Municipal João Alves do Nascimento e da oligarquia rural, representada por João Cândido Aguiar.

A chegada das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, em Patrocínio, ocorreu em um momento em que o prédio destinado à instalação ainda não estava pronto. Não se tratava de uma construção nova, mas da adaptação do imóvel localizado na Praça da Matriz, hoje Praça Monsenhor Tiago. A adaptação do prédio se devia ao fato de ser uma construção relativamente ampla, passível de ser adaptada para acomodar uma escola e possuía em anexo, um outro prédio, que seria de grande utilidade para o funcionamento de um internato.

Em 02 de fevereiro de 1929 a Escola Normal iniciou suas atividades com 157 alunas, em regime de internato e externato, com os Cursos Primário e de Adaptação.

O imaginário republicano construiu um modelo ressaltando uma série de virtudes consideradas naturais. Há que se reconhecer que a tarefa atribuída à mulher era algo que pertencia ao plano da imaginação. Em cada momento, conforme a conveniência, buscava-se valorizar um outro discurso, às vezes os dois simultaneamente. Segundo Jean Delumeau[4] esta contradição tem raízes na cultura ocidental cristã, que, em relação ao sexo feminino, por longo tempo, oscilou entre atitudes de admiração, repulsão, atração ou hostilidade. Para as “mulheres religiosas” era também imprescindível realizar um evento associado a algum tipo de diversão. Em comemoração aos aniversários do Congresso das vocações sacerdotais, do onomástico dos padres, da Madre Superiora, dos votos perpétuos das irmãs, eram promovidas festas “distinctas” e a atração ficava por conta de concertos, peças teatrais, a cargo das alunas do Colégio.

No final do século XIX e início do século XX, Minas Gerais continuava sendo um Estado dependente da agricultura, da mineração e da pecuária, bem como do comércio importador e exportador, entretanto, a consolidação da República no país acenava para um

[4] DELUMEAU. História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.310.

impulso na indústria, principalmente a têxtil. A cidade de Patrocínio passava por pequenas mudanças em sua estrutura urbana, típicas de cidade interiorana, onde a base da economia era a agropecuária.

As normas sociais para o sexo feminino, interiorizadas pelas mulheres das camadas médias e altas, não comportavam a idéia do trabalho remunerado. Entretanto, algumas ex-alunas, como por exemplo, Teodora de Castro Ribeiro, Dária Amaral, Maria Amaral, Geralda Pereira, Olga Barbosa, dentre outras, viam-se obrigadas a ele como forma de sobrevivência, diante do que o magistério se apresentava como uma das poucas ocupações possíveis, pela dignidade e adequação que supostamente representava para o sexo feminino.

As alunas relembram o quanto o espaço do Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio era acolhedor. Lá elas podiam fazer amizades saudáveis, relacionarem-se em um clima afetivo e companheiro. Isto porque, além de ser uma escola eminentemente feminina, também era de jovens de camadas média e alta da sociedade das regiões do Alto Paranaíba, Triângulo e Noroeste de Minas Gerais.

As palavras de uma ex-aluna são expressivas:

> *"A primeira turma, a que se formou em 1935, é que mais me deixou 'imagens' havia, entre elas, um grupo de 5, sempre juntas, sempre bem informadas e, que algumas de nós, denominávamos de 'o grupo de Chicago' referência às idéias da Escola Nova ditadas pela Universidade de Chicago. Eram, as cinco – as mais inteligentes, vivas, sabidas e... invejadas".*[5]

O Colégio Dom Lustosa, de educação católica masculina, situado nas proximidades da Escola Normal, criado em 1927, acolheu os meninos destas regiões, alargando a experiência de educação acolhendo-os no internato. Essa é uma marca da sociedade patriarcal na busca de preservar uma moral tradicional; o cuidado, em última instância, é uma forma de garantia de uma identidade.

[5] Borges, Alina Arantes. Alina Arantes Borges: depoimento [set. 2002]. Entrevistadora: Hedmar de Oliveira Ferreira. Patrocínio: 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para Tese de Doutorado.

A não relação com colegas do sexo masculino constituía-se em um recurso para garantir a manutenção de valores e evitar a troca de intimidades, que consideravam, explicitamente, perigosas para a "honra" da mulher quando de fato, o receio era com a desestabilização da estrutura de poder.

Essas e outras atitudes similares mostram a articulação dos valores das educadoras com a sociedade, o que contribuía para que o Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio fosse o sonho das famílias e o motivo de orgulho para as alunas que conseguiam fazer parte do seu quadro. Tais sentimentos eram expressos através de atitudes de carinho para com as Irmãs, manifestos em diversos momentos e, em particular, na data do seu aniversário natalício ou de profissão de fé. As palavras de uma ex-aluna do Colégio Normal:

> *"...como esquecer a Irmã Ghislaine, diretora enérgica, tranqüila, que a gente olhava com respeito mas sem medo; a Irmã Magdala – também belga – de olhinhos azuis penetrantes, severa, acolhedora daquelas alunas mais difíceis ou com problemas. Irmãs Alda e Evangelina, brasileiras, familiares no trato com as alunas, preocupadas com o aproveitamento e crescimento de suas alunas-mestras".*[6]

Numa época em que o modelo educacional dominante era o Humanista Tradicional, focado numa base essencialista do ser humano, ou seja, na premissa de que existe uma natureza humana única, cabendo à educação – incluindo-se aí os métodos de ensino, o material didático e a relação professor/aluno – proporcionar o desabrochar dessa essência, as Irmãs educadoras dedicaram particular atenção às alunas, ao seu comportamento, às manifestações dos seus sentimentos, a fim de entendê-lo e melhor conduzi-lo.

A educação ministrada pelos colégios católicos era feita em três tipos de estabelecimentos: os internatos, os semi-internatos e os externatos. Por vezes, essas duas

[6] *Idem, ibidem.*

ou três formas de regime eram mantidas no mesmo edifício, separadas apenas por alas diferentes de construção.

O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio além de ser freqüentado por alunas externas funcionava em regime de semi-internato e de internato e admitia filhas da burguesia agrária e comercial patrocinense, bem como de famílias abastadas de outras regiões de Minas Gerais.

As filhas das famílias oligárquicas mineiras, especialmente do Noroeste e do Alto Paranaíba passaram a fazer seus estudos em Patrocínio, como internas do Colégio, destacando-se as Melo Franco, Piau, de Paracatu, Amorim de Presidente Olegário, Porto, Caixeta, Queiróz, de Patos de Minas, Paranhos, Mundim, Cardoso Naves, de Monte Carmelo, Rodrigues, Caetano, Machado, de Coromandel, entre outras.

Em nível regional, o Colégio respondeu ao desejo de distinção social das elites, que procuravam diferenciar do restante da população também por meio de símbolos, entre os quais a escola de nível secundário de seus filhos.

Apoiando-se em Weber, Bourdieu assinala que as elites, além de se afirmarem pela posse da riqueza, procuram distinguir-se socialmente por meio de ações simbólicas. Entre as principais "marcas da distinção", destacam-se o vestuário, a linguagem e a escolha da escola dos filhos.

Gilberto Freyre ao descrever a vida social brasileira, em meados do século XIX, ressalta a importância dos internatos dirigidos pelas religiosas:

> *"Aos oito ou nove anos, era a menina de família patriarcal mais opulenta enviada para um internato religioso, onde ficava até os treze ou quatorze. Aí sua educação começada em casa, continuava. Aprendia a delicada arte de ser mulher: Música, dança, bordado, orações, francês, às vezes inglês, leve lastro de literatura eram os elementos de educação de uma menina num internato escolar*".[7]

[7] FREYRE, G. Vida social no Brasil nos meados do Séc. XIX, 2ed.,Rio:Artenova, 1977, p.86.

A educação para a ordem e a disciplina constituía um dos aspectos importantes que estimulavam as famílias pertencentes às tradicionais oligarquias rurais e urbanas a confiarem seus filhos aos religiosos europeus. Da mesma forma, os rígidos padrões morais existentes, nos colégios católicos, eram também bastante apreciados, sobretudo na educação feminina julgava-se que a juventude devia manter sob controle seus pendores sentimentais e sexuais nesse período da vida. Mas a maior atração provinha da seriedade do ensino, ministrado dentro dos padrões europeus. O apreço pelo elevado nível cultural vigente, na maioria dos educandários católicos constituiu a razão principal do prestígio que se lhes atribuía .

As elites cultivavam a elegância e o refinamento inspirados no modelo burguês europeu da “Belle Epoque”, que se disseminara pelo mundo como parte integrante do imperialismo europeu do final do século XIX. Entre os mecanismos culturais pode-se destacar a arquitetura e decoração de residências, tendo como exemplo o Palacete de João Cândido Aguiar; o vestuário à francesa para as mulheres e à inglesa para os homens, distinguindo os familiares de Elmiro Alves do Nascimento, a educação dos filhos em colégios dirigidos por congregações cristãs, a participação na direção do Partido Republicano.

Enquanto as mulheres eram circunscritas ao espaço privado da família, onde desempenhavam os afazeres domésticos “delicados”, as funções da maternidade e a educação dos filhos, bem como o magistério primário, os homens eram preparados para os embates bélicos da vida pública, tanto na vida política como nos empreendimentos econômicos. Os moços freqüentavam o Ginásio Dom Lustosa para ingressar nos cursos superiores e as moças estudavam no Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio, dirigido pelas Irmãs.

HISTÓRIA INDÍGENA NO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE APÓS A "GUERRA DOS BÁRBAROS": RESISTÊNCIA E MESTIÇAGEM CULTURAL

Helder Alexandre Medeiros de Macedo[1]

Paulo César Possamai (Orientador)[2]

Os nativos da Capitania do Rio Grande foram extintos, exterminados, aniquilados ou então fugiram para outras capitanias após os eventos das Guerras dos Bárbaros[3], não sobrando praticamente nenhum representante dos vários grupos indígenas que habitavam esse território quando chegaram os colonizadores brancos. Esses são discursos recorrentes na historiografia clássica no Rio Grande do Norte[4], que corrobora o tão falado *desaparecimento* dos índios do Norte no decurso do século XIX que aparece em diversos relatórios de presidentes de província[5]. Estudos regionais[6], todavia, demonstraram a presença de índios nos assentos da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó[7] entre os séculos XVIII e XIX. Essas evidências nos levam a acreditar, quando estamos tratando de um recorte espacial específico qual é a Freguesia do Seridó, na resistência dos povos indígenas à empresa da colonização branca e, conseqüentemente, na sua sobrevivência no período pós-Guerras dos Bárbaros.

As evidências da presença indígena nos trabalhos mencionados acima, o nosso pensamento acerca da sua resistência[8] e sobrevivência ao choque dos conflitos, a idéia de que os nativos foram elementos tão importantes quanto os brancos ou negros no processo histórico da região em estudo: essas são algumas das razões de ser deste texto, que pretende efetuar uma reflexão sobre as histórias indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte - especificamente na porção abrangida pela Freguesia do Seridó - após as Guerras dos Bárbaros.

Resistência

As primeiras fontes documentais que registram a presença indígena na Freguesia do Seridó são os seus registros paroquiais. O limite diacrônico destes registros vai de 1789 a 1843[9], intervalo em que aparecem índios sendo anotados nos livros de assentos de batizados, casamentos e óbitos da freguesia[10]. Esses assentos, que trilhamos seguindo os indícios deixados por Dom José Adelino Dantas[11] e Sinval Costa[12] nos permitiram perceber os índios através da lente do aparelho burocrático eclesiástico colonial[13]. Cumprindo o que preceituavam as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) e contribuindo para o controle da população pelos órgãos da coroa instalados na América Portuguesa, a pena dos sacerdotes da Freguesia do Seridó registrou, indistintamente, os ritos de passagem dos seus fregueses, fossem brancos, negros, índios ou pardos. Ritos estes – nascimento, casamento e morte – que obedeciam aos marcos da tradição católica romana, exortada pelos curas e lembrada pelos sinos das capelas, que, com suas badaladas, recordavam aos fiéis de seus compromissos com a Igreja. Imersos nesse universo colonial iremos encontrar fregueses como Damiana Maria da Conceição, Tomé Gonçalves da Silva, José Vidal de Brito, João dos Santos, Florentino e Alexandre, ambos índios. Suas histórias de vida se encontram intimamente ligadas a outros segmentos marginalizados da população, como os homens de cor – *pretos*, *pardos*, *crioulos* e *cabras*. Essas trajetórias podem nos fazer entender como se davam as relações entre esses grupos que conviviam na freguesia. Daí não acharmos interessante referir-se a uma *história indígena* apenas, fechada em si mesmo, sem comunicações com o restante do corpo social, mas, a *histórias indígenas,* marcadas pela *mestiçagem cultural*[14]. Nossa ênfase, entretanto, recai sobre os indígenas e as suas relações com os demais grupos sociais.

Estar junto aos índios nas capelas da Freguesia do Seridó assistindo a seus batizados, casamentos e enterros nos deu condições de enxergar além das cerimônias religiosas e do registro feito nos livros da Igreja, que dão notícia das suas passagens pelos sacramentos cristãos. Permitiu-nos confirmar a hipótese de sua presença na Freguesia do Seridó entre, pelo menos, a última década do século XVIII e as primeiras do século XIX.

Este resultado se contrapõe à idéia veiculada pela historiografia clássica do Rio Grande do Norte, que praticamente exclui a participação do índio da história regional a partir do fim das Guerras dos Bárbaros. Augusto Tavares de Lira fala do *extermínio* dos índios[15]. Jayme da Nóbrega Santa Rosa, por sua vez, afirmou de forma pessimista que do combate contra os Tarairiu na Serra da Acauã "não escapou muita gente para contar a história", embora, por outro lado, dissesse que os "remanescentes (...) se esconderam em furnas aqui e acolá, ou ficaram vagando pelos pés de serra, quando não se internaram no mato mais espesso".[16] Câmara Cascudo é mais pungente ainda: escreve que os indígenas foram esmagados, anulados e envenenados mortalmente depois que as Missões Religiosas foram extintas[17].

De maneira alguma queremos negar a violência que foi usada no avanço da fronteira de colonização das plagas sertanejas da Capitania do Rio Grande. Os conflitos travados contra os povos indígenas da região decerto que tolheram suas chances de sobreviver em meio a uma sociedade eurocêntrica e marcada pela exclusão social, ou mesmo de conviver lado a lado com o homem branco. Mais que isso: grande parte dos grupos indígenas que se deslocavam no sertão do Rio Grande quando dos primeiros contatos com os colonizadores não sobreviveria às matanças levadas a termo pelas tropas coloniais. Os índios que as Guerras dos Bárbaros não conseguiram banir do sertão foram aldeados em missões, sob a direção de religiosos, onde passaram por processos de reelaboração de sua forma de ver e entender o mundo, mediados pelas ações catequéticas dos cristãos[18].

Os números que conseguimos nos documentos da Freguesia do Seridó são diminutos em relação aos contingentes populacionais dos outros grupos sociais, o que demonstra que a sobrevivência dos índios se deu em prejuízo do desaparecimento de uma grande parcela de suas populações quando das Guerras dos Bárbaros. De 685 crianças batizadas na freguesia entre 1803 e 1806, 1,16% eram índias; 2,42% dos 537 casamentos celebrados envolviam indígenas entre 1788 e 1809, bem como 2,66% das 976 defunções registradas entre 1788 e 1811 eram de índios. Poderíamos perguntar de onde eram originários esses indígenas. Nem todos os registros trazem essa peculiaridade, porém, dos assentos matrimoniais que trazem a origem dos nubentes constatamos que 07 índios/índias

eram naturais da própria freguesia, 09 de outros lugares da Capitania do Rio Grande (incluindo aqui vilas criadas a partir de antigas missões religiosas) e 05 de outras capitanias (Paraíba, Ceará e Alagoas).

O exame dessas fontes de natureza paroquial não nos permitiu detectar exemplos tão concretos de *mestiçagens* como Serge Gruzinski o fez na América Espanhola da época da Conquista. No entanto, a lógica que percebemos na Freguesia do Seridó dos séculos XVIII e XIX é praticamente a mesma: a da *mestiçagem*. Mundos e horizontes culturais se misturaram a partir de suas especificidades, suas representações e seus corpos. O mundo dos brancos, o dos negros, o dos pardos e o dos índios. Esferas que se interseccionavam através de mestiçagens biológicas, quebrando as barreiras étnicas e sobrevivendo da mistura. A mescla de práticas cotidianas, de hábitos e de costumes provocaria mestiçagens culturais cujos resultados são visíveis até hoje no estrato identitário dos habitantes da região do Seridó.

Afora a dizimação parcial dos povos indígenas que se achavam no sertão do Rio Grande quando das guerras, o apagamento de sua memória e de seus hábitos não se deu de forma tão inflexível. Partindo do pressuposto de que em contextos de dominação e repressão os povos envolvidos reelaboram e redefinem suas referências culturais frente às situações que se constroem entre ambos, podemos afirmar que a cultura nativa não se esgotou por completo. Um dos epílogos desse estudo é a sobrevivência biológica dos índios na Freguesia do Seridó, que somente foi possível porque os mesmos elaboraram estratégias de *resistência* ao esquema dominatório do mundo ocidental, muitas vezes fingindo a sujeição ao Rei de Portugal – durante os acordos de paz firmados nos finalmentes das guerras – para que pudessem escapar[19] ou mesmo omitindo sua condição de índios, quando passavam a ser chamados e a se autodenominar de caboclos[20]. Outro epílogo é a sobrevivência cultural dos índios, que, mesmo adormecidos ou embaralhados no restante da população, estão presentes nos pequenos hábitos e gestos do cotidiano. Conseguiram *resistir* silenciosamente, já que herdamos alguns de seus nomes na toponímia regional, em alguns de nossos paladares e acessórios domésticos de palha e de barro[21].

Imaginamos que o colonizador não chegou ao sertão e de imediato deu início ao processo de extermínio dos nativos. Uma miríade de fatores contribuiu para que os conflitos entre o mundo ameríndio e o mundo ocidental se desencadeassem e é mister que ponderemos sobre o seguinte. É bastante provável que os primeiros homens brancos enviados ao sertão com o intuito de acabar com as populações indígenas tivessem que estudar o seu comportamento, habitat e modo de vida para que pudessem vencê-las nas guerras. Esse conhecimento acumulado acerca dos índios não foi jogado fora, já que, despovoado o sertão da maioria dos nativos, os colonizadores aproveitaram o seu ambiente e algumas de suas práticas na tentativa (um pouco frustrada, na nossa opinião) de transladação do mundo ibérico para as ribeiras sertanejas. Maria Regina M. F. Mattos apontaria a sobrevivência de objetos da cultura material nativa listados junto aos trastes e móveis de casa de alguns sertanejos, constantes nos inventários *post-morten* da Comarca do Caicó para o período de 1850-1890. Segundo ela, "Entre os utensílios domésticos mais citados nos inventários, destacamos os pilões de madeira, as cestas, as cuias de cabaças e, em algumas vezes, as urupemas. Estas influências que o europeu assimilou da cultura indígena correspondem ao único legado que o verdadeiro dono da terra conseguiu deixar"[22]. De fato, o Inventário *post morten* do Capitão Cosme Pereira da Costa (datado de 1866), que morava na Fazenda do Umari (Caicó), no Título de Móveis, atesta a presença de uma gamela pequena, avaliada por 1$000; um pilão novo e um velho, ambos por 6$000 e seis potes, todos por 2$800[23]. Todavia não devemos absolutizar o peso dessa afirmação, já que citamos apenas um exemplo que contém essas sobrevivências, mesmo sendo sabedores que abundam, ainda nos tempos de hoje nas casas de fazenda e nos pequenos sítios do Seridó - especialmente nas cozinhas - utensílios como abanadores, gamelas, alguidarras, panelas e quartinhas de barro, urupembas, jiraus e cestos de palha trançada que remetem à cultura nativa.

Do lado dos nativos acreditamos que a opressão colonial não lhes suprimiu totalmente a ânsia de viver e tampouco seus traços culturais. Guillaume Boccara,

analisando o contexto da instalação do sistema colonial na América confirma essa hipótese quando afirma que

> Los indígenas no fueron meros espectadores de esta nueva historia.
> Su dinamismo y apertura cultural les permitió sacar provecho de las contradicciones y debilidades del sistema colonial y orientar el curso de los acontecimientos en un sentido inesperado. Los indígenas pudieron cultuvar su especificidad y mantener una cierta autonomía e independencia politica, ubicándose al centro de nuevas redes comerciales. Utilizaron la misión y otras instituciones de control para sus propios fines, manejaron a su favor los antagonismos que existían entre los distintos actores imperialistas o coloniales, y fueron creando espacios de intermediación y de negociación.[24]

Podemos encarar essa perspectiva de reelaboração de sua cultura - ao passo em que se adaptavam à realidade do sistema colonial - observando os registros da freguesia pesquisada. Ao lado das uniões sacramentadas pela Igreja, que eram dignas de nota e de reconhecimento pelo Estado, apareceram uniões informais envolvendo índios e homens de cor, das quais surgiram rebentos. Também na hora da morte os assentos dos índios demonstram a não preocupação em se ir para o além recebendo os sacramentos, como era de praxe e recomendado pelos sacerdotes mais devotados da época. Talvez não fosse de interesse dos índios receber ou deixar de receber os sinais sagrados, se pensarmos que alguma tradição nativa ainda estivesse enraizada em seu seio.

Não obstante a integração das populações indígenas aos preceitos cristãos formalizados nos rituais do batismo, do casamento e das exéquias, a carga de distinção social da Colônia lhes recaía até mesmo na hora de serem enterrados. Todos os óbitos de índios que encontramos, sem exceção, atestam que foram sepultados no corpo da capela ou das grades para baixo, territórios da geografia da morte destinados, dentro dos templos, às populações de menos poder aquisitivo, pobres, mendigos, indigentes e a grande massa da população. Outros tiveram um destino pior ainda aos olhos do Cristianismo, pois foram enterrados no adro, região que circunda os templos, onde era comum o sepultamento de homens de cor. Para um índio como Luís, que foi sepultado nas terras da Fazenda Bonfim, talvez não tivesse tanta importância estar junto do Deus cristão e de seus entes no interior da capela, afinal de contas as tradições nativas remetem ao sepultamento em contato com a natureza. Mas até na vida encontraríamos o preconceito incidindo sobre as populações

índias da região. Seriam denominadas, em alguns assentos, como *assistentes* ou *vagabundas*, denotando a sua condição de marginalidade em relação às outras populações que residiam nas fazendas e sítios sertanejos. Alguns indígenas aparentavam ter uma situação um pouco melhor que as que mencionamos ainda há pouco. Trata-se dos índios Mateus de Abreu e Maciel, que tinha a patente de capitão (provavelmente do Corpo de Ordenanças) e Tomé Gonçalves da Silva, que trabalhava como porteiro do auditório do Senado da Câmara da antiga Vila Nova do Príncipe, levando bens da Justiça Pública para hasta pública.

Sobrevivência?

Teriam os índios sobrevivido na Freguesia do Seridó após o ano de 1843? O dado de que dispomos imediatamente após essa data, o Recenseamento de 1872, já apontaria *caboclos* como parte do estrato demográfico da região[25], denominação dada aos índios no decorrer do século XIX. No Seridó, a única informação de que dispomos até o presente momento sobre comunidades indígenas ou remanescentes de grupos índios data de 1905. Em carta enviada pelo Maestro Manuel Fernandes de Araújo Nóbrega ao Desembargador Antonio Soares nesse ano é relatada a presença de uma família, a dos *Atanásios,* próxima à então Povoação de São Miguel do Jucurutu (hoje, Jucurutu-RN), que era reconhecia, naquela época, de passado nativo por ser descendente do índio Dom Antonio Felipe Camarão, além do que o chefe da família, Joaquim Atanásio, tinha "(...) o typo de verdadeiro caboclo"[26]. Coincidentemente, os dados do Censo de 1991 concernentes ao critério *cor ou raça da população* nos mostram, de 394 indígenas existentes no Rio Grande do Norte, 02 em Jucurutu e 31 em Caicó. O Censo 2000, por seu turno, registra 598 índios no estado do Rio Grande do Norte[27]. Devemos desconfiar, no entanto, de tais informações demográficas, por não termos a devida certeza de qual critério é utilizado para a definição do que seja ser índio pelos agentes recenseadores do IBGE. Para o Brasil, embora os dados do IBGE revelem que em apenas 10 anos a população indígena aumentou cerca de 100%, devemos ter o mesmo cuidado, pois as populações que hoje se identificam como índias o fazem pelo

critério da auto-identificação étnica ou pela cor da pele (independentemente se vivem em comunidades indígenas ou não), não havendo um discernimento oficial sobre o assunto[28].

Podemos deduzir, a partir da análise da documentação da Freguesia do Seridó e do cruzamento com outras fontes, que a mestiçagem cultural foi uma das vias de acesso das populações nativas para sua sobrevivência no Sertão do Rio Grande, mesmo aceitando ou comungando dos dogmas da Igreja Católica Romana e, bem assim, das normas e ditames do Sistema Colonial. Sua sobrevivência até o século XIX na documentação, ou, nas narrativas dos moradores da região a respeito das *caboclas-brabas,* nos incitam a ir mais longe e propor que, com o fortalecimento das pesquisas na área, se possa garantir aos indígenas o seu lugar de direito na História.

Notas

[1] Historiador e especialista em Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo pela UFRN. Discente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História da UFRN. E-mail para contato: heldermacedo@katatudo.com.br.

[2] Doutor em História Social - USP. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da UFRN.

[3] O nome tradicionalmente usado para nomear os movimentos de resistência indígena ao avanço da colonização no Norte Colonial é "Guerra dos Bárbaros". Mesmo sabendo que se trata de uma terminologia etnocêntrica e colonial a usaremos daqui por diante como "Guerras dos Bárbaros", seguindo a linha de raciocínio de P. Puntoni, que enxerga esse movimento em várias partes do sertão nordestino ocorrendo sem lideranças formais. Daí se tratarem de "Guerras" dos Bárbaros. Conforme PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: 1998. 200p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

[4] Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte.* 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984 ; LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte.* 2.ed. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982 ; POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte* (Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, 1822-1922). Rio de Janeiro: Annuario do Brasil/Almanack Laemmert; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

[5] A respeito das discussões sobre o *desaparecimento* dos índios do Norte oitocentista consultar PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o Silêncio: por uma revisão do "desaparecimento" dos Povos Indígenas (1998). Ethnos – Revista Brasileira de Etnohistória, ano II, n. 2. Disponível em <http://www.biblio.ufpe.br/libvirt/revistas/ethnos/palegre.html> Acesso em 02 de abr. 2000.

[6] Conforme COSTA, Sinval. *Os Álvares do Seridó e suas ramificações.* Recife: ed. do autor, 1999. ; DANTAS, José Adelino. De que morriam os sertanejos do Seridó antigo? *Tempo Universitário.* Natal: UFRN, v.2, n.1, p. 129-36, jan/jun.1979. Não devemos nos esquecer, também, das muitas alusões de pessoas de toda a região do Seridó advogando para si uma ancestral que era *cabocla-braba* (índia, portanto) *pega a dente de cachorro e casco de cavalo,* numa atitude de rememoração da sua domesticação pelos brancos. À medida que a empresa colonizadora avançava sertão adentro essas índias entraram em contato com o homem branco ou seus prepostos, participando do mundo colonial, seja como concubina ou mesmo esposa de alguns vaqueiros ou criadores. Conforme MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Desvendando o passado índio do sertão: memórias de mulheres do seridó sobre as caboclas-brabas. *Vivência.* Natal, RN (no prelo): v.28, 2004; CAVIGNAC, Julie. A índia roubada: estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte. *Caderno de História.* Natal, EDUFURN, v.2, n.2, p. 83-92, jul/dez. 1995.

[7] Hoje equivale à Paróquia de Sant'Ana, de Caicó-RN. Durante a Colônia e parte do Império o território dessa freguesia abrangia praticamente toda a atual região do Seridó e limítrofes, mais parte do Seridó paraibano. A partir de agora, estaremos adotando a nomenclatura de *Freguesia do Seridó,* parafraseando o uso que dela fizeram alguns curas na Vila Nova do Príncipe (hoje, Caicó-RN).

[8] Estamos utilizando a noção de *resistência* a partir da problematização levantada por TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 e BRUIT, Hector. O visível e o

invisível na conquista hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de Conquista.* São Paulo: [s.e.], 1992.

[9] O ano de 1843 corresponde ao último documento que referenda a presença de um índio participando dos ritos cristãos na Freguesia do Seridó.

[10] Esse balizamento temporal foi determinado pela disponibilidade dos livros de assentos que serviram de lastro empírico para a pesquisa: Óbitos (1788-1811; 1812-1838; 1838-1857); Casamentos (1788-1809; 1809-1821). Batizados (1803-1806). Era nossa pretensão pesquisar nos primeiros livros da freguesia, que, se iniciados em 1748 (ano de sua instalação) registrariam as populações indígenas da região cerca de vinte anos após o fim oficial das Guerras dos Bárbaros (1725). Essas informações nos ajudariam a recompor as histórias das primeiras gerações de índios que resistiram aos conflitos, porém, tais livros desapareceram do arquivo paroquial, existindo, apenas, os que se iniciam em 1788.

[11] Dom José Adelino Dantas (1910-1983) foi Bispo da Diocese de Caicó-RN, quando aproveitava parte de seu tempo para realizar pesquisa nos acervos da região do Seridó, dentre eles o da Paróquia de Sant'Ana e 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó, da Paróquia de Nossa Senhora da Guia e do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Acari. Suas pesquisas, que eram divulgadas em artigos no jornal católico "A Folha", da Diocese de Caicó, foram reunidas no livro *Homens e Fatos do Seridó Antigo* (1962). Posteriormente, publicou um estudo biográfico intitulado *O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia - um inventário revelando um homem* (1977), historicizando a vida do patriarca da família Dantas no Seridó através de seu inventário *post-morten.* Publicou artigos em diversas revistas e jornais, dentre eles o periódico Tempo Universitário, da UFRN, onde encontra-se o artigo que referendamos nesse texto.

[12] Sinval Costa é outro historiador erudito que estuda a região do Seridó em seus aspectos histórico e genealógico. Seu interesse maior se dá com a família Álvares (Alves) dos Santos, radicada na região desde o século XVIII, fruto do qual surgiu seu livro *Os Álvares do Seridó e suas ramificações* (1999). Assim como Dom Adelino Dantas, procedeu pesquisa em alguns cartórios e paróquias da região do Seridó. Reside, atualmente, na cidade do Recife-PE.

[13] Uma das problemáticas que cerca a historiografia quando esta se refere às histórias das populações indígenas diz respeito às fontes. Sempre, ou quase sempre, essas histórias são reconstruídas a partir de depoimentos de europeus ou de luso-brasileiros.

[14] Utilizamos como suporte discursivo a noção de *mestiçagem* problematizada por Serge Gruzinski, que analisa os imaginários dos povos ibéricos e dos povos ameríndios, que sofreram influências mútuas quando da conquista da América e do que ele chamou de Ocidentalização do Novo Mundo. O conceito de *mestiçagem,* para o autor, ainda é prenhe de ambigüidades e de indefinições, e poderia ser resumido se pensarmos na mistura dos seres humanos e dos imaginários. Poderíamos desdobrá-la em mestiçagem biológica e mestiçagem cultural, a primeira vista como a pulverização das fronteiras entre os corpos de grupos humanos puros e separados e a segunda como a mistura das práticas, hábitos, saberes e imaginários. Conforme _____. *O Pensamento Mestiço.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 42-3.

[15] Conforme LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte.* 2.ed. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982. p. 154.

[16] Conforme ROSA, Jayme da Nóbrega Santa. *Acari: fundação, história e desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Pongetti, 1974. p. 15-9.

[17] Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte.* 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 38.

[18] Conforme LOPES, Fátima Martins *Missões Religiosas:* Índios, Colonos e Missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Natal, 210p. Dissertação de Mestrado (História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco.

[19] Conforme PUNTONI, Pedro, *obra citada,* p. 131-6.

[20] Conforme ___. Resistência indígena nos 500 anos de colonização*.* In: BRANDÃO, S. (org.). *Brasil 500 anos: reflexões.* Recife: Ed. da UFPE, 2000. p. 99-129.

[21] Poderíamos mesmo afirmar que essa resistência se expressaria através de uma *circularidade cultural* entre as culturas branca e indígena, utilizando-se da problematização enfocada por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[22] Conforme MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe - 1850/1890. Sertão do Seridó - Um estudo de caso da pobreza.* Niterói, 1985. 247 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. p.26-7.

[23] Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos Inventários do Seridó.* Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983. p. 267-79.

[24] Conforme BOCCARA, Guillaume. Antropologia diacronica: dinâmicas culturales, procesos históricos, y poder político. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. Paris, CERMA, 2001. p. 10.

[25] Para os 31.792 habitantes das Paróquias do Príncipe (Caicó), Jardim (Jardim do Seridó) e Acari em 1872 um percentual de 5,90% da população era cabocla. Em 1890, dos 40.514 habitantes dos então municípios do Seridó 6,29% eram caboclos e 25,23% eram "mestiços". C.f. dados enviados pelo IBGE.

[26] Conforme SOARES, A. *Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,* v. I. Mossoró: s/e, 1988 (Mossoroense, CDXVII, ed. fac-similar). p. 72

[27] Dados obtidos no SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[28] Vide o artigo *A multiplicação dos índios,* da edição 132 da Revista Galileu (Julho/2002), disponível no site http://www.galileu.globo.com. Acesso em 30 de jul. 2002.

O GOLPE MILITAR BRASILEIRO NA IMPRENSA ARGENTINA: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E CONTRASTES NA CRISE POLÍTICA DO CONE SUL

Helder Gordim da Silveira

A presente comunicação compõe uma proposta mais ampla de pesquisa que busca examinar as formas de repercussão do golpe militar no Brasil na grande imprensa, no parlamento e na diplomacia Argentina, ao longo do período de implantação do novo regime brasileiro, entre 1964 e 1968, vivendo a Argentina os impasses do contexto de pós-1955.

Ao longo do século XX, na chamada *grande imprensa* [1] do Brasil e da Argentina, constroem-se representações de identificação e contraste entre ambos os países, postos como os mais poderosos do cenário sul-americano, relativamente a eventos ou cursos de longo prazo de suas respectivas ordens socioeconômicas e políticas internas, que ganham notável potencial ideológico[2] no interior de tais ordens e no que tange à inserção internacional de ambos.

Pretende-se sustentar que a solução política do abril de 1964 no Brasil repercutiu na grande imprensa de Buenos Aires de modo a concorrer para a construção de uma ideologia conservadora antiperonista de tal solução no cenário dos impasses políticos argentinos e latino-americanos - no contexto hemisférico em que a Guerra Fria ganhava a dramaticidade posta pela Revolução cubana - justificando-a e explicando-lhe as origens e implicações.

Em tal racionalização, o dirigente diretamente representante da ordem a ser combatida tem sua imagem pública construída com base nos qualificativos “incompetência” e “demagogia” ou “populismo”. Incompetência referente à incapacidade para liderar o processo, posto como técnico e necessário, de reformas na ordem socioeconômica, no

sentido de enfrentar as mazelas do subdesenvolvimento dentro dos padrões de ordem representados como naturais no interior de uma tradição democrática ocidental, eternalizada no centro do combate ideológico da Guerra Fria. Dessa incompetência deriva diretamente a noção de caos pela qual se qualifica geralmente a situação econômica vivida pelo país. Tais noções de "demagogia" ou "populismo", por seu turno, associam-se a uma representatividade popular fundamentalmente ilegítima e viciada, a qual abriria espaços para a penetração do totalitarismo comunista, precisamente posto como a antítese daquela tradição. Dado que o sistema representativo assim viciado reproduzia sua própria patologia política, punha-se a legitimidade da "Revolução", a qual, em um tal contexto de emergência, atuaria no sentido de depurar o sistema e implantar as reformas técnicas necessárias na ordem econômica, condicionando-se assim a preservação da constituição real, senão necessariamente da escrita, entendida nos termos jurídicos liberais clássicos.

Nessa direção, veja-se primeiramente o modo como a grande imprensa argentina[3], ao repercutir o evento de 31 de março, reproduz a imagem pública de João Goulart já largamente construída no Brasil. Nessa direção, *La* Nación destaca os editoriais do *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil* e de *O Jornal* , aos quais qualifica como os três mais importantes matutinos do país, que colocam João Goulart como o "responsável" imediato pela situação criada.

Em editorial, opina o *La Nación* que seriam dois os principais fatores responsáveis pelo desfecho de abril: "En primer término, el estado de fluidez casi crônica en que se desenvuelve la acción política brasileña; en segundo término, la idiosincrasia personal del presidente João Goulart, con menos atributos de "líder" popular de lo que sus aspiraciones desean y sus actos procuran". Após aprofundar a discussão do suposto caráter inorgânico da vida partidária no Brasil, aqui em contraste com o restante do continente e, particularmente com a Argentina, e fazer o elogio da tradição civilista das

Forças Armadas do país vizinho, a peça editorial refere, de forma paradigmática para a presente análise:

> "Quisiera [Goulart] representar para la mayor parte de su pueblo el símbolo que (...) constituyó Getúlio Vargas. Para ello puede colocarse a un elevado nível de demagogia, pero la demagogia se deshace facilmente debido al gruesso déficit de autoridad que acusó su acción. Desde que assumió la presidência de la república (...) no solo há fracassado en la lucha contra viejos males de su país, como el analfabetismo y la deformación econômica de una nación com regiones crecientemente pauperizadas, sino que há carecido de iniciativa para afrontar com mediano êxito problemas actuales, como la inflación meteórica y la inseguridad social, dos realidades que se miden por (...) la atmosfera caótica que envuelve a la noble nación brasileña. Su contribucción al caos es especialmente abundante".[4]

Por seu turno, em extensa matéria do enviado especial de *Primera Plana*, vê-se na breve descrição da figura de Goulart, a fixação da imagem do político de discurso algo inconsistente e sempre demagógico-populista, a um certo estilo latino-americano:

> "hombre de corta talla, com tendência a engrossar, aún arrastra, a sus 46 años, cierto encanto de *play boy*; lo conserva sobretodo en una constante sonrisa como de muchacho bueno, confundido y modesto. (...) Cuando estrecha la mano a un desconocido, su gesto catacterístico parece decir: Qué tal, hombre, tanto tiempo".

E, referindo-se ao célebre discurso do dia 30 para cabos e sargentos reunidos no Automóvel Clube, descreve o enviado de *Primera Plana*, em uma comparação relevante para o presente exame*:*

> "el orador, congestionado, sudaroso, intercaló párrafos improvisados entre las incitaciones de la multitud: la combinación de militarismo y sindicalismo, la denuncia airada contra los poderes financieros del exterior, recordaban al observador argentino las assembleas peronistas de 1945.(...) praticamente estaba invitando a generales y almirantes a verificar si aún tenían poder para sublevar a sus efectivos".[5]

A comparação recorrente vê-se também no *La Nación*, sobre o mesmo discurso: "la vehemencia, el tono amenazante, (...) estimulan el recuerdo del que pronunció el dictador argentino depuesto por la Revolución Libertadora de septiembre de 1955"[6]

Na mesma linha, refere, em primeira repercussão, a matéria de *Panorama*: "una revolución incruenta puso término a la caótica administración de Goulart y demonstró que la quiebra financiera no se soluciona com gestos demagógicos". E acrescenta: "Goulart, el hábil titiritero en los ambientes parlamentario y de gabinete, terminó por ahogarse en una

situación económica y social, para salir de la cual y hacer salir de ella al país, le faltaron conocimiento, energia y asesores". E conclui: "la caída de [Goulart] es (...) sin duda un sintoma positivo. Demuestra (...) que en el Brasil impera, después de todo y pese a las aparências contrárias, una lógica".[7]

Nota-se, assim, que nas interpretações correntes da grande imprensa de Buenos Aires a figura de Goulart, posto como herdeiro de Vargas, surge como reprodução de uma imagem já constituída no Brasil do dirigente, cujas práticas, no interior de tal imagem, tão demagógicas quanto ineficazes, alimentariam uma situação socioeconômica posta como caótica. Nessa direção, veja-se a associação do governo Goulart com a ameaça de golpe de Estado, o qual abriria o caminho para a ordem totalitária comunista. Na já citada peça editorial, posiciona-se o *La Nación*:

> "Si se recuerda que solo le resta um año de mandato presidencial, resultará impossible compreender qué significado positivo pueden tener su tolerância hacia la influencia de asesores manifiestamente filocomunistas o su decisión de anunciar programas de gobierno cuya realización está fuera de su alcance.Es probable que Goulart intente sacar provecho de la adhesión pasajera ofrecida por los comunistas, dotados de fuerza táctica dentro de la burocracia sindical pero desprovistos de fuerza numérica dentro del pueblo; es propable que elo ocurra, aunque hasta ahora son los comunistas los que sacan provecho de la debilidad estrutural del gobierno de Goulart".

E segue: "a lo largo de una extensa suma de equivocaciones, el presidente brasileño há logrado poner em peligro al orden constitucional por los cuatro costados. Los agentes del totalistarismo de izquierda, infiltrados ya en la vida castrense, deterioran dia a dia el poder de la legalidad." E, concluindo o posicionamento com, talvez, a advertência para a ordem política argentina: "los sectores moderados, que han sido siempre el gran fator de equilíbrio y de progresso en la vida brasileña, advierten que cada vez disponen de menor cantidad de medios para evitar que el país marche a la deriva". E assim: "las Fuerzas Armadas, en fin, se ven compelidas a apelar a invocaciones políticas con el objeto de preservar el princípio de autoridad y los hábitos de disciplina".

Desse modo parece posto o sentido da unidade civil-militar como resposta à crise política. Em artigo de análise, destaca nessa direção o diário argentino:

> "Conviene destacar que mientras se preparaba para este gran acto del drama brasileño [recuperar os poderes presidenciais], Goulart demonstró intelligencia, tacto, prudencia y capacidad de maniobra política. Ahora se volcó en manos de la Confederación del Trabajo, dominada por los comunistas, y de los suboficiales de las fuerzas armadas, de sargentos para abajo. Es una revolución.(...)conviene señalar que Goulart no es ni fue nunca comunista. Si los comunistas lo apoyan no es para dejarlo en el poder, y si no lo apoyan caerá por haber perdido el sostén de las demás fuerzas políticas"[8].

Note-se a imagem recorrente do regime caído posto como meio para a penetração comunista pela via do golpe de Estado, por incompetência e exercício demagógico, no caso talvez ingênuo, do poder. Propondo uma resenha de fatos antecedentes do desfecho de abril, refere *La Nación*: "el própio secretario de Justicia, doctor Jose Antônio Aranha, advierte que se prepara um 'golpe' y, aunque le confiere una tendencia 'neofascista', su opinión se suma, sobretodo en momentos en que es fácil el equivoco en torno de la filiación de las insurrecciones (...) que pretenden uma transformación de la democracia en otro sistema político-institucional"[9]. Parece aí clara a potencialidade ideológica do conceito de democracia no interior da racionalização legitimadora que aqui se discute. Nessa mesma direção, *La Nación* interpreta a relevância do célebre comício de 13 de março, também como precedente imediato da solução de abril: "las reacciones que los actos y las palabras del 13 de marzo suscitaron en el país fueron em extremo significativas ante la amenaza que representaban para el derecho de la propiedad privada y el futuro de la estructura democrática del país[10].

Avaliando posteriormente, em editorial, o caráter e as motivações do movimento civil-militar brasileiro, refere *La Nación*:

> "Mientras [Goulart] se debatia en sus propias limitaciones, los grupos sensitivos a las sugestiones comunistas iban cediendo deliberadamente, una trás outra, posiciones claves a quienes las ocupaban boyando em una ideologia de secta.El objetivo de esta secta es la conquista del poder con el desígnio de eliminar a quienes no se sometan a ella. No extraña, entonces, que se encadenaran reacciones crecientemente enérgicas contra el aparato gubernativo que Goulart dominaba institucionalmente, sin evitar que operativamente la política del aparato lo fuese dominando a él"[11].

Definitiva na direção do exame aqui desenvolvido é igualmente a racionalização segundo a qual "el órden, la paz, el trabajo dentro de un país son el producto de un complejo juego de fuerzas, cuyo equlibrio no deve quebrarse porque (...) los resultados suelen ser catastróficos, sin beneficio para nadie". E: "existe en toda comunidad organizada, y por el solo echo de serlo, una serie de fuerzas moderadoras, pacíficas que solo aparecen con el verdadero peso de su influencia cuando se dan estímulos suficientes para ello. Goulart los puso em juego y el resultado fue (...) el conocido"[12].

Note-se a referida naturalização da ordem social e o caráter restaurador da revolução que resguarda tal ordem, contra um desequilíbrio que lhe é estranho e, portanto, ameaçador.

Em *Panorama* igualmente percebe-se a associação direta entre a "incompetência administrativa" e a "demagogia" do condutor da (des)ordem caída e a penetração da ameaça comunista. Comentando a influência estrangeira no curso dos acontecimentos no Brasil, refere a revista do grupo *Time-Life* que "quizás Estados Unidos no temiera los planes de João Goulart, sino los resultados imprevisibles de su falta de planes". A indefinição de rumos provocada pela ausência de planos efetivos, ou ao menos efetiváveis, teria, segundo o periódico, afastado uma intervenção mais direta do Kremlin, que "no se compromete sino com situaciones más o menos definidas o estables". Entretanto,

> "en cuanto a la penetración del otro comunismo, el de Castro con sus conexiones latinoamericanas y quizás asiáticas, tiene en Brasil el terreno demasiado bien abonado como para tener necessidad de obrar por medio de agentes extrangeros (...). Cada campesino pauperizado en el nordeste, cada obrero de fábrica cuyo salário real se há ido deteriorando sistematicamente (...) puede ser excelente agente del comunismo castrista."Goulart no hizo nada para reprimir sus manifestaciones políticas y hasta favoreció la reunión de Niterói em 1963 (...). Pero más que lo que pudo hacer él em esse sentido, lo hicieron la carastía de la vida y la inflación"[13].

A incapacidade para realizar reformas necessárias dentro da ordem, em tal racionalização recorrente associada ao comunismo, apresenta-se também na análise de *Primera Plana*. Refere em destaque o informe especial da revista nessa direção:

> "desde hace vários años, Brasil es un enorme cuerpo enfermo que no logra resolver sus problemas económicos y sociales. En el último año, (...) todos los sectores coincidieron en la necessidad de producir reformas importantes en la estructura del país. Los proyectos para esas reformas fueron esbozados por sectores moderados, y contaban con el apoyo de una amplia mayoría".

Entretanto, "Goulart (...) intentó rapidamente convertir las medidas de reforma social y económica en uma profunda revolución social. El país no lo soportó: esa revolución llevaba directamente al comunismo, o, al menos, a una fórmula brasileña de comunismo"[14].

Cabe, por fim, analisar de que forma a imprensa Argentina propõe identidades ao interpretar a possível influência dos acontecimentos no Brasil sobre os rumos políticos de seu país.Nessa perspectiva, veja-se o posicionamento, talvez paradigmático, de *Primera Plana*.

Na retrospectiva da situação política argentina da semana posta na edição que repercute o golpe no Brasil, a revista destaca fatos que em quase tudo podem ser associados à interpretação recorrente do governo Goulart. De fato, comenta-se, em tom, claramente condenatório, os contatos, em busca de possível apoio eleitoral, que a fração do radicalismo denominada "del pueblo", no poder com Arturo Illia, vinha mantendo com o sindicalismo peronista e com o próprio líder deposto em 1955, então no exílio. Ao mesmo tempo, relatam-se o crescimento da dívida externa que não se consegue renegociar, a possível corrupção no legislativo, o não-cumprimento de contratos no setor do petróleo com firmas estrangeiras que haviam sido firmados pelo governo Frondizi. E, frente à situação nacional, de crise socioeconômica assim posta, coloca-se a imagem de um presidente que "prefere encarpetar los problemas que no puede resolver (...) a la espera de que el transcurrir de los dias pacifique los ánimos y traiga alguna solución".

Diante do quadro, relata o artigo que

> "todos esos dispersos elementos de juicio eran analizados cuidadosamente por las Fuerzas Armadas en la última semana. Por curioso que parezca, eran analizados no porque hubieran diespertado un motivo especial de inquietud por si mismos, sino porque a la luz de los acontecimientos brasileños, los enfoques cambiaban rapidamente de intensidad, gravedad o característica. Si un gobierno parlamentario y elegido em comícios libres podia llevar al caos como

> el producido por Brasil, y obligaba a las Fuerzas Armadas de aquel país a intervenir rapidamente, no era preferible estudiar una política preventiva de acontecimientos de ese tipo ?

A preocupação nas Forças Armadas fora, segundo o artigo, interpretada com alarde pelas forças governamentais argentinas como "golpismo". Diante do que conclui *Primera Plana*:

> "En verdad, el gobierno, a pesar de estar presidido por um médico, había equivocado el diagnóstico. En las condiciones atuales de la vida Argentina, inquietud no es sinônimo de golpismo. Pero a la luz de los acontecimientos brasileños, despreocupación, crisis contínuas y finalmente caos, pueden ser sinônimos de golpismo incluso em manos de un presidente constitucional"[15].

A mesma estratégia de identificação da Argentina de Illia com o Brasil de Goulart constitui-se no *La Nación*. Comentando o impacto internacional dos acontecimentos no Brasil, refere o diário:

> "la crisis brasileña repercurtió, como es notório, en nuestro país. A través de una rápida compulsa podría afirmar-se que eran considerables las simpatias que acompañaban desde la Argentina el gobierno del señor Goulart, por considerarlo de tipo popular, preocupado por los interesses de los sectores más débiles y (...) empenado por superar las tremendas desigualdades que (...) agitan al poderoso estado brasileño".

E, endereçando diretamente a identificação:

> "importantes sectores del radicalismo del pueblo coincidian en esa posición, como lo revelan no solamente uma tradición de años, sino algunos hechos concretos, como iniciativas (...) en el Parlamento, según las cuales la única solución para el problema agrário consiste en la expropiación de la tierra que poseen las sociedades anónimas y el fomento de las pequenas y medianas explotaciones rurales, a despecho, claro está, de lo que revelan estudios sérios del problema"[16].

O quadro completa-se com a identificação recorrente no que se refere à ingenuidade quanto à penetração comunista. Os termos gerais que cercam tal identificação - defesa da democracia, solução para uma situação posta como caótica, fundamentalmente – podem constituir, assim, notável coesão ideológica para a ação política.

---

[1] Entendida aqui no conceito de órgão informativo moderno, sem vinculação partidária explícita, organizado sob forma empresarial e sob as noções ideológicas de imparcialidade e objetividade.
[2] Segundo as linhas gerais do conceito e da metodologia qualitativa de John Thompson (THOMPSON, J. *Ideologia e Cultura Moderna.Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.)
[3] Analisam-se aqui o diário La Nación, o semanário *Primera Plana* e a revista bimensal *Panorama*. Selecionaram-se os editoriais e matérias de análise do mês de abril e maio.
[4] "La Crisis Brasileña". *La Nación*. 1 de abril 1964, p. 3.
[5] "Brasil: Siguen sin Soluciones los Problemas". *Primera Plana*, 7 de abril 1964,p.14.
[6] "Síntesis de las Decisivas Horas del Crama Brasileño". *La Nación*, 3 de abril 1964, p. 2
[7] "Brasil: Gigante em Crisis". *Panorama*, maio 1964, pp. 32-35.

[8] "Goulart y sus Dos Etapas", p. 2.
[9] "Reseña de Acontecimientos Previos a la Actual Crisis". *La Nación*. 2 de abril 1964, p. 1
[10] "13 de Marzo, Uma Fecha Clave para el Brasil". *La Nación*. 3 de abril 1964, p. 2.
[11] "Etapa Intermédia em Brasil". *La Nación*. 5 de abril 1964, p. 6.
[12] "La Semana Política". *La Nación*. 5 de abril 1964, p. 6.
[13] "Temor em Washington y Expectativa em Moscú y em La Habana".*Panorama*. maio 1964, pp. 34-35.
[14] "Brasil: Siguen...", p. 12.
[15] "Inquietus no es lo mismo que Golpismo". *Primera Plana*. 14 de abril 1964, p. 4
[16] "La Semana Política", p. 6

ANARQUISMO: FALA OU ALGARAVIA?

Helena Isabel Mueller[i]

Paris 1789. As ruas estão tomadas por uma multidão barulhenta. Sua fala soa como um ruído ininteligível; a quantidade de gente deixa a todos diante de um fato novo. O espaço das cidades passara a ser o palco de acontecimentos que antes estavam espalhados pelos campos, pelos arredores e não no epicentro do poder. Era mais fácil, para este, não vê-los, não ouvi-los. Essa multidão de maltrapilhos, de famintos, de sujos, essa multidão que parece falar mas que, para as elites, produz uma cacofonia de sons, ruídos sem sentido, o que é que ela poderia querer?

As elites parisinas, as elites do poder - aquelas que falam, são ouvidos e são entendidas - estão perplexos. Que é que está acontecendo? O que é que essas pessoas, que tanto barulho fazem, o que é que essas pessoas querem? Se elas têm fome, se não têm pão, dêem-lhes bolo!

A algaravia, no entanto, persiste. E mais, é acompanhada de atos; as pessoas que falam não se deixam ocultar, demandam sua visibilidade e audição e, principalmente, o entendimento. Demandam uma igualdade de fato, demandam sua parte na distribuição do todo, querem a reparação de um dano que é intrínseco à sociedade em que vivem – o desentendimento na hora da repartição.

A Revolução Francesa virá, de certa forma, ordenar esse caos, reordenando a sociedade, atribuindo a cada um seu papel. Uma ordem falsa, no entanto, pois que se propõe a manter silenciosa essa multidão, deixando o conflito latente, mas não morto. A reordenação, que define os novos papeis coletivos, implica na manutenção de uma parcela daqueles que falam sem som, ou cujo som permaneça inaudível, ininteligível, um ruído ao qual a nova ordem tenderá a se acostumar, disciplinando-o, colocando-o em “seu devido lugar”. No entanto, por entre as fissuras dos subterrâneos sociais, onde os *enragès* - aqueles enraivecidos - da revolução estão, novas vozes surgem, de início sussurrantes, crescendo seu ruído aos poucos, até que se torne

claro e audível, demandando seus espaços, impondo sua palavra. A recusa de sua escuta/compreensão, no entanto, persiste.

Está em jogo uma nova questão: a igualdade entre os seres falantes, que é formal e se expressa nas regras sociais definidas pela Revolução Ela está sempre sendo revista, posta em ação pelo conflito entre igualdade e desigualdade dos parceiros do conflito, enquanto seres falantes.

Esse conflito entre seres falantes, essa tensão entre iguais, cuja formulação pego emprestada de Jacques Rancière[ii], em seu livro *O desentendimento*, se origina da tensão que surge quando há um pressuposto de igualdade entre as partes de uma sociedade, uma igualdade que é formal e na qual é dado o desentendimento, pois, por definição, se todos são iguais deveriam participar igualitariamente na divisão das partes do todo de uma sociedade. No entanto aqueles que têm o poder de distribuir essas partes resistem a essa noção igualitária. O desentendimento se instala e da tensão desse conflito entre os supostamente iguais surge a política: a luta pelos direito de participar, em condição de igualdade, das partes do todo social. Nesse diálogo, que dentro da lógica da reflexão que venho fazendo, é um diálogo de surdos, a igualdade é recolocada por um rearranjo entre as partes que traz à cena a determinação do esquecimento de desigualdades, o que é impossível de acontecer – há igualdade, porém não há reconhecimento. Se anteriormente poder-se-ia dizer que aqueles que não eram reconhecidos não falavam – os gregos e romanos diziam que os escravos e mesmo os plebeus não eram seres falantes – na sociedade moderna não se pode dizer o mesmo: os proletários, aqueles que trabalham, são reconhecidos como seres falantes porém, por uma falha no entendimento, sua fala é incompreensível. Não porque não haja entendimento das palavras; estas pertencem aos códigos da linguagem falada. É *o que e desde onde* eles falam que é incompreensível enquanto questão coletiva, enquanto questão pública. Como é que o salário - a parcela recebida em troca de seu trabalho, a qualidade de vida - o cotidiano vivido por aqueles que trabalham - poderia expressar um interesse coletivo, uma questão da comunidade,

tornar-se objeto de uma discussão pública? Aquilo que está escrito – a carta dos direitos do cidadão - expressa a “igualdade dos homens e dos cidadãos” perante a lei e define uma esfera de comunidade e de publicidade que inclui os assuntos do trabalho e determina que o espaço de seu exercício dependeria da sua discussão pública entre sujeitos específicos, *individual e não coletivamente*. Assim é que ela é entendida.

A configuração desta cena implica em que haja uma espécie de simulacro, de fazer de conta. O sujeito trabalhador que dela participa deve agir como se a cena existisse, como se existisse um mundo comum de argumentação, o que é ao mesmo tempo claro e contraditório já que esse mundo não existe. As greves e outras manifestações do mundo do trabalho desse período exasperam essa contradição, pois mostram que é enquanto seres falantes e racionais que eles agem. O ato de pararem juntos de trabalhar não é um ruído, uma reação violenta a uma situação penosa: expressa um *logos* – uma racionalidade própria, que constitui uma demonstração de seu direito, uma manifestação do justo que pode - ou que deveria - ser compreendida pela outra parte. A estruturação discursiva de seus manifestos ou panfletos diz: aqui estão nossos argumentos – vocês podem reconhecê-los. Mas esse reconhecimento não ocorre pois o que ele pressupõe não é reconhecido. Ou seja, que exista um mundo em comum, na forma de espaço *público*, no qual os dois grupos de seres falantes – chefes e trabalhadores – trocariam seus argumentos, o que não existe pois o mundo do trabalho é, pressupostamente, um universo *privado* no qual as situações são postas a indivíduos, os quais as aceitam ou rejeitam. Esses indivíduos não devem, não podem, se constituir em uma comunidade sob o risco de desequilibrar a ordem aparente; daí o simulacro.

Quem são essas pessoas que teimam em desordenar o ordenado, evidenciar uma desigualdade dentro de uma propalada igualdade, desobedecer à ordem simbólica teimando em se constituir em uma comunidade e exigir que a lógica de sua fala seja entendida? E mais, o que querem eles? Sabemos quem eles são. Poderíamos colocá-los dentro de uma definição amplíssima de *povo* – o demos – que, sendo correta, não dá conta do que queremos expressar.

Prefiro, no entanto, pensar a noção de *mundo do trabalho* para que possamos nos mover nos limites do que vinha falando anteriormente. O mundo do trabalho, enquanto referencial, incorpora uma noção de classe dentro de parâmetros mais amplos do que aqueles utilizados por Marx sem, no entanto, descartar a noção de luta de classes que creio ser fundamental para compreender certas tensões sociais. Proponho aqui, então, uma noção que incorpore todos aqueles que trabalham, para si ou para outros, no campo ou na cidade, artesão ou trabalhador qualificado, industrial urbano. Todos estes deveriam, na lógica instituída, se limitar a trabalhar, a exercer as funções técnicas para as quais existem, individualmente, isoladamente, sem uma articulação que expresse sua condição de ser coletivo, de ser social, principalmente sem fazer acontecer sua fala política evidenciando o erro de contagem na distribuição das partes de uma sociedade. Sem trazer à tona o dissenso onde era pressuposto existir o consenso. É dessa forma que podemos entender o desentendimento que falava acima. A cacofonia de sons não se refere à palavra propriamente dita, à língua ou à linguagem, mas sim de onde ela vem, à localização social daqueles que falam. “As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto.” É esse universo do desentendimento que constitui a racionalidade estrutural da política.

A partir do acima colocado poder-se-ia pensar sobre o que as pessoas que constituem essas comunidades falantes, ruidosas e teimosas, querem dizer, quais seus desejos, o que elas demandam. Para isso, eu gostaria de entrar em um universo desejante, chamado utopia, e de sua tensão com os movimento sociais, às vezes deles se aproximando, às vezes deles se distanciando. Utopia aqui pensada como uma expressão elaborada da alteridade, a possibilidade de sair de duas ilusões inversas, quais sejam: a de acreditar que o lugar no qual estamos é o único lugar possível e a de crer que um lugar ilusório exista na realidade. Utopia seria, por outro lado, uma ruptura com a história dada pela impossibilidade da espera, meio de expressão de um imaginário coletivo. Poderia-se, também dizer que ela seja todo o mal e todo

o bem imaginável. Assim chegamos ao ato de imaginar, ir além da imagem, do ícone, da representação suposta de um objeto real. Deslocar essa imagem destinada a reproduzir os objetos existentes a ponto de fazê-la reivindicar, no imaginário, os traços de uma outra realidade, de outros objetos, que ainda não *são* - no sentido de existir - ou mesmo que jamais *serão.* Dentro das e pelas utopias os sonhos sociais, individuais e coletivos adquirem consistência, se organizam em conjuntos coerentes de idéias-imagens de uma sociedade outra, em oposição e em ruptura com a ordem dominante. O senso comum atribui à utopia a noção de algo que jamais irá se concretizar, e Marx e Engels reforçaram essa noção ao caracterizar os projetos de sociedades outras, anteriores a sua proposta, de socialismo utópico, em oposição à sua análise científica do desenvolvimento da sociedade e a proposta dela decorrente.

No entanto, será que seriam possíveis novos projetos, será que haveria movimento na direção da ação coletiva na luta pela construção do novo – a revolução - se não houvesse, nas pessoas e nas sociedades, um movimento na direção da utopia? Será que teria existido uma revolução “bem sucedida”, que tenha se concretizado na longa duração, dentro dos moldes eminentemente científicos? Será que a noção de sucesso/fracasso é a que melhor dá conta da explicação dos caminhos tomados por um processo revolucionário? Um momento revolucionário, aquele no qual a ação coletiva do desejo explode, aquele que expressa um tempo no qual a linha divisória entre o possível e o impossível se dilui e a utopia invade o cotidiano social enquanto imaginário utópico, que se torna, assim, imaginário coletivo Essa tensão entre utopia e revolução – ou movimento social, ação coletiva – é que dá riqueza aos projetos, aos sonhos, aos desejos coletivos que, a meu ver, mais que a luta de classes, impulsionam a história.

Voltando à data símbolo de 1789, vemos que o ímpeto revolucionário não tem uma grande duração, perdendo sua vitalidade à medida que se institucionaliza, construindo, assim, uma nova topia. Insurreições acontecem por toda a Europa no século seguinte, colocando à mostra a ebulição de desejos, as articulações para construir o novo, alguma coisa que venha a se

parecer com o novo de seu imaginário. Os *enragès* a que me referi acima mantém viva a chama da utopia, não aceitando a nova topia. Os socialismos começam a ser pensador nessa raiva social e a partir das experiências vividas pelas pessoas do mundo do trabalho. As manifestações daqueles cuja palavra não é entendida, porque têm uma lógica que não pode – e não deve - ser compreendida, continuam ruidosas e perturbadoras. Ao mesmo tempo é preciso negar a existência dessa algaravia, transformando-a em uma não-fala, desprovida de sentido pois sua origem não existe; não existe o *lócus* desde onde as pessoas falam; a suposta harmonia social é, na realidade e segundo o poder instituído, desarmonizada por elas.

Existem sistemáticas tentativas de disciplinarizar esse movimento que cresce e se estrutura no período da fundação da 1ª Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864. De um lado o mundo do trabalho expondo a desigualdade, reivindicando sua parte no todo social; do outro aqueles que propõem a harmonia entre capital e trabalho partindo do pressuposto de que exista uma igualdade cuja desigualdade aparente só precisa ser ajustada. Propõem o consenso, negando o discenso. Socialistas, aí incorporados os anarquistas, os socialistas, os mutualistas e os que mais tarde serão chamados de marxistas, trazem à tona a diferença, o conflito, a desigualdade; o mundo do trabalho não aceita a homogeneidade proposta. A fundação da AIT sistematiza a fala dos trabalhadores, exigindo da sociedade seu reconhecimento, seu entendimento. O *lócus* de sua fala é por ela imposto; sua aceitação – sua visibilidade, sua escuta - dependerá de sua força, da permanência de sua fala.

Anarquistas e os futuros marxistas expressam esse conflito dentro da AIT. Anarquistas desejando uma sociedade nova, exercendo sua função utópica em sua radicalidade. E por nova aqui podemos entender aquele que rompe com uma das questões mais básicas do mundo vivido, qual seja a noção de poder. Poder e não Estado como é comumente falado. Os textos anarquistas e de anarquistas remetem a formas de poder as mais cotidianas e que normalmente não consideramos como passíveis de serem questionadas, a não ser em nível individual, como o poder da família. Recusam, portanto, as formas de luta pelo poder, mesmo

se que parta do princípio de uma tomada do poder por aqueles que não têm voz e que, em tese, iriam destruí-lo por serem a última classe na longa

Nos anos da Primeira República os imigrantes trouxeram consigo a memória de seu cotidiano, da experiência vivida nas lutas sociais de seus países de origem. Italianos, espanhóis, alemães, entre tantos, encontram no Brasil a mesma realidade de exclusão e diferenciação social que na Europa. Portanto põem em prática as mesmas formas de luta que tinham lá. Idéias importadas? Assim diz o governo. Porém, se encontram aqui a mesma realidade que em sua origem, deixam de ser "importadas" para penetrar na realidade brasileira e passar a expressar as convicções e os desejos de parcela da sociedade. É assim que o ideário anarquista passa a ser apropriado pelo mundo do trabalho no Brasil, até que a vitória da Revolução Bolchevique introduza a noção de um partido que venha a agir por e pelos trabalhadores, com a fundação do Partido Comunista em 1922. A noção de representação – no sentido de delegação – seduz o movimento social, além do fato de que a vitória do proletariado na Rússia faz com que, no imaginário coletivo, se pense a possibilidade de sua vitória internacional. A autonomia, proposta pelos anarquistas, exige um exercício constante, que é contrária à lógica social que é a da heteronomia; ela requer o esforço e a construção de resistências e experiências que venham efetivar sua prática. É muito difícil que a delegação, ou seja, a idéia de que alguém por um motivo qualquer, poderá vir a representar a mim ou minha coletividade, defendendo meus interesses e falando em meu nome produzindo mais entendimento, mais escuta.

Anarquistas e comunistas passam a disputar a hegemonia no movimento operário, praticamente de sindicato em sindicato. O jornal A NAÇÃO*,* em suas páginas cedidas ao Partido Comunista, narra o passo a passo da conquista, celebrando cada sindicato que se filia a ele como uma batalha vencida em uma guerra. Temos que ter em mente que a maioria dos sindicatos era anarquista e a disputa é quase que individual, de pessoa a pessoa. Astogildo Ribeiro, do lado dos comunistas, e Edgard Leuenroth, do lado dos anarquistas, utilizam os

espaços dos respectivos jornais – A PLEBE do lado dos anarquistas - trocando farpas entre si. Vale lembrar que os dois tiveram um longo período de militância, lado a lado, no movimento anarquista e que, portanto, se conheciam razoavelmente bem. Assim, a agressividade entre eles nem sempre se restringia às questões políticas.

No entanto, a desqualificação do discurso anarquista é radical. Incomoda à sociedade instituída por ser um porta-voz do mundo do trabalho e, para além, que propõe questões mais radicais que ela prefere não sejam denunciadas. Incomoda aos comunistas que têm um projeto de articulação da conquista do poder, além da sobrevivência do seu partido. A academia, ou melhor, o discurso científico, irá dar preferência ao estudo da trajetória dos comunistas, aceitando, por diversas razões, a derrota dos anarquistas, não por acaso imediatamente após a fundação do Partido Comunista no Brasil. A algaravia incomoda; nem sempre pode ser compreendida na medida em que não se expressa enquanto fala articulada respondendo aos desejos, às expectativas de quem a escuta. Não é ouvida, não pode ser entendida sob a pena de fazer brotar a desigualdade nas entranhas da igualdade como simulacro.

NOTAS

[i] Professora aposentada da Universidade Federal Fluminense

[ii] RANCIÈRE, Jacques O desentendimento- política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

Migrantes Intra-Estaduais em Rondonópolis-MT (1960-1980)

Helena Lúcia Froelich

Mestranda (UFMT**) bolsista CNPq**

O ato de migrar pressupõe o abandono do espaço social, econômico e cultural de origem, que por algum motivo pode estar ligado a condicionantes econômicos ou não, impulsionando o migrante a tomar tal decisão. Mas, o abandono não ocorre de forma total, pois, quem migra traz consigo as experiências e vivências que acumulou no lugar *deixado*, e que foram guardadas no espaço da memória podendo ser recordadas no lugar *chegado*. Por outro lado, migrar é ultrapassar as várias fronteiras[i], realidades que envolvem condições políticas, econômicas e culturais, no decorrer da trajetória e encontrar-se com o *outro* que, por sua vez, pode acolhê-lo ou rejeitá-lo. As portas podem se abrir ou simplesmente se fechar. Mas, o sonho que move o sujeito migrante[ii], normalmente, é mais forte e capaz de superar as barreiras encontradas pelo caminho e conquistar seu espaço para sua reprodução material, econômica, cultural e social, construindo/reconstruindo e estabelecendo novas relações na sociedade que o recebe. De acordo com Jones Dari Goettert[iii], a migração pode ser definida por diversos sonhos, ou seja, pelo *sonho da melhoria das condições de vida. O sonho do estudo. O sonho da profissão. O sonho da terra. O sonho acordado. Acordado também no novo lugar, o sonho encontra seu território de realização. Ou não.*

Partindo desses pressupostos, este texto tem como objetivo discutir as migrações no interior da mesorregião sudeste matogrossense para, especificamente, Rondonópolis, no período de 1960-1980. Nesta perspectiva visa contribuir para o desenvolvimento da

problemática das migrações no Brasil, a partir das experiências e vivências das mulheres e homens que migraram para Rondonópolis no período. Sob este prisma, busca-se compreender as motivações que impulsionaram estas pessoas a deslocarem-se de seu lugar de origem para um novo lugar.

Para discutir os deslocamentos intra-regionais desses sujeitos sociais privilegiei a produção de fontes orais. Pois, considero o trabalho com depoimentos um caminho pertinente para o tema em questão, na medida em que é possível, através do trabalho analítico, reconhecer o sujeito, ou melhor, reconhecer o direito desse como indivíduo que tem nome e rosto, fazendo-se visível na escrita. Porém, não esquecendo que *os registros orais ou escritos são sempre representações da realidade, e jamais a apreensão do acontecido.*[iv] O trabalho com depoimentos permite ao historiador e historiadora dar visibilidade em sua escrita aos sujeitos sociais que participam de sua narrativa. Enfim, *a história oral, no trabalho com a população, tem possibilitado o resgate de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes.*[v]

Em geral, as pessoas que migram deslocam-se de “lugares estagnados”, sem perspectivas de vida, de sobrevivência, para lugares que prometem oportunidades de trabalho, de estudo, de acesso a terra, enfim, que possibilitam construir uma vida melhor.

Assim, também os migrantes que migraram no interior da mesorregião sudeste matogrossense[vi], apostaram em Rondonópolis como o lugar de esperança para uma possível vida melhor. Rondonópolis era propagada como o lugar do progresso, de um futuro promissor. Nas palavras de Benedita Rosálio da Silva Valério[vii], *lá em Guiratinga, Rondonópolis era muito falada em termos de desenvolvimento, todo mundo botava fé.* Esta fala revela a existência de propaganda sobre o lugar Rondonópolis, que influenciava as pessoas a despertar interesse pelo lugar. A propaganda que circulava construía no imaginário social dos guiratinenses uma representação positiva acerca de Rondonópolis.

Desse modo, fica visível que para o indivíduo decidir migrar, ele ou ela, passa por um processo de convencimento que se dá pela representação positiva construída sobre o outro lugar, na representação coletiva. De acordo com Abdelmalek Sayad, *as representações coletivas uma vez constituídas tornam-se realidades parcialmente autônomas.*[viii]

Dessa maneira, Benedita, assim como tantos outros e outras, foram se convencendo da necessidade e da importância de mudança. Rondonópolis possibilitaria a melhora de vida. Mudar para Rondonópolis significava preencher os *espaços* da baixa expectativa de futuro que vivenciavam no lugar. Significava conquistar um emprego, continuar os estudos, preparar-se para exercer uma nova profissão e tantas outras motivações se produziam, para que estes indivíduos/migrantes fossem persistentes em suas trajetórias de deslocamento e superando as dificuldades que surgiam pelo caminho.

Todavia, convém lembrar que Rondonópolis, assim como os demais municípios da mesorregião sudeste matogrossense, foi submetida a um processo de (re)ocupação, pois, este território inicialmente era povoado por povos indígenas. De acordo com Carmem Lúcia Senra Itaborahi de Moura, no século XVII, os índios Bororos somavam neste território em torno de 10.000 habitantes. Porém, no final do século XX apenas atingiam 706 habitantes. Com a chegada dos migrantes, os povos nativos, além de perderem gradativamente o domínio sobre o seu território, perderam grande parte de sua população. Foram, ainda, submetidos ao trabalho escravo e a um processo de desagregação cultural.[ix]

No entanto, faz-se necessário ressaltar que a (re)ocupação de Rondonópolis faz parte de um projeto nacional de integração econômica e comercial de regiões tradicionais, “estagnadas”, às regiões mais desenvolvidas. Desse modo, a partir de 1930 foi empreendida a “Marcha para o Oeste” pelo governo de Getúlio Vargas que tinha como

objetivo estimular fluxos migratórios para o Mato Grosso. Para tanto, em 1939 criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, a fim de divulgar as terras do Oeste brasileiro e, assim, atrair colonos para a região. Nesse período iniciou-se a concessão de terras pelo Estado para a colonização.

Mais precisamente, a partir de 1950 iniciou-se o processo de incorporação do Estado de Mato Grosso, área considerada periférica, aos interesses, principalmente econômicos e políticos, ao Sudeste brasileiro. Assim, migrantes desta região e do Nordeste são impulsionados para a abertura das fronteiras agrícolas no Sul, Leste e Centro Oeste do Estado de Mato Grosso.

Neste processo de (re)ocupação, a construção de Brasília, nas décadas de 50 e 60, também favoreceu o crescimento de Mato Grosso. As diversas estradas que foram construídas em apoio à Capital Federal, contribuíram para viabilizar o desenvolvimento nas regiões ainda “estagnadas” ou, até mesmo, “inexploradas”.

Segundo Advair Mendes Silva, foi na década de 70 que se consolidou o processo de ocupação do Mato Grosso, o qual havia iniciado em 1930. Convém ressaltar que durante a década de 50, o governo do Estado fez contratos com diversas empresas privadas, principalmente do Sudeste do país, a fim de promover o povoamento da região norte mato-grossense. Estas empresas de colonização buscaram atrair, essencialmente, produtores do Sul e Sudeste.

Essencialmente, a partir de 1971, o INCRA iniciou uma política de transferência da colonização para o setor privado, delegando-lhe direitos somente para a valorização de áreas prioritárias à reforma agrária. Em 1972 o INCRA concedeu à iniciativa privada o direito de desenvolver projetos agropecuários de pequeno porte na Amazônia, a fim de atrair, fundamentalmente, pequenos e médios proprietários.

Dessa forma, a região norte mato-grossense passa a ser incorporada aos espaços produtivos. Para a efetivação de tal processo, os eixos rodoviários BR 070, BR 080, BR 163 e BR 364, tiveram fundamental importância. Porém, para a região de Rondonópolis a BR 163 e BR 364 exerceram um papel essencial, uma vez que permitiram a sua ligação com Cuiabá e com o Sul e o Norte do Estado. Desse modo é possível perceber que estas rodovias contribuíram, em grande medida, para a intensificação da migração para Mato Grosso e simultaneamente para Rondonópolis.

Rondonópolis está situado na porção Sul do Estado e representa um ponto estratégico pelo encontro de várias vias de penetração, que possibilitam a interligação das áreas circunvizinhas, assim como também com os grandes centros industrializados.

Já em 1902 chegaram em Rondonópolis os primeiros migrantes, os goianos. Porém, este processo de (re)ocupação teve maior impulso no final da década de 40, quando foi fomentada uma política pública de colonização. Esta, contudo, não foi muito bem sucedida, pois, não foi acompanhada de um plano de sustentação política e econômica mais aprofundada para o pequeno produtor sobreviver.[x]

Mas, a partir de 1960, em Rondonópolis, a terra que antes era doada passou a ser vendida. Assim, passou a predominar a mercantilização na forma de apropriação da terra. A frente pioneira já havia começado a avançar sobre a frente de expansão desarticulando a pequena produção em favor da produção em larga escala. Em Rondonópolis, até então, grande número de pequenos proprietários rurais, além da criação de gado produziam arroz, milho, feijão, amendoim e algodão. Mas, gradativamente, o algodão e o arroz e depois a soja começaram a ser produzidos em larga escala. Dessa forma, acelerou-se o processo de urbanização, condição geral de produção e reprodução capitalista no campo. Com o contínuo e expressivo crescimento econômico, a partir dos anos 1970, teve início o processo de industrialização do campo com a introdução de máquinas, equipamentos,

insumos em geral, enfim, uma nova tecnologia comandada pelo capital monopolista, sobre as atividades do campo e a produção agroindustrial.[xi]

Portanto, a (re)ocupação de Rondonópolis envolve fluxos migratórios dos mais diferentes lugares, mas, também, do próprio Mato Grosso, mais especificamente, da mesorregião sudeste mato-grossense. Desse modo, percebe-se que há uma multiplicidade de práticas interagindo entre si na composição do tecido social dessa sociedade.

Assim, também acreditaram e decidiram fazer sua vida, construir seu espaço em Rondonópolis, Valdemar Francisco Douraldo[xii], de 69 anos, Ana Cândida Santana[xiii], 90 anos, Daria Gomes Santana[xiv], 62 anos, Maria Santana Rego[xv], 60 anos e Benedita Rosálio da Silva Valério, 54 anos. Mulheres e homens que migraram para Rondonópolis, cada qual, buscando no novo lugar algo que não encontrava no lugar que deixava para trás.

Valdemar, filho de baianos, natural de Guiratinga, disse que sua família decidiu mudar para Rondonópolis, pois o lugar tinha a fama de “lugar do progresso”. Ele e seus irmãos pretendiam continuar os estudos e desenvolver atividades comerciais. Guiratinga era “muito parada”, não tinha perspectivas de desenvolvimento. Assim, Rondonópolis surgiu como o lugar da esperança.

A história de Ana começou na Bahia. Já em 1931, Ana e sua família migraram para Goiás em busca de terra. Sem sucesso seguiram para Poxoréu - MT e depois para Rondonópolis. Ana, na medida que recordava a sua experiência migratória, revelou em suas palavras que jamais pretendia deixar a Bahia. Mas, para não se separar da família, não sobrou outra alternativa do que acompanha-los. O sonho da família unida fez com que Ana deixasse a Bahia seguindo o marido, o pai, os irmãos, os tios, que iam ao encontro de terra. Em Poxoréu, Ana novamente resistiu migrar para um outro lugar. Mas,

quando os filhos aos poucos foram se mudando para Rondonópolis, ela decidiu também acompanha-los. Todos mudaram em busca de estudo e trabalho e Ana não tinha este sonho, mas acompanhou-os em nome da unidade familiar.

Porém, Daria, filha de Ana, natural de Poxoréu, foi movida pelo sonho do estudo para si e para seus filhos. Mudou-se para Rondonópolis em 1968, onde realizou o seu sonho de se formar professora, mas perdeu o sonho da unidade familiar, pois, este sonho custou-lhe a separação matrimonial.

Maria, natural de Poxoréu e os pais naturais da Bahia, mudou-se para Rondonópolis ainda criança, em 1962. Em seu depoimento frisou que a preocupação dos pais era escola para os filhos. Além disso, Poxoréu "não desenvolvia", não tinha perspectivas de trabalho. E a terra que a família havia conseguido era insuficiente para possibilitar a sobrevivência de todas e todos.

Benedita, natural de Alto Araguaia, também tem raízes baianas. É neta de baianos. Os pais são mato-grossenses: pai, cuiabano, e, mãe, guiratinense. Benedita nasceu em Alto Araguaia, mas viveu a maior parte de sua infância e parte de sua juventude em Guiratinga. Em 1970, decidiu mudar para Rondonópolis em companhia de uma família amiga. Buscava trabalho e continuidade nos estudos. Em seu depoimento revelou as enormes dificuldades que vivenciou no lugar chegado dizendo: *gastei sola de sapato procurando emprego. Acabei trabalhando no início numa casa noturna lavando vasilha da galinhada da noite anterior. Passei fome, mas sobrevivi e venci.* Benedita também realizou o sonho de se formar professora.

Assim, as falas de mulheres e homens da migração, fragmentos das entrevistas realizadas com estes sujeitos sociais, indicam possibilidades de ler, através destes indivíduos/migrantes, como vivenciaram uma história de lutas, vitórias, derrotas,

sofrimentos, um conjunto de emoções na sua experiência de vida nos lugares por onde passaram.

Notas

---

[i] Ver artigo, FURINI, Alice Tercília Alves; FROELICH, Helena Lúcia. **Fronteiras e Populações Uma Abordagem Historiográfica.** In: Coletâneas do Nosso Tempo. Departamento de História de Rondonópolis. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFMT, 2003.

[ii] Sujeito migrante, sujeito histórico e agente social referem-se aos homens e mulheres que nasceram em municípios pertencentes a mesorregião sudeste matogrossense e migraram para Rondonópolis no período de 1960 a 1980.

[iii] GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente – Sp, 2004, p.112.

[iv] MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e interdisciplinariedade. A invenção do olhar.** In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org**).** Os desafios contemporâneos da História oral. –1996. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 208.

[v] MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 194, p. 26-27.

[vi] A mesorregião matogrossense em foco, está atualmente formada pelos seguintes municípios: Dom Aquino, Itiquira, Jaciara, Pedra Preta, Rondonópolis, São José do Povo, Campo Verde, Primavera do Leste, Araguainha, General Carneiro, Guiratinga, Ponte Branca, Torixoréo, Tesouro Poxoréu, Ribeirãozinho, Alto Araguaia, Alto Garças e Alto Taquari.

[vii] Benedita Rosálio Valério, 54 anos, natural de Alto Araguaia, atualmente moradora no bairro La Salle – Rondonópolis-MT. Entrevista cedida em 10/02/2005.

[viii] SAYAD Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p.57

[ix] Sobre o processo violento em relação aos bororos com a chegada dos migrantes consultar RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo, Círculo do Livro, 1986; SUZUKI, Júlio Cezar. **De Povoado a Cidade: A Transição do Rural ao Urbano em Rondonópolis. Dissertação de Mestrado.** São Paulo: UNESP, 1996; NASCIMENTO Flávio Antônio da Silva. **A Aceleração Temporal na Fronteira Agrícola: o caso de Rondonópolis-MT.** Tese de Doutorado**.** São Paulo: 1997, entre outros.

[x]SERRA, Elaine de Arruda. **O Êxodo Rural das Colônias na Formação do Distrito da Vila Operária "São José" – 1950/70.** Monografia de Especialização em História de Mato Grosso: Rondonópolis-MT: IHCS/CUR/UFMT, p24.

[xi] SUZUKI, Júlio Cezar. **De Povoado a Cidade: A Transição do Rural ao Urbano em Rondonópolis.**Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNESP, 1996.

[xii] Valdemar Francisco Douraldo, 69 anos, natural de Guiratinga, atualmente morador no bairro Parque Universitário. Entrevista cedida em 22/11/2004.

[xiii] Ana Cândida Santana. 90 anos, natural da Bahia, atualmente moradora no bairro Birigui, Rondonópolis-MT. Entrevista cedida em 10/02/2005.

[xiv] Daria Gomes Santana, 62 anos, natural de Poxoréu-MT, atualmente moradora no bairro Birigui em Rondonópolis-MT. Entrevista cedida em 10/02/2005.

[xv] Maria Santana Rego, 60 anos, natural de Poxoréu-MT, atualmente moradora no bairro Novo Horizonte-Rondonópolis-MT. Entrevista cedida em 10/02/2005.

MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO : um projeto.

HELENICE CIAMPI

INTRODUÇÃO

Para que serve a escola ou para que tem servido? Qual a relação entre a escola e o mundo em que vivemos? Que questões devem ser trabalhadas na formação de uma criança ou de um jovem, hoje? Qual o perfil do profissional deste século 21 ?

Desde o final do século XX e início do XXI, inúmeras mudanças, como a nova ordem mundial, a revolução tecnológica e a midiatização, e também o esfacelamento de instituições, práticas e paradigmas de análise parecem ter colocado novas exigências para a educação.

Uma questão que levanto, considerando-a como de fundamental importância, é saber como os professores, especialmente os de história, têm enfrentado tais mudanças em seu cotidiano. Como têm interagido nesse universo dominado pelos meios de comunicação e multimídia? Como têm lidado com seu repertório cultural, profissional e acadêmico gestado num outro paradigma de organização e valores? Como esses profissionais têm procurado responder às demandas e aos anseios de seus alunos? Quais espaços de formação, especialização e /ou "atualização" são mais freqüentes, viáveis ou possíveis para eles? Quem são, afinal, esses profissionais da rede pública do município de São Paulo? Qual sua formação, valores, práticas, dificuldades, prioridades, projetos,reivindicações ?

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental e Médio (PCN) desenham um novo perfil do currículo, buscando dar significado ao conhecimento escolar mediante a *contextualização* (algo que se reconstrói criticamente a partir do presente), e a *interdisciplinaridade*, evitando a compartimentalização e incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender. O fundamental é que os alunos desenvolvam competências básicas que lhes permitam aprimorar a capacidade de continuar aprendendo. A escola por si mesma

não muda a sociedade, mas pode constituir-se num espaço de reflexão e discussão, empenhada na formação de cidadãos críticos e responsáveis.

Desde a década de 1990, enfrentamos o desafio de conviver com um volume maior de informações, produzido em função das novas tecnologias. Pensando a formação profissional,a questão não está no acúmulo destes conhecimentos, mas na capacidade do docente para selecionar conceitos básicos e desenvolver uma prática pedagógica consistente, que permita à criança e ao jovem serem capazes de pesquisar informações substantivas para resolver um problema e analisar, entre as possíveis soluções, a(s) mais adequada(s) ao seu contexto.

Ocorre, atualmente, a chamada pedagogia da inclusão, alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Tais documentos podem constituir-se em avanços nas discussões metodológicas, embasados em princípios como a descentralização e flexibilidade do sistema educacional brasileiro. Mas tais orientações metodológicas são neutralizadas pela atual política educacional:o poder público não sinaliza no sentido de alterações estruturais, tais como salário adequado, plano de carreira e formação permanente, que, valorizando de fato o professor e propiciando condições efetivas de trabalho, possibilitem criar mecanismos viabilizadores dos procedimentos sugeridos.

Por falta de diretrizes e políticas públicas consistentes, as ações governamentais, no Brasil caracterizam-se pela descontinuidade administrativa e pela ausência do processo participativo ou mesmo por lentidão para a implantação de canais de participação dos sujeitos envolvidos. Ocorre, assim, um distanciamento entre a administração, no caso, a municipal e, o funcionalismo, no caso, os professores; um hiato entre as demandas dos docentes e as prioridades governamentais.

Há uma insatisfação do profissional em relação à precariedade de sua formação e as condições reais de trabalho, o que gera descomprometimento, não só de professores como também de diretores e coordenadores. Freqüentemente, a inconsistência de posição e argumentação levam ao formalismo das práticas e à burocratização que se esconde atrás de um pseudo democratismo.

É nesse contexto que eu desenvolvo meu trabalho profissional: pesquisa e análise da prática pedagógica do ensino de história, que se constitui em um exercício cotidiano de reflexão sobre procedimentos que promovam ações coerentes com os princípios que as fundamentam. É um permanente desafio de se tentar transformar uma queixa em um problema a ser enfrentado, no limite de sua prática.

JUSTIFICATIVA

O projeto que apresento articula minhas *preocupações antigas* - pesquisar e dialogar com o profissional de história que atua no ensino fundamental da escola pública do município de São Paulo,[1] assim como, pesquisar e analisar a formação do profissional de História[2] - com meus *propósitos atuais*, concretizados no Projeto Institucional para Formação de Professores da Educação Básica da PUCSP.

Leciono na PUCSP a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em História I e II (período noturno). Entendo-a como um espaço que articula teoria e prática, de forma privilegiada, constituída historicamente com fundamentos próprios que subsidiam e concretizam práticas escolares, no caso, a atuação profissional do docente de História. Toda prática se embasa em concepções e representações construídas historicamente, tanto no campo do conhecimento histórico como do saber histórico escolar, e em seus diálogos com outras áreas do saber, com a cultura e com a sociedade.

Estruturalmente, o meu curso de Prática de Ensino em História tem sido planejado tentando enfrentar a dicotomia teoria-prática.Os dois momentos, aulas semanais e estágio supervisionado, constituem modalidades da prática pedagógica. Atividades paralelas e complementares objetivam a conscientização e atuação do educador, através de sua compreensão da realidade educacional brasileira, de forma a apreendê-la em sua

[1] Projeto MEC-SESu, que resultou na publicação *Ensino de História:revisão urgente,*pela Editora Brasiliense,várias edições, de 1986 a 1995 e pela INEP/EDUC em 2000.

[2] Tese de Doutoramento em História Social (USP), que resultou na publicação *A História Pensada e Ensinada :da geração das certezas `a geração das incertezas,*EDUC/FAPESP,2000.

complexidade, para uma atuação consciente e transformadora.O estágio é entendido como um espaço de observação, participação e socialização de experiências entre o aluno estagiário e o profissional de história, assim como com os demais educadores da unidade escolar e instituições nas quais se realiza o estágio.

Atualmente, em função das exigências legais, (Lei n.9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação, mais especificamente o Parecer CNE/CP n. 01/2002, instituindo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura de Graduação Plena), a PUCSP vem debatendo uma política de graduação e, sobretudo, desenvolvendo uma discussão acadêmica em busca de um consenso como base para a definição de um **Projeto Institucional para a Formação de Professores da Educação Básica**

Esse Projeto Institucional, votado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE), entrará em vigor no ano de 2006. Entre os seus pressupostos, interessam-me especialmente: *a prática da pesquisa,* voltada às problemáticas do processo de ensino-aprendizagem e às demandas da realidade escolar, é a norteadora da formação profissional e da organização interna dos cursos; a *articulação entre as áreas* de conhecimento, no interior de projetos de atividades e pesquisas comuns entre diferentes áreas.

Entre os princípios gerais do Projeto Institucional, destaco,sobretudo: o compromisso com a *prática educativa da escola pública*, como referência para o desenvolvimento das atividades curriculares na formação inicial graduada e na educação continuada do professor; *a concepção de aprendizagem* como processo de construção de conhecimentos e o desenvolvimento do pensamento autônomo, crítico e ético, como condição para a mudança de concepções, valores, atitudes, crenças e ações.(Projeto Institucional para Formação de Professores da Educação Básica da PUCSP, PIFPEB-PUCSP, Outubro /2004, p.14 e 15)

“Assume-se neste Projeto, como eixo articulador entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de práticas de pesquisa inerentes aos objetos de estudo dos cursos de Licenciatura e adequadas à formação profissional de professores. A operacionalidade das

práticas de pesquisa nesses moldes dar-se-á no âmbito dos projetos pedagógicos de cada curso de Licenciatura.” (Idem,p.15)

As discussões sobre a formação de professores no âmbito acadêmico têm expressado a preocupação em contemplar as imbricações do trabalho pedagógico no contexto de sua prática, para poder repensar a própria formação desses profissionais.

Nesse sentido, emerge a intenção de registrar as memórias, práticas e saberes de professores,para conjuntamente repensar a formação do profissional de História.O projeto privilegiará recortes da memória social dos docentes entrevistados, pois o senso de historicidade é formado com referências que extrapolam a universidade e o conhecimento sistematizado.A memória implica em um campo social que põe em destaque a força de outros processos, lugares e agentes sociais.

O registro das entrevistas e das observações das aulas poderá expressar dimensões de contradições, conflitos e ambigüidades vivenciados no processo de vida pessoal e de formação profissional, reforçando práticas “tradicionais” ou expressando tentativas de interagir com o tempo presente, reformulando práticas e valores e resistindo a outros.

Ao professor compete dominar conhecimentos relativos à sua área disciplinar de tal forma que a interprete e comunique, segundo sua perspectiva, ao aluno a quem ensina.Paralelamente, como ser histórico, vivencia experiências marcadas pelo seu tempo e espaço, experiências forjadoras de sua trajetória familiar, pessoal, cultural e profissional. Qualquer que seja a valorização dada pelas pedagogias à ação do professor, sujeito central ou mediador do processo educativo, existem temas/conteúdos a serem redimensionados.

Assim,os estudos e pesquisas atuais com relação ao saber docente procuram questionar a concepção que considerava o professor como um mero “transmissor de saberes produzidos por outros”. Hoje, os estudos de natureza epistemológica sobre a subjetividade/objetividade do conhecimento, assim como do currículo como terreno de criação simbólica e cultural, colocam a discussão em outro patamar.

Paralelamente,percebemos, em nosso trabalho junto aos docentes de história, mesmo com aqueles profissionais com uma formação mais consistente, dificuldades em concretizar, na

prática cotidiana, conceitos e princípios teórico-metodológicos defendidos. Isso expressa, talvez, a difícil interação entre os saberes que mencionamos: conhecimento histórico acadêmico e saber histórico escolar. É grande o contingente de profissionais, especialmente do ensino fundamental e médio, que busca aprofundamento e ampliação de conhecimentos relacionados,especificamente, com a prática pedagógica de sala de aula. Os cursos de especialização e pós-graduação, stritu e lato sensu o confirmam. Essas questões talvez possam ajudar-nos a pensar, a formação não como um mero exercício prático ou "transposições didáticas" de conhecimentos prontos, mas como um processo de articulação de saberes específicos pensados na perspectiva da inserção política.

Os cursos de formação de professores precisam ser pensados para dar conta das demandas atuais: profissionais que dominem tanto os processos de produção do conhecimento histórico como os do conhecimento escolar. Quem não domina a história, do ponto de vista epistemológico, tem muitas dificuldades para construir um saber histórico escolar. Acaba refém dos livros didáticos, nos quais a "transposição didática" já está parcialmente realizada. A formação de profissionais de História deve exprimir o desafio de articular dois campos do conhecimento: o da história e o da educação, sem discriminação, pois trabalho complexo como esse exige conjugação de forças que tem hoje uma consistência por demais frágil, independente dos inúmeros trabalhos e projetos realizados e em andamento.

O PROJETO

O projeto tem como objetivo registrar o perfil do professor de história (da 5ª à 8ªsérie) da rede pública da cidade de São Paulo, tendo, como pesquisadores, alunos da Graduação do curso de Licenciatura em História da PUCSP.

A meta fundamental da pesquisa é, a partir das memórias e práticas docentes, registrar dados que possibilitem identificar o saber histórico escolar, multifacetário, plural, possível integrador das experiências de vida pessoal, da formação acadêmica e da instituição e cultura escolar. Muitas vezes, o profissional segue "modelos" do professor que o marcou quando

aluno.Os dados coletados podem oferecer subsídios para repensar a sua formação; possibilitar uma reflexão sobre as marcas deixadas pela formação acadêmica.

O Projeto pretende iniciar um mapeamento de Professores de História da rede pública da cidade de São Paulo, com a finalidade de construir um Banco de Dados.

Dois serão os instrumentos de pesquisa a serem trabalhados:***Entrevistas e Observações de Aulas,*** com os professores de História das Escolas Municipais selecionadas. Esse processo de trabalho possibilitará, aos estagiários, uma troca de experiências interativas de fundamental importância para a sua prática pedagógica, assim como permitirá apropriarem-se da metodologia de História Oral, como uma ferramenta de produção de conhecimento.

No roteiro de entrevista, serão abordadas questões tais como: a) dados pessoais: origem e costumes familiares, a vivência escolar, formação acadêmica, hábitos culturais e sociais; b) dados profissionais: situação funcional, tempo de magistério, experiências profissionais, e expectativas no ensino de história; c) saber histórico escolar: cultura escolar, modelos seguidos/adaptados,práticas desenvolvidas.

A ***Observação das aulas do professor*** entrevistado objetiva registrar tópicos constitutivos de dois tipos de fichas**:** Padrão, para a observação das aulas propriamente ditas, e as Temáticas, em número de oito.

A ficha Padrão focalizará o registro da prática pedagógica do professor: como ele inicia a aula, como articula as questões colocadas com a aula anterior,como encaminha sua exposição/explicação; qual (quais) o(s) material (ais) utilizado(s), como foi trabalhado, qual sua adequação para com a temática desenvolvida e o nível dos alunos.

As fichas Temáticas centrarão a observação sobre a unidade escolar:organização, estrutura e funcionamento, caracterização e relacionamento do corpo docente, discente, administrativo e funcional; perfil do professor: situação funcional, tipo e freqüência de leituras, uso e valor atribuído ao livro didático, planejamento anual; avaliação; concepções.

A incidência de alguns dados, presentes nas questões constitutivas das entrevistas e das fichas de observação, visa incorporar elementos, possibilitando articular informações registradas por diferentes sujeitos (o entrevistado e os estagiários).

Entre os motivos em mapear professores de história das séries finais do ensino fundamental, destaco: maior número de aulas semanais de História (3 a 4), um contingente maior de escolas e docentes, e o início do trabalho com profissionais “especialistas” das diferentes áreas do conhecimento. Suas práticas e saberes certamente deixarão marcas na formação dos alunos.Optamos pesquisar profissionais com no mínimo quatro anos de docência, tempo para solidificar uma prática pedagógica.

O projeto pensado para dois anos, pretende entrevistar doze professores, anualmente, e vinte e quatro, em dois anos.Em média,a escola municipal tem entre quatro a seis professores de História, titulares ou adjuntos.Julgamos ser uma amostra significativa, pois a idéia é continuar o projeto por mais dois anos.

Segundo a relação das escolas municipais, fornecida pelo Sindicato dos Professores do Ensino Municipal (SINPEEM), em fevereiro de 2004, há 458 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) vinculadas a 31 Subprefeituras. Optamos por centrar a pesquisa em duas Subprefeituras, possibilitando um conjunto de dados mais consistentes de uma mesma área da cidade de São Paulo.Selecionamos as Subprefeituras do Butantã e de Pirituba,(uma para cada ano) pois nelas há algumas escolas credenciadas para estágio, pela PUCSP, o que poderá agilizar a pesquisa.O Projeto envolverá dez estagiários.

Embora aguardando financiamento, iniciamos parcialmente a pesquisa concentrando-se na observação das aulas em quatro escolas municipais de Pirituba, e onze professores de história,pois um entrou em licença médica.

Os dados armazenados poderão auxiliar na gestão de políticas públicas,no diagnóstico e planejamento para órgãos públicos municipais.Mas, sobretudo, constituirão fontes para a pesquisa e a reflexão sobre a formação de professores no século 21.

O acervo Luiz de Castro Faria como uma narrativa documental do campo antropológico

Heloisa Maria Bertol Domingues, Ana Amélia Canez Xavier, Alfredo Wagner Berno de Almeida e Anamaria de Souza Fagundes

O antropólogo Luiz de Castro Faria faleceu em 2004, aos 91 anos de idade, tendo exercido por mais de 60 anos atividades científicas, administrativas e de ensino da antropologia, no Museu Nacional da UFRJ e na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Ele reuniu um acervo com quase 20 mil documentos, que guardam articuladas as trajetórias do antropólogo e da antropologia brasileira. Esses documentos foram doados em 2000 para o Arquivo do Museu de Astronomia, um lugar de história da ciência. Em fins de 2003 o projeto de organização do arquivo recebeu financiamento do CNPq, no Edital de Preservação da Memória Científica e está em andamento.

O processo de organização, no entanto, iniciou-se bem antes, sob orientação do próprio autor. Seguidas reuniões em sua casa em Niterói com o Conselho Curador – que ele nomeou ao doar –, mostraram como foi organizada e armazenada a documentação, bem como, as formas de incursão no arquivo, através de um fichário que o acompanhou durante os muitos anos em que ele manteve o acervo em uso[1]. Essas reuniões deixaram claro, por um lado, que aquela documentação tinha uma ordem, prévia à doação e, por outro, que a organização do acervo ao deixar a sua casa não significaria uma ruptura com aquela que fora iniciada por ele.

Na verdade, o trabalho classificatório seguido à doação representa uma descrição continuada da autodescrição feita anteriormente por Castro Faria. É, nesse sentido, uma versão autorizada da 'autoclassificação' de sua própria trajetória intelectual refletida na documentação[2]. Mais do que uma classificação o trabalho em vias de realização é entendido como uma descrição sobre a autoclassificação, que ele não lembrava quando começou, mas, sua esposa diz ter sido ao final dos anos 50.

Embora a classificação documental ainda não esteja finalizada, é possível inferir algumas das suas características mais fortes, isto é, acima de tudo, denota o cientista

rigoroso que ele foi, o professor meticuloso, ciente do alcance do que dizia. Ao mesmo tempo, descortina as resignificações temporais do campo científico, interior do qual ele lutou incessantemente para ver instituído como uma ciência social, não natural, porém, não exclusivas uma à outra. A sua primeira classificação no campo, enquanto antropólogo, foi numa linha que se chamava *antropologia ecológica*[3]. Os documentos coligidos denotam as tensões vividas na estruturação do campo e diante das diferentes dominâncias temáticas que marcaram o século XX da antropologia brasileira.

O acervo arquivístico

O que Castro Faria guardou e que permite fazer afirmações tão fortes sobre o cientista ou sobre o campo da antropologia? Castro Faria, reuniu como sua produção intelectual, não o que se classifica comumente nos arquivos como documento 'pessoal', pois ali não se encontra documentos que remetam à sua vida familiar, ou social, apenas o que diz respeito à sua vida como antropólogo, nas associações científicas, em congressos, nos cargos de administração ou como professor nos cursos de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, e na Universidade Federal Fluminense, onde deu aulas por muitos anos no Departamento de História e no de Ciências Sociais, e onde na década de 1990, depois de aposentado e Professor Emérito, voltou para inaugurar o Curso de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política.

Alguém que classifique esse acervo pelo tipo de documento apresentado: anotações; artigos; cadernetas de campo; mapas e croquis, fotografias; correspondências; programas de curso; documentação administrativa; fichamentos ou referências bibliográficas, relatórios de pesquisa, marcando as temáticas, a sua geografia, as datas, certamente não poderia perceber o que representa cada maço de documentos encontrado nesse arquivo, muito menos sua singularidade. A originalidade do arquivo Castro Faria está no conteúdo do material mas, principalmente, está na maneira como os documentos foram reunidos.

Muitas vezes encontra-se documentos repetidos no arquivo, porém, em cada conjunto ele joga um papel diferente. Uma das características desse acervo é a sua divisão por maços. Um texto pode aparecer num maço com a finalidade para a qual foi produzido, por exemplo, um relatório ou um artigo, mas, o mesmo pode aparecer noutro maço como bibliografia de apoio a um curso, por exemplo. Assim, uma caixa, e são 59 caixas-box, pode conter até 20 maços. Outra terá apenas três ou quatro, dependendo do assunto a que se refere. O fato de haver duplicatas em maços diferentes, coloca um problema para o classificador, preocupado, justamente, em eliminar "duplicatas". Nesse arquivo, se uma duplicata for excluída, a ordem começa a perder o sentido e ele começará a sofrer mutilações[4].

Ao se abrir os maços a surpresa com o conteúdo se renova a cada um deles. Cada caixa e cada maço narra os passos da atividade do antropólogo que foi Castro Faria. Para ele, um antropólogo coroava a sua formação com o trabalho de campo, coisa que ele repetiu sempre em suas aulas, e o fez sem medir esforços, guardando cada passo de cada um desses trabalhos. Começou em 1938, acompanhando Levi-Strauss à Serra do Norte[5]. Seguiram-se a esse muitos trabalhos de campo realizados em diferentes lugares. O material produzido a cada um deles foi agrupado com cuidado. Dessa documentação salta aos olhos, de quem o olha pela primeira vez, a quantidade de material produzido sobre cada pesquisa individualmente. Além das notas de observação, dos diários de campo, dos relatórios, nas suas várias versões, dos artigos, em rascunho, na sua forma final, ou já publicados, ou da correspondência, encontram-se agrupados os instrumentos produzidos para a análise da observação: desenhos (de objetos, de habitações, de vestimentas, de ornamentos), mapas, estatísticas, planos, quadros analíticos e, principalmente, fotografias. Essas se contam aos milhares e será preciso um projeto especial para organizá-las como merecem.

Em uma de suas entrevistas, de 1997, ele chamou a atenção para a importância dos critérios etnográficos de classificação. Segundo ele, o etnográfo vai a campo com a idéia de

uma problemática, que precede o registro. Neste sentido o olhar do etnógrafo é diferente do olhar de um fotográfo. As fotografias eram classificadas por ele, segundo o que ela representava, por exemplo, a flora, a fauna, tipos masculinos, femininos, crianças... , não havia ordem cronológica na classificação etnográfica, para ele. Salientou na mesma entrevista que a classificação obedecia o Sistema Internacional de classificação de dados etnográficos[6]. O material produzido para analisar os dados observados tem um peso relativo bastante representativo no arquivo Castro Faria.

Segundo Bourdieu, depois que ele descobriu o "Guide pratique d'étude directe des comportements culturels" de Marcel Maget, ele compreendeu o prazer de objetivar enquanto ensinava. Na sua interpretação Maget ensinava um antídoto ao estruturalismo, aplicando um hiperempirismo objetivado e isso ele fazia mostrando a importância dos instrumentos de conversão do olhar do observador: mapas, planos, quadros estatísticos, fotografias[7]. Castro Faria, quando foi para a França em 1950, trabalhou com Marcel Maget, com quem se identificou e também foi presenteado com o mesmo livro. Tal coincidência não parece fortuita.

Castro Faria, quando foi para a França, já havia feito muitos dos seus trabalhos de campo e aqueles instrumentos representativos da objetivação do olhar do etnólogo faziam parte da sua bagagem desde o 'batismo de fogo', dentre os quais destacam-se as fotografias, que são acompanhadas de desenhos, croquis, mapas, análises estatísticas – como o quadro que fez posteriormente àquela primeira viagem, comparando os dias que passaram viajando pelos caminhos com os dias que ficaram entre os indios, para afirmar, em conformidade com o que dizia Malinowski sobre a validade de um trabalho de campo relativamente à sua duração, que aquela viagem não podia ser considerada produtiva, pois haviam ficado tempo insuficiente entre os índios.

O arquivo Castro Faria constitui uma autodescrição, mas não pode ser confundido a uma autobiografia. Porquanto, ele ignorou, sem reticências a sua biografia pessoal – a família apareceu, em algumas fotografias do arquivo que retratam cerimônias oficiais, como

foi sua posse na direção do Museu Nacional, em 1964 –, a *sua narrativa* tanto foi construída pelo caminho de sua produção intelectual quanto pelo de sua vida intelectual. E essa foi intensa e sem tréguas por mais de 60 anos de atividades.

Destacam-se ainda os documentos que marcaram a sua vida intelectual, sua posição no campo científico, construída numa rede de relações que se afirmou entre os pares, no meio acadêmico, nos muitos cargos de administração que exerceu – como chefe de Departamento, Diretor do Museu Nacional, Sub-Reitor, Conselheiro – e, ao lado dos seus alunos, nos cursos, nos congressos ou em mesas de bar. A evidência dessa afirmação encontra-se num dos documentos guardados: uma toalha de mesa de bar, de papel, onde está desenhado um mapa da região de Lagoa Feia, Estado do Rio, representando a cultura local e onde se lê as assinaturas dos alunos com quem ele estava discutindo naquele momento os dados da pesquisa.

O conjunto dos documentos está agrupado em duas séries, que ele denominou de documentos antigos (25 caixas) e documentos recentes (34 caixas), e, se não obedecem a uma ordem cronológica, obedecem a ordem de sua trajetória: as pesquisas de campo, os trabalhos dos alunos, as atividades administrativas, no Museu Nacional, na UFF, na ABA-Associação Brasileira de Antropologia, os programas dos seus renomados cursos, formadores de um grande número de antropólogos, e a volumosa correspondêcia.

O acervo se completa pelas marcas de sua consagração como antropólogo – as medalhas que recebeu de honra ao mérito científico, do Governo do Estado e do Presidente da República, e placas de prata de homenagens, que se encontram em poder da família – e pela biblioteca particular, composta de mais de 4000 livros e folhetos. A biblioteca constitui parte significativa da sua obra. Foi construída e reconstruída ao longo de sua trajetória e em função dela, tal como o acervo arquivístico. Ambos se complementam. Esse acervo bibliográfico está em processo de aquisição pelo Museu Nacional da UFRJ e, assim como o conjunto arquivístico, o Conselho Curador vem cuidando para manter a sua unidade. Todo esse conjunto classificado deverá integrar um banco de dados, tornando-se de fato um

patrimônio público.

A experiência da classificação

Considerar o acervo de documentos pessoais como uma narrativa construída, não qualifica o arquivo de Luiz de Castro Faria como um mero legado autobiográfico, tampouco a classificação que segue à *autodescrição* trabalha na intenção de formar um arquivo que reproduza uma biografia. A intenção de classificação do acervo Castro Faria visa uma objetivação de uma subjetivação objetivada, ou, conforme se define aqui, uma *metanarrativa*. Por que um autor se preocupa em selecionar determinados materiais e estruturá-los numa ordem própria? Quais os seus critérios para classificá-los? Que escolhas ele manifesta? Quais seus traços latentes? Este conjunto de questões fez parte das inquietações que vem rondando os primeiros passos da equipe de organização do acervo de Luiz de Castro Faria.

Essa metanarrativa não é apenas uma mera disposição metodológica e sistemática dos documentos. Ela é composta por um conjunto de ações decorrentes do processo de doação: a decisão de doar, a imposição de condições, a escolha de seus porta-vozes, as reuniões para que fosse transmitida a lógica de ordenação, o levantamento exploratório dos materiais, os relatórios elaborados pelos seus Curadores, a elaboração metodológica para a classificação.

Porém, a forma de organização, sendo uma expressão subjetiva, ainda que objetivada, torna-se difícil captá-la, daí ter-se estabelecido estratégias de classificação que operassem o menos possível com a arbitrariedade sobre o arquivo.

Tendo como princípio que a ordem documental não podia ser alterada sob pena de se perder a história dessa documentação e a sua narrativa, optou-se por iniciar a classificação analítica, fichando documento a documento. As fichas dão conta dos detalhes de cada documento, tais como a sua tipologia; o assunto a que estes se referem; aos agentes e às agências implicados na ação; a data, o lugar e a instituição; bem como as condições de ordem técnica da documentação: como o seu estado de conservação; o

número de folhas; o tipo de papel (se for timbrado, por exemplo) e a condição de feitura do documento (manuscrito, datilografado, impresso, etc).

Outra atitude tomada em relação à ordem física do material de cada caixa foi a de separar fisicamente o material fotográfico do restante – documentação em papel -, por serem de natureza diferente. Essa medida teve como objetivo preservar o estado de conservação de um e de outro e, ao mesmo tempo, facilitar o acesso ao material fotográfico. Com este intento foi elaborada uma ficha que se denominou ficha-matriz, que na ordem da indexação documental reproduz o lugar de um dado grupo de fotografias na caixa, isto é, a ordem em que se encontrava originalmente.

Nesse processo de construção da *metanarrativa*, antecipam-se à tarefa de fichamento: a indexação dos documentos segundo a ordem prévia estabelecida pelo doador, bem como a feitura de uma listagem dos maços e de uma listagem de documentos de cada caixa. Realizado o trabalho de fichamento, pouco a pouco foram sendo elaborados outros produtos representativos do que denominou-se *metanarrativa* de cada caixa, e que até o momento são: índices onomásticos, sumários temáticos das caixas; índices de listagem das fotografias e das correspondências. Destas últimas foram feitas tabelas que correlacionam o nome dos agentes das correspondências ao ano em que foram enviadas.

Porque entender essa perspectiva como uma *metanarrativa*? Partiu-se da premissa que esse conjunto de documentos narra a trajetória de um personagem caro à antropologia e marca um processo. O conjunto de materiais selecionados ao longo dos seus 60 anos de produção na antropologia auxilia a compreender a tecelagem de suas redes sociais, sua posição entre os pares, como também motiva a pensar sobre o processo que marcou a reconstituição do campo antropológico no Brasil a partir de sua institucionalização nas universidades e da criação das pós-graduações. O que se tem procurado fazer é criar instrumentos para ir além da narrativa do autor, que permitirão não somente perceber o conteúdo de cada documento, mas a conjuntura que o circunscreve, além de lhe permitir o acesso. A forma como ele os apresentou, a maneira como os classificou, as sutilezas que

procurou demarcar, ou seja, o bem simbólico da *narrativa* é o que chama a atenção e o que se vem procurando retraçar nessa *metanarrativa*.

No exercício de organização do *Arquivo Castro Faria*, contribui a equipe que assina esse trabalho, formada por profissionais específicos do campo da história da ciência e da antropologia, sem experiência prévia nas técnicas e normas consagradas pela arquivologia.

---

[1] O Conselho Curador do arquivo Castro Faria é composto por Moacir Palmeira, Alfredo Wagner B. de Almeida e Heloisa M. Bertol Domingues.

[2] ALMEIDA, Afredo W. B. de, Relatório, Março, 2003.

[3] CASTRO FARIA, L. de, Projeto apresentado à Unesco, Programa de Assistência Técnica. 1952.

[4] HEYMANN, L. Q., Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. Revista Estudos Históricos, Vol. 10, n.19(1997) 41-66. A autora chama a atenção para o importância da manutenção da ordem dada pelo autor à documentação, mostrando que são dois princípios caros à arquivisticas de organização de documentos privados, pessoais: o princípio da proveniência sob o ponto de vista externo e o princípio de respeito à ordem original.

[5] CASTRO FARIA, L. de, Um outro olhar. Diário da Expedição à Serra do Norte. 1938. Rio, ed. Ouro Sobre Azul, 2001.

[6] Acervo MAST.

[7] BOURDIEU, P., Esquisses pour une auto-analyse. Paris, Ed. Raisons d`agir, 2004.

Sonhos bloqueados: a insurgência do vivido através de escritos autobiográficos[1]

Hilda Pivaro Stadniky

A disseminação de teses acadêmicas sobre autoras femininas, particularmente, a partir dos anos 1970, tem contribuído para redimensionar a literatura escrita por mulheres. Neste contexto, os gêneros usados pelas escritoras, as formas orais, o diário, a correspondência e a biografia ou autobiografia começaram a perder a tradicional conotação de gêneros menores. Do mesmo modo, o estudo sobre a literatura feita por mulheres resultou em contribuições questionadoras sobre a construção da historiografia literária e sobre a noção canônica de gênero literário. Inserem-se ai as redes de associação intelectual das mulheres que se encarregaram da maior parte da escrita e da reflexão feminina, de onde resultou o resgate de tais gêneros[2].

A literatura de autoria feminina tem se revelado um campo profícuo, porém, dela ainda é requerida afirmação plena no interior da literatura universal[3]. Essa cobrança resulta da emergência da perspectiva da diferença e demanda, paulatinamente, maior expressão da sensibilidade da mulher sob uma ótica particular e a partir de um sujeito de representação próprio. A visibilidade de tal produção tem se prestado a revelar aspectos de uma intimidade preservada ao longo dos séculos da história e propicia a insurgência de um vivido, marcado pelo recato, pelo segredo, pela sutileza ou, mesmo, por um cotidiano enredado em obediência, submissão, acomodação, resistência e/ou afirmação[4]. Na natureza representativa da literatura está o seu modo de ser, de existir dependente de sua função tanto artística como psico-social e do seu caráter documental. O fenômeno literário, tomado como conjunto de elementos interdependentes, que agem em interação, desenvolve-se historicamente dentro de um outro sistema maior, revelando todas as nuanças da cultura, recriando aspectos da realidade. Inquestionável, portanto, a contribuição de tais vivências, cujos relatos, através da literatura, são convertidos em documentos escritos e publicados, legados aos vindouros.

Na tentativa de caracterizar o universo da literatura de autoria feminina, alguns atributos constitutivos devem ser destacados de modo a revelar um processo de criação exclusivo. Antes de tudo, emerge a questão da autoria da narrativa. Ela expressa uma posição diante do mundo e carrega um caráter de exclusivo - a renomada experiência feminina. Isto autoriza a presença do *eu* que escreve e narra, e que é portador de um ponto de vista próprio, que revela um olhar na perspectiva da mulher. Em segundo lugar, reitera-se deste sujeito narrador uma posição consciente acerca de seu papel social e do seu direito de expressão. Denota-se daí uma função política na medida em que tais autoras assumem sua posição de mulher nos processos de alteridade. O ponto de vista da narrativa e o sujeito de enunciação consciente de seu papel social, enfim, consciência feminista, constitui seu apanágio. A relação entre biografia e literatura pode ser alocada no início do século XX como base, muitas vezes, do instável e precário sistema de formas, de linguagens e de gêneros, de uma incerta definibilidade do *eu* como instância coerente na organização de um novo sistema de cultura. A biografia, a autobiografia, o diário, o romance autobiográfico e a carta, se instituem cada vez mais como gêneros narrativos capazes de recuperar na espessura da vida cotidiana os momentos de resistência e de insurgência do

vivido. Ao tratar do valor biográfico Bakhtin não estabelece diferença na abordagem da biografia e da autobiografia. A escrita do e sobre o *eu* é, antes de mais, um ato de consciência, um exercício espiritual[5]. O exercício autobiográfico ocupa lugares mentais por excelência, e pelo recurso à lembrança e à memória o autor recapitula o espaço e o tempo, contribuindo para a elaboração de uma história individual e coletiva.

Numa complexa narrativa autobiográfica, o protagonista/personagem torna-se interlocutor de sua própria experiência e de sua inserção no mundo como cultura e como natureza[6]. Parece ser consensual que a escrita do *eu* é, nos dias de hoje, "mais do que um porto de abrigo, a afirmação de uma singularidade que não quer morrer e, como tal, se assume e proclama" [7]. Segundo Bakhtin, há uma condição para que a biografia e autobiografia se tornem artísticas. Essa exigência se objetiva quando elas assumem a possibilidade de representação, quando se prestam a realizar o valor biográfico como princípio organizador da narrativa, local em que inserem autor e herói, bem como o princípio organizador da consciência, da visão, do discurso que o *eu* terá de sua própria vida. "Entendo por biografia ou autobiografia (narrativa de uma vida) uma forma tão imediata quanto possível, e que me seja transcendente, mediante a qual possa objetivar meu *eu* e minha vida no plano artístico"[8]. A autobiografia se configura como forma de expressão do *eu* e está intimamente referenciada à historicidade do indivíduo. Segundo Bakhtin, ela se situa na fronteira entre a expressão do *eu* (o autor) e a do personagem (o herói). A narrativa da própria vida lhe dá constituição e se insinua como forma de construção da consciência do estar no mundo[9]. Ela se traduz numa relação da própria literatura com os aspectos íntimos da vida, um espaço edificado sob a égide da intimidade. Busca recuperar a espessura existencial da vida cotidiana, tentando surpreender, na experiência de cada dia, aqueles momentos de resistência do vivido, de insurgência da beleza e da verdade, capazes de dissolver os vínculos da rotina. Momentos, traços, rastros, indícios de experiência humana, de afirmação das possibilidades expressivas do sujeito no interior do precário cotidiano. Uma narrativa dessa natureza é sempre uma evocação, e evocação é um ato poético à luz do qual a realidade histórica se funde e transfigura.A autobiografia se revela enquanto forma textualizada do tempo vivido. A narrativa da própria vida é a fonte de sabedoria sobre si, é o processo da narração, de textualização de sua vida que dará ao narrador o conhecimento que busca. Narrar, assim, é também a possibilidade de recuperação da verdade de si mesmo perdida no tempo e no espaço. Na autobiografia opera-se uma transposição de tempos, a escrita é feita em um tempo além, tornando-se uma visão dimensionada do presente para um passado mais aquém[10]. Como gênero narrativo escrito, a autobiografia apresenta larga dificuldade de sistematização para estudo, pois delineia fronteiras muito tênues entre história e ficção. Através do recurso da memória ela encontra lugar próximo da história. Quando se questiona sua possibilidade de expressão de verdade vivida, enquanto forma de reconstrução, ela se situa perto da ficção. Assim, no gênero autobiográfico a relação entre memória, verdade e história é inerente e contém questões acerca da diferenciação entre a memória e a autobiografia[11]. Trata-se de uma relação da própria literatura com os aspectos íntimos da vida, a insurgência do vivido, e numa enredada narrativa autobiográfica o pacto

da cumplicidade se estabelece através dos detalhes da crônica familiar[12].O romance autobiográfico compreende, também, contos pessoais onde está presente a identidade entre narrador e personagem e a narrativa se dá na primeira pessoa, além de contos impessoais, onde os personagens são indicados na terceira pessoa.

O propósito de nosso texto reside no universo textual da vida íntima de mulheres que, na reflexão sobre suas vidas, passaram a romper o silêncio que as acobertavam no interior de seus lares, através da escrita. Ao fazê-lo recuperam atores sociais que ao saírem de cena, levam consigo para a vida privada, fragmentos de história que permanecem ocultos no âmbito de suas existências individuais, versões sobre fatos e acontecimentos, representações de si e do seu lugar no mundo. Oferecem-nos a oportunidade de contato com leituras diversas do mundo, códigos de linguagem, que não poderiam ser apreendidos a não ser através da manifestação dos próprios atores[13]. Tais sinais, de uma inteireza complexa, dependem de um leitor disposto a interpretá-los. E essa interpretação pode revelar muitas surpresas, ao referir os diferentes signos que regem os diversos grupos sociais no interior da sociedade, pois, através de recursos simbólicos homens e mulheres nos remetem aos tempos e acontecimentos dos múltiplos mundos que resultam da complexa heterogeneidade que atravessa o social.Essa narrativa nos oferece um tempo múltiplo, que se superposiciona, diferenciando-se dos marcos gerais da história oficial, com novos marcos plenos de significados, capazes de constituir uma outra história para aqueles que os compartilham. Neste outro lugar, as diferenças sociais assumem uma força de expressão e geram a instauração de signos sensíveis para os que integram o grupo social ou a categoria de gênero[14]. Há outras cronologias, para além das oficiais, edificadas em decorrência da significação de eventos e compartilhadas pelos grupos de vivência. Elas se impõem pela expressividade dos fatos que evocam e não podem ser ignoradas sem riscos de se perder a compreensão da dinâmica de determinados períodos. Inevitável, portanto, ratificar a importância das percepções, no modo como pessoas ou grupos apreendem e retêm certos acontecimentos.

Ao cruzar informações e acontecimentos, compreendemos que a narrativa realça, não apenas o autor, mas um ponto de vista forjado a partir de experiências particulares e as formas segundo as quais as condições históricas são apropriadas, re-elaboradas e vivenciadas pelas pessoas nas mais diversas inserções sociais. Tal entrecruzamento nos permite reconstituir o tecido social em toda sua complexidade. De um lado, incorporando a multiplicidade de significados e, de outro, revelando as determinações estruturais e simbólicas que imprimem sentido às práticas sociais. As referências do passado, indispensáveis para a constituição das práticas sociais do presente, justificam a exigüidade de registros sobre eventos de determinados grupos ou etnias aos quais, de certo modo, restam ter presença silenciada por práticas oficiais, que anulam sua experiência ou que comprometem as percepções de sua trajetória histórica[15]. Está em jogo, portanto, um elemento constituinte do sentimento de identidade, valor sempre presente nas arenas de disputas sociais e intergrupais. O pacto autobiográfico reside na afirmação dessa identidade do texto, que em última análise remete ao nome do autor na capa do livro. As formas do pacto autobiográfico se apresentam de maneiras diversas, porém, todas manifestam a

intenção de honrar o próprio nome. O leitor poderá enganar-se sobre as semelhanças, mas nunca sobre a identidade. O narrador e seu objeto compartilham o mesmo nome, se situam no mundo simbólico da cultura[16].

Dois aspectos marcantes da escrita feminina da vida íntima merecem ser assinalados. De um lado, um verdadeiro projeto de educação dos sentimentos, levou várias instituições a estimular nas "mocinhas" o registro de acontecimentos do cotidiano, através de diários íntimos e de correspondência pessoal. De outro, a produção de uma escrita feminina reivindicatória, a partir de uma visão de mundo renovada, constituída de romances, memórias, biografias/ autobiografias, poesias e manifestos, que iluminada por anseios de cidadania, ladrilhou caminhos para reclamação dos direitos das mulheres. Em um processo de publicização do privado, esta nova escrita feminina alargou os espaços do refúgio do *eu*, ousou expressar os devaneios da vontade e a falar de uma imaginação, de uma vontade que sonha e que ao sonhar imprime um futuro à sua ação[17]. Essa escrita passou a desentranhar o universo feminino, instituiu uma literatura identitária imantada no *eu*, exorcizando o estrangeiro que nelas habita e que as delineia a partir de uma perspectiva alheia.

Vamos recorrer às narrativas de escritoras nipo-brasileiras como objetivação de tal processo e, sobretudo, como cristalizações da memória da imigração japonesa no Brasil. Embora obras de ficção, há um forte componente de realidade nesses romances, que contam histórias de exclusão, isolamento, discriminação, adaptação e vitória. São testemunhos dos conflitos, dramas pessoais, sonhos bloqueados, dificuldades e sacrifícios enfrentados em uma luta diária instigada muito mais pela necessidade de sobrevivência e adaptação a uma cultura estranha, do que a busca de identidade. A narrativa de mulheres acrescenta aos fatos do cotidiano e aos sentimentos dos personagens a dimensão de gênero que dialoga com a experiência multifacetada da imigração e das condições de vida inerentes ao processo de diáspora. Não são muitas as publicações, na língua portuguesa, de escritoras nipo-brasileiras. Do elenco pesquisado, escolhemos *Sonhos bloqueados*, texto de ficção que não ganha adjetivos apenas por sua beleza estética, mas, principalmente por se constituir em palco de sonhos[18].

O presente estudo dará destaque aos elementos que nortearão toda a obra da autora, na perspectiva da história cultural, tendo como corpus para demonstração trechos selecionados da narrativa de Laura Honda-Hasegawa. O romance é escrito em primeira pessoa, na forma de uma biografia histórica, e é organizado aproximadamente ao redor do ciclo de vida familiar. Explora infância, acidentes de infância, doença e morte, e relações de mãe e filhos, namoro, matrimônio, trabalho doméstico, vida de casada. Trata, igualmente, de questões relacionadas a parentesco e comunidade, e traz capítulos plenos de rituais domésticos e celebrações, sociabilidade familiar, ajuda mútua e reciprocidade. Páginas são reservadas para Kimiko - personagem principal – que semeia quimeras de sonhos e devaneios da imaginação voltada para um tempo outro, que escapa das malhas do cotidiano. Rica em conflitos íntimos, expectativas violentadas e esperanças desfeitas, esta é uma obra envolvente sobre a mulher nissei e a aventura de viver. Sua memória comparece fornecendo elementos para compor novas práticas, referenciadas a formas de vida, infelizes e dolorosas vivenciadas, no

passado. Insinua-se uma escrita marcada por um tom intimista, confessional, uma estreita relação entre a literatura e a intimidade da vida. "Relembrando agora, não consigo acreditar que um dia na minha vida fui capaz de tamanha ousadia! Soltar boas risadas, enquanto ao seu redor todos olham espantados. Só mesmo quando se é jovem e se acredita estar de bem com a vida!" (p.104-5). No livro, Kimiko constrói o relato de uma vida, transforma a vida em texto através de revisões na história que usa para falar da própria vida e de si mesma. Faz deste exercício um momento oportuno para conhecer-se e incorpora possíveis interpretações e re-interpretações sobre o vivido. Neste sentido, as vidas são textos sujeitos as constantes re-interpretações. Ao textualizar sua vida, Kimiko assume a condição de escritora que constata sua condição inexorável de ser histórico, cuja narrativa resulta de um processo de saber. Trata-se de um exercício de reflexão, de autoconhecimento. Opera-se, portanto, uma reconstrução do passado e, do mesmo modo, uma transformação interna do indivíduo, pois, segundo Maluf (1995), o *eu* do passado não é o mesmo *eu* que se apresenta no momento da escrita. Kimiko, uma nissei que deixa o interior de São Paulo e se estabelece na capital, passa a residir em um pensionato no bairro da Liberdade[19]. Fora mandada para a cidade onde poderia acompanhar a irmã caçula, matriculada na Universidade. Ali se destacou na condição de cabeleireira, atividade que lhe permitia ganho suficiente. "Eu queria dizer a todos que tinha uma profissão da qual me orgulhava muito, que eu podia me sustentar com o meu salário" (p. 25). Em conseqüência de um bilhete recebido de seu irmão, retornou à casa paterna. "Kimiko: Venha para casa no feriado. Ordem de papai. A Terê pode ficar se tiver provas na faculdade. Kunio. O bilhete de meu irmão mais velho era breve e impessoal, mas não precisava pensar duas vezes, porque, se havia duas pessoas no mundo a quem eu devia obediência e de quem tinha até certo medo, essas pessoas eram papai e Kunio" (p.23). O regresso ao lar fora previsto pelo pai e pelo irmão. O evento fora preparado para o cumprimento da formalidade do *miai*, através da intermediação do *nakôdo.* "O cansaço da viagem e o poder que papai exercia sobre nossas vidas fizeram com que eu me resignasse a ficar calada" (p.25).

> *Na sala estavam papai e um casal que logo reconheci serem os Matsumoto, muito conhecidos na região como casamenteiros. Feitas as devidas apresentações, fiquei sentada entre os Matsumoto, muito contrariada porque nada tinham me avisado.... Meu irmão e Yukio, o homem que tinham acabado de me apresentar, pareciam grandes amigos. (p.24, 25). Papai foi quem pareceu ficar mais feliz, quando respondi afirmativamente à proposta de casamento trazida pelo casal Matsumoto. Talvez o termo exato fosse ´aliviado´ em vez de ´feliz´... Pois eu já estava me tornando um fardo, permanecendo solteira até aquela idade. Logo os japoneses da cidade estariam dizendo à boca pequena – e longe da presença de papai, é claro – que eu seria mais uma old miss! (p.110-11).*

Aos 24 anos casou-se e teve três filhos: Carlinhos, Érica e Alexandre. Yukio - o marido - trabalhava na mercearia de sua propriedade. Kimiko, a jovem do interior agora imersa na rotina do trabalho caseiro, havia insistido para trabalhar fora, porém, o marido sentenciara: "Você tem trabalho suficiente dentro de casa". (...) "A mim, só restava continuar a seu lado, cuidando de sua roupa, de suas refeições, evitando causar-lhe mais aborrecimentos (p.19). Passei esse tempo todo trabalhando em casa, cozinhando, lavando, passando..." (p.69).

Apesar de história prosaica, ela reflete conflitos íntimos, esperanças desfeitas, sonhos violentados e se reveste de certa aura de fascínio por tecer entremeios com resquícios de tradições, hábitos e crenças da terra do sol nascente. Parece unificar a linha do tempo, onde passado e presente se apresentam unívocos. "Sou mesmo incorrigível: com um pé no ano novo, ainda vivo de escavar recordações... Doces lembranças do passado (p.184). Também eu procuro viver o presente com vistas ao futuro, mas não vejo nada pela frente, apenas o passado que insiste em ficar na minha lembrança (p.142). A ancestralidade povoa o imaginário de personagens de uma narrativa que, embora tangenciada pela realidade nua e crua, revela bastidores de uma vida cujo roteiro foi riscado por sonhos." Continua chovendo e a vida também tem que continuar! E o que vale mais: anos e anos de uma existência medíocre, sem objetivos, viver por viver? Ou uma vida relativamente breve, mas rica em experiências e alegrias compartilhadas?"(p.129). Ainda que ficcional, não enreda o tempo futuro, apenas evoca a realização dos sonhos. O personagem expressa a necessidade de situar-se no espaço, no tempo e no grupo." Como nos velhos tempos... Tempos felizes aqueles em que éramos cinco em torno da mesa de toalha quadriculada. Carlinhos na extremidade, ladeado por Alex e Yukio, Érica ao lado do pai e eu... "(p.155). Há, portanto, uma necessidade de auto-localização no interior do espaço social, no mundo simbólico da cultura." Queria chegar sozinha, devagarzinho, sem compromisso com o relógio, olhar tudo com calma, tentar reconhecer as casas, respirar o ar, saborear as cores, sentir o aroma convidativo do *misso-shiro* e da sardinha frita vindo das hospedarias... "Enfim, viver um pouco a saudade que ficou" (p.55). Ela busca identificar-se com a família, com a comunidade e com a cultura mais ampla. "Que saudades dos tempos em que o domingo era o dia mais aguardado da semana, quando eu me esmerava na macarronada, na maionese e no pudim de leite e passava a tarde vendo as crianças brincarem no quintal"(p.165).

A vida atarefada parece preencher as lacunas da fala feminina ou até mesmo a ausência da fala. Seu cotidiano divide-se entre os afazeres domésticos e a criação dos filhos, responsabilidade inteiramente dela. Contudo, em *Sonhos bloqueados*, o personagem se impõe com a eloqüência da narradora e, do mesmo modo, acentua e dá plasticidade aos lugares de outras mulheres, cujas vozes emergem na condição de co-adjuvantes importantes. Ela configura a referência para a família e cabe a ela o papel de mediar as tensões e conflitos. Assim ela reina no universo doméstico e encarna o sonho de realização na educação dos filhos e na família guiada por padrões culturais e conduta moral assentada no trabalho honesto e na honra da família. O caráter de sublimação da mulher não consegue aprisionar-se no interior de sua narrativa:

> *O amor consiste em recompensar com sete moedas um mérito que vale cinco, e atenuar para cinco um pecado de sete. A justiça é uma virtude, mas o amor é uma virtude ainda maior. Se um dos dois julgar o outro com a régua da justiça, esse lar acabará se arruinando. Da sabedoria da mulher depende a felicidade da casa! (p.115) Kimiko, você não pode querer começar uma nova vida, com esse pensamento tão infeliz de estar ficando velha. Precisa ter objetivos bem definidos: construir um lar feliz, respeitar o marido, confiar nele, ajuda-lo, saber perdoá-lo (p.113). Respirei fundo e entrei no ônibus que me levaria de volta à casa de papai... De lá eu sairia definitivamente para me integrar à minha nova família, para viver ao lado de meu marido – o homem que me*

haviam destinado e de quem eu receberia o nome, que haveria de honrar e perpetuar (p.116).

Um caráter confuciano e patriarcal se fazem presente na rígida disciplina, respeito e reverência, no sentido da obrigação e da obediência ao marido, reservando à mulher o papel subalterno. Desse modo, a resignação diante dos fatos e das dificuldades da vida é uma virtude[20]. "Eu não me deixei abater; fiquei no escuro, olhando o teto e pensando com ternura na filhinha que chegaria dali a dois meses. Ela, sim, seria a minha alegria, a recompensa de tudo por que estava passando" (p.19). Conhecer o lugar devido é mesmo conhecer as regras, as normas e os códigos que orientam o grupo. "Minha sogra não era de muita conversa, nem permitia que se ligasse o rádio, de modo que a quietude da cozinha era quebrada apenas pelos toques ritmados da faca sobre a madeira" (p.15).

Entre os nipo-brasileiros, que em tempos mais precoces se estabeleceram em vasta área de colonização dos estados de São Paulo e Paraná, a mulher não emerge como personagem principal[21]. Como indivíduo, ela cede lugar à família, o cenário de todas as atenções. Neste sentido, há nexo no fato da literatura respectiva não reservar um espaço de plasticidades para as personagens femininas. "Eu quero estar com meus filhos sempre por perto, todos debaixo das minhas asas... Seria tão bom que todos continuassem por aqui, mesmo depois de formados e de constituírem família" (29). A narrativa desenvolve-se e revela Kimiko tomada de felicidade ao ser contemplada com a maternidade, que se transforma em triste e amargurada após ser surpreendida pela morte de seu primogênito, em plena adolescência. Justamente uma das razões que havia provocado seu manifesto de sonho maior: a tarefa de educar e formar os filhos e mantê-los reunidos no seio da família. "Eu só tinha realmente de meu as minhas crianças! Elas sim, estavam comigo, junto de mim, dependiam da minha presença, dos meus cuidados, da minha proteção, enfim, eram minhas aliadas. Minha razão de viver" (p.43).A família assume papel fundamental em uma espécie de arranjo discursivo, pois fornece não apenas um modelo, mas também um conjunto de normas. O que se constata é em um verdadeiro processo de aprendizagem de reinvenção das vidas para se atender as necessidades de relacionar-se com a família. Este processo de invenção da vida que se textualiza e que se sujeita a interpretações e re-interpretações põe em evidência o papel primordial da família na estruturação das temáticas da narrativa.

> *Sete anos de casada, minha vida com Yukio entrou na mais fiel rotina. Três filhos: o Carlinhos, com cinco anos; a Érica, minha sonhada menininha, com três e o Alexandre, de dez meses. Nossa casa tinha sido aumentada com a construção de mais dois cômodos, o que acabara sacrificando o meu querido jardim, cujo espaço cedera lugar ao quarto das crianças (p.28). (...) Sabe, de repente me lembrei de minha mãe e de uma coisa muito bonita que disse um dia, quando alguém perguntou se ela não se cansava de fazer a mesma coisa todo santo dia... Ela enxugou as mãos no avental, chegou perto da janela e, enquanto ajeitava os vasinhos de gerânios para o lado da claridade, murmurou como se estivesse falando com cada uma das florzinhas: toda rotina tem seu encanto... (p.177).*

Considerando o caráter patriarcal da família japonesa, ressalta-se o papel de provedor como inerente ao homem, a quem cabe a responsabilidade por si e pelo grupo, sendo a mulher relegada a um papel secundário, como mera colaboradora do marido. "Somos cinco ao todo: o Kunio, que trabalha na roça com papai; a Eiko, casada há um ano e morando em Lins; a terceira sou eu; depois

vêm o Akira e a Teresa que só estudam.... É os caçulas sempre levam a melhor, pois podem estudar mais, não precisam ajudar a família" (p.70). Esta atitude reforça a organização tradicional dos papéis de gênero, segundo a qual as tarefas domésticas são de menor importância se comparadas às do marido a quem cabe o papel de prover a família e de "vencer na vida". O significado de "vencer na vida" é concretizado para os homens na trajetória do mundo do trabalho, através de uma vida fora de casa. Para as mulheres, a referência é sempre o universo doméstico, com a figura da mãe como cerne do bem suceder familiar.

> *(...) Tantos anos passados, ainda hoje fico na dúvida: será que eles me viam como um móvel da casa, que bastava ficar lá dentro, cumprindo a minha função, sem necessidade de tomar ar, de ver outras pessoas, de aprender, de viver a vida? (p.73). Embora Yukio não fosse católico, procurei ensinar a meus filhos o verdadeiro significado da data, mostrando que o mais importante não são os presentes materiais... Tenho saudades do presépio que armávamos todos os anos, na entrada da cozinha, que também era a nossa salinha de visitas (p.174) Como mãe, tentei passar para as minhas crianças o sentimento de amor e gratidão que devemos manifestar quando nos sentamos à mesa (p.181).*

A subordinação da mulher ao homem é função de um discurso que se orienta pela salvaguarda dos princípios da hegemonia cultural masculina, sendo o corpo feminino uma construção que se vai adaptando aos imperativos de uma ordem falocêntrica dominante. O romance, particularmente *Sonhos bloqueados*, que pode ser comparado ao gênero biográfico, desvenda as atividades fundamentais desempenhadas pelas mulheres: a socialização e o cuidado dos filhos, a preservação da língua e dos valores do grupo, a responsabilidade e as adaptações da alimentação e do vestuário, bem como a comunicação, através das cartas, com a comunidade e a sociedade de origem. "Embora tenha nascido no Brasil, minha educação foi japonesa e me entendo melhor com os de minha raça (p.134). Ela se mostrou bastante surpresa ao saber que nós, japoneses do Brasil, mantemos em pleno verão tropical, esse costume de nossos antepassados, próprio de clima frio" (p.185). Como já mencionamos, o elemento dominante é uma forte orientação confuciana e patriarcal, com seu corolário natural de subalternidade da mulher[22]. Não se manifesta neste espaço nenhum embate pela concepção de destino.

Dizer não à própria vida,
a vida do outro viver.
Deixar de voar, de sonhar...
Coração tangido,
choro engolido ou escondido.
De mim me esquecer[23].

Constata-se uma irônica contradição entre o estereótipo da mulher japonesa, submissa e invisível, legitimado de modo genérico, e a coragem, força, inteligência, sensibilidade e a capacidade de trabalho que se evidenciam nas personagens femininas dessa obra. Suas vidas são marcadas pelo trabalho árduo, esperanças violentadas, "sonhos bloqueados", e todas representam uma força decisiva no controle e na trajetória da família. A narrativa de Kimiko nos fornece a visão da mulher sobre sua vida e a de sua família no processo nada fácil de adaptação à realidade da imigração e ao mundo reservado aos nipo-brasileiros. Sua geografia é o universo doméstico, embora este se apresente

contextualizado em fatos históricos e características culturais dos dois macro-horizontes nos quais os personagens transitam: Brasil e Japão. Este último, sobrevivendo apenas no imaginário dos imigrantes, já que o sonhado retorno à terra natal quase nunca é possível, pois é como estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É viver como presente e sonhar como ausente. "Haviam chegado todos no mesmo navio, deixando para trás as brancas paisagens de Aomori, na esperança de que aqui encontrariam o Eldorado (p.62). Se ao menos os filhos entendessem que somos velhos, que gostaríamos de ver o Japão, nem que seja no cinema..." (p.61).

Instintos refreados,
recolhidos.
Sonhos bloqueados.
Conformação.
Acomodação.
E agora?
O que me resta?

A narrativa se enreda com o retorno de Kimiko para São Paulo, acompanhada do casal de filhos, lamentando a morte prematura de Carlinhos, cheia de mágoa e tristeza apela ausência do marido (Yukio), imaginando como poderia superar as dificuldades que já era capaz de vislumbrar. Foi residir na casa da irmã onde também passara a morar seu pai. Suas acomodações foram resolvidas com a adaptação de um cômodo no quintal, e que até então servira de despejo. Passou a enfrentar inúmeros problemas com a educação da filha, que passara a residir com outra tia que lhe custeava as despesas com os estudos e com as roupas condizentes com a moda.

> *Afinal, preciso de muito dinheiro para comprar uma casa e possuir todas as coisas que Teresa tem e que atraíram Érica para lá. Quero também que um dia Alex possa chegar à Universidade. Se deus quiser, terei um dia a minha casa e, quem sabe, até abrir meu próprio negócio. Claro que ainda me dou o direito de sonhar!* (*p. 139). (...) A cada dia que passa, de uma coisa eu tenho certeza: preciso ter a Érica de volta, ao meu lado, antes que aconteça alguma desgraça! (p.146). Naquele momento, duas eram as minhas obsessões: trazer Érica de volta para perto de mim e morarmos todos juntos, numa casa só nossa. Para isso, eu tinha que trabalhar muito e economizar todo o dinheiro possível (p.150).*

Eram longos os meses sem que mãe e filha se vissem, e nas ocasiões de re-encontros, sempre rápidos, a filha mal dirigia lhe dirigia a palavra. Aliás, a última visita da filha foi marcada pelo susto da revelação dos resultados de uma cirurgia plástica para ocidentalizar os olhos amendoados. Nos momentos das maiores dificuldades, suas memórias reincidiam na figura do marido e em tom de lamento dizia: "Yukio, você me deixou com uma carga muito pesada. Por que não foi mais forte? Por que não continuou junto de nós? Estranho achar isso agora, nesta altura da vida, quando sei que passei praticamente todos estes anos sozinha, apesar de ter marido e filhos!" (p.136). Contudo, a narrativa não adquire a forma de catarse. "Seria tranqüilizante olhar para o lado e me certificar que não estava só. Caminhando com papai, segurando-lhe levemente o braço, é que fui me dar conta de quanto tempo já se passara... E eu, bem, passei um bom tempo mentalizando os números que poderiam sair no próximo jogo da loto" (p.136-7). No fim de 1987 decidiu-se que não passaria ao largo de um novo ano sem imprimir um novo rumo a sua vida e a dos seus filhos. Mesmo com dois

empregos, não conseguia assegurar as despesas da casa. Tomada por um forte senso de retomada da vida, renovou sua aparência e confessou: "percebo que estou começando a me situar nesta fase de minha vida, estou tentando encontrar meu caminho. Também estou, aos poucos conseguindo me libertar dos fantasmas do passado. É isso que mais quero!" (p.159-60). E a memória comparece fornecendo elementos capazes de compor novas práticas, referenciadas a formas de vida menos dolorosas vivenciadas no passado. A solução autobiográfica surge, neste ponto, como uma translúcida operação de mimesis: nem verdade, nem ficção, mas aparência próxima da realidade e simulação mínima da ficção.

Procuro minha identidade.
Sei quem era.
Como voltar a ser?
Não é fácil,
pesa a idade,
porém a mente é jovem!
Quando foi que parei?
Onde foi que fiquei?

A título de epílogo. Kimiko, uma simples dona de casa, chegando à casa dos 50 anos, dois filhos dependentes, em 1988, decide mudar radicalmente sua vida e passa a fazer considerações acerca da ausência de cada um. Em uma partida histórica, uma primeira turma exclusivamente de mulheres embarca para o Japão, das quais muitas são alimentadas pelo mesmo sonho: ganhar dinheiro suficiente com o trabalho para comprar a casa própria e garantir a educação dos filhos. "Eu lutei bravamente e, hoje, estou de pé, pronta para mais uma etapa – quem sabe, a mais importante de toda minha vida. Mas o que importa agora é que eu continuo viva e vou lutar por nós dois, para a felicidade de nossos queridos filhos. Deseje-me boa sorte, querido. O caminho é longo, eu sei" (p.192-4). Notamos, ao lado disso, a presença de uma escrita destinada a preservar um tom quase confessional. Trata-se, enfim, de uma relação da própria literatura com aspectos íntimos da vida. Ao deparar-se pronta para uma nova etapa da vida, em tom saudoso, com extremada ternura e quase censura ao marido, acrescenta:

> *Yukio, você está vendo como eu consegui ser mais forte do que você? Eu sobrevivi, superei a perda de nosso filho. Sei que você adorava nosso filho, eu também amava-o tanto quanto você! Mas fiquei firme, não me deixei abater, não desanimei, porque outras pessoas ansiavam por nosso amor. Por que foi tão egoísta? Por que não dividiu conosco a sua dor? Por que partiu tão de repente, de forma tão triste, tão deprimente? Você não tinha o direito de tirar sua própria vida, deixando-nos sós no mundo, abandonados, desamparados, sem rumo!Para você deve ter sido mais fácil assim. Cada qual escolhe o seu melhor caminho. Todo esse tempo - dois anos - tentei apagar da memória o dia em que você se foi, levando um pouco de cada um de nós. Obrigada pelos momentos de carinho, pelas fraldas lavadas, pelo trabalho em colocar azulejos novos na velha pia, pela paciência ao lidar com papai, pelos crisântemos amarelos no dia em que Alex nasceu. Onde você estiver, espero que tenha encontrado a paz que não logrou aqui entre nós* (p.194-5).

Me achar é preciso!
Voltar.
Fazer.
Realizar.
Viver...
Ou perder o juízo...

Ao recorrer a uma imagem que pudesse encerrar este texto, cujo foco centrou-se na idéia de mulheres nipo-brasileiras, transmutadas genericamente na literatura em resignadas e submissas, mas que se apresentam como modernas guardiãs de tesouros de seu tempo ocorreu-me a proposição de Bachelard de que t*odo germe de ser é germe de sonhos.*

---

[1] STADNIKY, Hilda Pívaro, docente do Programa de Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá (hilda@onda.com.br).

[2] HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação*. In: COSTA, Albertina Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 54-92.

[3] BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina.** São Paulo: Brasiliense, 1992. COELHO, Nelly Novaes. **A literatura feminina no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Siciliano, 1993. DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil.* **Estudos Avançados**, Sept. /Dec. 2003, vol.17, no.49, p.151-72.

[4] MUZART, Zahidé Lupinacci *Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In:* MOREIRA, Maria Eunice (org.). **História da Literatura, teorias, temas e autores.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. XAVIER, Elódia (org.). **Tudo no feminino**. A mulher e a narrativa brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

[5] BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

[6] A escrita de diário, inversamente, é um monólogo, é a visão de uma só pessoa, sem interlocutor que lhe responda. O diário é um abrigo para os sentimentos do eu, substituindo o outro no processo comunicativo. O desejo de comunicar manifesto pelas personagens, resulta na escritura do diário, que pode ser visto como a concretização da intenção comunicativa. Entretanto, o objetivo primordial do diário é o de ouvir, ouvir e registrar, depois guardar o dito. O diário é caracterizado por um sujeito que conta algo e ao mesmo tempo participa do relato, ou seja, pela coincidência do narrador e do personagem. Transpondo para a ficção, esse fato assegura o aspecto de "verdade" da narração. Caracteriza-se pelo uso da primeira pessoa, o que assegura uniformidade ao foco narrativo, e o registro diuturno dos fatos ocorridos Como notou Mendilow, o diário como o romance epistolar abriga o relato das sensações e dos pensamentos do *eu-narrador*. Os acontecimentos do mundo exterior e o outrem são objetos descritos pela percepção desse narrador. É uma visão única, filtrada pelo olhar do eu que detém a escrita. MENDILOW, Adam Abraham. **O tempo e o romance**. Porto Alegre: Globo, 1972.

[7] MATHIAS, Marcello Duarte. *Autobiografias e diários.* **Colóquio/Letras** 143/144, Lisboa, 1997, 41-62, p.61.

[8] BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit***.** p.165.

[9]Idem. **Questões da literatura e estética**: a teoria do romance. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1993. MIGNOT, Ana Christina Venâncio; Bastos, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). **Refúgios do eu.** Florianópolis: Mulheres, 2000**.**

[10] Mendilow, em estudo sobre a expressão do tempo na ficção, propõe uma distinção entre a ficção escrita em primeira pessoa, como o romance autobiográfico e o romance epistolar ou em forma de diário. Verifica que a impressão de tempo presente e imediato dificilmente tem sucesso nos romances em primeira pessoa, pois, l*onge de facilitar a identificação herói-leitor, tende a parecer remoto no tempo. A essência de tal romance é ser retrospectiva e haver uma confessada distância temporal entre o tempo ficcional – o dos eventos conforme aconteciam – e o tempo real do narrador – o tempo em que registra aqueles eventos. Há uma diferença vital entre escrever uma história adiante do passado, como no romance de terceira pessoa, e escrever uma anterior ao presente, como no romance em primeira pessoa. Embora sejam ambas escritas no passado, na primeira cria-se a ilusão de que a ação está acontecendo; na última, sente-se a ação como se tivesse acontecido.* MENDILOW, Adam Abraham. *Op. Cit.* p. 121.

[11] LACERDA, Lílian Maria de. *Lendo vidas:* a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Op. Cit.* LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. ZAGURY, E. **A escrita do eu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

[12] RANUM, Orest. *Os refúgios da intimidade*. In: CHARTIER, Roger. **História da vida privada**, v.3: da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.211-66.

[13] PERROT, M. Figuras e papéis. In: História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.121-85. PERROT, M. *Práticas da memória feminina*. **Revista Brasileira de História**, v.9, n.18, p.9-18.

[14] OLIVEIRA, Maria Helena Palma de**. Lembranças do passado:** a infância e a adolescência na vida de escritores brasileiros**.** Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

[15] POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Vértice, 1989, p. 3-15. Ferreira, Brasília Carlos. *Memória, tempo, narrativas*. In: **Política e trabalho, 12,** setembro/1996, p.126-38.

[16] SVEVO, Ítalo. **A consciência de Zeno.** São Paulo: Editor Abril Cultural, 1984.

[17] BACHELARD, Gaston. **A terra dos devaneios e do repouso.** Ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

[18] Na realidade, é difícil imaginar este livro como obra de ficção, tal a autenticidade da narrativa. Laura Honda-Haseguawa, em uma obra cuja narrativa se dá na primeira pessoa, demonstra haver incorporado plenamente o personagem nissei que conta a história da própria vida. Segundo Sérgio Oyama, *história cujo exotismo – criado pela interferência de resquícios de tradições, hábitos e preconceitos ancestrais – certamente a torna fascinante aos olhos totalmente ocidentais. E quem, como a autora, viveu direta ou indiretamente com situações semelhantes às descritas pela personagem Kimiko, com toda certeza irá se identificar com esta última em vários momentos de sua trajetória. E neste leitor em particular despontará mais viva a dúvida se não se trata de uma autobiografia.* In: Apresentação. HASEGAWA, Laura Honda. **Sonhos bloqueados**. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

[19] MALUF, M. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

[20] BENEDICT, R. **O Crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1972, p.151-65.

[21] STADNIKY, Hilda Pívaro & BARROS, M.E. *Contribuição ao estudo da imigração japonesa em Maringá.In:* DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná**. Estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999, p. 239-54. STADNIKY, Hilda Pívaro. *Mulheres, trabalho e expropriação em uma área de colonização recente no sul do Brasil*: os discursos fundantes de gênero. **Nuevos escenarios regional e internacional**. V.1, Argentina, 1999.STADNIKY, Hilda Pívaro. *Migrações para a América:* a presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá. **Asociación de Historia Económica.** Espanha, vol. 1. http://www.adi.uam.es/~ahe/asociacion.html. 2001.

[22] STEVENS, Cristina Maria Teixeira. *A interface gênero/etnia na ficção de nisseis brasileiras e estadunidenses.* Estudos Feministas, jan./jul, 2004.

[23] EUGÉN, Lídia. *Sublimação*. Este poema, em forma de epígrafe, divide-se ao longo de nosso texto.

A HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

HILEIA ARAUJO DE CASTRO

A grande preocupação que orientou desde o início o meu trabalho como professora de História, além do aprendizado a ser proporcionado ao aluno, foi buscar meios para tornar minhas aulas atraentes e motivadoras. Considero que o ensino da História tem entre seus objetivos o conhecimento do espaço em que vivemos desenvolvendo a consciência de uma cidadania plena. Assim, procuro sempre associar o cotidiano do aluno às diversas realidades sociais vivenciadas pelos seres humanos.

Partindo da premissa que o processo de aprendizagem da História se dá de diversos modos e, a partir de indivíduos vivendo situações concretas, entendo a escola como apenas mais um espaço onde essas relações se estabelecem. Portanto, ao mesmo tempo em que procuro tornar mais concretas e compreensíveis as informações passadas aos alunos, acredito estar possibilitando sua inserção como sujeitos do processo de construção da História.

Aliando o conhecimento da História à minha prática junto às turmas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental no Sistema Público Municipal de Esnsino da Serra-ES e preocupada com o ensino da História regional nas 4ª séries do Ensino Fundamental no Espírito Santo estabeleci, a partir de pesquisa, sugestões para o trabalho do professor em sala de aula.

Entendo que a criança possui um conhecimento de mundo próprio, do qual fazem parte todas as experiências por ela acumulada. Essas experiências expressam a vivência adquirida em família, na rua, nas comunidades religiosas, através dos meios de comunicação e, é enriquecida a cada dia com novos conhecimentos. A partir dessas informações a criança constrói sua visão de mundo e sua representação da realidade.

Foi considerando esse universo que elaborei esse trabalho. Entendo que o saber implica na relação entre sujeito e objeto de estudo. Portanto, concordo com Rubem Alves ao

considerar fundamental o estabelecimento de um diálogo entre o saber informal do aluno e os saberes escolares. Para tanto é necessário que se desenvolva na criança o interesse pelas várias formas que se apresentam conhecimento histórico e pelas diferentes fontes e linguagens, tais como fotografias, vídeo, pintura, textos e documentos de época.

A opção por uma perspectiva histórica ampla e que contemple as diversidades de metodologias utilizadas no processo de ensino aprendizagem permite a apreensão da história através da relação presente-passado-presente estabelecendo assim uma relação dialógica com o cotidiano da criança. Esse encaminhamento possibilita a interação com as diversas áreas de ensino dentro da comunidade escolar. Portanto, prioriza o trabalho com documentos de diversas linguagens que serão sempre interrogados e problematizados no sentido de tornar explicitas as suas contradições internas. Possibilita ainda, detectar semelhanças e diferenças, mudanças e permanências, entre a coletividade vivida pelo aluno, e outros espaços e tempos com diferentes organizações sociais, políticas, econômicas, administrativas e culturais.

Assim, ensinar história significa entender que o processo de aprendizagem não pode estar dissociado do trabalho com a identidade e a pesquisa. “Considera-se, então, que o ensino da História envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive”.[1]

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas procuram dar um direcionamento para a apreensão e construção do conhecimento pela criança, respeitando suas reflexões, seu tempo de aprendizagem e suas necessidades. Ao trabalhar um texto ou uma imagem o professor deve sempre ampliar o espaço de participação do aluno na construção do conhecimento.

[1] PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental Brasília – MEC, 1998, p. 33.

Hoje, temos conhecimento de que as pessoas têm diferentes ritmos biológicos. Umas são mais lentas em suas atividades diárias, outras aprendem melhor ouvindo, outras ainda, visualizando imagens e há as que usam o corpo para aprender. Isso faz com que, numa turma o professor tenha que buscar diversos meios para trabalhar em sala de aula. Se ele privilegia aquele que aprende mais facilmente ouvindo, centrando suas atividades nas aulas expositivas, deixa de lado os que têm outro ritmo biológico.

Assim, sugerimos procedimentos didáticos diversificados em sala de aula para que contemplem, sempre que possível, a maior quantidade de alunos. Dentre esses procedimentos destaco:

A pesquisa individual ou em grupo. Esta deve ser orientada por meio de imagens e questões problematizadoras. O professor deverá orientar a tarefa deixando bem claro o que quer desvendar. Tomando como ponto de partida a leitura e interpretação de imagens é um recurso que pode ser explorado com grande proveito. Pinturas e fotografias permitem visualizar costumes, comportamentos, organização social, etc, de épocas passadas, bem como a fauna, a flora, os alimentos, vestuário. Ele pode, por exemplo, estabelecer um paralelo entre a maneira de se trabalhar no período colonial e hoje. Estimulando e anotando as questões levantadas pelos alunos pode-se estabelecer o corpo da pesquisa. Buscando respostas às suas próprias questões o aluno desenvolve a verdadeira pesquisa. Por outro lado o professor deverá sempre indicar as fontes para pesquisa e solicitar um pequeno texto do próprio aluno com o que foi pesquisado. Isso contribui para interdisciplinaridade e para o próprio desenvolvimento da compreensão do aluno.

Exposição dos trabalhos oral individual ou em grupo faz com que o aluno elabore e reelabore mentalmente o conhecimento adquirido exercitando sua clareza de comunicação. Pode ser usado como atividade complementar a um trabalho de pesquisa onde se expõem os resultados e conclusões a que chegaram.

A dramatização é um recurso didático que envolve principalmente os alunos com características cinestésicas. Recriar um contexto de determinada época envolve pesquisa, criação do texto, leitura e atividades diversas na criação do cenário, figurinos e auxiliar nos

ensaios. O uso do teatro de bonecos pode e deve ser trabalhado, pois envolve a criação e construção de bonecos e cenários. Considero, também que ao boneco todas a falas são permitidas, pois ele faz parte do imaginário popular no qual a recriação da realidade é ilimitada.

As visitas a museus e sítios históricos têm por objetivo maior familiarizar os alunos com locais de interesse histórico. O roteiro deve ser preparado pelo professor para que o aluno se envolva e motive. A preocupação com transporte e segurança deve constar no roteiro, bem como a permissão dos pais. O professor deverá trabalhar com a turma o que ele deseja ressaltar durante a visita. Uma atividade interessante é desenhar o que mais lhe chamou a atenção e escrever as informações obtidas da obra de arte ou monumento. De volta à escola é hora de todos os canais de assimilação se expressarem através de relatórios escritos, orais ou visuais.

O desenvolvimento de atividades lúdicas e a construção de jogos estão presentes nas atividades desenvolvidas durante o processo de aquisição do conhecimento. As regras presentes nas atividades e entendidas e desenvolvidas pelos grupos contribuem para as práticas comportamentais dos alunos.

O estudo de textos e documentos facilitam as atividades interdisciplinares. Um roteiro básico deve ser trabalhado pelo professor como a enumeração dos parágrafos ou estrofes, no caso de versos, a busca de palavras desconhecidas e construção de um vocabulário, o destaque para a idéia central do texto e a verbalização do entendimento do texto. Quando o aluno desenvolve qualquer atividade de entrevista deve ser orientado quanto ao roteiro da atividade e quanto ao respeito com as pessoas mais velhas ou com as diferentes culturas. Por exemplo, o que pode ser perguntado e como deve ser expressa a pergunta em uma visita às comunidades indígenas. O professor deve ter o cuidado em orientar e não em elaborar as perguntas para os alunos.

Selecionei uma imagem sugerida para trabalho com alunos da 4ª série do ensino fundamental. Note que os colegas que trabalham com essa série não são graduados em História. Têm formação em magistério de 2° grau ou curso superior em Pedagogia.

Fotografia da década de 1920 por Walter Garber na tribo de botocudos em Resplendor –MG. www.ape.es.gov.br

Observe a fotografia acima.

O que você pode ver?O que estão fazendo? Como se vestem?

Existe diferença entre o que eles estão fazendo e as atividades que você faz no dia a dia? Quais? Anote essas diferenças em seu caderno. E o que tem essas crianças indígenas a ver com o Espírito Santo?

Leia o texto com atenção:

"Elas pertenciam à tribo krenak. Esta tribo fazia parte do grupo dos botocudos que viviam ao norte do Espírito Santo, na região do rio Doce. Estes grupos, pertencentes à nação Jê, para ali migraram no século XVIII, eram chamados de **botocudos** pelo fato de diversas tribos utilizarem **botoques** nas orelhas e nos lábios. Botoques são paus ou pedras de forma arredondada que eles colocavam nas orelhas ou nos lábios.

Eram de diversas tribos os botocudos que habitavam, no século XIX, os cursos dos rios Pardo, das Contas, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce. Entre elas, podemos destacar os **Kamakân, os Pataxó, os Krenak, os Maxacali ou Maxacari**, os **Botocudos**, propriamente ditos, e os **Puri-Coroados**. Eles viviam da caça pesca e coleta e não tinham conhecimento da agricultura. Todos estes grupos sofreram **migrações** sucessivas em sua

fuga do colono, na região entre aqueles rios, nos atuais estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia”.[2]

Anote as palavras desconhecidas encontradas no texto e procure seu significado no dicionário. Releia o texto e destaque o que você considera interessante, justificando.

Desenhe em seu caderno o mapa da região sudeste e marque os cursos dos rios Pardo, das Contas, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce. Pinte cada um deles de uma cor e construa uma legenda.

Pesquise sobre a vida das crianças índias e construa uma dramatização que pode ser apresentada em sala de aula.

Essa diversificação de atividades não pode se dar de forma aleatória. Em seu planejamento o professor deve avaliar o que realmente pode contribuir para o seu melhor desempenho e maior aproveitamento pelos alunos. As condições intrínsecas à realidade de escolas públicas ou privadas, do comportamento e empenho da turma em seu conjunto deve ser o ponto de partida do trabalho do professor. Todas as atividades podem ser potencialmente interessantes desde que cumpram seu objetivo relativo à aprendizagem. As sugestões pedagógicas e a troca de experiências entre grupos de professores são estimulantes da prática didática que devem ser avaliados no cotidiano da sala de aula.

[2] CASTRO, H A. **O Caboclo Bernardo na História do Espírito Santo: A superação do Mito**. Vitória:SECES, 1998.

Os "Treze de Maio": conflitos envolvendo libertos na Bahia pós-Abolição

Iacy Maia Mata*

A província da Bahia, no ano de 1887, possuía cerca de 76.838 escravos, dentre os quais apenas 3.172 encontravam-se matriculados na cidade de Salvador – estes últimos quase todos empregados no serviço doméstico; o restante, aproximadamente 72.000 escravos, estava espalhado pelo Recôncavo e interior da província. O tráfico interprovincial, principal responsável pelo declínio da população escrava na Bahia, atingira sobretudo os pequenos proprietários; as grandes lavouras localizadas no interior e Recôncavo, mesmo tendo diminuído os seus plantéis, continuavam a depender fundamentalmente da mão-de-obra escrava. Os senhores ricos ainda empregavam número considerável de escravos e a produção da cana-de-açúcar continuava a se basear no trabalho servil. A Bahia era a quarta província em relação à quantidade de cativos e concentrava, na época da abolição, 10% da população escrava do Brasil. [1] Assim, às vésperas da abolição, regiões ocupadas por grandes lavouras, como Maragogipe, Cachoeira, Caravellas, Vila Viçosa, São Francisco do Conde, no interior da Bahia, possuíam ainda uma significativa população escrava.

A violência perpetrada aos escravos no interior da Bahia sugere que a escravidão nas lavouras baianas, às vésperas da abolição, ainda se mantinha com algum vigor. Não apenas a produção de açúcar estava baseada fundamentalmente no trabalho servil, mas também a autoridade senhorial sobre o escravo e a legitimidade do castigo pareciam sobreviver, apesar dos abalos sofridos com as ações escravas. [2]

Agarrados até às vésperas da abolição ao escravo como principal responsável pelos trabalhos de lavoura, alguns fazendeiros baianos não se organizaram para a transição. Colocaram-se contrários à solução que se deu ao elemento servil e reivindicaram, a todo momento, a indenização.

O 13 de maio, na Bahia, não significou apenas o reconhecimento de um fato consumado; alguns escravocratas baianos recusaram-se a crer que a lei abolira imediata e incondicionalmente a escravidão. Diferentemente das leis de 1871 e 1885, referentes à propriedade escrava, o decreto de 13 de maio fora aprovado às pressas, não tendo sido

objeto de muitas discussões. Houve senhores baianos que, a reboque das disputas que se travavam no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, e relativamente longe do clima de "desordem, instabilidade e caos", vivido pelos fazendeiros paulistas devido à rebeldia escrava, não supunham que existiam condições políticas para, em um período tão curto, conseguir-se a aprovação da lei. [3]

O choque destes senhores não se restringiu à aprovação da lei; referiu-se também às atitudes de autonomia e independência que os libertos assumiriam logo após a abolição, como no caso do Barão de Vila Viçosa que, no dia 12 de maio, seguiu em viagem à cidade de Santo Amaro, acompanhado de um criado e fora, no caminho, informado sobre a lei: “quando no dia 14 voltei não tinha meios de prosseguir o serviço da moagem [...] já vinha da cidade sem o meu criado, que desde o dia 13 tinha tomado uma tal carraspana, que ainda no outro dia não podia mexer-se, e só no seguinte apareceu-me de cara toda arrebentada para dizer-me que não queria mais ser meu criado e ia procurar outro meio de vida”. [4]

O choque inicial transformou-se, para alguns destes ex-senhores, em indignação e na recusa em abrir mão das prerrogativas senhoriais. Alguns proprietários, então, buscariam manter a qualquer custo intactas as relações dos tempos da escravidão. Não poucos recorreram à violência e coação para manter os libertos nos mesmos quadros de dependência e sujeição que ocupavam antes da libertação.

Assim se pronunciou o Conselheiro Manuel Machado Portella, Presidente da Província da Bahia, na fala com que abriu os trabalhos da Assembléia Legislativa no ano de 1889, a respeito do cumprimento da lei que extinguira a escravidão. “Em parte alguma manifestou-se oposição a sua execução, dando assim os ex-proprietários a mais brilhante prova de nobreza e elevação de sentimentos [...] Em nenhuma localidade foi preciso a intervenção direta da autoridade para que os ex-escravos entrassem no pleno gozo da liberdade.” [5]

A circular emitida pelo Chefe de Polícia, na data de 23 de Maio de 1888, no entanto, sugere que nem todos os ex-proprietários de escravos estavam dispostos a abrir mão das prerrogativas senhoriais. “Constando que em diversos pontos do interior, os ex-senhores

dos libertos despeitados com a lei, agarraram os ex-escravos e os espancaram em cárceres privados, chamo a atenção de Vmce. para fatos desta ordem [...] e recomendo-lhe que providencie e proceda de acordo com a lei." [6]

Alguns libertos do interior da província passaram a ser, após a aprovação da lei, alvo constante de violências e agressões. Ainda na data de 25 de agosto de 1888, o editorial do *Diário da Bahia* alertava que: "Um dos assuntos que mais particularmente deve chamar a atenção e despertar os cuidados do governo, é o modo por que estão sendo tratados os libertos. Por mais de uma vez tem a imprensa [...] reclamado contra violências de que são vítimas os novos cidadãos, da parte dos seus ex-senhores." [7]

A Bahia não seria a única região do Brasil em que houve violências contra os libertos, após a emancipação. No Rio de Janeiro e no sul de Minas, surgiram denúncias de manutenção do cativeiro em várias fazendas. [8] Fora do Brasil, no sul dos Estados Unidos, as ações violentas contra os libertos se deram a partir da tentativa dos últimos de viver fora do controle dos seus ex-senhores. [9]

Houve senhores que, descontentes e indignados com a lei, usaram o dispositivo da força, com esperança de fazer os ex-cativos permanecerem trabalhando nas lavouras nos mesmos moldes dos tempos da escravidão. Não tinham, portanto, qualquer intenção de perder a autoridade e "direitos" advindos da posição senhorial.[10]

A circular emitida pelo chefe de polícia (transcrita acima) e uma análise detida dos documentos policiais revelam que os conflitos envolvendo libertos e questões de liberdade, no pós-abolição, foram muito mais correntes e comuns do que o presidente da província quis fazer acreditar. [11]

O delegado da vila de Barracão, ao narrar para o chefe de polícia um conflito que há pouco se dera ali, afirmou que "neste termo foi recebida a lei de 13 de Maio com algum descontentamento por ser todo ele ocupado por agricultores, existirem muitos proprietários de engenho, nos quais se empregavam os ex-escravos." [12]

Uma das estratégias usadas pelos ex-senhores foi recorrer à força para obrigar os libertos a trabalharem sem remuneração. As notícias de que os libertos estavam sendo

mantidos em cárcere privado, seviciados e presos no tronco no interior da província, por se recusarem a trabalhar gratuitamente, foram bastante comuns. [13]

No dia 22 de agosto de 1888, o *Diário da Bahia* informou que na cidade de Juazeiro, "fora barbaramente surrado e supliciado Luciano Rodrigues por Clementino, tendo a vítima estado preso em cárcere privado por mais de 15 dias, tendo determinado semelhante procedimento o desespero em que ficou Clementino com a lei da abolição dos escravos; protestando desde logo que, se aquele infeliz não lhe servia mais, também havia de inutilizá-lo para que não servisse mais a si mesmo [...] nem a outro." [14]

A liberdade, para alguns ex-escravos, não veio com a simples aprovação da lei. Muitos deles foram obrigados a permanecer nas fazendas, foram ainda forçados a trabalho gratuito e submetidos a castigos corporais. Um artigo publicado em 25 de agosto de 1888, intitulado "A escravidão de libertos", afirmou que: "É assim que homens que possuíam escravos[...] querem ainda reter nas suas fazendas, e obrigar a um trabalho não retribuído, homens que perante a lei são hoje tão senhores do seu trabalho, da sua vontade, como os seus antigos senhores são dos campos que ainda ontem os míseros cativos fecundavam. [15]

Em Ilhéus, um fazendeiro é acusado de usar a força pública aquartelada em sua fazenda, onde vinha cometendo "os maiores absurdos contra os ex-escravizados deste cidadão, que se recusam a trabalhar sem salário, ou procuram receber a importância das suas plantações de cacaueiro encravadas nas fazendas do seu ex-senhor e atual comandante da força pública." [16]

Percebemos o recurso a formas de punição e sujeição típicas da escravidão, como uma tentativa dos ex-proprietários, a todo tempo, de reafirmar sua condição de senhor e informar aos libertos que nada mudaria em sua condição.

Os conflitos citados aqui são apenas alguns exemplos das disputas travadas em torno do significado e da condição de liberdade. Os libertos não permaneceram passivos frente às investidas dos fazendeiros que tentaram forçá-los a retornar às mesmas condições de vida e trabalho dos tempos da escravidão; recorreram à justiça, contaram com aliados que fizeram com que as notícias de violências dos ex-senhores ecoassem nos jornais;

solicitaram, em seu favor, o auxílio da força policial; recusaram-se terminantemente a trabalhar sem remuneração. As suas ações foram decisivas para pôr fim aos desatinos dos ex-senhores.

A liberdade, para os ex-cativos, esteve dotada de muitos significados: a possibilidade de movimentar-se sem a necessidade de autorização do ex-senhor; o fim dos castigos corporais, a escolha e como e em que tempo trabalhar. A liberdade, como afirma Silvia Lara, parecia estar longe de significar o ideal de "vender a força de trabalho em troca de um salário". [17] Para os ex-escravos do interior baiano, a liberdade parece ter assumido várias formas e sentidos culturais. Vários comportamentos e ações dos libertos eram marcados pelo desafio à autoridade (ex-)senhorial; suas ações muitas vezes caminharam no sentido de destruir qualquer autoridade real ou simbólica que o ex-senhor tentasse ainda dispor. Neste sentido, não diferiam dos libertos nos Estados Unidos. [18]

Em Rio Pardo, Canavieiras, os fazendeiros pediram providências em relação à invasão que sofriam suas terras e fazendas promovidas pelos "treze de maio". [19] Salvador José Pedro, proprietário de uma fazenda, procurou pessoalmente o Chefe de Polícia a fim de queixar-se da "invasão, que sofre a sua propriedade por parte de alguns de seus ex-escravos e de muitos moradores da vizinhança, como estragos em plantações, mangues e árvores." [20]

Os proprietários queixavam-se frequentemente de que os libertos entravam em suas fazendas e engenhos muitas vezes com o único fim de incendiar. [21] Os incêndios no Recôncavo, no período pós-abolição, tornaram-se tão comuns que viraram objetos de debates nos jornais. Um artigo intitulado "Incendiários de Plantações", publicado no Jornal de Notícias, em 4 de dezembro de 1888, informava os inúmeros incêndios que ocorriam na região. [22] Na Villa de São Francisco, houve queixas de que "os incêndios têm-se dado em todos os engenhos [...] nos canaviais e nas cercas, alguns casuais, e o mais número propositalmente feito pelos libertos." [23]

Um ex-proprietário, defendendo-se da acusação de estar impondo castigos físicos a um liberto que trabalhava em suas plantações, respondeu que "melhor serviço prestaria à

política o POVO queixando-se ao Dr. Chefe de Polícia dos roubos e incêndios praticados pelos libertos vagabundos, de que estão sendo vítimas os agricultores, os quais nem garantia para si e suas famílias encontram." [24] Libertos foram presos como autores de incêndios em Canaviais e como "insubordinados". [25]

Vários podem ter sido os motivos que levaram os libertos a incendiar as plantações dos ex-senhores rurais: a vingança por castigos que sofreram no cativeiro; a frustração por não terem direito a um pedaço de terra para plantar; respostas à tentativa de mantê-los num lugar de sujeição ou mesmo uma reação ao descumprimento, que parece ter sido comum, por parte dos fazendeiros, de acordos salariais. [26]

Diversas foram as queixas que apontaram os libertos como autores de saques, incêndios e invasão de fazendas. A despeito de reconhecermos que essas denúncias estavam temperadas pelo discurso da vadiagem, segundo o qual a ausência de leis que obrigassem ao trabalho levaria os libertos a se tornarem vagabundos e ladrões, não descartamos a hipótese de que, de fato, muitos libertos, no período imediatamente posterior à abolição, tenham considerado legítimo apropriar-se de bens e produtos senhoriais. [27]

A propriedade na Bahia pós-emancipação foi um lugar de conflitos e tensões. Os libertos não pareciam agir "desrespeitando" a propriedade privada em geral; os roubos e furtos que cometiam parecem ter se dirigido em especial para as propriedades pertencentes a ex-senhores, o que nos leva a crer que, à maneira dos libertos norte-americanos, suas ações podiam ser justificadas por um sentimento de "reparação" pelas perdas que tiveram com o trabalho gratuito no tempo da escravidão. [28]

Nos dias posteriores à abolição, no distrito de Boa Vista, alguns libertos passaram a invadir fazendas com o fim de saquear: "no dia 27 dois negros, um por nome Arthur, escravo que foi de Honório, e um outro que foi do Senr. Bernardo de Souza, armados de pistola de dois canos, facão e faca de ponta, aí foram repelidos [...] deram-lhe voz de prisão não obedeceram, em vista lhe comunico, isto aqui tem acontecido depois do grito da liberdade, grupos de negros em diversas fazendas, do que peço a V.Sa. algumas providências." [29]

O Chefe de Polícia fora informado que a Villa de São Francisco estaria sendo "presentemente morada de vadios, desordeiros e ladrões", que não respeitavam às autoridades constituídas, e "não conhecem outra lei além de sua vontade e destarte de tudo roubam, vociferando não haver quem os seja capaz de arredá-los um instante daí." O delegado afirmou que os libertos eram "ousados" e estavam "munidos de armamentos", declarando "opor-se a qualquer tentativa contra eles." [30]

Enfim, são inúmeros os documentos que apontam libertos como autores de furtos e saques de gêneros e animais. A invasão das terras, o ataque às propriedades dos ex-senhores e os incêndios em plantações parecem ter sido atitudes de alguns libertos como reação à tentativa dos ex-proprietários de recolocá-los na posição que ocupavam antes da abolição.

À violência e tentativas de reescravização impetradas pelos ex-senhores, os libertos, em diversas regiões escravistas das Américas, responderam com "desobediência e insubordinação", termos usados pelos primeiros. [31] Essa era uma queixa constante não só de ex-proprietários, mas também de autoridades policiais. Em Caravelas, um membro da Força Policial revelou estar "revoltado com os desacatos, provocações e crimes que impunemente vai praticando a Guarda Negra." [32]

Os ex-senhores que, no pós-abolição, tentaram "dominar seus ex-escravos com o mesmo despotismo que dantes os caracterizava", ficavam surpresos quando os libertos demonstravam que não aceitariam os termos do antigo poder senhorial.[33] Os que esperavam que os libertos permanecessem fiéis, obedientes e "respeitosos", cativos da dependência pessoal, tiveram suas esperanças frustradas.[34]

Os conflitos envolvendo libertos na Bahia pós-Abolição são expressão das disputas em torno do significado da liberdade e das diferentes expectativas que a abolição imediata e incondicional gerou. Ex-senhores e libertos tentaram, a seu modo, imprimir um sentido e uma forma às relações sem escravidão. Enquanto para alguns, a Abolição não deveria significar nenhum abalo nas antigas hierarquias sociais, para outros, a afirmação da

liberdade passava por negar qualquer tipo de obediência e sujeição pessoal. Essa é apenas uma pequena amostra das lutas que o 13 de Maio engendrou.

* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia e Professora de História da América da Universidade do Estado da Bahia.

[1] Robert Conrad, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil,:1850-1888,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p 346; Luís Anselmo da Fonseca, *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*, Recife, Massangana, 1988, [facsímile da edição original de 1887], p. 184; Bert Barickman, "Até a Véspera: o Trabalho Escravo e a Produção de Açúcar nos Engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)", *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), p. 200, 209; Dale Graden, "Abolition and Freedom: Bahia, 1835-1900", Manuscrito submetido a UNC Press, 2001, p. 287; Robert Toplim, *The Abolition of Slavery in Brazil*, New York, Atheneum, 1972, p. 23.

[2] Para escravos na produção açucareira, ver Barrickman, "Até as Vésperas", p. 192. Sobre ações escravas, ver Walter Fraga Filho, "Histórias e Reminiscências da Morte de um Senhor de Engenho no Recôncavo", *Afro-Ásia*, 24 (2000), pp. 165-198; Maria Helena Machado, *Crime e Escravidão*, São Paulo, Brasiliense, 1987, e -*O Plano e o Pânico*: *os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ-EDUSP, 1994, pp. 92-122.

[3] Sobre a aprovação do projeto, ver Ademir Gebara, *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, e Robson Luís Machado Martins, "Os Caminhos da Liberdade", Mestrado, UNICAMP, 1997, p. 121, que informa que o projeto foi apresentado na câmara no dia 8 de maio, aprovado em 2ª discussão no dia 9 e no dia 13 convertido em lei. Hebe M. Mattos de Castro, *Das Cores do Silêncio*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, pp. 234-235, defende que o "sentido de surpresa e improvisação marcaram a percepção dos contemporâneos" da abolição.

[4] BPEB, *Diário da Bahia*, 24 de fevereiro de 1889.

[5] Fala com que o Presidente Manuel Machado Portella abriu os trabalhos da Assembléia Provincial, 1889, p. 95.

[6] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 6129.

[7] BPEB, *Diário da Bahia*, 25 de agosto de 1888.

[8] Castro, *Das Cores do Silêncio*, p. 311.

[9] Eric Foner, "O Significado da Liberdade", *Revista Brasileira de História*, 8 (1988), p. 73.

[10] Graden, *From Slavery to Freedom*, p. 322.

[11] Maria Helena Machado, *O Plano e o Pânico*, p. 73, fala da estratégia de censura aos temas mais explosivos.

[12] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 2986.

[13] Castro, *Das Cores do Silêncio*, p. 311, sobre denúncias de manutenção do cativeiro, no Sudeste do Brasil.

[14] BPEB, Diário da Bahia, 22 de agosto de 1888.

[15] BPEB, Diário da Bahia, 25 de agosto de 1888.

[16] BPEB, Diário da Bahia, 28 de junho de 1888.

[17] Silvia Hunold Lara, "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil", *Projeto História*, 16(1998), pp. 25-38. Sobre os significados da liberdade após a Abolição: Castro, *Das Cores do Silêncio*; Graden, "From Slavery to Freedom"; Foner, "O Significado da Liberdade".

[18] Foner, "O Significado da Liberdade", p. 19.

[19] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 6181.

[20] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 6130.

[21] Conrad, *Os Últimos Anos da Escravatura*, p. 240, fala sobre incêndios em canas-de-açúcar, provocados por abolicionistas em Campos, mas ainda durante a vigência da escravidão.

[22] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 2749. A fonte segue enumerando engenhos atingidos por incêndios.

[23] BPEB, Diário da Bahia, 6 de janeiro de 1889.

[24] EB, Diário da Bahia, 21 de fevereiro de 1889.

[25] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 6227.

[26] Também nos Estados Unidos, libertos eram acusados por incêndios em plantações. Foner, *Nada além da Liberdade: a Emancipação e seu Legado*, Trad. de Luís Paulo Rouanet, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 133.

[27] Para outras regiões e outros períodos na Bahia, Maria Célia M. Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco – O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Lilia Moritz Schwarcz, *Retrato em Branco e Negro – Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 e Walter Fraga Filho, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia no Século XIX*, Salvador, EDUFBa, 1995. Para os EUA, Foner, "O Significado da Liberdade", p. 31, identificou saques feitos por libertos.

[28] Para Foner, *Nada além da Liberdade*, p. 98 e p. 135, a propriedade "constituía o cerne do conflito pós-emancipação em todo o sul" dos Estados Unidos.

[29] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3003.

[30] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 2987.

[31] Foner, *Nada além da Liberdade*, p. 97 e p. 148, e "O Significado da Liberdade", p. 12. Silva, *Barões e Escravidão*, p. 237; para um fazendeiro, o problema do trabalho era a "insubordinação" existente nas fazendas.

[32] BPEB, *Diário da Bahia*, 16 de março de 1889. Sobre a Guarda Negra, ver Carlos Eugênio Líbano Soares, "Da Flor da Gente à Guarda Negra: os Capoeiras na Política Imperial", *Estudos Afro*-Asiático, 24(1993), pp. 61-81, e Flávio dos Santos Gomes, "No Meio das Águas Turvas (Racismo e Cidadania no Alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889), *Estudos Afro-Asiáticos*, 21(1991), pp. 75-96.

[33] BPEB, *Diário da Bahia*, 25 de agosto de 1888.

[34] Ver Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade* , São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.134.

RESISTÊNCIA INDIGENA NO SERTÃO NORDESTINO NO PERÍODO DO PÓS-CONQUISTA TERRITORIAL[**]

Maria Idalina da Cruz Pires (UFPE)[*]

O principal objetivo desta comunicação é procurar fazer uma reconstrução histórica das várias formas de resistência dos povos indígenas, nos sertões da Capitania de Pernambuco e suas anexas, na fase do pós-conquista territorial, ou seja, entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Busca-se recuperar como alguns desses povos, sobreviventes das várias guerras de extermínio impetradas pelo colonizador, as denominadas *"Guerras dos Bárbaros"*, e dos antigos aldeamentos de suas terras transformadas em vilas continuaram a resistir, sobretudo, na época pombalina, quando as mudanças na política indigenista implementadas infligiram transformações nos seus hábitos, costumes e atitudes tais como a imposição da língua, vestimenta, moradia, religião ao estilo português, posteriormente à implantação do Diretório em 1757 e da "*Direção*" em 1758 até o fim do período colonial.

Procura-se, comprovar a hipótese de que essas políticas indigenistas, cuja intenção era civilizar os índios, integrando-os na sociedade portuguesa, permitiu a igualdade jurídica entre índios e não-índios, até então inexistente, para que fosse facilitado o uso da sua mão-de-obra pelos colonizadores, essencial para continuidade da sociedade em formação na Capitania. Entretanto, sendo os nativos principais objetos

---

[**] Esta comunicação é uma versão reduzida de um dos capítulos da tese de doutorado defendida em 2004 na Pós-Graduação em História da UFPE, intitulada: *"Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: Legislação, Conflito e Negociação nas vilas pombalinas-1757-1823"*.

[*]Professora de História do CAP-CE e da Pós-graduação em Arqueologia -UFPE http://www.cap.ufpe.br e http://www.ufpe.br/historia/docentesarqueologia.html

da aplicação dessas políticas que exprimia um projeto de dominação colonial, buscou-se enfatizar as ações dos próprios índios compreendendo-os como sujeitos atuantes.

Muito embora a memória desses índios estivesse ligada quase que exclusivamente a oralidade e, sobretudo, a tentativa dos colonizadores e da historiografia oficial em silenciá-los e/ou excluí-los da história, como o fez Câmara Cascudo ao afirmar que

> *"Em três séculos toda essa gente [os índios] desapareceu. Nenhum centro resistiu, na paz, às tentativas daguardente, às moléstias contagiosas, às brutalidades rapinantes do conquistador. Reduzidos, foram sumindo, misteriosamente, como sentindo que a hora passara e eles eram estrangeiros na terra própria. (...) a 'liberdade' do Marquês de Pombal [a extinção das missões jesuíticas] matou-os como um veneno. Dispersou-os, esmagou-os, anulou-os".*[1]

é possível resgatar, através da análise da documentação oficial, especialmente da apreciação da legislação elaborada à época pombalina,aspectos pouco abordados na historiografia oficial como a questão das violências (explícitas ou camufladas) cometidas contra os nativos, e principalmente da sua atuação.

Embora a política pombalina buscasse salvaguardar a mão de obra indígena incentivando a integração ao invés da extinção, os massacres contra esses povos não foram suprimidos após a finalização da "Guerra dos Bárbaros"[2]. Retratando esse cenário de horror é modelar o

---

1 CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: MEC, 1954 p. 38.

[2] A seguir uma pequena lista de alguns documentos oficiais que retratam a realidade de violência bélica na região.1759, março, 6, Recife Anexo: 43 docs. AHU_ACL_CU_015, Cx. . D 1761, janeiro, 31, Recife AHU_ACL_CU_015, Cx. . D1762, março, 29, Igramació AHU_ACL_CU_015, Cx. . D. 1762, agosto, 2, Recife AHU_ACL_CU_015, Cx. 98. D.[post.1763, fevereiro, 10] AHU_ACL_CU_015, Cx. . D1763, abril, 18, Recife AHU_ACL, CU –015, Cv 99, D 7765 Anexo: 2 docs1786, março, 3, Aquiraz AHU-CEARÁ, cx. 9, doc.1. AHU_ACL_CU_006, Cx. 11, D. 627.C

depoimento datado de 1800 do Juiz Ordinário de Cabrobó, da Vila de Santa Maria ao regente referindo-se às

> *" cruéis e insolentes mortes acontecidas em vários Índios da dita Vila, e em suas mulheres,a cujos corpos, bárbara e inumanamente se lhes negou sepultura, pelos mesmos assassinadores, que os lançaram no rio denominado de São Francisco, para se não verem juncadas as suas margens de tantos corpos mortos".*[3]

Casos de agressões aos indígenas como este foram constantes e merecem destaque por abranger todos os agentes sociais da colônia que se relacionaram com esses povos: os bandeirantes, os diretores, os funcionários do Estado e os missionários. Quanto a esses últimos ressaltam-se acusações de casos de extrema truculência cometidas contrariando a idéia veiculada pela historiografia oficial da pacífica convivência dos missionários com os indígenas havendo pouco ou quase nenhum derramamento de sangue.Com a implantação do Diretório e imediata expulsão dos jesuítas em 1759 (e posteriormente expulsão de outras ordens religiosas) passa a ser farta as incriminações aos missionários revelando vários tipos de abusos cometidos contra os povos indígenas da região tais como assassinatos por açoites, enforcamentos, armas de fogo, gordoadas, porretadas, degolas, esquartejamentos, e atos de violação de cadáveres que eram arrastados e queimados por não se deixarem catequizar, e praticarem feitiçarias. Os sobreviventes eram atemorizados e torturados, posto que, no intuito de amedrontá-los, os missionários cortavam as orelhas dos índios mortos e as penduravam na igreja. Com a intenção de impor a moral cristã praticavam terríveis

[3] **ant. 1800, agosto, 18] AHU_ACL_CU_ , Cx. , D. .**REQUERIMENTO do juiz Ordinário de Cabrobó, João Teixeira de Andrade ao príncipe regente [D. João], pedindo ser indenizado pelas perdas e pelo tempo em que ficou preso por ter feito a devassa sobre o assassinato de vários índios na vila de Santa Maria.

humilhações como obrigar os índios tomarem a benção aos padres mesmo após receberem vários açoites que eram tantos que chegavam, às vezes, ao óbito, ou ainda as capações aos índios que persistiam em andarem nus e ainda, como revela a carta oficial de 1761 entre o governador da Capitania de Pernambuco e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, da

> "*opressão da liberdade que experimentaram os índios, e índias* (...) pelos *"seus missionários"(...)* que *"com o pretexto do serviço de Deus; (...)chegaram muitos a terem várias mulheres enclausuradas, e debaixo de chaves, e a não lhes dar lugar, nem ainda para as indispensáveis necessidades da natureza..."* [4]

Além de tirarem a liberdade dos índios, fazerem uso da sua mão-de-obra como escravos e retirarem os seus direitos de trabalharem nas suas roças, ou de comercializarem o que produziam na agricultura e artesanato os casos mais comuns, entretanto, eram os de usurparem as suas terras.

Os maus tratos aos nativos, porém não foram minimizados pelos Diretores e pelos funcionários do Estado que exerciam neste período o comando das vilas como podem ser verificados, na carta do ouvidor do Ceará, à rainha em 1786 [5], informando que os indígenas eram tratados pior do que os escravos africanos, por considerarem os mesmos bárbaros.O tráfico e comércio de mulheres e de crianças eram comuns e os terríveis castigos eram freqüentes e até estimulados como forma de "*instruí-los à civilização*" como os que eram colocados no tronco, os

[4] Trata-se de uma série de cartas e ofícios datados de 31 de agosto de 1761 entre o governador da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as diligências do sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, a respeito das más ações dos Franciscanos, Barbadinhos, Capuchinhos e Jesuítas contra os índios nos sertões**. [ant. 1761, agosto, 31, Pernambuco] Anexo: 1 doc.AHU_ACL**

[5] **3 de Março de 1786 Aquiraz, Ceará A.H.U., C. U., Cx. 11, D. 627** CARTA do ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à rainha D. Maria I.

feridos propositalmente ou os que passavam fome por não lhe darem o que comer. Segundo relato de documento oficial[6], este grupo de funcionários, que passaram a deter maior poder sobre os índios, quando as antigas aldeias foram transformadas em vilas, irão cometer tantas atrocidades contra os indígenas como os missionários outrora fizeram.

De todos os grupos sociais, porém, os bandeirantes eram os que mais praticaram coação, pois eram famosos em todo o sertão nordestino desde o tempo da Guerra dos bárbaros. Correspondências e despachos emitidos em 1801, 1802 e 1803 dão conta da formação de algumas bandeiras "*para a extinção do gentio, prisão deles e castigo"* aos índios das nações Pipipã, Xocó, Umã, e Oé por serem considerados "*bárbaros*" pleiteando-se inclusive guerrear contra eles, mas o governo responde que *"a respeito da guerra contra os índios não tem lugar semelhante projeto conforme as ordens de Sua Alteza Real".*[7]

Neste sentido, orientados pela nova política indigenista de evitar o conflito armado e proporcionar a integração, a violência passa a ser menos explícita e acontece, principalmente em nível cultural e racial. Muitos sugerem uma suposta incapacidade inerente desses povos para exercerem cargos políticos e determinados tipos de trabalhos mais qualificados, que agora eram estimulados a exercerem pela Coroa.Cartas oficiais datadas de 1807 mostram os questionamentos feitos pelas autoridades acerca da inerente falta de "*aptidão"* dos índios em assumirem alguns cargos justificada pela sua cor "*avermelhada*" ou

[6] **28 de julho de 1787. Ceará. AH.U. , CU.CAIXA 11, Nº 649** OFÍCIO do ouvidor do Ceará,Manuel de Magalhães Pinto e Avelar , ao secretário de estado de negócios da Marinha e Ultramar , Martinho de Melo e Castro.

"*tostada"* que lhes imprimia o rótulo da "*incapacidade, rusticidade e bestialidade*" [8].

Apesar desse quadro desfavorável, os povos indígenas não se mostraram passivos. Por vezes levantaram-se, guerrearam, lutaram. Exemplo disso é o levante dos Pipipã e Parakió na ribeira do Moxotó em 1759 que resultou em morte de um dos seus lideres, prisão de outros e os demais remetidos para a ilha de Belém, no São Francisco, para aldearem-se.[9]

Em outros momentos, porém, em que as autoridades passaram a se preocupar em definir as regras para a partilha dos bens das antigas missões entre os missionários e os índios, estes se viram mais controlados e optaram por negociar aceitando uma aliança. Ao admitirem o acordo demonstraram uma nova forma de resistência à nova situação colonial. Observa-se assim, a grande mobilidade dos grupos indígenas, vagando por regiões mais afastadas do sertão, como o caso da migração dos Pipipã para a Serra Negra em 1844.[10] As fugas e deserções eram uma constante.

Havia ainda outras formas de resistência como a recusa em trabalharem aos moldes europeus insistindo pela vida nômade que

---

[7] Correspondência para a Corte, fl 246, 264, 265, 266, 267, 270,272 -, Ordens Governamentais vol 9 fl 114v, fl138, fl 139, fl 191, 254v, 265v, vol 10 fl 17v, fl 18, fl 53 -APEJE.

[8] **30 DE JUNHO DE 1807 AHU_ACL_CU_ , Cx. , D** Anexo: 3 docs.CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao príncipe regente [D. João] sobre parecer ao requerimento do capitão-mor e governador do Rio Grande do Norte [José Francisco de Paula Cavalcanti], informando que é necessário pôr uma autoridade para governar, vigiar e civilizar os índios, um ministro que pudesse viver entre eles, visitando as aldeias e povoações, atendo-os no que fosse necessário e dando informações ao governo uma vez por ano, acerca da situação destas populações.

[9] **A H.U. Códice 1919**. "DEVASSA que mandou proceder ao governador e capitão-mor geral de Pernambuco acerca do assalto que o gentio bravo "Pipães e Paraquiós" fizeram na ribeira do Moxotó no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultaram algumas mortes 13/10/1759, Ribeira do Moxotó- fazendo do Cuncalato"

[10] **08.11.1844 .APEJE) Registro de Ofícios, volume 19/1, fl 59**.

levavam. Há vários relatos de que os índios recusavam-se a permanecer nas casas construídas ao estilo europeu, preferindo "*os matos*" e "*as brenhas*". [11]

Enquanto havia terras os indígenas agiam mais explicitamente, mas quando o território estava praticamente dominado pelos colonizadores eles firmaram acordos e alianças. Deixaram-se cooptar, sobretudo, os chefes que em troca de quinquilharias , vestidos para suas mulheres , dinheiro e principalmente terras faziam acordos e alianças e deixavam-se civilizar. Em ofício datado de 1759 o governador da Capitania de Pernambuco informa ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar que seria mais eficiente quando dos estabelecimentos das vilas entregar logo as porções de terras aos índios muitas vezes "*além da porção, que lhe toca pelo Diretório"* bem como pagarem as patacas por serviços prestados, pois evitavam-se as revoltas e logo percebiam-se "*a inegável facilidade de se civilizarem sem tanta dificuldade*" como demonstrando que muitos esqueciam até *"da sua língua, falando só o português"*[12]

Embora cedessem aparentemente aos colonizadores buscaram manter suas práticas culturais, pois continuaram praticando suas crenças e rituais como revelam documentos que mostram a continuidade de usarem seus "*batuques e de danças"* até mesmo dentro das igrejas. [13]

---

[11] **28 de julho de 1787 AHU, CU, CAIXA 11, Doc. Nº 649 CEARÁ**. OFÍCIO do ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto e Avelar, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre os índios na vila de Arronches.

[12] **1759, junho, 20, Recife AHU_ACL_CU_015, Cx. . D. .**OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando como estava sendo feito o estabelecimento das novas vilas de índios.

[13] **19 de maio de 1781 A.H. U; PE, CAIXA-71 o** Padre Constantino de Parma, prefeito na Missão de Pernambuco, escreve à Rainha A.H. U; PE, CAIXA-71

Faziam uso não apenas de suas danças ditas "*escandalosas*" como também da dramatização teatral onde encenavam peças que caricaturavam a conduta dos colonos e principalmente dos missionários. Estes recursos simbólicos, a dança e o teatro tornaram-se não só elementos de identidade, mas também momentos de distensão psicológica, coletiva e individual, onde o ser índio se refazia através do riso e do desprendimento como revela o documento datado de 1781 denunciando que os índios da Capitania de Pernambuco

> "*fizeram comédias por divertimento"* (...) *aparecia um [índio] vestido com hábito de missionário barbadinho, com barbas, e todas as funções de missionário, e com uma carta ia procurando uma mulher que com saia preta, e manto branco aparecia também ela no teatro, e recebia do missionário a carta – o pior é que entregando-lhe a carta dava na mulher muitos abraços, e beijos; e a tratava com outras maneiras impróprias de qualquer não já religioso mas somente homem honrado, e do bem."*[14.]

Inspirando-se neste tipo de resistência complexa e sutil procurou-se analisar a temática indígena enfatizando um novo olhar de povos que recriaram um mundo para si, não feito à imagem dos europeus, mas investido de significados que não eram mero reflexo do sistema colonial, e sim uma síntese criativa do que eram e do estavam se transformando.

Resumindo: tentou-se resgatar as várias formas de resistência dos índios à colonização no que concerne tanto a guerra bélica (com conflitos visíveis tais como a luta armada, fugas, embates militares) quanto às

---

[14] **A.H.U; PE, CAIXA-71, 1781** REPRESENTAÇÃO de Frei Constantino de Parma. Prefeito dos missionários Barbadinhos italianos nas missões de Pernambuco, sem data.-Sobre algumas insofríveis desordens que impedem o fruto e proveito das missões. E anexos.
Este documento mostra o forte grau de sincretismo que existia na região. Referenciais dos nativos, africanos e portugueses aparecem nas práticas culturais citadas mostrando quão rico foi o processo de reelaboração cultural. Dentro das vilas se constroem um espaço social comum onde os índios, negros e brancos se descobriram, encontraram-se, confrontaram-se trocando saberes e práticas religiosas oriundas da interação entre o catolicismo missionário e as visões de mundo nativas e africanas.

guerras simbólicas (com conflitos aparentemente não-visíveis como a integração, assimilação e sincretismo religioso).

SABERES E PRÁTICAS CURRICULARES:

que currículo, que práticas, que políticas?

Idelsuite de Sousa Lima[1]

Este estudo apresenta resultados iniciais de uma investigação que se insere no campo da história do currículo, relacionado com as práticas curriculares. A reflexão centra-se em torno da formulação política da reforma curricular elaborada pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, em 1998 e os condicionamentos determinados pelo contexto de produção do conhecimento que impregna novas práticas e novos saberes.

Nos últimos anos do século XX, o Estado do Ceará vivencia, no campo da administração pública, um conjunto de inovações em suas políticas sociais e educacionais. A educação entra para a agenda política e o sistema público de ensino cearense passa a ser foco de intervenção tanto no que se refere a organização, gestão e financiamento, quanto nas diretrizes sobre questões de âmbito pedagógico e da dinâmica intra-escolar.

A partir de 1987, o poder político do Estado toma uma nova direção: transfere-se das mãos das oligarquias agrárias e passa para o domínio de empresariado. Sob a lógica neoliberal comandada pelo Partido da Social Democracia do Brasil – PSDB, o Ceará institui uma política de ajuste fiscal, viabiliza o projeto econômico de industrialização globalizada, celebra acordos com os organismos internacionais, sendo a educação o carro-chefe dessa empreitada, em perfeita sintonia com os desdobramentos das políticas educacionais brasileiras naquele momento.

Com o discurso da democratização das políticas sociais e da abertura da gestão pública à participação da população, uma antiga reivindicação dos movimentos sociais, o

---

[1] Doutoranda em Educação UNICAMP; Bolsista CNPq.

autoproclamado governo das mudanças, sob o domínio do empresário Tasso Jereissati, que assume em dezesseis anos, três mandatos governamentais[2]., amortiza a explicitação das contradições presentes nas políticas adotadas pelo Estado e utiliza a estratégia da persuasão, através dos meios de comunicação de massa, para conquistar a aceitação da população que aposta nas mudanças divulgadas.

A população é envolvida por uma retórica da supervalorização da educação, sendo a constituição dos conselhos e a implementação da gestão participativa através de seleção pública e eleição do núcleo gestor das escolas, elementos justificadores desse encantamento. As estatísticas sobre repetência e evasão diminuem e o índice de escolaridade aumenta, embora tais dados não signifiquem elevação do nível de instrução da população, mas constitui um indicador social referenciado pelo IDH, instrumento de análise das políticas públicas pelos organismos internacionais.

A política educacional "Todos pela educação de qualidade para todos", implementada a partir de 1995 pelo governo "avançando nas mudanças"[3] , consubstancia inúmeras inovações como forma de aumentar o padrão de qualidade do ensino. Tais inovações, embora ressaltem o fascínio que esse termo exerce sobre os atores sociais, o fato de ter caráter externamente induzido, vindo de fora, não significa necessariamente mudança[4]

Muitos programas compõem a política "Todos pela educação de qualidade para todos", dentre eles, o projeto Escola Viva, com atividades vinculadas ao âmbito pedagógico,

---

[2] Governo das mudanças é o lema da administração Jereissati, cujo projeto governamental é denominado Plano de Mudanças, 1986

[3] Em 1995 Tasso Jereissati assume o 2º mandato de governador do Ceará, cujo plano de governo denomina-se Avançando nas mudanças. Em 1998 Jereissati é reeleito para o quatriênio 1999-2002.

[4] Cf. Farias, I. M. S. Inovação e mudança: implicações sobre a cultura dos professores. Fortaleza: UFC, 2002. (tese de doutorado).

administrativo e financeiro das escolas. A estratégia de maior abrangência promovida no campo pedagógico refere-se à reforma curricular implementada a partir de 1998 nas escolas da rede pública estadual, que, dentre outras mudanças substitui o sistema seriado pela organização do ensino em ciclos.

Inicialmente, a organização do ensino em ciclos, abrange 40% das escolas do ensino fundamental, ou seja, o universo composto pelas séries iniciais, sendo a universalização efetuada até o ano 2000 em todas as escolas da rede estadual e nas redes municipais que aderiram ao formato do sistema de ensino em ciclos, tornando-se, de acordo com Petitat (1994:197), *verdadeiramente objeto de estratégias educativas, esforçando-se para canalizá-las em proveito de projetos de integração política e de dependência cultural*[5].

Decididamente a reforma curricular do Ceará, longe de atender reivindicação dos envolvidos no processo, quais sejam, alunos, professores, etc., tem sua elaboração e implementação voltada para atender interesses políticos nem sempre explicitados pelos reformadores. Para Petitat (1994) alterações bruscas e repentinas reestruturações de conjunto nas relações entre escolas e esferas do poder social e político se caracterizam por inúmeras lutas de influência.

Assim, a proposta, formulada distante da participação dos principais agentes de implementação, os professores, traz na sua efetivação a contradição com os propósitos do anúncio de 'todos pela educação de qualidade para todos'. Contraria, por sua vez, o discurso da participação defendido pelo "governo das mudanças"; por não manter nenhum vínculo com as iniciativas em andamento de gestão participativa e de formação dos conselhos. Tudo o que fora divulgado até então, no sentido de fomentar a participação da comunidade escolar cai por terra quando se refere à proposta de organização do ensino em

[5] Cf. Petitat, A. Produção da escola/produção da sociedade – análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução da escola no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 1994.

ciclos. Os professores não somente estiveram ausentes da discussão em torno da elaboração da proposta, como foram surpreendidos com a chegada da mesma às escolas.
O documento declara que a proposta reestrutura o sistema escolar com a organização do ensino fundamental em ciclos e tem como objetivo promover a cultura do sucesso escolar. Argumenta que a intervenção utilizada dá-se em conseqüência da problemática da evasão e reprovação, fatos geradores da exclusão de jovens e crianças da escola e cristalizadores de uma ordem social desigual. Daí a decisão de buscar caminhos que pudessem *reprovar a reprovação e a evasão*[6]. A reforma do ensino em ciclos surge, então, com essa responsabilidade.

A experiência dos ciclos desponta, com mais ênfase, no cenário educacional brasileiro no início da década de 1990, em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, embora haja experiências anteriores[7]. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/96 faculta aos sistemas de ensino promover o ensino fundamental através da organização em ciclos, sendo tal indicação reforçada nas orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, com o argumento de permitir a flexibilização do tempo e do espaço escolar.

No Ceará, o que era sugestão da LDB e dos PCNs é acatado na sua totalidade, com respaldo legal, modificando o sistema seriado para a organização do ensino em ciclos[8]. A referida organização do ensino é justificada como uma estratégia de melhoria do ensino através da promoção da cultura do sucesso escolar que remete a uma preocupação em

[6] Ceará. Secretaria da Educação Básica. Escola Viva – organização do ensino em ciclos. Fortaleza: SEDUC, 1997.
[7] Cf. Celitre, Sinara Sant'Anna. Os ciclos de formação no ensino público cearense – histórias de quem entrou nesse ciclo. Fortlaeza: UFC, 2002. (dissertação de mestrado).

[8] Cf. Parecer nº 1014/98 do Conselho Estadual de Educação do Ceará.

reduzir dos índices de reprovação, repetência e evasão, sendo os alunos distribuídos de acordo com a faixa etária, para a qual foram criadas também classes de aceleração[9].

Convém destacar, no entanto, que os propósitos que marcam a instalação da organização do ensino em ciclos não têm apenas um significado. Em muitos casos, a idéia de ciclos está relacionada com a alternativa de superação do fracasso escolar, de uma promoção automática atrelada a uma estratégia de redução dos gastos públicos. Assim, busca eliminar o desgaste da repetência, visando corrigir o fluxo escolar e a conseqüente defasagem idade-série com os problemas que lhes são próprios. Outra perspectiva do ensino em ciclos, defendida pelo professor Miguel Arroyo pressupõe uma mudança de foco na área educacional, visando a formação do sujeito em sua totalidade como ser humano. Assim, trabalha com a concepção de ciclos de formação que tem por finalidade o pleno desenvolvimento dos educandos[10].

No caso da proposta do Ceará, a preocupação em compensar a pressão do tempo e ajustar os conteúdos de forma mais adequada à natureza da aprendizagem buscando a qualquer custo imprimir a cultura do sucesso escolar, inviabiliza a perspectiva de organização dos ciclos de formação humana. Romper com a seriação, distribuir os conteúdos de modo equilibrado, ampliando os tempos e os espaços para a sua aprendizagem, com o objetivo de superar a reprovação e a retenção, configuram uma concepção de ciclos de aprendizagem, diferentemente dos ciclos de formação humana.

Ao problematizar o movimento de afirmação da cultura do sucesso escolar, importa sublinhar que a base de consolidação de propósitos tão amplos tem relação direta com o efetivo empenho dos professores e com a sistematização das atividades desenvolvidas no

[9] 1º ciclo: alunos com 6, 7,e 8 anos; 2º ciclo: alunos com 9 e 10 anos; 3º ciclo alunos com 11 e 12 anos; 4º ciclo alunos com 13 e 14 anos. Cada ciclo tem 2 anos de duração. As classes de aceleração intentam equalizar a relação idade/ciclo.

[10] Cf. Arroyo, M. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. In: Educação e sociedade. v.20. nº 68. 1999.

espaço escolar. Por mais aprimorada que seja uma reforma educativa, sua possibilidade de mudança, tem vinculações diretas com o ordenamento político, mas não acontece fora do âmbito escolar e a marca, o estilo, o formato dependem das características da instituição.

Ao ser implementada, a reforma confronta-se com as especificidades da escola. Novos saberes vão sendo construídos em interação com as condições materiais e culturais de um dado contexto de um determinado momento. Os propósitos que perpassam as prescrições incidem sobre as práticas e a organização dos saberes no interior da escola, do mesmo modo que a confluência da pluralidade de saberes e dos processos internos às instituições compõem novas diretrizes, novos conhecimentos, uma vez que estes são construções históricas, sociais e culturais[11]

O contexto de produção e organização do conhecimento escolar expressa um conjunto de interesses relacionados com a dinâmica sociocultural interna e externa da escola. Analisar o processo de constituição do conhecimento escolar implica em adotar uma perspectiva histórica, para assim compreender a trajetória da organização do currículo, terreno de criação simbólica e cultural no qual os saberes escolares se instituem. O processo de seleção e organização dos saberes tem vinculação com instâncias culturais, políticas e econômicas da sociedade que atuam direta ou indiretamente sobre a escola, sobre a produção de conhecimentos[12]. O conhecimento escolar, elemento de investigação da relação entre escola e cultura, tem uma configuração cognitiva própria e resulta da seleção, legitimação, organização e distribuição dos saberes escolares[13].

[11] Cf. Cortela, Mario Sergio. A escola e o conhecimento – fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1998.

[12] Cf. Lopes, A. R.C. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de |janeiro: UERJ, 1999.

[13] Cf. Forquin, J. C. Escola e cultura – as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artmed, 1993.

A discussão em torno do conhecimento escolar tem obtido um espaço importante de atenção dos pesquisadores, com bastante ênfase os estudos sobre os saberes docentes, saberes da experiência (Tardif, 2000; Schön, 1983; Therrien, 1999, entre outros), voltados para a análise do saber constituído no exercício da atividade profissional. Todavia, a constituição desses saberes não acontece isolada da forma como a escola organiza sua atividade educativa, prepara os momentos de estudo e discussão dos problemas que lhes são inerentes, determina suas normas e valores que lhes são caros, organiza o processo de distribuição do conhecimento escolar.

Para Chervel (1990) a escola é uma instituição que tem na instrução sua principal dimensão educativa, educa através da instrução[14]. Assim, reconhecer a importância das ações que nela se desenvolvem, compreender como se efetivam os processos educativos formulados, elaborados e discutidos a partir das características da instituição, configuram uma epistemologia própria.

A escola constitui uma entidade sociocultural, cuja constituição é tecida por uma rede de significados[15], através das relações sociais que se estabelecem e, simultaneamente, transmitem saberes e conhecimento. Daí a importância de investigar o cotidiano das instituições educativas sob o ponto de vista da sua trajetória histórica, para compreender a "seleção cultural escolar" uma vez que ela não se exerce unicamente em relação a uma herança do passado, mas incide também sobre o presente, sobre aquilo que constitui num momento dado a cultura, confirmando que a memória cultural é sempre uma reinvenção[16],.

[14] Cf. Chervel, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria e Educação nº 2. 1990.

[15] Geertz, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 1989.

[16] Forquin, J. C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. In: Teoria e Educação nº 05. 1992

Com efeito, as práticas que se desenvolvem na escola, oriundas das determinações curriculares e articuladas com os saberes da ação prática vivenciados na organização da escola, englobam aspectos voltados para a compreensão de um fenômeno educativo específico, qual seja a cultura escolar. Forquin (1993) faz uma diferença entre cultura da escola e cultura escolar. Para o referido autor, a cultura da escola, como a cultura de outros espaços, apresenta características de vida próprias, com seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seus modos próprios de gestão dos símbolos, enquanto que a cultura escolar revela, o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, 'normalizados', 'rotinizados', sob o efeito de imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas[17]. O processo de distribuição do conhecimento escolar manifesto pela escola dá-se em condições específicas próprias, nas quais a trajetória histórica da instituição tem um peso relevante.

A cultura escolar está diretamente relacionada com as determinações em torno do processo de organização do conhecimento, no espaço de contestação e de luta que é o currículo. Desse modo, analisar o movimento de afirmação da cultura do sucesso escolar colocado como premissa básica na reforma curricular implementada pela Secretaria de Educação do Ceará exige um estudo sobre o processo de construção da cultura escolar.

[17] Cf. Forquin, J. C. Escola e cultura – as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artmed, 1993.

Batalha de Touro: vitória ou derrota?– produção de memória e identidade nas narrativas de Avis sobre a Guerra com Castela (1475-1479)

IEDA AVÊNIA DE MELLO

Pretende-se apresentar no âmbito dessa comunicação, as narrativas avisinas sobre a guerra com Castela (1475-1479), ocorrida durante o reinado de D. Afonso V de Portugal, destacando-se a peculiar Batalha de Touro.[*] Analisa-se a controvertida vitória do príncipe D. João sobre os exércitos de Fernando de Aragão, enfatizando o papel da guerra na produção da memória e identidades do reino português. Ressalta-se a relação com o "outro" castelhano, e a questão da preferência divina pelos lusitanos e, detrimento daqueles, garantindo a Portugal grandes vitórias. Essa proteção, porém, não garantiu a tão almejada união ibérica sob a égide portuguesa. Aborda-se ainda o uso cada mais constante na Baixa Idade Média da paz selada não somente nos campos de batalha, mas na mesa, através de acordos diplomáticos e casamentos. Exemplo disso ficou expresso no Tratado de *Alcáçovas-Toledo* (1479) que pôs fim nesse conflito entre Portugal e Castela. Tomam-se como fontes *O Livro de Apontamentos (1438-1489)*,[i] de Álvaro Lopes Chaves; a *Crônica de D. João II* (1533),[ii] de Garcia de Resende; e a *Chronica do Sereníssimo Príncipe D. João* (1567),[iii] de Damião de Góis.

O livro de Álvaro Lopes é uma fonte de cunho narrativo, um códice editado da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, que reúne as memórias deste que foi secretário régio de D. Afonso V e D. João II. Este documento agrupa cerca de 176 fólios, compostos por relatos de guerras – como a com Castela -, viagens, regimentos e ordenações, minutas de cartas, tratados, entre outros.

Garcia de Resende escreveu a *Crónica de D. João II* provavelmente entre os anos de 1530 e 1533, oferecendo uma rica construção ideológica em torno da figura desse rei e do reino sob seu comando. Resende desde novo foi acolhido no paço, onde recebeu o cargo de moço de escrivaninha, presenciando os principais acontecimentos da vida pessoal e política de seu Rei.

A *Chronica do Serenissimo Principe D. João* escrita por Damião de Góis, cronista cuja trajetória foi marcada por diversas viagens a mando da Coroa, nas quais recebeu formação humanística nos principais centros da Europa. Este recebeu de D. João III no ano de 1548, o titulo de Guarda-Mor da Torre do Tombo, neste cargo o autor aperfeiçoou o seu ofício de historiógrafo. Em 1558, o Cardeal D. Henrique - então regente, o incumbe a escrever a Crônica de D. Manuel e a Crônica do Príncipe D. João – publicada em 1567. Esta fonte desperta interesse pela larga cópia de informações que nos dão uma visão mais viva e incisiva nas descrições de casos e cenas observados pelo cronista, em especial a Guerra com Castela.

Segundo Veríssimo Serrão, [iv] - em linhas gerais - a morte de Henrique IV de Castela, em Dezembro de 1474, e a relutância da nobreza afeta a sua irmã D. Isabel em aceitar a realeza da princesa D. Joana, filha daquele monarca com sua mulher D. Joana de Portugal, levaram a D. Afonso V a intervir na sucessão daquele reino. Para o autor, custava ao Africano aceitar que sua sobrinha fosse tratada depreciativa como “A Beltraneja” – para muitos, filha dos amores ilícitos da rainha com o nobre D. Beltrão de la Cueva. A defesa da honra familiar, o apoio de muitos nobres contrários à causa de D. Isabel – já então casada com Fernando de Aragão – e aliança com Luís XI de França, levaram D. Afonso V estabelecer um projeto de se casar com a sobrinha e, sob o pretexto de defender a posição desta, invadiu aquele reino. Assim, originou-se um plano de união ibérica, associando a Coroa de Castela a Portugal, que teve como desfecho militar a Batalha de Touro que abriu caminho à realeza dos Reis Católicos.

Em 1475, D. Afonso V escreve ao rei de França comunicando que em breve entraria em guerra com Castela e de que confiava no respeito de Luís XI e na aliança dos dois reinos. Entretanto, Veríssimo Serrão revela em nota que em Fevereiro do mesmo ano, Luís XI escrevera uma carta de felicitações a Fernando de Aragão, prometendo aliança. O rei francês criava mecanismos diplomáticos para obter vantagens políticas. A França neste momento buscava definir suas fronteiras, e a guerra entre Portugal e Castela foi-lhe bastante conveniente, bem como o apoio dado a Afonso V.[v]

O rei de Portugal reuniu Cortes na cidade de Évora em Abril de 1475, através das quais objetivava conseguir apoio para o empreendimento da guerra. Estabeleceu, ainda, um regimento a favor do Príncipe D. João, que ficava como regente do reino. No mês seguinte, afirmou consórcio com D. Joana, assumindo o manifesto à sua realeza. Após o casamento, D. Afonso V comunica à cidade de Salamanca que iria defender o direito de sua esposa ao trono de Castela. Logo, o Africano recebeu o título de rei de Castela, Leão e Portugal.

Declarada a guerra, a nobreza dividiu-se em duas grandes facções, a mais numerosa era afeta à Isabel e Fernando, e a outra assentava fidelidade a D. Afonso V - mais na defesa legítima dos direito da Beltraneja do que na intervenção do rei vizinho. Veríssimo Serrão, destaca que essa conduta veio explicar em grande parte o fracasso português.[vi]

No início de 1476, D. Afonso V pede ajuda a seu filho D. João, que passa a regência à D. Leonor, sua esposa. O Príncipe dirigiu-se à Vila de Touro em Fevereiro, posteriormente a conhecida “Traição de Zamora”. O rei português rejeitara as propostas de paz entre as duas coroas.

Em 2 de Março - após a derrota de D. Afonso V em Zamora - deu-se a Batalha de Touro. Para Manuela Mendonça, [vii] este foi o ponto alto da estadia do Príncipe em Castela, justamente no momento mais crítico da campanha de Afonso V, quando as tropas do rei se retiravam. Seu resultado foi uma indecisa vitória do ponto de vista militar, que veio a traduzir-se em vitória política para os Reis Católicos - segundo Veríssimo Serrão. Entretanto, a autora destaca que embora parcial, determinou que a situação política da Península Ibérica fosse resolvida de forma diplomática.

Ambos autores convergem que a guerra estava perdida, porém as fontes apontam uma versão distinta, reiterada pelos cronistas régios em diferentes obras, por quase um século. Por exemplo, Álvaro Lopes Chaves - secretário de D. Afonso V - deixa claro seu compromisso em produzir memória. Memória esta entendida como “propriedade de conservar certas informações”, e que no seu aspecto coletivo não é “somente uma conquista, é também um

instrumento e um objeto de poder". [viii] Nesse sentindo entende-se a declaração do referido Secretário régio:

> *"Porquanto as cousas notaues e dinas de grande memoria especialmente aquellas que são feitas pelos grandes Reis e Principes deum ser manifestas a todos por a fama [15v] delles fiquar em lembrança aos depois vierem e se dar louor aquelles que o bem fizerão e disso poderem tomar exempro os que suas obras quiserem, portanto pareceo rasão que a batalha que ouuerão os mais altos e mais execelentes Príncipes El Rej Dom Afonso o quinto que santa gloria haja, e El Rej Dom João seu filho o segundo senhor que hora he em sendo Pirncipe com el Rej dom Fernando de Castella ante Touro e Camora se deve por aqui em escrito sumariamente tomando a força maos principaes da uerdade do feito como aconteceo por ser cousa dina de mujta lembrança aos dous dias de Março de mil e quatrocentos e setenta e seis (...)"*[ix]

A produção de memória, segundo Ulpiano Bezerra de Menezes, visa assegurar "a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão", portanto, "não é espontânea: para manter-se precisa permanentemente ser reavivada"[x] – fato este que presenciaremos ao analisarmos as três fontes em conjunto.

Portugal passava por um momento delicado com a eminente derrota na disputa pela coroa de Castela. Desta forma, a coesão era necessária para manter o apoio dos grandes senhores portugueses ao conflito. Nesse sentido, Álvaro Lopes como secretário e notário régio tinha a função de divulgar as notícias sobre a guerra à corte. Encontra-se na edição referendada da obra deste autor, que ele foi investido cavaleiro da Ordem de Santiago por mercê de D. Afonso V por "*mujtos estremados seruiços que nos feitos tem por mar e por terra em paz e guerra e cmnosco nas partes dAfrica e em tomadas de lugares e em especial neste nossos Regnos de Castella*".[xi] Portanto, tem-se a confirmação de que ele próprio fora testemunha ocular da Guerra.

Ao analisar-se a estrutura narrativa dos textos, como previsto por Todorov, [xii] nota-se a presença de um cânone nas narrativas avisinas relativas a guerras e combates. Estas acentuam a desvantagem dos exércitos portugueses em relação aos seus oponentes e que, por proteção divina e de santos, revertem às circunstâncias e chegam ao triunfo - como será adiante apresentado.

Ao descrever o ambiente antes e após a batalha, Álvaro Lopes narra:

> *"(...)os contratrios tinhão de uantajem bem setecentas ou oitocentas lanças afora peonagem empero sem embargo de todo os ditos senhores Rej Dom Afonço que Deos haja e El Rej nosso que per duas vezes fizerão uoluer os rostros de suas batalhas pelejar o que elle nunqua quizerão fazer quando uiram isto os ditos senhores com esforçado Princepe (...) o qual com muj erforcado coração deu nelles e rompeo a primejra e segunda batalha dos contrários que logo forão desbaratados (...)a qual cousa por ser de tanta uictoria e louor que he rezm que fique em memoria pêra os que depois uieram, e porque a croniqua desta cousa ainda nom he por extendo feita paraçeo bem e rezam se escrever aqui a soma de todo como passou."*[xiii]

Garcia de Resende em sua *Crónica de D. João II*, escrita a cerca de cinqüenta anos após a guerra reitera a mesma perspectiva em sua narrativa:

> *"(...)por certo que el Rey Dom Fernando por eftar mais poderofo de gente , e muyto milhor tratada, como quer que foubeffe yria logo após elles com todo o feu poder(...) el Rey mandou dizer ao Príncipe que lhe mandava a bençam de Deos, e afua, e que com ella defte logo rijamente nos contraryos (...) como fingular Capitão, bradando todos pollo nome de Sam Jorge, com grande força e ímpeto deu tam brauamente nas batalhas contraryas, que fendo muyto mais gente não poderão , refisftir hos grandes, e afperos encontros, e fem muyta detença foram ambas desbaratadas e poftas em fugidas com muyto dano feyto nellas.(...)E o Príncipe como prudente Capitão, vendo a grande Victoria, que Deos lhe dera, e a boa ventura daquella ora, quis fegurar a honra de tamanho vencimento, que feguir o mais alcanço."*[xiv]

Este trecho da obra de Garcia de Resende indica também a relação de alteridade para com os castelhanos denominados *"contraryos*", uma vez que, mesmo sendo maior em número não conseguiram fazer frente ao exército português, o qual contava com o apoio de Deus e São Jorge.

Damião de Góis, aproximadamente um século após o acontecido, escreve sobre a batalha obedecendo à mesma tônica. Contudo, ao descrever detalhadamente a batalha afirmando a vitória de D. João, deixa transparecer o quão controversa foi essa vitória, legitimando-a ao evocar "a lei dos cavaleiros":

> *"(...) o Príncipe D. Joaõ fegindo o que lhe El Rey feu pay mandara, chamando todos os que com ele estavaõ e São Jorge me fuá ajuda foy ferir nas cinco alas (...)Fendo já paffada grã parte da noyte, fabendo os Caftelhanos que eftavão naquela batalha, junto ao Príncipe Dom João, como ElRey Dom Fernando fé acolhera para Çamora, refeofos de no dia feguinte lhes dar o Príncipe batalha, poucos e poucos fé partirão do campo, para o caminho da ferra, para onde lhe melhor pareceo (...) o Principe não quif abalar traz delle, nem mover fea hofte do lugar donde eftava(...)porque em amanhecendo delles, fé vio no campo, nem naf montanhaf que a noyte as paffaraõ todos, ficando o Príncipe Dom Joaõ vitorioso com toda a fuá gente pofta em ordem para dar batalha (...)moftrando por razoens que em coftume da Cavallaria fizera paffar numa tal noyte como*

> *paffara, quanto mais que oito horas em femelhante cafo fe podiaõ tomar por três dia naturaes donde muitas razoens que paraciaõ ter fundamento, com a força das quaes nutria, com fuá dignidade, e authoridade e preudencia, pode tanto o Príncipe ter iffo vontade não o fez abalar do campo(...), guardando em todo caminho a ordem que os vencedores em tal caso acoftumaõ ter, fegundo ley, e uso da Cavallaria.*[xv]

Essa controversa vitória não foi suficiente para garantir a vitória militar. D. Afonso V não atentara para o ambíguo posicionamento de Luís XI, e partiu para França em busca de seu apoio, como último recurso para enfim vencer o conflito. Manuela Mendonça indica que, D. João o apoiou, embora pouco acreditasse nos resultados da viagem. Rapidamente desiludido com a postura do rei francês, D. Afonso V abdica em favor de seu filho porém, tão logo volta atrás em sua decisão. Tais circunstâncias levaram-no a buscar negociações por via diplomática, já que o reino passava uma difícil situação, causado pelos gastos despendidos com o confronto.[xvi]

D. João preparou-se para a vitória nas mesas de negociações, e para além das fronteiras da presente guerra estava em jogo o monopólio do comércio e busca do ouro da Guiné. O Príncipe lançou mão de um grande trunfo para pressionar Isabel e Fernando, *A Beltraneja* estava sob a guarda de Portugal e possuía direitos sob a Coroa do reino. Castela, segundo Mendonça, tinha por único objetivo cessar as hostilidades com Portugal com base na desistência de D. Afonso V ao trono, e por isso teria cedido a vários acordos num mesmo tratado.

No *Tratado de Alcáçovas-Toledo* (1479), foram definidos quatro acordos: o primeiro estabelecia a paz entre os reinos; o segundo dava a Portugal domínio sob as Canárias e do Bojador à Castela; o terceiro determinou a situação de D. Joana, a qual foi enviada para um convento; e o quarto dizia respeito ao perdão dos nobres em ambos os reinos. O terceiro acordo distinguiu-se por estabelecer garantias do cumprimento do tratado, defindo que o filho de D. João, D. Afonso e a filha destes, também Isabel, ficariam as cuidados de sua avó D. Beatriz, e posteriormente viriam a se casar. Contudo, a tão almejada união entre as duas

coroas sob primazia portuguesa é frustrada com a precoce morte do Príncipe D. Afonso em 1491.

A guisa de conclusão, notou-se nas narrativas avisinas uma grande ênfase à vitória na Batalha de Touro engendrada pelo paço régio, analisada num recorte cerca de cem anos. A produção de memória e identidade pretendeu no caso estudado, legitimar o poder e a primazia portuguesa diante à Castela, e garantir a coesão do reino em um momento de crise. Tal fato se torna mais claro ao refletirmos sobre a tensão gerada em Portugal principalmente pelos gastos com a manutenção da guerra. Mormente, quando essa narrativa é retomada por Damião de Góis em 1567 mediante a morte D. João III, onde a ausência de um herdeiro de maior idade deixava latente a ameaça da coroa portuguesa voltar ao domínio espanhol – como depois ocorreu após a morte de D. Sebastião. Portugal nunca concretizara o sonho de submeter o reino do qual se emancipou. Entretanto, tratando-se de produção de memória e identidade, o mais relevante para os portugueses foi que: *"o Principe como prudente capitão, vendo a grande victoria, que deos lhe deu, e a boa ventura daquella ora, quis mais assegurar a honra de tamanho vencimento (...)".*[xvii]

---

[*] A presente comunicação foi desenvolvida como parte de um Projeto Integrado que estuda a questão da construção da identidade nacional portuguesa, realizado pelo *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos do Departamento de História da UFF.

[i] CHAVES, Álvaro L. *Livro de Apontamentos (1438-1489).* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

[ii] RESENDE, Garcia. *A Cronica de Dom João e Miscelâneas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

[iii] GOIS, Damião. *Chronica do Sereníssimo Príncipe D. João.* Coimbra: Real Oficina da Universidade de Coimbra, 1790.

[iv] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal.* V.II A Formação do Estado Moderno (1415-1495). Lisboa: Ed. Verbo, 1980. p.91.

[v] Idem.p.92

[vi] Idem.p.94.

[vii] MENDONÇA, Manuela. *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. p.130-131.

[viii] LE GOFF, Jacques. Memória. *In: História e Memória*. Campina: Editora UNICAMP, 1994. p.426,476.

[ix] CHAVES, Álvaro Lopes. Op. Cit. p.71

[x] MENESES, Ulpiano Bezerra. A História Cativa da Memória. *In*: Revista de Estudos Brasileiros, N. 34, USP:1992. p.15.

[xi] CHAVES, Álvaro Lopes. Op. Cit.p.27
[xii] TODOROV, T. *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
[xiii] CHAVES, Álvaro Lopes. Ibidem. p.71
[xiv] RESENDE, Garcia de. Op. Cit. p.12-13.
[xv] GOIS, Damião de. Op. Cit. p.183-185.
[xvi] MENDONÇA, Manuela. Op. Cit. p.145.
[xvii] RESENDE, Garcia de. Op. Cit. p.13.

MULHERES IMIGRANTES ITALIANAS

Ines Minardi

Esta pesquisa pretende dar visibilidade à importância do papel desempenhado pelas mulheres imigrantes italianas.

Entre meados do século XIX e início do século XX a Itália esteve no topo da lista de fornecedores de mão-de-obra barata ao Brasil, como solução para a crise de desemprego que assolava o país desde 1870.

O fenômeno emigratório italiano decorreu da expansão do capitalismo que induziu a Itália a se desfazer de 20 milhões de indivíduos entre 1861 a 1940.

O cenário no plano internacional se completa com a chamada crise agrária que durou de 1873 a 1895 e que representou a passagem do capitalismo individualista da livre concorrência ao capitalismo monopolista da idade do imperialismo. Num período de lutas acirradas pela disputa de mercados consumidores, num momento particularmente dramático e confuso da sua unificação política.

Em 1882 mais de 20 mil pequenos proprietários desapareceram dos cadastros italianos, o que leva a crer que certamente a maioria teria emigrado para a América.

Durante o período escravocrata, a família para os fazendeiros, senhores absolutos em seus domínios, era formada por um núcleo central legalizado, composto pelo casal branco e seus filhos e um núcleo periférico mal definido, constituído do senhor, escravos e agregados.

A mulher negra era um objeto de que os fazendeiros, seus filhos e capatazes dispunham como bem entendiam. É exatamente nesta promiscuidade à qual a escrava, por sua própria condição, pouca resistência podia oferecer, que a mulher imigrante é atirada, sofrendo seus resquícios ainda por muito tempo.

Inúmeras queixas chegavam aos Consulados ou Vice-Consulados, onde, a violência moral, misturava-se à violência física. Normalmente, quando as mulheres resistiam às propostas desonestas de patrões, de seus filhos ou capatazes, toda a família sofria represálias.

Casos de estupros de meninas ainda crianças eram freqüentes, não suscitando nenhuma punição, nem mesmo quando procuradas as autoridades na cidade distante.

No caso de agressão às mulheres, a repulsa levava à solidariedade e esta paralisação do trabalho era o único meio de protesto possível. O desrespeito pelas mulheres era tão previsto que os contratos de trabalho resavam que entre os motivos

válidos para o colono poder abandonar a fazenda e romper o contrato, estavam o atentado a honra da mulher, filhas e outras pessoas da família por parte do proprietário da fazenda ou pessoas ligadas à direção e administração da mesma. No diário citado pela autora Zuleika Alvim[1] encontra-se a frase reveladora: “mais desgraçados são os chefes de família que tem uma bela mulher ou uma bela filha.” Nesta época quando ocorriam atentados às mulheres, a solução mais fácil era expulsar a família ou a mulher vitima da violência irrestrita dos patrões, para evitar as manifestações de solidariedade dos companheiros. Uma das maiores provas de solidariedade entre os imigrantes italianos foi provocada por um escândalo judiciário que envolveu a dignidade da mulher. Alvim, conta que: “ a recusa das irmãs de Lungaretti ao assédio de Raul Salles resultou na perseguição e agressão a toda família. Os colonos da fazenda solidarizaram-se e paralizaram o trabalho. Raul Salles tentou então despedir a família que se recusou a sair, exigindo receber o que tinha direito. O pai de Raul, Diogo Salles, interferiu na discussão e agrediu o velho Lungaretti; Ângelo, vendo o pai ferido, matou Diogo Salles” (irmão do Presidente da República). Enquanto a classe média italiana se cotizava, contratando um dos melhores advogados para defender Ângelo, os anarquistas recolheram fundos para ajudar a família, envolvendo assim boa parte do operariado de São Paulo. Ainda assim, Ângelo cumpriu pena de 8 anos.

Ao lado do trabalho extenuante que eram obrigadas a executar, da violência moral e física de que eram vitimas pelo fato de serem mulheres, havia a solidão em que viviam, e o fato de não contar com nenhum tipo de assistência. Muitos casos de loucura por parto foram assinalados. Os médicos eram raros e difíceis. Os honorários impagáveis pelos colonos. As mulheres se serviam da ajuda de uma vizinha ou do próprio marido. Qualquer complicação era fatal. No auge do desespero recorriam a curandeiros. Os próprios padres procuravam cuidar das doenças com benzimento. Esperava-se que a mulher confinada ao mundo da fazenda suprisse todas as deficiências presentes inclusive o ensino de preceitos religiosos à seus filhos que garantisse a unidade familiar.

Para o imigrante italiano, o abandono do país de origem se deveu à busca de melhores condições de vida com o claro objetivo de escapar ao processo crescente de proletarização.

As experiências passadas constituíram o único parâmetro de apoio para um grupo que enfrentou a selvageria do espírito escravocrata nas fazendas paulistas, sem receber

[1] ALVIM, Zuleika. “Brava Gente: Os italianos em São Paulo”; São Paulo, Brasilienese, 1986.

nenhum apoio concreto do governo italiano e nenhuma proteção das autoridades públicas locais.

Quando houve melhores condições de vida e de trabalho nas fazendas paulistas, isso decorreu basicamente da pressão exercida pelos próprios trabalhadores imigrantes uma vez que as relações de trabalho estavam longe de lhes restituir o que haviam perdido no país de origem.

O seu papel na substituição da força de trabalho escrava pela a do assalariado, foi marcado pelo sistema de colonato apoiado no trabalho familiar. Este, se por um lado garantia a maior exploração de todo o grupo, por outro, esta estrutura de trabalho reproduzia um valor cultural que era muito caro ao italiano – o trabalho de todos garantia a unidade da família e o ganho maior para concretização de seu objetivo: adquirir assim que fosse possível uma pequena propriedade que pudesse garantir sua autonomia futura.

Apesar de toda a violência que marcou as relações de trabalho no período do colonato, o caráter familiar do trabalho persistiu até 1950. Logo que chegavam a São Paulo, quatro em cada cinco italianos estavam ligados a um núcleo familiar e trabalharam pelo menos em sua fase de adaptação na lavoura. Como a cultura dos cereais era feita entre as fileiras do cafezal, os colonos cuidavam dela ao mesmo tempo em que cuidavam do café enquanto as mulheres e as crianças responsabilizavam-se pelos cereais que se bem cuidados, representavam uma fonte de renda adicional.

Além do café e do cereal, as mulheres cuidavam dos animais que representavam outro adicional de fonte de renda. Embora a atividade da mulher fosse sempre qualificada como “trabalhos de casa”, inúmeras iam para a lavoura. Os produtos e os animais que excediam o necessário consumo da família eram vendidos, “os trabalhos de casa”, executados pelas mulheres acabavam também colaborando no orçamento doméstico.

A importância da mulher mais velha aparece registrada no balanço de uma família grande: “a família é composta por uma mulher velha, um homem adulto, uma mulher adulta, uma mocinha de dezesseis anos, um rapaz de quatorze anos e duas crianças de nove e cinco anos, que cuidam de nove mil pés de café”, Zuleika Alvim conclui que, em algumas famílias, parte da receita capaz de se transformar em poupança, provinha de dois terços do trabalho feminino. A mulher ajudada pelas crianças com menos de doze anos acabava contribuindo com praticamente a metade do dinheiro recebido durante o ano, além de cuidar da casa, cozinhar, costurar, cuidar da horta, juntar lenha dos bosques, fazer o sabão, a charcuteria, criar porcos e galinhas, confeccionar colchões, fazer conservas, farinha de milho e mandioca, polvilho, beneficiamento de café e arroz,

nos pilões, rapadura, queijo e manteiga etc... A importância da mulher era fundamental para a sobrevivência da família. A mulher exercia um papel muito importante no sistema de colonato, porém, não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas. Aparecia como mãe, filha ou esposa. O homem era simultaneamente chefe de família e de trabalho, seu poder atingia a todos os membros transformando a família "em seus trabalhadores". As mulheres e os jovens de doze a dezesseis anos, eram considerados "meia enxada", como se produzissem a metade do que produzia um homem. "Enxada" era o trabalhador adulto e do sexo masculino, acima dos dezessete anos, com plena capacidade física. A participação das mulheres no cafezal dependia da disponibilidade que ela tinha em relação às crianças e gravidez. Se trabalhava na lavoura, era à noite que desempenhava suas funções de esposa, dona de casa e mãe de família. A jornada de trabalho feminina era dupla, portanto mais longa que a do homem. Muitas tiveram e criaram seus filhos debaixo dos pés de café. O chefe de família apresentava-se diante da esposa e dos filhos, como a personificação das exigências do proprietário – o que só fortalecia a autoridade masculina na família.

As moças eram incentivadas a casar e a ter filhos com "moços de boa família". O isolamento em que as famílias viviam na colônia, geralmente agrupadas com membros de mesma origem, restringia o mercado matrimonial, levando a uma grande incidência de casamentos homogâmicos.

Embora houvesse alta taxa de fecundidade das mulheres, havia alta taxa de mortalidade infantil em razão das condições precárias de higiene.

Num primeiro momento as mulheres colonas cumpriam seus papéis de produtoras de braços para a lavoura de café sob a batuta do pai, marido e patrão. A organização do trabalho baseada na unidade familiar representava para os fazendeiros inúmeras vantagens, dentre elas a de que a divisão por gênero do trabalho era disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho. Não havia oportunidade para mulher que não tivesse família porque representava uma ameaça à tranqüilidade das demais famílias. Somente a individualização do trabalho amenizou a situação embora não representasse a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres.

Nas primeiras décadas do séc.XX, grande parte do proletariado é constituído por mulheres e crianças. Os documentos disponíveis registram essas mulheres como frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas.

Em meados do século XIX, teve início a industrialização brasileira. Desanimados com a difícil condição social em seu país de origem, os imigrantes italianos sonhavam em fare l´América in Brasile, não só na lavoura como nas fábricas onde foram o principal contingente no Rio de Janeiro e em São Paulo. As mulheres e as crianças representaram força de trabalho abundante e barata para as primeiras fábricas – indústrias de fiação e tecelagem – que possuíam escassa mecanização e confecção. Os dados numéricos englobam todos os grupos étnicos imigrantes sem a separação por origem.

O jornal Fanfulla, de 4 de maio de 1913, registra que milhares de mulheres usavam do expediente da costura em casa para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria, com o intuito de reforçar o orçamento familiar. Para os industriais era um bom negócio explorar discretamente uma força de trabalho cuja capacidade de resistência era considerada baixa. As mulheres vão sendo expulsas das fábricas, na medida em que avança a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina no início do século XX. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios, do trabalho eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Sem uma legislação que as protegessem, as reclamações dessas trabalhadoras recaiam contra as péssimas condições de trabalho, contra a falta de higiene nas fábricas, contra o controle disciplinar e contra o assédio sexual e encontram espaço na imprensa operária e anarquista.

A participação do imigrante italiano na formação do proletariado manufatureiro paulista foi de grande importância, considerando que o maquinário industrial estava a cargo de operários de ambos os sexos; dos quais menos 10% eram nacionais!

Em São Paulo, no início do séc.XX grande parte do proletariado era constituída por trabalhadores de origem estrangeira e nas indústrias têxteis a presença de mulheres e menores chegava a 84% desta mão de obra.

O surgimento de organizações de movimentos operários no Brasil sofreram a influência de correntes socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas.

Os anarquistas italianos estão presentes no Brasil desde os anos de 1890, com uma imprensa libertária, por muito tempo, representou um ponto de referência para o movimento operário.

Os anarco-sindicalistas se batiam por melhorias imediatas, tanto nos salários, quanto nas condições de trabalho, através da greve, do boicote, da sabotagem e das manifestações públicas. Para um proletariado formado quase que exclusivamente de estrangeiros, interessados, sobretudo em conquistas monetárias a curto prazo, mais que

projetos de construção de uma sociedade futura, de um país que não viam como seu, o apelo para vantagens imediatas era muito mais forte. A situação sofreu uma considerável mudança a partir de 1917 quando a mudança de atitude ligada à aceitação do Brasil como residência definitiva decorrente da ambientação, da constituição de família, da naturalização e principalmente da perda de qualquer esperança de voltar para a pátria de origem.

Na imprensa operária da época eram freqüentes as denúncias contra as péssimas condições de trabalho e investidas sexuais de patrões e chefes em relação às trabalhadoras.

Executando tarefas com menor esforço físico, gestuais, lembrando muitas vezes o próprio trabalho doméstico, boa coordenação, delicadeza, as operárias não ocupavam os mesmos segmentos do trabalho masculino nas fábricas e quando isto ocorria recebiam menor remuneração.

A disciplina imposta a estas trabalhadoras era um reflexo da submissão da mulher na família, subordinadas ao pai e marido, que no ambiente fabril tinham como figuras substitutas o contramestre e chefes. Pressionadas pela miséria, muitas vezes submetiam-se às regras e imposições que em outros momentos resistiam enfrentando o sistema surpreendiam a imprensa operária, patrões e toda a sociedade.

Em 1920 cerca de 50% da mão de obra era de mulheres.

O preconceito contra o trabalho da mulher nas fábricas, partia da própria família que desqualificava o trabalho feminino querendo preservar a presença da mulher exclusivamente voltada para o lar, no âmbito privado. Assim, na medida em que a industrialização avançava, ao invés de crescer o número de operárias, percebemos sua redução: 76% em 1872, queda acentuada nos anos 30 e 23% nos anos 50.

Enquanto a família, a imprensa operária, o discurso médico-higienista e jurídico transformavam o mundo do trabalho para a mulher num lugar de perdição - acreditando que a mulher fora do lar destruiria a própria família, desinteressando-se pelo casamento e filhos, que sua natureza era voltada para a vida privada - as revistas femininas apontavam para os benefícios do trabalho na esfera pública, que trariam certamente para a mulher informações, mantendo-a atualizada, transformando-a numa mãe e esposa mais atuante e comprometida com o seu tempo. As mulheres da elite, profissionais liberais, reclamavam das limitações impostas ao seu crescimento pelos chefes e colegas de trabalho, mas tinham um olhar bastante preconceituoso quando se referiam às mulheres operárias, vistas como analfabetas e incapazes presas à sua condição biológica. As

feministas desconheciam os escritos anarquistas e a intensa atividade cultural desenvolvida pelos grupos de estudo, teatro, poesia operários.

Os sindicatos procuravam através de suas lideranças femininas discutir as questões do trabalho que envolvia diretamente as mulheres.

O anarco-sindicalismo teve enorme influência na organização do movimento operário em São Paulo e a questão da mulher era vista pelo movimento como parte de uma luta maior pela emancipação de toda a humanidade. Contudo no cotidiano das operárias, as militantes anarquistas sempre muito ativas traziam para o debate os valores da família patriarcal, a participação feminina, a militância política e a questão da discriminação contra a mulher no trabalho e na vida sexual.

Não propunham o direito de voto nem a formação de partidos políticos, ambos eram considerados pelas anarquistas incapazes de produzir uma sociedade libertária reproduzindo as mesmas relações hierarquizadas de poder e a mesma desigualdade.

Os anarquistas abalavam a moral conservadora da época, manifestando-se favoráveis ao divórcio e uniões livres, acreditavam que estas relações libertárias os fariam felizes porque se baseavam nas emoções e sentimentos e não em contratos ou leis impostos pelo Estado ou Igreja. As mulheres deveriam ter seus direitos em relação à maternidade escolhendo ser mãe ou não, direito ao prazer sexual e fim do conceito de virgindade feminina. Para elas isto não seria o fim da família, mas a organização de uma nova família sob outras bases morais que apostava na natureza humana.

Também a educação deveria ser libertária, pois através dela se formaria o novo homem e a nova mulher, que deveriam ser criativos, desenvolvendo sua capacidade individual, sendo totalmente contrários aos métodos autoritários, alienantes e competitivos da escola e formação capitalista.

Margareth Rago[2] lembra a incrível escritora anarquista mineira Maria Lacerda, fundadora em 1921 da Fundação Internacional Feminina e que chegou a organizar grupos em São Paulo e Santos. Bastante informada, culta, combateu o discurso médico-higienista sobre a sexualidade feminina, afirmando que não apenas a mulher havia nascido para o amor, mas homens e mulheres foram feitos do amor para o amor. Procurava estimular as mulheres para as discussões culturais, fazendo palestras em centros operários e espaços anarquistas.

Enquanto os jornais anarquistas denunciavam as péssimas condições de vida e de trabalho, muitas de suas colaboradoras também militantes abordavam em calorosos

[2] RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino” in: História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto. 1997. p.598

artigos a situação internacional e nacional, articulavam centros de cultura operária, grupos de teatro e discutiam a situação da mulher na sociedade da época. A polícia divulgava em suas listas algumas dessas lideranças, consideradas perigosas e indesejáveis pelos patrões, tidas como agitadoras, organizadoras de greves e sabotagens, membros das "classes perigosas".

Percebemos que a presença das mulheres nas lutas sociais do começo do séc. XX foi constante, como afirmava M.Valéria Juno Pena[3],em todas as greves, mais voltadas para os interesses imediatos de suas condições especificas de trabalho e menos para a luta de classes.

Verificamos também que no discurso político da classe trabalhadora as causas femininas eram esquecidas ou colocadas em segundo plano, ou pior, infantilizavam a mulher diminuindo seu verdadeiro papel na luta por melhores condições de vida e uma melhor sociedade.

Nos anos 20, com a conquista de algumas reivindicações a participação feminina foi reduzida nos movimentos operários.

Nos anos 30, o emprego industrial para a mulher estava em tendência de baixa e a organização de sindicatos sob o controle do Estado também arrefeceu a combatividade e a espontaneidade da luta feminina no trabalho domiciliar e fabril.

Quando os sindicatos foram legalizados, uma minoria de trabalhadoras aderiu a sindicalização: em 1939 de 651 mil trabalhadores sindicalizados apenas 100 mil eram mulheres.

As lideranças sindicais quase totalmente masculinas faziam sua própria leitura das questões femininas no trabalho.

As mulheres participaram ativamente das lutas operárias, mas não separaram de forma precisa seus próprios interesses numa categoria dividida em sexos; não pretendiam de forma consciente ou inconsciente se confrontar com os homens de sua classe, além disto, os valores patriarcais e o discurso higienista reforçavam até para as lideranças operárias o papel da mulher na família.

Contra todas essas formas preconceituosas de ver o papel feminino, essas mulheres imigrantes e brasileiras, avançaram dentro dos limites de seu tempo e contribuíram para o crescimento dos direitos e de uma sociedade mais justa para homens e mulheres no inicio do séc. XX em São Paulo.

---

[3] PENA, Maria Valeria Juno. Mulheres e Trabalhadoras – A Presença feminina na constituição do sistema fabril.Rio de Janeiro. Paz e Terra,1981. p. 182

O BOM GOVERNO DAS MINAS SOB A ÓTICA DE MARTINHO DE MENDONÇA (1736-37)[1]

Irenilda R. B. R. M. Cavalcanti[2]

A análise das práticas do bom governo contidas nas cartas administrativas escritas durante o período da gestão interina de Martinho de Mendonça, em Minas Gerais[3] tem sido o nosso objetivo. Ao escolhermos esse conjunto de cartas, levamos em conta o valor que estes documentos adquiriram durante a Idade Moderna, quando se observou a estruturação da burocracia de Estado[4].

A redação desses documentos fazia parte das novas preocupações do governo relativas ao maior conhecimento e controle dos povos e das terras, tarefas essas relacionadas à questão da boa governança. Esse corpus chama atenção para o seu redator, Martinho de Mendonça, que é quase um desconhecido na historiografia. Inicialmente, apresentaremos o redator das cartas e depois, comentaremos a questão do bom governo, a partir de alguns indícios percebidos nestes documentos.

Na história mineira, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença aparece apenas como o servidor que implantou o método de capitação e censo das indústrias[5], em 1734/5, ou como alguém que dominou os motins do sertão do Rio S. Francisco, em 1736. Ele era um fidalgo da Casa Real, a cujos conselhos o Rei recorria, amiúde. Ao vir para a América, Martinho dava mais um passo em sua carreira burocrática.

Nascido na Quinta do Pombo (Guarda, Portugal), em 1693, foi um dos primeiros pensadores iluministas de Portugal[6]. Martinho de Mendonça também participou do movimento das Academias setecentista[7]. Foi bibliotecário da Real Biblioteca, embrião da Biblioteca Nacional do Brasil. Ao voltar a Lisboa, Martinho trabalhou na Torre do Tombo e no Conselho Ultramarino até seu falecimento, em 1743.

Para alguns autores ele foi um homem inteligente e zeloso[8]; para outros, ardiloso, usando de práticas abusivas, para alcançar os objetivos de sua missão[9]. Sua ligação com o Brasil se inicia em Lisboa, quando deu o seu parecer sobre a implantação do sistema de capitação. A carreira de Martinho é exemplar porque, por ela, pode-se ver o trajeto de um

homem do início do século XVIII, dividido entre as honras e as mercês obtidas na guerra e na corte e as idéias iluministas. Nas suas cartas fica clara a defesa da ordem civilizatória[10], e em suas ações percebe-se o cuidado com a manutenção da ordem e da produtividade, conforme a teoria do bom governo[11]. Entre suas obras estão os "Apontamentos para a educação de um menino nobre".

Minas Gerais era, em 1734, uma fronteira geográfica "mineral" em expansão, onde novas práticas de governo promoviam a inclusão da região ao Império. Surgiam conflitos de interesses, como no caso da adoção da capitação, que explicitou o poder de ingerência que Lisboa passava a ter sobre os negócios coloniais. Mudanças na forma de governar espalhavam-se pelo império desde a Restauração (1640), para garantir a soberania da nova casa reinante, tanto na Europa, quanto nos seus domínios.

As cartas de Mendonça refletem uma visão de mundo que permite entender este período. Há nelas a interação entre o mundo barroco e as primeiras manifestações ilustradas lusitanas, nas quais se baseia o conceito do bom governo[12]. Essa idéia teórico-filosófica acha-se nas obras de pensadores desde a Idade Média e, após o Renascimento, recebe críticas das novas formas de ver o mundo: o racionalismo e o humanismo.

Apesar da influência dessas idéias, o paradigma medieval continuava vigente, levando adiante o modelo corporativista, que via a sociedade como um corpo bem organizado, onde as relações sociais se davam no ambiente de ordem universal e visavam um fim último.[13]

Na sociedade bem governada havia uma partilha natural do poder entre os órgãos sociais, liderados pela cabeça – o Rei –, a qual não devia destruir a articulação natural entre aqueles (ordem e coerência). Assim, caberia ao Rei justo manter a harmonia entre todos os membros: atribuir a cada um aquilo que lhe é próprio, e respeitar as leis da religião, da natureza e dos costumes. Neste modelo, manter a ordem social e política é a realização da justiça. Um mau governo seria aquele afastado das leis naturais de ordenação social, pela tirania, ou pela revolução.

Neste enfoque, evidencia-se o caráter natural da diferença social e a hierarquização obrigatória fundados na divisão da sociedade em três estados: clero, nobreza e povo. As

relações interpessoais baseiam-se no sistema de honra, que prega a obrigação de assumir uma atitude social apropriada ao estado pertinente[14]. Esta forma de arquitetura social mantem-se por mais tempo na Espanha, Itália e Portugal, devido tanto à situação estrutural e conjuntural, quanto à adoção do catolicismo trentino.

A teoria do bom governo firmava-se em um tripé de práticas governativas: justiça, fazenda (economia) e polícia (política e defesa). Anteriomente, considerava-se um bom governo apenas a atuação do Rei no âmbito da justiça[15]. Essas novas atribuições ligam-se à idéia dos vários corpos do Rei: senhor da justiça e da paz, chefe da casa [ecônomo], protetor da religião e cabeça da república.[16]

Desde então, o governo torna-se uma atividade dirigida por razões específicas, visando organizar a sociedade e impor-lhe uma ordem preocupada com a racionalidade e os ajustes apontados pela Ilustração, soltando-se, aos poucos, da visão corporativa da sociedade. Cabe ao governo, então, planificar reformas e levá-las a cabo, mesmo contrariando interesses estabelecidos. [17]

Norberto Bobbio reúne as ações governativas sob a rubrica “política”, pois, o poder de organizar a sociedade, fazê-la produzir e mantê-la segura resultam do monopólio da força no âmbito de um território. Ele identifica as três áreas de atuação do governo com as suas características: exclusividade, universalidade e inclusividade. A exclusividade refere-se à segurança interna e externa, proibindo os grupos armados independentes, e mantendo sob vigilância as infiltrações ou as agressões de grupos políticos externos. [18]

No caso da ação administrativa de Proença, vemo-lo debelar as atividades dos amotinados do sertão do rio São Francisco, dos quilombolas, dos ciganos etc. e ao mesmo tempo, organizar corpos de Milícias, Ordenanças e de Dragões, tanto para manter a ordem nas minas, quanto para enviá-los para a guerra no sul do Brasil.

A universalidade identifica-se com as atividades econômicas[19]. Na época do Martinho, Lisboa se volta para a colônia americana e as ações de governo visam organizar a produção de bens e “serviços”, para atender às exigências da metrópole. A inclusividade tem a ver com a justiça e se constitui na possibilidade de intervir em cada atividade dos membros do

grupo, dirigindo-os para um fim desejado ou distraindo-os de um fim não-desejado[20]. Nas cartas de Martinho de Mendonça existe o cuidado com essa esfera de poder, pois todos os assuntos são regidos por leis, ou na sua falta, por pareceres dos juristas ou dos Conselhos reais. Quanto aos servidores, todos se guiavam por regimentos e não se tomavam iniciativas que não fossem autorizadas e reguladas.

Já Michel Foucault aponta para uma "arte de governar", onde a inserção da economia na gestão do Estado seria a missão do bom governo. Ele desloca o foco da política ou da justiça, para os aspectos econômicos da sociedade. A palavra economia vai assumindo para a ciência política uma nova acepção[21].

Na época de Martinho, percebe-se o convívio de dois modelos governativos: um que aceita a concepção da sociedade corporativa; e um outro já permeado por tendências modernizadoras influenciadas pelo Iluminismo.

Dentro das novas premissas, a justiça ainda seria o primeiro e mais importante cuidado de um bom governante, pois garantia o equilíbrio social firmado e tutelado pelo direito. A base filosófica era a teoria escolástica das virtudes. As práticas de justiça tradicionais incluíam o poder de editar leis e impor tributos, a punição de criminosos, o comando de exércitos, a expropriação de bens por utilidade pública. Os órgãos responsáveis pelas atividades da justiça eram os tribunais e Conselhos. Fazia parte das ações de justiça a concessão da graça isto é, mercês e privilégios.[22] Depois, algumas dessas atividades transbordaram para outras áreas, como a economia e a política, configurando o ambiente de bom governo percebido nas cartas de Mendonça.

No Brasil, a justiça vivencia a questão da distinção social de forma muito aguda, devido à existência da escravidão. Além da hierarquia trazida pelos europeus, a sociedade colonial ainda se subdividia em reinóis e colonos, livres e escravos (indígenas e africanos). Fora desta divisão, havia aqueles excluídos desses quadros, os brancos pobres, sem lugar definido na sociedade escravocrata. As diferenças sociais ainda são marcadas pela observância das normas de etiquetas, que serve como separador dos vários grupos.

Neste cenário, a justiça vai se comportar conforme a época, isto é, dando a cada um o que lhe era próprio. Os casos era julgados segundo o nascimento e o clero tinha seu próprio tribunal. A justiça também assume funções de repressão à criminalidade e à violência, baseando-se no ideário de uma naturalização da desigualdade.

Algumas mudanças políticas e sociais refletem-se em novas formas de violência, ou seja, incremento da violência pública e a coibição da violência particular: proibição do uso de armas por particulares. Existem também três zonas de difícil controle: as fronteiras, onde os próprios Estados toleravam grupos armados autônomos, formando uma barreira entre eles e os estados vizinhos; as terras altas e florestas, amiúde abrigos dos "bandidos" e/ou fugitivos da Justiça; e ainda, certos lugares dentro das cidades. Nestas zonas, constata-se a presença de homens armados e propensos às ações violentas.[23]

Em Minas Gerais, identificamos esses espaços de violência na região do "sertão" e nas áreas florestais, ambas também se distinguindo como zonas de fronteira. Na primeira, moravam os potentados e seus grupos armados, que abriram caminho para a colonização, mas não aceitavam cumprir as leis e nem obedecer aos servidores reinóis. Nas áreas florestais, achavam-se os grupos marginais e fugitivos – ciganos e quilombolas–, aos quais eram imputados vários crimes. Nas fontes, encontramos esses grupos sendo perseguidos e acusados de violência privada e também de ações coletivas de protesto.

Outra das ações governativas era a economia, que se inspirava na imagem do Rei como "chefe da casa" e se regia pelas regras do governo doméstico. Assim, as decisões de governo baseavam-se na utilidade e suas atividades ligavam-se ao governo da casa do príncipe e do patrimônio régio, às questões fazendárias e a todas que não envolvessem direitos dos particulares. Neste serviço atuavam os escolhidos do Rei: agentes e comissários reais. As práticas econômicas serviram eram o cruzamento entre o paradigma doméstico e o político na gerência do reino, onde a fiscalidade e o controle do recebimento dos fundos exigiam mais conhecimento técnico e imposição de medidas eficazes.[24]

Nos estudos sobre o Estado moderno, o sistema fiscal tem sempre importância como elemento de implantação e consolidação da nova formação política. O imposto seria então

"uma contribuição obrigatória lançada por uma corporação de direito público sobre os habitantes que lhe são sujeitos e que dispõem de uma capacidade contributiva, para efeito de realizar as necessidades de serviços públicos."[25]

O termo imposto vem do latim *imponere*, e lembra o seu caráter arbitrário. No início da Idade Moderna, os reis passaram a cobrá-lo apenas para cobrir os custos das guerras e dos casamentos. Com o surgimento da unidade nacional e a forçosa vigilância de um estado sobre o outro, tornou-se necessária a contribuição regular, por parte das populações. Assim, o imposto vira uma obrigação e se transforma na principal fonte de receitas do Estado.

A fiscalidade assume distintos feitios de acordo com uma dada conjuntura. As decisões sobre esta matéria resultam da soma da vontade de se obter recursos e orientar as formas de recolhimento, por um lado; e as condições que o arranjo político e econômico permitem, por outro.[26] No caso do regime colonial português, percebe-se o esforço da monarquia em impor a fiscalidade, enfrentando as forças locais, que reagiam de forma negociada ou violenta. A Coroa sempre procurou negociar para que ninguém saísse perdendo e que se mantivesse o equilíbrio, sem o qual a produção entraria em colapso e se frustraria a promoção do bom governo.

Para as minas, os valores recolhidos pela Fazenda Real não eram impostos, mas direitos reais, de acordo com as Ordenações do Reino: *"Direito Real é [sic] os vieiros e minas d'ouro, ou prata, ou qualquer outro metal"*.[27] Desta forma, as minas e seus produtos eram do Rei, que dava a um súdito a mercê da exploração, recebendo a quinta parte (20%).

Em Minas Gerais, após várias alterações no modo de coletar os tributos, decidiu-se mudar a base de cálculo: passa-se do <u>quinto</u> – de caráter indireto e valor total fixado e rateado entre o grupo pagante –, para a <u>capitação</u>, tributo direto, com taxas fixas diferenciadas por categorias, que totalizam um montante flutuante e em ascensão. Essa mudança enfrentou muita oposição, tanto em Lisboa, quanto na área mineira, por representar um grande aumento no total coletado, e por atingir pessoas que não estavam ligadas diretamente às atividades mineradoras. Percebe-se também que a capitação – ao

cadastrar senhores e escravos, donos de vendas, açougues e oficinas, mulatos e forros –, tinha um segundo propósito: conhecer a população para melhor controlar e disciplinar.

No sistema arrecadatório, há uma autoridade fiscal que cumpre três funções básicas: organizar, administrar, e cobrar os impostos. Às vezes, surge uma quarta, que é a de gastar parte do arrecadado. Conforme nossas fontes, quem assume essas funções é Proença: de forma indireta, como responsável pela implantação da capitação; e, diretamente, a partir do momento em que passa a ocupar o governo da capitania.

Ao assumir o governo, Proença passou a atuar na área administrativa que privilegiava a vigilância e a conservação da ordem, para que melhor se produzisse. A questão da ordem também incluía a fidelidade ao Rei e a obediência à Igreja. Entre as ações de governação achavam-se a marcação de fronteiras, as relações com os poderes locais, o abastecimento, a organização da vida militar, o controle das revoltas populares.

A prática política foi a última a se constituir um campo específico da atuação do bom governo. Ela desponta com a discussão acerca dos conceitos de “razão de Estado” e “soberania”. Aqui, o Rei aparece como o guardião dos interesses particulares e de chefe de família, encarnando também o interesse de toda a *res publica*. As atribuições do governo político incluíam a defesa do reino. Nesse âmbito estavam as ações ligadas à segurança e à gerência da Fazenda. Para tanto, reestruturaram-se os órgãos governativos e contrataram-se servidores de confiança e com conhecimentos técnicos.

Nesta esfera do bom governo, buscava-se: controlar os gastos com a administração; conter os poderes locais e os militares; e ordenar/ manter as populações em quietação. Essas atividades eram prerrogativas do governador da capitania, e achamos nas cartas de Proença registros e prestação de contas relativas a essas ações. Muitas vezes a governança se fazia de modo improvisado, atendendo às demandas conjunturais. Outro problema era a demora nas comunicações, devido à extensão territorial da colônia e à distância da Metrópole.

Visando um maior controle da colônia, os funcionários buscavam internalizar nos colonos o sentimento de pertencimento ao Império, segundo o modelo de bom vassalo. Esse

controle baseava-se, por um lado, na tentativa de cooptação dos homens bons; e por outro, na ordenação das terras e dos povos, com o aumento da militarização.

Desta forma, a teoria da arte de governar toma seu aspecto definitivo na passagem do século XVII para o XVIII, questionado pelo racionalismo em ascensão. Esse modelo de governança surgiu com o aumento dos órgãos administrativos, o que desenvolveu um conjunto de análises e saberes, visando conhecer o Estado em seus vários elementos, dimensões e nos fatores de sua força. A Razão de Estado assumia o lugar de tema central e inspirava as ações de governo. Enfim, durante o século XVIII, observa-se a passagem de um regime dominado pela estrutura da soberania, para um regime dominado por novas técnicas de governo[28].

Notas

[1]. Este artigo faz parte da Dissertação de Mestrado defendida no IFCS/UFRJ, em 2004.

[2]. Mestre em História Comparada IFCS/UFRJ; Professora Adjunta da UNIPAC-Muriaé e Professora do Curso de História da FIC/Cataguases.

[3]. REGISTRO das cartas do Exm^{o}. Sr. Gomes Freyre de Andrade governador e Capitam Genl das Minas Gerais, do Rio de Janeiro para o Sr. Martinho de Mendonça de Pina e Proença a cujo cargo está o governo das Minas na sua auzencia (...). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 239-460, 1911.

[4]. T. R. MIRANDA, A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII, IN: W. N. GALVÃO & N. B. GOTLIB, ***Prezado senhor, prezada senhora***, São Paulo, Cia. das Letras, 2000, p. 41.

[5]. Por indústria entendiam-se todas as atividades manufatureiras ou comerciais exercidas nesta época, e que exigiam habilidades específicas.

[6]. N. F. CUNHA, ***Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista***, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001; L. M. A. V. BERNARDO, ***O essencial sobre Martinho de Mendonça***, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002.

[7]. P. CALAFATE, Sob os signos das luzes: Martinho de Mendonça Pina e Proença. ***Filosofia Portuguesa***. [on-line]; A. V. RODRIGUES, Um herói da Guarda na batalha de Belgrado. ***Terras da Beira***, [on line]; DOIS humanistas do século das Luzes, ***Jornal O Interior***; [on-line]; L. M. A. V. BERNARDO, ***Op. cit.,*** 2002, p. 15.

[8]. F. A. de VARNHAGEN, ***História geral do Brasil***, São Paulo, Melhoramentos, 1972, v. 4, p. 41; 79-80.

[9]. C. BOXER, **A idade de ouro do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

[10]. P. Burke apud M. A. SILVEIRA, ***O universo do indistinto,*** São Paulo, Hucitec, 1997, p. 38. Também em N. ELIAS, ***O processo civilizador,*** R. Janeiro: J. Zahar, 1994; e J. STAROBINSKI, ***As máscaras da civilização***, São Paulo, Cia das Letras, 2001, p. 11-56.

[11]. MOTINS do sertão etc. ***RAPM***, Ouro Preto, v. 1, n. 4, p. 649-72, out./dez., 1896.

[12]. Discutido em A. B. XAVIER; A. M. HESPANHA, ***A representação da sociedade e do poder*** e J. SUBTIL, ***Os poderes do centro***, ambos IN: José MATTOSO (org.), **Historia de Portugal**, Lisboa, Estampa, 1991.

[13]. Cf. A. B. XAVIER; A. M. HESPANHA, ***Op. cit.***, 1991. p. 122

[14]. Cf. A. B. XAVIER; A. M. HESPANHA, ***Op. cit.***, 1991. p. 127

[15]. Cf. J. SUBTIL, Os poderes do centro, IN: J. MATTOSO, ***Op. cit.***, 1991, v. 4, p. 157.

[16]. Cf E. KANTOROWICZ, ***Os dois corpos do rei***, São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 134.

[17]. Cf. J. SUBTIL, ***Op. cit.***, 1991. p. 160.

[18]. Cf. N. BOBBIO, ***Teoria geral da política***, Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 66.

[19]. Cf. N. BOBBIO, ***Op. cit.***, 2000, p. 66.

[20]. Cf. N. BOBBIO, ***Op. cit.***, 2000, p. 166.

[21]. Cf. M. FOUCAULT, ***Microfísica do poder,*** Rio de Janeiro, Graal, 1999, p. 280-1 e 284

[22]. Cf. J. SUBTIL, ***Op. cit.,*** 1991. p. 157

[23]. Cf. P. BURKE, ***Violência urbana e civilização***, S. Paulo, Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, c1995, Disponível na Internet no URL: http://www.braudel.org.br/papers.htm#26 [capturado em 03/08/2001]

[24]. Cf. J. SUBTIL, ***Op. cit.,*** 1991, p. 158

[25]. ENCICLOPÉDIA Saraiva de Direito, São Paulo, Saraiva, 1977, v. 47, p. 333.

[26]. Cf. L SALAS, La fiscalidad, el estado moderno y la historiografía nobiliaria, ***Tiempos Modernos***, ***Revista electrónica de Historia Moderna***, n. 8, mayo/sep., 2003. [on-line], Disponível no url: http://www.tiemposmodernos.rediris.es/ [capturado em 17/09/2003].
[27]. ORDENAÇÕES Manuelinas, Livro 2, Titulo 15, Item 15 [on-line]
[28]. Cf. M. FOUCAULT, ***Op. cit.***, 1999, p. 285-91

Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife.

Isabel Cristina Martins Guillen[1]

Final dos anos vinte do século passado, início dos anos trinta, a cidade do Recife passa por intensas transformações urbanas. Apesar da cantilena que apregoa a crise econômica que atinge o mercado do açúcar, a cidade cresce, incha no dizer de alguns, exigindo reformas e infra-estrutura que suporte tal crescimento. De um lado, sobressai a ânsia pela modernidade que atinge a vida cotidiana dos mais abastados, daqueles que moram nos bairros centrais e que freqüentam teatros, cinemas e cafés no centro da cidade. De outro lado, as discussões e campanhas contra os mocambos dão uma visibilidade para os modos de morar dos mais pobres que revelam a miséria que circunda a cidade, que penetra em becos e ruelas. A zona norte da cidade, principalmente seus morros que se tornarão conhecidos como "Altos", estava sendo ocupada freneticamente, uma vez que o centro da cidade não comportava mais novos moradores. Alto de Santa Izabel, Alto José do Pinho, Alto do Mandu, dentre outros, vão sendo ocupados por essa gama de trabalhadores pobres expulsos do centro, principalmente o bairro de São José, ao mesmo tempo em que a cidade assiste um intenso movimento migratório de trabalhadores rurais, também expulsos das usinas e engenhos.[2]

Nesse contexto, o Alto de Santa Izabel, situado próximo ao mercado de Casa Amarela, coração da zona norte do Recife, rapidamente foi povoado, principalmente por ter uma localização privilegiada. Ruas sem calçamento, casas de taipa e capim, raros postes de madeira a iluminar o bairro durante a noite. Na rua Carolina o Sr. Manuel Martins, trabalhador rural originário de Nazaré da Mata, construiu uma casa fixando residência para sua família. Aos poucos, outros parentes se mudaram para as redondezas, primos, tios, irmãos, constituindo uma rede de solidariedade que fazia a vida cotidiana suportável, propiciando em meio aos afazeres que proviam a vida material do grupo, uma série de práticas culturais que lhes permitiam ressignificar suas vidas no novo local.[3] Assim, nessa mesma casa funcionava a sede do Maracatu Cambinda Estrela, fundado por Manuel

Martins, que D. Leinha, sua filha, faz questão de frisar com recorrência que tinha verdadeiro amor aos brinquedos.[4] Além do maracatu, seu Manuel Martins também fazia cavalo marinho e principalmente o coco na época das festas juninas. Mais do que simplesmente brinquedos de pura diversão, essas manifestações culturais vão se constituir em pontos nodais dessas redes sociais, permitindo a recriação de práticas culturais típicas da zona da mata canavieira, transitando entre o mundo rural e o urbano, entre a cidade e os engenhos, criando outros sentidos e significados simbólicos, conforme podemos conferir no depoimento de D. Leinha a respeito de seu pai, o Sr. Manuel Martins.

Agora meu pai que gostava muito de brincadeira, esse negócio de diversão era com ele. A única coisa que ele não gostava era de dança. Dança ele não gostava não. Ele já teve cavalo marinho, botou cavalo marinho ai na frente... No interior é que tem, né, boi, né, esse negócio. Ele tinha boi, tinha cavalo, eu era garota ainda... e gostava de S. João, esse negócio de coco, de roda. Começa o coco na véspera de Santo Antônio, só ia terminar no sábado de Santana. Era coco toda semana, sábado pro domingo o coco aqui virava, toda semana, a noite todinha. E naquela época não tinha só o pandeiro tocando. Naquela época era o bombo mesmo, aquele bombo que é do maracatu... a noite todinha o bombo tocando. Quando dava quatro, quatro e meia, ia tudinho cantando, ia pra Bebinho tomar banho, no rio de Bebinho. Meu pai toda vida gostou de brincadeira, essas coisas.

Este trabalho objetiva discutir as práticas culturais do bairro Alto de Santa Izabel, que revelam modos de se apropriar da cidade bem como as artes de conviver, através do estabelecimento de parcerias com vizinhos e a constituição de redes sociais que permitem uma convivialidade e solidariedade vividas no cotidiano tanto do bairro como adjacências.

A rua Carolina, onde era a sede do maracatu, fica próxima também do local denominado Outeiro de Santa Izabel onde, de acordo com a memória de diversos moradores, funcionavam vários bordéis, e muitos se referem à região como violenta e perigosa. Em ruas transversais e paralelas funcionam muitos outros brinquedos além de outros maracatus: Maracatu Cambinda Nova, Maracatu Leão das Flores, Maracatu Pavão Dourado, Maracatu Som do Oriente. Todos estes maracatus são de orquestra,[5] assim como

o Cambinda Estrela, e começavam a chamar a atenção dos intelectuais da cidade, principalmente os caboclos de lança e os tuchaus, figuras que até então não circulavam com freqüência pelas ruas centrais da cidade no período do carnaval.[6]

Além dos maracatus no Alto de Santa Izabel funcionavam muitos outros brinquedos, como cavalos marinhos, bois, presépios e pastoris, além de quadrilhas e festas de coco, sempre a depender do ciclo das festas populares (Natal e festas juninas, por exemplo) Acrescente-se a esse rol uns tantos terreiros de religiões afro-descendentes, como os Xangôs e Juremas. Concomitantemente ao crescimento da zona norte do Recife, assistiu-se nos anos de 1920 a uma intensa repressão desses brinquedos populares sob vários pretextos, mas que se destacava o desejo de disciplinar hábitos considerados incivilizados e que propiciariam a violência e a criminalidade.[7] Desse modo, determinou-se que todos os divertimentos públicos deveriam requerer licença à polícia para poder funcionar. A polícia, diante dos requerimentos consultava tanto os arquivos criminais para saber se o requerente tinha antecedentes, como enviava ao local inspetores para saber se o brinquedo perturbava a ordem pública. As petições registradas na documentação da Repartição Central de Polícia pedem licença para funcionamento de uma grande diversidade de manifestações: barracas de prendas e tiro ao alvo, pastoris, fandangos, cavalo marinho, maracatus, bumba-meu-boi, cafés cantantes ou dançantes, etc.[8]

Compulsando as petições que requeriam licença à polícia para fazer funcionar diversos brinquedos pela capital, encontramos muitos outros divertimentos, além de maracatus. Constam nas petições requerimentos para funcionar café cantante e um Fandango, ambos situados na mesma Rua Carolina. O café cantante assim como um pastoril que pede para funcionar no Outeiro têm seus pedidos negados, pois os inspetores comunicam ao chefe de polícia que ambos perturbam a tranqüilidade pública. Nas proximidades de Casa Amarela, e do Alto de Santa Izabel, requerem ainda licença para funcionar na rua do Cajueiro, um bumba-meu-boi, cujo pedido também é negado a bem da tranqüilidade pública. Encontramos ainda um pedido para funcionar, na Estrada do

Bartolomeu, próximo a Casa Amarela, um cavalo marinho, brinquedo típico da zona da mata, confirmando que a região concentrava um grande número de migrantes rurais. [9]

Esses divertimentos populares podem ser entendidos como pontos nodais nas redes de solidariedade que se constituíam entre parentes e vizinhos, visível principalmente na organização, próximo ao natal, dos chamados presépios de crianças. A maior parte das petições que se referem à Casa Amarela são de presépios de crianças, instalados "em um fundo de quintal", ou em palanques no meio da rua, conforme se recorda D. Leinha. Vale salientar que para os presépios de crianças o chefe de polícia concede as licenças de funcionamento sem cobrar taxas "por se tratar de diversão familiar". Os presépios de crianças são "brinquedos de moças", semelhantes aos pastoris que tanta perturbação trazia à ordem pública, em que nestes as pastoras e o velho com grande licenciosidade e jocosidade faziam a alegria da rapaziada.[10]

Em sua grande maioria esses brinquedos estavam relacionados aos terreiros de Xangô ou Jurema, que também sofriam intensa perseguição policial. Podemos ler nas páginas do matutino *Folha da Manhã,* em 1939, uma advertência à polícia para que agisse com mais rigor na região de Casa Amarela:

Mal grado a perseguição por parte da policia, os catimbozeiros e adeptos do baixo espiritismo, insistem na pratica condenável de exploração da crença dos mais desavisados. Segundo soube a reportagem, continuam esses catimbozeiros, já várias vezes, embrulhados com a policia a fazer sessões clandestinas, lá para Casa Amarella principalmente no Becco do Quiabo, Rua Santa Isabel e o reservatório. A patrulha do districto poderá pega-los em flagrante[11]

O mesmo jornal noticiava que terreiros tinham sofrido intervenção policial, os "catimbozeiros" foram presos bem como seus pertences e material de culto recolhidos à delegacia:

Cumprindo as determinações do dr. João Roma, delegado de investigações e capturas, o investigador 180, esteve hontem, á tarde, na residência da catimbozeira Antonietta Ferreira da Silva em Casa Amarella, apprehendendo vários apetrechos de catimbó, 1

baralho de cartomancia e 24$000 em dinheiro. Ainda, na casa 138, da rua Santa Isabel daquelle arrabalde, o mesmo investigador prendeu os catimbozeiros Pedro Amaro Soares e Juvenal de Castro Ribeiro. Nessa casa, foram apprehendidos quadros, hervas, velas, orações e muitas bruxarias, sendo tudo apresentado, de ordem do respectivo commissario Ildefonso Vasconcelos, ao delegado João Roma.[12]

O discurso da elite a respeito dos brinquedos da cultura popular, além de o considerarem práticas não civilizadas que precisavam ser extirpadas do corpo social da cidade, aventavam todo o tempo que as mesmas eram propícias a práticas violentas. No entanto, nas memórias do Sr. Zezinho, a imensa variedade de brinquedos de que participou não eram naturalmente propícios à violência, ao contrário, eram espaços de lazer e sociabilidade em que eventualmente ocorriam brigas. O sr. Zezinho é hoje um reconhecido e afamado pai de Santo que tem seu terreiro na mesma rua Carolina e que, desde "garotote", como se refere, participou do Cambinda Estrela como caboclo de lança. Também é um afamado mestre de coco, dono de uma bela voz e prodigiosa memória em que guarda composições de antigos companheiros de desafios.[13] Apesar da fama de que os maracatus rurais eram brinquedos violentos, que os caboclos não perdiam a chance de provar seu caráter aguerrido, o Sr Zezinho lembra-se de poucas brigas.

Aqui no Alto de Santa Isabel, no tempo que era o Outeiro, que era gafieira. Pronto, tinha um bumba meu boi de Antonio Torres, lá perto do terminal, o Garrote Novo, que quem cantava as toada do boi era uma velha e balançava o ganzá e cantava a noite todinha. Mãe de Estevão, que era o porta bandeira de Leão de Aldeia. (...) Agora, saía e não tinha um barulho. Todo mundo bebendo aguardente. O dono do bumba meu boi era Antonio Torres. Chegava pra aquele lado de Tercílio (do maracatu Cambinda Estrela) ali passava mais de duas horas batendo[14]

O que se destaca nas memórias do Sr. Zezinho é essa quantidade de pessoas que conheceu e que participavam de diversas brincadeiras, havia músicos que tocavam em maracatus, bois e cavalos-marinhos, havia desfilantes que saiam no carnaval nos maracatus e que eram nas festas juninas organizadores de quadrilhas ou participantes de rodas de

coco. O relato do Sr. Zezinho nos levanta pistas de que essa rede em que os brinquedos estão inseridos é extremamente complexa e diversificada, cada membro participando de muitas coisas, utilizando suas habilidades em muitas situações diferentes. Há uma intensa dinâmica social que contrasta com a idéia de que esses brinquedos são tradicionais, folclóricos. Ao mesmo tempo, essa rede se estende ao mundo rural, aos engenhos e cidades da zona da mata norte do Estado, Carpina, Nazaré da Mata, Vicência, dentre outras. No carnaval os maracatus de orquestra costumavam se apresentar nessas cidades do interior, demonstrando que sua vinculação com o mundo rural não teria se desfeito.

Desse modo, a partir da memória de antigos participantes do maracatu Cambinda Estrela, que foi fundado como um maracatu de orquestra e que "virou seu baque" muito provavelmente nos anos 1960, podemos discutir as práticas culturais e constituição de redes de sociabilidade que esses brinquedos propiciava e homens e mulheres não só suportar a vida cotidiana, mas simbolizar sua inserção no mundo. No entanto, suas práticas culturais sofreram intensa perseguição policial durante os anos de 1930 e 1940. Notadamente o maracatu de orquestra, considerado uma descaracterização do autêntico maracatu, o nação. Durante muitas décadas o maracatu rural sofreu discriminação por parte do poder público que regulamentava as atividades carnavalescas na cidade do Recife. Seja por estes motivos, ou mesmo por uma imposição da nova dinâmica social, muitos desses brinquedos deixaram aos poucos de "sair para as ruas", quase desaparecendo completamente, a exemplo dos cavalos marinhos e fandangos. Foi exatamente no período em que viraram "autêntico" folclore pernambucano, tornando-se objeto de estudo de intelectuais exatamente por que se encontravam ameaçados de desaparecimento. Ao mesmo tempo é importante destacar que esses brincantes também participavam de outras manifestações, e a medida em que foram desaparecendo, migraram e fundaram outras. Tais práticas demonstram que a cultura popular não foi vivenciada com "complacência melancólica" mas ressignificada de acordo com as exigências das transformações que criavam novas práticas culturais.[15]

Quando seu pai transfere o maracatu para o Sr. Tercílio, D. Leinha deixou de desfilar no mesmo, mas não de participar de outras brincadeiras. Ainda no final dos anos trinta, participou da escola de samba Cuíca de Bambu, a primeira a ser fundada na cidade. Quando esta deixou de sair para as ruas, fez parte do grupo que fundou a escola de Samba Quatro de Outubro, cuja sede se localiza em uma rua próxima a sua casa. Dona Leinha até hoje costura para a escola e faz parte de sua diretoria.

D. Leinha se refere em sua entrevista a uma situação que merece ser pensada com mais vagar: quando era zeladora de uma escola ali no Alto mesmo, já nos anos 60 ou 70, conta que a diretora da escola organizava todo ano um Boi com os alunos. Aqui o brinquedo saiu do espaço cultural em que era feito pelos moradores do bairro, já se encontra "folclorizado". O que significa "folclorizar"? Aquele brinquedo não tem mais a capacidade de conferir significados, não insere as práticas culturais num campo simbólico que lhes permitia pensar o mundo e suas relações. O boi é um brinquedo que no nível simbólico é perpassado por denúncias sociais e possibilidades de revolta, ainda que individual. Mas a figura do Mateus em sua jocosidade e irreverência tem um potencial subversivo da ordem simbólica que não se deve desprezar. A "folclorização", e sua transformação em brinquedo significa talvez a capacidade de criação de homogeneidade em meio à diversidade, pois retira da brincadeira seu potencial de simbolizar a vida cotidiana.

A grita geral de que se está acabando com a autêntica cultura pernambucana apenas arranha a superfície do problema – que é a capacidade que as elites tem de retirar dos populares, ao estabelecer normas e "folclorizar" sua cultura, a capacidade de simbolizar o mundo. Mas não há nisso nenhuma constatação melancólica e enlutada pela morte da cultura popular. Afinal, as pessoas refazem suas práticas culturais cotidianamente, e a escola de samba nos anos 60 e 70, cumprem essa função. Enquanto os brinquedos tradicionais minguavam, e os maracatus passavam por sérias dificuldades, as Escolas de Samba conheceram seu auge, com a presença de cerca de 16 delas desfilando na passarela da Federação Carnavalesca. Em sua grande maioria, óbvio, localizadas na zona norte da cidade.[16] Ainda no final dos anos 60 encontramos a presença dos pastoris profanos

em meio aos festejos natalinos no Sítio da Trindade.[17] Nem todos os brinquedos desapareceram, e seus brincantes trataram de inventar outros.

---

[1] Departamento de História da UFPE

[2] Para uma história do Recife nos anos vinte e trinta ver: REZENDE, Antônio Paulo *(Des)Encantos Modernos. Histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, Governo do Estado, Secretaria de Cultura/Fundarpe, 1997; LIRA, José Tavares Correia de *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado.* São Paulo, Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo ECA/USP, 1996. Para uma visão geral do período ver: LEVINE, Robert M. *A velha usina. Pernambuco na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

[3] Sobre a vida cotidiana no bairro ver: CERTEAU, Michel *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 2003, vol. 2, especialmente o capítulo I *O Bairro,* escrito por Pierre Mayol.

[4] Entrevista concedida em 10/02/2005

[5] Existem dois tipos de maracatus na cidade do Recife. Os maracatus-nação, que são constituídos por um cortejo real, em que se sobressaem rei e rainha, e um conjunto musical de percussão. Estes são os grandes maracatus originários das coroações de reis do Congo, descritos por Pereira da Costa e Guerra Peixe, por exemplo. Os grupos que mais se destacaram foram o Elefante, o Leão Coroado, o Dois de Ouro, dentre outros. Nos anos de 1930 e 1940 algumas figuras de maracatu começam a chamar atenção de observadores mais atentos às manifestações da cultura popular, como o pintor Lula Cardoso Aires, que fotografou os indecifráveis tuchaus. São eles os famosos caboclos dos maracatus que hoje denominamos de orquestra ou "rural". A grande diferença com o maracatu nação está na formação do conjunto musical, composto de uma orquestra de cordas e de um terno. Esses maracatus ganham visibilidade pela cidade nesse período, mas foram confundidos com os seus congêneres, e muita confusão houve na caracterização dessas manifestações, até o momento em que o maestro Guerra Peixe estabeleceu as principais diferenças entre ambos, principalmente do ponto de vista musical. Tais maracatus provavelmente surgiram na cidade em decorrência dessa migração da zona da mata canavieira para a periferia do Recife, conforme nos referimos acima. Ver: PEIXE, Cezar Guerra *Maracatus do Recife.* São Paulo, Irmãos Vitale, 1981.

[6] Ver: Os indecifráveis tuchaus. *Contraponto*, Recife, março de 1947.

[7] Sobre divertimentos públicos no Recife ver: COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920.* Recife, Doutorado em História da UFPE, 2003.

[8] Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Repartição Central de Polícia (RCP). Ver, dentre outros, volumes referentes a Seção de Teatro e Diversões Públicas. Agradeço às alunas de iniciação científica que participam do projeto *No ressoar dos tambores. Práticas e representações em torno do maracatus nação (1920-1960)* Débora Callender, Pollyana Maria da Silva e Bartyra Queiroz de Souza pelo levantamento documental.

[9] APEJE – RCP, 5ª. Delegacia da Capital, jan-dez 1928, vol. 568 (Café Cantante e Fandango); Petições, agosto de 1927, vol 1048 (Pastoril); 5ª. Delegacia da Capital, jan-dez 1928, vol. 569 (cavalo marinho); Petições, agosto de 1927, vol. 1048; Petições de 1927, vol. 1165 (bumba-meu-boi).

[10] Sobre os pastoris ver: ARRAIS, Raimundo. Recife, culturas e confrontos. As camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911. Natal, Ed. UFRN, 1998; MELLO, Luiz Gonzaga de; PEREIRA, Alba Regina Mendonça. *O pastoril profano de Pernambuco*. Recife, Massangana, 1990.

[11] Folha da Manhã , Matutino, 2 de dezembro de 1939, p.7

[12] Folha da Manhã , Matutino 27 de janeiro de 1939 , p.12.

[13] Entrevista com o Sr. José Amaro de Souza Filho (Zezinho de João Vieira) realizada em 24/04/2005.

[14] Idem

[15] CANCLINI Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo, Edusp, 1998.

[16] É interessante observar que não há nenhum estudo sobre as Escolas de Samba no Recife, apesar de terem surgido no final dos anos 30, como a Cuíca de Bambu, da qual D. Leinha fez parte depois de deixar de desfilar no Cambinda Estrela. Sobre a quantidade de Escolas de Samba em Recife ver: Galeria do Ritmo no carnaval local *Correio de Casa Amarela*, Ano I, n. 05, 24/02/1968, p. 01.

[17] MOREIRA, Laércio. Problemas do bairro. *Correio de Casa Amarela*, Ano II, n. 09, 31/12/1968, p. 07

Ciganos em Juiz de Fora – Mitos, Perseguições e Resistências (1860/1920)

Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges[1]

A pesquisa em andamento estuda a presença e a participação de grupos ciganos no contexto social e cultural de Juiz de Fora no período de 1860 a 1920, procurando relacionar os acontecimentos ao contexto nacional da época, marcado por conflitos decorrentes da transição para o capitalismo, pela introdução de novas relações de trabalho, pelo processo de urbanização e assimilação dos valores "modernos" que chegavam da Europa.

Num contexto nacional geral, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do séc. XX foram cenários de transições fundamentais: Monarquia para República; trabalho escravo para trabalho livre; urbanização e construção de fábricas em algumas regiões.

A cidade de Juiz de Fora, na data de sua elevação de vila a município (1850), chamava-se ainda Santo Antônio do Paraibuna (nome que só será alterado em 1865), e sua inauguração coincide com o período em que se iniciam inúmeras transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, que refletiam o "*momento de implantação da política centralizadora e modernizadora do reinado de D. Pedro II*".[2] Constitui-se então, como município, já na complexidade do século XIX, influenciada naturalmente por uma maior proximidade geográfica e um conseqüente intercâmbio econômico e cultural com a Corte, diferenciando-se assim da tradicional cultura colonial mineira que caracteriza as cidades surgidas no século XVIII, filhas do ouro e do barroco[3] e destaca-se no contexto de transição para o capitalismo até a década de 1920, aproximadamente, quando a capacidade da produção cafeeira regional (produto principal) voltada para a exportação fez da cidade portadora de grande potencialidade em desenvolver e diversificar sua economia no âmbito urbano-industrial.

Assim, em torno do complexo cafeeiro instalado na região, do investimento dos fazendeiros através dos excedentes econômicos dessa produção, tornou-se possível, não só a industrialização, mas o desenvolvimento de diversos outros setores que se vinculavam

a demandas resultantes desse processo, como bancos, comércio (grandes atacadistas), ferrovia, etc., gerando e reproduzindo um capital endógeno.[4]

Inaugura-se em 30 de dezembro de 1875 a Estação Ferroviária que trazia até a cidade a Estrada de Ferro D. Pedro II, futura Leopoldina, ligando Juiz de Fora à Corte.[5] A chegada dos trilhos é apenas um marco no conjunto de ações da elite, que almeja a aproximação da cidade com o ideal europeu, e busca, através da criação de uma infra-estrutura urbana, possibilitar o crescimento de seus investimentos e instaurar seu *"projeto modernizante"* voltado para possibilitar a geração de condições propícias ao desenvolvimento industrial, e universalização de valores capitalistas.[6]

A elite da região sul da Zona da Mata Mineira na segunda metade do século XIX era majoritariamente formada por famílias vinculadas ao café ou à cultura de alimentos voltada para o comércio. A essas famílias podemos acrescentar a presença e a atuação de alguns industriais de origem nacional, sem vínculo direto com a cafeicultura, assim como a contribuição de grupos de imigrantes, inicialmente de origem germânica (alemães) e um pouco mais tarde de italianos ou de outras nacionalidades.[7]

Nesse período de transformações, que se estendeu até as primeiras décadas do século XX, ocorreram efervescentes conflitos, envolvendo aspectos sociais e culturais da sociedade que se desenhava, com a convivência entre escravos, imigrantes, libertos, operários, elites e "vadios", enfim, uma marcante estratificação social, na qual se incluíam grupos ciganos. Estes têm sua presença registrada em vários períodos no Brasil , em Minas, e de maneira efetiva, nos séculos XIX e XX em Juiz de Fora e toda a Zona da Mata, sendo que, em virtude de seu modo "diferente" de viver, incomodavam e geravam conflitos, ações e reações.

Os ciganos chegaram ao Brasil ainda no período colonial. Apesar de não haver um consenso quanto à data exata, os pesquisadores concordam quanto à causa mais comum: o degredo de indivíduos ou famílias ciganas provenientes da Península Ibérica por determinação da Coroa Portuguesa.

O historiador Geraldo Pieroni[8] destaca o Séc. XVII como o momento em que se

generalizou o degredo de “bandos” de ciganos para o Brasil, principalmente após a resolução real de 1686. Esse decreto estendia a determinação das Ordenações Filipinas de 1603, que determinavam o degredo de ciganos para a África, agora também o Maranhão, no território brasileiro.[9] Pieroni conclui através de seu trabalho, que esse decreto representou um dos principais instrumentos utilizados pela Coroa Portuguesa para “despejar” seus “elementos indesejáveis” e “gentes inúteis”, expulsando para as colônias ultramarinas seu contingente populacional considerado perigoso e transgressor (no qual se inseriam freqüentemente os ciganos), num prisma segundo o qual o degredo funcionava como um ritual de purificação, ligado também a questões religiosas, sob o comando do Santo Ofício.

As cartas do Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo Castro, indicam o envio anual de cerca de 400 ciganos para o Brasil, entre os anos de 1780 e 1786. Em 1718, uma série de decretos expedidos pela Coroa Portuguesa referem-se à expulsão de ciganos no território da Colônia, com destaque para regiões do nordeste (Bahia, Pernambuco e Sergipe), indicando[10] que muitos desses vieram para o território de Minas, acompanhando o Rio São Francisco.

O contexto colonial passa por uma série de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, a partir da instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Tais mudanças se refletiram de maneira marcante na trajetória dos ciganos, que, durante a permanência da Corte Portuguesa no Brasil, até aproximadamente o período em que tomam força os movimentos abolicionistas, passaram por uma fase de maior valorização e aceitação por parte da sociedade. Com a urbanização, houve uma maior inserção dos ciganos em atividades econômicas mais lucrativas, como o comércio de escravos (sendo que antes comerciavam principalmente animais – cavalos e mulas - entre outros objetos), tendo ocupado o Campo de Sant’Ana no Rio de Janeiro, que se tornou ponto de referência histórica sobre a presença de ciganos, e também comerciavam por várias regiões de Minas Gerais, o que gerou enriquecimento e relativo status a alguns grupos.[11]

O Século XIX chega trazendo grande complexidade. Essa situação começa a alterar-se, em virtude de acontecimentos paralelos que foram se desenvolvendo no cenário em

questão. Os movimentos pela Independência, as pressões abolicionistas e, com grande força, a política de construção de uma identidade nacional, atrelada à idéia de modernização e civilização dos costumes, intensificaram a repressão às populações que destoavam dos ideais de "progresso", fechando o cerco sobre os ciganos, que sofreram pressões para deixarem os centros urbanos e as periferias.

Aos aspectos ligados ao universo dos grupos ciganos que chegaram ao território mineiro é que lançamos nosso olhar, estudando mais especificamente Juiz de Fora no século XIX, no sentido de considerá-la uma cidade capaz de representar diversidades, potencialidades e mesmo especificidades do contexto nacional, pretendendo que esse foco contribua para a compreensão de determinados aspectos desse tempo, tão denso e complexo.

O recorte cronológico dessa pesquisa (1860 a 1920), delimita-se inicialmente pelo Código de Posturas do Município de 1860, que proibia atividades comerciais com os ciganos e pessoas desconhecidas[12] em Santo Antônio do Paraibuna, primeiro documento oficial local encontrado que implica na tensão existente entre as autoridades em relação à presença de ciganos na cidade. Já 1920 marca o início do período (que se entende até 1929) em que "*as condições objetivas da produção parecem configurar uma situação de crise na estrutura agroexportadora de Juiz de Fora definida pela impossibilidade de realização do movimento de reprodução determinada pelo esgotamento absoluto das matas...*"[13], o que resulta na inviabilização da economia local como vinha se desenhando até então, gerando efeitos multiplicadores diversos e contribuindo de maneira definitiva para a alteração do perfil da cidade.

Através de uma bibliografia específica, da pesquisa em fontes primárias, com destaque para os jornais locais da época ("O Pharol" e "Jornal do Commércio")[14] , além de processos criminais[15] e relatórios de delegados de polícia de Juiz de Fora nesse período[16], e com base em aportes teóricos ligados à História Social da Cultura[17], procuramos identificar como a sociedade e autoridades reagiam à presença cigana, buscando definir o quanto a forma de viver desses grupos e mitos seculares criados em torno dos mesmos ameaçavam os

projetos de modernidade, considerando o papel da cultura como uma das importantes forças motivadoras de transformações históricas.

Nas informações levantadas até agora nas fontes primárias, sobretudo nos jornais, identificamos uma marcante intolerância à chegada de grupos ciganos nas proximidades tanto de Juiz de Fora quanto das regiões próximas. A população se aterrorizava e imediatamente eram organizadas forças policiais, que muitas vezes contavam com o apoio de uma força extra formada por civis[18], geralmente empregados das grandes fazendas dos cafeicultores, que temiam que os grupos acampassem em suas propriedades.

A intenção era impedir que os ciganos se fixassem, mas, quando isso não era evitado, os acampamentos eram geralmente atacados e aconteciam mortes dos dois lados (adultos), e entre os ciganos, também muitas de mulheres, crianças[19] e idosos, que habitualmente se colocavam à frente tentando evitar o ataque por parte dos policiais.

Esses acontecimentos eram acompanhados com alarde pelos jornais, que começavam a tratar do assunto desde o primeiro indício da aproximação de algum grupo cigano da cidade. Os conflitos eram relatados geralmente na primeira página, com longas matérias nos editoriais. Crimes, invasão de propriedades e perseguições policiais são o teor predominante dessas notícias, que alcançaram seu auge nas três últimas décadas do século XIX e início do século XX, quando, além de grupos descendentes dos ciganos que vieram de Portugal no período colonial, eram constantes também a chegada de famílias oriundas da região dos Bálcãs e da Hungria, que passaram por um período de forte migração nesse período, quando muitos grupos se espalharam pela Europa e também buscaram a América, ocupando de maneira ostensiva (até 1914) os Estados Unidos (provenientes principalmente da Inglaterra) e alguns países no Canadá, México e América do Sul, onde os regulamentos que controlavam a entrada de imigrantes eram mais brandos.[20] No Brasil chegaram muitos ciganos dessas localidades, denominados regularmente pelas autoridades e imprensa por “turcos”, “boêmios” ou “sérvios”. [21]

Designações como “vagabundos”[22], “praga”[23], “hordas de aventureiros, desrespeitadores da lei, violadores da propriedades alheia e assassinos”[24] entre outras, eram constantes no

discurso daqueles se referiam aos ciganos, termos estes que ficaram enraizados no imaginário da população até os dias atuais e que fazem parte de uma complexa trajetória dos grupos ciganos, que desencadeou numa situação contemporânea capaz de representar quase uma situação limite nas questões ligadas à exclusão política, econômica, social e cultural das chamadas “minorias”.

Diante desse panorama, delineia-se nosso principal enfoque: quais as razões de tanta perseguição, seus reflexos e abrangências em Juiz de Fora e qual sua relação com o projeto modernizador nacional vigente no período, que envolvia, entre outras, questões ligadas à disciplina do trabalho e higienização dos espaços urbanos. Os resultados iniciais de nosso trabalho já responderam e confirmaram uma de nossas hipóteses, que visava perceber se havia ocorrido um acirramento de discriminação, perseguições, ataque a acampamentos por parte das autoridades, assim como o levantamento de dados sobre um possível aumento de envolvimento dos ciganos em crimes e episódios violentos nesse período. Pretendemos agora, no decorrer da pesquisa, identificar mecanismos e estratégias de sobrevivência e resistência, que, incutidas na cultura e nas tradições dos ciganos tenham sido utilizadas ou criadas nesse momento, tentando compreender até que ponto tais estratégias podem ser consideradas portadoras de elementos aglutinadores e de um potencial de resignificação cultural, de novas formas de solidariedade e de aspectos que possam demonstrar fortalecimento ou desintegração no processo de busca por uma identidade entre esses grupos.

NOTAS:

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de Pesquisa Poder, Mercado e Trabalho, sob a orientação da Profª. Drª. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

[2] GOODWIN JR. James Willian. A Modernidade como Projeto Conservador: A Atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 1850-1888. IN: **LOCUS**: Revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF, 1977. Volume 3, nº 1, p. 116.

[3] CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres – A belle-époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. P.10.

[4] PIRES, Anderson. Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1930. IN: **LOCUS:** Revista de História. Juiz de Fora: 1997, vol. 3, nº 2, p.145.

[5] LESSA, Jair**. Juiz de Fora e Seus Pioneiros** (Do Caminho Novo à Proclamação). Juiz de Fora: EDUFJF, 1985, p. 110.

[6] CHRISTO, M. C. V., op. cit. p. 75

[7] GENOVEZ, Patrícia Falco. Câmara dos Compadres: Relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889). IN**: LOCUS** – Revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF, 1996, vol. 2, nº 2, p. 63. Nesse trabalho, a autora analisa a origem das famílias que dominaram a vida política local, ressaltando as relações familiares e as várias famílias que integraram a Câmara Municipal de Juiz de Fora, assim como seu significado no estabelecimento das redes de poder da região circunvizinha à cidade.

[8] PIERONI, Geraldo. **Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas. Os Degredados no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. p. 111-114. (Tese de Doutoramento)

[9] COELHO, F.A. **Os Ciganos de Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

[10] TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Correria de Ciganos pelo Território Mineiro (1808-1903).** Belo Horizonte: UFMG, 1998. Dissertação de Mestrado.

[11] O nível de vinculação dos ciganos com o tráfico e comércio de escravos é ainda um tema polêmico entre os historiadores, merecendo estudos e releituras acadêmicas sobre tal assunto, mesmo porque, apesar desse breve período de trégua, percebe-se o predomínio de cercos legais aos ciganos em relação a qualquer tipo de atividade envolvendo transações comerciais.

[12] Código de Posturas de Juiz de Fora, 1860 – Art. 161. Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora.

[13] PIRES, Anderson. Op.cit. p. 153.

[14] Os exemplares desses jornais encontram-se disponíveis para pesquisa no Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes em Juiz de Fora.

[15] Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora

[16] Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte (MG)

[17] Nos aproximamos, sobretudo, das propostas do historiador canadense e estudioso das “multidões” na história das revoluções burguesas George Rude - RUDÉ, George. **A Multidão na História**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, além de Natalie Z. Davies - DAVIES, Natalie Z. **Culturas do Povo**: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; e também Edward Thompson - THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. SP: Companhia das Letras, 1998. Esse grupo de autores, entre outros, estuda as resistências das classes subalternas, buscando valorizar atitudes e comportamentos aparentemente insignificantes ou imediatistas, mas passíveis de revelarem uma identidade social em construção, no contexto específico da formação do capitalismo. Ao valorizar culturalmente o comportamento e as atitudes populares, os

trabalhos desses autores proporcionam uma nova abordagem cultural da história social, com ênfase ao papel decisivo da cultura como força motivadora de transformações históricas, sob o pano de fundo das concepções comunitárias de legitimidade e significação num contexto de violência popular.

[18] A união entre forças policiais e da população na repressão aos grupos de ciganos é percebida em inúmeras notícias. Podemos aqui citar como exemplo o trecho de uma matéria intitulada "Massacre em Juiz de Fora", no Jornal do Commércio do Rio de Janeiro, que criticava a violência utilizada nessa ocasião na invasão de um acampamento de ciganos sérvios: *"...A algumas léguas da cidade mineira acamparam e buscaram contato com os fazendeiros da área [ ] Por isso: a população local se organizou em turmas de captura, reforçada por vinte homens da polícia mineira, vindos da cidade..."* **Jornal de Commércio**, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1903.

[19] "*...Em presença da força, apparentando os ciganos submissão, foi, entretanto, a mesma aggredida, a uma ordem do chefe do bando pelas mulheres e crianças, que procuravam embaraçar o movimento dos soldados, agarrando-lhes as pernas, enquanto os adultos fugiam em direcção ao um moro próximo, donde procuraram oferecer tenaz resistência à força."* **"Jornal do Commércio",** nº 2177. Folha 1, Coluna 2. Juiz de Fora, 09 de setembro de 1903.

[20] FRASER, Angus. **História do Povo Cigano**. Lisboa: Editorial Teorema, 1997. Capítulo 7.

[21] O historiador James Willian Goodwin Jr. destaca em um de seus trabalhos, que o Ministro da Agricultura tem notícia de que, em 1893, em um dos navios esperados no Rio de Janeiro chegariam centenas de "turcos" e "boêmios", outras denominações dadas ao grupos ciganos sem profissão. O Ministro então, segundo noticiado em "O Pharol", telegrafou a todos os portos intermediários a fim de que não lhes fosse permitido o desembarque, assim como deveria ser feito no Rio. Esse fato é relevante considerando-se a proximidade geográfica e o intercâmbio geral entre o Rio e Juiz de Fora, sendo o primeiro porta de entrada para diversas regiões, entre elas a Zona da Mata Mineira. IN: GOODWIN JR, James William. **Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas**. Belo Horizonte, ano V, n° 9, 1997, p. 29 e 32.

[22] Jornal **"O Pharol",** Ano XIX, Folha 1, Coluna 3 - Juiz de Fora, sábado, 07 de fevereiro de 1885. Centro de Memória Murilo Mendes.

[23] Jornal **"O Pharol"**, Ano XIX, Folha 1, Coluna 1- Juiz de Fora, 1º de agosto de 1885. Centro de Memória Murilo Mendes.

[24] **"Jornal do Commércio".** Ano II. P. 01, coluna 02. Juiz de Fora, 25 de agosto de 1897. Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE UM CURSO DE HISTÓRIA NA DITADURA MILITAR: mitos, rótulos e contradições

TIMBÓ, Isaíde Bandeira[1]

Neste texto apresento olhares convergentes e divergentes sobre o ensino de História experienciado no processo de formação de professores de Historia no período da ditadura militar a partir dos relatos de ex-docentes e ex-discentes. São diferentes experiências partilhadas, que, como mosaicos, por meio da análise histórica, aos poucos caracterizam o Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Filosofia do Ceará/Universidade Estadual do Ceará (FAFICE/UECE).

O uso da memória, construída e em construção, como objeto de estudo intenta análises das reminiscências, capaz de mostrar conflitos e tensões, onde em geral só se via calmaria (superficial). Neste caso, exige-se do historiador sensibilidade para enxergar nesta teia relacional a complexidade da História. Embora muito dos entrevistados para esta pesquisa de mestrado desejassem conscientemente esquecer o vivido FAFICE/UECE, não dá para negar que ficaram marcas daquele período de ditadura, perceptível pela forma como falam - com vergonha, ressentimentos, raiva ou mesmo com saudades – de suas experiências.

Como se não bastasse o processo acrítico favorecido no decorrer das aulas, havia ainda, por parte de alguns professores, a construção de rótulos para discriminar os alunos, como ressalta o próprio ex-docente entrevistado José Maria: "...quando eu cheguei na UECE, tinha muito cabeludo, e eu não me acostumava com aquilo,"[2] ou seja, o bom aluno, além de concordar em tudo com o professor, seria aquele que andava bem vestido, pelo menos limpo, cabelos penteados, conforme completa o entrevistado, ex-discente, José

[1] Professora das disciplinas de Didática do Ensino de História e Prática de Ensino do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará - UECE. E técnica da área de História do Centro Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 01/SEDUC-Ceará.

[2] Entrevista realizada no dia 25 de fevereiro de 2003, às 15:00 h, no apartamento do entrevistado. José Maria é coronel aposentado do Exército e do Departamento de História da UECE.

Clerton: "Havia censura, até com relação à forma como você se vestia, sentava, falava; eu acho que seria uma espécie de reprodução do quartel para os muros da Universidade."[3]

Neste aspecto, o entrevistado, ex-discente, Manoel Alves também conta um episódio que foi discriminado por estar cabeludo e barbado durante a aula de um professor coronel do Exército, pois, ao discordar de sua posição numa aula sobre Duque de Caxias e fazer alusão a uma greve de servidores do ABC em 1979, foi chamado de subversivo, sendo obrigado a se retirar da sala.

Não busco, assim, uma visão homogênea da situação, da contestação como regra, mas suscitar reflexão dos limites e conquistas do cotidiano no espaço universitário, que me remete a pensar também sobre a formação docente, que o respeito à pluralidade de opiniões é uma questão de postura diante do ato de ensinar, tendo em vista, além da práxis pedagógica, uma práxis social. É difícil imaginar uma postura diferente de um professor de farda na ditadura, porém uma contradição em seguida deste fato relatado se dá, pois houve um pedido de desculpas de ambas as partes e o próprio ex-discente o entrevistado Manoel Alves, destaca: "...ele [o professor coronel] ficou meu melhor amigo na UECE, pra você ter um idéia, legal demais!"[4]

Além do aluno ideal, também se configurava para o entrevistado, ex-docente coronel José Maria Oliveira, a imagem do professor ideal que lembra com saudades de quando era instrutor da Escola Preparatória do Exército (1951 a 1961) e afirma: "naquela época se era 'professor mesmo'. Sim, porque não só de conteúdos, muitas vezes conhecia os alunos, mais que os próprios pais, e a gente era mais dedicado, tinha mais tempo." E lamenta a situação do Departamento de História da época, em que havia por parte de alguns colegas professores um descompromisso com a Instituição, exemplo: "Nas reuniões de Departamento na UECE muitos não compareciam...". Diante desta realidade, acaba

[3] Entrevista realizada no dia 07 de maio de 2003, às 9:00 h, no gabinete do entrevistado na UNIFOR (Universidade de Fortaleza). José Clerton de Oliveira Martins é doutor em Psicologia Social; Docente titular do Departamento de Psicologia da UNIFOR.

[4] Entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2003, às 9:00 na casa do entrevistado. Manoel Alves atualmente é professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central – FECLECS – (Núcleo da UECE).

rotulando: “O professor da iniciativa privada age diferente. É como o médico do INAMPS e o particular.” E ainda o entrevistado Manoel Alves fez questão de dizer que no que diz respeito ao mundo intelectual era uma “....universidade frouxa, sem aquele disciplinamento acadêmico...”.

O espaço universitário da FAFICE/UECE na época da ditadura militar parece claramente dividido entre os que estavam a favor ou contra a ditadura militar do período, porém, ao adentrar a análise, é possível perceber que as coisas não se apresentam tão simples assim, pois os mitos, os rótulos e, principalmente, as contradições permeavam as relações sociais.

Então, não se pode esquecer das exceções das práticas pedagógicas como as da professora Luíza de Teodoro, mencionada por quase todos os nossos entrevistados, como o ex-discente Paulo Emílio: “Era com quem havia diálogo, era na verdade uma tábua de salvação do curso de História.”[5] Como também afirma nossa entrevistada Maria do Carmo, com relação à professora Luíza de Teodoro: foi uma “... grande articuladora de uma nova postura diante da realidade da História...(...) ela inovou na maneira de fazer...”[6] E esta inovação passa pelo espaço da discussão que era proporcionado nas suas aulas, no ambiente onde o comum com outros professores era apenas falar e os alunos deveriam ouvir, como numa educação “bancária”. Outro entrevistado, ex-discente Gisafran Jucá, anota que a referida professora era em sala de aula “...uma pessoa perspicaz e se propunha à inovação...”[7] Enfim, Luíza de Teodoro conseguiu ser um mito, pois marcou por seu fazer teórico-metodológico.

Vale também destacar a posição da professora Zaíra Parente, que, de acordo com o entrevistado José Clerton, não tinha medo da criticidade, pois não pertencia a

[5] Entrevista realizada no dia 10 de junho de 2003, às 15:00 h, na sala dos professores do Departamento de História da UECE. Paulo Emílio de Andrade Aguiar é mestre em História e Geografia; Docente do Departamento de História da UECE e de Cursinhos em Fortaleza.

[6] Entrevista realizada no dia 13 de março de 2003, às 15:00 h, na residência da entrevistada. Maria do Carmo Ribeiro Araújo é mestre em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense; Docente aposentada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

[7] Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2003, às 8:00h, na sala do Mestrado de História Social da UFC. Gisafran Jucá é aposentado do Departamento de História da UFC, professor Titular do Departamento de História da UECE, e sócio efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico do Ceará.

nenhum quartel. Ele lembra:".... a Zaíra, que dava aula, se não me engano, de Brasil, apesar de trazer uma abordagem romântica, (...), mas era possível conversar com ela sobre posturas, questões críticas."

É possível relatar ainda uma outra contradição na fala do entrevistado Paulo Emílio, um "subversivo" assumido. Durante a entrevista, declarou que conseguiu fazer amizade com um dos professores coronéis, o professor Danziato, pois este foi capaz de adverti-lo quanto a sua perseguição pela direita, e afirmou: "Eu tenho uma gratidão muito grande a ele por isso, apesar de ser um coronel, um bonachão, muito boa vida, era uma pessoa sensível, e dizia abertamente que não concordava comigo, mas que gostava de mim...".

Que contradição! Um estudante militante declaradamente de esquerda sendo ajudado por um professor coronel e, sem dúvida, de direita! Algo similar ao que aconteceu com a professora mais citada pelos(as) entrevistados, Luíza de Teodoro, que também era considerada subversiva, mas foi ajudada pelo governador Virgílio Távora (que estava do lado da ditadura Militar) na época da repressão, o que evitou com que fosse presa, como a própria afirmou em entrevista: "Eu era a comunista oficial da cidade. (...) Não fui presa graças ao governador Virgílio Távora, um grande homem, de direita."[8]

É fundamental entender que o espaço social é permeado de contradições, sendo importante considerar a relação professor/aluno como ponto de referência na compreensão de perspectivas diferentes no processo de ensino-aprendizagem em História, pois "... respeitar as diferenças e a pluralidade de idéias indicam um posicionamento político diante do conteúdo e da educação..."[9] E naquele momento da FAFICE/UECE poucos tinham esta percepção.

O silêncio imposto pela censura, como exemplo, pelo Decreto-lei n°. 477/69, que proibia qualquer manifestação de cunho supostamente subversivo no espaço institucional, foi rompido em vários momentos, dentro e fora da universidade, ou seja, as diversas formas

[8] Entrevistada concedida à professora Selva Gimarães FONSECA. *Ser Professor no Brasil - História Oral de Vida*. São Paulo: Papirus, 1997, p. 132.
[9] NUNES, Silma do Carmo. *Concepções de Mundo no Ensino de História.* Campinas: Papirus, 1996, p.42.

de romper esse silêncio aconteceu de maneiras diferentes no espaço universitário, que não se limitaram às atividades promovidas pelo Movimento Estudantil.

Assim, a partir das ações que se processaram no espaço universitário reveladas pelos entrevistados, é possível fazer uma bricolagem[10] para caracterizar e melhor interpretar o vivido, pensado, sentido, sofrido, que prefiro chamar conforme Certeau: "Táticas". Apesar da tática ser considerada a "arte do fraco"[11], é possível dizer que é antes uma característica da astúcia própria ao ser humano, que bem sabe fazer uso das brechas e, assim, torna-se forte diante das circunstâncias.

O que por diversas vezes aconteceu na FAFICE/UECE, no curso de licenciatura em História em pleno contexto da Ditadura Militar foi a "...arte de dar golpes no campo do outro..."[12], de forma sutil e eficaz, mas, a princípio, como anota o entrevistado Agileu Gadelha: "Todo mundo era suspeito"[13]. Vivia-se no contexto de uma ditadura militar, assim como lembra o entrevistado Paulo Emílio: "O ambiente era difícil, fechado, de medo, de terrorismo, das pessoas serem deduradas, até mesmo pelos próprios colegas..."

De acordo com Selva Fonseca burlar foi muitas vezes a solução para preservar o espaço reflexivo do ensino de História, quando, apesar da repressão em muitas salas de aulas das faculdades do país, ocorreram "...formas de resistência e de adaptação às mudanças na estrutura e no funcionamento do ensino brasileiro."[14]

É importante, portanto, analisar "as 'formas surdas' de resistência"[15], como as conversas que aconteciam na Faculdade sobre o contexto nacional, num bate-papo a princípio sem maiores pretensões, mas que semeavam olhares atentos à realidade vivida naquele momento. Dimensionar as resistências da maioria dos alunos e de alguns professores, que buscavam burlar as regras do "cale-se"! Apesar dos momentos, como

---

[10] CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 92.
[11] Idem.
[12] Idem.
[13] Entrevista realizada no dia 09 de março de 2003, às 10:30, na sala dos Òrgãos Colegiados da UECE. Francisco Agileu de Lima Gadelha é doutorando em História da Universidade Federal de Pernambuco; Docente Titular do Colégio Militar; Docente efetivo do Departamento de História da UECE.
[14] FONSECA, Selva Guimarães. Op. Cit. 1997, p. 196.
[15] KHOURY, Yara Maria Aun. "Narrativas orais na investigação da História Social." In: *Revista Projeto História*. São Paulo (22) jun.2001.p. 18.

lembra a entrevistada Maria do Carmo, em que os alunos resolveram se acomodar ao que os professores lhes davam, porém destaca: "...digo acomodados mas não era uma rendição, era a constatação de que não dava para mudar nada naquele quadro, bem que a gente tentou...".

As conversas relatadas pelos entrevistados desta pesquisa, que ocorriam nos nos corredores da Faculdade, é assim um exemplo da constatação da existência da tática no meio universitário, pois "...pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para 'captar no vôo' possibilidades de ganho."[16] Conforme Michel de Certeau, há "maneiras de fazer"[17] que alteram ou reinventam formas de viver no espaço organizado e pré-fixado.

Quais "táticas" que se sobressaíam em um universo de formação de professores em meio a ditadura militar? Não se trata exatamente de identificar uma resistência aberta, mas de modo especial articular e demonstrar as dimensões de um fazer diferente no contexto de repressão, sem esquecer o caráter da repressão e opressão vivido por muitos. É importante perceber estas experiências de resistências, embates, muitas vezes "silenciosos" diante da realidade, mobilizações, posicionamento político assumido pelos corpos docente e discente da FAFICE/UECE no período já especificado. Alguns professores buscavam burlar tanta vigilância e mesmice, como lembra Agileu Gadelha, ao contar que a professora Luíza de Teodoro, para estimular a discussão, "trazia outros textos (...), mas os alunos ficavam com medo de ir a diante..."

Então, é possível afirmar que uma outra tática bem usada, pois se dava até de forma natural, era a discussão crítica que se fazia "...fora da sala de aula, nos intervalos..." como lembrou o entrevistado José Clerton. A entrevistada Maria do Carmo reforça esta idéia dizendo que se reuniam na cantina, nos banquinhos e nos bate-papos e discutiam questões nacionais e específicas da Faculdade. E, assim, dentre outras ricas maneiras, se buscava romper o imobilismo que se tentava impor no espaço universitário!

---

[16] Id. Ibidem., p. 47.
[17] CERTEAU, Michel. Op. Cit. p. 41.

Dentro da Universidade, entretanto, como lembra o entrevistado Paulo Emílio, ele fazia uso das táticas, pois tinha claro seu compromisso com sua organização trotskista e assim anota: "...eu não podia me expor, e no momento que eu não tinha condições de me expor eu freiava as minhas palavras na hora de fazer qualquer declaração em sala de aula." Também lembra o entrevistado José Clerton: "com relação ao ensino de História, tudo que nós aprendemos na época, tenho certeza, fomos buscar sozinhos, pois daquele universo de professores, apenas uns três tinham perspectivas críticas e favoreciam isso em sala de aula..."

Em geral, buscava-se fazer diferente principalmente fora dos muros da Universidade, como ler Marx via partidos políticos, como diz o entrevistado Gisafran Jucá "...você até lia sobre Marx, mas não na Universidade; mas fora, era via partidos políticos...". Por isso, outro entrevistado, Paulo Emílio, fez questão de afirmar: "A minha formação foi muito mais uma formação dentro do meu partido, dentro da minha organização (...) aliás nós líamos muito mais do que dentro da Faculdade". E este aluno ainda acrescenta com relação a cursar um nível superior em História: "...na verdade aquela formação era só para obter um título, porque a maioria dos colegas fazia era estudar em casa, pela sua biblioteca, e praticamente era autodidata em História." Como exemplo, o caso do entrevistado Lucio Caminha, que também ressaltou: "...minha formação em História se deu depois que eu terminei o curso (...) comprei muitos livros..."[18] Também o entrevistado José Clerton disse: "...fazia questão de desenvolver uma criticidade nos meus alunos que a Universidade não desenvolvia em mim durante o período de universitário...".

Buscar uma ação diversa era urgente para aqueles que percebiam e viviam um curso estagnado, no que diz respeito a análise crítica e produção do saber, e participar de instituições como ANPUH (Associação Nacional de História) foi para alguns um outro caminho salutar, como no caso do entrevistado Manoel Alves, ao salientar que esta

[18] Entrevista realizada no dia 21 de março de 2003, às 9:00 h, no gabinete do entrevistado no Departamento de História da UECE. Antonio Lucio Porto Caminha é mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco; Docente do Departamento de História da UECE.

Associação deu "aquilo que a Faculdade não me ensinou (...),uma reviravolta na nossa cabeça no ponto de vista da concepção de História, da metodologia da História..."

É importante lembrar que, em 1977, no Simpósio Nacional da ANPUH, em Florianópolis, foi aberta a filiação de professores do ensino fundamental e médio: "A ANPUH foi, sem dúvida, um dos fatores para que a deformação da História no regime autoritário não se agravasse mais."[19] Embora de acordo com Maria do Carmo Martins[20], a ANPUH tenha tido pouco embate efetivo contra o poder ditatorial, haja vista a manutenção do artigo 3º do seu Estatuto de Fundação, que data de 1961, o qual prescrevia que não cabia à Associação parte em manifestações políticas ou religiosas. Este Estatuto só foi refeito com eliminação deste artigo em 1981, no XI Simpósio Nacional da Associação, na Paraíba.

Num ambiente acadêmico onde a crítica e a reflexão não têm espaço, descaracteriza-o, os gritos podem não ter sido ouvidos em virtude do "cale-se" ou melhor do "cálice"[21] da repressão, mas eles existiram de acordo com diversos alunos da época entrevistados para esta pesquisa.

Enfim, embora a FAFICE/UECE tivesse no seu quadro uma maioria de docentes que comungavam da idéia ditatorial, não se pode deixar de reafirmar que o contrário também existia, entre docentes e discentes. Não se trata exatamente de homogeneizar uma prática de resistência, mas, de modo especial, articular e demonstrar as dimensões de um fazer diferente, ou melhor, fazeres diferentes, sem esquecer o caráter da repressão e opressão vivido por muitos, mas as táticas foram e são fundamentais no cotidiano, na constituição do ser histórico de cada ser humano.

---

[19] SILVA, Werneck da. *A Deformação da História ou Para Não Esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985, p. 74.

[20] Cf. MARTINS, Maria do Carmo.. *A História Prescrita e Disciplina nos Currículos Escolares: quem legítima esses saberes?* Bragança Paulista: UDUSF, 2002.

[21] Música de Chico Buarque, em parceria com Gilberto Gil, que, no festival da Phonograma (antigo nome da PolyGram) em 1973, teve o microfone da dupla desligado, mas acabou virando sucesso na fase da abertura política (década de 80), com a dupla Chico Buarque e Milton Nascimento.

A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII:
Mediação cultural e aventura de um preto forro no Império Português

Isnara Pereira Ivo[1]

Em meados do século XVIII, um ex-escravo português encontra-se no Norte de Minas Gerais compondo bandeiras com homens brancos que partiam de Minas Novas com direção à Bahia. Nascido, provavelmente por volta de 1720, na cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, o preto forro João Gonçalves da Costa envolve-se no processo de conquista dos sertões, é reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande desbravador e conquistador de gentios, recebendo em 1744, a patente de capitão-mor do *Terço de Henrique Dias* para auxiliar o mestre de campo João da Silva Guimarães, bandeirante encarregado do empreendimento.[2]

Após a morte de Guimarães, João Gonçalves da Costa assume a tarefa de conquista do Sertão da Ressaca e já em início do século XIX, tem o reconhecimento público de membros da nobreza lusitana que, ao relatar a exploração das margens do Rio Pardo registram: "não produz um século um homem com o gênio deste capitão-mor, tem 80 e tantos anos, e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arrisca freqüentemente a própria vida".[3]

Como compreender a mobilidade física, cultural e social alcançada por este homem que, de escravo na sede do reino português, conquista sua carta de alforria e dirige-se a uma das colônias mais lucrativas da Coroa, ingressa na elite branca colonial, recebe a confiança de comandar bandeiras, em nome do governo luso, recebe o título de Capitão-mor das autoridades coloniais que lhe outorgam a tarefa de conquistar, em nome do rei, o Sertão da Bahia? Como este personagem coadjuvante no cenário escravista lusitano cria espaços e/ou usufrui das fissuras do mundo português, protagonizando inusitadas experiências que o faz circular em duas cenas diversas do cenário ibérico setecentista? Na primeira, em solo europeu, ele é apenas um escravo que conquista sua liberdade e consegue atravessar o Atlântico; na segunda, já no Novo Mundo, permeabilizando fronteiras culturais, conquista atribuições e funções *a priori* próprias dos membros da elite branca. De que maneira se pode descrever e interpretar os trânsitos de um universo a outro?

---

[1] Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb. Doutoranda em História pela UFMG. Orientador: Eduardo França Paiva.

[2] APEB. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Maço 356. Patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa.

[3] Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXXVIII, Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por ALMEIDA, Ed. de C. p. 455. Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do *Rio Pardo*, pelo capitão-mor *João Gonçalves da Costa.* 31.03.1807.

As dimensões conceituais e metodológicas requerem definições que possibilitem um olhar mais microscópico sobre o mundo lusitano para percebê-lo como um mundo marcado pela pluralidade e pela mobilidade. A princípio a noção de universo cultural como um espaço de possibilidades e significados que se agrega num conjunto propício às misturas, mas também às impermeabilidades, favorável às permanências mas também às mudanças:

> *um conjunto de diferentes e diferenças, em movimento constante, misturando-se, mas também chocando-se, antagonizando-se, superpondo-se, em ritmos que às vezes são lentos e outras vezes são velozes, de maneira harmoniosa e/ou conflituosa, dependendo de épocas e de regiões, dos protagonistas e de seus objetivos* (Paiva, 2001, p.32).

Os cenários do personagem João Gonçalves da Costa, seja em Portugal ou no Sertão da Bahia, é um mundo orientado pela miscibilidade e mobilidade lusitanas que orientou o deslocamento de seus agentes como "peças de um tabuleiro de gamão" conforme afirmou Gilberto Freyre, ao concluir que a mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa sobre populações e culturas tão diversas e ricas quanto distantes: "o domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo[4] então conhecido como num formidável jogo de quatro cantos" (1973, p. 9).

Estes homens que transitam pelo Império português, circulando pelas q*uatro partes do mundo*, mobilizando saberes e sabores, sentimentos e identidades, técnicas e culturas, crenças e valores podemos denominar de *Passeurs Culturels* – Mediadores Culturais – ou seja, agentes sociais que favorecem as transferências e os diálogos entre universos aparentemente incompatíveis, elaborando mediações, muitas vezes insólitas e contribuindo com sua articulação para a permeabilização das fronteiras culturais, são os responsáveis pelo trânsito de e entre culturas (Ares Queija e Gruzinski, 1997, p.10; Paiva e Anastasia, 2002, p. 9).

São eles que realizam a transposição das fronteiras culturais fomentando a mestiçagem, mas não de maneira unilateral – ao mediar, também sofrem as ações da mediação e são agentes dela. No processo de mediação cultural, nem todos os elementos da cultura entram na dinâmica, mas apenas os seus fragmentos. A função de *passeur* pode ser desenvolvida por indivíduos – cronistas, viajantes, missionários, tradutores, curandeiros – a depender das modalidades de ação e das estratégias e mecanismos instrumentalizados para promover o rompimento das fronteiras. Determinados setores – mestiços, negros, índios, mercadores – por sua posição econômica, social, política ou religiosa também podem desempenhar um papel decisivo de *passeurs culturels* (Ares Queija e Gruzinski, 1997, p.10).

A mobilização de homens – descobridores, conquistadores, missionários, burocratas, mercadores e aventureiros – circulando pelas *quatro partes do mundo* não é algo novo no

[4] Grifo nosso.

mundo lusitano. Desde o século XVI, milhares de pessoas transitam em escala planetária, o mundo assiste às aventuras de portugueses e espanhóis que não se limitam em se deslocar da Europa para a América: as frotas ibéricas percorrem toda a superfície da terra (Gruzinski, 2004, p.39).

O ímpeto da mobilização ibérica de descobrir, explorar e conquistar só pode ser comparado ao seu desejo infinito de evangelização. É importante, de outro modo, não esquecer que somente os europeus se deslocaram para o Novo Mundo, para a África ou para a Ásia. Da mesma forma, africanos, índios e mestiços americanos se deslocam para o Velho Mundo, alguns como escravos, outros como afortunados, como descendentes da nobreza indígena que passam a viver na Espanha, ou ainda, conforme registra Gruzinski, o caso de um mestiço que vai para a Itália viver junto com o papa, ou os casos de crioulos que foram para a Espanha estudar, fazer carreira ou publicar livros (2004, p.42).

O empreendimento de portugueses e espanhóis que estendeu sua dominação política e econômica em redes internacionais instalou agentes por toda a parte do mundo até então conhecido: administradores, conquistadores e burocratas. Mas este empreendimento não é responsável apenas pela transferência de saberes e técnicas políticas e administrativas, nesse processo também circulam experiências, gostos, arte, poesia, literatura. Uma via de mão dupla que faz o continente europeu experimentar e conhecer sabores e saberes até então desconhecidos e oriundos dos mais diversos e longínquos espaços. A conexão entre estes mundos propicia a circulação de pessoas que portam objetos, idéias, valores, crenças, técnicas, num movimento e ir e vir infindável. Assiste-se a um universo em ebulição intensa e sem limites que foge ao controle das instituições e dos homens.

O movimento de pessoas ultrapassando fronteiras sociais, políticas, ideológicas e religiosas nos leva a refletir sobre o caráter destas linhas que podem caracterizar as identidades humanas. Como entender um nobre português escrevendo sobre as habilidades e honestidade de um preto forro, chegando mesmo a colocá-lo numa posição de superioridade em relação aos seus pares?

É este e não outro o sentido da correspondência dos governadores interinos da Bahia para o Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, acerca do empreendimento dirigido por João Gonçalves da Costa:

> *Para este grandioso projeto se lhe apresentou, João Gonçalves da Costa, povoador do referido Sertão da Ressaca, homem natural de Chaves, com o valor e espírito dos antigos paulistas e sem a sua ambição; a ele distribuiu o governador as ordens e ele foi o que teve a paciência e a constância de se meter pelas ásperas matas, serras*

> *alagadiças que pelo espaço de 80 ou mais léguas se interpõem entre as ditas Vilas da beira mar o referido Sertão da Ressaca.*[5]

Prossegue registrando as habilidades, valores e realizações de um preto forro que noutras condições jamais seria louvado e agraciado por qualquer membro da elite branca devido à própria natureza da sua origem e da sua condição social, um ex-escravo:

> *Demarcou e abriu a estrada, que discorre a margem do Rio de Contas, donde a fez partir para as Vilas da foz do mesmo rio, para o do Camamu e desta para todo o território das outras Vilas, fazendo logo descer um lote de gado, que foi o primeiro que aqueles moradores viram* [...] *condescendeu ao mesmo tempo com o outro projeto do mencionado João Gonçalves da Costa, na redução e conquista do gentio Nongoyó* [sic], *que infesta o mesmo Sertão da Ressaca. Encarregou-o desta empresa e o mandou municiar com 70 armas de fogo, alguns barris de pólvora, para 50 índios dos civilizados à sua ordem* [...] *já honrado com a patente de Capitão-mor, participa presentemente dos progressos e resultas da conquista.*[6]

Como refletir acerca das impermeabilidades e resistências culturais que podem separam dois universos díspares? A análise de algumas experiências pode nos ajudar a compreender as relações e conexões possíveis num processo de encontro de universos distintos.

Atributos e criatividade do ser humano são elementos fundamentais que facilitam a mediação.O destemor, a coragem e a ousadia são os principais atributos de João Gonçalves da Costa, não somente reconhecidos pelas autoridades portuguesas, mas também sentimentos que o impulsiona a cruzar o Atlântico e servir à Coroa no Novo Mundo "arriscando a própria vida".

Ao analisar o processo de evangelização jesuíta em Macao implementado pelo missionário Matteo Ricci, em fins do século XVI, a professora Beatriz Moncó Rebollo (1999, 1997) analisa as questões que envolvem as permeabilidades, as mobilidades e os limites das fronteiras, seja elas culturais, religiosas ou ideológicas. É a habilidade do missionário Matteo Ricci que o permite transitar entre universos culturais distintos e ditos *a priori* como intransponíveis. A ciência é o principal mecanismo de mediação utilizado por Ricci para aproximar-se do governo chinês. Se a aproximação física e exterior são relativamente fáceis, a mediação encontra dificuldades em outras dimensões, principalmente, a religiosa e ético-moral, conforme enfatiza Rebollo (1997, p.337).

A impermeabilidade da fronteira religiosa é percebida por Ricci ao reconhecer o quanto é difícil evangelizar os chineses. Persistente e determinado tenta demolir suas próprias fronteiras para facilitar a mediação: vestindo-se como um chinês e falando mandarim, Ricci busca o

---

[5] Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXXII, Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por ALMEIDA, E. de C. p. 539. Ofício dos governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro, em que lhe dão diversas e interessantes notícias relativas à comarca dos Ilheos. 23.08.1783.

[6] Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXXII, Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por ALMEIDA, E. de C. p. 539. Ofício dos governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro, em que lhe dão diversas e interessantes notícias relativas à comarca dos Ilheos. 23.08.1783.

diálogo e a aproximação, porém, o preço do encontro pleno com o outro é a vivência da ambigüidade, conclui Rebollo.

Situação similar pode ser percebida no processo de cristianização dos escravos africanos no velho Sul dos Estados Unidos. A mediação religiosa encontra resistências no universo religioso dos africanos cuja condição social os leva a se identificarem mais com a trajetória vitoriosa e libertária de Moisés do que com a vitória de alguém que foi sacrificado sem reação. As representações e crenças religiosas africanas também os impedem de categorizar o mundo de forma dicotômica entre o bem e o mal, entre Deus e o Diabo. A dubiedade da imagem do diabo pelos escravos do Sul escravista americano revela que a permeabilidade e o rompimento dos limites podem ser facilitados pela habilidade do mediador.

Se a dimensão religiosa constituiu-se um campo de resistências para os escravos afro-americanos[7] e para os chineses, para João Gonçalves da Costa, um agente aberto à mediação com o mundo ibérico, esta variável não se tornou um problema, na verdade, Costa assimilou o universo católico português e se tornou seu defensor no Sertão da Ressaca. Logo após a conquista da região, ergueu uma capela em nome de Nossa Senhora das Vitórias, conforme registra a memória popular da cidade até os dias atuais, e no decorrer do século XVIII, sua militância religiosa é contínua.

Em correspondência aos representantes do governo português, em 30 de julho de 1783, relata as dificuldades que tem o sertão em manter os preceitos religiosos católicos:

> [...] *e assim estão os sertões todos acabados, e que os tem acabado são os Juízes de Órfãos e os Vigários, pois estes pegam-se a um costume antigo de levarem duas patacas a cada pessoa, filhos famílias, e escravos a pataca pela desobriga, e por cada criança que batizam, quatro patacas, e outro tanto defesa de casar quatro mil reis de Estolla* [sic]*, e dez patacas dos banhos, quatro mil reis de fazer perguntas aos noivos se fizeram voto de castidade, e a vista disso parece que é melhor ser gentio no mato de que ser cristão em semelhante terra* [...].[8]

Continua o relato denunciando às autoridades lusitanas que os membros da própria Igreja impedem a obra religiosa que se vê como membro e defensor:

> [...] *este ano sucedeu nesta Freguesia vir o operário do vigário o Padre Manoel Vaz da Costa em desobriga, e o que não teve dinheiro para lhe dar, não só não confessou, como também os pôs na porta da igreja onde estão trinta e tantos, conjunto com os soldados que fui para o mato por desobrigar, mandando-o chamar no princípio da quaresma para me vir confessar, e mais a tropa e não fez dizendo queria ajuntar a sua boiada, e que antes queria perder a desobriga, do que deixar de fazer a sua junta* [...].[9]

---

[7] Conceito utilizado por Eugene Genovese ao afirmar que não se pode falar em cultura americana nem em cultura africana, mas em cultura afro-americana. In: Genovese, E. **Roll, Jordan, roll**: The world the slaves made. New York: First Vintage Books Edition, 1974.

[8] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-Avulsos. Cópia da carta do capitão João Gonçalves da Costa ao desembargador Francisco Nunes da Costa escrita no Arraial de Nossa Senhora da Vitória, em 30 de julho de 1783.

[9] Idem.

Estes relatos de experiências nos faz pensar que a permeabildiade cultural não é total e nem geral, mas seletiva e que a análise de um processo de mediação deve ser precedida do reconhecimento de alguns elementos envolvidos, tais como, quem media, o que media, como é exercida a mediação, quais os mecanismos utilizados, onde se media e para quem media. Não se media tudo de igual modo nem em todos os espaços e tempos, pois os universos culturais constituem fronteiras de níveis diferentes. Pode-se afirmar que existem fronteiras brandas passíveis de serem transportas e por isso, facilitam a mediação, mas a riqueza das culturas abriga também fronteiras duras, resistentes e impermeáveis que dificultam, e mesmo impedem, o processo de mediação que, *a priori*, pode ser marcado por vitórias e derrotas que constroem um espaço novo, peculiar, que sincretiza elementos heterogêneos e distintos, abrigando valores, crenças e saberes que podem tanto se incluir como excluir.

É importante esclarecer, de outro modo, os perigos que corremos em falar de culturas puras singularizadas em espaços que desconhecemos: "todas as culturas são híbridas [...] as misturas datam das origens da história do homem" (Gruzinski, 2001, p.41). O termo "cultura" precisa ser repensado para que se possa compreender as misturas.

Como categoria de análise o termo cultura foi constantemente aplicado para se entender os mundos pré-modernos e também para analisar as novas realidades sociais da modernidade e da contemporaneidade, alimentando uma compreensão de que pode existir uma totalidade coerente, estável capaz de orientar e condicionar os comportamentos de determinado grupo social ou espaço sócio-histórico:

> *a **démarche** 'culturalista' leva a imprimir à realidade uma obsessão pela ordem, pelo recorte e pela formatação, que na verdade é típica da modernidade. Insistindo nas especificidades e diferenças, em detrimento do que liga cada cultura a outros conjuntos, próximos ou distantes, logo se chega às retóricas da alteridade e, depois, às do multiculturalismo* [...] (Gruzinski, 2001, p. 51).

Serge Gruzinski chama a atenção para outra problemática também de igual envergadura: a acepção de que alteridades e identidades atribuídas a grupos sociais ou indivíduos singularizam e particularizam características estáveis e invariantes. Exemplifica mostrando como a história da América, preocupada em narrar o confronto entre astecas e espanhóis, negligenciou a existência de "grupos múltiplos, móveis ou estratificados a que se ligavam os protagonistas dessa história". Não podemos pensar que as realidades históricas são portadoras de sistemas homogêneos que abrigam personagens igualmente puros e incólumes a qualquer tipo de troca ou mistura:

> *Cada criatura é dotada de uma série de identidades, ou provida de referências mais ou menos estáveis, que ela ativa sucessiva ou simultaneamente, dependendo dos contextos. "Um homem distinto é um homem misturado", dizia Montaigne. A identidade é uma história pessoal, ela mesma ligada a capacidades variáveis de interiorização ou de*

> *recusa de normas inculcadas. Socialmente, o indivíduo não pára de enfrentar uma plêiade de interlocutores, eles mesmos dotados de identidades plurais* (Gruzinski, 2001, p.53).

A globalização do mundo – a mundialização – se tornou viável a partir do século XVI com a expansão ibérica ultramarina que aproximou universos culturais fomentando de maneira intensa um sistema de trocas e misturas em larga escala:

> *[...] culturas se renovaram e se adaptaram, mas também se preservaram. Os responsáveis por esses processos – navegadores, exploradores, comerciantes, religiosos, autoridades, viajantes, naturalistas, índios, escravos africanos, contrabandistas, trabalhadores navais, entre outros – mediaram culturas por meio do tráfico da natureza e do maravilhoso, assim como, em alguns casos, ajudaram a montar verdadeiros laboratórios de adequação e de ajuste biológico e cultural* (Paiva, 2004, p. 1-2).

O espaço do qual parte João Gonçalves da Costa é, por sua própria natureza, mestiço. Também o espaço por ele conquistado – o sertão da Bahia – é um mundo mesclado que comporta índios, negros e brancos com trajetória e experiências bastante distintas e que passam a compartilhar, nem sempre de forma idílica, experiências, saberes, crenças e valores.

A conquista do Sertão da Ressaca, região Centro-Sul da Bahia, foi iniciada por João da Silva Guimarães e está ligada à expansão de Minas Novas, ao tempo pertencente à Capitania da Bahia, cujo superintendente Pedro Leolino Maris formou uma bandeira, entregando a direção a André da Rocha Pinto, em 1727. O regimento objetivou conquistar o sertão entre os Rios das Contas, Pardo e São Mateus, no intento de encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos eventualmente encontrados (Medeiros apud Torres, 1996, p. 20).

João Gonçalves da Costa deu continuidade à conquista da região conforme informado na patente por ele recebida, documento que especifica sua condição social e também as funções que deveria desenvolver juntamente com João da Silva Guimarães:

> [...] *criar de novo o posto de capitão do terço de Henrique Dias* [...] *capitão de gente preta que servirá na conquista e descobrimentos do mestre de campo João da Silva Guimarães que Vossa Majestade teve por bem criar de novo na pessoa de João Gonçalves da Costa: preto forro* [...].[10]

Continuou a conquista com a exploração do Rio das Contas e, anos depois, do Rio Pardo. Organizada sua bandeira, chegou a Barra da Vereda e depois a Barra da Jibóia, passando pelo Catolé Grande, onde conseguiu vencer os Mongoiós, conforme ele mesmo descreve em sua

[10] APEB. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Maço 356. Patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa.

Memória sumária e compendiosa da Conquista do rio Pardo[11] escrita em 1806-1807. Em *Batalha,* lugar cuja denominação derivou do massacre cometido contra os índios que habitavam o local, carnificina que ficou registrada na memória da cidade até os dias de hoje, João Gonçalves da Costa iniciou o seu grande empreendimento de patriarca da conquista do gentio.

As entradas empreendidas por João Gonçalves da Costa correspondiam diretamente aos interesses econômicos e políticos da Coroa portuguesa, que precisava abrir vias de comunicação entre o sertão da capitania e o litoral, com o intuito de expandir a economia para o interior, buscar metais preciosos e, conseqüentemente, conquistar territórios habitados por tribos indígenas, como bem esclarece Kátia Mattoso (1992, p. 74).

O mecanismo utilizado por João Gonçalves da Costa foi a submissão e a exploração do trabalho indígena com a construção de aldeamentos, empreendimento acompanhado de violência que resultou na dizimação completa de grupos indígenas ou na sua redução a pequenas áreas de tribos mantidas sob constante vigilância.

Mesmo depois da conquista da região e da consolidação das grandes fazendas de criação, permaneceu a política local dos novos colonos para com os índios. Foram constantes e ininterruptos os ataques às demais tribos indígenas da região, ocorrendo novas batalhas em Panela, Porcos, Sucesso – localidades próximas ao Arraial da Conquista. As investidas dos conquistadores não se limitavam apenas à submissão dos índios, os quilombos existentes na região também se tornaram alvo dos novos donos da terra.

Ainda não se sabe ao certo a data em que se fundou o Arraial da Conquista. Em ofício redigido em Lisboa no dia 12 de agosto de 1780, o ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes escreveu para o Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilhéus, revelando ter conhecimento sobre criação de gado e estar informado que

> *um homem com sua família, vivia nas cabeceiras da citada capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigando-se, não sei o motivo, por aquele deserto por dilatado tempo, não logrou ver fruto do seu trabalho, pois lhe roubavam os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casos de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues da Vila de Jaguaripe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho pra lhe introduzir os gados.*[12]

[11] Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXXVII. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por ALMEIDA, E. de C. p. 455. Memória summaria e compendiosa da Conquista do rio Pardo, feita pelo Capitão João Gonçalves da Costa. 1806-1807.

[12] Anais da Biblioteca Nacional. Vol XXXII. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por ALMEIDA, E. de C. p. 472. Ofício do ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilheos. Lisboa. 12 de agosto de 1780.

As dificuldades de João Gonçalves da Costa são por ele mesmo registradas às autoridades portuguesas no sentido mesmo de solicitação de ajuda, não só para defesa da terra diante dos índios, mas para sua própria sobrevivência:

> *Eu não espero prêmio de tantos trabalhos* [...] *da Majestade Divina que paga bem a quem serve com limpeza de coração. Tenho feito grandes despesas com as duas entradas, tanto de farinha como de carne, e agora a terceira há de ser muito maior, fiado em que tendo ela bom fim, como espero na onipotência Divina ser pago e quando não seja, não só perderei os gastos feitos, mas também pagarei os barris de pólvora e chumbo para que não perca Sua Majestade tanto haver*.[13]

Continua a correspondência, descrevendo um roubo e pólvoras que deixou seus soldados e ele mesmo vulneráveis a qualquer sorte. Prossegue relatando os perigos que tem passado e os assaltos que tem sofrido no empreendimento que tem tanto orgulho em preservar:

> *Com semelhante gente não pode um homem que tem vergonha dar conta de si, pois todos mereciam ser bem castigados, pois não é de razão que eu pague o que eles furtaram depois de me deixarem em tanto risco no mato, e nessa parte brava* [...] *o que sentirei é, que os pobres soldados que confiadamente me tem acompanhado cont tanto risco de vida fiados nas promessas que lhes tenho feito com os dois vinténs com que o Ilmo. Sr. Marquêz* [sic] *mandou assistir aos cinqüenta por V. M. e como estes fugiram me aprece ser de razão que prevaleçam os que ficaram em seu lugar com tanto risco de perderem as suas vidas* [...].[14]

O grupo familiar de João Gonçalves da Costa sedimentou-se como membros do poder local do arraial que a partir de 1840, elevado á categoria de vila, recebe o nome pomposo de Imperial Vila da Vitória. Três outras famílias também se sedimentaram no lugar no início do século XIX, os Ferraz de Araújo, os Lopes Moitinho, e os Ferreira Campos[15]. A maioria de seus descendentes ocupou cargos burocráticos na administração local e funções na Câmara e no executivo do município durante todo o século XIX e XX.

A trajetória de João Gonçalves da Costa, como foi visto, está inserida no contexto das novas tramas históricas iniciadas no processo de expansão ibérica no século XVI. Como ele, muitos aventureiros, conquistadores, burocratas deslocaram-se para os mais diversos espaços alcançados pela conquista política e econômica implementada por portugueses e espanhóis. O curioso deste personagem é que não se trata de um agente oficial do governo português incumbido de tarefas oficiais no sertão da Bahia. Também não se trata de apenas um aventureiro, nem de um curandeiro, comerciante ou um membro falido da nobreza portuguesa, como tantos que vieram para o Novo Mundo.

---

[13] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-Avulsos. Cópia da carta do capitão João Gonçalves da Costa ao desembargador Francisco Nunes da Costa escrita no Arraial de Nossa Senhora da Vitória, em 30 de julho de 1783.
[14] Idem.
[15] A trajetória política destas famílias e o controle do poder local, por elas exercido, na Imperial Vila da Vitória durante o século XIX, ver IVO, 2004.

Trata-se de um preto forro que conseguiu mobilizar as fronteiras sociais e religiosas do mundo lusitano e, em terras coloniais, conquistou o posto de capitão-mor para se encarregar de implementar a conquista do sertão da Bahia. Após ser oficializado agente oficial do governo português, constituiu tropas de soldados sob seu comando, protagonizou diversas batalhas com os índios que habitavam o lugar e, por fim, se tornou um militante convicto da fé católica no sertão.

João Gonçalves da Costa sabia ler e escrever. A análise de parte do conjunto de sua correspondência que chegou até nós, mostra tratar-se de um homem preocupado em divulgar suas descobertas e conquistas à Coroa portuguesa, relatando de forma cuidadosa, as dificuldades e os problemas enfrentados com os índios e os salteadores que infestavam o sertão. Vitorioso em seu empreendimento de combate ao gentio, divide entre os membros da sua família, as terras conquistadas e, com outras famílias que chegam posteriormente, funda o Arraial da Conquista, futura Imperial Vila da Vitória, grosso modo, hoje, o Município de Vitória da Conquista.

Referência bibliográfica:

ARES QUEIJA, B. El papel de mediadores e la construcción de un discurso sobre la identidad de los mestiços peruanos (Siglo XVI). _____. & Gruzinski, S. (Coords.). **Entre dos mundos.** Fronteras culturales y Agentes mediadores. Sevilha, 1997. (1º Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais. 1995).

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**.** 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GENOVESE, E. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e terra, 1988

GRUZINSKI, S. Entre monos e centauros. Los índios pintores e la cultura del Renascimento. In: Ares Queija, B. & Gruzinski, S. (Coords.). **Entre dos mundos.** Fronteras culturaes y Agentes mediadores. Sevilha, 1997. (1º Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais. 1995).

_____. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres "connected histories". In: **Annales**, Histoire, Sciences Sociales. Paris: Éditions de EHESS/Armand Colin, 2001, p. 85-117.

_____. La ciudad mestiza y los mestizajes de la vida intelectual el caso de la ciudad de México, 1560-1640. In: Garcia, C. & Medina, M. R. (Coords.). **Ciudad mestizas.** Intercambios y continuidades en la expansión occidental. Siglos. XVI a XIX. México, 2001. (Actas del 3er. Congresso Internacional Mediadores Culturais. 1999).

_____. Os índios construtores de catedrais. Mestiçagens, trabalho e produção na Cidade do México, 1550-1600. In: Paiva, E. F. & Anastásia, C. M. J. (Orgs.) **O Trabalho mestiço.** Maneiras de pensar e formas de viver. Séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume /PPGH-UFMG, 2002.

_____. **Les quatre parties du monde;** histoire d'une mondialisation. Paris: Éditios de la Martiniére, 2004.

_____ . **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. La occidentalización e los vestigios de las imágenes maravillosas. Entrevista com Serge Gruzinski de Marianne Braig e Petra Schum. In: Schum, P. **Barrocos y modernos.** Nuevos caminos en la investigación del barroco iberoamericano. Madri: Varunet, 1998.

_____. Passer les frontières. Deplacer les fronteières à México (1560-1580). In: Loureiro, R. M. & Gruzinski, S. (Coords.). **Passar as fronteiras.** Lagos. 1999. (Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII. 1997).

IVO, I. P. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho:** poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia.** Século XIX. Uma província do império. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

PAIVA, E. F. **Escravidão e universo cultural na colônia.** Minas Gerais. 1716-1789. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

_____. Paiva, E. F. & Anastásia, C. M. J. (Orgs.). **O trabalho mestiço.** Maneiras de pensar e formas de viver séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Mandioca, pimenta, aljôfares, trânsito cultural no Império português – naturalia & mirabilia. Belo Horizonte, 2004 (texto inédito).

_____. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo. In: Paiva, E. F. & Anastasia, C. M. J. (Orgs.). **O trabalho mestiço.** Maneiras de pensar e formas de viver. Séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume /PPGH-UFMG, 2002.

_____. Mestiçagem e impermeabilidade cultural nas áreas urbanas das Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII, XIX e XX. In: Garcia, C. & Medina, M. R. (Coords.). **Ciudad mestizas.** Intercambios y continuidades en la expansión occidental. Siglos. XVI a XIX. México, 2001. (Actas del 3er. Congresso Internacional Mediadores Culturais. 1999).

REBOLLO, B. M. Misioneros em china. Matteo Ricci como mediador cultural. In: Ares Queija, B. & Gruzinski, S. (Coords.). **Entre dos mundos.** Fronteras culturales y agentes mediadores. Sevilha, 1997. (1º Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais).

_____. Mediación cultural y fronteras ideológicas. In: Loureiro, R. M. & Gruzinski, S. (Coords.). **Passar as fronteiras**. Lagos. 1999. (Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII. 1997).

TORRES, T. L. **O município da Conquista**. (Edição crítica anotada por Ruy Araújo Hermann Medeiros). Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

O patrimônio documental na política de preservação da memória de Belo Horizonte

Ivana D. Parrela

1. De um arquivo para a Prefeitura a um arquivo para a cidade

Na organização dos serviços da Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC [1], cumpria à primeira turma cuidar da recepção, do expediente e do arquivo; à segunda turma, do expediente interno; e à terceira turma, do expediente externo. A primeira turma tinha a seu cargo o Archivo Geral dos Papéis da Commissão. A legislação que organizava a CCNC estabelecia que o "o archivo será organisado em colleções correspondentes as diversas divisões por que se acham distribuidos os serviços da Commissão, tendo, além dessas, uma para os papéis diversos, e mais uma destinada a guarda dos documentos"(sic), (MINAS GERAIS, 1895).

Pretendia-se manter a ordem da produção dos documentos dentro do Arquivo e preservar a estrutura da Comissão como testemunho de seus trabalhos. Um bom exemplo dessas intenções pode ser encontrado em correspondência de alguns membros da Comissão a Aarão Reis, em 1894, solicitando apoio para criar uma biblioteca e um museu para a nova capital. Na oportunidade, eles já solicitam "cópias autênticas de alguns trabalhos dessa Comissão, **dignos de memória para nosso arquivo**".[2]

Com a organização da Prefeitura da Cidade de Minas, de 1898 a 1901, posteriormente, Belo Horizonte, os documentos acumulados pela CCNC e a própria concepção dada ao arquivo, foram mantidos na Administração da nova cidade, embora, pelos primeiros relatórios, a área nem seja mencionada.

Em 1911, os serviços de um amanuense-archivista para organização dos documentos foram realçados pela grande demanda que surgiu a partir da promulgação de lei federal que permitia contar o tempo de serviços estaduais ou municipais para a aposentadoria. Nesta época, o Arquivo forneceu grande número de certidões a engenheiros e funcionários da CCNC. Tal demanda acabou por estimular outros investimentos no setor, vinculado à Secretaria da Prefeitura: passou-se a encadernar as folhas de pagamento da CCNC, visando à manutenção da ordem e conservação; iniciou-se a classificação dos documentos, com o que se pretendia dar mais agilidade às consultas e, especialmente, à expedição de certidões; e cresceram os pedidos de cópias de regulamentos de serviços, feitos por prefeituras do interior de Minas e de outros Estados (BELO HORIZONTE, 1911, p. 23-24).

Em setembro de 1912, o prefeito informa estar concluída a organização do Arquivo. Devidamente ordenados e classificados os diversos papéis e documentos; resumidos os respectivos objetos em índice alfabético geral, com a indicação dos números das prateleiras e pastas onde foram distribuídos, segundo os seus assuntos (BELO HORIZONTE, 1912, p. 36-37).

É interessante notar que a proposta de organização da CCNC era arquivisticamente mais coerente: o setor mantinha a ordem dos documentos dada por seus produtores, e a própria organização do arquivo, deveria refletir a organização da Comissão, o que segue um princípio caro à arquivística, consolidado no século XX, ou seja, o respeito aos fundos ou às unidades de arquivamento[3]. Por outro lado, essa nova proposta, previu a organização por assuntos, estabelecida pelo arquivista.

Em 1922, o Arquivo (BELO HORIZONTE, 1923, p. 56) deixou de ser, mero depósito de papéis, e até de materiais diversos das seções, ao ganhar nova catalogação dos documentos existentes. Um outro problema se impunha: o crescimento do acervo, o que motivaria a sua mudança dos fundos da Prefeitura para o seu porão. A secretaria, nessa época, responsabilizava-se pelo Arquivo, pela Biblioteca e pela Portaria da Prefeitura. O prefeito não escondia que sua “preocupação continua” recaia sobre a biblioteca (BELO HORIZONTE, 1927, p. 7).

A partir de 1929 é possível acompanhar uma prática que seria regular: os expurgos, sempre que a falta de espaço exigisse, sem que os critérios destas eliminações fossem descritos nos relatórios (BELO HORIZONTE, 1929, p. 13); e a reencadernação de alguns livros de documentos, como medida de preservação. Nessas situações, os relatórios realçavam o caráter impróprio das instalações para um arquivo.

Na década seguinte, o prefeito Negrão de Lima disse ver no Arquivo uma “repartição de considerável importância, como repositório de informações e guarda da tradição administrativa do Município” (BELO HORIZONTE, 1937, p. 32-33). Uma das medidas que tomou para a valorização do Arquivo consistiu em sua transferência para um edifício mais amplo. Destaca o prefeito:

> “na pesquisa dos livros e papéis acumulados, separou-se o precioso Arquivo da Comissão Construtora, parte da qual, entretanto, se encontra no Arquivo Público Mineiro, com prejuízo da integridade documental da história administrativa urbana. Organiza-se a biblioteca do Arquivo, com a encadernação de um exemplar de todos os volumes das leis, decretos, regulamentos, portarias,

> relatórios e outros impressos da Prefeitura, e a coleção completa do "*Minas Gerais*", a partir de 1897" (BELO HORIZONTE, 1937, p. 33).

Depois da mudança, instituiu-se um novo sistema de organização de contagem de tempo. Além disso, foi elaborado um catálogo geral para o acervo.

Em 1937, a Prefeitura destacou pela primeira vez os serviços prestados pelo Arquivo ao público externo, além daqueles relativos aos processos administrativos e de pessoal. Naquele ano, o Arquivo havia mudado com os demais órgãos da Prefeitura para o Palácio da Municipalidade, ganhando amplos salões no andar térreo. Sobre o tratamento dos documentos, o Prefeito informou que, finalmente, o acervo da CCNC estava reunido na Prefeitura.[4]

Na gestão de Juscelino Kubistschek, no período 1940-1945, a Prefeitura criou o Museu Histórico, ao mesmo tempo em que o Arquivo foi perdendo o reconhecimento de seu papel de "guardião da memória", realçado nas outras gestões. No relatório do prefeito Juscelino, o Arquivo não apareceu como um órgão; visualiza-se apenas o fruto de suas atividades: o registro de documentos. Em 1943, parte do acervo do Arquivo foi transferida para o Museu, especialmente, as belas pranchas dos arquitetos da CCNC. Aos poucos, o Arquivo passou a ser conhecido como o "Arquivo Geral da Prefeitura", aproximando-se cada vez mais das funções de protocolo e de expedição, embora continuasse a ser uma seção na estrutura organizacional.

Em 1953, a PBH ganhou nova estrutura. O Arquivo passou a integrar a Administração Geral, dentro do Departamento de Administração, como uma divisão de Comunicações e Arquivo (BELO HORIZONTE, 1953, p. 14). Novamente, ao se aproximar do público, mediante uma maior divulgação de suas ações, o Arquivo ganhou fôlego. Em 1956, ocorreu nova ampliação de suas dependências. Passou a dividir-se em três setores: arquivamento de processos, autos e alvarás; setor de conservação e limpeza; setor de chefia e administração. Uma das primeiras ações do setor responsável pela conservação foi promover um novo expurgo e o fichamento do material considerado aproveitável. No mesmo período, foram preparadas instalações, junto ao Arquivo, no saguão da Prefeitura para recebimento e expedição (BELO HORIZONTE, 1958, p. 34).

A partir de 1957, as ações da Divisão de Comunicações e Arquivo – DCA e da Divisão de Estatística e Documentação e de Estatística e Documentação tornaram-se ainda mais próximas no âmbito da Administração Geral (BELO HORIZONTE, 1959, p. 66). Neste período, o DCA, como era conhecida a divisão, prestou um serviço significativo. De acordo com o Relatório de 1959, "9.085 papeletas e fichas foram elaboradas. Por telefone, foram prestadas

9.500 informações, enquanto por serviço microfônico elas ascendiam a 18.000. Outrossim, foram expedidos ofícios e cartas no total de 7.500" Para dar conta de tais demandas, a divisão teve de reavaliar os seus critérios de arquivamento. Passou a existir um padrão de encadernação próprio para os grupos e séries de documentos, e estudou-se a possibilidade de adotar o padrão Dewey, da biblioteconomia, para a codificação de todo acervo (BELO HORIZONTE, 1959, p. 66).

A partir de 1964, a descrição dos trabalhos da Divisão de Documentação e Estatística – Microfilmagem e Fotografia - passou a ter maior destaque nos relatórios dos prefeitos. Desapareceram nessa época alguns números sobre o Arquivo, como os de atendimento à população. Em 1967, houve um grande expurgo no Arquivo: 35.915 quilos de papéis, papeletas, processos diversos, etc. Apareceu apenas no lançamento da renda obtida com a venda dos papéis: 1.910. 196 cruzeiros (BELO HORIZONTE, 1967, p. 45). Em 1971, novo expurgo, mediante concorrência pública feita por uma comissão de expurgo: 4.120 quilos de papel vendidos a 30 centavos o quilo (BELO HORIZONTE, 1972, p. IV. 6-26)

Em 1972, uma nova comissão foi nomeada pela Portaria n.1.886/72, para proceder a outro expurgo no Arquivo, apresentado como a primeira grande etapa para a implantação da microfilmagem. De acordo com o Prefeito, "trata-se de um trabalho exaustivo, consistindo na transcrição em livro próprio da documentação, separadamente, por Secretaria e exercício, possibilitando a livre movimentação entre as prateleiras do Arquivo - as quais se encontram abarrotadas – e a retirada de papéis amontoados sob as mesmas". Este fato veio dar nova dimensão e apresentação estética ao Arquivo Geral.

Prosseguiu-se, em 1975, o expurgo de processos. Objetivou-se evitar que papéis inúteis e sem proveito viessem ocupar espaços, já tão escassos, no arquivo, quando tantos outros documentos importantes teriam que ser resguardados. A partir do que era tido como um arquivo racionalizado, implantou-se a microfilmagem (BELO HORIZONTE, 1976, p. 5.6).

Em 1978, ocorreram novos expurgos. Desta vez, os relatórios mencionam os processos de 1956 a 1972, exceto os relativos a contagem de tempo; a transferência da coleção de jornais *Minas Gerais*, de 1894 a 1972, para a Biblioteca do IMACO (um colégio técnico do município); alienação de jornais, revistas e papéis velhos (35.565 kg) em que se apuraram Cr$ 29.142,00 (BELO HORIZONTE, 1979, p. 05.00.1).

Na década de 1980, implementou-se o Centro Micrográfico da Prefeitura. Os trabalhos tiveram início pelas Secretarias de Administração, Fazenda e Obras. De acordo com a política de racionalização dos serviços, procurou-se utilizar a tecnologia de tratamento eletrônico de dados e da microfilmagem, em substituição à de processos convencionais.

Em 1982, apareceram os primeiros estudos para formulação da Lei de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade. Neste mesmo período, no bojo de uma ampla reforma administrativa, o Arquivo Geral, agora integrante da Coordenadoria de Serviços Gerais, passou por nova modernização de seu sistema de documentação e arquivo, com a definição de tempos de arquivamento e ampliação da microfilmagem e da implantação do sistema OPUS, desenvolvido em conjunto pela Processamento de Dados de Belo Horizonte – PRODABEL e Secretarias de Planejamento e Administração, interligando a Prefeitura numa rede de informações e processamento de dados (BELO HORIZONTE, 1985, p. 12.00.4). É interessante destacar que o sistema OPUS ainda é utilizado pela PBH. No entanto, a implantação desse sistema, que já apresentava preocupações com a temporalidade de documentos, não iria impedir novos expurgos, que em 1985, apareceram como fruto de "criterioso exame", não descritos no relatório do Prefeito.

Em 1989, ampliaram-se as discussões sobre a preservação da memória da cidade, e a idéia de criação de um arquivo municipal concretizou-se, no âmbito do *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural do Município*. Uma de suas ações seria a realização do seminário *"Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno": o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, de 4 a 6 de setembro de 1990. Em 1991, O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foi criado por Lei Municipal que estabelece não só a sua institucionalização como uma política municipal de arquivos. [5]

2. A política de Gestão de Documentos da Prefeitura de Belo Horizonte

Na Política Municipal de Arquivos e na lei de criação do APCBH, a *Gestão de Documentos* destaca-se como trabalho essencial à preservação e ao acesso dos documentos produzidos pela Administração Pública: "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua tramitação [dos documentos], avaliação e arquivamento, em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente" (Lei Municipal n. 5899, cap. I, art. 3°). Essa área de atuação do APCBH constitui hoje uma divisão na sua estrutura organizacional. Os funcionários desta área têm como função monitorar e percorrer as unidades administrativas, acompanhando a produção dos documentos em todas as suas fases, em uma de suas frentes de trabalho. Após o recolhimento dos documentos considerados de valor permanente à sede do APCBH, procedem à sua conferência e encaminhamento à Divisão de Arquivos Permanentes, área responsável pela guarda,

tratamento e disponibilização dos documentos considerados de valor permanente tanto por sua representatividade para a história da cidade como por seu valor de prova.

Hoje, o APCBH acompanha a produção documental em toda Prefeitura, inclusive, no Arquivo Geral de processos, que continua a ser subordinado à Administração, e outros arquivos de guarda intermediária, como o existente na Secretaria Municipal de Saúde, para guarda de documentos que ainda têm usos esporádicos por seus produtores. Tais arquivos poderão ser transferidos para o APCBH ou eliminados, seguindo os critérios de avaliação estabelecidos de acordo com a legislação arquivística sobre a área, os produtores dos documentos, o que se apresenta consolidado na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos da Administração Direta da PBH.

Para dar início aos trabalhos arquivísticos, após a criação do APCBH, promoveu-se o *Recenseamento dos Acervos Documentais Acumulados pela PBH,* ao mesmo tempo em que se realizou o reconhecimento de seu estado de conservação. Apesar de não ser tão usual na área, o termo *recenseamento* reflete bem o espírito desta primeira investida. Um grupo de servidores percorreu os grandes depósitos de documentos e procurou identificar os acervos correntes em seus locais de produção. Simultaneamente, outra equipe iniciou os estudos para a elaboração da *Evolução da Estrutura Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte - 1894-1992.* Os dois trabalhos subsidiariam a organização dos acervos que foram identificados como de guarda permanente a serem recolhidos ao Arquivo.

Para isso, tornou-se necessária a definição de um quadro de fundos[6], que refletisse a organização da própria PBH e a produção orgânica de seus documentos. Cada conjunto de documentos produzido ou recebido por um mesmo órgão seria tratado como fundo. Mas na hora de desenhar esse quadro, descobriu-se que se fosse feito um modelo com todos os órgãos produtores de documentos desde a organização da Prefeitura, vários desses fundos ficariam vazios, pelos vários expurgos, citados na primeira parte deste texto, ou pela má conservação dos acervos. Ficou estabelecido então que o quadro norteador do APCBH respeitaria em seu arranjo arquivístico a ordem estabelecida pelos órgãos responsáveis pela guarda da documentação. Estes, mesmo não sendo, muitas vezes, os produtores, teriam a lógica do uso daquela documentação respeitada, já que foi isso que garantiu a sobrevivência daqueles acervos.

Em 1997[7], a PBH implantou efetivamente uma *Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivos da Administração Direta*. Para isso, o APCBH, em parceria com Secretaria Municipal de Administração, iniciou, em 1994, o trabalho de elaboração da *Tabela,*

assim como de outras atividades de sensibilização e treinamento dos funcionários da PBH para difundir o significado de um programa de *gestão de documentos.*

A Divisão de Gestão de Documentos tornou-se, formalmente, responsável pelo ciclo completo de cada documento gerado pela Administração Pública, desde o momento em que foi produzido até sua destinação final. O documento, conforme seja seu caráter informativo, comprobatório ou histórico, pode ser eliminado depois de cumprir a finalidade para a qual fora criado ou permanecer no Arquivo, temporária ou definitivamente.

Apesar de ser um instrumento de destinação aprovado pela autoridade competente - o prefeito - que determina prazos de guarda, levando em conta a especificidade de cada suporte, e estabelece critérios para microfilmagem e eliminação de todos os documentos produzidos e recebidos pela Administração Direta da Prefeitura de Belo Horizonte, a *Tabela* não pode ser encarada como um instrumento legal estático e apenas penalizador do servidor que não cumpre suas responsabilidades em relação aos documentos. Para isso, tem-se procurado acompanhar todas as mudanças ocorridas na PBH. Apenas para dimensionar o que isso significa, basta citar que em 2002 foram revisados os prazos e, até mesmo, a forma de mais de quinhentos documentos da Secretaria Municipal de Saúde. Com a reforma administrativa empreendida pela atual gestão, esse tipo de investimento tem que ser feito em muitos órgãos.

Quando se discutem as questões relativas à preservação da memória da cidade, normalmente se esquece do papel da gestão de documentos neste contexto. Não se pretende aqui sugerir que pesquisadores tenham que discutir as possibilidades de seus trabalhos caso esse ou aquele documento tivesse sido preservado, mas, ao contrário, realçar a importância de conhecer-se, a *priori,* a produção documental existente. A *Tabela de Temporalidade* é o instrumento que possibilita esse tipo de levantamento prévio. E, mais uma vez, vale ressaltar que isso interessa a várias áreas. Quando se pensa em propor um tema para uma pesquisa, em especial aquelas que visam às titulações, o primeiro passo deveria ser uma consulta à *Tabela* sobre os acervos que potencialmente serão consultados. Neste instrumento podem-se visualizar os documentos a serem produzidos em suas diversas fases de vida: os de longa guarda intermediária, os que já nascem permanentes (como os relatórios), os rapidamente eliminados e os que recuperam as informações contidas naqueles que foram descartados. Enfim, saberíamos antecipadamente o que seria possível utilizar, com quais restrições, em que suporte e quando.

Este último ponto coloca-se como de fundamental importância. Hoje, diante da cobrança cada vez mais rigorosa para o cumprimento de prazos nos programas de pós-graduação, este tipo de preocupação com a viabilidade de acesso aos documentos deveria

interessar a qualquer coordenador de cursos. Mas, como são bem poucas as *Tabelas de Temporalidade* efetivamente implantadas no país, a maioria nem sabe de sua existência.

Tal conhecimento ampliado sobre os documentos a serem produzidos permitiria ainda uma discussão mais rica sobre o que preservar. Para decidir sobre a destinação dos documentos, a PBH dispõe de uma Câmara Técnica, uma instância prevista pela Lei da Política Municipal de Arquivos[8] para definir prazos para os novos documentos, criada pelo Decreto que aprovou a *Tabela*. Essa Câmara deve ser a destinatária das sugestões encaminhadas pelos pesquisadores, e não apenas dos usuários da *Tabela*. Os horizontes de nossos técnicos seriam ampliados com sugestões de outros possíveis usos para documentos após a prescrição de seus prazos legais, já que ampliar seus usos deve ser uma preocupação constante do gestor do documento.

Para dar maior vitalidade à *Tabela de Temporalidade*, necessitamos agora de maior investimento em seu valor informacional. A *Tabela* foi publicada na íntegra em número especial do *Diário Oficial do Município*, em 1997, encontrando-se também disponível na Intranet. Sua atualização é feita pelo APCBH, e a manutenção técnica é feita pela Prodabel. Para que o usuário externo possa utilizá-la de maneira mais eficaz , ela deverá migrar para a Internet até o fim deste ano.

---

[1] Esta Comissão constituída pelo Estado de Minas Gerais para a construção da nova capital, atuou de 1894 a 1898.

[2] Citado por BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte:* memória histórica e descritiva – história antiga e média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p.186. Destaque nosso.

[3] DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro. v. 10/14. n.1, p. 14-33, abr 1982/ago 1986. Um bom parâmetro para a metodologia dos trabalhos arquivísticos do fim do século XIX pode ser encontrado no *Manual dos Arquivistas Holandeses,* que tem sua primeira edição em 1898. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos.* Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 167p.

[4] Apesar do prefeito afirmar que toda a documentação fora reunida no arquivo da prefeitura, sabemos que parte do acervo, pertencente à Secretaria de Agricultura, ainda permaneceu no Arquivo Público Mineiro. O arquivo do Estado deveria ser o recolhedor natural do acervo, pois a Comissão foi criada pelo Estado. Cf. Relatório de 1937. *Op Cit*. p. 13-14.

[5] O APCBH foi instituído a partir da sanção da Lei Municipal n. 5900, que "cria o Arquivo e dá outras providências", de 20 de maio de 1991. A Lei n. 5899, da mesma data, "estabelece a Política Municipal de Arquivos".

[6] Fundo entendido aqui como "unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade" e o quadro de fundos, como o instrumento de controle, sob a forma de lista ou quadro, que indica, na ordem de numeração dos depósitos, salas, estantes e prateleiras, o lugar exato ocupado pelos documentos. Cf .*Dicionário de terminologia arquivística.* São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, Cenadem, 1990.

[7] A primeira versão da *Tabela* foi publicada através do Decreto Municipal n. 9223, de 20 de maio de 1997, que estabelece os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na *Tabela*. Em 1999, já houve uma rerratificação dos prazos, pelo Decreto Municipal n. 9971.

[8] Cf. Lei Municipal n. 5899, de 20 de maio de 1991, e Decreto n. 9.223, de 20 de maio de 1997.A Câmara reuni-se a medida que surgem as demandas, feitas pelos órgãos da PBH.

Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial

Ivana Stolze Lima[i]

A preocupação com uma língua nacional, que alguns chamaram de língua brasileira, constituiu um fecundo campo de produção e reflexão intelectual, desde a primeira metade do século XIX. Tanto se cuidou de uma vontade de diferenciação diante de Portugal, como da incorporação controlada e diferenciada das marcas indígenas e africanas ao retrato de nação que então se procurava forjar. Refletir sobre a identidade e a unidade da língua implicava o tratamento dos vários conflitos e tensões que marcaram o regime monárquico-escravista. Estava em jogo, ainda, a expressiva diversidade lingüística no território nacional — dezenas de línguas indígenas, as línguas africanas em uma época de intenso tráfico de escravos, línguas européias distintas do português. As imagens sobre a língua entrecruzaram-se com questões político-estratégicas no processo de formação do Estado nacional. A idéia central aqui será destacar algumas reflexões intelectuais e representações mais anônimas ou espontâneas sobre a língua do Brasil e as línguas no Brasil, e reconduzi-las à experiência social do Rio de Janeiro, cidade, marcada por uma variedade lingüística e cultural interna.

Para diferentes intelectuais do Romantismo a língua consistiu em um leito para a nacionalidade, que atenuaria as desigualdades, hierarquias, dispersões e a extensão territorial da sociedade escravista, formando um lugar simbólico de unidade, uma forma de aproximação entre extremos sociais ou regionais. Sendo esta língua comum herança da colonização portuguesa, garantiria que a unidade fosse estabelecida em torno dos ideais de civilização e de ordem. Mesmo entre os que defenderam uma “língua brasileira”, nunca se afirmou um distanciamento grande a ponto de romper com a filiação a Portugal. É o caso, por exemplo, de Joaquim Norberto Souza e Silva, que, usou a expressão língua brasileira, entendendo-a como base da própria autonomia da literatura brasileira, conciliando herança européia e autonomia na América, em uma naturalizada oposição entre “conquistadores mais civilizados” e “povos primitivos” americanos (Guanabara, Tomo III, 1856, p. 100).

O lugar simbólico de uma unidade e de uma civilização garantidas pela língua fudamenta também as idéias do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro ao contrapor-se a uma estatística feita por um geógrafo chamado Francisco Nunes de Souza, que alertava para o perigo de um excessivo número de escravos na população do Império. Na província do Rio de Janeiro e no município da Corte haveria, segundo Nunes de Souza, 500 mil homens livres e um milhão de escravo. No conjunto do país, o quadro estatístico mostrava uma situação também complicada, pois haveria, para cada homem branco, dois "de cor". A isso Fernandes Pinheiro responde que o Brasil teria sim um futuro na jovem América, pois afinal encontram-se "ligadas as suas diversas partes pela comunidade de interesses, de língua, de Religião"[ii]. "Interesses", religião e língua: essas são as urdiduras que fariam das "diversas partes" do Brasil, uma nação. Tratava-se de imaginar que, mesmo com a escravidão, com a extensão territorial e os particularismos dos poderes locais, haveria um caminho de unidade (*Guanabara*. Tomo III, 1855, p. 65, p. 97-98).

Naquele momento as línguas africanas ocuparam um certo "não-lugar" nas elaborações acerca da língua nacional, pois quase sempre os escritores românticos procuraram negar que estas influenciassem a nacionalidade. Repare-se que os desmentidos sempre podem conter indícios acerca das diferentes formas de imaginar a nação, bem como das dificuldades em forjá-la em meio às tensões da sociedade escravista. Inúmeras evidências indicam que, mesmo com a exclusão dos africanos das representações sobre a nacionalidade, estes, na língua inevitavelmente (e, claro, em muitos outros campos), estiveram sempre presentes. Talvez a língua tenha sido um lugar de uma *mestiçagem* ou interpenetração cultural inevitável, compondo um *outro lado*, mais interessante, da hierarquia sociorracial.

O tráfico de africanos teve seu auge e fim nessa primeira metade do século XIX. Diferentes línguas oriundas da África eram correntes na cidade do Rio de Janeiro, nos momentos de trabalho, e em outras ocasiões em que africanos ou descendentes estivessem reunidos. Assim como em Salvador, boa parte da população provavelmente não falava português. Além das próprias línguas maternas, os escravos e africanos poderiam ainda usar línguas francas para se comunicar. Mary Karasch escreve: "A conservação das línguas

africanas era um dos aspectos mais importantes da vida dos escravos longe de seus donos. Quando se encontravam com seus conterrâneos nas ruas e mercados, os escravos conversavam em ioruba, kikongo ou quimbundo." (Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 293-294)

Em Salvador o iorubá foi a base para uma comunicação entre escravos de diferentes idiomas, já no início do século XIX[iii]. No caso do Rio, existem referências a uma língua geral com base no quimbundol. Houve formas de comunicação e solidariedade que não passavam pelo português. Algo que aliás deixou marcas na cultura urbana, em uma convivência tensa de múltiplos códigos lingüísticos. Note-se o contraste com a posição do cônego Pinheiro, articulando língua, comunidade e religião católica.

Diferentes situações conviveram. O domínio do português não significava o abandono definitivo das línguas maternas africanas, nem excluía o uso de uma língua geral. Nina Rodrigues, no final do século XIX, percebia as diferentes estratégias — e línguas variadas usadas ao mesmo tempo. "De fato, ninguém iria supor que falassem a mesma língua todos os escravos pretos. Antes, no número das importadas, na infinita multiplicidade e matizes dos seus dialetos, elas eram tantas que, num exagero quase desculpável, se poderiam dizer equivalentes em número ao dos carregamentos de escravos lançados no país. Em tais condições, tornou-se uma necessidade imperiosa para os escravos negros adotar uma língua africana como língua geral, em que todos se entendessem." Portanto, haveria: grande diversidade lingüística, formação de uma língua geral e ainda o português, que seria usado para a comunicação com os feitores, com os mestiços, crioulos etc.

Um dos poucos escritores que mencionou a influência das línguas africanas, especialmente a chamada língua bunda, foi o espanhol Juan Valera. No entanto, os próprios editores da revista *Guanabara*, onde seu texto foi publicado, em nota de rodapé, reagiram a essa opinião. Empenhados em conceber a língua nacional, os escritores tinham cuidado em selecionar o que poderia ser alçado da oralidade para a língua literária, e o que poderia até ser reconhecido como parte da língua falada, mas delimitado como próprio de pessoas não instruídas, mal educadas, ou que não se portavam como seria adequado à sua posição

social, e portanto indigno de compor a escrita[iv]. Apesar de exceções, como Gonçalves Dias, nas elaborações formalizadas sobre a língua literária, o traço dominante é o desinteresse relativo à presença das línguas africanas.

Nos meados do século XIX, é curioso o contraste entre o silêncio intelectual e a vigência do tráfico e conseqüentemente o uso muito evidente das línguas africanas na comunicação diária, algo bastante significativo por exemplo em cidades como o Rio de Janeiro. Adèle Toussaint-Samson, passeando no mercado central da cidade, narrava: "É lá que se precisa ouvir falar aquela língua africana chamada língua da costa. Nada de mais estranho: parece que nela não entra nenhuma consoante; não se distinguem absolutamente mais que ohui, y a, ahua, o, y, o. Aprendi algumas dessas palavras, que logo esqueci; é quase impossível reter uma linguagem da qual se ignora inteiramente a ortografia."[v]

Era comum atribuir aos africanos a responsabilidade por falares que se desviassem do padrão de expectativas. Um certo rótulo de africano foi associado a uma fala estropiada ou mesmo em relação a um sotaque regional, por exemplo. Termos como *caçanje* ou *xacoco*, eram empregados como sinônimos de um português mal falado. Xacoco, que em quibundo significaria linguareiro, passou a ser empregado para designar os que não prezam pela pureza da língua (Renato Mendonça, p. 270). Em Angola houve uma forma pidginizada do português, intitulada caçanje. Nina Rodrigues relata essa designação de um português defeituoso ou incorreto como português caçanje, português bunda ou português nagô (p. 152). Outro exemplo: o deputado Carneiro da Cunha era, na Corte, insultado como "caçanje", devido ao seu sotaque pernambucano[vi], mas também provavelmente por causa da cor de sua pele. Jacques Raimundo, comentando a influência africana, especialmente banto, em Portugal, fala de termos que algaraviaram ou antes caçanjearam" (cafundó, macambúzio, mazombo). A expressão caçanje é aí usada por oposição aos vocábulos que seriam genuínos[vii]. Nessa mesma tendência, o cronista pernambucano Padre Lopes Gama, cioso do vernáculo, atribuía diferentes vícios de linguagem à presença de escravos africanos nos lares das famílias da boa sociedade. Ele refere-se a uma "geringonça luso-africana", de que dariam mostra os diferentes grupos sociais.[viii]

Além do português degenerado, incorreto e defeituoso associado aos africanos, foi comum a associação entre o medo e as línguas africanas, ininteligíveis para os proprietários, para a polícia e outros agentes da ordem. Esse tipo de sentimento e valores certamente era antigo, e arraigado nas representações coletivas sobre a escravidão africana. Já na época colonial, alertava-se para os problemas da concentração africana na população de Salvador, tomando as línguas africanas como ameaça à boa ordem, como vetores de uma comunicação perigosa. O medo do africano aparecia também como medo da fala africana, bárbara, estridente, mal soante. Não se deveria v "tolerar que pelas ruas e terreiros da cidade façam multidões de negros de um, e outro sexo, os seus batuques bárbaros a toque de muitos, e horrorosos atabaques, dançando desonestamente, e cantando canções gentílicas, falando línguas diversas, e isso com alaridos tão horrendos, e dissonantes, que causam medo e estranheza"[ix] O imaginário do medo se acentuou ao longo do século XIX, quando aliás cresceram as diferentes formas de resistência à escravidão, das artimanhas ao confronto aberto. O medo da revolta e da desordem vinha acompanhado pelo medo da língua. De fato, a identidade étnica, incluindo a língua, foi um elemento importante em revoltas escravas, como na Revolta dos Malês em Salvador, em 1835, que envolveu predominantemente africanos[x].

Para bem compreender a representação do Romantismo sobre a presença africana em geral e especialmente sobre a fala africana e/ou escrava, não se pode isolá-la das representações sociais mais gerais sobre o tema. Na experiência cotidiana, a identificação de escravos associava as características da fala aos sinais físicos e às habilidades. Nos anúncios, a fala era encarada como um sinal identificatório[xi]. Vejamos alguns exemplos: "(…) fugiu a Francisco de Souza Carvalho Junior, um seu escravo crioulo, de nome José, vindo proximamente da província das Alagoas, terá de idade pouco mais ou menos 30 anos; é de cor fula, tem falta de dois dentes na frente do queixo superior; estatura baixa, *é muito falador, e diz que é forro*: julga-se que andará trabalhando em alguma roça nos subúrbios desta Cidade (…)". Este anúncio contém aspectos interessantes, como a fuga, a mobilidade espacial e a tentativa de se empregar como homem livre. Acompanhando tudo isso, a

observação de seu proprietário, de que "é muito falador", necessária mesmo sendo José um crioulo, com probabilidades portanto de ter aprendido o português desde criança. Não se trataria de saber falar o português — um dos atributos dos africanos que fossem qualificados como "ladinos" — mas de um uso fácil, que permite mesmo o disfarce da liberdade: "diz que é forro".

A fronteira entre africanos e crioulos nem sempre era cristalina. José, escravo de nação, “mal encarado e *fala como crioulo*”. Outro, ao contrário, era crioulo, mas teria um sotaque de africano: “Miguel (…) crioulo do Rio Grande do Sul, fala com sotaque de africano e inculca-se como pedreiro.” A todos estes exemplos, podemos somar a constante referência a escravos como "ladinos" ou "boçais" e suas gradações, “um pouco ladino”, “muito ladino”, que também abrigam informações sobre as habilidades no domínio da língua.

A expectativa dos senhores era que os africanos logo aprenderiam a falar português, em uma certa nacionalização dos escravos crioulos e africanos, tal como imaginada pelos dirigentes imperiais, como o cônego Fernandes Pinheiro. No entanto, os mesmos poderiam usá-lo para fins próprios. Se por um lado era uma adaptação à sociedade escravista, era também mais um recurso para construir formas de solidariedade ou sobrevivência; e isto não era incongruente com a manutenção ou aprendizado de outras línguas, como as línguas francas.

Dos anúncios de jornal à representação literária sobre a escravidão pode-se encontrar valores comuns. Flora Sussekind comenta como um imaginário do medo, no qual se inclui a representação sobre a fala africana, aparece no romance *As vítimas algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo, de 1869. Romance gerado em um momento de crise da escravidão,[xii] um de seus personagens é o africano Pai Raiol, feiticeiro, amedrontador, monstruoso, e com um “dialeto selvagem”, a fala estropiada, pouco articulada, um ser “radicalmente outro”. É impossível não pensar em Macedo como leitor dos anúncios de jornal sobre os escravos: "Era um negro africano (…) tinha o corpo exageradamente maior que as pernas; a cabeça grande, os olhos vesgos, mas brilhantes e impossíveis de se resistir a fixidade do seu olhar(…) um golpe de azorrague lhe partira pelo meio o lábio superior e a fenda resultante

deixara a descoberto dois dentes brancos, alvejantes, pontudos, dentes caninos que pareciam ostentar-se ameaçadores (…). E descrição da sua fala, apenas *julgando*-a, mas sem transcrevê-la. “Por negação, incapacidade ou enfim por amor de sua língua ou dialeto selvagem, mas pátrio, o rancoroso escravo, apesar de trazido ao Brasil há cerca de vinte anos, exprimia-se mal e deformemente em português, introduzindo muitas vezes na sua agreste conversação juras e frases africanas. O leitor deve ser poupado à interpretação dessa algaravia bárbara."(p. 140)

A possibilidade de que essa “língua estranha” fosse transmissora de uma sociabilidade de resistência é o que amedrontaria a classe senhorial. Pai Raiol falaria “mal”, teria se recusado a aprender o português, mas nessa algaravia ele planeja seus atos nefastos à família do proprietário. As idéias de Macedo correspondem a concepções lingüísticas vigentes: a barbárie poderia ser identificada pela língua. Martius dá notícias de uma “geringonça corrompida”, resultado de uma mistura desordenada de “índios, mulatos, cabras, negros, brancos”, exterior à lei, à civilização e ao cristianismo, que falariam “(…) uma gíria de ladrões, volúvel e sem fundamento gramatical, o que simboliza seu estado moral depravado”.[xiii]

Na polêmica entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, de 1875 aparece a questão da escravidão e, subsidiariamente, uma contenda sobre língua. Segundo Nabuco, a boa educação que os escravos familiares receberiam, seria incongruente com aquela “língua inventada” com que Alencar teria caracterizado na sua peça O Demônio Familiar, o moleque Pedro. E que, de qualquer forma, “(…) não teria o direito de passar da boca dos clowns, pintados de preto, dos nossos circos para a dos atores. O negro, nascido no país e criado na família do senhor, como esse Pedro, que teve a mesma educação dos filhos da casa, não suprime assim o artigo e não fala uma língua que nos parece bárbara.”[xiv] De qualquer maneira o teatro deveria ser preservado das “máculas sociais”. Sobre a língua bárbara, Nabuco esclarece que se o escravo…“Falasse-a porém, ela não deveria ser repetida em cena. Já é bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos; há certas máculas sociais que não se devem trazer ao teatro (…).” Importava portanto não encená-la, bastaria que ficasse pouco visível. A função de capitalidade do Rio de Janeiro na questão da

língua foi marcada por direções múltiplas, nem sempre favoráveis à disseminação de uma unidade tal como imaginada pelos dirigentes imperiais, como o cônego Fernandes Pinheiro, Gonçalves de Magalhães ou Varnhagen – a unidade moldada pelo brasileiro-português, pela religião católica, pela herança européia. Uma primeira direção a ser citada: a corte difundiu um sentimento de nacionalidade que sedimentou padrões sobre a língua. A segunda: a cidade foi um palco para as diferenças. Note-se inclusive a permanência das linguagens múltiplas, destas tradições que se combinaram, o que por muito tempo permanecerá como caracteristica da cultura das ruas no Rio. Uma terceira direção de desdobramento possível para a questão da experiência da cidade do Rio: no avesso da sua condição de capital, a mesma pode ter exportado, involuntariamente, esta multiplicidade nas formas de comunicação, aqueles falares "caçanjes". São questões que tocam representações sobre a língua como portadora de imagens sobre os laços sociais, sobre as hierarquias e exclusões, entrecruzadas à história da cidade.

---

[i] Este artigo é resultado de projeto de pesquisa desenvolvido na FCRB, e conta com apoio do CNPq. Agradeço a Claudia Maria de Oliveira, que colaborou em parte da pesquisa e a Fernanda Pires, bolsista PIBIC do CNPq. Pela limitação de espaço, optei pelas referências indispensáveis.

[iii] R. Mendonça, *A Influência Africana no Português do* Brasil. Figuerinhas, Porto, 1948. R. N. Rodrigues. *Os africanos no Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977, 5ª edição, p. 165

[iv] Cf Ivana S. Lima, A lingua brasileira e os sentidos de mestiçagem e nacionalidade no Imperio do Brasil. *Topoi - Revista de Historia*. vol. 4, N. 7, jul-dez 2003

[v] Adéle Toussaint-Samson. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro, Capivara, 2003, p. 78.

[vi] L. F. Alencastro, Vida privada e ordem privada no Império in: *História da Vida Privada no Brasil*, p. 35

[vii] Jacques Raimundo, *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941, p. 82.

[viii] Lopes Gama, *O Carapuceiro.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996

[ix] Luís Vilhena dos Santos. Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas, Salvador, Imp. Of. Do Estado, 1922, vol. 1, p. 108, citado por Istvan Jancsó, *Na Bahia, contra o Império*, São Paulo/Salvador, HUCITEC/EDUFBA, 1996, p 106.

[x] João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, capítulo 10.

[xi] Todos os anúncios citados: Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlinck, *E os preços eram cômodos... Anúncios de jornais brasileiros, século XIX*, São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP, 2000.

[xii] Esses princípios já eram comuns no emancipacionismo de meados do século. Pouco antes do fim do tráfico, em 1849, foi fundada a Sociedade contra o Tráfico e Promotora da Colonização, e Civilização dos Indígenas, que traduzia um projeto não só de mão-de-obra, mas de formação da população. Evitar o braço escravo, substituindo-o por imigrantes livres, seria uma forma de velar pela ordem nas cidades, pelo bem-estar das famílias, pela nação mais próxima dos ideais de civilização. Ivana Stolze Lima, *Cores, marcas e falas*, cap. 2.

[xiii] K. von Martius, Glossário de diversas línguas que se falam no Império do Brasil (1863), citado por João Paulo Rodrigues, *A pátria e a flor*, p. 57.

[xiv] Afrânio Coutinho (org.) *A polêmica Alencar – Nabuco*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965. p. 106.

A "MÃO GRANDE" DA IGREJA CATÓLICA E O "BOLSO FORTE" DOS CORONÉIS DO CACAU: QUADRO HISTÓRICO-SOCIAL DA CRIAÇÃO DE COLÉGIOS CATÓLICOS EM ILHÉUS.

Ivaneide Almeida da Silva
Mestre / História, UFBA.

A criação do Colégio Nossa Senhora da Piedade e do Colégio Diocesano São José em 1916, e suas respectivas propostas de ensino, foram favorecidas pelo contexto sócio-político de Ilhéus. As oligarquias locais apoiaram a criação destas instituições escolares a partir do grande incentivo da Igreja Católica que, durante as primeiras décadas da República pretendeu alterar as bases laicas do novo regime, investindo na família e na educação. As articulações entre a Igreja e as parcelas abastadas da sociedade ilheense, envolveram a educação ministrada nesses colégios por interesses diversos, que ultrapassavam o espaço dessas instituições escolares.

A cidade de Ilhéus começou a se consolidar economicamente no final do século XIX com a implantação da cacauicultura. O desenvolvimento da lavoura cacaueira atraiu grupos de origens diversas, de segmentos sócio-econômicos e culturais díspares. Entre estes, alguns foram aos poucos tornando-se fazendeiros e produtores de cacau. Um novo grupo social estava em processo de formação durante as primeiras décadas do século XX, chamado por Mahony[1] de *"Nouveaux Riche".* Este novo grupo estabeleceu novas dinâmicas na sociedade de Ilhéus, aumentou seu poder aquisitivo e constituiu oposição política à oligarquia que dominava a região. Esta última era representada pela família Sá, formada por descendentes de uma elite colonial, com fortes relações com o Império e com o sistema escravista[2].

A família Sá exerceu o domínio político em Ilhéus por quase um século até os primeiros anos da República, sob a figura política do coronel Domingos Adami de Sá. Já na década de 1910, o coronel Antônio Pessoa, principal expoente do grupo "Nouveaux Riche" e oponente de Domingos Adami, foi elevado ao cargo de intendente e inaugurou o grupo político chamado *pessoista*[3], formado dentro de uma elite de fazendeiros e comerciantes de cacau, sem ligações com a aristocracia baiana, nem com o grupo "adamista"[4], aspecto que

foi utilizado como estratégia política pelo novo grupo, além da defesa do progresso para a região.

Os "novos ricos" obtiveram rápido enriquecimento, transformando seus hábitos e costumes. O gosto pelo supérfluo, a divulgação da riqueza pessoal e outras atitudes eram realizadas para ostentar o status e o poder dos novos coronéis dessa região. Estes passaram a demonstrar seu poder social e político, construindo palacetes, túmulos ostentatórios, caracterizados como símbolos do poder dos coronéis do cacau[5]. Começaram a expressar sua riqueza, deixando suas fazendas e construindo mansões no centro de Ilhéus. Eles jantavam com porcelanas e taças importadas, compraram pianos para suas salas, traziam suas roupas do Rio de Janeiro e Paris e, colocaram suas filhas para estudar no *"new French convent school"* em Ilhéus e seus filhos em Salvador *"at elite boarding schools or the university".*[6]

Já nas duas primeiras décadas do século XX, a economia cacaueira possibilitou que Ilhéus se tornasse uma das mais prósperas cidades do Estado da Bahia, embora ainda buscasse reconhecimento político frente a capital[7]. Foi nesse período que a cidade recebeu uma nova dinâmica, havendo a preocupação do grupo político dirigente em aumentar o progresso material, e construir a *"civilização do cacau"*[8]*.* Mas, segundo Guerreiro, essas obras *"não foram suficientes para dar à região, à sua sociedade, a visibilidade externa e os retornos e compensações* (políticas) *dos quais se julgavam merecedores"*[9]*.*

As atividades sócio-econômicas e culturais[10] ligavam-se ao partidarismo local[11], dada a necessidade de sua permissão ou financiamento, além da divulgação que se fazia pela imprensa[12] que, por sua vez, era controlada pelo poder político. Este geria a vida social, penetrando em organismos como associações comerciais, filantrópicas e religiosas, provendo-as de recursos necessários, principalmente para as obras religiosas do bispo[13] que, segundo Falcon, foi *"nomeado graças as reivindicações dos chefes locais"*[14]*.*

As vantagens do progresso material/cultural de Ilhéus, no entanto, estavam disponíveis apenas à parcela mais abastada da população, que se dividia entre os grandes fazendeiros e comerciantes. O comércio de Ilhéus, por exemplo, muito se desenvolveu nas

primeiras décadas do século XX, especialmente para a exportação do cacau. E ainda eram negociadas mercadorias necessárias ao abastecimento regional e muitos artigos de luxo. Tudo isso atraiu muitos investimentos, ou muitos interessados, principalmente os fazendeiros que se tornaram comerciantes e passaram a lucrar muito.

Os grandes comerciantes exerciam muitas funções em Ilhéus em razão do seu poder aquisitivo. Eles atuavam como emprestadores, fornecedores de crédito e outros meios financeiros, fazendo com que os pequenos produtores estivessem sob sua dependência e fossem seus credores, pois como pagamento das dívidas atrasadas, eram exigidas suas terras. Tal fato fez com que alguns dos comerciantes se tornassem fazendeiros, pois se constituiu num meio para a concentração da posse de terras nas mãos desses primeiros. Muitos dos representantes das categorias citadas acima contribuíram para a implantação de instituições na cidade: as públicas (através do pagamento de impostos) e as particulares, através de doações à comissões de arrecadação organizadas para este fim.

A vida social, política e cultural de Ilhéus foi moldada pela "hegemonia do cacau". Por isso, a rede escolar não destoava deste caminho orientado pelo capital cacaueiro. Muitas das modificações urbanas incluíram também escolas públicas, do Estado e do Município. Estas últimas eram de *primeiras letras* e atendiam aos filhos e filhas dos trabalhadores rurais e urbanos. O apoio oficial ocorria também *"sob a forma de subvenções, para as escolas particulares,* (muitas) *ligadas a alguma ordem religiosa."*[15], como é o caso do Colégio N. S. da Piedade e do Colégio Diocesano São José[16], que receberam subvenções do Estado, além do apoio financeiro de particulares e sustentação ideológica maciça da Igreja Católica.

O apoio do Estado para a Igreja não era mais realidade, desde o advento do regime republicano que separou as duas instituições. A partir desse momento, o episcopado brasileiro passou a solicitar a ajuda e colaboração das elites regionais e locais para a implantação de obras e instituições da Igreja Católica.

As dioceses criadas em várias regiões do Brasil, são um exemplo, pois têm relação direta com os benefícios adquiridos pela Igreja Católica, que embora não estivesse

diretamente ligada às lutas republicanas, obteve vantagens com o advento da República, pois conquistou uma posição satisfatória, através do apoio que recebeu das elites regionais. A Diocese de Ilhéus foi organizada com a colaboração dos "coronéis do cacau". Conclui-se por isso que, a ruptura entre o Estado e a Igreja não afastou estes dois setores.

Na Primeira República, marcada pelo "livre jogo das forças sociais", ou seja, a descentralização do poder nas mãos das oligarquias locais, a Igreja procurou situar-se acima das várias classes, mas estava em favor das dominantes. Quando foi instalado o Bispado de Ilhéus, o bispo esteve aliado aos extratos sociais abastados, "operando" muitas vezes em função desta parcela da sociedade. Em Ilhéus, D. Jerônimo, o então arcebispo da Bahia "*trabalhou junto ás principais autoridades locais no sentido de ser constituído o patrimônio do futuro Bispado do Sul da Bahia".*[17] A criação do Bispado foi um importante elemento do progresso de Ilhéus. No entanto, esses sinais de civilização constrastavam com as marcas de violência e conflitos existentes entre as oligarquias locais[18].

Os interesses e idéias para o progresso e civilização de Ilhéus não eram comuns entre a parcela social abastada. No entanto, a educação de seus filhos e filhas, e sua respectiva formação social, moral e religiosa pareceu ser uma preocupação das facções políticas divergentes, visto a colaboração e apoio destas mesmas na construção e fundação dos colégios em análise, além da presença de seus filhos(as) nestas instituições escolares[19]. O primeiro bispo de Ilhéus foi importante e principal na mediação desse processo, junto com o grupo que se encontrava no poder, o que evidencia a força pessoísta à frente desse processo. O período político liderado por Antônio Pessoa compreendeu a criação da diocese em Ilhéus, a instalação do Bispado, a fundação dos colégios católicos e outras instituições que constituíram parte da formação dessa "C*ivilização do cacau"*[20]*.*

O interesse na educação das elites constituiu uma estratégia da Igreja Católica para destacar-se em meio a parcela social e economicamente dominante, mantendo-se numa posição de influência. Como discute Margotto, *"é provável que a demanda social também possa ter facilitado esta mudança"*[21]. Em Ilhéus tal fato tornou-se evidente, pois a educação dos jovens foi uma preocupação do grupo político em ascendência. A

concretização do projeto educacional do bispo com a criação do Colégio da Piedade e do Colégio São José foi então, adequado às exigências do grupo dirigente de Ilhéus.

O pedido do bispo para instalação do Colégio da Piedade a Madre Thaís, provincial da Ordem Ursulina[22] no Brasil em visita à Bahia no ano de 1915, vem demonstrar o interesse da Igreja Católica em cumprir perfeitamente a sua missão significativa: a influência na esfera da educação. A fundação do Colégio São José ocorreu sob as mesmas circunstâncias que a fundação do Colégio da Piedade, com as persistentes alegações do primeiro bispo e seus apelos à sociedade, para cumprir funções que, naquele período, tinham por trás a "mão grande" da Igreja Católica e o "bolso forte" dos coronéis do cacau. As escolas católicas sustentavam-se com base na "tradição", ou mesmo, na escassez de escolas públicas, o que não era necessariamente o caso de Ilhéus, pois essas existiam, porém não estavam vinculadas a ordens religiosas.

As instituições educacionais, principalmente o caso dessas escolas confessionais e particulares, foram implantadas com o apoio dos grupos dirigentes locais. Estes doavam terrenos, recursos para a construção dos prédios e matriculavam seus próprios filhos, pois a educação dos mesmos era um dos meios de demonstrar *status* e refinamento de seus costumes[23].

As transformações sócio-econômicas, políticas e culturais modificaram a dinâmica da cidade de Ilhéus, que foi capaz de sediar costumes diferenciados, a partir de uma população de origem diversa, o que implicava em diferentes regras de comportamento. Tal realidade em nada enaltecia a "moral das famílias", principalmente das filhas dos novos ricos do cacau. Então, fez-se necessário um controle social mais rígido na uniformização do comportamento, e que fosse coerente com a posição política e social dos "novos coronéis". Os dois colégios católicos em Ilhéus foram defendidos pelo bispo D. Manoel, como instituições capazes de educar os filhos e filhas das famílias das elites de Ilhéus, sem a necessidade de abastecerem-se, neste sentido, na capital do Estado.

Semelhantes foram os objetivos para a fundação dos colégios em análise, porém, diferentes, ou apontados para lados opostos, esteve a formação educacional

pretendida e executada para o homem e para a mulher[24]. As escolas constituíram-se num veículo legítimo de reprodução da "ordem social" de uma estrutura já determinada pela sociedade, o que afirma "ser o sistema de ensino, a solução historicamente conhecida, a mais dissimulada e mais adequada à sociedade para a transmissão do poder e dos privilégios, exercendo esta função sob as aparências da neutralidade"[25]. Por isso, o Colégio da Piedade e o São José constituíram-se veículos de construção do comportamento social, requerido ao grupo sócio-político dominante de Ilhéus nas primeiras décadas da República, sendo capazes de reproduzir as estruturas dessa parcela social e suas relações de gênero.

---

[1] MAHONY, Mary Ann. *The World Cacao Made: Society, politics, and History in Southern Bahia, Brazil, 1822-1913.* Yale University, USA: 1996. (Dissertation for the Degree do Doctor of Philosophy), p. 485-525.

[2] MAHONY. *Op. Cit.*, 1996 e RIBEIRO, André Luís Rosa. *Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880-1912).* Ilhéus: Editus, 2001.

[3] O nome deriva do seu principal líder político, Antônio Pessoa. Entre as transformações sócio-políticas, destacou-se o fortalecimento da facção pessoista, que compunha o grupo dos novos ricos. Esse grupo passou a ter acesso ao poder político nos anos de 1910 e isso favoreceu a aquisição de informações e a adoção de novos padrões de comportamento. No entanto, a estrutura de poder não foi alterada, somente um novo grupo tomou o poder, construindo suas bases sobre os moldes anteriores. Esta administração local esteve relacionada intimamente com o início do governo de J. J. Seabra (1912-1916) na Bahia. FALCON, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau.* Salvador: Iananá. UFBA, 1995, p. 107-110.

[4] Referente ao grupo político representado pelo Coronel Domingos Adami de Sá.

[5] RIBEIRO. *Op. Cit.*, 2002, p. 110.

[6] MAHONY. *Op. Cit.*, 1996, p. 486.

[7] PEQUENO JORNAL, ed.: 02/07/1925, p. 2; FREITAS, A. F. Guerreiro e PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: A Capitania, os Frutos do Ouro e a Princesa do Sul. Ilhéus 1534-1940.* Ilhéus: Editus, 2001.

[8] Essa expressão/ conceito "Civilização do cacau" é utilizada por Guerreiro, para demonstrar as transformações e modificações políticas, econômicas e sociais que ocorriam em Ilhéus na Primeira República. Ilhéus era chamada, inclusive por jornais da capital do Estado de *"A Princesa do Sul"*, devido ao seu vertiginoso crescimento e desenvolvimento. A criação de instituições políticas, jurídicas e educacionais vai delinear o que chegou a ser essa "civilização do cacau". FREITAS e PARAISO. *Op. Cit.,* 2001.

[9] FREITAS, e PARAISO. *Op. Cit.,* 2001, 129.

[10] Silva Campos muito detalhou sobre a sociedade ilheense, inclusive as transformações no cotidiano urbano na Ilhéus, entre os anos de 1910 e 1930 em sua obra *Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981. Destaco este período, por ser o de interesse deste artigo.

[11] Neste caso, o poder político de Ilhéus era da facção pessoísta.

[12] Aqui temos como principal exemplo o Jornal de Ilhéus, inaugurado na década de 1910 e de propriedade do então intendente Antônio Pessoa.

[13] Em agosto de 1915 chegava a Ilhéus o seu primeiro bispo, D. Manoel Antônio de Paiva, vindo da Paraíba. A Diocese de Ilhéus havia sido criado em 1913, por Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia. REVISTA ECLESIÁSTICA DA BAHIA. Ano V, Junho de 1913, N. 6, p. 145 e JORNAL DE ILHÉUS, 01/08/1915, p. 2.

[14] FALCON, *Op. Cit.,* 1995, p. 93.

[15] Diário Oficial do Estado, Bahia, ed. 02/07/1923, p. 560.

[16] O Colégio Diocesano São José, de acordo com as condições de sua criação e fundação, seria a "menina do olhos" de D. Manoel, o bispo. No entanto, construiu uma história efêmera em Ilhéus, pois diversos fatores não permitiram o seu desenvolvimento. JORNAL DE ILHÉUS, ed.: 19/09/1915, p. 2.

[17] Segundo determinações canônicas do período, a Santa Sé costumava exigir para a criação e constituição de uma diocese, a formação anterior de um determinado patrimônio para a mesma. Inicialmente seria uma "espécie de fundo de reserva que garanta os bispos, contra possíveis dificuldades no desempenho do seu 'mutuns' apostólico". Essa não era uma exigência difícil de ser cumprida no Brasil naquele período, visto a aliança da Igreja com as oligarquias locais. REVISTA ECLESIÁSTICA DA BAHIA, Ano V, Março de 1913, N. 3.

[18] As lutas político-partidárias tinham como alvos das disputas, o controle do poder político e a concentração da posse de terras. Os conflitos de interesses eram evidenciados através das lutas entre famílias, a partir das

invasões das propriedades e a utilização dos serviços dos jagunços. A autoridade dos coronéis se consolidava na capacidade de fazer cumprir suas decisões, muitas vezes com uso da força e violência.

[19] SILVA, I. A. *História e Educação Religiosa em Ilhéus, 1916-1930.* Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social. UFBA, 2004.

[20] A idéia de "civilizar" a Bahia, ou remodelar, seguiu os moldes das ações de urbanização em curso no Rio de Janeiro entre os anos de 1910 e 1920. Nesse processo um dos políticos mais expressivos foi J. J. Seabra. Este foi governador da Bahia duas vezes, senador estadual e federal, além de Ministro da Viação e Obras Públicas. LEITE, Márcia M. da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930.* Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. A facção pessoísta em Ilhéus teve apoio direto deste governador, por isso o progresso material de Ilhéus foi um dos objetivos desse grupo. FALCON, *Op. Cit.,* 1995, p. 107-110.

[21] MARGOTTO, Lilian Rose. *Igreja Católica e educação feminina nos anos 60.* Vitória: EDUFES, 1997, p. 61.

[22] A *Ordem de Santa Úrsula,* ou *Ordem Ursulina* chegou em Ilhéus em 1916. Ela é de origem italiana, foi criada no século XVI, época de transformações em todos os aspectos da sociedade européia, proporcionadas pela Expansão Marítima. O ensino ministrado às meninas, nos conventos, implicava na existência de limites, numa vida semelhante a das freiras. *"Foram na verdade as Ursulinas que, a partir do século XVIII, modificaram a proposta educativa, com um ensino que reconhecia as moças não mais como futuras religiosas, mas como pessoas destinadas a viverem no mundo".* Ver ISMÉRIO, C. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 47.

[23] MICELI, Sérgio (1988, p. 23). Apud: MARGOTTO. *Op. Cit.,* 1997.

[24] Os estudos de Scott trazem considerações pertinentes para o entendimento da categoria gênero. Elabora uma análise sobre as implicações da história das mulheres e a utilização do conceito gênero, considerando a existência da distinção natural, mas que sobre ela se estabelece relações sociais singulares em função do tempo e do espaço. SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* Recife: SOS Corpo, 1991 e *História das Mulheres.* Apud: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Editora UNESP, 1992.

[25] BORDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 294.

A Doença nos filmes de Pedro Almodóvar
Um estudo de caso: Tudo sobre minha mãe

Ives Mauro Júnior
Mestrando em História da Saúde e das Ciências - COC/Fiocruz
ivesmauro@yahoo.com.br

Ao avaliarmos a dimensão social da doença, trilhamos um dos caminhos para a compreensão de uma sociedade, uma vez que a doença funciona como suporte e expressão da mesma. A doença é uma construção social e um indivíduo doente é sempre doente aos olhos da sociedade, em função dela e segundo os moldes já fixados.

Dessa maneira, podemos perceber como a doença pode se tornar objeto histórico, sendo fenômeno social e humano ao mesmo tempo em que é evento transformador da sociedade. As reações frente a qualquer doença também são documentos, a serem lidos e analisados: políticas de saúde, deliberações científicas, prescrições médicas, experiências de doentes ou parentes, o imaginário produzido em torno da mesma, seja na Literatura ou no Cinema.

Ao perceber que as doenças são eventos sociais, carregados de sentimento de culpa, comiseração e redenção, o Cinema as usou como tema, personagens ou pano de fundo, construindo painéis de uma determinada época ou sociedade. O que pretendemos com esse trabalho é investigar a cinematografia de Pedro Almodóvar, tomando **Tudo sobre minha mãe**, como estudo de caso, uma vez que um filme, como qualquer outra manifestação humana, mantém relações de interdependência com outras esferas, sejam elas políticas, econômicas e sociais. O objetivo seria justamente perceber e discutir como este diretor constrói e usa o conceito Doença. Minha hipótese é que esta, a Doença, é quase sempre utilizada como metáfora de transformação de indivíduos ou da sociedade em suas tramas.

O Diretor

Pedro Almodóvar, nascido em 1949 e natural de Calzada de Calatrava, Ciudad Real, Espanha, é um dos mais aclamados e polêmicos diretores da atualidade. Sempre atento ao mundo que o cerca, traz em seus filmes uma crônica social da Espanha, e do Mundo Ocidental, de maneira ácida e atual. Sua carreira começou ainda na década de 1970, em uma Espanha recém saída de mais de 40 anos de Ditadura Franquista. Seus primeiros filmes mostram uma sociedade ávida por liberdades, após um longo período de repressão. Um período em que "velhos e novos padrões morais, sexuais e comportamentais conviveram lado a lado por uma década, (1975 – 1985) após a abertura política."[i] Almodóvar resgatou antigas e importantes tradições da sociedade espanhola, em especial da sociedade madrilhenha, dando forma e voz às enormes mudanças que se processaram dentro dessa mesma sociedade. Alguns consideram que Almodóvar foi quem melhor representou a nova mentalidade espanhola dividida entre imensas expectativas e frustrações não esperadas.[ii]

Podemos assim afirmar que a filmografia de Almodóvar, em sua gênese, é um testemunho de um período de mudanças na Espanha, na Europa e no mundo. Sem dúvida, esse é um período de mudanças em todos os lugares, inclusive no Brasil, com a chamada Abertura Política do Governo Geisel e posteriormente do General Figueiredo, após quase duas décadas de ditadura militar. A Espanha também passava por um período de mudanças com o fim do Franquismo, uma ditadura que durava quase 40 anos. O mundo estava passando por um período de política neoconservadora, nas figuras da Primeira-Ministra britânica, Margareth Thatcher e do presidente dos EUA, Ronald Reagan. A política externa norte-americana optara por um recrudescimento nas ações na América Latina principalmente no Haiti, Panamá e Nicarágua, além do apoio às ditaduras sul-americanas na Argentina e no Paraguai. A década de 1980 também foi marcada pelo surgimento de uma nova doença, a AIDS, que vitimava todos que a contraíssem.

Os primeiros filmes de Pedro Almodóvar estavam voltados para as ruas e se relacionavam com a época e com o lugar, conforme ele mesmo diria em entrevista a um

jornal americano. Ou seja, a cinematografia de Almodóvar contemporânea, trazia à tona um mundo muito próximo de nós, um mundo que conhecíamos, um mundo com o qual tínhamos afinidades. Pedro Almodóvar é um retratista da sociedade onde vivemos.[iii]

A importância e atualidade de Pedro Almodóvar são tão grandes que entre 26 e 29 de novembro de 2003 foi tema de um congresso internacional na Universidade de Castilla-La Mancha, na cidade de Cuenca, na Espanha. O primeiro Congresso Internacional Pedro Almodóvar reuniu especialistas em cinema e teoria da comunicação do mundo inteiro para discutir a influência do cineasta no comportamento, na música, na estética e nos movimentos de vanguarda. "Seus filmes têm uma influência decisiva em muitas questões dos nossos tempos. Por exemplo, têm sido uma ferramenta importante na aceitação dos homossexuais", afirmou Fran Zurian, diretor do congresso.[iv]

Durante o encontro foi inaugurado o Centro de Documentação Digital Pedro Almodóvar, com uma ampla base de dados, trabalhos acadêmicos, documentários e reproduções de seus 15 filmes realizados até 2004. Para pesquisadores do mundo inteiro isso é uma fonte inesgotável para pesquisa uma vez que há disponibilidade de consulta *online.* O texto de apresentação do Centro afirma que “dia a dia, a figura de Pedro Almodóvar e seu alcance mundial vão crescendo e sem dúvidas, pode-se afirmar que se trata do cineasta espanhol mais importante, influente e conhecido a nível nacional e internacional. Uma mostra clara deste fenômeno pode-se apreciar em como o interesse sobre o cinema de Almodóvar tem se intensificado, conseguindo juntar um seguimento destacado de grande parte do público, da crítica e dos acadêmicos e profissionais de cinema. Outra manifestação a se levar em conta é a ampla produção bibliográfica existente hoje, tanto em espanhol como em outras línguas, junto com outros trabalhos investigativos que se realizam em todo mundo, confirmando a amplitude internacional do interesse por sua obra.” [v]

A cinematografia de Pedro Almodóvar reúne 14 longas metragens, todos disponíveis em vídeo no mercado brasileiro. Ligado originalmente ao movimento conhecido como "La Movida Madrilhenha", seus primeiros filmes exploram personagens de comportamento polêmico ou transgressor como ninfomaníacas, (**Labirintos de Paixões**, 1982), prostitutas, freiras e donas de casa viciadas em drogas, (**Maus Hábitos**, 1983) (**Que fiz para merecer isto?**, 1984), assassinos seriais, (**Matador**, 1985) ou travestis, transexuais e homossexuais, (**A Lei do desejo**, 1986). Em 1987, veio o reconhecimento internacional com o sucesso de **Mulheres à beira de um ataque de nervos**, onde faz uma crítica ácida e bem humorada sobre o lugar da mulher na nova sociedade espanhola através de uma doença considerada típica de mulheres, a histeria.

O que percebemos ao analisar mais demoradamente o conjunto da obra de Pedro Almodóvar é sua utilização da Doença como um elemento transformador das pessoas ou da própria sociedade. Essa análise fica muito clara ao assistirmos **Tudo sobre minha mãe**, de 1999, ganhador de vários prêmios, inclusive o Oscar de melhor filme em língua não inglesa. Ao narrar a história de Manuela em sua busca pelo passado depois que seu filho morre atropelado, Almodóvar nos fala sobre qual é nosso lugar no mundo.

Manoela (Cecília Roth) é uma argentina que vive em Madri com seu filho Esteban (Eloy Azorín). Ela é enfermeira e chefe da divisão de doação de órgãos. Na verdade, ela é uma personagem da cena inicial do filme anterior de Pedro Almodóvar, **A Flor de meu Segredo**, de 1998, onde aparece representando uma mãe que recebe a notícia da morte de seu filho dos médicos e deve decidir se doará os órgãos para transplantes. Essa é uma decisão que tem que ser tomada ali, naquele momento de dor: Os órgãos e os receptores não podem esperar. Almodóvar a retoma em **Tudo sobre minha mãe**, para falar sobre "a capacidade da mulher para fingir. E a maternidade ferida. E a solidariedade espontânea entre as mulheres".[vi] Este filme tem como referência, dois clássicos americanos: o filme "**A Malvada**", de 1950, do diretor Joseph L. Mankiewicz, com Bette Davis e Anne Dexter (*"All about Eve*" – Tudo sobre Eva – no original em inglês – de onde o diretor retira o nome do

filme), e a peça "**Um Bonde chamado Desejo**", de Tenesse Willians, (de onde ele retira a frase "sempre confiei na bondade dos desconhecidos", fala de Blanche Dubois, personagem principal da peça, também proferida por Huma Rojo). As personagens, neste filme, são desconhecidas e forjam suas alianças e amizades a partir da solidariedade.

Esteban, o filho, quer ser escritor e anda sempre com um caderno de anotações. Nelas, percebemos que sente falta da verdade sobre seu pai. É aniversário de Esteban e Manoela o leva para assistir a peça **"Um bonde chamado desejo"**. Na saída, o rapaz quer esperar pela atriz principal, Huma Rojo (Marisa Paredes) para pedir-lhe um autógrafo. Ao vê-la na saída do teatro, corre atrás do carro e acaba morrendo atropelado. A cena, do filme anterior onde Manoela simula uma mãe recebendo a morte do filho, torna-se então realidade.

Muito abalada, resolve procurar pelo pai de seu filho, também chamado Esteban. Ela o abandonou 18 anos atrás, quando ele tornou-se Lola (Tony Cantó), um travesti que se prostituía nas ruas de Barcelona. Chegando lá descobre que ele está contaminado pelo HIV e que engravidou Rosa (Penélope Cruz), uma noviça, rejeitada pela família. A cena onde Rosa revela estar contaminada pelo HIV é particularmente emocionante. Manoela a recrimina por ter tido relações com Lola, sabendo que ele se droga desde os 15 anos de idade. E no momento seguinte, a acolhe em casa de braços abertos. Decide ajudá-la a enfrentar a situação, dando-lhe abrigo, amizade, companheirismo e afeto, durante sua gravidez.

Rosa não resiste às complicações da doença e morre durante o trabalho de parto, mas a criança sobrevive. Na cena do enterro de Rosa, finalmente conhecemos Lola/Esteban. Esta quer conhecer seu filho com Rosa e acaba sabendo que teve também um filho com Manoela. Alguns meses depois, Manoela leva a criança, batizada também como Esteban para Lola/Esteban conhecer e esta chora pedindo desculpas pela 'herança

maldita' que lhe deixou. Ao que Manoela retruca dizendo que não há motivos para a criança desenvolver a doença.

No entanto, a família de Rosa não aceita a criança doente. A avó a rejeita temendo infectar-se com um simples arranhão. Manoela foge com o menino levando-o consigo de volta a Madrid. Manoela adota e cuida dela. Dois anos mais tarde, um novo milênio começa e a criança não apresenta mais o HIV em seu organismo. De forma natural, o vírus foi eliminado do organismo da criança e Manuela o leva a um congresso para que investiguem. Na cena final, ela afirma que o caso de Esteban – o filho de Rosa recebe o mesmo nome, tornando-se o terceiro Esteban na vida de Manoela – demonstra que o vírus pode desaparecer.

Ao terminar o filme com a notícia de que o menino já não apresenta mais o vírus em seu organismo, Almodóvar fala sobre cura para uma doença que vitimou milhares de pessoas no mundo inteiro. Este é o primeiro filme que fala de cura para a AIDS em quase 20 anos de doença. Não foi a primeira vez em que falou de crianças soropositivas. Esse tema já havia sido abordado, ainda que sutilmente, em seu filme anterior, **Carne Trêmula**, de 1998, onde um dos cenários da segunda parte de filme era uma clínica para crianças abandonadas por causa da AIDS. Ao final deste filme, Victor (Liberto Rabal) fala que na Espanha de hoje, eles já não tem mais medo de nada, referindo-se ao fim da Ditadura Franquista. Mas também podemos inferir uma leitura de que não há mais porque temer a AIDS.

Almodóvar está nos falando de situações pelas quais nós passamos. Neste filme há três personagens com o vírus do HIV: Lola/Esteban, Rosa e Esteban III. Analisando, são três categorias distintas no chamado grupo ou comportamento de risco para casos de contaminação de AIDS: o homossexual e/ou viciado em drogas injetáveis; a mulher monogâmica; a criança infectada pela contaminação vertical, ou seja, pela própria mãe. Em momento algum, Almodóvar culpa Lola/Esteban ou Rosa, pela infecção da criança Esteban

III. Pelo contrário. Manoela está sempre disposta a ajudar, apoiar, oferecer amizade e carinho. Ao trabalhar dessa maneira, o roteiro de **Tudo sobre minha mãe** coloca a solidariedade como um dos temas centrais da trama. Isso alenta esperanças de cura para a doença. A criança negativada ao fim do filme, é curada pelo amor e cuidados de Manoela. A fala de Manoela ao final falando sobre a esperança de cura para a AIDS, nos revela o quanto todos nós ansiamos por isso. E desta maneira, não afasta apenas a culpa normalmente associada à AIDS, mas também abre caminhos para a discussão sobre tratamentos e principalmente sobre a cura. Um filme que não fala de morte, de culpa nem de culpados, mas que nos revela algo sobre a vida, esperança e futuro.

Uma outra possibilidade que gostaria de apontar aqui, sem contudo esgotar o assunto, é demonstrar que para o cinema europeu o assunto não se encerrou, em absoluto. O caminho apontado por Pedro Almodóvar tem sido seguido por outros cineastas europeus comprometidos com um cinema mais crítico e autoral, não se incomodando com a indústria. Desta forma, é possível perceber que este é o local onde o doente de AIDS – soropositivo, homossexual –é retratado mais humano, menos estereotipado.

Nessa filmografia européia, não há culpa, nem culpados. Não há estereótipos, não há condenados. Há seres humanos aprendendo a conviver com uma situação nova, reestruturando suas vidas, reconstruindo suas identidades, depois de uma experiência limite, que foi o diagnóstico da AIDS. Esses filmes abordam as estratégias que esses homens e mulheres criaram e continuam a criar para viver, continuar a viver. Como qualquer um de nós, diariamente

Essa perspectiva vai contra a tendência da indústria cinematográfica dominada pelo modelo norte-americano. A partir de 1996, com a viabilidade de sobrevida para os doentes de AIDS em decorrência da combinação de remédios, a produção de filmes sobre a temática passou a decrescer ao invés de mudar o foco de abordagem. É como se o assunto não mais interessasse, deixasse de ser vendável. Pedro Almodóvar foi um dos poucos cineastas a insistir no assunto e acabou por produzir mais belo dos filmes de sua carreira,

em minha modesta opinião. Apesar da combinação de remédios no tratamento da AIDS melhorar sensivelmente a expectativa de vida dos doentes, esta não foi uma realidade contemplada nos filmes. De 40 filmes longa metragens produzidos entre 1989 e 1999, somente nove foram realizados entre 1996 e 1999. De uma maneira geral, eles contribuíram no reforço do preconceito, retratando jovens homossexuais masculinos, drogados e mulheres de vida promíscua que se contaminaram, justamente aqueles que estavam dentro do conceito de 'grupo de risco'. Aqueles que não se identificaram no que assistiram continuaram em suas práticas. Hoje já se fala em 'comportamento de risco' em uma clara alusão de que todos estamos expostos ao vírus. Mas ainda falta muito para chegarmos à plena consciência do impacto desta pandemia em nossas vidas. Creio que Pedro Almodóvar contribuiu um pouco para essa conscientização.

---

[i] MOREIRA, Arthur Barroso. A Temática da Perversão na Obra de Pedro Almodóvar. Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, dig., p.16.

[ii] SILVA, Wilson H. da. "No Limiar do Desejo", p.52 in CAÑIZAL, Eduardo Puñuela, (org.). Urdiduras de Sigilos: Ensaios sobre o Cinema de Almodóvar. São Paulo, Annablume Editora, 1996.

[iii] Idem, p.58.

[iv] http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u26386.shtml, acessada em 06/04/2004.

[v] http://sdogma.uclm.es/uclm/home.html, acessada em 30/05/2005.

[vi] www.clubcultura.com/clubcine/clubcineastas/almodovar, acessada em 06/04/2004.

Roda Viva (1968): a historicidade da cena teatral

Jacques Elias de Carvalho[i]

O espetáculo *Roda Viva* demarcou posicionamentos, construiu interpretações diversas, resignificações e estabeleceu debates acirrados num período de intensas discussões políticas e manifestações sociais. Tais características necessitam de uma análise mais aprofundada da cena teatral e do universo de criação que a envolve, tentando reconstituir alguns fragmentos espalhados e desorganizados, recolocando o espetáculo em diálogo com seu momento histórico, tarefa principal do historiador.

O texto de Chico Buarque chega aos palcos em 1968 sob a direção de José Celso Martinez Correa, diretor conceituado por espetáculos como, *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, de 1967, a grande revelação do Teatro Oficina naquele ano. Nas palavras de Fernando Peixoto, José Celso "afirmou-se diante da crítica lançando um novo autor que logo em seguida encerraria sua promissora carreira como dramaturgo para transformar-se no mais criativo e corajoso encenador do teatro brasileiro contemporâneo"[ii]. Para completar o cenário, o dramaturgo, jovem e talentoso cantor oriundo da classe média, filho de um historiador ainda mais famoso, trazia para o espetáculo o seu público juvenil e frenético, consumidores assíduos de sua canções. Essas peculiaridades completavam o universo polêmico e instigante do espetáculo.

Estréia no dia 17 de janeiro no Rio de Janeiro, na Guanabara, permanecendo em cartaz por três meses. Em São Paulo, o espetáculo inicia sua temporada no dia 17 de maio no Galpão do Teatro Ruth Escobar. Na noite de 17 de julho de 1968, o teatro foi invadido por um grupo de extrema direita, conhecido por CCC, Comando de Caça aos Comunistas. Destruíram os cenários e espancaram diversos atores, dentre eles a atriz Marília Pêra, que interpretava a personagem *Juliana*. Em Porto Alegre, a temporada resumiu-se ao espetáculo de estréia, realizado no dia 3 de outubro de 1968. Alguns atores foram seqüestrados e agredidos, episódio narrado com detalhes no livro de Zuenir Ventura[iii]. Depois desses acontecimentos, o espetáculo foi proibido em todo território nacional.

Porém, antes desses percalços, a trajetória de *Roda Viva* já suscitava algumas outras polêmicas. As considerações da deputada Conceição da Costa Neves e do diretor teatral José Celso demonstram dois segmentos distintos da sociedade, com projetos sociais diferentes e posturas estéticas e sociais variadas. O jornal, *Diário da Noite*, de São Paulo, noticiou esse debate da seguinte maneira:

> A montagem nunca esteve tão em foco como agora, quando a deputada Conceição da Costa Neves e os deputados Aurélio Campos e José Carvalhaes resolveram defender o teatro contra o palavrão e tomaram a peça como símbolo. Tudo começou quando a poucos dias a deputada Conceição foi com sua família ao Galpão, a fim de assistir ao espetáculo.... A deputada, além de não gostar da representação, ficou indignada a ponto de exigir que outros seus colegas da Assembléia fossem assistir ao espetáculo. Em seguida, resolveu ir até a televisão e, na última segunda-feira, compareceu ao canal 4 no programa 'O Quarto Poder'.... Várias agressões pessoais tiveram início e o quase debate iniciado terminou com a interferência do produtor Walter Sampaio e do apresentador Almir Guimarães. A classe teatral e os mais atingidos solicitaram um debate para esta noite. Como argumento, os artistas terão essa total inovação pela qual está passando o teatro moderno.... Vários policiais e investigadores estarão no estúdio de televisão e nada menos de dez radiopatrulhas policiarão o local.[iv]

Essa citação demonstra o clima que envolvia o espetáculo, pois diversos setores se pronunciaram a respeito apoiando ou condenando a realização do diretor paulista. A aparente ingenuidade da notícia encobre um debate muito mais acirrado e desconcertante que perpassou o final da década de 1960. O controle das produções artísticas, apoiado por uma parcela significativa da sociedade brasileira, a censura sobre as obras e o policiamento intensivo sobre as artes, de uma maneira em geral, tornava-se cada vez mais forte e, a partir daqueles anos, marcaria profundamente a atuação do governo militar.

Uma efervescência cultural extremamente vivaz e prioritariamente coletiva revelava as possibilidades de transformação social e via-se na arte um instrumento de luta. Dessa maneira, a criação cultural foi um dos importantes pólos de discussão da realidade nacional, interferência e resistência no período ditatorial. O teatro, a música, a poesia e muitas outras manifestações formaram um caleidoscópio de possibilidades que perpassou quase todas as discussões, questionamentos, expectativas sociais e transformações políticas. Sem dúvida, este foi um período no qual a criação artística floresceu de maneira intensa e nele foram elaboradas produções que servem de referência até os dias atuais, quando nos propomos a pensar arte no Brasil. Ferreira Gullar, um dos artistas mais participativos desse momento,

escreveu sobre a concepção de cultura que permeou a atuação de diversos artistas envolvidos na produção cultural do início da década de 1960.

> A expressão 'cultura popular' surge como uma denúncia dos conceitos culturais em voga que buscam esconder o seu caráter de classe. Quando se fala em cultura popular acentua-se a necessidade de pôr a cultura a serviço do povo, isto é, dos interesses efetivos do país. Em suma, deixa-se clara a separação entre uma cultura desligada do povo, não-popular, e outra que se volta para ele e, com isso, o obriga a uma opção. Não se trata de teorizar sobre a cultura em geral, mas de agir sobre a cultura presente procurando transformá-la, estendê-la, aprofundá-la.[v]

Tais concepções foram norteadoras da atuação de diversos grupos e/ou artistas que viam a possibilidade de constituir um "núcleo gerador de cultura" que levaria as classes populares ao entendimento ou esclarecimento da situação da realidade nacional. Assim, a cultura era entendida como um processo advindo da luta de classes e esta se colocava como um campo de embates e questionamentos. Para tanto, cabia ao intelectual exercer o papel de mediador dessa relação e modificá-la, tornando-se um agente do processo histórico levando a cultura ao povo.[vi]

Nas grandes cidades brasileiras o movimento operário crescia desde a década de 1950 e levava à frente um vigoroso processo de lutas e reivindicações, fortalecendo seu papel por meio das pressões políticas e sociais. No campo, o movimento das Ligas Camponesas avançava em Estados como Pernambuco e Paraíba, alcançando repercussão nacional.[vii]

Além dos trabalhadores urbanos, nas cidades vários setores médios demonstravam seu interesse na transformação social. Estudantes e intelectuais assumiam posições favoráveis à atividade de militância política e cultural. Surgia, no seio dessas transformações, um órgão de representação estudantil muito importante e atuante: a União Nacional dos Estudantes (UNE), em plena legalidade, com trânsito livre e acesso ao poder, discutia calorosamente as questões nacionais e as perspectivas de transformação que mobilizavam diversos segmentos do país. Surgia em 1961, no Rio de Janeiro, o primeiro Centro Popular de Cultura[viii], ligado diretamente à UNE, colocando as propostas de atuação e a definição de estratégias para a construção de uma cultura "nacional, popular e democrática". Assim, proliferavam por todo o país os CPCs atraindo jovens intelectuais que

tratavam de organizar e desenvolver uma atividade conscientizadora junto às classes populares. Defendiam a concepção de arte revolucionária, como um instrumento a serviço da revolução social, abandonando os conceitos de arte pela arte e voltando-se para a opção coletiva e didática de conscientização das massas, restituindo-lhes a consciência de sujeitos históricos.

A organização de um amplo movimento cultural didático-conscientizador tomava forma por toda uma série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais e prefeituras ou eram geradas no interior do movimento estudantil. Em Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP) no qual formavam-se núcleos de apoio e alfabetização dos pobres em favelas e periferias, era apoiado pelo governo de Miguel Arraes. Estes núcleos construíam sua base de atuação em um novo método de alfabetização criado por Paulo Freire. Este se insurgia contra as tradicionais cartilhas e procurava a construção do conhecimento por meio da vinculação da vivência social, cultural e política das populações carentes, priorizando o processo de aprendizagem como deflagrador da tomada de consciência e da situação social vivenciada por esta parcela da população, marginalizada e analfabeta.[ix]

Tais prerrogativas orientaram a atuação de diversas manifestações artísticas daquele período. Tendo como base as propostas engendradas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), essas perspectivas de atuação ficaram conhecidas como nacional-popular[x]. Não se trata, aqui, de englobar toda a diversidade de propostas culturais sob o prisma do nacional-popular, mas referendar tal proposta como um norte de atuação que seria duramente questionado no final da década quando o recrudescimento do governo militar tornou-se cada vez mais forte. Tortura, prisões tornaram-se práticas corriqueiras do governo ditatorial.

Ao lado dessas questões, um intenso debate perpassava os meios teatrais, musicais, do cinema novo, da poesia. O golpe militar de 1964 colocava inúmeros problemas para essa classe artística. A censura apertava o cerco, proibindo peças teatrais, estréias; trechos das músicas eram cortados e inúmeros outros atos da mesma ordem iriam tornar-se cada vez mais freqüentes nos anos que se seguiram.

Todo esse universo questionador e marcado pela resistência ao regime militar, tinha na cultura um dos pontos de maior destaque. Alguns trechos de uma nota da Sessão da Assembléia Legislativa de São Paulo, do dia 20 de junho de 1968, lida pelo Deputado Aurélio Campos, corrobora para a construção de um cenário de lutas e embates que marcaram o momento.

> Desgraçadamente, na luta contra a obscenidade e a pornografia incluídas nas peças teatrais com objetivos puramente comerciais, pontos de vista são propositadamente distorcidos pelos 'esquerdinhas festivos' ... Mas o que eles objetivam é agredir o regime democrático, muito mais que defender a liberdade de pensamento. Entendem eles que, assim procedendo, instilando a desagregação nos costumes tradicionais, estarão preparando o Brasil para a revolução social...
> Esta é a realidade dos fatos, e a prova está aqui está, dentro mesmo desta própria Assembléia, onde um requerimento posto na ordem do dia, apelando para as autoridades, no sentido de sanear o teatro brasileiro. ... Mas nem tudo está perdido. E noto de gente de bom senso sabe situar o problema. Faço questão de destacar nominalmente o professor Décio de Almeida Prado, crítico teatral do jornal O Estado de São Paulo, que, em artigo por ele assinado e divulgado hoje, expende conceitos de meridiana clareza, focalizando o problema à luz de ensinamentos históricos e da presente realidade brasileira. ... Não se trata, já agora, de higienizar os obscenos textos comerciais perpetrados por alguns pseudo autores do teatro brasileiro. O que se reclama é a defesa do próprio regime democrático, convulsionado pela agitação gratuita dos 'esquerdinhas festivos'. (Palmas)[xi]

As noções de esquerda, revolução social, regime democrático, liberdade de pensamento são colocados em um mesmo patamar de análise construindo uma relação conflituosa onde tradição e ruptura se revelam num evento cotidiano e aparentemente banal, no nosso caso, um espetáculo teatral. Assim, a utilização da crítica teatral, detentora de um olhar apropriado e específico para a cena teatral, torna-se uma das bandeiras para condenar o espetáculo. Ao estabelecer determinadas considerações sobre o espetáculo teatral, a crítica forma opiniões e abre para diversas interpretações.

A dicotomia existente no documento é interessante, enquanto alguns defendem os costumes tradicionais, lutam contra os objetivos puramente comerciais, nos quais os pontos de vista são distorcidos pelos 'esquerdinhas festivos' que agridem o 'regime democrático', outros são considerados agressores de uma sociedade justa e socialmente igualitária.

A resposta a essas considerações foi agressiva e partiu do próprio diretor do espetáculo.

> Alertar contra os que estão querendo privar a família de São Paulo de pensar, optar, reagir por conta própria. Alertar contra o perigo do obscurantismo e do gangsterismo praticado contra a cultura. Com a volta do clima das bruxas, vai se criar uma geração violentamente ressentida. O ódio e a repressão nesse momento estão sendo alimentados.... No momento em que as velhas gerações aceitam essa mulher (Conceição da Costa Neves) como líder, estarão cavando e travando a luta contra a juventude deste país. A juventude culta, informada, sensata, não vai admitir isso. O mundo dessa mulher acabou[xii]

Respondendo às considerações sobre o espetáculo, o diretor enumera os diversos pontos abordados pelas declarações que condenaram o espetáculo.

> A cena de amor: sobre as dificuldades de se varar as barreiras criadas pelo ídolo – procura envolver a platéia, como a TV envolve com propaganda de uísque: uma mulher que diz sim só para homens 'Royal Label'. O sexo na infra-estrutura de toda a publicidade... Roda Viva não é para ganhar dinheiro. Nem é falta de honestidade[xiii]

As palavras do diretor demonstram um outro olhar e um outro referencial para o entendimento da realidade nacional. A forma de atuação artística começa a ser objeto de uma revisão crítica mais aguda por volta do final da década, especificamente nos anos de 1967/68. Diversos artistas e intelectuais rompiam em busca de uma nova forma de expressão estética, artística e de inserção no mercado cultural. Esse grupo, chamado de vanguarda formalista mais radical (Concretismo, Nova Objetividade, Música Nova), avessa às formas de representações tradicionais da nação, aproximava-se desses "dissidentes", estimulando a formação de uma nova perspectiva estético-ideológica. Nesse contexto surgiu o tropicalismo.

Sendo enfoque de inúmeras análises, o tropicalismo não restringiu-se somente ao campo musical como muitos pensam. Foi um movimento que perpassou as artes plásticas[xiv], o cinema[xv], a literatura[xvi] e o teatro[xvii]. No caloroso debate sobre o temática, Heloisa Buarque de Hollanda afirma que:

> recusando o discurso populista, desconfiando dos projetos de tomada do poder, valorizando a ocupação dos canais de massa, a construção literária das letras, a técnica, o fragmentário, o alegórico, o moderno e a crítica de comportamento, o Tropicalismo é a expressão de uma crise.[xviii]

Para a autora, o tropicalismo seria fruto de uma crise, uma "implosão" político-cultural e a perda do referencial de atuação propositiva do artista-intelectual na construção da história. Didaticamente um novo olhar para a cultura e uma nova forma de intervenção social

ganha relevância. Nesse sentido, tais artistas desconfiam do projeto nacionalista e do discurso militante que abarcava vários setores da intelectualidade brasileira.

Um outro autor muito importante para se entender o tropicalismo é Celso Favaretto. Considerando que a tropicália representou uma abertura num sentido amplo, destaca a contribuição musical.

> Pode se dizer que o Tropicalismo realizou no Brasil a autonomia da canção, estabelecendo-a como um objeto enfim reconhecível como verdadeiramente artístico (...) Reinterpretar Lupicinio Rodrigues, Ary Barroso, Orlando Silva, Lucho Gatica, Beatles, Roberto Carlos, Paul Anka; utilizar-se de colagens, livres associações, procedimentos pop eletrônicos, cinematográficos e de encenação; misturá-los fazendo perder a identidade, tudo fazia parte de uma experiência da geração dos anos 60 (...) O objetivo era fazer a crítica dos gêneros, estilos, e, mais radicalmente, do próprio veículo e da pequena burguesia que vivia o mito da arte (...) mantiveram-se fiéis à linha evolutiva, reinventando e tematizando criticamente a canção.[xix]

Em Favaretto, fica sugerida a idéia de que a “explosão” tropicalista encaminhou uma “abertura” político-cultural para a sociedade brasileira, incorporando os temas do engajamento artístico da década de 1960, mas superando-os em potencial crítico e criativo. Se o tropicalismo foi fruto de uma crise, ele mesmo apresentou os caminhos para uma superação dos impasses. Dos escritos desses autores, está claro o delineamento de posições. Enquanto a primeira afirma que o tropicalismo foi fruto de uma crise e da perda do referencial, o segundo destaca a superação do problema pelo próprio movimento. Por outro lado, as generalizações são cada vez mais incapazes de refletir sobre as várias facetas do tropicalismo e a relação deste com as propostas do início da década de 1960. Uma dessas vertentes – ainda não tão pesquisada – é justamente a do teatro e, com certeza, possui algumas especificidades a serem trabalhadas. Para Rosangela Patriota,

> o tropicalismo foi, antes de mais nada, um conjunto de pressupostos e idéias que nortearam algumas manifestações artísticas pós-1964, com o objetivo de criar uma arte brasileira de vanguarda. Para tanto, as condições específicas que as propiciaram foram elididas, em seu lugar, verificou-se a existência de uma idéia capaz de trazer para a sua órbita filmes, espetáculos e instalações, como se estes não tivessem sido frutos de discussões e caminhos próprios.[xx]

Face aos impasses colocados pela chegada dos militares ao poder, os integrantes do Teatro Oficina, por indicação de Luiz Carlos Maciel, toma conhecimento do texto *O Rei*

da Vela, de Oswald de Andrade, escrito em 1933. Trata-se de uma crítica à sociedade brasileira da década de 1930. Por meio de diversas metáforas, o dramaturgo questiona a aliança entre a burguesia nacional e a aristocracia para manter uma ordem estabelecida. Depois de trinta anos, o texto demonstra a sua atualidade na encenação de José Celso. Utilizando-se do cômico como recurso dramático, o texto propunha uma determinada leitura do processo histórico brasileiro, cuja encenação criou um espetáculo colorido,[xxi] ao misturar a paródia, a pornografia e o sarcasmo para repensar a realidade nacional daquele momento. Tais recursos tinham a intenção de chocar estética e politicamente o público teatral. O texto apontava para os limites impostos nas alianças entre setores distintos da sociedade. Nesse sentido,

> *à ditadura militar e aos seus aliados coube o papel de opressores, ao passo que à população brasileira, em geral, e aos setores qualificados como progressistas, a condição de oprimidos. Dessa perspectiva, a encenação de O Rei da Vela, a exemplo do que havia ocorrido com o filme Terra em transe, desorganizou, no que se refere à forma e ao conteúdo, o universo cultural e artístico do país.*[xxii]

Após estas breves considerações, ressaltamos que a década de 1960 foi um período muito criativo. Diversas manifestações compõem esse universo artístico contestatório, plural e diversificado. O teatro foi um exemplo de onde essas propostas se intercalaram, tornando possível resistir às arbitrariedades de um governo ditatorial, que fez da censura, da tortura e da violência estatal, seus principais instrumentos de convencimento político.

Diante de tais premissas, as questões que direcionaram o debate em torno do espetáculo arregimentaram diversos segmentos sociais, principalmente a classe artística, na figura do diretor teatral José Celso que, em nome da liberdade de criação e se opondo a uma determinada leitura do espetáculo por alguns segmentos sociais, adeptos do conservadorismo, demonstrava as suas preocupações que extrapolavam o universo estético, tornando-se também políticas e sociais. As propostas do diretor, demonstradas nesse pequeno texto, perpassam pela desmistificação do universo da mídia televisiva e a construção de um espetáculo que interagisse com a platéia na sua forma mais primitiva, ou seja, a participação do público construindo um ritual teatral.[xxiii] A agressão, que levava cada

vez mais pessoas a assistirem o espetáculo, era no sentido de revelar os mecanismos que se escondem nas relações de consumo e de criação da idolatria de mercado capitalista.

O debate mostra-se complexo e muito instigante. Tais proposições ampliam o universo dos objetos artísticos recolocando-os como práticas culturais. E como tais, são históricos por excelência, ou seja, são frutos de um determinado momento e estão em constante diálogo com essa realidade. As declarações de José Celso demonstram suas posturas políticas, econômicas, sociais, enfim, a sua maneira de intervir socialmente, tendo o espetáculo *Roda Viva* como lugar de intervenção. Nesse sentido, o espetáculo é fruto de uma vivência do diretor teatral e representa uma determinada forma de intervenção social do artista. Como prática cultural, abre outras considerações sobre a própria noção de cultura como lugar de debates e considerações que integram a vida material e social.

Representantes de parcelas tão distintas da sociedade, José Celso e a deputada Maria Conceição da Costa Neves estabelecem o debate por meio da criação artística e delimitam suas posições em torno do espetáculo teatral. Ambos demonstram suas opções estéticas, políticas, econômicas e sociais diante da cena teatral, e neste caso, podemos perceber o papel desempenhado por este espetáculo em um momento histórico determinado. Assim, a cena teatral tornou-se a confluência dos embates e das discussões que abarcavam determinadas opções de organização social, política e cultural.

Nesse sentido, problematizar a noção de cultura e entender a arte como uma prática cultural, é redimensionar o próprio trabalho do historiador da cultura. Recuperar os pequenos fragmentos que compõe a cena teatral é trazer à tona diálogos e interpretações que permearam o final da década de 1960, bem como os sujeitos históricos que vivenciaram esse processo e que pulsa na atualidade. Tais sujeitos interviram na sociedade e construíram embates e desencadearam reflexões por meio de suas realizações artísticas que dialogavam intensamente com o seu momento histórico e com as propostas que estavam em evidência no momento de criação. Por meio das manifestações artísticas, problematizadas como práticas culturais, os sujeitos históricos elaboraram sua visão de sociedade e a forma de se colocar diante das questões sociais que pulsaram naquele

momento. Dessa maneira, como pensar essas práticas dentro de um universo cultural tão próximo do nosso presente? Como entender a atuação desses artistas, muitos deles em atuação, diante dos embates proporcionados pela atuação do regime militar? Sem dúvida, as preocupações que norteavam estes artistas na década de 1960 não são as mesmas da atualidade, porém, dialogam com o presente de uma maneira muito forte.

---

[i] Mestrando em História Social pela UFU e integrante do NEHAC (Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura).
[ii] PEIXOTO, F. *Teatro Oficina (1958-1982) : trajetória de uma rebeldia cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 07.
[iii] VENTURA, Z. 1968*: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
[iv] MARTINEZ CORRÊA, J. C. *Primeiro ato: cadernos, depoimentos, entrevistas (1958-1974).* São Paulo: Ed. 34, 1998, p.116.
[v] GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão, Vanguarda e subdesenvolvimento:* ensaios sobre arte. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 21.
[vi] Tal discussão extrapola os limites desse trabalho. Essa referência apenas introduz o tema.
[vii] HOLLANDA, E. B. & GONÇALVES, M. A. *Cultura e Participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 9.
[viii] O CPC foi criado em 1961 por Oduvaldo Vianna Filho, Leon Hirzman e Carlos Estevam Martins, entre outros artistas no Rio de Janeiro. Segundo Fernando Peixoto, a influência mais forte na forma de atuação teatral do CPC foi os trabalhos de Erwin Piscator, a noção de teatro *agit-prop*, sistematizados em seu famoso livro *Teatro Político* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968). Consultar: BARCELLOS, J. *CPC:* uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
[ix] Torna-se importante ressaltar que os dois núcleos, CPC e MCP, possuíam conceitos diferenciados sobre a noção de "cultura popular" e "politização das classes trabalhadoras", mesmo que não nos proponhamos, neste trabalho, a discutir mais detalhadamente estas concepções.
[x] CHAUÍ, Marilena. *O Nacional e o Popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
[xi] Idem, p. 123.
[xii] Idem, p. 117.
[xiii] Idem, p.122.
[xiv] Nas artes plásticas, destaca-se a atuação do artista plástico Hélio Oiticica com a exposição *Tropicália*. Montada pela primeira vez no Museu de arte Moderna do Rio de Janeiro, em abril de 1967, a Tropicália consistia em um ambiente formado por duas tendas, que o autor chamava de penetráveis. Areia e brita são espalhados pelo chão, araras e vasos com plantas completavam o ambiente tropical. Depois de atravessar uma espécie de labirinto, já dentro de uma tenda principal, o público quase às escuras se deparava com um aparelho de televisão devidamente ligado. Além das obras ambiências (para serem penetradas) temos também a criação dos chamados *parangolés* (para serem vestidas), que se inspiram numa nova relação estética com a arte e a cultura dos morros cariocas. As ambiências são inspiradas nas bricolages das moradias do morro e os *parangolés* nos adereços das escolas de samba.
[xv] Do tropicalismo no cinema, podemos citar o filme *Terra em Transe*, de 1967, dirigido por Glauber Rocha.
[xvi] Na literatura, podemos citar os livros *Quarup* e *Bar Don Juan,* ambos de Antonio Callado.
[xvii] Duas encenações compõem o universo tropicalista no teatro: *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, encenada em 1967, e *Roda Viva*, encenada em 1968, ambos dirigidos por Jose Celso Martinêz Correa.
[xviii] HOLLANDA, H. B. *Impressões de Viagem:* CPC, Vanguarda e desbunde, 1960-1970. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 55.
[xix] FAVARETTO, C. *Tropicália:* alegoria, alegria. São Paulo: Kairós, 1979, p.23.
[xx] PATRIOTA, R. A cena tropicalista no Teatro Oficina de São Paulo. *Revista História*, São Paulo: Ed. Unesp, (1), 2003, p.136/7.
[xxi] Os cenários do espetáculo *O Rei da Vela* foram criados por Hélio Eichbauer.
[xxii] PATRIOTA, R. Op. cit., p. 146.
[xxiii] Torna-se importante salientar as propostas do teatrólogo francês Antonin Artaud, influência importante para José Celso Martinez Correa. Artaud tornou-se um dos mais importantes teóricos do teatro moderno. Passou grande parte de sua vida doente e internado em manicômios. Sua proposta teatral vislumbra uma integração entre ator, personagem e espectador par uma realização total do rito teatral. Para saber mais sobre Artaud, consultar: ARTAUD, A. *O Teatro e seu Duplo*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, FELÍCIO, V. L. G. *A procura da lucidez em Artaud.* São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 1996 e VIRMAUX, A. *Artaud e o Teatro.* São Paulo: Perspectiva, 2000.

Matas Temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas – Pernambuco/ 18321-1850)

Janaina Cardoso de Mello[1]

> "Panelas por cujo interior se derramavão os desgraçados rebeldes, hé hum território de inaccessíveis montanhas, e coberto de gigante arvoredo; poucos homens praticos d'aquelles lugares, grimpando pelos outeiros, fazem repentinamente fogo estragador sobre os nossos caçadores e fogem por pequenos e quaze intranzitaveis trilhos".
>
> (Ofício do Governo de Pernambuco ao Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro em 1º /11/1832)[2]

Entre 1832 e 1835, as matas ao sul de Pernambuco e ao norte de Alagoas abrigaram o movimento rural denominado cabanada. Segundo a análise lingüística de Dirceu Lindoso: "cabanos eram os que habitavam cabanas da mata, que era um espaço de exclusão social do sistema sesmeiro escravista imperial".[3]

Isto posto que a economia exportadora dos grandes engenhos canavieiros baseada na exploração da mão-de-obra de negros escravos, lavradores moradores caboclos e índios implicava na caracterização dos fazendeiros como "senhores e possuidores de terras", expressão utilizada por Márcia Motta ao compreender que:

> "para os fazendeiros, a questão não se colocava em termos do acesso à terra, mas sim na dimensão do poder que eles viriam a exercer sobre quem não a detinha. A existência de matas virgens significava a possibilidade de extensão deste poder: o fazendeiro ou uma ampla camada de lavradores poderiam vir a ocupa-las, permitindo a consolidação de pequenos posseiros também ansiosos por assegurar e legitimar de algum modo a posse de suas terras. Para o fazendeiro, portanto, disputar uma nesga, uma desprezível fatia de terra significava resguardar seu poder, impedir que terceiros viessem a reivindicar direitos sobre coisas e pessoas que deviam permanecer, de fato ou potencialmente, sob seu domínio".[4]

Nas matas incultas que se estendiam da costa do mar norte das Alagoas ao tortuoso vale do Una encontrando o rio de águas pretas que corria pelo sertão pernambucano achava-se peixes, sururus, enquanto do mangue provinham mariscos e caranguejos, além de pombos selvagens e um solo fértil para o preparo de roçados de mandioca, milharais e arrozais que sustentavam os pobres do mundo cabano. Estas mesmas matas no século XVIII eram tidas como de fundamental importância para a Coroa portuguesa, uma vez que de suas árvores utilizavam a rica madeira em construções navais.

De acordo com Dirceu Lindoso: “as matas das Alagoas abasteciam com as preciosas madeiras tortas os estaleiros baianos, os maiores da época. Eram fornecedoras quase exclusivas das madeiras que iam compor o corpo dos navios do reino”[5].

Em 1832 a revolta cabana envolvendo múltiplas categorias sociais e étnicas (senhores de engenho absolutistas, pequenos proprietários, índios aldeados de Jacuípe, brancos pobres sem terras e negros mucambeiros chamados regionalmente de papa-méis) tornou-se a arena onde homens e mulheres combateram uma dominação econômica e política sistêmica. Mesmo a partir de 1834, quando a cabanada radicaliza sua feição popular sob a liderança do mulato Vicente Ferreira de Paula e ainda utiliza o discurso restauracionista do grupo político caramuru[6], cabanos e sesmeiros explicitam uma situação conflitante, uma vez que “a guerra do homem pobre” enseja demandas sociais como: o fim do cativeiro, a posse da terra, a pluralidade religiosa e o fim da servidão dos trabalhadores “livres”. Era uma perigosa transgressão de forças sociais submetidas às fronteiras do poder latifundiário-escravista.

Por isso a mata torna-se um reduto “quase inexpugnável”, espaço de resistência e propagador de um “imaginário de medo” que se corporifica à priori nos discursos sobre o sertão desde o período colonial. O sertão era representado como um lugar de índios bravios que precisavam ser aprisionados e civilizados de acordo com as normas da religião católica e da administração portuguesa. Para o geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes:

> “No período imperial, os sertões brasileiros foram definidos como um lócus da barbárie, sendo sua apropriação legitimada como uma obra de civilização. Conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar, são metas que contrapõem a modernidade ao sertão, qualificando-o como espaço-alvo de projetos modernizantes”.[7]

Se associa ao sertão a imagem da “roça”, do atraso, de um mundo que provoca estranhamento à cidade e às atividades urbanas. Apresenta-se o sertão como “terra hostil”, o esconderijo do “bugre”, do caboclo, do caipira, do quilombola que não estão submetidos por completo a uma ordem estatal que não se faz muito presente ou consolidada. Nesta territorialidade “selvagem” as lavouras de subsistência e atividades de extrativismo animal e

vegetal são obstáculos ao avanço da racionalidade agrícola marcada pela expansão dos engenhos ou fábricas de açúcar. Primeiro por sua atividade buscar formas alternativas de funcionamento exterior ao mundo da *plantation* e em segundo devido ao cultivo feito, sobretudo por escravos fugidos que ameaçam a lógica de trabalho da "açucarocracia".

Na Corte a primeira metade do período das Regências (1831-1836) impulsionou o "liberalismo moderado" na retórica política brasileira buscando através de seus grupos organizados como a *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro* (1831-1835), estudada pela historiadora Lucia Guimarães: "legitimar e conferir uma dimensão histórica ao episódio do 7 de abril, sustentando a premissa de que a Abdicação fora um rompimento apenas de nível político, que não desfigurou o 'edifício social e administrativo da monarquia' "[8].

Nesse sentido parece extremamente interessante rever as idéias de François Guizot, para quem era preciso retomar experiência da Revolução Francesa em seu aspecto de fundação e não de destruição, pois o evento em si já cumprira seu papel. Deveria ser agora um elemento da história, do passado, para que o presente pudesse encaminhar novas bases de representação jurídica igualitária, organizando a imprensa e a instrução pública. Crítico do jacobinismo radical propagador da democracia plena e do movimento "ultrarealista" que postulava o retorno do Antigo Regime, Guizot defende a monarquia constitucional e a utilização do princípio da razão como critério de representação.[9] Sua leitura mais tarde influenciaria a criação do Ministério das Capacidades no Brasil do Segundo Reinado.

De uma forma muito similar à experiência francesa, os "homens públicos com direitos políticos" da década de 30 no oitocentos brasileiro tentavam reordenar a condução do país em meio ao vazio de poder que propiciara brechas para a manifestação, por vezes violentas, do sentimento de insatisfação de segmentos menos favorecidos da sociedade denominados "populacho" pelos setores abastados.

Á partir das análises de trabalhos de José Murilo de Carvalho sobre as particularidades do desenvolvimento da cidadania no Brasil, Marcelo Basile aponta "a

herança colonial do analfabetismo, da escravidão, do latifúndio, do mandonismo local, do comprometimento do Estado com interesses privados e da falta de tradição de movimentos cívicos de massa”[10] como potenciais limitadores ao exercício pleno dos direitos políticos. Na ausência de uma cidadania “estado-cêntrica” abriam-se canais para a construção de uma cidadania “de baixo para cima”[11], escapando às instituições representativas tradicionais e invadindo a cena pública através da imprensa e manifestações coletivas de protesto[12].

A politização das ruas, mesmo numa cultura marcada pela oralidade de camadas iletradas, apreende nos panfletos e manifestos incendiários da imprensa doutrinária de caramurus e exaltados os pretextos para seus levantes citadinos[13].

Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas são cenários de sedições militares, revoltas escravas e levantes rurais[14]. É a massa que invade um território não consentido. Para George Rudé:

> “a multidão pode amotinar-se porque está com fome, ou teme vir a ficar, porque sofre profunda injustiça social, porque busca uma reforma imediata ou o milênio, ou porque quer destruir um inimigo ou aclamar um ‘herói’. Raramente, porém, é apenas por uma dessas razões”[15].

Rudé ao estudar os movimentos populares na França e Inglaterra entre 1730 e 1848, percebe que os participantes das agitações compõem com freqüência uma população mista identificada como “classes inferiores” (Inglaterra) ou *menu peuple* (França)[16].

No Brasil da primeira metade do século XIX, a distinção entre “povo” e “plebe” será intensamente apropriada, significada e re-significada por grupos políticos moderados e exaltados. Vinculada ao periódico moderado “Aurora Fluminense”, redigido por Evaristo da Veiga, está a concepção de “povo” como “boa sociedade”, ou seja, o conjunto de homens bons organizados nos limites da ordem e detentores de liberdade, propriedade e educação, enquanto “plebe” caracterizaria a massa pobre desorganizada, predisposta à desordem, vivendo na pobreza, ignorância e em condição de dependência[17].

Assumindo uma postura contrária o periódico exaltado “Nova Luz Brasileira” entendia a “plebe” como “os aristocratas, os ricos ociosos, que viviam à custa da exploração do trabalho alheio” (incluso os grandes senhores de escravos e de terras). Os demais

indivíduos livres, independentemente de quaisquer critérios de renda, instrução, sexo ou cor, constituíam o "povo" e seriam, portanto, cidadãos, com plenos e iguais direitos civis e políticos. Porém, a massa de escravos permanecia excluída da categoria povo em seu "dicionário cívico"[18].

E é justamente o protesto das camadas mais subalternas da sociedade imperial que se na cidade tornavam os "ânimos temoratos"[19], no campo faziam das matas ambientes de temor para os detentores dos domínios senhoriais sobre uma determinada região e sua população. Principalmente quando até mesmo as táticas de confronto entre os "povos das matas" e as forças militares refletiam a derrota dos segundos devido ao profundo desconhecimento da área em questão. Fatos estes presentes nas correspondências oficiais: "(...) os facciosos resistem como desesperados dentro das matas, fortificando-se nos lugares de mais difícil acesso, de hum dos quais fizerão no dia 13 do corrente tão obstinada resistência que motivou a morte de 12 homens, e o ferimento de 65 outros"[20].

Nessa mesma documentação além de referências ao "fogo estragador" feito pelos cabanos sobre as forças da legalidade, sua fuga por caminhos quase inacessíveis, seu avanço sobre os engenhos para obter gado e víveres através de saques e incêndios infundindo "terror e pânico" sobre soldados das tropas de linha que desertam e "repugnam marchar", também se relata a existência de lavouras cultivadas nas matas:

> "Quando em meos primeiros officios disse que os inimigos acossados pelas nossas tropas, e encerrados nas matas se renderião pela fome, confesso que redondamente me enganei: o off º do Cel. Aleixo mostra a todas as luzes quanta he a abundancia de lavouras que elles tem dentro das matas, e quão herrado tem sido o plano do Come. Armas, de destruir as lavouras dos habitantes pacíficos, que habitão nas vizinhanças das mesmas matas, sub pretexto de não poderem servir aos inimigos"[21].

E embora não se tenha encontrado até o momento documentação oficial que comprove a existência de uma disputa jurídica pela posse das terras do polígono cabano, é certo que o contingente aguerrido personificava uma situação de "verdadeiro ocupante" daquele território devido uma cultura efetiva e morada habitual que configuravam atos possessórios[22].

A guerra cabana ao proclamar o retorno de D. Pedro I e a santidade da religião católica não postulava uma contradição entre a teoria e a prática insurrecional desejosa de terra e liberdade, mas sobretudo resistia em nome de um costume tradicional de habitar as matas que protegiam e ofereciam sustento alimentar para homens e mulheres marcados pela escassez como resultado de seu trabalho nos engenhos senhoriais[23].

No momento de eclosão do movimento cabano as lutas políticas entre liberais moderados e exaltados não trouxeram melhorias às vidas dos homens e mulheres pobres do campo. Suas idéias eram vistas com desconfiança, enquanto a imagem do príncipe, "deposto arbitrariamente" em sua concepção, se fortalecia na tradição do "pai protetor". Dessa forma as propostas das lideranças caramurus aliavam tradição às brechas possíveis para conquistas sociais mais amplas. Sob esse aspecto afirma Edward P. Thompson que : "(...) quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais"[24].

Após a finalização do conflito em 1835, com os sucessos anteriores dos "batedores das matas" sob a condução estratégica do presidente da Província de Pernambuco Manuel de Carvalho Pais de Andrade – com forças militares destruindo ranchos encontrados, tomando cavalos, farinha e roças para privar os cabanos de alimentação e transporte – uma parcela de pobres das matas atingida não somente pela fome, mas pela "terrível peste de bexiga", aliada à notícia da morte de D. Pedro I, terminou por aceitar a anistia oferecida pelo governo. Porém a "pacificação" da área conflagrada não se realizou sob a forma de uma derrota completa para aqueles que se renderam, pois estes receberam algum dinheiro, roupas, instrumentos e sementes para trabalhar a terra, além de cuidados médicos[25]. O governo agia dessa forma movido pelo temor de uma guerra eterna nas matas, sabendo ser necessária uma negociação com vantagens atrativas aos rebeldes para sua capitulação.

Contudo, internamente havia dissidências entre os cabanos, devido à sua heterogeneidade étnica e social, uma vez que experiências de servidão, escravidão e

aldeamentos ao mesmo tempo em que forneciam elos de cumplicidade, devido a suas especificidades também promoviam divergências. Assim, os índios de Jacuípe retornariam às suas aldeias, bem como os pobres livres seriam reintegrados à condição de moradores e lavradores do sistema sesmeiro, porém aos escravos só restaria a re-escravização, uma vez que constituíam "propriedade" dos senhores de engenho. Por isso a "Guarda Negra", que se consolida entre 1834 e 1836, ameaça e efetua o assassinato dos desertores que representavam o enfraquecimento do combate.

Finalizada a guerra cabana, formou-se uma sociedade escondida no Riacho do Mato sob o formato de aldeias mocambeiras que realizavam ataques aos engenhos para libertar os escravos dos plantéis. Esse estado ofensivo duraria até 1850, ano da prisão de Vicente Ferreira de Paula e da promulgação da Lei de Terras que legalizou o avanço dos engenhos de açúcar sobre as terras devolutas que ainda se encontravam nas mãos de pequenos posseiros.

As "matas temoratas" enfim seriam domesticadas…

---

[1] Doutoranda em História Social (Linha: Sociedade e Política) pela UFRJ sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas e co-orientação do Prof. Dr. Marco Morel (UERJ); Professora Assistente de História do Brasil da FUNESA/ESPI.

[2] A citação faz parte das transcrições que compõem o acervo documental do pesquisador Manuel Correia de Andrade compreendendo sua pesquisa na seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. O referido material, gentilmente cedido pelo autor, encontra-se sob minha guarda pessoal.

[3] Dirceu Lindoso. *A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.p.229-230

[4] Márcia Maria Menendes Motta. *Nas fronteiras do Poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p.39

[5] Dirceu Lindoso. *Op. Cit*. P.106

[6] Cf, Idéias e ações restauracionistas no artigo de Marco Morel. Caramurus, restauradores sem restauração. In: István Jancsó (Org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Hucitec/ Unijuí/ Fapesp, 2003.

[7] Antonio Carlos Robert Moraes. O sertão: um "outro" geográfico. In: *Terra Brasilis. Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Rio de Janeiro: Anos III – IV, n º 45-46 (território), 2002-2003, p. 19.

[8] Lucia Maria Paschoal Guimarães. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837) In: _____; Maria Emília Prado (Orgs) et al. *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001. p.111

[9] Guizot foi um político e acadêmico francês. Foi professor em Sorbone e Ministro da Instrução Pública. Cf. suas idéias no texto de sua autoria: Histoire de la civilisation em Europe (1828). In: Marcel Gauchet (Org.) *Philosophie dês sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Seuil, 2002. (p.p. 163-182)

[10] Marcello Otávio Néri Basile. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial.* Rio de Janeiro: Tese de Doutorado PPGHIS – UFRJ, 2004. p.13

[11] Bryan Turner ao trabalhar uma tipologia dos processos de cidadania significa a perspectiva "de baixo para cima" quando a conquista dos direitos provém das lutas sociais, revolucionárias ou pacíficas (cidadania ativa). Cf. Bryan Turner; Peter Hamilton (Orgs). *Citizenship: critical concepts*. V. I. Londres/New York: Routledge, 1994.
[12] Marcello Otávio Néri Basile. *Op. cit*. p.13
[13] Sobre a exasperação dos comportamentos Marco Morel ressalta que: "(...) torna-se freqüente nas cidades – inclusive na capital do Império, Rio de Janeiro – o aparecimento destes papéis chamados de incendiários. Manuscritos e impressos. E também proliferavam manifestações mais difíceis de captar em registros, porque não escritas, como vozes, gritos e gestos que povoavam as ruas (a Vox Populi) e compunham aquilo que a historiadora Arlette Farge chamou com precisão de 'opinião pública' no século XVIII, as tramas do disse-que-disse que estendiam-se pela vida urbana". In: _____. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. In: *Revista TOPOI*: PPGHIS – UFRJ, 1995, vol.4, Rio de Janeiro: 7Letras, 2002, p.40; sobre o aspecto doutrinário da imprensa José Murilo de Carvalho afirma que: "Muitos eram jornalistas por serem políticos, o jornalismo não passando de um meio de fazer política. Portanto, não estavam apenas debatendo abstratamente questões que envolviam valores e princípios. Debatiam sua própria ação política e a ação política dos adversários" In: *Revista TOPOI*: PPGHIS – UFRJ, 1995, vol.1, Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p.p.140-141
[14] Sobre motins no Rio de Janeiro conferir Marcelo Basile. *Op. Cit* (revoltas exaltadas e do Brão de Bulow) e Gladys Sabina Ribeiro. "Pés-de-chumbo" e "Garrafeiros": conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*. São paulo:12 (23-24): 141-165, set.9/ago/1992; para Minas Gerais e Bahia ver síntese de Marco Morel. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 (Carrancas -1833; Malês – 1835) ou mais específicamente João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*; sobre o Ceará (Revolta de Pinto Madeira) ver João Alfredo de Sousa Montenegro. *Ideologia e conflito no nordeste rural (Pinto Madeira e a revolução de 1832 no Ceará)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976 e Manuel Correia de Andrade*. Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira*. Recife: Nordeste, 1953; ainda sobre Pernambuco à respeito das sedições militares conferir Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco. Setembrizada e novembrada*. Recife: UFPE, 1998 e ainda organizado pelo mesmo autor ver a coletânea de textos*: Movimentos populares no nordeste no Período Regencial*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1989 (compreendendo Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte).
[15] George Rudé. *A multidão na história. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991. p.234
[16] Idem, p.3
[17] Marcello Otávio Néri Basile. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. In: *Revista TOPOI*: PPGHIS – UFRJ, 1995, vol.3, Rio de Janeiro: 7Letras, 2001, p.104
[18] Idem.
[19] Referência ao trabalho que aborda o temor gerado pelos boatos citadinos In: Márcia de Almeida Gonçalves. *Ânimos Temoratos: uma leitura dos medos sociais na corte no tempo das regências*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História Social - UFF, 1995.
[20] Ofício do governo de Pernambuco de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro sobre a luta contra os cabanos e a falta de armas em 24-11-1832 oriundo do acervo documental Manuel Correia de Andrade citado na nota 2.
[21] Ofício do governo de Pernambuco de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito sobre o comportamento irregular e arbitrário do Come. Armas na luta com os cabanos em 12-06-1833 oriundo do acervo documental Manuel Correia de Andrade citado na nota 2.
[22] Márcia Maria Menendes Mota. Op. Cit. , nota 21, p.55
[23] Situação que nos remete à reflexão de Thompson de que "(...) a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes" In: E. P. Thompson. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.19
[24] Idem.
[25] Cf. Ofício do vice-presidente da Província de Pernambuco Vicente de Camargo publicado no Diário da Administração Pública, de 30 de abril de 1835.

Com quem casar : casamento de escravos e forros na Freguesia da Candelária - Rio de Janeiro (c.1800 – c.1850).

Janaina Christina Perrayon Lopes
Mestranda UFRJ

Se é verdade que para sobreviver é preciso associar-se, o casamento é então ocasião privilegiada para a construção de alianças políticas e sociais, trocas e solidariedades. A escolha do cônjuge será aqui analisada tendo como pano de fundo o fato de que os grupos envolvidos nos casamentos das Freguesias da Candelária eram em grande parte estrangeiros, no caso dos escravos e forros africanos ou, numa situação ótima, a terceira geração nascida em solo brasileiro (para o caso dos escravos e forros crioulos). Deste modo, na maioria das vezes os homens e mulheres cativos e forros que buscaram associar-se via união matrimonial não traziam ninguém consigo, além de si próprios. Avós, pais, tios com toda certeza existiam, mas eram poucos. A criação de parentes via casamento, nestes casos, toma um outro sentido, já que o matrimônio, a princípio, para a maioria dos escravos não redundava para os cônjuges na agregação cunhados ou sogros, mas tão somente o nascimento futuro de um filho.

O foco aqui estará centrado sobre as escolhas dos cônjuges do ponto de vista do estatuto jurídico, da naturalidade, das cores e das etnias. Ainda que possamos pensar que o casamento por meio da igreja podia significar para muitos a formalização e consolidação de uniões pretéritas, tais uniões devem ser vistas antes de tudo como mecanismo de integração e de transformação daqueles que um dia foram majoritariamente estrangeiros -- estranhos ou até inimigos -- em amantes e parentes.

Foram distribuídos na Tabela 2 todos os casamentos de acordo com a situação jurídica, que poderia ser escrava, forra, livre ou simplesmente não constar no documento, e, depois, de acordo com a naturalidade que poderia ser africana, crioula, portuguesa (casos de livres casando com escravos e forros) ou de igual maneira não aparecer nas fontes.

Para a freguesia da Candelária vale dizer que, no que se refere ao estatuto jurídico dos 474 cônjuges envolvidos nesses matrimônios, 268 eram escravos e 158 eram forros, o que em termos percentuais representa 56% e 33%, respectivamente. A presença de apenas

8 homens livres revela uma participação coadjuvante, justificada pelo fato destes terem optado pelo casamento com consortes pertencentes ao grupo dos escravos e forros, estes sim, objetos privilegiados do presente trabalho.

Quando observamos a Tabela 2, observa-se um comportamento endogâmico, sobretudo entre os escravos no que tange ao estatuto jurídico. Dos 140 casamentos envolvendo ao menos um cônjuge escravo, apenas 12 não foram com outro escravo, ou seja, 90% dos casamentos eram endogâmicos. Quanto aos ex-cativos, semelhante padrão não esteve tão fortemente marcado, mas ainda assim, dos 98 matrimônios envolvendo um consorte forro, aproximadamente 2/3 deles tinham por parceiro um outro forro, e os outros 37% eram com livres ou pessoas de estatuto jurídico indefinido.

Tabela 1: Distribuição bruta dos casamentos por situação jurídica e naturalidade dos cônjuges, Freguesia de Nossa Senhora da Candelária (Rio de Janeiro), 1809-1837

			MULHERES												
			ESC			FOR			IND			LIV			
			AF	CR	IN	AF	CR	IN	AF	CR	IN	BR	PO	IN	Totais
HOMENS	ESC	AF	90	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
		CR	11	10	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	25
		IN	1	1	4	-	1	2	-	-	-	-	-	-	9
	FOR	AF	-	-	-	32	1	1	-	2	-	-	-	-	36
		CR	-	1	-	7	14	2	-	3	-	-	-	-	27
		IN	-	-	1	-	2	2	-	-	3	-	-	-	8
	IND	AF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		CR	1	-	1	4	9	1	-	-	-	-	-	-	16
		IN	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
	LIV	CR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
		ID	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
		BR	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
		PO	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3
		Totais	104	21	9	45	34	9	-	5	3	-	-	-	230

Fonte: Registros de Matrimônio Freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Livro 9 (1809-1837)

Quando analisamos as uniões da tabelas 2 de acordo com a naturalidade dos cônjuges, percebemos que foram os africanos (tanto escravos quanto forros) quem de fato assumiam um claro comportamento endogâmico. Na Candelária, os africanos representavam mais da metade da amostragem, chegando a 60%. Os crioulos, por sua vez, chegavam a um total de 131 nubentes -- 27% do total. Dos 202 escravos africanos, 88 % casaram entre si, e os outros 12% com crioulos e portugueses. Os 46 escravos crioulos, por

sua vez, não se mostravam tão fechados, já que somente 20 (43%) deles casaram-se com outros crioulos, e 18 (39%) dos 26 restantes com escravos africanos. Entre os forros, o comportamento dos 81 que eram africanos também tendeu ao fechamento, já que 64 (79%) casaram-se com outros consortes da mesma naturalidade. Dos 61 forros crioulos dos quais se conhece o estatuto jurídico do parceiro ou da parceira, metade dos homens se casam com forras crioulas, e pouco mais de 2/3 das mulheres tiveram o mesmo comportamento.

O padrão de recusa de um consorte em relação a uma naturalidade distinta da sua, observado entre os forros, muito provavelmente pode ser atribuído a uma herança do padrão estabelecido no cativeiro.

A escolha dos pares demonstrou até aqui padrões absolutamente endogâmicos do ponto de vista jurídico e por naturalidade, embora fossem diferenciados os níveis de interação matrimonial entre mulheres e homens escravos, livres e forros. A este respeito tivemos, por exemplo, na Freguesia da Candelária, três escravas (duas africanas e uma crioula) casadas com portugueses; além disso, cinco forras casaram com livres, sendo uma africana -- com um brasileiro --, uma crioula com um brasileiro, e três crioulas com portugueses.

Embora os casamentos da Candelária, no período estudado, não tendessem à hipergamia, verifica-se uma distinção entre os horizontes vislumbrados pelas mulheres e pelos homens escravos e forros. Os homens, independente do estatuto jurídico, não “entraram” no mundo das mulheres livres através da união legal; as mulheres forras e escravas, ao invés, chegaram ao mundo livre “alcançando”, inclusive, os portugueses.

A inteligibilidade de tudo que foi visto torna-se mais clara, sobretudo quando levamos em consideração a distribuição sexo-etária extremamente desequilibrada a que estavam submetidos os homens e mulheres, fossem escravos, livres ou forros. Dessa maneira, a alta razão de masculinidade acabou por fazer com que até os livres disputassem mulheres no mercado matrimonial escravo e forro. Em Portugal, as altas taxas de fecundidade, o predomínio de pequenas propriedades e um sistema de heranças que privilegiava apenas um dos herdeiros (para evitar uma excessiva fragmentação da terra) acabou por impulsionar

uma migração portuguesa predominantemente masculina, jovem, solteira e pobre, originada sobretudo das províncias do norte e das Ilhas dos Açores e da Madeira. Se deslocarmos o poder de escolha dos homens para as mulheres livres, que, como as cativas, estavam em menor número, podemos pensar na possibilidade de que os homens que casaram com forras, ao invés de não terem encontrado uma parceira entre as livres, foram na verdade rejeitados pelas portuguesas e brasileiras livres, as quais provavelmente encontraram melhores partidos para casar. Ao mesmo tempo, foram as escravas, e sobretudo as forras, que vislumbraram condições de aproveitar-se de tal situação para fugir do padrão endogâmico de seu grupo: encontraram homens livres portugueses e livres com que unir-se, provavelmente aqueles preteridos pelas mulheres livres.

O que não pode deixar de ser mencionado é o fato de que, provavelmente, o que afastava as portuguesas e brasileiras destes homens, e o que aproximava esses das escravas e forras, era a pobreza. Muitos imigrantes eram pobres, trabalhavam como carregadores no porto, eram empregados no comércio ou até vendedores ambulantes, e estavam aqui justamente para enriquecer e voltar para Portugal. No entanto, ao enfrentarem as agruras de uma vida sem propriedades, por vezes sem emprego e com pouco ou nenhum recurso para visitar os parentes do outro lado do Atlântico, experimentavam uma aproximação muito maior com o Brasil e, com freqüência, acabavam sendo forçados a forjar aqui um convívio muito mais estreito com os estratos mais baixos, enfrentando com estes portanto as mesmas dificuldades oriundas da falta de recursos. Para além da mancebia, a abertura matrimonial dos portugueses de fato ocorria, mas com base em fortes critérios de seletividade. Logo, o fenômeno da miscigenação entre nós, tão acentuado pela historiografia, parece ter tido sua origem muito mais na pobreza a que estavam submetidos os atores sociais, do que na plasticidade portuguesa tão celebrada por Gilberto Freyre.[1]

Robert Slenes fala a respeito da liberdade de escolha que elas tinham e do quanto podiam eventualmente "jogar" com sua escassez no mercado.[2] Ao contrário do que apresenta Manolo Florentino a respeito de um domínio do mercado matrimonial escravo por parte dos homens mais velhos em fases de retração do tráfico, podemos inferir, a partir dos

casos estudados, que, dado o desequilíbrio sexual generalizado, o espectro de escolhas era muito maior para as mulheres, o que lhes permitia optar por um homem que deixaria impressa na pele de seus filhos a marca da escravidão um pouco mais distante.

Distribuídos de acordo a etnia a endogamia foi a marca tanto entre os Africanos Ocidentais, representados nos registros pelos Calabar, Haussa, Guiné e Mina, como entre os da África Central Atlântica representados pelos Cabinda, Congo, Angola, Rebolo, Quissamã, Cassange e Monjolo. A exceção foi o comportamento dos Moçambique que representaram, juntamente com os Quilimane, a região da África Oriental nos registros estudados.

Os africanos ocidentais da Freguesia da Candelária foram responsáveis por 11 casamentos, dos quais seis uniram consortes da mesma macro-região africana, não havendo neste grupo, ademais, sequer uma caso de cônjuges de etnias diferentes. Os 5 que se casaram com escravos originários de outra grande zona africana são os genericamente chamados “mina”.

Em relação aos africanos provenientes da região que chamamos África Central Atlântica, a busca por cônjuges nascidos nesta região foi marcante, embora os congo-angolanos não se furtassem ao matrimônio com parceiros de outras macro-regiões, 76% dos congo-angolanos casaram entre si. Com os africanos Orientais os arranjos se configuraram de forma bem diferente. Na Candelária somente um casamento realizou-se entre Moçambiques e outro entre uma Quilimane e um Moçambique, pois dos 9 matrimônios encontrados envolvendo africanos orientais, 7 aconteceram com pares de outra macro-região.

Os números da distribuição étnica dos casais aqui analisadas são em parte proporcionais ao volume de africanos recebidos pelo do Rio de Janeiro de acordo as macro-regiões de origem. Segundo Mary Karasch a maioria dos escravos aqui presentes eram importados do Centro-Oeste africano, sobretudo Congos e Angolas, nunca compondo menos que 66% da escravaria da cidade.[3] Em seguida vinha a África Oriental responsável por até 26% do total de nossos escravos, que segundo Manolo Florentino, teve sua

importância consolidada somente a partir de 1811, já que até então a participação desta região era de apenas 4% do total das entradas de negreiros no porto do Rio.[4] Por fim, segundo Karasch, os escravos provenientes da África Ocidental nunca passaram de 7% das amostras étnicas anteriores a 1850, numero alcançado segundo a autora muito mais ao tráfico interno entre Bahia e Rio de Janeiro incrementado a partir de 1835.[5]

Os Macuas, Iaôs, Ngunis e muitas vezes até os Quilimane que acabaram tornando-se os "Moçambique" no Rio de Janeiro, vinham não só do interior e do sul do atual Moçambique, mas também do Quênia, da Tanzânia, da região do lago Niasa e do baixo Zambeze. [6] Desse modo, as fronteiras étnicas que porventura existiam e separavam Macuas de Iaôs, por exemplo, e pautavam de alguma maneira as suas vidas, no momento do desembarque em terra estrangeira eram implodidas e, ao longo de alguns anos, talvez nem fizessem mais sentido. Até que, após algum tempo de acomodação e convivência, pudessem ser refeitas sob novos signos, lembranças, matrizes linguísticas e religiosas, para só então reconhecerem-se como Moçambiques.

Já os Afro-ocidentais, presentes no Rio de Janeiro desde longa data, mostraram-se fortemente endogâmicos, tanto do ponto de vista da macro-região como do estritamente étnico. Os mais exogâmicos entre os afro-ocidentais eram os minas, nome genérico dado a todos os provenientes do litoral da Costa do Ouro, leste da Nigéria. Em contrapartida Calabares, Haussas e Guinés fecharam-se quase totalmente entre si.

Para os nubentes afro-ocidentais, o fato de inúmeros navios haverem aqui despejado conterrâneos seus ao longo de séculos favorecia a socialização. Vínculos identitários já tinham sido tecidos, encontros nesse campo já ocorriam, quem sabe até envolvendo compromissos de irmandades que uniam escravos e forros provenientes do Oeste africano. A religião muito provavelmente era fator de identidade para esses africanos -- no caso dos "minas" o Islam e para os animistas a religião dos orixás. Não surpreende, pois, que, mesmo quando mantinham referências religiosas pretéritas, alguns nubentes afro-ocidentais buscaram sedimentar suas uniões através da Igreja católica.

Tabela 2: Distribuição Bruta dos Casamentos por etnia dos cônjuges, Freguesia da Candelária (Rio de Janeiro), 1809-1837

Macro Região	Mulheres / Homens	África Ocidental				África Central Atlântica								África Oriental		Total
		Calabar	Haussa	Guiné	Mina	Cabinda	Congo	Angola	Benguela	Rebolo	Quissamã	Cassange	Monjolo	Moçamb	Quilimane	
África Ocidental	Calabar	2														11
	Haussa		1													
	Guiné			2												
	Mina				1	1		1	1	1				1		
África Central Atlântica	Cabinda					4	1		2							35
	Congo					3	1	1	1							
	Angola						2	1	2							
	Benguela					2	1	1	5	1						
	Rebolo					1			1	2						
	Quissamã					1										
	Cassange							1		1						
África Oriental	Moçamb.					1		1	1	1	1	1	1	1	1	9
Total		6				46								3		

Fonte: Registros de Casamento da Freguesia da Candelária

Casar-se aqui parece ter sido fruto muito menos do controle e da concessão senhorial, como sugere Robert Slenes, e muito mais resultado do desejo e das escolhas desses casais. Prova disso talvez seja o fato desses casamentos terem tendido também à endogamia com o passar dos anos, no que se refere à etnia dos cônjuges. O comportamento dispersivo dos Moçambicanos, em contraponto com os afro-ocidentais cujo fechamento foi marcante, nos mostra o quanto o tempo de permanência em terra brasileira para esses últimos foi fundamental para a reconstrução de suas identidades.

O antropólogo Fredrik Barth, nos alerta para o fato de que o pesquisador deve focar sua atenção em como os modelos de freqüência ou regularidades são gerados. O autor sugere que pela análise do processo que gerou certo comportamento ou forma social podemos entender a variedade das formas complexas que são produzidas. O modelo então, pode ser explicado se assumirmos que ele é o resultado cumulativo de um número de escolhas e decisões feitas por pessoas agindo vis-à-vis com a outra, refletindo em sua forma os limites e incentivos de suas ações. [7]

Desse modo, do processo que gerou a reestruturação da identidade étnica desses homens e mulheres africanos que buscaram casar-se na Igreja Católica na Freguesia da Candelária, a variável "tempo" talvez tenha aqui se revelado de grande importância. Contrariando o padrão endogâmico, aos Moçambiques, cujo incremento no desembarque deste porto origem só ocorreu no final da primeira década do século XIX, restou a disputa de companheiros de outras etnias, num espaço onde podiam encontrar poucos ou nenhum conterrâneo.

---

[1] FREYRE. Gilberto. *Casa Grande e Senzala.* 43ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
[2] SLENES, Robert. *Na senzala uma flor:* esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999*: p. 82.
[3] KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 50.
[4] FLORENTINO, *Manolo. Em costas negras*: uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.80.
[5] KARASCH, Mary. Op. Cit. pp.63-65.
[6] KARASCH, Mary. Op. Cit pp.60-61.
[7] BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

Ensino de Historia no Brasil - Rupturas e Permanências: Um estudo de manuais didáticos

Janaina de Paula do Espírito Santo[1]

Palavras chave: ensino de história, rocha pombo, livro didático.

Ao longo do tempo, a história e o seu ensino para as gerações subseqüentes se revestiu de diversos aspectos. Nas civilizações marcadas pela cultura oral, por exemplo, o momento destinado ao passado normalmente se revestia de um caráter místico. O relato era feito pelos mais velhos, que reviviam ou recriavam o passado ancestral para as gerações futuras.

A Idade moderna e a fundação dos Estados Nacionais, ao redor do globo trouxeram uma nova necessidade. Além de se identificar com um povo e um passado acessível, a história construía representações que ligavam este povo a figura de um estado, em sua essência político, e o legitimava no uso da memória de diferentes grupos sociais.

Hoje, assistimos uma re-visitação ao passado, e a história, construída no seio da modernidade, não mais se reveste apenas nos atos políticos e econômicos, sua neutralidade é questionada, sua ligação com o estado é explicitada, revista, debatida. Vemos um retorno da história como curiosidade, da história do diferente, do pitoresco. Há um debate de narrativas, de funções.

Em um momento tão díspar da história, em que tantas mudanças se percebem no amálgama da ciência e da disciplina histórica, seria correto pensar na permanência? Na constância, na imutabilidade?

Heráclito, filósofo grego de VI a.C. afirmava que tudo flui. Se tomarmos seu princípio como ponto de partida, a imutabilidade não poderia ser nem prevista, muito menos defendida.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Saberes, Cultura e Práticas Escolares, pela Universidade Federal do Paraná.

Entretanto, podemos perceber que, na mesma medida em que a história se abre para novas abordagens, novas perspectivas, novos sujeitos, apregoa-se a necessidade de rompimento, de maior entendimento, de tradições a serem quebradas. Por que esse movimento acontece?

Na tentativa de levantar uma resposta para questões como esta, esse trabalho opta por um estudo em uma perspectiva histórica, dentro do processo de consolidação da disciplina de história nacional em nosso país.

A questão que norteia esta análise é a busca por compreender de que forma algumas das preocupações dos intelectuais envolvidos no ensino da história, no inicio do século XX encontram reflexos na produção que hoje é destinada as salas de aula da disciplina.

Não é nada fácil questionar os símbolos, os marcos e as datas que são instituídas pela memória histórica. Isso porque tais datas, heróis, símbolos de uma determinada coletividade são uma criação coletiva que nem sempre é controlada pelos agentes responsáveis por essa criação. Digamos que inúmeros indivíduos e grupos pretendam ver realizados determinados fins que eles julgam imprescindíveis. Toda a realização de uma idéia ou de um objetivo coletivo exige da parte daqueles que visam a alcançar este fim que negociem ou enfrentem na cena social outros grupos que também têm idéias e outros objetivos.

Na tentativa de compreender o processo de consolidação da “memória histórica” esta pesquisa se propõe a nos resgatar livros e manuais didáticos considerados significativos no ensino de história brasileira ao longo dos tempos, pontos em comum, permanentes, na estruturação das escolhas dos conteúdos abarcados pelo livro didático.

Para SILVA, (2000) " Refletir sobre o processo de formação das disciplinas ligadas a s humanidades no Brasil pode tornar compreensível o descompasso entre a produção didática e a literatura científica - não em termos de técnica, mas de política". Ou seja, a dicotomia aparece nas finalidades atribuídas socialmente para a disciplina escolar de história na construção de uma nação. Nesta perspectiva, a elaboração do conhecimento histórico e a produção do saber

histórico escolar estão completamente interligadas à construção da cultura e identidade nacionais.

Os primeiros livros didáticos a circularem pelo Brasil datam do início do século XIX, e já neste período se menciona que havia livros que não eram apropriados para o ensino (ZILBERMAN, 1996, p. 16). Nessa fase inicial das propostas sobre livros didáticos, registravam-se reclamações sobre a ausência de manuais nas escolas, falta de livros produzidos no país - havia traduções e adaptações de obras estrangeiras - e também sobre escolhas mal feitas pelos professores ou rejeição, por eles, das obras escolhidas pelas autoridades (BITTENCOURT, 1993, p.18-19).

Ao final do século XIX, discussões entre políticos defensores da escola secularizada, leiga, e políticos conservadores católicos fortalecem as discussões em torno da importância de uma produção nacional de obras didáticas. É interessante notar que:

(...) permaneceu a crença na força do livro escolar como peça importante na viabilização dos projetos educacionais. A obra didática era concebida como principal instrumento para divulgação do ideário educacional, dependendo dela, a formação do professor e do aluno. (p. 21)

Ou seja, é no âmbito da produção didática que se pode perceber a movimentação em torno da construção e difusão da história nacional empreendidas no Brasil a partir do século XIX.

No período Republicano, a expansão do sistema escolar e os avanços dos estudos no campo educacional produziram um efeito de incentivo aos professores para a produção de obras segundo suas experiências pedagógicas. Assim, as primeiras décadas do século XX já demarcam a existência de uma produção significativa de obras didáticas brasileiras. Muitas delas estavam voltadas à orientação dos professores para o ensino e não se destinavam efetivamente aos alunos.

Na república, a preocupação com a história pátria e a sua veiculação didática tomam um novo fôlego. O regime precisa ser legitimado e o campo da história é um importante pilar para que isso aconteça.

Pode se dizer que os historiadores deste momento herdam já uma certa produção e algumas balizas que vão matizar a história Pátria.

Neste período, alguns dos pilares e características fundantes da história nacional já estão consolidados pelo IHGB, que funciona como aglutinador e grande referencia na produção da história Pátria. Aqui, a defesa da tese que mistura de raças e convivência entre os povos é um dos elementos fundantes de nossa identidade apresenta a paz como um dos pilares fundadores da nação e a matriz criadora dos demais valores e hábitos junto aos brasileiros, o que explicaria a sua índole pacífica e hospitaleira: "O brasileiro é bom, e o Brasil convidativo". A representação do "Brasil" procura moldá-lo como uma entidade com vida própria, além do bem e do mal, respondendo a um valor de unificação e diluição de antagonismos, sempre que são mencionados episódios com alguma violência. As guerras, os conflitos étnicos e as invasões estrangeiras são vencidas por líderes heróicos, comandando grupos mal equipados, mas superando o inimigo em nome do amor à pátria. A pátria e o sentimento de esforço, doação e colaboração se realizam pela defesa da família em momentos ameaçadores.

A história do Brasil é construída sobre o signo do progresso e da realização. O país aparece neste momento como uma entidade quase sobrenatural, que já tem um caminho de realizações a ser seguido. Tal premissa, proposta em um dos primeiros tratados sobre como escrever a história do Brasil, é cuidadosamente retomada e realimentada, como uma forma de garantir unidade a uma nação que ainda não é, que tem na constante construção a sua maior característica. Neste sentido, ter um "espírito de pátria”, como diz Rocha Pombo, garante uma unidade ainda que de forma incipiente e de certa forma relacionada com alguns princípios da história Sagrada.

Nesta perspectiva, a construção da nação percorre um caminho em que todas as diferenças dão lugar a uma comunidade de valores, nascida de raças diferentes mas imbuídas da mesma vontade. O múltiplo é recambiado na geração do uno, no qual todos se integram à mesma tradição para assumirem papéis de uma massa de figurantes na encenação da memória nacional. A unidade é uma preocupação sempre presente em um território cheio de contrastes como o Brasil. Tal princípio vai ser a tônica e a preocupação de muitas das produções desse período. A necessidade de identificar o povo e Pátria vai aparecer em documentos oficiais até o fim da década de 1950.

Escrever livros didáticos no inicio do período republicano, com o objetivo de ajudar a difundir essas representações chegou a ser considerado uma missão patriótica.[1] Neste momento, havia a preocupação com a construção de um "quadro" de heróis, embora o mesmo variasse de acordo com a região. Esta discussão em torno da construção de um passado podia ser percebida de forma mais sistemática dentro da produção didática.

No processo de seleção das obras que abarcariam este estudo,nos deparamos com as obras de um autor paranaense: Francisco José da Rocha Pombo. Este autor foi responsável por um grande sucesso editorial no inicio do século XX. Entretanto, o ponto determinante para sua escolha enquanto representante de um período repousa em outros dois aspectos: 1) Rocha Pombo preocupou-se em escrever uma obra para o ensino primário (o livro nossa Pátria), uma História do Brasil para o ensino secundário e outra para o preparatório para o superior, ou seja, estava presente nos três diferentes graus de ensino de sua época, o que permitiria entender melhor as concepções que nortearam a seleção e construção destes conteúdos em diferentes momentos da vida escolar, o que era ampliaria a pergunta inicial da pesquisa.

2) Rocha Pombo é o único autor que, junto com a obra didática, escreveu uma obra "historiográfica" de referencia, uma edição de grande fôlego, publicada pela primeira vez em 1908, que são seus dez volumes de "História do Brasil". Desta forma para além de inferir alguns princípios permanentes das produções em história de sua época, dentre as quais ele é o

representante que mais acumula reedições, permanecendo no mercado editorial até o inicio de 1970, sua obra permite estabelecer um outro dialogo, situado nas relações que se tramam entre a obra historiográfica e a didática, ou seja, como um mesmo autor trabalha com estes dois níveis da produção em história do Brasil e de que forma estabelece dialogo entre a ciência e a escola.

Desta forma, poderíamos, entendendo um pouco como se dava à mediação didática entre a produção em história no inicio do século XX estabelecer relações com o mesmo processo empreendido pelos livros hoje, preocupados com as novas abordagens historiográficas.

A tradição de que Rocha Pombo é escolhido como representante, dado o seu grau de permanência (entendemos que esta permanência evidencia uma aceitação de seu discurso, que permanece como referencia constante por mais de 50 anos), teria grau de determinância, de influencia na produção atual? Pode-se perceber uma "tradição seletiva" como diz Raymond Willians[2] na produção didática de História do Brasil? Como ela se estabelece?.

De uma forma geral, as discussões em torno da produção de livros destinados ao ensino da história dava-se mais ao nível do método e do estilo literário, uma vez que os "fatos" que eram objeto do estudo eram "inquestionáveis" mantendo estreita ligação com os ideais da escrita "moderna da história" e da crítica documental, e os princípios que fundamentavam o "fazer do historiador" no século XIX, como o estabelecimento da "verdade" dos fatos, a imparcialidade do historiador e a utilização das teorias científicas na formulação de propostas para o ensino.

Algumas das idéias gestadas no período imperial e no inicio da república, mantiveram-se, sem grandes questionamentos, até os fins dos anos cinqüenta, quando as classes populares começam a ter acesso a escola, e a chamada visão positivista ensinada nas escolas era considerada reacionária. O golpe militar de 1964 acabou por abafar essas discussões, mantendo uma "História de reis, heróis e batalhas"(Pinski, 1988, p.19).

A reabertura política, o fim dos estudos sociais e uma mobilização geral de professores e pesquisadores marcou as décadas de 80 e 90, e muito se avançou no que diz respeito ao ensino de história. Currículos, heróis, livros, toda uma produção acadêmica marcaram o período e muito se desenvolveu neste sentido.

A busca pelo que se chamou de cânon de conteúdos não ignora essas mudanças. Procura, entretanto, perceber como se mesclam com alguns encaminhamentos que comumente são relacionados ao ensino da história pátria.

Para contrapor a obra de Rocha Pombo, aqui entendida como representante de uma tradição consolidada e presente no imaginário social, foram selecionadas obras didáticas entre as mais utilizadas no estado do Paraná.

A analise se deu então em duas frentes. De um lado, o discurso histórico presente nas obras. De outro a formatação da mesma, no que se refere as imagens, relação com os textos, esquemas propostos.

Argumentativamente percebe-se que muito do mito nacional brasileiro se reafirma constantemente nas obras didáticas. A idéia de progresso, apresentando um exemplo de melhora entre o passado e a realidade vivida, por exemplo, marca, de forma geral os capítulos dessas obras.

A identificação com a natureza também é outro ponto comum. Marilena Chauí chamou atenção para o fato de que a natureza faz parte da nossa constituição identitária e sua identificação com a idéia de paraíso terreno acaba por ser muito relacionada com a idéia do Brasil enquanto país de futuro, de que a natureza seria um indicador. Essas imagens, tão exploradas na época de elaboração da história pátria, como parte de nosso passado colonial são constantes nas obras dos dois períodos.

Percebe-se que embora alguns dos princípios fundantes da identidade brasileira tenham sido redimensionados e superados, como no que diz respeito a idéia, tão cara no inicio do

século XX de convivência harmoniosa entre as três raças, outras, são mantidas pelo cultura escolar, como parte importante de nosso passado.

Busca-se hoje, romper com a reprodução do conhecimento, procurando trabalhar em sala com o debate e a (re) construção de conhecimentos, enfatizando o papel de alunos e professores enquanto sujeitos da historia. Ainda, que, a história do ensino de história brasileira pareça ter tramitado por contextos bem distintos, ao se propor estudar as permanências de alguns cânones na estruturação dos conteúdos considerados essenciais para o ensino da história, busca-se empreender uma análise da cultura – em seu aspecto de produção escolar – nacional, procurando, dessa forma, esclarecer as representações que a nação tem construído de si mesma na história. Entendemos que este conhecimento contribui para o debate em torno do ensino e a construção de conhecimentos adquira uma dimensão importante.

Ao propor, um resgate, através dos livros didáticos, da lógica de constituição da história do Brasil que tem sido ensinada nas escolas, procura-se uma reflexão sobre o processo de escolhas que tem permeado o trabalho educativo em história, possibilitando uma análise da construção e transmissão da cultura escolar no processo de consolidação da disciplina de história.

---

[1] BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese (doutorado em História). São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993

[2] Raymund Willians definiu o processo de consolidação do conhecimento escolar de tradição seletiva: uma seleção feita por alguém, com sua particular visão sobre o conhecimento legítimo e a cultura, uma seleção que no processo de privilegiar o capital cultural de um grupo desprivilegia o de outro.

A seleção de conteúdos por professores de História no Ensino Médio

Janete de Fátima Barause Neri – PPGE/UFPR [1]

A reflexão sobre a experiência em sala de aula coloca os professores frente a questões que nem sempre são evidentes nas atividades cotidianas das práticas de ensino. Este é o caso, por exemplo, da implementação e adequação do currículo oficial às aulas, ou mais particularmente, da seleção dos conteúdos de ensino, em especial no que se refere ao ensino de História.

A definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio[2] (PCNEM) pelo Ministério da Educação, em 1999, recolocou a tradicional questão didática a respeito de quais conteúdos ensinar, dando a ela contornos e dimensões novas. Diferentemente dos PCN's do Ensino Fundamental, que apresentam os Eixos Temáticos para a organização dos conteúdos de História, para o Ensino Médio esta questão se apresenta de forma diferente.

Nesse documento, os conteúdos são compreendidos sob três dimensões distintas: conceituais, procedimentais e atitudinais. A partir destas dimensões, os professores devem propor a organização dos conteúdos em eixos temáticos, com vistas a desenvolver as competências e habilidades, que são as de comunicar e representar; investigar e compreender e as de contextualizar social ou historicamente os conhecimentos. Nesta estrutura curricular, independente dos conteúdos específicos da área, deve-se buscar desenvolver as competências e habilidades. Com relação à seleção de conteúdos, os PCNEM (p. 305) atribuem aos professores a responsabilidade dessa *tarefa*, assim colocando:

> (...) A partir de problemáticas contemporâneas, que envolvem a constituição da cidadania, pode-se selecionar conteúdos significativos para a atual geração. Identificar e selecionar conteúdos significativos são tarefas fundamentais dos professores, uma vez que se constata a evidência de que é impossível ensinar "toda a história da humanidade", exigindo a escolha de temas que possam responder às problemáticas contundentes vividas em nossa sociedade, tais como as discriminações étnicas e culturais, a pobreza e o analfabetismo.
> A organização dos conteúdos por temas requer cuidados específicos com a escolha dos métodos. (...)

Destaca-se, ainda, que o documento sugere o desenvolvimento das atividades de ensino a partir de um olhar às questões problemáticas do presente que deverão sustentar um trabalho com temas, os quais não são apresentados no documento oficial, apesar do reconhecimento explícito de dificuldades metodológicas que são inerentes a essa forma de organização dos conteúdos e que requerem, segundo os autores do texto, "cuidados específicos com a escolha dos métodos". Esse elemento permite que se destaque a complexidade do processo de escolha dos conteúdos de ensino.

A partir da seleção cultural, que define o que é legítimo ensinar, entende-se que ocorrem processos de transformação do conhecimento que incluem, de diferentes formas, a participação da escola e dos professores em um movimento que se desloca do currículo formal – os saberes a serem ensinados – para o currículo real – os saberes ensinados e aprendidos.

Desta forma, tomou-se como referenciais mais amplos os conceitos de transposição didática[3] (Chevallard, 1991) e de mediação didática[4] (Lopes, 1999). Embora o conceito de mediação didática tenha sido formulado para ampliar e contrapor alguns elementos ao conceito de Chevallard, considera-se que ambos contribuem para a reflexão em torno do tema de pesquisa, constituindo-se em base teórica relevante para a construção do objeto.

O conceito de transposição didática é relevante por abrir possibilidades de debate sobre a natureza do conhecimento escolar e por reconhecer e problematizar a distância entre o saber a ser ensinado (seleção cultural presente no currículo formal) e o saber ensinado (ação docente *para* e *na* sala de aula).

Ao lado disso, o conceito de mediação didática problematiza o conhecimento escolar como um conhecimento que tem uma epistemologia própria, entendendo que os saberes são construídos e reconstruídos pelo professor em sua prática. Este conceito permite pensar que, por mais que os professores não reconheçam de imediato a presença de uma ação selecionadora de conteúdos em sua atividade de ensino, ainda assim, os professores elegem, dentro do elenco de títulos, temas ou idéias e conceitos sugeridos nos documentos oficiais, aqueles que, a partir inclusive de seus critérios pessoais, ele considera que deve

ensinar ou excluir de seu programa. Mesmo quando os professores se utilizam de seleções de conteúdos pré-estabelecidas, como são os livros didáticos, ainda assim, no momento de sua aula, eles operam sobre essas seleções enfocando mais determinados aspectos de um assunto e descartando outros por diversas razões.

Como os professores se vêem nas escolha dos conteúdos de História que ensinam? Que elementos marcam a tensão entre o que estabelece o currículo oficial, o currículo da escola e o professor para a seleção de conteúdos em História? De que forma os documentos oficiais são tomados pelos professores para escolher o que ensinar? Como os professores se vêem na seleção de conteúdos? Eles se colocam como “selecionadores de conteúdos” ou como executores de tarefas em relação aos conteúdos estabelecidos? Que interferências os materiais de ensino exercem sobre as escolhas que os professores fazem? De que natureza são as operações que os professores fazem para adequar seus planejamentos a diferentes turmas e ao tempo das aulas?

Para encontrar respostas a elas, a pesquisa ora relatada, buscou mais do que analisar o que apresentam os documentos oficiais, mas entender o significado da escolha de conteúdos na perspectiva do próprio professor. A partir da aplicação de questionários e da realização de entrevistas com professores do Ensino Médio da rede estadual de ensino de um determinado Município da Região Metropolitana de Curitiba, pôde-se perceber como eles entendem esta ação de selecionar conteúdos e como se vêem atuando neste processo. No desenvolvimento das análises, ficou claro que tal compreensão do papel que possuem nesta ação não poderia ser desvinculada das concepções de conteúdo e de História que os professores carregam.

Dois pontos podem ajudar na compreensão de como esta ação se efetiva na prática dos professores. Um primeiro ponto pode ser estabelecido pela existência de diferentes níveis de planejamento que determinam, de certa forma, o trabalho docente e contribuem na definição da seleção dos conteúdos do ensino. Entre estes diferentes níveis pode-se falar dos currículos oficiais (PCN's, PCNEM, PCN+), marcados pela “tradição seletiva” (FORQUIN, 1993), as definições curriculares produzidas no interior da escola, como o

Projeto Político Pedagógico e o Plano Curricular e as publicações didáticas que pré-selecionam os conteúdos do ensino.

A seleção de conteúdos pode ser compreendida como um processo que se desenvolve na tensão entre estes diferentes níveis, processo em que se localiza uma dimensão que, em boa medida, independe do professor, advinda dos documentos curriculares oficiais, e uma outra que está presente nas práticas cotidianas.

Ao buscar estabelecer a relação dos professores com os documentos oficiais, pode-se perceber que os professores entendem que estes materiais precisam ser utilizados, mas na maioria das vezes ele está restrito à elaboração das propostas pedagógicas da escola, quando são preparadas as listas de tópicos, assuntos, de temas que deverão ser trabalhados em cada disciplina. Os professores reconhecem nestes materiais, então, a função de apresentar os conteúdos que devem ser ensinados, bem como indicar a metodologia de trabalho.

Porém, em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, os professores revelaram um conhecimento superficial, não identificando as características da proposta que ele traz em relação aos conteúdos do ensino. E em relação aos PCN+, que efetivamente apresentam, sob a forma de eixos temáticos, os conteúdos do ensino, nenhum dos professores o conhecia, sendo que a maioria revelou surpresa ao saber de um documento complementar aos PCNEM.

É importante destacar que nenhum dos professores entrevistados fez referência aos conteúdos de acordo com a classificação apontada nos PCNEM, embora tenham revelado conhecer indicações dadas por ele. Para os professores, o conteúdo é, por exemplo, a Independência do Brasil, o estudo da Mesopotâmia. Ou seja, o conteúdo é o tópico das listas, o tema da aula.

Ao entender o conteúdo nesta perspectiva, pôde-se compreender que os professores estão revelando também a sua concepção de História, entendida como a descrição dos fatos acontecidos no passado. Sendo assim, de acordo com a concepção revelada, por mais que promovam intervenções no conteúdo ele permanece o mesmo, posto que se

assim não fosse, os professores entendem que estariam fazendo mudanças na própria História.

Ainda que esta concepção esteja muito presente entre a maioria dos professores, eles não deixam de estabelecer a relação passado-presente com os alunos, na tentativa de dar significado ao que é ensinado ou mesmo de despertar o interesse pelo estudo da História. É também com estes objetivos que os professores lançam mão de diferentes materiais (revistas, textos, vídeos) e, de acordo com suas concepções, buscam por meio deles "mostrar o que realmente aconteceu", como prova do real ou como ilustração do fato.

Contrariamente ao que Moniot (1993) ressalta sobre a história escolar, dizendo que esta não possui atividades que lhes sejam próprias, os professores entrevistados indicaram que, por meio de filmes, textos, imagens, documentos, realizam atividades que são específicas do historiador e são aqui entendidas como expressões da seleção que os professores operam nos conteúdos.

Tomando como referencial teórico o conceito de mediação didática (LOPES, 1999) a seleção de conteúdos é entendida como parte integrante e indissociável da ação docente. Mas, observando-se as concepções que os professores revelam sobre o que sejam conteúdos e a própria concepção de História, pode-se dizer que, para a maioria deles, a seleção de conteúdos configura-se como a execução de uma *tarefa*, tal qual sugerem as orientações dos documentos oficiais. A seleção é, para estes professores, algo que cabe, em grande medida, a estes materiais, descritos como a base para as escolhas dos conteúdos de suas aulas. Ao professor cabe promover "ajustes", "adaptações" aos conteúdos, conforme suas próprias palavras. Para os professores, selecionar conteúdos é preparar uma lista de assuntos.

Desta forma, a adequação que promovem em seus planejamentos por questões relacionadas ao tempo disponível para o trabalho ou devido à diferenciação de ritmo, de conhecimentos, de condições sócio-culturais ou de interesse das turmas e alunos, não é reconhecida como processo de seleção. Incorporar materiais ao tema de uma aula, preparar atividades para um determinado assunto, incluir ou excluir temas de acordo com a

relevância que a ele atribuem, não são ações compreendidas como seleção de conteúdos, mas como uma mudança que acontece na forma de lidar com o conteúdo, sem que haja uma intervenção neles.

Um segundo ponto diz respeito à necessidade de se repensar a formação, inicial e continuada, do professor. Esta preocupação pode ser tomada a medida que se percebeu que as concepções de História e de conteúdo que os professores revelaram, mesmo os que recentemente haviam se formado, não questionam os saberes e os tomam como verdades. O conhecimento é transmitido, não é produzido.

Neste sentido é relevante destacar o que escreve Ana Maria Monteiro[5] (2001, p. 122), quando ressalta a necessidade de uma discussão que coloque no centro do debate o saber, entendido "geralmente, [como] um conhecimento universal que está posto, nos currículos ou livros didáticos, para ser ensinado. Discute-se muito os aspectos relacionais, importantes no processo, a forma de se incorporar os saberes e interesses dos alunos, mas em relação aos saberes ensinados, as preocupações são apenas de ordem de organização e didatização"

Antônio Flávio Barbosa Moreira[6] (1995, p. 20) ressalta que a qualidade na escola fundamental é algo que deve ser buscado já nos cursos de formação de professores e aponta para a superação da "dicotomia ensino/pesquisa" e a criação de "um ambiente menos burocrático e mais propício à crítica e à produção dos saberes" como importantes passos nesta direção.

Fica evidenciada a necessidade de olhar para os professores como sujeitos que ensinam, agentes de uma profissão que se realiza em meio a constantes tensões advindas de uma formação que nem sempre lhes possibilita refletir sobre a dimensão da seleção de conteúdos em toda sua complexidade, mas que apresentam, ainda que de forma pouco explicitada, a percepção de que a seleção se efetiva na sua prática cotidiana. Expressões utilizadas pelos professores como *filtrar, cortar, aprofundar, pincelar, peneirar, acrescentar, priorizar, complementar, encurtar, excluir, enriquecer, adaptar, ajustar* são entendidas como reveladoras da intervenção nos conteúdos, que acontecem de maneira sutil e as vezes despercebida por eles.

---

[1] Dissertação de Mestrado defendida em maio de 2005, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Dra. Tânia Maria F. Braga Garcia.

[2] BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação, 1999. p. 299-309.

[3] Conceito trabalhado por Yves Chevallard em seu livro La transposición didáctica: del saber sabio al saber ensenãdo. Editora Espartaco, 1991.

[4] Alice Lopes trabalha este conceito em seu livro Conhcecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro:

EdUERJ, 1999.

[5]MONTEIRO, Ana Maria. Professores: entre saberes e práticas. Educação & Sociedade. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, ano XXII, nº. 74, abril 2001, p. 121-142.

[6]MOREIRA, Antônio Flávio B. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em questão. **Educação e Realidade.** Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRS, vol. 21, nº. 1, jan./jun. 1996, p. 09-22.

"A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão": em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC

Janice Gonçalves

(Prof[a]. do Depto. de História - Centro de Ciências da Educação

da Universidade do Estado de Santa Catarina / UDESC)

Desde ao menos meados dos anos 1990, observa-se, em Santa Catarina, o esforço de apresentar como superado um determinado modelo de produção historiográfica, *grosso modo* entendido como "tradicional": uma produção que estaria marcada pela perspectiva linear, factual (com ênfase na narrativa dos acontecimentos), acrítica, excludente (elitista), "positivista" (presa de uma ambição de objetividade e verdade) e geralmente restrita à documentação administrativa pública de caráter arquivístico (dita "oficial"). Simultaneamente, afirma-se a existência, a partir de fins da década de 1980, de uma nova geração de historiadores catarinenses.[1]

Tende-se ainda a opor dois locais de produção de conhecimento histórico: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a "Universidade" (sobretudo a Universidade Federal de Santa Catarina). Essa oposição, contudo, não nasce com o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC - único no Estado, até o presente momento -, uma vez que, criado em 1975, sob a coordenação de um dos principais expoentes do IHGSC de então, Walter Fernando Piazza, também teve em sua fase inicial a participação de outros membros da entidade no seu corpo docente.[2]

A produção que vem sendo mais recentemente identificada à Universidade, e entendida como distinta da “tradicional”, é aquela cujos marcos iniciais situam-se entre 1989 e 1992, relacionados especialmente a duas dissertações e duas teses não por acaso desenvolvidas junto a outros programas de pós-graduação: as dissertações de mestrado de Hermetes Reis Araújo e de Henrique Pereira Oliveira e as teses de doutorado de Maria Bernardete Ramos e de Joana Pedro, as três primeiras elaborados junto ao Programa de

Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a última, junto à Universidade de São Paulo.[3]

Apesar disso, o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC manteve-se não só como o maior gerador de dissertações e teses sobre Santa Catarina como passou a apresentar íntima conexão com os trabalhos da chamada "nova geração".[4] Também o Departamento de História da UFSC assumiu importância crescente, seja como formador de profissionais (em função da Graduação e da Pós-Graduação em História, nas quais Joana Pedro e Maria Bernardete Ramos vêm tendo uma atuação particularmente marcante[5]), seja como principal elo de ligação, no Estado, desses profissionais com a Associação Nacional de História (o núcleo regional da ANPUH, reativado em 1985, está desde então sediado na UFSC).[6]

Deve-se salientar que o Programa de Pós-Graduação foi gradualmente distanciando-se das linhas de pesquisa iniciais - voltadas para a história demográfica, a história econômica e a história política (ou político-administrativa) -, primeiramente introduzindo questões relacionadas às formas de poder e às mentalidades, até que em 1997 alterasse sua área de concentração para "História Cultural", abarcando explicitamente discussões quanto a relações de poder, identidades e linguagens.[7]

A mera afirmação da superação do paradigma "tradicional" da historiografia catarinense certamente não foi suficiente para fazer cessar a produção dos historiadores a ele costumeiramente associados. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado oficialmente em 1896, não só continua a existir, como a publicar com regularidade sua revista (anual), seus informativos (bimestrais), suas edições especiais, bem como promovendo eventos de caráter acadêmico. Como explicar essa permanência, frente aos novos quadros impostos pela "nova geração"? Ou deveríamos considerar que, sob a aparente imutabilidade, existiriam rupturas marcantes? A produção de caráter histórico do Instituto continuaria a ser a "tradicional"?

Antes de tudo há que questionar a própria caracterização de "tradicional": partindo de uma proposta feita por Cristina Scheibe Wolff, com base em considerações de Peter Burke[8],

tal caracterização acabou por tratar como bloco homogêneo uma produção extensa e variada que, remetida ao IHGSC, abarca mais de um século. Consultando-se os exemplares da Revista do IHGSC, percebe-se que, para os próprios sócios, nem a entidade foi sempre a mesma, nem a produção de seus membros - embora, a cada nova fase de dinamização, a cada nova fase do periódico, houvesse a garantia de continuidade dos ideais do Instituto.

O cuidado em narrar sempre partindo do mais antigo para o mais recente, bem como o relevo dado aos eventos, embora constantes na história escrita pelos membros do IHGSC[9], não excluíram "problemas" da narrativa. Os problemas detectáveis são, no entanto, aqueles peculiares a essa historiografia, cujos pesquisadores estão freqüentemente às voltas com os "inícios" (da administração da capitania, das suas primeiras povoações, da sua colonização e, conseqüentemente, às voltas com os pioneiros, os "fundadores", os primeiros povoadores, os primeiros administradores e governantes). O sentido "crítico" existe, em historiadores como Henrique Fontes, Lucas Boiteux, Carlos da Costa Pereira, Oswaldo Cabral, Walter Piazza, mas prende-se à crítica das fontes documentais.[10] A valorização da imigração açoriana, a partir de fins da década de 1930, não pode ser meramente assimilada a uma história dos "grandes homens", nem a uma história-batalha (que existe, sim, no Instituto, sobretudo representada por Henrique Boiteux). Também os estudos, na segunda metade do século XX, acerca das manifestações da cultura popular ("folclóricas") não podem ser facilmente englobados na perspectiva de uma história que se volta somente para as elites. Apegados aos documentos de arquivo produzidos pelos governos, os historiadores do Instituto o são igualmente em relação a documentos que a “nova geração” valoriza bastante: os jornais. E não são infensos à utilização de outros materiais, como cartas de cunho íntimo ou depoimentos orais.[11]

Impossível, portanto, não colocar em xeque o tratamento homogeneizador imposto pela etiqueta “tradicional” (não bastasse seu parco poder explicativo). O que não impede, entretanto, de buscar algum nexo comum, algum ponto de convergência nos trabalhos dos vários autores do Instituto. Os textos presentes na revista do IHGSC, são, a este respeito, um bom guia.

A Revista do Instituto, surgida em 1902, teve então sua publicação interrompida até que fosse reiniciada em 1913; novamente interrompida em 1920, ressurgiu na década de 1940 por dois anos (1943-1944), para voltar a ser publicada somente em 1979 (continuando até o momento atual). Na retomada em 1979, um dos sócios, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, assinalava uma mudança, uma inovação decisiva (embora não exatamente uma ruptura brusca): a nova fase da revista expressaria uma história "científica", que passava a substituir a "história romântica" dos momentos anteriores do Instituto[12]; uma história científica atrelada a "metodologias próprias", manipuladas por novos sócios, "quase que todos professores universitários". Leia-se: uma história "profissional" (sob a influência da profissionalização dos estudos históricos, em função da Universidade e, antes dela, da Faculdade de Filosofia), distante dos tempos da história "amadora" que os homens de letras do Instituto buscavam realizar em tempos outros.

Toca-se aí em uma questão importante quanto à caracterização dessa produção histórica feita nos quadros do Instituto: seu caráter predominantemente amador, em mais de um sentido. Foi construída como uma história dos que a escreviam nos intervalos de suas atividades profissionais principais[13], e também como uma história dos que a escreviam porque apreciavam escrevê-la, e que sobretudo a escreviam com o coração. Uma história escrita pelos que amavam Santa Catarina, amavam-na como o local em que nasceram ou viveram, pequena pátria em meio à grande pátria.

Nos diversos números da revista do IHGSC, podemos encontrar diversos exemplos de manifestação do sentimento patriótico em relação a Santa Catarina (o "acendrado amor à terra natal"). Sentimento que ganha expressão no narrar a pátria – o "estremecido torrão", o "céspede querido", enfim, a "terra catarinense" -, traduzida antes de tudo em seu território, sua gente, seus costumes. E narrar a história do torrão natal tem ainda o intuito de disseminar, estimular, o sentimento patriótico. Daí que o escrever tal história transmute-se, para esses homens de letras, de lazer em dever, por ser mecanismo de civismo, instrumento para servir à pátria. Não só narrar, mas defender e engrandecer Santa Catarina.[14]

Na fase da Revista Trimensal do IHGSC (ou seja, entre 1902 e 1920), isso significou, em grande medida, defender os limites territoriais de Santa Catarina contra as pretensões (tidas como indevidas) do Paraná e do Rio Grande do Sul[15], além de destacar as figuras mais diretamente responsáveis por estabelecê-los (os primeiros povoadores, os primeiros administradores da capitania); também significou indicar a importância da "pequena pátria" na defesa da "grande pátria", o que seria visível, por exemplo, na participação catarinense na Guerra contra o Paraguai.[16] Neste período teve destaque a figura de Lucas Alexandre Boiteux, que chegou a presidir o IHGSC (1914-1920) e a dirigir a revista. Tido pelos próprios sócios, naquele momento, como o mais importante historiador de Santa Catarina[17], Lucas Boiteux declarou em textos na revista do IHGSC e em trabalhos publicados em outros periódicos, ou que ganharam forma de livro, o amor pela terra natal.[18]

Nos anos 1943-1944, o contexto do Estado Novo e o da campanha de nacionalização, em Santa Catarina, fizeram com que a "pequena pátria" ficasse subordinada à "grande pátria" – daí a revista do IHGSC tornar-se veículo destacado do comentário acerca de sua gente, apresentada, nas origens e ao longo da trajetória de povoamento, como essencialmente lusitana (sendo a herança lusitana hegemônica frente às demais etnias e culturas). Aparece aí uma preocupação com os costumes (fundamentalmente, os identificados com as tradições lusitanas ou luso-brasileiras), o que mais tarde será traduzido no engajamento dos sócios do Instituto nas questões pertinentes ao folclore, compondo a Comissão Catarinense de Folclore e publicando trabalhos no seu boletim.[19] O engajamento dos sócios do Instituto em funções públicas de destaque - que, existente desde o início da vida da entidade, permanece também nesses anos e nos seguintes -, pode ser compreendido, até certo ponto, como um outro viés do civismo.[20]

Teria esse patriotismo desaparecido da fase mais recente da revista do IHGSC, como poderíamos suspeitar a partir das afirmações anteriormente citadas de Carlos H. P. Corrêa? A última fase, supostamente mais distanciada das anteriores - tendo em vista a nota de apresentação do primeiro número, em 1979 - assinalará, a partir da segunda metade dos anos 1980, e sobretudo nos anos 1990, o fracasso da incorporação da

produção de viés “universitário” à revista.[21] Também "atividades de dinamização dos estudos de História de Santa Catarina", promovidas pelo IHGSC na década de 1990 (como os encontros catarinenses de micro-história), não necessariamente realizaram uma aproximação com as discussões da "nova geração".[22] Já o sentimento patriótico pode de alguma forma ser detectado nas discussões que, no âmbito do IHGSC, problematizaram a diversidade geográfica, étnica e cultural de Santa Catarina (que resultaria de forma preocupante em fragmentação e isolamento), buscando pensar possibilidades de integração; tais reflexões articularam-se então àquilo que alguns denominaram de "catarinensismo".[23] Acrescente-se que o anterior interesse pelo “folclore” ou - mais antigo e fundamental - o interesse pelos documentos para a história de Santa Catarina, aparece na forma de defesa do patrimônio cultural catarinense.[24]

Mesmo considerando as mudanças na percepção e na abordagem da questão, é portanto possível propor que há na historiografia do IHGSC uma convergência quanto a um modelo "patriótico" de história - ou o que poderíamos chamar de uma história cordial. O que representa uma diferença significativa em relação aos estudos da "nova geração".

---

[1] Ver, a respeito: WOLFF, Cristina S. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História,* Florianópolis, n.2, 1994, p.5-15 (a autora levou em conta os trabalhos produzidos a partir da década de 1940); DALLABRIDA, N. A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.4, 1996, p.9-19; BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina:* estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.9; FERREIRA, C., FRÓTSCHER, M.(orgs.). *Visões do Vale:* perspectivas historiográficas recentes. Blumenau (SC): Nova Letra, 2000. p.7; BRANCHER, Ana, AREND, Sílvia M. F.(orgs). *História de Santa Catarina no século XIX***.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p.10; BRANCHER, Ana, AREND, Sílvia M.F. (orgs.). *História de Santa Catarina:* séculos XVI a XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004 (neste último livro, as referências a um velho paradigma são mais indiretas: veja-se o prefácio de Henrique L. Pereira Oliveira e as alusões a uma história "concebida como um conjunto de gavetas que devem ser preenchidas e etiquetadas com datas, nomes e eventos importantes", ou à concepção da realidade como restrita "àquilo que pode ser aferido pela régua e pelo compasso" - p.9 e 11). Sintomaticamente, as três coletâneas organizadas por Ana Brancher (duas delas em conjunto com Sílvia Arend) debruçaram-se primeiramente sobre o período contemporâneo, recuando no tempo a cada volume publicado (o contrário do que seria esperado dos historiadores ditos "tradicionais").

[2] Entre os professores ligados ao IHGSC que atuaram na fase de implantação também como orientadores, estavam, além do próprio Piazza, Marly Ana Fortes Bustamante Mira e Victor Antônio Peluso; Carlos H. P. Corrêa, membro do Instituto e mestre em História pela UFSC em 1977, foi orientador de trabalhos defendidos entre 1983 e 1996.

[3] ARAÚJO, H. R. *A invenção do litoral:* reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. S.Paulo: 1989. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP; OLIVEIRA, H. L. P. *Os filhos da falha:* assistência aos expostos e remodelações das condutas em Desterro (1828-1887). S.Paulo: 1990. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP; FLORES, M. B. Ramos. *Teatros da vida, cenários da história:* a Farra do Boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina - leitura e interpretação. S.Paulo: 1991. Tese (Doutorado em História). PUC-SP; PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas, mulheres faladas:* uma questão de classe. S.Paulo: 1992. Tese (Doutorado em História). USP.

[4] Em levantamento relativo às dissertações e teses em História produzidas sobre Santa Catarina, entre 1977 e 2002, constatou-se que quase 73% delas tinha origem no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Cf.: GONÇALVES, Janice. Arquivos e Historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002), *Anais eletrônicos do XXII*

Simpósio Nacional de História, João Pessoa, PB, 2003. Não é possível, nos limites do presente trabalho, relacionar as publicações identificáveis à "nova geração"; vale informar que elas vêm sendo disseminadas principalmente por editoras universitárias, além de editoras como Letras Contemporâneas e Cidade Futura, e pela revista da ANPUH-SC.

[5] No que tange à pós-graduação e às orientações de Mestrado e Doutorado, Joana Pedro orientou, entre 1994 e 2004, 22 dos trabalhos defendidos (18 dissertações e 4 teses), e Maria Bernardete Ramos, no mesmo período, 30 (24 dissertações e 6 teses). Henrique Pereira Oliveira também é docente do Depto. de História da UFSC

[6] Em setembro de 1985 foi constituída em Santa Catarina uma diretoria provisória da ANPUH, para implantar o Núcleo Regional; Joana Pedro e Maria Bernardete Ramos eram, respectivamente, presidente e vice-presidente. Cf.: *Informativo eletrônico ANPUH-SC News*, ano II, n.3, maio 2005. O primeiro número da revista da ANPUH-SC, publicado em 1990, marcará distância em relação a uma certa forma de fazer história; na apresentação, afirma-se: "Mais do que a tarefa de dizer a verdade, cabe ao historiador o empreendimento de investigar os modos de produção das verdades: muito mais do que esgotar os fatos sobre os grande temas da historiografia, investigar os processos de edificação destes blocos sagrados de eventos. Uma história das coisas que aconteceram, mas também uma história dos modos de construir as coisas que aconteceram." *Revista Catarinense de História*, ano I, n.1, maio 1990, p.5. Do Conselho Editorial da revista participava então Henrique Luiz Pereira Oliveira. Note-se ainda que a revista produz um deslocamento importante, atestado em seu título: trata-se não de uma revista de "história catarinense", mas de uma "revista catarinense" de história. A revista é atualmente denominada "Fronteiras".

[7] Cf.: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CFH. Depto. de História. PPG em História. *Catálogo de dissertações:* área de concentração - História Cultural. Florianópolis: 1998. esp. p.21-27. Pesquisas de história demográfica, presentes desde o início do Programa, geraram dissertações até 1996, orientadas principalmente por Marly A. F. B. Mira.

[8] WOLFF, op.cit. O texto de Peter Burke é o de abertura do livro por ele organizado, *A escrita da História:* novas perspectivas. S.Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p.7-37.

[9] Em *Nossa Senhora do Desterro* (Florianópolis: Lunardelli, 1979), porém, Oswaldo Cabral informa: "procurei dar uma feição inteiramente nova à redação dos fatos históricos e, em vez de cuidar deles cronologicamente, agrupei-os por assunto, considerando-os quase como autônomos (...)" (v.2, p.14; 1ª. edição: 1972).

[10] Significativa, a este respeito, é a polêmica que envolveu Jacinto de Matos, Lucas Boiteux e Henrique Fontes, acerca da data de criação da freguesia de Desterro (números da RTIHGSC de 1918 a 1920).

[11] Cartas foram publicadas em vários números da revista do Instituto; no periódico há ainda exemplos de textos que mencionama consulta de jornais (ex.: *RIHGSC,* Florianópolis, 1º. sem. 1943, p.35) e a realização de entrevistas (*RTIHGSC*, Florianópolis, 1916, V, p.102 - trata-se, entretanto, de texto originalmente publicado em 1885). Cabe salientar que a primeira dissertação de Mestrado do PPG em História da UFSC (defendida em 1977), de autoria de Carlos H. P. Corrêa, e orientada por Walter Piazza (ambos sócios do IHGSC), abordava a história oral. E que historiadores como Cabral e Piazza tinham atuado profissionalmente na valorização da cultura material (como no caso dos vestígios arqueológicos).

[12] "A Geografia e a História romântica estudadas no passado, necessárias e importantes para uma época, dão lugar à História e à Geografia científicas do presente, com o fim de trazer à luz e de estimular novas pesquisas e trabalhos." *RIHGSC*, Florianópolis, 3ª. fase, n.1, 1979, p.3.

[13] Fossem eles advogados, desembargadores, engenheiros, jornalistas, militares, políticos de projeção, burocratas do primeiro ou do segundo escalão da administração federal, estadual ou municipal.

[14] Em Lucas Alexandre Boiteux as alusões ao amor a Santa Catarina são constantes: é dele, inclusive, a citação que dá título à presente comunicação (com suas "Achegas para a bibliografia e cartografia catarinenses", esperava "interessar os curiosos, incitando-os a uma farta colheita, em bem do conhecimento da terra natal", de modo que se pudesse ter, "dentro de breve tempo, assinaladas todas as fontes e mananciais donde dimana, toma vulto e se expande a serena e límpida corrente, que é a singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão." - *RTIHGSC*, Florianópolis, 1º. e 2º. trim. 1913, p.24). Ver também, na revista do Instituto: 1913, p.102, 104 e 105; 1º. sem. 1943, p.79, 175; 2º. sem. 1943, p.176-178. Ao término do livro *Santa Catarina (História-Evolução),* de Oswaldo Cabral (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937), encontra-se: "Povo generoso, bom e trabalhador, pacífico e tímido, o catarinense, que viveu todas estas páginas que integram a História da Pátria, espera confiante a grandeza da sua terra, dentro da comunhão brasileira, com o ânimo feliz dos que trabalham por ela, vivem e sofrem com ela, amando-a, servindo-a, honrando-a." (p.438). O mesmo Cabral, em *História de Santa Catarina* (Florianópolis: Lunardelli, 1994; 1ª. ed.: 1968), menciona a impossibilidade de incluir em suas páginas, dados os limites da publicação, "a constelação de astros de primeira grandeza que na vida nacional projetaram a pequena e querida Santa Catarina." (p.361).

[15] As tensões políticas então vividas em relação aos limites com o Paraná e com o Rio Grande do Sul manifestam-se na publicação de estudos produzidos no século XIX (caso das "Cartas acerca da Província de Santa Catarina", de José Gonçalves dos Santos Silva) e em artigos dos sócios ("Questão de limites", de Vieira da Rosa, *RTIHGSC*, 1916; "Limites com o Rio Grande", de Lucas A. Boiteux, *RIHGSC*, Florianópolis, 1917, 2º-4º trim., 1918, 1º., 2º, 3º e 4º trim., 1919, 1º ao 4º trim.).

[16] Ver o artigo de Laércio Caldeira ("Contribuição para a história dos Voluntários da Pátria de Santa Catarina", 1916 - 1º.-4º. trim.) e as cartas do cel. Fernando Machado de Souza para a esposa, sobre a Guerra do Paraguai (1913, 1º. e 2º. trim., e 1914, 1º. e 2º. trim.). Há também, em 1917, destaque (imagem) para Fernando Machado de Souza e sua estátua, então recentemente inaugurada (1917, 1º. trim.) Nos anos 1943-44, referências à guerra contra o Paraguai aparecem em todos os quatro números.

[17] Henrique Fontes caracterizou-o como “infatigável historiógrafo”, “Ilustrado e infatigável autor das *Notas para a história catarinense*”, “o mestre da nossa história” (respectivamente, *RTIHGSC*, Florianópolis, 1919, v.VIII, p.11; idem, p.12-13; *RTIHGSC*, Florianópolis, 1920, v.IX, p.117). Jacinto de Matos denominou-o “o nosso mais estudioso e competente historiador” (*RTIHGSC*, Florianópolis, 1918, 1º. trim., p.71).

[18] No prefácio às *Notas para a história catarinense* (Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, 1912), intitulado "Duas palavras", o autor declara aos seus "patrícios": "Aqui tendes o resultado de alguns anos de trabalho na reunião de documentos e notícias acerca da história de nosso estremecido torrão natal." (p.V). No caso de Lucas Boiteux, o sentimento patriótico estava também associado à sua vida profissional, pois teve carreira toda construída na Marinha. Entre 1918 e 1922, Lucas Boiteux integrou a Comissão de Demarcação de Limites com o Estado do Paraná, constituída pelo governo estadual catarinense.

[19] O boletim passou a ser publicado em 1949, e nele colaboraram Lucas Alexandre Boiteux, Henrique Fontes, Carlos da Costa Pereira, Oswaldo Cabral, Walter Piazza, Ildefonso Juvenal, Theobaldo Costa Jamundán e Victor Peluso Jr., entre outros. Sobre a Comissão, ver: SAYÃO, Thiago J. *Nas veredas do folclore:* leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975). Florianópolis: 2004. Dissertação (Mestrado em História). UFSC.

[20] Henrique da Silva Fontes, presidente do IHGSC entre os anos da década de 1930 e 1960, foi encarregado do Serviço de Recenseamento Estadual (1918), diretor da Instrução Pública (1919-1926), secretário estadual de Viação e Obras Públicas (1926-1929), juiz federal substituto (1929-1934), juiz e procurador do Tribunal Eleitoral (1932-1934), procurador geral do Estado (1934-1937), desembargador do Tribunal de Justiça (1937-1946). Carlos da Costa Pereira foi diretor da Biblioteca Pública do Estado (1938-1958), presidente da Comissão de Estudos do Serviço Público Estadual (1943-1951), secretário do interventor Udo Deeke (1946-1947). Oswaldo Cabral, médico e professor, foi diretor da Assistência Municipal de Florianópolis (1935-1945), deputado estadual (eleito em 1946), secretário geral da Comissão Catarinense de Folclore e diretor do seu Boletim (1949-1953), além de diretor do Instituto de Antropologia da UFSC (criado em 1968). Walter Piazza foi redator (1949-1953) e diretor (1953-1960) do Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, diretor da Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas (1951-1956), diretor de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (1959). Cf.: ADAMS, B. *Preservação urbana:* gestão e resgate de uma história (patrimônio de Florianópolis). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. esp. p.151-159; JAMUNDÁ, T.C. Catarinenses ilustres. In: *História de Santa Catarina.* Curitiba: Grafipar, 1970. v.2. p.23-24; PEREIRA, C. da C. *Minhas memórias.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. SAYÃO, op.cit., p.59-61; SILVA, Z. P. *Perfis de alguns catarinenses ilustres.* Rio de Janeiro: S.c.p., 1948. v. 1, p.175-177.

[21] Entre 1979 e 1982-1983, a revista publica principalmente pesquisas na área de história demográfica, de história econômica e de história política (áreas de concentração do então Mestrado em História da UFSC). Em meados da década de 1980, já há um número maior de informes sobre a entidade e, com isso, uma presença mais significativa dos pesquisadores "amadores". Entre 1992 e 1995, toda a parte inicial da *Revista do IHGSC* passa a ser dedicada ao "ano acadêmico" da entidade, em cujas atividades, em geral, os jovens pesquisadores universitários não têm destaque; sintomaticamente, os artigos originados de pesquisas são englobados na seção "Colaborações especiais".

[22] A palestra inaugural do primeiro encontro, realizado em 1992 na sede do Instituto, foi proferida por Marcos V. de Almeida Saul (aliás, também professor do Departamento de História da UFSC), e identificava micro-história com história regional ou local (*RIHGSC*, Florianópolis, 3ª. fase, n.11, 1992, esp. p.94).

[23] Há indícios de que os vários autores nem sempre utilizaram o termo "catarinensismo" na mesma acepção. A expressão, segundo Walter Piazza, foi divulgada primeiramente por Lucas A. Boiteux em 1920, ao elaborar um "Léxico de catarinensismo" (PIAZZA, W.F. Catarinensismo. In: *Aspectos da vida e da obra de Lucas Alexandre Boiteux.* Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1981. p.33). Piazza inicia o mesmo texto afirmando que "ser catarinense não é, somente, nascer em Santa Catarina, é entregar-se totalmente, é enaltecer, pelo trabalho, pela inteligência, a Terra Catarinense" (p.31). Na década de 1940, nas páginas da RIHGSC, Ildefonso Juvenal referiu-se ao "sentimento de catarinensismo" como sentimento cívico e patriótico em prol de Santa Catarina (*RIHGSC*, Florianópolis, 2º. sem. 1943, p.177). Nos anos 1970 e 1980, vale destacar, a respeito do mosaico cultural e do "catarinensismo", autores como Celestino Sachet (Fundamentos da literatura catarinense. In: SILVA, Jaldyr et al. *Fundamentos da cultura catarinense.* Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p.79-111), Theobaldo Costa Jamundá (*Catarinensismos.* Florianópolis: UDESC, Edeme, 1974) e Victor A. Peluso Jr. (A identidade catarinense. *RIHGSC*, Florianópolis, 3a. fase, n.5, 1984, p.259-280). Sobre a questão, ver: SERPA, Élio C. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.14, n.20, 1996, p.63-79.

[24] Particularmente significativa, a este respeito, é a manifestação do IHGSC no debate acerca da devolução, ao Governo de Minas Gerais, de livro do século XVIII que então integrava o acervo da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina (a constituição dos EUA, em francês, que supostamente pertencera a Tiradentes): *RIHGSC,* Florianópolis, 3ª. fase, 1984, p.15.

"OS INIMIGOS DA PAZ" - A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DOS PARTIDÁRIOS DA PAZ NO BRASIL (1950-1956).

Jayme Fernandes Ribeiro.*

A imprensa não comunista retratava as campanhas pela paz da União Soviética como uma enorme falsidade. Segundo relatos da imprensa, a URSS era a verdadeira responsável pelas diversas tentativas infrutíferas de acordos internacionais de redução de armamentos, de controle da energia atômica e propostas de paz. De acordo com a manchete publicada em *O Jornal*, a União Soviética era contrária à redução de armamentos. O periódico afirmava que a URSS havia indicado perante a comissão de armamentos convencionais das Nações Unidas que não tomaria parte em nenhum programa de redução de armamentos, a menos que a decisão final, relativamente a tais disposições, dependesse do Conselho de Segurança da ONU, onde as grandes potências poderiam exercer o direito de veto.

Bastante interessante é um artigo de *O Jornal*, publicado em 4 de março de 1948. O artigo intitulado "A diplomacia soviética" encontrava-se assim assinado: "*De um observador social*". Nele, o autor procurava desmascarar o pacifismo soviético, apresentando a política externa da URSS como uma verdadeira política de guerra. Para o autor do artigo, os "vermelhos" gabavam-se por possuir uma nova diplomacia, que buscava a conciliação dos povos em prol da paz mundial. Todavia, expressava ainda que a nova diplomacia, que eles diziam eficaz e direta, sem a hipocrisia da velha escola inglesa da era vitoriana,

> "não foi entretanto fundada por eles, porque Hitler dela se utilizava para preparar a guerra mundial. Foi com essa diplomacia, fomentadora da quinta coluna, incentivadora nos países onde ela se instala, de revoluções e crises internas, que preparou a ocupação da Áustria com o assassinato do Doufuss, depois a ocupação da Polônia, enfim todas as investidas de guerra relâmpago."[1]

Procurando comparar as atitudes do Estado soviético com as da Alemanha nazista de Hitler, o artigo, assim como, de uma maneira geral, os jornais da grande imprensa, tentavam comprometer, negativamente, a imagem da nova linha política da União Soviética – a linha de luta pela paz. Insistiam em mostrar que – assim como Hitler, com seus pactos e acordos de não intervenção elaborados com alguns países antes da Segunda Grande Guerra foi apenas um fôlego para a posterior investida – a

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

URSS utilizava-se de sua nova política e diplomacia ao mesmo tempo em que se preparava para tomar semelhante atitude.

O governo brasileiro, inserido na política da Guerra Fria e apoiando as decisões da diplomacia norte-americana, põe-se a condenar as campanhas organizadas pelo PCB e a persegui-las. O combate ao comunismo, após a ilegalidade do Partido, em 1947, estava na ordem do dia. O "Movimento pela Paz" e as "Campanhas de Luta Pela Paz", dirigidos, veiculados e propagandeados pelo PCB foram duramente perseguidos e reprimidos. Importa ressaltar que o "Movimento pela Paz" e as campanhas que veiculavam, como a "Campanha Pela Proibição das Armas atômicas" não foram postos na ilegalidade. Como os comunistas eram os responsáveis pela sua divulgação e propaganda, assim como pela coleta de assinaturas, foram considerados, desse modo, "subversivos" e "perturbadores da ordem", pelos dirigentes do governo brasileiro. Nesse caso, fazia-se necessário combatê-los. O jornal *A Hora*, num artigo publicado pelo próprio Departamento de Ordem Política e Social, revelava:

> "O Departamento de Ordem Política e Social expediu o seguinte comunicado: 'A lei n.o 1.207, de 25 de outubro de 1950, em seu artigo 1.o, exclui o direito de reunião, quando esta vise a prática de ato proibido. [...] Ora, a Constituição e seu autorizado intérprete, como é o Superior Tribunal Eleitoral, declara ilegal, inconstitucional, o funcionamento do Partido Comunista e, implicitamente, o de todas as organizações que lhe são filiadas'." [2]

Assim, de acordo com a interpretação que faziam da lei, os órgãos de repressão passaram a combater os comunistas e suas campanhas em favor da paz – aqui, nomeadamente, a "Campanha Pela Interdição das Armas Atômicas". Já que o PCB era um partido ilegal, quando fosse comprovada a participação de seus membros em qualquer atividade política e social, lá estaria a lei, através de seus órgãos policiais, para fazer valer a Constituição e punir seus perturbadores.

Os órgãos encarregados do policiamento e da repressão às atividades dos militantes comunistas brasileiros conheciam bem os assuntos relativos ao "Movimento pela Paz" e à "Campanha pela Proibição das Armas Atômicas". O PCB, já em estado de ilegalidade, continuava a ser perseguido também nas campanhas que articulava e propagandeava. Segundo os departamentos de repressão do governo brasileiro, os comunistas apresentavam uma extrema "maleabilidade tática", e a política externa

soviética não se cansava em mostrar, mais uma vez, "ao mundo democrático" os "malabarismos do Kominform".[3]

De acordo com o documento *Radiopress*, de divulgação interna, datado de 20 de abril de 1949, o Kominform havia planejado e lançado, no momento posterior ao fim da Segunda Grande Guerra e o início da Guerra Fria, duas campanhas, que deveriam ser executadas pelos partidos comunistas do mundo inteiro. Segundo o documento, a primeira campanha baseava-se no seguinte ponto:

> "1) As declarações dos chefes comunistas do mundo inteiro, no sentido de estarem dispostos a apoiar militarmente a União Soviética, mesmo numa guerra contra seu próprio país."[4]

O objetivo da primeira campanha, então, seria a de – se fosse realmente necessário – total apoio às decisões soviéticas e a de mobilizar os comunistas de determinadas nações a lutarem a favor da URSS contra seus próprios países.

Os organismos destinados à perseguição aos comunistas e suas atividades realizaram uma intensa pesquisa, onde demonstravam que o objetivo da referida campanha não era, de fato, irrealizável. No que revela o documento, a primeira declaração de fidelidade à União Soviética foi feita no Brasil, pelo então senador República, Luiz Carlos Prestes, em março de 1946, o qual havia relatado que, em caso de uma deflagração de guerra entre o Brasil e a União Soviética, os comunistas brasileiros apoiariam a URSS.

Isso, é claro, foi divulgado por toda a grande imprensa, contribuindo, em larga medida, para a intensificação da perseguição aos comunistas no Brasil.

O jornal soviético *Pravda*, em março de 1949, lançava uma série de artigos apresentando a América Latina como um forte ponto de apoio aos interesses soviéticos. No dia 10 daquele mês, publicou que o comitê central do Partido Comunista da Argentina havia revelado: "se for declarada a guerra contra a União Soviética, nós, a fim de defender a soberania nacional, agiremos com a máxima energia contra os agressores anglo-norte americanos e satélites".[5] No dia 13, o Partido Comunista do Uruguai declarou: "nós comunistas, sempre e em todas as ocasiões ficaremos do lado da União Soviética, contra os imperialistas".[6] Por fim, entre outros países latino-americanos, o documento retratava e enfatizava as revelações destinadas ao Brasil. Segundo o *Pravda*, em 17 de março de 1949, o PCB declarou que apoiaria "a atitude dos líderes comunistas, franceses e italianos, em caso de guerra contra a União Soviética e

convida[ria] o povo e os trabalhadores brasileiros a lutarem contra todas as tentativas imperialistas de envolver o país, na guerra imperialista".[7] Dessa forma, o governo brasileiro procurava mostrar os reais interesses dos países comunistas e, principalmente, da União Soviética. Para o governo brasileiro, o que estava em jogo não era a defesa da paz, mas, pelo contrário, a defesa dos interesses da URSS e uma verdadeira "guerra de nervos" que se impunha pelo "país dos sovietes".

A outra campanha, a cujo *Pravda* se referia dizia respeito à "Campanha da Paz" ou, como era também chamado, "Movimento pela Paz". De acordo com os organismos repressores, "uma campanha de paz, realiza-se em todos os países democráticos, fazendo apelo aos nobres ideais de paz, aos mais legítimos sentimentos femininos e acusando-os como fautores da guerra".[8] Para o autor do documento, que assina A. D. C., a concomitância, em todo o mundo, "destes pseudo-movimentos pacifistas" era suficiente para demonstrar sua origem comum. É claro, organizada pela União Soviética. Segundo o documento, quem lesse as notícias dos soviéticos e de seus satélites poderia constatar as palavras de ordem emanadas de Moscou. O *Pravda* comunicava, em 5 de fevereiro de 1949, que já havia sido criado um comitê de iniciativa para a convocação, em Bucareste, de um "congresso para a defesa da paz e da cultura". O documento mostrava, detalhadamente, como haviam sido organizadas as manifestações pela paz em diversos países do mundo e a participação comunista durante todo o seu processo. Isso demonstra que a perseguição aos comunistas brasileiros era extremamente importante e convertia-se em resultados satisfatórios para o governo brasileiro. Depois de um trabalho minucioso, verificando os jornais e panfletos comunistas apreendidos e analisando os periódicos soviéticos, o autor do documento encaminha seu relatório à Seção de Segurança Nacional, expondo um breve resumo da criação do "Movimento pela Paz". De acordo com o seu relato:

> "Em 1948 foram na Polônia lançadas as bases deste movimento/com o 'congresso internacional dos intelectuais', em Wroclaw depois realizou-se em Budapeste um 'congresso da Federação Internacional das Mulheres',. Seguiu-se um 'congresso Internacional Cultural e Científico para a Paz Mundial' em Nova York e finalmente, em Paris, abre-se o atual 'Congresso Mundial dos Partidários da Paz'. Estes movimentos de caráter internacional foram acompanhados por congressos regionais em todos os países do mundo e contaram com o máximo apoio da imprensa comunista e comunizante."[9]

Pode-se perceber que o governo brasileiro, através dos seus órgãos de repressão política, estava informado sobre as campanhas pacifistas da União Soviética.

Os movimentos e campanhas que os comunistas envolviam-se e participavam no Brasil eram grandemente vigiados, perseguidos e reprimidos. Aqui, nomeadamente a "Campanha pela Proibição das Armas Atômicas", inserida no amplo "Movimento pela Paz", foi, de igual forma, duramente reprimida. As iniciativas da diplomacia soviética, em solo brasileiro, eram sempre vistas com olhares desconfiados e, para os representantes do Estado brasileiro, apresentavam-se como "uma verdadeira guerra de nervos às democracias ocidentais". Assim, por intermédio das declarações dos líderes comunistas de todo o mundo, a URSS procurava mostrar, nada menos, que o poderio de sua "quinta coluna", tentando, ao mesmo tempo, acalentar a consciência democrática, mostrando que não havia perigo, "devido às suas intenções pacíficas". Em conclusão de sua exposição sobre as atividades "pacíficas" da União Soviética no mundo, o autor do documento enfatizou ainda que

> "o movimento 'pró-paz', visa na verdade, o desarmamento das consciências livres e a criação de um ambiente de confusão interna nos países democráticos. [...]
> É claro que o movimento 'pró-paz', é no fundo uma posição de guerra tão agressiva como o movimento 'pró-soviético' dos chefes comunistas. Os que aderiram a este movimento ou são tolos e irresponsáveis, ou, como os líderes comunistas, estão dispostos a trair conscientemente suas pátrias.
> O movimento 'pró-paz' é um novo aspecto, mais subtil e por isto mais perigoso, da Quinta coluna bolchevista."[10]

Dessa maneira, é possível notar que, para os dirigentes do governo brasileiro, a União Soviética lutava, sobretudo, para amortecer a consciência mundial em relação ao perigo do desenvolvimento do comunismo nos países capitalistas ocidentais, impedindo, assim, a união "defensiva dos povos livres". Visava também a impedir a consolidação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para os representantes do governo brasileiro, as campanhas pacifistas da URSS não passavam de "parte da propaganda comunista". Amplamente divulgadas pelos jornais da grande imprensa, as campanhas "pró-paz" eram apenas meios mais sutis de mascarar os verdadeiros interesses da URSS, que eram, exatamente, estabelecer um novo conflito mundial, levar o caos aos "países livres e democráticos", impedir a reconstrução da Europa e implantar, através da revolução, sua ditadura comunista no maior número possível de países em todo o mundo.

De acordo com Mariani, durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos

valores estabelecidos – a saber, valores baseados na ética dos direitos humanos. "No cinema, TV, imprensa, obras ficcionais e tratados sociológicos, a propaganda anticomunista, ou melhor, anti-soviética, nunca deixou de se fazer ver e ouvir, veiculando
um imaginário imposto pelo modelo político e econômico capitalista".[11] Importa ressaltar que proibições e censuras dos inúmeros quadros de poder legalmente constituídos sempre impuseram o silenciamento ao PCB, procurando manter predominantes os fios discursivos que trançavam o predomínio de um certo sentido para os comunistas brasileiros: "o comunista é um inimigo".

Ao longo de dezenas de anos, os comunistas foram vistos como inimigos. Verdadeiros "inimigos da Pátria", "inimigos do Brasil". Entretanto, tratava-se de um tipo de inimigo muito específico e especial, pois o tipo de negatividade mobilizada aponta para uma questão de crueldade, misturada com ateísmo e amoralismo. Segundo Mariani,

> "eles são *assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários*. Em suma, são *bárbaros*. Como conseqüência, são *inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira*. Por sua vez, o comunismo, *um abismo de escravização, uma barbárie,* é apresentado como *crime, praga sinistra, atitude de permanente*
> *violência, processo violento e subversivo da ordem social,* mas também como *ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina."*[12]

Em resumo, as campanhas em favor da paz mundial, segundo o governo brasileiro, não passavam de uma "farsa pacifista". Constantemente, os responsáveis pela vigilância e repressão aos militantes do PCB faziam questão de lembrar a atuação do partido em diversas outras campanhas. "Se alguém precisa ter ante os olhos um modelo de atuação do Partido Comunista, basta lembrar-se do movimento do 'Petróleo é nosso'",[13] relatava o agente repressor. Comparando a campanha do "Petróleo é nosso" com as campanhas em favor da paz, o autor do documento – A. D. C. – destacava que o modelo de atuação e os objetivos eram sempre os mesmos: atacar a política externa norte-americana e perturbar a ordem nacional vigente, atrasando, com isso, o desenvolvimento da "liberdade" e da "democracia" em nosso país.

Notas

[1] *O Jornal*. Rio de Janeiro, 03 de março de 1948, p. 04.

[2] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Dossiê – DPS – Polícia Política, Dossiê nº 30060.

[3] Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional – Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij[1] 1367, nº 45, ano de 1949.

[4] Idem.

[5] Idem.

[6] Idem.

[7] Idem.

[8] Idem.

[9] Idem.

[10] Idem.

[11] MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).* Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo. UNICAMP, 1998, p. 18.

[12] Idem. Grifo da autora.

[13] Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional – Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij[1] 1367, nº 02, ano de 1949.

O PCB PELA PAZ – a participação dos comunistas brasileiros nas campanhas pacifistas do "Movimento pala Paz" (1948-1956)

Jayme Fernandes Ribeiro*

Na segunda semana do mês de setembro, do ano de 2001, circulou pela internet uma petição em favor da paz mundial. O apelo era encaminhado às pessoas do mundo inteiro, conclamando, cada uma, a conseguir quinhentas assinaturas. Quando as tivessem, deveriam enviar para o endereço eletrônico *unicwash@unicwash.org*. O texto encontrava-se em inglês e fazia o seguinte apelo,

> "PETIÇÃO PELA PAZ
> O texto a seguir é pedido pela paz. Por favor, copie e cole enviando para todas as pessoas que você conheça e quando tiver com 500 assinaturas envie para UN (*unicwash@unicwash.org*.). Se você não quiser assinar, por favor, tenha consideração pelas outras pessoas e passe adiante."[1]

Abaixo vinham 289 assinaturas, sobretudo da França, Espanha, Suíça, Suécia, Estados Unidos, Escócia, Nova Zelândia, Dinamarca, Equador, China, Líbano, África do Sul, Argentina, Alemanha, Inglaterra, Chile, México, Venezuela e Brasil. O objetivo era coletar o maior número de assinaturas possível para serem encaminhadas à Organização das Nações Unidas (ONU), acreditando contribuir, dessa maneira, para estabelecer a paz no mundo. É importante destacar que a campanha foi articulada devido ao fato ocorrido na data de 11 de setembro de 2001, onde um atentado terrorista destruiu as "Torres Gêmeas" do World Trade Center nos Estados Unidos, acarretando milhares de mortos e feridos e uma resposta militar ao grupo terrorista.

Mas será que o fato constitui uma novidade? Será que um apelo em forma de abaixo-assinado em favor da paz apresenta algo de novo no mundo contemporâneo? A resposta para a pergunta é, com absoluta certeza, não.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

A Guerra Fria, surgida, em fins da década de 1940 com o lançamento da doutrina Truman, abriu uma nova página na história. A disputa político-ideológica e militar entre as duas grandes potências daquele período (Estados Unidos e União Soviética) alterou, de maneira significativa, as bases das relações internacionais. O mundo inteiro foi marcado pela sombra de uma nova guerra mundial, que, em determinados momentos, pareceu realmente poder acontecer. As armas nucleares intensificariam ainda mais o temor de um conflito internacional, principalmente, por não ser possível calcular suas proporções.

No início da década de 1950, militantes comunistas, de várias partes do mundo, lançaram-se numa campanha com o mesmo objetivo: salvaguardar a paz mundial. Uma tarefa extremamente difícil, porém de grande valor humanitário. O "Apelo de Estocolmo", como ficou conhecido, era o nome dado à "Campanha pela Proibição da Armas Atômicas"[2], que, por sua vez, fazia parte do chamado "Movimento pela Paz".

A partir de 1947, a União Soviética, sob a liderança de Stálin, lançava para os partidos comunistas uma nova "linha geral"[3]. A nova perspectiva consistia em formar uma ampla frente antiamericana, visando impor aos Estados Unidos um arranjo mundial que fosse satisfatório aos interesses soviéticos e que permitisse, em maior amplitude, obter o controle da corrida armamentista, assim como barrar o desenvolvimento armamentístico norte-americano, proporcionando, ao mesmo tempo, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas. Assim, o movimento organizado que obteve maior destaque dentro da nova "linha geral" foi o chamado "Movimento pela Paz". O movimento começou em agosto de 1948, quando celebrou-se, na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos "Combatentes da Paz". Somente a partir de março de 1950, a "Campanha pela Proibição das Armas Atômicas" foi incorporada ao "Movimento pela Paz". O objetivo do "Apelo de Estocolmo", assim como das outras campanhas, era coletar milhões de assinaturas, em diversos países, para serem enviadas à

ONU, manifestando, dessa forma, a vontade de milhões de pessoas em favor da paz mundial.

O “Movimento pela Paz” incluía outras campanhas, não apenas se restringindo à “Campanha pela Interdição das Armas Atômicas”. Apelos e protestos contra a OTAN, contra a Guerra da Coréia, pelo desarmamento geral, contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, contra a guerra atômica, por um pacto de paz entre as cinco grandes potências – a saber: Estados Unidos, União Soviética, China, Inglaterra e França – estavam vinculados ao movimento maior da “Luta pela Paz”.[4] A “Campanha pela Interdição das Armas Atômicas”, em menor amplitude, limitava-se a dirigir seus esforços para a proibição da utilização das armas atômicas por qualquer país e a eliminação dos arsenais atômicos existentes até aquele momento. Vale a pena lembrar que uma campanha não anulava a outra, pois, para garantir uma paz sólida e duradoura, o primeiro passo era proibir a utilização das armas atômicas em quaisquer guerras.

No Brasil, os militantes comunistas, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), deveriam colher quatro milhões de assinaturas em favor do “Apelo de Estocolmo”. A “Campanha” começou em março de 1950, quando foi lançado o “Apelo” e terminou em 30 de setembro do mesmo ano – data de entrega das cotas de todos os países participantes. Cada país tinha uma cota de assinaturas que deveria coletar e, posteriormente, enviar ao II Congresso Mundial da Paz, que seria realizado na cidade de Shefield, na Inglaterra. Entretanto, o governo inglês não autorizou a realização do congresso em seu país. Os responsáveis pela campanha rapidamente transferiram o encontro para Varsóvia, na Polônia, realizando-se no período de 16 a 23 de novembro. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias, como comícios, palestras, enterros simbólicos concernentes à uma possível catástrofe nuclear, jornal-mural, distribuição de panfletos redigidos de maneira didática, utilização de sua imprensa etc.

Uma das formas utilizadas pelos comunistas para angariar um maior número de assinaturas era a produção de panfletos que revelavam os efeitos destruidores das bombas atômicas jogadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (muitos deles também reproduzidos na imprensa). Em sua maioria, comparavam seus terríveis efeitos sobre cidades brasileiras, fábricas, praças etc., caso houvesse uma guerra atômica e fossem lançadas bombas sobre esses lugares. Em um dos panfletos, podia ser lido uma suposição do que aconteceria se uma bomba atômica, similar a de Hiroshima, explodisse na praça Barão de Drumond, no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Imediatamente, 8.000 trabalhadores têxteis teriam sido derretidos, devido à elevada temperatura. Isso ocorreria, ao mesmo tempo em que fábricas, bondes, hospitais, laboratórios, e instalações elétricas se transformavam "num inferno de estrondos e de morte, misturados aos gritos dos moradores, das ruas e dos morros, a correr e a caírem fulminados e carbonizados." [5] Finalizava expondo que todos os moradores da região compreendida entre o Maracanã, a Praça Saens Peña e o antigo Jardim Zoológico teriam sido mortos. A população dos bairros do Engenho Novo, Mangueira, São Cristóvão, Tijuca e Grajaú, um pouco mais afastada, morreria mais tarde graças aos efeitos da radiação.

Na verdade, o que faziam os comunistas, em suas comparações com cidades brasileiras, era mostrar o que havia acontecido nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Com isso, eles chegavam à conclusão de que, numa nova guerra mundial, as principais vítimas seriam as "populações pacíficas" das grandes cidades.

Assim, no decorrer da campanha, os jornais comunistas relatavam o crescente apoio de diversos estados brasileiros, destacando São Paulo como "vanguarda" da campanha, pois era o estado que mais arrecadava assinaturas para o "Apelo de Estoclomo". Trabalhadores de diversos setores da economia brasileira davam sua colaboração ao movimento. Em sua jornada, os comunistas conseguiram a adesão de brasileiros destacados na sociedade. O "Apelo de Estocolmo" já havia sido assinado pelo Ministro do

Supremo Tribunal Federal, Dr. Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, pelo general Leitão de Carvalho, pelo representante da UNE, Roberto Gusmão e pelo presidente da Associação Brasileira de Escritores, Camargo Guarnieri; parlamentares de vários partidos políticos, incluindo a UDN, professores universitários, padres, e personalidades importantes no cenário político-cultural brasileiro, como Evandro Lins e Silva, Oscar Niemeyer, Aníbal Machado, Aparício Torelly, Adalgisa Nery,Jorge Amado, Caio Prado Júnior, Édison Carneiro, Edmar Morel, Pedro Mota Lima, Arnaldo Estrela, Di Cavalcante, José Pancetti, Candido Portinari e Clovis Graciano, Cesar Lattes, Mara Rúbia, Gregório Barrios, Mário Lago entre diversos outros nomes.

No entanto, para a população, de uma maneira geral, não houve maior repercussão que as assinaturas dos integrantes da seleção brasileira de futebol de 1950. Os comunistas conseguiram uma entrevista com os "craques" e divulgaram-na em página inteira. O técnico da equipe brasileira, Flávio Costa, ao ser abordado pela reportagem do jornal comunista *Imprensa Popular*, justificou a posição dos esportistas relatando: "Assinarei o APÊLO DE ESTOCOLMO com muito prazer. (...) Acho que a guerra e o esporte são duas coisas antagônicas. A guerra só serve para dividir os povos. O esporte, ao contrário, serve para uni-los."[6] Continuando a reportagem, o jornal dizia: "seguindo o exemplo de Flávio, todos os titulares da Equipe Nacional, e mais o pessoal técnico que a acompanhava, assinaram entusiasticamente o Apelo de Estocolmo. Nenhum só deles se recusou ou sequer vacilou em dar sua assinatura em favor da Paz."[7] O jornal garantia que os membros da seleção de futebol italiana também tinham feito o mesmo. Danilo, dizia o repórter, resumia numa frase o sentimento de todos: "sob o signo da Paz marchamos para a vitória". No centro da página, o periódico mostrava uma reprodução do original, com o nome dos jogadores e membros da comissão técnica que assinaram o Apelo.

O que importa ressaltar, aqui, é que desde o início da campanha os comunistas procuravam engrossar suas fileiras com personalidades de destaque na sociedade

brasileira. A intenção era atrair um número maior de “partidários da paz” que colaborassem com o movimento, não apenas da campanha do Apelo de Estocolmo, mas, também, posteriormente, com as campanhas do Apelo de Berlim e do Apelo de Viena. Acreditavam que, com figuras proeminentes na literatura, na religião, nas artes, nos esportes, na política etc., conseguiriam cobrir a quota nacional (4 milhões de assinaturas) e até mesmo ultrapassá-la. Os comunistas, por outro lado, aproveitavam as declarações de algumas personalidades brasileiras, não filiadas ao PCB, para se defenderem das acusações de que suas campanhas eram uma “manobra” dos comunistas e da União Soviética.

A maior parte dos jornais da grande imprensa (não comunista) denunciava as campanhas e todo o “Movimento pela Paz” como sendo parte integrante dos planos soviéticos para aumentar suas áreas de influência e espalhar o comunismo por todo o mundo. Vale lembrar que a imagem do comunismo em países ocidentais, e no caso específico do Brasil, era muito negativa.

Os comunistas brasileiros, principalmente a partir da Guerra da Coréia, manifestavam seus temores e crenças a respeito do que acreditavam representar, verdadeiramente, um iminente perigo nuclear. No imaginário comunista, o conflito na Coréia era o primeiro passo para um confronto direto entre os Estados Unidos e a União Soviética, acarretando, por conseqüência, um desastre mundial. Para evitar tal catástrofe, restava uma única alternativa: colher assinaturas para salvaguardar a paz mundial.

Assim, os comunistas continuaram em seu enorme esforço de coletar assinaturas, criando diversos mecanismos que possibilitassem o rápido cumprimento da quota destinada ao Brasil (emulações entre os estados, entre os periódicos, repartições etc., concursos para premiar os partidários da paz, palestras, shows e festas para angariar assinaturas e muitas outras atividades), e embora a campanha do Apelo de Estocolmo não tenha sido o verdadeiro sucesso como era apresentado na imprensa comunista – e os dirigentes sabiam disso – não se pode esquecer, por outro lado, que independente das

cifras obtidas pela campanha (conquistaram cerca de dois milhões e quinhentas mil assinaturas ao invés de quatro milhões), os comunistas, na clandestinidade e sob forte repressão política e policial, conseguiram mobilizar diversos setores da sociedade na luta pela paz. Políticos, religiosos, esportistas, intelectuais, trabalhadores de diferentes áreas da economia brasileira, entre diversos outros, foram abordados em seu quotidiano e convencidos a cederem suas assinaturas em prol da campanha. Além disso, realizaram um importante trabalho de divulgação sobre a bomba atômica e seus efeitos. A opinião pública, em sua maior parte, não tinha conhecimentos dos assuntos relativos às armas nucleares, não sabia, exatamente, o que era uma bomba atômica. Foi sobretudo através da imprensa comunista, dos "comícios-relampago", dos congressos, dos panfletos distribuídos de casa em casa, entre outros meios de divulgação que a população, de uma maneira geral, ficou conhecendo a ação de uma bomba atômica e suas conseqüências.

Notas

1 Extraído de: unicwash@unicwash.org.

2 Havia outras campanhas de luta pela paz desenvolvidas pelo PCB com o mesmo objetivo de coletar assinaturas para serem enviadas aos diversos organismos públicos, nacionais e internacionais. Após a "Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas", os comunistas engajaram-se nas campanhas do "Apelo de Berlim", também chamado de "Apelo Por um Pacto de Paz" – a saber: entre as cinco grandes potências da época: Estados Unidos, União Soviética, China, França e Inglaterra – e do "Apelo de Viena", comumente chamado de "Apelo Contra a Guerra Atômica".

3 CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform.* Paris, Ruedo Ibérico, 1970.

4 Assim também era chamado o "Movimento pela Paz".

5 *O Sol*. São Paulo, 22 de agosto de 1950, p. 02.

6 *Voz Operária*, 24 de junho de 1950, p. 12 (2º Caderno).

7 Idem.

"Longe demais das capitais": lutas de representação em Florianópolis, SC (1970-1980)

Jefferson Rafael da Fonseca
Mestrando - UFRGS

"Falar mal da vida alheia é o único patrimônio público
florianopolitano que realmente já está tombado"
Beto Stodiecke[1]

Pelo menos desde meados do século XIX, Florianópolis, antiga Desterro, é alvo de ímpetos de modernização. Datam desta época alguns dos primeiros registros na imprensa catarinense que nos dão conta da difusão de valores da "civilização moderna", que implicam também na fixação de novas regras de comportamento em sociedade. A partir de então, começa a ser formado um imaginário que irá perpassar todo o processo de urbanização de Florianópolis: o *atraso* e do *provincianismo* da capital catarinense.

A implantação de uma "racionalidade segregatória" onde higiene, circulação e rapidez foram justificativas para uma nova configuração da cidade, que deveria extirpar da sua vida os resquícios da velha Desterro. A elite comercial, que desde o final do século XIX amplia seu espaço nas áreas de poder político da capital, relaciona então todos os elementos que pretende eliminar às características atribuídas ao *homem do litoral*: o descendente dos açorianos que colonizaram o litoral catarinense. [2] Após o fim da II Guerra Mundial a elite florianopolitana continua mantendo seus sonhos de progresso, foram direcionados para projetos urbanísticos que arrancassem a cidade do atraso econômico. Pretendia-se industrializar a capital! Instaurou-se então uma disputa política, refletida no planejamento urbano encaminhado pelo poder governamental, pela imposição do futuro idealizado para Florianópolis. Desde então a cidade passou por intensas transformações, que se avolumaram e ficaram mais rápidas nas décadas seguintes. [3]

O ideal de uma cidade economicamente mais ativa e industrializada não foi concretizado. Com o golpe militar de 1964, o mote para o desenvolvimento da cidade passa a ser a

[1] *O Estado*, Florianópolis, 12 de agosto de 1976. p. 12.
[2] ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral:* Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1986. Dissertação (Mestrado em História) PUCSP, São Paulo.
[3] LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro:* relações de poder e cultura urbana. Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. Tese (Doutorado em História) UFRGS, Porto Alegre.

metropolização. A idéia é criar uma região metropolitana, tendo Florianópolis como centro, que diminuisse a influência que as regiões de Porto Alegre e Curitiba exerciam sobre outras cidades-pólo catarinenses. Ao mesmo tempo, buscava-se legitimar a condição de capital do Estado. Este apelo novamente promoveu e justificou a remodelação do espaço urbano. Contribuindo para isso, diversos órgãos públicos foram instalados na capital. Na zona central boa parte do antigo casario é derrubada para dar espaço à cidade moderna. [4]

A inauguração da segunda ponte e a construção do aterro da Baía Sul, justificados pela necessidade de uma melhor ligação com o continente e a melhora da circulação na região central, acabou com a característica de cidade portuária, afastando o centro da cidade do mar. Isto provocou uma intensa ruptura na "sociabilidade marítima" [5] que ainda existia em Florianópolis, onde muitas comunidades mantinham sua relação com a região central, prioritariamente, através do mar.

Importante destacar que até a década de 1960, apenas o miolo urbano de Florianópolis era chamado de *cidade* pelos moradores da Ilha. [6] As comunidades mais afastadas, as antigas freguesias, mantinham contatos esporádicos com o centro, o que reforçava a situação de diferenciação entre os moradores das duas áreas, urbana e rural. [7]

Com a instalação de empresas e repartições estaduais e federais – destaque para a Eletrosul e a UFSC – a partir de 1960, os moradores de comunidades mais afastadas passaram a conviver com o movimento crescente da "cidade moderna". Muitos acabam abandonando suas atividades econômicas, ligadas principalmente à pesca artesanal, à agropecuária e às pequenas propriedades rurais, para suprirem a mão-de-obra em serviços de base demandada por esses empreendimentos. Assim, dois processos de migração para a cidade iniciam. Um formado por trabalhadores menos qualificados, originários em sua maioria do interior do estado, que se instalam na cidade, formando alguns dos atuais bairros populares. Outro, de camadas media, em grande parte, vindos de outros estados – Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. Esses preenchem nas repartições recém chegadas, os cargos de maior escalão. A convivência dos forasteiros desse segundo grupo com os habitantes das zonas rurais de Florianópolis, exige da população local – que antes vivia em sítios ou

[4] FACCIO, Maria da Graça Agostinho. *O Estado e a transformação do espaço público*. Dissertação/Mestrado. UFSC

[5] SANTOS, Paulo César dos. *Espaço e Memória:* o Aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis ; UFSC, 1997.

[6] Ainda hoje ouvimos moradores das regiões mais afastadas, como Ingleses ou o Ribeirão da Ilha, falarem que vão "para a cidade" quando se deslocam dos seus bairros para o centro.

[7] MOREIRA, Renata. *A Franja Urbana no enredo da modernidade*: o Saco dos Limões e o Armazém Vieira de 1930 a 1960. Monografia de Conclusão de Curso (História). Florianópolis : UDESC, 2000.

freguesias e que agora vai ao seu encontro diariamente – um novo ritual estético, recheado dos valores urbanos, civilizados.

Neste novo contexto, a "cidade" atinge novas áreas da ilha, pondo em cena novos personagens que mexem na estrutura do poder local, situação que provocou uma desestabilização nas fronteiras identitárias. Sob o ponto de vista das elites locais, passam a existir dois outros. O *outro interno*, parte da cidade – o matuto, o *mané*, descendente de açoriano, insolente, desregrado, não afeito ao trabalho, conforme a imagem que se tenta formar do homem do litoral, como bem demonstrou Hermetes Reis do Araújo[8] – e o *outro alienígena*, estrangeiro, que chega numa posição de pretensa superioridade, tomando espaços de elite local.

O contato direto e cotidiano destes estrangeiros é com a aquela parte da população que passa a ocupar os cargos de menor escalão nas empresas públicas que se instalam em Florianópolis. Muitos destes são migrantes das áreas rurais do município que abandonam seus tradicionais afazeres em busca de melhores oportunidades no serviço público – que na época ainda era visto como uma boa possibilidade de ascensão social para os estratos economicamente mais baixos.

Nossa hipótese e que aquele indivíduo cuja conduta os idealizadores da modernização de Florianópolis queriam civilizar, o *homem do litoral*, acabou transformado no padrão de representação dos habitantes da cidade no imaginário dos seus novos moradores. Para o possível desespero das elites locais é com o *nós* desqualificado e estigmatizado, que passam a identificar o cidadão de Florianópolis.

Neste momento surgem vozes em defesa do patrimônio público, defendendo a manutenção da "velha cidade", contra a desenfreada modernização. É denunciada a falta de um plano diretor que controle a urbanização e preserve o patrimônio histórico ameaçado. Bela Feldman-Bianco nos mostrou num belo estudo de caso, como a chegada de novos personagens na cena urbana faz com que as elites locais tenham a necessidade de criar locais de memória, inventar tradições como forma de manter o *status quo* ameaçado pelos forasteiros. [9]

A ameaça do *outro* invasor, também foi o estopim para a (re)invenção de tradições e de novos esforços para situar a identidade cultural do florianopolitano. Nos anos 1980, a figura do manezinho, até então designativa do indivíduo inculto e rude das regiões mais afastadas da

---

[8] *Op. Cit.*

[9] FELDMAN-BIANCO, Bela. "História e poder local". *In*: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado*: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, CONDEPHAAT, 1984.

cidade, ressurge positivada. O *outro interno*, o anti-herói [10] florianopolitano acaba se tornando a figura símbolo do ilhéu, aceita e assimilada pelas elites num esforço de manter sua ascensão sobre os grupos populares. Existe uma padronização deste indivíduo, um controle da sua conduta[11], que acontece dentro do processo também de transformação da cidade em capital turística. [12]

Neste ambiente encontramos a voz de Beto Stodieck. Ao nos depararmos com suas notas detectamos uma possível porta de entrada para o cotidiano daquela cidade em processo de modernização. Dos seus escritos e da sua trajetória pessoal, o que se pretende com este projeto de pesquisa é avaliar, na luta de representações entre o progresso e a tradição desencadeada pela transformação da cidade, os conflitos para definir o sentido do *nós* em relação ao *outro*, a construção da identidade da cidade e dos seus moradores.

Toda *identidade*/*diferença* é produto cultural, resultado de um processo de produção simbólica e discursiva que, por sua vez, faz parte dos conflitos pela definição da realidade. [13] Estes conflitos, é o que sustenta nossa hipótese, já existiam nas relações locais de poder. Nossa tese é de que as transformações que, de maneira acachapante, atingiram a Florianópolis da década de 1970, desestabilizaram as relações de subordinação/hegemonia existentes entre as diversas representações das identidades dos grupos sociais constituintes da cidade.

Existiam em Florianópolis, como atestam as notas e a trajetória pessoal de Stodieck, grupos sociais que se colocavam como a vanguarda do moderno, se contrapondo ao suposto atraso da cidade. Porém, o momento de instabilidade, provocado pelo processo de metropolização, abriu brechas para a inversão de valores e a mudança na posição de hegemonia das concepções de mundo destes grupos.

Queremos rastrear com esta pesquisa, o que significou no imaginário urbano e nas lutas de representação pela cidade, a idéia de que Florianópolis é *provinciana* e *atrasada*. Com que base se afirmava isto na década de 1970 e qual é a sua relação com a realidade econômica e cultural do período? Ao mesmo tempo como acontece a positivação da identidade do *homem*

---

[10] RAMOS, Maria Bernadete. "Caliban e Ariel, acerca do anti-herói brasileiro. O brasil varonil e a política de raça". In: PESAVENTO, Sandra J. (org.) *História Cultural*: experiências de pesquisa. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2003.
Descreve o anti-herói como "o avesso do modelo de virtude, aquele que não serve para ser imitado, que aparece como sujeito discursivo, espelho invertido para que o modelo ideal se reflita nele e o negue, seria o doente, o não viril e tudo o que ele representa (...) enfim tudo o que em nome do saneamento racial deveria ser banido."

[11] Sobre o assunto ver: RAMOS, Maria Bernadete. *Teatros da vida, cenários da História*: A farra do Boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina. Tese (Doutorado em História). São Paulo : PUCSP, 1991.

[12] ASSIS, Leonora Portela de; Universidade Federal de Santa Catarina. Planos, ações e experiências na transformação da pacata Florianópolis em capital turística. Dissertação (Mestrado) Florianópolis : UFSC, 2000.

[13] SILVA, Tomaz Tadeu da, "Produção social da identidade e da diferença". In: *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis : Vozes, 2000.

do litoral, transformado do "mané da ilha", que de anti-herói da elite local torna-se o referencial na paisagem humana da cidade.

Entendendo a realidade como um campo de forças para definir o real, iremos procurar por trás da naturalização de alguns conceitos, os fios que controlam os títeres. Identificando a malha que compõe esta rede de representações, onde estão ligados o provincianismo de Florianópolis e a sua identidade símbolo, queremos também perceber onde anda esta imagem nos dias de hoje e o que torna possível o retorno, em momentos de crise para as elites.

Escolhemos figura de Beto Stodieck como ponto de partida, colocado na condição de "leitor especial" da cidade, conforme a definição de Sandra Pesavento, tendo a capacidade de visualizar o campo de forças existente na construção do espaço urbano e do mercado de bens simbólicos ai constituído. [14] Ao mesmo tempo, por ser possuidor de um discurso legitimado pela posição social que ocupa, pode atuar, através de suas notas e atividades, principalmente no campo cultural, não só num trabalho de descrição do existente, mas também na prescrição do porvir, criando novas representações do mundo social. [15]

Stodieck foi uma das personagens marcantes da Florianópolis dos anos 1970 e 1980. Sua trajetória se confunde com a cidade nestas duas décadas. Filho de família que circulava entre os detentores do poder local, o jornalista Paulo Roberto Leite Stodieck[16] escreveu, durante as décadas de setenta e oitenta, nos jornais catarinenses *O Estado* e *Jornal de Santa Catarina*, a coluna *Beto*. Uma que o jornalista definia como social-lógica e social-democrática.

Beto influenciou toda uma geração[17] de florianopolitanos. O depoimento de Cacau Menezes dá um exemplo disto:

> Beto não era apenas um colunista. Era o guru da Ilha. Influenciava seu séqüito a ser ousado nas roupas e no comportamento. Odiava caretas. Ninguém teve maior importância na quebra de preconceitos como esse cara, gordinho e careca, porém bonito e muito, mas muito inteligente e perspicaz. (...) [18]

---

[14] PESAVENTO, Sandra J. "Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano". In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, 1995. vol. 8, n.16, p.282-284.

[15] Bourdieu nos diz que a eficácia de um discurso extrapola a necessidade de compreensão do que é dito. É preciso que, mais que isto, o receptor reconheça a legitimidade que o emissor de um discurso precisa ter para o proferir. BOURDIEU, Pierre. "A linguagem autorizada" In: *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: USP, 1996 . p. 89.

[16] Beto Stodieck, filho de Henrique Stodieck e Maria da Graça Leite Stodieck, cursou direito no Rio de Janeiro no final da década de 60, iniciando na "cidade maravilhosa" sua carreira jornalística. Com 25 anos, estreou sua coluna em solo catarinense na página 2 do jornal *O Estado*, no dia 11/07/1971. Morreu vítima dos efeitos da AIDS no dia 06/08/1990.

[17] SIRINELLI, Jean François. "A Geração". IN: Ferreira, Marieta de Morais e Amado, Janaína (coords.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de janeiro: FGV, 1996.

[18] MENEZES, Cacau. "Beto Stodiecke foi um dos homens da minha vida". Disponível em <http://www.marcocezar.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2003.

Na sua coluna talvez possamos visualizar os efeitos na mentalidade de uma parcela da população da modernização que chegou à Florianópolis nos anos 1960. Em 1971 escrevia:

> Há algum tempo, não faz muito, só apareciam em Florianópolis farmácias, bancos e padarias. (...) Agora parece que o negócio mudou. Novidades por toda a cidade, o comércio se descentralizando e, o que é importante, se modernizando. São boutiques, bares, brinquedinhos eletrônicos, coisas de comer um tanto quanto americanizadas. E outros baratos próprios da civilização (...). E outras coisas vão surgindo. A cidade está crescendo e os melhoramentos vêm a jato.(...).[19] [grifo nosso]

É expresso um desejo de que as coisas não parem por aí e que a cidade tenha uma nova cara. Esta posição otimista contrastava com o combate a destruição do patrimônio cultural da cidade e forma como se dava este crescimento. A coluna veiculou uma das principais vozes à época em defesa da preservação da arquitetura e da paisagem da região central de Florianópolis. Em certa nota confessa:

> Para minha tristeza, estou sabendo que o Miramar não emplacará 75. Antes que este ano termine, o progresso da Nova Florianópolis exigirá sua demolição(...). Não sei se é exatamente isto que estamos querendo. Mas é bom deixar claro que não se mata uma cidade assim.(...).[20] [grifo nosso]

Na década de setenta, Stodieck denuncia o que considerava os absurdos de uma modernização que apaga as marcas do velho em sua materialidade, mas não supera o atraso no campo cultural. Procura mostrar para a geração, da qual é um dos líderes, que o provincianismo da cidade nunca esteve em suas construções físicas, mas sim nas construções simbólicas que regulam o dia-a-dia das pessoas.

Florianópolis teria passado a contar com a multiplicidade de informações e a intensificação dos estímulos nervosos das grandes cidades, sem que se conseguisse impor ao "povo" a agudez de raciocínio e a predominância da inteligência do homem. As cenas ilhoas, para o colunista, não mudaram muito e as repreensões aos *atrasados* continuavam:

> Não seria nem tentar classificar de "civilizado" o que requer cultura e desembaraço normalmente à parte dos dias brasileiros; mas pelo menos é fundamental ser "prático" nesta atribulada vida moderna. E em Florianópolis a gente nota o tempo todo certas reações de boa parte da população que não varou adiante neste agonizante final de século. São os tansos dormitando diante da indispensável esperteza.[21]

As críticas aos "estrangeiros", constantes nas colunas de Stodieck, expõem a resistência da população local não apenas à invasão cultural, mas a uma série de mudanças nos hábitos da cidade, que acabavam supostamente prejudicando os antigos habitantes ou, pior, os colocando numa posição de inferioridade.

---

[19] O Estado, Florianópolis, 21 de setembro de 1971. p.2.
[20] "Linhas e mais linhas para a cidade assassinada". *O Estado*, Florianópolis, 19 de janeiro de 1974. p.11
[21] *Jornal de Santa Catarina*, 12 de agosto de 1987.

> "(...) Mas eu não tenho nada contra os gaúchos. Até que muito pelo contrário. Afinal, não é o gaúcho o centauro dos pampas? E como gosto de mitologia, vai daí que ... Mas Flops (*sic*) é uma cidade de nada, é nossa, somos bairristas o suficiente para impedir que os outros (gaúchos ou não) venham bater com os costados numa de nossas quarenta e três praias. (...) Tirar a nossa paz, de saudosa memória." [22]

Pode-se notar que o grande problema era a participação dos novos moradores na decisão dos rumos da cidade:

> "A coluna simplesmente não agüenta mais esses "estrangeiros" que aqui chegam e querem cheirar nossa água (como exemplo mais à boca) – que é para sacar se é bebível... Tomara que esteja envenenada". [23]

Em outra nota completa:

> "(...) E o colunista não tem nada contra gaúcho não (esse povo valoroso etecétera e tal) – tem é contra aqueles blefes que pra cá vêm (independente donde), ditar normas conforme muitos adoram e se enroscam; (...)". [24]

Beto entrou em confronto com as elites locais e o seu projeto de progresso baseado na exploração do mercado imobiliário, e contra "*os de fora*", que queriam, nas palavras do autor, dar ordens aos "*catarinas*". Mas esta resistência aparentemente tem uma característica que não nos permite colocá-la dentro do projeto que criou uma identidade para o ilhéu: o *manezinho da ilha*. Em uma coluna de 1988, cujo título já diz tudo: "*Mané é quem é*", Stodieck diz que o verdadeiro manezinho da Ilha, "*quando assim chamado, responde furioso, xingando a mãe do interlocutor. O restante é falso charme*". Esta postura *sui generis* mostra que a luta pela cidade e sua identidade na década de oitenta não pode ser reduzida à dicotomia entre os que queriam uma cidade grande e os que queriam uma cidade média, cada qual com seus interesses e representando seus grupos de pressão.

---

[22] *O Estado*, Florianópolis, 06 de dezembro de 1974. p. 12.
[23] *Jornal de Santa Catarina*, 23 de junho de 1987. p.17
[24] *O Estado*, Florianópolis, 22 de junho de 1988. p. 17

ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NA PROPOSTA DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NO GOVERNO JK

Joana D'Arc Moreira Nolli*
Ana Cleide Chiarotti Cesário**

A democracia, a liberdade para que todos expressassem sua opinião sem que ela fosse considerada um delito, foram temas recorrentes nos discursos de Juscelino Kubitschek (JK) desde sua campanha para presidente e por todo o seu governo (1956-1961). Tanto é que o Governo JK é considerado por muitos autores[1] como o mais democrático e o mais estável do momento canônico[2] da política brasileira. JK foi o único presidente civil entre 1930 e 1964 que conseguiu se manter até o fim do mandato por meios constitucionais. Foi o presidente que mobilizou a esperança como recurso de poder, combinando desenvolvimento econômico com democracia, mantendo-se, assim, no imaginário político brasileiro como um exemplo e um legado dos quais os atores políticos procuram se apropriar.

Contudo, análises sobre o período indicam também que mesmo alcançando um certo grau de estabilidade, o Governo JK ocorreu num momento de ampliação da participação política e, conseqüentemente, de politização das forças populares, sendo, portanto, um momento marcado por inúmeras crises.

Considerando que a manutenção da ordem era fundamental para a concretização do plano de desenvolvimento proposto por JK, o objetivo neste trabalho é buscar a presença de elementos de autoritarismo no período. A "Marcha da Produção", movimento de cafeicultores do norte do Paraná e do oeste de São Paulo, que aparece como elemento

* Mestranda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina
** Profª Drª em Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina

[1] Para uma compreensão sobre a estabilidade no Governo JK ver: Benevides Maria Victoria . *O governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Lafer, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961):* processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

[2] De acordo com Bolívar Lamounier (1986, p. 35-38)) o período de 1945 a 1964 pode ser interpretado como um momento canônico no sistema político brasileiro no tocante aos partidos políticos. A partir da Constituição de 1946 a nova legislação partidária possibilitou maior dinamicidade e competitividade destes, ou seja, houve um fator de dinamização do regime político democrático. Pela primeira vez partidos nacionais foram formados e ainda houve a curta legalidade do Partido Comunista. Entender esse momento canônico permite a compreensão das formações partidárias passadas, presentes e futuras.

desestabilizador do Governo JK em 1958, apresenta-se como o acontecimento político que expressa a politização das forças sociais e que, ao expressá-la, é reprimido. A Análise de Discurso (AD) de linha francesa apresenta-se como teoria e método que permite buscar, através do discurso de JK e do discurso de Álvaro Godoy, principal protagonista da "Marcha", elementos que indicam a existência de sentidos inerentes ao autoritarismo.

A proposta de desenvolvimento econômico de JK pretendia realizar "50 anos em cinco". A ordem, como já foi dito, era condição indispensável para o êxito do Programa de Metas[3]. A efervescência política, civil e militar do período levou JK a manter o aparelho militar nos órgãos do Estado e exigiu uma política conciliatória quanto à atuação partidária e quanto à política econômica.

Mesmo assim várias crises marcaram o Governo JK, porém, até 1958 essas crises não iam de encontro aos interesses da política de desenvolvimento acelerado, que obteve sucesso e proporcionou o que ficou denominado de "milagre" desenvolvimentista[4].

Na primeira metade do Governo JK, a ideologia desenvolvimentista, cuja finalidade era fazer com que todos se interessassem pelo desenvolvimento, alocou recursos e valores tanto no plano interno como no externo, conseguindo controlar as tensões sociais e políticas.

No plano interno a crença no desenvolvimento mobilizou toda a sociedade. Para a burguesia industrial em expansão, o desenvolvimento evitava a ênfase na intervenção estatal da economia. A classe trabalhadora foi mobilizada através do exercício do trabalho pela crença num futuro melhor. Para as Forças Armadas, em termos de defesa nacional (transporte, comunicação, energia, material bélico em geral), o desenvolvimento econômico era indispensável. E quanto à esquerda, o próprio Partido Comunista defendia uma posição

[3] O Programa de Metas elaborado ainda durante a campanha de JK para presidente englobava cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, desdobrados em trinta metas, além da construção de Brasília, a meta-síntese. Com exceção da agricultura e da educação, as metas foram alcançadas e algumas até ultrapassadas.

[4] Vizentini usa a expressão '*milagre' desenvolvimentista* para designar o biênio 1956-1957. Também define o período que sucede como *o fim do 'boom' econômico.* Período que exigiu a retomada de uma ativa política externa face aos EUA, bem como um discurso diplomático de tom nacionalista. Para o autor, a Operação Pan-Americana (OPA) representou um ponto de inflexão diplomático e o fato mais importante da conjuntura que se abria, isto é, a política exterior como instrumento fundamental das necessidades do desenvolvimento brasileiro.

de aliança e conciliação, uma vez que a política econômica de JK era um mal bem menor do que a oposição udenista (cf. Benevides, 1979, p. 239-241).

No plano externo, o desenvolvimento convergia com os interesses dos países do primeiro mundo, já que se fundamentava na associação estreita com o capitalismo internacional e no alinhamento automático com os EUA em termos econômicos.

Mas a partir de 1958, o Programa de Metas estava comprometido. O primeiro impulso de industrialização do Governo JK começou a se desacelerar e as crises se acirraram devido ao aumento da inflação e do endividamento externo que se agravara de forma preocupante por causa da queda das receitas das exportações brasileiras, cujo caso mais grave era o do café, pois o declínio dos preços que já vinha ocorrendo há algum tempo, intensificou-se.

Embora o presidente insistisse no discurso desenvolvimentista e justificasse a crise como própria do crescimento, o mal-estar era crescente e a situação do projeto de desenvolvimento era precária (Vizentini, 2004, p. 100). As pressões vinham de todos os lados. Externamente, o capital estrangeiro só continuaria a entrar no país sob a condição de que se desenvolvesse uma política de austeridade fiscal, o que inviabilizaria a conclusão do Programa. Internamente, o governo enfrentava as pressões e críticas dos interesses estrangeiros e dos sindicatos trabalhistas, os redobrados ataques da UDN e dos grupos exportadores (cafeicultores). A ordem só era possível por meio de ameaças ou pela própria repressão aos movimentos populares (cf. Almeida, 2005, p. 65-105).

Surge dessa conjuntura a necessidade de alocar mais recursos e valores. A Operação Pan-Americana (OPA), idéia que sai diretamente do Palácio do Catete no Rio de Janeiro para as mãos do presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, e que pede uma revisão do pan-americanismo, seria o instrumento da alocação de recursos e valores e também a forma de legitimar a repressão a qualquer tipo de manifestação popular[5].

[5] A idéia da OPA surgiu após uma visita do vice-presidente Norte americano, Richard Nixon, aos países da América Latina. A intenção de Nixon era expor aos vizinhos do Sul as boas razões da política de Washington para o continente. Mas a visita quase acabou em desastre. Ocorreram manifestações populares na Venezuela e

Como o contexto era de Guerra Fria, ao lançar a OPA, JK declarava o comunismo como o sistema contrário à democracia, aos princípios morais e cristãos e o subdesenvolvimento como um perigo de subversão. O que JK buscava ao produzir esses sentidos era atrair tanto os dirigentes da América Latina como as Forças Armadas brasileiras e, especialmente, o presidente dos EUA para a questão do desenvolvimento do Brasil e da América Latina. O argumento era que só o desenvolvimento poderia manter, além da ordem interna, a segurança do ocidente, ou seja, o desenvolvimento seria a base de sustentação para a segurança, pois, com o desenvolvimento, a pobreza, condição que permite a infiltração de idéias subversivas, seria eliminada.

Os efeitos ideológicos desse discurso davam ao desenvolvimento uma característica explicativa de todos os acontecimentos, ou seja, o desenvolvimento aparecia como algo que tudo resolvia e explicava. Externamente, significava integrar definitivamente o país no sistema capitalista. Internamente, a certeza de que o governo estava, mesmo à custa de sacrifícios, construindo um futuro melhor.

As Forças Armadas, na época uma força social com acesso direto ao aparelho de Estado, foram primeiramente cooptadas para cargos da administração pública e posteriormente recrutadas pela ideologia desenvolvimentista. O comprometimento das Forças Armadas com o desenvolvimento econômico era de fundamental relevância para JK. Ele reconhecia que essa instituição garantiria a ordem pública (tranqüilidade social e disciplina militar) e a ordem política (manutenção do regime, do sistema, pelo combate à subversão), reconhecia que as Forças Armadas não atuavam no período apenas como Aparelho Repressivo, controlando os meios de coerção legal, mas também como Aparelho Ideológico de Estado que poderia reproduzir sentidos autoritários que legitimassem o modelo de desenvolvimento adotado.

---

no Peru, cujo objetivo era expressar o descontentamento com a falta de recursos para amenizar o subdesenvolvimento latino americano. Para proteger o seu vice, Eisenhower mobilizou tropas para um eventual desembarque e resgate de Nixon em Caracas, gerando uma onda de protestos políticos em todo o continente (cf. Moura, 2002, p. 51).

Assim, quando se dirigia aos militares, JK utilizava uma linguagem nacionalista e anticomunista, com a qual a maioria dos oficiais podia concordar. Enunciava que a segurança do ocidente, do regime democrático, tema central da OPA, se fundamentava no desenvolvimento. Essa era uma forma de dizer aos militares que toda e qualquer ação que pudesse ameaçar o programa de desenvolvimento deveria ser reprimida, uma vez que os benefícios do desenvolvimento não atingiriam apenas setores, grupos ou classes e sim toda a Nação e até mesmo todo o ocidente.

Tal discurso alterou o legalismo militar. O que antes significava um legalismo de respeito à Constituição e subordinação à lei, passou a ser um legalismo condicionado a uma postura basicamente anticomunista e que considerava subversiva toda e qualquer manifestação popular. De acordo com Cardoso (1978, p. 259) foi nesse período que o termo *subversivo* passou a ser utilizado para designar qualquer manifestação, fosse aquela que se opunha de fato ao regime estabelecido, fosse aquela que não era contrária ao sistema como tal, mas sim contrária à imposição de políticas que não se adequavam aos interesses do grupo.

A repressão à “Marcha da Produção” indica como o discurso da OPA, envolvendo desenvolvimento e segurança materializou o autoritarismo. O movimento, formado por cafeicultores do Norte do Paraná e do Oeste paulista, tinha como objetivo marchar em caravana até o Palácio do Catete para entregar ao presidente um conjunto de reivindicações que expressava o descontentamento com a política cafeeira adotada pelo governo brasileiro.

A cafeicultura era até então a principal atividade econômica de uma frente de expansão capitalista e o único setor capaz de obter as divisas para a expansão industrial (cf. Lafer, 2002, p. 44), mas o projeto de desenvolvimento de JK, via industrialização e urbanização, não era compatível com o dos cafeicultores, pois, enquanto para JK a industrialização significava progresso e modernização, para os cafeicultores do Norte do

Paraná o discurso do progresso estava atrelado à lavoura cafeeira, um tipo de ocupação racional com ações planejadas para o campo e criação de cidades[6].

Os problemas relacionados ao café em 1958 atingiam o Governo JK internamente e externamente. No Brasil, os cafeicultores pressionavam pela estabilidade de preços, contra o confisco cambial e os EUA declaravam inútil qualquer auxílio ao café se o governo continuasse a financiar as safras acima das possibilidades. A superprodução brasileira e as divergências entre os produtores africanos e latino-americanos fizeram fracassar as tentativas de sustentação dos preços do café por parte do governo (cf. Vizentini, 2004, p.99).

Assim, no primeiro semestre de 1958 iniciou-se um trabalho que daria forma e figura à ”Marcha”. Álvaro Godoy, presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ANLP), foi o sujeito/ator que se fez ouvir. O jornal Folha de Londrina, que se posicionava a favor dos cafeicultores, passou a dar ampla cobertura ao acontecimento. As palestras de Godoy, pronunciadas na Rádio Londrina, eram transcritas em sua íntegra pelo jornal e notícias sobre o acontecimento eram sistematicamente publicadas.

O vínculo partidário dos líderes da associação dos cafeicultores (Álvaro Godoy e Hugo Cabral) com a UDN indica, de acordo com Cesário (2005, p. 5), que se manifestou no município a conhecida clivagem da política brasileira existente naquele momento entre “os de dentro e os de fora”, ou seja, entre a aliança de apoio a JK, formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a oposição da União Democrática Nacional (UDN). Por ser a UDN um partido fortemente organizado em Londrina e por ser a cafeicultura o núcleo duro da economia nacional até aquele momento, o

[6] O discurso do progresso atrelado à lavoura cafeeira iniciou-se logo após a colonização de Londrina. A Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), foi responsável pelo projeto de ocupação de mais de 500.000 alqueires de terras na região. Associando capitais ingleses e capitais nacionais (paulista e mineiro) a CTNP estabeleceu um *compliance* político com o governo do estado, tendo, portanto, liberdade de ação. Passado um breve período de exploração de madeira, o projeto definiu a cafeicultura como a principal atividade econômica de uma frente de expansão capitalista (cf. Cesário, 2005, p.1).

movimento repercutiu nacionalmente, criando instabilidade num momento em que o governo necessitava de credibilidade para dar continuidade ao plano de desenvolvimento.

Por um lado, a discursividade revelada no conjunto de "palestras" proferidas por Godoy, alternava elementos de conhecimento técnico sobre a cafeicultura e a economia cafeeira em oposição ao discurso oficial, reiterando sempre que o desenvolvimento proposto por JK não poderia deixar de lado a agricultura, especificamente a cafeicultura, sustentáculo da economia brasileira. Mas, por outro lado, para legitimar a legalidade da "Marcha", Godoy produzia sentidos que iam ao encontro dos sentidos produzidos nos discursos sobre o desenvolvimentismo naquele momento, a do anticomunismo. Demonstrando sujeição a uma ideologia burguesa do tipo liberal, ao mesmo tempo em que clamava por liberdade de iniciativa econômica reivindicava protecionismo, expressava que o movimento era legítimo porque se tratava de um movimento com princípios morais e cristãos, cujos integrantes eram homens de esclarecido espírito patriótico, homens de bem que lutam por seus direitos e deveres e não arruaceiros e desordeiros.

Em 26 de setembro de 1958, Godoy envia um telegrama em nome da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP) dizendo no último parágrafo o seguinte: *Repelimos, energicamente, os termos demagogia subversiva. Somos lavradores e tão patriotas como a V. exa. Solicitamos, ainda, que V. exa. Mande sindicar sobre quem são os organizadores.*

Porém, argumentar que o movimento era anticomunista, que todos os seus integrantes eram "cristãos, amantes da Pátria, do trabalho e da terra e confiantes nos destinos do país", não evitou a repressão. O Ministro da Guerra de JK, Marechal Lott, deslocou efetivos militares para Jacarezinho (fronteira do Paraná com São Paulo) para impedir a passagem da caravana. Londrina e Maringá foram sitiadas por forças do Exército, compostas, de acordo com o jornal, de mais ou menos mil soldados, com os respectivos apetrechos bélicos, inclusive metralhadoras.

Os cafeicultores de Londrina desistiram do movimento e os de Maringá insinuaram persistir, até que o líder da "Marcha" daquele município, Renato Celidônio, se apresentou ao comando das forças do Exército e anunciou que a manifestação não mais ocorreria. O Exército ainda permaneceu na região até o dia 31 de outubro.

Desse modo, mais do que tentar demonstrar a existência de um conflito entre a indústria e a agricultura, a intenção foi demonstrar como a ideologia desenvolvimentista expressou elementos de autoritarismo que resultaram em repressão. Os integrantes da "Marcha" não se colocavam contrários ao sistema como tal, portanto, na concepção de JK não eram o "inimigo traiçoeiro", aquele que se opõe de fato a sua proposta de desenvolvimento, mas era o "inimigo inconsciente", que se opõe às medidas adotadas pelo governo por não se adequarem inteiramente às necessidades do grupo.

Mesmo assim, JK não fazia muita distinção, pois qualquer um desses tipos de "inimigos" se opunham, de uma forma ou de outra, ao seu projeto de desenvolvimento. E embora o seu discurso explicitasse o comunismo como o único "inimigo" a ser combatido, ficava implícito que não compactuar com o seu modelo de desenvolvimento industrial significava ser "inimigo" não somente do seu governo, mas da Nação como um todo, uma vez que ele acreditava que a sua proposta era a certa (cf. Cardoso, 1972, p. 234).

Na prática, a presença do aparelho militar nos órgãos do Estado, serviu, segundo Maranhão (1981, p.273), para deixar mais longe dos olhos e das mãos das forças políticas civis (e particularmente das forças populares) o sistema de decisões. É certo que JK reprimia nos marcos da legalidade[7], mas foi objetivamente antidemocrática a participação direta do Exército na repressão a manifestações políticas, inclusive como a que se fez para reprimir a "Marcha da Produção".

[7] De acordo com Francisco de Assis Barbosa (apud. Benevides, 2002, p. 34), o compromisso de JK com a legalidade foi um dos pontos de honra de seu governo, porém, a legalidade para JK traduzia-se na manutenção do regime democrático. Isso justifica o *slogan* "mudar dentro da ordem" utilizado por JK durante todo o seu governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Rodrigues de. Nacionalismo e dependência nos anos dourados: bem mais do que um espetáculo de crescimento; muito aquém da emancipação nacional. In: *Ciências Sociais na atualidade:* resistência e invenção. São Paulo: Paulus, 2004, p. 65-105.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado.* Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1979.

_____. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: *O Brasil de JK.* Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 21-38.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil:* JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti et al. *A Marcha da Produção no Norte do Paraná.* Artigo elaborado para apresentação no XII Congresso Brasileiro de Sociologia em Belo Horizonte-MG, de 31/05 a 03/06/2005.

GODOY, Álvaro. *Fala novamente sôbre a "Marcha da Produção" o presidente da ALNP.* Folha de Londrina, 05/09/1958, p. 05.

GODOY, Álvaro et al. *Denúncia da lavoura contra a articulação comunista em londrina.* Manifesto entregue ao delegado regional de polícia, Dr. João da Rocha Chueiri, publicado pela Folha de Londrina em 19/05/56.

KUBITSCHEK, Juscelino. Exposição do Presidente da República às Forças Armadas (17 de junho 1958). Extraído de *Resenha do Governo do Presidente Kubitschek* (1956-1961). Tomo I. Presidência da República. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1960, p. 223-225.

_____. Discurso de Juscelino à Nação e aos representantes dos Estados Americanos (10 junho 1958). Extraído de Operação Pan-Americana. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações. Rio de Janeiro, 1958.

LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961):* processo de planejamento e sistema político no Brasil. Trad. Maria Victoria Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar, MENEGUELLO, Raquel. *Partidos Políticos e consolidação democrática:* o caso do Brasil. São Paulo: IDESP, 1986.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964). In: *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano – Sociedade e política (1930-1964)*. Tomo III. Direção de Boris Fausto. São Paulo: Difel, 1981, p. 259-294.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: *O Brasil de JK.* Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 39-66.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso:* princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964):* o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis: Vozes, 2004.

AS REFORMAS DO ESPAÇO URBANO E O LUGAR DA POBREZA

Autora: Joana D`Arc Fernandes Ferraz[1]

As favelas surgiram, no Rio de Janeiro, no final do século XIX[1]. São lugares onde habitam irregularmente as populações pobres da cidade. Até hoje, a maioria dos habitantes das favelas não tem a posse do terreno e vive com medo da desapropriação. Nesse período a pobreza estava vinculada à precariedade moral. Embora hoje o poder público procure um discurso não estigmatizante, devido às próprias demandas democráticas, dos movimentos sociais e de novos atores sociais oriundos das favelas, ainda percebemos uma intervenção autoritária e segregadora sobre o espaço da favela e sobre a vida dos seus moradores. O estudo da arrumação do espaço urbano no Rio de Janeiro, relatado brevemente, nos possibilita o entendimento de como sendo construindos espaços diferenciados e estigmatizados na cidade.

A cidade do Rio de Janeiro, passou por cinco projetos de reestruturação urbana. Primeiro, a Reforma Passos, em vigor nos anos de 1902 a 1906, porém, seu rascunho foi elaborado em 1874; o segundo, foi o Plano Agache (1930), um projeto de remodelação do centro da cidade, elaborado no período Vargas; o terceiro, fruto da ditadura militar, é o Doxiadis (1965); o quarto é o Pub-Rio (1977) e por fim, o Plano Diretor Decenal (1992). Em que pese as diferenças entre os diversos planos urbanísticos da cidade, muitos deles podem ser considerados como responsáveis, não só pelo crescimento das favelas, como também pela sua manutenção em condições precárias.

O rascunho do primeiro plano urbanístico do Rio de Janeiro foi feito ainda no II Reinado, pela "Comissão de Melhoramento da Cidade", nomeada pelo Imperador, em 27/05/1874. Esta Comissão foi encarregada de criar a Carta Cadastral. A cidade do Rio de Janeiro era a mais desenvolvida do país, devido ao sucesso da lavoura do café. Um dos seus idealizadores foi o engenheiros Francisco Pereira Passos. Suas matrizes estéticas são semelhantes às da Paris

de Haussmann[2]. Seu principal objetivo era fazer uma "cirurgia" em toda a cidade, a fim de higienizá-la, acabando com a epidemia de febre amarela e ao mesmo tempo, traçar um novo alinhamento das praças, ruas e casas, em diversos bairros da cidade, para facilitar a circulação de mercadorias e de pessoas e embelezamento da cidade. Devido à ausência de um financiamento para um investimento, este projeto fracassou.

Após a Proclamação da República, no governo Rodrigues Alves, ocorreu a primeira reforma urbana do Rio de Janeiro, sob a intervenção do Estado. Neste período, Pereira Passos foi escolhido prefeito do Rio (1902-1906). Seu primeiro ato foi reorganizar a antiga Comissão da Carta Cadastral, da qual fez parte, e aproveitar a maioria das propostas deste projeto de 1874 para o plano de remodelação, na sua gestão. A população pobre foi retirada dos cortiços no centro e levada para lugares afastados da cidade.

O Morro do Castelo era considerado o grande mal da cidade, um “lepra esthética”. Pereira Passos (1902), iniciou a sua destruição, efetivada por Carlos Sampaio, em 1822. Segundo Lucia Lippi Oliveira (2002: 161) esse morro era o palco onde se “dava uma convivência problemática entre um Rio europeu e elitizado, e resquícios da cidade colonial e popular”.

Jaime Benchimol (1992) descreve que até os anos 20 do século passado, toda a política relacionada às habitações das populações de baixa renda (seja os antigos cortiços, as recentes favelas ou as habitações precárias nos morros e encostas) resumiam-se à busca pela sua eliminação ou à transferência dos pobres para longe, onde não pudessem ser vistos. Prevalecia a visão de que pobreza era sinônimo de doença e de fraqueza moral.

Na década de 30, o desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia, aliado a um processo de industrialização bastante insipiente, suscita novos contornos urbanos. A fim de abrir o acesso para mercadorias e serviços, iniciam as grandes obras públicas. Neste contexto surge o "Plano Agache". Elaborado por um grupo de técnicos e urbanistas estrangeiros, chefiados pelo urbanista francês Alfred Agache, a pedido do prefeito Antonio

---

[1] Doutora em Ciências Sociais pelo PPCIS-UERJ.

Prado Junior (1926-1930)[3]. A partir deste Plano foi elaborado o Código de Obras da Cidade, de 1937[4]. Este documento inicia-se a erradicação das favelas, e o impedimento a construção de novas moradias nas áreas das favelas ou impossibilidade da melhoria das existentes. O Código de Obras colaborou para tornar a favela juridicamente ilegal. Luiz Antonio Machado da Silva (2002: 227) afirma que, " à antiga questão da insalubridade e do caos moral atribuídos às áreas de moradia popular, acrescentou-se um fundamento jurídico-institucional para a clandestinidade e ilegalidade de grandes porções da cidade". A partir de então a favela vira um "problema" que o Estado tem que resolver, trata-se de lei, não mais de moralização.

Neste período ocorre uma multiplicação de favelas no Rio de Janeiro, pois, de acordo com Mauricio Abreu (1987), a região da Leopoldina passou por duas grandes melhorias: o saneamento do rio Faria-Timbó (em 1942) e a inauguração da Avenida Brasil (em 1946). O objetivo destas obras é incentivar o processo de industrialização na Região. Porém, a ausência de obras de infra-estrutura nesta área, impossibilita a implantação regular das indústrias. Ocorre uma ocupação desordenada de pequenos indústrias, e os bairros cortados pela Avenida Brasil empobrecem, sofrem com as inundações e sem saneamento básico. A impossibilidade do estabelecimento de importantes indústrias ao longo da Avenida Brasil, como era previsto, criou nesta área grandes vazios, possibilitando o processo de favelização em seu percurso[5]. Em 1947, criou-se uma comissão específica para a erradicação das favelas, fracassada devido à falta de recursos e de poder. Janice Perlman (1981: 240-241)

Embora, na década de 50, ainda houvesse um discurso que relacionava os males físicos aos males morais da população, três fatores, conjugados, redirecionam o "problema favela" para outro eixo de discussão: o aparecimento de lideranças mais amadurecidas politicamente, já organizadas em partidos políticos; o assustador avanço das favelas e, finalmente, a dificuldade das remoções. Incluiu-se ao discurso da remoção, o da urbanização de algumas favelas, principalmente no saneamento da rede de esgoto.

De 1960 a 1962 abrandaram-se as relações entre o estado e os moradores, período em que foram criadas a maior parte das Associações dos Moradores. Terminado este período de diálogo, em 1968 formou-se uma comissão específica para acabar com as favelas: "Coube à CHISAM [Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio] a tarefa de garantir que até 1976 não houvesse mais ninguém vivendo em favelas no Rio de Janeiro. Poderia ter escolhido melhorar e urbanizar as favelas, mas preferiu removê-las…". Essas famílias eram transferidas de acordo com as suas rendas, para apartamentos, casas ou para alojamentos provisórios chamados de *triagem*. A justificativa para essas remoções era "que a 'recuperação' humana se seguiria à reabilitação física." (Ibidem, p. 243) Ou seja, ainda prevalecia um discurso relacionando diretamente a pobreza com a delinqüência, a precariedade de recursos à precariedade moral. As restrições econômicas, a distância dos locais de trabalho, a impessoalidade e uniformidade da arquitetura, levaram muitos moradores ao retorno às suas favelas de origem ou ao estabelecimento de moradias em outras favelas.

Devido à transferência da capital da cidade para Brasília, a cidade perde várias de suas funções e precisa reordernar o seu espaço. (Vera Resende, 2002:265). Encomendado por Carlos Lacerda, o Plano Doxiadis somente ficará pronto em 1965, no final do seu governo. As enchentes ocorridas no Rio de Janeiro vão agravar a situação de crise da cidade e impedir a sua realização. Caracteriza-se pela "busca de modelos importados de cidade e técnicas sofisticadas de trabalho". O planejamento físico proposto visa pensar o espaço de forma compartimentada, de acordo com as necessidades dos indivíduos: "espaço para morar, espaço para o trabalho etc, com base nas propostas dos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna". (2002:266-267)

Até hoje, a alternativa de urbanização mais sensata em relação às favelas foi um projeto experimental do governo do estado, em 1969, um pouco antes do BNH criar a CHISAM, denominava-se Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO). Formada por jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos, sua função de "aplicar uma doação

de Cr$ 250 mil feita pela USAID, para a erradicação de favelas e planejamento urbano. Suas diretrizes eram diametralmente opostas a da CHISAM. Ao invés de demolir as favelas, tratou de melhorá-las e legalizá-la, comprando as terras como entidade pública e proporcionando as melhores condições possíveis de revenda aos favelados." (Ididem, pp. 276-277)

Em entrevista[6] ao secretário-executivo da extinta CODESCO, o jornalista Silvio Ferraz, à época era um jovem economista, esse projeto foi uma experiência ímpar: - Inicialmente entrávamos na favela, conhecíamos a vida do local, verificávamos as necessidades dos moradores. Depois pensávamos, com os moradores, as melhores mudanças que poderíamos fazer no espaço, considerando todas as questões locais. Os moradores desenhavam e construíam as suas casas. Conclui o jornalista que este projeto foi sufocado, a verba não deu para urbanizar as três favelas previstas, então, optaram por concluir a urbanização de Brás de Pina. A CODESCO logo depois foi fechada e a sua experiência sequer foi tida como exemplo para projetos futuros de urbanização.

O período de maior radicalização nas remoções foi de 1968 até 1975. Houve uma violenta luta dos moradores e uma igualmente violenta repressão do Estado, prendendo e assassinando lideranças, e até mesmo incendiando favelas. A política remocionista volta com mais força, pois tinha também como objetivo a desarticulação política do morador da favela.

Com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, e a criação do município do Rio de Janeiro, em 1975, os recursos do Estado começaram a ficar escassos, o que influencia diretamente na "renda média dos seus 4.251.918 habitantes, dos quais 16% se localizam em favelas" e é nesse contexto que se cria um Plano Urbanístico Básico (PUB – Rio) cuja finalidade é preparar o novo município do Rio de Janeiro para receber os recursos da União, como afirma Vera Resende (2002:269-270).

Criado no período do II PND, seu objetivo também era "controlar o crescimento das cidades". Este foi o "primeiro plano a reconhecer a existência de favelas[7]". A urgência de sua confecção torna o plano indefinido em muitas questões, o que dificulta a sua execução. A

população urbana cresceu na ordem de 15%, entre os anos de 1980 a 2000, a população residente nas favelas aumentou em 52%, levando à intensificação do processo de favelização. Nesse período o tráfico de drogas chega às favelas. Aos discursos anteriores que viam a favela como um sério problema não só do ponto de vista da higiene geral, da estética da cidade, da sua ilegalidade, acrescenta-se agora o da segurança. Retoma-se o discurso da diferença, ou melhor, da dualidade[8], de um lado a favela como cidade "ilegal" e do outro lado, asfalto como cidade legal, aparecendo até mesmo na literatura[9].

A Constituição de 1988, estabelece a obrigatoriedade de planos urbanísticos para as cidades com mais de 20 mil habitantes. (Vera Resende, 2002:273) Inicia-se o Plano Diretor Decenal, um amplo projeto de reforma urbana elaborado para o Rio de Janeiro (1992), e a partir desse, o programa Favela-Bairro, específico para as favelas. Este Plano expressa um acordo entre as elites da cidade, deixando os moradores das favelas de fora.

Neste momento existia em todo o Estado do Rio de Janeiro, "9.080.690 pessoas, sendo 5.474.000 no próprio município. Desse contingente, 29, 4% são moradores de favelas, loteamentos irregulares e clandestinos" (RESENDE, 2002:274), o que equivale a 1.609.359 pessoas, segundo os dados estatísticos apresentados pelo IBGE e pela SMU. O objetivo do Programa Favela-Bairro é: "Integrar a favela à cidade, dotando-a de toda infra-estrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais. (grifo nosso) Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação, o Programa é discutido passo a passo com a comunidade, respeitando a história, a cultura e as peculiaridades de cada área. Os componentes urbanísticos do programa abrangem abertura e pavimentação de ruas; implantação de redes de água, esgoto e drenagem; construção de creches, praças, áreas de esporte e lazer; canalização de rios; reassentamento de famílias que se encontram em áreas de risco; contenção e reflorestamento de encostas; construção de marcos limítrofes para evitar a expansão; reconhecimento de nomes de ruas e logradouros". www.rio.rj.gov.br/habitação, consulta feita em julho de 2003.

Embora o programa favela-Bairro tenha em seu discurso a necessidade da participação dos moradores, o que se nota é um “pacote pronto”, no qual a participação destes, quando muito, se limita a decidir em que lugar da favela as obras devem começar. As casas, as escadarias, os parques e quadras poli-esportivas, o sistema de escoamento de esgoto são padronizadas para todas as favelas, obedecendo a lógica operacional de construir em um menor tempo possível a um custo pequeno. Todas as favelas beneficiadas com as melhorias operadas pelo programa Favela-Bairro se parecem em estruturas e contornos arquitetônicos.

A implementação deste programa começou nas favelas de porte médio (1994-1997), indo depois para as favelas pequenas e grandes (1997-2000). Embora este programa tenha a vantagem de finalmente assumir, pelo menos no discurso, a favela como parte da cidade e busque a sua integração, nenhuma favela virou bairro. As ruas foram alargadas, a urbanização chegou em muitas favelas, não existe mais esgoto a céu aberto, no entanto, não é possível que o morador assine um jornal, ou compre um eletrodoméstico, ou qualquer outro produto que precise de transporte, em qualquer loja, pois a sua rua é identificada como área perigosa e muitas lojas se recusam a levar o produto até a casa do morador. Não houve nenhuma política de promoção social.

Numa avaliação conjunta do Instituto Pereira Passos (IPP) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) sobre os dez anos desse programa e o investimento de US$ 600 milhões, verifica-se que um dos seus maiores problemas é a ausência de manutenção desses serviços e de uma política social.

Observamos que há um déficit de moradia e de urbanismo no Rio de Janeiro, desde o final do século XIX. Ele não é fruto de uma política imediata, mas representa um desrespeito pelas populações de baixa renda e moradoras nas áreas desprivilegiadas da cidade. O que se verifica é que o poder público, mesmo depois de cem anos de favela, ainda continua a vê-la como um lugar único, ou seja, negligencia-se as especificidades das lutas dos moradores, as suas culturas, as suas conquistas e perspectivas. A favela ainda é apresentada, pelo senso comum,

como reduto da pobreza e da violência, o lugar onde vivem os marginais, que ameaçam o restante da cidade, como uma doença da cidade, algo exterior à cidade. Com o intento de "manter a ordem" se exerce o controle sobre essas populações, seja direto e/ou indireto.

O controle direto ocorre com a formação de um aparelho policial cada vez mais repressor. Invadir residências, quebrar os aparelhos eletrodomésticos, fazer blits irregulares[10], atirar para todos os lados, sem zelar pela segurança do indivíduo, são atos comuns dentro das favelas. O controle indireto ocorre através da intervenção na vida cotidiana dos moradores, com o controle sobre o espaço e a vida das populações de baixa renda, através de políticas assistencialistas como, o Cheque Cidadão; a Bolsa Escola; o estímulo imposto à prática de esportes, de dança, como se todos os moradores tivessem essas habilidades. Outro argumento de defesa a essas políticas é a inibição do envolvimento desses adolescentes com o tráfico de drogas. Sabemos que menos de 10% da população residente nas favelas envolve-se com o crime e o tráfico. E este índice é anterior a essa política.

A solução não está em somente ocupar o tempo livre do jovem, mas em fazer uma política efetiva de expansão e construção da auto-estima e da valorização do outro, enquanto sujeito de sua própria história. E paralelamente de diminuição das grandes desigualdades sociais, a fim de que as populações residentes nessas áreas tenham acesso a uma moradia digna, a uma escola de qualidade, a uma saúde que efetivamente funcione, enfim, a um mínimo de condição de vida onde as pessoas se sintam honradas.

---

[1] Embora não haja consenso na literatura sobre a favela em relação ao seu surgimento, muitos especialistas afirmam que esta começou nos anos 20 do século XX. No entanto, pelas informações fornecidas por Alba Zaluar e Marcos Alvito (1998:10), o *Jornal do Brasil* de 1900, em uma carta escrita pelo "…delegado da 10ª circunscrição ao chefe de polícia, dr. Enéas Galvão", afirma a existência de vagabundos e criminosos, no morro da Providência, e pede reforço de 80 praças a fim de se fazer um grande cerco, para a sua completa extinção.

[2] Ver BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Pp. 137-141.

[3] REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos. Evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. P. 90. Nunca foi cumprido em sua totalidade. Seu projeto só foi concluído em 1930, ano do golpe.

[4] Segundo Lucia Lippi de Oliveira (2002:162), o Plano Agache serviu de orientação para todos os projetos urbanísticos até a década de 60 do século XX, quando este foi substituído por um novo plano para a cidade, o Doxíadis (gestão Carlos Lacerda). OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV.

[5] ABREU, Mauricio de Almeida, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro,* Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, SMU/IPLANRIO, 3a Edição, 1987.

[6] Entrevista realizada em fevereiro de 2005.
[7] Ver Vera Resende (2002: 270) *Cidade História e Desafios.* Rio de Janeiro: FGV.
[8] Segundo Luiz César de Queiroz Ribeiro e Luciana Correa do Lago (2000: 2) as favelas do Rio de Janeiro já eram descritas por Olavo Bilac como " uma cidade à parte". Desde a década de 70 já surgiram trabalhos criticando a dualidade favela e asfalto, promovidos pela teoria da marginalidade. Janice Pelman, em 1974, também procura romper com esta visão dualista, no livro: O Mito da Marginalidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
[9] Ver livro do Zuenir Ventura. *Cidade Partida.* São Paulo: Cia das Letras, 1994.
[10] Pela Constituição Federal, artigo 144, parágrafo 5º, somente tem autorização para fazer blits a polícia civil. À policia militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Conforme argumenta Antônio Alberto Machado (Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê editorial, 2001:242)

MARXISMO E REVISIONISMO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Joana El-Jaick Andrade (Mestranda da USP – Sociologia, FFLCH)[1]

O fim do século XIX foi marcado pela intensa discussão no interior dos recém-criados partidos socialistas de massas europeus acerca da legitimidade da via reformista e da viabilidade da luta direta revolucionária. Tal disputa tornou-se mais evidente nos debates travados no âmbito dos congressos da Segunda Internacional Comunista, entre os anos de 1890 a 1914, onde são colocadas em xeque diferentes concepções do Estado e das instituições burguesas. O surgimento de uma corrente revisionista, liderada por Eduard Bernstein, dá início a um grande cisma no interior da social-democracia que veio a ser considerado como "a primeira crise do marxismo", introduzindo uma nova tendência de rechaço à concepção dialética da história e de abdicação de quaisquer pretensões revolucionárias. Embora tenha como seus primeiros precursores os "marxistas legais" da social-democracia russa, Pëtr Struve, Mikhail Tugan-Baranóvski, Sergei Bulgakof, Nicolai Bardiaev e Semën Frank, o revisionismo ganha real expressão internacional através da figura de Eduard Bernstein – um dos personagens centrais do Partido Social-Democrata Alemão e, tal como Kautsky, ex-amigo pessoal de Engels – que em suas teses expõe e sistematiza os seus elementos cardeais pela primeira vez[2].

Segundo a elaboração teórica bernsteiniana, dever-se-ia empreender um esforço de revisão e correção[3] das teses enunciadas por Marx e Engels. Haja visto que o capitalismo teria demonstrado uma grande capacidade de adaptação e estabilidade, comprovada pela ausência de crises e pela crescente democratização do Estado Liberal de Direito, a hipótese determinista que previa o colapso inevitável do sistema deveria ser descartada. Conseqüentemente, caberia aos socialistas a renúncia da "utopia revolucionária" e a adoção de estratégias políticas que permitissem, no interior do sistema democrático capitalista, a conquista gradual de melhorias para as classes trabalhadoras. Estas medidas levariam enfim o Estado à perda de seu caráter de classe, assumindo a defesa do "interesse geral" (Bernstein,1982). Através deste argumento Bernstein acolhe a tese que apregoa o "aperfeiçoamento" ou "ajustamento" do capitalismo em detrimento de sua superação, sendo o socialismo nada mais do que um "liberalismo organizado".

Bernstein, entretanto, acredita não ter rompido por completo com a teoria marxista, tendo apenas excluído seu elemento “nefasto” – a dialética. Destarte, procura eliminar todo traço de influência da filosofia hegeliana presente no pensamento de Marx. Ao abandonar princípios básicos do socialismo científico (que exprimem seu conteúdo revolucionário), Bernstein pretende fornecer novas bases de fundamentação do socialismo, desta vez ancoradas em princípios éticos. Assim, passa a aderir ao neokantismo de autores como Conrad Schmidt, Hermann Cohen e Ludwig Woltmann (Hobsbawm,1982;1984a; 1984b).

Segundo Bernstein, a lógica dialética de Hegel incorporada por Marx (embora despojada de seu caráter “místico”) constituiria um obstáculo permanente para o exato conhecimento do processo histórico, devendo, portanto, ser extirpada de sua teoria. Para o autor, o grande “risco” da dialética hegeliana residiria na sua síntese dos contrários, a negação da negação, que quando transposta do plano dos conceitos ao plano dos objetos reais (complexos, dotados de heterogeneidade e multiplicidade em suas relações dinâmicas) poderia propiciar construções arbitrárias e conclusões inverossímeis sobre as possibilidades de mudança da realidade. Sendo assim, a lógica do desenvolvimento por antíteses não seria aplicável nem à vida dos indivíduos nem à história como um todo, por não se apresentar de forma tão fácil e radical, ou de modo tão preciso e simétrico como na construção especulativa. Com efeito, a dialética hegeliana, o elemento “pérfido” da doutrina marxista, conduziria à armadilha de apresentar-se como modelo explicativo da evolução social, que se faria por meio do aguçamento das contradições internas da sociedade.

De acordo com a teoria bernsteiniana, a utilização dos princípios da filosofia da história de Hegel levaria em último caso à justificação do emprego da tática revolucionária através da força. Neste aspecto, o marxismo estaria ainda estreitamente vinculado ao blanquismo, no que tange à sobrevalorização da força criadora da violência revolucionária e à idéia de conquista do poder político através de golpes revolucionários (Bernstein,1982). Amparando-se na última obra de Engels, a introdução elaborada em 1895 à “Luta de Classes na França”, Bernstein manifesta abertamente seu repúdio à via revolucionária, defendendo firmemente o reformismo e o papel da atuação parlamentar e sindical na consecução dos objetivos da classe operária. Opondo-se às idéias de que a derrubada da sociedade

burguesa estaria próxima e de que a social-democracia deveria regular sua tática e pautar suas ações tendo em vista essa grande catástrofe iminente, Bernstein passa a desferir sérios ataques ao marxismo ortodoxo.

Bernstein alega que tanto Marx quanto Engels teriam superdimensionado as contradições do capitalismo, em razão das condições sociais que encontraram em sua época histórica. No entanto, a sociedade teria sofrido inúmeras modificações em seu cerne, graças à própria organização e pressão da classe operária, tendo concebido variados mecanismos adaptativos. Por intermédio de tais mecanismos a economia capitalista tornar-se-ia capaz de contornar as crises gerais ou, ao menos, de atenuar sobremaneira seus efeitos. Neste sentido, os acordos entre conjuntos industriais, os trustes, a ampliação do sistema de crédito e a ampliação do sistema de informação tornariam inviáveis as teses que previam o colapso geral do sistema (Bernstein,1982). Da mesma forma, a teoria marxista do valor (que seria um simples constructo intelectual), a teoria da crescente pauperização do proletariado e a teoria da polarização das classes também não encontrariam respaldo. A suplantação da pequena produção rural pela grande não teria se confirmado, assim como o número de proprietários de indústrias não teria diminuído (tendo inclusive sofrido um acréscimo). Portanto, além do incremento da riqueza social não ter sido acompanhado da diminuição do número dos grandes magnatas do capital, as camadas médias não teriam desaparecido e a concentração da produção não teria se efetivado.

No domínio político, segundo Bernstein, também haver-se-ia produzido uma série de transformações em direção à democratização da sociedade[4]. Os privilégios da burguesia, ante o progresso das instituições democráticas, estariam em vias de extinção. Teriam sido introduzidas igualmente formas de controle social sobre as tendências exploradoras do capital, como a legislação sobre as fábricas, a democratização da administração municipal e a emancipação das instituições sindicais e corporativas de toda a trava legal. Bernstein conclui então que em lugar de especular sobre a grande catástrofe, dever-se-ia tratar de organizar politicamente a classe operária, preparando-a para a democracia e para a luta em prol da reforma do Estado, que desta forma perderia seu caráter de classe.

Ao rejeitar o materialismo histórico através da negação da dialética, Bernstein lança-se à procura de novas fontes de fundamentação para o socialismo, encontrando na ética kantiana a base de sua teoria. Realizando a separação entre juízos de fato e de valor, busca a complementaridade entre Comte e Kant, reconhecendo a existência de uma ciência social empírica, cientificamente neutra, fundamentada em fatos bem delimitados, e de uma moral ideal, pura, absoluta e eterna. Os valores liberais de democracia e justiça pertenceriam, assim, ao patrimônio do socialismo, tal como haviam pertencido à ordem liberal burguesa. Esta combinação entre neokantismo e positivismo seria retomada posteriormente por autores austromarxistas como Max Adler e Otto Bauer, que se propõem a desenvolver uma sociologia marxista, embora substancialmente diferenciada do pensamento de Bernstein.

A drástica ruptura com os pressupostos teóricos do materialismo histórico, realizada por Bernstein, despertara um grande furor no seio da social-democracia, dominada por concepções apologéticas da história, vista como mero reflexo de leis naturais objetivas e necessárias (principalmente devido à influência do evolucionismo determinista de Kautsky[5]). Diante de suas controversas proposições, os expoentes da ala mais à esquerda da Internacional insurgiram-se contra os revisionistas acusando-os de haverem deturpado todo o sentido do socialismo, que busca a emancipação das classes subalternas e a abolição do sistema salarial.

Sem dúvida, uma das respostas mais contundentes ao revisionismo partiu de Rosa Luxemburgo, em seu ensaio “Reforma ou Revolução?”. Para Rosa, o revolucionarismo seria da própria essência do socialismo e o dilema entre reforma social ou revolução corresponderia à questão de “ser ou não ser” social-democrata. Prossegue ainda afirmando que “*entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social é o fim*” (Luxemburgo,1986:23). Assim, na polêmica erigida por Bernstein e os seus partidários o que estaria em jogo afinal não seriam os métodos de luta ou o emprego de determinadas táticas, mas a própria existência do movimento socialista. Para Rosa, o ponto nodal da teoria de Bernstein não seria a sua particular percepção das tarefas práticas da social-democracia, mas a tendência objetiva da evolução da sociedade capitalista nela implícita. O que se poderia extrair de essencial nas

teses revisionistas, portanto, nada mais seria do que a concepção de que o desmoronamento do capitalismo seria improvável ou não-desejável, levando ao abandono do objetivo último revolucionário, o que significaria o próprio fim do movimento socialista (Luxemburgo,1986:33).

Além da formação de uma ala anti-revolucionária no âmbito da social-democracia européia, o embate revisionista dá início a um racha entre a esquerda social-democrata e os "ortodoxos", posicionados mais ao centro. Enquanto os "ortodoxos" concentravam seus esforços na unificação do movimento, com vista à salvaguarda da tática eleitoral, as alas de esquerda passam a lhes direcionar severas críticas, repreendendo os dirigentes da "ortodoxia" por não haverem esboçado uma reação suficientemente dura no Congresso de Paris no ano de 1900, quando estes se recusaram a expulsar os militantes revisionistas do seio do Partido. Tal fato principiaria o gradual afastamento das duas correntes, culminando no seu definitivo rompimento em 1914, em razão da capitulação das social-democracias européias à política de guerra de seus países (Anderson, 1989; Hobsbawm, 1982; 1984b).

Embora os revisionistas não tenham sofrido reprimendas ou punições oficiais por parte dos partidos, no Congresso de Amsterdã de 1904 foi aprovada resolução condenando as idéias de Bernstein e os pressupostos de sua teoria, o que não impediu, todavia, que angariassem muitos simpatizantes dentro e fora dos partidos social-democratas europeus (Hobsbawm, 1984b; Przeworski, 1989). Ao examinar o fenômeno revisionista, que considerava reflexo de uma infiltração inevitável de mentalidade pequeno-burguesa no seio dos grandes partidos operários, Lênin escreveu:

> *A divisão no seio do socialismo internacional contemporâneo estabelece-se hoje, nos diversos países do mundo, essencialmente numa mesma linha, o que mostra um formidável passo em frente que se deu em comparação com o que ocorria há trinta ou quarenta anos, quando lutavam nos diversos países tendências heterogêneas dentro de um movimento socialista internacional único (...) O caráter inevitável do revisionismo é determinado pelas suas raízes de classe na sociedade atual.* ***O revisionismo é um fenômeno internacional****. Para nenhum socialista um pouco informado e consciente pode existir a menor dúvida de que a relação entre ortodoxos e os bernsteinianos na Alemanha, entre os guesdistas e os jauressistas (agora, em particular, os broussistas), em França, entre a Federação Social-Democrata e o Partido Trabalhista Independente, em Inglaterra, entre De Brouckère e Vandervelde, na Bélgica, os integralistas e os reformistas, em Itália, os bolcheviques e os mencheviques na Rússia, é por toda a parte essencialmente a mesma, e não obstante a gigantesca diversidade das condições nacionais e dos fatores históricos na situação atual de todos esses países* (Lênin, 1986: 45-46).

Por toda a Europa, amplos setores da social-democracia[6] expressaram a sua adesão à tendência revisionista e à sua crença na evolução pacífica do capitalismo ao socialismo, que procurava transformar o socialismo da condição de antítese teórica e prática do sistema capitalista à condição de um movimento parlamentar integrante deste mesmo sistema, no que foi considerada a primeira "crise do marxismo"[7] (Anderson, 1989; Hobsbawm, 1982; 1984a; 1984b; Przeworski, 1989; Sombart, 1898; Viatkin, 1982).

Não obstante todas as críticas direcionadas a Bernstein, muitos grupos socialistas insatisfeitos com as diretrizes dos partidos social-democratas saudaram sua "rebeldia", como é o caso dos teóricos do sindicalismo revolucionário[8] Antonio Labriola e Georges Sorel. que procuraram encorajar seu esforço de reelaboração teórica embora ambos discordassem das soluções por ele apontadas. Labriola propunha a substituição da expressão "método dialético" por "método" e de "marxismo" por "comunismo crítico", conquanto visasse com isto a salvaguarda destes conceitos e a afirmação da autonomia filosófica do marxismo (Labriola, 1928) em relação ao hegelianismo. Sorel, por sua vez, extrai das teses de Bernstein conclusões inéditas e inusitadas, rompendo com a doutrina evolucionista, positivista, determinista e materialista vulgar do marxismo ortodoxo e direcionando duras críticas também à política reformista, ao Estado e à democracia parlamentar (Sorel, 1982:88). O anti-estatismo radical presente em seu "romantismo revolucionário"[9] o conduz à defesa de uma ação direta, amparada em uma moral proletária. Tal concepção encontra-se explicitada na fórmula por ele difundida: "*Tout l'avenir du socialisme réside dans le développement autonome des syndicats*" (Sorel,1982:92)[10]. Devemos ressaltar que, contrariamente a Croce, que proclamara o esgotamento do marxismo teórico em virtude de sua fragmentação doutrinária, Sorel concebe a "crise" como frutífera e positiva. Segundo sua concepção:

> *A crise do marxismo marca um longo progresso, possibilita a superação de obstáculos do pensamento – o socialismo não é uma doutrina, uma seita, um sistema político: é a emancipação das classes operárias que se organizam e criam instituições novas* (Sorel, 1982: 141).

Apesar de todas as críticas e acusações dirigidas aos revisionistas, Lênin compartilha desta mesma opinião, supondo que "a luta contra os revisionistas serviu para um fecundo

reavivamento do pensamento teórico do socialismo internacional, tal como ocorrera 20 anos antes, com a polêmica de Engels com Dühring" (Lênin, 1986: 42-43).

Indubitavelmente as críticas e intervenções na querela revisionista deram origem a importantes revisões teóricas e a novos questionamentos. Seu mais expressivo legado teórico terá sido incontestavelmente a rediscussão do próprio conceito de dialética, tal como este era difundido pelo marxismo "oficial". A crucial relação entre necessidade e liberdade (ou seja, entre as condições materiais de existência e os sujeitos históricos) era resolvida pela filosofia da história determinista com a preservação da antinomia entre sujeito-objeto e a prevalência do último sobre o primeiro, de forma mecânica e direta, pela invocação de leis naturais. Desta forma, a dialética subjetiva (história humana) seria o mero reflexo da dialética objetiva (história da natureza) e as transformações se produziriam independentemente da vontade ou ação humanas, em função da própria natureza contraditória do ser. Assim, o papel do homem como sujeito histórico é reduzido ao máximo, perdendo seu próprio caráter revolucionário.

Se o determinismo mecanicista e dogmático adotado pelo marxismo ortodoxo representou, como foi apontado, a ocultação do potencial transformador e revolucionário dos sujeitos históricos, por outro lado, a rejeição e exclusão da dialética marxista efetuada por Bernstein posicionou-o do outro lado dos extremos, aproximando-o do idealismo kantiano e da ciência positivista. Deste modo, excluiu de seu sistema teórico todas as patentes contradições do modo de produção capitalista, ocultando-lhe os antagonismos sociais e partindo em defesa de um reformismo não atrelado ao compromisso revolucionário. Como conseqüência, esvaziou a teoria marxista de todo conteúdo crítico e transformador, levando a social-democracia a endossar as teses liberais e a legitimar o sistema capitalista. Conforme previra Rosa Luxemburgo (1986), o revisionismo bernsteiniano levou à descaracterização da social-democracia e à sua identificação com um democratismo liberal apático e comodista.

Referências Bibliográficas

BERNSTEIN, Eduard. *Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Problemas del socialismo. El revisionismo en la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, 1982.

___. "El mensaje de Bernstein al Congresso de Stuttgart". In: *Socialismo teórico y socialismo práctico.* Buenos Aires: Editorial Claridad, 1966.

HOBSBAWM. Eric J. *Revolucionários.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

___. (org). História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional - primeira parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KAUTSKY, Karl. "La revolución social. El camino del poder". In: *Cuadernos de pasado y presente*, n. 68. México, D.F: PYP, 1978.

LABRIOLA, Antonio. *Essais sur la conception matérialiste de l'histoire*. Paris: M. Girard, 1928.

LENINE, V.I. "A revolução proletária e o renegado Kautsky". In: *Obras escolhidas*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, v. 3, 1988.

___. "Marxismo e revisionismo". In: *Obras escolhidas*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução.* São Paulo: Global Editores, 1986.

MARX, Karl & ENGELS, F. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, 1981.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOREL, Georges. *La decomposition du marxisme et autres essais.* Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

VIATKIN, A. *Movimiento obrero comunista y de liberación nacional*. tomo I. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.

---

[1] Este trabalho foi desenvolvido como parte da dissertação de mestrado "O Revisionismo Bernsteiniano e a Negação da Dialética", a ser apresentada na referida instituição, tendo contado com o apoio financeiro do CNPQ.

[2] Desde sua fundação em 1875 pelo Programa de Gotha, o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães (SPD) já apresentava uma série de contradições internas, magistralmente assinaladas por Marx[2], ocasionadas pela incorporação de idéias oriundas do colaboracionismo lassaliano. Tais contradições, no entanto, mantiveram-se obscurecidas durante os doze anos em que vigorou as leis anti-socialistas que limitavam a atividade do Partido à mera propaganda política para a renovação do *Reichstag* e dos *Landstag* (Hobsbawm, 1984a ; Sombart, 1898).

A partir de 1890, com a revogação das leis restritivas e o afrouxamento da censura, a tática recomendada pela direção do partido de atuação na estrita legalidade passou a ser colocada em xeque por segmentos mais radicais[2]. Da mesma forma, vozes defensoras de uma política aberta ao estabelecimento de alianças e à participação no governo também passam a ser ouvidas, como é o caso de Georg von Vollmar[2], o líder da social-democracia da Baviera. Embora exemplos como o de Vollmar, ou ainda de Wolfgang Heine e de Scippel, apresentassem similitudes em relação aos revisionistas, além de certa dose de hostilidade em relação ao socialismo científico, somente com Eduard Bernstein foi esboçado um sistema teórico com princípios próprios (Hobsbawm, 1984a).

[3] Ex-marxista ortodoxo, Bernstein realiza sua primeira tentativa de revisão logo no ano seguinte à morte de Engels, através do ensaio "Teoria socialista de um desenvolvimento catastrófico da sociedade", em que rebate as idéias difundidas no Congresso Socialista Internacional (celebrado em Londres, 1896) sobre a iminente possibilidade de colapso do sistema capitalista, que Marx e Engels haviam previsto no Manifesto Comunista (Bernstein, 1966). Bernstein retornara às suas teses ainda no mesmo ano, ao publicar na revista *Die Neue Zeit* os artigos: "Problemas do socialismo" (Bernstein, 1982). Contudo, é a partir da publicação do livro "As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia", de 1899, que o revisionismo bernsteiniano ganha suma notoriedade e desperta uma série de contundentes críticas (Bernstein, 1982).

[4] A substituição da ordem social capitalista por uma ordem social socialista dar-se-ia pela introdução de formas desenvolvidas de afirmação da democracia na sociedade, como cooperativas de produção e consumo, institutos de seguridade geridos pelos operários e sindicatos. Ao Estado, portanto, caberia apenas a composição dos conflitos de classe e o abrandamento das tensões.

[5] Kautsky concebia a "lei do desenvolvimento histórico" como a "lei comum à qual se subordinam tanto o desenvolvimento do ser humano, como o do animal e o da planta." Assim, a produção socialista seria criada em última instância pela lógica dos fatos, ainda que talvez só depois de muitos passos em falso, de erros e de vítimas inúteis, depois de um inútil desperdício de força e de tempo (Kautsky, 1978).

[6] A base da massa dos revisionistas bernsteinianos era constituída por funcionários sindicais e por dirigentes da social-democracia da Alemanha meridional. Estes possuíam força para evitar a sua expulsão do Partido, contudo, não conseguiam impor a revisão teórica pretendida.

[7] Expressão cunhada pelo liberal Masaryk em 1900.

[8] Lênin chega a alcunhá-los de "revisionistas de esquerda"

[9] Esta categorização foi proposta por Michael Löwy em "Georg Lukács e Georges Sorel" (1997, p.113-122).

[10] Todavia, se Sorel refuta a "teoria do colapso", não chega a desprezá-la completamente, atribuindo-lhe o papel de imagem impulsionadora das massas, de verdadeiro "*mito revolucionário",* contribuindo sobremaneira para a organização dos trabalhadores para a greve geral (Sorel, 1992).

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE; SONS E SENTIDOS NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO.

João Pinto Furtado

Departamento de História

FAFICH / UFMG

A reflexão que aqui se apresenta procura destacar alguns temas sobre a problemática cultural na contemporaneidade brasileira. O conjunto de reflexões está estruturado em torno de uma investigação acerca das ligações entre História, processo vivido, e as diferentes linguagens, em especial a musical, nas quais esta experiência se traduz e se revela. Parte-se do princípio de que é possível colocar em relação (e articular produtivamente) as noções de razão, sensibilidade e sentido, o que pode nos abrir uma nova chave de compreensão para a contemporaneidade. O mundo parece estar se abrindo muito mais para as canções, independente de em que língua falada se estruturam suas letras. Tendências como o RAP ou autores como os Paralamas do Sucesso parecem às vezes nos apresentar certas canções e temas que, se nos parecem "misturados", meio fundidos, ao mesmo tempo sugerem que os sons estão, em um certo sentido, ora "reiterando" uma ordem mundial, ora re-atualizando sua crítica. Nessa linha, cada vez mais, identificam-se conhecimento e linguagem musical, seja ela expressa através de diferentes *mídias coletivas*, seja através da fruição individual ou doméstica. Investigar alguns destes aspectos é o propósito deste trabalho.

Um primeiro exemplo pode ser evocado a partir da situação percebida quando se ouve, por exemplo, uma composição como a "Bachiana Nº 5", de Heitor Villa-Lobos. Ali, em tese, não existe nada sendo dito no nível da linguagem falada, como com freqüência vemos no cancioneiro dito popular, e facilmente compreensível para qualquer um que se

expresse em língua portuguesa. Tampouco se poderia dizer haver ali um diálogo em sentido estrito, como o de duas pessoas que se comunicam. No entanto, a fusão do popular e do erudito (se é que estes termos fazem algum sentido no ato de criação) que ali tenta se expressar acaba revestindo a peça de um conteúdo talvez ainda mais universal e inteligível do que a própria língua falada poderia lhe conferir. Segundo acreditamos, nessa peça temos o projeto modernista, na sua mais pura acepção, redefinindo e retificando significados, relendo a História e se expressando por via da linguagem musical. É como se, parodiando o Manifesto Antropofágico - que cita o popular Shakespeare (Tupi or not Tupi?) e ao mesmo evoca nossas raízes primeiras - nosso maestro citasse as raízes da própria musicalidade brasileira em conexão com Bach. Villa-Lobos não seria caso isolado no século XX e, para citar um exemplo bem mais contemporâneo, o que não implica excluir todos os situados no meio do percurso, tomemos o falecido agitador cultural *Chico Science,* pessoa bem menos acadêmica e nem por isso menos modernista. No seu trabalho, podemos perceber uma série de investimentos e intervenções onde se sintetizam múltiplas influências que vêm do *Reggae* caribenho, do *Jazz* norte-americano, do regionalismo pernambucano, do *Rock* trans-nacional, tudo isso harmoniosamente misturado. Certamente, boa parte de suas canções poderia ser tomada como um momento de afirmação de uma síntese musical não-preconceituosa, um notável exemplo de multiculturalismo que vem do cancioneiro nordestino.

No fundo, o que estamos a sugerir tem um pouco a ver com a questão da globalização, se percebida em sua face positiva. No extenso repertório cultural que caracteriza a contemporaneidade, nos parece estar se definindo uma série de valores que, cada vez mais, parecem universalizar os diferentes sentidos e funções da musicalidade. Dizendo por outras palavras, o mundo hoje parece estar se abrindo muito mais para as canções, independente de em que língua falada se estruturam suas letras, e

suas interferências reciprocas são cada vez mais perceptíveis. Quer dizer, as canções hoje estão todas “misturadas”, meio fundidas o que, em muitos casos, apresenta um saboroso resultado estético. Os sons estão, em um certo sentido, ora reiterando uma ordem mundial global, ora reatualizando sua crítica e, esse é um ponto positivo. Nessa linha, os individuos, cada vez mais, se identificam com a linguagem musical, seja ela expressa através de diferentes *mídias coletivas*, seja através da fruição individual e/ou doméstica. contrário[i].

Feitas estas observações preliminares, evocadas no sentido de delinear nosso objeto de investigação, enfrentemos agora um conjunto de indagações a nosso ver pertinentes à compreensão do problema da expressão musical como possível objeto da História em suas múltiplas possibilidades investigativas. Nessa linha, destacamos que o conjunto de reflexões que aqui se apresenta está estruturado em torno de uma investigação acerca das ligações entre História, processo vivido, e as diferentes linguagens, em especial a musical, na qual o objetivo central gira em torno de tomar as diferentes formas de expressão cultural e artística como possibilidades para um melhor entendimento da História. Em última instância, parte-se do princípio de que é possível colocar em relação (e articular produtivamente) as noções de razão e sensibilidade, ou razão e sentidos, o que nos abre uma nova chave de compreensão para a contemporaneidade.

Nesse novo projeto historiográfico, diferentes formas de expressão da sensibilidade contemporânea como teatro, cinema e televisão, são concebidos como diferentes expressões culturais e uma das que me parece mais interessante e mais potencialmente promissora é precisamente a linguagem musical. Se é que podemos falar em uma linguagem universal a permitir melhor comunicação entre os homens e mulheres de diferentes nacionalidades, creio que a música é a que mais se aproxima desta busca. Então é importante, num certo sentido, pensarmos que a música tem uma capacidade

inata de agregar interesses e de fazer com que os diferentes se comuniquem. A música é, portanto, algo que só se realiza no momento da execução dela mesma. Há um historiador da cultura norte-americano, Leo Treitler, que escreveu um texto interessante a este respeito[ii], no qual tenta articular parte dessas questões a partir do conceito de "*performance*". Em suas reflexões o autor sugere que fazer uma história da música é uma "impossibilidade virtual". Em outras palavras, o autor procura sugerir que dificilmente um historiador vai conseguir "ouvir" uma peça do modo como ela foi expressa historicamente, uma vez que existe um grande número de variáveis que não se grava ou não se reproduz em disco. Lembremos o fato de que, quando chegamos em uma grande sala de concertos para ouvir uma sinfonia, pouco antes do espetáculo, os músicos ficam ali afinando os seus instrumentos. Parece uma coisa amadorística e improvisada, mas, na verdade, não é. Para quem tem um ouvido mais apurado, como é o caso dos músicos profissionais, e para quem sabe fazer música, é muito mais do que isso. Eles esperam, na verdade, o público entrar, porque a afinação dos instrumentos vai depender, num grau de preciosismo, num grau de precisão muito grande, da quantidade de público, do número de pessoas, da presença dos corpos físicos na sala de concerto. É tudo muito sofisticado. Cada material que reveste as salas tem que ser examinado, tem que ser testado. Ele precisa ser muito bem instalado. É uma técnica que, realmente, só os ouvidos muito sofisticados, entre os quais não está o meu – eu espero que um dia esteja – mas só os ouvidos muito sofisticados conseguem perceber, o que explica um pouco aquelas antológicas idiossincrasias do bossanovista João Gilberto.

Com essa idéia de *performance*, caímos no terceiro bloco de indagações que gostaríamos de enfocar sob a ótica de um problema bem concreto: o que é a interpretação, o que é o papel, na *performance*, do artista que apresenta ou "representa" uma determinada peça. Uma canção que muitos conhecem em duas versões é *Comida,* uma canção dos Titãs, do início dos anos 80, interpretada pelos próprios Titãs, de um

lado, e reinterpretada pela Marisa Monte, de outro, em uma versão de cinco anos depois. Excetuando-se a letra, que é absolutamente idêntica, qualquer um perceberá que as duas versões constituem-se em duas canções diferentes: uma tem pouco a ver com a outra em termos das sensações que evocam respectivamente. Claro que nós temos aspectos de ritmo, harmonia, notas e arranjos que se repetem, se auto-referenciam ou se superpõem, mas o modo como se constrói a interpretação, o modo como se faz a *performance* e o tipo de instrumentação que se usa vai dar um sentido completamente outro à canção em cada caso. O sentido trabalhado por Marisa Monte é muito mais reflexivo, muito mais convidativo. E costumo dizer que é muito mais interessante para ser usado, do ponto de vista da sala de aula, por exemplo, para conversar com os alunos e para discutir questões da agenda política dos anos 80. Por outro lado, a versão dos Titãs é muito mais dançante, muito mais performática, muito mais física nesse sentido, e nem por isso menos interessante, ou menos importante.

Existe ainda um outro sentido pelo qual a História e a historiografia contemporâneas podem "beber" da fonte musical. Tomemos duas canções que nos falam sobre a História tal como vista pelos compositores, aqui convertidos em cronistas de seu tempo. A primeira é a uma reinterpretação contemporânea de uma canção antiga, que é Maria Bethânia cantando "*Três Apitos*", de Noel Rosa. De que episódio essa canção trata, que provavelmente muitos de nós carregamos lá da infância? A fábula da "*Cigarra e a Formiga*" nos parece o referente fundamental desta canção. A canção como um todo fala de um personagem que é um boêmio, nesse caso é o próprio cronista e, portanto, o personagem de Noel Rosa é o poeta/cigarra que vê uma operária/formiga de uma indústria de fiação e tecelagem passar, diariamente, bem cedo, quando ele ainda está possivelmente terminando suas serenatas. Ele, portanto, vê passando uma operária pela qual ele se apaixona. E aí ele canta: "Quando o apito da fábrica de tecidos/mergulhar no seu ouvido". A idéia que está evocada ali é expressa na fábula da "*Cigarra e a Formiga*"

como contraponto entre trabalho e lazer. Uma, a cigarra, boêmia, cantora e fútil, a outra, a formiga, operosa e extremamente preocupada com o futuro.

Existe nesta canção uma frase em que Noel afirma textualmente: “enquanto você faz pano, faço versos no piano... com ciúmes do gerente impertinente que dá ordens a você”. Nesse caso então, no plano simbólico, temos a formiga e a cigarra em duas situações contrapostas. A cigarra, lírica, quer dizer: “eu canto, eu gosto de cantar e a minha função é cantar, faço pela minha paixão e vivo disso”. Por outro lado, não é tão nobre assim o que expressa o trecho que se fala em “ciúmes do gerente impertinente que dá ordens a você”. Essa idéia do “gerente impertinente” introduz uma série de coisas importantes para se pensar os anos vinte e trinta do século XX no Brasil. Claro que aí, neste ponto, a canção não é só poesia, não é só beleza, tem um horizonte machista, um documento de época que expressa também a visão do cronista como homem de seu tempo. Nesse caso o que parece, de fato, que se quer dizer é: “eu estou com ciúmes de um outro homem que dá ordens a você uma vez só eu que posso dar essas ordens”. Um outro aspecto, correlato a este, que está colocado nesta canção é a idéia da contigüidade entre o espaço de trabalho e o espaço do lar, aspecto típico do sistema fabril do início do século no Brasil.

Uma última canção que gostaria de citar e analisar na verdade é uma canção bastante performática e muito interessante porque sintetiza boa parte das sugestões teórico-metodológicas que esboçamos anteriormente, nos três principais blocos desta exposição. Resumimos, para efeito de sistematização das idéias e já caminhando em direção à conclusão, as três principais questões que tentamos explorar: em primeiro lugar, tentamos sugerir a possibilidade de investigar o “encontro musical” entre diferentes gerações e classes sociais, no sentido de entender como se definem aspectos das identidades sociais através da música. Em seguida, trabalhamos a possibilidade de avaliar e analisar o conceito de *performance* como um instrumento interessante à

compreensão da musicalidade e a cultura de uma sociedade. Finalmente, exploramos a idéia de pensar, historicamente, musica, *performance*, autores e recepção pública como fontes para a História. Então, essa última canção é, por assim dizer, uma espécie de conclusão. Uma canção conclusiva por todos os aspectos aqui evocados.

Trata-se da canção "Todos estão surdos", de Roberto Carlos, em versão gravada em meados dos anos 90 por "Chico Science e Nação Zumbi". Afirmamos que é uma canção oportuna para encerrar por uma série de aspectos. Alguns elementos explícitos na letra, evocados em trechos como "*Um cabeludo falou que a paz é importante*" ou, logo adiante, "*meu amigo, volte logo*" sinalizam ao mesmo tempo para uma certa retomada de valores de uma cultura alternativa dos anos sessenta do século XX, mas também de valores ligados à religião e prática política. Quando Chico Science trabalha este tipo de valores, certamente nós estamos falando de valores religiosos, cristãos, ou que sejam de outras religiões, mas nós estamos falando de uma visão ecumênica, uma visão que tenta estabelecer o primado da paz sobre a guerra, o primado da integração sobre o primado da cisão. A canção, do ponto de vista da letra explícita, objetiva, e reafirma periodicamente todo esse conjunto de circunstâncias. Do ponto de vista da tipologia instrumental e dos procedimentos de arranjo, a própria *performance* de execução dela também sinaliza a mesma coisa. Logo na abertura tem-se a "voz" de um repentista nordestino. E, de repente, entra um som mais calcado na guitarra, mais *Rock and Roll.* Logo depois, aparece no meio o som de uma rabeca, que é um instrumento bem presente na tradição musical pernambucana, mas é também meio *country* norte-americana, é também meio essa síntese universal que a canção num certo sentido tenta evocar. Não por acaso, em certo sentido, diríamos que o Chico Science, precocemente falecido, era uma figura que emblematizava muito bem esta busca por uma renovação musical sempre no sentido de buscar cada vez maior integração com outros movimentos musicais e culturais, no brasil e no mundo. A canção tem um princípio organizativo que integra

notavelmente tanto letra e música quanto a original e sua versão: a música, a cultura, os valores, a ética, a moral são vistos como valores relativamente universais em suas respectivas definições. São "coisas", sempre no horizonte da canção, que a humanidade precisa cultivar, cultuar, aprimorar, desenvolver. Essa dicotomia entre "eu e o outro", essa dicotomia entre o inglês e o brasileiro, o francês e o árabe, essa dicotomia precisa ser superada e, não por acaso, o outrora "condenado" Roberto Carlos passa a ser é um instrumento a serviço deste encontro, livremente lido e recriado. Pessoas, assim como movimentos musicais não são um "absoluto", são antes um conjunto de possibilidades que se definem na (e pela) História. E acho que é isso um pouco do que podemos pensar a partir das canções. Tentamos explorar aqui alguns elementos para pensar as inúmeras potencialidades de entender a música, e é claro que o meu olhar é um olhar de historiador, um olhar de quem quer pensar na música questões que são extra-musicais. O que aqui tentei apresentar, de maneira um tanto a-sistemática, é antes uma sondagem investigativa do que um conjunto de proposições bem articulado. Para além de gostar da canção, o que deve ser comum a maioria de nós, finalizo afirmando que ela se presta notavelmente ao entendimento da sociedade contemporânea e é um pouco disso que se constitui hoje num grande desafio para a Historiografia, talvez o maior, simultaneamente um dos mais promissores e menos explorado deles.

---

[i] A propósito ver: CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade; a história e as histórias da Bossa Nova.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[ii] TREITLER, Leo. History and Music. In: ROTH, Michael & COHEN, Ralph. (eds) *History and ... Histories Within the Human Sciences* . Charlotesville & London: Virginia UP, 1995. pp.209-230. (Originalmente publicado em *New Literary History* [21] 1990)

SUPOSTOS PARA A PESQUISA DE INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano e SANDANO, Wilson.

O campo investigativo do fenômeno educativo revelou nas últimas décadas do século passado, um movimento interessante no que toca aos objetos de pesquisa, às abordagens e à diversidade temática que se expressou na consolidação de grupos de pesquisa em alfabetização e linguagem, práticas e processos de aprendizagem, formação de professores, história da educação escolar, dentre outros (GATTI, 2002). O ponto inicial parece ser a constatação de que o entendimento das mudanças postas à educação não poderia ficar restrito às ciências educacionais, mas estender-se à economia, à política, à filosofia e à sociologia. Isso movimentou os pesquisadores na direção externa à educação. Por exemplo, as pesquisas sobre a formação no interior do espaço fabril e/ou empresarial ganharam bastante relevância, o que implicou, nesse caso, a recorrência a referenciais teóricos da economia e da sociologia do trabalho, dentre outros. Outra ilustração das mudanças que se operaram nos anos noventa, diz respeito à compreensão do fenômeno das transformações no plano macro-estrutural, esforço concentrado no exame, por exemplo, das reformas educacionais. No entanto, a partir da segunda metade da última década do século passado, por força do acúmulo da produção com tais diretrizes e, ao mesmo tempo, devido à necessidade de pesquisa sobre as transformações em curso na produção concreta da escola, muitas críticas (destacamos aqui as feitas no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped) começavam a surgir requerendo que essas investigações passassem a incorporar a pauta dos pesquisadores em educação, marcada por um movimento inicial de volta à escola como lugar privilegiado de pesquisa. O que obrigou a busca de novos referenciais teóricos, novas abordagens e temas relevantes no âmbito da educação escolar.

A escolarização como campo específico de estudo, torna-se, assim, o espaço da produção da política e da valorização do trabalho como elemento que funda a prática social; dos processos históricos de constituição das relações e da racionalidade escolar; das formas privilegiadas de ensino-aprendizagem e sua articulação com as demandas sociais de conhecimento e, finalmente, de um conjunto de fatores que atuam sobre o cotidiano escolar. Acrescente-se que a educação escolar indica a apreensão de um fenômeno específico de produção e circulação do conhecimento e de valores que se

atualiza em instituições objetivas e materiais, as quais, inclusive, lhe oferecem contornos históricos mais precisos.

O texto aqui apresentado filia-se à linha de pesquisa: “Conhecimento e cotidiano escolar” e registra um esforço investigativo que busca delinear um possível itinerário para a compreensão e o tratamento deste campo, referenciado na criação, circulação e apropriação de conhecimento e das práticas formativas inerentes a esse processo, no âmbito da cotidianidade da instituição escolar. Com base nessas considerações, propomos um esforço no sentido de investigar a história e a historiografia de instituições escolares como expressão da formação, organização, gestão e objetivação do processo de escolarização. O referido processo remete para um espaço teórico produzido na articulação da Educação com a História e as Ciências Sociais. Um espaço, portanto, que reconhece a historicidade do fenômeno educativo e de sua institucionalização e que busca apreender os nexos processuais de formação, implantação, normalização, gestão, organização, conflitos e contradições da educação escolar no âmbito da formação social brasileira. Em outros termos, trata-se de investigar a instituição escolar em todos os níveis como expressão de seus sujeitos e dos processos sociais, políticos, culturais e econômicos historicamente produzidos no contexto da sociedade brasileira.

“A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes” (GATTI JR, 2002, p.4).

Assinalamos que a apropriação do tema-objeto proposto representa a conjugação de dois interesses básicos. Um incide sobre a necessidade de superar o caráter lacunar da história e da historiografia de Instituição Escolar no Brasil e, em particular, de Sorocaba e região. O outro interesse aqui alimentado traduz a preocupação com a prática em pesquisa compreendida como esforço coletivo na direção da produção de conhecimento científico elaborado com base na interlocução de referenciais e procedimentos teórico-metodológicos representativos da complexa tarefa imposta pela especificidade do fenômeno educativo.

De acordo com Sanfelice:

"(...) é preciso ter presente como fez o pesquisador luso, Magalhães (1999), que a investigação sobre as Instituições educativas, e para nós não há dúvidas de que a instituição Escolar é uma Instituição Educativa, pode implicar desde um estudo de seus espaços físicos e da própria arquitetura dos edifícios, bem como na abordagem das suas grandes áreas de organização, ou seja, a pedagógico-didática e a de direção / gestão. Mas não é só, porque estas instituições têm também uma estrutura social, ou melhor, sócio – cultural, que, submetida a uma hermenêutica, pode se constituir na 'via fundamental para a construção da identidade histórica das instituições educativas' (Guimarães *apud* Sanfelice). Ali deverá se revelar ainda o papel dos seus diferentes atores, para que se possa interpretar o itinerário histórico da instituição, à luz do próprio modelo educacional" (SANFELICE, 2002, p. 54-55).

Revelar o papel de seus atores para interpretar o itinerário histórico da instituição à luz do próprio modelo constitui parte do campo investigativo registrado no projeto de pesquisa: A História da Escola em Portugal e no Brasil: Circulação e Apropriação de Modelos Culturais. A Introdução desse projeto nos auxilia no sentido de aprofundar a compreensão da escola como instituição.

"A percepção de um *modelo* ou de uma *forma* escolares, característica das sociedades modernas historiciza a escola como instituição produzida na intersecção da pluralidade de dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicos que definiram a modernidade como sociedade da escolarização. Uma nova historiografia educacional propõe-se a (re)historicizar o objeto 'escola', particularizando os dispositivos constituintes desse *modelo* ou *forma* escolares e compreendendo a escola como instituição da modernidade" (CARVALHO e PINTASSILGO, 2002, p.1).

Apresentamos estas considerações chamando a atenção para um argumento utilizado por Raymond Williams, como segue.

"Sempre é provável que construtos teóricos oriundos de estudos empíricos e sua extensão e generalização tomem excessiva liberdade na passagem de conceitos locais e específicos para conceitos gerais. Por outro lado, apenas a partir desse tipo de estudos, seja qual for o grau de reflexão ou de distanciamento teórico, é que podemos começar a conceber, a testar e a fundamentar nossas descrições conceituais" (WILLIAMS, 2000, p33-34).

Aqui podemos reconhecer parte de nossas inquietações e das formas e procedimentos utilizados para composição da proposta deste campo investigativo, o que reafirmaria a necessidade do debate em torno das concepções de Instituição Escolar e da densidade teórico-metodológica circunscrita a esse esforço.

Por outro lado, a leitura de Williams enfatiza outro aspecto essencial, ao nosso ver, para a construção de um consenso mínimo para o estudo, a pesquisa e a análise da Instituição Escolar. O aporte do referido Autor problematiza os vínculos entre instituições e formações.

"Propomos o seguinte, como distinção inicial: por um lado, as relações variáveis entre 'produtores culturais' (termo deliberadamente neutro, embora abstrato) e *instituições* sociais reconhecíveis, por outro lado, as variáveis em que os 'produtores culturais' têm sido organizados ou se têm organizado eles próprios suas *formações*. Essa é uma distinção operacional, para tornar possível uma certa variedade de abordagens da questão das reais relações sociais da cultura. Não se pretende, com isso, dizer que não haja ligação significativa ou até mesmo causas entre as relações institucionais e formacionais" (WILLIAMS, 2000, p.35).

Dessas observações derivamos duas indagações. Podemos considerar a Instituição Escolar como instituição social reconhecível? No âmbito da Instituição Escolar objetivam-se práticas sociais formativas?

Referenciados nesses questionamentos, buscamos possíveis desdobramentos para o entendimento de Instituição Escolar. Assim, preliminarmente, elencamos dois supostos potencialmente capazes de transformar a Instituição Escolar em instituição social reconhecível e formacional. Estes dois supostos são:

a) O reconhecimento da Instituição Escolar como instituição social, vincula-se à análise dos conflitos e antagonismos subjacentes às práticas sociais centradas na relação Capital – Trabalho Assalariado – Propriedade Privada. E objetivada nas múltiplas mediações entre Sociedade e Estado. Assim, o reconhecimento da Instituição Escolar, articula-se à investigação da objetividade social posta historicamente no contexto das formas e dos tempos da sociedade capitalista.

b) A Instituição Escolar materializa uma das múltiplas dimensões da reprodução social, com práticas formativas específicas em seus diversos níveis, cotidianamente realizadas por meio de processos de gestão, ensino, avaliação, em suma, das políticas educacionais e da produção específica da cultura escolar.

Observamos, complementarmente, a Instituição Escolar como expressão das relações e mediações da sociabilidade cotidiana produzida, reproduzida e tensionada por indivíduos, grupos e classes sociais, nos limites e possibilidades históricas da sociedade brasileira contemporânea.

Trata-se propositivamente de apreender o processo de objetivação da Instituição Escolar, considerando supostamente que:

Em seu espaço e tempos históricos, legitimam-se e naturalizam-se as desigualdades sociais e em contrapartida se concretizam, ainda que parcialmente, as possibilidades de compreender as raízes históricas dessa legitimação e naturalização das relações fundantes da formação social capitalista. E mais: a denominada educação para o trabalho no âmbito da Instituição Escolar exige a investigação das formas fenomênicas do capitalismo e as mediações dessa prática formativa com os processos de produção, circulação e apropriação da riqueza socialmente produzida em todas suas dimensões.

A razão-de-ser da Instituição Escolar tem sua gênese e desdobramentos na tensão Capital – Trabalho Assalariado, assumindo na politização das relações sociais materializadas no Estado, o estreitamento ou alargamento da esfera pública / privada por meio do ordenamento jurídico, dos processos de gestão e da racionalidade instrumental que busca subordinar a produção da cultura escolar ao movimento de mercantilização das práticas sociais e dos valores subjacentes a essas.

Diante do exposto detemos nossa atenção em possíveis elementos que subsidiem a compreensão da instituição escolar como expressão dos processos formativos e das relações e mediações da sociabilidade cotidiana produzida, reproduzida e tensionada por indivíduos, grupos e classes sociais, nos limites e possibilidades históricas do atual estágio do capitalismo.

Outra possível perspectiva para a problematização do campo investigativo da instituição escolar pode ser extraída das contribuições de Michael Apple e Louis Weiss (1986).

Para os referidos autores, as escolas:

1 - contribuem na fomentação de condições queobjetivam as desigualdades sociais e os processos de acumulação de capital. Entretanto, no entendimento de Apple e Weiss, esta formulação simplifica e reduz as interconexões entre processo econômico e dinâmica educacional, embora reconheçam que, "(...) não seja ainda essencial ter em mente que existam algumas conexões muito reais entre a economia e as atividades de seleção e distribuição de educação". (APPEL e WEISS, 1986, p. 20)

2 - operam um duplo processo de legitimação interno e externo. Este movimento traduz relações de naturalização do sistema sócio-econômico, amparadas na internalização pelos sujeitos sociais de uma suposta igualdade incorporada, normatizada e formalizada por intermédio das práticas derivadas, por exemplo, da meritocracia. Este duplo movimento cria formas de legitimação em relação à sociedade (capacitação para o mercado de trabalho) e formas internas de legitimação (sistematização, distribuição e avaliação de saberes) que fundam a razão de ser da instituição escolar.

3 – em sua extensão e intensidade institucional mobilizam uma diversidade de "agências de produção" que expressam as demandas por conhecimentos técnico-administrativos, as inovações técnicas e comunicativas e o controle cultural que busca instrumentalizar e materializar as ideologias tecnicistas que perpassam a instituição escolar e suas múltiplas práticas sociais.

O exame criterioso dessas três funções – acumulação, dupla legitimação e produção – conduz Apple e Weiss a afirmarem que: as escolas são instituições culturais tanto quanto econômicas (APPLE e WEISS, 1986, p. 21).

Os autores citados e a densidade subjacente aos seus argumentos apenas atendem á preocupação por evidenciar a riqueza e a complexidade do campo de investigação proposto sem a mínima pretensão em esgotá-lo e/ou reduzi-lo ás formulações dos referidos autores. Acrescentamos que a complexidade do tema-objeto proposto se expressa, dentre outros aspectos, pelo tratamento a que foi submetido o campo investigativo de instituição escolar. Carvalho e Pintassilgo assinalam que o

final da década de 1980, representou em vários países o ensejo de reescrever a história da escola, destacando que:

"Até então, a história da educação havia se constituído, dominantemente, como história dos sistemas educativos, baseada em documentação oficial emanada do Estado e centrada no estudo das políticas e dos dispositivos legais que teriam assegurado a organização e a expansão desses sistemas. **Enquanto história dos sistemas educativos, essa historiografia foi cega à historicidade própria da instituição escolar, naturalizando o objeto escola**" (CARVALHO e PINTASSILGO, 2002, p.1, grifos nossos).

E acrescentam os referidos Autores: "(...) a historiografia produzida sobre o processo histórico de institucionalização da escola no Brasil é, ainda, e de modo especial incipiente" (CARVALHO e PINTASSILGO, 2002, p. 2).

Podemos assinalar como uma possível caracterização da proposta em tela a produção de um campo investigativo que busca alargar e aprofundar a compreensão das práticas formativas no âmbito da educação escolar em Sorocaba, com base na localização, sistematização e análise de fontes documentais; do estudo dos processos de industrialização que expressam a presença de uma forma específica de sociabilidade capitalista; do exame dos movimentos sociais que revelam a luta pela apropriação pública do espaço escolar e pela memória do trabalho docente circunscrito ao espaço escolar que registra, dentre outras as práticas do trabalho docente e da constituição da profissão do professor. Esta proposta de pesquisa busca:

Examinar a escola como produtora e produto de práticas sociais institucionalizadas.

Investigar os nexos processuais da formação da educação escolar com os processos estruturais de formação da sociedade capitalista.

Compreendes as práticas cotidianas da e na Escola como expressão da historicidade e dos processos de continuidade-descontinuidade de produção e reprodução de relações sociais.

Entender o Trabalho como categoria central e fundante da prática social no complexo de relações que relativizam e/ou autonomizam o espaço escolar.

Referências

APPLE, Michel & WEISS, Louis. Vendo a educação de forma relacional: classe e cultura na sociologia do conhecimento escolar. **Educação e Realidade**, v.11. N º 1,jan./jul., 1986, p.19-33.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI Júnior, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira.** Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

CARVALHO, Marta M. C. E PINTASSILGO, Joaquim A. **A história da escola em Portugal e no Brasil:** circulação e aproximação de modelos culturais. Brasília: CAPES / Lisboa: GRICES, 2003.

DANDURAND, Pierre & OLIVIER, Emile. Os paradigmas perdidos – ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto. **Teoria & Educação**, N º #, 1991, p. 120-142.

GATTI JR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas.In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI JR, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira.** Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895).** Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

SANFELICE, José Luis. História de instituições escolares: apontamentos preliminares. **QUAESTIO**: Revista de estudos de educação. V. 1 (Maio 1999) – Sorocaba, SP: Uniso, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

UMA RELEITURA DO TERRITÓRIO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Jorge Luiz Raposo Braga

No limiar do século XXI, as inovações tecnológicas capitaneadas pelo avanço da informatização, tem remodelado a base material das sociedades e do Estado-nação. O ritmo acelerado tem apresentado novas configurações do capitalismo, como na economia, que cada vez mais tem se tornado interdependente, onde a concorrência acirrada tem obrigado as empresas a descentralizarem sua produção e os países a suspenderem os entraves à circulação do capital financeiro, e no social, a globalização tem redefinido às relações de trabalho e produzido milhares de excluídos que através da mobilidade tem criado a imagem de que o planeta está intensamente em movimento. O fim da Guerra Fria alterou a geopolítica global, agora não mais restrita exclusivamente às decisões do Estado-nação, como os realistas apontavam, percebemos outras instâncias de poder, que podem estar relacionadas às corporações transnacionais, ao fortalecimento de determinadas organizações internacionais e a emergência de interlocutores ligados às pluralidades dos movimentos sociais, fatos que acabam redefinindo o papel das Relações Internacionais frente aos novos desafios que tem exigido soluções mais coletivas, como no caso das questões ambientais, direitos humanos, combate às atividades criminosas que tem aproveitado as redes para fortalecer seus negócios ilícitos, migrações, o aumento da pobreza mundial, pandemias e toda uma gama de temas que fogem ao escopo do Estado-nação e de seu território.

Assim, em função dessas questões que afligem o mundo contemporâneo, muitos autores chegaram a afirmar que estaríamos vivendo em um mundo desenraizado, onde os fluxos e as redes tenderiam a homogeneizar todas as relações, sejam no âmbito econômico, político, cultural e espacial, surgindo a partir daí uma “sociedade-rede”[1]. Então, alguns discursos correntes afirmaram que caminharíamos para um período do predomínio da

[1] CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

desterritorialização e, conseqüentemente do “fim do Estado-nação, “fim dos territórios” e o esvaziamento de sentido de todo o referencial espacial, como se o espaço fosse uma entidade natural, “descoberta” e “conquistada”, portanto, não precisa ser definido ou explicado como categoria. Neste contexto, Santos(1998) aponta a necessidade de conceber o território numa ótica dinâmica, isto é, o território usado. “É o espaço, que é uma forma de ver o território também, formado de sistemas de objetos e de sistemas de ações numa união indissolúvel e dialética”[2].

Território e sua Dimensão Política

Atualmente, o território tem assumido diferentes interpretações nas Ciências Sociais, ou seja, autores que privilegiam sua base materialista como fundamento essencial para a organização social e outros que enfatizam a sua dinâmica idealista, mas Haesbaert(2002)[3] acentua que devemos superar essa dicotomia material/ideal, pois o território envolve ao mesmo tempo a dimensão espacial concreta das relações sociais e as representações sobre o espaço que também move estas relações.

Por muito tempo, a discussão sobre o território vinculou-se ao Estado-Nação e a sua noção jurídico-política, que o moldou e o transformou como sua base de existência a partir do avanço do conhecimento e da conquista do mundo. Mas as mudanças que foram implantadas[4] com o progresso dos transportes e das comunicações, tornaram o território mais fluido e transnacionalizado, dando-lhe novas formas de uso e alterando todas as relações mantidas dentro de um país.

Muitos autores, longe da análise do território sob a ótica da tecnologia e da informação, procuraram vincular a natureza política do território ao Estado . Assim, o

[2] SANTOS, Milton. Nação, Estado e Território. In: MENDONÇA, S. e MOTTA, M (Orgs.). Nação e Poder – As Dimensões da História. Niterói : EDUFF, 1998, p.23-29.
[3] HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Niterói/São Paulo : EDUFF/Contexto, 2002.
[4] Segundo Santos (1994,p.16), hoje, o território possui novos recortes em função do seu novo funcionamento, sendo chamados de horizontalidades e verticalidades.
“As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”. Ver SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton et al.(Org.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo : Hucitec, 1994, p.15-21

território passou a ser visto pela tradicional geografia política como um espaço que é apropriado por um grupo social e a identidade sócio-cultural desse grupo só será reconhecida se estiver ligada a um espaço concreto, sem isso não haverá possibilidade para existir raízes e identidade.

Ratzel(1990,p.73-74)[5], um proeminente representante da Geografia Política, não concebe um Estado sem território e sem fronteiras e

> "embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia, contudo ter qualquer fundamento seguro. (...) não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence".

Esse laço forte entre Estado e espaço definiu o primeiro como um agente articulador da sociedade com o seu território, estabelecendo a partir daí uma unidade nacional-territorial. Assim, o Estado é visto como a única fonte de poder capaz de intermediar esse "sentimento territorial". Neste contexto, ainda podemos observar um modo "naturalizado" de ver o território e uma concepção homogeneizadora de sociedade, como se a mesma não tivesse diferenças internas de classes e grupos.

Portanto por ser descritiva e empirista, a concepção que a Geografia tradicional, do início do século XX, tinha sobre o território privilegiava a visão de um espaço com limites claros de fronteiras bem definidas, onde uma população estaria aí enraizada.

Esta concepção de território possui relevância nas Relações Internacionais, principalmente no paradigma realista o qual, embora seja bastante criticado, ainda mantém forte influência nesta Ciência e, mesmo que outros paradigmas estejam se fortalecendo, ainda o espaço é visto como um dado prévio, anterior à história, sem necessidade de explicação ou questionamento, como se o território fosse meramente um receptáculo dos conflitos sociais e não um produto social, dinâmico.

Badie(1995)[6] em suas considerações, também restringe a concepção de território à dimensão jurídico-política e aborda que o mesmo têm sido destruído juntamente com as

[5] RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem : (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio C. R. (Org.). Ratzel. São Paulo : Hucitec, 1990.

identidades culturais e o controle estatal sobre o espaço, onde uma "onda" desterritorializante vem esvaziando de sentido as fronteiras e conseqüentemente enfraquecendo o Estado-nação.

Badie(op.cit., p.14), ainda tomando o território como competência do Estado, vê que o mesmo ainda procura resistir as transformações do mundo global, se sustentando no sistema normativo que continua submeter-se aos seus princípios. Mas, ele procura realçar seu declínio a partir da difusão das redes, ao afirmar que

> "Esta crise marca um fim: ela não proíbe que se fale de território no presente, mas já não permite que se admita o princípio da territorialidade como federador da nossa ordem internacional. Não é seguro que o modelo vestfaliano possa acomodar-se com o seu contrário para compor com ele uma nova ordem estável. (...) desenha-se uma nova cena mundial que tanto é aterritorial como está sujeita à concorrência de várias lógicas territoriais contraditórias e que, cada vez mais raramente, é banalmente Estado-nação. A ilusão cartográfica já não é suficiente para dissimular essa pluridimensionalidade das relações, que já só abusivamente são internacionais. As relações entre nações - aliás, cada vez mais difíceis de territorializar - passaram a ser apenas um aspecto do funcionamento de uma cena mundial feita também de rede de relações, de proliferação e de volatilidade de alianças, elas próprias inscritas em diversos espaços".

Portanto, o território normalmente é vinculado ao Estado, como pátria, bandeira, defesa de fronteiras, segurança frente a grupos terroristas e ao narcotráfico, governo e o Estado como gestor (nesse caso, não tão ativo, já que a globalização vem pondo em "xeque" essa atividade). É certo que o território tem a sua relação com o Estado, mas não deve ser reduzido meramente a essa visão, pois o vínculo exclusivo entre território e o poder político rompeu-se. Novas instituições internacionais e transnacionais têm relativizado o papel dos Estados soberanos e transformado a soberania num exercício compartilhado do poder. Desenvolveu-se um conjunto de leis regionais e internacionais que sustenta um sistema emergente de governança global, tanto formal quanto informal.

Os governos nacionais ficam cada vez mais presos a um sistema de governo multiescalar – local, nacional, regional e global – e mal conseguem monitorá-lo, muito menos permanecer no comando.

---

[6] BADIE, Bertrand. O Fim dos Territórios – Ensaio sobre a Desordem Internacional e sobre a Utilidade Social do Respeito. Lisboa : Instituto Piaget, 1995.

O Território em Tempos de Globalização

O território, num período marcado pelos processos da globalização, tem apresentado múltiplas faces, reproduzindo ao mesmo tempo antigos processos sociais, como também as manifestações de novas territorialidades. Essa multiplicidade assistida pela expansão das redes, tem possibilitado a emergência de novos atores nas Relações Internacionais que, através construção de seus territórios, procuram maior inserção nos debates de política internacional.

Segundo Santos[7](1996,p.208-209) a rede pode ser enquadrada em duas maneiras: "a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social", uma rede de solidariedade. A primeira está relacionada a uma infra-estrutura que permite os fluxos de pessoas, bens ou de informações, inscrita sobre um território que se caracteriza por apresentar "um conjunto de pontos - nós - conectados entre si por segmentos - arcos - que correspondem aos fluxos que interligam, 'costuram' os nós"(...), como afirma Souza(1995,p.93)[8]. A segunda, refere-se também ao "social e político, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração" (Santos,1996,p.209).

A flexibilidade das redes permite que a mesma seja moldada conforme as situações concretas, sendo portanto, variável no tempo e espaço. Assim, Haesbaert(1997)[9] não concebe as redes meramente como "destruidoras de territórios", já que suas articulações escalares, podem ser a base de um processo de re-territorialização, ou seja, de formação de novos territórios.

Portanto, o território não deve assumir uma dimensão meramente concreta, funcional, apenas de domínio do econômico ou controle do político, mas também de uma apropriação que incorpora a perspectiva simbólica e afetiva. Assim, a territorialidade não

[7] SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo : Hucitec, 1996.
[8] SOUZA, Marcelo José Lopes de. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. 1995,p. 77-116
[9] HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e Identidade. A Rede "Gaúcha" no Nordeste. Niterói : EDUFF,1997.

estaria fundamentada apenas por relações de poder, o que excluiria da mesma uma visão de identidade que diferentes grupos sociais têm com o seu espaço.

Haesbaert(2002,p.121), afirma que o território é o produto de uma relação desigual de forças, que envolvem tanto o domínio político-econômico quanto a apropriação simbólica, os quais podem estar conjugados, desconectados e contraditoriamente articulados. Estas posições, segundo ele, variam conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas, as quais estamos nos referenciando. Então, as complexidades do mundo contemporâneo nos envolve concomitantemente em múltiplas escalas, numa simultaneidade de eventos que nos colocam diante de múltiplos territórios, com os quais podemos nos identificar por um certo tempo. "Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial[10] (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e 'glocal', este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos".

Essas perspectivas nos remetem à diferentes experiências, sejam elas a partir da solidariedade econômica ou da satisfação identitária, as quais podem se converter em outras formas de espaço político. Assim, as redes transnacionais favorecem a multiplicação das estratégias de desenvolvimento econômico ou fortalecem os laços simbólicos identitários. Dessa forma, "esses movimentos assinalam a emergência de uma organização espacial que não é nem unidimensional, nem bidimensional (territorial e extraterritorial), mas muito mais pluridimensional. O novo cenário mundial é "ora aterritorial", ora submetida à

[10] Haesbaert(2004, p.338-339) entende que "multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou 'pós moderna' , da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é a conseqüência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede. Sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuam presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial.

(...)podemos denominar territorialização : as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico". Ver HAESBAERT,Rogério. O Mito da Desterritorialização : do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004).

concorrência de várias lógicas territoriais contraditórias e, mais e mais raramente, banalmente estato-nacional"(Postel-Vinay & Smouts, 2004, p.160-1)[11].

A posição social na qual estamos inseridos, influencia as oportunidades de que dispomos de acessar e re-construir diferentes territórios, de vivenciarmos experiências espaço-temporais em multiescalas, as quais se entrecruzam e estabelecem um conjunto de espaços dispersos, descontínuos, conectados em rede, formulando a partir daí, uma territorialização efetivamente múltipla.

Haesbaert(2004) ressalta um conjunto de opções que hoje temos não somente para "ativarmos" os territórios/territorialidades como no passado, mas as oportunidades de vivenciá-los, concomitante e/ou consecutivamente, fato que nos permite "jogar" com a multiplicidade de territórios e estabelecermos uma nova territorialidade. Assim, estaríamos cada vez menos dependentes de uma territorialidade central ou referencial, como no caso do Estado nação da modernidade clássica. Tal questão nos permitiria construir uma identidade territorial global a partir dos problemas que afetam o mundo como um todo.

Ao emergir a fissura entre espaço local, translocal e nacional, o território com base para a lealdade e o sentimento nacional está cada vez mais divorciado do território como lugar da soberania e controle estatal da sociedade civil. Os problemas de jurisdição e lealdade estão cada vez mais desvinculados. Isso não é bom para o Estado-nação, já que, em sua forma clássica, os dois são vistos associados e se sustentam mutuamente.

Para muitos cidadãos nacionais, as questões práticas de residência e as ideologias de lar, terra e raízes estão freqüentemente desconectadas, de forma que as referências territoriais de lealdade civil tornam-se para muitas pessoas cada vez mais dividida entre diferentes horizontes espaciais: lealdade de trabalho, de residência, de religião podem criar registros distintos de afiliação. O território e a territorialidade são crescentemente a base lógica crítica da legitimação e do poder do Estado, enquanto as concepções de nação são

[11] POSTEL-VINAY, Karoline. & SMOUTS, Marie-Claude. A Transformação das Relações Internacionais. In: As Novas Relações Internacionais – Práticas e Teorias – Brasília : Editora UNB, 2004, p.157-174

cada vez mais atraídas por outros discursos de lealdade e afiliação - às vezes lingüísticos, às vezes racial, às vezes religioso, mas raramente territorial.

Para Appadurai(1997,s.p.)[12], as transformações que marcam o mundo contemporâneo tem mostrado que a lealdade dos indivíduos cada vez mais está relacionada as cartografias transnacionais, ao passo que os apelos à cidadania os conectam aos Estados territoriais. “Estas disjunções indicam que o território, que já foi uma justificativa de senso comum para a legitimação do Estado-nação, tornou-se o ponto central da crise de soberania num mundo transnacional”. Portanto, uma geografia pós-nacional estaria emergindo a partir das disputas espaciais entre os grupos de diásporas e os vários Estados que tentam acomodá-los sem abrir mão da integridade territorial. Fatos que dão ao território uma outra dinâmica e propõem novos desafios às Relações Internacionais.

Essas questões do mundo contemporâneo acabam revalorizando os debates sobre o Estado nacional e seu território, já que, tradicionalmente, o primeiro era concebido como a única fonte de poder, regulador e ordenador do território nacional e o principal gerador e portador da cultura e identidades nacionais, enquanto o segundo era a sua base material, seu espaço de controle . São essas funções que estão sendo reconfiguradas pelas redes globais que, subvertem as noções de tempo e procuram esvaziar o espaço como produto social.

Assim, ao tomarmos o território como dado, sem necessidade de explicação e restrito ao controle político do Estado-nação, as Relações Internacionais subestimam toda uma “efervescência” de movimentos e articulações que estão ali presentes e que procuram, de certa forma, influenciar as diferentes esferas (política, econômica, cultural, social e espacial) que regem suas vidas e, através das redes, esses novos atores configuram seus territórios que a todo instante são desfeitos em um dado momento para serem refeitos mais adiante, num intenso processo de desterritorialização-reterritorialização.

[12] APPADURAI,Arjun. Soberania sem Territorialidade: notas para uma Geografia pós-nacional. Novos Estudos, São Paulo : CEBRAP, n.49,nov.,1997

POR UMA HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA: A FONTE DE ESTADO E O PROCESSO CRIMINAL

JOSÉ ERNESTO PIMENTEL FILHO
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Introdução:

Ciosos de mergulharem no rico universo fornecido pelos processos criminais e munidos de legítimas prevenções para com todas as fontes ditas "oficiais", os pesquisadores brasileiros quase não têm lembrado das fontes de Estado mais centrais para o poder político imperial. Também contribuiu para isto, a desconfiança crescente acerca do poder político na sua forma institucional, decorrente de um impacto da historiografia francesa e inglesa sobre a brasileira. Nesta desconfiança do institucional, jogaram peso a influência da microfísica do poder de Michel Foucault e a história social da cultura, proposta por Edward Thompson. A produção dos historiadores tem passado ao largo das pistas e indícios fornecidos pelo do estudo da ação da repressão do Estado ao delito, na sua esfera oficial-burocrática.

Proponho aqui a discussão acerca dos materiais de configuração de uma história da violência que se fundamentam tanto o relatório de Estado quanto na investigação de universos de documentos microhistóricos como é o caso do processo-crime. Notadamente, discuto o processo de produção da estatítistica criminal no século XIX como fundante da própria política criminal.

O Nascimento do Relatório de Estado

A vida européia torna-se abrupta e espantosamente massiva nos fins do século 18 e a estatística, antes de se tornar moda, é vislumbrada pelos círculos mais altos do poder como um meio ilustrado e eficaz de conhecer a população que governam. Ao fornecer instrumentos para o conhecimento deste corpo social, a ciência estatística era vista como um instrumento seguro na condução dos negócios de Estado.

A passagem para o século 19 vê nascer a observação sociológica associada ao tema do controle criminal e ao uso abusivo da estatística. A estatística se aplica agora ao difícil equacionamentoentre o crime e a vida moral da coletividade:

> *Au début du XIXe siècle, la statistique connaît en France un essor considérable. Elle s'étend à des domaines nouveaux, tels que*

> *l'alphabétisation, la taille des conscrits, la délinquance. D'économique et démographique quelle était surtout, elle se fait morale selon une expression née dans les a années 1830* [1].

O mais importante documento estatístico-judiciário da França, o *Compte Général de l'Administration de la Justice Criminelle*, começa sua trajetória em 1825. Foi organizado inicialmente por Jacques Guerry Champneuf e Jean Arondeau [2]. A Inglaterra tinha igualmente uma tradição em construir estatísticas criminais. Antes da bem-sucedida série de publicações do *Compte Général*, alguns intelectuais franceses comparavam a publicidade da ação da Justiça inglesa com a restrita circulação das informações criminais na França. Isto mudou ao longo do século 19.

O ano de 1827 marca a publicação do primeiro volume do *Compte Général*. Tencionava-se tornar os dados da justiça mais acessíveis à população, o que constituía uma inovação importante para a sua consolidação e legitimidade em bases modernas. Sua estrutura se completa entre 1830 e 1835 [3]. Foi assim que veio a acontecer a difusão editorial ampla dos dados relativos às práticas criminais e o *Compte* tornou-se modelo para os países estrangeiros e fundamento internacional da criminologia. A sua estrutura, marcada por um relatório qualitativo seguido de quadros estatísticos detalhados, estabelece uma *démarche* de natureza científica para um procedimento burocrático [4].

A divulgação das estatísticas ano a ano passou a ser um fato intelectual de alta relevância não somente para a França, mas como olhar modelar sobre a delinqüência no Ocidente. Ora, aqui se vê a opinião popular misturar-se, pela primeira vez, à interpretação científica dos fatos criminais. Há uma preocupação inteiramente nova que une cultura científica e opinião, objetivando, sob a capa de "esclarecimento" do tema, impor novas regras de discussão pública do crime. De um lado, o que diz o popular sobre os crimes, suas histórias e seu herois; de outro, a opinião esclarecida com as terminologias, as estatísticas e quadros sociais. Será a partir deste fato, então, que o campo ficará aberto à intervenção de todo tipo de saberes numa Europa em que a circulação das idéias era um fato vivamente experimentado [5].

Se o caminho foi aberto por estatísticos pouco conhecidos na genealogia das Ciências Humanas, isto não significou um sucesso exclusivo ao campo da opinião pública. A moda estatística em plena efervescência e o fato daqueles dados criminais se referirem a um dos centros culturais mais importantes do Ocidente, como era a França, lhes deram o estatuto de uma fonte empírica de alta credibilidade para a época. Longe de passarem desapercebidos pela comunidade científica, os dados

foram incorporados ao universo de pesquisas que visavam estabelecer regularidades para o comportamento humano.

André-Michel Guerry procurou traçar uma geografia criminal ao superpor dados do *Compte Générale*, fontes de natureza fiscal e econômica e informações referentes ao grau de instrução da população. Quetelet, conhecido como um dos fundadores das Ciências Sociais, utilizou igualmente o *Compte Générale* para estabelecer as leis morais do comportamento, as quais seriam tão regulares quanto os fatos físicos. Quetelet apresentou seus estudos em 1828, na Academia Belga e, nos anos que se seguiram, na revista que fundou: *Correspondance Mathematique et Physique*. A.-Michel Guerry teve seu livro publicado em 1833. O título era bastante sugestivo na descrição do clima intelectual da época: *Essai sur la Statistique Morale de la France*. Mais tarde, Durkheim veio a utilizar os dados oficiais da Justiça criminal francesa em renomados trabalhos seus, como **O suicídio** (1894) e "Duas leis da evolução penal" (1901), publicado na revista *Année Sociologique* [6].

A Produção Técnica do Relatório de Estado

Faz-se necessário, entretanto, ponderar certos aspectos relativos ao aprimoramento técnico e à validade das estatísticas do *Compte Générale*. A ação modelar que ele exerceu sobre outros países não foi tão determinante como poderia induzir uma leitura superficial de seu êxito. Bruno Aubusson de Cavarlay, que trabalhou na construção de estatísticas criminais no século 20 e que auxiliou André Davidovitch – um dos mais dedicados estudiosos das estatísticas do *Compte générale* – afirma que o sucesso francês deveu-se fundamentalmente a uma ampla divulgação dos fatos judiciários: *"Le succès de la statistique française est d'abord le succès du Compte général de l'administration de la Justice criminelle (…) qui est en 1827 une opération de publication"* [7].

Cavarlay opera uma nítida distinção entre produção e publicação. Além do fato da estatística inglesa ter partido na frente, sobretudo na produção de dados em matéria correcional [8], outros pontos demonstram a fragilidade da "produção" – *strictu senso* – francesa. As categorias hierárquicas de classificação das infrações aos códigos franceses eram três: crime, delito e contravenção. O *Compte général* não cobria dados senão da primeira categoria. Boa parte dos atos correcionais que, em tese, deveriam ser compostos de infrações menos graves[9], ficava de fora. Em 1825, o departamento do Sena esteve inteiramente excluído da síntese dos dados correcionais. As informações criminais individuais igualmente inexistiam até 1850, quando foi implantado o *casier judiciaire*. O *casier judiciaire*, entretanto, não substituía

a ficha individual para o delituoso, existente na Bélgica desde 1898 e que só surgiu na França em inícios do século 20 [10].

Haveria, pois, uma certa mitificação na construção de uma genealogia da estatística criminal, quando diversos pesquisadores enfatizam sempre a mesma primazia. A estatística francesa é muitas vezes qualificada como a mais antiga no mundo: *"elle est représentée comme étant dès l'origine le modele que chaque pays cherchera à imiter"*. Ele parece procurar ressaltar, sobretudo, a ausência de análises mais técnicas sobre a produção estatística. Os textos que tratam da origem da estatística criminal serviriam mais como "hagiografias" do que como *"source fiable pour comprendre la généalogie des appareils statistiques"* [11]. O aperfeiçoamento estatístico daqueles dados oficiais somente se faria no curso dos anos.

A pesada tarefa de contar os crimes estava relacionada ao objetivo pseudocientífico dos intelectuais do século 19 de estabelecerem uma etiologia da *criminalité*. Este termo foi praticamente inventado pelo *Compte générale*. O título do relatório oficial visava inicialmente contar os números da administração da justiça e não exatamente a criminalidade. Parece uma diferença sutil, mas se pode enxerga-la mais claramente quando se descobre o sentido corrente da palavra na época: qualidade do que é criminoso. Os escritos de Guerry e Quetelet parecem ter popularizado uma nova acepção do termo. Em 1834, o *Compte générale* fala do movimento da criminalidade, afirmando que os dados que constam ali tem duplo caráter: "*En même temps qu'elle fait connaître le mouvement de la criminalité, la statistique donne la mesure de la répression*" [12]. O relatório *Compte générale* criará a expressão "marcha geral da criminalidade" e o dicionário Larousse, por volta de 1890, deposita sua integral fidelidade no sucesso oficial: *"Encyclopédie: Criminalité en France. La criminalité est constatée uniquement par les Comptes généraux de l'administration de la justice criminelle, publiés chaque année depuis 1826 par le ministère de la Justice"* [13].

A estatística posta no *Compte générale*, por mais sofisticada que fosse, não era capaz de dar conta de qualquer pretensão a se medir a "criminalidade real", se é que isso é possível em alguma época. De um ponto de vista técnico-administrativo, como o que apresentei em Cavarlay, as estatísticas criminais do século 19 são apenas parâmetros de ação da justiça e da polícia. No máximo, são índices da repressão e da presença intermediadora do Estado em conflitos previamente estabelecidos em Lei. Dão mais ou menos conta da repressão, mas estão longe de refletir o comportamento do delituoso ou a reação de cada indivíduo diante de uma dupla interface: a da agressão sofrida por outro e a do recurso ao poder repressivo do Estado através de seus agentes públicos os mais diversos.

Contudo, a produção do delito e do crime não deve ser confundida com a produção da estatística criminal. A historicidade do crime vai além da sua avaliação quantitativa ou estritamente técnica. Precisamente neste aspecto, o trabalho de Cavarlay fica aquém das reflexões de Michelle Perrot e Phillipe Robert. Entendo por "produção" não somente o processo técnico de coleta, análise e redação feito por especialistas dos números criminais, mas todos os condicionantes políticos e sociais que possibilitam a existência de uma estatística criminal e o uso que dela se faz num dado momento. Estou longe de pretender aqui uma história das ciências. Menos ainda uma história das técnicas de contagem estatística. Usei a produção num sentido largo, sociológico e histórico, indo desde as representações diversas sobre o crime e a criminalidade até o universo multifacetado dos atos criminais; acepção histórica do tema, de seus desdobramentos e conexões com o processo de desenvolvimento das sociedades.

O olhar estatístico, enquanto um aspecto parcial da produção social da criminalidade, foi construído historicamente como um catalisador e como uma das mediações principais para a legitimidade "científica" dos vários discursos sobre o mundo da delinqüência. Todo um debate, já presente em fins do Antigo Regime, adentrou o século 19, e mesmo o século 20, tendo em conta uma forma estatística de produzir e organizar os dados. Criou-se um acúmulo histórico de comentários sobre as tendências de certos setores da população para certos crimes, a invenção e reforço de pré-noções sobre a estrutura emocional das mulheres, a condenação do jovem do sexo masculino, a eleição de profissões e de classes sociais suspeitas, o estabelecimento de regiões "atrasadas" e "barbarizadas", entre outros.

O Relatório de Estado e as Fontes Judiciárias

Guardadas as grandes diferenças quanto à estrutura legal e judiciária da França e do Brasil, os relatórios do Ministério da Justiça, dos presidentes provinciais e dos chefes de polícia são documentos brasileiros que, à semelhança do *Compte générale*, debatiam os temas da matéria "crime". A bipartição morfológica do *Compte générale* estava igualmente presente nos documentos de Estado do Brasil, os quais seguiam a seguinte divisão: a) uma parte dedicada à explicação etiológica, apreciação política da situação em que se encontravam os crimes e sua repressão oficial, bem como, a proposição de soluções concretas; b) outra parte contém mapas e quadros estatísticos. Esta documentação de Estado, entretanto, não tem sido explorada em toda a sua riqueza pelos historiadores e cientistas sociais atuais.

No caso da historiografia francesa, os trabalhos de Michel Foucault, Michelle Perrot, Phillipe Robert – e de outros tantos pesquisadores que investigaram a prisão e

o sistema punitivo, debruçando-se sobre fontes de Estado, livros, folhetos e jornais – desembocaram, posteriormente, em análises mais específicas que inauguraram linhas temáticas inéditas de investigação. Eles precederam o rico mergulho em fontes qualitativamente distintas do relatório de Estado, como foi o caso da fonte judiciária.

O processo de Pierre Rivière[14] parece ter sido fundamental e convidativo para se passar de um caso desconhecido, porém extraordinário, em direção a uma investigação de outros processos criminais, cuja força não consistia mais na excepcionalidade, mas, sim, nas particularidades reveladas por um universo popular humano e cotidiano. Farge comenta a força dos caminhos abertos por Foucault: *"En même temps, venue d'un autre questionnaire, s'imposait l'oeuvre de M. Foucault dont les objets étaient ceux de l'historien. Son analyse aigüe des dispositifs de savoir et pouvoir comme établissements de normalisation – tels l'asile, l'hôpital, ou la prison – incitait à interroger les sources avec de nouvelles perspectives"* [15].

A fonte judiciária pode conduzir a caminhos de pesquisa diversos, posto que ela impõe a necessidade de um procedimento de leitura radicalmente diferenciado daquele que se faz, por exemplo, com o jornal e o relatório de Estado. A narrativa, muitas vezes dramática – sempre quase "viva" – e a incrível força material suscitada pelas peças dos autos sugerem um contato direto com o passado. Arlette Farge descreve muito sensivelmente esta atração [16].

Em **Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe. siècle**, a construção dos cenários e da narrativa parece ser prioritariamente um processo de seleção e organização das citações documentais, cuidadosamente postas de forma a que o discurso do historiador pontue reflexões substanciais, porém, muito curtas. O saber histórico torna-se uma arte da escolha correta e precisa da fonte, a qual é cuidadosamente copiada à mão: *"L'archive manuscrite est un matériau vivant, sa reproduction microfilmé est un peu lettre morte, quand bien même elle s'avère nécessaire"* [17].

Cada fonte traz suas seduções e suas ilusões. Opor uma e outra metodologia – a que se constrói com o processo criminal [18] e a destinada a investigar realidades menos pontuais, como são os relatórios globais da alta burocracia – seria proceder a uma disputa de abordagens e não a um esclarecimento das diferenças e até dos possíveis cruzamentos de informações. Ora, a depender do tema escolhido e do uso de todas estas fontes, o cruzamento entre elas pode servir para a construção de um ambiente histórico diferenciado e complexo.

O relatório de Estado é uma fonte que possibilita o estudo das nomenclaturas dos crimes e delitos, ou seja, do modo como a burocracia técnica, voltada para o seu controle repressivo, os distribuía. É importante se verificar atentamente a listagem dos crimes e como ela vai ganhando extensão no século 19, o que demonstra os efeitos

de uma criminalização em plena atividade. Ela supera em muito a rara operação de descriminalização. Já as curvas criminais podem revelar movimentos profundos na vida social, econômica e mental das sociedades, pois expressam mudanças de hábitos costumeiros e o impacto dos modos urbanos nas sociedades em transformação.

Parece-me, entretanto, que no caso brasileiro, a estatística é bem menos importante neste aspecto. A precariedade metodológica da coleta de informações não permite ir muito além: os dados não são minimamente confiáveis e, portanto, não podem fornecer um quadro histórico significativo. Talvez o mesmo não possa ser dito com relação ao discurso. Este se altera, pondo-se sensível aos movimentos da sociedade, tentando ocultar e minimizar os momentos políticos críticos. Muitas vezes, é pela distorção, pela minimização e pelo uso de novos recursos retóricos que se deve ver a disputa e o conflito. Como também se deve ler as reações repressivas: a mobilização dos contingentes da guarda nacional, dos chefes de polícia, de magistrados e todo um corpo de pessoas postas em ação. Vê-se cair por terra a minimização retórica de um determinado evento, quando ela é feita de forma tão eloqüente que acaba por trair de fato uma mobilização repressiva vultosa.

O conflito e a disputa, todavia, não se fazem em grandes eventos. A ascensão dos processos advindo do Ministério Público demonstra um Estado que se faz presente de forma crescente e difusa, interferindo e mediando conflitos de valores e práticas. A intervenção judiciária do Ministério Público após 1870, parece ter atingido economias e culturas na sua profundidade, tocando em formas constitutivas da vida e da história das coletividades, sobretudo as rurais. Seria necessário construir análises microhistóricas que pudessem fornecer uma idéia da origem desses processos, para ver o quanto caberia de participação ao Ministério Público.

Conclusão

Por que não compreender a articulação desse movimento tanto no processo criminal quanto no relatório de Estado? A maioria dos processos criminais está dispersa, jogada nos acervos dos arquivos públicos. Por onde chegaram estes fundos documentais metidos em pacotes e amarrados ao barbante? É possível recuperar este percurso que vai do uso original nas comarcas do século 19 ao estado em que se encontra hoje? É possível saber o que se perdeu? Os relatórios de Estado constituem ainda uma indicação muito mais direta. Se uma pesquisa futura sugerir uma ida aos processos criminais de um determinado arquivo, tendo em conta este questionário, não poderá prescindir do relatório de Estado. Quando se trata de empreender uma

História da violência e da criminalidade, há muitas questões que não podem ser respondidas exclusivamente pela investigação dos processos criminais.

---

[1] PERROT, Michelle. "Premieres Mesures des Faits Sociaux: Les Debuts de la Statistique Criminelle en France (1780-1830)", in: BÉDARIDA, F. **Pour une histoire de la statistique.** Paris : INSEE ; ECONOMICA, 1987, p.125.

[2] PERROT, Michelle. Idem.

[3] **COMPTE GÉNÉRALE DE L'ADMINISTRATION DE LA JUSTICE CRIMINELLE EN FRANCE PENDANT L'ANNÉE 1880 ET RAPPORT RELATIF AUX ANNÉES 1826 À 1880.** Genève, Paris: Slaktine Reprints, 1989, p.2.

[4] PERROT, Michelle. *"Delinqüência e sistema penitenciário na França no século XIX"*, in: PERROT, Michelle. **Os excluídos da História.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 242.

[5] PERROT, Michelle. "Premieres Mesures des Faits Sociaux: Les Debuts de la Statistique Criminelle en France (1780-1830)", Op. cit., p. 129.

[6] PERROT, Michelle. *"Delinqüência e sistema penitenciário na França no século XIX".* Op. cit., p. 244.

[7] CAVARLAY**,** Bruno A. de. "De la statistique criminelle apparente à la statistique judiciaire cachée", in: **DÉVIANCE SOCIÉTÉ.** Paris, 1998, 22(2), p. 156.

[8] CAVARLAY**,** Bruno A. de. Idem, p. 157-158.

[9] Somente em tese, pois, na prática os atos contrários às leis que deveriam ir para as *"cours d'assises"* (matéria criminal) acabavam indo para os tribunais correcionais, o que se acentuará no século 20 provocando um grande movimento de "correcionalização".

[10] CAVARLAY**,** Bruno A. de. "De la statistique criminelle apparente à la statistique judiciaire cachée". Op.cit.

[11] CAVARLAY**,** Bruno A. de. "De la statistique criminelle apparente à la statistique judiciaire cachée". Op. cit., p. 155.

[12] CAVARLAY**,** Bruno A. de. "De la statistique criminelle apparente à la statistique judiciaire cachée". Op. cit., p. 170.

[13] Apud CAVARLAY**,** Bruno A. de. "De la statistique criminelle apparente à la statistique judiciaire cachée". Op. cit., p. 171.

[14] FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

[15] FARGE, Arlette. **Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe siècle.** Paris: Gallimard, 1992, p. 10.

[16] FARGE, Arlette. **Le goût de l'archive.** Paris: Seuil, 1989.

[17] FARGE, Arlette. **Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe siècle.** Op. cit., p. 23.

[18] Farge construiu sua trajetória de pesquisadora, trabalhando fontes judiciárias nas seguintes instituições: **Archives nationales**, **Bibliothèque de l'Arsenal** e da **Bibliothèque nacionale**, em Paris. Ela remete a séries documentais que, no meu entender, corresponderiam em grande parte ao que se intitula, genericamente, no Brasil, de "processos-crimes", mas também os relatos oriundos de rondas, inquéritos etc. A classificação deste tipo de documentação, no Brasil, depende muito da (falta de) organização dos arquivos. As fontes judiciárias trabalhadas por Farge dizem respeito à administração civil e penal da monarquia, no século 18. Foram originadas por *"procès-verbaux*" de tipo policial, conduzidos pelos comissários e inspetores aos seus superiores. Iniciava-se, então, a atividade judiciária que poderia conformar casos de gravidade variável. Eles eram assunto para relatórios vários : *"La petite et la grande délinquance reposent ici, em même temps que les innombrables rapports et informations de police sur une population que l'on cherche activement à suveiller et à contrôler"* (FARGE, Arlette. **Le goût de l'archive.** Op. cit., p. 09). Veja-se que ela não menciona o *Parquet*, ou Ministério Público, fundado em bases contemporâneas, depois da Revolução, sobretudo, com as reformas da era napoleônica.

CINEMA: UMA REFLEXÃO SOBRE O FILME COMO ARTE E MERCADORIA

José Ricardo Ramos de Souza
(Graduado em História pela UDESC)

Para falarmos do cinema como narrativa, do desenvolvimento de suas diversas formas de linguagem e sua utilização como fonte para a historiografia, será sempre esclarecedor que relacionemos seu surgimento aos espetáculos que, no fim do século XIX e início do XX em países como França, Alemanha, Inglaterra, Suécia e Estados Unidos, imitavam a realidade em *shows* cada vez mais parecidos com a vida. Uma série de empreendimentos de entretenimento, que atingiam uma parcela significativa da população urbana e rural, veio, por sua surpreendente diversidade e fôlego comercial, propiciar o que Nicholas Vardac[1] chamou de "clima de aceitação" ao cinema. Um ambiente de intensa comunicação e colaboração entre ciência e arte criava e divulgava os equipamentos para a busca diária da sensação de modernidade, proporcionada por espetáculos revestidos de realidade. Empreendimentos, estes, divulgados, principalmente, por redes de estradas de ferro (que levavam a qualquer lugar as notícias impressas), circuitos de "Vaudeville", catálogos de compra[2], enfim, os novos recursos tecnológicos , que davam forma sólida à fantasia dos indivíduos, envoltos pela nova experiência do movimento e mecanização do século que findava. Um novo mundo de pessoas que vivem a "(...) experiência de um estado pré-moderno de equilíbrio e estabilidade para uma crise moderna de descompostura e choque (...)"[3], que desenvolvem uma nova percepção sensorial, e, por conseqüência, necessita de novas formas e veículos de expressão para sua captação e decodificação. Veículos que, se vinculados à procura dos entretenimentos que exploravam as várias expressões da fantasia que imita a realidade, poderiam ser relacionados à surpreendente aceitação pelo público das primeiras imagens em movimento.

Concordo com Benjamin que, ao superar seu fundamento de culto, a arte é ressignificada, perdendo sua *aura* sagrada; torna-se, possivelmente, ao destacar o valor de exposição, uma nova expressão das perspectivas objetivas e subjetivas da sociedade. Uma

nova modalidade de comunicação, na qual o cinema, por suas características de construção de ilusão de realidade e reprodutibilidade técnica de essência comercial, assume, quase imediatamente, uma posição privilegiada na indústria cultural. Portanto, no início do século XX, diante dessa ressignificação, a questão em relação ao cinema seria de definir sua posição na hierarquia artística da nova cultura[4]. Porém, na contemporaneidade das verdades relativizadas e do hibridismo cultural, proporcionados, entre outras coisas, pelas integrações que ocorrem no âmbito transnacional ou trans-social, a discussão seria mais útil, parece, a partir da indagação: O cinema, quando tratado como fonte para a historiografia, já foi efetivamente estudado como conseqüência específica da grande mudança cultural ocorrida no "século do consumo"? Como uma ponte entre a razão e a emoção – razão que percebe "os processos que sustentam a permuta e o fluxo de mercadorias, de pessoas, de informações, conhecimentos e imagens que dão origem aos processos de comunicação, adquirem uma certa autonomia (no âmbito) global"[5], e a emoção, que anima os "diferentes domínios de ações possíveis nas pessoas e animais"?[6]

Assim, quando o cinema[7] é observado como produto da indústria, com finalidade incontornável de consumo, o seu estudo deixa de ser apenas a tradução do sistema ideológico vigente (discurso do cineasta e da indústria), para ser, também, a representação perceptiva dos desejos objetivos e subjetivos latentes na sociedade que consome o filme (recepção ao discurso do cineasta e indústria).

Portanto, partindo da premissa que um número expressivo de autores, a exemplo de Benjamin, já justificaram, de forma convincente, que a reprodução técnica alterou toda a relação existente entre os indivíduos e arte, o filme, principalmente por suas características comerciais e natureza reprodutível-seriada, estará sendo tratado, aqui, como produto industrial, ou seja, mercadoria. Produto que para ser vendido, precisa atender às expectativas financeiras da indústria e emocionais do público. Com este objetivo, o cinema, em primeiro lugar, emprestou das artes, por terem características de obra de autor, a essência, ou, digamos, uma certa *aura* de autenticidade, através da narrativa literária e da estética plástica teatral. Em segundo lugar, emprestou da indústria, sua logística técnico-

burocrática, necessária para a produção e distribuição da mercadoria cinematográfica seriada. Elementos estes que se mostraram, ao longo do desenvolvimento do cinema, fundamentais para seu indiscutível posicionamento privilegiado dentro da indústria cultural. O que lhe confere, tanto pela recepção emocional junto ao público, quanto econômica junto à indústria, mesmo que involuntariamente, significação histórica. Desta forma, na sociedade de consumo, entramos, como afirma Baudrillard:

"(...) no mundo do pseudo-acontecimento, da pseudo-história e da pseudo-cultura, de que falou Boorstin no livro *L'Image*. Isto é, de eventos, de história, de cultura e de idéias produzidas, não a partir da experiência móvel, contraditória e real, *mas produzidos como artefatos a partir dos elementos do código e da manipulação técnica do meio de comunicação.."* [8]

Assim, independente da forma ou do conteúdo, ou seja, do "embrulho" dado ao filme, o importante é perceber que o cinema, composto pelos vértices público-cineasta-indústria e produzido com a intenção incontornável de consumo, será sempre, em qualquer contexto e sob qualquer justificativa, mercadoria. Condição, que, pela característica de sociedade de consumo assumida pela nova cultura no século XX, credencia o cinema como veículo da expressão perceptiva deste tempo social. Nestes termos, o cinema transcende sua representação artística (discutível, pela recepção diferenciada de seu público) e sua relevância industrial (indiscutível, por abranger as diferentes classes sociais e o mercado mundial de consumo). Ao observar o filme como mercadoria, portanto, o historiador disporá de uma fonte de pesquisa singular em sua capacidade de trânsito pelos diferentes extratos da sociedade, da produção e das artes, que compõem o mercado mundial de consumo no século XX. E ao realizar a opção pelo cinema, o historiador estará concordando com Hobsbawm, que colocou entre as grandes mudanças "(...) ocorridas na sociedade nas primeiras décadas deste século (...), o surgimento das artes de massas em detrimento das artes de elite, e (destacando) o cinema, que iria influir decisivamente na maneira como a pessoa percebe e estrutura o mundo" [9].

Porem, não será possível discutir o cinema dentro de toda sua potencialidade como fonte, revelador do discurso de seus realizadores e dos “alarmes da sociedade”, sem que se admita o compromisso incontornável do cinema com o consumo. Conseqüentemente, todas as implicações técnico-emocionais, que envolvem o produto que imprime em fotogramas o paradoxo da industria cultural, ou seja, que exige para o sucesso do produto serializado, a essência de autenticidade emprestada pelo nome do diretor-cineasta. A discussão da recepção do filme pelo publico; o discurso artístico sobre o cinema e a hierarquia artística dentro do cinema, construída pela industria e a *intelligentsia cultivada*; a atração e repulsão irresistível entre os realizadores criativos na produção do cinema (diretor, produtor, vedete e escritor) e sua importância para o surgimento da estrela cinematográfica. Em fim, algumas das implicações técnico-emocionais, suponho que indispensáveis, para o inicio da discussão que não se limita a analise do filme (discurso do cineasta e industria), mas, também, sobre a importância deste discurso para sociedade que eventualmente o consome.

Os intelectuais que atribuem valor e legitimam o objeto como arte, não se limitando, porém, a determinar o que é arte e o que não é arte, pretendem, ainda, estabelecer uma hierarquia artística para os objetos por eles classificados. Segundo Coli, eles “(...) intervêm, por assim dizer, na disposição relativa dos objetos artísticos; pretendem ensinar-nos que tal obra tem mais interesse que a outra, que tal livro ou filme é melhor que o outro, que tal sinfonia é mais admirável que outra: isto é, criam uma hierarquia dos objetos artísticos”[10].

Esta determinação do especialista em hierarquizar a arte, se tomarmos como certo que o cinema é expressão artística, nos remeterá à questão: o que é filme artístico (nobre) e não-artístico (vulgar)? Quais critérios de julgamento determinarão que “este filme” atingiu a qualidade que o legitima como arte e “aquele não”? Principalmente, enquanto fonte de pesquisa, que diferença ou importância terá esta legitimação ou classificação para o cinema? Esta é a hipótese: a hierarquização artística do cinema, feita pelo crítico, é irrelevante para o pesquisador que toma o filme como fonte de pesquisa. A não ser, naturalmente, que esteja realizando a História do Cinema. Pois o filme, como fonte de pesquisa, somente será relevante enquanto mercadoria. Ao menos, quando o foco de

pesquisa for a sociedade de consumo, e não o discurso proferido sobre a sociedade de consumo.

Repetindo: tomando como certo que o filme é uma expressão artística, não há dúvida de que sua hierarquia dentro da arte, mesmo que baseada em critérios discutíveis e arbitrários, se auto-justificará. A hierarquia artística, criada por nossa cultura, deu ao intelectual, por questões mercadológicas (*marketing*, aura de autenticidade, *status* etc.), os instrumentos para tal construção discursiva, tendo sempre como padrão paradigmático a arte legitimada pela *intelligentsia cultivada* (o Parthenon, as obras de Bach ou Michelangelo). No entanto, ela não poderá nunca emprestar, sem ser incoerente, a qualificação de "verdadeira arte" ao cinema. Isso porque o cinema, por ser produto industrial, vulgar em sua natureza seriada, é arte diversa daquela que essencialmente é nobre por carregar a *aura de autenticidade*, por ser indiscutível obra de autor. E, por isso, esta não é uma discussão vazia: os critérios que determinam o objeto como sendo ou não arte, são subjetivos, elencados arbitrariamente por nossa cultura e pelo crítico. Além, que o conceito de arte não é estável, ele se transforma na História. O que o torna relativa, no contexto histórico, à hierarquia artística estabelecida pelo especialista.

Logo (aceitando que nossa cultura confere ao consumidor influência econômica e política), será a recepção do público que consome o objeto, em última análise, a força que irá indicar, determinar ou instigar, no crítico, a hierarquia artística que seu discurso emprestará ao objeto por ele classificado. O crítico sensível às angústias da alma e às sutilezas do psicológico certamente verá arte em Ingmar Bergman. Ao que outro responderá: ali, por se realizar um discurso cinematográfico descolado do cotidiano do homem comum, somente existe a monotonia e o peso enfadonho de uma reflexão exageradamente intelectualizada. Porém, provavelmente, ambos concordarão que se trata de uma obra industrial, independente do embrulho que Bergman deu ao seu produto. Portanto, independente do discurso ou classificação artística emprestado ao produto, o filme será sempre um indicativo da ideologia do intelectual e da indústria, e fonte sobre os

alarmes da sociedade (imaginário, desejos, perspectivas, padrões morais, estética, etc), em função da recepção do público ao produto cinematográfico.

Aqui, naturalmente, teremos colocada a questão: como realizar a aferição da recepção do público ao produto cinematográfico? A metodologia desenvolvida pelo pesquisador para alcançar este objetivo, como de resto na fabricação historiográfica, estará diretamente relacionada a sua sensibilidade frente à fonte (no nosso caso, o cinema e o filme) que elegeu como parâmetro de aferição os alarmes latentes na sociedade, porém, ainda não visíveis a olho nu! Não obstante, parece necessário que, de alguma forma, levemos em consideração alguns indicativos de recepção. Destaco como possibilidades, entre outras: bilheteria; exposição midiática; massificação de padrões estéticos (corpo-moda-vocabulário); *remakes* e continuações a partir de um filme-matriz; transposição televisiva; incremento da venda da literatura que deu origem ao filme; divulgação (no cotidiano social e em outros veículos de comunicação de massa) de clichês, arquétipos e estereótipos associados ao filme; fã-clubes (da estrela ou do filme). Porém, por ser esta reflexão baseada na premissa de que o filme, como fonte dos alarmes da sociedade, deve ser observado como mercadoria de consumo, elejo, como a mais sintomática das indicações de recepção, a bilheteria.

Naturalmente esta breve reflexão não pretende ser conclusiva, que, me parece, justifica sua limitação a estas considerações. Afinal, meu objetivo não é tentar desvendar os meandros que envolvem a linguagem cinematográfica desenvolvida a partir das experiências cientificas e comerciais de Edison e dos irmãos Lumiére, ou “artísticas” de Griffith, Eisenstein, Papst ou Chaplin, entre outros. Mas, reafirmar que as imagens de Lumière remetem a uma crença no presente como progresso de um passado recente, ao tempo marcado pelo modernismo da possibilidade da coexistência de mundos antagônicos que ainda se tocam em suas difusas fronteiras cientificas e artísticas; diferente das imagens dos intolerantes anos vinte e trinta, que remeterão ao adeus a todas aquelas esperanças soterradas pelas trincheiras de conflitos que somente o cinema emocional e factual dos alemães e soviéticos ousaria retratar. Ou ainda, salientar que foi, de alguma forma, o

sentimento do não pertencer, do não estar, do “não lugar”, da busca da ilusão do real representado mecanicamente, que, possivelmente, estimulou e movimentou todas estas experiências, que construíram e foram construídas pelos novos veículos de entretenimento disponibilizados pela tecnologia que, no inicio do século XX, ainda se confundia com a maquinologia. Em fim, que será a percepção que permite ler no que não foi escrito, de ver nas imagens não editadas, no pressentir o quadro que se forma para além da moldura da tela cinematográfica, a opção de uma nova fonte histórica ao pesquisador que aceita o cinema como o veículo ideal para perceber o rarefeito das transformações de um tempo que transita entre a “galáxia de Gutenberg” e o sistema das imagens.

Assim, a disposição mais adequada para a ampliação do cinema e do filme como fontes para a historiografia, não estará na falsa questão de limitar a analise de um ou outro ao discurso do intelectual ou da industria sobre a sociedade de consumo. Mas, estará na disposição do pesquisador em estender as suas investigações à recepção da sociedade de consumo ao discurso impresso nos fotogramas que imprimem a ilusão de realidade. Recepção que, tendo eco na sociedade, poderá ser aceita como “indicio” dos alarmes de um tempo social e cultural.

1- VARDAC, Nicholas. Stage to screen. Citado por Knight, Arthur. Uma história panorâmica do cinema. Rio de Janeiro: Editora Lidador, p.9.

2- Segundo Alexandra Keller, em Disseminações da Modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos por correspondência, os catálogos de venda proliferaram nos Estados Unidos entre 1895 e 1925. O “Livro do Desejo” de Richard Sears, em sua fase áurea, chegou a pesar 2,7 quilos e a chegar aos lares de vinte milhões de americanos. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. p. 226

3- SINGER, Ben. Modernidade. Hiperstímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. p.122

4- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 172

5- FEATHERSTONE, Mike (org). Cultura Global. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 7

6- MATURANA, Humberto. A antologia da realidade. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 25

7- Quando me refiro ao cinema, quero designar a produção do filme e os equipamentos desenvolvidos pela indústria para a sua comercialização: (revistas, trailers, *making of*, trilhas sonoras, festivais, "estrelas-mercadoria", fã clubes, etc.)

8- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995. p. 132.

9- Entrevista concedida a Nicolau Sevcenko para o jornal Folha de São Paulo, 04/06/1988. Citado por KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 31.

10- COLI, Jorge. O que é arte. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 13.

Escravidão, abolição e abolicionismo na experiência militante de Evaristo de Moraes[1]

Joseli Maria Nunes Mendonça

Professora no Curso de História da Universidade Metodista de Piracicaba (SP)

Evaristo de Moraes (1871-1939) foi, desde a sua mocidade até o final dos anos 1920, um militante socialista. Assim o viam seus contemporâneos. Seu constante engajamento no esforço de formação de partidos políticos de cunho operário e socialista é certamente um dos aspectos de sua atuação política que o qualificava como tal. Desde os anos 1890, Evaristo engajara-se no esforço de formação e consolidação desses partidos, que foram vários e tiveram em geral uma duração bastante efêmera: em 1890 aliou-se a França e Silva no Partido Operário, do qual se tornou orador; em 1902, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro, nascido no II Congresso Socialista; em 1909 fez parte do grupo que fundou o Partido Operário Socialista, nascido em uma reunião realizada na sede do sindicato dos estivadores e da Resistência dos Cocheiros, entidades das quais Evaristo participava como filiado e advogado; em 1917, fez parte da fundação do Partido Socialista do Brasil pelo qual concorreu à deputação federal em 1918, sem conseguir ser eleito.[2] Mais uma vez, em 1925, Evaristo de Moraes participou - junto com Agripino Nazaré e outros engenheiros, advogados, comerciantes, jornalistas e professores - da fundação de mais um partido socialista, então nomeado Partido Socialista Brasileiro.[3]

O simples engajamento nos partidos de cunho socialista certamente não dá conta de caracterizar a especificidade da concepção de Evaristo de Moraes acerca das transformações sociais e dos meios de atingi-las. Sua atuação política não se restringia à inserção nos partidos ou às disputas eleitorais. Na intensa obra de propaganda que promoveu, principalmente por meio dos jornais, Evaristo explicitou numerosas vezes seu projeto de transformação, defendendo a necessidade da construção de uma legislação social, especialmente de leis que ele considerava que deviam prover a proteção dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Um dos momentos marcantes desta atuação de Evaristo deu-se nos anos finais da década de 1910, quando a ocorrência de greves de grandes proporções tornava extremamente visível a "questão social" e fazia ressaltar demandas a ela tradicionalmente associadas: a definição da jornada de trabalho de 8 horas, a abolição do trabalho infantil e proteção ao da mulher, a responsabilização do patronato pelos acidentes de trabalho, a melhoria das condições de higiene nas fábricas e de moradia dos trabalhadores.[4]

Nesses anos - especialmente a partir de 1919 - a questão social adquiriu ainda maior relevância também em razão do "clima internacional" no pós-guerra gerado pela Conferência de Paz e Tratado de Versalhes (junho de 1919, do qual o Brasil foi signatário) e pela Conferência do Trabalho de Washington (1919, que contou com delegados brasileiros). Finda a Segunda Guerra, parecia que uma "paz duradoura" só seria alcançada se "fundada na justiça social", que implicava rever as "condições do trabalho".[5]

Leis emancipacionistas e leis operárias

Foi nesse quadro de extrema agitação, de intensa visibilidade do movimento operário, de violenta repressão policial a ele dirigida e do reconhecimento internacionalmente estabelecido da necessidade de "enfrentar" a questão social que algumas medidas visando a regulamentação das relações de trabalho foram introduzidas no Parlamento e tratadas pelos legisladores brasileiros.

No ano de 1917 - especialmente nos meses de junho e julho - período de maior mobilização dos operários com a ocorrência da greve paulista[6] -, o deputado Maurício de Lacerda apresentou à Câmara uma série de projetos contendo propostas de regulamentação das condições do trabalho operário. Durante todo processo de tramitação desses projetos a disputa foi muito grande. Em um dos extremos estavam os deputados que defendiam que a adoção de uma legislação protetora do operariado seria o melhor meio de sanar os conflitos estabelecidos entre os operários e seus patrões; em outro, aqueles que rechaçavam completamente esta possibilidade.

O encaminhamento que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara fez do projetos de Lacerda demonstra a natureza e o significado político dessas disputas. Depois de analisá-los, a comissão elaborou um substitutivo que restringia significativamente os benefícios neles contidos.[7]

Mesmo com os vários recuos, a proposta continuou recebendo forte oposição na Câmara e permaneceu por um bom período "engavetada" até que, em 1918, foi novamente levada à discussão, tornando-se alvo de atenção não só dos parlamentares como também das organizações patronais e operárias.

Assim, na virada dos anos 1910-20, não somente os legisladores mas também o patronato, os trabalhadores e militantes envolvidos com a questão social se empenharam nessa espécie de cabo de guerra em torno da legislação operária. Muitos dos escritos que Evaristo publicou naqueles anos guardam uma relação estreita com tais disputas.

Dentro da Câmara, a maior oposição à criação de leis federais que regulassem as relações de trabalho foi empreendida pelos deputados do Rio Grande do Sul, para os quais

o projeto de código operário era considerado uma “aberração legislativa anticonstitucional”, como definiu o presidente do Rio Grande - Borges de Medeiros.[8] Dentre os deputados gaúchos, um dos mais atuantes na oposição às propostas legislativas foi o deputado Carlos Penafiel. No final de setembro de 1918, Penafiel discursou na Câmara contra as propostas apresentadas no projeto do código, buscando no comtismo a fundamentação teórica para a repugnância que expressava pela intervenção do Estado nas relações de trabalho.

Alguns dias depois, Evaristo de Moraes publicava suas impressões sobre o discurso de Penafiel. “Na investida com que teimosamente atacam os positivistas da Câmara o projeto de código do trabalho” - dizia - “eles entram em contradição com os seus mais autorizados adeptos e com o passado da sua propaganda no Brasil”.[9] Para sustentar esta consideração, Evaristo apontava que “positivistas fora de quaisquer suspeitas” - como Teixeira Mendes - haviam defendido a necessidade de “salvaguardas” para os operários. Mas, segundo apontou, havia um outro - e mais importante - aspecto pelo qual os “positivistas da Câmara” se colocavam “em conflito com os da rua Benjamim Constant”.[10] O passado e as lutas em torno da abolição da escravidão forneciam a munição argumentativa com que Evaristo se contrapunha “aos positivistas inspirados pelo Sr. Borges de Medeiros”.[11]

Os motivos que os parlamentares apresentavam para se oporem às medidas propostas para o código do trabalho eram, apontava Evaristo, da mesma natureza que os que haviam sido evocados pelos escravocratas quando combateram as medidas de emancipação dos escravos nos diversos momentos em que foram apresentadas no Parlamento: a recusa da “tendência interventora” do Estado. Retomando, então, as posições de José de Alencar e de Andrade Figueira, destacava que os dois parlamentares tinham sido refratários a quaisquer medidas legislativas concernentes à escravidão, por considerarem a intervenção do Estado “desnecessária em vista dos sentimentos generosos da família brasileira e da expansão natural das forças econômicas”; para eles, a ação do Estado era “bárbara, anárquica, iníqua”.[12] Segundo José de Alencar, frisava Evaristo, “não cabia na função do Estado intrometer-se em assunto de caráter ‘meramente privado’, ferindo uma propriedade que tinha a sanção indireta das leis e a direta dos costumes”. Também Andrade Figueira, mesmo nas vésperas da lei que aboliu a escravidão, explicava Evaristo, tinha condenado - como sempre - a intervenção do poder público na solução de um assunto “eminentemente social, que não competia ao Estado, mas à sociedade resolver”.[13]

Era nesse campo argumentativo, concluía Evaristo, que os positivistas gaúchos transitavam naquele momento, quando se opunham à intervenção do Estado na regulamentação das relações de trabalho por meio do legislação. Ao protestar contra a "intromissão do Estado nos contratos de trabalho", defendia Evaristo, o deputado Penafiel

repetia os mesmos argumentos de José de Alencar e de Andrade Figueira quando se opuseram às medidas emancipacionistas que eram levadas à Câmara nos anos 1870 e 1880. Os deputados gaúchos, conforme considerava, adotavam "a respeito dos operários, o mesmo princípio, excessivamente individualístico, com que, de 1871 a 1888, se combateu a emancipação dos escravos".[14]

Além de se equipararem aos antiemancipacionistas de outrora, os deputados gaúchos também se afastavam dos primeiros positivistas brasileiros que haviam, desde os mais remotos ventos abolicionistas, abraçado a campanha pela abolição. "Ora, reconhecida, como foi pelo sr. Teixeira Mendes", argumentava,

> "a identidade da 'questão dos escravos' e da 'questão dos operários', não há como negar a contradição em que se encontram os positivistas (?!) da Câmara, repelindo a intromissão do poder público nas relações entre capitalistas e assalariados. Nisto, como verificamos, eles se afastam dos mais respeitáveis pregadores do positivismo, e se harmonizam com os escravocratas doutros tempos...."[15]

Para Evaristo, os positivistas estavam construindo uma estranha identidade com os antigos escravocratas, porque havia uma importante continuidade entre a "questão social", na qual ele se envolvia em sua militância, e a "questão servil", cujo exemplo retomava.

Abolição e república: obras inacabadas

Os dois importantes momentos de ruptura ocorridos no final do XIX eram identificados, por Evaristo, como obras inacabadas. Uma delas, a república, não cumprira "suas promessas" em relação ao operariado. "Eu não posso conceber", dizia ele em 1917, "que aquilo que foi e é realidade [a proteção e a assistência às classes pobres e economicamente fracas] nas monárquicas Inglaterra, Alemanha e Bélgica, não possa ser pregado nessa nossa república brasileira". Por isso, dizia ele, "reclamo no terreno econômico e social a democratização da república, a sua realização, a sua efetivação". Somente assim, a "superioridade do regime por nós adotado em 1889 poderá transparecer".[16] Para Evaristo, como para muitos dos que participaram do movimento republicano, era recorrente esse sentimento de que os ideais da república vinham sendo traídos desde os primeiros anos de consolidação do regime e de que o empreendimento do republicanismo não havia findado com a derrubada da monarquia.

Como a república, também a abolição representava uma obra inacabada e, neste sentido, uma série de continuidades eram apontadas por Evaristo. Uma delas estava atrelada às suas percepções acerca dos trabalhadores em meio aos quais militara logo após a instauração da república. Entre as conseqüências da anterior experiência do trabalho

escravo, considerava ele, estava a “modalização" do caráter tanto dos operários como do "patronato" brasileiros: neste, a escravidão, “demoradamente mantida entre nós”, impingira no comportamento a persistência da “vontade tirânica e despótica, do arbítrio e da prepotência, da permissão de tudo cometer impunemente”; naqueles, a escravidão imprimira “farta dose do servilismo”. [17]

Quando dirigia suas críticas aos positivistas gaúchos que se obstinavam na Câmara em rejeitar a interferência do governo federal nas relações de trabalho, ele apontava outras “identidades” comuns ao operariado e aos escravos. A primeira delas, dizia, podia ser estabelecida a partir "da triste condição a que foi reduzido o operariado nas suas relações com o industrialismo, tão poderoso como corruptor". A liberdade do operário nos contratos de trabalho, argumentava, "é bem ‘pequena coisa'" e o "constrangimento que a moderna vida industrial exerce sobre o operário se afigura [...] tão duro como o que o senhor exercia sobre o escravo.”[18]

As similitudes entre a condição do operário e a do escravo pareciam ainda mais evidentes quando se considerava que

> “o pacto de trabalho não é somente um contrato comercial concernente ao trabalho considerado como mercadoria, mas constitui, também, um tratado que acarreta domínio sobre a pessoa do vendedor do trabalho; atendendo a que quem compra a valorização de uma coisa deve necessariamente ser senhor da força que produz essa valorização; o comprador do trabalho adquire, pois, pelo fato da compra da atividade humana, domínio sobre a força viva e, por conseguinte, sobre o homem, sobre seus gozos, sobre toda sua existência física, moral, intelectual e social, e as condições do pacto do trabalho fixam a extensão desse domínio.”[19]

Havia, portanto, nas relações de trabalho livre, uma aproximação inexpugnável com as relações de escravidão, dada pelo fato de a apropriação da força de trabalho significar, em qualquer situação, um “domínio sobre a força viva”, sobre o homem da qual ela advém. A efetiva emancipação, portanto, só ocorreria - parece - se fossem modificadas as “condições do pacto de trabalho” para minorar a extensão desse domínio. Por isso que a postura dos deputados gaúchos era considerada, por Evaristo, ainda mais incoerente com a defesa da emancipação empreendida pelos positivistas históricos: opondo-se à legislação operária, eles resguardavam a amplitude do que havia de escravidão no trabalho livre. Assim, as aproximações entre a condição do operário e a do escravo eram “ainda mais evidentes, quando se nota que contra a emancipação do segundo é reproduzida, embora em nome de princípios políticos diferentes, a mesma argumentação que foi, outrora, empregada contra a emancipação do primeiro”.[20]

Em uma obra que em 1918 já vinha escrevendo e que publicaria pouco mais de cinco anos depois, Evaristo registrou que a "expiação do crime secular" que foi a escravidão só se realizaria se fosse "tomada a peito" algumas medidas, entre as quais a "decretação de medidas protetoras do operariado, tendentes a melhorar as condições do respectivo trabalho".[21]

A abolição era, assim, uma obra por terminar; neste empreendimento ele se engajava e apresentando-o dessa forma ele definia sua própria identidade militante.

As lições do passado

Além de uma obra por terminar, o abolicionismo mostrava a importância da propaganda para que os indivíduos pudessem se convencer de que nem sempre o que parecia mais de acordo com seus interesses "individualísticos" assim era de fato. A propaganda, alterando os sentimentos e ensinando aos homens quais os reais interesses, era necessária para vencer as resistências às transformações que levassem a sociedade a padrões civilizatórios superiores.

Assim, Evaristo definia a natureza sua identidade militante: sabendo desvendar o percurso do desenvolvimento histórico e definindo qual a melhor forma de percorrê-lo, tomava para si o papel de ensiná-lo aos demais por meio da propaganda e do convencimento.

No artigo com que se dirigia aos deputados gaúchos na Câmara, Evaristo não deixou de lembrá-los de que se a escravidão não tivesse sido feita pela intervenção do Estado, por meio da legislação, "teríamos sofrido todos os horrores de uma guerra civil, tão limitadas eram as manifestações espontâneas da 'generosidade brasileira' e tão lenta se mostrava a 'expansão natural das forças econômicas'". A lei, arrematava por fim, "evitou a revolução".[22] Não era uma lição desprezível.

A abolição ensinava os melhores caminhos e os passos mais adequados para se alcançar a civilização almejada. Mais até que lições a serem aprendidas, o abolicionismo proporcionava um exemplo a ser seguido. E a ação militante de Evaristo, a continuidade dessa militância exemplar.

---

[1] Este artigo é parte de minha tese de doutorado: *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas*. Campinas, Unicamp, 2004. Para elaboração da tese e para apresentação neste seminário, contei com apoio financeiro do Fundo de Auxílio à Pesquisa (FAP) da Universidade Metodista de Piracicaba.

[2] Todos os apontamentos sobre a constituição dos partidos foram extraídos de Evaristo de Moraes Filho. *Socialismo brasileiro*. 2ª edição. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998, p. 34-56. Sobre os partidos dos anos 1890, ver José Augusto Valladares Pádua. "A capital, a

República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890". *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 28, nº 2, 1985, pp. 163-193.

[3] Ângela de Castro Gomes. A i*nvenção do trabalhismo.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 167 e Evaristo de Moraes Filho, *Socialismo brasileiro*, p. 55-56.

[4] Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*, p. 132.

[5] Maurício de Lacerda. *A evolução legislativa do direito social brasileiro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 189. Ângela de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho - política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 85.

[6] Ângela de Castro Gomes. *Burguesia e trabalho*, p. 65.

[7] O projeto Lacerda, por exemplo, fixava em 6 horas o trabalho de mulheres, 18 anos como idade limite para que o trabalhador fosse considerado menor e obrigava a criação de órgãos de arbitragem nos conflitos coletivos entre patrões e empregados; o projeto substitutivo propunha uma jornada de 8 horas de trabalhos para as mulheres, considerava que só até os 15 anos o trabalhador era considerado menor e definia como facultativos os órgãos de arbitragem. Idem, ibidem.

[8] Bóris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*, São Paulo: Difel, 1983, p. 231.

[9] Evaristo de Moraes. "Ainda a propósito do código do trabalho: os positivistas da Câmara de acordo com os escravocratas!". In: Evaristo de Moraes Filho (org.). *O socialismo brasileiro*, p. 187. O artigo foi publicado originalmente em *O Imparcial* de 8 de outubro de 1918.

[10] A menção à rua Benjamin Constant é uma referência aos integrantes da Igreja Positivista do Brasil. Em 1891, foi inaugurada uma capela do Apostolado, localizada naquela rua, no nº 74; em abril de 1920 inaugurou-se o prédio definitivo da Igreja. www.arras.com.br/igrposit (site oficial do Apostolado Positivista do Brasil), consultado em 23/08/2003, 13:00.

[11] Evaristo de Moraes. "Ainda a propósito do código do trabalho", p. 188.

[12] Idem, p. 190.

[13] Idem, ibidem.

[14] Idem, p. 191.

[15] Idem, p. 192.

[16] "A Candidatura do dr. Evaristo de Moraes à Deputação Federal". *A Razão*, 10 de dezembro de 1917

[17] Evaristo de Moraes. *A campanha abolicionista (1879-1888).* 2ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1986 p. 400.

[18] Evaristo de Moraes. "Ainda a propósito do código do trabalho", p. 188, mencionando *Les institution professionelles et industrielles*, de Spencer.

[19] Idem, p. 189 (mencionando Lujo Brentano).

[20] Idem, p. 191.

[21] Evaristo de Moraes. *A campanha abolicionista*, p. 401.

[22] Evaristo de Moraes. "Ainda a propósito do código do trabalho", p. 190.

AMIZADE E CORRESPONDÊNCIA EM ELISABETH BISHOP: UMA ESCRITA ETOPOÉTICA?

Josinete Lopes de Souza

"Acho que escrevo poesia mais não escrevendo do que escrevendo"
(Elisabeth Bishop)

Desde o primeiro contato com a escrita da poeta Elisabeth Bishop através da leitura de uma coletânea de sua correspondência[1], ainda em 1998, chamou-me especialmente a atenção o cuidado permanente que ela dedica aos laços de amizade cultivados desde sua juventude, no final da década de 20, até 1979, ano de sua morte. Nas suas cartas é possível perceber, mesmo nas mais espontâneas, uma atitude de extrema polidez, cortesia e até mesmo contenção impressionantes.

Autora de uma obra reconhecidamente concisa, contida e perfeccionista, que Robert Lowell definiu e imortalizou em seu poema *"For Elisabeth Bishop 4": "Do/ you still hang your words in air, ten years/ unfinished, glued to you notice board, with gaps/ or empties for the unimaginable phrase –/ unerring Muse who makes the casual perfect?"*[2], Elisabeth foi, por outro lado, autora de uma intensa e profícua correspondência (cerca de alguns milhares de cartas) que manteve com os amigos e correspondentes durante toda a sua vida. Em sua correspondência é possível perceber uma arte da epistolografia "que ela praticou de modo mais espontâneo e mais prolífico do que a da poesia"[3].

Na verdade, Elisabeth Bishop tinha um especial interesse pela leitura de cartas, como demonstra as dezenas de coletânea de carta existente em sua biblioteca e chegou a ministrar um curso sobre a arte da epistolografia em Havard em 1972, intitulado "Leitura de correspondência pessoais, famosas e infames, do século XVI ao século XX".[4] Em uma de suas cartas a uma amiga comenta o interesse em trabalhar não apenas com cartas literárias ou formais *"mas também com cartas humanas e eloqüentes (talvez até de semi-analfabetas)"*. Em outra carta ela confessa o antigo hábito (depois abandonado) de recolher cartas que encontrava na rua, em cima de latas de lixo, etc.[5]

Penso que a dedicação que Elisabeth Bishop dispensa a sua correspondência vai muito além da necessidade de manter aquecidos as laços de amizade e funciona também como um exercício para a sua criação poética, onde ela muitas vezes parece "anunciar" ou "intuir" um poema ou ainda compartilhar suas incertezas e inquietações sobre algo que estivesse escrevendo ou pensando em escrever. Numa carta a uma amiga íntima, Ilse Barker ela parece ter uma clara consciência da importância que a escrita de suas cartas tem sobre sua produção poética: "tenho pena das pessoas que não conseguem escrever cartas. Mas desconfio também que eu e você, Ilse, adoramos escrever cartas porque é como trabalhar sem estar de fato trabalhando*".*[6]

Muito embora uma análise de sua correspondência sob esse aspecto pareça tentadora, a reflexão que proponho neste trabalho caminha num outro sentido. A intenção aqui é tematizar a amizade, tal como é vivenciada por Elisabeth Bishop, enquanto prática transgressora, enquanto alternativa às formas de relacionamento prescritas e institucionalizadas. Essa abordagem se inspira nas reflexões de Ortega sobre Amizade e estética da existência em Foucault. Segundo Ortega, Foucault atribui um elemento transgressivo à amizade em relação às formas institucionalizadas e socialmente permitidas de sociabilidade.[7]

Ainda no rastro das reflexões desenvolvidas por Ortega, pretendo problematizar a correspondência de Bishop enquanto uma escrita etopoética, não da forma que foi praticada na Antigüidade, mas da forma como Foucault a atualiza em suas reflexões filosóficas – como um exercício de auto-constituição ou auto-transformação, relacionada a uma concepção (também atualizada) da filosofia como arte de vida e práxis estilística.[8]

Ao contrário de Robert Giroux, ao afirmar que: "Num certo sentido, suas cartas constituem sua autobiografia, ainda que não fosse esta sua intenção ao escrevê-las: não estava registrando sua vida, mas apenas mantendo o contato com seus amigos e correspondentes"[9], acredito que a correspondência de Elisabeth Bishop significa muito mais do que uma forma de manter o contato como os amigos e correspondentes ou ainda uma

pretensa autobiografia. Penso tratar-se antes de um exercício de autoconstituição onde se fundem sua vida e sua obra, no sentido de uma estética da existência, que ela parece ter perseguido ao longo de sua existência.

Assim, a reflexão proposta neste trabalho caminha no sentido de dar corpo a uma intuição que se manifestou desde a primeira leitura que fiz de suas cartas e que só agora, inspirada pelas reflexões de Ortega, é possível esboçá-la. Aliás, este trabalho não deve ser entendido mais do que um esboço, onde a intuição, inspiração e provocação orientam o diálogo, ainda muito limitado, entre a correspondência de Bishop e a bibliografia sobre o tema da amizade.

Curiosamente em um dos contos de Elisabeth Bishop encontro a exata expressão da sensação de estar problematizando um tema ainda tão obscuro para mim:

> Para mim é impossível tirar conclusões ou mesmo resumir. Quando tento, fico confusa, e tenho uma visão subliminar de um M maiúsculo multiplicando-se. Vejo-me virando as páginas de um manuscrito iluminado e encontrando aquela inicial por toda parte: o monograma de Marianne; mãe, maneiras; moral, e dou por mim murmurando: "maneiras e moral; maneiras em forma de moral? Ou será moral em forma de maneiras? Já que eu, tal como Alice caindo na toca do coelho, 'meio sonolenta', não consigo responder a nenhuma das duas perguntas, a formulação exata não faz muita diferença, mas a coisa parece fazer sentido.[10]

Amizade e correspondência: Por uma estética da existência

"Quando você escrever meu epitáfio, não deixe de dizer que fui a pessoa mais solitária que jamais viveu"[11] Nesta frase dita em tom de graça – porém com muita sinceridade – ao amigo e poeta Robert Lowell no verão de 1948 (e que ele recorda numa carta enviada a ela em 1957), Bishop traduziu com perfeição seu modo de ser no mundo, que ela aprendeu a cultivar desde muito cedo.

Reconhecidamente dona de uma inteligência aguçada e de uma obra genial "a vida inteira de modo instintivo e modesto, ela representou o papel de uma mulher simples", observou o poeta e amigo, James Merril, numa homenagem póstuma. Simplicidade, reserva, polidez, espirituosidade, contenção são algumas palavras geralmente usada pelos

amigos de Elisabeth Bishop para definir tanto a sua obra, quanto a sua relação com eles. Numa vida profundamente marcada por perdas, Elisabeth jamais permitiu qualquer sinal de autocomiseração em sua obra, na vilanela “One Art” ela observa que “The art of losing isn’t hard to master”[12] .

As viagens e as constantes mudanças que sempre fizeram parte de sua vida, primeiro por opção, depois por necessidade, fez com que ela definisse assim sua existência: “É verdade, vivi e agi toda a minha vida como aquele maçarico sempre correndo pelas bordas de países diferentes, ‘procurando algo’”. Seria talvez a busca de uma vida como arte?

Ao longo de sua vida, morou por períodos relativamente curtos (com exceção do período de quinze anos que viveu no Brasil) em muitos lugares diferentes, além das muitas viagens, permeadas de temporadas mais ou menos curtas, em outra infinidade de lugares. Essa facilidade de desprender-se dos lugares contrasta profundamente com a sua capacidade de manter intensas as relações com os amigos, muitos dos quais só encontrava ocasionalmente durante alguma viagem ou quando estes a visitavam nos lugares onde morou. Desse modo, Bishop fez da amizade um verdadeiro estilo de vida, no sentido de uma tarefa constante de auto-constituição, na qual a correspondência exerceu um papel fundamental.

Desde cedo Elisabeth recusa a possibilidade de uma vida constituída em torno do casamento e de uma família tradicionais. Logo após sua formatura em 1934 ela havia resolvido morar num modesto apartamento em New York com a amiga Margareth Miller, pois segundo ela precisava de um lugar “em que de dia se possa trabalhar sem interrupções, e ao mesmo tempo as noites sejam divertidas ... Eu gostaria de ter acesso a uma biblioteca”[13].

O desejo de um lugar tranqüilo para escrever e uma vida social divertida, que podemos entender, principalmente, como a possibilidade de estar com os amigos, parece ser uma das suas maiores ambições, desde muito cedo. Em suas cartas, ela nunca deixa de

mencionar o prazer que esses encontros lhe proporcionam, chegando a fazer, muitas vezes, relatos minuciosos, como se estivesse revivendo a satisfação que lhe causavam esses encontros.

Nessa convivência com os amigos, Bishop sempre recusou uma sociabilidade pautada pela "tirania da intimidade" que, de acordo com Sennett, caracteriza a sociedade moderna contemporânea, na medida em que "transforma todas as categorias políticas em psicológicas e mede a autenticidade de uma relação social em virtude de sua capacidade de reproduzir as necessidades íntimas e psicológicas dos indivíduos envolvidos".[14]

Ao invés disso, Elisabeth parece cultivar um "*ethos* da distância", baseado num sofisticado padrão de civilidade, polidez, cortesia e hospitalidade. O "desnudamento emocional", que ela considerava degradante na literatura moderna, como tantas vezes mencionou em suas cartas, era igualmente rejeitado no relacionamento com os amigos.

No conjunto de sua correspondência, Elisabeth raramente faz menção a qualquer assunto relacionado a sua vida mais íntima e pessoal. Quando sua mãe morreu em 1934, numa carta à amiga Frani Blough, ela simplesmente diz: "Acho que devo lhe contar que mamãe morreu faz uma semana. Depois de dezoito anos [de internação], é claro, foi a melhor coisa que poderia acontecer"[15]. Do mesmo modo, nas raras vezes em que partilhava com algum amigo acontecimentos íntimos e pessoais ela o fazia com uma relativa contenção.

Geralmente, Bishop só falava de seus problemas pessoais, medos e inseguranças com sua médica e amiga Anny Baumann, provavelmente mais devido ao fato dela ser sua médica. As cartas a Anny Baumann são praticamente as únicas em que Bishop expõe sua intimidade, mesmo assim não deixa de recomendar uma certa "desatenção" a esses "espetáculos deploráveis de autocomiseração" como ela mesma costumava enfatizar.

Narrativas desse tipo são realmente escassas no conjunto de sua correspondência. Os assuntos que mais lhe interessa compartilhar com os amigos são, em grande parte, a produção literária de cada um deles, a sua própria produção literária e leituras, suas

descobertas e impressões de viagem e dos lugares onde morava – detendo-se particularmente na descrição da paisagem, das pessoas e seus hábitos, crianças e animais –, as "turbulências políticas" do seu tempo. Ou seja, ela procura deter-se na "esfera dos assuntos humanos". Essa correspondência parece funcionar ainda como um esforço no sentido de reter e dar expressão às sensações e impressões que experimenta quotidianamente e que vai transformando em poesia.

Mais interessada em compartilhar o mundo ao seu redor ou a "esfera dos assuntos humanos", Elisabeth recusa uma escrita narcisística e psicológica, centrada em "seus mais profundos sentimentos" ou algo parecido. Nesse sentido, a sua escrita aponta para uma sociabilidade voltada para o mundo, onde a constituição de uma ética da amizade, inclui um constante cuidado com o cultivo da cortesia, o respeito pela diferença, pluralidade e alteridade na relação com o outro, num esforço em cultivar um certo *ethos* da distância, da solidão e do silêncio.

Numa longa carta enviada a Robert Lowell, na qual Elisabeth exprime algumas críticas ao seu livro *The dolphin,* é um dos exemplos mais eloqüente e bem acabado dessa ética da amizade, tal como é vivenciada por ela.[16]

Podemos perceber não somente nessa carta, mas em várias outras em que ela discute o trabalho dos amigos, uma ética da amizade pautada numa "relação agonística", que Foucault define como "*relações livres que apontam para a incitação recíproca e não para a submissão do outro"*[17].

Claro que esse movimento agonístico, em Bishop, não se dá de forma tão consciente e objetiva, como o reconstituímos aqui. Antes a elaboração dessa ética da amizade parece ser, para ela, algo muito mais intuitivo e apreendido na convivência que estabelece com a literatura, com os amigos (a convivência com Marianne Moore é fundamental nesse sentido), com as pessoas em geral ao longo de sua vida. Ou seja, algo que ela constitui para si a partir de uma relação atenta com o mundo exterior, "com o outro".

Do mesmo modo, muitas cartas testemunham o hábito que ela tinha de submeter seus textos à apreciação dos amigos, não em busca do elogio fácil, mas da provocação, como forma de aperfeiçoar seu trabalho, que, para ela, significava também um aperfeiçoamento de si, configurando, assim, aquilo que Foucault denominará de atividade etopoética da escrita: escreve-se para autotransformar-se.

O hábito de compartilhar com os amigos seus textos e se debruçar atenciosamente sobre as críticas que eles lhe formulam parece estar intimamente relacionado a uma concepção de arte enquanto expressão de exterioridade, com uma clara função social e política, que recusa obstinadamente sua redução à expressão de uma interioridade psicológica, ou seja, uma "psicologização da subjetividade". Essa compreensão já está presente em Bishop desde o início da sua carreira e permanece como um ideal estético até o fim da sua vida.

Uma carta do século XIX, de Gerard Manley HopKins a Robert Bridges, a respeito do ideal de "poeta" ou do "artista" em oposição ao "cavalheiro" e que Elisabeth cita no conto "Esforços do afeto: Memória de Marianne Moore", nos aproxima um pouco mais da compreensão que ela tinha dessa existência civilizada e estilizada que procurava constituir para si:

> Na verdade, os poetas e artistas não são, lamento dizê-lo, de modo algum, necessariamente, nem mesmo geralmente, cavalheiros. Pois um cavalheiro não se presta à concupiscência nem a outras vilezas, nem [...] assume ares de superioridade nem afetações, nem faz outras coisas que encontramos nas obras modernas. [...] Se um artista ou pensador pensa que, agindo de tal maneira, ele haveria de tornar-se grande, mesmo assim ele continuaria essencialmente inferior a um cavalheiro que não fosse artista nem pensador. E no entanto ser cavalheiro está apenas na fronteira da moralidade, e é mais uma questão de boas maneiras do que de moral propriamente dita, Nesse caso, como hão se ser inferiores a arte, a filosofia, as boas maneiras, a civilidade e tudo mais no mundo ao menor grau de virtude verdadeira! Refiro-me à castidade mental que parece residir no âmago mais íntimo de todo o bem e constituir sua verdadeira mãe, que permite apreender de imediato o que é melhor, e, atendo-se a ele, não permitir que mais nada, seja o que for, sequer argumente em sentido contrário. [...] Afirmo; pois, e com veemência, que um cavalheiro [...] tem o direito de desprezar o poeta, seja este Dante ou Shakespeare e o pintor, seja este Miguel Ângelo ou Apelas, se o poeta ou pintor demonstrar de algum modo que não é cavalheiro. Tem o direito de fazê-lo, mas, se é de fato um cavalheiro, ele provavelmente não o fará..[18]

Bishop resume numa frase a compreensão que ela faz desse ideal de civilidade: "Ser poeta não era o objetivo último da existência". Toda a sua correspondência revela um

cuidado em constituir um relacionamento ético e estético consigo mesma, com sua obra e com "o outro". Desse modo, tanto a amizade como a correspondência – enquanto escrita e como leitura – em Elisabeth Bishop, parecem recusar uma subjetividade moderna, centrada na autenticidade do sujeito e na exposição narcisística desse "eu-autêntico", que reina cada vez mais soberano em nossos dias. De uma forma transgressora, mesmo que intuitiva, sua escrita nos fala da possibilidade de uma subjetivação estética na qual a amizade assume a tarefa de constituir uma nova sensibilidade política frente ao mundo que nos cerca.

---

[1] *Uma arte: As cartas de Elisabeth Bishop*. (Abreviado UA). Seleção e organização (edição americana) Robert Giroux: seleção e organização (a partir da edição americana) Carlos Eduardo Lins da Silva, João Moreira Salles: Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[2] "Ainda/ penduras tuas palavras no ar por dez anos/ inacabadas, coladas no teu quadro de avisos, com lacunas/ ou vazios para a expressão inconcebível–/ Musa infalível que torna perfeito o aleatório?" R. Giroux. "Introdução". *Esforços do afeto e outras histórias.* (Abreviado EA). São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20.

[3] Cf. R. Giroux. UA, p.23.

[4] Ibidem, p.7.

[5] Elisabeth Bishop. "A May Swenson". 26/12/1952. *UA*, p.704.

[6] Cf. R. Giroux. UA, p.7.

[7] Ortega, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: 1999, pp. 157-158.

[8] Ibidem., pp. 56-58. Ortega chama atenção para a influência das reflexões de Pierre Hadot acerca da atualização da definição de filosofia como "exercício espiritual, como forma e estilo de existência", que inspira Foucault.

[9] R. Giroux. UA, p. 6.

[10] Elisabeth Bishop. "Esforços do afeto: memória de Marianne Moore" In: *EA*., p. 184. Nesse texto escrito entre 1969 e 1979, Bishop recorda sua relação com a amiga e também poeta Marianne Moore, falecida em 1972. Nessa passagem ela está se referindo ao meticuloso sistema ético da amiga, nunca explicitado ou revelado por completo e que, às vezes, lhe deixava perplexa e encantada.

[11] Carta de Robert Lowell a Elisabeth Bishop em 15/05/57. In: *UA*., p. 367.

[12] A arte de perder não é difícil de aprender.

[13] Elisabeth Bishop. "A Frani Blough". 1°/04/1934. UA., p. 32. "Frani Blough conheceu E. B., em 1927, em Walnet Hill, um colégio interno em Massachusets, onde estava um ano à frente de E.B. Frani depois estudou no Vassar College, para onde E.B. foi também um ano depois. Permaneceram amigas pelo resto da vida.". (NC)

[14] Cf. Francisco Ortega. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault.* Rio de Janeiro Relume Dumará, 2000, pp. 109-110.

[15] Elisabeth Bishop. "A Frani Blogh". 04/06/1934. *UA*., p. 36.

[16] Ibidem. "A Robert Lowell". 21/03/1972, pp. 627-630.

[17] Ortega, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault,* pp. 168-169.

[18] Cf. Elisabeth Bishop In: EA., pp. 183-184. Os intervalos que aparecem nessa citação são da própria E.B.

ESCOLA AMERICANA DE LAGES 1931-1942

José Eliachim B. Tapia[1]

> [...] na disputa entre diferentes padrões culturais, foi-se produzindo a hegemonia cultural americanista, pela criação imaginária de que os Estados Unidos ofereciam o melhor espelho para a modernidade no Brasil; pela difusão da crença de que lá, mais do que em qualquer outro lugar do mundo ocidental, estava sendo concretizada a esperança do "homem novo", ou seja, o homem subjetivamente necessário à modernidade.[2]

Palavras iniciais...

Proponho-me neste trabalho investigar a trajetória escolar do corpo discente da Escola Americana ou Colégio Evangélico na Cidade de Lages, localizada no Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre 1931 e 1944. Tal escola foi idealizada e implementada por missionários americanos, que, após efetivarem o presbiterianismo como denominação religiosa permanente[3], passa a disputar acirradamente com o catolicismo, o direito de oferecer educação privilegiada e diferenciada a crianças e jovens. O intuito era claro: fabricar um homem para o futuro, com uma formação intelectual coadunada com as intenções progressistas que parte da elite catarinense e especificamente a serrana almejava para seus descendentes.

O período em estudo encontra a sua justificação por ser 1931 o ano que se deu início ao investimento educacional americano de cunho presbiteriano, da mesma forma que em 1944 o referido colégio fecha temporariamente suas portas. Um período emblemático para a educação catarinense e lageana, haja vista que, além da implantação da maquinaria escolar americana, o catolicismo se reinventava, se rearticulava, e investia profusamente em estabelecimentos educacionais, aproveitando-se da nova ordem política que ascendia ao poder no Brasil, exemplo disso, é a fundação, na década de 1930, em Lages do Ginásio Diocesano sob os cuidados da ordem dos franciscanos.

A arcabouço teórico configurou-se a partir do momento em que iniciei meus estudos sobre as origens, formas de inserção e as tensões que o presbiterianismo catarinense manteve com o catolicismo nos primeiros anos do século XX, ainda em tempos

da graduação, por isso, Bronislaw Baczko é fundamental na configuração desta pesquisa. Um outro momento que me permitiu manter contato com autores também que nortearam este estudo, são os encontros do Grupo de Estudos e Pesquisa de Escolarização.[4] Nestes momentos refletivos, cientistas da sociologia da educação do gabarito de Pierre Bourdieu, André Petitat e outros como Julia Varela e Fernando Álvares-Uria são constantemente "convidados" a compartilhar conosco dos seus pensamentos na questão educativa, principalmente da escolarização das elites.

O presente trabalho foi estruturado em três partes, inicialmente entendi que seria necessário perceber e descrever nuances das condições políticas, sociais e culturais presentes que permitiram a inserção do protestantismo de cunho americano no Brasil, e conseqüentemente o seu modelo educacional em Lages. Na segunda parte do trabalho, focalizo a análise da população escolar discente. Para finalmente na terceira e última parte, verificar até que ponto o colégio foi capaz de perenizar na sociedade serrana os ideais americanos por meio daqueles que lhes foram entregues na década do trinta do século XX, para sua escolarização. Tentamos responder os seguintes questionamentos: Como se constituiu o presbiterianismo e a Escola Americana em Lages? Qual era o perfil sócio-econômico dos alunos deste estabelecimento educacional? E qual foi o destino social destes meninos e meninas?

Freiras, Frades e Missionários Americanos

A fundação do Colégio Evangélico em 1931, pelos missionários americanos, Harry Midkiff e Lathan Wright, que já residiam na cidade de Lages, nasceu da necessidade que estes tinham de implementar e implantar não apenas uma alternativa de fé e de educação, mas prioritariamente construir um sujeito que evidenciasse e irradiasse a nova mentalidade que já tinha se espalhado nos principais centros urbanos do país e na capital do Estado de Santa Catarina, uma vez que esse desejo atendia às necessidades do pensamento liberal ou liberalismo[5] que se vivenciava no Brasil.

Os missionários americanos presbiterianos que lançaram os fundamentos da sua religião no litoral catarinense, em inícios do século XX, são praticamente os mesmos que viajaram ou cavalgaram[6] dias e noites para inserir a fé evangélica nesta cidade e nas regiões adjacentes[7] refiro-me num primeiro momento a Robert Frederic Lenington, George Landes e Ashman Salley. Juntaram-se ou substituíram os primeiros à medida que os anos transcorriam, até fins da terceira década do século XX, George Bickerstaph, Harry Midkiff e L. E. Wrigt.[8]

A cidade segundo um dos poucos historiadores de Lages, desde a sua fundação até os derradeiros dias do século XIX espiritualmente estava sob os cuidados da Igreja Católica, que reinava soberana e sem sobressaltos quanto a uma disputa religiosa. A partir do primeiro ano do século que se iniciava, o XX, Lages recebe a visita de Lenington, principal articulador dos missionários americanos no sul do país, o qual evidenciará desde o primeiro momento que eles estavam dispostos e preparados para disputar a hegemonia católica não só em questões de fé, mas também em questões educativas, eram portadores de uma nova estratégia pedagógica que já alcançava no sudeste e nordeste do país, significativos avanços, e que agora começava a despontar em Lages. Embora desde a visita à cidade do primeiro missionário em 1901, até a fundação do Colégio Evangélico, tenham-se passado quase 30 anos, é bom frisar que o germe deste empreendimento escolar já se fazia sentir, pois num dos relatórios do rev. George A. Landes, ele afirma: “O modo porque muitas pessoas, por lá, se exprimiram, dá para crer, que se tivessem uma escola evangélica onde podiam mandar os filhos, elas não os mandariam aos frades e freiras”.[9]

O ideal de educação faz parte do ideário social da igreja, haja vista a redação do artigo 3, do Estatuto da Igreja: “Esta Igreja tem por fim: render todo culto a Deus Trino em espírito e verdade conforme Ele se revela nas Sagradas Escrituras; propagar o Evangelho; praticar a caridade, bem como difundir a educação e instrução religiosa e leiga**”.**[10]

Com pedagogias e concepções religiosas diametralmente opostas e antagônicas, tanto católicos como protestantes se digladiaram no campo da educação, alterando o cotidiano da sociedade, buscando seus quadros escolares discentes no meio das camadas

mais abastadas, procurando se aperfeiçoar para superar o outro, o concorrente, o *yankee* ou o ultramontano.

Esta primeira parte do trabalho serve de fundamento para verificar o contexto social e as instituições envolvidas nesse processo de inserção da pedagogia americana em Lages no Estado de Santa Catarina, o imbricado caminho que se percorreu desde o ideal, passando pela implementação até a implantação do Colégio Evangélico e como este se manteve firme em seus propósitos mesmo sendo um tempo desfavorável aos seus propósitos.

“Educação Promiscua”

No primeiro encontro que tive com uma ex-aluna. dona Maria do Carmo Maliverni, uma frase marcou aquele momento, quando lhe perguntei pela Escola Americana ela, sem mais nem menos, fez ressoar em meus ouvidos a seguinte frase: “a escola era para as elites”.

Outro momento determinante e marcante foi quando me encontrei com a expressão de Frei Pires de Martins, padre católico, diante da projeção que o Colégio Evangélico tomava no meio social, este ousou chamar o novel estabelecimento de ensino protestante de “educação promíscua”, não resta dúvida que o epíteto expressado, foi um exagero do referido religioso gerando um profundo mal-estar nas lides presbiterianas americanas, pois desqualificava o investimento educacional americano naquela cidade. Contudo, e longe do calor daquelas disputas entenda que tal termo tenha uma conotação pejorativa, se queira ou não, ele exala uma série de variáveis que dão vazão a minha hipótese de uma ação educativa diferenciada daquela que o catolicismo dos franciscanos praticava na cidade.. Por que digo isto? Na ação escolar católica e ultramontana, não havia espaço para a educação mista, na proposta americana isto sempre foi parte integrante, haja vista que, na fundação do Colégio Mackenzie em São Paulo o elemento masculino e feminino estão presente na primeira turma de crianças que em São Paulo recebeu instrução americana, o mesmo se pode dizer da Escola Americana de Florianópolis, embora esta teve uma fundação

diferenciada daquela do Mackenzie e agora este mesmo ideal é percebível no Colégio Evangélico de Lages.

Tendo a frase da ex-aluna do Colégio Evangélico e a do Frei Pires de Martins, quis descobrir a população escolar objeto de instrução no Colégio Evangélico, que segundo o religioso não passava de uma "educação promíscua". Aqui refletirei sobre o perfil sócio-cultural do corpo discente do Colégio Evangélico de Lages 1931 – 1944, tentarei responder às indagações anteriormente referidas e que fazem parte do âmago principal de nosso trabalho, isto é, desvendar as classes sociais e fração de classes, etnia, religião e gênero dos alunos que freqüentaram o colégio.

As primeiras investidas na área social, principalmente na educação, tinham por fim alcançar as elites, isto faz parte das estratégias de inserção do ideal americano, agora não podemos esquecer que este público também era objeto e do interesse dos padres católicos franciscanos que já possuíam colégio em Lages

Saber sobre a origem étnica, religião, classe social, facção de classe e gênero torna-se a minha tarefa essencial nesta parte do trabalho, pois é possível ver nela uma predominância de alunos brancos com características germânicas e quanto ao gênero também observar uma nítida tendência para um número maior de meninas.

Disse que a expressão do padre Martins me permite e convida para uma reflexão analítica, daí que tendo como sustentação a indagação a seguir: Quem são os receptores desta "Educação Promíscua"? procurarei explicitar os aspectos sócio-culturais destes sujeitos escolarizados sob práticas culturais americanas.

O "Homem Novo": A Imagem do Presbiterianismo

Ainda não posso fazer nenhum tipo de análise global da vida pós Colégio Evangélico das crianças que então freqüentaram suas aulas, tenho apenas alguns poucos dados de quatro ex-alunos, embora saiba por referências destes das caminhadas de outros, contudo, prefiro apenas ater-me a estes quatro, para assim não cometer a inconveniência de fazer afirmativas carentes de fontes que mais tarde me obriguem a uma retratação.

A idéia de modernidade, de progresso e de civilização que se espalhava no Sudeste, no Nordeste e no Norte, ecoava forte também no Sul do país, haja vista que, tanto em Curitiba como em Florianópolis se abriram Escolas Americanas[11], que visavam exatamente impor, como alternativa, esse padrão cultural que viesse a solidificar esses ventos educacionais modernizantes que sopravam e refrescavam também a educação brasileira, que desde os tempos coloniais e adentrando no período imperial, envolvia, controlava, direcionava e moldava por meio das ordens católicas - como as dos jesuítas e dos franciscanos - praticamente a cultura do Brasil.

Os americanos presbiterianos que aqui aportaram representavam os anseios das classes burgueses, positivistas, maçons e liberais, praticamente se aliaram a eles, com o intuito de deter ou ao menos ser uma alternativa a hegemonia católica e iniciar – junto a outros segmentos – a ansiada construção do "Brasil Moderno".

Eis a minha curiosidade, minha motivação maior e minha vontade de pesquisador, desvendar como na cidade de Lages, foi construído esse "homem novo", verificar como o *"habitus"* presbiteriano americano orientou e/ou determinou escolhas profissionais, posturas sociais, sentimentos, emoções, enfim trajetórias de vida, vidas...

Diante destas questões pontuais, o cerne do trabalho nesta parte, está alicerçado sobre algumas indagações que considero cruciais para estabelecer as devidas relações que elucidarão aquilo que pretendo abordar e analisar: Que caminhos escolares percorreram as crianças e jovens que egressaram do Colégio Evangélico? Que profissão ou atividade social elas exerceram após a sua formação escolar? Por que razão optaram por essa atividade profissional? Que tipo de vida levam no momento? Que lembranças guardam do período passado nas salas de aulas do Colégio Evangélico?

Verdade é que uma caminhada noutros estabelecimentos escolares tornou-se necessário, uma vez que, o Colégio Evangélico ministrava aulas até a quarta série – embora eu creia que também ministrou ensino secundário - logo o ginasial e o complementar, tiveram que ser procurados noutros estabelecimentos da cidade ou fora dela já que à época a formação em nível superior era simplesmente inexistente na região, sei apenas da

existência de um Instituto de Educação, para onde se dirigiram algumas das alunas que freqüentaram o colégio, os meninos tiveram que deixar a “Princesinha da Serra” em busca das profissões que lhes garantissem espaço social.

Não tenho dúvida que os missionários americanos, Lenington, Landes, Salley, Bickerstaph, Wrigth e Midkiff , que por ai andaram e se estabeleceram, como é o caso dos últimos citados, moldaram consciências e atitudes, transformaram práticas e alteraram com seus costumes, com seus ensinos, com seus ideais de progresso, muitos modos enraizados e pregaram no Planalto Serrano, aquilo que se almejava para o Brasil, ou seja, a modernidade e o progresso.

Palavras finais...

Sendo um trabalho em fase de pesquisa e elaboração, é impossível adotar aqui uma postura conclusiva, sendo assim, posso apenas dizer que os missionários americanos que em Lages aportaram, foram precursores, junto a outros segmentos sociais, da tentativa de fabricar um homem condizente com as tendências das nações consideradas progressistas na época. Essa tentativa gerou inúmeras tensões com o catolicismo, verbalizadas através da imprensa, cartas e relatórios pastorais.

A Escola Americana se transformou numa das hábeis estratégias de penetração do protestantismo em Lages e, serviu como alternativa educativa para aqueles filhos da elite que não se identificava com os postulados católicos, com seu modelo pedagógico e visão de mundo.

Aqueles alunos da Escola Americana, alguns ainda vivem, percorreram caminhos dispares, contudo dentro dos propósitos estabelecidos pelos idealizadores da educação americana na cidade, ou seja, construiu-se um homem coadunado com as tendências do ideário republicano.

Notas:

[1] Mestrando do Programa em Educação e Cultura da Universidade do Estado de Santa Catarina -UDESC. Bolsista do Programa de Monitoria de Pós-Graduação. Orientando do Prof. Dr. Norberto Dallabrida. eliacchim@hotmail.com / eliacchim@bol.com.br

[2] WARDE, Miriam Jorge. Processos de internalização e nacionalização da cultura e da educação: c onstrução da escola e fabricação do "homem novo". www.pucsp.br. (ementa do projeto), p. 3.

[3] O presbiterianismo brasileiro encontra a suas raízes na ação missionária da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos

[4] Grupo formado pelo Prof. Norberto Dallabrida. Reúne-se desde meados de 2004, às sextas feiras nas dependências da Direção Assistente da Pesquisa e Ensino (DAPE), onde também funciona o Programa de Mestrado em Educação e Cultura, constituído por alunos da graduação e do Programa de Mestrado em Educação e Cultura.

[5] Utilizei este termo no trabalho tendo como base a significação de David Gueiros Viera: "O termo 'liberalismo' cobre um sem número de conceitos. Sob esta expressão genérica apareceram vários grupos defensores do livre-arbítrio em todas as esferas, unidos ao redor de um conceito – um conceito de 'progresso' e de emancipação do homem – a maior parte, emancipação da classe média. O termo, em geral, significava uma crença difusa no valor do indivíduo, e na convicção de que a base de todo o progresso era a liberdade individual. Mas ainda, que o indivíduo deveria ter o direito de exercer sua liberdade ao máximo, conquanto não viesse a atingir a liberdade dos outros. O liberalismo também aceitava a utilização dos poderes do Estado com o propósito de criar condições através das quais o indivíduo pudesse, livremente, crescer e expressar-se". Cf. VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil***.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1980. p.39.

[6] "A cidade de Lages tem pouca vida devido a falta de comunicação com a costa. É duvidoso se devemos mandar um casal de missionários morar ali antes da ligação ferroviária com a capital. Atualmente são necessários seis dia de viagem, ou a cavalo ou em diligência". Cf.: FERREIRA, Julio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil***.** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. 1960. v. 2, p. 95.

[7] Lages tornou-se irradiadora da fé. "Dezoito pontos reclamavam visitas regulares, cobrindo enorme extensão até Herval, Xanxeré e Palmas, quase à extremidade oeste do Estado. De Lages abriram trabalhos no Rio Capinzal, onde se organizou igreja em 1934". Cf. FERREIRA, Julio André. *Op. cit.* p. 95.

[8] COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens***:** *sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, v. 2, p. 31.

[9] RELATÓRIO PASTORAL. Georges A. Landes, 1910. p. 6.

[10] LIVRO DE ATAS DA IGREJA, 1930. p. 4.

[11] Em 1892 em Curitiba e em 1903 em Florianópolis, foram fundadas duas Escolas Americanas

PESQUISAR E OUSAR A PRÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

José Fernandes Costa

Todos os anos, diversas instituições de ensino superior disponibilizam na sociedade um grande número de graduados em História. Boa parte deles seguirá a carreira de professores dessa disciplina em escolas das redes públicas estaduais e/ou municipais. A observação empírica mostra que poucos continuarão carreira acadêmica em cursos de pós-graduação, instituições de pesquisa ou outra atividade que exija um profissional da História. Por questões circunstanciais me inclui no primeiro grupo.

Há doze anos que venho me deparando com questões que percebo serem comuns a diversos colegas que escolheram a carreira docente. Talvez a constatação geral é a de que os alunos têm aversão aos estudos formais, e isso não só com a disciplina de História, a escola como um todo parece estar fora do seu tempo. Desde sua estrutura física, administração, organização das aulas e o conteúdo delas.

A partir da pergunta *Quais conteúdos devem ser ensinados nas aulas de História e com que metodologias?,* este trabalho procura discutir questões pertinentes à sala de aula de História, a partir de uma experiência de docência que desenvolvi nos anos de 2003 e 2004.

Pela nossa formação (desde que éramos alunos do ensino fundamental) o conteúdo de História está relacionado com nomes, datas, fatos. A ênfase que foi e é dada a esses elementos cristalizou em nós a crença de que esse deveria ser o conteúdo. Concomitantemente, ajudou a desenvolver a idéia de que ensinar seria “repassar” esses conteúdos. Ou, como modernamente se diz, fazer a transposição didática do conhecimento humano historicamente produzido. Mas será possível fazer transposição do conhecimento, ainda que didaticamente?

Parece-me que a história produzida sobre determinada sociedade nos serve mais de informação, sendo conhecimento apenas para o historiador que pesquisou e dela se apropriou intencionalmente. Informar ao aprendiz determinada história quase não lhe faz sentido sele ele não ver nessa informação algo de seu interesse.

Porém, tornar o conteúdo da aula de História interessante ou lançar mão de metodologias ativas, não é o mesmo que dar conta dos objetivos do ensino de História. Assim, utilizar-se do cinema, da informática ou pedir para os alunos construírem maquetes, até pode envolvê-los melhor, mas pouco fará para o aprendizado histórico se for desarticulado de uma reflexão metodológica de fundo, que relacione a pertinência da metodologia com a pertinência do conteúdo.

Para não irmos tão longe, de um modo geral, os objetivos da História podem ser referenciados nos Parâmetros Curriculares Nacionais: os estudantes deverão sair capazes de identificar, caracterizar e relacionar culturas, questionar a realidade e pensar soluções para os problemas que percebem em seu cotidiano, bem como *dominar procedimentos de pesquisa* e reconhecer o conhecimento histórico como integrante de um conjunto maior de conhecimentos.[1]

As diretrizes curriculares do MEC para os cursos de formação de professores, embora com a infeliz idéia de cindir licenciatura das demais habilitações, também insiste na importância da pesquisa na formação. O domínio da produção do conhecimento é apresentado como essencial para a formação docente.

É fundamental, portanto, ter clareza de que o que se deve pretender com o ensino de História não pode ser repasse de informações, nem inculcação ideológica; não pode ser discussão sociológica, mas o presente e o cotidiano não podem ser ignorados; não se pode esquecer as tramas, as relações, sem necessariamente ter que se preocupar com o ensino de toda a história da humanidade (a sensibilidade docente deve dar condições para que o professor perceba o que essencial para a trama e o que é periférico para o momento determinado que se está estudando); perceber no presente as marcas do passado, e no passado as potencialidades e projeções das ações humanas; estudar não pode ser um momento de diversão descompromissada, contudo pode ser prazeroso se for significativo para o estudante.

Enfim, diversão, repasse de informações, discussões sociológicas e filosóficas podem fazer parte do processo ensino-aprendizagem, porém, é preciso ir além disso, em direção à formação do pensamento histórico.

Como parte dessa discussão, outro aspecto importante na docência é conhecer a história da disciplina. Isso é fundamental para, entre outras coisas, perceber que a escrita da história e o seu ensino são condicionados por determinações históricas, sendo campo de disputas e de possibilidades.

De fato, ser professor não é algo fácil e demanda muitos saberes. Os professores precisam também diferenciar conteúdo de método, e perceberem que no próprio método há conteúdos explícitos e implícitos. Por exemplo: pode ser que ninguém diga que dar aulas é apresentar determinado assunto, na frente de um grupo de pessoas sentadas enfileiradas. Porém, na hora que um aluno passa à condição de professor (seja "brincando de escolha" ou como estagiário), com raras e louváveis exceções, sua opção metodológica é por aula expositiva-dialogada. Os estagiários, muitas vezes, tem dificuldades com o conhecimento histórico que os professores quiseram "repassar-lhe" durante três anos de formação, no entanto, com relação à metodologia, o futuro professor não exita em imaginar e prever uma "exposição-dialogada".

Mas qual é a metodologia mais adequada ao ensino de História? Não seria correto trabalhar com aulas expositivas? Ausubel[2] ao teorizar sobre a aprendizagem significativa defende que o problema está nos maus usos das exposições. Infelizmente ainda olhamos com desconfiança os resultados das pesquisas da psicologia da aprendizagem. Mas não pretendo entrar nessa discussão aqui.

Voltando à questão de qual a metodologia mais adequada ao ensino, visitamos Paulo Freire. Este educador já afirmava que saber "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."[3] Destas palavras de Freire pode-se concluir que para ensinar e aprender é preciso seguir a lógica da produção da ciência. Ou seja, se qualquer produção de conhecimento científico, em

qualquer área, parte sempre do problema motivador de uma pesquisa, o “ensinar” e o “aprender” também deve se guiar por esta idéia.

Como motivar crianças e adolescentes a estudarem história? Como transformar a informação histórica em conhecimento? Como dar aulas de história interessantes e interessáveis? Como chegar ao mundo das jovens mentes, sem tornar a ciência uma diversão, sem “fazer-cabeça”, sem somente cumprir programas?

Se o objetivo é desenvolver o raciocínio histórico, o pensar historicamente (e não simplesmente preparação para vestibular), como agir metodologicamente nas aulas de história?

Muitos estudiosos têm se debruçado nas últimas décadas sobre esses temas. Há uma forte tendência em favor de que o fazer do historiador seja a referência do fazer pedagógico do professor de História. Para Schmidt, “o professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico.”[4] Pode-Se entender então, que um conteúdo fundamental a ser aprendido é o como produzir o conhecimento. E isso não se dará pela quantidade de informações que o professor for capaz de transmitir ao aprendiz.

Ensinar história, aprender história pela pesquisa, pelo mesmo método da produção da ciência, será possível propiciando-se igualmente a autonomia ao educando. Autonomia para escolher o assunto a estudar, para administrar seu tempo, para desenvolver sua responsabilidade. O professor age como mediador, detentor de um saber, mas que não está ávido por informar seu aprendiz. Sua principal tarefa é a de estimular a curiosidade, fornecer elementos às jovens mentes para que ponham-se a pensar cientificamente. Ele precisa ser um conhecedor de temas da cultura, da história, mas não enciclopedicamente. Ele terá que saber melhor como orientar do que transmitir informações. Não é saber toda a História, mas desenvolver instrumentos para saber onde, como buscar, saber buscar. De acordo com Schmidt, “A aula de História é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação do conhecimento existente, através de

um esforço e de uma atividade com a qual ele retome a atividade que edificou esse conhecimento."[5]

A chegada do computador à escola, simultaneamente às teorizações sobre o que e como ensinar possibilitou pensar a articulação entre ambas. Na Prefeitura Municipal de Florianópolis, a implantação das salas informatizadas se deu sob uma orientação de trabalho coletivo, fundamentado na psicologia vygotskyana do sócio-interacionismo. Vinculada essa concepção a uma questão de ordem prática, uma vez que para cada escola foi disponibilizada uma sala informatizada com 15 máquinas. Como as turmas tem em média 35 alunos, não tem como não fazer trabalho coletivo.

Além desse encaminhamento teórico, metodologicamente essa prática é embasada na pedagogia de projetos. Grupos de trabalho de alunos, a partir de um tema geral, delimitam-no para seu interesse, apresentam objetivo, hipóteses, justificam, etc.

Essa possibilidade, aliada às leituras que já vinha fazendo desde que em 1993 conclui a graduação, me levaram a ousar, em relação às divisões de períodos e listagens de conteúdos, rigidamente estabelecidos para cada série. Considerando que a partir de 1998 os PCN s também propiciaram uma maior abertura ao trabalho docente. Desenvolveu-se a perspectiva de que o conteúdo estava para além da informação histórica e de que o conhecimento não é transmitido e sim construído pelo sujeito que aprende. Algumas condições estavam dadas para experimentar uma nova prática.

No início de 2003, em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, com um grupo de professores de Geografia que tinha mais ou menos as mesmas leituras, pensou-se em reorganizar as temáticas curriculares. Substituímos as listagens pela idéia geral de "temas de interesse" para cada série. Assim, para as 5ªs séries, seriam propostos temas de interesse para o Estado de Santa Catarina; para as 6ªs séries temas de interesse para o Brasil, nas 7ªs séries América e para as 8ªs séries temas de interesse Mundial.

Preocupamo-nos em ressaltar que não queríamos uma perspectiva linear, que não seria "a história de...", mas desenvolver "temas de interesse para...", o que seria apenas o ponto referência, não limitando possíveis ampliações. Em cada turma seriam montadas

equipes de trabalho, que, sob orientação dos professores, elaborariam projetos, desenvolveriam pesquisas e tornariam públicos os resultados.

Na sala, as turmas não teriam três aulas de Geografia e três de História por semana, mas sim seis aulas para o projeto, embora no horário regular da escola e nem sempre geminadas. Os professores atuariam como orientadores. Por fim, o resultado deveria ser apresentado em *Power Point,* utilizando-se da linguagem multimídia. Os alunos ainda poderiam utilizar o computador para consultas na Internet ou CD-Rom's, como possíveis suportes de informações.

Essa idealização encontrou algumas barreiras logo que começou a ser aplicada: professores com entendimento diferenciado do projeto, dificuldade de articulação de horários e tempo disponibilizado disponibilizado para avaliação entre os docentes; o que também motivava a indisponibilidade de busca de fontes de consulta, nem sempre tão acessíveis; rotatividade de professores; e, até, professores que não assumiram os encaminhamentos das reuniões.

Por fim, o projeto se restringiu às 7ªs séries, sendo que em apenas uma integrando as disciplinas de História e Geografia. Nas demais três 7ªs séries não conseguimos articular esses campos disciplinares. Nesse processo de ajustamentos, percebeu-se também a dispersão e desarticulação dos temas, optei por dedicar uma das três aulas semanais para trabalhar de forma mais sistemática a História da América, como já fazia com as demais turmas.

Nessa sistematização, também se trabalhou com grupos. Porém havia uma orientação mais específica para o início das atividades: cada equipe deferia escolher um país americano para produzir uma apresentação sobre o mesmo: história, cultura, geografia, etc. Essa apresentação deveria ser em *Power Point* mas, antes de irem à sala informatizada, as equipes deveriam projetar e esquematizar o trabalho em papel. Durante as duas primeiras semanas as aulas aconteciam na biblioteca que, apesar de possuir um acervo limitado, possibilitou uma coleta de dados em livros didáticos e enciclopédias. Somente após terem o rascunho é que os alunos sentaram na frente do computador.

Um ou outro grupo que negligenciou a etapa inicial, tirou a primeira conclusão: o computador é apenas uma ferramenta que depende de nossa programação. Precisaram voltar à biblioteca, enquanto os outros já colocavam sua imaginação para funcionar.

O trabalho sobre os países permitiu circular por vários aspectos da história americana, permitindo perceber semelhanças e diferenças, mudanças e permanências entre os diversos países objeto de estudo. Mas, além desse aprendizado, nos próprios grupos de trabalho era perceptível a troca, discussão, busca de informações, contribuindo na construção do conhecimento.

Ao possibilitar a autonomia para os grupos buscarem informações, evidencia-se a necessidade da crítica às fontes, sobre tudo quanto à *Internet*. O computador e a *Internet* não fazem milagres, mas abrem barreiras da imaginação, da participação, se são trabalhados como ferramentas. Como diante de um texto da imprensa, de uma obra de arte, de um filme ou mesmo de um livro didático, é fundamental a intervenção pedagógica do professor que pode qualificar a atividade e o suporte.

Os trabalhos desenvolvidos pelos grupos foram completados com apresentação. Nessa nova etapa, outra vez afluíram contradições, vácuos e a necessidade de retomada da pesquisa. Para além dos temas diretamente estudados, os alunos estavam aprendendo que é preciso buscar informações, compará-las, selecioná-las, testá-las, tomar decisões, etc...

Atividades como essa permitem dizer que, guardadas as devidas proporções, é possível sim, haver a produção de conhecimento histórico por parte de alunos de escola de educação básica. Para isso é preciso que o professor não se apresente como o portador da História, nem seja ele o pesquisador que leva tudo pronto às crianças e adolescentes. Estudar a História pode ser interessante e fazer sentido para os aprendizes, se eles não são tratados como meros receptores de informações históricas.

---

[1] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 43.
[2] MÔNACO, Rafisa Roberta de Sousa. Ausubel e a Formação de Professores. http://www.fundeg.br/revista/expressao3/prof_sonia_ap_siquelli.htm (Acessado em 05/06/2005)
[3] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 47.

[4] SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 57.
[5] Idem, p. 57.

A Pesquisa Sobre História da América nas Universidades Paulistas: um Esboço da sua Trajetória.

José Luis Bendicho Beired* (UNESP-Assis)

Nas últimas décadas, diversos campos do conhecimento histórico têm se desenvolvido notavelmente na universidade brasileira, em torno das mais diferentes épocas, temáticas e lugares. A história do Brasil tem sido o foco natural da atenção da maioria dos estudos, sem impedir, no entanto, que uma variada gama de pesquisas tenha se voltado para outros espaços, abordando temporalidades que vão da antiguidade clássica à época contemporânea.

Neste trabalho, vamos centrar o foco na área de História da América, de modo a explicar o seu desenvolvimento no Estado de São Paulo, por meio da análise das teses e dissertações universitárias. As universidades pesquisadas foram a USP, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, por serem as únicas do Estado de São Paulo a contarem com programas de pós-graduação *stritu sensu* em História. Além das teses e dissertações defendidas, também incluímos as teses de livre-docência, apresentadas nas universidades públicas como parte da progressão da carreira universitária.

Desde o início, nosso objetivo consistiu em dar conta tanto dos aspectos quantitativos como qualitativos da produção sobre História da América. Buscamos não apenas aquilatar o seu volume, a vinculação institucional, as temáticas, os períodos e os países, entre outros aspectos, mas também avançar em direção a uma análise qualitativa que permitisse compreender tal produção à luz das transformações da historiografia das últimas décadas. Apesar do nosso conhecimento prévio sobre diversos trabalhos da área de América defendidos nas universidades paulistas, não o consideramos suficiente para avalizar uma análise ampla e segura dessa produção. Diante da quantidade relativamente elevada de cursos de pós-

* Docente do Departamento de História da UNESP/Assis. Endereço eletrônico: jbbeired@assis.unesp.br

graduação, e cientes da dificuldade em pesquisar todo o repertório de teses e dissertações, optamos por restringir-nos unicamente aos programas de História e às teses de livre-docência de professores dos Departamentos de História. Por outro lado, em vista da inexistência de quaisquer outros estudos sobre o tema, e para podermos refletir sobre uma base consistente de dados, decidimos levantar todas as teses e dissertações defendidas nesses programas [1]. Também optamos por incluir os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa em Integração da América Latina da USP (PROLAM), tomando o cuidado de apenas considerar os trabalhos que satisfizessem duas condições básicas: possuir uma abordagem de natureza histórica e terem sido orientados por historiadores.

O levantamento dos trabalhos da área de América surpreendeu-nos pela sua amplitude numérica e temática. Entre 1942, ano dos primeiros trabalhos defendidos na USP, e o final de 2004, foram produzidas 179 pesquisas nas universidades paulistas, sendo 99 de mestrado, 68 de doutorado, 9 sob a forma de tese de livre-docência e três a para obtenção do título de Professor Catedrático. Esses trabalhos encontram-se distribuídos como segue entre as três universidades: 129 na USP, 28 na UNESP, 13 na UNICAMP e 9 na PUC-SP[2].

Na USP, o antigo regime de pós-graduação de Historia foi reformulado em 1971, mediante adequação às diretrizes da CAPES, originando dois programas de Pós-Graduação na FFLCH: História Social e Historia Econômica. Sob os dois regimes, ao longo do tempo, foram defendidas 109 teses e dissertações de América, sendo 14 no regime antigo, 69 em História Social e 26 em História Econômica, às quais se somam 11 mestrados realizados no âmbito do PROLAM. Quanto à UNESP, ela abriga dois programas de pós-graduação, nos *campi* das

[1] Agradeço aos colegas Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes, e a Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, pela inestimável ajuda no levantamento de trabalhos junto à PUC-SP, UNESP-Franca e UNICAMP. Para a confecção das planilhas e gráficos utilizados na exposição, foi inestimável a ajuda de Cláudia E.P. Marques Martinez.

[2] A dinâmica do desenvolvimento da área pode ser apreciada pelo volume de trabalhos produzidos nos sucessivos qüinqüênios: 3 (1940 – 1944); 2 (1945 – 1949); 1 (1960 – 1964); 5 (1965 – 1969); 10 (1970 – 1974); 5 (1975 – 1979); 7 (1980 – 1984) ; 8 (1985 – 1989); 28 (1990 – 1994); 51 (1995 – 1999) e 61 (2000 – 2004). Depois de poucos trabalhos nos anos quarenta, a produção elevou-se nos anos 60 centrada em História Econômica, para declinar no final dos setenta. Na segunda metade dos anos 80 evidencia-se uma forte retomada e o crescimento do volume até os dias correntes.

cidades de Franca e Assis, com uma produção de 18 e 8 trabalhos respectivamente, entre mestrados e doutorados[3]. Quanto à UNICAMP e à PUC-SP, cada uma possui um único programa de pós-graduação em História, com 13 e 9 trabalhos defendidos. Consideramos que a desigualdade dessa distribuição reflete várias coisas: não apenas a maior antiguidade da pós-graduação da USP em relação às demais, mas também seu maior número de docentes e de programas, quando não sua função de geradora de quadros para as outras universidades do Estado, papel que, se já foi maior no passado, parece ainda não ter se esgotado.

O levantamento dos países estudados sugere bastante interesse por alguns países vizinhos do Brasil – sobretudo a Argentina, com 36 trabalhos, Peru (20), e Paraguai (14) – e por outros mais distantes, tais como México (32), Estados Unidos (23) e Cuba (14). A freqüência de pesquisas sobre outros paises apresenta-se da seguinte forma: Chile (9), Espanha (9), Uruguai (6), Bolívia (5), Colômbia (3), Mercosul (2), Porto Rico, Panamá e Venezuela (1). Um conjunto de trabalhos se destaca pela utilização da comparação ou pela articulação da história brasileira à de outro(s) país(es), perfazendo um total de 47 trabalhos, o que é deveras importante para a compreensão do Brasil na América. Além disso, contabilizamos um numero significativo de estudos com uma abordagem geograficamente ampla, lidando com vários países, ou cujo objeto não era pertinente a um país ou uma região em particular, mas, por exemplo, à história da vida e da obra de personagens históricos. Porque uns países tem tido maior interesse do que outros? Como explicar o pouco interesse pela Colômbia, Venezuela e Uruguai, quando não o total desinteresse pelos países centro-americanos e caribenhos? Uma reflexão mais detida que não temos condições de oferecer, deveria incluir além da variável proximidade geográfica, a existência de fenômenos históricos que vinculem o Brasil a outras regiões e países, tanto no passado quanto no presente, quando

[3] Em cada um dos Departamentos de História de Assis e Franca foram apresentadas duas teses de livre-docência, perfazendo 28 trabalhos na UNESP.

não a disponibilidade de materiais bibliográficos e documentais no Brasil, além dos interesses e especialidades dos orientadores.

Quanto aos períodos abordados, constatamos a preponderância da época contemporânea – ou seja, a história a partir das independências políticas –, com 130 trabalhos, seguida da época colonial, com 44. Seguem-se apenas dois trabalhos que articulam época colonial e pré-colombiana e por outros dois que fazem uma abordagem da época colonial e contemporânea. Entretanto, deve-se observar que a visão estática dos números citados sugere, no mínimo, uma perspectiva limitada que deve ser articulada a uma análise dinâmica dos dados. Por exemplo, o acompanhamento dos títulos ao longo das décadas mostra que houve um deslocamento do interesse da época colonial para a contemporânea, aspecto que aprofundaremos mais adiante.

A definição da natureza do tema de uma obra nem sempre é passível de consenso. De qualquer forma estabelecemos uma classificação dos temas pesquisados nos trabalhos que revela uma concentração de interesses em três vertentes: política (56), economia (39), e cultura (38). Seguem-se os temas de história social (10), de relações internacionais (9), das idéias (7), das religiões (7), da ciência (3), do cotidiano (2) e da educação (2).

Uma análise qualitativa do nosso objeto deve necessariamente considerar a história dos Cursos em que as pesquisas foram desenvolvidas, o que implica tanto o exame das gerações de professores quanto da historiografia e do contexto sócio-político do Brasil e América Latina. A USP concentrou as teses e dissertações da área de História na década de 1940 até meados de 1980, quando começaram a ser defendidos os primeiros trabalhos dos novos cursos de pós-graduação da UNESP, UNICAMP e PUC-SP[4]. As primeiras teses de História da América derivaram a orientação do Dr. Jean Gagé, professor que orientou a maioria das teses da década de 1940, evidenciando a marca francesa da criação da Faculdade de Filosofia em

[4] Desde a sua fundação, até as primeiras defesas de dissertações da UNESP, UNICAMP e PUC-SP, a USP respondeu por 11 teses e dissertações da área de América, junto à Faculdade de Filosofia, ou seja, um número diminuto em relação à área de Brasil.

termos da preocupação com orientação metodológica e com o rigor da análise documental. A influência dos temas da historiografia francesa, em especial dos *Annales*, foi então determinante, estendo-se pelos anos seguintes. Nos anos 40 foram produzidas três teses que refletiam o interesse pelo mundo ibérico e a expansão colonial: *O comércio no Rio da Prata – 1580 – 1640*, de Alice Canabrava (1942), *A política colonial de Espanha através das encomiendas*, de Astrogildo Rodrigues de Mello (1942) e *A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola. 1713 – 1783*, de Olga Pantaleão (1944) [5].

No entanto, essas pesquisas figuraram solitariamente por vários anos no ambiente acadêmico, pois apenas na década de 1960 outros trabalhos da área de América começaram a ser defendidos na Faculdade de Filosofia. Em 1961, um doutoramento sob a orientação de Sergio Buarque de Hollanda, intitulada *A imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra Civil*, de autoria de Frank Goldman, dava início à retomada das teses de América. Nos anos seguintes, até o final da década de 1970, a maior parte das teses e dissertações versou sobre História Econômica, com temáticas predominantemente voltadas para o comércio colonial, em sua maior parte sob a orientação de Manuel Nunes Dias. O predomínio dos temas econômicos se fez notar em toda a produção histórica da época, não só na USP, mas também nas universidades do Rio de Janeiro, declinando rapidamente no início dos anos oitenta. Segundo José Roberto do Amaral Lapa[6], a evolução do índice dos trabalhos de história econômica na USP seguiu a seguinte trajetória: 40 % entre 1973 e 1978; 44 % entre 1979 e 1982; e 20 % entre 1983 e 1985 [7]. Quer mediante métodos quantitativos e seriais, quer através de um enfoque marxista, considerava-se que a esfera econômica era a chave principal tanto

[5] Ainda que fora do nosso critério, citamos a tese para concurso de cátedra de Alice Canabrava para a cadeira de História da Faculdade de Economia da USP, intitulada *A industria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas* (1946), em vista da relevância dessa docente para o desenvolvimento das pesquisas futuras da área de História Econômica.

[6] José Roberto do Amaral Lapa. *Historiografia brasileira contemporânea*, Petrópolis, Vozes, 1976, p. 89.

[7] A mesma medição realizada na UFRJ e UFF indica uma queda ainda mais abrupta. De 60% de trabalhos defendidos em história econômica no início da década de 1980, passou-se para aproximadamente 24% no final dessa década e para apenas 15 % no inicio da década de 1990. João Fragoso & Manolo Florentino. "História Econômica", in CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*, RJ, Campus, 1997, p. 28 – 29.

para o conhecimentos das demais dimensões da realidade quanto para descortinar certos problemas do presente, tais como a dependência, o subdesenvolvimento e a desigualdade social. Naquele contexto, o conceito de modo de produção teve um papel central, oferecendo uma chave interpretativa globalizante e estrutural capaz de explicar não só o nível econômico, mas também o social, o político e o cultural[8].

A tendência da produção de História de América dos anos 70 apenas passaria por uma mudança significativa no final da década de 1980, depois de um hiato de quase dez anos, em que pouquíssimos trabalhos foram defendidos na USP[9]. A partir de fins da década de 1970 e durante os anos 80, a historiografia passou por mudanças que refletiam tanto o diálogo com as tendências do marxismo britânico quanto com a terceira geração dos *Annales*, promovendo a renovação dos campos temáticos, conceitual e metodológico. Além disso, também não é possível compreender esse processo sem levar em conta as transformações da realidade brasileira naquele contexto, mediante o questionamento do autoritarismo político e das injustiças sociais, acompanhadas pela ampla organização da sociedade civil. Ou seja, consideramos que os novos problemas colocados pela realidade nacional implicaram na retomada daqueles fenômenos históricos críticos ao *status quo*. Tais mudanças, ao redefinirem o olhar dos historiadores em relação ao passado, geraram uma verdadeira inflexão na produção historiográfica nacional, repercutindo na emergência de novos objetos, problemas e abordagens, sobretudo voltados para a história política e social[10].

Apenas a partir de fins dos anos 80, com a defesa de um maior volume de trabalhos, é possível divisar o ressurgimento de uma significativa produção em História da América, a qual nos anos seguintes foi se consolidando e se ampliando mediante o ingresso na pós-graduaçao de novos docentes especializados na área. Na USP, a orientação em América ganhou volume

[8] Sobre a evolução da historiografia brasileira nas últimas décadas, ver a analise que desenvolvemos em: José Ribeiro Jr. et alii. *História do Vestibular da UNESP (1990 – 2000)*, São Paulo, Fundação VUNESP, 2002, p. 29 – 40.
[9] Caberia investigar, por exemplo, a relação entre a crise da História Econômica e o declínio das pesquisas de América na USP, o que não temos condições de aqui explorar.
[10] O programa de pós-Graduaçao da Unicamp, por exemplo, foi constituído em fins dos 70, exatamente com o objetivo de examinar a história a partir dos setores subalternos, com ênfase no mundo do trabalho.

com o ingresso de Maria Ligia Prado, Maria Helena Capelato e Janice Theodoro da Silva no programa de pós-graduação em História Social e Werner Altman em História Econômica. Paralelamente, foram criados programas de pós-graduaçao na PUC-SP e nos campus de Assis e Franca da UNESP, os quais, junto com a UNICAMP, contribuíram nos anos seguintes para adensar a produção de teses e dissertações e consolidar essa área de pesquisa. Nesses anos e no início dos anos 90, os temas políticos e culturais mostram-se predominantes.

Embora o desenvolvimento das pesquisas de América tenha estado articulado a um movimento mais amplo de aperfeiçoamento da pós-graduação, acreditamos que sem as iniciativas individuais e de pequenos grupos de interessados que atuaram publicando, orientando e estimulando novas gerações, a área não teria contado com um progresso tão notável. Consideramos da maior relevância uma iniciativa levada a efeito no curso de História da USP em 1982, quando a professora Maria Ligia Prado e alguns dos seus alunos de graduação criaram uma associação que visava pesquisar e divulgar a história latino-americana. Sob a coordenação dessa professora, o grupo dedicou-se com entusiasmo à organização de grupos de estudos, à realização de pesquisas e à promoção de eventos na FFLCH da USP, os quais atraíram grande público, a demonstrar o crescente interesse tanto pelos temas históricos quanto pela conjuntura latino-americana. Como resultado de tais atividades alguns livros foram publicados na Coleção Tudo é História, da Editora Brasiliense, e diversos alunos continuaram seus estudos e fizeram carreira acadêmica na área de América. Outro exemplo, nos anos 70 e 80, Anna Maria Martinez Correa e Manoel Lelo Bellotto, da Unesp-Assis, publicaram livros que foram e continuam sendo importantes para as pesquisas e o ensino[11]. Além disso, ambos participaram da implantação de um programa de pós-graduação naquela faculdade, cujo eixo era a história latino-americana.

[11] Os dois professores publicaram conjuntamente: *A América Latina de colonização espanhola. Antologia de textos históricos*, São Paulo, Edusp/Hucitec, 1979; *José Carlos Mariátegui: Política*, São Paulo, Ática, 1982; *Simon Bolívar: política*, São Paulo, Ática, 1983; *Escritos Políticos/San Martín*, Petrópolis, Vozes, 1990.

A produção da década de 1990 e dos primeiros anos deste século apresenta um conjunto de traços e condicionantes que podem ser estendidos à área de História como um todo no Brasil e no Estado de São Paulo: crescimento quantitativo de teses e dissertações em decorrência da formação de novos orientadores e do crescimento do sistema de pós-graduação; incremento das abordagens culturais ao lado da crise da história das mentalidades; persistência do interesse pela história política; declínio dos estudos de história econômica e social; atualização e diversificação temática, teórica e metodológica[12]. Certas dimensões da realidade ganharam destaque: o imaginário, a experiência dos agentes, a vida cotidiana e a liberdade dos sujeitos históricos em relação a condicionantes estruturais. Por sua vez, paralelamente à expansão das fronteiras do conhecimento histórico, os objetos se multiplicaram na área de América, como revelam os estudos sobre propaganda política, imprensa, leitura, literatura, fotografia, livros didáticos, mulheres, cinema, rádio, música, cidades, demografia e representações do mundo colonial e pré-colombiano, entre outros.

Atualmente, a área de América apresenta-se como uma das mais dinâmicas do campo historiográfico paulista, por intermédio de uma gama de intervenções que passam pelo ensino de graduação e de pós-graduação, pela união de esforços acadêmicos, pela participação em eventos e pela publicação das pesquisas. O conjunto de trabalhos já produzidos nas universidades paulistas e o crescimento da produção sobre América nos vários cursos de pós-graduação, são o resultado da somatória de esforços individuais e coletivos que permitiram a consolidação e o reconhecimento acadêmico de uma área que não faz muitos anos, ninguém suspeitaria que pudesse adquirir o vigor atual. Chegamos ao término desta reflexão, certos de que a pesquisa sobre história da América, apesar dos seus percalços e descontinuidades, constituiu uma experiência histórica rica e feliz, da qual só podemos esperar os melhores frutos no porvir.

[12] Para uma visão dos historiadores paulistas ver Marcos César Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 1998.

HISTÓRIA DO LAZER EM PIRACICABA (1889-1930)

José Luís Simões
Universidade Metodista de Piracicaba/CNPQ

Resumo

O presente trabalho analisa os relatos da imprensa piracicabana durante a Primeira República e apresenta as possibilidades de lazer vivenciadas pela sociedade da época. A existência bem definida de espaços específicos de vivência do tempo livre evidencia-se quando observamos, de um lado, os cerimoniais nas escolas e as festas protagonizadas pelo Partido Republicano local em clubes sociais e de acesso restrito; e, de outro, os espaços e as formas de lazer e utilização do tempo livre das camadas menos abastadas da sociedade, particularmente os negros e imigrantes pobres, que protagonizavam os noticiários de violência e tinham suas respectivas opções de utilização do tempo livre freqüentemente identificadas como práticas de desordem e vadiagem.

Palavras-chaves: Elites, Imprensa, Lazer, República,Vadiagem..

Nota Introdutória

O objetivo deste artigo é discutir as formas de lazer relatadas pela imprensa piracicabana na Primeira República. As reportagens jornalísticas coligidas mostram dois mundos bem definidos e distintos, vivendo na mesma cidade e desfrutando de oportunidades de lazer bem diferentes.

De um lado, fazendeiros, profissionais liberais, empresários, políticos e intelectuais congraçavam-se em espaços específicos, distante dos grupos menos abastados. O Teatro Santo Estevam, o Clube Republicano e a Universidade Popular de Piracicaba figuravam entre os principais lugares onde a elite ilustrada da cidade passava parte do tempo livre. A imprensa local reverberava avidamente o congraçamento das elites nesses encontros.

Em outros espaços, imigrantes pobres e negros passavam grande parte do tempo livre. Os bares e as ruas da cidade eram os principais pontos de encontro desses grupos *outsiders*.[1] Na contramão das elites estabelecidas, os *outsiders* não recebiam prestígio por meio das páginas dos jornais. Na primeira metade da República Velha, a presença dos *outsiders* em notas policiais era constante. Esse processo arrefeceu lentamente, com maior tenacidade a partir da década de 20, quando os anúncios comerciais tomam posse de quase todo espaço jornalístico.[2]

Teatro, palestras, saraus e festas cívicas figuravam como opções de lazer das elites. Embriaguez e confrontos físicos (brigas de rua) caracterizavam-se práticas dos grupos

[1] O conceito de outsiders aqui utilizado é emprestado da obra de Norbert ELIAS, **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

[2] Tivemos oportunidade de aprofundar a respeito da participação dos outsiders nas notas policiais da imprensa piracicabana na tese de doutorado. Cf. SIMÕES, José Luís. **Escola para as elites, cadeia para os vadios – relatos da imprensa piracicabana (1889-1930).** Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Unimep, Piracicaba, 2005.

anômicos da cidade. Falar em tempo livre desses grupos é assaz complicado, afinal, o índice de desocupação pela falta de oportunidades de trabalho na grande lavoura recrudesce com o processo imigratório, que é uma tônica desse período.[3]

Com essas considerações iniciais, partimos agora na mira de apresentar alguns desses espaços de lazer, onde se congraçavam as elites dominantes, as lideranças do Partido Republicano local e seus militantes; e também outros espaços, onde a massa analfabeta e descolada das elites podia alcançar alternativamente momentos de alegria e fantasia.

O Teatro Santo Estevam

As atrações no Teatro Santo Estevam reverberavam obrigatoriamente na imprensa piracicabana. Era corriqueira a publicação de fotos de artistas à primeira página dos jornais locais, anunciando a presença dos mesmos em apresentações que reuniam a "boa sociedade", as elites que tinham acesso ao teatro e possibilidades de lazer pagas.

O exemplo, a seguir, eleva o artista que iria se apresentar e a experiência da ida ao teatro como opção de lazer diferenciada.

> Se há homenagem a que se não pode furtar a imprensa, a que hoje rendemos a este grande artista, estampando o seu retrato, é uma delas. O nome de Pattapio, seja ele embora moço ainda, é dos que mais se realçam no nosso meio artístico atual, entre os compositores e cantores musicais. O Brasil, em matéria de belas-artes, como em ciências, tem avançado muito. E se em outros ramos só recentemente tem aparecido, na poesia e na música é vasto o seu patriotismo, acumulado desde os primeiros tempos. Não é, nem nunca foi um país pobre de artistas, pelo menos nos dois marcantes ramos da arte.[4]

Com essa deferência ao artista de nome "Pattápio", e a publicação de sua foto como símbolo de homenagem, a Gazeta de Piracicaba fez do tema "teatro" o principal assunto da edição de 03 de janeiro de 1907.

As atrações teatrais freqüentavam assiduamente as páginas dos jornais. Além de anúncios pagos para veiculação das atrações artísticas, o culto ao teatro e à música como formas de lazer das elites fazia do espaço do Teatro Santo Estevam um dos principais pontos de congraçamento das elites piracicabanas. A peça teatral da atriz Mathilde Artero, em janeiro de 1907, foi encenada no Santo Estevam e, apesar da chuva torrencial que se abatia sobre Piracicaba, o Santo Estevam não ficou vazio, e a atriz "*teve uma de suas melhores criações*".[5]

---

[3] Sobre o assunto, ver FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1974.
[4] Cf. Gazeta de Piracicaba, 03/01/1907.
[5] Cf. Gazeta de Piracicaba, 08/01/1907.

Dois meses após a apresentação dessa atriz, o Teatro Santo Estevam recebeu uma Companhia Lírica. A reportagem da Gazeta lembrou que a empresa artística dedicava uma de suas apresentações "*à mocidade estudiosa*".[6]

A "mocidade estudiosa" que tinha acesso a bens culturais mais valorizados eram filhos das elites estabelecidas na cidade. Com recursos no bolso, os estudantes lotavam o Teatro Santo Estevam, pois era um dos espaços de lazer mais prestigiados pela elite local. Anote-se que o termo "estudioso" resume a característico do grupo social pertencente a uma sociedade de maioria analfabeta. Só estudava que conseguia o podia pagar. Não havia escola para todos.

A Universidade Popular de Piracicaba: espaço construído pelas elites ilustradas

Criada em 1910, a Universidade Popular de Piracicaba (UPP) servia como ponto de encontro das elites em torno de apresentações musicais, saraus e palestras. O cultivo das artes e das ciências constituía-se elemento de distinção social e, nesse aspecto, a UPP tinha como objetivos "*priorizar a organização de cursos literários e científicos para a elite piracicabana*".[7]

A UPP servia de rico material para a imprensa piracicabana. Mudanças no corpo da diretoria, doações recebidas, festas organizadas, enfim, todo cipoal de atividades que aconteciam dentro e ao redor da organização administrativa da UPP virava notícia. As comemorações de datas cívicas também serviam como atrativos da UPP. Em 1911, por ocasião de uma comemoração do 13 de Maio que tomou lugar na UPP, a Gazeta anunciou: que "*a Universidade, única no gênero em nossa pátria, conquistou (...) simpatia e consolidação de nosso povo.*" [8]

Nesse mesmo início de abril de 1911, a UPP organizou uma palestra sobre a História da Europa e escalou o político e professor João Silveira de Mello como conferencista. Nessa ocasião, o Jornal de Piracicaba assim se pronunciou sobre os partícipes do encontro: *"(...) se via o que Piracicaba possui de mais seleto*".[9]

As atividades na UPP geravam fascínio nas narrativas dos responsáveis pelos jornais, estes, membros das elites da cidade. a UPP associava-se à idéia de progresso e conhecimento científico, valores extremamente valorizados por essa sociedade. Mas, a UPP não perdurou. Chegou a criar alguns cursos nos primeiros anos de existência, mas, "*conseguiu manter apenas semanalmente a sua Hora Literária, que, na verdade, era um sarau, no qual eram apresentados números de poesia, canto e orquestra pelas pessoas ligadas às artes*".[10]

Embora assumisse como missão o firme propósito na reeducação das massas, a UPP tornara-se uma confraria das elites na segunda década do século XX. As atividades organizadas e desenvolvidas na UPP não atendiam aos interesses da maioria pobre da

[6] Cf. Gazeta de Piracicaba, 03/03/1907.
[7] Ver, Eliana Tadeu TERCI, **A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba**. Tese (doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1997. p. 136.
[8] Cf. Gazeta de Piracicaba, 14/05/1911.
[9] Cf. Jornal de Piracicaba, 04/05/1911.
[10] Cf. Eliana Tadeu TERCI, op. cit., p. 136.

população, analfabeta e com escassas oportunidades de ocupação e ascensão social. A poesia, as artes e a ciência não despertavam o interesse daqueles que mal supriam outras necessidades de vida.

No dealbar da década de 20, a UPP desaparece das páginas dos jornais. De qualquer maneira, *"a glorificação das elites e a vinculação desse grupo social com as notícias sobre educação, as solenidades escolares, as comemorações de datas cívicas e tudo mais que se referisse ao desenvolvimento e progresso da cidade continuaria com espaço garantido nos jornais."* [11]

O Futebol aparece nas páginas dos jornais

Na primeira metade da República Velha não há significativa divulgação de atividades esportivas nas páginas dos jornais piracicabanos. Além das apresentações teatrais, cerimoniais escolares comemorando datas cívicas e festas organizadas no Clube Republicano, poucas atividades de lazer se viam lembradas pela imprensa.

A partir de 1910 o futebol começa a fazer parte da pauta jornalística. Em 1913, é fundado o Esporte Clube XV de Novembro, fruto da articulação entre duas famílias tradicionais da cidade. Lentamente, o XV de Novembro foi se firmando como principal equipe da cidade.

Em 1915, uma coluna publicada na primeira página do Jornal de Piracicaba (JP) sob a epígrafe "*Pelo Sport*" dedicava-se a divulgar "*matchs*" entre as equipes da cidade, comentando resultados de jogos e apresentando a escalação dos times antes da partida. A presença de termos ingleses na linguagem jornalística é uma característica da divulgação desse esporte no Brasil, afinal, o futebol foi importado e trouxe consigo termos específicos, como podemos identificar no trecho a seguir: "*No 'field' desta progressista associação esportiva, realiza-se hoje o primeiro 'match' de football do seu 'team' infantil recentemente fundado. O 'match' terá lugar às 15 horas, com um 'scratch' do Bairro Alto, atuando como árbitro o sr. Ângelo Filipini.*" [12]

O futebol consolidou seu espaço nas colunas jornalísticas, contudo, não insurge como prática esportiva própria dos segmentos mais humildes da população. Aliás, o espaço jornalístico que ocupavam os pobres estava nas notas policiais e nos editoriais que discutiam a mendicância, problema crônico à época. A reportagem seguinte evidencia o processo de ascensão do interesse pelo futebol como prática de lazer:

> Pelo Sport – XV vs São Bento – A grande partida de domingo – as opiniões pessimistas que andavam pelo nosso mundo esportivo a propósito do grande embate XV- São Bento, prevendo elevados *scores* para a vitória do clube paulistano desmancharam-se agora, ante o magnífico resultado do jogo de anteontem(...)[13]

[11] Cf. José Luis SIMÕES, *op. cit*.
[12] Cf. Jornal de Piracicaba, 10/01/1915.
[13] Cf. Jornal de Piracicaba, 11/03/1919.

Essa matéria ocupou meia página de capa, indicando a sublevação do futebol no espectro do lazer e fazendo do confronto entre equipes a criação do sentimento de "cidade unida" em torno da sua equipe de futebol. A identidade de grupo em torno da "equipe da cidade" estava em curso.

A análise dos jornais da época mostra que o futebol como possibilidade de lazer foi ampliando-se pela cidade, diversas equipes foram criadas, campeonatos locais e regionais foram organizados, tudo sob os olhos atentos da imprensa, que se apressava em divulgar o desenvolvimento dessa modalidade esportiva recém chegada ao Brasil. Contudo, o clube que se consolidou como equipe da cidade foi o Esporte Clube XV de Novembro, que viveu momentos gloriosos no futebol paulista nas décadas de 40 a 70, exercendo liderança no futebol entre as equipes do interior. Transplantado para o "caderno esportivo" nos dias atuais, o futebol em Piracicaba teve espaço garantido como prática esportiva das elites, sob aplauso da imprensa e de outros os segmentos da sociedade.

Bares, ruas e cadeias para os negros; pão e circo para os pobres

É interessante discutir acerca do que faziam as camadas pobres da população em seus momentos de lazer quando analisamos a imprensa piracicabana da Primeira República. Os elementos que essa fonte oferece mostram nítida separação dos espaços e de lazeres acessíveis ao segmento empobrecido da população. Inseridos num processo social que lhes oferecia escassas oportunidades de ascensão social, imigrantes pobres e negros disputavam as poucas chances de trabalho e desfrute de uma vida digna. [14]

De qualquer maneira, o carnaval aparecia como festa popular acessível a esses grupos. O carnaval recebia expressivo espaço nas páginas dos jornais. A matéria publicada no JP em 11/02/1915, mostra a repercussão das festas carnavalescas dentro da cidade: "*Dias de carnaval – o sr. Dr. Prefeito municipal fez publicar um edital cientificando aos cocheiros, chaufers e demais pessoas interessadas que nos dias 14, 15 e 16 do corrente carnaval, não é permitida no centro da cidade marcha exagerada desses veículos*".[15]

O carnaval era seguramente uma das oportunidades festivas que agregavam diversos grupos sociais, inclusive os mais pobres. Para festejar os "dias de Momo" pelas ruas não se pagava ingresso. Junto com o carnaval, a contemplação do "Salto de Piracicaba", a parte do rio Piracicaba que insurge sobre as pedras formando uma queda natural, figuravam entre as possibilidades para que os menos abastados pudessem viver o tempo de lazer, ter experiências lúdicas. Uma reportagem do JP, 13/02/1915, destacou a importância das obras da prefeitura nesse local, mostrando o "Salto" como espaço público que deveria ser preservado cultural e ambientalmente.

Mas, de acordo com a imprensa, o lazer dos pobres estava ligado à ociosidade e marginalidade. O aglutinamento de negros e imigrantes pobres nos bares da cidade oferecia farta matéria para a produção de notícias. Os bares e as ruas eram pontos de encontro das

[14] Cf. SIMÕES, José Luís, *op. cit*. Ver também, MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
[15] Cf.Jornal de Piracicaba, 11/02/1915.

não elites, ou melhor, dos *outsiders*, grupos anômicos, estigmatizados pelas elites controladoras da imprensa.[16] A embriaguez, freqüentemente associada à freqüência aos bares da cidade, emergia como comportamento próprio dos negros e imigrantes pobres na vivência do tempo livre.

> **Efeitos do álcool** – o preto Procópio Alves, naturalmente devido ao muito frio que tem feito nestes últimos dias, tomou anteontem um porre mãe e, sem motivo justificável, disparou um tiro de revólver em seu irmão Eleutério Alves, que não foi atingido pela bala.[17]
> **Prisão-** foi preso hontem o italiano Salvador Orange para averiguações. [18]
> **Prisão-** foi anteontem recolhida ao xadrez a preta Thereza do Espírito Santo que, completamente embriagada, vagava pelas ruas da cidade, a cavalo, praticando palhaçadas.[19]
> **Prisão** – foi recolhido ao xadrez o preto Paulo de Moraes, que foi encontrado às 2 horas da madrugada de anteontem em estado de embriaguez.[20]

A embriaguez e a marginalidade tornaram-se caminhos "naturais" para os que haviam se libertado da escravidão física, porém, trasladados para uma nova modalidade de cativeiro, a escravidão moral.[21] O tempo livre do desocupado e dos que se embriagavam era lembrado pelos jornais piracicabanos, nas notas policiais. A imprensa clamava por repressão à vadiagem, sintoma da anomia de grupos que não se encontravam socialmente. Florestan Fernandes enfatizou que nesse período os negros sabiam coletivamente o que não queriam, mas não sabiam o que queriam enquanto grupo social.[22]

O lazer dos pobres não aparecia prestigiado nas páginas dos jornais. Quando o tempo livre de negros e imigrantes pobres não estava vinculado às práticas de violência, as possibilidades lembradas pelos órgãos de imprensa limitavam-se às festas populares e apresentação dos espetáculos circences, um pouco mais acessíveis às massas pobres e analfabetas. O circo figurava como importante atividade sócio-cultural e de lazer nesse período. A chegada do circo à cidade reverberava vigorosamente na imprensa local. Mesmo antes de aportar na cidade, o circo já se destacava na imprensa:

> **Circo Zoológico Clementino** - brevemente estreará nesta cidade a grande companhia eqüestre, variedades, atrações, dramas, comédias e zoológica norte americana , direção e propriedade – Clementino Zacharias. Maior sucesso na atualidade, grandes novidades para esta cidade ver para crer- 50 animais ferozes – 10 domados.[23]

Nessa sociedade rural, em processo de crescimento e com a recepção de imigrantes pobres que aportavam no Brasil com destino certo nas fazendas e nas primeiras fábricas que

[16] Cf. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *op. cit.*
[17] Cf. Jornal de Piracicaba, 11/07/1911.
[18] Cf. Jornal de Piracicaba, 12/08/1900.
[19] Gazeta de Piracicaba, 13/05/1914.
[20] Gazeta de Piracicaba, 15/11/1901.
[21] Cf. Florestan FERNANDES, *op. cit.*
[22] Idem.
[23] Cf. Jornal de Piracicaba, 16/04/1910.

começavam a se instalar em São Paulo, as opções de lazer prestigiadas pela imprensa vinculava-se ao lazer das elites, a música, a poesia, o teatro, a literatura. As festas populares, o circo, o carnaval e a assistência do futebol tornavam-se momentos de encontro dos pobres, no universo da minguadas possibilidades de acesso ao lúdico.

Os *outsiders* não estavam preparados para vivenciar formas mais refinadas de práticas de lazer. Ademais, as práticas sociais e o comportamento dos negros e desocupados que perambulavam pelas ruas da cidade eram associadas pela imprensa como ações de vadiagem e indolência, desatino à ordem local estabelecida, obstáculo ao progresso e à modernidade. O tempo livre dos *outsiders* estava longe de transformar-se em liberdade.

Bibliografia

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1974.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

SIMÕES, José Luís. **Escola para as elites, cadeia para os vadios – relatos da imprensa piracicabana (1889-1930).** Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Unimep, Piracicaba, 2005.

TERCI, Eliana Tadeu TERCI. **A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba**. Tese (doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1997.

Jornais utilizados

Jornal de Piracicaba, 12/08/1900.
Gazeta de Piracicaba, 15/11/1901.
Gazeta de Piracicaba, 03/01/1907.
Gazeta de Piracicaba, 08/01/1907.
Gazeta de Piracicaba, 03/03/1907.
Jornal de Piracicaba, 16/04/1910.
Jornal de Piracicaba, 04/05/1911.
Gazeta de Piracicaba, 14/05/1911.
Jornal de Piracicaba, 11/07/1911.
Gazeta de Piracicaba, 13/05/1914.
Jornal de Piracicaba, 10/01/1915.
Jornal de Piracicaba, 11/02/1915.
Jornal de Piracicaba, 11/03/1919.

A FAMÍLIA CEARENSE SOB O SIGNO DAS SECAS

DOMICÍLIO, TRABALHO E MIGRAÇÃO

José Weyne de Freitas Sousa

A hipótese principal dessa pesquisa é a de que de 1877 a 1915 a família cearense esteve sob o signo das secas. Por isso, ela objetiva compreender as relações familiares no Ceará nesse período, a partir do estudo do impacto social, político, econômico e cultural das secas na sociedade. Procura-se baseado na relação família/seca, analisar os seus diferentes significados através do escrutínio de diversas fontes como: relatórios de presidente de província e estado, periódicos da época, censos populacionais e, principalmente, da documentação das Comissões de Socorros Públicos produzida durante as estiagens.

Essas fontes possibilitam entender a atuação dos governos estaduais e provinciais em relação às famílias desvalidas, o posicionamento público das elites diante do flagelo, as conseqüências demográficas da migração e a reorganização dos domicílios nas cidades que eram pólos de atração dos sertanejos. A interpretação desse material terá como parâmetro teórico-metodológico os estudo sobre família, migração, população e trabalho.

O Ceará no século XIX era uma província pertencente ao que se convencionou chamar posteriormente de Nordeste. Essa região foi assolada desde o período colonial por diversas secas. Contudo, a partir de 1877, a seca - fenômeno climático - ganhou um contorno social e político ao atingir as relações familiares, que até meados do século XIX eram baseadas na honra e na violência. Com isso, a família foi submetida a mudanças, como o desenvolvimento de uma prática migratória, a emergência da chefia feminina do domicílio, a implementação de uma política assistencialista, a criação das frentes de trabalho e a reconstrução de novos domicílios a partir dos abarracamentos. Intenta-se, portanto, avaliar neste trabalho o processo de transformações ocorridas na família cearense

após as secas e no interregno de tempo entre elas. Por esse motivo, abarca-se nessa pesquisa quatro secas: a de 1877-79 (conhecida como a grande seca), a de 1888-89, 1900 e 1915. Relatos da época, como os do memorialista Rodolpho Theóphilo, contam que quando a seca se avizinhava o pânico dominava os sertanejos e a noite "muitos pobres se recolhiam á casa e amedrontados com suas famílias falavam em migrar"[1], desencadeando o processo migratório das famílias ao longo das secas que levou a construção da noção de abalo da moral familiar, a partir do distanciamento do conceito de família patriarcal[2] que balizava as relações domiciliares.

A partir desse parâmetro, esse projeto recua ao estudo da família no século XIX, momento em que ela era a base da organização social, procurando traçar o perfil da família retirante, ao longo das quatro secas que assolaram a província no período. Objetiva-se ainda, perceber de que modo a migração para as cidades litorâneas e para fora do Ceará - região Sudeste[3] - afetou a estrutura da família no seu aspecto demográfico, sentimental e da economia doméstica. Procura-se, assim, observá-la na sua dinâmica, evitando naturalizá-la, escrutinando a sua organização a partir da sua relação com o "contexto sociocultural"[3], para perceber a sociedade cearense e suas transformações no século XIX e início do XX.

O diálogo com as fontes mostra que essas transformações podem ser notadas a partir de uma reorganização do domicílio, da efetivação de uma política que via o trabalhador, a partir de uma concepção liberal de trabalho, como uma mão de obra fácil e barata, e a migração que validava uma prática assistencialista, dominada pelas elites locais que se beneficiavam com o envio de recursos econômicos aos desvalidos. Assim, da

---

[1] [1]THEÓPHILO, Rodolpho. *História das Secas no Ceará(1877-1879)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, p.80, 81.

[2] [2]FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*: *formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* Rio de Janeiro: Record, 1995.

[3] [3]A migração para a região Sudeste não será abordada neste trabalho em profundidade. Contudo, pretendo analisar algumas fontes para saber o desenlace que teve a família migrante em São Paulo, pois há documentos no Arquivo do Estado que possibilitam uma investigação mais aprofundada desse tema. Porém, a partir desse trabalho, acredito que poderei compreender melhor a migração da família cearense no seu próprio local e as motivações que a levaram migrar para essa região, sobretudo para São Paulo.

interface entre domicílio, trabalho e migração, procurar-se-á compreender o conjunto das relações familiares na sociedade cearense, bem como os seus parâmetros norteadores.

As fontes para essa pesquisa se encontram em três locais: no APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará), há maços de documentos das Comissões de Socorros Púbicos, ainda inéditos, que registraram informações diversas sobre os retirantes abarracados. Na BPGMP (Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel) existe em microfilme a maior parte dos periódicos que circularam no Ceará de 1877 a 1915 e os Relatórios de Presidentes de Província e Estado. No CEDHAL (Centro de Demografia Histórica para a América Latina), existem dois bancos de dados, um sobre a população de Fortaleza de 1887 e outro sobre a seca no Ceará de 1888-89**.**

Essa pesquisa surgiu em decorrência do estudo da criança órfã, pobre e desvalida em Fortaleza de 1877 a 1915. O estudo das fontes utilizadas no trabalho de mestrado, realizado com o apoio do CNPq, permitiu perceber uma relação estreita entre família e seca, quando esta vinculação se tornou presente nas políticas de governo e nos discursos dos observadores da época como Rodolpho Theóphilo que falava em "*filhos* do norte" e "A mãe pátria o Ceará...!"[4] para se referir a seca usando metáforas familiares.

A família sob o signo das secas é um trabalho inédito porque a historiografia sobre esse tema ainda é exígua, a despeito da produção de algumas dissertações e teses que abordam temas correlatos à família como: os defloramentos no Ceará colonial[5], a marginalização da infância[6], as mulheres escritoras[7] e a família sob o signo da violência.[8]

---

[4] BPGMP - Setor de microfilmagem, Jornal Cearense, 03/07/1880, p.2.

[5] VIERA JR, Antonio Otaviano. *O Cotidiano do desvio: defloramentos no Ceará Colonial*. Dissertação de mestrado em história social. São Paulo, PUC-SP, 1997.

[6] SOUZA, Josinete Lopes de. *Da Infância Desvalida à Infância Delinqüente*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP,2000.

[7] SILVA, Régia Agostinho da. *Entre Mulheres, História e Literatura: um estudo do imaginário em Emília de Freitas e Francisca Clotilde*. Dissertação de Mestrado, UFC/Ce, 2002.

[8] VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *A.família na seara dos sentidos: domicílio e violência no Ceará (1750-1850)*. Tese de doutorado. São Paulo , 2002, p.134-263. A opção entre domicílio e violência feita por este autor vai ao encontro de um aspecto organizador da sociabilidade cearense na primeira metade do século XIX, período marcado por sua pesquisa. Contudo, a partir da seca de 1877, nota-se uma mudança fundamental do viés que perpassava a família, de modo que se antes a compreensão da família passava primordialmente pela análise da violência, a partir desta data a seca passa a ser um elemento indispensável na compreensão dos sentidos da família e da sua sociabilidade._

Assim, faz-se necessário uma compreensão da família tendo como esteio o fenômeno das secas, signo de uma região - o Nordeste - historicamente ligado ao século XIX, quando emergiram as condições para a formulação de uma identidade regional, por meio da seca que potencializou o conceito de família no Ceará na segunda metade do século XIX e início do XX.

Pode-se compreender a importância da família a partir do conceito de criança "vadia",[9] pois em decorrência disso, constituiu-se um discurso de regeneração da vadiagem, que atribuiu á família o papel de "ministério familiar"[10] na sua contenção. A criança denominada de vadia era aquela ausente do domicílio, sem ofício e que praticava atos ilícitos. Para ela o governo do Ceará criou a Colônia Cristina[11], para onde eram enviados os órfãos desvalidos e funcionou o projeto do presidente da Província André Fleury chamado de as "mães e os pais de família", com o objetivo de restabelecer a base familiar perdida pelas crianças nos anos de seca.[12]

A questão central que perpassa essa pesquisa é: que sentido(s) adquiriu a família cearense, envolta num discurso de perda e de crise, ao longo das secas sucessivas que assolaram o Ceará? Com base nisso, a hipótese central desse projeto é a de que a família cearense passou a ter um significado diferente com a seca de 1877-79, por meio da construção de um discurso regionalista que utilizava a imagem da família como vítima da estiagem. Com isso, atraía recursos que financiavam a chamada "indústria da seca", corroborando um modelo político de atendimento aos retirantes que facilitava o deslocamento da população, o abandono dos domicílios, a vinda à Fortaleza e a

---

[9] ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. A partir desse autor, pode-se compreender o uso do termo vadio, utilizado para denominar as crianças órfãs, que sem família, eram vistas impossibilitadas de desenvolver seu sentimento de infância.

[10] BNRJ - Jornal *O Vadio,* 1899*,* p.3.

[11] A Colônia Orfanológica Cristina se localizava em Maranguape a 45 km da cidade de Fortaleza, num terreno doado ao governo da província pelo comendador Luís Ribeiro da Cunha em 1880, para a fundação de uma colônia para os órfãos desvalidos da seca de 1877-79. Esta instituição existiu até 1889, contudo ao longo desse período ela passou por várias reformas, sendo que uma delas se deu através da implementação do projeto do presidente Fleury da criação de oficinas de trabalho como ferreiro, carpinteiro, funileiros chefiados pelos "pais de família" e no espaço das meninas pelas "mães de família".

[12] APEC - Relatório com que o exm.º sr. Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury passou a administração da província do Ceará ao exmº sr. senador Pedro Leão Veloso no dia 1º de abril de 1881, p.43.

aglomeração[13] em algumas cidades litorâneas e prósperas como Aracati, Acaraú, Baturité e Quixadá.

As secas no ceará afetaram a família e provocaram a desestabilização da agricultura, o reordenamento do domicílio e o esfacelamento dos sentimentos familiares. Da conjugação desses fatores emergiu o discurso de crise moral na família. No entanto, antes de 1877 a noção de crise e de perda de moralidade se relacionava ao estado de belicosidade do sertão, como notou o viajante George Gardner, destacando que o europeu era acostumado a viajar com relativa segurança, sem o uso de pistolas e adagas, de modo que o encontro com homens portando armas pelos caminhos cearenses dava "idéia muito desfavorável da moral desta gente."[14]

Nesse sentido, a noção de "crise moral" estava relacionada diretamente a falta de segurança nos caminhos cearenses, devido a existência de uma população armada, aspecto que evidenciava uma dificuldade inerente ao processo colonizador português marcado por um *déficit* do estado imperial, frente aos potentados rurais e as lutas de família.[15] Não obstante, além dos conflitos entre famílias que envolviam comunidades inteiras e da insegurança que pairava nos sertões, somava-se a calamidade da seca com a província enfrentando prolongadas estiagens desde a última ocorrida no ano de 1825, no qual a falta de água e alimento levou ao perecimento de homens, animais domésticos e selvagens.[16]

A calamidade da seca não era associada pelos viajantes à crise moral da população, pois ambas tinham raízes diferentes: uma o porte de armas e a outra a falta de chuvas. Um outro viajante chamado Daniel Kidder, que passou pelo Ceará no mesmo período de Gardner, primeira metade do século XIX, titubeou ante a dificuldade em dizer "qual a maior calamidade dessa região, se as inundações ou a seca.", pois as chuvas

[13]THEÓPHILO, Rodolpho. *A seca de 1915*. Fortaleza-ce, Edições UFC, 1980, p.51.

[14]GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil (1836-1841).* Trad.: Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 84.

[15]PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de Famílias no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

"torrenciais e contínuas"[17] prejudicavam a cultura do algodão e transbordavam os rios. Essa dualidade caracterizou o Ceará na primeira metade do século XIX, mas como afirma Neves a partir de 1877, "a seca adentrou o mundo do poder constituído[...] e atingiu o cerne da aventura civilizatória que a elite local imaginava experimentar neste momento".[18]

A dificuldade de Kidder em decidir qual a calamidade que assolava o povo sertanejo: se as secas ou as inundações; ganhou em 1877 através da fala do Presidente da Província Caetano Estelita sua definição: "A província atravessa uma crise tremenda, passa por uma d´essas sêccas desoladoras, que desde o século passado, devastando seu sólo, em periodos mais ou menos largos, alastra-o de ruinas, consumindo suas forças presentes e agourentando o seu futuro."[19] Estelita refaz a seca temporalmente, definindo-a como calamidade no século XVIII, enfatizando seus efeitos devastadores no presente (século XIX) e, atribuindo-lhe o poder de afetar a Província no futuro (século XX), adquirindo um sentido atemporal[20] e tornando-se pedra angular da construção de uma identidade regional, na medida em que passou a fazer parte da memória do cearense.[21]

Desse modo, a seca se tornou elemento mediador da crise civilizatória vivida pela família, pois esta passa a ser vista como microcosmo da sociedade, sendo melhor compreendida como um sistema, no qual as obrigações morais são seu sustentáculo fundamental, de modo que ao entrar em crise a sociedade sente os seus efeitos.[22] Por

---

[16] GARDNER, George. op. cit. , p. 82.

[17] KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagem e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Trad.: Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p.158.

[18] NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p.25. Sobre a noção de crise civilzatória, atribuída à seca, pode-se sopesar esse impacto, considerando-se o aspecto de que a seca reinstituiu a noção de crise, relacionada na primeira metade do século XIX a violência no campo e a partir da segunda metade ao esfacelamento das relações familiares e domésticas.

[19] APEC - Fala com que o exmo Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcante Pessoa Presidente da Província do Ceará abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Respectiva Assembléia no dia 2 de julho de 1877, p.36.

[20] PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

[21] BNRJ – Divisões de Periódico. Jornal "O Vadio", Fortaleza, 24 de julho de 1899, p.4.

[22] SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p.55-86. Esta autora trabalha com a noção de moral dos pobres. Contudo, nesta pesquisa

isso, o estudo da seca no Ceará se ressente de um aprofundamento em torno da questão das transformações na família e na sua experiência migratória a partir da seca de 1877-79, que atribuiu ao cearense um aspecto nômade denominada na historiografia dos memorialistas de cearencismo.[23]

Assim, a migração tem sido aspecto componente da sociedade brasileira, porém as migrações internas continuam pouco exploradas pela historiografia nacional.[24] Embora vários estudiosos tenham se manifestado a favor de maiores investimentos em pesquisas sobre a imigração interna em épocas anteriores ao século XX, tais estudos "não tem sido feitos."[25] Nesse sentido, a seca se constituiu como parte da história do Ceará, deixando de ser apenas elemento econômico e tornando-se componente fundamental de uma mecânica discursiva, que deu vazão a construção de uma noção de família marcada pela idéia de perda e de crise.

Dessa forma, a seca e a migração desequilibraram o ordenamento da família, pois em Fortaleza se formou um grande contingente de viúvas e órfãs que permaneceram na periferia da capital cearense sob a prerrogativa de “inválidos”, ou seja, as crianças e as mulheres sem a presença do marido - chefe de família - não seriam capazes de promover sua própria sobrevivência e, com isso, eram excluídos da ordem de retorno ao sertão, levando a capital do Ceará em 1887 a ter 34% dos domicílios chefiados por mulheres.[26]

Cada seca que atingiu a região contribuiu para a formação dos contingentes de viúvas e órfãs que permaneceram nas cidades onde havia socorros públicos. Em novembro

---

ressalta-se a moral da família, pois esta é compreendida mais como um sistema moral do que como uma instituição._

[23]MORAIS, Viviane Lima de. *As Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2003.

[24] BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *ANAIS do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* - ABEP, 2000. Caxambu/MG, 23 a 27 de outubro de 2000.

[25]TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. A demografia numa perspectiva histórica: a aprodução da ABEP 1978/1998. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p. 13. Minha idéia de estudar as migrações internas se restringe, basicamente, a especificidade dos movimentos populacionais no interior do Ceará.

[26]APEC - Arrolamentos da Freguesia de São José da Cidade de Fortaleza. Empreendido pelo chefe de Polícia da Província Dr. Araújo Torreão em 1887. Fundo: Secretaria de Polícia. Ala: Estante: Livro(s) nos 382, 383, 384, 385, 444.

de 1887 era crescente a migração do centro para o litoral, de forma que nos arrabaldes de Fortaleza se formou uma população migrante em torno de 43.000 mil pessoas. Em Aracaty havia cerca de 30.000 mil desvalidos e grandes aglomerações se formavam em Baturité, Maranguape, Granja, Acaraú e vila de Pacatuba, de modo que essas cidades juntas atraíram cerca de 110.000 mil retirantes.[27] Desse modo, a formação de mulheres chefes de família[28] não seria restrita a capital cearense, mas teria atingido toda a província, por meio da migração que a cada seca, levou a formação de uma população vivendo precariamente em habitações rústicas[29] e miseráveis.

Em síntese, o que era visto como depreciação moral antes de 1877- a violência[30]- consistia na base de sustentação da sociedade cearense que sofreu as conseqüências da desorganização de um modelo de família baseado no primado da honra, para um outro estribado na sujeição à seca e a migração. Essa mudança de parâmetro foi carreada pela reestruturação domiciliar ocorrida nas cidades pólo de atração dos retirantes, pela organização das frentes de trabalho utilizadas nas obras públicas e pela efetivação de uma prática migratória. A conjugação desses elementos deu dinamicidade ao conceito de "família" ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, tornando esse estudo importante para o entendimento das relações familiares, da sociedade cearense e do próprio Nordeste.

---

[27] BPGMP – Setor de Microfilmagem Relatório com que o excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, passou a a dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da Província em 22 de fev. de 1878.

[28] Sobre isso foi desenvolvido no CEDHAL - Centro de Demografia Histórica na América Latina, um projeto coordenado por Eni de Mesquita Samara sobre as Mulheres Chefes de Família no Brasil no século XIX, sendo que uma das localidades pesquisadas foi a cidade de Fortaleza, com base no estudo dos Arrolamento de 1877.

[29] Rodolpho Theóphilo. *Varíola e Vacinação no Ceará*. Ed. fac-similar, Fortaleza, p.106-107.

[30] Sobre isso vide: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Os homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo, Ática, 1974. Esta autora ao abordar a figura do homem livre no Brasil num momento em que vigorava a escravidão enquanto regime sócio-econômico, percebe que a sociabilidade do homem livre estava relacionada à formas violentas de resolução de problemas que tinham como nascedouro códigos de honra e de coragem.

O teatro das aparências: gênero e indumentária

José Carlos de Araujo Jr

I.

A efetiva e permanente apropriação masculina de vestidos e acessórios marcadamente femininos, nunca anteriormente realizada na história da moda, é um fato que, no Brasil, começou a ter grande visibilidade durante o carnaval. Nos dias em que se segue tal festividade orgiástica, o travestimento parece ter uma função muito importante, no que se refere aos gestos histriônicos frente à ordem estabelecida. Mesmo homens com vidas inteiramente de acordo com os padrões, durante o carnaval, se submetiam de bom grado a vestir roupas e acessórios femininos. Blocos de homens travestidos foram recorrentes desde o início do século XX, principalmente no Rio de Janeiro.

Claro que tais blocos, muitas vezes, era composto por homens que permaneciam em suas posturas viris e másculas, realçando o caráter puramente lúdico do momento. Mas também havia travestis que viam no carnaval uma brecha muito conveniente para infiltrar-se e manifestar-se tal como eram: homens-mulheres. Dificilmente seriam vítimas de violência física ou verbal ali, naquela fauna tão variada e intensa, delirante, como ocorre nos carnavais.

A infiltração de travestis não ocorreu somente nas ruas, durante esta festividade. Também nos musicais do teatro de revista dos anos 50 e nos concursos à fantasia, faziam presença ruidosa. Foi num destes eventos que Madame Satã (1900-1976), no Rio de Janeiro de 1938, venceu com a fantasia que mais tarde lhe emprestaria o famoso apelido.

Nas cidades pequenas, o processo das figuras travestidas virem à luz demorou mais um pouco, porém despertando a mesma reação de espanto e aversão. Em Londrina, havia uma figura que, comparada ao próprio Madame pelos embates físicos que travava com os policiais, começou a chamar atenção. Considerada uma travesti

pioneira na cidade, na década de 60, obteve grande respeito por outras que, com o tempo, foram chegando na cidade.

A presença das travestis londrinenses no carnaval, obviamente, era bem mais tolerada que nas “vadiagens” noturnas, este um caso digno de punição. Nos anos 80, um famoso deputado recolhia todas que encontrava nas ruas com o camburão da polícia e, no paredão da delegacia, mandava o bombeiro esguichar a água, com mangueiras de alta potência.

Numa cidade como Londrina, a reação negativa, tanto do meio social quanto do policial em relação às travestis, toca num ponto crucial que será discutido aqui, ou seja, a relação do corpo com a invenção da indumentária. A problemática da coerência que se espera entre corpo e vestimenta não era um caso tão alarmante como o é na contemporaneidade, que justifica suas normas sempre em termos binários, maniqueístas e excludentes; é necessário ultrapassar o número dois, e não esperar uma harmonia final, fruto de uma dialética redencionista.

Incoerência daquele que é incapaz de traduzir o biológico na indumentária, já que, para todo tipo de travesti (homossexual ou não), o desejo (múltiplo, ou seja, além do número dois) manifesta-se no tecido da pele e da vestimenta. No lugar da sobriedade, a imaginação. Incoerência, no sentido da norma fundante, seria infringir tais regras binárias, devir que afeta diretamente um acontecimento de metamorfose constante, como é o caso do travestimento.

A divisão dos sexos, enquanto uma prática dualista de padronização e domesticação cultural dos comportamentos, não opera somente no discurso biológico. Também na história das vestimentas vê-se uma problematização muito freqüente, com relação a esta separação simbólica e empírica. Contudo, em se tratando do universo da moda, tal prática não se dá de forma simples, direta e transparente, seguindo o trajeto do dominador ao dominado. Antes, há uma circulação de expressões concernentes ao seu tempo e espaço, fazendo da moda algo incerto, provisório, perecível, seja nas mudanças bruscas e originais, seja nas releituras ou nas

readaptações. Talvez seja esta circularidade que permita à moda apresentar espaços passíveis de imaginação criadora, consciente ou inconscientemente.

Historicamente, a moda começa a se manifestar ao fim da Idade Média, desenvolvendo-se plenamente entre os anos 1200 e 1400. A partir daí, sexualidade e vestimenta travaram uma relação de extrema proximidade e interdependência, tornando públicas as determinações que cada um dos sexos deveria cumprir. Porém, segundo a historiadora Anne Hollander, a moda também retrata a sexualidade como sendo sem lei, inventiva. Diz a autora:

> "Simultaneamente e em harmonia com outras artes visuais, o vestuário veio para propor um programa ilusionista e tridimensional para o corpo vestido, um novo meio ficcional, uma forma poética, (...) um drama que se vale de atores vivos. O corpo propriamente dito tornou-se tema de ficção. As pessoas tornaram-se figuras e personagens, e não apenas membros de grupos". [1]

A sexualidade passa então a desempenhar o papel de motor expressivo, fonte de criatividade, capricho e invenção. Como base da forma dos vestuários, a sexualidade está presente em toda expressão de força na moda. De acordo com Hollander, o modo sexual abarcava os indícios de classe social e função, ou seja, a roupa de um homem era primeiramente masculina, e só posteriormente nobre, rural ou proletária. Desde o início de sua história, o vestuário expunha o corpo masculino ou feminino a partir de fantasias a respeito da sexualidade; temperar a forma para que esta se ajustasse às outras dimensões da vida era uma questão *a posteriori*.

O vestuário sexualizado costuma, portanto, a representar de forma estética e binária o biológico-anatômico e a expressão cultural do que se entendia por masculino e feminino. Interferir nesta coerência, nesta linha de comunicação direta entre corpo e vestuário é geralmente visto como travestismo, transexualismo, ou qualquer outro termo *trans*versal. Mas esta problemática nem sempre foi uniforme historicamente, muito menos uma interdição oficial ou social.

II.

O jogo das aparências, relacionado às formas que vestem os sexos, é uma espécie de dramatização justamente porque a moda trilhou um longo caminho para polarizar mais nitidamente as roupas, influenciada por uma atmosfera social ao mesmo tempo em que influenciava os comportamentos. E, considerando determinadas épocas, leis, espaços e sociedades, esta dramatização cotidiana adquire diversos tons. Um caso bem peculiar é o do Chevalier (ou Chevaliére?) d'Eon, cujo nome deu origem ao termo mais técnico, cientificamente falando, para travestimento: *eonismo*.

Nascido em Tonnerre, França, em 1728, este suposto homem, na vida adulta, teve uma promissora carreira militar e diplomática, a serviço do rei Luís XV. Nesta época era comum o envio de espiões para missões estrangeiras, caso este em que d'Eon viu-se encarregado. D'Eon desempenhou um importante papel na aproximação (mediante interesses de guerra) entre a França e a Rússia, por volta de 1756. O curioso é que, em sua autobiografia, d'Eon recria à sua maneira esta sua ida à Rússia, para estabelecer relações com a corte de Elisabeth e convencê-la a travar relações com Luís XV, através de cartas. O Chevalier, em sua fabulação conceitual, diz ter ido à Rússia com a função de ajudar a rainha russa a escrever tais cartas, desempenhando o papel de professora. Exercendo o papel de diplomata e espião, no papel feminino, d'Eon parecia dar corpo à sua fábula alimentando-a com suas teorias sobre a mulher.

D'Eon foi um leitor assíduo de livros a respeito de mulheres ilustres da França e do mundo. Alguns exemplos da temática destes livros: apologia às mulheres da história, filoginia, dicionário de bolso de mulheres célebres, história literária das mulheres francesas, acervo das leis sobre o direito das mulheres, galeria das mulheres fortes, história de Joana d'Arc, estudo da maneira como se devem vestir os dois sexos, a dama polida, estudo dos costumes femininos nos diversos séculos e livros sobre amazonas. Enciclopédias em vários volumes, acerca de mulheres

ilustres, faziam parte de um corpo literário chamado *Querelle des Femmes* (debate sobre as mulheres), que se desdobrava em folhetos, peças, tratados e diálogos abordando a diferença de gênero nesta época.

Como um pesquisador quase obsessivo da mulher, d'Eon talvez já maquinasse uma metamorfose apoiada em toda uma pesquisa a respeito da diferença de gênero. O que não quer dizer que d'Eon fosse estritamente um travesti, ou um transexual, como algumas abordagens psicologizantes tentaram reduzi-lo. Para o vício do pensamento binário ocidental, há em d'Eon (como em todo travesti) uma estranha falta de lugar, uma suspensão de identidade fundada.

Quanto à sua identidade sexual, D'Eon fez de si um experimento ambulante, causando as mais estranhas reações, os mais absurdos e ruidosos mexericos em todo nível de classe. Dizia ele que nascera mulher, mas que, submetido ao desejo dos pais em relação a ter um filho homem, fora criado como tal. Recebendo uma educação masculina, voltou-se na idade adulta à carreira política e militar, chegando a defender a França na Guerra dos Sete Anos (1756-63), ao que fora nomeado a capitão no corpo de elite dos dragões, pelo rei. É desta insígnia que d'Eon não abriria mão jamais, mesmo vestindo-se e portando-se como uma mulher. O que era de um absurdo grotesco, uma mulher com insígnias militares, símbolo máximo da virilidade bélica androcêntrica.

Para d'Eon, no entanto, não havia problema algum nisso, já que seu conceito de mulher não exclui a bravura, a honra, a carreira política e militar. É neste ponto que entra a figura histórica que tanto o fascinou: Joana d'Arc. Tanto ela como as amazonas o afetaram profundamente, em suas leituras de mulheres célebres. A força afirmativa dessas mulheres exerceu uma importância muito grande nas idéias deste excêntrico francês.

No reinado de Luís XV, este ignorou (no sentido punitivo) as manias de d'Eon; pelo contrário, parecia o admirar, concedendo-lhe certas regalias. Porém, posse de Luís XVI, houve certas reformas que incluíam o "caso d'Eon", que ganhou as ruas em

forma de panfletos, canções, impressos, sátiras e inspirando até uma peça de *Comédie Italienne*.

A situação tornou-se insustentável quando, visto como uma mulher vestindo uniforme militar, Luís XVI (junto à corte de Londres, onde d'Eon residiu durante um tempo) decretou-o como mulher, devendo desistir de seu uniforme de capitão dos Dragões, sendo legítimo ou não seu merecimento. A ordem era para que se portasse como uma mulher da corte, ou então receber as devidas punições (como ser destituído do direito à vida pública e trancá-lo num convento de freiras).

Segundo Gary Kates[2], este é o momento que, de forma clara, d'Eon passa a adotar realmente os trajes femininos. Apesar dos boatos históricos que o relatam como um espião na corte russa, como um diplomata inflitrado com trajes femininos, isso não passa de deformação. Na verdade, é um enigma saber se realmente d'Eon se portou como mulher em suas missões, apesar de suas já relatadas leituras assíduas da questão feminina. Porém, no mínimo, sua decisão intelectual (já que fundada em seus estudos) em portar-se como mulher (e militar) esteve algo entre 1766 e 1776, ano em que culmina com a ordem do Rei, com quem d'Eon ainda adia seu destino numa contenda de dois anos.

A partir daqui, a ordem do rei subentendia um programa completo para a *Chevaliére*, que passa a receber instruções (domesticações?) das mais refinadas *mademoiselles* da corte; os hábitos, as etiquetas, as boas maneiras, tudo foi cuidadosamente preparado para o nascimento *de fato* da *Chevaliére*. Rose Bertin, diretora do guarda-roupa de Maria Antonieta, foi quem criou seus novos trajes femininos.

D'Eon foi tão longe com seu projeto que sua autópsia foi um escândalo, ao descobrirem que, na verdade, tratava-se de um homem. Um homem anfíbio que, segundo os documentos alegam (ou deixam de alegar), jamais teve um(a) companheiro(a) sequer.

Esta problemática em relação ao sexo e a indumentária levanta uma questão muito presente no universo do travestimento, lembrando muito o caso do hermafrodita Herculine Barbin, analisado por Michel Foucault[3]. Da mesma forma normatizante, Herculine, que desejava viver tal qual uma pessoa que possuía dois sexos, fora obrigada a adotar a identidade masculina, por um saber médico e jurídico, o que acarretou em seu suicídio. Daí a famosa pergunta de Foucault: "precisamos de um verdadeiro sexo?".

Eis uma pergunta que toca diretamente a estranheza que a ambigüidade dos travestis suscitam, num sistema que se conserva binário. O termo psiquiátrico "eonismo", referente ao travestimento, é fruto deste desenvolvimento de saberes e técnicas direcionadas a sujeitos desviantes; o mesmo ocorreu com Sade e Masoch.

O Brasil também não foi exceção, quanto a tais métodos, principalmente na primeira metade do século XX, auge da boemia nas grandes cidades. As técnicas lombrosianas foram muito presentes, principalmente na análise dos "sodomitas" (também chamados de "bagaxas", pelo vocabulário da época) que faziam presença não só na marginalidade, mas no campo da literatura e das artes. O discurso médico não só via comportamentos desviantes a partir da anatomia, mas as vestes também demonstram seu impacto no interior deste discurso da norma. Mesmo a elegância e o refinamento do dândi poderiam ser vistos como sintomas de patologia. Na literatura médica da época, são citados, nas portas dos teatros, moços imberbes exibindo suas botas de salto, calças justas, chapéu, cigarrilha, lenço no pescoço e camisa de cetim. Ao modo de Madame Satã, famoso malandro carioca inventor de uma vida voltada à intensidade.

Talvez seja pela alta temperatura de desejo vital presente nas travestis que incomodasse o meio social e, junto a ele, a ciência. São figuras da incerteza numa sociedade que busca avidamente as certezas. Seria o caso, talvez, de terminar este texto com algumas palavras de Foucault para o prefácio de um livro de Deleuze e Guattari, O Anti-Édipo[4]:

> "*Libere-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental, por um longo tempo, sacralizou como forma do poder e modo de acesso à realidade. Prefira o que é positivo e múltiplo; a diferença à uniformidade; o fluxo às unidades; os agenciamentos móveis aos sistemas. Considere que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade*".

---

[1] HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 48

[2] KATES, Gary. *Monsieur d'Eon é mulher: um caso de intriga política e embuste sexual*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

[3] FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Franciso Alves, 1982.

[4] DELEUZE, Gilles e Guattari, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977

Horizonte Transversal: A difusão do conhecimento científico sobre o "Meio Ambiente" nos livros didáticos de História.[1]

Jozimar Paes de Almeida[2]

Nossa preocupação central a ser desenvolvida nesta pesquisa, objetiva realizar um estudo crítico sobre a difusão do conhecimento científico na abordagem do tema transversal meio ambiente, nos livros didáticos de história do primeiro ciclo e de maior circulação nacional, buscando analisar os conceitos que a história ambiental aborda e que são frutos das questões ecológicas que se consolidaram em nossa sociedade contemporânea. Veja-se por exemplo a importância reconhecida por órgãos governamentais quanto ao tratamento de questões transversais no ensino:

> Mais recentemente, algumas propostas indicaram a necessidade do tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área. Adotando essa perspectiva, as problemáticas sociais são integradas na proposta transversal educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória.[3]

Recortamos a periodização de nossa preocupação a partir do ano de 1992, por ocasião da realização do Encontro da Organização das Nações Unidas para o *Meio Ambiente e Desenvolvimento,* ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, na expectativa que seus desdobramentos quanto a temática tenham se dissipado também, por intermédio das publicações didáticas.

A difusão do conhecimento científico realiza-se por intermédio de vários meios, livros especializados, revistas científicas e nos congressos realizados nas academias. No entanto, esta abrangência atinge em maior número apenas a chamada comunidade científica, quando as informações tomam uma dimensão de ampliação massiva, outros meios as reproduzem de uma forma mais abrangente como a mídia: jornais, revistas, televisão.

Além da mídia, como meio de transmissão massivo de informações, temos um outro meio, que pressupõe uma atividade diferenciada e que se utiliza de um conhecimento científico e sistematizado abrangendo a população nacional em idade escolar que se vê obrigada por força da lei a freqüentar a escola. Esta instituição têm assim, um papel

fundamental, na formação do cidadão em nossa sociedade, seja a escola criticada[4] ou não, a mesma se alastra aos mais recônditos grotões e nas suas atividades o professor exerce um papel primordial.

O exercício profissional do professor está fundamentado às condições que o mesmo teve e está construindo em seu dia a dia para desempenhar sua função, sejam elas: sócio-culturais ou mesmo provenientes da estrutura administrativa do ensino que comporta programas e conteúdos definidos em nível de política governamental. Entendemos estas considerações iniciais como esclarecedoras para informar ao leitor, que reconheçemos a sua importância.

No entanto, consideramos necessário enfatizar que nosso objetivo nesta pesquisa é de analisar como são transmitidos nos livros didáticos de história, componente inseparável do professor atualmente, para a sua contínua informação e instrumento de trabalho junto aos alunos, os conceitos provenientes de uma recente reflexão sobre o entrecruzamento da história com a ecologia: história ambiental.

Desta forma, apresentamos a seguir como compreendemos o “locus” do livro didático no processo de difusão do conhecimento científico e a nossa trajetória de pesquisa acadêmica no campo da história da ciência: história ambiental.

Constituiu-se em nossa sociedade contemporânea a chamada indústria do livro didático que produz centenas de milhares exemplares de títulos, que atingem todo o território nacional e uma grande massa de alunos e professores. Movimenta portanto, vultosas somas monetárias no mercado editorial, tornando-se um espaço de acirrado conflito competitivo entre as editoras.

Quanto ao papel do livro na atividade de aprendizagem, o mesmo ocupa o lugar de mediador entre professor/aluno, possuindo uma representação de conhecimento articulado que o aluno deve apreender e se apresentando para o professor como um plano linear e seqüencial de informações que devem ser ministradas. Para Ernesta Zamboni o conteúdo do livro é visto:

> Como objeto que difunde a palavra escrita, divulga idéias e mensagens através dos estímulos produzidos pela leitura de seus textos, o livro estimula

> o pensamento e enriquece o leitor espiritualmente, e o seu interior contém um saber racionalizado, organizado, veiculador de informações.[5]

No que diz respeito a nossa preocupação quanto a formação profissional, pesquisamos este campo ímpar do conhecimento que se estabelece na história ambiental, com o seguinte postulado:

> [...] realizar um estudo temático das relações da História e da Ecologia, procurando vincular esta análise a um referencial de uma dada sociedade, período e atividade produtiva.[...] A investigação é centrada na observação de uma unidade de produção, vinculada a determinadas características marcantes de um processo industrial que se estabelece na natureza, ou seja, a agroindústria.[6]

Ao reconhecer o homem como natureza, com características específicas de sua própria constituição, que em suas atividades realizadas historicamente, modifica-se interiormente, metabólico-cultural, e transforma o meio em que vive buscando atingir o seu interesse, de acordo com as possibilidades que encontra ou que constrói, percebemos uma das inserções conceituais que podem ser realizadas pela História Ambiental.

> [...]que a História como conhecimento produzido pelos homens tem em sua essência a criação do inédito e do indeterminado decorrência da própria realidade do processo histórico que aborda. Ela se encontra ameaçada por uma naturalização de seu fundamento. Isto é, pretende-se incorporar à História conceitos que presumem a existência de um único caminho a trilhar pela espécie humana, objetivando pré-definidamente um destino à alcançar, como artifícios construídos historicamente utilizados para essa finalidade. Nela encontram-se as idéias de progresso, de desenvolvimento, de racionalidade e até mesmo a concepção de natureza.[7]

Em decorrência das preocupações levantadas em nossa pesquisa, buscamos percorrer o caminho dos desdobramentos do conhecimento científico voltados a temática do meio ambiente, pela via de sua difusão, extrapolando o debate circunscrito a própria academia. Os debates científicos que atualmente estão perpassando as universidades no mundo apresentam um rico manancial de informações acerca dos desdobramentos do conhecimento nos mais variados campos e principalmente nas áreas das ciências exatas, biológicas e humanas.

Consolidou-se no campo da física por Einstein, Plank, Heisenberg, Bohr a chamada mecânica quântica, trazendo como contribuição o princípio da indeterminação, abalando os pilares do determinismo científico do século XIX.

Determinismo este que teve o seu engendramento inicial no século XVI, na revolução copernicana, que tirou o mundo da órbita ptolomáica (geocêntrica) em 1543, os estudos

apresentados como hipotéticos por Nicolau em sua obra, foram referendados por Johanes Kepler que formulou leis empíricas do movimento planetário através do estudo de tabelas astronômicas e consolidados por Galileu, que por ocasião do julgamento de sua tese em tribunal da inquisição, teve que refutá-la, mas quando se retirava do tribunal pronunciou sua famosa frase: “Epur si muove”.

Com Francis Bacon em sua obra “*Novum Organum*”, apresenta-se o objetivo da ciência como um conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza. Enquanto Bacon foi chanceler de Jaime I, ele acompanhou os processos inquisitórios do julgamento de bruxas, em que se utilizavam da tortura como um instrumento para extrair delas a “verdade”, assim busca utilizar-se do mesmo método na Natureza, entendendo-a como uma fêmea para extrair dela as suas leis.

Descartes postulou a crença na certeza do conhecimento científico, considerando o universo material como uma máquina, portanto possuía leis mecânicas, assim tudo no mundo poderia ser explicado em função da organização e do movimento de suas partes. O seu método analítico de decompor problemas em partes componentes e dispô-las em ordem lógica, criou a estrutura conceitual do pensamento científico moderno.

A formulação da concepção mecanicista da natureza teve o seu desenvolvimento com Isaac Newton, estabelecendo leis gerais do movimento que governam todos os objetos no sistema solar, das pedras aos planetas. O movimento da matéria ocorre pela atração mútua, a gravidade. Com suas teses constituíram-se a ciência e a tecnologia pesada.

A concepção do universo como um sistema mecânico composto de unidades materiais elementares; a concepção da sociedade como uma luta competitiva pela existência e a crença do progresso material ilimitado, a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico, buscou tornar-se enquanto método científico, na única abordagem válida do conhecimento.

Uma mudança nesta concepção começou a ocorrer com Michael Faraday e James Clerk-Maxweel. Eles estudaram os fenômenos eletromagnéticos descobrindo a atuação de um campo de força, e que nele existe a sua própria realidade não podendo ser estudados sem qualquer referência a corpos materiais. A luz é um campo eletromagnético.

A abordagem sobre os campos eletromagnéticos será aprofundada com os estudos de Einstein, considerando-os entidades físicas independentes que podem viajar através do espaço vazio e não podem ser explicados mecanicamente. Com a impossibilidade desta explicação mecânica Heisenberg apresentou o princípio da Indeterminação na qual o átomo sofria de uma crise de identidade: a impossibilidade de se medir simultaneamente o movimento e a posição de um elétron. Veja-se por exemplo, como o físico teórico Fritjof Capra ilustra esta circunstância:

> Os átomos consistem em partículas, e estas partículas não são feitas de qualquer substância material. Quando as observamos nunca vemos qualquer substância, o que vemos são modelos dinâmicos que se convergem continuamente nos outros - a continua dança da energia.[8]

Portanto, o conhecimento científico contemporâneo apresenta-nos um dado esclarecedor sobre o problema da indeterminação, em nossa abordagem circunscrevo a concepção de ciência ao âmbito da História Ambiental. Indagamos assim, como os conceitos ciência e natureza se desvelam nos livros didáticos? Ciência apresenta-se como uma construção cultural humana determinada historicamente?

Utilizando-se o campo da física podemos destacar ainda um outro componente de preocupação quanto a questão do dispêndio de energia que ocorre de uma forma intensa e deliberada pela produção humana. Trata-se da termodinâmica e mais precisamente da sua segunda lei, desenvolvida por Sadi Carnot: a energia dissipada em calor não pode ser recuperada, que significa a conversão de energia mecânica em térmica.

Rudolf Clausius elabora o conceito entropia para apresentar a medida de desordem em um sistema, significando que existe uma dissipação energética sob a forma de calor. Assim, podemos constatar que com a ampliação e intensificação da utilização da energia mecânica que ocorre a partir da revolução industrial, aceleramos o processo de desordem térmica.

Podemos considerar que devemos, no mínimo relativizar, os processos de industrialização, no que diz respeito a centralização da produção, a utilização da energia, as grandes somas de capital, a exaustão dos recursos não-renováveis e a degradação humana e do meio ambiente com a poluição e o ritmo mecânico de produção imposto nas indústrias e nas agroindústrias[9], assim como, a urbanização.

Entendo que Enzo Tiezzi expressa-se corretamente quando afirma: “O tempo tecnológico é inversamente proporcional ao tempo entrópico; o tempo econômico é inversamente proporcional ao tempo biológico”[10]

Como se apresentam esses dilemas transversais expostos acima, que envolvem noções sobre o tempo nos campos da ciência e tecnologia, física, economia e biologia nos livros didáticos de história? Na busca de compreender estes dilemas pretende-se expor que os mesmos fazem parte de uma reflexão histórica, de *horizonte transversal*, necessária nos dias de hoje e os historiadores não devem se furtar de realizá-la.

Os conceitos progresso e desenvolvimento se apresentam nos livros didáticos? Como são definidos? No limiar da década de 70 deste século emerge no cenário político-intelectual do planeta, contribuições intelectuais sob a forma de livros como: *Silent Spring* de Rachel Carson e *The limits to growth* de Dennis Meadows e outros, patrocinado pelo Clube de Roma. Estas obras trazem à tona os problemas decorrentes da avassaladora industrialização.

Movimentos sociais ambientalistas que eram incipientes tomam corpo, as preocupações tornam-se governamentais e atingem um patamar global com a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano em Estocolmo no ano de 1972.[11]

Consideramos que a história seja uma campo do conhecimento humano que por suas características, permite-se realizar reflexões que considerem o entrecruzamento das ciências. Entendo que a ecologia possui também as mesmas características, afinal a poluição é um dos exemplos de que a produção humana ultrapassa fronteiras nacionais, de classe e gênero.

Esta ligação intrínseca realizada pela história ambiental e os movimentos ambientalistas aparecem nos livros didáticos? E se aparecem, como são apresentados?

Como são expostas nos livros didáticos de história em nível de primeiro ciclo a compreensão das relações homem-ambiente nas suas atividades peculiares que constituem a sociedade? Elas incorporaram as abordagens que recentemente surgiram sobre a ecologia?

Nas ciências humanas Edgar Morin pretende romper o pensamento dicotômico do Caos e do Cosmos, buscando compreender o Universo através de uma relação complexa, baseada no seu famoso tetragrama: ordem/desordem/interação/organização.[12] Os conceitos e representações do conhecimento histórico são apresentados nos livros didáticos como se a desordem fizesse parte deste complexo processo?

Resultado de uma compreensão mecaniscista de mundo, buscava-se nas ciências biológicas uma ordenação do mundo biótico, em nossa tese apresentamos uma argumentação quanto a este aspecto, retomando o surgimento da ecologia, como disciplina oriunda da biologia e criada por Ernest Haeckel em 1866.

Ele afimava que a ecologia é campo de conhecimento fundamentado no funcionamento das relações estabelecidas entre as espécies bióticas e abióticas formadoras de um ecossistema:

> [...] um complexo relacionamento desordenado, interativo, dinâmico e constante de energia e matéria nos meios físico, biológico e social, possuindo uma capacidade auto-organizativa e reprodutiva que permite a geração e manutenção da vida. [...] É por isso que a natureza não deve ser entendida como sinônimo de ordem e de sentido obrigatório.[13]

Com esta argumentação que expõe alguns dos preceitos básicos para se refletir sobre o que pode ser proporcionado pela história ambiental, como uma contribuição crítica a difusão do conhecimento científico nos livros didáticos de história, estamos desenvolvendo este projeto.

Assim, como procedimentos metodológicos, aplicados ao estudo e levantamento das fontes, iniciamos nosso trabalho de pesquisa buscando informações junto ao MEC e nas maiores editoras de livros didáticos do país, para detectar quais são os títulos de maior divulgação nacional no período abordado.

Os livros de maior circulação estão sendo selecionados, consultados e submetidos a análise e em seguida com esta informação coletada, estamos organizando uma sistemática que possibilite articular os conceitos expostos nos livros didáticos com a literatura científica circunscrita ao âmbito da abordagem em história ambiental propriamente dita, para que se possa acompanhar a trajetória dos desdobramentos conceituais e das representações.

Estamos buscando com nosso estudo procurar contribuir com o aprimoramento conceitual e de formulação da referida literatura do tema proposto, com o intuito de construirmos uma reflexão que possa ser exposta em eventos de natureza científica e pedagógica, sob a forma de comunicações de pesquisa e realizações de cursos para professores de ensino médio e terceiro grau.

Objetivamos também alcançar um processo de elaboração de textos que apresentem a temática em seu aspecto transversal. Assim poderemos disseminá-los em eventos científicos e impressos sob a forma de artigos e ensaios.

Procuramos também, no desenrolar de nossas atividades, prepararmos alunos de graduação do curso de história, que se interessaram pela pesquisa e tomaram a iniciativa de se envolverem nas atividades de iniciação científica, um dos pressupostos fundamentais para a formação integral do professor-pesquisador.

---

[1].Projeto de pesquisa, cadastrado na PPG-UEL.
[2] Autor do projeto e professor do Departamento de História- UEL
[3] BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, *Parâmetros Curriculares Nacionais*, Secretaria de Educação Fundamental , Brasília, MEC/SEF, 1997, V.1, p.64.
[4] ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*, Trad. Lúcia M. E. Orth, Petrópolis: Vozes, 1982.
[5]ZAMBONI, Ernesta. “A visão dos “Descobrimentos” na literatura didática”, In: *Educação na América Latina*, (Coord. Circe M. Bittencourt e Zilda M. G. Iokoi), São Paulo: Edusp, 1996, p.247.
[6] PAES DE ALMEIDA, Jozimar. *A extinção do Arco-íris: ecologia e história*, Campinas: Papirus, 1988, p.17.
[7]Idem, *Errante no Campo da Razão: O Inédito na História*, Londrina: Ed. UEL, 1996, p.2.
[8] CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*, trad. Álvaro Cabral, São Paulo: Cultrix, 1987.
[9]PAES DE ALMEIDA, Jozimar. *A extinção do Arco-íris: Ecologia e História*, Campinas: Papirus, 1988, passim.
[10] TIEZZI, Enzo. *Tempos históricos, tempos biológicos*, Trad.Frank R. C. Ferreira e Luiz E. de L. Brandão, São Paulo, Nobel, 1988, pp.32.
[11]McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: A história do movimento ambientalista*, Trad. Marco A. E. da Rocha e Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
[12] MORIN, Edgar. *O método*, trad. Maria G. de Bragança,lisboa: Europa-América, 1987, volumes I, II, III e IV, passim.
[13] PAES DE ALMEIDA, Jozimar. *Errante no campo da Razão: O inédito na História*, Londrina: Ed.UEL, 1996, pp.28/29

O perfil institucional do Estado Português nos séculos XV-XVI através da justiça nas Ordenações de D. Duarte e Ordenações Manuelinas

JOÃO CERINEU LEITE DE CARVALHO

Partindo do pressuposto que a história do direito atualmente tem como objetivo produzir conhecimento através da reconstituição de sistemas ou fatos jurídicos que se deram no passado, e que o direito se constitui em um mecanismo de disciplina social, afirmamos ser possível enxergar a estrutura jurídica do Portugal dos séculos XV e XVI como uma *estrutura histórica em si*.

Usando como principais fontes historiográficas as obras de Marcello Caetano e António Manuel Hespanha [1], além do apoio analítico proporcionado por Max Weber e seus modelos de dominação [2] (especificamente a dominação tradicional e a dominação legal), procuramos traçar, a partir do estudo das *Ordenações de D. Duarte* e das *Ordenações Manuelinas*, o perfil institucional do Estado português entre os séculos XV e XVI – séculos de suas respectivas confecções. Agora, nos parece pertinente uma rápida demonstração de qual tipo de abordagem nos propomos a utilizar para responder nossas perguntas.

Uma vez dizendo que o direito se apresenta como um forte mecanismo de imposição de uma disciplina social, ou de dominação social, introduzimos o pensamento de Max Weber, o qual nos diz que a dominação – caracterizada como a probabilidade de encontrarmos obediência a uma determinada ordem – fundamentada em diversos tipos de submissão, “pode ser determinada diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações racionais de vantagens e desvantagens (referentes a meios e fins) por parte daquele que obedece; mas também pode depender de um mero ‘costume’, ou seja, do hábito cego de um comportamento inveterado; ou pode, finalmente, ter o seu fundamento no puro afeto, ou seja, na mera inclinação pessoal do dominado.” [3]

Ele nos apresenta a dominação *tradicional*, que se funda na crença da existência de santidade dos atos e poderes de quem domina – estabelecendo uma relação de senhor e

súdito –, dentro da qual destacamos a vertente *estamental*. Nesta, é flagrante a relação de fidelidade, regulada pela honra e pela patrimonialização, em que o poder se encontra repartido entre o senhor e um corpo administrativo (que goza de privilégios) por ele designado. O outro modelo de dominação presente em nossa análise é a *legal*, caracterizada pelo Estado burocrático, em que existe um quadro administrativo impessoal, que segue regras racionais de comportamento que têm um objetivo traçado pela autoridade.

Visto isso, e afirmando que devemos analisar a construção do direito como de qualquer outra estrutura social, ou seja, que a regulamentação jurídica é fruto de uma formação advinda do contexto em que é criada, e não de características intrínsecas de normas supostamente universais e atemporais, tentamos demonstrar que o modelo de história política oitoscentista - no qual o direito seria construído de *cima para baixo* – dá lugar ao pensamento que vê a normatização como uma explicitação por parte dos juristas, em especial na Idade Média e Moderna, da prática cotidiana dos povos. Buscamos, com isso, fugir da idéia de *estadualismo*, na qual o único poder efetivo seria do Estado, nos voltando para a concepção de que a normatização social é efetuada em múltiplos níveis [4]. Justamente por essa pluralidade existir é que o Estado criaria mecanismos capazes de rivalizar e subjugar outras forças, ampliando o controle sobre a vida das pessoas.

Como já dito, nossos objetivos giram em torno do perfil institucional do Estado português na passagem do século XV para o XVI. Período que estaria contido no que Marcello Caetano caracterizou de *Consolidação do Estado*, e que muitas vezes é tido como o momento em que a monarquia portuguesa assumiria um papel de Estado forte e centralizador, de onde emanariam ordens direcionadas ao reino e territórios conquistados, onde seriam obedecidos, em uma relação hierárquica direta. Contudo, devemos levar em consideração as diversas forças centrífugas que se opunham à vontade do rei na freqüente impossibilidade deste fiscalizar eficientemente a observância das leis nacionais.

Sabendo que a aplicação de justiça era uma das principais atribuições dos monarcas na Idade Média, traçar este perfil institucional a partir da organização dos cargos judiciários se mostra ainda mais importante na compreensão da própria sociedade lusitana, em que,

como grande parte da sociedade medieval e moderna, a vida cotidiana parecia embebida nos rituais jurídicos. Estes, numa *realimentação*, pareciam receber idéias difusas na sociedade e transformá-las em normas jurídicas, que acabavam por regular a mesma. Com efeito, a definição das atribuições dos cargos de justiça, de seus procedimentos-padrão (e extraordinários) contidos nas *Ordenações* (de D. Duarte e D. Manuel I) se configuram no nosso objeto principal de nosso questionamento.

A escolha das duas compilações se baseia no fato do momento da criação das *Ordenações de D. Duarte* (por volta de 1436) ser crucial na definição da expansão ultramarina portuguesa e das *Ordenações Manuelinas* (com versão definitiva em 1521) delimitarem as estruturas do império ultramarino português em pleno auge – sendo possível conhecer a maneira como o próprio Estado se definia então. Ambas são marcos da influência do direito romano sobre o direito português, e representavam a vontade do rei de que sua soberania deveria ser conhecida e cumprida como determinado. Esse momento representa diversas mudanças não só da estrutura político-jurídica do reino, mas também de sua estrutura cultural e econômica, com o impacto trazido pelos descobrimentos e expansão ultramarina, que geraram modificações significativas no perfil do Estado.

Qual seria, então, o perfil institucional do Estado Português na passagem do século XV para o século XVI, levando-se em conta o momento que o reino peninsular vivia – de expressiva expansão ultramarina? De que maneira buscava o rei português definir os limites de seu poder e das liberdades de seus súditos através dos mecanismos de aplicação da justiça? E até onde este tinha força para impor determinados procedimentos?

O território onde se formou e consolidou Portugal teve por habitantes uma multiplicidade de povos que contribuíram para a geração da cultura partilhada por aqueles que constituíram o país em sua independência. Isso quer dizer que a cultura portuguesa não foi algo surgido *do nada*, mas uma herança das que existiram antes da ascensão de Afonso Henriques. Iniciado com a independência nacional, o direito português se configura em uma continuação de tradições jurídicas do território em que veio a se estabelecer o reino.

Da criação do condado portucalense nasce uma unidade política que tinha seu chefe subordinado por vassalidade ao rei de Leão e Castela, mas que depois, quando o cargo era ocupado por D. Afonso Henriques, reclama Portugal como seu direito por herança. O rei de então era o senhor posicionado no topo da hierarquia de todos os senhores de Portugal, que se encontravam sujeitos ao monarca, uma vez estando vinculados ao território português por senhorio, propriedade ou residência. Tanto os nobres (vassalos reais) quanto o restante da população (súditos) deviam fidelidade, obediência e auxílio ao mais alto senhor.

No período que compreende os primeiros cem anos de Portugal, justiça e administração eram aplicadas pelas mesmas autoridades. Como diz Marc Bloch, "o prodigioso retalhamento dos poderes judiciários, e também o seu entrelaçamento" [5], contribuíam para uma de suas principais características: a eficácia quase medíocre. Uma das grandes causas dessa confusão judiciária em que estava mergulhada a fragmentada sociedade medieval, e nela incluímos Portugal, era o fato de que todos os chefes, ou boa parte destes, tinha o desejo de exercer o papel de juiz. Viam nessa função o efetivo controle sobre seus subordinados, afastando-os de tribunais estranhos, garantindo sua proteção e dominação simultaneamente.

Iniciado pelo governo de Afonso III, no primeiro momento do que Marcello Caetano chama de *Consolidação do Estado*, entre 1248 e 1383, podemos ver "a progressiva ação dos juristas formados no estudo do Direito Romano Justiniano, com cuja colaboração são elaboradas em número crescente leis gerais, que se impõem às tendências localistas." [6] Combatem-se os costumes da vida municipal e da autoridade senhorial, os órgãos judiciários se renovam, multiplicando-se os organismos administrativos e governamentais especializados. O rei, que ainda tinha na justiça sua principal atribuição, tenta não ser mais um nobre que chefia outros nobres, mas corpo e cabeça dos quais esses são membros.

Mesmo com este momento sendo marcado pelo grande esforço dos monarcas em organizar os sistema judiciário nacional, facilitando o recurso à justiça pública, estes não escapavam das influências da política medieval. Tinham o reconhecimento de sua suserania traduzido na submissão pessoal de seus súditos, nas relações de dependência de pessoa a

pessoa, repetida na aclamação do rei, no tradicional beija-mão e criaram diversas leis. Contudo, Não havia ainda uma noção da coroa ou realeza como uma *instituição*, e sim da sujeição ou submissão a um senhor (no caso, o rei).

A ação de aperfeiçoamento administrativo sofre, então, após a crise de 1383-85, um retrocesso, em particular no reinado de D. Afonso V, no qual podemos ver uma tardia ofensiva feudal, uma vez que este permite aumento dos poderes dos grandes senhores, só sendo novamente combatido por D. João II. Porém, neste momento o rei passa cada vez mais a personificar o reino, a encarnar o interesse geral, já que a idéia de um Estado abstrato, que detinha o poder político soberano, estava encerrada no pensamento dos legistas que seguiam o direito imperial romano contido no *corpus iuris civilis*.

Isso parece sinalizar para uma tendência maior à centralização, negando cada vez mais poderes aos municípios e às cortes. Tal doutrina era reforçada pela observação da *Epístola de São Paulo aos Romanos*, na qual este diz ser toda autoridade provinda de Deus e, portanto, resistir à autoridade é o mesmo que desobedecer à ordem divina. Contudo, o poder do rei era absoluto, mas não pode ser caracterizado como central. Isso se deve a diversos fatores que condicionavam e restringiam esse poder [7].

E aí se insere a primeira tentativa de formular tais ordenações, com D. Duarte, que reúne boa parte da legislação produzida até então em um único livro, visando, o maior cumprimento e maior racionalidade no estabelecimento das leis.

Após um momento de novo fortalecimento dos nobres com seu filho D. Afonso V, as tendências até então apontadas voltam a se mostrar com D. João II, que conseguiu submeter a nobreza ao seu poder real, mesmo não extinguindo o regime senhorial, que permaneceu em sua essência, cabendo ao seu sucessor, D. Manuel, agir tanto nas questões da expansão dos domínios portugueses, quanto na administração do reino. Isso porque, resultaram – a partir das navegações – importantes conseqüências sociais, econômicas e jurídicas, além do esforço diplomático para consagrar Portugal internacionalmente, e do surgimento de importantes modificações na legislação interna.

O Portugal medieval apresentava a coexistência de quatro sistemas jurisdicionais: o concelhio; o senhorial; o eclesiástico; e o régio. O caso do rei é interessante, pois ele começou o exercício de poder, como os senhores, com o direito de aplicação de justiça sobre um número limitado de pessoas. Com o passar do tempo vai-se estabelecendo, por inspiração do *corpus iuirs civilis* o princípio de que – já que todas as terras e homens sem *senhor* pertencem ao monarca – a ele pertence também a justiça, caso esta não esteja a cargo dos senhores, ou caso estes não a estiverem exercendo *devidamente*.

Foi possível enxergar uma forte tendência ao modelo de Estado estamental, pertencente à dominação tradicional (de acordo com a terminologia weberiana) na composição do reino português até o período de governo de D. Afonso III no século XIII, quando podemos dizer que houve uma multiplicação do número de leis produzidas.

A partir daí, o que pode ser constatado é uma tentativa, por parte da coroa, de uma mudança de postura frente a seus súditos. Especialmente após a ascensão da dinastia de Avis, e à medida que nos aproximamos do período de expansão ultramarino, pudemos notar uma tendência do rei em se colocar como a fonte de direito, a cabeça do reino, através da publicação das leis e da facilitação do acesso à justiça pública.

Voltando à terminologia weberiana, vimos uma tímida tendência da passagem do Estado português para um Estado de características burocráticas, mas ainda sob fortes influências das relações caracteristicamente medievais, como a concessão de privilégios. Mesmo assim, o trabalho dos legistas que seguiam o direito imperial romano, além da diminuição da necessidade de convocação das cortes em razão dos lucros da coroa com as navegações, pareceram exercer uma progressiva influência sobre a imagem construída ao redor da amplitude do poder do rei. As *Ordenações* [8], com efeito, se mostram como um instrumento capaz de amenizar a carência de órgãos intermédios entre coroa e súditos. Falar em *estadualismo* é exagerado, mas houve expressiva multiplicação de medidas fiscais, administrativas, militares, legislativas e judiciais.

Nas *Ordenações* podemos notar a preocupação em detalhar cada procedimento, o número de oficiais envolvidos, e suas funções especificas em cada etapa do procedimento,

para que uma das principais atribuições régias fosse executada de uma forma tão infalível quanto este *escolhido* de Deus faria em pessoa. Tal tendência aponta para a organização da justiça como uma instância privilegiada na administração do Estado português.

Uma boa ilustração é a ordenação encontrada na compilação de D. Duarte, na qual temos a afirmação do rei como autoridade máxima nos assuntos relacionados à justiça, e que é enviada a todos os que, de alguma maneira estão envolvidos com a aplicação de justiça no reino. Após constatar que muitos estavam julgando sem sua permissão, consultando seu irmão – futuro Afonso IV –, seu conselho e sobrejuízes, decide que "todo-los de meus rregnos que apelarem dos Juizes ou aluazijs ou d'alcaides ou de Justiças ou doutros que os Julgarem que apelem primeiro pera mym E pera minha Corte E nom apelem pera outro nenhuum." [9] O poder de julgar, então, emana exclusivamente do rei, que, como a cabeça do corpo político, era como o Cristo, a cabeça do corpo místico da Igreja.

Já no caso de D. Manuel, logo no prólogo de suas ordenações, diz que a justiça, em tempos de paz ou de guerra, "pera boa gouernança, e conseruaçam de toda Repubrica, e Estado Real, a qual como membro principal, e sobre todas as outras virtudes excellente, mais que todas aos Principes conuem." [10] Continua dizendo que o bom rei deve sempre tratar todos com o mesmo critério de justiça, dando a cada um o que *merecem*.

D. Duarte e suas intenções de centralização, mesmo que pouco efetivas em diversas ocasiões, demonstram vontade em fazer do rei muito mais do que um *senhor* entre *senhores*. Porém, mesmo nas *Ordenações Manuelinas* (muito mais *evoluídas*), parece ser difícil afirmar que houve modificações radicais e profundas no direito português. A maioria destas *novas* leis eram as antigas redigidas de um modo legislatório, visando, inclusive, supervalorizar a força e influência do monarca. Porém, a principal diferença que podemos destacar nesta compilação quinhentista é o esforço para que fosse mais simples de se entender que as predecessoras, e que, desse modo, a lei fosse cumprida de uma forma mais eficiente. Sob o efeito, dentre outras coisas, da recepção da tradição romanística do direito na Cristandade baixo-medieval, podemos apontar uma mudança sensível na maneira

como a coroa se coloca em relação àqueles que estão em seu território. Ela vai se infiltrando nos sistemas normativos sempre visando tomar para si o controle destes.

O que apontamos como esse *novo* perfil institucional do Estado português, na verdade, se configura na multiplicação de mecanismos através de iniciativa régia – e a especificação e revisão das atribuições e funcionamento dos ofícios e instituições ligadas à aplicação de justiça no reino representam a faceta desses *mecanismos* que analisamos nas *Ordenações* –, que têm como objetivo principal promover a centralidade do monarca lusitano no controle de seu reino. A principal realização que podemos indicar, portanto, é a abertura de novas perspectivas para o desenvolvimento do direito em Portugal.

1- As principais obras destes autores utilizadas foram: CAETANO, Marcello. *História do direito português (séc.s XII-XVI). Seguida de Subsídios para a história das fontes do direito em Portugal no séc. XVI.* Editorial Verbo: Lisboa, 2000. HESPANHA, A. M. *Panorama da cultura jurídica européia*. Lisboa: Editora Europa-América, 1997.

2- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais. Parte 2*. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

3- WEBER, Max. *Mesologia das ciências sociais*. Op. Cit. p. 349

4- De acordo com que Hespanha e Foucault (FOUCAULT, M. *Microfísica do* Poder. São Paulo: Graal, 1979) afirmam, ao estabelecerem a existência de um imaginário pluralista de ordem política.

5- BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 2001. p. 374

6- CAETANO, Marcello. *História do direito português (séc.s XII-XVI).* Op. Cit. p. 270

7- De acordo com Humberto moreno, em MORENO, Humberto. O princípio da Época Moderna. IN. TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2000. p. 48 “Destes, havia desde o reinado de D. João I, os *contadores das comarcas*, encarregados de tomar as contas dos respectivos almoxarifes, tesoureiros recebedores e rendeiros, e de, na sua comarca, manter em ordem o tombo dos bens de patrimônio real e providenciar sobre a arrematação dos rendimentos que devessem ser, em leilão, adjudicados à cobrança dos rendeiros.”

8- Cobrindo a normatização administrativa tanto local quanto central, sendo seu principal domínio a regulamentação da justiça da maneira como era então definida: mais voltada para o âmbito administrativo.

9- ALBUQUERQUE, Martim de; NUNES, Eduardo Borges. *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 165-166

10- Dizendo que “ fazendo-os bem viuer, os bons com prêmios, os máos com temor da pena, donde resulta paz, e asesseguro, porque o castigo dos máos he conseruaçam dos bons, assi deue fazer o bom Príncipe, pois que

per Deos foi dado principalmente nom pera si, nem seu particular proueito, mas pera bem gouernar seu pouo, e aproueitar a seus subditos, como a proprios filhos." COSTA, Mário Júlio de Almeida. *Ordenações Manuelinas* – volume 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. I-II

Americanismo e República em Vicente Licínio Cardoso

João Marcelo Ehlert Maia

Como pensar a relação entre República e americanismo? Ora, decerto que uma resposta completa a essa pergunta escapa aos limites deste texto. Afinal, de que americanismo se fala? Se pensarmos na América que tanto atraiu Sarmiento e outros liberais, esse programa implicaria a ruptura com os quadros da tradição e a implantação de uma formação societária animada pelo associativismo e pela dinamização dos interesses privados. Uma República de cidadãos médios, homens comuns, e não de virtuosos aristocratas. Oposta, de alguma forma, a República animada pela crítica seminal de José Enrique Rodo, consagrada no seu *Ariel*, em 1900. Nessa, o fenômeno das massas é visto com temor, devendo ser temperado pelo recurso a um cultivo espiritual próprio da herança latina que marcaria a América "de cá". Nada mais distante do arielismo do que o programa fordista, se entendermos este como forma decisiva na configuração de uma América racionalizada pelo trabalho "livre"

É, portanto, digno de nota um pensamento que reclame as "duas" Américas, produzindo uma obra capaz tanto de se encantar pela era das "máquinas", representada pelo fordismo, quanto de eleger Rodo, adversário desse regime civilizatório, como herói de seu panteão intelectual. Que espécie de República americana é essa? Este texto dedica-se a explicar esse problema, analisando brevemente a tensão Ford-Rodó na obra de Vicente Licínio Cardoso (1890-1931). Trabalho a hipótese de que essa formulação faz sentido quando entendida no quadro da imaginação "espacial" do autor e da sua sociologia comparada, que aproxima Brasil-Américas-Rússia. Nesses termos, argumento que a republicanização americana de Licínio demanda uma estratégia em que Ariel funcione "a favor" de Ford. Explico-me melhor nas próximas páginas.

Ford e Rodó.

Vicente Licínio, filho do famoso positivista Licínio Atanásio Cardoso, era engenheiro formado na Politécnica, e trabalhou com alguma regularidade como arquiteto. Sua grande paixão, porém, foram os "estudos sociais", o que o fez juntar-se a inúmeros engenheiros que se dedicaram à causa da educação e da pedagogia moderna nos anos 20. Durante a primeira metade dessa década, Vicente lançou inúmeras obras dedicadas ao clássico tema da "interpretação do Brasil", tendo também colaborado na organização do marcante *"À Margem da História da República"* . Contudo, a despeito dessa trajetória indisciplinada na engenharia, nunca perdeu a marca de uma formação científica atenta a temas típicos da vida industrial: máquina, fábrica e tecnologia.

O grande ensaio fordista de Vicente Licínio intitula-se "Ford: O Operário que Venceu o Capital" (1925). Nele, o autor tece vigorosos elogios ao fordismo como modelo da organização democrática norte-americana. Nessa linha interpretativa, o "regime das máquinas" é lido numa chave positiva, como expressão de uma sociabilidade nova formatada na experiência horizontal do trabalho em massa. Fiel a sua aversão ao europeísmo, Vicente Licínio opõe o espírito fordista aos ideais alimentados pelas sociedades "velhas", que se agarrariam a concepções ultrapassadas e decadentes sobre as possibilidades da civilização ocidental.[i] Todo o ensaio é um grande elogio ao programa fordista e sua organização democrática do trabalho. A nossa República, portanto, só se organizaria adequadamente se suas elites estivessem dispostas a "racionalizar o trabalho".

Ora, mas se Vicente cerra fileiras no partido fordista –como, aliás, outros engenheiros do mesmo período --, como entender seu ensaio vigoroso para José Enrique Rodó? Para Vicente Licínio a terra de Rodó era "toda" América, continente da "ação". O idealismo que marca o arielismo é trabalhado pelo autor como síntese de uma energia juvenil, própria de uma "consciência americana". Nas suas palavras, "Ao contrário desses pensamentos theoricos europeus, o americanismo tem a característica de um idealismo prático, e nisso, e especialmente por isso, constitue uma novidade no mundo" (Cardoso 1937 : 38).

Como se percebe, o americanismo que Vicente Licínio lê em Rodo não se traduz num particularismo espiritualista, mas na expressão de uma energia prática que marcaria os homens deste continente. Nesse sentido, a figura intelectual de Rodo exemplificaria um tipo intelectual americano, um "obreiro social de idéias" animado pelo "culto ao trabalho e à vida" .

Mas se Ford representa a aposta na modernização radical, animada pelo modelo fabril e pelos homens "operários", a promessa arielista sustentava um moderno "temperado", em que a democracia não representasse nem o igualitarismo avassalador, nem a emergência do interesse puro e do utilitarismo. Com conjugar esses continentes?Isso é possível pelo recurso à categoria "terra" no seu pensamento.

Imaginação Espacial, Terra e República

Encantando, como muitos de seus colegas, pelo impacto dos escritos euclidianos sobre os sertões e a Amazônica, Vicente incorporou um tipo de análise que elege o meio físico como grande variável explicativa para a formação do Brasil. É comum a constatação da força de argumentos deterministas na imaginação dos intelectuais contemporâneos e posteriores à famosa "geração de 1870", como parte integrante do caldeirão "cientificista" que teria sido marca indelével desses personagens.. Sem ignorar essa importante dimensão do problema, creio ser limitante interpretar a presença constante de elementos espaciais no pensamento social brasileiro como decorrência da incorporação do determinismo geográfico no cardápio intelectual nacional. Robert de Moraes (2000) e Barboza Filho (2000) mostram como as sociedades americanas coloniais teriam nascido sob o signo do espaço, pois sempre teriam sido pensadas como subprodutos da lógica territorialista que presidiu a aventura colonizadora. O que interessa reter aqui é a persistência com que a imaginação brasileira trabalha o espaço como alegoria explicativa do país. Assim sendo, podemos entender a "terra" não apenas como variável independente na explicação científica, mas como imagem poderosa carregada de significados simbólicos . Que é, então, esta "terra" na reflexão de Vicente Licínio?

Em todos os ensaios escritos por Vicente Licínio, sobressai-se a categoria “terra nova” como imagem associada a essa ontologia americana. Ford e Rodo seriam irmãos, pode-se assim interpretar, porque ambos seriam filhos de um continente marcado pela “novidade”, que possuiria propriedades democratizantes intrínsecas. De certo modo, a “terra nova” de Vicente Licínio se assemelha a uma matriz civilizatória específica, própria de territórios abertos para a experimentação e para a criatividade. O recurso constante de Vicente Lícinio a terra parece indicar uma ontologia em que a “política” não surge como organizador da vida social, se a entendermos na chave de Lícinio: artifício da imaginação, utopia jacobina. Não importa, portanto, a natureza física dessa terra, mas seu conteúdo simbólico, alegoria de uma formação social em que a civilização não produziu nem camadas profundas de tradição, nem complexos arranjos políticos.

Contudo, a “terra” não aparece associada unicamente a esta ontologia americana. É recorrente em Vicente Licínio a mobilização da categoria “força da terra”, retirada, segundo ele, dos romancistas russos do século XIX. Ao falar desta “energia bruta”, Licínio (1924) aproxima Brasil e Rússia como sociedades em que a relação entre indivíduo e espaço seria marcada pela solidão e pela ausência de uma vida social orgânica. Nesses termos, a imagem da “terra” estaria vinculada a uma geografia desértica, que mesclaria “planícies monótonas” e “caos étnico”. O sertanejo e o mujique seriam os personagens por excelência dessa combinação, isolados e oprimidos pela “força da terra”.

Esse é o “nó” que clarifica ainda mais o compósito arielismo-fordismo de Vicente Licínio. Sua admiração pelo regime fordista não o impede de localizar nesse rincão específico da América uma geografia estranha ao moderno, marcada pela “força da terra”. Nesse caso, impossível seguir o receituário gramsciano que vê no fordismo uma formação societária espontânea, pois seria necessário recorrer ao papel condutor de elites que animassem o processo de construção nacional.Ou seja, racionalizar o trabalho via dinamismo fabril, na

chave clássica do americanismo gramsciano, não seria solução adequada se deixada ao sabor dos atores da vida civil. O moderno seria, portanto, uma produção, mas não uma cópia, pois conservaria o frescor de nossa ontologia americana, pagando o devido tributo à força da terra que nos levava para Dostoievski, e não para Emerson. Por isso Vicente Licínio apostava na educação como ferramenta de cultivo republicano, estratégia mais adequada a uma nação truncada por uma geografia fragmentada e invertebrada. Nosso americanismo estaria, portanto, destinado a se tingir de cores russas, e se configuraria como um caminho singular para a civilização, que não poderia prescindir da vontade de uma elite .

[i] A rejeição da tradição "européia" era comum no período, não apenas entre a inteligência brasileira, e se devia, em grande parte, ao impacto causado pelo morticínio da Grande Guerra.

Cinelândia: as colunas de cinema de *O cruzeiro*(1928/29)

Por Joëlle Rouchou

O cinema, a representação da realidade com imagens em movimento, é uma das criações mais instigantes da virada do século XIX para o século XX. Ao chegar ao Brasil o omniógrafo vai assustar a população até ser aceito pelos espectadores. A nova arte eleva-se dentro da indústria cultural e divide com os impressos novos modos de comunicação. Este texto busca entender a relação entre o conceito de moderno no final dos anos 20, como o cinema pode representar essa modernidade em colunas de revista e de que formas as colunas de cinema alimentam essa cultura de "ponta" adotada pela sociedade carioca. Mais especificamente, as colunas sobre cinema da revista *O Cruzeiro*, intituladas *Cinelândia*.

O cinema e todo seu entorno começavam a ganhar terreno nesses veículos. Nas colunas Cinelândia da revista *O Cruzeiro* qualquer referência ao cinema desde moda, *potins*, perfil de artistas, filmes, técnicas garantiam espaço nas colunas com cabeçalho que reproduzia uma fachada de cinema.

Ao ser lançada dia 10 de novembro de 1928, a revista *Cruzeiro* – de Assis Chateaubriand - anunciava no editorial seu projeto de vocação nacional, com campanha publicitária intensa, seguindo relato de Accioly Netto, que foi redator-chefe da revista em 1931:

> O lançamento do primeiro número de *O Cruzeiro* foi minuciosamente planejado(...)a Avenida Rio Branco foi inundada por uma chuva de papel picado(...) pequenos folhetos impressos, atirados dos andares mais altos dos edifícios, e que diziam: *Compre amanhã* O Cruzeiro*, em todas as bancas, a revista contemporânea dos arranha-céus*".[1]

A vida urbana em si era uma novidade para a população carioca. Muitas informações chegavam ao mesmo tempo sob forma de obras nas ruas, máquinas, música, moda e notícias de outros países. No editorial de 10 de novembro de 1928, o editor Carlos Malheiro Dias, escritor português exilado político no Brasil seguindo as diretrizes de seu patrão, Assis Chateaubriand, estampava na página 2:

> Depomos nas mãos do leitor a mais moderna revista brasileira. (...) *Cruzeiro* encontra já, ao nascer, o arranha-céo, a radiotelephonia e o correio aéreo: o esboço de um mundo novo no Novo Mundo. (...).Porque é a mais nova, Cruzeiro é a mais moderna das revistas."[2]

A chegada do cinematógrafo desperta sentimentos diferentes nos cronistas cariocas. O estudo de Flora Süssekind, *Cinematógrafo de letras*,[3] dedica um capítulo às novas técnicas de reproduções audio-visual e o espanto ou o temor no meio literário. Ela faz uma comparação entre os textos de Olavo Bilac, João do Rio e Paulo Barreto.[4] Foi em 1896 que o cinema chegou ao Brasil – um ano após ter sido inventado na França pelos irmãos Lumière - e em 1898 Alfonso Segretto faz a primeira filmagem brasileira.

Em seu livro *Modernismo: guia geral 1890-1930*, os autores Malcom Bradbury e James McFarlane defendem que "o modernismo é a arte da modernização". Para eles, um marco do modernismo é o ano de 1890 quando Strindberg se interessa pela alquimia, pela fusão entre razão e irrazão. Eles preferem definir o modernismo com o um estilo:

> O modernismo, evidentemente, é mais do que acontecimento estético. (...) Mas traz em si uma reação altamente estética, fundada numa profunda e incessante viagem pelos meios e pela integridade da arte. Nesse sentido, o modernismo não é tanto um estilo, mas uma busca de estilo num sentido altamente individualista (...)."[5]

Mônica Pimenta Velloso em *Modernismo no Rio de Janeiro*[6] aponta as diversas reações às inovações da virada do século e chama atenção para o conceito do moderno que pode ser adaptado para a cultura brasileira naquele momento, o que ela define de "cultura do modernismo."[7]

Essa cultura do modernismo vai dar-se essencialmente nas cidades. É uma cultura urbana que vai definir essa modernidade. As cidades como Berlim, Viena, São Petersburgo, Paris, Londres eram o que Malcolm Bradbury chama de "capitais culturais"[8] .

---

[1] Netto, Accioly *O império de papel – os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998. p 36
[2] *O Cruzeiro* editorial, pág 2 10 de novembro de 1928.
[3] Süssekind, Flora *Cinematógrafo de letras* São Paulo, Companhia das Letras, 1987
[4] Apud Sussekind op cit. P 19
[5] BRADBURY, M. e McFarlane, J orgs *Modernismo:guia geral 1890-1930*. São Paulo, Cia das Letras 1989 p21
[6] Velloso, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed Fundação Getúlio Vargas, 1996, p 21
[7] Velloso, M. P op cit. P 22
[8] Bradbury, Malcolm As cidades do modernismo in Bradbury e McFarlane, op cit, p 76

A cidade era o lugar onde se vivia a experiência do moderno, do novidadeiro. Seguindo a pista aberta por Bradbury, para quem "[a cidade] é o ambiente da consciência pessoal, das impressões fugidias e Baudelaire"[9] a cidade é o espaço que favorece uma profissão que vai explodir em todo seu esplendor a partir do desejo do novo: o jornalista, em busca de novidades urbanas para reproduzir no jornal ou revista.

Marcar uma data para o início da modernidade mereceu um estudo de Hans Jauss, que faz um levantamento historiográfico do termo e pensa o moderno em seu avesso como "se manifesta a consciência de uma passagem do antigo ao novo, e como se pode apreender, através dos contrastes da experiência da modernidade que se renova sem cessar, a autoconsciência de uma época."[10]

Outro autor alemão, Hans Ulrich Gumbrecht prefere apontar o conceito de moderno como cascatas de modernidade.

> "Quem opera com problemas e conceitos como os de modernidade e modernização, períodos e transições de período, progresso e estagnação (...) não pode deixar de confrontar-se com o fato de uma sobreposição ' desordenada' entre uma série de conceitos diferentes e modernização. Como cascatas, esses conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa seqüência extremamente veloz.(...)."[11]

As cascatas do moderno e a medição do tempo chegaram com as máquinas do início do século XX. Transferindo essa questão para estudos de cinema, Marc Ferro é bastante enfático em defender uma posição que engloba o imaginário do historiador:

> "O historiador tem por função primeira restituir à sociedade a História da qual os aparelhos institucionais a despossuíram. Interrogar a sociedade, por-se à sua escuta, esse´, em minha opinião, o primeiro dever do historiador. Em lugar de se contentar com a utilização de arquivos, ele deveria antes de tudo criá-los e contribuir para sua constituição: filmar, interrogar aqueles que jamais têm direito à fala, que não podem dar seu testemunho(...)."[12]

No seu primeiro número (10/11/1928) a revista *O Cruzeiro* – ainda tinha o nome *Cruzeiro* - justifica a seção *Cinelândia*, no qual exalta o cinema e a necessidade para manter-se

---

[9] Idem p21

[10] Idem

[11] GUMBRECHT, Hans Ulrich Cascatas de modernidade in *Modernização dos sentidos*, Editora 34, São Paulo, 1998

[12] FERRO, Marc *Cinema e história*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 p71

moderna no Rio de Janeiro. Reafirma a importância do cinema para a humanidade, como registro histórico, como arquivo. Nas colunas analisadas do primeiro ano da revista percebe-se que a maioria delas é composta por notícias do cinema americano, mitificando atrizes de Hollywood e a moda americana.[13]

A análise, que cobre o primeiro ano da revista *O Cruzeiro*, detém-se ao tipo de informação veiculada sobre o cinema naquele ano pré-Estado Novo. O cinema brasileiro conhecia desde 1925 um impulso artístico. As revistas e os jornais saúdam a novidade e as colunas tratam da arte cinematográfica, da indústria cinematográfica, da chegada do som aos filmes – até então – mudos.

> A imprensa ilustrada oferece um registro particularmente rico da fixação da cultura nos ataques sensoriais da modernidade. Revistas cômicas e jornais sensacionalistas observaram de perto o caos do ambiente moderno com um alarmismodistópico que, em graus variáveis, caracterizou muito do discurso do período sobre a vida moderna."[14]

No primeiro ano, as colunas de *O Cruzeiro*, não são assinadas. Não foi possível descobrir quem era o autor – ou autores – das colunas. A partir de 1930, o crítico que assina as colunas é Pedro Lima. Algumas eram assinadas por artistas, mas o que é possível depreender era que havia redator – ou redatores – afinados com o cinema que traduziam colunas de cinema de revistas estrangeiras. A maioria das colunas trata de notícias sobre o cinema americano. Há poucos registros sobre cinema nacional. O conteúdo das colunas foi dividido nos temas mais presentes: faits divers, perfis de atores, notícias de Hollywood/fofocas. Neste texto teremos apenas as matérias sobre *faits divers* deixando os perfis de atores e as fofocas para outro artigo. Privilegiei os *faits divers* por ter uma visão mais panorâmica sobre discussões de cinema à época, na verdade, pautas, assuntos escolhidos sobre o mundo de Hollywood daquele período. O que se servia ao leitor ia

---

[13] *O cruzeiro* nº 1, 10/1/1928

SINGER, Ben Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In CHARNEY, Leo e SCHWARTZ Vanessa R *O cinema e a invenção da vida moderna*, São Paulo: Cosac e Naify, 2001

desde a dieta, beleza, roupas e comportamento. Um dos primeiros assuntos a ser tratado foi uma matéria sobre as cadeiras dos diretores intitulada O throno dos poderosos. Nela aprende-se que as cadeiras dos estúdios são os símbolos da aristocracia de Hollywood. Somente os diretores, os assistentes principais, as grandes estrelas e os melhores astros desfrutam o orgulho de possuir uma cadeira particular com seus nomes.[15] Já começa a nascer uma dinastia de Hollywood alimentado o que existe nas revistas até hoje, que são os atores e a realeza. Os deuses do novo Olimpo – agora Hollywood – disputam espaço com as cabeças coroadas da Europa. Quando o príncipe Gustavo da Suécia visitou os ateliês da Metro Goldwyn com sua comitiva, foi convidado a sentar-se nestas singelas cadeiras de lona, enquanto assistiam a gravação de uma cena[16].

Uma coluna dedicada a conselhos de beleza assinada – com autógrafo no final – por Dolores Del Rio, prevenia as leitoras sugerindo, ainda que bebessem muita água:

> "Nunca se deve comer em excesso. O melhor conselho nesse particular consiste em recomendar-se às mulheres que, ao se levantarem da mesa, ainda se achem com a disposição de comer algumas coisa (...)."[17]

Um pouco de história também entra na coluna, como na coluna do dia 5/01/29 quando há uma retrospectiva sobre a evolução do cinema, privilegia as antigas formas de se fazer cinema usando luz do dia em lugar da luz artificial, na nota Filmar é progredir. É um registro da atividade cinematográfica na América. Na verdade, acaba servindo como exemplo para a indústria cinematográfica brasileira, uma vez que o modelo, a forma e as técnicas são aproveitadas no Brasil.

> "A modernidade, como expressão de mudanças na chamada experiência subjetiva ou como uma fórmula abreviada para amplas transformações sociais, econômicas e culturais, tem sido em geral compreendida por meio da história de algumas inovações talismãnicas: o telégrafo e o telefone, a estrada de ferro e o automóvel, a fotografia e o cinema. Desses emblemas da modernidade, nenhum personificou e ao mesmo tempo transcendeu esse período inicial com mais sucesso do que o cinema."[18]

---

[15] Revista *O cruzeiro 17/11/28*
[16] Idem
[17] Revista *O Cruzeiro*, 24/11/1928
[18] CHARNEY, Leo e SCHWARTZ Vanessa R Introdução *O cinema e a invenção da vida moderna*, São Paulo: Cosac e Naify, 2001

Aparentemente havia uma troca entre o redator e seus leitores, pois ele emite opiniões e levanta questões como se lhe fosse possível determinar qual papel um ator americano – no caso Chaplin – não deveria fazer. Ele se coloca como um fã privilegiado que opina sobre a carreira e os destinos de Hollywood. No mesmo texto ele conta que Greta Garbo gostaria encarnar Salomé e discute essa possibilidade, acreditando que seria um problema para os produtores:

> "O papel é tão pouco simpathico, que permitir a Greta Garbo representa-lo importam em roubar-lhe toa a affeição do público. (...)."[19]

O cinema falado também não teve boa repercussão na imprensa. A partir do cinema falado, os atores teriam de ter uma boa voz, não bastaria apenas a imagem, teriam de falar inglês sem sotaque para estrelar um filme americano.

> "O cinema falado está determinando um tal transtorno nos studios, que é quase impossível prever-se os seus resultados, quando não os immediatos, pelo menos os mediatos. (...) O cinema não é mais o theatro silencioso"[20]

Em meio ao turbilhão de novas informações técnicas que tomavam conta da cidade, mais uma novidade estimulava os leitores e cidadãos: os diálogos, a fala nas telas. Era um teatro deslocado, agora, com os personagens projetados, falando.

> "Esses teóricos [Georg Simmel, Siegfried Kracauer e Walter Benjamin] centraram-se no que podemos chamar de uma concepção *neurológica* da modernidade. Eles afirmavam que a modernidade também tem que ser entendida como um registro da experiência subjetiva fundamentalmente distinto, caracterizado pelos choques físicos e perceptivos do ambiente urbano moderno. (...) A modernidade implicou em mundo fenomenal – especificamente urbano – que era marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana. (...) A modernidade, em resumo, foi concebida como um bombardeio de *estímulos.*"[21]

O cinema sonoro surpreende os leitores da coluna, tanto que o fato de uma atriz assobiar num filme vira notícia Uma extravagancia de Clara Bow. O mesmo tema retorna dia 6 de abril, deslocando territorialmente a ação em Hollywood, sugerindo que o leitor que passar

---

[19] *O Cruzeiro,* 13/01/29 p 38

[20] Idem p 39

[21] SINGER, Bem Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In CHARNEY, Leo e SCHWARTZ Vanessa R *O cinema e a invenção da vida moderna*, São Paulo: Cosac e Naify, 2001 p95

pelo bulevar de Hollywood poderá ver multidões acotoveladas na frente do Theatro Warner Bros, pois era a única sala que apresentava filmes falados. A novidade ainda era vista pela coluna com certo ceticismo, mas cita:

> "o film synchronizado *As luzes de Nova Iorque,* que é o primeiro ainda apresentado, reproduzindo vozes dos artistas desde a scena inicial até o seu desfecho. (...)Tudo leva a crer que o sucesso dessa pellicula emule com o de *Cantador de jazz.*"[22]

Um dos temores do cinema falado era o fracasso de alguns atores que teriam mais rostos fotogênicos do que vozes agradáveis. Em maio do mesmo ano a discussão volta a ocupar a coluna com o título O cinema falado necessita mais de cerebros do que de caras bonitas.[23] Em julho, a questão ainda é importante e na matéria Os que sobem e os que descem com o cinema falado retoma-se a questão sobre quais atores serão aproveitados uma vez que noticia que a Fox Films não fará mais filmes mudos. Muitos atores antigos, já esquecidos, estão de volta com o cinema falado e que muitos dos novos parecem não ter um futuro promissor por causa de sua voz, caso de Gloria Swanson. Por outro lado Charles Chaplin já declarou que "continuará escravo do cinema mudo".[24]

Ao longo do ano o assunto não se esgotará, até que em setembro uma grande matéria A palavra dos magnatas da industria sobre o cinema falado analisa as inovações trazidas pelo movietone e o vitaphone. O "Czar do cinema" Will H. Hays - então presidente da Associação de Produtores e Distribuidores Cinematográficos dos Estados Unidos apóia o cinema falado:

> "No desenvolvimento das pelliculas instructivas, o uso do som significa uma vantagem incalculável. Bernard Shaw fala na América, Mussolini fala em Roma, o príncipe de Galles em Londres e Afonso XIII em Madrid. "[25]

Winfield Shcenhan, vice presidente da FoxFilm Corporation apóia o cinema falado, por abrir perspectivas de um mercado cada vez mais amplo. W. Beftson faz um diagnóstico

[22] *O Cruzeiro* 30/03/29 p 36
[23] id 06/04/29
[24] Id 13/7/29 p 30
[25] Id setembro de 29

> "Em 1928 o cinema parecia ter atingido o seu máximo grau de popularidade e parecia não poder ir mais longe. Hoje em dia, as suas possibilidades augmentaram consideravelmente e uma avalanche de gente, que nunca havia se interessado pelas imagens que se movem na tela, augmentam de muitos milhões os espectadores de todo o mundo."[26]

Douglas Fairbanks, ator e presidente da Academia de Sciencias e Artes Cinematografica de Los Angeles também foi ouvido e vê o cinema sonoro como uma coisa inteiramente diferente do teatro e do cinema mudo.

Outro assunto que causa polêmica é a questão do trabalho da mulher. Na matéria Deve uma mulher consagrar-se inteiramente a vida do lar?[27] As estrelas vão responder de diversas maneiras. Umas apóiam o trabalho fora de casa e outras preferem ficar em casa a arriscar desagradar seus maridos. Em 9 de novembro de 1929 um artigo assinado por Douglas Fairbanks e Mary Pickford, discute os rumos do cinema.

> "O certo é porém, que o cinema é a arte do futuro. (...) Chegamos à primeira revolução do cinema falado. É incontestável a importância desse descobrimento, mas por emquanto, não se pode emitir sobre elle opinião definitiva. Não podemos ainda dizer se o film falado dominará no futuro."[28]

A nota A psycologia dos vestidos revela ao público brasileiro o que algumas atrizes acham das suas roupas e que importância elas têm em sua vida. Entre elas Clara Bow, Esther Ralston e Evelyn Brent.[29]

As colunas contam as histórias de vida dos atores de Hollywood mesmo que não sejam de primeira grandeza. É um alimento que envolve o leitor como um cúmplice para as histórias dos deuses do Olimpo, os mitos de cinema que mantêm a tradição até os dias de hoje. Neste texto privilegiou-se a questão da técnica mais discutida: a introdução do cinema falado. Passou a ser um ponto dessa modernidade como impulso e estímulo para uma nova visão de reconhecimento da arte cinematográfica. O cinema e a revista com possibilidades de serem difundidas de forma móvel abrem um novo discurso para pensar a modernidade.

---

[26] Idem p39
[27] Idem 30/11/29 pag 35
[28] Idem 9/11/29

A Argentina na crônica brasileira, 1890-1910

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues *

Em uma série de crônicas de 1876, Machado de Assis comentava a expectativa sentida na cidade do Rio de Janeiro pela premente chegada da companhia italiana Ferrari. Música era um assunto recorrente em sua obra jornalística, assim como era popular a vinda de companhias de ópera européias. Um comentário feito em primeiro de agosto, contudo, merece destaque.

> Hoje posso espeitorar meia dúzia de bernardices sem que o leitor dê por elas. (...)
> Suas orelhas andam de molho, reservam-se para as grandes e belas vozes que estão prestes a chegar do Rio da Prata.
> Antes de ir mais longe, convém advertir que o fato de nos virem as celebridades líricas do Rio da Prata é um fenômeno que, em 1850, seria puramente milagre; mas que hoje, mediante os progressos do dia, parece a coisa mais natural do mundo. [1]

À primeira vista, a passagem, que serve de preâmbulo para comentários mais detidos sobre a febre por cantores líricos italianos no Rio de Janeiro, se refere ao progresso tecnológico da época. Há a sugestão de que a viagem entre Buenos Aires e a Corte seria então mais rápida e confortável do que fora no quarto de século anterior. Mas há também um outro sentido, certamente logo percebido pelo leitor contemporâneo à crônica. O "fenômeno" era a naturalidade com que se viajava de uma cidade a outra.

Ainda que marginal no desenvolvimento geral do texto, o comentário guarda um significado histórico importante; afinal, o narrador machadiano está se referindo ao fim de uma era em que a relação entre os governos da Argentina e do Brasil oscilava da antipatia à inimizade. A fácil e recorrente viagem de um país a outro [2] atesta não só essa mudança, mas o grande impacto que ela teve na cultura letrada brasileira do final do século XIX.

A década de 1880 é um momento de rápidas transformações. "Não há dúvida que os relógios, depois da morte de [Francisco Solano] López, andam muito mais depressa", [3] dizia Machado de Assis. Na Argentina o Estado nacional consolidou-se, e o país dava mostras de estabilização política, depois de décadas de guerras civis, ditaduras, e levantes armados de

caudilhos como Facundo Quiroga e López Jordán, entre outros. No Brasil, a vida política se agita com a chamada "questão servil" e com o movimento republicano. A Guerra da Tríplice Aliança representa uma inflexão na relação entre os dois países. Até então, os enfrentamentos eram recorrentes, indo da guerra de 1825-1828 às intervenções nas guerras civis uruguaias – em que cada um apoiava um lado distinto das contendas.

Simultaneamente, os dois países iniciavam o primeiro ciclo de prosperidade econômica após as independências. Seus produtos agropecuários ganhavam inserção no mercado mundial, enriquecendo grandes donos de terras e gerando divisas que foram investidas em programas de urbanização e de modernização de portos e ferrovias, servindo também ao pagamento da dívida externa. Mas o cenário argentino se destacou mais do que o brasileiro. O PIB *per capita* girou em torno de três mil dólares (valores de 1990) na Argentina, entre 1900 e 1920, enquanto ficou abaixo de mil no Brasil, no mesmo período. A taxa de analfabetismo baixou de 50% para 30% da população Argentina nestes anos, ao mesmo tempo em que se mantinha por volta de 65% no Brasil. [4] Entre 1870 e 1914 o comércio exterior argentino cresceu a mais do que o dobro do brasileiro em pontos percentuais. A época de ouro da economia da república platina ocorreu entre 1890 e 1920, enquanto o maior crescimento brasileiro se deu após a virada do século. [5] Embora ambos países tenham tido crescimento e superávit da mesma ordem, baseados em um ou dois produtos primários no mercado externo, a Argentina se tornou proporcionalmente mais rica, pois seus ganhos se deram com uma população de apenas 1,7 milhões de pessoas em 1869 e de 8,8 milhões em 1920, contra uma população brasileira de 10 milhões em 1872 e de 27 milhões quarenta e oito anos depois.

Portanto, é compreensível que para as elites políticas argentinas o momento pós-1880 tenha se configurado como de confiança no futuro e do seu papel na condução dos negócios nacionais. A divisa de "paz e administração" (ou sua variante "ordem e paz") se tornou quase unânime. [6]

Embora o panorama pareça similar, a cronologia e o conteúdo diferem no Brasil. Os anos 80 foram politicamente agitados, mas sem irrupções de violência. A ordem institucional, estável desde a década de 50, foi respeitada até a ruptura de 1889. O país entrou então num período de sucessivas crises. Os primeiros governos republicanos enfrentaram movimentos militares, pressão das ruas, e levantes sociais, além do Encilhamento, que gerou inflação e aguda crise monetária. Somente com a passagem da Presidência de Prudente de Moraes a Campos Salles é que o panorama pareceu se estabilizar, iniciando-se um ciclo de governos civis regulares calcados no acordo entre as elites de São Paulo e de Minas Gerais, sem, contudo, a exclusão de elementos provenientes dos grupos dominantes de outros estados. É bem verdade que isto não impediu crises locais, como a chamada "política das salvações" de Hermes da Fonseca, uma série de intervenções militares do governo federal na Bahia, no Ceará, em Alagoas e em Pernambuco (1911-12). Soma-se a isto as fortes demonstrações de descontentamento popular, como a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), e o Contestado (1912-1916).

A crise política brasileira da década de 80 foi fruto, entre outros, da falta de consenso intra-elite sobre a melhor resolução do problema da escravidão. Feita a Abolição, as classes dirigentes se defrontaram com o problema de superar o paradigma das relações sociais paternalistas, tendo que criar novas formas de controle da mão-de-obra, bem como uma ideologia do trabalho que desse conta de transformar antigos escravos em homens e mulheres assalariados. Já na Argentina, não havia discordâncias entre as oligarquias regionais ou no seio da elite política sobre a solução dos problemas sociais, que, aliás, só depois da virada do século se tornou um dos centros dos debates da vida pública. [7]

Mas como os intelectuais brasileiros viam o panorama do país vizinho? Um breve apanhado da imprensa brasileira do período atesta que havia um acompanhamento constante.

O próprio Machado de Assis, que na década de 1870 utilizara a política argentina, com seus caudilhos e revoltas militares como símbolo do atraso latino-americano frente ao Brasil, [8]

entra nos anos 90 com outra visão. Machado dedica um texto completo a apreciar o progresso da nação platina. Para ele, notar a mudança nos costumes políticos servia também para o Brasil, na medida em que o que se via na república do sul era a ordem constitucional respeitada da mesma forma que no Império. A referência para isso era o encontro fugaz de Machado, em 1868, com Domingo Sarmiento, quando este aportara no Rio de Janeiro, a caminho da sua posse em Buenos Aires como Presidente da República, em substituição a Bartolomeu Mitre.

Com efeito, uma nação abafada pelo despotismo, sangrada pelas revoluções, na qual o poder não decorria mais que da força vencedora e da vontade pessoal, apresentava este espetáculo interessante: um general patriota, que alguns anos antes, após uma revolução e uma batalha decisiva, fora elevado ao poder e fundara a liberdade constitucional, [9] ia entregar tranqüilamente as rédeas do Estado, não a outro general triunfante, depois de nova revolução, mas a um simples legista, ausente da pátria, eleito livremente por seus concidadãos.

A posse de Sarmiento representa o primeiro passo de uma importante mudança, não só para a Argentina, mas também para a relação dos dois países.

Agora, no dia em que os argentinos celebram a sua festa constitucional, lembro-me daqueles tempos, e comparo-os com estes, quando, em vez de soldados que os vão auxiliar a derrotar uma tirania odiosa, [10] mandamos-lhe uma simples comissão de jornalistas, uma embaixada da opinião à opinião; tão confiados que somos de que não há entre nós melhor campo de combate. Oxalá caminhem sempre o Império e a República, de mãos dadas, prósperos e amigos.[11]

Esta imagem positiva da democracia platina ressurgia ainda mais forte na pena de Leôncio Correia, vinte anos depois, que a classificava como a mais desenvolvida entre a dos países hispano-americanos. [12]

O contraste entre as décadas anteriores e as posteriores a 1880 podem ter sido o principal motivo para os intelectuais e políticos brasileiros se manifestarem sobre a Argentina, muito provavelmente para expressar sua boa impressão, aproveitando, com isso, para criticar aspectos da vida política e cultural brasileira. Rui Barbosa, por exemplo, na ocasião da visita, em 1899, do presidente Julio Roca, irmana as duas nações num mesmo ideal histórico de liberdade.

Há cerca de cinqüenta anos, que os três grandes momentos da nossa existência nacional nos acham sempre juntos: a luta contra Rosas, a guerra do Paraguai, a abolição do cativeiro. Nos dois primeiros as duas famílias confundiram os sangues nos mesmos campos de batalha. No terceiro confundiram as almas no mesmo ideal. O termo da noite da escravidão negra entre nós não teve alvorada mais festiva no Brasil que no Rio da Prata. O amplexo de 1899 coroa dignamente agora as três alianças libertadoras de 1852, 1865 e 1888. [13]

Contudo, o autor ataca a falta de inserção popular da República no Brasil, o que contrastava com o exemplo do país do importante visitante. O mote é a bandeira nacional, nascida nas jornadas de lutas pela independência, em vez de debates de cúpula entre facções políticas rivais.

Eis aí como se faz uma bandeira, que não é astronômica, nem filosófica, nem erudita, mas que é bela, mas que é viva, mas que é nacional. Nasceu divinamente dos fatos e das coisas, das sublimidades da criação e do ideal vivo, como as grandes ações e os grandes poemas. [14]

Como político que tentava voltar às esferas do poder, e como homem preocupado em se mostrar cosmopolita, o tom diplomático era o mais apropriado ao famoso jurista. Mesmo assim, as passagens não deixam de ser significativas para se avaliar o peso de uma possível mudança de postura em relação à Argentina.

Numa abordagem inicial, nota-se que ela pode ter passado a ser vista como o exemplo a ser seguido. O próprio personagem ao qual acabamos de nos referir a escolheu como um dos principais temas de seus artigos no jornal *A Imprensa*, durante 1899. Barbosa elogiava a condução soberana da renegociação da dívida externa (17 de maio; 22 e 26 de junho), a presteza na defesa de seus interesses econômicos (4 de junho), e o cuidado dispensado às forças armadas (19, 20 e 28 de maio; 5 e 23 de junho) – tudo em contraste com o Brasil. Talvez resuma a admiração (ou inveja) sentida pelo publicista outra comparação, em passagem ainda mais carregada de sentidos por vir de um republicano histórico, membro do Governo Provisório de 89:

Bem mudados estão os tempos. A nação, contra cujo monarquismo o célebre publicista [Juan Bautista Alberdi] fulminava, em 1865, essas invectivas e essas profecias, ensaia hoje a perpetuação da sua integridade sob um sistema que a esfacela. (...) Mas, com a decadência precoce da nova democracia entre nós coincidiu, na situação da brilhante república platina, o alvorecer de uma fase radiosa e, paralelamente ao progresso da sua riqueza, o assomar de um patriotismo ardente, impetuoso, marcial. [15]

A acreditar-se em Lima Barreto, o sentimento de inferioridade e de necessidade de seguir os passos da Argentina dominava o meio intelectual e a vida pública brasileira, sobretudo carioca. Acérrimo crítico da maioria dos escritores laureados da sua época e da reurbanização

da Capital Federal, Barreto parece indicar a força dessa impressão. Comentando o impacto do "Bota-abaixo" iniciado em 1903, o literato acusava os adeptos deste tipo de modernização de desfigurarem a cidade de seus aspectos típicos e históricos em prol da mera imitação de uma cidade que não condizia com o contexto brasileiro. A derrubada de edifícios e de sobrados coloniais era um crime contra o passado.

É que eles estavam convencidos da sua fealdade, da necessidade do seu desaparecimento, para que o Rio se aproximasse mais de Buenos Aires.
A capital da Argentina não nos deixa dormir. Há conventos de fachada lisa e monótona nas suas avenidas? Não. Então esse casarão deve ir abaixo. [16]

Seguindo outra linha de sua verve crítica, o autor do *Policarpo Quaresma*, também acusava o racismo inerente a esta europeização de fachada.

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.
A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. [17]

E efetivamente não devem ter sido poucas as expressões de admiração com o progresso argentino. Tomás Lopes, em série de artigos sobre Buenos Aires para a revista ilustrada mais elegante do Rio de Janeiro da primeira década do novo século, confessava: "nós seguimos o louvável exemplo que veio de Buenos Aires, porque foram os Argentinos que inauguraram essa reação, que abriram essa época de progresso, beleza, higiene e conforto na América do Sul" [18]. Ainda que tentasse relativizar as diferenças entre as duas Capitais Federais, em que cada cidade se adequava à situação de momento e à história de seu respectivo país, Lopes não esconde sua admiração, comparando tudo o que vê, e em alguns casos encontrando superioridades na "rainha do Prata", com a capital das capitais: Paris. [19]

A noção de que o Brasil não tinha percorrido o caminho do progresso com a constância e a firmeza da república do Prata parece ter sido bem difundido entre os intelectuais brasileiros no início do século XX. Antônio Torres, por exemplo, ridicularizava o medo propagado na imprensa, durante a Grande Guerra, de que a Alemanha viesse a estimular uma revolta entre

os colonos alemães dos estados do sul, afirmando que os germânicos "irão de preferência para a República Argentina, onde, unidos com os italianos, continuarão a fazer o grande progresso daquele país, no qual não há Reis positivistas e comendadores humanitários" [20].

O que uma incursão inicial por estas fontes revela de imediato é que comentar sobre a Argentina era refletir sobre o Brasil. E que estes comentários não eram poucos. Temas como o avanço econômico, a força militar, a europeização e a estabilidade política do país vizinho só ganhavam sentido num viés comparativo, fosse ele declarado ou não. Discutia-se desta forma os rumos do Brasil e qual a nação que estaria se formando aqui. O pequeno apanhado coletado até agora, permite notar que a impressão sobre a Argentina entre 1890 e 1920 tinha muito significado para a visão sobre o próprio Brasil. Vê-se que várias eram as posturas dos cronistas, o que revela diferentes agendas políticas e concepções de identidade nacional entre eles. Surgia, finalmente, uma imagem de um vizinho mais desenvolvido, mais seguro de si, sem os complexos de inferioridade como os que acometiam o Brasil e seus intelectuais, vizinho que, afinal, chegava a ser um paradigma para as posições que se quisesse tomar.

---

[*] Universidade Federal de São João Del Rei

[1] A série foi publicada sob o pseudônimo de Manassés na revista *Ilustração Brasileira*, entre julho de 1876 e abril de 1878. Cf. Machado de Assis, *História de quinze dias*. São Paulo: Globo, 1997, pp. 14-15.

[2] O comentário adquire mais força neste sentido quando se vê que, em crônicas dos dias 01/09/1876 e 15/05/1877, Machado de Assis não só faz mais referências a companhias vindas da Itália através de Buenos Aires, como também se mostra em dia com o noticiário dos jornais daquele país.

[3] Crônica de 25 de março de 1894, em M. de Assis, *A Semana I*. São Paulo: Globo, 1997, p. 114.

[4] Apud: Fernando Devoto e Boris Fausto, *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, pp. 150-155.

[5] Roberto C. Conde, "O crescimento da economia Argentina, c. 1870-1914", em Leslie Bethell (org.), *História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Alexandre de Gusmão, 2002; Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

[6] Paula Alonso, "*En la primavera de la Historia*: el discurso político del roquismo de la década del ochenta a través de su prensa", *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 15, 1997: 35-70; José Luis Romero, *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002, pp. 113-126; Ezequiel Gallo, "A Argentina: sociedade e política, 1880-1916", em Leslie Bethell, op. cit., pp. 509-542.

[7] S. Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da* belle époque. Campinas: Editora da Universidade Estadual e Campinas, 2001; Eugenia Scarzanella, *Ni gringos, ni indios: inmigración, criminalidad y racismo en la Argentina (1890-1940)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, Editorial, 2003.

[8] M. de Assis, crônica de primeiro de maio de 1876, em *História de quinze dias*, op. cit., p. 97, e crônica de 15 de dezembro de 1876, em *História de quinze dias*, op. cit., pp. 59-60.

[9] Machado deve se referir à batalha de 17 de setembro de 1861 em que Mitre derrotou Justo José de Urquiza, assumindo a presidência da Confederação Argentina e chamando eleições gerais. Em 1862 Mitre foi eleito presidente da República, o que colocou fim à Confederação.

[10] Referência ao apoio do Império a Urquiza contra Rosas em 1851-52.
[11] M. de Assis, *Balas de estalo e crítica*. São Paulo: Globo, 1997, pp. 179-180. Crônica de maio de 1888 na *Gazeta de Notícias*.
[12] Leôncio Correia, "A intelectualidade na Argentina e no Brasil", *Kósmos*, V (3), abri de 1908.
[13] Artigo de oito de agosto de 1899, em Rui Barbosa, *Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XXVI, tomo VI*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 198. Barbosa volta a tratar da superioridade argentina em artigo de 11 do mesmo mês (pp. 213-218), por ter atacado a escravidão muito antes do que o Brasil: em 1813 a Argentina proibiu o tráfico e declarou livres os nascidos de escravos a partir daquela data, e em 1860 aboliu por completo o cativeiro.
[14] Artigo de 10 de agosto de 1899, em R. Barbosa, op. cit., p. 211. Ao mencionar "que não é astronômica", o autor se referia ao debate sobre a exatidão da figuração da constelação do Cruzeiro do Sul na bandeira brasileira; com "nem filosófica, nem erudita", ele ironiza o debate sobre a divisa "Ordem e Progresso", que suscitou repulsa por sinalizar num símbolo nacional a adoção da doutrina política de um partido, o positivista. Sobre a discussão em torno da bandeira brasileira, ver: José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 109-128.
[15] Artigo de 19 de maio de 1899, em R. Barbosa, *Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XXVI, tomo V*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 68.
[16] "O convento", Gazeta da Tarde, 21/07/1911, em Beatriz Resende e Rachel Valença (org.), *Toda crônica: Lima Barreto. Volume I*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p. 99.
[17] "A volta", *Correio da Noite*, 26/01/1915, em B. Resende e R. Valença, *Toda crônica: Lima Barreto. Volume I*, op. cit., p. 166.
[18] Tomás Lopes, "Buenos Aires", *Kósmos*, V (3), março de 1908.
[19] T. Lopes, "Buenos Aires", *Kósmos*, V (4), abril de 1908, V (5), maio de 1908, V (6), junho de 1908, V (7), julho de 1908, V (8), agosto de 1908.
[20] Antônio Torres, *Pasquinadas cariocas*. Rio de Janeiro: Castilho, 1921, p. 27.

Feirantes: do Centro Comercial à Nova Feira de Camaçari.[1]

Júlia Rosa Castro de Britto[2]

Introdução

Esse artigo encontra-se com a seguinte divisão: na primeira parte intitulada "A Feira no coração da cidade", uma sucinta apresentação da origem de Camaçari juntamente com o Centro Comercial e toda modificação com que a feira vai aos poucos introduzindo uma nova paisagem e contribuindo no desenho do município. Aos feirantes de Camaçari, cidade situada na Região Metropolitana de Salvador, reverenciam um grande esforço como o território de conquista de sua sobrevivência. Entretanto no centro de projetos de "modernização" urbana da cidade, o antigo Centro Comercial *"que é o corpo é o mercado que hoje está vivo de pé que está sendo recondicionado"* [3], espaço onde girava a dinâmica do comércio informal da cidade de Camaçari no decorrer do século XX.

Na segunda parte, intitulada "Memória de Trabalhadores", apresento os conflitos e as resistências entre os trabalhadores da feira e o poder local, busco perceber as mudanças do dia a dia que servem de apoio à sobrevivência de um grande número de trabalhadores, no curso do processo de construção e reconstrução, possibilitando uma compreensão de quem é o feirante, e a partir dele entender a nova dinâmica instituída num espaço que se faz novo.

Com a transferência para as novas instalações criaram-se dois pólos opostos entre administradores e feirantes. Por um lado à desorganização e a falta de higiene em meio a boxes, barracas e mercadorias expostas ao chão. Por outro, sofisticado instrumentos e equipamentos de ponta no pátio e galpões das indústrias. Deixando no esquecimento as dificuldades dos feirantes em adaptarem-se as condições na Nova Feira.

Este estudo contempla a pesquisa de campo, uma vez que recorrerá intensamente ao uso de depoimentos orais de feirantes com mais de vinte anos, moradores do município intercalados com recorte de jornais, livros de atas, que nos permite ter uma visão da posição dos poderes públicos diante da questão dos feirantes, como também o comportamento da sociedade diante do problema. Esta documentação faz parte do acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Camaçari. São 04 os livros de ata que cobrem o período de (1999/2002). No mesmo acervo, encontra-se a Lei Orgânica Municipal (1997) e os Livros de Requerimentos,

---

[1]Este artigo apresenta parte da pesquisa "Fazendo a Feira: a transformação do cotidiano daqueles que fizeram o Centro Comercial de Camaçari."desenvolvida durante o curso de Graduação de História Bacharelado na Universidade Católica do Salvador, sob orientação do Prof. Dr. Charles D´Almeida Santana, defendida em fevereiro de 2004.

[2] Mestranda em Cultura, Memória e Identidade Regional na Universidade Estadual da Bahia - UNEB.

[3] Antonio Carlos Pereira Filho. Depoimento citado.

ao qual nos permite, por exemplo, ter uma visão da assistência ao problema dos feirantes. Artigos, documentos oficiais e fotografias que versem sobre o assunto.

Nesta pesquisa tive a oportunidade e a sensibilidade de dialogar com histórias diversas, mas que se confundem num determinado momento, homens e mulheres oriundos de diferentes regiões e grandes colaboradores desta pesquisa como: Dona Juliana Onória dos Santos, entrevista realizada no dia 11/04/2002, uma simpática velhinha de 66 anos, conhecida como "Júlia dos temperos verdes", mulher sofrida com a saúde, praticamente impossibilitada de andar pelos problemas das pernas, que paga uma condução todo "santo dia" para levá-la à feira e poder trabalhar e sustentar a filha e os netos. O Senhor Antonio Carlos entrevista realizada no dia 16/04/2002, homem que circulou o Brasil ao lado de sua mãe quando pequeno, aprendendo diversas habilidades profissionais, constituindo família no município de Feira de Santana, criando seus herdeiros na cidade de Camaçari, optou em ser radialista no espaço da feira. Conhecido como Charles Publicidade dinamiza a propaganda dos comerciantes local diferenciando o espaço da feira. Dona Maria Araújo, entrevista no dia 19/05/2002, nasceu na Paraíba, saiu do interior de Pernambuco com seus filhos, para tentar uma nova vida em Camaçari, com muitas dificuldades e as armadilhas da vida conseguiu aos 73 anos de idade uma residência no município de Monte Gordo onde levanta todas as manhãs para desenvolver suas atividades na feira. Dona Maria Alice juntamente com outras irmãs aprendeu o ofício de ser feirante trabalhando com seus pais trabalha na parte dos cereais e atualmente vende lanches no estacionamento da Ford para complementar o orçamento da família. Dona Maria Alice Romualdo dos Santos, entrevista no dia 03/07/2002, nasceu em Santa Maria da Boa Vista-PE, feirante desde os oito anos de idade, residente à rua do Telégrafo 728 quartinho Gleba "B", trabalha na feira de Camaçari há 19 anos e atualmente desenvolve atividade na banca nº 69 de sua tia por não ter um Box. Noemia Monteiro, entrevista realizada no dia 11/06/2002, secretária da administração da feira, aos 32 anos de idade é formada e reside no município de Salvador.

A bibliografia referente a mercados e feiras livres é muito vasta, e grande parte dos autores tem uma preocupação em enfocar a contribuição desses espaços para a cidade em questão. Nesse sentido pude apurar meu olhar para a dinâmica da feira em Camaçari, percebendo uma ausência de trabalhos escritos sobre a temática de estudo a ser investigada a História de Camaçari é uma região que se apresenta como um desafio para os historiadores uma vez que são poucos os trabalhos escritos, muitos ainda sequer publicados.No entanto, especificamente sobre o Centro Comercial e a feira livre de Camaçari, não encontramos referências bibliográficas. Os trabalhos que conseguimos reunir apresentam apenas um

levantamento sobre o primeiro núcleo de habitantes, levantamento estatístico sobre, população, comércio, economia e agricultura (Coleção de Monografia 3º série), o crescimento da feira no desenho da cidade nos anos 1946 ("Minha Cidade Nossa História-Memória de idosos 1999"). Outras referências foram incorporadas em minhas reflexões na necessidade da realização de estudos mais aprofundados sobre a questão e no decorrer do presente tema de pesquisa encontramos e utilizamos os seguintes trabalhos nas quais existem referências sobre feiras-livre e mercados: O autor MOTT, Luiz[4] ("A feira do Brejo Grande") estudo realizado em Sergipe, indicando caminhos de pesquisa no sentido de compreender a cidade a partir da feira e de sua geografia, sem perder de vista dimensões culturais e sociais da vida do feirante. Já em seu artigo ("Feira de Ladra"), comparando os anos 1552 e 1971, sua proposta de estudo é condensar os múltiplos olhares acerca do cotidiano da feira em Portugal e tentar articulá-lo aos aspectos da "sociedade global", assim com seus produtos vendidos e dimensões de hierarquia entre os comerciantes do varejo.

O trabalho de POPPINO Rollie[5] ("Feira de Santana") fala sobre a importância da feira para o desenvolvimento da cidade de Feira de Santana que originou-se num rancho da fazenda Olho d' água, constituindo-se na primeira feira de gado da Bahia iniciada no século XVI em Capuame na parte norte do Recôncavo.

O trabalho do geógrafo SANTOS Miguel[6], busca analisar as idéias de processo de urbanização nas cidades do Recôncavo Baiano, e a ampliação do comércio para além do núcleo de origem da formação de cada uma delas.Ele enfoca as feiras-livres como importantes acontecimentos para a organização do espaço urbano regional.

A autora GUIMARÃES Olmária[7] ("O Papel das Feiras-Livres no Abastecimento da Cidade de São Paulo") aborda o crescimento da cidade de São Paulo e o seu incremento demográfico acarretando uma série de problemas como o abastecimento alimentar da metrópole. O espaço urbano não se limitou à ocupação região, porém sua distribuição geográfica ou a procedência dos produtos ficou sujeita às características físicas, econômicas e as exigências do mercado consumidor. Em seu trabalho teve uma preocupação em definir as feiras - livres em pontos partindo inicialmente do tamanho e número de feirantes existentes.

[4] MOTT, Luiz Roberto de Barros. A feira do Brejo Grande - Estudos de uma Instituição Econômica num município sergipano do baixo São Francisco. São Paulo: UNICAMP - 1975. (tese de doutorado, não publicada).
[5] POPPINO, Rollie E. - *Feira de Santana* - Itapuã - Salvador, 1968.
[6] SANTOS, Miguel Cerqueira dos - *O dinamismo urbano e suas implicações regionais o exemplo de Santo Antonio de Jesus/BA* - Salvador: Editora Uneb, 2002.
[7] GUIMARÃES, Olmária. - *O papel das feiras-livres no abastecimento na cidade de São Paulo* - São Paulo: USP - 1968. (tese de mestrado não publicada).

Por sua vez, o trabalho de autoria de RAU Vírginia[8] ("Estudos de História Medieval"), em seu capítulo -Feiras Portuguesas do Século XII- fala sobre as feiras medievais portuguesas, propondo-se a diferenciar feira de mercado, destacando em seu estudo feira como um grande mercado atraente aos países distantes e já o mercado constituindo-se em uma influência localizada destinado a distribuir alimentos para a população local.

No decorrer da pesquisa, a cada dia expressava-se num grande leque de possibilidades ao qual este trabalho me proporcionava, disposta e sensivelmente colocava-me com uma única certeza de querer aprender mais sobre a principal fonte e objeto de estudo deste trabalho: o feirante, certamente a grande essência desses trabalhadores, mas não pude fechar os olhos para outras fontes que me cercaram no decorrer levantamento da pesquisa. Essas fontes em certa medida proporcionaram novas formas de ampliar os rumos e desdobramentos desta pesquisa, trazendo assim a possibilidade de dialogar com diversas fontes, nos tornando capazes de refletir sobre o perfil social do feirante na transição da feira (velha, provisória e nova) juntamente com o Centro Comercial, constituindo em nosso objetivo de estudo.

A Feira no Coração da Cidade

A feira tem uma dinâmica no curso da cidade de Camaçari, despertando muita curiosidade. Nas lembranças de Dona Maria é fácil perceber suas dimensões nos dias atuais:

> a feira era só um caminhosinho de formiga só ia até ali na farmácia do fina Tamires aquela salinha de cacuá do povo de Monte Gordo uma barraca a barraca que o povo vinha vender farinha.[9]

É um relato oral que trata de uma pequena feira acanhada, mas que desenvolvia suas atividades *"somente aos domingos, quando vinham dois bois da Fazenda Boacica no Jordão"*. Esses animais inicialmente *"eram amarrados num lugar já certo (nos fundos do atual Supermercado Bom Preço)"* (PARENTE p. 40).

A feira livre de Camaçari foi uma das primeiras atividades desenvolvida na região desde a antiga Capuame atual município de Dias D'Avila, Sandra nos lembra que a feira:

> instalou-se atrás do prédio onde funciona a antiga prefeitura, hoje Tribunal de Contas do Municípios,depois foi transferida para o Alto da Cruz, para a Praça Desembargador Montenegro em frente ao Centro Comercial e fixada posteriormente na área do próprio Centro Comercial. (PARENTE, p. 101).

[8] RAU, Virgínia - *Estudos de História Medieval* - Editorial Presença Lda. - 1º ed. - Lisboa, 1986.
[9] Maria Araújo Cruz. Depoimento em.

Ao longo dos anos a feira cresceu movimentou-se dentro da cidade, indo de uma ponta a outra, a sua circulação facilitou muito para a compreensão de como ela contribuiu para a formação das ruas, praças e bairros, modificando até mesmo a mentalidade do povo camaçariense segundo o depoimento do Senhor Antonio Carlos:

> Nota-se muito bem que a feira mudou, mudou o comportamento do povo e mudou claro e evidente o meu comportamento e o comportamento de toda minha equipe de trabalho.[10]

Logo podemos destacá-la enquanto um espaço construído, segundo sua verdadeira importância como território de lutas cotidianas que a tornou no coração da cidade.

As mudanças ocorridas na cidade sinalizavam um panorama de intenso movimento urbano, tendo as tradicionais feiras como obstáculo/problema a ser resolvido. Sobre o lugar da feira nas cidades, o autor Miguel afirma que *"elas constituem importantes fenômenos para entender a organização do espaço urbano regional, e, no entanto, são pouco estudadas"* (SANTOS, Miguel,2002 p.53).

Para as administrações das últimas décadas as feiras sempre constituíram um espaço problemático e de risco tanto para a população quanto aos planos governamentais, e que esses problemas devem ser solucionados a qualquer custo, perdendo de vista as riquezas culturais desenvolvidas no seu espaço.

Em Camaçari tem-se uma preocupação mais voltada para a modernidade do espaço da feira uma vez que a mesma permanece no mesmo local. Porém, as lembranças de Charles Publicidade também nos chamam a atenção para as distinções entre os espaço:

> Centro Comercial de Camaçari é o corpo que é o mercado que hoje está vivo de pé que está sendo recondicionado e daí então fora disso aí nós, nós tínhamos a feira tínhamos lá Centro Comercial e a feira livre não tinha cobertura não tinha nada, mas existia a feira.[11]

As sinalizações do depoente poderiam passar desapercebidas já que a Nova Feira constitui-se num prédio de dois andares, composto por boxes e bancadas, ocupados por um número aproximadamente de 1215 feirantes previamente cadastrados realizado entre 98 e 99 pela SEPLAN. Durante esse período ocorreram grandes rebuliços no município. Inicialmente foi criada a feira provisória com 27.000m^2 para acomodar os feirantes e iniciar as obras no Centro Comercial. Do Velho espaço restaram as tristes lembranças de Antonio Pereira que:

[10] Antonio Carlos Pereira Filho.Depoimento em.
[11] Antonio Carlos Pereira Filho. Depoimento citado.

> Daí para cá tivemos uma mudança de feira isso já ao longo do tempo passei muito tempo aí convivendo entre ratos, baratas, lama e graças a Deus isso tudo foi compensado porque Deus iluminou o homem e esse homem iluminou a minha mente e deu prosseguimento ao meu trabalho.[12]

Sua transferência ocorreu em 26 de setembro de 2001, em detrimento da extinção do Centro Comercial, iniciativa do projeto de uma política eleita, transformando o comércio varejista, para suprir as necessidades de consumo da população e instalações adequadas aos produtos que são expostos à venda.

"A Nova Feira" evidencia, fortalece e concretiza uma política cercada por muitos e onde poucos serão os escolhidos. A população juntamente com alguns feirantes que muito vibraram e festejaram o novo espaço hoje remete-se ao passado de forma saudosista do antigo Centro.

Com a nova feira de Camaçari, o município passa a ser considerado como um dos maiores entrepostos da Região Metropolitana de Salvador, funcionando como uma espécie de centro de abastecimento, a trajetória da feira no município não foi alarmante, porém são inúmeras contribuições que resultam entre, ruas, bairros e praças desta forma escrevendo parte da história da cidade.

Memória de Trabalhadores

Estudar a feira e conseqüentemente dialogar com os feirantes me possibilitou uma análise em torno dos sujeitos sociais que dimensionaram e caracterizaram o antigo Centro Comercial, hoje Nova Feira de Camaçari.

Neste estudo os feirantes são fundamentais, uma vez que impulsionaram e nortearam o rumo desta pesquisa, levando-me a uma observação crítica aonde as suas falas vão dando o tom da mesma. A realidade da cidade não fica muito longe da proposta de avaliação de emprego e da renda nos países em desenvolvimentos e naqueles em que o estado havia implementado um processo de industrialização, pelo Programa Mundial de Empregos (PME), uma vez que a feira apresenta uma economia paralela a uma política voltada para as grandes indústrias, a exemplo do Pólo e o do Complexo Ford na cidade de Camaçari.

O complexo tecido no qual esse segmento social participa constitutivamente é também indicado pelas preocupações do executivo municipal. Segundo o prefeito José Tude:

> Estão sendo ministrados sete cursos diferenciados beneficiando cerca de 300 feirantes que estão aprendendo noções de associativismo, gestão de negócios,

[12] Antonio Carlos Pereira Filho. Depoimento citado.

> higiene e manipulação de alimentos, comunicação social, formação de preços, entre outros.Com a chegada da Ford, de outras empresas e a ampliação do pólo petroquímico, Camaçari tem experimentado um crescimento espetacular, mas nem toda a mão-de-obra disponível pode ser absorvida pela indústria, daí a necessidade de se formentar outros setores da economia.[13]

A prefeitura ao extinguir o Centro Comercial e qualificar os trabalhadores transformou a Nova Feira pretendendo, dar uma nova guinada na economia local, interferindo na morfologia da cidade, dando-lhe de certa forma um novo sorriso num discurso de "modernidade". Para todos aqueles que a vêem de forma simplificada, o tipo de comércio desenvolvido na feira, perde de vista sua dinâmica que vai muito além da arrumação e exposição de produtos. Não restam dúvidas que aqueles pontos de venda são de extrema importância. Mas é preciso se pensar que por trás de tabuleiros de verduras, peixes ou carnes, existem ambulantes que se relacionam, e que suas vendas ou transações ultrapassam as compreensões limitadas que olham o cotidiano restrito do mercado do ponto de vista que privilegia as atividades comerciais simples. Por um lado, podemos observar aquilo que Miguel afirma ao lembrar que "*As atividades comerciais e com ponto fixos, daí a sua formalidade, merecem destaque principalmente no que se refere ao tipo de produtos comercializados e ao raio de influência na região*"(SANTOS, Miguel, 2002 p. 42). Os diálogos estabelecidos, sejam no interesse em saber de onde vem o produto ou na barganha do produto caindo na pechincha, ganham importância social para além de apenas referir-se ao poder de argumentar melhor, mais vim à esses encontros são construção e reconstrução de sujeitos históricos no cerne de processos culturais específicos uma verdadeira explosão cultural, e particularmente de entretenimento popular que estão sendo reconfigurados diante das necessidades da feira, fazendo frente à "modernidade" em Camaçari e que acabam por fim condicionando modelos de gestão diante da tão complicadas relações de poder, mas conservando muito de suas experiências.

Nesse sentido, os depoimentos orais indicam complexas vivências desses trabalhadores. Segundo dona Maria Alice, por exemplo, em seu depoimento é muito fácil identificar as mudanças no decorrer do tempo, visto que quando a mesma chegou na cidade muitas dificuldades foram e vem sendo vencidas:

> Eu tinha já negociado fora antes comecei a negociar muito cedo então eu já vendi bastante coisas né alumínio, tecido então de todos que eu me senti melhor só foi mesmo tecido porque verdura agente perde muito e em oitenta setenta e oito mais ou menos foi muito bom ótimo para negociar e agora não to gostando muito mais não de negociar com verdura não tem saída antes tinha muita concorrência aqui mais hoje ta péssimo então agente vendia bastante tinha lucro

[13] Correio da Bahia - 02/01/2002.

> e agora só perde né não tenho ponto agora to em banca do outros e antes eu tinha meu Box tudo funcionava bem e hoje e só perdendo o tempo mesmo.[14]

É um relato oral que trata de uma rica trajetória profissional instituidora de uma economia informal produzida pelos feirantes, e que se opõe às análises dos órgãos competentes que vão delineando um quadro de negligência por parte do Estado com este segmento informal. É flagrante a inexistência de uma política social de desenvolvimento com o intuito de oferecer uma variedade de oportunidades nos serviços, embora tenham sido oferecidos cursos pela prefeitura e tenham empregado uma "tecnologia de ponta": Assim, conseguiram mudar a cara da feira, pensando num espaço limpo. Mas é possível perceber que a extinção do Centro Comercial não interferiu apenas na forma da cidade, dando-lhe um novo sorriso, mas de certa forma invadiram a privacidade dos trabalhadores que estavam acostumados com a vida que levavam em seus trabalhos.

As lembranças de dona Maria Alice ainda sugerem, que dentro do espaço da feira constitui-se uma batalha cotidiana. Desse modo, é necessário que se perceba a dinâmica desses trabalhadores que de uma forma ou de outra vem lutando para a sua existência em meio a relações entre os setores formal e informal, no espaço da feira após a sua reimplantação. Essa percepção no decorrer da pesquisa fez-se de estrema importância ao destacar que neste contexto estão os segmentos mais desfavorecidos da cidade de Camaçari. Uma população que vivencia uma política primordialmente voltada para as atividades industriais, fornecendo cursos profissionalizantes para que esse possa inserir-se no mercado de trabalho. Mas, o que podemos observar é que, em geral, o camaçariense nunca vai estar qualificado a ponto de galgar um posto de gerência, por exemplo. Pensando sempre nas possíveis dificuldades de sua inserção no mercado de trabalho, a alternativa de trabalhar na feira é sempre considerada por significativa parcela da população. E aqueles que conquistam espaço no Centro Comercial, procuraram manter-se no comércio mesmo que passem por períodos difíceis, como relata dona Maria Alice.

O tempo "*muito bom ótimo para negociar*" acentuado pelas memórias de dona Maria Alice constitui-se no final da década dos anos 70. Com a presença do Pólo Petroquímico pulsando fervorosamente na economia local, atingindo diretamente o Centro Comercial, onde diversos feirantes puderam estruturar-se de forma acelerada. Muitos entre eles mesmos, quando se reportam a esse tempo, sentem uma enorme saudade e lembram da época em que foi possível viver decentemente do seu trabalho.

[14] Maria Alice Romualdo dos Santos. Depoimento em.

Nessa década, a cidade cresceu em função da chegada de migrantes. E a feira passou a ser constituída por um universo muito heterogêneo de homens e mulheres que saíram de suas cidades de origem onde desenvolviam alguma atividade que não proporcionavam ganhos muito satisfatórios para sua sobrevivência. Muitos deles acabaram trazendo consigo seus pertences e muito pouco dinheiro. São pessoas simples, de vidas sofridas, que vêem na feira uma atividade como meio de sobrevivência. A busca incessante do sustento leva muitos deles a desenvolverem atividades paralelas ao trabalho árduo na feira. O depoimento de um deles, Antonio Charles, é contundente:

> Antonio Charles esse nome eu adquiri em Minas onde estudei nas escolas Reunidas Antonio Catulé em Janaúba, e fui para o Corveiro, estive em Corinto, Sete Lagoas Diamantina e nessa minha andança já não foi ao lado de meu pai, meu pai ficou aqui na Bahia e eu andava com minha mãe. A minha mãe era cartomante, ela fazia previsões, então tive a oportunidade de fazer vários estados com minha mãe, daí para cá sempre onde nós chegávamos eu e minha mãe eu sempre que estudava, mas agora é parte que eu aprendi foi com ela própria que ela era professora e, de colégio pouco tempo eu freqüentei, mas esse pouco tempo eu adquiri uma experiência muito vasta que eu cheguei a cursar o segundo grau e através desse segundo grau eu venho de lá para cá sai da escola porque eu tenho aprendido é com o dia-a-dia é com o povo.[15]

A chegada desse trabalhador no espaço da feira se dá por diversos fatores: alguns foram levados pelos pais desde novo para ajudar na feira, sendo vistas como mão-de-obra familiar, ou oferecer os serviços na feira: alguns mal sabem escrever o nome e por isso não conseguem outra coisa a não ser vendedor na feira, boa parte dos feirantes passam por essa situação. O aprendizado desses homens é muito mais na experiência e na escola da vida, como o Senhor Antonio deixa transparecer em um depoimento: as contribuições do contato com o povo no decorrer de suas andanças.

Assim, como ele existem casos de outros homens que optaram em complementar a renda no espaço da feira, embora tenham uma profissão. De certa forma, o feirante seja ele fixo ou "móvel" está sempre buscando uma forma de garantir o mínimo de sobrevivência ou com o complemento do orçamento, resultando na garantia de sua vida e de seus dependentes. O depoente também conhecido como "Charles Publicidade", nome dado pela população e muito conhecido na cidade, em seu relato aponta uma parte de sua trajetória de vida até a chegada na feira, e os motivos que o levaram até ela. Ao longo desse percurso é possível perceber as dificuldades e as conquistas que ele teve, evidenciando uma luta cotidiana.

[15] Antonio Carlos Pereira Filho. Depoimento em.

A Nova Feira, embora seja vista como um espaço sujo, e mal administrada, não pode ser analisada apenas por sua parte estrutural deixando de lado todas as experiências vividas no velho espaço que vem se perdendo ao longo do tempo para as novas mudanças impostas.

O feirante não perde de vista a vida árdua que traça diariamente, mas muitos deles se sentem realizados pelas conquistas proporcionadas pelo tempo de trabalho. Mas, é óbvio que não podemos deixar de considerar que o que serve para um, pode não servir para todos. Embora essa seja a dinâmica da vida humana, a busca de seus interesses constantemente, essa opção pelo trabalho informal é apresentada como uma válvula de escape para que estes homens possam estar inseridos no mercado de trabalho, na condição de fazerem parte de um específico grupo da população economicamente ativa. A esperança de ter um ponto, direciona os planos de muitos entre eles:

> Vou trabalhar confiante que é meu né porque ali eu to trabalhando sempre eu penso assim se tia Maria chegar aqui e falar eu quero a minha barraca eu vou fazer o que com a mercadoria aí vai ou não vai aceitar eu trabalhar lá fora quem tem suas barracas não vai dá pra colocar né então eu vou ficar como sem trabalhar perder a mercadoria então eu nunca trabalho sossegada eu to ali tia Maria chega eu penso assim tia Maria vai me pedir a barraca o que é da gente é da gente o que é dos outros agente não pode confiar. O Zé mesmo ele viajou pro Norte ai nos ficamos com a barraca dele ele falou e vinte poucos dias que eu vou ficar não ficou nem quinze aí quando ele chegou agente ficou no sufoco meu Deus e agora nos vamos colocar essa mercadoria aonde ele ainda foi muito bom falou com Dinho e Dinho disse não pode ficar despreocupado vou ajeitar um cantinho na feira livre que nem na feira livre agente ia ter o direito de ficar aí passou duas semanas, nas três mas sempre com mercadoria e agente não pode jogar fora, aí foi como ele continuou na feira livre, mas qualquer hora falam que vão acabar com a feira livre. Aí quer dizer nem feira livre, nem dentro né. Localizar um ponto então é difícil né.[16]

Fica claro no decorrer do depoimento de Dona Maria Alice que, mesmo diante de tantas dificuldades e o risco contínuo de perder suas mercadorias, para ela a sua presença na feira desenvolvendo um trabalho, mesmo que podendo perder tudo a qualquer momento, ainda é a forma mais eficaz de sobrevivência. Ainda hoje reconquistar seu espaço para poder trabalhar não lhe sai do campo de possibilidades. Embora a realidade de Dona Maria apresente-se como um problema que será solucionado na conquista de um Box, difere-se muito do que podemos perceber em outros setores de trabalhadores na feira que embora tenham os seus espaços de trabalho definido e estruturado encontram outras dificuldades, como é a situação dos cerealistas. Localizados atrás da Cesta do Povo, os comerciantes de cereais têm que lutar cotidianamente com o processo esmagador do setor formal que cresce de maneira

[16] Maria Alice Romualdo dos Santos. Depoimento citado.

desproporcional, ficando a renda média desse segmento dos feirantes atrelados à evolução de renda do setor formal.

A dinâmica da economia informal praticada pelos feirantes da Nova Feira não tem um diagnóstico preciso, uma vez que as fontes sobre a cidade estão centradas no Complexo de Indústria é o que se apresenta a respeito da feira até então é muito pouco diante do universo que se tem a avaliar. Mas, o que foi possível perceber que mesmo com o rolo compressor por parte dos poderes competentes, o feirante vem ocupando o seu espaço.

Considerações Finais

As memórias dos feirantes diante dos problemas enfrentados nas mudanças da feira tratam de tentativa de criar uma alternativa diante das imposições da administração do município e acabam delineando uma nova dinâmica dentro da Nova Feira. Assim, o atual estágio de pesquisa, é indicativo de que este trabalho não pode ser dado como concluído nem esquecermos que é a oralidade, a memória e as resistências não são possíveis de esgotarem no mundo dos homens. Esse estudo nos remete a uma parcela de lembranças documentos interpretados.

Os relatos desta pesquisa apresentam vivências de trabalhadores desde sua infância até as angústias experimentadas no deslocamento da feira. Em seu cotidiano esses feirantes vão criando estratégias para tentar manter-se no mercado de trabalho, podendo assim manter o sustento da família. Muitos desses homens vêem buscando alternativas para de uma forma ou de outra interferirem ativamente no processo, levando a muitos a tentativas frustradas.

Na análise das fontes, constatamos que a criação da Nova Feira é a oportunidade de suprir um anseio da administração do município, de higienizar e modernizar, perdendo de vista a dinâmica que já existia no Centro. Entretanto a difícil situação em que vive o trabalhador informal precisa ser enfrentado com seriedade.

A análise social do cotidiano do Centro Comercial em seu aspecto, sobretudo cultural, nos remete por outro lado a conhecer e participar da vida de homens que vivenciam pobreza e dominação, sob o prisma da informalidade levando muitos a exclusão.

Nesse contexto a cidade de Camaçari vivencia os novos rumos do projeto de modernidade vindos com as indústrias e que permeiam todos os problemas experimentados pelos trabalhadores da economia informal. Assim, a feira e a cidade apresentam-se como território de luta na dinâmica dos trabalhadores, no interior de um conjunto de relações

heterogêneas que são desenvolvidas num espaço plural que se mantém aberta à continuidade desta pesquisas e a tantos outros novos levantamentos e investigativas.

ALONSO DE SANDOVAL E A ESTIMA DOS JESUÍTAS PELOS NEGROS

Juliana Beatriz Almeida de Souza – UFRJ.

David Brion Davis percebeu a tendência de conquistadores e missionários em ver no Novo Mundo o antigo ideal de natureza não-corrompida. O "nativo americano parecia desfrutar da inocência e felicidade de uma era anterior à queda do homem"[1]. Sendo assim, convertê-lo à fé cristã não necessariamente requeria a escravidão. O mesmo não acontecia em relação aos negros. Segundo o autor, tanto em Portugal como em Espanha prevaleceu a tendência tradicional em associar os africanos aos mouros e, portanto, à infidelidade ameaçadora, independente da confirmação empírica do contato dos negros com o islamismo.

Desse modo, um corpo de legislações foram criadas para proteger os índios da exploração colonizadora, enquanto o mesmo não era feito em relação aos negros. Pode-se mesmo dizer que, desafortunadamente, os impedimentos à escravidão indígena contribuíram para o crescimento da demanda por negros escravos. E, sendo assim, advogados dos índios, como o bispo da Nova Espanha, Diego de Landa, foram defensores da escravidão negra. Se pensarmos na América portuguesa, também encontraremos o mesmo movimento, sendo Antonio Vieira um bom exemplo disso. "Essa discriminação entre as duas raças de cor levou quase naturalmente a uma visão de que os negros haviam nascido para serem escravos e eram inerentemente inferiores tanto aos índios quanto aos brancos"[2].

Dessa maneira, é nos limites desse contexto intelectual entre os séculos XVI e XVII que gostaria de pensar a obra de Alonso de Sandoval.

Alonso de Sandoval nasceu em Sevilha, em 1576. Ainda menino, migrou para o Peru com seus pais, aonde seu pai assumiria o cargo de contador da Fazenda Real de Lima. Estudou no seminário de s. Martín de Lima e entrou para a Companhia de Jesus em 1593. Chegou a Cartagena de Ìndias em 1605 e lá permaneceu até 1617. Nesse mesmo ano, foi a

Lima, onde passou dois anos. Em 1619, voltou a Cartagena, permanecendo lá até a sua morte, em 1651.

Foi, provavelmente, nos dois anos em que esteve em Lima que escreveu sua obra *De instauranda æthiopum salute*, em castelhano, apesar do título em latim, impressa em Sevilha em 1627. Seu texto é considerado um dos mais importantes para a etnografia africana e afro-americana, publicados no período. No livro primeiro da obra, o autor faz um descrição histórico-geográfica das principais nações africanas – Mina, Guiné e Angola – suas condições, ritos e abusões , segundo sua ótica. Sandoval nunca esteve na África e, portanto, baseia suas informações em cartas e documentos que teve acesso.

Sua obra está dividida em quatro livros, precedidos cada um deles por um resumo do seu argumento. No primeiro deles, faz um extensa descrição dos povos africanos, suas origens, seus costumes, suas tradições. E já nesse primeiro livro, aparece a questão de fundo que parece ter movido Sandoval a escrever sua obra: por que a África permaneceu tanto tempo apartada da evangelização? Assim, Sandoval se preocupa em reverter esse apartamento, garantindo aos negros na América o conhecimento da religião. Dessa maneira, defendia que pela escravidão dos negros na América dava-se a eles a oportunidade de serem evangelizados e afastados dos erros a que estavam submetidos em suas nações de origem.

Para Sandoval, a escravidão negra era, portanto, justificável. Ainda no primeiro livro, Sandoval se coloca a questão da habitabilidade das zonas tórridas e relaciona a cor negra dos africanos à descendência de Cam, com especial sofisticação. Segundo o autor, a tez negra provinha também de uma qualidade predominante, nata e intrínseca, com qual Cam foi criado por Deus, isto é, um excessivo calor. Assim, seus descendentes saíram com a tez e com a marca desse homem que riu de seu pai com tanto atrevimento. Sandoval lembra que dizia santo Ambrosio que o nome Cam queria dizer *Calidus*, isto é, calor. A ofensa de Cam contra seu pai não só acarretou sua descendência escura, mas sujeita ao cativeiro, à perpétua

servidão . Como estava no livro do Gênesis: “Maldito seja Canaã! Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos” (Gen 9, 25) .

Sandoval critica a visão de que a liberdade fosse parte do direito natural. Para ele, a natureza nunca mandou que fossem livres os homens e, por isso, os direitos dos homens introduziram a servidão sem contradizer os direitos naturais. Assim, diz Sandoval, que convinha ao mundo a servidão, pois a igualdade nos homens foi prejudicial e não se pode conservá-la. E, seguindo, s. Agostinho, considerou necessário que uns mandassem e outros obedecessem, uns fossem senhores e outros, súditos. E para que ao leitor isso parecesse ainda mais claro, Sandoval usou a metáfora do corpo humano: as partes interiores do corpo são servidas pelas exteriores e quanto mais nobres a parte, que é o caso do coração, que como rei do corpo é por todas as outras partes servido. “E ele como absoluto senhor envia seus espíritos vitais a todas vivificando-as, e governando-as: de modo, que não há parte em todo o corpo, nem interior, nem exterior, que não esteja organizada para a conservação de tão principal membro” .

Além disso, ainda acrescentaria Sandoval que, como havia notado Aristóteles, os rudes e de curta inteligência, pela razão, deviam servir aos sábios e discretos, para que os governassem e lhes ensinassem algum modo de viver virtuoso. Tal idéia, pois, aplicada aos negros, tornava a servidão um meio efetivo para o conhecimento da verdadeira fé e uma melhora nas suas condições de vida .

Mas se o jesuíta busca recursos para legitimar a escravidão negra, ele tinha preocupações pela maneira como se dava o aprisionamento dos negros na África e o subseqüente tráfico. Em 1610, escreveu para o reitor do colégio jesuíta em Luanda, Luis Brandão, para obter informações sobre as formas de aprisionamento. Luis Brandão lhe respondeu que nenhum negro diria que foi aprisionado legalmente, mas, que eram poucos os que eram capturados ilicitamente ou condenados injustamente. Para o reitor jesuíta, por em discussão a salvação de milhares de almas por causa dessas injustas capturas, não ajudaria em nada a causa de Deus. E acrescentaria que na “América todo escrúpulo é fora de

propósito". O tráfico, portanto, era justificado, pois promovia a propagação do catolicismo. "E, mesmo se as origens da servidão dos negros não era estritamente legítima, o Conselho das Índias sustentava que o tráfico de escravos não podia ser interrompido sem por em risco a sobrevivência das colônias e, conseqüentemente, a propagação da verdadeira fé".

Para Saunders, no que respeita ao século XVI, a justificação suprema para o tráfico de escravos era a que sustentava ser a escravização um método eficaz para trazer os negros à luz da fé cristã . Seguindo os filósofos escolásticos, acreditava que ao pecar o homem podia cair no estado servil e via justificativa na escravidão por ela poder transformar os negros em cristãos e por poder fazer com que usufruíssem de um nível superior de existência material. A essa linha de pensamento, Sandoval parecia estar filiado.

Não menor foi a atenção de Sandoval em normatizar as relações entre senhores e escravos. Para ele, senhores de escravos tinham deveres. Se aos escravos cabia obedecer, para os senhores, Sandoval, utilizando novamente a metáfora do corpo humano, comparava os escravos aos pés e recomendava aos senhores tratá-los com consideração, dando-lhes o descanso e honra que mereciam por seu serviço. E que os senhores guardassem com seus escravos a lei natural : "Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a Lei e os Profetas" (Mt 7, 12).

David Brion Davis diz que muitos historiadores exageraram a antítese escravidão versus doutrina católica. A defesa da escravidão esteve entrelaçada com conceitos religiosos e este amálgama, que se desenvolvera na Antigüidade, estava prefigurado no judaísmo e na filosofia grega. A escravidão, desse modo, em um certo sentido, era vista como uma punição resultante do pecado ou de um defeito natural da alma que impedia uma conduta virtuosa. Era também vista como um modelo de dependência e de submissão. Mas ainda em outro sentido, a escravidão situava-se como ponto de partida para uma missão divina. Foi da escravidão do corpo corrompido de Adão que Cristo redimira a humanidade.

No livro segundo, Sandoval se ocupa dos males que sofriam os negros na América: os maus tratos dos espanhóis e a dificuldade em ter acesso aos sacramentos, impedidos pelos seus senhores. No terceiro livro, Sandoval propõe uma verdadeira metodologia catequética, retirada de sua experiência pessoal. Para Sandoval, a ajuda espiritual se devia dar nos portos africanos de embarque e nos portos de chegada na América, notadamente, em Cartagena, um dos principais portos de entrada de africanos no continente. Cartegena foi um dos três portos, junto com Vera Cruz na Nova Espanha e Porto Belo no istmo panamenho, autorizados pela Coroa espanhola para receber mercadorias, incluindo aí os escravos.

Um dos temas mais difíceis para os missionários e que preocupava Sandoval era averiguar a validade dos batismos dos africanos que chegavam à América. A maioria, para Sandoval, chegava sem ter sido batizada. Alguns até tinham recebido a água do batismo sobre a cabeça, mas muito poucos haviam recebido validamente o batismo. Antes de Sandoval, o dominicano Fernando de Oliveira em sua *Arte de Guerra no Mar*, publicado em 1555, considerou que não havia guerra justa contra aqueles que não tinham sido batizados. Atacá-los e escravizá-los era verdadeira tirania. Entretanto, segundo C. Boxer, se Francisco de Oliveira teve influência nos seus contemporâneos foi mínima, desconhecendo-se qualquer citação da sua obra.

Sandoval narra também a dificuldade em catequizar os negros com a ajuda dos intérpretes que, com freqüência, se cansavam de traduzir ou mudavam as palavras ou não estavam presentes nas horas do catecismo. Se não havia tempo para uma catequese detida, pela ameaça de morte ou por outras causas, Sandoval lembrava que era necessário ensinar-lhes brevemente seis verdades antes do batismo:

1. que existe Deus;
2. que Deus é remunerador;
3. que Deus é uno criador de tudo;
4. que Deus é graça e perdoa;

5. a imortalidade da alma;
6. o que é o pecado.

Finalmente, o livro quarto está dedicado a expor a grande estima que a Companhia de Jesus teve sempre para com os negros e o esforço com que havia se dedicado à sua evangelização[3]. Diz Sandoval no argumento desse quarto livro que queria falar com seus irmãos e padres, "mais particular e domesticamente"[4]. Mudando, portanto, o foco da sua análise, Sandoval irá mostrar para seus irmãos jesuítas o quanto a Companhia era talhada para o ministério dos negros. Ou mesmo predestinada, como testemunhava o fato de são Francisco Xavier ter nascido em Navarra no mesmo ano (1497) do “descobrimento da Índia” "porque se entendesse como tinha Deus lhe predestinado para levar o Evangelho e semear a Fé” naquelas longínquas regiões habitadas especialmente pelos negros[5].

Mas Sandoval desenvolve três outros argumentos para demonstrar o apreço e a grande estima da Companhia pela salvação dos “etíopes”. O primeiro argumento de Sandoval é o de que a Companhia, quando não tinha mais que dez irmãos, teve por tão importante a tarefa da “restauração da Fé” na Etiópia que designou, desses dez irmãos, dois para atuarem naquelas regiões, “restando para o resto do mundo somente oito”[6]. E tanta era a estima da Companhia que designou para a missão na Índia Oriental, cujos naturais Sandoval diz ser todos negros ou mulatos, sua melhor peça: o padre Francisco Xavier. Assim, dava-se aos que mais estima o ministério de quem mais aprecia.

O segundo argumento de Sandoval era de que a Companhia que tinha cerrado as portas para as dignidades e bispados, requisitando dos seus professos que fizessem um voto de não só não pretendê-las como de não aceitá-las, tornou-as aceitáveis ali. Mas que ficasse claro que a licença para tal aceite se dava não por honra, mas por horror, não por descanso, mas por trabalhos, não por liberdade, mas por cativeiros certos, não uma vida deliciosa, mas por morte certa e rigorosa. “De sorte que as portas que Príncipes, nem reis,nem muitos Papas, puderam

abrir, os pobres e desajeitados negros forma os primeiros que as abriram: porque os tem a Companhia por tão filhos que lhes fia chave de tanta importância”[7].

Para demonstrar o terceiro argumento, Sandoval narra uma série de casos de jesuítas que sofreram cativeiros ou foram mortos nas missões da Etiópia, Guiné e outras províncias de nações negras. Apesar dessas ações dos negros, diz o autor que a Companhia não desistiu de enviar seus homens, nem de defender os negros, nem de convertê-los a Cristo, tornando-se “gloriosa mãe de gloriosos mártires” e talvez, por isso “estime tanto do ministério de negros, porque lhe deu o primeiro mártir” e por “tanta honra”, queira pagar com o trabalho incansável de seus filhos, “até derramar o sangue pela salvação” como verdadeiros jesuítas[8].

Sandoval termina o livro levantando razões para a Companhia dar a salvação aos negros. O autor lembra ser vocação da Companhia correr por “diversas partes do mundo buscando almas necessitadas”[9]. Ora, em terra de mercadores, como eram as Índias, diz Sandoval, os jesuítas eram capazes de, no “mar de mil dificuldades” sacar “pérolas de sumo valor (que são as almas redimidas com seu sangue) da conchas broncas e feias de corpos negros”[10]. Mas o que mais parecia preocupar Sandoval e era apresentado como um motivo de vergonha era a ação dos mouros na “perversão destas nações de negros”. Se os mouros correm tantos riscos e se empenham tanto nessa tarefa “ por um prêmio e galardão corruptível e de tão pouca duração”, se pergunta Sandoval por que os jesuítas não o fariam por um “prêmio e galardão tão grande e que vai durar para sempre”? Seria, segundo Sandoval, grande vergonha que fossem vencidos pelos mouros na empresa de salvação da almas[11]. Sandoval chegava ao fim do seu livro, portanto, recolocando em pauta a questão da luta contra os mouros e da difusão da verdadeira Fé pelos quatro cantos do mundo.

Sabe-se que os jesuítas não foram os primeiros, nem foram originais no discurso crítico ao tráfico ou no discurso de legitimação da escravidão negra. Foram antecedidos pelos dominicanos no século XVI. Os nomes de Tomás de Mercado, autor da *Suma de tratos e contratos*, publicado em 1571, em Sevilha, e o de Bartolomé de Albornoz que escreveu *Arte dos*

contratos, publicado em 1573, em Valencia, podem ser lembrados. Os dois foram responsáveis por fortes ataques à forma como os negros eram capturados na África e à conseqüente ilegalidade de sua venda como escravos. Os dominicanos, portanto, assumiram, no século XVI, a crítica à maneira como era feita a escravidão negra, mantendo vivo o debate pela normatização das relações no tráfico e na exploração do trabalho servil do negro. Sandoval os seguiu em sua crítica e antecedeu aos jesuítas que atuaram na América portuguesa e, muito provavelmente, os influenciou na construção de suas obras em meados do século XVII. A obra de Sandoval mistura lenda, dados históricos e etnográficos, constituindo-se em um amplo tratado sobre os africanos, uma crônica sobre o tráfico e a escravidão na Nova Granada. Mais do que isso é um testemunho do projeto escravista cristão dos jesuítas. E, por isso mesmo, acredito, vale ser mais explorada por aqueles que se interessam em compreender mais da vivência negra no contexto da escravidão e da atuação jesuítica juntos aos negros na América ibérica.

---

[1] DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 195 – 196.

[2] ibid., p. 199.

[3] SARANYANA, Josep Ignasi (dir.). Teología en América Latina. Desde los origenes a la Guerra de Sucesión (1493 - 1715). Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 1999. v. 1. p. 252 – 255.

[4] Alonso de Sandoval. Un tratado sobre la esclavitud. Madrid: Alianza editorial, 1987. p. 505.

[5] ibid., p. 506.

[6] ibid., p. 515 – 516.

[7] ibid., p. 518.

[8] ibid., p. 520.

[9] ibid., p. 608.

[10] ibid., p. 610.

[11] ibid., p. 612.

AS RELAÇÕES DOS MOCAMBOS DO SERTÃO COM A SOCIEDADE COLONIAL AÇUCAREIRA, SÉCULO XVII E XVIII.

Juliana Brainer Barroso Neves

O presente trabalho encontra-se inserido no projeto de mestrado aprovado na Universidade Federal da Bahia intitulado: "Os mocambos no sertão das capitanias de Pernambuco e Bahia, 1650 – 1720`. Esta pesquisa conta com o apoio do CNPQ sem o qual não seria possível sua realização. O devido projeto encontra-se em modificação, porém ainda tem como um dos principais objetivos estudar as relações existentes entre os mocambeiros do sertão e os colonos da região canavieira. Para tanto, se faz necessária a exposição do espaço onde esses personagens se encontram, o sertão. Pois o mesmo não era definido da mesma forma que hoje o conhecemos.

A implantação dos engenhos de açúcar no Brasil ocorreu na zona litorânea onde era o local mais apropriado para plantação de cana-de-açúcar por conta dos solos de massapé encontrados nessa área. Por esse motivo os colonos se limitaram à ocupação desta área próxima à costa, onde estabeleceram a sociedade açucareira colonial. Em Pernambuco, nos séculos XVI e XVII, as principais áreas de concentração de engenhos eram as vilas de Goiana e Olinda. Na Bahia, o Recôncavo era o local da produção açucareira, mas as principais vilas produtoras de açúcar eram as freguesias suburbanas de Salvador, as vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro e a freguesia do Iguape[1].

Além da zona litorânea havia a área que desde cedo se contrapunha às vilas açucareiras. Esta foi denominada sertão e compreendia o território no interior e também toda a área que não fosse ocupada pela cana-de-açúcar. Como, até o século XVII, a

produção do açúcar havia sido a principal maneira de obter lucro e prestígio na colônia portuguesa, a Coroa proibiu a circulação de colonos pelo interior, tentando impedi-los de se dispersarem pelo território, obrigando-os a se concentrarem na indústria canavieira.

Essa não exploração do interior continental contribuiu para a criação de um certo imaginário popular, característico dos moradores das vilas açucareiras, em relação ao sertão. Como era uma área onde não havia súditos do rei, o sertão era considerado sem lei. Além disso, os moradores das vilas açucareiras temiam o interior, considerando-o uma região inóspita e selvagem, lar ao mesmo tempo de riquezas e de perigos. Cronistas, como Gabriel Soares de Souza[2], escreveram sobre o sertão partindo do imaginário popular açucareiro, definindo-se a construção de sua imagem e o conhecimento que lá habitavam tribos indígenas, os chamados Tapuya[3].

Esse território não era totalmente desconhecido para os colonos, pois fazia fronteira com a sociedade colonial. Fronteira que só foi expandida após a expulsão da WIC – Companhia das Índias Ocidentais – do Brasil, em meados do século XVII, quando, na intenção de expandir o território e obter maiores lucros com outros tipos de atividade, os colonos se inseriram na pecuária[4] e Portugal incentivou a conquista do sertão.

Enquanto isso não acontecia, o sertão se tornou o lugar privilegiado para outros tipos de habitantes. Entre eles estavam aqueles que tinham algum motivo para não assumir o papel social que lhes havia sido determinado pela sociedade açucareira, como, por exemplo as tribos indígenas nomeadas de Tapuya – que não mantiveram quase nenhum contato com os portugueses durante os dois primeiros séculos de colonização[5] – e as formações de comunidades dos escravos fugidos, os mocambos.

Segundo Carneiro, os mocambos eram caracterizados por “pequenos ajuntamentos de casas primitivas, cobertas de fôlhas de palmeira”[6]. A palavra mocambo aparece nas cartas remetidas ao governo régio no Brasil com pedidos de ajuda para entradas aos mocambos na capitania da Bahia e dessa forma a palavra mocambo tem

sido utilizada neste projeto para definir as comunidades de escravos fugidos que viviam no sertão da capitania da Bahia.

Como as fontes indicam, Palmares não foi a única formação quilombola existente nas capitanias do Norte do Estado do Brasil. Como este, porém com menos êxitos, existiram comunidades de escravos fugidos que sobreviviam da produção de alimentos, da troca desses bens da terra pelos bens manufaturados da própria civilização colonial e viviam protegidos pela hostilidade da floresta, procurando manter a liberdade que haviam conquistado através da fuga[7].

Os autores João José Reis e Flávio José Gomes mostram como um quilombo podia manter relações com a sociedade ao seu redor, ou seja, a mesma sociedade que os dominou muitas vezes manteve contatos com quilombolas em troca de benefício econômico.

No artigo de Reis, "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro - Bahia, 1806", o historiador destrói o mito de que as formações de escravos fugidos viviam escondidas, estabelecendo apenas relações divergentes com os moradores livres, e também a de que os escravos sempre se dirigiam a quilombos no intuito de ganhar a liberdade. No caso do Oitizeiro, os escravos que fugiam e viviam nesse quilombo continuavam escravos, salvo algumas diferenças que os permitiam trabalhar com o objetivo de alcançar a liberdade. Porém, como o próprio autor escreve, "eles tinham suas visões da escravidão tanto como da liberdade[8]. Neste caso, a liberdade de escolher a escravidão."[9].

Gomes também nos mostra os acordos econômicos mantidos entre taberneiros e quilombolas no seu artigo intitulado "Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX", que chegavam a dificultar o trabalho das autoridades na destruição desse quilombo[10].

Esse tipo de relação protegia os mocambeiros das autoridades, além de que, durante muito tempo no período colonial, não existia um cargo direcionado para a captura de negros fugidos. Segundo Lara, só depois de Palmares os colonos passaram a se

preocupar muito mais com fugas e formações de mocambos. Quando um desses crescia colocando em perigo a tranqüilidade das vilas formava-se então um pequeno exército para "restaurar a paz"[11].

Em outros locais da capitania da Bahia, provavelmente não era diferente a relação entre os escravos fugidos presentes nos mocambos e os colonos, como podemos ver no documento abaixo onde encontramos uma certa preocupação das autoridades coloniais em manter os habitantes longe de relações com os escravos fugidos, ´´E porque sou informado que algumas pessoas favorecem os mesmos levantados (negros), com que se impossibilita sua prisão[12]``. A captura de escravos se tornava uma empreitada bastante difícil diante da proteção que era concedida pelos colonos.

Porém, como explica Edson Carneiro, no quilombo dos Palmares, o relacionamento entre os fugitivos e os moradores da vila açucareira ora era caracterizado por trocas pacíficas e ora era permeado por conflitos causados pelas divergências entre os mesmos[13].

A freguezia de Cachoeira mostrava-se como um local onde havia muita presença de reclamações sobre negros fugidos cometendo assaltos. A partir dessa documentação é que vemos como se dava o comportamento da comunidade, assim pode ser visto no trecho de um documento onde necessitava-se de pessoas para busca de negros levantados,

> Hei por serviço de Sua Magestade e lhe ordeno, escolha para poder dar cumprimento á ordem que tem, todas as pessoas que convier, ter ou levar consigo, de ambas as freguezias da Cachoeira, e Campos de Iguappe, mostrando-lhes esta ordem, que obedecerão inviolavelmente, e o acompanharão com suas armas todo o tempo que importar andarem nesse serviço. E havendo alguma que o repugne (o que não creio) m'a remetterá presa, e não podendo, me avisará para se mandar prender, e dar a pena que é justo.[14]

Essa pode ser uma das reações expressadas pelas autoridades coloniais diante da relação que havia entre os negros do sertão e os moradores das vilas açucareiras. Podemos supor que não era de interesse para os moradores combaterem àqueles com

quem mantinham uma relação pacífica representada por trocas de bens que se faziam necessários à população.

Diante das evidências encontradas nos documentos e na historiografia a respeito da resistência escrava esse trabalho tem o objetivo de dar continuidade a pesquisa que visa identificar qual era o tipo de relacionamento estabelecido entre a sociedade colonial e os negros fugidos numa época em que uma das maiores preocupações da administração colonial eram as fugas de negros fugidos que incentivavam as rebeliões escravas. E também encontrar mais vestígios que comprovem as suposições estabelecidas nesse artigo.

[1] Cf. BARICKMAN, B.J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[2] SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Ed. Massangana, 2000.
[3] Tribos indígenas que não se submeteram ao domínio português e se esconderam no sertão. A denominação Tapuya vem do Tupi que significa “bárbaro”. Cf. PIRES, Maria Idalina. *Guerra dos bárbaros*: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: CEPE, 1990.

[4] Cf. PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros*: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: CEPE, 1990. P. 17.

[5] Cf. Idem. P. 17.

[6] Cf. CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1988. P. 57.
[7] Cf. CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1988. P. 17, 19, 22 e REIS, João José. *"Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806"*. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 332.

[8] Dialogo aqui com Calhoub, Visões da Liberdade. Apud REIS, João José. Escravos e Coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. P. 358
[9] Cf. REIS, João José. "Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. P. 358
[10] Cf. GOMES, Flávio J. "Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. P. 277.
[11] Cf. LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” In João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. P. 87 e 88.
[12] Coleção de Documentos Históricos. vol. VII, pág. 70 e 71.
[13] Cf. CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1988. P.22.
[14] Coleção de Documentos Históricos. vol. VII, pág. 73.

IDÉIAS JURÍDICAS E RELAÇÕES DE PODER: MULHERES, DISCURSOS JURÍDICOS, CONTROLE E DISCIPLINA NO BRASIL - 1940/1990

*Juliana Carvalho de Assunção Ribeiro**

"O juiz porta a máscara sacerdotal, ele toma o lugar sagrado do intocável, ele representa este Outro, o onipotente e o ausente(...). Quando ele pronuncia a sentença, ele diz o Direito, e sua consciência própria desaparece(...); quando ele julgou, não é ele que fala, mas a Verdade da Lei(...)." - Pierre Legendre

Ainda que não nos seja desconhecido o histórico processo de dominação masculina, existente por longo período e em diferentes partes do mundo, vale refletirmos sobre o fato de que a repressão e a violência contra a mulher não são fenômenos 'naturais', universais, mas sim inseridos em um processo histórico-cultural.

Todavia, esta dominação se reveste de 'naturalidade' quando perpetrada por instituições dotadas de suficiente poder para impor determinada ordem como legítima. O Direito, bem como a família, a religião e o sistema educacional, são exemplos, entre outros, de "mecanismos históricos" que atuam no sentido de "eternizar estruturas", mantendo, também, "estruturas da divisão sexual".[1]

O presente artigo baseia-se em análise realizada acerca do discurso dos operadores jurídicos no âmbito dos acórdãos referentes ao crime de estupro. Interessa-nos tal discurso na formação social e ideológica brasileira sobre a mulher e seu papel, e para tanto, utilizamos decisões da primeira década após 1940 – data do segundo Código Penal republicano e ainda em vigor –, e decisões dadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A narrativa dos acórdãos apropria-se, na maior parte das vezes, dos fatos ocorridos no caso concreto, interpretando as circunstâncias do acontecimento e o comportamento das vítimas. Não se limitando à análise dos elementos que realmente importam para o

***Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense – UFF, graduada em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, professora de Filosofia do Direito e Criminologia da Faculdade de Direito da UGB/FERP em Volta Redonda/RJ.

[1] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

esclarecimento do crime, as vítimas se vêem, muitas vezes, 'julgadas' e 'condenadas' por condutas que não se encontram tipificadas em nossa legislação penal.

Descartando a tese de possível neutralidade do julgador, verificamos nas falas dos acórdãos a reprodução e o conseqüente fortalecimento de valores e concepções daquele que julga, inseridos, entretanto, na 'voz do direito e da justiça'.

Ainda que as pré-concepções das 'vozes do direito' possam ser percebidas em decisões proferidas sobre outros crimes sexuais, este estudo limitou-se aos acórdãos que versam sobre estupro. Restringimos nosso campo de análise a este crime por encontrarmos, nessas decisões, formas latentes de valores e preconceitos, que revelam o conteúdo de cultura jurídica, política e moral em relação à liberdade e dignidade da mulher.

Traçando um quadro comparativo entre as decisões da fase que se inicia logo após a promulgação do código penal (1940), e os acórdãos que datam de período pós-Constituição de 1988, buscamos constatar a existência ou não de alterações na forma dessas narrativas, vez que nossa Carta Magna, conhecida como 'Constituição-Cidadã', deveria, obrigatoriamente, nortear as decisões do Poder Judiciário, enquadrando-o em uma postura de respeito aos princípios constitucionais no ato de julgar.

Para a realização deste estudo, faz-se necessário entendermos não somente o funcionamento da prática jurídica, mas também as características de produção e reprodução deste saber. Para procedermos à crítica das ideologias veiculadas pelos operadores do Direito, precisamos compreender de que forma surgem e se propagam estas ideologias, e de que maneira podemos identificá-las nos discursos jurídicos.

Para tanto, direcionaremos nosso olhar com base no pensamento de Slavoj Žižek, que nos orienta com a possibilidade de uma análise *sintomal* dos discursos e seus conteúdos ideológicos, através da observação dos *sintomas* presentes nas falas judiciais.[2] E nessa busca pela dissolução das "névoas da ideologia", Carlo Ginzburg também nos auxilia

[2] "O objetivo da crítica [através de uma *leitura sintomal*] é discernir a tendenciosidade não reconhecida do texto oficial, através de suas rupturas, lacunas e lapsos(...)." (ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. *In*: _____(org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a, p.15.) Žižek ressalta que "a verdade recalcada(...) emerge num sintoma que subverte a aparência ideológica(...)." (ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: _____ (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b, p.310.)

mostrando a importância dos *indícios* reveladores do sentido destas construções discursivas. Como bem lembra Ginzburg, "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la."[3]

O objetivo deste estudo se volta para o exame do exercício do Direito em relação à figura feminina presente como vítima nos acórdãos analisados. Entretanto, mesmo que, por muitas vezes, o Direito se apresente como um 'saber isolado', ele se insere em uma complexa organização social. Daí a importância de não perdermos de vista as diversas influências – morais, médico-científicas, religiosas – matizadas em seus preceitos.

Utilizamos o termo 'Direito', mas temos consciência que este não é um 'ente' independente, alheio às relações sociais.[4] O Direito 'se faz' por seus agentes históricos, e analisamos o Direito que se manifesta nas *vozes* daqueles que julgam e que expressam seu entendimento sobre os fatos nas decisões judiciais – "discurso que diz o direito".[5]

Observarmos um enfoque transdisciplinar que trabalhe também as relações entre Direito e História possibilita uma esclarecedora visão das práticas jurídicas de controle social, de controle da sexualidade, e de sua tentativa de 'moralização dos costumes'. Possibilita, ainda, entendermos a força dos efeitos ideológicos de seu discurso, que não se limita a um seleto grupo de destinatários, mas que busca, mesmo decidindo um caso específico, o regramento de condutas e a determinação de um padrão comportamental.

Pensar com a História é contextualizar, e abrir possibilidades de uma maior compreensão de determinadas práticas sociais, de suas conseqüências e efeitos; é entender a importância da passagem do tempo e dos acontecimentos. Dessa forma consideramos ser possível o conhecimento das mudanças ou permanências investigadas neste trabalho.[6]

---

[3] GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: _____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.177.
[4] LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 91p. (Primeiros passos, 62)
[5] NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Emoção e política** – (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997, p.28.
[6] Ver SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Analisando a importância da História para se compreender o Direito, António Manuel Hespanha ressalta que a aproximação destes campos de saber possibilita a reflexão sobre o dogmatismo que impera nos cursos de Direito, e que, em geral, define a formação daqueles que atuam no universo jurídico.[7]

Constituindo-se de disciplinas, em sua maioria, sem qualquer senso crítico, este saber pauta-se na defesa de uma racionalidade do Direito, tratando-o como uma ciência com enunciados de verdades únicas e eternas. Segundo o autor, esta 'cientificidade' acaba por afastar dois elementos que deveriam relacionar-se intimamente: a norma e o fato social. Mas, não havendo esta relação, os enunciados jurídicos buscam atingir a 'justiça', ignorando que a valoração dos comportamentos e o sentido das palavras variam no espaço e no tempo, conforme o contexto em que se está inserido.

Cria-se, em torno de certos termos e conceitos, uma noção de naturalização e perenidade. E na análise das narrativas presentes nos acórdãos que tratam do crime de estupro, alguns conceitos e afirmativas sobre os crimes sexuais e, no limite, sobre a figura da mulher, *parecem* 'atravessar o tempo', mostrando este caráter de permanência.

O relevante papel a ser desempenhado pela História do Direito consiste, segundo Hespanha, em desmistificar a construção – não menos ideológica – do campo jurídico como terreno de neutralidade, no qual se experimentaria toda a evolução de um Direito que progrediu ao longo dos séculos, linearmente, sem vivenciar qualquer tipo de ruptura.

Cumpre destacar a ressalva feita por Hespanha sobre a responsabilidade do historiador em posicionar-se como 'mais um olhar' sobre o objeto, consciente de suas limitações na descrição da 'realidade concreta'. Assim também deve ser entendido o exercício da função de julgar que, longe de revelar a 'verdade dos fatos' e a 'razão jurídica', não deve, entretanto, afastar-se de toda e qualquer regra, mas cuidar para que haja clareza e coerência nos discursos proferidos.

[7] HESPANHA, António Manuel. **Panorama histórico da cultura jurídica européia**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997. (Coleção Fórum da História)

Tal coerência é o que buscamos na leitura dos acórdãos referentes ao crime de estupro. Acórdãos que expressam o imaginário acerca da figura feminina e que constroem e consolidam a jurisprudência existente sobre violência contra as mulheres.

Ao realizarmos o exame do discurso jurídico sobre a mulher através da leitura destes julgados, utilizamo-nos, também, entre outros autores, do pensamento de Pierre Legendre.[8] Tratando do saber teológico, e entendendo-o como origem de um saber institucional no Ocidente, o autor busca compreender o instrumental dogmático que sustenta o Direito.

Legendre constata uma estreita ligação entre o sistema jurídico e o eclesiástico, e equipara a posição do juiz, enquanto intérprete da lei, com a do pontífice, que seria apenas o transmissor de uma vontade maior, de um poder supremo. Esta interpretação/transmissão do Direito permite ao julgador posicionar-se como apenas uma 'voz' que fala pela instituição, expressando a 'vontade jurídica'.

Por isso o autor destaca, ao observar o dogmatismo institucional, a importância do discurso jurídico, discurso imbuído de regras e rigor, expresso por intermediários legítimos e por símbolos legalmente reconhecidos. Regrando e censurando condutas, o discurso presente nas decisões judiciais volta-se antes para a transmissão de uma mensagem geral que para a 'solução' do caso específico.

O caráter dogmático do campo jurídico permite a difusão de suas crenças e leis de maneira a inviabilizar contestações. Pois, como assevera Legendre, "um discurso é ordenado para peneirar a verdade, reduzir-lhe o peso e definir para cada um seu lugar no processo(...). A ilusão de que não haja outra verdade senão aquela, dita em nome do texto por seu intérprete qualificado, aí está o início do jogo institucional(...)."[9] Este intérprete passa, então, a perceber-se como "sujeito da instituição". Haveria, nas palavras de

[8] O autor, com formação multidisciplinar, trata do poder institucional no Ocidente, buscando entender o Direito e seu discurso através da abordagem da teologia. (LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.)
[9] Ibid., p.73.

Legendre, uma "espécie particular do delírio que funda toda instituição, impondo a todos os seus sujeitos uma mesma versão do ilusório".[10]

A forma de atuar dos operadores do Direito estaria organizada por uma lógica de funcionamento do universo jurídico, que englobaria, entre outros elementos, a linguagem dos códigos e manuais, a retórica dos textos judiciais, e os efeitos de neutralização e universalização presentes em suas práticas.

E na leitura dos acórdãos utilizados na presente pesquisa, percebe-se a tentativa de passar a *lógica* de um discurso formal, que se torna lícito em virtude da *voz* que o profere. O autor alerta sobre o poder conferido aos textos jurídicos, compilados em livros, reproduzidos em petições e decisões judiciais, garantindo autoridade e um caráter de perenidade. Textos nos quais, segundo Legendre, a instituição "amarra seu discurso".

Afirma este autor que "a verdade dogmática consiste em apagar do escrito seu traço de história; então nasce o texto. Este escrito fala para dizer a verdade da instituição. O fragmento recopiado, tornado texto pelo remanejamento do compilador, é percebido como verdadeiro(...)."[11] Para Legendre, esta "clausura livresca" também define o local da autoridade.

Com suas observações sobre os textos e discursos jurídicos, Legendre nos faz observar o poder de uma fala que se pretende *geral*, denotando *perenidade* em sua mensagem e, portanto, *permanente*. "Os textos que formam o corpo do Direito se apóiam uns aos outros para constituir e perpetuar as normas que tratam do adestramento de toda uma humanidade."[12] Isto possibilita, nas palavras do citado autor, uma "transmissão ininterrupta" deste "discurso da potência".

Importante refletirmos sobre esta "transmissão ininterrupta" de um saber que se coloca como verdadeiro. E verificamos que esta transmissão ocorre também através dos acórdãos, nos quais parece só haver uma *voz* possível. *Voz* que dita as regras, que delimita

[10] Ibid., p.66.
[11] Ibid., p.80.
[12] Ibid., p.82.

os comportamentos possíveis e aceitáveis, e que não permite que se escute qualquer outra declaração.

Vozes constantemente 'ditas' e 'repetidas', que se exibem como 'verdades', o que aniquila qualquer possibilidade dialógica no espaço das decisões judiciais. Ainda que os acórdãos abordem as alegações da acusação e da defesa dos réus, não se vislumbra nenhuma manifestação destas alegações enquanto falas que detenham igual relevância. O discurso dos acórdãos apropria-se das narrativas das partes envolvidas, e as molda conforme as exigências de uma lógica jurídica: neutralidade, universalidade, perenidade.

A hipótese que foi trabalhada é de que o tratamento jurídico atualmente dispensado à mulher vítima de estupro revela a permanência de elementos discriminatórios presentes nos discursos judiciais da década de 40. E a leitura dos julgados e dos textos de juristas citados nestes acórdãos indica a confirmação desta hipótese, vez que o conteúdo das falas judiciais demonstra a ainda desigual situação da mulher, revelando uma prática jurídica discriminatória, imbuída de ideologias repressoras, de cunho misógino, e que não se enquadra em uma postura de respeito aos princípios e garantias constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, e a igualdade de tratamento.

As decisões sobre estupro do primeiro período analisado – década de 40 – fazem referências explícitas à honestidade da vítima, sendo possível constatarmos o uso dos estereótipos que enquadram a mulher em duas categorias: as 'virgens', 'dignas', de 'boa família', 'educadas', 'donzelas' e 'honestas', ou as 'experientes', 'desembaraçadas', 'vividas', 'sem recato', e 'desonestas'.[13] O estigma que recairá sobre a mulher vítima de estupro e sobre o agressor – mas principalmente sobre a mulher – definirá o resultado das decisões neste período, condenando ou absolvendo os réus.

Apesar das divergências doutrinárias, o que se observa nos julgados é o insistente regramento do comportamento feminino, e o 'olhar' misógino e impiedoso sobre meninas e mulheres violentadas. Este discurso disciplinador sufocava as *vozes* destas vítimas – quase

[13] Os termos acima citados foram retirados dos acórdãos analisados.

não notadas nos acórdãos –, invalidando qualquer esforço na busca por um tratamento mais equânime.

A leitura dos acórdãos e o estudo dos textos jurídicos referentes ao período subseqüente à promulgação do Código Penal de 1940 demonstram o ideário predominantemente patriarcal e opressivo sobre a vida e os costumes da mulher.[14] Não há dúvidas sobre a importância atribuída pelo direito ao regramento destes costumes e à difusão de uma moral sexual, conforme verificamos nos discursos judiciais ostensivamente discriminatórios.

Cumprindo função disciplinadora e ordenadora, o direito também exerceu o controle da sexualidade feminina, reproduzindo um ideário de 'mulher cristã', de 'comportamento ilibado', e fortalecendo estereótipos construídos socialmente. Indiscutível, portanto, sua marcante atuação na fixação de papéis estabelecidos para homens e mulheres, reservando-se a estas últimas uma violenta subserviência.

De difícil identificação, por se manifestar de forma 'natural', e de grande eficácia, por sua maneira 'silenciosa' – quase imperceptível – e por seus efeitos duradouros, a atuação violenta do discurso jurídico impõe-se sobre a mulher através da fixação de papéis sexuais, da reprodução de estereótipos de gênero e da perpetuação de uma estrutura discriminatória.

E por isso podemos afirmar que o exercício do direito e a prática judicial envolvem mais que a 'simples' aplicação de normas, vez que não bastam alterações legislativas quando o que se tem é uma realidade de dominação, e a naturalização de um tratamento desigual, bastante fortalecida pelo poder jurídico: poder que produz e reproduz desigualdades.

[14] Sobre a importância do Direito na constituição da sociedade brasileira após a Proclamação da República, ver NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

Questões Humanitárias e a OTAN: Perspectivas da década de 90

Juliana Lyra Viggiano

As mudanças de caráter normativo mais significativas que se processaram no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) datam de 1991, ano em que seus membros ratificaram os objetivos estratégicos da aliança para o mundo pós-Guerra Fria. A partir da aceitação formal do documento intitulado Concepção Estratégica da Aliança, a OTAN passa a ser regida por um autêntico conjunto de princípios, caracterizando uma alteração em seu regime de segurança.

A percepção mais abrangente das noções de segurança responde aos desígnios criados pela nova conformação do sistema internacional. Manfred Wörner, Secretário Geral da OTAN em 1990, observa que a fase de mudanças históricas vivenciada no início da década oferece a oportunidade para a Aliança Atlântica concretizar seus desejos "de uma Europa livre e unificada, fundamentada em uma ordem pacífica, segura e duradoura". Nesse contexto, importa especialmente o conteúdo substantivo responsável pelo estabelecimento de tal ordem: "direitos humanos e livre escolha para todos os cidadãos, igualdade perante a lei, abertura das fronteiras, autodeterminação, democracia e a proteção dos direitos das minorias"[1]. Com base nessa visão de mundo, a Aliança re-estruturara seu projeto de segurança coletiva em 1991 e abre caminhos para um modelo de regime original.

Com o fim da Guerra Fria, mais precisamente, com a dissolução do regime socialista na Eurásia, a percepção de segurança pautada exclusivamente nas preocupações de cunho geopolítico, tornava-se pouco convincente. A nova percepção das questões de segurança anunciada no Conceito Estratégico se funda na garantia da estabilidade e na promoção de instituições livres e da economia de mercado nos países do continente. Os riscos a

[1] **ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE.** The Atlantic Alliance and European Security in the 1990s. Address by Secretary General, Manfred Wörner to the Bremer Tabaks Collegium. Bruxelas, http://www.nato.int/docu/speech/1990/s900517a_e.htm , 17 de maio de 1990.

segurança dos países europeus, explica o artigo 9, "... são menos prováveis de resultar da agressão calculada contra o território dos aliados, mas como conseqüências adversas de situações de instabilidade decorrentes de sérias dificuldades econômicas, políticas e sociais, incluindo rivalidades étnicas e disputas territoriais, enfrentadas por muitos países no Centro e Leste da Europa. (...)". O aspecto mais interessante da definição de segurança adotada pelo documento é seu distanciamento das questões militares propriamente ditas, e o vasto conjunto de alternativas políticas para a resolução de problemas referentes à segurança, isto é, a garantia de estabilidade e adaptação a um novo arcabouço institucional, de acordo com as diretrizes de 1991.

Não obstante o documento seja claro com relação aos objetivos futuros a serem perseguidos pela organização, o Conceito Estratégico não discrimina quais seriam essas ameaças à segurança dos países europeus no pós-Guerra Fria, tampouco estipula quais artifícios utilizarão para restabelecerem a ordem. Assim se apresenta a questão no texto:

> "os riscos para a segurança dos aliados ... (se encontram nas) conseqüências adversas de situações de que podem originar-se de sérias dificuldades econômicas, políticas e sociais, incluindo rivalidades étnicas e disputas territoriais ... (Tais) tensões, contanto que se mantenham limitadas, não ameaçam diretamente a segurança e a integridade territorial dos membros da aliança, [mas] podem se tornar crises inimigas a estabilidade européias, se evoluírem para um conflito armado, que possam envolver potências externas ou expandir o conflito aos países da OTAN, afetando diretamente dessa maneira a segurança da aliança." (parágrafo 9).

Tal indefinição incute à escolha dos atores um alto grau de flexibilidade, e remete o processo de definição da ameaça à segurança a uma questão política. Isto é, a infinidade de fenômenos que podem ser considerados como conseqüências nefastas advindas de instabilidades no meio político, econômico ou social, de acordo com a sugestão do documento analisado, torna o critério de definição altamente subjetivo: "... o conceito de ameaça à segurança é redigido de forma tão elástica que agora cobre tudo, desde reformas

econômicas não concluídas até violações de direitos humanos e meio ambiente, sem definir qual o alcance desses conceitos”[2]

Apesar da economia com relação ao uso do termo prevenção, o sistema operacional para cumprir com as exigências do novo contexto de segurança em que se encontra inserida à OTAN se baseia quase exclusivamente nessa idéia. Com exceção da função de defesa territorial, o Comunicado Ministerial intitulado *NATO's Core Security Functions in the New Europe* reitera o propósito essencial da Aliança em “salvaguardar a liberdade e a segurança de seus membros por meios políticos e militares, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, [baseados] em valores comuns de democracia, direitos humanos e a regra da lei”. (*NATO's Core Security Functions in the New Europe,* Copenhague, 6 e 7 de junho de 1991).

Concretamente, o Conceito Estratégico não traça nenhuma linha relacionada à implementação de ações caso o modelo preventivo venha a falhar. Embora seu texto reitere, com constância, a primazia das questões políticas na garantia da segurança, o documento peca em concatenar os novos desafios estipulados, ou novas ameaças de **caráter não bélico**, com mecanismos de natureza militar. A referência que se faz à atuação da aliança ainda se encontra arraigada no uso tradicional da força, tal qual desenvolvido em 1949. Em outras palavras, o conceito de segurança coletiva absorveu novos temas, mas continuou exclusivamente pautado no princípio de defesa territorial. Assim, segundo o artigo 35, “nunca nenhuma das armas da OTAN será usada exceto para auto-defesa. ...”. A amplitude interpretativa a que se presta à definição de ameaça, contudo, sugere que a concepção de auto-defesa, nesse contexto, e, portanto o uso da força, recaia em uma decisão de caráter político. A intervenção armada para salvaguardar a estabilidade da região, a menos que

[2] **FRANÇA**, Paulo Roberto C. de Castilhos. *A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de “Intervenção Humanitária”*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. pp. 119

considerada como uma ameaça direta à segurança de seus membros, não está prevista normativamente em 1991[3].

A elaboração de um novo conjunto de diretrizes para a atuação da Aliança Atlântica se inicia em 1997, e culmina, em 1999, no novo Conceito Estratégico da Aliança. A Reunião de Cúpula de Madri, realizada em junho do ano de 1997, visava a continuidade do "processo de revisão da estratégia da organização e do perfil que teria no século XXI", e confirmou sua validade enquanto "uma instituição relevante para a segurança européia..."[4]. Revisitar o conteúdo do documento ratificado em 1991, e substituí-lo em 1999, decorre da percepção declarada, já no segundo artigo das novas estratégias, que esse intervalo de anos vivenciou "profundos desenvolvimentos políticos e na área de segurança".

A incompatibilidade entre o conceito de segurança baseado na estabilidade e a viabilidade normativa de usar a força em seu nome, estabelecida em 1991, foi sanada, de alguma maneira, no Conceito Estratégico de 1999. O documento desvincula, parcialmente, a segurança dos membros da organização da questão da estabilidade ao inverter e limitar seu propósito. A diferença fundamental percebida no documento de 1999 se refere a uma alteração da prioridade estratégica da aliança. Como indica o artigo 6, "[o] propósito essencial e duradouro da OTAN, estabelecido no Tratado de Washington, é resguardar a liberdade e a segurança de seus membros por meios políticos e militares" (1999). Na realidade, o que se observa é um retorno à proposta inicial de 1949 de garantir a integridade dos membros da organização, ainda que os termos cunhados no texto do final da década de 90 transcendam de forma mais explícita a função de defesa territorial. Ao incluir a idéia de

[3] Sem dúvida, um dos motivos condicionantes para a ausência de regras claras quanto ao restabelecimento da paz em casos de conflitos foi o zelo da organização pela Carta das Nações Unidas. Como esse capítulo menciona anteriormente, a Carta que rege as ações do Conselho de Segurança da ONU, órgão máximo no sistema internacional no que se refere às questões de paz e guerra, não sofreu modificações textuais com a queda do Muro de Berlim. O que significa que o capítulo VII da Carta ainda legitima o uso da força exclusivamente em caso de agressão. A necessidade de adaptação de suas funções, por um lado, e as limitações exógenas aos termos a serem adotados enquanto um arranjo de segurança regional, o que caracteriza a OTAN, induz a essa sutil contradição. O Conceito Estratégico associa a segurança de seus membros a uma esfera muito mais ampla do que aquela em que pode atuar. Isso porque precisa limitar sua ação armada à auto-defesa para ser compatível com as prerrogativas do Conselho de Segurança da ONU. Portanto, para garantir o ambiente de estabilidade multifacetado que julga necessário para segurança dos aliados, enfatiza a prevenção.

[4] **FRANÇA**, Paulo Roberto C. de Castilhos. *A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de "Intervenção Humanitária"*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. pp. 109

garantia da liberdade, por meios políticos tanto quanto militares, a aliança mantém a linha de raciocínio desenvolvida em 1991 e reafirma seu compromisso com a segurança coletiva.

Contudo, a relação entre segurança e estabilidade não foi completamente rompida, o que explica a hipótese, parágrafos acima mencionada, de sua desvinculação parcial. A percepção da OTAN, no que diz respeito aos riscos que eventuais situações de instabilidade na região podem ocasionar à segurança de seus membros, continua presente no corpo do documento de 1999. No entanto, ao invés de incorporar a tentativa de evitar a deflagração de crises como sua função primordial, a organização se limita a declarar que "não *somente* assegura a defesa de seus membros, mas *também contribui* para a paz e a estabilidade na região" (artigo 6).

Outro ponto significativo que merece ser analisado se refere aos determinantes para o uso da força. A indefinição frente ao que seria uma ameaça que justificasse a reclamação da auto-defesa, como estabelece o documento de 1991, suscita duas considerações contraditórias. Por um lado, ao associar a garantia da segurança à estabilidade, a instituição encontrava-se presa à utilização de medidas preventivas, pois a impossibilidade de agir em nome da auto-defesa em situações de pouca relevância imediata para os países membros se tornava um constrangimento ao uso da força. Por outro, a maleabilidade do conceito de ameaça, que não aparece de forma lapidada nas linhas do Conceito Estratégico do início da década, permitia uma certa flexibilidade política com relação à determinação do que se entende por auto-defesa.

O documento de 1999, no entanto, não faz menção, em nenhum dos seus artigos, a delimitações específicas quanto à intervenção armada. Pelo contrário. A OTAN, a partir dessa data, disponibiliza sua capacidade militar para conduzir operações não previstas pelo artigo 5 do Tratado de Washington[5]. Dessa maneira, a organização se liberta das amarras que enredam sua atuação bélica.

[5] O quinto artigo do Tratado do Atlântico Norte, ou Tratado de Washington, é exatamente aquele que atribui à aliança seu caráter de defesa coletiva.

As duas questões trabalhadas - a inversão nas funções da organização e a perda de especificação quanto ao uso da força, correm em sentido inverso quando se considera suas implicações para o regime. Ou seja, enquanto o enfoque pautado na segurança coletiva dos membros da aliança restringe a sua atuação, a possibilidade de fazer uso de seu potencial militar para sanar crises alheias às previstas pelo artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte permite a organização estender suas atividades para além do campo de atuação previamente estipulado. A intersecção entre essas duas perspectivas paradoxais reside na integração dos direitos humanos, de forma mais explícita, ao regime da OTAN.

Assim como em 1991, o termo intervenção humanitária não permeia o vocabulário do documento de 1999. No entanto, os direitos humanos aparecem textualmente como valores a serem perseguidos pela comunidade dos países aliados, assim como situações de emergência humanitária surgem como o exemplo que justificaria o envolvimento da organização em *crisis management*.

Embora demonstre nas linhas de seu texto disposição para contribuir com o apaziguamento de conflitos, o décimo artigo apresenta um importante porém. Afirma que, em situações de *crisis management*, a OTAN estará alerta, mas sua atuação será decidida "caso por caso, e por consenso, em conformidade com o Artigo 7 do Tratado de Washington, para contribuir de forma efetiva para a prevenção de conflitos e para se engajar ativamente nas resoluções de conflito, inclusive em operações responsivas a crises". A proposta de decidir *ad hoc* sobre o envolvimento da organização no conflito se remete novamente à dimensão política primordial que assume a OTAN nos anos 90. Nesse sentido, o Conceito de 1999 oferece ainda maior flexibilidade política aos membros da aliança que o documento de 1991. No final da década, seu preceito normativo contempla tanto a opção política de agir quanto a de não agir, enquanto em 1991, devido aos constrangimentos estipulados pelo conceito de auto-defesa, os limites legais no plano estratégico da organização justificava somente a ação. Portanto, desvincula a obrigatoriedade da intervenção, mas a viabiliza, sob o manto de garantir a segurança do ambiente A possibilidade de atuar da maneira que for mais conveniente aos membros da organização,

sem desrespeitar os pressupostos do Conceito, confere maior mobilidade e legalidade à OTAN, o que explica, de certa forma, a opção por restringir sua função principal.

Sem dúvida, a adoção de intervenções como política para solucionar conflitos, por meio de *crisis management*, para que não se afaste dos termos do Conceito Estratégico, extrapola os limites legais do direito internacional. No entanto, a validade desse tipo de ação goza de algum reconhecimento[6]. De acordo com as modalidades de intervenção humanitária elencadas por Stromseth, a OTAN se encaixaria no que denomina de *excusable breach.* Essa perspectiva política, embora considere a intervenção humanitária como tecnicamente ilegal sem um mandato expresso da ONU[7], acredita que o uso da força "pode ser moralmente e politicamente justificáveis em certas circunstâncias especiais (e)... a extraordinária circunstância de cada situação seja confrontada e analisada caso por caso"[8]. A opção por essa modalidade, como faz o regime da OTAN, traz benefícios por reconhecer "a natureza verdadeiramente excepcional da legítima intervenção humanitária não-autorizada"[9]. Na realidade, a incorporação das questões de direitos humanos no regime de 1999, embora não estejam exclusivamente associadas à intervenção[10], soam como reflexo da aceitação legítima das operações realizadas nos Bálcãs no intervalo de anos entre o primeiro e o segundo Conceito Estratégico.

No entanto, a proposta de Stromseth sugere a emergência "de uma norma costumeira do direito internacional na qual a intervenção humanitária poderia ser

---

[6] Embora a OTAN haja desrespeitado a superioridade legal do Conselho de Segurança, nem esse tampouco o Secretário Geral da ONU, condenaram a ação da aliança no Kosovo. "... O Conselho de Segurança rejeito a resolução que taxaria a ação da OTAN uma violação à Carta. O Secretário Geral Annan ... enfatizou a deficiência da Carta da ONU em providenciar refúgio para aqueles vítimas de atrocidades" (**STROMSETH**, Jane. "Rethinking Humanitarian Intervention: the case for incremental change". In: HOLZGREFE**,** J. L., KOEHANE, Robert O. (ed). *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. pp. 242)

[7] Novamente, sem desconsiderar a importância e interdependência entre as questões aqui trabalhadas e a legalidade da intervenção, a pesquisa se preocupa em trabalhar a legalidade no âmbito do regime da OTAN, de acordo com o recorte realizado. Para fins de melhor compreensão das citações transcritas, a idéia da ilegalidade para autora se alicerça na autorização da ONU para as intervenções humanitárias.

[8] **STROMSETH**, Jane. "Rethinking Humanitarian Intervention: the case for incremental change". In: HOLZGREFE**,** J. L., KOEHANE, Robert O. (ed). *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. pp. 242.

[9] **STROMSETH**, Jane. "Rethinking Humanitarian Intervention: the case for incremental change". In: HOLZGREFE**,** J. L., KOEHANE, Robert O. (ed). *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.pp. 243

[10] A aliança cuida de tratar a intervenção de forma eufemística. Os termos *crisis management* e *operações responsivas a crises* empregados, quando relacionados ao uso da força e não a negociação, ganham o mesmo significado da intervenção.

considerada legal em casos raros, sob certas circunstâncias”[11]. Em outras palavras, essa forma não-institucionalizada de ingerência procuraria identificar um determinado padrão nos conflitos em que a comunidade internacional haja se envolvido para justificar persuasivamente a ação. Ao que parece, a prevalência da dimensão política nas decisões sobre *crisis managemet* no Conceito Estratégico de 1999, demonstra a ausência de interesse da aliança em definir critérios claros para sua atuação. Em poucas palavras, enquanto não se desenvolver plenamente um conceito de segurança inclusivo, que contemple a dimensão militar e abarque as demandas dos direitos humanos, e as premissas de segurança tradicional permearem fortemente o ideário comum, a possibilidade de eficácia dos regimes como a OTAN, que passou a incorporar essa demanda, é significativamente enfraquecida. A incorporação plena e especificada de mecanismos eficazes no combate à violação dos direitos humanos no regime da OTAN parece ser dependente da aceitação por parte da sociedade civil de tais princípios, realmente de forma universal e despida de critérios exógenos.

Para concluir, o Conceito Estratégico de 1999 criou um novo regime de segurança para a OTAN? Um regime se caracteriza por um conjunto de “princípios, regras e normas que restringem o comportamento das nações, na crença de que outros atores envolvidos farão o mesmo”[12]. Desse ponto de vista, é possível dizer que sim. Embora a intervenção humanitária não se torne regra ou norma capaz de moldar o comportamento dos membros da aliança, pois não estabelece critérios explícitos de atuação para a *crisis management*, a defesa dos direitos humanos é institucionalizada e passa a ser um princípio a ser zelado pela organização. No entanto, a inexistência desses dois quesitos – regras e normas, se torna uma grave debilidade por comprometer sua eficácia ao impossibilitar o surgimento de padrões que garantiriam sua participação em uma série de eventos normativamente

[11] **STROMSETH**, Jane. “Rethinking Humanitarian Intervention: the case for incremental change”. In: HOLZGREFE**,** J. L., KOEHANE, Robert O. (ed). *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. pp. 246

[12] **JERVIS**, Robert. “Security Regimes”. *International Organization*, vol. 36, n. 2, International Regime, p; 357-378, 1982. pp. 357

previstos para o envolvimento da OTAN. Facilitaria a operacionalização dos preceitos estipulados. Do modo como foi formulado, a relevância da Aliança Atlântica na resolução de conflitos caracterizados por violações humanitárias na região Euro-Atlântica é sempre incerto e dependente da conjuntura.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora na Resistência Político-Democrática (1980-1985)[I]

Juliana Pinto Carvalhal[II]

Esta comunicação tem por objetivo suscitar uma breve análise acerca da atuação do movimento em prol dos direitos humanos de Juiz de Fora, Minas Gerais, surgido dos quadros da Igreja Católica, entre os anos de 1980 e 1985. Os aspectos aqui abordados constituem parte integrante de uma pesquisa em andamento voltada para a conclusão do curso de Pós-Graduação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Vários aspectos são passíveis de serem contemplados ao tratarmos do regime autoritário que se instalou no Brasil através do golpe militar de 1964, contudo, para os fins aqui propostos, serão privilegiados dois aspectos extremamente caros à análise dos Direitos Humanos no Brasil, quais sejam, a implantação de um diversificado aparato repressivo pelo Estado e o desmantelamento progressivo dos setores oposicionistas de esquerda, bem como o ressurgimento destes, sob nova perspectiva, ao longo da década de 1970.

A luta pela promoção dos direitos humanos tornou-se fundamental em razão do aparato repressivo criado pelos militares. [1] Nos anos que sucederam a edição do Ato Institucional n°. 5, a repressão contra as organizações de esquerda revolucionárias se consolida, [2] e as denúncias de tortura passam a ser ostensivamente veiculadas no exterior.[3]

O SNI (Sistema Nacional de Informações), segundo Carlos Fico, foi implantado meses após o golpe. Porém, foi com a vitória da linha-dura _ representada pela posse de Costa e Silva_ que o SNI teve suas atribuições ampliadas, [4] dando origem a uma

[I] Comunicação de pesquisa apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História.
[II] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

"vasta rede de espionagem, implantada em todo o país" [5]. O aparato repressivo criado pelo Estado tinha como "pilares básicos" [6] a "espionagem, polícia política, censura e propaganda" [7]. O auge de tal aparelho dá-se por volta de 1970, isto é, após a publicação do AI - 5 (ou como tem sido chamado, o "golpe dentro do golpe"), quando são criados o Sistema Nacional de Informações (Sisni)[8], e o CODI-DOI (Centro de Operação de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações), ou a "turma do interrogatório" [9], cuja estrutura havia sido inspirada na OBAN (Operação Bandeirantes)[10].

A prática da tortura longe de se constituir fruto de excessos,[11] foi introduzida de modo a garantir a "eliminação de muitos líderes de movimentos de resistência e de oposição" [12], posto que a esquerda, desde 1961, de acordo com Denise Rollemberg, passou a se fragmentar, surgindo então diversas organizações que se colocavam como alternativa ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Em comum, tais organizações tinham por necessidade a recuperação da luta armada, ainda que de formas diversificadas.[13] "Outro ponto comum nas organizações foi a supervalorização da ação, ainda que mais presente em umas que em outras". [14]

Para Rollemberg, as organizações de esquerda revolucionárias, à exceção do PC do B[15], surgiram e foram desmanteladas pelo regime em cerca de dez anos (entre 1961 e 1971-2).[16] Já "por volta de 1972, os militantes da luta armada (...) estavam mortos, presos, no exílio, clandestinos dentro do próprio país" [17]. O sucesso da ação repressiva promovida pelo Estado sobre tais organizações deve-se não apenas ao aperfeiçoamento do aparelho de coerção e à larga utilização da tortura, mas também à falta de adesão da sociedade ao projeto revolucionário por elas proposto, ocasionando o isolamento das mesmas.[18]

Ao esgotamento do modelo econômico implantado pelos militares, acelerado pelos efeitos da crise internacional do petróleo, seguiu-se um período de grande instabilidade, em que a crise de legitimidade do regime e a falta de coesão do grupo militar, tornaram-se evidentes, criando as condições necessárias para que a

liberalização do regime se tornasse uma opção menos custosa para o bloco dirigente do que a permanência no poder.[19]

Os movimentos populares que pareciam controlados, voltam a crescer após 1978, quando ocorre a primeira greve, após dez anos, dos operários do setor automobilístico da região do ABC paulista e quando o Movimento Custo de Vida alcança proporções nacionais. Uma nova movimentação passará a reivindicar ostensivamente a anistia, através de debates, passeatas, comícios, atividades amplamente apoiadas por setores da sociedade civil, inclusive aquelas ligadas à luta pelos Direitos Humanos. [20] Estas forças sociais exerceram papel fundamental na legitimação das reformas constitucionais que revogaram medidas de exceção como o quinto Ato Institucional.[21]

As reivindicações pela volta da legalidade, pelos Direitos Humanos e pelo projeto democrático eram amplamente aceitas por vários setores da sociedade,[22] que passaram a buscar a construção de um espaço que rompesse com a clandestinidade, ao mesmo tempo em que fazia frente ao regime militar. [23]

A missão social da Igreja tornou a mudança de seu posicionamento frente ao regime militar e às classes subalternas um imperativo, levando a constantes conflitos com o governo.[24] No intuito de manter a integridade institucional da Igreja, a CNBB (Comissão Nacional de Bispos do Brasil) passou a concentrar seus esforços no fim da bipolarização entre conservadores e progressistas, o que se fez viável após 1970, quando uma chapa progressista foi eleita para a direção desta.[25]

Segundo Riolando Azzi, nas últimas décadas do século XX assistimos à introdução no interior da instituição católica de uma nova concepção de Igreja, isto é, a concepção de “Igreja Povo de Deus” [26], baseada nos rearranjos entre fé e política. Concepção esta que acabou por entrar em choque com as outras mais conservadoras. Neste contexto, a “Teologia da Libertação” [27] desenvolvida na América Latina, foi uma das manifestações desta renovação do pensamento católico mundial e recebeu grande estímulo da Conferência do Episcopado Latino Americano (CELAM) em

Medellín, Colômbia, em 1968, [28] quando o discurso do Concílio Vaticano II foi adaptado às necessidades do povo latino. [29]

Estes aspectos foram excepcionalmente importantes para o que seria o início de uma campanha nacional contra a violação dos Direitos Humanos, liderada pela Igreja, juntamente com outras instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).[30] A luta pelos direitos humanos deu-se no seio da Igreja através de duas estratégias: pela ação efetiva junto às autoridades policiais, políticas ou jurídicas em casos específicos;[31] e pela constante denúncia em declarações e manifestos, centrados principalmente em casos de maus tratos, espancamentos e torturas, e nas questões referentes aos direitos dos povos indígenas, da classe operária, da população marginalizada dos centros urbanos e da posse de terra.[32]

A campanha teve início no ano de 1973, data comemorativa do 25º. aniversário da Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas e dos dez anos da encíclica do Papa João XXIII, *Pacem in Terris*, considerada a formulação cristã dos Direitos Humanos.[33] Neste momento, a Secretaria Geral da CNBB lança o documento *19 Proposições sobre Direitos Humanos*, em que verificamos na Proposição 1.7 que "A Igreja deve mobilizar o laicato para o esforço de informação, denúncia e defesa dos Direitos Humanos" [34] e ainda, na Proposição 12, nota-se que a "criação de centros de informação nas Dioceses e Regionais, de maneira a organizar melhor a circulação de informações" [35] é uma proposta da Igreja que atinge diretamente as bases.

É neste contexto de luta pela volta ao regime democrático e pela defesa dos Direitos Humanos que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora (CDDH/JF) irá surgir. O movimento foi fundado em 15 de outubro de 1980[36] por membros da Igreja Católica de Juiz de Fora, os quais, ao sentir a necessidade de um organismo deste tipo, buscaram no apoio de Pe. Redentorista Jaime Snoek[37] e no apoio institucional representado pela figura do Arcebispo local, Dom Juvenal Roriz, as condições para reunião e fundação da entidade.[38]

A iniciativa pela criação de um organismo de defesa dos direitos humanos em Juiz de Fora deve-se aos casos de tortura e outras arbitrariedades que se fizeram conhecidos às vezes de modo bastante direto como a prisão de uma das filhas da militante da entidade, Leda Schmidt,[39] ou como a prisão de Itamar Bonfatti (professor aposentado da UFJF, membro do Movimento Familiar Cristão, que cooperou para a fundação da entidade) [40]. Outras vezes de maneira indireta, já que uma das primeiras denúncias de tortura vieram dos presos políticos que haviam sido confinados no presídio de Juiz de Fora.[41]

A influência do "Grupo de Ação, Justiça e Paz" de Petrópolis, RJ, também foi de grande importância para a formação do núcleo juizforano. Futuros membros da entidade, tema desta pesquisa, participaram ativamente das reuniões em Petrópolis, onde mantiveram contato com Frei Leonardo Boff e com os preceitos da Teologia da Libertação. [42]

As primeiras reuniões para a fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora, segundo dados coletados nas Atas de reunião, ocorreram em agosto de 1980, mas o caráter que norteará o funcionamento do organismo torna-se, de fato, melhor expresso na ata de fundação em que fica estabelecido que o grupo encontra-se "sob respaldo da arquidiocese" e que compromete-se com os "princípios de Medellin e Puebla para auxílio dos injustiçados".[43]

A atuação do CDDH/JF visa atingir a sociedade local através da veiculação dos princípios democráticos, como por exemplo a distribuição no meio operário em 1981, de cerca de cinco mil folhetos sobre as "duas leis do salário-desemprego"; [44] e a distribuição de uma cartilha política elaborada pela entidade em 1982, cujo texto final faz menção à importância da reflexão antes do voto e da cobrança quanto ao comprometimento daqueles que foram eleitos. [45] A resistência ao regime militar, como já foi dito anteriormente, passava pela busca de construção de espaços que interrompessem a experiência da clandestinidade, pautando-se sob novas práticas

entre as quais citamos a publicação de notas de protesto e de solidariedade na imprensa. Tal é caso do protesto contra a "bomba na OAB" e ainda da nota em favor de dois juizforanos presos durante uma reunião da CUT (Central Única dos Trabalhadores), ambos eventos de 1981. [46]

A análise primária das correspondências expedidas e recebidas pela entidade entre os anos de 1980 e 1985 nos informa de uma intensa rede de protestos e solidariedade que se estabeleceu no país. Os dados recolhidos até o momento revelam um sem número de organizações que entraram em contato com o CDDH/JF, entre os quais: Anistia Internacional [47]; Arquidiocese de Fortaleza [48]; Secretariado Nacional Justiça e Não Violência do Brasil [49]; Comissão Pastoral da Terra Tocantins/Araguaia [50]; Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba [51]; etc, e pelos mais diversos objetivos, dos quais enumeramos: veiculação de denúncias de violação dos direitos humanos; convites para eventos diversos; solicitação de ajuda financeira ou de pedido de materiais didáticos; correspondências de protesto enviadas à inúmeras autoridades; correspondências de expressão de solidariedade; entre outros.

Havia, de fato, um projeto democrático sendo gestado pelos mais diversos setores da sociedade, muito embora este pareça ser um aspecto desconsiderado por boa parte da literatura sobre o regime militar. [52]

---

[1] PRADO, Luiz C. D. & EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX . R J: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4, pp. 207-41.

[2] ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L.. (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX . R J: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4, p. 66.

[3] FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004, p. 85. Ver também: GASPARI, Elio. **Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002, pp. 269-70, 275-287, 289-92.

[4] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. (orgs.). Op. Cit., pp. 175-6.

[5] Idem., p.176.

[6] Idem, p.175.
[7] Idem, p.167.
[8] De acordo com o historiador Carlos Fico, o Sisni "trabalhava com informações e contra informações, no Brasil e no exterior (...), e subdividia-se em diversos 'sistemas setoriais'". Ver: FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. (orgs.). Op. Cit., pp. 177.
[9] Idem, p.177.
[10] A OBAN foi implementada pelo II Exército em São Paulo em 1969; previa o trabalho conjunto entre Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Civil e Militar sob o amparo do governo do Estado. Ver: FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. (orgs.). Op. Cit., pp. 184-5.
[11] FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004, p. 82.
[12] MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v.17, n°34, 1997, p. 204.
[13] ROLLEMBERG, Denise.Op. Cit., p.57-8. Ver também: RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
[14] Idem, p. 58.
[15] A ação de guerrilha rural dos militantes do PC do B empreendida na região do Araguaia deu-se entre 1972 e 1974, quando foram duramente reprimidos.Ver: ROLLEMBERG, Denise.Op.Cit., p.67.
[16] Idem, p. 66.
[17] Idem, p. 66.
[18] Ibidem.
[19] SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 29, n°2, 1986, pp. 215-7.
[20] MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. **Dos Filhos deste Solo.** SP: Editora Fundação Perseu Abramo/ Boitempo Editorial, 1999, p.13.
[21] MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**: 1916-1985. SP: Brasiliense, 1979, pp 170-1.
[22] ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada**. RJ: FGV, 2000, p. 123.
[23] Idem, p. 118.
[24] MAINWARING, Scott. Op. Cit., p. 25.
[25] DELLA CAVA, R.. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. IN: KRISCHKE, P. J. & MAINWARING, S. (orgs.). **A Igreja nas bases em tempo de transição**. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986, p.121.
[26] De acordo com Riolando Azzi, desde a colonização do Brasil foram adotadas três concepções de Igreja, sendo a concepção de "Igreja Povo de Deus" a mais recente. Esta acaba por entrar em conflito com as concepções anteriores, a saber, a "Igreja Cristandade" e a "Igreja Sociedade Perfeita" (mais especificamente com esta última já consolidada no interior da hierarquia católica). Ver: AZZI, R.. A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira.** Vol. 37, fasc. 145, mar. 1977, pp.106-7; 111; 115-29.
[27] De acordo com Scott Mainwaring, os primeiros clássicos acerca da Teologia da Libertação surgiram entre 1969 e 1973, entre os quais destacam-se a obra do brasileiro Hugo Assmann, *Opreción-Liberación: Desafio a los Cristianos* (1971) e do também brasileiro Leonardo Boff, *Jesus Cristo, Libertador* (1971). IN: MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil:** 1916-1985. SP: Brasiliense, 1979, pp. 132-4.
[28] MAINWARING, S.. Op. Cit., pp. 92-4. Ver também: KRISCHKE, P. J.. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 85-6.
[29] DELLA CAVA, R.. Op. Cit., p.16.
[30] KRISCHKE, P. J.. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 70-1.
[31] AZZI, R.. Op. Cit., p.140. Como exemplificação deste caso, ressaltamos a atuação da Comissão Bipartite, composto por membros da hierarquia católica e do governo, durante os anos Médici. Ver: SERBIN, Kenneth P.. **Diálogos na Sombra**. RJ: Companhia das Letras, 2001.

[32] AZZI, R.. Loc. Cit.. Criaram-se organizações que permitiam uma maior mobilização, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de 1972, o Encontro Inter-Eclesial, voltado para a troca de experiências entre as Comunidades Eclesiais de Base (o primeiro encontro aconteceu em 1974), e a Comissão Pastoral da Terra em 1975. IN: DELLA CAVA, R.. Op. Cit., p.23. Eram também atuantes no momento em questão o Grupo Não-Violência, núcleo do trabalho pelos direitos humanos da CNBB. IN: SERBIN, K. P.. Op. Cit., p.321-2. E ainda, a Comissão Brasileira Justiça e Paz. Ver: BANDEIRA, Marina & MENDES, Candido. **Comissão Brasileira Justiça e Paz**. Rio de Janeiro: Educam, 1996, pp.61-2.
[33] CASTANHO, A. **Direitos Humanos**: Aspiração ou Realidade? SP: Ed. Loyola, 1973, pp. 98-9.
[34] CASTANHO, A.. Op. Cit., p. 108.
[35] Idem, p. 115.
[36] "Ata de Assembléia Geral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora". Arquivo Histórico Pe. Henrique Oswaldo Fraga, Pasta CDDH.
[37] Religioso da Congregação dos Redentoristas, holandês, professor aposentado da UFJF.
[38] Entrevista realizada com Leda Schmidt.
[39] Entrevista realizada com Leda Schmidt.
[40] Entrevista realizada com Itamar Bonfatti.
[41] GASPARI, E. **Ditadura Escancarada**. SP: Companhia das Letras, 2002, p. 285.
[42] Entrevista com Suzana Villaça. Ver também: SEDOC, maio de 1982, p. 1047.
[43] "Ata de Assembléia Geral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora". 15 de outubro de 1980. Caderno de Atas de 1980.
[44] SEDOC, maio de 1982, p. 1049.
[45] CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA, **Educação Política**: Cadernos Populares 1. Juiz de Fora: Esdeva, 1982, p.23.
[46] SEDOC, maio de 1982, p. 1048.
[47] Correspondência de 17 de maio de 1982, Pasta de Correspondências Recebidas de 1982.
[48] Correspondência de 17 de dezembro de 1982, Pasta de Correspondências Recebidas de 1982.
[49] Correspondência s/d, Pasta de Correspondências Recebidas de 1982.
[50] Correspondência de 25 de março de 1982, Pasta de Correspondências Recebidas de 1982.
[51] Correspondência de 24 de março de 1982, Pasta de Correspondências Recebidas de 1982.
[52] Constituem exemplos desse tipo de abordagem que defendem uma transição pactuada: GASPARI, E. **Ditadura Envergonhada**. SP: Companhia das Letras, 2002, p. 36;41. COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura** - Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 316-7. Para um exemplo de valorização dos movimentos sociais surgidos durante o processo de abertura, contrariando a tese acima defendida, ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX . R J: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4, pp. 264-79; 273.

A Corte negociada:
a presença de Aureliano Coutinho no golpe da maioridade de 1840.

Julio Bentivoglio (UFG-CAC)

Este breve texto discute, em linhas gerais o episódio da Maioridade a partir da presença de Aureliano Coutinho, suposto líder de um grupo conhecido como *facção áulica*. Ele procura demonstrar que, para além dos partidos, que ainda se encontravam em um processo de formação, os negócios e as relações de parentesco balizavam a inserção no mundo do governo naquele momento. Lembro que a conjuntura regencial foi um momento ímpar na trajetória do jovem Império brasileiro, em que as ambições partidárias de grupos de interesses afloraram para tomar de assalto o Estado. Amalgamados em torno de redes de parentesco, de negócios, de sociabilidades políticas e sociedades secretas, esses grupos constituíam verdadeiras facções do jogo político possível que, lentamente, se articulariam nas fileiras das duas principais agremiações polítcas. As distinções partidárias, nessa altura não permitem ver a diversidade dos posicionamentos políticos encontrada. Ou seja, nem todos oficiais do exército ou da marinha eram restauradores, nem todos os comerciantes de grosso trato eram conservadores, nem todos os capitalistas da província de São Paulo eram liberais.

Além dos dois agrupamentos partidários em gestação, liberais e conservadores, existiam outros grupos menos numerosos, pouco expressivos, mas que se colocavam no cenário político visando angariar adeptos e integrar o mundo do governo. De todos eles, aquele que teria maior destaque, tendo em vista a atenção recebida e as críticas veementes que lhe foram direcionadas, talvez tenha sido a facção áulica

Ao que tudo indica, a expressão *áulicos* fôra utilizada na Inglaterra pela oposição para identificar o grupo mais próximo de George III. No caso brasileiro, o uso do termo *facção áulica* a desqualificava como um partido e exacerbava o caráter pejorativo. O termo facção, muitas vezes utilizado e bastante comum durante o período regencial, era sempre empregado com um sentido dissuasivo de elemento perturbador. Significava muitas vezes grupo dissonante e desagregador, fugidio à legalidade e avesso às regras. Para seus críticos, os áulicos eram palacianos interesseiros que enredavam o jovem imperador. O uso da expressão foi feito pela primeira vez no folheto de Firmino Rodrigues da Silva, em 1847, *A dissolução do Gabinete de 5 de maio ou a Facção Áulica*, opúsculo publicado no Rio de Janeiro em 1847 pela Typographia P. Brito que detém sua análise quase que exclusivamente na formação e queda do 6° Gabinete, conhecido como liberal regressista, liderado por Holanda Cavalcanti, ao qual faz críticas contundentes.

Posteriormente, o termo facção áulica foi tomado num sentido completamente diverso do que fôra utilizado por Firmino Rodrigues, na circular de Teófilo Ottoni aos seus eleitores de 1860, e na biografia do senador Furtado em 1867. Em sua famosa *Circular dedicada aos srs. Eleitores* de 1860, Teófilo Otoni descreve, em algumas páginas, suas impressões acerca da facção áulica, afirmando que ela era manipulada pelo imperador. Já no panfleto de Firmino, os áulicos é que manipulavam o jogo político. Tais versões correspondem também à própria mudança de situação do imperador, tendo em vista a época em que os textos foram redigidos. Quando o panfleto de Firmino foi escrito o Imperador tinha 21 anos e era jovem. Depois, em 1860 e ainda 1867, ele exercia uma participação mais decisiva nas questões político-administrativas.

O fato é que, no início de 1840, os liberais se aproximaram da facção áulica numa tentativa de conter o Regresso com o plano da Maioridade. O grupo que a compunha é de difícil delimitação, mas provavelmente foi integrado por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, Saturnino de Sousa e Oliveira, que era seu irmão, Cândido José de Araújo Viana, Paulo Barbosa da Silva, Mordomo-mor e amigo pessoal de Aureliano, e, talvez, Peixoto de Brito e Lopes Gama. Alguns autores acreditam também que eles contavam com a simpatia do magistrado e senador José Clemente Pereira, que foi reabilitado politicamente depois da Maioridade.

É preciso, contudo, retornar ao período regencial para melhor compreender a trajetória pessoal de Aureliano e, destarte, também dos chamados áulicos. Em primeiro lugar lembro que Aureliano se tornou próximo de Feijó, em 1831, obtendo inclusive, do ministro da justição e regente pastas ministeriais. É interessante observar que a abdicação de D. Pedro I havia aproximado exaltados e moderados, com o predomínio da proposta dos últimos junto ao governo. Os expoentes do momento foram Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Feijó. Os dois primeiros participaram não só da *Oligarquia*, como também da Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional. Feijó e Vasconcelos rompem em 1835, quando o mineiro é preterido na escolha das pastas ministeriais. Com Evaristo a ruptura também ocorreu motivada pela recusa de um federalismo radical por parte deste. A derrota de Feijó, com seu golpe frustrado colocou o grupo conservador no poder. Depois da frustrada tentativa de apoiar o governo de D. Januária, os liberais, capitaneados pelos Andrada idealizam o Clube da Maioridade. A meta era antecipar a subida ao trono de Pedro II e, com isso, retornar ao poder. Iniciativa de José de Alencar, rapidamente transformada em realidade com a Sociedade Promotora da Maioridade. “A primeira assinatura, que o projeto de resposta à fala do trono recebeu foi a de Aureliano, que não pertencia ao clube e ´pairava entre os dois partidos´”[i]

O projeto da Maioridade apresentava dois problemas: a dificuldade para se conseguir a alteração do artigo 121 da Constituição, para que o imperador, aos 14 anos

pudesse subir ao trono e a idéia de instituir novamente o Conselho de Estado, repudiado por exaltados e parte dos moderados. Não é à toa que o autor do projeto, Holanda Cavalcanti, o viu rejeitado pelo Senado. Honório Hermeto, na Câmara dos Deputados, em 18 de julho de 1840, pediu uma solução racional, despida de elementos revolucionários, a fim de ser aceita por seus efeitos proveitosos. Sugeriu que se fizesse um projeto para as eleições vindouras e que a nova legislatura apreciasse o projeto da maioridade. Aproveita para repelir a utilização de "homens rasteiros para seduzir o ânimo do imperante".[ii] Clemente Pereira, exasperado revela então que se a a maioridade não pudesse surgir na Câmara, naquele momento, que fosse então aclamada por ato revolucionário do povo.[iii] Limpo de Abreu consegue aprovar sua indicação para que uma delegação fosse ao Senado apreciar a matéria. Na sessão do dia 21, depois de grande tumulto, deliberou-se que era preciso ouvir o próprio imperador, ao passo que se tentou o adiamento da Assembléia, proposta acenada pelo ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Convidado para o Gabinete na noite do dia 21 para o dia 22 de julho, na manhã deste dia decidem pelo adiamento da Câmara, que é acatado na Assembléia, mas é barrado por Paranaguá no Senado, que impede a leitura do decreto do adiamento. Um grupo de deputados vai ao Senado, liderados por Antônio Carlos e decidem consultar o imperador sobre a matéria: se ele desejava subir ao trono agora ou em 2 de dezembro. Ouviu como resposta o famoso *Quero já*.

O papel dos áulicos, dos palacianos fica claro quando, das atas do Clube da Maioridade, se observa que Martim Francisco havia solicitado que alguém *do alto*, próximo ao imperador, se inteirasse de sua vontade de ter a maioridade declarada. Ao que D. Pedro II teria dito que a queria decretada pelos Andradas e seus amigos.[iv] Posteriormente o próprio imperador confessaria que não aceitou a maioridade numa atitude impensada, mas que acendia *ao conselho de diversas pessoas que o cercavam*. Certamente dentre estas pessoas estava a figura de Aureliano. Isso leva à conclusão de que a maioridade, "impropriamente definida como um golpe parlamentar, foi, na realidade, um golpe palaciano, no qual o elemento decisivo foi a manifestação da vontade do jovem príncipe."[v]

Conseqüentemente, o primeiro gabinete era formado por elementos ligados ao paço: os dois irmãos Cavalcanti, os dois Andrada, Aureliano e Limpo de Abreu. Não representava portanto uma expressão dos liberais. Esse gabinete maiorista seria substituído em 23 de março de 1841, após os lamentáveis episódios fraudulentos nas eleições de 1840, pelo chamado gabinete palaciano composto por Cândido José de Araújo Viana, Paulino José Soares de Sousa, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, marquês de Paranaguá e José Clemente Pereira.

Vale lembrar que Aureliano Coutinho fazia parte do grupo *Oligarquia*, que era composto também por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Carneiro Leão e cujos laços

compreendiam ainda Evaristo da Veiga, Diogo Antônio Feijó e Chichorro da Gama. Para levar adiante o projeto de emancipação do jovem imperador, arregimentaram a estima de Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, que presidia o Senado.

A partir daí, começam as reuniões na Quinta da Joana, logradouro carioca, local da residência de Paulo Barbosa da Silva, indicado para mordomo do Paço pelo próprio Aureliano. Juntos, também eram responsáveis pelo jornal *A Verdade*. Os áulicos provavelmente apoiaram a candidatura de Holanda Cavalcanti para a Regência, e este participou do Clube da Maioridade, como vice-presidente. Teófilo Otoni também participou do *Oligarquia*, embora tenha se afastado do grupo em meados de 1834, quando da interpretação do Ato Adicional, rompendo com seus antigos amigos mineiros, inclinados agora ao partido Conservador. Para Otoni, a *Oligarquia* representava decisivamente os interesses dos traficantes de escravos[vi]. Também Bernardo Pereira de Vasconcelos romperia com o grupo após a derrota de sua candidatura a uma cadeira do Senado, fato que, aliás, atribuiu à inteferência de Aureliano Coutinho. No interior da Corte, a crise dos palacianos, polarizada entre o grupo de Aureliano e o dos Andrada, havia sido superada, a despeito do afastamento de José Bonifácio da tutoria de D. Pedro II por Aureliano.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, que nasceu em Niterói, em 1800, cursou a Academia Militar e formou-se em Direito em Coimbra. Era filho de Aureliano de Sousa e Oliveira, coronel do Imperial Corpo de Engenheiros a quem D. Pedro I comissionou o governo das Armas de Santa Catarina, e de Francisca Flávia de Proença Coutinho. Homem de negócios, culto, organizou diversos empreendimentos comerciais, dentre eles a primeira companhia de ônibus do Rio de Janeiro. Lúcia Guimarães aponta que

> "se por um lado, é inegável que ele representou uma espécie de 'elemento movediço, fora de toda a classificação partidária' em virtude dos seus vínculos pessoais com o imperador, por outro, cabe acrescentar que ainda não se examinou com todo o devido cuidado a trajetória desse político liberal ousado, capaz de manifestar-se favorável à supressão do tráfico negreiro, sendo por isso acusado de favorecer os interesses ingleses, e que também afrontou a *trindade saquarema* [grifos da autora] na sua própria base política."[vii]

O casamento com Adelaide Guilhermina de Castro Rosa em Minas Gerais abriu para Aureliano o acesso a uma importante rede de negociantes mineiros. Após sua eleição para o Parlamento, na legislatura de 1830 a 1833, o futuro visconde de Sepetiba foi indicado para a presidência da província de São Paulo em 1831, durante o episódio do assassinato do jornalista Líbero Badaró. Permaneceu no cargo por três meses e retornou ao Rio, devido

à abdicação de D. Pedro I, não sem antes firmar contatos com os liberais moderados paulistas, do grupo de Diogo Feijó.

Na capital do Império foi nomeado Juiz de Órfãos e Independente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, tornando-se assim, o principal auxiliar do então ministro da Justiça Diogo Feijó. Com a saída de Diogo Feijó do ministério da Justiça, para integrar a Regência Trina Permanente, Aureliano foi nomeado ministro do Império, depois passou ao ministério da Justiça, acumulando também a pasta dos Negócios Estrangeiros em 1833. Em 1835 deixou o gabinete, para se tornar desembargador. Na pasta da Justiça, foi responsável pelo afastamento de José Bonifácio da tutoria do futuro imperador em 1833. Curioso notar que, em segundas núpcias Aureliano viria a se casar com a neta de Bonifácio, Narcisa Emília de Andrada Vandelli.

Aureliano colocou então no Paço pessoas de sua confiança para acompanhar D. Pedro II. Nomeou como seu tutor o marquês de Itanhaém, preceptor Frei Pedro Santa Maria, futuro Bispo de Crisópolis e dona Maria Verna Magalhães Coutinho como camareira. Paulo Barbosa da Silva foi nomeado como Modormo da Casa Imperial. Como isso aumentou as antipatias e as reservas da oposição, que passaram a vê-lo como uma influência perigosa junto ao futuro imperador. Vem daí as referências à *facção áulica.*

Quando saiu do governo em 1835, para assumir o cargo de desembargador, para o qual havia sido nomeado em 1833, publicou *A impostura do senador Bernardo Pereira Vasconcellos desmascarada*, para defender-se das críticas que lhe foram feitas. Somente em 1838 retornou à política, quando foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro, ocasião em que voltou a participar como figura de destaque na chamada crise da maioridade, da qual foi um dos entusiastas.

No primeiro ministério de D. Pedro II, Aureliano Coutinho foi indicado para a pasta dos Negócios Estrangeiros. Foi acusado de se beneficiar da compra de sorvetes por ele próprio introduzidos nas recepções do ministério, de super faturar a compra dos terrenos da casa de Correção no Catumbi e de ter recebido uma parelha de bestas em pagamento a um despacho.

Em sua administração, inúmeras realizações foram feitas: instituiu medalhas para os alunos de belas artes, regulamentou a legislação sobre a infância e sua proteção, fundou a Casa de Correção, estabeleceu linhas de tração animal entre vários bairros do Rio de Janeiro, criou o Montepio dos Servidores e fundou a Caixa Econômica. Como Ministro dos Estrangeiros reestruturou e ampliou esta pasta, tratou das delicadas comissões mistas brasileiras e portuguesas, abordou o delicado problema das presas navais feitas quando do bloqueio de Buenos Aires, bem como negociou o casamento das duas princesas e do imperador.

Eleito deputado novamente em 1838, atuou na chamada crise da maioridade e passou a integrar o novo gabinete como ministro dos Negócios Estrangeiros, permanecendo em dois sucessivos gabinetes até 1844, quando foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro. Quando terminou seu mandato, era já senador do Império por Alagoas, cargo para qual fora nomeado pelo Imperador em 1842, onde permanceu até sua morte em 25 de setembro de 1855.

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho presidiu também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, após o falecimento de Cunha Matos, oferencendo, em nome da Instituição, na Sessão Solene do 2º aniversário, ao imperador e suas duas irmãs, a medalha da fundação do Instituto, cunhadas por Zeferino Ferrez, em ouro e prata, que se tornaria o logotipo da instituição

Seu irmão Saturnino de Souza e Oliveira também era bacharel em Direito por Coimbra e foi um liberal ardoroso no Primeiro Reinado. Ocupou o cargo de inspetor da alfândega por muitos anos, foi presidente do Rio Grande do Sul de 1839 e 1841, deputado geral de 1834 a 1837 e de 1843 a 1847. Também se tornou ministro dos Estrangeiros no gabinete de Alves Branco entre 1847 e 1848.

---

[i] ARARIPE, Tristão de Alencar & LEAL, Aurelino. *O golpe parlamentar da maioridade.* Brasília: Senado Federal, 1978, p.91.
[ii] Ibidem, p.123.
[iii] Ibidem, p.95.
[iv] OTONI, Teófilo Benedito. A circular de Teófilo Otoni. (Rio de Janeiro) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.78, parte II, 1915, p.75 passim.
[v] CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana. In: HOLANDA, S. B. de (org). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difel, 1986, p.61.
[vi] MAGALHÃES, Basílio de. A circular de Teófilo Otoni. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.78, parte II, 1915, p.154.
[vii] GUIMARÃES, Lúcia M. P. Verbete facção áulica. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Instigando o Olhar:

as representações das identidades *queers* no filme Carandiru

Justina Franchi Gallina

Mestranda em História/UFSC

O cinema é um meio de comunicação de massas que há um século desenvolve papel importantíssimo na construção social, política e cultural da sociedade moderna. Nas produções brasileiras dos últimos 40 anos observa-se uma apresentação padronizada das identidades *queers* (hoje entendida como uma manifestação afirmativa da homossexualidade[1]), evidenciando que as dificuldades que temos em conviver com as alteridades nos levam à produção de modelos estereotipados. Nesse contexto, privilegiaremos as representações das identidades *queers* no filme Carandiru (2003), do diretor Hector Babenco, devido aos seus elementos de ampla representação social da cultura contemporânea.

Movimento de Gays e lésbicas e as Identidades *queers*

Particularmente o século XX deu imensa importância à sexualidade e essa passou a constituir uma gama de saberes que reforçou a divisão binária dos sujeitos. Essa divisão, no entanto, fundou-se no sexo fisiológico, estabelecendo uma hierarquia na qual um era 'melhor' que o outro. Além disso, as práticas sexuais também passaram a ser questionadas, relegando a apenas alguns o pertencimento à 'normalidade'.

No decorrer de pouco mais de um século de existência, o cinema vem trabalhando com uma divisão binária, mas no Brasil, especificamente a partir de meados da década de 1970, passou-se a enfatizar a emergência de novos sujeitos, representados pelas identidades *queers.* A terminologia *queer,* (utilizada como forma política de manifestação afirmativa da homossexualidade por parte de alguns movimentos que questionam, acima de tudo, a heteronormatividade compulsória da sociedade[2]), passou a ser utilizada no final da década de

1960, nos Estados Unidos, como uma forma pejorativa de diferenciar e discriminar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. Com o passar do tempo, os próprios grupos não-homofóbicos organizados incorporaram esse termo para designarem-se uns aos outros, descolando do termo seu sentido ofensivo. Dessa maneira, o termo *queer* passou a ser utilizado mundialmente sem ser traduzido, pois traz consigo um fundamento político e uma implicação epistemológica que não pode ser deslocada de sua historicidade.

> *Queer* é o estranho, o raro, o esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante, é o excêntrico que não deseja ser somente "integrado" e muito menos "tolerado". *Queer* é um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do "entre-lugares", do indecidível. *Queer* é um corpo "estranho" que incomoda, perturba, provoca e fascina[3].

No Brasil, a forte repressão aos movimentos culturais, acentuada após o AI-5, fez emergir contestações às bases 'sagradas' do cotidiano. Grupos minoritários passaram a experimentar as relações de amor livre, questionando a moral sexual da época. Com o início da abertura política em 1978, inicia-se a publicação, no Rio de Janeiro, do jornal *Lampião,* fundado por um grupo de intelectuais, artistas e jornalistas homossexuais. No ano seguinte os responsáveis por essa publicação foram indiciados, através de um inquérito policial, por contrariar a 'moral e os bons costumes'. Nesse período, a homossexualidade deixa de ser considerada apenas um motivo de escárnio e passa a ser reconhecida por suas ações reivindicatórias[4]. Mundialmente surgem vários grupos de afirmação da homossexualidade e a partir da efervescência desses Movimentos, a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1980, declara que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo não seriam mais consideradas desvios ou doença. Hoje em dia, esses grupos que se uniram inicialmente com o movimento feminista na luta contra o machismo, possuem sua luta fragmentada, de modo a contemplar a multiplicidade de especificações que as identidades *queers* representam.

A problemática da identidade emerge nesse contexto e o filme destacado é marcado pela emergência do pluralismo e pela ênfase nas particularidades individuais. As potencialidades lúdicas e de apelo à imaginação introduzidas por muitas das formas de comunicação de massa parecem constituir um apelo para refletir sobre a identidade humana de um modo em que os termos 'descentrada' e 'fluida' são os que freqüentemente nos surgem. A associação livre, a instabilidade dos significados e a ausência de verdades universais parecem encontrar a sua concretização ideal nessa tecnologia que é o cinema na chamada era 'pós-moderna'.

As identidades *queers* são auto-construídas, portanto, mutáveis, e se opõem à padronização e ao essencialismo de uma única identidade – a qual vêem como uma forma de dominação cultural que tenta impor um padrão à diversidade das experiências afetivas e sexuais. Ainda, "a identidade *queer* é uma identidade sexual que se teatraliza e cujos exemplos são os transexuais, os casais de gays ou lésbicas, as novas identidades homossexuais e as identidades que desestabilizam as identidades sexuais sejam homo ou heterossexuais[5]". Resumidamente, a tônica da teoria *queer,* representada por essas identidades, reside no fato de congregar toda uma comunidade que se opõe, de diferentes maneiras, à identidade heterossexual culturalmente estabelecida.

A dimensão sexuada do cinema

Os filmes, eixo central dessa grande instituição que é a indústria cinematográfica, são constituídos de uma dimensão sexuada que trabalha com os impulsos e desejos dos espectadores, reforçando o papel do cinema na condição de "um poderoso instrumento de dominação social e sexual[6]". As mídias sempre foram um espaço para a produção subjetiva e, no caso do cinema, "produzirão sujeitos sempre do ponto de vista da sujeição e da heteronomia, tendo em vista uma única ordem simbólica, a ordem patriarcal[7]".

Nesse ensaio, privilegiaremos as representações das identidades *queers* no cinema porque este é um mecanismo capaz de (re)produzir os preconceitos e estereótipos em torno dessas identidades através dos discursos por ele gerados e legitimados, da mesma maneira que tem o

poder de transcendê-los. Aqui o cinema é identificado com o que Teresa de Lauretis chama de 'tecnologias de gênero', ou seja, um arsenal de práticas de poder que constroem/são construídas pelo gênero. E mais, nas palavras de GANDELMAN (2003: 217[8]), de acordo com Lauretis, as tecnologias de gênero seriam "mecanismos institucionais e sociais que teriam o poder de controlar o campo da significação social e produzir, promover e implantar representações de gênero".

O Cinema Brasileiro: Carandiru (2003)

Utilizando o filme Carandiru como um documento histórico, apontaremos algumas identidades *queers*, enfatizando o papel da indústria cultural na produção dessas representações sociais prementes na contemporaneidade. Se, por um lado, é verdadeiro afirmar que o dispositivo cinematográfico pode colaborar na emancipação dos grupos ditos 'minoritários', por outro, o cinema pode contribuir para a não-construção de identidades *queers* politicamente fortalecidas. Ainda, realizaremos uma análise de algumas das figuras cinematográficas, do enfoque dado à representação das identidades *queers,* confrontando-a com os discursos sobre essa temática vigente no Brasil. Assim, ao examinarmos as identidades *queers* no cinema, transitaremos entre a obra cinematográfica e o mundo das 'relações sociais', evidenciando que o cinema é gerado, ao mesmo tempo em que é gerador das condutas e práticas sociais, resignificando-as.

Por tratar-se de um ensaio, o recorte temático a ser analisado no filme é limitado, intencional e particular. Por estarmos trabalhando com o universo representativo, devemos destacar que o enredo de um filme é composto por sua trama (proposta pelo diretor, roteirista, produtor, etc), mas cada indivíduo significa e 'absorve' partes específicas da trama, organizando em sua mente uma história única e individual. Desse modo, as interpretações acerca de um filme são sempre distintas e, por vezes, divergentes. O cinema (re)produz discursos, fantasias, formas de pensar e agir que geram subjetividades. E essas também são produzidas quando

uma obra cinematográfica contesta as relações sociais vigentes, demonstrando que elas são também relações de poder.

Acreditamos que relacionar as identidades *queers* na produção cinematográfica contribui para uma análise social mais ampla. A partir dessa premissa, questiona-se também a emergência da heterossexualidade como uma norma de comportamento social, o que nos faz refletir sobre as razões e o contexto de sua ocorrência[9]. Ou seja, a partir de nossa sexualidade falamos de nossa sociedade e de nossa relação com ela.

Os personagens *Lady* e *Sem Chance*

O filme Carandiru (2003), do diretor Hector Babenco, é baseado no romance Estação Carandiru de Drauzio Varella e conta a história de prisioneiros da Casa de Detenção de São Paulo, narrando as histórias de vida e as relações internas desses personagens até o derradeiro massacre ocorrido nesse local. Dentre esses personagens, destacam-se nessa análise *Lady* e *Sem Chance* - personagens homossexuais construídos como representação.

A leitura histórica e social dessa cena nos permite atingir zonas não-visíveis de nossa sociedade. Primeiramente começaremos pela constatação de que na prisão os personagens reconstroem todo o seu universo de valores pessoais e reproduzem práticas usuais do convívio em sociedade, resignificando-as. A permanência do casamento como instituição reguladora da união civil é um exemplo. O ritual é realizado dentro das convenções, com os noivos ‘a caráter’ e ao som de Ave Maria. Há inclusive a troca de alianças, com a entrada da noiva vestida de branco (com véu, grinalda e buquê), acompanhada de um acompanhante (no caso, o médico do presídio). No entanto, quem realiza o ato de legitimação da união não é um representante da igreja e sim um outro presidiário. A partir disso, podemos fazer uma ligação dos discursos proibitivos da Igreja em relação à união civil entre pessoas do mesmo sexo fisiológico.

Outra questão a ser levantada é que os personagens apresentados, por encontrarem-se em um mundo de exclusão, criam novos valores para o convívio em sociedade, no qual os desejos homossexuais são socialmente produzidos, assim como o são os heterossexuais. A

homossexualidade, portanto, não é vista com perplexidade. Nesse sentido, vale atentarmos para a construção e a contingência da heterossexualidade compulsória da sociedade ocidental moderna.

Analisemos agora a narrativa da cena através dos diálogos.

Mestre de cerimônia: *Sem Chance,* meu nêgo: tu aceita a *Lady* como tua legítima esposa?

Sem Chance: Sim. (Ouve-se gritos e aplausos)

Mestre de cerimônia: E tu *Lady,* aceita *Sem Chance* como teu marido?

Lady: Aceito. (Mais gritos)

Mestre de cerimônia: Pela bicha aqui, declaro vocês marido e mulher.

Através desse pequeno diálogo constatamos que a terminologia *bicha* continua sendo empregada usualmente na caracterização da homossexualidade masculina. Essa evidência nos remete ao ponto de vista defendido pelo antropólogo Luiz Mott, o qual trabalha com a manutenção de termos recorrentes de uso popular na afirmação da homossexualidade, ao contrário de Jurandir Freire Costa, que trabalha com o termo homoeroticidade.

Ainda, pensando essa cena sob um outro ângulo, faz-se necessário refletirmos sobre a representação dos personagens centrais: *Lady* e *Sem Chance.* Há uma nítida divisão de papéis sexuais na qual *Lady* assume o papel de 'mulher' e *Sem Chance* o de 'homem'. Nesse sentido, mesmo que essa forma de representação de um casal *gay* seja considerada um clichê em filmes, eles não são só uma criação dos diretores, roteiristas e produtores; são figuras reais de nossa sociedade e têm direito a serem apresentados pelo cinema. No entanto, o que queremos problematizar é a personagem travesti de *Lady.* Essa personagem significa uma negação da norma (a qual designaria a constituição do gênero masculino associado ao seu corpo de homem), ao mesmo tempo em que a afirma, pois transforma seu corpo (uso de silicone) para adequar-se ao 'padrão' feminino socialmente aceito.

Essa possibilidade de compreensão conserva a visão dualista da constituição das identidades *queers,* que minimiza a 'classificação' de um sujeito como homem ou mulher, de

acordo com as diferenças anatômicas. Ou seja, as reivindicações pela aceitação de novas formas de identidades sexuais na contemporaneidade não permitem mais a manutenção das interpretações binárias (masculino/feminino). Nesse caso, *Lady* realiza uma performance que mantém sua legitimidade como sujeito (ao adotar um corpo 'feminino'), mas resiste em aceitar as convenções de seu sexo fisiológico, ou seja, aceitar a heterossexualidade.

Portanto, nessa cena, a compreensão da identidade *queer* é evidenciada como uma construção teatralizada, reiterativa. Mas, será que essa foi a intenção do filme? Podemos dizer que essa representação está de alguma forma ligada às transformações dos discursos sobre as sexualidades na contemporaneidade? Questões como essas só estão presentes no cinema brasileiro por conta de uma crescente intensificação dos discursos e práticas da desconstrução dos binarismos feminino/masculino e homo/heterossesxual, ocorridas desde os anos 1980.

O casamento de *Lady* e *Sem Chance* aponta para a emergência de uma nova possibilidade de família: a família homossexual, formada por uma união de fato, declarada ou não. Esse é mais um dos inúmeros tipos familiares que, cada vez mais rapidamente, são colocados 'fora da lei' mas presente nos costumes e, quisera um dia, fossem legitimados sem a necessidade de um juízo normativo. Já não é em termos institucionais que definimos uma unidade familiar, mas antes, através da comunicação entre os seus membros, ou até através do dos direitos e dos interesses de cada um.

A partir desse breve ensaio percebe-se que a constituição dos gêneros vê-se desafiada pela erupção de minorias de toda a ordem que transportam consigo pretensões de legitimidade conflituais, quase sempre contraditórias com as convenções dominantes. A tomada de decisões sobre o corpo, a redescoberta de limites situados além das fronteiras tidas geralmente por 'naturais', a fruição da sexualidade, passam a fazer parte das possibilidades abertas pelo 'estilo de vida' desenvolvido na prisão. Nesse local, por constituir-se em um local de sociabilidades com normas próprias, já não se trata de desafiar as desvantagens comparativas que resultam de pertencer a uma minoria sociológica, trata-se de desafiar a própria pertença.

Ao enveredar-se neste caminho, a reflexão sobre as identidades *queers* interpela, de modo radical, as relações supostamente naturais entre a natureza e a cultura. As práticas *queers* enfrentam a existência de uma ordem natural biologicamente sancionada, que coloca os homossexuais em uma posição subordinada e desqualificada nas relações de convívio social. No entanto, a prisão é um ambiente social no qual a homossexualidade faz parte da cotidianidade dos reclusos. Ou seja, arriscaríamos a dizer que, de alguma maneira, as autoridades, contraditoriamente às regras exteriores, institucionalizaram a homossexualidade na cadeia, uma de nossas instituições mais importantes de coerção e legitimação do poder.

---

(1) MASIELLO, Francine. Conhecimento Suplementar: *Queer*ing no eixo norte/sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 8, n.º 2/2000, p. 49 – 61.

(2) LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho.** Ensaios sobre a sexualidade e a teoria *queer.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

(3) Idem, p. 7-8.

(4) FRY, Peter e MacRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 22.

(5) NARDI, Henrique Caetano *et alli.* **A destruição do corpo e a emergência do sujeito:** a subjetivação em Judith Butler. Trabalho apresentado no congresso Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/port/trabalhos/5b.htm> Acesso em 10 jun 2004.

(6) SELLIER, Geneviève. **A contribuição dos *gender studies* aos estudos fílmicos.** Tradução de Liliane Machado. Revista eletrônica LABRYS, número 1-2, julho/dezembro 2002. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/> Acesso em 10 jun 2004.

(7) ASSIS CÉSAR, Maria Rita de. Notas para um cinema da diferença. Algumas imagens de mulheres em filmes recentes. *In:* **Representações de Gênero no Cinema**. Caderno de pesquisa e debate do Núcleo de Estudos de Gênero/UFPR, n.º 2, dezembro de 2003, p. 113.

(8) GANDELMAN, Lucina M. Gênero e Ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas. *In:* ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. **Ensino de História.** Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 209 –220.

(9) FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** A vontade de saber. 11ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

Fundamentos da escrita da história de Afonso de Taunay ou como se escrevia a história nas primeiras décadas do século XX.

Karina Anhezini[1]

A escrita da história comporta variadas histórias de seus fundamentos. Na história da historiografia brasileira, a ênfase em alguns temas foi alterada diversas vezes, os períodos privilegiados para estudo também foram modificados e, sobretudo, as concepções que organizaram essas escritas tiveram fundamentos diferentes ao longo do tempo.

Compreender quais os fundamentos de uma escrita da história, portanto, é o objetivo desse texto. Partindo da escrita da história de Afonso de Taunay (1876-1958), o presente texto busca compreender qual história foi possível escrever entre 1911 e 1939, ou seja, com isso busca responder à questão: como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX?

A principal ênfase recai sobre a importância do documento para essa perspectiva historiográfica, bem como a relevância dos fundamentos destacados por João Capistrano de Abreu (1853-1927) para a produção da história da "descoberta do Brasil pelos brasileiros", tema de parte substancial das produções do período.

Como se contou a formação da *Bandeira do Passado*

Na primeira sessão ordinária de 1914, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894, comemorava vinte anos de *sedimentação de um trabalho diuturno e considerável* [2] com uma conferência pronunciada por seu orador oficial, Afonso de Escragnolle Taunay.

O caminho escolhido pelo conferencista para contar essa passagem do tempo foi a lembrança dos méritos da instituição por meio da *revivescência* do período inicial para estimular futuros esforços e, de certa maneira, criar laços de continuidade que se constituiriam como uma tradição de estudos.

A partir dos relatórios anuais e dos tomos da *Revista* do Instituto, Afonso de Taunay empreendeu esse esforço de traçar ano a ano as contribuições dos sócios que se destacaram, os temas estudados, os artigos publicados, as contendas resolvidas e aquelas

ainda pendentes, além de apresentar os desafios que a segunda geração carregava sobre os ombros.

Enquanto descrevia de maneira elogiosa os trabalhos de sócios como Teodoro Sampaio, Orvile Derby, Antonio de Toledo Piza, Washington Luís, Gentil de Moura, Eugênio Egas, Afonso de Freitas e Benedito Calixto, Taunay apresentava as concepções que, na sua visão, nortearam os estudos desses autores. Dessa maneira, ressaltava que os méritos dessa história associativa estavam alicerçados na *única base real da história, que é o documento desvendado*, *descoberto*, *salvo* [3] da ruína nos arquivos municipais.

A sua conferência teve início com a *revivescência* da publicação do primeiro tomo da *Revista* que trazia, além dos artigos de Sampaio, Derby e Jaguaribe, documentos inéditos do Regente Feijó. Os inéditos, protagonistas dessa narrativa, publicados durante *os quatro primeiros lustros de vida do Instituto* foram lembrados ao lado dos artigos que resultaram de pesquisas nesses e em outros documentos. Foram ressaltados os *inéditos descobertos em Portugal* por Eduardo Prado e publicados no quarto tomo do periódico, *os inéditos e excertos de frei Gaspar* e os *novos documentos sobre Iguape*, *traduzidos, restaurados e comentados.*

Apesar dos vários documentos descobertos por esses estudiosos, a história ainda guardava segredos e foi um desses que o volume da *Revista* de 1903 tentou descobrir:

> Enchem o volume os interessantes e eruditos estudos sobre João Ramalho de Teodoro Sampaio, Derby, Piza, João Mendes Júnior, Pereira Guimarães, Horácio de Carvalho Campos Andrade, Gomes Ribeiro, cada qual procurando devassar um pouco da penumbra carregada que rodeia a carreira da curiosa e esfingética figura quinhentista[4].

Nesse início de século, a penumbra ainda pairava sobre essa figura conhecida a partir da obra de Frei Gaspar da Madre de Deus. No entanto, logo na seqüência da narrativa, Taunay apresenta o responsável por *iluminar* tal personagem que representava no período uma séria disputa historiográfica: Washington Luís (1869-1957), *perito nos segredos da nossa rude paleografia seiscentista e quinhentista*, descobrira *O testamento de João Ramalho,* documento que daria fim a essa grande polêmica.

O material arrancado ao mistério dos nossos documentos quase ilegíveis[5] por Washington Luís foi qualificado por Capistrano de Abreu como *inapreciável*, pois tamanha era a importância das descobertas de documentos inéditos para essa perspectiva da escrita da história que era difícil avaliar a relevância de alguns textos procurados por muitos desses homens de letras que se empenhavam nessa busca cotidianamente.

Partindo de um documento inédito e reabilitador dos ataques feitos a frei Gaspar, por Candido Mendes, é a frisante prova de quanto está a nossa história inçada de lacunas, que um papel providencial, de um momento para outro, pode preencher[6]*.* Ao narrar esse feito que *lança luz onde havia trevas,* Taunay destaca aquilo que acredita ser um dos caminhos do ofício do historiador, ou seja, preencher as lacunas por meio da descoberta de novos documentos.

O texto da conferência, seguindo a seqüência cronológica dos acontecimentos, aproxima-se nessa altura, do momento da entrada do autor nessa confraria, em 1911, e cita os trabalhos de Gentil de Moura, Afonso de Freitas, Eugênio Egas e Benedito Calixto, autores com os quais estabeleceria nos próximos anos um intenso diálogo e, logo após, faz um alerta a respeito do imenso trabalho que ainda havia para ser realizado pela segunda geração: devemos promover o desenvolvimento da biblioteca, da mapoteca, tornar a fundar o gabinete de moedas e medalhas, estabelecer um patrimônio para publicação da *Revista* e promover a reimpressão das obras de historiadores e cronistas, *a começar pela de Pedro Taques, de que desde 1895, se cogita*[7]*.*

Com a apresentação dos trabalhos desenvolvidos nos primeiros vinte anos do Instituto e, principalmente, dos princípios que nortearam tais estudos, Taunay convocaria os sócios para integrarem o que ele chamou de *bandeira do passado*:

> Todos à obra, ilustres e prezados consócios e *cerremos pelo Instituto!* Como se fôramos os soldados de um antigo terço — que realmente somos os membros da bandeira que do Passado procura fazer, em múltiplas, em contínuas *entradas, o descimento* das verdades históricas[8].

O convite, em tom de manifesto, estava lançado com a clareza da ênfase na importância dos documentos e a prova de que as disputas historiográficas somente seriam resolvidas a partir desse procedimento de descoberta de novas fontes. Para atestar a

importância da descoberta de Washington Luís, episódio apresentado como exemplar, a autoridade de Capistrano de Abreu foi solicitada. Com ênfases distintas, ele representava uma referência singular para os ouvintes da conferência e, especialmente, era o mestre com o qual Taunay gostaria de ser identificado como discípulo.

Os operários da escrita da história

Ao término dessa reunião, os sócios do IHGSP sabiam claramente o que Taunay queria e a maioria compartilhava desses anseios por desvendar mais e mais documentos, preencher as lacunas da história e resolver as disputas historiográficas do momento. Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro descobrir, reunir e guardar os documentos a respeito do Brasil era objetivo da instituição[9] e na mesma direção caminhou o seu congênere paulista[10].

Entre as décadas finais do século XIX e os primeiros decênios do século XX grandes esforços pessoais e investimentos públicos se direcionaram para a localização, transcrição e publicação de documentos diversos a respeito do Brasil. A preocupação em compreender a formação do país, definir o que era o Brasil, o que era ser brasileiro, o que era ser paulista, levou a uma preocupação com o passado do país, o que caminhou lado a lado com as definições das maneiras adequadas de se responder a essas questões, ou seja, se os Institutos davam à história o dever de dizer quem somos era preciso saber como se escrever essa história. Nesse sentido, a história do Brasil foi se construindo concomitantemente às definições de seus princípios e procedimentos.

No final do século XIX as diretrizes apontadas por Afonso de Taunay em 1914 já haviam sido apresentadas por aquele que podemos chamar de “mestre de muitos autores das primeiras décadas do século XX”. Em 1878, Capistrano de Abreu, ao avaliar os estudos históricos no texto de elogio após a morte de Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), traçou um diagnóstico que muito influenciou os estudos apresentados por Taunay na conferência apresentada acima.

Capistrano de Abreu apresentou considerações a respeito dos escritos históricos produzidos durante o século XIX e estabeleceu os rumos que a disciplina deveria tomar, ou

seja, delimitou objetivos e desafios para as gerações seguintes. Dessa forma, ele esclareceu aquilo que deveria ser priorizado, tanto os temas quanto a metodologia.

O *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*[11] foi publicado no *Jornal do Commercio* entre 16 e 20 de dezembro de 1878 sendo posteriormente reproduzido em *Apenso* à *História Geral do Brasil* em sua quarta edição e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1916; tamanha divulgação tornou esse texto ponto de partida ou passagem obrigatória das análises a respeito de Varnhagen e Capistrano de Abreu ou da produção historiográfica do oitocentos[12].

Nesse texto, ao percorrer a trajetória de Varnhagen, Capistrano vai delineando aos pouquinhos os elementos da profissão, começa pela motivação primeira, a atração pelo desconhecido, *a paixão pelos problemas não solvidos*[13] que encaminharia o elogiado para o *terreno fugidio das dúvidas e das incertezas* por onde caminhava *bravo e sereno, destemido bandeirante à busca de mina de ouro da verdade*[14]*.* Essa imagem do bandeirante que busca desbravar a verdade nas minas escondidas da história aparece reiteradas vezes nos textos escritos nas primeiras décadas do século XX.

É importante conhecer as lições que Capistrano dispensava aos escritores com os quais se correspondia, pois poucos escritos escaparam de suas críticas, correções e deboches. Apesar de pedir aos amigos e conhecidos para não torná-lo um mestre, muitos autores das primeiras décadas do século XX definiram-se discípulos de Capistrano. Na verdade, parece que naquelas décadas de 10 e 20 ele era uma referência quase unânime, pelo menos para os pesquisadores de diversas regiões do Brasil vinculados de alguma maneira, ora por meio dos institutos ora por contatos pessoais, ao universo de produção historiográfica de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses autores relataram em diversos escritos suas dívidas para com Capistrano, o grande “orientador” do período.

Mas voltando ao texto em que tratou de Varnhagen, traçando seus primeiros aprendizados e, especialmente, suas inclinações, Capistrano salienta que, no *cultivo da ciência, não era o esmero das observações, a beleza do método e das experiências, a força e o alcance das teorias e generalizações*[15] que mais interessavam a Varnhagen, mas

incitavam-no a aplicação que seus conhecimentos poderiam ter para o país. A apreciação realizada por Capistrano nesse trecho, assim como no restante no texto, trazia as aspirações dele, aquilo que ele acreditava ser mais importante, apresentava nessas páginas o seu projeto de escrever uma história do Brasil com as teorias que nesse momento o encantavam, o método e o rigor das observações estavam ali apontados e por diversas vezes foram salientadas em suas orientações aos principiantes das primeiras décadas do século XX.

Todavia, mesmo sem o alcance das teorias e generalizações havia algo que essa aplicação realizara e que Capistrano não somente admirava, como também empreendera esforços durante grande parte de sua vida. A dedicação de Varnhagen resultou na correção, anotação e descoberta de autoria de obras fundamentais para o conhecimento da história do Brasil. O primeiro trabalho impresso tratava-se da descoberta de autoria do livro de Gabriel Soares de Sousa. Nesse texto, não cuidou apenas de *desvendar* o nome do autor, mas, sobretudo, *corrigiu erros, identificou as espécies biológicas e determinou as posições geográficas*[16], tarefa semelhante àquela que Capistrano empreendeu junto à obra do próprio Varnhagen. Com isso, segundo a avaliação de Capistrano, produziu o *efeito de uma revelação*, abrindo um *mundo novo às investigações de todos aqueles que se ocupavam de nossos anais*[17].

Por mais inovador que se apresentasse tal intento de correção e complementação da obra de Gabriel Soares de Sousa, o trabalho realizado por Varnhagen logo seria superado por novos estudos. Essa era a sina do ofício, a partir da investigação de cartórios e bibliotecas e, da conseqüente descoberta de novos acontecimentos, os escritos perdiam sua atualidade e eram superados pelos posteriores.

No entanto, ainda caberia à Varnhagen um grande contributo nesse caminho do conhecimento histórico narrado por Capistrano. Após se dedicar à sina do historiador *que investiga cartórios, compulsa as bibliotecas dos mosteiros, examina os padrões de outras eras, colhe glossários e tradições, e nas localidades comenta e verifica os dizeres de Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus*[18], ele publicaria sua *História Geral do Brasil* com a

coleta de um número de fatos e documentos maior do que todos aqueles que o precederam. E como indicava a forma de se escrever história no período, a busca interminável levou a uma segunda edição acrescida ainda de novos dados conseguidos a partir de visitas às províncias e explorações de roteiros históricos.

Capistrano reconhece os méritos de Varnhagen, contudo ele próprio, naquele momento, tinha o projeto de escrever uma nova história.

> Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem consegui-lo-ia[19].

Os elementos foram encontrados e reunidos pelo Visconde de Porto Seguro, faltava alguém para elevar o edifício, alguém que conhecesse os métodos novos e fizesse uso dos instrumentos poderosos que a ciência disponibilizava. Nesse momento, Capistrano acreditava nesse poder do método, na teoria da evolução e conclamava a vinda de alguém capaz de mostrar a *unidade que ata os três séculos que vivemos* e de arrancar *das entranhas do passado o segredo angustioso do presente* para libertar a história *do empirismo crasso em que tripudiamos*[20]*.*

Quatro anos mais tarde publicaria na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro o texto *Sobre o Visconde de Porto Seguro*[21] no qual já se percebe uma mudança. Enquanto aquele insistia na idéia *por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto*[22]*,* este já afirma que a História do Brasil não será escrita tão cedo*. Agora o que se precisa é de monografias conscienciosas*[23]*.*

Anos mais tarde ele ainda queria compreender o Brasil, mas como ele mesmo afirmou, já havia abandonado Spencer, ou seja, as leis não o encantavam tanto, acreditava que estávamos num momento em que muito havia por ser descoberto para que se pudesse conhecer o Brasil e foi esse Capistrano que escreveu *Capítulos de história colonial*[24] publicado em 1905 e que antes, em 1902, disse à Taunay qual história deveria escrever. Esse discípulo dedicou toda a vida à produção da história da “descoberta do Brasil pelos

brasileiros", publicou em 11 volumes a *História Geral das Bandeiras Paulistas* e tantos outros volumes a respeito da história do Brasil, de São Paulo, das bandeiras.

Foram as monografias, empenhadas em "desbravar os documentos das minas escondidas da verdade" por meio de uma busca incansável por fontes inéditas, tanto no Brasil quanto na Europa e América Latina, que se desenvolveram nessas primeiras décadas do século XX sob a orientação de Capistrano, num primeiro momento e, posteriormente, sob a orientação de seu discípulo Afonso de Taunay que quando eleito imortal da Academia Brasileira de Letras, em 1929, já ocupava as principais posições do cenário intelectual brasileiro.

---

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UNESP, *campus* de Franca, sob a orientação da Profª. Drª. Teresa Maria Malatian. Bolsista FAPESP.
[2] TAUNAY, Afonso de Escragnolle. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. *RIHGSP*, v. 19, 1914, p. 5.
[3] Ibidem, p. 5
[4] Ibidem, p. 8.
[5] Ibidem, p. 9.
[6] Ibidem, p. 9.
[7] Ibidem, p. 13.
[8] TAUNAY, Afonso de Escragnolle. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. *RIHGSP*, v. 19, 1914, p. 13.
[9] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27, 1988; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *"Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial":* o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 1994. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
[10] FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002.
[11] ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
[12] Ver: RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965; CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*. São Paulo, USP, 18 (88), out/dez, 1971; WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 1, p. 28-54, 1988; REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; AMED, Fernando José. *História ao portador*: interlocução privada e deslocamento no exercício da escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927). 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
[13] ABREU, op. cit, p. 82.
[14] ABREU, op. cit, p. 83.
[15] ABREU, op. cit, p. 83.
[16] ABREU, op. cit, p. 83.
[17] ABREU, op. cit, p. 84.
[18] ABREU, op. cit,p. 84.
[19] ABREU, op. cit, p. 90.
[20] ABREU, op. cit, p. 91.
[21] ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
[22] ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p. 91.
[23] ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p. 139.
[24] ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800).* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

Irmandade de Santo Antônio dos Pobres de Simão Pereira (1867-1873)*

Karol Gruchenhka Lupatini Chrispim

O presente trabalho tem como principal foco de estudo a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres de Simão Pereira[1]. Pretende-se investigar a sua dinâmica – religiosa e social - no contexto do processo de fortalecimento institucional da Igreja Católica verificado a partir da segunda metade do século XIX no Brasil. Interessa conhecer a irmandade no momento em que a Igreja Católica, a partir dos esforços dos bispos reformadores, no caso, D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, buscava controlar a ação das irmandades visando modificar as práticas católicas dos fiéis. Tratava-se do processo de romanização, ou seja a tentativa de controle de Roma sobre as igrejas locais, gerando com isso, conflitos evidenciados nas relações entre os altos dignitários eclesiásticos e leigos e mesmo religiosos que identificavam com os valores da comunidade e a religiosidade dos fiéis.

As irmandades[2] têm seu auge e maior força no Brasil durante o período colonial. Porém, sua existência perpassa pelo Império[3] ainda com relativa força e, apesar de no período republicano diminuírem em número e em importância, algumas irmandades resistem até os dias atuais.[4]

Associações de indivíduos em torno do culto a um determinado santo, as irmandades têm sua origem na Baixa Idade Média. Trazidas para o Brasil com as grandes navegações do século XVI, as irmandades eram reguladas por um estatuto que tinha que ser aprovado pelo Estado e pela Igreja, o chamado compromisso misto[5], funcionavam como um espaço de ajuda mútua, onde a assistência espiritual e material se confundia. Eram responsáveis por funções que, teoricamente, cabiam ao Estado e à Igreja como, por exemplo, a ereção de capelas, o assistencialismo e a caridade.[6] Estas também promoviam festas, as procissões, e eram responsáveis pelo chamado “bem morrer”[7], ou seja, o irmão tinha assistência tanto na vida, quanto na morte – realização do funeral e das missas em homenagem ao morto, que eram custeadas pela associação para aqueles que não poderiam arcar com todas essas despesas. É importante ressaltar, no entanto, que na hora da morte, apesar de todos os irmãos serem assistidos e terem a certeza de que neste momento serão agraciados com todas as homenagens que a irmandade proporciona, percebemos algumas diferenças no

ritual, que ficam evidentes quando analisamos os compromissos dessas associações. A título de exemplo, o estatuto da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, que é o principal foco de estudo dessa pesquisa, nos explicita que a quantidade de missas rezadas em homenagem ao irmão falecido está relacionada à importância desse membro dentro da irmandade e da sua condição financeira.

> *Pelo Irmão que falleceu tendo satisfeito a sua respectiva joia, ou annuaes, se mandarão diser pela sua alma dez missas se tiverem servido cargos, e cinco se forem simples Irmãos... Por qualquer Irmão que falleceu, tendo servido cinco annos o cargo de official, ou tiver sido Provedor jubilado, ou qualquer Irmão ou devoto que tiver feito o donativo de (um conto de réis), a meza deliberará o que julgar conveniente a respeito do suffrágio a fazer-se...*[8]

Podemos também fazer essa ligação com relação ao local onde o membro falecido de uma determinada irmandade seria enterrado, ou seja, de acordo com a importância desse indivíduo dentro da associação e da sua condição financeira ele poderia ser enterrado no interior da capela.[9]

As irmandades são caracterizadas por serem associações de base leiga, ou seja, que não fazia parte da hierarquia da Igreja. Essas associações podiam ser criadas tanto por leigos, quanto por religiosos e foram responsáveis pela difusão do chamado catolicismo tradicional.[10]

Podemos perceber que a história das irmandades está intimamente ligada à história da Igreja Católica no Brasil. Sob o poder do Estado, através do Padroado[11], a Igreja, durante o período colonial e imperial, não conseguiu organizar-se e fortalecer-se como instituição, pois não passava de um instrumento administrativo do Estado. Porém, é necessário ressaltar que o fato da Igreja não ser institucionalmente forte, nesse período, não significa que esta assumia um papel passivo em relação ao Estado. Pois, se por um lado a Igreja foi um instrumento estatal para a implantação do projeto colonizador, por outro lado, ela se beneficiou no que diz respeito ao fato dos clérigos serem sustentados pelo governo português[12] e também por ter respaldo para a difusão do catolicismo.

Em meados do século XIX com a Romanização e Reforma Católica Ultramontana, somando-se à Proclamação da República quando ocorre a separação formal (Constituição Republicana de 1891) entre Estado e Igreja, esta última entra em um processo de fortalecimento e institucionalização. Devido a essa fraqueza institucional da Igreja na Colônia e no Império, a implantação e desenvolvimento do catolicismo, juntando-se aí as influências indígenas e africanas, origina esse sincretismo religioso que é perceptível até os dias atuais.[13]

É nesse contexto de falta de centralização do poder da Igreja é que podemos entender o espaço que essas associações laicas ou até mesmo religiosas (Ordens e Ordens Terceiras) conseguiram conquistar. No caso de Minas Gerais, em especial, as irmandades se multiplicaram e conseguiram conquistar grande espaço e autonomia em relação à Igreja devido à proibição da fixação de Ordens Religiosas em território mineiro. Para que o Estado tomasse tal atitude, este alegou questões econômicas relacionadas a uma maior fiscalização no que diz respeito ao contrabando do ouro.[14] Porém podemos também perceber que essa proibição relacionava-se com questões políticas devido à insubmissão ante as autoridades régias e eclesiásticas por parte das Ordens Religiosas[15], o que dificultava a manutenção da disciplina na província. Enfim, Estado e Igreja se beneficiaram com o fortalecimento dessas associações e devido ao grande espaço que estas conquistaram foram severamente fiscalizadas.[16]

O estudo das irmandades nos possibilita um melhor entendimento sobre o momento histórico no qual elas se inserem.[17] Ao fazer a análise de como esses irmãos se associavam, das preocupações dessas associações com a assistência e a caridade, a análise do culto a um determinado santo, das festas, de como a irmandade tratava o momento da morte, analisando também os próprios membros dessa organização religiosa, atentando para as suas diferenças sociais e étnicas, podemos dessa forma, perceber a organização de uma sociedade inserida no tempo e espaço. A título de exemplo, podemos perceber através do estudo das irmandades, que estas faziam parte de uma sociedade hierarquizada pois, cada associação ligava-se a uma determinado grupo social: geralmente

as Irmandades do Santíssimo Sacramento, Misericórdias, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos e Almas Santas eram associações de homens brancos da classe dirigente; Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia associavam, comumente, negros escravos; os mulatos, crioulos e pretos forros se ligavam às Irmandades de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Amparo e a Arquiconfraria do Cordão; à Irmandade de São Francisco de Assis e à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo estão geralmente ligados aos comerciantes e altos dignitários.[18] As irmandades que tinham como membros negros escravos e forros não podiam ser consideradas como forma de contestação ao regime estabelecido, e sim uma forma de manutenção deste. Ou seja, ao estudar as associações compostas por negros percebemos que essas irmandades eram uma forma de amenizar os conflitos oriundos do sistema escravocrata, dando uma ilusão de igualdade, sendo também um espaço onde os negros podiam exercer seus cultos, que se mesclavam com o catolicismo e contar com a ajuda tanto espiritual, quanto material. A questão da manutenção do sistema escravocrata fica clara quando vemos, por exemplo, que essas irmandades eram presididas por homens brancos letrados.

Os trabalhos[19] que tem sido realizados sobre as irmandades buscam entender como os indivíduos se organizam, quem eram esses indivíduos, quais eram as necessidades que os levavam a se associarem, como o Estado e a Igreja interferiam nessas associações, abordam as festas, o culto, a morte, entre outras questões. Paulo Sérgio Quiossa divide em três grupos os trabalhos realizados sobre irmandades. O primeiro grupo se destaca pelo fato desses autores valorizarem o estudo dessas associações, que contribuíram na formação da vida social e religiosa. Neste grupo estão incluídos os trabalhos de José da Paz Lopes, José Ferreira Carrato, Joaquim Furtado de Menezes e Fritz Teixeira de Salles, salientando este último em sua obra “Associações Religiosas no ciclo do ouro” por ter sido o primeiro a realizar um trabalho sistemático sobre o tema. O segundo grupo abarca autores que se voltaram para trabalhos analíticos e interpretativos trazendo nomes como o de Affonso Ávila, Lourival Gomes Machado, Francisco Curt Lange; trabalhos também como transcrições

documentais de diversos arquivos institucionais temos Zoroastro Vianna Passos, Francisco Antônio Lopes, Geraldo Dutra de Moraes e Cônego Raimundo Trindade. Dissertações e tese defendidas a partir de 1980, apresentando o terceiro grupo, caracterizado por serem trabalhos bastante analíticos e embasados em uma vasta documentação, temos obras como a de Caio César Boschi, Julita Scarano, Célia A. R. M. Borges, Anderson José Machado de Oliveira, Beatriz Catão dos Santos, entre outros.[20]

Partindo do que este trabalho se pretende, importa-nos analisar a existência de uma irmandade, que representa o catolicismo tradicional, em um momento em que a Igreja busca de forma sistemática sua identidade institucional, ou seja, um catolicismo reformado e tridentino. Podemos já lançar um possível caminho para esse questionamento, partindo do que Mabel Salgado Pereira nos apresenta em sua Dissertação de Mestrado:

> *Assim, podemos concluir que o quadro clerical presente em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX não se enquadra no modelo da Reforma Católica Ultramontana A espiritualidade vivida por esses fiéis remonta ao quadro de irmandades, de devoção aos santos, de uma prática típica do catolicismo tradicional. Trata-se, portanto, no contexto da Diocese de Mariana, de um caso entre outros, em que a ação reformadora não obteve imediatamente e integralmente resultados positivos no século XIX.*[21]

Para a realização deste trabalho é necessário que sejam levantadas outras questões, que são também bastante relevantes. Quem eram esses indivíduos e o que os levaram a associarem-se a essa irmandade; quais eram as preocupações dessa associação com relação aos irmãos e com a questão da caridade; e de que forma o Estado e, principalmente, Igreja intervinham na organização desta. A análise também passará pela questão das festas, do culto e também do “bem morrer”.

A pesquisa a qual se pretende baseia-se no conjunto documental abaixo descrito.

O estatuto da irmandade encontra-se no primeiro livro, o Livro de Compromisso[22]. Este explicita os direitos e deveres dos irmãos, nos mostra quais eram os requisitos para que um indivíduo pudesse associar-se a essa irmandade, nos ajudando na análise social dessas

pessoas; mostra-nos também como a irmandade trabalhava a questão do culto a Santo Antônio, ou seja, define como e quando serão realizadas as festas em homenagem ao santo, a construção da capela e ainda tudo o que envolve a o "bem morrer" (as missas, o funeral, o local do enterro).

O Livro de Compromisso da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, no entanto, possui uma peculiaridade pois, está contido em seu interior não somente o estatuto dessa associação, como normalmente vemos nos livros de compromisso de outras irmandades. Nele também temos a transcrição de correspondências entre a irmandade e D. Antônio Ferreira Viçoso, o então bispo de Mariana, e dos comprovantes das doações que foram feitas pelos membros para a associação. Essas correspondências nos chamam atenção pois, nos deixa claro o conflito entre o poder eclesiástico e a irmandade leiga, conflito este que muito nos interessa para essa pesquisa. A questão gira em torno da escolha do pároco, pelo bispo, que teria na mesa diretora da irmandade o voto de Minerva, ou seja, o pároco indicado por D. Viçoso teria o poder de decisão nas questões da associação. Esta não concorda com a indicação e com o poder que esse pároco teria, tendo que ficar a cargo da própria irmandade a escolha do mesmo. [23]

O Livro de Prestação de Contas[24] mostra-nos com o que a irmandade gastava e como fazia para arrecadar fundos. A partir dos dados que esse livro nos explicita poderemos analisar se esta irmandade era uma associação de grande porte financeiro ou não. Poderemos analisar também qual era a importância que se dava à festa em homenagem à Santo Antônio, observando quanto que se gastava com essa comemoração. Enfim, todos os outros gastos podem nos dizer muito sobre quais eram as preocupações dessa irmandade como, por exemplo, com a caridade e com a ajuda que era dada aos seus próprios membros. É interessante ressaltar que ao fazer a análise deste livro percebemos que houve um problema nas contas da irmandade, tendo então que ser refeitas, ficando implícito neste caso a intervenção da burocracia do Estado.

O Livro de Registro de Irmãos[25], o terceiro livro da irmandade, explicita a naturalidade, o estado civil, a profissão, o sexo e a idade de cada irmão sendo, dessa forma, uma fonte

riquíssima para aprofundarmos mais na análise dos membros dessa associação. Dois desses itens nos chamaram mais atenção. Primeiro, a naturalidade pois, há um número considerável de membros que são provenientes de outros países como, por exemplo, portugueses, alemães, italianos e espanhóis; esse fato é muito significativo quando pensamos em qual seria a necessidade desses indivíduos associarem-se. O segundo item que nos chama atenção é a profissão pois, a presença de médicos e fazendeiros, como podemos perceber no livro, nos faz indagar porque Irmandade de Santo Antônio dos "Pobres". Sobre essa questão temos o segundo conjunto documental a ser pesquisado, que é composto pelos testamentos e inventários - Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora - dos irmãos indicados no Livro de Registro. O levantamento dos inventários e testamentos irá possibilitar um melhor entendimento das trajetórias de vida daqueles irmãos e seus familiares e dependentes.

Além dessa documentação, temos ainda as fontes do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana com o objetivo de aprofundarmos na questão da relação entre a irmandade estudada e o bispo reformador D. Viçoso. A documentação secundária, que já foi parcialmente levantada, nos permitirá o aprofundamento no que diz respeito ao estudo das irmandades em geral.

---

[*] A comunicação é resultado do trabalho em andamento da dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

[1] Simão Pereira refere-se ao nome primitivo do distrito oriundo do concessionário da primeira sesmaria ali concedida, Simão Pereira de Sá. Depois passou a denominar-se Rancharia, pois ali era sede de grandes ranchos de tropas que conduziam ouro para a metrópole. Em 1858 teve o nome modificado para São Pedro de Alcântara em homenagem a Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (Barão de São João Nepomuceno): "cidadão afamado, aí proprietário agrícola e que foi presidente da Província de Minas Gerais". Somente em 1962 o distrito foi desmembrado do município de Matias Barbosa, a que já pertencia desde 1923, e elevado à categoria de município com o nome de Simão Pereira. FILHO, Procópio J. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 1973, p. 99-100.

[2] Aqui será utilizado o termo "irmandade" a partir do que diz o Código do Direito Canônico que estabelece: "associações de fiéis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade se denominam *pias uniões*, as quais, se estão constituídas em organismos, se chamam *irmandades*. E as irmandades que também tenham sido eretas para incremento do culto público recebem o nome particular de *confrarias*." Cf. CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. Can. 707, §1º E 2º. Ed. De Lorenzo Migueléz Dominguez et alii. Madrid, La Editorial Católica, 1947, p.281. In: BOSCHI, Caio César. op. cit., p. 14-15.

[3] Segundo Riolando Azzi em "Sob o Báculo Episcopal: a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)", as irmandades no período imperial não tem tanta força quanto tiveram na Colônia. AZZI, Riolando. **Sob o Báculo Episcopal: a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)**. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p. 35.

[4] PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projetos e limites (1890-1924)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 48.
[5] OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial**. In: Lócus: Revista de História. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Departamento de História/ Arquivo Histórico/EDUFJF, 2002, v.8, n. 2, p.72.
[6] Idem, p. 26.
[7] MIRANDA, Beatriz V. Dias. **"O bem morrer": religiosidade popular e organização social**. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (org.). **Memórias eclesiásticas: documentos comentados**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 13.
[8] Arquivo do Seminário Arquidiocesano Santo Antônio. Centro da Memória. Juiz de Fora. Irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Simão Pereira. Livro de Compromisso, L1-6, capítulo 24º, art. 96º e 97º, p. 4.
[9] MIRANDA, Beatriz V. Dias, op. cit., p. 18.
[10] "... aqui, tradicional referindo-se ao conjunto de práticas religiosas anteriores ao Concílio de Trento, mas que foram transferidas para o Brasil Colonial, Imperial e até hoje se manifesta na religiosidade praticada pelos leigos." QUIOSSA, Paulo Sérgio. **Mistério da Fé: A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora**. XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG. Juiz de Fora, jul. 2004, p. 2.
[11]O patronato em Portugal data de 1483, quando o rei D. Manuel toma, de fato, o controle sobre todos os negócios eclesiásticos. ALVES, M.M.. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense,1979, p. 19.
[12] BOSCHI, Caio César. op. cit., p. 63.
[13] BRUNEAU, T. C.. **Religião e Politização no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1979, cap. 2, p. 34.
[14] PEREIRA, Mabel Salgado. op. cit., p. 17.
[15] BOSCHI, Caio César. op. cit., p. 81.
[16] Idem, p. 106.
[17] Idem, p. 12.
[18] QUIOSSA, Paulo Sérgio. **Mistério da Fé: A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora (1854-1962)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004, p.33.
[19] Aqui contém alguns trabalhos sobre irmandades: QUIOSSA, Paulo Sérgio. op. cit.; OLIVEIRA, Anderson José Machado de. op. cit.; CHAHON, Sérgio. **Aos pés do altar e do trono: as irmandades e o poder régio no Brasil (1808-1822)**. Dissertação (Mestrado em História). USP, 1996.; MORENO, Tânia Maria Bonetti. **A Ordem Terceira do Carmo na cidade de São Paulo (1860-1880): um estudo sobre a participação social e religiosa**. Dissertação (Mestrado em História). PUC/SP, 1992.
[20] QUIOSSA, Paulo Sérgio. op. cit., p. 13.
[21] PEREIRA, Mabel Salgado. op. cit.; p.72.
[22] Arquivo do Seminário Arquidiocesano Santo Antônio. Centro da Memória. Juiz de Fora. Irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Simão Pereira. Livro de Compromisso, L1-6.
[23] Idem, Livro de Compromisso, L1-6, p. 5-7.
[24] Idem, Livro de Prestação de Contas, L1-7.
[25] Idem, Livro de Registro de Irmãos, L1-8.

REFORMA UNIVERSITÁRIA E MANIFESTO DE CÓRDOBA – ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

KÁTIA CILENE DA COSTA

No século XVI a instituição universitária começa a marcar presença na América Latina, primeiro nas colônias espanholas em São Domingos no México, São Marcos no Peru, São Filipe no Chile e em Córdoba na Argentina. No Brasil colônia, as instituições que se dedicavam ao ensino superior eram dirigidas e controladas pelos jesuítas, oferecendo os curso de Teologia, Filosofia, Medicina e Engenharia (CUNHA, 1983).

A primeira universidade no sentido estrito a se consolidar no nosso país data da década de 20 do século XX, inspirada no modelo de universidade francês. Fundada tardiamente, a universidade brasileira nunca esteve livre de críticas, primeiro pela sua estrutura orgânica, fruto da junção de faculdades que se deu na sua fundação, segundo pela falta de coesão entre suas unidades e terceiro sobre a definição do seu papel na sociedade. (FERNANDES, 1975).

Em 1937, o sistema universitário já estava em pleno funcionamento, são a Universidade do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo. Neste ano, os estudantes, depois de várias tentativas de criar uma entidade de representação estudantil, fundam a União Nacional dos Estudantes, seguindo uma trajetória que vários colegas latino-americanos já tinham trilhado. (POENER, 1994).

O destaque são os estudantes argentinos que, no ano da fundação da entidade brasileira, já tinham um movimento que alcançava proporções continentais dada a sua organização e suas lutas. Os estudantes da Universidade de Córdoba lançam em 1918 os eixos que norteiam a luta por mudanças nas relações dentro da universidade.

O Manifesto de Córdoba de 1918, como ficou conhecido, representa a inserção dos estudantes no debate das funções e qual papel da Universidade perante os conhecimentos que nela são produzidos e para quem são dirigidos. No manifesto, os estudantes de

Córdoba lançam os princípios que deverão orientar uma verdadeira reforma universitária: representação discente e participação nos órgãos diretores, gratuidade do ensino, autonomia universitária, ingresso público para carreira docente, eleição dos dirigentes através de assembléias com participação estudantil e docente. (RIBEIRO, 1990).

Para Brunner (1990), este movimento não só atingiu os ideários universitários, como se ampliou para o processo sócio-político-cultural. O movimento mostra que os estudantes representam a geração na vanguarda libertária e democrática.

Aparentemente, em alguns aspectos as bandeiras do Manifesto de Córdoba de 1918 são extremamente atuais para o Brasil e Argentina, haja vista que nestes países, desde o final do século XX e início do XXI, a luta pela gratuidade, autonomia e democracia nas universidades são pontos cruciais para o movimento estudantil, havendo em curso nos dois países mudanças estruturais na educação superior.

Entre as décadas de 40 e 60 do século XX, o processo desencadeado com a federalização das escolas particulares possibilitou atender a demanda da classe média por ensino superior, já que a mesma enxergava nesta modalidade de educação o caminho para ascensão social. Neste período a estrutura das universidades sofre pequenas mudanças: aumento de vagas, ingresso mediante vestibulares classificatórios e manutenção da gratuidade do ensino. (CUNHA, 1983).

Na Argentina, com o final do governo Perón e início do governo do ditador Lonarde, o ensino superior começa a sofrer importantes mudanças, pois ocorre a expansão do ensino privado, modificando o quadro do ensino superior que era composto em sua maioria pelas universidades nacionais financiadas pelo Estado (KROTSCH, 1997).

Entendendo que as políticas educacionais latino-americanas se influenciavam mutuamente, a UNE organizou o 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior. Neste seminário o contato com a realidade das universidades e dos estudantes latino-americanos, proporcionou ao movimento estudantil brasileiro o conhecimento mais consistente do ideário do Manifesto de Córdoba, que permeou todas as discussões da reforma universitária dos anos 60

Dando prosseguimento às discussões sobre política educacional, a UNE realizou, em 1961, em Salvador, o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, com três eixos – “A realidade brasileira”, “A Universidade no Brasil” e “A Reforma Universitária”. Com a análise da conjuntura das universidades brasileiras, feita neste seminário, a UNE promove no ano seguinte, em Curitiba, o II Seminário de Reforma Universitária. Com o amadurecimento do debate os estudantes dão ao conteúdo das discussões uma sistematização mais apurada e colocam a tônica da reforma universitária no leque de mudanças na estrutura educacional brasileira. (FÁVERO, 1994).

Na Carta de Córdoba, é constante a referência ao governo tripartido nas universidades, considerado pelos estudantes brasileiros como questão principal na implementação de reformas no ensino universitário. Desapontados com a não inclusão desta proposição, na promulgação em 1961 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a UNE deflagra um movimento que alcança proporções nacionais. “A greve de um terço”, como ficou conhecida, teve adesão da maioria dos estudantes universitários brasileiros. Com o desgaste do movimento e não atendido em suas reivindicações, a UNE opta por recuar para evitar maiores conflitos com o governo Goulart, considerado democrático, preservando-o das ameaças de intervenção militar.

A intervenção militar é confirmada. Sustentado no apoio da burguesia nacional e do capital estrangeiro, o general Castelo Branco assume a presidência do país. Com o rompimento do diálogo do governo com as classes populares, a UNE e seus movimentos são sufocados e a política nacionalista e as reformas de base são abandonadas passando-se a adotar um modelo de desenvolvimento que pode ser chamado de técnico-burocrático-capitalista dependente. (CUNHA, 1983).

Os governos dos militares lançam várias medidas visando institucionalizar o Estado antidemocrático, sendo os movimentos estudantis e populares os alvos preferidos destas ações. Com a promulgação da Lei Suplicy, os centros acadêmicos são transformados em diretórios acadêmicos subordinados à direção das faculdades, impondo aos estudantes à

obrigatoriedade de votar nas eleições dos mesmos. As medidas de repressão são intensificadas, com vários campi sendo invadidos pela polícia. (POENER, 1994).

O Estado repressor começa a sofrer derrotas quando segmentos importantes da classe média apóiam o movimento organizado em prol da democratização do país. Isto se torna mais contundente quando um estudante é assassinado pelas forças repressoras. A UNE e as demais organizações do movimento estudantil vão para as ruas pedindo mudanças no país e na política educacional do ensino superior. A UNE defende, então, a imediata abertura de vagas nas universidades públicas.

No plano político, a ditadura reconhece a necessidade de se expandir o sistema superior. Tendo alinhado no plano político-econômico como ideário norte-americano, o governo interventor aceita também o apoio na área educacional. Fazem-se homologações dos acordos técnicos e financeiros entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que é o grande interlocutor com o Conselho Federal de Educação. A adoção desta prática de cooperação com os organismos internacionais como financiadores de políticas públicas de educação se estende na atualidade. O que se vê na maioria dos países da América Latina são os investimentos do Banco Mundial e suas orientações, estando presente na condução de ajustes e reestruturação da educação universitária. (LEHER, 2004).

As propostas e concepções dos representantes da USAID elaboraram para uma universidade eficiente e moderna eram que seus recursos deveriam ser bem aproveitados: maximização do trabalho docente e mudanças nas estruturas das universidades. Com estas mudanças o vestibular passou a ser classificatório e unificado, houve a departamentalização das faculdades e a extinção das cátedras. (FÁVERO, 1994).

A política educacional da ditadura militar assume uma prática que a cada vez torna-se mais comum, a apropriação do discurso pela reforma do sistema universitário, que sempre foi luta – e ainda o é – dos estudantes latino-americanos.

Duas questões merecem destaque na reforma implementada pela ditadura: primeiro o espaço que esta reforma dá ao ensino privado, criando mecanismos para que a expansão

seja rápida e assegurando recursos para o seu financiamento; por último é a institucionalização de programas de pós-graduação, medida que possibilitou, no início da década de 70, a criação de várias universidades públicas dentro do modelo norte-americano. (FERNANDES, 1975).

Esta política educacional permaneceu com seus eixos fundamentais sem serem questionados até meados da década de 80 e início dos anos 90, quando vários movimentos de reforma do Estado e questionamento de seu papel ganham força na América Latina.

A política neoliberal, que no Brasil teve início com o presidente Collor, implementa várias ações desta natureza, ganha espaço político maior e se consolida na eleição de Fernando Henrique Cardoso. Em suas propostas de governo está um leque de reformas na Constituição Federal: reforma da Previdência, reforma Administrativa, reformas econômicas e mudança do sistema político.

Na educação – setor estratégico para a implementação das propostas neoliberais – estão em discussão vários projetos que não estão livres de crítica dos movimentos sociais tanto de professores quanto de estudantes. O ideário neoliberal faz com que noções tais como igualdade e justiça social recuem na discussão pública e cedam lugar a novas idéias - forças como produtividade, eficiência, qualidade, modernidade. (GENTILI, 1994). Este ideário de redução das políticas sociais, do Estado mínimo, atinge toda a América Latina. Países como Chile e Argentina já implementaram, em larga escala, projetos em cooperação com o Banco Mundial. (GENTILI, 2001).

O processo de redução do Estado educador na Argentina já se encontra em andamento. Com um sistema público universitário que data do século XVI e com mais dezenas de universidades privadas e centros universitários, o Ministério da Educação propôs a Lei de Educação Superior, aprovada com o número de 24512195, que tem em sua estrutura normas para avaliar e regulamentar todo o ensino superior. As propostas foram introduzidas no país em 1991, quando se faz um acordo entre os reitores e o Ministério da Educação e implementou-se um projeto de cooperação econômica e financiamento para as

universidades nacionais, com acompanhamento dos técnicos do Banco Mundial e suas sugestões de descentralização para melhorar a qualidade do ensino. (LEHER, 2004).

> São estes os princípios e conquistas a serem transformados: o papel do Estado como guardião da cultura e da ciência; a formação de uma classe dirigente nacional saída das universidades públicas mais prestigiosas; a formação de profissionais orientados para o público; a diversidade intelectual e disciplinária herdada da dinâmica dos concursos públicos universitários; a autonomia universitária; a gratuidade da oferta; e o governo tripartite com representação estudantil; a "politicidade" dos atores universitários, fundamentalmente dos estudantes. (MOLLIS, 2001, p. 131).

Para a Federação dos Estudantes Argentinos (FUA) a resistência às propostas liberais é uma questão primordial para a manutenção dos princípios da gratuidade, publicidade e democracia do ensino superior, lançados pelo movimento de Córdoba.

Neste início de século o governo brasileiro através do Ministério da Educação apresenta à sociedade um pacote de mudanças na área de educação superior que visam reformar todo o sistema. Um dos pontos defendidos no documento "Por que Reformar" enfatiza:

> Essa visão não é um fato recente. Na década de 60, o movimento estudantil saiu às ruas e enfrentou a ditadura militar empunhando a bandeira da reforma universitária. Hoje, quase quarenta anos depois, essa luta é retomada por um governo popular e democrático, apesar de alguns setores e instituições se colocarem reticentes à idéia, por diversos motivos. [...] São cinco razões que motivam a reforma. Reformar para fortalecer a Universidade Pública – Reformar para impedir a mercantilização do ensino superior – Reformar para democratizar o acesso – Reformar para garantir a qualidade – Reformar para construir uma gestão democrática. (Disponível em http://www.mec.gov.br/reforma, acesso em 05.01.2005).

Assim temos um quadro em que Brasil e Argentina passam por profundas modificações que dizem respeito ao funcionamento e as características do ensino superior. Há um embate explícito entre as propostas do movimento estudantil (cuja gênese pretendemos localizar em Córdoba 1918) e o projeto educacional dos governos latino-americanos. O resultado deste embate é fator preponderante na definição das feições que terá o ensino superior no Brasil e na Argentina neste século.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina.* Rio, Paz e Terra, 1977a.

_____. "Movimento Estudantil e Classe Média no Brasil". In: J.ª Albuquerque (coord.). *Classes Média e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. ª Queiroz Editor/EDUSP, 1983.

BRASIL NUNCA MAIS. *A pesquisa BNM: Os instrumentos de pesquisa e a fonte*. Tomo II, Petropólis, Vozes, 1985.

BRUNNER, José Joaquim. *Educação Superior em América Latina*: cambios y desafios*.* Chile, Fondo de Cultura Econômica, 1990.

CATANI, Afrânio M. e GUTIERREZ, Gustavo. A universidade argentina hoje: notas para uma discussão. In: Sguissardi, Valdemar e Silva Jr. et ali. *Políticas públicas para educação superior*. Piracicaba, Editora Unicamp, 1997.

CUNHA, Luís Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

_____*. .A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE no tempo do autoritarismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução*? São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In*: 1964: Visões críticas do golpe*. Organizado por Caio Navarro de Toledo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

GARCIA, Marco Aurélio e Vieira, Maria Alice. *Rebeldes e Contestadores.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo, Exclusion Social Y Políticas Educativas, São Paulo, (mimeo), 1995.

_____. *La Universidad en penumbras*: el circulo vicioso de la precarización y la privatización del espacio publico. New York, 29-31 mar. (mimeo) 2001.

KROTSCH, Carlos Pedro. La universidad argentina y de los Posgrados. In Sguissardi, Valdemar e Silva Jr. et ali. *Políticas públicas para a educação superior*. Piracicaba, Editora Unicamp, 1997.

LEHER, Roberto. *A contra-reforma universitária brasileira*: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – Casa das Musas, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto*. A Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas, Editora Mercado de Letras, 1996.

MATO, Daniel (org.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización.* Buenos Aires, CLACSO, 2001.

MOLLIS, Marcela. A americanização das reformas universitárias. O caso argentino. In: Gentili, Pablo (org.) *Universidades na Penumbra neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

POENER, Artur. *O poder jovem*. São Paulo. Centro da Memória da Juventude, 1994.

RIBEIRO, Darci. *A Universidade necessária*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1990.
SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE.* São Paulo: Ed. Livramento, 1980.

TRINDADE, Hélgio. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina. In: Gentili, Pablo (org.) *Universidades na penumbra neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

Ações Afirmativas: acesso e manutenção de afro-descendentes na educação superior

MARILUCE BITTAR [1]

LAURO CRISTIANO GUEDES DA SILVA[2]

Introdução – Ações Afirmativas no Brasil

A história das ações afirmativas como estratégias de inclusão social e racial, no Brasil, é recente; suas origens estão vinculadas aos Estados Unidos, no período entre 1950 e 1960 com o nome de *affimative action* (ação afirmativa) e, na Europa, com o nome de *discrimination positive* (discriminação positiva) e de *action positive* (ação positiva). Porém, estas não se limitaram aos países ocidentais.

Na Índia, desde a primeira Constituição, em 1948, previam-se medidas especiais de promoção do *Dalits* ou *Intocavies* no parlamento (reserva de assentos), no ensino superior e no funcionalismo público. Na Malásia foram adotadas medidas de promoção da etnia majoritária (*os Buniputra)* sufocada pelo poder econômico de chineses e indianos. Na antiga União Soviética adotou-se uma cota de 4% de vagas para habitantes da Sibéria na Universidade de Moscou[3].

Com as conquistas revolucionárias do século XVIII, como a Revolução Americana e a Revolução Francesa, foram propostas grandes rupturas com o antigo regime declarando-se assim igualdade entre os homens perante a lei, abolindo-se os privilégios nobiliárquicos e eclesiásticos presentes desde os tempos da filosofia aristotélica, não importando mais o berço de nascimento, religião, cor da pele ou qualquer outro tipo de distinção que viesse a favorecer uns em detrimento de outros. Tais princípios nasceram e floresceram como base de sustentação e ascensão do Estado liberal burguês. O princípio da igualdade formal conquistada pelo Estado liberal burguês é uma conquista civilizatória da revolução burguesa.

Tomando como pressuposto que a lei não deve discriminar, a igualdade formal assegura o princípio da isonomia, vedando ao Estado o tratamento discriminatório negativo, proibindo atos administrativos, judiciais ou expedientes normativos do poder público que

visem suprir as liberdades públicas fundamentais do indivíduo mediante a raça, a religião ou a classe social. Assim sendo, a lei e o seu aplicador devem ter uma neutralidade estatal em relação ao destinatário da norma jurídica.

Esta clássica concepção de igualdade jurídica, genérica e abstrata que atribui valor igual a todos, desde o século XVIII, estendeu-se pelo século XIX e grande parte do século XX. Nas últimas décadas tem sido demonstrado que tal igualdade não passa de mera invenção do Estado moderno, ou seja,

> [...] de uma igualdade puramente formal, assente no princípio geral da igualdade perante a lei, constatou que a igualdade de direitos não era, por si só, suficiente para tomar acessíveis a quem era socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. Importaria, pois, colocar os primeiros ao mesmo nível de partida. Em vez de igualdade de oportunidade, importava falar em igualdade de condição[4].

A igualdade material ou substancial é fruto do que podemos chamar de segunda concepção de direitos fundamentais, a qual absorve e amplia a primeira. Não basta, segundo esse novo paradigma de organização, garantir um Estado que seja cego para distinções arbitrárias. É insuficiente vedar que a lei condene o indivíduo com base no grupo em que este se inseriu segundo padrões naturais ou culturais. Faz-se mister, nessa perspectiva, implementar, por meio da lei e de instrumentos de políticas públicas, a igualdade de oportunidades, ainda que seja necessário estipular benefícios compensatórios a grupos historicamente discriminados.

Da ótica ultrapassada do indivíduo genérico, desprovido de cor, sexo, idade, classe social entre outros critérios, agora se busca o indivíduo específico "historicamente situado", objetivando extinguir ou diminuir o peso das desigualdades impostas econômica e socialmente. A consagração normativa dessas políticas sociais representa, pois, um momento de ruptura na evolução do Estado moderno.

Esse processo teve como conseqüência a promulgação das Leis dos Direitos Civis, nos Estados Unidos, em 1964, após pressão dos grupos organizados na sociedade

civil. As medidas tomadas compreendiam ações que impunham aos empregadores a procurar formas de coibir as práticas discriminatórias. Percebe-se que diante da tão evocada e defendida igualdade formal, o que existe, nas entrelinhas, é uma discriminação negativa, defendida pelo ideal liberal. Já na construção da igualdade substancial existe a discriminação positiva, o que possibilita a construção de instrumentos destinados a suprir situação de desvantagem imposta historicamente a indivíduos discriminados, em razão de sua origem étnica, de sua religião, compleição física, nacionalidade ou gênero.

No Brasil as políticas de ações afirmativas são pouco conhecidas. Na Constituição Brasileira de 1988, pode-se constatar o repúdio a igualdade processual, ou seja, a igualdade formal, e a inclinação à concepção de igualdade substancial, fundamentando a construção de propostas de intervenção focalizadas.

Na luta contra as desigualdades raciais as políticas de ações afirmativas encontram resistências; uma delas pode ser atribuída ao não reconhecimento de que existe discriminação racial no Brasil. Esta posição é defendida pelo "mito da democracia racial", que impede uma discussão profunda no tocante às relações raciais: "[...] não se enxerga a prática racista, mas o resultado do racismo por meio de dados estatísticos oficiais e não oficiais" [5].

Outra idéia que reforça "o mito da democracia racial" é a de que o Brasil é um país de vocação à miscigenação, ou seja, tem um elevado número de casamentos inter-raciais (o que inviabilizaria uma seleção étnica). Não obstante, tal argumento perde sua validade diante dos dados apresentados em documentos pela Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicilio (PNAD), discutidos por Paixão:

> [...] verificamos que os casais inter-raciais, comparativamente ao número total de famílias (incluindo as unicelulares) eram apenas 13%. Nas famílias chefiadas por homens, a taxa situava-se em 17%, sendo que destes, 5,7% constituíam-se de união entre homens brancos com mulheres afrodescendentes, 7,3% de uniões entre homens afrodescendentes como mulheres brancas[6].

Tais índices fornecem as bases para se afirmar que é possível e necessária a implementação de políticas de ações afirmativas que levem em conta as identidades raciais. A defesa de ações afirmativas para afrodescendentes no Brasil se apresenta como uma forma de reparação das discriminações sofridas por esses grupos no passado e que no presente determinam desvantagens competitivas e desigualdades socioeconômicas, portanto, "[...] o seu fundamento filosófico é a compensação ou reparação"[7].

Por meio dessa justiça compensatória ou reparação se busca aumentar a presença desses segmentos raciais na sociedade com o objetivo de diminuir as desigualdades existentes. Estudos recentes como o de Marcelo Paixão, que trabalha com pesquisas voltadas para o desenvolvimento da população afro-descendente, têm gerado profundas análises e reflexões. O seu trabalho utiliza a mesma metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[8], sendo composto por três variáveis: rendimento *per capita*; educação e longevidade - o Índice de Desenvolvimento Humano[9].

A utilização desagregada desses índices por etnias, assim como por município, tem servido "[...] como um possível instrumento de mensuração de desigualdades sociais, e, portanto, da qualidade de vida, entre os dois principais grupos étnicos que vivem no Brasil: afro-descendentes e brancos [...]" [10] e a vulnerabilidade da população negra em nosso país. Verificou-se, desta forma, que desagregando o IDH por grupo de cor e pelas grandes regiões do país os brancos gozavam de um elevado IDH. Nas áreas urbanas da região Norte a população branca brasileira apresentou um IDH quase alto, ficando apenas com o índice de desenvolvimento médio na região Nordeste. Já com a população negra não se pode obter o mesmo resultado, não alcançando em nenhuma região do país IDH elevado. A população negra teve o IDH médio nas Regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e nas áreas urbanas da região Norte. A classificação como “médio” no ÍDH, para o branco, só é encontrada na região mais pobre do país e onde os afro-descententes apresentam o índice médio-baixo. O estudo mostra claramente o abismo que separa a população de afro-descendentes à de brancos em nosso país, revelando a baixa qualidade de vida, em relação ao nível de bem-estar econômico, nível educacional e longevidade. Para Ribeiro (2005) :

> O resultado prático da estreita relação entre racismo e desigualdade social só não salta aos olhos daqueles que não querem enxergar o problema. Dos brasileiros pobres, 65% são negros. Entre os indigentes, o número de negros é ainda maior: 70%. Do total da população negra brasileira, metade vive abaixo da linha de pobreza, enquanto que, entre os brancos, esse número cai para 25%. Essa é uma das faces do panorama da discriminação que nos revela o Atlas Racial Brasileiro 2004 [...][11].

2. Inserção de afro-descendentes da educação superior

As políticas de ações afirmativas têm como objetivo principal combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem simbólica. Para isso é necessária a introdução de mudanças de ordem cultural e de convivência entre os diferentes.

A educação, neste cenário, ocupa lugar privilegiado para a implantação de ações afirmativas, o que pode até parecer contraditório ao se levar em consideração a experiência educacional brasileira, que na maioria das vezes tem servido como elemento de legitimação da superioridade de uns em detrimento de outros. "A escola segue excluindo, mas hoje ela o faz como uma exclusão branda, contínua, desapercebida” [12].

Percebe-se que nos segmentos da população negra e branca, no campo educacional, são construções de trajetórias educacionais opostas. Para os brancos a trajetória educacional os leva a um endereço quase certo: a educação superior, pois ao longo da sua vida escolar esses jovens tiveram acesso a certos benefícios ou privilégios como o fato de ter estudado em escolas privadas, dotadas de condições propícias à sua manutenção. Já para as crianças e os jovens negros, na maioria das vezes oriundos de escolas públicas, o destino é bem diferente: eles são afastados desse trajeto de êxito; sofrem, ao longo de sua vida escolar, um processo de eliminação gradativa e de violência simbólica mediante os grandes silêncios sobre a sua história, suas lutas e sua cultura. Na medida em que a escola condiciona a criança negra ao fracasso, à submissão e ao medo, esse mesmo movimento leva a criança branca a cristalizar um sentimento de superioridade,

já que a todo tempo ela está sendo convencida disso[13]. Estudos realizados por Queiroz (2004) revelam também que os negros que conseguem chegar na educação superior são:

> [...] de modo geral, pessoas que vêm de uma origem social modesta que freqüentaram escolas de primeiro e segundo graus de ensino precário, cuja escolha da carreira universitária recai, freqüentemente, sobre aquelas menos valorizadas e menos concorridas, sobretudo da área das Humanidades[14].

Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas no ensino superior se apresentam como uma das maneiras de proporcionar aos afrodescendentes a possibilidade de inclusão social, possibilitando "[...] acesso a boas escolas e exercer profissões de prestígio, até agora destinada a certos grupos sociais" [15]. De acordo com Gomes (2003), as ações afirmativas podem ser definidas:

> [...] como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego[16].

Não obstante, as propostas de ações afirmativas têm encontrado dificuldades quanto à aceitação social. Umas das argumentações considera que o problema poderia ser solucionado com uma melhor qualidade na educação básica e, assim, naturalmente os negros teriam condições de entrar na universidade em maior número. O argumento não deixa de ter a sua parcela de verdade ao reconhecer que a educação básica é de baixa qualidade, porém, concluir que o abismo das desigualdades raciais será eliminado por meio de fornecimento de uma educação básica universal é no mínimo forçoso.

O acesso à educação superior no Brasil, é falseado pela idéia de mérito individual, que se configura como um merecimento do dominador frente ao dominado, dando a entender que há um mérito em ser branco, e um demérito em ser negro. Outro argumento freqüente refere-se à baixa qualidade que estes alunos, oriundos das escolas públicas, levariam para a educação superior. Em curto prazo, como afirmam Camargo e Ferman[17]

(2004), seria inevitável; porém a médio e em longo prazo, haveria um resultado contagioso, pois as universidades públicas aos poucos iriam recuperando o seu grau de excelência e os alunos, gradativamente, exigiriam mais de seus professores e do próprio Estado. Já as instituições de educação superior privadas receberiam os alunos oriundos de escolas particulares melhor preparados, vindo de imediato aumentar a sua qualidade. Ou seja, em longo prazo todos os segmentos da educação seriam beneficiados.

Estudo divulgado pela Folha de São Paulo, em 16 de dezembro de 2003, revelou que os alunos ingressantes em universidades pelo sistema de cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro "[...] tiveram rendimento acadêmico superior e taxa de evasão menor do que os demais estudantes [...]", fato que surpreendeu os contrários a essa política, em 2005 outra pesquisa foi realizada na mesma Universidade confirmando os dados anteriores, ou seja, os alunos cotistas obtiveram notas mais altas que os alunos que ingressaram pelo sistema tradicional do vestibular. De acordo com dados divulgados n'O Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2005:

> [...] entre os cotistas, o índice dos que atingiram coeficiente de rendimento (CR) cd 7 a 10 foi de 49%; entre os não-cotistas, de 47%. A diferença é pequena, mas, para os defensores das cotas, mostra que os negros e pobres são mais empenhados do que os universitários oriundos da rede particular de ensino.

A UERJ foi a primeira universidade brasileira a provar o sistema de cotas para o ingresso na educação superior. Outras instituições seguiram o exemplo, na tentativa de proporcionar oportunidades de acesso aos afrodescendentes, como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Cada instituição criou critérios de identificação desse segmento, não excludentes entre si, como por exemplo: autodeclaração do candidato, utilização de fotos coloridas, atestado de estudo em escola pública, entre outros.

Embora as primeiras experiências de algumas universidades brasileiras que adotaram o sistema de cotas, ainda sejam prematuras para apontar os pontos positivos e negativos dessa política, é necessário que a sociedade civil crie mecanismos para pressionar o Estado no sentido de se formular políticas efetivas de inclusão dos afrodescendentes. A implementação de políticas universais pode se tornar instrumento efetivo de reprodução e crescimento das desigualdades já existentes, por não conseguirem romper com as diferenças naturais que desigualam; estas geram relações desiguais de raça e poder na sociedade, transformando-se em forma de domínio e exclusão. As políticas de ações afirmativas, ao contrário, tendem a focalizar segmentos específicos que sofreram e sofrem discriminações de diferentes ordens; sua implementação representa, em certo sentido, o reconhecimento da sociedade de que essas discriminações existem e de que é preciso combatê-las do ponto de vista social, político, econômico e educacional.

---

[1] Doutora em Educação; Coordenadora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior – GEPPES, vinculado à UCDB. Vice-presidente da ANPEd (2003-2005).

[2] Graduado em Filosofia, mestrando do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da UCDB.

[3] SILVA, Cidinha da (Org.). **Ações afirmativas em educação**: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003, p.20.

[4] DYAY *apud* SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima. **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.19 (Coleção Políticas da Cor).

[5] SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, **Fátima. Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.8 (Coleção Políticas da Cor).

[6] PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.40 (Coleção Políticas da Cor).

[7] SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima. Op Cit. p. 89.

[8] O PNUD foi criado em 1990, em meio a um contexto ideológico, instituindo um novo paradigma para os critérios de desenvolvimento, que era tido como um fim em si mesmo. Não se justificando mais o desenvolvimento econômico, sem que fosse sustentável para as gerações futuras.

[9] Índice de Desenvolvimento Humano classifica os países de “alto estágio de desenvolvimento” (0,800), médio estágio de desenvolvimento (0,500 a 0,799), e “baixo estágio de desenvolvimento humano” (abaixo de 0,500), com a intenção de medir o bem-estar das população de mais de 170 países do mundo. (PAIXÃO, op. cit. p.19).

[10] PAIXÃO, Marcelo J. P. Op. Cit. , p. 21.

[11] RIBEIRO,Matilde. 2005: O Brasil pela igualdade racial. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 de janeiro de 2005, p. A3.

[12] BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Orgs.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 140 (Coleção Políticas da Cor).

[13] Ibidem, p. 142.

[14] QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e Desigualdade**.- brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livros, 2004, p. 65.

[15] SILVA, Cidinha da (Org.). Op. Cit. ,p. 21.

[16] GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, **Fátima. Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 27 (Coleção Políticas da Cor).

[17] CAMARGO, J. Marcio: FERMAN, Bruno. Cotas e Desigualdades. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 de junho de 2004, p. A3.

PERSONAGENS E FATOS HISTÓRICOS NAS CANÇÕES DO *IRON MAIDEN*:

Uma Jornada da Pré-História à Segunda Guerra Mundial

Lauro Meller*

Faculdade Estácio de Sá – Belo Horizonte

1. Introdução

Este trabalho pretende ser uma exposição panorâmica de algumas canções do grupo inglês Iron Maiden gravadas nos anos de 1980 e que versam sobre temas históricos. A fim de respeitarmos o formato conciso desta apresentação, limitar-nos-emos a comentar alguns aspectos dessas canções, em vez de procedermos a uma análise mais verticalizada das mesmas.

Primeiramente, cumpre situar esse grupo musical londrino, cujo primeiro LP foi lançado em 1980. A Inglaterra, que assistira no início da década de 1970 à exuberância do rock progressivo (Yes, Genesis, Queen) e ao despontar do rock "pesado" (Deep Purple, Led Zeppelin, Black Sabbath), testemunhou, a partir dos idos de 1975, a crueza do movimento punk, cujos representantes principais na Grã-Bretanha, os Sex Pistols, compuseram o hino anti-sistema "Anarchy in the U.K.". Na virada da década de 70/80, esgotadas muitas das possibilidades daqueles grupos e estilos, delineou-se o que viria a se chamar de "New Wave of British Heavy Metal", cujo principal representante seria o Iron Maiden. Os dois primeiros discos da banda, *Iron Maiden* (1980) e *Killers* (1981) expõem o grupo ainda em busca de uma definição de estilo, que nessa altura abraça influências tanto do rock progressivo quanto do punk. Com a chegada do vocalista Bruce Dickinson, em 1982, o Iron Maiden começa a construir uma imagem finalmente compatível com os ecos medievais que seu nome sugere, e a consolidar seu estilo musical. Curiosamente, Dickinson fora aluno de História no Queen Mary and Westfield College, da Universidade de Londres e, embora ele não seja o principal compositor da banda, acreditamos firmemente que seu ingresso tenha exercido forte influência nas escolhas temáticas das canções.

O termo “Iron Maiden” (em português, “Donzela de Ferro”) refere-se a um instrumento de tortura e execução, utilizado pelo Antigo Regime, que consistia em um sarcófago cujas portas continham, em seu interior, espetos pontiagudos. Uma vez que a vítima estivesse posicionada no interior do aparelho, suas portas eram cerradas, trespassando-lhe o corpo – mas não em pontos letais. Assim, o indivíduo agonizava muitas horas, às vezes dias, sofrendo dores lancinantes, até que viesse, finalmente, a expirar. Segundo a *Wikipedia Encyclopaedia*, na verdade houve apenas *um* Iron Maiden, em Nuremberg, na Alemanha, e a primeira pessoa executada teria sido um forjador de moedas, em 14 de agosto de 1515.

Esse tipo de inspiração mórbida – por vezes escatológica – é um dos componentes mais comuns do gênero heavy metal, e pode ser detectada nas canções dos grupos que inauguraram o movimento, como o nova-iorquino KISS (segundo algumas igrejas protestantes, abreviatura de *Knights in Satan’s Service*, “Cavaleiros a Serviço de Satã”), o australiano AC/DC (uma gíria para “bissexual”), e os ingleses do Black Sabbath. De fato, há vários denominadores comuns entre esses representantes de primeira hora, como a presença de vocais estridentes, a morbidez dos temas, as guitarras distorcidas e, na esfera visual, os cabelos revoltos e a indumentária confeccionada em couro e ferro – uma carapaça que guarda talvez um parentesco com as armaduras medievais.

Chamou-nos a atenção, contudo, o fato de o Iron Maiden abordar em suas letras não apenas os temas-*cliché* comuns ao gênero, como o binômio “mulheres-bebedeiras” ou o suposto culto ao diabo (veja-se o LP *The Number of the Beast*, de 1982), mas por tratar de temas *históricos* em suas canções. Com efeito, as músicas com esse viés figuram de modo tão constante em sua discografia que é mesmo possível traçar-se uma “linha histórica”, abrangendo desde a Pré-História até a Segunda Guerra Mundial, passando por várias épocas e sublinhando os feitos tanto dos grandes vultos da História, como os de personagens anônimos, que ganham voz através das canções. Temos mesmo a impressão de haver certa intenção em se “fazer justiça” para com as vítimas da História, em letras – em

primeira pessoa, diga-se de passagem – como a de “Hallowed Be Thy Name”, em que um condenado se encaminha para o cadafalso; a de “Aces High”, o relato de um piloto da R.A.F., na Segunda Guerra Mundial; ou a de “The Trooper”, em que um combatente da cavalaria inglesa desafia o inimigo russo para a batalha e nos detalha a própria morte: “You’ll take my life but I’ll take yours too / You’ll fire your musket but I’ll run you thorough” (...) “He pulls the trigger and I feel the blow / A burst of rounds takes my horse below / And as I lay there gazing at the sky / My body’s numb and my throat is dry / And as I lay forgotten and alone / Without a tear I draw my parting groan”.

Embora surpreso num primeiro momento com a proliferação de temas históricos nas canções do Iron Maiden, logo percebemos que, no fundo, há certos elementos que contribuem para essa convergência. No plano estético, por exemplo, a instrumentação do heavy metal contém um inegável componente épico, grandiloqüente, e esse suporte musical constitui um terreno fértil para as alusões históricas, principalmente para aquelas relativas aos conflitos bélicos, em todas as suas configurações (das lutas corpo-a-corpo às batalhas aéreas). Estamos falando não somente das letras vociferadas, das guitarras distorcidas ou da bateria e do contrabaixo pulsantes, que elevam os níveis de adrenalina – isso sem mencionar o volume invariavelmente alto em que se costuma ouvir esse estilo de música –, mas também de alguns elementos estritamente musicais que de alguma forma combinam perfeitamente com os temas tratados nas canções. Alguns deles, seriam, por exemplo, os acordes quase sempre em modo menor (que sugerem sentimentos negativos, como tristeza ou melancolia – ou mesmo morbidez), o andamento acelerado em que as canções são executadas ou a longa duração das faixas, apropriada para os extensos relatos históricos.

Tendo apresentado algumas das características gerais do heavy metal, contextualizando-o historicamente, e o modo como o Iron Maiden se diferencia dos demais grupos pelos temas retratados em suas canções, debrucemo-nos, agora, ainda que de modo sucinto, sobre aquelas que compõem a “linha histórica” a que nos referimos. A fim de mantermos a concisão que este trabalho requer, deter-nos-emos a cinco canções,

ilustrativas de diferentes períodos históricos: “Quest for Fire”, “Alexander the Great”, “Hallowed Be Thy Name”, “Run to the Hills” e “Aces High”. Mesmo não analisadas, citemos, para fins de registro, outras canções do Iron Maiden que envolvem temas históricos: “Powerslave” (sobre a escravidão no Egito Antigo), “Genghis Khan” (sobre o guerreiro mongol), “Invadiers” (acerca das invasões dos nórdicos às Ilhas Britânicas), “The Duellists” (que relata um duelo entre cavaleiros na Idade Média) e “The Trooper” (inspirada no poema “The Charge of the Light Brigade”, de Tennyson, sobre a Batalha de Balaclava, durante a Guerra da Criméia – 1854-1856).

2. Análise das Canções

2.1 – Quest for Fire – Esta canção, composta para o álbum *Piece of Mind*, de 1983 (um trocadilho com “Peace of Mind”, o que comprova a tendência escatológica desse gênero), trata da busca pelo fogo pelas tribos pré-históricas, e de como essa fonte de calor e luz foi o pivô de sangrentas batalhas. O cenário descrito é inóspito (“In a time when dinosaurs walked the Earth / When the land was swamp and caves were home (...) / And the wolves they howled into the night”); logo, o tema-chave da canção é apresentado: “In an age when prize possession was fire / To search for landscapes men would roam / Then the tribes they came to steal their fire / As they fought a vicious angry battle / To save the power of warmth and light / Drawn by quest for fire / They searched all through the land / Drawn by quest for fire / Discovery of men”. O caráter heróico do homem é exaltado na letra, e perceberemos essa preocupação nas demais canções ora analisadas: “So they ploughed through forest and swamps of danger / And they fought the cannibal tribes and beasts / In the search to find another fire / To regain the power of life and heat”. Curiosamente, o autor da canção (o baixista Steve Harris, responsável pela maioria das composições do grupo), qual um narrador onisciente, revela a ignorância dessas tribos pré-históricas quanto à técnica de se esfregar gravetos e pedras a fim de se obter o fogo (“And they thought that when the embers died away / That the flame of life had burnt and died / Didn’t know the

sparks that made the fire / Were made by rubbing stick and stone"). Assim, essas tribos nômades, em vez de produzirem o próprio fogo, percorriam longas distâncias para conquistar, por meio da luta mais primitiva, essa fonte de calor e luz, fechando-se, assim, o "ciclo de ferozes batalhas" a que alude a letra.

2.2 – Alexander the Great – Saltemos para o ano de 334 a.C., quando Alexandre Magno torna-se soberano da Macedônia. O caráter épico do tema está em perfeita consonância com o estilo grandioso do arranjo e com a duração da faixa: 8'34'', com direito até a uma introdução "falada" por seu pai, o Rei Felipe II. Novamente, o heroísmo sobressai como valor inerente ao homem, elevando-o, neste caso, à condição de semi-deus. É o que se apreende pelo refrão: "Alexander the Great / His name struck fear into hearts of men / Alexander the Great / Became a legend 'mongst mortal men". A letra em si é menos poética (um caráter surpreendentemente constante nas canções do Iron Maiden) que didática. Ao cotejarmos a biografia de Alexandre Magno com a letra da canção, tivemos a nítida impressão de que ela foi organizada de modo a descrever, passo a passo, os episódios de sua vida e suas principais conquistas. Após a introdução, em que Felipe II aconselha o filho a buscar "um reino maior para si", tece-se toda a biografia de Alexandre, a começar pela localização geográfica da Macedônia e pelo seu nascimento: "Near to the east / In a part of Ancient Greece / In an ancient land called Macedonia / Was born a son / To Philip of Macedon / The legend his name was Alexander". A partir daí, conta-se que Alexandre tornou-se rei aos dezenove anos; que prometeu conquistar toda a Ásia Menor; e que derrotou os exércitos persas de Dario em 334 a.C.; a letra registra ainda a fundação de Alexandria; a batalha contra Dario às margens do Tigre, quando, tomando Persépolis, pilhou os tesouros da capital persa; o episódio em que parte com sua espada o nó górdio; e, finalmente, fala de sua morte na Babilônia, causada por uma febre.

2.3 – Hallowed Be Thy Name – "Santificado Seja o Vosso Nome", título da canção, evoca uma aura religiosa que logo se confirma: trata-se da execução de um criminoso, provavelmente de um herege, pela Inquisição. A letra, escrita em primeira pessoa, carrega

um tom confessional; é como se estivéssemos junto ao condenado, que nos fala de seus sentimentos à medida que as horas que o separam de seu fim transcorrem. A introdução é cantada lentamente, sublinhada por uma escala descendente tocada na guitarra e marcada pelo badalar de um sino que anuncia mais uma execução: “I’m waiting in my cold cell / When a bell begins to chime / Reflecting on my past life / And it doesn’t have much time / ‘Cos at 5 o’clock / They take me to the Gallows Pole / The sands of time for me / Are running low”.

O tom lamurioso e resignado dessa primeira passagem é bruscamente interrompido pela entrada dos instrumentos – um recurso recorrente no heavy metal – e o eu lírico agora entoa seu lamento uma oitava acima do tom original e utilizando uma impostação agressiva. Após alguns versos em que se percebe um eu lírico temeroso e ao mesmo tempo revoltado, a letra nos revela um inesperado desfecho. Ao contrário do que sói acontecer nas canções desse gênero, em que se alude à morte de um ponto de vista niilista, o tema subjacente de “Hallowed Be Thy Name” é a crença na imortalidade da alma: “As I walk all my life drifts before me / And though the end is near I’m not sorry / Catch my soul it’s willing to fly away / Mark my words please believe my soul lives on / Please don’t worry now that I have gone / I’ve gone beyond to see the truth / When you know that your time is close at hand / Maybe then you’ll begin to understand / Life down here is just a strange illusion”.

2.4 – Run to the Hills – A política de ocupação territorial norte-americana (entre 1791, ano de criação do Estado de Vermont, e 1853, quando se realizou a Convenção de Gadsden) resultou no extermínio de milhares de ameríndios. É esse o tema de “Run to the Hills”, que traz duas ópticas distintas: a do homem branco e a dos “peles vermelhas”. Novamente, a tônica recai no heroísmo, neste caso, dos índios, que resistiram bravamente ao ataque (contra o pseudo-heroísmo do colonizador). É disto que trata a primeira parte da letra: “White man came across the sea / He brought us pain and misery / He killed our tribes, killed our creed / He took our game for his own need / We fought him hard / We fought him well / Out on the plains we gave him hell / But many came / Too much for Cree / Oh will we ever be set free?”

Em oposição a essa visão, dá-se voz ao europeu, que também considera seus feitos "heróicos", ao atravessarem "nuvens de poeira" em "regiões áridas e remotas": "Riding through dustclouds and barren wastes / Galloping hard on the plains / Chasing the redskins back to their holes / Fighting them at their own game". Naturalmente, ao expor a posição arrogante do invasor, que trata os nativos pejorativamente como "peles vermelhas" (*redskins*), habitantes de "buracos" (*holes*), bem como ao revelar feitos não tão heróicos assim (como as punhaladas pelas costas, os estupros, a escravização dos prisioneiros e as negociações esquivas), o autor da canção parece querer fazer justiça para com os verdadeiros heróis desse episódio: "Murder for freedom / The stab in the back / Women and children are cowards attack (...) Raping the women and wasting the men (...) Selling them whiskey and taking their gold / Enslaving the young and destroying the old". No entanto, o refrão, que arremata a canção, evidencia quais foram, afinal, os vencedores dessa disputa, sublinhando sua atitude de empáfia para com o inimigo subjugado: "Run to the hills / Run for your lives".

2.5 – (Churchill's Speech) Aces High – A jornada do Iron Maiden através da História chega, finalmente, ao século XX. Na introdução de "Aces High", ouvimos a voz de Winston Churchill exortando os ingleses para a batalha, em seu discurso de 18 de junho de 1940: "We should never surrender!". A canção descreve, em ritmo frenético (incluindo-se aí guitarras que simulam, com o sistema de trêmolo, os "mergulhos" das aeronaves), uma das muitas batalhas travadas entre a Royal Air Force britânica e a Luftwaffe de Adolf Hitler. A letra retrata a movimentação dos pilotos, desde o momento em que ouvem a sirene de alerta de ataque aéreo e correm direção às aeronaves (no jargão aeronáutico-militar, "scrambling"), passando por toda a seqüência de ações tomadas pelos combatentes ("Jump in the cockpit"; "Start up the engines"; "Remove all the wheelblocks"; "Gathering speed as we head down the runway"), a fim de que estejam no ar o mais rapidamente possível. As piruetas executadas pelas aeronaves, descritas por meio de verbos no gerúndio ("Flying, rolling, turning, diving, going in again") e a situação inescapável de voar – ou morrer – dão a

tônica do refrão. A letra chega ao requinte de nomear os principais aviões envolvidos nesses embates – os *Spitfires* ingleses contra os ME-109 alemães (na verdade, uma versão modificada dos célebres BF-109). Ao descreverem a batalha aérea propriamente dita, os ingleses do Iron Maiden deixam transparecer certo favoritismo em versos como "*Bandits* at 8 o'clock move in *behind* us", qualificando seus inimigos como "bandidos" que atacam "por trás", enquanto que os britânicos atacam frontalmente: "Ascending and turning out Spitfires to *face* them / *Heading straight* for them I press my guns".

3. Conclusão

Esperamos com este breve trabalho ter contribuído, em primeiro lugar, para desconstruir o estereótipo segundo o qual o heavy metal é um gênero cujas letras versam apenas sobre assuntos demoníacos ou mundanos. Além disso, quisemos tornar mais conhecida a obra de um grupo de músicos que buscaram na História inspiração para suas canções, ao perceberem, de modo inteligente, que os temas históricos, em especial os relatos de guerra, encontrariam na instrumentação agressiva do heavy metal uma roupagem sonora adequada.

---

* Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor de Língua Inglesa da Faculdade Estácio de Sá – Belo Horizonte. E-mail: lauromeller@terra.com.br

Referências Bibliográficas / Fonográficas:

ENCYCLOPÉDIE MICROSOFT ENCARTA – Standard. [S.l.], 2001. 1 CD-ROM.

FRY, P. S. *History of the World*. London: Dorling Kindersley, 1994.

IRON MAIDEN. Verbete disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Iron_Maiden>. Acesso em 15 abr. 2005.

IRON MAIDEN. *The number of the beast*. Rio de Janeiro: EMI / Sonopress, 1982. 1 CD (40:21 min.): digital, estéreo. 7463642.

_____. *Piece of Mind.* Rio de Janeiro: EMI / Sonopress, 1983. 1 CD (46:02 min): digital, estéreo. 7463632.

_____. *Powerslave.* Rio de Janeiro: EMI / Sonopress, 1984. 1 CD (51 min.): digital, estéreo. 7460452.

_____. *Somewhere in Time*. Rio de Janeiro: EMI / Sonopress, 1986. 1 CD (51:26 min.): digital, estéreo.

LIAMES DA VIRTUDE – ÉTICA E MORAL NO MUNDO ROMANO

LEANDRO GONSALES CICCONE

Roma se consumia, depauperada de energias,
mas inebriada de luxo e de prazeres, nas rixas estéreis das facções.
Não havia mais ordem no Fórum, nem concórdia no Senado,
nem regra nos julgamentos, nem respeito aos superiores,
nem limites à jurisdição dos magistrados.[1]

Quando, nos últimos anos da ditadura de César, Marco Túlio Cícero enviou ao filho, então estudante em Atenas, um ensaio sobre ética[2], a República Romana agonizava – e não apenas ela; um modelo de vida pública, uma identidade cultural e moral, também sucumbiam ao poder e às riquezas, às ambições e contradições inerentes a um grande império. Cidade que se tornara senhora do mundo, Roma já então perdia a soberania sobre si mesma, à mercê de indivíduos cuja autoridade repousava em suas legiões.

É num cenário como esse que Cícero propõe uma discussão filosófica com evidente teor de crítica política. Retoma temas caros aos autores clássicos que o antecederam, como Aristóteles[3], e que igualmente inspiraram tantos outros mais desde então, tão díspares entre si como Santo Agostinho[4] e São Tomás de Aquino[5], Friedrich Nietzsche[6] e Rudyard Kipling[7]. Afinal, a reflexão sobre a ética representa, ao fim e ao cabo, um esforço de disciplina individual – que extrapola em alguns casos para um dado código moral, de alcance social – que pretende a busca de um modelo de virtude capaz de constituir esteios para o caráter, princípios para o convívio. Sob essa perspectiva, um ensaio sobre ética significa um tratado sobre o sentido de dever, tanto público, social, quanto privado, individual. De que maneira, em contextos distintos, esses fatores se combinam, quais suas ênfases e omissões – tal é o material que esse tipo de trabalho oferece ao historiador.

Cícero constitui, desde há muito, fonte inesgotável para os estudos acerca do declínio da República. Talvez seja o único caso de homem público romano de que se disponha não apenas da memória pessoal, oficial, mas também de uma memória tangencial,

baseada em sua vasta correspondência, cujo teor muitas vezes abala o leitor desavisado, destruindo com seus relatos e comentários de bastidores muito da grandeza quase mítica do personagem. Todavia, também se pode dizer que ele é provavelmente o único homem público romano para o qual a consciência de seus oportunismos e vaidades, manifestada direta ou indiretamente por si mesmo, revelou-se incapaz de demolir o interesse e mesmo a admiração pelo indivíduo. Se alguém pode ser definido como símbolo dessa encruzilhada da identidade romana nos estertores da República, do conflito entre consciência e interesse, ideal e real, certamente esse papel cabe a Marco Túlio Cícero. Consideremo-lo, portanto, como fio condutor deste breve estudo[8].

Pontos de contato entre os desafios da sociedade romana no século I a.C. e a sociedade ocidental do século XXI são muitos. E exatamente um desses pontos representa o mote do ensaio de Cícero; se a ética trata, em suma, da honestidade, como praticá-la à luz da utilidade? Ou seja, se de fato as coisas honestas são desejáveis acima de tudo, tudo o que é honesto é útil? Todas as coisas úteis são honestas? Honestidade e utilidade são conceitos intercambiáveis? Dos três livros que compõe esse ensaio, trata-se da honestidade no primeiro, da utilidade no segundo e dos vínculos que essas idéias estabelecem entre si no terceiro.

Em síntese, podemos reconhecer em seu discurso quatro virtudes fundamentais que relacionam a ética à honestidade, conceituando ainda uma moral decorrente dessa relação; tais virtudes seriam a verdade, a ordem, a fortaleza e o equilíbrio. Para cada um desses princípios, Cícero estabelece um arrazoado que tentaremos analisar a seguir.

Quanto à verdade, trata-se do elemento mais brevemente referido. Vincula-se à sabedoria, à busca do conhecimento, da elevação do espírito por meio do estudo; contudo, numa primeira crítica ao princípio de isolamento e distanciamento intelectual, defendido por vários filósofos gregos, destacando-se o próprio Aristóteles[9], Cícero afirma que as coisas do espírito não podem desviar o homem de seus negócios e trabalhos. Pelo contrário: é ao filósofo que cabe preferencialmente a vida pública, tornando social o fruto de seu estudo individual – numa referência clara e bastante sugestiva aos ideais políticos de Platão[10].

O segundo elemento – a ordem – é aquele que merece não apenas o maior desenvolvimento em todo o ensaio, mas representa a própria chave explicativa do contexto a partir do qual este foi escrito. Dois desdobramentos são destacados para a idéia de ordem (cujo caráter social é evidente em si mesmo): a justiça e a caridade. Considerando a justiça um bem efetivo, virtude absoluta, Cícero atribui à sua ação a garantia de coesão social, baseada no respeito à lei, na lealdade estrita à palavra empenhada, na defesa da tradição como legitimador último da ordem. Evidencia-se, nesse sentido, que a dissolução dessas tradições ameaça não apenas as próprias estruturas estabelecidas como a própria identidade romana nelas baseada. Definida como decorrência da própria justiça, a caridade, vista como liberalidade, ancora-se na munificência que caracterizava a ação pública do patriciado romano.

Terceira dessas virtudes, a fortaleza simboliza o ideal de integridade, a capacidade inequívoca de preservar seu próprio caráter mesmo quando em conflito com graves perigos e interesses mais imediatos; foi a ponte mais direta, para o discurso de Cícero, no paralelo entre honestidade e utilidade. Essa integridade precisava resistir a todas as provas, e nunca basear-se na opinião pública ou no senso comum, mas antes, sempre, na consciência individual da própria virtude.

Por fim o equilíbrio, quarto elemento elencado, apoiava-se em dois suportes: por um lado, a prudência deveria guiar as ações do indivíduo, tanto em seus negócios privados quanto, especialmente, em seus assuntos públicos; noutro sentido, o decoro deveria pautar as atitudes, mesmo as mais simples e cotidianas, representando um esforço consciente no afastar das paixões como móvel das iniciativas do homem honesto – sendo a razão sua guia e mediadora com o mundo.

Nessa perspectiva, como considerar a noção de utilidade? De maneira sumária – consciente de que sua mensagem fundamental já se esclarecia por si mesma – Cícero define que todos os elementos mais prosaicos da vida, desde o simples sustento até a própria riqueza, da cidadania ao próprio poder, são fins legítimos. Não há crítica de nenhuma espécie à busca individual pela prosperidade, nem tampouco ao exercício da

vaidade que orientava todo jovem romano no caminho das magistraturas e do Senado (nada mais natural vindo de um homem que buscava conscientemente esse brilho público como estadista, sem nada que se assemelhasse a modéstia...). Dentre os seus vários argumentos nesse trecho, Cícero destaca que, afinal, a riqueza do indivíduo e sua busca pelo destaque na República são benéficas ao Estado; nesse aspecto, seus interesses se combinam. Não obstante – e este é seu ponto principal – fins legítimos não justificam meios desonestos. Retomando casos e exemplos da história e da mitologia, o velho orador procura demonstrar que apenas o respeito absoluto ao dever, às virtudes anteriormente desenvolvidas, é um meio legítimo para alcançar tudo o que se pretenda. Em outras palavras, respondendo às indagações iniciais, nem tudo que é útil é efetivamente honesto; compreendendo-se tal circunstância, ao homem de virtude só resta buscar as coisas que lhe são úteis quando as mesmas não forem desonestas.

Dois dos casos e exemplos do ensaio são modelares para encaminhar nossas conclusões. Transcrevemo-los abaixo, analisando-os em seguida à luz das idéias que procuram ilustrar:

> M. Atilius Regulus, pela segunda vez cônsul, foi preso na África numa armadilha [...] os inimigos o enviaram ao Senado para obter a troca de alguns prisioneiros [...] e o fizeram prometer sob juramento voltar a Cartago se malograsse. Chegando a Roma, uma oportunidade de aparente utilidade se lhe ofereceu, e pelo acontecimento lhe pareceu útil julgar assim: só lhe restaria ficar em sua pátria e viver tranqüilamente com sua mulher e seus filhos, vendo sua desgraça como efeito ordinário da sorte das armas e continuando a gozar da dignidade de um cônsul. Quem pode negar que isso lhe seria útil? Quem? A força e a nobreza d'alma. Pode-se admitir mais majestosa autoridade? São essas virtudes que ensinam os homens a nada recear, a desprezar as coisas humanas, a tolerar tudo que possa chegar a ser insuportável. Que fez Regulus? Veio ao Senado, expôs sua missão, escusou-se de dar o seu conselho, dizendo que, uma vez que estava ligado ao inimigo pelo juramento, já não era senador. Mais ainda (oh, insensato inimigo de seu próprio interesse!), demonstrou que não convinha à República devolver os prisioneiros, homens jovens, bons capitães, ao

> passo que sua idade já o punha fora do serviço. Seu conselho prevaleceu, os prisioneiros foram conservados, e ele voltou a Cartago, sem que o amor à sua pátria e aos que lhe eram caros fossem capazes de o deter. Entretanto, ele não ignorava que iria entregar-se a um inimigo cruel e aos mais excêntricos suplícios. Mais feliz na aflição de suas vigílias dolorosas que envelhecendo em sua casa, prisioneiro do direito e consular perjuro. Mas agiu como desatinado, dirão; o quê! Em lugar de insistir para que se resgatassem os prisioneiros, ele mesmo recomendou que não se fizesse o resgate. Desatinado, dizeis; mas como? Aconselhando o que era útil à sua pátria? Um bom cidadão pode considerar útil para si o que não é útil à sua pátria?[11]
>
> [...] O Senado era sempre o porto e o amparo dos reis, dos povos, das nações, e os magistrados e generais faziam consistir sua maior honra em defender as províncias e sustentar os aliados com justiça e fidelidade invioláveis; deste modo, éramos protetores, antes de sermos senhores do mundo. Pouco a pouco se foi distanciando, com Sila, desses costumes e dessa disciplina; depois de sua vitória, tudo se perdeu. De tantas assombrosas brutalidades exercidas contra os nossos cidadãos, não admira as injustiças contra os aliados [...] Estamos pagando pelo que fizemos, e esse indivíduo, que deixou tantos herdeiros de sua voracidade, nunca chegaria a tal abuso de audácia, se os crimes de outros tivessem castigo. Nunca a semente da guerra civil será debelada enquanto facínoras esperam rever ainda desavenças sangrentas que Sila fez atirar sobre Roma [...] Que final poderíamos esperar de guerras civis quando há tais gratificações para essas ações? Não há nas cidades orientações que subsistam, pois todos os dias estão ameaçadas de novos ataques. A República está destruída.[12]

Quando define Regulus como um modelo de virtude (em vários pontos do ensaio) e ataca o significado das guerras civis pelo esvaziamento do Senado (crítica que também se repete algumas vezes), Cícero manifesta o discurso subjacente ao seu tratado sobre a virtude. O destaque conferido à noção de ordem e, particularmente, aos princípios de justiça e integridade, somam forças a essa crítica e, ao mesmo tempo, explicitam a angústia do velho senador diante da agonia dos valores que assumiu como seus e defendeu com ardor

durante toda a sua vida. Antes de um simples discurso sobre ética, o texto de Cícero é um libelo pelo regime aristocrático que fenecia sob a marcha dos legionários de César.

Primeiramente, é preciso lembrar que aristocracia e oligarquia costumam ser confundidas como regimes equivalentes; isso não é verdade. Tanto o próprio Platão[13] quanto Políbios[14], em seu famoso trecho sobre a constituição romana e as origens dos regimes políticos do mundo mediterrâneo, atribuem à aristocracia um caráter eminentemente positivo, considerando-a em seu sentido estrito como um "governo dos melhores" – ao contrário da oligarquia, definida por Políbios como uma forma degenerada dessa mesma aristocracia – segundo um ideal de República baseado nesse mesmo sentido ético da disciplina individual, do dever como absoluto. Platão e Políbios, como tantos outros[15], não atribuem à democracia um valor intrínseco; o princípio da maioria, que hoje se nos afigura tão caro, não era unanimidade entre os grandes pensadores da Antiguidade Clássica (aliás, sequer era muito popular entre eles). Sua linha argumentativa considerava o exercício do poder e do governo – a Política em seu sentido mais direto – como missão reservada aos mais capazes, cujas aptidões e talentos deveriam conduzir as sociedades humanas. Avaliada por esse prisma, a aristocracia simbolizava mais do que qualquer outro regime o esforço de constituição de um Estado ideal.

Feitas tais considerações, não nos parece de grande dificuldade associar o discurso ético de Cícero a um ideal aristocrático, uma perspectiva política a que a República Romana, em sua essência e em seus melhores dias, correspondeu de maneira exemplar. Por mais agudas que sejam as críticas – ontem como hoje – destinadas ao caráter excludente dessa Roma Republicana, onde o poder permanecia restrito ao patriciado (apesar do ilusionismo democrático garantido pela ampla cidadania formal), há que se reconhecer o caráter efetivamente colegiado desse governo, cujo paradigma era o próprio Senado. Se compreendermos que a aristocracia representava, para Cícero e para outros pensadores igualmente ilustres, o melhor regime político, podemos afinal perceber o sentido pretendido pelo ensaio *Dos Deveres*; era preciso que esse regime se tornasse efetivamente aristocrático – seus personagens deveriam ser inquestionavelmente os melhores homens,

os melhores romanos, vazados num modelo que os configurasse segundo os firmes liames da virtude.

Eis que a difusa angústia de Cícero torna-se concreta. Seu tempo não é de verdadeiros aristocratas. Não são homens virtuosos aqueles que conduzem os destinos da República; ao contrário, são déspotas que se revelam incapazes de atender a quaisquer dos deveres que o velho orador reconhece num homem superior. Sem essa ética, a República Romana estava condenada – não há aristocracia sem aristocratas, não há república sem republicanos. O espírito público, base e corolário dos princípios defendidos por Cícero, era indispensável à saúde desse corpo político que tanto se aproximava do Estado ideal para os grandes do mundo clássico. Sob o triunfo do individualismo voluptuoso e degenerado, a República de Cícero – filosoficamente tão próxima da República de Platão, e que tanta admiração despertou em Políbios – expirava dolorosamente.

Suma contradição de um homem de contrastes! Marco Túlio Cícero, plebeu enobrecido pelas lides da política, cônsul e senador, jamais pôde sentir-se parte efetiva dessa aristocracia que tanto defendeu. Ofereceu ao serviço da República seus múltiplos talentos; múltiplos também foram seus desacertos como estadista. Todavia, foi sempre um exemplo desses ideais de virtude que propugnou, imerso num tempo onde tantos se corromperam. Enquanto a República, abalada pelos choques sucessivos de novos interesses e demandas, passava célere de aristocracia a mera oligarquia, anunciando-se já a autocracia sem disfarces – fim inevitável de uma pantomima trágica – aquele velho aristocrata de espírito (mas não de direito), clamava pela coerência que lhes traria de volta os ideais perdidos. Mas seu mundo mergulhara já num ocaso sangrento, onde ao assassinato de Júlio César logo se seguiria o assassinato do próprio Cícero, parte do acordo entre os novos senhores do poder. Sua cabeça seria exposta no mesmo espaço onde tantas vezes sua voz fora ouvida – sinal simbólico de que haveria de calar-se para sempre.

De fato, um silêncio longo e pesado abateu-se sobre aqueles homens. A aristocracia (como Cícero a entendia) não sobreviveu à morte do último aristocrata.

Prof. Leandro Gonsales Ciccone

graduado em História pela FFLCH/USP

[1] SALÚSTIO, *Catilina*. (ca. século I a.C.)
[2] CÍCERO, *Dos Deveres*. (ca. 45-44 a.C.)
[3] ver, por exemplo: ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. (ca. século IV a.C.)
[4] ver, por exemplo: SANTO AGOSTINHO, *De Civitas Dei*. (413)
[5] ver, por exemplo: SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*. (1273)
[6] ver, por exemplo: NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*. (ca. 1900)
[7] ver, por exemplo: KIPLING, Rudyard. *If*. (1910) in KIPLING, Rudyard. *Complete Poetical Works*.
[8] sobre Cícero e sua época, ver, por exemplo, além de SALÚSTIO, *op.cit*., DÍON CÁSSIO, *História Romana*.
[9] ver, por exemplo: ARISTÓTELES, *op.cit*.
[10] PLATÃO, *República*. (ca. século IV a.C.)
[11] CÍCERO, *Dos Deveres*. III, XXVII. São Paulo: Martin Claret, 2004.
[12] CÍCERO, *Dos Deveres*. II, VIII. São Paulo: Martin Claret, 2004.
[13] PLATÃO, *op.cit.*
[14] POLÍBIOS, História. Livro VI. (ca. século II a.C.). Brasília, EUnB, 1985.
[15] ver, por exemplo: PSEUDO-XENOFONTE, *A Constituição de Atenas*. (ca. século V a.C.)

A PERSISTÊNCIA DE UM SABER: MEDICINA POPULAR EM GOIÁS DE 1930 A 1950

Leicy Francisca da Silva[1]

O século XX em Goiás marca o momento em que o corpo médico interessado em organizar-se como grupo e defender o monopólio sobre o seu espaço de trabalho inicia uma luta contra o que denominava charlatanismo. Como charlatão incluía-se curandeiros, benzedores, herbalistas (raizeiros), parteiras, curiosos, um enorme grupo que praticava a medicina popular. Um dos fatores que aqueciam os conflitos entre os grupos era a pequena distinção entre os resultados dos trabalhos médico-científico e médico-popular, frutos da falta de suporte técnico para o trabalho e também de uma formação profissional falha. A medicina não possuía ainda o aparato tecnológico que lhe permitisse alcançar grande número de resultados favoráveis gerando o descontentamento de uma população observada como objeto de uma ciência que lhes parecia afastada de sua realidade.

Independentemente de sua prática basear-se em critérios científicos ou não, o praticante da medicina popular, era via de regra, bem aceita em seu contexto sócio-cultural obtendo determinado status. A maioria da população quando necessitava de serviços de cura, buscava-a através do curandeiro ou herbalista, mais próximos da realidade por eles vivida e de mais fácil acesso[2].

Na prática a diferença para o tratamento e as formas de ação médica para

---

[1] Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Titular da Universidade Estadual de Goiás – Unu-Goianésia.

[2] Im antes de havê doto num tinha tanta duença. Hoje faz inté horrô!... Já vem os mal de nacença. Infrueza e marizia, os nol de tripa e quebrante, curava cum simpatia, cum dois ramo de alevante. Dô de istambo e piriri, vexame no coração, curava atôa, eu já vi, cum quina e chá de limão. O sarampo e catapora, são duenças passagera, que se cura numa hora, cum dois chazim de parrera. As inframação pro dentro, as dô de figo, as pereba, si curava cum inguento, changuana de jurubeba. Rematismo intrevadô, Promunia, dô nos peito num pricisava dotô. Na roça se dava jeito. Mais hoje tudo mudô, ninguém pode mais falá, us nome qui seus doto nas duenças já qué dá. (...) Assucesso de muié, só pricisa de partera. Hoje possa quem pudé: dois dotô na cabicera. Tem mais de mil duença, bestage, só invenção, curadas dum jeito só, na ponta do aguião. mais eu sô cabra istradero, num pite tapiação. viva os reméidos casero, morra as tal de injeção! (CANDIDO CANELA apud PAULA, A medicina dos médicos e as outras, 1982, p. 18)

o indivíduo eram irrisórias, um incentivo para que o conflito se impusesse. A disputa por espaço, clientes ou pacientes eram visíveis entre os pertencentes à medicina científica e os considerados charlatães. Nesse momento assistiu-se a uma prática, mas especialmente discursiva da caça aos charlatães, seus ecos ressoavam nos projetos políticos, nas revistas especializadas, nos arquivos criminais[3], nas páginas de artigos de jornais. Por outro lado, os meios de comunicação mantinham a prática da propaganda de medicamentos homeopáticos.

Os curandeiros ao contrário do que se credita, não eram procurados apenas pelos grupos menos abastados, em todos os extratos sociais havia espaço para a medicina popular, do simples chazinho para a cura de um mal comum, à ajuda na hora do parto ou como a última esperança no caso de doenças incuráveis, o leque de possibilidades para a busca destes profissionais era muito amplo[4].

A falta de profissionais da medicina científica, a força do hábito, adquirido através de uma longa história de afastamento ou descontentamento com uma medicina científica ainda pouco preparada para oferecer aos pacientes um tratamento que possibilitasse o restabelecimento da saúde, o fato de os espaços dos hospitais não serem bem vistos eram elementos indicadores da opção de uma parcela da população pela medicina popular. Em outras palavras, mesmo com a oferta da medicina científica, a medicina popular mantinha-se presente.

Destinada às populações pobres, as Santas Casas amargavam a má fama

---

[3] Sr. Chefe de Polícia: Tendo chegado ao conhecimento desta Diretoria que o Sr. F. Jorge Fritz, residente no município de Catalão neste Estado, Fazenda da Barra, se dizendo médico, vem exercendo alí, ilegalmente a medicina, solicito de V. Excia. providencias urgentes, junto ao delegado local, no sentido de ser evitado tal abuso, tendo em vista os dispositivos regulamentares sobre o assunto. Idênticas providencias pediria V. Excia. junto ao delegado de Rio Bonito, quanto ao Sr. Artur Correia Dias que num grande desrespeito às medidas desta Diretoria, continúa alí exercendo a medicina de modo ilegal. (...) (Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

[4] os recursos apontados não se extinguiram com o tempo. Ainda no século XX, o habitante da zona rural utiliza-os, quando faltam médicos ou farmacêuticos" isso porque "a sociedade se valia das práticas transmitidas através de gerações, radicadas nos costumes e nos conhecimentos da flora medicinal. (SALLES in FREITAS, Saúde e Doença em Goiás, 1999, p p. 78-79).

do chamado "chá da meia noite", citado da seguinte forma: O doente crônico, ocupando lugar e dando despesas, recebia, à meia-noite, segundo as más línguas, um "chá para criar forças"[5]. A relação entre as duas práticas acabavam por serem complementares. Os profissionais da medicina popular não se preocupavam em lançar mão de medicamentos pertencentes à farmácia científica[6], acompanhados de outros elementos naturais ou de orações. Dando à cura um caráter pessoal.

No cotidiano da população estava presente uma relação de confiança e intimidade com os elementos da medicina popular. Incorporada na cultura, nos hábitos e nas tradições através de suas práticas diárias. Seus profissionais também eram representantes dessa proximidade social, pois quase sempre, eram pessoas pertencentes à comunidade inseridos na mesma realidade, no mesmo código de valores e nas mesmas angústias, os sujeitos envolvidos partilhavam do mesmo código de comunicação e do mesmo espaço.

O contato com os medicamentos da incipiente indústria brasileira era feito também através dos jornais que circulavam pelo estado. Nas propagandas dos medicamentos vinham acrescidos os males para os quais eram indicados. Alguns pareciam "panacéias". Em jornais como o *Santuário de Trindade* de Campinas e *Jornal Brasil Central* colhemos os seguintes dados indicando os medicamentos aos quais a população podia ter acesso: "Ventre Livre"- indicado para infecções estomacais; "Regulador Gesteira" trata moléstia do útero, asma nervosa, peso, dores e cólicas no ventre, as perturbações e doenças da menstruação, anemia, palidez, amarelão; "Grindelia" de Oliveira Júnior, para rouquidão, coqueluche, bronquite, asma e tosse; "Vermífugo São Caetano", da empresa A. Coutinho; "Cafiaspirina" para todos os tipos

[5] Hermes de Paula. A Medicina dos médicos e a outra...Montes Claros. 1982.

[6] Os remédios que passaram da 'farmácia científica' para o patrimônio da 'farmácia popular' são vendidos em qualquer venda, na região percorrida por Paternostro – exemplo de que as decepções não implicam o abandono obrigatório de todos os elementos da 'medicina científica' e de que as trocas são bilaterais (como ocorre nos casos mencionados pelo autor, em que os próprios médicos lançam mão dos curandeiros para reunir informações ou estender o tratamento a certos pacientes) (FERNANDES, Mudanças Sociais no Brasil, 1974, p. 145-146).

de dores; “Elixir de Nogueira”; sabão líquido e medicinal “Aristolino” para banho, caspa, frieiras, golpes, espinhas, eczemas, queimaduras, feridas, manchas e todas as doenças da pela; problemas de rins e bexiga “Pílulas de Lussen”; dor de dentes “Cera Dr. Lustosa”; “Tabil” pílulas de Tayryá de Oliveira Júnior para prisão de ventre, enxaqueca, estômago, fígado, rins, baço e intestino; “Auris-Sedina” para dor de ouvido e “Vinho Creosotado” tônico e fortificante.

Os jornais traziam sempre receitas para doenças comuns e para algumas ainda incuráveis[7], medicamentos cuja base eram elementos naturais. Essa prática nos leva a crer que a população urbana, maior consumidora das informações dos jornais tinha interesse por essa medicina.

A medicina popular ao contrário do que se acredita, não se apresenta imutável, ela sofre uma constante transformação acompanhando o desenvolvimento histórico social. E isso exige acrescentar que não existe uma prática médica popular,

---

7

A Bananeira tem valor medicinal: Para curar os esgotados, ou anemicos, aconselha-se, de preferencia a banana curta ou de s. Thomé. A mesma banana, assada e reduzida a massa é alimento sadio para as crianças de 6 mezes em diante. Não produz colicas nem diarrhéa. O suco que dá a planta (água do pau da bananeira) é usado internamente adoçado, nas diarrhéias e outras doenças, na dose de meia chícara, tres vezes ao dia. Externamente emprega-se para lavar as ulceras e com mel de abelhas para aphtas (sapinho das crianças). As flôres da bananeira, de infusão em água e postas ao sereno, à noite, dão um banho salutar para as molésias de olhos. No sertão já se tem curado tysica pulmonar, unicamente com o xarope das flôres de bananeira. A banana meio verde, pesada e posta sobre as feridas cancerosas e os chamados formigueiros curam nas. E o cataplasma da banana curta, madura e assada com azeite doce, é muito emoliente e cura os tumores. (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1930, n. 334, p. 3) ; O Urucú e a Lepra:Medicamento efficaz para curar a lepra- o leproso, em qualquer periodo, deve comer, diariamente, seis folhas cruas da árvore chamada – “Anchiote” (Baixa-orllana-Linneo) conhecida vulgarmente no Brasil pelo nome de Urucú. Cada oito dias deve tomar um purgante de sal espsom (sulphato de magnesia), para eliminar do systema os bacillos mortos.(...) (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1930, n. 344, p. 1-2); A cura da morphéa: Tira-se o inhame da terra no minguante da lua. Posto ao sol para seccar a humidade, corta-se depois em lascas e leva-se ao forno para serem as lascas torradas até que fiquem na consistencia do café. Pila-se(ou soca-se) e o enfermo usará todas as manhãs e à noite ao deitar-se uma chicara tendo o estomago em jejum. No fim de pouco tempo, com o uso desse remédio, as chagas desapparecem, cicatrizando-se.(...) (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1931, n. 328, p. 3); Contra a gripe: Um purgante salino assim composto: sulphato de magnesia, 25 gram; suphato de sódio, 15 gram; chluoreto de sodio (sal de cosinha), 3 gram. e água, 180 gram. Para tomar uma vez. Logo depois do effeito purgativo: Uma limonada (de um limão inteiro) com assucar. Duas ou tres horas depois, outra limonada e mais duas ou tres com maior interallo. Se persistir a tosse depois de dois dias completa-se o tratamento com qualquer expectorante apropriado. No caso de continuar a febre pode-se combatel-a com a apirina, mas em geral basta a limonada. Não há inconveniencia na associação dos medicamentos (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1931, n. 389, p.2)

mas diversas formas de prática e conhecimento. A medicina popular é heterogênea.

A falta de médicos, um dos elementos explicativos da atuante prática da medicina popular em Goiás até meados do século XX se deve ao fato de que grande maioria dos médicos que se formavam, optavam por se manter nas regiões litorâneas, onde a facilidade de trabalho e a remuneração lhes pareciam mais compensadores. E poucos se aventuravam no trabalho pelo sertão que não lhes rendia fortuna[8]. Alguns filhos de fazendeiros mesmo depois de formados abandonavam a profissão e mantinham-se na função herdada do pai "Encontrei em Natividade, outro médico, mas, a sua ocupação era a criação de gado e não a medicina"[9]. É por estes entre outros fatores que o número de médicos pelo interior do Brasil era escasso.

Ofício encaminhado por Romulo Rocha, inspetor do exercício profissional, ao diretor geral de saúde, pede prorrogação para a concessão de alvarás de licença permanentes aos práticos em Goiás[10]. Uma exceção frente ao proposto pelo decreto federal n. 23540, de 04 de dezembro de 1933, que limita os favores concedidos aos práticos, para o exercício de sua atividade. O documento acrescenta que, a não permissão do exercício profissional dos práticos farmacêuticos e dentistas "tem prejudicado as populações locaes e aumentado o número de curandeiros".

---

[8] Como é do vosso conhecimento são poucos os formados que existem no estado em relação a sua extensão e com povoações distantes uma das outras, duzentos, tresentos quilometros e as vezes mais. Uma pessôa diplomada não deixará o conforto de uma bôa cidade para ir residir em local onde não tem conforto e com pequena população. (Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

[9] Júlio Paternostro, Viagem ao Tocantins. São Paulo,1945, p.229.

[10] Exmo Sr. Diretor Geral de Saúde: Atendendo a diversas solicitações de farmaceuticos e dentistas práticos, com longos anos de estabelecidos em diversas partes do Estado, inclusive o norte, onde como é do conhecimento de V. Excia. os meios de comunicações são difíceis devido a distância que separam as povoações, do centro, e que os transportes são feitos em costas de muares, velho expor a V. Excia, o que segue solicitando suas providencia junto aos poderes constituídos afim de que seja feito uma excepção para, o Estado de Goiás, prorrogando o praso da concessão de alvarás permanentes aos mesmos, que não requereram na época determinada pelo decreto federal n. 23540, de 4. 12. 1922, que limitou até 30 de junho de 1934 o praso dos favores concedidos pelos decretos 20877 de 30.12.931 e 20.862, de 28.12.931, por ignorarem a existencia de taes decretos, e por Ter tido diversos levantes armados, nesse periodo que abalou todo paiz. Com a legalização da situação de cada um dos interessados muito lucrará o Estado, a população local e a fiscalização da Saúde pública,(...) outros que pedem em nome da população local, a permanencia do prático, visto, ser o único meio que têm para os socorros necessários à população. (...) (ARQUIVO Histórico Estadual, 1939, cx. 950)

Este aumento numérico é o que faz com que a disputa entre médicos e curandeiros se torne mais acirrada. E diante desse confronto os órgãos reguladores do trabalho médico, como se sabe, iniciam um processo de punição aos que impedidos de praticarem a cura mantinham-se infringindo a lei. Vários ofícios pertencentes a Diretoria Geral de Saúde no Setor de Inspetoria do Exercício Profissional cobram dos chefes de polícia locais o cumprimento de norma referente a prática da profissão médica por profissionais não habilitados.

O que se nota é que a disputa entre médicos e curandeiros por espaço se prolonga por anos. Um outro aspecto da prática médica que poderíamos indicar é a existência de muitos armarinhos ou comércios de gêneros diversos fazendo a comercialização de medicamentos, o que estende a disputa também ao espaço da prática farmacêutica. Isso porque junto com a receita do medicamento também ofereciam tratamentos cuja prática pertencia aos profissionais médicos, como a consulta, o exame e o diagnóstico.

De acordo com o Regulamento de Saúde (artigo 519) o farmacêutico só poderia exercer a profissão se diplomado por escolas de farmácia ou odontologia nacionais ou equiparado ou práticos de farmácia licenciados por órgão federal competente e as farmácias não poderiam ter consultório em suas dependências. O exercício da farmácia, também era resguardado, pois assim como se proibia a existência de consultórios em farmácias também se proibia que médicos mantivessem farmácias sob sua responsabilidade. Mas na prática a lei era burlada de diversas maneiras.

No sertão, “farmácias não existiam”, eram os armarinhos que comerciavam os medicamentos e também os receitavam aos que os procuravam. A função de “farmacêuticos” nessas localidades eram prestadas por profissionais leigos que tomavam conhecimento dos medicamentos aleatoriamente. Essa prática perseguida pelos órgãos competentes era comum nos distantes povoados.

Em resumo podemos citar como os casos mais comuns a existência de

farmacêuticos que acumulavam sua função com a prática da medicina; de donos de armarinhos que tendo permissão para vender medicamentos rapidamente também passavam para a prática da cura e de outros que sem permissão para a venda de medicamentos, faziam-no juntamente com o trabalho médico[11].

Além de serem comumente procurados pela população para a venda e preparação de medicamentos, os donos de armarinhos muitas vezes passavam a receitar e a medicar. Esta prática, considerada ilegal por parte do poder público passou a ser perseguida com mais afinco após a criação do Regulamento de Saúde (1939) que proibia essa atividade e cobrava a legalização de todas as funções médicas por parte das autoridades municipais, estaduais e federais.

Embora fosse do conhecimento dos órgãos públicos a existência deste tipo de prática, o ofício encaminhado pelo Diretor Geral de Saúde do Estado, demonstra a necessidade sentida por parte do Estado em resolver o assunto, mostra também que o órgão tinha ciência dos problemas vividos, mas que não conhecia a solução para ele.

O Estado assume a incapacidade de solução rápida do problema e indica um “medicamento” de gosto amargo para o mal: a permissão para permanência dos práticos em suas funções através da concessão de alvarás de licença. O gosto amargo deve-se ao fato de o Estado ter que admitir a incapacidade para manter sua exigência, tanto que é repudiado por parte do órgão federal. É difícil crer que a simples proibição tenha resolvido o problema por isso acreditamos que esta prática tenha

[11] Exmo Sr. Dr. Chefe do Posto de Hisgiene de Ipameri: Tendo chegado ao conhecimento desta Inspetoria a existência de uma drogaria de produtos vegetal aí e como o seu proprietário não tem permissão desta Diretoria para esse fim, peço ordenar o fechamento da mesma até que seja legalizada a situação da mesma. Outrossim solicito a remessa dos entorpecentes apreendidos ao sr. José Aguiar.; Exmo Sr. Farmaceutico Esau Marques Guimarães:Tendo o sr. Dr. Chefe do Posto de Higiene de Ipameri solicitado providencias no sentido de que sejam observadas as exigências da lei pelos farmaceuticos estabelecidos aí, chamo a sua atenção para o fiel cumprimento dos dispositivos de lei, não mais continuando no exercício ilegal da medicina reclamado pelo digno Chefe do Posto (ARQUIVO Histórico Estadual, 1939, cx. 950).; Atendendo reclamações do Sr. Juvenal Pio Ramos que tem permissão desta Diretoria para a venda de produtos farmacêutico na povoação de Araguassú, solicito de V. Excia. determinar sejam suspensos da venda clandestina de produtos farmacêuticos e exercício ilegal da medicina os srs. Comerciantes Viriato Bino, Francisco Vieira e Francisco Flôr (Arquivo Histórico Estadual, 1939, cx 950).

permanecido de forma velada.

O que sabemos é que em Goiás, convivem, ou melhor, se complementam e disputam espaço as diversas formas de cura. O curandeirismo complementa o tratamento formal, já que as evoluções sentidas com relação às modernas técnicas de tratamento já em prática nos grandes centros mundiais, ainda não se viam refletidos no Estado. E não raras vezes médicos acorriam às técnicas não formais de cura buscando a complementação do tratamento utilizado, as trocas eram bilaterais[12]. O que não afastava o clima de disputas entre as duas práticas médicas presentes não apenas no Estado, mas um fenômeno mundial desde o final do século XIX, quando nas diversas sociedades se propõem códigos que desclassificam os saberes não científicos em saúde e condenam os profissionais que os detêm.

A prática da medicina popular não se restringe apenas aos espaços rurais do Estado, onde a população distanciada do atendimento médico erudito a procurava como única possibilidade de reabilitação. No espaço urbano, mesmo com uma maior amplitude de oferta da medicina científica, possuía uma clientela considerável o que acrescenta a importância das questões culturais como definidoras da escolha da forma de cura. A imposição do saber ou disputa antes inexistente pelo espaço médico ocorre mais especificamente nos espaços que se urbanizam.

[12] Florestan Fernandes, Mudanças Sociais no Brasil, 1974.

HISTÓRIA E PODER: O CURRÍCULO (INTER|)ÉTNICO INTERDITADO

Leila Lourenço

Um dos períodos históricos do Brasil em que uma certa *vontade de verdade, segregação ou interdição*, em termos foucaultianos, para o exercício do controle de certos discursos, é visível, no período designado como *Nacionalista* (1937-1945), tendo Getúlio Vargas à frente. Foucault especifica em a "Ordem do Discurso" (1996) que esse controle discursivo aparece mais em áreas como a política e a sexualidade:"[...] não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar tudo em qualquer circunstância, [...] qualquer um não pode falar qualquer coisa" [1].Em relação à política, posso dizer que os períodos em que este controle e interdição discursivos apareceram fortemente são os denominados de "ditadura", como é o caso do que vai ser analisado.

O presente texto procura dar visibilidade a uma política curricular de interdição à língua materna dos imigrantes poloneses e italianos, no extremo sul de Santa Catarina, cidade de Criciúma, bairro Linha Batista e Morro Estevão. As escolas pesquisadas estão inseridas dentro das investigações do Grupo de Pesquisa História e Memória: o processo de Educação em Santa Catarina (GRUPEHME), grupo vinculado à Diretoria de Pesquisa da Universidade do Extremo Sul Catarinense- Unesc. Estarei mobilizando os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux e Michel Foucault, por entender, conforme Gregolin "que estes tinham projetos epistemológicos que, apesar de distintos, encontram-se em vários pontos" [2], um desses pontos, refere-se a construção de uma teoria em que o *discurso* é evidenciado, no caso os discursos sobre a "língua nacional", a partir de registros escolares oficiais da época e por meio de entrevistas com ex-alunos/as, professores/as.

Pêcheux é considerado o centro gravitacional da *teoria do discurso* e de *análise do discurso* da chamada linha francesa, a partir da década de 1960, em que o modo de *interpretação* e de *leitura* das ciências sociais e da lingüística é colocado em "xeque".E aqui entra a questão da História, pois na busca pela construção da análise do discurso, Pêcheux articula a língua, os sujeitos e a História.Gregolin argumenta que por estar fortemente

centrado na construção desse campo, Pêcheux dialoga constantemente com Lingüística por meio de uma relação tensa com Saussure, Marx e Freud (a chamada *Tríplice Aliança)*, pois visava a construção de uma *teoria materialista do discurso.* Em Pêcheux, as questões referentes à inscrição do político na linguagem serão a matéria-prima do discurso, percebendo a língua em sua dupla materialidade (o lingüístico e o histórico) compondo uma via de acesso ao discurso. Em Foucault, Gregolin discute, que ele também se relaciona tensamente com uma *Tríplice Aliança*, Nietzsche, Freud e Marx, diferente de Pêcheux indica uma relação forte com as problemáticas da História e da Filosofia, não tendo como objetivo *imediato* à construção de uma teoria do discurso. No entanto, as temáticas por ele desenvolvidas em suas fases denominadas *arqueológicas*, *genealógicas* e *ética e estética da existência* estiveram articuladas a uma reflexão sobre os discursos, pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, delineando uma *teoria do discurso* que encontra um lugar central ao longo de toda a sua obra. Ainda Gregolin, esta dirá que Foucault não é um adversário de Pêcheux no que diz respeito a uma teoria do discurso, que o que eles propõem não está em oposição, mas em complementaridade. A diferença tem a ver com o modo de se situarem frente às propostas althusserianas, como por exemplo, ausência em Foucault, de categorias clássicas do marxismo como ideologia e luta de classes. O poder no Foucault genealogista, por exemplo, está fundamentalmente ligado, em todas as sociedades modernas ocidentais, ao corpo, uma vez que é sobre ele que se impõem às obrigações, as limitações, bem como as *microlutas*, já que para Foucault não há um centro único do Poder, pois para ele o poder se espalha por toda topografia social. Gregolin adverte que não se trata, em Foucault, de negar a existência de um Poder de Estado, o que ele mostra é que há outros poderes, além daquele do Estado e que estes têm natureza e mecanismos diversos daquele do Estado [3].

Trago essas teorizações em relação às faces do poder, pois entendo que no período do Estado Novo getulista essas duas percepções de poder podem convergir. De um lado, a forte presença da ideologia de Estado (numa percepção althusseriana de ideologia como prática) materializando-se nas práticas sociais e discursivas, no caso, escolares. Por outro

lado, a pulverização dessa política nos microespaços de poder da topografia social, fazendo emergir as resistências a essa prática política e discursiva

A partir de Foucault e Pêcheux, busco perceber o currículo escolar como um artefato histórico, formador de identificações pessoais e sociais, e busco compreender os discursos de uma política lingüística materializada nas lembranças de ex-alunos/as, ex-professores/as, nos livros de atas e outros que compõem o acervo da escola, contendo as anotações de um cotidiano escolar de/sobre língua, investigando os mecanismos de sentido que produziram um sentido, um discurso predominante de língua. E ainda, apontado para o sentido, conforme colocam Moreira e Silva de que "Desnaturalizar e historicizar o currículo existente é um passo importante na tarefa política de estabelecer objetivos alternativos e arranjos curriculares que sejam transgressivos da ordem curricular existente".[4]

A QUESTÃO DA LÍNGUA NACIONALIZADORA

Um dos aspectos relevantes para se problematizar, em relação às escolas étnicas, no período nacionalista/getulista, tem a ver com a questão da língua. A língua dos imigrantes, nos casos analisados, o polonês e o italiano sofreram uma interdição e conseqüentemente a sua tentativa de substituição.

Mas por que essa preocupação em interditar/substituir uma língua? Entendemos, a partir da teoria do discurso (francesa/brasileira), que a língua é a nossa forma material de inscrição na história. A língua constitui sentido e sujeito e vice-versa e traz em si inscrita uma memória, é justamente essa memória de outra forma de ser sujeito, de identificações, como por exemplo, outra forma de ser operário, de perceber a nação, que preocupava o governo do Estado Novo, por isto a sua interdição. Como se a diversidade não pudesse fazer parte da identidade de nação que se buscava construir no Brasil.

Falar e escrever a língua nacional, no caso a portuguesa, nesse período, passa a funcionar como um atestado de brasilidade, esta é vista como um elemento de soberania nacional, motivos estes usados para justificarem todo o aparato jurídico-policial que foi implementado nos núcleos agrícolas e de colonização formados por imigrantes não-

portugueses [5]. Segundo Gadet e Pêcheux, a questão de uma política de língua nacional, uniforme, homogênea não ocupou um lugar de preocupação em outros regimes políticos vivenciados pela humanidade [6]:

> [...] nem o feudalismo nem as monarquias absolutas implantaram uma *política da língua* qualquer: o 'corpo lingüístico' da época feudal, o mosaico dos falares e dos dialetos permanecia tão intocável quanto o corpo do rei, por razões paradoxalmente idênticas. A política burguesa transforma a rigidez das ordens em confrontos de terreno de diferenças O que havia começado com as empresas de cristianização da igreja medieval, e continuara com o início do colonialismo (particularmente, as gramáticas dos missionários), ganhou, com a constituição dos Estados nacionais, a forma de um projeto político, que colocava na ordem do dia das revoluções burguesas a "questão lingüística": constituição da língua nacional através da alfabetização, aprendizagem e utilização legal dessa língua nacional.

O caminho privilegiado para a implementação dessa língua nacionalizadora encontra lugar especial nas escolas primárias. No Brasil, segundo Payer "o argumento para essa seleção era o de iniciar a obra de nacionalização pela infância, para garantir no futuro as bases econômicas e ideológicas da consciência nacional" [7].

A INTERDIÇÃO DA LÍNGUA NAS ESCOLAS ÉTNICAS DE LINHA BATISTA E MORRO ESTEVÃO

Uma mudança significativa, em relação à política educacional, destacadamente, em áreas de colonização estrangeira vai ocorrer, no contexto nacional brasileiro, na década de 1930, como nos mostra M. Onice Payer [8]:

> O processo de Nacionalização dos imigrantes europeus no Brasil contou com a intervenção pontual do Estado, durante o chamado Estado Novo, na década de 1930, quando foi oficialmente interditada a prática de das línguas dos imigrantes. A interdição se deu através de legislações e de uma ampla campanha de nacionalização do ensino primário, que ao mesmo tempo implantou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira e interditou a prática dessas línguas estrangeiras ".

As escolas primárias dos imigrantes, que por mais de meio século funcionavam independente do poder público, a partir do Estado Novo getulista recebem atenção especial no sentido de proibi-las, ou seja, só poderia lecionar professor que fosse de nacionalidade brasileira, sendo implementado todo um aparato jurídico-policial.

Começa aí, a primeira tensão político-pedagógica na escola de Linha Batista, pois todo *fazer pedagógico* traz em si uma concepção de ensino e de aprendizagem, que tem por base um discurso predominante de sujeito, de mundo, de sociedade, que contribui para a

constituição de certos comportamentos e modos de vida em cada época, sociedade e país. A escola é um espaço privilegiado onde estas relações político-ideológicas acontecem.

Faz-se necessário interrogar as *relações de poder e de saber* no espaço escolar: Ensinar o quê? Para quê? Para quem? Estas questões emergem no primeiro conflito político-pedagógico de repercussão pública vivenciado neste educandário, em relação à permanência do professor polonês Casemiro Stachurski. Em 1936 e 1937, este professor, de origem polonesa, é assim descrito por um Inspetor de Ensino Estadual, no livro *Termo de Visitas* desta escola:

> Felicitações ao mundo escolar de Linha Batista, por ter encontrado no professor Casemiro um elemento que serve plenamente a seus interesses e ao interesse da instrução pública[...]
> O inspetor teve boa impressão do professor, deixando votos de louvor, pelo serviço de nacionalização que está prestando a nossa grande Pátria, que também se tornou sua.

Com a ditadura do Estado Novo, promovida por Getúlio Vargas (1937 a 1945), apogeu da política nacionalista, esta interviu diretamente nas relações de saber e poder da instituição escolar, principalmente as consideradas “núcleos estrangeiros”. Em junho de 1938, no mesmo livro, encontramos a seguinte afirmação de um Inspetor de Ensino, em relação à resistência dos pais em aceitar Ada Rampinelli, nomeada para substituir Casemiro Stachurski.Estes ameaçavam de retirar as crianças da escola ou não as mandariam mais, caso Casemiro não voltasse:

> A professora poderá sair para melhorar a situação, mas, Casemiro Stachurski não voltará para Linha Batista, não por que é mau professor, pelo contrário, mas para fazer sentir que somos brasileiros e que as autoridades e as leis do Paiz (sic) devem ser respeitadas. O professor de Linha Batista, público ou particular, pelo que venho observando, só podemo-lo admitir brasileiro nato [...].

O aparato jurídico-policial, nesse período, ao proibir a presença de estrangeiros e interditar as línguas, impondo a língua oficial, o português, estava agindo, não meramente na interdição de uma língua por outra, mas como discute Payer [09]: *ela* [interdição] *não incide simplesmente sobre uma ‘língua estrangeira’, mas sobre* ***sujeitos, sentidos e memória*** *presentes de modo central no seio da sociedade*. O Sr. Tadeu Studzinski, ex-aluno do professor Casemiro, assim coloca:

> [...] Depois foi indo o tempo do Getúlio[...] Vocês sabem que chegou um tempo, aqui, que não se podia falar em polonês [...]Não deixavam porque ela botava espia, a professora botava espia, a espia entregava, apanhava e pronto. O espia era um aluno, o aluno ficava cuidando quem falava, quem falava em polonês ia de castigo [...].

O aparato jurídico-policial manifesta-se também no meio dos alunos. O Sr. Tadeu não coloca, mas talvez esteja se referindo a uma das atividades realizadas pelos alunos que faziam parte da **Associação Liga Pró-Língua Nacional**, formada por alunos com a orientação de professor/a da classe, que tinha como objetivo atividades cívicas e o uso da língua portuguesa. A política instituída era a de "esquecer" a língua de seus descendentes para se constituírem como brasileiros.

Dona Lukrécia Bocianoski, que se aposentou como servente da escola, em entrevista, comenta [10]: *depois do Getúlio, liberaram de novo as línguas, podíamos falar, podíamos cantar. Hoje estão procurando, estão pedindo para cada um cultivar a sua cultura, mas agora já é tarde!* Da mesma opinião é o Sr. Tadeu Studzinski, quando em sua entrevista diz [11]: "[...] E hoje eles estão querendo voltar, só que é tarde [...].

Para o ensino da língua polonesa, talvez seja *tarde*, como disse D. Lukrécia. O que ainda se encontra são alguns livros, vestígios escritos em língua polonesa, que sobreviveram à queima e à fúria nacionalista, como são os livros do Sr. Maximiliano Casemiro Milak, morador de Linha Batista e descendente de poloneses, datados do início do século XX. Uma outra forma de resistência aparece na designação da escola, que passou, em 1959, de "Escola de Linha Batista" para "Escola Casemiro Stachurski". A cada vez que se for estudar com os alunos/as sobre o "patrono" da escola, talvez sentidos, sujeitos, história e memórias silenciados emerjam.

A comunidade de Morro Estevão vivenciou de outra forma a interdição da língua italiana. Não encontrei manifestação pública em relação a esta realidade. A interdição e sua aceitação se deram de forma gradual, processual, como mostra o livro Termo de Visitas, em 30/03/1932, quando um inspetor de ensino assim observa: "A professora [Paula Westphal] trabalha bastante com a linguagem oral, obrigando-os a falar o mais possível para que desapareça esse defeito, que pode se converter em vício".

A forte presença da língua italiana na linguagem das crianças era entendida como um *defeito, um vício* que precisava ser interditado para poder ocorrer à aprendizagem da língua portuguesa.

Neste mesmo livro, em 22/10/1941, o inspetor de ensino assim recomenda para a professora Amábile Pavam:"Nota-se ainda a influência de língua estrangeira na expressão dos alunos aos quais a professora deve vigiar incansavelmente para evitar que usem outra língua que não a nossa.Recomendo que a professora crie logo a Liga Pró-Língua Nacional."

Então, conforme o Livros Actas, em 23/02/1942, foi criada a Liga Pró-Língua Nacional, orientada pela professora Amábile Pavam, tendo como objetivo: "Cultivar a nossa bela língua pátria e trabalhar para que ela seja bem e em toda parte falada, como brasileiros que somos e muito amamos este nosso Brasil, que é o mais belo e o melhor país do mundo".

Nesta organização havia as turmas que cuidavam da *fiscalização e cultivo da Língua pátria na escola e fora dela*, outros que *organizavam o Álbum Cívico.* Por meio da imposição de uma política oficial lingüístico e discursiva, buscou-se forjar, entre italianos e seus descendentes, uma identidade de povo brasileiro. Em 1955, no livro termo de Visitas, encontramos ainda observações para a professora Maria Cesa sobre a linguagem: "A pronúncia dos alunos continua viciada, continuar a fazer constante correção, solicite a colaboração de todos os pais, para que as crianças usem socialmente o idioma nacional".

Não posso deixar de refletir que o que aconteceu com estas comunidades escolares de imigração, em relação à língua materna, ainda acontece nos dias atuais, só que em relação às várias formas de expressão da língua portuguesa. A instituição escolar ainda não reconhece outras formas de linguagem dos/as alunos/as, a diversidade lingüística ainda é vista como errada, como feia, como defeito e não como uma linguagem **diferente** da norma padrão da língua oficial, muito menos ainda como possibilidade de ampliação da cultura lingüística dos alunos e alunas.

Em relação à língua ou a sua interdição, busco trazer a questão da diversidade lingüística, pois como nos mostra Payer, *o eixo central da discursividade que assim se*

produziu (re-produziu) no Brasil dos anos 30 consistiu no enunciado-proposição do ***Brasil como um país lingüisticamente homogêneo,*** penso que este discurso *fundador* ainda predomina no ensino de língua portuguesa. Um dos teóricos e lingüista que busca combater este discurso, a partir de outro lugar teórico, que não o discursivo, chamando este enunciado proposição de *mito da unidade lingüística*, ou seja, mito de que há apenas uma forma de expressar a língua portuguesa, é Marcos Bagno [12]:

> [...] Aceitar a idéia de que não existe erro de português. Existem diferenças de uso ou alternativas de uso em relação á regra única proposta pela gramática normativa [...] Ensinar bem é ensinar para o bem.Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano.Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir é elevar e não rebaixar a auto-estima do indivíduo.[...]

Nas entrevistas que realizamos percebemos ainda hoje, vestígios das línguas interditadas, destacadamente na linguagem oral dos mais velhos, bem como a presença nos sobrenomes e em vocábulos próprios dessas línguas apropriados pela língua portuguesa, mostrando que o processo de interdição encontrou e ainda encontra resistências, mesmo que de forma inconsciente.

NOTAS

* Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc e doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Letras (teorias do texto e do discurso).

[1] FOUCAULT, Michel. ***A ordem do discurso***. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996, p.09.

[2] GREGOLIN, Maria do Rosário . *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos : ClaraLuz, 2004.

[3] Op. Cit. p.53, 54, 133, 134.

[4] MOREIRA, Antônio Flávio B; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.30

[5] Discussões a partir do artigo de PAYER, Maria Onice. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: Condições, Modos, Conseqüências. IN ORLANDI, Eni P.(org). ***Histórias das idéias lingüísticas: Construção*** *do* ***Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional.*** Campinas, SP: Pontes: Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

[6] GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua Inatingível*.Trad. Maria Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas:pontes, 2004, p. 34.

[7] Op. Cit. p.250

[8] Idem Payer, 2004, p.235.

[9] Op.Ci t. p. 242

[10] Lucrecia Bocianoski Schocheski nasceu em 14/3/1926, em Cocal do Sul (SC). Filho de Vadislau Bocianoski e Estanislava Bocianoski. Casou-se com Antônio Schocheski (falecido), com quem teve dois filhos. Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Vrtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta. Criciúma, 18/11/2002.

[11] Tadeu Studzinski nasceu em 4/12/1930 em Linha Batista. Filho de João Studzinski e Maria Celinger. Casou-se com Lidia Pizinski Studinski, nascida em 9/1/1934, em Linha Anta, com quem teve oito filhos. Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta.Criciúma, 29/10/2002.

[12] BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico. O que é, Como se faz.* São Paulo:Loyola, 1999, p. 142 e 145.

CULTURAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE CIDADANIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA*

Lenilson da Silva Araujo**

Há pelo menos duas ou três décadas que a História Política vem passando por reformulações. Durante este meio tempo, politólogos, historiadores e antropólogos têm se debruçado sobre problemas como o "lugar" da política, suas formas e as maneiras de aborda-lo. A antropologia política, surgida nos anos 60, trouxe importantes contribuições ao propor a desmistificação da visão política tradicional, que reduz a teoria política à teoria do Estado, e ao buscar um modo de conhecimento das "*outras políticas*". O conceito de cultura política surge neste contexto, como uma ferramenta para esta nova abordagem. Para o historiador Serge Berstein, o termo cultura política surgiu na tentativa de oferecer uma explicação dos comportamentos políticos mais satisfatória do que as propostas até então apresentadas, pelo fato de não apresentar-se como uma "chave universal" que explique todos os fenômenos, mas como uma ferramenta de "*múltiplos parâmetros*", que permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos[1]. A hipótese central das investigações sobre cultura política é que esta constituiria um "núcleo duro" que informa o homem sobre suas escolhas em função do sistema de valores, normas e crenças que ele traduz.

Em um estudo de meados dos anos 80, Eduardo Silva argumentou que um dos problemas recorrentes da historiografia sobre a cultura política dos trabalhadores urbanos é que elas se restringem, em sua maior parte, às minorias articuladas, seja através das revoltas populares ou dos movimentos organizados – sindicatos, associações políticas, de moradores etc. -, esquecendo-se de que estes movimentos abarcam apenas uma pequena parcela da população

---

* Este trabalho apresenta alguns resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que conta com o apoio da FAPEMIG e da UFJF.
** Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.
[1] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-50.

total, e enfatizou a importância de se "*ouvir o discurso dos sem voz, isto é, a gente 'normal', 'simples', 'despolitizada'; o discurso da maioria silenciosa, as tão desprezadas – tanto na política quanto na historiografia – massas desorganizadas*"[2].

Partiremos dos pressupostos colocados acima para analisar o exercício de cidadania entre os trabalhadores comuns durante a Primeira República. Iremos avaliar como em um contexto altamente excludente, os trabalhadores pobres criaram estratégias na tentativa de satisfazer suas demandas coletivas. Para isto escolhemos como palco a cidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora constituía um dos mais importantes centros urbanos do país durante o período, e não obstante o tratamento dado pela historiografia local sobre cidadania ainda permanece obscuro. Nossa análise inicia-se no período de consolidação do regime republicano no país - 1900, e vai até o ano de 1918, quando ocorre uma guinada no comportamento político dos trabalhadores que indica mudanças significativas em suas culturas políticas que ainda precisa ser melhor explicado.

Uma das grandes dificuldades para se analisar a cultura política dos desarticulados – a grande maioria da população – está na precariedade dos documentos que possibilitem uma análise desse tipo. Como não tinham o hábito de deixar papéis escritos e raramente participavam de manifestações ou revoltas, deixaram poucos vestígios. Decidimos então aproveitar a metodologia utilizada por Eduardo Silva para o mesmo tema na cidade do Rio de Janeiro. Silva coletou queixas e reivindicações populares, dirigidas direta ou indiretamente ao Estado, publicadas no Jornal do Brasil, entre 1900 e 1910. Como coloca o autor, estas queixas proporcionam uma das raras oportunidades para analisarmos o que os trabalhadores comuns pensavam sobre política, já que eram amplamente utilizadas pela população, pois eram gratuitas e podiam ser feitas por analfabetos[3]. Pesquisando nos periódicos de Juiz de Fora,

[2] SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 26-27.
[3] SILVA, Eduardo. op. cit.

descobrimos que a imprensa local também abria espaço para reivindicações populares. Decidimos então intensificar a coleta e estabelecer um diálogo com o trabalho de Eduardo Silva. Apesar da pesquisa ainda estar em andamento, o dados já levantados permitem-nos tirar algumas conclusões, que apresentaremos abaixo.

Dividimos as reclamações em cinco categorias: segurança, água, luz e obras públicas/higiene, formam categorias claramente distintas que se agrupam. Reclamações que se referiam a outros temas menos abordados, como educação, fiscalização, impostos, transporte, entre outras, agrupamos em uma categoria distinta. O total das reclamações coletadas ficou assim dividida:

Reclamações/tipo	**Nº**	**%**
Obras públicas	99	42,8
Segurança	70	30,3
Água	28	12,2
Luz	15	6,5
Outras	19	8,2
TOTAL	231	100

2.1Culturas políticas e estratégias de cidadania

Como já aventamos, aqueles trabalhadores viviam em uma situação de grande opressão e exclusão social. Nada naquele quadro parecia estar a seu favor. A ideologia liberal das elites preconizava um Estado que se recusava a intervir na questão social; o sistema político, que poderia servir como um canal para as realizações pretendidas pelos trabalhadores era uma fraude, não havia caminho legal para a participação; e o mosaico social formado pelo contexto

da cidade quebrava os laços de identidades, tão importantes para a formação do cidadão e a organização de entidades de luta. No entanto, aqueles homens e mulheres não aceitaram sua exclusão passivamente: criaram sua própria estratégia de cobrar do poder público aquilo que consideravam um direito. Reclamar do governo ou para o governo no jornal, um meio de comunicação público e de grande circulação era uma estratégia generalizada, utilizada em sua maioria, pelos desarticulados, pelos excluídos das direções das associações de trabalhadores, ou que nem mesmo a possuíam; era uma brecha aproveitada pelos marginalizados, por aqueles que se encontravam de fora dos centros de decisões das instituições comunitárias.

Já observamos que a maior parte das reclamações é referente a serviços básicos prestados ou regulamentados pelo Estado: água, luz, obras públicas e segurança. Elas se dividem em dois blocos: 1) serviços urbanos – água, luz, limpeza, etc.; 2) queixas *ao* governo e *do* governo – segurança, obras públicas, etc. No primeiro bloco, as queixas são indiretas ao governo, já que tais serviços eram prestados por empresas que recebiam concessão do governo, mas de qualquer forma, são críticas também ao governo, já eram de responsabilidade pública. Já no segundo, a ação do Estado é questionada ou reivindicada. Em Juiz de Fora, este segundo bloco é predominante, como observamos. Esta questão era extremamente importante para aquelas pessoas. A defesa da família, do pouco que possuíam e de si mesmos foi uma preocupação constante. Reivindicavam *ao* Estado o patrulhamento das ruas, a perseguição a gatunos, a manutenção da ordem e da moralidade, mas também cobravam *do* Estado uma conduta mais correta por parte dos seus representantes, buscando defender-se de sua opressão. Cobravam aquilo que lhes pareciam importante, dentro da sua experiência, e aquilo que lhes parecia ser possível de alcançar. No caso das obras públicas, a reivindicação era pela ação do Estado. Também sob este aspecto a situação daquelas pessoas era extremamente ruim: lixo acumulado nas ruas, esgoto a céu aberto, ruas sem calçamento e o medo constante de epidemias faziam parte de seu cotidiano. Diante da situação de pobreza e exclusão vivida, apertadas em barracões, disputando espaços em cortiços, com um trabalho degradante e mal

remunerado, não devemos menosprezar a importância das obras de saneamento, limpeza e conservação em suas vidas.

Portanto a afirmativa de Eduardo Silva de que "*o queixoso típico não questiona o estilo autoritário das decisões do governo, nem reivindica uma participação maior no processo de decisões que afetam a sua vida*"[4], deve ser reavaliada, pois existem vários indícios que nos mostram o contrário. Aquelas pessoas não aceitavam passivamente a ação do Estado: havia limites que fixavam a legitimidade desta ação. Por outro lado, ainda mais limitado era o espaço da ação política daqueles que reivindicavam os seus direitos. Partimos do suposto de que os atores sociais não são indivíduos totalmente autônomos que agem livremente de acordo com as suas vontades. São dotados de racionalidade e liberdade, mas atuam dentro de um jogo de forças que criam limites objetivos às suas ações. Segundo E.P. Thompson, este jogo de forças é representado por situações tanto materiais quanto subjetivas, isto é, culturais[5]. Portanto, devemos considerar cidadania e participação política, como conceitos históricos, que se materializam de forma sempre singular, já que a cultura política finca suas raízes num imaginário social fundado em valores e significações historicamente construídos[6]. Já analisamos o quanto as condições materiais serviram como entraves à participação política popular pela via formal. Além disso, devemos considerar que no início do século XX no Brasil, as idéias democráticas e participativas estavam apenas começando a aflorar – e contra uma grande resistência. Por isto, quando falamos de participação política neste período, devemos sempre nos lembrar que o processo de aprendizado democrático deve ser *"por força, lento e gradual*"[7]. Com isto não queremos dizer que os queixosos não participavam, mas, pelo contrário, que eles encontraram outros meios de participar, externos aos mecanismos formais manipulados pelas elites e dentro de um quadro de possibilidades objetivas, tanto em termos

---

[4] SILVA, Eduardo. op. cit. p. 149.
[5] THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. In:_____ **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 259-63.
[6] FERREIRA, Nilda Tevês. op. cit. p. 19-24.
[7] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 43.

materiais, quanto culturais, de acordo com as suas experiências. É dentro deste quadro de referências que o conceito de "*consciência possível*" de cidadania, utilizado por Eduardo Silva deve ser entendido.

Podemos aventar que as queixas representavam a busca de soluções concretas para problemas cotidianos através da negociação das bases da legitimidade da dominação política. Cabe perguntar agora, que bases eram estas. Pelo que podemos aferir através do teor das reclamações colhidas, o homem comum esperava basicamente duas coisas do Estado: justiça e promoção do bem estar. O Estado era uma das poucas possibilidades que tinham para se protegerem em uma situação altamente desfavorável. Esta visão não era tão ingênua quanto parece à primeira vista. Os operários de Juiz de Fora conheciam as ligações íntimas do Estado com as "*outras classes sociais*" – fazendeiros e burguesia, que facilmente têm suas reivindicações atendidas porque têm "*um apoio*"[8]. As expectativas de justiça e bem estar dos queixosos não eram esperadas como uma "caridade" ou um "ato de doação", mas como um direito, um "ato de conquista", como nos mostra uma das reclamações dos moradores do Grama:

> *"Câmara Municipal:*
>
> *Não há trânsito para a estrada do Grama!*
>
> *Quando terá o público prejudicado a graça de ver construídas as pontes daquela estrada?*
>
> *Alguns Tributados."*[9]

A queixa é marcada por uma mistura de ironia e impaciência. A assinatura dada é significativa: os contribuintes estão cobrando do Estado a sua parte. O fato dos queixosos

[8] ANDRADE, Sílvia M. B. Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1987. p. 169, Anexo 1.
[9] O Pharol, 12/11/1905, p. 02.

procurarem o jornal, e não diretamente o responsável pelas ações pretendidas, é outro indicativo de que eles não eram tão ingênuos em relação ao Estado. Aqueles homens e mulheres que se dirigiam à redação d'O Pharol sabiam muito bem o que estavam fazendo. Sabiam que a voz pública era um recurso de poder, o que nos ajuda a entender por que procuravam o jornal para intermediar suas relações com o Estado. Isto fica claramente visível em uma reclamação feita em junho de 1900. Um morador da rua Mariano Procópio queixou-se de que foi desrespeitado pelo encarregado da limpeza pública, além de não ter o seu lixo recolhido, ocorrendo o mesmo com uma senhora da mesma rua. O redator do jornal disse ao reclamante que seria melhor que ele levasse a queixa diretamente ao responsável. O queixoso alegou, entretanto, que por intermédio do jornal, sua queixa seria "*tomada em consideração*"[10]. Outro exemplo revelador é um episódio da Rua do Comércio. Os moradores daquela rua foram até o jornal fazer uma queixa dirigida ao delegado de polícia, contra um grupo de menores que ficava naquela rua a promover algazarras e proferir palavrões. Até aqui, nada de incomum. O interessante é que, de acordo com o jornal, um dos moradores já havia reclamado *pessoalmente* ao delegado, mas não havia sido atendido em sua reivindicação. Ou seja: já que não tiveram solução pela via direta, resolveram apelar para a "voz pública" do jornal, para que o Estado cumprisse o seu papel. Esta "voz pública" era como uma espécie de "tribunal moral", onde os governantes eram julgados pela opinião pública, e onde se negociavam as bases da dominação: um meio das pessoas comuns, sem maiores recursos pessoais, pressionarem as autoridades públicas a cumprirem o que delas esperavam.

CONCLUSÃO

Podemos perceber através das queixas um exercício de cidadania ainda bastante tímido, mas, dentro de seu tempo, importante. Aquelas pessoas reclamavam ao governo com o

[10] Idem, 26/06/1900.

objetivo de obter soluções para problemas que fugiam ao seu controle, mas que faziam parte de seu cotidiano, causando incômodo, medo, transtorno. Dentro de um quadro que limitava enormemente as suas ações, agiram com os instrumento disponíveis, nem sempre os mais eficazes, mas possíveis; cobraram aquilo que consideravam importante, do modo como sentiam, para as suas vidas; e alimentaram valores e expectativas próprios de seu tempo, de sua experiência. Como Eduardo Silva colocou, quanto ao queixoso, "*os recursos que possuía para negociar politicamente os seus direitos de trabalhador, morador ou cidadão eram escassos*"[11]. Realmente, como vimos, o eram. Mas eles se utilizaram das pequenas brechas conscientemente. Não devemos menosprezar a estratégia das queixas para o desenvolvimento da cidadania: o primeiro passo para a formação da identidade do cidadão, é a crença de "*ter direito a ter direitos*". Ricardo Pacheco já sugeriu como as práticas reivindicatórias realizadas fora dos quadros da política formal podem contribuir para a formação desta identidade. Assim, concordamos com ele quando diz que cidadão "*é mais o sujeito histórico que cobra do Estado, por meios formais ou informais, o reconhecimento daquilo que julga um direito seu, independente de estar, esse princípio, regulamentado juridicamente pelo Estado*"[12], pois conseguir algo por intervenção direta pode ser uma maneira tão eficaz de expressar sua própria opinião quanto colocar um voto na urna[13]. Dentro deste quadro, o conceito de "*cidadania informal*" proposto por Pacheco pode ser bastante útil para a análise da luta pela construção da cidadania entre os trabalhadores comuns no Brasil[14].

[11] SILVA, Eduardo. op. cit. p. 149.
[12] PACHECO, Ricardo de Aguiar. op. cit. p. 22-23.
[13] HOBSBAWN, Eric. A história de baixo para cima. In:____ **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 222.
[14] PACHECO, Ricardo de Aguiar. op. cit., p. 23.

Reflexões sobre espelhos

LENNITA RUGGI

> Nós o usamos todos os dias de nossas vidas. Ele é virtualmente invisível – ainda que universal e indispensável – parte da nossa cultura mundial. Sua função vai além dos comentários e direções pois seu uso não está escrito.[1]

Esta citação na realidade se refere ao lápis. Mas pareceu bastante apropriada também para o espelho. De fato, hoje os espelhos são essenciais no nosso cotidiano. Eles estão por toda a parte. Em banheiros, elevadores, cabeleireiros, automóveis, salas de espera, máquinas fotográficas, clínicas de estética, provadores, vitrines, telescópios, penteadeiras, fachadas... São "universais e indispensáveis" para o modo de vida ocidental / capitalista / urbano / contemporâneo. Obviamente, existem lugares no mundo onde os espelhos (e os lápis) não estão presentes ou não têm importância. Mas tais lugares estão quantitativamente diminuindo, geográfica e culturalmente.

Neste sentido, questões sobre espelhos estão inseridas em uma problemática maior que é a da disseminação do estilo de vida ocidental. Fazem parte da história humana que leva Petroski a falar de uma "cultura mundial", da qual o lápis (e o espelho) fazem parte. Neste sentido nenhum objeto tem preponderância. Além do lápis e do espelho, também o garfo, o papel higiênico, a revista, a geladeira, o sabonete ou o relógio são parte do que pode ser chamado de "cultura material" deste universo mais amplo que é a nossa vida. Mas não é por ser *objeto* ou *material* que qualquer destas coisas se explica sozinha. Elas estão envolvidas de significações, coerentes (ou não) com os propósitos sociais de produção e consumo.

O espelho se destaca, entre todos, por ser aquele que é, em sentido literal, "virtualmente invisível": ele não tem uma imagem própria, reflete constantemente o que está a sua frente. Além disso, o modo predominante de utilização dos espelhos – "me ver" –

[1] PETROSKI, Henry. **The pencil: a history of design and circumstance**. New York, Alfred A. Knoff, 1990, contra capa (tradução livre).

parece especialmente revelador na medida em que está ligado de forma direta à auto-consciência. Com efeito, o ser humano carece deste (ou outro) meio técnico para ter acesso ao olhar que terceiros têm de si. A minha face é aquilo que está cronicamente ausente do meu campo de visão. Ao mesmo tempo, está cronicamente presente, na medida em que são as bochechas e a testa as fronteiras visíveis do movimento de meus olhos. Paradoxo bastante obscurecido pela cotidiana utilização dos espelhos.

A problemática dos espelhos, portanto, aborda também as formas de apropriação dos objetos e sua inserção no cotidiano dos sujeitos, o que é dizer com outras palavras que ele está cercado de significações. Mesmo que os espelhos estejam em Dublin tantos quanto na Cidade do Cabo, isto não quer dizer que eles tenham a mesma representação nos dois lugares. Mas pode-se afirmar, com margem de erro mínima, que em todos os continentes e hemisférios um número cada vez maior de pessoas têm parado na frente do espelho e olhado para si mesmas. Antigamente, só os muito ricos poderiam fazer isso. Na Europa do século XVII, possuir um espelho era prova de distinção.

Os espelhos tais como os conhecemos hoje só vieram a ser valorizados – sobrepujando a capacidade reflexiva dos de metal – quando tornou-se possível fabricar vidro com a transparência e uniformidade necessária, por volta de 1460. Até pelo menos 1662 esta técnica foi monopolizada pelos artesãos da Ilha de Murano, governada por Veneza. Os espelhos venezianos custavam uma fortuna, com molduras ricamente trabalhadas e cuja qualidade não era igualada por nenhum dos outros fabricantes de vidro em toda a Europa.

> A arte veneziana da produção de vidros era difícil. Eram necessárias três gerações para fazer um mestre. Por necessidade, soprar o vidro era um negócio familiar, onde procedimentos de fabricação eram passados de pai para filho. Esta informação era ciumentamente guardada, e um grande segredo cercava o processo.[2]

[2] GOLDBERG, **The mirror and man**. Virginia, The University Press of Virginia, 1985, 138 (tradução livre).

Melchior-Bonnet[3] afirma que, enquanto uma pintura de Raphael valia 3.000 libras, um espelho veneziano com moldura de prata era vendido por 8.000 libras. Em meio ao *frisson* especular que invadiu a França a partir do começo do século XVII, quantidades absurdas de dinheiro eram drenadas para fora do país com este comércio.

Em 1662 Colbert, o ministro das finanças, incentivado pelo rei Luís XIV, cancelou todos os privilégios de produção e iniciou uma empresa estatal para produção de vidros e espelhos. Para a fundação da "Companhia Real de Vidros e Espelhos", Colbert pediu ao embaixador francês que "contrabandeasse" trabalhadores de Murano com promessas de grandes salários. Os tribunais venezianos eram bastante rígidos contra desertores, especialmente com aqueles que tinham o domínio da técnica que gerava tantos lucros. Os artesãos que aceitaram a oferta francesa fugiram durante a madrugada com destino à Paris em 1665.

Mas a instalação da fábrica de vidros e espelhos provou ser um empreendimento administrativo complicado. Os artesãos especializados se recusavam a cooperar com trabalhadores franceses ou ensinar seus procedimentos. O governo veneziano exercia pressão (com ameaças e promessas de anistia) para que eles retornassem à Murano. Os diretores faziam reiteradas concessões, abonos e comissões, ao que os venezianos se tornaram cada vez mais exigentes e intratáveis.

Apesar das dificuldades, as expectativas continuavam altas. Em 29 de abril de 1666, Luís XIV e diversos membros da corte fizeram uma visita às instalações da Companhia Real de Vidros e Espelhos. O que prova a importância do empreendimento. A despeito de todos os incentivos, em 1685 a sorte da Companhia ainda era incerta. Estava provado que vidros e espelhos tão bons quanto os italianos podiam ser feitos em Paris. Mas o custo era muito alto, a produção não era regular e sofria com a concorrência de competidores ilícitos e contrabandistas. Uma outra complicação surgiu de uma fonte inesperada. O marquês de

[3] MELCHIOR-BONNET, **The Mirror: a history**. New York, Routledge, 2002, p.30.

Louvois, ministro de Luís XIV, passou a apoiar um competidor, que também se tornou subsidiário do tesouro estatal.

Em 1695, Luís XIV dissolveu e liquidou as duas companhias e fundou a "Manufacture Royale des Glasses de France", com privilégio de trinta anos de monopólio. A partir de então o vidro passou a ser fabricado em Saint Gobain e processado em Paris. Somente por volta de 1700 o preço começou a ser competitivo com o de Veneza.

O que realmente proporcionou vantagem aos franceses e fez com que eles tomassem dos fabricantes de Murano a preponderância do mercado de vidros e espelhos foi uma inovação técnica. Em 1687 Bernard Perrot procedeu uma apresentação frente à Academia Francesa de Ciência sobre a possibilidade de moldar o vidro em uma mesa plana, como o metal. Até então, a única forma de manipulação da massa incandescente, meio líquida, meio sólida, tinha sido através da técnica de sopro. Soprando o vidro, o tamanho máximo obtido para um espelho não ultrapassava o diâmetro de um pires de chá com uma superfície esférica, proporcionando uma imagem distorcida – como o que aparece na pintura *O casamento de Giovanni Arnolfini,* de Jan Van Eyck. A técnica desenvolvida por Perrot passou a ser usada em Saint Gobain e em 1700 produziu-se uma folha de vidro de quase nove pés de altura e mais de três pés de comprimento.

A produção de espelhos demandava trabalhadores altamente treinados e capacitados. A mistura de sílica, óxido de sódio e cal para produção do vidro devia ser feita em uma vasilha especial para o calor e levada ao forno em uma temperatura constante. Tais "vasilhas" duravam no máximo três meses. O próprio forno possuía uma vida útil de sete ou oito meses, ao fim deste tempo tinha que ser recauchutado, o que levava mais seis meses. Cada uma destas tarefas demandava um mestre especialista e diversos aprendizes.

O trabalho com vidro não era totalmente previsível. Nem sempre ele saia perfeito. Manchas, sombras, elevações e defeitos eram constantes. Além disso, os procedimentos de polimento, fresamento e colocação da camada metálica eram feitos em Paris, agregando

mais um complicador: o transporte. Melchior-Bonnet[4] narra uma viagem em que, de um carregamento de setenta e duas folhas de vidro, apenas doze chegaram intactas. Mas este deslocamento era, verdadeiramente, uma medida de proteção. O "espelhamento" era também uma etapa dispendiosa e complicada, demorando cerca de vinte e cinco dias para que o amálgama de mercúrio e estanho completasse o processo de estabilização química e se fixasse ao vidro.

Durante o ano de 1698 havia pelo menos 600 homens trabalhando diariamente nas instalações de Paris. Mas era a fábrica de Saint Gobain a mais cercada de cuidados. O regime de trabalho em Saint Gobain começava às cinco horas da manhã e terminava às sete da noite – com meia hora de descanso pela manhã, uma hora durante o almoço e mais meia hora à tarde. Bebidas alcoólicas eram proibidas e as portas dos dormitórios eram fechadas às 20 horas no inverno e às 22 horas no verão, ficando a chave com os diretores. Para deixar a fábrica era necessário pedir permissão por escrito com dois anos de antecedência. E os empregados eram proibidos de se afastar mais de uma légua de Saint Gobain.

> A organização do trabalho em Saint Gobain era rigorosa por causa das indispensáveis proteções inerentes ao estado de arte da indústria. Os trabalhadores apreciavam vantagens e restrições ambas maiores do que trabalhadores em outras indústrias. Mas, no fim das contas, a situação do pessoal em Saint Gobain deve ter sido justamente invejada para a época, pois aplicações para trabalho nunca pararam de chegar, e o regime severo tinha suas vantagens, e não a última delas era segurança empregatícia[5].

Um bom trabalhador poderia permanecer até trinta anos na mesma função. Os que ficassem doentes tinham direito a receber metade do seu salário, e ao longo dos anos foi instituída uma compensação financeira em caso de acidentes de trabalho com seqüelas. Os mais velhos continuavam com a posse de seus alojamentos e recebiam uma anuidade (aposentadoria) pelo resto da vida. Com estas e outras medidas, Saint Gobain é considerada pioneira em proteção social, em comparação com outras fábricas da época.

---

[4] MELCHIOR-BONNET, 2002, p.30.
[5] MELCHIOR-BONNET, 2002, p.68 (tradução livre).

Mas o verdadeiro pioneirismo de Saint Gobain foi utilizar a forma de produção industrial para fabricação de vidros e espelhos. Diversos outros locais de produção existiam,[6] mas eram estabelecimentos relativamente pequenos: as ferramentas, técnicas de produção e distribuição eram dos donos-trabalhadores. Em *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels demonstram a importância histórica e social da mudança da manufatura para a indústria, com todos os decorrentes alienantes para os trabalhadores e a apropriação da mais-valia pelos patrões.[7] E, paradoxalmente, os espelhos não teriam se banalizado (democratizado) caso seu preço não fosse barateado com a utilização do modo de produção industrializado (capitalista excludente). Segundo Melchior-Bonnet, por volta de 1734 os preços dos espelhos estão mais baixos. Uma unidade de 70x40 polegadas passou a custar 425 libras. Este valor equivalia ao salário anual de um trabalhador qualificado em Saint Gobain.

Norbert Elias[8] argumenta que toda a dinâmica da sociedade de corte européia dos séculos XVI e XVII se baseia em um "*ethos* estamental" no qual a auto-afirmação das camadas superiores opera segundo um "dever de ostentação". O tamanho das casas e seu esplendor serviam não tanto para demonstração da riqueza, mas como expressão do nível social. Na sociedade de corte, "a coerção de representar o nível social é indispensável".[9]

A vida dos cortesãos não é ganhar dinheiro – empreendimento que lhes era bastante dificultado pelas limitações morais e legais da nobreza – mas fazer parte da "boa sociedade" que se aglomera ao redor do Rei. Seu objetivo último é ser um "membro" da corte segundo os parâmetros estabelecidos pela própria corte. Sua existência é fundada, portanto, na opinião social.

> A composição diferenciada do aspecto exterior como instrumento de diferenciação social, a representação do nível hierárquico pela forma, tudo isso caracteriza não só as casas, mas também a organização da vida da corte como um todo. A sensibilidade desses homens para as ligações entre o nível social e a configuração visual de tudo o que faz parte da sua esfera

[6] Além de Murano, também na Bohemia, hoje Alemanha, e mesmo dentro da França (em Picardy, perto de Lion e Limonges) existiam manufaturas produtoras de vidros e espelhos.
[7] ENGELS, F. MARX, K. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro, INEVERTA – Cooperativa dos trabalhadores em serviços editoriais e noticiosos, 1998.
[8] ELIAS, Norbert. **O processo civilizador – uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
[9] ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p.83.

> de atuação, incluindo seus próprios movimentos, testemunha e expressa a situação social em que eles se encontravam.[10]

Os cortesãos tinham uma sensibilidade aguçada para posturas, gestos e fala pois estes eram modos de expressar a desigualdade das camadas sociais, assegurando sua superioridade. Assim, a disciplina para o convívio refinado em sociedade exigia o domínio da "arte de observar as pessoas" e a si mesmos. Se, como demonstra Elias, existe uma conexão entre a estrutura social e a estrutura da personalidade, não é de admirar que tenha sido exatamente neste contexto que os espelhos adquiriram seu caráter de indispensabilidade. Passaram a ser encontrados ornamentando salas e salões; se tornaram imprescíndíveis nas *cabinet de toilette* (precursoras do "banheiro"); estavam sempre junto aos rapazes e, especialmente, moças da corte em pequenos espelhos portáteis, "de bolso".

Procedendo uma pesquisa com base em inventários parisienses, Sabine Melchior-Bonnet afirma que antes do ano de 1630 (1581 até 1622) espelhos eram ainda bastante raros: estão presentes em apenas cinco casas num total de 248. Isto não se deve à ausência de posses materiais, uma vez que pinturas e tapeçarias constam em diversos inventários. "A presença de espelhos portanto não pode ser conectada apenas ao nível de recursos de uma pessoa, mas preferencialmente ao estilo de vida dela e à força de atração aos modelos aristocráticos".[11] Nos vinte anos seguintes a presença de espelhos sofre uma inflação sem precedentes. Entre os anos 1638 e 1648, eles constam em dois de cada três dos 160 inventários pesquisados.

O gradual barateamento e a proliferação dos espelhos é concomitante à disseminação de um estilo de vida específico. Isto não deixa de ser a apropriação do argumento de E. P. Thompson com relação a outro objeto: "Na verdade (como seria de esperar), ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não-portáteis no exato momento em que a revolução industrial requeria maior sincronização do trabalho".[12] Se o relógio foi

---

[10] ELIAS, 2001,p.82.
[11] MELCHIOR-BONNET, 2002, p.29 (tradução livre).
[12] THOMPSON, E.P. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

um dos possibilitadores da padronização da noção de tempo, o espelho está relacionado, senão à padronização das aparências (que nunca se realiza), pelo menos à padronização da preocupação com ela.

A magia dos espelhos, segundo Umberto Eco, é possibilitar ver-nos como os outros nos vêem.[13] Na terminologia de Sabine Melchior-Bonnet, a visualização dos reflexos oferece uma "geografia do corpo" que não tem paralelo com outro tipo de imagem.[14] O auto-reconhecimento exige uma "modelação mental" de si próprio, ou seja, exige que a auto-imagem esteja internalizada. Narciso morreu, afinal de contas e a despeito de Freud, porque não conhecia a si mesmo. Muito mais do que um "estádio" universal do desenvolvimento psíquico[15], a compreensão de que aquele reflexo "sou eu" é um aprendizado. Neste sentido, está impregnado de representações sociais e técnicas corporais compartilhadas não só entre eu mesma/o e meu reflexo, mas entre os outros que me cercam.

> Espelhos têm um papel importante no modo como as meninas [norte-]americanas têm acessado suas próprias faces e figuras (…) Quando o espelho se tornou um demonstrativo da casa de classe-média americana no final do século XIX, a atenção para a acne dos adolescentes escalou, assim como as vendas de produtos para a face. Até então, espinhas eram primariamente uma experiência tátil, pelo menos para as meninas que as tinham. Mas tudo isso mudou no final dos anos de 1880 com a disseminação da adoção, nos lares de classe média, da pia do banheiro com água corrente e do espelho pendurado em cima dela.[16]

Se, na história recente do Ocidente, é verdadeiro o paulatino crescimento da importância das imagens[17] e dos corpos[18]; se o projeto do "eu" passa a ser, para muitas pessoas, um *projeto do corpo*[19]; se as doenças psíquicas (anorexia e bulimia) são *sintomas da cultura*[20]; se as *imagens da mídia* são motivo de ansiedade e descontentamento com o próprio corpo[21], e se o mito da beleza expressa e possibilita formas de dominação[22]

---

[13] ECO, Umberto. *Sobre os espelhos*. In: ECO, U. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, pp.11-37.
[14] MELCHIOR-BONNET, 2002.
[15] LACAN, Jacques. *O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicalítica*. In: **Escritos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
[16] BRUMBERG, Joan Jacobs. **The body project – an intimate history of american girls**. New York/Toronto, Rondom House, 1997, p.66-7 (tradução livre).
[17] BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
[18] SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo, Paulus, 2004.
[19] BRUMBERG, 1997.
[20] TURNER, Bryan. **El cuerpo e la sociedad: exploraciones en teoria social**. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
[21] BORDO, Susan. *Never just pictures*. In: **Twilight Zones**. Berkley, University of Califórnia Press, 1999.

(especialmente desfavorável às mulheres) – todas estas dinâmicas dependem da mediação do espelho. Pois é essencialmente o espelho que permite a comparação entre minha imagem e a hierarquia de aparências socialmente estabelecida. O modo cotidiano de utilização dos espelhos reflete uma idéia de humanidade na qual ser é também aparecer. E é este argumento que sustenta a hipótese segundo a qual os espelhos se articulam com a constituição da subjetividade na Modernidade.

Lennita Ruggi

[22] WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

Carlos Chagas Filho e a Academia Pontifícia de Ciências

LEONARDO ARRUDA GONÇALVES

1 – Introdução

Este pequeno trabalho é um dos frutos da minha pesquisa para a dissertação de mestrado que estou desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O foco principal deste projeto é a atuação do cientista Carlos Chagas Filho na presidência da Academia Pontifica de Ciências, com sede no Vaticano.

O estudo de personagens aparentemente distante dos centros de poder tornou-se muito interessante e freqüente a partir de meados da década de 1970, principalmente quando estes personagens estão inseridos num contexto maior, não apenas circunscritos à sua vida particular. Tanto Le Goff quanto Carlo Ginsburg, por exemplo, elegeram como objetos de estudo indivíduos únicos, cada um deles rico em particularidades. O rei Luís XIV, eleito por Le Goff[1], foi o símbolo do poder da França absolutista enquanto Menocchio, o escolhido de Ginsburg[2], o moleiro perseguido pela inquisição. Este último trabalho reforça a tendência de apresentar homens, distantes de possuírem a grandeza de um rei de França, e através deles retratar um período ou ainda, explicitar algumas situações sob um ângulo completamente novo.

2 – Carlos Chagas Filho

Carlos Chagas Filho, médico brasileiro nasceu no início do século XX, no ano de 1910, na cidade do Rio de Janeiro. Graduou-se em medicina muito jovem e logo assumiu

a cátedra de física-biológica na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro[3]. Analisando a sua trajetória no Brasil podemos destacar ainda a criação do Instituto de Biofísica, que mais tarde receberá o seu nome passando a ser conhecido como o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, a fundação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) além da sua participação nas principais academias nacionais como a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Academia Nacional de Medicina (ANM)[4]. No contexto internacional Chagas Filho um diplomata da ciência segundo Paulo de Góes[5], participou intensamente, como membro e presidente, de comitês do sistema Nações Unidas, foi vice-presidente da Academia de Ciências do Terceiro Mundo (TWAS), um dos fundadores da Academia de Ciências da América Latina e presidente da Academia Pontifícia de Ciências (APC) durante quatro mandatos consecutivos, entre os anos de 1972 e 1988. Assim, uma análise da carreira do cientista Chagas Filho nos permite caminhar por diversos campos da ciência no Brasil e exterior e uma análise desta carreira associada a vida pessoal permite a compreensão de suas opiniões e posicionamentos, principalmente durante o período em que esteve a frente da Academia Pontifícia de Ciências.

3 – A Academia Pontifícia de Ciências

A Academia Pontifícia de Ciências foi fundada no ano de 1936, mas sua origem é anterior e ainda alvo de alguma controvérsia. De acordo com Chagas Filho e outros importantes membros da referida Academia, sua origem remontaria o início do século XVII, mais precisamente o ano de 1603[6]. A Accademia dei Lincei[7], fundada por um rico membro da nobreza italiana, Federico Cesi, é utilizada como marco inaugural da APC, numa tentativa de resgatar uma tradição já perdida após tantas mudanças, entre elas e incorporação da Academia pela Igreja no ano de 1847. A Accademia dei Lincei funcionou

como um elo de ligação entre alguns “cientistas” modernos cujo grande destaque coube a de Galileo Galilei, que afirmava ser um “linceano”. Desta forma, a Academia não havia ainda assumido uma forma “física”, característica assumida no século XIX. Portanto, associar a atual APC a esta Academia fundada no início do século XVII é apenas um ideal romântico, uma busca por seu mito de origem, mito este desatrelado à Igreja Católica.

A atual Academia Pontifícia de Ciências funciona como uma espécie de senado científico da Igreja, fornecendo subsídios para que esta possa se posicionar frente a comunidade científica internacional[8]. De acordo com seu estatuto, criado junto com sua fundação e pouco modificado, as atribuições da Academia são as de promover a matemática, a física e as ciências naturais através da promoção de encontros, debates e incentivos à pesquisa. O estatuto de 1976 vem reforçando esta característica: “Art. 2 – The aim of the Pontifical Academy of Sciences is to promote the progress of the mathematical, physical and natural sciences and the study of epistemological problems relating thereto.”[9]

O corpo da academia é composto por 80 membros[10] indicados pelo papa. A seleção desses membros está relacionada às suas áreas de atuação e também respeita um critério geográfico no intuito de ter na APC representantes de todos os continentes. O estatuto de 1936 prevê que a escolha de novos membros não está atrelada a critérios religiosos nem étnicos, podendo compor a academia pessoas de outras religiões que não a católica. Este preceito é reafirmado pelo estatuto de 1976.

Os membros indicados pelo papa permanecem na academia em caráter vitalício ao contrário dos Supernumerary Academicians, que compõem este corpo por possuírem cargos na Igreja, sendo eles: o diretor do Observatório do Vaticano, o diretor do Laboratório de Astrofísica, o prefeito da Biblioteca Apostólica do Vaticano, o prefeito dos Arquivos Secretos do Vaticano e o diretor científico do Museu Missionário de Etnologia. Ao término de suas funções, estes membros perdem a condição de acadêmicos. O papa

ainda pode nomear, na condição de Honorary Pontifical Academicians, cientistas que se destacaram em suas diversas áreas de atuação e que foram indicados pelo conselho a receber este título.

A APC é dirigida por um presidente eleito pelos membros e nomeado pelo papa, permanecendo no cargo pelo período de quatro anos. O presidente está diretamente submetido ao chefe da Igreja e possui um conselho que o auxilia na tomada de decisões relativas ao funcionamento da instituição. Este conselho é composto pelo presidente, o ex-presidente, cinco membros do corpo acadêmico, o chefe da biblioteca, o tesoureiro, o secretário e dois censores. Além do conselho, o presidente ainda pode contar com a Chancelaria, órgão responsável pela burocracia da instituição. Ela é formada pelo secretário, o tesoureiro e o chefe da biblioteca, e é comandada por um chanceler. Essas funções não são remuneradas, com exceção do secretário e do chefe da biblioteca.

Como elemento de divulgação de seus trabalhos e debates a APC possui algumas publicações, como: o *Proceedings* que é um folheto sobre os temas das sessões plenárias, lista de publicações e algumas notas; o *Memoirs*, que traz alguns trabalhos de acadêmicos, ou ainda trabalhos que ganharam prêmios internacionais; o *Annuario* e o *Nuncius Radiophonicus*, onde encontramos listadas as atividades da academia; a *Acta Pontificiae Academiae Scientiarum – Commentationes*, que contém os relatórios e temas das sessões plenárias e a *Scripta Varia*, mídia direcionada para as Semanas de Estudos.

Ainda sobre o funcionamento da Academia devo ressaltar as Semanas de Estudos e os Grupos de Trabalhos, além das Sessões Plenárias. As Semanas de Estudos, que acontecem de dois em dois anos, tem como objetivo trazer para o interior da APC discussões sobre temas atuais e para tal, são convidados a participarem os principais estudiosos acerca destes temas, sendo eles membros ou não da instituição. Os Grupos de Trabalho tem um corpo e um tema fixos, e se reúnem anualmente. Já as Sessões Plenárias, que também possuem caráter anual, traçam os planos da Academia, que

podem incluir assuntos internos, tais como uma eleição para presidente, ou ainda debater temas apresentados pela cúria romana.

4 – A presidência de Chagas Filho

A Academia Pontifícia passará por algumas modificações após o Concílio Vaticano II, realizado no início da década de 1960. Em poucas palavras, o Concílio estabelecerá que a Academia deve ampliar o seu campo de atuação, incluindo os países do então "Terceiro Mundo" na sua agenda, além tentar aproximar os debates sobre fé e ciência, muito embora possamos perceber que a ciência, sob a ótica da Igreja, deve buscar a verdade e esta pode ser encontrada na religião. Nas palavras do papa João XXIII quando da abertura da semana de estudos sobre a estrutura das moléculas:

> "Because of your different origins and because of the range of your interests you are a truthful reflection of the modern scientific world and a proof of the complete harmony existing between the Church and Science. (...) In fact far from fearing the most daring discoveries of men, the Church believes that any progress in the possession of truth entails an inner development and represents a step forward to the first Truth, the glorification of the Creation of God."[11]

Estas mudanças pelas quais a Academia passou podem ser percebidas no início da década de 1970, quando da escolha de Chagas Filho para o cargo de presidente da instituição. O próprio cientista demonstrou uma certa surpresa com a escolha da Igreja e admitiu em sua autobiografia não saber a origem de sua indicação.

> "Penso que influíram a voz de Dom Eugenio Sales e a do cardeal Benelli, que me conhecera quando estava eu na Unesco e era ele o observador do Vaticano. Com Benelli estabeleci relações bastante cordiais, continuação dos entretenimentos

> que havíamos tido no Rio, ainda que esparsos, quando Benelli era um dos membros da Nunciatura Apostólica”.[12]

A escolha de Chagas Filho está profundamente ligada a este desejo de mudança, já que se trata de um cientista voltado para a educação, a pesquisa e a sua aplicabilidade, bem como um político com passagens pela UNESCO e outros organismos do sistema Nações Unidas. Caberia a ele redirecionar a APC, buscando uma atuação mais prática, de acordo com as determinações do Concílio Vaticano II.

Restava a Academia buscar um espaço que ela ainda não possuía no cenário internacional. Chagas Filho alcançará o ideal de compor um conselho com grande presença de cientistas não católicos. Esta situação já havia sido considerada em estatutos anteriores, que previam a seleção de acadêmicos independente de critério religioso, focando apenas a sua qualidade como cientista, onde os “novos acadêmicos foram escolhidos de acordo com a área de atuação e competência, relegando a segundo plano as crenças religiosas de cada um.”[13] A seleção também visava manter um equilíbrio geográfico, contando com a presença de cientistas de todos os continentes. Desta forma a Academia visava afastar um pouco a sua forte característica de ser uma instituição católica, desta forma, parcial.

Portanto a atuação de Chagas Filho como presidente da APC marca um importante momento no qual a Igreja se volta para o universo científico e busca junto a ele um estreitamento de laços, onde podemos perceber a insistência, por parte do Vaticano, em reforçar os seus ideais frente a outras academias de ciência no mundo. No tocante ao cientista, Chagas Filho afirma que foi muito criticado por ser, ao mesmo tempo, um cientista e um religioso e ao ser questionado sobre o assunto afirmou:

> "E há enfim, os cientistas absolutamente místicos, como eu sou, que não estou preocupado se Deus é onipotente ou onisciente. Eu faço modestamente, a minha ciência e posso e aí já direi (sic) com um pouco mais de resultado pela ciência no Brasil, faço o que posso pela ciência de todo o mundo. De todas essas atividades, eu só tenho uma certeza: é de que Deus existe".[14]

---

[1] LE GOFF, Jacques. *São Luis.* Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
[2] GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.
[3] ALMEIDA, Darcy Fontoura de. Carlos Chagas Filho: do curso de graduação à cátedra de Física Biológica da Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil (1926-1937). *Revista Rio de Janeiro*, nº 11, set./dez., p. 135-147. Rio de Janeiro, 2003.
[4] CHAGAS FILHO, Carlos. *Um aprendiz de ciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora Fiocruz, 2000.
[5] GÓES FILHO, Paulo de. *O Brasil no Biotério. O Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e um jeito brasileiro de fazer ciência.* 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
[6] CHAGAS FILHO, Carlos. L'Accademia Pontificia delle Scienze, la sua attività, la sua azione e la sua posizione di fronte alla guerra nucleare ed alla pace. *Rivista di Studi Politici Internazionali*, Florença, ano LI, n. 204, p. 541-562, 1984.
[7] A Academia foi fundada com este nome numa alusão a uma característica "mágica" associada aos linces, de que estes seriam capazes de enxergar o "invisível".
[8] MARINI-BETTÒLO, Giovanni Battista. The Activity of the Pontifical Academy of Sciences 1936-1986. *Pontificie Academiae Scientiarum Scripta Varia*, Vaticano, n. 67, 1987.
[9] MARINI-BETTÒLO, op. cit., p. 210.
[10] Até 1986 a Academia era formada por 70 membros. Após um decreto do papa, em 8 de janeiro de 1986, este número aumentou para 80.
[11] MARINI-BETTÒLO, op. cit., p. 38.
[12] CHAGAS FILHO, op. cit., 2000, p. 174-175.
[13] LIMA, Ana Luce Girão Soares de et al. Ciência, política e paixão: o arquivo de Carlos Chagas Filho. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro (no prelo).
[14] CHAGAS FILHO, op. cit., 1988b, p. 9.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR EM LUTA POR UM MODELO EDUCACIONAL

Leonardo Bruno da Silva
UFRRJ e UNIABEU

A prática da pesquisa histórica por vezes nos oferece mais pontos de interrogação do que respostas acabadas. Está nestas dúvidas ou divergências a importância do debate e da construção histórica que vem se desenvolvendo enormemente no Brasil.

As divergências são ainda mais comuns quando tratamos de períodos mais próximos do nosso tempo, pois, apesar de encontrarmos mais facilmente as fontes, nestes casos as paixões também são mais comuns.

Os estudos sobre o regime militar entram nesta seara, provocam tantas paixões que às vezes não percebemos a diferença do texto histórico para uma narrativa panfletária e apologética. O Movimento Estudantil, por exemplo, foi tratado e ainda é, em muitos textos, como baluarte da luta democrática pela libertação do Brasil das garras da ditadura. Duas impressões nos passam estes textos: 1º que o Movimento Estudantil já surgiu como movimento organizado para lutar contra a ditadura, logo, sua existência está condicionada a existência de uma ditadura para que se possa lutar contra; 2º que o M.E. foi o único movimento organizado a lutar contra a ditadura.

Cabe ressaltar que os historiadores não são culpados sozinhos por esta impressão sobre o M.E., livros como *1968:O ano que não terminou*[1] ou *O que isto companheiro?*[2], além de séries televisivas que buscam retratar a década de 1960, como *Anos Rebeldes*[3], ajudaram a reforçar esta tese que caiu no senso comum. Com efeito, o Movimento Estudantil teve grande importância na luta pela democracia e ainda gerou quadros para movimentos políticos da luta armada ou para partidos e movimentos clandestinos que lutavam contra a ditadura, mas sua luta se iniciou e se manteve por seu caráter sindical, contra um projeto educacional de orientação conservadora implementado pelos militares.

Esta tese se reforça ainda mais quando observamos que o apoio dos estudantes aos seus movimentos organizados se tornava ainda mais efetivo quando os interesses estudantis estavam ameaçados ou quando o sentimento de corpo era atacado. Como exemplo destes momentos podemos citar a Lei Suplicy, o assassinato do estudante Edson Luís, a resistência à lei 5540/68, que reformava a universidade e o aumento do sentimento antiditadura a partir do ataque ao Congresso de Ibiúna.

O foco no caráter sindical do M.E. já foi proposto por outros historiadores como Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridente, que analisando fenômenos diferentes relacionados ao Movimento Estudantil trazem a tona este novo olhar sobre o objeto. Mostram um movimento limitado na sua organização e politização e que se revigoram, seja em seu caráter político ou cultural, nos momentos limites.

Afirmar que o M.E. se alimentou do seu caráter sindical não exclui a sua importância no combate a ditadura. Propomos então uma análise dialética e, portanto, mais complexa do Movimento Estudantil, para que possamos compreender o seu papel no todo, como um segmento que lutou contra a ditadura porque ela o atingia diretamente ao reformar a universidade, ou ao impedir o funcionamento das suas entidades, ou, ainda pior, ao assassinar seus membros. Logo, o M.E. se tornou grande porque a ditadura o atacou e lutou pela democracia por entender que neste regime os projetos seriam, ao menos, debatidos com a sociedade.

A proposta educacional dos militares, definida desde o início da Ditadura, colocou o M.E. em oposição direta ao regime instaurado no 1º de abril de 1964. A reforma universitária

proposta pelo governo golpista não tinha intercessões com a proposta de reforma universitária construída pelos estudantes ao longo dos primeiros quatro anos da década de 60, nos Seminários Nacionais de Reforma Universitária.[4] Uma era romântica-revolucionária e a outra modernizante-conservadora e o choque de projetos resultou no embate violento travado no pós-golpe, do qual a Lei Suplicy fez parte.

Quando assumiram o poder em nome da "revolução", os militares se preocuparam transformar, de acordo com suas concepções, a questão política e a econômica. Na questão política usou-se a força das armas, a hierarquização social e o consenso conservador. Para a economia havia o projeto arquitetado pelos setores que Dreifuss chamou de "multinacionais e associados", que se relacionavam no IPÊS e no IBAD.[5] Neste projeto econômico a educação era parte indissociável, era uma fase do processo de produção econômica, pois geraria a mão-de-obra tecnicamente qualificada e "domesticada" para atender aos meios de produção. O projeto perpassava pela reorientação pedagógica da educação brasileira, era necessário criar uma educação "empresarialista".

> ... a concepção educacional dos convênios estava assentada na idéia de progresso denominada "empresarialista", na qual, a educação superior era encarada como "parte ou parcela" do processo de desenvolvimento econômico[6].

Os acordos MEC-USAID foram um caminho quase natural dentro da proposta educacional do Regime Miltar. A reforma universitária, que outrora quiseram tanto os estudantes, seria enfim realizada, mas o traço ideológico que a orientaria era completamente diferente. Os assessores do Ministério da Educação entendiam que a realização do convênio com a USAID possibilitaria a "estruturação da universidade brasileira no sentido de uma maior participação no desenvolvimento do país" e o acordo tinha como fim "integrar a universidade na vida econômica nacional, a fim de capacitá-la a atender a demanda de mão-de-obra".[7]

O acordo entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* sobre a reforma universitária foi assinado em julho de 65. A partir de então, houve um intenso debate nos meios acadêmicos sobre a interferência de uma agência estrangeira na educação brasileira. O debate girou em torno da possibilidade de aculturação, pois entendiam os professores e pesquisadores brasileiros, que em última instância a universidade era o pólo gerador da cultura no Brasil e que qualquer intervenção internacional nesta produção cultural, ainda mais em um momento conjuntural que havia uma disputa ideológica entre duas potências imperialistas, poderia fazer com que o país perdesse a sua identidade cultural e, por conseqüência, a soberania.

> "É nesta perspectiva, de expansão de mercados produtores e consumidores, que o imperialismo vai colocar em execução todo um plano estratégico de dominação dos países subdesenvolvidos. Um plano que se baseia na instalação de ditaduras militares, como forma de dominação política, e na implantação da reforma universitária, para toda a América Latina, sob a orientação de uma filosofia educacional única".[8]

A luta dos estudantes contra os acordos MEC-USAID foi por algum tempo, uma luta contra o inimigo invisível. O primeiro acordo assinado era um simples tratado de cooperação, onde técnicos americanos em conjunto com técnicos brasileiros traçariam um diagnóstico dos problemas da universidade brasileira. Por isso não tinha nada de substancial que se pudesse analisar. No entanto, os americanos vieram e fizeram sua avaliação e isso acendeu o alerta do Movimento Estudantil.

> "Pelo convênio assinado recentemente entre o MEC e a USAID/Brasil, será constituída uma comissão mista, composta por cinco educadores brasileiros e cinco assessores educacionais recrutados nas Universidades americanas, que se encarregará de realizar

> uma analise da profundidade do atual sistema de ensino superior brasileiro; determinar a constituição de um sistema ideal de ensino superior no Brasil".[9]

A comissão mista responsável por analisar a universidade cumpriu seu papel e apresentou possíveis soluções. Apontaram, entre outros, como problemas da universidade brasileira a falta de dedicação exclusiva de docentes e discentes, o elevado número de estudantes nas áreas de humanidades em detrimento do baixo número de estudantes nas áreas tecnológicas, o que, segundo os técnicos, inviabilizava a indústria nacional e o progresso da economia brasileira, pois não existia "recursos humanos" suficientes para operar as inovações técnicas que chegaram ao Brasil com as companhias multinacionais. Além destas questões apontaram, ainda, como problemas o financiamento estatal das universidades..

Em linhas gerais os técnicos chegaram as mesmas conclusões que os estudantes já tinham chegado nos SNRU's. Só que as propostas para reformar a universidade apresentadas pela comissão mista, eram diferentes das apresentadas pelo Movimento Estudantil. Os estudantes concordavam que era necessário incentivar o crescimento dos cursos tecnológicos, porém achavam que isso deveria acontecer com a ampliação de vagas e não com fechamento vagas nos cursos de humanidades, o que se confrontava com toda cultura humanista da educação brasileira desde os jesuítas. Em relação às mudanças na estrutura administrativa da universidade, o M.E. entendia que todos deveriam participar do processo de construção da linha pedagógica, ou seja, que o processo de debate para a dinâmica da universidade deveria ser horizontal e não vertical, com uns elaborando e outros executando, como propuseram os técnicos da comissão mista.

A proposta elaborada através do convênio MEC-USAID para reformar a universidade, excluía, ou no mínimo, deixava em segundo plano toda produção cientifica nacional e valorizava a reprodução de conhecimentos técnicos importados dos países desenvolvidos. Era o pensamento que mais tarde se registrou no Consenso de Washington, ou seja, que os países subdesenvolvidos, como tinham escassez de recursos para investir na educação deveriam priorizar o ensino fundamental. Propostas como cobrança de anuidades de estudantes e mudanças no sistema de seleção de estudantes para ingressar na universidade aumentavam os antagonismos entre a proposta do MEC-USAID e dos estudantes.

> "As alterações previstas configuravam aspectos da manutenção do caráter seletivo e discriminatório do ensino, do privilégio da educação superior e dos cursos tecnológicos em detrimento dos de humanidades, dada à importância imputada ao ajuste entre planejamento educacional e o desenvolvimento econômico".[10]

O teor dos acordos MEC-USAID foram por muito tempo mantidos em sigilo, que só foi quebrado quando foi divulgado o Relatório Acton, mas algumas propostas dos acordos foram implementadas de forma programada por um cronograma. A primeira medida instituída foi a cobrança de anuidades que veio acompanhada de uma forte propaganda de que o custo do universitário no Brasil era inviável.

> "Quanto custa o universitário no Brasil? Entre 850 e mil dólares por ano, segundo os cálculos dos peritos, ou seja, entre Cr$ 1 milhão e 850 mil e Cr$ 2 milhões anuais. O que é muito para um país subdesenvolvido na opinião de técnicos do Governo. Por isso eles pretendem mudar a política, fazendo a família do estudante superior participar do custeio de seus estudos".[11]

O Movimento Estudantil não aceitou os argumentos dos técnicos do Governo e para rebater as argumentações governamentais, diziam que "num país subdesenvolvido, eliminar a gratuidade do ensino superior é tornar a Universidade privilégio ainda maior, fechando suas portas para às classes pobre e média".[12] Quando o governo resolveu fazer as cobranças o M.E.

organizou uma campanha para que os estudantes não pagassem as anuidades. Houve êxito na campanha contra anuidade em alguns pontos do país, mas em outros o medo de perder o ano pelo não pagamento levou muitos estudantes a pagarem. As derrotas localizadas, no entanto, não foram encaradas como o fim do embate com o governo. O presidente à época do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, Vladimir Palmeira minimizou a derrota dizendo: "nosso caminho não será feito apenas de vitórias, mas também de derrotas parciais".[13]

Financeiramente o valor das anuidades era insignificante para quem pagava. Representava, segundo a comparação feita por um colunista do JB, "menos que um maço de cigarros com filtros"[14], mas o combate ao pagamento era uma questão de principio para o Movimento Estudantil, que tinha como verdade que "a única concepção correta continuava a ser Universidade gratuita".[15] Os dirigentes estudantis e militantes que acompanhavam de perto a política sabiam que a estratégia do governo era aumentar ano a ano as anuidades, até que elas alcançassem metade do valor de custo de um universitário/ano.[16] Por seu lado, o governo sabia que haveria resistência estudantil ao pagamento, por isso apelou para as famílias dos universitários. Dizia o governo, que era justo que elas participassem do custeio dos estudos de seus filhos e prometia que o dinheiro arrecadado seria investido na formação de jovens que não podiam pagar por seus estudos. Na maioria dos casos os familiares discordavam da militância política de seus filhos e em outros nem sabiam. Por isso era comum pais e mães irem às universidades e quitarem as anuidades, desmontando a mobilização do M.E..

Tendo sua estratégia inicial, pelo menos em alguns lugares desmontada, o Movimento Estudantil passou a mostrar com dados de orçamento como se mascaravam os gastos com educação superior, segundo os estudantes diretores do DCE da UFRJ, Antônio Noronha Filho e Pedro Meira "as verbas para educação e para o Exército, escolhidos ao acaso, variam na razão inversa", enquanto a relação percentual do orçamento da educação nos anos de 64, 65 e 66 foram, respectivamente, 19%, 10% e 9%, para o exército foi 7%, 9% e 11%. "Numa nação que não é militarista, não tem possessões, nem compromissos bélicos".[17]

Todo o processo de redução de verbas para a educação superior, cobrança de anuidades e combate à participação estudantil nas esferas decisórias da universidade fazia parte do projeto para reformulação da universidade que foi preparado a partir dos acordos MEC-USAID. Os estudantes combatiam esta política, mas só foram conhecê-la no seu todo quando foi divulgado o relatório Acton.

Rudolph Acton, era professor, "técnico em educação e representante dos interesses dos Estados Unidos nos assuntos educacionais da América Latina".[18] A ele foi encomendado, pelo Ministério da Educação, um relatório que indicasse quais alterações deveriam ser feitas para mudar a universidade brasileira e coloca-la no rumo da modernização, que pretendia o Governo. O relatório "Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira", cumpriu sua meta e, respeitando a orientação da política norte-americana para educação na América Latina, sugere as mudanças necessárias para o melhor aproveitamento econômico da universidade.

O professor Acton, em seu relatório, fez uma análise liberal das possibilidades do ensino superior brasileiro e da sua relação com o desenvolvimento do país. Nesta linha de raciocínio chegou a sentenciar que "o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade é função direta do seu desenvolvimento educacional".[19]

O Movimento Estudantil se punha contrário ao Relatório Acton e contra os interesses existentes por trás dele, porque a implementação das suas sugestões, representava a derrota do projeto das esquerdas para a universidade e era, ainda, o primeiro passo para a derrota definitiva para os militares e civis que gerenciavam o Governo ditatorial. Somos da opinião que o argumento de proteção da cultura nacional, utilizado pelos estudantes, associado à pretensão de se realizar uma reforma universitária sem o diálogo com os universitários, que se sentiram excluídos de uma luta que era deles desde o início da década de 60, fez aumentar a

legitimidade da UNE, então na ilegalidade, e o seu poder de mobilização, reforçando a tese de que o M.E.se nutria do seu caráter sindical para desenvolver sua luta contra a ditadura.

É imperativo observar que o Movimento Estudantil fazia suas contestações ao relatório Acton sustentado pelos estudos que fizeram sobre a universidade nos diversos Seminários Nacionais sobre a Reforma Universitária. Além disso, havia o importante papel que as universidades teriam, como produtora da cultura libertadora, no projeto romântico-revolucionário de parte das esquerdas brasileira.

Do ponto de vista do M.E. havia três pontos de propostas do relatório que deveriam ser suprimidos, para que houvesse a possibilidade de conversa sobre as demais proposições feitas pelo professor Acton. Eles não abriam mão da manutenção da universidade como pública, queriam influenciar no processo da reforma universitária com propostas, participando dos órgãos colegiados das instituições e, por fim, exigiam a gratuidade do ensino nas mesmas.

Em relação a estes pontos o relatório dizia:

> "(...)
> 3. A Universidade: A Universidade brasileira deve consolidar sua autonomia e adquirir em grau maior de independência real. O melhor sistema legal para alcançar este grau de liberdade é a transformação da universidade estatal em uma fundação privada.
> (...)
> 7. A Reforma Administrativa: item g) eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial.
> 8. A Reforma Fiscal: item d) Colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante o período de dez anos: (1) a responsabilidade financeira poderia estabilizar-se, eventualmente, na divisão pelo estudantes e pela universidade do custo real do mesmo; (2) deve ser estabelecido um fundo assistencial de bolsas adicionais para compensar o desaparecimento de uma educação superior gratuita".[20]

Por fim o Movimento Estudantil não foi atendido em nenhuma de suas reivindicações. O Governo Militar, se valendo do seu poder centralizado, manteve-se por muito tempo distante das mesas de negociação. Os protestos se multiplicaram. Em fins de 66 os estudantes massificaram sua luta atacando cinco pontos da política governamental: os acordos MEC-USAID, o relatório Acton, a Lei Suplicy, a repressão contra os ativistas de esquerda e o Ato Institucional n°. 2. Somente quando o Professor Moniz de Aragão, então reitor da UFRJ, assumiu o Ministério da Educação, houve uma tentativa de acordo entre as partes. O Ministro aceitou conversar sobre todos os pontos das reivindicações menos o AI-2, pois era política de governo, fora da área da educação e quanto aos presos, só se falaria dos estudantes.

A partir do contato entre estudantes e governo foram criadas comissões de negociações, que funcionariam para buscar o consenso entre a política do Estado e o projeto dos estudantes. O fracasso dessas comissões era algo anunciado, os projetos eram inconciliáveis. As manifestações de descontentamento dos estudantes continuaram, mesmo durante as negociações, e a repressão também. Com efeito, o desacordo das ruas era transplantado para as comissões de negociação e logo o governo decidiu acabar com tais comissões. Isso acontecera em 1967 na gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação.[21]

O anunciado fracasso das comissões tinha uma motivação secreta, o governo Costa e Silva preparava uma proposta de lei mais tarde conhecida como 5540/68 que reformava a estrutura universitária.

Não cabe neste espaço reduzido discutir a orientação ideológica dos dois grupos do exército brasileiro que estiveram à frente dos governos militares, mas cabe afirmar, que diferentemente de Castelo Branco, Costa e Silva adotava uma linha mais nacionalista e por isso o seu governo não seguiu todas as orientações dos relatórios Acton e Meira Matos[22].

> Algo de importante para os dois relatórios antes mencionados, mas que não constou dos textos legais, foi a possibilidade de a nomeação de reitores e diretores de unidade recair em

> pessoas alheias ao corpo docente universitário. A legislação teve, portanto, a precaução de evitar o agravamento dos problemas de autonomia administrativa do ensino superior.[23]

Mesmo seguindo uma linha menos ofensiva aos interesses estudantis, o governo militar não conseguiu aplacar o espírito crítico do movimento. 1968 e 1969, anos em que foram promulgadas as leis que regulavam o ensino superior, foram marcados pelas intensas manifestações dos estudantes por liberdade e contra a reforma universitária. Uma vez mais o aspecto sindical contribui à organização da luta estudantil contra a ditadura militar.

As conseqüências da reforma universitária de 1968 são sentidas até hoje na universidade. A nomeação de reitores pelo MEC, a divisão em departamentos, o sistema de créditos para as disciplinas foram mudanças impostas por aquela lei e que permanecem como herança da política militar.

Mas a conseqüência mais visível da lei 5540/68 foi o processo de crescimento do setor privado da educação superior. A lei abriu as possibilidades esperadas por empresários educacionais para investir em um setor da educação que era quase exclusivamente estatal.

Na década de 1960 somente 20% das instituições de ensino superior no Brasil eram privadas, com destaque para as instituições confessionais. Hoje o país tem hoje 1208 instituições privadas de ensino superior, entre universidades e faculdades isoladas, segundo a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP)[24] que abrigam 70% dos estudantes de ensino superior no Brasil, enquanto, segundo dados do Ministério da Educação e do INEP, são 42 universidades federais, 6 instituições isoladas e 5 centros de ensino tecnológico, também federais, espalhados pelo país, somados a importante contribuição das universidades estaduais, entre as quais citamos como exemplos a USP, a UNICAMP e a UERJ, e municipais que compõem o sistema público de ensino superior.

Poucas pessoas analisaram este processo de privatização da educação superior no Brasil pelo viés histórico, as abordagens são normalmente sociológicas ou antropológicas. Esta mudança de referencial de universidade trouxe conseqüências para o setor da pesquisa e da extensão universitária e não pode ser negligenciada pelos historiadores sob o preconceito de ser história da educação.

As analises mais esclarecedoras sobre este processo são da historiadora Francis Mary Guimarães Nogueira[25], que analisa o processo como parte da interferência internacional sobre a educação brasileira, através dos diversos acordos internacionais de cooperação financeira e empréstimos, e da filosofa Marilena Chauí[26], que analisa as conseqüências deste processo na universidade pública atual.

O Movimento Estudantil da década de 1960 com suas contradições e divergências abriu uma frente de enfrentamento em favor da instituição universitária brasileira, que, apesar de não ter sido vitoriosa, apontou propostas que precisam ser reanalisadas e repensadas sob o olhar histórico. Com efeito, algumas das bandeiras levantadas pelo M.E. daquela época ainda são reivindicações atuais e precisam ser enquadradas historicamente.

---

1 - VENTURA, Zuenir. *1968:O ano que não terminou*. São Paulo: Circulo do Livro, 1988

2 - GABEIRA, Fernando. *O que isto companheiro?* 34ª edição. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1988.

3 - Minissérie de televisão exibida pela Rede Globo em 1992, cuja história se desenrolava a partir de um grupo de jovens estudantes que participaram da luta contra a ditadura.

4 - "A discussão dessa reforma acabou sendo retomada pelo governo, nos moldes que lhe interessavam, ou seja, na perspectiva necessária para a nova fase de acumulação capitalista que se abria no país". PELEGRINI, Sandra de Cássia de Araújo. A UNE no anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Ed. da UEL, 1997. p. 142
5 - DREIFUSS, René Armand 1964: A conquista do Estado. 3ª edição. (Tradução: Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG: coordenação: Else Ribeiro Pires Vieira) Petrópolis: Vozes, 1981
6 - Idem, p. 156
7 - **Suplici acha que o convênio MEC-USAID vai reformar universidade brasileira**, Jornal do Brasil, 20 de julho de 1965, p. 15
8 - Relatório do Seminário da UNE sobre infiltração imperialista no ensino brasileiro *in* PELEGRINI, Sandra de Cássia de Araújo. *A UNE no anos 60:* Utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 119
9 - **Suplici acha que o convênio MEC-USAID vai reformar universidade brasileira**, Jornal do Brasil, 20 de julho de 1965, p. 15
10 - PELEGRINI, Sandra *A UNE nos anos 60* – utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Ed. UEL, 1998, p. 109
11 - **Anuidades separam os estudantes e Governo**, Jornal do Brasil, 01 de julho de 1966, p.7
12 - Idem.
13 - **Últimos 300 estudantes de Direito pagam anuidades sob protesto contra o Governo**, Jornal do Brasil, 01 de setembro de 1966, pp. 1 e 11
14 - *Caderno Especial*, publicado no Jornal do Brasil, 06 de novembro de 1966.
27 - Idem.
16 - "Isto e o enunciado do Plano Atcon mostram que as anuidades serão objeto de uma escalada, até que se divida eqüitativamente o preço do custo de um universitário entre ele próprio e a Instituição". Caderno Especial, publicado no Jornal do Brasil, 06 de novembro de 1966.
17 - *Caderno Especial*, publicado no Jornal do Brasil, 06 de novembro de 1966.
18 - PELEGRINI, Sandra *A UNE nos anos 60* – utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 114
19 - *Relatório Acton in Caderno Especial*, publicado no Jornal do Brasil, 06 de novembro de 1966.
20 - R*elatório Acton in* Antônio Noronha Filho e Pedro Meira, *Caderno Especial*, publicado no Jornal do Brasil, 06 de novembro de 1966.
21 - ver: FÁVERO, Ma. de Lourdes *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
22 - Militar que compôs a comissão definida pelos acordos MEC-USAID para avaliar a estrutura da educação brasileira e apresentar propostas. Ao final das avaliações ele apresentou o relatório na mesma linha do seu companheiro americano, o professor Acton.
23 - ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação na Brasil*. 27ª edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002. p. 229
24 Dados retirados do portal da internet da Associação Nacional de Universidades Privadas, no dia 03 de fevereiro de 2005. www.anup.org.br
25 NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. *Ajuda Externa para a educação brasileira* – Da USAID ao Banco Mundial. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999.
26 - CHAUÏ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001

A ESCOLA E OS MECANISMOS DE CRIAÇÃO DAS CONDUTAS FEMININAS (GOIÁS, 1860 – 1890)

LEONARDO RODRIGUES DE MORAES

O presente ensaio[1] trata-se de uma tentativa de fazer algumas leituras sobre o cotidiano feminino, especificamente as meninas e professoras das escolas de instrução pública na Província de Goiás, na segunda metade do século XIX, procurando estabelecer alguns questionamentos sobre como se construiu a relação de gênero no interior do universo escolar e seus aspectos constitutivos, quais sejam, a sala de aula, as relações entre professoras/alunas, professoras/alunos, professores/alunas, professores/alunos, dentre outros.

Entender a escola, como um espaço privilegiado na composição e configuração de identidades sociais, sexuais e de gênero, é um dos suportes a que se pretende caminhar com este trabalho, procurando revelar as tramas e os dramas que constituíram o universo da educação pública em Goiás oitocentista.

A escola, entendida, portanto, como um lugar em que as relações de poder se processam sob diferentes situações, poder entendido aqui na acepção que lhe da Foucault, como uma força que disciplinariza, modela os corpos sociais, e, nesta perspectiva a escola encontra-se nesse emaranhado de forças e de poderes.

Neste sentido, pretende-se perceber os diferentes mecanismos de modelagem das condutas femininas, por meio do processo de escolarização tributário do modelo de sociedade

[1] Este trabalho também fez parte da conclusão do seminário **História das Mulheres e Estudos de gênero: leituras cruzadas**, sob a orientação da Proa Dra Diva do Couto Gontijo Muniz- Doutorado –História-UnB.

patriarcal e, especificamente no masculino como referencial de comportamento e práticas sociais. Ao propor o masculino como referencial, vai veiculando a noção de que a mulher deve ser sempre objeto de controle do homem, e tê-lo, portanto, como modelo de conduta social.

A escola, portanto, vai aos poucos "escavacando", o comportamento social, vai assim cotidianamente desenhando os modelos de comportamentos que devem ser seguidos e perseguidos de forma que faça um processo de vigia constante sobre as mentes humanas especialmente as alunas e alunos das escolas do Império.

Trabalhar com o objeto proposto significa transitar por temas relacionados à história, especificamente a história cultural, a educação, e as reflexões sobre a relação de gênero e a história das mulheres. Objetivando assim, a tentativa de incorporar as experiências de meninas e mulheres invertidas dos seus respectivos papéis sociais, alunas e professoras. Procurando então perceber como são engendradas as práticas sociais que vincam um referencial de mulher, assujeitadas pelo pai, marido ou patrão.

Com efeito, tais concepções, apontam para a perspectiva trabalhada por Margareth Rago, em entender que as mulheres, não são sujeitos dados, "pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes"[2] e instituidores das condutas femininas.

É nesse jogo de construção das identidades, que pretendo incluir a história da educação em Goiás e o processo de escolarização das meninas e o próprio papel das professoras que constituíam o universo escolar, percebendo como a escola opera na construção de identidades fixas, permanentes, constantes, desconsiderando, portanto, a pluralidade dos sujeitos sociais.

[2] RAGO, Margareth. *Epistemologia Feminista, Gênero e História*. In: GROSSIM Mirian, PEDRO, Joana Maria. **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 19998. p.27.

Atribuir a escola sua contribuição na construção das hierarquias sociais, significa procurar entende-la não como um mecanismo exclusivo e imperativo de produção de papéis, mas também como reflexo de uma sociedade inscrita em padrões que marcam as diferenças sexuais.

Neste sentido, vale ressaltar como assim já fizeram as feministas pós-modernas, gênero é diferente de sexo, ao contrário do que parece predominar no pensamento social contemporâneo onde em muitos casos "gênero era visto como substituto de sexo como também sexo parecia essencial à elaboração do próprio conceito de gênero"[3], ou seja, para muitos sexo e gênero são a mesma coisa, significam quase sempre masculino e feminino e toda a construção simbólica dada a estas palavras, implicando em maneiras de ser e de viver, reiteradas no discurso educacional e nas práticas escolares, do uniforme aos conteúdos que eram ministrados.

Sob essa perspectiva, entende-se gênero na acepção que lhe dá Joan Scott[4], como uma "organização social da diferença sexual", como um conhecimento que estabelece significado para as diferenças sexuais, trabalhados no cotidiano escolar, e reiterados pela sociedade vilaboense.

Gênero, portanto, é uma construção simbólica, inscrita num universo representacional dos atores sociais que o constrói, ou seja, existe um sistema de representações sociais que vão sendo "veiculadas em imagens e em linguagens, traduzem o gênero em corpos sexuados"[5], isto sinaliza em afirmar que o gênero que cria o sexo e não o contrário. A própria noção de sexo, masculino e feminino, já carrega em si a idéia a idéia de gênero. Idéia que é reiterada nas práticas sociais diversas e em especial no processo de escolarização.

Com efeito, as relações escolares, são também relações de gênero, isto por que como ainda se poder perceber, nas escolas primárias, um controle em estar sempre separando, as meninas dos meninos, atribuindo-lhes papéis específicos, criando e recriando no imaginário social,

---

[3] NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. In: Revistas de Estudos Feministas, v.8, n.2, 1999, p. 11.
[4] SCOTT, Joana, Gênero um categoria útil
[5] SWAIN, Tânia Navarro. *A invenção do Corpo Feminino*. In: SWAIN, Tânia Navarro(org.) Textos de História – Dossiê: Feminismo, teorias e perspectivas. Brasília: UnB, 2000, v. 8., ½ p. 69.

a permanência do que é ser homem e do que ser mulher, e, assim marcando as diferenças e construindo outras tantas aí inscritas. Porém, como sinaliza Louro[6], não existe uma identidade pronta e acabada, todas as posições podem se mover, nenhuma é natural, dada, ao contrario são construídas culturalmente. Sendo assim,a escola/educação é presidida por prática sociais que revela seu caráter de produzir identidades sedentárias, por meio dos extensos estatutos, regimentos internos, códigos de condutas, e outros mecanismos que contribuem para "naturalizar" tais comportamentos e criar, estabelecer, inculcar, definir, padronizar os sujeitos, isto, como já sinalizei não é uma tarefa exclusiva da escola, mas esta tem operado com muito vigor, de forma mesmo a classificar os sujeitos, ou seja,

> "*toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina*."[7]

É neste embate cultural que vão sendo construídas a imagem de alunas e de professoras, No caso das professoras, como sinaliza Diva Muniz, uma imagem presidida pela idéias de ser uma pessoa "abnegada, distinta, estóica, vigilante, disciplinada e assexuada"[8], Acredito, que uma das evidencias de tais concepções estão inscritas nos currículos aplicados a escolas de instrução pública. Currículo diferente, que atribui diferenças, que busca homogeneizar as condutas, limitando as meninas o que podem fazer, estabelecendo o que não podem fazer. Ou seja, se cabe as meninas respectivo conteúdo específico, significa dizer que os outros conhecimentos e saberes não lhes interessam, mais do que isso, não são para elas, logo, devem procurara aprender e cumprir apenas o que lhe são imputados, impostos.

---

[6] LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – refletindo sobre o "normal", o diferente e o "excêntrico". In: Revista Labrys.

[7] Idem, *Pedagogia da Sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes(org.). O corpo Educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Atêntica, 2001, p.16

[8] MUNIZ, Diva do Coutro Gontijo. Sobre as Professoras de "antigamente" que eram "feias" e "usavam óculos"... In: LABRYS, n 1-2, julho/dez de 2002, www.unb.br/ih/his/gefem.

O currículo, portanto, é um espaço de poder, de confrontos, de embates que vai produzindo e reproduzindo as diferenças sociais, definindo os espaços onde cada um do jeito dever atuar. Desde o marido provedor a esposa prendada, os saberes escolares por certo ao reiterarem as condutas femininas afirmam também as masculinas, inscrevendo a binariedade social: homem e mulher, não atentando para os múltiplos papéis que os indivíduos podem exercer durante a sua trajetória de vida, especialmente no contato com outros indivíduos desconhecidos do seu dia-a-dia.

Revelando a escola como espaço plural e porque não dizer de identidades plurais, pois o que por certo caracteriza a escola é sua heterogeneidade, expressada, pelas diferentes experiências dos alunos e alunas, e mesmo entre os próprios alunos e as alunas, ou seja, não considerando que exista apenas uma maneira de ser menina e de ser menino. Plural também, pela diversidade de conteúdos, de professores e professoras que compõe esse universo tão complexo.

No entanto, pela que se tem produzido sobre a história da educação. Do ensino e mesmo das mulheres na educação, percebe-se que teve um movimento contrário ao posto no parágrafo anterior, talvez por reconhecer tais características, tratou-se logo de silencia-las, de criar tecnologias que pudessem reverter tal perspectiva. Estabelecendo assim, normas, procedimentos escolares, currículos específicos, professores com disciplinas específicas de modo que pudesse criar, e de fato, é construção, uma escola,, homogênea, pronta e acabada que pudesse dar aos seus/suas alunos/as os conhecimentos estáveis, verdades inquestionáveis.

Ora, como já afirmava Foucault, não se proíbe aquilo que não se pratica, de forma que fazendo uma leitura contrária do que se foi definido, se houve, tanto mecanismo de normalizações, isto é extremamente revelador de que existia, um sujeito que buscava as diferenças, alternativas opostas as que eram estabelecidas pelas escolas, que mais do que ensinar conteúdos escolares, ensinava-se a como se comportar na sociedade. Havia uma tentativa de romper com os padrões estabelecidos, será que não havia meninos que tinham desejos por menino? Será que as meninas gostavam de cozer ou de bordar? Será que ser prendada não implicaria também entender

de aritmética, história, geografia? Os meninos de fato querias ser somente como eram seus pais? Será também que as professoras eram, como se gostaria que fossem assexuadas?

Estes e tantos outros questionamentos me vêm como um dos objetivos ao se estudar o processo de escolarização das meninas/alunas e o papel das mulheres/professores que constituíam um universo escolar cercado por preconceitos, prenoções. Procurar então perceber os embates culturais presentes no cotidiano escolar é uma das propostas que inicialmente cercam o presente trabalho. Enfim, fazer uma leitura da escola/da educação/ dos processos normativos, e em especial ao dar visibilidades as meninas professoras, requer, sobretudo procurar desvendar o cotidiano desses sujeitos, buscando fazer um exercício mesmo de questionamentos das naturezas das práticas sociais, precisamos, enfim,

> *(...) nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições(...)*[9]

[9] LOURO, op. cit.

1964: COTIDIANO E POLÍTICA

Letícia Nunes de Góes Moraes[1]

"É mais fácil derrubar um ditador do que mudar a cabeça das pessoas". Este conhecido ditado popular parece ter sido desmentido no Brasil dos anos 60. A observação das transformações ocorridas na sociedade brasileira, sobretudo após a instauração do regime militar a partir do golpe de abril de 1964, revela um endurecimento político baseado num aparato repressivo cuidadosamente construído, com o objetivo de cercear e punir idéias políticas diferentes daquelas que sustentavam a ditadura instaurada. Paralelamente, no campo social/cultural, observou-se a abertura dos costumes e dos comportamentos. Algumas das sementes destas transformações podem ser encontradas nos artigos assinados por David Nasser, em *O Cruzeiro*[2], e por Carmen da Silva, na revista *Claudia*[3], às vésperas da deflagração do golpe.

Filho de imigrantes libaneses, David Nasser nasceu no interior de São Paulo. Foi um dos grandes nomes da história da imprensa brasileira. Brilhante escritor e poeta, sua trajetória se confunde em alguns momentos com a da revista *O Cruzeiro*, onde permaneceu durante 31 anos: de 1943 a 1974. Ali alcançou fama e notoriedade por sua atuação como repórter, ao lado do fotógrafo francês Jean Manzon, ainda na década de 40. Juntos, eles foram pioneiros de grandes reportagens no País. Em 1959, David Nasser tornou-se, além de principal redator, um dos diretores da revista e passou a assinar o primeiro artigo do semanário, em página dupla, em geral, sobre um tema político. É sobre esta sua faceta de

---

[1] Letícia Nunes de Góes Moraes é doutoranda em História Social pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

[2] Lançada em novembro de 1928, *O Cruzeiro* é a revista que mais tempo permaneceu em circulação no mercado brasileiro, tendo existido durante 50 anos. Título dos Diários Associados do empresário Assis Chateaubriand, obteve recordes de tiragem tendo alcançado o pico após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954: 720 mil exemplares quando a população brasileira girava em torno dos 45 milhões de habitantes. Revista semanal ilustrada de fatos diversos, dirigia-se ao grande público.

[3] Em circulação até os dias de hoje, *Claudia* foi lançada pela Editora Abril em 1961 dirigindo-se inicialmente à mulher dona-de-casa.

cronista político a que nos referimos neste trabalho, especificamente às crônicas publicadas entre janeiro de 1963 e abril de 1964.

A psicóloga e jornalista gaúcha Carmen da Silva estreou na imprensa brasileira como responsável pela seção "A Arte de ser mulher" na revista *Claudia*, a partir de setembro de 1963. Através desta coluna transformou o tradicional modelo de consultório sentimental de revistas femininas introduzindo a psicanálise no diálogo com as leitoras. Para contemplar o mesmo período selecionado para as crônicas de David Nasser no que se refere às questões de cotidiano, acompanhei paralelamente a seção feminina de consultório sentimental mantida pela revista *O Cruzeiro*, durante o ano de 1963. Esta seção, assinada por Maria Teresa, um pseudônimo, chamava-se "Da Mulher para a mulher", foi criada em 1940 e perdurou até novembro de 1963.

Política – Cronista político de verve genial, David Nasser conspirou ativamente para a deposição do presidente João Goulart. Em sintonia com o pensamento da grande imprensa na época, o discurso político de Nasser reitera a argumentação de alguns conspiradores que diziam acreditar que a intervenção militar seria pontual e deveria garantir a legalidade na transição do governo sucessor de João Goulart, impedindo a chegada do "perigo comunista" e preservando as liberdades democráticas, como mostra este artigo:

> "Nunca a idéia deste País, tão manso em sua maneira de ser, tão despreocupado e agradável, transformado numa república sindicalista ou proletária, ou algo parecido, havia passado por minha cabeça. (...)
>
> Não tardará o momento em que uma chuva de sangue desabe sobre esta Nação, até agora feliz. O Brasil mudou, e hoje aceito tristemente a hipótese de ser ocupado pelos comunistas sem que tenham necessidade de disparar um tiro."
>
> "(...) Atentem bem os dirigentes políticos brasileiros, os democratas – para um detalhe importante: não é desmoralizando as Forças Armadas nem procurando substituí-las que se evita o perigo comunista. Mais de uma vez tenho dito que os militares brasileiros são classes médias de uniformes, são democratas e tem a defender, com o Brasil democrático, inclusive as suas carreiras." [4]

[4] NASSER, David. "Aurora Vermelha", in: *O Cruzeiro,* 23/11/1963, p. 6.

Em outro artigo, Nasser reforça seu apoio à intervenção militar na política nacional autodenominado-se um democrata. E conclama quem mais assim se considerar, a formar uma "santa aliança" defendendo a legalidade ameaçada pelo perigo de um golpe comunista. Os demais, os antidemocratas, devem se calar. Procura desta forma unificar o discurso da conspiração e silenciar as resistências:

> "O Exército (e como exército se aceite a principal força militar) é o defensor, executor e o mantenedor da legalidade, e não o seu intérprete, o seu jurista (...).
>
> Ninguém pode falar em nome do Exército Brasileiro, da Marinha Brasileira, ou da Força Aérea Brasileira – se a sua fala é antidemocrática. Tenho repetido que os militares são simples civis de uniforme, são cidadãos da classe média que enfrentam os mesmos problemas, sofrem as mesmas angústias, sentem as mesmas depressões, os mesmos temores, as dificuldades iguais às de todos os brasileiros. (...)
>
> Todos nós, democratas, devemos considerar as Forças Armadas como a base de uma santa aliança contra a invasão comunista do Brasil."[5]

Este mesmo artigo foi publicado novamente após o golpe, em 25/04/1964, porém com a seguinte frase no topo da página: *"Três meses antes, este artigo de David Nasser profetizava o que iria acontecer no Brasil".* O "profeta" David Nasser se manifestou novamente na semana seguinte, em 02/05/1964, quando publicou "Caiu de burro", desta vez sobre João Goulart. A coletânea de advertências dirigida ao presidente foi apresentada ao público com as seguintes palavras: *"Longos, longos meses, adverti a Nação da marcha batida do Sr. João Goulart para a deposição ou a renúncia. O Brasil não acreditava. O presidente sorria. Aí estão, recortadas, algumas palavras que seriam realmente proféticas se o destino de João Goulart não fora um livro aberto."* [6]

Ao final deste texto, foi publicado fac-símile de telegrama que Chateaubriand teria enviado ao jornalista, com o seguinte teor: *"Esta vitória teve em você um dos seus mais formidáveis generais. Foi o maravilhoso anjo vingador. Chateaubriand."* A mensagem mostra que houve uma participação ativa, um envolvimento concreto, de David Nasser na

---

[5] NASSER, David. "O Grande Mudo", in: *O Cruzeiro,* 15/02/1964, p. 4

[6] NASSER, David. "Caiu de burro", in: *O Cruzeiro,* 02/05/1964, p. 4.

conspiração para a derrubada de João Goulart, contando inclusive com apoio do dono dos Diários Associados.

Explorando sua habilidade com as palavras e sua força política, David Nasser contribuiu para o fim da carreira política de muita gente importante. E orgulhava-se disso. No trecho transcrito a seguir, disputa com Chateaubriand a responsabilidade pelo assassinato político do ex-presidente Juscelino Kubitschek:

> "Permita-me, Chefe, que não aceite de suas mãos de anatomista, o cadáver insepulto do homem que ajudei a assassinar politicamente. Permita-me dizer-lhe, companheiro, da Casa Amarela, que o verdadeiro Juscelino é o seu Juscelino de ontem, o meu Juscelino de hoje. Somos um trio desafinado."[7]

Se como cronista político usava a palavra como arma para assassinar politicamente seus adversários, fora da imprensa também defendeu o uso de outras armas. Apesar de menos divulgado, é digno de nota o envolvimento de David Nasser com o Esquadrão da Morte. Segundo Luiz Macklouf Carvalho, desde 1947, Nasser defendia publicamente a *"execução dos fora-da-lei, o olho-por-olho-dente-por-dente, a pena de morte",* contudo:

> "No começo dos anos 60, Nasser estabeleceu novas amizades com uma turma de investigadores da polícia civil – aquela que mais tarde viria a ser conhecida como 'onze homens de ouro' ou Esquadrão da Morte, ou, ainda, Scuderie Lê Cocq. (...) essa relação informal (...), iria se tornar oficial entre o final de 63 e o golpe militar, quando Nasser levou os 'empreiteiros de Jesus', como os chamava, para dentro de casa."[8]

Em artigo publicado em 30/03/1963, Nasser defende publicamente a atuação do Esquadrão da Morte. O mote do artigo foi o assassinato de um rapaz por outros jovens menores de idade; a vítima era filho de um colega jornalista de *O Cruzeiro*:

> "Pobres dos agentes da lei que se atrevessem a executa-los, no cumprimento da missão, em defesa da própria vida ou de outrem. Respondiam criminalmente a todos os processos, iam ao banco dos réus, perdiam meses nas salas dos tribunais – e corriam o risco de uma sentença desfavorável. Era o abominável Esquadrão da Morte". [9]

---

[7] Ibidem.

[8] CARVALHO, Luiz Maklouf. *Op. cit*, p. 412-414.

[9] NASSER, David. "Só mesmo à bala", in: *O Cruzeiro*, 30/03/1963, p. 4.

Brilhante escritor, David Nasser foi também dono de uma personalidade autoritária bastante identificada com o regime militar e autoritário que ajudou a implantar.

Cotidiano – Carmen da Silva começa a escrever em *Claudia* em setembro de 1963. Em artigo publicado em 1967 na revista *Realidade*[10], a autora explica sua inovadora proposta:

> "Através das páginas da revista *Claudia* venho realizando há três anos a experiência de substituir o **consultório sentimental** pelo **consultório de orientação psicológica**. (...)
>
> A diferença entre os dois tipos de consultório, entretanto, não é determinada pelo conteúdo das consultas, mas sim pelo modo de focalizá-las e respondê-las. Sei, por exemplo, que não adianta recomendar à insone que tome um chazinho antes de se deitar e só pense em coisas agradáveis; procuro nas entrelinhas da sua carta, na escolha das palavras, nas vacilações, nas contradições, nas ocultações (mais evidentes do que se supõe), nos fatos apenas sugeridos, o conflito ou sentimento que sua consciência está evitando tão tenazmente a ponto de ela poder abandonar suas defesas e dormir. (...) Descobrindo 'segredos' que o próprio consulente ignora, através de pistas que ele nem sabe que deu, meu propósito é despertar-lhe o maior grau possível de **consciência de si mesmo no mundo**."[11]

A seção mantida por *O Cruzeiro,* 'Da mulher para a mulher" exemplifica o modelo tradicional de consultório sentimental. Ali Maria Teresa, comunicava-se com suas leitoras de maneira direta e pessoal. Às vezes, o conselho da jornalista parecia uma mensagem cifrada, repleta de generalizações (tudo, todos, aquela, isso etc.), como neste exemplo, no qual a leitora pergunta: *"devo contar tudo à minha sogra?"* E recebe a seguinte resposta: *"você tem obrigação moral de falar com sua sogra, mas omita o acontecido antes do casamento, pois ela poderia se apegar a isso para repudia-la".*[12]

Além das generalizações, a linguagem empregada por Maria Teresa possuía uma série de características específicas que a diferenciavam, por exemplo, da linguagem

---

[10] Revista mensal publicada pela Editora Abril, entre 1966 e 1976. Veículo da chamada grande imprensa, *Realidade* circulou nacionalmente. Criadora de um jornalismo inovador, seja pelos temas de que tratava, seja pela forma como o fazia, a revista dirigia-se predominantemente à elite nacional, ou seja, à chamada classe média. Por afinidade com esta proposta inovadora, Carmen da Silva, era freqüentemente convidada a assinar artigos em *Realidade*.

[11] SILVA, Carmen da. "Consultório Sentimental", in: *Realidade*, n° 10, janeiro de 1967, p. 86. grifo original.

[12] *O Cruzeiro,* "Da Mulher para a mulher", 15/03/1952, p. 124.

tipicamente jornalística, marcada pelo emprego do modo verbal indicativo. Contrariamente, a jornalista utiliza com grande freqüência o imperativo numa franca atitude impositiva e dominadora. Frases como "compreenda isso...", "não espere que seu marido...", "esclareça a situação..." são comuns nos textos de Maria Teresa.

Merece destaque ainda, no que se refere à linguagem, os constantes silêncios e omissões. Assim como Maria Teresa mostra ter pontos de vista rígidos sobre condutas morais adequadas àquela realidade social, estabelece também limites muito bem definidos sobre o que pode e o que não pode ser dito publicamente, como mostra o seguinte diálogo entre Maria Teresa e uma leitora que pede: *"quero uma resposta mais clara".* Ao que é respondido: *"infelizmente nem sempre posso ser tão clara quanto desejaria e quanto desejariam as pessoas que me consultam. É fácil imaginar por quê."*[13]

Quando se falava sobre questões como sexo, desejo, virgindade, adultério, etc., não usa estas palavras, preferindo substituí-las por outras, como estas: "erro", "leviandade", "capricho" etc. Embora, em 1963, já fosse possível ler na seção "Da mulher para a mulher" a expressão "atração física" ainda que o conselho seja o mesmo – esquecer tal romance sem futuro ignorando o próprio desejo:

> "Ou também o que acontece muito freqüentemente, está confundindo amor sincero com simples atração física.
>
> (...) Normalmente, o que caberia a essa moça fazer? Procurar distrair-se para esquecer aquele amor que não lhe convinha. Com a sua ousadia e com o seu afastamento o rapaz deixou bem claro que não gostava dela, mas apenas deseja usufruir das vantagens materiais – ou para usar o termo mais expressivo – as facilidades sensuais que sua aproximação lhe proporcionava."[14]

Carmen da Silva, mensalmente escrevia artigos que versavam sobre um único tema definido a partir da leitura das cartas que as leitoras lhe enviavam. Esta foi a forma encontrada para conscientizar suas leitoras sobre o lugar de cada uma no mundo. Logo no primeiro artigo, intitulado "A Protagonista", convida-as a serem *"protagonistas de duma aventura apaixonante e singular: que é nossa própria vida":*

---

[13] "Da Mulher para a mulher", in: *O Cruzeiro,* 15/03/1952, p. 124.

[14] "Da mulher para a mulher", in: *O Cruzeiro,* 19/01/1963, p. 80

> "Muitas mulheres se casam esperando que o amor lhes dê felicidade; trabalham pensando que um emprego lhes dará independência, ou estudam com o objetivo de que uma carreira lhes dê prestígio. Nos três casos partem de premissas errôneas: a felicidade, a independência, o prestigio e os demais bens da vida não são outorgados a ninguém em bandeja de prata. O amor de outrem, o trabalho e a carreira em si, não dão nada: constituem apenas **instrumentos que nos ajudam a construir o que desejamos**. A palavra construir sugere a idéia de tarefa, de esforço inconsciente e intencional: nada mais oposto à atitude passiva e estéril de esperar que as coisas fundamentais nos chovam do céu."[15]

O trabalho de conscientizar suas leitoras, é feito utilizando conceitos de psicanálise, como neste outro trecho do mesmo artigo:

> "A protagonista de sua própria vida opta, resolve e conquista **a partir de si mesma**, isto é, conta com um centro de gravidade interno, um eixo em redor do qual giram suas decisões e seus atos.
>
> Este eixo é o **eu**. Não um eu-miragem, um eu-fantasia, arbitrariamente inventado à medida dos nossos devaneios, mas um eu-real, isto é, um conjunto de necessidades, aspirações, possibilidades e limitações, avaliadas com a máxima honestidade e aceitas com o máximo realismo."[16]
>
> Aceitar-se não é como crê muita gente, prestar cumplicidade aos seus defeitos, proclamando-os com certa complacência vaidosa. Se permitimos que as facetas negativas imprimam a tônica de nossa conduta, estaremos sendo "vividas" pelo que temos de pior: barquinhos à deriva feitos com madeira de má qualidade...
>
> É importante lutar contra as próprias falhas e pontos fracos, mas é igualmente importante não tomar como deficiências certas características pessoais que não o são. Quem não nasceu para fazer grandes coisas e colher triunfos não deve se considerar diminuída por isso."[17]

Carmen da Silva admite, contudo, as limitações desta forma de comunicação:

> "A comunicação com o público no nível da psicologia nas páginas de uma revista apresenta desoladoras limitações. Só posso fazer o consulente olhar para dentro de si, analisar-se tento quanto ele puder. Aponto caminhos, abro perspectivas mas a possibilidade de segui-los e aproveita-los depende da extensão e profundidade de seus problemas íntimos.
>
> Às vezes percebo, com alegria, que basta orientar o desorientado, desmanchar equivocas mais intelectuais que afetivos, desatar um nozinho aqui outro ali, dar um empurrãozinho, enfim. Mas outras vezes tenho a consciência de que minha ajuda não modificará nada. Por correspondência não se cura uma neurose, não se altera um padrão de reações já estruturado em bases mórbidas."[18]

---

[15] SILVA, Carmen da. " A Protagonista", in: *Claudia*, setembro de 1963, p. grifo da autora.

[16] Idem.

[17] Idem.

[18] SILVA, Carmen da. "Consultório Sentimental", in: *Realidade*, n° 10, janeiro de 1967, p. 86.

Em um livro de memórias, Carmen da Silva, conta com foi a repercussão do seu trabalho em *Claudia*: *"Meus artigos caíram como UFOs incandescentes no marasmo em que dormitava a mulher brasileira naquela época. Logo comecei a receber uma avalanche de cartas em todos os tons: desesperados apelos, xingamentos, pedidos de clemência: deixe-nos em paz, preferimos não saber! Consciência dói – olé se dói, mais do que 'patada em los huevos" – e lá vinha eu mês a mês com a minha lengalenga, remoendo, insistindo, revolvendo as feridas."*[19]

Os projetos de sociedade ideal presentes tanto em *Claudia* como em *O Cruzeiro* não permaneceram inalterados, ao contrário, amoldaram-se constantemente às mudanças vivenciadas pela sociedade. O que faz da imprensa um agente receptor das transformações sociais, assim como os leitores são receptores do projeto imposto pela revista. Imprensa e sociedade mantêm, portanto, uma relação de reciprocidade exercitada cotidianamente.

Com sua insistência Carmen da Silva contribuiu decisivamente para o processo de transformação dos comportamentos assistidos no Brasil ao longo dos anos 60 e 70. Particularmente interessante, contudo, é perceber que este processo se deu em meio à constituição de um regime autoritário implantado por militares após um golpe de Estado, no qual David Nasser teve participação ativa, como conspirador. Como isso foi possível é o que procuro compreender conhecendo em cada uma das revistas estudadas os diferentes projetos de sociedade propostos, pois em ambas é possível observar a atuação da imprensa interferindo no cotidiano dos seus leitores e leitoras: dos rumos da política nacional aos seus laços afetivos e familiares.

---

[19] SILVA, Carmen da. *Histórias Híbridas de uma senhora de respeito.* São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 120.

APRENDENDO COM O PASSADO. Campinas e a gripe de 1918

Liane M. Bertucci-Martins
Professora-doutora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR

Em 1918 Campinas era uma das cidades mais ricas e modernas não só do estado de São Paulo mas do Brasil. Entretanto, apesar de uma população de aproximadamente 74.000 habitantes e uma próspera economia, a triste lembrança de uma doença epidêmica permanecia viva na memória dos moradores de Campinas. Ao olhar pra sua bandeira, com a imagem da Phenix simbolizando a cidade renascida pós epidemia de febre amarela, ou caminhar por suas ruas, praças e avenidas, com nomes de médicos e beneméritos do final do século XIX, os habitantes da cidade eram, constantemente, convidados a refletir sobre os perigos de uma epidemia. A lembrança da febre amarela, que flagelara o lugar havia menos de trinta anos (especialmente em 1889, mas também em 1890 e 1896) [1], era permanente, educando cotidianamente os moradores da localidade sobre os desastres de uma moléstia epidêmica.

O ano de 1918 foi um ano difícil para os moradores de Campinas e do Brasil. Ano marcado pelo conflito mundial, foi um período de escassez e carestia de gêneros consumidos pelos campineiros, primeiro os importados depois os da terra: transtornos da guerra. Os soldados precisavam de víveres e eles foram exportados. Ainda houve geada e depois vieram os gafanhotos. Mas, como que ratificando um pavor milenar, junto com a guerra e a fome veio a peste: a chamada gripe espanhola ou influenza espanhola [2].

A notícia de que uma devastadora epidemia ameaçava o Brasil, depois de fazer vítimas em vários países, chegou a Campinas primeiro através notícias sobre o Rio de Janeiro e a Missão Médica Brasileira que rumava para a Europa em guerra e havia feito escala na África. Informações seguintes davam conta da movimentação de autoridades sanitárias na Capital Federal para receber os enfermos que retornavam do continente africano e algumas medidas de inspeção sanitária dos navios que tocavam a costa brasileira. Tudo foi inútil [3].

Em poucos dias, manchetes cada vez mais alarmantes dos jornais campineiros afirmavam que a epidemia se alastrava assustadoramente no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. Divulgavam que o número de doentes na Capital Federal em dois dias tinha saltado de 20.000 para 200.000. Mas o pior foi a constatação óbvia: havia enorme probabilidade de a gripe espanhola vitimar São Paulo ... e Campinas (**Correio de Campinas**, 15/10/1918). Discussões sobre a natureza da moléstia mobilizaram a comunidade científica nacional e internacional. Com o passar dos dias, apesar de algumas opiniões contrárias e da impotência da ciência médica para debelar prontamente a epidemia, a maioria dos estudiosos definiu a enfermidade como gripe, mas uma gripe excepcionalmente virulenta, perigosa se não tratada com rapidez. Como ? As recomendações dos médicos deveriam ser sempre seguidas, mesmo que sua eficiência fosse relativa (como eram aliás todos os tratamentos para a gripe comum). Afirmavam que a ciência ainda encontraria o remédio específico para aquele mal, afinal era a detentora dos meios que levariam à fórmula da cura — o que não impediu que uma gama variada de medicamentos e poções fosse ofertada às pessoas, desesperadas diante da epidemia avassaladora [4].

Em Campinas, os boatos tomaram conta da cidade. Na tentativa de dissipar os pensamentos calamitosos, que teimavam em povoar a mente das pessoas, jornais escreviam que Campinas gozava de “lisonjeiro estado sanitário” e combatiam incansavelmente aqueles que se regozijavam com o mal alheio incutindo pânico na população. Necessário era não se abater e afastar tudo que de negativo pudesse, isto sim, facilitar o ataque da gripe epidêmica (**Diário do Povo**, 19/10/1918). Reeditando a convicção nos efeitos nefastos do abatimento moral e do desespero, era reformulada em plena era bacteriológica uma idéia que tinha suas origens em várias obras escritas entre os séculos XIV e XVIII que creditavam à tranqüilidade o poder de obstruir as pestes [5].

O ataque aos boateiros que infundiam no povo “ingênuo e medroso” o medo por uma moléstia que, diziam, não oferecia gravidade se os devidos cuidados fossem prontamente

tomados, mesclava-se na imprensa com os pedidos para a adoção de ações preventivas contra a gripe espanhola (**Diário do Povo**, 19/10/1918).

Em 23 de outubro o jornal **Diário do Povo** afirmava em sua primeira página ser dever da imprensa acalmar a população, mas também ser impossível negar que Campinas sofria sérios riscos de ser atacada pela influenza espanhola. Afinal, apesar da decantada salubridade do lugar existiam problemas que poucos queriam admitir: faltava água corrente em vários bairros e os cortiços, com péssimas condições higiênicas, faziam parte do cotidiano campineiro — condições propícias para propagação da gripe espanhola, pois resultavam em proximidade física entre as pessoas e dificultavam o rigoroso asseio (**Diário do Povo**, 23/10/1918). Os pobres poderiam ser as maiores vítimas da enfermidade. A epidemia não tinha nada de 'democrática', bastava olhar com atenção para outras localidades [6].

Os primeiros casos de influenza espanhola na cidade foram notificados à Delegacia de Saúde de Campinas em 24 de outubro [7]. Informações na imprensa sobre a moléstia se multiplicaram e diversificaram com velocidade espantosa. Transcrevendo jornais de outros lugares do Brasil, as notícias falavam de gente morrendo pelas ruas, de cadáveres sendo recolhidos em carroça e caminhões e enterrados em valas comuns, de voluntários fazendo serviços públicos (como condução de bonde, entrega de telegramas etc.), de assistência médica descontinua e ineficiente[8], e desenhavam uma imagem que para os campineiros era muito semelhante a do final do século XIX, época em que a febre amarela devastava sua cidade e outras localidades brasileiras.

Certamente foi essa imagem, ainda tão viva para os moradores de Campinas, que colaborou de forma decisiva para que, do prefeito municipal aos operários da cidade, houvesse grande mobilização na tentativa de deter o avanço da moléstia, cuidar dos enfermos e assistir seus familiares. Machadinho cronista do **Diário do Povo** era categórico:

> "Não sei se vocês devem estar lembrados do que se dizia com relação à febre amarela, quando ela dizimava populações inteiras em várias cidades do Brasil.

> Ainda me lembro como se fosse hoje, quando saíram os primeiros bandos precatórios pedindo esmolas para os atacados da febre e ninguém se lembrava de recomendar aos campineiros todo o cuidado para evitar a "amarela", o povo ria e dizia:
> -- Qual o que ! Febre amarela não vem à Campinas, nós não somos porto de mar ... o nosso clima não aceita a febre.
> E, compadres, vocês sabem bem que isso não aconteceu, vocês viram que a febre veio e limpou duas vezes a cidade que estava imune, livre do perigo (para as zebras, bem se vê)." (**Diário do Povo**, 25/10/1918)

A memória é uma construção de sujeitos históricos, elaborada na relação dos indivíduos com seu cotidiano, impulsionando e sendo construída por suas ações [9]. Assim, a experiência vivenciada pelos campineiros no século XIX, intercambiada pelas pessoas ao longo dos anos, era rememorada explicitamente na tentativa de alertar os moradores de Campinas[10]. Essa experiência relembrada foi fundamental para determinar a prontidão e a magnitude das ações tomadas para equipar os campineiros no combate à gripe espanhola e tratamento de suas vítimas. A lembrança revivida da febre amarela foi instrumento de educação para toda a cidade, que observando as providências implementadas em outras localidades, fazia da memória da febre amarela a baliza de suas realizações. Pedidos para que "medidas preventivas" fossem tomadas tornaram-se constantes. Como afirmava um artigo de primeira página do **Diário do Povo**:

> "Se as providências adotadas não forem utilizadas, melhor, Campinas porém demonstrará que experimentada por cruéis epidemias sabe se defender...". (**Diário do Povo**, 25/10/1918)

Machadinho era contundente:

> "Todos devem saber que foi devido a incúria do Governo da República que a "influenza espanhola" penetrou no país e que foi devido a incúria do governo do nosso Estado que ela transpôs as fronteira do torrão bandeirante e que foi devido a incúria, ao desmazelo dos respectivos governos municipais, que ela penetrou em Santos, invadiu a capital, alastrou-se por outras cidades do interior. Não vá acontecer o mesmo em Campinas." (**Diário do Povo**, 26/10/1918)

Em 26 de outubro, o vereador Omar Magro, da Comissão de Higiene, declarava que havia se reunido com o prefeito e que medidas no sentido de preparar e ampliar o atendimento médico aos possíveis enfermos da moléstia estavam sendo tomadas. A Santa Casa de Misericórdia colocava duas salas com um total de 60 leitos à disposição de doentes indigentes e instituições beneficentes se prontificaram a colaborar no socorro aos enfermos [11].

No livro **Registro Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** de Campinas, Benedito da Cruz Passos afirma: "Entre nós reviveu-se [com a gripe espanhola] a época dramática das passadas epidemias de febre amarela" [12].

Desta forma, instruídos pelos terríveis períodos epidêmicos anteriormente vividos e atentos ao que estava acontecendo em outras cidades, principalmente São Paulo, os moradores de Campinas preparam-se para enfrentar a influenza espanhola; ações públicas (governamentais e de entidades beneficentes) e particulares (de empresas e grupos de voluntários) se complementaram: além dos hospitais de Isolamento e dos Variolosos, postos de socorro foram instalados, dando assistência médica e distribuindo remédios, refeições e víveres. Na Vila Industrial, o grande bairro operário da cidade, a população estabeleceu por conta própria o Posto Popular (sob a coordenação dos srs. Manoel Freire e J. I. Lacerda Wenerck), que atendia os pedidos de socorro médico e distribuía alimentos. O Circolo Italiani Uniti, que recebeu em seu pequeno posto 30 enfermos, teve seu edifício principal limpo e desinfectado para instalação de um hospital municipal, caso fosse necessário, o que acabou não ocorrendo [13]. Apesar de todo este esforço não faltaram as tragédias: pessoas com influenza espanhola caindo em plena rua e um caso de enforcamento no delírio da febre causada pela gripe espanhola (**Commercio de Campinas**, 5/11/1918; **Diário do Povo**, 21/12/1918).

A propagação da moléstia na cidade foi a princípio lenta, mas progressivamente aumentou o número de casos diariamente registrados, chegando a 316 casos novos em um só dia. A primeira vítima fatal da doença foi o estudante Rafael Eugênio, que mesmo com os

cuidados intensivos de um médico local, doutor Barbosa de Barros, morreu após 8 dias de tratamento, no início de novembro [14].

Na tentativa de debelar a gripe espanhola, o governo municipal, como o de outras cidades, decidiu proibir todo tipo de reunião, suspendeu as aulas, fechou as casas de diversão e chegou a interditar a venda de algumas frutas (como melancias, que poderiam ocasionar problemas gástricos julgados funestos) e sorvetes [15]

Hábitos foram mudados. Algumas pessoas (mal educadas ?) resistiram: uns insistiam em passear no Bosque Municipal, outros relutavam em acatar a determinação de não visitar os enfermos conhecidos, para desespero das autoridades sanitárias que afirmavam ser o isolamento e a profilaxia individual os mais eficientes meios de combate à moléstia. Muitos desaprovaram as atitudes daqueles seus concidadãos. As determinações dos médicos eram claras: evitar aglomerados e contatos físicos como beijos, abraços ou apertos de mão [16]. Todos deveriam acatar os conselhos.

Para combater a influenza espanhola era recomendada dieta leve, com chás e caldos de galinha ou carne de vaca, e repouso diante de qualquer sintoma que pudesse indicar a presença da doença, como um espirro, febre ou tosse (especialmente temida, pois podia significar problemas no pulmão). A gripe espanhola teve seus remédios populares, que muitas vezes foram combinados pelas pessoas com as prescrições médicas e, em alguns momentos, recomendados pelos próprios clínicos, como a infusão da folha da goiabeira. Entre os mais utilizados estavam o limão, a canela, e o alho. A queima de enxofre dentro das casas (para 'limpar o ar', matar possíveis transmissores da doença) também aconteceu, enxofre que havia sido usado para combater a febre amarela nos idos de 1889. Durante todo o período epidêmico também não faltaram as orações para São Sebastião, o protetor contra a peste, e textos onde a doença aparecia como um castigo divino enviado contra a humanidade descrente ou pecadora, reproduzindo um temor secular que sempre assaltava os homens nas calamidades. (**Commercio de Campinas**, 31/10; 6 e 23/11; 3/12/1918) [17].

Entre os medicamentos 'comerciais' ou 'oficiais' mais anunciados pelos jornais campineiros, além do quinino, largamente utilizado por todos, estava o *Transpira-dor* preparado por uma filha da terra, a farmacêutica Nair Bueno Bierrenbach. (**Commercio de Campinas,** 18/10/1918; **Correio de Campinas**, 25/10/1918)

Mas, com a desorganização geral da vida coletiva que a epidemia trazia, muitas vezes quem não morria da doença epidêmica era vitimado por uma de suas conseqüências mais tenebrosas: a fome. Jornais do Rio de Janeiro denunciavam a situação desesperadora dos distritos mais pobres da Capital Federal com a carestia e o fechamento de estabelecimentos comerciais [18]. Em Campinas para minimizar a situação e coibir o abuso nos preços dos gêneros de primeira necessidade, a prefeitura da cidade vendeu frangos e ovos a preços módicos em uma das dependências do Mercado Municipal e intensificou a fiscalização do comércio de diversos produtos, principalmente do leite.

Ainda com o objetivo de evitar uma devastação de maiores proporções e também de preparar a cidade para as piores conseqüências da epidemia, outras providências foram tomadas. Houve aumento no número de pessoas trabalhando no setor de limpeza pública de Campinas — a salubridade colaboraria para a saúde da comunidade. No cemitério, onde as visitas estavam proibidas, muitas covas foram abertas, devido ao receio do aumento da mortalidade ... que como em 1919 afirmou aliviado o prefeito Heitor Penteado "(...) não foram precisas felizmente" [19]. O mesmo acontecendo quando locais organizados para atender os doentes começaram a encerrar suas atividades: no Hospital Corrêa de Mello, livros de registros preparados para uma longa lista de enfermos (e de gastos) não passaram do preenchimento das primeiras páginas [20]. Não se repetira a catástrofe da febre amarela. Entre outubro e dezembro de 1918, 6.707 moradores da cidade de Campinas haviam adoecido de gripe espanhola e mais 610 pessoas dos distritos e zona rural do município; a mortalidade total, considerada "diminuta", foi de 209 indivíduos, segundo os números do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo [21].

Ao concluir seu relatório sobre a epidemia de gripe espanhola, o prefeito de Campinas, mesmo não conseguindo escamotear o rastro de desorganização social, tristeza e medo que a influenza espanhola deixara na localidade, exaltava as virtudes das pessoas que trabalharam durante a epidemia e que haviam contribuído para que "não se avolumasse o mal" [22]. Quanto a educação informal e cotidiana dos campineiros sobre catástrofes epidêmicas foi decisiva naquele período crítico de 1918 ? Quanto o alerta representado pela lembrança da febre amarela teria colaborado para o empenho daqueles homens ? Mesmo considerando apenas os artigos dos jornais de Campinas, muito com certeza.

---

[1] Cf.:SANTOS FILHO, L.C.;NOVAES, J.N. **A febre amarela em Campinas 1889-1900**. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1996
[2] BERTUCCI, L.M. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Ed.Unicamp, 2004, p.90-92
[3] BERTUCCI, op.cit, p. 92-100
[4] Neste texto ciência e medicina referem-se a alopatia. Sobre as discussões médicas, que envolviam também homeopatas, veja: BERTUCCI, op.cit., p.197-220 e 313-338
[5]DELUMEAU,J.**História do Medo no Ocidente** São Paulo:Companhia das Letras,1990,p.125-127
[6] Cf.: BERTOLLI FILHO, C. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.89-95
[7] MEYER, C.L. e TEIXEIRA, J.R. **A grippe epidemica no Brazil e especialmente em São Paulo** São Paulo: Casa Duprat, 1920 ,p.179
[8] Estas terríveis conseqüências da gripe espanhola também ficaram na memória de várias pessoas de outras localidades brasileiras. Entre outros: BOSI, E. **Memória e sociedade** São Paulo: T.A. Queiroz, 1983
[9] LE GOFF, J. Memória e história. In: **Enciclopédia Einaudi** Porto: Imprensa Nacional/Casa, 1984
[10] Sobre os temas memória, experiência/vivência, veja: BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. BENJAMIN, W. Sobre alguns temas de Baudelaire. In: **Os Pensadores** São Paulo: Abril Cultural, 1975, v. XLVIII. GALZERANI, M.C.B. "Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin".In: FARIA; DEMARTINI; PRADO (orgs.) **Por uma cultura da infância** Campinas: Ed.Autores Associados, 2002, p.49-68
[11] **Actas das Sessões da Câmara Municipal de Campinas** 26/10/1918, p.50
[12] PASSOS, B.da C. **Registro Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (1873-1960)** Campinas: Gráfica Saraiva, 1966, p.209
[13] **Diário do Povo**, 24/11/1918. **Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura municipal de Campinas, durante o exercício de 1918 pelo prefeito Dr. Heitor Penteado** Campinas: Typ. Livro Azul, 1919, p.15-16
[14] PASSOS, op.cit., p.210. **Relatório dos trabalhos** ..., p.17
[15] **Relatório dos trabalhos** ..., p.54
[16] **Relatório dos trabalhos** ... Zelador do Bosque Municipal. **Diário do Povo**, 30/10/1918
[17] Sobre castigo divino: DELUMEAU, op.cit., p.144-150. DEFOE, D. **Um diário do ano da peste** Porto Alegre: L&PM, 1987. Sobre as práticas populares de cura, comuns em outras cidades durante a gripe espanhola, confira: BERTUCCI, op.cit. p. 220-246. BRITO, N. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.IV, nº 1, p. 11-30, mar./jun. 1997
[18] BRITO, op.cit., p.22-23
[19] **Relatório dos trabalhos** ..., p.17. Ofício administrador cemitério municipal
[20] Veja: Hospital Corrêa de Mello. Mantido pela Prefeitura - **Registro do pessoal e inventário de objectos** ... etc. Aberto em 1º de novembro de 1918.Fechado em dezembro de 1918. Hospital Corrêa de Mello. Mantido pela Prefeitura -**Registro dos enfermos na epidemia de Gripe Espanhola**. Aberto em 1º de novembro de 1918. Fechado em dezembro de 1918
[21] Cf: MEYER; TEIXEIRA, op.cit., p.179-187
[22] **Relatório dos trabalhos** ..., p.18

A Revolução, o Intelectual, a História.

Lidiane Soares Rodrigues

Mestranda – DH-USP.

A Revolução Burguesa no Brasil , obra magna do Florestan Fernandes tem em seu interior diferenças profundas: em termos de enfoque, de ênfase, de perspectivas teóricas, compõe um todo que em suas partes se nota as diferenças entre o propósito inicial e final do autor –em razão da escrita contígua ao longo dos oito anos em que foi concebida. Entretanto, há um elemento que parece lhe dar unidade: a História. Não se trata, como bem adverte Gabriel Cohn de fazer historiografia, não é relevante o "acontecimental". O material histórico é central no trabalho, no sentido de *"tornar explícito o papel que certas configurações históricas decisivas assumem na constituição dos grandes grupos sociais e das relações entre eles, e na definição do formato da sociedade em seu conjunto."*[i] Segundo esta perspectiva, para a compreensão do objeto de que trata esta obra, a história é fundamental. Entretanto, ela perpassa a obra como um todo, enquanto alicerce, tanto do sujeito quanto do objeto desta obra. Vejamos.

Como categoria central da História, o tempo é o meio pelo qual os processos são problematizados. No entanto, a História não pode ser pensada exclusivamente em relação ao tempo, pois, se as unidades de tempo que não se repetem, não se pode, por conta disso, definir a história como a ciência dos acontecimentos únicos e singulares. O autor expõe o critica a absoluta singularidade que se quer atribuir ao "histórico":

"Trata-se, no fundo, de considerar 'histórico' somente o que ocorre sob o marco do 'aqui e agora', como se a história fosse uma cadeia singular de particularidades sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de padrões de civilização comuns. Ora, acontecimentos com esse caráter, apesar de 'singulares' e 'particulares', podem não ser históricos*. O que é ou não é histórico determina-se ao nível do significado ou da importância que certa ocorrência... possua para dada coletividade, empenhada em manter, em renovar ou em substituir o padrão de civilização vigente.* Tomado nesse nível, o histórico se repete*, impondo-se que se estabeleçam como essenciais as polarizações dinâmicas e que orientem o comportamento individual ou coletivo dos atores... Sob esse aspecto*, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil. *Esse*

padrão, pelo menos depois da Independência, *envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida, imperantes no chamado* mundo ocidental moderno*."* [ii]

Nessa perspectiva, o que define o estatuto de histórico não é, a singularidade, uma pois o histórico pode ser aquilo que se repete. Ele é posto no significado que vêem a ter os fatos para determinada coletividade empenhada em determinada tarefa histórica. E diante disso, o histórico o leva aos *dilemas constitutivos* da modernidade no Brasil. Vale observar que nesse caso, o referencial determinante do que se chama repetição é a categoria do tempo. A questão ficaria mais complexa quando os tempos de espaços distintos fossem confrontados. No trecho acima, o autor recusa o histórico, enquanto puro "agora" e enquanto puro "aqui", fazendo referência ao fato de que em nome do histórico enquanto singularidade, nem o tempo único nem o espaço peculiar justificam que não se estabeleça elos entre "fatores que associam povos distintos através de padrões de civilização comuns".

Esta definição do estatuto do histórico opera como raciocínio mediador que lhe possibilita expor sua perspectiva sobre os usos e abusos, que geraram controvérsias infindáveis no debate político e intelectual acerca da modernidade brasileira, em torno do que se concebe por Revolução Burguesa. A crítica incide, em primeiro lugar, sobre a perspectiva que recusa a idéia de Revolução Burguesa no Brasil, por entender com isso que se pense numa repetição da história, segundo um modelo que em verdade é irrepetível. Responde o autor, que se a história do Brasil não pode ser concebida como repetição "deformada e anacrônica" da história das economias centrais, isso não significa a impossibilidade de uso do conceito:

"Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura... É dessa perspectiva que ... 'Revolução Burguesa" aparece no horizonte da analise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil.*"*[iii]

Aqui estariam estabelecidos os níveis de que falávamos: a repetição se coloca como relevante, na medida em que certo padrão de civilização é absorvido; e a

singularidade se coloca no *plano da forma* pela qual essa absorção se processa. O fundamental está em que esse procedimento se presta a um esforço último de elaboração de um modelo típico para o desenvolvimento capitalista periférico, considerando que ele se constituiu enquanto parte constituinte do mesmo processo que nos países centrais originava a modernidade. Dessa forma, ele afirma:

"O que a parte dependente da periferia... 'repete' com freqüência aos 'casos clássicos', são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil... a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc. Isso garante uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria capitalista*... No entanto, a essas uniformidades* –que não explicam a expropriação capitalista inerente à dominação imperialista e, portanto, a dependência e o subdesenvolvimento –*se superpõem* diferenças fundamentais*, que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, articulando no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas.... é a estas diferenças que cabe recorrer, para explicar a variação essencial e diferencial, isto, é,* o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente*."*[iv]

Atentemos: através das chamadas "diferenças fundamentais" é que se pode chegar ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente. Diante disso, compreendemos a relevância das "repetições", no eixo nacional, e das "diferenças fundamentais", no que tange às economias centrais e periféricas.

À luz de tais considerações compreendemos o estatuto do histórico enquanto singular e enquanto repetição, com referência aos tempos que constituem o que acima chamamos de dilemas constitutivos de nossa modernidade, pois as "*impossibilidades históricas formam... uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subseqüentes.*" [v] Por não haver ruptura com o passado, sua conformação acaba por ser histórica, *"a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da 'conciliação'*."[vi] Portanto, aqui, perscrutar o que se repete e o que se singulariza não têm a mesma função, quando o referencial são as economias centrais. Se, em relação às economias centrais, a diferença é fundamental, no que tange às etapas de nosso desenvolvimento capitalista, as repetições são mais salutares. Trata-se de compreender como o passado engolfa o presente, engendrando o círculo vicioso que se prolonga e se perpetua no tempo.

Como a perspectiva da repetição ou da diferença se apresenta no eixo nacional como permanência ou ruptura, compreende-se a atribuição do estatuto histórico àquilo que se repete, ou permanece, pode ser de grande valia teórica, pois o enfoque não estará colocado *isoladamente*, nem sobre o elemento novo, inédito, nem sobre o elemento arcaico, antigo, como signos, respectivamente, da ruptura ou da permanência. Antes, a preocupação maior, estará na *relação* histórica estabelecida entre eles.

O procedimento que aponta nesse sentido, é dado pelo próprio sociólogo: trata-se do esquema de explicação das formas sociais, *"segundo o qual as fases de desagregação e colapso de uma forma social são essenciais para o aparecimento e a constituição da forma subseqüente"*.[vii] Tal procedimento, adequado a tantos outros contextos, no caso brasileiro, é especialmente profícuo, pois nossa experiência social é a de permanências, a despeito de rupturas. O que equivale a dizer, os elementos que a forma social em desagregação "deixa" resultam em "rearranjos" com os elementos típicos da forma social subseqüente. Desse ângulo, tanto ruptura quanto permanência adquirem relevância histórica, pois a permanência é historicamente constituída.

Se o objeto da história assim está configurado pelo sociólogo, como fica configurada a historicidade estabelecida entre o sujeito e o objeto da obra? Segundo o próprio autor, esta obra nasce como uma *"resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em março de 1964"*[viii]. A presença marcante da História na concepção da obra não escaparia aos seus comentadores, e Nilo Odália chega mesmo a afirmar que ela neste caso, a "*História que impõe sobre o autor seu peso e suas regras"*[ix], pois na origem da obra, estão as *"vicissitudes de cidadão e homem, de uma sociedade, cuja precariedade institucional dramatiza o que, em circunstâncias diversas seria tão apenas um situar-se no mundo."* [x] Mas para além do "drama" que os conhecidos desdobramentos de 1964 imprimirão ao autor, interessa-

nos a relação epistemológica construtiva, posta pela historicidade e pelo presente, entre o sujeito e o objeto de uma obra concebida sob tais circunstâncias.

A obra em questão foi escrita em anos em que o autor esteve fora do campo institucional universitário, o que é aliás patente no prefácio à segunda edição, em que o autor se lança numa relação historicamente marcada com o objeto do livro, reconhecendo sua condição de socialista e sociólogo: "*Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante*".[xi] E ainda parece querer marcar como esta distinção pode incide no seio da obra. Em suas palavras: "*Quanto a mim, como socialista militante que se formou, ao mesmo tempo, como sociólogo 'profissional', não procurei nesse livro... submeter as influências socialista a qualquer censura cega ou a uma seleção negativa*"[xii]. Há aqui uma espécie de auto-permissão, que o autoriza a não ter de censurar a presença de sua posição política. Por isso seria potencialmente heurístico indagar acerca das implicações epistemológicas de um sujeito que se filia a seu objeto, reconhecendo-se também histórico, delimitado e determinado como ele.[xiii]

A resposta pode ser encontrada em outro texto, cujo tema, não por acaso tangencia a História. Trata-se da Introdução que o sociólogo elaborou para o volume *K. Marx e F. Engels,* da Coleção Grandes Cientistas Sociais.[xiv] Da avaliação das trajetórias intelectuais "não institucionais" dos autores, conclui, atentemos, em termo genérico: "*... o cientista que se coloca fora da ordem estabelecida por causa de sua vinculação com o proletariado também* fica acima das deformações *que ela impõe à pesquisa científica*".[xv] Qual seria, então, o *fundamento histórico* para, ao se referir a si mesmo, reconhecer a condição de sociólogo e socialista; bem como, ao se referir a Marx e Engels, atentar para a necessidade de se colocar "fora da ordem" –ambas observações apontando para tais condições como construtivas do conhecimento? Segundo ele,

"O que interessa, aqui, é que o centro de gravidade de uma posição de classe por ser a posição de uma classe revolucionária em ascensão histórica*, assegurava ao cientista social uma extrema autonomia. Ele não precisava curvar-se às deformações, porque uma classe social revolucionária não pode travar e vencer seus combates freando a contribuição da ciência ao alargamento e ao aprofundamento de sua consciência histórica e de sua capacidade de ação coletiva histórica".*[xvi]

O fundamento histórico se coloca então no plano da ligação do intelectual com a classe em ascensão histórica. É esta condição de ascensão histórica que confere à vinculação com a classe, autonomia científica, liberdade intelectual, e demanda de avanços. Nesse sentido, a História, enquanto curso e direção do presente, media a relação do cientista com seu objeto e projeta as conclusões científicas para o campo da necessária autonomia intelectual criativa. A contemporaneidade entre objeto e sujeito do conhecimento se coloca aqui enquanto relação epistemológica construtiva. Pois não se trata apenas de uma filiação empática com a classe em ascensão histórica, mas de tal ascensão como referencial teórico. Sendo contemporâneos, sujeito e objeto se encontram na história viva de seu presente, de tal modo que o presente em curso é esclarecido pela movimentação do intelectual no e com seu objeto, e projeta-o tanto ao passado quanto ao futuro. Sobre isso, afirma Florestan, ainda a propósito de Marx e Engels:

"A revolução burguesa gerara uma nova geração de historiadores, capazes de descrever as classes e de entender o significado histórico da luta de classes... K. Marx e de F. Engels não só se imbricam nessa orientação investigativa. Eles a suplantam... porque projetaram a pesquisa histórica sobre a formação e o desenvolvimento da nova classes revolucionária e sobre o presente in flux*, buscando* na luta de classes uma chave para interpretar o futuro em perspectiva histórica*. De um golpe, eles eliminam o arraigamento estático da história, que excluía o sujeito investigador do circuito histórico e convertia o passado em um santuário de arquivos e documentos. Essa nova história, que é psicologia em uma face, economia e sociologia em outra,* era tão avançada para sua época –e para a nossa –*que ainda hoje não foi inteiramente compreendida e aceita como o grande marco da instituição da histórica como ciência."*[xvii]

Segundo essa perspectiva, os marcos científicos da História estão dados por uma revolução na relação entre sujeito e objeto. Além disso, o sujeito do conhecimento histórico, lançado à história, que é seu objeto, e fundando a história como ciência moderna indica que esta é ciência do presente e não do passado, e que por sua vez, enquanto sujeito dela, ele lança seus olhos ao futuro. E entre o passado

e o futuro, o presente, lançando-o para frente *ao mesmo tempo* que o prende para trás.

Nestas considerações estão os elementos fundamentais de nossas preocupações acerca da obra: a revolução, o intelectual, a História, e o presente, como mediador desses elementos, possuem. Em outras palavras, entre o passado e o futuro, portanto, o presente, o intelectual, a História, e os dilemas entre a possibilidade de uma nova repetição e a esperança de uma *outra* revolução. Nosso objetivo é observar como a perspectiva histórica pode se prestar ao tratamento dos dilemas do presente, enquanto "circuito fechado" pelas cadeias que o ligam ao passado e à permanências e enquanto "curto circuito" que entra em convulsão e se abre para um futuro-mudança.

Bibliografia citada

COHN, Gabriel. "Florestan Fernandes – *A Revolução Burguesa no Brasil*". In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan."Introdução". In.: FERNANDES, Florestan (org. e introdução). *K. Marx. F. Engels: história.* São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

ODÁLIA, Nilo. "Um marco na historiografia brasileira". In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987.

---

[i] COHN, Gabriel. "Florestan Fernandes – *A Revolução Burguesa no Brasil*". In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999, p.399.
[ii] FERNANDES, F. Op. cit., p. 17 –grifos meus.
[iii] Idem, p.20.
[iv] Idem, p. 291-292 –grifos meus.
[v] Idem, p. 201-202.
[vi] Idem, p. 201-202.
[vii] Idem, p. 22.
[viii] Idem, p. 3.
[ix] ODÁLIA, Nilo. "Um marco na historiografia brasileira". In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987. p. 237.

[x] Idem, p. 238.
[xi] Idem, p. 4. Não cabe aqui investigar o que conteúdo do que vem a ser o "socialista frustrado". O foco da menção é o assumir das duas condições.
[xii] Idem, p. 6.
[xiii] Especificamente este trecho requer que reconheçamos a precariedade em função dos estágios iniciais da pesquisa, embora haja outros. Mas, para que isso não sirva de expediente para afirmações imponderadas, preferimos expor aqui e sujeitar à crítica.
[xiv] FERNANDES, Florestan. Introdução. In.: FERNANDES, Florestan (org. e introdução). *K. Marx. F. Engels: história.* São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
[xv] Idem, p. 20. Três ponderações imperativas em relação ao uso desta afirmação. Em primeiro lugar, ela poderia ser refutada para a finalidade de se compreender o próprio Florestan Fernandes enquanto intelectual. No entanto, chamamos atenção, para o fato de que, no texto de que ela foi extraída, as pontuações acerca da especificidade e da generalidade das afirmações são nítidas. Há portanto, considerações que se destinam às trajetórias de Marx e Engels especificamente. Há outras, no entanto, como é o caso desta, em que a generalização fica patente. A segunda observação diz respeito a uma possível acusação de que estaríamos usando as afirmações do autor acerca da sociologia do conhecimento, para análise dele mesmo. Não se trata disso. Não há um método ou uma teoria, em termos de sociologia do conhecimento, em Florestan Fernandes. O uso se justifica pela forma como ele será concebido. Como dissemos, o objetivo último de nosso trabalho é encontrar a elaboração prescritiva do autor acerca do papel político do intelectual. Isso significa que a asserção é usada como forma de obtermos orientação de valor do autor, no que tange ao comprometimento do intelectual com uma classe. Na última parte do trabalho, quando "amarramos" a exposição, o uso da consideração de Marx é fundamental nesse sentido, e fica clara essa espécie de uso que fizemos. Em terceiro lugar, a titulo de precaução, deixemos claro: não pretendemos com o uso das reflexões de Florestan acerca de Marx e Engels nos filiar a perspectiva de que Florestan seja marxista neste livro. Antes, reconhecemos matrizes sociológicas diversas, e o enquadramento "marxista ou não" não é o enfoque central de nossa exposição.
[xvi] Idem, ibidem, grifos meus.
[xvii] Idem, p. 14-15.

NO EMBATE DA MODA: A CONSTRUÇÃO DO MASCULINO E DO FEMININO NO SÉCULO XIX SOB OS OLHARES DE BAUDELAIRE E FEYDEAU

LILIANE EDIRA FERREIRA CARVALHO

Quero provar que é preciso ser homem
para saber vestir as mulheres.
(FEYDEAU, 1873: 13)

Com a poeira levantada pelas Revoluções Francesa e Industrial, uma nova estética masculina foi forjada, no século XIX, pautada numa moral burguesa do trabalho. A "grande renúncia masculina" se faz conhecer. Após séculos em que a masculinidade se fez representar pela moda, o homem dito civilizado a nega, pejorativamente limitando-a ao universo feminino e execrando sua influência na sociedade. Sendo a França, com a Alta Costura, o pólo disseminador de modas no século XIX, procurou-se analisar o discurso masculino sobre o feminino. Discurso esse enredado a muitas mãos, sendo que aqui se privilegiou as tramas de apenas dois autores, ambos franceses, que escreveram sobre a moda, a beleza e o feminino na segunda metade do século XIX.

Buscou-se em Charles Baudelaire e Ernest Feydeau[i], perceber como a mulher e a moda são articuladas em seus discursos, dentro do contexto da "grande renúncia" que caracterizou a estética masculina e deixou às mulheres a "futilidade" da moda. É a partir da forma como falaram sobre a moda, a relevância que deram ou não as suas minúcias e a maneira como trabalharam o feminino em articulação com os valores de belo do período, que se percebeu de que modo teceram seus discursos sobre a feminilidade. Afinal, *o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades seus nós de coerência, sua inserção no real* (FOUCAULT, 2003: 28).

Os discursos masculinos sobre a moda e o feminino na segunda metade do século XIX, são aqui percebidos através das obras de Baudelaire (1997) e Feydeau (1873): o primeiro representado na forma de um artigo crítico da arte de Constantin Guys, originalmente escrito em 1859. Já o segundo, através de um livreto dedicado às mulheres elegantes intitulado "A arte de agradar", onde Feydeau inicia falando que gostaria de criar um jornal de modas *que não seria acompanhado de figurinos, nem serviria para anúncio, seria concebido e executado mais para o fim instrutivo do que comercial e sob forma exclusivamente literária* (1873: 05).

Quando Baudelaire escreve sobre as obras de Guys é com seu arcabouço cultural que dialoga, com os valores de sua época. Em verdade, o que nos importa não é tanto o que está representado nas pinturas, mas os sentidos que Baudelaire, assim como Feydeau, emprega em suas explanações, permitindo que vislumbremos os diferentes discursos correntes em sua época. Feydeau, não podendo fundar um jornal, escreve no livro suas propostas para ele, propondo-se a refazer a educação das mulheres, formar e desenvolver seus gostos e ensiná-las a tratar de sua delicada pessoa, *vesti-las de modo a fazer valer mais alguma coisa e pôr-lhes à luz as suas vantagens, impedir que caiam no ridículo e que evitem os caprichos do vestuário* (1873: 09). Dono de uma postura de superioridade em relação ao que chama de "o belo sexo", que ele espera salvar do ridículo, Feydeau se acredita apto a *pregar às mulheres a arte de não se enfeiarem,* afirmando ainda, *sei que é penoso dizer-se isso, mas não é inútil, embora saiba que enfeiam-se algumas vezes com o louvável desígnio de agradar-nos, o que de tal modo comove-me, que quase choro.* (1873: 09).

Apesar de distarem algumas décadas, as obras desses dois escritores permitem que se beba, na taça do tempo, os enunciados que fundamentavam sua sociedade. A partir das posturas que tomam ao falar da relação da mulher com a moda, pode-se confrontar valores, permitindo que se perceba, através das contradições, que os discursos são construídos cultural e socialmente, não sendo, portanto, naturais. Nesse sentido, os discursos foram percebidos como indícios de um jogo complexo de relações - posto que são construídos socialmente dentro de contextos históricos e sociais específicos – que participam da fundamentação ou forja das identidades sociais, individuais e de gênero.

Falando sobre a moda e a beleza, Feydeau e Baudelaire ajudaram a constituir os discursos sobre a feminilidade e, conseqüentemente, sobre as identidades de gênero, pois o masculino e o feminino são forjados nas fronteiras onde se encontram e travam relações. A beleza e a feminilidade, muitas vezes construídas visualmente através de escolhas apoiadas nos valores da moda, põem-se como modos de organização das relações sociais, pautadas nos discursos que permearam o século XIX, sendo passíveis de transformações e redefinições.

Para entender a relação que a moda estabelece na hierarquização da sociedade é preciso antes entender um pouco da sua dinâmica. Construída historicamente, a moda é percebida como expressão do desejo do novo, caracterizado pelas mudanças e transformações que desconstroem as

velhas ordens, buscando constantemente novas formas estéticas para o estabelecimento de novas possibilidades de identificação. Para Baudot (2000), moda e movimento são palavras indissociáveis. Moda é mudança que, negando o passado, pauta-se como expressão de novos valores e aspirações sociais, materializando-se nos mais diversos suportes. Comunicando visualmente, a moda é linguagem. Sua materialidade permite que se façam leituras a partir de signos e significados, que a compõe como linguagem, que são construídos e reconstruídos ao longo das interações entre os sujeitos (BARNARD, 2003).

Dessa forma, a roupa e sua atualização são questões culturais, condicionadas pela época, pelos valores de uma sociedade, por seus mitos, crenças e produção intelectual. Nesse sentido, o corpo, percebido como um suporte para a moda, tem sua aparência pautada pela cultura. Sant'Anna afirma que "toda aparência constrói significados próprios ao grupo que a constituiu" (2003:77). Entendida como agente histórico, a estética participa da criação de sentidos, que por sua vez interagem nas relações humanas fundamentando identidades. Assim, é na aparência dos corpos vestidos, ou não, que a moda irá imprimir os diferentes matizes que permitem a visualização das relações paradoxais de uma época.

Neste contexto de definições, a Moda se expressa nos corpos não só através das formas, cores e texturas dos tecidos, mas pelo porte de atributos sutis que condicionam a pertença social. Fundamentada em exclusões e inclusões estéticas, que participam das relações de inclusão e exclusão sociais, a Moda pode ser percebida dentro da lógica dos discursos, que relacionam os indivíduos e constroem identidades, condicionados pelos valores culturais, morais e políticos de uma determinada sociedade. Assim, é possível ler, nos discursos de moda de uma época, como são pensados os indivíduos, suas relações e interações, como se articulam os gêneros e as sexualidades, as classes sociais e as pertenças políticas. Para Foucault, um autor não dever ser percebido como um indivíduo que apenas escreveu ou pronunciou um texto, mas como *princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência* (2003: 26). Dessa forma percebido, um autor é quem sistematiza as idéias que permeiam o social e, ao criar seus discursos, trabalha a coerção e a restrição.

Segundo Gilda de Mello e Souza (1987), o vestuário masculino sofre, no século XIX, um despojamento crescente até chegar ao ascetismo. Em contrapartida, o vestuário feminino, passada a onda de simplicidade pós-revolucionária que marcou o final do século XVIII e início do século XIX, foi gradativamente enchendo-se de rendas, babados, fitas e bordados. Na moda, os homens se despediram, gradualmente, das fantasias estéticas, em seus discursos alçando-se a uma categoria superior em que sua roupa teria alcançado o mais alto grau de funcionalidade de uma civilização, equiparável a sua própria posição no mundo natural: ser superior entre todas as criaturas, com capacidade para dominar a natureza. Mas, no que se refere a moda feminina, assumiram a postura de dizê-las irracionais, fantasias absurdas e anormais que comprovam, por si só, a natureza insensata das mulheres. Cabia, assim, ao homem, no alto de sua superioridade racional, dizer às mulheres o que vestir e como vestir, da mesma forma como já faziam em tantos outros meios em que detinham o domínio.

Como homem do século XIX, imbuído das relações e conceitos que naquele momento se estabeleciam, Feydeau entendia que a moda era considerada assunto feminino, portanto de "menor importância", sua futilidade e efemeridade destinada às preocupações femininas. No entanto, legitima sua autoridade para falar de moda e beleza exatamente por considerar que a moda serve às mulheres em sua maior busca, a conquista do coração dos homens. Em sua lógica, sendo ele um homem e sendo para os homens que se destina a preocupação estética feminina, nada mais certo do que ele mostrar como a mulher deve se vestir: *por mim prefiro vê-las respeitar-se um pouco mais e daí nasceu a idéia que tive e que ainda hoje tenho de iniciá-las e ajudá-las.* (1873: 09)

Baudelaire e Feydeau beberam seus conceitos na taça comum dos valores de sua época. A maneira como dispõe as mulheres, como delas falam, elogiando-as por suas belezas e desprezando-as por sua condição de "animal estúpido", permite que retratemos as relações entre masculino e feminino que se estabeleceram em sua sociedade. Fala-se aqui de masculino e feminino, porque ambos são constantemente resignificados no confronto diário, nas fronteiras em que ambos se espelham para melhor se constituírem. Sintomático de uma era de industrialização pautada no racionalismo e cientificismo associado ao masculino, o discurso sobre o feminino se faz no contraponto entre razão e emoção, força e sensibilidade, civilidade e barbárie - esta última pensada em termos de natureza –

onde o masculino descaracteriza o feminino como modelo, impingindo a ele um controle que tende a dominá-lo, subjugá-lo, como a própria natureza deve ser controlada.

No século XIX, a casa burguesa privilegia o casamento para as mulheres, onde do domínio paterno passam ao marital: isso as deveria impedir de cometer as loucuras próprias de sua espécie. O bom nome das famílias, o reconhecimento de sua excelência em educação e controle - e em reflexo direto do controle de seus negócios – passa pela maneira como suas filhas e esposas são vistas e representadas socialmente. A moda, neste sentido, participava como *ethos*, articulador das relações entre indivíduos, homens e mulheres.

Baudelaire e Feydeau, assim como Balzac, Alencar e Machado de Assis, são apenas alguns dos homens que usavam falar do vestuário feminino, suas modas e gostos, para caracterizar as relações entre indivíduos e pertencimento social. O farfalhar misterioso do tafetá das saias, ajudava a conceituar uma sensualidade latente coberta por tecidos que protegiam o decoro, ao mesmo tempo diferenciando as mulheres, pelo som, dos homens em seus monótonos trajes. No brilho sedoso das sedas, nos olhares baixos que se escondem, nas fitas e cetins ou nos peitilhos bordados, um mundo de mensagens codificadas permite aos homens, pelo menos os mais atentos, entender e se comunicar com as mulheres. Formando, segundo afirmam, um todo indivisível, a mulher e a moda se complementam e definem.

Ídolos estúpidos, as mulheres, para Baudelaire e Feydeau, são seres que nada tem a dizer. Eles as categorizam constantemente, tecendo em torno delas tramas de conceitos que as definem como femininas ou não, jovens ou velhas, belas ou feias, louras ou morenas, casadas ou solteiras, elegantes, “galantes” ou “prussianas” - aqui uma redundância, posto que, segundo Feydeau, as “prussianas” são mulheres que não se respeitam.

Sempre divididas entre dois patamares distintos, tênues são as fronteiras que separam as categorias a que pertencem as mulheres. Essas fronteiras de demarcação servem para que se saiba como devem ser tratadas: com respeito e admiração, ou escárnio e deboche. São mulheres de família e casadoiras, ou meretrizes sujas dos bordéis fétidos. Cabe aos homens, segundo se pôde perceber, manter as fronteiras que dividem o decoro da devassidão. O que se percebe nos discursos é a diferenciação entre masculino e feminino a partir da relação natureza e cultura. Assim o luxo, o

excesso, a busca constante pelas novidades da moda nas variadas formas, os tecidos com suas muitas possibilidades de cores e texturas, são relacionados à moda feminina – preocupação fútil com o parecer característico de sua associação com a natureza – indomável, extravagante ou luxuriosa. A associação mulher/natureza serve em justa medida para forjar o contraponto homem/razão.

Vestindo-se para agradar aos homens, perdidas em fofos e laçarotes, essas mulheres, segundo os autores, são insensatas e irracionais, podendo, sem o amparo de que necessitam, perderem-se nos excessos da moda que, como elas, feita do mesmo sopro vital, busca o belo, a novidade e os olhares para si. Mas, o fio que separa a beleza da feiúra ou a elegância do ordinário, é muito tênue. Cabe aos homens trazê-las a razão. É neste sentido que correm os discursos, onde vemos que as mulheres, sempre prontas a seduzir, desde as prostitutas até as mocinhas no teatro com seus colos precoces, só se diferem entre si por terem um homem que lhes guie, que as tirem dos excessos de que sua natureza se alimenta; que cale suas paixões, posto que estas podem levá-las a atravessar a fronteira em que as mulheres elegantes e as "galantes" se confrontam e se forjam. Dessa forma, numa relação de ambigüidade com a moda, as mulheres se comunicam com o mundo, dizendo de si e dos seus, ao imprimirem em seus corpos as mensagens estéticas fundamentadas nos valores criados pela sociedade de que fazem parte.

Nas fronteiras entre o sublime e o mundano, trabalham os dois autores. Baudelaire buscando uma beleza social, trabalha as mulheres num contexto mais amplo. Feydeau concentra a beleza em um corpo particular que corresponda aos quesitos que, ele acredita, devem agradar a todos os homens. Mas tanto para Baudelaire, quanto para Feydeau, a beleza e a moda expressam o universo feminino e ajudam na sua categorização social. Para os autores, a natureza feminina, apaixonada, insensata e irracional, deve ser controlada. Em Feydeau isso é explícito: belas ou feias, tudo depende da maneira como são insensatas e não distinguem o que lhes favorece. Apesar de querer agradar, são como crianças sem juízo que trocam um brinquedo novo pelo outro, buscando serem as mais belas, as mais desejáveis, as mais amadas. Mas, tudo que fazem é para corresponder aos papéis sociais que se lhes destinam: casarem, terem filhos e serem respeitáveis.

Em Baudelaire, a necessidade de controle sobre o feminino pode ser lida na maneira como divide os grupos sociais, na forma como as prostitutas são masculinizadas, na maneira como os

cigarros e os charutos, símbolos fálicos do universo masculino, ocupam toda a extensão de suas pequenas bocas; no tédio dos bordéis, onde o álcool as consome em mais um dia de melancolia ou na forma como balançam as crinolinas, tão representativas do decoro vitoriano burguês que parecem rir de suas presunções. Já as elegantes, são jovens e delicadas, ensaiando os primeiros olhares sedutores, ou são senhoras bem casadas, que passeiam com seus maridos lentamente, sem pressa, nos jardins públicos, parecendo dizer a quem as vê que foram sensatas o suficiente - ou bem dirigidas em suas escolhas – a ponto de terem feito um bom casamento.

Dois mundos femininos tão próximos e tão afastados. Mundos em que os homens do século XIX circulam, interagindo com ambos sem prejuízo de seu valor moral. Conhecedores desses dois mundos, discutem os meios de preservar suas mulheres e filhas de serem associadas com aquilo que sua sociedade entende como o mais vil: a natureza sem controle. Para os burgueses, assim como os bem tratados jardins de suas mansões – onde a natureza é domesticada, esquadrinhada e selecionada tornando-se desejada e encantadora – refletem os valores de civilidade, controle e decoro, também suas mulheres - flores a seu modo e dotadas das mesmas paixões sem medida e controle que a natureza – devem ser podadas, regadas com atenção, protegidas dos ardores e separadas das ervas daninhas que as podem corromper.

A distinção dos espaços de circulação feminina podem ser, dessa forma, condicionadas pelos homens. Eles, dotados de natureza racional, podem e devem, segundo acreditam, intervir para proteger o feminino de seus instintos naturais, pois estes poderiam levar, não só a elas, mas o bom nome familiar, à ruína, por não coadunarem com os princípios de moral e decoro próprios de sua condição civilizada. Assim, nos discursos, o masculino e o feminino se chocam e se fundamentam nas fronteiras que os separam e, por conseqüência, os definem. As mulheres, pensadas em termos de uma natureza que deve ser domada, precisam de um homem, ser racional, que o faça. A autoridade de falar sobre moda às mulheres, vem do imperativo de não deixá-las relegadas à própria sorte, posto acreditarem-nas serem demasiado insensatas para distinguir o que lhes favorece, e demonstra seu pertencimento social, ou o que lhes assemelha às “galantes”, pobres e masculinizadas pela necessidade de prover a própria sobrevivência.

Em Baudelaire, assim como em Feydeau, os sentidos que empregam em suas explanações, permitem que se vislumbre os diferentes discursos correntes em sua época, pinçados e amalgamados em seus próprios discursos.

---

1 Charles Baudelaire participa deste trabalho com sua obra "Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna", publicada originalmente em 1859. Já a obra de Ernest Feydeau, "A arte de agradar", foi publicada no Brasil em 1873.

BARNARD, M. **Moda e comunicação.** [trad. Lúcia Olinto] - Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
BAUDOT, F. **Moda do século.** [trad. Maria T. R. Costa] - São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
BENSTOCK, S.; FERRISS, S. (Orgs). **Por dentro da moda.** Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
BOLLON, P. **A moral da máscara.** [trad. Ana M. Scherer] - Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Vol 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano.** Vol.1. [trad. Ephraim F. Alves] – Petrópolis: Vozes, 1994.
CORBIN, A. **Saberes e odores.** [trad. Lygia A. Watanabe] - São Paulo: Cia das Letras, 1987.
FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** [trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio] – São Paulo: Loyola, 1996
FEYDEAU, E. **A arte de agradar.** Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1873.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
HOBSBAWM, E.J. **A era do capital**: 1848 – 1875. [trad. Luciano C. Neto] – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
HOLLANDER, A. **O sexo e as roupas.** [trad. Alexandre Tort] - Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
LA HAYE, A. de.; MENDES, V. **A moda do século XX.** [trad. Luís C. Borges] - São Paulo: Martins Fontes, 2003.
LEHNERT, G. **História da moda do século XX.** Colônia: Könemann, 2001.
LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero.** [trad. Maria L. Machado] - São Paulo: Cia das Letras, 1989.
LURIE, A. **A linguagem das roupas.** [trad. Ana L. D. Borges] - Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
SANT'ANNA, M. R. **MODAPALAVRA.** Vol. 2, n.2. Florianópolis: UDESC/CEART, 2003.
SOUZA, G. de M. **O espírito das roupas.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.
WILSON, E. **Enfeitada de sonhos.** Lisboa: Edições 70, 1985.

A prática social do poder na colônia: o governo de Dom Lourenço nas Minas.

Lincoln Marques dos Santos[1]

O período correspondente ao governo de Dom Lourenço de Almeida nas Minas (1721-1732), encontra-se inserido num contexto marcado por profundas tensões sociais oriundas das disputas realizadas pela exploração das minas auríferas e pela instabilidade de um modelo administrativo que variava conforme a conjuntura e os interesses metropolitanos.

Com a missão de apaziguar a região das Minas e ao mesmo tempo recrudescer o processo de fiscalização da exploração aurífera, Dom Lourenço inicia o desenvolvimento de um governo político assentado no diálogo com os poderes locais, agindo como intermediário dos interesses destes com a metrópole, pondo em prática processos de negociação da autoridade.

Inserido no campo da história político-institucional, o presente trabalho se beneficia das reflexões produzidas por António Manuel Hespanha a respeito da crise do paradigma estatal, da relativização do poder absoluto do rei e do grau de centralização dos emergentes estados modernos.[2] Aprofundando a compreensão do Antigo Regime, o presente trabalho também se utiliza do conceito de *autoridade negociada* formulado pelo historiador Jack Greener e aplicado por João Luís Fragoso em seu texto intitulado *Afogando em nomes*, onde o autor analisa as peculiaridades do que chama de Antigo Regime nos trópicos pelo viés implícito no conceito de redes sociais de poder[3].

A utilização de tal conceito oferece a possibilidade de compreender uma realidade nitidamente conflituosa e em constante ebulição. No caso específico das Minas, desde o início do século XVIII a região havia se tornado área de disputa entre os nativos e mestiços da terra, descobridores das primeiras minas de ouro, e os forasteiros europeus.

A guerra dos emboabas (1708), conflito que marca o ápice destes enfrentamentos sociais, acarreta desdobramentos políticos que viriam a ser enfrentados por Dom Lourenço de Almeida anos depois. Tendo às costas a missão de instalar as primeiras casas de fundição nas Minas, o referido governador encontra barreiras quanto à forma de se conduzir o processo.

Uma destas barreiras pode ser percebida nos conflitos jurisdicionais em torno das questões fiscais, onde o aparato administrativo se ampliava com a criação de novos ofícios, como o cargo de superintendente das Minas, mas que na realidade encaminhava-se para o impasse, pois além de contribuir para uma excessiva descentralização das decisões administrativas, criava um conjunto de atribuições jurisdicionais sobrepostas com cargos semelhantes ocupando-se dos mesmos assuntos.[4]

Da mesma forma, a postura arrogante dos colonos e sua respectiva repulsa pelos métodos fiscais aplicados por Portugal evidencia um contexto conflituoso, marcado por dissidências políticas e pela existência de núcleos sociais centrífugos que impediam a desejada centralização e a conduta severa da fiscalização sobre o processo exploratório.

Como seria possível manter a exploração atendendo ao mesmo tempo interesses metropolitanos e interesses locais? Seria possível apaziguar a região sem desestabilizar a ordem social modelada ao longo do processo de colonização? Tudo indicava uma resposta negativa.

O governo de Dom Lourenço nas Minas marca uma etapa de transformações no cenário administrativo do período. Desde o início da guerra dos emboabas, alguns governadores tentaram, sem êxito, contornar o quadro de revoltas que se ampliava

consideravelmente. Tanto Mascarenhas e Lencastre (1709) como Antônio de Albuquerque (1710) fracassaram na execução do projeto de apaziguar as Minas.

O surto mineratório evidenciou em tal contexto uma realidade que já se podia observar desde a segunda metade do século XVII: ações independentes por parte de grandes potentados e dificuldade de impor um modelo político-administrativo capaz de conciliar os interesses metropolitanos às regras já estabelecidas pelos colonos.

Alguns governadores, como Luis Vahia Monteiro (1725-1732), tentaram exercer na plenitude os poderes administrativos a eles conferidos pelo rei[5], contudo foram imobilizados pelas atribuições sócio-políticas de outra instituição que contribuía para descentralização administrativa: a Câmara do Rio de Janeiro.

Seja no Rio de Janeiro, seja nas Minas Gerais, o poder político das câmaras era incontestável. Fundamentadas nos alicerces iniciais da colonização da América e reforçadas no século XVII, as atribuições administrativas das câmaras apresentavam mais um obstáculo para a efetivação da autoridade metropolitana. No caso de Vahia Monteiro no Rio de Janeiro, a câmara da cidade em conjunto com outros pólos sociais de influência e prestígio como jesuítas e demais ordens religiosa acaba por minar as bases do governo do referido governador, contribuindo assim para seu afastamento do cargo no ano de 1732. No caso de Dom Lourenço, a situação não se encaminhou pelo mesmo rumo.

Governador da capitania de Pernambuco no período de 1715-1718, Dom Lourenço ao chegar às Minas trouxe consigo uma profunda experiência quanto às questões referentes à articulação política. Já no início de seu governo nas Minas, o governador impede algumas tentativas de se pôr sob contrato o comércio de carnes e a venda de aguardente. A justificativa para sua conduta aparece na correspondência com a Coroa, onde pondera acerca da necessidade de se evitar novos motivos para motins.

> Dou conta a Vossa Majestade de que os oficiais de câmara de vila real e o ouvidor geral daquela comarca determinaram propor contrato o corte de carnes que se gastassem naquela vila e, como estes contratos das carnes no Brasil sejam sumamente odiosos e prejudiciais aos povos, porque sempre redundam em interesses particulares principalmente que, pela grande distância em que estes povos se acham do mar, lhes falta o peixe e não tem outra coisa de comer mais que carne. ***Fizeram aqueles moradores um princípio de motim pouco antes da minha chegada, e para se aquietarem foi necessário desvanecer-se inteiramente o dito contrato***.[6]

Contratos e motins mediados pelos interesses dos particulares: eis a interface da prática social do poder numa sociedade de Antigo Regime recriada em ambiente colonial-escravista. O rei, agente principal do bem comum, por intermédio do seu preposto, o governador das Minas, precisa concatenar politicamente os interesses privados de modo a zelar pelo "acrescentamento" de todos como meio de assegurar o seu. Os interesses particulares, enumerados no extrato documental acima, inserem-se numa realidade em que as relações econômicas assentam-se nos vínculos políticos estabelecidos, caudatários da busca por honras, mercês e prestígio social, elos indissociáveis da grande corrente dos privilégios comerciais, lugar por excelência dos grandes lucros.

Ciente de que novos distúrbios sociais desarticulariam todo o projeto de instituir uma forma regular de tributação, Dom Lourenço, tendo como obrigação efetivar as determinações da lei de 11 de fevereiro de 1719, inicia o processo de instalação das primeiras casas de fundição nas Minas.

Contudo, apesar das pressões metropolitanas, o desenrolar do processo sofreu diversas interrupções. Uma delas foi logo no início do ano de 1722, onde o governador explica ao rei os motivos do não cumprimento das ordens recebidas, argumentando que a

construção das casas seria uma tarefa um tanto dispendiosa e até mesmo inútil tendo em vista a extensão do território correspondente à capitania e a dificuldade de se combater o descaminho.

Contraditoriamente, Dom Lourenço ainda propõe a criação das casas de fundição fora da região das minas. Para ele seria mais fácil cobrar os direitos metropolitanos nas principais entradas da capitania. Buscar a razão dessa postura pode ser elucidativo. Algumas questões podem ser levantadas. Como garantir que os colonos se dirigiriam livremente às casas de fundição para pagar a parte devida a el-rei? Por que delegar à jurisdição de outras capitanias o que deveria ser tarefa do governo das minas? Para aliviar as tensões, transferindo-as para a alçada de outros governos/capitanias, preservando assim o seu próprio governo político, os interesses dos particulares e os seus próprios interesses. Apascentando os furores da terra preservava a ordem dos negócios e exportava os lucros – os seus, os dos particulares e o da Coroa – assim como os problemas.

Apesar de todas as indisposições criadas, a primeira casa de fundição foi erguida na capitania no ano de 1724. Mas a instalação somente aconteceu mediante um acordo proposto pela reunião de todos os representantes de todas câmaras da capitania (1722) intermediado por Dom Lourenço. Ao final das discussões decidiu-se pelo pagamento anual da contribuição de doze arrobas em lugar dos quintos.

Em carta de janeiro de 1724, Dom Lourenço presta contas à Coroa quanto à postura tomada perante os colonos e quanto à necessidade de manter um equilíbrio, mesmo que precário, entre interesses metropolitanos e locais.

> Depois que na frota passada dei conta a Vossa Majestade que *na junta que fiz com as câmaras todas destas minas* e *homens bons dela*, em 25 de outubro de 1722, prometeram uniformemente todos, acrescentarem doze arrobas de ouro todos os

> anos à contribuição que se costumava pagar à real fazenda de Vossa Majestade, em lugar dos seus quintos, e que pelo termo que se fez na dita junta e remeti a Vossa Majestade, esperavam todos estes povos que Vossa Majestade pela sua real grandeza, lhes fizesse mercê de lhes aceitar este donativo de todos os anos, em lugar das casas de fundição (...) Logo depois que dei conta a Vossa Majestade da dita junta, não houve diligência que em todo discurso deste tempo não aplicasse, para estes povos conhecessem a justíssima razão que tinham para não duvidarem pagar a Real Fazenda de Vossa Majestade o seu quinto, porque sempre esperei que Vossa Majestade me ordenasse que sem embargo do donativo das doze arrobas de ouro que acrescentaram os povos, estabelecesse eu as casas de fundição e moeda, e como Vossa Majestade pelo seu Secretário de Estado foi servido mandar-me esta ordem, que me chegou por um navio de aviso que veio do Rio de Janeiro, *novamente comecei a dispor os ânimos de todos estes povos, os quais já pelas minhas persuasões antecedentes tinham conhecido a sua obrigação; e não tem dúvida que nestas minas tem Vossa Majestade vassalos honrados, e que desejam servir com zelo* ***se o governador os sabe mandar com modo***.[7]

"Vassalos que desejam servir com zelo se o governador os sabe mandar com modo." Esta passagem certamente destina-se a fazer propaganda de si próprio, no entanto acaba por nos revelar o homem consciente dos próprios atos e conhecedor dos arranjos políticos exigidos para o governo daquelas partes da América.

Apesar das acusações levantadas e já comprovadas por Adriana Romeiro acerca da ligação de Dom Lourenço com a falsificação de moedas[8] e com sua respectiva comercialização, o referido governador representou um dos pilares de efetivação do processo exploratório. Não podemos deixar de aludir que as suas atitudes podem ser consideradas acertadas se adotarmos a ótica portuguesa da eficácia da colonização, da

defesa da terra lusa na América e na “conservação e sossego dos vassalos assistentes nas Minas”.

Não se pretende aqui julgar o caráter positivo ou negativo do governo de Dom Lourenço de Almeida nas Minas Gerais. O objetivo é evidenciar uma realidade social em que a autoridade metropolitana, antes de ser imposta, deveria ser negociada, articulada, de forma que a estrutura administrativa pudesse se sustentar sem maiores prejuízos para os povos.

Da mesma forma que o diálogo se realizava para baixo, isto é, com as câmaras e potentados locais, Dom Lourenço completa seu papel de articulador ao dialogar também para o lado, ou seja, com os demais oficiais régios e finalmente, para cima, pondo aos pés d’el-rei a culminância das negociações encetadas ao longo de toda malha social.

Em suma, sem esta articulação política seria impossível conduzir o processo de colonização, principalmente na região das Minas Gerais. Fugindo do padrão rígido e estático das hierarquias administrativas, Dom Lourenço pôs em prática uma forma eficaz de governar, neutralizando a ação de alguns oficiais dispostos somente a explorar a terra[9] e equilibrando as relações de poder existentes nas Minas e os diversos interesses que as cercavam.

Dom Lourenço, além de ter explorado a terra como muitos outros fizeram, desviou recursos, conforme podemos perceber ao longo das diversas acusações contidas na documentação da época. Contudo, ele sabia que para manter-se na condução do processo era necessário articular sutilmente a institucionalização da autoridade metropolitana aos interesses imediatos dos colonos. Não sem razão manteve-se por mais de dez anos no cargo de governador das Minas.

---

[1] Licenciado e bacharel em História pela Universidade Gama Filho (RJ), pós-graduando em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense e professor do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

[2] António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – Séc. XVII.* Coimbra: Almedina, 1994.

[3] João Fragoso. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Topoi [Revista do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ], Rio de Janeiro, 2002. n. 5, p. 41-70.

[4] Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.57.

[5] Paulo Cavalcante. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750).* São Paulo : Hucitec-Fapesp, 2005.

[6] Sobre o contrato das carnes não ser conveniente nestas minas. (Vila Rica, 8 de setembro de 1721). *Registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do governador ao rei – 1721 – 1731. Revista do Arquivo público mineiro. Ano XXXI.* Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro,1980, p.80-81.

[7] Dá o governador conta do feliz sucesso que teve no estabelecimento das casas de fundição e moeda, e pede resoluções a muitos particulares das mesmas casas, e desta conta foram duas vias: uma pela Secretaria de Estado, outra pelo Conselho Ultramarino. (Vila Rica, 31 de janeiro de 1724.). *Registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do governador ao rei – 1721 – 1731. Revista do Arquivo público mineiro. Ano XXXI.* Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro,1980, p.165-173.

[8] Adriana Romeiro. *Confissões de um falsário: As relações perigosas de um governador nas minas.* História: Fronteiras. XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo, Humanitas, 1999. v.1, p.321-337.

[9] Sobre a Junta da Fazenda que se fez e forma em que o Governador deve proceder a respeito dos Ouvidores que lhe desobedecem. (Vila do Carmo, 14 de abril de 1722.). *Registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do governador ao rei – 1721 – 1731. Revista do Arquivo público mineiro. Ano XXXI.* Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro,1980, p.123-125.

Patrimônio Cultural e Saber Histórico Escolar

Lindamir Zeglin Fernandes[1]

Resumo

Estudo sobre o patrimônio cultural e o saber histórico escolar. Investiga as práticas dos professores que utilizam o patrimônio cultural da localidade como um elemento de relevância para a construção de um tipo de saber escolar usado no ensino de história: o saber histórico escolar. Sob esse olhar, busca identificar e analisar os indícios de práticas e as dificuldades na coleta, registro, arquivamento, preservação e uso de documentos obtidos sob a forma de saber histórico escolar, na cultura da escola. Seleciona para a pesquisa de campo quinze escolas municipais de Araucária, Paraná, que ministram o ensino fundamental da educação básica, de primeira a oitava série. Os resultados mostram que os professores utilizam fontes documentais da comunidade, entretanto, a maioria não faz seu registro e arquivamento. Há indícios importantes de práticas voltadas ao patrimônio cultural, das quais a mais significativa é a de professores que guardam os documentos na perspectiva da preservação e uso na biblioteca (9% dos pesquisados), o que evidencia a importância e urgência da cultura escolar dar visibilidade a essas práticas para ampliar a "biblioteca como um lugar de memória".

Esta investigação foi realizada durante o Mestrado em Educação, no período de 2002 a 2004, na Universidade Federal do Paraná, motivada pelas reflexões, práticas, leituras e assessoramentos compartilhados com o grupo de História de Araucária.[2]

Destes encontros e estudos, algumas reflexões começaram a se fazer presentes, principalmente a partir de 1996, quando o grupo teve acesso à importância do trabalho com documentos em sala de aula, por meio de curso sobre o tema.[3] Assim, uma das pistas seguidas pela autora desta pesquisa é que muitas entrevistas trazidas pelos alunos, da sua própria comunidade, não eram devidamente tratadas e preservadas para serem reutilizadas em outras aulas de História. Os documentos pessoais produzidos pelos alunos nas aulas de História, como charges, desenhos, textos, paródias, histórias em quadrinhos nunca eram preservados para uma posterior utilização. Além disso, os próprios professores não costumavam registrar seus encaminhamentos e estudos sobre a própria prática.

Entende-se e defende-se que estas produções dos alunos, dos professores são patrimônios culturais e uma parte delas deve ser preservada. Toma-se aqui a concepção ampliada de patrimônio cultural, entendendo-o como constituído de unidades que convencionalmente são chamados de bens culturais, tendo como referência principalmente o entendimento que se refere aos conhecimentos e técnicas, ao saber e ao saber fazer, elementos não tangíveis do patrimônio.[4] Não se ignora o patrimônio edificado, móvel. Apóia-se me Dea Fenelon[5], para defender a idéia de que os bens culturais não são apenas os

produzidos pelos vencedores de cada época, pelo contrário, decorrem de todos os saberes, memórias e experiências.

Dessa maneira, a pesquisa elegeu investigar as práticas dos professores que utilizaram o patrimônio cultural da localidade como um elemento de relevância para a construção de um tipo de saber escolar usado no Ensino de História: o saber histórico escolar. Identificar e analisar os indícios de práticas e as dificuldades na coleta, registro, arquivamento, preservação e uso de documentos obtidos sob a forma de saber histórico escolar, na cultura da escola foram os objetivos deste trabalho.

Quanto ao saber histórico escolar, pesquisas a partir de Chevallard[6], utilizadas por Monteiro,[7] mostram que o saber escolar é um tipo de saber diferente do saber acadêmico, que embora relacionado, possui certa autonomia em relação a este. Um saber acadêmico, para que possa ser ensinado, precisa sofrer transformações adaptativas que vão torná-lo apto a tomar lugar entre os objetos de ensino. Esse trabalho, que de um objeto de saber a ensinar faz um objeto de ensino, é chamado transposição didática.

Pode-se dizer que existe certa invisibilidade em relação ao existir do saber ensinado. O próprio Chevallard[8] (1991, p. 18) o analisa, mostrando que esse é um saber considerado exilado de suas origens, separado de sua esfera de produção do saber acadêmico, legitimando-se como um saber que não é de nenhum tempo e de nenhum lugar.

Esta invisibilidade e naturalização podem explicar, em parte, a pouca importância dada a produção cultural que nasce na cultura da escola, sob a forma de saber histórico escolar e que não é valorizada e preservada como patrimônio. Esta produção cultural pode ser articulada às aulas de História, como foi escrito anteriormente, por intermédio de textos, charges, desenhos, reflexões, e outros meios produzidos por alunos e professores; histórias de vida, depoimentos de moradores sobre suas experiências e memórias; vários tipos de documentos da comunidade local, doados ou reproduzidos. Os próprios professores, muitas vezes, não se sentem sujeitos da produção desse saber escolar, deixando de defendê-lo, de valorizá-lo e de registrá-lo, talvez porque nos discursos e nas práticas oficiais transpareçam a supervalorização do saber acadêmico, do saber científico.

Portanto, uma vez situados os conceitos de patrimônio cultural e de saber histórico escolar, a trajetória metodológica será exposta a seguir. Foram selecionadas para este estudo quinze Escolas Municipais de Araucária, que ministram o ensino fundamental da educação básica, de 1.ª a 8.ª série. Inicialmente, utilizou-se uma entrevista exploratória com o diretor ou o pedagogo, tendo dois objetivos: primeiramente, informar e apresentar ao diretor ou ao pedagogo as da pesquisa, esclarecendo dúvidas e estabelecendo com ele uma relação dialógica para a sua realização e, então, fazer uma sondagem sobre as práticas dos professores em relação ao objeto desta investigação.

Procurou-se observar a biblioteca da escola, seu horário de atendimento e ambiente de funcionamento, o perfil do profissional responsável e sua formação, e a existência ou não em seu acervo de alguma fonte de informação sobre a memória, os saberes locais e as produções culturais da comunidade escolar, coletada no trabalho dos professores com seus alunos.

Essa busca partiu da crença de que, neste contexto, a biblioteca e o profissional que nela atua podem estar contribuindo não somente para os processos de tratamento, organização, conservação e acesso às informações, como também para – em ação coletiva com os demais sujeitos da escola – produzir e organizar fontes de informação. Embora partindo do reconhecimento teórico de que existe uma distinção conceitual entre o que se considera arquivo e biblioteca, impossível negar a precariedade de condições das próprias bibliotecas escolares e o fato de que, em algumas das escolas do país elas se constituem apenas em depósitos de livros velhos, quando existem. Essa realidade torna ainda mais remota a idéia de constituição de arquivos em locais apropriados, razão pela qual o espaço biblioteca pode se tornar um lugar de memória e práticas culturais.

A idéia de biblioteca é apropriada, neste trabalho, em seu sentido lato, de ambiente informacional ou unidade de informação atuante como repositório de documentos preservados e organizados para acesso e uso. Não está em jogo adentrar a discussão das especificidades conceituais e operacionais dos campos da Biblioteconomia e da Arquivologia, que se aproximam – mas não se confundem – ao tratar da questão da

memória documental. Nessa trajetória metodológica, para melhor compreensão do objeto, num segundo momento foram enviados questionários para todos os 629 professores, de 1.ª a 8.ª séries, das quinze escolas, com o objetivo de mapear, caracterizar as práticas e as dificuldades encontradas nesse trabalho. Em seguida, com os questionários respondidos, foram organizados seus dados quantitativos e qualitativos para que fosse então possível proceder-se a análise dos mesmos.

De início houve uma aposta inicial de que os professores minimizam o trabalho com a memória e a produção cultural da comunidade local e escolar. Mas o estudo exploratório realizado foi surpreendente, pois se acreditava que a história oral era pouco utilizada. Cerca de 85% das escolas confirmaram trabalhar nesse sentido. Portanto, a minimização das práticas em relação à obtenção de fontes orais não se comprovou. Além disso, nas respostas da segunda fase, o trabalho com o patrimônio cultural edificado e o uso de documentos variados tem sido utilizado pelos professores na construção do saber histórico escolar. Portanto, elas já existem significativamente, embora não se possa afirmar o mesmo em relação ao arquivamento e uso dessas fontes obtidas nas práticas, em outros momentos, em outras turmas.

As respostas afirmativas ao registro, arquivamento e uso das entrevistas chegaram a 26%, mas a freqüência desse arquivamento é muito pequena frente à urgência da preservação e uso. Preservação para, juntamente com outros elementos, construir/reconstruir a identidade do aluno e uso, para o valor dos documentos locais na construção do saber histórico escolar. Frente a essas demandas, a freqüência desse arquivamento é muito pequena. Dos 34% de professores que responderam objetivamente, a metade destes só realizou a prática “uma vez por ano” e, 2% disseram ter realizado a prática apenas “uma única vez.”

Quanto ao arquivamento das produções dos alunos, detectou-se um número significativo de respostas, no entanto, esse arquivamento – na maioria das vezes – é temporário. Seus objetivos são, por exemplo, verificar o progresso do aluno ou guardar para a exposição de trabalhos. O arquivar na perspectiva da preservação teve somente 9% das

respostas de professores que admitem guardar o material como fonte de pesquisa na biblioteca, e outros 9% que o consideram como fonte de pesquisa na escola. Entretanto, ambas as posturas são significativas para esta pesquisa, porque revelam a importância dada aos professores para o próprio fazer pedagógico na Educação Histórica, considerando o suporte da produção do aluno e permitindo o "pensar sobre" o "saber aprendido".[9]

Nesse contexto a biblioteca e a Educação Histórica se entrelaçam. Ao se tomar por princípio que a Educação Histórica, "em primeiro lugar, deve construir a sensibilidade e a capacidade de apreensão por parte do aluno daquilo que diz respeito ao fazer histórico" e realizar "um trabalho com a construção da temporalidade"[10] ambos fazendo parte do tecido da formação da consciência histórica,[11] percebem-se algumas implicações para o próprio ensino de História. Essas implicações vão desde o trabalho com documentos, com a formação de identidades, com as memórias plurais e, nesse sentido, com o patrimônio cultural. Tudo isso abarcado na perspectiva da produção do conhecimento pelo aluno, ou seja, a mera transmissão de conteúdos deveria ser apenas uma lembrança.

Por outro lado, a biblioteca tem entre seus objetivos: "providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que confrontem os alunos com idéias, experiências e opiniões diversificadas", e "organizar atividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social"[12]. Estes objetivos, para serem atingidos, precisam se articular com a produção do conhecimento, superando ao modelo que prega a escola como mera transmissora de conhecimentos.

Segundo Monteiro[13], este modelo de racionalidade técnica concebia o professor como um técnico cuja atividade profissional consistiria na aplicação rigorosa de técnicas e teorias cientificamente embasadas. A ação desse professor se resumiria em analisar as situações para aplicar os melhores recursos para atingir fins que já estavam determinados por outros, ou seja, nessas condições o professor era apenas um executor que aceitava a definição externa das metas que deveria atingir. Esse contexto se configura na escola, entendida como mera transmissora de conhecimentos.

Acredita-se que tanto a biblioteca como o ensino de História – na esteira das mudanças de perspectivas nascidas na Educação Histórica, assim como na própria Educação – precisam superar o modelo da racionalidade técnica para que ambos potencializem o caráter formativo da educação aos alunos. Caráter esse que é possibilitado no fazer histórico.

A biblioteca, ao ser construída e ter seu conceito ampliado para uma lugar de memória,[14] constitui-se numa possibilidade de materialização da memória da comunidade, do patrimônio cultural local, um local de práticas, para selecionar, arquivar e articular a produção do saber histórico escolar. E é nesse sentido que se pretende trazer um início de contribuição para o trabalho escolar e, mais especificamente, para o ensino de História, apontando alguns critérios para a seleção do que fará parte desse arquivo.

Um dos critérios baseia-se na própria concepção de patrimônio cultural adotada pela Constituição Brasileira de 1988, no artigo 216, que inclui as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações artísticas, científicas e tecnológicas. Dessa maneira, as memórias da produção cultural que nasce da experiência cotidiana e plural dos homens, mulheres e crianças, obtidas nas entrevistas e depoimentos coletados por alunos e professores, deverão ser arquivadas. Assim como, as charges, paródias, desenhos, histórias em quadrinhos e outros, produzidas pelos alunos, acompanhados ou não de reflexão do professor.

As categorias do ensino de história indicam também, o que deverá ser selecionado. A formação da consciência histórica no aluno é uma das categorias centrais que exigem o estabelecimento da relação presente/passado, com nexos significativos. Dessa forma, tudo o que puder ser utilizado na sala de aula para favorecer tal relação, atendendo alguns cuidados como datação, autoria, veracidade, clareza, deverá ser preservado na biblioteca para utilização na produção do saber histórico escolar.

---

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, professora de História da Secretaria Municipal de Educação de Araucária, Paraná, e da Escola Estadual Guilherme Pereira Neto, em Curitiba, Paraná.

[2] Grupo de Professores de História que se reúnem regularmente desde 1992, para estudos, trocas, assessoramentos, pesquisa em colaboração, elaboração de currículo e outras atividades. À medida que a Rede de Ensino se expande, os novos professores se juntam ao Grupo.

[3] Curso ministrado por Maria Auxiliadora Schmidt, sobre a importância e possibilidade do uso do documento histórico na sala de aula.
[4] BUFREM, L. S. O livro: juventude e memória coletiva. Curitiba: 1998 (texto avulso)
[5] FENELON, D. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: Ciclo de Debates sobre Cultura e Memória: perspectivas de educação pública brasileira hoje. Brasília: ENAP, 1993.
[6] CHEVALLARD, Y. La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado. Buenos Aires: AIQUE, 1991.
[7] MONTEIRO, A. M. F. da C. Ensino de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
[8] CHEVALLARD, Y. La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado. Buenos Aires: AIQUE, 1991.
[9] MONTEIRO, A. M. F. da C. Ensino de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
[10] MIRANDA, S. R. O que significa educar para a compreensão da história? Um olhar a partir de um programa de avaliação educacional. IN: História e Ensino, Londrina, v. 9, 301-323, out. 2003.
[11] RÜSEN, J. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de : Estevão de Resende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
[12] Veja: <http://www.dapp.min-edu.pt/rbe/documentos/manifesto-be-unesco.doc>
[13] MONTEIRO, A. M. F. da C. Ensino de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
[14] Veja NORA, Pierre. Lês Lieux de Mémoire. Entre Mémoire et Histoire. La poblámatique dês lieux. Paris: Gallimard, 1997.

PRIMEIRO DE MAIO: UM DIA, MUITAS HISTÓRIAS... APROPRIAÇÕES E SIGNIFICADOS DO DIA DO TRABALHADOR EM FORTALEZA (1979-92)

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins

Mestrado em história Social - UFC

Nosso trabalho objetiva fazer uma reconstrução da memória dos atos de Primeiro de Maio realizados em Fortaleza no período da chamada "abertura política[i]", acentuada em 1979, com a ascensão dos movimentos sociais brasileiros, até o último ano do conturbado governo Collor, em 1992, pretendendo analisar como foi constituída a visão e o significado do Primeiro de Maio para classe trabalhadora urbana da capital cearense.

Contudo, é mister justificarmos nosso trabalho no sentido de um *reconhecimento do direito ao passado*[ii]" das classes trabalhadoras cearenses. Relembrar o Primeiro de Maio é tentar abordar uma página ainda em branco de nossa historiografia, que se trata do estudo dos movimentos sociais do final da década de 70.

Buscaremos saber como os trabalhadores construíram um dia do trabalhador fora da ordem dominante, isto é, diametralmente oposto ao Primeiro de Maio que ocorrera no período da ditadura militar.

Olhar uma trajetória dos atos de Primeiro de Maio, como é o nosso caso, deve abranger toda uma gama de *experiências* dos trabalhadores, dos *novos personagens*[iii] que entraram em cena no final da década de 70, (dos movimentos de bairro "conta a carestia" aos filiados às Centrais Sindicais), das vitoriosas às derrotadas.

Analisar um período bastante rico em nossa história política, que foi o da chamada "abertura política", acentuada em 1979, até o processo do "Fora Collor" em 1992, temos

uma responsabilidade, não de dar "voz aos vencidos", mas de tentar abranger da melhor forma possível, toda uma gama de atores sociais, organizados ou não em entidades, com seus respectivos projetos em constante disputa, não só pelo eixo programático do Primeiro de Maio, mas também pelos seus significados, até porque seria uma tolice infantil imaginarmos uma homogeneidade de concepções acerca do dia do Trabalhador.

Quanto a história mais recente do Primeiro de Maio no Brasil, podemos dizer que nos anos do golpe, principalmente de 1968 a 1978, observou-se o desejo das elites em mascarar, e porque não dizer, anular os sentidos da comemoração do Primeiro de Maio.

O que ocorria era um dia de apologia ao trabalho, ao labor e ao crescimento econômico do país[iv]. Era tão somente uma alusão ao trabalhador, sem considerá-lo como ser político, mas sim, como integrante do universo da produção de riqueza, como um colaborador do país[v]. *Afinal, a consolidação do regime militar no início da década se fazia sobre a pulverização e o silêncio dos movimentos sociais*,[vi]e por essa razão, o "Dia do Trabalho" caracterizava-se por uma simples festa ao trabalhador, vigiada e policiada pelas forças controladoras do poder dominante tais como: a Delegacia Regional do Trabalho, Polícia, Exército etc.

No final dos anos 70, os movimentos sociais, organizados fora da esfera sindical, que se encontrava viciada pelo assistencialismo governamental, começam a agir em torno de manifestar sua opinião em oposição ao governo. Exemplo cabal foram os movimentos contra os preços altos, a atuação da esquerda católica, e as primeiras greves no ABC paulista.

O regime militar já não conseguira reprimir com o êxito de outrora esse crescimento dos movimentos sociais, chegava a hora da abertura. E foi a partir desses novos atores sociais, que o primeiro de maio ganhou outra conotação, por exemplo:

> (...) em 1980, em São Bernardo, assiste-se à "festa" que atesta uma nova identidade operária emergente no país, capaz de articular hegemonicamente

> outros setores da sociedade. (...) a partir daí, verifica-se uma constante preocupação de resgatar esta tradição do primeiro de maio, reatualizando a data em função das novas temáticas colocadas pelo presente, sem perder esta ligação simbólica com um passado cada vez revisitado[vii]

Não era mais um dia dedicado ao trabalho, mas sim, ao trabalhador, e nossa indagação gira em torno de como os trabalhadores reconstruíram o Primeiro de Maio a partir da noção de *festa como lugar de memória*[viii]. Que significados essa data representava? Até que ponto o Primeiro de Maio foi responsável por um novo *autofazer-se,* ou melhor por um *(re)fazer-se* da classe trabalhadora?

Nesse sentido, se, como afirma THOMPSON:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus[ix].

E sua respectiva formação, segundo BATALHA consiste:

> [num] (...) processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas, de classe, tornam-se uma realidade[x].

Podemos presumir, portanto, que as *experiências* dos trabalhadores tentando resistir à ditadura, às condições difíceis herdadas com as desastrosas políticas econômicas oriundas do golpe de 64. E, a partir daí, esses homens e mulheres unem-se em torno dessa indignação, lutam contra a dura vida dos anos 70, conseqüentemente, através dessa luta de classe, a classe trabalhadora vai se *re-formando* como classe, pelo visto:

> (...) se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON 1987:12)

Pensando o Primeiro de Maio como uma instituição colaboradora dessa reformação de

classe, seus rituais:

> (...) representavam essencialmente auto-afirmação e definições próprias de uma nova classe através da organização de classe; e, no meio dela, de um grande quadro de militantes saídos daquela classe ou identificados com ela, afirmando sua própria capacidade de organizar, de fazer política, tão bem como a velha elite, de demonstrar sua própria ascensão através da ascensão de sua classe[xi].

O Primeiro de Maio, ao ser tratado como um evento repetido anualmente, uma instituição operária, (pois foi *formado* (resignificado) e *transmite valores* e símbolos para e pelos trabalhadores), retoma sua autonomia no processo de abertura política. Sendo assim, pressupomos, responsável, de algum modo, pela reformação da classe trabalhadora. E também, de forma dialética, como um reflexo dessa *reformação* de classe, até porque:

> Um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades "objetivas" próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural[xii]

Um dos objetivos de nossa pesquisa buscará saber que simbologia marcava essa data à *consciência* (não no sentido da *falsa* ou *verdadeira), de classe* do trabalhador *e* à sua *cultura* na conjuntura política brasileira na transição do regime ditatorial para o democrático-representativo. A respeito da categoria consciência, HARDMAN coloca que:

> A consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência da ideologia, mas, concreta e *materialmente,* pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos etc.) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado. Isto é, a formação e o desenvolvimento das formas assumidas pelo coletivo da classe operária realizam-se no interior do processo de luta de classes[xiii]

A consciência de classe está enraizada na experiência dos trabalhadores lutando

contra seus adversários, formando e re-formando instituições como em nosso caso, o Primeiro de Maio, que vai adquirindo e transmitindo valores da classe, formando e refletindo essa formação da consciência de classe para a própria classe.

Não podemos deixar de destacar que as questões da conjuntura nacional interferem localmente, questões da "grande política", isto é, das disputas pelo poder institucional, não podem ser deixadas de lado para uma compreensão mais aprofundada dos sentidos políticos do Primeiro de Maio. É, portanto, necessário um estudo dos acontecimentos político-econômicos brasileiros a fim de que possamos interlocar vários temas que nortearam a vida dos trabalhadores, como por exemplo, as épocas de maior inflação, o movimento das "Diretas Já", a elaboração da Constituição de 1988, a ferrenha oposição ao Governo Sarney, as esperanças e desilusões das eleições gerais de 1989, e da luta contra o governo resultando o "Fora Collor".

Esses acontecimentos interferem na vida das pessoas comuns. GINZBURG advoga dessa idéia ao sugerir aos historiadores que:

> (...) olhem para as classes populares e reflitam sobre o peso que nelas exerceram as decisões políticas conscientes, sobre a maneira como elas foram moldadas por aquelas decisões. Por isso é algo que me fascina: entender como um simples evento pode mudar a sociedade[xiv]

Todos esses fenômenos sócio-políticos da conjuntura nacional, e mais outros[xv], direcionaram a política do Primeiro de Maio. Então, de que formas os trabalhadores utilizaram seu espaço para exprimirem suas posições e enfrentamentos contra os governos nas 3 esferas de poder institucional.

Sobre o aspecto cultural no Primeiro de Maio. Será que a cultura dos operários daquele momento histórico foi levada em consideração pelos sindicalistas ao planejarem e executarem o Primeiro de Maio na capital cearense?

Esta questão gira em torno do porque, apesar da conjuntura política dos anos 80

tender a ser favorável às mobilizações populares, os movimentos sociais não conseguiram uma grande adesão dos trabalhadores no Primeiro de Maio?[xvi] Por exemplo, será que a estratégia dos sindicalistas na organização dos atos de Primeiro de Maio, talvez com a idéia um pouco presunçosa de saber o que é bom para a classe, bem ao estilo dos tradicionais defensores da "vanguarda operária" ao imaginarem, numa concepção leninista que:

> O proletariado não é uma classe revolucionária; é apenas reformista ("trade-unionista). A consciência revolucionária é introduzida no proletariado "de fora", pelos ideólogos socialistas que, enquanto tais, provêm da burguesia (CASTORIADIS,1985:49)

Talvez o formato dos atos não fosse identificado com a cultura do trabalhador comum e este, não compareceu a sua comemoração numa *tática* de não concordância com as direções sindicais. Deste modo, até que ponto o trabalhador pôde realmente participar na organização da sua própria festa? Tem-se visto um comportamento, ainda comum no movimento sindical, de um certo tipo de "patrulhamento ideológico" da chamada direção contra a base, pois:

> sempre que resolveram meter o bedelho no plano da criação artística e da produção cultural, em nome dos nobres desígnios da "revolução ideológica" ou "cultural" e da propaganda socialista, o tiro saiu pela culatra (HARDMAN 2002:30)

A partir do momento que uma instituição autoproclamando-se defensora de uma classe limita a ação de seus membros, faz o mesmo papel de um burguês contra o proletário dentro de uma fábrica. É sobre esta questão que tentaremos discutir em nossa dissertação.

Outro locus de entendimento do Primeiro de Maio diz respeito às localizações dos atos. Através do estudo das fontes hemerográficas, constatamos a falta de um local fixo dos atos de Primeiro de Maio em Fortaleza. Identificamos alguns locais-chave dos atos, são eles: *Teatro José de Alencar, ça José de Alencar, Praça do Ferreira e Praça do Carlito Pamplona e Praia da Barra do Ceará.*

Com o afrouxamento gradual do regime, nos anos de 84 e 85, por exemplo, as

aparições sindicais puderam ocorrer em praças de grande movimentação, notadamente, as praças do Ferreira (1984) e José de Alencar (1985). a luta por esses espaços públicos significou um avanço nas lutas dos trabalhadores, pelo visto:

> parece não haver dúvida de que o processo de conquista dos espaços públicos e ao ar livre por esse tipo de acontecimento foi um longo capítulo no processo de luta de classes e de posição de fora do movimento operário (HARDMAN 2002:53)

Parece-nos que há uma tentativa da utilização de locais de tradicional aglomeração de pessoas, como as Praças do Ferreira e José de Alencar, localizadas no Centro Histórico de Fortaleza, que ao longo dos anos, foram marcados pelos grandes protestos e eventos na cidade, equipamentos urbanos consagrados na cultura da cidade como "espaços do povo", pois *a conquista de lugares públicos pela classe operaria foi um árduo percurso de seu movimento*[xvii]. Espaços esses onde a classe trabalhadora encontra seu ambiente cotidiano de compras, encontros e até mesmo de lazer. São espaços que as elites não freqüentam mais, portanto, o Centro da cidade, ainda é o bairro do trabalhador e talvez onde ele mais se identifica, pois esses lugares tratam-se de:

> (...) lugares simbólicos, promovidos a símbolos por um processo de memorização consciente e militante, tornados simbólicos pela vontade de vencer o esquecimento no qual mergulha não só a vida cotidiana operária, mas também a luta dos dominados[xviii].

Tanto a CUT como a CGT, por exemplo, intercalaram esses locais tradicionais com espaços urbanos onde reside a classe trabalhadora. Precisamos investigar, através de depoimentos com os sindicalistas responsáveis pela organização dos atos, se as Centrais Sindicais pensaram em mudar a estratégia de localização dos protestos por uma questão tática (numa tentativa de realizar atos mais massivos, já que os trabalhadores não precisariam se deslocar para as manifestações, até porque as Centrais chegariam até eles), ou se elas realizaram os atos, principalmente no bairro do *Carlito Pamplona*, por uma questão simbólica, numa tentativa de representar os grandes atos de Primeiro de Maio nas portas de fábricas, já que este bairro é um dos poucos redutos industriais da cidade de

Fortaleza. Almejaremos investigar os motivos da utilização desses locais diferenciados nesses anos de atos do Dia do Trabalhador, ou seja, por que a CUT e CGT não se limitaram a um único local – Por exemplo, a Praça José de Alencar, ou Praça do Ferreira para tais comemorações?

São muitas questões a serem respondidas. Existem, outrossim, muitos outros teoremas que poderão ser utilizados em nossa dissertação, cabe apenas, com o estudo empírico das fontes, aproveitá-los e dialogar com os mesmos a fim de que possamos fazer uma boa história dos atos de Primeiro de Maio em Fortaleza.

NOTAS:

iA revogação do Ato Institucional n° 5, a Lei da Anistia e o afrouxamento da Lei de Segurança Nacional podem denotar essa "abertura política", ocorrida nos Governos Geisel e Figueiredo.

iiPAOLI. Memória, história e cidadania: o direito ao passado in. "O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania",Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo – DPH, São Paulo, 1992 p. 27

iiiSADER, E. "Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980". Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

ivFato que continuaria a denotar o Primeiro de Maio na visão dos empresários, que, durante anos, utilizam-se de propagandas no dia 1° de Maio solicitando o crescimento do país a fim de que estes pudessem oferecer empregos aos trabalhadores, já que na visão deles, o dia 1° de Maio é o dia do Trabalho e não do Trabalhador. PERROT complementa nossa afirmação ao dizer que : *o discurso dominante continua a ser o do emprego, não o da produção: cada vez que um fabricante solicita autorização para fundar uma empresa é a esse argumento – dar trabalho aos pobres, utilizar os braços ociosos – que ele recorre* PERROT, M. Os excluidos da história, paz e terra, Rio de Janeiro, 1992 pp 20.

vObserva -se fenômeno semelhante nos anos do Estado Novo, onde havia uma série de órgãos controladores dos trabalhadores, não os tratando como sujeitos, e sim, como engrenagens do sistema produtivo brasileiro. Ver em: DUARTE, A. Cidadania e exclusão, ed.UFSC, Florianópolis, 1999.

viSADER, E. "Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980". Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995. pp.32

viiGRACIA, M. Tradição, memória e história dos trabalhadores in. "O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania",Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo – DPH, São Paulo, 1992 p.173

viiiIdem;ibidem

ixTHOMPSON, E.P, "A Formação da Classe Operária Inglesa", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987. pp.10

xBATALHA, C. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva" in. "Brasil Republicano". FERREIRA, J (org.), 2004 pp.163

xiHOBSBAWM, E. "Mundos do Trabalho", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987 pp. 115

xiiSAHLINS, M. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990 p. 191

xiiiHARDMAN, F. Nem pátria, nem patrão!, São Paulo, Ed.UNESP, 2002. p. 39

xivPALLARES-BURKE, M. As Muitas Faces da História. Nove Entrevistas, São Paulo, Ed. UNESP, 2000. pp.289

xvLocalmente poderíamos citar a oposição à Prefeitura de Fortaleza e ao Governo do Estado. Nacionalmente, a medida provisória número 50, outorgada em 1989 pelo Presidente Sarney tinha como objetivo desarticular o

movimento sindical, proibindo as greves, que eram a tônica nos anos da administração Sarney.

xvi Através de nossa pesquisa hemerográfica, pelo menos, segundo os jornais de época, os atos contavam com média de 1000 pessoas, sendo que, em certos anos, esse montante reduziu-se pela metade.

xvii HARDMAN 2002:53)

xviii RÈBÉRIOUX, M. "Lugares de memória operária" in. "O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania",Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo – DPH, São Paulo, 1992. pp.53

Trajetórias Cruzadas: Meninos, moleques e juízes em Campinas (1866-1899)

LIVIA MARIA BOTIN

No dia 4 de outubro de 1870, José dos Santos Lima Junior dirigiu-se a casa do juiz de órfãos de Campinas para proferir uma denúncia de abandono infantil. "...O referido menor chamado Antônio que possuí 10 anos de idade, filho de José Vicente e sua mulher Joaquina de tal os quais não dão atenção suficientes a precisa educação deste, andou servindo a uns outros camaradas sendo isso a sua perdição." O suplente, "...querendo que o mesmo tenha a melhor educação vem requerer e pedir a Vossa Senhoria uma pessoa que possa ser tutor do referido e que promova a melhor educação ao menor nestes termos."[i]

O relato de José dos Santos pode ser uma evidência para começarmos a compreender como a infância passou a ser objeto de preocupação social em Campinas ao longo da segunda metade do século XIX. Devido ao rápido crescimento econômico e populacional da cidade as autoridades públicas passaram a intensificar e ampliar suas ações sobre as camadas mais pobres da população. Casos como os do menor Antônio tornaram-se comuns no período analisado e sugerem que a idéia de vigilância e controle sobre indivíduos considerados "desviantes da boa educação"[ii] passou a ser recorrente não só nos domínios da lei, mas também no cotidiano de cidadãos como José Francisco.

Pretendo discutir neste texto, as intervenções do Juizado de Órfãos acerca da infância abandonada nas últimas décadas do regime imperial (1870-1889). Ao mesmo tempo, interessa analisar como as crianças pobres que passavam por essa instância enfrentaram a intensificação das atuações jurídicas, a intenção é destacar os valores e tradições que informaram suas experiências. Porém, antes de analisar com mais cuidado a documentação tutelar, vejamos como se dava o funcionamento e atuação o juizado de órfãos da cidade.

Do funcionamento e atuação do Juizado:

Ao longo das últimas décadas do século XIX muitas instâncias jurídicas da cidade intensificaram suas ações sobre a população mais pobre, o que pode ser confirmado através do grande crescimento de inquéritos policiais e processos judicial contra

trabalhadores estrangeiros livres e libertos, enquanto que outras instituições ampliaram suas intervenções visando solucionar novas questões sociais[iii]. Foi o caso do juizado de órfãos que passou a atuar como um espaço jurídico que se propunha a encaminhar, discutir e legalizar a problemática da infância pobre.

Os primeiros juizados de órfãos foram instalados no período Colonial com o intuito de mediar problemas familiares relacionados à riqueza, sendo sua responsabilidade cuidar de casos de partilhas, heranças e inventários. O órgão avaliava e repartia o patrimônio daqueles que, ao morrer, deixaram herdeiros menores de 21 anos ou incapazes de administrar seus bens. Além disso, a instituição também indicava sujeitos idôneos e responsáveis – o tutor – para gerir e zelar pela herança e educação do menor até este completar 21 anos ou adquirir suplemento de idade (obtido no tribunal com autorização do Juiz) ou ainda casando-se[iv].

Em Campinas, o Juizado de órfãos passou a se preocupar mais detidamente com a questão dos menores abandonados a partir da década de 1850. Pelo menos o primeiro processo de ação tutelar de órfão pobre é datado de 1858. Deste período até o fim do século XIX o número de registros tutelares intensificou-se; na década de 1860, 60 crianças foram tuteladas, já nos anos de 1870 e 1880 o número de registros aumentou mais de cinco vezes, chegando a 330 casos de ações tutelares[v]. Nota-se, através do aumento progressivo do número de tutelas que com o passar dos anos a instância ampliou suas funções.

De acordo com a legislação, havia três tipos de tutelas. A *testamentária*, quando o pai antes de falecer já havia definido em seu testamento qual seria o sujeito indicado para a guarda da criança e dos eventuais bens materiais. A *legítima*, utilizada quando existiam pessoas ligadas ao órfão, seguia-se a ordem estipulada por lei na sucessão familiar: primeiro os pais se encontravam na ordem de preferência, seguida das avós maternas e depois paternas. O último tipo de tutela, chamada de *dativa*, passou a ser muito utilizada no Juizado de Campinas, para os casos de ausência “moral” da filiação. Por ela

estabelecia-se que o juiz poderia decidir, na falta de um tutor testamentário e legitimo, um responsável pela criança.[vi]

Diferente do que a legislação e os compêndios nos fazem supor, ao analisar as ações tutelares constatei que esse mecanismo jurídico não foi um procedimento que se limitou aos casos de falecimento dos pais ou responsáveis pela criança. Muitos registros tutelares se baseavam, direta ou indiretamente, nas tutelas dativas. Ao analisar o *Censo estatístico dos órfãos pobres*[vii] percebi que o número de casos de ação tutelar por falecimento dos pais foi relativamente alto (41,20%)[viii]. Porém, ao cruzar as informações das ações tutelares com os registros do censo estatístico percebi que muitos casos em que o censo apontava como falecimento dos pais dos órfãos, restringiam-se, na verdade ao falecimento apenas do pai da criança. Dos 75 casos confirmados de morte dos pais, 20 casos são da morte do casal, nos outros 55 registros a mãe ainda estava viva quando aconteceu a intervenção judiciária. Como vemos, a intervenção do juizado mesmo nos casos em que não se tinha a orfandade dos pais comprovada era muito comum – órfão não era necessariamente aquele cujos pais não eram vivos, mas também o individuo que não possuía um responsável legal. Parece plausível afirmar que o vínculo tutelar também foi usado como forma de controle sobre os lares que não possuíam uma família nuclear. Interessa analisar agora, como se dava este tipo de intervenção; em quais casos ela ocorria. E também, é importante discutir como as crianças tuteladas e suas famílias, reagiam a essas interferências judiciais. Para elucidar tais questões, analisarei nesta apresentação alguns casos em que a criança tutelada fugia logo após de se estabelecer a tutela. Por se tratar de ações mais densas, esses casos nos informam as principais práticas do juizado para a infância pobre.

Ganhando as ruas: interferências do juizado de órfãos sobre as crianças pobres em Campinas na segunda metade do século XIX

Foram encontradas dezessete ações que fazem referência à fuga de crianças ao longo do período analisado, nove para a década de 1870 e oito para a década seguinte. Ao analisar esta documentação percebi que a opção pela fuga poderia ser desencadeada por

vários motivos. A tensão surgida na relação entre o menor e o tutor e os maus tratos recebidos no novo ambiente eram os principais fatores alegados pelas crianças. Segundo depoimentos dos tutelados, dispensava-se um tratamento rígido – na maioria dos casos os órfãos fugitivos trabalhavam para o tutor em serviços domésticos ou como aprendiz de algum ofício.

Alguns estudos recentes que se propõe estudar a infância pobre no século XIX e XX têm argumentado que a utilização do vínculo tutelar para a manutenção do trabalho infantil era prática comum em grandes cidades brasileiras. Walter Fraga Filho no livro Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX constatou que muitos menores recolhidos pelas autoridades públicas baianas eram encaminhados para os mestres de ofício, dos quais recebiam tratamentos severos e rígidos, sendo reduzidos, em muitos casos, à condição de escravos[ix]. Em São Paulo, Gislaine de Campos Azevedo na sua tese de doutorado chegou a conclusões bastante semelhantes. A cidade passava por transformações econômicas e sociais no fim do século XIX, assim, muitos indivíduos encaravam o vínculo tutelar como uma forma de utilizar o trabalho desses órfãos. A maioria dos "candidatos" a tutores alegavam abandono dos menores ou maus tratos da família. Porém, essas argumentações camuflavam outros interesses: "...o de ter crianças trabalhando gratuitamente para eles". Em São Paulo, a prática da tutela se transformou, na virada do século XX, em um amplo mecanismo de constituição da criadagem[x].

A prática tutelar em Campinas também poderia ser uma maneira de adquirir mão-de-obra não remunerada. Muitas ações analisadas sugerem essa hipótese. Foi o caso da disputa judicial pelo menor José Maria. A pedido de seu pai que havia se ausentado da cidade José Maria era tutelado por Joaquim Custódio. Porém, no dia 11 de abril de 1888 Antônio Alves Lobo dirigiu-se ao juiz para pedir a responsabilidade sobre a criança. Passados dois dias do pedido, Joaquim Custódio encaminhou-se para juizado para exigir explicações sobre o ocorrido, afirmando, no seu depoimento, que havia feito pedido de remoção tutelar porque queria incluir o menor no testamento como seu filho. Porém, "...como consta ao suplente apresentou-se nesse juizado para ser tutor do dito órfão o cidadão Antônio Alves Lobo que naturalmente veio ao órgão visando adquirir um meio

> cômodo de ter um criadinho para seu serviço doméstico"[xi]. Um outro caso que pode nos mostrar como era o tratamento dispensado às crianças é o da menor Bellarmina. No dia primeiro de julho de 1880 sua mãe Maria da Conceição abriu uma ação contra o tutor que cuidava da criança. Segundo ela "...Antônio de Abreu [o tutor] abandonou sua filha deixando em companhia de sua mulher, de quem vive separado, e esta pela sua má índole, trata da filha da suplente como se fosse escrava castigando-a e obrigando a fazer serviços que sua idade não comporta".[xii]
>
> O caso do menor Antônio exposto na apresentação do texto, nos faz supor que os candidatos ao cargo de tutor dirigiam-se ao juizado alegando que a criança teria melhores condições sociais se permanecesse sob sua responsabilidade, porém, os relatos acima sugerem que, na realidade, muitos interessados ao cargo somente o faziam visando utilizar o trabalho doméstico dessas crianças. Esse foi um dos grandes elementos que influenciavam a fuga das crianças.

Contudo, a opção pela fuga não se restringia aos casos de violência física contra a criança ou à coerção forçada para o trabalho pesado. Muitas ações que tocaram nessa questão não mencionam nenhum tipo de violência aparente sofrida pelas crianças tuteladas, porém, em todos esses casos, os menores dirigiam-se para ambientes sociais onde tinham estabelecido algum vínculo afetivo. O caso de fuga do liberto Vicente, de 16 anos, pode esclarecer como a ação da criança para manter o espaço social já conquistado era bastante comum.

No ano de 1879, Bárbara Freire, residente em Piracicaba, logo após conceder liberdade ao menor Vicente, foi até à cidade de Campinas e pediu ao juizado de órfãos que o garoto fosse tutelado por Floriano Antônio de Moraes. Estabelecida a tutela no dia nove de dezembro do mesmo ano para o indicado, Vicente começou a fugir diversas vezes para a cidade de sua antiga senhora. Após um ano de relação tensa e conflituosa entre o tutor e o menor no dia vinte e oito de agosto de 1880 chegava do juizado de Piracicaba um novo termo de tutela, estabelecido entre Francisco Leocádio e o menor. Assim, o juizado de Campinas não poderia mais remeter termo de busca e apreensão visto que a criança possuía vínculo tutelar em Piracicaba. O tutor de Campinas, Floriano de Moraes, remeteu ao

juizado um pedido de explicações sobre o ocorrido, além disso exigiu que a instância tomasse providências para solucionar a situação. O pedido contém informações importantes para entender o que levou o autor da carta a estabelecer o vínculo tutelar, além de evidenciar alguns motivos da fuga de Vicente.

> O abaixo assignado, tutor nomeado por Vossa Senhoria ao menor Vicente, vem requerer o seguinte: O suplente sendo nomeado tutor do menor Vicente escravo de uma senhora em Piracicaba, e dado o mesmo em aluguel nesta cidade libertou-o e pela quantia de dous contos e duzentos mil réis que pagou a senhora do dito menor. Este porém, depois de liberto e no fim do mês de janeiro...quando já era o suplente tutor nomeado por V.ª Senhoria ausentou-se furtivamente para Piracicaba ocultando-se em casa de sua ex- senhora onde tem mãe que é captiva. O suplente requereo a V.ª uma precatória para apreensão de seu tutelado e fugitivo e foi a mesma cumprida pelo juiz de órfãos de Piracicaba [...]no passado mês de agosto, no entanto, fugiu do poder do suplicante; e expedido nova precatória para sua apreensão o mesmo juizado [...] devolveu a precatória a V.ª sem cumpri-la, sob o pretexto de haver nomeado tutor ao mesmo menor. O suplente vem chamar a atenção para os seguintes pontos: 1º) Que o menor Vicente foi libertado por liberalidade do suplente 2º) Que o menor é jurisdicionado de V.ª Senhoria, que deo ao mesmo suplente como tutor [...] e nesta qualidade de tutor e liberador do menor Vicente só tem por fim como presente fazer com que seja tomado como assentimento aos atos desregrados dos juízo de órfãos de Piracicaba..."

Esta carta foi expedida em dois de setembro de 1880 e a resposta do juízo de Piracicaba foi que o menor Vicente já estava trabalhando e havia adquirido ofício na cidade. O relato acima está carregado de dados e informação a respeito das relações senhoriais, tanto entre os proprietários, como entre o proprietário e o escravo. Porém, o que interessa destacar desse relato é a estratégia encontrada pelo menor para escapar da prerrogativa instituída no vínculo tutelar. Vicente possuía em Piracicaba um espaço social estabelecido e articulado, isto é, o menor possuía ao longo da convivência naquele local amigos e familiares (no caso sua mãe), o que lhe dava possibilidade de adquirir um série de facilidades para transitar em espaços diferenciados e até mesmo ausentar-se de obrigações e tarefas mais pesadas e rígidas.

O vínculo tutelar em outra cidade, no entanto, pressupunha um afastamento daquele espaço de convivência e conseqüentemente das facilidades advindas do conhecimento pessoal de vários grupos sociais. Além disso, certamente Floriano de Moraes tinha claras intenções em utilizar o trabalho do menor Vicente gratuitamente. O tutor sabia que a maioridade era adquirida aos 21 anos, Vicente na época de abertura da ação tinha 16 anos, idade ideal para trabalhar em ofícios pesados. Como vimos no relato, o tutor comprou a liberdade do menor liberto, o que nos faz pensar que vínculo tutelar foi encarado por

Floriano como uma espécie de contrato de trabalho não remunerado até o menor chegar à maioridade. Provavelmente, ele investiu na liberdade da criança visando garantir uma eventual mão-de-obra por cinco anos. Só não contava com o alto número de fugas de Vicente, e mais, com a "troca" de tutores um ano depois de estabelecido o vínculo tutelar.

Além das várias fugas do menor, o que mais impressiona nesse caso é o fato de chegar do juizado de Piracicaba um termo de tutela estabelecido na própria cidade. A instância de lá percebeu que o menor fugia, e por isso resolveu dar um tutor de sua jurisdição, com o intuito de evitar outras fugas. Porém, vejamos por outro angulo a situação. O menor vivendo em Campinas sempre fugia para a cidade vizinha, porém, segundo consta no documento, ao estabelecer vínculo tutelar em Piracicaba, Vicente começou a trabalhar como aprendiz de ofício. A partir dessas informações, podemos sugerir que o próprio Vicente pediu um tutor em sua cidade, devido ao alto número de fugas e apreensões ele passou a ter maior contato com a "burocracia" do juizado de Piracicaba, percebendo, dessa forma, que só conseguiria estabelecer-se na cidade através do vínculo tutelar daquela jurisdição. Não tenho maiores informações sobre o juizado de órfãos de Piracicaba que possam comprovar essa hipótese. Porém interessa destacar através das informações do documento que a criança também tinha noção da interferência do juizado e em muitos casos sabia lidar com essas intervenções.

Percebemos, portanto, a partir desses relatos que na medida em que o século XIX avançava o juizado ampliava suas formas de intervenção sobre os menores. Ao mesmo tempo foi possível vislumbrar nesta apresentação, como os menores e suas famílias interpretavam e agiam diante dessas intervenções. Por estes casos podemos perceber a flexibilidade de estratégias de sobrevivência das crianças e seus familiares quando discordavam das interferências do juizado. O que nos leva a concluir que a maioria dos indivíduos que freqüentavam esses espaços sabia muito bem o que lhes convinha, e mais, sabiam utilizar determinados discursos e argumentos para adquirir o que era de seu interesse.

Notas de Rodapé:

[i] Arquivo do CMU, Unicamp, Fundo TJC 3º ofício, cx. 599, n. 11304.
[ii] Arquivo do Centro de Memória da Unicamp- Fundo TJC-3º ofício, cx. 599, n.11304, pronúncia do juiz no encerramento do caso.
[iii] Sobre trabalhos que comentam a questão da criminalidade e trabalhadores urbanos Cf. em Bretas, Marcos Luiz, Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997.Chalhoub, Sidney, Trabalho, Lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque 2ª edição. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.Fraga Filho, Walter. Mendigos, Moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo- Salvador, HUCITEC, EDUFBA, 1996.
[iv] Cf. em Carvalho, José Pereira de. Primeiras Linhas sobre o processo orphanologico: extensa e cuidadosamente anotada com toda a legislação e jurisprudência dos tribunais superiores até o ano de 1879. Parte Segunda. Rio de Janeiro: B. I. Garneier - Livreiro-Editor, 1880._____. Primeiras linhas sobre o processo orphanologico: extensa e cuidadosamente anotada com toda legislação e jurisprudência dos tribunais até o ano de 1887. 2ªedição Rio de janeiro: B. I. Garneier - Livreiro-Editor, 1888. Pinto de Toledo, João Baptista. Notas sobre o processo orphanologico: acomodada à legislação vigente no Estado de São Paulo. São Paulo Tipografia a Vapor Carlos Gerke & cia. 1896. Pinheiro, Luciana de Araujo. A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889). Dissertação de mestrado da Universidade Federal Fluminense, Niterói, julho de 2003.
[v] Arquivo do Centro de Memória da Unicamp- Registros de ações tutelares do Fundo TJC para o período de 1860 à 1889. Para a década de 1870 foram registradas 175 ações e na década seguinte 155.
[vi]Carvalho, José Pereira de capítulo XVIII "Dos tutores" § 113,114 e 117 p.131.*In* Primeiras linhas sobre o Processo Orphanologico: extensa e cuidadosamente anotada com toda legislação e jurisprudência dos tribunais até o ano de 1879.
[vii] O censo estatístico dos órfãos pobres é um livro de registros organizado pelo juizado de órfãos no ano de 1866 até 1899. Utilizei este livro para analisar as ações de tutela. Arquivo do centro de memória da Unicamp-
[viii] De 182 casos que constam registros da situação dos pais do órfão, 75 eram de falecimento dos pais.
[ix] Fraga filho Op. Cit. 129.
[x] Azevedo, Gislaine Campos. De Sebastianas e Geovanis: o universo do menor nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). Op. Cit.
[xi] Arquivo CMU- Unicamp, Fundo TJC 3º ofício, cx. 352, n. 5586.
[xii] Arquivo CMU-Unicamp, Fundo TJC 3º ofício, cx. 554, n. 11469.

As políticas públicas de imigração européia não-portuguesa para o Brasil – de Pombal à República

Prof[a]. Dr[a]. Lucelinda Schramm Corrêa (UFF)

De meados do século XVIII ao início do século XX, as políticas públicas para implementar a imigração européia, por parte de Portugal ou do Brasil, tiveram como vertentes: o "branqueamento" e a conseqüente "melhoria da qualidade da população", a ocupação de áreas estratégicas do ponto de vista geopolítico, a criação de uma classe média agrária com a transformação da estrutura fundiária e sua vinculação à produção de alimentos e abastecimento do mercado interno, bem como a substituição da mão-de-obra escrava. A questão da imigração estrangeira não se limitou ao Período Joanino, pois perpassa todo o I Reinado e alcança o Período Republicano, em particular na República Velha, com seu auge ocorrendo após 1850, em virtude da substituição da mão-de-obra escrava nas lavouras de café, então, em plena expansão.

A relevância e permanência do tema imigração e colonização pode ser constatada em documentos disponibilizados pelo *Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras* desenvolvido pela Universidade de Chicago (EUA)[1], onde destacamos os Relatórios Ministeriais (1821 a 1960) e as Mensagens dos Presidentes das Províncias (1830-1930). Vários são os documentos que assinalam a importância de leis para impulsionar a imigração européia[2], de estabelecer colônias agrícolas de nacionais e de estrangeiros e extinguir o tráfico de escravos[3], e da relação entre a vinda dos imigrantes europeus e as melhorias das práticas agrícolas[4]. No âmbito deste trabalho será enfatizada a gênese da implantação da política imigracionista de europeus não-portugueses para o Brasil sob a influência do pensamento Iluminista.

Em três séculos de colonização a máxima romana *Hopes hostes* (estrangeiros são inimigos) foi aplicada a "ferro e fogo" pelos portugueses no Brasil, procurando a todo custo manter suas possessões americanas fora do alcance das demais nações européias, sendo adotada a estratégia do encobrimento desse espaço, materializada numa política de fechamento dos portos, no monopólio absoluto e na destruição das embarcações

estrangeiras que ousassem atirar ferros às costas da colônia. Embora se possa considerar o Brasil uma colônia de exploração[5], não deixou de haver uma política de ocupação do espaço colonial, para assegurar a posse do território. Nos dizeres de Novais *não há colônia de exploração sem povoamento, assim como não há povoamento sem exploração*[6]. A política da Metrópole ao mesmo tempo em que reprimia a imigração espontânea para a colônia, estimulava, e inclusive promovia, a instalação de colônias em áreas consideradas estratégicas – que pudessem ser invadidas, ou que fossem resultado de conquista política ou militar[7].

Em 1808. o quadro encontrado pela Corte Portuguesa, não condizia com o novo papel da colônia no cenário internacional. O isolamento a que fora submetida permitiu a instalação de um quadro de,pobreza e ignorância, sem indústrias, comércio escasso, costumes relaxados, administração corrupta, com uma população predominantemente negra ou mestiça[8]. A conjugação destes fatores fez com que a idéia de estabelecer imigrantes estrangeiros tomasse corpo e passasse a ser admitida pelo governo metropolitano[9], e dando início a imigração estrangeira de europeus não-portugueses para o Brasil[10].

A leitura atenta do artigo 10º, do tratado de 1810[11], onde consta a promessa de gradual abolição do tráfico para o Brasil *pela desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e continuamente renovar uma estranha e factícia população, para entreter o trabalho e a indústria*[12], nos leva a crer que a intenção do Príncipe Regente ao cogitar a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado visava ampliar a fronteira agrícola, abrindo novas áreas para a lavoura, expandindo e diversificando a produção, e tendo como idéia subjacente a ocupação do território por uma população livre e branca, que permitiria o paulatino “branqueamento” da população do Brasil.

Temos, assim, um duplo objetivo: a ampliação da fronteira agrícola, além de facultar a ocupação e povoamento do território com uma população *laboriosa, conhecedora das Artes e Ofícios*, resolveria um problema que de longa data atormentava os governantes, o fornecimento de alimentos para o mercado interno, com destaque para o do Rio de Janeiro e o de Salvador[13]. Nesse ponto podemos nos indagar se a escolha de áreas próximas a

estas cidades, nas quais havia o predominava uma população mestiça ou negra de origem africana, e com recorrentes crises de abastecimento de alimentos, para a instalação das primeiras colônias de europeus não-portugueses, as Colônias de Leopoldina-BA (1818) e de Nova Friburgo-RJ (1820), constituídas por alemães e suíços, teria sido uma mera coincidência.

Para compreender a lógica da política de imigração, estabelecida a partir do século XIX, nos remetemos a discursos inspirados pelo Iluminismo - dominante na época, objeto de análise de vários autores, dentre os quais ressaltamos Maxwell[14], Sousa[15], Novais[16], Ribeiro[17] e Novais e Arruda[18].

O período pombalino pode ser considerado como o início da propagação dos ideais da *Época das Luzes* em Portugal e, por extensão na sua colônia americana[19]. Toda uma geração de homens, responsável pela administração e destinos da colônia e, que fortemente influenciou o movimento de independência e os destinos do Brasil, especialmente no Primeiro Reinado, também tem sua origem no pensamento iluminista. E, entre outros, podemos citar José Bonifácio de Andrade e Silva, Hyppólito José da Costa, J. J. Azeredo Coutinho, José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu). Nos limites deste trabalho trataremos dos aspectos abordados pelos pensadores iluministas em relação à substituição da mão-de-obra escrava e a imigração alemã, suas articulações com o branqueamento da população e a ampliação do setor da agricultura voltado para o abastecimento do mercado interno.

Nas cartas trocadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marques de Pombal, e Manuel Teles da Silva, em meados do século XVIII, já encontramos referências à preferência pelos alemães no tocante à imigração para o Brasil. De acordo com Eugenio dos Santos[20] a questão do *conhecer cientificamente, povoar e delimitar o enorme território* (Brasil)[21] *tornaram-se, pois uma prioridade inadiável*[22]. Para o autor, Manuel Teles da Silva era um *iluminado* e seus pontos de vista sobre o Brasil e, aparentemente, muitas de suas sugestões foram ouvidas por Pombal[23]. Dentre as diversas sugestões dadas por Teles da Silva, a questão do povoamento aparece com certa constância em várias de suas cartas a

Pombal, aconselhando-o a *povoar, povoar*, *povoar de qualquer modo (...) por uma questão econômica – mais lavoura, mais gado (...)*[24]. Também faz alusão à expansão da povoação, *(...) pois face ao grande território disponível seria desejável a multiplicação de povoados*, pois para ele, *(...) os homens tem algo de animais [se] multiplicão, não só à proporção dos pastos, mas conforme a extensão dos terrenos*[25], com a ocupação de todas as Capitanias e do Sertão, visando interiorizar o povoamento.

Com relação à origem dos imigrantes Melo da Silva nos parece um tanto quanto indefinido, pois se ao início da Carta de 12 de agosto de 1752[26] não parece se importar com a origem dos povoadores *(...) que podiamos utilizar no comercio das nossas Collonias ou Conquistas: Cuidemos pois em pouvoalas de qualquer modo que seja. Moiro, branco, negro, índio, mulatico, ou mestiço, tudo serve, todos são homens, (...)* mais adiante destaca os alemães quando se lê: *(...) que todos os Allemaens podem aly* [Brasil][27] *ser convenientemente estabelecidos*[28] *(...)*, porém, do seu ponto de vista, a religião professada pelos alemães – o protestantismo, seria um empecilho que poderia acarretar problemas com a *Santa Caza,* sendo o catolicismo a religião oficial de Portugal e, por extensão, das suas colônias. Aparentemente Pombal acatou os conselhos no que tange à colocação de *homens de boa estirpe* em altos cargos na colônia[29] e à política de povoamento - com destaque para a política empreendida na região das Missões, do sul do atual Paraná até o Prata[30].

Na passagem do século XVIII para o XIX, autores de *memórias*, imbuídos do espírito iluminista e inspirados pelas idéias liberais de Adam Smith, escrevem a respeito das perspectivas para a metrópole e seu ultramar. No âmbito deste trabalho nos limitaremos à postura assumida por Azeredo Coutinho, e alguns outros *Ilustrados* no referente à questão agrícola e suas relações de trabalho. Para Coutinho[31] a agricultura a ser desenvolvida na colônia (ou colônias portuguesas) deveria se coadunar com os interesses metropolitanos, ou seja, com o pensamento colonialista. A produção agrícola colonial deveria atender às necessidades metropolitanas, sem prejuízo para a metrópole, no tocante ao abastecimento e na geração de lucros comerciais[32]. Para atender tais objetivos o autor defendia o trabalho escravo e colocava-se contra a imigração[33].

Entre outros os autores, inspirados pelas idéias das *Luzes*, que trataram da questão agrícola e suas vinculações com a mão-de-obra ao início do século XIX, uns a favor da escravidão, outros do trabalho livre dos imigrantes devemos mencionar num primeiro grupo, Muniz Barreto[34], para quem o *progresso* poderia ser construído pelo trabalho escravo na agricultura, que defendia sob o argumento do "direito natural". Tal colocação trás implícita o racismo ao fazer distinções entre os homens e assinalar a degeneração de alguns "tipos" de homens[35]. Num segundo grupo, entre eles Vilhena[36], Maciel da Costa[37] e José Bonifácio[38], a visão é de que somente através do trabalho livre se alcançaria o *Progresso* e poder-se-ia *Civilizar* o Brasil. Para eles a escravidão era a responsável por todos os males que assolavam o país, pois os negros seriam *boçais e preguiçosos*, *imorais* (prostituíam-se), *ociosos* e *dados a todos os vícios*, e dessa forma corromperiam toda a sociedade. Portanto, a solução estava na abolição da escravidão, e neste ponto há divergências quanto à forma do seu estabelecimento: de forma gradual ou de uma só vez? Divergências também no tocante ao destino dos ex-escravos: repatriamento para a África ou a distribuição de terras (sesmarias), transformando-os em pequenos produtores? Mas a abolição por si só não resolveria a questão fundamental, que de maneira geral aparece diluída nos textos – o branqueamento da população. Este só poderia ser alcançado pela imigração européia expressiva, através da criação de núcleos coloniais.

Nesse ponto, os autores favoráveis à imigração concordam que a vinda de imigrantes europeus permitiria valorizar o trabalho, povoar o território através do estabelecimento de núcleos coloniais com propriedades de um tamanho médio[39] pré-determinado. Os imigrantes que não fossem agricultores poderiam ser dirigidos para as cidades e desenvolver as *Artes e Ofícios* e colaborar, tanto uns quanto os outros, para o *progresso*, a *civilização* e a *moralidade* do país. Tendo os autores como referencial os padrões europeus, a população do Brasil deveria passar, necessariamente, por um *branqueamento*[40].

Há de se assinalar, ainda, que o estabelecimento de colônias agrícolas formadas principalmente por imigrantes europeus, permitiria mudanças na estrutura fundiária, com o

estabelecimento de propriedades de porte médio, e na produção, uma vez que estes agricultores teriam como base a agricultura familiar e não se dedicariam aos mercado externo; atendendo, destarte, às necessidades do mercado interno, por um lado e, por outro, a emergência de um novo tipo de produtor rural, preenchendo uma lacuna na estrutura de classes do país – pois assim como no campo, nas cidades, havia um vazio no que tange às camadas médias da população. A imigração européia possibilitaria uma mudança na estrutura social do país.

Nos escritos de Hyppolito da Costa no Correio Braziliense, onde são enaltecidas as qualidades dos imigrantes, podemos ver a idéia de branqueamento da população associada às mudanças agrícolas decorrentes de uma imigração européia. Sob seu ponto de vista[41], a imigração européia daria uma série de vantagens ao Brasil, seja pelo aspecto do aprimoramento da agricultura, com a introdução de novas espécies de plantas e pela adoção de modernas técnicas agrícolas, seja pelo aprimoramento da "raça" através da introdução de europeus, de preferência do Norte da Europa e da Alemanha, Holanda, Itália, Espanha e Irlanda. Além de propiciar o branqueamento da população também traria o "aprimoramento moral" tendo em vista sua "superioridade moral" em relação aos habitantes do país, quase todos de origem não européia ou mestiça, isolados há três séculos. As repercussões da imigração européia também seriam sentidas em outros ramos da economia, como na indústria, praticamente inexistente na colônia.[42]

No Correio Braziliense de julho de 1818, critica o governo português por não facilitar a instalação de colônias de europeus no Brasil, fazendo com que estes prefiram imigrar para os Estados Unidos onde podem adquirir terras, *sujeitando-se antes aos rigores de um mau clima, com o descanso do espírito, sem temor de arbitrariedades, do que viver no delicioso país do Brasil (...)*[43]*.* Entende, assim, que o governo português deveria propiciar mecanismos de atração que permitiriam desviar o fluxo imigratório para o Brasil. Em março de 1820, volta a tratar da *Emigração para o Brasil*[44], onde critica a ausência de leis que estimulem a imigração, ao contrário do que ocorria nos Estadas Unidos.

Hyppolito da Costa por diversas vezes se reporta ao tema como forma de aumentar

a população do Brasil, e ressalta a importância das colônias formadas especialmente por suíços. Critica, porém, à falta de um planejamento da imigração, que resultaria num desperdício de recursos dado o número reduzido de indivíduos dispostos a vir para o Brasil, e a *falta de responsabilidade nos empregados nestes planos*...[45]., pois os enviados para as Cortes estrangeiras seriam *homens réus do crime de lesa-majestade e por tal condenados a morte em Portugal...*[46], sendo *o plano de emigração da Suíça já defeituoso na origem...*[47]*.* As críticas relacionadas aos gastos excessivos da Coroa, mais de 50.000 francos, com os empregados públicos, além do custo do transporte dos colonos[48]., teve como alvo a Colônia de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, e ao que parece ao principal agenciador dos colonos suíços, Sebastião Nicolau Gachet[49].

Notas:

[1]Podem ser consultados através do site http://wwwcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm.
[2]Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1832. p. 20-21.
[3]Relatório do Ministério dos Negócios do Império – 1834. p 25-27.
[4]Relatório Província da Bahia – 1842. p. 6-9.
[5]O fluxo migratório, persistente durante o século XVII, intensificou-se no século XVIII com a descoberta das minas, a ponto de poder ser considerado um movimento emigratório
[6]NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*.. p.301.
[7]O assentamento, em 1716, de famílias açorianas e portuguesas no Sul, o povoamento do Rio Grande de São Pedro, em 1720, a instalação de famílias açorianas na ilha do Desterro em Santa Catarina em 1748 e de casais açorianos no Pará em 1763 são exemplos. Mas tais colonos não podem ser considerados não-portugueses, pois vieram em sua maioria das possessões portuguesas do Atlântico, para as quais a política vigente da Coroa era manter um equilíbrio entre a população residente e o espaço, e promover de quando em vez um processo emigratório destinado a manter o equilíbrio demográfico desejado pela Corte.
[8]Na proporção de nove negros para um branco na cidade do Rio de Janeiro.
[9]O Decreto de 25 de novembro de 1808, que permitia a posse de terras por estrangeiros, e o tratado de 1810, firmado entre Portugal e Inglaterra, no seu artigo 12º garantia aos súditos ingleses estabelecidos no Brasil a liberdade de culto, desde que as igrejas não tivessem *forma exterior de templo*, bem como a Carta Régia de 7 de março de 1810 onde D. João declara *(...) pudessem os cultivadores do Brasil achar melhor consumo para seus produtos, e que daí resultasse o maior adiantamento na geral cultura e povoação deste vasto território do Brasil, que é o essencial modo de o fazer prosperar, e de muito superior ao sistema restrito e mercantil* (...), sinalizam para uma política pró-imigração de não-portugueses.
[10]Porém, a abertura da colônia aos imigrantes não se fez sem contradições. Se por um lado o Príncipe Regente, D. João, admirava os intelectuais e artistas estrangeiros e incentivou sua vinda para o Brasil, ao mesmo tempo, em 1808, ordenava através do conde de Linhares, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, ao Ouvidor Geral do Crime da Relação, Conselheiro Paulo Ferraz Vianna, o levantamento de todos os imigrantes residentes na Corte, onde deveria constar o nome, emprego e nação de origem. A seguir criou a Intendência de Polícia e ordenou a todos os Ouvidores de comarcas dos Estados do Brasil que fizessem o mesmo, confeccionando listas de estrangeiros, controlando a entrada de todos os estrangeiros nos portos em embarcações nacionais ou das demais nações. Devemos ressaltar que, tais preocupações também se dirigiam para os europeus oriundos de Portugal, ou seja, aos próprios portugueses natos.
[11]Entre outros aspectos o referido tratado tentou restringir às possessões portuguesas o tráfico de escravos.
[12]ROUVE, Agenor de. *Política Econômica de D. João VI.* p.685.
[13]Sobre o abastecimento de Salvador ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira e LINHARES, Maria Yeda. *História da agricultura brasileira.Combates e Controvérsias*. p. 125 et seq.
[14]MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*.
[15]SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Letras e Idéias no Brasil Colonial.* In HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. *A Época Colonial*. 2º vol. Administração, Economia, Sociedade.
[16]NOVAIS, Fernando.Op. cit.. p. 213 et passim.
[17]RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*.. p. 153 et seq.
[18]NOVAIS, Fernando e ARRUDA, José Jobson Andrade. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, 1756-1835. Observações sobre a fraqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil /* por José da Silva Lisboa. Notas introdutórias.

[19]Formou-se inicialmente na Universidade de Coimbra e, posteriormente, em outras universidades européias como Edimburgo e Montpellier, uma elite intelectual composta por naturalistas, médicos, jornalistas, literatos, etc..., a qual contribuiu para divulgar o pensamento iluminista na colônia, em especial no período de D. Maria I e de D. João VI
[20]SANTOS, Eugenio dos. *O Brasil Pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado*. In TENGARRINHA, José (org.). *A historiografia portuguesa, hoje*. p. 147 et seq.
[21]Nota nossa.
[22]SANTOS. Op. cit. p. 147 et seq.
[23]Op. cit. p. 140.
[24]Ibidem p. 156.
[25]Ibidem p. 157-158.
[26]Idem.
[27]Nota nossa.
[28]Op. cit. p. 157.
[29]Op.cit. p. 162.
[30]Pombal instruiu Gomes Freire a captar *povoadores para esta vasta região, tanto europeus, como americanos, índios e outros* e a incentivar a união dos brancos com índias, *declarando que os filhos de tais uniões seriam considerados como nascidos no Reino e, portanto, hábeis para ofícios, honras, cargos públicos*. (SANTOS: p. 163)
[31]Novais considera Coutinho um teórico do *colonialismo ilustrado*. NOVAIS. Op. cit. p. 230 et seq
[32]Ibidem, p. 230.
[33]COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias*. In *Obras econômicas*. p. 58-172.
[34]COSTA, João Severiano Maciel. *Memória sobre a Necessidade de Abolir a introdução dos Escravos Africanos no Brasil, Sobre o Modo e Condições com que Esta Abolição se deve Fazer e Sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que Ela Pode Ocasionar*. In: *Memórias sobre a Escravidão*.
[35]Sob as idéias das *Luzes* o europeu-branco é visto como sendo o homem *civilizado*, responsável pelo domínio da natureza – o *Progresso*. Como seu antinômico, o *selvagem* ou o *bárbaro*, regra geral o africano, aquele ao qual a natureza domina, sobretudo o clima. Tais idéias evoluiriam ao longo do século XIX apoiadas, sobretudo na biologia, permitindo o aparecimento de doutrinas como, por exemplo, o *determinismo geográfico* de Friedrich Ratzel, que justificariam toda uma série de ações calcadas no *cientificismo* da doutrina racista. No que possa interessar no âmbito das nossas questões, tais idéias vão embasar os dois lados contrários no referente às relações de trabalho.
[36]Vilhena enfatiza o trabalho livre e a imigração como soluções para a questão da mão-de-obra e, paralelamente, do povoamento. Os imigrantes, de preferência ilhéus portugueses, bem como *gente ociosa*, povoariam o campo e gerariam *riqueza* que nesse sentido deve ser entendida como pública, geração de lucros para a metrópole. VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX cartas*.
[37]COSTA. Op. cit..
[38]SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Construção da nação no pensamento de José Bonifácio: 1783 – 1823*. p. 188 et seq.
[39]O tamanho médio das terras a serem ocupadas pelos imigrantes deveria ser de um quarto de légua quadrado. No *Plano para o estabelecimento de Colonia Européia no Brazil – offerecido por Pedro Machado de Miranda Malheiros ao Imperador em 24 de abril de 1826*, consta no seu artigo 5º o tamanho das propriedades a ser oferecidas aos colonos. A.N. Ministério do Império. Códice 829.01. Doc. 31.
[40]Dentro deste quadro a idéia de *progresso* remete à questão do *ócio e preguiça* dos escravos versus a *virtude do trabalho* dos europeus, a *civilização* do branco europeu em contraste com os *boçais africanos*, a *moral e a religiosidade* dos brancos em oposição aos *vícios* e a *imoralidade* dos negros
[41]*(...) não se pode deixar de conhecer-se quão importante seria ao Brasil o favorecer a imigração de agricultores instruídos de diferentes partes da Europa que soubessem escolher os terrenos para as diversas plantas e as plantas que convém aos terrenos de várias qualidades, que existem na vasta extensão daquele território, aonde há chãos e climas de incalculável variedade*. MENDONÇA, Hyppolito J. da Costa P. F. de. *Observações sobre o estado da organização e população do Brasil*. Correio Braziliense, Vol. VI, p. 228-240, maio de 1811. In SOBRINHO, Barbosa Lima (Org.). *Antologia do Correio Brasiliense*. p. 62.
[42]Cabe assinalar que Hyppolito da Costa não faz referência ao pacto colonial, por entender que a quase ausência de indústrias na colônia decorreria de um fator humano e não das relações político-econômicas da metrópole-colônia.
[43] Op. cit. *Emigração para o Brasil (Arbitrariedade dos governos, obstáculos à imigração. O programa de terras do Estados Unidos)*. Vol. XXI. P. 216-218. Apud SOBRINHO, p. 200.
[44] Op. cit. *Emigração para o Brasil (Necessidade de leis gerais que proporcionem garantias aos imigrantes)*. Vol. XXI, p. 281-286. Apud SOBRINHO, p. 257 et seq.
[45]Ibidem. p. 259.
[46]Idem.
[47]Ibidem. p. 260.
[48]Ibidem. p. 257.
[49]Não nos alongaremos nessa questão, tratada por vários autores e tema do trabalho de ERTHAL, Rui. *A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo – uma abordagem geográfica*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2000; Entre outras obras que se referem a colonização de Nova Friburgo, temos: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil, 1824 – 1830*; SEYFERTH, Giralda. *A imigração alemã no Rio de Janeiro*. In GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. p. 11 et passim.

A EXPANSÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS REGULAMENTOS DE ABERTURA DE RUAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

LUCIA NOEMIA SIMONI

O trabalho tem por objetivo analisar o processo de constituição de legislação regulando a abertura de novas ruas, a partir de investigação do caso específico da cidade de São Paulo. Como a rua ou seu conjunto, o arruamento, é a condição primordial para o parcelamento, uso e ocupação da terra em sua forma urbana, engendrando a expansão territorial da cidade, para a compreensão da produção deste espaço tão peculiar que é a rua, propomos neste artigo conhecê-lo a partir de sua origem, extraindo do processo de transformação do estatuto da propriedade de terras no Brasil, os marcos de transformação de seu significado econômico e social. [1]

Em sua origem, o domínio sobre as terras brasileiras pertenceu à Coroa portuguesa e a apropriação, uso e ocupação de terras se deram sob o regime de concessão de sesmarias, regido pelas Ordenações do reino. O domínio sobre as terras não é transferido aos particulares, mas mediante concessões é dado gratuitamente o direito de seu usufruto. O estabelecimento de povoações deu-se em terras também obtidas através de concessões, e desta maneira teve origem a base territorial para exercício do governo de vilas e cidades: o *Termo*, ou território municipal, e o *Rocio* de menor extensão, envolvendo a povoação e destinado à expansão urbana e ao uso comum dos habitantes. Nestes recortes territoriais a distribuição de terras é atribuição dos governos das vilas e cidades e realizada por meio de concessões gratuitas de sesmarias ou de datas de terras as quais geralmente possuem menores dimensões e caráter urbano.

Assim, a gratuidade do acesso á terra em sua forma legítima foi determinante na expansão das cidades brasileiras. A formação de terrenos para doação, quando não à beira de estradas ou caminhos existentes, consistiu na abertura de novas ruas em terras municipais, por meio do estabelecimento de alinhamentos determinando seus limites e o nivelamento aplainando o leito carroçável. O desenho dos traçados e dos terrenos formados, bem como suas dimensões partiu sempre da decisão das câmaras, sendo dada preferência aos traçados ortogonais o quanto possível em vista das irregularidades do

relevo. Devido à grande importância das ruas como espaço de trânsito dos habitantes, a valorização das testadas ou frentes dos terrenos, resulta em lotes estreitos e alongados, muitas vezes tendo a dimensão de fundos indeterminada, pois o que importa é o contato com a cidade. [2]

Na sociedade escravista o acesso à terra é evidentemente restrito a uma pequena parcela dos habitantes e nos três primeiros séculos de colonização portuguesa em que se priorizou a produção agrícola para a exportação, e a dimensão demográfica foi diminuta a abundância espacial de terras é um dado ainda mais ampliado pela condição social. No século XVIII, o sistema sesmarial declina, [3] desagregando-se pela ineficácia da aplicação de seus regulamentos e pela emergência de outra forma de apropriação de terras, a posse. [4] Refletindo o quadro geral na colônia as terras municipais, seus *Termos* e *Rocios*, estavam também sujeitos aos apossamentos, invasões e inúmeros litígios. São freqüentes os conflitos entre poder municipal e concessionários de terras, por avanços sobre terrenos vizinhos, invasões sobre os leitos das ruas e praças. As posturas municipais tornam-se mais rigorosas para preservar a delimitação entre espaços de uso comum e os espaços de uso particular, surgindo posturas regulando os procedimentos de alinhamento e nivelamento de ruas e praças e seu registro em plantas da cidade. Entretanto, a sociedade escravista, do compadrio, do favor não é afeita à precisão de normas, nem à clareza de demarcações de terras, e as delimitações das diferentes categorias de territórios, como dos termos e rocios e dos espaços para circulação são tão imprecisos e arbitrários quanto as relações sociais que os nutrem.

Este quadro se aprofunda após a Independência e apenas em 1850 o governo imperial formula as bases legais para a regulamentação da propriedade de terras. O foco central desta legislação foi, no entanto, a terra rural, sendo mantida a prática tradicional das concessões de terras dos rocios pelas Câmaras, apesar das transformações por que passavam as cidades no Brasil, sobretudo aquelas sob o impacto tanto da inserção de novos produtos agrícolas no mercado internacional, quanto ao ímpeto comercial decorrente do desenvolvimento industrial europeu.

Este foi o caso da cidade de São Paulo, sujeita ás transformações decorrentes do sucesso da produção cafeeira no interior da província e da implantação da ferrovia inglesa, concluída em 1867, colocando a cidade numa posição geopolítica inigualável. Como se sabe, a capital de São Paulo torna-

se passagem obrigatória, interligando o interior cafeeiro e o porto de Santos, polarizando as atividades financeiras e do comércio internacional. A reviravolta gerou alterações físicas e espaciais na cidade.

Paralelamente ao arruamento de terras municipais pela câmara visando a concessão gratuita de datas, emerge o arruamento em terras cujo domínio tivera origem em concessões municipais. Abria-se um novo campo de relacionamento entre proprietários de terras e Estado, representado pela Câmara. As ruas que pela tradição colonial são concebidas como bens urbanos são equivalentes a melhoramentos municipais, de sorte que as abertura de ruas em terras sob domínio particular devem ser desapropriadas por utilidade municipal, do que decorre a obrigação municipal de indenizar os proprietários.

Como em meados do século XIX os recursos municipais eram bastante limitados e o governo provincial não se dispunha a arcar com o custeio das indenizações, criou-se uma forma negociada em que os proprietários faziam a doação de seus terrenos para ruas em troca da isenção de impostos e obrigações futuras relacionadas aos terrenos formados nas quadras e acessíveis através da nova rua. Os trabalhos de construção da rua, o estabelecimento do plano de seus traçados, a marcação dos alinhamentos, as obras de desmatamento, nivelamento do terreno, e muitas vezes de drenagem foram mantidos a cargo do tesouro municipal.

A gratuidade das terras concedidas pela Câmara Municipal de São Paulo se extinguiu em 1875. A medida se insere na política mais geral adotada pelos cafeicultores paulistas em favor da transformação gradual do estatuto do trabalho, baseada na substituição do trabalhador escravo pela mão-de-obra livre do imigrante europeu. O governo provincial decide fundar quatro núcleos coloniais na capital visando atrair imigrantes, oferecendo lotes urbanos e rurais para seu estabelecimento. [5] A comercialização destes lotes pelo governo provincial segue a prática predominante, ou seja, a aquisição é feita mediante concessões por aforamento ou arrendamento. Embora os arruamentos fossem indistintamente custeados pela Câmara, a gratuidade das datas de terras já não podia mais ser mantida.

O baixo preço das datas de terras e a forma desordenada com que são abertas as ruas, cujos traçados se submetem aos interesses de proprietários de terras e mesmo antes, de futuros concessionários de datas, põem em evidência a ausência de uma política de ocupação territorial. Por

este motivo, talvez o desinteresse na construção de instrumentos que informem sobre o território. Os levantamentos de terras ficam inconclusos, mantendo indefinidas as delimitações das terras do Rocio e do Termo municipal. Não são mapeadas as áreas já concedidas, e os livros manuscritos de registro pouca valia oferecem para a discriminação entre as terras municipais, as terras devolutas e as terras sob domínio particular. As plantas da cidade justapõem traçados de ruas existentes a de ruas que se pretende abrir, todas elas representadas com a mesma largura que as posturas municipais indicam como obrigatória. O registro em plantas da abertura de ruas em áreas mais distantes do centro para a concessão de datas, ou mesmo de planos de ruas elaborados por proprietários, são em plantas parciais que vão se acumulando nos arquivos municipais, sem poderem oferecer uma leitura mais articulada do uso e ocupação do solo no território municipal.

Durante as décadas de 1870 e 1880 o arruamento de terras, tanto por iniciativa da câmara como de particulares torna-se mais freqüente. Entre 1886 e 1889 o governo provincial realiza o primeiro levantamento de terras do Termo do Município de São Paulo, visando a discriminação entre terras devolutas e de domínio privado, que embora inconcluso, contribuiu para a venda de terras devolutas e formação de novos arruamentos nos arredores da cidade. No Código de Obras e no Padrão Municipal da cidade, ambos aprovados em 1886, pela primeira vez surgem normas que mencionam a abertura de ruas em terras sob domínio privado. A exigência aos proprietários da apresentação de um plano das ruas a serem abertas é a única novidade.

Na passagem do século XIX para o século XX a cidade do capital agro-exportador se transforma, passando a sediar também o capital industrial. As transformações no campo econômico e produtivo após a extinção jurídica da escravatura propiciam a concentração de trabalhadores livres na capital e a população do município que em 1886 era de 44.030 habitantes atinge os 240.000 habitantes em 1900.

As reformas republicanas abriram oportunidades atraentes para o negócio com terras, gerando uma extraordinária expansão de arruamentos, como revela a planta geral da cidade de 1897. A desarticulação dos arruamentos, a grande extensão de terras que abrangem proporcionando a formação de grande número de lotes, bem como a maneira fragmentada com que se espalham no território municipal, colocou em relevo a fragilidade da gestão municipal com respeito á ocupação do solo.

Apesar do maior empenho na formulação normativa por parte da Câmara e das Intendências sob o novo regime republicano, e a contribuição de idéias urbanísticas trazidas da Europa e difundidas, sobretudo a partir da Escola Politécnica, fundada em 1891, prevalecem as relações pouco afeitas à norma, tais como a proliferação de posses de terra, com invasão das áreas pertencentes ao município, a transgressão às normas construtivas, em especial as que regulam a edificação de moradias voltadas para o mercado rentista de locação de moradias.

A manutenção da forma negociada entre câmara e proprietários de terras para abertura de ruas tornou-se insustentável com a explosão imobiliária. Entretanto, a restrição ao emprego de recursos municipais com a consolidação das novas ruas abertas, por si só, levaria a uma precariedade ainda maior dos arruamentos. No início do século XX a câmara municipal de São Paulo se empenha em um projeto de modernização da cidade, tendo por referência a reforma do Rio de Janeiro (1902). Foi no processo de concepção da reforma da cidade que surgiram as primeiras normas regulamentando a abertura de ruas por particulares. Em 1905, os proprietários ficam obrigados a executar o nivelamento do leito das ruas e as obras de drenagem. Em 1909, os proprietários devem custear metade do calçamento das ruas abertas em seus terrenos.

A oposição a estas normas só se esgotou ao entrar em debate a elaboração de um plano geral definindo os principais alinhamentos viários futuros e os melhoramentos municipais a serem executados. Tratava-se de criar um instrumento de controle do crescimento urbano e mesmo de o restringir, como entenderam muitos vereadores e proprietários de terras. Uma solução intermediária é adotada depois da aprovação do plano de remodelação da área central em 1911. Elege-se como diretriz de expansão urbana o crescimento ilimitado, dando-se ampla liberdade aos proprietários de terras na definição do traçado de ruas e no aproveitamento da terra na subdivisão em lotes. A ordenação deste crescimento é regida pela adoção de uma configuração concêntrica, centrada na área central e histórica, e formada pelas radiais constituídas pelas ruas e estradas a partir do centro. Esta concepção de cidade é defendida como sinônimo de desenvolvimento e meio para equiparar São Paulo às grandes cidades latino-americanas, senão mesmo às grandes metrópoles mundiais. Em contrapartida, aprova-se a primeira lei específica dispondo sobre a abertura de ruas por proprietários de terras, obrigando a

elaboração de plano técnico apoiado em levantamento topográfico das terras a serem arruadas e sua execução às expensas do proprietário.

As normas destinadas a regulamentar o arruamento de terras sob domínio particular foram aprovadas entre 1913 e 1934[6] e regularam a urbanização no município de São Paulo até 1972, quando aprovada a primeira lei de zoneamento funcional.

A Lei Municipal n. 1.666 de 1913 foi o primeiro texto legal a regulamentar especificamente a formação de novas ruas e, de fato, representou uma ruptura com a prática que se sedimentara em São Paulo, desde o século XIX. Com ela era desautorizado o arruamento de terras que implicasse em desapropriação por utilidade pública municipal das faixas de terrenos destinados a ruas, derrubando o acordo que sustentava a prática de negociação entre a Câmara e os proprietários de terras. Em sua formulação o arruamento adquiria o caráter de empreendimento privado, sendo preliminar a qualquer intenção de abertura de ruas o investimento de capital para custeio do projeto e das obras necessárias a sua execução. Apesar deste avanço, o texto da lei de 1913, e as seguintes, aprovadas entre 1914 e 1923, continham fragilidades, que permanecerão como veremos a seguir.

A nova legislação[7] estabelece que a configuração concêntrica da cidade é ordenada segundo a divisão do território municipal em perímetros circulares, delimitando a área central, a urbana, a suburbana e a rural. A área central é concebida como pólo de comércio, finanças e serviços e deve ser a mais bem dotada de infra-estrutura urbana. Os perímetros seguintes, urbano e suburbano, correspondem a graus decrescentes das qualidades urbanas planejadas para o centro da cidade. O perímetro suburbano é concebido como um anel de expansão urbana, e por isto seus limites são móveis, alterados quando uma parte de seu território alcançar as condições de urbanidade próprias ao perímetro urbano. Estas condições se referem aos melhoramentos diferenciados que se planeja executar em cada perímetro, como também ao grau de consolidação das áreas arruadas.

Com a lei de 1913, a abertura de arruamentos depende da aprovação de um projeto, ou plano técnico, elaborado segundo o levantamento topográfico do terreno. O plano projetado deve ser rigorosamente executado no terreno, com a implantação de marcos de ferro demarcando, tanto os alinhamentos dos traçados viários, quanto os níveis do terreno, informando sobre os aclives e declives das faixas aplainadas e destinadas às ruas, e a concordância de níveis nos pontos de cruzamento.

Assim, era adotada uma técnica modernizadora na construção do arruamento, o que a partir de 1915 torna-se obrigatoriamente da responsabilidade de um profissional habilitado.

As características de desenho urbano prescritas partem de uma formulação pouco elaborada em 1913, mas inovadora por desobrigar da forma ortogonal, admitindo traçados viários em curvas e, portanto, passíveis de adequação ao relevo. Apenas em 1923, as exigências são aprimoradas. Os planos em terras com área igual ou superior a 40.000 m2 devem conter a destinação de áreas específicas, para o sistema viário o correspondente a 20% da área total, e para espaços livres destinados à criação de praças, jardins, *squares*, de 5% do total da área na zona urbana, 7% na zona suburbana e 10% na zona rural. São estabelecidos diferentes tipos viários, desde vielas para pedestres até grandes vias de comunicação, cuja aplicação passa a depender de recomendações da própria prefeitura, que antes da aprovação do projeto definitivo, estabelece diretrizes viárias a serem seguidas pelos proprietários de terras.

A delimitação da zona rural compreende antigas povoações, como as sedes das antigas Freguesias, e ainda os arruamentos formados na virada do século. Nestes casos e a partir de 1923, a expansão urbana deve ser regida pela mesma normativa que se aplica nas zonas urbana e suburbana. Apesar do incentivo à formação de pequenas propriedades rurais e os grandes investimentos com a construção de pontes, abertura de novas estradas e conservação das existentes, de fato o arruamento com fins urbanos tomou impulso na zona rural. O levantamento do arruamento municipal de 1927, mostra claramente que a zona rural tornou-se uma das áreas preferenciais para os proprietários de terras.

A persistência da urbanização espoliativa no Município de São Paulo encontra na própria legislação aprovada desde 1913, um dos seus fatores explicativos. Por um lado, a aplicação das prescrições técnicas e de desenho urbano é direcionada à propriedade de terras individual. É mantida a liberdade do proprietário de terras de arruar a qualquer tempo e em qualquer localização, com isso favorecendo a uma urbanização esparsa e fragmentada no território municipal. Mesmo com a definição das diretrizes viárias pela prefeitura, a partir de 1923, sua elaboração por parte dos técnicos municipais careceu de um plano geral que articulasse as propriedades e seus arruamentos no interior

da malha viária em expansão. Por outro lado, não houve a contribuição que a nova legislação poderia dar ao processo de transição para a moderna propriedade de terras.

Desde que, a partir da década de 1890, o arruamento de grandes extensões de terras com a produção de grande número de lotes se difundiu em São Paulo, a forma de comercialização que predominou foi a compra e venda em prestações. O modo de produção de moradias destinadas à locação, arrendamento ou aforamento tendia a ser eliminada nas novas áreas de expansão urbana. A este modo rentista correspondia um padrão de ocupação: ou lotes em quadras formadas por ruas públicas do período das concessões de datas de terras, ou as ruas e vielas no interior destas mesmas quadras, dando acesso aos cortiços e vilas operárias, destinadas à população de baixos rendimentos. Um novo padrão pretende ser estabelecido conforme o estabelecido na nova legislação de 1913 a 1923, vinculado á formação de lotes adquiridos por venda e compra. Contudo, a legislação municipal deixa em aberto a conversão de vias e espaços livres em áreas de domínio público. Em 1915, adota-se a obrigatoriedade de instituição de servidão de passagem, como forma de garantir o uso comum das novas vias. Nem proprietários de terras, nem a Justiça admitiam a obrigatoriedade da doação destes espaços para que fossem integrados à cidade. Com isto, a subdivisão física e espacial através do arruamento de terras não se verifica no plano jurídico, e o domínio sobre as terras não se subdividindo deixa em aberto a transferência da propriedade aos compradores de lotes e o caráter dominial das ruas e áreas para praças, jardins, que deviam constituir os novos espaços públicos da cidade.

E por fim, resta a acrescentar que as penalidades impostas aos proprietários de terras foram pouco significativas, seja quando se tratou de multas, cujos valores eram irrisórios, seja por terem visado exclusivamente a produção rentista de moradias para a população de baixa renda e não haver sequer fiscalização que constatasse a abertura dos extensos arruamentos, tão comuns na urbanização espoliativa e precária em São Paulo.

---

[1] Este texto tem origem no trabalho e pesquisa apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, "Arruamentos de terras e o processo de formação do espaço urbano no Município de São Paulo, 1840-1930", apresentado pela autora em fevereiro de 2003 para obtenção do título de doutor.
[2] MARX, Murillo "Cidade no Brasil, Terra de quem?" SP: Edusp/ Nobel, 1991.
[3] PORTO, José da Costa "Sistema Sesmarial Brasileiro", p. 19; LIMA, Ruy Cirne "Pequena história territorial do Brasil – sesmarias e terras devolutas" SP: Secretaria de Estado de Cultura, , 1990; SILVA, Lígia Osório "Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de Terras de 1850", Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 48.

[4] SMITH, Roberto "Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil" , São Paulo, CNPq / Brasiliense 1990, p.167.
[5] LANGENBUCH, J. R. "A estruturação da grande São Paulo – estudo de geografia urbana", RJ: IBGE, 1971.
[6] Lei n. 1.666/13; Padrão Municipal/ 1920, Lei n. 2.611/23; Código de Obras/29; Ato n.663/34.
[7] Lei n. 1.788 de 28/5/1914 e Lei n. 1874 de 12/05/1915.

DE "MULHERZINHA" À "SANTA MADRE": DISPUTANDO A MEMÓRIA DE MADRE TERESA[1]

Luciana Lopes dos Santos

> "*Quién fue la madre Teresa de Jesús, su espíritu, su gracia natural y sobrenatural, su blandura, discreción y prudencia, lo sabrás leyendo sus libros, y en los que de su vida compusieron el Padre doctor Ribera, y otros Padres*..."[2]

Espanha, ano de 1576. Teresa era uma bela mulher que posava para um pintor. Ele era Giovanni Narduch, mais conhecido como Frei Juan de la Miséria, o carmelita que pintou o único retrato feito de Teresa quando ainda era viva. Talvez ele não imaginasse que sua obra, feita às pressas, não sendo lá nenhum quadro de Velázquez e que, muito menos, chegaria aos pés da obra de Bernini, se tornasse tão importante para as gerações posteriores. Tal pintura é a mesma que ilustra atualmente inúmeros livros e *souvenirs* vendidos na cidade de Ávila, na Espanha, onde Santa Teresa, a modelo do quadro, é o principal ícone turístico[3].

Esta imagem e as biografias escritas sobre a Santa cooperaram para que um certo grupo de pessoas - os carmelitas descalços, Ordem religiosa idealizada pela Madre – formasse uma memória bem particular sobre a Santa. Teresa parece tão íntima deles como se aquela e estes fossem contemporâneos: ela é a mãe, a fundadora, a conselheira espiritual, a reformadora, enfim, e simplesmente, a "Santa Madre". Para Michael Pollak, são também elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, alguns "personagens que não pertenceram necessariamente ao mesmo espaço-tempo da pessoa." E, por isso, é possível que "ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada."[4] Parece que esta "memória quase herdada" está mais que presente entre os carmelitas. Na verdade, não uma memória única: a mesma mulher teve vários rostos e adjetivos, os quais ajudaram a forjar várias "Teresas": desde a "mulherzinha" inquieta e andarilha de meados do século XVI até a "Santa Madre" atual.

Brasil, século XXI. Uma historiadora tenta narrar tal história. Para recontá-la, a mesma deparou-se com uma grande quantidade de biografias, transformadas em "historiografia

teresiana", que relatam a vida de Teresa de Cepeda y Ahumada, mais conhecida como Santa Teresa de Ávila, mas que preferia assinar como Teresa de Jesus.

Grande parte da bibliografia e das fontes desta pesquisa tem caráter biográfico, ou melhor, hagiográfico. Negar este fato seria o mesmo que fazer uma simples compilação, por isso, a necessidade de problematizar e comparar estes textos. Conforme Magda Ricci[5], cada relato biográfico foi produzido "por um motivo e em razão de alguns problemas históricos, historiográficos ou pessoais, que devem ser percebidos pelo historiador."[6] Desta forma, pretendo contar neste texto um pouco sobre a "vida após a morte" da Santa, a partir de alguns relatos biográficos e dos festejos dos centenários de morte de Teresa, quando novas interpretações puderam cooperar na formação de uma memória teresiana.[7]

Teresa nasceu no dia 28 de março de 1515 e viveu até os sessenta e sete anos. Com vinte anos, Teresa fugiu de casa para o convento carmelita de Encarnación de Ávila, contrariando a vontade do pai de vê-la casada. Depois de 27 anos, percebendo algumas dificuldades como a superpopulação de monjas do mosteiro, além de uma série de privilégios concedidos às moças nobres, resolveu, com algumas amigas, fundar um convento a partir da Regra da Ordem do Carmelo obedecida antes das atenuações introduzidas pelo papa Eugênio IV. Em 1562, inaugurou o mosteiro de São José, em Ávila, o primeiro de muitos que levaram Teresa a viajar por Castela e pela Andaluzia. Teresa não agradou a todos neste empreendimento, atiçando os ânimos do resto da Ordem, como também de outros setores do Clero e originando uma série de perseguições. "Mulher irrequieta e andarilha, desobediente e contumaz"[8] foi apenas uma das denominações que ela ganhou. Além disso, sua autobiografia chegou a ser lida pelo Tribunal do Santo Ofício com olhos não muito simpáticos[9].

Sua imagem de subversiva logo foi "esquecida" em 1590, com a publicação do jesuíta e ex-confessor Francisco de Ribera[10]. Esta obra foi escrita na proximidade do processo de beatificação de Teresa (reconhecida em 1614), por isso, a preocupação do jesuíta em contar

aspectos extraordinários da vida da religiosa[11], sendo, portanto, os milagres e outras revelações divinas (como os êxtases místicos) o fio condutor da narrativa[12].

Ainda nessa época surgiram outros relatos biográficos[13], como o que foi supostamente escrito por Diego de Yepes em 1606. Depois se descobriu a real autoria: o carmelita Tomás de Jesus, um dos protagonistas dos problemas ocorridos nos primeiros anos do Carmelo Descalço. Em um contexto de formação e de afirmação de uma identidade própria da Ordem, Teresa acabou adquirindo no relato algumas características que o autor gostaria de ver na instituição. Uma das maiores polêmicas destes primeiros tempos do Carmelo Descalço girou em torno da tensão entre a ação e a contemplação como característica dominante do verdadeiro carmelita descalço; se discutia se o que queria a "Madre Fundadora" era que se privilegiasse uma ou outra característica. Segundo Teófanes Egido, "a biografia teresiana sofre outra manipulação ahistórica pelo amor da submissão a escaramuças domésticas." [14]

Todas as biografias sobre Teresa são fortemente influenciadas pela estrutura da autobiografia escrita por Teresa, o "Livro da Vida". De alguma forma, os livros de Santa Teresa são sempre tratados como testemunhos diretos de sua vida. A epígrafe deste texto, uma frase do Frei Jerônimo Gracián, é significativa neste sentido. Isto decorre em várias conseqüências metodológicas nos diversos relatos biográficos escritos a partir de então, pois, de alguma forma, mostram que os escritos de Teresa têm uma espécie de "efeito de verdade"[15] intrínseco ao texto. Carlos Piña afirma que uma autobiografia não é o reflexo fiel de algo exterior ao indivíduo que a narra e também não representa (estatística ou simbolicamente) a vida do mesmo[16]. Entretanto, "cada texto autobiográfico particular pode ser concebido como um caminho, um material para o conhecimento das estruturas narrativas (dramáticas, inclusive) com que o narrador constrói o 'si mesmo' e seus processos de atribuição de sentido."[17]

Quem lê também interpreta e "participa da criação de sentido, mas de um modo circunstancial e histórico"[18]. É necessário lembrar aqui as possíveis recepções e releituras dos textos teresianos, na época em que foram escritos e nos anos seguintes. Aparentemente,

pouco foi estudado sobre a influência do “Livro da Vida” nas primeiras comunidades carmelitas descalças. Cópias deste primeiro manuscrito haviam se multiplicado não somente nos conventos, mas inclusive entre os catedráticos de Salamanca na época da morte da Santa[19]. Acredito, por isso, que o próprio relato pode ter cristalizado muitas imagens sobre a personalidade de Teresa ainda no final do século XVI[20]. O significado do personagem no relato autobiográfico é construído e dado a conhecer através de todo o texto, mas também pela posterior recepção por meio da “memorização, reconstrução e associação”[21] feita pelo leitor.

Carlos Piña ainda aponta que a imagem de “si mesmo” é sempre gerada a partir de uma “situação biográfica” determinada, que explica e constitui a configuração final do texto. A partir desta proposição do autor, coloco aqui uma questão: se os livros teresianos, mesmo não sendo autobiografias no sentido estrito, mas sendo fundamentados sobretudo na experiência de vida da escritora, corresponderiam a “situações biográficas“ diferentes? De fato, não é a “mesma Teresa” que escreve cada uma das obras. No “Livro da Vida”, Teresa é a religiosa que relata suas experiências místicas aos confessores. No “Caminho de Perfeição”, ela é a Madre, que tem como principais interlocutoras as irmãs do Carmelo Descalço que querem ouvir seus conselhos. Em “Fundações”, Teresa é a mulher de negócios que narra as peripécias envolvendo compras das casas dos futuros conventos e as relações com os comerciantes, com a nobreza e com o clero das mais diversas cidades castelhanas. Em “Castelo Interior”, Teresa conta as experiências de oração contemplativa em um tratado de oração, literatura tão conhecida no século XVI espanhol que ela mesmo gostava de ler.

Após este primeiro período de historiografia teresiana, a maior produção de relatos sobre a Santa se daria somente em 1882. As celebrações do terceiro centenário da morte de Teresa foram as primeiras a adquirirem caráter social e público, comovendo e mobilizando toda uma nação[22]. O caráter destas celebrações esteve muito relacionado às idéias do romantismo relacionadas à construção de heróis nacionais. Santa Teresa ganhava novos nomes: “patrona dos espanhóis”, “Santa de la Raza”, “La Virgen Avilesa”[23]. Além disso, com a perda de unidade

dos carmelitas descalços espanhóis[24], a Ordem precisava evitar a dispersão e a crise; em outras palavras, os relatos sobre Teresa neste período objetivam uma "'edificação' produtora de uma imagem destinada a proteger o grupo contra a dispersão"[25]. Teresa neste momento faz parte de uma memória que "fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais"[26] do grupo em questão.

Ao mesmo tempo, ocorria o choque entre duas facções da Igreja espanhola no contexto pós-revolucionário de 1868, quando a rainha Isabel II foi destronada. Em 1874, depois do chamado "sexênio democrático", seu filho Alfonso XII restaurava o trono bourbônico, porém sob uma monarquia parlamentarista. De 1873 a 1874, na Primeira República Espanhola, regime que não recebeu apoio da Igreja Católica (por causa da crescente secularização proposta[27]), a Igreja da Espanha dividiu-se em duas facções. De um lado, a "União Católica"; de outro, o chamado "Integrismo"[28]. Este contexto conturbado fez com que houvesse, de maneira muito emblemática, dois festejos paralelos no dia 15 de Outubro de 1882 em Madri. Enquanto houve uma celebração presidida pelo Papa na igreja de Santa Teresa, a outra facção resolveu, em protesto, celebrar na igreja de San Isidro el Real[29].

Teresa de Jesus tornou-se, no terceiro centenário de sua morte, um verdadeiro fenômeno cultural: apareceram as primeiras edições *fac-símiles* de suas obras[30] e alguns certames literários temáticos[31]. Foram impressas setenta e duas edições das obras da Santa entre 1841 e 1896.[32] Surgiram estudos de cunho cientificista, tendo como tema as possíveis manifestações místicas teresianas, totalmente negadas e interpretadas como sinais visíveis de histeria[33]. Houve também o resgate definitivo para a Ordem do Carmelo Descalço da casa em que Teresa teria nascido, com a transformação do prédio em "Museu Teresiano"[34].

Cem anos depois, proliferaram novamente os festejos e os estudos sobre a Santa. Um exemplo são os volumes dedicados à Santa na "Revista de Espiritualidad", publicada pelos carmelitas espanhóis. Um destes volumes foi editado em 1981 com o nome de "*Santa Teresa em su ambiente histórico*", com apresentação do carmelita Teófanes Egido, que clamava por

uma revisão histórica de Santa Teresa de Jesus, tratada com "mais honestidade e menos paixões"[35]. Em 1982, publicou-se o volume da mesma revista intitulado "*Teresa de Jesús. Mujer. Cristiana. Maestra*." Com a mesma missão de desmistificar o tratamento historiográfico até então dado a Teresa, Teófanes Egido propõe novas abordagens, tendo em vista os novos métodos de escrita da História aparecidos nas últimas décadas. Segundo ele, "Santa Teresa resistiu com persistência ao tratamento historiográfico", apesar de ter sido "seqüestrada pelos espiritualistas, pela mitografia do universalismo, da apologética ou do modelo barroco de santidade, quando não manipulada por domésticas rinhas intracarmelitanas."[36]

Uma marca constante nas biografias de Teresa de Ahumada sempre foi a afirmação de sua origem nobre. Segundo Michel de Certeau, é comum esta atribuição, mesmo que ela não seja real, já que as hagiografias são ficções a serviço do exemplar.[37] "O sangue é a metáfora da graça" e "a hagiografia postula que *tudo é dado na origem* com uma 'vocação', com uma 'eleição'."[38] No entanto, desde 1946 já se sabia da origem judaica de Teresa, por terem sido achados os documentos que comprovavam que seu pai, seus tios e seu avô paterno eram judeus; até então, só existiam silêncios na documentação, inclusive na autobiografia de Teresa, onde nenhuma menção direta à sua situação social é escrita. Contudo, segundo Teófanes Egido, Teresa sinalizou sua origem de forma indireta: não existe em "*Libro de la Vida*" alusão nenhuma à fidalguia do pai. Ocorre, ainda, a simples indicação por parte da escritora sobre a afeição de seu pai aos livros e a alfabetização de todos os seus filhos, tanto homens quanto mulheres (muito mais comum entre os judeus do que entre os católicos da época)[39]. Muitos biógrafos, infelizmente, até hoje, desconsideram tal fato ou não dão a importância devida.

Desde a década de 70 o que está em jogo nos estudos teresianos é a própria identidade da Ordem idealizada por ela. O ponto central da polêmica é se sua intenção foi a fundação de uma nova ordem religiosa na Igreja, ou uma reforma, "melhorando" o que já havia. Segundo Ildefonso Moriones, historiador da Ordem, o Carmelo Descalço conviveu, ao longo dos séculos, com duas memórias que caminham juntas e, muitas vezes, em conflito. A própria variedade de

denominações - *Reforma* ou *Fundação*, por exemplo - seria indício desta diversidade de enfoques[40]. Para este autor, os problemas de memória histórica da Ordem Carmelita Descalça vêm justamente da época da Reforma/Fundação iniciada por Teresa. Ou seja, os problemas de memória histórica que a própria Ordem tem até hoje influenciam as interpretações sobre a "Madre Fundadora"[41]. Assim se entende os embates entre simpatizantes de Jerônimo Gracián, suposto herdeiro[42] do "humanismo teresiano" e de Nicolás Dória, ora caracterizado como carrasco[43], ora colocado como restaurador do rigorismo necessário para a prática da verdadeira fé católica[44]. Desde o início, entrou em disputa pelo menos dois tipos de memória sobre a Ordem e sobre as idéias da Santa. No fundo, o que aparece é a questão da herança da Madre, que será ainda assunto por muito tempo na historiografia interna da Ordem.

* * *

Dizem que quando Santa Teresa viu como tinha ficado a pintura de Frei Juan de la Miséria, com o seu humor habitual, teria dito: "*Dios te lo perdone, fray Juan, que ya que me pintaste, me hás pintado fea y legañosa*."[45] Tenho curiosidade em saber o que ela diria de tantas biografias e de tantas interpretações. Faço votos de que os leitores deste texto se empolguem, tanto quanto eu, a conhecer mais Santa Teresa de Jesus e sua época, ambas muito estudadas, mas ainda tão pouco conhecidas. Fica aqui minha contribuição para que este conhecimento aumente.

---

[1] Este artigo é um resumo do primeiro capítulo de minha dissertação de Mestrado em História, a ser defendida no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o nome de *"Fémina Inquieta y Andariega"*: valores e símbolos da literatura cavaleiresca nos escritos de Santa Teresa de Jesus (1515-1582).

[2] GRACIÁN, Jerónimo de la Madre de Dios. Peregrinación de Anastasio. Ed. preparada por Juan Luis Astigarraga. Roma: Teresianum, 2001. p. 161.

[3] MEDWICK, Cathleen. Teresa of Ávila: the progress of a soul. Nova York: Image Book, 1999. p. 6.

[4] POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 201, 1992.

[5] RICCI, Magda. Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

[6] Ibid., P. 31.

[7] Conforme o texto de Juan Sanromán [SANROMÁN, Juan Bosco. "Anteriores centenários de la muerte de Santa Teresa". Revista de Espiritualidad: Santa Teresa en su ambiente histórico, Madrid, vol. 40, ns. 159-160, pp. 331-353, 1981.]

[8] AUCLAIR, Marcelle. Teresa de Ávila. São Paulo: Quadrante, 1995. p. 311.

[9] Por outro lado, em 1970, o Papa Paulo VI designou Santa Teresa de Jesus como Doutora da Igreja Católica Romana. Ela foi a primeira mulher com este título. [PAULO VI, Papa. Proclamazione di Santa Teresa d'Ávila Dottore

della Chiesa: Omelia, Domenica, 27 settembre 1970. Disponível em: http://www.vatican.va/ holy_father/paul_vi/homilies/1970/documents/hf_p-vi_hom_19700927_it.html. Acesso em jun. 2004.]

[10] RIBERA, Francisco de. Vida de Santa Teresa de Jesús. 3ª. Ed. Barcelona: Gustavo Gili Editor, 1908.

[11] EGIDO, Teófanes. "El tratamento historiográfico de Santa Teresa (Inercias y revisiones)". Revista de Espiritualidad: Santa Teresa en su ambiente histórico, Madrid, vol. 40, ns. 159-160, p. 173, 1981.

[12] Michel De Certeau, em seu texto sobre a "edificação hagiográfica" demonstra que "cada vida de santo deve ser antes considerada como um sistema que organiza uma *manifestação* graças à combinação topológica de 'virtudes' e de 'milagres'" [CERTEAU, Michel de. "Uma variante: a edificação hagiográfica". In: _____. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 266]

[13] Nesse primeiro período da historiografia teresiana também surgiram crônicas sobre as primeiras comunidades carmelitas descalças. Tais fontes parecem ser pouco estudadas, apesar da retomada de algumas na obra de Ildefonso Moriones [MORIONES, Ildefonso. El Carmelo Teresiano y sus problemas de memoria historica. Vitoria: Ediciones del Carmen, 1997.] Também foram escritos alguns poemas, justas literárias e obras teatrais tendo como protagonista Teresa de Jesus. Ver, por exemplo, a peça de teatro de Lope de Vega [VEGA, Lope de. Santa Teresa de Jesús. Edição digital a partir de *Obras de Lope de Vega. Vol. XII Comedias de vidas de Santos,* Madrid, Atlas, 1965 (Biblioteca de Autores Españoles), pp. 248-305. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/90258405 321246151632235/p0000001.htm#1. Acesso em set. 2004.] e o estudo sobre algumas destas obras [ELIZALDE, Ignacio. "Teresa de Jesús, protagonista de la dramática española del siglo XVII". Letras de Deusto: IV Centenário de Santa Teresa (1582-1982), Bilbao (Espanha), vol. 12, n. 24, pp. 185-186, jul./ dez. 1982.]

[14] EGIDO, op. Cit., p. 174.

[15] GOMES, Ângela de Castro "Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo" In.: _____. (org.). Escrita de Si, Escrita da História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, s/d. pp. 14-15.

[16] PIÑA, Carlos. "Sobre la Naturaleza del Discurso Autobiográfico". Anuário Antropológico, Brasília, n. 88, p. 97, 1991.

[17] Ibid., p. 102.

[18] Ibid., p. 105.

[19] Segundo o prólogo de Efrén de la Madre de Dios, O.C.D. e Otger Steggink, O. Carm. ao mesmo livro em TERESA DE JESUS, Santa. Obras Completas. 9ª. Ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003. p. 33.

[20] Para maiores estudos lingüísticos e sobre a influência de "*Libro de la Vida*", ver a obra de Alison Weber. [WEBER, Alison. Teresa of Avila and the Rhetoric of Femininity. New Jersey: Princeton University Press, 1996. pp. 42-75]

[21] PIÑA, op. cit., p. 111.

[22] SANROMÁN, op. Cit., p. 333.

[23] Conforme introdução da obra de Francisco de Ribera [RIBERA, op. Cit, pp. V e VI]

[24] SANROMÁN, op. Cit., pp. 333-334.

[25] CERTEAU, op. Cit., p. 269.

[26] POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3, 1989.

[27] CORTÁZAR, Fernando García de; VESGA, José Manuel González. Breve Historia de España. Madri: Alianza Editorial, 1999. p. 453.

[28] SANROMÁN, op. Cit., p. 336.

[29] Sobre mais detalhes das circunstâncias históricas em que se encontravam tais choques entre facções, ver Ibid., pp. 336-337.

[30] Ibid., p. 349.

[31] Ibid., p. 351.

[32] Ibid., p. 348.

[33] Ibid., p. 339.

[34] Ibid., pp. 351-352.

[35] EGIDO, Teófanes. "La necesaria revisión histórica de Santa Teresa". Revista de Espiritualidad: Santa Teresa en su ambiente histórico, Madrid, vol. 40, ns. 159-160, p. 164, 1981.

[36] Id., "Santa Teresa y su circunstancia histórica". Revista de Espiritualidad: Teresa de Jesus. Mujer, Cristiana, Maestra, Madrid, vol. 41, ns. 162-163, p. 9, 1982.

[37] CERTEAU, op. Cit., p. 271.

[38] Ibid., p. 273.

[39] EGIDO, op. cit., p. 14.

[40] Ibid., p. 13.

[41] MORIONES, op. cit., p. 8.

[42] "Herdeiro exilado", nas palavras de José Alberto Pedra [PEDRA, José Alberto. Jerônimo Gracián de la Madre de Dios OCD: o herdeiro exilado. Disponível em: http://www.ocd.pcn.net/H_Gracian.htm. Acesso em maio 2003.]

[43] MORIONES, Ildefonso. El P. Doria y el Carisma Teresiano. Roma: 1994.

[44] Como em algumas crônicas dos primeiros anos de Carmelo Descalço [EGIDO, op. Cit, pp. 175-176]

[45] MADRE DE DIOS, Éfren de la; STEGGINK,Otger. Tiempo y Vida de Santa Teresa. Madri: Editorial Catolica, S.A., 1968. p. 592.

Anemia Falciforme: Passado e Presente

Luciana Macedo (Mestranda do PPHCS/COC/Fiocruz)

Marcos Chor Maio (Pesquisador e Professor do PPHCS/COC/Fiocruz)

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre alguns aspectos históricos da anemia falciforme tendo como ponto central a ênfase nas abordagens e percepções que vinculam a doença a uma dimensão racial.

Desde 1910 quando o médico James B. Herrick pela primeira vez identificou um caso de anemia falciforme em um jovem negro de origem caribenha, a doença recebeu o status de uma patologia racial. Após este primeiro diagnóstico, os relatos médicos, tanto na literatura norte-americana quanto na brasileira, evidenciaram as estreitas relações entre raça e doença[1].

Antes de adentrar na discussão sobre as associações historicamente construídas entre anemia falciforme e população negra e os efeitos políticos-sociais que desta relação resultam, é necessário fazer um breve resumo sobre os aspectos biológicos e clínicos da doença. A anemia falciforme é uma doença hereditária caracterizada por uma mutação na hemoglobina, que é nomeada de hemoglobina “S” em contraposição à hemoglobina “A” considerada normal, na qual as células vermelhas do sangue adquirem o formato de meia lua ou foice, daí a denominação falciforme. Esta alteração é responsável por inúmeros agravos que resultam da difícil oxigenação do sangue. Por causa do formato modificado, as células freqüentemente entopem os vasos sanguíneos, gerando assim um quadro sintomático de crises de dores nas articulações, ossos, músculos ou qualquer outra parte do corpo, além de anemia intensa e maior vulnerabilidade a infecções e úlceras. A simples presença de “células afoiçadas” não significa possuir anemia falciforme. O que vai

[1] TAPPER, M., 1999, “In the Blood: Sickle Cell Anemia and the Politics of Race”. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

determinar a doença é a quantidade dessas células. Um indivíduo que possua por volta de 20% a 40% de células alteradas não manifesta necessariamente sintomas e é considerado apenas portador do traço falciforme, ou seja, recebeu de um dos pais a hemoglobina modificada ou "S". Contudo aqueles que possuem mais de 80% dessas células manifestam os sintomas da anemia falciforme. Nesse caso, o indivíduo recebeu de ambos os pais a hemoglobina "S" [2]. Além disso, atualmente se considera que é a doença genética de maior incidência na população brasileira. Diante do desenvolvimento da genética das populações, hoje se tem conhecimento que a mutação na hemoglobina é uma adaptação do organismo ao ambiente em que a malária é endêmica. Essa alteração nas células vermelhas do sangue teria se originado na África e estendido-se para a Península Arábica, sul da Itália e Índia [3]. Os meios de prevenção e controle se dão por aconselhamento genético e acompanhamento médico dos portadores [4].

Após ter esclarecido estes aspectos mais gerais sobre a doença é interessante pensar como a anemia falciforme, desde 1910 e pode-se dizer até os dias de hoje, assumiu o caráter de "black-related disease" assim como afirma o antropólogo Melbourne Tapper em sua análise histórica da doença no contexto norte-americano. Debruçar-se sobre essa experiência americana pode ser ilustrativo para o entendimento das formas de apropriação do conhecimento científico sobre a doença no Brasil. Sendo assim, até a década de 1950 as pesquisas médicas sobre a doença relatavam inúmeros casos ou amostras estatísticas de portadores negros de células falcêmicas. Neste primeiro momento é desconhecida a diferença entre traço e anemia falciforme. Os portadores do traço, por não apresentarem sintomas eram considerados doentes latentes que poderiam

[2] ROBBINS, S. L., 1969, "Sangue e Medula Óssea", In: Patologia, Ed. Guanabara Koogan S.A. Rio de Janeiro, pp. 623-626.
[3] ZAGO, M. A., 2001, "Anemia Falciforme e doenças falciformes", In: Manual de Doenças Mais Importantes, por Razões Étnicas, na População Afro-descendente, (Secretaria de Políticas Públicas, org.), pp.13-35, Brasília: Ministério da Saúde.
[4] DINIZ, D.; GUEDES, C., 2003, "Anemia Falciforme: Um Problema Nosso – Uma abordagem bioética sobre a nova genética", In: Cadernos de Saúde Pública, 19(6), pp. 1761-1770.

transmitir a doença a seus descendentes. A distinção entre traço e anemia só começará a ser feita em 1945 pelos cientistas James V. Neel e E. A. Beet.

Para esses médicos pesquisadores ser portador de células falcêmicas significava ser negro, pois, como informa Tapper, havia a crença na esfera do conhecimento e da pesquisa médica de que a anemia falciforme era uma doença característica da "condição racial negra". Nestas condições, a presença da doença era considerada um marcador racial eficiente que separava negros e mestiços de um lado e "brancos puros" de outro. Para além do diagnóstico da doença estava em jogo também a pureza racial destes pacientes, já que se acreditava na diferença racial entre os corpos branco e negro.

Tapper afirma que quando os pacientes eram considerados brancos, havia a preocupação em resgatar suas histórias a fim de encontrar em algum momento um ancestral negro que pudesse explicar a incidência da doença. Em sintonia com o paradigma, vigente na medicina e biologia da primeira metade do século XX, de que a anemia falciforme era uma doença específica da população negra, os médicos da época recorreram à literatura produzida pela antropologia biológica e à noção de hibridismo, que estava estruturado na idéia do caráter degenerativo da miscigenação, para explicar porque a patologia se manifestava em indivíduos "aparentemente brancos".

No Brasil neste mesmo período pesquisas similares estavam sendo realizadas tendo a anemia falciforme como objeto. Apoiando seus trabalhos na produção de seus contemporâneos norte-americanos, os médicos brasileiros fizeram levantamentos de dados para apurar a incidência da doença na população, especialmente entre os negros e mestiços.

Um bom exemplo é o trabalho do médico hematologista João Maia de Mendonça [5]. Por meio da análise do sangue (utilizando o método de Victor Emmel) [6] de uma

[5] MENDONÇA, J. M.; 1942, "Meniscocitemia – Sua Freqüência no Brasil", In: Brasil Médico, 56, pp. 382-384.

amostra de 1.045 pessoas, constituída em sua grande maioria de soldados, o médico chegou ao resultado de que a positividade das células falcêmicas no sangue estava em relação direta à intensidade da pigmentação do indivíduo, pois em todos os casos positivos havia uma origem negra. O pesquisador chega a dizer que "quanto maior a quantidade de sangue negro, maior a incidência da meniscotemia (células falciformes)".

Outro trabalho ilustrativo da pesquisa médica no Brasil sobre a doença foi o do médico Ernani Martins da Silva[7], publicado em 1945, que a partir de uma amostra de 1.374 pessoas corrobora a afirmação de que a anemia falciforme é uma patologia peculiar aos negros e seus mestiços. Silva vai mais longe em sua argumentação propondo para a realização de um melhor recenseamento, prevenção e controle da doença algumas medidas como levantamento dos indivíduos falcêmicos com anotação obrigatória nas carteiras de identidade, difusão do teste para anemia falciforme em recém nascidos, controle dos doentes tornando obrigatória a sua apresentação freqüente às autoridades sanitárias e por fim a inclusão do teste de falcemia entre as provas biológicas que devem ser exigidas no exame pré-nupcial. É interessante observar as reivindicações apresentadas por Silva, pois revelam a sua intenção em tornar a falcemia um elemento de identificação individual, já que este chega ao extremo de defender a inclusão do estado de portador de células falcêmicas no sangue nas carteiras de identidade. Silva faz uma clara associação entre controle da doença e práticas eugênicas.

Outro ponto de confluência com os pesquisadores norte-americanos é a importância que a antropologia adquire no discurso sobre a anemia falciforme. Silva relata

---

[6] Em 1916 o anatomista Victor Emmel elaborou uma técnica experimental que possibilitava observar as células do sangue e perceber as alterações que nelas ocorriam. Este método consistia em colocar uma gota de sangue entre lâmina e lamínula e fechar os bordos da lamínula com bálsamo ou substância similar. Essa preparação é mantida em temperatura ambiente, fazendo-se a análise e leitura após 24 a 48 horas da colheita do material (SILVA, E. M., 1945, "Estudos sobre índice de siclemia", In: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 42, pp.317.). Atualmente o teste recomendado para o diagnóstico da anemia falciforme não é mais o "Emmel test" mas sim o de "eletroforese" que possibilita a análise da hemoglobina (ROBBINS, S. L., 1969, "Sangue e Medula Óssea", In: Patologia, Ed. Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro, pp. 626).

[7] SILVA, E. M., 1945, "Estudos sobre índice de siclemia", In: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 42, pp. 315-344.

que só por meio de estudos antropológicos pode-se desvendar a ancestralidade negra nos casos de incidência da doença em indivíduos aparentemente brancos.

Menos categórico, porém também destacando a maior freqüência da doença em indivíduos da "raça negra", o médico Jessé Accioly [8], em 1947, fez um estudo de caso com um jovem negro com anemia falciforme. Em seu trabalho ele elaborou um breve histórico dos estudos produzidos sobre a doença, onde cita autores importantes como James Herrick, Ahmann Diggs, Sydenstricker, Emmel entre outros. Embora não exclua o caráter racial da anemia falciforme, Accioly ateve-se aos aspectos clínicos e morfológicos da doença. Além disso, seu estudo, em relação aos dois autores brasileiros mencionados acima, apresenta um avanço nos conhecimentos sobre a patologia, pois já trabalha com a diferença entre traço e anemia falciforme. Sua pesquisa é publicada posteriormente à distinção feita por James V. Neel e E. A. Beet.

Esses três exemplos de médicos brasileiros que na primeira metade do século XX se dedicaram a estudar a anemia falciforme no Brasil revela, até mesmo na bibliografia utilizada em seus trabalhos, que estes estavam em sintonia com as pesquisas realizadas nos EUA. Mesmo que Silva tenha admitido uma certa dificuldade em traçar comparações com os resultados de estudos produzidos em outros países, pois ele ressalta que é preciso levar em consideração o "conceito de negro" para cada sociedade, ainda assim este respalda suas observações em argumentações muito próximas daquela produzida pelos médicos americanos.

Vale lembrar que neste período a sociedade norte-americana vivia sob um sistema de segregação racial. Sendo assim, a idéia de que a incidência da doença em brancos era fruto de uma degenerância racial tinha como resultado a condenação da miscigenação e reforçava mais ainda a demarcação de fronteiras entre os grupos raciais.

[8] ACCIOLY, J., 1947, "Anemia Falciforme – Apresentação de um caso com infantilismo", In: Arquivos da Universidade da Bahia, n. 2, pp. 169-198.

A compreensão da anemia falciforme como uma “doença de negros” esteve presente nos debates sobre raça e nos discursos produzidos pela medicina e saúde pública na primeira metade do século XX. Ao se voltar para as percepções e interpretações da doença neste período verifica-se que as pesquisas médicas foram fortemente influenciadas pela antropologia e sua noção de degeneração racial. Tapper indica que o “hibridismo”, conseqüência da miscigenação, era percebido como um “perigo” capaz de levar as patologias do “corpo negro” para o branco. Segundo o autor era comum entre médicos e antropólogos da época a crença de que negros e brancos eram biologicamente distintos. Além da defesa da diferença pela medicina, havia no contexto político-social norte-americano a segregação racial que tinha no discurso racista da biologia mais um aliado. Nota-se que a noção de “black-related disease” estava em perfeita sintonia com a configuração da medicina e saúde pública do início do século XX.

No entanto, esse quadro começou a ser alterado por volta da década de 1970, quando a anemia falciforme, ainda concebida mediante um viés racializado foi gradativamente alvo de políticas públicas, trazendo consigo um discurso de inclusão que não mais procura reforçar preconceitos, mas sim combatê-los. Diante da conquista dos direitos civis pelos negros norte-americanos a anemia falciforme passa de uma doença estigmatizante que resultava de um “estado físico inferior” e intensificava discursos contra a miscigenação, conforme Tapper, para adquirir um caráter ambíguo que ao pensar a doença enquanto objeto de políticas públicas dividia opiniões. De um lado localizava-se um grupo de negros militantes que entendia a anemia falciforme como uma patologia racial e por isso reivindicava perante as instituições políticas ações efetivas para o controle e cuidado da doença entre a população negra. E de outro lado encontrava-se um grupo preocupado com os resultados que a dimensão racial associada à doença podiam gerar. Para esse último, Tapper argumenta que era preciso superar a interpretação da anemia falciforme como uma “black-related disease”, se isto não fosse alcançado a idéia

da “condição biológica diferente dos negros” ainda teria espaço e o quadro de exclusão permaneceria.

Esta reinterpretação da doença e de seus significados no final do século XX revela também uma mudança nas relações raciais, na medicina e nos sistemas políticos. A sociedade americana estava vivenciando uma reformulação de sua organização social, por meio da abertura da esfera dos direitos para a população negra e buscando, através de medidas políticas compensatórias, a integração deste grupo na sociedade. A associação da doença com a uma minoria racial se torna importante para a reivindição de maior assistência aos cuidados e serviços em saúde deste grupo [9].

Nem tão diferente assim tem sido a implementação de políticas públicas direcionadas às minorias étnico-raciais nos últimos anos no Brasil. Desde a década de 1990 do século passado, verifica-se a crescente visibilidade que o tema da discriminação racial vem assumindo no país, acompanhada pela discussão e implementação de políticas públicas com recorte racial em diferentes campos como a educação e o trabalho.

Seguindo este caminho, uma política de saúde de corte étnico-racial tem sido defendida e a anemia falciforme adquire centralidade neste processo. A partir de 1996 o Programa de Anemia Falciforme foi implementado em alguns estados e municípios.

Ao propor políticas de recorte racial as agências governamentais demarcam fronteiras raciais rígidas, segundo um modelo de classificação racial bipolar que vai de encontro à dinâmica do sistema de classificação racial historicamente construído no Brasil. Mais problemático ainda é quando esse modelo bipolar passa a nortear as estratégias dirigidas à saúde pública, especialmente no momento em que, à luz da nova genética, a definição de raça revela-se pouco consistente [10].

---

[9] WAILOO, K., 2001, “Dying in the City of the Blues: Sickle Cell Anemia and Politics of Race and Health”, Chapel Hill: The University of North Caroline Press.

[10] MONTEIRO, S.; MAIO, M. C., “Etnicidade, raça e saúde no Brasil: questões e desafios”, In: Críticas e atuantes: Ciências Sociais e Saúde na América Latina. Minayo, C. & Coimbra Jr., C. (orgs.), Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2005.

Desde as últimas décadas do século XX, tanto a experiência norte-americana quanto a brasileira demonstram que a associação entre anemia falciforme e raça, vem suscitando um discurso moral de inclusão social que busca por meio de políticas públicas não só a diminuição da discriminação como também tem como objetivo formar laços identitários que estreitem as noções de pertencimento engendrando assim uma "comunidade negra consciente" dotada de um projeto político de enfrentamento do racismo [11].

As questões e debates que giram em torno do binômio raça e doença são amplos e multifacetados. Estudar apenas um tópico que é a anemia falciforme dentro deste campo revela que existe um fluxo de idéias, ações e agentes que vem conformando atualmente a denominada "saúde da população negra".

Sendo assim, a proposta deste texto foi mostrar que desde sua descoberta a anemia falciforme esteve vinculada à população negra. Essa relação assumiu tons diferentes de acordo com o contexto em que estava inserida e de acordo com as motivações sociais e políticas que estruturaram as percepções e abordagens acerca dessa temática.

[11] FRY, P., 2004, "As Aparências Enganam: reflexões sobre 'raça' e saúde no Brasil", In: Etnicidade na América Latina: Um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos, Orgs. Monteiro, S. & Sansone, L., Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, pp. 121-135.

Qual é a sua história?

LUCIANA NADÍLIA DE FÁTIMA BYTNER

Esta investigação nasceu a partir de um curso oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Araucária, Paraná, em parceira com Universidade Federal do Paraná, no decorrer do 2º semestre de 2004. Neste curso intitulado "O uso Metodológico do Documento em sala de aula", que fez parte da formação continuada dos professores de História de 1ª a 8ª séries da referida secretaria, pôde-se investigar esta temática em sala de aula.

Assim realizei uma experiência com a primeira série da qual fui regente no ano de 2004, na Escola Municipal Pedro Biscaia. Contei com o apoio pedagógico da Ana Maria Nóbrega e com a fundamentação teórica e metodológica fornecida pelo curso.

A partir do conteúdo de 1ª série "As crianças e seus cotidianos ", trabalhei inicialmente uma história infantil [1] que relata o cotidiano de um personagem de Maurício de Souza . Numa segunda etapa, por meio de relatos orais e desenhos, trabalhei com o cotidiano dos alunos em sala de aula. Com o objetivo de estabelecer a relação presente/ passado, instiguei os educandos a buscarem juntos à comunidade o documento oral por meio de entrevista, desta forma, as crianças puderam perceber as diferenças de seu dia - a - dia com as de épocas anteriores, comparando semelhanças e diferenças.

No decorrer do curso, fui desenvolvendo reflexões sobre minha própria experiência em sala de aula. Apesar de possuir uma preocupação anterior quanto à importância de não se prender apenas ao livro didático tradicional no ensino de História, tinha dificuldades de encontrar outras formas de realizar o ensino. Por desconhecimento deixa-se, muitas vezes, a oportunidade de se utilizar outros documentos que estão vivos na própria comunidade, por não ter uma visão mais abrangente da possibilidade de utilização no ensino - aprendizagem. Assim, concordo com OSSANNA (1994):

> Todo este trabajo requiere el manejo de otras fuentes de información, la imitación de la utilidad del libro, de texto tal como está concebido en el presente, y un desafio a los docentes en cundo a su necesidad urgente de reciclaje, de formación y de replanteo de sus prácticas docentes. Em primer lugar, pued afirmarse que, en general, los docentes se han encontraudo sin información sistematizada a la cual recurrir y, por outra parte, sin demasiados elementos como para conducir a sus alumnos en em processo, de búsqueda, de investigación. Este processo cictuó como fuertemente desestruc turante para los docentes, en un doble sentido: em algunos generó la aceptación del desfio y sérvió como acicate para el trabajo aun sabiendo com las limitaciones com las que se encontraba, en otros, en cambio, tuvo un afecto paralizador. Y, en definitiva, de resistência pasiva a las transformaciones que se ententaban operar en el sistema educativo y en la enscoranza de la história en particular [2].

Normalmente a sobrecarga do cotidiano como professores, limita-nos, em algumas vezes, quase paralisa como se refere OSSANNA. No entanto, no decorrer da pesquisa em colaboração pude vivenciar um processo de investigação do conhecimento histórico em sala de aula, permitindo-me avaliar como esse tipo de formação continuada é válido e necessário .

A partir dessas reflexões sobre documentos históricos, continuei aprofundando minha investigação, optei por utilizar um documento oral, uma vez que alunos de 1ª série têm dificuldades em ler e interpretar documentos escritos.

Tendo em princípio a preocupação de como utilizar a história oral, temos o trabalho de colocar que esse tipo de recurso se baseia em fontes orais onde registram a experiência vivida, o depoimento de um indivíduo ou de uma coletividade.

As fontes orais podem ser: histórias orais de vida, relatos orais de vida e depoimentos orais próprios para obtenção de dados informativos bem como um testemunho de entrevistados sobre determinadas situações vivenciadas pelo mesmo. Esse tipo de depoimento é a estratégia mais comum ao se coletar dados. Tendo-se o cuidado com os tipos de entrevistas usadas em cada caso (questionário estruturado, semi-estruturado ou entrevista aberta), ter o cuidado com o local onde será realizada a entrevista e a análise e reflexão que acompanham todo o processo , e não ocorre somente a posteriori [3] .

Conforme Thompson, a história oral é construída em torno de pessoas diminuindo a distância entre o professor e o aluno, a escola e a comunidade, contribuindo para formar seres humanos mais completos.

> Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os lideres, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados e especialmente os idoso a conquistar dignidade e autoconfiança.[4]

Diante dessa fundamentação, chamei a atenção dos alunos para que imaginassem como era o cotidiano de seus pais e avós quando estes viveram suas infâncias (6 a 7 anos). Permiti que os alunos desenvolvessem a oralidade e alguns alunos relataram que, com o convívio direto com os avós, já sabiam como havia sido a infância deles.

Sugeri aos alunos trazerem para a sala de aula, um pai, mãe ou avó para uma entrevista. Muitos alunos no momento ficaram alvoroçados com a idéia de trazerem para a sala de aula alguém do seu convívio. Mas no decorrer dos próximos dias afirmaram que os parentes não poderiam vir, pois estavam trabalhando e apenas a mãe de um aluno se prontificou a participar do trabalho em sala. Como não obtive nenhum contato positivo de avôs, me prontifiquei de convidar uma avó, vizinha da escola, a qual aceitou o convite e nos presenteou com sua presença no dia e hora marcados.

Numa aula antes da entrevista programei como os alunos como seria, como deveriam agir e falar com a pessoa entrevistada desde a apresentação até o momento de agradecer. Instrui os alunos a maneira como deveriam se aproximar da entrevistada ao fazerem as perguntas. No caso da senhora mais nova (mãe de aluno) os alunos faziam a pergunta da própria carteira, onde estavam sentados. Já com a avó tomei o cuidado de dizer que deveriam primeiro aproximarem-se dela antes de iniciarem a pergunta .

Ressaltei, também a importância da forma culta do diálogo e a postura perante o entrevistado, pois segundo Thompson é preciso ter disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar e discordar do informante, irá obter informações que são inúteis ou enganosas. Mas a maioria das pessoas aprende a entrevistar bem. [5]

Juntamente com os alunos produzimos um roteiro de perguntas a serem feitas, tomando cuidado de não se ausentarem do tema desenvolvido. Deixando bem claro aos alunos que a história está na relação viva do dia-a-dia das pessoas, seja ela criança, adulta ou idosa. Essas pessoas podem ser consultadas e nos ajudam a termos elementos na construção da narrativa da nossa própria história, possibilitando assim nossa relação passado/ presente.

Foram realizadas duas entrevistas em sala de aula. Primeiramente a entrevistada foi a senhora Aurora (35 anos), mãe de aluno, no dia seguinte a senhora Vitória (77 anos). Basicamente as perguntas foram as seguintes:

- O que a senhora fazia quando acordava?
- A senhora gostava de ir para a escola?
- Utilizava uniforme? Como era?
- Como ia para a escola?
- Qual a matéria que mais gostava?
- Qual era o tipo de lanche?
- Do que mais gostava na escola?
- Quais eram as brincadeiras na hora do recreio? Qual mais gostava?
- Ajudava sua mãe em casa?
- Quais eram os castigos quando desobedeciam?
- Tinha televisão naquela época?
- Que tipo de programação você mais gostava de assistir?
- Tinha que ajudar a cuidar de irmãos menores?

- Os meninos e meninas brincavam juntos?
- Quando chegava a noite o que as crianças costumavam fazer?
- Aos domingos o que costumava fazer com sua família?

No decorrer das entrevistas observei que os alunos tiveram um maior entusiasmo com a segunda entrevistada, por se tratar de uma avó a qual muitos não tem contato direto. Esta entrevista despertou muito mais curiosidade, pois muitos se sentiram instigados a fazerem mais perguntas, uma vez que as diferenças entendidas e sentidas pelos alunos tinham uma diferença temporal maior, chocando-os muitas vezes. Por exemplo: o castigo dado pelos professores aos alunos na época eram muito rígidos, e quando os pais eram comunicados dos mesmos, eles levavam outro castigo rígido em casa. Dessa forma, os alunos "vivenciaram a história, em nível prático, como processo de recriação do passado".[6]

Compreendi o valor da evidência oral, visto esta despertar tanto interesse nos alunos pois um documento escrito, principalmente nas séries iniciais não teriam a mesma repercussão . Pois como diz SAMUEL:

> Há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar eventos do passado que só eles podem explicar-nos visitas sumidas que só eles podem lembrar. Documentos não podem responder, nem, depois de um certo ponto, eles podem ser instigados a esclarecer, em maiores detalhes, o que querem dizer, dar mais exemplos, levar em conta exceções, ou explicar discrepâncias aparentes na documentação que sobrevive. A evidência oral por outro lado, é infindável somente limitada pelo número de sobreviventes pela ingenuidade das perguntas do historiador e pela paciência e tato.7

Depois de realizadas as entrevistas organizamos juntamente com os alunos uma narrativa registrando em papel bobina, de forma organizada, as respostas obtidas nas entrevistas para que eles pudessem compará-las percebendo as semelhanças e diferenças.

Essa atividade permitiu que os alunos refletissem com a história oral sobre o passado próximo (o tempo da mãe), e sobre um passado mais distante (o tempo da avó),

percebendo as mudanças e permanências, conceitos importantes, para a compreensão do processo histórico.

Considerando a investigação realizada em sala de aula com os alunos pude compreender, a importância da história oral para o ensino, visto que a comunidade possui a sua própria história .

Esta experiência superou minhas expectativas, no que se refere a entrevista com as pessoas convidadas. Os alunos se mostraram muito interessados em saber detalhes do cotidiano das entrevistadas que aconteceu de uma forma muito alegre e espontânea de ambas as partes.

Na entrevista com a senhora de 77 anos eu estava preocupada no início com a sua postura perante o convite, mas no decorrer da visita e entrevista tivemos o privilégio de estar com uma pessoa que faz parte da história da comunidade e que nos trouxe relatos de uma experiência de vida, do seu cotidiano e da transformação social ocorrida no decorrer dos tempos no qual ela mesma colocava: “No meu tempo não era assim e sim desta forma”.

No final da entrevista estava tão inteirada com os alunos que nos surpreendeu cantando e dançando para os mesmos uma música infantil de sua época. Ela fez questão de se despedir dos alunos individualmente. Neste momento pude observar no seu semblante e dos alunos que meu objetivo tinha sido atingido, pois os alunos aprenderam a importância de um documento oral para a história.

O curso “Uso metodológico do documento em sala de aula” oferecido pela secretária de Educação foi de grande valia, pois me deu a chance de colocar em prática uma forma de documento histórico.

No decorrer do curso pude analisar todo o processo e apresentar ao grande grupo o trabalho realizado em sala, onde pudemos com outros participantes falarem das vantagens e dificuldades que essa prática nos proporcionou.

NOTAS DE FIM

1- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Historiar: fazendo, contando e narrando a história**.vol.1.São Paulo: Scipione,2001.

2- OSSANA , Edgardo . **Uma alternativa en la enseñanza de la História: el enfoque desde lo local, lo regional**. In Vasquez , Josifina , Ensenãnza de la . História Buenos Aires , 1994 (Coleccíon Interamer 2º)

3-SCHMIDT, Maria Auxiliadora . CAINELLI Marlene . **Ensinar história**. São Paulo : Scipione , 2004 .

4-THOMPSON , Paul 1935 – **A voz do passado : história oral**; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro : Paz e terra ,. 1-História – metodologia . 2- História oral I Titulo,1992 , p. 44.

5-. THOMPSON , Paul 1935 – **A voz do passado : história oral**; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro : Paz e terra ,. 1-História – metodologia . 2- História oral I Titulo,1992 , p254.

6- THOMPSON , Paul 1935 – **A voz do passado : história oral**; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro : Paz e terra ,. 1-História – metodologia . 2- História oral I Titulo,1992 , p219.

7- SAMUEL , Raphaul – **História local e história oral** . IN: Rev. Brasileira de História – vol. 9 nº 19 p. 219 – 243 – set. 89 / fev. 90.

RELAÇÕES DE HIBRIDIZAÇÃO ENTRE LINGUAGEM DOS QUADRINHOS E CINEMA NA OBRA CINEMATOGRÁFICA DE JOSÉ MOJICA MARINS

CINEMA, HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, HIBRIDIZAÇÃO E LINGUAGEM

Luciano Henrique Ferreira da Silva – CEFET/PR[1]
Gilson Leandro Queluz - CEFET/PR[2]

Este trabalho tem por finalidade promover uma abordagem preliminar sobre hibridismo[3] e os vínculos temáticos, técnicos e de linguagem, compartilhados entre a produção cinematográfica o editorial gráfico de histórias em quadrinhos nacionais. O hibridismo corrente nos dois meios de produção poderá ser demonstrado em algumas obras precursoras, do chamado " Cinema Marginal ", especificamente dentro do conjunto da obra cinematográfica de José Mojica Marins, criador do personagem Zé do Caixão e de uma filmografia marcada pela popularidade e pela perseguição da censura. Nessa abordagem, observaremos a relação de linguagem híbrida que filmes como " A Meia-Noite Levarei a sua Alma" (1964) e "Esta Noite Encarnarei no teu Cadáver" (1966) mantiveram com as histórias em quadrinhos nacionais, publicadas à partir da década de 50, por editoras paulistanas, como La Selva, Novo Mundo e Outubro, e a influência que os primeiros filmes de " horror nacional" receberam das publicações de quadrinhos brasileiros.

PRODUÇÂO DE QUADRINHOS E CINEMA NO BRASIL À PARTIR DOS ANOS 40

No início da década de 50, surge a primeira tentativa de produção cinematográfica nacional em escala industrial baseada nos moldes do cinema norte-americano, através da fundação da Companhia Vera Cruz. A tentativa da companhia era romper o bloqueio de um mercado dominado por produtoras estrangeiras que imprimiam em seus filmes a marca da boa qualidade técnica e características temáticas médias próprias para o entretenimento familiar.

A companhia Vera Cruz entra no mercado adotando o mesmo tipo de modelo usado por Hollywood, onde o domínio da técnica torna-se essencial para efeito de concorrência no mercado. Pode-se observar através da estratégia da Vera Cruz, que a introdução dos modelos hegemônicos pautados na qualidade técnica da produção e na estética permeável ao público médio, demarcam tendências ao domínio de valores estéticos e técnicos que predominarão a partir do regime militar instalado em 64. A iniciativa da Vera Cruz produziu 18 filmes até tornar-se inviável pelas dificuldades de distribuição de suas obras, finalmente fechando suas portas em 1957. Com o fim da experiência cinematográfica da companhia, parecia estar aberto o campo para a discussão dos possíveis rumos do cinema nacional sob perspectivas diversas do modelo industrial norte-americano[4].

Sob essa perspectiva é que jovens cineastas como Glauber Rocha, Carlos Diegues e Joaquim Pedro de Andrade, procuram uma nova identidade para o cinema nacional. Dessa iniciativa surge o chamado Cinema Novo, uma nova forma de cinema, com produção desvinculada da indústria cinematográfica convencional, centrada em autores engajados e comprometidos com a realidade social brasileira.

Filmes como *Terra em Transe* (Glauber, 1967) e *O Bandido da Luz Vermelha* (Sganzerla, 1968) já marcam essa tendência de ruptura no cinema brasileiro, que irá percorrer os anos imediatamente seguintes ao endurecimento do regime. A denúncia da pobreza e da submissão ao sistema adquire o aspecto de agressão através da "estética do lixo", do "Cinema Marginal". Segundo Ismail Xavier:

> "Esse cinema é em geral assumido como a resposta à repressão na linha agressiva do desencanto radical; sua rebeldia elimina qualquer dimensão utópica e se desdobra na encenação escatológica, feita de vômitos, gritos e sangue, na exacerbação do *kitsh* , no culto ao gênero do horror subdesenvolvido, esse produto da imaginação, misto de gibi e circo-teatro, cuja figura-símbolo é o Zé do Caixão e cujo horizonte estético é *À Meia-Noite Levarei sua Alma* (1964) e *Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver* (1966), filmes de José Mojica Marins (Mojica é o protagonista de *O Profeta da Fome,* – Capovilla, 1970 – filme que se aproxima do Cinema do Lixo, em suas metáforas, em seu passeio pela disformidade)."[5]

Já no editorial de histórias em quadrinhos, há um forte impulso na produção nacional à partir da década de 40, também em virtude da importação de modelos norte-americanos. A existência de um mercado nacional para quadrinhos pode ser constatada desde o início

do século com publicações importantes e duradouras como o Tico-Tico e o Malho. Mas a intensificação da importação de modelos estrangeiros por meados dos anos 30, causou uma grande explosão no editorial e no consumo de quadrinhos no país que se manifestou por toda a década de 40. A publicação de histórias estrangeiras tornou-se a nova sensação no mercado brasileiro e elas já consolidavam sua posição em espaço majoritário nos suplementos de jornais ao final dessa década – *A Gazetinha* já os publicava desde 1929 e *O Suplemento Juvenil* em 1934. Esses suplementos tinham publicações geralmente semanais, seguindo os modelos tradicionais das publicações americanas, em formato tablóide, apresentando aventuras divididas em episódios.[6]

O surgimento e a importação de um novo modelo de publicação, o comic book[7], alimentou ainda mais o desenvolvimento do processo editorial e a expansão do mercado de histórias em quadrinhos no Brasil. O formato tablóide é praticamente aposentado, devido a introdução dessa novidade no editorial, e o modelo comic book ganha grande popularidade no Brasil, difundindo-se principalmente através de publicações como as da revista Gibi, editadas pela Rio Gráfica de Roberto Marinho em 1939[8].

Seguindo um caminho alternativo e encaixando-se um nicho de mercado promissor e não explorado pelos impérios editoriais construídos por Chateaubriand, Aizen e Marinho, observaremos também à partir da década de 50, a proliferação de pequenas editoras e gráficas paulistas, especializadas em revistas de histórias policiais e de horror. Esses gêneros são introduzidos ao editorial nacional pela compra de direitos de publicação de histórias estrangeiras, por editoras como a La Selva, Outubro e Novo Mundo. As norte-americanas Fawcett, Beyond e EC Comics[9], fornecem ao editorial paulistano, um material novo, relativamente barato, de crescente popularidade, onde histórias policiais recheadas de violência e temas de horror trazem à tona criaturas descarnadas, que progressivamente, tomam a cena dos heróis corretos e destemidos. Editoras como EC Comics revelam roteiristas e artistas talentosos, que remodelam a linguagem e forma de fazer quadrinhos nos EUA, e aos poucos começam a incomodar à “saudável conduta moral”, vigente na

família americana média. Não tardam as críticas inflamadas e os embasamentos teórico-científicos, à respeito da nocividade dos quadrinhos que resultarão no posterior questionamento e perseguição pela censura nos EUA, imposta pela política Macarthista, através de órgãos reguladores do editorial como o CMMA[10]. As revistas de temáticas populares como o horror, o sexo e a violência, são praticamente banidas do mercado norte-americano, e os reflexos do esgotamento forçado da produção dessas revistas se convertem na falta de originais estrangeiros para a publicação no Brasil. A estratégia de editoras paulistas como a La Selva - para suprirem a escassez desse material num mercado em plena ascendência - foi o investimento em histórias produzidas por artistas e roteiristas nacionais

O segmento dos quadrinhos de "horror nacional" formaria um público fiel até o início dos anos 70 e encontraria em meados da década de 60, uma peculiar reciprocidade de influências com a produção cinematográfica de José Mojica Marins (o Zé do Caixão), não somente quanto a proximidade temática, como também na associação de linguagens entre os meios gráfico e cinematográfico.

O HORROR HÍBRIDO DE JOSÉ MOJICA MARINS: REFLEXÕES E REFRAÇÕES DAS MENSÁGENS MIDIÁTICAS CORRENTES NA DÉCADA DE 60.

Podemos encontrar alguns elos de ligação marcantes entre as origens do Cinema Marginal e a produção de quadrinhos, desde a própria inspiração do horizonte estético dos filmes de José Mojica Marins, assim como na estreita relação de linguagem que suas obras compartilham com as histórias em quadrinhos[11].

Ë interessante observar, na obra de um cineasta considerado autodidata, como José Mojica Marins, como a influência estética e ideológica de alguns de seus filmes como *A Meia-Noite Levarei a sua Alma (1964) e Esta Noite Encarnarei no teu Cadáver (1966)*[12] -, fizeram-se importantes à concepção de um novo estilo marcado pela forma

intencionalmente política que os cineastas do Cinema Marginal, usaram como estratégia de crítica e resistência ao regime autoritário, em filmes como *O Anjo Nasceu* e *Matou a Família e Foi ao Cinema* (Júlio Bressane, 1970), que desenvolvem um passeio pelo universo de transgressão, crime e violência do submundo urbano, da realidade *underground* adaptada ao apelido "*udigrudi*"[13].

Observaremos a ocorrência de um paralelo entre cinema e quadrinhos, à partir do período anterior ao surgimento do estilo agressivo do Cinema Marginal e das obras precursoras de Mojica. À respeito dessa influência, encontramos vestígios apontados por Barcinsky, na biografia de José Mojica Marins:

> "Nem bem aprendera à ler e começou à colecionar gibis. Comprava diariamente revistas como Globo Juvenil, O Gury e O Mirim. Também não perdia um número das incríveis Coleções King, álbuns de luxo com histórias de Walt Disney, Mandrake, Príncipe Valente e Flash Gordon e que traziam na borda de cada página um "cineminha" com desenhos que pareciam movimentar-se quando as páginas eram movimentadas rapidamente. José resolveu criar uma "gibiteca" em casa, cobrando uma bolinha de gude ou figurinha de cada criança que quisesse passar algumas horas folhando suas revistas."[14]

Desta forma a familiarização de Mojica com os elementos semânticos da linguagem dos quadrinhos é algo que pode ser atestado desde a infância. Mesclados aos fragmentos visuais dos filmes que assistia, quase todas as tardes num pequeno cinema do Braz, onde seu pai era zelador, podemos ter uma pista das influências que constituíram os valores estéticos de sua filmografia[15]. Outro fator a ser considerado é que a mesma periferia paulistana que é o local de origem de Mojica, da produção e exibição de seus filmes, - assim como em seguida os da Boca do Lixo, do Cinema marginal – também é o berço do horror nos quadrinhos brasileiros, por volta da mesma época, com a proliferação de pequenas editoras através da popularidade crescente de suas publicações com conteúdos não alinhados com os padrões hegemônicos vigentes no momento. Toda essa conjuntura de evidências centradas num único local, parecem nos apontar para muito além de uma pontual análise estética da obra Mojica, ou de qualquer outra forma de expressão artística do período. Muito além disso, nos fazem procurar na expressão do horror, do sexo e da violência, alegorias que compõe uma espécie de carnavalização[16] quanto a representação de poder e de classe na estrutura de uma sociedade com características

predominantemente operárias. Nesses casos, a importação de temas estrangeiros circunscritos à indústria cultural[17], transforma-se em mais do que simples imitação ou reflexão de valores externos à esse meio. Haverá sim, a constituição de uma identidade própria de expressão na arte, determinada pela refração imposta pelos valores culturais locais[18]. Assim a temática importada é traduzida à forma local, hibridizando-se e constituindo estéticas e narrativas de peculiar originalidade[19]. Na velha bruxa que apresenta o prólogo de "A Meia-Noite", ocorre a mesma estratégia narrativa utilizada pelas revistas de horror da EC Comics na década de 50, porém sua realidade é traduzida de um modelo anglo-saxônico de horror, para uma realidade brasileira, onde a monstruosa e sobrenatural criatura converte-se numa velha castigada e maltrapilha, igualando-se a realidade de qualquer outra mulher feia e miserável que vive entre as bugigangas de um casebre.

A construção do personagem Zé do Caixão é igualmente híbrida. Em seu aspecto visual, identificamos claramente a inspiração clássica de personagens como Drácula, seja das versões cinematográficas de 1930, - na figura de Bella Lugosi em trajes negros e elegantes – ou nas produções contemporâneas de terror inglês da Hammer, onde Cristopher Lee cede ao personagem a expressão de seu rosto. Zé do Caixão incorpora esses aspectos visuais clássicos e acresce-lhes os traços psicológicos característicos, para que melhor se adaptem à realidade local. Características como o oportunismo desmedido, já são notadas na própria profissão de Zé. Assassino e coveiro, leva vantagem duas vezes sobre as suas vítimas. Sua postura é superior e ele se coloca a distância em relação aos que com ele tentam conviver. Tem a fala rebuscada, portando-se como um homem "culto" em meio a vizinhança simples e ignorante, à quem oprime e maltrata, cometendo suas atrocidades impunemente, sem que ninguém o enfrente ou levante-se contra sua maldade[20]. Na construção do personagem Zé do Caixão existe uma síntese de todos os medos de uma população operária que convive com os elementos da opressão social e da violência. Tais elementos são facilmente identificáveis no horror de Mojica, em seus filmes o público se vê

e reconhece fragmentos próprios de sua realidade. Dessa forma, o povo passa a odiar Zé do Caixão, mas curiosamente assiste os seus filmes.

Dos pontos de vista técnico e de linguagem , podemos observar claras semelhanças entre as obras de Mojica e as histórias em quadrinhos. Veremos isso no aproveitamento exacerbado da fotografia em preto e branco com poucos meios-tons. Esse recurso era a tônica visual dos quadrinhos de terror da década de 50, e pelos mesmos motivos, desde facilidades técnicas e a economia de recursos, imprimem um visual semelhante aos filmes de Mojica. Em "Esta Noite", Mojica chega a quebrar essa linha visual, acrescentando uma seqüência colorida, onde Zé do Caixão é condenado ao inferno. Essa quebra permite uma maior intensidade à ação, tornando a seqüência um dos pontos altos do filme.

O uso freqüente *closes* para dar suspense e dinamismo às seqüências é outro paralelo importante com a linguagem dos quadrinhos. No quadrinho, esse é um recurso básico para se identificar uma ação de forma bastante rápida. Através da inserção de um *close*, temos um corte brusco na seqüência que centra a atenção do espectador de uma única vez na ação[21]. Tanto em "A Meia-Noite", quanto em "Esta Noite", os *closes* são repetidamente utilizados para dar ênfase a intensidade da interpretação e das cenas , como nos olhos penetrantes de Zé, gestos enérgicos de mãos e aranhas caminhando sobre partes dos corpos de mulheres.

Podemos perceber, à partir dessas diversas considerações, relações bastante claras de hibridismo entre meio gráfico e cinematográfico na obra de José Mojica Marins. Em "A Meia-Noite" e "Esta Noite", o cineasta coloca em prática um repertório de elementos de linguagem comuns a ambos os meios, adaptando-os à sua obra cinematográfica e construindo novas possibilidades narrativas.

---

1 Licenciado em Desenho pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Professor do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE – CEFET/PR . Email: lucferreiras@ig.com.br

[2] Bacharel em História-UFPR, Mestre em História Social-UFPR, Doutor em Comunicação e Semiótica-PUCSP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia-PPGTE e do Departamento de Estudos Sociais - CEFET/PR

[3] Utilizamos o conceito de hibridismo conforme Canclini In: CANCLINI, N.G. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997 (pp. 255-281).

[4]Informações retiradas de: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, e GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e Participação nos Anos 60.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

[5] XAVIER, Ismail. **Do Golpe Militar à Abertura: A Resposta do Cinema de Autor,** In:XAVIER, I. *O cinema brasileiro moderno.* São Paulo: Paz e Terra, 2001 (pp. 51-126).

[6]GONÇALO JÚNIOR. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[7]Gonçalo Junior nos dá uma idéia do impacto do surgimento do modelo comic book quando afirma: *"O comic book nasceu de uma idéia simples, porém revolucionária, pela praticidade de manuseio e também do ponto de vista comercial. Bastava dobrar o tablóide a meio e grampeá-lo para ter uma revista com o dobro de páginas, mas com o custo quase igual – somente algum tempo depois, adotou-se uma capa impressa em papel de melhor qualidade."* GONÇALO JÚNIOR. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[8] Informações retiradas de: GONÇALO JÚNIOR. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[9] Informações retiradas de: GONÇALO JÚNIOR. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[10]Teorias como as do Dr. Frederick Wertan – em A Sedução dos Inocentes – reforçam o cerco moralista em torno desses tipos de publicações que passam a ser sistematicamente proibidas pela censura nos EUA, imposta por uma linha de política guiada pelo Macarthysmo, tendo como instrumento o CMMA , que elabora as diretivas morais para "orientação" de editorial de quadrinhos baseada no Comics Code. Ver: GONÇALO JÚNIOR. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[11] Em 1969 Mojica Marins chega a publicar pela editora prelúdio a revista O Estranho Mundo de Zé do Caixão, com histórias em quadrinhos roteirizadas por Rubens F. Luchetti (importante roteirista de quadrinhos de horror e roteirista de filmes de Mojica Marins) e com os desenhos de Nico Rosso.Informações retiradas de: BARCINSKY, André, e FINOTTI, Ivan. Maldito: a vida e o cinema de José Mojica Marins, o Zé do Caixão. São Paulo, Editora 34, 1998.

[12] XAVIER, Ismail. **Do Golpe Militar à Abertura: A Resposta do Cinema de Autor,** In:XAVIER, I. *O cinema brasileiro moderno.* São Paulo: Paz e Terra, 2001 (pp. 51-126).

[13] BARCINSKY, André, e FINOTTI, Ivan. **Maldito: A Vida e o Cinema de José Mojica Marins, o Zé do Caixão.** São Paulo: Editora 34, 1998.

[14] BARCINSKY, André, e FINOTTI, Ivan. **Maldito: A Vida e o Cinema de José Mojica Marins, o Zé do Caixão.** São Paulo: Editora 34, 1998.

[15] BARCINSKY, André, e FINOTTI, Ivan. **Maldito: A Vida e o Cinema de José Mojica Marins, o Zé do Caixão.** São Paulo: Editora 34, 1998.

[16] Nesse sentido de carnavalização, Carlos Alberto Faraco recorre a citação de Bakhtin: *" as leis, as proibições e restrições que determinam a estrutura e a ordem da vida ordinária, não carnavalesca, são suspensas durante o carnaval: o que se suspende antes de tudo é a estrutura hierárquica e todas as formas correlatas ao terror, reverência, piedade ou etiqueta – isto é, tudo aquilo que resulta da desigualdade sociohierárquica ou de qualquer outra forma de desigualdade entre as pessoas."* In: FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: As Idéias Lingüísticas do Círculo de Bakhtin.** Curitiba: Criar, 2003.

[17] Para melhor compreensão do conceito de indústria cultural ver: ADORNO, T. W. *Indústria cultural e sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (pp. 7-80).

[18]Sobre o conceito de refração ver: VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem.** São Paulo: Annablume, 2002.

[19]CANCLINI, N.G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.* São Paulo: EDUSP, 1997 (pp. 255-281).

[20] BARCINSKY, André, e FINOTTI, Ivan. **Maldito: A Vida e o Cinema de José Mojica Marins, o Zé do Caixão.** São Paulo: Editora 34, 1998.

[21] Com a discussão não pretendemos estabelecer um local de origem para recursos como os closes, tanto no cinema quanto nas histórias em quadrinhos. Enfatizaremos o uso comum de tal recurso pelos dois meios e suas possibilidades de aproveitamento.

UBERLÂNDIA 1945/1951-A POLÍTICA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O P.C.B.

Luciano Patrice Garcia Lepera*

A região e o período abordados neste artigo foram palco de lutas acirradas em busca de melhorias de condições de vida de grandes parcelas da população. As elites dominantes foram vitoriosas e operaram eficiente apagamento das recordações destas lutas, daí a importância de se divulgar este e estimular novos estudos sobre o tema.

O P.C.B. deve ter funcionado, enquanto organização partidária em Uberlândia, desde inícios dos anos 1930. Nelson Cupertino, que segundo monografia de Ricardo P. de Oliveira[1], teria se filiado ao Partido no ano de sua fundação (1922), em Juiz de Fora, voltou a morar em Uberlândia em 1930, compondo com o professor Mário de Magalhães Porto, o irmão deste e também professor, Milton Porto, e outros, ativo núcleo de intelectuais de esquerda, com forte ascendência entre os jovens.

Legalizado o P.C.B., em 1945, organizaram-se comitês municipais em Uberlândia e em outras cidades do Triângulo Mineiro, tais como Uberaba, Araguari, Ituiutaba, Canápolis e Toribaté (atual Monte Alegre). Cria-se, também, o Comitê de Zona do P.C.B. do Triângulo Mineiro, sediado em Uberlândia. O partido estimulou, participou e, muitas vezes, liderou importantes movimentos sociais na região.

O arrocho salarial e a crescente inflação da época somaram-se à escassez de produtos. Com isso, durante os anos 1940, muito se mobilizou contra a carestia e o câmbio negro de produtos racionados. As mulheres desenvolveram importante papel nessas lutas, bem como nas organizações que buscavam melhorias específicas para os bairros. Sociedade Amigos da

Vila Saraiva, Comitê Democrático da Vila Operária, Liga dos Amigos da Vila Carneiro e outras entidades congêneres foram criadas.

Noêmia Gouveia era militante do P.C.B., bem como seu pai e suas irmãs, Irma e Filomena. Foi fundadora e 2ª secretária da Sociedade Feminina Pró-Aquisição do Açúcar, na Vila Martins, em 1946. Em 1948, Olívia Calabria, Irma Gouveia e outras mulheres, inclusive a vereadora comunista de Araguari Hilda Ferreira, fundaram a Organização Feminina de Uberlândia, que tinha por objetivos as lutas por creches, berçários e escolas, bem como pela paz[2].

Esta mesma organização se dedicou, em 1951, a realizar o I Congresso Feminino Contra a Carestia e Pela Paz. O evento foi proibido pelas entidades policiais, mas não desmarcado pelas organizadoras. Em 22 de julho de 1951, são presas por realizarem o proibido evento algumas lideranças, inclusive o vereador Roberto Margonari, que foram posteriormente enviados para Belo Horizonte.

No dia seguinte, conforme depoimento de Olívia Calabria, dado a Idalice Ribeiro[3] em 1994, e o de Noêmia, concedido a mim em 2003,[4] manifestação pública pela libertação dos presos se deparava com aparato policial já reforçado por contingentes de Belo Horizonte e Uberaba, próximas à Delegacia, onde se encontravam os presos no dia anterior, e iniciou-se confronto físico, revolvido à bala pela polícia. A ex-vereadora comunista de Campo Florido, Lucília Soares Rosa e Olívia Calábria são presas por vários dias e, segundo entrevista de Olívia Calábria, Noêmia Gouveia foi baleada na perna, mas apesar disto conseguiu empreender fuga.[5]

No período estudado, ocorreram também greves e movimentos reivindicatórios não só por aumentos salariais, mas também objetivando a implantação de semana inglesa como horário de trabalho.

Os motoristas de caminhão fizeram, por mais de uma vez, greves pela revogação da proibição de transporte de passageiros e contra os preços abusivos de combustíveis, vindo a obter sucessos parciais em suas lutas. Uma de suas lideranças era o comunista Élson Costa, que aqui se formou nas lutas populares e transformou-se em liderança estadual e nacional do P.C.B. e, segundo Segatto et al., possivelmente *(...) a 11 de janeiro de 1975, são seqüestrados e posteriormente assassinados pela repressão Élson Costa e Hiran Pereira, membros do Comitê Central do PCB.*[6]

Fato pouco comum ocorrido em Uberlândia foi a intervenção sindical para a remoção do diretor de sindicato patronal, que seria comunista, conforme relatado em "Flores do Mal"[7]. Alcides Simão Helou era diretor do Sindicato do Comércio Varejista de Uberlândia, em 1948, por apoiar reivindicações do Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Uberlândia e, principalmente, por denunciar a especulação por parte dos comerciantes atacadistas, foi cassado de sua função.

A questão agrária foi uma das tarefas urgentes para a América Latina na concepção da Internacional Comunista de 1920, às quais os comunistas americanos dedicaram por décadas especial atenção, segundo Paulo Sérgio Pinheiro.[8]

Nos anos 1940 ampliou-se muito o plantio de arroz na planície do Triângulo Mineiro. Era necessária grande produção para abastecer o crescente mercado regional, bem como Mato Grosso e Goiás. Camponeses de várias regiões do Brasil para cá se dirigiram, procurando trabalho junto aos latifúndios quer como diaristas, quer como meeiros ou terceiros. Considero ter sido o trabalho junto ao campesinato área de concentração de esforços do P.C.B. de Uberlândia e região.

A partir de 1946 várias ligas camponesas foram constituídas na região, destacando-se as de Sucupira, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos, entre outras. Apesar de alguns comunistas

locais acreditarem ser os primeiros do Brasil, Irineu Luiz de Moraes organizou em 1945 a Liga Camponesa de Dumont, como demonstrado na obra de Welch e Geraldo.[9]

Canápolis sediaria, em 25 de abril de 1948, um Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, e Noêmia Gouveia, que já estava a serviço do Partido em Belo Horizonte, é mandada para auxiliar na realização do evento que acabou não ocorrendo em função da proibição e da repressão por parte da polícia.

Em 1950, na região da Liga Camponesa de Canápolis, radicalizou-se a luta. Como Coelho[10] nos conta, os meeiros da fazenda dos ingleses estavam sendo expulsos da terra pois os arrozais estavam sendo substituídos por pasto para o gado, que deveria abastecer o frigorífico Anglo de Barretos-SP. Segundo orientação partidária, os camponeses passaram a arrancar as mudas de capim plantadas e vários deles são presos

O candidato do P.C.B. à presidência da República, em 1945, teve votação pouco expressiva em Minas Gerais, se compararmos com seu desempenho em outros estados. Enquanto no Brasil obteve 9,7% dos votos, em Minas atingiu pouco mais de 2% dos sufrágios válidos. Yeddo Fiúza obteve, em Uberlândia, 16,4% dos votos e na Zona Eleitoral de Toribaté, que compreendia, além da própria Toribaté os municípios de Canápolis, Centralina, Sucuri e Flores, espantosos 27,5%, o que significa, respectivamente, a segunda e primeira melhores votações alcançadas no estado de Minas Gerais. Em Belo Horizonte a candidatura pecebista obtém apenas 7,5% dos sufrágios e em Juiz de Fora, cidade apontada por vários autores como berço do P.C.B. mineiro, somente 5,2%. Na cidade de Nova Lima, devido à forte organização partidária junto aos operários, registra-se 16,1% dos votos à candidatura de Fiúza, caracterizando o terceiro maior desempenho em Minas.

Chegou-se às eleições municipais de 1947 com o P.C.B. cassado, mas com seus militantes atuando às claras. Vivia-se a chamada semilegalidade.

Em Uberlândia, os comunistas abrigados em outra legenda são quatro dos 15 vereadores eleitos: o médico Virgílio Mineiro, o dentista prático Roberto Margonari, o professor e contador Henckmar Borges e o operário Enoque Caldeira de Paiva.

Os representantes comunistas pautaram seu trabalho nos esforços de dar ressonância e cobertura legal aos mais diversos movimentos sociais, tornando-se verdadeiras linhas auxiliares destes

A direita, reunida na coligação capitaneada pela UDN (União Democrática Nacional), tem a maioria na Câmara de Uberlândia e exerce com mão de ferro sua supremacia. Na Ata de Instalação,[11] de 3 de dezembro de 1947, percebeu-se que a totalidade dos cargos de direção da Câmara ficaram com os Udenistas, sendo negado o pedido de urgência à propositura de Margonari de envio de repúdio ao processo de cassação dos mandatos dos deputados constituintes eleitos pelo P.C.B., que estava tramitando no Congresso Nacional. A repressão aos comunistas e aos movimentos populares aumentou em todo o país, não sendo Uberlândia e região exceção a isto. Em Nova Lima são assassinados impunemente os operários e dirigentes comunistas William Gomes em 1948 e José dos Santos em 1949. O primeiro no exercício da vereança e diante de centenas de testemunhas e o segundo em emboscada noturna quando voltava de atividade partidária.[12]

O P.C.B. respondeu a esta situação com mudanças em sua política que o levam a um maior isolamento na sociedade. O estreitamento do leque de alianças quase que imposto pela situação vigente, somado ao medo gerado pelo aparelho repressivo do Estado, bem como pela sua máquina de propaganda, levaram o Partido a vivenciar um declínio acentuado não só em seu número de militantes, mas também em sua capacidade de atuação.

Em 1950, novas eleições municipais foram realizadas e mesmo tendo o P.C.B. em Uberlândia atuado em diversos movimentos sociais, diminui-se a votação recebida pelos

comunistas. Somente Virgílio Mineiro foi reeleito para a legislatura de 1951/1954, ficando Roberto Margonari como seu suplente.

O P.C.B. existiu em Uberlândia talvez a partir da segunda metade da década de 1920, e certamente a partir do início dos anos 1930. De um núcleo inicial de professores e intelectuais desenvolveu-se, como verificamos neste trabalho, até tornar-se referência fundamental nas lutas dos trabalhadores, confundindo-se até o Partido e os movimentos sociais como se fossem um corpo só. Organizado como um partido de quadros, seus poucos militantes constituíram uma vanguarda revolucionária com forte poder de atuação junto às massas. Conseguiu-se, com isso, uma enorme inserção junto à população, produzindo expressivos movimentos sociais. Tornou-se o Partido em significativo canal de expressão para os operários e camponeses na política institucional, cenário do qual, até então, estavam totalmente excluídos.

Nesse contexto, foram formados militantes que vieram a ser quadros dirigentes, tanto em âmbito estadual, quanto nacional, como Noêmia Gouveia, que atuou no estado de Goiás e em Belo Horizonte e Élson Costa, integrante do Comitê Central, assassinado pela polícia em 1975. Ao atuarem dessa forma, os comunistas da região atraíram para si a fúria dos setores conservadores da sociedade, sendo combatidos pelo Estado e pela classe dominante local, por meio da constante combinação de violenta repressão e eficiente campanha publicitária anticomunista.

Radicalizaram sua atuação ao serem expulsos da política institucional e, com isso, acabaram por cair em grande isolamento, com o conseqüente declínio de seu poder de intervenção na realidade. Entenderam a necessidade da democracia para a construção de uma sociedade em que não houvesse exploração do homem e também a relevância de se construir um poderoso partido de massas. Em suma, tiveram seus projetos políticos derrotados em curto prazo, mas seu exemplo de dedicação à humanidade não será esquecido.

[*] Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia e especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Católica de Uberlândia.

[1] OLIVEIRA, Ricardo P. de. **A "intentona comunista" em Uberlândia, reflexos da "Tradição Revolucionária":** o comunismo nos anos 1933-1935. 2003. 45 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003. p.39.

[2] Cartório do 1º. Ofício. Certidão. Estatutos da Organização Feminina de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais. Documento do acervo dos processos da Câmara Municipal de Uberlândia. Arquivo Público Municipal apud SILVA, I. R. **"Flores do mal" na Cidade Jardim:** comunismo e anticomunismo em Uberlândia 1945-1954. 2000. 444 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2000. p.382.

[3] SILVA, Idalice R. **"Flores do mal" na Cidade Jardim:** comunismo e anticomunismo em Uberlândia 1945-1954. 444 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2000. p.394.

[4] GOUVEIA, Noêmia. **Depoimentos**. Uberlândia, 07/10/2003.

[5] SILVA,Idalice R. Op. cit.

[6] SEGATTO, José A. et al. **PCB 1922-1982:** memória fotográfica. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.151.

[7] SILVA, Idalice R. Op. cit.

[8] PINHEIRO, Paulo S. **Estratégias da ilusão:** a Revolução Mundial e o Brasil – 1922 – 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1981. 379 p.

[9] Em 1982 integrei o Comitê Municipal de Ribeirão Preto do PCB juntamente com Irineu Luiz de Moraes que por mais de uma vez contou da formação da Liga Camponesa de Dumont conforme posteriormente relatou na obra: WELCH, C., GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista:** memórias de Irineu Luiz de Moraes. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 213 p.

[10] COELHO, Marco Antônio T. **Herança de um Sonho:** as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

[11] PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público Municipal de Uberlândia. **Atas da Câmara Municipal de Uberlândia realizadas no ano de 1947**. Fundo: Câmara Municipal, série: Atas, sub-série: Atas da Câmara Municipal. Uberlândia, 2003.

[12] GROSSI, Yonne de S. **Mina de Morro Velho:** a extração do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

A modernidade anunciada nas obras dos pintores "pré-modernistas"

Profa. Dra. Luciene Lehmkuhl

O tema escolhido para o encontro da Anpuh, deste ano, sugere uma aproximação e a possibilidade de cruzamento com o tema e o objeto de estudo com o qual venho trabalhando. O tema "História: guerra e paz" faz pensar, mais uma vez, na seleção de obras de arte, especialmente pinturas, apresentadas no pavilhão do Brasil para marcar a presença brasileira na Exposição do Mundo Português, em Lisboa no ano de 1940. Em plena Segunda Guerra Mundial o Brasil transporta para a Europa, atravessando o Atlântico, entre outras obras de arte e peças de valor histórico, uma coleção de 27 pinturas e, também algumas esculturas pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

Naquele ano de 1940, esta era uma carga valiosa. As obras e os artistas seus criadores representavam parte significativa da cultura artística nacional. As obras ocupavam largo espaço nas salas de exposições dos museus e galerias de arte na capital brasileira, seus criadores eram mestres conceituados, responsáveis pelo ensino na Escola Nacional de Belas Artes, presenças freqüentes nas já extintas Exposições Gerais, nos Salões Nacionais e no Conselho Nacional de Belas Artes.

Naquele momento, já havia acontecido muitas transformações no ensino dentro da Escola Nacional de Belas Artes e também, no âmbito das exposições de artes. Ainda no século XIX, a troca de nome da Academia para Escola Nacional de Belas Artes, o afastamento de professores vinculados à monarquia, como Victor Meirelles e Pedro Américo, e a nomeação de Rodolfo Bernardelli como diretor e Rodolfo Amoedo como vice-diretor. Estas transformações surgiram de disputas recorrentes no âmbito da Academia, desde o ano de 1888, quando ganhou publicidade o conflito entre os alunos denominados Positivistas e os alunos denominados Modernos. Com a República, o projeto dos Modernos encontrou respaldo no meio político, possibilitando a seus defensores tornaram-se

professores e alunos da Escola; no entanto, as transformações republicanas trouxeram vagas de descontentamento, como era de se esperar.

As transformações ocorridas não foram suficientes para contentar a todos, levando alguns artistas a buscar novos espaços de estudo, desencantados com os rumos estritamente acadêmicos da Escola, que ainda, em plena década de 30, propunha um ensino artístico nos moldes das desatualizadas academias européias, como por exemplo, estudar o desenho do corpo humano através de reproduções de esculturas vinculadas ao classicismo artístico e copiar obras importantes de pintura para estudar os efeitos de claro/escuro e as soluções pictóricas encontradas pelos grandes mestres.

Para fugir a estas obrigações e demonstrar uma atitude de descontentamento com soluções e alternativas viáveis, um grupo de estudantes/pintores reuniu-se para desenhar e pintar em busca de liberdade de pesquisa. Criaram, em 1931, o Núcleo Bernardelli onde faziam aulas de desenho e pintura com modelo vivo nos ateliês e também ao ar livre; mantinham-se, no entanto, mais interessados nas questões técnicas da pintura do que nas especulações em torno da estética. Frederico Morais constata que os integrantes do Núcleo Bernardelli "fizeram do próprio aprendizado técnico ou do domínio artesanal seu projeto estético e cultural"[1], já que as pretensões dos seus participantes estavam menos voltadas às polêmicas intelectuais do que aos investimentos na profissionalização.

Os integrantes do Núcleo conquistaram, gradualmente, seus objetivos iniciais de democratização e renovação no ensino de arte e introdução de modificações no regulamento do Salão Nacional de Belas Artes, bem como possibilitar novos espaços de visibilidade e atuação aos artistas iniciantes[2]. É fácil constatar e aceitar que o Núcleo se caracterizava pela "moderação", conforme percebeu Morais, ao identificar que os integrantes do núcleo eram provenientes "de uma classe média pobre". Não dispondo de poder, necessitavam dialogar com aqueles que o detinham, tendo, portanto, que demonstrar

[1] - MORAIS, Frederico. **Núcleo Bernardelli**: arte brasileira nos anos 30 e 40. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, p.47.
[2] Ibidem, p.32.

diplomacia e habilidade com as autoridades, para conquistar apoio aos seus projetos[3]. Tendo a "moderação" como tônica do meio artístico brasileiro, é possível compreender as lutas que empreendiam, naqueles anos 30, os artistas que, agrupados em associações ou organizados nas instituições artísticas oficiais, procuravam se proteger, conquistar e marcar um espaço profissional e assegurar a posição alcançada com imensa dificuldade.

No fervilhante ano de 1931, ocorreram dissensos em torno da Escola; de um lado a criação do Núcleo Bernardelli, e de outro, a nomeação de Lúcio Costa e a realização do Salão Revolucionário, apelidado de Salão dos Tenentes, demonstram claramente a disputa empreendida por pintores, escultores e arquitetos na tentativa de dominar o espaço da mais importante instituição oficial de arte do País. De qualquer forma, o Salão de 1931 conseguiu romper a corrente estabelecida na Escola Nacional de Belas Artes, mostrando uma nova face das artes visuais que se praticavam no País. Mas, os representantes da corrente tradicionalista retomaram o poder na Escola, e durante toda a década de 1930 as regras de organização do Salão e das premiações voltaram a ser pautadas pelo Conselho Nacional de Belas Artes, sendo os prêmios divididos entre aqueles artistas que se encontravam na "vez" de recebê-los.

No entanto, a partir de 1939, os prêmios foram arrebatados por artistas que freqüentavam o Núcleo Bernardelli, numa demonstração de que os organizadores do Salão estavam percebendo a necessidade de efetuar algumas mudanças na conduta do rumo das artes plásticas no Brasil. Quando o Núcleo perdeu o espaço que ocupava nas dependências da Escola, em 1935, após o incidente da depredação das instalações da Sociedade Brasileira de Belas Artes, que também funcionava nos porões da Escola, pintores e orientadores passaram a utilizar salas em diferentes sobrados, entre eles o espaço da Casa Cavallier e, posteriormente, o espaço do Café Gaúcho, que se tornaram pontos de referência no meio artístico.

Oswaldo Teixeira (diretor do Museu Nacional de Belas Artes, desde sua fundação em 1937 até o ano de 1961, e presidente do Salão Nacional de Belas Artes durante nove

[3] Ibidem, p.32.

anos) mostrou-se um defensor da arte acadêmica ou “tradicional”, como preferia nomear. Sua posição foi forjada numa conjuntura de disputa pela manutenção do espaço de constituição da identidade visual do Brasil moderno, até então ocupado pelos acadêmicos e neocolonialistas, agora, reivindicado pelos modernos. Ao questionar o título de “acadêmico” e pretender se auto-intitular “moderno”, Oswaldo Teixeira nos proporciona uma chave para o entendimento do debate entre acadêmicos e modernos e do lugar reservado aos ditos “pré-modernistas” pela historiografia.

A geração de pintores e escultores inaugurada por Eliseu Visconti, usufruidora dos Prêmios de Viagem restabelecidos após a Proclamação da República e desfrutados entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, encontrou na Europa o meio artístico em ebulição. Em 1892, quando Visconti chegou a Paris, os cânones da arte tradicional já haviam sido abalados pelos ventos trazidos pelos impressionistas. Aqueles que lá estiveram nas duas décadas seguintes vivenciaram o coroamento das transformações modernas do final do século XIX e o concomitante surgimento de inovadores caminhos nas artes. As vanguardas davam seus primeiros passos, e muitos dos pensionistas brasileiros na Europa, tiveram contato com as propostas da vanguarda, apesar de se manterem suficientemente distanciados daquilo que parecia mais inovador e se aproximarem daquilo que já se tornara assimilado e aceito.

De qualquer maneira, o já aceito ainda era inovador. Os movimentos artísticos do final de século XIX, na Europa, como o Impressionismo e o Art Nouveau, receberam a designação de movimentos modernos. Foram concebidos dentro da modernidade, aquela época nomeada por Baudelaire, por comportar o circunstancial e opor-se ao belo absoluto, por perceber o eterno no transitório e lidar com a vida e com o presente. Assim, os brasileiros chegados a Paris deslumbravam-se com a possibilidade da arte lidar com a mesma matéria que compunha a vida, o cotidiano, podendo realizar uma pintura de costumes. Estes artistas percebiam claramente o lugar diferenciado que passaram a ocupar com relação aos seus mestres brasileiros. Sabiam-se portadores das inovações estabelecidas pela modernidade e consideravam-se por isso, “modernos”.

Quando Oswaldo Teixeira expressa sua indignação por ser tachado de acadêmico e por ver artistas seus coetâneos incluídos no grupo dos acadêmicos, evidentemente, quer relembrar sua filiação àqueles cânones que inauguraram a arte moderna na Europa. Mas, no Brasil, os caminhos da arte moderna foram atropelados, sobretudo pela crítica, que precisou estabelecer limites rígidos para conseguir fazer existir uma história do Modernismo. Para Oswaldo Teixeira a disputa se dava entre "grupos parecidos que se digladiavam para parecerem antagônicos, misturados e ao mesmo tempo separados por falsas convicções, tanto o do Museu como o da Casa Cavallier, eram compostos, salvo uma ou outra exceção, de artistas pobres, sem recursos, pintando ou esculpindo para sobreviver"[4].

O relato de Oswaldo Teixeira auxilia a compreensão do cenário artístico e do papel desempenhado pelos artistas naquele período. Percebe-se uma característica que perpassa grande parte dos artistas brasileiros, que é o fato de possuírem uma formação muito mais técnica do que teórico-filosófica. Fator que aproximava estes artistas muito mais do perfil de artesãos ou profissionais técnicos altamente qualificados do que do perfil de artistas como indivíduos criadores/pensadores. Eram, em sua maioria, homens pobres que aprenderam um ofício, do qual tiravam o seu sustento. Não estavam interessados em modificar o mundo com sua "arte", pretendiam, ao contrário, conquistar um lugar no mundo que se lhes apresentava, agora, após terem adquirido uma formação acadêmica, passível de desfrute. Para estes artistas, obter a possibilidade de participar dos Salões de Belas Artes, galgar o Prêmio de Viagem, receber encomendas de estatuetas, bustos, retratos e murais para serem instalados em praças, jardins, museus ou feiras internacionais significava uma grande conquista na carreira e na vida pessoal, portanto, lá chegando, não desperdiçariam a conquista com ousadias que não apresentavam certezas de um futuro estável.

Artistas e obras

O campo das artes não se resignou diante da força institucional da Escola Nacional de Belas Artes, ao contrário, havia disputas pela ocupação do espaço institucional e pela condução das políticas culturais. Assim, é preciso ter claro que a escolha das obras

[4] Ibidem, p. 99.

enviadas a Lisboa para representar a arte contemporânea brasileira foi realizada nesse cenário de disputas. O conjunto é composto por obras que podem ser inseridas numa vertente tradicional/acadêmica da arte brasileira, envolta em ares modernizantes. Não se trata mais daquela geração da academia preocupada em transpor para o Brasil os cânones das academias francesa e italiana na composição de uma pintura que ajudasse a afirmar a história do Brasil independente e devedor de toda uma tradição artístico/cultural européia, um Brasil que ainda não havia feito sua entrada na modernidade inaugurada no agitado século XIX. O conjunto aqui estudado compreende obras realizadas durante as três primeiras décadas do século XX, portanto, aquelas denominadas de "pré-modernistas".

São representações de paisagens, retratos, nus, naturezas-mortas e alegorias que tentam conjugar a relação entre as tradições acadêmicas e uma visualidade que se entende como moderna capaz de compor a imagem do Brasil da época. Entre ela, as pinturas de paisagens mostraram a natureza idealizada, o campo em detrimento da cidade, o azul, o verde e os amarelos transpassados por uma luminosidade apreendida nas academias européias, mas a espreitar as técnicas dos impressionistas. As paisagens expostas foram: *Paisagem* de João Timóteo da Costa; Penacova de Manuel Faria; *Luz e Sombra* de Gastão Formenti (o único da lista a não receber prêmio de viagem para a Europa); *Pinheiros do Paraná* de Vicente Leite; *Quietude* de Levino Fanzeres; *Mané Preto* de Jordão de Oliveira; *Paisagem de Grajaú* de João Batista de Paula Fonseca; *Abril ou Poesia da Tarde* de João Batista da Costa; *Lagoa Rodrigo de Freitas* de Luís Fernandes de Almeida Júnior e *Casebres e Arranha-céus* de Manuel Santiago.

Para Teixeira Leite, os rumos tomados pela pintura brasileira a partir da segunda década do século XX levaram os paisagistas a uma posição marginal no meio artístico, com relação ao modernismo. "Alguns desses paisagistas foram individualistas ferrenhos, trabalhando em isolamento; outros pertenceram a grupamentos, como o Núcleo Bernardelli, no Rio de Janeiro, ou o Grupo Santa Helena, em São Paulo"[5]. O gênero paisagem, já na primeira metade do século, vinha gradualmente se tornando um assunto marginal, de pouco

[5] TEIXEIRA LEITE. Op.cit., p.376.

interesse àqueles empenhados em discutir os problemas internos da obra, como cor, forma, composição, texturas, ou seja, a materialidade da obra, antes do assunto abordado, como problemática da arte. Mas esta margem se deslocava e confundia seus limites o tempo todo. Artistas modernos e tradicionais/acadêmicos ou pré-modernos transitavam nos mesmos espaços, conviviam em torno de um mesmo público consumidor e disputavam um mesmo mercado diminuto. Seus patrocinadores eram os mesmos e deveriam ser disputados com estratégias de poder que iriam além da realização de obras e envolviam boas relações com a esfera política.

Além da paisagem, a pintura de gênero com cenas do cotidiano e o nu feminino foram temas das obras expostas. Neste rol, os mestres Eliseu Visconti e Rodolfo Amoedo foram homenageados, tanto com obras suas incluídas, quanto com obras de muitos pintores que passaram por seus cursos. Mesmo tendo certa distância cronológica e, também, certa distância estilística, os dois pintores podem ser vistos como responsáveis pela condução de muitos artistas na busca que efetuaram por uma formação no meio artístico europeu. Os premiados nos Salões seguiam para a Europa levando na bagagem as recomendações dos dois mestres. De Rodolfo Amoedo foi exposta a pintura *Amuada* e de Eliseu Visconti *Cabral*,

Dos pintores que passaram por Amoedo e/ou Visconti, duas obras se destacam do conjunto, a pintura de Henrique Cavalleiro e a pintura de Marques Júnior. As duas debruçam-se sobre temas similares, o cotidiano, a intimidade, o feminino. Os dois pintores escolhem a mulher como objeto pictórico. Os dois fazem uso de princípios tomados dos impressionistas para o tratamento dos seus temas. Borram contornos, mergulham na imaterialidade das formas e na delicadeza das cores. Marques Júnior se mantém fiel ao desenho, enquanto Cavalleiro faz uso quase abusivo do emplastamento de tintas. A demonstração do virtuosismo dos pintores brasileiros na representação das formas femininas e dos nus, além dos artistas já citados, foi confiada também a Pedro Bruno *Ilha de Paquetá*; Armando Viana *Nu deitado*; Augusto Bracet *Lindóia* e Carlos Chambelland *Interior do Ateliê*, cada qual explorando um universo bastante singular. Também foi mostrada a

diversidade temática e técnica encontradas nas pinturas de Artur Timóteo da Costa *Retrato de Silvia Meyer*; Manuel Constantino *Peixes do Mar*; Lucílio de Albuquerque *Despertar de Ícaro*; Oswaldo Teixeira *Fim de Romance*; Rodolfo Chambelland e Antônio Parreiras

Poucos destes nomes e obras sobreviveram às transformações ocorridas na arte no decorrer da segunda metade do século XX, mesmo tendo atingido certo reconhecimento ou, ainda, certa popularidade, no meio artístico e fora dele; ainda que alguns destes artistas tenham assumido postos importantes no ensino e cargos públicos, ou a realização de trabalhos sob encomenda do Estado, pouco espaço receberam nos textos de História da Arte brasileira. As histórias escritas sobre o modernismo contribuíram para ocultar tudo aquilo que não representava o surgimento de um Brasil moderno, atualizado com os acontecimentos mundiais. O foco de interesse foi dirigido àqueles artistas que de alguma maneira expressavam os ideais modernistas, nas suas obras ou nas suas condutas, na abordagem temática ou nas questões construtivas das obras. Todos aqueles que não compactuavam com os cânones modernistas e que de alguma maneira ainda se aproximavam de uma visualidade que encontrava ecos na academia deixaram de ser objeto de estudo da História da Arte. Seus nomes costumam aparecer, apenas, em dicionários de arte, livros de memórias e grandes sínteses cronológicas da arte brasileira, quase sempre sob o rótulo de pré-modernistas.

Tudo aquilo que parecia não alinhado ao moderno, e um moderno que queria se espelhar nas vanguardas européias, foi correntemente tratado sob um mesmo rótulo; “acadêmico”. Sob esta nomenclatura se perderam diferenças, perderam-se a percepção dos indivíduos e de suas histórias particulares, de suas vivências e atuações, suas interferências e participações na construção daquilo que a história do Modernismo chamou de Academicismo. Entre os anos 30 e 40, ao mesmo tempo em que os modernistas conquistavam espaço no campo da arte, da cultura e da política, as diferenças ainda eram evidentes. Estas ainda não haviam sido apagadas. Ainda se citavam nomes e obras. O outro, o qual se combatia, possuía existência concreta, estava vivo e presente, atuava junto

ao poder. Tomava decisões, fazia escolhas, tentava manter o espaço que possuía, não acreditando no seu fim.

REESCREVENDO A HISTÓRIA: GRUPO ESCOLAR JOAQUIM SARAIVA (1963-1980).

Luciete Diniz Castro
Universidade Federal de Uberlândia

O presente trabalho refere-se ao desenvolvimento de uma investigação do Programa de Mestrado em Educação (Àrea Temática: Educação Escolar / Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação). Visa desenvolver o estudo sobre as histórias das instituições escolares, especificamente sobre a Educação Pública Brasileira e o Grupo Escolar "Joaquim Saraiva**",** surgido na cidade de Uberlândia – M.G. e pertencendo à rede estadual. Enfatiza sua criação em janeiro de 1963 no prédio localizado ao lado da Praça Vasco Gifoni no bairro Saraiva, sob a direção de Edna Morais Ferreira, com a denominação Escolas Reunidas da Vila Saraiva.

Em 28/01/64, através do Decreto nº 7386 passou a se chamar **Grupo Escolar "Joaquim Saraiva",** transferiu-se para o prédio próprio ainda em construção, em 29/04/68, situado à Av. João XXIII, nº 68, bairro Saraiva. Recebeu a Autorização 270/73 publicada no MG de 24/02/76 pág 2, para o funcionamento da 5ª a 6ª séries em 1973.

Através da Resolução nº 1810/76 publicada no MG de 24/02/76 pág 06 col. 01, a Escola obteve a extensão da 7ª a 8ª em 1976,

Assumiu a direção da Escola Juraci Corcino Borges em 01/05/95, substituindo a diretora Suely Castro Ferreira, afastada por motivos de aposentadoria. Permaneceu no cargo até 29/01/97 e logo em seguida assumiu a direção da Escola a Professora Maria Leonísia Roque Nunes, eleita pela comunidade Escolar, exercendo dois mandatos consecutivos em 30/01/97, permanecendo no cargo até 15/02/04.

O Professor Cláudio Batista dos Santos foi indicado pela comunidade Escolar sendo nomeado para o cargo de Diretor através de publicação no MG de

26/03/04, data em que assumiu a direção da Escola onde se encontra administrando atualmente.

Através da resolução de nº 1810/76 publicado no MG de 18/10/78, o Grupo Escolar " Joaquim Saraiva " passa a ser chamado de Escola Estadual " Joaquim Saraiva".

Assim, a abordagem investigativa se restringirá ao momento crucial de adaptação do educandário à demanda de ensino da cidade de Uberlândia e região, demonstrando assim sua enorme importância para o desenvolvimento educacional e sua vinculação com a busca crescente de popularização de ensino.

A escola agora atende aos alunos do Ensino Fundamental: ciclo complementar de alfabetização de 5ª a 8ª séries. Neste sentido, uma preocupação necessária consiste na busca da compreensão do contexto histórico do sistema de ensino do início do século XX, obtendo os elementos norteadores que proporcionam as condições essenciais para a gênese e a consolidação do grupo escolar do bairro. Em outras palavras, paralelamente à contextualização macro-estrutural, haverá necessariamente a delimitação espaço-temporal da questão educacional de Uberlândia neste período e suas conseqüências históricas para a cidade, a região, o estado de Minas Gerais e o país. Por isso, esta pesquisa pretende estar em acordo com a atual tendência em História e Historiografia da Educação: a produção de novos conhecimentos referentes à questão do Sistema de Educação Pública.

Pretende-sei investigar as especificidades relacionadas à fundação e fortalecimento do Grupo Escolar Joaquim Saraiva no período de 1963 a 1980 enquanto instituição influente no universo social uberlandense, através do resgate das motivações, da identidade dos docentes e dos discentes, das instalações inicias da escola e dos saberes veiculados.

Apreender os elementos componentes das teorizações sobre representações sociais e sobre a História das Instituições Educacionais a nível nacional, por meio de ampla pesquisa bibliográfica;

Entender o contexto educacional local e suas relações necessárias com o contexto regional, estadual e nacional, por meio do estudo de obras histórico-educacionais.

A escolha do objeto específico de estudo está diretamente relacionado com

o fato de pertencer grande parte de minha vida na cidade de Uberlândia – M. G, contribuindo muito nas várias instituições escolares de Uberlândia como também ter participado para o ensino fundamental com a participação de pais de alunos do Grupo Escolar Joaquim Saraiva e ainda por ter a oportunidade de durante grupos de estudos na UFU conhecer algumas temáticas relacionadas à produção científica em uma perspectiva histórica da reconstrução de uma instituição escolar. Através destas contribuições, interessei-me profundamente pelo assunto e fiquei entusiasmada com a possibilidade de compreender melhor questões relacionadas à história, assim passei a refletir sistematicamente sobre o valor significativo do ensino de história e desenvolvimento da Educação Básica Brasileira. Assim, evidentemente, é fabuloso perceber o quanto um determinado estudo pode contribuir para a elucidação de aspectos históricos e se tornar um poderoso mecanismo na reestruturação social, atuando como elemento de transformação sobre o valor significativo do ensino de história .

Através da abordagem da história das instituições escolares de Uberlândia, especialmente do Grupo Escolar Joaquim Saraiva, encontro a possibilidade de contribuir para a reconstrução e o resgate de parte significativa da vida cultural e social da cidade, especialmente do início do século XX. Além disso, vejo também a possibilidade de estar em consonância com a tendência nacional em História e Historiografia da Educação de estar realizando estudos voltados especialmente para a questão da Escola Pública no Brasil.

Neste sentido, percebe-se que nas últimas décadas, a pesquisa investigativa relacionada à produção de conhecimentos no campo da História da Educação está passando por um intenso processo de reformulação teórico-metodológico, ampliando as possibilidades paradigmáticas de atuação. Assim, há a oportunidade de se realizar um trabalho de descrição, análise e reflexão buscando as razões e os efeitos da implantação da Educação Escolar no Brasil. Conforme GATTI, 2003.

> *Percebe-se, por fim, que a pesquisa histórico-educacional beneficiou-se muito da renovação historiográfica recente, sofisticando suas ferramentas de trabalho e ampliando seu leque temático. Neste sentido, há uma série de*

procedimentos historiográficos que vem se tornando comuns no trato das instituições educacionais, estabelecendo, dessa forma, condições mais favoráveis para o entendimento dos processos de escolarização vivenciados no País.

Assim, acompanhando as atuais alterações historiográficas, as pesquisas que se iniciam voltadas para o estudo das instituições escolares se demonstram extremamente relevantes, pois surgem num contexto de profundas alterações no campo do processo educacional em seus diversos âmbitos, ora no sentido de mudanças evolutivas em todo o sistema, ora na permanência de elementos tradicionais e conservadores. Por isso, há evidentes sinais de novos rumos na historiografia da educação: ampliação dos objetos de estudos, tanto qualitativa como quantitativa; profunda reforma metodológica; resgate da memória, enquanto receptáculo de tradições, reproduções ideológicas e experiências de vida; ênfase no presente, mesmo manifestado como pretérito; abordagem interdisciplinar para uma compreensão central dos fenômenos educacionais.

Por outro lado, percebe-se também a presença de novas orientações epistêmicas, fundamentando a renovação historiográfica; uma centrada na questão especialmente escolar, procurando esclarecer sua complexidade interna e, simultaneamente, sua relação com o exterior; a outra estaria centrada apenas em quadros explicativos exteriores à realidade educativa. Esta focalização e multidimensionalidade ressaltam a valorização do processo de escolarização como forma importante e notável de estruturação da modernidade e da contemporaneidade. Desse modo, a escola passa a ocupar um lugar de destaque no campo de pesquisa da História e Historiografia da Educação, no sentido de fundamentar a formação de novas categorias conceituais.

Percebe-se então um intenso movimento de aproximação com o cotidiano escolar, abrindo perspectivas de diálogo no âmbito das ciências educacionais. Segundo MAGALHÃES, 1998.

A escola ora é tomada em si mesma como um todo em

> *organização, instituindo num contexto, ora é tomada como o principal referente e como eixo de estruturação de uma racionalidade pedagógica e formativa, estando reservada à abordagem historiográfica uma explicação e a inscrição da realidade educativa em quadros sócio-culturais e político - ideológicos mais amplos.*

Esta pesquisa trata-se da busca e investigação de elementos norteadores responsáveis pelo surgimento e pela consolidação do Grupo Escolar Joaquim Saraiva e dada a necessária delimitação espaço-temporal caracterizando-se pelas principais obras e pesquisas de diversos procedimentos, traçando um paralelo com as informações coletadas seguindo a renovação e ampliação propostas relacionados à História e Historiografia da Educação.

O presente estudo tem como objetivo investigar, analisar e compreender a história e os fatores responsáveis pela origem do Grupo Escolar Joaquim Saraiva, bem como seu papel no contexto histórico da cidade de Uberlândia (Minas Gerais);

Portanto, pretendemos com essa atual pesquisa, desvendar quais as transformações e mudanças políticas ocorridas em Uberlândia e o que ocorria no Estado de Minas Gerais no período de 1993 a 1980.

Historiadores sob a mira do DEOPS/SP

Autor (a): Lucileide Costa Cardoso*

Os historiadores que foram alvos da repressão militar, também teceram os fios da memória e apresentaram ao público suas criações: livros, entrevistas e depoimentos. O grau de engajamento político em organizações de esquerda determinou caminhos diferentes com relação à opção pela produção do conhecimento histórico. Defensores de uma historiografia engajada com os conflitos e tensões do seu tempo analisam com rigor o golpe de 64, buscando ultrapassar os limites dos documentos oficiais. No julgamento dos principais acontecimentos fundamenta-se em suas interpretações testemunhais, mesclando reflexão crítica com narrativa autobiográfica. O recorte em alguns casos está direcionado para a problemática das esquerdas e suas relações com a sociedade e Estado. A obra de Jacob Gorender - *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*.(1988) e o livro de Daniel Aarão Reis – *A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, 1990 entre outras publicações e artigos, exemplificam a fusão do discurso historiográfico com o memorialístico. Seguindo este interesse em inserir a sua trajetória pessoal vivida no passado com a luta mais ampla da sociedade pelo retorno ao Estado de Direito contra a ditadura, Nelson Werneck Sodré no livro *A fúria de Calibã: Memórias do golpe de 64*, 1994, avalia o impacto da ditadura militar no âmbito da produção intelectual e rememora sua longa resistência ao cerceamento da liberdade de expressão no país..

Os historiadores aqui mencionados estiveram comprometidos com os acontecimentos do seu tempo e foram perseguidos pelos órgãos repressivos do regime militar. Pesquisamos os Prontuários e Dossiês dos historiadores: *Jacob Gorender,*

Nelson Werneck Sodré e Daniel Aarão Reis Filho, pertencentes ao acervo temático de Ordem Social e Política (DEOPS). Os prontuários compreendem 150.000 pastas (grande variedade documental: termos de identificação e qualificação do prontuariado, ofícios, cópias de inquéritos, relatórios, atestados, material apreendido e material iconográfico. Os Dossiês, totalizam 9000 pastas de conteúdo bastante diversificado: documentação produzida pelo próprio órgão, relatórios, ofícios, telex, fotos, cópias de inquéritos e perícias, etc. e documentação originária de outros órgãos de informação e segurança; existe material apreendido (jornais, panfletos, folhetos, livros, etc). Os Dossiês organizados pelo DEOPS/SP[2] sobre suas atividades acadêmicas e militantes comprovam terem sido identificados como "inimigos internos" que colocavam em risco as diretrizes políticas do regime. Os registros presentes nesses documentos remetem ao fantasmagórico, ao insólito e ao espantoso. Seguir os passos destes historiadores evidencia a necessidade do regime em identificar o perigo do permanente complô para derrubar a ditadura, organizado principalmente nos meios intelectuais.

Nelson Werneck Sodré, tem seu nome especificado em 91 pastas do Acervo DEOPS/SP/Série Dossiês. O resumo de suas atividades encontra-se na pasta de referência 52-Z-0-14.937, organizada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – Divisão de Informações – CPI – DOPS. As primeiras informações datam de 1945, quando apurou-se que Nelson W. Sodré foi colaborador da Revista "Leitura" no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nascido em 27 de Abril de 1911, filho de Heitor Abreu Sodré e Amélia Werneck Almeida, integrou em abril de 1950, ao lado de reconhecidos intelectuais, a Delegação Carioca do III Congresso de Escritores, realizado em Salvador/BA. Em 1951, Major do Exército, foi afastado da Diretoria do Departamento de Cultura, por exercer atividades comunistas. Em informação reservada datada de 27/08/1963, é acusado de aderir à convocação do I Encontro Latino Americano pela Liberdade dos Presos Políticos do Paraguai por pertencer a Sociedade Amigos do Povo

Paraguaio, organizado pelo Partido Comunista Brasileiro. Diversos recortes de jornais são arquivados pelo órgão a partir de 1963, identificando Nelson Werneck Sodré como agente do comunismo no Brasil, marxista pertencente ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), período em que foi um dos mentores intelectuais da UNE. Destacou-se também internacionalmente através de manifestações e solidariedade ao povo cubano. Seu nome figura na Caderneta de Prestes no. 15, apreendida pelo DEOPS/SP. Prestes sugere que o general reformado pode trabalhar na Revista de Estudos Sociais, como diretor. Em 13/04/1964, seu nome consta numa relação de militares que tiveram seus direitos suspensos pelo Ato no. 4, do Comando Supremo da Revolução, publicado no Diário Oficial no. 71, de 14/4/1964 – fls 33/3. Suas obras foram consideradas de "cunho eminentemente doutrinário", justificando a proibição de venda do livro *História Militar do Brasil* e da coleção *História Nova* pelo Ministério da Justiça. Considerado comunista "encapuzado" de intelectual teve que responder a vários processos na Justiça Militar. Em 27/05/1978, o Supremo Tribunal Militar extingue a punição pela edição em 1968 de História Militar do Brasil.

Jacob Gorender, tem as suas atividades políticas resumidas em nove folhas arquivadas em pasta de referência 52-Z-0-9148, elaborado pela Secretaria da Segurança Pública/Dependência/Serviço de Informações/DOPS. Os detalhes de sua trajetória de militante comunista datam de 1947 a 1983, totalizando 141 pastas consultadas. Segundo Relatório de Informação Reservada, Jacob Gorender publicou em 1951 um artigo, intitulado "Pequena Biografia de Luiz Carlos Prestes". Ocupou em 1952 o cargo de "Secretário de Agitação" na Direção Estadual do PC de São Paulo. No mesmo relatório é qualificado de *"profundo erudito em Ciências Internacionais e em Política Internacional"*, falando e escrevendo em diversos idiomas. Durante os trabalhos do 4º Congresso do PCB (nov./1954), Jacob Gorender, sob pseudônimo de *"Sabino Bahia",* redigiu e apresentou a tese – "Preparação, Formação e Educação dos Quadros do PCB",

merecendo o aplauso do Comitê Central do Partido Comunista da URSS. Em relatório de 12/06/1959, Jacob Gorender, brasileiro de origem israelita, é citado como uma das mais *"brilhantes penas do Marxismo-Leninismo da América Latina"* e que dirige a propaganda nacionalista do PCB. Conferências, debates, artigos de jornais são alvo de comentários dos informantes do DEOPS/SP até 1964. Em 13/10/64, foi expedido Mandato de Prisão contra Jacob Gorender, pelo Dr. José Tinoco Barreto, Juiz Auditor da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, estando o epigrafado envolvido no processo referente às cadernetas apreendidas na residência do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Em 13/11/64, o Supremo Tribunal Militar revogou a prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes e mais 73 indiciados no processo referente às cadernetas de Prestes. No entanto, o jornal "Última Hora", publicou matéria em 25/11/64, informando que o STM decretou novamente prisão preventiva de 70 membros do PCB envolvidos no "Processo Prestes". No ano seguinte, o jornal "Folha da Manhã", de 20/06/65, informa que tendo a sua prisão preventiva decretada, Jacob Gorender estava foragido. Também através do jornal O Estado de São Paulo, 21 de maio de 1966, o DEOPS/SP toma conhecimento do decreto do General Castelo Branco suspendendo por 10 anos os direitos políticos de 59 dirigentes do PCB, constando nesta relação Jacob Gorender, condenado em 06/06/1966 a 5 anos como incurso nos artigos 9 e 7 da Lei 1802/53, pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. Em 21/01/1970 foi preso por agentes do DOPS na casa do médico Ayton Miranda Sipahi e levado para o Presídio Tiradentes. Em 1970, Gorender pertencia ao Comitê Nacional do PCBR e teve seu nome citado em várias declarações de presos políticos no DOI/CODI/IIEx.

Daniel Aarão Reis tem o seu nome fichado em 93 pastas do Acervo DEOPS/SP/Série Dossiês. O resumo de suas atividades consta em pasta com referência 52-Z-0-34.585, conforme solicitação do Serviço de Informação/Departamento de Polícia Federal em 20.05.1983.[3] Considerado elemento sem qualificação e membro do MR-8 é

descrito como “ex-banido”. Relatórios Periódicos de Informações, recortes de jornais e apreensão da revista Teoria & Debate”, ANO 1, no. 2, Brasil Debates Ltda, 1980, na qual Daniel Aarão Reis foi membro do Conselho Editorial, denotam a necessidade do aparato repressivo no final da ditadura em perseguir seus intelectuais. As informações são concernentes ao ano de 1978 até 1983 e tratam de assuntos ligados ao movimento estudantil e retorno ao Brasil de “subversivos exilados”. A vida pessoal e profissional é de conhecimento do órgão, como por exemplo, o fato de ser casado com Sonia Yessin Ramos e ter 3 filhos. Ambos viveram 2 anos em moçambique, trabalhando naquele país. Daniel escreve artigos para o Jornal “Repórter” e, atualmente, *“vem reescrevendo a História do Brasil, em capítulos, à sua moda”*. No Relatório Mensal de Informações no. 11/1978 – CISA, do Ministério da Aeronáutica, consta entre outras coisas a relação dos brasileiros que se encontravam fora do país como exilados, refugiados, foragidos ou banidos e que a partir de 1974, vem regressando ao Brasil, onde figura o nome de Daniel, na relação que retornou em 14/09/79. Ex-líder estudantil, assina o *“Manifesto dos ex-dirigentes”,* divulgado pela Jornal Diário do Grande ABC em outubro de 1979 ao lado da Manchete *“UNE teve eleição tranqüila na região”*. Comprometido com a reorganização da entidade e na luta pela democracia, Daniel esteve na mira do regime nos anos considerados de “abertura política”. Isto prova que no final da ditadura a Divisão de Informações – DEOPS/SP continuava produzindo e armazenando informações sobre os cidadãos considerados perigosos para a sociedade.

Nos anos sessenta e setenta a matriz ideológica fundamental das “esquerdas” apoiava-se na crença da inevitabilidade da Revolução socialista. A militância política dos nossos historiadores orientou-se por essa perspectiva de revolução, determinando caminhos diferentes com relação a opção pela produção do conhecimento histórico. Nelson Werneck Sodré produziu textos acadêmicos na área de História para depois optar pela luta política. Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis fizeram os caminhos

inversos, partindo da experiência militante para a produção do saber histórico. Nesse sentido, pensar o papel desses historiadores na luta contra a ditadura militar é compreender questões mais amplas no sentido de inserção da esquerda armada nos meios intelectuais e nas bases da sociedade. Ao confrontar o Estado Militar, cada um vivenciou, a seu modo, as agruras da ditadura militar. Jacob Gorender experimentou a dinâmica da clandestinidade, foi preso e torturado, atuando corajosamente na organização dos presos políticos durante sua permanência no Presídio Tiradentes/ São Paulo; Nelson Werneck Sodré respondeu a longos interrogatórios no Deops/RJ, ficou preso durante dois meses e teve alguns de seus livros proibidos além de não poder conceder entrevistas a jornais e revistas; Daniel Aarão Reis foi indiciado, preso, torturado e viveu uma longa experiência no exílio. Todos eles sofreram de alguma forma, mais ou menos dolorosas, as perseguições efetivadas pelo aparato repressivo do regime. Além de terem suas próprias vidas afetadas pela repressão, seus familiares, amigos e demais militantes também sofreram com a institucionalização da tortura pelos governos militares. Portanto, a intenção é demonstrar através do estudo desses casos, a violenta política repressiva da ditadura sobre as camadas intelectualizadas do país.

Do ponto de vista teórico, torna-se evidente o indissolúvel vínculo político desses escritos historiográficos, atestando as inquietações do presente no passado e mantendo estreita ligação com as visões dos testemunhos na constituição do próprio discurso histórico. Assim, o rigor crítico que caracteriza o conhecimento histórico se confunde com o desejo do depoimento, levando estes a se comportarem mais como historiadores polemistas nos escritos sobre o regime de 64 do que criadores de obras abrangentes. Jacob Gorender continua defendendo a revolução democrática como única possibilidade de luta contra os rumos do capitalismo atual. Nelson Werneck Sodré, pouco tempo antes de morrer, publicou trabalho defendendo o nacionalismo e contestando a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. Daniel Aarão Reis, ao realizar

a autocrítica da esquerda armada, continua apostando em projetos revolucionários de caráter socialista como alternativa ao capitalismo.

BIBLIOGRAFIA

GORENDER, Jacob - *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987

_____. *Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX* (Coletânea de Depoimentos). São Paulo. Fundação Perseu Abramo.

REIS FILHO, Daniel Aarão**.** *A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. SP Brasiliense, 1990.

_____*. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60". IN VERSÕES E FICCÕES: O Seqüestro da História.* Fundação Perseu Abramo, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão**.** *A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. SP Brasiliense, 1990.

_____*. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60". IN VERSÕES E FICCÕES: O Seqüestro da História.* Fundação Perseu Abramo, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck**.** *A fúria de Calibã: Memórias do golpe de 64.* RJ, Bertrand Brasil, 1994.

_____.*Vida e Morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil.* RJ, Vozes, 1984.[4]

[*]Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História/FFLCH/USP. Mestre em História do Brasil pela PUC/SP. Professora de História da rede privada de ensino superior.

3. O DEOPS/SP foi criado em 1924 com a função de controle político-social e repressão aos crimes políticos. Empregou métodos de investigação amparados na legislação (IPMs, por exemplo) e praticou atos ilegais: torturas, cárcere privado e execução sumária. Tanto os Dossiês e os Prontuários possuem duas divisões: Ordem Social (Inquéritos, sindicâncias, diversos, comunismo, nominais, SOI, Ministério do Exército, presídios, militares álbum de terroristas e subversivos) e Ordem Política: subdividida por temáticas (movimento estudantil, movimento operários e sociais, organizações de esquerda, etc).

[3] Com a extinção do DEOPS/SP através do Decreto 20.728/1983, assinado pelo Governador José Maria Marin, os agentes da Polícia Federal elaboraram resumos da Série Dossiês, 52-Z-0, pastas 549 a 583, atendendo solicitações de outros órgãos de repressão.

[4]

CARTOGRAFIA DA DISCIPLINA NOS POSTOS DE ATRAÇÃO EM MATO GROSSO

Lucybeth Camargo de Arruda, Mestre em História-UFMT

A Comissão Rondon dispunha de um objetivo nacional, formulado pelo governo de Affonso Penna, de incorporação efetiva dos territórios do Acre, do Purus e Juruá ao Brasil.

> Entre estas medidas figurava, em primeiro plano, a da construção de uma linha telegraphica que ligando a Capital da República àqueles territórios, tornasse possível sobre eles a permanente ação do governo central com a regularidade exigida pela magnitude dos interesses nacionais ligados àquelas regiões[1].

O presidente Affonso Penna, ao tomar conhecimento da grande investida, chamou Rondon para pedir a sua opinião e convidá-lo para tal tarefa, onde ficou acertado que:

> A nova comissão se encarregaria não só da construção propriamente dita de linhas telegraphicas, como também de todos os serviços que se prendessem ao completo conhecimento da região que se ia atravessar sob o ponto de vista geográphico, botânico e mineralógico e mais ainda do descobrimento das populações indígenas que lá existissem as quais ficaram sob os cuidados da comissão no intuito de se evitar que a penetração de seus territórios fosse acompanhada das calamidades e cruezas sofridas pelos habitantes de outras regiões onde se haviam estabelecido estradas de ferro ou de rodagem, instalado linhas de navegação ou feito simples incursões de explorações geográphicas ou ainda de demarcação de limites[2].

O projeto de nação de Rondon previa um auspicioso planejamento e esquadrinhamento das raias brasileiras transformando os territórios indígenas em aldeias (espaços recortados e delimitados), aos moldes da urbanidade que requeriam uma civilização, com (...) os índios nas suas casinholas de telha e até luz elétrica, as vacas leiteiras pastando no campestre aramado, limitado pelas águas dos rios Paraguai e Bugres[3].

Essa construção de Rondon que, era a concepção da própria Comissão, evidenciava os interesses da insurgente república frente às etnias do Brasil e, mais, segundo Lylia Galletti, representava a inserção efetiva do progresso, via ação civilizatória dos índios.

---

[1]Missão Rondon III. Jornal do Commercio,12 de junho de 1913. Filme 382. Fotograma 059. Museu do Índio /FUNAI-RJ.
[2]Missão Rondon III. Jornal do Comércio, 12 de junho de 1913. Filme 382. Fotograma 059. Museu do Índio/FUNAI-RJ.
[3]CABRAL, Octaviano.Citado, 1963:281.

> Ao mesmo tempo, a Comissão descortinava os sertões mato-grossenses como uma fronteira do país, na sua dupla acepção de espaço da *barbárie* e terras novas – região abundante em recursos naturais, que ela própria encarregava-se de inventariar – a ser colonizada pela nação[4].

Cândido Mariano Rondon também acumulava outra função junto ao Governo Federal, era também presidente do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910, com o objetivo de localizar, pacificar e promover a civilização dos povos indígenas. O processo denominado de "pacificação" começava com a primeira investida da Comissão que, em seguida, repassava o trabalho de atração e instalação de aldeamento para o SPI. Essa dupla atividade de Rondon nos permite afirmar que houve uma ação articulada das duas instituições, de redefinição dos espaços geográficos do Centro Oeste e Norte do Brasil. Ao assim fazer o sertanista contribuía para o adensamento populacional dos sertões, com a abertura de novas frentes de colonização e principalmente promovia a distensão dos conflitos entre colonizadores e povos indígenas – reservando terras para a especulação e expansão econômica. Portanto, a partir da localização e contato nas territorialidades indígenas, a próxima ação era a redefinição desses espaços, com o estabelecimento de balizas e discursos cartográficos e a instalação de equipamentos e ranchos para se estabelecer as condições mínimas da pretensa "reeducação".

Contudo, antes da política de tutela[5] dos índios e da disciplinarização do corpo para o trabalho rural, através do SPILTN, houve outras ações de intervenção estatal, o que demonstra uma experiência de conhecimento acumulada ao longo dos anos e até dos séculos. Basta para efeito ilustrativo citar a orientação do Diretório Geral dos Índios, de 1757, que pode ser considerado como uma espécie de protopolítica da coroa portuguesa, isto é, do Estado, que estabelecia instruções para a atuação junto aos povos indígenas. O Diretório previa:

---

[4]GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso.* Tese de Doutorado. São Paulo. Abril de 2000: 234.

[5]*O exercício do poder tutelar implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá*, definição de Antonio Carlos de Souza Lima em *Um Grande Cerco de Paz.* Citado, 1985.

> (...) solucionar grandes problemas da defesa territorial e do povoamento, apresentando como sugestão um plano de secularização no serviço da administração dos índios (...). Os dados mostram que o Diretório foi um plano de civilização dos índios e um programa de colonização (...) e utilização de índios em atividades econômicas de colonos e governos coloniais[6].

A abertura dos sertões e a redefinição territorial no início do século XX faziam parte de um programa nacional que visava consolidar o Brasil enquanto Estado soberano.

> Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude. (...) O espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento de ser brasileiro[7].

Por conta desse projeto maior de nação, era tarefa do SPINTL, a "pacificação" dos índios hostis, como também lhe cabia dar: *Assistência, ensino e providenciar de toda a natureza de modo a apressar sem nenhuma (sic) coação, a emancipação dos índios e sua digna incorporação na sociedade brasileira, saudáveis do corpo e capazes do trabalho livre*[8].

Essa estratégia de conquista, pacificação e redefinição geográfica, em nenhum momento, estiveram desligada de um forte interesse econômico. Em documento, o SPI indica a eficiência deste órgão, que se apresentou como uma verdadeira lança das novas frentes de expansão:

> A excelência e absoluta eficácia do processo usado pelo Serviço (SPI) para pacificar os sertões disputados por civilizados às tribos guerreiras que as ocupam desde épocas imemoriais, só lhes teríamos de responder que esse processo já havia dado idênticos resultados ao General Gomes Carneiro, o empregou em 1891 aos índios Borôros do rio das Garças, que impediam a passagem da linha telegráfica de Goiás para Cuiabá; aos Nambikuaras, que defendiam as florestas abundantes de seringueira da região do Juruena; as Barbados, que desde tempos coloniais fechavam ao acesso dos civilizados às matas da Poaia; aos Arikunes e a dez outras nações de índios guerreiros que habitam o vasto Noroeste Mato-grossense a partir do Planalto dos Parecis até as margens do Madeira[9].

---

[6]ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 14.
[7]LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas – 2ª ed. SP: Papirus, 1986:57.
[8]Ata resumida de exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 380. Fotograma 886.
[9] Documento do SPI – 1918. Microfilme 380. Fotograma 1225, , Museu do Índio/FUNAI-RJ.

Nos documentos analisados para esta comunicação observamos esta presença clara do Estado como regulamentador do uso e a ocupação do espaço, através de instruções e normativas que exigem e definem posições políticas e perscrussões para fundação de postos e povoações indígenas, contrariando a noção comum de casualidade e improviso absoluto, a própria cartorização demonstra o monitoramento das ações desenvolvidas nas frentes de contato[10]. A partir do enraizamento e efetivação do posto de atração as terras do entorno poderiam mais facilmente servir aos projetos colonizatórios oficiais e à disposição dos "civilizados" para promover o "progresso".

> O Serviço começa pondo fora de toda a possibilidade de litígio a posse das terras em que esses índios moram, plantam as suas lavouras e criam os seus animais e aves domésticas. Cerca-os, depois, de cuidados para que não sejam lesados nas suas transações de venda e compra com os negociantes e particulares. Em seguida fornece-lhes sementes, instrumentos, máquinas e outros meios adequados à melhoria e valorização dos produtos de seu trabalho; reforma-lhes as habitações; inculca-lhes hábitos de higiene, substitui-lhes a medicina e os medicamentos, e instala-os ao final nas primeiras letras e nos conhecimentos mais indispensáveis à vida civilizada[11].

Documento datado de 1920, do Ministério da Agricultura, traz a relação da maioria das etnias contatadas até o ano de 1919, pela Inspetoria de Mato Grosso, estas informações nos apontam de maneira objetiva um movimento de reespacialização que de forma comparada pode nos informar as direções do desenvolvimento econômico do estado. A análise desta difusão das frentes de contato pode apresentar um quadro espacial da ocupação e redefinições estratégicas do SPI em Mato Grosso.

> A Inspetoria estendeu muito, em 1919, o seu campo de ação, está em relação estreita com numerosos grupos de índios das tribos Bororos, Terenas, Quiniquinaus, Cayuás, Guaranys, Parecis, Cabixis, Bacahirys, Cadiuéos e Guatós. Quanto à estatística das responsáveis populações, não dispõe a Diretoria neste momento de elementos exatos, visto não ter sido ainda possível ao Inspetor remeter o seu relatório. Contudo, a Diretoria pode afirmar que só no Bananal há uma população avaliada em 800 índios Terenas; que os Cayoás e Guaranys, do Brilhante, Ivinheima, etc. são

[10]No documento do SPI que contém essas instruções traz a informação de que o local é escolhido pelo SPI, em uma extensão que for possível obter do governo do estado. Deixando claro, que as terras onde estão localizados os índios é de propriedade do governo estadual, não reconhecendo a posse dos índios.

[11] Orientação sobre a pacificação. Página 05, 1918. Fotograma1245. Microfilme 380. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

> calculados em 10.000; que os Quiniquinaus aldeiados em Miranda, são mais do que 300; que os Bororo do Tarigara, de São Lourenço e do Quedjara, em relações contínuas e ininterruptas com a Inspetoria, sobem a mais de 700, sendo a população total do rio São Lourenço ou rio Vermelho, avaliada em perto de 5000 almas; que os Parecys dos Postos do Utiarity e de Ponte de Pedra, são em número de 200. Quanto aos Cabixis, os Barbados e os Bacahirys não há ainda elementos para estimativa nenhuma... (...) Se a estas nações juntarmos os Nambikuaras, Kepiri-Uats, e numerosas outras encontradas e pacificadas pelo Sr. General Rondon no sertão por ele aberto à civilização no noroeste mato-grossense, não estaremos muito longe da realidade computando em mais 20 tribos"[12].

A localização geográfica para a instalação de um Posto indígena costumava ser analisada meticulosamente, como mostra um relatório de 1919, em que o encarregado do Posto Fraternidade Umutina, Octaviano Calmon trata das expedições que organizou em busca de informações sobre uma área para a instalação de mais um posto de pacificação.

> Percorri grande extensão de mata e toda a área é boa, assim como a que se estende pelo córrego abaixo, andei também em diversas capoeiras (roças antigas) dos Pareci e nelas encontrei, bananeiras, pés de mandioca e batatas de anos atrás, e em algumas já há mata formada prestando-se para novas roças, não tendo naquela (sic) quantidade de capins (sic) como sempre acontece nas roças em abandono[13].

Vários fatores eram considerados nas expedições no sertão de modo a se evitar o acirramento entre as sociedades indígenas e não-índias. A "nova" delimitação das terras proposta, via de regra deveria evitar a transferência de índios para terras fora da área em que tradicionalmente perambulavam, até porque os projetos de aldeamentos considerava as territorialidades ancestrais indígenas, no entanto, esta concessão tinha um limite: *sem, entretanto sacrificar as condições que possam concorrer para apressar a civilização e prosperidade deles*[14].

---

[12] Relatórios das 6 Inspetorias do SPI, em 1920. Microfilme 380. Fotograma 1233, Museu do Índio/FUNAI-RJ.

[13] Comunicação do regresso de viagem ao córrego São Francisco, num serviço de averiguação de terras para lavouras, conforme ordem do SPI. Posto Fraternidade – 12 de abril de 1919. Microfilme 200. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

[14] Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380, fotograma 1217. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

De acordo com a noção de disciplinarização proposta por Foucault, a localização no espaço se dá pela localização imediata e pelo quadriculamento, permitindo uma espécie de controle cartográfico, uma vez que passa a:

> Estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico[15].

Considerando a necessidade de civilizá-los, cria-se, segundo a reflexão do autor um espaço que vai além do objetivo de vigiar, cria-se um espaço útil.

Todos esses cuidados quanto à escolha do terreno para a localização do posto, demonstra a importância da produção de um espaço adequado no âmbito dos processos de "pacificação e civilização". Uma área bem escolhida era um passo significativo para a criação de um posto eficiente, capaz de levar adiante as estratégias para que o contato acontecesse com êxito.

Os olhos do SPI – seus agentes, técnicos e engenheiros, estavam preparados para localizar e informar ao órgão federal de todos os detalhes, em particular dos que eram considerados imprescindíveis, inclusive com mapas rudimentares e sofisticados, os quais precisamos conhecer como fonte de pesquisas históricas:

> (...) os reconhecimentos parciais que forem necessários para conhecer com aproximação a situação, extensão, condições de clima e salubridade, as riquezas naturais das terras ocupadas pelos índios, limites tradicionais aceitos pelas diversas nações ou tribos, o estado possessório e valor venal das terras confrontantes e a direção e estado das atuais vias de comunicação para os centros civilizados[16].

Desde a segunda metade do séc. XIX a geopolítica foi matéria básica das escolas militares no Brasil e no mundo, sendo conteúdo também do SPI, um dos fatos que de certa forma explica a vinculação deste órgão ao exército brasileiro.

---

[15]FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.* Petrópolis: Editora Vozes. 1999:123.

[16]Instruções para uso dos Inspetores do SPI, na primeira expedição destinada à instalação da sede da Inspetoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios. Filme: 380, Fotograma 675. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

> Para o bem estar e o progresso do país, nenhum se encontra em melhores condições de levar a termo o programa de nacionalização integral de nossa vasta população indígena, do que o Ministério da Guerra, colocado mais do que qualquer outro no ponto de vista cívico, e dispondo de pessoal capaz de defender o índio contra o esbulho de invasores e de educa-los em sentimento vivo de seus deveres para com a Nação. Amparados e dirigidos por chefes militares adquirirá o índio facilmente a convicção de que é, acima de tudo, um servidor da pátria, tanto nos labores cotidianos da paz, como nas horas em que por ventura se vier a exigir dele sacrifícios maiores[17].

Na definição do local mais apropriado para a instalação do posto de atração, considerava-se ainda a disponibilidade de recursos naturais como a água corrente, visando certamente a autonomia do posto em situações de dificuldade. As expedições de reconhecimento de área para fins de aldeamento deveriam:

> Determinar as altitudes dos pontos principais como gargantas de transição de bacias ou vales de primeira ordem, travessia de serras, contrafortes, rios e caminhos, assim como das serras, chapadões e vales povoados por índios, empregando o barômetro aneróide previamente estudado em sua variação[18].

Concluída a expedição de reconhecimento, todas as anotações das cadernetas de campo, croquis parciais e esboços tinham destino certo: seguiam, em forma de relatório, para a 1ª subdiretoria do SPI, também chamada de Inspetoria regional do SPILTN e, numa segunda cópia, para o escritório da Inspetoria Nacional do mesmo órgão, no Rio de Janeiro. O relatório final, contendo todos os dados técnicos colhidos no reconhecimento, conforme as instruções específicas, deveria indicar:

> Os territórios de índios que se acharem em condições de ser medida e demarcada, a localidade mais conveniente à fundação de povoações indígenas e ao estabelecimento de centros agrícolas, as culturas adaptáveis às terras visitadas, os caminhos ou estradas que for urgente melhorar ou abrir, e quaisquer outros trabalhos necessários e oportunos em benefício dos índios e trabalhadores nacionais[19].

---

[17] Documento de 30 de outubro de 1933. Microfilme 380. Fotograma 864. Museu do Índio/FUNAI-RJ

[18] Instruções para uso dos Inspetores do SPI, na primeira expedição destinada à instalação da sede da Inspetoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios. Microfilme: 380, Fotograma 675. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

[19] Instruções para uso dos Inspetores do SPI, na primeira expedição destinada à instalação da sede da Inspetoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios. Microfilme: 380, Fotogramas 675, 676 e 677. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

A política indígena da época alicerçadas nas teorias eugênicas de branquialização da raça caracterizava-se por uma proposta de inclusão a partir do controle e, principalmente, por ações que determinassem uma geopolítica de guerra velada. Que, no entanto, se realizava sob outras estratégias refinadas e representativamente menos cruéis.

O discurso positivista de integração, civilidade e, até mesmo, de proteção aos índios, prevê o deslocamento da condição de absoluta submissão para uma condição humanizada de exploração - o trabalho moderno. É assim que o órgão pode ser, em ampla medida, responsabilizado pelo imenso processo de sedentarização da população indígena.

Do mesmo modo como operou na escolha da área para a instalação do posto, visando o disciplinamento do território, o SPI exigia o cumprimento de um conjunto de procedimentos normativos no âmbito desta unidade – posto – que compunha uma rotina que poderíamos chamar “disciplinadora do corpo selvagem”, se efetivando, através do trabalho, o incremento logístico do aldeamento com a produção de subsistência e ainda, o uso da roupa, do chapéu, da bota e do cinto para a realização de tais atividades. Compunha ainda a estratégia, a doação de brindes como os machados, foices e facões que “convidavam” ao trabalho, porém sobre as ações na esfera dos corpos e gestos humanos fica para uma próxima reflexão, não menos importante.

QUANDO A HISTÓRIA INVADE A CENA: O CASO VLADIMIR HERZOG (RE)SIGNIFICADO POR FERNANDO PEIXOTO EM "PONTO DE PARTIDA" (1976) DE G. GUARNIERI

Ludmila Sá de Freitas

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Primeiramente, deve-se ressaltar que a proposta desta pesquisa (que se encontra em estágio inicial e que, portanto, muitos questionamentos são apenas apontados neste texto) é uma reflexão sobre a encenação do espetáculo teatral *Ponto de Partida* de Gianfrancesco Guarnieri, em 1976, no Teatro TAIB (SP), numa produção de Othon Bastos Produções Artísticas e Documenta Produções Artísticas. Neste sentido, tais análises justificam-se nas proposições advindas da História Cultural e na conexão Arte e Sociedade, onde a cultura é vista e compreendida como parte integrante do social[1]. Isso significa afirmar a existência de uma inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos, onde, por meio das práticas culturais da década de 1970, constroem-se interpretações sobre a sociedade daquele período, marcada pela arbitrariedade da Ditadura Militar, e que tinha, em suas manifestações artísticas, um campo de luta e de resistência contra a opressão.

No que se refere ao espetáculo *Ponto de Partida*, tem-se a possibilidade de dialogar com um momento específico: o da morte do jornalista Vladimir Herzog e o início da "distensão" política, em 1975. A repercussão deste acontecimento se alastrou pelo país. Colegas de profissão, professores, estudantes e intelectuais, indignados e inconformados, saíram às ruas reivindicando justiça. Em meio a estes acontecimentos, Guarnieri escreveu a peça *Ponto de Partida*, classificando-a como "fábula" e afirmando ter-se inspirado em uma lenda medieval. Tempo e local imprecisos, sabendo-se apenas que se passa em uma remota aldeia. Um homem enforcado na praça central é o pretexto para uma crise que se instaura na comunidade. Todos querem saber: homicídio ou assassinato? Em torno dessa indagação, definem-se comportamentos e atitudes sociais.

A opção do dramaturgo pelo uso da "fábula" implica na possibilidade de sua encenação naquele momento, onde a imprecisão de tempo e local é um recurso utilizado para não pôr em risco obra e autor e, assim, oferecer ao espectador a capacidade de reflexão sobre o período:

> Sob o impacto da morte de Vlado escrevi "Ponto de Partida". Intuía ser aquele momento decisivo para a derrocada do regime militar. Motivado não só pela dor e indignação mas, particularmente, pela urgência de alardear o que se passava conosco, com nosso país e com os melhores de nossa sofrida gente. Amordaçados pela censura, éramos obrigados a descobrir caminhos que nos permitissem a expressão sem colocar em perigo a obra e a nós mesmos. Impedidos de escrever sobre a realidade presente, classifiquei a peça como "fábula", na acepção de narração de coisas imaginárias, ficção. Afirmei ter-me inspirado em uma lenda medieval. "... é sobretudo a fria exposição de um instante histórico determinado e terrível. Um episódio serve de incontrolável estopim para uma crise sóciopolítica que envolve toda uma comunidade, no caso uma aldeia medieval. Poderosos e dominados estão perplexos e hesitantes, impotentes e angustiados. Contendo justos gestos de ódio e revolta, taticamente recuando diante de forças transitoriamente invencíveis. Um dia os tempos serão outros. Diante de um homem morto, todos precisam se definir. Ninguém pode permanecer indiferente. A morte de um amigo é a de todos nós. Sobretudo quando é o Velho que assassina o Novo"[2].

Utilizando-se de uma suposta lenda medieval, Guarnieri constrói um texto teatral de narrativa poética, capaz de suscitar questões sobre o seu presente. Neste sentido, enquanto documento histórico, a obra de arte é um legado do passado, sendo a parábola uma alternativa, uma oportunidade de dizer aquilo que o Estado não permite em determinadas épocas. Deste modo, os personagens-símbolos criados pelo dramaturgo nos permitem refletir sobre suas ações e omissões e perceber como estas escolhas representaram os embates daquele tempo. É, portanto, por meio destes personagens que pretendemos analisar sobre este contexto histórico. Como exemplo temos Maíra e Dodô. Uma luta pela verdade dos fatos. Embora seja, posteriormente, calada pelo poder, a jovem conserva em si a esperança de dias melhores. É a única a não ter medo de dizer o que pensa, apesar de sofrer as conseqüências deste ato. O outro se cala por instinto de sobrevivência. Assim, nos interessa apreender estes comportamentos e as contradições que aí se estabelecem, onde ação e omissão tornam-se pontos de questionamento, numa época em que ninguém pode permanecer indiferente.

À luz destas referências, consideramos que a relação passado-presente sugerida na peça faz com que o espectador se identifique tanto com a matéria referida, mais

diretamente, no caso o suposto suicídio de Herzog, quanto com o tema relacionado a ela, ou seja, as questões colocadas no início dos anos 1970, a partir da Ditadura Militar.

E é por meio da encenação de *Ponto de Partida* que poderemos investigar a maneira pela qual o texto teatral de Gianfrancesco Guarnieri, o qual, a princípio, não estabelecia uma similaridade com a morte de Vladimir Herzog, – embora escrito com esta finalidade, foi, a partir de sua realização em palco, assimilada e compreendida como uma crítica a este acontecimento. Assim, quando mencionamos a identificação do espectador em relação a este espetáculo, nos remetemos à recepção deste junto ao público, para estabelecermos os possíveis diálogos e interpretações que a sociedade da década de 1970 manteve com esta encenação. E para, também, podermos avaliar os novos significados de *Ponto de Partida*, a partir das experiências de nosso presente, pois, se hoje não temos a morte de um homem, reconhecemos situações analógicas, de massacres e extermínios. Isto se torna possível, principalmente, se nos atermos às considerações de Roger Chartier[3] ao afirmar que,

> As obras não têm sentido estável, universal, imóvel. São investidas de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e os motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou as expectativas dos públicos que delas se apropriam. [...] Produzidas em uma esfera específica, em um campo que tem suas regras, suas convenções, suas hierarquias, as obras escapam delas e assumem densidade, peregrinando, às vezes na longuíssima duração, através do mundo social. Decifradas a partir dos esquemas mentais e afetivos que constituem a cultura própria (no sentido antropológico) das comunidades que as recebem, elas tornam-se em retorno um recurso para pensar o essencial: a construção do laço social, a consciência de si, a relação com o sagrado[4].

Recuperar a historicidade deste espetáculo significa remeter-nos ao seu tempo, considerar o momento de sua escrita e encenação, dialogar com este contexto histórico e com suas especificidades políticas, sociais e culturais. Reafirmando, *só em seu contexto* poderemos compreender as escolhas de diretores, atores, produtores e dramaturgos que, numa conjuntura adversa à criação artística e cultural, buscaram um redimensionamento de suas atividades. Diante da arbitrariedade, coube ao teatro desenvolver uma nova linguagem estética, possibilitando que inúmeros espetáculos teatrais se destacassem tanto pela qualidade artística, quanto pela construção de uma cultura de oposição.

De modo geral, esta pesquisa também se justifica como uma alternativa de compreensão de um determinado período histórico, marcado pela resistência democrática[5], por meio da encenação de *Ponto de Partida*, que representa a crítica e a intolerância ao estado de repressão. E, ainda, uma possibilidade de reflexão sobre as práticas teatrais da década de 1970, bem como a relação estabelecida entre indivíduo, arte e sociedade. E mais: avaliar a dramaturgia de Gianfrancesco Guarnieri, que se pautou sempre por um teatro imediato, uma resposta a um momento específico – um teatro centrado em fatos atuais do cenário político nacional e regido por princípios de uma arte política e engajada.

G. Guarnieri escreveu *Ponto de Partida*, como afirmado anteriormente, sob o impacto da morte de Vladimir Herzog, jornalista e diretor da TV Cultura, assassinado nas dependências do DOI-CODI[6]. A versão oficial de suicídio, refutada por familiares e amigos, tornou-se expressão de uma "consciência nacional", que não suportava mais a opressão. A reação de jornalistas e de vários segmentos da população se fez presente, resultando em uma série de denúncias públicas, no Brasil e no Exterior, abalando definitivamente a estabilidade do governo ditatorial.

Mas, se foi nestas condições que o dramaturgo escreveu seu texto, também sob a arbitrariedade da Ditadura Militar ele foi encenado. Isso significa dizer que, embora houvesse uma manifestação contrária ao suposto suicídio do jornalista, não seria possível, naquele momento, expor na peça a morte de Vlado. Daí a opção pelo uso da metáfora, como forma de driblar a censura. Segundo Fernando Peixoto – diretor do espetáculo,

> [...] O espetáculo, como o texto, nasceu de uma tragédia que marcou nossas vidas. Mas não nos interessou ficar nos limites desta tragédia. [...] Meu espetáculo procurou ser seco. Cada movimento tem um significado, cada personagem traz consigo um valor. Cada gesto foi medido. Mas não procurei fechar a parábola nos limites de uma interpretação singular. Procurei deixá-la aberta. Para que o espectador faça a sua leitura. Mas não hesitei um instante em lhe fornecer todos os dados que tive possibilidade de reunir para que ele, amortecido e quase anestesiado por tanta mistificação, seja respeitado enquanto espectador [...][7].

A opção de Peixoto delineia o que foi *Ponto de Partida* enquanto espetáculo. Sua rigidez formal segue uma escrita cênica que tem por finalidade definir comportamentos e

atitudes sociais. Nosso objetivo aqui é, portanto, apreender como os personagens-símbolos de Guarnieri, que em seu texto se definiam por suas ações ou omissões frente ao morto enforcado na praça da aldeia, num suposto suicídio, representaram, no palco, tais atitudes. Uma das propostas cênicas apresentadas se refere à analogia Birdo-Vlado que, em cena, foi representado por um corpo pendurado, o que, segundo Peixoto,

> é uma coisa muito forte, é uma referência impressionante, porque aquele corpo pendurado lá, era aquelas fotos que se tinha do Vlado pendurado na cadeia, a reprodução do corpo pendurado lá é exatamente igual, é impressionante isso. E a referência, todo o espetáculo é entre os personagens e o corpo, o diálogo é todo esse [...] e o público também deve se relacionar com isso[8].

É por meio de depoimentos como este, acrescidos do rememorar de atores, cenógrafo, produtor e, também, com o auxílio de fotografias do espetáculo, que se pretende recuperar os fragmentos desta encenação. Com isso, é possível revisitar o texto teatral e, assim, refletir sobre as temáticas propostas pelo dramaturgo: novo/velho; vida/morte; suicídio/assassinato; ação/omissão; e como estas foram incorporadas ao espetáculo, que tinha a intenção de perturbar e provocar a reflexão crítica no espectador sobre um episódio recente da história brasileira. Isso nos remete a um novo questionamento: avaliar a recepção alcançada com *Ponto de Partida*, onde as críticas teatrais fornecem os indícios para as nossas indagações.

Assim, considerando que todo documento resulta de uma determinada época e que este corresponde à representação do real pela ótica daquele que o produziu, ao analisá-lo não devemos atribuir-lhe uma autonomia explicativa, como se, por si só, fosse capaz de responder a todos os questionamentos referentes ao seu tempo. Deste modo, justifica-se a necessidade de se aliar ao texto teatral de Gianfrancesco Guarnieri outros documentos históricos, como críticas, depoimentos e fotografias, evitando uma visão superficial e simplista da história.

O espetáculo não é visto como um reflexo de um período histórico, mas como uma representação deste, pois como afirma Walter Benjamin *articular historicamente o passado não significa conhecê*-lo "*como ele de fato foi*[9]"; por isso, o historiador, em seu ofício, tem a possibilidade de construir validades sobre um determinado contexto, e não

verdades. Ao se privilegiar a montagem de *Ponto de Partida*, deve-se devolvê-la ao momento de sua encenação e, em conjunto com as demais fontes documentais, construir um diálogo com o processo vivenciado, buscando compreender suas especificidades.

O historiador, em seu ofício, deve estar atento ainda para a relação passado/presente, não destinando ao passado uma imagem estática, como se não fosse possível um diálogo com o presente, pois são justamente as inquietações atuais que nos remetem a este passado, fazendo deste *uma experiência única*.

Neste sentido, o *corpus* documental que norteia esta pesquisa deverá ser analisado de acordo com suas singularidades. Assim, por meio das críticas teatrais pode-se perceber os indícios da recepção do espetáculo, todavia negando a elas um caráter de verdade absoluta, ou seja, é primordial considerar o lugar de onde falam estes críticos, identificá-los e reconhecer o papel por eles desempenhados na história do teatro nacional.

No que se refere ao material icnográfico, este é avaliado à luz dos debates que cercam a relação História/Fotografia. A leitura de bibliografia especializada é referência para os questionamentos que deverão ser levantados sobre tal documentação. Estas fotografias auxiliam na apreensão dos elementos cênicos que compõem o espetáculo: iluminação, figurino, cenário, mas também aqui deve-se ter o cuidado em não cair nas armadilhas da verdade histórica, como se o simples registro fotográfico atestasse a existência legítima do fato que, certamente, já foi alvo de uma seleção pelas lentes do fotógrafo. Em consonância com essas observações, procuraremos interpretar este material sem excluir as possíveis problematizações em relação à cena estudada.

Já os depoimentos que são utilizados neste trabalho remetem a outro procedimento: aquele referente à relação entre Memória e História, amplamente discutida por Carlos Alberto Vesentini em *A Teia do Fato*[10], o qual aponta para a construção de uma memória individual que se vê modificada pela determinação dos fatos históricos. Assim, se reconhece que *a História não está livre das interferências da memória*. De acordo com este referencial metodológico, é possível problematizar sobre o rememorar

de Guarnieri a propósito do que o autor define como "teatro de ocasião", uma definição elaborada a *posteriori* e que certamente foi construída a partir de uma memória histórica.

Por fim, acentuando o caráter teórico-metológico desta pesquisa, que valoriza a relação Arte/Sociedade, procuramos reafirmar o intenso e estimulante debate interdisciplinar que pode ser travado entre História e Teatro, permitindo profícua discussão e reflexão sobre a década de 1970 por meio de suas manifestações culturais e artísticas.

---

[1] A propósito desta discussão consultar:
CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre estudos culturais.* São Paulo: Boitempo, 2003.

[2] GUARNIERI, Gianfrancesco. Homenagem a Vladimir Herzog: Vlado, o Ponto de Partida. Página Especial da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br/especiais/vlado/apresentacao.htm

[3] Roger Chartier em *Formas e Sentido* – Cultura Escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2003, analisa as encenações de Molière e, em particular, *George Dandin*, avaliando os significados que esta adquiriu, em momentos distintos de apresentação e para um público também distinto. As discussões apresentadas por Chartier, lançam luz ao debate que tem por objetivo compreender a apropriação que Gianfrancesco Guarnieri promove em *Ponto de Partida*, ao fazer o uso da fábula e como esta foi adquirindo resignificações ao ser encenada.

[4] CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia:* A História entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 93.

[5] O tema da resistência democrática foi amplamente discutido pela historiadora Rosangela Patriota em *Vianinha* – um dramaturgo no coração de seu tempo (HUCITEC: 1999), onde a autora recupera a historicidade da dramaturgia de Vianna e, principalmente, da peça *Rasga Coração*. Por meio de suas análises é possível traçar um panorama da década de 1970, marcada, de um lado, por uma intensa atuação da censura e pela repressão e, de outro lado, por uma oposição ao governo, que se manifestava tanto pela luta armada, quanto pela resistência democrática. No que se refere à classe teatral *não se pode esquecer que a dramaturgia da década de 70 foi profundamente marcada por temas e autores que, direta ou indiretamente, dialogaram com as discussões ocorridas no âmbito artístico, a partir de meados dos anos 50 e durante toda a década de 60. Não se deve ignorar que nesse universo estético e teórico surgiram dramaturgos, diretores, atores, atrizes e críticos afinados com os diversos trabalhos desenvolvidos no período. Eles foram considerados, no interior da história do teatro brasileiro, como responsáveis por uma nova maneira de interpretar a realidade, bem como faziam parte de um dos momentos de tentativa de "conscientização da sociedade". Este projeto, no entanto, foi derrotado no âmbito da luta política, e a partir daí surgiram experiências qualificadas como "arte da resistência". Assim, em razão de questões conjunturais, foram produzidas peças teatrais que exaltavam bandeiras como: "liberdade", "participação", "denúncia" e "alternativas de combate à repressão"* (PATRIOTA, Rosangela. *Vianinha* – um dramaturgo no coração de seu tempo. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 49).

[6] O Exército assumiu, em 1970, por meio de um documento intitulado *Diretriz de Segurança Interna*, o comando das atividades de segurança, adquirindo supremacia sobre a administração civil e sobre a Marinha e a Aeronáutica. Com isso foram criados, nas principais capitais, os DOIs-CODIs (Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna), sendo os de São Paulo e Rio de Janeiro os mais ativos. Em São Paulo, o DOI herdou a estrutura da OBAN (Operação Bandeirantes), criada em 1969, por meio de uma *Diretriz para a Política de Segurança Interna*, que era a responsável pelas normas que centralizavam o sistema de segurança repressivo no país. Ver: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 59-68 / 175-190.

[7] PEIXOTO, Fernando. A Parábola e a Verdade. In: GUARNIERI, Gianfrancesco. *Ponto de Partida*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 15-16.

[8] Depoimento de Fernando Peixoto à Profª. Drª. Rosangela Patriota Ramos em 01/07/2001.

[9] BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: ___. *Obras Escolhidas:* Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994, v. 1, p. 224.

[10] VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato.* São Paulo: HUCITEC, 1997.

MNEMAGOGHI: A EXPERIÊNCIA SENSÍVEL DA NOSTALGIA NOS ESPAÇOS DE REMEMORAÇÃO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

Luís Fernando Beneduzi
Doutor em História – PPGHist/UFRGS
Universidade Luterana do Brasil

A identificação dos ítalo-brasileiros no Rio Grande do Sul é concebida a partir de um conjunto de bens culturais que foram conservados e que fazem recordar o processo imigratório, bem como das especificidades do desenvolvimento das comunidades italianas na serra gaúcha. Esses bens culturais que se constituíram em lugares de memória da imigração envolvem estruturas simbolicamente significadas, as quais constroem uma ligação mnemônica com a terra de partida. Em um sentido de pacificação de uma nostalgia da pátria perdida, o fenômeno da imigração é norteado por *lincks* – cantos, ritualismos, tradições populares, mitos, relações de sociabilidade e solidariedade – que vinculam a terra de partida à de chegada.

Nesse sentido, Primo Levi discute o processo de apreensão imaginária do passado a partir dos elementos por ele chamados de *mnemagoghi*. Esses objetos constituir-se-iam em conectores entre a realidade presente e a experiência passada – que assim como construídos em nossos processos de reelaboração através do tempo – são os "suscitadores de memória". Narrando o encontro entre um jovem médico – doutor Morandi – recém-chegado a uma pequena cidade alpina e o antigo médico da localidade – doutor Montesanto – Levi discute sobre o processo evocativo dos sentidos na produção e preservação da memória[1].

O ancião, em meio ao colóquio que se estabelece entre os dois, revela um hábito de análise desenvolvido por ele, pouco científico admite, mas que permite o trabalho com os sentidos. Discorrendo sobre as formas como as pessoas conservam o passado – flores secas, livros, cartas como instrumentos evocativos de uma rememoração – ele, como farmacêutico, produziu uma série de odores que o fazem recordar momentos da vida. Montesanto enfatiza que esses cheiros têm um efeito evocativo pessoal a cada indivíduo, retratando lugares de memória experimentados. Ao abrir um dos frascos, Montesanto

questiona Morandi sobre as imagens que acorrem à sua mente e esse responde prontamente**:** "é cheiro de quartel" – sendo retrucado pelo médico ancião**:** "para mim é cheiro de sala de escola infantil, de minha sala de aula, uma mistura de ácidos graxos voláteis e acetona".

Assim, apresenta-se o sentido mnemônico desse conjunto de odores, os quais para alguns podem ser apenas uma combinação de produtos químicos, ou até uma substância específica, mas para aquele que os têm como elementos evocativos produzem um quadro do passado, retratando eventos e qualificando momentos:

> Conservo inclusive a fotografia dos meus trinta e sete companheiros de escola da primeira série, mas o odor deste frasco é enormemente mais eloqüente em me trazer a mente as horas intermináveis de tédio sobre a cartilha; o particular estado das crianças (eu criança!) na espera da terrificante primeira prova de ditado. [...] Quando o cheiro, então, as minhas vísceras se movem como quando eu tinha sete anos e esperava por ser interrogado[2].

Entretanto, essa sensibilidade enquanto processo de leitura da realidade e evocação do passado não apresenta apenas a sua faceta individual – apesar de ser particular em cada experiência dos sujeitos, ela se coaduna em interfaces e estruturas comunicantes que a conduzem para uma realidade experiencial socializada:

> Sendo, contudo, um processo subjetivo, brotado do íntimo de cada indivíduo, como uma experiência única, a sensibilidade não é, a rigor, intransferível. Sendo a sensibilidade uma *forma de ser e estar no mundo*, ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica[3].

A rigor, esses processos de reelaboração da experiência imigratória serão marcados por dois momentos: o primeiro, será um período de construção, quando da chegada dos primeiros imigrantes italianos à serra gaúcha; o segundo, será marcado pela preservação da tradição, quando se buscará manter uma determinada memória sobre a imigração. Essa fase da preservação terá como marca duas vinculações – uma à cultura italiana unitária, organizada pelas comemorações do cinqüentenário da imigração, sob a direção da Itália do *Duce*; a outra, terá uma identificação com a cultura *contadina* reelaborada em solo rio-grandense, reevocando *Nanetto Pipetta*.

O passar do tempo produzirá a elaboração de novos *mnemagoghi* ou a produção de sensações e evocações diferentes sobre aqueles que permanecem, pois as

experiências da comunidade sofrerão um processo continuado de transformação ao longo do século XX. Novas leituras da própria trajetória da comunidade serão feitas, levando-se em conta os novos conflitos que surgem no interior do próprio grupo ou nas relações estabelecidas em seu presente com outros grupos étnicos de contato e com os "nacionais".

Nos dois momentos apresentados, pode-se perceber o duplo sentido dessa preservação, a qual coloca, em inter-relação, apropriação e perda, haja vista que buscam objetificar[4] experiências coletivas, deslocando-as de seus contextos históricos, o que provoca sua dispersão. As vivências coletivas, na medida em que são pensadas a partir de um sentido de grande Itália ou de memória de uma vida *contadina*, expressam uma intencionalidade de construção e não se processam de forma natural, como tentam demonstrar os livros comemorativos. A partir de um presente em contínua transformação, constrói-se um discurso de perda, o qual autoriza a preservação do autêntico, do real, não o expressando como uma unidade de coerência construída:

> Na medida em que [...] o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de 'patrimônios culturais' representativos de categorias e grupos sociais [...] nos termos de uma imaginária e originária unidade, onde estariam presentes atributos tais como coerência, continuidade, totalidade e autenticidade[5].

O discurso da primeira comemoração é marcado por um contexto de aprofundamento da política externa italiana, visando alcançar seus cidadãos no exterior, motivada pela idéia de grande Itália, própria desse período de ascensão do ideário fascista. Percebe-se nela o festejamento da grandeza da estirpe italiana, do trabalho continuado dessa *italica gens*, que deve ser conhecido tanto no solo peninsular quanto entre esses próprios imigrantes que vivem no Rio Grande do Sul, para assim:

> colocar em evidência o trabalho realizado pelos italianos nesse Estado durante cinqüenta anos [...]; para fazer conhecer à Itália e aos italianos o valor das massas de povo emigradas no Rio Grande do Sul, [...] fazer conhecer aos próprios italianos que vivem no Rio Grande o que representam hoje para a economia e o bem-estar do país que os hospeda [6].

Dessa forma, a primeira comemoração da chegada dos imigrantes italianos destaca um dever de celebrar e recordar esse trabalho árduo em solo rio-grandense. A memória deve ser preservada também para glorificar o feito desses bravos filhos da nação

italiana que construíram com muita dificuldade a pujança na terra na qual se alojaram. Por isso, tem-se de destacar muito o sacrifício nessa memória da imigração, pois é ele que aumenta a dimensão da conquista e da bravura.

Mesmo representando para uma parcela da população colonial, bem como para a burocracia italiana instalada no Rio Grande do Sul, uma determinada memória oficial que deve ser conservada, a permanência de vestígios da tradição popular vêneta e uma tradução cultural desse mundo *contadino* ocorreram de forma menos organizada no quotidiano das comunidades coloniais. Poder-se-ia dizer que esse trabalho de reelaboração da terra de partida, vivido à maneira como se dá a ocupação da floresta, os nomes atribuídos às capelas, capitéis e localidades, bem como a remanescência de tradições trazidas das diversas regiões do Vêneto, indicam uma busca de recompor o universo pátrio em terra estrangeira:

> Poder-se-ia também falar de uma espécie de geografia patética, de uma topografia mística que, somada à toponímia e à sua força evocativa, coloca em funcionamento o trabalho da reminiscência e da imaginação[7].

Assim, a nostalgia faz reconstruir o lugar de desejo a partir de uma coloração diferente. A antiga terra da destruição, da miséria, a *porca Italia*, à qual se refere o velho emigrante de *Sull'Oceano*[8], transforma-se na doce recordação de uma infância perdida, da qual se chora a ausência. Para não viver a dor do *rimpianto*[9], o emigrado constrói uma vida que evoca essa pátria distante, recompondo casas e observando traços da Península em várias situações do quotidiano. Essa transformação no olhar sobre a terra de partida também está contida no próprio efeito irracional do amor vivido pelo nostálgico, que rememora o seu *villaggio* como o mais belo dentre todos:

> Como o amor, assim é a nostalgia: entretanto o nostálgico ama o seu triste burgo, e o ama sem razão, antes de qualquer razão, de forma que o triste burgo será o mais belo de todo o universo[10].

Na distância da terra amada que a nova vida provoca, na impossibilidade de um retorno que a situação presente manifesta, no pressentimento de uma inevitável desilusão com o retorno, o nostálgico busca reconstruir um espelho daquilo que foi deixado.

Essa adaptação ao desconhecido perpassa uma reelaboração de condições pré-existentes na quotidianidade da pátria deixada para trás:

> Mas as condições fisiológicas do aclimatamento podem, depois de tudo, ser reconstruídas no exterior e, por outra parte, a força da adaptação e a elasticidade da natureza humana são por assim dizer infinitas[11]

Com isso, a experiência anterior sofre uma nova leitura, a partir de um processo de reconhecimento ou tradução – os quais operam pelas sensações, pelos sentidos – compondo um exercício de contraste entre o passado perdido e o presente que se está vivendo[12]. O nostálgico prova sensivelmente o contato com seu mundo imagético deixado para trás, ou melhor, com sua percepção dessa realidade passada: por um jogo de colagem, ele mescla com o novo ambiente, imagens evocativas de um passado experiencial que prefere não esquecer. Dessa forma funcionam as nominações de santos e das diversas imagens que provêm dos lugares de emigração na Itália – duplicadas pelos imigrantes, bem como o fazem com os diversos exemplos de habitações construídas enquanto cópias daquelas deixadas nos *paese* de nascimento.

A busca de uma reelaboração dessa terra de partida, justamente procurando construir esse aclimatamento possibilitador da sobrevivência em terra estrangeira, dar-se-á pela preservação de fragmentos conectores com o lugar de nascimento. Essa manutenção de elementos que solidificam uma ponte entre a Península Itálica e a serra gaúcha trazem consigo a produção de ruínas de uma tradição vêneta, as quais funcionam como alegorias de uma vida que não existe mais enquanto evento tangível. Porém, essas remanescências expressam uma conservação subjetiva dessa realidade passada, vinculada à experiência sensorial evocativa do real, a qual passa a construir o mundo vivido a partir de uma re-colagem desses fragmentos de lembranças, imagens e sensações da existência.

O momento de perda produz um grande sofrimento, pois nele se antevê o desaparecimento de coisas que são preciosas para quem elas se tornam ausência. Nesse sentido, a alegoria – enquanto representativa de uma coisa para significar outra – funciona como uma possibilidade, embora fragmentária, de restauração:

> A alegoria emerge em períodos de perda, períodos nos quais uma autoridade familiar, política ou teológica, uma vez poderosa, é ameaçada de

> desaparecimento. A alegoria emerge, assim, a partir da ausência dolorosa daquilo que ela espera recuperar[13].

Para o imigrante que mantém o nome da paróquia de proveniência na nova localidade – como São Silvestre ou São Marcos – reduplicando uma estruturação de vida ao redor da capela, que tem à sua frente a praça, essas ruínas trazidas por ele do *paese* de nascimento funcionam como elementos ressignificadores da existência. Entretanto, não serão apenas as localidades que terão a marca dessa nostalgia; também as estradas farão parte dessa nova cartografia do território, o qual será demarcado com os capitéis – pequenas capelas colocadas nos caminhos em honra e/ou agradecimento a santos de devoção da família – edificados em homenagem a São Roque, Santo Antônio ou Nossa Senhora da Saúde, comuns na região do Vêneto[14].

Dessa forma, essas construções religiosas seguem somando-se às estruturas arquitetônicas das casas, aos telhados preparados para a neve que nunca vai chegar de forma tão abundante, mudando a fisionomia da região, domesticando a natureza, funcionando como alegorias de um passado que não retorna mais. Essa associação entre ruínas e alegorias comporta o casamento entre a existência e a representação, na medida em que, segundo Walter Benjamin, “as alegorias são, no reino do pensamento, o que as ruínas são no reino das coisas”[15].

Essa situação de desestruturação de relações de sociabilidade e sensibilidade vinculadas a um mundo ancestral ocasiona uma necessidade permanente de reevocação da tradição e de preservação de restos desse mundo que vive enquanto representação: “uma estrutura em processo de desaparecimento e que convida a um permanente e obsessivo processo de reconstrução no plano imaginário”[16].

A permanência de restos dessa cultura popular vêneta, os quais sofrem um contínuo processo de tradução cultural desde o momento da partida para o Brasil, vivem uma dinâmica paradoxal de presença/ausência. As ruínas de um mundo deixado no além-mar, mas que ao mesmo tempo subjazem no interior de cada imigrante, expressam uma dupla realidade: de uma parte significam a marca de uma realidade vivenciada no passado;

porém, de outra, atestam que tal realidade não mais existe, pois são vestígios seus, já em processo de ressignificação:

> A imagem das 'ruínas' nos textos de Benjamin sobre alegoria pode ser interpretada de modo similar, na medida em que são ao mesmo tempo desaparecimento e reconstrução imaginativa; ou, nem uma coisa nem outra[17].

Enquanto dinâmica de permanência e desaparecimento, a ruína constrói uma realidade em simulacro, pois, não existindo mais a realidade passada em sua plenitude, ela representa essa ausência construindo uma cristalização da experiência. O Vêneto não está mais presente enquanto unidade geográfica e a nova terra exige constantes mudanças nos hábitos ancestrais – entretanto, fragmentos dessa cultura *contadina* trazida pelo imigrante elaboram uma percepção de continuidade de uma terra de partida imaginária remanescente na vivência comunitária na serra gaúcha.

Todavia, esse processo de leitura da ruína como plenificação de um passado no quotidiano da comunidade pressupõe que se tenha estabelecido uma função na leitura que o grupo faz da realidade. Ele existe porque funciona como um elemento que estanca a dor do não-retorno, porque mantém uma relação de presença da Península Itálica, ou melhor, do Vêneto nas novas comunidades em terra brasileira. Nesse sentido – assim como os conceitos – essa relação perdurará enquanto criar sentido para as gerações que vivenciam esse processo nas suas próprias experiências, ressignificando essas marcas do passado:

> Os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações retiverem um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras[18].

As formas de leitura da Itália durante os diversos momentos da imigração e pós-imigração, tanto entre os próprios emigrados quanto entre os seus descendentes, sofreu esse processo de transformação valorativa. Dessa forma, se perceberá na década de 1970, quando da comemoração do centenário da imigração italiana, o resgate desse Vêneto *contadino* do século XIX que jazia no Brasil meridional. Mesmo na Itália, será nesse período que se procederá a abertura de campos de estudo sobre a emigração, sendo o ano

de 1972 um marco nesse início de um processo de trocas entre estudiosos italianos e brasileiros.

Dessa forma, a construção de uma identidade ítalo-gaúcha – levada a cabo nesses quase cento e trinta anos de trocas interculturais – produziu uma constante atualização do fenômeno imigratório e da presentificação das experiências de expatriação e da reconstrução imagética da realidade passada. As ruínas e alegorias, os restos e vestígios de um Vêneto imaginário e do processo de ocupação da ex-colônia de Conde d'Eu propiciaram elaborar constantes releituras das mnemônicas do passado, vinculadas a expressões diferenciadas de sensibilidades vinculadas aos chamados *mnemagoghi* – aqueles suscitadores de memória.

---

[1] No que se refere à discussão sobre a representação do passado, destaca-se o artigo de Paul Ricoeur, o qual apresenta a memória como ponto de partida para a leitura do acontecido. RICOEUR, Paul. L'écriture de l'Histoire et la representation du passé. In: **Annales**. Paris: École des Hautes Études en Scienses Sociales, ano 55, n. 4, julho-agosto de 2000. Nesse sentido, a memória funcionaria como elos suscitadores do olhar histórico sobre o passado, participando da operação historiográfica.
[2] LEVI, Primo. **I racconti**. Storie Naturali, vizio di forma, Lilít Turim: Einaudi, 1996. p. 10.
[3] PESAVENTO, Sandra. Sensibilités dans le temps, temps des sensibilités. **Revue Nouveaux Mondes, Mundos Nuevos**. Paris: CERMA/CNRS, n. 4, 2004. p. 02.
[4] Entende-se o conceito de "objetivação cultural" a partir da definição de Richard Handler – "uma tendência lógica da cultura ocidental a imaginar fenômenos não materiais (como o tempo) como se fossem corporalizados, objetos físicos existentes" (GONÇALVES, 1996, p. 14).
[5] GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 23.
[6] CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. **La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud**. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia/Livraria do Globo, 1925, p. 26.
[7] PRETE, Antonio. **Nostalgia**. Storia di un sentimento. Milano: Raffaello Cortina, 1996. p. 120.
[8] DE AMICIS, Edmondo. **Sull'Oceano**. Milano: Fratelli Treves, 1925.
[9] Mantém-se o termo original, *rimpianto*, por não se ter encontrado na língua portuguesa verbete que designasse uma relação igual. Em muitos dicionário encontra-se como tradução a palavra saudade, mas entende-se que esta não apresenta o mesmo sentido de *rimpianto* utilizado como um rememorar choroso e doloroso das coisas passadas.
[10] PRETE, Antonio. Op. cit. nota n. 07, p. 138.
[11] Idem, p. 141.
[12] PESAVENTO, Sandra. Op. cit. nota n. 03.
[13] GREENBLAT, Stephen. **Allegory and representation**. Baltimore: The John Hopkins U. Press, 1981 apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. cit. nota n. 05, p. 27.
[14] BENEDUZI, Luís Fernando. ***Mal di Paese***: as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de Conde d'Eu (1884-1925). Porto Alegre: PPGHist./UFRGS, 2004. (Tese de Doutorado).
[15] BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 200 apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. cit. nota n. 05, p. 28.
[16] GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. cit., nota n. 05, p. 28.
[17] Idem, p. 30.
[18] ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 27.

DOCUMENTO PRELIMINAR DAS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Prof. Dr. Luis Fernando Cerri
Universidade Estadual de Ponta Grossa - lfcerri@uepg.br

No ano de 2004, o Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação do Paraná desencadeou o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Fundamental. O objetivo desse texto é apresentar uma reflexão sobre esse processo desde o ponto de vista do autor, participante do mesmo na condição de consultor. Examinam-se as demandas verificadas e o processo de discussão e elaboração que resultaram no documento preliminar publicado em fevereiro de 2005 [i].

A perspectiva metodológica que orienta a confecção desse texto assenta-se na pesquisa-ação (sustentada, p. ex., em KINCHELOE [ii], especialmente o capítulo "Pesquisa-ação, reforma educacional e pensamento do professor"). O primeiro fator que motivou a participação do autor em uma ação sobre a qual é lançado o presente olhar investigativo é a contrariedade das políticas de formação de professores em relação ao “princípio da simetria invertida”. Esse princípio, originado na obra de Schön (cf. a Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de nível superior [iii]), estabelece a homologia entre as atitudes dos professores com e a assimilação das atitudes e métodos docentes que este professor experimentou quando aluno. Essa vivência marca mais que os conteúdos formalmente tratados nas aulas, tanto da formação básica quanto da Licenciatura. Entretanto, não é nesse enfoque que montamos nossa motivação, mas na abordagem de um relacionamento similar, entre o professor e o Estado através das políticas educacionais às quais ele é submetido. Propõe-se, no discurso educacional brasileiro em linhas gerais, uma educação crítica, transformadora, autodirigida (com forte apelo do construtivismo). Todavia, a educação continuada de professores tem historicamente falhado em garantir esses princípios na prática docente. Com efeito, como fazer isso se eu, professor, não vivi nada assim como aluno e continuo não aprendendo isso como professor em formação, pelas formas nas quais o poder público se relaciona comigo enquanto

profissional? Qual a simetria invertida das recentes mudanças educacionais, que foram impostas de cima para baixo, contando apenas com simulacros de participação, no contexto dos "pacotes curriculares a prova de professor"? [iv] Em outros termos, como garantir que o professor seja capaz de estimular em seu aluno a condição de sujeito histórico se ele é submetido a pacotes "*que retiraram do professor sua capacidade de reflexão sobre a prática por ele desenvolvida, distanciando-o da postura de sujeito epistemológico de sua ação*" ? [v] Voltamos, assim, noção de "simetria invertida" utilizada pelo MEC no debate sobre as Diretrizes para a Formação de Professores, ao próprio encaminhamento de mudanças educacionais, entendidas como ato pedagógico de promoção de educação continuada de professores. O "currículo oculto" dessas mudanças durante o período FHC / Lerner desqualificou o professor e não abriu espaço para que, na prática, ele pudesse desenvolver exatamente os predicados que se cobra que ele forme no seu aluno: capacidade de discussão, autonomia do pensamento, prática transformadora, construção de conhecimentos, etc.

Diante desses pressupostos, a perspectiva desse texto é debater se e até que ponto as novíssimas políticas de educação de professores / elaboração curricular no Paraná após 2003 têm obtido sucesso na retomada do professor como produtor de conhecimento e interlocutor privilegiado do Estado na formulação de políticas, bem como no combate ao processo de redução dos docentes a executores semiqualificados das políticas tecnocráticas que marcaram o período anterior, sobretudo na amostra definida nesse estudo, que é a do professorado de História da Rede Estadual paranaense.

Considerações Metodológicas e definição do objeto de estudo

O processo de investigação aqui tematizado envolve duas ordens de documentos: as anotações e textos produzidos pelo próprio autor em sua participação no processo de elaboração das diretrizes e os documentos produzidos nas discussões desse conjunto de eventos, seja a produção dos professores de História, sejam os documentos finais oficiais.

Para a compreensão do contexto e do processo de produção de todas essas fontes a analisar, passamos a um breve resumo sobre as motivações e o desenvolvimento do conjunto de discussões e atividades.

Para além dos diplomas legais (Parecer CNE/CEB n. 4 de 29 de Janeiro de 1998 e Resolução CNE n. 2 de 7 de Abril de 1998), consideramos que a iniciativa de elaboração das Diretrizes Estadual responde a uma vontade política de delimitar a política atual em relação às políticas anteriores e de rever o centralismo que marcou a produção curricular do MEC nos anos do governo FHC. Em termos regionais, a delimitação em relação ao período anterior está colocada pela discordância com os efeitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o sistema estadual de Educação e com os resultados da obrigatoriedade da elaboração de projetos pedagógicos pelas escolas, sem diretriz estadual explicitada. Esses processos pautados na aplicação de uma autonomia vaga, deixaram, segundo ARCO-VERDE, um currículo desfigurado pois se abandonou a escola e o professor à própria sorte no processo de elaboração curricular, "*responsável individualmente pela organização de um projeto educacional que, em princípio, é universal, coletivo e deve buscar o princípio da igualdade para garantir a todos o acesso à educação*". [vi] Assim, embora se reconheça o avanço da maior autonomia para escolas e professores, podemos afirmar também que se tratou de uma autonomia liberal, tanto no sentido da individualização da ação quanto no da desresponsabilização do Estado sobre sua tarefa educativa.

Todas as áreas por disciplina da SEED-PR mobilizaram-se no início de 2004 para constituir um grupo de intermediadores do debate com os professores na base. Assim, cada Núcleo Regional de Educação indicou 6 professores de cada disciplina do currículo. Esse conjunto em cada um dos 32 NREs do Paraná junto com as equipes por disciplina do Departamento de Ensino Fundamental da SEED, mais os professores de Instituições de Ensino Superior convidados para assessorar o processo junto a SEED constituíram o Grupo Permanente, com a missão de encaminhar tanto os encontros gerais por disciplina no centro de treinamento em Faxinal do Céu (Pinhão - PR) quanto os encontros por municípios e por região.

O processo coletivo consistiu de momentos centralizados por disciplina em nível estadual com o Grupo Permanente, reuniões regionais (por NRE) para tomada de posição e reuniões municipais para estudo e resposta às consultas quanto às opções de encaminhamento em foco. Evidenciou-se um cronograma e uma estrutura de discussão que, se não é a ideal, não prescinde da voz do professor, o que implica, por sua vez, a discussão sobre o papel formativo dessa atividade junto aos docentes.

Não é a possível aqui discutir o conjunto dos resultados de cada uma das rodadas de discussões (estado – região – município), que perfizeram um total de três. Os documentos, entretanto, se tomados em conjunto com os demais textos e documentos envolvidos no processo todo, bem como as observações e anotações do autor realizadas em caderno de campo na perspectiva da pesquisa - ação, permitem alguns resultados relevantes e reflexões sobre a idéia e encaminhamento da elaboração curricular como atividade de educação de professores, arroladas sinteticamente abaixo.

Resultados preliminares e reflexões prévias sobre a elaboração curricular como estratégia de educação continuada de professores

Um dos primeiros problemas constatados foi a permanência das dificuldades formativas de uma expressiva parcela dos professores, do ponto de vista do acúmulo de informações referentes à discussão educacional e historiográfica, e o manejo de seus conceitos. Esse fator acabou tornando a heterogeneidade entre os participantes, no que se refere por exemplo ao uso e domínio de termos, conceitos e pressupostos, um fator preponderante para a reavaliação e continuidade do processo. Essa consideração é válida em maior escala para o conjunto dos professores de História da rede estadual (em torno de 4 mil professores) mas não é desprezível para o próprio Grupo Permanente, que liderou as reuniões descentralizadas nos municípios e NREs e participou dos encontros em Faxinal do Céu. Evidentemente, esse problema não poderia ser remediado de todo no curto tempo de duração do processo aqui descrito (menos de um ano). Deve-se ressaltar também que é

preciso saber considerar os saberes tácitos que os professores dominam e que colocam em diálogo com os enunciados propostos nesse processo, mesmo para negá-los. Esses saberes oriundos da prática, da experiência, estabelecem uma relação crítica com os saberes disciplinares que contribui para a constituição da identidade profissional do professor [vii] . Com atenção a isso, um processo de elaboração curricular com finalidades de educação continuada não pode recusar a interlocução com sujeitos arbitrariamente tidos como de "formação problemática". O ponto de partida para qualquer interlocução nesse sentido é estabelecer que cada sujeito tem um saber distinto a oferecer no diálogo. Todavia, os debates podem ser prejudicados por decodificações aberrantes de seus termos, motivo pelo qual são importantes as iniciativas de mesas redondas, palestras, debates e leitura de textos teóricos como nivelamento da compreensão dos termos do debate, derivadas exatamente do reconhecimento de que o universo de envolvidos é heterogêneo.

O parágrafo acima trata de uma questão de fundo: se o poder público pretende elaborar o currículo mais avançado / atualizado / sofisticado possível dentro do critério do debate acadêmico em Educação, o processo discutido nesse texto é dispensável, prejudicial ou enganador, uma vez que a interlocução ocorre em forma de consulta e não define os rumos do currículo, podendo mesmo ser entendida como simulacro de participação democrática. Se, por outro lado, o que se pretende é enfrentar os problemas da legitimidade dos currículos e das políticas para o mesmo, bem como os problemas de resistência e transgressão de seu cumprimento (que decorre da avaliação, pelos docentes, de ilegitimidade ou impraticabilidade do currículo imposto), não se parte da habilitação ou inabilitação formativa do universo de envolvidos, mas sim da afirmação de que cada um tem um conhecimento e uma experiência distintos e são capazes de discutir o assunto e apresentar contribuições.

As dificuldades de formação e atualização que estamos abordando podem ser exemplificadas no texto de síntese de um NREs, no qual aparece a declaração de que há uma grande dificuldade dos professores em conceituar a história diante das mudanças metodológicas que estão ocorrendo, ou seja, a velocidade das mudanças no campo do

conhecimento não encontra similar na capacidade de atualização bibliográfica do professor, estruturada em torno de outras perspectivas de trabalho mais urgentes. Isso não significa apenas que o professor não conhece os debates mais recentes em seu campo de conhecimento de referência: esses debates modificam o campo de tal modo que o professor passa a ter dificuldade de reconhecimento e orientação dentro dele. Esse tipo de dificuldade atinente à educação contínua dos professores não é de fácil solução, e foi enfrentada de forma provisória e meramente instrumental com as atividades formativas descritas acima, especialmente a distribuição de textos referentes aos assuntos inicialmente propostos, bem como sobre as questões que surgiam no curso do debate mais amplo. Outro dado que se verifica é a tendência de muitos docentes - isso transparece nos documentos e nas falas observadas - em mimetizar idéias, posicionamentos e mesmo trechos inteiros dos textos oferecidos como referenciais e pontos de partida para o debate. Uma hipótese possível é que, diante de experiências anteriores de uma relação verticalizada e autoritária com o poder público, cristalizou-se em muitos a perspectiva de afirmar, nos documentos, aquilo que é captado como a expectativa das instâncias superiores, de modo a propiciar um relacionamento favorável com as mesmas. Felizmente esse comportamento não é majoritário, mas não deixa de ser significativo, inclusive como estratégia de recusa - sem questionamento explícito - à participação no processo.

Novamente, diante da constatação acima, encontramos um elemento a corroborar a hipótese da homologia entre as relações poder público - professor com as relações professor - aluno. Não se quer com isso, em hipótese alguma, colocar qualquer comparação negativa entre professor e aluno, mas sim de propor que há uma similaridade entre as relações de poder e as perspectivas de aprendizado (em sentido amplo) que estão colocadas nos dois casos.

Talvez o maior exemplo de sucesso no processo da área de História como um todo seja um relativo fracasso da equipe da SEED mais os seus assessores em definir a História Temática como padrão de organização curricular ideal. Trata-se de um sucesso porque o coletivo resistiu à idéia a partir de sua análise própria sobre a oportunidade e viabilidade da

proposta, embora ela tivesse sustentação em largas parcelas do universo de professores envolvidos. É interessante destacar que a discussão sobre a melhor forma de organização curricular dos conteúdos históricos tomou parte significativa do debate, pois traz em si uma série de outras questões importantes sobre a teoria e a metodologia da História e do ensino de História.. Entretanto, traz também algumas questões originadas no mercado editorial: vários livros didáticos de História começaram a trazer, após as críticas à linearidade e ao tratamento isolado de partes do conhecimento histórico, tentativas de "História Integrada", ou seja, uma mescla de conteúdos de História Geral e História do Brasil articulados, na maior parte das vezes, apenas por relações de sincronia. Entretanto, quando a tentativa é relativamente bem sucedida, trata-se de um pequeno avanço em relação às estruturações tradicionais de conteúdo (lineares, eurocêntricas, fatuais, personalistas). Essa estratégia editorial teve amplo sucesso entre os docentes, pressionados por um lado pelo debate contemporâneo sobre o ensino de História, exigente de novas posturas diante do conhecimento histórico, e por outro pelas dificuldades de formação inicial, que geram insegurança diante de conceitos e procedimentos exigidos para efetivar reformulações mais profundas do próprio trabalho educativo (essa insegurança estende-se, e aí é decisiva, às perspectivas de sucesso das mudanças).

Sobre essa discussão da forma de estruturação do conteúdo, nota-se o peso das estruturas seculares de articulação do saber histórico para o ensino. Diante de uma tradição, historiográfica e educacional, de presença fundante desde o século XIX, nos currículos, nos materiais didáticos e, até pouco tempo, na própria historiografia, não é estranho pensar as continuidades e dificuldades em romper o padrão tradicional. Pelo contrário, é estranho romper com esses padrões no discurso curricular, enquanto na prática, diante do desafio das situações concretas de sala de aula, os encaminhamentos permanecem os mesmos. Isso está posto porque não se trata apenas de buscar uma nova forma de fazer o ensino da História, mas de construir uma nova forma de pensá-la, o que não se consegue sem um grande investimento intelectual em termos de tempo, leitura, debate. De certa forma, o que o debate coletivo apontou foi o limite das possibilidades contemporâneas de avanço, cuja

identificação é central para que haja mudança e não a manutenção do confronto surdo entre currículo prescrito e currículo realizado, que pode ser tomado como um dos fatores que alimenta a sobrevida das abordagens tradicionais.

Para que todos esses processos de reflexão, interlocução, leitura, mudança nas formas de pensar e de se relacionar com as teorias, as experiências e os outros sujeitos pudessem amadurecer naturalmente e obter o maior sucesso possível, demandar-se-ia um tempo que não está disponível. Isso ocorre porque, uma vez que o processo foi desencadeado como política governamental, o tempo do mandato passa a ser um fator determinante. Isso constitui um das maiores limitações ao avanço desse tipo de proposta: o tempo político abre a possibilidade da construção coletiva, mas tolhe o seu amadurecimento, deixando escancarada a carência da subjetividade do coletivo docente, ou seja, da sua capacidade de acumular poder a ponto de dirigir completamente o processo, inclusive na definição do seu tempo. Parece-nos, infelizmente, que estamos distantes desse momento. Entre os questionamentos dos professores participantes, apareciam com incômoda freqüência esses questionamentos gêmeos: sobre se a opinião da base iria realmente ser seguida (ou se havia um plano já pronto ao qual os debates serviriam apenas como legitimação), e se esse trabalho, uma vez tendo caráter definidor das políticas, iria ter continuidade para além do atual mandato do governo estadual. Essa questão permanecerá aberta, e sua resposta depende em grande parte do comportamento político dos docentes.

---

[i] PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná**. Versão Preliminar. Curitiba: SEED/ DEF, 2005.
[ii] KINCHELOE, Joe. **A formação do professor como compromisso político**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
[iii] BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de nível superior**. Brasília: MEC, 2000, p. 38.
[iv] APPLE, apud GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 160.
[v] ARCO-VERDE, Yvelise F. S. Reformulação curricular no Estado do Paraná - Um trabalho coletivo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Primeiras reflexões para a reformulação curricular da Educação Básica no Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2004, p. 3.
[vi] Idem, p. 4.
[vii] PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

AS PERFORMANCES DO CORPO NO FILME "DANÇA DE GUERRA"

Luis Vitor Castro Júnior
Universidade Estadual de Feira de Santana
Doutorando do programa de História da PUC/SP

O texto de Beatriz Sarlo "A História contra o Esquecimento", traz o desafio e a possibilidade de reconstituir o passado a partir do filme Shoah. Nele, ela mostra a riqueza do filme Lanzman no processo de rememorar o extermínio dos Judeus no campo de concentração, descreve o filme nos seus meticulosos detalhes e, ao mesmo tempo, analisa a importância do mesmo no processo histórico contra o esquecimento das mazelas do holocausto.

A astúcia de Sarlo em refletir sobre a memória por intermédio do filme nos inspirou a realizar de forma embrionária, este primeiro exercício, neste sentido, serão analisadas as performances[1] corporais dos dois "meninos" Grande e Pequeno Joãos, suas astúcias, suas negaças[2] e suas mandingas[3] fruto das suas experiências históricas. Por meio das imagens cinematográficas, buscaremos interpretar as performances[4] do corpo; contudo serão utilizadas, como linha de fuga, outras fontes performáticas: a musicalidade da capoeira e o depoimento oral.

Não se pretende enveredar na perspectiva que generaliza a dinâmica social e que não consegue perceber as singularidades da realidade cultural, pois o sujeitos histórico pode ser considerado apenas um "João ninguém", o "pobre coitado" excluído da sociedade brasileira. No entanto, mesmo sabendo das condições adversas que sofreram e sofrem os excluídos,

---

[1] Paul Zumthor ao trabalhar o entendimento de performance inspirado em pesquisadores norte-americanos: "Está fortemente marcada por sua prática. Para eles, cujo o objeto de estudo é uma manifestação cultural lúdica não importa de que ordem (canto, canção, rito, dança), a performance é sempre constitutiva da forma. Se um fato observado em performance é, por motivos práticos, transmitido, como objeto cientifico, por impressão ou conferencia, então de maneira indireta e segunda a forma se quebra. Zumthor (2000, p. 34)

[2] Termo utilizado por Jair Moura. "Consistia a negaça, na movimentação das articulações dos braços, mãos, joelhos, pés, tronco e cabeça, isolado ou em conjunto, formando o que chamamos jogo de corpo e cuja finalidade principal era burlar a atenção do lutador, para pegá-lo desprotegido, ou seja, de "corpo aberto", a fim de aplicar-lhe determinado golpe, no ataque. A negaça era a essência da luta". (1979. p. 9-10)

[3] Os Mandingas são um povo da África do Oeste, onde são vivos elementos da religião berbero-islâmica dos marabouts. Daí, na língua portuguesa do Brasil, mandinga na capoeira está relacionada ao um jeito manhoso de enganar o seu parceiro na roda.

[4] Paul Zumthor vai relacionar a performance ao significado de competência. "A primeira vista, aparece como savoir-faire. Na performance, eu diria que ela é o saber-ser. É um saber que implica e comanda uma presença e uma conduta, um Dasien comportando coordenadas espaço-temporais e fisiopsíquicas concretas, uma ordem de valores encarnada em um corpo vivo. (200, p. 35-36)..

trataremos da complexidade da dominação cultural a partir deste provérbio Angolano: *"Quem não te conhece, te acha um joão-ninguém; mas quem te conhece é que informa quem tu és. As pessoas não se avaliam pelas aparências"*[5]. O filme foi rodado por volta 1968, período em que a "ascensão" da capoeira nos meios sociais ganhava visibilidade, pois havia um discurso político-ideológico, desde a década de 30, que queria considerar a capoeira e o samba como elementos preponderantes na construção de uma identidade nacional. Esse discurso tinha como finalidade instituir a capoeira como um elemento ginástico genuinamente brasileiro, criando um espírito patriota no sentido de forjar a construção de um imaginário social nacional. O filme Dança de Guerra do pesquisador, capoeirista e cineasta Jair Moura[6] procura retratar a capoeira como um símbolo da cultura afro-baiana ao valorizar os ícones da capoeira desse estado. A intenção dele é mostrar um outro perfil da capoeira, tendo em vista à concepção hegemônica da época, na qual a capoeira regional estava atrelada a dimensões do esporte e da luta. Ele quer romper com essa visão generalizada da capoeira regional e dá ao filme um outro enfoque, o residual[7], que consiste em trazer à tona os elementos culturais afro-brasileiros. As multiplicidades de imagens possibilitam a compreensão das performances "motoras" dos Joãos. É importante frisar que eles têm um papel preponderante no filme, não sendo apenas atores coadjuvantes; primeiro, porque a maior parte do tempo que enfoca o jogo da capoeira vai utilizar-se das imagens deles jogando, mostrando de forma explícita o reconhecimento do cineasta pelo seu jogo; e segundo, como colocamos anteriormente, Jair Moura queria mostrar o jogo da capoeira regional voltado para as características africanas.

---

[5] ANTONECI, Maria Antonieta. Corpos sem fronteiras, Revista do Programa de Estudos de Pós-graduandos em História e do Departamento de História. n 23, dezembro de 20002. São Paulo. EDUC/PUC/SP, p. 146.

[6] Discípulo do mestre Bimba desde 1950, foi agraciado pelo mestre com o lenço branco símbolo recebido pelos alunos mais experientes. Pesquisador da capoeira, foi um dos pioneiros na pesquisa referente a capoeira abrindo caminhos para outros pesquisadores. Escreveu livro Arte e Capoieragem e vários artigos publicados, engajados no Partido Comunista, participando dos movimentos políticos contra a ditadura militar.

[7] Raymond Williams ao analisar a cultura em movimento de inter-relações dinâmicas desenvolve os conceitos de dominante, residual e emergente. "O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural não só como elemento do passado, mas como elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior". (p.125).

Sábias palavras do Mestre Pastinha, que João Pequeno revelou em entrevista: *"eu não sei se ele fez uma música, ou ele falava ,"na minha academia tem dois meninos, todo os dois se chamam João, um é cobra mansa e o outro é gavião, quando um anda pelos ares, o outro se enrosca pelo chão""*[8]. Mestre Pastinha produz "metáforas das condições humanas"[9] nas quais os sujeitos são comparados a animais: a cobra e o gavião - simbologias bem diferenciadas - um réptil e uma ave, terra e ar. A cobra, com seu jogo rasteiro, espera o momento certo para dar o bote mortal e, o gavião, ave de rapina, voa alto e com seu mergulho certeiro apossa-se da sua presa com suas garras. Natureza e cultura, na qual a dimensão africana estão imbricadas construindo significados e representações dos movimentos corporais montando "paisagens de corpo bicho"[10]. Impressionante é o grau performático da dança-jogo-luta, na qual eles conseguem imprimir uma narrativa corporal cujas características animais simbolizam suas experiências gestuais ancoradas nas memórias do passado da diáspora africana que são atualizadas em outros espaços e tempos.

Não se tem a pretensão de reduzir as simbologias corporais do sujeito a simples sinestesia, relacionado-as as explicações naturalistas, mas, sim, visa-se a possibilidade de interagirmos com a cosmovisão africana, favorecendo a emergência de conhecimentos que se revelam na ancestralidade do corpo, no qual os ouvidos guardam o som das marés, dos pássaros e do vento; os sons que vêm das batidas dos atabaques manifestada na dança

[8] Entrevista realizada com o Mestre João Pequeno. 28/09/2004, no Centro Esportivo de Capoeira Angola – Academia de João Pequeno de Pastinha.
[9] Leornado Boff. A águia e a galinha. Metáforas da condição humana.
[10] Antonieta Antonaci nas suas pesquisas mostrar a dinâmica da cultural-ancestral desse fenômeno corpo-bicho, vamos considerar apenas duas situações, mas ela apresenta varias outras, a primeira que chamou nossa atenção foi a simbologia do desenho de "Lucas de Feira" exposto na rodoviária de feira de Santana. "Representado como um ser híbrido: rabo de escorpião (que empreita e surpreende o inimigo de tocaia, de improviso), corpos de serpentes (que sobrevivem em diferentes terrenos), cabeça de arara ou papagaio (aves falantes, que memorizam e repetem palavras)". Essas seriam as características físicas, neste sentido, é importante entreter no sentido de suas analises ao comentar "Lucas de Feira encarna imagem de africanos em desiguais e desmoralizantes em tentativas de imposição de relações de submissão, reforçando perspectiva de continuo e reiterados confrontos na luta contra as formas da escravidão, ontem e hoje, no Brasil, nas Américas, nas Áfricas." Corpos Negros (2004, p.13). A segunda situação foi a obra de arte em forma de escultura de Jabulani Nhlengethwa no Museu do Ouro na cidade do Cabo na África do Sul, "que, em tronco de árvore interiço, entalhou um corpo-a-corpo, homem branco e crocodilo, com realce para a cabeça, onde o rosto humano e possuído pelo crocodilo, que domina pelo seu crânio enquanto o homem está se enforcando". (2002, p. 159-160) Corpos sem Fronteiras.

sagrada deixada pelos seus ancestrais: espíritos da água, do fogo, da terra e do ar, antepassados estes que, até hoje, visitam-lhes em sonhos e transes.

As imagens do filme revelam um jogo-dança-luta da cultura ancestral realizado entre os corpos dos dois Joãos, instituindo um discurso no qual o corpo narra um diálogo de perguntas e repostas. A situação é complexa, o corpo opera em situações de safiadoras e precisa de reações instantâneas, os cinco sentidos entram em conexão simultânea e o corpo passa a ser um suporte da ação intuitiva e da memória. Os movimentos de lembrança espaço-temporal têm suas raízes na diáspora africana, no saber-sabores ancestrais, mas também na criação de novos gestos e novas representações, proporcionando um emaranhado de relações estético-gestuais.

Sendo assim, abrem-se as zonas escuras, turvas e nubladas, para a colocação das narrativas não mais silenciadas, nem na voz e nem no corpo, pelo poder hegemônico. Agora, do jogo dos Joãos emerge um contra-saber[11], explodem as fugas que não aceitam os controles e as vigílias de um padrão uniforme e autoritário de expressar o corpo. Nos seus rituais (as rodas), baseados num diálogo respeitoso com os ancestrais e com as energias da vida, eles falam aos dominantes e lutam para que seja aceita uma potência enunciativa que, em lugar de desprezar o corpo como fez e faz a civilização escravizadora cristão, considera o mesmo como um santuário coletivo e individual, soberano. O corpo é sempre um lugar plural, no qual se atualizam construções coletivas *dançáveis,*

Fica evidente, durante as cenas, o desdobramento da situação espaço–temporal: o dentro e o fora, o em cima e o embaixo, o rápido e o lento, o próximo e o distante, o fluido e o rígido, o ataque e a defesa. Quebra-se o estatuto dos paradigmas que querem explicar a capoeira de maneira simplificada e uniformizante (quantidades de golpes, decodificação das regras, dos rituais e outros).

[11] Estou me referindo a um saber que tem uma concepção contrária à visão meramente racionalista e cartesiana que segue uma seqüência ordenada das partes para formar o todo. O contra-sabel dá-se na forma espiral.

São momentos interessantes, nos quais os corpos se entrelaçam de tal forma, que a "paisagem corpórea" configura um cenário de unidade e revelam o *borramento* das fronteiras corpóreas. Se a pele é a membrana que separa o interior de um corpo do mundo exterior, fruto da relação híbrida entre o biológico e o cultural, nas cenas do filme, a pele dos dois encontra-se de tal forma unida, que consideramos que está em "vácuo zero"; ela está imersa nos intercorpos.

A pele[12], sofrendo a infiltração dos ritmos sonoros imprime uma narrativa dos corpos, que é intercambiada pelos toques dos berimbaus, pela batida do pandeiro, do atabaque e do agogô, além dos cantos de improviso, das ladainhas e dos corridos. Uma narrativa efervescida pelo diálogo dos jogadores em jogo-dança-luta, não é decorrente das idéias que ordena, articula, mas sim, nas quais o corpo dá o que pode e o que é pedido dele. Daí funda-se um novo discurso, no qual o corpo com ajuda dos seus antepassados desenha movimentos na paisagem da roda.

O corpo brincante-dançarino-lutador atualiza a sua memória de arquivo corporal[13] realizando tais passagens. Enigmas[14] corporais que operam de maneira sensível e espontânea, colocam a pele[15] no lugar de receber e devolver as sensações táteis, sente a dor ao toque de

[12] "Natural e cultural ao mesmo tempo, a pele humana é muito mais do que uma barreira ou um simples envelope capaz de reter e conter a vida orgânica. Para além de seu peso e das dimensões significativas de sua superfície, a pele é uma interface que se oferece ao mundo como registro, enigma e veículo de passagem. Por isso, ela se assemelha ao planeta, a epiderme da natureza, cujas dobras se tornam montanhas e abrem um abismo, cavam sulcos em forma de rios e mares `" SANT 'ANNA.Denise Bernuzzi Entre a pele e a paisagem. Projeto História, Revista do programa de Estudos pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n 23, novembro de 2001, p 193-207.

[13] VIGARELLO, George. O corpo inscrito na história: Imagens de um "arquivo vivo". Entrevista concedida Denise Bernuzi Sany'Anna em Projeto História, Revista do programa de Estudos pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n 21, novembro de 2000, p 225-236.

[14] Enigma: é o próprio ser humano. A base do que aparece sob o nome de "cultura". Não se resolve, e sim se problematiza. A ação histórica do sujeito é esse trabalho problematizador

[15] Sant'Anna, Denise Bernuzzi. Aceitar a densidade histórica das epidermes talvez seja uma maneira de evitar sua claustrofobia. A aliança entre o visceral e o epidêmico não reduz a pele a um envelope protetor, insensível aos dramas do interior do corpo e indiferente aos atropelos do que lhe existe. Mas, a compreende como um cérebro periférico, não apenas porque secreta as substâncias que os neurônios, mas por ser ela o teatro de tudo o que acontece no corpo e em suas relações com outros corpos. (22001,

um golpe, (como o rabo-de-arraia aplicado por João Pequeno em cima de João Grande), mas, ao mesmo tempo, desfruta dos sutis toques da valsa de uma chamada de Angola[16].

Os movimentos da aparente luta estão no jogo constante de um com outro, de entrar e sair de dentro do outro com suas artimanhas. Os mestres falam *"não foi meu pé que tocou no seu corpo, mas seu corpo que tocou no meu pé"*. Investindo o papel da ação, o sujeito que desfere o golpe passa a ser tocado pelo outro, o golpe perde seu poder de agressão e torna-se um encontro de corpos com sensações de dor e de alegria; a dor de quem ficou no meio do caminho, e a alegria de quem conseguiu mostrar o lado vulnerável do seu parceiro-oponente.

Eles conseguem apresentar no filme o discurso do corpo contrapondo às condutas sociais do sistema capitalista, que impõem a competitividade desacerbada, a intolerância e o completo desrespeito às diferenças culturais, em detrimento das solidariedades societárias que, na concepção da roda ritual, revela-se como principio fundador da ancestralidade e de leituras sempre re-abertas da história. O discurso do corpo deles faz lembrar uma crônica de Rubens Alves que diferencia o tênis do "frescobol". Se o objetivo do tenista está em fazer o ponto através de uma jogada fulminante, no "frescobol", a situação é diferente; mesmo com a pancada forte da bola, os jogadores lutam para manter a bola em jogo. A performance dos Joãos está próxima da postura ética de preservação e continuidade do jogo, visto que, apesar dos desequilíbrios constantes, é preciso manter o parceiro no jogo.

Estamos realçando os aspectos em que os corpos dão significados as formas estéticas[17], projetando substâncias de movimentos inesperados que produzem também formas. A epifania[18], a "emergência de uma forma até então desconhecida". A beleza de ver um

[16] Ver CASTRO JÚNIOR, Luis Vitor. Capoeira o tempo dos Homens "lentos".

[17] Refere-se à receptividade sensorial e emocional de um grupo, ao controle do olhar, da vida sensível, das superfícies sensoriais do corpo (Muniz Sodré). Capacidade de perceber sensações; sensibilidade. Rubrica: estética: Capacidade de perceber o sentimento da beleza.

[18] Muniz Sodré ao explicar o significado da epifania, baseado no critico literário alemão Gumbrecht, aborda "a aparição súbita e transitória de algo que, ao mesmo tempo de sua aparição, tenha substância e forma simultaneamente. Mas epifania significa, além disso, aparência como evento. O que aparece "como um evento" bem pode ser surpreendente..." "Para ele, o evento dá-se na descontinuidade e no inesperado, fazendo aparecer o que não estava lá antes". Daí, a epifania, a tensão resultante da relação entre um corpo (substância) e uma forma.

movimento de ataque e defesa, a surpresa e o improviso com que o jogador até, mesmo assusta o seu parceiro, *"ele pensa que vou fazer uma coisa e faço outra"*. A epifania seria a realização de uma bela jogada que podemos exemplificar através dos dribles desconcertantes de Garrincha, Dijalma Santos e Pelé que, necessariamente, não precisavam finalizar em um gol.

Na entrevista realizada com Fred Abreu a respeito do filme, ele destacou duas características importantes:

> *"Quando eu olhei, a primeira coisa que me veio na cabeça, que parecia como um parto, um paria o outro, tem uma coisa de atração, um sai o outro entra, um entra e outro sai...." "a outra coisa é a disputa pelo espaço, disputa um centro, ele quer um centro, o João Grande é um pouco mais periférico, ele sai mas ele sai voltando para tirar o cara do centro, o João Pequeno ele tem o negocio do braço, ele vai tirando com o braço. O grau de articulação é tão bem feito, tem a impressão que ela liga, que tem anos e anos para chegar a esse negocio ...."*[19]

Nesta descrição da performance dos corpos durante o jogo, emerge a transitoriedade de fluxo e refluxo, entre ficar dentro do outro e o momento de dissipação dos corpos, quando a "membrana" que envolve os dois também se separa. O duplo aparece novamente, a disputa pela centralidade espacial vai se reestruturando a partir do deslocamento dos corpos dos jogadores. A centralidade está nas trocas de experiências entre eles; portanto, a territorialidade dos corpos é provisória, cheia de mudanças num continuo espaço desterritorializado.

Nessas relações de viver o espaço-temporal, ocorre o deslizamento do percurso que faz passar imperceptivelmente de uma posição enunciativa para outra. Nesta descrição da performance dos corpos durante o jogo, emerge a transitoriedade de fluxo e refluxo, entre ficar dentro do outro e o momento de dissipação dos corpos, quando a "membrana" que envolve os dois também se separa.

O duplo aparece novamente, a disputa pela centralidade espacial vai se reestruturando a partir do deslocamento dos corpos dos jogadores. A centralidade está nas trocas de experiências entre eles; portanto, a territorialidade dos corpos é provisória, cheia de mudanças num continuo espaço desterritorializado. Nessas relações de viver o espaço-temporal, ocorre o

[19] Entrevista realizada com Fred Abreu no Instituto Mauá , Pelourinho no dia 27/09/2004

deslizamento do percurso que faz passar imperceptivelmente de uma posição enunciativa para outra. Nesta descrição da performance dos corpos durante o jogo, emerge a transitoriedade de fluxo e refluxo, entre ficar dentro do outro e o momento de dissipação dos corpos, quando a "membrana" que envolve os dois também se separa. O duplo aparece novamente, a disputa pela centralidade espacial vai se reestruturando a partir do deslocamento dos corpos dos jogadores. A centralidade está nas trocas de experiências entre eles; portanto, a territorialidade dos corpos é provisória, cheia de mudanças num continuo espaço desterritorializado. Nessas relações de viver o espaço-temporal, ocorre o deslizamento do percurso que faz passar imperceptivelmente de uma posição enunciativa para outra.

As narrativas corporais deles têm a potência da forma e da substância, mas seus corpos-vozes[20] também produzem saberes enigmáticos. Uma cultura oral baseada num discurso rico em metáforas e silêncios, fica evidente na seguinte transcrição: *"A capoeira é quem nem a terra, você colhe o que planta"* (João Pequeno). *"Eu sou fruta madura, que cai do pé lentamente. Na queda, larga semente e procura uma terra fresca para ser fruta novamente"* (João Grande).

Filosofar não é uma atividade reservada a especialistas, pois encontra suas raízes em experiências culturais. Dessa maneira, percebemos nas falas dos Joãos a utilização da terra como fonte de inspiração para transmissão dos seus saberes com seus respectivos sabores; terra que gera vida e fornece o elemento de continuidade em ciclo de recriação e de energia que emana da natureza/cultura. Eles fornecem a referência cultural da terra como as suas raízes ancestrais em tributo à cultura africana.

A partir dos anos 80, com o processo de revigoramento da Capoeira Angola, João Pequeno e João Grande assumem definitivamente a responsabilidade de dar continuidade aos

[20] Antonieta Antonecci vai se referi ao termo "vozes do corpo" utilizado por Michel de Certeau..

processos iniciatórios para uma nova geração de capoeiristas; no entanto, a estratégia utilizada por eles foi por meio da arte do jogo. O viés se deu pelo encantamento das imagens produzidas pelos os corpos. As sutilezas dos toques e as vibrações sonoras das falas afetuosas atuaram de modo mais odara[21] possível.

Em vez de apresentar normas comportamentais (regras rígidas), eles preferiram falar pelo corpo e influenciar através da poesia, da dança, da música, do samba, da arte. Jogando, foi educando mansamente os sentidos dos parceiros e dos seus alunos. Enfim, instituíram formas diferentes para colocar uma outra história, com novos desejos de ser contada.

Há um dito popular que declara: "Deus não dá asa à cobra", mas a capoeira permite que esses paradoxos coexistam.Axé a todos nós.

[21]Conceito estético afro-brasileiro que alia eficácia à beleza.

RAUL SEIXAS E A CONTRACULTURA COMO IGUALDADE NA DIFERENÇA

Luiz Alberto de Lima Boscato

Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O conceito de igualdade é revolucionário ou reacionário? Ou simplesmente é mais uma palavra? Convêm impor, no processo educacional do adolescente, a idéia de que ele deve se comportar de maneira igual à do mundo adulto?

Trabalhando a herança filosófica do Iluminismo, a Revolução Francesa retirou o lema "Igualdade, Liberdade e Fraternidade" do pensamento maçônico: a Igualdade deixou de ocupar um lugar de honra na Trindade metafísica do Grande Arquiteto do Universo para descer ao mundo dos homens, sendo gritada por muitos que a viam como a derrubada do pesado legado da cristandade medieval e como a abertura dos portais de um mundo novo.

Foi esta a versão praticamente oficial dos historiadores sobre a Revolução Francesa de 1789 até que veio Foucault e, como nos diz Margareth Rago em sua obra *Foucault, História & Anarquismo*[1]:

> *"(...) este filósofo irreverente, que aliás nem era historiador, cometera outro sacrilégio, outra irreverência ao ir buscar no final do século XVIII, onde todos celebravam a conquista da liberdade e dos ideais democráticos durante a Revolução Francesa, nada menos do que a invenção da prisão e das modernas tecnologias da dominação. Enquanto todos os olhares convergiam para a centralidade da temática da Revolução, Foucault deslocava o foco para as margens e detonava com a exposição dos avessos. A prisão nascia, assim, não de um progresso em nossa humanização, ao deixarmos a barbárie do suplício, mas muito pelo contrário, como resultado de uma sofisticação nas formas da dominação e do exercício da violência".*

[1] Conferir as pp. 66-67 da obra, publicada no Rio de Janeiro pela Editora Achiamé em 2004.

A Igualdade, de *slogan* incendiário que fora nos idos da Grande Revolução, acabou se transformando em um conceito monolítico, emparedado na dura linguagem jurídica que dissimula a desigualdade social sob a ilusão de que todos são iguais perante a lei. Paradoxalmente a Igualdade burguesa e a Desigualdade social caminham juntas em uma síntese cruel. Ilustrativo a este respeito é o artigo do sociólogo alemão Robert Kurz: *Um Sonho de Liberdade*, publicado na Folha de São Paulo no domingo, 16/01/2005. Partindo da análise marxista, Kurz recordou que a liberdade e a igualdade burguesas se dão na esfera da troca de mercadorias, da ilusão do consumismo desenfreado que padroniza os corpos e esmaga as consciências – o que nos faz lembrar daquele moedor de corpos do filme *The Wall*, do Pink Floyd, dirigido por Allan Parker e produzido na Inglaterra pela MGM em 1982, que tocou profundamente o público adolescente:

> *"(...) segundo seus próprios críticos, apenas um filme fala de Allan Parker: e este filme é justamente "Pink Floyd - The Wall". A idéia da produção do filme surgiu no início dos anos 80, devido ao sucesso obtido - na década de 70 - pelo álbum "The Wall". Este sucesso aconteceu principalmente entre as crianças e adolescentes da época. O álbum "The Wall" - obra prima da cultura psicodélica - sempre esteve "na moda" entre os adolescentes, principalmente pelo seu caráter progressista, audacioso, e revolucionário - ao ponto de colocar em xeque os valores excessivamente tradicionais que ainda vigoravam, com muita força, naquela época. O impacto que o álbum e o filme tiveram na geração dos anos 70 e 80 parece se perpetuar até hoje, pois costuma causar semelhante impressão nos jovens de hoje[2]".*

Esta liberdade e esta igualdade da circulação de mercadorias são mantidas à custa da ditadura da produção que, segundo Kurz, reprime até a autonomia da urinada dos trabalhadores. Kurz enfatiza que a igualdade burguesa espreme os indivíduos em uma única e mesma fôrma, constituindo-se na forma moderna de dominação.

Vejo esta prisão a que Foucault se referia como sendo não somente uma referência aos cárceres concretos das penitenciárias, dos manicômios ou das Febens que

[2] Conferir a parte I do "Artigo sobre o filme de Allan Parker: Pink Floyd - The Wall", do professor Elias Celso Galvêas, analisado e revisado pela professora Rosália Duarte, do Departamento de Educação da PUC-RJ, no site http://maxpages.com/elias/Pink_Floyd_The_Wall_Parte_I

encerram os menores filhos da periferia, mas como algo ainda mais aprofundado: as prisões mentais a que muitos se submetem voluntariamente após uma série de condicionamentos que começam pela família e passam pela escola, pelas igrejas, pelo psicólogo conservador que acredita que o indivíduo que vive a sua diferença é um ser anormal, pelas propagandas governamentais e também pelas universidades – pois elas estão distantes da Universidade plural e popular com a qual muitos de nós sonhamos. Enfim, uma boa parte das instituições legitima uma determinada ordem social onde o conformismo é a lei. Uma lei que anula o poder libertário da Vontade.

O adolescente busca basicamente a sua diferença em um meio que lhe impõe o modo "correto" de agir sem levar em conta a sua cultura particular, onde entram componentes musicais como o hip hop, o reggae e o rock em suas diversas modalidades, além de diversas outras variáveis ligadas a todo um processo de novas descobertas que se dão neste período, como as ligadas ao corpo e à sexualidade. Figuras de referência da Contracultura como Raul Seixas continuam a ser uma fonte de significados para o adolescente atual e, para uma educação que leve em conta esta realidade, é interessante trabalhar as mensagens das canções que tocam o coração do público juvenil como pontos de partida para uma discussão sobre a realidade da juventude atual e sobre o seu desejo de viver de maneira alternativa à que é estabelecida pela sociedade, até mesmo para que esta sociedade receba a influência dos ventos de mudança representados pelo potencial jovem, que pode ser bem direcionado se convenientemente trabalhado. Como proposta de trabalho para o Ensino Médio é interessante refletirmos sobre a adoção de letras significativas de músicas que dizem respeito à realidade do adolescente, como as dos ídolos roqueiros, como parte da nossa metodologia de trabalho, pois uma visão crítica da educação e da História levará em conta a realidade juvenil como ponto de partida.

O que podemos notar na crítica social feita por pessoas como Raul Seixas é a permanente atualidade da sua mensagem, o que é um dos fatores que está por trás do interesse que ele continua a despertar nos adolescentes quase dezesseis anos após a sua morte. Mais do que um irônico mas incisivo protesto contra a ditadura militar, muitas de suas músicas atacaram esta ditadura psíquica que continua a tentar condicionar os pensamentos e as atitudes da maioria moral – para pegar uma expressão da direita norte-americana, o que nos faz lembrar do que disse Aldous Huxley em 1959: a sociedade superorganizada e sutilmente supercontrolada que ele previu no romance *Admirável*

Mundo Novo já estava às portas[3]! Uma sociedade que, sem precisar se utilizar de uma violência explícita, cria uma multidão de autômatos condicionados por uma lavagem cerebral coletiva.

O mais efetivo dos condicionamentos sociais é aquele que nem precisa usar de uma repressão declarada para que os cidadãos obedeçam, pois as pessoas se entregam por "livre e espontânea vontade" ao que Huxley chamava de *desindividualização*, um processo pelo qual, sob a aparência de se manter uma ilusão de individualidade, "sua conformidade continua evoluindo para algo como a uniformidade"[4]. Livre e espontânea vontade? É claro que esta foi uma provocação minha.

O conceito de igualdade também foi visto em diversos pensamentos revolucionários de esquerda como a efetivação da igual abertura de possibilidades de enquadramento social para todos os membros de uma sociedade socialista. Digo "enquadramento" porque quis fazer aqui uma outra provocação desta vez direcionada para um outro campo ideológico, pois nos socialismos ditos "reais" que nós conhecemos, de tipo stalinista, há uma planificação da vida social que impede às individualidades a sua livre manifestação como entidades autônomas, proibindo-as até mesmo de pensar! Vide os exemplos da Cuba de Fidel Castro, da China ou da União Soviética. Não desejo com isso anular o Marx enquanto pensador social, mas apontar as contradições dos poderes que em seu nome foram gerados.

Como o meu objeto de estudos é o conjunto de movimentos de contestação juvenil que, a partir da explosão do rock'n roll e da rebelião dos escritores *beats* nos anos 50 e principalmente a partir do desbunde dos anos 60 do século XX, ficaram conhecidos pelo nome de Contracultura – ou de *Sociedade Alternativa* como a chamava Raul Seixas, a minha análise se enveredará por este rumo.

Em sua obra *A Contracultura: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*[5], Teodore Roszak afirma que este confuso caldeirão de movimentos juvenis ao qual se deu o nome de Contracultura, que contestou radicalmente os valores que têm constituído a nossa civilização ocidental desde, pelo menos, a Revolução Científica do século XVII, era a única alternativa que se apresentava ao crescimento deste

[3] Conferir Aldous Huxley em *Regresso Ao Admirável Mundo Novo*, São Paulo, Círculo do Livro, segunda metade da década de 1980, pp. 11-12.
[4] Idem, ibidem, p. 35.
[5] Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1972, pp. 7-9.

monstro tecnocrático que se travestia como o *Admirável Mundo Novo* das democracias burguesas ou como o *1984* dos socialismos burocráticos – para recordar o título do conhecido romance de George Orwell. Mas é claro que a fonte essencial para esta constatação de Roszak está em Marcuse, especialmente na obra *Ideologia da Sociedade Industrial*[6], embora o próprio Marcuse se identificasse mais com a chamada Nova Esquerda, não simpatizando com os setores da Contracultura que se enveredaram pelo misticismo e pelo orientalismo. Há outras versões no entanto que atribuem um peso maior ao anarquismo na rebeldia contracultural:

> "O Anarquismo (Da Doutrina à Ação), *do sociólogo francês Daniel Guérin, originalmente editado em 1965 pela "Galimard" de Paris, e já traduzido em inglês, alemão, espanhol e esperanto, e uma das obras de maior repercussão mundial dos últimos tempos. A sua influência na rebelião da juventude estudantil e operária, que se está propagando por todo o mundo, é, conforme o reconheceram Bertrand Russel, Jean Paul Sartre e Edgard Morin, mais profunda que a atribuída aos livros do pensador alemão Herbert Marcuse*[7]".

Em uma entrevista concedida à Rádio Catarinense, da cidade de Joaçaba – SC, no dia 20/11/1976, logo após se apresentar em um show no Ginásio de Esportes Ivo Silveira, o "Silveirão", Raul Seixas desconsidera esta oposição:

> - *Hoje em dia não existe mais distinção entre materialismo e espiritualismo assim como não existe uma reação negativa ou positiva. Toda reação é reação. (...) Quando eu falo alguma coisa há uma reação!*

Durante um dos discursos que realizou naquele show, enquanto cantava a música Sociedade Alternativa, Raul Seixas disse: "Eu sou eu. Você é único! A natureza não fez nada igual". A constatação de que a diferença é um fator básico das manifestações da Natureza também foi defendida nos trabalhos do polêmico biólogo norte-americano Alfred Kinsey, que pelas suas pesquisas descobriu que a vida sexual de boa parte da

[6] Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
[7] Conferir os comentários introdutórios de Roberto das Neves à obra *O Anarquismo – Da doutrina à ação*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, setembro de 1968.

população norte-americana não correspondia ao que era e ainda hoje é determinado pela moral religiosa puritana, sendo vivida portanto de maneira oculta[8].

Isto vai de encontro ao que disse Aldous Huxley:

> *"Física e mentalmente, cada um de nós é exclusivo. Qualquer cultura que, no interesse da eficácia, ou em nome de qualquer dogma político ou religioso, procura padronizar o indivíduo humano, comete um ultraje contra a natureza biológica do homem[9]".*

Nota-se pela fala de Raul que a Contracultura tocou a fundo na luta pelo direito de cada um manifestar a sua diferença, o que é negado pelo condicionamento comportamental imposto pela tecnocracia seja sob a forma democrática centralizada no capitalismo, seja sob a forma centralista democrática do socialismo real.

Pela minha exposição parece que eu quis enterrar a Igualdade por considerá-la um conceito insustentável, mas na verdade eu quis resgatá-la. É possível construir um triângulo paramaçônico que concilie a Diferença com a Igualdade?

A LEI – Música composta por Raul Seixas que faz parte do LP *A PEDRA DO GÊNESIS*, Copacabana, 1988, propõe justamente isso em um tom de discurso incendiário que sintetiza as propostas libertárias da rebelião juvenil:

Todo homem tem direito
De pensar o que quiser
Todo homem tem direito
De amar a quem quiser
Todo homem tem direito
De viver como quiser
Todo homem tem direito
De morrer como quiser

Direito de viver

---

[8] Conferir o filme *Kinsey – Vamos falar de sexo*, produzido nos Estados Unidos em 2004 sob a direção de Bill Condon e distribuído pela Fox Film.
[9] Aldous Huxley, op. cit., p. 37.

Viajar sem passaporte
Direito de pensar
De dizer e de escrever
Direito de viver
Pela sua própria Lei

Direito de pensar de dizer e de escrever
Direito de amar
Como e com quem ele quiser

Viva viva viva
Viva a Sociedade Alternativa

Há aqui a Igualdade no sentido de se declarar que todo homem tem o direito de viver a sua Diferença. A Sociedade Alternativa será aquela que anuncie como realidade a Igualdade que as leis deixam de lado no momento em que consolidam uma sociedade de classes: a de todo homem viver de acordo com a sua própria consciência; a Liberdade da qual as revoluções burguesas ou proletárias se esqueceram no momento em que se fixaram como regimes políticos: a de o homem não permanecer subtraído em sua ânsia de viver plenamente; a Fraternidade da qual nos falava Max Stiner: a da solidariedade entre os egoístas. Não me refiro ao egoísmo capitalista do consumidor de mercadorias: este troglodita moderno como certa vez o definiu Carlos Heitor Cony. Mas ao egoísmo dos libertários. Como nos disse o dramaturgo Plínio Marcos, a quem tive a honra de conhecer pessoalmente, se você não possui uma individualidade enriquecida não terá nada a oferecer para o coletivo. Enriquecer a individualidade do adolescente tendo como ponto de partida o respeito à sua forma de se expressar é o primeiro passo para a construção de uma Sociedade Alternativa.

A função social da escola na ótica de um professor de Sociologia de uma escola operária portuguesa, na transição da monarquia para a república (1907-1914)

Luiz Carlos Barreira[1]

Introdução

Neste trabalho, apresentamos, de forma sucinta, algumas daquelas que consideramos serem as principais características do pensamento político-pedagógico de um renomado escolanovista português e um dos maiores difusores, além de praticante, das idéias libertárias no campo da educação e do ensino em Portugal. Estamos nos referindo ao educador Adolfo Lima, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e professor na Escola Normal Primária de Lisboa. Foi, ainda, um dos principais mentores de um modelo pedagógico alternativo ao liberal, que orientou as práticas cotidianas de diretores, professores, alunos e funcionários de uma escola, a Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, voltada para a educação de filhos de operários. Isso, no início do século XX, ou seja, pouco antes de ser proclamada a república portuguesa.

De 1907 a 1914, Adolfo Lima foi professor de Sociologia nessa escola, que pertencia à Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, uma organização de caráter maçônico e republicano, que, em 1913, passou-se a chamar Sociedade Promotora de Escolas. Fundada em 1905, a Escola Oficina N.º 1 de Lisboa esteve inicialmente voltada para a formação técnico-profissional da infância operária, oferecendo cursos de marcenaria. Entretanto, a partir de 1907, quando Adolfo Lima e outros professores anarco-sindicalistas portugueses passaram a compor o seu corpo docente, uma outra forma de educar começou a ser nela experimentada.

É sobre essa experiência que, nesta comunicação, discorreremos.[2] Os principais traços dessa nova forma de educar, que serão aqui apresentados, foram extraídos, basicamente, dos artigos publicados por Adolfo Lima na revista *Educação*[3] e da tese de doutoramento de António Candeias, que versa sobre o assunto.[4]

1. A escola em três tempos: passado, presente e futuro

Segundo Candeias, com a chegada de Adolfo Lima, Antonio Lima, Deolinda Lopes Vieira (Quartim), César Pôrto, Emílio Costa e José Carlos de Sousa, entre outros, à Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, duas correntes políticas com perspectivas diferentes no que diz respeito aos planos sócio-educativos – maçons republicanos e anarquistas – passaram a conviver em relativa harmonia. Entretanto, com o passar do tempo, o cotidiano dessa escola começou a mudar lenta e paulatinamente. Uma luta surda pela predominância dos dois modelos educativos ligados a essas duas esferas de influência política passou então a ser travada no interior da escola: de um lado, um modelo de educação liberal (similar, do ponto de vista pedagógico, aos modelos tradicionais), suportado pela ala republicana e maçônica; e, do outro, um modelo de educação "libertário", apoiado pelo corpo docente anarquista.

Ainda segundo Candeias, a Escola Oficina teria sido, nesse período, uma espécie de laboratório pedagógico do anarco-sindicalismo português, que, "muito atento à sua vida, fez dela o seu modelo de educação, através da aprovação de uma série de teses educativas, no 1.º Congresso Confederal, 4.º Nacional, da Confederação Geral dos Trabalhadores (C.G.T.), a grande central sindical dos anos 20 de tendência acentuadamente anarco-sindicalista, decorrido em Santarém no ano de 1925".[5]

Dentre as inúmeras críticas feitas por Adolfo Lima à velha escola – a escola que a recém-proclamada República portuguesa herdara do regime monárquico –, destacam-se as seguintes: a) total alheamento em relação à vida; b) transmissora de parcos e inúteis conhecimentos, posto serem eles desprovidos de utilidade prática; c) cultivadora de hábitos de dependência, uma vez que seus métodos e programas de ensino não criavam condições para que a criança pensasse por si e atuasse sozinha. Nessa escola, concluía Lima, tudo era erro, tudo era ilusão (ES, p. 163).

Ao negar a velha escola, apontando suas principais mazelas, Adolfo Lima afirmava algumas das virtudes daquela que deveria ser a sua antítese: a nova escola. Essa escola deveria ser "a imagem da vida", como as suas palavras a seguir proclamam:

> Pretende-se criar na escola um meio que seja a vida real, uma como que repetição ou cópia do que é o viver em sociedade. A escola deve ser um meio social experimental,

> reflexo da realidade, em que a criança deverá ser treinada a ver, a observar a vida, a sociedade, onde mais tarde terá de haver-se, de existir (ES, p. 163).

Entretanto, essa nova escola não deveria reproduzir certos valores e crenças, tão caros à sociedade mercantilista e competitiva (capitalista) de então. Ao contrário, deveria esmerar-se em formar homens e mulheres solidários. Para a concretização de tão ambicioso projeto e o enfrentamento dos desafios que essa concretização traria, Lima assevera:

> Ensine-se à criança a prática da vida (...); eduque-se a sua iniciativa, a sua independência, a resolver por si os problemas cotidianos de que for objeto (...) e a aplicar todos os conhecimentos adquiridos; mas não se há de fazer dela igualmente um ser perfectível e progressivo, dando-lhe, criando-lhe um ideal superior à mesquinhez da simples prática? Não se há-de fazer da escola esse meio ideal para que tendem as sociedades, em que experimentalmente as crianças pratiquem o auxílio mútuo, aprendam a pensar nos outros e a cuidar deles, a serem generosas, verdadeiras, leais, altruístas e natural e conscientemente solidárias? (ES, p. 164).

A escola nova pela qual Adolfo Lima luta não é realista, mas naturalista. E, aqui, percebe-se claramente a influência de Rousseau nas formulações político-pedagógicas do eminente educador português. Ao contrapor a escola do passado com a do presente e a do presente com a do futuro (a nova escola que os anarco-sindicalistas portugueses tanto almejavam), Adolfo Lima professa a sua crença na natureza “perfectível e social da humanidade”, como se pode perceber no texto abaixo transcrito:

> A escola do passado, a velha escola era vã, inane; estava abaixo da vida, da realidade. A que querem no presente, exigem-na exageradamente a par da vida, (...) limitada à estúpida e vil vida vegetativa em que o estômago deve predominar; é realista. Ora, a escola não deverá colocar-se acima da vida, em que a idéia e os belos sentimentos predominem sobre tal prática? Em vez de realista não deverá ser antes naturalista? Não deverá antes basear-se na natureza perfectível e social da humanidade, que não exclui a idéia do futuro e a preparação para uma outra época, para melhores tempos? (ES, p. 164).

2. Desafios a serem enfrentados na construção da escola nova

No delineamento dos contornos da nova forma de educar proposta e praticada pelos educadores anarco-sindicalistas da Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, e divulgada por Adolfo Lima na revista *Educação*, a distinção entre educação e instrução e a admissão de que ambas seriam igualmente necessárias à formação integral da criança constituem uma das principais características do modelo pedagógico por eles defendido. Reconheciam,

entretanto, as dificuldades a serem enfrentadas pelo professor-educador no desempenho dessas duas importantes tarefas: ensinar e educar.

Para eles, ensinar seria fornecer à criança "um certo e sólido capital de conhecimentos devidamente concatenado e inteligível", para que ela, fazendo uso desse conhecimento na sua vida cotidiana, pudesse compreender e discernir "as relações de causa e efeito", mas jamais fazendo dela "um simples receptáculo onde se metem cousas ao acaso" (E, p. 61).

Por sua vez, o verdadeiro ato de educar teria por objetivo "criar na criança um método de trabalho, uma orientação, uma consciência de tudo que diz e faz". O educador deveria "estimular-lhe o gosto pela actividade, desenvolver-lhe a vontade e a personalidade". Deveria, ainda, "torná-la um caráter" de modo a poder harmonizar "as suas acções com o seu pensar". Também deveria "canalizar-lhe ou desenvolver-lhe o exercício duma aptidão, duma inclinação, e, até, dum instinto, ou promover-lhe a inibição doutros instintos". E, por fim, "cultivar-lhe um ideal" (E, p. 61).

Entretanto, para poderem ensinar e educar dessa nova maneira, os educadores verdadeiramente comprometidos com a formação integral das crianças, teriam de enfrentar dois outros problemas de difícil solução: a sua precária e inadequada formação e as más influências que os adultos exerciam sobre as crianças.

Comecemos pelas más influências. Como os adultos já se encontravam de certa forma "educados", e não necessariamente de acordo com os princípios que orientavam as práticas educativas dos educadores anarco-sindicalistas da Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, eles representavam, na ótica desses educadores, um enorme obstáculo à formação das crianças. Sobre tais influências, Adolfo Lima assim se expressou:

> Ah! as pessoas crescidas! Como seria relativamente facilitada e compensadora a missão do professor, como o seu trabalho seria profícuo e eficaz, se êle só tivesse a defrontar-se com a criança!
> As pessoas crescidas são o flagelo do professor e da criança! São o fracasso de muita obra educativa. Manifestando ostensivamente todos os seus vícios, os seus erros, todos os seus preconceitos, e, sobretudo, a sua nula ou péssima educação, elas são um elemento deletério, a corrupção da influência da Escola. Os seus exemplos, o seu contacto, minam e arruínam o edifício que a educação cria em cada criança – edifício construído à custa de muita paciência, de muita dedicação, de muita boa vontade, de muito trabalho! (E, p. 61).

Por essa razão, educar, e não apenas instruir, seria uma obra extenuante e exigiria do educador aguda observação e constante atenção, para que nenhum pormenor, “o mais leve gesto, a mais insignificante contração do rosto ou das mãos da criança” fosse desprezado, de modo a perceber as causas que lhe davam prazer e as que lhe provocavam dor, e daí inferir as tendências e os temperamentos das crianças (E, p. 61).

Entra em cena a formação intelectual e moral do professor. Também o professor da escola nova, que então se constituía e se instituía pela ação cotidiana dos educadores anarco-sindicalistas da Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, deveria ser educado de acordo com os mesmos princípios que orientavam as práticas político-pedagógicas dos seus idealizadores.

O atavismo, a hereditariedade, o preconceito, o instinto, a tendência conservadora de aceitar idéias e sentimentos personificados nos adultos eram, no entender de Adolfo Lima, os principais inimigos da educação e do progresso. Para combatê-los e destruí-los, defendia a necessidade de um trabalho simultaneamente intensivo e pertinaz. Não seria em uma semana ou em alguns meses que os educadores conseguiriam inibir em uma criança “a tendência para actos que foram praticados durante séculos por uma raça” (E, p. 62). Para que tal objetivo pudesse ser atingido, uma ação convergente seria imprescindível. Nesse sentido, o educador teria de criar um ambiente, uma atmosfera em que a criança pudesse ser constantemente “solicitada a ver praticar e a praticar ela própria actos e acções atinentes ao desenvolvimento do que (...) [se quer] fazer brotar nela ou ao atrofiamento do que [se] lhe (...) [quer] estirpar” (E, p. 62).

Para que a educação pudesse ser profícua e fecunda, a criança deveria ser “colocada em circunstâncias favoráveis, num meio congruente à sua boa educação, saùdável, activo, e não puramente passivo, em que tudo que a rodeia lhe seja propício, lhe estimule e crie – e não hostilize – a necessidade da verdade e do bem e que ela só ouça e veja essa verdade e êsse bem!” (E, p. 62).

O incômodo de Lima com as más influências que os adultos estariam a exercer sobre as crianças é uma evidência, como já dito anteriormente, que denuncia a influência de Rousseau nas suas formulações teóricas sobre educação. As palavras de Lima abaixo transcritas explicitam algumas das "más influências" a que ele se refere:

> Quantas vezes uma pessoa crescida destrói com uma simples carícia, inoportuna, a obra educativa dalguns anos; quantas vezes um sorriso, de dúvida ou de desdém, uma palavra inconscientemente proferida não inutiliza o trabalho aturado dalguns anos de educação!
> (...) Suponhamos uma escola situada numa vila ou num bairro de desordeiros. Todo o esforço do corpo docente deve ser para criar um ambiente de paz, de sentimentos paternais e organizar, pelo menos na escola, um meio hostil a tudo que seja luta, combate. A preocupação predominante deve ser apagar a tendência para a agressão, as atitudes e as acções que traduzam sentimentos de combatividade, de luta, que forçosamente devem manifestar as crianças cujos pais são afamados em desordens, em violências, em rivalidades.
> (...) Imagine-se (...) surgir alguém junto à escola a ensinar jogos de luta, como o box, o do pau, etc., e imediatamente todo o trabalho educativo se perderia, seria inutilizado, despedaçado!
> (...) um espetáculo de circo, uma tourada, uma sessão animatográfica, uma parada, um cortejo cívico, a escolha dum fardamento escolar, uma sessão solene, com oradores e sem critério educativo, uma récita, uma exibição, uma formatura, uma música, pode pôr uma criança em contacto, sob a influência dalgum elemento de fôrça, ou dalguma pessoa que inutilize toda a obra educativa dum professor ou dum corpo docente amigo e apaixonado até a abnegação pela sua escola, pelos seus alunos (E, p. 63).

A caracterização das assim chamadas "más influências" a que as crianças em processo de escolarização estariam sujeitas, e que caberia à escola, de uma forma geral, e ao professor, em particular, tentar evitar, enseja algumas indagações. Dada a diversidade das "más influências" acima arroladas, como poderia o professor, ou mesmo a escola, impedir que a criança se deixasse influenciar por algumas delas? Seria possível à criança (do operariado) viver apartada do seu próprio meio? Claro está que Adolfo Lima, seus colegas e diretores da Escola Oficina não ignoravam ser esse isolamento impossível. Por que, então, tanta insistência? Estariam eles querendo interferir no cotidiano das famílias operárias? Estariam eles querendo promover uma reforma moral e intelectual da sociedade, impondo ao trabalhador urbano uma nova racionalidade, de modo a fazer com que ele se submetesse a uma nova maneira de viver e pensar, portanto, a um novo modo de vida global? Caberia à escola, por intermédio de seus professores e alunos, tal tarefa? A julgar por algumas das práticas da Escola Oficina e, também, por alguns textos de autoria de Adolfo Lima, parece que sim.

Em resposta às acusações sofridas face à posição que assumira em relação às más influências que os adultos supostamente exerciam sobre as crianças, e sobre a necessidade de livrá-las dessas influências, Adolfo Lima, categoricamente, afirma:

> Mas – dirão os *blagueurs*, *fazendo espírito* – só metendo numa redoma os meninos é que eles se livrarão das pessoas crescidas.
> Sem me rir do espírito fino da frase respondo: sim, aceito; êles devem ser subtraídos a êsse contacto deletério pela forma mais radical possível, e nomeadamente daqueles que se julgando pedagogos não passam de *pedantes* – não no sentido etimológico do termo, mas no seu sentido depreciativo (E, p. 63).

Num derradeiro lamento, como se estivesse a reconhecer, sem, no entanto, admitir a impotência da escola e particularmente do educador frente às imposições da vida cotidiana, confidencia: “Ah! As pessoas crescidas! Como seria relativamente facilitada e compensadora a missão do professor, como o seu trabalho seria profícuo e eficaz, se êle só tivesse a defrontar-se com a criança” (E, p. 63).

3. Da necessidade de conquistar os alunos: novos programas e métodos de ensino

Como todas as leis e regulamentos, os programas de ensino não são nem podem ser, segundo Lima, “diplomas impecáveis, reguladores de toda a matéria e seguindo uma norma ou critério que possa ser acessível a todas as inteligências, a todos os saberes” (PM, p. 13). Mesmo quando não resultam da ação de políticos tendenciosos, das fantasias de um ministro, ou das elucubrações teóricas de algum pesquisador de gabinete, mas da experiência concreta de professores, os programas de ensino sempre oferecem, segundo Adolfo Lima, deficiências, lacunas, saltos e inconseqüências. Mas, por quais razões? Principalmente porque, segundo ele, cada professor, “tendo sua psicologia, um cabedal de conhecimentos diferente, é levado a interpretar, a aplicar diversa e, até, erradamente toda a matéria dum programa de ensino” (PM, p. 13).

Por essas razões, um programa de ensino mal elaborado ou que estivesse em desacordo com as regras da assim chamada “boa pedagogia” poderia apresentar excelentes resultados, dependendo de quem o pusesse em prática. Por outro lado, um programa bem elaborado ou que seguisse rigorosamente as regras da “boa pedagogia” poderia resultar em monstruosidades, se quem o aplicasse não estivesse compenetrado do

seu espírito (algo bem diferente da sua letra) e tivesse outros processos de ensino, outro método (PM, p. 13).

De acordo com essa ótica, os programas de ensino, como instrumento pedagógico, pouco ou nenhum valor teriam. “Para o bom professor – diz Lima –, eles têm uma importância mínima; para o mau professor, para o professor inexperiente, eles são um tropeço e prejudiciais ao ensino, provocando-lhes erros de interpretação e de aplicação” (PM, p. 13-14). Em contrapartida, o método de ensino seria o fundamento da educação e da instrução. Para Lima, mais que o saber e a erudição, o domínio do método, pelo professor, far-se-ia condição *sine qua non* para se medir o alcance (os efeitos) da educação escolar. Para ele:

> Um professor por muito sábio e erudito que seja, por muito rigoroso que seja na aplicação dum programa o mais perfeitamente baseado e organizado na ciência pedagógica, se não tiver método, será um mau professor, não ensinará nada proveitoso e duradouro aos seus infelizes discípulos. Pelo contrário, um professor modesto, de saber limitado, mas sólido, não tendo a pretensão dum enciclopedista e tendo ao seu dispor um péssimo programa (...) ele pode fazer prodígios de educação e dar aos seus alunos uma firme, resistente e sã ilustração, se tiver método de ensino, digno deste nome (PM, p. 14).

O horror que a escola estaria causando em muitas crianças, seja por ministrar-lhes aulas desinteressantes e enfadonhas, seja por estar exigindo-lhes estudos que freqüentemente as aborrecem, porque alheios ou muito distantes da realidade por elas vivida, também estaria sendo determinado, segundo Adolfo Lima, “por haver programa a mais e método a menos” na escola. “O professor deve ser um educador do cérebro e deve criar nos seus discípulos o gosto pela matéria da aula, tornando atraentes os assuntos que trata e fazendo com que os alunos se entusiasmem e sintam necessidade de saber”, assevera Adolfo Lima (PM, p. 14).

A maneira como o professor introduzia a criança no universo de conhecimento das disciplinas que ministrava evidenciava, segundo Lima, uma aceitação pouco ou nada crítica do professor às prescrições dos programas de ensino, que determinavam que o início das atividades, em qualquer disciplina, deveria começar “pelos preliminares, pela nomenclatura que são sempre enfastiadores (sic), aborrecidos, despidos de interesse para as crianças e

que as indispõem logo contra a ciência e o professor, sendo considerados tanto uma como o outro seus inimigos" (PM, p. 14).

De que forma, então, o professor, empenhado em cumprir bem essa sua "missão" de criar no aluno o gosto pela ciência, deveria agir? Para Adolfo Lima, ele deveria:

> (...) saltar por cima do programa e começar por onde se lhe afigurar ser mais cativante para a criança, de modo a conquistá-la, a ganhar-lhe a atenção, o interesse. (...) Uma vez, porém, alcançada a desejada atenção, despertado o interesse e criado o gosto pela matéria da aula, então o professor poderá habilmente partir desse ponto em que conquistou os seus alunos para os fundamentos, os preliminares tendo o cuidado de os ensinar como incidente, como a-propósito (PM, p. 14).

Conquistar a criança para a ciência, era o grande desafio feito pelas pedagogias modernas a todos os professores interessados em cumprir sua "missão". O mundo moderno estaria a exigir deles mudanças radicais em seus modos de ver, pensar e agir. Era preciso fazer com que a escola passasse a se organizar com base em outros fundamentos científicos e outras finalidades sociais. A falência da velha escola fora declarada. A pedagogia "tradicional" já não mais servia, posto não se preocupar com a educação integral do ser humano, mas apenas com o cultivo do seu intelecto. O emprego de métodos e processos de ensino que estivessem em sintonia com os avanços da ciência, especialmente da pedagogia e da pedologia, passou a ser então postulado. A nova escola deveria passar a observar outros critérios de organização, que não os da velha escola, fundados em uma nova orientação pedagógica e social.

Considerações finais

Nas práticas educativas da Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, vislumbradas por intermédio da análise que fizemos dos artigos que Adolfo Lima fez publicar na revista *Educação*, percebe-se, como se viu, uma clara influência das "modernas teorias pedagógicas" que circulavam pela Europa àquela altura. Essas práticas denunciam uma escola ativa, ou seja, uma escola com uma proposta pedagógica de educação integral do ser humano. Uma educação que procura romper com a histórica separação entre teoria e prática, entre braços e intelecto. E, principalmente, uma educação voltada para a solidariedade. Esta última foi, sem dúvida alguma, a pedra de toque do modelo pedagógico

produzido pelos sujeitos que ajudaram a fazer a história de uma escola para filhos de operários.

---

[1] Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

[2] Trata-se de uma primeira aproximação em relação ao tema, que vem sendo explorado como parte de um projeto de pesquisa que o autor desta comunicação vem desenvolvendo com outros colegas pesquisadores, brasileiros e portugueses, em convênio de cooperação internacional firmado entre Brasil e Portugal. O projeto intitula-se "A história da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais" e é coordenado, no Brasil, pela Professora Doutora Marta Maria Chagas de Carvalho, da Universidade de São Paulo, e, em Portugal, pelo Professor Doutor Joaquim António Pintassilgo, da Universidade de Lisboa.

[3] Trata-se de uma revista quinzenal de Pedagogia, editada pela Sociedade Promotora de Escolas, a mesma sociedade que, em 1905, fundou a Escola Oficina N.º 1 de Lisboa. Destinada aos professores das escolas primárias portuguesas, essa revista teve um curto ciclo de vida, pois circulou por apenas um ano: de janeiro a dezembro de 1913. Os artigos que Adolfo Lima publicou nessa revista e que aqui dão sustentação às nossas análises foram os seguintes: (a) Educação social. *Educação – Revista Quinzenal de Pedagogia*, Lisboa, n.º 14, 1ª Série, 1º Ano, p. 163-164, 31 de Julho de 1913 (referenciado, neste texto, pelas letras "EE"); (b) Educar. *Educação – Revista Quinzenal de Pedagogia*, Lisboa, n.º 6, 1ª Série, 1º Ano, p. 61-63, 31 de Março de 1913 (referenciado, neste texto, pela letra "E"); e (c) Programas e métodos. *Educação – Revista Quinzenal de Pedagogia*. Lisboa, n.º 2, 1ª Série, 1º Ano, p. 13-14, 31 de Janeiro de 1913 (referenciado, neste texto, pelas letras "PM").

[4] Essa tese foi defendida na Universidade do Porto e publicada pelo Instituto de Inovação Educacional de Lisboa. As referências que dela aqui fazemos foram extraídas da versão publicada. Cf. António CANDEIAS. *Educar de outra forma: a Escola Oficina nº 1 de Lisboa, 1905-1930*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1994.

[5] António CANDEIAS, *op. cit.*, p. 29. As teses educativas referidas por Candeias foram publicadas nos n.ºs 2.057 (16 de agosto de 1925), 2.058 (18 de agosto de 1925), 2.059 (19 de agosto de 1925) e 2.096 (30 de setembro de 1925) do jornal *A Batalha*.

Estratégias de atualização e representação sindical: 60 anos do SINERGIA-Espírito Santo

Luiz Cláudio Ribeiro

O Sindicato dos Operários e Empregados da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica surgiu em Vitória em 12 de junho de 1931 com base no Dec. 19.770/31 para congregar pessoal de telefonia, bondes e lanchas e de eletricidade da CCBFE, liderados por Rodrigo de Sá Cavalcante, funcionário da contabilidade da Companhia.[1] Após 4 dias, os 66 a assembléia geral elegeram Athanagildo de Araújo, militante do Centro Operário de Cachoeiro de Itapemirim, para presidir o *Sindicato da Central Brasileira* e levá-lo ao reconhecimento no Ministério do Trabalho, de acordo com aquela lei.[2]

Logo a conflituosa conjuntura daqueles anos *pós-Crash de 1929* tornaria o Sindicato num ator político de primeira linha, a exemplo do ocorrido em 1934 quando eclodiram as greves de operários orientados pela Aliança Nacional Libertadora visando melhoria salarial.[3] Foi como desdobramentos desse cenário político e ideológico que surgiu o Estado Novo e a Constituição de 37, dando margem para atrelar a estrutura sindical ao Estado. No rastro dessa orientação jurídica o Decreto-Lei nº 1.402/39 de Vargas deu início ao desmantelamento do que ainda restava da autonomia do movimento sindical impondo a criação de entidades por categorias profissionais de âmbito regional ou estadual. Para Weffort tal artifício legal no período 43-45 tinha sentido pois

> *Embora já começassem a surgir os sinais da crise de poder que deverão levar à sua bancarrota, Vargas prefere intensificar a propaganda junto às massas populares a eliminar quaisquer restrições que pesassem sobre as organizações sindicais. (...) Nestas circunstâncias, parece evidente que os sindicatos no período da ditadura não poderiam ser mais que um fenômeno de ordem legal. Na melhor das hipóteses, um fenômeno de ordem administrativa e assistencial.*[4]

Valendo-se novamente de Sá Cavalcante, a DRT indicou-o para ajustar a entidade dos eletricitários da CCBFE à nova legislação, o que se deu em 15 de março de 1941 como a criação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidroelétrica, e providenciar imediatamente seu processo de transformação em sindicato. Esta organização agregava apenas os profissionais eletricitários, inclusive os de empresas públicas e de empresas de economia mista de serviços de eletricidade.[5] Tamanha era a ingerência do DRT que, via de regra, as reuniões do sindicato com as empresas eram presididas pelo delegado regional do trabalho, Benjamin Malcher de Sousa.[6]

Todavia, quando a estabilidade no emprego ainda não era uma conquista definitiva para os dirigentes sindicais, a entidade se desagregou devido à demissão, em fevereiro de 1942, do novo presidente, Manoel Soares, que renunciou à diretoria da Associação[7]. Mais uma vez Sá Cavalcante foi convocado pela DRT para reorganizar o Sindicato e assumir sua presidência. Assim, a gestão cuidou logo de providenciar o processo de reconhecimento da entidade, o que ocorreu em 27 de janeiro de 1945, passando a chamar-se Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Hidroelétrica no Estado do Espírito Santo.

Entretanto, como este reconhecimento já ocorria nos estertores do Estado Novo, quando a movimentação das lideranças sindicalistas se somou à pressão popular pela normalidade democrática no país, a estrutura partidária foi articulada para organizar comitês *queremistas*, ou seja, a retomada ao estado de direito do país ainda sob a batuta de Vargas.[8] Assim, foi o fim do Estado Novo e a precipitação da candidatura de Eurico Dutra à presidência em 1945, que promoveram a composição partidária PSD-PTB que orientou a atuação das diretorias do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hidroelétrica no Estado do Espírito Santo pelas duas décadas seguintes.

No Espírito Santo, o Sindicato liderava a campanha contra a CCBFE, acusada pela população de praticar tarifas abusivas que apertavam-lhe o cinturão do custo de vida. Mas foi na luta por reajustes salariais que as diretorias mais se empenharam, visto que no governo

Dutra (1946-1950) os salários foram congelados por tempo indeterminado. Por isso, entre 1945-51 o Sindicato impetrou 3 ações judiciais de acordo salarial contra a CCBFE em que reclamou dos preços dos gêneros de primeira necessidade e da alta geral do custo de vida do período da Guerra, cuja média girava em torno de 170%.[9]

Também as notícias de que a CCBFE obtinha lucros crescentes repatriados para os Estados Unidos da América fazia aumentar o descontentamento do Sindicato, tornando-o uma das entidades líderes da campanha nacionalista que propunha a encampação das concessionárias estrangeiras que atuavam nos serviços públicos no Brasil.

Em janeiro de 1951, Rodrigo Cavalcante passou a presidência ao seu companheiro Zózimo do Nascimento, mas permaneceu em colaboração com a diretoria; juntos figuravam entre as principais lideranças sindicais capixabas.[10] Uma idéia da insatisfação dos eletricitários com a CCBFE é informada por Zózimo, quando refere o atraso no julgamento de um recurso que ficara pendente de informação estatística do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho:

> *O pessoal está impaciente, mas disciplinado, aguardando a solução final.Penso, no entanto, caso a decisão do TST não seja favorável, irá haver barulho na colméia.*[11]

O prestígio político de Zózimo Nascimento projetava-se na articulação em nível nacional. Isso foi manifesto na participação do Sindees como proponente e representante do Espírito Santo na criação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Leste e Sul do Brasil, uma entidade de segundo grau (Art. 577 da CLT) com base territorial na Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do território capixaba. Após ser criada em 5 de fevereiro de 1952 por ato do ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, Segadas Vianna, a federação – tendo Zózimo Nascimento em sua primeira diretoria - estendeu sua atuação para todo o território brasileiro e

transformou-se na Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, em 19 de outubro de 1955.[12]

Ao mesmo tempo, a organização dos trabalhadores e o debate desenvolvimentista prosseguiram num movimento da sociedade capixaba em torno do abastecimento de energia que fez a Assembléia Legislativa votar a Lei nº 527/51 que criava o Plano de Valorização Econômica do Estado, proposto pelo Governo Jones, um dos primeiros planejamentos estaduais do país. O Plano previa a construção de diversas usinas hidrelétricas e a criação da empresa pública Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A para cuidar da construção de usinas no Espírito Santo e racionalizar o sistema vigente através da encampação gradativa das pequenas empresas locais e do concessionário estrangeiro, como de fato ocorreu.[13]

E foi neste contexto que foi promulgada a Lei 755, de 7 de dezembro de 1953, permitindo a constituição da ESCELSA Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, uma empresa de economia mista de energia elétrica controlada pelo governo do Estado, criada em 1956.

Enquanto isso, no Sindees, a diretoria atuava de acordo com a turbulência política do Segundo Governo Vargas, que renovava a cada momento o fervor e o estímulo dos trabalhadores na luta por salários que acompanhassem o ritmo da elevação do custo de vida no Brasil. Vargas, em 1º de maio de 1954, respaldou-se em base sindical e decretou um aumento de 100% no salário mínimo gerando o “racha” do governo que culminou com a demissão de Goulart e, posteriormente, serviu de ingrediente à crise política que o levou ao suicídio.

No Espírito Santo, o debate sobre os aumentos o custo de vida era cada vez mais intenso, enquanto as reivindicações do Sindicato à CCBFE eram acrescidas de itens como plano de carreira, distinção de antigüidade e abono-natal – e se prolongariam por toda a década de 1950 rompeu a década seguinte com a organização de um boicote popular ao pagamento das contas de energia com o apoio de piquetes e carros de sonorização nas portas da agência de recebimento da Companhia na praça Costa Pereira, apoio da Igreja Católica e das

autoridades e a recusa dos bancos em receber as contas da empresa, o que resultou na redução das tarifas da CCBFE.

Mantendo-se no controle político do Sindees desde 1931, a partir de 1963 as eleições sindicais não mais se dariam sem que houvesse confronto entre chapas concorrentes. Na disputa pela sucessão de Zózimo/Cavalcante, outras duas chapas se apresentaram e, finda a apuração, Adir Baracho conseguia derrotar o grupo hegemônico rompendo provisoriamente

> *[...] um ciclo de sucessivos presidentes cuja atuação política se pautara no mesmo campo sindical [...].Sua gestão inaugura uma nova relação entre o sindicato e as empresas, ou seja, materializa o lema petebista de conciliação entre capital e trabalho. Altera também a relação da direção com a base, quando assume uma postura presidencialista de concentrar as decisões na diretoria. Mas, sua postura nas assembléias da categoria é do político que abre espaço para a participação e no final encaminha suas propostas.*[14]

De fato, Baracho seria criticado pela oposição por assinar acordos salariais cujos aumentos não cobriam os constantes aumentos do custo de vida. Porém, em meados de 1964, o curto espaço ainda existente para a negociação não mais se daria pois o país mergulhara numa trajetória de 21 anos de autoritarismo cívico-militar. No caso do setor elétrico, a situação se agravou pois em novembro de 1964, Castelo Branco assinou a compra da CCBFE junto de todas as empresas da Amforp no Brasil e as incorporou ao patrimônio da Eletrobrás.

Porém, ao livrar o Sindees da concessionária estrangeira, gradativamente a ditadura minou o espaço dos 2 grupos dirigentes e induziu o controle das entidades às lideranças *pelegas*, materializando aí seu descompromisso com as *reformas de base* que abririam espaço para políticas redistributivas de renda e para a reforma agrária, bandeiras que demarcaram o campo político de *Jango* e das lideranças petebistas capixabas. Desta forma, entre 1964 e 1987, a gestão do Sindees ficou sob controle do grupo de Airton Bianchi, que utilizou o Sindicato para mediar a relação entre o Estado autoritário e os eletricitários.

Neste período ampliou-se a prática assistencialista e previdenciária através da prestação de serviços médico-odontológicos, empréstimos pessoais, serviço de ambulâncias, bolsas de estudos, cursos de alfabetização, de datilografia e outros benefícios sociais que, na verdade, visavam fixar o *carisma* de Bianchi e esvaziar o conteúdo político e ideológico da relação capital-trabalho na medida em que as diretorias apresentavam acordos coletivos previamente formulados cuja assembléia era manipulada a aprovar. Com tal expediente, Bianchi manteve-se no poder. Tamanha influência política simplesmente sufocava as chapas concorrentes pois a cada mandato as finanças do Sindicato eram sacrificadas à custo de novas aquisições, como a de um gabinete odontológico na Delegacia Sindical de Cachoeiro de Itapemirim.[15] Tais estratégias perduraram até o seu último mandato (1978-1980).

A oposição surgiu como força política organizada no Sindees no final dos anos 70, acompanhando uma tendência da esquerda brasileira, que passou a pressionar abertamente o regime em movimentos como o da anistia, além da denúncia ao *peleguismo*. Nesta época, os trabalhadores brasileiros retornaram à cena política através das greves no ABC paulista, e depois organizaram o Partido dos Trabalhadores. O *novo sindicalismo* forçou uma distensão do controle sobre os sindicatos:

> *As novas lideranças entram nos sindicatos com o objetivo de transformá-lo por dentro da estrutura oficial, atuam no sentido de romper com as anacrônicas práticas de imobilismo, assistencialismo e recolhimento do imposto sindical; criam instâncias de organização que não são reconhecidas legalmente mas que atuam de fato, como a CUT, as Intersindicai e os fundos de greve. O nascimento da Central Única representa a mais importante conquista dos trabalhadores do Brasil daquele momento.*[16]

A primeira reação contra o grupo de Bianchi veio do Grupo Energia, vinculado à CUT nacional e ao PT, e organizado para delinear estratégias para disputar as eleições no Sindicato. A crítica a Bianchi pode ser definida no comentário de um associado:

O Sindicato necessita de uma diretoria que atue em benefício dos trabalhadores. Ao contrário do que ocorre com a atual, cujo presidente está atrelado às decisões patronais, criando desinteresse, por parte dos associados, nas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Atualmente, quando da realização de assembléias, comparece uma média de 30 pessoas, dos 1700 associados. O Sindicato tem se resumido à prestação de assistência médica.[17]

Através do Sindees, o Energia conquistaria uma nova base para a Comissão Regional do PT de onde obteria apoios à conquista das entidades de trabalhadores e à organização dos movimentos populares.[18] Por isso, no manifesto *A solidariedade se faz na luta*, em que apontava as mazelas dos trabalhadores, estes eram convocados aos comitês de solidariedade e a estruturarem uma ação conjunta pela *justas lutas dos trabalhadores*.[19]

Porém, derrotar Bianchi não era empresa fácil. No primeiro embate eleitoral surgiram boatos em desfavor da Chapa 2 que exploravam a inexperiência do pessoal envolvido - *seus membros não tem vivência sindical* – e incutia nos eleitores que a oposição daria fim à estrutura de cobertura à saúde e demitiria os médicos e dentistas do Sindicato, entre outras acusações sobre *condições morais para assumir o Sindicato.*[20] Porém, mesmo derrotada pelo candidato de Bianchi, Gabriel Leônidas, a oposição de esquerda consolido-se na base e a eleição serviu para legitimá-la na luta da categoria abrindo espaço para se fazer cada vez mais presente nas assembléias como grupo formalmente constituído. A estratégia era promover uma mobilização crítica dos associados implicando na construção de um movimento sindical dinâmico e político frente à inflação elevada e à instabilidade política. Para este fim foi organizado o boletim informativo Energia.

Mas o embate interno entre as duas correntes continuava acirrado. Ainda em 1985 acaloraram-se os debates sobre a redemocratização nacional já que o regime militar dava seus últimos suspiros, e um novo presidente foi eleito. Contudo, Tancredo veio a falecer e José Sarney assumiu a presidência da República. Dentro do Sindicato os debates acirraram-se ainda

mais em 1986, preparando a disputa das próximas eleições sindicais. Contudo, o tom de oposição pouco depois ecoaria além do Sindicato quanto a luta engajada da esquerda passaria a pautar a articulação partidária em torno dos interesses de classe nos debates da nova constituição iniciados em 1986. Finda a transição, o grupo de Bianchi estava derrotado.

O período que se seguiu, de controle cutista entre 1987 até 2005, por sua vez, veio consagrar o êxito do grupo Energia com uma permanência no poder que já repete em duração os períodos anteriores. A começar pela eleição de Baiôco, o Sindees (atual Sinergia-ES) permaneceu fiel à defesa da empresa pública, sobretudo da Escelsa: quando o governo anunciou a privatização da empresa, o Sindicato foi para as ruas protestar.

Finalmente, a condução *cutista* no Sinergia-ES recompôs-se uma vez mais nos *anos FHC* para enfrentar a nova – e dura – realidade das demissões em massa, do leilão da Escelsa, da terceirização dos seus serviços entre mais de 10 empresas subempreiteiras. Por fim, a atual terceira gestão Pigatti, não por acaso presidente da Cut-ES, vem encarando com realismo crítico a conjuntura pós-privatização da Escelsa e a derivação da matriz energética do país para o gás natural, entre outras formas de energia renovável para permanecer em condições de formular politicamente pelo interesse de seus novos e dispersos representados diante dos desafios à organização trabalhadora trazidos pela modernidade tecnológica e pela nova dinâmica da acumulação de capitais no país.

---

[1] Sinergia-ES. *Relatório do Projeto de Resgate Histórico do Sindicato dos Eletricitários do Espírito Santo*. Vitória: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Est. do Espírito Santo, 1992. p. 191.
[2] BANCÁRIOS 60 ANOS DE HISTÓRIA: 1934-1994. Vitória: Sind. dos Bancários do ES, 1995. p.33.
[3] Idem.
[4] WEFFORT, Francisco C. *Sindicalismo e política*. SP: USP, 1972 (mimeo). Cap. II, p. 6. Apud LOYOLA, Maria A. *Os sindicatos e o PTB*. Estudo de caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980., p. 57.
[5] RELATÓRIO GERAL [de fim de mandato de Rodrigo Cavalcante]. Vitória: fev-1951. Arquivo Sinergia-ES.
[6] BANCÁRIOS… Op. Cit. p. 38.
[7] Ofício nº 1/42 de 31 de Fevereiro de 1942. Arquivo Sinergia – ES.
[8] GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo.* 2 ed. RJ: Relume Dumará, 1994. p. 146. passim.
[9] Ata da Assembléia Geral realizada em 17 de setembro de 1945. Arquivo Sinergia-ES.
[10] Edital de 04 de janeiro de 1951.Arquivo Sinergia-ES.
[11] Carta de Zózimo do Nascimento ao Dr. Heitor de Menêzes Côrtes de 12 de junho de 1951. Arquivo Sinergia-ES.
[12] Cf. Carta de Reconhecimento da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Leste e Sul do Brasil, expedida em 5 de janeiro de 1952.
[13] RIBEIRO, Luiz Cláudio M. O casamento das elétricas capixabas**.** Um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (1951-1968). Niterói: tese (doutorado em História Econômica/ICHF/UFF), 2003.

[14] Sinergia-ES., op. cit.
[15] Ata da Sessão Solene de 8 de janeiro de 1977. Arquivo Sinergia-ES.
[16] SAMPAIO, Maria Margarida B. *Da Privatização ao Apagão*. Florianópolis: Insular, 2001. p. 104.
[17] Jornal Povo, 13 de dezembro de 1980.
[18] Boletim Informativo do PT. n.1, novembro de 1980.
[19] PT. *A Solidariedade se faz presente na luta*. Comissão Provisória do PT. Vitória, 28 de novembro de 1980.
[20] Panfleto Chapa 2 Esclarece, 1980.

Nota Breve sobre a beligerância e a acumulação no Império Norte-americano

Luiz Eduardo Simões de Souza[i]

1. Neste início de século XXI, os EUA consolidam-se como potência una, inconteste e sobrevivente da "Guerra Fria". Não sem algumas escaras significativas em sua economia, das quais apenas o tempo irá informar a profundidade.

2. Num primeiro ciclo do capital industrial, entre 1990 e 2003, alguns padrões de rodadas anteriores parecem ter-se repetido: a espoliação da periferia, o sustento de grandes massas de consumo e investimento governamentais a garantir, a uma taxa observada de acumulação, o crescimento do produto.

3. Por outro lado, notam-se algumas diferenças no efeito dos gastos militares sobre o crescimento do produto. Se em outros períodos da história econômica dos EUA, a produção e venda de armamentos contribuía positivamente para o crescimento econômico, na última década, a retomada desse expediente da parte dos norte-americanos não obteve o mesmo resultado.

4. Os gastos públicos com a defesa sempre foram um importante componente do produto dos EUA, desde o início do século XX. Com a Guerra do Iraque (1991 – 1993) , retomou-se um ciclo de crescimento econômico que

marcava-se pela extenuação da *Reaganomics*, De acordo com o gráfico 01, a taxa de crescimento do produto norte-americano parece ter sido premida para baixo pela queda dos gastos públicos não-militares – um traço das administrações norte-americanas após 1979, e sua subseqüente ultrapassagem pelos gastos militares. As administrações Bush (1988 – 1992) e Clinton (1993 – 2000), em menor escala, parecem ter reduzido, gradativamente, as taxas de crescimento do volume de gastos públicos não-militares, compensando-os por um gasto militar crescente, por quase toda a década de 1990 (gráfico 01).

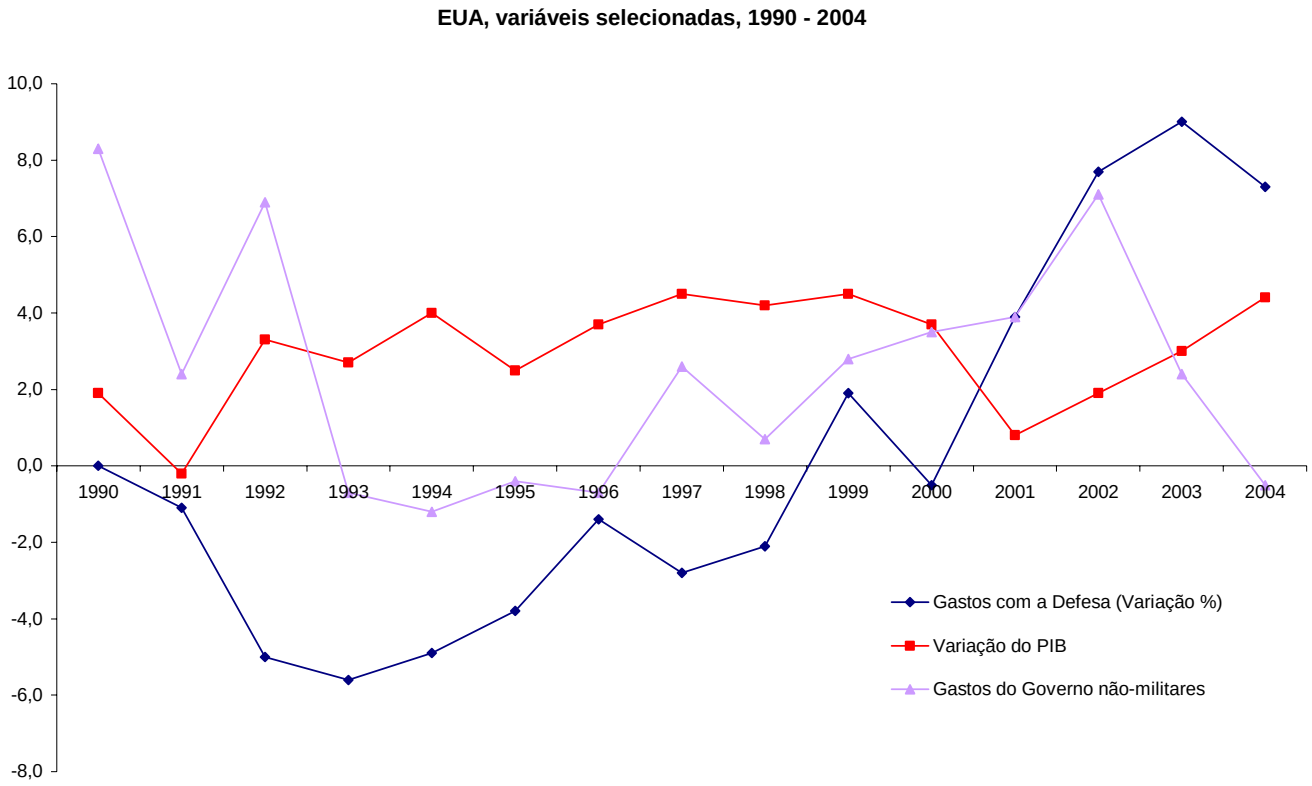

Fonte: National Statistics Bureau, EUA.

5. Visto como um todo, esse crescimento da economia dos EUA, ainda que significativo, encontra-se aquém da tendência histórica, o que indica tanto uma queda da produtividade do trabalho e um aumento do desemprego.

6. Daí deriva-se uma nova dinâmica da beligerância, em que a parcela destinada ao uso militar torna-se, ao mesmo tempo, parte da destruição de estoques de capital que eventualmente pressionam os preços reais para baixo, e também parte da capacidade de consumo dessa economia.

7. O aumento do déficit público em razão do produto tende a tornar-se um problema mais grave a longo prazo, posto que o atual mecanismo de financiamento do déficit público dos EUA via mecanismos de financeirização do capital em economias periféricas consiste em um estratagema de eficácia apenas temporária, já que estas economias apresentam elas mesmas problemas crônicos de manutenção do equilíbrio de suas contas, mesmo com a ampla liquidação de ativos públicos apregoada pela extensão das políticas do "Consenso de Washington" a estes países na última década. O volume de ativos imobilizados no setor público dessas economias é finito.

8. Por outro lado, a liquidação de estoques de capital consubstanciado na forma de armamentos não parece ter apresentado o mesmo efeito de outras ocasiões na economia estadunidense. Calculada, a elasticidade dos gastos públicos não-militares permanece bastante próxima da do período 1930 – 1980. Em compensação, a alta elasticidade do crescimento do produto sobre o crescimento dos gastos militares realizados – uma das bases do crescimento econômico dos EUA no século XX – caiu drasticamente na década de 1990, chegando a perder significância estatística na composição deste, fato que não impediu o crescimento da escala de gastos militares, como efeito da maior influência da indústria bélica sobre as decisões de política econômica do país,

sobretudo após os eventos de 11/09/2001. Até o momento, o império norte-americano parece estar decidindo-se pela via militar, garantindo pela força as vantagens econômicas que lhe deram o desenvolvimento do último século e o papel de maior potência hodierna. Se se trata da decisão mais acertada, o dirá o tempo.

Bibliografia

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX.** São Paulo , Unesp, 1996.

ARRIGHI, G e SILVER, B. (orgs.) **Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial.** Rio de Janeiro, Contraponto-UFRJ, 1999.

CHOMSKY, N. **Contendo a Democracia.** São Paulo, Record, 2003.

HIRST, P. e THOMPSON, R. **Globalização em Questão.** São Paulo, Vozes, 1994.

HOBSBAWM, E. **Sobre História,** São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 - 1991**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

IANNI, O **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

POLLARD, S. **The International Economy since 1945.** London: Routledge, 1997.

WORLD BANK, **Annual Report,** vários anos.

[i] Mestre em História Econômica – FFLCH – USP. Doutorando em História Econômica – FFLCH – USP. Professor das FICS - SP

Raízes de um pensamento autoritário: possibilidades metodológicas em um estudo de Golbery do Couto e Silva

Luiz Felipe Cezar Mundim[1]

Identificar, caracterizar e contextualizar o pensamento de Golbery é uma tarefa que já foi realizada satisfatoriamente. As referências são os vários trabalhos que podem ser encontrados em autores na história política – onde, de forma geral, este intelectual é observado a partir da matriz de suas idéias (reconhecida na Doutrina de Segurança Nacional - DSN), e da sua atuação conspiratória e política, antes e durante o regime militar – e em alguns poucos na história intelectual – onde os estudos se voltam à análise do cerne ideológico a que este autor se insere e a incursões interpretativas pelos seus textos[2]. Não são esses os objetivos deste trabalho. Reconhecidas todas essas contribuições, a motivação desta breve apresentação – que chamo de exercício metodológico – é, ao fazer emergir a linha de pensamento em que Golbery se fixa e fundamenta suas idéias, inseri-lo num campo material – institucional – específico, que dá a forma prática para sua teoria.

Não se trata, tampouco, de extrair do texto de Golbery os autores que o influenciam, ligando mecanicamente suas idéias a possíveis e determinadas origens[3]. O que está em questão é extrair, das composições desses autores mesmo – reconhecidos os limites naturais deste tipo de abordagem –, o pensamento ulterior que possibilitou a fundamentação e legitimação das idéias de Golbery. É, portanto, definir os processos de apropriação simbólica num campo intelectual conservador e autoritário brasileiro específico; perceber, a partir disso, na própria produção ideológica as maneiras homólogas aos interesses de classe. Esta é uma posição a se firmar neste estudo porque o que tenho em vista é a particularidade do lugar em que é produzido o projeto teórico de Golbery. O objetivo é fornecer os elementos necessários para apontar, nesta relação (instituição-intelectual), a composição de um sistema simbólico que se pretende hegemônico ao levar adiante a autoconsciência de uma missão de salvação nacional.

O ponto em que se firma o estudo é a localização de um fenômeno específico no campo de produção ideológica no Brasil que, principalmente a partir da década de 1940, se destaca na intermediação da prática institucional. As instituições de altos estudos, como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto Superior de Estudos do Brasil (ISEB) e a Fundação Joaquim Nabuco e também algumas instituições partidárias, como o PCB, serviram aos intelectuais brasileiros meios práticos – e com grandes possibilidades de abrangência – aos seus projetos teóricos. O que se destaca em relação aos intelectuais nesse período, tivessem eles pensamentos que se identificassem na direita ou na esquerda política, é a ligação que seus trabalhos têm com um formato de projeto para uma ação futura; e em instituições, como as que me referi, estava o único meio que tornava possível a fecundação e circulação de suas idéias.

Relacionar esse quadro institucional com o campo intelectual, de forma a estabelecer uma ligação dos intelectuais com determinadas frações de classe, no entanto, não ocorre de forma mecânica, em que se aponta um puro posicionamento social ou que se indica o sentimento de pertencimento a essa classe. É uma ligação que se caracteriza pela representatividade que o intelectual assume, por meio de suas idéias e de seu trabalho teórico, frente a uma classe dentro de sua realidade econômica e social – esteja o intelectual consciente ou não desta afiguração[4]. É necessário, ainda, atentar ao fato de que dentro da classe dominante existem diversas frações dominantes, que "lutam pela legitimidade de sua dominação quer por meio de sua própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores"[5]. Esta reflexão fornece os elementos que permitem perceber, nos projetos teóricos dos intelectuais da ESG e em suas práticas políticas, um projeto de fração de classe que se pretende hegemônica. Considero importante a utilização desta operação conceitual para que seja possível entender as Forças Armadas como *organizações*, conforme Edmundo Campos Coelho atenta[6]. Observar em Golbery esse esforço pela legitimação de uma determinada visão de mundo, mediante a ESG, denuncia a articulação ideológica das Forças Armadas, que na busca de autonomia produzem seu próprio sistema simbólico que tende a constituir-se em poder e influência política na forma autoritária.

Para elucidar melhor os mecanismos dessa relação, a genealogia ideológica do pensamento de Golbery se estabelece como ponto de reflexão sobre uma linha de idéias, que se desenvolve nas Forças Armadas, desde Góes Monteiro até a ESG, com Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery. E se este ponto abre espaço, também, para a compreensão do que Golbery entende como "verdadeiras elites" – a ser entendida aqui como uma fração de classe –, consegue-se avançar com o conhecimento acerca do pensamento autoritário e conservador no Brasil. Procurar compreender melhor esta forma de pensamento autoritário tem o objetivo tão somente de escapar das fáceis armadilhas de um reducionismo maniqueísta, o que não exclui o combate a esse sistema simbólico. Pelo contrário, a crítica pode ser mais bem encaminhada desta forma, reconhecendo que as idéias em questão estão dotadas de uma lógica e por nada estão excluídas de uma possível rearticulação e novo respaldo na sociedade (isso sem levar em conta a herança autoritária do regime militar).

Esta tarefa está sintetizada, aqui, através de uma breve menção aos fundamentos geopolíticos, históricos e políticos que se formaram com a contribuição de determinados autores – em Golbery esses fundamentos se relacionam e dão a forma de uma visão de mundo, e de um projeto nacional para prática efetiva. Quanto à geopolítica, em seu desenvolvimento enquanto ciência, seus principais autores se localizam no final do século XIX e primeira metade do século XX. Seu surgimento teria como função a de servir como instrumento estratégico aos Estados. A criação desta ciência está associada à expansão dos países que se inseriam em um novo imperialismo (*neocolonialismo*), num momento particular do desenvolvimento do capitalismo, de busca desenfreada por novos mercados para o capital em franco crescimento. A geopolítica surge como ferramenta a este Estado para a formulação da política estratégica nacional, com um campo de atuação definido, se voltando somente ao estudo do espaço geográfico e suas implicações na construção de uma política visando, principalmente, fins estratégicos.

Seguindo a geografia política de Ratzel, Rudolf Kjéllen seria o pioneiro da geopolítica, concebendo-a como ramo da ciência política dedicada à elaboração de teorias estratégicas

norteadoras da atuação do Estado a partir das suas relações com o território. Sua teoria se caracteriza pelo tratamento organicista dado ao Estado, concebendo-o como um organismo vivo, determinado por leis vitais equiparáveis a um ser biológico, apresentando etapas como o nascimento, crescimento, desenvolvimento e a senilidade. A linha deste pensamento, própria do desenvolvimento de um certo tipo de historicismo, se completa na filosofia da história presente em Oswald Spengler, e em certa medida em Arnold Toynbee, que permeada pela idéia de decadência da civilização ocidental encontra forte apelo ideológico em determinadas organizações políticas e na composição de estratégias de algumas nações durante o século XX.

Em contraposição à escola geopolítica determinista de base organicista – que pode ser identificada em Ratzel, Kjéllen, Haushoffer, Mackinder, Mahan[7] –, a escola francesa possibilista, com destaque para autores como Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Camille Vallaux[8] firmava-se na premissa de que o homem compõe o principal elemento da natureza a ser levado em conta nas análises geopolíticas, em detrimento do fator unicamente espacial e territorial. Em La Blache a geografia poderia facilitar, mas não determinar a ação do homem, podendo propiciar recursos e fornecer elementos, viabilizando um melhor aproveitamento das potencialidades do território.

No Brasil os estudos geopolíticos se desenvolveram principalmente dentro das Forças Armadas e de entidades ligadas a órgãos de planejamento e das que tratam da geografia nacional, como os Institutos Históricos e Geográficos e os de Geografia e Estatística. A geopolítica passou por fases delimitadas no Brasil até ter em Golbery um momento específico, que seria marcado pelo clima de guerra fria. Nas décadas de 1920 e 1930 que surgiriam os primeiros estudos que dariam o formato a essa disciplina no Brasil, seguindo os autores Ratzel e Kjéllen. O pioneirismo desta sistematização seria atribuído a Everardo Backheuser (ainda que, segundo Miyamoto, Elyseo de Carvalho já em 1921 faria pela primeira vez menção à importância da geopolítica como fundamental aos rumos do Brasil)[9], se firmando como um dos principais estudiosos da geopolítica no Brasil, sendo determinante para os trabalhos que viriam a surgir, em especial os do General Golbery, que em seus textos e

esquemas tratando da elaboração de um estudo geopolítico do Brasil não pouparia menções a este autor. Backheuser buscaria realizar suas análises transpondo as teorias de Ratzel e Kjéllen à realidade territorial e espacial brasileira, indicando de imediato uma preocupação em atribuir aos estudos geográficos uma perspectiva mais política.

Neste grupo pioneiro da geopolítica no Brasil se encontra o autor Delgado de Carvalho, a quem Golbery dedica seu *Geopolítica do Brasil*. O trabalho de Delgado de Carvalho, no que se refere à composição da disciplina geopolítica no Brasil, não viria a assumir grandes proporções ou decisiva influência como o trabalho de Backheuser. No entanto, suas contribuições no campo específico da análise geográfica do território brasileiro, como em seus estudos sobre geografia humana, fronteiras e História diplomática do Brasil transmitiram, em certo sentido, os elementos centrais da obra de Golbery.

Ao se referir à geopolítica como ferramenta à estratégia ou política de segurança nacional, e que essa deveria "orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem"[10], Golbery nos indica as premissas a que a sua geopolítica se fixa. A referência a Backheuser é presente em toda a obra de Golbery, mas a ressalva ao "sabor determinista" de sua geopolítica é incisiva, ponderando quanto à perspectiva organicista e determinista do Estado em função das condições geográficas. Nesse sentido, a afinidade com a escola possibilista de La Blache, de Brunhes e de Vallaux, se sobressai em seus textos, uma vez que reconhece o papel do homem como diferenciador dos espaços geográficos. A identificação com a escola possibilista é clara, mas há de se ressaltar que Golbery não faz a opção paradigmática por ela e, apesar das críticas aos autores deterministas e a Backheuser, os reconhecem como contribuintes decisivos para sua geopolítica, realizando, por assim dizer, um amálgama teórico com todos esses autores. A preocupação de Golbery está em liberar sua teoria da vinculação com as experiências totalitárias de uso da geopolítica, que se firmaram principalmente nas idéias organicistas e deterministas. A preocupação, ainda, é a de adequar a geopolítica ao contexto da Guerra Fria, inserindo um novo conceito de guerra, a guerra constante, interna e psicológica. Os elementos políticos, econômicos, psicossociais e

militares – mencionados exaustivamente na obra de Golbery –, a serem levados em conta pela DSN, dão a medida dessa perspectiva possibilista, da geopolítica, e relacional, da doutrina.

Exaustivamente analisados, os autores Alberto Torres e Oliveira Viana também devem ser considerados nesta reflexão, ainda que brevemente, com atenção especial para Viana. Estes dois autores, que escreveriam suas obras nas primeiras décadas do século XX, forneceriam os elementos doutrinários e ideológicos que, além de estarem presentes nos textos de Golbery e desses autores da geopolítica brasileira, estariam diretamente ligados à própria criação da Escola Superior de Guerra.

Alberto Torres elabora críticas à realidade social e política do Brasil durante a República Velha, ficando seus ataques à organização política em relação à mesma, bem conhecidos. Em *O Problema Nacional* Torres deixa claro suas preocupações em relação à organização de uma política nacional que garantisse segurança e soberania, advertindo sobre as condições mundiais de organização do poder e de possíveis ameaças. Torres é enfático quanto à necessidade de uma "restauração conservadora e reorganizadora", ou seja, era papel das elites reorganizar o país politicamente e assumir a direção da nação. Seriam necessárias as reformas institucionais e políticas no cenário brasileiro, que, segundo este autor, estava completamente entregue a uma "anarquia" política e social. Restava ao Brasil, portanto, estabelecer um governo e uma organização política que prezasse pelo centralismo, abrindo mão da democracia, que se mostrava incapaz de atender os anseios da nação[11].

Oliveira Viana, ao elaborar uma extensa análise das populações e regiões no Brasil, além de realizar um estudo dos problemas da política brasileira – vinculados principalmente à organização política institucional, inadequada à realidade brasileira, para Viana –, desenvolve a noção de "autoritarismo instrumental". Este era um traço fundamental de sua teoria política para o Brasil, que apresentava a resolução autoritária como forma de encaminhar uma democracia; idéia esta que, se baseava na tese histórica de que as variações na política brasileira por toda sua história, desde o período colonial até a República, se configuravam entre centralizações e descentralizações na atividade dos governos. O autoritarismo deveria ser a forma política a ser

adotada pelo Brasil, através de uma centralização do poder, tendo em vista a promoção da coerência política nacional, uma vez que a grande diversidade cultural e a enorme extensão do território se mostravam como obstáculos à adoção de uma política liberal democrática[12].

Em sua palestra na Escola Superior de Guerra, em julho de 1980, Golbery lembra enfaticamente Viana, em especial essa tese de que a história do Brasil oscila, desde a origem, entre centralização e descentralização[13]. Baseado nessas idéias, Golbery empregaria a metáfora cardíaca, as sístoles e diástoles, para descrever a história política brasileira, fornecendo uma justificativa histórica filosófica para sua teoria e para a ação estratégica do Estado brasileiro, que teve na centralização autoritária da ditadura a sua estrutura governamental e institucional. Este pensamento, em Golbery, estaria presente em suas formulações teóricas desde os primeiros momentos de sua atuação pela ESG. Ainda que, como Viana, não considerasse o autoritarismo como forma ideal permanente, mas apenas como um regime transitório que proporcionasse as condições para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, deve ficar bem claro que em suas obras as premissas são as de um pensamento autoritário, devendo essas ressalvas ser consideradas como *concessões retóricas* de seus discursos.

O que é pertinente a ser destacado, ao final desta apresentação, é que para além da identificação do pessimismo em relação aos rumos da sociedade ocidental, em referência a Spengler e Toynbee; da crença na missão de salvação nacional proveniente da idéia de "verdadeiras elites", em referência à noção de "minorias dominantes emergentes" em Toynbee, como nos atenta Birkner; e à apropriação dessas idéias para compor uma filosofia da história própria ao Brasil, utilizando-se das teses de descentralização e centralização na história política brasileira de Oliveira Viana, deve ser observado a composição da visão de mundo de uma determinada fração de classe, a dos intelectuais pertencentes a ESG que, ao propor aliança aos empresários e tecnoburocratas civis, se pretendia hegemônica. Esta luta pelo poder, que bem sucedida em seus fins com o golpe de 1964, e recebendo seu corolário ideológico com o processo de abertura, apresenta um traço de um momento capitalista da história brasileira.

A luta por interesses das frações de classe, expressa aqui na prática institucional que representa seus intelectuais e suas visões de mundo, compõe um campo de produção ideológico que é acolhido pelo próprio aparato formal burguês brasileiro nesse período. São projetos teóricos, nessas instituições, que, como se sabe, obtêm êxitos sempre limitados mesmo dentro do que se pretendem – o que vemos neste caso, além disso, é a construção de uma concepção autoritária do poder, com traços que tendem a se perpetuar nos meios político e institucional – e, sempre, estão carregados da fragilidade das resoluções capitalistas.

Notas

[1] Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista da Capes. Contato: lcezarmundim@yahoo.com.br

[2] Para uma definição geral dos aspectos do pensamento de Golbery e da DSN na ESG ver: COELHO, Edmundo Campos: *Em busca de Identidade – O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000; FERREIRA, Oliveiros S.: *A ESG no quadro do pensamento político brasileiro.* In: CRIPPA, Adolpho (Coord.). *As idéias políticas no Brasil.* Convívio, 1979. v. II, pp. 249-288; MIYAMOTO, Shiguenoli: *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de: *As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969).* Petrópolis, Vozes, 1978; STEPAN, Alfred: *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira.* São Cristovão, RJ: Editora Artenova S.A., 1975; e os trabalhos que tratam exclusivamente da obra de Golbery e que levam em consideração a sua atuação na política brasileira: BIRKNER, Marcos Knaesel: *O realismo de Golbery – Segurança Nacional e Desenvolvimento Global no pensamento de Golbery do Couto e Silva.* Itajaí: Ed. Univali, 2002; KOCH, Ana Maria: *Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - UNISINOS. São Leopoldo, 21 de janeiro de 1999.

[3] Uma tentativa nesse sentido – além de já ter sido empreendida até certo ponto, tratando-se da influência de Spengler e Toynbee, por Birkner – poderia apresentar uma cadeia de influências que tenderia a retroceder ao infinito, podendo o estudo se perder em caminhos que, ao desviarem a atenção do objeto, facilmente esterilizariam a própria crítica a ser realizada pela análise.

[4] Marx indica em seu Dezoito Brumário que "é o fato de que sua cabeça não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática" (Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo, SP. Centauro Editora, 2º ed., 2000. p. 56). Com Gramsci, ao nos fornecer a base conceitual do aspecto orgânico dos intelectuais no campo da divisão social do trabalho, os estudos historiográficos puderam avançar nesse sentido. O trabalho de Dreifuss sobre o golpe de 1964 dispensa qualquer comentário adicional nessa perspectiva.

[5]BOURDIEU, Pierre: *O Poder Simbólico.* Tradução de Fernando Tomaz. 7º ed – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004. p. 12.

[6] Além do texto de Edmundo Campos Coelho – *Em Busca de Identidade* – já referido, a reflexão de Oliveiros S. Ferreira (*Vida e morte do partido fardado.* São Paulo: Editora Senac, 2000) também dá bem essa medida das Forças Armadas como organização. As noções de hierarquia, honra, patriotismo, disciplina e ordem, como nos mostra Ferreira, são expoentes de uma idéia de unidade orgânica nas Forças Armadas. Esta percepção é importante para que se fique claro alguns princípios próprios a um certo tipo de historicismo, os quais firmam a composição de um pensamento autoritário e autonomista das Forças Armadas, tal qual irá se fundamentar dentro da ESG, entendendo os temas referentes à democracia e à parceria com a sociedade civil como *concessões retóricas* da doutrina desta Escola.

[7] Mackinder cria o conceito de *Heartland,* extensamente incorporado pelos trabalhos em geopolítica que viriam a surgir durante o século XX. O autor alemão Karl Haushoffer, conhecido pelas contribuições geopolíticas na consecução estratégica do III Reich alemão na década de 1930, também seria extensamente citado nos estudos de geopolítica pelos autores brasileiros, inclusive nos de Golbery.

[8] Sobre La Blache, V., *Princípios de geografia* humana, com publicação em 1954; e Brunhes e Vallaux, *La géographie de l' Histoire – Geograpie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer* de 1921.

[9] MIYAMOTO, Shiguenoli: *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 47.

[10] COUTO E SILVA, Golbery do: *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro, Editora UniverCidade, 2003. pp 27-28.

[11] TORRES, Alberto: *O Problema Nacional Brasileiro – Introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo, Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 4º ed., 1982. pp. 122-133.

[12] VIANA, Francisco J. Oliveira: *Populações Meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras*. Brasília: Biblioteca do pensamento político republicano, volume 14, 1982.

[13] COUTO E SILVA, Golbery do: *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro, Editora UniverCidade, 2003. pp 478-500.

LEOPOLDO NACHBIN E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MATEMÁTICA

Luiz Felipe Vieira Ferrão
Museu de Astronomia e Ciências Afins

Nascido em 1922 em Pernambuco, mudou-se para o Rio de Janeiro com a mãe para estudar matemática na Universidade do Brasil. Titulado em 1943 em engenharia civil, por falta de opção, logo decidiu militar em prol da matemática pura e aplicada. Ingressou no efêmero Núcleo Técnico Científico de Matemática da Fundação Getúlio Vargas, em 1946. Em 1952, foi um dos principais articuladores para criação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA.

Este resumo estendido tem por objetivo apresentar alguns aspectos da atuação deste cientista do momento em que a matemática se desarticula, com o fim do Núcleo Técnico, até a articulação da pesquisa na área que ocorreu com a criação do IMPA.

O fim do Núcleo Técnico Científico de Matemática na Fundação Getúlio Vargas deu início a uma longa marcha em direção a reorganização da pesquisa matemática no Rio de Janeiro. Lélio Gama retorna às atividades exclusivas de astrônomo no Observatório Nacional, alguns foram para o exterior continuar a sua formação e Leopoldo Nachbin rumou em 1947 para Faculdade Nacional de Filosofia, onde ser tornou-se professor.

Vale ressaltar que são raras as publicações que abordam a História da Matemática neste período. Como chama à atenção o historiador da Matemática André Luis Mattedi: *"Até bem pouco tempo, a historiografia da matemática no Brasil era produzida pelos próprios matemáticos e, em particular, os temas relativos aos períodos mais recentes vinham sendo tratados em uma série de depoimentos também dos próprios matemáticos"*[1]

Muito recentemente, e em alguns poucos textos, é que foi possível vislumbrar algo sobre a história da matemática neste período. Particularmente, cita-se os trabalhos de André Mattedi Dias, Circe Mary Silva da Silva Dynnikov e Ana Maria Ribeiro de Andrade., que mostra o esforço conjunto de físicos e matemáticos para fazer ciência no Rio de Janeiro.

Com a Fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF em 1949, abriu-se a única possibilidade de pesquisa no Rio de Janeiro para os matemáticos, já que na Universidade do Brasil a pesquisa inexistia. O Departamento de Matemática do CBPF reunia em suas dependências professores insatisfeitos com as condições oferecidas pela Faculdade Nacional de Filosofia - FNFi, antigos colaboradores do Núcleo Técnico da FGV, professores visitantes e alguns bolsistas. Os cursos eram razoavelmente bem concorridos e a Summa Brasiliensis Matemathicae, publicação outrora publicada pelo Núcleo, passou a ter o apoio desta instituição e do IBECC.

Segundo Nachbin, os matemáticos estavam insatisfeitos com a sua situação e desejando maior autonomia aproveitaram o contato com também matemático Cândido Dias que: *"vinha freqüentemente ao Rio de Janeiro, tomar providências de sua alçada. Em tais ensejos, conversávamos (Nachbin e Candido da Silva) detidamente sobre a situação da Matemática no Rio de Janeiro e as grandes dificuldades, de toda ordem, que se verificavam. A meu ver, a única solução a adotar no caso era a criação de um instituto de matemática, como tive oportunidade de externar repetidamente ao Prof. Dias."*[2]

Nachbin, assim como alguns matemáticos do Rio de Janeiro, era de opinião que não era possível fazer pesquisa na Universidade do Brasil *"porque o que se pretendia era, de fato, fazer o que não poderia ser feito na universidade, devido às peculiaridades e entraves que nos eram colocados – e que não surgiram na USP."*[3] Para Mauricio Matos Peixoto o caso era outro. Como Leopoldo Nachbin não conseguira ser admitido como professor concursado e, como deixa entrever as fontes consultadas, tem uma série de dificuldades políticas dentro da mesma, e como era preciso encontrar uma colocação para quem ele considerava ser o melhor matemático, surgiu então a idéia do IMPA.[4] Polêmicas a parte, e após muita conversa, idas e vindas Candido Dias decidiu apresentar junto ao Conselho Deliberativo do CNPq em 1951 a proposta de um projeto de criação do IMPA.

No Processo CNPq 486/51 Cândido Dias apresenta a sua proposta fazendo um relato positivo sobre onde e como se realiza a "*pesquisa de matemática pura ou ensino*

sistemático de matemática superior com objetivos de pesquisa"[5]. Após este relato, o autor enumera o que o CNPq deveria fazer para desenvolver a área:

a) Conceder bolsas de estudo para estudantes de doutorado e complementação de tempo integral para pesquisadores.;
b) Contratar especialistas estrangeiros quer para longa permanência quer para curso de extensão;
c) Formar uma biblioteca especializada;
d) Auxiliar a publicação de livros, revistas e apostilas; e
e) Criar um instituto de Matemática junto ao CNPq.

No que se refere ao Instituto, assunto que foi a posteriori remetido a um comitê específico, Cândido Silva era taxativo ao dizer que todos os demais itens citados acima só seriam melhor consubstanciados se fosse criado um instituto. Segundo ele: "Notamos, em primeiro lugar, que nenhuma das instituições citadas tem por fim específico dedicar-se à pesquisa matemática e, por outro lado, a cristalização que naturalmente se desenvolve nas universidades tira-lhes a elasticidade, dificultando o trabalho de pesquisa, sobretudo no que se refere a cursos especiais e portanto ao contrato de especialistas e a realização de cursos de pós-graduação."[6]

O autor do documento ainda lembrava aos membros do Conselho Deliberativo do CNPq que tal instituto teria utilidade já que poderia ser fonte de informações para físicos, estatísticos e outros ramos da matemática aplicada.

Na questão da utilidade, os artigos escritos por Nachbin ao longo dos anos, e que estão reunidos no livro "Ciência e Sociedade"[7] demonstram uma preocupação constante do autor com esta questão. Para Leopoldo Nachbin a matemática era útil, sim, e não um luxo como queriam alguns críticos.

A discussão não durou muito tendo sido aprovado o estatuto da Instituição no ano de 1952. Segundo Lindolpho de Carvalho Dias: *"A criação do IMPA em 1952 é resultado da existência de um grupo de pessoas que necessitavam de um contato um pouco maior com o*

exterior. Havia um grupo razoável em São Paulo. No Rio, as coisas estavam um pouco espalhadas."[8]

Após a criação, Lélio Gama foi escolhido o seu diretor e o departamento de matemática do CBPF foi desmembrado servindo como base para o novo instituto. Treze anos depois as aspirações que fizeram o Núcleo inspiraram o IMPA. Nachbin também faria parte da nova Instituição. Os matemáticos do Rio encontram o seu espaço.

---

[1] André Luís Mattedi Dias. Matemática no Brasil: Um Estudo da trajetória da historiografia. Revista Brasileira de História da Matemática, v. 2, n 4, p. 169-195, 2002. P 170

[2] Leopoldo Nachbin. Ciência e Sociedade. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p 69

[3] Idem. p 31

[4] Entrevista com Maurício Matos Peixoto. In: IMPA 50 ANOS. Rio de Janeiro: IMPA, 2004

[5] "Programa para o desenvolvimento da pesquisa matemática e criação do Instituto de Matemática junto ao CNPq." CNPq 486-51. p 01

[6] Idem. p 04

[7] Idem. Ciência e....

[8] LÉLIO GAMA: O início do nosso passado numa exposição comemorativa dos 40 anos do IMPA. Rio de Janeiro: IMPA/MAST, 1992. P 27.

HISTORIOGRAFIA ILUSTRADA E A INTERPRETAÇÃO DAS CRUZADAS

LUIZ FRANCISCO ALBUQUERQUE DE MIRANDA

Mesmo anunciando o caráter racional do homem, os ilustrados admitem que os elementos irracionais interferem permanentemente nos processos históricos. Em meados do século XVIII, ao conceber a sua "história filosófica" no *Ensaio sobre os costumes e espírito das nações* – "o primeiro esboço de uma história geral da civilização"[1] –, Voltaire procura entender os grandes massacres ocorridos na Europa desde a Idade Média:

> *Já que a natureza colocou no coração dos homens o interesse, o orgulho e todas as paixões, não é surpreendente que, em um período de aproximadamente dez séculos, nós observemos uma sequência quase contínua de crimes e desastres*[2].

Ao analisar a história européia, Voltaire indica a perigosa incidência das paixões. O homem é, segundo o autor, um ser racional e sociável, sensível à dor de seus semelhantes. Todavia, o *Ensaio sobre os costumes* discute processos históricos tensos e ambíguos: o homem pode ser cruel, agindo de modo brutal para satisfazer seus interesses. Objetivando riqueza, honra e poder, ou conduzido pela superstição, ele sufoca ou corrompe sua sociabilidade natural. Inquieto para colocar o mundo exterior a serviço de suas crenças e ambições, abandona a prudência e a reflexão.

Exemplo desse comportamento Voltaire oferece no capítulo LIV do referido *Ensaio*: "Da Primeira Cruzada até a tomada de Jerusalém"[3].

Na Primeira Cruzada, milhares de europeus pobres seguiram um líder religioso fanático, Pedro o Eremita, e embriagaram-se com o "entusiasmo religioso" provocado pela "imaginação forte" e pelo "ardor de sentimentos" do pregador. Segundo Voltaire, Pedro,

depois de uma peregrinação pelo Oriente, concebeu um ousado plano de conquista da Terra Santa e, arregimentando vagabundos e ignorantes, ofereceu-lhes de maneira viva e tocante um final glorioso para suas vidas humildes: vingar a morte de Jesus. A possibilidade de assaltar o rico Oriente também seduziu esses miseráveis e o fanatismo aliou-se à cobiça. As pregações de Pedro excitaram um “furor epidêmico”. No mesmo período, o papa Urbano II também exortava os membros da nobreza européia a um ataque à Ásia islâmica, propondo "a redenção de todos os seus pecados (...) lhes impondo como penitência seguir a maior de suas paixões: correr às pilhagens". O papa arrastou para a aventura militar "uma multidão de novos senhores inquietos, independentes, amantes da dissipação e da guerra"[4]. Dois projetos interligados de conquista da Terra Santa desenhavam-se no mesmo contexto histórico: a marcha delirante de Pedro reúne-se ao interesse da Igreja em massacrar os muçulmanos e estabelecer uma monarquia cristã universal.

Quanto à campanha liderada por Pedro o Eremita, o resultado foi desastroso: depois de saquear algumas cidades, seu frágil exército foi destruído pelos turcos. O fracasso deveu-se à desorganização - Pedro nada sabia a respeito da arte da guerra - e à rusticidade dos combatentes, movidos apenas pelo fanatismo e pelo desejo de pilhar. Como esse projeto estranho e infeliz pôde mobilizar milhares de pessoas? Para Voltaire, a mais perigosa das paixões moveu esses aventureiros: o “furioso entusiasmo” religioso instigado pela “imaginação forte”. Como surge esse “entusiasmo”? Convém lembrar o verbete "Imaginação" do *Dicionário filosófico*:

> *Há duas espécies de imaginação: uma que consiste em reter uma simples impressão dos objetos; outra que arranja essas imagens retidas e as combina de mil maneiras. A primeira foi denominada <u>imaginação passiva</u>, a segunda, <u>ativa</u>. (...) A imaginação passiva não necessita certamente do socorro de nossa vontade, quer no sono, quer na vigília. (...) é um sentido interior que age necessariamente (...). A faculdade passiva, independente da reflexão, é a fonte*

> *de nossas paixões e de nossos erros: longe de depender da vontade, ela nos impulsiona em direção aos objetos que ela pinta, ou deles nos afasta, conforme a maneira que ela os represente.* (...) *Essa espécie de imaginação servil, quinhão costumeiro do povo ignorante, foi o instrumento do qual a imaginação forte de certos homens utilizou-se para dominar.* (...) *A imaginação ativa é aquela que reúne reflexão e combinação à memória. Ela aproxima muitos objetos distantes. Ela separa os que se misturam, os compõe e os altera. Parece criar, quando não faz mais que arranjar, pois não é dado ao homem elaborar idéias por si mesmo – ele apenas as modifica*[5].

Origem de várias paixões, a "imaginação passiva" não compõe as impressões que recebe, ou seja, o indivíduo, ao experimentá-la, não intervém de modo consciente combinando ou distinguindo suas sensações. Como a vontade jamais interfere na "imaginação passiva", esta assume um caráter servil. Movida pelas paixões decorrentes da "imaginação passiva", o indivíduo é determinado pela representação momentânea de seu objeto de interesse. Permanecendo nessa determinação, ele é incapaz de utilizar outras referências para recompor a forma que o objeto manifesta no momento em que é representado e estabelece uma idéia fixa a seu respeito. Não há problema quando esse impacto irrefletido expressa apenas os instintos de sobrevivência e de sociabilidade (por exemplo: a fome que a imagem de um alimento estimula ou os sentimentos paternais diante do filho). Porém, um grave problema aparece quando a "imaginação forte" de um pregador domina a "imaginação servil" do homem ignorante e simples. Então, este último deixa de operar com múltiplas referências e, sendo incapaz de relacionar suas sensações e conhecimentos, é conduzido pelos que sabem fazer das imagens e dos discursos um instrumento de poder. Os homens de "imaginação forte", percebendo que o ignorante assimila passivamente mensagens vivas e chocantes, cristalizando-as em idéias fixas,

compõem representações que provocam uma satisfação imaginária, seduzindo-o e acorrentando seus interesses a um quadro de desejos obsessivos.

Voltemos ao discurso historiográfico. Para o *Ensaio sobre os costumes,* foi a incapacidade de usar a “imaginação ativa”, ou seja, de aproximar, distinguir e combinar as sensações, que originou o entusiasmo e a passividade dos ignorantes diante das representações compostas por Pedro o Eremita. A conquista da imaginária Terra Prometida foi encarada como um objetivo que precisava ser atingido de qualquer maneira, pois asseguraria a salvação das almas dos combatentes. Ninguém se preocupou com a análise racional das possibilidades de sucesso da expedição. Ninguém levantou a combinação de fatores que poderia colocá-la em risco. A brutalidade foi a consequência da busca irrefletida e obsessiva de uma felicidade ilusória.

Mesmo depois da derrota de Pedro, quando os cruzados foram conduzidos por chefes "mais políticos, menos entusiastas, mais acostumados ao comando"[6], o fanatismo continuou a provocar pilhagens e carnificinas. A tomada de Jerusalém, por exemplo, se realizou com um "espírito de vertigem, fúria, deboche e irritação"[7]: os habitantes da cidade foram inutilmente massacrados e os judeus chegaram a ser queimados vivos. Apesar do cálculo político de alguns comandantes e da Igreja, o “entusiasmo epidêmico” motivou a maioria dos cristãos. A narrativa de Voltaire salienta as poucas vantagens obtidas: os europeus conquistaram a Terra Santa por um período efêmero; aliás, ela não era um lugar agradável e próspero. Só as cidades italianas (em especial Gênova), centros abastecedores dos cruzados, conseguiram algum lucro com a guerra. Na história, quando o entusiasmo passional comanda, o caos instaura-se. Desmedido e inflexível, esse impulso patético não inspira obras duráveis. Em geral, os grupos por ele reunidos entram em conflito e se dissolvem. Exemplo disso Voltaire encontra também nas Cruzadas: movidos por suas paixões egoístas, os chefes europeus, depois das primeiras vitórias, passaram a invejar-se reciprocamente e as disputas internas impediram uma defesa eficaz dos territórios ocupados.

A permanência de qualquer obra coletiva necessita de regras racionais que regulem os conflitos.

Os termos empregados por Voltaire nessa narrativa para caracterizar o comportamento dos combatentes - “ardor de sentimentos”, “entusiasmo epidêmico”, “fúria”, “deboche”, “arrebatamento” etc - transmitem a imagem de movimento convulsivo, involuntário. Os cruzados não avaliaram as consequências destrutivas de seus atos, nem se lembraram dos fraternos princípios cristãos. Eles perderam o autocontrole.

No verbete "Entusiasmo" do *Dicionário filosófico*, Voltaire relaciona o tema com o sonho e a embriaguez[8], situações em que o homem perde o controle dos próprios atos e da imaginação. Embriagado ou sonhando, o indivíduo não percebe a realidade com nitidez. Tudo se passa como se o contato entre os sentidos e a razão estivesse bloqueado. Impossibilitado de meditar e de combinar idéias de modo coerente, ele ignora os múltiplos aspectos do mundo exterior. Sua imaginação torna-se passiva: seu intelecto se fecha, deixa de operar com os dados que os sentidos lhe comunicam e repete obsessivamente um quadro fixo de formas e sentimentos. Ao sonhar, por exemplo, o indivíduo é como um autômato: durante o sono, sua vontade jamais interfere na sequência de imagens que domina sua vida mental[9].

Movidos pelo “entusiasmo epidêmico”, os cruzados agiram como embriagados, perderam o controle das próprias idéias, transmitindo involuntariamente uns aos outros sentimentos e crenças absurdas, aceitos com uma rigidez excepcional. “Epidêmico”, esse entusiasmo é entendido por Voltaire como uma espécie de peste que se espalha quando os costumes são grosseiros e os homens ignorantes - é o caso da Idade Média européia. O fanatismo, por exemplo, tem origem nesse contágio doentio que inviabiliza o debate de idéias e a análise cuidadosa dos fenômenos[10].

Segundo Voltaire, assim como o corpo adoece, a ordem pública, atingida por excessos como o “entusiasmo epidêmico”, entra em desequilíbrio. As doenças e os excessos

passionais não podem ser definidos como um estado natural, pois degradam as condições indispensáveis à vida biológica e social. As sociedades precisam ser tratadas para evitar ou para curar esses problemas. O remédio encontra-se no espírito filosófico e na docilidade dos costumes. Quando somos capazes de meditar a respeito de nossas experiências, analisando antes de agir, evitamos a exacerbação do fanatismo. Todavia, o filósofo admite que, por vezes, os povos são contaminados por obsessões contrárias aos sentimentos sociáveis da espécie. Apenas um lento processo de esclarecimento filosófico e de pacificação dos costumes restaura ou mantém o equilíbrio - a saúde - da vida pública, impedindo que os discursos de líderes exaltados conduzam a imaginação dos homens.

A análise que Voltaire apresenta das Cruzadas evidencia sua denúncia da manipulação do imaginário. As crenças religiosas lhe parecem propensas a essa manipulação: capazes de despertar emoções intensas e fixar idéias obsessivas, elas podem bloquear os sentimentos sociáveis e impedir a análise racional da realidade. Envolvido em uma luta encarniçada contra a Igreja, Voltaire, sempre recorrendo à ironia, define em tom satírico a diferença entre “fé” e “razão”: “a fé consiste em crer não no que parece verdadeiro, mas no que parece falso a nosso entendimento”[11]. A “fé” aqui denunciada não é aquela em um Ser Supremo cuja necessidade pode ser compreendida pelo filósofo que medita a respeito da ordem universal. A “fé” perigosa e lastimável é o efeito da “imaginação passiva” do crente submetido à “imaginação forte” do pregador, aniquilando a autonomia racional do primeiro. O entusiasmo doentio e fanático dos cruzados é fruto de um aniquilamento desse gênero. Sua “fúria” não é selvagem no sentido preciso do termo, pois deriva de um desvio do sentimento religioso natural à espécie. Essa religiosidade corrompida é doentia e bloqueia a plena manifestação das faculdades humanas. O “entusiasmo epidêmico” não é um simples artifício criado pelos líderes religiosos, mas foi induzido por eles, chegando por vezes a sair de seu controle como evidencia a narrativa da aventura de Pedro o Eremita. Indução

criminosa, pois promove uma escala de violência que nenhum interesse econômico e político objetivo é capaz de desencadear.

O *Ensaio sobre os costumes* anuncia, sem dúvida, que as crenças religiosas podem ser mobilizadas em favor de interesses econômicos e ambições políticas mas, uma vez colocados em movimento os impulsos patéticos característicos da religiosidade irracional, os rumos dos acontecimentos podem inviabilizar a realização dos objetivos dos manipuladores. Segundo Voltaire, as conquistas orientais dos cruzados foram efêmeras, pois reis e senhores empobreceram e a Igreja ficou impossibilitada de penetrar no mundo mulçumano. O fracasso econômico e político foi total. Entretanto, as Cruzadas evidenciam o espantoso poder destrutivo e a capacidade de mobilização do "entusiasmo epidêmico" promovido pela "fé". Assim, Voltaire nem sempre considera muito eficaz a manipulação desse impulso patético em favor da conquista de recursos e de poder, porém ele frequentemente possibilita a manifestação do "mais implacável de todos os ódios": o "ódio teológico", a intolerância religiosa[12].

Para terminar, convém lembrar que a maneira como Voltaire caracterizou as guerras religiosas, aqui exemplificada pela narrativa da Primeira Cruzada, não foi absolutamente original e está afinada com a posição de grande parte dos deístas do século XVIII. Nas *Cartas persas,* Montesquieu, mesmo admitindo que "todas as religiões contém preceitos úteis à sociedade", afirma que as guerras religiosas decorrem do "espírito de intolerância", espécie de combinação do "espírito de proselitismo" - "doença epidêmica e popular entre maometanos e cristãos" - com o "espírito de vertigem" que eclipsa a razão humana[13]. A articulação de sentidos entre proselitismo, epidemia e vertigem talvez seja uma das chaves para compreendermos a crítica ilustrada à intolerância religiosa.

NOTAS

[1] BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações.* São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 26.
[2] VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l´esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII*. Paris: Garnier, 1963, tomo II, p. 810.
[3] *Ibid.*, t. I, pp. 558-567.
[4] *Ibid.*, t. II, p. 559.
[5] VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique.* IN: *Oeuvres completes.* Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein, Kraus Reprint, 1967, v. XIX, pp. 429-430. Esse verbete foi editado originalmente nas *Questões sobre a Encyclopédia*. Grifos do autor.
[6] VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs...,* t. I, p. 561.
[7] *Ibid.,* t. I, p. 566.
[8] VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique.* Paris: Garnier-Flammarion, 1964, pp. 176-177. Esta edição não contém os verbetes originalmente publicados nas *Questões sobre a Encyclopédia.*
[9] *Ibid.*, pp. 355-356. Trata-se do verbete "Sonho".
[10] *Ibid.*, pp. 189-191. Trata-se do verbete "Fanatismo".
[11] *Ibid.*, pp. 195. Trata-se do verbete "Fé".
[12] VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs...,* t. II, p. 245. O autor utiliza a expressão ao tratar da execução de Servet na Genebra de Calvino.
[13] MONTESQIEU. *Lettres persanes.* Paris: Booking International, 1993, p. 153.

LUIZ FRANCISCO ALBUQUERQUE DE MIRANDA

A morte infantil nas teses médicas do século XIX no Brasil

Luiz Lima Vailati

A apresentação a seguir procura mostrar a importância de determinadas concepções de morte infantil nas teses médicas sobre o aborto produzidas no século XIX nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Salvador. De um lado, nesses escritos o tema da morte infantil está permeado de preocupações religiosas relativas à morte infantil que se aproximam de uma concepção de morte infantil tradicionalmente enraizada na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, nossa intenção é também pensar como outros novos sentidos dados à morte infantil nestas teses correspondem às estratégias de poder e prestígio social por parte dessa categoria profissional.

De fato, estes se serviram do tema da morte infantil para a defesa de seus interesses, dois em particular: um deles, a defesa da profissionalização da prática médica no Brasil. Esse processo, ainda que contasse com apoio do Estado, os médicos brasileiros tomarão para si a tarefa de ocupar espaço nos círculos dirigentes e se transformar em medicina social. Nesse sentido, a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829, teria como objetivo a defesa da saúde pública e da ciência médica, que deveria ser uniformizada e oficializada em contraposição a outras práticas de cura. Dessa luta resultará a criação das faculdades de Medicina, em 1832, as principais instituições produtoras dos saberes e discursos médicos aqui analisados. O segundo interesse dessa classe, a luta por uma maior ingerência da medicina vida familiar, se fez por meio da defesa da mulher/esposa/mãe, que será vista pelos médicos como uma aliada nesse processo.[i]

Durante o período tratado aqui, havia duas saídas para que, em partos complicados, não morressem mãe e filho. Uma delas é a chamada operação cesariana que, dada as condições médicas no período, acarretava inevitavelmente a morte da parturiente. A outra opção era a embriotomia ou o aborto, intervenções que, ao tirar a vida do filho, preservava a da mãe. São discussões em torno da vida e da

morte do feto/criança e as implicações (espirituais ou não) disso, os pontos considerados nesse debate. Importa ressaltar também que, nesse debate, não se distingue a criança do feto.

Se desde 1841 encontramos teses que falam acerca do tema, até 1852 elas não se pronunciam em favor de preferir a vida da mãe à do feto, configurando um quadro oposto ao que viria a ser depois desse ano. A primeira menção que encontramos sobre a questão se faz através das tese do acadêmico carioca José Xavier Baliero Jr., de 1841[ii]. Estamos em presença de uma concepção de morte infantil que a coloca em igual gravidade à da mãe, entendimento segundo o qual não cabe ao médico decidir que vida deverá prevalecer. É interessante notar também que o autor não se manifesta expressamente por meio de argumentos de ordem religiosa para defender seu ponto de vista: aqui ele se limita a mostrar que é possível a preservação da vida do bebê e da mãe conjuntamente.

Outro trabalho contrário ao aborto, como o de João Gomes dos Reis[iii], de 1845, vai mais além. Aqui, o autor associando os praticantes não acadêmicos da atividade médica com o aborto, faz-se valer de uma determinada valorização da vida da criança em prol do objetivo de tirar de circulação esses praticantes, identificados aqui enquanto charlatães e criminosos. O outro uso instrumental da morte infantil, que fica claro na crítica feita às mães que fazem uso do aborto induzido, está relacionado ao já comentado processo de valorização da maternidade.

Após 1852, encontramos médicos a defender publicamente a alternativa ao aborto. Com efeito, a partir desse ano, aparece nas teses a constatação de que, de fato, a vida da mãe tem prioridade sobre a do feto nos casos em que se é obrigado a escolher entre as duas. A partir de agora, deixar perecer o fruto, se isso for necessário para salvar a árvore, é oficialmente a palavra de ordem para muitos. Esse ponto de vista aparece nas teses em defesa da já comentada embriotomia, cirurgia que consiste na mutilação do bebê para permitir sua passagem em bacias estreitas e que é tratada nos trabalhos de Francisco de Paula Monteiro de Barros de 1852, e Reginaldo

Celestino de Torres Quintanilha de 1853, ambos do Rio de Janeiro[iv]. Em termos práticos, tanto a embriotomia quanto o aborto implicam numa intervenção médica que elimina o feto. O que diferenciava a primeira do aborto é seu caráter de último recurso, uma vez que era utilizada na ocasião mesma do parto, quando se constatava que este não poderia seguir de modo habitual sem comprometer a vida da parturiente.

Para nós, interessa observar que o grupo daqueles que acreditam que a morte do bebê é um fato de menor gravidade que a perda da mãe não tardará a engrossar, sendo o aborto terapêutico visto como uma alternativa mais conveniente nos casos em que era necessário escolher. Nesse sentido, em 1856 o médico do Rio de Janeiro, Nicolau Joaquim Moreira, publica um artigo em defesa do aborto nos casos em que a gravidez põe em risco a vida da gestante[v]. Nesse mesmo ano, constatamos o aparecimento de teses que se pronunciam nesse sentido, como a de Francisco Nicolao dos Santos[vi] e Hemernegildo Rodrigues de Alvarenga[vii]. Trataremos primeiro das argumentações de caráter religioso para passarmos àquelas que eram indiferentes às preocupações espirituais.

O primeiro argumento religioso no qual se apóiam os detratores do aborto terapêutico é o preceito do Decálogo *Non occides*"[viii]. As teses, reportando-se aos argumentos de seus antagonistas, informa que, para estes, o quinto mandamento vale também para o feto, o que implica na suposição de que este era tomado enquanto igual aos demais homens. Como conseqüência, o ato de matá-lo é um pecado da mesma gravidade. Os acadêmicos citam essa objeção acompanhada de uma outra máxima defendida pelos cesarianistas: "*nom faciamus mala ut eveniant bona*"[ix]. Isso significa que, para estes, matar o próximo é vedado por qualquer que seja o motivo, mesmo quando se trata de agir de forma a salvar pelo menos uma das vidas.

A participação de uma determinada concepção de morte infantil é bem mais determinante no outro o motivo de crítica, além do "não matarás". Como lembra o doutorando carioca Luiz da Cunha Feijó Jr. "*Outra objeção apresentada pelos cesareanistas é baseada na impossibilidade de salvar-se a alma do féto, que não póde*

ser regenerada pela água do baptismo" [x]. Até aqui. já é possível concluir dois pontos acerca da relação entre uma determinada concepção fúnebre e a postura da Igreja em relação ao aborto: através da condenação do aborto, seus divulgadores reforçam a indiferenciação feita entre o feto e o homem, tendência evidenciada já no argumento que tem por base o Decálogo; mas, tal como acontece com as crianças, estes reservam ao feto uma concepção fúnebre que o diferencia dos adultos. Em outras palavras, se a argumentação do decálogo indistingue o feto do homem adulto, aquela relativa ao batismo a separa deste, aproximando, por sua vez, o feto da criança, visto que ambos requerem a mesma caução espiritual, ou seja, apenas o batismo.

Ora, as teses médicas deixam entrever que, para aqueles que condenavam o aborto, o que importava era salvação espiritual, não a vida temporal. Radicalizando, creio ser possível interpretar essa concepção nos seguintes termos: se acontecesse da mãe morrer, tanto melhor: estamos em presença de um legítimo sacrifício, onde a pecadora oferece a vida para apagar um erro que só cabe a ela.

O interessante é que, para fazer frente a essas objeções, os primeiros defensores do aborto iriam procurar argumentar dentro desse mesmo registro religioso, fazendo uso das autoridades do catolicismo. Para o que nos interessa, isso mostra o quanto esses médicos, nesse debate, demonstravam compartilhar uma concepção tradicional de morte e de morte infantil. Ao que se refere ao anátema baseado no Decálogo, isso não é tão evidente, mas se observarmos como os autores os médicos se socorrem em suas argumentações, fica claro a grande dependência em que esses ainda se encontravam em relação ao pensamento eclesiástico. Em 1866, o já citado doutorando carioca Luiz Feijó Junior, defendendo a embriotomia, respondia, por meio dos teólogos da Conferência d'Angers, que aquilo que o quinto mandamento condenava era o "*homicídio injusto*"[xi].

Quanto à questão do batismo, os acadêmicos tentam mostrar como é possível, em cirurgias de aborto, administrar o batismo no feto ("*in extremis"*), apoiando essa argumentação também nos próprios doutores da Igreja. Esse é o caso

da já citada tese de Feijó Junior, que, para defender o batismo intra-uterino cita a aprovação deste pelo abade Dinouard Gabriel Gualdi e pelos teólogos da Sorbonne[xii]. Alguns partidários pró-aborto mostram-se mesmo ciosos a esse respeito. Em 1877, o baiano Augusto Motta, depois de citar Bento XIV em seu socorro explica que pode-se batizar o feto "*por meio de uma injeccção dirigida pello collo uterino*" [xiii], mas aconselha que se espere até o quinto mês de gestação de modo a que o batismo seja aplicado satisfatoriamente[xiv]. Resta dizer, por fim, que depois da década 1870, as teses médicas não procuram mais mencionar às objeções relativas ao batismo do feto. Nossa hipótese é de que é esse um indicativo da menor importância que a partir de então terão as concepções tradicionais de morte infantil nas considerações médicas sobre o assunto.

De fato, os argumentos de ordem secular em defesa do aborto terapêutico, que existem desde o início da polêmica, passam bem ao largo das concepções tradicionais de morte infantil. Em poucas palavras, se observa o seguinte: (1) a vida feto é desvalorizada em relação à da mãe e, por conseguinte, sua morte perde importância; (2) o feto perde sua identidade não só com relação ao homem como também com a criança - que na concepção religiosa era completa, como vimos; (3) os célebres médicos, em especial os franceses como Velpeau e Caseaux, é que serão utilizados no lugar dos teólogos. Para entendermos essas diferenças, relembramos que nossa hipótese é a de um contraste entre uma visão preocupada com a questão da (pós)morte e uma outra voltada exclusivamente para o problema da vida biológica. É nesse último tipo de entendimento que se balizará uma nova sensibilidade para com a vida e a morte infantil e que tem como porta-voz o discurso médico. Com efeito, a chave para o entendimento dos argumentos utilizados em defesa do aborto, deixa de estar no âmbito das preocupações escatológicas e se liga a uma concepção bem própria à nascente medicina social que busca, através da idéia de que é preciso gerenciar a vida da população, justificar o ingresso dos representandes do saber médico nos canais de poder do Estado.

Essa concepção, aliás, se reflete no já falado processo de valorização da mãe, o qual se apresenta, à primeira vista, de forma ambígua. Por um lado, é certo que os trabalhos em favor do aborto veiculados já nesse momento se pronunciam sobretudo em defesa do direito à vida da mãe. Deve-se lembrar que alguns médicos justificam sua posição favorável ao aborto dizendo ser esta, aos seus olhos, a postura humanitária frente ao problema de decidir entre a mãe e o feto[xv]. Procurando poupar as mulheres da condenação que a cirurgia cesariana (bem como o discurso em sua defesa) as colocava, o debate certamente deve ter tido um papel importante nas conquistas sociais que mais para frente estas obtiveram. Essa postura em prol dos direitos da mulher é, por exemplo, bastante evidente na tese do doutorando carioca Sebastião Mascarenhas, de 1873 - ele não só reconhece o direito à vida da mãe, como parece, também, aceitar que cabe a ela a decisão sobre o aborto, visto que, segundo o autor, seu "*direito de viver"* é uma questão que ela traz conscientemente[xvi].

Em todo caso, tal como acontece com a valorização da mulher/mãe em outras questões discutidas naquela época (comentadas no início desse capítulo) essa defesa serviu à estratégia de intervenção médica na sociedade brasileira. Isso fica evidenciado quando se observa a argumentação que esses médicos lançam mão para priorizar a vida da mãe. Esta se valeu, via de regra, de ressaltar na mãe a saúde estável, o desenvolvimento físico e mental já adquiridos e, sobretudo, a utilidade social, características estas que faltam ao feto/criança[xvii]. Resumindo bem o que de fato constituía essa diferença, em 1872 o acadêmico baiano Adolfo Oliveira assinala em prol da mãe que, além de seus "relevantes serviços" à sociedade, esta "*pode fornecer ainda numerosa posteridade"* [xviii]*.* A valorização da mulher, enquanto indivíduo no exercício de seus direitos, fica mais ainda relativizada quando esses doutorandos questionam a autoridade da mãe para decidir sobre a cirurgia: a administração da vida acima de tudo é bastante evidente no doutorando carioca Belchior Lobo (1857) [xix]. Nessa teses, é o poder de gerenciar a vida em prol da nação que está em questão. Tanto é assim que, para o doutorando carioca Francisco Nicolao

dos Santos, a possível utilidade do indivíduo à sociedade deve ser um dos principais quesitos a ser pesado na avaliação do médico sobre a necessidade da cirurgia[xx]. A utilidade ao Estado é o critério a decidir entre a vida e a morte.

A nossa hipótese é que isso se deveu ao fortalecimento de um outro argumento, que é diametralmente oposto em relação à forma como é pensado o feto: é a sua desvalorização.[xxi]. Esta acontece já nos primeiros escritos em favor do aborto: segundo o doutorando carioca Hermenegildo Alvarenga em 1856 o feto. pertence a uma categoria que ainda não é a humana[xxii]. Mas, ao mesmo tempo – e paradoxalmente - também revela uma idéia sobre a criança que, como acontece com a visão dos detratores do aborto, a reaproxima do feto, visto que dá ênfase à fragilidade da criança, sendo sua morte vista como algo bastante natural. Em 1877, o acadêmico baiano Pedro Gouvêa, não deixa margens de dúvida sobre essa visão[xxiii].

Em todo caso, a tendência das teses é de salientar a ausência dos traços humanos no feto e sua pouca garantia de vida futura. As seguintes expressões são recorrentemente utilizadas para expor essa idéia: o feto é "*parasita inerte*"[xxiv], sua "*vida vegetativa, precária e equívoca*"[xxv], sua "*existência precária*"[xxvi] e "*duvidosa*" [xxvii], entre outras. Esta é a saída que os doutorandos encontram para superar as objeções morais opostas à cirurgia. Feito isso, os médicos se apressam em mostrar a legitimidade legal do ato. É nesse sentido que, já em 1856, o doutorando carioca Nicolau Moreira argumenta: "*o código penal com effeito previne o crime, mas não lhe pertence sanccionar actos de pura moral*"[xxviii]. Outros, já procurando um anteparo mais amplo por parte da legislação, lutam para que o aborto seja qualificado, fundamentalmente, como um ato de legítima defesa[xxix]. O que importa desta interpretação para nós é o advento, no debate em torno do que fazer em situações de gestação e partos arriscados, de mais um significado colado à morte infantil. Aqui esse evento é visto como um ato de legítima defesa e o bebê, aquele que, ainda que sem consciência de tal, é o responsável pela morte da mãe.

[i] ENGEL Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro(1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p.44.
[ii] BALIERO JUNIOR, José Xavier. *Proposições sobre a gastro-hysteriotomia.* Rio de Janeiro: Tupographia Americana de I. P. da Costa, 1841.
[iii] REIS, João Gomes dos. *Sobre o Aborto. These apresentada á faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.* Nicthroy: Typographia Commercial de E.C. dos Santos, 1845.
[iv] BARROS, Francisco de Paula Monteiro de. *Embryotomia. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.* Nictheroy: Typographia Fluminense, 1852; QUINTANILHA, Reginaldo Celestino de Torres. *Da Embryotomia.* Rio de Janeiro: Typographia Guanabarense, 1853.
[v] MOREIRA, Nicolau Joaquim. Breves considerações sobre o aborto provocado do ponto de vista médico e humanitário. Memória apresentada a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. IN: *Annes Brasilienses de Medicina.* Rio de Janeiro, 1956, p.222.
[vi] SANTOS Francisco Nicolao dos. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado. Proposições. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856, p.6.
[vii] ALVARENGA, Hemenegildo Rodrigues de. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typoraphia Universal de Laemmert, 1856, p.15.
[viii] MAGALHÃES, João Moreira de. *Das indicações do aborto. These para o Doutoramento apresentada á Faculdade de Medicina da Bahia*. Bahia: Typoghraphia do "Monitor", 1877, p.6; MOTTA, Augusto F. P. Indicações do Aborto. Op. cit., p.14.
[ix] MOTTA, Augusto F. P. *Indicações do Aborto.* Op. cit., p.14. Para passagem integral ver nota 110 desse capítulo; MAGALHÃES, João Moreira de. *Das indicações do aborto. Yhese para o Doutoramento apresentada á Faculdade de Medicina da Bahia.* Bahia: Typoghraphia do "Monitor", 1877, p .6. Para passagem integral ver nota 110 desse capítulo.
[x] FEIJÓ JÚNIOR, Luiz da Cunha. *Da embryotomia, op. cit.*, p.16; MASCARENHAS, Sebastião. *Do aborto provocado. Op. cit.*, p. 12; (GOUVÉA, Pedro A. S. *Indicações do aborto, op. cit.,* p.3; MAGALHÃES, João Moreira de. *Das indicações do aborto*, *op. cit.*, p.6).
[xi] FEIJÓ JÚNIOR, Luiz da Cunha. *Da embryotomia, op. cit.*, p.16.
[xii] FEIJÓ JÚNIOR, Luiz da Cunha. *Da embryotomia, op. cit.*, p.16.
[xiii] MOTTA, Augusto F. P. *Indicações do Aborto.* Op. cit., p.19.
[xiv] IDEM, *Idem.*p.19.
[xv] MOREIRA, Joaquim. *Breves considerações sobre o aborto provocado, op. cit*., p.222. ALVARENGA, Hemenegildo. *Dos casos em o aborto provocado é indicado. Op. cit.*, p.15.
[xvi] MASCARENHAS, Sebastião G. S. *Do aborto provocado. Op. cit.* pp .11 e12.
[xvii] LOBO, Belquior. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado*. *Op. cit.* p.23; ALVARENGA, Hemenegildo. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado*. *Op. cit.* p.15.
[xviii] OLIVEIRA, Adolfo Martins de. *Parallelo entre a Embryotomia e a Operação Cesariana. These apresentada á Faculdade de Medicinada Bahia.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872, p.24.
[xix] LOBO, Belquior. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado*. *Op. cit.* p.23.
[xx] SANTOS, Francisco Nicolao dos. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado. Op. cit.*, p.9.
[xxi] LE NAOUR, Jean-Yves & VALENTI, Catherine. *Histoire de l'Avortment.* Op. cit., p.36.
[xxii] ALVARENGA, Hemenegildo. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado*. *Op. cit* , p.15
[xxiii] GOUVÉA, Pedro A. S. *Indicações do Aborto. Op. cit.,* p.13.
[xxiv] MOREIRA, Joaquim. *Breve considerações sobre o aborto provocado, op. cit.* p.222.
[xxv] LOBO, Belquior. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado. Op. cit.* p.23.
[xxvi]ALVARENGA, Hemenegildo Rodrigues de. *Dos casos em que o aborto provocado é indicado. Op. cit.,* p.15.
[xxvii] MAGALHÃES, João M. *Das indicações do aborto. Op. cit.*, p.5).
[xxviii] MOREIRA, Joaquim. *Breve considerações sobre o aborto provocado, op. cit..* p.218.
[xxix] MORAES, Leôncio Gomes Pereira de. *Do aborto provocado. These apresentada á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typographia Acadêmica, 1873, p.10; MOTTA, Augusto F. P. *Indicações do Aborto. Op. cit*., p.12.

O MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Luzia Araújo Figueiredo
Mestre em História/UFMS- FAP- Ponta Porã

O Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul foi uma organização social que, apesar de seus poucos anos de existência - 1979 - 1993, provocou reações sociais significativas às ações que promoveu. Para pensar na sua formação, temos que visualizar o nascimento de um Movimento Social utópico que tinha no seu bojo um contramodelo da sociedade existente, não um pensamento de futuro, mas uma forma de encarar o presente. Presente que se desponta de várias formas e entre elas está a luta da questão de gênero.

O campo brasileiro viveu momentos de grandes reflexões nas décadas de l950 e l960. Foi o início da reestruturação dos sindicatos e das ligas camponesas, que davam ênfase às lutas pela regulamentação das relações no campo. Relações estas que são as trabalhistas, de posse da terra, e de reforma agrária. Mas havia uma visão de que essas lutas eram fruto das relações atrasadas no campo, pois com o desenvolvimento econômico e social, a agricultura familiar tenderia a desaparecer.

Na década de 1970, predominava, nos debates acadêmicos, a visão de que a agricultura familiar era funcional ao capitalismo, ou seja, sua função para o desenvolvimento industrial e urbano era liberar trabalhadores para as cidades e fornecer alimentos mais baratos, já que a mão-de-obra no campo era mais barata e se utilizavam poucos insumos. Aqueles que se contrapunham e essas visões, por sua vez, não acreditavam que a agricultura familiar tivesse essa capacidade, pois diziam que ela não conseguiria responder aos estímulos para alcançar a produtividade de que o Brasil industrial necessitaria para o abastecimento interno de produtos agrícolas e a criação de divisas com a exportação.

Nos anos 80, mudou-se o debate, tendo em vista a década anterior. O Estado tinha investido maciçamente na tecnificação da agricultura e, com isso, obtivera uma mudança radical, porém conservadora no sistema produtivo no campo, cujas principais conseqüências

foram o aumento da concentração de terras, o assalariamento rural, a destruição do meio ambiente, entre outros. Nessa época, chegou–se a propagandear que, no Brasil, não havia mais necessidade de reforma agrária, pois se esperava que esse modelo agrícola baseado nas grandes propriedades tecnificadas desse conta da produção tanto para o mercado interno como para o mercado externo, sobrando para alguns agricultores familiares a integração ao chamado *complexo agroindustrial*, enquanto, para a maioria, restaria a chamada agricultura de subsistência, prenúncio da marginalização completa e da expulsão da terra. Os agricultores familiares, então chamados de pequenos produtores rurais, que produzem em regime de economia familiar, eram um setor que ainda estava vivo, produzindo, organizado em um determinado modo de vida e querendo se mobilizar para reivindicar políticas públicas que o apoiassem, para disputar recursos no conjunto da sociedade. Como coloca Touraine:

> "Não se deve tomar a sociedade pelo que ela é, pelas suas formas de organização e suas regras de funcionamento. O que aparece como quadro dos comportamentos sociais é, em realidade, o resultado sempre limitado, frágil e mal integrado dos conflitos e das transações que se formam entre classes e forças sociais delas derivadas e que são os atores da historicidade de uma sociedade, atores que animam e interpretam o sistema da ação histórica de uma sociedade, Isto é, seu campo social e cultural de desenvolvimento."[1]

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul acompanhou a trajetória dos movimentos de mulheres ao nível nacional. A reflexão sobre a necessidade de discutir a especificidade feminina já estava presente na década de 80.

A concepção de movimentos sociais trabalhada por Alain Touraine no livro organizado por Marialice Foracchi e José de Souza Martins[2] é a de que ela não se expressa em termos de contradições, mas de conflitos. Não opõe a sociedade do futuro à do presente. Não isola as relações de classe da historicidade de uma sociedade. As classes em presença estão em luta pelo controle de um sistema de ação histórica. Um movimento

popular não é mais analisado como agente de uma sociedade futura, mas como campeão de um contramodelo de sociedade colocado no mesmo campo de historicidade do modelo dominante.

Todo movimento social, seja de uma classe dirigente ou de uma classe dominada, contém em si a utopia da sociedade transparente e racional, sociedade sem classes, certamente marcada por tensões e oposições, que permanecem sempre interiores a um modelo racional e humano de organização social.

A presença constante dos movimentos sociais populares conduz à recusa da idéia de que seu sentido histórico só lhes pode ser dado de fora. É, sem dúvida, impossível defender uma tese espontaneísta que esqueceria o caráter dominante da classe superior e o fato da alienação; mas é também impossível afirmar que só um instrumento político, apoiado em uma teoria científica da história, é capaz de conduzir o movimento social além da reivindicação reformista e do esforço por uma melhor integração social.

Nesta relação, o Movimento estava acreditando na possibilidade de conseguir, realmente, mudar a forma de como a sociedade enxergava a mulher trabalhadora rural em Mato Grosso do Sul, no sentido de iniciar uma discussão de gênero capaz de fazer com que elas avançassem na conscientização política de classe e de gênero. O grande objetivo era mudar o estilo de vida de um grande número de trabalhadoras rurais que acreditavam que, só ficar em casa lavando, passando e ir para a roça, já estavam conseguindo mudar esta realidade.

Podemos entender, com isso, que o todo se particulariza e a particularidade se totaliza, numa sociedade onde os padrões culturais se internalizam, tanto na nossa prática cotidiana quanto na nossa afetividade, na nossa psique. Assim, a discussão de gênero, novo momento de reflexão atual da questão feminina, pôde possibilitar um novo tempo de redefinição das relações entre homens e mulheres, tanto em nível de prática quanto em nível de conhecimento, contribuindo com uma nova história e uma nova leitura.

As relações de gênero, neste sentido, são em muito, a divisão sexual do trabalho,conforme mostra Giulani:

> "As mobilizações das trabalhadoras rurais ilustram muito bem a capacidade das mulheres de vincular reflexões sobre a vida doméstica às demandas dos movimentos populares. Embora tenham uma consistência interna muitas vezes frágil, as trabalhadoras aprendem a expressar toda a riqueza e as potencialidades criadoras da crítica à divisão sexual do trabalho, evoluindo, em suas reivindicações, para uma clara confluência com o ideário feminista" [3]

Muitos ainda pensam essa atividade apenas como um setor da economia ou, no máximo, enquanto função social com potencial para conter o êxodo rural, o qual contribui para aumentar o desemprego nas cidades. Poucos se detêm sobre as pessoas que vivem e trabalham na agricultura familiar, quais são os seus sonhos, seus anseios, os direitos que constroem e procuram tornar realidade. Quanto à família, quando considerada, apenas o é na figura do chefe da família: o pai. O trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos é negligenciada, como se os interesses do pai incluíssem os de todos.

A idéia de um pai que decide pela vida de todos parece uma coisa do passado, pelo menos no discurso voltado para o meio urbano. Por que, então, é aceita sem questionamento para as famílias de trabalhadores rurais? Talvez porque, para os agricultores que trabalham a terra por conta própria, a forma de combinar a disponibilidade de trabalho da família com as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola propiciem uma divisão do trabalho que se naturaliza pelo sexo e a idade. A naturalização da divisão sexual do trabalho impede que esta se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade.

Ainda hoje a divisão do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo, a agricultura, pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado. E as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico, o

cuidado com a horta, com pequenos animais, porcos, galinhas, tudo o que é feito para o uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos filhos. Esta foi uma das frentes de lutas do Movimento de Mulheres Agricultoras em Mato Grosso do Sul.

Seguindo esse raciocínio, mesmo que os filhos e a esposa desempenham tarefas na roça, essas são consideradas ajudas. Em oposição à roça, a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho. O produto das atividades femininas no cuidado de pequenas criações ou no artesanato é comercializado para a compra de outros bens para a casa, como por exemplo, utensílios de cozinha, roupa de cama e outros. As mulheres geralmente não participam da comercialização da produção. Quando estão nas feiras, localizam-se na venda de produtos considerados secundários, tais como verduras, frutas, legumes e condimentos.

A mulher da roça desempenha papéis na área da reprodução e produção. Existe uma divisão de gênero de trabalho que é fundamental ser entendida para poder planejar ações que busquem a participação das mulheres. Quando se estudam as diferenças de alocação de tempo do homem e da mulher, observa-se que há tarefas que ambos executam, outras que são exclusivas das mulheres e algumas que são exclusividade dos homens, bem como há espaços físicos dentro da unidade de produção com diferentes responsabilidades de gestão.

Por mais simplificado que seja um sistema de produção, como por exemplo, os monocultivos de soja do Estado de Mato grosso do Sul, se existe alguma diversidade, ela está presente em volta da casa ou nos pedaços das lavouras onde estão plantadas as "miudezas". Em volta da casa estão os pomares, a horta, as ervas medicinais, as árvores, as flores, as galinhas. Aí a mulher passava a parte de seu tempo, produzindo e beneficiando alimentos para a família e também gerando excedentes para comercialização. Os excedentes das miudezas garantem o dinheirinho que pinga aos poucos e cobre os pequenos gastos do dia a dia.

Esse espaço é pouco estudado e, portanto, a sua contribuição na renda é geralmente subestimada. Boa parte das análises econômicas feitas na pequena produção desconsideram esse setor: as mesmas análises que não conseguem entender por que a pequena propriedade ainda existe apesar de todas as adversidades e das contas no vermelho que costuma apresentar. Por outro lado, há uma série de estudos feitos em vários países que demonstram a contribuição econômica e nutricional, para a família, da produção procedente desse espaço.

Além dos benefícios na renda, já que produzindo não é necessário comprar, uma produção de subsistência diversificada garante a segurança alimentar da família.

Para trabalhar com as mulheres, é preciso entrar na zona da diversidade, ou seja, colocar a mão nos quintais, nas miudezas e nas criações. O trabalho com componentes ou com a totalidade agrícola não sai das intenções se não considerar a participação das mulheres. As atividades de planejamento e gestão visam à sustentabilidade do sistema de produção e o bem-estar das famílias que vivem no campo só avançam quando integram os conceitos associados de diversidade e gênero.

Muitos erros se cometem por desinformação. Não é possível desenvolver os mesmos erros das estatísticas oficiais e manter a mulher na sombra do processo produtivo. As metodologias de diagnósticos têm que incorporar técnicas que permitam a expressão das diferentes visões de gênero em todos os aspectos da produção. É importante, para citar alguns deles, levantar informações que expliquem a divisão de gênero de trabalho, de responsabilidade de gestão, de manejo de recursos naturais à alocação real de tempo de cada membro da família para os diferentes grupos de atividades, onde e quando a mulher participa da tomada de decisão.

Nas atividades de gestão e planejamento, é preciso ir além dos poucos produtos que geram volume expressivo de renda monetária e abrir os olhos para a diversidade das miudezas, é importante pensar o planejamento não apenas no sentido da renda monetária, mas de maximização do bem-estar. Frente aos números do mapa da fome no campo

brasileiro e às precárias condições dos serviços de saúde, melhorar o abastecimento alimentar na pequena produção familiar, a partir de uma dieta diversificada e equilibrada, é uma prioridade inadiável para os que atuam na área de desenvolvimento rural. Portanto é preciso conhecer mais a fundo a disponibilidade de alimentos em termos quantitativos e qualitativos, a distribuição durante o ano, o consumo da mão-de-obra as formas de aproveitamento dos alimentos a estrutura disponível para beneficiamento local.

Com um melhor conhecimento desse campo invisível, fica mais fácil definir por onde começar. Não se pode perder de vista que diminuir a carga de trabalho das mulheres agricultoras e aumentar a sua participação na gestão da renda é um passo fundamental na superação ou diminuição dos desequilíbrios de gênero existentes. Portanto a disponibilidade e distribuição de mão-de-obra são variáveis de extrema importância ao decidir que intervenção adotar.

As possibilidades são tão diversas quanto os sistemas de produção familiar. É claro que conhecer e saber qual a porta de entrada não é suficiente. Muitas vezes, a adoção de medidas, como as citadas acima, depende de recursos financeiros e investimento que estão muito longe da porteira das pequenas propriedades e mais longe ainda da bolsa das mulheres agricultoras.

Há também a injusta estrutura agrária que, em muitos casos, é a primeira a inviabilizar a implantação de um sistema de produção sustentável. Pode-se esbarrar ainda no problema da desvalorização do setor de produção de autoconsumo que está arraigada na cabeça de planejadores, dirigentes sindicais, assessores e até dos próprios agricultores, homens e mulheres.

Todavia, essas dificuldades não podem servir de desculpa para continuar protelando, pois há iniciativas que devem ser imediatas. Sâmara[4].a historiografia das últimas décadas sem dúvidas favorece uma história Social da Mulher e da Família, preocupada com a análise e a percepção de processos históricos antes considerados de menor importância para o entendimento da natureza das sociedades.A diversificação

temática e a mudança de focos de atenção do pesquisador enriquecem os estudos históricos, propiciando a incorporação de novos campos de reflexão àqueles já consagrados. Assim o cotidiano, os marginalizados, a mulher e a família ganharam espaço e dimensão nova nas interpretações recentes.

O gênero fornece aqui os critérios para a definição de políticas sociais tanto quanto para as estratégias de gestão e organização do trabalho mesmo se a diferença de gênero não está explicitada nos discursos. Logo, a noção de gênero remete ao discurso sobre o masculino e o feminino, naquilo que parecia ser exclusivamente uma relação técnica e organizativa. Neste sentido, o uso de gênero, na sociologia do trabalho, coincide com a problematização das subjetividades e também com as identidades presentes no mundo do trabalho. Mas a idéia de que identidade coletiva feminina possa ser um aspecto significativo de identidade de classe permanece, em geral, ausente do debate político ou da investigação de estudiosos.

---

[1] TOURAINE, A In: *Sociologia e Sociedade*. (leituras de introdução à sociologia). Org. Marialice Mencarini Foracchi e José de Souza Martins. p.336. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

[22]Foracchi Marialice Mencarini Martins José de Souza Sociologia e sociedade (leituras de introdução à Sociologia) Rio de Janeiro, LTC S.A .,1983.

[3] GIULANI. P.C. Os Movimentos de trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: *História das Mulheres no Brasil*. Org. Mary Del Priori, 3ªed. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. p.642.

[4] SAMARA, Eni de Mesquita.*As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX.* São Paulo:ed. Marco Zero e Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989

A CONSTRUÇÃO DA AV. DANTAS BARRETO E A LÓGICA MODERNIZANTE NA CIDADE DO RECIFE (1971-1973)

Luís Manuel Domingues do Nascimento*

Desde o início do século XX, a área central da cidade do Recife vinha sendo objeto de intervenções, reformas e/ou reordenamentos urbanos. Essa área foi objeto, ao longo do século, de sucessivas e regulares intervenções que visavam desobstruir e liberar as áreas centrais dos sobrados e demais construções que eram consideradas obstáculos para o progresso segundo a lógica de seus mentores. Procurava-se dotar o centro da capital de avenidas largas e retilíneas para acomodação e circulação das máquinas automobilísticas, de quadras aptas aos novos conjuntos arquitetônicos de edifícios integrados ao funcionamento das redes econômicas e equipamentos urbanos adequado ao desenvolvimento tecnológico e aptos a atender as demandas de laser, cultura e urbanidade das sociedades regidas pelo progresso. Quase sempre tudo foi operado em nome do futuro, uma entidade inflexível e onipotente que outorgava um projeto de um *mundo novo* que se constitui no presente e se instala no futuro, mas em momento algum se situa ou se reporta ao passado e à tradição.

Uma das mais significativas alterações urbanas do Recife ocorreu entre os anos de 1971 e 1973. Tratava-se da construção do trecho da Av. Dantas Barretos entre o pátio da Igreja N. S. do Carmo e a Praça Sérgio Loreto, em uma área de quase 4 km^2. A sua justificada era propiciar uma solução para o caótico tráfego de veículos na área central da cidade e viabilizar uma ligação direta e fluente entre esta e a zona sul, no sentido de Boa Viagem (local de maior concentração de proprietários de automóveis particulares) e da Av. Mascarenhas de Morais (área de recepção, armazenagem e distribuição de produtos industrializados no Recife e de onde fluía a maior parte dos veículos de carga em direção ao centro da cidade). Neste sentido, os argumentos para a obra se fundamentavam na dinamização e racionalização do tráfego de veículos.[1]

A construção da Av. Dantas Barreto desencadeou a maior e a mais vasta ação demolidora de intervenção sofrida pela cidade no seu conjunto de prédios remanescentes da

* Professor Adjunto III, do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

época colonial em um curto espaço de tempo. Em cerca de dois anos e meio, foram demolidos vários edifícios no bairro de Santo Antônio, alguns de significativo valor histórico. No bairro de São José as intervenções atingiram a demolição de 6 quadras, centenas de imóveis, várias ruas, o Pátio do Carmo e a Igreja do Bom Jesus dos Martírios.

À época era prefeito do Recife o Sr. Augusto Lucena (1971-1975), que havia iniciado a sua segunda gestão à frente da Prefeitura com a meta de firmar o papel de metrópole regional da cidade e de executar uma modernização dos aspectos urbanos da cidade,[2] possibilitando o desenvolvimento do Recife como um todo e a sua inserção no ideário do ufanismo do "milagre econômico" do período.

Anos mais tarde, no *Ciclo de Debates: Política Urbana, Planejamento e Democracia*,[3] o ex-prefeito Augusto Lucena reafirmaria as metas da sua segunda gestão. Primeiramente, definiu a sua administração voltada à implantação de uma ação racionalizadora capaz de tecnicamente e de forma despolitizada realizar um exame qualificado das demandas e dos problemas urbanos, de discernir e deliberar de forma eficaz e eficiente às políticas de intervenções municipais e, por fim, de executá-las a partir de critérios técnicos e administrativos racionais. Na parte política, se ateve a uma ação empírica do governante com a sociedade, cabendo aos grupos qualificados executar a política municipal.[4]

O perfil da administração se revelou no confronto que a prefeitura teve que travar contra os que se opuseram à demolição do casario de feições coloniais e da Igreja do Bom Jesus dos Martírios, construída entre 1791 e 1796, com uma fachada em estilo rococó, pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios (a Irmandade dos Homens Pardos), em terreno doado pelo Sargento-Mor José Marques do Vale e sua esposa, a Sra. Ana Ferreira. Os defensores da preservação da Igreja exigiam o seu tombamento como um bem histórico-cultural, pois ela era a única igreja do Brasil totalmente edificada por escravos.

Na questão da demolição da Igreja dos Martírios teve lugar um episódio que Denis Bernardes denominou "A Batalha dos Martírios"[5]: o confronto entre personalidades e autoridades da cidade reunidos em grupos com interesses opostos quanto à necessidade da Av. Dantas Barretos e ao destino da paisagem arquitetônica colonial remanescente. A favor

da demolição da Igreja, Augusto Lucena angariou apoio dos historiadores Flávio Guerra e Alfredo Carlos Schmalz, do colunista social José de Alencar (o Alex), mais da metade da bancada de vereadores da Câmara Municipal, da maioria da bancada de deputados estaduais, de alguns deputados federais, de entidades de classe patronal e empresarial, os membros do Conselho Municipal de Cultura, e de algumas entidades civis e religiosas. No grupo de oposição ao prefeito estavam jornalistas e escritores da imprensa local, como: Ariano Suassuna, Leonardo Dantas Silva, Paulo Malta, Orlando Parahym, Nilo Pereira, Marcos Vinícios Vilaça e os arquitetos Lúcio Costa e José Luiz da Mota Menezes.

Nas páginas dos jornais, a batalha se desenrolou através de insultos e acusações mútuas, com ataques que iam desde acusações de politiquice rasteira, corrupção, inimigos empedernidos do desenvolvimento da cidade, conspirações das autoridades municipais e ações clandestinas da mesma para a consumação do desmoronamento da Igreja.

O confronto envolveu, ainda, a Arquidiocese de Olinda e Recife, que se colocou ao lado do prefeito; denúncias de descaso e de corrupção dos membros da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios[6] sobre o real interesse na preservação do patrimônio em questão; e para um confronto entre dois velhos inimigos, Augusto Lucena e Ayrton de Almeida Carvalho (diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, futuro IPHAN), que desde a primeira gestão desse na Prefeitura do Recife (1964-1969) se colocara em oposição ao prefeito em relação as suas metas de construir obras viárias a custa do patrimônio histórico.

A possibilidade de demolir a Igreja dos Martírios para o prolongamento da Av. Dantas Barreto já era aventada por Augusto Lucena desde a sua primeira gestão, quando, em 1968, começou a articular a demolição da Igreja, situada na Rua Augusta e com a sua fachada voltada para um beco que dava na Igreja de N. S. do Terço. Nessa sua gestão, o prefeito reiniciou a construção da avenida, projetada nos anos de 1940, e com vários trechos construídos em administrações anteriores, que a estenderam até a altura da Praça do Carmo.

Quando assumiu a prefeitura pela primeira vez, no lugar do prefeito deposto pelo golpe de 1964 (Pelópidas da Silveira), Augusto Lucena construiu um trecho da avenida que ia do Ed. Igarassu, situado na Av. N. S. do Carmo, até a Rua Tobias Barreto. Na sua segunda

gestão (1971-1975), ele estabeleceu como uma de suas metas prioritárias o prolongamento e conclusão da avenida, que se estenderia até a Praça Sérgio Loreto, no sentido da Zona Sul, interligando-a com a Av. Sul e Rua Imperial. Com a conclusão da Av. Dantas Barreto, a Ilha de Santo Antônio teria uma avenida que atravessaria a sua área central no sentido horizontal, começando num dos seus extremos, na parte norte, na Praça da República, indo até quase a metade da ilha e dali se interligando a duas outras vias que atingiriam o seu outro extremo.[7]

Esse projeto viário embutia em si a demolição da Igreja dos Martírios, situada quase na metade da extensão da avenida projetada e posicionada em sua faixa central. Mas, antes de o prefeito deliberar pela sua demolição, outra solução já tinha sido proposta para o destino e coexistência do templo com a avenida. A solução tinha sido proposta em 1969, a partir de um pedido de Valdeci Pinto, assessor de Planejamento da Prefeitura do Recife, ao Escritório Técnico de Planejamento Físico (ETPF). A partir desse pedido, o ETPF contatou o 1º Distrito do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a proposição de sugestões. Dessa mediação resultou um estudo para o desvio da avenida e preservação da Igreja dos Martírios, encaminhado em março de 1970 à Prefeitura do Recife.

Em agosto de 1971, os técnicos da Prefeitura do Recife e o prefeito negaram a existência de um plano aprovado para o desvio da avenida, mesmo tendo o professor Roberto Soeiro, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entregado cópias dos documentos, parecer e plantas, produto das mediações feitas a partir de 1969, ao secretário de Justiça da Prefeitura do Recife, Urbano Vitalino Filho.[8]

A ação de Roberto Soeiro se mostrou infrutífera em virtude de tanto o prefeito como a equipe técnica terem se mostrado irresolutos quanto a qualquer alternativa que não fosse a demolição da Igreja dos Martírios. A demolição só foi sustada num primeiro momento em virtude das providências imediatas tomadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que providenciou a sua inscrição no livro de tombos, em junho de 1971.[9]

A partir do tombamento da Igreja dos Martírios, seguiram-se às contendas que deram lugar à chamada “Batalha dos Martírios”. O auge do confronto ocorreu nas semanas que se seguiram ao dia 12 de agosto de 1971, no qual ocorreu o desabamento de um sobrado, de nº

370, na Rua Augusta, ao lado da Igreja dos Martírios, que causou a morte de cinco pessoas e deixou quase duas dezenas de pessoas feridas.[10]

Para vencer as resistências contra a demolição da Igreja dos Martírios, o prefeito recorreu a quase todos aqueles que lhe pudessem oferecer algum tipo de apoio, manifestação ou arrazoado que fundamentassem o seu posicionamento.

Contudo, o investimento mais incisivo do prefeito para poder demolir a Igreja dos Martírios foi sobre as instâncias federais responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural (MEC, Conselho Federal de Cultura, SPHAN) e o Judiciário a nível federal, na busca de uma autorização legal para a demolição do templo, mantendo ainda contatos e uma certa pressão sobre autoridades federais para intervirem em seu favor.

O *lobby* político do prefeito surtiu os efeitos que desejava, tanto que a Presidência da República, em 11 de abril de 1972, acolhendo parecer do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, assina o Decreto 70.389, autorizando o cancelamento do tombamento da Igreja dos Martírios no Livro de Tombo do IPHAN, orientando o Ministério da Educação e Cultura para que transferisse e cuidasse da preservação do frontão da Igreja dos Martírios em outra localidade às margens da Av. Dantas Barretos.[11] No entanto, em despacho com Presidente, no qual solicitava o cancelamento da inscrição da Igreja no livro de tombamentos, o ministro desvelava a natureza das ações da municipalidade na condução das obras da avenida na vizinhança da Igreja dos Martírios como atos premeditados que tinham por objetivo danificar a estrutura física do templo e dar como fato consumado a sua demolição.

De posse do decreto, Augusto Lucena tratou de apressar a conclusão da Av. Dantas Barreto e a interpelar judicialmente o mandado de segurança que impedia a demolição da Igreja. Em julho de 1972, o desfecho esperado pelo prefeito Augusto Lucena, finalmente, atingia aos seus objetivos com a derrubada do mandado de segurança na Justiça Federal.

O prefeito recorreria, também, ao apoio de um intelectual local de projeção nacional e internacional, como argumento de autoridade para se confrontar no debate com os seus opositores e legitimar a sua posição e decisão. O intelectual era Gilberto Freyre,[12] que no início dos confrontos se colocara contra *o furor da destruição maciça do Bairro de São José*

para, em seguida, após ter sido aliciado pelo poder estatal, apoiar a demolição da Igreja dos Martírios por considerar que ela *não era monumento de alto valor*, mesmo sem ser *expert*.[13]

Na manhã de 23 de janeiro de 1973, com ordens do Prefeito, devidamente autorizado por instâncias superiores, às máquinas colocaram abaixo a Igreja dos Martírios. Em setembro do mesmo ano, Augusto Lucena, ladeado pelo então governador do Estado, Eraldo Gueiros, e pelo misto de antropólogo e sociólogo, Gilberto Freyre, honrado com a função de ligar a chave geral de iluminação da avenida, inauguravam a Av. Dantas Barreto, em meio a um carnaval fora de época, programado especialmente para o evento.

A empreitada e as ações que dela resultaram não poderiam ser atribuídas simplesmente a uma decisão pessoal de um governante sintonizado com o ideário da ideologia do progresso ou a uma contingência que envolveu a sua administração, como gostaria de fazer crer o arquiteto Geraldo Gomes, conforme questionamento que teria feito no *Ciclo de Debates: Política Urbana, Planejamento e Democracia*.[14]

Desde algum tempo, o Recife era objeto de diversas intervenções que desfiguravam e configuravam a sua composição urbana a cada passar de uma década, quase sempre definidas e redefinidas por uma lógica modernizante moldada conforme as demandas de cada estágio da economia capitalista. A lógica da Av. Dantas Barretos, à época de Augusto Lucena, não era mais a de décadas passadas que a projetaram e/ou das grandes reformas urbanas nos Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista de décadas anteriores. A lógica do então prefeito era dotar a cidade de uma infra-estrutura viária capaz de proporcionar uma mobilidade territorial aos interessados numa locomoção rápida e eficaz e capaz de encurtar as distâncias e de contrair o tempo de locomoção: os proprietários de automóvel. Para atender a esses interesses, toda a composição urbana recente ou de tempos imemoriais passou ceder lugar às outras composições, até que viessem a se tornar ruínas e ceder lugar a outras intervenções com outros parâmetros de modernização.

As sucessivas lógicas modernizantes faziam emergir na cidade do Recife uma fugacidade de que todas as coisas iriam aos poucos perder as suas qualidades e referências de uso para que o seu caráter fetichista se sobrepusesse de forma quase totalizante a tudo.

Até o que era moderno e novo ontem já seria arcaico no momento seguinte com o esvaziamento do seu caráter fetichista. As coisas não se conservavam mais pelas suas qualidades e usos, mas pelo seu caráter fetichista e pela capacidade de alienação e coisificação que podiam ter. A própria Av. Dantas Barretos, década depois, seria considerada arcaica ante as novas e sofisticadas avenidas que a cidade conheceria e pela dissipação das razões de seu uso e a que fim ela devia servir. De via expressa para o fluxo de automóveis e veículos de carga, o sua razão foi sendo diluído com o deslocamento do trânsito para as novas avenidas e perimetrais no entorno da área central da cidade.

Tida como expressão da modernização viária do Recife, seria nos anos seguintes um corredor viário inútil e apropriado pelo comércio ambulante, terminais de ônibus e estacionamentos, com a população da cidade passando a qualificá-la como a *avenida que começa em lugar nenhum e não vai para nenhum lugar*. A adulteração de seu uso e de sua finalidade ficou tão latente nos anos seguintes que, em 1994, o então prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, utilizou a parte central da avenida para ali erguer edificações destinadas a disciplinar e acomodar o comércio ambulante da área central da cidade, denominado por João Braga como equipamento urbano, mas logo conhecido como “Camelódromo”.[15]

A conclusão da Av. Dantas Barreto representava um símbolo de uma modernização que tinha como opção, desde a década de 1970, privilegiar o uso extensivo do automóvel, num período de gasolina barata e de facilidades de crédito para aquisição do veículo particular de passeio. Diferente de outras avenidas da área central da cidade (Guararapes e Conde da Boa Vista), que serviam mais como corredores de trafego para a locomoção mista de veículos, mas, principalmente, aos veículos de transporte de passageiros, a Av. Dantas Barreto era uma obra orientada para atender às novas demandas e interesses da locomoção do automóvel particular, sendo, portanto, uma pista adequada ao seu deslocamento rápido e a sua capacidade de produzir uma maior mobilidade.

Além de ligar o centro da cidade ao bairro de Boa Viagem e aos corredores de tráfego, era também seu objetivo, desde a sua concepção nos anos de 1940, viabilizar um fluxo eficaz e adequado das mercadorias entre a área central da cidade e as vias que a interligavam a Av.

Mascarenhas de Morais, pólo de armazenagem e distribuição de mercadorias, de conexão direta com o aeroporto da cidade, rodovias, pólos industriais do Estado (Jaboatão e Cabo) e dos principais centros industriais do Sudeste.

A estratégia para atingir o objetivo foi o reordenamento urbano comum as grandes metrópoles. A justificativa foi a necessidade de dotar a cidade de uma modernização, equiparando-a às grandes cidades ocidentais e instituindo no espaço intra-urbano condições de vida moderna para os seus habitantes e o desenvolvimento de suas atividades.

---

[1] *Com a Avenida Dantas Barreto concluída você poderá chegar oito minutos antes à Zona Sul. Os veículos ficarão livres das curvas da Avenida Nossa Senhora do Carmo e das rótulas para entrada no cais de Santa Rita. (...) A Avenida Dantas Barreto é uma das artérias vitais para o trânsito no centro da cidade. Por ela escoará todo trânsito no centro da Zona Sul. Com a abertura do trecho da rua Tobias Barreto e da rua São João, outras ruas do centro da cidade também serão beneficiadas, pois o trânsito será canalizado para um objetivo comum*. Trechos da reportagem Zona Sul ficará mais perto com a ampliação da Dantas Barreto, in **Diário de Pernambuco**, de 21/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

[2] Sobre os aspectos da administração de Augusto Lucena, à frente da Prefeitura da Cidade do Recife, consultar: BERNARDES, Denis. **Recife**: o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996, p. 85.

[3] Este Seminário, realizado entre maio e junho de 1981, foi promovido pelo IAB-PE e Clube de Engenharia de Pernambuco, reunindo ex-prefeitos do Recife. As os debates foram reunidos no livro: IAB-PE e CEP. **Ciclo de Debates**: Política Urbana, Planejamento e Democracia. Recife: IAB-PE/CEP, 1982.

[4] IAB-PE e CEP, *op. cit.*, p. 31.

[5] BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 87.

[6] Segundo o arquiteto José Luiz da Mota Menezes, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios tinha concordado com a demolição da Igreja *em troca de uma quantia em dinheiro e um terreno em outro local*. Sobre esta declaração do arquiteto, consultar: **Edificação foi o único templo do Brasil todo construído pelas mãos de escravos**, *in* **Jornal do Commercio**, de 15/10/2000. Disponível na Internet: <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1510/cd1510.htm>. Acesso em: 05 abr. 2004.

[7] A atual extensão da Ilha de Santo Antônio é resultado da incorporação contínua da Ilha Joana Bezerra e Ilha do Maruim, formadas por braços do Rio Capibaribe, que foram aterrados ao longo do século XX.

[8] **Diário de Pernambuco**, de 24/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

[9] Sobre estes informes, consultar: **Edificação foi o único templo do Brasil todo construído pelas mãos de escravos**, *op. cit.*

[10] **Diário de Pernambuco**, de 29/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

[11] Sobre o decreto, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 13/04/1972, p. 02, 1º Caderno.

[12] Gilberto Freyre era à época membro do Conselho Federal de Cultura e teve uma atuação destacada para viabilizar a demolição da Igreja dos Martírios. Pelos serviços prestados, Gilberto Freyre seria recompensado com algumas honrarias, como: o Mérito Educacional – Classe Ouro – conferida pelo Governador Eraldo Gueiros Leite, e a Medalha do Mérito Cidade do Recife, conferida pelo Prefeito Augusto Lucena.

[13] Sobre estas declarações e posições de Gilberto Freyre, consultar: CAVALCANTI-BRENDLE, Betânia Uchoa, **Martírios do Recife** *in* **Continente Muticultural**. Recife: CEPE Editora, Ano III, nº 31, julho/2003, p. 83.

[14] No debate do plenário, o arquiteto Geraldo Gomes chegou a fazer esta interpelação ao ex-Prefeito Augusto Lucena neste sentido. IAB-PE e CEP, *op. cit.*, p. 59.

[15] BRAGA, João. **Trilhas do Recife**. Guia turístico, histórico e cultural. Recife: ALEPE/Ed. do Autor, s/d, p. 76. O autor era à época da construção do Camelódromo o secretário de Infra-estrutura da Prefeitura do Recife.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE ARTE-EDUCAÇÃO NO BRASIL

Lígia Maria Bueno Pereira Bacarin

Amélia Kimiko Noma

Universidade Estadual de Maringá - UEM

O objetivo é analisar o movimento de Arte-Educação no Brasil cujo princípio norteador é o de educar por meio da arte. Focalizando-se nos seus fundamentos teóricos e na sua trajetória histórica evidencia-se que o referido movimento constituiu-se sob influências dos ideais e princípios europeus e norte-americanos no que tange à leitura, história e metodologia do ensino da arte. Esses foram absorvidos, filtrados e adaptados às condições existentes no país. Isto significa a rejeição à idéia de simples transplante de conceitos estrangeiros como se o movimento em âmbito nacional não ocorresse em condições históricas específicas e sim em um espaço social vazio.

No Brasil, o movimento de Arte-educação surgiu na Semana de Arte Moderna, de 1922 com a influência de Dewey. Os princípios de Franz Cizek[1], também contribuíram para a formação do movimento por meio de Anita Malfati, que apoiada nas idéias de livre-expressão passou a orientar classes de arte em São Paulo. Mario de Andrade, professor na Universidade do Rio de Janeiro, passou a postular no seu curso de História da Arte, enfaticamente, a arte infantil como expressão espontânea e que deveria ser estimulada como tal. Ele desenvolveu programas semelhantes às classes de Cizek e pesquisou sobre expressão infantil na Biblioteca de São Paulo e escreveu artigos em jornais sobre a temática.

Sob a influência da Escola Nova, surgiram no Brasil diversas obras que enfatizaram a educação sob aspectos psicológicos e sociológicos. As idéias de Dewey se propagaram no campo educacional brasileiro por intermédio de Anísio Teixeira. Ele foi o criador do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, em 1930, onde havia uma escola-sede para as atividades formais e uma escola-parque para as atividades de Arte. Nessa instituição desenvolveram-se os estudos que realizou na Universidade de Colúmbia, em 1928, junto

com Dewey.

Para validar a Arte-educação nos pressupostos da Escola Nova Teixeira valorizou o seu aspecto instrumental, não uma instrumentalidade fundada no estético como concebida por Dewey, mas como instrumento em beneficio do conteúdo da lição. Assim, a instrumentalidade da experiência estética residiu em possibilitar a continuidade da experiência consumatória. Esses aspectos foram importantes para o rompimento com os padrões estéticos e metodológicos tradicionais, por outro, criou-se uma postura não-diretiva, onde tudo em Arte-educação era permitido em nome da livre-expressão.

Destarte, a efetivação do movimento da Arte-educação vinculou-se às novas exigências educacionais da industrialização, no contexto da Revolução de 1930, que transformou o ambiente cultural e o grau de aspirações da "nova" população urbana/industrial. O processo social de educação se consubstanciou em reivindicações pela expansão do ensino, todavia, a demanda escolar só se desenvolveu nas áreas onde se intensificaram as relações de produção capitalista.

No início o movimento de Arte-educação organizou-se fora da educação escolar e a partir de premissas metodológicas fundamentais nas idéias da Escola Nova e da Educação Através da Arte. No Brasil, foi Augusto Rodrigues quem iniciou a divulgação dessa metodologia através da Escolinha de Arte do Brasil.

1. A ESCOLINHA DE ARTE DO BRASIL: FORMALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DA ARTE-EDUCAÇÃO NACIONAL

Augusto Rodrigues, um artista plástico, foi o elemento fundamental no movimento Educação pela Arte, pelo fato de ter criado a Escolinha de Arte do Brasil (EAB), no Rio de Janeiro, em 1948. Ao se identificar com as idéias de Herbert Read[2], na Mostra Internacional de Desenhos Infantis, organizada por Marion Richardson e apresentada por Read, no Rio de Janeiro, fundou a EAB com Lúcia Alencastro Valentim e Margaret Spence. Inicialmente esta se constituiu em uma escola de arte para crianças e aos poucos, foi se estruturando e

difundindo o Movimento Escolinha de Arte (MEA).

A Educação através da Arte, expressão que traduz a proposta educacional, filosofia e metodologia da EAB e também do MEA, representou a fundamentação que permeou a Arte-educação e, até hoje influencia os arte-educadores do Brasil. O MEA propôs como princípio norteador os mesmos postulados da escola nova européia e norte-americana, do início do século XX e adaptou os princípios de Dewey e Read, a saber, o respeito para com a expressão livre da criança, seu gesto-traço, suas brincadeiras de faz-de-conta, sua espontaneidade. A Educação Através da Arte, quando difundida no Brasil, assumiu a base psicológica da pedagogia.

Em 1958**,** o Governo Federal permitiu a criação de classes experimentais e as práticas desenvolvidas pelas escolinhas foram introduzidas na educação pública. A EAB, nesse período, foi utilizada pelos governos do Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia e pelo MEC, para firmarem convênios com a finalidade de formarem arte-educadores. Os convênios estabelecidos com instituições privadas para treinar professores transformaram a EAB em consultora de Arte-educação, tanto para o sistema de ensino público como para o privado. Houve, naquele período, quase vinte Escolinhas no país.

Mas na efervescência ideológica dos primeiros quatro anos da década de 1960 cresceram organizações que trabalharam com a promoção da cultura popular, a educação popular, a desanalfabetização e a conscientização da população sobre a realidade dos problemas nacionais. Os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs), o Movimento de Educação de Base (MEB), foram os grandes protagonistas das ações de várias tendências e grupos de esquerda, preocupados com a problemática cultural das classes trabalhadoras.

Após a década de 1960, acentuou-se no interior da EAB a tendência tecnicista alicerçada no princípio da otimização, baseada na racionalidade, eficiência e produtividade. Com sua organização racional e mecânica, visava corresponder aos interesses da sociedade industrial. A semelhança com o processo industrial não ocorreu por acaso, pois

tal proposição atingiu seu apogeu nos anos 1970, período de forte presença do autoritarismo do Estado e do regime militar.

A pouca expressividade do MEA dentro do movimento geral das demais áreas que se organizaram contra a ditadura deveu-se, entre outros fatores, à situação *sui generis* da produção desse movimento: o trabalho isolado dentro dos ateliês, bem como a distribuição da produção por canais privados (as Escolinhas de Arte eram instituições particulares) impediram a participação do arte-educador em todas as suas dimensões – corporal, tátil, semântica, visual – aliada ao tipo de abordagem e a uma tomada de posição consciente frente à problemática política.

No final da década de 1980, Ana Mae Barbosa (1988) adaptou a proposta do Projeto *Discipline Based Art Education* (DBAE) (inserir nota de fim explicando o que foi o Projeto] para o que denominou de Metodologia Triangular, por envolver três vertentes: o fazer artístico, a leitura da imagem e a contextualização histórica da arte. Em 1987, foi iniciado um programa de Arte-Educação no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP) com a Metodologia Triangular, combinando atividades de ateliês com aulas de história da arte e leituras de obras de arte, buscando auxiliar na alfabetização visual dos educandos. Cabe ressaltar que a Metodologia Triangular constitui-se em fundamento proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Arte, elaborados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC em 1998.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS DA ARTE-EDUCAÇÃO NO BRASIL

O termo Arte-educação foi sendo incorporado ao vocabulário acadêmico e artístico e passou a ocupar um espaço significativo nos debates sobre a função da arte na atualidade. A princípio pode-se achar que essa abordagem não possui diferencial. Mas, ao buscar-se as razões epistemológicas e concepções teóricas que a embasou, verifica-se que tal referencial teórico se dividiu em vários posicionamentos sobre o papel da Arte-educação.

A formulação de uma proposta de trabalhar a Arte-educação exige que se esclareçam

quais posicionamentos sobre a mesma estão sendo assumidos. Por sua vez, tais posicionamentos implicam, também, na seleção de linhas teórico-metodológicas. Assim, serão apresentadas duas discussões que permeiam as questões sobre os referenciais: o primeiro diz respeito ao caráter histórico-social da Arte-educação o outro sobre o papel da arte na modernidade.

2.1 Referencial Histórico-Social

O primeiro referencial teórico que embasa a Arte-educação brasileira, enfatiza o desenvolvimento estético e criativo dos educandos, sobretudo no que concerne aos seus processos de produção e apreciação artística. Ele é denominado de histórico-social, uma vez que incorpora em sua linha teórico-metodológica o relacionamento com as práticas e o acesso ao conhecimento da arte. Esse referencial aponta para uma articulação do fazer, do representar e do exprimir. Assim, em um contexto histórico-social que inclui o artista, a obra de arte, os difusores comunicacionais e o público, a Arte apresenta-se como produção, trabalho, construção. (FUSARI; FERRAZ, 2004)[3].

Em vista disso, deve-se considerar que ao tratar das concepções de estética e artístico, o arte-educador vinculado ao referencial histórico-social, deve considerar que os julgamentos artísticos envolvem julgamentos estéticos (BEST, 1985)[4]. E o estético em arte se refere, entre outros aspectos, à compreensão sensível-cognitiva do objeto artístico inserido em um determinado tempo e espaço sociocultural. Todavia, a experiência estética pode ser mais ampla e não necessariamente derivada da arte, embora a arte seja uma de suas principais fontes de aplicação (EAGLETON, 1990)[5].

Os arte-educadores que seguem o referencial histórico-social são remanescentes ou frutos da Escolinha de Arte do Brasil e da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Em contraponto ao referencial histórico-social – baseado na forma e no conteúdo do ensino de arte –, desenvolveram-se a partir da segunda metade do século XX, reflexões que abarcaram questões referentes ao posicionamento do arte-educador frente a sociedade e a relação da arte com o público. São denominados

referenciais modernistas da Arte-educação.

2.2 Referenciais Modernistas

Os arte-educadores que se utilizam desse referencial, atribuem uma importância decisiva da transformação das linguagens da arte moderna no processo de estetização da vida social desde a segunda década do século XX.

Segundo esse referencial, o que tornou possível a progressiva assimilação das novas linguagens artísticas pelo grande público foi a revolução silenciosa que ela provocaria mediante a espacialização dos estilos modernistas na vida cotidiana. Primeiramente através da arquitetura e do design de utensílios domésticos e, mais adiante, através da moda e da publicidade. O cartaz e o rádio e, posteriormente, a televisão, seriam os principais veículos de massificação das novas tendências estéticas surgidas primeiramente no seio dos movimentos artísticos de vanguarda e rapidamente adaptadas ao cotidiano. Assim, a Arte-educação deveria seguir também essa estetização na vida cotidiana.

Em torno dessas considerações é possível afirmar que, do ponto de vista histórico, a materialidade da Arte-educação moderna formou-se pelos níveis diversos de apropriações realizadas pelo meio social, determinantes para legitimar o trabalho do arte-educador. No mundo capitalista o custo de tais apropriações está relacionado com a escala de produção de bens, e nesse sentido a exigência permanente do novo e da novidade levou a banalização da criatividade no trabalho de Arte-educação.

De tal modo, a nova condição o trabalho de Arte-educação teria incorporado a exigência de uma nova organização da sua órbita regular, levaria a formulação de objetivos que fossem ao encontro das estratégias que visam desenvolver formas de resistência aos movimentos ideológicos dominantes com a função de suporte para a geração de novos impulsos estéticos (BASBAUM, 1988)[6]. Nesse sentido, a concepção da Arte-educação num campo ampliado abriga uma multiplicidade de manifestações como performances, instalações e intervenções no espaço urbano e em ambientes naturais, articulando artes plásticas, artes cênicas, música, literatura e poesia numa proposta estética interdisciplinar.

Decerto que tanto o referencial histórico-social como o referencial modernista, evidenciam, respectivamente, perspectivas ideológicas identificadas ora com a tradição de "esquerda" ora com a tradição de "direita" do pensamento ocidental no século XX. Entretanto, é possível observar que a tensão gerada pelo embate das idéias que defendem revela-se contraditoriamente ambidestra politicamente, na medida em que a prática cultural a que se refere, o trabalho de Arte-educação, deixa visíveis as contradições entre sua auto-reflexividade e sua fundamentação histórica.

As práticas educativas surgem de mobilizações sociais, pedagógicas, filosóficas e, no caso da Arte-educação, também artísticas e estéticas. Quando caracterizadas em seus diferentes momentos históricos, ajudam a compreender a questão do seu processo teórico e a sua relação com a própria vida. Deve-se considerar que os fundamentos teóricos da Arte-educação variam conforme quem os elabora, para que destinatários, com qual finalidade e a partir de que produções, podendo, inclusive, variar os enfoques a partir de um mesmo objeto, desde um enfoque histórico-social até o moderno e pós-moderno. Nesse processo, as teorias da arte, a historia da arte, estética e filosofia da arte, auxiliam-se mutuamente, completam-se, para determinar o tipo de enfoque que será dado ao discurso da Arte-educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da Arte no currículo escolar foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692/71, com a denominação de Educação Artística, sendo considerada uma "atividade educativa" e não uma disciplina. O fato representou uma certa conquista, em especial, porque deu sustentação legal a essa prática educacional e pelo reconhecimento da arte na formação dos indivíduos. O resultado dessa proposição, no entanto, foi contraditório e paradoxal.

A partir da década de 1990, o movimento brasileiro da Arte-Educação esteve preocupado com a educação escolar, organizando-se para efetivar a presença da arte na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A obrigatoriedade da introdução da arte na

escola regular, com a LDB de 1996, representou avanços conquistados após longo processo de debates, conscientização, organização e mobilização por parte dos profissionais da Arte-Educação.

O movimento de Arte-Educação se constituiu fora da escola regular, em museus, escolinhas de arte e, posteriormente, subsidiou a prática educacional com idéias, metodologias e técnicas para o ensino de arte quando houve a integração da Arte na educação escolar brasileira como componente curricular. Tratou-se de um longo processo histórico permeado de intercruzamentos de concepções estéticas, filosóficas e pedagógicas, de práticas educativas, de visões de mundo e de convicções políticas, ou seja, uma teia de significados múltiplos.

---

[1] A ação pioneira do tcheco Franz Cizek, que criou, em 1897, da Escola de Arte Infantil ou Escola de Arte e Ofícios, em Viena, trouxe os primeiros estudos sobre a produção gráfica das crianças, que datam desta instituição. Estiveram fundados nas concepções psicológicas e estéticas de então: foi a psicologia genética, inspirada pelo evolucionismo e pelo princípio do paralelismo da filogênese com a ontogênese que impôs o estudo científico do desenvolvimento mental da criança.

[2] A "educação através da arte", foi expressão cunhada por Herbert Read, em 1943, se popularizou e atualmente é abreviada para Arte-educação. O autor, em sua obra *Education Throught Art* (1954), formulou a tese da arte como base para a educação. Portanto, o pensador inglês, proporcionou a primeira diretriz da Arte-educação, quando propôs o seu paradigma de "educação através da arte".

[3] FUSARI, Maria F. de Resende; FERRAZ, Maria Heloísa C. De Toledo. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2004.

[4] BEST, David. **Feeling and reason in the arts.** London: George Allen & Unwin, 1985.

[5] EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

[6] BAUSBAUM, Ricardo. **Quatro teses sobre a arte na sociedade de controle**. Rio de Janeiro, Mestrado em História da Arte: PUC-RJ, mimeografado, 1987.

O INÍCIO DA FALANGE VERMELHA: INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES (IPCM)

MANUELA CASTILHO COIMBRA DA COSTA

Inaugurado em 1963, o IPCM é o primeiro presídio estadual na Ilha Grande e sua inauguração se dá na mesma época em que acabam os recursos federais para o sistema penitenciário carioca que entra, então, em grande crise financeira. Uma das primeiras formas de manifestação dessa crise é o fim do enxoval, ou seja, seu uniforme, produtos de higiene pessoal e cigarros, o que cria, entre os próprios presos, uma hierarquia e mais um problema: desenvolve-se, dentro das prisões, uma economia ilegal, tudo passa a ser comercializável. E não há apenas o pagamento em dinheiro, mas especialmente em cigarros (muito comum à época) e favores. Como os condenados mandados para a Ilha Grande eram, em sua maioria, 'caídos' (ou pobres ou que foram abandonados por suas famílias), lá a situação tornou-se ainda mais grave.

Além disso, as instituições carcerárias instaladas na Ilha Grande sempre haviam recebido presos políticos ou detentos com penas leves. O IPCM, porém, é criado para ser um presídio de segurança máxima.

Em 1964, mesmo com o Golpe e a prisão de diversos ativistas políticos, não houve mudanças naquela unidade carcerária. Estas só começaram a ocorrer com o endurecimento do regime. Em 1968, com o decreto do Ato Institucional n. 5, o número de presos dobra: em menos de 1 mês são mandadas 56 pessoas para um presídio que até então abrigava apenas 51 detentos. No ano seguinte, ocorre uma fuga em massa da Penitenciária Lemos de Britto ('a vitrine do sistema penal') e, em resposta, os presos políticos que lá se encontravam foram transferidos para a Ilha Grande e mantidos isolados da massa carcerária.

Com o Decreto-Lei n. 898, que modifica artigos já existentes na Lei de Segurança Nacional (LSN), qualquer pessoa que pratique delitos como assalto, seqüestro ou roubo, será punida por essa nova versão da LSN, independente de seu crime ter ou não intenções políticas. Assim, o governo aproximava a imagem do guerrilheiro à do bandido e negava a existência de presos políticos no Brasil.

É a partir daí que a galeria B do IPCM, que mais tarde ficará conhecida como 'fundão', passará a abrigar apenas os presos da LSN, com apenas 1 hora de banho de sol por dia e sem trabalhar nas oficinas do presídio, isolando-os assim, dos outros detentos e levando à convivência de presos políticos e comuns.

O PERFIL DOS MILITANTES

Os militantes políticos da década de 70 eram, em sua maioria, jovens pertencentes à classe média urbana. Um levantamento feito pelo projeto 'Brasil: Nunca Mais'mostra que, entre 1964 e 1979, 39% dos presos políticos tinham 25 anos ou menos e eram, em sua maioria, moradores de centros urbanos, pertencentes às classes média ou alta (para se ter uma idéia, mais de metade deles havia atingido a Universidade). Nas entrevistas feitas ao longo da pesquisa, os presos políticos comentaram como essas características traziam dificuldades nas prisões e também na relação com os presos comuns. O depoimento de Paulo Henrique ilustra bem essa situação:

"Havia esse aspecto cultural (...) Não posso negar que a gente tinha muito preconceito em relação às drogas, com relação a tudo isso, por própria formação - a maioria do pessoal da luta armada era classe média, de origem religiosa. Com uma formação completamente diferente da formação deles, que eram pessoas de origem humilde, a maioria analfabeta, com uma história de vida muito degradada, machucada".

Quando consideramos, porém, a situação dos presos políticos antes de seus julgamentos (não terem seu paradeiro conhecido e, por muitas vezes, nem mesmo sua prisão reconhecida pelas autoridades; a proibição das visitas; torturas), percebemos que o medo que eles tinham dos presos comuns, das violências e explorações que poderiam sofrer dividia espaço com a garantia de terem sido julgados e irem para um presídio civil.

Ao mesmo tempo em que se encontravam na situação de criminosos culpados, também estavam livres da polícia política e, com ela, das torturas e do risco de desaparecimento. Outra garantia era que seu paradeiro seria conhecido por sua família e amigos, que assim poderiam lhe apoiar. Nesta situação, o risco de embates com os presos comuns era preferível à 'convivência'com os militares.

A CONVIVÊNCIA

Apesar da expectativa, a convivência entre os condenados pela LSN foi mais calma do que se esperava, especialmente pelo comportamento dos presos comuns. Como afirma Colombo Vieira, "o negócio dos caras era o seguinte: era cumprir as penas ou fugir. Ele tá menos preocupado com o outro ali do lado".

Havia, entre os presos políticos, algumas regras, como não fumar maconha, não fazer sexo na prisão e, também, não roubarem uns aos outros. Estas, além de facilitar suas vidas naquela situação de encarceramento, também serviam para man[1]tê-los com uma identidade diferenciada, de militantes políticos. Como estavam em maioria, foi fácil impor suas regras aos presos comuns que ali se encontravam.

Os presos políticos promoveram uma série de melhorias, como a farmácia e a biblioteca. E levaram para a Ilha Grande duas organizações que eram suas marcas em todos os presídios por onde passavam: o fundo coletivo e o colegiado. O fundo coletivo era uma despensa onde se guardavam todas as comidas que os presos políticos recebiam de suas visitas e que, depois, eram divididas igualmente entre eles.

Já o colegiado era um grupo pequeno, escolhido entre os presos políticos, daqueles que seriam seus representantes frente a administração do presídio.

Essa organização, somada à hegemonia dos presos políticos naquela galeria e à sua luta para melhorar as condições da prisão fizeram com que esse grupo fosse "muito respeitado, não só pelos presos comuns como pela guarda".

Houve também a organização da Farmácia e da Biblioteca. É importante frisar que os presos políticos não faziam doações de livros ou remédios para o IPCM; estes ficavam em suas celas e, quando necessário, outros presos ou então os agentes carcerários faziam o pedido a eles. A Biblioteca, apesar de ser conhecida pelos guardas, só funcionava entre os próprios presos, chegando mesmo a ter livros marxistas.

A Farmácia, por sua vez, era aberta à toda a comunidade da Vila de Dois Rios, pois a dificuldade de conseguir medicamentos (especialmente pela distância em que se encontravam) se estendia também à família dos guardas: "os presos políticos tinham uma farmácia que servia tanto à guarda, como à família dos guardas, à família dos PM's, servia também pros presos comuns, porque a farmácia do presídio não tinha nada".

Houve também uma série de cursos promovidos pelos presos políticos em sua galeria. Sua intenção era tanto formar grupos de discussão – como os que já existiam entre os movimentos e organizações antes de sua 'queda'- quanto melhorar o nível escolar de alguns presos. Manoel Henrique nos dá dimensão da variedade de cursos oferecidos: "nós fazíamos grupos de estudo. Eu, por exemplo, dava aula de curso primário para alguns companheiros que eram analfabetos. Tinham estudos de economia, marxismo". Esses cursos, apesar de não serem exclusivos, eram voltados para os próprios presos políticos, sendo rara a participação dos presos comuns.

O MURO

Em 1973 ocorreu o furto do relógio de um preso político, Cláudio Câmara, por um preso comum, Ricardo Duran. Colombo Vieira explica a situação: “Ele (Ricardo Duran) roubou o relógio de alguém, Cláudio Câmara, e então o pessoal falou vamos, nós, matando esse cara, nós submetemos os demais. Primeiro, ele passou do limite, e bater simplesmente... Nós estaríamos nos igualando aos torturadores: vamos bater pra corrigir? Então sentenciou-se a pena de morte (...) foi decidida a morte do cara e foram matar, mas aí foi muita gente... Muita gente batendo num só acaba um batendo no outro e não fazendo... E ainda foi uma ação de surpresa, que nem todos os presos políticos sabiam, foi uma coisa decidida a nível de representação, enfim, do comando de lá, e que criou uma revolta até entre os presos políticos (...) Depois desse episódio é que vem o pedido de separação, aí se utiliza, na verdade, a violência do preso comum e o conflito com os presos comuns foi utilizado pra gente conseguir a separação”.

O roubo desse relógio se torna estopim de uma luta que, para os presos políticos já levava anos: eles queriam tratamento diferenciado, a separação dos outros presos. Como já foi dito, o governo não reconhecia a existência de presos políticos no Brasil, e a construção desse muro forçava as autoridades a admitirem a existência de dois grupos distintos entre os presos da LSN.

Em 1975 já não haviam mais presos políticos no IPCM. Porém, é só nesse momento que o Diretor da SUSIPE, Augusto Thompson, autoriza a mistura do grupo condenado pela LSN, que ainda se encontrava no ‘fundão’, ao resto da massa carcerária.

OBJETIVOS DA FALANGE

O sociólogo Edmundo campos Coelho afirma que “um dos efeitos da convivência dos presos políticos com os LSN na Ilha Grande foi o de formar, em alguns desses últimos a convicção de que a observância aos direitos dos presos deve ser antes uma conquista da ação organizada da massa carcerária do que uma concessão da

administração (...)Não se trata de superestimar aqui a consciência política de vários dos componentes do grupo dos LSN (...) seria um erro, contudo, subestimá-la com base na ausência de uma formação mais ideológica".

Muitas das atitudes tomadas por esse grupo imitavam a dos presos políticos: greve de fome; divisão igualitária de recursos entre o grupo. O discurso de Carlos Gregório, o Gordo, deixa claro o exemplo seguido: "O preso político tinha ma banana e dividia em 30 prá todo mundo comer. Se um comia, todo mundo tinha que comer, se dez não comiam, os outros não comiam. Então, a partir daí, começou a surgir essa idéia coletiva".

O que se pode perceber, nesse e em todos os depoimentos, é a criação - ao longo dos anos de convivência com os presos políticos e de isolamento do resto da massa carcerária - de um grupo coeso, com regras diferentes das vistas até então nas prisões. Observa-se também a imitação de diversas medidas tomadas pelos presos políticos, como o fundo comunitário, o colegiado e as regras internas do grupo.

Nesse primeiro momento, há uma série de embates com as autoridades: greves de fome, abaixo- assinados, denúncias de maus tratos e de espancamentos. Todos seguindo o modelo observado pelos presos políticos e visando a melhora de condições na vida intra-muros. Para Edmundo Campos Coelho, "os 'Leis de segurança' não tinham vínculos com grupos organizados fora das prisões, nem interesses localizados em qualquer comunidade externa, nem recursos que não fossem existentes dentro dos muros das cadeias".

AS IRMANDADES NO MEIO URBANO: PRÁTICAS FUNERÁRIAS E RELIGIOSIDADE ENTRE OS LEIGOS. PORTO ALEGRE, SÉCULO XIX

Mara Regina do Nascimento[1]

As associações religiosas de leigos, na forma fraternal, as quais chamamos de irmandades religiosas, são instituições tipicamente urbanas. Desabrocharam entre os séculos XIV e XV na Europa ocidental durante a Baixa Idade Média justamente em período de emancipação jurídica e política de inúmeros grupos sociais que, naquele período, tornavam-se independentes do jugo senhorial. O desenvolvimento da economia urbana e o crescimento do poder das comunidades citadinas produziram uma nova cena política no mundo medieval: cada grupo social que estava até então sob a tutela jurídica do direito senhorial procurou obter o reconhecimento de um estatuto jurídico e político diferenciado. Segundo António Manuel Hespanha, foram as cidades as entidades que primeiro ingressaram no universo político, seguidos de outros corpos como as corporações de ofícios, as corporações religiosas, as universidades e outras instituições culturais. [2]

Associar-se a uma confraria era, de certo modo, dar um passo em direção à emancipação. Dentro de um universo marcado pelo *antiindividualismo*, cujas características principais, entre outras, repousavam sobre uma acentuada valorização dos fenômenos grupais ou coletivos; ou se pautavam na idéia de indivíduo apenas como parte de grupos, a confraria se distinguia, com efeito, pelo lugar que proporcionava à iniciativa individual, pois, exceto no contexto profissional, cada indivíduo era livre para aderir ou não a esta[3]. Este aspecto dá à estrutura coletiva das irmandades sinais manifestos da afirmação da individualidade emergente dentro do próprio medievo. Individualidade que seria o traço

---

[1] Doutoranda em História na UFRGS/ Bolsista do CNPq. mrnasc@main.unijui.tche.br

[2] HESPANHA, António Manuel. **História das Instituições. Épocas medieval e moderna.** Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 199.

[3] VINCENT, Catherine. **Les confréries médiévales dans le royaume de France. XIIIe-XVe siécle.** Paris, Albin

distintivo de um complexo processo que conduziu o Ocidente àquilo que hoje denominamos de Modernidade.

Pode-se perceber a intrincada relação entre cidade e irmandade em pelo menos três instâncias: naquela que diz respeito ao poder dos dirigentes munícipes (as confrarias eram trampolim político e uma espécie de *laboratório de poder*, funcionando como espaços de aprendizagem para algumas autoridades municipais); na que se refere à posse e utilização do imobiliário urbano (as ditas associações eram donas de terrenos, de catacumbas, de igrejas, de fontes de água que serviam aos moradores, contribuíam na defesa de sua cidade destinando uma parte de seus terrenos para a muralhas e, como tal, influenciavam diretamente na composição do espaço urbano); e na instância que se restringe à sociabilidade urbana (incluído neste item estão as procissões, os préstitos fúnebres e as festas religiosas de rua). Assim caracterizadas, as confrarias religiosas mantêm com a cidade uma ligação extremamente sólida e com grande afinidade de identificação. De diversas maneiras, os confrades, seja por eles mesmos, seja em nome de sua associação, se achavam treinados para ultrapassar uma perspectiva puramente privada e a alargar seus empreendimentos na escala de toda cidade na qual eles estavam inseridos.

Patrimônio imobiliário e sociabilidade urbana

A fonte de riqueza mais sólida das irmandades provinha de seu patrimônio imobiliário, sob a forma de terrenos urbanos, posse de moradas de casas e posse dos templos religiosos e, em alguns casos, a edificação de um hospital. Em todo o período colonial brasileiro (e também além deste), as igrejas e capelas católicas foram edificadas pelas confrarias religiosas. Segundo a legislação canônica, a verba para a construção e manutenção dos templos deveria vir do Erário Régio, no entanto, na prática, eram os próprios fiéis que realizavam a empreitada, com recursos que conseguiam angariar. É importante levar-se em conta que, na América portuguesa, a edificação de igrejas matrizes tinha um significado particular: representava o surgimento e a instituição de toda uma nova circunscrição territorial e administrativa do real padroado, ou seja, uma nova paróquia ou

---

Michel, 1994, p. 185.

freguesia que se tornaria uma unidade fundamental do governo eclesiástico e do poder régio. À fundação de uma freguesia seguia-se a ereção de uma igreja matriz e a esta, o reconhecimento jurídico de uma importante povoação, que não tardaria em se transformar em vila ou cidade.

Criadas ao mesmo tempo por alvará régio e por provisão episcopal, as freguesias brasileiras permitem visualizar a forte imbricação existente entre os planos civil e o religioso. Deste modo, por serem responsáveis pela ereção e manutenção das igrejas e capelas, as irmandades tiveram papel fundamental na configuração do solo urbano, não apenas no que diz respeito a sua materialidade, mas também no que se refere aos encontros sociais, à demarcação simbólica da territorialidade e aos ritos católicos. As cidades expandiam-se à medida em que os fiéis procuravam embelezar os templos dos santos de devoção, alinhar, aplainar as ruas e construir residências nas imediações da morada de seus padroeiros.

Em um nível macro, a cidade de Porto Alegre, desde muito cedo, possuía seus limites espaciais demarcados fisicamente por edificações religiosas. A entrada da cidade, ou o *portão*, era marcado pela presença tanto da Santa Casa da Misericórdia, como da sua capela dedicada a Nosso Senhor dos Passos e de seu cemitério anexo. Mais ao núcleo central da vila, localizava-se a Igreja Matriz, que entre os séculos XVIII e XIX sediava a irmandade de São Miguel e Almas, a irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Madre de Deus e a de Nossa Senhora do Rosário. Anexo à Matriz, localizavam-se o cemitério e o *Império*, assim chamado o prédio destinado às Festas do Divino. Mais a Leste encontrava-se a Igreja das Dores e, por fim, erigida em zona mais baixa, após 1828, localizava-se a Igreja do Rosário. A edificação do templo tinha como resultado uma transformação vetorial no uso do espaço público da vila. Assim ocorreu a partir da ereção da igreja do Rosário, que, apesar de construída em "*rua estreita e rasa que não lhe favorecia a vista nem a aparência*" [4], tornou-se importante local de reunião de fiéis, sendo passagem obrigatória destes em todas as ocasiões em que se desenrolavam as procissões e festas santas. Os préstitos fúnebres e as concorridas procissões desfilavam geralmente pelas

principais ruas da urbe: a do Rosário, da Alegria, da Bragança, da Igreja, Largo do Portão, Catarina, Caminho Novo, Praça do Paraíso, ruas da Bragança, e da Praia. As festas e procissões, é necessário lembrar, tinham importância vital na vida das cidades, tanto que as instâncias municipais se dedicam a conservar o controle de sua organização.

O templo edificado pelos irmãos do Rosário adquiriu tamanha importância para a região onde foi instalado que se tornou sede de freguesia através do decreto de 1832. Decreto que delegava a esta a mesma prerrogativa de registrar nascimento, batismo e falecimento dos habitantes do entorno, concedida também à elitista igreja das Dores, formada por homens brancos filiados à Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores. Esta última, muito antiga, começou a ser edificada quase simultaneamente ao nascimento da cidade, por volta do ano de 1807, em posição topograficamente privilegiada, cuja visibilidade era permitida de vários pontos da cidade, inclusive a partir do rio Guaíba, sobressaindo-se antes mesmo da igreja Matriz na paisagem urbana.

Os cemitérios intramuros

A presença das irmandades religiosas porto-alegrenses no cotidiano dos habitantes da vila foi muito marcante e não se fazia sentir apenas pela suas capelas próprias ou pelos altares que possuíam no interior da Matriz de Nossa Senhora Madre Deus; mas ainda fora desta, no seu entorno, onde os irmãos eram proprietários de outro importante espaço igualmente transmutado em referência essencial para os fiéis. Eram as chamadas *catacumbas ou jazigos das irmandades*, localizados no cemitério – este uma espécie de terreno anexo ao adro.

Em Porto Alegre, até o ano de 1850, a maior parte das inumações era realizada no adro da referida igreja, quando não no interior do próprio edifício religioso. Antes da inauguração do cemitério público e extramuros naquele ano, os demais espaços para enterramentos de católicos além do adro da Matriz eram: as catacumbas das irmandades (entre estas a das Dores, a do Santíssimo Sacramento, a da Conceição, do Rosário e a das Almas), o terreno anexo ao hospital da Santa Casa de Misericórdia e o subsolo da capela do

4 DAMASCENO, Athos. **Artes plásticas no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Editora Globo, 1971, p. 50.

Senhor dos Passos (reservado para os irmãos da Misericórdia). O costume de reservar aos mortos uma área que os incluísse no espaço urbano, junto ao coração religioso, civil e econômico da vila, é revelador de uma cidade inserida no que costuma chamar-se de *Antigo Regime*, que, em relação às atitudes diante da morte, se caracterizaria, entre outras coisas, por tê-la como uma presença constante no quotidiano das populações, por meio de celebrações marcadas pela pompa dos cortejos, pelos sufrágios das almas do purgatório e pela participação efetiva dos devotos em tudo que aos mortos se referia; diferentemente do que passou a ocorrer nas sociedades industrializadas e liberais, que se converteram em acanhadas, simplificadoras e econômicas nos rituais religiosos, em comparação àquelas do século XVIII.

A cova comum, anônima, irregular na sua profundidade, desprovida de sinais que identificasse a data do falecimento era característica de todo o espaço cemiterial localizado atrás da Matriz. O adro da igreja paroquial porto-alegrense era assimétrico, sem calçamento regular, permitia livre acesso aos transeuntes e ainda, nesta época, em nada se assemelhava a uma extensão da casa ou da família, uma vez que inexistiam os jazigos perpétuos e particulares, nem tampouco as lápides identificadoras de linhagens ou ancestralidades. O cemitério e os jazigos das irmandades encontravam-se em sintonia com a própria estrutura que caracterizava a cidade na qual estavam inseridos: a imprecisão entre o rural e o urbano, o pouco rigor na demarcação entre o público e o privado, o coletivismo empregado muitas vezes como solução para problemas de consertos de pontes, estradas e caminhos (nos momentos em que a Câmara convocava os moradores para esta tarefa), o associativismo e o corporativismo dividindo o espaço social com a hierarquização amparada na noção de prestígio e pureza de sangue e, sobretudo, uma sociabilidade religiosa marcada pela exteriorização da fé, que se reconhecia como autêntica porque era vivida em comum, aos olhos de todos.

Por certo, havia divisões e distinções internas no cemitério e nos jazigos das irmandades, mas – conforme pude comprovar através da análise seqüencial e serial dos registros de óbitos entre os anos de 1775-1815 – não se pode afirmar com absoluta certeza

se os critérios adotados relacionavam-se à condição social, econômica, étnica e de ofício do falecido (ao contrário do que passa a ocorrer no cemitério extramuros). Assim, vêem-se sepultados, compartilhando o mesmo espaço sagrado, escravos, forros, livres, integrantes das confrarias, inocentes, ricos, pobres e índios distribuídos entre: "*o adro da Matriz*, *o cemitério da Matriz*, *a cova de fábrica* e *as covas das irmandades*" [5], conforme a nomenclatura encontrada na documentação de arquivo. As irmandades religiosas desempenhavam papel-chave e fundamental para a prática de inumação, uma vez que a documentação referida deixa claro que, se havia critérios de separação, diferenciação ou segregação entre os mortos sepultados no adro da Matriz, estes se referiam tão somente ao pertencimento ou não aos sodalícios em questão. Pertencer a uma irmandade era a garantia de sepultura em local diferenciado. As catacumbas das irmandades eram espaços segregados do restante do cemitério, este amplamente registrado pelo pároco em seus apontamentos para quase toda a população, indiscriminadamente.

Todos os atributos do cemitério intramuros da capital da Província se tornaram um problema ou entrave à civilidade quando, a partir dos meados do século XIX, os projetos urbanos se voltaram para os ideais burgueses de *progresso* e *modernização* do espaço urbano. Até este momento, pouco ou muito pouco incomodava as autoridades municipais a estrutura em que se estabelecera o adro da igreja paroquial. Quando, entretanto, originam-se os projetos para a transferência cemiterial, entre as décadas de 1835 e 1845, este passou a ser encarado como *pouco decente, escandaloso e um mal em si à salubridade pública*, nas palavras de um vereador e de um presidente de Província na época. Aos olhos daqueles que buscavam a simetria e a higiene, a cidade deveria constituir-se por espaços fragmentados e especializados, gerando por conseqüência uma sociabilidade também polarizada e discriminatória; refletindo os ideais burgueses de cidade moderna, onde mortos e vivos não ocupam mais o mesmo espaço e as manifestações religiosas deslocam-se do âmbito público para a esfera privada da consciência individual.

---

[5] Livros I e II de Registros de Óbitos da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Quando, em 1850, inaugura-se o primeiro cemitério extramuros da capital, vemos que há um rompimento com aquilo que João J. Reis denominou "*visão mais orgânica do espaço sagrado*" [6], onde vivos, santos e mortos conviviam juntos nas horas de orações no interior dos templos, ao modo de uma família ritual que deveria permanecer unida. Entretanto, a novidade urbanística dos espaços especializados, fracionados e independentes entre si que ocorreu sem paralelo nas cidades oitocentistas brasileiras não colocou um fim radical e definitivo à ação das irmandades no controle que possuíam da prática de enterramento no meio urbano. Assim é que a irmandade da Misericórdia de Porto Alegre, a quem se delegou a administração do novo cemitério, fez inúmeros reparos na chamada estrada da Azenha que levava a este, em trechos que seriam de responsabilidade da Câmara Municipal. A irmandade manda fazer aterros e desaterros na dita estrada, realiza obras no sentido de dar escoamento das águas da chuva, faz reparos na ponte da Azenha, enfim, ocupa, em conjunto com a Câmara Municipal (e até no lugar desta), função primordial na diretriz de algumas reformas urbanas. Vê-se presente a confusão entre os domínios público e privado, numa cidade que começava a experimentar pela primeira vez a privatização dos enterramentos.

Dentro deste quadro, o que significou ter ficado a Santa Casa como proprietária dos novos terrenos sepulcrais? Talvez, um olhar mais demorado possa revelar interessantes contrapostos: a transferência dos mortos para um novo cemitério, sob a alcunha de *extramuros*, contribuiu para que ocorressem, por um lado, transformações profundas no uso da cidade, mas, por outro, representou marcante continuidade na compreensão que os habitantes tinham sobre o desempenho das confrarias na configuração e constituição do solo ocupado pelos vivos. No decorrer deste processo de transferência a irmandade da Misericórdia manteve-se como personagem principal para a operacionalização dos enterramentos extramuros no cenário urbano. O novo cemitério a cargo de uma irmandade religiosa conservava o espaço sepulcral de alguma forma próximo à urbe, em termos de

6 REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 317.

valores religiosos e culturais – conservando-se, deste modo, uma antiga e significativa tradição do império luso-brasileiro. A atomização do espaço que ocorreu sem paralelo nas cidades oitocentistas brasileiras não colocou um fim radical e definitivo à ação das irmandades no controle que possuíam da prática de enterramento no meio urbano. A secularização dos cemitérios (terrenos que não recebiam mais a benção eclesiástica para funcionarem) e a estatização destes só se iniciaram com a Proclamação da República e se concretizaram, com efeito, no século XX. O século XIX ainda foi todo ele de transição e de incertezas, tanto no processo de transformação no uso e compreensão dos espaços urbanos, como nas atitudes e sensibilidades religiosas.

É quase impossível dissociar, portanto, irmandade e cidade, sobretudo numa época em que tais sensibilidades eram muito mais presentes no cotidiano das populações, num tempo regulado pelo calendário litúrgico, pelos feriados santos, pelo toque de sinos e pelas missas matutinas.

Comunistas, Índios e camponeses

Marcelo da Silva Lins[i]

Da sua fundação em 1922, até início dos anos 1950, o Partido Comunista do Brasil (PCB) não havia conseguido desenvolver nenhum trabalho sistemático no meio rural. As palavras de Astrojildo Pereira, dirigente na época, bem revelam essa debilidade:

> **"O elemento camponês representava apenas uma palavra incluída no BOC, era desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o partido não sabia como faze-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses.[ii]**

Tento demonstrar nesse texto, que na região cacaueira da Bahia, onde se localizam os municípios de Ilhéus e Itabuna, entre 1935 e 1937, os comunistas investiram em setores que não se incluem onde tradicionalmente priorizaram suas ações. Refiro-me aqui aos trabalhadores rurais e aos indígenas. As principais fontes foram os jornais locais, e a denuncia do Procurador do Tribunal de Segurança Nacional.

As origens do PCB na região cacaueiras da Bahia remontam a 1927, quando o professor e jornalista Nelson Schaun, filiou-se ao partido em 1927, junto com Edson Joaquim de Moraes e do russo Zalman Epel[iii], apelidado Zulmiro. As primeiras reuniões ocorreram na sede do Sindicato de Carregadores.

A partir de 1935 o PCB se lança no processo de construção de uma frente ampla com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foram criados vários núcleos na região. Em Ilhéus teve a adesão de vários segmentos da classe média, e do então prefeito Eusinio Lavigne.

As principais atividades dos membros do PCB no período 1935-1937 estão relacionadas as seguintes áreas: a atividade sindical; os embates com a Ação Integralista Brasileira, ocorrendo inclusive um atentado a bomba na sede da AIB; as atividades de imprensa comunista, chegando a ter um jornal em Ilhéus, "A Frente", e "O Gladiador" em Itabuna, além da Tipografia de Afrodisio Laranjeira, de Pirangy, onde eram impressos vários boletins comunistas e anti-integralistas que eram distribuídos em várias cidades da região; as atividades de um grupo de militantes comunistas no seio da polícia militar, no sentido de se tentar um levante desse contingente, e o desvio de armamento e

munição; e ainda as atividades junto aos indígenas da região de Olivença, distrito de Ilhéus, sendo que o partido estabeleceu relação direta e desenvolveu ações com a principal liderança indígena na época, o caboclo Marcelino.

Em Itabuna, existiu uma célula comunista que funcionava na casa do Alfaiate Clodoaldo Brito Melgaço, conhecido como "*Dunga*" e tinha como principal dirigente André Bento da Silva, que usava como pseudônimo *"Lehemann*". Também participavam das reuniões na casa do alfaiate Dunga, Luis Câmara Bittencourt Sá, Cezino Antonio dos Santos, Celso Gomes de Jesus. Outro alfaiate, Agenor Aloysio Gomes – membro da diretoria do Sindicato de Ofícios Vários - também realizava reuniões na sua casa. Nessas reuniões, além dos militantes locais, constantemente compareciam Nelson Schaun e Tercilio Oliva de França, médico, que foi o presidente do núcleo local da ANL.

Ainda em Itabuna, em 1937 registrou-se a ocorrência de denúncias chamando a atenção das autoridades policiais para a distribuição de "*boletins subversivos de procedência vermelha"*, e também da *Classe Operária*, órgão oficial do PCB. A notícia registra que não é a primeira vez que tal fato ocorre. E que o mesmo tem acontecido principalmente "pelos lados do bairro da Conceição e centro da cidade,(...) em grandes quantidades e introduzidos embaixo das portas de casas particulares"[iv].

Existiu também em Pirangy uma célula, cuja liderança era o acreano Rodrigo Vieira Machado, comerciário, que participou de movimentos da ANL contra os integralistas e era responsável por publicar boletins na tipografia de Afrodisio Laranjeira em Pirangy.

É interessante observar que esses militantes desenvolviam ações em toda região, o que demonstra que não agiam isoladamente por município e sim, que existia uma integração e planejamento regional. Sendo assim, quando por ocasião de embates com a Ação Integralista Brasileira (AIB), a ANL resolveu invadir e explodir a sede integralista. Estavam envolvidos nessa operação, André Bento da Silva e Horácio Pessoa de Albuquerque, de Itabuna, e mais dois membros da Polícia Militar de Ilhéus, o Cabo José Euclides Gomes e o soldado Elias Alves de Souza Morais, um pernambucano que morava em Ilhéus e que usava o pseudônimo "João Guerra". A ação obteve êxito, a sede da AIB foi invadida em 13 de agosto de 1935, enquanto se realizava uma atividade integralista.

Outra ação dos comunistas em Ilhéus foi desenvolvida no seio da Polícia Militar, e coordenada também pelo alfaiate Gildah Amorim, já havia anteriormente estabelecido contatos e conseguido adeptos no seio da corporação. Foi instalada uma célula na Companhia da Polícia Militar de Ilhéus, que pretendia efetuar duas importantes ações: organizar os militares para sublevação e se apoderar do armamento e munição para servir a outras frentes organizadas pelo partido.

Para esse fim, o já citado Elias Alves de Souza Moraes ingressou no contingente da PM, visando facilitar a articulação entre a PM e o movimento. Outros militares envolvidos foram: o cabo Brasilino Pereira Nunes, que foi indiciado como organizador do plano, Carlos da Mota Coelho, empregado do almoxarifado e o cabo José Euclides Gomes.

Em 23 de novembro, em Recife ocorreu a sublevação do Quartel, dando início ao que ficou conhecido na história do Brasil como "Intentona Comunista", com os levantes dos quartéis em Natal e no Rio de Janeiro. A tentativa de revolta foi logo derrotada não passando do dia 27 do mesmo mês.

A data permite supor que os acontecimentos de Ilhéus estavam inseridos no contexto da "Insurreição Comunista", pois na noite de 18 de novembro ocorreram conflitos na companhia de Polícia de Ilhéus que levaram a prisão do cabo José Euclides e do cabo Brasilino Pereira Nunes"[v].

Quando ocorreu a Insurreição Comunista em novembro de 1935, foram efetuadas prisões em Itabuna, relatadas pela imprensa local ao se referir a infiltração comunista na região cacaueira, que segundo o autor, numa matéria denominada "O Perigo vermelho" relata:

> **"(...) Aqui entre nós não perderam tempo os adeptos da desordem. Foram criados núcleos. Ilhéus era um pequeno viveiro de comunistas. Tinha regalias os colaboradores de Lenine. A bomba de dinamite já era o argumento decisivo das suas resoluções.**
> **Os emissários já estavam se internando pelas nossas fazendas e explorando a boa fé e a ignorância dos nossos trabalhadores rurais.**
> **Os fazendeiros já sentiam de perto o bafo das ameaças.**
> **As greves desenhavam-se. Minavam aos poucos os alicerces da nossa prosperidade.**
> **A população criteriosa das nossas cidades, porém, não cria no perigo. Com o fracasso do golpe, a polícia vai desvendando aos poucos os planos tenebrosos dos conspiradores. A cadeia pública da cidade está cheia de implicados no movimento.**
> **O Cap. Salomão Rhen, delegado especial, (...) vai aos poucos esclarecendo responsabilidades(...)depois do inquérito virá a publico ao baixar das mascaras quantos leões escondidos em peles de cordeiro e o perigo que atravessávamos(...)."[vi]**

Essa matéria traz a informação a respeito de prisões ocorridas na região por ocasião da insurreição comunista. Observa-se também a referência que a mesma faz às greves e à movimentação nas fazendas. Trata-se das ações do Sindicato dos Empregados Agrícolas, que então chamava a atenção da sociedade e despertava o medo com relação aos comunistas.

Vários militantes do PCB estavam inseridos no meio sindical. A principal liderança do PCB da região o professor Nelson Schaun, era da direção da União Protetora dos Artistas e Operário de Ilhéus. Cantídio Lima de Oliveira era do Sindicato dos Ferroviários e presidente da União Sindical de Ilhéus, entidade que reunia seis sindicatos e Agenor Aloysio Gomes no Sindicato da Construção Civil e Ofícios Vários.

Um capítulo à parte, no que se refere aos sindicatos dessa época foi construído pelos trabalhadores rurais. Em 1934, em Pirangy, na época distrito de Ilhéus, atualmente município de Itajuípe, foi fundado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus com sede em Pirangy (daqui por diante SEA), tendo como principal liderança desse processo o comunista Joaquim Cunha Filho. Além dele o partido também contava com a atuação de Ariston Barcelar junto aos trabalhadores rurais.

Após sua fundação o sindicato tentou se oficializar, sem êxito, pois a legislação em vigor não permitia. As principais frentes de luta do Sindicato dos Empregados Agrícolas tinham um caráter fortemente classista, sendo possível percebê-lo nas notícias de jornal onde consta, por exemplo, a luta pela jornada de trabalho de oito horas, a denúncia do não pagamento das horas extras e ao mesmo tempo denuncia as “dispensas” - instrumento de dominação utilizado pelos proprietários de terras que sempre deixavam os trabalhadores endividados como forma de mantê-los sob controle. Em 25 de abril de 1935 o Jornal Ilheense “Diário da Tarde” publicou na íntegra o telegrama enviado pelo SEA:

> **“O Sindicato dos Empregados Agrícolas compreendendo justas as reivindicações das massas trabalhadoras das fazendas, chama a atenção da imprensa para a situação cada vez mais aflitiva dos trabalhadores duramente escorchados pelos processos de fornecimento de gêneros alimentícios através das dispensas patronais. Os artigos de primeira necessidade são sempre de qualidade inferior, vendidos por preços correntes das praças vizinhas e além disso com o peso ilegal. O empregado trabalha 9 a 10 horas por dia, sem direito a extraordinários, ganhando salário insignificante que é todo absorvido pela compra de mercadorias da pior espécie e custo elevado. Esse órgão prestará grande serviço a vida dos trabalhadores agrícolas noticiando o fato.**
> **Atenciosas saudações.”**[vii]

Esse telegrama deixa claro que ainda em 1935, permaneciam firmes na região cacaueira da Bahia os aparelhos de dominação coronelistas, usados tradicionalmente, onde o trabalhador nunca conseguia se ver livre da dívida contraída na dispensa do fazendeiro e era por esse motivo, impedido de se desvincular do trabalho.

O sindicato iniciou a partir de então uma campanha que priorizou, entre outras bandeiras de luta, o fim das dispensas e o estabelecimento de uma jornada de trabalho de oito horas. Essa campanha levou à demissão de trabalhadores que aderiram às reivindicações não se submetendo aos preços extorsivos e não aceitando compras na dispensa da fazenda, levando o sindicato a denunciar tais demissões através da imprensa.[viii]

A campanha se ampliou, tendo o sindicato desenvolvido-a através de um trabalho de mobilização corpo a corpo, com visitas às fazendas, que surtiu efeito, levando o conflito ao conhecimento do conjunto da sociedade a qual se manifestou. E alguns fazendeiros fizeram questão de se adiantar e tomar medidas, cedendo às pressões. O Coronel Avelino Fernandes chegou a proibir que seus administradores tivessem dispensas nas fazendas. Isso foi noticiado através do sindicato com o intuito de divulgar e ao mesmo tempo na tentativa de influenciar os demais. A repercussão parece ter sido muito boa, pois menos de quinze dias depois o mesmo Coronel e mais D. Laura Pimentel Lavigne anunciaram que adotaram em suas fazendas a jornada de oito horas de trabalho.[ix]

No meio desses conflitos que se prenunciavam, a Inspetoria do Trabalho anunciou o envio de um funcionário para a região cacaueira da Bahia para apurar os fatos. Essa notícia chamou a atenção dos Fazendeiros que começaram a se organizar, e pressionaram a Associação dos Agricultores, entidade que reunia os proprietários de terras, para que fossem tomadas providências.

O SEA pediu providências ao prefeito de Ilhéus, o Sr Eusínio Lavigne, membro da ANL (Aliança Nacional Libertadora) que enviou telegrama ao senhor Avelino Fernandes saudando-o pelo gesto de acabar com as dispensas e fez questão de publicar tal telegrama.

Em Ilhéus um dos líderes da oposição ao prefeito, uma importante figura que também já havia sido prefeito, o Coronel Misael Tavares, fazendeiro e negociante, dono de uma das maiores fortunas do município, diante de tanta polêmica que estava sendo criada em torno da campanha iniciada pelo sindicato fez questão de se manifestar, com a idéia de não deixar a ANL sozinha tirar proveito da

situação e proibiu as dispensas nas suas fazendas. Tal notícia foi assim anunciada pelo sindicato, através de telegrama enviado a imprensa, com certa dose de ironia[x]:

> **"Pirangi, 21. O Coronel Misael Tavares proibiu terminantemente dispensas nas suas fazendas. O Sindicato dos Empregados Agrícolas agradece ao gesto nobre e espera também que o grande capitalista conceda oito horas de trabalho e a liberdade de sindicalização aos seus assalariados.**
> **Saudações Proletárias. A Diretoria".**

Percebendo o nível de mobilização que os trabalhadores estavam almejando, aumentando inclusive o leque das reivindicações, ampliando-se para o aspecto político, exigindo a liberdade de sindicalização, e pelas pressões recebidas dos fazendeiros, a Associação dos Agricultores de Ilhéus, entidade que reunia os proprietários de terras tomou algumas providências no sentido de se contrapor à mobilização dos trabalhadores. Convocou uma assembléia geral onde foi deliberado[xi]:

> **"(...) ficou assentado pela assembléia recomendar a todos proprietários agrícolas a adoção em suas propriedades, como alguns já o fizeram, da jornada de oito horas de trabalho, em cumprimento das leis sociais vigentes.**
> **(...) pedindo também aos fazendeiros que modifiquem, em beneficio dos trabalhadores, as tabelas nas dispensas.(...)isso vem ao encontro do que vem pleiteando decididamente o Sindicato dos Empregados Agrícolas, que hoje é o interprete legitimo das aspirações de sua classe(...)"**

Poucos dias após a assembléia, uma Nota Pública dirigida "*aos seus associados e a todos os lavradores em geral*", deixa claro que os fazendeiros estavam cedendo por estarem também preocupados com o movimento e sua possível ligação ideológica. Apelando aos fazendeiros e alertando para o perigo do movimento atingir maiores proporções e o medo das tendências "anarquistas":[xii]:

> **"(...) regularizas, em definitivo essas relações de trabalho, entre patrão e empregado.**
> **Isso principalmente, para evitar que lutas e movimentos injustificáveis, venham a produzir desharmonias e tendências anarquistas no seio dos trabalhadores, neste instante, de crise aguda que todos atravessamos – movimentos aliaz, que poderiam causar prejuízos consideráveis".** [xiii]

Mas os conflitos não param por aí. Mesmo dando a entender que a entidade que representava a classe dos fazendeiros cedeu as pressões, nem todos os fazendeiros se mostraram sensíveis a tal questão. Chegou a ocorrer greve em fazendas, como a ocorrida na propriedade do Sr. Anacleto Alves da Silva, organizada pelo Sindicato, levando o referido fazendeiro a convocar as autoridades do município a tomarem providências alegando: "*os homens que vinham executando minhas ordens*

haviam paralisado todo o trabalho, alegando que tinham sido aconselhados por um Sr. Joaquim Cunha Filho a tomarem tal atitude. (...)"[xiv]

Sobre essa greve, Joaquim Cunha volta a chamar a atenção para a Inspetoria do Trabalho e propõe a convocação da Convenção Coletiva do Trabalho como forma de sanar o problema.[xv]0

Uma característica interessante que vale destacar no SEA-Ilhéus/Pirangy, além da sua postura classista, foi a sua articulação com outras categorias e organização em outros âmbitos. O Sindicato era na verdade de base regional, atuava em Pirangy, Ilhéus, e chegou a ter "uma sucursal" em Água Preta, atual Uruçuca[xvi]. Participou de encontros e congressos que ocorreram no período, tendo sido enviado Isidoro Bispo dos Santos junto com uma delegação ao Congresso da Unidade Sindical organizado pela Federação dos Trabalhadores Baianos ocorrido em meados de agosto de 1935 em Salvador[xvii]e do Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos em 1936.

Além disso, realizou atos, festividades junto com outras entidades, de outras categorias. Como exemplo ocorreram festas onde estavam juntos com a União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus e seu principal líder, e dirigente do PCB, Nelson Schaun, em festividades em Pirangy.[xviii]

ÍNDIOS

Os índios do distrito de Olivença em Ilhéus estavam passando por um processo de conflito pela posse da terra, sendo liderados por Marcelino José Alves, conhecido como Caboclo Marcelino ou ainda Croatá. Os conflitos na região se desenrolavam desde o inicio do século.

Mas de fato o que caracteriza a ação do partido, foi a participação efetiva, inicialmente de José Martins da Silva, que usava como pseudônimo "Inocêncio" ou "Zeca de Saul" e depois "Edmundo" e que passou a conviver com os índios, dando apoio e ajudando no processo de organização. Depois de outros membros do PCB, Gildah Alves Amorim apelidado de "Antônio Bigode Branco", Hemetério Jose de Santana, Nelson Schaun, Horácio Pessoa de Albuquerque, e Joaquim Cunha Filho.

Na tentativa de descaracterizar a luta dos indígenas pela terra e ainda como forma de justificar a repressão, as autoridades passaram a denominar os conflitos de "revolta comunista". Afinal, o contexto pós novembro de 1935 propiciava tal argumento.

De acordo com a denúncia da Procuradoria do TSN o Plano era de uma grande "Conflagração de toda a zona sul do Estado da Bahia". Tal plano se efetivaria com a tomada das armas do Contingente da Polícia Militar que serviria para desarmar a polícia, ao mesmo tempo em que armaria os comunistas e principalmente o grupo indígena que iniciaria a revolta com a tomada de Olivença.

Guardadas as devidas proporções, em se tratando de relato formulado pelas forças da repressão, de fato, alguns índios de Olivença, em função dos conflitos com posseiros e fazendeiros, refugiaram-se no Posto Indígena Paraguaçu, na época posto do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Em março de 1936 a Policia Militar do Estado iniciou perseguição para prisão desses índios que se encontravam em área federal. Ocorreram embates na Serra da Palmeira, área localizada entre Ilhéus e Itabuna, onde as forças policiais foram derrotadas, e o seu comandante, o Tenente Francisco Martinho Dourado foi tombado gravemente ferido. Tal derrota levou o governo do Estado a enviar reforços para a região, após autorização do Ministério da Guerra[xix]. Tal operação levou a prisão das principais lideranças indígenas, dos comunistas que lá atuavam, e ainda, Telesforo Martins Fontes, funcionário publico, encarregado do posto.

Aqui cabe um parêntese no nome de Joaquim Cunha Filho. Descrevemos nesse trabalho algumas das atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Empregados Agrícolas entre Ilhéus, Pirangy e Água Preta. O que surpreende é ver na denúncia ao Tribunal de Segurança Nacional, o seu nome vinculado à militância junto aos indígenas e não ao SEA.

---

[i] Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia-UFBA.
[ii] PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios Históricos e políticos*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.112.
[iii] Denuncia do Procurador do Tribunal de Segurança Nacional.
[iv] Jornal A Época de 20 de março de 1937.
[v] Fato relatado na mencionada Denúncia do Procurador do tribunal de Segurança Nacional.
[vi] Jornal O Intransigente de 21 de dezembro de 1935
[vii]Diário da Tarde, de 25 de abril de 1935, p.3.
[viii] Diário da Tarde, de 21 de maio de 1935.
[ix] Diário da Tarde de 04 de junho de 1935 e Diário da tarde de 15 de junho de 1935.
[x] Diário da Tarde de 22 de junho de 1935, Capa.
[xi] Diário da Tarde, de 15 de julho de 1935, Capa.
[xii]Diário da Tarde, de 18 de julho de 1935, matéria da capa, com manchete dando destaque.
[xiii]A grafia encontrada na noticia foi mantida.
[xiv] Diário da Tarde de 19 de julho de 1935.
[xv]Diário da Tarde de 22 de julho de 1935.
[xvi]Discurso Pronunciado por Dr. Montival Lucas por ocasião da Assembléia realizada por iniciativa da FETAG-BA em homenagem a memória do falecido Joaquim Cunha Filho, em 1º de setembro de 1968.
[xvii] Diário da Tarde de 16 de agosto de 1935
[xviii]Diário da Tarde de 31 de outubro de 1935.
[xix] Povos Indígenas do Sul da Bahia. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu(1910-1967). Museu do Índio- FUNAI, Rio de Janeiro, 2002. p. 49.

ENTRE O SOCIAL E O MATERIAL: SOCIEDADE E MODERNIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

Marcelo de Sousa Neto – UESPI
e-mail: marceloneto@yahoo.com.br

Durante a segunda metade do século XIX, a Europa viveu um acelerado processo de modernização dos espaços, em que, como destaca Erkstein (1991), a fascinação pelo novo era uma marca de toda a Europa e as cidades de Berlin e Paris se colocam como grandes paradigmas de civilidade e modernidade a serem copiados. Com a República, o processo de modernização brasileiro se torna mais evidente e refletindo as transformações ocorridas na Europa. Assim, o presente escrito busca apontar e analisar alguns aspectos do processo de modernização das cidades brasileiras e sua relação com a sociedade, muitas vezes posta como meros espectadores das transformações por que passavam as cidades, que, em razão da amplitude e complexidade do tema, faz-se necessário um recorte temporal e espacial, no qual se buscou privilegiar os espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, capital da República e que se constituiu como grande vitrine brasileira, e Teresina, cidade da periferia republicana e ainda muito atrelada ao meio rural, mas que também vivenciou um processo de modernização, durante a Primeira República brasileira.

A República brasileira, segundo Sodré (1998), surgiu de uma minoria vaga, imprecisa, sem ideologia nítida que se aglomeravam ao redor de uma instituição que não sabiam precisar, mas, que mantinham um aspecto essencial em relação ao regime anterior, afastava a maior parte da população dos centros de decisão. Vista desta maneira, a República representava mais uma reacomodação de forças que uma ruptura,

e que a população pobre tinha consciência de que aquela República não era a delas (CARVALHO, 1997).

No entanto, era necessário consolidar o regime e um dos expedientes adotados foi à modernização dos espaços, buscando romper com tudo que lembrasse o Império. Era necessário alinhar o Brasil a civilização, era necessário copiar a Europa e o Rio de Janeiro, capital e vitrine da República se torna um campo de experimentação que servia de espelho ao restante do país. Assim, de acordo com Sevcenko (1995), assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade do carioca, tendo por base a condenação dos hábitos e costumes, ligados pela memória, da sociedade tradicional; a negação de qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem de civilizada da sociedade dominante; a expulsão da população pobre do centro da cidade; e em cosmopolitismo agressivo e identificado com a vida parisiense. Tem-se, assim, lançado as bases de uma modernização forçada do Rio de Janeiro, que serviu de baliza para o restante do país.

No final do século XIX, alguns centros brasileiros, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, apresentavam um forte acréscimo de sua população urbana que terá como efeito a perda da qualidade de vida pelo processo de aglomeração (RAMOS, 2003). Com a ação modernizadora, característica do Brasil da virada do século XIX para o século XX, não existiram ações com vistas a atender as necessidades desta população pobre que se aglomerava nos centros urbanos.

De fato, assistiu-se a implantação dos espaços urbanos segregadores, em que a população pobre era empurrada cada vez mais para os subúrbios, a exemplo do que fez o prefeito Haussmann, em Paris, pois, a ordem do dia era embelezar as cidades, como forma de mostrar-se civilizado e atrair investimentos, e assim, a cidade do Rio de Janeiro

torna-se o canteiro de obras preferido do governo republicano, em que os principais campos de trabalho foram à construção de ferrovias, os projetos urbanísticos de embelezamento e infra-estruturais.

Segundo Sevcenko (1995), a cidade do Rio de Janeiro se firma como paradigma da construção das cidades modernas no Brasil, em razão da necessidade de se criar uma cidade-vitrine, que funcionaria como cartão de visitas atraindo capital e trabalhadores europeus. Assim, a questão sanitária e embelezamento do Rio de Janeiro guardam estreita relação em dar ao país uma imagem de sociedade moderna e civilizada.

Cabe aqui uma ressalva, em estudo sobre o saneamento e modernização das cidades brasileiras, Ramos (2003) destaca que as referências adotadas foram cidades européias a exemplo de Berlin e Paris, como já salientado, assim, a implantação do modelo esbarrava na falta de correspondência com uma identidade existente, em que a nova forma urbana tentava dar vida a um mundo desejável, mas fora do alcance de boa parcela da população brasileira.

Observa-se então, que o saneamento e embelezamento estavam presentes nas principais intervenções nas cidades brasileiras desse período, em que se pode destacar a cidade do Rio de Janeiro, pelo seu caráter paradigmático ao restante do país. Teresina, guardada as proporções e peculiaridades, não foge ao processo modernizador por que passava o Brasil da Primeira República.

De início, deve ser lembrado que o surto modernizador encontra-se atrasado, no que se refere à Teresina, em pelo menos uma década se comparado ao mesmo fenômeno ocorrido no Rio e em São Paulo.

De acordo com Queiroz (1994), o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, testemunharam o surgimento em Teresina de grandes novidades identificadas com o progresso, revolucionando não somente as comunicações, transportes e consumo, mas o modo de vida das pessoas, seu lazer, sua forma de morar, seus hábitos de higiene. No entanto, estas transformações no cotidiano de Teresina não se deram sem traumas, pois, se mostrar 'moderna e civilizada' e que estava acompanhando as novidades dos grandes centros, em uma república que buscava legitimar-se, era muito difícil em um Estado de poucos recursos e pequeno meio circulante. Em Teresina, se havia um planejamento racional na edificação da cidade, este era limitado pelos poucos recursos, tanto público como privado, visto a economia sem grande dinâmica (CASTELO BRANCO, 2003).

As limitações infra-estruturais de Teresina ficam mais evidentes quando comparadas às reformas ocorridas no Rio de Janeiro, mas, mesmo com dificuldades, a cidade começava a transformar seus espaços, seus costumes, mesmo com a forte influência do meio rural.

Neste processo, como aconteceu em outros centros, o poder público teve que encabeçar muitas dessas ações. De maneira resumida, como bem destaca Castelo Branco (2003), Teresina sofreu um processo de modernização urbana no período que compreende a Primeira República brasileira, mas que esta se deu dentro das precárias condições de capital público e privado e que se processa sob o signo da concentração de renda, em que as melhorias advindas do progresso não eram acessíveis à maioria da população, denunciando, assim, uma enorme segregação social.

A cisão social existente nas primeiras décadas do século XX em Teresina, talvez fique mais evidente com um dos símbolos da modernização da cidade, o bonde. Mais que

uma opção de transporte, o bonde se tornou uma opção de lazer que, em seu início, aproximou as classes sociais. No entanto, de acordo com Castelo Branco (2003), partilhar o mesmo ambiente com pessoas de níveis sociais inferiores incomodava. Solução, o "reboque", um vagão para os pobres, explicitando a segregação social da cidade.

De fato, tal qual outras regiões do país, a pobreza da população, ironicamente, será o grande entrave do processo de modernização da cidade. Como ressalta Araújo (1995), a miséria em Teresina era uma constante, em especial nos subúrbios, o que levava a muitos teresinenses e migrantes, também fugidos da miséria, a apelarem para a filantropia.

Durante o período que compreende a Primeira República brasileira, Teresina viu surgir alguns símbolos da modernidade, que ao mesmo tempo em que fascinava causava espanto à sua população, que, como destacado por, podem ser apontados o cinema, o telefone, a água tratada, a luz elétrica, o automóvel, bicicleta, entre outros (QUEIROZ,1994 e CASTELO BRANCO, 1995).

No entanto, deve-se observar que no sentido urbanístico as transformações mais agressivas no conjunto arquitetônico da cidade ainda foram relativamente tímidas, em que pode-se destacar o Passeio Público Rio Branco e a Estação Ferroviária. Podemos notar modificações mais aceleradas no período do Estado Novo, em que podem ser destacados os edifícios dos Correios e Telégrafos, a Escola de Aprendizes e Artífices, o Colégio Estadual Zacarias de Góes, o Hospital Getúlio Vargas, entre outros, como ressaltado por Nascimento (2001), em estudo sobre Teresina nas décadas de 1930 e 1940.

Nascimento (2001) também ressalta que se por um lado Teresina modificava seus espaços, por outro mantinha uma característica da urbanização brasileira, a exclusão das

classes e camadas sociais menos privilegiadas do espaço urbano. Um dos instrumentos utilizados para ‘empurrar’ a população pobre para o subúrbio foram os códigos de postura do município, como já sinalizado por Pe. Chaves (1998), em que para este, o Código de Postura retratava o esforço dos administradores de dar uma face mais moderna e higiênica à cidade.

Verifica-se então, que a Primeira República brasileira foi um período de profundas transformações no seu espaço urbano e em consonância com um movimento desencadeado a nível mundial. Teresina acompanha este movimento, encabeçado por uma elite que buscava acompanhar o que estava acontecendo nos centros tidos com civilizados do país. No entanto, o processo de modernização das cidades brasileiras se deu de forma limitada e segregadora, visto que boa parcela da sociedade estava excluída do processo, representando, muitas vezes, um entrave. Teresina não foge a este quadro.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA:

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza**: A magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina nas primeiras décadas do século XX. IN: **Cadernos de Teresina**. Ano IX – n° 19, Abril, 1995.

_____. Desejos, tramas e impasses da modernização:Teresina – 1900-1930. IN: SCIENTIA ET SPES.: Instituto Camillo Filho. v.1, n.2/2003.

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera**: a guerra e o nascimento da era moderna. Tradução de Rosáura Elhenberg. Rio de Janeiro, ROCCO, 1991.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O processo de modernização de Teresina nos anos de 1930 e 1940. IN: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Histórias de vário feitio e circunstância.** Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RAMOS, Dawerson da Paixão. O saneamento e a cidade moderna no Brasil. IN: **Anais do XXII simpósio nacional de história** – história, acontecimento e narrativa. João Pessoa; ANPUH: UFPE, 2003.

SERVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão.** Editora Brasiliense S. A.. São Paulo, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo império.** – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

"Ateliês, fotógrafos e retratados no espaço urbano do Rio de Janeiro e São Paulo na segunda metade do século XIX".

Marcelo Eduardo Leite - doutorando em Multimeios UNICAMP.

As *cartes de visite*

As *cartes de visite* são fotografias realizadas em estúdio, que foram desenvolvidas pelo francês André Disdéri, em 1854, e difundidas em larga escala nos anos subseqüentes, sendo utilizadas mundialmente até o início do século XX. Cioso da importância operacional do estúdio como um fator determinante pro sucesso comercial, Disdéri constata que os elevados preços cobrados, devido ao uso de grandes formatos, além de não permitirem acompanhar a vontade popular. Ao compreender essas variantes, ele percebe que o ofício não daria resultados, a menos que conseguisse alargar a sua clientela e aumentar as encomendas de retratos. É quando tem a idéia de desenvolver estes retratos que medem apenas 5 X 9 centímetros, tem como principal inovação o fato de serem produzidas em série, a partir de um sistema de lentes múltiplas. O que permite ao cliente sair do ateliê fotográfico com uma série de imagens idênticas, nas quais se explicita a projeção pessoal do retratado. O retratado pode adquirir 12, 24 ou 36 imagens iguais, podendo, inclusive, voltar ao ateliê para encomendar mais cópias, já que o negativo fica arquivado no estabelecimento. Uma vez com sua série de imagens nas mãos, o cliente divulga esta sua imagem construída. Como o próprio nome diz, ela é um “cartão de visita”. É dada como lembrança e, muitas vezes, trocada entre as pessoas. Com sua grande difusão aparecem alguns colecionadores que as colam em álbuns arquivando-as. Surgem, também, aquelas que são vendidas em livrarias, tais como, as de ‘tipos exóticos’, que retratavam tipos populares, como índios e escravos, e as de celebridades, com figuras ilustres, como, por exemplo, religiosos, políticos e artistas.

No tocante a construção da auto-imagem do cliente do ateliê, um recurso muito explorado é o ‘retrato de corpo inteiro’, o que implica cercar o retratado de artifícios cênicos que definem seu *status,* numa paródia de auto-representação, onde se unem realismo e idealização. No caso das *cartes de visite,* os ‘retratos de corpo inteiro’ são a forma mais completa de junção da série de elementos mobilizados na elaboração da cena fotográfica. É também neles que os

clientes podem introduzir a sua própria indumentária, trazendo desde objetos cotidianos à roupa do dia-a-dia, podendo ostentar traços da moda desejada, e muitas vezes inacessível. Procuram, por meio desses objetos, contar a sua própria história: muitos querem ser retratados com as suas ferramentas de trabalho, com seu ícone pessoal. Os 'retratos de corpo inteiro' agregam os fragmentos da personalidade do indivíduo, que são incorporados e reincorporados na sala de poses, que é o local onde se estabelece a construção individual[1].

Perspectivas para o estudo das *cartes de visite.*

No tocante ao estudo das *cartes de visite*, o pesquisador, num primeiro passar de olhos pelo material retratístico crê que as imagens são muito semelhantes. Mas aos poucos se percebe as diferenças, já que, certos indícios expõem o olhar do fotógrafo, suas escolhas e perspectivas, bem como as vontades dos retratados. O estudo das *cartes de visite* nos obriga a termos atenção à cena social e ao *décor* interno: equipamentos do ateliê, adereços, painéis de fundo, mobílias e roupas. O contexto histórico se coloca entre o pesquisador e o retratado como uma espécie de ponte. Literalmente, de um lado, está a realidade social. Do outro lado, o fotógrafo, seus pontos de vista e anseios, o que faz dele mais um rico e fértil referencial interpretativo. A análise deve então desenhar um movimento que combina diferentes pontos de partida e de chegada: o fotógrafo, o ateliê, a cidade e o país no qual ele atua, cada um desses pólos remetendo invariavelmente ao outro.

Tais imagens obrigam quem pesquisa a reconhecer atentamente os elementos constitutivos desta imagem. Devemos perceber, por exemplo, as poltronas, as cadeiras, as colunas, os aparadores, os vasos, as estatuetas e, ainda, um sem número de chapéus, bengalas, guarda chuvas, sobrecasacas, vestidos e sapatos, além, é claro, dos inúmeros instrumentos de trabalho que são trazidos pelo retratado. A febre das *carte de visite* tem na conjunção entre representação social, técnica, sensibilidade artística e profissionalização do ofício fotográfico a sua pedra de toque.

[1] Annateresa FABRIS. Fotografia usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1991, p. 21.

Na análise, da mesma, julgo pertinente que se dê atenção aos elementos cênicos e às formas de uso das indumentárias, aproximando-se das vontades específicas dos retratados. É relevante o fato de alguns componentes tradicionais, nas referidas imagens, tais como móveis e painéis, serem, em alguns casos, substituídos por objetos que fazem referência direta a realidade sócio-cultural do retratado. É pertinente, também, que procuremos não só uma aproximação com as interferências do fotógrafo, mas também, com as suas não-interferências. É que em muitos casos notamos que ele se faz presente dando liberdade ao modelo, abrindo espaço para que este se mostre, independente dos modismos predominantes. Outro ponto fundamental para o trato analítico do material é a uma aproximação para com o contexto histórico na qual se produz a imagem. Tal movimento permite melhor entendimento dos códigos e linguagens próprios do meio, o que fornece elementos para a compreensão das razões de determinadas opções feitas por retratado e retratista. Fica claro então, que a técnica fotográfica é primordial para meu estudo, mas é preciso considerar que além da lógica de produção apresentada, há uma carga muito grande da influência do **contexto cultural** nestes retratos.

Atendendo às demandas sociais, é evidente que a reprodução dos valores da nova ordem vivida no século XIX, estas fotografias tornam-se um filão recorrente dos ateliês fotográficos, e mesmo as classes inferiores da sociedade almejam participar dos novos rituais de representação. Modelos típicos desse 'novo homem' são difundidos e, em muitos casos, as representações não conseguem esconder as diferenças de classe, ao contrário, as posições sociais são flagradas, apesar da *mis-en-scéne*. As fotos denunciam que o pobre ao se travestir de rico acaba refém de uma pose demasiadamente rígida e, em grande parte dos casos, podemos notar um certo desconforto do retratado diante da indumentária em geral oferecida pelos ateliês.

Diante do exposto, fica evidente que, para entendermos melhor os significados dos retratos *cartes de visite,* devemos mergulhar na subjetividade contida na relação entre retratado e retratista, que assume uma importância cabal no ato fotográfico. Ao procurar o profissional da fotografia, à vontade do cliente é, sem dúvida, uma das determinantes do

registro fotográfico. Discutindo acerca dos seus anseios, o retratado estuda com o fotógrafo as possibilidades de construção do registro, do ponto de vista técnico e simbólico. Esta relação entre retratista e retratado se dá sob num contexto social permeado por valores culturais. Desta forma, são inúmeros os elementos que contribuem para o andamento da pesquisa. Estes pontos levantados, colocados em conjunto, nos aproximam de uma melhor compreensão destas fotografias.

Devemos crer então que as fotografias são materiais produzidos socialmente e, portanto, fruto das condições oferecidas pela realidade social em questão. Disso deriva a necessidade de considerar as condições técnicas da produção e a formação social do fotógrafo que faz a imagem, bem como, o ambiente em que este material foi produzido e, ainda, as motivações que permeiam esta produção. Em segundo lugar, deve-se levar em conta que estas imagens podem conter informações que estão extremamente ligadas às formas de leitura, que o contexto onde se originam, elabora. Devemos lembrar que, outro ponto importante é a identificação dos *componentes estruturais* da fotografia. Ou seja, os elementos constitutivos da imagem, tais como o assunto, a tecnologia e o fotógrafo. Este último sendo aquele que, movido por razões de ordem pessoal ou profissional, desenvolve seu trabalho dentro de um complexo processo, onde a cultura, a estética e a técnica resultam na expressão fotográfica. Como nos ensina Kossoy, o *espaço* e o *tempo* são coordenadas de situação e, *assunto*, *tecnologia* e *fotógrafo*, os elementos constitutivos da imagem que geram a fotografia[2]. Estariam assim o *espaço* e o *tempo* diretamente ligados ao contexto histórico específico da imagem. A preocupação em compreender a técnica fotográfica e suas variadas formas de uso - aprofundando as implicações específicas, com atenção às particularidades do processo social em questão – é diretamente tributária dos conceitos de *tempo* e *espaço,* elementos constitutivos da imagem.

Dois exemplos da produção nacional: Rio de Janeiro e São Paulo

Militão de Azevedo foi fotógrafo e proprietário do ateliê *Photographia Americana*, trabalhando em São Paulo entre 1865 e 1885, período no qual atuavam outros cinco ou seis

fotógrafos na cidade. De todos, Militão foi aquele que retratou pessoas oriundas das camadas mais pobres da sociedade. Seu ateliê, localizado defronte à Igreja do Rosário, ponto de encontro da população negra paulistana, tem características bem peculiares, já que os outros estabelecimentos estão instalados numa região mais nobre, entre os Largos da Sé e São Francisco. No tocante ao ateliê de Militão, isso explica em parte a grande quantidade de negros fotografados, bem como a própria forma em que estes aparecem nessas fotos: como cidadãos à procura de uma afirmação social.

Ao estar próxima do ateliê *Photographia Americana*, a Igreja do Rosário acaba tendo uma importância maior do que inicialmente possa parecer. Ao lado do templo existem pequenos casebres pertencentes a Irmandade e que são ocupados por negros. Ali, também está localizado o cemitério dos negros. É o período no qual os negros se distanciam da escravidão, e se fazer representar como homem livre é muito importante. Nesse sentido, é comum a sua utilização para a manifestação de status dentro de padrões e valores tradicionais da sociedade burguesa. As *cartes de visite* disponíveis como um bem de consumo, são utilizadas por negros com melhores condições econômicas. Afinal, aos poucos esta população marginalizada (escravos, ex-escravos, trabalhadores livres) vai tendo na fotografia uma possibilidade de afirmação social (fotografia 1). Assim, percebemos que a relação existente entre, localização do ateliê e a *carte de viste* produzida, se faz evidente, configurando o espaço urbano como um elemento diferenciador desta produção. A presença do ateliê *Photographia Americana* na região da Igreja do Rosário acaba por se configurar num diferencial muito importante.

[2] Boris KOSSOY (1999). Realidade e Ficções da Trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 25-8.

Christiano Junior é um fotografo português que trabalha no Rio de Janeiro a partir de 1863, locado na oficina *Photographia do Comércio* [rua São Pedro 69], na qual é sócio de Fernando Antonio de Miranda. Em 1865, atua na rua da Quitanda 53. No Rio de Janeiro ele fotografa a população negra cativa da cidade, retratos estes feitos no formato *carte de visite,* as imagens foram produzidas em dois padrões: "retratos de corpo inteiro" e "bustos". Em algumas das imagens encontramos anotações que acompanham as fotografias que identificam a nação africana da qual o negro registrado é originário. Isso, a meu ver, demonstra por parte dele uma grande preocupação em evidenciar a diversidade dessa população.

Dentre este material, os "retratos de corpo inteiro", são quais vemos os negros executando os mais diferentes ofícios, típicos dos escravos de ganho: vendedores de frutas, barbeiros, amoladores de facas, entre outros. Estas imagens são vendidas no comércio local e servem como uma espécie de *souvenir* dos trópicos, sobretudo, útil ao imaginário eurocêntrico que acompanha os viajantes que por aqui passam. Em 1866 o *Almanaque Laemmert* anuncia a venda de uma *"Variada colleção de (...) typos de pretos, cousa muito própria para quem se retira para a Europa".*[3] Tal trabalho indica que Christiano tem uma forte curiosidade "antropológica". Ao registrar os escravos "de ganho", ele os coloca no cerne da modernidade, socializando a imagem das próprias contradições do país. Quando

[3] Jacob GORENDER. In: "A Face Escrava da Corte Brasileira". In: Paulo César de AZEVEDO e Maurício LISSOVSKY. Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr. (1864-1866) [et ali.]. São Paulo: Ex. Libris, 1988, p. 31.

estas fotografias são produzidas, a população de negros escravos que trabalham nas ruas da cidade do Rio de Janeiro é de 55.000 pessoas, 1/3 da população total da capital[4]. Com relação às estas imagens é pertinente frisar que os fotógrafos no final do século XIX vivem uma grande concorrência estando sempre à procura de novos produtos fotográficos para o mercado.

Mas o mais marcante nestas imagens de Christiano é o fato delas retratarem uma realidade latente da cidade na qual ele desenvolve seu ofício, fazendo do seu ateliê um reflexo da vida nas ruas. Não podemos também deixar de salientar a complexidade de se fazer estes retratos, já que para tal se faz necessário montar a cena no ateliê.

Refletindo sobre estes dois exemplos, Militão e Christiano, temos uma amostra de como estes fotógrafos estão interagindo diretamente com o meio no qual eles atuam. Ou seja, estes profissionais realmente fazem uma ponte entre o meio social e a representação desta sociedade, que tem na fotografia uma forma de reconstrução desta mesma realidade. A presente comunicação tem como objetivo discutir esta relação, colocando lado-a-lado estes elementos específicos destes espaços urbanos e as produções dos fotógrafos que nestas cidades atuam, abrindo novas perspectivas para a compreensão destes documentos visuais fundamentais para se entender a sociedade brasileira do século XIX.

[4] Jacob GORANDER. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: Ática, 1991, p. 93.

O PREÇO DA LIBERDADE

MARCELO FRANCO DE GODOY – PPGE -UNIMEP /CAPSI - CNPQ

A análise das relações e disputas entre senhores e escravos, na justiça, no século XIX, fundamenta-se em pesquisa realizada no Arquivo do Cartório do 1º Ofício do Fórum de Piracicaba, pertencente ao Museu do Instituto Educacional Piracicabano.

As técnicas utilizadas estão atreladas às formulações de Sidney Chalhoub na obra "Visões de Liberdade" [i], a qual revela um método de análise documental que, partindo da decodificação e contextualização, leva à dimensão social da história. Num segundo momento, utilizo-me dos estudos de história social de E. P.Thompson sobre a "Lei Negra", na Inglaterra, presentes no livro "Senhores e Caçadores"[ii], que ao analisar os atores sociais envolvidos, revela a dimensão da dinâmica social. Orienta meu estudo também a obra "*Entre a mão e os anéis"* de Joseli Mendonça[iii] que estuda o encaminhamento parlamentar e legislativo do processo que culminou na Lei Áurea.

Para Thompson ideologicamente a lei se caracterizava pelo aspecto relevante da imparcialidade, o que ele chama de "domínio da lei". Diz ele: "A lei, em suas formas e tradições, acarretava princípios de igualdade e universalidade, que teriam de se estender forçosamente a todos os tipos e graus de homens." (THOMPSON: 1987)

Ao refletir sobre as leis nº. 2040 e nº. 3270, respectivamente Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários, ocorre a questão do domínio da lei conforme propõe Thompson. Se por um lado, a lei em relação ao pecúlio abre um precedente ao escravo para este alcançar a sua liberdade, por outro lado, essa atitude da classe dominante, criando leis "duras e repressivas" e, no caso analisado, atreladas ao fator indenizatório, visa na verdade, tão somente, resguardar os interesses senhoriais em defesa da propriedade. Desse ponto de vista, confirmo as formulações de Thompson que apontam uma distinção entre o domínio da lei e o exercício do poder arbitrário por parte das classes dominantes.

A postura conservadora e etapista do legislativo em relação à abolição dos escravos defendiam, sobretudo, a questão da dignidade senhorial. O encaminhamento parlamentar

emancipacionista deixava transparecer uma “ideologia”, segundo a qual os senhores seriam os emancipadores, por excelência. Entretanto, se tais leis protegiam, preferencialmente, os senhores proprietários de escravos, por outro lado, apresentavam brechas, que permitiam aos escravos transitarem pelos caminhos jurídicos, em direção à tão sonhada liberdade.

Farei uma apresentação cronológica, entrelaçando alguns destaques que demonstram como os escravos tiveram um papel ativo, utilizando-se de mecanismos legais para obter a liberdade. Também destacarei a participação dos advogados dos senhores de escravos.

No dia 13 de junho de 1879, em seu cartório, o escrivão França autuou a petição de Ricardo João de Almeida Rios[iv], escravo libertando, contra o Barão da Serra Negra e a Fazenda Nacional. Ricardo era escravo do Doutor Joaquim Augusto de Carvalho Rios, que antes de morrer prometera libertá-lo. O doutor Rios vendera Ricardo a José Santos Carrega em 22 de fevereiro de 1873 no Rio de Janeiro, por ocasião de o Barão da Serra Negra ter comprado a loja da Cobra nesta cidade. José dos Santos Carrega, por intermédio de João Lourenço de Aguiar, ex-proprietário da loja, vendeu-lhe Ricardo. O Advogado do Barão da Serra Negra nessa ação é o Doutor Prudente José de Moraes Barros. Prudente não abre mão de que Ricardo pertence ao Barão da Serra Negra. Inquirindo as testemunhas, procura provar que Ricardo não tem motivos para contestar sua liberdade, pois não possuía documentação do doutor Rios que comprovasse sua libertação. Dessa forma, argumentava que Ricardo ficara em posse da loja da Cobra, como forma de pagamento de dívidas do Sr. Rios. Posteriormente quando o filho do Barão da Serra Negra, Manoel Ernesto da Conceição, comprou a loja passou a ter domínio sobre o escravo. A ação analisada não aponta uma definição, mas também indica para uma solução favorável ao Barão da Serra Negra.

Vejamos outra ação de liberdade:

Na ação iniciada em 29 de agosto de 1885 a escrava Felisberta através do depósito de 500 mil réis requer sua liberdade. A atuação do advogado Manoel de Moraes Barros é de apresentar ao juiz argumentos que comprovem que a escrava não poderia ser avaliada por este valor, uma vez que fora avaliada em 700 mil réis pelo Banco do Brasil como hipoteca

do senhor Rocha, seu depositário nesta ação. Felisberta era escrava do senhor Francisco Ferreira Alves, o senhor Francisco Antônio da Rocha tenta através do depósito de 500 mil réis libertar Felisberta com a condição de que ela pague em serviços por esta quantia. O fato é que, na realidade, antes mesmo de Felisberta dever serviços ao senhor Rocha. Esta havia sido hipotecada no banco do Brasil por Rocha, que, por sinal, não pagou ao banco essa dívida. A argumentação utilizada pelo advogado Moraes Barros é baseada na proibição da prática da liberalidade de terceiros, que permitia ao senhor certo controle sobre a procedência do pecúlio. Sobre a prestação de serviço proposta por Rocha para que Felisberta pagasse o valor depositado, Moraes Barros argumenta: "Se o dinheiro exibido é pecúlio propriedade doada ao escravo, este não tem obrigação de paga-lo de forma alguma e Rocha confessa que oferece os 500 mil réis que, portanto são seus, com a condição de ser pagos em serviços."[v] O resultado da ação favorece o senhor Francisco Ferreira Alves que comprou Felisberta de o Sr. Rocha que não pagou ao Banco do Brasil o valor da hipoteca. Vejamos outra ação envolvendo Prudente de Moraes como curador no ano de 1886, no dia 16 de Abril, o mesmo escrivão França autuou a petição do auto civil de liberdade da escrava Maria, de José Carlos de Arruda Pinto. No mesmo auto, está documentada a exibição do pecúlio "Aos dezesseis dias do mês de Abril de mil oito centos e oitenta e seis, nesta cidade de Piracicaba em meu cartório compareceu o Doutor Prudente José de Moraes Barros, e por ele foi exibida a quantia de seis centos mil réis pecúlio da escrava Maria"[vi]

Sobre a atuação dos advogados, Lenine Nequete[vii], defende a idéia de que a atuação dos advogados nas ações de liberdade baseava-se na lei e na jurisprudência disponíveis, dessa forma não influenciadas pela classe social a que pertencia. Em Piracicaba, nas ações que analisamos, a participação dos advogados dos senhores foi determinante para a manutenção da escravidão. Isto porque, das oito ações de liberdade analisadas, em apenas duas apareceram os advogados dos senhores e, justamente nelas, foi o desfecho indefinido, sinalizando um favorecimento dos senhores. Nas outras ações analisadas, a ausência dos advogados revela que, na realidade, em Piracicaba as leis e

justiça funcionavam como um “palco”, no qual os personagens -senhores e escravos- encenavam um “teatro” no qual a liberdade era um produto que poderia ser comprado sem muita cerimônia. Utilizando-se do aparato jurídico, os escravos, representados por curadores, “compravam” sua liberdade. Os senhores, de acordo com as ações analisadas, não estavam mais preocupados com a instituição servil, mas apenas interessados na indenização.

Foi possível observar nas ações de liberdade, analisadas em Piracicaba, que a participação dos advogados afirma as considerações elaboradas por Ilmar de Mattos[viii], sobre a identidade da classe senhorial brasileira, que teria sido construída através de uma determinação da ação política da Coroa. Dessa forma, compreendendo a importância conferida por Mattos à atuação política dos membros da “classe senhorial,” da qual faziam parte os advogados que participaram das ações de liberdade, inclusive os de Piracicaba, entendemos suas atuações como expressões de um posicionamento político, ainda que estivessem exercendo suas profissões.

Entretanto, faz-se necessário destacar que nas ações de liberdade às quais aparecem os advogados dos senhores, ocorreram antes da lei de 28 de setembro de 1885. Com a Lei do Sexagenário, na qual várias de suas medidas estabeleciam a indenização mediante a prestação de serviços pelo período de três anos em troca da alforria e, mesmo assim, após esse período de trabalho, propunha-se que os libertos sexagenários se mantivessem sob proteção e amparo dos seus antigos senhores, numa pseudemonstração de benemerência senhorial. À Lei dos Sexagenários podia-se também aplicar o uso do pecúlio como remissão da obrigatoriedade dos serviços prestados pelo período de três anos.

Como podemos notar, a indenização era um elemento presente e de peso na manutenção do domínio senhorial e no que diz respeito ao direito de propriedade. No entanto, ao ser legalizada pela lei de 1871, facultava a possibilidade de o escravo se libertar pela apresentação de um pecúlio. Essa prática do uso de indenização para alforria era utilizada de forma costumeira, anterior à Lei do Ventre Livre, só se tornando legal, como já

dissemos anteriormente por ocasião da promulgação da referida lei. Isso levou tal prática a se intensificar sobremaneira, adquirindo importância capital, havendo necessidade de os parlamentares intervirem com urgência, com a intenção de retardar o processo emancipatório por indenização, garantindo o domínio senhorial sobre os escravos e o respeito ao direito de propriedade.

Por outro lado as próximas ações a serem apresentadas, que ocorreram após 1885, demonstram, de acordo com participação de Prudente de Moraes como curador em uma das ações, uma mudança de postura dos advogados, senhores quanto à liberação de escravos perante indenização. Início pela ação na qual Prudente foi o curador de Maria, escrava a qual ação de liberdade iniciada em 16.4.1886, teve fim em 26.4.1886, com pagamento de 600 mil réis. No mesmo mês de abril ocorreram mais duas ações de liberdade, com relação familiar entre as envolvidas. Nos dias 5 e 7 de abril, Joana e Ana, mãe e filha respectivamente pagaram 600 e 675 mil réis de pecúlio pela liberdade, nas ações encerradas em 9 de abril de 1886 com o recebimento da indenização das escravas pela senhora Ana. No dia 13 de maio de 1886, o escrivão França autuou a petição de Justina, escrava do Tenente Coronel Antônio de Barros Ferraz. No mesmo dia de acordo com o termo de exibição, Benedito Antônio Laudisso, exibiu a quantia de 675 mil réis referente ao pecúlio da escrava. No dia 16 de maio de 1886 o Tenente Coronel Antônio Barros Ferraz compareceu no cartório do escrivão França e, após receber a quantia de 675 mil réis, dá quitação plena à referida ação. No dia 07 de novembro de 1877, iniciou-se a ação de liberdade da escrava Mariana de Antônio de Almeida Veigas. Esta escrava requer sua liberdade por ter sido libertada por João Baptista da Cruz Leite, conforme atesta documentação, sob a condição de prestar serviços por quatro anos ao senhor Antônio de Almeida Veigas, cunhado do Senhor Leite. O resultado da ação é favorável a Marianna que requer sua liberdade, pelo fato de já haver sido libertada, conforme documentação, pelo Sr. João Baptista da Cruz Leite, com a condição de prestar serviços ao Sr. Antônio de Almeida Viegas e sua mulher. O Juiz Henrique Marques de Carvalho deu sentença favorável à escrava Marianna, com base na argumentação de que, uma vez liberta, a escrava não

poderia prestar serviços para terceiros. Caso inédito, porém, entre as ações pesquisadas, foi a atitude do Conselheiro Antônio da Costa Pinto e Silva que, no dia 27 de maio de 1887, ao assinar o termo de quitação referente ao pecúlio de seu escravo Antônio, da ação iniciada em 02 de abril de 1887, benevolentemente declarou: "da quantia de cento e noventa e seis mil réis exibida por seu ex-escravos Antônio, cuja quantia recebeu para dar ao mesmo escravo, visto como o libertou sem condição e sem remuneração alguma."[ix]

Não podemos comprovar se o escravo Antônio realmente recebeu tal quantia, mas, pelo declarado, nota-se um posicionamento emancipacionista na atitude desse senhor.

Logo, podemos concluir que, embora a postura dos senhores, nas ações analisadas em Piracicaba no período de 1870/1880, aparentemente demonstrasse uma tendência emancipacionista, em função da rapidez com que algumas transcorreram, notamos também que eram marcadamente pontuadas pelo fator indenizatório. Dessa forma, No decorrer do estudo procurei afirmar as formulações de Sidney Chalhoub, sobre as atitudes dos escravos dentro de uma lógica própria, na medida em que agiam com motivações voltadas ao objetivo da liberdade.

A análise dos atores sociais, presente nesse trabalho revela uma dinâmica social, que se configura num verdadeiro palco, no qual os atores sociais desenrolam cenas que expressam objetivos bem definidos.

De um lado, temos os escravos, os quais, através de curadores, utilizavam-se dos dispositivos legais para obter a tão almejada liberdade.

Por sua vez, os senhores, também com base nos dispositivos legais atrelados ao fator indenizatório, procuravam defender a sua propriedade.

Mediando os atos entre senhores e escravos, temos a atuação de outros personagens, não menos importantes: os juizes, advogados e curadores cuja participação, freqüentemente, se mostrava, confusos e contraditórios.

Essa dinâmica social também contempla, de acordo com nossa análise, duas formulações de E. P. Thompson. Primeiramente, a questão do direito como cenário, no qual as classes sociais se enfrentam. Posteriormente a utilização de todo o aparato jurídico,

destacando a questão específica do fator indenizatório que, permeando as "ações de liberdade", imprimiam uma distinção entre o direito arbitrário e o domínio da lei.

Finalmente destaco que o estudo revela, a partir da apresentação dos atores sociais, envolvidos na questão da liberdade, uma verdadeira ambigüidade das leis.

Notas finais:

---

[i] CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[ii] THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores. A origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[iii] MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

[iv] AFCP. (Museu Piracicabano/ Unimep) Requerimento de ação de liberdade do escravo Ricardo do Barão da Serra Negra, 1º Ofício, 1879, Caixa 11-B

[v] Arquivo do Fórum da Comarca de Piracicaba. (Museu Piracicabano / Unimep) Requerimento de ação de liberdade da escrava Felisberta de Francisco Ferreira Alves, 1º Ofício, 1885, Caixa 5-A .

[vi] AFCP. (Museu Piracicabano/ Unimep) Requerimento de ação de liberdade da escrava Maria de José Carlos de Arruda Pinto, 1º Ofício, 1886, Caixa 5-A .

[vii] NEQUETE, Lenine*. O Escravo na jurisprudência Brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado*. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 1988

[viii] MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

[ix] AFCP. (Museu Piracicabano/ Unimep) Requerimento de ação de liberdade do escravo Antônio do Conselheiro Antônio da Costa Pinto e Silva , 1º Ofício, 1887, Caixa 5-A .

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

EDUCAÇÃO, PROCESSO CIVILIZADOR E LEGISLAÇÃO[1]

Marcelo Pastre[2]
Unimep

1. Introdução

A educação é um aspecto inseparável da cultura de uma sociedade, analisar a educação de uma região específica, neste caso a Província do Paraná, no século XIX, mais precisamente durante o período da sua emancipação (1854) até a Proclamação da República (1889), supõe uma abordagem muito complexa.

O século XIX é caracterizado pelo fortalecimento dos Estados e a expansão, no mundo Ocidental, da perspectiva do papel civilizador da escola pública. Acreditava-se que sua função, além de ensinar as primeiras letras, era moralizar os costumes e formar cidadãos. A idéia da escola sob o comando do Estado difundida no contexto europeu em sua fase manufatureira, ganhou expansão e forma definida durante o período em que vigorou o capitalismo industrial.

O resultado foi o enorme impulso na escolarização popular que fez com que, em 1890, países como Alemanha e França mantivessem na escola de 80% a 90% das crianças em idade escolar (FREIRE , MOTTA & ROCHA, 2004).

Com a estrutura do comportamento civilizado estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados (ELIAS, 1994), a escola passou a ser fundamental na estruturação do comportamento civilizado, uma vez que, passou a assumir perante estes Estados a perspectiva do papel civilizador.

O processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica: a sociedade sob forma de Estados, a monopolização

[1] Trabalho apresentado como parte do doutorado em andamento na Universidade Metodista de Piracicaba, sob orientação do Professor Dr. Ademir Gebara.
[2] Mestre em Engenharia de Produção, e-mail: mpastre@onda.com.br.

e a centralização de impostos e da força física. A monopolização da violência pelo Estado também impôs aos indivíduos um maior ou menor grau de autocontrole (ELIAS, 1993).

Apesar das diversidades das correntes que pensaram o nascimento da escola pública, alguns pontos básicos de convergência podem ser destacados, segundo SIQUEIRA (2000): a escola como ressonância do pensamento racional, com disciplinas modernas e científicas; necessidade de se instruir as camadas menos privilegiadas da sociedade, com o ensino básico; a alfabetização passou a constituir um dado relevante no conceito dos povos, passando a ser uma medida do grau civilizatório de um Estado; todos deveriam ter um plano de estudos que abrangesse desde o primário até o superior, responsável este último pela formação burguesa; um método de ensino para o fazer escolar; a noção de tempo escolar, ou seja, alfabetizar em menor tempo um número máximo de alunos; o ensino obrigatório e gratuito para as camadas pobres.

2. O Contexto da Educação no Brasil

O Brasil, após a Independência, era um país que chegava à emancipação política, destituído de qualquer forma organizada de educação escolar, com algumas poucas escolas e sem nenhum sistema de ensino.

Conferia especificidade à América Latina, as idéias de LINZ (1980), de uma contínua resistência das oligarquias em atender às pressões democratizantes, vale dizer, a ausência de interação institucional entre os diferentes segmentos da população e suas elites, um controle dos movimentos sociais em seu ponto de partida, e não em seu lugar de chegada.

A escola pública, segundo XAVIER (1980), não se colocava, portanto no Brasil pós-independência, como requisito para a própria manutenção e reprodução das relações estruturais. A sua qualidade e extensão eram bastante limitadas, não precisava assumir formas sofisticadas ou institucionais em uma sociedade escravista, assim como o analfabetismo não constituía problema em uma sociedade agrário-comercial.

A proposta de escola pública destinava-se aos poucos elementos dominantes como

mero ornamento, assim como à camada média conferindo status. Desta forma existia uma maior preocupação com a sofisticação ou complexificação do que com a ampliação do ensino (XAVIER, 1980).

A classe dominante, o grupo estabelecido, considerava-se sempre mais culto, mais civilizado, mais decente, mais respeitável. Este é um suposto que conecta diretamente a análise das relações de poder entre grupos com a Teoria do Processo Civilizador de Norbert Elias (GEBARA, 2004).

Na verdade a independência política não modificou o quadro da situação de ensino. A cultura transmitida pela escola deveria, pois, conservar-se alienada das condições materiais de existência dos homens, a fim de preservar seu caráter aristocrático, já que a função da escola era fornecer os elementos que iriam preencher os quadros dirigentes da nação (INFANTOSI, 1983).

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se no Império, seguindo fortemente as tradições intelectuais do país, o regime de economia patriarcal e o ideal correspondente de homem e cidadão da época, ligado estreitamente às formas e quadros da estrutura social da época, num Estado agroexportador e escravocata, que persistiram por quase todo o Império.

GEBARA (2004), coloca o caso brasileiro, segundo o texto de Floriano Godoy (1876), como um nascimento tardio do sistema público de ensino, desde logo embricado com o surgimento da infância pobre oriunda principalmente de indígenas, negros, alguns grupos imigrantes empobrecidos e migrantes de regiões pobres, é em si mesmo indicador de anomia e inferioridade nas possibilidades de acesso às fontes de poder.

Quando as províncias assumiram a incumbência da criação das Escolas de Primeiras Letras, após o Ato Adicional de 1834, o ensino elementar público praticamente inexistia na maior parte delas (cerca de 200 escolas). Com instrumentos e recursos próprios para o ensino das primeiras letras, as camadas superiores não reivindicavam a difusão das escolas elementares. Quando o faziam, era apenas no discurso civilizado que cultivavam e

de que lançavam mão em épocas de instabilidade interna ou de descrédito externo (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994).

Na História da Instrução Pública do Brasil, ALMEIDA (2000), relata que neste momento as Assembléias Provinciais, apressaram-se em fazer uso de suas novas prerrogativas e votaram, sobre a instrução pública, uma multidão de leis incoerentes. Deduzio-se de um grande número de relatórios dos presidentes das províncias, é que o resultado de todas estas leis e medidas teria sido oportuno se houvesse condição de executa-las.

Criaram-se muitas escolas, no papel, por leis e decretos, mas o benefício que poderia resultar destas iniciativas e o progresso que deveria ser conseqüência foram arruinados, obstados desde a origem, pela ausência principalmente de instrutores. As províncias ficaram, portanto, à mercê de seus próprios recursos financeiros e humanos para encaminharem as questões da educação.

3. Instrução Pública na Província do Paraná

A História da Educação na Província do Paraná, de 1854 a 1889, ressente-se de estudos mais aprofundados que reflitam sobre o processo de escolarização da sociedade paranaense. Estudos sobre as políticas públicas e a legislação que regulamentava a educação, podem possibilitar a compreensão de como o governo provincial percebia e compreendia a importância da educação, ou como era denominado na época; instrução pública.

Este período reflete a herança educacional deixada pela província ao Estado do Paraná, da sua emancipação da Província de São Paulo (5ª Comarca) até a Proclamação da República. Um período no Brasil de transformações: de um país agroexportador, para tendências à industrialização; de um país monárquico à democratização do poder político e um país com transformações de caráter sócio-econômicas.

Na província do Paraná, as determinações legais para o ensino esbarraram em

diversos problemas de várias ordens, existentes na sociedade local, que em muitas vezes inviabilizaram a complementação de medidas inovadoras no ensino. A inadequação e incoerência de medidas inapropriadas à realidade sócio-econômica do momento evidenciaram o grau de distanciamento entre o que se pretendia fazer e o que se podia fazer, entre a legislação e o que era colocado em prática.

Esta situação começou a mudar quando se alterou o cotidiano das famílias fazendeiras. Boa parte delas passou a residir nas vilas onde se somavam à população ligada à exploração da erva-mate, atividade predominantemente urbana.

A Província do Paraná herdou uma situação pouco invejável no tocante às condições financeiras e de infra-estrutura. As poucas estradas apresentavam-se precárias,, impedindo o deslocamento e a comunicação das populações. A grande distância que separava as cidades mais importantes, Paranaguá e Curitiba, inviabilizava contato mais estreito com a Capital da Província.

Constituída como Província a partir de 1854, o Paraná, passou a ter como seu presidente, Zacarias de Góes e Vasconcello. Sob sua gestão, as reivindicações das elites foram: emancipação financeira, criação de um sistema de estradas, instrução pública, transferência da feira de Sorocaba para Castro e beneficiamento e ampliação do mercado da erva-mate e da madeira (BALHANA, 1969).

Um outro desafio que se impunha às elites era o de atrair os governados para a sua administração, motivo pelo qual incluíam em sua pauta a instrução pública; com ela não apenas a mão-de-obra seria formada, mas também o governo conquistaria maior visibilidade frente aos governados. Particularmente no Paraná, o ensino primário vinha atender à necessidade reconhecida pelos governantes de “abrasileirar” os estrangeiros – imigrantes que, ao se estabelecerem, preservavam seus valores e costumes, bem como o idioma de origem. Essas sub-culturas sempre foram vistas pelas elites de origem lusa como uma ameaça à sua hegemonia (MAGALHÃES, 2001).

Após este primeiro governo, sucederam-se diversos Presidentes, que estabeleceram

diversas leis, na tentativa de regulamentar, ampliar e reger a instrução pública na Província do Paraná. Estabeleceu-se o orçamento para a Instrução Pública e o Plano e Divisão do Ensino nas escolas de primeira ordem (27 de dezembro de 1856).

Em 08 de abril de 1857, firmou-se o Regulamento de Ordem para as Escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário. Nas vigências que se seguiram, os encaminhamentos com a Instrução Pública ficaram restritos aos dados relacionados ao valor despendido à Instrução Pública.

O ano de 1870, na Província do Paraná é caracterizado por, TRINDADE & ANDREAZZA (2001), como o ano do desenvolvimento do ensino secundário, principalmente no campo da iniciativa privada, incentivado pela regulamentação introduzida pelo governo Imperial nos cursos de preparatórios às academias superiores (Direito, Medicina, Farmácia, Exército e Marinha). Por estar ligado a iniciativa privada, este desenvolvimento era de cunho eletizante.

Através da Lei n.º 238, de 19 de abril de 1870, O Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho, institui na capital uma Escola Normal, para o ensino das pessoas de ambos os sexos que quisessem exercer o professorado da instrução elementar, muito provavelmente para suprir a falta de professores.

Foi o ano de 1871, a partir da irreversibilidade do processo abolicionista, que a instrução pública, no Brasil, passou a revestir-se de maior importância, visto que seriam as escolas focos de atração e locais de formação dos futuros cidadãos brasileiros (ativos e não ativos) quando, especialmente a partir da Lei do Ventre Livre, passaram a ser potencialmente considerados cidadãos não só os filhos dos homens livres (abastados ou pobres), mas também os nascidos de escravos (SIQUEIRA, 2000).

As heterogeneidades existentes na sociedade brasileira deveriam ser paulatinamente eliminadas ao final do processo pelo qual emergiria a nação e um povo unos: ocupantes de um território indiviso, comunicando-se através de uma única língua e regidos por um

homogêneo corpo legal, com os mesmos direitos e deveres (SIQUEIRA, 2000).

Pelo primeiro censo brasileiro, no ano de 1872 a população brasileira totalizava de um total de 9.930.478 habitantes considerados, dos quais 16%, ou seja, 8.365.997, eram analfabetos.

O ano de 1874 é destacado pela obrigatoriedade do ensino primário para todos os meninos de 7 a 12 anos de sexo masculino e 7 a 10 anos do sexo feminino, que residirem dentro das cidades vilas e freguesias em que houver aula pública ou particular subsidiada, não tendo eles impossibilidade física ou moral, assim como também normatizou a fiscalização para a mesma.

Nos anos posteriores as novas Leis restringiram-se a criação de cadeiras e escolas, nomeação de professores e despachos oriundos do processo escolar.

É importante também salientar, segundo INFANTOSI (1983), que a segunda metade do século XIX assinala transformações de caráter sócio-econômico na história brasileira. Ocorreram profundas transformações que moldaram as principais características da sociedade brasileira.

Somente a partir de 1882, que novas Leis vieram novamente contribuir com a regulamentação da Instrução Pública no Paraná, tais como: criação de uma escola noturna na capital para adultos (1882), vinculação de 20% do imposto predial à instrução pública, câmaras municipais responsáveis em instituir em suas sedes casas escolares.

Conforme dispositivo eleitoral que permitiu o voto àqueles que soubessem ler e escrever, foram criadas mais 14 escolas noturnas. Mas, como visavam a objetivos eleitoreiros, tiveram curta vigência, pois em 1886, restavam apenas 4 delas, administradas pelos municípios (OLIVEIRA, 1985).

Essa década foi marcada pela criação de alguns colégios particulares, fundados por ordens religiosas ou por civis, sem levar em conta as escolas dirigidas por estrangeiros que já funcionavam na década anterior. O incentivo dado pelo Governo às escolas particulares estendeu-se aos professores, que atendiam os alunos carentes, sob a forma de

gratificações, prática comum para as escolas primárias. Enquanto para os colégios que ofertavam ensino primário e secundário, estipularam-se subvenções, algumas previstas em lei, como incentivo à criação de escolas (OLIVEIRA, 1994).

No final do período provincial, a rede escolar pública e particular de ensino primário no Paraná contava com 199 escolas criadas e distribuídas por 130 localidades, sendo 180 escolas de rede pública e 19 escolas particulares.

Das escolas de rede pública, segundo OLIVIERA (1994), 43 estavam vagas (sem professores), 123 públicas, 1 subvencionada, 10 municipais e 3 regimentais. A herança educacional deixada pela província ao Estado do Paraná (República), foi bem melhor, nestes trinta e seis anos, que aquela herdada da Comarca pela Província.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil:** história e legislação. 2ª. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** – volume 02. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1993.

_____. **O Processo Civilizador** – volume 01. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da; ROCHA, Dora. **História em Curso.** São Paulo: Editora do Brasil, 2004.

GEBARA, Ademir. Sugestões para a Educação na Província de São Paulo: Joaquim Floriano de Godoy e seu Programa de Estudos. In: 8º Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação, 2004. João Pessoa. **Anais:** Novas Exigências do Processo Civilizador na Contemporaneidade. João Pessoa: UFPB, 2004.

INFANTOSI, Ana Maria. **A Escola na República Velha.** São Paulo: EDEC, 1983.

LINZ, Juan et al. Regimes autoritários. In: O'Donnel, Guilhermo (org). **O Estado Autoritário e Movimentos Populares.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889.** Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Maria Cecíclia Marins de. **A organização da rede escolar no Paraná Provincial.** Educar, Revista do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, v. 4, n.º 2, Curitiba, 1985.

_____. **Ensino Primário e Sociedade no Paraná durante a Primeira República.** São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, USP, 1994.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras:** modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870 – 1889). Cuiabá: INEP, 2000.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

XAVIER, Maria Elizabeth Sampaio Prado. **Poder político e educação de elite.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

XAVIER, M. E. S. Prado; RIBEIRO M. L. Santos; NORONHA, O . Maria. **História da Educação:** a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

Os Conflitos entre Igreja e Estado e a proposta de paz presente na produção simbólica dos franciscanos portugueses (1383-1450).

Marcelo Santiago Berriel
(Universidade Federal Fluminense)

Após a desagregação do Império Carolíngio, o sentimento de uma vasta comunidade, no dizer de Bernard Guenée[1], foi abandonado. No entanto, o século XIII constituiu um marco no pensamento político medieval. As discussões sobre o poder temporal e poder espiritual aliaram-se a uma noção de Estado com contornos mais nítidos e sistematizados[2]. As idéias universalistas, pelo menos até o século XII, assumiam papel preponderante nestas discussões. Os argumentos dividiam-se entre duas instâncias: Papado e Império. Com o novo quadro político europeu, com a emergência das monarquias nacionais, os ideais de universalidade são obrigados a adaptar-se à nova realidade. Teorizações a respeito do Império ou do Papado continuam a existir, persistem em sobreviver, mas os reis ganham espaço, ganham apoio de pensadores renomados e a importância dos reinos no cenário político europeu se faz inegável. Evidentemente, o debate entre poder espiritual e poder temporal deve ser reavaliado e, a partir disso, questionamos como os autores eclesiásticos enfrentaram o novo contexto.

A luta pela supremacia entre os poderes espiritual e temporal prolongou-se no século XIV. Apesar da consolidação das monarquias nacionais, é neste século que a idéia de Império se fortaleceu, assim como a hierocracia. Entretanto, as obras de teoria política muitas vezes não priorizam mais os ideais de universalidade e os autores a serviço dos reis buscam antigas fontes de inspiração para novos argumentos. Independentemente do lado que defendem, autores como Marsílio de Pádua, Egídio Romano, João Quidort e o franciscano Guilherme de Ockham fornecem contributos de suma importância à antiga querela. Ockham não foi o único membro de sua ordem a teorizar sobre o assunto. Estudiosos que se debruçam sobre o reino português de fins da Idade Média conhecem a participação dos frades menores na conjuntura política daqueles tempos. Tendo em vista o

processo de centralização do reino português, principalmente a partir da revolução de Avis, é convidativo investigar como os franciscanos portugueses encararam as relações entre *regnum* e *sacerdotium*.

A receptividade dos mendicantes indicava um evidente avanço de tais ordens. Sua nova forma de pregação atraía a população, condizia com o contexto da época. "Serviam, portanto, melhor do que quaisquer outros, uma época de aflição, de perturbação e de confusão"[3]. Sua influência chegava até aos mais altos grupos da hierarquia social, como os principais membros da nobreza e a família real, pois seus confessores eram, na maioria, mendicantes[4]. Neste âmbito, os franciscanos atuaram de maneira expressiva. A aproximação entre a família real e certos frades, bem como os favores que a ordem recebia por iniciativa régia, demonstram que, apesar do embate entre poder real e Igreja (e o caso português não constitui exceção) os franciscanos mantinham boas relações com a dinastia avisina, mais do que isso, estavam presentes em contextos significativos. Ademais, sua produção simbólica vincula-se às relações citadas já que, como veremos, propõem um equilíbrio entre as duas instâncias de poder: reino e Igreja.

Considerando o fortalecimento do reino português e as relações entre Igreja e Estado, pretende-se aqui analisar como os franciscanos portugueses conciliaram a teoria universalista da cristandade com a noção de reino. Mais especificamente, intenta-se analisar a questão da representação social. De que maneira os franciscanos representavam o *cristão* (identidade comum a toda cristandade) diante da crescente noção de súdito (limitada ao reino)? O objetivo principal consiste em demonstrar que a representação social *cristão* começa a ser associada à noção de súdito na medida em que a idéia de poder espiritual é repensada como instância independente e não mais concorrente do poder temporal, permitindo um equilíbrio entre os dois poderes.

Tem-se como fonte principal a obra *Horologium Fidei*[5], de André do Prado. Nascido em Évora nos finais do século XIV, o franciscano André do Prado estudou nas Universidades de Paris e Bolonha, além de ter sido mestre em teologia na cúria romana. Já perto do fim da vida, retornou a Portugal, onde foi provincial dos Franciscanos. Além da

obra em questão, escreveu o *Spiraculim Francisci Mayronis, siue Liber Distinctionum*, encontrado em manuscrito nas bibliotecas de Assis e Oxford[6].

Apesar de encontrar-se na Biblioteca Vaticana, o códice do *Horologium Fidei* foi, segundo afirma Aires Nascimento[7], produzido em ambiente português poucos anos antes de 1450[8]. Além do mais, o próprio texto possui a inegável ligação com Portugal demonstrada na escolha do interlocutor do diálogo: o Infante D. Henrique. A propósito do assunto, conjectura Aires Nascimento:

> *Admitindo que o manuscrito foi elaborado em Portugal e remetido para Roma em data próxima da sua elaboração, aceitando também que o efeito global seria o de associar o Infante a uma obra de carácter teológico, não custa a crer que o texto em si e o códice em concreto se devam integrar numa acção de conjunto que procuraria promover a imagem do Infante junto à Cúria Romana.*[9]

O livro é uma exposição sobre os Símbolos dos Apóstolos. Trata de temas como a liberdade humana, a relação entre corpo e alma, a questão das heresias e a unidade da Igreja, afirmando o ideal comunitário que deve unir a todos os fiéis.

Para esta pesquisa, o *Horologium Fidei* possui uma característica primordial: além das evidentes associações com o poder régio, frei André fala da autoridade da Igreja sem ser hierocrata. Explica Mário Santiago de Carvalho:

> *Ora, no que toca ao* Horologium Fidei*, reparamos, antes de mais, na sugestiva omissão da* Hierarquia Eclesiástica *bem como de qualquer alusão ao papa. Além do mais, quando o nosso autor se refere à hierarquia humana, quando salienta a unidade do princípio do poder, ou ainda quando alude à protecção temporal que a Igreja pode conceder, fá-lo num âmbito textual que, se não podia pedir uma explícita discussão da problemática da relação entre os poderes, também não revela qualquer cedência a uma tese como aquela de Francisco de Meyronnes para quem competia aos hierarcas a transmissão do poder para os monarcas*.[10]

Vejamos como o tratado em questão pode nos dra informações sobre a identidade cristã.

O conceito de *representação social* assume diferentes formas dentro da História Cultural. Ciro Cardoso trata do problema deste conceito – ou melhor, da maneira como este é trabalhado – criticando a postura de estudiosos que encaram as representações como "medida de todas as coisas", evidenciando uma forma de "idealismo que consiste em acreditar que 'criamos' ou 'constituímos' o mundo ao nomeá-lo e aplicar-lhe categorias lingüísticas ou processos semióticos de derivação mental"[11]. Para o autor, no entanto, a noção (Cardoso não fala em conceito) de representação social poder ser muito útil. A maneira proposta por ele consiste em adotar a noção segundo as teorias da psicologia social, considerada por este historiador como uma das poucas ciências sociais que manejam com precisão a referida noção, além de não cair na tentação de reduzir o pensamento científico a meras representações. Seguimos na pesquisa tal orientação. Segundo Denise Jodelet

> *... as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica sociais das representações.*[12]

Assim, as representações sociais simbolizam algo (o objeto, que pode ser humano, social, ideal ou material), mas também expressam alguém (o sujeito, epistêmico, coletivo, psicológico ou social). Para ser mais preciso, elas são construção e expressão do sujeito e interpretação e simbolização do objeto. Fazem parte de um conjunto maior (um sistema maior de representações ou uma ideologia).

A representação social de *cristão*, parte integrante de uma ideologia que contribui para a legitimação da centralização política da monarquia portuguesa associando poder temporal e poder espiritual, possui uma estrutura própria. Para investigar a estruturação da representação, parte-se da teoria de *núcleo central*, também originária da psicologia social. Segundo Flament, "o lugar de coerência de uma representação autônoma é o núcleo central da representação (...) Parece certo que esse núcleo é uma estrutura que organiza os

elementos da representação e lhes dá sentido”[13]. O núcleo central organiza todos os outros elementos da representação, considerados periféricos. Daí as principais características dos elementos centrais serem a saliência e a maior conexidade, em relação aos elementos periféricos.

Acredita-se que, na fonte analisada, o núcleo central seja a idéia de *submissão ao poder*, subdividida nos elementos *poder espiritual* e *poder temporal*.

Nas linhas traçadas por André do Prado, constatam-se algumas características essenciais que definem o cristão. Segundo a argumentação do franciscano, o pertencimento à comunidade, à Igreja, possui importância fundamental. A comunidade por excelência, segundo o *Horologium Fidei*, é a Igreja. Uma comunidade na qual entra-se em comunhão com os santos. A autoridade, que parte de Roma, é incontestável. Senão se reconhecer os principais atributos desta instituição, não é possível considerar-se pertencente a ela. O cristão reconhece a autoridade e, o mais importante, tem fé. Fé em Deus, na sua própria salvação, na Igreja. A fé constitui-se num parâmetro essencial de identidade, entretanto, não é suficiente. Além da fé, deve-se respeitar e praticar os sacramentos. É através deles que se experimenta a verdadeira comunhão santa que a Igreja proporciona. Mesmo constatando que em alguns trechos a fé e a vida piedosa aparecem como únicos parâmetros para se considerar o indivíduo como cristão, não podemos olvidar as inúmeras referências à autoridade de Roma e à crença nos sacramentos.

A fé, a prática dos sacramentos, a submissão à autoridade da Igreja. Soma-se a estes pontos a submissão à autoridade secular e percebemos que aquela representação de cristão associada à noção de súdito começa a se delinear.

Encontramos, por exemplo, referências à autoridade do infante D. Henrique, interlocutor do diálogo:

> *(...) receio grandemente tratar matéria deste teor, mas compelido por vossa ordem não ousaria de modo algum retrair-me a escrever, já que*

> *me disponho a obedecer-vos em tudo. Confiadamente entregarei o que disser à correcção e emenda de Vossa ilustríssima Senhoria (...)* [14]

Mesmo não sendo a maior autoridade em assuntos teológicos no contexto do diálogo, mesmo buscando esclarecimento nas questões sobre a fé católica com o mestre André do Prado, o infante é, para este, um representante do poder secular capaz de avaliar as argumentações, ao qual o autor respeitosamente se submete.

A análise denota a centralidade dos elementos pertencentes à categoria *poder espiritual*. Infere-se, pois, que a representação de *cristão* possui como parte integrante de seu núcleo central a idéia de submissão ao poder espiritual, leia-se, à Igreja. Esta não é apenas a comunidade dos fiéis e santos, mas também uma instância de poder. A categoria *poder temporal* também se encontra bem representada nas páginas do *Horologium Fidei*, sobretudo no que se refere às autoridades do contexto português.

Tudo indica que a representação social *cristão*, tal como se delineia na hipótese central, estrutura-se a partir da idéia de *submissão ao poder*, subdividida entre as instâncias *espiritual* e *temporal.*

A centralização política empreendida pela geração de Avis incomodou, como atestam as fontes, o clero português[15]. Em diversas ocasiões ficou registrado o descontentamento dos prelados a respeito da intromissão do poder régio nos assuntos espirituais. Porém, o segmento franciscano exerceu influência na corte, foi beneficiado e, como é o caso do *Horologium Fidei*, traçou um equilíbrio para a antiga querela. André do Prado identificou o cristão com o súdito. A identidade não apenas resolvia a questão da supremacia dos poderes, da primazia de um dos dois gládios, ela começava a dar novo sentido ao ideal universalizante. A referência à cristandade, embora ainda fosse essencial, se transformava aos poucos perante o poder do rei, adaptando-se ao fato de que a instância temporal, agora, é o reino.

---

[1] GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV* - os Estados. São Paulo: Pioneira, 1981, p. 47.
[2] STRAYER, Joseph R. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s.d., pp. 11-16.

[3] MARQUES, A. H. de Oliveira. . *Nova História de Portugal*. Vol. IV: Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 380.
[4] MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ibid*. p. 382.
[5] PRADO, André do. *Horologium Fidei – diálogo com o Infante D. Henrique*. Introdução e notas: Aires A. Nascimento. Ed. Bilíngüe. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
[6] CALAFATE, Pedro. *Frei André do Prado*. In: http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/m5.html
[7] NASCIMENTO, Aires A. "Introdução". In: PRADO, André do. *Op. cit*. p. 8.
[8] CARVALHO, Mário Santiago de. *Estudos sobre Álvaro Pais e outros Franciscanos* (séculos XIII-XV). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, pp. 311-312.
[9] NASCIMENTO, Aires A. *Op. cit*. p. 10.
[10] CARVALHO, Mário Santiago de. *Op. cit.* p. 330.
[11] CARDOSO, Ciro Flamarion. "Introdução: uma opinião sobre as representações sociais". In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.) *Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar.* Campinas, Papirus, 2000, p. 10.
[12] JODELET, Denise. "Representações Sociais: um domínio em expansão". In: JODELET, Denise (org.) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 21.
[13] FLAMENT, Claude. "Estrutura e Dinâmica das Representações Sociais". In: JODELET, Denise (org.) *Ibid.* p. 175.
[14] PRADO, André do. *Op. cit*. p. 35.
[15] É o caso, por exemplo, dos textos das concordatas que demonstram as queixas por parte do clero com relação a diversos agravos cometidos pelo poder régio, sobretudo no referente ao desrespeito pelas liberdades eclesiásticas. Cf. VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e Poder Régio no Séc. XV:* dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450). Lisboa: Edições Colibri, 1997.

O GOVERNO GEISEL (1974-1979) E A COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (COPPE/UFRJ): UMA RELAÇÃO DE AMOR E ÓDIO SOB A ÉGIDE DA DITADURA MILITAR

Marcelo Squinca da Silva

Esta pesquisa versa sobre a viabilização dos projetos de desenvolvimento do governo Geisel (1974-79) para a energia através da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Espera-se resgatar, particularmente por meio das críticas que esta instituição produziu relativamente aqueles projetos, qual o teor que a política energética adquiriu naquele período da ditadura. Neste sentido, pretendemos apreender os interesses sociais expressos na consolidação de decisões políticas que consolidaram o modelo de desenvolvimento energético adotado no país e que permanece em vigência até os dias atuais.

No início da década de 1970, o Brasil vivenciava o chamado “milagre brasileiro”, correspondente ao período entre 1968-73 caracterizado por altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que chegaram a atingir, no ano de 1973, 14%. Durante esse período, a organização da produção calcava-se em dois eixos: a produção de bens de consumo duráveis para serem absorvidos por uma parcela privilegiada do mercado interno; e o esforço exportador de bens primários somados aos bens manufaturados. Tal esforço de exportação é que possibilitava a entrada de divisas para o país, que eram fundamentais para o modelo econômico estabelecido, pois seu pólo dinamizador eram os bens duráveis.

O crescimento econômico que caracteriza o “milagre” ocorreu de forma célere. Como tal “milagre” foi possível num país que não dispunha de capital e tecnologia suficientes para realizar uma trajetória de crescimento econômico tão acelerado? Ou seja, de onde veio o financiamento para o crescimento célere?

Para Octavio Ianni “*O perfil, os movimentos e as articulações da economia brasileira passaram a revelar, de forma relativamente nítida, a presença de três setores econômicos*

importantes: o imperialista, o nacional e o estatal." [1] A participação de cada um dos setores, no financiamento do milagre, dentro do que Ianni chamou de *Tripé econômico*, deu-se com:

a) o aumento da taxa de reinvestimento, ou seja, buscou-se aumentar a porcentagem de lucros reinvestidos pelas empresas estabelecidas no Brasil dos lucros obtidos no ano anterior. Isso só foi possível devido ao "achatamento salarial" imposto a milhares de trabalhadores brasileiros;

b) o aumento da participação do Estado na economia, especialmente nos setores de infra-estrutura, indústria de bens básicos e de capital;

c) a abertura externa da economia, ou seja, o governo brasileiro incentivou ao máximo a entrada de capitais estrangeiros nos Brasil. As chamadas empresas multinacionais se tornaram hegemônicas nos setores automobilístico, metalúrgico, eletrônico, mecânico e químico-farmaceútico. Tais investimentos eram provenientes do Japão, Europa e, sobretudo dos Estados Unidos da América. Além disso, os empréstimos externos possibilitaram em grande medida ao governo brasileiro conseguir os recursos dos quais necessitava para realizar as inversões maciças nos setores de infra-estrutura e bens de capital.

É imprescindível assinalar que o crescimento célere da economia brasileira durante os anos do governo Médici encontra correspondência nas idéias consubstanciadas na Doutrina de Segurança Nacional.[2] E a forma de garantir que o comunismo não ameaçaria as estruturas do capitalismo brasileiro era buscar ultrapassar a fase subdesenvolvida em que este se encontrava. Por outras palavras, a forma mais eficaz de enfraquecer a ação dos comunistas no Brasil era avançar aceleradamente para o capitalismo desenvolvido. Como o caminho a ser percorrido era longo era imperioso que a nação estivesse atenta ao seu inimigo e praticasse sistematicamente a repressão a este. Daí, o binômio Esguiano "Desenvolvimento e Segurança".

[1] Octavio IANNI, A ditadura do grande capital, p. 36. O grifo é nosso.
[2] Para um o exame do tema, ver: Vânia Noeli Ferreira de ASSUNÇÃO, O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Em especial,os itens 4, 6 e 7 do capítulo III.

A partir de 1973, era possível perceber as contigüidades da recessão que se instalaria na economia capitalista acompanhando a crise de um ciclo do capitalismo mundial que o historiador Eric Hobsbawm chamou de "Era do Ouro", numa referência ao período que se estendeu entre 1950-73. [3] As taxas internacionais de juros se elevaram, as exportações brasileiras se tornaram mais difíceis, além do que os credores brasileiros passam a cobras nossas dívidas. A classe média não possuía mais condições de continuar a se lançar ao consumo de bens duráveis, bens que os trabalhadores das classes inferiores da sociedade não se lançariam a consumir. Destarte, as indústrias se encontravam em dificuldades para comercializar sua produção. O "milagre" que havia sido capitaneado pelo ministro da fazenda, Delfim Netto, estava desmoronando como um castelo de cartas.

O projeto dos militares caracterizou-se assim por dois fracassos: em primeiro lugar, fracasso enquanto projeto econômico para o país; em segundo lugar, fracasso enquanto esgotamento da fase de acumulação. Trataremos com mais vagar apenas deste segundo aspecto. Em primeiro lugar consideramos que buscar explicar o fracasso do "milagre" através da argumentação relacionada à chamada "crise do petróleo" nos parece equivocado por duas razões. Primeiro porque a "crise do petróleo" foi efeito da crise da economia capitalista no seu todo e não o contrário. E em segundo lugar porque, no Brasil, a "crise do petróleo" não gerou o fracasso do "milagre", mas apenas o precipitou. Em outros termos, dois fatores estruturais levaram ao fracasso específico do milagre: em primeiro lugar, o pólo dinamizador do "milagre" era a indústria de bens de consumo duráveis que pertencia a proprietários estrangeiros, o que levava o país a fazer cada vez maiores remessas de lucros onerando a balança de pagamentos. Em segundo lugar, a indústria de bens de consumo duráveis para manter seu crescimento necessitava de adquirir bens de produção, bem como insumos, que por sua vez eram importados – daí que sua importação provocou desequilíbrio da balança comercial, além do desequilíbrio da balança de pagamentos. [4]

---

[3] *In Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Para o fim da "Era do ouro" p. 394-95; para a crise do petróleo, p. 258.
[4] José CHASIN, A miséria brasileira, p. 63.

Resumidamente: a “crise do petróleo” exacerbou as debilidades estruturais da economia brasileira. A alta dos preços do petróleo deixou claro apenas que um crescimento baseado na exportação de manufaturas e certos gêneros agrícolas tendo em contrapartida a importação de bens de capital (máquinas), insumos industriais (petróleo, produtos siderúrgicos, etc...) e no financiamento externo não era capaz de manter o ritmo de crescimento da economia. Diante do quando de recessão capitalista em meados da década de 1970 o Gal. Ernesto Geisel assumiu a presidência da república. O governo optou por buscar manter o crescimento econômico através do II PND, embora a recessão capitalista mundial já se avizinhasse.

O retorno do Castelismo ao poder denotava uma tendência à flexibilização do regime estabelecido em março de 1964. Em agosto de 1974, Ernesto Geisel, ex-presidente da Petrobrás, no início de seu governo discursa anunciando uma “lenta, gradativa e segura distensão”. Iniciava-se o período de isolamento dos militares em face dos segmentos sociais da burguesia que os haviam guindado ao poder para que capitaneassem a renovação do parque tecnológico no país, medida necessária ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Já então pressionados pela crítica social nacional e internacional, começam a apontar para a possibilidade de uma moderada abertura política, porém sem admitir a possibilidade de entrega do poder à oposição.

Daí a necessidade de abertura política, embora mantendo o grupo dominante no poder, sem prejuízo dos pilares do regime, escamoteando seu caráter ditatorial e repressivo, ou seja, a auto-reforma da autocracia burguesa bonapartista. Mais do que qualquer rompante democrático, o que movia o governo Ernesto Geisel à distensão política era o fracasso do “milagre econômico brasileiro”. Daí o novo slogan: *Desenvolvimento possível com Segurança mínima*. O *Desenvolvimento possível* o governo Geisel buscou atingir através do II PND.

O governo Geisel, apesar da recessão no capitalismo internacional, que conseqüentemente repercutiu no Brasil, tentou manter as altas taxas de crescimento econômico verificadas no governo Médici. As mais importantes diretrizes da política econômica Geiseana

foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso Nacional no segundo semestre de 1974 e anunciado quando já se percebiam as contigüidades da recessão que tomaria conta da economia capitalista na década de 1970.

Contando com a participação destacada do seu ministro do planejamento, João Paulo dos Reis Velloso na elaboração, o II PND, foi divulgado oficialmente em setembro de 1974. O Plano expressava a opção Geiseana pelo crescimento da economia induzido pelo Estado contra a possibilidade de recessão. O objetivo do II PND era alcançar uma sólida infra-estrutura econômica-industrial para propiciar o desenvolvimento que transformaria o Brasil em "potência emergente". Os maiores esforços do plano estavam centrados na expansão das indústrias de bens de produção. Tais esforços eram inegavelmente uma tentativa de afrontar a crise latente, naquele momento já manifestada na economia mundial, através da substituição das importações. Destarte, a prioridade industrial deixava de ser a produção de bens de consumo duráveis para se deslocar para a produção de bens básicos (siderurgia, máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre e petróleo), bem como o aparato infra-estrutural (energia elétrica, comunicações, ferrovias, navegação e portos).

No intuito de realizar a grande tarefa de elevar o suprimento de infra-estrutura de que o país necessitava – tarefas para as quais a burguesia brasileira sempre se manifestou "tímida" ou "egoísta" – o governo contou com a colaboração destacada da COPPE, expressão da forma como articulou a prestação de serviços técnicos especializados. Em outras palavras, garantiu que o centro de pesquisas fluminense colocasse à disposição do poder público sua estrutura voltada para a gestão de estudos e projetos tecnológicos.

Fundada em 1963, a COPPE cumpriu uma função que extrapola a de outros cursos similares de pós-graduação, pois desde o início de suas atividades a instituição fluminense manifestou a confiança de que era imperativo tomar parte no processo de desenvolvimento do país. Tal objetivo impulsionou engendrar um arcabouço voltado à gestão de estudos e planos tecnológicos, com a finalidade de se instituir num canal peculiar de interação com o setor produtivo fosse ele público ou privado. A Petrobrás, a partir de 1975, tornou-se o mais

destacado parceiro da COPPE. Tal contrato para o desenvolvimento de projetos foi o primeiro encomendado pelo governo junto a COPPE, através da COPPETEC. Em 1977, a instituição fluminense deu início um projeto de cooperação técnica que é considerado uma baliza histórica da interação entre a COPPE e a estatal de petróleo brasileira. Tratava-se do desenvolvimento de um sistema computacional para projeto e análise de equilíbrio estrutural de plataformas para exploração de petróleo no mar, o chamado petróleo *offshore.*

No nosso entendimento, não por acaso, tal parceria viria ocorrer entre COPPE e Petrobrás na segunda metade dos anos 1970. Pelo contrário, demonstra a importância que o centro de pesquisas tecnológicas da UFRJ viria a assumir no contexto da execução das diretrizes do II PND, dado ao fato de que, entre as prioridades estabelecidas pelo governo Geisel, a prospecção de petróleo ocupava espaço fundamental.

No entanto, se em casos como o da parceria com a Petrobrás a COPPE teve uma atuação propositiva e executiva destacada, através de sua capacidade de prestação de serviços técnicos especializados, em casos como o do "Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear" que ficaria conhecido simplesmente como *Acordo Nuclear Brasil –Alemanha*, firmado em 27 de junho de 1975, em Bonn, capital da então Alemanha Ocidental, a COPPE atuou fazendo uma crítica bastante contundente. Num texto relativamente recente o Profº Luiz Pinguelli Rosa se refere ao *Acordo Nuclear Brasil – Alemanha* como um "grave erro".[5]

Atentando apenas para os motivos oficialmente apresentados pelo governo Geisel para a sociedade brasileira, ou seja, as necessidades energéticas do país, podemos elencar algumas críticas que partiram do pensamento da COPPE: em primeiro lugar, a Eletrobrás havia se equivocado na estimativa do potencial hidrelétrico brasileiro ao estabelece-lo abaixo de 120 mil megawatts, quando de fato ultrapassava os 200 mil megawatts. Por outro lado havia superestimado a previsão do consumo de energia para o iníco do século XXI em 175 mil megawatts, quando na realidade 100 mil megawatts eram suficientes. Os números eram

implacáveis: não existiam as "necessidades energéticas". Em segundo lugar, no pensamento da COPPE o custo de tal empreendimento era muito alto, além do que o custo por quilowatt era também muito alto, se comparado com o custo daquela que era – e é – a nossa principal matriz energética, a hidroeletricidade.[6] Recordando o debate ocorrido a época o Profº Pinguelli Rosa lembra-se que a construção das Usinas Atômicas implicavam ainda num problema ambiental pois: "No caso da central nuclear de Angra, o debate concentrou-se nos riscos de acidentes e no destino dos rejeitos radioativos."[7] Observamos, portanto que, no pensamento da COPPE, o *Acordo Nuclear Brasil-Alemanha* era um erro.

Por outras palavras, a COPPE teve papel fundamental na implantação das diretrizes do II PND voltadas para o setor de energia nas suas diversas modalidades, porém sem ter se tornado uma instituição aderente ao governo embora sem se eximir de elaborar críticas e por vezes desenvolver uma política aparentemente independente em relação a diversos projetos voltados para o setor de energia, encampados pelo governo do presidente Geisel. O que nos possibilita resgatar, tanto através de seus projetos que viabilizaram a política de desenvolvimento para o setor de energia, quanto das críticas que teceu em que consistia tal modelo, quais os problemas que já se aventava na época e a que interesses, ou interesses de quem, atendia.

A COPPE após mais de 40 anos de história é inegavelmente um dos mais destacados centro de pesquisas tecnológicos do país. Hoje abriga em seus quadros aproximadamente 300 professores, todos doutores em regime de dedicação exclusiva, mais 170 técnicos de nível superior e um corpo discente de 3.000 alunos de mestrado e doutorado. A produção científica da COPPE alcançou em 2002 quase 1400 artigos em congressos e revistas nacionais e internacionais, 477 teses de mestrado e doutorado defendidas, além da formação de 230 profissionais em seus vários cursos de especialização lato-sensu.

---

[5] Luiz Pinguelli ROSA, "A crise de energia: uma refutação empírica do modelo econômico neoliberal", p. 107. In: Carlos LESSA (Org.) O Brasil à luz do Apagão.
[6] Luiz Pinguelli ROSA, A política nuclear e o caminho das armas atômicas, pp. 33-42.
[7] Luiz Pinguelli ROSA, "A crise de energia....", op. cit., p. 109.

Com uma estrutura voltada para a gestão de estudos e projetos tecnológicos ela surge com o desígnio de fundar um caminho exclusivo de intercâmbio com o setor produtivo público e privado. Com essa finalidade, em 1970 criou-se a Fundação COPPETEC ("Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos") COPPETEC, por meio da qual já foram realizados, em mais de trinta anos, em torno de 6500 projetos, entre grandes e pequenos, entre cursos e P&D, com empresas estatais e privadas, com órgãos de governo federais, estaduais e municipais e com entidades não-governamentais nacionais e estrangeiras.

O primeiro cliente com a qual a COPPETEC assinou contrato em 1970 foi FURNAS Centrais Elétricas, visando a realização de estudos na área de recursos hídricos e de barragens. Como já foi aventado também, um cliente parceiro da COPPE merece relevo particular, a Petrobrás. A estatal do petróleo brasileira assinou contrato com a COPPETEC em 1975. Ultrapassados mais de 25 anos de intercâmbio sistemático, a COPPE já executou para a Petrobrás mais de 1000 contratos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Os aspectos ligados ao meio ambiente ocupam neste momento posição de realce nos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico conjuntos. Encontra-se ainda, entre as parcerias importantes onde a COPPE atua, o desenvolvimento dos sistemas de monitoração e controle das Usinas de Angra I e II, hoje administradas pela ELETRONUCLEAR.

O intuito deste trabalho é justamente o de colocarmos em questão um estudo que busque resgatar a história das relações entre um dos mais importantes centros tecnológicos do país – a COPPE – e suas relações com o regime militar implantado em 1964. Acreditamos assim estar realizando uma pesquisa histórica que consideramos relevante, já que poucas instituições universitárias atuaram de modo tão ativo, neste sentido, na vida recente brasileira.

HISTÓRIA DO ESPORTE: A CONTRIBUIÇÃO DE RICHARD MANDELL

Marcelo Weishaupt Proni

Unicamp

Em *Sport: a cultural history* (publicado em 1984 pela Columbia University Press, em New York), o historiador Richard Mandell procurou oferecer ao público acadêmico um estudo abrangente e bem documentado sobre as origens do esporte e as variadas formas que este assumiu ao longo do tempo. Entendendo o esporte moderno como um fenômeno social relativamente recente, modelado pela dinâmica cultural anglo-americana, o estudo dedica maior atenção à institucionalização do esporte no Reino Unido e ao seu desenvolvimento posterior nos Estados Unidos. O propósito deste artigo é apresentar e discutir, de modo bastante sintético, a contribuição daquele livro para a compreensão do extenso período em que o mundo esportivo foi se constituindo, nos séculos XVIII e XIX.

O ponto de partida é a delimitação do objeto de estudo. De acordo com Mandell, é expressivo o número de sociedades humanas (por exemplo, em grandes civilizações da Antiguidade, na Europa medieval e em culturas nativas do continente americano) que deixaram registros de atividades físicas recreativas ou festivas, que podem ser associadas com o que hoje se denomina “esporte”. Embora essas atividades possam diferir bastante conforme o lugar, a época e o tipo de sociedade, o que chama atenção é que elas estão sempre presentes, ou seja, em toda organização social complexa são encontradas formas de competição esportiva. Contudo, não é uma tarefa simples estabelecer os papéis que os jogos e disputas atléticas desempenharam no desenvolvimento da cultura de um povo, principalmente quando se trata de uma sociedade sem documentação escrita e sem uma divisão rígida do tempo. Além disso, é equivocado inferir que exista uma linha hereditária ligando os esportes contemporâneos aos jogos e competições físicas do passado[1].

A perspectiva de Mandell é que a maioria dos esportes modernos possui características que são particulares à nossa época. Tais características podem até ter existido de modo rudimentar ou parcial em épocas anteriores, como no caso de corridas de

cavalo e combates entre lutadores, que propiciaram divertimento e satisfizeram aspirações sociais durante milênios (assim como os espetáculos de dança e teatro). Mas, esse divertimento e essas aspirações são muito mais passíveis de ser socialmente instigados e satisfeitos na era atual – ele afirma – por causa da importância alcançada pelo lazer em muitas sociedades modernas. Para entender as particularidades do esporte moderno, então, é necessário evitar uma abordagem restrita ao esporte em si e examinar como evoluem as estruturas sociais, econômicas e culturais nas quais ele se insere.

Em princípio, Mandell considera que não pode ser uma mera coincidência o fato do esporte moderno (isto é, "o esporte como o conhecemos") ter aparecido primeiro na Inglaterra, justamente quando aquela sociedade começava a sentir os efeitos da Revolução Industrial. Mas, segundo ele, poucos historiadores perceberam que as novas atitudes em relação aos jogos e competições esportivas (que originaram noções como: oportunidades iguais, *fair play*, regras codificadas, arbitragem, ligas trans-regionais e treinamento) tinham espantosas analogias na vida pública da Inglaterra pré-industrial; e que as características distintivas do esporte moderno têm sua origem precisamente nas mesmas circunstâncias sociais que fomentaram a produção industrial racionalizada. Ou seja, os esportes modernos não são um mero produto da industrialização. São antes o resultado no âmbito cultural de processos muito mais gerais: "Os esportes modernos, portanto, são adaptações particulares à moderna vida econômica, social e política" (cap. 1, p. 3).

Quanto a isso, o primeiro argumento de Mandell é que o esporte moderno tem tênues conexões com as recreações fortuitas e guiadas pela moda dos europeus "pré-modernos". Investigando aspectos do cotidiano da Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII, ele observou que novos jogos e recreações foram sendo discretamente adaptados pelas emergentes classes sociais para ocupar um lugar em seu tempo de lazer. A naturalidade com que as práticas lúdicas foram integradas à dinâmica social, porém, talvez tenha levado os cronistas da época a darem pouco valor para descrições e análises dessas atividades. Provavelmente, a maioria dessas competições recreativas tinha poucas conseqüências para a vida social e somente ganhariam maior importância, segundo o autor, no século XIX. Mas,

o que chama atenção é que a transformação dos jogos em esportes não ocorreu de forma generalizada pela Europa: “O esporte moderno tem, ao contrário, origens particulares em lugares particulares e sob condições sociais e ideológicas” (cap. 6, p. 131).

O conceito moderno de esporte, para Mandell, formou-se no Reino Unido em conformidade com os desejos de diversão ou de ostentação das novas e ambiciosas classes sociais, e só depois disso espalhou-se pela América e por outros países da Europa. A Inglaterra é considerada como a pátria do esporte moderno não apenas porque os ingleses inventaram ou regulamentaram boa parte das modalidades esportivas hoje praticadas. É assim considerada também por ter introduzido uma série de inovações que mudaram a feição dos jogos e competições atléticas. Segundo ele, exemplos de novas idéias introduzidas são os obstáculos nas corridas, a mensuração de disparidades nas chances de vitória (como nas apostas), os conceitos de “esporte amador” e de “esporte limpo”, a noção de recorde esportivo. Ainda mais profundas e difíceis de especificar são algumas bases conceituais latentes que estruturam o esporte moderno, como as concepções sobre a inteira submissão da vontade individual a um propósito coletivo (trabalho de equipe) e sobre os ganhos obtidos com planejamento de longo prazo (ênfase nos benefícios do treinamento programado e sistemático).

Todos esses novos elementos, presentes na vida pública, desenvolveram-se na Inglaterra recebendo aprovação geral e aparentemente apartados da atividade econômica e política. Entretanto, para Mandell não pode ser coincidência que a Revolução Industrial tenha se desenvolvido na mesma época que se gestava o esporte moderno, nas décadas finais do século XVIII e nas décadas iniciais do XIX. E, desde que as transformações econômicas têm bases sociais e ideológicas que as precedem, as acompanham e as sucedem, o mesmo deve valer para o esporte. Assim, tanto o aparecimento dos novos esportes como o do novo modo de produção têm origens comuns no dinamismo da vida social inglesa. E ele acrescenta: “o esporte pode ser distinguido primeiro” (cap. 7, p. 136).

Para demonstrar que várias das características que marcam o esporte inglês podem ser encontradas antes da era industrial, Mandell recorre à história das corridas de cavalos.

Estas tinham sido freqüentes em muitas civilizações da Antiguidade e mesmo durante a Idade Média. Na Inglaterra, porém, desde o início do século XVII, as corridas de cavalos começaram a ganhar particularidades, como serem apreciadas por um número maior de pessoas (um público que pagava para assistir), envolverem um número maior de competidores e contarem com a participação de *jockeys* profissionais. Ao final do século XVIII – já em plena Revolução Industrial – havia procedimentos permanentes, um calendário regular, uma classe de apostadores profissionais, métodos de treinamento quase científicos e uma rica atividade econômica devotada ao aperfeiçoamento da raça.

Segundo ele, foi fundamental um refinamento na forma de determinar qual o cavalo mais rápido. Até o século XVII, o primeiro a cruzar a linha de chegada era declarado vencedor; mas, a partir do século XVIII tornou-se freqüente mensurar o tempo do percurso e compará-lo com o de outros torneios similares. A possibilidade de estabelecer com precisão a velocidade média era uma pré-condição para os "recordes esportivos" e incrementou os métodos de preparação, a realização de apostas e o interesse no resultado das corridas (isso vale também para o atletismo). Tais recordes são mais uma evidência da introdução de uma mentalidade racional na vida cotidiana inglesa. O sucesso e a precocidade do esporte inglês podem ser, dessa forma, atribuídos ao que Mandell se refere como "as aplicações racionais de tempo, energia, inteligência e finanças" (cap. 7, p. 141).

Outro esporte moderno que se desenvolveu a partir das particularidades socioculturais inglesas foi o pugilismo. O boxe, da forma como os ingleses passaram a praticá-lo (com uma etiqueta civilizada, regras escritas, luvas, *rounds*, árbitro e sistema de pontos) tinha apenas uma tênue ligação com os combates de épocas anteriores. As formas modernas de luta que se desenvolveram na Inglaterra (*boxing*) podem ser vistas, conforme Mandell assegura, como uma resposta construtiva ao seu correspondente menos digno, o duelo. Na França, o vencedor do duelo era tido como um herói; na Inglaterra era considerado como um "bruto" entre os *gentlemen*. Esta diferença talvez se deva ao fato dos puritanos terem governado a Inglaterra por longos períodos desde o século XVII e terem estabelecido padrões de conduta moral nos níveis superiores da sociedade. Os puritanos

criaram também uma atmosfera na qual algumas atividades recreativas eram encorajadas como boas e outras eram condenadas como “obra do demônio” (cap. 7, p. 147). E assim, conseguiram restringir o gosto popular por danças, apostas e esportes sangrentos. Além disso, uma crescente oposição ao duelo formou-se entre as influentes classes de comerciantes e industriais, que se opunham a ele não por razões morais, mas porque queriam se parecer com os nobres – e duelar era uma atitude descortês, “de baixa classe”.

De acordo com a interpretação de Mandell, à medida que a sociedade inglesa era transformada pela industrialização, uma tendência à racionalização, à padronização, ao cálculo e à mensuração tornava-se cada vez mais predominante na vida cultural da Inglaterra. Paralelamente, esses atributos viriam caracterizar os passatempos populares. O esporte, de modo semelhante à manufatura e aos negócios, tornou-se cada vez mais dirigido para obter eficiência e resultados comprováveis estatisticamente. Assim como os movimentos concomitantes no direito e na administração pública (que conduziram para codificações, constituições e normatizações), no esporte notou-se um movimento que o tornaria civilizado e codificado por regras escritas, as quais foram impostas por entidades reguladoras e aplicadas por árbitros neutros (juízes). Dessa forma, o esporte cumpriu um papel importante na reconstituição da identidade do povo inglês, num período de transição para a vida urbana e de difícil adaptação a um novo modo de vida. Nas suas palavras (cap. 7, pp. 151-2):

> Os esportes ingleses, então, sustentaram, reforçaram e refletiram os pressupostos fundamentais que eram necessários para manter um consenso público quando o povo e a cultura local foram desenraizados. Eles serviram de base à disciplina social requerida para a sujeição ao trabalho industrial. [...] Embora seja verdadeiro que milhões de trabalhadores industriais foram mantidos afastados de qualquer espécie de recreação pela semana de 6 dias e pelo dia de 12 horas, grande número de artesãos, negociantes, supervisores, empreendedores, estudantes e diletantes abraçaram os novos esportes, não mais restritos a locais específicos. Eles procuravam prêmios, fama e prazer como participantes; divertimento como espectadores. O esporte não só facilitou, mas realmente promoveu a adaptação mental do conjunto da população para as demandas do mundo moderno.

Por outro lado, o esporte moderno não seria o que é sem invenções e impulsos criativos que freqüentemente são esquecidos nos estudos sobre o tema. Mandell cita a invenção de itens triviais como o cronômetro e as bolas de borracha, que influenciaram o

desenvolvimento de modalidades esportivas, assim como a difusão dos jornais de grande circulação, que deram notoriedade a alguns esportistas. Ele também faz referência a "invenções sociais" que teriam influenciado a estruturação do mundo esportivo, tais como a teoria constitucional (que antecede a codificação das regras esportivas) e as exposições internacionais (que precedem as competições atléticas entre nações). Além disso, afirma que não podem deixar de ser mencionadas certas atitudes ou idéias amplamente aceitas, como a igualdade de direitos e o patriotismo.

E ressalte-se que a disseminação das práticas esportivas modernas é facilitada, à medida que avança o processo de racionalização e secularização da cultura ocidental. Isto explica como é possível haver uma combinação entre as tradições anglo-americanas e as do continente europeu, cuja expressão máxima é o movimento olímpico internacional. Em última instância, permite entender a constituição do mundo esportivo contemporâneo.

Em suma, ao contrastar distintas formas esportivas/culturais e examinar várias questões pertinentes, a abordagem de Mandell contribuiu para: i) afirmar a posição do esporte como tema de diálogo entre disciplinas das Ciências Humanas; ii) delimitar um amplo campo de investigação em história do esporte, rejeitando tanto as versões do esporte como um fenômeno autônomo quanto as explicações baseadas num determinismo econômico; e iii) mostrar que o mundo esportivo contemporâneo é resultado de (e reforça) um processo de transformação cultural, no qual o esporte passa a atuar como um sistema significativo por meio do qual a ordem social é comunicada, reproduzida e legitimada. Seu enfoque privilegia o processo de racionalização das modalidades esportivas que vão sendo criadas e aprimoradas ao longo do tempo, expressão de um movimento mais amplo, no qual se destacam mudanças nas mentalidades e aspirações que estruturam os hábitos sociais nas nações mais desenvolvidas do Ocidente.

Certamente, podem ser apontadas muitas lacunas no livro, uma vez que a sua narrativa vai desde o antigo Egito até a sociedade de massas norte-americana. No caso do período aqui examinado, Mandell não dá ênfase para a tensão entre o lazer moderno, então privilégio das classes abastadas, e o lazer tradicional, refúgio das classes despossuídas. Ou

para os motivos que levaram os trabalhadores a escolher certas modalidades esportivas, como no caso do futebol. E não esclarece que, ao longo do século XIX, foram se alterando o que ele havia chamado de “demandas do mundo moderno”. Dessa forma, é difícil entender a diversidade de vetores que atuaram na ampliação notável do mundo esportivo.

Mandell também não dá ênfase para o fato de haver um embate ideológico em torno do controle das práticas esportivas na Inglaterra. Ele menciona o surgimento de uma certa mobilidade social para pugilistas e corredores, o que incentivava membros de classes inferiores a competir em modalidades geralmente restritas às classes superiores. Mas, limita-se a sugerir que essa maior participação de indivíduos de outras classes sociais conduziu para “aquela reação curiosamente anacrônica, o estabelecimento e fortalecimento de regulamentações amadoras” (cap. 7, p. 153). Essa reação se materializou, segundo ele, em 1866, quando o *Amateur Athletic Club* adotou o código do *Henley Regatta Committee*, que excluía das competições amadoras não apenas os esportistas profissionais, mas qualquer indivíduo que tivesse uma ocupação vulgar (mecânico, artesão, operário etc.). Contudo, a defesa do amadorismo não deve ser entendida, nessa época, meramente como um anacronismo, mas sim como um sintoma claro de que o ideal aristocrático de esporte estava sendo questionado e de que o mundo esportivo estava se polarizando.

De acordo com Stephen Hardy – em resenha publicada no *Journal of Sport History*, v. 12, n. 2, 1985 – o problema maior do livro diz respeito à dificuldade de encontrar uma matriz interpretativa capaz de unificar a miríade de detalhes desconectados, característica de estudos sobre história cultural. Para ele, a narrativa de Mandell se perde ao abordar a transição para o esporte moderno, quando este deixa de ser visto como reflexo passivo da ordem social, tornando-se uma força dinâmica que ajuda a configurar a nova ordem social e econômica emergente. E deixa sem resposta a questão essencial: o esporte é uma instituição cuja racionalidade reproduz a “jaula de ferro” de Weber ou pode ser o veículo de manifestação de forças direcionadas para uma transformação social libertadora?

De qualquer modo, esta não era uma questão central na discussão que Mandell pretendia travar com seus interlocutores. Seu estudo se contrapõe às leituras convencionais

da história do esporte, que adotam uma interpretação linear e factual. Também procura refutar a interpretação dos que vêem o esporte como mero produto da Revolução Industrial. Em muitos aspectos, pode-se dizer que as proposições de Mandell são convergentes com as formulações de Allen Guttmann – que em 1978 havia publicado *From ritual to record:* the nature of modern sports, também pela Columbia University Press, New York – mas, evitando o formalismo analítico decorrente do uso de uma metodologia fundada em "tipos ideais".

Pode-se dizer que Mandell oferece uma visão panorâmica das transformações do esporte, destacando os novos valores e aspirações que moldam a ação do indivíduo moderno, as conseqüências trazidas pelo progresso técnico e pelas inovações institucionais e os requisitos de adaptação a uma nova ordem social. Para ele, os historiadores do esporte moderno devem explicitar as mudanças culturais que instituíram práticas corporais competitivas construídas em bases racionais e estimularam a busca por eficiência nas atividades de lazer de pessoas das mais diferentes procedências. No século XIX, tais práticas sociais ajudaram os indivíduos a se adaptarem a uma sociedade que se urbanizava e se industrializava. E devem notar que, no século XX, com o progresso cultural, o esporte continuou ganhando novas feições e significados. Mandell menciona novidades sociais como a educação universal compulsória e o lazer de massa, a difusão da televisão e as teorias científicas do comportamento humano, para argumentar que novos determinantes passaram a atuar na definição das características e motivações do esporte contemporâneo, tornando mais complexo o entendimento de suas funções na sociedade.

Concluindo, não é difícil perceber que a limitação maior desta visão é justamente o seu caráter funcionalista, que restringe a percepção das contradições que permeiam o mundo esportivo e considera como desvios em relação à norma os elementos que contradizem a funcionalidade do esporte na dinâmica cultural contemporânea.

[1] "Quando nós olhamos para além da tradição esportiva moderna (a qual, como veremos, é ela mesma tão jovem e dinâmica que torna não apropriada a palavra 'tradição') devemos ser céticos. Se descobrimos uma antiga pedra chinesa gravada com uma figura humana chutando uma bola, não podemos assumir que se trata de um precursor do jogador de futebol moderno" (Mandell, op. cit., p. xii).

"CORRIGE OS COSTUMES RINDO": HUMOR, RISO E VERGONHA NA CIDADE DE FORTALEZA (1850-1900).

Marco Aurélio Ferreira da Silva
Professor Assistente – FECLESC/UECE.
Doutor em História pela UFPE

"Corrige os costumes rindo" é a tradução da expressão tomada de empréstimo da divisa latina **"Ridendo castigat mores"**,[1] empregada freqüentemente nos frontispícios dos jornais pilhéricos, para o lazer e carnavalescos do século XIX. É o caso da pequena folha "O Patusco",[2] que circulava na cidade de Fortaleza em 14 de dezembro de 1890 e que, além dessa expressão latina, trazia no alto de sua primeira página, acompanhando o título, a sentença "Jornal Sério-Moleque".

A frase latina, "Ridendo castigat mores", apesar das distintas maneiras de sua formulação e das diferentes traduções, demonstra sentidos semelhantes: a punição e a correção pela repreensão ou censura. Ou, ainda, a tentativa de moralizar os costumes pelo humor. É o intento de reformar hábitos considerados desviantes e/ou subversivos da ordem social ou simplesmente ridículos ou irracionais, para os "bons cidadãos" travestidos de críticos e guardiões de costumes. Tais cidadãos "procuravam castigar o que consideravam errado". Era necessário emendar pela advertência.[3]

Dentre os principais agentes envolvidos na tentativa de fazer valer um projeto moderno e civilizado para Fortaleza, que, como vimos, passava por significativas modificações, havia a participação de muitos dos proprietários/redatores das folhas pasquineiras. Estes, ao assumirem o papel de "guardiões" da moral e da ordem, precisavam criar um satisfatório estado de convivência social, pautado por hábitos e costumes civilizados. Era necessário introduzir "novas" regras de ação prático-normativa que

[1] "Em seu levantamento de fontes das citações latinas mais usuais, intitulado Não perca o seu latim (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980), o professor Paulo Ronái registra ridendo castigat mores como de autoria do poeta neolatino Jean de Santeuil (1630-1697), ao propor para dístico de um busto de Arlequim o dito Castigat ridendo mores. Ao traduzir a frase por 'Rindo castiga os costumes', o erudito autor romeno-brasileiro passa por alto o sentido original da palavra latina, que antes da idéia de punição privilegiava, com a palavra castigo, o sentido de obtenção da correção de algo errado pela repreensão ou censura. A melhor tradução de castigat ridendo mores seria, pois, corrige os costumes rindo, ou com o riso (ou ainda 'a rir', como preferem os portugueses e, de fato, tornaria a expressão ainda mais clara e expressiva)". TINHORÃO, José Ramos. **A Imprensa Carnavalesca no Brasil: Um Panorama da Linguagem Cômica**. São Paulo: Hedra, 2000, p.114.

[2] "Adj. 1. que gosta de patuscadas. 2. Brincalhão, divertido; engraçado. 3. Ridículo, extravagante. S.m. 4. Indivíduo patusco. 5. Pachola. cf. Dicionário Aurélio.

[3] GAMA, Lopes**. O Carapuceiro: Crônicas de Costumes**. Org. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. (Retratos do Brasil) e ROQUETTE, J. I.. **Código do Bom-Tom: Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Org. Lilia M. Schwarcz. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997. (Retratos do Brasil)

disciplinassem os contatos e circulação entre os indivíduos, os hábitos (sexuais, alimentares etc.), o lazer e as formas de pensar e agir das populações (em especial as populares). Tratava-se de conseguir tomar medidas com antecipação contra a delinqüência, os "desvios" morais, a ociosidade etc.

Precisava-se vigiar, combater e controlar tudo aquilo que fosse considerado nocivo ao bem estar de todo o corpo social. A moda, os passeios, os bailes, as festas espontâneas/particulares e públicas (religiosas e políticas), os hábitos sociais, a irreverência popular e os tipos populares, necessitavam ser duramente vigiados e disciplinados para dar efetiva concretização de uma sociedade rumo à modernidade.

Aquelas relações afrouxadas, tendo no cotidiano um tempo cíclico e um espaço definidos e regulados pelo sagrado, precisavam ser combatidas, submetidas e modificadas para dar lugar a uma vida do dia-a-dia com elevação de um tempo do repetitivo e do linear. Pois, assim, *neste contexto, na vida cotidiana, com a ascensão do tempo linear repetitivo, base para a produção de bens e da organização social, também seria de se esperar que todas as relações entre as pessoas estivessem imersas no mesmo padrão*.[4] Esta padronização é tentada e/ou intermediada pelas folhas circulantes, que, repetitivamente, através de seus artigos, não se cansavam de trazer à tona uma série de proibições para o indivíduo melhor se portar socialmente.

Então, uma pauta de interdições ou normas de ação e de boa conduta deveriam ser seguidas por todos os grupos envolvidos num processo de interação social da cidade. Na medida que os indivíduos vivem um processo de socialização, eles aprendem e incorporam, mas também constroem e (re)elaboram normas de ação para se conduzirem na sociedade. É como se confeccionassem um manual não escrito presente constantemente na consciência cotidiana de cada um, além das normas escritas e “acordadas” por todos para fim de vivência e experiência coletiva.

[4] MARTINS, José de Souza. **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 20-1.

Era necessário fazer os sujeitos observarem uma pauta de interdições quando agissem, pauta esta que lhes diria o que não é lícito e conseqüentemente o que o é e que lhes diria, também, qual a forma adequada de observá-las.

No jornal "O Pagão",[5] na coluna intitulada "Diz a velha", o colunista, assinando o nome de "chiquinho", utilizava o artifício de falar como se fosse uma senhora de "certa" idade, que demonstrava as diferenças de gerações e de costumes entre as moças de então e a sua experiência de juventude. Com o artigo, podemos visualizar algumas mudanças nos hábitos das moças do período. Na fala da personagem transparece, ainda, uma proibição e uma recorrência ao passado, para aquele presente poder se pautar em regras de alguns hábitos e costumes, que nunca deveriam ter deixado de existir. As normas de ação e do bom comportamento relacionados às meninas pela velha eram de que: meninas brincam somente com meninas e sob o olhar atento dos pais (separação sexual para evitar qualquer possível promiscuidade); deveriam ficar em casa aprendendo ou fazendo atividades domésticas e jamais sair à rua para paquerar ou namorar; em período de "regras" (menstruação) não deveriam se embelezar, conter certos hábitos alimentares ou fazer asseio para higiene corporal (banho só com 8 dias). Vejamos o artigo:

> *No meu tempo tudo era differente de hoje!*
> *As moças tinham outros costumes, como as de hoje não tem.*
> *Quando eram mininas só brincavão de baixo das vistas dos paes, sem menino macho no meio.*
> *Hoje é o contrario. As meninas brincam misturadas com os machos em cima das vistas das mães e numa algasarra infernal! Quando hiam ficando mocinhas, não fasiam mais certas couzas com bem: saltar correr na carreira na areia, botar a lingua de fora e chegar a janella da rua.*
> *Viviam occupadas na sua almofadinha. Hoje quando ellas vão ficando moças, vão ficando peiores; não sahem da janella fasendo um tal de "crochete", arranjam logo um "moio"de namorados e passam o dia inteiro mangando de quem passa.*
> *Namoram com Deus e o mundo e todas as tardes estão na calçada sitando a todos!*
> *No outro tempo, quando uma moça se punha "moça feita" não fazia certas extravaganças como as de hoje: quando estavam na "regra" não botavão gomma na cara, não penteiavam o cabello não botavam cheiro na cabeça, não comiam comer que levasse certos tempeiros, não botavam o maldicto espelho, e só se lavavam de 8 dias completos.*

[5] Divisa: “Orgão da Pilhéria e Distracção”. Publicado em Fortaleza em 15 de novembro de 1896.

Mais hoje mudão de figura
Tomão até limonada!
Como o tempo está virado...
De tudo "si vesse".
Chiquinho.

As pequenas folhas, ao virem a público, diziam sair com o fim de divertir a população e, em especial, o "belo sexo" (a mulher). No entanto, na medida que envolviam seus leitores com curiosas "fofocas" sobre a vida do outro, terminavam por apontar ações que consideravam ilícitas para o decoro da convivência social e que colocavam em risco uma ordem que se estabelecia como moderna e civilizada. Acabavam, ainda, por estimular o olhar do outro e coadjuvante da ação (o leitor) a assumir o papel de quem corrige e/ou restabelece hábitos adequados à ordem de interação social moderna para a cidade. Seja quem escreve ou quem lê, atua como coadjuvante na preservação das relações entre os indivíduos no grupo. Pois, como observam Miagusko e Ferreira:

> *O papel* [das] *personagens secundárias é fundamental para o bom andamento da interação. A eles cabe a função de cuidar da melhor maneira de agir e assegurar que as ações 'terminem bem'. Na vida em sociedade, a todo momento somos atores principais e coadjuvantes. Porém, é na segunda situação que temos maior consciência do papel de reguladores das situações, não nos sendo indiferente a quebra do decoro*.[6]

Investigar com curiosidade a vida íntima do outro, além de "divertir" ("Matar" a curiosidade ao bisbilhotar o viver alheio; rir da desgraça alheia etc.), funcionava como um mecanismo regulador comportamental. Desta forma, o jornal trabalhava como um estratégico mecanismo, não só de divulgação de normas de ação, mas também como um elemento para ajudar no alerta (chamar a atenção) e na internalização de um decoro que mediava a construção das relações sociais.

É possível examinar detidamente esta prática corretiva, reguladora e modeladora dos costumes na linguagem humorística e, muitas vezes, insultuosa e pornográfica dos pasquins que circularam em Fortaleza, a partir de meados do século XIX. O cômico/riso assumiu um caráter ético-moral, porque existe no intertexto dos seus artigos o que chamamos de "humor

[6] MIAGUSKO, Edson e FERREIRA, Lúcia M. Puga. "Circunstantes e Coadjuvantes na Interação Social: O Poder da Vergonha". In: MARTINS, José de Souza. **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 18.

costumbrista" (sic),[7] que buscava, por meio do riso, corrigir, regular e modelar hábitos. O objetivo era que a livre manifestação dos sentimentos e intenções deveriam ser contidas. Era preciso seguir à risca códigos específicos de comportamentos enquadrados nas regras de civilidade.

As regras de sociabilidade "acordadas" pelo grupo social "devem" ser seguidas. As quebras, mesmo que momentâneas da normalidade, são caracterizadas como desvio/vício. E, assim, o riso surge com a função de corrigir e flexibilizar o desvio social. Com o objetivo de correção (Humor de caráter e de marca ético-moral), uma espécie de "trote social":

> *O riso ocorre no caso para corrigir o desvio e tirar a pessoa do seu sonho. Se é lícito comparar grandes coisas com coisas pequenas, lembraremos aqui o que se passa quando entramos para as escolas. Depois de passar nas terríveis provas de admissão, o candidato tem de submeter-se a outras, que os veteranos lhe preparam para ajustá-lo à nova sociedade e, como costumam dizer, para lhe amaciar o caráter. Toda sociedade pequena que se forma assim no seio da grande é levada, por um vago instinto, a inventar um modo de correção e de amaciamento para a rigidez dos hábitos adquiridos noutros lugares e que será preciso modificar. A sociedade propriamente dita procede exatamente do mesmo modo. Impõe-se que cada um de seus membros fique atento ao que o circunda, se modele pelos circunstantes, e evite enfim se encerrar em seu caráter como uma torre de marfim. E por isso a sociedade faz pairar sobre cada um, quando não o ameaça de um castigo, pelo menos a perspectiva de uma humilhação que, por ser leve, nem por isso é menos temida. Tal deve ser a função do riso. O riso é verdadeiramente uma espécie de trote social, sempre um tanto humilhante para quem é objeto dele*.[8]

Como o objetivo desta forma de comicidade, presente nos pasquins, era a correção e a modelagem de hábitos, precisava-se gerar concomitantemente à prática cômica um sentimento de vergonha e de embaraço, para que o elemento desviante, ao ser constrangido, corrigisse e/ou internalizasse o que esperava e impunha a classe social dominante, que tinha como horizonte uma sociedade mais urbana e moderna.

O conceito de vergonha usado aqui deve ser entendido como um sentimento associado às idéias de exposição pública por outrem, de juízo negativo e de humilhação.[9] Isso, porque os artigos tinham o intuito de humilhar, rebaixar e inferiorizar publicamente.

---

[7] Lopes GAMA, **O Carapuceiro: Crônicas de Costumes**, p. 10.
[8] BERGSON, Henri. **O Riso: Ensaio sobre a significação do cômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, p. 72.
[9] LA TAILLE, Yves de. **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 73-112.

Pois, com atos de violência, manifestos na forma de uma linguagem insultuosa dos pasquins, a intenção era de rebaixar o outro, objeto das crônicas e matérias jornalística.

Era meta colocá-lo numa situação de desconforto. Um certo desconforto decorrente da exposição pública com testemunhas e que estava sob olhares alheios carregados de um juízo negativo ("ele se refere a atos ou situações merecedoras de crítica".).

Em sendo alvo (colocado como objeto para outrem), o rebaixado deve aceitar para si a imagem negativa que querem lhe impor. Desta forma, ele se torna suscetível ao juízo de outras pessoas, ao tomar para si um autojuízo, também negativo e associado aos que lhe são críticos e recriminam em suas atitudes comportamentais. O que pode, ainda, influir e/ou determinar seu comportamento em relação ao grupo a que pertence.

Em resumo, é necessário

> *... que duas configurações passionais* [estejam] *na base do sentimento de vergonha: exposição e inferioridade. A exposição pode ser real ou virtual. Quanto a inferioridade, ela pode advir do simples fato de se estar exposto (o 'grau zero' da vergonha, às vezes chamada de 'embaraço'), do fato de se rebaixar para outrem (humilhação), e, nos casos mais freqüentes, do fato de se compartilhar o juízo negativo, real ou virtual, de outrem*.[10]

Todos aqueles que, de alguma maneira, inobservaram as formas de comportamentos considerados lícitos de uma sociedade, eram alvos do cômico e seu efeito, o riso. Este riso não era da irreverência, do riso alegre e da zombaria, da forma de subverter o duro cotidiano do trabalho, de criticar uma dada realidade, que não se aceita, criando um oposto de vida; mas do riso provocado pelas condutas impróprias e fora de contexto. Quer dizer, um "riso de exclusão" para manter ou impor a ordem.

Os redatores "guardiões" classificaram alguns hábitos, gestos e costumes cotidianos, principalmente das camadas populares, como elementos do cômico, cujo efeito foi um riso com a função de intimidar humilhando e, antes de tudo, um castigo.

O riso manifesto a partir das folhas era o de superioridade e de desprezo. Ria-se do que era feio e vil, sendo consideradas feias e vis, todas as posturas e condutas que

[10] Yves de LA TAILLE, Op. Cit., p. 100.

fugissem à moral civilizacional. Era preciso rir de alguém, quando essa pessoa manifestava um defeito ou uma "marca de vergonha" que a tornava ridícula.

A intenção dos proprietários/redatores, dentro de um debate moral, era de tentar mover ou comover o público a aderir a seu ponto de vista. Precisavam falar e escrever, de modo que as pessoas envolvidas não apenas ficassem convencidas, mas fortemente comovidas. Para isso, uma questão prática irrompia: a da utilização de técnicas de retórica para despertar as emoções profundas e, conseqüentemente, conseguir a adesão do público.

Com as técnicas de retórica, nossos redatores procuravam aumentar o assentimento dos espíritos às suas teses. Assim, usavam técnicas que manipulavam as figuras e os tropos do discurso, onde se valiam de argumentos adequados e recursos os mais diversos[11] para melhor influir sobre o ânimo do público leitor.[12] Diante disso, recorreram a uma categoria específica do tropos chamada "tropos zombeteiro", cuja finalidade era suscitar o riso, o "riso de exclusão". Porquanto, *...o fato de o riso exprimir desprezo interessa essencialmente à esfera do discurso público. Como o riso é uma manifestação exterior dessas emoções particulares, (...), podemos esperar fazer dele uma arma de potência incomparável para o debate moral e político*.[13]

Daí, concluímos que o humor empregado nos pasquins fortalezenses (intertexto dos artigos/colunas) não foi exclusivamente produzido para divertir os leitores. Mas, que este funcionou como arma de convencimento e conquista do seu público leitor, do seu "auditório", e, ainda, como elemento de ataque aos adversários num debate moral e político.

Com isso, por meio do humor e do riso, buscava-se manter a hierarquia social. Precisava-se demarcar o lugar para cada indivíduo, pois, numa sociedade altamente estratificada, não existia alguém que se pensasse igual a qualquer outro. Todos estavam

---

[11] Foram muitos os casos em que lançaram mão de uma linguagem vulgar, que não permaneceu confinada somente à oralidade ou à "epistolografia familiar", mas que se fazia necessária para serem compreendidos e, também, para despertar as identidades e provocar paixões nos leitores.

[12] Estejamos informados que "uma das regras básicas da retórica é que quem escreve tem de saber para quem está escrevendo, conhecer o público que compõe seu auditório. A cada público e de cada redator, o estilo correspondente. O orador deve ter do seu auditório uma idéia tanto quanto possível próxima da realidade, uma vez que um erro sobre esse ponto pode ser fatal para efeito que ele quer produzir; é em função do auditório que toda argumentação se deve organizar se esta quiser ser eficaz. A qualidade do auditório determina a argumentação". LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**. **A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000p. 433-434.

[13] SKINNER, Quentin. “A arma do Riso”. In **Folha de São Paulo, 04/08/2002.**

contidos numa ordem hierárquica, ocupando as posições de estar acima ou abaixo dos outros. Ao se reforçar a hierarquia social, beneficiava-se todos aqueles que estavam no cume da pirâmide social e política.

Eram esses que se encontravam no topo da pirâmide, os que definiam o feio, o torpe, o vil. Porque, possuidores de determinadas concepções morais e seguindo definidas convenções, moldavam um "padrão" moral e ético de comportamento e de ação. E, então, aquele ou aquilo que escapasse a esse "padrão" hegemônico das relações, podia ser vítima da comicidade.[14] Isto levava aquele que não se enquadrava nessa ética comportamental que se pretendia dominante, à sua imediata associação ao baixo, ao menor, ao defeituoso, sem ordem etc., e, assim, sujeito ao cômico moralizador.

O riso denunciador desses costumes, que representavam quebra da normalidade do processo interativo, trouxe à superfície um sentimento de vergonha manifesto pelo embaraço daqueles envolvidos, direta e indiretamente, em determinada situação social. Porquanto,

> *quem age de acordo com o decoro age para evitar embaraço (...) A definição da conduta adequada (e também da conduta imprópria) não se da estritamente por um sistema de regras que podem ser conscientemente apontadas pelos atores. É o embaraço que cada um sente em face de condutas impróprias de terceiros ou de si mesmo que expressa exteriormente a regra interiorizada e é o embaraço que revela à consciência do ator que a conduta está se desenrolando de modo impróprio*.[15]

Seguindo este caminho reflexivo sobre a convivência urbana de Fortaleza, isto nos faz atentar que o controle da vida social não se dava somente com a fiscalização por parte do Estado, mas, nesse caso, do próprio cidadão, internalizando regras sociais de conduta ("civilidade", "urbanidade" e "etiqueta"). Seria um guardião do decoro, da moralidade, impondo limites entre os comportamentos sociais e secretos. Ou seja, incorporaria o comando do que deveria ser demonstrado ou contido em público, em situações de convívio social.

---

[14] Definidos então os adversários, era preciso demoli-los através da sátira, da ironia e da descrição das feições físicas. Estas feições físicas podem ser associadas ao grotesco e/ou à animalidade.
[15] José de Souza MARTINS (Org.), **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole**, p. 12-3.

Utopia científica ou internacionalização da Amazônia? O papel de uma agência multilateral (UNESCO) nos primórdios da Guerra Fria

Marcos Chor Maio (COC/Fiocruz)

Rodrigo Cesar da Silva Magalhães (COC/Fiocruz)

A década de 1940 foi marcada por intensos debates sobre o desenvolvimento da região amazônica. Nestes debates formaram-se, grosso modo, duas visões: uma que ressaltava a cooperação internacional como forma de impulsionar o desenvolvimento da Amazônia; e outra que condenava a participação estrangeira neste desenvolvimento, encarando-a como uma expressão da cobiça internacional sobre essa região. A partir de 1948, as controvérsias entre defensores e opositores da participação estrangeira no desenvolvimento da Amazônia se acirraram bastante. Por trás deste acirramento das discussões estava o debate que se travou na sociedade brasileira em torno da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), uma proposta do cientista brasileiro Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro (1901-1982), encampada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1946.

Essa proposta de criação de um centro científico internacional na Amazônia nos domínios da botânica, da química, da biologia e da antropologia foi incorporada à agenda política e científica da UNESCO num momento, imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, onde esse organismo se constituiu num fórum privilegiado da discussão acerca do papel social da ciência nas regiões periféricas. Assim, em 1947 a proposta de criação do IIHA foi alçada à condição de um dos quatro principais projetos da UNESCO para este ano. Em agosto desse mesmo ano, realizou-se uma Conferência Científica em Belém para definir em linhas gerais o programa de pesquisas do futuro Instituto. Em abril e maio de 1948, ocorreram reuniões em Iquitos, no Peru, e em Manaus,

para discutir a estrutura político-burocrática e as primeiras pesquisas a serem desenvolvidas. A partir do final de 1948, o projeto do Instituto da Hiléia chegou ao Congresso Nacional para ser ratificado, uma das exigências da Convenção de Iquitos, tornando-se alvo de um processo de politização que se prolongou até 1951.

O processo de formulação e decisão de propostas em fóruns internacionais e a recepção em nível nacional é marcado por dinâmicas de compartilhamento, conflito e negociação entre o nível internacional e o nacional; circulação de idéias e concepções de políticas entre elites dirigentes, burocracias e intelectuais. Este processo coloca um interessante desafio intelectual para os cientistas sociais: como determinadas demandas globais são apropriadas em contextos locais? A criação de uma rede de instituições internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial é um momento privilegiado para se observar tal fenômeno.

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar o processo de recepção no Brasil da proposta de criação de um centro internacional de pesquisas na Amazônia no pós-2ª Guerra Mundial patrocinado pela UNESCO. Sugere-se que determinadas propostas internacionais foram centrais na formulação de projetos nacionais que, no entanto, não se confundem com as concepções originais, seguindo, até certo ponto, uma lógica autóctone. Neste sentido, o plano de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica foi um catalisador de temas e problemas candentes que geraram um efeito não antecipado, ou seja, a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1952.

No processo de recepção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica no Brasil, a análise das discussões travadas na Câmara dos Deputados sobre este projeto é de fundamental importância, uma vez que esta instituição foi o lócus privilegiado das controvérsias. Do parlamento, estas discussões se espalharam para outros setores da sociedade, tais como o meio militar, a intelectualidade e a comunidade dos cientistas. Ao

repercutir para o conjunto da sociedade os debates parlamentares sobre o Instituto da Hiléia travados na Câmara dos Deputados, o que acabou atraindo esses grupos paras as discussões sobre o IIHA, a imprensa cumpriu o importante papel de fazer com que o parlamento também passasse a ressonar as opiniões da sociedade. Achamos que a análise desta "via de mão dupla" pode nos fornecer elementos importantes para entender porque o projeto do IIHA não foi levado adiante e como este projeto internacionalista da UNESCO acabou subsidiando, no plano nacional, a criação do INPA. No nosso entendimento, o desfecho que teve o projeto da Hiléia foi construído durante este processo de múltiplas facetas.

Em 19 de outubro de 1948, atendendo à recomendação da Conferência de Iquitos, o presidente Eurico Gaspar Dutra enviou uma Mensagem ao Congresso Nacional, solicitando a ratificação da Convenção de Iquitos[1]. Nesse momento, alguns esforços de elaboração e implementação de políticas governamentais para a Amazônia já estavam se desenvolvendo. Os constituintes de 1946, por exemplo, incluíram na Carta constitucional o artigo 199, de autoria do deputado federal Leopoldo Peres (PSD-AM), que destinava três por cento da renda tributária da União para um plano de desenvolvimento econômico da Amazônia. A própria sociedade brasileira estava passando por profundas transformações, tanto no plano científico (criação do SBPC em 1948, da CBPF em 1949 e do CNPq em 1951), quanto no plano político (redemocratização). No plano científico, esse processo se deu em conformidade com a conjuntura internacional do período que motivou, por exemplo, a criação da UNESCO. Uma conjuntura onde a ciência ganhou importância, passando a ser encarada como uma ferramenta para o bem comum da humanidade.

[1] Mensagem 536-1948, de Eurico Gaspar Dutra, 04 de outubro de 1948 (Brasil - Congresso Nacional, Diário do Congresso Nacional, 20/10/1948, pp. 10448-10449. Esta Mensagem presidencial continha a Convenção de Iquitos, o Protocolo Financeiro firmado nesta cidade pelos representantes dos países signatários da Convenção, uma Exposição de Motivos do Ministro interino das Relações Exteriores, Hildebrando Accioly, e

Uma vez no Congresso Nacional, a Convenção de Iquitos foi encaminhada à Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, sendo entregue ao deputado federal Renault Leite (PSD-PI), para que ele desse seu parecer sobre a matéria. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados que vigorava na época[2], uma proposição só podia ser encaminhada à votação em plenário depois de receber o parecer de uma comissão[3]. Isso mostra o grande poder que as comissões parlamentares tinham no período compreendido entre 1948 e 1953. Este fato deriva de uma das principais características institucionais do regime que vigorou entre 1946 e 1964: o alto poder de agenda concentrado nas mãos do Legislativo, ou seja, uma grande capacidade de controlar o processo legislativo, determinando o que vai e o que não vai ser discutido no parlamento. Os partidos políticos, por sua vez, tinham pouca coesão nesse período.

Um cenário institucional como esse, que pode ser caracterizado como sistema presidencialista fragmentado em facções (Santos, 2003), afeta os resultados políticos e o comportamento dos partidos na legislatura, estando diretamente relacionados com o desempenho do governo.

O grande poder que as comissões parlamentares permanentes tinham nesse período permitiu que Artur Bernardes (PR-MG), presidente da Comissão de Segurança Nacional (CSN), requisitasse a Convenção de Iquitos para ser analisada. As controvérsias em torno do Instituto da Hiléia na Câmara dos Deputados começaram a partir do momento em que Bernardes, relator desta matéria na CSN, divulgou o seu parecer contrário à Convenção de Iquitos. Antes disso, porém, a Mensagem do Instituto da Hiléia tramitava sem sobressaltos na Câmara dos Deputados, tendo, inclusive, recebido parecer

---

uma carta do presidente Dutra recomendando a aprovação da Convenção de Iquitos aos membros do Congresso.

[2] No período em que a Convenção de Iquitos tramitou na Câmara dos Deputados (1948-1953), esta instituição teve três regimentos: um promulgado em 05 de setembro de 1947, o segundo em 19 de agosto de 1949, e o terceiro em 31 de dezembro de 1952. Apesar de serem poucas as diferenças entre eles, iremos nos basear naquele que estiver em vigor durante o evento considerado.

favorável da Comissão de Diplomacia e Tratados, que tinha como função regimental manifestar-se sobre quaisquer atos internacionais que o país viesse a participar sendo, portanto, a mais indicada para elaborar o parecer sobre a Convenção de Iquitos.

Ao terminar a leitura de seu parecer na tribuna da Câmara, Bernardes recomendou aos membros da Comissão de Segurança Nacional que o aprovassem imediatamente. Recomendou também a aprovação de uma consulta ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) a respeito da referida convenção. Numa prova de que o cenário institucional estava em aberto com relação ao projeto da Hiléia, os membros da Comissão de Segurança Nacional se recusaram a aprovar imediatamente o parecer de Bernardes. Eles sugeriram que o parecer fosse publicado no Diário do Congresso Nacional, como forma de melhor aparelhar esta comissão para discuti-lo e votá-lo. Esta publicação ocorreu no dia 28 de janeiro de 1949.

A partir desse momento, o parecer de Bernardes funcionou como um catalisador das discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia, polarizando os posicionamentos sobre o projeto da Hiléia na Câmara dos Deputados. Em meio a desafios específicos, envoltos por problemas geopolíticos, embates da Guerra Fria e discussões acerca de um projeto nacional, artigos e dispositivos da Convenção de Iquitos foram encarados como uma ameaça à soberania nacional, seja em função do grau de autonomia do IIHA em relação aos Estados-membros, seja porque minimizavam o peso político do Brasil no projeto. Houve até a assinatura de um protocolo adicional ao texto original, com o aval das Forças Armadas, para dirimir quaisquer dúvidas em face das supostas ameaças à segurança nacional.

Bernades classificava o projeto de criação do IIHA de imperialista, um projeto arquitetado pelas grandes potências, com o aval da UNESCO, para subtrair a Amazônia

[3]Brasil, Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947. Art. 83, 8º parágrafo, pág. 36.

do território brasileiro. É interessantes notarmos, no entanto, que as grandes potências não estavam assim tão interessadas no projeto do IIHA. A própria UNESCO já havia reduzido significativamente seus esforços. Responsáveis por parte substanciosa do orçamento da UNESCO, os Estados Unidos estavam atentos ao binômio paz-segurança. Nesse sentido, cobravam de sua direção uma ação mais pragmática da instituição face ao contexto da Guerra Fria, da reconstrução européia e do avanço do socialismo. Defendiam a estreita relação política da UNESCO com a ONU (Maio, 1998, p. 378-9).[4] Aos olhos da política externa norte-americana, a Amazônia ocupava, naquele momento, plano secundário. Qualquer projeto voltado para o desenvolvimento regional era indesejado (Malan, 1984; Moura, 1990) pelos EUA, cuja política externa primava pela visão ortodoxa do livre comércio, reiterando a posição do Brasil como exportador de matérias-primas estratégicas.

Assim, no final de 1947, na interpretação da representação norte-americana na UNESCO, o perfil do projeto IIHA fugia à idéia de se constituir apenas em um laboratório científico internacional, demandando recursos apreciáveis da UNESCO em cenário cheio de imprevisibilidades. Durante a Conferência de Iquitos, então, os representantes norte-americanos expuseram claramente que seu país não iria participar diretamente, em termos financeiros ou políticos, de uma instituição criada em solo latino-americano. A participação dos Estados Unidos no projeto do IIHA poderia se dar, no máximo, através de instituições do tipo clearing house (Rockefeller, Carnegie). O governo norte-americano não queria se envolver num projeto voltado, cada vez mais, exclusivamente, a países sul-americanos e sujeito a processos de politização. Países como Holanda e Inglaterra também não atribuíram maior importância à reunião de Iquitos.

[4] Para o ano de 1947, os EUA foram responsáveis por 44.03% do orçamento da UNESCO. No ano de 1948, esta cifra passou a ser de 41.88%. Ou seja, nos anos em que a UNESCO esteve mais envolvida com o projeto IIHA, os norte-americanos tinham sob sua responsabilidade quase metade do orçamento da agência intergovernamental (Archibald, 1993, p. 123).

A UNESCO, por sua vez, apesar de não poder se retirar definitivamente do projeto, devido ao peso político expressivo que os países latino-americanos tinham em seus primórdios[5], limitou, gradativamente, seu raio de ação, atribuindo a responsabilidade maior pelo projeto IIHA aos países imediatamente interessados na proposta. A isso contribuíram a hostilidade da representação norte-americana na UNESCO ao projeto de criação do IIHA, a centralização da tomada de decisões, seu desconhecimento em matéria amazônica e dificuldades políticas para lidar com um projeto de tamanha magnitude.

Nesse cenário de falta de apoio internacional ao projeto, o parecer do Estado Maior da Forças Armadas (EMFA) foi divulgado, trazendo críticas a alguns dispositivos da Convenção de Iquitos. Com base nelas, Bernardes intensificou seus ataques. Na reunião da Comissão de Segurança Nacional ocorrida em 19 de outubro de 1949, a discussão sobre o IIHA foi retomada. Nesta reunião, Bernardes sofreu a oposição do deputado Adelmar Rocha, que "apresentou voto em separado, discordando das considerações anteriormente expendidas pelo relator da matéria, Sr. Artur Bernardes". Rocha propôs que a Convenção de Iquitos fosse aprovada, desde que se fizessem dois reparos: "o primeiro, originário da consulta feita ao Estado-Maior das Forças Armadas, no sentido de esclarecer o dispositivo que só permite as atividades do Instituto, dentro de cada Estado, depois de prévia consulta; o segundo, referente à cessação das atividades do organismo no país respectivo em virtude de denúncia do acordo por qualquer dos Estados participantes". Bernardes respondeu a este voto em separado de Adelmar Rocha, afirmando que "o convênio de Iquitos apresenta três aspectos fundamentais: o cultural e

[5] Dos 32 estados-membros da UNESCO no final de 1947, por ocasião da Segunda Sessão da Conferência Geral da UNESCO, 12 eram latino-americanos, ou seja, mais de um terço da composição da instituição intergovernamental (Director-General Activities 1997-1998. Paris, 1998), Arquivos da UNESCO. Cabe lembrar que representantes latino-americanos ocuparam postos-chave na instituição como Jaime Torres Bodet, segundo diretor geral da UNESCO (1948-1952), o antropólogo Arthur Ramos, primeiro diretor permanente do Departamento de Ciências Sociais (1949) e Paulo Carneiro, entre outros postos importantes, o de Presidente do Conselho Executivo da UNESCO.

científico, o jurídico e o político. Quanto ao primeiro, não há divergências, pois ninguém irá negar a importância da cooperação dos cientistas no futuro desenvolvimento da Amazônia. O Convênio, entretanto, disse e reafirmo, foi feito numa linguagem enganosa, devendo o país tomar as necessárias cautelas. Salienta que os cientistas estrangeiros sempre puderam percorrer a região, sem necessidade de tratados ou compromissos escritos"[6].

Esta discussão só terminou na reunião seguinte da CSN, ocorrida em 21 de outubro de 1949, quando Bernardes finalmente conseguiu aprovar seu parecer contrário à Mensagem do Instituto da Hiléia, embora não por unanimidade. Nesta reunião da Comissão de Segurança Nacional foi decidida ainda a remessa da Mensagem do Instituto da Hiléia para a Comissão de Constituição e Justiça. Além disso, foi nessa reunião que Abelardo Mata "apresentou parecer – unanimemente aprovado pela Comissão – favorável ao projeto n. 260-49, que cria o Conselho Nacional de Pesquisas". Em seu parecer, Abelardo Mata salientava "as afinidades entre o Conselho Nacional de Pesquisas e a idéia da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. E formula uma sugestão no sentido da criação de um Instituto Nacional da Amazônia, integrado no Conselho Nacional de Pesquisas"[7]. Esta proposta de Mata nos mostra que, ao mesmo tempo em que a discussão sobre o IIHA ia avançando, novos projetos iam sendo formulados, inclusive por aqueles que se opunham ao Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Fica claro que as discussões travadas acerca do IIHA acabaram potencializando novas propostas para o conhecimento e o desenvolvimento da Amazônia. Esta idéia de um instituto *nacional* para estudar a região amazônica vai ganhando corpo ao longo das discussões sobre o IIHA, até desembocar na criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em 1952.

[6] Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 21/12/1949, p. 9928.
[7] Brasil, Congresso Nacional. Diário do Congresso nacional, 25/10/1949, p. 10025.

Genealogia, punição e poder: revisitando *Vigiar e Punir*[1]

Marcos César Alvarez/USP

Quando da morte de Michel Foucault em 1984, Jürguen Habermas, que por diversas vezes havia manifestado suas críticas em relação às principais posturas intelectuais de seu colega francês, não deixou de homenagear o filósofo de sua geração que teria atingido mais profundamente, com seus estudos polêmicos, o próprio coração da atualidade[2].

Passados mais de vinte anos de sua morte, o pensamento de Foucault permanece um poderoso aguilhão, capaz, por um lado, de problematizar questões ainda prementes no mundo contemporâneo mas que, por outro lado, com freqüência desconcerta aqueles que buscam uma instrumentalização fácil de suas pesquisas ou que buscam discutir suas principais contribuições no interior de um campo especializado de conhecimento.

Seu pensamento parece refratário aos hábitos intelectuais arraigados, às investidas recorrentes dos comentadores, à assimilação acadêmica tradicional. Se no momento em que Foucault estava vivo, suas tentativas de desviar-se das polêmicas tradicionais poderiam aparecer para alguns como apenas uma forma de pedantismo intelectual, bem ao gosto dos intelectuais franceses, hoje percebe-se mais claramente que ele buscava sobretudo deixar em aberto – para suas investigações e também para as pesquisas futuras – espaços de problematização, espaços de liberdade que pudessem viabilizar novas formas de reflexão e novas possibilidades de ação.

Tanto parece ser assim que mesmo a análise de sua trajetória intelectual não é uma tarefa simples. Difícil caracterizá-lo apenas como filósofo ou historiador, já que seus trabalhos, ao percorrerem campos diversos, terminaram por influenciar pesquisas nas mais diferentes

[1] Versão provisória, elaborada exclusivamente para apresentação no XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 17 a 22 de julho de 2005. Não citar sem autorização do autor.
[2] Cf. HABERMAS, J. Une flèche dans le coeur du temps present. *Critique*, Paris, août-septembre 1986, p.794-799.

áreas de conhecimento. Do mesmo modo, ao problematizar a própria figura do autor como princípio por excelência de organização dos discursos historicamente produzidos e ao defender, por vezes, a apropriação instrumental das idéias dos autores que considerava importantes, Foucault parecia desejar que seus textos fossem tomados não como repertórios de noções e conceitos dirigidos apenas a acadêmicos e especialistas mas sobretudo como convites para que indivíduos e grupos diversos pudessem estabelecer novas experiências históricas para além das relações de poder, de saber e de subjetivação hegemônicas na sociedade moderna.

Sem dúvida, Foucault foi freqüentemente mal interpretado e muitos não viram coerência nenhuma entre sua trajetória intelectual e o papel de intervenção política que assumiu sobretudo a partir dos anos 1970. Análises mais recentes, no entanto, têm apontado o modo como se articulavam suas intervenções na cena política e social e seus trabalhos de pesquisa. Como afirma Francesco Paolo Adorno[3] a publicação conjunto dos textos dispersos de Foucault, recolhidos em *Dits et écrits*, tem contribuído significativamente para uma melhor compreensão do contexto de suas intervenções na cena política e intelectual de seu tempo.

Dois momentos privilegiados para a compreensão da ligação estreita que Foucault buscava estabelecer entre sua reflexão histórico-filosófica e seu engajamento em questões da atualidade podem ser encontrados no momento da criação do Grupo de Informações sobre as Prisões, em 1971, e nas “reportagens” que realizou, em 1978, a convite do redator-chefe do jornal italiano *Il Corriere della Será* e que tratavam da sublevação popular no Irã.

Sua atuação junto ao GIP, no entanto, ganha maior destaque pois foi seguida da publicação, em 1975, de *Vigiar e Punir*, livro no qual Foucault desenvolve uma análise aprofundada da história da prisão moderna e do poder disciplinar que nela se manifesta de modo exemplar.

[3] ADORNO, F.P. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (org.) *Foucault, a coragem da verdade*. São Paulo : Parábola Editorial, 2004, p.39-62.

Na interface desses dois momentos de sua trajetória – a participação no GIP e a subseqüente publicação de *Vigiar e Punir* –, a conexão entre militância política e reflexão intelectual ganha contornos mais nítidos que podem melhor revelar as coerências e tensões presentes na forma de ação que Foucault, por vezes, definiu como sendo própria ao novo papel do intelectual na atualidade, ao "intelectual específico".

Em outubro de 1971 ocorrem duas revoltas na detenção central de Toul, no leste da França[4]. Tais revoltas deram início a uma onda de motins que se estendeu pelos estabelecimentos penitenciários franceses durante o inverno de 1971-1972. Neste momento, Foucault já conhecia a situação de diversos estabelecimento penais pois, desde o início do ano, ele era um dos animadores do GIP, que desenvolvia atividades junto a várias prisões na França.

Se o GIP não visou jamais estimular essas revoltas, ao dar visibilidade à situação de encarceramento em algumas instituições, indicava claramente que as revoltas eram esperadas. A intervenção de Foucault nesse contexto de lutas, apesar do prestígio intelectual que ele já desfrutava na França da época, limitava-se justamente a ouvir as reivindicações que emergiam dessas sublevações, a chamar a atenção para a situação intolerável das condições de encarceramento então vigentes. Para Foucault, a revolta dos presos não tinha por objetivo a destruição das prisões ou a fuga em massa mas reivindicações muito precisas, exigências simples que incidiam principalmente sobre a rotina de detenção. Não se tratava para ele de um movimento revolucionário – tal como era interpretado na época pela esquerda tradicional – mas de uma sublevação, a partir da qual os presos se constituíam como uma força coletiva diante da administração das prisões. Ou seja, para Foucault, tal conjunto de acontecimentos não podiam mais ser interpretados a partir da noção de revolução, mas deviam ser pensados como

[4] A descrição a seguir está baseada em ARTIÈRES, P. Dizer a Atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, F. (org.) *Foucault, a coragem da verdade*. São Paulo : Parábola Editorial, 2004, p. 15-37.

uma nova subjetividade coletiva, que ao intelectual caberia identificar, diagnosticar, mas jamais liderar.

Apesar da autodissolução posterior do GIP, em tal experiência Foucault buscou colocar em prática sua nova concepção de engajamento intelectual, uma atuação empreendida não mais em nome de valores universais, mas a partir da crítica de práticas cotidianas de poder que deveriam ser denunciadas como intoleráveis.

Logo após a experiência do GIP, Foucault publica *Vigiar e Punir* [5]. No novo livro, Foucault estuda as transformações das práticas penais na França, da Época Clássica ao século XIX. E no interior destas transformações, um problema se destaca: o papel central que a prisão passa a desempenhar na penalidade moderna. Foucault questiona o modo como a prisão se tornou a pena por excelência, pena esta não mais voltada para o suplício ou o castigo simbólico e exemplar, mas sim para a disciplina do corpo e da "alma" do detento.

Na verdade, o livro procura mostrar que as práticas disciplinares próprias da prisão têm um alcance que vai muito além de seus muros, ao constituir uma tecnologia de poder que, partindo das práticas prisionais, espalha-se por toda a sociedade, em instituições como fábricas, hospitais, escolas etc., acabando mesmo por desenhar uma "sociedade disciplinar", ou seja, uma sociedade permeada por uma rede de instituições e práticas de poder disciplinares.

O livro se abre com a descrição de um suplício no século XVIII. Ao descrever o corpo supliciado, esquartejado, queimado, Foucault não pretende simplesmente denunciar um ritual bárbaro, superado pelo humanismo. Pelo contrário, o olhar rigoroso que se detém neste espetáculo aterrador visa mostrar que o suplício na verdade define o estilo penal de uma época. As práticas do suplício, longe de serem apenas atos selvagens, possuem uma lógica específica: o suplício é, ao mesmo tempo, um procedimento técnico e um ritual. Como procedimento técnico, o suplício pretende produzir uma quantidade de sofrimento que possa

[5] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis : Vozes, 1977, 280p.

ser apreciada, comparada, hierarquizada, modulada de acordo com o crime cometido. Há uma "arte quantitativa do sofrimento" que correlaciona "o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas"[6]. Como ritual, visa marcar o corpo da vítima, tornar infame o criminoso, ao mesmo tempo em que esta violência que marca é ostensiva, caracteriza-se pela demonstração excessiva do poder daquele que pune.

Junto à descrição detalhada do suplício, Foucault apresenta o regulamento de uma casa de detenção para jovens em Paris, redigido no século XIX. Nele, o que está em jogo não é mais o suplício do corpo, mas o controle minucioso das atividades, a utilização meticulosa do tempo. É esse deslocamento que Foucault pretende investigar: como o espetáculo punitivo do suplício, no qual o que estava em jogo era o poder do soberano, será substituído por um outro tipo de punição, disciplinar, minuciosa, voltada para a construção de corpos dóceis.

Em linhas gerais, podemos dizer que, de acordo com Foucault, as práticas disciplinares se caracterizam por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada indivíduo tem um lugar especificado, desempenhando também aí uma função útil. Estes locais são ainda intercambiáveis e hierarquizados. Em termos espaciais, portanto, cada indivíduo ocupa um lugar ao mesmo tempo funcional e hierarquizado, formando um quadro espacial onde se distribui a multiplicidade de indivíduos para deles tirar o maior número de efeitos possíveis. As disciplinas implicam também um controle das atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas em relação aos horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, visando obter assim uma utilização crescente de todas atividades ao longo do tempo. Distribuídos espacialmente e controlados temporalmente, as disciplinas combinam ainda os indivíduos de modo a obter um funcionamento eficiente do conjunto através da composição das forças individuais.

[6] FOUCAULT, 1977, p.34.

O novo poder disciplinar será, deste modo, um poder voltado para o “adestramento” dos indivíduos. E, para isso, esse poder utilizará alguns mecanismos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica induz, através do olhar, efeitos de poder: o indivíduo adestrado deve se sentir permanentemente vigiado. A sanção normalizadora implica toda uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, do corpo, da sexualidade visando os comportamento desviantes. O exame, por fim, indica uma técnica de controle normalizante que permite qualificar, classificar e punir ininterruptamente os indivíduos que são alvos do poder disciplinar.

É a partir da discussão do panoptismo que Foucault mostra como ocorre a generalização dos mecanismos disciplinares. O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural que sintetiza os novos dispositivos de poder disciplinares. Nele, a visibilidade é o traço característico, que permite o exercício anônimo do poder:

O Panóptico aponta para instituições de visibilidade total, onde o poder se exerce de maneira automática e desindividualizada e onde os indivíduos sujeitos a esse poder são treinados, modificados em seus comportamentos. Por isso, Foucault afirma que se trata de um “laboratório de poder”, local onde não se aplica apenas um poder repressivo e excludente, mas sim um poder produtivo, que produz novos tipos de comportamentos e, mais ainda, um novo tipo de individualidade treinada e dócil. E o que é importante no Panóptico, é que ele se tornou um modelo generalizável, um modelo da nova tecnologia política disciplinar. Com isso, esse modelo será aplicado em todos os lugares onde é necessário controlar e produzir determinados comportamentos numa multiplicidade de indivíduos, podendo servir para corrigir prisioneiros, cuidar de doentes, instruir escolares, guardar loucos, controlar operários, fazer trabalhar ociosos etc.

Assim, Foucault mostra que, se o suplício tornou-se rapidamente intolerável, a partir da segunda metade do século XVIII, o que permitiu efetivamente sua supressão, ao menos como ritual público de punição, foi a transformação das práticas de poder no interior da sociedade e a

conseqüente generalização do poder disciplinar. Muitos viram nessa análise uma indiferença, por parte de Foucault, em relação à condenação do suplício como forma de punição, um relativismo que não permitiria condenar um ritual bárbaro de mutilação, felizmente abandonado na modernidade.

A leitura de *Vigiar e Punir* a partir do engajamento de Foucault nas lutas em torno do GIP, no entanto, podem apontar para outro caminho. Na realidade, ao colocar lado a lado o suplício e a prisão moderna, Foucault estaria indicando sobretudo que as práticas prisionais – e o poder disciplinar a elas associado – é que deveriam ser tomadas como intoleráveis na atualidade.

Essa relação estreita da análise de *Vigiar e Punir* com as lutas em torno do GIP, o próprio Foucault já indicava na abertura do seu livro. Pois, para ele, antes do que uma intuição teórica ou uma descoberta histórica, foram as revoltas ocorridas na época em prisões em todo o mundo que haviam indicado o caminho a seguir. Revoltas dos corpos tanto contra as misérias cotidianas das condições de detenção quanto contra as prisões modelos. O que estava em jogo nessas revoltas era a materialidade dos poderes que se exerciam sobre os corpos dos condenados, a materialidade dessa "tecnologia de poder sobre o corpo" que nenhum discurso pretensamente humanista poderia mascarar. É essa tecnologia de poder que Foucault queria problematizar e tornar visível, era essa punição que ele queria denunciar como intolerável na atualidade.

Agora que novos materiais estão sendo publicados acerca da atuação do GIP[7], será possível melhor aprofundar o trabalho ao mesmo tempo teórico e prático de diagnóstico do presente que Foucault procurou desenvolver.

[7] Ver, por exemplo, DEFERT, D. et al. *Le Groupe d´Information sur les prisons*: archives d´une lutte, 1970-1972. Paris : Éditions de L´Imec, 2003.

FAMÍLIA E PODER EM MINAS GERAIS: O CASO JUNQUEIRA (1790-1850)

Marcos Ferreira de Andrade*

Este estudo aborda a trajetória das famílias que pertenciam à elite escravista no sul da Província de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX[1]. Dentre os aspectos analisados, destacam-se o potencial das grandes unidades escravistas, voltadas para a produção e a comercialização de gêneros para o abastecimento interno, e a projeção de algumas famílias no cenário político local e nacional. A relação de complementaridade entre atividades agropastoris e mercantis marcou a trajetória de muitos grandes proprietários escravistas da área analisada. Há que destacar ainda o papel das elites regionais na construção do Estado Imperial, a partir do estudo de caso investigado. Fortuna, família e poder são termos-chave para se compreender o objeto deste estudo. Nos exemplos ilustrados, percebe-se que esses elementos não estavam dissociados. Com isto também não estou afirmando que riqueza fosse sinônimo de prestígio e poder, e vice-versa. A consolidação e a ascensão das famílias analisadas se deram a partir de estratégias diversas, que envolviam desde os relacionamentos consangüíneos até a constituição de alianças estratégicas fora da parentela, a ocupação de cargos administrativos, eclesiásticos e políticos, só para ficar em alguns exemplos.

O termo “fortuna” aqui tem o sentido de “haveres”, de bens, de riqueza acumulada por algumas gerações, pois estou tratando da elite do sistema escravista[2]. Geralmente, tais fortunas estiveram associadas a um leque diversificado de atividades, destacando-se o tipo-social do fazendeiro/negociante, que comercializava parte de sua produção. Como a historiografia tem demonstrado, a família foi de fundamental importância na montagem e no funcionamento dos empreendimentos econômicos desde os tempos coloniais, situação que se manteve no Império[3]. Como afirma Sheila de Castro Faria, é “pela família, não necessariamente consangüínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública e privada,

originaram-se ou convergem”[4]. “Poder” aqui é compreendido num sentido bem amplo. Pode referir-se tanto ao domínio privado do senhor, no espaço de sua propriedade, em relação à sua família, a seus agregados e escravos, quanto à ocupação de cargos administrativos, civis, eclesiásticos e públicos. Neste caso, a família representava uma importante “fonte de capital político”, que poderia ser acionada, sempre que necessário, nas lutas e nas disputas entre as de prestígio ou em outros tipos de conflito[5].

Ainda gostaria de chamar atenção para o significado que estou dando ao termo “elite”. Talvez o conceito que mais se aproxime dele seja a expressão “boa sociedade”, elaborada por Ilmar Rollhoff Mattos, a partir das “recordações” do jurista campanhense Francisco de Paula Ferreira de Rezende, utilizada para designar a elite econômica, política e cultural do Império[6]. Embora se trate de um termo pouco preciso e, por isto, abarque uma concepção mais ampla de elite, acabei considerando que a análise do material empírico e o estudo de caso empreendido sejam os caminhos mais adequados para se verificarem as características deste grupo e sua importância no cenário regional e nacional. Quem fazia parte dela? Quais eram as estratégias de acesso a este reduzido grupo? Como se dava a inserção de alguns de seus membros no universo da política formal? Quais eram os ícones de representação social das famílias que pertenciam a este grupo? É novamente Francisco de Paula Ferreira de Rezende[7] quem deixa algumas pistas sobre os homens de importância daquele tempo. Além de possuir terras e escravos, o que também dava notoriedade a um membro da elite era sua inserção na vida pública, seja através da ocupação de cargos políticos e administrativos, seja da participação em alguma confraria religiosa de importância do lugar. Este parece ser o caso do capitão Manuel Luiz de Souza, citado pelo autor. Ocupou os cargos de juiz municipal da vila, foi presidente da câmara, pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento, além de ser encarregado de levar o viático aos moribundos, fora da povoação[8].

A investigação das fontes foi realizada considerando os métodos quantitativos, comuns aos estudos de cunho demográfico, econômico e social, e os qualitativos, típico das

abordagens da micro-história. Como acentua Levi, a "micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental"[9].

As fontes de caráter massivo que foram utilizadas se referem à documentação paroquial (assentos de batismo), às listas nominativas de 1831/1832 e aos inventários do termo de Campanha, analisadas tendo em vista a obtenção de dados mais gerais sobre estrutura social, econômica e demográfica da região, bem como concentração de posse de cativos, produção econômica, composição da riqueza, população escrava, percentual de africanos, estado conjugal dos cativos, dentre outras informações.

As trajetórias socioeconômicas e políticas das famílias mais abastadas, especialmente dos Junqueira, foram cotejadas a partir do cruzamento de várias fontes, como as listas nominativas, os inventários, os registros de sesmarias, as atas do parlamento nacional, os estudos genealógicos, as correspondências pessoais, etc.

As genealogias foram consultadas como fonte auxiliar no levantamento e na confrontação das informações sobre as famílias. Como ressalta Dupâquier, "sob a condição de serem completas e de abrangerem um meio definido, as genealogias constituem-se em excelente material para a construção da história social"[10].

Década de 1750, Comarca do Rio das Mortes, Termo da Vila de São João del Rei. Foi especialmente neste período e neste local que teve início a trajetória de uma das grandes famílias da elite do sudeste escravista mineiro, que construiu sua tradição, sua fortuna e seu poder, consorciando diversas atividades em suas fazendas, articuladas ao setor do abastecimento interno e à praça mercantil carioca. Como qualquer outra história, esta também foi marcada por revezes e infortúnios que colocaram em cheque o poder, o prestígio e a fortuna familiar.

A saga da família teve início com a chegada do português João Francisco, natural de São Simão da Junqueira, à Comarca do Rio das Mortes por volta de 1750. Ali se estabeleceu e

deixou numerosa descendência. Na terceira década do século XIX, as propriedades de seus filhos estavam entre as melhores e as mais bem equipadas, com grande número de cabeças de gado, cavalos e porcos e vendiam grande parte de sua produção na Corte. A importância socioeconômica da família também se refletiu no campo da política, pois um de seus membros, Gabriel Francisco Junqueira, tornou-se deputado geral da província de Minas, por várias legislaturas seguidas, ao longo da década de 30.

A importância das propriedades da família Junqueira podia ser percebida pelo número de escravos que nelas havia para tocar os negócios das fazendas. De modo geral este número ultrapassava 30 cativos, coisa rara no cenário escravista mineiro naquela época e, em algumas delas, este número podia chegar a mais de 50 ou até mesmo a mais de 100. Especialmente neste período, parte da família sofreu um duro golpe por parte de seus cativos, quando nove de seus membros foram brutalmente assassinados na maior rebelião de escravos do sudeste brasileiro de que se tem notícia[11].

A origem das fortunas estava associada à diversificação das atividades e à comercialização de parte da produção em praças regionais e na Corte. Os caminhos do enriquecimento poderiam ser encontrados através da conjugação das atividades econômicas, da importância dos laços familiares e da ocupação de cargos políticos. A trajetória de Gabriel Francisco Junqueira, deputado liberal moderado, constitui num exemplo marcante deste tipo de correlação. Acabou tornando-se uma das principais lideranças regionais do sul de Minas na década de 1830. Sua atuação no Parlamento Nacional foi bem discreta e o único projeto que apresentou denota uma clara evidência dos interesses do segmento social do qual fazia parte e representava. Na revolta liberal de 1842, ainda despontava como uma liderança política de importância, congregando os proprietários insurgentes em torno da coluna que levou o sobrenome de sua família[12].

Os caminhos para limitar o fracionamento e até mesmo garantir a ampliação das fortunas foram encontrados através da realização de casamentos endogâmicos e de alianças

matrimoniais com outras famílias de prestígio e de posses. Importante notar que este conjunto de estratégias também foi utilizado pelos membros da família que migraram e adquiriram sesmarias no sertão do Rio Pardo. A necessidade de migrar para áreas de fronteira se impôs para alguns membros da terceira geração, em função da ausência de novas oportunidades nas áreas inicialmente ocupadas pelos ancestrais e também por uma estratégia pensada de investimento em áreas de expansão, que acabaram contribuindo para a fixação da identidade da parentela em um território muito vasto do sul de Minas, no nordeste de São Paulo e mesmo em algumas freguesias do Rio de Janeiro.

Ao longo das primeiras décadas do século XIX, a família Junqueira concentrou poder, riqueza e prestígio que seriam visualizados pela consolidação do nome da família, pela posse de grandes propriedades e escravarias, além de pela ocupação de cargos administrativos, eclesiásticos e políticos. Assim como em outras histórias, as incertezas e os infortúnios também são capítulos importantes a serem relatados. Especialmente no momento em que a trajetória da família estava consolidada, alguns de seus membros foram vítimas da ação coletiva e organizada de seus cativos, resultando na *Revolta de Carrancas*, uma rebelião de escravos que atemorizou não só a elite proprietária sul-mineira, mas grande parte do Sudeste escravista. Os acontecimentos resultaram em pelo menos dois tipos de estratégia por parte da Regência. Por um lado, tratava-se de punir exemplarmente os culpados, condenando-os à pena máxima, “morte por enforcamento”. Por outro, houve uma “estratégia de desinformação e censura”[13], temendo uma onda sucessiva de levantes em áreas próximas, que possuíam grande contingente de cativos, como o caso das áreas cafeeiras em expansão no vale do Paraíba paulista e fluminense.

O início da ação política de Gabriel Francisco Junqueira esteve ligado diretamente aos acontecimentos que antecederam à Abdicação do Imperador, quando este empreendeu sua segunda viagem a Minas, com a finalidade que recuperar seu prestígio político, subjugar o avanço da facção liberal e patrocinar a reeleição do deputado Silva Maia, seu Ministro. A

resposta dos mineiros veio no resultado das eleições. Os jornais da época, pesquisados por José Pedro Xavier da Veiga, noticiaram o resultado eleitoral de 30 de janeiro de 1831, nos mais importantes colégios eleitorais da província, destacando a vitória exemplar de Gabriel Francisco Junqueira[14].

As evidências sobre sua atuação política imperial são muito escassas. Nos anais do parlamento brasileiro, durante o período de 1831 a 1836, seu nome aparece 27 vezes. Participou de 16 votações, fez duas nomeações e apresentou somente duas emendas a projetos de lei e foi indicado para a Comissão de Minas e Bosques, com 23 votos, juntamente com outros dois deputados mineiros, Albuquerque Maranhão e José Custódio. Ao que tudo indica, o futuro Barão de Alfenas trabalhou nos bastidores da política e do parlamento, pois jamais discursou ou apresentou um projeto de lei. Por outro lado, não deixou de ser um líder regional de grande importância e defendeu os interesses econômicos de sua família e de uma parcela da elite da qual fazia parte e que possuía estreitos vínculos comerciais com a praça carioca. A única emenda que apresentou, e que mereceu registro nos anais do parlamento, não deixa de ser uma evidência clara desta relação, já que, em 26 de agosto de 1836, buscou reduzir em 50% a tributação sobre porcos e carneiros. Os primeiros seriam taxados em 0$400 (quatrocentos réis) ao invés de 0$800 (oitocentos réis) e os segundos, em 0$200 (duzentos réis) ao invés de 0$400 (quatrocentos réis)[15]. A ocupação do cargo de deputado no parlamento nacional e o contato com a Corte e os representantes da elite política do Império representavam oportunidades de ganhos pessoais, de defesa dos interesses de sua família e do segmento social de que fazia parte. Aí reside a importância de sua atuação política no cenário imperial.

A política, os negócios e a família constituíam os três pilares de sustentação e consolidação do prestígio e do poder de determinados membros da elite escravista. Através da conjugação destes três elementos, grandes proprietários poderiam ampliar seus negócios, fixar a identidade da parentela e garantir, assim, a continuidade das atividades políticas[16]. No período Regencial, a inserção do setor abastecedor na praça carioca, especialmente o

proveniente de Minas Gerais, possibilitou a projeção de alguns de seus representantes políticos, explicitado tão apropriadamente por Alcir Lenharo. E, certamente, Gabriel Francisco Junqueira é um caso exemplar deste tipo de trajetória[17].

O estudo de caso empreendido e, particularmente, a trajetória política de Gabriel Francisco Junqueira nos ajudam a pensar sobre o lugar das elites regionais na construção do Estado imperial, notadamente no período das Regências e no início do Segundo Reinado[18]. Ao mesmo tempo em que impunham suas demandas, também se poderiam tornar aliadas ou não na preservação do Estado e da unidade nacional. A consolidação de uma grande liderança regional poderia ser medida pela fortuna, pelas convicções políticas e pelo respeito adquirido em determinado grupo, mas especialmente pelo capital político representado por uma extensa parentela. O Deputado Gabriel Francisco Junqueira acionou todos estes elementos e, assim como muitos outros grandes líderes políticos regionais de outras áreas escravistas do Império, teve um papel de destaque no cenário político da Corte, na medida em que se aproveitou do espaço público conquistado no cenário nacional para impor suas demandas pessoais, familiares e do grupo social que representava.

---

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos Departamentos de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – unidade de Campanha e do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI/BH.

[1] Este foi o tema central de investigação de minha tese de doutorado, defendida, recentemente, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, intitulada *Família, Fortuna e Poder no Império do Brasil* – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850).

[2] Sheila de Castro Faria utiliza o termo num sentido mais diversificado, compreendendo-o também como “destino”, “fado”, “sorte”. FARIA, Sheila de Castro. *In A colônia em movimento:* fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 21.

[3] O pioneirismo deste tipo de abordagem encontra-se em FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala:* as origens da família patriarcal brasileira. 42ª ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. Ver, ainda, VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Populações rurais do Centro-sul. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1920; MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 3ª ed., São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

[4] FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*..., p. 21.

[5] Alguns autores já abordaram a história das famílias da elite nesta perspectiva. Ver, dentre outros: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993; PINTO, Luís Aguiar Costa. *Lutas de família no Brasil*: era colonial. 2ª ed., São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980, (Brasiliana, 263).

[6] MATTOS, Ilmar Rolhoff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994. Ver, especialmente, o capítulo II, pp. 103-109. Ver também NEVES, Lúcia Maria B. P. das. "Boa sociedade". *In* VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 95-97; REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

[7] Francisco de Paula Ferreira de Rezende, como muitos homens de importância do seu tempo, seguiu a magistratura, além de ser proprietário de terras e de escravos. Foi juiz, fazendeiro de café e terminou sua vida como ministro do Supremo Tribunal Federal, no princípio da República. Sua obra, além de um relato autobiográfico, nos permite vislumbrar o cenário cotidiano do Império, seja no sul de Minas, precisamente em Campanha, ou no Rio de Janeiro, que o autor visitava com freqüência, ou em São Paulo, onde completou seus estudos de bacharelado em Direito. Em 1887, deu início à redação de suas "recordações", registrando muitos aspectos que nos permitem melhor compreender o tempo do Império do Brasil.

[8] REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*, p. 46.

[9] LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". *In* BURKE, Peter. *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 136

[10] DUPÂQUIER, Jacques. "Demografia histórica e história social". *In* MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). *População e sociedade.* Evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 29.

[11] Maiores detalhes sobre a rebelião podem ser encontrados em minha dissertação de mestrado e nos textos que publiquei sobre o tema. Ver *Rebeldia e resistência*: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996, pp. 175-206; "Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas". *Afro-Ásia*. Salvador, nº 21-22 (1998-1999), 45-82; "Violência, Criminalidade e Controle Social – Rebeliões Escravas nas Minas Gerais – Século XIX: o caso Carrancas". *Actas* do Congresso Luso-Brasileiro "Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários, Lisboa, 2000, pp. 437-452; "Revolta de Carrancas". *In Dicionário do Brasil Imperial*. VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 635-637.

[12] Ver, especialmente, o capítulo IV de minha tese de doutorado: *Fortuna, Família e Poder no Império do Brasil...* pp. 203-267.

[13] MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico:* os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

[14] A dimensão da derrota que sofreu o candidato do Imperador e da força política de Gabriel Francisco Junqueira pode ser percebida pelo número expressivo de votos que este obteve em várias vilas mineiras. *"Ouro Preto: Junqueira - 29; Maia - 5; Queluz: Junqueira - 26; Maia - 3; Barbacena: Junqueira - 41; Maia - 3; São João del Rey: Junqueira - 33; Maia - 0; Campanha: Junqueira - 106; Maia - 0; Baependi: Junqueira - 40; Maia - 1".* Em poucas vilas, infelizmente não mencionadas pelo autor, o ministro Maia obteve maioria dos votos. Citado por VEIGA, João Pedro Xavier. *Ephemérides Mineiras (1664-1897).* Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos, Fundação João Pinheiro, 1998. p. 1095.

[15] *Annaes do Parlamento Brasileiro.* Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1836. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Publicações, 1982, Vol. 2, p. 214.

[16] Este também foi o caminho encontrado por algumas famílias da elite da Vila de São João del Rei. Ver BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal* – família e sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). Niterói: UFF, 2002, tese de doutorado; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste:* elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, tese de doutorado. Ver ainda os resultados encontrados para a zona da Mata mineira, indicando que a elite agrária manteve uma atuação política somente no nível local, em OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família*; mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870, Niterói: UFF, 1999, tese de doutorado.

[17] João Antônio de Lemos, o Barão do Rio Verde e dono da fábrica de chapéus finos de São Gonçalo também teve uma trajetória similar à de Gabriel Francisco Junqueira. Além de proprietário e dono de manufatura ocupou os cargos de vereador, deputado provincial, deputado no parlamento nacional e foi um dos defensores do projeto de criação da província de *Minas do Sul.*

[18] Para uma discussão sobre o tema nesta perspectiva, ver: DOLHNIKOFF, Miriam. "O lugar das elites regionais". *Revista USP*. *Dossiê Brasil Império*. São Paulo, n. 58, pp. 116-133, junho/agosto 2003, p. 118. Ver ainda, da mesma autora, "Elites regionais e construção do Estado Nacional". *In* JANCSÓ, Istvan (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação (c.1780-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2004, e *Construindo o Brasil*: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites. São Paulo, FFLCH-USP, 2000, tese de doutorado.

Produção alimentar, transportes e abastecimento na ponta norte da Estrada Real: Diamantina, 1870-1930.

Marcos Lobato Martins[1]

A longa permanência da circulação das tropas de muares é uma das características mais notáveis da história do Alto Jequitinhonha. As caravanas de burros transportaram, até meados do século XX, a maior parte dos gêneros de abastecimento consumidos na cidade de Diamantina, por caminhos cujas origens remontam à época do povoamento inicial da região, no século XVIII, e que conservaram condições muito similares durante quase três séculos.

O movimento dos viajantes e das tropas e a situação das estradas, no entorno de Diamantina, na virada do século XIX para o XX, devem ser analisados em estreita conexão com o problema do abastecimento agroalimentar dos núcleos urbanos do Alto Jequitinhonha. Convém frisar que a cidade de Diamantina, desde a década de 1830, havia se transformado no principal pólo comercial do Norte de Minas Gerais. O desimpedimento das lavras, com o fim da Real Extração, produziu um novo *boom* da mineração diamantífera, favorecendo a acumulação de fortunas na cidade. O dinheiro do diamante fortaleceu a tendência de diversificação da economia local. Os homens de fortuna de Diamantina investiram em firmas mercantis e industriais, de modo que a cidade tornou-se um centro destacado de distribuição e redistribuição de mercadorias[2].

Por outro lado, para garantir o abastecimento de "gêneros do país" para uma população crescente, Diamantina recebia o excedente da produção das áreas vizinhas. Conforme a observação de Joaquim Felício dos Santos, na década de 1860 o município recebia mantimentos produzidos no Serro, em Formigas (atual Montes Claros), Curvelo e Minas Novas[3].

A partir da década de 1890, quando a Municipalidade implantou o Mercado de Diamantina no Largo da Cavalhada Nova (atual Praça Barão de Guaicuí), este singular

edifício tornou-se o coração do comércio de mantimentos na cidade. Para ele convergiram as tropas. O movimento crescente do comércio no Mercado Municipal, na virada do século XIX para o século XX, refletiu significativamente na composição das rendas auferidas pela cidade de Diamantina. Os números, bastante elucidativos, são alinhavados no quadro abaixo:

Rendas relativas ao Mercado Municipal
Diamantina – 1915 a 1937

Rendas municipais	1915	1929	1937
Renda total do município	72:370$000	140:230$000	407:343$000
Aferição de pesos e medidas	200$000	254$000	-
Renda do Mercado	13:000$000	26:953$000	108:847$100
Aluguel de cômodos do Mercado	600$000	1:750$000	-
Total da Renda do Mercado	13:800$000	28:957$000	108:847$100
% sobre a renda municipal	19%	21%	27%

Fonte: Vários documentos[4].

Nas décadas de 1930 e 1940, continuaram afluindo para Diamantina tropas vindas de todos os quadrantes regionais. Eram bastante freqüentes os tropeiros de Capelinha, Serro, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas e Santo Antônio do Itambé. Relativamente presentes eram as tropas do Norte de Minas: Engenheiro Dolabela, Bocaiúva e até de Montes Claros. As da região de Araçuaí eram bastante regulares.

1- As estradas regionais

No período 1870-1920, a cidade de Diamantina contava com poucos e precários caminhos. Estes caminhos eram as velhas trilhas abertas pelas tropas de muares. Caminhos sinuosos, estreitos, sem qualquer tipo de pavimentação, que cortavam o relevo movimentado da Serra do Espinhaço, desembocando, amiúde, sobre os cursos d'água que compõem as bacias dos rios Jequitinhonha, São Francisco e Doce.

Partindo da cidade de Diamantina, havia três estradas principais surgidas ainda nos tempos coloniais. A primeira delas, rumando para o sul, atravessava o rio Jequitinhonha na altura de São Gonçalo do Rio das Pedras (hoje distrito do Serro), e seguia na direção de Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro) e de Itambé

do Mato Dentro. Essa era a porção mais ao norte da chamada Estrada Real, o caminho pelo qual escoaram o ouro e os diamantes extraídos em Minas Gerais no século XVIII. As autoridades provinciais chamavam-na de Estrada Geral do Norte. A segunda estrada possibilitava o acesso a Minas Novas e Araçuaí, cruzando o rio Jequitinhonha na localidade de Mendanha. A terceira estrada era conhecida pelo nome de Estrada do Gavião, e ligava o Tijuco à área da Mata de Peçanha, porção leste do termo do Serro, onde ficavam situados os povoados de Peçanha e Rio Vermelho.

Estas três estradas eram vitais para o abastecimento do município de Diamantina. Pela Estrada Geral do Norte, a região recebia produtos importados do Rio de Janeiro e de outras cidades do Sudeste do país: sal, querosene, munições e armas de fogo, manufaturas e produtos de luxo, bebidas e remédios, etc.

A Estrada do Gavião servia para o escoamento de produtos como tabaco, cana-de-açúcar, milho, feijão, algodão e toucinho[5], originários da Mata de Peçanha e destinados aos mercados do Serro e Diamantina. A estrada que ligava Diamantina a Minas Novas e Araçuaí era movimentada pelo tráfego de tropas carregadas com panos de algodão, algodão em rama, mantimentos, aguardente e rapadura, bem como pelos boiadeiros, que tocavam gado bovino e cavalar para Diamantina e outros mercados da região central de Minas Gerais. Para estas estradas principais convergiam numerosas trilhas vicinais, que partiam de fazendas e povoados localizados nas suas margens.

As dificuldades dos caminhos ajudam a explicar porque os tempos de viagem eram tão longos. A viagem de Diamantina para o Serro durava três dias. Do Rio Vermelho a Diamantina, a jornada era de cinco dias. A viagem de Diamantina para o Rio de Janeiro, na década de 1860, durava entre 15 e 20 dias[6]. Na década de 1890, a viagem de Diamantina a Gouveia durava um dia e a viagem para Ouro Preto durava cerca de treze dias. A partir de Diamantina, com um dia de marcha, as tropas alcançavam Mendanha.

Mais para o norte, a cidade de Minas Novas era atingida depois de, no mínimo, dez dias de marcha.

Em todos os caminhos da região, viajantes e tropeiros pernoitavam em ranchos com telheiros desabrigados, dormindo sobre couros, sem nenhum conforto, picados pelos insetos. Os pousos eram ranchos com uma pequena casa ao lado, onde o proprietário residia com a família e mantinha minúsculo armazém, que fornecia aos passageiros carne seca, feijão, farinha, cachaça e, para os animais, milho[7]. Somente em Mendanha havia melhores acomodações para os viajantes e tropeiros, sob o controle das maiores casas comerciais diamantinenses.

2- A precariedade dos caminhos

A propósito destes caminhos, o professor José Augusto Neves, num texto publicado em 1899, escreveu que "*o município não possui vias de comunicação fáceis, sendo unicamente a carência desse importante melhoramento que tem tolhido o seu desenvolvimento industrial e agrícola*" [8].

Os problemas das estradas eram sempre os mesmos: trechos de subida e de descida das serras muito perigosos, falta de pontes, atoleiros, ausência de pontos de parada com mínimo conforto. Na época das chuvas, o trânsito era interrompido em diversas ocasiões. Referindo-se à Estrada do Gavião, em 2 de março de 1876 o Engenheiro Albert Schimer escreveu sobre os enormes obstáculos que as tropas encontravam na passagem dos rios, do que resultava, freqüentemente, ficarem presas por dias entre dois córregos sem abrigo algum[9].

Quase quarenta anos depois, o problema persistia, como mostrava um periódico diamantinense. Em 18 de julho de 1909, o jornal *A Idea Nova* publicou reclamação, dirigida ao Governo do Estado, sobre a falta de pontes na estrada que cortava o distrito de Rio Manso:

> "*O córrego da Fome. O córrego da Fome atravessa o próspero povoado do Rio Manso, dividindo-o pelo meio. Há tempos ele era ligado por uma ponte que já caiu. Sendo profundo o córrego, já ali tem*

> *havido vários desastres caindo crianças e perecendo. Seria de muita utilidade que o patriótico Governo do Estado mandasse reconstruir aquela ponte*" (*A Idea Nova*, 18/07/1909. Biblioteca Antônio Torres).

A documentação do 5.º Distrito de Obras Públicas e os jornais de Diamantina permitem listar os principais pontos de estrangulamento das estradas da região. Na Estrada Geral do Norte, o trecho entre Serro e Diamantina era péssimo, além de sofrer periodicamente com a queda de pontes em razão de enchentes dos rios Jequitinhonha, do Peixe e Três Barras. Próximo a Diamantina, a passagem do córrego Junta-Junta era sempre difícil. Na estrada para Minas Novas, havia problemas na serra do Mendanha e grande perigo na passagem do rio Araçuaí, sobre o qual não havia pontes.

A manutenção das vias de transporte era dificultada pelas disputas que existiam entre as comunidades e os grupos políticos da região. As pontes de São Gonçalo e do Vau foram, entre os anos de 1872 e 1909, objeto de acirrada disputa. Tanto entre as comunidades de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, porque ambas queriam que a Estrada Geral do Norte passasse em suas terras; quanto entre liberais e conservadores na transição do Império para a República. As dissensões políticas atrapalharam o trabalho de construção/manutenção das obras de arte, necessárias para a melhoria das estradas da região. Estas disputas, que levaram a atrasos na realização dos serviços e ao desperdício (e até mesmo ao desvio) de recursos públicos, penalizaram as populações dos núcleos urbanos do Alto Jequitinhonha[10].

Em ofício datado de 11 de dezembro de 1882, enviado ao Dr. Júlio César de Queiroz Guimarães, Diretor Geral de Obras Públicas de Minas Gerais, pelo engenheiro Catão Gomes Jardim, do 5.º Distrito de Obras Públicas de Diamantina, a propósito de notícias sobre a queda da ponte sobre o rio do Peixe (situada a uma légua de distância da cidade do Serro, na estrada para Diamantina), é apontado um outro fator que prejudicava o trabalho de manutenção das estradas da região. Conforme o Dr. Catão Gomes Jardim, a morosidade administrativa acabava postergando os reparos nos trechos ruins dos

caminhos, porque os trâmites burocráticos tomavam meses, de modo que era desperdiçada a época de seca para a realização das obras[11].

A precariedade das estradas e as dificuldades variadas que obstruíram sua manutenção eficaz geraram conseqüências bastante negativas para a região. Muitas áreas rurais, como é o caso da Mata de Peçanha, tiveram seu crescimento agrícola contido pela falta de vias de transporte para o escoamento rápido e seguro da produção das roças. O serviço postal tornava-se irregular, os custos dos fretes eram elevados e o funcionamento das empresas comerciais e industriais da região ficava bastante dificultado. Para as cidades, especialmente Diamantina, o mau estado dos caminhos na época das chuvas significava o flagelo da escassez e da elevação de preços dos mantimentos. Conforme a Câmara Municipal de Diamantina, a queda da ponte de São Gonçalo sobre o rio Jequitinhonha, ocorrida em 13 de novembro de 1872, teria provocado, em três dias, a elevação dos preços dos mantimentos ao triplo dos praticados quando a estrada dava passagem normal para as tropas[12].

Convém ressaltar que esta situação, de trânsito de tropas e viajantes interrompido pela queda de pontes, era recorrente na região de Diamantina. Disso dá idéia o quadro seguinte:

Pontes destruídas por enchentes
Diamantina – 1872 a 1907

ANO	PONTE CAÍDA	LOCALIDADE
1872	Rio Jequitinhonha	São Gonçalo
1876	Córrego Junta-Junta	Curralinho
1882	Rio do Peixe	Três Barras
1886	Rio Preto	São Gonçalo do Rio Preto
1906	Ribeirão do Inferno	-
1907	Córrego da Fome	Rio Manso

Fonte: Documentos diversos. Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Antônio Torres.

3- A comercialização de mantimentos em Diamantina

A precariedade das estradas regionais, ao tornar irregular o fluxo das tropas de muares, contribuiu para a vigência das práticas especulativas na praça de Diamantina. A

ação dos comissários das grandes casas mercantis diamantinenses causava flutuações nos preços dos mantimentos. A literatura regional e a imprensa local estão repletas de referências a essa situação, que prejudicava as camadas mais pobres da cidade[13].

Pressionada pela população, a Câmara Municipal criou a Intendência Municipal no ano de 1890, dotada do monopólio do abastecimento. A intenção dos camaristas era a de que os mantimentos convergissem para o Mercado e lá ficassem expostos durante um dia, antes do arremate dos comerciantes. A administração do Mercado era composta por um diretor, um fiscal e um guarda-fiscal[14]. Em 3 de julho de 1895, o Dr. Alexandre da Silva Maia, Agente Executivo Municipal, estabeleceu o decreto com as normas de funcionamento do Mercado, privilegiando a venda direta e a varejo dos tropeiros aos consumidores[15].

Os negociantes e donos de ranchos não aceitaram as determinações da Câmara. A ação dos comissários prosseguiu, os ranchos da periferia de Diamantina continuaram recebendo cargas das tropas, principalmente das menores caravanas, porque aos tropeiros interessava fugir dos impostos cobrados sobre eles no Mercado Municipal. O líder dos negociantes foi o Dr. Pedro da Mata Machado, ele próprio dono de rancho, contestando as medidas da Câmara sob a alegação de que elas feriam os princípios liberais da República. O governo do município, por sua vez, reagiu acusando os comerciantes de praticar abusos.

Em meados de 1898, a Câmara Municipal proibiu expressamente o atravessamento de mantimentos nas estradas que se destinavam à cidade, bem como no Mercado, e definiu medidas para a racionalização dos “gêneros do país” nas ocasiões de carestia[16]. O endurecimento da posição da Câmara contra os tropeiros, negociantes e donos de ranchos é sinal de que, a despeito dos esforços para regulamentar, fiscalizar e punir os desvios praticados, o governo da cidade não conseguiu reverter inteiramente a situação. Até mesmo os funcionários do Mercado Municipal, ao suprimir arbitrariamente o

varejo dos gêneros ordenado pela lei municipal, causaram queixas iradas da população e dificultaram a ação da Câmara no intento de normalizar o abastecimento da cidade[17].

O comércio de mantimentos na cidade de Diamantina continuou sujeito a abusos, embora a vigilância das autoridades tendesse a reduzi-los significativamente no alvorecer do século XX. A situação "normal" do mercado de mantimentos estabeleceu-se definitivamente com a abertura das estradas de rodagem a partir dos anos 1930, quando o caminhão substituiu as caravanas de burros e as antigas trilhas coloniais.

Agradecimentos
Ao CNPq pelo financiamento do projeto "Produção agrícola e hábitos alimentares em comunidades do Alto Jequitinhonha" (Processo n. 50.3490/2003-2, CNPq/MESA).

---

[1] - Professor das Faculdades Pedro Leopoldo e da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA/UEMG). Doutor em História Econômica pela USP.
[2] - Conforme MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG*: 1870-1930. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. (Tese de doutorado)
[3] – Ver SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 394-5.
[4] – *A Estrela Polar*, ano XIII, n. 2, 10 de janeiro de 1915. Relatório apresentado ao Dr. Raimundo Gonçalves da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Diamantina, pelo Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal Juscelino Dermeval da Fonseca. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1931. Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais. Exportação do Estado e Arrecadação das Exatorias em 1937. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1939.
[5] – Conforme SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. V. 2, p. 188-217.
[6] – DUARTE, João R. *Recordações mineiras*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1917.
[7] – ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1949. p. 116.
[8] – NEVES, José Augusto. *Corografia do Município de Diamantina.* 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986. p. 162.
[9] - Orçamento das pontes indispensáveis e dos consertos da estrada do arraial Rio Vermelho até o rio Araçuaí e do córrego do Cortume até a cidade Diamantina. Secção Provincial, Códice Obras Públicas, Caixa 8, Documento 6. Arquivo Público Mineiro.
[10] – Ver MARTINS, Marcos Lobato. A ponta norte da Estrada Real: transporte, ambiente e abastecimento na região de Diamantina, 1870-1930. In: Relatório do Projeto Paragens da Memória, FAPEMIG, 2004. p. 34-36.
[11] – Ofício n. 35 do Escritório do 5.º Distrito de Obras Públicas. Secção Provincial, Códice Obras Públicas, Caixa 8, Documento 5. Arquivo Público Mineiro.
[12] – Ofício da Câmara Municipal de Diamantina ao Presidente da Província, de 23/11/1872. Secção Provincial, Códice Obras Públicas, Caixa 37, Documento 27. Arquivo Público Mineiro.
[13] – Ver, por exemplo, ARNO, Ciro. *Op. cit.*, p.20 e os jornais *Monitor do Norte* (ano I, n. 35, 8 de agosto de 1875, Acervo Soter Couto, Centro de Pesquisa da FAFIDIA) e *Sete de Setembro* (ano I, n. 32, 16 de abril de 1887, Biblioteca Antônio Torres).
[14] – Jornal *O Município*, ano VI, n. 232, de 2 de julho de 1900. Biblioteca Antônio Torres.
[15] – Jornal *O Município*, ano I, n. 35, 6 de julho de 1895. Biblioteca Antônio Torres.
[16] – Jornal *O Município*, 14 de julho de 1898. Biblioteca Antônio Torres.
[17] – Ver as matérias publicadas nos jornais *O Itambé* (ano III, n. 105, 14 de fevereiro de 1905) e *A Idea Nova* (ano I, n. 5, 13 de maio de 1906). Biblioteca Antônio Torres.

ARTES VISUAIS, MUSEU E ESPAÇO VIRTUAL NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Marcos Silva

(Departamento de História da FFLCH/USP)

Nos últimos 20 anos, com a difusão dos computadores pessoais e o acesso crescente à Internet, a Informação e a Comunicação passaram por transformações muito significativas, tanto na esfera da vida cotidiana (lazer, convívio pessoal) quanto em atividades especializadas de trabalho e pesquisa.

Se acompanharmos, ao longo do século XX, a Literatura textual ou a Literatura em quadrinhos, além do Cinema e dos seriados televisivos de ficção científica, dentre outros gêneros artísticos, nós perceberemos que já havia, ao menos desde os anos 30 - tendo continuidade no decorrer das décadas seguintes -, uma expectativa de que a transição para o século XXI fosse marcada tecnicamente por grandes mudanças no campo dos transportes: foguetes, discos voadores, tele-transporte (transferência de diferentes corpos – inclusive, humanos - para lugares muitos distantes, em frações de segundos), etc. Isso cresceu muito nos anos 50 e 60, com a corrida espacial e as viagens tripuladas para a Lua.

Num grande filme desse gênero, como *2001 – Uma Odisséia no espaço*, de Stanley Kubrick, lançado em 1969, tal clima está fortemente presente: o transporte é uma dimensão tecnológica muito importante do início do século XXI, algumas de suas cenas principais se dão durante viagens para a Lua ou para Saturno.

Nós, que vivemos esse momento anunciado pela ficção científica do século passado, sabemos que as transformações não foram tanto por aí – não vieram (ainda!) veículos urbanos voadores de uso individual ou familiar nem um cotidiano de viagens interplanetárias, como supunham a Literatura textual, as histórias em quadrinhos, os filmes e os seriados televisivos -, mas, certamente, a Informática representou uma mudança extremamente significativa de outra natureza, em termos

de acumulação de informações, de acesso a essas informações e das comunicações entre as pessoas.

Já existiam computadores desde bem antes de o século XX acabar, mas de natureza diferente daqueles utilizados em época mais recente: eram computadores usados quase apenas no espaço militar ou na pesquisa científica muito avançada, desde os anos 40, aproximadamente.

Esses computadores foram se expandindo para a área administrativa (pública e privada), nas duas décadas seguintes, mas não ainda para o uso doméstico e pessoal. Dos anos 80 para cá, nós vivemos a era dos computadores pessoais, que introduziu muitas alterações nas sociabilidades cotidianas e também nas práticas em pesquisa, ensino e aprendizagem.

É preciso pensar sobre algumas perspectivas básicas no contato com a Informática no campo do Conhecimento Histórico, tanto na pesquisa quanto no ensino e na aprendizagem.

Nos dois últimos campos, vale assinalar a existência de *sites* didáticos da área de História - em geral, muito ruins! São livros didáticos eletrônicos, até piores que os livros didáticos impressos mais articulados. Seus usos são, quase sempre, igualmente lastimáveis: restringem-se a entrar em algum *site* de História, onde se encontra uma informação, bastante convencional, não-reflexiva, que, depois de localizada pelo primeiro aluno, pode ser copiada mecanicamente pelos demais, sem qualquer emprego do computador. O trabalho de refletir sobre uma informação, articulá-la a outros dados e desenvolver um raciocínio histórico ficou totalmente fora daquela operação. Ela demonstra como a Informática pode ser colocada a serviço de concepções muito restritas de Conhecimento Histórico.

É claro que podem surgir bons *sites* didáticos nesse campo, e também que os existentes podem melhorar, junto com seus usos em espaços escolares e similares, mas é preciso evitar uma imagem fetichizada do computador e da Internet como remédios para todos os males – em alguns casos, são sintomas de doenças crônicas!

Junto com esses *sites* didáticos, existem aqueles institucionais, e dentre eles, os de museus, arquivos, bibliotecas e órgãos similares, que, em geral, são interessantes, oferecendo até mesmo catálogos completos *on-line*, reproduções de materiais do acervo, "visitas" virtuais às salas de exposições, trechos e, às vezes, textos completos de documentos, etc.

Uma instituição que se destaca como alvo dessas investidas do Ensino de História no campo da Informática é o museu. Quando se fala em museu, é mais imediato pensar em grandes instituições clássicas, internacionais, como o Museu do Louvre (Paris), o Museu do Prado (Madri), o Museu Britânico (Londres), o Museu do Cairo, o *Smithsonian Institute* (Washington) ou, no Brasil, o Museu Nacional (Rio de Janeiro) e o Museu Paulista (São Paulo), dentre outras. São instituições excelentes, com acervos fantásticos, mas um museu não é exclusivamente isso. Também uma pequena entidade municipal ou até de bairro, formada com um acervo que é miscelânea sobre determinado agrupamento humano ou um campo de saber, possui traços em comum com aqueles outros monumentais – exposição de uma coleção, contato com a materialidade de sua área, critérios de seleção do que merece ou não estar no acervo e ser exposto.

A face mais visível dos museus, grandes ou pequenos, é essa coleção, seu acervo exposto. Eles apresentam, via de regra, objetos bonitos, espetaculares, raros. É preciso ter em conta, todavia, que o museu não é exclusivamente o acervo exposto, é muito comum ele possuir um conjunto de materiais ainda maior fora de exposição, por diferentes motivos. O acervo exposto exige recursos de visibilidade, de circulação do público; não dá para colocar em exposição tudo que existe na instituição, sob pena de transformar o museu num *bric-a-brac* sem pé nem cabeça. Parte do material que está fora de exposição, a reserva técnica, encontra-se nessa situação por falta de espaço. Os bons museus renovam as mostras freqüentemente para dar uma chance às peças ausentes de circulação por esse motivo. Outra parte da coleção se encontra nesse estado porque não possui condições de ser apresentada: sofreu desgastes,

está sendo restaurada ou permanece na reserva técnica para ser melhor preservada, uma vez que a exposição pode suscitar maior fragilidade numa peça que já está num processo de degradação. Isso não é um material “morto”, pois já faz parte do acervo geral do museu, pode ser exposto novamente, às vezes está sendo trabalhado pelos pesquisadores da instituição, em termos de preservação ou restauro.

O museu é uma instituição de pesquisa, dotada de um acervo, que não está lá apenas para ser exposto, está também para ser pesquisado, preservado e restaurado. Os materiais de diferentes épocas sofreram diferentes ações de desgaste: atos naturais (oxidação, mofo), outros acidentais - incêndios, enchentes, etc. -, ações deliberadas (vandalismo), intervenções de preservação ou restauro equivocadas. Essas peças são trabalhadas pelos pesquisadores em busca de novos conhecimentos e também em termos de restauro e preservação - consertar estragos, dar um jeito para que esse material seja reaproveitado em exposições e pesquisas, na prática cotidiana do museu.

É necessário pensar também sobre papéis sociais mais habitualmente assumidos pelos museus, que não dizem respeito apenas a pequenas instituições.

Etimologicamente, como todos sabem, a palavra museu deriva de musa, como se ele fosse a casa das musas, um lugar dos saberes, dos conhecimentos elevados, um local onde diferentes materiais, considerados significativos para aquela sociedade, são preservados e expostos.

Vivemos em sociedades marcadas pela desigualdade entre os homens, pela hierarquia, pela exclusão, pela luta de classes. Isso significa que os museus, habitualmente, têm um olhar muito mais atento para o mundo dos grupos sociais privilegiados, bem representados em seus acervos, quando não aparecem como se fossem tudo o que interessa para aquela sociedade.

Isso não é feito, na maior parte do tempo, de maneira consciente e deliberada, pelos profissionais que ali atuam: os museólogos não pensam que estão trabalhando para celebrar os grupos sociais dominantes de diferentes épocas da História –

inclusive, de seu presente. Os museus costumam reunir profissionais sérios, dedicados, preocupados com seu campo de conhecimento e com aquele acervo enquanto coleção significativa para a área de saber ali abordada.

Os museus, para sobreviverem institucionalmente, precisam convencer órgãos governamentais e privados de sua importância social, e esse convencimento se faz, em alguns momentos, através de sutis jogos de celebração de quem domina, de quem manda na sociedade. Tanto um museu de grandes dimensões quanto um museu pequeno vive situações dessa natureza, nem sempre deliberadamente escolhidas pelos profissionais que ali atuam, mas inerentes a sua existência e a sua sobrevivência, mesclando objetivos de pesquisa a fins ideológicos, cívicos e comemorativos. Um equilíbrio nesse jogo será maior quando os profissionais não se sentirem sozinhos na condição de pessoas que pensam sobre os destinos da instituição, quando os visitantes forem assumidos (ou se assumirem) como pensadores da entidade, junto com aqueles outros, ultrapassando a exclusiva identidade de usuários.

Qual é o Brasil que sai de uma visita ao Museu Paulista? Qual é a Grã-Bretanha que se retém depois de uma visita ao Museu Britânico? Qual é a Espanha que resulta de uma visita ao Museu do Prado ou a Paris que resta de uma visita ao Museu do Louvre? Qual é o Egito derivado de uma temporada no Museu do Cairo? Quais são a Grécia e o Egito antigos que sobram de visitas aos grandes museus ocidentais?

Essas indagações têm que estar presentes para evitar que o museu se reduza apenas a espaço turístico ou de lazer, igual a qualquer outro lugar dessas naturezas, sem diferenças em relação a fazer uma visita ao *shopping*, ao supermercado, ao parque público... Uma visita ao museu, como profissional de História, é um ato reflexivo, precisamos pensar sobre o que é aquele espaço, o que é aquela instituição, o que são seu acervo e suas atividades. Os museus – particularmente, os

monumentais - têm um caráter espetacular que não pode ser apagado, mas é muito importante ultrapassar isso pensando sobre o que é aquele monumento.

Quando um visitante entra num grande museu de artes, como o Museu do Prado, em Madri, ele experimenta uma sensação de deslumbramento, até demora para se recuperar. A sala onde está exposta “A Maja desnuda”, de Goya, e a sala que abriga “As Meninas”, de Velásquez, suscitam uma reação de fascínio, lógica, normal e até necessária. Sentimentos semelhantes ocorrem nas salas de antiguidades egípcias do Museu do Louvre, em Paris, nas galerias de ânforas gregas do Museu Britânico, em Londres, nos espaços do Museu do Cairo e, mais modestamente, nos corredores da Pinacoteca do Estado, em São Paulo, ou nas salas do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Outros museus, não necessariamente dedicados às artes, provocam reações semelhantes, por diferentes motivos – que podem incluir medo e horror: os grandes fósseis no *Smithsonian Institute*, em Washington, os instrumentos de tortura, no Museu da Inquisição, de Lima.

O ruim é ficar só nessa experiência de encanto e deslumbramento, é preciso ir além.

Como é que os recursos da Informática entram nesse universo?

Eles podem reforçar o que os museus já são, mas os mesmos recursos também podem participar de atos de repensar os museus.

Tais instrumentos participam da divulgação do museu, possibilitando visitas virtuais, diferentes de uma leitura textual sobre o museu, uma vez que há mais espaço para colocar informações visuais e comparações instantâneas entre itens do acervo, para acompanhar espaços de exposição e depósito, etc.

Mas não podemos esquecer que o museu virtual não substitui o museu físico. Um exemplo simples é oferecido pelo grande Museu do Prado, um dos melhores do mundo no campo de artes visuais. Nas obras-primas citadas anteriormente (“A Maja desnuda”, de Goya, e “As Meninas”, de Velásquez), muito da beleza estará presente

numa fotografia digital, mas existem aspectos das pinturas originais que não podem sobreviver à reprodução.

Em primeiro lugar, e de importância fundamental para as artes visuais, a escala. “A Maja desnuda” um quadro de 97 x 190 cm. Quem entra na sala onde ela está exposta, vê aquela mulher belíssima, olhando desafiadoramente para quem a olha, nua e nas proporções aproximadas de um corpo feminino vivo. Essa escala é muito importante em termos de artes plásticas, o espectador compara seu próprio corpo ou outros corpos a seu redor com o da mulher pintada, pensa sobre a arte pensadora da beleza dos corpos humanos... Outras pinturas sobre corpos nus não são em tamanho natural (podem ser em escala maior ou menor), mas essa o é, o que significa um detalhe muito importante para entender o encanto do quadro!

A pintura “As meninas” tem 318 x 276 cm, apresentando uma sala palaciana espanhola em escala quase igual ao pé direito da sala onde está exposta. É infinitamente diferente de se ver uma reprodução na tela do computador, 20 cm por 30 cm, ou na página de um livro, ainda menor... Certamente, muito da beleza original ainda se preserva na reprodução – o esquema de desenho, a composição, parte das cores -, mas em termos de artes plásticas, a escala da obra é fundamental.

É diferente ver uma fotografia da Vênus de Milo, integrante do acervo do Museu do Louvre, e ver a própria escultura, enorme e bela, tridimensional. A monumentalidade dessa Vênus, certamente, faz parte de sua beleza.

No caso das artes plásticas, ver as obras originais permite avaliar mais detidamente dimensões de textura – a passagem da mão humana que trabalhou aquela pinceladas -, diferenças entre ângulos de aproximação e outros aspectos que as reproduções fotográficas não resolvem. O teor tenso e agressivo das colagens dadaístas de Kurt Schwitters (uso de detritos recolhidos do lixo) muda muito quando as vemos reproduzidas em papel *couché*, uniformizadas pelo brilho das boas tintas de impressão.

Em compensação, reproduções muito ampliadas de detalhes pintados ou esculpidos permitem acompanhar rachaduras, superposições de camadas, as próprias pinceladas – contra a ilusão mimética...

Esses exemplos de museus de artes procuram evidenciar como o museu virtual não substitui o museu físico, nem em termos da fruição pelo visitante, nem em termos da pesquisa. Essa afirmação se aplica também a outros tipos de museus e instituições (bibliotecas, arquivos, etc.) de interesse para o historiador. É excelente dispormos *on-line* dos catálogos dessas entidades, sabermos os livros que estão lá, os documentos que integram sua coleção, as peças que compõem seu acervo tridimensional, mas é impossível digitalizar tudo, e há tipos de documentos que não podem ser representados numa reprodução bidimensional – esculturas, móveis, roupas, etc.

Vale realçar que todo museu é museu de algo - História, Zoologia, Artes, etc. – e, simultaneamente, museu de si mesmo. O museu preserva seu papel o tempo todo, e isso não é um mal. Todavia, é importante também que se reflita sobre essa condição. Um grande risco no contato com museus, arquivos, bibliotecas, etc. é o pesquisador e outras pessoas virarem instrumentos dessas instituições e repetirem automaticamente o discurso que elas fazem sobre si mesmas.

Tomando-as também como auto-referidas, refletiremos sobre essa auto-sinalização e a Informática poderá surgir não como chave mágica para nada, mas como um recurso de acesso, sistematização, ampliação de contatos, interferência ativa e reflexão sobre os universos da História e da Preservação Patrimonial.

SUBJETIVIDADE E VIAGEM EM MARIA GRAHAM

Margareth de Almeida Gonçalves
UFRRJ

Esta apresentação procura examinar as memórias escritas por Maria Graham[1] — talvez a mais célebre das viajantes que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX — nos últimos anos de vida, como exemplo de um modelo de narrativa que projeta o sujeito como laboratório de experiências únicas e encontra na viagem a melhor metáfora de afirmação da identidade feminina. Através da organização e seleção das lembranças de infância e juventude Maria Graham indica a modelação de uma subjetividade em que as relações de gênero e poder impõem contornos indeléveis.

A primeira visita de Maria ao Rio de Janeiro foi em 1821 a bordo da fragata *Dóris* comandada por seu marido Thomas Graham, capitão da Marinha Real inglesa, que veio a falecer em abril de 1822 na travessia do Cabo de Horn, quando estavam a caminho do Chile. Após um ano, já na condição de viúva, retornou ao Rio de Janeiro e manteve estreito contato com a família real, em especial com a Imperatriz dona Leopoldina, no curto período em que viveu no palácio como tutora da princesa d. Maria da Glória, futura rainha de Portugal.

Maria Graham fez parte de uma geração que acompanhou a emergência de uma nova época na Inglaterra. As transformações que atingiram a sociedade inglesa, durante as últimas décadas do século XVIII e ao longo do seguinte, criaram as condições de crescimento econômico e de consolidação da cultura burguesa que culminaram na construção do Império. Nesse processo, novos atores sociais surgiram, as imponderáveis classes médias, que se tornaram o ícone das realizações de riqueza intelectual e cultural da

[1] A publicação de sua autobiografia ococrreu após sua morte e foi organizada por Rosamund Brunel Gotch, sobrinha neta do segundo marido de Maria Graham. Ver Rosamund Brunel Gotch, *Maria Lady Callcott. the creator of "LittleArthur"*. London, John Murray, 1937.

nova civilização. Visto da perspectiva do historiador *whig* Thomas Babington Macaulay a história da Inglaterra no oitocentos é assinalada pela pujança física, moral e intelectual.[2]

Foi no cenário de uma Inglaterra em ritmo de industrialização, com a crescente percepção do indivíduo como valor, na acepção de Louis Dumont, em que os atributos de escolaridade, erudição e cosmopolitismo tenderam à disseminação, que viveu Maria Graham. Viajante-escritora conhecida no Brasil através do *Diário de uma Viagem ao Brasil*, editado na Inglaterra em 1824, e pelo público inglês como Maria Callcott — sobrenome de seu segundo marido, o pintor de paisagens Augustus Wall Callcott (1779-1844) —, a autora do livro de história infantil *Little Arthur's History of England*, publicado em 1835. Maria nasceu em Papcastle, uma cidade portuária de Cockermouth, no norte da Inglaterra em Cumberland, em 19 de julho de 1785.

Nos últimos anos de vida, Maria, presa ao leito em conseqüência do agravamento dos sintomas da tuberculose, ditou em narrativa autobiográfica as lembranças da infância e juventude, até os 21 anos, à amiga Caroline Fox. "Reminiscências", expressão que utiliza para sua narrativa, foram redigidas no período de 1836 a 1842, interrompidas por sua morte. Um relato autobiográfico de uma mulher aos 50 anos que revê sua vida nos seus 20 anos iniciais. Na época, como Maria Callcott,residia na região de Kensington em Londres.

Maria apresenta o exemplo do paradigma romântico na formação do indivíduo, em que a busca por uma experiência do absoluto, encontra na viagem a oportunidade de transformação interior. Deste modo, autobiografia e viagem combinam-se nessa projeção do sujeito para a descoberta do mundo, capaz de produzir uma inflexão interna. Viagens: pelo mundo e pelas profundezas do eu se fundem na afirmação de uma individualidade singular. No relato romântico, a afirmação do *self* conduz a uma valorização da experiência individual na busca da infinitude e da transcendência. Portanto, na formação da individualidade, as

[2] "The history of our country during the last hundred and sixty years is eminently the history of physical, of moral, and of intellectual improvement" Citado em Asa Briggs. *The Age of Improvement*. London/New York/Toronto, Longmas, Green and CO, 1959, p.2.

experiências da infância revelam a psicologia do futuro adulto. O relato autobiográfico de Maria Graham destaca aspectos de sua educação na infância que considera centrais na modelagem de sua personalidade. A narrativa sobre essa fase da vida é detalhada e minuciosa.

Maria foi a mais velha de quatro filhos, dois casais, de um oficial do almirantado britânico, George Dundas, e de uma americana da Virginia, que perdera o pai no início da guerra de independência dos Estados Unidos e encontrara refúgio com parentes na Inglaterra, em Liverpool, e a quem se refere carinhosamente pelo nome de Miss Thomson[3]. Quando ainda criança, a pequena Maria Dundas sofreu sério acidente, em que queimou parte de seu coro cabeludo. Inadvertidamente, caíra de costas, com a cabeça no fogo. O hábito que veio a adquirir de cobrir a cabeça com um turbante ou chapéu esteve indubitavelmente ligado a esse acidente. Esta foi uma das características do seu estilo de vestir como revelam todos os seus retratos[4].

Maria Graham é sem sombra de dúvidas um bom exemplo da importância privilegiada da educação na concepção moderna de individualidade na ordem burguesia, que cada vez mais dedicava um lugar especial à criança, como extensamente analisado por Philippe Ariès. Já no setecentos, a figura da mulher como mãe e educadora dos filhos emergia no cenário inglês como um dos principais atributos da mulher. Com Maria não foi diferente. Destaca em suas reminiscências a marcante presença materna na fase inicial do seu processo educativo. Maria aprendeu a ler com a mãe através da Bíblia e de Shakespeare, indicando uma formação que se esmerava por combinar religiosidade e erudição.

---

[3] 'My mother was a Miss Thomson, known in Liverpool and its neighbourhood by the name of the 'Virginian Nightingale', because she was born in Virginia and was remarkable, not only for her beauty, but the sweetness of her voice. Her father was one of the first men who perished at the beginning of the American War, and her mother, with several female relations, took refuge in Liverpool." Ver Rosamund Brunel Gotch, *op.cit.,*, p. 7.

[4] "Perhaps this accident accounts for the fact that every portrait, at whatever period of her life, shows her wearing a turban or close cap. And a cryptic sentence in a letter to Jonh Murray (September 23, 1821) appears to bear out the theory. "...I have scarce time even to put on my cap, and that you know must be done ask Mrs Murray else." *Idem*, nota 1, p. 8. Os retratos de Maria Graham pintados por Sir Thomas Lawrence em 1819, e anos mais tarde por Sir Augustur Callcott, mostram um turbante modelando sua cabeça.

Na idade de sete anos, seu pai, que como homem do mar estava geralmente ausente de casa, retornou e a levou para estudar longe de onde residiam, mais ao sul da Inglaterra, em Draydton, Abingdon, perto de Oxford. Sua mãe que, segundo as lembranças de Maria, se encontrava num estado de saúde declinante, morreu pouco tempo após sua partida.

A saída de casa correspondeu, entretanto, a descoberta quase traumática do espaço cosmopolita da cidade grande. Maria lembra em suas memórias quando, no caminho para a nova escola, de sua primeira passagem por Londres, lugar em que familiares residiam, em que descobriu a frugalidade da moda e da vaidade feminina e que foram por ela, uma criança acostumada ao desleixo das roupas confortáveis de brincadeiras infantis, percebidas como ameaçadoras. Os novos modelos de vestido e chapéu pareceram à menina de 7 anos pouco cômodos, e com lástima reconhecia o enorme constrangimento que a moda impunha.

> "The new frocks that I had been told in Liverpool were quite the fashion, my new great coat, and above all my purple beaver hat with a steel buckle in front, were all pronounced unfit to wear, and I was hurried off to a warehouse, where, in the course of a single day, I was completely metamorphosed. Why should I mention sleeves that just turned the elbow with robins to them! or the elegance of a dimity cloak with muslin trimmings! and a straw bonnet with green ribbons! which, however charming in the eyes of others, did by no means to me make up for the warmth of my good great coat and beaver hat! This was my first, but by no means my last suffering in the cause of fashion, and created in me such a dislike of dress and finery as required years to overcome."[5]

O seu primeiro contato com a fatuidade da moda levou anos, comenta Maria, a ser superada e que descobrisse, enfim, um prazer com roupas e adereços vinculado ao universo feminino. Essa recordação, tantos anos mais tarde, indica o lugar secundário atribuído por Maria ao mundo da moda e manifesta sua resistência e divergência quanto aos espaços sociais reservados à mulher. O traço feminista de sua personalidade constituiu mais um dos elementos formadores de uma subjevitividade incomum, que acentua as

[5] *Idem*, p. 17.

características singulares da individualidade, longamente trabalhada pelas leituras incessantes.

Desde pequena, embora relate que fosse considerada levada — recebeu o apelido de *tiger* na escola, pelo seu temperamento briguento com outras crianças — foi, todavia, curiosa sobre o mundo fora da Inglaterra e lia intensamente. Através de sua educação em Drayton descobriu crescentemente o contentamento na descoberta da Antigüidade grega através da leitura da *Ilíada* e *Odisséia*, e posteriomente em Gibbon, em *Decline and Fall*, mergulhou no Império Romano. Acrescentava-se, ainda, o seu encanto pela poesia com Shakespeare e Milton, Corneille e Dante. A escrita de Maria elege as referências literárias e históricas que compõem a inscrição da sua formação educativa na tradição ocidental. Aos nove anos, Maria devorava livros, descobrindo através da leitura todo um elenco de sensações que preenchiam seus dias na escola em Abington. Combinava, então, a nostalgia da vida familiar com os desdobramentos de prazeres infinitos que encontrava na literatura. O universo da viagem impregna a sua lembrança da figura paterna, a ausência-presença que a joga no movimento do deslocamento pelo espaço e tempo. Esse pai que a dia o seu sempre distante retorno é lembrado no exemplo do eterno viajante da Antigüidade, primeiro através de Enéas, personagem virgiliano em *Eneida,* fundador de Roma, que Maria logo abandona frente à descoberta cheia de encantos e inspiração única dos tempos homéricos. *Ilíada* e Aquiles lembram o mar e seu irmão na cidade da infância Draydton, a praia o ponto de permanentes emoções de chegada e partida. E no ápice da narrativa, Ulisses confunde-se com a imagem do pai, esse homem do mar, que só voltaria a encontrar anos mais tarde— Maria permaneceu sem ver o pai por dez anos, entre os 8 e 18 anos.

> "How tame Virgil's story now began to appear to me compared with the stirring spirit o the 'Iliad'! And the scene was laid by the sea which I had so much longed once again to behold! I imagined the tent of Achilles to be pitched on just such a place amongst the sand hills that I played in with my brother. The long, long sound of the waves upon the beach, and the deep blue color of the water were again restored

> to me. I devoured rather than read thee 'Iliad, and then fell upon 'Odyssey'. I fancied that Ulysses must have been like my father.''[6]

Maria, em suas "reminiscências", mostra zelo cuidadoso em seus registros, que destacam uma formação clássica. Por exemplo, menciona os tradutores para o inglês das versões que teve em mãos: John Dryden (1631-1700), tradutor de Virgílio — "'Adventures of Æneas and Dido' in Dryden's Virgil" — e Alexander Pope (1688-1744), responsável pelas versões de Homero — "Pope's Homer's *Iliad*".

Os livros garantiam a Maria a ampliação do inexorável movimento de auto-educação. E recorda que se beneficiou enormemente da estratégia deliberada de sua escola em deixar os livros, como se fossem proibidos, ao acesso das alunas. A leitura transformava-se, assim, em prazer individual e solitário, fornecendo à criança o acesso à fruição da educação enquanto auto-descoberta. O processo de educação resulta, portanto, de uma opção, uma conquista do indivíduo, na sua obsessão por ser singular e único. Caso tivera uma menina para educar, Maria comenta, repetiria a mesma modalidade de educação que recebera:

> "I am sure that if I had a girl to educate I should turn her and her books loose together in the same way, for I am very grateful to those who, in my own instance, pursued this plan. It gave me a habit of using whatever opportunity of improvement fell in my way, and as the books were not my own, I was obliged to think patiently about what I read, lest it should escape me beyond recovery. "[7]

E o aprendizado sobre plantas, flores, o mundo da natureza, também complementava o processo de cultivo de Maria, preparando-a para os futuros encantamentos de suas viagens pelo mundo. Lembra em suas memórias o deleite que sentiu frente à beleza do lago Katrine na Escócia, *before Walter Scott's muse made it familiar at the teatables of England* [8]. Uma conjunção de emoções que voltou a experimentar anos mais tarde na visão extática do

---

[6] *Idem*, p. 39.
[7] *Idem*, p. 44.
[8] *Idem* p. 84.

entorno da baía na chegada ao Rio de Janeiro em 1821 — "a cena mais encantadora que a iumaginação pode conceber."[9] Ainda criança, demonstrou especial conhecimento de geografia, chegando a ensinar a disciplina aos dez anos na escola que freqüentava. A geografia alargava sua curiosidade e fascinação por regiões distantes e preanunciava o futuro deleite das viagens que fez, primeiro com seu pai e depois com seu primeiro marido. Durante os últimos anos de vida, enquanto ditava suas memórias, Maria refletia, com indignação, sobre as diferenças entre a educação de meninas e meninos. Quando jovem desejou dividir o universo privilegiado dos rapazes, que tinham acesso a uma educação que considerava superior. Maria, em momentos distintos de sua narrativa, comenta com revolta o destino inescapável da domesticidade para a mulher, o que a confinava a uma instrução inferior.

> "Loving literature as I did, I considered that the great difference between men and women was that of education, that men were secured, as it were, in classical instruction, which I envied excessively; and it never entered into my mind that such as had the same pursuits, and lived among the same things, were not free to converse like brother and sister on the objects of common interest."[10]

E Maria deixa evidente sua inveja do mundo masculino, revela o seu desagrado com a diferença entre os sexos e a pretensa superioridade masculina, condições das quais procurou escapar ao longo de sua vida. Essa veia feminista tendeu a ser aplacada, entretanto, quando os seus olhos se voltavam para a alteridade. Em seu diário de viagem sobre o Brasil, ao comentar as vidas de mulheres em regiões como o Brasil, uma cumplicidade era forjada com seus conterrâneos e que resultava no esboço de uma imagem negativa da mulher dos trópicos, com traços que realçavam um ser mergulhado no "atraso"

---

9 Maria Graham. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estadia nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1990, p.195.

10 Rosamund Brunel Gotch, *op.cit.*, p. 83.

e na “selvajaria”. A cumplicidade feminina era então abandonada em prol de uma visão superior, européia, em que homens e mulheres civilizados formavam uma irmandade[11].

O interesse e o prazer pela literatura proporcionam uma perspectiva de independência e a chance de experimentar a liberdade fora do mundo fechado do lar burguês. A irritação e o desconforto tendem, entretanto, mais uma vez a crescer ao enfrentar o preconceito frente à possibilidade de pura troca intelectual entre mulher e homem, relação que logo transforma a sedução física na única moeda de convívio entre os sexos. Maria tece uma crítica à sociedade inglesa de sua época, que segrega homens e mulheres. O seu desejo de fruição intelectual a distancia do universo da fofoca e tagarelice, associado a uma representação corrente de mulher.

> "I was truly surprized and unaffectedly indignant when certain gossips, male and female, discovered in me a spirit of flirtation when I was only seeking for knowledge."[12]

Uma posição feminista é construída no relato pessoal na busca de definir e defender um ideal de indivíduo universal e abstrato que ultrapasse as diferenças de sexo.

Maria oferece um exemplo da configuração de subjetividade que se tornou dominante na modernidade, uma epifania do eu na procura insaciável de si mesmo. A recuperação dos fios de uma infância distante, por uma Maria Dundas, Graham e Calcott doente e presa ao leito, nos últimos anos que antecederam sua morte, mostra a compulsão de organizar o enorme quebra cabeças da vida em que atribui sentido e destaque à singularidade e autonomia femininas.

---

[11] Veja, a seguir, o comentário sobre mulheres brasileiras retirado do *Diário de uma Viagem ao Brasil*, *op.cit.*,, p. 168: "Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se quase indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais *repugnante* quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, neste clima quente, é *desagradável* ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pela, o cabelo preto mal penteado e desgrenhado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho"

[12] Rosamund Brunel Gotch, *op.cit.*, p.84

"A Guerra Colonial Portuguesa através da literatura"

MARIA ANTONIA DIAS MARTINS

Um dos períodos mais dramáticos na recente história portuguesa sem dúvida é a prolongada guerra colonial que se estendeu de 1961 a 1974, em três frentes de batalha: Angola, Guiné Bissau e Moçambique.

Calcula-se que o número aproximado de militares que participaram nos três principais focos da guerra colonial tenha sido de 1.368.900. O número de vítimas fatais durante a guerra na África por volta de 8.831. As estimativas sobre o número de feridos apontam para cerca de 30 mil.

Para muitos portugueses, principalmente para os soldados que combateram, a Guerra Colonial foi a *zona de contato* com o colonizado africano. Aqui entendemos *zona de contato* como um espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção e desigualdade radical.[i]

Até aquele momento o colonizado era visto apenas através da representação que sobre ele havia sido construída por séculos de dominação e principalmente pelo Estado Novo Português.

No Salazarismo as colônias eram retratadas como a riqueza de Portugal e do português, que via na tradição colonial a imagem da pobreza que fecundou e enriqueceu o mundo. À imagem do colono pobre se sobrepõe outra, profundamente religiosa que é o dever como missionário. O sentimento imperialista se caracteriza pelo orgulho da raça, o amor à glória, o desejo do domínio mas e sobretudo pela fascinação do sacrifício. Sacrifício pela pátria e pelos seus mais altos ideais de fé e civilização[ii].

A teoria luso-tropicalista desenvolvida por Gilberto Freyre também foi utilizada pelo salazarismo como suporte para justificar a permanência do colonialismo

português. O luso-tropicalismo foi usado (de forma explícita ou implícita) como suporte "científico" da argumentação da diplomacia portuguesa. As teses de Gilberto Freyre – o tradicional não racismo dos portugueses, a sua capacidade de adaptação aos trópicos, a unidade de sentimento e de cultura que caracterizaria o mundo que o português criou – serviam aos interesses políticos-ideológicos da política externa portuguesa.

A literatura também teve influência sobre o lugar que o Ultramar representava para os portugueses. Exemplo disso é Marcelo Caetano em seu livro *Depoimento* em que afirmou que pertenceu a uma geração para a qual o Ultramar surgiu como a grande missão de Portugal no Mundo. Segundo Marcelo Caetano a África era o caminho apontado na Ilustre Casa de Ramires aos portugueses que quisessem fugir à mediocridade das lutas partidárias em que se esgotava o regime liberal.

Podemos perceber que a questão das províncias ultramarinas portuguesas foi explorada tanto pelos doutrinadores do regime estadonovista, quanto por pensadores sociais (Gilberto Freyre) e até mesmo a literatura foi utilizada como apoio na legitimação para a manutenção das colônias e de uma representação sobre o que significava o território africano para o português.

Assim a identidade portuguesa havia sido construída tendo como bases as funções de "agente civilizador" e "missionário" da fé cristã. Eduardo Lourenço, ao analisar a identidade portuguesa afirmou que "Cada povo só o é por se conceber e viver justamente como destino". Quer dizer, simbolicamente, como se existisse desde sempre e tivesse consigo uma promessa de duração eterna. É essa convicção que confere a cada povo, a cada cultura, pois um e outro são indissociáveis, o que chamamos "identidade". Como para os indivíduos, a identidade só se define na relação com o outro' [iii] O que vemos é que a identidade portuguesa esteve muito ligada a existência do seu império.

Desta forma à medida que o lusitano se diferenciava do africano estabelecia sua própria identidade. O mesmo foi feito em relação ao europeu. Portugal tinha uma

relação diferente com suas colônias em comparação aos outros povos colonialistas. A existência de um império assegurava à Portugal uma posição que o tornava menos frágil em relação a seus vizinhos europeus. Salazar afirmava que " Portugal era pequeno na Europa mas grande no mundo". Embora os outro povos ocidentais fossem igualmente cristãos Portugal distinguia-se por ser " fronteira da cristandade" .

A guerra colonial foi motivo de fortes literaturas em Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Porém não podemos tomá-las como um conjunto. A literatura de guerra portuguesa é chamada de "literatura de guerra colonial" e a literatura de guerra africana é identificada como de "movimentos de libertação nacional". Na primeira temos uma nação em crise diante do fim do império que era sua identidade; na segunda, a afirmação violenta do desejo e da necessidade de invenção de novas nações, só possível a partir da destruição do império.

Dentre os autores que tematizaram a Guerra Colonial no tocante à questão da experiência de combate, houve alguns que combateram na tropa de elite como: Vale Ferraz/Matos Gomes, ferido em combate; Alpoim Calvão e Modesto Navarro, fuzileiros; Carmo Vicente, pára-quedista. Existiram os que combateram, mas não pertenciam à tropa de elite, que era o caso de: Álvaro Guerra, ferido em combate; Manuel Alegre, combatente e desertor. Existiu um último grupo que participou da guerra em um dos três pontos do conflito mas não combateram: Assis Pacheco, Antônio Lobo Antunes e João de Melo (os dois últimos nos Serviços de Saúde, alferes médico e furriel enfermeiro, respectivamente, o que os exclui da qualidade de combatentes).[iv]

Álvaro Guerra se destaca dentre os autores da Guerra Colonial por ter publicado seus livros quando o Estado Novo português ainda encontrava-se em vigor. O livro *O Capitão Nemo e eu,* publicado em 1973 de autoria de Álvaro Guerra tem como tema central um ex-soldado português na guerra colonial da Guiné. Ferido e sofrendo de amnésia ele vai relembrando fatos de sua experiência em solo africano como se fossem cenas de um filme. Ou trechos de um sonho. A última imagem que o

protagonista tem é uma falésia, o vento soprando muito forte e o mar batendo no rochedo. No decorrer da narrativa vão surgindo fatos e nomes, como lampejos de memória. Algumas lembranças o incomodam como o da morte do filho que ele teve com uma nativa chamada Safi.

A narrativa não é linear, os fatos aparecem e reaparecem sem uma ordem aparente. Álvaro Guerra faz parte de um círculo de autores que marcam sua obra por um experimentalismo formal e de linguagem. Como ele não pode narrar sua experiência na Guiné de forma direta ele usa outros caminhos para isso. É uma tentativa de preencher a ausência da ficção óbvia impossível antes do 25 de abril numa perspectiva de restituição do vivido e denúncia dele.

" Que perdi a memória – dizem. E logo dão um nome a esta imunidade que pretendem retirar-me. (...) Só agora, na metade do tempo em que a droga do sono se esgota e sei que é meu o que me circula nas veias, só agora me visito (...) É uma visita tosca e breve, que se cansa de mim ou me recusa ..." [v]. Desta forma Álvaro Guerra abre o livro. O personagem central está em uma cama de hospital, vítima de combate, perdeu a memória, esquecendo-se não só do exterior, mas também dele mesmo. Mais do que negar sua intenção é recusar aquilo que ele é – ou foi – e defendeu.

O autor busca dar voz a esse novo homem que está surgindo no cenário português e ainda não está identificado, mas com certeza é o homem que já não aceita essa herança secular que agora tem que pagar com seu sangue em uma guerra cruel e sem sentido. Não podemos simplesmente identificar a voz do romance com o eu biográfico do autor. O "homem novo" que perambula pelo labirinto de suas páginas, pressionado por memórias cruéis da guerra, fala por um "eu-coletivo", arrastado por um mesmo e duplo drama: o da perda das certezas e o da deterioração acelerada do mundo português, prisioneiro da guerra.

O personagem central do livro não entende bem as razões da guerra:

"Perguntando nós que guerra era aquela, sempre ouvimos como resposta grandes palavras ocas. E, muitos anos depois de termos escapado do pântano, (...) muitos anos depois, dizia, a guerra ainda lá estava feroz e persistente, perante o nosso absurdo esquecimento. De longe em longe, um documento consegue furar a fronteira e a rotina. Revoltamo-nos mansamente, inutilmente. Tornamos ao esquecimento" [vi]

A importância desta literatura está no fato de dar visibilidade a este guerra, além de se tornar imprescindível ao historiador que queira perscrutar a guerra colonial portuguesa, já que as barreiras da censura visual e da auto censura impuseram limites consideráveis ao registro deste momento e do horror ali presente. Parte desse horror vivido pode ser acompanhado pela forma como o autor descreve a guerra: " Meter o cano da pistola e disparar. Golpear a nuca das vítimas e depois estripa-las. Lançar crianças de peito ao ar e espeta-las ao cair na ponta das baionetas. Fazer com que as mães nuas e apavoradas fujam, deixando os filhos. Pessoas feridas de morte e atiradas ao fogo. Agarrar uma mulher que está dando à luz, arrancar tudo o que pertence ao parto e obrigar o marido a come-lo...Que ódio? Que vingança? Que amor cristão?... Ao regressar a casa: brandos costumes. Depois de defendermos o Ocidente, afirmam-nos que podemos dormir descansados (...) " [vii]

Pelo que podemos observar há uma discrepância entre a situação vivida na África em nome do Ocidente e a paz doméstica. Na guerra o soldado é obrigado a enfrentar o lado mais violento dessa sociedade, talvez sua face mais verdadeira, que é a do assassinato, da sujeira, da crueldade, da miséria. Quando volta para seu lar não consegue encontrar seu lugar, pois já não partilha nem dos " brandos costumes" nem do ódio , nem da vingança e nem do amor cristão. Ele fica preso num '"entre-lugares" que é nenhum lugar: "Nem então encontrei meu lugar. Também não era no mundo de Safi. Não há paraísos perdidos.(...)Tive todas as oportunidades para me regenerar, aproveitei-as todas.Viajei pela civilização, tive família, automóvel, casa, cão. E

reconheci, finalmente, que também não era nesse mundo o meu lugar. Diga-me (...) haverá um lugar para mim?”[viii]

Através deste livro o autor provoca o leitor ao lembrar-lhe que esta civilização tão humana, que leva o amor cristão como verdade e guia de vida, esquece que tem colônias e que nelas são praticados massacres em seu nome. E é ao soldado que cabe a tarefa de lembrar ao colono que este está preso ao império por submissão incondicional.

No caso do soldado português, além de defender a pátria, ele também está defendendo o cristianismo, uma vez que Portugal herdou a tarefa de “evangelizar os povos pagãos”. Em determinada passagem o soldado lembra a pregação de um capelão que dava as boas vindas à África para os soldados que ali iriam combater: “ Irmãos, longe dos vossos lares, das vossas famílias, das vossas noivas, de todos os entes queridos, tendes por consolo e por razão o amor da pátria e a fé em Cristo, que aqui vos trouxeram para defender a terra dos vossos antepassados que vieram oferecer ao gentio selvagem, com suor e sangue, a verdade, a justiça e a Fé em Deus nosso Senhor. Ele está convosco. Vós sois os soldados de Cristo que combatem os infiéis, os ímpios. Vencereís, tal como São Jorge venceu o Dragão. Que Deus seja convosco, meus bem amados irmãos.”

Este vínculo entre a igreja e Portugal é profundo e suas raízes estão muito assentadas na história portuguesa. A cultura portuguesa tem como referente mítico o catolicismo. Esse catolicismo está assimilado à história ideal de cruzados de Cristo durante séculos. No salazarismo a doutrina social da Igreja foi usada como referência, e os valores católicos, integrados a um país “organicamente” católico e proselitista que durante séculos não separou a sua atividade colonizadora da atividade missionária.

A guerra colonial serviu para que vários setores da sociedade portuguesa tomassem consciência da questão colonial. Principalmente os setores militares, que participaram diretamente da guerra. Isto acabou conduzindo ao movimento militar de

25 de Abril, que derrubou a Ditadura do Estado Novo e teve como conseqüência o fim do regime colonial.

Foi na África que o regime político português enfrentou sua maior resistência. Era lá que estavam as comunidades que suportavam todo o peso da desigualdade econômica, cultural e social advindas de um Estado que pretendia fazer do seu passado o futuro.

O português não tinha condições de entender as circunstâncias em que se davam a revolta e a violência do colonizado, pois para este lusitano, o africano era visto através de seu olhar “europeu”. Da mesma forma o soldado primeiro enxerga o colono através das “lentes” que a sua civilização lhe emprestou para depois vê-lo com os olhos de um indivíduo. Por isso as lutas do colonizado não eram compreendidas pela sociedade portuguesa.

Através da violência o colono africano encontrou sua forma de luta. O exemplo prático da Revolução da Argélia havia mostrado para o colonizado que ele poderia derrotar um colonizador muito mais poderoso. Frantz Fanon afirmava que a violência do colonizado unifica o povo. Para ele, no nível dos indivíduos, a violência desintoxica, livrando o colonizado de seu complexo de inferioridade, de suas atitudes contemplativas ou desesperadas.

É sob o peso da guerra e sufocado por uma ditadura que o português perceberá a África.

"(...) a morte espalhou o seu cheiro de pólvora e medo, e mostrava-me em mãos enxangues um sangue antigo e fatigado; tossia ainda na metralha, despedindo-se ameaçadora e segura, calcando-nos contra a terra invadida pelos nossos crimes e pela nossa ingenuidade, nós, pequenos e vorazes como percevejos perseguidos com paciência sonolenta. Em casa nos esperavam, mulheres e adiadas" .

Para o português que vivia na colônia, apesar da guerra colonial, abandonar a África e assumir-se como europeu era um desafio muito grande. No livro aqui

analisado o protagonista afirma: "Continuo muito mais aquilo que fui do que aquilo que serei ....Estou cheio de cicatrizes - oito séculos de cicatrizes."

Se desligar da África era difícil e penoso, pois era abandonar também uma identidade e partir em busca do que ou de quem eram verdadeiramente os portugueses. Tal qual o capitão do submarino Nautilus, das Vinte Mil Léguas Submarinas de Júlio Verne, que desceu à fundura do oceano, o narrador do livro de Álvaro Guerra pesquisa metaforicamente as profundezas do seu íntimo, para se descobrir, recusando o que até então era, tendo somente a certeza de que trazia " oito séculos de cicatrizes".

A representação dessa guerra colonial construída por Álvaro Guerra é a expressão de um tempo de dor, de sofrimento, de solidão que as estatísticas jamais contemplarão. Ao romper a invisibilidade desta guerra esta narrativa sugere vestígios desse tempo histórico que só o processo de leitura permite descobrir.

É portanto através dos efeitos da leitura que a ficção realiza sua função de revelação e transformação da vida, ou seja, é por conta da mediação que a leitura opera entre o mundo fictício do texto e o mundo efetivo do leitor que a literatura retorna à vida, isto é, do campo prático e prático da existência.

---

[i] Pratt, Mary Louise, "Os olhos do Império – relatos de uma viagem e transculturação", Bauru, SP, 1999.
[ii] Thomaz, Omar Ribeiro, " Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português" Tese de Doutorado, Antropologia, FFLCH, SP, !997
[iii] Lourenço, Eduardo, " Mitologia da Saudade", São Paulo, Cia das Letras, 1999.
iv Teixeira, Rui de Azevedo, " A Guerra e a Literatura", Veja Editora, Lisboa, 2001.
[v] Guerra, Álvaro, " O Capitão Nemo e Eu", Lisboa, Editorial Estampa, 1973, pg 11.
[vi] Idem, pg. 115
[vii] Ibidem, pg 115
[viii] Ibidem, pg 87

Ensino de história: a Subjetividade do professor em questão

Maria Antônia Marçal[i]

Luis Fernando Cerri (orientador)

O presente texto visa apresentar algumas reflexões referentes à formação do professor e à sua subjetividade, pertinentes à pesquisa homônima em desenvolvimento no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Num primeiro momento será contextualizado o momento em que estudos focalizando o professor passam a constituir o cerne das pesquisas em educação. Em seguida serão abordados estudos voltados para a formação do professor e sua subjetividade. Para finalizar pretende-se estabelecer uma relação entre os estudos mencionados e a subjetividade do professor de história a partir da pesquisa em desenvolvimento, que procura estudar as potencialidades dos grupos autônomos de professores como saída para os impasses na formação profissional / construção da subjetividade (incluindo aí o protagonismo educativo e a criatividade em relação aos saberes escolares e científicos).

O professor como sujeito

Segundo Maria Conceição Passeggi, a partir dos anos 70 têm-se a consolidação de um novo paradigma nas ciências sociais e humanas com a "reintrodução" do sujeito como ator social, autônomo nas investigações científicas. O sujeito, afirma-se, não é integralmente submetido ao inconsciente psicológico, nem prisioneiro das estruturas sociais, ele é possuidor de reflexividade e margens de ação. Este novo paradigma se consolidou nos anos 80 preocupando-se com as representações do sujeito e a maneira como esse constrói sua realidade [ii]. Neste período, iniciam-se estudos na área de educação focalizando o professor enquanto sujeito. Belmira Oliveira Bueno, enfatiza a mudança epistemológica nos estudos sobre o professor, a autora assinala que a obra de Ada Abraham, “O professor é uma pessoa”, publicada em 1984, representa um marco na literatura pedagógica, que neste

momento foi invadida com obras e estudos sobre a história de vida de professores, seus anseios, os percursos profissionais, biografias e autobiografias [iii].

Processos de formação docente

No texto "Processos de Formação de um Professor" Guacira de Azambuja e Valeska Fortes de Oliveira se propõem a conhecer o imaginário social de um professor, tendo em vista possibilitar o conhecimento e a compreensão de constituição dos saberes docentes do processo formativo, assim como conhecer e possibilitar a organização dos processos de formação da subjetividade do professor através da história de vida. Neste trabalho a opção pela história de vida revela uma opção teórica metodológica, que tem por finalidade propiciar a fala do professor pesquisado, em relação às imagens que marcaram os processos de escolha e formação profissional, possibilitando ao pesquisador relacioná-los com a atuação do pesquisado como professor. Além disso, essa escolha pleiteia validade para um tipo de estudo completamente avesso aos padrões quantitativos de produção de enunciados válidos em Educação.

As categorias de investigação utilizadas pelas autoras configuravam-se no âmbito do imaginário social e nos processos de formação e como categorias específicas, os saberes docentes, a subjetividade e o gênero. Desta forma, possibilitou-se o estudo dos processos de subjetivação do pesquisado, o professor. Neste sentido, a subjetividade se expressa através de saberes específicos e próprios que são transmitidos diariamente por meio de expressões corporais, afetivas, discursivas ou mesmo através de formas ocultas "forças vivas do mundo, novas ou acumuladas que perpassam a formação do sujeito". Estas possuem a capacidade de inferir na constituição do ser professor e na sua prática pedagógica. [iv]

Azambuja e Oliveira parecem entender a subjetividade dos processos relatados neste projeto de pesquisa nesta perspectiva. Ou seja, um sujeito concreto, que pensa, sonha e come, cujas representações sociais e sua subjetividade, que constituem a produção de sua vida e os processos de formação do professor.

Os processos formativos de um indivíduo abrangem duas instâncias: o formal e o não-formal, entende-se por formal a veiculação de saberes via organismos institucionalizados como escolas e universidades. Os espaços não-formais de aprendizagem acontecem em diferentes espaços e momentos, na relação entre sujeitos, através dos diversos meios de comunicação, nos espaços de r*eza* e *de festa.* Sua legitimação se encontra além das fronteiras institucionais, trata-se de um saber em movimento, dinâmico e subjetivo.

Apontar estes elementos é necessário para compreender o processo de autoformação de um grupo de professores do estado de São Paulo, suas atividades de reflexões e práticas no ensino de história foram reunidas num artigo intitulado Reflexões sobre a Prática Diária no Ensino de História. Este foi produzido por um grupo de sete professoras da rede pública de ensino, que possuía características *sui generis*, que de certa forma assegurava sua coesão tratava-se professores que lecionavam há mais de 15 anos e com um histórico de militância política em sindicatos.

Este grupo de professores de História, de Ensino Fundamental e Médio sentiu a necessidade de discutir a prática diária e as questões teóricas do ensino de história. O delineamento do caminho se deu a partir do esclarecimento de três pontos que seriam as âncoras do trabalho a ser realizado na sala de aula: a questão do processo ensino-aprendizagem; a experiência do aluno e sua expressão; e a concepção de história.

Tendo em vista a forma como é estruturada a escola e concebido o conhecimento, nosso alunado, em geral, apresenta dificuldade em expressar suas percepções, exteriorizar as articulações entre o que lê e o mundo em que vive. Num ensino massificante, as práticas pedagógicas não só discriminam, mas também emudecem os alunos. Privados de uma relação significativa com a linguagem, acabam não conseguindo expressar sua realidade.[v]

Este artigo foi publicado em fins de 1989, um momento marcante de nossa história, que assinalou os anos iniciais da restauração da democracia no Brasil, após 21 anos de ditadura militar. De certa forma, ele traduz os anseios de um grupo politicamente engajado, que vivenciaram os momentos de arrefecimento do regime militar.

Destarte, a sala de aula, foi entendida pelas autoras como um espaço onde os princípios elencados acima seriam trabalhados, os quais se realizaram concomitante ás reflexões realizadas no interior dos grupos através de socialização de experiências e uma reflexão sistemática sobre a prática de ensino de história. O texto é finalizado com relatos de experiências dos professores e a avaliação deste processo de *formação*.

A pesquisa de Cleide de Figueiredo Leitão discute os processos de auto formação de educadores desenvolvidos a partir de sua experiência com os Coletivos de Auto formação de educadores dinamizados pelo SAPE[vi], entre os anos de 1991 a 1998 com dois grupos de educadores: um no Estado de Pernambuco outro no Estado do Rio de Janeiro.

A autora parte da análise da palavra *formação* que significa, dar forma, moldar, como se os professores fossem uma massa amorfa que somente saíssem deste estado a partir da informação de conteúdos e teorias que orientem suas práticas cotidianas. Os professores e seus saberes são colocados em segundo plano a destituição do saber docente produzido no cotidiano escolar é, neste sentido, descaracterizado. Conforme é ressaltado por Nóvoa, os saberes dos docentes estão em contínua tensão com os saberes científicos em educação, diante da problemática dos sujeitos com quem se relacionam no processo de produção desses saberes.[vii] Tanto Cleide Leitão como Antonio Nóvoa estabelecem uma reflexão sobre o sentido implícito da palavra *formação* e mesmo como a instituição de um grupo especializado descaracteriza o sujeito e seu fazer pedagógico. A percepção do professor como sujeito implica em reconhecê-lo como produtor de conhecimento em vez de sobrepor saberes, propor uma relação dialógica, permitindo o alargamento das possibilidades de conhecimento a partir de outros entendimentos e apropriações.

A metodologia utilizada por Cleide Leitão foi a realização de seminários definidos pela autora como espaços coletivos de saberes, de trocas de experiências e reflexões sobre a prática educativa. O grupo do Rio de Janeiro possuía uma peculiaridade, reunindo e educadores leigos ligados a alfabetização de jovens e adultos de diferentes instituições ligados à Igreja Católica e Protestante, escolas particulares, associações de moradores,

entre outros. O elemento que caracterizava todas estas pessoas era o intuito de participar. No interior deste grupo mesmo entre professores com o curso normal ou superior estava presente a sensação de despreparo para a prática de alfabetização de jovens e adultos. Tanto no grupo do Rio de Janeiro quanto em Pernambuco formação destes educadores era concomitante à sua prática educativa.

Cleide Leitão entende os espaços de formação em sua multiplicidade como o são as redes de saberes; estes compõem uma tessitura indissociável que se expressa no que somos e no que fazemos perpassando tanto nossas identidades como as práticas com as quais estamos envolvidos. Neste momento a autora toca no elemento articulador deste artigo, nas reflexões e/ou produções acadêmicas acerca desta temática: a subjetividade do professor.

As pesquisas de Júlio Groppa Aquino e Mônica Cristina Mussi no artigo "As vicissitudes da formação docente em serviço: a proposta reflexiva em debate", propõem apresentar algumas conclusões de investigação sobre as representações que os professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (SMESP) produziam ao se inserirem em práticas de formação em serviço, a fim de conferir visibilidade aos efeitos que a prática formativa reflexiva vem produzindo na profissionalidade docente. Este estudo se realizou junto a oito professores integrantes de "grupos de formação" na gestão de Luiza Erundina (1988-1992), que foram entrevistados, com questões direcionadas a este grupo foram: formação inicial, opção pelo grupo de formação, implicações dos grupos de estudos em sala de aula e relação entre seus protagonistas.

Os apontamentos realizados acima nos permitem visualizar algumas abordagens sobre a formação e autoformação do professor. Estes, se realizam de formas distintas mediatizadas por um uma Secretaria de Educação ou a partir da realização de projetos de pesquisa no âmbito das instituições de ensino superior que veicularam políticas de formação de docentes. Ou mesmo a partir de organismos autonômos como o SAPE ou a partir da mobilização de professores que se organizaram de forma independente para uma reflexão sobre a prática cotidiana do ensino.

Este trabalhos, assinalam para uma possibilidade de compreensão destes processos de formação do professor e sua subjetividade.

O ensino de história: a subjetividade do professor de história em questão

A subjetividade é uma temática pouco estudada no campo da psicologia social, outros campos como a Antropologia e a Sociologia se debruçaram ao estudo do sujeito. A subjetividade no campo da Psicologia, segundo Gonzalez Rey está em processo de delimitação epistemológica do conhecimento. Para este autor a subjetividade não são unidades fixas ou estáticas e sim processos complexos, em que suas formas atuais de organização, caracterizam a expressão do homem como sujeito concreto.[viii]

Nesta perspectiva teórica é compreendida os processos de subjetivação na formação docente. As reflexões sobre o ensino de história e a subjetividade do professor se desenvolveu a partir de uma proposta inter-institucional do Núcleo Regional de Educação e a Universidade Estadual de Ponta Grossa. O projeto de formação continuada foi estendida a todos os professores de história da rede estadual de educação pertencente a região de Ponta Grossa. Este caracterizava-se pôr uma carga horária total de quarenta horas com vinte horas presenciais e vinte horas destinada ás leituras propostas para realização dos encontros.

As reuniões dos grupos de estudos realizadas em julho de 2004, em dois pólos regionais de atuação : um em Ponta Grossa, reunindo professores de Porto Amazonas, Piraí do Sul. Carambeí e Ponta Grossa e outro na cidade de Imbituva, atendendo os professores locais e da cidade de Ivaí Estas caracterizavam pôr encontros mensais contando com a participação de acadêmicos do curso de Licenciatura em História.

Nestes encontros, realizava-se uma discussão coletiva, a partir da leitura de textos focalizando o ensino de história, bem como, temáticas sobre gênero, raça e etnia, um dos elementos discutidos nos encontros era a dicotomia entre a teoria e a prática. Nestes espaços de construção de conhecimento foram elaborados projetos, artigos, textos pelos professores, enquanto que os acadêmicos faziam o registro dos encontros. Nos memoriais produzidos a cada encontro, revelava-se o universo escolar, com todas as suas

contradições, a concepção de história do professor, sua prática pedagógica e sua subjetividade.

Tendo estas experiências por estímulo e fonte de novas indagações, o objetivo da presente pesquisa é analisar a subjetividade do professor e o ensino de história, uma vez que, não são compreendidas de forma isolada, mas como elementos constituintes do ser professor.

No final do ano letivo de 2004, foi realizada uma avaliação dos momentos de estudo e reflexão sobre a prática do ensino de história, e encontra-se registrado nas impressões de uma das integrantes do grupo: "A realização dos grupos de estudos me foi de grande valia, visto que desde que saí da faculdade apenas vinha assistindo filmes e pequenas palestras de assuntos referentes à minha disciplina, uma vez que não disponho de tempo nem de oportunidades para estudos" [ix]. No relato de avaliação da professora integrante do grupo de estudos de história ficam evidentes que as novas possibilidades de análise e reflexão construídas no coletivo significaram para o seu fazer pedagógico.

O aproveitamento do espaço escolar, hora-atividade para a realização dos encontros integram a dinâmica de realização destes grupos de estudos e do grupo de professores estudados pelos pesquisadores Julio Groppa Aquino e Mônica C. Mussi. Esta modalidade de formação inaugura, do ponto de vista teórico, uma nova racionalidade da profissionalidade, trata-se de um dispositivo tático, "regulador", que fez circular de forma precisa e localizada modos de pensar o professor. Entretanto, os autores fazem a opção por analisar a formação do professor em serviço do ponto de vista do sujeito: o professor.

Julio G. Aquino e Mônica C. Mussi elencaram elementos significativos em sua pesquisa. Primeiro o modelo teórico do professor reflexivo de certa forma permitiu uma dimensão relacional no seu fazer pedagógico, promovendo uma discussão entre pares. O segundo elemento diz respeito à constante revisitação de seu cotidiano, do caráter mutável de sua ação docente. Esta condição de aprendiz permanente de seu ofício, convoca o professor a criar um novo tipo de relação consigo mesmo e nova regulação ética de sua atividade profissional.

As abordagens acerca da formação do professor e sua subjetividade se integram num campo de pesquisa que focalizam sua subjetividade, suas histórias individuais, na constituição de sua identidade. O professor é compreendido na sua totalidade e a sala de aula e porque não dizer o ensino de história é o espaço de circulação destes saberes, assim, lançar um olhar para o professor imerso nessa teia de significados e representações possibilita compreender sua relação com o conhecimento e o ensino de história.

---

[i] Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Coordenadora de História do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa.

[ii] PASSEGGI, Maria da Conceição. **A dimensão histórica do sujeito na formação docente**. Disponível em http:\\ www.ccsa.ufrn.br/ docente/conceicao/artpub3.pdf. Acessado em 30/03/05.

[iii] BUENO, Belmira Oliveira. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores**: a **questão da subjetividade**. Revista de Educação e Pesquisa. São Paulo. V. 28, n.1,jan/jun 2002 p. 13.

[iv] AZAMBUJA, Guacira & OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Processos de formação de um professor**. Disponível em: http:\\ www.anped.org.br/23/textos/0811t.pdf. Acessado em 30/03/05.

[v] GLADIARDI, Célia Morato & et all. **Reflexões Sobre a Prática Diária do Professor**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n.16, set.89/fev.90, p. 146.

[vi] [vi] A sigla **SAPE** significa Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação). Uma organização não governamental sediada no Rio de Janeiro, atua há 15 anos no campo da educação de jovens e adultos com ações voltadas para a formação de educadores e a produção de materiais didáticos.

[vii] NOVOA, Antonio**. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas.** Revista de Educação e Pesquisa. Jan./Jun. 1999, n.1. p. 13.

[viii] FURTADO, Odair & REY, Gonzalez Fernando L. **Pôr uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

[ix] Relatório do grupo de estudos "Alternativas metodológicas para o ensino de história" realizado no município de Imbituva (pertencente à região do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa) no período de julho a dezembro de 2004.

TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE PORTUGUESES: IDENTIDADE, TENSÕES, TRABALHO E COTIDIANO. SÃO PAULO 1890-1930

Profª Dra.Maria Aparecida Macedo Pascal[1]

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Introdução e Memórias

Falar da imigração portuguesa constitui "o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e "uma atitude coletiva".[2] Essa frase sintetiza a importância das histórias de vida para entender o conjunto das experiências humanas no processo histórico, ou a articulação existente entre os indivíduos e as transformações sociais.Pode-se dizer que, se as pressões agem sobre os indivíduos, estes elaboram essas pressões de acordo com sua experiência pessoal, transmitida por gerações através das tradições.[3] Nessa parte da pesquisa, procurou-se dar voz às imigrantes portuguesas que chegaram ao Brasil entre os anos 20 e os anos 50.As imagens, as questões, os valores e a reconstrução de suas trajetórias estão carregadas de significados, já que a memória seleciona o que lhe parece relevante. Na construção das fontes orais, sugeriu-se na entrevista enfatizar pontos tais como as atividades da família antes de vir para o Brasil, a infância, a mocidade e as lembranças da terra, a viagem, as redes sociais, a chegada, os primeiros tempos, os contatos com a comunidade portuguesa, o cotidiano, a família, o casamento, os filhos, as tradições preservadas, a volta à Portugal e a avaliação da trajetória de toda uma vida passada no Brasil. Através desses relatos, pode-se repensar a história da imigração privilegiando a experiência e o olhar feminino sobre esse processo. Abrem-se, assim, novas páginas de uma história não desvendada da imigração.A história dos grupos de imigrantes foi "principalmente documentada de fora, como um problema social". Uma abordagem de dentro do processo, através dos relatos de vida com certeza vai se tornar mais interessante [4]. Embora as pressões econômicas e sociais influenciem as decisões para emigrar, o testemunho resgata as redes sociais, as negociações familiares e todo o imaginário social que envolveu esses imigrantes. Contar uma estória é tomar as armas contra a ameaça do tempo, é resistir ao tempo ou controlar o tempo. O contar uma estória preserva o narrador do esquecimento; a estória constrói a identidade do narrador e o legado que ela ou ele deixam para o futuro.[5]

Portanto, a história de vida é algo vivo, pulsante, na qual os narradores examinam seu próprio passado enquanto a narrativa flui. As entrevistadas desse estudo passam a falar de suas vidas e suas memórias.

Maria Armandina Ferreira Marques, 88 anos, viúva, nasceu em Lisboa e chegou ao Brasil em 1948, com 33 anos. Carminda Domingues Macedo, 88 anos, casada, nasceu no Estoril, em Lisboa. Chegou ao Brasil em 1924, com sete anos.Delmina da Conceição Lourenço Gonçalves, 71 anos, casada, nasceu em Bragança, Trás os Montes. Chegou ao Brasil em 1959, com 44 anos. Maria Joaquina Pedrão, 88 anos, solteira, nasceu em Talhas, Macedo de Cavaleiros, Trás os Montes. Chegou ao Brasil em 1928, com sete anos. Maria Marques Lopes Varanda (Maria Silvina), 78 anos, viúva, nasceu em Gramantinha, Coimbra. Chegou ao Brasil em 1929, com quatro anos.

Lembranças da Terra: infância e mocidade

Nos depoimentos, percebeu-se que essas famílias eram ligadas à agricultura; mesmo as que viviam na zona urbana tinham raízes no campo. A presença marcante do trabalho feminino rural, em Portugal, já mencionada pelos viajantes e historiadores[6], torna-se bastante significativa nas falas das depoentes, como recorda Dona Delmina: “Em Portugal a família assim como eu eram lavradores (...)[7]..Com a emigração masculina, a maior parcela do trabalho era realizada pelas mulheres que assumiam todas as funções: criação dos filhos, subsistência, manutenção da propriedade, pagamento de hipotecas. Dessa forma, coordenavam toda a vida familiar, como demonstrado no depoimento de Dona Carminda:

> A minha avó tinha casa, tinha terras, tinha oliveiras, muitas figueiras enfim, uma porção de árvores frutíferas, mas não tinha dinheiro, não havia dinheiro, era difícil dinheiro e ela tinha cinco filhas e elas não queriam mais viver nesta vida de enxada, de trabalhar na terra.[8]

A emigração familiar trouxe para o Brasil grande parte dessas famílias que, em função de razões culturais e econômicas, pensavam haver grandes possibilidades e oportunidades de melhoria de vida em novas terras, contribuindo, para tanto, o farto imaginário social sobre a emigração. A infância, diferentemente do contexto contemporâneo, não era uma fase dedicada ao estudo, à socialização da criança, às brincadeiras e ao lúdico, mas voltado para o trabalho. Quando viviam na zona rural - Trás Os Montes, Beira Alta, Beira Litoral, Minho -, esse traço era ainda mais evidente. O

trabalho era visto não só como um auxílio à subsistência, mas também como um elemento formador do caráter, que preparava as crianças em profissões artesanais ou no campo na prática da lavoura. Portanto, o trabalho na infância era importante para que no futuro essas crianças tivessem um meio de vida. As funções eram quase familiares nessas pequenas comunidades. Particularmente no caso das meninas, o estudo não era prioridade, pois elas deveriam ocupar e desenvolver seus papéis sociais na vida doméstica ou nas atividades rurais familiares, voltadas para o mundo privado.

Nas falas das depoentes esse aspecto evidencia-se. Dona Delmina afirma:

> A relação com os pais era severa, mas só com o trabalho. Fui à escola, mas os meus tios, infelizmente, como eu trabalhava em casa, era muito trabalhadora, não me deixaram fazer nem os cursos que a gente queria. Só fiz até a terceira classe (...). Era eu que trabalhava com os pais[9].

As lembranças familiares são reavivadas à luz dos julgamentos que fazem hoje sobre o passado. A memória do indivíduo no grupo conta menos que a pessoal, que pode ser mais rica e profunda.[10] Em nenhum outro lugar da vida social a convenção importa menos. Julgamos um parente pelo que ele é na vida diária, e não por seu status, dinheiro, prestígio. A face que ele mostra a outros grupos não é a mesma que se expõe ao julgamento concreto dos seus.[11] As depoentes expressam esses significados falando de um tempo de dificuldades econômicas, obrigações, controle, mas carregado de afeto, laços sociais, folguedos e histórias familiares que tornam a infância um período de trabalho árduo, mas também uma fase lúdica. Nesse sentido, dona Delmina afirmou: “Mas fazíamos uma casa muito boa e comida não faltava (...)”.Já dona Carminda afirmou: “Minha vida em Lisboa foi muito feliz (...). As lembranças que eu tenho de lá são ótimas (...). A gente se reunia na frente da casa da minha avó com as amiguinhas, dançava, fazia roda (...)”.

Estas lembranças mostram a dimensão que algumas figuras familiares tinham e ainda têm nas histórias de vida. Ficam fixadas na memória pelo gesto de amizade e pela melhor face que demonstraram no período em que viveram juntos.[12]

O lazer estava vinculado à família, aos grupos primários e às festas religiosas ou folclóricas, sempre sob o controle familiar. Em Portugal, o trabalho feminino, tanto no campo como na cidade, constituía-se no esteio da produção.

Porque Emigrar, a Viagem, a Chamada e o Acolhimento

Os baixos salários e as dificuldades do desenvolvimento industrial português, sobretudo após a primeira Guerra Mundial, levaram segmentos urbanos a ver na emigração, mas uma vez, a alternativa para uma melhor condição de vida. As redes sociais e o imaginário social sobre a imigração atuaram de forma expressiva para esse desfecho. As formas de acolhimento funcionavam como suporte para conseguir habitação e trabalho no destino escolhido. Em todas as falas das depoentes, os pais vieram antes, incentivados por parentes e amigos da terra. Como Corolário, imigrantes transformaram-se em transmigrantes quando construíram em campos sociais a sociedade de origem e a de recepção, numa construção social única.[13]

Dona Maria Joaquina relembrou: “Tínhamos amigos, gente da terra que morava lá. O meu pai veio com meu irmão e a minha mãe ficou com os menores lá em casa”.

Nas memórias aparece também um dos estímulos para a emigração masculina, que era a fuga do serviço militar. Muitos rapazes entre 14 e 15 anos eram chamados pela família e amigos, sendo que alguns emigraram clandestinamente para fugir das obrigações militares.

Dona Maria Marques recordou:

> E os meus tios vieram depois, fugidos dos soldados. Ah! Mas isso era comum naquela época, porque lá eles tinham que fazer o quartel, então eles vieram para fugir do serviço militar.[14]

A carta de chamada está presente nas memórias de todas as depoentes. Como a emigração espontânea não contava com apoio e subsídios do governo, necessitava da estrutura das redes sociais. Em todos os casos, os homens vinham na frente e posteriormente, quando já podiam garantir moradia e trabalho, traziam a família.

Dona Carminda acrescenta:

> Meu pai veio na frente e minha avó trouxe o meu irmão e eu fiquei com minha mãe lá na aldeia, à espera da carta de chamada do meu pai (...).

A emigração espontânea tinha também um outro aspecto: o ir e vir, que aparecem em alguns relatos. Na família de Dona Carminda, a avó viúva veio ao Brasil cinco vezes, trazendo para o país toda a família. No caso da família de Dona Maria Joaquina, o pai e a mãe já tinham vivido um ano e meio no Brasil e retornaram à Portugal. Voltaram quatorze anos depois para se radicarem definitivamente no país.Nos relatos, a viagem aparece como uma travessia, na maioria das vezes, precária. Os navios, em geral, eram velhos e os imigrantes viajavam na terceira classe, sofrendo com doenças e com a ausência de conforto. As falas de Dona Maria Joaquina e Dona Delmina relataram esses fatos:

> Esse navio era um cangalho! Minha mãe passou mal, ficou doente no navio[15]...

Dona Maria Marques lembrou: "(...) era um navio muito bom, uma Companhia Alemã". Apesar das melhores condições, as crianças corriam perigos. Dona Carminda recordou: "(...) eles faziam umas brincadeiras e eu era levada, fui atravessar na frente deles e me espetaram a vista. A minha mãe desmaiou". Dona Maria Joaquina lembrou: "Segurava assim, ficava no convés do navio e olhava os tubarões em alto mar. Parece que eu estava hipnotizada... Mas eu podia ter caído, acho que Deus guardava a gente".

As viagens, mesmo realizadas por navios novos de Companhias com maior rapidez, continuavam cheias de imprevistos para os que atravessavam o Atlântico em busca de vida melhor. A chegada ao Brasil, segundo a fala das depoentes, foi calorosa pela presença dos parentes e do marido.

"O País das Possibilidades"

O Brasil era idealizado como uma terra de oportunidades, com grandes possibilidades de enriquecimento e liberdade. No contato cotidiano, contudo, as condições mostravam-se diferentes. A chegada significava também a "busca de uma identidade a ser construída, no processo de elaboração de uma nova situação de vida"[16]

O começo de vida desses imigrantes envolveu grandes sacrifícios, embora muitas vezes as redes sociais atuassem como amparo nos primeiros tempos. O trabalho de padeiro, entregador de pão, alfaiate, costureira, empregada doméstica estão em todas as falas das depoentes. A decepção com o contexto encontrado se tornou evidente.

Dona Delmina afirmou: "A gente pensava que era um mar de rosas, que era um céu (...). Foi bem difícil, e fiquei decepcionada um pouco...". Dona Maria Joaquina, por sua vez, se lembrou da mãe: "Aqui ela só chorava e ficava muito triste, estava muito triste de ter deixado a casa dela, muito deprimida. Ela queria dar as coisas pra gente, às vezes não podia, levávamos uma vida apertada".Longe dos sonhos, as condições de sobrevivência para esses imigrantes não correspondiam ao imaginário. A vida em São Paulo nos bairros pobres, tais como Barra Funda, Bom Retiro, Mooca e Bexiga, onde a massa de imigrantes se concentrava, em virtude das dificuldades de higiene, insalubridades, enchentes, ausência de transportes e outros serviços públicos, tornava extremamente difícil o cotidiano das famílias imigrantes. Para muitos, ficavam bem evidentes a perda de status e as duras condições de vida, longe do "Eldorado sonhado". As depoentes que chegaram ao Brasil crianças - Dona Maria Joaquina, Dona Carminda e Dona Maria Marques - freqüentaram a escola primária por pouco tempo, e ingressaram muito cedo no mundo do trabalho.

Dona Maria Joaquina recordou:

> Fui trabalhar de babá, de empregada (...). Eu precisava pôr um banquinho para ajudar a lavar a louça[17].

Dona Maria Marquês ajudava seu pai na padaria. Dona Carminda foi operária, bordadeira e depois que seu pai se estabeleceu com um armazém na Barra Funda, o ajudava no balcão. Dona Maria Joaquina trabalhou como doméstica, aprendeu costura e viveu grande parte de sua vida trabalhando para as famílias da elite paulista na época, fato que lhe possibilitou o conhecimento de vários países da Europa, da América Latina e de diversas cidades do Brasil. A preferência pelas criadas portuguesas nas famílias da elite paulista era justificada por apresentarem qualidades tais como serem de confiança, trabalhadeiras e caprichosas, além de terem melhores padrões de higiene. O mesmo ocorreu com uma tia de Dona Carminda, Maria Augusta, que era governanta de uma família de posses, com a qual viajou para os Estados Unidos. Pode-se perceber o alto

padrão econômico desfrutado pela elite paulista na época, que se fazia acompanhar de empregados nas viagens internacionais. Evidencia-se também o grau de confiança que esses empregados conquistaram em seu trabalho.

Apesar das oportunidades de viagens e aprendizados, as relações entre patrões e criados eram vistas por uma ótica paternalista, que incluía um elevado nível de exploração. As famílias imigrantes empregavam suas filhas em casas de família como estratégias de sobrevivência. Dessa forma, além do salário, elas teriam casa, comida e gozariam da confiança e do apoio dos patrões.Nas memórias dessas imigrantes, percebe-se que o casamento e o lazer estavam em grande parte restritos aos contatos com a colônia portuguesa. O lazer era raro e o controle familiar era muito acirrado. O rádio, os filmes durante o catecismo na igreja e as festas nos clubes de bairro ou na colônia, sob o olhar vigilante da família, foram lembranças guardadas do tempo da mocidade. Os contatos com a colônia portuguesa eram feitos nas festas religiosas, no Clube da Portuguesa, no Centro Transmontano ou no caso de necessitarem de assistência médica, quando por vezes buscavam a Beneficência Portuguesa e outras organizações de socorros mútuos para serem atendidos. Essas grandes mutuais eram dirigidas pela elite imigrante. Nos depoimentos, contatou-se que os casamentos, em sua maioria, eram realizados com compatriotas e parentes; com exceção de Dona Carminda, que se casou com um brasileiro. Dona Maria Marques recordou como conheceu seu marido:

> Ele era português (...). Eu conheci meu marido porque os pais eram conhecidos em Portugal (...). Você sabe que naquele tempo os pais não gostavam muito de mudança de nacionalidade e meu pai achou que era bom (...).

A rigidez e o controle sobre os filhos vinham da própria experiência dos pais enquanto filhos. Presos à moral de pequenas comunidades no interior de Portugal, exercitavam as mesmas práticas que sofreram na juventude. Dona Delmina comentou: “O meu marido é um caso interessante. Nós éramos vizinhos e somos primos de segundo grau, eu conhecia ele desde criancinha (...)”. Havia, portanto, uma sociabilidade restrita. A Casa de Portugal e o Clube Português eram locais reservados para a elite imigrante e pouco freqüentados por pessoas comuns. A sociabilidade passava por relações de classe e poder.

As Tradições e o Retorno

A preservação das tradições, da culinária e das reuniões em família é fato presente em todas as histórias de vida. As rabanadas do Natal, os pratos variados com Bacalhau, os doces portugueses, as músicas, os programas da colônia pelo rádio, a leitura dos jornais portugueses ou da colônia aparecem em todos os relatos. Esse passado preservado e reinventado funcionava como paliativo para o desenraizamento causado pela emigração.[18] Como a "Madaleine Proustiana", evocava-se pelos aromas e pelos sons a visão da terra natal. As memórias eram realimentadas pela prática das tradições, culinária, família, música e religiosidade. Os contatos com os parentes em Portugal por cartas, telefone e cartões foram constantes. Todas retornaram à Portugal. Dona Maria Marques recorda: "Quando fomos com meu pai, alugamos uma casa por um ano e meio".

Dona Maria Joaquina lembra:

> (...) Fui em 1964, em Portugal, fiquei quatro meses, ia em todo lugar com meus tios, para as hortas, eram maravilhosas. Tinham aquelas figueiras enormes, com aqueles figos pretos e brancos. Eu me lembro de tudo isso (...).

O regresso era feito numa situação favorável, com conforto, buscando recuperar as lembranças familiares e a paisagem deixada na infância e mocidade. Essas imagens da terra natal foram convertidas em canções, narrativas e poesias que expressavam os sentimentos desses imigrantes. Daí, o retorno significar muito na construção cultural da saudade[19]. No retorno à Portugal, os parentes são presenteados com muitas lembranças trazidas do Brasil.

> Faz parte da cultura imigrante despender tempo e dinheiro coletando presentes a serem enviados anualmente para parentes em Portugal[20].

Na fala de Dona Delmina este fato aparece:

> (...) Eu levo uma lembrancinha pra todos. Meus irmãos ganham tudo.

Os imigrantes reafirmam a mobilidade alcançada no Brasil e o reconhecimento e apreço em suas pequenas comunidades pela prática do envio de presentes, símbolos do status adquirido, mas também da afetividade e da saudade familiar.

Em todas as histórias de vida, percebe-se uma avaliação positiva da vinda para o Brasil. O sonho de emigrar, apesar de todos os sacrifícios e dissabores dos primeiros tempos, teria sido válido. Uma condição de vida melhor na velhice, filhos e netos educados, negócios familiares e um regresso senão vitorioso, pelo menos numa situação bem diferente do passado, reforça o mito do Brasil como uma terra de possibilidades.

A presença de Portugal no cotidiano dessas imigrantes reafirma-se pelas redes sociais de parentesco e pela saudade, vivendo entre duas pátrias, um lá e cá, realimentando o mito e avaliando a experiência coletiva através do foco individual.

> As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um dos seus membros e constituem uma memória uma e diferenciada. Trocando opiniões dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual[21].

Essas narrativas nos conduziram a páginas de uma história viva, comovedora, buscando o olhar feminino sobre as trajetórias e sobre o processo da imigração portuguesa na cidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

BIANCO, Bela Feldman. *Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço - construções da classe.* Etnicidade e Nacionalidade entre Imigrantes Portugueses – Descobrimentos Envolvimentos - Revista Crítica de Ciências Sociais. nº 38, Coimbra, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

MATOS, Maria Izilda. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho.* Bauru, SP: Edusc, 2002.

NOGUEIRA, Ana Maria Moura. Narrativa Épica e Constituição de Identidades Culturais. In *História e Qualidade*. São Paulo: EDUC, 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política Portuguesa de Emigração*. 1850-1930. Lisboa, 1981.

PORTELLI, Alessandro. O Momento da Minha Vida: Funções do Tempo na História Oral. In *Muitas Memórias Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

THOMPSON, Alistair. Histórias Comovedoras. História Oral e Estudos de Imigração. In *Revista Brasileira de História: Viagens e Viajantes.* São Paulo: Humanitas, 2002.

VICENTE, Ana. *As Mulheres Portuguesas Vistas por Viajantes Estrangeiros*. Lisboa: Gótica, 2000.

Notas

[1] Doutora em História pela USP. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie
[2] Pereira, Miriam Halpern. A política Portuguesa de Emigração 1850-1930. Lisboa, Regra do Fogo, 1981-p.9
[3] Nogueira, Ana Maria Moura. Narrativa Épica e Constituição de Identidades Sociais. In História e Qualidade. São Paulo- EDUC nº 22, junho 2001 p.173-174
[4] Thompson, Alistair. Histórias Co-movedoras . História Oral e Estudos de Migração. In Revista Brasileira de História: Viagens e Viajantes. São Paulo, Humanitas, Fapesp, vol. 22 nº44, 2002, p.343
[5] Portelli, Alessandro. O momento de minha vida: funções do tempo na História Oral. In Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'água, 2004 p.296
[6] Vicente, Ana. As Mulheres Portuguesas Vistas por Viajantes Estrangeiros. Lisboa- Gótica, 2000, p. 204
[7] Entrevista Dona Delmina
[8] Entrevista Dona Carminda
[9] Entrevista Dona Delmina
[10] Vicente, Ana. As Mulheres Portuguesas Vistas por Viajantes Estrangeiros. Lisboa, Gótica, 2000 p. 426
[11] Halbwachs, Maurice. La Memoire Coletive. In Bosi, Ecléa. Memoria e Sociedade. São Paulo- Companhia das Letras, 1994. p.426
[12] Bosi, Ecléa. Memória e Sociedade. São Paulo- Companhia das Letras, 1994, p. 431
[13] Bianco, Bela Feldman. Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço- construções da classe. Etnicidade e Nacionalidade entre Imigrantes Portugueses-Descobrimentos e Envolvimentos- Revista Crítica de Ciências Sociais nº 38, Coimbra, 1993, p. 195
[14] Entrevista Dona Maria Marques
[15] Entrevista de Dona Maria Joaquina
[16] Nogueira, Ana Maria Moura. Narrativa Épica e Constituição de Identidades Culturais. In História e Qualidade. São Paulo EDUC, 2001 p. 187-188
[17] Entrevista Dona Maria Joaquina
[18] Bianco, Bela Feldman. Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço- construções da classe. Etnicidade e Nacionalidade entre Imigrantes Portugueses- Descobrimentos e Envolvimentos- Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 38, Coimbra, 1993, p.220
[19] Ibidem p. 220
[20] Ibidem, p.207
[21] Bosi, Ecléa. Memória e Sociedade. São Paulo-Companhia das Letras, 1994, p. 423

ARENA CONTA ZUMBI: A CANÇÃO ENGAJADA NO TEATRO

MARIA APARECIDA PEPPE

A instalação do regime militar a partir de abril de 1964, que derrubou o governo reformista de João Goulart, inaugurando um longo período de repressão, trouxe novos questionamentos para as esquerdas e para os nacionalistas que, até então, identificavam-se com a idéia do "avanço" histórico do país em direção à revolução burguesa capitalista e às reformas de base que consolidariam uma nova etapa histórica nacional. A rápida queda do governo Goulart, sem grandes resistências, gerou uma necessidade premente para os artistas e intelectuais: repensar o seu papel frente à questão da consciência política na luta pela transformação social.

Apesar de dissolver as organizações populares, perseguir parlamentares, líderes políticos e sindicalistas, o novo governo permitiu uma relativa liberdade de criação e expressão entre os artistas e intelectuais, ainda que sob a vigilância autoritária, entre 1964 e 1968.

Artistas e intelectuais, isolados politicamente das classes populares, tiveram suas vozes ouvidas apenas entre a classe média consumidora de cultura, o que, por um lado, deixou de oferecer perigo maior e, por outro, acabou por criar uma certa autonomia que permitiu um grande debate intelectual na busca de novas perspectivas culturais e políticas para entender a recente conjuntura nacional, inserindo nesse contexto, o problema da criação artística engajada. A nova conjuntura transformava a consciência social em prioridade na luta contra o regime, tornando a cultura um dos únicos espaços de atuação da esquerda, agora como instrumento de resistência.

Para a canção brasileira engajada, o isolamento com as camadas populares impunha um desafio: encontrar uma nova forma de chegar ao "povo", o receptor das

mensagens conscientizadoras, iniciando assim, um debate sobre os procedimentos de criação e recepção dessa arte. Dessa forma, os shows do circuito universitário, patrocinados por entidades estudantis, e sindicatos, aliados ao debate sobre a inserção na indústria cultural, tornaram-se a via de interação entre o artista e seu novo público, aprofundando a síntese entre a bossa-nova "nacionalista" e a tradição do samba, já iniciada antes de 1964.

O surgimento da canção engajada encontra suas raízes nos discursos do CPC durante os anos de 1960, que apresentava a idéia de uma cultura nacionalista de esquerda, defendida pelo PCB. Estudantes e artistas objetivavam a criação de uma cultura política e de uma política cultural para as esquerdas, num viés nacional-popular. Sob a orientação do Manifesto do CPC (1961-1962) a principal diretriz do CPC era o desenvolvimento de uma consciência popular, base da libertação nacional. O artista deveria atingir o povo (as classes trabalhadoras e os estudantes), convertendo-se primeiro aos novos valores, ainda que isso implicasse num sacrifício da estética e de sua expressão pessoal.

A interpretação daquele momento histórico brasileiro, sob a ótica do PCB, traduzido pela aliança entre o capital norte-americano e o latifúndio contra a burguesia progressista, associada aos trabalhadores, buscando novas formas de desenvolvimento, foi assimilada pelos músicos ligados à canção de protesto, que passaram a substituir temas como "amor", "flor", "mar", por temas de combate social, cantando a "revolução" que viria inevitavelmente. Assim, com suas mensagens "revolucionárias" reforçavam a idéia da participação dos artistas que, interferindo na realidade social do país através de sua arte, colaboravam para a superação das desigualdades e injustiças sociais.

Seguindo a vertente de uma cultura nacional e popular, as canções de protesto tinham como ponto central a idéia de brasilidade, representada no uso de instrumentos e ritmos considerados brasileiros, bem como no sentido político de suas letras. O povo

brasileiro deveria ser exaltado a partir de figuras emblemáticas que representavam o povo oprimido, tanto nas áreas rurais (o sertanejo, o retirante), quanto nas áreas urbanas (o favelado, o operário).

O nacionalismo que influenciava a política também se fazia sentir na cultura e essa deveria assumir a tarefa histórica de conduzir as massas populares no processo revolucionário, conforme pode-se observar nas práticas musicais de artistas como Edu Lobo e Carlos Lyra - este último, abandonando os temas amorosos da bossa nova, partindo para temas sociais.

A produção cultural que se desenvolve neste período é marcada por um acentuado intercâmbio entre as artes. Cinema, teatro, música popular, artes plásticas, literatura, apresentavam uma estreita ligação de cunho estético e ideológico. Esse inter-relacionamento resultou num diálogo constante entre os diversos artistas, envolvidos em projetos teatrais, cinematográficos, musicais, gestando trabalhos significativos como *Opinião*, *Arena Conta Zumbi*, filmes do Cinema Novo, dentre outros, que, através das diferentes linguagens, expressavam uma intensa ligação entre cultura e poder, num discurso político traduzido na prática efetiva do artista enquanto agente social.

O clima político da época favoreceu o desenvolvimento de espetáculos teatrais que objetivavam a popularização de uma cultura engajada e nacionalista como resposta ao Golpe Militar.

Nos espetáculos musicais, como aqueles produzidos pelo Teatro de Arena de São Paulo, nos anos de 1960, a música unificava o debate estético e o ideológico, reforçando o nacional-popular como caminho para a resistência. Em *Arena Conta Zumbi*, a música de Edu Lobo foi de suma importância para enriquecer o texto de Boal e Guarnieri. *Zumbi* utiliza-se de vários gêneros musicais para representar brancos (hinos patrióticos ou iê-iê-iê) e negros (sambas e batuques).

A música enquanto discurso sonoro é produto de um contexto histórico, pois, o compositor capta através de sua arte as tensões vivenciadas pela sociedade tornando-a um veículo para exposição de idéias. Neste contexto, o Teatro de Arena, através de seus idealizadores, estreitou a relação entre cultura e poder, sendo a música concebida como um elemento para uso político. Essa arte atuaria no sentido de contribuir para tornar as condições favoráveis à tomada do poder, por meio da conscientização popular.

Para o Teatro de Arena, a música constitui um meio para a formação de uma consciência coletiva, na medida em que age como facilitadora da comunicação, onde música e letra expressam o mesmo sentimento; de outro modo, o discurso verbal ao ser reafirmado por ela, favorece a reflexão sobre determinada conjuntura histórica. Nesse sentido, em *Zumbi* a música de Edu Lobo foi composta dentro de uma tessitura (conjunto de notas que podem ser emitidas por uma voz ou um instrumento) que favorece o canto coletivo, conseqüentemente a assimilação da letra. O trecho abaixo da música "*Zambi no Açoite*, de Edu Lobo exemplifica o trabalho do compositor:

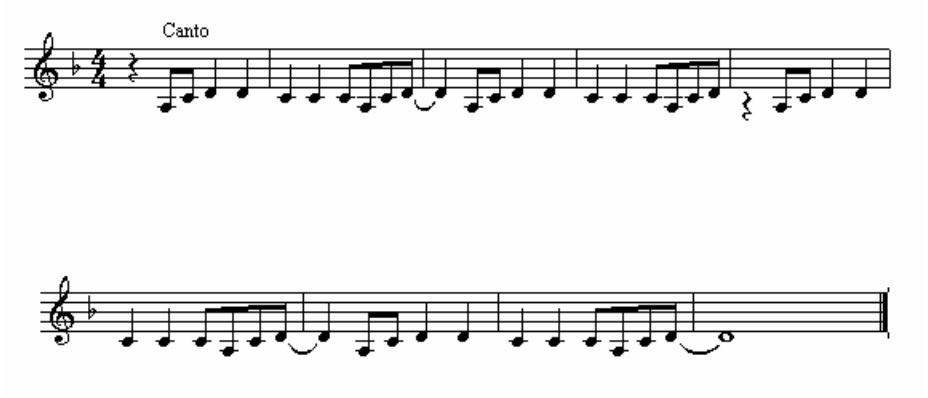

A letra da canção enfatiza a idéia da liderança em torno do rei Zambi, num constante chamamento por seu nome. Zambi e Ganga Zumba alternam-se na canção, numa perspectiva de sucessão das lideranças, pois, Ganga Zumba assume a condição de

herdeiro de Zambi, mas apresentam-se também fundidos numa só entidade que congrega seu povo para a resistência, desde a formação do Quilombo, até sua destruição total, lutando e morrendo pela liberdade.

É Zambi no açoite, ei, ei é Zambi
É Zambi, tui, tui, tui, tui é Zambi
É Zambi na noite, ei, ei, é Zambi
É Zambi, tui, tui, tui, tui, é Zambi

Vem filho meu, meu capitão
Ganga Zumba, liberdade, liberdade,
Ganga Zumba, vem meu irmão.

É Zambi morrendo, ei, ei, é Zambi
É Zambi, tui, tui, tui, tui, é Zambi
Ganga Zumba, ei, ei, ei, vem aí
Ganga Zumba, tui, tui, tui, é Zambi

A música como linguagem e modo de comunicação é a arte mais adequada para veicular uma mensagem política ao público. A melodia do "*Upa, Neguinho*" nos revela novamente a preocupação de Edu Lobo em tornar a melodia de fácil memorização:

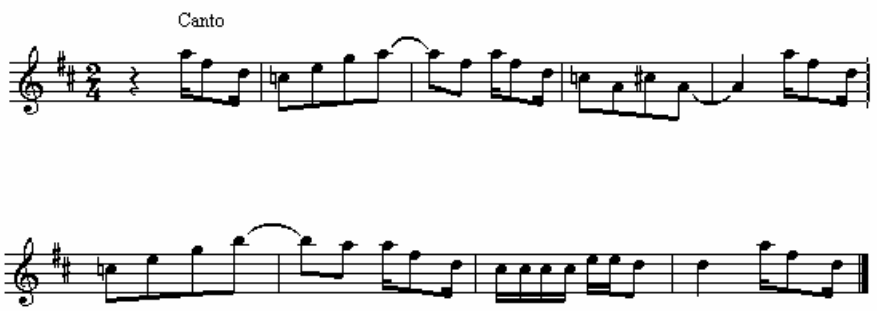

Nesse registro de análise, a música "*Upa, Neguinho*" mostra uma tessitura em que a linha melódica funde-se com o texto poético, atingindo mais facilmente o público receptor. O conjunto da obra nos mostra uma arte graciosa, porém, é uma forma utilizada

para criticar a política do momento. A música prepara assim, o público para receber a mensagem política dos textos.

Na letra da canção, a maioria dos versos termina em “á” (cantá, apanhá), pretendendo uma linguagem que se assemelha a uma espécie de dialeto africano, distanciando-se da linguagem culta. A interjeição “upa”, repetida várias vezes, transmite um ar de brincadeira e graça, simulando a imagem de uma criança que ensaia seus primeiros passos, tropeçando, caindo e levantando:

Upa, neguinho na estrada
Upa, pra lá e pra cá
Virge, que coisa mais linda
Upa, neguinho começando a andá
E já começa a apanhá

Cresce, neguinho e me abraça
Cresce e me ensina a cantá
Eu vim de tanta desgraça
Mas muito te posso ensiná

Capoeira, posso ensiná
Ziquizira, posso tirá
Valentia, posso emprestá
Mas liberdade, só posso espera

O nascimento de Ganga Zumba, futuro rei Zumbi, é celebrado pelos escravos que vêem nele a esperança da transformação de sua condição. Os negros adultos se dispõem a ensinar ao negrinho todas as artes de sobrevivência que conhecem, a capoeira, como forma de luta e brincadeira, as artes curandeiras e a valentia, sob a forma de dignidade. Porém, a letra aponta para a condição inferior a qual o sistema submete o escravo, sendo por este assimilada, levando-o a admitir para o negrinho que a coisa mais preciosa, a liberdade, ele, também escravo, não pode conceder-lhe, tornando-a objeto de uma longa espera.

Pautado na historiografia, o discurso verificado nas canções apresenta também a mitificação do herói Zumbi que corporifica os ideais populares unificando o povo em torno de um objetivo comum: a luta pelo reconhecimento da liberdade, que deve continuar sempre sendo conquistada:

> Zambi meu pai, Zambi meu rei,
> Última prece que rezou
> Foi da beleza de viver,
> Olorum didê.
> Longe, num tão longe além do mar
> Meu rei guerreiro diz adeus
> a quem vai ficar.
> Diz prá sua gente não desesperar,
> Zambi morreu, se foi, mas vai voltar
> em cada negrinho que chorar. (Idem, p. 50)

Numa linguagem brechtiana, as músicas do espetáculo apresentam ainda um *gestus* social, que permite ao espectador sentir e criticar o comportamento humano do ponto de vista social. Dessa forma, a platéia de *Zumbi* capta a mensagem de que este tempo em que vivemos (1965) é um tempo também de guerra, em que é preciso brigar, vencer, matar e morrer para preparar o caminho da transformação, construindo uma terra da amizade, onde o homem possa ser solidário com o outro homem.

Construindo narrativas históricas a partir de documentos de arquivos familiares: um experimento social com crianças brasileiras

Maria Auxiliadora Schmidt[1] e Tânia Maria F.Braga Garcia[2] (PPGE/UFPR)

1. Introdução.

O Ensino da História no Brasil, após sua introdução oficial nos programas escolares em 1931, passou por diferentes processos de transformação. Na segunda metade da década de 1990, o Ministério da Educação elaborou e divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que sugere os conteúdos a serem privilegiados nas séries iniciais do ensino fundamental. No caso específico da História, indicam a relevância de se trabalhar conteúdos relacionados à História Local. É importante lembrar que essas mudanças propostas apenas lentamente chegam às escolas dos sistemas de ensino, particularmente às redes municipais responsáveis pelas séries iniciais de escolarização. Por outro lado, dificuldades específicas são apontadas pelos professores que, em número significativo, não são licenciados. Formação, condições objetivas de trabalho e inadequação de materiais didáticos sobre a localidade têm sido apontados pelos docentes e pelos técnicos de Secretarias Municipais da Educação como problemas e, nessa direção, foi organizado o Projeto Recriando Histórias para assessorar municípios da região metropolitana de Curitiba, na forma de atividades de extensão e pesquisa da Universidade Federal do Paraná.

Resultados desse trabalho foram apresentados em artigos (Schmidt e Garcia, 2001)[3] e em eventos científicos (2001, 2003, 2004)[4], descrevendo mais detalhadamente suas atividades em dois Municípios - Pinhais e Campina Grande do Sul - e analisando diferentes dimensões que se articulam no contexto do Projeto, entre elas a seleção de conteúdos de ensino de História e a discussão curricular, a formação continuada de professores, a pesquisa no ensino e a produção de manuais didáticos. Neste artigo, são apresentados resultados da investigação realizada no Projeto Recriando Histórias de Campina Grande do Sul, particularmente no que se refere à análise de narrativas históricas produzidas pelas crianças que participaram das atividades de elaboração e de uso de um manual didático produzido especialmente com e para as escolas municipais.

Uma primeira referência teórica se localiza nas contribuições de Freire (1987)[5] que permitem afirmar que os conteúdos dos processos pedagógicos, no ensino e na aprendizagem, devem ser constituídos a partir da identificação, nos contextos locais e também em âmbitos mais amplos, das diversidades e desigualdades que compõem a realidade social, e que se expressam e são compreendidas de diferentes formas pelos sujeitos. Do ponto de vista didático, isso impõem a necessidade de repensar os conteúdos e organizar o ensino com os alunos e professores.

A segunda referência, do campo da historiografia, está relacionada à concepção que entende o ensino de História como o estudo da experiência humana no tempo, na perspectiva de Thompson (1981)[6]. Essa perspectiva permite dar aos conteúdos de ensino um tratamento temático, na direção de recuperar o sentido das experiências pessoais e coletivas que dizem respeito aos temas e assim, contribuir para a formação de identidades individuais e coletivas. Na perspectiva assumida, a História Local é entendida como uma estratégia de ensino (Ossana, 1994)[7]. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, sua vivência cultural, com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos.

Este conjunto de referências conduziu a uma opção metodológica em que os professores foram estimulados – e preparados - para o trabalho com documentos históricos, especialmente os que se encontram em arquivos familiares (Artières, 1998; Germinari, 2001)[8] Tais documentos podem ser encontrados no interior das mais diversas residências, guardados de diferentes formas.

2. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o projeto levou em consideração a necessidade de participação de professores e alunos como sujeitos capazes de atuar e produzir conhecimento. Essa perspectiva touxe para as investigadoras a necessidade de estruturar atividades que possibilitassem, por um lado, um alto grau de participação dos sujeitos e, de

outro, abrissem espaço para a produção de novos conhecimentos sobre o ensino e sobre materiais didáticos.

Assim, na perspectiva de tomar os conteúdos culturais como referência no processo de ensino e aprendizagem e com o objetivo de contextualizar as tarefas de aprendizagem dentro da cultura da comunidade, mediante uma participação ativa dos alunos na determinação desses conteúdos, foi estruturada a **primeira fase** do projeto: um processo de "captação de conteúdos" a serem ensinados, por meio de um conjunto de atividades voltadas à coleta de dados e informações sobre a história da localidade, desenvolvidas por alunos e professores de terceira série em arquivos públicos e em estado de arquivo familiar, atividades estas pensadas e planejadas como estratégias e recursos de ensino. Assim, alunos e professores desenvolviam, nas salas de aula, atividades didáticas sobre os temas pesquisados, analisando documentos iconográficos e escritos, discutindo e comparando depoimentos colhidos, buscando articular seus conhecimentos prévios (Barca, 2004) às informações e dados coletados e, portanto, construindo coletivamente um certo tipo de conhecimento sobre aspectos da História de sua localidade.

O conjunto de materiais produzidos a partir das atividades nas salas de aula - textos, desenhos, histórias em quadrinhos, cartazes, entrevistas - constituiu um acervo de narrativas produzidas pelos alunos e professores e de documentos sobre a História Local que, devidamente organizado por meio de processos de seleção e classificação, tratado didaticamente e articulado a outros materiais resultantes de pesquisa histórica em bibliotecas, arquivos e museus viria a ser utilizado na **segunda fase** do projeto: a elaboração de um livro didático para uso nas escolas, colocando em prática alguns princípios na produção e de uso de manuais didáticos que se diferenciam daqueles tradicionalmente produzidos para as escolas brasileiras.

A **terceira fase** do projeto consistiu no acompanhamento dos professores quanto à forma de utilização do livro didático no desenvolvimento das aulas com outras turmas de terceira série. Nessa etapa foram discutidas e avaliadas a proposta de organização didática

do trabalho e a forma como as atividades foram articuladas aos conteúdos do livro, bem como as atividades produzidas pelos alunos, sobre cada um dos temas.

Tomando como material empírico os resultados desse trabalho e apoiando-se teoricamente nos estudos realizados por Prost (2001) Cooper (2003), Barca e Gago (2004), Husbands (2003), Lee (2003), e Ashby (2003) [9], uma **quarta fase** da investigação consistiu na análise das narrativas produzidas pelos alunos das escolas municipais, cujos resultados estão sendo privilegiados neste texto e serão apresentados a seguir.

3. Análises

Para a análise das narrativas produzidas pelos alunos, durante a elaboração do manual didático e a partir do uso do manual, foi elaborado um quadro de referência categorial a partir dos pressupostos teóricos assumidos.

3.1. Narrativas produzidas pelos alunos durante a elaboração do manual didático.

Durante a produção do manual didático, foram realizadas várias atividades em que as crianças pudessem expressar suas conclusões sobre o conhecimento histórico, após o trabalho com os documentos. Uma destas atividades foi denominada de **"A História no Olhar das Crianças",** em que as professoras utilizavam diferentes estratégias para estimular a produção de idéias e a construção de narrativas históricas pelos alunos. Com o objetivo de examinar a produção das crianças, foi selecionada uma destas atividades incorporadas ao manual didático, destacando-se aqui duas narrativas produzidas por alunos de diferentes escolas. Um dos temas sugeridos no currículo da escola era "Gentes e Famílias da Localidade", sendo que um dos conteúdos relacionados foi "A origem das famílias da localidade". Para trabalhar este conteúdo, as professoras seguiram um mesmo roteiro: 1. Reflexões com os alunos destacando a importância da história de suas famílias para a localidade; 2. Problematização do tema, indagando oralmente: quem faz parte de sua família? Todas as famílias são iguais? Tiveram a mesma história? Qual a origem de sua família? 3. Trabalho com a certidão de nascimento dos alunos, para confirmar alguns dados a partir deste documento; 4. Desenho de sua família; 5. Comparação entre os diferentes desenhos das crianças; 6. Desenho, pela criança junto com os pais, da árvore genealógica

de sua família, comentados posteriormente em aula; 7. Entrevista de cada criança com seus pais para saber de onde veio a sua família. Estas entrevistas foram comentadas em aula e, como atividade final, foi solicitado que cada aluno escrevesse uma narrativa sobre a história de sua família.

A - Narrativa de Felipe Gueno
"No final do século XIX meu trisavô veio para o Brasil de navio ainda criança, fivou morando em Campina Grande do Sul em terras doadas pelo governo, onde casou-se com minha trisavô que se chamava Maria Luiza Canestraro. . Inicialmente eles trabalharam na lavoura e com erva-mate e finalmente abriram uma serraria.Tiveram como um dos filhos meu bisavô Felix Ferrarine que casou-se com minha bisavó Páscoa Coradim, que tiveram como filha minha Avó Gemma Coradim mãe de meu pai Amarildo Gueno.Eu Felipe Gueno,faço parte desta grande família, que nesta cidade se fixou e hoje tem uma situação financeira estável."

B - Narrativa de Wesley Botelho
A história do meu bisavô
" O meu bisavô nasceu do casamento de um português com uma escrava. Ele tinha uma vida boa mas depois que seu pai morreu seu tio resolveu adotar ele. Só que ele era tratado como empregado sofrendo muito. Com doze anos resolveu ir embora e acabou conhecendo sua esposa. Quando soube que sua mãe morreu, até pensou em ir atrás da sua herança e nem sua família procurou ele para dividir a fortuna. Então essa época, ele veio morar aqui em Campina Grande do Sul e viveu aqui até morrer. Tem até uma rua que se chama José Botelho Filho em sua homenagem."

Tomando como referência as categorias definidas, foi possível localizar os seguintes elementos nas narrativas:

Categorias de análise	Aluno Felipe Gueno	Aluno Wesley Botelho
Causalidade	"meu trisavô ...fixou moradia em C.G.S. em terras doadas pelo governo, onde casou-se...."	O meu bisavô nasceu do casamento de um português com uma escrava" "seu tio resolveu adotar ele.Só que era tratado como empregado sofrendo muito".
Continuidade	O texto da narrativa é estruturado numa perspectiva de continuidade que começa com seu trisavô e termina com ele próprio.	Não privilegia uma continuidade, mas esta é construída a partir da necessidade que tem de explicar o que aconteceu.
Mudança	Indica as mudanças a partir das atividades de trabalho desenvolvidas pelos familiares	Indica as mudanças tendo como referência a empatia que teve com os sofrimentos do bisavô.
Incorporação de novos elementos aos conhecimentos prévios dos alunos	Incorporação de cronologia (divisão em século); da relação entre posse da terra e doação pelo governo, característica da história do país; da presença de atividades econômicas ligadas à história da localidade e do país: a erva-mate.Relacionou aspectos da história da localidade com a sua própria história.	Identificação da existência da escravidão na história da localidade; relação da escravidão com sua própria história. Ainda persiste a relação da escravidão com sofrimento e infortúnios.
Utilização de conceitos temporais	Cronologia: noção de século. Relação presente-passado. Utilização de palavras indicando temporalidade: final do século, inicialmente e finalmente, hoje, trisavô, trisavô, bisavô, bisavó, avó.	Periodização: a partir do nascimento, adolescência (12 anos), morte dos pais, casamento e mudança para C.G.S. Relação presente/passado. Utilização de palavras indicando temporalidade: depois, quando, essa época.
Formas de estruturação da narrativa	Predomina a dimensão linear e cronológica dos acontecimentos. Narrativa do tipo "relato" , onde as relações entre os acontecimentos são mostradas por ordem de sucessão. Personifica as ações na pessoa dos seus antepassados e dele próprio. Usa um desfecho para sintetizar a narrativa.	Apesar de mostrar um encadeamento entre os acontecimentos, a narrativa é construída muito mais em função da necessidade de explicar as causas e intenções que identificam seu bisavô como descendente de escravos. Esta descendência pode ter sido a problemática que desencadeou a relação com o passado e a construção da narrativa pelo aluno. A existência da rua com o nome do bisavô foi o fecho que sintetizou a explicação construída na narrativa.

3.2. Análise das narrativas produzidas a partir do uso do manual didático

Após a produção do manual didático, o trabalho nas aulas de História passou a ser planejado de forma a articular a realização de outras atividades ao texto didático, como os pequenos livros produzidos pelos alunos. Um exemplo é o trabalho feito com o tema "Os nomes de Campina Grande do Sul" no qual a professora tinha os objetivos de que as crianças compreendessem o significado de alguns conceitos como vila, distrito, freguesia e município; e que descrevessem as mudanças de nome ao longo do tempo. Para iniciar o trabalho, a professora pediu que as crianças desenhassem, propondo a seguinte atividade:

VILA, FREGUESIA, DISTRITO, MUNICÍPIO: o que eu penso sobre isso.

Realizada esta investigação inicial, o segundo passo consistiu na apresentação pela professora de uma problematização: Como se deu o início do povoamento de nossa localidade? Os alunos foram apresentando suas idéias a respeito do conteúdo e a professora foi anotando no quadro os elementos apresentados por eles. A etapa seguinte foi a construção de uma linha do tempo em que os diferentes nomes que a localidade recebeu ao longo da sua história foram sendo situados. O terceiro passo foi o trabalho com manual didático e com outros documentos trazidos pela professora e pelos alunos, com o objetivo de localizar temporalmente as mudanças de nome da localidade e complementar a linha de tempo. Após essas intervenções da professora, os alunos produziram pequenos livros com o título "Os nomes do nosso Município Campina Grande do Sul". O texto feito por Fabiana Mocellin (9 anos), acompanhado por desenhos, é o seguinte:

> *"Em 1666 nasce um pequeno povoado "Arraial Queimado", , um lugar com poucos habitantes e poucas casas. Em 1873, foi criada a Freguesia de Campina Grande, um lugar que passava a ter a presença de um padre. Em 1889, mudou para Villa de Campina Grande, um lugar que ficava a sede do governo. Em 1890, José Marques de Guimarães troca o nome por Vila Glycério. Em 1891 os moradores foram às ruas e pediram a mudança de nome que voltou a ser Villa de Campina Grande. Em 1939 o Município foi extinto e a região passou a ser DISTRITO, em parte de Piraquara e em parte de Bocaiúva do Sul. Um distrito não tem liberdade para fazer as leis. Em 1943 o nome mudou para Timbu, palavra de origem Tupiguarani. Em 1951, a região volta a ser Município, ainda com o nome de Timbu. Em 1956 a população pediu e o governador assinou a Lei 2593 dando o nome ao Município de Campina Grande do Sul."*

É necessário destacar que os alunos produziram duas narrativas – uma escrita e outra por meio de seus desenhos. A análise da narrativa produzida pela aluna Fabiana permite apontar os seguintes elementos em relação ao quadro de referência categorial:

Categorias de análise	**Aluna Fabiana Mocellin**
Causalidade	“ Em 1943 o nome mudou para Timbu, palavra de origem tupiguarani.”
Continuidade	O texto da narrativa é estruturado numa perspectiva de continuidade, aspecto que foi enfatizado no trabalho da professora pela construção da linha do tempo.
Mudança	Indica as mudanças do nome a partir das mudanças na estrutura administrativa e no desenvolvimento da localidade. Os desenhos marcam os aspectos de mudança por meio da quantidade de casas, pelo aparecimento de elementos como a Igreja (em 1873) e como a Prefeitura e a Escola na praça (em 1956)
Incorporação de novos elementos aos conhecimentos prévios dos alunos	Incorporação de cronologia (pela inclusão das datas que marcaram as mudanças de nome); incorporação dos conceitos de vila, freguesia, distrito e município, associando-os a modificações na estrutura administrativa da localidade (como a presença do padre na Freguesia) e a impossibilidade de fazer suas próprias leis (como Distrito).
Utilização de conceitos temporais	Cronologia- a estruturação dos desenhos obedece a uma ordem cronológica na qual vai mostrando os sucessivos momentos da história da localidade. A relação passado-presente aparece na forma como os desenhos explicam a participação dos moradores na mudança do nome da cidade, em passeata com cartazes, forma com a qual a aluna convive em sua experiência cultural. A simultaneidade está presente na compreensão de que ao se tornar Distrito a localidade passa a pertencer a outros municípios e perde a liberdade de fazer as próprias leis.
Formas de estruturação da narrativa	Predomina a dimensão linear e cronológica dos acontecimentos. Narrativa do tipo “relato”, onde as relações entre os acontecimentos são mostradas por ordem de sucessão. Personifica as ações relacionando-as a personagens da história oficial (o Governador), mas também aos moradores da localidade (os habitantes vão para as ruas pedir a mudança de nome).

4. Conclusões.

A análise dos materiais produzidos permitiu algumas conclusões sobre as mudanças que ocorreram na forma de alunos e professores se relacionarem com o conhecimento histórico, com as fontes documentais e com a metodologia de trabalho com as fontes, resultando numa ênfase à produção de narrativas históricas pelos próprios alunos. A produção de materiais de ensino, particularmente do livro “Recriando Histórias de Campina Grande do Sul”, resultou em uma descoberta efetiva por parte de alunos, professores e comunidade, de que suas histórias são importantes e de que eles também são sujeitos da História.

É importante ressaltar que o experimento não ocorreu de forma pontual, mas ao longo de um período longo de trabalho. Os resultados aqui apresentados foram analisados a partir da intervenção didática feita pelos professores e mostram, portanto, alguns aspectos avaliados dentro de um processo. Nesse processo de produção de narrativas, os alunos puderam confrontar o que aprendiam na sala de aula com suas próprias estruturas de

compreensão histórica, comparando os diferentes documentos com suas experiências anteriores, inclusive as escolares.

A partir da intervenção didática realizada, as crianças tiveram uma compreensão restrita do passado (Barca e Gago, 2004), em que revelam um entendimento global das mensagens e tentam reformular as informações contidas nos documentos, mas centram-se em um único indicador. Contudo, essa compreensão restrita já aponta indícios de uma compreensão global pis em alguns momentos conseguem identificar diferenças entre as informações que recebem e que se acham nos documentos, fazendo interpretações sobre a relação passado-presente e reformulam suas próprias informações.

Pode-se dizer, com Barca e Gago (2004) que quando essas crianças procuram construir explicações para situações específicas do passado à luz de sua próprias experiências, elas já estão revelando um esforço de compreensão histórica.

---

[1] Professora de Metodologia e Prática de Ensino de História do Departamento de Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR.

[2] Professora de Didática do Departamento de Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR.

[3] SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. B. Discutindo o currículo “por dentro”: contribuições da pesquisa etnográfica. Revista Educar, Curitiba, Editora da UFPR, n. 17, p. 139-149.

[4] Em 2001, em Santiago de Compostela: Recriando Histórias: a produção de materiais de ensino a partir da História Local; em 2003, na ANPEd: Contribuições para a discussão no campo da Didática: análise do Projeto Recriando Histórias; em 2004, em Ambleside, UK: Teaching history from documents in the family archives: a social experiment with brazilian children.

[5] FREIRE, P. (1987). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[6] THOMPSON, E. (1981) A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar.

[7] OSSANA, Edgardo O. Una alternativa en la enseñanza de la História: el enfoque desde lo local, lo regional. In VÁZQUEZ, Josefina Z. Enseñanza de la História. Buenos Aires, 1994. (Colección INTERAMER, 29).

[8] ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida.* Estudos Históricos: arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.11, n 21, 9-34, 1998; GERMINARI, G. (2001). O uso metodológico de documentos em estado de arquivo familiar no ensino de história nas séries iniciais da escola fundamental. Curitiba. UFPR. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação.

[9] PROST, Antoine. Doce Leciones sobre la Historia. Valencia (ES): Ediciones Frónesis/Catedra Universitat de Valéncia, 2001; COOPER, H. (2002) Didática de la Historia em la educacion infantil e primaria. Ministério de Educacion Cultura y Deporte/Centro de Investigacion Educativa-CIDE/Ediciones Morata; BARCA, Isabel; GAGO, Marilia (2004). Usos da narrativa em História. In. MELO, Maria do Céu/LOPES, José Manuel. Narrativas históricas e ficcionais. Recepção e produção para professores e alunos. Actas do Centro de Investigação em educação. Instituto de educação e psicologia. Braga: Universidade do Minho, p.29-39; HUSBANDS, Chris. What is History teaching? Language, ideas and meaning in learnig about the past. Buckingham-Philadelphia: Oper University Press, 2003; LEE, Peter. "Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé. Compreensão da vida no passado ("We're making cars, and they just had to walk": understanding people in the past. In. BARCA, Isabel. Educação Histórica e museus. Actas das 2as. jornadas internacionais de educaçãoo histórica. Braga: Universidade do Minho, 2003, p. 19-36 ; ASHBY, R. (2003). The concept of Historical Evidence : Curriculum demands and children’s understandings. Educação Histórica e Museus. Barca, I. (org) Univ. do Minho,p. 37-55.

Manuais de civilidade : veículos de poder e urbanidade

Prof.ª Dr.ª Maria Cecília Barreto Amorim Pilla[i]

O Brasil do início do século XX, frente à implementação das reformas urbanas que são empreendidas nas principais capitais do país, em especial a então capital da República, vive o sonho de construir uma "Europa possível". Entre tantos melhoramentos era necessário também, no percurso da "civilização", extirpar quaisquer reminiscências de um passado relacionado à "barbárie". Com isso, segundo Schapochnik, condenam-se hábitos e costumes "ligados pela memória quer à velha sociedade imperial quer às tradições populares, deveriam dar lugar a um novo padrão de sociabilidade burguês emoldurado num cenário suntuoso".[ii]

Tais ideais tentavam acompanhar o pensamento reformista que já inspirava as grandes metrópoles ao longo do século XIX. A ideologia do mundo ocidental nesse período estava impregnada de uma crença sincera no progresso – um mito baseado no significado de aperfeiçoamento, principalmente para os elementos das elites que se beneficiavam diretamente dos efeitos da modernização. Segundo Gay, a crença nesse mito atingiu, nessa época, todos sem exceção. Mesmo políticos radicais, utópicos ou científicos, estavam convencidos de que o progresso seria capaz de acabar com a escassez de alimentos e derrotar o grande fantasma que sempre assolou a humanidade, a fome ; pois "[...] se havia o bastante para todos, o futuro não podia deixar de sorrir, e todas as expectativas estavam implícitas no presente. Para muita gente, as mudanças não constituíam uma ameaça, e sim uma promessa". [iii]

Acompanhando as transformações espaciais da cidade, os valores elitistas no campo sociocultural também estavam impregnados de idéias civilizadoras; buscava-se um reordenamento dos valores do bem viver em sociedade, norteado por normas de civilidade fundamentadas nos moldes europeus. Os habitantes das cidades, que a cada dia tinham seu número aumentado, precisavam se urbanizar, precisavam aprender a viver nesse ambiente citadino regras de educação, de urbanidade. Então, junto à racionalização dos espaços, há também uma modelação dos comportamentos.

Assim, para viver nessa sociedade urbana e socialmente complexa, num tecido social formado por interdependências entre seus componentes, sentiu-se a necessidade da reorganização das maneiras. Nesse sentido, é importante resgatar o pensamento de Elias, quando coloca que: "Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos 'civilizados'.[iv]

Desse modo, implementa-se todo um aparato de regras de "boa educação", um código que deve ser seguido pelas classes que desempenham as funções sociais mais importantes. Esses preceitos de conduta social podem ser, em determinadas fases do processo civilizador, além de elementos diferenciadores, instrumentos de poder.

Uma das primeiras medidas nesse sentido seria, na sociedade brasileira da época, rejeitar os costumes populares regionais de tal forma que qualquer pessoa de "bem" não gostaria de ser flagrada em situações consideradas como "não-civilizadas". No Brasil, na virada do século, a ordem era afastar-se de tudo que remetesse a um tempo "primitivo" e "incivil". Era preciso ligar-se ao polimento das atitudes sociais em busca de uma diferenciação das pessoas das categorias mais baixas, não somente "[...] nos sinais externos de *status*, mas também na fala, nos gestos, nas distrações e maneiras".[v]

A esse esforço civilizatório deveria corresponder uma série de mudanças nas estruturas das cidades: "Ordenar o espaço, disciplinar usos, controlar e regular hábitos".[vi] No centro desse clima, civilização e modernidade tornaram-se palavras de ordem. Conforme Ângela Costa e Lilia Schwarcz afirmam sobre esse período: "O Brasil entrava no novo século XX tão confiante como as demais nações: nada como imaginar que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir flutuações".[vii]

Vivia-se um tempo em que se apostava nas verdades absolutas, em normas morais rígidas, em modelos capazes de conferir distinção, normas que seguidas seriam capazes de assegurar a escolha do "certo" em detrimento do "errado". Era uma mistura do avanço com o progresso. "Era essa face brilhante do teatro da modernidade que o Brasil pretendia acompanhar, já que não era

possível tomar a dianteira. [...] trazer a sensação de que o país estava em harmonia com o progresso e a civilização mundiais". [viii]

Desde a chegada da Família Real no Brasil no início do século XIX reconheceu-se a necessidade de transformações no espaço urbano e uma "civilização" das condutas. O desenvolvimento do comércio e a intensificação da vida social tem como pano de fundo a "europeização" dos costumes. Quanto mais se abandonavam os hábitos coloniais, mais se identificavam com os europeus.

Uma nova sociabilidade se impunha aos novos centros urbanos, em especial ao Rio de Janeiro, então capital do Reino, obrigando a uma civilização dos costumes e como veículo de ensinamento dessas novas condutas tem-se os manuais de etiqueta e civilidade. Em especial na segunda metade do século XIX, no bojo do processo de europeização dos costumes, as boas maneiras em sociedade tornam-se veículo de distinção, diferenciação e integração social.

A partir de 1870 mudanças significativas podem ser observadas em âmbito nacional, transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. A modernidade se instalava lentamente com seus avanços científicos (biologia, medicina, higiene, profilaxia) e tecnológicos (veículos automotores, telégrafo, telefone, iluminação elétrica, cinema, e uma ampla gama de utensílios domésticos).

Estamos falando de uma sociedade em transformação, uma vez que no final do século XIX as elites rurais se urbanizam, colocando em prática estratégias que garantiam sua distinção como categoria. Com isso, muitas cidades, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, irão sofrer uma espécie de nova configuração de seu espaço urbano. Ruas, praças e becos eram remodelados ou desapareciam numa cruzada em nome da civilização. Regiões são ocupadas, tornando-se nobres, medidas são tomadas para garantir o comportamento tido como ideal nos espaços públicos.

Essa nova configuração das cidades traz consigo marcas das distâncias sociais. Para Schpun, "[...] os lugares onde vivem e circulam as elites são testemunhos do sucesso econômico de uma oligarquia vitoriosa e conquistadora, que constrói para si mesma, e a seus olhos, uma cidade

verdadeiramente moderna. Trata-se de provê-la de todos os equipamentos, de lazer ou outros, que permitam aos membros do grupo dominante reconhecerem-se e orgulharem-se de sua obra". [ix]

A força civilizatória estava arraigada em uma sociedade que acreditava estar vivendo um tempo de progresso material e moral irrevogável, não no sentido negativo do termo, mas sim no bojo de um otimismo inquietante. Os ventos da prosperidade sopravam trazendo novos modismos, entretanto a oposição entre as classes tornava-se tênue. Numa sociedade urbana e moderna que oferece aos indivíduos as mesmas possibilidades, é necessário encontrar formas de distinção. É em meio a uma sociedade como esta que a elite acrescenta à elegância das maneiras um "não sei quê", um *savoir vivre*.

Ao longo do século XIX a separação entre as classes vai se tornando cada vez menos rígida. Falamos de uma sociedade que se democratiza sob os auspícios de uma Revolução Francesa que aboliu privilégios e possibilitou que todos caminhassem livremente pelos espaços sociais, até então restritos à aristocracia. Vê-se, então, ser plausível o movimento contínuo de ascensão e queda quebrando o paradigma da fixidez da estrutura social, trazendo consigo a até então inaceitável mobilidade.

No entanto, é importante levar em conta o que diz Gilda de Mello e Souza sobre este contexto. Para ela, sociedades recentes como o Brasil desse período, os grupos ainda não se encontravam "suficientemente caracterizados, diferenciando-se entre si por uma tradição de usos, costumes e maneiras próprias, a posse da riqueza é a grande modificadora da estrutura social".[x] No entanto, completa ela, não é a posse do dinheiro que garante a subida dos indivíduos, pois o que "distingue as classes entre si é menos a riqueza que a sua utilização, como também porque a realidade das mesmas reside de maneira bastante nítida num julgamento de opinião – o homem não vale pelo que tem, mas, pela consideração que goza". [xi] Sendo, pois, a riqueza apenas um dos elementos, não menos importante é claro, que compõem a "classificação" dos indivíduos, considerando também a família, a situação social e seu desempenho na vida mundana.

Nesse contexto em que se consolidava um mundo de acordo com uma ideologia de uma

sociedade industrial, também é importante visualizar a ascensão dos imigrantes que contribuem para esse processo de modernização da cidade, participando do "espetáculo" de transformações que passam as cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XIX.

Junto aos empreendimentos gerados com a produção cafeeira que haviam transformado São Paulo em um importante centro urbano, "fazendeiros e negociantes estrangeiros tornaram-se corretores (fornecedores de crédito), exportadores, banqueiros, importadores, empenharam-se na construção de estradas de ferro e máquinas para beneficiamento, ensacamento e triagem de grãos de café". [xii]

O comércio representou uma importante forma de ascensão social para os imigrantes. Muitos deles transformaram-se em comerciantes abastados e passaram a integrar a "boa sociedade" dos centros urbanos. Mas, além da prosperidade nos negócios, outras atividades garantiram espaço e reconhecimento social a esses imigrantes. No caso de São Paulo, diz Márcia Padilha: "A construção de mansões na avenida Paulista, clubes refinados e outras iniciativas que colaboravam com o aparelhamento urbano, conferiam prestígio aos imigrantes afortunados que, dessa maneira, passavam a integrar ao lado das elites locais, a 'aristocracia' paulistana (...)".[xiii]

Essa reflexão traz a possibilidade de se compreender por que numa sociedade de desempenho como a que também se transformou o Brasil na virada do século XX manuais de etiqueta e civilidade continuaram a ser consumidos.

No final do século XIX o Brasil vai passar, como já foi dito anteriormente, por profundas transformações. Estamos nos referindo a uma sociedade recém egressa de uma monarquia escravista. Entramos num período republicano que toma o sentido de veículo do tão almejado progresso. Crescem os desejos de prestígio e de distinção, e em meio a tudo isso, o polimento das maneiras encontrará inúmeras estratégias que garantem a visibilidade de tais valores.

Por outro lado, se nos centro urbanos o consumo de bens e o requinte das maneiras tornam-se símbolos do *grand-monde,* para Gilda de Mello e Souza, "[...] no campo, onde o vínculo comunitário e o grupo suficientemente pequeno, é através do conhecimento efetivo da história de

cada um – de sua história familiar, econômica ou social que situamos o indivíduo nesta ou naquela classe. (...) Na aparência dessas pessoas nada revela a posição social de destaque, a qualidade de ricos proprietários rurais". [xiv] Os valores são outros, a posse de grandes extensões de terra e de um grande número de escravos, por exemplo. No entanto, no final do século XIX, com a efetiva urbanização, os símbolos da situação rural também vão ser afetados pelos protótipos da vida na cidade.

À medida que os senhores rurais passam a estabelecer contatos mais próximos às cidades, muitas vezes passando a morar em ambiente urbano, ou então apenas mantendo contato mais amiúde em visitas periódicas, eles passam a perder sua identidade de classe, sofrendo o que Gilda de Mello e Souza chamou de "desnivelamento fatal". "Longe dos conhecimentos de vizinhança, nos quais se assenta em grande parte o sentimento de sua posição social, dissolve-se no anonimato da massa citadina".[xv] No impulso de identificação com as classes mais altas, o controle apurado dos gestos transforma-se numa das maneiras mais eficazes de distinção.

Assim como a moda, analisada por Gilda de Mello e Souza, as boas maneiras tornam-se, nos centros urbanos brasileiros a partir do século XIX, um dos aparelhos mais eficazes de integração, desempenhando um importante papel padronizador, concedendo ao indivíduo uma identificação com os elementos de seu grupo social, bem como distinguindo-o da massa populacional.

Nessa sociedade, na qual está presente o afrouxamento de barreiras, pois se tornou possível ascender e descer socialmente, é preciso buscar novos símbolos que garantam a diferenciação e a valorização do pertencimento a uma elite. A posse do dinheiro permitiu adquirir bens de consumo, ícones da modernidade e é nesse momento que se criam novas barreiras entre as classes, dificuldades ainda maiores do que as impostas pela ostentação da riqueza pelo consumo conspícuo tornam-se evidentes, é preciso polir as maneiras. "A distinção econômica do luxo cede lugar à distinção estética da elegância. [...] o olhar apurado tem de distinguir a *femme comme il faut* da burguesa, o aristocrata do homem rico das finanças, e mesmo a nobreza antiga da

nobreza do Império". [xvi]

Os jantares formais ou informais propiciam momentos preciosos. Uma mesa compartilhada possibilita a aproximação de elementos oriundos de diferentes grupos e camadas sociais e encerra, dentro de um espaço restrito, o convívio entre pessoas de diferentes origens, configurando-se em um momento de exceção. Por isso, cada gesto é analisado pelos demais. Nesse espaço, um deslize eventual pode transformar-se em um elemento que denigre a imagem do conviva, assim como uma atitude de controle absoluto e de naturalidade calculada diante das mais diversas situações elevam-no imediatamente aos olhos dos outros. Tal como a festa, o banquete adquire a qualidade de permitir que o jogo social aconteça, jogo no qual as qualidades pessoais de cada um evidenciam os atributos de sua classe, favorecendo a identidade e o reconhecimento mútuo.

Esse cenário urbano em constante desenvolvimento recebeu os manuais de etiqueta e de civilidade. Orientadores de uma estética comportamental, certamente serviram como parâmetro aos distintos habitantes das cidades que se encontravam no cotidiano das recepções que se desenrolavam nas salas de estar e de jantar, palcos dos espetáculos do bom comportamento, do exercício efetivo da arte da conversação, da etiqueta, do bom convívio social, enfim, do jogo dos poderes.

---

[i] Professora da junto ao Curso de Filosofia e Secretariado Executivo da PUCPR email: maria.pilla@pucpr.br

[ii] SCHAPOCHNIK, N. "Cartões Postais, álbuns de família e ícones da intimidade". In **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v 3. p. 439.

[iii] GAY, P. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 43.

[iv] ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: a civilização dos costumes. Rio de Janeiro : Zahar, 1990.p.195.

[v] Ibid, .p.251.

[vi] DE BONNI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto** : vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 25.

[vii] COSTA, Â. M.; SHCWARCZ, L. M. **Virando séculos : 1890-1914**. No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 12.

[viii] Ibid, p. 25-27.

[ix] SCHPUN, M. R. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 19.

[x] SOUZA, G. de M. e. **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 114.

[xi] Ibid, p. 115.

[xii] PADILHA, M. **A cidade como espetáculo**: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Anablume, 2001. p. 19.

[xiii] Ibid, p. 68.

[xiv] Ibid., p. 118-119.

[xv] Ibid., p. 122.

[xvi] Ibid., p. 134-137.

Memórias, subjetividades e militância política: os usos do passado pelas "Mujeres Libres"

Maria Clara Pivato Biajoli*

"O levante militar do ano de 1936 contra a República espanhola teve o efeito de um clarín.

O povo espanhol, como um só homem, ofereceu-se para defender seu regime democrático e se preparou para a luta armada que resultou larga, dramática e sangrenta. (...) Pequenos grupos de mulheres, espalhados por todo o território, de forma fragmentada incorporaram-se a este esforço e sacrifício.

Em Madri e Barcelona havia um seleto bastião de companheiras que desde muito tempo tratavam de agrupar e organizar voluntários para ajudar a mulher espanhola que vegetava em um vergonhoso estado de inferioridade e submissão, nada coerente com a dignidade humana e o processo evolutivo da Sociedade.

Estas companheiras captaram a extraordinária oportunidade que se apresentava naqueles momentos para organizarem-se seriamente com garantias de êxito. Uniram seus esforços, projetaram uma organização a nível nacional, e assim nasceu a Agrupación Mujeres Libres."[1]

O pequeno texto acima foi extraído de um artigo publicado em 1999 por Concha Liaño, uma ex-ativista anarquista e uma das milhares de mulheres espanholas que estiveram afiliadas, no final da década de 1930, ao grupo anarco-feminista *Mujeres Libres*.

Fundada na Espanha no ano de 1936, meses antes do início da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a *Agrupación Mujeres Libres* nasceu da união de dois grupos anarco-feministas, o *Mujeres Libres de Madrid* e o *Grupo Cultural Femenino*, de Barcelona. Com propostas de criação de escolas para mulheres operárias, creches, cursos de capacitação e profissionalizantes, maternidades, etc, para a libertação da mulher, sua atuação foi muito marcada pelo contexto da guerra. Durante os três anos de guerra civil, o

grupo desenvolveu as mais diversas atividades para fazer uma revolução social, juntamente com outras organizações anarquistas, que não alterasse somente o sistema político vigente, a dominação capitalista dos patrões sobre os empregados, mas que extinguisse também a hierarquia homem-mulher, livrando as mulheres inclusive da obrigação do lar e da maternidade. Para isso, o grupo se concentrou em capacitar as mulheres para atividades fora do lar, cuidou da sua educação, saúde e dos seus filhos; criou uma revista de divulgação de suas idéias e atividades, a *Revista Mujeres Libres*, e procurou também desenvolver a formação política de suas mais de vinte mil afiliadas, defendendo uma união na qual as mulheres deveriam também lutar ao lado dos homens contra o capitalismo.

Da mesma forma que seus companheiros das organizações anarquistas CNT - Confederacion Nacional del Trabajo, FAI - Federación Anarquista Ibérica e JJLL - Juventudes Libertárias, entre outras, o *Mujeres Libres* também teve suas portas fechadas quando a revolução foi vencida e o general Francisco Franco, líder do lado nacionalista, assumiu o poder. A grande maioria das afiliadas seguiu rumo à França e ao exílio (a maioria a pé pelos Pirineus), do qual algumas só retornariam depois da morte do ditador, em 1975.

Durante a década de 1960 e começo da década de 1970, algumas dessas afiliadas se reuniram e tentaram retomar aquele trabalho em prol das mulheres paralisado anos atrás, publicando inclusive uma nova revista, o "*Portavoz de la Federación de Mujeres Libres de España en el Exílio"*, *e*m Toulouse. Com a abertura de 1975, no entanto, essas mulheres descobriram que, dentro da própria Espanha, outras companheiras mais jovens estavam fazendo o mesmo trabalho, e decidiram assim encerrar esse grupo do exílio e passar a colaborar com aquele da Espanha.

Quase ao mesmo tempo, uma das fundadoras do ML, Mercedes Comaposada, tomou a iniciativa de escrever um livro sobre esse movimento dos anos de 1936-1939. Reuniu suas companheiras e iniciou um grande trabalho de pesquisa, de recuperação de documentação, de coleta de depoimentos e, por fim, de escrita do livro. Infelizmente, esse manuscrito desapareceu com a morte de Mercedes, bem como toda aquela documentação, e algumas companheiras, como Pura Pérez, estão ainda à sua procura.

Na década de 1990, a tentativa de reorganizar a memória daquele período incandescente de suas vidas foi retomada por mulheres já octogenárias, mas ainda com muita força e vontade de fazê-lo. Lançaram, em 1999, pela Fundação Anselmo Lorenzo, também anarquista, uma coletânea de documentos e depoimentos chamada "Mujeres Libres - Luchadoras Libertarias". Muitas, como Sara Berenguer e Pepita Carpena, publicaram autobiografias, e já realizaram um documentário sobre o *Mujeres Libres* e a Revolução Espanhola chamado "De toda la vida"[2]. Tudo isso caracteriza um trabalho intenso de memória e história, mesmo sem toda aquela documentação perdida, que esperamos que seja localizada.

***

A pesquisa que aqui apresento focaliza exatamente esse momento de escrita da memória por parte dessas mulheres, objetivando refletir sobre a questão dos usos do passado: primeiro, pergunto como essa memória reconstrói o passado de acordo com as experiências presentes. Ou seja, como o olhar moldado pelas experiências presentes constrói e reconstrói de inúmeras maneiras a lembrança (e também o esquecimento) do passado. Como diz Ecléa Bosi:

"Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. ***A memória não é sonho, é trabalho****. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída por materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entra as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista"*[3].

Em segundo lugar, e este questionamento na verdade não pode ser dissociado do primeiro, penso de que forma o passado, olhado e formado pelo presente, influencia-o, ou seja, como ele se faz importante na construção das subjetividades dessas mulheres no tempo de agora, como elas se entendem ainda como militantes e lutadoras mesmo sem mais exercer tais atividades como faziam outrora.

Penso, assim, em práticas de construção de si. Estas, de acordo com Michel Foucault, são *"(...) práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram (...) fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos (...)"*[4]. Se tomarmos uma pequena frase de Christian Ferrer na qual ele diz que *"o anarquismo não constituiu um modo de pensar a sociedade da dominação mas sim uma* <u>*forma de existência*</u> *contra essa dominação"*[5], podemos concluir que a experiência passada dessas mulheres, durante a Guerra Civil Espanhola, foi vivida de acordo com os valores anarquistas e feministas que as militantes possuíam e, por isso, podemos perceber que as existências daquelas mulheres foram construídas de forma artística. No entanto, ao pensar a situação destas mulheres hoje, não posso evitar a idéia de que essa construção de si continua, e porque se quer ainda artística, é baseada na memória daquele período já que a vida cotidiana atual não fornece tantos subsídios para isso, como o passado da Revolução Espanhola.

Ao refletir dessa forma e ver que essas mulheres hoje não são mais as mesmas militantes de outrora, especialmente pelo passar do tempo que as transformou e transformou também o movimento anarquista do qual faziam parte, penso que, ao invés de se restringirem a uma identidade baseada no presente, por exemplo, como mães ou avós, elas se voltam ao passado para se construírem também como ex-militantes, ex-*Mujeres Libres*, que é uma identidade muito mais adequada a todo o feminismo e anarquismo que elas carregam consigo.

Um aspecto que considero extremamente importante para se entender essa idéia é a experiência dessas mulheres no exílio. Durante esse período, o que elas tentaram fazer não foi um projeto de memória, mas sim um trabalho de reconstrução do grupo *Mujeres Libres.*

Para tal, reuniram algumas companheiras e reeditaram a revista porta-voz do grupo, retomando suas atividades de militância, mesmo longe da Espanha. E por que essa iniciativa, ao invés de escrever já naquela época um livro de memórias? A minha sugestão é de que, desejando e lutando para reconstruir o que haviam perdido com o exílio, elas não precisassem naquele momento dessa memória para ter a dignidade que advém de se enxergar e se entender como militante (ou, pelo menos, como ex-militante), ao contrário de hoje.

Assim, convencida da importância da memória para a construção das subjetividades das ex-*Mujeres Libres,* apresento aqui importantes idéias que encontrei sobre este tema:

O historiador francês Jacques Le Goff, em seu verbete "Memória", escrito para a Enciclopédia Einaudi, demonstra acreditar em uma extrema importância das lembranças do passado e da tradição na construção da identidade de um indivíduo ou de um grupo social. Ele afirma:

"A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia".[6]

Nesse sentido, no trabalho com os depoimentos escritos pelas companheiras do *Mujeres Libres,* é essencial perceber de que forma elas se constroem na atualidade como mulheres libertárias também através da memória das experiências daqueles anos. Mais ainda, segundo Pierre Nora, estas mulheres organizaram materiais, livros, folhetos, até um arquivo sobre o grupo ML, porque a sociedade atual não acredita na memória oral, como tradição, e precisa, por isso, de documentos, arquivos, lugares de memória para que esta seja preservada. Essa atitude, que Nora chama de "materialização da memória", também deve ser problematizada[7].

Ainda com Nora, seria possível pensar que a preservação dessa memória materializada fornece às libertárias um sentimento de continuidade em relação ao passado. Este não seria, assim, realmente passado, pois um esforço de lembrança poderia ressuscitá-lo. Ao contrário do trabalho do historiador que, ao organizar, trabalhar sobre essa

experiência e colocá-la nos livros, introduz uma quebra, declarando-a oficialmente passado[8]. Mais uma vez, o passado como contínuo alimenta a subjetividade destas mulheres.

Por outro lado, essa "conseqüência" do trabalho histórico que Nora aponta, de torná-lo passado definitivo, pode ser pensada também como um alívio se lembrarmos da relação entre memória e trauma. Ao tomar aqui as reflexões de Márcio Selligman-Silva e Arthur Nestrovsky na introdução ao livro **Catástrofe e Representação**[9], poderia assim pensar que institucionalizar a memória de um evento traumático, tornando-a história e não mais memória, acaba por criar uma distância, um afastamento, que talvez até amenize os sofrimentos causados por ele. Então, ao contrário de Nora, para quem a materialização da memória é fator de lembrança, para Selligman e Nestrovsky ela é um fator de autoproteção. Estarão, assim, as ex-*Mujeres Libres* querendo lembrar ou tentando ainda hoje superar o trauma do ano de 1939? E, dessa forma, como pensar suas subjetividades?

---

* Mestranda do curso de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na área de História Cultural

[1] GIL, Conchita Liaño "Y así nasció la Federación de Mujeres Libres" in GIL, Conchita Liaño... [et al.] **Mujeres Libres: Luchadoras Libertarias** Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 1999, p.35.
[2] "De toda la vida" (produzido por Lisa Berga e Carol Mezer) Catalunha, 1986.
[3] BOSI, Ecléa **Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos** São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 05.
[4] FOUCAULT, Michel **História da Sexualidade 2 - O uso dos prazeres** Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15.
[5] FERRER, Christian "Átomos Soltos: a construção da personalidade entre os anarquistas no começo do século XX" **Revista Verve - NuSol/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC/SP**, nº5, maio/2004, p.162.
[6] LE GOFF, Jacques "Memória" in **Enciclopédia Einaudi, Memória - História** (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1, p.46.
[7] Cf: NORA, Pierre - "Entre memória e história: a problemática dos lugares", **Revista Projeto História**, nº10, dezembro/1993, p. 14.
[8] NORA, Pierre, op. cit., p. 17
[9] Cf: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.) **Catástrofe e Representação** Editora Escuta, 2000.

Representando as relações raciais: as trajetórias dos militantes Veiga dos Santos e Correia Leite nas décadas de 1920-1930

Maria Cláudia Cardoso Ferreira[i]

José Benedito Correia Leite e Arlindo José da Veiga dos Santos atuaram em organizações do movimento negro existentes na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XX. Leite foi co-fundador do jornal *Clarim d' Alvorada* (1924-1932), primeiro periódico a assumir politicamente, no contexto da imprensa negra paulistana[ii], o combate ao preconceito e discriminação racial contra o negro. E Veiga dos Santos, já conhecido na cidade por sua militância católica e monarquista, fundou junto com Correia Leite e mais alguns militantes, a Frente Negra Brasileira (1931-1934), principal organização do movimento negro existente entre as décadas de 1910 e 1950, se levarmos em conta o número de filiados e amplitude territorial alcançada.[iii] Arlindo foi quem primeiro presidiu a organização, ocupando o cargo de 1931 a 1934.

Percebe-se que os dois, na condição de intelectuais-militantes[iv], foram organizadores, formadores e divulgadores de idéias que visavam minimizar os efeitos do racismo anti-negro naquela sociedade. A ampliação do espaço urbano e a inserção numa economia de base capitalista vivenciada na região Sudeste, mais particurlamente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo das primeiras décadas do século passado, possibilitou a expansão de alguns direitos básicos como educação, moradia, além de uma maior oferta de trabalho. No caso específico de São Paulo, a discriminação racial e a concorrência com os trabalhadores estrangeiros, atrelada a uma política de marginalização implementada pelo Estado, dificultava a ascensão sócio-econômica da população negra nas mesmas proporções que a branca.

Ainda assim, alguns indivíduos, em sua maior parte homens, puderam estudar, muitos já adultos, passando a ter uma ocupação profissional mais estável. Este grupo com o tempo se diferenciou do restante da população negra, pois adquiriu novos estilos de vida e novos interesses, desenvolvidos nos clubes dançantes e associações culturais negras que passaram a

existir. Desse ambiente cultural inovador que advêm os indivíduos que investigamos. Sujeitos informados, inseridos no contexto da nova sociabilidade construída no convívio com seus pares, foram capazes de desenvolver um tipo específico de ativismo pelo canal da imprensa negra.

Bastante jovens na época, não estiveram sozinhos nesta empreitada. Faziam parte do grupo dos intelectualizados. Alguns tinham formação correspondente com as funções que exerciam, exemplo de Veiga dos Santos formado em Letras e Filosofia pela Faculdade São Bento. Outros não, se tratavam de autodidatas, ou seja, indivíduos com parca formação escolar, mas que a partir das *redes de sociabilidade*[v] construídas, alcançaram um nível de abstração e análise da realidade capaz de torná-los intelectuais, caso de Correia Leite.

Usando as palavras como armas, lançaram mão de representações de todo tipo para tornar compreensível algum acontecimento, realidade distante ou então fazer valer a efetividade de uma prática política. Foram os periódicos negros e as atividades públicas realizadas pelas organizações que dirigiam, espaços privilegiados para medir suas capacidades de comunicação e liderança. Produto das interações sociais, tais representações eram resultado de um processo de mediação em que se relacionava a sociedade e o indivíduo, esse último alçado ao papel de porta-voz de uma coletividade.

Por conseguinte, através de representações sociais concebidas pelos próprios ou da apropriação de representações já conhecidas a partir de informações, imagens, opiniões, crenças, dentre outros, os militantes estabeleciam vínculos de comunicação com a comunidade negra não-militante. Enquanto conhecimento no senso comum, ou seja, mecanismo que explica e interpreta algo através de uma linguagem simples, de fácil assimilação, as representações sociais foram de vital importância, pois proporcionaram primeiro o diálogo entre os militantes e a comunidade negra e depois, a tomada de consciência de alguns membros do grupo.

Foi nessa perspectiva que em 1928, Correia Leite lançou a Campanha da Mãe-Preta. Símbolo na memória social da escravidão do trabalho realizado pelas amas-de-leite. A alegoria apareceria em diversos momentos nos jornais da imprensa negra, com o objetivo de sensibilizar a

população paulista em particular e brasileira em geral, para que se instituísse o Dia da Mãe-Preta e se construísse um busto em sua homenagem como dívida de gratidão pelos séculos de escravidão negra. Durante os anos 1930 a imagem da Mãe-Preta ou Mãe-Negra, como depois ficou sendo denominada, foi utilizada por outros militantes como mecanismo para lembrar a sociedade o trabalho compulsório negro. Por outro lado, no mesmo período, essa mesma imagem teria outros significados, nem tão positivos. Apresentaremos algumas dessas representações da Mãe-Preta dando ênfase especial, à maneira utilizada pelos ativistas negros.

A campanha da Mãe-Preta

Podemos pensar que a representação social constitui-se no resultado de práticas construídas por sujeitos coletivos conclamando os indivíduos a se unirem em torno de uma ou de várias ações grupais. A campanha em favor do monumento à Mãe-Preta foi encampada pelos militantes paulistanos, em especial os do *Clarim d' Alvorada,* com a finalidade de incutir na sociedade como um todo a idéia de que fortes laços afetivos uniam os descendentes de europeus e africanos no Brasil.[vi] Era a objetivação da cativa dedicada e afetiva que sustentou a nação "sem esperar nada em troca".

Em 1925, *A Notícia*, jornal carioca, publicou um artigo de seu diretor defendendo a fundação do dia da Mãe-Preta. Passaram-se alguns anos e o culto foi tomando forma, em especial na cidade de São Paulo. Surgiram solicitações no parlamento tanto estadual quanto federal reivindicando verbas públicas para a construção do monumento e estabelecimento da data festiva: 28 de setembro. Em 1928, ano que Correia Leite assumiu sozinho, a direção do *Clarim d' Alvorada,* após a saída de seu sócio Jayme de Aguiar, decidiu conferir mais ousadia e politização ao periódico. A primeira ação do jornal foi lançar a campanha em prol do monumento e do dia da Mãe-Preta na cidade. Segundo o próprio,

"seria feito um monumento à raça negra simbolizada na figura da Mãe-Negra. Esse monumento teria um pedestal e em volta seriam representadas todas as fases da participação do negro. (...) O governo federal daria 200 contos, que naquele tempo era muito dinheiro, e os estados iam contribuir com outra parcela."[vii]

A figura de uma mulher negra dando de mamar a uma criança branca, utilizada no número especial de setembro de 1928, foi uma objetivação construída pelos militantes negros que intentavam fixar o papel do negro durante a Colônia e o Império como o segmento racial responsável por sustentar, literalmente, o país. Tratara-se de um trabalho que representou o sacrifício do próprio corpo, caracterizado pela da mulher doando seu próprio leite, que numa analogia com outras representações, poderia significar o próprio sangue, ou seja, a vida doada ao branco.

As representações sociais estão diretamente relacionadas aos mecanismos da memória e a capacidade de comunicação humana. No exemplo dado acima, o sistema complexo que foi a escravidão negra no Brasil, reduziu-se a uma imagem que não esgotava as questões que envolveram o escravismo, mas que fornecia um emblema às reivindicações dos militantes negros organizados na busca por reconhecimento e cidadania plena.

É importante deixar claro que a opção que fazemos nesse trabalho pela análise das representações sociais não está preocupada em avaliar se as construções de conhecimentos sobre as amas-de-leite ou mães-negras que atuaram no Brasil escravista, estão certas ou erradas, e sim que, independentemente desse juízo, vale compreender que "sua construção por parte dos indivíduos, no senso comum, constitui um processo gerador de ações sociais a partir da visão de mundo e de concepções ideológicas e culturais que estão presentes nas relações sociais."[viii]

Assim, anos mais tarde, num artigo publicado em 28 de abril de 1934, no jornal *A Voz da Raça,* portanto, seis anos após a campanha liderada pelo *Clarim d' Alvorada*, Veiga dos Santos

citou a Mãe-Preta ao argumentar contrariamente a entrada do elemento estrangeiro e as políticas públicas operadas em seu favor no estado de São Paulo. Novamente a imagem da Mãe-Preta ancorava a da mártir, ofertada pela "Pátria Brasileira" em benefício dos patrícios brancos. Os brancos eram os estrangeiros e na visão do militante "ladrões do nosso trabalho e bem estar que a Pátria Brasileira dividiu generosamente com êles, dando-lhes mesmo a melhor parte (como no caso das mães pretas amamentando os patrícios brancos e deixando os pretinhos na mão!)(...)" [ix] Nessa objetivação a Mãe-Preta e seus filhos "os pretinhos", além de representarem o martírio do negro, ocupava no presente o lugar de todos os trabalhadores nacionais, sucessivamente colocados de lado em prol do trabalhador estrangeiro.

A maneira que a representação da Mãe-Preta foi ancorada por Correia Leite ou Veiga dos Santos, não deve ser entendida com mesmo significado e finalidade que as ancoradas por sujeitos que tinham outros pertencimentos identitários e ideológicos, inseridos em outras relações sociais e com outras utensilagens mentais. Em suma, a objetivação poderia ser a mesma, mas sua utilização bastante difusa.

No próprio ano de 1928, um intelectual chamado Couto Esher escreveu ao *São Paulo Jornal* declarando seu descontentamento com a campanha, pois discordava do culto à Mãe-Preta por não ver qualquer valor positivo da raça negra na formação da nacionalidade brasileira. O que foi prontamente respondido por Correia Leite.[x] Já para o Conde de Afonso Celso, a ama-de-leite mostrava quão menos bárbaros foram os negros que vieram para o Brasil, se comparados aos dos Estados Unidos. Aqui, as mulheres negras eram obrigadas a abandonarem seus filhos, mas nem por isso deixavam de se dedicar aos filhos dos outros. Na concepção do escritor, essa relação afetiva entre a Mãe-Preta e a criança branca funcionou como um dos impeditivos do preconceito de cor no país.[xi] Nessa mesma direção foi Gilberto Freyre. Para este, a Mãe-Preta representava o privilegiado "lugar" a que chegou o negro em nossa singular democracia racial:

"quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre

em pretalhonas enormes. (...) E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos da casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala.[xii]

Entretanto não é bem isso que nos mostra a documentação sobre o período escravocrata. Informações de escravas de primeira "cria", alugadas ou vendidas sem a "cria", relatos de amas contaminadas por meninos sifilíticos e da morte de seus filhos naturais, pois eram retirados do convívio materno e colocados na Roda, são recorrentes.[xiii] Em 1852, Charles Expily, explicou o lucrativo comércio das amas-de-leite: "uma ama de leite é alugada por mais de uma engomadeira, uma cozinheira ou mucama. (...) Entre os comerciantes da cidade é questão de amor-próprio ter uma ama de leite que ostente um luxo insolente".[xiv]

Mas voltemos aos anos 1930 e às ações de Leite. Nem o busto nem o dia foram instituídos naqueles anos. Com o passar do tempo, o Dia da Mãe Negra passou a ser comemorado junto com a data da abolição: 13 de maio. Somente em 1955, a estátua da Mãe Preta seria construída pela prefeitura de São Paulo, no largo do Paissandu, perto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Contudo, o feito não corresponderia à imagem pensada pelo militante no passado. Leite, um homem de seu tempo, inebriado pelo mito da democracia racial, deu o seguinte depoimento:

Por que fazer uma negra descomunal, quando todo mundo sabe que uma negra daquela não entraria na casa grande para dar mamá pra um filho do senhor, com aquele pé grande...? Eles cuidavam muito bem das mucamas. Precisava ser muito bonita, muito limpa, muito direitinha. (...) Isso é ignorância da história.[xv]

Como pudemos ver, negros e brancos em lugares distintos e com reivindicações muitas vezes antagônicas, partilharam representações análogas sobre a escravidão como nos mostra o exemplo da Mãe-Negra.

[i] Mestranda em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora Associada ao Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES/UERJ. Professora da Rede Municipal de Ensino – RJ.

[ii] Cf. BASTIDE, Roger. *A Imprensa Negra no estado de São Paulo.* Estudos Afro-Brasileiros, São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. P.130 Denomina-se imprensa negra o conjunto de pequenos jornais realizados por negros e, preferencialmente, para negros desde os primeiros anos do século XX. No caso paulista, muitos jornais surgiram ligados às associações negras, fundadas com a finalidade de proporcionar espaços de sociabilidade e lazer voltados ao segmento negro que se sentia discriminado na maioria dos clubes e associações organizados pelos brancos. Tratava-se de uma "imprensa adicional" que cuidava do ambiente sócio-cultural negro que não recebia atenção da imprensa geral. Ver também FERRARA, Mírian.1973. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1969).* São Paulo: Edusp.

[iii] Segundo MAUES, Maria. *Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*. Tese de doutorado em sociologia, IUPERJ, Rio de Janeiro. 1997, citou o número de seis mil frentenegrinos em São Paulo e dois mil em Santos. No entanto, se levarmos em conta as entidades do interior de São Paulo e dos outros estados que existiram Frente Negra esse contingente pode ter sido bem maior. Sobre o assunto ver também QUILOMBHOJE. (org.) 1998 *Frente Negra Brasileira: depoimentos.* Entrevista e textos: Márcio Barbosa. São Paulo: Quilombhoje/Fundo Nacional da Cultura. & MOURA, Clóvis. 2004 *Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente.* In: K. MUNANGA (org.) "O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição" vol.1, Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares e CNPq.

[iv] Conforme pensado por GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura,* trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Círculo do Livro. S/d e mais recentemente por SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais.* In*:* REMOND, René (org). "Por uma história política", Rio de Janeiro: editora UFRJ/FGV. 1996.

[v] SIRINELLI,1996:248 O autor inclui as revistas, a mobilização em torno da feitura de um abaixo-assinado bem como os "salões" como estruturas de sociabilidade construídas ou freqüentadas pelos intelectuais franceses. No caso dos intelectuais-militantes que investigamos, apontamos a organização dos jornais negros, os bate-papos nos bares e esquinas, as associações de vários tipos e a existência dos "bailes negros" como as redes de sociabilidade negra.

[vi] ANDREWS, George. Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988) trad. Magda Lopes; Bauru, SP: EDUSC. 1998 p.336

[vii] LEITE, José Correia.1992*...E disse o velho militante José Correia Leite,* CUTI, Luís Silva, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. 1992, p.97-98

[viii] SILVA, Sérgio L. Senso comum, cotidiano e conflito: elementos para um estudo das representações sociais da política nos movimentos populares. In: “Movimentos Socais, produção e reprodução dos sentidos”. Org. FONTES, Breno S; Recife: Editora Universitária, UFPE. 1999

[ix] Veiga dos Santos, "Marchando", *A Voz da Raça,* ano II, 28/04/1934, p.4

[x] LEITE, "A nossa raça é uma raça mestiça e superior", *O Clarim d' Alvorada*, nov/1928, no.10, Segunda fase. P.2 Leite escreveu esse texto publicado no *São Paulo Jornal* e *Clarim d' Alvorada* para rebater as críticas do Dr. Couto Esher ao culto da Mãe-Negra em São Paulo.

[xi] LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia.* 5ª edição. São Paulo: Ática. 1992, p.197

[xii] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Ilustrações e cores de Cícero Dias; desenhos de Antônio Montenegro. 34º edição. Rio de Janeiro: Record. 1998, p.352

[xiii] Cf. GIACOMINI, S. *Ser escrava no Brasil*, **Estudos Afro-Asiáticos**, Universidade Cândido Mendes, nº 15, 1988, pp.145-170.

[xiv] Citado por SILVA, Marilene. *Tramas femininas no cotidiano da escravidão*, **Labrys, estudos feministas,** jan/jul.2004. http:/www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/marilenabr.htm

[xv] LEITE, José Correia. *...E disse o velho militante José Correia Leite,* CUTI, Luís Silva, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. 1992, p.99

A ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ROCHA POMBO E O ENSINO DE HISTÓRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

MARIA CRISTINA DANTAS PINA[i] - UESB/UNICAMP

Introdução

Neste texto analisamos o conteúdo sobre o escravo negro e suas implicações político-sociais veiculado no manual didático História do Brasil, de Francisco José da Rocha Pombo, editado em 1919. Esta reflexão constitui parte de um projeto de pesquisa mais amplo, cuja intenção é identificar, a partir da instalação da República até a década de 1980, como a temática escravidão foi construída nos livros didáticos de história, utilizados no ensino secundário, e quais suas implicações sociais e a repercussão desses livros em seus diversos contextos históricos.

A metodologia consistiu da reflexão do contexto sócio-econômico e político vivido pelo autor (abolicionista e republicano), da investigação sistemática do conteúdo do livro, do cotejo entre a obra e a historiografia da época. As categorias analíticas e respectivos indicadores utilizados foram: concepção de história (periodização, fatos, tempo), concepção de sociedade/nação (concepção de homem, composição e relações sociais, hierarquia), concepção de escravo (visibilidade, lugar ocupado, relações sociais). Procurou perceber a relação do particular - o conteúdo sobre escravidão no livro didático -, com o contexto mais amplo, isto é, considerou-se a totalidade histórica em que o objeto estava inserido.

Num primeiro momento é importante situar o debate republicano em torno da educação durante o período de 1890 a 1930, como também o contexto mundial de transformações em que o Brasil estava inserido. Em linhas gerais esse foi o período de instalação e construção dos instrumentos político-institucionais da República e a Escola foi um dos alvos privilegiados de atuação. É um momento intenso no tocante a disputas de ideais, projetos, interesses de toda ordem, no qual os diversos grupos sociais procuravam manter privilégios e dar direção às mudanças.

Momento em que a sociedade brasileira passava por um intenso processo de transformação em sua composição: aumento populacional, crescimento das cidades, grande diversificação étnica da população (negros, imigrantes europeus), tendo como estrutura uma sociedade em transição para inclusão numa nova ordem econômica mundial, chamada de capitalismo monopolista.

Hobsbawm (1992) assinala que essa 'Era' também foi marcada pelas as explicações racistas. A biologia foi utilizada para explicar as diferenças e superioridade dos europeus brancos. Essa estratégia foi fortemente utilizada pelos europeus e também pelas classes dominantes dos países pobres, dos territórios 'neocolonizados', como os países da América Latina, especificamente o Brasil.

O Brasil é marcado, nesse momento, pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, porém, não significando o fim do pensamento racista. Momento de intensos debates sobre a composição racial brasileira e as diversas tentativas de explicação do Brasil através do componente racial.

O ensino de história do Brasil

Todo esse debate perpassou também o ensino de história. Nadai (1993) reconstrói a trajetória desse ensino identificando tanto a influência do IHGB como das produções francesas que construíram uma disciplina escolar marcada pela história da civilização, e da nação, formada pela colaboração das três raças, principalmente nas escolas secundárias.

Foi um período de intenso debate em torno da finalidade do ensino secundário: de um lado os que defendiam a manutenção de seu caráter propedêutico e preparatório para o ingresso no ensino superior, de outro lado os que defendiam uma formação mais profissionalizante e a terminalidade. Debate que tinha como pano de fundo a disputa de mercado pelos empreendimentos privados, em sua maioria ligados aos setores católicos (Bittencourt, 1993).

Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, o currículo do secundário chegou a uma configuração conciliatória – manteve o caráter preparatório para o superior e uma educação humanística, com a introdução de alguns estudos científicos. Bittencourt (1993) analisa essa conciliação, mostrando a forte influência francesa na organização desse ensino, o qual deveria "basear-se na formação geral e 'sem preocupação utilitária prática', tendo 'por objetivo a formação das elites'" (p. 55). A disciplina História do Brasil e da América constituía o centro do ensino. É neste contexto que deve ser analisada a obra didática História do Brasil de Rocha Pombo e o papel assumido por esta na formação dos jovens do ensino secundário.

Rocha Pombo, a escravidão e o ensino de História do Brasil

José Francisco da Rocha Pombo viveu intensamente as transformações sócio-políticas, econômicas e culturais da transição do século XIX para o XX. Nasceu em Morretes (PR), a 4 de dezembro de 1857, participando ativamente da vida política do país. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, exerceu a função de jornalista, professor, poeta e historiador. Em 1875 fundou e dirigiu o jornal "O Povo" em Curitiba, no qual fez campanhas abolicionista e republicana. Foi eleito deputado provincial em 1886 pelo Partido Conservador.

Mudou-se em 1897, para o Rio de Janeiro onde ingressou por concurso no Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal. Em 1900 foi admitido como sócio efetivo do IHGB. Em 16 de março de 1933 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, não chegando a tomar posse, pois faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1933.

O manual didático 'História do Brasil' foi publicado com o objetivo de ser utilizado nas aulas dos dois últimos anos do curso secundário, como também para servir de material de consulta para professores do ensino primário e do ginásio[ii]. Foi uma obra utilizada por várias décadas, sendo reeditada até os anos de 1960. O livro é composto de 23 capítulos[iii], que vão desde o Descobrimento do Brasil até à Proclamação da República,

possui 502 páginas, com 90 ilustrações, em sua maioria retratos de personagens ligadas à vida político-administrativa do Brasil (jesuítas, bandeirantes, cenas da vida indígena (três imagens), mapas, arquitetura, paisagens). Em relação aos escravos negros traz apenas uma ilustração no item referente ao tráfico, a reprodução de uma prancha de Ruguendas intitulada 'transporte de pretos ou escravos para o interior'.

No geral o livro segue as marcas tradicionais de periodização da História do Brasil: descobrimento, colonização, independência, abolição, proclamação da república, marcas da história político-econômica, cuja abordagem tendia a condenar a colonização e valorizar os movimentos de independência e a construção da República.

A presença do escravo negro é destacada em três capítulos: capítulo VI – "Divisão do Brasil em dois governos, e reunião posterior em um só' -, no item 'Importação de Africanos' com sete páginas; no capítulo XI – 'Palmares, Emboabas e Mascates' -, no item 'Os Quilombos dos Palmares' com sete páginas; e no capítulo XXII – 'A Abolição' com seis páginas. Vamos ao seu conteúdo.

O Tráfico de Escravos

No item referente à importação de africanos o autor começa justificando a escravidão pela inferioridade da raça africana: "esta é exclusiva e característica das raças africanas degradadas, desde que se puseram em relação com outras raças em mais alto grau de cultura." (p. 125). Destaca Cuba e Haiti como núcleos que receberam maior leva de africanos, inclusive mais que o Brasil, portanto lá o número de negros é bem maior.

Informa sobre a importância econômica do tráfico, seu funcionamento e destaca a diversidade étnica na distribuição do negro no Brasil: "tem-se calculado em milhões o total de africanos que durante três séculos entrou aqui na fusão geral. É isso bastante para sugerir a enorme importância deste coeficiente na formação do nosso complexo étnico" (p.126).

A riqueza de detalhes das informações é uma característica da obra e dessa temática particularmente. Apesar de não citar referências ao longo do capítulo, tudo indica que Rocha Pombo tinha conhecimento dos estudos etnográficos já iniciados sobre os africanos, como, por exemplo, os estudos de Nina Rodrigues. Além disso, como visto anteriormente, esse momento foi marcado por intensas discussões intelectuais a respeito da presença da raça negra na sociedade brasileira. A História de Rocha Pombo não estava isenta dessa discussão e, certamente, contribui para consolidação de uma explicação para o problema racial na formação do Brasil.

Os Quilombos dos Palmares

Prosseguindo na obra, o autor destaca a experiência do Quilombo dos Palmares. Nesse momento é possível perceber a ambigüidade presente no discurso de Rocha Pombo sobre a presença africana no Brasil. Por um lado reforça a concepção hegemônica do período sobre a inferioridade e o perigo do negro para a sociedade brasileira, mas, por outro lado, não deixa de demonstrar certa admiração pela coragem, determinação e organização desses africanos.

Quando define o quilombo, sua visão preconceituosa sobressai: “É assim que se foram formando esses temerosos agrupamentos que desde o começo do referido século se fizeram em todas as capitanias o terror dos viandantes e das povoações indefesas” (p. 210). Em seguida, responsabiliza, de certa forma, os holandeses pela formação dos quilombos e não a crueldade da condição do escravo, manifestando, mais uma vez, sua concepção republicana, patriótica.

> Esses núcleos tomaram grande incremento com a invasão holandesa, em 1630. Apresentaram-se os intrusos em Pernambuco iludindo os cativos com promessas de liberdade. Por sua parte, forçados a defender-se e a fugir, não dispunham os senhores de meios de coação contra os escravos. Disso se aproveitavam os negros para escapar ao jugo do cativeiro” (p. 240).

Passada a Guerra e tendo prosseguido os Palmares, o autor busca outras explicações. Passa a ressaltar o perigo para a nação brasileira e a necessidade da destruição:

> Passado, porém, o primeiro período da guerra contra os holandeses (o período da resistência) começaram todos, portugueses e flamengos, a aperceber-se daquela **original anomalia**[iv], que punha em sério risco o domínio de uns e de outros. E tanto uns como outros começaram a açular aventureiros contra a confederação dos Palmares. (p. 241)

Relata as expedições tanto de holandeses quanto de portugueses para acabar com Palmares, destacando as derrotas sucessivas, a quantidade de negros aquilombados, as táticas empregadas pelos negros, etc. Além disso, descreve também um pouco da organização política e da vida social desses quilombos. Aqui se percebe, mais uma vez, a influência ou mesmo preocupação por parte da intelectualidade brasileira da época de conhecer em detalhes a vida dos africanos:

> Cada um desses grandes arraiais tinha o seu rei, que vivia venerado na sua *mussumba* (palácio), tendo o seu conselho de anciãos e os seus generais. Na vida dessas grandes aldeias reproduziu-se quase tudo da vida africana, apenas alguma coisa alterada sob a influência do culto católico e da civilização colonial. (p. 241)

Destaca os quilombos do *Macaco* e *Sucupira* como os principais, detalhando informações sobre suas lideranças, como o *Gangazuma*. Em seguida, ao descrever a resistência dos negros aquilombados, manifesta mais uma vez seu espírito patriótico. Coloca nos negros os sentimentos patrióticos que gostaria que todos os brasileiros tivessem, construindo assim uma explicação para a resistência a partir dos ideais de nação:

> Durante vinte anos repetiram-se tentativas infrutíferas contra aqueles dois redutos, onde se sabia concentrado o maior poder dos quilombolas. Com uma tenacidade admirável, porém, e com um vigor e coragem só próprio de quem defende a pátria, zombaram os negros de todos os esforços, frustrando nada menos de vinte e cinco expedições até 1674. (p. 242)

Porém volta a manifestar a temeridade e preocupação com essas vitórias. Era preciso, na sua visão, urgência na destruição de Palmares: "(...) eram gerais as queixas e reclamos das populações, expostas à **audácia**[v] crescente dos negros, vangloriosos daqueles repetidos insucessos dos brancos" (p. 242). Descreve o roteiro das principais expedições e suas derrotas e ganhos. Nesse momento, o discurso histórico de Rocha Pombo contribui para a construção de outro mito da historiografia nacional – o Bandeirante: "Só mesmo o *bandeirante* seria capaz de dar cabo daqueles negros, que se haviam assenhorado de florestas tão vastas e escusas, e que, pela sua união e disciplina, tanto

como pelo seu número, se tinham tornado mais temerosos que os próprios índios" (p. 244).

Finaliza informando sobre a definitiva destruição dos Palmares, demonstrando alívio em tal ato: "Assim caiu, em 1694, o último reduto dos Palmares, ao cabo de mais de 50 anos de luta com que se afrontou a sociedade colonial" (p. 246).

A Abolição

No capítulo referente à Abolição, vai descrever o processo de libertação da escravatura associada a um contexto de mudanças institucionais por que passava o Brasil, o qual o levou à proclamação da República, obra máxima segundo o autor. Analisa a abolição como uma das reformas mais importantes para o destino da nação, porém ressalta e justifica a necessidade de prudência que ocorreu na sua efetivação, por conta do perigo que representava para a estrutura sócio-econômica brasileira:

> A escravidão era o maior dos males que nos legara o regime de colônia. Quando nos apercebemos dele, tão fundo havia penetrado em nosso organismo social, que a sua eliminação constituiu o mais temeroso dos problemas com que tivemos de arcar. Por isso mesmo é que se explica a obstinada resistência de muitos. (453)

Apresenta o processo de reformas em relação à escravidão, as leis aprovadas e, enfim, analisa a abolição como um ato inevitável, necessário e inexorável ao processo de evolução do país: "Não havia, com efeito, nenhuma providência com que se pudesse adiar a única solução que todos reconheciam como imperiosa e inevitável. Vitoriosa no sentimento geral, dir-se-ia que a abolição imediata só esperava pela solenidade de um ato legislativo" (p. 451).

Em seguida transcreve a lei Áurea e os detalhes do Rio de Janeiro naquele momento, indicando uma participação popular e fazendo uma apologia do ato da Princesa regente. Como abolicionista e republicano que era, Rocha Pombo reconhece o prejuízo histórico da escravidão e entende que, para o progresso da nação era necessária a abolição. Mas, ao mesmo tempo, consciente do papel econômico que a escravidão representava, defendendo os interesses dos grandes proprietários rurais, ele reforça a necessidade do

processo ter sido gradual e lento. Abolição sim, mas sem prejuízos para os proprietários de escravos. Esta foi a posição de muitos abolicionistas oriundos da classe social proprietária que conciliou o liberalismo econômico com a mão de obra escrava.

Algumas considerações finais

A obra de Rocha Pombo está sustentada numa visão de história como manifestação da trajetória da formação da nação brasileira, consolidada com a proclamação da República. Como parte dessa concepção de história, o escravo negro aparece como elemento formador da nação, porém ocupando um lugar 'menor' nesse processo pela inferioridade da raça e das civilizações africanas em relação à civilização européia. Mesmo destacando a crueldade da escravidão, muitas vezes em tom de denúncia, justifica sua existência por séculos em nome de um projeto maior – a construção da nação brasileira livre e soberana.

Nesse sentido consideramos que Rocha Pombo reforça uma visão do negro predominante naquele período – inferior, atrasado culturalmente, incapaz de progredir tecnologicamente e, portanto, destinado ao fracasso ou ao desaparecimento. Na obra como um todo a visão racista e de superioridade da raça branca é a dominante, produzindo intensas implicações para a visão de mundo racista e hierarquizada, alimentada através das escolas e difundida na sociedade como um todo. Sua história contribui, assim, para a manutenção de uma sociedade sustentada em privilégios econômicos, os quais têm respaldo nos valores ideológicos que justificavam a posição social de superioridade assumida pelos brancos.

---

[i] Doutoranda em História da Educação, bolsista da Capes/PQI, vinculada ao Grupo de Pesquisa HISTEDBR. tinapina@uol.com.br

[ii] Rocha Pombo escreve outros manuais didáticos como Nossa Pátria (1914), para uso do primário e Compêndios de História da América (1900).

[iii] Acrescido na sua 8ª edição (1958) de mais um capítulo, o capítulo XXIV redigido pelo revisor Hélio Vianna. Cabe destacar que nesse artigo a obra analisada corresponde a esta edição de 1958.

[iv] Grifo nosso.

[v] Grifo nosso.

Aparelhos ópticos no Rio de Janeiro do século XIX

Cristina Miranda (Cap-UFRJ / PUC-SP / bolsista CNPQ)

Os aparelhos ópticos que surgiram na Europa, ao longo do século XIX, a partir de pesquisas e experiências científicas, e rapidamente foram popularizados sob a forma de brinquedos, vêm sendo tratados pela historiografia clássica do cinema, como por exemplo a desenvolvida por George Sadoul (1948), apenas como parte de um processo de evolução tecnológica que culminaria com a invenção do cinematógrafo. Entretanto, recentes trabalhos vem configurando um novo quadro: os estudos referentes ao período inicial do cinema, também conhecidos por *Early Cinema*[i] e o estudo do historiador da arte Jonathan Crary[ii].

Tais estudos consideram que os primeiros anos de exibição de filmes, assim como o período anterior, de invenção e popularização dos aparelhos ópticos, são mais do que a 'infância' daquilo que hoje conhecemos por cinema e, por isso, não devem ser analisados sob o ponto de vista do cinema narrativo, mas em suas especificidades, pois estão inseridos em uma lógica e em um projeto não imediatamente relacionados com as características posteriormente presentes no cinema. A inserção desses aparelhos na história do cinema deve, portanto, ser pensada a partir de seu uso social, ligada a um novo sujeito, um novo observador, que se constituiu a partir de transformações que se deram ao longo do século XIX no campo da política, da economia, do social, e da Ciência.

Diversos autores já pesquisaram e escreveram sobre o período anterior ao cinema no Brasil, destacando a utilização destes aparelhos ópticos como forma de divertimento. Nesse sentido, destacam-se as obras de Vicente de Paula Araújo[iii] que buscou, em publicações da época, os acontecimentos em torno dos divertimentos mecânicos e artísticos na chegada do cinema no Rio de Janeiro e em São Paulo, oferecendo ao leitor "um painel da vida urbana (...) no setor das diversões populares", entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX; e de Alice Gonzaga, que analisou a expansão do cinema no Rio de Janeiro desde os seus primórdios.[iv]

A maior parte da bibliografia encontrada sobre os primórdios do cinema no Brasil, que aborda a utilização destes aparelhos, porém, não o faz como objetivo principal, mas lateralmente, como parte introdutória da chegada do cinema no Brasil e, por esse motivo, quando aborda os aparelhos de forma mais central, privilegia o final do século XIX e a passagem para o século XX, período em que estes aparelhos coexistiram com o *cinematógrapho*.

Vários desses aparelhos ópticos, entretanto, circularam por diversos espaços, desde os primeiros anos do século XIX, provocando significativa repercussão nos mesmos, ainda que inicialmente nos centros de maior densidade populacional, como por exemplo no Rio de Janeiro.

Desde 1815 já encontramos referências aos aparelhos ópticos na cidade. A primeira delas refere-se a uma *lanterna mágica*[v], conforme notícia da *Gazeta* (13/9/1815) onde anuncia-se o "leilão de huma colleção de livros em varias línguas, estampas Francezas, *huma lanterna magica e phantasmagorica*". Em correspondência de D. Pedro I à seu filho, em torno de 1832, encontramos também referência a uma *lanterna mágica* que teria sido enviada ao príncipe regente juntamente com outros presentes da Europa[vi]. Em 1834 encontramos a primeira referência em jornal da época a um *Cosmorama*[vii]. A referência se dá a partir da venda de um estabelecimento, conforme notícia do *Diário do Rio de Janeiro*:

> "57 – O proprietário do Cosmorama da Rua do Ouvidor n. 175, Canto da rua dos Latoeiros, tendo de regressar a Espanha (...) de onde emigrou em 1825 (...) oferece à venda o seu estabelecimento de Cosmorama completo, tal qual existe atualmente". *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abr. de 1834.

Alice Gonzaga (1996:26) revela que este este estabelecimento de cosmorama fora instalado em 1º de fevereiro por José Felix Moniz na rua da Cadeia (hoje Assembléia), 17, e depois transferida para a rua do Ouvidor, 175. O proprietário, que não possuía a documentação legal para permanecer no país, tendo de regressar a Espanha, o colocou à venda pouco tempo depois. A autora indica, ainda, que o estabelecimento "pode ter sido comprado por Francisco Passasolo e Luís Dancase, que aparecem com um 'cosmoprograma' na mesma rua, mais ou menos um ano depois".

Morales de Los Rios[viii], também menciona este estabelecimento, acrescentando a referência à um segundo estabelecimento, na mesma rua, de exibição de fantasmagorias.

Delso Renault[ix], autor que organizou uma série de notícias de jornais sobre o Rio de Janeiro do século XIX, também destaca o aparelho - "Na década de 40, o Cosmorama divertiu a população" – e faz referência a um Museu de ótica, como "uma repetição daquele passatempo, com máquina mais aperfeiçoada". Segundo Gonzaga (1996) descreve, [com base na pesquisa de Renault] em fins de 1841 instala-se um estabelecimento na rua do Teatro, 33, trazendo "lindíssimas vistas do cortejo de Napoleão em ponto grande", "vistas panorâmicas de Paris e flagrantes de acontecimentos recentes ocorridos na Europa".

De acordo com os registros encontrados, as lanternas mágicas e os cosmoramas, primeiros aparelhos a serem apresentados ao Brasil, foram apreciados pela população. O sucesso popular alcançado por estes aparelhos, entretanto, não pode ser atribuído apenas a expansão de estabelecimentos de exibição e deve ser verificado no contexto das diversões populares, como demonstrou a obra da historiadora Martha Abreu[x] que, ao pesquisar sobre a festa do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro, entre 1830-1900, descortinou um importante lócus da cultura popular e da utilização destes aparelhos em um contexto popular: as festas religiosas.

As festas de santos, como eram conhecidas no século passado, reuniam grande parte da população da cidade, com especial penetração nos setores mais populares. A mais importante delas, que reunia o maior numero de pessoas, era realizada no campo de Santana. Estas festas ofereciam, além das atividades religiosas (procissões etc.), vários divertimentos – apresentações teatrais e musicais, atrações de circo, barracas de comidas e bebidas, fogos de artifício, leilões, barracas da sorte, barracas de jogos e de "outros divertimentos", nos quais se incluíam apresentações de cosmoramas, lanternas mágicas e panoramas portáteis, ou, ainda espetáculos de ilusionismo – "mágicas (naturais e fantásticas)".

Baseando-se em uma série de requerimentos de licença para funcionamento de jogos, barracas e outras diversões realizadas no espaço público e em relatos de

memorialistas e viajantes sobre a festa do Campo de Santana, assim como em anúncios e "críticas" publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, Abreu (1999:75) percorreu um século de divertimentos populares revelando aspectos importantes da festa, de seus participantes, das atividades oferecidas e da relação das irmandades, dos barraqueiros e dos setores mais populares com o Império e demais poderes locais.

A festa reunia as camadas mais pobres da população, juntamente com as comportadas famílias religiosas e mais abastadas - que se divertiam "simultaneamente (mas não da mesma maneira) com as diferentes possibilidades" oferecidas – configurando-se num "intenso e extenso trânsito cultural" entre as diversas camadas da população, tendo inclusive adequação de horários das atividades oferecidas nas barracas, freqüentadas, seja por famílias ou boêmios.

As barracas funcionavam por um período longo e eram fonte de grande lucro para os empresários das diversões, que, precisando agradar a um variado público, importavam atrações lucrativas, anunciavam nos jornais e vendiam ingresso. Segundo Abreu (1999:70):

> As barracas da festa (...) faziam de tudo para atrair o público (...). Em geral, todo ano os barraqueiros tinham que solicitar à irmandade do Espírito Santo a autorização para seus empreendimentos. Como deviam estar afinados com os gostos e as modas do público, uma garantia para o sucesso, as autorizações da irmandade revelavam uma enorme disposição da festa e de seus organizadores em se atualizarem frente às novidades do ramo das diversões, inclusive internacionais, (...).

Ao longo do trabalho, Abreu (1999) registra ainda os tipos de "controle e disciplina social, moral e religiosa" que foram esboçados ao longo do século XIX sobre essas manifestações populares, ora pela Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, entendida pelo conjunto de seus representantes, fiscais e funcionários, ora pelo próprio Regente, ora com a ajuda do Chefe de polícia; explicitando "como a população procurou burlar a legislação e as recomendações para realizar suas atividades lúdicas e religiosas". As alegações para as proibições de barracas, jogos, danças e outras atividades variaram ao longo do século – preocupação com os ajuntamentos (a partir do levante de negros na

Bahia em 1835 e a ameaça de novos levantes no Rio de Janeiro e em Minas Gerais), com a moral, desordens, bebedeiras e ameaças a ordem pública, condições de higiene, etc.

Ressalta-se que, partir do relato de Abreu (1999), constatamos que os divertimentos ópticos, entretanto, tiveram um tratamento diferenciado de outras diversões: apesar de popular, trazia em seu bojo a perspectiva da civilização – afinal, eram apresentados como novidades européias, científicas e instrutivas - e, talvez por isso, foram reprimidos de forma diferenciada.

Abreu (1999:213) sustenta, por exemplo, que

> A polícia das festas da Câmara Municipal na década de 1830 tornaria cada vez mais difícil a realização das danças populares em locais públicos. Em contraste, uma quantidade expressiva de pedidos de pequenos empresários para *cosmoramas* – a última novidade que vinha da Europa, apresentando vistas de vários países, observadas por aparelhos ópticos que as ampliavam – foram aprovados. Além dos solicitantes serem estrangeiros e representarem a novidade européia, o próprio tipo da atração, organizada por um empresário e onde o público era apenas o assistente, ajuda a entender as autorizações.

Nos anos de 1840-1855, segundo a autora, não houve recuo quanto aos mecanismos de controle das atividades da festa, “mas os temores, expressos pelas autoridades municipais nas autorizações dos anos 1830, cederam lugar, paulatinamente, a uma convivência menos restritiva com as festas e seus complementos”. No ano de 1843, por exemplo, de 18 registros encontrados de solicitações de autorização de barracas para a festa, 6 eram para “cosmoramas com vistas estrangeiras”. Além destes, ao longo da década a autora registrou pedidos para apresentações de *panoramas fantasmagóricos*.

A partir de 1850, entretanto, verificou-se “uma política de controle mais restritiva das autoridades municipais sobre os costumes da cidade e, principalmente, sobre as festividades populares”. Esses anos foram marcados “por muitas reclamações na imprensa contra os tiradores de esmola”. Outra questão que passou a incomodar foi a crescente presença nas ruas de “artistas ambulantes”. Assim, a autora registrou sucessivas condenações de “pedidos de particulares para tocar realejo pelas ruas, mesmo que alegassem ser a atividade fundamental para o sustento da própria família”.

Segundo Abreu (1999:259)

> Os pedidos para realejos (...) datam de 1844, e a quase maioria absoluta pertence a estrangeiros, italianos, principalmente, espanhóis e franceses. Até 1857 (...) eles eram permitidos sem maiores exigências (...). A partir daí (...) os realejos sofreriam um cerceamento progressivo e os estrangeiros começaram a ser vistos como perigosos.

Assim, em 1863, passaram a ser incluídas entre as proibições as apresentações de panoramas portáteis, realizadas pelos artistas ambulantes. Entretanto, pela quantidade de artistas nas ruas e pela pressão dos 'necessitados', a política de proibição era de difícil execução. Assim, a despeito dos indeferimentos da Câmara, o chefe de polícia, ainda que cobrando um depósito, como garantia, de 50 mil réis, concedeu licença para dois italianos circularem pela cidade com panorama e realejo, provocando uma espécie de efeito em cascata pela sua decisão. Dessa forma, a proibição não se efetivou por completo, ainda que tenham sido criadas condições para limitar as apresentações.

Em 1869, os cosmoramas também passaram a ser criticados em "nome da civilização".

> Depois de serem considerados as maiores atrações internacionais dos anos de 1830, reunindo apresentações de vistas de vários países, (...) os cosmoramas devem ter caído na mão de empresários populares. Diferentemente das casas autorizadas a funcionar, esses empresários armavam desajeitadas barracas pelas praças da cidade. Uma delas ficava localizada na praça das Marinhas, largo do Paço, e, quando seu proprietário, Antônio da Silva Júnior, solicitou prorrogação da licença, recebeu o seguinte despacho do (...) vereador da comissão de praças: *Entendo que é ridículo e depõe contra nossa civilização o uso de barracas para os cosmoramas (...) em qualquer praça da capital do Império e sobretudo no largo do Paço, que é freqüentado por todos os estrangeiros que aportam a esta cidade; e pois sou de parecer que se negue a licença pedida.*
> Silva Júnior apelou para todos os argumentos que, acreditava, sensibilizariam a Câmara: não atrapalharia o trânsito público, havia empregado as suas economias, era onerado de numerosa família e, por último, confiava no 'benfazejo coração' da Câmara, que não tiraria 'o pão cotidiano de seus inocentes filhos'. Apesar de os vereadores se dividirem, seu pedido foi indeferido em julho de 1869. (p.264-265)

Segundo Abreu (1999:352, 48) em abril de 1880, outro pedido de panorama, desta vez para o campo da Aclamação, foi indeferido. Em 1884 sucedeu-se caso semelhante. Apesar de o "solicitante procurar valorizar o caráter recreativo e sério do divertimento,

considerou-se o local escolhido como *muito incoveniente*". Como a própria autora ressalta, "importava muito (...) o local de realização e o público previsto". Assim, os "panoramas mais sofisticados, em locais especiais, foram licenciados sem problemas", como por exemplo o de "Vítor Meireles, que seria exposto numa rotunda próximo do Paço Imperial", em 1889.

Nos pedidos de 1882 e 1886, para a festa do divino que continuava a realizar-se, embora não mais no Centro e não tão freqüentada, os panoramas de vistas continuaram a ser anunciados.

Após 1890, os pedidos para realejos tornaram a ser indeferidos, desta vez "pelo próprio prefeito da cidade, na época Barata Ribeiro, com reforço da justificativa de que os requerentes deveriam 'empregar a sua atividade em trabalho mais útil a si e à sociedade do que o de tocar harmônica pelas ruas". Mas, novamente, "as requisições para cosmoramas (...) tiveram histórias (...) diferentes".

> Independente das críticas que os cosmoramas móveis e populares vinham recebendo há tempo, os pedidos persistiam e chegavam a incorporar as justificativas da moda para terem mais argumentos na busca do licenciamento. Um deles, uma solicitação de cidadãos brasileiros de 1893 para uma Câmara escura portátil funcionar em um *Kiosque* ou *chalet*, justificava-se demoradamente com argumentos de que o divertimento era científico e interessante sob todos os pontos de vista.
> Em junho de 1895, sem maiores explicações, (...) o próprio prefeito, Furquim Werneck, enviava uma circular a todos os distritos da cidade, comunicando que, com urgência, se deveria providenciar para que fossem fechados os cosmoramas existentes, 'pedindo, se necessário for, o auxílio da polícia'.
> Essa drástica decisão, entretanto, não duraria muito tempo. Em 1896 o pedido de Philipe Gazelle e Adolpho Mallitz para funcionar numa sala térrea da rua do lavradio foi aprovado. O agente da prefeitura, independentemente do local ser particular, havia dado parecer desfavorável, alegando ser um subterfúgio para funcionamento de casa de jogo e um desrespeito à moral pública. Uma outra autoridade, provavelmente um intendente, analisou a questão de uma forma diferente: não havia lei que vedasse o funcionamento do cosmoramas; (...). (Abreu, 1999:338).

Certamente havia algo mais, além das controversas aceitações e negações de pedidos para exibições destes aparelhos. Por um lado, como sublinha Abreu (1999) a apropriação, pelos segmentos populares, da moral dominante, ajudavam a driblar o controle - os valores, moralizantes, sobre a conduta em locais públicos eram apropriados por

diferentes personagens (pequenos empresários, barraqueiros, membros das irmandades, artistas ambulantes), que tornavam atraentes seus pedidos "para 'cosmoramas ordeiros', 'sortes beneficentes', 'jogos inocentes', 'divertimentos instrutivos' (...)". Por outro, deve-se ressaltar, o que estava em proibição eram as formas de cultura popular, que iam contra o padrão civilizador europeu – danças sensuais, batuques desordeiros, jogatinas, artistas populares pelas ruas – e não os aparelhos ópticos em si. Ao contrário, comprovadamente as solicitações de exibições em locais fixos eram sempre aprovadas.

No final do século XIX, estes aparelhos já haviam se espalhado pelo Brasil. O cinema já começava a despontar e estes divertimentos mecânicos alcançavam sua glória nas terras tropicais. Até os anos de 1913, ainda encontramos registros de suas apresentações concomitantes a dos primeiros cinematógrafos e cinemas brasileiros.

O uso dos aparelhos em locais públicos, acessíveis aos setores populares, em especial como diversão em festas religiosas e outras contribuiu para o redimensionamento da cidade, ensejando tensões e deslizamentos na relação entre o público e o privado. O direito de exibição nesses espaços, como vimos, gerou muitos conflitos, porém, o controle não pôde ser absoluto. Assim, ecos de práticas existentes na Europa chegam aos populares. As ruas e praças já não podem ser obstáculos e barreiras à circulação das gentes simples. A cidade como espaço público começa a ser esboçada.

---

[i] Ver: GUNNING, Tom. Uma estética do espanto: O cinema das origens e o espectador (in)crédulo.**Revista Imagens,** São Paulo: Editora da Unicamp, n.º 5, ago. / dez. 1995.

[ii] CRARY, Jonathan. **L'art de l'observateur: vision et modernité au XIX siécle**. Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 1994.

[iii] ARAÚJO, Vicente de Paula. **A bela época do cinema brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. [2ª edição, 1985]; ARAÚJO, Vicente de Paula. **Salões, Circos e Cinemas de São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

[iv] GONZAGA, Alice. **Palácios e Poerias: 100 anos de cinema no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Record: FUNARTE, 1996.

[v] "uma caixa óptica de madeira, folha de ferro, cobre ou cartão, de forma cúbica, esférica ou cilíndrica, que projeta sobre uma tela branca (tecido, parede caiada, ou mesmo couro branco, no século XVIII), numa sala escurecida, imagens pintadas sobre uma placa de vidro". MANNONI, Laurent. **A Grande arte da luz e da sombra: arqueologia do cinema**. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo: UNESP, 2003.

[vi] MAUAD (1999:145) *apud* **Cartas. Correspondência entre D. Pedro I e D. Pedro II.** Arquivo Histórico do Museu Imperial, I POB 22.2.831 PI.B.C1-8

[vii] Segundo Delso Renault, "(...) um projetor primitivo, que exibia fotos ampliadas de vistas e flagrantes da Europa". RENAULT, Delso. **O Rio Antigo nos anúncios de jornais, 1808-1850**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

[viii] MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. **Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbook, 2000. p365.

[ix] RENAULT, Delso. *Op. Cit*. p.103.

[x] ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

MORADIA DOS POBRES: CORTIÇOS, CASEBRES E PALHOÇAS – UMA AMEAÇA À SAÚDE PÚBLICA EM SÃO LUÍS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1920).

Profa. Msc. Maria da Conceição Pinheiro de Almeida.

A cidade de São Luís, no início da República, a exemplo do que acontecia na maioria das capitais brasileiras, enfrentava problemas sérios referentes às questões sanitárias, com a inexistência de serviços básicos de saneamento, tais como, água encanada, esgoto sanitário, coleta regular de lixo, disponíveis para grande parcela da população. As esferas estadual e municipal não apresentavam políticas públicas de saúde que contemplassem a oferta desses serviços a curto e médio prazo. Por outro lado, era urgente que algo fosse feito a fim de sanear a capital do Estado e pudesse diminuir a vulnerabilidade da cidade em abrigar uma série de enfermidades, tanto endêmicas quanto epidêmicas, como vinha acontecendo ao longo de sua história.

Sem condições de resolver a questão do saneamento, em princípio, as autoridades locais investiram na política de evitar o surgimento das doenças, especialmente, as que "pegavam", através do incentivo à higienização da cidade, criando para isso todo um aparato legal contendo uma série de normas de higiene a serem seguidas pelos habitantes locais, e, visando garantir o cumprimento dessas normas pela população da cidade, investiram num forte esquema de fiscalização, voltado especialmente aos ambientes ocupados pelas camadas mais pobres da população, pois, em "regra geral", o surgimento das enfermidades se dava em suas moradias, formadas por cortiços, casebres ou palhoças, como eram conhecidas as mesmas.

De um modo geral, a campanha de higienização nas cidades tinha como alvo principal as camadas pobres da sociedade, vistas pelas elites como "classes perigosas", em princípio por oferecerem problemas à ordem pública, e depois por representarem também o perigo do "contágio", especialmente, devido aos "hábitos de moradia", os quais eram considerados

"nocivos" à sociedade como um todo[1], e por isso, ponto de partida para as políticas de saúde pública no Brasil do início da República.

Nas primeiras décadas da República, na grande maioria das cidades brasileiras, e é o caso de São Luís, as camadas pobres da população dividiam os mesmos espaços com as elites, razão pela qual seus "hábitos de moradia" incomodavam ainda mais, visto que, *"gente morando em precárias condições não só agredia a vista, o olfato, a saúde, quem sabe a vida das elites dirigentes. Era uma chaga exposta, um problema a ser resolvido*".[2]

A população pobre em São Luís, inicialmente, ocupava, sobretudo, os baixos de sobrados, preterido pelas famílias mais abastadas (que em regra ocupavam os andares superiores), os quais representavam os "cortiços" da cidade, uma vez que esses locais eram subdivididos, transformados em habitações coletivas, e posteriormente alugados por seus proprietários às famílias humildes da cidade. Cada família tinha à sua disposição dois cômodos ligados entre si, porém inteiramente isolados do resto da casa.

As famílias ocupantes desse tipo de moradia não tinham direito à cozinha, à latrina, ao uso do quintal e menos ainda água canalizada. Assim, eram obrigados a fazer dos cômodos que dispunham, "sala, quarto de dormir, varanda, cozinha e latrina".[3]

As condições higiênicas desse tipo de habitação eram degradantes, conforme descreve o Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão:

> "... a umidade do ambiente, a obscuridade, o mau cheiro que ali reina proveniente dos objetos lançados durante o dia em latas e em outros depósitos, de odores de comida, feita nessa área quase fechada, de emanações individuais tornadas mais fortes pela escassez de água para o banho, do lixo guardado a um canto para despejos noturnos(na via pública)..."[4]

A Lei Sanitária de 1904 apresentava em seus artigos a preocupação com esse tipo de moradia coletiva, procurando evitar a ocupação dos baixos de sobrados quando esses não atendessem às mínimas condições de higiene, e representassem perigo à saúde pública, conforme se pode observar na recomendação abaixo contida no art. 67 dessa Lei:

> "Quando os prédios de habitação coletiva, por suas más condições higiênicas, não puderem continuar a servir sem perigo para a saúde pública, o Inspetor Sanitário intimará os proprietários, arrendatários ou locatários a fechá-lo dentro do prazo que fixar, não podendo os mesmos ser reabertos senão depois de feitos os melhoramentos exigidos..."[5]

Ou ainda como mostra o art. 71 da mesma Lei: "... *não se pode permitir a moradia em baixo de sobrados ou de outras dependências de prédios desde que não recebam ar e luz diretos e mais ainda se não tiverem instalações próprias para cozinha, latrina e quintal, sob pena de vinte mil réis de multa"*[6]

Percebemos, por outro lado, que os baixos de sobrados continuaram servindo de habitação para as famílias humildes de São Luís por bastante tempo, apesar das recomendações contidas na Lei Sanitária de 1904, e sem que nenhuma melhoria fosse feita nesse tipo de moradia, conforme nos mostra a Lei Sanitária de 1916 em seu art. 49: "*Após dois anos a contar da data da publicação dessa Lei, não será mais permitida a moradia em baixo de sobrados que não possuam boas condições higiênicas e todas as instalações necessárias ao uso dos seus habitantes*"[7].

O Relatório apresentado pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão aponta em 1923 que, sob pressão das autoridades sanitárias, alguns desses baixos de sobrados perderam a função domiciliária. O fim da função domiciliária de alguns baixos de sobrados, aliado ao aumento da população urbana de São Luís registrado no início do século XX, levou as classes pobres de São Luís aos chamados "bairros pobres", surgidos no perímetro urbano da cidade, como *Baixinha, Cambôa do Mato e Codozinho,* onde foram erguidas um sem número de *palhoças.*[8]

As palhoças em São Luís eram casebres cobertos, e por vezes tapados com palhas da palmeira de babaçu. Aliás, casebres eram habitações comuns em outras cidades brasileiras no início do século XX, e presentes, inclusive nos dias atuais, representando uma alternativa de

moradia para os excluídos urbanos, trazendo consigo toda a carga negativa das moradias dos pobres.[9]

O Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão descrevia as palhoças como

> "... simples abarracamento, lôbregos, em áreas de restritas dimensões, baixos, de paredes esburacadas, feitas de taipa ou palha, dotados em regra de um simples compartimento.(...) moradores, gente doentia, (...) clientes demorados diários do Posto de Profilaxia, que com eles emprega grande parte do pessoal do serviço para visitas e fiscalização domiciliares".[10]

Das p*alhoças* dizia ainda o referido Relatório: "... *construídas pelo Géca(...) sem ar, sem luz, sem asseio; casas de solo lodacento no inverno; de paredes gretadas e anfractuosas onde se esconde a vermina e a sujeira; ..."*[11]

Conforme dados desse Relatório, havia em São Luís, cerca de 1.166 palhoças nos bairros populares da Baixinha, Cambôa do Mato e Codozinho, abrigando um total de 5.162 pessoas.

As ações sanitárias em relação às moradias dos pobres em São Luís, recaía sobretudo nos baixos de sobrados, onde pobres e ricos ocupavam o mesmo espaço, visto que o segundo ou o terceiro andar do prédio era habitado por famílias de maiores posses, inquilinos ou mesmo proprietários.

A Lei Sanitária de 1916 em seu Capítulo V, que trata da higiene dos domicílios, normalmente refere-se aos baixos de sobrados utilizando o termo "prédio", como mostra o § 2º do art. 41: "*Se o prédio carecer de condições higiênicas por vícios e defeito de construção*...". Ou ainda "*Desocupado o prédio, será lançado interdito*..."[12], confirmando nossa afirmação sobre os baixos de sobrados como alvos principais das ações sanitárias.

A situação da higiene nas palhoças era reconhecidamente precária, porém, segundo consta no Relatório de 1923, pouco ou nada era feito em benefício de seus habitantes. "*Estes três bairros* [Baixinha, Cambôa do Mato e Codozinho] *são o mais desolador atestado do*

absoluto descaso com que os poderes públicos vinham encarando o problema do saneamento e embelezamento urbanos". Procuravam os poderes públicos, antes se livrarem da presença incômoda dos habitantes das palhoças do perímetro urbano, em princípio, proibindo a construção de casas cobertas de palha no perímetro urbano, ou então, a cobertura daquelas já existentes, punindo aos infratores com multas.[13]

Já os moradores dos baixos de sobrados tinham seus "hábitos" por vezes condenados pela imprensa local, como mostra trechos desse artigo publicado no Jornal do Maranhão de 1900:

> "A imprensa tem-se ocupado (...) do péssimo costume que há, sobretudo da parte dos moradores de baixos de sobrados, que não comunicam com os respectivos quintais, de fazer da rua depósito de lixo.(...) Os Srs. Médicos da Inspetoria de Higiene, que andam efetuando visitas sanitárias, se ali fossem verificariam a exatidão do que deixamos afirmado".[14]

Finalmente, salientamos que o aparato legal elaborado pelas autoridades políticas e sanitárias para fazer de São Luís uma cidade "higienizada", atendendo aos parâmetros de "civilização" vigentes na época, era inteiramente compatível com o projeto nacional, cujo objetivo maior era " *eliminar das vistas a pobreza, que, por convicção da elite, era suja, e perigosa. Se o centro era o cartão de visitas, as camadas populares, desalojadas, deveriam ir para os subúrbios."*[15] Assim se verificou em Paris, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre. As determinações contidas na legislação do período eram praticamente impossíveis de serem cumpridas pela maioria da população, constituída de pessoas pobres, além do que, uma higienização satisfatória deveria contar com os serviços mínimos de saneamento, água canalizada e tratada, esgoto sanitário, coleta regular de lixo, serviço de saúde para atender à população, os quais até hoje a cidade de São Luís carece, e onde os governos daquela época nem de longe acenavam com essa possibilidade.

NOTAS:

[1] CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo; Companhia das Letras, 1996, p.29
[2] PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880/1920. Porto Alegre, Editora Universidade, 1994, p.104
[3] Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, 1923. p.137. O Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão foi implantado no Estado em 1919, a partir do "segundo movimento sanitarista", que criou a Liga Pro-Saneamento no Brasil em 1918. Ver mais sobre o assunto em Hochman, Gilberto. A era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.
[4] Idem
[5] Lei nº 358 de 09 de junho de 1904, que organizava o Serviço Sanitário do Estado e instituía o Código Sanitário de 1904.
[6] Idem
[7] Lei Sanitária nº 736 de 11 de abril de 1916, que reorganizava o Serviço Sanitário do Estado.
[8] Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, Op. Cit. p. 137
[9] PESAVENTO, Op.cit., p.116
[10] Relatório da Saneamento e Profilaxia Rural do Estado do Maranhão, Op. Cit. p.137
[11] Idem
[12] Lei Sanitária nº 736, de 11 de abril de 1916.
[13] Relatório de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, Op. Cit. p.105
[14] Jornal da Manhã,29.08.1900. In. ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. A Saúde pública e a pobreza em São Luís na Primeira República – 1889/1920. Dissertação de Mestrado; Recife, UFPE, 2002. p.75
[15] PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade.: visões literárias do urbano-Paris, Rio de Janeiro,Porto Alegre. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2002. p.176

O "GABINETE DE LEITURA" E SUAS IMPLICAÇÕES NA CULTURA ESCOLAR DO IMPÉRIO – notas sobre a instituição no Nordeste brasileiro[i]

Maria das Graças de Loiola Madeira

Esta comunicação pretende abordar os propósitos pedagógicos da associação literária Gabinete de Leitura, fundada entre 1850 e 1880, em dois estados do Nordeste brasileiro: Alagoas e Ceará. Interessa-nos aqui tratar sobre a mentalidade ilustrada de seus sócios, exclusivamente do sexo masculino, e o vínculo com as instituições de ensino, seja na ocupação de cargos ou na fundação de instituições educativas de natureza filantrópica e/ou privada.[ii]

Em geral, os homens cultos do Império brasileiro se colocavam como "missionários das letras", em razão das pretensões de desenvolverem nas províncias projetos educativos que garantissem um dado perfil de civilidade ao povo desprovido da cultura das letras. Com a ausência do poder público na promoção da educação, eles se sentiam quase que obrigados a promoverem a criação de agremiações com a intenção de divulgarem as letras e a ciência à população. Missionários de uma pátria laica e ilustrada, obstinados pela modernidade, se diziam doadores de parte do patrimônio e esforço pessoais para ver frutificar uma sociedade de homens justos e honestos. Em defesa da implementação no país do molde europeu de civilização, consideravam que o domínio das letras apaziguaria os ânimos e modelaria os costumes, pois "a cultura séria das sciencias adoça o temperamento; faz nascer e entretem em nossa alma esses sentimentos puros e delicados nos quaes está a verdadeira felicidade".[iii]

Vinculados aos liceus nas províncias brasileiras, em geral, os fundadores de tais sociedades eram herdeiros de um tipo de cultura intelectual desenvolvida no antigo Seminário de Olinda, fundado em 1800, como afirmara Craveiro Costa (1931), ao se referir a Alagoas: eles se espalhavam pela província triunfando na política, na intelectualidade e influenciando-a de maneira poderosa.[iv]

Ao fundar associações literárias como os gabinetes de leitura nas províncias, os sócios pretendiam reproduzir o modelo do Real Gabinete Português de Leitura, instalado na década de 30 do século XIX no Rio de Janeiro. Junto a este, foram criadas outras agremiações como o Liceu Literário Português e o Retiro Literário Português, entidades particulares com a intenção de tornar pública a literatura portuguesa no Brasil. José Pires de Almeida apresenta os gabinetes do Rio de Janeiro (1837), Recife (1853) e Salvador (1863), como os primeiros a serem fundados no Brasil[v].

É possível que a constituição dos gabinetes de leitura tenha sido influenciada pela sociedade francesa pós-revolucionária, ou mais precisamente, pelas chamadas "boutiques à lire", em cujo empréstimo de livros pagava-se uma determinada quantia[vi]. Isto corresponde ao que mencionara Darton (1992), quando se referia aos embriões dos gabinetes de leitura da Europa do século XVIII, “em forma de salas de leitura, utilizadas para promover o sucesso das livrarias”. O depoimento de um livreiro, em 1776, entusiasmado com o atrativo criado para ampliar a venda de seus livros: “vejo sempre com prazer o aumento dos assinantes de meu gabinete literário (...) todos os meus assinantes tornando-se fregueses”.[vii] Noutra passagem, “Acabo de abrir um gabinete literário, que promete muito. Esse estabelecimento foi além de minhas expectativas. Eu acreditava que nada poderia fazer com ele no verão, mas os senhores oficiais o visitam em quantidade ainda maior que no inverno”.[viii]

O perfil dos gabinetes de leitura trazidos para o Brasil, se diferenciavam das "boutiques à lire" francesas pela consulta e empréstimo gratuitos do acervo, bem como pelo cultivo de um forte sentimento de solidariedade e fervor cívico. Tal sentimento marcou os propósitos de criação dessa instituição nas nossas províncias, uma vez que vinculados a eles estavam projetos de propagação das letras e da ciência para o povo. Com isso, agregaram um número expressivo de admiradores e divulgadores que logo a elas se associaram, pela obstinação em construir uma sociedade mais ordeira, longe dos vícios e ciosa de seu dever no zelo pela Pátria.

Nos dois estados nordestinos aqui em destaque, Alagoas e Ceará, é possível, de inicio, afirmar que ambas experiências mantiveram percursos diferenciados. Enquanto em Alagoas a instituição apresentou sinais tímidos na divulgação das letras e ciência junto ao povo, fundando apenas um gabinete de leitura em Maceió, no Ceará ela se multiplicara em várias cidades da província, como Crato, Fortaleza, Baturiré, Aracati, Granja, Icó e Sobral, fundando, sobretudo, escolas noturnas para meninos pobres. Por este fato, as informações relacionadas às associações literárias cearenses estão mais largamente aqui expostas.

Gabinete de Leitura Alagoano

Fundada em 1857, na capital alagoana, a Sociedade Gabinete de Leitura, manteve-se anexa ao Liceu Provincial e compunha uma rede de outras associações, sociedades e grêmios, criados em Maceió, como a sociedade literária instalada em setembro de 1860, de nome *Sociedade Litterária e Recreativa*, por Aureliano de Farias, ex-aluno do Liceu Provincial. Este se manifestava com "extremoso regozijo [de] se apresentar no campo da arena litterária, combatendo a obscuridade com a luz scientífica".[ix] Convoca, então, aos colegas, numa espécie de missão das letras: "Juntai-vos em sociedade para diffundirdes as sabias lições, que recebestes dos vossos eruditos lentes, é acto digno de vós, acto magestoso e solenne, que vos constitue benemeritos da província". Outra agremiação criada foi a *Sociedade Libertadora Alagoana*, responsável pela fundação, em 1885, da Escola Central, destinada às crianças negras livres, tendo à frente o professor de alemão do Liceu Francisco de Paula Leite e Oiticica e como diretor Francisco Domingues da Silva, cujo patrimônio particular, segundo Leite e Oiticica, destinara grande parte a escola: "o senhor Fco Domingues da Silva, que se tem sacrificado em sua fortuna particular por esses desprotegidos da sorte".[x]

Os fins do gabinete foram postos em estatuto, cujo cumprimento cabia ao conselho formado pelo primeiro diretor da instrução pública da província, José Correia da Silva Titara, Thomaz do Bomfim Espíndola e Bernardo Pereira do Carmo, ambos lentes do Liceu Provincial, o juiz de órfãos, Pinto Rocha, Jacintho de Mendonça e Guilherme Graça. Silva Titara, primeiro presidente eleito, tinha como principal intenção a fundação de uma livraria

pública, com o acervo já disponível logo no primeiro ano constando mais de 1.700 obras, todas doadas pelos sócios.[xi] Embora a iniciativa de criar o Gabinete tenha sido atribuída a Silva Titara, o maior entusiasta foi o lente de geografia do liceu e autor de várias obras didáticas na área, Tomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889), por entender que aquela instituição deveria ir além das funções de guarda e empréstimo de acervo. Ele nutria uma certa ânsia para alargar os horizontes do gabinete, ao tratar das associações literárias criadas na Europa, por demonstrarem as "vantagens de taes estabelecimentos exercitar o nobre enthusiasmo pelas lettras e pelo progresso...",[xii] por isso, recomendava seguir o modelo do gabinete da Bahia e de Pernambuco. Contrário à educação fradesca argumenta: "a experiência tem demonstrado que em geral os preceptores frades se ocupam mais com a educação religiosa, do que com physica, intellectual e moral", inibindo o espírito dos alunos e induzido-os ao fanatismo.

Espíndola reclamava da dificuldade de investir no progresso das letras da província, referindo-se especificamente à instalação do Gabinete de Leitura, erguido sob as bases do ideário da Revolução Francesa, considerando-se que "ao mencionar as três palavras [igualdade, liberdade e fraternidade] era como se tivesse que apagar dos nossos corações a Santa Religião Cristã".[xiii]

A partir de 1867, o acervo do gabinete, com mais de 3.000 volumes, passara a pertencer a Biblioteca Pública Provincial.

O Gabinete de Leitura no Ceará

Em algumas cidades cearenses aquela agremiação literária frutificou, pelo menos até a década de 1880. As fontes jornalísticas e os relatórios dos presidentes de província registraram a fundação em localidades como Crato (1870), Fortaleza (1876)[xiv], Baturité (1876), Granja, Sobral (1877) e Aracati (1879). O cearense padre Antonio de Maria Ibiapina (1806-1883) ergueu a primeira instituição na cidade do Crato, localizada ao sul do Ceará, na data de 28 de agosto de 1870. O sacerdote pretendia levar para a zona sertaneja, sinais de ilustração da cidade, tanto através do gabinete como também pela fundação de uma rede de instituições educativas, entre elas, casas de recolhimentos para meninas órfãs e

desamparadas, conhecidas como *casas de caridade*.[xv] O gabinete de leitura fora fundado com a intenção de ilustrar e moralizar a população sertaneja masculina, e assim ajudar a evitar os vícios, a violência, a ociosidade e contribuir com o "progresso de uma religião, que não se fecha a outras interpretações para assim se tornar solida...". Ele convocava a população masculina para a construção do estabelecimento com a ajuda de donativos dos "espiritos illustrados, aos amantes do progresso, a todos os bons Patriotas e amigos de nossa Sancta Religião Catholica Apostolica Romana; que se inscrevão Socios do Gabinete de Leitura pretende installar na cidade do Crato...".[xvi] Antes mesmo da inauguração, o Gabinete já havia recebido doações de livros, "correspondendo a 45 volumes de bons livros".[xvii]

A partir dos anos de 1870, aquela experiência do Crato expandiu-se em algumas cidades da província. Os vinculo com Ibiapina não mais se mantiveram, embora o que se tenha desdobrado a partir de então correspondesse aos propósitos missionários do padre. Em 1876 o Gabinete de Leitura Cearense foi fundado em Fortaleza, "por iniciativa de alguns cidadãos amantes das letras, prestado inestimáveis serviços a população".[xviii] Funcionando no prédio da biblioteca pública, com um acervo de 3 mil obras, a associação oferecia aulas gratuitas ao povo e prestava assistência aos desamparados da seca de 1877, atos ressaltados pela imprensa local:

> O Gabinete Cearense de Leitura pela sua patriótica dedicação ao ensino popular e á diffusão das luzes é uma das instituições mais recomendáveis d'esta capital, e um título de benemerencia para seus fundadores. A instrução é a primeira necessidade de um povo. Para notabilizar este estabelecimento bastavam-se a biblioteca fundada por iniciativa individual, tenaz e perseverante, as escolas que abriu, as conferencias literarias e scientificas que instituiu. Mas o patriotismo da digna diretoria do Gabinete foi além, e conquistou-lhe jus á gratidão de toda a provincia. Os primeiros gemidos do povo cearense, flagellado, pela mais cruel das calamidades, foi o gabinete um dos primeiros a socorrer.[xix]

Com propósito especificamente escolar inaugurou-se, pelo gabinete de Fortaleza, um curso noturno de instrução primária, no qual "habeis professoras se encarregam de leccionar gratuitamente. A frequencia actual é de 140 alumnos. Vai iniciar cursos de conferências públicas. A primeira será dada por Guilherme Studart. Tema: Astronomia

popular".[xx] Mais tarde o curso receberia o nome de *Escola Camões,* cujo principal objetivo era oferecer ensino noturno aos meninos pobres.[xxi] Em 1880, as notícias ressaltavam que a escola recebia a colaboração de alguns dos sócios na função de professor, entre eles constavam os nomes de Almino Alves Affonso, Francisco Antônio Garcia, Tristão Pacheco Spinosa e Francisco Pereira de Brito, que gratuitamente ofereciam seus serviços: "As aulas começam as 7 e terminam às 9 horas da noite. Ali o homem do povo pode adquirir a instrução de que precisa para os misteres da vida prática, sem prejuízo para suas ocupações ordinárias".[xxii]

O governo da província cearense de 1880, na administração de José Júlio de Albuquerque Barros, registrara em seu relatório queixas dos sócios quanto ao pouco esforço do poder público em subsidiar as ações do gabinete na promoção de aulas gratuitas para o povo. Numa demonstração de apoio a iniciativa, o presidente relatara:

> O salão em que funciona o dito curso já é insuficiente para acomodar os alunos cujo número já excede de 100. Não desejando a diretoria do Gabinete restringir a matrícula e, pelo contrário, dar mais vasta proporção a essa patriótica instituição, solicitou desta Presidência que lhe mandasse franquear a casa em se acha estabelecida, a eschola do 2º grau, a cargo do professor Joaquim Alves de Carvalho.[xxiii]

No ano seguinte o número de alunos já ultrapassava aos 200 "a maior parte dos quaes vão ali adquirir gratuitamente a instrucção, sem prejuízo de suas occupações durante o dia".[xxiv] O Relatório do governo da província de 1881, na administração de Pedro Leão Velloso, destacava a aula do professor Antonio Jorge de Brito pelo esforço e cumprimento de seus deveres.

Sobre os demais gabinetes, breves registros dão conta da fundação em Aracaty[xxv], Icó e Baturité. Este último foi fundado através da ação de um de seus presidentes, o professor de Latim do Liceu Amaro Cavalcante.[xxvi] A instituição de Sobral aparece na obra *Notas de viagem* de Antônio Bezerra:[xxvii] "um gabinete de leitura funciona regularmente, oferecendo sua biblioteca à concorrência pública, e mantém uma aula noturna, que tem certa freqüência". Na cidade de Granja, o gabinete foi criado em 1881 pelo esforço do

promotor público Antonio Augusto de Vasconcellos, com a proposta de instituir uma biblioteca e aulas noturnas. No relatório de 1881, Pedro Leão Velloso depõe com entusiasmo: "vi serem examinados em geographia e história alunmos que quatro meses antes não tinham noções da sciencias sobre que responderam satisfatoriamente. Ali há um foco de luz que promette benéficas irradiações, desde que não faltar animação e conformo a boa vontade dos que o instituíram".[xxviii]

O que se pode concluir preliminarmente é que, obstinados pelo progresso das letras, os fundadores dos gabinetes de leitura consideravam que obter ilustração correspondia também ao desenvolvimento de atitudes voltadas para o crescimento moral, intelectual e produtivo da nação. Convictos desse poder, eles deslocavam para si as funções do poder público, relacionadas à educação, no sentido de consolidar em suas imagens visibilidade e prestígio, o que lhes acabava rendendo a ocupação em cargos públicos, além de se apresentarem perante o povo como homens caridosos e justos.

Animados pelo sucesso na Europa dos ideais da revolução francesa, das forças que para ela convergiam e das ações exitosas a ela vinculadas, a implementação dessas agremiações representavam a concretização de ideais de um grupo de intelectuais que combatia a formação jesuítica, considerando-a um retorno às trevas, embora, como vimos, transformassem a gratuidade da escola em objeto de caridade. As comemorações dos êxitos dessas associações literárias eram entendidas como uma festa da ilustração. Isto significava o triunfo de uma nova geração e de seus ditames. A eles passaríamos a dever os rumos traçados para o sistema de ensino, quer publico, quer privado do país.

---

[i] Este estudo apresenta dados parciais da pesquisa "Roteiro catalográfico de fontes jornalísticas da educação alagoana do século XIX", desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo á Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e do CNPq. A referida pesquisa encontra-se vinculada ao grupo de pesquisa "Caminhos da educação em Alagoas", coordenado pelo Prof.Dr. Elcio de Gusmão Verçosa. Parte da discussão referente ao Gabinete Cearense de Leitura encontra-se desenvolvida em minha tese de doutoramento, intitulada *Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina das casas de caridade do padre Ibiapina - sertão cearense (1855-1883),* cuja defesa ocorreu em setembro de 2003 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da profa. Dr. Maria Juraci Maia Cavalcante.

[ii] Das fontes disponíveis nos acervos locais acessamos, além dos relatórios da província cearense de 1880 e 1881, o *Diário das Alagoas* (Maceió) dos anos de 1850 e 1860, o Gutenberg de 1890 (Maceió), *O Cearense* (Fortaleza) das décadas de 1870 e 1880 e *A Voz da Religião no Cariri* (Crato-CE), em fins de 1860 e início de 70.

[iii] Cf. O periódico **A Voz da Religião no Cariry.** Crato (CE), 20 de novembro de 1870, ano II, n.81. A referida notícia trata-se de uma reprodução do jornal *O Fharol*, de Juiz de Fora (MG).
[iv] Cf. COSTA, Craveiro. Cem anos de jornalismo. **Revista do Instituto Histórico Archeologico e Geogra phico Alagoano, Maceió,** 1931, vol. XV, ano 58, p. 81. p.78-130.
[v] ALMEIDA, Pires de. J.R. *História da instrução pública no Brasil*. São Paulo: EDUC; Brasília, INEP/MEC, 2000, p. 212.
[vi] Ver informações sobre o assunto no site www.institutocamões.com.br.
[vii] DARTON, Robert. Do contrabando à loja. In*: Edição e sedição*: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 74.
[viii] *Ibid*. p.78.
[ix] FARIAS, Aureliano. Breve allocução que no Lyceu desta capital aos 10 de agosto de 1860 pronunciou na installação da Sociedade Litteraria e Recreativa. *Diário das Alagoas*, Maceió, 14 de setembro de 1860, n.212, p.03.
[x] Cf. O periódico Gutenberg, Maceió, 08 de junho de 1890, n. 122, p.1. O diretor da Escola Central prof. Francisco Domingues da Silva assumiu o cargo em 1888. Diegues Junior (1947) ressalta a atuação do professor na promoção da veia literária dos alunos matriculados nas instituições por ele dirigidas. Na referida escola destinada a meninos negros, os alunos fundaram o jornal *A União* (1889). No Colégio Bom Jesus, em 1872, ele incentivou a criação de uma sociedade literária, nomeada de *Recreio Cientifico,* cuja publicidade alcançaram as páginas de *A Escola (*1882*),* periódico quinzenal do Colégio. M*ais* tarde, em 1885, a revista passou a pertencer *a Sociedade Recreio Cientifica.*Outros impressos do referido colégio tiveram circulação, como *O Porvir*, *O Echos Colegial* e *O Dever*. Conjuntamente com Diegues Júnior fez circular também o *Magistério* (1887) e mais tarde *a Revista de Ensino (1891), motivada pela reforma do ensino alagoano, promulgada no mesmo ano.* Cf. DIEGUES JUNIOR, Manuel. (1949). Francisco Domingues da Silva. *Revista do Instituto Histórico de Alagoas de 1947*. Maceió: Imprensa Oficial, vol XXV, p.52-55.
[xi] Cf. informações no Relatório do Presidente da Província de 1860. Outras notas sobre o gabinete seguem no mesmo periódico, a exemplo de 01 de outubro de 1859, n.227.
[xii] Cf. nota no *Diário das Alagoas*, nas datas de 06 e 07 de outubro de 1858, nos exemplares de n.181 e 182. Thomaz Espíndola foi professor do liceu provincial na cadeira de Geografia e Cosmografia, inspetor de estudos e diretor geral de estudos da Província, entre 1867 e 1868. Era chefe do Partido Liberal alagoano e na década de 1880 sócio da Sociedade Propagadora da Instrução Popular.Ele publicou obras didáticas na área, como Geographia Alagoana ou descrição physica, política e histórica da província das Alagoas**,** 2ed, Typ. Liberal, 1871; *Elementos de Geographia e Cosmographia***.** 3ed.Typ. da Gazeta de Notícias**,** 1885.
[xiii] Cf. *Diário das Alagoas*, Maceió, 7 de outubro de 1858.
[xiv] Com base em STUDART (2001:224), o Gabinete de Leitura de Fortaleza funcionou até 1886, "depois todos os seus pertences foram doados à Biblioteca Pública (do Ceará). Constavam 1669 volumes encadernados, 477 brochuras, jornais etc".
[xv] Cf. Madeira (2003).
[xvi] Cf. *A Voz da Religião no Cariri,* Crato (CE), 03 de abril de 1870.
[xvii] Cf. Idem**,** nas datas de 20 de marco e 23 de outubro de 1870. O periódico publicava ainda várias chamadas aos sócios, a fim de se fazerem comparecer às reuniões do Conselho.
[xviii] Cf. Governo da Província do Ceará. Relatório de 1880. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1880, p.34.
[xix] Cf. *O Cearense*, em 23 de fevereiro de 1879.
[xx] Cf. Idem, em 17 de setembro de 1880.
[xxi] Cf. Governo da Província do Ceará. Relatório de 1881. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p.67.
[xxii] Cf. Idem, 1880.
[xxiii] Cf. Idem, 1880.
[xxiv] Cf. Idem, 1881.
[xxv] Cf. O Cearense, em 24 de setembro de 1879.
[xxvi] Cf. Idem, na data de 23 de fevereiro de 1879. Quanto à obra de Amaro Cavalcante, a notícia circulou no exemplar de 12 de maio de 1876 e em 30 de maio de 1880. De suas obras vale citar: *Livro popular – miscelânea de conhecimentos úteis*. Fortaleza [s/ed], 1879; *Ensino moral e religioso nas Escolas públicas*. Rio de Janeiro[s/ed], 1883 e *Meio de desenvolver a instrução primária nos municípios rurais*. Rio de Janeiro, 1884.
[xxvii] BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imp. Universitária do Ceará, 1965, p. 305 e 314.
[xxviii] Cf. Relatório do Presidente da Província cearense, 1881, p.69.

TIBURTINA DE ANDRADE ALVES: ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE[1]

Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento[*]

Nesta comunicação objetivamos analisar à construção de representações sociais de Tiburtina de Andrade Alves. Desconhecida na história de Montes Claros-MG, até 1902, Tiburtina ganhou notoriedade político-social entre 1902 – 1930, principalmente após o 06 de fevereiro de 1930, quando foi acusada pelos partidários locais da Concentração Conservadora[*] - Os Camilistas - de tentar assassinar o Dr. Fernando de Mello Vianna e o Dr. Manoel Thomaz Carvalho Britto. O primeiro, Vice-presidente da República e candidato ao governo de Minas, e o segundo, chefe nacional da Concentração Conservadora. A partir desse momento, Tiburtina passou a ser descrita na tradição oral, nos jornais por ocasião do atentado ao Vice-presidente da República, Mello Vianna, em 1930, e hoje faz parte da tradição oral, folclórica e historiográfica local, mas por outro lado, era admirada, venerada, influente e fascinante. Fascinação que não era comum às mulheres da época, por lhes atribuírem apenas papéis normativos, mãe, dona-de-casa e esposa, não admitindo sua participação na vida política e social do país. A vivência cotidiana de Tiburtina, permitiu-lhe lançar luz sobre sua condição político-social e desempenhar papéis que, até o presente momento, era ocupado somente pelos homens.

Tiburtina viveu parte de sua vida (1902-1955) em Montes Claros, norte do Estado de Minas Gerais, época em que essa cidade era considerada “uma ilha no coração do sertão”[2]. A essa cidade que parecia ser promissora, chega Tiburtina com o esposo Antônio Augusto de Andrade Câmara Alkimim e os filhos Maria Augusta e José Magno, para aqui residirem e tentar melhorar a “sorte”, em função do que era a vida deles em São João Batista, hoje Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha. Mais tarde, já viúva, conheceu o Dr. João José Alves, filho de uma tradicional família diamantinense, os “Alves”. O encantamento do então jovem médico por Tiburtina levou-o a casar-se com ela, sem a aprovação de seus pais, como era de costume à época. Após o casamento com Dr. João Alves, Tiburtina iniciou sua

participação na vida político-social de Montes Claros, que lhe valeu a construção de representações sociais.

A História de vida de Tiburtina foi precisamente tomada como um caminho para compreender questões sociais mais amplas, como eram as relações sociais e políticas em uma pequena cidade e os micropoderes que se desenvolveram na vida cotidiana, a construção social dos mitos políticos e tantas outras. Utilizamos a Biografia com um caráter micro-historiográfico e crítico, que contribui efetivamente para a História Social. Para realizarmos este estudo, tomamos como referencial a História Social na sua interface com a História Política.

Através da micro-análise dos documentos pessoais e de outras fontes relacionados com a vida de Tiburtina, existentes nos arquivos públicos e particulares da segunda metade do século XIX e primeira do século XX das cidades mineiras de Itamarandiba e Montes Claros, resgatamos o cotidiano político-social dessas cidades, através de uma abordagem biográfica. A história de vida dessa mulher, foi realizada por nós com a finalidade de rever as formas de ser e de agir da nossa sociedade, de seus atores anônimos, daqueles que viveram à margem, da gente chamada “miúda”, enfim, daqueles que constituem sujeitos próximos à nossa realidade, que passaram despercebidos e que devem e precisam ser analisados.

Tiburtina foi um ícone de mudança na ordem estabelecida na esfera político social de Montes Claros e, portanto, carece ser interpretada e analisada através de um novo olhar, de uma nova leitura, dentro de um contexto de transição, momento no qual, o Brasil passava da chamada “República Velha” ou Primeira República ou ainda República Oligárquica, onde, segundo Vavy Pacheco Borges “classes conservadores” [viam] seus interesses contrariados[3] para a “Nova República”, que era, segundo Borges: “o momento de ampla redefinição que o país vive após outubro de 30 motiva[da] [pela] intensa luta política pró ou contra qualquer posição entre os grupos que objetivavam o encaminhamento das mudanças(...)”[4].

Quando pensamos em desenvolver um estudo biográfico, tínhamos como preocupação central compreender a participação de Tiburtina na política de Montes Claros e o papel desempenhado por ela, nessa cidade, no período de 1907-1934, privilegiando uma biografia política. No entanto, à medida que aprofundamos as nossas reflexões, concluímos que nosso enfoque deveria ser redefinido, porque a nossa pretensão havia se esbarrado em algo fundamental em um trabalho de pesquisas, fontes. Assim, decidimos pelo enfoque atual, "representações", criadas pelos discursos existentes.

Partindo dessas constatações, utilizamos como *praxis* três linhas específicas de trabalho: a Micro-história, a Análise Iconográfica e a Análise de Discurso. Num plano geral, interessou-nos desvendar as várias "representações" criadas em torno de Tiburtina pela política, sociedade e cultura que não só legitimaram os discursos, como também foram os responsáveis pela perpetuação do "mito", ao longo dos anos.

A partir da década de 30, após o tiroteio do dia 06 de fevereiro, quando os correligionários da Aliança Liberal e da Concentração Conservadora se confrontaram em frente à casa do casal aliancista, D. Tiburtina e do Dr. João José Alves, as representações que surgiram tanto, em relação aos acontecimentos, quanto à Tiburtina, foram demasiadamente cheias de rancores políticos e de incitação à violência. Os meios de comunicação, principalmente os jornais locais, estaduais e nacionais, aliados à Concentração Conservadora, iniciaram uma verdadeira "guerra" de palavras contra Montes Claros. Periódicos cariocas como "*O Paiz*" e "*O Jornal*" estampavam sempre em primeiras páginas, manchetes como: "O INNOMINAVEL ATTENTADO DE MONTES CLAROS – Nem só a nação, pelos seus mais lídimos interpretes, mas até representantes de paizes estrangeiros nesta capital profligam a brutal chacina. O grande comício de protesto promovido pela maioria das forças políticas do Distrito. O Sr. vice-presidente da República continua a melhor. Outros informes"[5]; "A força federal garantia os amigos em emergência – diz o Sr. Carvalho Britto, em telegramma circular, aos seus correligionários – Ainda os lamentáveis successos de Montes Claros"[6]

Tomando como proposição a manchete principal "O INNOMINAVEL ATTENTADO DE MONTES CLAROS", observamos que, por seu próprio sentido, o título sacramentou uma imagem de Montes Claros como uma cidade sem qualificação, sem lei, sem justificativa para os acontecimentos, imperdoável, enfim, revoltante. Completada por manchetes secundárias, quando afirmam "Nem só, a Nação, pelos seus mais lídimos interpretes, mas até representantes de paízes estrangeiros nesta capital profligam a brutal chacina", sugerindo com o complemento que, aqueles que aqui estiveram foram vítimas de um atentado que não tem qualificação, nem nomeação.

Essa imagem relembrada pelo enunciado já era o interdiscurso vivido por Montes Claros, nas décadas de 10 e 20, portanto, para a cidade só confirmavam as divergências político-sociais aqui existentes, mas, ao mesmo tempo, possibilitava ao seu leitor entender, segundo Orlandi, "que os sentidos não estão só nas palavras e nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito"[7]. Assim, o enunciado sugeria que ao "atentado" de Montes Claros, a sociedade deveria abominar e descarregar a "violência" contra seus acusados, em especial o chefe aliancista local, Dr. João José Alves e sua esposa, D. Tiburtina.

Para completar essa imagem, "O Paiz" publicou em sua edição do dia 12 de fevereiro o longo telegrama enviado a ele pelo Dr Fortunato Bulcão, em que destacamos os seguintes trechos:

> "A **emboscada**", a **traição**, a **chacina**, deixavam-nos a certeza do que estaria reservado aos nossos companheiros e amigos, se mais tempo ousassem permanecer;
>
> (...) Pudéssemos reforçar o ânimo de nossa gente, arriscado de abater-se diante do **terrorismo cangaceiro**;
>
> (...) não evitou a passagem em frente da casa do Dr João Alves, ponto escolhido e preparado com todos os requintes do **banditismo**, para a miserável "**emboscada**". São bastantes conhecidos os famosos antecedentes de Dr João Alves **e da fera humana que é a sua mulher Tiburtina**, para não ousarem siquer correr o risco de qualquer provocação (...);
>
> (...) Não passam de falsidades que no dia imediato **à chacina** ouvi em Montes Claros, **combinadas com outras de invenção de Tiburtina**, que formava o enredo de mentiras (...)

Nos quatro trechos destacados, os dois primeiros reforçaram a matriz de sentido que apresenta a cidade de Montes Claros como violenta, traidora e assassina, reafirmaram a manchete do dia anterior, incitaram a sociedade a condenar os acontecimentos ocorridos em 06 de fevereiro e relembraram o "perigo" que a cidade representava, tomando a palavra "**terrorismo cangaceiro**" forma de exclusão e aversão aos aliancistas e suas práticas políticas.

Nos dois últimos trechos, Bulcão voltou a reiterar a violência, desta vez com o propósito de atribuí-la à aqueles que a Concentração Conservadora consideravam os seus maiores e mais ferrenhos adversários e também construir a imagem de Tiburtina como: "**fera humana**", "**mentirosa**", "**mexeriqueira**". Termos que passaram a representá-la no imaginário social como "bandida", "víbora", "sanguinária" e responsável pela "emboscada"; ligando-a a imagem de "**Eva**", descrita por Joan Scott como: "Eva e Maria como símbolo da mulher, por exemplo, dentro da tradição cristã do Ocidente – mas também os mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção" [8].

Sendo assim, atribuir a Tiburtina a "emboscada" e construir as representações dela descritas no parágrafo anterior, foi a forma encontrada por seus adversários políticos para eliminá-la e excluí-la do cenário político, campo que até o presente momento (06 de fevereiro de 1930) historicamente sempre havia pertencido aos homens, fazendo-se notar que eles consideravam esse campo "a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder (...)".[9] Além disso, tornava-se também uma forma de desqualificar os aliancistas e, principalmente, João Alves por ter como cabeça uma mulher.

Portanto, construir uma Tiburtina "devassa" significava tirar do caminho dos conservadores, uma mulher; o grupo que vinha há algum tempo governando Montes Claros; acabar ou diminuir o prestígio dos Alves e, acima de tudo, não dividir espaço político com os "novos" grupos que emergiam no momento, no cenário nacional, estadual e local, as camadas médias e urbanas que se apresentavam como ameaça ao conservadorismo até então existente.

Em outra manchete, o jornalista Barbosa de Melo, correspondente do jornal "*A Noite*", de Recife, testemunha ocular do acontecimento a serviço da Concentração Conservadora, publicou um longo relato sobre o mesmo. Nele, o referido jornalista afirma que: "**eliminar a segunda autoridade da República"**[10] era o objetivo da "emboscada" e que os responsáveis diretos eram "[o] **conhecido facínora João José Alves e sua mulher Tiburtina, em cujo subconsciente, segundo Freud, devem atuar dez gerações de bandidos**".[11]

Nesse relato, percebe-se que Barbosa de Melo foi enfático quanto ao objetivo do tiroteio e à responsabilidade do mesmo; e que, ao nomear Tiburtina e João José Alves como responsáveis, procurou construir uma matriz de sentido, a rigor, psicologicamente forte para **consolidar**, não só a eles como "bandidos", mas às gerações que deles descendessem.

Conclui-se, portanto, que as representações de Tiburtina, construídas por Barbosa de Melo, intencionavam desestruturar a campanha liberal em Minas, especialmente na região Norte, onde a Aliança Liberal contava com grande prestígio e apoio político, junto aos grupos locais e regionais, provenientes dos vários momentos em que os liberais estiveram à frente do poder e da sociedade, representados pelos irmãos Dr Honorato Alves e Dr João José Alves, com a aprovação incondicional de Tiburtina e da sagacidade que ela possuía no trato com as questões político-sociais.

Dessa maneira, construir no imaginário social uma Tiburtina "bandida", significava eliminar os adversários políticos da Concentração Conservadora, a representatividade que possuíam junto ao poder local e regional e ainda contribuir para a manutenção da ordem estabelecida. Essa matriz de sentido era constantemente reforçada e colocada a público, pelos jornais locais e por vários outros (*O Paíz, O Jornal, O Gazeta do Norte*) aliados à Concentração Conservadora em responsabilizar o casal Dr João José Alves e Dona Tiburtina de Andrade Alves pela chacina, denegrindo de modo incisivo a figura enérgica, tenaz e determinada da nobre senhora, para hostilizar a Aliança Liberal e, em conseqüência, intervir em Minas, sem a reprovação de seus adversários e da sociedade que, de maneira

geral, era incentivada a repudiar o acontecimento de 06 de fevereiro, através da imprensa escrita.

Por outro lado, Tiburtina era uma figura de extrema admiração, conforme Abílio Coimbra em 1930 ao escrever-lhe "Em minha memória ainda conservo os vultos de todos os que naquela transa difficil da vida nacional souberam, com seu patriotismo e coragem mostrar ao mundo que o Brasil não era e não é um paiz de escravos. Entre esses, que a história há de registrar, figura o nome da senhora, Dª Tiburtina!"[12] Assim, conclui-se que essa mulher viveu entre guerra e paz e que esse dualismo é visível entre o discurso e a memória, por se tratar de representações sociais.

No enunciado supracitado, entendemos que o discurso de Coimbra pretende construir Tiburtina, como sujeito da história que foi deixada à margem pelos papéis que desempenhou na sociedade.

Assim, as representações construídas por Coimbra acerca de Tiburtina apresentaram-na como o inverso do que fora construído, após o 06 de fevereiro de 1930 que, segundo Tânia Navarro Swain, "se confunde e se imbrica com a de imaginário, na medida em que este constrói ou reproduz o real segundo as confrontações, as divisões, as clivagens que se manifestam na formulação de imagens, estabelecedoras de um social especifico"[13]. Porém, não foram capazes de impedir outras representações como demonstrou Coimbra em sua correspondência. Se os opositores de Tiburtina procuravam construir representações dela ligando-a à imagem de "Eva" – pecadora e corruptora – e à violência conhecida da região, para Coimbra, seu admirador, Tiburtina é o exemplo da "mulher mineira" que para ele, não se restringe apenas ao papel de "esposa-mãe-dona-de-casa", exaltando seu patriotismo.

[1] Esta comunicação é fruto da dissertação de Mestrado intitulada: "*Tiburtina de Andrade Alves: Entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*".

[*] Professora Mestra pela Universidade Severino Sombra-USS e docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

[*]Partido político que apoiava a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República.

[2] MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de bugres:* Tiburtina e a revolução de 30. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Imprensa Oficial, 1986. p.23.

[3] BORGES, Vavy Pacheco. As "classes conservadoras" e seus interesses contrariados. In: *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense. 1992, p.185.

[4] BORGES, Op. Cit. p.211.

[5] "*O Paiz*". Rio de Janeiro, 10 e 11 de fevereiro de 1930. p.01.

[6] "*O Jornal*". Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1930. p.01.

[7] ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 4 ed. São Paulo: Pontes, 2002. p.30.

[8] SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Revista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2) : 5-22, jul/dez 1990. p.14.

[9] REMOND, René. Do político. In: *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p.444.

[10] "*A Noite*". Recife, 08/02/1930. p.01.

[11] Idem, ibidem.

[12] COIMBRA, Abílio. Correspondência. Carangola - Minas Gerais: 04 de setembro de 1939. Coimbra parece ser um admirador de Tiburtina, não foi encontrado nem vestígio de qualquer tipo de relação ou parentesco entre os dois.

[13] SWAIN, Tânia Navarro*. Imagens de gênero em quadrinhos*. Universa, Brasília, v.5, N. 03, p.403.

MÍDIA, POLÍTICA E DEMOCRACIA:
História das TV's Legislativas no Brasil

SANTOS, Maria de Lourdes dos[1]

Uma democracia em grande escala exige:

> 1 - Funcionários eleitos
> 2 - Eleições livres, justas e freqüentes
> 3 - Liberdade de expressão
> **4 - Fontes de informação diversificadas**
> 5 - Autonomia para associações
> **6 - Cidadania inclusiva (...) direito de ter acesso a fontes de informação independentes; e de ter direito a outras liberdades e oportunidades que sejam necessárias para o bom funcionamento das instituições políticas da democracia em grande escala.**[2]

As proposições de autores como Jürgen Habermas e Hanna Arendt sobre o público e o privado, cultura e comunicação de massas, constituem nossas bases teóricas para pensarmos as relações Estado-mídia-sociedade, num contexto de esfera pública. A idéia de *accountability* como a relação de prestação de contas/fiscalização/participação entre o representante e representado é desenvolvida a partir da obra de autores como Guilhermo O'Donnell e Adam Przeworski, que destacaram:

> Por meio de eleições razoavelmente livres e justas, os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário votando a seu favor ou contra ele, ou os candidatos que apóie na eleição seguinte. Também por definição, as liberdades de opinião e de associação, assim como o acesso a variadas fontes de informação permitem articular reivindicações e mesmo denúncias de atos de autoridades públicas. Isto é possível, graças à existência de uma mídia razoavelmente livre, também exigida pela definição de poliarquia. Eleições, reivindicações sociais que possam ser normalmente proferidas sem que se corra o risco de coerção, **e cobertura regular pela mídia ao menos das mais visíveis dessa reivindicações e de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas são dimensões do que chamo de "accountability vertical**".[3]

ou

> Mecanismos que involucrem
> - la transparencia administrativa: establecimento de controles externos, anclados em la sociedad;
> - modernización tecnológica: una administración nueva, ágil, flexible, descentralizada, participativa, solo puede operar en un cierto nível de complejidad, con un nuevo sistema tecnológico;
> **- visibilidad de las acciones, mecanismos de exposición y redención de cuentas**;
> - control público sobre los gobernantes.[4] [Grifo meu]

Recorte de abordagem

Apesar das múltiplas diferenças entre as quatro TV's selecionadas para a abordagem de nossa pesquisa, privilegiamos o aspecto que elas têm em comum que é a de intenção de *accountability* vertical, ou seja, de dar transparência, possibilitar a fiscalização e prestar contas dos atos de seus membros aos representados. Da mesma forma, procuramos respeitar as especificidades e mesmo entendendo a complexidade e necessidade de considerá-las em conjunto, decidimos por dividir o objeto geral em várias abordagens. Assim, iniciamos por um recorte, retratado neste texto, a partir de então, que se debruça sobre a análise de uma TV legislativa municipal: a TV Câmara de Ribeirão Preto.

Como delimitação de análise da real utilização do potencial de *accountability* da TV Câmara, elegemos quatro grupos de aspectos que consideramos mais relevantes quanto à programação: as condições de produção; o acesso da população a seu conteúdo; a natureza de seu formato; e o seu caráter de *accountability.*

As condições de produção da programação

A TV Câmara de Ribeirão Preto, apesar de também estar sendo considerada como uma TV Legislativa é distinta de suas similares estaduais e federais, pois não possui um canal exclusivo e específico no rol de canais da operadora de cabo local e nem concessão ou freqüência própria no espectro de freqüências da televisão aberta, para transmissão de sua programação. Entretanto, levando em consideração o fato de sua programação ser regular, contínua, determinada pela mesa diretora do parlamento e voltada à divulgação das atividades do legislativo, decidimos por enquadrá-la na mesma categoria que as demais.

Outra particularidade desta TV é o fato de toda a sua estrutura e produção serem terceirizadas. Á exceção de um assessor de imprensa, responsável por representar a mesa diretora junto a produtora da programação, que integra o quadro de servidores da Casa (cargo de confiança da Presidência), cinegrafistas, iluminadores,

sonoplastas, editores, locutores, demais técnicos, bem como o equipamento utilizado, são todos de responsabilidade da empresa contratada para a produção e veiculação da programação.

A empresa que vem prestando estes serviços desde seu início, contratada por meio de concorrência, é a TV COC, com sede na cidade e ligada a um grupo empresarial do ramo de serviços educacionais que controla uma concessão de televisão educativa (TV Thati) na região. O custo desta prestação de serviços tem sido constante nos últimos anos e gira em torno de 1% do orçamento da Casa, mais do que é gasto com Internet, publicidade e publicações institucionais e menos do que é destinado ao custeio do boletim impresso *Jornal da Câmara*[5].

A estrutura envolve cerca de 10 pessoas, 3 câmeras (uma fixa no parlatório, uma segunda móvel, mas focada na mesa diretora e uma terceira também móvel voltada para captar imagens do plenário, das galerias e do painel eletrônico de votações) e equipamento auxiliar móvel (iluminação, edição, sonoplastia, gravação e transporte) que não é para utilização exclusiva na Câmara. Não há produção de noticiários, entrevistas ou captação de imagens fora do ambiente do plenário e a programação na verdade, limita-se a transmissão integral das sessões ordinárias ao vivo, às terças e quintas feiras e reprise aos sábados e domingos.

Além da produção, a empresa é responsável pela geração dos programas que são veiculados em dois canais: o canal 33 em UHF da TV Thati como retransmissora da programação da TVE do Rio de Janeiro, com alcance de um raio regional de cerca de 30km; e o canal 22 da programação de cabo da operadora local da NetTv (Multicanal), chamado de canal local ou canal da cidade, que é recebido apenas pelos assinantes do serviço de cabo da operadora no município.

Acesso à TV Legislativa

Um segundo aspecto a ser considerado envolve os mecanismos de acesso a TV Câmara, no âmbito técnico, político e prático. No âmbito político a TV

câmara envolve uma "pluralidade" no que se refere ao acesso dos vereadores à programação. O conjunto de portarias e acordos políticos vigentes desde a instalação da TV, prevê que a programação seja constituída exclusivamente da transmissão integral das sessões ordinárias, sem cortes ou edições, com as câmeras focadas sempre no vereador que estiver com a palavra no plenário. A partir desta regra, podemos considerar que o acesso dos vereadores à veiculação de suas imagens, idéias e pronunciamentos equipara-se ao do acesso à palavra no plenário, regulamentado regimentalmente. Da mesma forma, o acesso às decisões sobre programação e sobre o próprio funcionamento da TV, apesar de estar vinculado à mesa diretora, também não limita a pluralidade de acesso dos vereadores, pois, a Presidência não pode determinar, alterar ou influenciar na programação.

Por outro lado, no que se refere ao acesso de não vereadores à TV, não se verifica a mesma pluralidade. Em função de uma norma regimental, todos os dias em que ocorrem sessões ordinárias, num período preliminar, que se inicia às 18 horas e se estende até a abertura formal da sessão (que se dá por volta das 19:30 horas), os microfones do plenário ficam abertos para o chamado "pinga fogo". Nele, qualquer munícipe, inclusive vereadores e convidados podem se manifestar livremente, em intervenções de cerca de cinco minutos, sobre qualquer assunto de interesse público, relacionado ou não ao legislativo municipal. A maioria dos que utilizam desta tribuna é composta por líderes comunitários, sindicalistas, ativistas de entidades assistenciais e dirigentes partidários, que se manifestam sobre questões que vão de buracos nas ruas à política econômica internacional, além da política legislativa local.

É neste "pinga fogo" que ocorrem as limitações na pluralidade de acesso a TV e ao poder de decisão sobre o seu funcionamento, pois "a TV Câmara realiza a transmissão ao vivo das sessões legislativas, as terças e quintas-feiras, **a partir das dezoito horas**"[6] [grifo nosso]. Numa relação, cujos fundamentos ainda não conseguimos elucidar totalmente, a transmissão nunca começa depois do início da sessão, mas sobre o pinga fogo, a transmissão e o início são muito irregulares, pois às

vezes se inicia às dezoito, outras às dezoito e trinta e mesmo depois das dezenove horas. Nesta questão, se ainda não temos subsídios suficientes para identificar quem e com que critério determina o horário de inicio das transmissões, ou seja, decide quem e em que oportunidade terá suas manifestações veiculadas pela TV, podemos, ao menos afirmar, que existe a possibilidade desta determinação.

Quanto à efetividade deste acesso da população, um trabalho de observação apontou que o "pinga fogo" se converteu, na verdade, na possibilidade de se manifestar na TV Câmara, uma vez que, durante sua realização, as galerias e o plenário ficam praticamente vazios e, se não houver transmissão, quem fizer uso da palavra "estará falando para as paredes". Assim, a participação é baixa, pois, sem a certeza de que não falará para as paredes, poucos se aventuram a comparecer no plenário.

Analisando o âmbito técnico do acesso a TV legislativa, podemos afirmar que ele está disponível para: os assinantes do serviço de televisão a cabo da operadora NetTv (em torno de 1% dos domicílios da cidade, segundo dados do ano de 2001); e para os que possuem aparelhos de televisão capazes de sintonizar canais na freqüência de UHF (cerca de 90% do total de televisores vendidos nos últimos 10 anos), ressalvando-se a precariedade na recepção do sinal em algumas localidades da periferia e na zona rural. Podemos considerar que esta possibilidade técnica de acesso é ampla, pois a TV Câmara atinge uma quantidade de domicílios superior a das demais TV's legislativas (que podem ser recebidas apenas por cabo ou antena parabólica) e bem próxima a das emissoras convencionais (de sinal aberto e em VHF).

A natureza do formato

O terceiro aspecto considerado nesta análise preliminar do potencial do papel da TV Câmara, diz respeito ao "formato" com que o conteúdo é convertido em programação. Cabe aqui, acrescentar que, além de se limitar à transmissão das sessões legislativas, o formato desta transição pode ser resumido em:

> A maior parte do tempo, aparece a imagem fixada e focada em meio corpo (quase um busto) do vereador que está com a palavra no parlatório ou na mesa diretora, com raros cortes (flashes na verdade) do painel eletrônico de registro de presença e votação dos parlamentares (muitas vezes não permitindo observar claramente o voto de cada um) e do plenário e galerias (quando estes não estão vazios). Não há qualquer tipo de locução/narração e as legendas são exibidas por cerca de cinco segundos, no início da transmissão (com número e data da sessão) e no começo dos pronunciamentos (com nome e partido do vereador).[7]

Apenas recentemente, com a aquisição de um novo painel eletrônico para o plenário, tem ocorrido também da imagem ficar focada num letreiro do painel que registra o número da matéria e a ementa da propositura em pauta.

Da mesma forma, o vocabulário técnico legislativo utilizado pelos vereadores e o ritmo dos procedimentos de tramitação dos projetos tornam a transmissão ainda mais entediante e, de certa forma, incompreensível. Como o regimento da Casa exige que toda matéria submetida à apreciação seja integralmente lida em plenário, a solução encontrada pela mesa diretora é a realização de uma leitura "rápida" dos documentos. Esta leitura, que na voz dos melhores oradores da Casa (a maioria radialistas) pode ser feita na velocidade de até uma página por minuto, torna a sessão uma "locução de corrida de cavalo", como é pejorativamente qualificada por alguns munícipes.

O caráter de *accountability*

O último aspecto que consideramos em nossa análise diz respeito ao caráter de *accountability* da TV Câmara que, não considera, especificamente, se ela promove ou não a prestação de contas, mas sim se ela visa ou não tal fim. Neste sentido, o próprio parlamento resume os objetivos do "canal", da seguinte forma:

> Seu propósito é de dar mais **transparência** aos trabalhos dos 21 vereadores e possibilitar que a população **fiscalize** e acompanhe o processo legislativo, desde os debates políticos até as votações dos projetos – é mais um canal de comunicação entre o Legislativo e a população.[8]

Os grifos na citação acima, contemplam dois dos três termos que, conceitualmente, estamos associando à idéia de *accountability* vertical, isto é, a transparência, a promoção de condições de acompanhamento/fiscalização e a prestação

pública (no sentido de divulgação) de contas pelos representantes para os seus representados quanto aos atos de seus mandatos.

Podemos assim destacar que, apesar da intenção, a prática da leitura rápida não permite a transparência, pois, de fato, o conteúdo das proposituras torna-se ininteligível. Um exemplo desta situação é o da lei que reajustou os valores do IPTU na cidade no ano de 2001, quando surgiu uma controvérsia sobre a existência de uma diferença entre o percentual que teria sido discutido e aprovado pelos vereadores e o que foi publicado na Lei em diário oficial. Como as dúvidas não puderam ser sanadas por meio dos registros da sessão, o caso foi parar na justiça.

Quanto ao acompanhamento/fiscalização dos atos dos parlamentares, uma análise sobre os pronunciamentos na tribuna/TV Câmara aponta que, a maioria deles não está vinculada ao voto do parlamentar, configurando-se situações nas quais, os vereadores, quando julgam que seu voto não agradará aos seus eleitores: se tradicionais freqüentadores da tribuna, abstém-se da manifestação; proferem discursos aclamados sobre assunto de apelo popular, mas distintos do que está em pauta; ou até fazem defesas fervorosas da propositura, para depois se abster ou votar contra e vice-versa.

E a respeito da prestação de contas, tradicionalmente, considerada pela teoria democrática, não apenas como a ação de relatar os atos realizados, deixando tal relato para quem tiver capacidade, disposição e interesse para apreciá-los, mas como um conjunto de medidas para sistematizar tal relato e fazer com que ele chegue da maneira mais rápida, barata, fácil e clara possível, a um maior número de pessoas, independente de seu interesse.

Esta última questão nos leva às considerações finais deste texto. Uma delas é a de que, apesar de não possuir um canal próprio e ter sua estrutura e seu funcionamento terceirizados, a TV Câmara de Ribeirão Preto, como órgão de comunicação política na esfera municipal, pode ser considerada importante para a

promoção da democracia, por seu potencial de *accountability,* enquanto meio, na medida em que envolve condições razoáveis de regularidade e acessibilidade.

Por outro lado, o formato engessado regimentalmente, monótono e pouco inteligível de seu conteúdo limita sobremaneira o aproveitamento do citado potencial. Assim como outros meios de publicidade das ações do poder público, a TV legislativa também carece de linguagem e formatos próprios e eficientes que não as condene ao formalismo da oficialidade regimental e nem as submeta a distorção da propaganda político-eleitoral.

E, ao lado de um acesso amplo e um formato eficiente, se faz também necessária a promoção de uma chamada educação parlamentar que permita a população compreender a sistemática de funcionamento das casas legislativas para que possa, efetivamente, acompanhar, fiscalizar e participar da prestação de contas.

Concluímos, assim, que uma TV Legislativa somente pode cumprir seu papel de *accountability* vertical, quando envolve condições mínimas de acesso amplo, regular e plural, formato inteligível e interessante e ações, inclusive na própria programação, que majorem a capacidade das pessoas de interagirem com a prestação de contas.

---

[1] Mestre em História pela Unesp-Franca e Doutoranda em Sociologia na Unesp-Araraquara.
[2] DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia.* Brasília: UnB, 2001, p.99-100 [grifo meu].
[3] O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova, n.44, 1998, p.28.
[4] FLEURY, 2001, P.20-1.
[5] Este boletim com circulação e tiragem irregulares, constitui-se no principal instrumento de publicidade da Câmara Municipal. Sob responsabilidade da mesa diretora e destinado a divulgar as atividades dos parlamentares, nos últimos cinco anos foi alvo de várias ações judiciais do Ministério Público que, inclusive conseguiu uma decisão obrigando os vereadores a ressarcirem os custos de uma das edições do jornal, que foi considerado propaganda pessoal e não prestação de contas.
[6] RIBEIRÃO PRETO, Câmara Municipal. *TV Câmara*. Ribeirão Preto, 2001. Folder distribuído aos visitantes do Prédio da Câmara.
[7] SANTOS, Maria de Lourdes dos. *Mídia, parlamento e democracia*. Araraquara, 2003. Projeto de Pesquisa, p.11.
[8] RIBEIRÃO PRETO, Câmara Municipal. *TV Câmara*. Ribeirão Preto, 2001. Folder distribuído aos visitantes do Prédio da Câmara.

HISTÓRIA E REPRESSÃO: fragmentos de uma memória oculta

Maria do Amparo Alves de Carvalho[1]

O interesse por este objeto de investigação surgiu de nossa inquietação no sentido de compreender os aspectos políticos, sociais e ideológicos que marcaram a história brasileira e, mais especificamente, a história da cidade de Teresina quando da ascensão dos militares ao poder em 1964.

Nos propomos, então, reconstituir a memória dos sujeitos sociais que sofreram algum tipo de repressão por serem considerados "comunistas" ou suspeitos de atos "subversivos" pelos militares, que naquele momento estavam no poder. Além disso, pretendemos, também, compreender o impacto dos acontecimentos, que marcaram aquele período, na história de vida daqueles atores socais. Enfim reconstruir a trama histórica dos sujeitos implicados nos acontecimentos vividos pela sociedade teresinense entre os anos de 1964 a 1970.

Ressaltamos que o recorte temporal deste trabalho se justifica em função daquele período ter sido marcado por uma crescente repressão dos militares aos grupos sociais organizados e apoiados por Dom Avelar[2].

Buscamos analisar os impactos do governo militar sobre as organizações sociais em Teresina, a partir da memória dos sujeitos que integraram a Sindicalização Rural, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Faculdade de Filosofia (FAFI) e a Ação Católica - Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC); destacando a postura da Igreja católica, representada por Dom Avelar, buscando compreender como o arcebispo procura exercer o que considerava um compromisso social e profético-pastoral na arquidiocese que administrava em meio àquelas transformações e conflitos. Tentaremos mostrar como a convivência entre a Igreja católica e o Estado foi permeada de tensões e contradições ideológicas, que se constituíram no

principal argumento para que os militares justificassem uma completa destruição daquelas organizações, que realizaram uma efetiva participação política e social.

O processo político que culminou com o golpe de 1964 precipitou o desmantelamento do aspecto nacionalista presente na política brasileira desde a década de vinte. Desencadeando um processo repressivo que se abateu sobre as organizações populares.

Maria Celina D'Araújo[3] acredita que os mecanismos e uso da força repressiva para combater as oposições não foram apanágio apenas dos governos militares, nem se constituíram em uma prática recente, pois o próprio governo Vargas usou excessivamente a repressão, a tortura, as prisões e o exílio contra os seus adversários políticos.

Otávio Ianni[4] aponta que a radicalização do poder político militar no pós-64 desencadeou um processo de cassação dos direitos políticos de técnicos, políticos, operários, intelectuais, militares e estudantis. Esse espírito contestador também é destacado por Reis[5], para quem o contexto histórico internacional dos anos 60 foi permeado por várias "revoluções de libertação nacional" como, Cuba em 1959; Argélia, em 1962 e pela guerra antiimperialista, que se desenvolvia no Vietnã. Logo, o êxito dessas revoluções fomentou tal espírito dos anos 60.

Percebemos, então, que tais contestações não se restringiram apenas às organizações de esquerda, mas permearam a música popular, o cinema, o teatro, as artes plásticas e a literatura.

Reis[6] afirma que ocorreram inúmeras manifestações culturais no Brasil entre 1964 e 1968, onde os sonhos foram embalados pelos ideais da revolução. Os manifestantes, "[..] Cantavam em verso e prosa a esperada "revolução brasileira" – com base principalmente na ação das massas populares, em cujas lutas a intelectualidade de esquerda estaria organicamente engajada".[7]

Elizabeth Ferreira[8], ao contextualizar os anos 60, também trabalha com essa perspectiva de um ideal revolucionário. Mudanças que tinham uma direção precisa, que foram vetadas pelo golpe militar de 64 e direcionada para outras aspirações. "[...] O que produz, entretanto, é uma alteração de trajetória que leva tanto a esquerda quanto o próprio regime à radicalização e a notórias conseqüências [..]"[9] Nesse processo, a esquerda enveredou pela luta armada enquanto o regime adotou o AI-5 radicalizando o controle à liberdade e aos direitos civis e políticos dos cidadãos.

Com a ascensão dos militares ao poder, o aparelho repressivo foi se aperfeiçoando com a imposição dos "atos institucionais", cerceando a liberdade e os direitos políticos e civis dos cidadãos. Como nos lembra José Murilo de Carvalho[10], "[...] Dado o golpe, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão [...] Os instrumentos legais da repressão foram os atos institucionais editados pelos presidentes militares".

Carvalho[11] afirma ainda a cassação aos direitos políticos atingiram desde senadores, deputados, vereadores, dirigentes sindicais, funcionários públicos e muitos professores universitários, pesquisadores, até mesmo alguns militares, que se opuseram ao golpe desde o mais alto escalão, foram afastados. Desmantelaram o movimento sindical e estudantil. Nesse contexto, a única instituição que conseguiu oferecer resistência ao governo militar, mesmo em meio a muitos conflitos, foi a Igreja Católica.

Em meio a toda essa efervescência política e cultural, a Igreja Católica, a partir dos anos 1950 a 1960, experimentou algumas transformações através do envolvimento de bispos, padres e religiosos com os segmentos marginalizados da sociedade, participando das lutas populares em todo o Brasil. No Piauí, esse espírito contestador esteve também presente, como tentaremos mostrar ao longo deste trabalho.

Esse momento se caracterizou por uma ampliação da consciência de considerável parcela da Igreja, a partir da opção pelo aspecto sócio-político, que representava, para

esses segmentos, um compromisso profético-pastoral da instituição eclesiástica, com o mecanismo de libertação dos oprimidos e injustiçados, sobretudo, no continente latino-americano no seu processo de desenvolvimento.

A CNBB, a partir da década de 1960, sobretudo depois das mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, voltou seu olhar para a situação dos grupos marginalizados na sociedade, os tornando alvo de seu projeto evangelizador, na tentativa de reconstituir a sua dignidade.

As mudanças ocorridas na Igreja Católica do Piauí se fizeram sentir a partir da chegada de Dom Avelar, que passa a administrar a arquidiocese de Teresina em 1956.[12] Em 1964, a parcela da Igreja Católica, mais comprometida com as organizações sociais, começou a entrar em conflito com as ideologias do novo governo, que passou identificá-la como "agentes do comunismo", generalizando, assim, em todo o Brasil, as divergências ideológicas que marcaram profundamente as relações entre a Igreja e o Estado. Muitas lideranças sindicais, leigos, padres e freiras foram presos, torturados e mortos em todo o Brasil.

Reconstruir a memória coletiva desses agentes sociais, que vivenciaram a ascensão dos militares ao poder em 1964, é o nosso principal desafio nesta pesquisa. Pretendemos tecer uma narrativa dessas tensões entre a Igreja Católica e o Estado, na cidade de Teresina (1964-1970), a partir do olhar e da vivência daqueles sujeitos que estiveram envolvidos com os movimentos da sindicalização rural, do Movimento de Educação de Base, da Faculdade de Filosofia e dos movimentos da Ação Católica.

No percurso de reconstrução dessas histórias de vida, consideramos fundamentais as discussões em torno das relações entre História e Memória. Para Pierre Nora[13] "[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]" enquanto, "[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]". Nos debruçar sobre a busca das memórias, das vivências é sintomático de um

tempo onde a memória está sendo constantemente ameaçada de desaparecer, daí porque nos empenhamos em reconstruir, problematizar e preservar os lugares de sua representação. Como nos lembra Le Goff[14] "Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens". Dessa forma, o historiador desempenha na sociedade um papel singular, o de "impedir que a história seja somente história"[15], daí a necessidade que a sociedade atual tem de construir os espaços representativos da memória, lugares que dizem de um tempo em que não há memória espontânea, razão porque alguns estudiosos da memória e da identidade afirmarem que muitas culturas têm necessidade de criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, vez que essas operações não são mais tão naturais.

Assim, trabalhar com as memórias de pessoas que vivenciaram momentos tão difíceis como os dos anos de 1964 a 1970, no Brasil e, especificamente, em Teresina, é de fundamental importância para compreendermos as múltiplas temporalidades e a relatividade dessas fontes e acontecimentos.

Lucília Neves, ao estudar os desafios da história oral, assinala o problema,

> [...] da relação entre os múltiplos tempos, realidades, pois em uma entrevista ou depoimento fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em si memórias de suas experiências e também memórias a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações, em uma narrativa encontrada pelas emoções do ontem, renovadas ou avaliada pelas emoções do hoje.[16]

Neves reforça, ainda, que essas fontes "[...] não são a história em si, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória".[17] Nessa perspectiva, percebemos em nossos depoentes as representações, as

marcas, as dores, os sonhos e as frustrações desse período, sentimentos que se mantêm vivos nas suas memórias e que o tempo não conseguiu apagar. Falaremos de tempo, de lugar e de espaço vivido, ocupado por aqueles atores sociais. O período de 1964-1970, o tempo individual, de estudante, de militante, de professor, de prisioneiro, de exilado, de injustiçado. Lugar e espaço que se coadunam e se fundem, que possuem significação: é a comunidade, a faculdade, o grupo, o movimento, a cidade Teresina. Para Ecléa Bosi[18], "[...] o tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele", dessa forma, percebemos, também, que cada pessoa e cada grupo vivem o tempo de forma diferente. Ao colher memórias de velhos em São Paulo, Bosi conclui que "[...] Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que pertencem como pontos de demarcação em sua história"[19]. Nesse sentido, a pesquisadora atribui à memória o estatuto de memória coletiva trabalhada por Halbwachs[20], que considera a memória individual como parte integrante da memória coletiva.

Nessa perspectiva, o trabalho com a memória nos remete a lembranças individuais que foram urdidas coletivamente e reconstruídas com o passar dos anos a partir das transformações do presente. É por isso que Ecléa Bosi[21] afirma,

> Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...].A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. [22]

Dessa forma, compreendemos que a nossa memória não é apenas nossa, ela é um somatório de lembranças de várias pessoas que fizeram parte da nossa história. As lembranças são individuais, pois para cada pessoa fica aquilo que significa de

acontecimentos experimentados coletivamente. As lembranças do passado não permanecem inertes no tempo, mas elas vão se reconstruindo a partir das representações do presente. Podemos dizer que a memória é dinâmica, ela é recriada por novos acontecimentos ou por novas lembranças que são agregadas àquelas do passado que são reelaboradas pelas vivências do presente. Nesse sentido, passado e presente se fundem, se agregam, pois a memória não conhece passado, ela é sempre presente.

NOTAS:

---

[1] Mestranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí.
[2] Viveu de 1912 -1986. Exerceu o episcopado na Arquidiocese de Teresina de 1956 a 1970.
[3] D'ARAÚJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo*: memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
[4] IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil.* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 173.
[5] RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS, Daniel Aarão Fº, GASPARI, Elio (orgs). *Versões e Ficções:* o seqüestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 13.
[6] ibidem. p. 15-17.
[7] ibidem. p. 16-17
[8] FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
[9] ibid. id.
[10] [10] CARVALHO. José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 164.
[11] ibid. id. p. 164.
[12] MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política.* Teresina: CAPAC, 1996, p. 87.
[13] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História* – História e Cultura. PUC/SP, n 17, p. 9, 1998.
[14] LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória.* Trad.Bernardo Leitão. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP,1994.p.47.
[15] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História* – História e Cultura. PUC/SP, nº 17, p. 9, 1998.
[16] NEVES, Lucília. Os desafios da história oral – ensaios metodológicos. In: *Cidade:* história e memória. PINHEIRO, Áurea da Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (orgs). Teresina: EDUFPI, 2004, p. 276-277.
[17] ibidem. p. 277.
[18] BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987, p. 448.
[19] ibid., id.
[20] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.Editora Revista dos Tribunais, 1990.
[21] BOSI, Ecléa. *Memória s Sociedade*: lembrança de velhos.São Paulo: T. A Queiroz, 1987, p.57.
[22] ibidem. p. 57

O ideal de metrópole moderna: entre o visto e o não-visto

Maria Eliza Linhares Borges
Prof[a] Dept[o] História/UFMG

Com o golpe de estado de Napoleão III, em dezembro de 1851, a França começa a viver sua "paródia de restauração do Império"[i], para usarmos uma expressão de Marx. Dois anos mais tarde, o Barão E. Haussmann, homem afinado com os ideais neo-imperiais do Segundo Império, já se encontrava à frente dos trabalhos da reforma urbana de Paris. Sua concepção e execução deveriam colocar o saber de engenheiros, arquitetos, desenhistas, topógrafos, sanitaristas, paisagistas, dentre outros, a serviço da higiene pública, do comercio, das obras de infra-estrutura (rede esgoto, iluminação a gás, meios de transportes modernos), bem como da idealização de áreas de lazer, jardins e bairros destinados aos setores abastados. Caberia, ainda, à equipe de Haussmann estruturar o novo arranjo espacial de forma a preservar os monumentos da França imperial. A combinação de tais requisitos visava materializar uma versão atualizada da utopia urbana renascentista, ou seja, da cidade geométrica de forte apelo cenográfico[ii].

Os *boulevards* parisinos, criados no decorrer de reformas anteriores, foram ampliados com o objetivo de abrir o arco que contornava o centro da cidade. A eles foram conectadas avenidas e ruas largas destinadas não apenas a facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias, como também atender às necessidades de uma política autoritária e policialesca interessada em controlar e disciplinar o fluxo populacional naquela cidade de um milhão e meio de habitantes. Para tanto, trabalhou-se, sem fôlego até 1870, quando o conflito franco-prussiano criou as condições para a instauração da Terceira República. Nos quase vintes anos de vigência do Segundo Império partes inteiras da cidade foram remodeladas. A relação de continuidade entre passado e presente foi, a nosso ver, um dos campos de força do projeto haussmaniano.

Ao integrar os marcos arquitetônicos da tradição imperial aos requisitos econômicos e sócio-culturais da modernidade neo-imperial[iii], atribuiu-se ao par tradição/modernidade uma visualidade própria do ideal de cidade-espetáculo. A funcionalidade material deste

projeto foi tal que, a despeito das diferenças ideológicas, os urbanistas da Terceira República não tiveram quaisquer dificuldades para continuar a reforma urbana do Segundo Império.

Para os objetivos desta comunicação, importa ressaltar que a conjugação haussmaniana entre tradição e modernidade foi essencialmente ambígua e seletiva. Sua concepção de metrópole moderna tornou invisível o universo das práticas econômicas e sócio-culturais consideradas obsoletas pelos "otimistas pragmáticos"[iv], ou seja, pelos defensores de uma visão evolucionista e finalista da História. Uma parcela das fotografias do fotógrafo francês, Eugène Atget, feita entre 1899-1901 e dedicada aos pequenos ofícios, aos ambulantes, principalmente, sinaliza a persistência de uma outra articulação entre tradição/modernidade no interior da capital francesa[v].

Mas, por ora, fixemo-nos nos vínculos que o modelo haussmaniano apresenta com o ideal de progresso do século XIX. Seus elos permitem-nos refletir, de um lado, sobre a universalidade da fórmula haussmaniana e, de outro, sobre as razões histórico-culturais de seu sucesso. As evidências históricas nos lembram que no decorrer da *belle époque*, planejar e reformar cidades conforme a proposta haussmaniana tornou-se uma rotina fora dentro e fora da área do mediterrâneo[vi]. Em pouco tempo, modelo de cidade-geométrica dos oitocentos adentrou as terras banhadas pelo atlântico, o pacífico e o índico. Observa Willi Bolle que, a partir daí, a nenhuma sociedade interessava estar fora do âmbito das metrópoles modernas[vii], uma vez que isso significava pertencer à periferia do mundo não industrializado e não civilizado.

Esta tese aplicada ao caso de São Paulo vem sendo partilhada por outros autores desde meados dos anos oitenta do século XX. Estudos de casos sobre o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Franca, Porto Alegre, Florianópolis, dentre outros[viii], têm destacado aspectos diferenciados das ambigüidades da globalização do ideal de metrópole moderna. Nesta comunicação, interessa-nos refletir sobre o papel da fotografia enquanto produto e produtora de mecanismos de apropriação e divulgação dos códigos sócio-culturais representativos do ideal de metrópole moderna.

Cultura Fotográfica na era das Metrópoles Modernas

Se hoje não há dúvidas de que a fotografia é um modo de suspender o tempo, isto é, de embalsamar a representação de um momento passageiro conforme a escolha de quem manuseia as lentes, o foco e o enquadramento de suas imagens; sabe-se, também, que sua natureza indicial e mecânica atribui-lhe, muitas vezes, o poder de confundir o real com sua representação. Não por acaso, a ela foi e continua a ser fartamente utilizada para persuadir o outro da positividade ou da negatividade de um modo de ser e de se comportar, de olhar e ser olhado.

Patenteada pelo governo francês em 1839, a fotografia não só tornou-se coisa pública[ix] como também criou uma pedagogia do olhar. Além de funcionar como um antídoto contra a ameaça de anonimato e esquecimento que atormentava os indivíduos na modernidade oitocentista, ela também colaborou ativamente na construção da memória das nações. Lembremo-nos, por exemplo, que em 1851, portanto, no ano do golpe de estado de Napoleão III, o governo francês criou a Missão Heliográfica Francesa[x], cuja função era diagnosticar, via fotografia, o estado de conservação de seu patrimônio arquitetônico.

Algumas décadas depois, em fevereiro de 1894, no interior do Brasil, um decreto público promulgava e regulamentava a implantação da Comissão Construtora da nova capital do estado de Minas Gerais. Dentre seus departamentos figurava um Gabinete Fotográfico[xi]. Além de documentar os projetos da construção da nova capital, a ele coube divulgar, dentro e fora do estado, no país e no exterior, as imagens fotográficas dos edifícios públicos, das praças, jardins, ruas e avenidas daquela que viria a ser a capital republicana de Minas Gerais.

Não há como negar, a noção de planejamento urbano da referida capital inspirou-se no modelo haussmaniano, bem como na experiência da cidade argentina de La Plata. Contudo, os estudos sobre a construção da capital mineira têm mostrado que, por determinação das elites dirigentes de Minas Gerais, a Cidade de Minas, posteriormente batizada com o nome de Belo Horizonte, não se propôs a usar o saber de seus especialistas

e técnicos para estabelecer uma conjugação visual do par tradição/modernidade. A articulação dos pólos deste par se deu no discurso político. À Belo Horizonte espacial, física, coube a função de simbolizar a cidade do futuro. Enquanto isso, Ouro Preto — capital da capitania e da província de Minas Gerais — transformou-se em santuário do passado[xii]. Sua identificação com a Inconfidência Mineira atrelou, para sempre, a idéia de liberdade e de virtudes republicanas à ação das elites mineiras. Ora, a afirmação de um *continuum* histórico nas Minas Gerais residia na tese, defendida pelas elites locais, de que Belo Horizonte colocaria Minas Gerais na trilha do progresso. A partir dela fomentar-se-ia a indústria, a lavoura, a viação férrea e, com isso, seria promovida a tão desejada integração política e econômica de suas regiões[xiii].

O Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da nova capital de Minas integrava, pois, o projeto de desenvolvimento regional das elites locais. A citação abaixo indica-nos claramente a percepção que a burocracia tinha da fotografia.

"... hoje, em todo o mundo civilizado, qualquer comissão, qualquer empresa, mesmo secundária, até os turistas, não dispensam em seus serviços um gabinete fotográfico que traduza ao vivo os trabalhos realizados. [...] Ora, nós que felizmente não somos selvagens [...], não poderíamos desprezar esses meios de vulgarização fácil e atraente, mormente tendo certeza de que é necessário e mesmo fatal o reclame que facilite a rápida povoação da nova cidade... "[xiv]

Conforme as palavras do Dr. Cícero Ferreira, encarregado do referido Gabinete, à fotografia aliavam-se as idéias de civilização, de tradução ao vivo do real e, ainda, a de meio de vulgarização fácil e atraente, quer dizer, a idéia de publicidade.

Há muito, as imagens fotográficas eram assim identificadas. Na maioria das vezes, fotógrafos profissionais e amadores, oficiais e independentes, comungavam com a crença do potencial mimético, exato e persuasivo da fotografia. Afinal, não era ela um produto das inovações tecnológicas que, ao lado do telégrafo, da luz elétrica, dos modernos meios de transportes, vinham prometendo rotinizar e democratizar o consumo dos bens materiais e simbólicos existentes nas metrópoles modernas?

Retornando ao caso de Belo Horizonte, é importante assinalar que a empiria fotográfica permite-nos uma afirmação: a divulgação do perfil moderno desta cidade

transcendeu as fronteiras regionais e até as nacionais. Sabe-se que, entre 1894 e 1896, 17.100 estrangeiros, na maioria italianos, entraram na futura capital de Minas Gerais[xv]. Dizemos futura porque sua inauguração ocorreu em dezembro de 1897.

Sintomaticamente, as fotografias que o passado nos legou, sobre a construção e os primeiros anos de vida da capital, mostram-nos, prioritariamente, cenas dos resultados da ação do investimento do poder público e dos empreiteiros privados. Este é, por exemplo, o caso das imagens da hospedaria dos imigrantes, dos vagões dos ramais da estrada de ferro, dos edifícios públicos, sobretudo da Praça da Liberdade onde foi instalado o complexo burocrático do estado, dos serviços de tubulação da rede de esgotos, etc,[xvi]. Diante disso, pode-se afirmar que a natureza indicial da fotografia não deixou de mostrar a poeira e a precariedade de serviços na cidade em processo de construção, nem mesmo cenas de ruas pachorrentas e quase desertas. Contudo, há que se ressaltar o jogo entre visualidade e texto sabiamente explorado pelos cronistas locais. Enquanto a fotografia sinalizava o presente, os textos se encarregavam de anunciar os melhoramentos futuros. Simultaneamente, os recursos técnicos da fotografia permitiam que os produtores de cartões-postais escolhessem a melhor hora e o melhor ângulo dos fragmentos da modernidade e oferecessem uma visão positiva e animadora do presente.

Alguns dos principais fotógrafos que passaram pelo Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da nova capital foram, nas décadas posteriores, proprietários de estúdios fotográficos na cidade. Nesses, cartões-postais, álbuns da cidade e as famosas *cartes de visite* que padronizaram a pose da burguesia européia e das famílias patriarcais brasileiras cumpriram, cada qual com sua peculiaridade, o papel de divulgar os signos de uma cultura fotográfica comprometida com os códigos do viver moderno[xvii].

Uma realidade ao mesmo tempo próxima e diversa do caso de Belo Horizonte foi a da reforma urbana do Rio de Janeiro de Pereira Passos (1903-1906). O acervo de 30.000 fotografias de Augusto Malta — fotógrafo oficial da prefeitura da capital federal, entre 1903 e 1936 — hoje distribuído entre três instituições cariocas, mostra como este fotógrafo soube

aproveitar os recursos técnicos disponíveis na época para celebrar a reforma urbana e o dia a dia da vida naquela cidade capital[xviii].

Do alto dos prédios fazia as fotografias panorâmicas que, assim concebidas, valorizavam a representação de seus conteúdos, já as tomadas dos prédios que seriam demolidos, e também das cenas de rua e das obras, eram montadas com a câmera no nível da rua. De posse desses recursos, Malta construía imagens horizontais (dão idéia de estabilidade e uniformidade),verticais (onde as noções de movimento e ascensão social são mais evidentes); ou ainda, direcionadas à direita (com a localização das conquistas técnicas e sociais urbanas equilibradas e positivadas); à esquerda (quando seu objetivo era passar uma idéia negativa da cena fotografada) e ao centro (enquadrando, assim, o olhar do espectador)[xix]. Estas técnicas garantiam-lhe maior ou menor visibilidade aos alvos almejados.

Com isso, queremos dizer que Malta não silenciou ou jogou no esquecimento os atores e as práticas sociais condenadas ou menosprezadas pelos códigos sustentadores do ideal de metrópole moderna, como ocorreu com os fotógrafos de Belo Horizonte. Ao contrário, suas representações fotográficas apresentaram a vida na capital federal com suas ambigüidades, desigualdades e exclusões sociais. A questão é que esses conceitos, na fotografia de Malta significavam outra coisa. Eram encaradas como exemplos de falta de higiene, de promiscuidade, de descompromisso com o trabalho disciplinado e racional.

Além disso é preciso ressaltar, ainda, alguns aspectos sobre o destino social de suas fotografias. As imagens positivas do cotidiano da cidade foram, geralmente, publicadas nas revistas ilustradas. Seus leitores eram formadores de opinião, como educadores, cronistas, profissionais liberais e empresários. Já nas fotografias onde as desigualdades e a exclusão sociais eram ressaltadas, eram destinadas a circular entre os empresários-parceiros financeiros das obras públicas. Visavam persuadi-los da urgência das reformas.

Impressão diversa tem-se diante de algumas imagens feitas por Lévis-Strauss na capital paulista da década de 1930. Imbuído da tese dos dois brasis, o estudioso francês buscou ângulos específicos para suas cenas de rua. Ele queria ressaltar a presença da

desigualdade e da exclusão sociais. Diferentemente do caso de Malta, nas imagens de Levi-Strauss, estes conceitos diziam exatamente o que neles está contido. Para exemplificar, numa dessas imagens vê-se um trecho de uma rua do centro de São Paulo onde um bonde (signo da modernidade) transporta inúmeros passageiros enquanto isso, na mesma rua, atrás e na frente do bonde, vacas e bezerros quase obstruem o movimento do bonde. Sabe-se que nessa época uma parte do consumo familiar de leite ficava a cargo de ambulantes e era feito *in natura*. Esta imagem exprime outra concepção das relações entre tradição e modernidade. Funciona como evidência e crítica social ao modelo de modernidade vigente na maior metrópole do país.

Embora o espaço físico reservado a esta comunicação não nos tenha permitido explorar detidamente os aspectos aqui apontados, cremos ser importante tecer algumas considerações sobre aspectos teóricos e metodológicos relativos ao uso da imagem visual na pesquisa em História. Mais especificamente, no estudo das relações entre cultura fotográfica e cultura urbana entre fins do século XIX e as primeiras décadas dos anos novecentos.

Como indicaram os dados trabalhados, na chamada era das metrópoles modernas o encantamento produzido pelo ideal de progresso gestou modelos diferenciados de combinação do par tradição/modernidade. No caso específico do Brasil, a bibliografia hoje disponível índia que tal articulação foi, em grande parte, tributária de uma cultura oligarca e autoritária, portanto, pouco afeita à participação ativa da sociedade civil. Hoje muitos de seus desdobramentos ainda se encontram disseminados na realidade do país. Se o historiador-pesquisador pretende fazer falar seus documentos e, se escolhe privilegiar o documento fotográfico, é importante saber que assim como as fontes textuais e orais, também as visuais não são neutras. Permitem-nos conhecer algumas das intenções de seus produtores. Isso significa que por mais encanto que elas produzam, é importante cruza-las com outras e dominar a linguagem das imagens, sob pena estarmos a ver nas representações fotográficas o que outras fontes nos diriam.

[i] MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. IN:-. GIANNOTI, J.A. *Karl Marx – manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultura, 1974.p. 399 (Coleção Os Pensadores)

[ii] Lembra-nos Giutella que a utopia do urbano assentada no traçado geométrico, isto é, regular, data do Renascimento. Entre o barroco e o Iluminismo materializações deste ideal de cidade geométrica foram sendo executadas em meio a críticas de arquitetos, intelectuais e das corporações. Visto como desestabilizador das práticas sócio-econômicas tradicionais e destruidor da memória física da urbis medieval, somente nos anos oitocentos, com o avanço do capitalismo industrial, é que este o modelo de cidade geométrica encontrou as condições propiciais para ser implementado. Ver: GUINTELLA, Vittorio. E. *La città dell"Iluminismo:* l'idea ed il nuovo volto. Roma: Studium, 1982. pp. 35/36.

[iii] Enquanto os edifícios do Louvre, do Hôtel de ville, da Île de la Cite, da Sorbone, etc, revalorizam o antigo regime, os novos espaços, sobretudo as áreas da l'Opèra e de le Halles, celebram as pretensões imperiais e econômicas de Napoleão III. Cabe ressaltar que, diferentemente do modelo londrino,o modelo haussmaniano se caracterizou pelo centralismo do poder público. Enquanto em Londres o poder público apenas coordenou a implementação das reformas destinadas a adequar a capital inglesa ao ideal de cidade-capital e/ou de metrópole moderna, em Paris a participação dos empreendedores privados esteve subordinada à mão de ferro do poder público. Sobre essas questões, ver; ZUCCONI, G. *La città dell'Ottocento*. 2ed., Bari: Laterza, 2004. pp. 23-44.

[iv] Expressão cunhada por José Murilo de Carvalho ao se referir a uma das categorias de republicanos no Brasil. Ver: CARVALHO, J. M de. Cidadania na encruzilhada. In:-. BIGNOTTO,Newton (org) *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.117.

[v] LE GALL, Guillaume. *Atget, Paris pittoresque.* Paris: Hazan, 1998.

[vi] Embora algumas experiências nessa linha tenham sido anteriores à reforma haussmaniana (caso de São Petersburgo e de Nova Orleans, por exemplo), cabe ressaltar que o caso de Paris vem sendo considerado paradigmático exatamente por ter sido capaz de combinar todos os elementos integrantes do discurso sobre a modernidade, desde a higiene até a celebração dos monumentos históricos, criando assim uma "narrativa urbana" linear e finalista.

[vii] BOLLE, W. Fisiognomia da metrópole moderna. 2ed., São Paulo; EDUSP/FAPESP, 2000. p.397

[viii] Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frentes anos 20*. São Paulo:Cia das Letras, 1992; FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Das Águas, 1998; MATOS, Maria Izilda S. dos. *Cotidiano e Cultura : História, cidade e trabalho.* São Paulo: EDUSC, 2002; OLIVEIRA, Lúcia L. (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV/CNPq, 2002; ANDRADE, Luciana T. de. *A Belo Horizonte dos Modernistas*: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: C/Arte, 2004; FOLLIS, F. *Modernização Urbana na Belle Époque paulista.* São Paulo: UNESP, 2004, dentre outros.

[ix] BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In:-. KOTHE, Flávio R. (org.) *Walter Benjamin*.São Paulo: Ática, 1985. p.219-240.

[x] Sobre ela, ver estudo nosso em: BORGES, Maria Eliza Linhares. A missão heliográfica francesa e outras viagens. In:-. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.pp. 92-100.

[xi]Ver: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte — memória histórica e descritiva* — História Média. Belo Horizonte: FJP, 1996.p.32; 110; 130-131. (Coleção Mineiriana, 2ed., revisada)

[xii] Ver: MELLO, Ciro F. B. de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In:-. DUTRA, Eliana R. de F. *Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.pp.13.

[xiii] DULCI, Otavio S. *Política e Recuperação Econômica*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.p.41

[xiv] BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte — memória histórica e descritiva* — História Média. Belo Horizonte: FJP, 1996.p. 313. (Coleção Mineiriana, 2ed., revisada). Apenas entre janeiro e abril de 1895, o gabinete fotográfico da Comissão Construtora da nova capital de Minas Gerais produziu 1.584 cópias fotográficas.

[xv] BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte — memória histórica e descritiva* — História Média. Belo Horizonte: FJP, 1996.p. 347. (Coleção Mineiriana, 2ed., revisada).

[xvi] Um estudo mais específicos sobre o referido Gabinete, encontra-se em: BARTOLOMEU, Anna Karina C. Pioneiros da fotografia em Belo Horizonte – Gabinete fotográfico da CCNC, 1894-1897. *Varia História – Revista do depto de História/UFMG.* Belo Horizonte: UFMG, 2003. n. 30.pp. 37-66.

[xvii] Sobre o conceito de cultura fotográfica, ver: TURAZZI, Maria Inêz. Uma cultura fotográfica.*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: MINC, 1998.v.27, p. 6-18.

[xviii] Migrante nordestino e vendedor ambulante de tecidos e roupas feitas para uma freguesia burguesa, Malta é, ele próprio, uma evidência de que o ideal de progresso, ainda que excludente em sua base, criou bolsões de mobilidade social e de distinção social. Se a realidade não confirmasse a utopia, ainda que fragmentariamente, ela não se transformaria em imaginário. Porém, se é certo que este só tem sucesso quando encontra respaldo no real, também é verdade que ele, o imaginário, cria mundos, para usarmos uma expressão de Pierre Bourdieu.

[xix] Sobre essas técnicas de Malta, ver:SILVA, Renata Augusta dos S. *Homens de "pequenas profissões": a fotografia na construção de representações sobre o trabalho ambulante na Cidade do Rio de Janeiro no inicio do século XX.* Rio de Janeiro: UFF, 1998 (dissertação de mestrado)

A IDÉIA DE PAZ NA MONARQUIA DE DANTE ALIGHIERI

Maria Eugenia Bertarelli
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal Fluminense

> "[Deus]...é a vossa santidade que nos eleva por amor da tranqüilidade, para que levantemos os corações ao alto até junto de Vós, onde o vosso Espírito paira sobre as águas, e, para que cheguemos à excelsa paz, depois de a 'nossa alma ter atravessado as águas desta vida, que nada têm de firme'."[i]

A passagem acima foi retirada das *Confissões* de Santo Agostinho, especificamente do livro XIII intitulado *A Paz*. Neste trecho, o santo doutor da Igreja católica manifestava o sincero desejo de se elevar para junto de Deus e, após suportar as privações impostas pela vida mundana, finalmente alcançar a paz eterna. No pensamento agostiniano a idéia da paz perfeita aparecia associada ao estado de beatitude plena que a alma experimenta ao aproximar-se da divindade.

Sabemos que Santo Agostinho foi um dos primeiros teólogos da Igreja católica a formular as bases da doutrina cristã reinante ao longo de grande parte da Idade Média. Em virtude disso, considero interessante para um estudo sobre o pensamento de Dante Alighieri levar em conta sua inserção nesta tradição filosófica.

A respeito da idéia de paz, encontramos na obra de Dante uma aproximação às concepções agostinianas reveladas no trecho citado inicialmente. Na *Divina Comédia*, o poeta florentino apresenta a verdadeira paz como sendo o estado de pureza e tranqüilidade encontrado junto a Deus no paraíso celestial. Observemos um exemplo disso no canto XXI do Purgatório, enquanto Dante e seu guia caminham pelo quinto terraço, entre os avarentos. Ali, os viajantes encontram o poeta Estácio, com quem trocam as seguintes palavras:

> "Irmãos, que Deus vos dê a salvação!"
> A essa voz nos volvemos, e Virgílio,
> rendendo-lhe a adequada saudação,
>
> tornou-lhe assim: "Que o máximo concílio

te outorgue a paz final e verdadeira,
pois que a mim me retém no eterno exílio."[ii]

Com este cumprimento, Virgílio deseja a Estácio a "paz final e verdadeira" que um dia desfrutaria, visto que as almas, ao sofrerem os castigos do Purgatório, encontravam-se a caminho da bem-aventurança. Ao contrário do que acontecerá a Estácio, o autor da *Eneida* jamais alcançará a graça da paz celestial já que no Limbo padecerá por toda a eternidade. No diálogo entre estes dois grandes mestres da antiguidade, Dante Alighieri apresenta a paz em termos semelhantes àqueles referidos por Santo Agostinho e que marcaram a filosofia cristã durante grande parte da Idade Média. A busca por esta paz celestial caracterizou o desejo do homem medieval.

Contudo, é preciso compreender que, para Dante, parecia impossível atingir a plenitude celeste se a humanidade não desfrutasse da tranqüilidade que cria as condições para a especulação que conduz até o estado de glória. O poeta não se referia apenas à graça alcançada após a morte, almejada por Agostinho, mas à paz na terra para que toda a humanidade pudesse se dedicar livremente ao desenvolvimento da especulação espiritual. Assim, a "paz final e verdadeira" devia ser precedida por uma "paz terrena" entre os homens.

Com efeito, encontramos em sua obra uma profunda preocupação com a falta de harmonia que reinava no mundo e que impedia a humanidade de se concentrar nos assuntos sagrados.

Esta preocupação aparece claramente em seu tratado de filosofia política escrito por volta do ano 1310, intitulado *Monarquia*[iii].

Neste tratado, Dante busca uma solução para alcançar a "paz na terra" e pôr fim às guerras e conflitos que se espalhavam por toda a Europa, principalmente pela península itálica. Segundo o modelo defendido pelo autor da *Monarquia*, para resolver estas disputas não bastaria apenas a ação da Igreja, responsável por cuidar da orientação e salvação das almas dos cristãos. Seria necessário um poder temporal que atuasse no mundo para conter a

violência disseminada entre os homens. Neste sentido, o poeta se lança em uma apaixonada defesa do Império, única autoridade, segundo ele, capaz de restabelecer a paz e conter a desordem reinante na Cristandade.

Dante justifica tal afirmação argumentando que somente o imperador poderia ministrar a justiça entre os homens e, assim, gerar a paz na terra. No primeiro livro do tratado, o autor observa que, para isso, seria necessário que existisse em toda parte um tribunal para resolver qualquer litígio que pudesse aparecer na sociedade. Todo litígio deveria ser resolvido por um juiz superior e acima de ambas as partes em conflito. Desta forma infere que, se o desentendimento ocorresse entre dois príncipes que se encontram em igualdade hierárquica entre si, seria necessária a existência de um terceiro príncipe, que, como juiz primeiro, resolveria as desavenças com justo entendimento. Este seria o Monarca ou Imperador.

Para Dante, com o Monarca temporal "a justiça é perfeita ou pode vir a sê-lo". Isto porque apenas ele, em todo o universo, estaria livre da cupidez, posto que já possui tudo e nada mais é capaz de corromper-lhe a alma. Ou seja, como o imperador estava acima de todos os príncipes, superando-os em poder, não poderia desejar nada mais a não ser o bem-estar de seu povo.

> "Quando nada pode ser já apetecido, impossível se torna a cupidez, por isso que as paixões não podem sobreviver ao desaparecimento do seu objeto. Nada existe que possa eximir-se a ser objeto do Monarca, porquanto a jurisdição deste termina no oceano." *(Monarquia, pp 198)*[iv]

Assim, observamos que a discussão contida na *Monarquia* contempla um ideal de paz compreendido como resultado da ação política de um governante que sabe promover a justiça acima de quaisquer conflitos, e a cujo poder todos deviam se submeter para garantir a justiça e a paz no mundo.

Ë interessante pensarmos que a submissão ao Monarca universal somente seria legítima se o súdito reconhecesse nele a autoridade que poderia guiar a humanidade ao seu fim. Para tanto, ela deveria conhecer este fim e colaborar no sentido de atingi-lo. Assim, a *matéria política*

não seria, no entendimento de Dante, responsabilidade apenas do Monarca, mas de todo o gênero humano. Poderíamos pensar que o autor acreditava na importância de sua obra para, como ele mesmo escreveu, *elucidar proveitosamente o mundo*, isto é, dar a conhecer aos homens o fim, ou melhor, os fins para os quais se ordena a humanidade a fim de que todos pudessem colaborar com o Monarca para alcançá-los.

A questão do duplo fim da humanidade é apresentada por Dante especialmente no terceiro e último livro da *Monarquia*. De acordo com o autor, somente o homem seria formado por uma essência corruptível e outra incorruptível, ou seja, apenas os seres humanos são constituídos de corpo e alma. Caracterizar-se-ia, assim, como um ser que está no meio dos dois hemisférios, participando dos meios corruptíveis e incorruptíveis. Cada homem comporta em si as duas naturezas que convém a sua existência dupla. E, como toda a natureza está ordenada a um fim último, infere-se que o homem é o único entre todos os seres que possui dois fins, um que lhe pertence como ser corruptível e outro que lhe pertence como ser incorruptível.

É interessante notarmos o valor da distinção feita no tratado entre a finalidade própria do homem enquanto ser corruptível e sua finalidade enquanto ser incorruptível. A primeira está no mundo e visa alcançar o *paraíso terrestre*, a segunda, voltada para o além, visa atingir a salvação eterna no paraíso celeste.

Assim, Dante estabelece duas finalidades específicas ao gênero humano, e por não serem idênticas, atingem-se por meios distintos. Chegava-se ao que ele chamou de primeira beatitude, ou seja, àquela que se atinge ainda nesta vida, através de doutrinas filosóficas, *"desde que, todavia, sigamos os ensinamentos destas e exercitemos as virtudes morais e intelectuais."(Monarquia pp, 231)*.

Chegaria-se à segunda beatitude, isto é, à existência eterna e feliz após a morte, por meio das doutrinas espirituais, *"desde que as ponhamos em prática com o auxílio das virtudes teologais, fé, esperança e caridade."(Monarquia pp 231)* Tais virtudes excedem a razão humana e, portanto, deviam ser cultivadas com o auxilio da Santa Madre Igreja, através da qual se

revela o conhecimento da *"verdade sobrenatural de que carecemos por meio dos Profetas e Hagiógrafos". (Monarquia pp, 231)*

Dante, então, conclui seu raciocínio afirmando que seriam necessárias duas autoridades para o governo do gênero humano; o Pontífice romano que, por meio do conhecimento revelado, guia o homem à vida eterna e o Imperador que, por meio de doutrinas filosóficas, o conduz à *felicidade temporal*.

O poeta, contudo, adverte para o perigo de compreendermos esta tese de maneira restrita concluindo, erroneamente, que o príncipe romano não deve submissão, de nenhuma espécie, ao Sumo Pontífice. De fato, Dante declara que a felicidade mortal estava ordenada, de certo modo (*quodammodo*), para a imortal. Ou seja, o poeta como cristão acreditou na completa realização da paz perfeita apenas junto de Deus. No *Convívio*[v] encontramos referências à *boa felicidade* e à *ótima felicidade* que é melhor porque consiste na suma beatitude.

Apesar de afirmar que a felicidade eterna era *óptima,* porque consistia na suma beatitude, enquanto a felicidade mortal era apenas *boa* creio que um ponto relevante do tratado seria a possibilidade de uma percepção da existência terrena que adquiria status próprio na trajetória para atingir a iluminação supranatural. Dante fala em alcançar a *beatitude em vida*, este devia ser o fim desejado pela alma enquanto ela ainda carregava sobre si o peso do corpo.

É interessante ressaltar que o autor constrói seu raciocínio em dois níveis: as naturezas corruptível e incorruptível do homem.

A parte incorruptível buscaria a *beatitude na paz eterna*, ajudada pela luz divina. A ascensão da alma se iniciaria ainda *neste* mundo, estendendo-se até o *paraíso celeste*. Neste nível, devemos cultivar as virtudes cristãs, buscando controlar os instintos e permanecer no caminho de Deus. Dotado de liberdade, o homem decide pela sua salvação e deve trabalhar para conquistá-la. A idéia do livre-arbítrio definida por Dante como o "*juízo livre que emana da vontade"* possibilita ao homem uma participação na escolha de seu fim, e implica um esforço

para alcançá-lo. A atuação no mundo seria relevante na busca do fim que a Divina Providência deu à natureza incorruptível.

Num outro nível, o homem deve participar do mundo buscando agir nele para atingir um objetivo que é terreno. A natureza corruptível busca um fim que se esgota nesta vida e que consiste no exercício da própria virtude. A "ação política" garante as condições necessárias para que esta virtude se desenvolva. Dante estabelece a atuação do homem em um campo que não estaria estritamente vinculado à salvação da alma, e, portanto, ao fim religioso, mesmo que deste fim não esteja desvinculado. Ele define um espaço terreno no qual o homem possuiria um papel essencial.

Segundo Kantorowicz[vi], Dante se inspirou em Aristóteles para atribuir à comunidade humana "*um fim ético-moral que era fim em si mesmo, era paraeclesiástico"*. O historiador afirma que a dualidade de valores estabelecida na *Monarquia* não foi absolutamente desconhecida entre os juristas da época, os quais sustentavam que a *universitas* era um *corpus morale et politicum* paralelo ao *corpus mysticum* da Igreja. Mas, para Kantorowicz, Dante radicalizou esta distinção construindo uma monarquia universal *auto-suficiente* associada a um *fim humano-imperial* realizável no *paraíso terrestre*.

É importante ressaltarmos que a distinção entre os dois fins apresentada na *Monarquia* não visava uma separação absoluta, mas, ao contrário, uma harmonia entre estes fins.

Resumindo, poderíamos admitir que à Igreja caberia a função de zelar para que o homem alcance a *paz de Deus* em virtude de ela possuir a autoridade suprema no exercício do poder espiritual. A Igreja detém o monopólio das manifestações do sagrado no mundo e, por isso, é somente através dela que ele pode se manifestar. Apenas com a ajuda da Igreja pode o homem ter acesso às verdades da Sagrada Escritura que iluminam o longo caminho a ser percorrido até a salvação.

Observamos que o Império, na perspectiva defendida na *Monarquia*, deveria garantir a "paz terrena", organizando a humanidade entendida como uma ordem temporal universal com um objetivo específico: atingir o *paraíso terrestre*.

Para concluir, devemos considerar que apesar de participar de um universo tipicamente cristão e de ser um devoto fiel à Igreja, Dante se afastou da herança agostiniana que serviu de base à doutrina cristã ao longo da Idade Média. O bispo de Hipona havia criado uma distinção entre a *Cidade de Deus* e a *Cidade Terrestre*, afirmando a superioridade plena daquela em detrimento desta. Assim, ele defendia a primazia da vida contemplativa sobre a vida ativa, posto que era a maneira mais perfeita de se chegar à *Cidade de Deus*. A experiência na *Cidade Terrestre* era de natureza inferior e, por conseqüência, o homem devia procurar afastar-se, abstendo-se do mundo. Nas palavras de Santo Agostinho: " ...não vos conformeis com este mundo; abstende-vos dele. Se a alma evita o mundo, vive, e, se o busca, morre." [vii] Com efeito, se Dante jamais se opôs ao modelo agostiniano, visto que nunca abandonou a convicção de que a paz celeste seria de fato o estado de perfeição absoluta, e que o homem deveria nesta vida se dedicar à contemplação, certamente deixou de lado a oposição estabelecida por Santo Agostinho. Para o autor da *Monarquia*, a humanidade devia buscar a *beatitude em vida,* vista como um passo no longo caminho em direção à salvação. Dessa forma, devia buscar a "paz terrestre", através da autoridade imperial, para dedicar-se à contemplação divina e, assim, conquistar a beatitude eterna no reino dos céus.

---

[i] Agostinho, Santo. Confissões. 2ªed, São Paulo, Abril Cultural, 1980,p 262.
[ii] DANTE ALIGHIERI. A Divina Comédia. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia e S. Paulo Ed. da Universidade de S.Paulo, 1979. (Purgatório, canto XXI, versos 13 a 18), p.190.
[iii] ALIGHIERI, Dante. Monarquia. (a cura de Maurizio Pizzica e introdução de Giorgio Petrocchi) Coleção I Clássici della Bur. Edição bilígue italiano-latim). Milão, Biblioteca Universale Rizzoli, Rizzoli Libri S.A, 1988.
[iv]Original: "Urbi ergo non est quod possit optari, inpossibile est ibi cupiditatem esse: destructis enim obiectis, passiones esse nom possunt. Sed Monarcha non habet quod possit optare: sua nanque iurisdictio terminatur Occeano solum:" Dante Alighieri, Monarquia, pp188.
[v] Dante Alighieri. Convívio. Guimarães Editores, Lisboa, 1992.
[vi] KANTOROWICZ, Ernest H. Os Dois Corpos do Rei. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.
[vii] SANTO AGOSTINHO, Op Cit, p.275.

REDES DE PODER:
O CONSELHO DE ESTADO E A ELITE IMPERIAL, 1842-1889

Maria Fernanda Vieira Martins (doutora pela UFRJ)
Simposio temático: *Conflitos, cidadania e poder no Oitocentos*.

A monarquia constitucional brasileira construiu-se a partir de um longo processo de organização de uma autoridade central, no qual a instituição do Conselho de Estado desempenhou um papel fundamental, por ter se constituído como espaço de negociação, acomodação dos conflitos e conciliação de interesses das elites. Esse movimento teve como um dos principais pilares a montagem da estrutura jurídico-administrativa que forneceu as bases para o Estado imperial[1].

Essencial ao entendimento desse processo é a identificação das redes de sociabilidade e parentesco que se pode observar a partir da elite reunida no Conselho de Estado e suas relações de continuidade no que se refere aos principais grupos econômicos do país — os grandes negociantes e proprietários de terras e escravos —, e as oligarquias regionais, as antigas famílias que, muitas vezes desde o período colonial, controlavam os cargos político-administrativos e a economia local, e estendiam sua esfera de influência não só para além dos próprios limites provinciais, como em direção ao poder central, cobrindo a geo-política de antigas redes comerciais.

Nesse estrutura social a própria identidade individual se encontrava fortemente vinculada às relações familiares e às redes às quais estas se associavam, o que fazia com que, com freqüência, antes de serem homens públicos, os indivíduos representassem interesses e negócios dos grupos e famílias que os aproximaram do poder.

Nessa interpretação, a noção de rede complementa a compreensão do sentido que assume o termo *elite*, pela consideração de que formam grupos com identidades construídas a partir de suas relações, sem que se perca, no entanto, a noção de indivíduo, cuja importância reside exatamente no fato de se constituir como centro de *uma estrela de primeira ordem,* integrando uma ampla cadeia de relacionamentos[2].

Portanto, para que o Conselho de Estado seja aqui considerado como instrumento para a análise da ação e do comportamento da elite, trazendo um novo entendimento sobre o seu papel na política e na própria formação do Estado brasileiro, é preciso entender essa elite não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando sobretudo suas relações na sociedade, através das redes de aliança e interesses que se constróem e se refazem permanentemente ao seu redor.

Os membros do Conselho de Estado integravam diferentes redes de relacionamentos que se perpetuavam e se reconstruíam no país desde o século XVIII, tendo como base de referência antigas famílias e suas alianças clientelares. Verifica-se ainda a extensão do controle exercido por suas famílias sobre o aparato político-administrativo colonial, que incluía os cargos "militares-administrativos" tanto quanto os cargos jurídicos, cuja posse já era um indicativo da importância de seus detentores. Essa cultura e essa forma de atuar da elite colonial se perpetuaram no período imperial com a reconstrução, manutenção e reorientação das estratégias de alianças, de acordo com as diferentes conjunturas. Essas estreitas relações são ainda evidenciadas a partir de laços matrimoniais e relações de parentesco e compadrio, que unem o grupo a diversos setores dominantes, sejam no nível local, sejam numa rede mais ampla[3].

As práticas clientelares funcionavam como elemento fundamental na manutenção e ampliação das redes, solidificando, fortalecendo e reproduzindo ligações sociais, políticas e econômicas. Tratava-se indubitavelmente de uma herança do Antigo Regime português, e com freqüência formava a base das relações políticas, particularmente naquelas sociedades onde o Estado começava ainda a se organizar e onde a própria estrutura de representação, via processos eleitorais, era incipiente ou até inexistente, como ocorre no Brasil oitocentista, basicamente na primeira metade do século XIX.

Nesse contexto, o capital e poder político de um indivíduo correspondiam não apenas ao seu *status,* mas ainda relacionavam-se à sua capacidade de oferecer e retribuir benefícios, concessões e privilégios, em um amplo esquema de trocas cuja função

estruturante se verificava em um nível mais básico e cotidiano das relações de poder. Na prática, consistiam em aspectos informais a conviver com as estruturas formais de ordenação política e social, transformando-se progressivamente em práticas marginais na proporção em que se complexificava o aparelho de controle e administração do Estado[4].

Dessa forma, as práticas clientelares, e as redes que estas alimentaram, exerceram papel fundamental no próprio processo de centralização. Como poderes paralelos, poderiam funcionar como obstáculos à expansão do poder real mas, paradoxalmente, uma vez controlados, abriam caminho para um maior domínio da política e para o próprio reforço da unidade central. Em Portugal as redes familiares e institucionais começaram a perder sua força a partir da legislação pombalina em fins do séc. XVIII. Entretanto, embora deixassem de ser a *norma,* tanto em Portugal quanto no Brasil, tais práticas não desapareceram instantaneamente, mas adaptaram-se às novas estruturas da política e do próprio Estado — considerando-se o aprimoramento dos processos eleitorais, a especialização institucional, a proliferação de cargos etc. —, mantendo-se ainda por tempo considerável no universo cultural da política luso-brasileira[5]. Tratava-se, assim, de uma persistente cultura política que reforçava uma prática de governo e dominação que resistia à propaganda e ideário liberais[6].

Do ponto de vista metodológico, a combinação de uma prática de reconstituição das redes clientelares e de parentesco com a análise da trajetória individual permite perceber que, no que se refere aos membros do Conselho de Estado, suas carreiras e atividades profissionais pareciam ligá-los às suas províncias de origem e às relações políticas, sociais e econômicas estabelecidas por suas famílias. Essas redes, por definição, apresentavam-se multifacetadas e multidirecionadas, integrando indivíduos e representações de interesses diversos ao longo do segundo reinado, espelhando diferentes e mutáveis estratégias de negociação, visando a perpetuação do poder e a manutenção do *status* dessas famílias.

Assim, a análise dessas relações conduz a se considerar o efetivo papel desempenhado nessa sociedade por uma cultura política que se mantinha solidamente amparada por antigas práticas clientelares. Mas o reconhecimento de sua importância não

deve obscurecer o fato de que elas se configuram antes como os meios, os instrumentos, e não os objetivos da ação política. A simples existência desse estilo do *fazer política* não é exclusivo do período, nem deve bastar para identificar o tipo de sociedade política em que transitavam os conselheiros de Estado. Tratava-se de um complexo jogo de interesses, que incluía a troca de favores e benefícios pessoais tanto quanto a perseguição de projetos coletivos, fossem estes públicos ou privados, e que, via de regra, permitiu a manutenção de uma estrutura político-administrativa fundamental para a consolidação do regime monárquico-constitucional e de suas instituições.

Assim entendida, a noção de rede permite exatamente extrapolar o sentido de troca individual usualmente associado à idéia das práticas clientelares, quando se considera a inserção desses indivíduos em suas redes de relacionamentos, que por definição apresentam uma composição dinâmica, mutável, englobando setores distintos e variados, e onde, inclusive, os objetivos e interesses pessoais moldam-se e ajustam-se aos interesses coletivos bem como às diferentes conjunturas. As relações que essas redes retratam mostram uma realidade heterogênea, ambígua e dinâmica, e espelham as tensões características dos grupos e indivíduos nela envolvidos, garantindo o espaço da ação individual, da liberdade de ação e reação a conjunturas específicas que permitem as transformações que se verificam nessas sociedades.

Portanto, para compreender as elites no Estado imperial brasileiro torna-se ainda fundamental buscar sua história antes do século XIX, considerando as relações de continuidade e as imbricações permanentes entre Estado e sociedade, entre o *público* e o *privado,* entre o *central* e o *regional,* entre a prática política e os interesses econômicos individuais ou coletivos. Por esse motivo essa elite deve ser vista como portadora de uma cultura política que transcende as fronteiras do século e mesmo da própria colônia, e como produto de transformações constantes, de uma dinâmica interna de composição, manutenção e recomposição de alianças no interior das grandes oligarquias, famílias e redes de parentesco que dominavam a política, a administração e a economia desde os tempos coloniais.

Nesse processo, o Conselho de Estado tornou-se um instrumento fundamental. A instituição traduzia os anseios, confrontos e contradições daquela sociedade, a sociedade *possível* no Brasil do século XIX, considerando-se principalmente a baixa representatividade eleitoral e, como instância de poder, não escapou a essas circunstâncias, tornando-se palco do acirramento de conflitos ao mesmo tempo em que se consolidava seu papel na administração pública.

É exatamente essa dimensão que é revelada quando se acrescenta à análise intrínseca do funcionamento da máquina burocrática e das instituições governamentais o estudo dos indivíduos e dos projetos coletivos que davam movimento à estrutura política. Ao serem consideradas as relações permanentes e cotidianas com a sociedade através das redes de aliança, suas estratégias de negociação e perpetuação no poder, seus profundos e estreitos contatos com a iniciativa privada e com os poderes locais, sua atuação em instâncias diversas tanto do Estado quanto da sociedade civil, permite perceber quem eram e a quem representavam, bem como apontar os objetivos e a lógica que norteava a ação daqueles que elaboravam e geriam as políticas públicas.

A investigação e a análise das redes de relações permite, por sua vez, extrapolar os limites da Corte como espaço exclusivo do poder imperial. Sob esse aspecto, cabe lembrar que o processo político em nível regional ou local não se desenvolvia como um simples reflexo da política central, mas apresentava uma história e uma dinâmica própria, que tinham raízes mais remotas no período colonial e eram influenciadas diretamente por suas especificidades e pelas diferentes conjunturas locais. Também no âmbito local as relações entre grupos, famílias e facções políticas tinham de ser refeitas e mantidas permanentemente.

Além disso, tais relações com freqüência extrapolavam as fronteiras provinciais, promovendo o estabelecimento de amplas redes políticas e econômicas que ligavam diversas regiões, influenciando, por sua vez, a composição de forças no poder central. Assim, quanto à oposição entre a autoridade central e províncias e poderes locais, ou seja, entre centro e periferia, é preciso considerar todos os aspectos que envolveram o processo

histórico de centralização e formação do Estado imperial como resultado de uma relação dinâmica e recíproca entre elites governantes e poderes locais, pela consideração da continuidade que esse relacionamento apresentava.

Tais aspectos demonstram ainda que o grupo que chegou à cúpula da administração imperial não era um grupo homogêneo, que teria assumido o Estado e do centro do poder dava execução a um projeto político fechado. É necessário, assim, levar em conta a pluralidade e diversidade dos interesses ali representados. De fato, quanto à composição dessas elites, cabe ressaltar, por exemplo, que grandes fortunas se formaram e foram mantidas independentemente da economia cafeeira, ou ao menos que dela não dependiam diretamente, correspondendo a estratégias e interesses específicos ligados ao grande comércio e às atividades financeiras, que não necessariamente se faziam representar por uma elite intelectual letrada ou pelos dirigentes ligados a uma classe senhorial que pudesse ser identificada diretamente com os proprietários de terras e escravos.

As elites encontravam-se, efetivamente, unidas por suas amplas teias de relacionamentos que, como tal, reuniam múltiplos interesses. Quando se acompanha as carreiras profissionais observa-se que mesmo a circulação em diferentes cargos administrativos e jurídicos, localizados em diversas regiões do país, deu-se em geral pelo próprio poder das redes às quais pertenciam — considerando-se ainda as bases eleitorais locais e a composição e relação de forças nas assembléias provinciais e municipais —, o que permitia a reprodução de suas ligações familiares ou a constituição de novos laços, garantindo a ampliação de suas alianças estratégicas na direção de diferentes setores.

Os indivíduos reunidos no Conselho de Estado detiveram efetivamente o poder de decisão sobre os destinos do país e o exerceram através das principais instituições governamentais, e a partir de ações cotidianas de regulamentação e controle do aparato jurídico-administrativo, que incluía não apenas a elaboração e a interpretação da lei, mas ainda a definição dos trâmites e dos ritos administrativos, bem como a distribuição e definição de privilégios, cargos e competências, para os quais as ações estratégicas de negociação no interior das redes exerceram papel fundamental[7].

Entretanto, cabe ressaltar que a consideração da importância política das redes de relacionamento não significa que essa ação possa se resumir na imposição de práticas clientelares e de troca de favores, e nem estas práticas podem ser entendidas como determinantes do tipo de Estado e sociedade política que se constituiu no período. É preciso considerar toda a complexidade do jogo político quando se olha não exclusivamente do centro, mas a partir das diferentes regiões; quando se contempla não simplesmente a ação do Estado e de suas instituições, mas o papel desempenhado pelos indivíduos e suas redes de relações, suas estratégias de negociação dentro e fora do aparelho estatal, suas crenças, idéias e tradições; quando se observa não apenas a política em seu nível macro, mas também as pequenas ações regulares e cotidianas que vão dando forma e consolidando a extensão do poder central.

Partindo-se do pressuposto de que elites podem ser identificadas como tal porque têm sempre como objetivo assim se manterem, controlando ao máximo o capital, seja ele político, econômico, social, elas necessitam desenvolver estratégias e estarem atentas para fazerem as alianças mais convenientes a esse fim, e essa conveniência flutua de acordo com as conjunturas. O exercício da política significava, assim, uma dinâmica permanente de estratégias de manutenção da hierarquia social, do poder econômico e político, de suas fortunas, seus cargos, e seu *status e* influência social.

A complexidade crescente da política que se desenvolve ao longo do período imperial, com as reformas administrativas, as definições e organizações de funções e atribuições dos cargos, colocava novos impasses a essa cultura, na medida em que começavam a se firmar as idéias abolicionistas e o ideário republicano que, por meio do questionamento das bases do sistema, contribuíram diretamente para o fim da monarquia constitucional.

Nesse processo as forças que atuavam nessa sociedade, fossem representantes de antigas porém atuantes oligarquias regionais, que procuravam manter o controle sobre a política e a economia no nível local, fossem as elites comerciais e financeiras, fossem os membros da alta cúpula do poder, encontravam-se envolvidas numa ampla teia de

relacionamentos pessoais e estratégicos que norteavam ou influenciavam a formação das redes de poder.

---

[1] A formação do estado nacional aqui está sendo considerada como um *processo* contínuo e permanente e, como tal, imbuída do caráter dinâmico que o termo sugere. Nesse sentido, ver principalmente a idéia de processo em Norbert Elias, ou seja, como algo que confere continuidade às descontinuidades, e cujo sentido não está dado natural e intencionalmente, *a priori*, mas se constrói permanentemente; trata-se de compreender o processo não como *Evolução*, mas como *História.* Ver Norbert Elias, Processes of State formation and Nation building. In *Transactions of the 7th World Congress of Sociology 1970,* vol.3. Sofia: ISA, 1972. p. 274-84. Ver também, do mesmo autor, *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v.2 Formação do Estado e Civilização; Charles Tilly. *Coerção, capital e estados europeus*. 990-1992. São Paulo: EDUSP, 1996. cap. 1, e Charles Tilly. Reflections on the history of european state-making. In: Charles Tilly (org). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

[2] Sobre a noção de rede, ver Barth, F. Scale and Network in Urban Western Society, In: *Scale and Social Organization*, e *Process and form in social life:* selected essays of Fredrik Barth. London: Routledge and Kegan Paul, 1981; Giovanni Levi. *A herança imaterial:* trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, cap. VI, e Gabriella Gribaudi, La metafora della rete. Individuo e contesto sociale, *Meridiana*, 15, 1992, p. 91-108; Sobre o conceito de elite e suas relações sociais ver Mauricio Gribaudi. Introduzione*.* In: *Relazioni sociali e strategie individuali in ambiente urbano*: Torino nel Novecento; Giovanni Busino. *Elites et élitisme.* Paris: Presses Universitaires de France, 1992, e Guy Chaussinard-Nogaret, et al. *Histoire des élites en France du XVIe siècle au XXe siècle*: l'honneur, le mérite, l'argent. Paris, 1991.

[3] E. Grendi. *Paradossi della storia contemporanea*, In Aa. Vv. Dieci interventi sulla storia sociale, Torino: Rosenberg & Sellier, 1981. p. 73.

[4] Angela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha. As Redes Clientelares. In José Mattoso (dir.) *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1998, v.4, O Antigo Regime (1629-1807), A Arquitetura dos Poderes. p. 339.

[5] Angela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha. As Redes Clientelares. In José Mattoso (dir.) *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1998, v.4, O Antigo Regime (1629-1807), A Arquitetura dos Poderes. p. 347.

[6] A expressão *cultura política* é aqui entendida exclusivamente no sentido do conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização política-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e de acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em uma determinada sociedade e em um dado tempo histórico, no qual, entretanto, nem ela é exclusiva, ou muito menos definitiva. Entre os diversos autores que procuraram definir o conceito, ver especialmente Serge Bernstein. L'historien et la culture politique. In: *Vingtième Siècle*, nº 35, juillet-septembre. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992 e A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; Jacques Lagroye. *Sociologie Politique*. Paris: Dalloz, 1991; Pierre Rosanvallon e Patrick Viverett. *Pour une nouvelle culture politique*. Paris: Seuil, 1971

[7] Cabe lembrar que a extensão da atuação do Conselho referia-se a um amplo leque de ações, tais como a análise das leis provinciais, que influía diretamente na política local, concessões de privilégios e serviços, avaliação de estatutos de companhias, julgamento de conflitos de jurisdição, questões eleitorais, julgamento de presas e indenizações, relações internacionais, denúncias de improbidade jurídico-administrativa, análise e aprovação de decretos, regulamentos e instruções, recursos de decisões judiciais, abusos de autoridades eclesiásticas etc.

A POLÍTICA CARIOCA NOS ANOS 1960: CASSAÇÕES E CLIENTELISMO

Maria Helena Versiani – Pesquisadora do Museu da República/RJ
Simpósio temático: História do Tempo Presente

Apresentação

O tema que pretendemos abordar neste artigo insere-se dentro do campo de questões da *História Política do tempo presente*, para o qual só muito recentemente, sobretudo a partir das últimas três décadas do século XX, o interesse dos historiadores passou a manifestar-se de forma sistemática[1]. De acordo com tal perspectiva, reconhecemos existir certa autonomia do *político* em relação aos demais campos da realidade social e a pertinência de se produzir estudos históricos acerca de questões que se inscrevem em tempos recentes, aqui analisados tendo em vista as tradições, continuidades e rupturas que atravessam o pensamento político nas sociedades.

O propósito deste trabalho é, especificamente, refletir sobre determinados aspectos da atuação política carioca, no período que compreende a década de 1960, quando a cidade do Rio de Janeiro deixa de ser a Capital Federal do Brasil e são envidados esforços para a estruturação de uma nova unidade federativa no país, o estado da Guanabara. Um pressuposto aqui afirmado é o de que as cassações parlamentares levadas a termo no Brasil ao longo dos anos 1960 contribuíram para que, no âmbito da representação política carioca, ganhasse força, em grau até então inédito, um grupo de parlamentares com atuação pública marcadamente apoiada em práticas de viés clientelista.

Política carioca, cassações e clientelismo

Em 14 de abril de 1960 é sancionada pela Presidência da República a chamada Lei San Tiago Dantas, Lei n.º 3.752, que definia as normas para a criação do estado da Guanabara e posterior convocação de uma Assembléia Constituinte a ser instalada na mesma data da transferência da sede do Governo Federal para Brasília (21 de abril de 1960). Ficava estabelecido que seriam realizadas eleições diretas, em 3 de outubro de

1960, para governador e para as trinta cadeiras que deveriam compor a Assembléia Legislativa, a qual teria inicialmente função constituinte. O Poder Legislativo continuaria a ser exercido, até a promulgação da Constituição do Estado da Guanabara, pela Câmara dos Vereadores, eleita em 3 de outubro de 1958. Os deputados constituintes e os vereadores da antiga Câmara do Distrito Federal integrariam, a partir da promulgação da Constituição e na forma que esta estabelecesse, a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara (ALEG), respeitada a duração dos respectivos mandatos a serem concluídos em 31 de janeiro de 1963. Ao presidente da República caberia nomear um governador provisório para o novo estado, até a posse, em 5 de dezembro de 1960, do governador eleito em pleito direto. Juscelino Kubitschek nomeia o então chefe da Casa Civil, José Rodrigues Sette Câmara, governador provisório da Guanabara e, nas eleições de outubro de 1960, Carlos Lacerda é eleito. A Constituição do Estado da Guanabara é promulgada em 27 de março de 1961, contrariando, em uma de suas cláusulas, o estabelecido na Lei San Tiago Dantas, com o impedimento da integração dos vereadores do ex-Distrito Federal ao quadro da ALEG. Desse modo, na legislatura de 1960/1963, a ALEG foi composta apenas pelos 30 deputados constituintes, e só a partir da segunda legislatura, 1963/1967, passa a ter 55 deputados, o equivalente a um para cada vinte mil eleitores do estado[2].

Com a criação da Guanabara, inaugurava-se, pois, a possibilidade de os cidadãos cariocas elegerem o seu governante por via direta. Naquele momento, era também facultado à representação política local carioca atuar sem as limitações impostas pelo modelo político-institucional definido para o primeiro Distrito Federal brasileiro – quando o prefeito era *nomeado* pelo presidente da República e a Câmara Municipal não tinha o poder de julgar os seus vetos (do prefeito) às leis municipais, cabendo esta função ao Senado Federal[3].

A centralidade da cidade do Rio de Janeiro quando Capital do Brasil, ao lado da forma como à época é definida a sua organização político-institucional local – com enorme interferência do Governo Central na vida política da cidade – acaba conferindo particular vigor a dois padrões de atuação que percorrem o jogo político carioca desde os primeiros anos da República e até meados da década de 1960.

Um primeiro padrão refere-se ao extraordinário peso que tinham as questões de ordem nacional na política da cidade, em que destacava-se a presença, principalmente na composição do Senado e da Câmara Federal carioca, de parlamentares carismáticos, que lideravam suas legendas, com discursos radicalizados e orientados para o debate nacional[4].

Outra marca da política carioca diz respeito a um padrão de atuação construído em grande medida a partir da pouca influência que os vereadores do Distrito Federal tinham para legislar[5]. Segundo José Murilo de Carvalho[6], o Distrito Federal, sem autonomia e carente de instâncias políticas locais de expressão, tornava-se um espaço fecundo à política miúda local, ao clientelismo, em que avultavam práticas de corrupção e acordos desonestos.

Sob tutela federal, o legislativo municipal do DF ainda via as condições de sua atuação reduzidas a limites particularmente estreitos em função da sobrepujante presença das questões de âmbito nacional na política carioca. Para Carlos Lessa[7], a cidade do Rio de Janeiro, ao consolidar-se como centro de articulação da vida nacional, tornou-se um espaço no qual os costumes, as atenções e os interesses sociais, econômicos, culturais e políticos articulavam-se fundamentalmente à lógica nacional, a política local tornando-se, assim, uma questão “menor”[8].

Quando, em 1961, é extinta a Câmara dos Vereadores do ex-Distrito Federal eleita em 1958, os quadros do novo órgão da representação parlamentar local carioca – a ALEG, agora constituindo-se com maior autonomia e força política – passam, com maior significação, a ser compostos por parlamentares engajados no debate político-ideológico.

Ao longo de toda a primeira metade da década de 1960, dois partidos políticos distinguem-se com maior expressão na política guanabarina, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN)[9]. Partidos nacionais constituídos em 1945, no bojo da reorganização partidária ocorrida no país com o fim do Estado Novo, o PTB e a UDN cariocas destacavam-se, já no antigo DF, com a presença em seus quadros de lideranças políticas com discursos orientados para o debate das questões nacionais, e que, embora adeptos de diferentes tendências, agregavam-se para representar, principal e respectivamente, as forças reformistas de apoio ao trabalhismo de Getúlio Vargas e as

forças liberais e de oposição a Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos – estas ganham a marca, no território carioca, da liderança de Carlos Lacerda.

Ator político que desponta como representação paradigmática do padrão de atuação marcadamente nacional, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, já a partir de fins dos anos 1940 e principalmente nos anos 1950, afirma-se como uma das principais lideranças civis nacionais no campo da UDN, tendo como veículo importante de expressão os seus artigos na *Tribuna da Imprensa,* jornal por ele criado em 1949 que torna-se o principal canal de divulgação das proposições udenistas[10].

Candidato a deputado federal pelo DF, em 1954 e 1958, eleito com a maior soma de votos, emerge como político de discurso carismático e radical, hostil a articulações localistas e com sólidas ambições em ascender no cenário político nacional. Em 03 de outubro de 1960 elege-se o primeiro governador do novo estado da Guanabara.

Para o propósito desta reflexão, destacamos quatro aspectos evidenciados no transcorrer da gestão Lacerda no governo do estado: (1) dificuldades para a condução de negociações políticas com o legislativo local; (2) a superveniência de choques permanentes com o Governo Federal – não obstante seu apoio à candidatura vitoriosa de Jânio Quadros para a Presidência da República, com quem chega a ensaiar alguns meses de bom entendimento –; (3) a adoção de um discurso golpista em defesa da intervenção militar no país; e (4) a importante modernização introduzida na máquina pública da cidade e a realização de obras de infraestrutura, conduzidas a partir da organização de um secretariado com perfil fundamentalmente técnocrático.

Já como representante do localismo avesso aos grandes debates nacionais, começa a ganhar proeminência na política carioca, a partir de 1950, Antônio de Pádua Chagas Freitas, desde 1946 filiado ao Partido Social Progressista (PSP) – criado pelo ex-interventor de São Paulo Adhemar de Barros com o propósito de construir um partido de abrangência nacional, ampliar o seu apelo popular nas principais cidades brasileiras e consolidar sua candidatura à Presidência da República – e, a partir de 1961, vinculado ao Partido Social

Democrático (PSD) – legenda nacional com desempenho pouco expressivo no território carioca[11].

O destaque político de Chagas Freitas tem como marco inicial uma intensiva propaganda na imprensa, através dos jornais populares de sua propriedade *A Notícia* e *O Dia* – inicialmente frutos de uma sociedade com Adhemar de Barros, mas depois sob seu controle direto. As reportagens regularmente divulgadas nesses jornais tinham penetração inédita nos subúrbios cariocas e constituíram estratégias coordenadas e bem sucedidas em prol de seus aliados políticos e de sua própria vitória nas disputas por uma cadeira de deputado na Câmara Federal, pelo DF, nas eleições de 1954 e 1958, e pelo estado da Guanabara, nos pleitos de 1962 e 1966. Exercendo forte influência nos meios jornalísticos cariocas, Chagas Freitas é ainda eleito, em 1956, presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, permanecendo à frente da entidade por um período de catorze anos.

Quando ocorre o Golpe de 1964 e a abertura dos processos de cassações parlamentares dos opositores do regime militar, a representação política do estado da Guanabara é sobremaneira atingida. Isto, não só devido à presença no território carioca de radicalizada oposição ao governo militar, mas também à particularidade da liderança do governador Carlos Lacerda, que apóia inicialmente o Golpe mas passa à oposição a partir da segunda metade dos anos 60, sendo, ao final da década, com a decretação do Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro de 1968, cassados os seus direitos políticos e os de muitos de seus correligionários[12].

O reposicionamento político de Carlos Lacerda, que converte-se em intransigente crítico do regime militar, ocorre em função de ter sido gradualmente alijado do poder decisório do governo Castello Branco e de suas divergências em relação às medidas econômicas restritivas e políticas tomadas no decorrer daquela gestão[13]. Tais divergências ganham dimensão definitiva a partir da decretação do Ato Institucional n.º 2, em 27 de outubro de 1965, que, entre outras medidas, estabelece a extinção dos partidos políticos existentes e eleições indiretas para a escolha do presidente da República – o que frustra as

expectativas de Lacerda de candidatar-se às eleições presidenciais previstas para outubro de 1965.

Em 20 de novembro de 1965, subseqüentemente à decretação do AI-2, é estabelecido, pelo Ato Complementar n.º 4, que os novos partidos a serem criados no país deveriam organizar-se em um prazo de 45 dias, com um mínimo de 120 deputados e 20 senadores. Na prática, este Ato institui o bipartidarismo, sendo criados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista.

O reordenamento das antigas legendas políticas no quadro bipartidário respondeu a diferentes apelos e interesses[14]. Para a ARENA seguem, além do grupo de apoio ao Golpe, políticos, tanto do PSD como de partidos menores, temerosos de serem cassados caso optassem por ingressar no partido oposicionista. Por outro lado, uma parte da UDN carioca, após impasses e cisões internas provocados pelo rompimento de Lacerda com o regime militar, ingressa no partido governista, enquanto outra parte opta pela sigla do MDB, mesmo sob riscos de cassações e sob o ônus de obter diminuto espaço político no partido de oposição. No MDB, abrigam-se também os petebistas e políticos de esquerda que sobrevivem às primeiras levas de cassação do regime e, ainda, parte dos pessedistas – da qual destaca-se a liderança de Chagas Freitas, apostando na idéia do exercício de uma "oposição possível".

Dada a repressão política que se instaura, abre-se espaço para o fortalecimento de parlamentares com discurso menos radical, mais afeitos a combinações e acordos com as demais partes do jogo político e logrando articulações no âmbito da política local – principalmente a partir da edição do AI-3, decretado em 5 de fevereiro de 1966, que determina que os governadores estaduais passariam a ser eleitos pelas assembléias legislativas.

Com grande força eleitoral, consubstanciada a partir dos espaços de reportagem e propaganda política dentro de seus jornais, e tendo consolidado uma ampla e bem montada rede de apoio político local, Chagas Freitas, em 1970, é eleito indiretamente o governador

da Guanabara, alcançando, em bases centralmente clientelistas, grande hegemonia política no estado[15]. A corrente chaguista passa a controlar todo o processo de filiação na organização partidária do MDB, o que facilita a marginalização de correntes e lideranças alternativas dentro do partido. Passa a ocupar, também, a expressiva maioria das cadeiras na bancada do MDB na Assembléia e na Câmara, obtendo singular força em ambas as instâncias da legenda oposicionista. Ao mesmo tempo, consolidam-se harmônicas as relações do governo militar com Chagas Freitas, que, inclusive, na cerimônia de sua posse no governo da Guanabara, em 15 de março de 1971, conta com a presença dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de representantes do Presidente da República Emílio Garrastazu Médici.

A hegemonia alcançada por Chagas Freitas na Guanabara elevou a significativos níveis de eficiência a prática da troca de votos por favoritismo político no território carioca, iniciando um lento processo de reversão da modernização da máquina de gestão da Guanabara – modernização inaugurada no governo Lacerda e que apresenta continuidade com Negrão de Lima, no segundo governo da Guanabara.

É interessante observar que o padrão de clientela que começa a ganhar peso e hegemonia crescentes na política carioca no final dos anos 1960, em um contexto de fechamento do regime político, estende seu domínio a todo estado do Rio de Janeiro a partir de 1974, quando da fusão da Guanabara com o antigo ERJ – o que não parece devidamente considerado por aqueles que hoje defendem a *desfusão* sob a argumentação de que é o atraso das elites políticas do antigo ERJ o principal responsável pela degradação da máquina pública carioca.

A esse respeito, entendemos que os padrões atuais da política de clientela presente no ERJ tem raízes na lógica política que se instalou na Guanabara, sob a liderança inicial de Chagas Freitas, com base na tradição localista e fisiológica já existente historicamente na região e a partir das cassações realizadas. Nesse sentido, nos parece significativa a declaração da governadora Rosinha Garotinho, publicada no jornal *O Globo* de 10 de

outubro de 2003, na qual ela comenta que na região fluminense, após o *chaguismo* e o *brizolismo*, "por que não o *garotismo*?".

---

[1] Para uma discussão sobre como a *História Política do tempo presente* é abordada dentro das diferentes tendências historiográficas, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi. Revista de
História. PPGHS/UFRJ, set/2002, n.º 5, pp.314-332.

[2] *Lei San Tiago Dantas*, n.º 3.752, de 14 de abril de 1960 e *ALEG, Inventário Analítico e Informações e produtos*, 2000, n.osº 6 e 7.

[3] Sobre a organização político-institucional da primeira Capital Federal brasileira, ver a *Lei Orgânica do Distrito Federal* de 20/09/1892 e de 15/01/1948.

[4] Em FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. RJ: Revan, 2000, o autor desenvolve a idéia de que, ao se definir a estrutura político-institucional do primeiro Distrito Federal brasileiro, procurou-se mantê-lo como um espaço fundamentalmente nacional.

[5] Erasmo Martins Pedro – vereador do DF em 1958 e deputado federal da GB em 1966, que integra o grupo de Chagas Freitas no MDB carioca, elegendo-se indiretamente seu vice no governo do estado, em 1970 –, em depoimento ao CPDOC, comenta sobre a pouca autonomia da esfera política local carioca, chamando atenção para a lógica fisiológica que acaba ganhando força na articulação da Câmara Municipal com o Senado Federal. Segundo ele "O prefeito tinha 15 dias para sancionar uma lei que, depois, passava pela Câmara de Vereadores. Se vetasse, o veto não retornava à Câmara, ia para o Senado, o único que podia derrubá-lo. Portanto, a articulação da Câmara Municipal com o Senado era uma articulação chave. Tanto que alguns vereadores entravam em acordo com os senadores e apresentavam determinados projetos meio absurdos que obrigavam o prefeito a vetar. O veto ia, então, para o Senado, e lá sua manutenção era negociada. Essa negociação, muitas vezes, era a oportunidade para a distribuição de cargos e empregos. (...) A grande parte dos bons cargos – Delegacia Fiscal, Tabelionato e cartórios do antigo Distrito Federal – eram ocupados por filhos dos senadores ou parentes dos senadores" (MOTTA, Marly Silva da (Coord.). *Erasmo Martins Pedro.* Conversando sobre Política. RJ: Ed. FGV, 1998, p.61).

[6] CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. SP: Cia. das Letras, 1987.

[7] Lessa, Carlos. *O Rio de todos os brasis (uma reflexão em busca de auto-estima).* Coleção Metrópoles. RJ: Record, 2000.

[8] É importante destacar que autores integrantes do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, embora corroborando com a definição da antiga Capital como um espaço principalmente nacional, não deixam de pontuar a existência continuada em território carioca de grupos locais defensores da autonomia política da região, que em alguns períodos alcançam maior relevância, como, por exemplo, quando da criação do Partido Autonomista, em 1933, que obtém forte expressão política até em torno de 1936. Sobre o assunto, ver FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Rio de Janeiro*: *Uma cidade na história.* RJ: Ed. da FGV*,* 2000; FREIRE, Américo, SARMENTO, Carlos Eduardo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969).* RJ: Estudos Históricos, v.13,n.º 24, 1999; e ALMEIDA, Mônica Piccolo. *O Rio de Janeiro como hospedaria do poder central: luta autonomista – elite política e identidade carioca (1955-60).* Dissertação (Mestrado) IFCS/UFRJ, RJ, 1996.

[9] Breves sínteses sobre os partidos políticos constituídos à época são apresentadas no volume IV de ABREU, Alzira Alves de... [et al.] (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930.* RJ: Ed. FGV/CPDOC, 2001.

[10] A trajetória política de Carlos Lacerda é analisada em MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara.* RJ: Ed. FGV, 2000

[11] Sobre a atuação pública de Chagas, ver SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O espelho partido da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas.* RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002 (Tese de Doutorado). A adesão de Chagas Freitas ao PSD é abordada em SARMENTO, Carlos Eduardo. *Chagas Freitas: perfil político*. RJ: Ed. FGV/ALERJ, 1999.

[12] Em entrevista ao economista Mauro Osorio, em março de 2004, o ex-deputado udenista Mauro Magalhães afirma que todos os "lacerdistas" que integraram a Frente Ampla foram cassados. Ver SILVA, Mauro Osorio da. *Rio nacional, Rio local: origens e especificidades da crise carioca e fluminense.* RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Planejamento Urbano e Regional, 2004 (Tese de Doutorado).

[13] Sobre o apoio de governadores civis ao Golpe de 64 e posterior rompimento com o governo militar, ver STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. RJ: Artenova, 1975.

[14] Uma análise da reorientação partidária dos políticos da Guanabara, ocorrida após a institucionalização do bipartidarismo no país, é encontrada em MOTTA, op.Cit.,2000 (capítulo 3).

[15] Uma investigação acurada sobre a montagem da máquina chaguista e seu domínio no cenário político carioca é apresentada em DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro.* RJ: Ed. Paz e Terra, 1982.

GUIDO POKRANE, O IMPERADOR DO RIO DOCE.

Maria Hilda Baqueiro Paraiso[1]

O conjunto de relações estabelecidas entre índios, colonizadores, administradores públicos e militares no Rio Doce, em seu trecho mineiro no século XIX, só se torna compreensível se considerarmos o contexto histórico iniciado em 1701 na região em análise. Naquela data a Coroa Portuguesa proibiu a conquista e colonização de parte do território das Capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, Minas Gerais e Espírito Santo na tentativa de controlar o acesso à zona de mineração. Essa decisão foi revertida graças a um conjunto de alterações sociais e políticas resultantes da drástica redução da produção de ouro em Minas Gerais e da transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XVIII, além da vinda da Corte Portuguesa para a nova capital no início do XIX.

No XVIII essa zona tornara-se refúgio de inúmeros grupos indígenas – maxakali[2], kamakã-mongoió, gren ou botocudo, além dos tupis do litoral. Sua conquista tornou-se uma meta estabelecida logo após a crise econômica ter se instalado nas áreas de mineração, quando a região interditada foi considerada como solução para os problemas vivenciados em Minas Gerais e no Império como um todo. Para encontrar a melhor alternativa de exploração das riquezas porventura existentes naqueles sertões, a administração metropolitana encarregou cientistas lusitanos de estudarem a região, identificarem produtos potencialmente exploráveis e apresentarem projetos para viabilizar o sucesso dos empreendimentos a serem implantados. Os estudiosos centraram suas atenções na situação vivida pelos moradores de Minas Gerais e na busca de solução para decadência das zonas de mineração, momento a partir do qual os chamados "Sertões do Leste" passaram a ser imaginados pelos colonizadores como o lócus privilegiado da riqueza.

Os analistas, administradores e colonizadores foram unânimes e identificaram como principal obstáculo à conquista da região a ausência de uma política indigenista capaz de eliminar a resistência dos silvícolas que ocupavam a área, a carência de recursos e de capital para adquirir mão-de-obra escrava de origem africana, a baixa densidade demográfica nos sertões, as grandes distâncias a serem percorridas até os mercadores consumidores, o péssimo estado dos caminhos, as dificuldades de navegação de alguns rios, destacadamente o Doce, que ligava Minas Gerais ao litoral capixaba, e o

---

[1] Dra. em História Social. Professora do Dep. De Antropologia e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia e do Mestrado de Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz.

[2] Aqui compreendido como Pan Maxakali (vide PARAISO, M H B.) Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni; povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. **In Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo,** São Paulo, Edusp, n. 4, p. 173 – 187, 1994.

uso de técnicas agrícolas predatórias. [3] Indiscutivelmente a presença indígena era a mais citada, o que levou o Governador da Capitania a propor planos e pressionar as autoridades metropolitanas para que adotassem medidas urgentes para solucionar essa questão.

Para tanto, foram criados incentivos para atrair colonizadores para a região - garantia de privilégios comerciais, doação de terras e concessão de perdão a criminosos que se instalassem nas regiões das fronteiras internas. Assim concordamos com Cambraia e Mendes [4] quando afirmam não ser esse movimento de conquista e ocupação dessa zona "uma decorrência imediata, reflexiva, da crise da mineração, através de um movimento quase espontâneo da população mineira partindo das áreas centrais para a periferia".

Ao mesmo tempo também foi implantada uma política indigenista agressiva voltada para promover a liberação de terras para a colonização expressa nos termos das Cartas Régias de 1808[5] que decretaram Guerra Justa aos Botocudos em Minas Gerais e depois na Bahia e no Espírito Santo. A preocupação governamental não era evitar o extermínio dos grupos indígenas, mas criar mecanismos que evitassem o retardamento da conquista do novo espaço e a perda dos investimentos particulares e estatais ameaçados pela resistência dos silvícolas a abandonarem seus territórios e a serem engajados como trabalhadores nas atividades produtivas de interesse dos colonizadores. As posturas de resistência dos grupos íncolas eram veiculadas pelas autoridades como atitudes de selvajaria, barbaridade e ferocidade, qualidades atribuídas à natureza da pessoa e das sociedades indígenas.

Embora as medidas governamentais estimulassem a expansão sobre os sertões das três capitanias, o ritmo era diferenciado. Na Bahia o movimento era lento, pois o isolamento político e econômico das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro não as tornavam atrativas para os colonizadores e autoridades. No Espírito Santo, o interesse e a capacidade de promover a expansão para o norte e o oeste eram ainda menores, fazendo com que a decretação de Guerra Justa na capitania fosse uma decisão do Governo Central que argumentava a necessidade de evitar que os índios combatidos em Minas Gerais ali buscavam refúgio e de garantir o comércio pelo rio Doce. [6] Já Minas Gerais, capitania densamente povoada e tradicionalmente inserida no circuito comercial colonial e do qual

[3] COUTO, José Vieira. Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores desta Capitania, como são os mineiros e agricultores e maneiras de os animar oferecido á Rainha D. Maria I. **Revista do Arquivo Público Mineiro** , Belo Horizonte, v. 10. p. 77-86, 1905.

[4] CAMBRAIA, R. de B, MENDES, F. F. A Colonização dos Sertões do Leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780 - 1836). **Escravismo - Rev. do Departamento de História**. FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, v. 6. p. 137-49, jul. 1988

[5] A primeira Carta Régia foi decretada em 13/05/1808 na qual era declarada Guerra Ofensiva aos Botocudos e demais grupos indígenas que se opusessem e resistissem aos colonizadores no processo de conquista dos sertões do leste mineiros. A segunda data de 24/08/1808 e a terceira de 02/12/1808. (Vide CUNHA, Maria Manuela C. da. **Legislação indigenista no século XIX.** S. Paulo: Edusp, 1992. p. 66-9.

[6] COUTINHO, D. Rodrigo de Souza, Conde de Linhares. **Ofício enviado ao Governador da Capitania do Epírito Santo, Manuel Vieira da Silva Tovar**, Rio de Janeiro em 11/05/1808. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército, Livro das Capitanias. Capitania do Epírito Santo, Livro 1808 - 1811, n. 163, p. 1.

queria voltar a participar, era o centro dinâmico do processo e apresentava propostas e ações que terminaram por levar as outras duas a reboque. [7]

A Bahia transferiu a responsabilidade das ações aos grandes proprietários das Comarcas do Sul que seriam apoiados e fiscalizados pelas autoridades locais. O Governador do Espírito Santo recebeu recursos do Ministro Souza Coutinho e compensou a ausência de uma estrutura militar previamente instalada com a convocação de civis, o que provocou fortes reações entre os moradores locais. Já em Minas Gerais, as antigas estruturas de presídios, quartéis, registros e linhas de defesa foram aproveitadas e ampliadas pela Junta de Conquista e Civilização graças a pesados investimentos feitos pela Fazenda Real. Homens experientes no combate aos índios foram contratados, feitos novos recrutamentos de colonos e índios aldeados e criado o arcabouço administrativo dessa estrutura militar – as Companhias de Pedestres e as seis Divisões Militares, depois ampliadas para sete com a inclusão do Vale do Jequitinhonha. [8]

Os aldeamentos instalados a partir de 1808 seguiram novos padrões, pois a legislação ampliou o direito dos combatentes de reter ou oferecer os aprisionados aos financiadores ou autoridades que, sob o compromisso de educá-los, poderiam usar seus serviços por quinze anos a contar da data em que fossem batizados. Porém, o grosso dos índios conquistados era localizado em aldeamentos, onde deveriam ser transformados em combatentes dos grupos arredios e em mão-de-obra a ser usada para viabilizar os empreendimentos de conquista e colonização.

Uma das táticas usadas para atrair os índios para os aldeamentos era a difusão de idéias aterrorizantes sobre seus inimigos, particularmente a suposta prática da antropofagia. Essa informação era complementada com a pregação acerca das benesses e da superioridade da civilização, fazendo com que os grupos contatados introjetassem valores negativos acerca de suas organizações sociais e aceitassem o aldeamento como alternativa ao enfrentamento com os inimigos e de superarem o estágio de barbárie em que viviam. Outra tática era a de acirrar os conflitos e as oposições entre os vários grupos indígenas, tornando-os irreconciliáveis e inviabilizando qualquer forma de aliança. Nesse contexto, a compra pelos colonos de crianças indígenas capturadas pelos aliados era um dos mecanismos mais eficazes na viabilização dos projetos coloniais.

Os comandantes das divisões possuíam funções civis e militares sendo responsáveis por promover a guerra aos índios, a segurança dos colonos, o avanço da fronteira através da distribuição

7 ATAÍDE E MELO, P. M. X. de. Carta ao Príncipe Regente em 1807. **Revista do Arquivo Público Mineiro;** Belo Horizonte, v. 11. p. 300-1, 1906.

8 As seis Divisões Militares do Rio Doce assim estavam localizadas… A sede da Primeira Divisão era o Quartel de Joanésia, localizado no Rio Santo Antônio, afluente da margem esquerda do Doce. A Segunda estava sediada no Rio José Pedro, afluente da margem direita do Manhuaçu, na fronteira com o Espírito Santo. O comando da Terceira Divisão ficava instalado em Porto dos Diamantes, atual cidade de Cataguazes, e o da Quarta na área próxima à cidade de Antônio Dias. O Quartel General da Quinta Divisão ficava em Peçanha e o da Sexta em Cuieté, na margem direita do rio Doce. Já Sétima Divisão foi criada posteriormente e sua área de jurisdição era o Vale do Rio Jequitinhonha, ficando sua sede em São Miguel do Jequitinhonha, atual cidade de Jequitinhonha.

das terras, o assentamento de novos colonos, repartição dos índios, direção dos aldeamentos e abertura das estradas. Isto é, controlavam parte considerável dos recursos e fatores de produção, além do exercício legal da violência. Essa concentração de poderes tornava-os responsáveis pela administração dos vários conflitos estabelecidos entre colonos e entre esses e os índios na luta pela terra, além dos decorrentes das tentativas de escravizá-los e do tráfico dos nativos e da reação dos colonos recrutados à força e dos "vadios e degradados".

Porém, os maiores conflitos decorriam das tentativas de regularização fundiária das sesmarias doadas nas terras conquistadas aos índios. Naquele momento era dificílimo promover a identificação, demarcação, registro competente, ocupação e exploração dos novos lotes. Essa questão era tão prioritária que, através de Carta Régia de 13/07/1809[9], D João ampliou para dez anos o prazo concedido aos colonos do Rio Doce para explorarem as sesmarias concedidas, mesmo as abandonadas anteriormente.

Em 1811 veiculavam-se notícias de que as margens do rio Doce e do Jequitinhonha começavam a ser povoadas e seus cursos navegados com certa regularidade, o que era explicado pelo sucesso no combate aos botocudos, [10] o que animou as autoridades. A partir de então foi reconsiderada a volta da política dualista tradicional - Guerra Justa e a escravidão temporária eram encaradas como etapas necessárias à conquista e à circunscrição da mão-de-obra que deveriam ser substituídas pelo estabelecimento de aliança com os indígenas e seu uso como mão-de-obra. Essa modalidade de dominação e controle também começou a ser pensada para as áreas de conflito. Os grupos que optassem pelo aldeamento compulsório ao invés do enfrentamento militar deveriam ser administrados por métodos brandos, tática considerada como a melhor para se conseguir a "pronta civilização". [11] Para estimular a transformação do prisioneiro de guerra em trabalhador, o governo criou mecanismos de compensação aos particulares dispostos a sustentar, vestir e educar índios colocados sob sua administração. [12]

2. Aldear e administrar – um projeto do Comandante Guido Marlière.

[9] Carta Régia enviado a Pedro M. Xavier de Ataíde e Mello, Governador da Capitania de Minas Gerais, Rio de Janeiro, 13/7/1809. CUNHA, M°. M. C. da. (org.). **Legislação indigenista no século XIX.** S. Paulo: Edusp; 1992. p. 73-4.

[10] Convém destacar que a denominação botocudo não deve ser considerada como um termo de cunho etnográfico, mas de caráter político-administrativo. Após 1808 todos os grupos indígenas que opunham resistência à conquista e dominação eram identificados como botocudos, pois garantia aos seus conquistadores os privilégios concedidos pelas Cartas Régias de 1808.

[11] Aviso sobre as reflexões a respeito das Divisões do Rio Doce, principalmente da Sétima e a civilização dos Botocudos, enviado ao Conde de Palma, Governador da Capitania de Minas Gerais, Rio de Janeiro em 11/12/1811. In: CUNHA, Maria Manuela C. (org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/Edusp, 1992.

[12] TARQUÍNIO**,** Francisco Bento M., Presidente do Real Erário. **Ofício enviado a D. Fernando José de Portugal, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra**, Paço Imperial, Rio de Janeiro, 21/03/1811, Arquivo. Nacional. Fundo Conselho da Fazenda, Códice 34, vol. 1, p. 77.

[12] GONÇALVES, G. M. Crônicas Históricas da Cidade de Cataguases, www.cataguases.com

É nesse contexto e buscando reduzir os conflitos, a alta taxa de mortalidade de ambos os lados e os prejuízos que o governo mineiro vislumbrou a possibilidade de expandir o modelo de administração adotado por Guido Marliére no vale do rio Paraíba do Sul. A política do diretor priorizava atrair os indígenas ao estimular-lhes o interesse em obter alimentos e utensílios através de contactos pacíficos em pontos previamente escolhidos para a instalação de aldeamentos. Os questionamentos do militar à política de força ultrapassavam as fronteiras de Minas Gerais, pois ele se correspondia com viajantes como Auguste de Saint Hilaire e o Barão de Eschwege, o que explica a decisão do governo francês de condecorá-lo como Cavaleiro de São Luís e a de D. Pedro I de agraciá-lo com o Hábito de Cristo em 1824.

Nascido em 03/12/1766, provavelmente na Alsácia, Lorena ou em Jamage, antiga Província de Marche, na França, estudou Humanidades e Filosofia e entrou para o exército francês na época do rei Luís XVI, aos 18 anos. Lutou durante a Revolução Francesa e sob o comando de Napoleão Bonaparte, quando fugiu para a Alemanha, onde se integrou à legião realista do Visconde de Mirabeau. Após a vitória de Napoleão, seguiu o regimento para a Inglaterra, sendo enviado pelos ingleses a Portugal para defender as terras lusitanas de possível invasão napoleônica. Em 1802 ingressou como Porta-Estandarte nos Exércitos de Portugal e, em 1807, era promovido ao posto de Alferes. Nesta mesma época já se casara com Maria Victoria da Conceição Rosier, membro de tradicional família de militares lusitanos. [13]

Em 1808 acompanhou o Príncipe D. João ao Brasil e em 1811 foi designado Tenente Agregado do Regimento de Cavalaria de Linha do Exército, [14] o que não evitou que fosse denunciado como espião de Bonaparte, que respondesse sindicância e fosse preso, sendo posteriormente libertado. Tendo sido comprovada sua extrema pobreza e lealdade ao Príncipe Regente, foi-lhe garantido o soldo e doada uma pequena sesmaria, em 1813, no rio Novo de Piá, afluente do rio Paraíba dos Sul[15], na estrada para o Rio de Janeiro. [16] Preocupado com os conflitos entre os puris/coroados e os colonos no rio Pomba, o Conde de Palma designou-o em 1813 para avaliar a situação na aldeia de São João Batista do Presídio [17] e, graças ao sucesso obtido na resolução do conflito, o Governador nomeou-o Diretor dos Índios no mesmo ano. [18]

Seguiram-se sucessivas promoções e ampliações da área sob sua administração e dos recursos que recebia para adquirir alimentos, roupas e instrumentos de ferro, elementos essenciais

---

[14]. Carta Patente enviada ao Conde de Palma, Rio de Janeiro, 26/02/1811. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.10, p. 383-563, 1904.

[15] A fazenda de Marlière chamava-se Onça Pequena, onde fundou o Quartel de Guidowal, e que deu origem a atual cidade de Guidoval.

[16] CONDE DE LINHARES. Ofício enviado ao Conde de Palma, Rio de Janeiro, 25/08/1812. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte, v.10, p.383-563, 1904. .

[17] Atual cidade de Rio Branco, no vale do Paraíba do Sul.

[18] CASTRO, Manoel de Portugal e. Ofício enviado a Guido T. Marlière. Vila Rica em 27/09/1815. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte, v.10, p.383-563, 1904.

para atrair, educar, civilizar, aldear, ensinar a prática da agricultura e orientar os índios nas novas relações sociais a serem estabelecidas com os colonos. Outra meta estabelecida era a de garantir o cumprimento da lei que assegurava liberdade e proteção aos indígenas nos casos de usurpação das terras concedidas e de exploração excessiva do seu trabalho pelos fazendeiros. Em 1820, Marlière foi nomeado Diretor Geral dos Índios e Comandante das Seis Divisões Militares do Rio Doce sendo-lhe recomendado que adotasse a mesma política usada no Vale do Rio Paraíba do Sul. [19]

Para obter sucesso, o Diretor Geral buscou adequar seus funcionários ao novo ideário e ampliar o quadro de indígenas que atuavam como intermediários nas relações interétnicas baseadas no incremento da dependência dos índios com relação às benesses oferecidas pelos "civilizados." Essa nova forma de administrar recebeu apoio do governo e despertou insatisfações nos sesmeiros que acusavam Marlière de proteger os índios, de lhes garantir terras para aldeamentos em detrimento dos interesses dos colonos e de restringir seu acesso ao uso da mão-de-obra dos silvícolas.

Uma das regiões em que Marlière mais atuou foi a da 6ª Divisão para onde transferiu seu afilhado Guido Pokrane Marlière. A sede de comando da região ficava no rio Cuieté[20] na estrada que ligava Minas Gerais ao Espírito Santo. Ali foram construídos outros quatro quartéis – um na Barra do Cuieté e outros nas Cachoeiras de D. Manuel e da Figueira e mais um conhecido como Central do Retiro. Os conflitos eram constantes naquela região devido à coleta de poaia por mineiros e capixabas e à disputa pelos trabalhadores indígenas que ali viviam – os puris, tradicionais ocupantes da região, e os monoxós, maxakalis e kumanaxós deslocados dos Aldeamentos de Peçanha e Alto dos Bois -, conforme o relato de 1711 do recém nomeado pároco Domingos da Silva Xavier. [21]

3. Marliére e os soldados indígenas.

Para sedimentar a conquista nessa região pouco atrativa, Marlière investiu no aldeamento definitivo dos índios da região [22], em arregimentar filhos de soldados mortos para servir no local e em garantir a presença de um cirurgião, facilitar a distribuição de sesmarias e premiar os militares que contribuíssem, inclusive com o fornecimento de brindes, para o aldeamento dos índios. [23] Considerava, entretanto, que essa meta só seria alcançada com a atuação de indígenas como intérpretes, agentes transculturais, capazes de veicular as benesses da civilização entre índios não

[19] CASTRO, Manoel de Portugal e. Ofício enviado a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, Vila Rica em 15/04/1820. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte, v. 10, p. 383-563, 1904.
CASTRO, Manoel de Portugal e. Ofício enviado a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, Vila Rica em 18/05/1819. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.10, p.383-563, 1904.
[20] Conhecida como Cuieté Velho.
[21] CONDE DE VALADARES, Governador da Capitania de Minas Gerais. Ofício enviado ao encarregado da Real Fazenda, Ten. Cel. Feliciano José da Câmara. Vila Rica, 3 de junho de 1771. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 65 - Coleção Arquivo Público Mineiro - Casa dos Contos. p. 1-337, 1943.
[22] MARLIÈRE, G. T. (Ten. Cel). Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Comandante da 6ª Divisão, Joaquim Rodrigues de Vasconcelos, Quartel da Onça Pequena em 19/09/1824. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 10, p. 488, 1904.
[23] MARLIÈRE, G. T. (Ten. Cel.), Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Comandante da 1ª Divisão. Quartel Central do Retiro em 08/08/1825. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte, v. 10, p. 619-20, 1904.

aldeados, e como negociadores em momentos de crise e conflito. Atribuía-lhes tal importância que os definia como funcionários da Divisão com regime especial de trabalho, não se sujeitando ao rancho nem às ordens dos Comandantes, mas a ele, Marlière, pessoalmente. Era comum envia-los aos pontos conflituosos, aos de atração dos "selvagens" e onde havia desordens [24] e queixas dos moradores locais. Parte desses soldados fora criada por nacionais ou em aldeamentos e seus deslocamentos provocavam reações de suas famílias que apresentavam protestos ao Presidente da Província e solicitavam a volta de seus filhos para trabalharem nas roças. Esses agentes se autodefiniam como "índios nacionais" para serem diferenciados dos demais e afirmarem sua condição de integrados e, portanto, de cidadãos[25], o que os fazia supor serem merecedores de tratamento equivalente ao dispensado aos demais moradores da Província.

Marliére destacou vários indígenas que atuaram como "línguas": Paulo Kará, Paulo Nokreni, Kilota Mavon Pontinau da 2 ° Divisão, que, em suas muitas diligências, aldeou cento e trinta índios na Cachoeira de Leopoldo[26] ou Escura [27], Horote da 5º Divisão, Guido Pokrane da 4 e da 6ª Divisão, responsável por grande parte dos contatos feitos com grupos arredios na margem esquerda do rio Doce,[28] José Maxakalí da 7ª e o Capitão Orotinon, descrito pelo Diretor, num artigo do periódico Abelha, [29] como saudável, sisudo, comedido e que infundia respeito: "este índio se não é Rei, cuida que o é, não pode sofrer que na sua presença se trate a outro qualquer índio de Capitão dizendo: Capitão, eu e mais ninguém.

Para manter a confiança e a colaboração desses índios, o Comandante das Divisões Militares tratava-os de forma mais flexível, apesar de ser comum punir soldados e até comandantes que não se comportavam de acordo com os padrões estabelecidos. Porém, recomendava que os soldados-índios não fossem castigados na forma da lei por serem ainda muito rudes, [30] apesar de tais regalias [31] não se aplicarem aos desertores maxakalis do Vale do Jequitinhonha por considerá-los em adiantado estado de civilização e aos capitães índios que promoviam deslocamentos em massa de grupos sem autorização do Comandante. Até mesmo seu afilhado, Guido Pokrane, foi repreendido por ter se

[24] MARLIÈRE, G. T., Ten. Cel. Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Comandante da 5ª Divisão João José do Nascimento. Quartel da Onça Pequena em 14/12/1824 **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte. v. 10. p. 524-5, 1904.

[25] SILVA, Alexandre da; **Súplica enviada ao Presidente da Província***;* Benevente em 19/08/1836; Arquivo Público do Espírito Santo; Grupo Documental Governadoria "G" - Série Accioly - 67; p. 357.
FREITAS, Domingos de. **Súplica enviada ao Presidente da Província, Joaquim José de Oliveira;** Benevente em 19/08/1836; Arquivo Público do Espírito Santo; Grupo Documental Governadoria "G" - Série Accioly - 67; p. 357-8.

[26] A cachoeira do Leopoldo ou Escura situa-se perto da foz do ribeirão do Bugre, na cidade de São João do Oriente, no Rio Doce.

[27] MARLIÈRE, G. T. Ten. Cel Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Comandante das Armas, Quartel da Onça Pequena em 09/09/1824. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte. v. 10. p. 483-4, 1904.

[28] MARLIÈRE, G. T. Ten. Cel. Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Marechal Comandante das Armas, Quartel da Onça Pequena em 15/10/1824. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte,. v. 10. p. 500, 1904.

[29] MARLIÈRE, G. T.. Ten. Cel. Comandante das Divisões. Artigo no Periódico Abelha - Pakeju Orotinon*;* Quartel da Onça Pequena ../.../1825, **Revista do Arquivo Público Mineiro** Belo Horizonte. v. 10. p. 569-70, . 1904.

[30] MARLIÈRE, G. T., Ten. Cel Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Comandante da 5ª Divisão João José do Nascimento. Quartel da Onça Pequena em 14/12/1824. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte,. v. 10. p. 524-5 1904.

[31] MARLIÈRE, G. T.. Ten. Cel. Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Comandante da 7ª Divisão. Quartel de Guidowal em 23/01/1828. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte. v. 12. p. 513, 1907.

deslocado com seu grupo para atacar os puris, [32] aos quais acusava de feitiçaria e de serem responsáveis pelas doenças que seu grupo sofria.

Marlière e seu índio-soldado predileto - Guido Pokrane - encontraram-se pela primeira vez 1824, quando o Comandante inspecionava o rio Doce. O grupo de Pokrane estava na margem esquerda do rio Doce e aceitou não só o chamado do Diretor para receber presentes em sua canoa como para acompanhá-lo a Santana de Alfié, onde se instalou temporariamente em íntima convivência com seu padrinho. Foi alistado como soldado da 6ª Divisão, passando a atuar de forma efetiva na margem esquerda do rio Doce, onde fundou um aldeamento que se tornou centro de atração e aldeamento dos índios daquela região. Atuou como intérprete de Marlière e era seu acompanhante predileto no desbravamento de florestas. A vinculação entre os dois era tão estreita, que, quando Marlière abandonou o comando em 1829, Pokrane teria afirmado que nunca mais seria feliz e era comum ouvir-se do Diretor das Divisões que devia grande parte do seu sucesso a Guido Pokrane.

4. Guido Pokrane sem Guido Marlière.

A atuação de Pokrane foi importante para o Comandante das Divisões particularmente na conflituosa zona do Cuieté. A coleta de poaia atraía interessados na sua exploração e a presença indígena era significativa, agravando os problemas administrativos e financeiros do comando por não possuir recursos suficientes para distribuir brindes e aldear os todos índios que por ali circulavam em busca de refúgio ou de alimentos, ferramentas e brindes numa estratégia de obter os incentivos sem aceitarem aldear-se. Na Barra do Cuieté, o aparecimento dos naknenukes tornou-se tão volumoso que o Capitão Orotinón não permitiu que lhes dessem canoas para atravessar o rio, temendo que viessem em atitude hostil. [33] Marliére recomendou a suspensão do envio de criminosos e desertores para a região, a doação de prédios públicos para os índios e a construção de uma povoação na barra do Cuieté, em frente ao novo aldeamento dos naknenukes no Rio Laranjeiras. [34] Outros aldeamentos foram criados para os pejuarim-krakmuns no Ribeirão do Travessão[35], no rio

[32] MARLIÈRE, G. T.. Ten. Cel. Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Comandante da 3ª Divisão. Quartel de Entre Barras em 25/04/1827. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte. v. 11. p. 247, 1906.

[33] Sua preocupação com a zona do Rio Doce era tão grande, que sequer se deslocou para averiguar pessoalmente as denúncias de invasão das terras dos aldeamentos dos Coroados e Coropós por pessoas com títulos falsos de sesmeiros. (MARLIÈRE, G. T. Ten. Cel. Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Governador das Armas. Quartel da Onça Pequena em 06/04/1825. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte. v. 10. p. 593-6, 1904.

[34] MARLIÈRE, G. T. Ten. Cel Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Presidente da Província. Quartel Central do Retiro em 26/02/1826. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte. v. 11. p. 137-8, 1906.

[35] Afluente da margem esquerda do Rio Cuieté. Ali fundou-se o aldeamento de Quiroga/ Queiroga ou do Tevão, sendo a atual cidade de Divino. Os índios ali aldeados eram comandados pelo Capitão Tevão.

Bananal Grande[36], na barra do Cuieté, ao sul da ilha de Lorena, ao norte de Laranjeiras, e em Dom Manoel.[37]

A partir de 1827 os conflitos entre os governantes mineiros e Marliére se acentuaram refletindo-se na redução de verbas para o atendimento aos índios aldeados, para a aquisição de brindes usados para atrair os arredios e para o fornecimento de alimentos para os que vagavam famintos entre as roças das várias Divisões. As acusações ao Comandante variavam entre a lentidão em resolver o assentamento de sesmeiros, desvio de dinheiro público, responsabilidade nas constantes revoltas indígenas, desobediência às ordens das autoridades e de não ter implantado a Linha de Defesa na região da 5ª Divisão, colocando em risco a vida e os bens dos moradores locais. Finalmente no ano de 1829, após insistentes pedidos do Presidente da Província ao Ministro dos Negócios do Império, Marlière foi substituído pelo o Coronel do 2° Regimento de Cavalaria de 1ª Linha do Exército, Miguel Teotônio de Toledo Ribas. Ainda assim, meses depois se queixava da atuação do Capitão Leonardo da Fonseca que tentava desestabilizar suas relações com Guido Pokrane ao ordenar a prisão do Sargento Norberto de Medeiros, diretor do aldeamento de Bananal Grande, onde vivia seu afilhado. Marlière alertava que Pokrane era um dos índios mais civilizados que conhecia e que seu grupo reagiria à invasão do aldeamento e defenderia o Sargento, resultando em novo conflito. [38]

O afastamento de Marlière permitiu e decorreu do questionamento dos colonos a sua política vista como um obstáculo ao avanço da conquista dos sertões. Logo após o afastamento de Marlière, o governo provincial retomou seus investimentos e a construção de estradas entregues à administração de particulares, sendo uma das primeiras a que ligaria Cuieté a Barra do Cuieté. As observações do responsável pela obra [39] indicam que a região ainda era área de circulação de grupos arredios em conflito com os colonos, o que só poderia ser resolvido com a integração econômica de Cuieté e de Manhuaçaú levando riqueza para a margem direita do Doce. Esse é um dos exemplos de como a nova orientação se opunha à de Marlière: a administração indígena por particulares só os beneficiava economicamente, sendo que, neste caso, era a vitória dos poaieiros, dos comerciantes e dos fazendeiros e de seus projetos imediatistas para aquela região.

Essa política foi denunciada já em 1831, quando o Juiz de Paz de Ponte Nova[40] informou que os administradores dos índios no Córrego do Ouro e nos limites com o Espírito Santo haviam se

[36] Atual cidade de Tarumirim.

[37] MARLIÈRE, G. T. Ten. Cel Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Presidente da Província. Quartel Central do Retiro em 01/09/1825. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte. v.. 10. p. 632, 1904.

[38] MARLIÈRE, G. T. (Ten. Cel). Comandante das Divisões. Ofício enviado ao Vice-presidente da Província. Quartel de Guidowal em 14/05/1829. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 12, p. 584-5, 1907.

[39] (ANÔNIMO). **Relação que Trata do Rio Doce e seus Afluentes e da Construção de uma Estrada para a Conquista do Cuieté.** Coleção Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 176. Documento 39.

[40] GUIMARÃES, Antônio José de Souza Guimarães. Juiz de Paz Ofício enviado ao Comandante das Divisões e Diretor Geral dos Índios, Cel. Miguel Teotônio de Toledo Ribas. Ponte Nova em 01/01/1831. Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial PP1/4. doc. n° 05. caixa 1.

transformado nos únicos beneficiários, pois se enriqueciam às custas do trabalho dos "infelizes índios" que extraíam poaia sem terem casas para viver e sendo, como escravos, passados como dotes e sem liberdade para escolher quando e com quem iam se casar. Esses Diretores, ansiosos por possuírem índios a seu serviço, invadiam o Espírito Santo para capturá-los, provocando novos conflitos com a província vizinha. Segundo o juiz, em alguns aldeamentos particulares os índios eram mais bem tratados que nos oficiais, apesar da pobreza de alguns proprietários. Denunciava, também, que os Diretores usavam os soldados das Divisões para recolher a poaia extraída pelos índios, vendê-la em proveito próprio, pois sequer pagavam jornais aos trabalhadores fazendo com que todos enriquecessem enquanto os índios ficavam mais pobres. Apesar de considerarmos que essas acusações possivelmente refletiam a realidade, não devemos ignorar a possível vinculação do juiz com os particulares interessados na extinção dos aldeamentos oficiais e na entrega dos seus habitantes aos fazendeiros e poaieiros.

Essa forma de administrar não estava restrita a Minas Gerais. Era, na verdade, o reflexo do embate entre a política centralizadora implantada pelo Primeiro Império, através de seus ideólogos e burocratas, e as oligarquias insatisfeitas com sua marginalização das decisões políticas. Era a retomada das grandes contradições presentes desde 1822, que novamente se acirravam, culminando na abdicação de D. Pedro I, na reforma do Estado e em vários conflitos e revoltas populares por todo o país. Na busca de aliança com os potentados locais, os novos governantes adotaram idéias de caráter liberal, restritas à defesa do livre comércio, da produção, da representação política e da descentralização administrativa, particularmente no tocante ao controle das tendências absolutistas do monarca, garantiram maior autonomia às Províncias, em troca da manutenção da unidade nacional. Assim, o Período Regencial caracterizou-se pelo avanço dos liberais na conquista da descentralização político-administrativa, o que se refletiu na nova política indigenista e que se expressou na Lei de 27/10/1831[41] que revogava as Cartas Régias de 1808 que haviam decretado Guerra Justa aos índios Botocudos de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e São Paulo e entregava a fiscalização e proteção dos índios aos Juízes de Paz, eleitos pelas oligarquias locais como parte do projeto mais amplo de entregar a questão indígena aos maiores interessados na apropriação de suas terras e no uso de sua força-de-trabalho: os agricultores vizinhos aos aldeamentos e às aldeias.

O Governo Regencial, de forma complementar, referendou lei que permitia a transferência dos aldeamentos para novos locais e a venda em hasta pública das terras[42] ou seu arrendamento e

[41] Lei Revogando as Cartas Régias que mandaram fazer guerra e por em servidão os índios. Rio de Janeiro em 27/10/1831. In: CUNHA, Mª M. C. da. **Legislação indigenista no século XIX.** São Paulo: Edusp, 1992. p. 137.

[42] Decisão judicial 614 - Resolve dúvidas a respeito da administração dos bens dos índios, enviada ao Sr. Juiz de Mangaratiba; Rio de Janeiro em 18/10/1833. In: CUNHA, Ma.. M. C. da. (org.**). Legislação indigenista no século XIX.** S. Paulo: Edusp, 1992. p. 160.

aforamento. [43] Em 1834 as Câmaras Municipais se tornaram responsáveis por fiscalizar a administração indígena e a as Assembléias Legislativas Provinciais e da Geral assumiram a responsabilidade de legislar sobre a questão. [44] O resultado foi a adoção de uma política agressiva, que, lentamente, promoveu a extinção dos aldeamentos beneficiando os foreiros e sesmeiros dessas terras.

As administrações provinciais determinaram que as autoridades locais fornecessem informações acerca do número de aldeamentos existentes, sua localização, por quais e quantas famílias eram habitados; número de empregados e seus salários, os regulamentos pelos quais se governavam, se estavam sendo observados e quais as razões, em caso negativo; que alterações seria conveniente fazer; a ocupação dos índios aldeados, se era trabalho constante ou temporário; o estado atual de sua civilização, o número de batizados e dos que falavam português; os que se apresentavam com costumes mais de acordo com as expectativas da sociedade dominante; quais os pontos em que era mais conveniente manter aldeamentos regulares, assim como escolas de primeiras letras; se havia oficinas de ferreiro ou outras artes mecânicas pertencentes às Divisões ou a particulares, onde os índios poderiam trabalhar. Os governantes também indicaram a importância de se traçar um histórico de cada aldeamento, indicando os males que os afligiam e as medidas a serem adotadas. Os governantes provinciais foram autorizados a decidir se manteriam ou não as tropas de combates aos indígenas, como aconteceu em Minas Gerais, porém, devendo fundar escolas para índios, onde teriam aulas de religião, educação civil e moral, primeiras letras, ofícios mecânicos, matemática e gramática. [45]

Nos documentos encaminhados ao Presidente da Província de Minas Gerais encontramos referências à existência de aldeamentos de grande dimensões e autônomos, destacando-se o relatório enviado pelo Alferes Francisco de Paula Mascarenhas que, juntamente com o Sargento-Mor e Engenheiro Luís d'Allincourt, avaliaram a viabilidade da navegação do Rio Doce, em 1832, para os sócios brasileiros e ingleses da Companhia de Navegação do Rio Doce. Mascarenhas referiu-se a dois aldeamentos de grandes dimensões: o de Guido Pokrane, no rio Manhuaçu, e o de Kilota Mavon Pontinau e Paulo Nokreni, os intérpretes prediletos de Marlière. Na aldeia do Manhuaçu viviam cento e vinte famílias e outras eram estimuladas pelo Capitão para ali se instalarem afirmando-lhes que deveriam buscar lugares sadios e relativamente distantes das margens do Doce e de qualquer povoado nacional para viver. O alferes considerava que esse aldeamento era a experiência mais

[43] Decisão judicial número 275 - Pertence à jurisdição administrativa do Juiz de Órfãos a decisão sobre rumos e títulos dos arrendatários dos terrenos pertencentes aos índios, enviada ao Juiz de Órfão de Iguaçu; Rio de Janeiro em 13/08/1834. In: CUNHA, Ma. M. C. da. (org.). **Legislação indigenista no século XIX**. S. Paulo: Edusp, 1992. p. 160-1.

[44] Lei número 16 - Ato Adicional - Faz algumas alterações e adições à Constituição do Império nos termos da Lei de 12/10/1832; Rio de Janeiro em 12/08/1834. In: CUNHA, Ma. M. C. da. (org.). **Legislação indigenista no século XIX**. S. Paulo: Edusp, 1992. p. 158-9.

[45] Decreto - Cria na Província de Minas Gerais um colégio de educação destinado à instrução da mocidade indiana de um e outro sexo; Rio de Janeiro em 06/07/1832 In CUNHA, Ma. M. C. da (org.). **Legislação Indigenista no Século XIX.** S. Paulo: Edusp, 1992. p. 153-5.

promissora de civilização e fixação dessa "errante nação". Por isso, sugeria que a Fazenda Pública ali realizasse investimentos, como a compra de ferramentas para estimulá-los a trabalhar, além de ajudá-los a construírem as casas, oferecer-lhes alimentos nos primeiros anos e protegê-los. Dizia, porém, que essas medidas deveriam ser tomadas com cuidado para evitar que os índios se sentissem vexados pela ação dos nacionais, o que colocaria sob ameaça o aproveitamento das vantagens desse estabelecimento: a cultura naquelas matas, seu povoamento e a transformação dos índios em trabalhadores úteis, ou seja, disponíveis para atender às solicitações dos colonos.

O aldeamento de Pontinau e Nokreni localizava-se nas proximidades da aldeia de Pokrane e fora formado pelos dois Capitães envolvidos em casos de insubordinação e furtos na área da 1ª Divisão. Neste caso, o Alferes sugeria o afastamento dos líderes para assim ser propiciada segurança aos colonos e a conquista das matas da região. Considerava que a autonomia representava desperdício de mão-de-obra e que essa estrutura deveria ser controlada pelo Governo e, enquanto não o fosse, constituía-se numa ameaça podendo se tornar num foco de resistência e oposição ao domínio nacional. A análise de Mascarenhas atesta sua incapacidade de compreender e aceitar a existência de aldeias autônomas com sua organização estabelecida de acordo com os padrões adaptativos desenvolvidos pelos índios que ali viviam. Na concepção dominante da época, tal situação de prosperidade só fazia sentido se administrada por nacionais, os únicos capazes de direcionar de forma correta a ação dos indígenas. Sua sugestão de intervenção nas duas aldeias variava de acordo com a atuação das lideranças: Pokrane seria mantido por ser reconhecido como ajustado ao modelo nacional, devendo ser cooptado com brindes e investimentos, enquanto Pontinau e Nokreni, definidos como ladrões e insubordinados, deveriam ser afastados da comunidade que lideravam. O que não era admissível, em ambos os casos, era a permanência do estado de autonomia. Tal proposta foi mantida apesar do projeto da criação da Companhia de Navegação do Rio Doce não ter frutificado e a idéia ter sido abandonada em 1835 devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelo governo provincial. E uma delas eram os constantes deslocamentos de índios entre os quartéis em busca de brindes, particularmente na zona do Cuieté, onde se registravam constantes conflitos entre os índios aldeados na Barra do Cuieté, em Cuieté e na Barra do Figueira com os de Manhuaçu de Pokrane.

Cunha Matos [46], enviado ao Rio Doce pelo governo mineiro, descrevia a aldeia de Pokrane como tendo casas cobertas de palha e barreadas, roças de milho, banana e laranjas e criação de

[46] CUNHA E CASTRO, Felipe Joaquim da. Ofício enviado ao Presidente da Província, Manoel Inácio de Melo e Souza, S. João de Madureira, 04/06/1832. In: Fonseca, Leonardo José. Expedição ao Rio Doce **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 17, p. 78-94, 1912.
CUNHA E CASTRO, Felipe Joaquim da. Ofício enviado ao Presidente da Província, Manoel Inácio de Melo e Souza, S. João de Madureira, 04/06/1832. In: Fonseca, Leonardo José. Expedição ao Rio Doce, **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte, v. 17. p. 78-94, 1912.

porcos e galinhas. Afirmava que o líder obrigava os outros índios a trabalharem, castigando-os quando não o faziam e que trouxera seus filhos para serem batizados e prometia entregá-los aos padrinhos para serem alfabetizados. E filosofava que, se todos fossem iguais a Pokrane, a Nação economizaria muito dinheiro.

Ante a resistência de Pokrane em aceitar a tutela do Estado, aumentou a pressão das autoridades e de particulares para que cedesse o controle do aldeamento. O capitão decidiu, então, buscar apoio junto ao Imperador no Rio de Janeiro em 1841. Após ter sido recebido em audiência e ter-lhe sido prometido proteção e presentes, Pokrane deliberou retornar para sua aldeia. Não conseguimos obter o registro dos brindes ofertados, porém, acreditamos que fossem semelhantes aos que haviam sido dados aos irmãos e soldados-índios Abreu da tribo maxakali do Jequitinhonha. Classificamos os objetos em seis categorias. A primeira, a dos utilitários, destinavam-se à coletividade e vinculavam-se diretamente aos projetos de transformação dos índios em produtores/ trabalhadores agrícolas ou artesãos, capazes de confeccionar e consertar suas ferramentas, reafirmando as idéias dominantes de que a riqueza era produto do trabalho agrícola e de que a civilização só ocorria quando eram abandonadas as atividades de caça, pesca e coleta, próprias dos povos bárbaros e incultos e símbolos de atraso cultural e baixa eficiência produtiva. Como se pressupunha que todas as mulheres civilizadas deveriam saber costurar, também foram doados agulheiros, agulhas e aviamentos para confecção de roupas.

A segunda categoria de presentes era constituída por objetos associados ao desejo de que superassem o “baixo” estágio de civilização e moral em que viviam e uma das suas expressões: a nudez. Identificamos nessa categoria a doação de camisas, meias curtas, calças, botinas, jaquetas de chita, jalecos, sapatos ingleses, vestidos de chita, blusas, xales e cobertores.

Na terceira categoria estão os adereços, considerados como de grande atrativo para os índios: lenços grandes e coloridos para o pescoço, chapéus para homens e mulheres, fitas para chapéus, sapatos amarelos e verdes, espelhos grandes e pequenos e colares de cristal de cores.

A quarta categoria vinculava-se aos aspectos de reafirmação da hierarquia militar e do prestígio social simbolicamente constituído. Esses objetos destinavam-se apenas ao Capitão e seus auxiliares: fiador, boldrié com guarnição dourada e outra de couro, fardeta de polícia, pantalona azul, capote, chapéu armado empresilhado de couro ordinário, pantalona azul, espada de bainha de ferro, dragonas e galão para divisas.

Na quinta categoria incluem-se objetos destinados a viagem: chapéu de Braga branco e grande para caminho, canastras e selim inglês.

A sexta era constituída da idéia do índio como súdito do Império - um retrato de Sua Majestade Imperial com molduras douradas. [47]

Os objetos doados pelo Imperador excediam em quantidade e variedade aos que normalmente eram doados pelo Governo Provincial. E não era apenas uma questão de maior ou menor disponibilidade de recursos, mas, também, de demarcação e afirmação das hierarquias entre os dois níveis governamentais. Deve-se, ainda, considerar que grande investimento de recursos foi feito com objetos ostentatórios, voltados para a confirmação de poder e prestígio do Capitão, elementos considerados como de reconhecimento e reafirmação do poder dessas pequenas autoridades. A partir da relação dar–receber, explicitava-se quem mandava e quem obedecia, num sistema de dom e contra-dom no qual as relações eram marcadas pela hierarquização do poder – observe-se a presença simbólica do Imperador - e pelo estabelecimento de alianças, solidariedade e obediência ao poder central.

Por outro lado, os presentes, embora possam ser explicados pelo interesse dos indígenas em obter determinados produtos da sociedade dominante, fosse pelo que representavam simbolicamente ou pela sua utilidade em termos de redução dos esforços na sua faina cotidiana, atendiam aos projetos civilizatórios dos doadores. Tanto era assim que ou eram destinados à introdução de novos métodos de trabalho e estímulo à produção agrícola ou à adoção de práticas culturais consideradas como indicativas da superação da selvajaria: o nomadismo, a caça, a coleta e a nudez.

Desconhecemos as razões pelas quais Pokrane chegou ao seu aldeamento sem os brindes. A carga foi enviada para Linhares, no Espírito Santo, obrigando-o a se deslocar do Manhuaçu para buscá-los. Por recomendação expressa do Imperador, o Diretor Geral dos Índios do Espírito Santo, José Malaquias dos Santos Azevedo deveria receber, entregar os brindes e escoltar o grupo do Capitão até sua aldeia. O Diretor definia a viagem de Pokrane para Linhares como preocupante porque um grupo de índios da região do São Mateus também se dirigia para o local, fazendo-o temer um conflito entre os dois grupos, que eram inimigos tradicionais. Como medida preventiva, havia mandado reforçar a tropa do Quartel do Porto do Souza e enviara ofício ao capitão-índio e ao padre de Cuieté.

No ofício enviado a Pokrane, o Diretor comunicou-lhe que, assim que recebesse os presentes enviados pelo Imperador, o avisaria, para que ele e seus comandados se deslocassem. Sugeria-lhe que viesse acompanhado de chefes das “diferentes tribos” que viviam em sua aldeia e que, durante seu deslocamento, evitasse entrar em conflito com os outros botocudos que viviam nos sertões do trajeto, “pois que todos merecem a mesma consideração e proteção de S. Majestade o Imperador”.

[47] D. PEDRO I. Ofício enviado ao Presidente da Província para G. T. Marlière. Rio de Janeiro 26/02/1825. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte. v. 11, p. 29, 1906.

A importância atribuída a Pokrane pelo Governo, o que explica a grande quantidade de brindes, as atenções e os cuidados a ele dispensados, fica clara na seguinte afirmativa do Diretor: "...ao Sr. Capitão está destinada a glória da pacificação dos Botocudos se conseguir com seus esforços a paz e a união entre todos, fazendo desaparecer entre eles as diversidades e as vinganças, pois que todos são irmãos e com direitos iguais. Conte, Sr. Capitão, com a minha cooperação e com tudo mais que estiver ao alcance desta Diretoria". [48]

O tratamento diferencial dispensado a Pokrane é, no mínimo, inusitado para com um índio. A explicação não pode ser atribuída simplesmente à personalidade do Diretor ou do Capitão, mas a uma política indigenista calcada na valorização dos aliados e na demonstração explícita dos benefícios e do bom tratamento que era dispensado àqueles que se dispusessem a participar do processo de conquista e domínio de outros grupos indígenas. A trajetória de vida do Capitão Guido Pokrane, desde que aceitou trabalhar para seu padrinho, Guido Tomás Marlière, até aquele momento indicavam sua postura de aliado incondicional, além de ter sob sua influência outros aldeamentos entre os rios Manhuaçu e Cuieté, o que o tornava uma figura de vital importância para o Governo atingir seus objetivos de incorporar e controlar a região.

A mesma postura de valorização da figura do capitão também está expressa no ofício enviado pelo Diretor ao vigário de Cuieté ao afirmar que o Presidente da Província lhe recomendara que a entrega ocorresse "da maneira mais solene possível para que (Pokrane) conte não só ao mesmo Augusto Senhor, como na Corte, qual o destino que tiveram os presentes destinados a esta gente." E pedia-lhe que, "para o bem da humanidade", o padre exortasse o capitão a interromper as hostilidades "entre sua família e as do Norte", a vir em paz e certo de "que nesta Diretoria achará o acolhimento mais amplo e sincero possível". [49] O "grupo do norte" ao qual o Diretor se referia era o dos índios localizados no Rio Pancas com os quais Pokrane estava em conflito e que Azevedo pretendia aldear no local tendo já tendo distribuído brindes entre eles membros. Porém estes haviam colocado como pré-condição para permanecerem no local não ser dado a conhecer sua localização ao Capitão do Manhuaçu por temerem o conflito e o roubo de suas mulheres. [50]

Até mesmo a chegada do Capitão do Manhuaçu preocupava Azevedo, pois, segundo ele, esse acontecimento iria "parecer uma cavalhada, cujos efeitos só o futuro diria". Não se considerava apto a avaliar se traria algum benefício futuro, mas sabia que os momentos que antecediam o esperado acontecimento só trouxeram males, pois os chamados botocudos dos sertões capixabas haviam se

[48] AZEVEDO, José Malaquias dos Santos; **Ofício a Guido Pokrane, Cacique dos Índios de Cuieté;** Linhares; 12 /07/1841; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 346; doc. 27.
[49] AZEVEDO, José Malaquias dos Santos; **Ofício ao Padre José Roiz Pimenta, Vigário dos Índios de Cuieté;** Linhares em 12 /07/1841; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Lata 346; doc. 27.
[50] AZEVEDO, José Malaquias dos Santos; **Ofício a João Manuel de Lima, Presidente da Província**; Linhares; (s. d.) ; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Lata 346; doc. 27

desassossegado e faziam constantes reuniões para decidir se deveriam ou não atacar esses inimigos, embora estivessem receosos por saberem que o grupo do capitão estava armado com espingardas. Porém, no trecho final de sua correspondência, de 12/08/ 1841[51] , pode-se identificar talvez a maior razão de insatisfação dos índios do Espírito Santo:

> ... os índios Botocudos, tanto os do Norte como os do Sul, todos são habitantes do mesmo Império e, por isso, com direitos iguais à Imperial proteção, ou talvez maior consideração mereçam os que, pelo seu estado de civilização se acham indefesos para com os inimigos. Tem-se propalado que as ferramentas são somente para os índios de Pokrane e eu creio que a dádiva foi para os índios do rio Doce.

Finalmente, em novembro de 1841, o encarregado de transportar os brindes para o Manhuaçu, Francisco Wilmer, chegou a Natividade e solicitou permissão ao Comandante do Porto do Souza para descer o Doce, o que não era possível, naquele momento, devido a ser período de enchente. A preocupação de Azevedo era o fato de haver, entre os brindes destinados ao grupo de Pokrane, armas de fogo, chumbo e pólvora e recear que essas armas viessem a cair em mãos perigosas e vingativas, como a dos índios que habitavam o norte da Província. Na sua concepção, esses grupos não as iriam usar para caçar e sua posse os deixaria em condições de enfrentar os soldados dos quartéis em pé de igualdade, colocando sob ameaça a todo o sistema defensivo do rio Doce. Sua conclusão quanto a essa possibilidade era "não desejamos que sua civilização chegue a tanto, basta que por essa sejam bons lavradores e que adquiram o direito de propriedade e o sistema religioso, deixando o mais ao andar dos tempos". [52]

A preocupação das autoridades em promover esse tipo de "civilização" dos índios expressou-se no estímulo à criação de Colônias Agrícolas Nacionais, das quais os índios participavam como mão-de-obra. Porém, a falta de recursos terminou por fazer com que os comandantes locais das Companhias de Pedestres buscassem soluções que tumultuavam e prejudicavam os índios aldeados. Essa realidade pode ser observada no Cuieté, onde o comandante da 1ª Companhia de Pedestres, não dispondo de recursos para a compra de ferramentas e roupas para os índios, sugeriu ao Presidente da Província, em 1843[53], que fosse vendido o rebanho do aldeamento, formado por Guido Marlière com a compra do espólio de João da Silva Guimarães em 1826. Os índios, porém, reagiram a essa solução, afirmando que o gado lhes havia sido dado por Marlière, afirmativa questionada pelo

[51] AZEVEDO, José Malaquias dos Santos; **Ofício a João Manuel de Lima, Presidente da Província;** Linhares; 12/08/1841; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Lata 346; doc. 27

[52] AZEVEDO, José Malaquias dos Santos; **Ofício a João Manuel de Lima, Presidente da Província;** Linhares*;* 02/11/1841; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Lata 346; doc. 2[52] Outra demonstração da preocupação com o *affair Pokrane* é o montante das despesas realizadas. O orçamento do ano 1841-1842 previa recursos de 1:200$000 para todas as despesas com os aldeamentos e índios dos Rios Doce e São Mateus. Desse total, 114$560 foram gastos para garantir o pagamento do frete dos objetos e das despesas com o alojamento e alimentação dos grupos do Capitão do Manhuaçu (Fundo da Fazenda; Inventário dos Livros do Tesouro Provincial e Estadual; Arquivo Público do Espírito Santo; Livro para Despesas com Catequese e Civilização dos Botocudos do Rio Doce; Livro 372 (1836-1846).

[53] SOUZA, Capitão Paulino José; Comandante da Cia de Pedestres do Rio Doce; **Ofício enviado Presidente da Província de Minas Gerais; Tenente General Francisco José de Souza Soares d'Andréa;** Quartel do Porto das Canoas em 12/12/1843; Arquivo Nacional, Série Fazenda (083) Secção IF 1 - 7.

comandante alegando que os recursos usados para a compra haviam sido repassados pelo Governo Provincial.

É interessante ressaltar que esse documento é escrito alguns meses após o assassinato de Guido Pokrane numa emboscada feita por dois índios recém chegados ao aldeamento. Parece-nos estranho não só a coincidência do conflito com o assassinato como também o fato de as autoridades não terem se preocupado em investigar o porquê do crime. Porém, um fato que o Comandante da 1ª Companhia de Pedestres não podia ignorar: o assassinato de Guido Pokrane, descrito pelo oficial como "o melhor amigo dos brasileiros" e controlador eficiente dos vários aldeamentos da região, havia provocado insatisfações, revoltas e fugas entre seus comandados, embora reconhecesse que a primeira ruptura da aliança entre índios e nacionais ocorrera quando do afastamento de Marlière que sempre os agradara e agasalhara. [54]

Outro fato que não puderam ignorar foi a incapacidade do irmão de Pokrane, escolhido como novo capitão, de resolver questões básicas de sobrevivência dos aldeados e de resistir às interferências externas ao seu comando. Ainda no mesmo ano, quarenta e dois índios do aldeamento se apresentaram no Destacamento de Sacramento e, alegando estarem com muita fome, pediram uma rês para se alimentarem, sendo atendidos por que o Sargento receou que atacassem as que estavam no pasto. Queriam dirigir-se a Ouro Preto e estavam acompanhados de um língua da mesma nação encarregado de evitar que cometessem desordens pelo caminho. [55] O estado de pobreza dos antigos liderados de Pokrane é confirmado pelo Comandante Paulino de Souza que os descreve como tendo se apresentado em miserável estado de nudez, o que o obrigara a lhes dar roupas para seguirem a viagem para Ouro Preto. [56]

Nova tentativa de intervenção no antigo aldeamento de Pokrane ocorreu logo após a aprovação do Regulamento das Missões de 1845. Solicitados a indicar em quais aldeamentos consideravam prioritário intervir, os capuchinhos italianos indicaram inicialmente duas missões - uma ao sul do rio Doce, entre o ribeirão do Presídio e o Cuieté, para atender ao aldeamento de Pokrane, e outro na Farinha Podre[57] -, aos quais o Presidente acrescentou outros embora reconhecesse o caráter emergencial dos investimentos em Cuieté. A situação era tão grave que o novo Diretor da Aldeia do Manhuaçu preocupado com as dificuldades vividas pelos índios, solicitou em 1845 que lhe fossem dadas condições necessárias para demarcar a área, fazer investimentos na infra-estrutura e na compra de equipamentos, como um carro de bois, pagamento de diárias aos

[54] SOUZA, Paulino José de, Capitão Comandante da 1ª Cia. de Pedestres**. Ofício enviado ao Presidente da Província, Francisco José de Souza Soares Andréa;** Porto das Canoas; 13/12/1843; Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial PP1/4; doc. nº 22; caixa 1

[55] Reis, João José dos - Sgto. Cmt. do Destacamento de Sacramento; Ofício enviado ao Cap. Cmt. Paulino José de Souza, Sacramento; 17/12/1843; Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial. PP1/4; doc. n0.23; caixa 1.

[56] Souza, Paulino José de; Capitão Mor; Ofício enviado ao Presidente da Província, Ten. Gel. Francisco J. de Souza Soares Andréa; Antônio Dias Abaixo; 21/12/1843; Arquivo Público Mineiro Seção Provincial, PP1/4; doc. N0.23; caixa 1.

[57] Atual cidade de Uberaba no Triângulo Mineiro, onde viviam índios kapaipós meridionais e bororo.

índios aldeados para que ajudassem na atração dos dispersos e fornecimento e compra de vacinas para erradicar a epidemia que os estava matando. Informava, ainda, que os índios viviam no mais profundo estado de pobreza e escravidão, apesar de estar em vigor o Decreto 426 de 1845. [58]

Porém, as dificuldades vividas pelos aldeados do Manhuaçu fizeram com que o grupo se dividisse. Segundo Teófilo Ottoni, quando sua família fundara a Companhia do Vale do Mucuri encontrara nas matas daquele vale os dissidentes do grupo de Pokrane liderados pelo Capitão Mek-Mek/ Nek-Nek/Nok-Nok, nome pelo qual o grupo passou a ser chamado a partir de então. [59] Eles e os liderados pelos Capitães Giporok, Potik e Urufu trabalhavam puxando madeira para a igreja de Filadélfia, [60] onde se localizava a sede da Companhia, e vivam em péssimas condições sendo definidos como paupérrimos e como participantes do comércio de crianças indígenas as quais vendiam a preço de cem mil réis. [61]

O grupo que permaneceu no Manhuaçu também vivia na pobreza, como afirmou o Sargento Medeiros em 1848, quando inspecionou a abertura de uma picada entre o Espírito Santo e Cuieté. O militar afirmou haver plantações e criatório no aldeamento do Capitão Oheto Treto (Etweto), irmão de Pokrane e, como ele, também muito respeitado, inclusive pelos índios das aldeias vizinhas. [62] Porém, a carência de recursos e a incapacidade de fazerem frente às pressões externas promoveram o aldeamento compulsório na construção da estrada entre o Espírito Santo e Cuieté. Sucessivas acusações são feitas pelo novo Diretor do Aldeamento ao seu antecessor e ao seu aliado, o encarregado de construir a estrada. As acusações iam desde o desaparecimento de oitenta dos índios que trabalhavam na estrada em 1848, à drástica redução demográfica vivida no aldeamento (de trezentas pessoas em 1844 para cinqüenta e duas em 1848), sendo uma das explicações possíveis para este fato era o estado de pobreza em que viviam no aldeamento, ao seqüestro de índios em casa de um particular para colocá-los a seu serviço e ao engajamento compulsório nos trabalhos da estrada dos chefes do grupo, crianças ou mulheres solteiras e mesmo os doentes, apesar destes não serem capazes de trabalhar na referida estrada, o que resultou no abandono das criações e roças individuais e coletivas aumentando os prejuízos à comunidade. O Diretor Geral dos Índios, o Barão de Itabira, sugeriu o retorno dos índios ao aldeamento para evitar os prejuízos ao aldeamento e proibiu que os índios trabalhassem fora dos limites da província. Referia-se ao fato do contrato feito pelo contratante Cunha ter sido feito com o governo do Espírito Santo, onde havia índios em

[58] Leão, Francisco I. F.; Diretor da Aldeia de Manhuaçu; **Ofício enviado ao Presidente da Província, Quintiliano José da Silva**; Manhuaçu; 19/02/1847; Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial PP1/4; doc. n0.02; caixa 2.
[59] Ottoni, T. B - **Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri**; Rio de Janeiro; Typ. e Impressora G. Villeneveuve e Cia.; 1847: 40.
[60] Atual cidade de Teófilo Ottoni.
[61] Ottoni, Teófilo B.; Notícia sobre os Selvagens do Mucuri em carta dirigida por T. B. O. ao Sr. Joaquim Manoel de Macedo in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** Rio de Janeiro; Tip. Brasiliense; (XXII) 1858: 173 - 215 (180 - 186).
[62] Medeiros. Sgto. Norberto R. de - Documentos Oficiais In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (X); Rio de Janeiro; 1870 : 408 - 410.

abundância, tanto arredios como aldeados no Imperial Afonsino, que podiam ser usados nessa tarefa, preservando os índios do Manhuaçu, que por serem intérpretes, eram importantes para a catequese e civilização dos índios errantes da região. [63]

O contratante defendeu-se informando que devolvera todos os índios que quiseram retornar a Manhuaçu e que os poucos que permaneceram voluntariamente - alguns casais que reunira entre os errantes e quatro casais da referida aldeia – consideravam-se bem tratados e alimentados. Atribuía as acusações do novo diretor e dos moradores locais ao fato destes se sentirem insatisfeitos com a perda de controle sobre a mão-de-obra indígena, apesar de todos afirmarem que os índios eram preguiçosos. E cai em contradição ao informar simultaneamente haver devolvido os índios e ter concluído a estrada na fronteira com o Espírito Santo com a ajuda dos aldeados do Manhuaçu que recebera do diretor daquela aldeia. [64]

O despovoamento da aldeia de Manhuaçu é confirmado pelo novo diretor quando informou não ter podido atender o pedido feito pelo Presidente do Espírito Santo, em 1847, para deslocar trinta índios do Manhuaçu, por estar o aldeamento vazio e a outra solicitação, feita pela mesma autoridade em 1848, para enviar trinta casais do aldeamento (quando ali só viviam dezoito) e mais quantos se conseguisse arrebanhar nas redondezas. O Diretor Leão dizia não concordar com o envio dos índios por serem constantes os extravios dessas pessoas e a prática de abusos e outros inconvenientes que considerava contrárias à civilização dos aldeados.

Queixava-se também do antigo diretor que, apesar da oposição, obtivera autorização em Ouro Preto para arrebanhar os índios do aldeamento e outros sem que pudesse evitar o preamento violento e as perseguições do ex-diretor afastado por sua inabilidade e abusos. Creditava ao preamento a interrupção dos trabalhos nas roças, da medição das terras e da abertura de uma picada para trazer gado de Cuieté para o Manhuaçu, medidas que considerava essenciais à sobrevivência do aldeamento e fundamentais ao progresso da região, pois permitiria a entrada de colonos nas matas daquele local. Informava, ainda, que a presença indígena e sua liberdade no local eram essenciais para a meta ser alcançada e que o governo do Espírito Santo os mantinha em regime de semi-escravidão, tratava-os com disciplina mais rigorosa do que a militar e sequer lhes pagava os salários devidos, conforme o atestavam os viajantes que por ali circulavam. O mesmo tratamento seria dispensado pelo contratante, encarregados e soldados que trabalhavam na estrada, o que explicaria a

[63] Barão de Itabira; Diretor Geral dos Índios; **Ofício enviado ao Presidente da Província, Manuel J. Gomes Rebello Horta**; Ouro Preto; 08/05/1848; Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial PP1/4; doc. n0. 34; caixa 2.
[64] Cunha, Francisco de Paula **Ofício encaminhado ao Presidente da Província, Quintiliano José da Silva;** Ouro Preto; 29/ 10/1847; Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial PP1/4; doc. n0. 34; caixa 2.

fuga dos índios em 1848 e a insistência para a retirada dos índios do aldeamento para dar continuidade à construção da estrada. [65]

O que se pode constatar é que a disputa pelo controle dos índios do Manhuaçu persistiu nos anos seguintes e que as condições de vida no aldemanto foram se deteriorando cada vez mais, pois, em 1850, o Presidente da Província informava que o estado das aldeias era deplorável e os índios viviam dispersos pelas fazendas e matos, carentes de alimentos, de ferramentas e de tudo que pudesse atraí-los para os aldeamentos. [66] A mesma denúncia foi reiterada em 1855 pelo Presidente da Província que assim descrevia a situação "o que é mais deplorável, é, ainda, o lucro ilícito que muitos indivíduos tiram do suor e do trabalho desses infelizes, não obstante os maiores esforços em contrário opostos pela Presidência." No caso dos índios do Manhuaçu, os responsáveis por essa exploração eram os construtores das várias estradas projetadas pelos governos mineiro e capixaba para garantir o povoamento e da região e a interligação entre as duas províncias, o que nos permite identificar a participação da administração provincial, apesar do discurso anual em defesa dos indígenas. A presença no local do Colégio de Nossa Senhora Imaculada Conceição do Manhuaçu, administrado por capuchinhos, em nada alterava a sorte dos antigos liderados de Pokrane. [67]

Em 1863, segundo Lemos, [68] viviam duzentos e cinqüenta indígenas no aldeamento do Manhuaçu: alguns trabalhavam nas fazendas em troca de sustento e vestuário enquanto outros continuavam a viver na área da antiga aldeia e nenhum dos dois grupos colhia a menor vantagem. O relatório do Diretor permite identificar o caráter pluriétnico dos aldeados, a antiga prática de educação de crianças pelos fazendeiros, o fato do pagamento aos índios-trabalhadores ser restrito aos homens e de valor irrisório, sendo que a maioria recebia o sustento e o vestuário e que as sesmarias que lhes haviam sido doadas na Barra do São Luís no Manhuaçu já estavam invadidas, o que fazia prever que, em breve, os índios se tornariam mais uma vez errantes.

Já os Mek-Mek, dissidentes dos aleados no Manhuaçu, após trabalharem na derruba das matas no Morro das Araras para a construção do quartel ali instalado para garantir o sucesso do empreendimento da família Ottoni, viviam com os liderados de Potik a leste do ribeirão das Lages numa região mais afastada de Filadélfia Haviam se deslocado para ali após a revolta de 1861, comandada pelos Capitães Mek-Mek; Pojixá e Jukirana, quando atacaram as fazendas dos parentes

---

[65] Leão, Francisco I. F., Diretor dos Índios do Manhuaçu; **Ofício enviado ao DGI, Gomes Freire de Andrade, Barão de Itabira;** S. Domingos; 18/06/1848; Arquivo Público Mineiro SEÇÃO PROVINCIAL PP1/4; doc. n0. 38; caixa 2.

[66] Siqueira, Alexandre Joaquim de. **Falla Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Ano de 1850; pelo Presidente da Província; Ouro Preto;** Typ. Social; 1850; Arquivo Nacional; Fundo: Relatórios dos Presidentes de Província; Microfilme 004.1.79

[67] Vernay, Júlio B. - Relatório sobre as Estradas em direção à Província do Espírito Santo enviado ao Presidente da Província Mariana, 22/11/1854 IN **Vasconcelos, Francisco Diogo Pereira de Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 10ª Legislatura;** Ouro Preto em 1855; Ouro Preto; Tip. do Bom Senso; 1855; Arquivo Nacional; Fundo: Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais / Estaduais; Microfilme 004.2.79.

[68] Lemos, Manoel Joaquim de. Diretor Geral dos Índios. **Ofício enviado ao Presidente da Província, João** Crispiniano Soares; Ouro Preto; 20/09/1863; Seção Provincial, Arquivo Público Mineiro SG ¼; livro 03, p. 16 v - 21.

de Teófilo Ottoni, logo após a extinção da Companhia do Mucuri. [69] Foram combatidos inicialmente por um famoso amansador de índios, contratado no Jequitinhonha pelos fazendeiros, que comandou o massacre de quarenta e um indígenas entre homens, mulheres e crianças. [70] Não satisfeitos com esses resultados parciais, os ocupantes das terras da Companhia solicitaram a intervenção do Governo Imperial, sendo rapidamente atendidos pelo Ministro do Exército, o Marquês de Caxias, responsável pelo envio de um navio de Guerra da Marinha e uma Tropa do Corpo de Linha destinada a atacar as bandeiras de Mek-Mek, Jukirana e Felipe Pojixá. [71]

A repressão assumiu proporções intoleráveis - uma das aldeias foi praticamente exterminada, pois, restaram quatro sobreviventes. As reações a essa postura guerreira determinaram um retrocesso temporário na posição do Ministro da Agricultura, que mandou abrir sindicância sobre a causa da violência, embora já insinuasse sua conclusão: "indeclinável defesa empregada na captura dos autores dos bárbaros assassinatos perpetrados em alguns moradores do Mucuri." Porém, simultaneamente, recomendava que se encontrassem meios brandos para chamar os índios à civilização. [72] Ante novas solicitações e um conflito envolvendo os Pojixá, a tropa foi mantida no Mucuri e voltou a reprimir de forma violenta os revoltosos. O governo provincial enviou reforços e solicitou ao Bispo de Mariana que lhe enviasse um missionário para atuar naquele vale. [73] As tentativas de solução pacífica, no entanto, continuavam a não satisfazer aos fazendeiros da região desejosos de eliminar a presença indígena no Mucuri. Os massacres persistiram e o Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais atribuía as sucessivas revoltas indígenas à invasão de suas terras por colonos, privando-os do acesso a alimentos, á incompreensão e não aceitação do direito de propriedade dos colonos, a seu instinto de conservação; a se sentirem espoliados; á dor e ao desejo de vingarem os companheiros exterminados. Em 1868 denunciou o massacre de um grupo e em 1870 o de outro no Ribeirão das Lages, envolvendo os sobreviventes do grupo liderado pelo Capitão Poton. [74]

A política indigenista implantada pelo governo de Minas Gerais a partir de 1870 foi a de criação de Aldeamentos Indígenas Centrais a serem implantados nos cinco vales dos grandes rios de Minas Gerais: Jequitinhonha, Pardo, Doce, Mucuri, Grande e Manhuaçu. Para os índios dispersos do Mucuri foi fundado o Aldeamento Central de Nossa Senhora da Imaculada Conceição dos Anjos de

---

[69] Almeida, Ceciliano Abel de. **O Desbravamento das Matas do Rio Doce (Memórias)**; Rio de Janeiro; José Olímpio. 1959: 77– 8;

[70] MUSQUEIRA, Antônio Luís de Magalhães; Diretor Geral dos Índios. **Ofício enviado ao Presidente da Província, Agostinho José Pereira Bretas**; Ouro Preto; 20/07/1870; Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, SG ¼; livro 04, p. 16–7.

[71] SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura. ***Ofício enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo***; Rio de Janeiro, em 22/6/1861; Arquivo Nacional; Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7-1 (1861-1866).

72 ALBUQUERQUE, Diego Velho Cavalcanti. **Ofício enviado a Paulino José Soares de Souza;** Rio de Janeiro, 19/8/1870; mas.; Arquivo Nacional; Série Interior - Gabinete do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Ijji 790; doc. 11.

[73] ALBUQUERQUE, Diego Velho Cavalcanti. ***Ofício enviado a Paulino José Soares de Souza*;** Rio de Janeiro, 19/8/1870; mas.; Arquivo Nacional; Série Interior - Gabinete do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Ijji 790; doc. 11.

[74] MUSQUEIRA, Antônio Luís de Magalhães; Diretor Geral dos Índios. **Ofício enviado ao Presidente da Província, Agostinho José Pereira Bretas** ; Ouro Preto; 20/07/1870; Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, SG ¼; livro 04, p. 16–7.

PARAISO, M H B A Guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização. In ALMEIDA, Sávio (org.) Índios do Nordeste: Temas e Problemas (v.2), Maceió, Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2000, p.129-66.

Itambacuri, que teve uma vida administrativa conturbada devido aos conflitos persistentes entre índios, missionários e colonos. Ali foram aldeados, inicialmente, os sobreviventes da Confederação dos nak-nenuk, apesar do Diretor Geral indicar a existência na região vinte e três aldeias conhecidas por seus nomes e outras de que apenas se sabia a existência e de uma população de seis mil e quinhentos índios vivendo em aldeias e um número desconhecido de errantes. [75] Desses grupos, restam os maxakalí, que, juntamente com os sobreviventes das aldeias do Jequitinhonha, buscaram refúgio nas cabeceiras do Rio Umburanas, no Vale do Mucuri, onde foram contatados por representantes do Serviço de Proteção aos Índios e para os quais foram criados os Postos Indígenas de Água Boa e Pradinho. É lá, assim como em povoações do Vale do Manhuaçu, que encontramos os descendentes dos liderados de Guido Pokrane à espera do resgate dos seus direitos e da sua história.

[75] Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais. *Quadro das Circunscrições dos Índios da Província de Minas Gerais*; Ouro Preto, em 30/11/1872; mas.; Arquivo do Convento de N. Sra. dos Anjos de Itambacuri.

RESISTÊNCIA INDIGENA NO SERTÃO NORDESTINO NO PERÍODO DO PÓS-CONQUISTA TERRITORIAL[**]

Maria Idalina da Cruz Pires (UFPE)[*]

O principal objetivo desta comunicação é procurar fazer uma reconstrução histórica das várias formas de resistência dos povos indígenas, nos sertões da Capitania de Pernambuco e suas anexas, na fase do pós-conquista territorial, ou seja, entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Busca-se recuperar como alguns desses povos, sobreviventes das várias guerras de extermínio impetradas pelo colonizador, as denominadas *"Guerras dos Bárbaros"*, e dos antigos aldeamentos de suas terras transformadas em vilas continuaram a resistir, sobretudo, na época pombalina, quando as mudanças na política indigenista implementadas infligiram transformações nos seus hábitos, costumes e atitudes tais como a imposição da língua, vestimenta, moradia, religião ao estilo português, posteriormente à implantação do Diretório em 1757 e da "*Direção*" em 1758 até o fim do período colonial.

Procura-se, comprovar a hipótese de que essas políticas indigenistas, cuja intenção era civilizar os índios, integrando-os na sociedade portuguesa, permitiu a igualdade jurídica entre índios e não-índios, até então inexistente, para que fosse facilitado o uso da sua mão-de-obra pelos colonizadores, essencial para continuidade da sociedade em formação na Capitania. Entretanto, sendo os nativos principais objetos

---

[**] Esta comunicação é uma versão reduzida de um dos capítulos da tese de doutorado defendida em 2004 na Pós-Graduação em História da UFPE, intitulada: *"Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: Legislação, Conflito e Negociação nas vilas pombalinas-1757-1823"*.

[*]Professora de História do CAP-CE e da Pós-graduação em Arqueologia -UFPE http://www.cap.ufpe.br e http://www.ufpe.br/historia/docentesarqueologia.html

da aplicação dessas políticas que exprimia um projeto de dominação colonial, buscou-se enfatizar as ações dos próprios índios compreendendo-os como sujeitos atuantes.

Muito embora a memória desses índios estivesse ligada quase que exclusivamente a oralidade e, sobretudo, a tentativa dos colonizadores e da historiografia oficial em silenciá-los e/ou excluí-los da história, como o fez Câmara Cascudo ao afirmar que

> *"Em três séculos toda essa gente [os índios] desapareceu. Nenhum centro resistiu, na paz, às tentativas daguardente, às moléstias contagiosas, às brutalidades rapinantes do conquistador. Reduzidos, foram sumindo, misteriosamente, como sentindo que a hora passara e eles eram estrangeiros na terra própria. (...) a 'liberdade' do Marquês de Pombal [a extinção das missões jesuíticas] matou-os como um veneno. Dispersou-os, esmagou-os, anulou-os".*[1]

é possível resgatar, através da análise da documentação oficial, especialmente da apreciação da legislação elaborada à época pombalina,aspectos pouco abordados na historiografia oficial como a questão das violências (explícitas ou camufladas) cometidas contra os nativos, e principalmente da sua atuação.

Embora a política pombalina buscasse salvaguardar a mão de obra indígena incentivando a integração ao invés da extinção, os massacres contra esses povos não foram suprimidos após a finalização da "Guerra dos Bárbaros"[2]. Retratando esse cenário de horror é modelar o

---

1 CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: MEC, 1954 p. 38.

[2] A seguir uma pequena lista de alguns documentos oficiais que retratam a realidade de violência bélica na região.1759, março, 6, Recife Anexo: 43 docs. AHU_ACL_CU_015, Cx. . D 1761, janeiro, 31, Recife AHU_ACL_CU_015, Cx. . D1762, março, 29, Igramació AHU_ACL_CU_015, Cx. . D. 1762, agosto, 2, Recife AHU_ACL_CU_015, Cx. 98. D.[post.1763, fevereiro, 10] AHU_ACL_CU_015, Cx. . D1763, abril, 18, Recife AHU_ACL, CU –015, Cv 99, D 7765 Anexo: 2 docs1786, março, 3, Aquiraz AHU-CEARÁ, cx. 9, doc.1. AHU_ACL_CU_006, Cx. 11, D. 627.C

depoimento datado de 1800 do Juiz Ordinário de Cabrobó, da Vila de Santa Maria ao regente referindo-se às

> *" cruéis e insolentes mortes acontecidas em vários Índios da dita Vila, e em suas mulheres,a cujos corpos, bárbara e inumanamente se lhes negou sepultura, pelos mesmos assassinadores, que os lançaram no rio denominado de São Francisco, para se não verem juncadas as suas margens de tantos corpos mortos".*[3]

Casos de agressões aos indígenas como este foram constantes e merecem destaque por abranger todos os agentes sociais da colônia que se relacionaram com esses povos: os bandeirantes, os diretores, os funcionários do Estado e os missionários. Quanto a esses últimos ressaltam-se acusações de casos de extrema truculência cometidas contrariando a idéia veiculada pela historiografia oficial da pacífica convivência dos missionários com os indígenas havendo pouco ou quase nenhum derramamento de sangue.Com a implantação do Diretório e imediata expulsão dos jesuítas em 1759 (e posteriormente expulsão de outras ordens religiosas) passa a ser farta as incriminações aos missionários revelando vários tipos de abusos cometidos contra os povos indígenas da região tais como assassinatos por açoites, enforcamentos, armas de fogo, gordoadas, porretadas, degolas, esquartejamentos, e atos de violação de cadáveres que eram arrastados e queimados por não se deixarem catequizar, e praticarem feitiçarias. Os sobreviventes eram atemorizados e torturados, posto que, no intuito de amedrontá-los, os missionários cortavam as orelhas dos índios mortos e as penduravam na igreja. Com a intenção de impor a moral cristã praticavam terríveis

[3] **ant. 1800, agosto, 18] AHU_ACL_CU_ , Cx. , D. .**REQUERIMENTO do juiz Ordinário de Cabrobó, João Teixeira de Andrade ao príncipe regente [D. João], pedindo ser indenizado pelas perdas e pelo tempo em que ficou preso por ter feito a devassa sobre o assassinato de vários índios na vila de Santa Maria.

humilhações como obrigar os índios tomarem a benção aos padres mesmo após receberem vários açoites que eram tantos que chegavam, às vezes, ao óbito, ou ainda as capações aos índios que persistiam em andarem nus e ainda, como revela a carta oficial de 1761 entre o governador da Capitania de Pernambuco e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, da

> "*opressão da liberdade que experimentaram os índios, e índias* (...) pelos *"seus missionários"(...)* que *"com o pretexto do serviço de Deus; (...)chegaram muitos a terem várias mulheres enclausuradas, e debaixo de chaves, e a não lhes dar lugar, nem ainda para as indispensáveis necessidades da natureza..."* [4]

Além de tirarem a liberdade dos índios, fazerem uso da sua mão-de-obra como escravos e retirarem os seus direitos de trabalharem nas suas roças, ou de comercializarem o que produziam na agricultura e artesanato os casos mais comuns, entretanto, eram os de usurparem as suas terras.

Os maus tratos aos nativos, porém não foram minimizados pelos Diretores e pelos funcionários do Estado que exerciam neste período o comando das vilas como podem ser verificados, na carta do ouvidor do Ceará, à rainha em 1786 [5], informando que os indígenas eram tratados pior do que os escravos africanos, por considerarem os mesmos bárbaros.O tráfico e comércio de mulheres e de crianças eram comuns e os terríveis castigos eram freqüentes e até estimulados como forma de "*instruí-los à civilização*" como os que eram colocados no tronco, os

[4] Trata-se de uma série de cartas e ofícios datados de 31 de agosto de 1761 entre o governador da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as diligências do sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, a respeito das más ações dos Franciscanos, Barbadinhos, Capuchinhos e Jesuítas contra os índios nos sertões**. [ant. 1761, agosto, 31, Pernambuco] Anexo: 1 doc.AHU_ACL**

[5] **3 de Março de 1786 Aquiraz, Ceará A.H.U., C. U., Cx. 11, D. 627** CARTA do ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à rainha D. Maria I.

feridos propositalmente ou os que passavam fome por não lhe darem o que comer. Segundo relato de documento oficial[6], este grupo de funcionários, que passaram a deter maior poder sobre os índios, quando as antigas aldeias foram transformadas em vilas, irão cometer tantas atrocidades contra os indígenas como os missionários outrora fizeram.

De todos os grupos sociais, porém, os bandeirantes eram os que mais praticaram coação, pois eram famosos em todo o sertão nordestino desde o tempo da Guerra dos bárbaros. Correspondências e despachos emitidos em 1801, 1802 e 1803 dão conta da formação de algumas bandeiras "*para a extinção do gentio, prisão deles e castigo"* aos índios das nações Pipipã, Xocó, Umã, e Oé por serem considerados "*bárbaros*" pleiteando-se inclusive guerrear contra eles, mas o governo responde que *"a respeito da guerra contra os índios não tem lugar semelhante projeto conforme as ordens de Sua Alteza Real".*[7]

Neste sentido, orientados pela nova política indigenista de evitar o conflito armado e proporcionar a integração, a violência passa a ser menos explícita e acontece, principalmente em nível cultural e racial. Muitos sugerem uma suposta incapacidade inerente desses povos para exercerem cargos políticos e determinados tipos de trabalhos mais qualificados, que agora eram estimulados a exercerem pela Coroa.Cartas oficiais datadas de 1807 mostram os questionamentos feitos pelas autoridades acerca da inerente falta de "*aptidão"* dos índios em assumirem alguns cargos justificada pela sua cor "*avermelhada*" ou

[6] **28 de julho de 1787. Ceará. AH.U. , CU.CAIXA 11, Nº 649** OFÍCIO do ouvidor do Ceará,Manuel de Magalhães Pinto e Avelar , ao secretário de estado de negócios da Marinha e Ultramar , Martinho de Melo e Castro.

"*tostada"* que lhes imprimia o rótulo da "*incapacidade, rusticidade e bestialidade*" [8].

Apesar desse quadro desfavorável, os povos indígenas não se mostraram passivos. Por vezes levantaram-se, guerrearam, lutaram. Exemplo disso é o levante dos Pipipã e Parakió na ribeira do Moxotó em 1759 que resultou em morte de um dos seus lideres, prisão de outros e os demais remetidos para a ilha de Belém, no São Francisco, para aldearem-se.[9]

Em outros momentos, porém, em que as autoridades passaram a se preocupar em definir as regras para a partilha dos bens das antigas missões entre os missionários e os índios, estes se viram mais controlados e optaram por negociar aceitando uma aliança. Ao admitirem o acordo demonstraram uma nova forma de resistência à nova situação colonial. Observa-se assim, a grande mobilidade dos grupos indígenas, vagando por regiões mais afastadas do sertão, como o caso da migração dos Pipipã para a Serra Negra em 1844.[10] As fugas e deserções eram uma constante.

Havia ainda outras formas de resistência como a recusa em trabalharem aos moldes europeus insistindo pela vida nômade que

---

[7] Correspondência para a Corte, fl 246, 264, 265, 266, 267, 270,272 -, Ordens Governamentais vol 9 fl 114v, fl138, fl 139, fl 191, 254v, 265v, vol 10 fl 17v, fl 18, fl 53 -APEJE.

[8] **30 DE JUNHO DE 1807 AHU_ACL_CU_ , Cx. , D** Anexo: 3 docs.CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao príncipe regente [D. João] sobre parecer ao requerimento do capitão-mor e governador do Rio Grande do Norte [José Francisco de Paula Cavalcanti], informando que é necessário pôr uma autoridade para governar, vigiar e civilizar os índios, um ministro que pudesse viver entre eles, visitando as aldeias e povoações, atendo-os no que fosse necessário e dando informações ao governo uma vez por ano, acerca da situação destas populações.

[9] **A H.U. Códice 1919**. "DEVASSA que mandou proceder ao governador e capitão-mor geral de Pernambuco acerca do assalto que o gentio bravo "Pipães e Paraquiós" fizeram na ribeira do Moxotó no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultaram algumas mortes 13/10/1759, Ribeira do Moxotó- fazendo do Cuncalato"

[10] **08.11.1844 .APEJE) Registro de Ofícios, volume 19/1, fl 59**.

levavam. Há vários relatos de que os índios recusavam-se a permanecer nas casas construídas ao estilo europeu, preferindo "*os matos*" e "*as brenhas*". [11]

Enquanto havia terras os indígenas agiam mais explicitamente, mas quando o território estava praticamente dominado pelos colonizadores eles firmaram acordos e alianças. Deixaram-se cooptar, sobretudo, os chefes que em troca de quinquilharias , vestidos para suas mulheres , dinheiro e principalmente terras faziam acordos e alianças e deixavam-se civilizar. Em ofício datado de 1759 o governador da Capitania de Pernambuco informa ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar que seria mais eficiente quando dos estabelecimentos das vilas entregar logo as porções de terras aos índios muitas vezes "*além da porção, que lhe toca pelo Diretório"* bem como pagarem as patacas por serviços prestados, pois evitavam-se as revoltas e logo percebiam-se "*a inegável facilidade de se civilizarem sem tanta dificuldade*" como demonstrando que muitos esqueciam até *"da sua língua, falando só o português"*[12]

Embora cedessem aparentemente aos colonizadores buscaram manter suas práticas culturais, pois continuaram praticando suas crenças e rituais como revelam documentos que mostram a continuidade de usarem seus "*batuques e de danças"* até mesmo dentro das igrejas. [13]

---

[11] **28 de julho de 1787 AHU, CU, CAIXA 11, Doc. Nº 649 CEARÁ**. OFÍCIO do ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto e Avelar, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre os índios na vila de Arronches.

[12] **1759, junho, 20, Recife AHU_ACL_CU_015, Cx. . D. .**OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando como estava sendo feito o estabelecimento das novas vilas de índios.

[13] **19 de maio de 1781 A.H. U; PE, CAIXA-71 o** Padre Constantino de Parma, prefeito na Missão de Pernambuco, escreve à Rainha A.H. U; PE, CAIXA-71

Faziam uso não apenas de suas danças ditas "*escandalosas*" como também da dramatização teatral onde encenavam peças que caricaturavam a conduta dos colonos e principalmente dos missionários. Estes recursos simbólicos, a dança e o teatro tornaram-se não só elementos de identidade, mas também momentos de distensão psicológica, coletiva e individual, onde o ser índio se refazia através do riso e do desprendimento como revela o documento datado de 1781 denunciando que os índios da Capitania de Pernambuco

> "*fizeram comédias por divertimento"* (...) *aparecia um [índio] vestido com hábito de missionário barbadinho, com barbas, e todas as funções de missionário, e com uma carta ia procurando uma mulher que com saia preta, e manto branco aparecia também ela no teatro, e recebia do missionário a carta – o pior é que entregando-lhe a carta dava na mulher muitos abraços, e beijos; e a tratava com outras maneiras impróprias de qualquer não já religioso mas somente homem honrado, e do bem."*[14.]

Inspirando-se neste tipo de resistência complexa e sutil procurou-se analisar a temática indígena enfatizando um novo olhar de povos que recriaram um mundo para si, não feito à imagem dos europeus, mas investido de significados que não eram mero reflexo do sistema colonial, e sim uma síntese criativa do que eram e do estavam se transformando.

Resumindo: tentou-se resgatar as várias formas de resistência dos índios à colonização no que concerne tanto a guerra bélica (com conflitos visíveis tais como a luta armada, fugas, embates militares) quanto às

---

[14] **A.H.U; PE, CAIXA-71, 1781** REPRESENTAÇÃO de Frei Constantino de Parma. Prefeito dos missionários Barbadinhos italianos nas missões de Pernambuco, sem data.-Sobre algumas insofríveis desordens que impedem o fruto e proveito das missões. E anexos.
Este documento mostra o forte grau de sincretismo que existia na região. Referenciais dos nativos, africanos e portugueses aparecem nas práticas culturais citadas mostrando quão rico foi o processo de reelaboração cultural. Dentro das vilas se constroem um espaço social comum onde os índios, negros e brancos se descobriram, encontraram-se, confrontaram-se trocando saberes e práticas religiosas oriundas da interação entre o catolicismo missionário e as visões de mundo nativas e africanas.

guerras simbólicas (com conflitos aparentemente não-visíveis como a integração, assimilação e sincretismo religioso).

HISTÓRIA AMBIENTAL DO CAFÉ NO RIO DE JANEIRO – SÉCULO XIX
A TRANSFORMAÇÃO DO CAPITAL NATURAL E UMA ANÁLISE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maria Juvanete Ferreira da Cunha Pereira[1]

Este trabalho analisa como se desenvolveu a agricultura cafeeira no Rio de Janeiro no século XIX identificando alguns aspectos, positivos e negativos para o meio ambiente, mediante a análise histórica, e avaliação da sustentabilidade no uso dos recursos naturais. O estudo mostra que o desenvolvimento por toda a província foi o resultado da agricultura cafeeira, em detrimento do capital natural e que o manejo no uso dos recursos naturais foi insustentável, provocando a exaustão do solo e levando a queda do setor primário de sua economia.

Os problemas de qualidade ambiental não são novos. A ocupação dos espaços pelo homem tem, muitas vezes, como único sustentáculo o meio ambiente e este vem, através dos tempos, sofrendo vários tipos de agressões e se deteriorando o que tem convencido muita gente de que o planeta enfrenta uma série crise. Com base nessa evidência de degradação ambiental tem se desenvolvido uma série de teorias procurando soluções para a perpetuação do desenvolvimento econômico e do capital natural. O Capital Natural é composto pelos recursos fornecidos pela natureza. É um fator de produção que pode ser usado para consumo e para investimentos e tem valor econômico. “É qualquer ativo natural que produz um fluxo de serviços ecológicos com valores econômicos ao longo do tempo”.[2] O Capital Natural alimenta os processos produtivos humanos e oferece minerais, madeira, cultivos, permitindo a acumulação de outras formas de capital (físico, humano e intelectual),[3] e em alguns casos limita os processos produtivos. A sustentabilidade econômica é freqüentemente interpretada como uma condição de bem estar econômico não declinante, projetado indefinidamente no futuro.

. Por volta de 1760 e 1762 chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras plantas de café, nativa do sub bosque da floresta do sudoeste do planalto da Etiópia. Essa árvore gerava as sementes carregadas de cafeína apreciada pelas classes urbanas da Europa, e que viria ser a base da economia exportadora do Rio de Janeiro. A princípio restritas a quintais e chácaras nos arredores dos vales montanhosos, próximo ao litoral, depois, as plantas se espalharam pelas matas da Tijuca.[4] O Rio tinha uma população estimada em torno de 80 mil pessoas em 1822 e crescia rapidamente. As fazendas de café logo se espalharam em torno da cidade. No início do século XIX, o café da Tijuca era considerado o café brasileiro de melhor qualidade.[5]

Com a chegada da família real em 1808, e mais seus 20 mil acompanhantes, o Rio de Janeiro viveu uma situação de crescimento súbito de sua população, um choque em sua vida social. Dessa forma a Floresta da Tijuca passou a sofrer pressões demográficas e econômicas ainda maiores. A destruição das florestas e demais plantas em torno das nascentes baixou o nível de produção de água, ameaçando o abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro. A alternativa de buscar fontes mais distantes só apareceu depois de 1870. Em 1844, com a seca, o governo de D. Pedro II foi obrigado a tomar medidas para solucionar o problema: desapropriar os cafezais e restabelecer a Floresta da Tijuca. Entre 1844 e 1890, políticas de preservação e recuperação ambiental foi executada pelo governo para assegurar as fontes de abastecimento de água para a capital.[6]

Pela ultima década do século XVIII deram-se as primeiras tentativas de subir a serra (toda a parte montanhosa compreendendo a bacia do médio Paraíba), em busca do planalto, onde o café se fixaria de forma surpreendente. Quando transpuseram a escarpa da Serra do Mar, de início seguiram para o noroeste, onde foram abertas numerosas fazendas em São João Marcos, Piraí e Resende, e para o norte em Entre Rios (atual, Três Rios). Haviam dois caminhos que contribuíram para incorporar a cafeicultura no Médio Paraíba e na região de Resende: o Caminho do Comércio aberto em 1819/1820 pela junta de comércio do Rio de Janeiro, ligando Vassouras, Valença e Rio Preto e o Caminho da

Polícia, feito pelo intendente D. João VI, ligando Vassouras, Resende e Piraí. A penetração serrana em busca do planalto, resultou na fundação da primeira vila pelo Coronel Fernão Dias Paes Leme; o arraial de Nossa Senhora do Campo Alegre, local onde primeiro se deu à plantação do café em terras serranas. Localizado a beira da bacia do Paraíba, em 29 de setembro de 1801, passou a denominar-se Vila de Resende.[7]

O café caminhou pelo eixo do Paraíba. Por volta de 1840, uma nova penetração se fez em direção a Nova Friburgo, Cantagalo, Itaocara e São Fidelis. Os cafezais seguiram da costa, a partir do Rio de Janeiro, para o interior. Essa expansão aconteceu de maneira conflituosa dizimando-se os índios Puris e Corodos, que habitavam essa região e expulsando-se , muitas vezes de forma violenta, os posseiros que não tinham nenhum título e que no pedaço de terra que ocupavam, cultivavam uma lavoura de subsistência.[8]

No Vale do Paraíba, o café encontrou seu habitat. Em 1830 já era a principal atividade de Vassouras, Barra Mansa, Valença, Paraíba do Sul e Piraí. O café era drenado por caminhos carroçáveis ou trilhas para tropas de mulas, para uma série de pequenos portos onde se localizavam as casas comissárias de café. Estrela recebia o café do Médio Paraíba e da Zona da Mata Mineira. Magé recebia de Cantagalo. Mangaratiba[9] embarcava cafés de São João Marcos, Resende, Piraí e Barra Mansa. O café de São João dos Barreiros e Bananal era encaminhado para Parati. Havia também pequenos postos na região de Angra dos Reis. No fundo da Baía da Guanabara havia embarcadores de café em Magé, Piedade, Iguaçu, Porto de Caxias, além de Estrela.

O desenvolvimento da cafeicultura teve a seu favor a disponibilidade de terras arroteáveis e um estatuto legal que regia a ocupação. Desde os fundamentos portugueses da colônia até a Lei de Terras de 1850, a base da formação da propriedade rural repousava na sesmaria. A Lei de 1850 deu garantia de propriedade às sesmarias. Contudo na falta de fiscalização adequada não houve como impedir o avanço das ocupações.[10] Essas concessões, como as sesmarias, eram registradas sem demarcações nos cartórios. Os ocupantes que detinham lotes de subsistência eram normalmente pobres demais para pagar

a taxa de registro e ficavam em situação tão precária quanto antes. No Vale do Paraíba, entretanto, a exigência da observância de normas legais efetivaram-se, não porque a Lei exigisse, mas porque demarcar e registrar as terras era a base da garantia imprescindível à obtenção de empréstimos pelos fazendeiros locais, junto à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, aberta em 1860.[11]

Na Serra, a ofensiva do café contra a floresta foi repentina e acelerada. O machado chegou primeiro, resultando na derrubada em massa do matagal sem fazer uma seleção e um corte inicial das espécies vegetal de valor pela durabilidade. As mais preciosas madeiras de lei incineravam-se em queimadas que tudo consumia. Tudo com o objetivo de estender seus cafezais, e a floresta é o grande obstáculo. O primeiro passo no processo para o plantio é o desbravamento da área, que consta de várias operações: a limpeza ou roçada, em seguida a derrubada das árvores. Após a derrubada das arvores vem o rebaixamento do mato. A madeira para uso na fazenda era separada e o resto era deixado para secar. A retirada da lenha e da madeira de lei era feita todas as vezes que fosse possível sua utilização econômica, em caso contrário era conservada no próprio terreno e daí retirada à medida das necessidades. Depois aconteciam as queimadas, que se procediam em época de estiagens, para acabar com os últimos remanescentes.[12] Logo após as queimadas, com a terra ainda quente era iniciada a preparação para a plantação. Praticamente não houve investimentos científicos, nem tecnológicos no período do café no Rio de Janeiro. As técnicas eram rudimentares. No desenvolvimento das técnicas, os fazendeiros tinham poucos manuais, e os que haviam eram baseados em práticas inadequadas e teorias insatisfatórias.

A vida útil de uma plantação cafeeira, no máximo de sua produtividade, é de dez anos. Produz até esta idade, entre 90 e 120 arrobas por mil pés. Com 25 anos o cafezal é velho. Já em declínio produz até 30 anos numa faixa de 20 ou 30 arrobas. Em 1873, o município de Piraí já havia reduzido pela metade sua produção de café; em Marquês de Valença a produção estava estabilizada e no município de Cantagalo crescia o cultivo. Em

1835 existiam em Marquês de Valença, diversas plantações de café com 500 a 800 mil pés. Em 1860 Resende contava com 600 grandes plantações de café. Entre 1835 e 1867, a produção cafeeira se multiplicou seis vezes. Em 1870 já é visível o declínio da produtividade nas primeiras zonas ocupadas pelo café.[13] Com a crescente escassez de solo virgem, houve um aumento proporcional do preço da terra pôr alqueires até a metade da década de 1880. Nas últimas décadas do século houve uma diminuição constante de terras disponíveis para novas plantações nas fazendas de café em Vassouras e um aumento desproporcional no preço da terra.

No início da década de 1820 a Província do Rio de Janeiro já contribuía com 62,2% da receita do império, num total de 6.850 contos; em segundo lugar a Bahia com 1.644, Pernambuco com 1,436, Maranhão 767 e São Paulo 278 contos. Daí em diante o café ganhou mais espaço nesse mercado e nos subseqüentes 50 anos foram exportados 85.143 milhões de sacas, que produziam 189.118 Libras esterlinas, 1.533.998 contos de reis, valor médio por saca em Libra – 2.36 e em Reis 18.046, correspondendo a 39% da receita.[14] Em 1867 o café atingiu 9.308.654 arrobas, em 1869, 8.926.247 e em 1870, 6.723.550.[15] No início da década de 1880 ainda há prosperidade na cafeicultura fluminense, mas sua rentabilidade é declinante. Em 1870 produziu 1.646.037 sacas, em 1880 - 4.133.466, em 1883 - 3.908.080 e em 1889 – 1.309.271. O Rio de Janeiro chegou a ter 77% da economia brasileira.[16]

Em 1883, a produção de são Paulo se igualou à do Rio pela primeira vez; três anos mais tarde, após dez anos de crescimento , ultrapassou a do Rio.[17] O Porto do Rio de Janeiro perdeu sua liderança para o Porto de Santos como o principal porto exportador e do total do comércio exterior, passando para o segundo lugar. O porto carioca também perdeu exportações com a migração das plantações para São Paulo, e com o desvio de exportações pelas ferrovias que ligaram o interior de Minas Gerais.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a situação difícil de suas finanças, causada pela crise da cafeicultura lança mão de política de diversificação agrícola.

Na visão de (VIEIRA, 2000)[18] a cafeicultura continuou no Estado do Rio como conseqüência das políticas de valorização, e a diversificação agrícola veio como uma tentativa de salvar as finanças estaduais, mostrando aí a situação deixada pelo café. Essa preocupação começa na década de 1890, quando foram criados centros agrícolas, estações agronômicas, núcleos coloniais, distribuídos adubos químicos, sem lucro para o Estado além do incentivo à pecuária extensiva.

Dada as limitações do capital natural que gerou a insignificância da agricultura e a gradativa decadência do café, o Rio teve que passar por uma profunda reestruturação de sua economia, que se tornou cada vez mais dependente de atividades prestadoras de serviços. Segundo CANO (1998:265), em VIEIRA,[19] a economia da cidade do Rio de Janeiro passaria "(...) a ter nas atividades terciárias, o seu núcleo principal. Já em 1919, o censo demográfico mostrava que apenas 38,4% de sua população economicamente ativa estava alocada na produção física, e os restantes 61,6% na produção de serviços (15% em serviços domésticos). Essas cifras são muito importantes quando se pode comparar com as de São Paulo, que no mesmo período ocupava 80,5% de sua força de trabalho na produção física, ou mesmo com as cifras das demais regiões brasileiras, que apresentavam uma ocupação de 86,6% na produção física."

A economia cafeeira manteve a estabilidade do eixo político no Brasil, deslocado para a região Centro-Sul pelo advento da mineração, tornando o Rio de Janeiro a cidade central da colônia, sede do governo. Na segunda metade do século XIX já é possível admitir a presença caracterizada de uma classe média, grupos ligados ao comércio, numeroso funcionalismo, profissões liberais, atividade militar, religiosa, intelectual. Os lucros provenientes do café permitem a aplicação financeira em diversos ramos da indústria: têxtil, couro, alimentação, vestuário, mobiliário, cerâmica, produtos químicos e relacionado a Ciências, Letras e Artes. As pequenas empresas conseguem desenvolver-se e ampliar-se. "Foi a ampliação da oferta de café fluminense que criou o mercado mundial do produto".[20] A

produção cresce a taxas extremamente elevadas. Através do porto do Rio de Janeiro se constitui um interior fluminense articulado com a cidade.

O desenvolvimento da cafeicultura fluminense foi economicamente eficiente. A produção cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, que fora de 1,0 milhão de sacas em 1835, passou a 1,5 milhões em 1840, crescendo para 1,8 milhões em 1870, e atingindo seu auge em 1882 com 2,6 milhões. A cafeicultura fluminense atinge seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistimos à sua derrocada, cujas causas, estavam nas técnicas tradicionais de produção agrícola, na devastação do solo virgem de maneira predatória, além da praga da formiga saúva e das pragas de gafanhotos, de passarinhos, de ferrugem e das chuvas torrenciais. “A devastação dos morros cobertos de mata virgem, de vassouras, provocou a erosão e as mudanças climáticas de um extremo a outro do Vale do Paraíba.” [21]

Por outro lado, frente as limitações do meio ambiente, o Rio de Janeiro diversificou as formas de produzir renda, encontrou um caminho na produção industrial, comercial, financeira e no desenvolvimento de bens e serviços. O capital gerado com a cafeicultura, que usou essencialmente capital natural indiscriminadamente, se diversificou provocando outros mecanismos de ação.

Esse trabalho mostra a necessidade de melhor trabalhar algumas questões para que possa ser definido, com maior clareza, a estrutura fundiária do Estado do Rio de Janeiro no século XIX, em análises que permitam a verificação da amplitude das fazendas cafeeiras e sua conseqüente contribuição à alteração ambiental. As dificuldades encontradas para realização desta pesquisa sugerem aprofundamento para a busca de dados, na medida em que inúmeros deles referentes a situação do meio ambiente ainda não foram compilados.

NOTAS

---

1 Professora de História do CMB e Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília. Juvanete@yahoo.com.br

2 EKINS, PAUL. "The Concept of Environmental sustainability”. Capítulo 4 de Economic Growth and Environmental suatainability. (Ldon and New York: Routledge, 2000), pp. 70-114.

3 O capital físico, este se refere ao estoque de máquinas, equipamentos, edifícios, infra-estrutura, entre outros, acumulado através de investimentos realizados ao longo dos anos. O capital humano refere-se às habilidades adquiridas e incorporadas no indivíduo, que incrementa o seu potencial produtivo. Já o capital intelectual é o estoque de conhecimentos útil não incorporado.

[4] GRIEG, MARIA DILECTA. **Café: histórico, negócios e elite**. São Paulo: OLHO D'ÁGUA, 2000.

[5] (IBDF-FBCN, 1981:40-41; Guia do Terceiro Mundo, 1986:89; Maia, 1966 15-17 e 1967: 19-22, (Em, DRUMMOND, J.A. O Jardim dentro da Máquina. Breve história ambiental da Floresta da Tijuca. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em : http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/39.pdf. Acesso em20/07/2002.

[6] DRUMMOND, JOSÉ AUGUSTO**. Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói: EDUFF, 1997. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 2).

[7] PRADO, SILVIO PACHECO DE ALMEIDA. **O Primeiro Ciclo do Café no Brasil**. São Paulo: 1997 p. 75.

[8] VIEIRA, WILSON. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860 – 1930).** Campinas, SP: (s.n.), 2000. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas p. 11.

[9] Mangaratiba não é um município do Vale do Paraíba , mas está incluído entre os municípios cafeeiro não propriamente pela produção de café, mas pela importância do seu porto que recebia café de regiões diversas, além de gêneros de outras necessidades, tornando o seu comercio rendoso o que lhe garantiu a independência em 1831, com o nome de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba.

[10] HOLANDA, SERGIO BUARQUE et al. **O Brasil Monárquico, tomo II: declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: BERTD BRASIL, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 4).

[11] CASTRO, ELZA MARIA NEFFA VIEIRA DE. **Desenvolvimento e degradação Ambiental – Um Estudo na Região do Médio Paraíba do Sul.** 2001. 257 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Letras e artes. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola Sociedade Agricultura – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

[12] STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Tradução de Vera Bloch Wrobel, Rio de Janeiro: NOVA FRONTEIRA, 1990.

[13] LESSA, CARLOS. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: RECORD, 2000 p. 108.

[14] PRADO, S. P.A. **O Primeiro Ciclo do Café no Brasil**. São Paulo: 1997 p. 91.

[15] TAUNAY, AFFONSO DE ESCRAGNOLLE. **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ, 1945, p. 53..

[16] PRADO, S. P. A. **O Primeiro Ciclo do Café no Brasil**. São Paulo: 1997 p. 93.

17 Roberto C. Simonsen, Aspectos da história econômica do café . São Paulo, 1940, Graphico I. In STEIN, 1990.

[18] VIEIRA, WILSON. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860 – 1930).** Campinas, SP: (s.n.), 2000. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas p. 11.

[19] VIEIRA, WILSON. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860 – 1930).** Campinas, SP: (s.n.), 2000. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas p. 16.

[20] LESSA, CARLOS. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: RECORD, 2000 p. 109.

[21] STEIN, S. J.. **Grandeza e Decadência no Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: EDITORA BRASILIENSE, 1961 p. 260.

ENTRE FOTOGRAFIAS E FOTOGRAMAS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE JUSCELINO KUBITSCHEK – 1956-1961

Maria Leandra Bizello[1]

A representação do político é parte constitutiva do poder, pois tanto a política quanto o político são instâncias e manifestações da vida social. Entendendo-o globalmente como *ponto de condensação*[2], uma força atuante e que constitui o imaginário e a imaginação coletiva, a sua representação visual é fundamental, pois não é possível a manutenção do poder "pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial"[3].

Na contemporaneidade esse universo político ganha outras dimensões, os meios de comunicação de massa mudam consideravelmente as relações entre o político, o povo e a produção de imagens do político. Mais uma vez nos reportamos a Balandier para compreender esse movimento:

> "A multiplicação e a difusão dos meios de comunicação modernos modificaram profundamente o modo de produção das imagens políticas. Elas podem ser fabricadas em grande quantidade, por ocasião de acontecimento ou de circunstâncias que não têm necessariamente um caráter excepcional. Elas adquirem, graças aos meios audiovisuais e à imprensa escrita, uma força de irradiação e uma presença que não se encontram em nenhuma das sociedades do passado. Elas se tornam quotidianas; isto quer dizer que elas se tornam banais e se desgastam, o que exige renovações freqüentes ou a criação de aparências, de novidade."[4]

Essas novas relações num contexto em que os meios de comunicação estão em pleno desenvolvimento no Brasil e a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek e do universo político a partir dos meios de comunicação é o nosso objeto de estudo neste artigo.

---

[1] Historiadora, doutoranda em Multimeios- UNICAMP.
[2] RÉMOND, René. "Do político". RÉMOND, René(org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro:Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.p.445.
[3] BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília:Editora UNB, 1982. p.07.
[4] Idem. pp.62-3.

Getúlio Vargas foi o político que utilizou intensamente os meios de comunicação de massa, durante o Estado Novo, constituindo um Departamento de Imprensa e Propaganda – o DIP – com o objetivo claro de construir e promover a sua imagem como governante além de conduzir o espetáculo, a teatralização das comemorações e uma série de eventos para exaltar e marcar seu poder.

Os fotógrafos e cinegrafistas do DIP não dominavam apenas a técnica da fabricação de imagens mas tinham a percepção de estarem "educando" olhos e mentes para o Estado Novo.

O fim desse período significou a extinção do DIP, o Estado-espetáculo, como nos diz Schwartzenberg[5] continuou a existir com outros personagens-políticos. A imagem de Getúlio Vargas em seu segundo mandato, na década de 1950, não teve um suporte de construção como o DIP, mas sua figura continuava privilegiada pela imprensa escrita[6], até mesmo depois de sua morte.

Juscelino Kubitschek é entendido por muitos estudiosos e mesmo na tradição política como um herdeiro de Getúlio Vargas. Ele possuía um carisma que podemos classificar de *natural* e atuava muito bem no palco da política. No cenário político de então ele representou o político líder, charmoso, um herói que propôs e levou a frente uma epopéia, um personagem transformador. No entanto, há que perscrutar como esse político carismático, de tantos adjetivos, atuou em relação à sua imagem e quais ligações estabeleceu para construí-la.

Para Josanne Guerra Simões "a conformação dessa imagem, tão bem assumida pelo portador começou a ser esboçada em concomitância à carreira política. Em outras palavras, a imagem predominante na posteridade foi aquela que o personagem forjou a cada etapa ou desafio que a vida lhe impôs"[7]. Nesse estudo – Sirênico Canto – Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem – Josanne analisa essa construção através da

---

[5] SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O estado espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política.* Trad. Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeior/São Paulo:Difel, 1978.

[6] Ver estudo de OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *Getúlio Vargas, a personagem em questão: ensaio sobre a constituição da figura do poder.* Dissertação de mestrado. São Paulo:Universidade de São Paulo, 1995.

[7] SIMÕES, Josanne Guerra. *Sirênico Canto – Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica,2000. p.12.

palavra escrita, isto é, artigos publicados em jornais de Minas Gerais, "discursos, autobiografia, biografias, depoimentos e trabalhos de cunho jornalístico"[8], do período inicial da vida política de JK, nos anos 30, até o momento em que é eleito presidente da república. Quando governador de Minas Gerais para se relacionar com o povo e divulgar sua imagem ainda no âmbito regional, organizou uma equipe de redação formada por jornalistas, escritores e poetas que eram responsáveis pela elaboração de discursos, pela correspondência com as instituições de âmbito público, privado e com os particulares, o cidadão comum, essa relação com a população nos mostra o cuidado e a percepção das particularidades para cada público.

Tal imagem é construída pela linguagem escrita e falada, não pela sua visualidade. Fotografias e filmes constituem um lado da imagem de Juscelino Kubitschek permanente na memória coletiva, mas ainda pouco decifrado. E é o próprio JK quem nos possibilita dimensionar a sua visualidade enquanto político no palco da política:

> "Enquanto os inconformados se digladiassem no Brasil, numa desprimorosa manifestação de provincianismo político, eu estava no exterior em contato com os chefes de Estado e com os líderes das grandes nações realizando entendimentos sobre os recursos que pudessem ser facilitados para a execução do meu programa de metas. Haveria, além disso, outra vantagem ao realizar aquela excursão: os brasileiros só tomariam conhecimento do que ocorria comigo através da imprensa. Seria uma maneira de estar presente na memória do povo, não em ligação pessoal e direta, mas de uma maneira simbólica, por intermédio de uma imagem."[9]

Novamente a relação com o povo intermediada, agora não mais apenas pelo discurso escrito ou falado mas fundamentalmente pelo visual, pela imagem veiculada na imprensa. O trecho acima se refere à viagem que Juscelino Kubitschek fez aos Estados Unidos e Europa em janeiro de 1956, antes de sua posse.

A imprensa escrita e ilustrada cobriu a viagem, tanto O Cruzeiro quanto Manchete deslocaram fotógrafos e repórteres para seguirem o presidente eleito. A produtora cinematográfica de Jean Manzon também enviou cinegrafistas para acompanhar JK em

[8] Idem, p.14.
[9] KUBITSCHEK, Juscelino. *A escalada política – Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro:Bloch Editores, 1976. vol. 2.

suas visitas e produziu um documentário de longa-metragem, **O mundo aclama o Brasil**[10]. As imagens utilizadas no documentário não se restringiram aquelas coletadas pelos cinegrafistas, mas há imagens do arquivo da produtora e seqüências de jornais cinematográficos. Não era suficiente montar um filme no qual JK aparecesse infinitas vezes apertando mãos de estadistas, sorrindo, acenando, descendo e subindo de aviões. Era fundamental construir um roteiro no qual outros elementos referentes ás idéias e ações de Juscelino também fossem mostrados. Os comentários são abundantemente utilizados, com a voz do narrador que tudo sabe, tudo viu, a voz de deus, sublinhando e singularizando as idéias de JK ao mesmo tempo em que narra os encontros, visitas e banquetes. O narrador contribui para tornar a leitura do filme imediata e simples, reforçando e explicando as imagens. Por apenas uma vez Juscelino fala no filme, isso basta para assegurar à narração uma absoluta compatibilidade com o discurso presidencial, além de legitimar as idéias colocadas pelo narrador.

JK em viagem divide o espaço das revistas com o JK em acordos políticos para a composição do ministério. Ao presidente eleito e que vai á Europa e Estados Unidos e vemos nas páginas cumprimentando presidentes, primeiros-ministros, reis e rainhas contrapõe-se o presidente eleito, de rosto sério e tenso, conversando com políticos e prováveis ministros. Manchete faz uma ampla cobertura dessa viagem enquanto que em O Cruzeiro há a preocupação com a política em torno da escolha de ministros e JK aparece nesse sentido, no âmbito da política nacional e não das relações que começa a estabelecer no exterior.

O universo da política de O Cruzeiro e Manchete não poderia existir sem imagens. Tanto quanto as reportagens sobre as estrelas de cinema, fatos extraordinários ou os índios na Amazônia, os políticos tinham que aparecer para além dos artigos, comentários e críticas. O que nos parece, nesse momento, é que ambas as revistas, separam a política partidária e as preocupações políticas do governo de outras atuações desse mesmo governo. A viagem presidencial fartamente ilustrada merece várias páginas de dois

[10] Esse filme foi produzido pela Jean Manzon Films em 1956.

exemplares de Manchete, ou seja, duas semanas cujo foco principal de reportagem é a viagem presidencial ao exterior. Os artigos sobre a crise econômica e as especulações sobre a composição do ministério tomam um espaço menor, mas não menos ilustrado, é necessário ver quem são os personagens no palco da política que permanecerá por quatro anos.

O tempo aqui não interessa, e como previu JK ele está em contato com o povo através de imagens, mas essas imagens não se referem apenas ao seu presente de viajante, mas também ao futuro. Vemos então, ainda em Manchete de 21 de janeiro de 1956, Juscelino encontrando-se com Eisenhower nos EUA, reis e rainhas na Europa, ele também está conversando com Israel Pinheiro sobre a crise econômica. Mesmo através da imagem ele é associado aos problemas políticos urgentes que estão no Brasil como a constituição do ministério, o título de um dos artigos dessa revista de número 196 é: **A última palavra sobre o ministério de Juscelino** e está ao lado de duas fotografias de Juscelino chegando á Holanda. Mesmo na relação imagética que pretende estabelecer JK está á mercê da manipulação gráfica e de ser mostrado ao povo de diversas maneiras num único exemplar, não é apenas a viagem, mas também, e principalmente, os assuntos internos que ele representa e no qual é representado.

O documentário **"O mundo aclama o Brasil"** não nos mostra a perspectiva política interna tal como as revistas, o filme entrecortado por imagens de arquivos faz referência á política desenvolvimentista a ser implementada e não ao jogo político/partidário para a instalação do ministério. São imagens das intenções do presidente eleito, de um futuro próximo.

A visita de Foster Dulles ao Brasil

Em agosto de 1958 John Foster Dulles, Secretário de Estado do governo norte-americano de Eisenhower faz uma visita de alguns dias ao Brasil. Essa visita estava ligada diretamente á construção da OPA, a Operação Pan-Americana, "uma vasta ação político-diplomática(...) cujo objetivo econômico explícito era o aporte de recursos em larga escala

para projetos de desenvolvimento na América Latina"[11]. Era ainda um esforço de Juscelino Kubitschek em tirar o governo norte-americano de certa apatia quanto aos problemas e possibilidades da América Latina. A vinda de Foster Dulles era uma resposta, um pouco atrasada, a cartas que JK enviara a Eisenhower desde o início de seu mandato, com a intenção de atrair capitais estrangeiros e combater os numerosos problemas econômicos e sociais que imperavam no continente[12], mas aos olhos norte-americanos a "fermentação ideológica"[13], leia-se, o comunismo, era o que mais contava. Além desse descompasso, uma crise no Oriente Médio torna a vinda do Secretário de Estado mais difícil, no entanto, JK coloca que o fato da divulgação da visita, já havia mobilizado a imprensa o que desencadearia uma "repercussão desagradável"[14] tanto nas relações entre Brasil e Estados Unidos quanto na América Latina.

A visita recebeu por parte da imprensa brasileira uma cobertura discreta pelo menos das revistas ilustradas, O Cruzeiro e Manchete, e um documentário curta-metragem realizado pela NOVACAP – administradora da construção de Brasília, dirigida por Israel Pinheiro – mostrou a visita de Foster Dulles e sua esposa aos canteiros de obras de Brasília.

Em Manchete, número 327, de 26 de julho de 1958, o repórter Carlos Lemos e o fotógrafo Jankiel publicam uma reportagem sobre a "Operação Foster Dulles" programada pela UNE para recepcionar o Secretário de Estado em sua passagem pelo Rio de Janeiro, o nome da reportagem: **Foster Dulles não vai ver Copacabana**. O tom de protesto contra a visita é ilustrado pelas fotografias dos estudantes em reunião, discutindo as estratégias dessa recepção. Na semana em que Foster Dulles está no Brasil, Manchete publica uma entrevista que ele dá, ainda em Washington, a Murilo Melo Filho. A entrevista é ilustrada com o rosto de Foster Dulles sério, o dedo em riste, ao estilo Tio Sam, apontando para o

[11] MOURA, Gerson. "Avanços e recuos: a política exterior de JK" in GOMES, Ângela de Castro(org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro:Ed.Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p.31.
[12] KUBITSCHEK, Juscelino. *50 anos em 5 – Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro:Bloch Editores, 1978.p.228.
[13] Idem.
[14] Ibidem. p.227.

leitor; na página ao lado, o teor da entrevista parte do título: **Um americano intranqüilo**[15]. Ali, Dulles revela a necessidade de sua vinda, desmentindo os boatos da suspensão da viagem, o tom assertivo e firme, é sustentado pela fotografia. A revista Manchete não enfatiza o momento em que o Secretário está no Brasil, mas o momento anterior.

Em O Cruzeiro de 09 de agosto de 1958, número 43, JK aparece como padrinho de um casamento realizado em Brasília ao lado de D. Sara; Foster Dulles em visita só aparecerá no exemplar de 16 de agosto - número 44 -, sem a presença de Juscelino Kubitschek. Juntos estarão na revista de número 45, de 23 de agosto de 1958, numa reportagem de Armando Nogueira e José Medeiros. Nessa reportagem, **O Brasil ensina a Dulles o caminho da América Latina**, a leitura da fotografia de ambos agachados apertando parafusos é dirigida pela legenda que nos contextualiza: "Chave inglesa em punho, Dulles cumpre uma etapa de sua visita: apertar parafusos em Brasília, dando uma mão à tarefa de JK"[16]. Na página anterior outra fotografia mostra JK e Foster Dulles na mesa de negociações no Rio de Janeiro, apertando as mãos frente a fotógrafos, repórteres e ministros, na legenda a explicação do aperto de mãos: "o presidente JK e o secretário Dulles cumprimentam-se por sôbre a mesa dos entendimentos, selando o reencontro das Américas"[17]. Para além da fotografia e em conformidade com o conteúdo do artigo, a legenda interpreta e reafirma o gesto ilustrativo da discussão naquele momento, a Operação Pan-Americana.

O curta-metragem para a NOVACAP que aborda a visita de Foster Dulles faz parte de uma série de filmes que cobriam as obras da construção de Brasília, muitos filmes têm como assunto visitas de políticos á cidade que era edificada. Em quase todos Juscelino Kubitschek é o anfitrião que dirige a visita.

Em, Brasília número 12, com narração de Cid Moreira, Dulles, sua esposa e JK chegam de avião e são recepcionados por Israel Pinheiro e uma pequena comitiva. Á partir daí vemos as obras de Brasília: a câmera nos mostra diversos edifícios em construção,

[15] Manchete, 09 de agosto de 1958, n.329. pp.30-31.
[16] O Cruzeiro, 23 de agosto de 1958, número 45. p.29.
[17] Idem p.28.

operários trabalhando cavando e colocando manilhas para a rede de água e esgoto, máquinas perfurando o solo, guindastes movimentando perfis de aço para a construção dos ministérios. Essas imagens sugerem aquilo que Foster Dulles viu em Brasília, intercaladas com imagens das ações do Secretário em conjunto com JK. Se em O Cruzeiro, Dulles ajuda JK a apertar parafusos, no curta-metragem ele planta uma muda de magnólia, descerra a placa indicativa do local da futura embaixada americana em Brasília, visita a Igreja Nossa Senhora de Fátima, primeira igreja inaugurada na futura capital, admira o Palácio da Alvorada e em reunião assina a "Declaração de Brasília", selando um cansativo entendimento sobre a Operação Pan-Americana. A voz do narrador tudo descreve com muitos adjetivos, inclusive sentimentos dos políticos, mas nada nos revela do que foi discutido nas reuniões fora do alcance da câmera.

Tal como em **O mundo aclama o Brasil**, **Brasília n. 12** ilustra: o primeiro, a viagem de JK ao exterior, o segundo, a visita de Foster Dulles ao Brasil com o mesmo teor descritivo. JK está em pleno ritual do poder, as tensões e conflitos não existem nem nas imagens, nem na narração.

A imprensa ilustrada oscila entre abordar a oposição á visita e mostrar o ritual do poder, procura ocupar tanto no discurso escrito quanto na visualidade as várias faces de JK. Ao lado do presidente sorridente e transformador, hospitaleiro e empreendedor, o político de face séria e tensa ao lidar com o jogo político interno, os dois momentos nos mostram assim uma certa continuidade na imagem de Juscelino Kubitschek tanto nas revistas como nos dois documentários e não a exacerbação da figura presidencial.

QUADROS TÉCNICOS E POLÍTICA NO BRASIL: O SETOR ELÉTRICO ESTATAL (1956-1968)

MARIA LETÍCIA CORRÊA (UERJ)[1]

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no Conselho de Desenvolvimento da presidência da República, órgão responsável pela formulação e implementação do Programa de Metas, consolidou-se um importante núcleo de técnicos e burocratas que viriam a exercer um papel central na formulação das políticas públicas no país na década seguinte, com destaque para os engenheiros reunidos em torno da secretaria geral do Conselho, presidida pelo engenheiro Lucas Lopes.

O Conselho de Desenvolvimento foi criado pelo Decreto 38.744, de 1º de fevereiro de 1956, logo após a posse de Juscelino, e era composto por todos os ministros de Estado, pelos chefes dos Gabinetes Civil e Militar e pelos presidentes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Tinha as funções de detalhar o Programa de Metas e aprovar a concessão dos incentivos previstos, tendo mobilizado técnicos de órgãos já existentes — como o próprio BNDE, a Carteira de Crédito Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), entre outros —, que operavam sobretudo através de dispositivos como a constituição de grupos de trabalho e grupos executivos. Situando-se fora do âmbito do Congresso Nacional, portanto, os membros dos grupos de trabalho e executivos do Conselho de Desenvolvimento se tornavam diretamente responsáveis pelas decisões no seu campo de atuação, numa estrutura que foi definida por Lucas Lopes como *muito informal*[2].

Os principais autores do Programa de Metas foram Lopes e Roberto Campos, primeiro e segundo secretários-gerais do Conselho de Desenvolvimento, respectivamente, ambos antigos membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954)[3]. A meta de energia elétrica do Programa foi coordenada nos primeiros anos pelo engenheiro John Cotrim, vice-presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig) e também antigo técnico da CMBEU, sendo que o primeiro grupo de trabalho a funcionar no âmbito do Conselho de Desenvolvimento foi o

Grupo de Trabalho de Energia Elétrica (GTENE), encarregado da regulamentação tarifária, composto, além de Cotrim, por Otávio Gouveia de Bulhões, do Conselho Nacional de Economia, e técnicos indicados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) e pelo Ministério da Agricultura[4].

O projeto de lei de criação da Eletrobrás havia sido proposto na segunda gestão de Getúlio Vargas, em abril de 1954, mas o governo de Juscelino Kubitschek não se envolveu diretamente com o seu andamento, sendo que alguns dos principais opositores da empresa integravam o próprio Conselho de Desenvolvimento, como Lopes e Cotrim. No Conselho Nacional de Economia foi discutida a proposta de que o Estado deveria se limitar a estimular as concessionárias já em operação no país, por intermédio dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação, sob a coordenação de um novo órgão a ser criado nos termos de uma Comissão Nacional de Energia Elétrica. Mais tarde, ganhou terreno a idéia da criação do Ministério das Minas e Energia.

A produção de energia — incluindo os setores de eletricidade e petróleo — foi a principal beneficiada pelo Programa de Metas, tendo recebido 43% dos investimentos totais previstos (o setor de eletricidade recebeu 23,7% dos investimentos)[5]. A partir de então ficou estabelecida a diretriz que definiu a participação direta do governo federal na expansão da capacidade geradora de eletricidade e a necessidade de mudanças legislativas que tornassem mais atraentes os investimentos privados no setor.

A nacionalização da política para o setor de energia elétrica a partir da segunda metade da década de 1950 assinalava, portanto, uma nova etapa da afirmação do Estado nacional frente às empresas estrangeiras e se dava naquele momento pela incorporação progressiva, pelas estatais, de atividades antes exercidas por aquelas. A contrapartida do conjunto de ações implementadas a partir do Conselho de Desenvolvimento para o Programa de Metas foi a montagem de um novo formato institucional para o qual seria possível estabelecer alguns vínculos no modelo vigente ao longo da década de 1960, devendo ser ressaltado que não se registrou uma ruptura importante nesse quadro mesmo após o início do regime militar, em abril de 1964.

A principal mudança foi a criação do Ministério das Minas e Energia (MME), pela Lei 3.782, de julho de 1960. A *holding* federal Eletrobrás foi criada somente no governo de Jânio Quadros (1961), pela Lei n. 3.890-A, de 25 de abril de 1961, tendo sido oficialmente instalada em junho do ano seguinte, no governo de João Goulart (1961-1964).

Na ditadura militar acentuou-se a tendência ao fortalecimento do Executivo e da função de planejamento com relação à política para o setor de energia elétrica. A pasta das Minas e Energia passou a compreender uma ampla rede de órgãos da administração direta, autarquias e empresas (Departamento Nacional da Produção Mineral, Conselho Nacional do Petróleo, CNAEE, Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Petrobrás, Eletrobrás, Comissão Nacional de Energia Nuclear e Comissão do Plano do Carvão Nacional) e em 1965, com a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), posteriormente Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), este novo órgão e a Eletrobrás assumiram a coordenação das atividades do setor elétrico, em nível nacional.

Na etapa inicial do regime alguns dos principais nomes indicados para os postos-chave do modelo centrado no MME e na Eletrobrás foram recrutados entre engenheiros e militares ligados à *administração paralela* e à antiga equipe do Programa de Metas. O mesmo núcleo de técnicos e burocratas reunido no Conselho de Desenvolvimento esteve no centro do processo de institucionalização do setor de energia elétrica que se estendeu pelo menos até 1968, na ditadura militar, achando-se então concluída a fase inicial de consolidação das novas agências e já tendo sido definidos os principais atos de regulamentação das mesmas[6]. A hegemonia de alguns dos técnicos presentes desde os anos 1950 seria confirmada na etapa do chamado Milagre Brasileiro, pela permanência ou ascensão de alguns desses engenheiros à direção das grandes empresas estatais do setor.

Seria necessário entretanto definir algumas nuances entre dois extremos desse processo de centralização, quais sejam, de um lado a continuidade de formas autoritárias de intervenção através do conjunto de políticas públicas colocadas em prática pela

administração paralela e, de outro, a concentração de poder no Executivo que caracterizou o pós-1964.

Com esse objetivo, vejamos como se tem apresentado a questão da inserção dos quadros técnicos em algumas interpretações bastante influentes sobre a formação do Estado no Brasil.

Dentre os estudos pioneiros que buscaram analisar o processo de modernização econômica brasileira destacou-se o de Luciano Martins que, por meio do emprego do conceito de *modernização autoritária*[7], enfatizou o papel de segmentos burocráticos que seriam dotados de *autonomia* e poder decisório para realizar o planejamento do desenvolvimento capitalista segundo critérios considerados *universalistas*. Para o autor, esse fator estaria exemplificado nos casos das iniciativas estatais para a constituição do setor de indústria de base[8].

Assim, a participação de quadros técnicos como os engenheiros no aparelho de Estado tem sido quase sempre relacionada à elaboração do projeto de industrialização, na interpretação que adota como ponto de partida o primeiro governo de Vargas, tido como um marco no processo de constituição de uma burocracia caracterizada essencialmente como técnica ou especializada. No trabalho também clássico de John Wirth foram tomados como indicativos dessa ruptura eventos como a organização do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a fixação de critérios universalizados para o recrutamento do funcionalismo público e a instituição dos concursos, o que teria permitido substituir mecanismos predominantemente políticos e/ou clientelísticos na indicação dos quadros[9].

Por um lado, tende a prevalecer, na abordagem que enfatiza a autonomia dos quadros técnicos e burocráticos em ambos os autores, uma concepção do Estado entendido como uma “entidade em si mesma”, isto é, sem um questionamento acerca de seu caráter de *relação social*[10]. Por essa razão, as políticas públicas passam a ser descritas ora como tendo se revestido de um caráter eminentemente pontual, ora como políticas econômicas “estatizantes”, no sentido do envolvimento do Estado com o projeto de implantação da industrialização.

De outra parte entendo que é necessário qualificar algumas noções presentes na historiografia, como a de *autonomia relativa* do Estado indicada nas ações de planejamento econômico e também a de uma suposta independência dos técnicos/intelectuais frente ao quadro político, presentes nos textos que trabalham com a idéia de modernização autoritária, uma vez que tais noções claramente incorporam a ideologia que afirma a *supremacia da técnica* sobre a política, expressa antes de tudo nas próprias fontes. Como expressa Elisa Reis: "*Colocando a vontade nacional acima dos interesses de classe e justificando a necessidade de um governo forte para implementar a harmonia social, essa ideologia advoga a centralização do poder como uma forma de capacitar o Estado para agir como o guardião do interesse nacional, impedindo a fragmentação social*".[11]

Esse enunciado é reforçado por afirmações sobre a suposta vantagem das novas agências do Estado e do formato empresarial adotado, garantindo-lhes maior independência e autonomia, como é possível assinalar na citação de Lucas Lopes feita acima, insistindo-se numa maior eficiência da administração indireta por comparação à direta, por exemplo, desvalorizando-se a segunda pela sua associação à tradição cartorial ou patrimonialista, como se ambas as modalidades não estivessem igualmente relacionadas a funções de Estado.

Uma interpretação diversa, assinalando maior especificidade quanto à ação dos quadros técnicos no Estado, pode ser encontrada no conhecido estudo de Eli Diniz[12], para quem a nacionalização e a burocratização do processo decisório apresentam-se como duas faces do mesmo processo mais geral de centralização e concentração do poder do Estado, o que seria complementado exatamente com a enunciação da ideologia autoritária e dos valores legitimadores do novo modelo, pela afirmação do papel integrador e regenerador do Estado forte e da supremacia da técnica, passando a política a ser vista como fonte de distorção e fator de irracionalidade na condução dos negócios públicos.

No exemplo examinado pela autora, teria sido entre os quadros técnicos que se desenvolveu uma posição mais radical em relação ao intervencionismo estatal e à regulamentação ampla dos diversos setores industriais, pelo privilégio ao papel centralizador

do Estado, embora se deva notar a ausência de uma visão homogênea, por parte de empresários ou técnicos ao menos durante o período do Estado Novo e até os anos 1950, e a inexistência de um projeto global de crescimento industrial para o país, considerando o aspecto da empresa estrangeira[13]. Assim, Diniz considerou que as mudanças da reforma do Estado da Era Vargas não lograram eliminar por completo o padrão clientelístico, tendo resultado desse processo de transição "*um sistema estatal híbrido, marcado pela interpenetração entre os aspectos do modelo racional legal e a dinâmica clientelista*"[14].

A nacionalização da política para as diferentes áreas fez com que as diversas decisões passassem a depender de articulação e acordos efetuados dentro da alta burocracia estatal[15]. Foi nesse momento que os conselhos e órgãos técnicos pioneiros se tornaram as peças básicas da engenharia institucional no corporativismo que englobava ao quadro político tanto os empresários quanto os trabalhadores urbanos, sob a tutela do Estado, decorrendo desse processo a montagem da "*rede de organização de representação de interesses, regulados e controlados pelo poder público*"[16].

Da mesma forma, acreditava-se que as instâncias enclausuradas na alta burocracia governamental seriam em princípio protegidas de interferências externas, tendo sido eliminadas as formas de manifestação autônoma de interesses. Foram identificados também na etapa democrática elementos importantes como o Executivo forte, o controle do processo decisório pela alta burocracia, entre outros aspectos, sendo que a instância parlamentar manteve quase sempre um papel secundário na formulação das diversas políticas[17].

Assim como no caso anterior, para Sonia Draibe, embora insistindo na idéia de autonomia relativa do Estado, a ação dos técnicos não pode ser entendida como um tipo de intermediação neutra dos interesses. A ação da burocracia técnica foi necessária para a constituição dos interesses econômico-corporativos ao concorrer para a superação da fragmentação de iniciativas que havia caracterizado até então a ação do Estado.

Nessa interpretação, a ruptura mais importante se teria registrado no segundo governo de Vargas, etapa de definição de um projeto político e econômico de desenvolvimento mais abrangente, após o que poderiam ser colocadas em prática as

modalidades de intervenção e planejamento de órgãos como o Conselho de Desenvolvimento ou do aparato institucional do regime militar[18].

Deve ser ressaltado, com Sonia Mendonça, o aspecto relativo ao estabelecimento de uma associação, desde muito cedo, entre a engenharia e tarefas como as de defesa, segurança e unificação nacional, evidenciando-se o traço autoritário inerente ao *habitus* dessa categoria profissional[19], sendo notada a ampliação do campo de atuação dos engenheiros no Estado desde o início do século XX em razão de sua participação nos setores de obras públicas e construção civil e em decorrência da expansão do mercado interno e da industrialização[20].

Quanto aos estudos de caso sobre a história do setor de energia elétrica brasileiro, a partir dos anos 1950, privilegiaram ora a descrição da história institucional, no estudo da ação estatal e das empresas, ora os marcos da evolução da configuração econômica do setor, não se tendo debruçado especificamente sobre as formas de atuação e composição dessa burocracia[21]. Face à centralidade de sua atuação na articulação dos diversos interesses no Estado desde o governo de Juscelino Kubitschek até às vésperas do Milagre, caberia indagar também sobre a especificidade da autonomia desses quadros técnicos na formulação das diversas iniciativas[22].

Como indicado acima, a homogeneidade do projeto de desenvolvimento foi em parte garantida pelo recrutamento dos quadros responsáveis pela sua execução junto a um pequeno núcleo de agentes. O exemplo da formação de uma rede centralizada abrangendo os diversos órgãos do setor de energia elétrica brasileiro na década de 1960 correspondia, por sua vez, a uma etapa específica da formação do Estado, que passava a conciliar naquele momento, diferentemente do que ocorrera até então, os interesses organizados a partir das empresas e governos estaduais, além das mudanças necessárias na articulação com empresários do setor privado.

---

[1] Bolsista de Pós-Doutorado do CNPq junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UERJ.

[2] Segundo Lopes, inicialmente eram organizados os grupos de estudos, cada um com um coordenador e, em outros casos, quando foi necessário que exercessem funções normativas, foram transformados nos grupos executivos. LOPES, Lucas. *Memórias do Desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1991. p. 172.

[3] A Comissão Mista Brasil Estados Unidos funcionou entre junho de 1951 e dezembro de 1953 e contou com a participação de Roberto Campos, Glycon de Paiva e Lucas Lopes. CALICCHIO, Vera. Comissão Mista Brasil – Estados Unidos. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 1466-1468.

[4] A mudança tarifária implementada por Juscelino Kubitschek se fez por intermédio do Decreto n. 41.019, de fevereiro de 1957. CABRAL, Lígia M. et al. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988. p. 142-143.

[5] CABRAL, Lígia M. et al. *Op. cit.*. p. 140.

[6] Principalmente o Decreto nº 63.951, de 31 de dezembro de 1968, que aprovou a estrutura básica do Ministério das Minas e Energia.

[7] A adoção do enunciado da modernização autoritária para o estudo da formação do Estado no Brasil quase sempre é baseada em MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

[8] MARTINS, Luciano. *Pouvoir et developpement economique: formation et evolution des structures politiques au Brésil.* Paris: Anthropos, 1976.

[9] WIRTH, John. *A política do desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

[10] MENDONÇA, Sonia Regina de. Economia e política no Brasil: uma reflexão. II JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA. Asociación Uruguaya de Historia Económica. Montevidéu (Uruguai), 21 a 23 de julho de 1999. Anais. (CD-Rom). Sem indicação de páginas.

[11] REIS, Elisa. O Estado nacional como ideologia. *Estudos Históricos*, v. I, n. 2, 1988, p. 194.

[12] DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 148 e ss.

[13] *Idem.* p. 194-195.

[14] DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 25.

[15] *Idem*. p. 27.

[16] *Idem.* p. 26.

[17] *Idem*. p. 30.

[18] DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses***:** um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 231-232. Essa interpretação do significado do segundo governo de Vargas foi qualificada por Carlos Lessa e José Luís Fiori, que ressaltaram as limitações da concepção varguista e recusaram o caráter "premonitório" que teria sido sugerido por Draibe. LESSA, Carlos e FIORI, José Luís. *Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo popular do segundo Vargas*. Rio de Janeiro: UFRJ, IEI, 1983 (Texto para discussão, 30), p. 10 e 26.

[19] "Intermediários entre a técnica e o capital de um lado, e a técnica e a força de trabalho, de outro, os engenheiros enquanto categoria profissional padeceriam da contradição existente entre uma formação dirigida para o fomento das atividades urbano-industriais e uma ação limitada pela hegemonia dos grupos agrários no país. Daí, talvez, se tenha aprofundado a associação entre a engenharia e as tarefas de defesa e unificação nacional, evidenciando-se, mais do que o elitismo da profissão face ao mercado de trabalho da época – o laivo autoritário inerente à sua forma de apropriar-se da realidade e a seu *habitus*." MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ruralismo: Agricultura, poder e Estado na Primeira República*. 1990. Doutorado (Tese) – FFLCH, USP, São Paulo: 1990. p. 212-213. Para o conceito de *habitus* ver BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe In _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

[20] DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994. p. 17.

[21] Ver, por exemplo, José Luiz Lima*. Estado e energia no Brasil*: o setor elétrico no Brasil, das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962). São Paulo: USP/IPE, 1984 (dissertação de mestrado); José Luiz Lima. *Estado e setor elétrico no Brasil: do Código de Águas à crise dos anos 80 1934-1984***.** São Paulo: USP, 1989; Judith Tendler. *Electric power in Brazil: entrepreneurship in the public sector***.** Cambridge: Harvard University, 1968, entre outros trabahos.

[22] Além, é claro, do seu já conhecido envolvimento direto nas articulações que antecederam o golpe civil-militar, através da atuação da empresa de consultoria privada Consultec, criada em 1959 por Lucas Lopes e Roberto Campos. THIBAU, Mauro. *Mauro Thibau: a trajetória de um ministro*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1997. p. 161-165. Ver também DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

Viandantes culturais: índios coloniais nas vilas de El-Rei.

Maria Leônia Chaves de Resende*

O contato interétnico tem sido objeto de reflexões de diversas naturezas entre os etnohistoriadores. Uma delas – que me interessa de perto - é, sem dúvida, as discussões em torno dos traços distintivos e/ou a adscrição étnica que marcam um lugar identitário para as populações indígenas ao serem incorporadas à sociedade colonial. Dentro dessa perspectiva, o que procuro tratar nesta comunicação é a experiência vivida pelos índios coloniais[1] nas vilas e lugarejos das Minas Gerais no séc. XVIII e princípio do séc. XIX.

Populações indígenas, de diversas regiões e procedências étnicas, foram trazidos para o convívio na sociedade mineira. Vários registros de pedido de assistência para os índios capturados nos combates, levados a cabo pelas entradas e bandeiras, ou para aqueles que "voluntariamente" debandavam para as vilas estão dispersos pela documentação[2]. Além desses, não se pode descartar a presença dos índios, em função das fugas, raptos[3] ou deserções de aldeamentos[4]. Alguns, possivelmente índios puris, escaparam do Rio de Janeiro[5]; outros eram provenientes de aldeias jesuíticas do Ceará e Pernambuco[6], alguns da aldeia de São Miguel[7] ou São José, em São Paulo[8], sem contar com os croatos do Rio Pomba[9], ou diversos "carijós" da Vila de Taubaté[10]. Assim, centenas de indígenas passaram a viver nas vilas coloniais, travando um convívio que haveria de produzir dilemas culturais para as populações nativas. Afinal, os índios coloniais, transitando entre dois mundos, o do colonizador e o do nativo, já não se enquadravam em nenhum deles. Não faziam mais parte do seu mundo, muito menos do universo do branco; tornando-se, muitas vezes, mestiços nos valores, híbridos nos comportamentos, enfim, ocupando um entre-lugar, que já não era mais o lugar exclusivo do europeu e tampouco do indígena.

Essa situação, é importante lembrar, não era exclusiva das populações nativas. Ronald Vainfas, tratando do caráter pluriétnico colonial, chama a atenção de que a despeito do

processo de dominação portuguesa, isso não excluiu a “indianização” de colonos nem a adoção de elementos da cultura colonizadora por parte de índios, produzindo um “confronto-intercâmbio cultural”, sobretudo, entre os descendentes das uniões mistas entre o branco e o indígena[11].

De fato, houve colonos que, tocados pelo contato com as sociedades indígenas, fizeram uma jornada cultural ambígua. Um exemplo cristalino foi o capitão Manuel Pires Maciel quem experimentou junto com Borba Gato essa dupla identidade cultural nos primeiros anos da ocupação de Minas, ao passar a maior parte da sua vida em Tapiraçaba, a mais poderosa e adiantada aldeia ribeirinha do rio São Francisco, ocupada pelos caiapós que se fixaram naquelas plagas. Com eles, o capitão estabeleceu relações amistosas, tendo-lhe o cacique concedido a filha, Caterina, como esposa e com quem acabou tendo dois filhos, Roberto e Domingos[12] Este último foi batizado como Domingos Alves Ferreira Maciel e, na condição de mameluco, fez o caminho inverso ao do pai. Será justamente ele o representante régulo responsável pela deposição dos sediciosos no famoso motim no sertão, em 1736, que levou a prisão de colonos e também de outros índios envolvidos na insurreição[13].

Muitos outros colonos vivenciaram este pêndulo cultural, adotando uma duplicidade de códigos e comportamentos. Para o desconcerto do governo, vários registros denunciavam militares que não só viviam com as índias como também, assumindo uma conduta dúbia, abraçavam os seus costumes. José Ferreira de Almeida, soldado da companhia do entrante cap. Antônio Cardoso, foi denunciado por “assistir com os índios na aldeia [das Laranjeiras], fazendo as vezes de seu cacique” e, por essa razão, foi sugerida sua baixa – ao que se opôs tenazmente Paulo Mendes Campelo, diretor dos índios, por considerar oportuno que ele acompanhasse as bandeiras pelos matos – certamente por recorrer a ele como mediador cultural[14]. Poucos anos depois, o comportamento dos pedestres da Companhia dos Dragões, responsáveis pela “conquista” e pela segurança nos presídios, era considerado inaceitável aos olhos de D. Rodrigo de Meneses. Em 1782, queixava-se de pedestres que viviam “segundo os seus ritos [indígenas] e continuadamente estão na sua sinagoga”[15].

Caso instigante é do soldado Raimundo Ferreira de Souza, que juntou-se a uma tribo, nos arredores do Quartel do Teixeira. Tinha pouco mais de vinte anos. Condenado por ter cometido falta disciplinar, acabou por desertar, refugiando-se no meio dos botocudos. Ali, deixou as vestes, cortou os cabelos à moda dos índios e pintou-se, como eles, de urucum e jenipapo. Em pouco tempo, ganhou-lhes a confiança, falando-lhes com autoridade. Após a morte do cacique, foi logo reconhecido como seu sucessor. "Como um homem em tais condições poderia ser útil", o comandante Julião obteve da Junta Militar de Vila Rica o perdão para Raimundo. Tendo "voltado a ser português", embora vivendo entre os selvagens, renunciou sua maneira de viver: deixou de se meter pelas matas, retomou as vestes e deixou o cabelo crescer. Dirigidos por Raimundo, os botocudos construíram casas, habituaram-se a cultivar a terra, as mulheres a fiar e a maioria deixou de usar os botoques nas orelhas e lábios. Sabiam um pouco de português e muitos não queriam mais falar a língua materna[16]. Outro membro da tropa a cumprir essa função foi o sarg. Justiniano Rodrigues da Cunha. Coube a ele, por designação de Guido Marlière, o renomado "civilizador de índios", comandar interinamente a 5ª Divisão, no Suassuí Grande. As razões eram bem claras: foi considerado o único capaz por ter sido "criado entre os índios" e dominava, sem igual, o idioma do botocudo[17].

Essas passagens são bastante sugestivas – exemplos daqueles que, vivendo uma ambiguidade, passaram a exercer o papel de mediadores culturais entre os nativos e brancos, ora defendendo as populações indígenas ora atendendo aos interesses dos colonizadores[18]. Exerceram papel semelhante ao encarnado por boa parte dos mamelucos – que, como "homens de fronteira", de fato, transitavam entre as duas culturas, ora vivendo entre os nativos, ora se prestando a aprisioná-los para os colonos. Esse entre-lugar - fruto do hibridismo cultural - era resultado da fluidez da situação colonial, "fronteira incerta entre as culturas européia e ameríndia"[19]. Isso implica dizer, então, que a definição identitária no contexto de contato interétnico foi arquitetada historicamente a partir da experiência que cada um teve do trânsito entre os dois universos culturais distintos.

De procedência indígena, também não faltou quem vivesse a ambivalência de transitar nos dois mundos. Houve índios que pactuaram com os brancos – julgaram alguns[20]; outros, ao contrário, fizeram o caminho de volta à vida tribal. Trajetória curiosa foi a de Guido Pokrane[21]. Em 1824, Guido Marlière adotou um novo sistema de contactar as populações indígenas na região do rio Doce. Por meio de uma comitiva, enviada numa canoa guarnecida de víveres e ferramentas de todas as espécies, sob o comando do sarg. Antônio Pereira do Nascimento, procurava fazer contato pacífico com os botocudos, através de um indígena língua (intérprete)[22]. Em uma dessas entradas, um botocudo, filho do que capitaneava o grupo, aceitou o convite do sargento para ir ao quartel geral, onde foi recebido "com demonstrações de amizade e benevolência". Já contando com seus 24 ou 25 anos, foi batizado como Guido Pokrane, "em sinal de simpatia" e tomado sob a proteção de Thomas Guido Marlière. Pouco tempo depois, Marlière admitia que Pokrane tornara-se "seu braço direito de tudo quanto respeitava à aliciação dos indígenas". Pôs abaixo o botoque – "insígnia de sua antiga barbárie"- e tornou-se intérprete de Marlière que o despachava com freqüência para os matos a fim de "persuadir diversas tribos (...) para que deixassem a vida errante e miserável" e fossem compartir "os gozos da civilização". Tornou-se soldado da II Companhia de Montanhas do rio Doce, onde dirigia uma aldeia de índios, a do Manhuassu, no Cuieté. Ali, se estabeleceu, em umas terras, plantando mandioca e criando galinhas e porcos. Produzia alimentos para subsistência e construiu uma engenhoca para moer cana e fabricar rapaduras. Naquela mesma ocasião, apresentou-se pessoalmente ao rei a quem entregou o filho como afilhado. Apesar de ir as missas dominicais, sua conduta mostrava que pouca atenção dava à doutrinação. Até o final de seus dias, Pokrane foi polígamo, sem receber a face da Igreja nenhuma de suas mulheres. Morreu aos 44 anos, em 1843, de pleuriz, para uns, ou por envenenamento, para outros, em Antônio Dias Abaixo, onde estava para reclamar ao Ten. General Andréa o atraso de seus soldos por mais de três anos[23].

Vale ainda lembrar dos índios que tendo experimentado o mundo "civilizado", decidiram retornar as suas origens. Paulo Corohyba fez, de fato, o caminho de volta. Educado entre os colonos, na companhia de um vigário, transformou-se em catequista entre os seus, mas consta que acabou tomando o partido de índios para "roubar e matar".[24] Outros, contudo, foram impedidos, selando um destino trágico, como foi a história de Firmiano Durães, o botocudo que acompanhou Saint-Hilaire por tantos anos. Sua trajetória revela bem o quanto o trânsito entre as duas culturas, nem sempre implicou a possibilidade de uma escolha.

Quando em sua passagem por São Miguel, em Minas Gerais, Saint-Hilaire manifestou o desejo de levar um botocudo consigo ao capitão Joahima. Recusando-se a atendê-lo, Joahima expôs seus motivos: "os portugueses (...) levaram-nos quase todos os nossos filhos, prometeram-nos que eles voltariam, e, no entanto, não os vimos mais.[25] Parece que a justificativa não foi suficiente para demover Saint-Hilaire de seu intento. Pelo que relatou o capitão da 7ª Divisão, Saint-Hilaire esforçou-se, "por todos os meios imagináveis". Incumbiu, então, o soldado Raimundo Ferreira de Souza (aquele mesmo sobre o qual falamos), que "vivia no meio de uma tribo de índios". Foi justamente ele quem trouxera para Saint-Hilaire, um rapaz de 15 a 16 anos, filho do Capitão Branco. Seu nome Firmiano Durães. "Não se dissera a ele que deixaria sua pátria a fim de acompanhar-me para sempre", relatava Saint-Hilaire, confessando que Firmiano desconhecia seu verdadeiro propósito. Mencionara apenas uma "viagem de curta duração". Talvez, por isso mesmo, tentara fugir tantas vezes. Nas proximidades de Ouro Preto, uma nova tentativa de fuga causou o maior desgosto ao viajante francês que, numa auto-reflexão, ponderava: "eu recriminava a mim mesmo por ter causado a infelicidade desse rapaz, tirando-o de suas florestas". Tomando para si resolução de encontrá-lo, ofereceu recompensa pública e foi pessoalmente à casa do Barão Eschewege, onde vivia um Puri a quem julgou poderia ter acolhido. Finalmente, achou Firmiano, em casa de Francisco da Costa de onde seguiram juntos, a contragosto do indígena, para o Rio de Janeiro. A partir de então, Firmiano tornara-se o acompanhante de Saint-Hilaire em suas incursões em Minas e São

Paulo. A ele, o naturalista declarava “ter devotado consideração”. Anos depois, em 1824, Saint-Hilaire, decidido a embarcar para a França, resolveu por bem consultar a opinião de Firmiano. Contava que “em favor da liberdade dos índios”, perguntou a Firmiano se ele queria acompanhá-lo a Europa ou voltar à companhia dos seus, em São Miguel. Prontamente, manifestou seu desejo de voltar para a aldeia. Saint-Hilaire fez, então, as despesas para seu regresso a Minas Novas, em companhia de seu criado Antônio Laruotte. Na viagem, Firmiano caiu doente na casa do vigário de Contendas, o Sr. Antônio Nogueira Duarte, que se incumbiu pessoalmente de encaminhá-lo, dias depois, ao povoado de São Miguel.

Logo imaginamos seu retorno para aldeia, conforme as promessas do viajante. Mas o seu destino mostra bem o desfecho, infeliz e emblemático, daqueles índios que se “civilizaram”. Dois anos mais tarde, em ofício de 2 de janeiro de 1826, assinado por Guido Marlière, reencontramos Firmiano. Na carta, contava que Saint-Hilaire o havia recomendado que “não permitisse o retorno de Firmiano aos matos” e, por essa razão, o manteve no quartel. Firmiano, indignado com a promessa não-cumprida, passou a incitar os outros à rebelião: propôs o assassinato da guarda de Rubim, lançou-se sobre as reses, acusou os diretores de ladrões, causando o maior alvoroço no aldeamento. O desfecho da história deixa qualquer um atônito. Marlière – lamentando sua decisão - finalmente entregou Firmiano, a quem ele próprio reconhecia que “amava como um filho”, ao tenente-general para ser “incorporado às forças brasileiras” e ser “expatriado” em campanha na Cisplatina.[26]

Caso extraordinário foi também o de Pedro da Mota. Desta vez, um índio coroado dos sertões do Xopotó. Viera “dos matos” para Guarapiranga aos 8 ou 9 anos, onde viveu, durante muitos anos, na condição de administrado na casa do guarda-mor Manoel da Mota Andrade. Ali se instruiu nos “rudimentos da religião”, durante cinco anos. Então foi finalmente batizado, adulto, em 20 de julho de 1778, na capela de Santo Antônio do Calambau, filial da matriz de Guarapiranga. Dedicou-se ainda por mais dez anos aos estudos, sob os cuidados do licenciado Manoel Caetano de Souza, aplicando-se notoriamente em Gramática e Língua Latina. No ano

seguinte, entrou, no Juízo Eclesiástico de Mariana, com seu processo de *generis et moribus*, solicitando ser admitido no "grêmio da Igreja como sacerdote". Depois de ser "examinado de oral e latim", "mostrando a integridade de seus costumes", alcançou a "dispensa do neofitismo e da ilegitimidade *ex defectu natalium*, por ser descendente do gentio. O despacho inicial lhe foi favorável, tendo em conta que "dava evidentes provas de católico e de vocação para o estado sacerdotal", "achando-se firme nos pontos de nossa fé que abraçou com total desprezo e esquecimento dos ritos e superstições gentílicas da sua nação e que se comprova pela extensão do tempo em que vive entre os católicos". Além do mais contemplava as exigências patrimoniais, já que seu benfeitor, o guarda-mor Manoel da Mota Andrade lhe doara uma fazenda a título de se ordenar nas ordens sacras. Naquele mesmo ano, era "canonicamente ordenado presbítero do hábito de São Pedro" e, no ano seguinte, enviado para a conversão dos índios no aldeamento dos Coroados e Puris de São Manoel do Pomba[27]. Por indicação do Pe. Manuel Jesus Maria, oficiou na aldeia de São Miguel, a partir de 1782, obtendo, para isso, o serviço de mestre-escola com o ordenado de 140$000 anuais, por conta do Subsídio Literário. Sua recomendação se justificava por ser "este índio de nação Croata e poderá ser muito útil para por meio dela mais facilmente se reduzirem todos os índios de sua nação". Caberia a ele ensinar "os meninos a doutrina cristã, ler, escrever e contar na forma que se pratica em todas as escolas das nações civilizadas", e as meninas, também "fiar, fazer renda, costura e todos os mais ministérios próprios daquele sexo".[28]

Anos depois, em visita ao mesmo aldeamento, Freyress contava seu destino. Depois de devidamente educado, "com o intuito de dar aos índios um padre de sua raça", Pedro Mota foi nomeado mestre dos índios coroados para "converter seus patrícios". Durante muitos anos, cumpriu seu dever, mas "repentinamente acordou-se nele a vontade de mudar (...) despediu-se a sotaina, deixou o hábito de Cristo, e fugiu à procura dos seus patrícios nus, entre os quais começou a viver com eles e não se arrependeu da mudança". Para o viajante "era a prova maior do quanto é forte a saudade do lar do modo de vida livre e bruto das matas"[29].

No entanto, em 1786, reencontramos Pedro Mota, então novamente investido de sua condição de sacerdote. Adoentado, redigia seu testamento, na fazenda do guarda-mor Manoel da Mota de Andrade que o acolhera uma vez mais. Declarava seus parcos bens: um moleque, um cavalo e seu maior patrimônio, o sítio no Ribeirão de Nossa Senhora da Conceição, legado ao seu testamenteiro, Manoel da Mota Andrade, "posto este me fazer muitos gastos para me pôr no estado sacerdotal". Ao irmão, Capitão Leandro, seu universal herdeiro, deixava a sua "roupa" e se houvesse mais alguma coisa que lhe "mandassem dizer cem missas". Seu corpo foi sepultado, de acordo com seu pedido, na capela ou Matriz mais próxima ao seu falecimento, acompanhado de cinco padres, que disseram missa de corpo presente para sua alma, aos quais deixou, por esmola, uma oitava de ouro. Reconhecendo-se como "católico", admitia, moribundo, "o peso de ter ofendido a Deus", comprometendo-se "em nunca mais ofender para alcançar o perdão".[30]

Todos esses extratos biográficos revelam os dilemas que o contato interétnico produziu na sociedade colonial. Foram resultado da reformulação de identidades que se colocaram como respostas às situações de contato. Segundo Gruzinski, poderíamos interpretar essa dubiedade cultural como um "signo da ambigüidade e ambivalência" de homens divididos entre opções antagônicas, oscilando entre culturas, que, para o autor, assume apenas a "aparência de incoerência".[31] De fato, essa situação – ambivalente, contraditória e híbrida – implode visões binárias e dicotômicas entre primitivo e civilizado, apontando para a maleabilidade que a experiência de contato impôs para aqueles homens – sejam índios ou brancos – na sociedade colonial.

Ao final de nosso percurso, somos levados a pensar que se a prática de "civilizar" reverberou em tragédia pessoal para muitos índios, era também o lugar para aqueles que, mesmo destribalizados, reafirmaram sua "indianidade" – acionada quando assim foi imperativo. Mas, talvez, o mais perverso é que, apesar disso, os índios que transitaram no mundo "civilizado", quando foram lembrados, o foram pelo discurso colonial, que vigoroso, enraizou-se

como memória – seja interpretando essas histórias como sintoma de "aculturação" – como o Pe. Pedro Mota que encarnou a metonímia da mansidão ao adotar os valores católicos – ou seja, pela "selvageria" indígena – como Firmiano Durães - que se converteu em epíteto de barbárie ao organizar uma rebelião. Mansidão e selvageria que os historiadores, muitas vezes, se incumbiram de perpetuar... deixando de reconhecer o dilema cultural daqueles índios coloniais.

Notas:

[*] Doutora em História Social da Cultura (UNICAMP). Professora de História (DECIS/Universidade Federal de São João del-Rei). (leonia@ufsj.edu.br). Esta comunicação é resultado de pesquisa desenvolvida com o auxílio da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

[1] Entendemos "índios coloniais" como os índios e/ou seus descendentes, destribalizados por diversas razões, de várias origens étnicas e/ou geográficas, trazidos ou nascidos na sociedade colonial, que foram incorporados à vida sócio-cultural da Minas setecentista. Apesar da adscrição nitidamente indígena – porque assim se identificavam e eram também reconhecidos como tal pelos outros - experimentaram um contato intenso com os colonos e foram integrados à sociedade colonial, muitas vezes na condição de mestiços.

[2] Ver, por exemplo, em 1766, diversos coroados que vão parar nas vilas. APM (Arquivo Público Mineiro), SC (Seção Colonial) 152, fot.287, 288; APM, SC152, fot. 357. Em 1767, outro tanto de coroados, APM, SC152, fot. 448, 449. Neste códice há diversos registros de solicitação de assistência para índios de diversas procedências. APM, SC152, fot. 321, 357, 372, 372, 389, 396, 416, 432, 442, 448-450, 473; APM, SC118, fot. 751; APM, SC170, rolo 23, fot. 1849; APM, SC 188, rolo 26, fot. 1492-1494; 1510.

[3] Nos primeiros anos, o trabalho indígena foi utilizado nas minas, e levou a muitos "raptarem" índios aldeados, como consta da queixa feita, em Mariana. APM, SC9, fot. 53.

[4] M. T. C. da R. Ferreira. *Os aldeamentos indígenas no fim do período colonial*. São Paulo: Departamento de História/USP, 1990 (dissertação de mestrado), p. 52.

[5] Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*: *Novos súditos cristãos do Império Português*. Campinas: UNICAMP, 2001 (Tese de doutorado), p. 140. Realmente, identificamos três processos em que os "índios", ao fazerem sua justificativa de solteiros, dizem que vieram das aldeias de Cabo Frio no Rio de Janeiro. ACM (Arquivo da Cúria de Mariana), PM (Processo Matrimonial), João Rabelo da Rocha Bessa e Rita Maria de Bessa, Armário 4, Pasta 406, n .4057, (1738). Damaso Ribeiro de Siqueira e Florência de Queiroz, Antônio Pereira, Armário 2, Pasta 168, n.1679, (1745). Raimundo Madeira e Jacinta, Monsenhor Horta, Armário 7, Pasta 751, n. 7501, (1754).

[6] ACM, PM, n. 1989, (1735); ACM, PM, n. 2904, (1743).

[7] ACM, PM, n. 4042, (1750).

[8] Diversos registros de batismo, em Campanha, apresentam índios da Aldeia de São José, como José Antunes (1749), Geraldo Dias (1754), e Lucas Dias (1758) e José Domingues (1775) proveniente de São João de Atibaia. BD (Banco de dados de Campanha da Princesa: guia de fontes para a história do Sul de Minas, coordenado pelos prof. Marcos Ferreira de Andrade e profa. Maria Tereza Pereira Cardoso). Livro de Batismo de Campanha (1748-1762).

[9] ACM, PM, n.2808, (1791).

[10] Ana Cardoso e Pedro Dias ou Clara Aguiar e José de Oliveira parecem como "carijós da Vila de Taubaté", em Campanha, em 1761, batizando seu filho em São Gonçalo. BD, Livro de Batismo de Campanha (1748-1762).

[11] Ronaldo Vainfas, Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista, In: Laura de Mello e Souza (Org.) *História da vida privada:* cotidiano e vida privada na América Portuguesa*.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 231.

[12] *RAPM (Revist*a do Arquivo Público Mineiro), v. 11, 1908, p. 382.

[13] Tratando das "quimeras do sertão", como ficaram conhecidas as insurreições fiscais contra os impostos da capitação, na região do norte de Minas Gerais, Luciano Figueiredo assinala a insatisfação dos colonos insurretos que, enfrentando as forças legalistas, congregaram esforços de "negros, mulatos, brancos, carijós e índios". Luciano Raposo Figueiredo. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. *LPH/Revista de História*, n. 5, 1995. p. 78. Ver também, Diogo P. de Vasconcelos. *História Média de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 114. Maria Leônia Chaves de Resende. *Gentios Brasílicos...*, p. 294-295.

[14] BN (Biblioteca Nacional), SM (Seção de Manuscritos), Cód. 18,2,6. Carta de Paulo Campelo ao governador Conde Valadares, 23 de abril de 1770, p. 1053 –1054; 1059.
[15] APM (Arquivo Público Mineiro), SG (Secretaria Geral) 03, cx. 12, doc. 58.
[16] Auguste Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, p. 280.
[17] *RAPM*, 1905, p. 206.
[18] Ronald Raminelli. Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização. *Revista de História*. São Paulo, 93/agost.-dez.94, p. 129-131.
[19] Ronaldo Vainfas. *A heresia dos índios. Colonialismo e rebeldia no Brasil Colonial*. Cia. Das Letras, 1995, p. 146.
[20] É o que pensa José Feliciano França. *RAPM*, 1905, p. 6-8. Alguns chegaram a exercer cargos de certo relevo. O Visconde de Barbacena teve por ordenanças os índios Antônio de Arruda e João Dias. O primeiro deles foi comissionado no posto de tenente e nomeado comandante da 6ª divisão, com direito de efetivação no Regimento de Cavalaria da Tropa da Capitania. Sinval Santiago. *História do Município de Rio Pomba. Síntese Histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 63-64.
[21] *RAPM (Revista do Arquivo Público Mineiro)*, 1905, p. 4-12.
[22] A prática de educar crianças para serem os intérpretes tornará uma tônica na política de Marlière. Em 1825, enviou à corte do Rio de Janeiro, cinco índios jovens "para ali serem educados" sob os cuidados do Rei. Recomendava que não deveriam se separar para que não se esquecessem da língua materna enquanto aprendiam a "brasileira", "a fim de não se perder de vista o objeto principal qual é sua volta entre os seus para espalharem neles a doutrina". *RAPM*, 1905, p.28.
[23] *RAPM*, 1905, p. 6-8.
[24] *RAPM*, 1905, p. 8-9.
[25] Sigo aqui os relatos de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais...,* p. 256 e seguintes.
[26] *RAPM*, 1905, p. 121.
[27] ACM (Arquivo da Cúria de Mariana), Processo de "Genere Vitae et Moribus" de Pedro de Mota. Armário 10, pasta 1736, (1779).
[28] PR (Projeto Resgate), AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), 9160, cx. 118, doc. 95.
[29] George W. Freyress. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil; nova sér.; v. 57), p. 98.
[30] ACP (Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto), Testamento do Pe. Pedro Mota. Códice 96, auto 1238, cartório do 2º ofício, Itatiaia,(1786), fls.3, 3v e 4v.
[31] Serge Gruzinski, *O pensamento mestiço.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 28, 87.

Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases

Maria Leônia Chaves de Resende*

I –

Os trabalhos sobre as "Minas dos Cataguases", prenúncio de uma história batizada sob os auspícios de populações indígenas, pouco contribuíram para o conhecimento do processo a que esses povos foram submetidos durante o século XVIII. Mesmo que a presença indígena tenha sido, reiteradas vezes, tema das discussões administrativas e eclesiásticas, para a historiografia mineira, eles são completos desconhecidos[1]. Nosso objetivo, nesta comunicação, é demonstrar que a história de Minas esteve intimamente ligada à questão indígena. Um indicador indiscutível foi a política indigenista promovida pelos governadores da capitania, cuja maior expressão foram as entradas e bandeiras que devassaram todo o interior, anexando os territórios originalmente ocupados por vários grupos indígenas. Muito diferente do que se fez crer, essas expedições não se extinguiram logo nos primeiros anos do séc. XVIII, mas perseveraram por todo o período colonial, culminando no desfecho da guerra contra os botocudos em 1808. Durante todo o Setecentos, as entradas nos sertões, chamadas por sinonímia de "áreas proibidas", foram o zênite dos homens de Minas Gerais – e a desventura dos povos indígenas.

II -

Mesmo que a montagem das bandeiras estivesse quase sempre associada à prospecção e exploração de metais preciosos e, por extensão, às benesses de cargos e funções, não se pode subestimar que a conquista de terras (e, no seu encalço, a prática de escravização indígena) fosse uma das alavancas que despertou o ânimo dos colonos para se aventurarem nos sertões de Minas Gerais. Assim, por todo o período colonial, as entradas foram movidas por um tripé: a terra (que era concedida em sesmaria[2] àquele que participasse das expedições), a exploração das datas minerais, com veios auríferos e pedras preciosas (que estimulava os mais ávidos pela riqueza imediata) e a preagem dos índios (mesmo que residual se prestava como mão-de-obra para a lavra mineral ou agrícola e, ainda, como escravos domésticos, vivendo sob a administração dos colonos).

O interesse dos colonos pela terra não era gratuito por motivos um tanto óbvios. Vários estudos têm demonstrado o quanto os negócios com a terra foram lucrativos ao lado da extração mineral e da exploração do trabalho escravo no Brasil colonial[3]. Seguramente, em Minas, o acesso às possessões territoriais foi a força propulsora da riqueza de vários bandeirantes. Os inventários de administradores de índios e entrantes nos sertões de Minas – atribuições que, a mais das vezes, se confundiram – dão indicações seguras do quanto o valor de seus bens esteve atrelado ao patrimônio fundiário. A maioria deles constituiu tal

riqueza pela anexação de territórios originalmente indígenas, sendo sua aquisição garantida por meio da concessão de sesmarias[4].

Eram os próprios colonos que admitiam isso, se incumbindo de recorrer a muitas artimanhas para burlar as restrições legais que proibiam a demarcação em áreas indígenas. Alegavam a dificuldade de comprovar em que medida as terras eram, de fato, ocupadas já que, grosso modo, os índios eram identificados como "gentio de corso", ou seja, andavam errantes por todas as partes. Mesmo quando era possível definir com precisão a área de ocupação, muitas vezes, o colono omitia tal informação e, depois de garantida a concessão da gleba, justificava a repressão aos índios por serem "invasores" de suas terras – invertendo, obviamente, as razões do confronto. Não era incomum, por isso, que o colono somente requeresse a carta de sesmaria anos depois de efetivada a "conquista", quando então alegava não haver prejuízo aos índios – naturalmente depois de proceder a sua "desinfestação".

As autoridades, por sua parte, quando e se notificadas, nem sempre agiam em conformidade com a lei, ao relevarem o direito dos índios sobre suas terras. Era o próprio governador quem admitia fazer as concessões de sesmaria, sem respeitar o disposto na lei, já que o objetivo principal era povoar com brevidade as "conquistas". A serem respeitadas as exigências, comentava, "seriam necessário anos para se proceder a informações, justificações, respostas de ministros e mil embaraços que eternizarão a conclusão de qualquer negócio"[5]. Esse espírito foi decisivo para promover o processo de "conquista", favorecendo a concessão de 7.991 cartas de sesmaria entre 1701 e 1836[6].

Ao longo de todo o período colonial, assistimos vários colonos admitirem ter se apossado de terras indígenas. Em 1723, por exemplo, D. Izabel Maria Guedes de Brito, solicitava a ratificação da provisão que lhe assegurara uma sesmaria. Tais terras, nas vertentes do rio das Velhas, explicava, foram "descobertas, povoadas e conquistadas ao gentio à custa da fazenda do seu pai" e, por isso, durante "muitos anos as defendeu"[7]. Manoel Alvares da Cruz, morador no Brumado, pleiteava, em 1746, uma sesmaria que cultivava "no sertão que medeia com o gentio indômito", por ter sido seu "conquistador"[8]. No final do século, outros ainda usavam o mesmo pretexto como foi o caso de Miguel Antônio Vieira e Bernadino José da Silva, moradores na freguesia de Guarapiranga. Argumentavam que seus pais "conquistaram a dita paragem então habitada pelos índios" e nela "puseram posse"[9]. De fato essa prática foi recorrente e atravessou todo o Setecentos.

Caso exemplar de apropriação indiscriminada de terras indígenas foi a atuação de Inácio Correia Pamplona. Afora sua participação na Inconfidência Mineira e sua má fama, legada à posteridade, por ter sido um dos três delatores do movimento, pouco se atentou para suas atividades como sertanista[10]. Foram seus serviços prestados como entrante – e até mesmo uma viagem simulada à serra da Canastra, acobertada pelo Visconde de

Barbacena, a principal razão alegada, para escapar à condenação, depois de ter sido denunciado em abril de 1789[11]. Além dessa benesse que lhe poupou a incriminação, as entradas[12] lhe auferiram o maior número de títulos de sesmarias da capitania, tornando-se o maior latifundiário do oeste de Minas, região designada à época como Campo Grande, Sertão de Bambuí ou Picada de Goiás. Suas possessões foram as maiores até então conhecidas, como demonstra a análise de seu inventário[13]. Nele, arrolou oito sesmarias, na região do Rio São Francisco (São Simão, Santo Estevão, Desempenhado, Perdizes, Tapada (?), São Julião, Arco e Lagoa dos Servos), parte, inclusive, registrada em nome de seus filhos, contrariando, como se sabe, o que ditava a lei. Seu patrimônio totalizou dezenove léguas, o que corresponde a 104.000 hectares aproximadamente - tal montante representa uma área maior do que uma boa centena de municípios mineiros atuais[14]. Isso sem levar em conta as sesmarias concedidas aos vinte e dois entrantes que acompanharam Pamplona e que, pelos bons "serviços prestados", abocanharam 39.200 hectares, ou 8.100 alqueires mineiros[15]. Ou seja, uma verdadeira anexação de terras indígenas que as expedições, sob seu comando, se incumbiram de arrasar, em um combate renhido contra os caiapós no Triângulo Mineiro. Segundo Waldemar Barbosa, foi "a mais prolongada luta travada contra indígenas em toda a América"[16].

É bem verdade que a concessão de sesmaria nem sempre garantiu sossego para os colonos. Moradores em Passagem de Mariana reclamavam a respeito das "terras tiradas" de onde "não se querem desalojar os índios Pataxós"[17]. Em 1750, Antônio Gonçalves Pedroso, morador na freguesia do Guarapiranga, foi obrigado a mudar-se de seu sítio, "deixando-o deserto por estar na paragem donde costuma sair o gentio tendo feito várias mortes em assaltos"[18]. Dois anos mais tarde, a Câmara municipal de Sabará encaminhava correspondência ao rei pedindo providências sobre os ataques do "gentio bravo" que "destruía e matava povoadores"[19]. No ano seguinte, a câmara decidia "combater os insultos"[20]. Encabeçando a tropa, o cel. Damasceno do Reis relatava que, por causa dos "gentio bárbaro botocudo", muitos moradores tinham abandonado suas fazendas "em público prejuízo do Real Erário"[21]. Da região do termo de Sabará, computavam-se 50 fazendas deixadas a sua própria sorte[22]. Por causa dos ataques, a população tinha "desertado de suas moradas e sesmarias"[23]. Em 1787, outras investidas na região de Barra Longa, provocava a fuga dos moradores. Vinte e cinco fazendeiros renunciaram as suas terras com o temor dos botocudos e puris.[24] Fica patente, portanto, que mais que um ataque frontal, os índios estavam de fato respondendo à ocupação de suas terras. Não era qualquer coincidência que, a partir da segunda metade do século XVIII, quando a penetração no interior se intensificou e as terras indígenas passaram a ser anexadas pelas frentes de expansão colonial, os confrontos tenham aumentado significativamente. Harold Langfur apontou, entre 1765-1808, oitenta e cinco ataques envolvendo índios no sertão de Minas

Gerais[25]. De fato, há inúmeros registros desses confrontos que acabaram concorrendo para a definição de uma nova geografia para Minas Gerais[26].

III -

Ao longo do período colonial as entradas devassaram Minas Gerais. No entanto, a partir da década de 60, em função da crise que se abateu sobre Minas, a alternativa dos governadores foi avançar para os sertões, referida nos mapas da época como "terras incógnitas ou proibidas" [27]. Desde então, as entradas aumentaram significativamente, passando a ser cada vez mais uma atribuição direta do governo que, cioso de tal papel, passou a delegar aos seus agentes a incumbência de penetrar o interior[28]. Com esse espírito, Silva Lobo alavancou a formação de outras tantas expedições para proceder à conquista dos sertões e do gentio.

Quadro I - Entradas – (1710-1808)[29]

Ano	**Número de Entradas**
1710-1720	4
1720-1730	4
1730-1740	7
1740-1750	2
1750-1760	3
1760-1770	26
1770-1780	20
1780-1790	17
1790-1800	4
1800-1808	6
Total	93

Fontes: Maria Leônia Chaves de Resende. *Gentios Brasílicos*: índios coloniais na Minas Gerais Setecentista. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003 (Tese de doutorado). Hal Langfur. *The Forbidden Lands: Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830.* Austin, Faculty of the Graduate School, University of Texas, 1999. (Tese de doutorado).

Coincidência ou não, os anos 60 foram o período em que mais se concedeu sesmarias: entre 1764 e 1768, o governador Luís Diogo Lobo da Silva outorgou 362, que correspondeu a uma média anual de 90,5; José Luís de Meneses, seu sucessor, entre 1768 e 1773, conferiu outras 443, perfazendo uma média de 88,6 a cada ano[30]. Afinal, a chave para salvar a capitania de seu declínio foi, na época, focalizar as terras ainda sob controle dos índios.

Nem os aldeamentos escaparam... Por determinação da Coroa, restrições à ocupação de áreas pertencentes aos aldeamentos foram estabelecidas. Apesar disso, poucas vezes o respeito às terras indígenas foi observado, já que o assentamento de colonos e fazendeiros foi prática rotineira[31]. Assim, apenas do ponto de vista estritamente formal, reconheciam-se os direitos dos índios. E, mesmo quando se acatava a pena da lei, quase sempre, os limites disponibilizados eram insuficientes para a manutenção do

aldeamento. Para agravar a situação, não faltaram medidas administrativas em que se tomou por terra devoluta todo o entorno do aldeamento, excluindo, portanto, a área de caça e de coleta de plantas. Ao agir dessa forma, circunscreviam a possibilidade real de sobrevivência dos indígenas.

Uma região afetada foi certamente a Zona da Mata[32]. Em 1767, o governador fundou ali um grande aldeamento de índios Cropós, Coroados e Puris[33]. Em 1770, o Conde de Valadares dava ordem expressa para que não se demarcasse sesmarias na região[34]. À revelia de seu intento, em 1783, temos notícias de que já se achavam ocupados os vales dos Rios Pomba - até a foz do Rio Formoso - e também o rio Turvo. Esse movimento migratório criou muitos problemas. O capitão José Leme, dando contas ao Conde de Valadares, em 1770, relatava que "ajuntou os índios Coropós para defender suas terras"[35]. Anos depois, ainda encontramos os mesmos índios reclamando ao rei a paz e o sossego perdidos. Lamentavam ainda que "desterrados, ficaram sem as ditas terras que delas necessitam para plantarem, caçarem e pescarem"[36].

Era o Pe. Manoel Jesus Maria, pároco dos índios, quem, afinal, explicava os motivos ao governador. Dava a conhecer a riqueza da região, com matos abundantes em óleos e madeiras de construção, entremeado com a extração nativa de salsa e outros produtos medicinais como a poaia, as culturas de tabaco, algodão, café, víveres, copiosos veios auríferos e jazidas de pedras preciosas. Além disso, fabricavam cachaça, gênero "pernicioso e proibido entre os índios", usando a aguardente como "isca" para "os levar para todo o sertão na extração da poaia"[37]. A produção açucareira, os alambiques de cachaça e a extração da poaia levaram à constituição de muitas fazendas na região, muitas das quais transformaram-se em verdadeiros latifúndios em que a mão-de-obra indígena foi utilizada.[38] Tudo isso contra o que dispunha o Diretório no seu parágrafo 41[39]. Ademais, o rio Pomba tinha o potencial para escoar a produção comercial, unindo-se ao rio Paraíba do Sul que desaguava no mar. Tentando conter o avanço dos colonos, que loteavam as terras na região, Pe. Manoel lembrava ao governador que, além da proibição do Diretório, em seus artigos 19 e 81, estava suspensa a lei de sesmaria pelo decreto de 10 de dezembro de 1796. Aos seus olhos, a concessão de "não poucas sesmarias", contrariava o disposto no decreto. Para tanto, rogava pela preservação das terras "para sustentação" dos índios[40]. Seus clamores não foram ouvidos. Na contramão de seu apelo, muitos colonos fizeram ouvidos moucos, avançando em tropel sobre as possessões dos aldeamentos.

Para burlar os entraves legais, os colonos recorreram ao expediente de comprar terras destinadas aos aldeamentos, apesar das disposições legais em contrário que proibiam negociações dessa natureza. Em 1784, João de Souza Passos, morador em Ponte Nova, interpôs um recurso no senado da Câmara de Mariana, defendendo-se da acusação de ter comprado terras dos índios, na paragem de Santa Cruz, freguesia de Furquim. Após

três anos, a pendenga ainda se arrastava por que além de comprar as terras "simuladamente aos pataxós" – o que por si só era ilegítimo - ainda "enganou os índios no preço"[41]

Na região do Rio Pomba, a situação não era diferente. O capitão Silvestre Antônio Vieira, diretor dos índios cropós e coroados, denunciava diversos confrontos, por causa de "enganos e negócios ilícitos", "pela falta de observação do cumprimento das ordens régias que têm dado aos mesmos índios motivo de grandes desordens e mortes, causadas pelos portugueses que à força se introduziram nas aldeias e terras dos índios, a título de compra contra a disposição do Diretório Real"[42]. A verdade é que nem aqueles defensores da terra indígena deixaram de assegurar seu quinhão. O mais renomado deles, o Pe. Manuel de Jesus Maria, foi acusado de haver "vendido terras" – leia-se, claramente, terras do aldeamento. Tentando se justificar, o Pe. Manuel alegava que "as terras que separou não fazia falta aos índios" e que as tinha vendido para "satisfazer as grandes despesas feitas com os mesmos índios" na conquista. E além disso, era seu "merecimento" após "trinta anos de serviço": por ter "feito grande conquista amansando os índios, conservando-os em uma continuada paz para a utilidade dos interesses da S.A.R. e dos vassalos"[43]. Aos seus olhos, tais acusações vinham de "invejosos que só aspiram a desmembrar a freguesia, dividir os índios e usurpar as suas melhores terras"[44].

A apropriação das terras indígenas, por ocupação ou compra, especialmente os destinados aos aldeamentos, não calou seus legítimos donos. Nem com toda a opressão, os índios se intimidaram e deixaram de sustentar uma verdadeira resistência, seja pelos freqüentes assaltos que aterrorizavam os colonos, seja pela quizila judicial. Como bem colocou Regina Celestino, na condição de súditos do rei, os índios aldeados souberam se aproveitar da situação e recorrer à justiça colonial para defender seus direitos sobre a terra[45]. Na Minas Gerais setecentista, essa lógica também prevaleceu em várias ações que os índios aldeados perpetraram para tentar garantir suas possessões.

Ainda que os registros de escrituras evidenciem a transferência das terras indígenas para as mãos de colonos, sob diversas formas e meios, muitos não se deixaram abater e lutaram pela posse legítima de sua terra. Em uma representação à Câmara, Francisco Rodrigues, índio croato, e morador no Presídio de São João Batista, acionou a justiça. Contava que "sempre viveu com sua mulher e numerosa família em um córrego e mato com suas vertentes manso e pacificamente sem ofender pessoa alguma". Mesmo assim, foi obrigado a impetrar uma ação contra colonos posseiros. Antônio Gomes dos Santos e outros "introduziram-se nas suas terras" e queriam lhe "tomar as ditas chegando a venderem-se algumas". Para intimidá-lo e expulsá-lo com toda a família, armou-se o tal Antônio e mandou "arrancar a roça de milho", dando-lhe "muitas pancadas" e quebrando-lhe

o [braço?]. Tudo com a cumplicidade do Diretor dos índios, José Ferreira da Silva, que confessou ter recebido de seu comparsa trinta mil pelas ditas terras[46].

Este índio croato não foi o único a buscar a justiça colonial para assegurar a propriedade de suas terras. Em outra passagem, índios cropós e croatos "queixosos" rumaram em direção à Vila Rica para fazerem uma representação ao governador. O motivo era a concessão de sesmarias aos colonos em "terras e aldeamento" legadas aos índios pelo Conde de Valadares"[47]. Tentavam se precaver daqueles que, agindo de má fé, faziam negociatas com suas terras. Ousaram ainda mais quando requereram, em 1785, o direito de "fazer vilas nas povoações de índios para nelas serem eles próprios juízes, vereadores e principais de suas terras", ancorados no que previa o Diretório Régio. Como alegava o capitão Luís Brandão de Meneses Castelo Branco, índio croato, tais cargos deveriam ser ocupados por pessoas de "qualidade índica" e desta forma, "poderão conservar sua terra em paz"[48]. Anos depois, em 1789, ainda encontramos os mesmos índios rogando uma vez mais para que não se concedesse sesmaria naquelas paragens sem que se ouvisse "os capitães índios, seus diretores e o pároco para deste modo não serem prejudicados"[49]. Assim, a despeito da incapacidade imputada aos índios, eles recorreram à justiça colonial, tentando gerenciar o rumo de suas vidas.

IV –

Procurei demonstrar que as diversas entradas que romperam os dilatados e inóspitos sertões fizeram senão assegurar a expulsão - "desinfestação" nos termos da época - das populações indígenas, favorecendo a usurpação de seus territórios. Apesar desse processo de expropriação, os índios procuraram resistir, seja pelos ataques e destruição das fazendas e plantações assentadas em suas possessões, seja, após a implantação dos aldeamentos, pelas ações levadas a cabo na justiça colonial, numa tentativa derradeira de garantir a posse de suas terras. Apesar de tanto empenho, não tiveram sucesso, em função das condições inexoráveis de ocupação territorial levada a cabo pela política dos governadores. Os poucos lotes que restaram aos índios ficaram comprimidos entre as terras dos colonos que, como vimos, recorreram a todos os expedientes para pressionar seus legítimos donos. Isso explica a atitude do índio Rafael, em 1829, ao vender as terras, na barra do ribeirão Ubá porque se achavam "entremeio de terras de portugueses e que, por esta razão, não podia viver mais naquela vizinhança[50]. Enxotados de suas terras, muitos desses deserdados rumaram para as vilas e arraiais... Mas, essa já é outra história... Ao final, na Minas que é muitas – tantas ainda por se revelar - não se pode deixar de reconhecer que pouco dela compreenderemos sem levar em conta as "Minas dos Cataguases".

Notas:

[*] Doutora em História Social da Cultura (UNICAMP). Professora de História (DECIS/Universidade Federal de São João del-Rei). (leonia@ufsj.edu.br). Esta comunicação é resultado de pesquisa desenvolvida com o auxílio da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

[1] Ver o artigo de Crisoston Terto Vilas Bôas. A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e bibliografia. *Revista de História*. Ouro Preto, LPH. n. 5, 1995. p. 42-55.

[2] Cabia meia légua de quadra de terra ao que pleiteasse a terra. A légua de sesmaria equivalia a 6,6 quilômetros, e a légua em quadra, portanto, a 43,56 quilômetros quadrados ou 4.356 hectares. Sobre a legislação que vigorou nas concessões de sesmarias, ver Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 231-25. Ver também, APM , SC 224, fot. 2068-20741.

[3] Fragoso demonstrou que a economia colonial, marcada pela pouca liquidez, estava assentada nos pilares: trabalho, terra e crédito. João Luís Fragoso. À espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro (XVII) . *Cadernos n.1*, Rio de Janeiro, LIPHIS /UFRJ, 1995, p.53-62.

[4] Ver em Maria Leônia Chaves de Resende. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas: FAFICH/UNICAMP, 2003 (Tese de doutorado), p. 98-103, em que localizamos inventários e testamentos de entrantes e administradores para compor o universo social e econômico.

[5] APM (Arquivo Público Mineiro), SC224, fot. 2068-2069.

[6] Leonardo Pires de Moraes. *O índio na história de Minas Gerais. O século XVIII.* Belo Horizonte: UFMG, 1992 (Relatório Final de Iniciação Científica), p. 40. Waldemar Barbosa contabilizou, de 1710-1822, o total de 6.364 sesmarias. Waldemar Barbosa, *História de Minas...*, p. 244. No índice geral das RAPM (Revista do Arquivo Público Mineiro) [1896-1913], há uma listagem nominal das sesmarias concedidas de 1710 a 1835.

[7] APM, SC23, rolo 5, fol. 20, 20V.

[8] APM, SC10, fot. 790.

[9] APM, CC547, planilha 21585.

[10] Com raras exceções. Ver, por exemplo, Waldemar Barbosa, *História de Minas...,* p. 206, 207. Laura de Melo e Souza. "Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas. Minas Gerais, 1769". *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 111-137

[11] Laura de Mello e Souza, *Norma e conflito...*, p. 117.

[12] Na condição de mestre de campo, chefiou várias expedições, de 1764 a 1766, aos sertões; além de suas outras seis entradas, às suas expensas dos anos de 1766 a 1790. Francisco Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes...,* p. 281. De acordo com Waldemar Barbosa, Pamplona teria feito seis entradas, iniciando em 1765, 1769 e as outras em 1781. Waldemar Barbosa, *História de Minas...,* p. 206, 207.

[13] AMRSJDR (Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei) , cx. 100, 1821.

[14] Seguimos a indicação de 6,6 km por légua de sesmaria indicada por Waldemar Barbosa que faz os mesmos cálculos para a região do Alto São Francisco. Waldemar de Almeida Barbosa, *História de Minas...,* p. 44.

[15] Além de Pamplona e em nome de seus filhos, solicitaram sesmarias os entrantes Antônio Afonso Lamonier, Inácio Bernardes de Souza, José Antônio Bastos. APM, SC156, fot. 237-239; 248-277. Da bandeira de 1765, temos notícias da concessão de mais 15 sesmarias, mais outras tantas que concedeu ele próprio por autorização do Conde de Valadares. Waldemar Barbosa, *História de Minas...*, p. 206, 207. Ver sobre suas sesmarias, APM, SC156, fot. 248-251.

[16] Waldemar Barbosa, *História de Minas...*, p. 128.

[17] APM, SC60, fot. 2025.

[18] ACS (Arquivo da Casa Setecentista) , cx. 10, auto 375, 1º ofício (1750).

[19] APM, SC105, fot. 625.

[20] APM, SC105, fot. 650.

[21] APM, SG10, cx. 35, doc. 5.

[22] APM, SC260, fot. 730-734.

[23] APM, CC546, planilha 21486.

[24] APM, SG5, cx. 17, doc. 13.

[25] Harold Langfur. Sources of conflict: The evidence of indian resistance in Eastern Minas Gerais, 1760-1808, In: . *LASA*, Washington, 2001, p. 11.

[26] Há inúmeras referências aos assaltos indígenas na documentação. Ver, entre outros exemplos, APM, CC527, planilha 20233; APM, CC521, planilha 30691; APM, SC97, fot. 47-48; APM, CC546, planilha 21486; 21531.

[27] Hal Langfur. *The Forbidden Lands: Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830.* Austin: ILAS/University of Texas, 1999 (Tese de doutorado), p.72.

[28] Hal Langfur. *The Forbidden Lands*..., p.19-20; 72-119.

[29] Esses números são números relativos, pois não consideramos aqui as entradas não-oficiais do início do século. Não consideramos também as entradas de 1808, durante a Guerra contra os Botocudos. Em um levantamento sobre os bandeirantes em Minas gerais, encontramos os seguintes dados: século XVII, sem precisar data (17), primeira metade do séc. XVII (21), Segunda metade do séc. XVII (75); século XVIII, sem precisar data (103), primeira metade do séc. XVIII (151), segunda metade do séc. XVIII (36); sem informações do período (81), totalizando 484 entrantes. Francisco de Assis Carvalho Franco. *Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil (XVI-XVV-XVIII).* São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1953.

[30] Id. ibidem, p. 114. Waldemar Barbosa, *História de Minas...,* p. 243, 244.

[31] Vários entrantes admitiam ter se apossado de terras das aldeias. APM (Arquivo Público Mineiro), SC (Seção Colonial) 23, rolo 5, fol. 20, 20V.

[32] Ver o estudo pioneiro sobre a zona da mata, em Ângelo Alves Carrara. *Estruturas Agrárias e Capitalismo:* contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP/ Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica. Série Estudos 2, 1999. p. 15.
[33] PR (Projeto Resgate) , AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), 11076, cx. 149, doc. 62.
[34] APM, SC164, fot. 1162-1164.
[35] APM, SC179, fot. 1609.
[36] PR, AHU, 10036, cx. 132, doc. 32.
[37] APM, CC511, planilha 30054. O trabalho dos índios foi intensamente explorado na colheita da poaia, raiz medicinal usada como "vomitório".
[38] Ver ACCMM, cód.398, em que estão arrolados os moradores das Aplicações pertencentes à freguesia de São João Batista de Presídio e da Capela de São Januário de Ubá, com os engenhos de aguardente na região. O Pe. Manoel Jesus Maria dizia existirem 32 engenhos, em 1779. PR, AHU, 11076, cx. 149, doc. 62.
[39] Rita Heloísa de Almeida. *O diretório dos índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.* Brasília: Ed. UNB, 1997. Em anexo a Lei do Diretório. "Como para extinguir totalmente o insulto e prejudicial comércio da aguardente não bastaria só proibir aos índios (...) não se cominando pena grave a todos aqueles que costumam introduzir nas povoações pernicioso gênero".
[40] PR, AHU, 11076, cx. 149, doc. 62.
[41] APM, CC549, planilha 10670.
[42] APM, CC501, planilha 10035.
[43] PR, AHU, 11347, cx. 154, doc. 63.
[44] PR, AHU, 11076, cx. 62, doc. 44.
[45] Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*: *Novos súditos cristãos do Império Português*. Campinas: UNICAMP, 2001 (Tese de doutorado), p. 63, 246, 247.
[46] APM, CC511, planilha 30062.
[47] APM, CC525, planilha 20148.
[48] PR, AHU, 10036, cx. 132, doc. 32; PR, AHU, 9516, cx. 123, doc. 62; APM, SC251, rolo 32A, fot. 2355; SC251, fot. 2354-2356.
[49] PR, AHU, 10036, cx. 132, doc. 32.
[50] Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro de notas # 2, de 1848, fol. 86. Ângelo Carrara, *Estruturas Agrárias e Capitalismo...*, p. 43.

Sertões incultos e rios caudalosos: A desordem da natureza e os planos racionais nos roteiros de viagem do séc. XVIII

Autora: Maria Lucia Abaurre Gnerre

Instituição: Unicamp (Doutoranda em História Social)

Nesta apresentação, analisaremos os processos de constituição das imagens da natureza do norte do Brasil no texto do *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi* - narrativa produzida por um viajante anônimo no fim do séc. XVIII. Trata-se de um documento no qual um autor anônimo demonstra uma grande eloqüência argumentativa ao buscar convencer seus leitores da metrópole acerca da viabilidade de um plano de ocupação dos sertões entre os rios Tocantins e Parnaíba. Plano este, por ele desenvolvido, após uma viagem de dois meses, no fim do séc. XVIII.[1]

O texto do *Roteiro do Maranhão* foi publicado em 1900 pela revista do IHGB e faz parte de uma série de publicações de escritos coloniais cuja edição se fazia necessária, naquele momento, para que os historiadores pudessem formar nossa história nacional[2]. Segundo consta na última página do texto publicado em 1900, este teria sido copiado pelo Frei Vicente Salgado, em 1800, "bem e exactamente" como o texto do manuscrito, que fora encontrado na Secretaria dos Negócios Ultramarinos de Lisboa[3].

Esta narrativa divide-se em duas partes: Na primeira o autor anônimo[4] descreve detalhadamente todas as características de sua viagem, os locais de travessias dos rios, as

---

1 É importante lembrar que, no século XVIII o termo sertão designava fundamentalmente um lugar desabitado, deserto. Assim, o sertão poderia ser composto por rios, florestas, caatingas ou serrados. O que caracterizava o sertão era o isolamento, o afastamento da civilização

2 Capistrano de Abreu, que fazia parte do conselho editorial da Revista do IHGB foi o responsável pela publicação do texto. Vemos nas atas das reuniões do RIHGB publicadas na revista de 1900 a defesa, por parte deste historiador da publicação deste texto anônimo, encontrado nos arquivos da Academia de Ciências de Lisboa.

3 Esta cópia encontra-se hoje na Academia de Ciências de Lisboa.

4 Apesar de ter escrito sob anonimato, o autor do Roteiro do Maranhão deixa-nos no texto algumas pistas a respeito de si mesmo. A mais importante é que estava no Maranhão a serviço de sua Majestade, ou seja, era um funcionário da coroa. Pela periodização do texto, sabemos que provavelmente era D. Maria I, e os prováveis leitores de sua eloqüente narrativa teria sido os funcionários da secretaria da Marinha e Ultramar. Pelo grau de conhecimento que este autor demonstrava ter da economia das colônias, acreditamos que o Maranhão não foi o seu primeiro destino a serviço da coroa.

povoações e léguas que se percorriam por cada etapa do percurso. Na segunda parte, o que vemos é um texto, onde o autor elabora um plano de aproveitamento, ou povoamento, deste trecho praticamente deserto da colônia. Aí ele desdobra todos seus recursos argumentativos e demonstra seus conhecimentos das teorias de economia política dos séculos XVII e XVIII. Centraremos nossa análise na primeira parte do referido texto, na qual o autor deixa clara sua preocupação em elaborar uma narrativa da natureza que se restringe aos interesses administrativos da coroa, e de futuros viajantes:

No Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi não só me propuz ajuntar aquellas noticias, que pudessem dar uma ideia circunstanciada do caminho, que elle dirige, mas me propuz também escrevelas debaixo do mesmo título, que me foi insimado.

Não faço nelle expressa mensão de todos os sitios, Montes, vales, fontes rios e povoações; porque não se offerecendo em muitos destes objectos mais differença do que aquella com que em tudo se distingue a face da natureza, nada mais lhe acrescentaria que uma longa, e fastidiosa expressão de nomes, quaze todos barbaros e exquizitos.

Notei somente o quanto me pareceo necessário, para fazer conhecer o diverso Rumo que se deve seguir e a deversidade que há mais sensível no paiz, ou ella natural, ou civil. E para estes fins, separando o que respeitava o tempo, a direcçao do caminho, ajuntei em notas a descripção de tudo o mais que podesse ser interessante.[5]

A natureza descrita pelo viajante é aquela que tem uma função para o caminho, como marcos que contam léguas percorridas, ou a natureza que tem uma função para o projeto de colonização que ele irá nos propor na segunda parte do Roteiro. Este processo de descrição é a tarefa fundamental do bom roteiro, é parte constitutiva do gênero em questão. Os roteiros do Norte do Brasil são representações de mundos novos, representações que contam com poucos antecedentes, e que por isso exigem de seus autores exercícios descritivos diferentes dos roteiros para as Minas Gerais por exemplo, que neste momento do séc. XVIII já contam com

[5] *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí*., R.J., Revista IHGB, tomo 62. ano 1900 (p. 60)

uma tradição discursiva de mais de dois séculos. Os textos das roteiros de Viagem, da forma como eles se constituem na Amazônia, caracterizam-se por pertencer a uma nova forma do gênero dos roteiros [6]. Uma forma que emerge no século XVIII, que vai além da descrição do espaço percorrido, a qual praticamente se restringiam os roteiros do séc. XVI e XVII, como o *Roteiro da carreira das índias.* Agora os roteiros buscam não só a descrição, a representação que duplica a imagem do percurso, mas sim uma análise capaz de capturar a essência das colônias, utilizando-se justamente de recursos destas novas ciências como a economia política. O surgimento deste modelo de roteiros está intimamente vinculado a nova *épisteme*[7] das ciências que emerge no século XVIII.

Na verdade, o (re)conhecimento da natureza é parte integrante da política que o Marques de Pombal inaugura para o Brasil. O governo de Pombal, com seu notório apoio a elite intelectual portuguesa, atrai para o meio científico português o naturalista italiano Domenico Vandelli,[8]. Em Portugal, este naturalista escreve uma dissertação justamente sobre como relatar a *viagem filosófica*, um gênero que relaciona-se intimamente com o gênero dos Roteiros de Viagem no fim do XVIII. Em relação ao *Roteiro do Maranhão*, interessa-nos o fato de que Vandelli difundiu um ideário intelectual que relaciona as concepções de Lineu e Buffon acerca da natureza (os principais expoentes da história natural do século XVIII, que baseiam suas

---

6 Além do *Roteiro do Maranhão***,** outros roteiros do norte do Brasil que destacamos como pertencente este mesmo gênero: *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Documento manuscrito que se encontra na coleção de reservados da Biblioteca nacional de Lisboa, e, também o próprio *Roteiro das Viagens que fez o dr Alexandre Rodrigues Ferreira no Brasil 1783-1792,* que descreve a longa expedição deste naturalista e contém tanto as descrições dos espécimes encontradas e suas utilidades para a metrópole, como também importantes planos para a colonização da região.

7 O temo grego épisteme significava, em geral o conhecimento de algo, e mais ainda, o conhecimento compartilhado de alguma coisa. A compreensão da epistéme na filosofia clássica passa também pela compreensão do termo téchne, pois estes termos estavam em constante correlação. A épisteme significa aqui, o discurso sobre as coisas, sobre seu modo de ser. E também a forma como se dá a transmissão do conhecimento das coisas em si.

8 A respeito deste empenho no conhecimento da natureza brasileira que emerge em Portugal no período pombalino, a Iara Lis Schiavinatto faz importantes considerações no artigo "Imagens do Brasil: Entre a natureza e a história" (. *In* JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003, pp. 603-631 (Col. Estudos Históricos, v. 50). Com base nestas considerações elaboramos o presente parágrafo. Iara Lis ressalta ainda a participação de Vandelli na fundação da Academia de Ciências de Lisboa, um marco das ciências lusitanas, em 1779. Esta academia certamente passa a produzir importantes referencias científicos e textuais que norteiam a produção dos roteiro no Brasil do século XVIII. Vandelli tem como seu principal discípulo Alexandre Rodrigues Ferreira, autor do roteiro citado na nota n. 6 do presente texto.

reflexões numa concepção da história natural como chave para compreensão e análise do mundo) com a doutrina econômica da escola francesa dos fisiocratas, que escrevem na metade do século XVIII. A concepção econômica dos fisiocratas concebe justamente a terra (em não o comércio, como se acreditava então) como base de toda a riqueza. Para autores como François Quensay, o conhecimento do meio natural era fundamental para se conhecer os potenciais econômicos da terra[9]. Por isso, deve-se conhecer seus ciclos, saber como utiliza-la em favor do desenvolvimento das civilizações. Nesta passagem do *Roteiro do Maranhão* reconhecemos justamente este intuito: *O inverno, ou as chuvas que nunca vem sem horrorozas trovoadas e são ordinariamente de Leste, principião no mez de Ouctubro, Novembro ou Dezembro, e acabam em Abril. Neste tempo que os Sertanejos só distinguem pelo tempo das aguas, é a Capitania do Piauhí fertilissima; o seu terreno todo aberto com largos campos, e povoado de dispersos arvoredos aparece em bem poucos dias coberto cobertos de folhas, de flores, e de fructos, fructos silvestres, com tal variedade na cor e tal deversidade na figura, que não só recreão a vista e o olfato; mas também o gosto daquelles, que com elles são creados, ou a elles se acostumão. No mez de Abril tanto soprão de Leste os ventos geraes, parão as aguas, e principia o tempo, a que chamão de seca, tempo, em que tudo se poem em decadencia.*[10]

Neste texto anônimo as descrições da natureza são elaboradas em sintonia com a lógica fisiocrata, em função de sua utilidade enquanto conhecimento que pode servir para a elaboração de políticas econômicas para a região. Identificar o tempo fértil e o tempo de seca, as épocas boas para as viagens, e para o plantio. Mas, independente da função pragmática destas descrições da natureza, o que vemos no *Roteiro do Maranhão* é justamente um processo de constituição de imagens da natureza, da paisagem de uma terra nova: A terra fértil,

[9] Quesnay, que em 1758 publica a famosa *Tableau economique des Phisiocrates*, conclui que as trocas por si só não gera riquezas. A terra sim seria a verdadeira fonte da riqueza, o grande fornecedor do mercados. É o bem mais valorizado pelos fisiocratas, pois quando trabalhada a terra fornece uma quantidade de produtos de subsistência de valor bem maior que o trabalho nela investido. Assim, para os fisiocratas, a terra é a base do processo de atribuição de valores, e é a terra que possibilita a circulação de produtos e valores através do excedente que ela gera em relação ao básico necessário para a subsistência do homem que a trabalha.Uma idéia nitidamente herdada de John Locke.

[10] *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí*., R.J., Revista IHGB, tomo 62. ano 1900 (p. 75)

coberta de campos verdes e arvoredos que geram belos frutos no tempo das águas, e que se converte em terra árida no tempo da seca. Uma descrição que serve para a constituição das imagens da paisagem brasileira para os leitores portugueses, a partir dos próprios referenciais imagéticos que estes leitores possuem, muitas vezes bem diferentes da paisagem que gerou tal descrição. A constituição da paisagem, é um processo cultural, humano. Segundo o historiador Simon Schama, *Paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. (...) No entanto cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto ela mistura categorias, torna as metáforas ais reais que seus referentes, torna-se parte do cenário*[11]*.* Partindo desta concepção, acreditamos que grande parte destas descrições da natureza brasileira, são permeadas de imagens mentais que remetem a cultura de origem do viajante, que vê a paisagem através de suas metáforas. A descrição imagética dos rios, de suas curvas, dos caminhos, das montanhas, tem justamente esta função de mapear e inaugurar a paisagem, principalmente do interior do pais, que no fim do século XVIII, permanecia inexplorado. O próprio autor anônimo nos dá a dimensão deste desconhecimento de tudo que não é a costa do Brasil: *E pelo que respeita ás outras cartas, que correm estampadas da nossa América não haverá quem ignore, que em passando das costas para o interior do Paiz, ou nada dizem ou são muito diferentes do que nelle se descobre.*[12]

O *Roteiro do Maranhão* participa da inauguração da descrição de uma vasta porção de terra, que é pouco descrita por mapas ou palavras. É um discurso que cria formas no imaginário dos homens do conselho ultramarino, que jamais passaram por tal caminho, ou mesmo na imaginação dos futuros viajantes que pretender repetir o percurso. É um texto que se insere nessa segunda grande leva de descobrimentos do século XVIII- o descobrimento dos rios do

[11] In: SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p.24
[12] *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí*., R.J., Revista IHGB, tomo 62. ano 1900 (p. 61)

norte do Brasil, que se desdobra após o tratado de Madrid (1750).[13] Na verdade, muitas vezes trata-se de um redescobrimento, já que tais rios e percursos já foram feitos antes, porém por homens que não se preocuparam na sua descrição, e portanto permanecem no seu estado de natureza que ainda não se constituiu na paisagem da imaginação dos homens. Nesse processo de descobrimento do interior do pais, os grandes rios navegáveis do norte do Brasil, e mesmo os rios de menor porte, adquirem uma importância fundamental. O rio sem dúvida é o elemento da natureza a partir do qual toda a paisagem do interior se constitui. A colonização do Brasil, como apontam Sergio Buarque de Hollanda em *Monções*, e Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial* (entre outras obras), tem nos rios a grande veia de entrada para a terra inculta.

O rio, a estrada de água, é muito mais cômoda ao viajante português do que a estrada de terra. No descobrimento dos rios, ele podia exercer aquilo que seus mais ilustres antepassados haviam feito: navegar. Os portugueses, assim como muitas nações de índios, são povos que tem os mitos fundadores de sua cultura profundamente vinculados a água. A paisagem de sua cultura se constitui em torno da travessia da água.

O poeta Fernando Pessoa, no célebre *Mensagem*, inaugura uma interpretação de *Os Lusíadas* como mito de origem do Povo português. Se pensarmos a obra de Camões por esta perspectiva, vemos nas descrições dos rios (presentes nos roteiros de viagem) as características desta relação mítica da cultura portuguesa com as águas. Em *Os Lusíadas,* no diálogo de Vasco da Gama com o gigante Adamastor (representação mítica do cabo das tormentas), vemos uma ode a audácia do povo português, de ir onde ninguém antes foi, percorrer os mares nunca dantes navegados. Todo o 5º canto também faz referencias a água

[13] Em 1750 os monarcas de Portugal e Espanha assinam o tratado de Madrid que causa nos anos seguintes uma onda sem precedentes de expedições para a demarcação das fronteiras no norte do Brasil. Destas expedições participaria até o governador do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, chegando aos extremos de seus domínios, no alto Rio Negro, local certamente nunca antes visitado por uma autoridade de tamanha importância. Tanto o Tratado de Madrid, quanto o governo de Mendonça Furtado representam um marco na produção dos roteiros.

como grande força da natureza. Através da travessias das águas, os segredos da terra são revelados a este povo.

Os roteiros do fim do século XVIII, são escritos sobre estas camadas de mitos sobre a água. O viajante que segue o trajeto do rio, segue o trajeto de sua travessia rumo ao desconhecido, como a travessia dos grandes navegantes do século XV e XVI. Nesse sentido, podemos interpretar o trajeto em direção as cabeceiras do rios como o trajeto mítico rumo ao desconhecido. As cachoeiras, e outros acidentes naturais que o percurso de um rio pode impor são "adamastores fluviais", grandes percalços que uma vez superados abrem as portas do conhecimento para o viajante.

O Roteiro do Maranhão assegura o conhecimento dos portugueses de todo o trajeto de alguns rios do Maranhão, de suas nascentes, e das nascentes do importante Tocantins. É fundamental neste a descrição do trajeto até a nascente, das cachoeiras e afluentes dos rios. A descrição representa o conhecimento, o domínio sobre o rio, em contraposição ao desconhecimento: *O rio itapecuru tem os seus principios a Sudeste no Sertão ainda inculto, e habitado por diversas nações de indios Silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira.* [14]

O Itapecuru, é um rio que corta o sertão do Maranhão em direção ao Brasil central. Navegável em boa parte de seu percurso (por canoas), é um rio que se relaciona com dois outros grandes rios – O Parnaíba e o Tocantins. Entre as terras destes três rios, segundo o autor anônimo forma-se um terreno fertilíssimo. O autor descreve em várias passagens a direção de suas cabeceiras, o povo que as habita, preocupa-se em demonstrar este conhecimento sobre a nascente. Mas, antes da nascente, o longo trajeto mítico, com a descrição dos mais importantes percalços que um rio pode oferecer: as cachoeiras. Tal é o grau de preocupação com a possibilidade de seu leitor formar as imagens mentais adequadas a sua experiência de viagem, que antes do viajante citar as cachoeiras de seu percurso, ele nos faz

[14] *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí*., R.J., Revista IHGB, tomo 62. ano 1900 (p. 63)

uma descrição do que são as cachoeiras: *Cachoeiras os ressaltos, e giros que impetuosamente forma a corrente dos rios, quando de repente se percipita da maior altura, ou acha resistencia com alguns penedos, e eminencias , que levantão do plano de seu leito, e lhe tirão a igualdade. Desta natureza são as cinco que se referem.* [15]

As cinco cachoeiras que o viajante menciona são minuciosamente descritas a seguir, e também são descritas as formas de supera-las, sendo algumas navegáveis e outras que obrigam o viajante e levar sua canoa, ou a carga pela margem. A bela descrição dos tipos de cachoeiras que vemos acima, dão ao leitor uma importante chave para pensar o significado do rio como um todo: as cachoeiras formam as torrentes, que impelem o rio a sua foz. A cachoeira dá velocidade ao rio, coloca o rio em movimento. E este movimento é o que faz o rio circular, ir em direção ao mar e voltar a sua nascente em forma de chuva. A cachoeira é uma espécie de coração que garante a pulsão ao rio, bombeia suas águas para sua circularidade continua. Dão movimento a paisagem da colônia, impulsionam a imaginação dos colonizadores. Rios são descritos como a aventura primordial, a grande travessia aquática para se formar uma cultura, uma nação – no caso dos portugueses, travessia oceânica, e no caso brasileiro, travessia fluvial. Os rios que servem no século XVIII a lógica imperial da metrópole, sem dúvida estão na fundação da identidade nacional do Brasil, no século XIX. Neste período, são publicados na revista do IHGB uma grande quantidade de Roteiros de viagens, principalmente aquáticos e percorridos no norte do Brasil**.** Os rios, no olhar dos viajantes de origem lusitana, reencontram nas nascentes na nossa paisagem e da nossa cultura, com a mesma fonte da cultura lusitana.

[15] *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí*., R.J., Revista IHGB, tomo 62. ano 1900 (p. 67)

SOUSAS E JOAQUIM EGÍDIO (SP) FRENTE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS.

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
Centro de Memória Unicamp (CMU)

À medida que estou analisando o desenvolvimento sustentável e meio ambiente em Campinas considerei que o crescimento rápido e descontrolado da cidade acabou por gerar uma séria crise, onde os sistemas urbanos de abastecimento de água, energia elétrica, esgotos, entre outros, já praticamente se encontravam inadequados desde as décadas de 1920-30. Por mais veloz que tenha sido em algumas áreas a expansão dessas facilidades, não foi/vem sendo ampliadas com rapidez suficiente para alcançar a demanda crescente de sua população.

Historicamente considerando as condições de explosão demográfica nos Distritos em questão, constatei que não vêm permitindo um desenvolvimento acelerado que suporte uma integração econômico-regional, até porque tal integração não poderá ser alcançada fora do contexto das relações político-econômico-sócio-culturais, uma vez que a preocupação com a problemática ambiental nestas áreas é recente.

Os Distritos analisados constituem parte de uma ampla pesquisa que estou desenvolvendo com apoio do *CNPq*. Apresento a este *XXIII Simpósio Nacional de História*, alguns resultados parciais, considerando a questão das diversidades culturais, ambientais, históricas e de identidade, onde a reconstituição destes espaços se tornou viável frente ao diálogo aberto que estabeleci entre história, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e imagens.

Foi só a partir do século XIX que as ciências passaram a olhar e orientar as ações sociais sobre os espaços, mas, sempre ligadas ao modelo capitalista. Claro que não se pode negar que a ciência, as técnicas e tecnologias vêm desempenhando papéis significativos na reprodução do modelo de desenvolvimento, tanto em nível de produção de mercadorias, quanto como parte fundamental na constituição das relações sociais[1].

Bem por isto, não se deve desconsiderar que a questão ambiental tem um caráter eminentemente social, levando-se em conta que o prioritário são as atitudes ambientais, os valores e comportamentos, o cálculo de riscos da tecnologia e da política ambiental. Desta maneira na contemporaneidade *os problemas ambientais deixam de ter caráter local e passam a ter amplitude global.*

A pesquisa principiou com o arrolamento bibliográfico, levantamento e análise da documentação pública e particular e, no prosseguir do trabalho, estou ouvindo os moradores mais antigos de Sousas e Joaquim Egídio (pois, só com o auxílio da História Oral é que está sendo possível a reconstituição destas histórias regionais), além do estudo das plantas e mapas preservados, bem assim da coleta de fotografias antigas e tomadas atuais para a devida análise temática.

Sousas pertence à Campinas que, desde o final do século XVIII teve sua economia calcada basicamente em dois produtos agrícolas de exportação e que foram a base de sua ascensão: primeiramente o açúcar que começou a ser cultivado no último quartel do referido século XVIII até cair a proporções pouco significativas na segunda metade do século XIX. Em segundo lugar, veio o café, consolidando e ampliando as conquistas econômicas que o açúcar propiciara. Constatei que, já na terceira década do século XIX, o surgimento dos cafezais ocorreu em terras de senhores de engenho que ainda continuavam simultaneamente a explorar seus canaviais. Foi, todavia, a fortuna propiciada pela cultura do café que lançou as bases da industrialização em Campinas.

Entre 1818 – 1905, a terra era também trabalhada pelos produtores de cereais (já contando com a presença da pequena propriedade e de grande número de imigrantes notoriamente italianos) cuja representação foi fundamental ao seu progresso econômico.

Lembro que Sousas foi conhecido por longo tempo como *Arraial dos Sousas,* tendo principiado como um bairro rural, constituindo-se numa região bastante diferenciada da paisagem típica de Campinas por possuir um relevo que apresenta morros e serras, com altitudes que chegam até a 1.100 metros na Serra das Cabras.

As corredeiras e pequenos saltos que lá se encontram têm importância significativa como bem atestam as usinas hidrelétricas de tamanho médio que aparecem nos rios Jaguari e Atibaia. Apresenta clima com médias térmicas em torno de 21º e pluviométricas com cerca de 1.300 mm/a, possuindo verão quente e úmido e inverno seco.

A parte principal do aglomerado deste Distrito fica ao longo do vale sobre uma pequena planície de nível de base num alargamento maior do espaço, propiciado pela confluência do ribeirão dos Pires, pela esquerda e das Cabras, pela direita.

Desde fins do século XVIII e primórdios do XIX a área correspondente ao Município de Campinas já se apresentava ocupada principalmente em decorrência da utilização predatória do espaço, com extração de madeiras e roças de subsistência, de caráter itinerante, que acabaram por destruir o manto florístico primitivo. Havia também uma agricultura comercial em bases rudimentares de cana-de-açúcar, com a utilização de engenhos para industrialização do produto.

Sousas teve sua origem quando Aleixo António de Godoi e Bernardo José Sampaio (1830) ultrapassaram a Vila de São Carlos (hoje Campinas), embrenhando-se na vasta mataria, até atingirem as margens do Rio Atibaia. Nômades por índole, não se contentaram em ali ficar e resolveram construir uma ponte de madeira (abundante na mata) para transporem à margem direita do rio.

Em verdade, o avanço do crescimento populacional na direção da depressão periférica, ocorreu a partir dos últimos desemboques das cachoeiras que vêm das regiões montanhosas na altura de Sousas e Joaquim Egídio. Aos poucos outros indivíduos foram aparecendo; desta maneira foi que José Floriano de Camargo e membros da Família Sousas lá estabeleceram suas lavouras canavieiras com os respectivos engenhos. O agrupamento foi crescendo e se transformou num modesto arraial que ficou conhecido como Ponte do Arraial

De todas as famílias que vieram para esta área destacou-se a dos Sousas. Por isso foi que o Vereador Ricardo Gumbleton Daunt (1889), em sessão da Câmara, propôs que fosse dado ao povoado da Ponte do Arraial o nome de Arraial dos Sousas.

Das matas primitivas praticamente nada mais resta por haverem sido devastadas, quer pela necessidade de utilização de seus componentes (madeira e lenha para servir de combustível), quer pela necessidade de utilização de seus espaços para neles serem implantados as lavouras, além do interesse comercial desde os primeiros povoadores no sentido de abastecerem as caravanas que circulavam em demanda ou regresso das áreas de mineração (por volta de 1770).

A cultura do açúcar exigiu largo consumo de combustível (a lenha) que foi sendo retirado das matas, diminuindo assim as áreas de vegetação florestal. Com a Independência, nova exigência de devastação foi imposta à região com a introdução do novo produto agrícola: o café. Seu crescimento foi tanto que, em 1894, houve a necessidade da construção de uma ferrovia - a Companhia Ramal Férreo Campineiro - a fim de atender à demanda da cafeicultura.

Entre os anos de 1929-30, houve sensível abalo dessa cultura no país; o produto que havia feito a fama e riqueza de Sousas por quase cem anos de atividades, foi suprimido determinando o despovoamento da zona rural. Os antigos cafezais sousenses foram transformados em pastos. A cultura de subsistência cresceu, houve retalhamento da maioria das propriedades e a paisagem rural foi então alterada.

Espaços diferenciados, tempos relacionais e conflitantes devem ser captados pelo trabalho do historiador, para que o imediato possa ser questionado, o presente alargado com possibilidades de ser entendido (BENJAMIN, 1987, sobretudo tese 14: 229-230).

Assim, por acreditar que há uma historicidade da história que implica em movimento ligando a prática interpretativa à social e, neste sentido, o tempo da história se acelera sendo ele marcado pelas mudanças, transformações e destruições que acabam por contrastar com outros tempos – da permanência, da continuação e da memória – mister se torna a conscientização de sua comunidade através do conhecimento de sua história. Eis o porquê da importância do resgate participativo da história, memória e meio ambiente locais destes Distritos.

Considerando a situação atual da hoje Região Metropolitana de Campinas (RMC), observei que houve nestes distritos uma intensa devastação em sua vegetação ao longo de seu caminhar que, do total de 387,3 mil hectares de Mata Atlântica que recobriam o território regional antes do processo de urbanização, restaram somente 12,5 mil hectares de vegetação nativa, ou seja, 3,41%[2]. E Campinas tem preservado só 2,55% de sua vegetação nativa, decorrente da devastação que se iniciou principalmente entre as décadas de 1970/80, advinda no rastro de uma ausência de preservação; e, no que concerne às matas ciliares, tão somente 7% dos cursos d'água a possuem. Urge a recomposição de suas matas ciliares a fim de proteger os rios da erosão das margens e conseqüente assoreamento, além de auxiliar na produção de água, em função da defesa dos aqüíferos subterrâneos.

É oportuno lembrar que as APAs[3] de Sousas e Joaquim Egídio localizadas em Campinas (na porção centro – leste do Estado de São Paulo), englobam a porção do interflúvio dos rios Atibaia e Jaguari. Estes rios, os mais importantes da região, enfrentam hoje grave problema com os muitos e variados detritos lançados em suas águas.

A topografia é acidentada, com declividades marcantes e altitudes que oscilam entre 550 e 1079 metros, constituindo-se nas maiores do Município. Aí são comuns os afloramentos rochosos graníticos de significativo interesse para a mineração, sendo que por várias décadas vem ocorrendo a exploração de granito e areia.

Cumpre dizer que a partir do ano de 2003 houve preocupação da Prefeitura Municipal de Campinas em aumentar a Área de Proteção Ambiental (APA) dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio, a fim de garantir a preservação de 54 milhões de metros quadrados da margem Oeste do Rio Atibaia, tentando evitar a degradação da principal fonte de água dos moradores de Campinas e região. Foi salutar a idéia de ampliar as APAs nos Distritos em 25% além dos seus já existentes 222,7 milhões de metros quadrados, localizados à margem Leste do Atibaia. O que falta é agilidade na recuperação do que ainda existe, pois, o que resta constitui refúgio para diferentes espécies de animais, muitas delas ameaçadas de extinção, caso, entre outras, da jaguatirica, do gato-do-mato, do bugio

e do urubu-rei. Apesar da degradação ambiental, a fauna destes locais conta ainda com mais de 250 espécies de aves.

Ressalto que a organização dos conselhos municipais e comunitários de defesa do meio ambiente (Consemas e Condemas), a formação do comitê de bacias e a elaboração de um projeto de lei para criação de uma agência gestora, foram significativos avanços sóciopolíticos e, com isto, o cenário atual pode ser considerado melhor do que pelo menos há dez anos atrás, sendo que uma das mais importantes realizações foi o tratamento de esgotos na região compreendida pelas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)[4].

Até este momento da pesquisa observei que a legislação ambiental não vem sendo devidamente cumprida nestes espaços e, com isto, mais de 80% das Áreas de Preservação Permanentes foram desmatadas. Um dos grandes riscos à manutenção do patrimônio natural, histórico e cultural, continua sendo, entre outros, o crescimento descontrolado do tecido urbano ameaçando as nascentes, além das atividades de extração para construção (granito e areia) e a emissão de gases pelos veículos automotores.

Quero crer que se impõe a estes Distritos que seus espaços sejam encarados como um local para se viver e no qual os laços comunitários e éticos possam gerar sociabilidade e reciprocidade, tanto no trabalho quanto no ócio, apesar das tensões historicamente observáveis (BOSI, 1987). Desta maneira, o espaço em seu processo de transformação, poderá ser ao mesmo tempo registro e agente histórico.

O distrito de Joaquim Egídio, ainda o mais rural do município, surgiu em 1732, com a sesmaria concedida a Antônio Raposo Cunha Leme em área adjacente ao rio Jaguari. O pioneiro desta região foi o coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. As poucas fazendas improdutivas à época foram vendidas ao capitão-mor Penteado e, posteriormente, por herança, passou às mãos do abonado cafeicultor Joaquim Egídio de Souza Aranha. Mas, consta que seu fundador foi o major Luciano Teixeira Nogueira.

Joaquim Egídio recebeu entre os anos de 1880 e 1889, vários contingentes de imigrantes (notoriamente italianos, mas também, suíços, belgas e portugueses) para o trabalho em suas lavouras.

A partir de 1929, com a crise que assolou o mundo, além da broca do café que tomou a região, seu crescimento foi interrompido. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Joaquim Egídio ficou isolado por dois anos de Campinas frente ao combate lá também travado e que destruiu a ponte que ligava Sousas a Campinas.

Atualmente há em Joaquim Egídio a instalação de sítios de lazer e produção agrícola orgânica, convivendo com o crescer acelerado de restaurantes e pousadas.

Vem sendo significativo o trabalho realizado pelas APAs (de Joaquim Egídio e Sousas), bem assim a atuação de algumas ONGs voltadas à preservação do meio ambiente e capacitação dos moradores às alternativas de novas técnicas de produção.

Todavia, o estresse hídrico vivenciado pela RMC é preocupante frente ao crescimento das cidades sem adensamento e, o mais grave é que tal crescimento acontece nas microbacias. Nascentes são eliminadas, mananciais são destruídos. Em verdade, há como que um desprezo na região pela contribuição prestada pelos pequenos córregos que no mais das vezes estão sendo canalizados, o que vai acabando com a água que deveria chegar aos ribeirões e rios. Há necessidade que sejam recuperados os pequenos mananciais, além de uma política de permeabilização do solo (inclusive em pequena escala, como por exemplo, o calçamento e o quintal das casas).

O distrito de Joaquim Egídio possui hoje duzentas unidades de produção agrícola familiar, sendo o hábito de assim cultivar a terra uma rotina que vem passando de pai para filho. A área total ocupada por elas é de 1609 hectares e o pessoal ocupado é de 702 pessoas[5]. Segundo o *Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar (GDR)* [6] os segmentos de horticultura e fruticultura são os que concentram maior número de produtores familiares.

Estão localizados na APA de Campinas, de fato, alguns dos recursos naturais mais importantes do município e região (caso do rio Atibaia), onde ocorre a captação de mais de

90 % da água consumida em Campinas. Também estão na APA mais da metade das áreas de matas nativas remanescentes no município e que constituem o *habitat* de cerca de 250 espécies de aves, 68 de mamíferos, 45 de anfíbios e 40 de répteis[7].

Apesar da entrevista concedida pelo ex-presidente da SANASA[8] quando afirmou que o Município teria até o final de 2003 a totalidade de seus esgotos domésticos tratados, em uma ETE que seria construída em área de 23 mil metros quadrados, na margem direita do rio Atibaia, até o presente, no entanto, a construção está apenas em seu início!...

Sem dúvida que as mais sensíveis conseqüências do avançar da cidade sobre as áreas rurais de Sousas e Joaquim Egídio, tem sido o desmatamento, a eliminação das matas ciliares, o surgimento de problemas como erosão, assoreamento, além da poluição dos rios.

Finalmente... e para refletir... a Campinas rural ainda existe hoje, (notoriamente no distrito de Joaquim Egídio), mas, incrementa o cultivo de seu potencial turístico com intuito de atrair visitantes às caminhadas e esportes radicais, visando também (de igual modo em Sousas) atraí-los aos redutos gastronômicos onde cerca de mil turistas por final de semana e quinhentos nos feriados, pelos depoimentos ouvidos de alguns comerciantes dos distritos, lá estão chegando (há cerca de sessenta bares, lanchonetes, padarias, restaurantes, choperias, cafés e dizem seus proprietários "que cabe mais!...").

Embora se constate atualmente algum esforço visando à melhoria ambiental nestes espaços, observei que ainda a questão da natureza continua sendo regida por uma ética utilitária.

---

[1] É oportuno ver a análise efetuada pelo geógrafo Milton Santos sobre a importância das técnicas como elemento mediador das relações humanas, onde podemos, a partir dela, pensar a idéia de tecnociência.

[2] Este diagnóstico está contido no *Atlas dos Municípios da Mata Atlântica*, divulgado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Inpe.

[3] As APAs de Sousas e Joaquim Egídio foram criadas através do Decreto Municipal nº 11.172, de maio de 1993. A criação delas foi decorrência de um expediente instituído pelas Leis Federais nºs 6.902/81 e 6.938/81, com intuito de contribuir com a preservação e recuperação de áreas de relevante interesse ambiental.

[4] A criação do consórcio PCJ com o intuito de atuar no planejamento regional para melhor disciplinar as atividades econômicas e a grande expansão urbana, vem se mostrando satisfatória pelo fato de estar reduzindo (se bem que ainda pouco) seus impactos em relação aos recursos hídricos.

[5] Dados colhidos junto à *Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)*. Campinas: s/e, fevereiro 2004.

[6] Dados levantados junto a PMC, *Seplama – Secretaria de Planejamento de Meio Ambiente*. Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sousas e Joaquim Egídio. APA Municipal. Campinas, agosto 2003.

[7] Dados extraídos dos *Relatórios das Sub-Prefeituras dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio.* Campinas, maio 2004.

[8] Entrevista concedida pelo Presidente da Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.) Sr. Vicente Andreu Guillo ao jornal CORREIO POPULAR. *Suplemento Semana do Meio Ambiente.* Campinas, p.5, maio 31, 2003.

Teatro aberto e contracultura no final dos anos 60

Profa. Dra. Maria Luiza Martini

Este trabalho tenta analisar o final dos anos 60 enquanto criatividade, utilizando o teatro como documento. Interessa-nos estéticas de vida, surpreender a ação no texto e no espetáculo, inseri-la na enunciação histórica trabalhando numa direção semelhante a de análises de literatura e história.

A literatura de ficção, considerada como documento histórico, desempenha efeito em dois planos: primeiro, aquele da expressão de teses ou idéias por um narrador mais ou menos onisciente. Neste caso ela dá uma formulação clara aos discursos que provêm desta cultura, do explícito, ao qual o historiador gostaria de permanecer. Por outro lado, ela é o teatro daquilo que faz, realmente o corpo da ficção: a ação. A ação não é um discurso. É mesmo difícil de reduzi-la ao discurso pois, precisamente, o modo de agir dos personagens do romance permanece infralingüístico, infradiscursivo, submetido a imponderáveis, a contradições, a contingências, a tudo aquilo do qual o discurso tem horror. Eles agem e, entretanto, esta ação tem um sentido![1]

Isto é, literatura (do cordel, do folhetim de jornal ao romance), teatro (do "casamento na roça" ao teatro épico), cinema, artes plásticas (da tela a pichação, num muro qualquer) testemunham do imaginário perante o historiador, a quem cabe decifra-los, integrá-los em sua própria construção como documentos e produzir sentido.

Nossos documentos são duas encenações próximas a dramaturgia e a poética de espetáculo aberto, derivadas do teatro épico, marca dos anos 60 no Brasil: **Teatro, variações sobre o tema** e **Homem, Variações sobre o tema,** encenados no Curso de Arte Dramática da UFRGS, em 1967

Trabalhamos, inicialmente, a referência **teatro épico – espetáculo aberto,** através de Benjamin, de sua experiência estética. A opressão e fragmentação da vida na grande metrópole industrializada poderiam tornar-se experiência coletiva, a condição de narrar-se, procurando pedaços, olhando-se de vários pontos, ao estilo da Bauhaus ou do cubismo. A metáfora desse narrador é Scheherazade, salvando sua vida através do "movimento infinito da memória, notadamente popular"; a realidade desse narrador é Proust, evocando o passado no presente e o "presente que já está lá, prefigurado no passado"; é Kafka em seus retalhos de sonho e pequenas histórias, escapadas ao esquecimento; é Brecht em seu teatro enfumaçado. Ali criava sua versão do épico.

Baseou-se no teatro popular, nas origens do teatro, na sucessão de quadros, típica da procissão dionisíaca. A rigor, cada quadro vale por si mesmo, independente do que possa representar na sucessão. Os quadros podem ser suspensos ou "congelados" (expressão de BENJAMIN) aberto pelo público ou pela encenação, que em geral utiliza cortinas musicais para faze-lo. Cria-se um espaço protagônico, para comentários, discussão de cena, reencenação diversa, publicação de outras informações, projeção de imagens ou contraposição de outro quadro. Nada é intocável, nem a dramaturgia; cada texto vale para cada encenação.

A estética da vida é encontrar-se, transformar o fragmento em experiência: evocação, narração e ação. Entendemos que a trajetória da contracultura, numa rede onde estejam Beats, Bob Dilan, Ferreira Goulart (percepção de um dos bolsistas de Iniciação Científica do projeto, Marcelo Medeiros), Modernismo, Tropicália, Brecht, José Celso, é uma narrativa que radicaliza a experiência do fragmento.

Durante os anos 60, no Brasil, 40 anos mais tarde, o teatro se aproximava do épico, pelo espetáculo em sucessão de quadros, a polivalência dos atores desempenhando vários personagens narradores (sistema coringa). Iniciava-se o experimento de atuação narrativa, em que o ator mostra seu personagem, característica da interpretação com distanciamento crítico, o congelamento das cenas, o protagonismo do público, a quebra do ritmo e da unidade que protegiam a magia e o poder do espetáculo realista.

Não houve tempo de amadurecer esses elementos até o limite dado pela encenações de Brecht: a pluralidade exuberante de discursos apresentados no espaço criado pelo congelamento das cenas (estatísticas em telão, historiografia, política, imagens, notícias) que pode ocorrer pelo aparte, vaia, esvaziamento, volta dos atores para representar outra versão da cena em seu teatro enfumaçado, ligado e desligado como um rádio, dizia BENJAMIN, cujos clientes habituais eram os proletários. Para eles não haverá nada de surpreendente na exigência feita por Brecht a um ator de representar de tal maneira a cena da escolha da perna de pau, pelo mendigo, em "Dreigroschenoper" (Ópera dos três vinténs) "que só por causa desse número as pessoas decidam voltar ao teatro, no momento em que a cena é representada". O caráter didático no teatro épico é uma contingência. Sua prioridade não é ensinar; é encenar o prazer de pensar, interrogando uma situação até a produção do assombro em indivíduos que "não pensam sem motivo" pragmáticos, colados aos seus interesses imediatos. Um herói não trágico, que não se admira com nada, quase sempre se instala no congelamento da cena para interrogá-la gerando outras formas de representa-la [2].

Na primeira metade dos anos 60, no Brasil, o teatro épico é mais didático e utópico do que o do prazer de pensar, trabalha com heróis civilizadores, que optam pela organização,

reunindo o operário e o homem do campo, obturando uma fragmentação que seria típica da sociedade brasileira, entre o meio urbano e seu outro, o sertão. Por exemplo: João Boa-Morte é o Cabra marcado para morrer. De toda a história de sua humilhação ele se faz herói através da organização, sem tornar-se justiceiro. "Que é entrando para as Ligas/ que ele derrota o patrão, / que o caminho da vitória está na revolução". Estética e realidade se encontram. De fato, João é herói. Entrar para uma organização de defesa dos direitos de trabalhador é tornar-se um cabra marcado para morrer. Canta-se o heroísmo de João para que não seja esquecido, vire história porque contado.

Poesia, literatura e um teatro "quase épico", deste período, "ancorava-se numa base bem real, a insurgência dos trabalhadores rurais", diz RIDENTI. Bem real: é a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), nacionalmente, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) no Rio Grande do Sul; Trombas e Formoso em Goiás, as Ligas camponesas no Nordeste entre outros. Essa utopia e realidades coincidentes, foram a primeira vítima do golpe, quando operários, camponeses e militares não alinhados sofreram imediata e eficiente repressão, embora não burocratizada. Ela desmontou um processo civilizatório, uma sociedade e um cidadão nascente, privando-os de um horizonte de direitos e poderes tais como o da livre organização.[3]

Nesse curto vôo, o importante é que o teatro, em sua possibilidade de conjugar vários discursos, inclusive a música popular, generaliza a estética do fragmento e o limiar da contracultura.

Na segunda metade dos anos 60, o teatro aberto traz para cena, aqui e ali, cada vez mais freqüentemente, outras questões dizendo respeito, ao que parece, a cultura e a civilização, mais do que a instituições e propostas políticas, onde também se inscreveriam os objetos selecionados: **Teatro, variações sobre o tema** e **Homem, variações sobre o tema (CAD/UFRGS),** dos quais apresentamos abaixo uma descrição evocativa mínima.

Teatro, variações sobre o tema (Luiz Arthur Nunes (roteiro) e Maria Helena Lopes (direção) , CAD/UFRGS

A característica do espetáculo é sua organização em quadros anunciados pelos atores. É talvez um dos primeiros, no gênero, originário de Porto Alegre. A cena é transparente, visível ao público: iluminação, acessórios de figurino e cenário sobre malha preta. Os textos desfilam; uma breve história do teatro e seus estilos, reunindo desde a cantiga de roda (dizei senhora viúva, batatinha quando nasce; Molière – o doente imaginário, cômico e implacável – La Biche,

um “vaudeville” vertiginoso e debochado;“west side history”, um ícone lírico da violência; Sartre, o clássico da identidade e da comunicação impossível – “entre quatro paredes”; Peter Weiss, “aos que vierem depois de nós” (?) Brecht – “lembrai-vos de nós com indulgência” ; Lorca – teatro de “espigas frescas” – Ionesco, “O Rinoceronte”, “sou o último homem, não me rendo”.

Homem, variações sobre o tema – Roteiro e direção de Luiz Artur Nunes

Construiu-se um teatro dentro de um recinto fechado. Era de pano, envolvendo um duplo círculo de cadeiras aproveitando um degrau existente. O ambiente gerava um fechado/aberto; algo protegido. Entrava-se por um “túnel” do mesmo pano, almofadado. Os atores estavam em cena, encapsulados em sacos transparentes, dos quais nasciam. Experimentavam movimentos, alavancados pela associação com o movimento dos outros. Ocupavam espaços entre o público em movimento ou simplesmente sentavam ao lado dos espectadores para assistir os colegas. Eventualmente comentavam algo sobre as formas obtidas com os “vizinhos”.

A movimentação resulta na exploração da sensualidade em dupla, em grupo ou todo o conjunto, resultando numa explosão de violência, dominada pelo trabalho, metaforizado por um amplo movimento de costurar, coordenado por uma pirâmide humana a quem todos honram. Ao desmanchar-se a pirâmide entram textos (Becket, Ionesco, entre outros) A cada texto interpunha-se uma corrente vocal com uma frase trabalhada em diversas alocuções e altura – “bebo o leite das feras”. O espetáculo termina com um clássico de Ionesco, “O Rinoceronte”, quando o personagem com sua máscara modelada em tela, diz: “Sou o último homem, não me rendo”. Mal a frase chega ao fim, todo o conjunto, ocupa simetricamente o espaço, vestidos ao século XVIII, com figurinos feitos de plástico estampado para Box de Chuveiro (saias balão e perucas), dançando um silencioso minueto.Alguns dias antes ou depois sobrevém o AI5

Essas precárias descrições não devem receber nenhum acréscimo ou modificação que os provenientes da pesquisa em torno do objetivo - evocar os espetáculos, relacionando-os com os grupos envolvidos em sua produção, cultura e momento histórico da época, na seguinte metodologia: I) Procedeu-se o levantamento de fontes: texto de - **Teatro, Variações sobre o tema** e roteiro de **Homem, Variações sobre o tema;** textos de divulgação e críticas na imprensa sobre os espetáculos; II) iniciamos a troca de informações com autor (Luiz Arthur Nunes), diretor, atores e outros participantes dos espetáculos, articulados pela rede de confiança do pesquisador, constituída, por sua participação em objetos culturais da época.

Todo o conjunto será trabalhado segundo a metodologia de composição dos quadros sociais da memória de um período determinado.Trata-se de grupos e objetos culturais, daqueles e daquilo que nos faz "gostar ou desgostar", um repertório que contém um cem número de outros, de influências sobre um indivíduo, que faz social a memória de qualquer um: músicas, livros, filmes, espetáculos, artistas, idéias, políticos preferidos etc. Assim aparecem, possivelmente, na evocação sobre um dado tempo, imagens, metáforas signatárias de modelos para ser.

O eixo, o ponto de apoio da memória, se constitui do espetáculo, da concepção até a temporada. A proposta é de que as entrevistas se desenvolvam sempre partindo da menor interferência do entrevistador, numa função evocativa de "entender" a fala do entrevistado, a trama de sua narração. Por exemplo: "foi mais ou menos quando"?, "Não entendi, quem é X"? Interessa remete-lo a ação, sujeito (eu/tu) e verbo. Naturalmente o indizível de cada um emerge, por associação livre, nessa busca do tempo, em qualquer memória, mas é incorporado, dentro do limite colocado pelo entrevistado, que tem acesso às fitas, tanto a transcrição quanto a transcriação, produzidas pela equipe de pesquisa.

É suficiente, para nosso objetivo, reconhecer a conjunção entre memória coletiva e memória histórica, pela memória individual ou autobiográfica para a produção de imagens, que são, e realimentam a evocação. O debate entre Halbwachs e Bérgson [4] sobre o caráter individual ou coletivo da memória, potenciado pela noção de memória involuntária criada por Proust, referia-se a uma percepção do inconsciente que será enunciada por Freud. Benjamin acrescenta, e isto nos interessa, que na própria reflexão sobre a narrativa como experiência, "as recordações voluntárias e involuntárias perdem, . . . sua exclusividade recíproca". [5]

Narrando em seu diário a história desse conjunto de dados recolhidos, espera-se que o historiador construa uma representação densa do objeto, submetendo-a, ao mesmo tratamento metodológico acima descrito. Mas trata-se sempre de representação, combinando, de algum modo, história e ficção:

. . .por serem ambas modalidades de representação do real e por serem ambas ficção, no sentido da recriação do concreto vivido (. . .), mas dentro de um "delírio autorizado", mais restrito do que aquele que rege a criação ficcional literária. (. . .) Ou seja, a história é também o domínio do imaginário (. . .) sonho, utopia, inconsciente coletivo e também da ilusão do espírito, intenções deliberadas, seduções ideológicas. ***O imaginário é, por vezes, um real mais real do que as condições concretas da existência*** *(. . .) Enquanto representação, o imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente*[6]

Depois do primeiro movimento de pesquisa a descrição mínima, de Teatro: variações sobre o tema [7], acima apresentada recebe esta segunda versão:

Tem-se a datação do espetáculo Teatro: variações sobre o tema: 27 de maio de 1967 no Teatro Álvaro Moreira. Dois fragmentos foram censurados – Molière – O doente imaginário – e Lorca, Pequeno retábulo de D. Cristobal. O fato repercutiu na Imprensa e a Censura foi removida. Obteve-se o texto sob guarda do Arquivo Histórico, transferido para o Centro de Documentação do Teatro de Arena – textos apresentados a Censura Federal e respectivos laudos. Teatro: Variações ...coloca em cena uma breve história do teatro, definido por dicionário como acontecimento memorável. Entre observações que vão da poesia, a sátira e a tragédia, encontra-se referências sobre diversas poéticas de espetáculo, quadros sociais da memória e memória coletiva. Faremos um sumário dos fragmentos de texto que o compõe, mencionando excertos, que por alguma razão, mais chamaram nossa atenção. Cena “os bonzos”, sob a fala: “como vêem o teatro no oriente, tem muito de religião e de política” - referência aos protestos pela intervenção americana- dos monges que se imolavam – eles caem em cena como estátuas ao som do crepitar de fogo. “Teatro é criação, vida, o aprendizado das coisas da vida” sob tal fala a cena é exclusivamente corporal. Na Comédia Del arte (pantomima) Pierrot, Arlequim e Colombina estão no presente com texto de Menoti Del Pichia. O teatro elizabetano é popular e o povo é severo juiz. Na corte de Luiz XIV, o teatro é subvencionado pela nobreza. Texto de O doente imaginário. Segue-se o melodrama e depois dele o aparecimento do diretor: o teatro é como relógio – vaudeville – Labiche : viagem ao redor da minha marmita. Com o diretor, os métodos; Stanislavsky – interiorização; ator declama “batatinha quando nasce”; Brecht : distanciamento crítico: “Mack the kinife” em vez de atacar faz a barba com sua navalha; e o Brasil? Boeing Boeing, Hello doly. Música de carnaval, introduz Chico rei, Valmir Aiala “...não dormiremos nunca Chico rei...” Os atores perdem a solenidade, arrancam as roupas numa dança selvagem; entra um texto de Marat Sade; “...ainda que mantenhamos uma guerra, diante de nós só brilha a vitória...” Sem introdução, “O Rinoceronte”, Ionesco: “...infeliz daquele que quer conservar sua originalidade...minha carabina...sou o último homem...não me rendo”. Entra texto de Sartre : Etre quatro paredes...”Compreendo que estou no inferno...Estava previsto que eu estaria aqui, neste palco...O inferno são os outros”. Também sem introdução entra Brecht: “...Realmente vivemos tempos sombrios ...quando chegar o momento em que o homem seja bom para o homem, lembrai-vos de nós com indulgência”. Modinha. Introduz o pequeno retábulo de D. Cristobal. Ao final, Lorca homenageia o teatro: “E saudemos D. Cristobal, primo andaluz do

Bululu galego, cunhado de Tia Norica de Cadiz, irmã de M. Guignol de Paris e tio de Arlequim de Bergamo, como um dos personagens onde vive, pura, a velha essência do teatro".

A memória de pessoas implicadas, na evocação do texto chega a várias imagens ou afrescos conservados, diria Stendhal. Elas tornam-se cada vez mais vertiginosas, na generalização do fragmento. Quando se realizam em imagem, sinalizam tanto a comunicação entre memória coletiva e memória histórica, através da individual, quanto o tipo de experiência da fragmentação visada por Benjamin, de encontro entre passado e presente. Destacaremos apenas uma delas no limite deste trabalho.

A narrativa em questão, valorizava a guerra do Vietnam, o tribunal de crimes de Guerra, presidido por Bertrand Russel e depois por Sartre e "comentava a diluição da figura de Che Guevara em sua memória no esvaziamento da Revolução Cubana, não mencionada pelo texto e trazia pelo presente. Calou-se, bruscamente, e ainda em emoção, referiu-se a foto, "vejo o jornal..ele ali, de olhos ainda abertos..loucura..sabíamos, como se sabe também agora, que não abririam mão de nada, então a força..."[8]

---

[1] LEENHART, Jacques. As luzes da cidade. Nota sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO. Sandra.(Org) **Escrita, Linguagem e Objetos**. São Paulo: EDUSC, 2004, Cap. 5, p. 147 – 164.

[2] BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Obras escolhidas, 1) Ver Prefácio, Que é o teatro épico..., Sobre o conceito de história

[3] GOULART, Ferreira. Cabra marcado para morrer. In: RIDENTI, Marcelo. Cultura e Política. Os anos 1960- 1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge. DE ALMEIDA NEVES DELGADO, Lucilia. (ORGS) **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 4, 2003, p 133- 166

[4] HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo:Centauro. 2004. 197p

[5]BENJAMIN, Walter Sobre alguns temas em Baudelaire. In BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

[6]PESAVENTO,Sandra. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamim e o imaginário social. **Revista de Cultura Vozes**. Rio de Janeiro, vol 89,n 5 (set/outubro 1995) p. 34-44

[7] Nunes, Luiz Arthur. Teatro, Variações sobre o tema. Porto Alegre, mimeo, 1967.

[8] LULU (codinome) grupo de rememoração.

Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920

MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO

A articulação do tema Cidade & Trabalho enseja reflexões acerca das múltiplas dimensões do universo do trabalho e dos trabalhadores em Manaus, durante o período de expansão da economia de exportação da borracha. Seu enfrentamento pressupõe o registro de aspectos da própria história da cidade que não devem ser desconsiderados. Uma primeira dimensão é o reconhecimento de que o processo de dinamização urbana em Manaus foi relativamente recente, se comparado com a trajetória de outras importantes cidades brasileiras, como Belém, Recife, Salvador ou Rio de Janeiro, cuja estruturação remonta aos primórdios do colonialismo português no Brasil.[1]

A montagem do primeiro núcleo colonial que, mais tarde, daria origem à futura cidade de Manaus, data de 1669, quando se construiu uma pequena fortificação (a Fortaleza da Barra do Rio Negro), nas imediações do que é hoje sua área portuária. No início do século XIX a fortaleza havia sido reduzida a um punhado de ruínas[2], dando bem a dimensão do caráter descontínuo da ocupação do sítio nos primórdios da ocupação portuguesa no vale amazônico.

Durante toda a segunda metade do século XVIII e duas primeiras décadas do século XIX, a pequena Vila da Barra permaneceu sublimada pelo controle político-administrativo da Vila de Barcelos, então a sede da Capitania de São José do Rio Negro, ponto ocidental extremo da Amazônia Portuguesa, subordinada ao Estado do Grão-Pará, com sede em Belém. O lento desenvolvimento de trocas comerciais com o Pará e Colômbia, através do Solimões contribuiu para a transferência da sede da capitania para Barra em 1820, fortalecendo não só a fixação de novos estabelecimentos produtivos (sítios, fazendas e hortas) como também a sua consolidação como ponto de parada obrigatória na rota comercial entre Belém e a *hinterlândia* na Amazônia Ocidental.[3]

A parca produção historiográfica para o período sugere que as décadas de 1820 e 1830 marcam uma espécie de florescimento da vida econômica e política na Vila da Barra, que passa (desde 1820) a concentrar a sede da Capitania e, após a aplicação do

---

[1] Ver os diversos exemplos contidos em: MATOS, Maria Izilda e SOLLER, Maria Angélica (Orgs). ***A Cidade em Debate***. São Paulo: Olho d'água, 1999.

[2] MARCOY, Paul. ***Viagem Pelo Rio Amazonas***. Manaus: Ed. Governo do Estado/Edua, 2001, p. 162-177.

[3] SOUZA, André Fernandes. "Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande rio Amazonas". ***Revista do IHGB***, tomo 10. Rio de Janeiro, 1848, p. 411-504; REIS, Arthur Cezar Ferreira. ***Manáos e Outras Vilas***. 2ª ed. Manaus: Ed. Governo do Estado/Edua, 1999, p. 33-73.

Código do Processo, em 1833, a despontar como centro dinâmico da agora Comarca do Alto Amazonas.[4]

Com a eclosão do movimento cabano nos anos 1830-1840, ficou patente para os grupos políticos do Império a insatisfação popular presente na região e a sua disposição de lutar contra a opressão e a tirania das estruturas coloniais ainda vigentes. Temeroso, o Império Brasileiro decide estender mais efetivamente seu controle sobre a região, dotando-a de mecanismos institucionais de controle.[5] É dentro desse espírito que se deve entender não só a criação da Província do Amazonas, em 1850, como também a elevação da Vila da Barra do Rio Negro à categoria de cidade, dois anos antes (1848), com a denominação de Manáos.

Embora a nova condição de capital da Província favorecesse o desenvolvimento do núcleo "urbano" de Manaus, sua feição de pequena vila colonial permaneceu praticamente inalterada até o início da década de 1880, quando então as características propriamente urbanas se acentuam, com o incremento populacional e a montagem e funcionamento de serviços como água encanada, iluminação elétrica, canalização de esgotos, transporte coletivo (bondes), coleta de lixo, correio e telégrafo, ampliação da rede escolar, postos de saúde, hospitais e delegacias policiais, além da proliferação de atividade comercial ampla e diversificada.

Toda essa mudança estrutural deveu-se ao processo de desenvolvimento da produção extrativa da borracha, produto que desde meados do século XIX havia se transformado numa das matérias-primas mais importantes para a crescente indústria capitalista nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Beneficiada pela presença abundante e quase exclusiva da *Hevea Brasilienses* (a seringueira), a Amazônia passou, então a ser palco de uma corrida internacional pela aquisição do "ouro negro", como então se chamava o produto. Em poucos anos, diversas firmas internacionais estabeleceram-se na região, domando e agenciando a expansão do extrativismo por meio de empréstimos e adiantamentos não só de capital (em menor escala), mas, sobretudo, de gêneros alimentícios (arroz, feijão, farinha, etc.) e implementos (terçados, lampiões, botas, espingardas, etc.) necessários para a montagem e funcionamento da estrutura produtiva dos seringais.

Pressionados pela crescente demanda internacional e beneficiados pelo aumento da arrecadação dos impostos, os governos provinciais e, após 1889, os estaduais, vão

---

[4] **MIRANDA, Bertino de. *A Cidade de Manáos e Seus Motins Políticos*. 2ª ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1984.**

[5] **REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Autonomia do Amazonas*. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1966.**

assumir como tarefa primordial o fomento da atividade extrativista e a conseqüente garantia do suprimento de borracha para o mercado mundial. Embora a carência endêmica de capitais na região tenha sido atenuada através da atuação direta das firmas internacionais, algumas das quais funcionando como verdadeiras agências de crédito, o obstáculo maior para a ampliação da produção regional persistia: a escassez de mão-de-obra.

Para a resolução dos problemas, os governos locais, associados a empreendimentos privados, passaram a fomentar a imigração de populações nordestinas (em especial de cearenses) assoladas pela grande seca de 1877/78, a maior do século. Além da seca, a grande concentração fundiária presente no nordeste brasileiro, estabelecendo o domínio exclusivo do latifúndio sobre as terras produtivas, impunha ao sertanejo uma condição de vida tão miserável que o índice de mortalidade provocada pela inanição alcançou patamares alarmantes.[6]

Nestas condições, não foi difícil transferir parte considerável dessa população expropriada para os seringais da Amazônia, tarefa que era ainda mais favorecida pela forte propaganda que tanto os governos do Amazonas quanto firmas particulares promoveram nas principais capitais do Nordeste, apresentando a Amazônia não só como alternativa à fome e à miséria, mas também como o novo *El Dorado*, uma terra de riquezas e promissões.

Embora as estatísticas acerca dessa migração populacional não sejam seguras, é possível sustentar as cifras projetadas por Celso Furtado, que levanta a tese de que nada menos de meio milhão de nordestinos foram deslocados para os seringais da Amazônia no período de 1880 a 1910.

Como era de se esperar, a montagem da estrutura produtiva dos seringais, embora recorrendo a práticas e técnicas produtivas já estabelecidas na região, alterou significativamente as relações sociais de produção vigentes e, de igual forma, contribuiu para a própria modificação do perfil sócio-cultural do mundo amazônico, consolidando o "caboclo" como o arquétipo do novo homem amazônico, sublimando gradativamente a figura ancestral do indígena.

A economia gumífera engendrou um sistema de trabalho extremamente rígido e desumano. Chegando aos seringais o migrante assumia, de imediato, uma pesada dívida com o "barracão", termo pelo qual se convencionou chamar a sede do seringal, que abrigava não só as atividades administrativas, mais também a função de ponto comercial

[6] WEINSTEIN, Bárbara. ***A Borracha na Amazônia***: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

destinado ao abastecimento de víveres e instrumentos de trabalho. A dívida do seringueiro começava antes mesmo de sua chegada à região e dizia respeito aos custos da viagem do Nordeste à Manaus nas "gaiolas", e de Manaus aos seringais. À viagem, somavam-se os gastos com a aquisição no barracão de uma quantidade de gêneros (farinha, arroz, feijão, aguardente, etc.) e de implementos necessários à sobrevivência no seringal (terçado, vasilhames, panelas, pratos, pólvora, espingarda, etc.).

Em contrapartida, o seringueiro assumia o compromisso de entregar no barracão, ao final do período de extração, toda a sua produção de borracha que, então, deveria cobrir o valor dos aviamentos contraídos. Como o controle dos seringais era exercido de forma truculenta e autoritária pelos seringalistas ou seus prepostos, os valores, tanto da borracha extraída quanto dos artigos comercializados pelo barracão, era arbitrado de forma tal, que o seringueiro dificilmente conseguia saldar suas dívidas, condição estabelecida para que ele pudesse se afastar definitivamente do seringal. A montagem dessa engrenagem espoliativa levou Euclides da Cunha a definir com bastante propriedade o seringueiro como "aquele que trabalha para se escravizar".[7]

Por outro lado, a dureza da vida nos seringais tem sido erroneamente confrontada com um estilo de vida alegre e "folgazão" atribuído à população manauara. Nossa memória histórica tradicional pouco mencionou, ou mesmo omitiu a dureza das condições de vida e trabalho da maior parte da população local, preferindo registrar os excessos de esnobismo de novos ricos manauaras.

Imagens de seringalistas acendendo charutos com notas de mil réis, famílias mandando suas roupas sujas para serem lavadas em Lisboa tem sido lembradas com insistência por nossos memorialistas. Da mesma forma, comenta-se muito da larga incorporação de hábitos culturais típicos do refinamento burguês europeu, responsável pela imagem singela de Manaus como uma miniatura de metrópole européia. Assim é que para Genesino Braga, Manaus, "nascida entre um toque de guerra e um sonho de amor... surgiu para a história com orgulho de metrópole". E continua:

> De metrópole da altiva e guerreira nação Manau, prosseguiu depois, no curso dos tempos, o seu destino de centro civilizador: metrópole da Capitania, da Província, do Estado; e, alçada agora a Metrópole da Amazônia Ocidental, é, com a sua Zona Franca Internacional (a única Zona Franca Internacional no Brasil), Metrópole Internacional do Brasil.[8]

---

[7] CUNHA, Euclides da. ***À Margem da História***. São Paulo: Martins Fontes,1999, p. 40-52. Cf. também: REIS, Arthur Cézar Ferreira. ***O Seringal e o Seringueiro***. 2ª ed. Mnaus: Edua, 1997.

[8] BRAGA, Genesino. ***Chão e Graça de Manaus***. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975, p. 3.

Não é difícil ver nessas representações as linhas de força e os postulados que, em produção recente, Sandra Pesavento identificou como características típicas de uma historiografia *Belle Époque*, que valorizava a "cultura" como "o sorriso da sociedade".[9]

Ocorre que todas essas imagens, longe de traduzirem a ambiência vivenciada pelo conjunto da população manauara, não passam de extrapolações grosseiras de um estilo de vida muito particular que dizia respeito a grupos extremamente restritos da elite abastada regional. A insistência com que tais imagens têm sido recuperadas tem servido tão somente para mitificar o passado a partir de uma visão saudosista e conservadora.[10]

A "Paris das Selvas" como gostam de chamar até hoje os adeptos dessa perspectiva, afigurou-se, aos olhos de importantes críticos sociais, não como uma cópia em escala de sua "matriz européia", mas como construção caricata, imperfeita e incapaz de sustentar, mesmo de relance, a comparação pretendida. Euclides condenou-lhe,

> a vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio européia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado o ianque espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em *Grand.*[11]

Ao espelhar-se num longínquo mundo europeizado, as elites locais nada mais faziam que tentar, grosseiramente, disfarçar as marcas do passado indígena regional, que reputavam como atrasado e incompatível com o avanço do progresso cultural e material. Era, em suma, a manifestação clara da crise de identidade já apontada por Márcio Souza em alguns de seus escritos.

Nossas pesquisas têm buscado acompanhar outras trajetórias ainda pouco exploradas na escrita da História Amazonense. Neste sentido, temos tentado iluminar experiências sociais concretas, do amplo e diversificado contingente de trabalhadores e de pobres urbanos que se formou na cidade de Manaus durante a República Velha. Trata-se, portanto, de acompanhar a vivência de pessoas comuns que, embora não tenham tido experiências *glamourosas* ou repletas do fascínio na *Belle Èpoque* Manauara, foram,

---

[9] PESAVENTO, Sandra Jatahy. ***História & História Cultural***. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 14-15.

[10] Tivemos a oportunidade de explorar alguns desses postulados da historiografia regional em trabalho anterior: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. ***A Cidade Sobre os Ombros***: trabalho e conflito no porto de Manaus,1899-1925, Manaus:Edua, 1999, esp. p. 177-184. Mais recentemente incorporei na análise um conjunto de memorialistas e literatos que tanto quanto os historiadores, consolidaram imagens do urbano em Manaus. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. "Dilemas da Intelectualidade no Amazonas". *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de Janeiro de 2002. Nesta abordagem incorporei muitas das sugestivas reflexões trazidas por: PESAVENTO, Sandra. ***O Imaginário da Cidade***: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

[11] CUNHA, Euclides. ***Um Paraíso Perdido***: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 221.

todavia, ao lado dos extratores do látex, os esteios sobre os quais se assentou a sociedade extrativista.

Construtores anônimos do progresso material da cidade, seus desejos e anseios tendiam a ser desprezados, sua vontade política desconsiderada, seus protestos e reivindicações ignoradas. Mas, sua presença na cidade estava longe de ter sido passiva. Agindo e reagindo no interior das relações sociais de produção, os trabalhadores manauaras souberam trilhar, em diversas ocasiões, o caminho da participação política ativa, atraindo para si a atenção, simpatia e respeito por parte da sociedade local e a preocupação e animosidade dos grupos dominantes. Registremos aqui a inspiração thompsoniana, seja na incorporação de seus temas prioritários de pesquisa, seja pelos postulados metodológicos por ele sugeridos, como o expresso em trecho de seu famoso prefácio à Formação da Classe Operária Inglesa:

> Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do 'obsoleto' tear manual, o artesão 'utópico' e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência. Se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.[12]

Se no contexto historiográfico regional, a cidade tem sido uma referência freqüente (embora fortemente idealizada), o tema do trabalho urbano sequer é mencionado. Seu enfrentamento tem sido, todavia, uma preocupação cada vez mais assumida na produção acadêmica recente, tendo inclusive resultado em importantes dissertações de mestrado.[13]

Com efeito, nas primeiras décadas da Província, o discurso dos presidentes é uníssono no sentido de apontar a carência endêmica de trabalhadores especializados no Amazonas. Recorrendo à corriqueira prática colonial, tanto os moradores brancos quanto às autoridades provinciais fizeram largo uso da mão-de-obra indígena regional, arregimentando-os nos mais diversos espaços da Província por intermédio das Diretorias de Índios.

Todo o trabalho nas roças, sítios particulares na periferia da cidade (Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo), alem do próprio trabalho doméstico, era realizado por índios trazidos da vizinhança. Lamentavelmente, até hoje tem sido prática corrente entre os

---

[12] THOMPSON, Edward Palmer. ***A Formação da Classe Operária Inglesa***. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

[13] Além de meu estudo sobre os trabalhadores do porto, destaco: DIAS, Edinéa Mascarenha. ***A Ilusão do Fausto***: Manaus, 1890-1910. Manaus: Valer, 1999 e COSTA, Francisca Deusa. Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana – Manaus, 1900 – 1915. In: FENELON, Déa (Org). ***Cidades***. São Paulo: Olho d'água, 1999.

habitantes de Manaus trazer jovens índias do interior do estado para a realização de trabalhos domésticos, muitas vezes sem nenhuma remuneração.

Em 1848, quando aportou em Manaus um navio do exército brasileiro, todos os índios da cidade fugiram para o mato temendo o recrutamento forçado, então uma prática bastante comum. Como escreveu um viajante italiano, o resultado dessa fuga de índios foi a total paralisação dos serviços na cidade e, em uma semana, não havia sequer víveres para o abastecimento dos moradores, o que demonstra inegavelmente a grande dependência da cidade em relação ao trabalho indígena.[14]

Era comum que das Diretorias de Índios do interior viessem para Manaus, freqüentes levas de índios para serem colocados à disposição das "Obras Públicas": aterros, desaterros, construções de pontes e prédios públicos, conserto e conservação de ruas, praças e jardins, etc. Muitos índios sucumbiram diante da dureza do serviço e das péssimas condições onde eram abrigados, sem falar na freqüente inadaptação aos costumes locais. Em 1887, o Presidente da Província do Amazonas queixava-se de um Diretor de Índios que teria mandado à Manaus índios que, não acostumados ao uso do sal na comida e a outros hábitos alimentares vigentes na cidade, teriam adquirido escorbuto e outros males que resultaram na morte de quase toda a "partida".[15]

Por outro lado, para a execução de atividades mais complexas que exigiam conhecimentos técnicos específicos, o Governo Provincial, não podendo contar com a população indígena local, recorria à contratação de profissionais da Corte ou mesmo da Europa. Assim, engenheiros, agrimensores, bombeiros hidráulicos e o trabalho de metalurgia tendiam a ser realizados com a utilização de mão-de-obra importada.

Após 1857, a Província tentou estimular a formação profissional de meninos índios através da criação do Educandário dos Artífices que possuía oficinas para a formação profissional de sapateiros, alfaiates, marceneiros, etc. Por trás de uma capa de benemerência, o Educandário funcionou como instituição disciplinadora e repressiva e, na prática, voltada para o fornecimento de mão de obra barata para os serviços urbanos. Eram freqüentes as denúncias de maus tratos e os internos ficavam confinados em quartos e salas aos moldes de uma prisão. Seus críticos denunciavam que o controle sobre as crianças índias funcionava como forma de "incentivar" a permanência dos pais na cidade enquanto durasse a "formação profissional" das crianças índias, o que podia chegar até oito anos.

---

[14] OSCULATTI, Gaetano. "De Tabatinga a Belém (1847)". In: ISENBURG, Tereza (Org). ***Naturalistas Italianos no Brasil***. São Paulo: Ícone, 1990, p. 139-202.

[15] ***RELATÓRIO do Presidente da Província do Amazonas***. Manaus, 1887.

De qualquer forma, por décadas as queixas contra a baixa qualificação dos trabalhadores amazonenses continuaram e o improviso com que muitos serviços, principalmente na construção civil eram realizados, foi freqüentemente apontado como a causa da pouca durabilidade das obras e de seu elevado valor. Uma mudança expressiva só ocorreria com o início a expansão da economia gumífera, quando então Manaus transformou-se num ponto comercial importante, encarregado de fazer chegar ao interior do estado os implementos e gêneros necessários aos seringais e também de escoar a borracha dos seringais para os principais portos do Ocidente.

Tão logo a cidade vai assumindo essa nova configuração, o universo do trabalho urbano se expande, em boa medida pela incorporação de migrantes nacionais e da contratação de trabalhadores especializados, em geral, estrangeiros. É nesse momento que diversas categorias profissionais vão se consolidando e, graças à importância estratégica assumida por algumas delas, tem início o lento e conturbado processo associativo.

Com os cofres públicos abarrotados pela crescente arrecadação fiscal, o Governo Provincial tornou-se, de imediato, um dos principais empregadores, contratando profissionais para o serviço burocrático e um corpo técnico para áreas especializadas, como saúde, educação, saneamento, etc. Em poucos anos, o funcionalismo público preenchia seus cargos com a contratação de médicos e enfermeiras, juízes, delegados e policiais, professores, amanuenses, engenheiros, etc.

Fora do serviço público, as firmas comerciais também assimilaram um significativo contingente de trabalhadores, empregando principalmente, balconistas, caixeiros, secretários e guarda-livros. Ao iniciar o século XX, os empregados do comércio já somavam mais de três mil trabalhadores, numa cidade que se aproximava da casa dos 15.000 habitantes.

Profissões avulsas também se desenvolveram e, entre elas, algumas chegaram a ter grande importância no período, como foi o caso dos trabalhadores portuários. Neste particular, estivadores, carroceiros e catraieiros tiveram um papel destacado.[16] Havia também os empregados das empresas estrangeiras, concessionárias dos serviços públicos de água, luz, saneamento e transporte.

Uma das características do trabalho urbano na Manaus da borracha foi a forte concentração de trabalhadores no setor terciário (comércio e serviços). Em contrapartida, o trabalho fabril pouco se desenvolveu, alocando um número mais restrito de

[16] PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**, Op. Cit.

trabalhadores em empresas de beneficiamento de produtos regionais como a castanha, nas fábricas de gelo e cerveja ou ainda nas oficinas gráficas locais.

Outra característica do trabalho urbano em Manaus, é que ele foi majoritariamente masculino, uma vez que a presença feminina apenas começava a ganhar visibilidade no espaço público, embora ainda timidamente. Na verdade, as mulheres continuavam a exercer funções tradicionais, inseridas no âmbito do privado, como as funções domésticas: cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, estas, muitas vezes desenvolvendo seus trabalhos nas margens dos igarapés da cidade.

No final do século XIX, o trabalho feminino avança principalmente em direção ao magistério infantil, dedicado ao ensino das “primeiras letras”. Embora trabalhassem nas escolas públicas, onde dividiam a tarefa de ensinar com professores homens, sua maior participação se deu em modestos empreendimentos particulares. “Escolinhas” autorizadas pelo governo, muitas delas não passando de uma pequena sala de aula anexa à casa ou mesmo ocupando um cômodo improvisado para o atendimento de turmas mistas de 10 a 40 crianças.

Enquanto no ensino primário a participação da mulher era vista como honrada e digna, dela tomando parte até senhoras de famílias tradicionais, outros tipos de emprego feminino, principalmente aqueles que se realizam fora de casa, como os de secretária ou datilógrafa, sendo ainda uma novidade dos “tempos modernos”, eram vistos com muita desconfiança e a quase totalidade das vagas foram preenchidas por mulheres de famílias pobres ou de ganhos módicos, para quem a recusa de um outro salário estava fora de cogitação e acima dos preconceitos e estigmas sociais em voga.

Pelas mesmas razões, eram mulheres pobres também as que se empenhavam nas confecções de roupas e nas fábricas de beneficiamento de castanhas. Em todos os casos, seus serviços embora acompanhassem a mesma jornada de trabalho masculina, eram remunerados abaixo desta e seus ganhos eram considerados como mero complemento da renda familiar.

O trabalho infantil também esteve presente na Manaus da borracha e chegou a ser na iconografia da época, mais freqüente que o trabalho feminino. Em todo o período da borracha, não houve rua de Manaus que não tenha presenciado o trançar contínuo de pequenos entregadores de encomendas e recados, dos jornaleiros e de uma infinidade de ambulantes, oferecendo desde guloseimas a pequenos produtos de decoração e peças de vestuário, cuja fabricação artesanal era feita, em geral, pela mãe e/ou irmãs nas horas vagas do serviço da casa.

Em várias ocasiões o trabalho infantil também foi utilizado como alternativa estratégica para a manutenção da acumulação de capitais. Mesmo nas tarefas ligadas a estiva, (trabalho que exigia força e robustez), as firmas locais e a poderosa Manáos Harbour, firma que arrendou o porto de Manaus, utilizava-se da contratação da mão-de-obra infantil. Assim como no trabalho feminino, a baixa remuneração foi também regra no trabalho infantil, sendo quase sempre pago à razão da metade ou até mesmo a terça parte do salário pago aos homens.

Não sendo uma exclusividade do contexto manauara, todas essas dimensões do viver urbano refletem a diversidade de experiências sociais e de estratégias de sobrevivência popular em contextos bastante adversos.[17]

[17] Existe uma tradição significativa de estudos no Brasil que exploram a diversidade dessas experiências no sentido aqui indicado. Dentre outros, conferir: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. ***Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX***. São Paulo: Brasiliense, 1995; PINTO, Maria Inez Machado Borges. ***Cotidiano e Sobrevivência***. São Paulo: Edusp, 1994; MATOS, Maria Izilda Santos. ***Cotidiano e Cultura***: história, cidade e trabalho. Bauru-SP: Edusc, 2002.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA VOCACIONAL BRASILEIRA (1900-1982)

Maria Odete Pereira Mundim

Aluna do curso de Mestrado

da Faculdade de Educação da UFU

Resumo: O resgate histórico sobre a educação técnica vocacional no Brasil no período de 1900 a 1982 é o objetivo desse estudo que foi desenvolvido para subsidiar, teoricamente, pesquisa em andamento no curso de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia sobre a criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais. O recorte temporal está demarcado pelo período de aceleração do processo de industrialização do país, início do século XX, com a conseqüente exigência do mercado pela criação de escolas de ensino técnico, e o ano de 1982, quando foi retirada a condição compulsória da habilitação profissional no 2.º grau, o que provocou, além de uma indefinição na sistematização desse nível de ensino, a inviabilização do funcionamento da maioria das instituições técnicas vocacionais no Brasil. O desenvolvimento desse estudo se constituiu, inicialmente, na leitura de autores que abordam a relação educação-trabalho no mundo capitalista para, apreendendo a forma como tal embate se concretizou na educação técnico-profisionalizante brasileira, compreender melhor o surgimento dessa modalidade de ensino no país; a etapa seguinte coube à construção textual do tema pesquisado.

O sistema capitalista de produção existe em decorrência da expansão progressiva do mercado, do alargamento supranacional das relações de troca e da dinamização dos meios de comunicação humana abertos pelo comércio internacional.[i]

Para a sua consolidação é necessário que algumas condições materiais estejam colocadas, como a acumulação do capital (dinheiro) e o surgimento de uma massa de trabalhadores livres. No cenário mundial essas condições foram se estabelecendo na medida, principalmente, do desenvolvimento industrial.

O capitalismo e a industrialização trouxeram consigo um enorme aumento da riqueza e empurraram as fronteiras da humanidade em direção a limites inimagináveis, com distorções calamitosas na distribuição de renda, nas economias, nas culturas e nas formas de trabalho entre as nações do planeta.[ii]

Sobre o trabalho, numa sociedade capitalista a classe detentora do capital e/ou da terra, monopoliza os instrumentos de produção e sujeitam às demais classes a sua dominação e exploração.

A escola capitalista, por sua vê, prepara o trabalho que alentará o capital. A educação qualifica a força de trabalho, ampliando sua capacidade produtiva. Quando o capitalista defende a democratização das oportunidades de ensino, ele esta defendendo seu interesse de classe. As condições da sociedade moderna requerem uma classe trabalhadora preparada para operar equipamentos modernos e tecnologia avançada. Se as leis trabalhistas limitam o número de horas que o trabalhador pode trabalhar, aumenta-se a produtividade do trabalho introduzindo novas tecnologias e maquinarias,[iii] desenvolvendo novos instrumentos de produção, preparando mão-de-obra adequada, qualificando na escola ou nas fábricas e/ou oficinas. Isso exige crescente habilitação da mão-de-obra.

No Brasil, a acumulação de capital proveniente da produção agrária, conjugado ao estabelecimento de um regime republicano, a abolição da escravatura e o crescimento industrial no final do século XIX foram fatores que favoreceram a consolidação do capitalismo no país.

Nesse contexto, as condições estabelecidas na relação educação-trabalho, no Brasil, se pautaram no âmbito de interesses do sistema capitalista de produção. À educação coube preparar o trabalhador para o trabalho qualificando-o para a obtenção de rendimentos mais

condizentes com o objetivo de aumentar a sua capacidade de produzir, assegurando ao capitalista condições para tomar para si as vantagens econômicas advindas desse processo.[iv]

A partir dos primeiros anos do século XX, ocorreu uma aceleração no ritmo evolutivo industrial.[v]

Esse crescimento no setor industrial demandava uma oferta maior de mão-de-obra especializada. Assim, num momento de pressão pela industrialização do país, o Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o Decreto n.º 7.566 de 23 de setembro de 1909, que criava dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada Estado da Federação, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e oferecia gratuitamente à população o ensino profissional primário.[vi]

O Recenseamento Geral da República de 1920 demonstrou que existiam 13.336 indústrias instaladas no país empregando 275.512 operários.[vii] Havia a necessidade urgente de criação de escolas para a qualificação desses operários que compreendia, em sua grande maioria, de trabalhadores provenientes do campo ou de imigrantes.

Os empresários defensores da industrialização, como forma de colocar o país na direção do desenvolvimento econômico e social, clamavam pela obrigatoriedade do ensino profissional.

Em 1917, a prefeitura do Distrito Federal criou a Escola Normal de Artes e Ofícios "Venceslau Brás" com a finalidade de preparar professores, mestres e contramestres para as escolas de ensino profissional. [viii]

As Escolas de Aprendizes Artífices serviram como modelo de ensino profissional para a constituição das escolas técnicas em todo o país.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo concretizou a proposta de industrialização das escolas profissionais. Suas oficinas, de escolares no início, passaram a ser exclusivamente de interesse fabril, mantendo apenas o ensino primário noturno para os aprendizes. [ix] No Rio de Janeiro o Instituto João Alfredo foi a referência para as reformas

educacionais tanto de 1928, de Fernando de Azevedo, quando se especializou em “Instituto Profissional Eletrotécnico e Mecânico”, quanto de 1932, com Anísio Teixeira, ao tornar-se uma escola técnica secundária. [x]

No governo de Getúlio Vargas foi criado em 1930, o Ministério da Educação e da Saúde, iniciando uma reestruturação na educação brasileira. No âmbito do ensino profissional, foi instituída a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, órgão controlador das escolas de aprendizes transformado em 1934, na Superintendência do Ensino Profissional.[xi]

O Ministro da Educação e da Saúde, Francisco Campos promoveu uma reforma no sistema de ensino brasileiro dando uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. [xii]

Porém, apesar do significativo avanço na estruturação do ensino brasileiro, a Reforma Francisco Campos omitiu o ensino industrial, e mostrou uma desarticulação entre os cursos profissionais e o ensino secundário, sendo que somente este possibilitava o acesso ao ensino superior.

No entanto, as mudanças deflagradas por essa reforma, suscitaram muitos debates em torno da necessidade de se estabelecer diretrizes para a educação nacional, como forma de promover o desenvolvimento do país. Isso levou à divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no Brasil, assinado por vários intelectuais da época como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira dentre outros. A escola profissional, no pensamento dos pioneiros, restabeleceria, entre os homens, o espírito de disciplina e solidariedade, constituindo o trabalho como a maior escola de formação do caráter dos indivíduos. [xiii]

A Constituição de 1937, seguindo a ideologia educacional capitalista de preparação em maior escala de mão-de-obra para as novas funções abertas pelo mercado que prevalecia naquele momento, tornou legal uma realidade na sociedade brasileira, ou seja, a

dualidade entre o trabalho manual e o intelectual ao definir em seu Art. 129 que o "ensino profissional estava destinado às classes menos favorecidas". [xiv]

A organização do ensino público iniciada por Francisco Campos teve prosseguimento com a Reforma do ensino promovida pelo Ministro Gustavo Capanema, através da aprovação de vários Decretos a partir de 1942, nos quais foram criadas as Leis Orgânicas (Ensino Industrial, Comercial e Agrícola), o SENAI e o SENAC. [xv]

No estado de São Paulo, o Decreto n.º 38.643 de 3 de fevereiro de 1961, criava os Ginásios Vocacionais. O projeto inovador procurava desenvolver nos alunos o espírito crítico, o interesse pelo estudo e pela pesquisa, a formação de atitudes e a promoção da solidariedade e cooperação. [xvi]

Essa proposta inovadora, porém, não resistiu às imposições do governo autoritário que se instalou no país a partir de 1964. A experiência foi taxada de subversiva e vários diretores dessas escolas foram presos. O Decreto estadual n.º 52.460 de 05 de junho de 1970 extinguiu o ensino renovado em todas as escolas estaduais. Foram nomeados interventores para os Ginásios Vocacionais que, doravante, adotariam um regime didático comum às demais escolas públicas. [xvii]

A Lei n.º 4.024 de Diretrizes e Base da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1961, definiu pela primeira vez na história da educação brasileira a articulação entre os ensinos secundário e profissional, permitindo a qualquer aluno que concluísse o secundário ou o profissional tivesse acesso ao curso superior. Estabeleceu a possibilidade de instalação de cursos pré-técnicos, com duração de um ano, cujas disciplinas foram regulamentadas pela Portaria DEI 22 BR, de 27 de março de 1962; a Portaria DEI 26 BR, de 7 de março de 1962 tornou obrigatório o estágio para os alunos do curso técnico na indústria e fixou, também, as disciplinas de caráter geral obrigatórias para o curso técnico.[xviii]

Em 11 de agosto de 1971 a Lei n.º 5.692 reformou o ensino de 1º e 2º graus no país, substituindo a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela habilitação

profissional compulsória. Além da característica propedêutica, essa Lei estabeleceu o sentido da terminalidade, ou seja, permitia aos alunos a preparação tanto para seguirem seus estudos no ensino superior como lhe proporcionava uma habilitação profissional.[xix]

A falta de recursos materiais e humanos para adequar as escolas às novas concepções, levaram os governos estaduais e municipais a pressionarem o Conselho Federal de Educação a rever a questão da habilitação profissional compulsória no ensino de 1.º e 2.º graus que, após estudos, emitiu o parecer 76/1975 sobre esse assunto. [xx]

Em 18 de outubro de 1982, um projeto encaminhado pelo MEC foi aprovado pelo Congresso Nacional e se transformou na Lei n.º 7.044/1982, que manteve em seus artigos a obrigatoriedade de preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, no 1º e 2.º graus e retirou a condição universal e compulsória na habilitação profissional no 2.º grau: ”A preparação para o trabalho, no ensino de 2.º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino”. [xxi]

A partir daí às escolas bastaria incluir atividades, tais como visitas a empresas, palestras e informações sobre profissões e/ou testes vocacionais para estarem habilitadas a desenvolverem cursos de 2.º grau.

A retirada da característica profissionalizante nesse nível de ensino implicou no fim da condição de terminalidade e um retorno à estrutura propedêutica. Isso implicou no fracasso da reforma do ensino profissionalizante no país.

Dessa forma, as escolas técnicas vocacionais públicas, a partir de 1982, se vêem em condições impróprias de oferecerem o tipo de ensino para o qual foram criadas e aos poucos, a grande maioria, se estruturou em escolas de ensino regular de 1.º e 2.º graus.

As considerações finais sobre esse estudo nos conduzem a uma maior compreensão sobre o processo de implantação do ensino técnico vocacional no Brasil de 1900 a 1982 o que possibilita uma contextualização mais real sobre a criação das escolas vocacionais no país, objeto da pesquisa de mestrado em andamento sobre a Escola Américo René Gianetti em Uberlândia, Minas Gerais.

[i] MELLO, Alex Fiúza de. *Capitalismo e Mundialização em Marx*. São Paulo: Editora Perspectiva. Belém: SECTAM – Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente. 2000. P.45.
[ii] FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989. P. 5 e 33.
[iii] Segundo Marx, a maquinaria é meio de produzir mais valia. Cf. MARX, Karl. *O Capital crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1980. P.424, 428 e 429.
[iv] ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista.* São Paulo: Editora Moraes.1980. P. 48.
[v] SIMONSEM, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP. 1973. P.16.
[vi] SANTOS, Jailson A. dos. *A trajetória da educação profissional*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e Outros (Org). *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003. P. 212.
[vii] SIMONSEM, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora nacional e Editora da USP. 1973. P.17.
[viii] CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino dos ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo:Editora da UNESP; Brasília, DF: FLACSO. 2000. P. 82.
[ix] Ibidem. P.129.
[x] Ibidem. P. 195.
[xi] ZANATA, Marisa (Org). *De Homens e Máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. São Paulo:SENAI. 1991. P. 114.
[xii] ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada. 1980. P. 131.
[xiii] MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: GHIRALDELLI Jr, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez. 1990. P.60.
[xiv] ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil.* Petrópolis: Editora Vozes Limitada. 1980. P. 153.
[xv] Ibidem. P. 154.
[xvi] TAMBERLINI, Ângela R.M. de B. *Os ginásios vocacionais a dimensão política de um projeto pedagógico transformador*. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2001. P. 55.
[xvii] Ibidem. P.60.
[xviii] CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: FLACSO. 2000. P. 127.
[xix] _____ *A Política Educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio.* Rio de Janeiro: Editora Eldorado Ltda. 1977. P.126.
[xx] CUNHA, Luiz Antônio. *A Política Educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Editora Eldorado Ltda. 1977. P. 191 e 192.*
[xxi] _____ *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000. P. 205-206.

Revista Claudia: imagens femininas na moderna sociedade brasileira (1961-1985).

Ms. Maria Paula Costa[1]

A história cultural procura trabalhar o papel dos diferentes grupos sociais, investigando os conflitos sociais, através da pluralidade de olhares sobre o passado, indicando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões, o que amplia os limites da disciplina histórica. Assim a diversidade temática enriquece os estudos históricos com focos de análises e reflexões, proporcionando uma nova dimensão à importância do cotidiano das sociedades.

Neste âmbito procuramos contribuir para o universo da história das mulheres e da imprensa feminina por meio de um importante periódico que circula atualmente no mercado editorial, a revista Claudia. Os periódicos têm sido objeto de reflexão da História como rico material para análise e compreensão das representações sociais e relações que se estabelecem entre os sujeitos, elucidando assim o entendimento dos universos que permeiam as culturas contemporâneas.

Este texto faz parte do projeto de doutorado que incide sobre a história da revista Claudia, publicada pela primeira vez em outubro de 1961, pela editora abril, tendo como público alvo as mulheres da classe média urbana que possuíam poder aquisitivo para comprar os produtos anunciados em suas páginas. Delimitamos o período entre 1961 a 1985, pois ao analisar tal fonte documental percebemos rupturas e continuidades que marcam momentos importantes da nossa história; evidentemente seu discurso acompanhou e ditou as transformações de cada período, sendo que hoje continua mantendo suas leitoras e influindo sobre elas.

Direcionamos o olhar para os sentidos atribuídos ao discurso deste periódico e seus diferentes significados e representações no que tange ao comportamento e aos costumes, compartilhados com suas leitoras, dimensionando um quadro conceitual que torne visíveis as relações da mulher com seu corpo, sua sexualidade, sua família, sua

casa e suas relações com o intenso consumo estimulado pela revista. Remete-nos para muito além de simples transações de compra e venda de produtos e explora o princípio de que os bens de consumo possuem significados que vão muito além de sua razão utilitária e valor comercial, representa categorias culturais carregados de significados.

Ao analisar os temas que circularam na revista nesses vinte e cinco anos, indagamos as transformações históricas que fizeram parte desse processo, identificando como os comportamentos foram construídos, pensados por seus editores e pela sociedade que vivia uma modernização baseada no consumo, pois entendemos que uma análise interna da revista Claudia deve estar vinculada ao período que encontra-se inserida. Assim situamos a revista dentro de um novo processo de modernização inaugurado com o período militar.

Os anos 60 marcaram um processo de mudança nos hábitos, costumes e comportamentos influenciados pela crescente urbanização e pela idéia de modernização e progresso nos grandes centros urbanos que fortaleceram a indústria cultural brasileira, ao mesmo tempo, que as empresas disponibilizavam mercadorias que alteraram os hábitos de consumo. Tal fato recebeu forte apoio dos meios de comunicação de massa, que representaram espaços de exposição de produtos e de novos valores sociais para uma sociedade que estava sob a expectativa criada pelo desenvolvimento.

A política desenvolvimentista no país aplicou grandes investimentos em setores de produção e bem de consumo, agradando às classes sociais privilegiadas, assim como consolidou um mercado de bens culturais: televisão, cinema, indústria de disco, editorial, publicações que traduzem as transformações ocorridas na sociedade brasileira.

Para compreendermos tais mudanças torna-se fundamental entender a política desenvolvimentista de JK e refletir sobre o golpe militar. A dimensão política pós-64 provoca profundas modificações traduzidas pela repressão, censura, exílio e prisões, ou seja, caminhou para o fechamento político, entretanto os militares aprofundaram as

medidas econômicas tomadas por JK e reorganizaram a economia brasileira que caminhou cada vez mais para a internacionalização do capital.

O período de 70 a 73 ficou conhecido como “milagre brasileiro”, uma política de desenvolvimento acelerado, caracterizado pela entrada de capitais estrangeiros, fortalecimento do setor estatal da economia combinado com o apoio à indústria nacional, ocasionando a abertura de supermercados e shoppings centers, e a venda de automóveis por preços mais acessíveis, estimulando o consumo. Essa fase de euforia conferia um ar de cumplicidade entre o povo e o governo, enquanto este último continuava a prática da censura e tortura. Entretanto com a crise do petróleo e o aumento da dívida externa do Brasil, esse clima de euforia foi substituído por uma tensão social que ao longo das décadas de 70 e 80 levou à contestação de tal regime e o fortalecimento dos movimentos a favor da abertura política e redemocratização do país.

Todavia evidencia-se que, apesar do fechamento político do espaço público, outras formas de participação e expressão político-culturais foram gestadas, como movimento da contracultura, o movimento feminista, redefinindo as práticas culturais dos anos 70.

Durante todo esse processo histórico da sociedade brasileira, percebemos que os movimentos sociais urbanos, inscritos no âmbito político e econômico, representaram um momento importante de questionamento das identidades dos sujeitos.

O Brasil passa por ondas de modernização e os periódicos fazem parte deste processo, no caso da revista Claudia influenciou diretamente no comportamento, nos costumes da classe média em franca expansão.

Embora ocorra a ausência de debates políticos e econômicos nos periódicos da imprensa feminina, percebemos que os valores e comportamentos caminhavam para uma abertura, apoiados no discurso da modernização, permitindo redefinir alguns valores e ao mesmo tempo reafirmando antigos costumes.

As revistas femininas são produtos históricos que refletem, a sua maneira, a história do desenvolvimento capitalista da nossa economia, ao reduzir muitas vezes a participação das mulheres à simples consumidoras de produtos ligados à indústria do lar e do corpo. São produtos culturais destinados a um público específico que aparece construído e concretizado nas páginas do periódico veiculando concepções sobre os papéis sexuais da família e da relação entre os sexos.

A revista Claudia entra no mercado editorial iniciando uma nova fase para a imprensa feminina, ao ser concebida como periódico com textos que abordam o cotidiano e os assuntos feminino. Sendo uma revista nacional, veicula produtos de diversas empresas ligadas ao universo estabelecido como feminino. Assim como afirmou Moraes a revista Claudia foi e continua sendo uma grande vendedora.[2]

Seu grupo editorial foi sensível às metamorfoses urbanas e à explosão da classe média, assim procurou adaptar a dona de casa ao ritmo da vida moderna, com uma linguagem direta, urbana e coloquial.

A editora abril definiu em outubro de 1961, para sua nova publicação, uma leitora que não sonha, consome. Mostrando em todas as suas matérias produtos que a mulher encontraria facilmente em qualquer lugar do Brasil, funcionando como um verdadeiro guia de compras, influencia suas leitoras a adotarem determinado padrão de consumo, associando o ato de consumir ao de ser moderno.

Desta forma, ao analisar a revista Claudia, torna-se fundamental captar o processo de modernização da sociedade brasileira e associar à idéia de consumo, sem reduzir-la a uma análise economicista, mas elucidando a relação existente entre a cultura e a economia.

A felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, que se caracteriza por ser excludente, acelerando a fragmentação social e expandindo uma nova classe média que assimila as ideologias individualistas. Essa é a realidade da leitora de

Claudia, que busca construir uma identidade e administrar seus problemas pessoais e familiares.

A revista possui um tom de alegria e confiança no futuro, propondo a conciliação das tarefas da mulher sem que esta deixe de exercer sua feminilidade, baseando na ética da felicidade barata que rege uma civilização do lucro e do consumo, daí a exploração de temas como corpo e beleza. Assim as capas da revista indicam o que a leitora encontrará representado e proposto no conteúdo da revista: o ideal do corpo esculpido em suas linhas e desenhos e o apelo para disciplinar seus corpos. Para tanto contará com a ajuda de diversos produtos, dicas de ginástica, culinária, sugestões médicas para melhorar a aparência.

Uma vez constituído o corpo, é preciso vesti-lo, e nesse momento a indústria da moda encontra na revista Claudia sua parceira. Mensalmente, modelos e tendências aparecem para atualizar sua leitora do mundo da costura não só da mulher, mas da moda para os filhos e marido, colaborando com todos os aspectos da vida de sua leitora.

Observar as transformações que ocorreram desde seu lançamento até o ano de 1985 aponta para questões interessantes, como a percepção de que o corpo passa por renovações e diferentes estágios articulados à sexualidade da mulher, e os caminhos que indicam mudanças no comportamento sexual, alterando o papel na sociedade.

Como a revista Claudia propunha-se ser um periódico completo e companheiro, faltava tratar das angústias e problemas da mulher e nesse contexto diversos artigos trataram assuntos polêmicos de forma cautelosa, estabelecendo um diálogo com as leitoras, muitas vezes despertando a consciência e influenciando várias gerações.

Assim pretendemos contribuir para os estudos que abordam o cotidiano e as relações entre os sexos com os diversos temas que intercruzam essas relações em diferentes períodos valorizando as transformações e as continuidades e procurando refletir sobre como a sociedade brasileira deste período fez parte de um novo processo de

modernização que influenciou as formas de sociabilidades. Deste modo a problemática feminina presente nas páginas de Claudia assume outra dimensão, exterior ao periódico criando modelos d comportamentos, costumes e ações.

---

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de São Paulo-Assis.
[2] MORAES, Maria Lygia Quartin de. *Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres.* Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1981.

AMBIGÜIDADES DE UMA GUERRA

Maria Regina Santos de Souza

Mestrado História Social / UFC

Ipú, Ceará, 1868. Um filho defendeu o pai e se tornou assassino.Antonio Francisco de Oliveira, que por ocasião de ser preso para recruta, resistiu à escolta. Armado de faca ameaçou o inspetor de quarteirão quando fora morto com uma cacetada na cabeça distribuída pelo filho desta autoridade civil.[1] Nesse mesmo ano na localidade de Pedra Branca, três homens cercaram a cadeia dessa povoação e tiraram o recruta Francisco de tal, que estava para ser enviado à capital, Fortaleza, de onde embarcaria para a Corte rumo ao Paraguai[2].O condenado João Camilo, casado, branco, 25 anos de idade, morador da vila da Imperatriz, norte cearense, estava sendo procurado na data de 1869, pelo crime de homicídio; eis que o mesmo resolveu mudar de nome e assentar praça voluntariamente na capital do Piauí[3]. Através desses exemplos, podemos observar como a Guerra do Paraguai se apresentava de maneira ambígua diante da população pobre e livre da província do Ceará, pois se o recrutamento era entendido como um castigo de um lado, o voluntariado poderia ser visto como redenção do outro.

O objetivo deste trabalho é interpretar como a Guerra entre o Brasil e o Paraguai contribuiu para o aumento da criminalidade nos Ceará através do recrutamento, ao mesmo tempo em que fora o caminho procurado por muitos criminosos para a liberdade através do voluntariado.

Recrutar para o Exército foi sempre um problema para o Brasil[4].Durante o conflito com o Paraguai que o recrutamento tornou-se mais intenso sobre as camadas livres e desclassificadas brasileiras, quer fosse pela duração da Guerra, quer fosse pela ojeriza ao serviço das armas, pois a imagem do soldado desde o período colonial era degradante , sempre atrelada à violência[5]. No Ceará, onde a maior parte dos livres e pobres tinham em suas lembranças as truculências da conscrição para Guerra contra Rosas (1851-1852), o

conflito com a República Guarani aumentou as transgressões na época. Crimes como homicídios, ofensas físicas graves, ofensas morais, entre outros, tiveram origens a partir de incidentes entre recrutadores e recrutados.No primeiro caso, o designado fora morto por não querer assumir a desonra de ser um recrutado.No "imaginário" social da segunda metade do século dezenove, ser recruta consistia em fazer parte de um contingente da população que vivia à margem da sociedade, e, portanto, carregar o estigma da exclusão social. Em outros termos, o recrutado estava sempre associado ao bandido, ao desordeiro, ao vadio, embora muitos nunca tivessem delinqüido. O conscrito em questão preferiu resistir a ser estigmatizado, uma vez que, se fosse recrutado iria sofrer a humilhação de ser marrado ou acorrentado num cortejo até o cárcere sendo observado por populares. Essa situação poderia piorar, porque em algumas localidades do Ceará, não havia cadeia pública, assim o desfile pavoroso se estendia exigindo esforços físicos e psicológicos de humanos desumanizados pela situação.

Um cauteloso exame nos Rolamentos de Culpados de várias cidades e vilas cearenses e nos Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará, por exemplo, verificamos que os crimes de deserção e arrombamento de cadeia eram bastante citados no período da Guerra do Paraguai. Os recrutados que desertavam ou eram resgatados das prisões eram igualmente caçados como criminosos. Foi dessa maneira que Francisco entrou para o mundo do crime levando consigo outros sujeitos. Vale ressaltar que, nesse ambiente de terror, cearenses em idades recrutáveis tenham estreitado laços de solidariedade devido ao inimigo ser comum.Também não é raro encontrarmos na Imprensa cearense da época, outros relatos dramáticos como motins em via pública contra o apressamento de trabalhadores que demonstrava quão fora conturbado a organização das tropas cearenses para a campanha no Paraguai. Aliás, uma das maiores reivindicações de muitos segmentos das classes dominantes no Ceará era "a dificuldade imposta pelo recrutamento à organização do mercado de trabalho na província".

Segundo Pinheiro[6], a reestruturação da Agricultura comercial no Ceará, na década de sessenta do oitocentos, que exigia demasiada mão-de-obra na agricultura, pecuária e

transporte enfrentou sérios problemas com o recrutamento. A província cearense que se encontrava nesse contexto com economia estruturada a partir da utilização em larga escala de braços livres, teve grandes perdas, principalmente, no setor agrícola, pois os "agricultores abandonavam as terras quando pressentiam a chegada dos recrutadores". Assim, muitos trabalhadores honestos foram expropriados de seus lugares de sustento, tornando-se andarilhos e, no limite, vadios, larápios e assassinos.Como se pode perceber, a Guerra do Paraguai contribui para o aumento da exclusão social intensificando, por exemplo, a vadiagem no Ceará.

Mas para além desse caráter violento da Guerra do Paraguai seria possível pensá-la como solução? Em caso positivo, como?

O Governo Imperial lançou mão do Decreto 3371 de 7 de janeiro de 1865, criando o Corpo de Voluntários da Pátria, cuja finalidade era aumentar o contingente para guerra. Aqueles que sentassem praça voluntariamente era lhes oferecido vantagens financeiras como terra e dinheiro, vantagens morais como título de nobreza, em casos de homens de grandes cabedais,e, reconhecimento e redenção social, para indivíduos que estavam em débito com a sociedade.

Essa medida visava, principalmente, engrossar as fileiras do Exército brasileiro, que "ou foi sempre muito pequeno ou estava organizado a partir da Guarda Nacional".[7] Desse modo, o decreto era necessário em virtude da situação militar que, a cada ano da Guerra exigia uma demanda constante e coerente devido a aversão ao serviço das armas. Pode ter sido entendido, o decreto, como uma força moral que deu margens para várias interpretações encorajando os diversos sujeitos a irem ao *front.*No entanto, a motivação que levou João Camilo, citado inicialmente, a se alistar como Voluntário estava relacionada a problemas particulares.

Pelas informações fornecidas, o homicida João, que se tornou um homem sem liberdade, foi procurar tê-la de volta sentando praça voluntariamente. Estamos falando de um voluntário transgressor, "categoria" muito comum entranhada na documentação do

Arquivo Público do Ceará (APEC).O que teria levado teria o nosso protagonista a uma atitude aparentemente tão insana?

Somos lançados no campo das possibilidades, mas o ato de João em resistir à perseguição local justamente sentando praça voluntariamente nos fez pensar na simbologia do *lugar* do voluntário na sociedade cearense. Pensando com Michel de Certeau[8] para quem os sujeitos estão submetidos a *lugares*, é que podemos interpretar àquela ação como resistência.

O criminoso cearense poderia continuar em fuga, afinal já havia alcançado outra província, a do Piauí, mas não o quis. Outra forma de resistir muito comum na época da Guerra do Paraguai, também desprezada por ele, eram petições de indultos que os condenados faziam ao Imperador através da autoridade competente, no caso, o Presidente da Província.Este recurso foi bastante usado no Ceará, mas tinha algumas restrições "pois o réu não poderia ter cometido crime contra alguém de sua família ou crime contra propriedade"[9]. Aqui dois valores foram evidenciados como parte integrante e essencial do corpo social: a defesa da família e da propriedade.

As intenções de João estavam descritas em seus atos, pois quando decidiu resistir sentando praça voluntariamente, ele estava "dizendo" que queria liberdade. É se imaginar que esse indivíduo defendendo a pátria defendesse, *a priori*, ele mesmo.

---

[1] Secretaria de Policia da Província do Ceará (1867-1868). Caixa n. 7. Ofícios expedidos para a Presidência. Ofício N.802. APEC.
[2] Idem. Ofício n. 827. APEC

[3] Caixa de Ofícios recebidos pela Secretaria de Policia da Província do Ceará (1851-1870). Vila da Imperatriz (Itapipoca), !869. Caixa n. 14. APEC.
[4] VER: IZECKSON, Vitor. *O Cerne da discórdia*: Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro.RJ: Bibliex, 1997.
[5] Sobre a aversão ao serviço militar VER: CUNHA, Marco Antônio. *A Chama da nacionalidade*.RJ: Bibliex, 2000.
[6] PINHEIRO, Francisco José*. A Organização do trabalho livre no Ceará*. Dissertação de mestrado defendida na universidade Federal de Pernambuco, 1999.
[7] SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do Exército Brasileiro.RJ: Paz e Terra, 1990.
[8] De Certeau, Michel. *A Escrita da História*. "Operação Historiográfica".RJ: Forense Universitária, 2002.
[9] Livro de Avisos Reservados dos Diversos Ministérios da Corte enviados para o Presidente do Ceará – 1867. Aviso enviado pelo Ministério da Justiça (23/09/1867). Livro n. 70 APEC.

"O processo revolucionário cubano sob a ótica de Tomás Gutiérrez Alea"

Mariana Martins Villaça

Tomás Gutiérrez Alea (1928-1996) além de ser considerado o melhor cineasta cubano do período pós-revolucionário, possui uma produção ficcional muito diversificada, que nos permite entrever as principais transformações políticas e muitos dos conflitos e negociações (para nos remetermos ao tema desse simpósio) que se estabeleceram dentro do ICAIC – Instituto Cubano del Arte e Indústria Cinematográficos, e entre os cineastas e o governo.

A atitude política de Alea dentro de Cuba foi sempre de apoio ao governo e à Revolução, atitude que lhe permitiu sempre contar com recursos para a produção de seus filmes. Entretanto, em sua obra cinematográfica, Alea nunca deixou de problematizar os rumos tomados pelo socialismo em seu país, expondo os chamados "erros da Revolução", de forma criativa, através do uso de metáforas, alegoria e narrativas em forma de parábola. Sustentando a condição ambígua de intelectual "crítico e engajado", Alea produziu uma cinematografia sofisticada e de estilo próprio, que lhe conferiu um grande reconhecimento internacional.

Não é simples estabelecer uma tipologia para toda a produção de Alea, no entanto, para melhor identificarmos as temáticas e preocupações que marcaram sua obra, e que revelam mudanças na sua visão do processo político cubano, destacamos quatro fases, entre 1959 e 1996, que abarcam a maior parte de seus filmes. A primeira fase concentra as obras realizadas entre 1959 e 1961, na quais prevalece o entusiasmo político e seu engajamento como cineasta da Revolução. A segunda, entre 1962 e 1966, é marcada pela colagem de estilos e pelo tom predominante de sátira ao regime socialista. Entre a segunda e a terceira fase, temos um divisor de águas em sua trajetória, que é a realização do filme Memórias do Subsedenvolvimento (1968), considerada sua

obra mais sofisticada do ponto de vista estético e ideológico, e bastante peculiar em relação às demais. A terceira fase, entre 1971 e 1978, é marcada pela crítica política através de temas históricos e alegorias da sociedade cubana. Na quarta e última tese, identificamos uma pespectiva melancólica e a valorização do indivíduo, diante da falência do sistema.

Seus primeiros filmes, no final dos anos cinquenta e início dos 60 são de forte apelo propagandista e espelham o envolvimento político de Alea. Os documentários *Esta tierra nuestra* (1959), *Asamblea general* (1960) *Muerte al invasor* (1961) e a trilogia ficcional *Histórias de la Revolución* (1959) demonstram a adesão à perspectiva do uso do cinema para a mobilização da população, a exaltação do novo governo e a busca de um estilo próprio de cinema, ainda muito pautado pelo neo-realismo italiano (principal influência em sua formação) e pela produção documental. Nesse período, Alea integrou a oposição ao regime de Batista na Sociedade Cultural Nuestro Tiempo (na qual predominavam jovens comunistas), colaborou com o departamento de propaganda do Exército Rebelde e foi convidado a fundar o ICAIC e a Revista Cine Cubano, logo após a revolução.

Em seus primeiros filmes, há o encantamento com o processo e o otimismo que marcaram toda uma geração de artistas e cineastas que abraçaram a missão de servir à construção da nova sociedade e à formação do “homem novo”, objetivo para o qual o Instituto de Cinema havia sido criado, na condição privilegiada de primeiro e principal organismo cultural de Cuba. Alea já ingressara no ICAIC com uma certa experiência profissional, obtida em seus estudos na Itália, em agências de publicidade nos anos 50 e como cineasta amador. Seus documentários sobressaíam tecnicamente em relação aos demais, mérito que lhe possibilitou dedicar-se quase que integralmente à produção de longa-metragens, situação profissional almejada por todos os jovens cineastas.

Uma segunda fase pode ser identificada nos filmes produzidos ao longo da década de sessenta, após a adoção do socialismo como regime, em 1961: *Las doce sillas* (1962) e *La Muerte de un burócrata* (1966). Nesse período Alea buscou, em comédias críticas, satirizar a burocracia e alguns vícios do regime socialista soviético que já se sentiam em Cuba e desagradavam muitos artistas e intelectuais. Para isso, usa uma série de referências do cinema mudo, do pastelão e desenvolve ágeis narrativas policialescas, com muito ritmo e ironia.

Por trás de personagens caricaturescos e ácidas gozações com a burocracia, as comédias de Alea espelhavam uma briga política intensa em Cuba e no meio cultural: o repúdio à influência soviética e aos comunistas cubanos ortodoxos, remanescentes do primeiro partido comunista cubano, o PSP (Partido Socialista Popular), alocados em vários organismos encarregados de fiscalizar a produção artística, tais como o CNC (Consejo Nacional de Cultura) e a UNEAC (Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba).

Debates intensos provenientes dos meios literário e cinematográfico, no início dos anos 60, haviam resultado no pronunciamento de Fidel Castro, das "Palabras a los Intelectuales", discurso que apresentava as primeiras diretrizes de uma política cultural, ainda um pouco imprecisa, mas incondicional na exigência do comprometimento político acima de tudo, cuja máxima "dentro de la revolución tudo, contra la revolución, nada". O fechamento de revistas e espaços de debate (caso do suplemento cultural Lunes de Revolución), a censura a filmes considerados inadequados à compeensão e à formação política do cidadão comum, em 1961, marcam essa fase em que ocorrem os primeiros "estranhamentos" e negociações entre dirigentes e produtores culturais.

Em 1962, ao participar de uma mesa-redonda promovida pelo ICAIC para discutir a arte moderna, Alea manifestou-se veementemente contra o realismo socialista[1], bandeira evidente nos seus filmes e que tinha o apoio do ICAIC e de setores do governo

contrários à chamada “sovietização” de Cuba (caso dos remanescentes do Movimento 26 de Julio). Isso explica a tolerância à acidez e ao sarcasmo das comédias de Alea, favorecidas pelo projeto acalentado pelo governo cubano, principalmente após a Crise dos Mísseis, de firmar o país como uma referência política no continente americano, com um socialismo diferenciado e independente da URSS ou da China. Assim, mesmo com a cobrança do engajamento de todos os cubanos em tarefas revolucionárias e apoio incondicional aos dirigentes, a não imposição de um modelo de arte, como forma de nacionalismo e diferenciação da política soviética, posibilitou que nos 60 aflorasse uma grande diversidade criativa, particularmente na música, nas artes gráficas e no cinema. Nesse considerado o “período de ouro do ICAIC”, há uma enorme circulação de profissionais estrangeiros provenientes dos “países amigos de Cuba”, e Alea e os demais cineastas cubanos circulam descobrem a nova cinematografia tcheca e polonesa, avessa ao ortodoxismo soviético. No ICAIC, são relizados muitos debates sobre arte, estética, e cineastas polêmicos como Antonioni, Godard e Fellini. Alea participa, em 1963, de uma longa discussão através da imprensa escrita a respeito da conveniência ou não de se exibir em Cuba filmes da “Nouvelle Vague”. O papel do intelectual, a capacidade de entendimento do público, o pensamento e a cultura pequeno-burgueses, a liberdade artística no socialismo eram questões em pauta nesses debates e que sempre estiveram presentes nos filmes de Alea.

Com a piora da situação econômica, causada pelos primeiros fracassos dos planos de industrialização, o bloqueio de Cuba e os gastos com nacionalizações e defesa, o chamado “diversionismo ideológico”, bem como a estética “capitalista” passam a não ter mais lugar numa sociedade em permanente estado de mobilização militar contra o inimgo – interno e externo. Os debates deixam de existir, e as cobranças se acirram. Essa realidade transparece na obra de Alea, que substitui a comédia pelo drama existencial. Sua disposição para o desnudamento de problemas e questões mal-resolvidas na

sociedade resultam naquela considerada sua obra-prima: o filme *Memórias do Subdesenvolvimento* (1968).

Esse filme, baseado no livro homônimo de Eduardo Desnoes, marca o início de uma experimentação que levará Alea a usar, daí em diante, a temática história e a alegoria para expressar sua visão da realidade cubana. Ambientado no início dos anos sessenta, mas tratando de problemas do momento presente, *Memórias* se torna um filme paradigmático daquela que é considerada a marca mais interessante de sua filmografia: a ambiguidade. Essa característica se tornaria quase que condição ou habilidade obrigatória para a sobrevivência do intelectual cubano que optasse por permanecer na Ilha, nas décadas seguintes. Alea a utiliza num momento chave de recrudescimento da política cultural, que acompanha uma crescente aproximação de Cuba à URSS, que tem um momento marcante em 1971 .

O desafio de pretender fazer um filme problematizador e ao mesmo tempo compromissado com a mensagem revolucionária que se esperava das produções do ICAIC, resultou numa obra essencialmente polissêmica. Experimentando o recurso brechtiano do “distanciamento” para a construção do protagonista, Alea cria um personagem anti-herói que não chega a ser contra-revolucionário, mas que tece questionamentos lógicos e pertinentes. O protagonista da história é um burguês com aspirações literárias que se vê completamente deslocado, após a revolução, angustiado diante da própria incapacidade de abraçar a ideologia revolucionária e se adequar ao novo estilo de vida, bem como incapaz de partir para Miami e viver de uma maneira que agora despreza. Através desse argumento, Alea expõe o conflito real de muitos artistas e intelectuais cubanos, critica o crescimento da burocracia, e lamenta a impossibilidade de superação do subdesenvolvimento, o isolamento cultural, as incoerências do pensamento pseudo-marxista e os impasses políticos de Cuba no cenário mundial.

Através de uma narração composta por diferentes pontos de vista: a voz interna deste personagem, as atitudes daqueles que o cercam, as explicações objetivas e "dialéticas" extraídas de documentários oficiais, pronunciamentos de intelectuais e de Fidel Castro, Alea expõe suas críticas mas se protege de possíveis acusações. O final aberto, evidenciando a perplexidade do indivíduo diante das transformações, sua patética e irremediável inadequação àquele momento histórico, sem uma "mensagem" propriamente dita, convida o espectador a tecer suas próprias reflexões ao mesmo tempo que expõe o drama do intelectual cubano.

A ambiguidade latente nessa obra passa a ser a do próprio diretor. Em 1968, numa reunião do ICAIC, Alea defende que os cineastas deveriam avaliar constantemente a realidade, sem que isso implicasse a perda da "identidade revolucionária" e critica os erros cometidos por países socialistas, como a paralização de movimentos culturais em nome do socialismo.[2] De forma hábil, e sempre se mantendo nos limites do Instituto, Alea passa a usar o prestígio que conquista com os prêmios e o reconhecimento internacional para afirmar seus status de cineasta mais importante de Cuba.

Naturalmente, enfrenta a autoridade política de um dirigente considerado homem de confiança de Fidel Castro, Alfredo Guevara, diretor do ICAIC , com quem mantém um discreto jogo de forças ao longo de décadas. Num artigo de Alea escrito em 1969, por exemplo, podemos perceber um pouco de suas estratégias de negociação: o cineasta sugere que seu filme, em 1968, consolidara o cinema cubano como vanguarda, no cenário internacional, e lamenta a incompreensão existente entre a vanguarda política e a vanguarda artística, reivindicando, nas entrelinhas, maior apoio e reconhecimento[3].

Após o fracasso do projeto de salto econômico de Cuba (a Safra Record dos 10 milhões) e a crescente dependência da ajuda soviética, em 1971, é oficializada uma austera política cultural, no I Congreso Nacional de Educación e Cultura, evento que marca o início do chamado "Quinquenio Gris" (1971-75), os anos de chumbo para o meio

cultural cubano. Nesse ano, Alea realiza *Una pelea cubana contra los demónios,* um filme bastante teatralizado, confuso, de forte influência glauberiana, mas ambientado no século XVII, e inspirado numa obra de Fernando Ortiz. Esse filme inaugura uma terceira fase, na qual os temas históricos passam a ser focados, como recurso para a alegorização da realidade, com a consultoria de historiadores que contribuíam a referendar oficialmente a obra. Esse respaldo oficial passa a ser imprescindível após uma ampla re-estruturação política e cultural, nos moldes soviéticos, que ocorre com o ingresso de Cuba no COMECON, e a realização, em 1975, do I Congresso do Partido Comunsta de Cuba, que alavancou a reformulação da Constituição e de toda a estrutura administrativa do país, com grande perda de autonomia para o ICAIC e outros organismos culturais.

Dessa fase temos dois filmes: *La Última Cena* (1976) e *Los sobrevivientes* (1978). O primeiro deles, ambientado no século XVIII e inspirado na pesquisa do historiador Manuel Moreno Fraginals, traz uma longuíssima cena, de quase uma hora de duração, na qual um senhor de engenho conversa com seus escravos sobre conformismo, a necessidade de submisão aos desígnios do Senhor, e outros assuntos de fundo religoso que expõem as contradições inerentes ao uso da ideologia para o exercício do poder.

O outro filme dessa fase, *Los Sobrevivientes*, trata da história recente e narra a trágica situação de uma família artistocrática que resolve se isolar em sua propriedade, ignorando as transformações causadas pela revolução, e vivendo, nesse isolamento autofágico, um processo de crescente degradação (moral, humana, material) que culmina num estado de selvageria tal que os familiares passam a se devorar.

Tanto um filme como o outro questionam profundamente a sedução exercida pelo poder, o autoritarismo, a força de certas permanências, a imposição de modelos, e outras armadilhas e fragilidades da sociedade e do regime cubano, sem deixar de apresentar a luta revolucionária como um saída desejável. Alea prossegue usando muito humor e

ironia, e chega a defender, teoricamente, no primeiro ensaio intitulado "Dialéctica del espectador", que "O cinema mais eficaz enquanto obra de arte o é também em sua função mobilizadora".[4]

. Os últimos filmes realizados por Alea, já adoentado, integram a quarta e última fase. Nela sobressai a melancolia e uma busca pela valorização do indivíduo como saída utópica para um país mergulhado em crise. Seu penúltimo longametragem, *Fresa y Chocolate* (1993), em parceria com Juan Carlos Tabío, traz homenagens ao cinema cubano, à Havana, e critica o "patrulhamento ideológico", a falência econômica do país, a repressão ao catolicismo, a perseguição a intelectuais e homossexuais em Cuba. Apesar do teor crítico predominante, o desenlace apresenta uma perspectiva lírica, conciliatória. O final do filme se dá com um abraço muito simbólico, diante de uma visão panorâmica de Havana, entre o personagem homossexual, partindo para o exílio, e o militante que com ele aprendera a ser menos dogmático. Ambos demonstram razões legítimas suas posições, e Alea parece depositar no amadurecimento do jovem militante alguma promessa de futuro para Cuba. Desacreditado do sistema e amargo com o poder, o cineasta que nunca rompeu com "a Revolução", não abre mão da ambiguidade e combina melancolia e esperança, ao se resguardar no indivíduo.

---

[1] GUTIÉRREZ ALEA, Tomás. "Sobre lo moderno en el arte" , 26/10/1962 apud FORNET, Ambrosio . *Alea, una retrospectiva crítica*. La Habana: Ed. Letras Cubanas, 1987, p. 294.

[2] GUEVARA, Alfredo. et al. "La tarea más dificil del artista: abordar la crítica desde posiciones socialistas" (13/08/1968) in GUEVARA, Alfredo. *Tiempo de Fundación*. Madrid: Iberautor/ Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano, 2003. pp. 151- 157.

[3] GUTIÉRREZ ALEA, T. "Vanguardia política y vanguardia artística" , *Cine Cubano,* núm. 54-55, 1969.

[4] Texto divulgado pelo ICAIC em edição mimeografada, em 1980 e publicado em 1982 pela UNEAC na coleção *Cuadernos de la revista Unión*. Ver: OROZ, Silvia. *Tomás Gutierrez Alea, os filmes que não filmei*. Rio de Janeiro: Anima, 1985, e GUTIÉRREZ ALEA, T. (trad. Itoby Alves Correa Jr.) *Dialética do espectador: seis ensaios do mais laureado cineasta cubano*. São Paulo: Summus, 1984.

"PROJETO AMAR (PA) E CHRISTIAN METAL FORCE (CMF): EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS E VIVÊNCIAS DA CIDADE ENTRE GRUPOS JOVENS DA IGREJA RENASCER EM CRISTO EM FLORIANÓPOLIS"

MARIANA TAUBE ROMERO (UDESC).

Este texto tem como intenção apresentar alguns resultados da minha pesquisa de Mestrado realizada no ano de 2004 em Florianópolis. Este trabalho teve como objetivo geral estudar como indivíduos pertencentes a dois ministérios juvenis neopentecostais[1] - o PA (Projeto Amar) e o CMF (Christian Metal Force), vivenciam nos dias de hoje sua religiosidade no contexto urbano, articulando suas experiências e trajetórias religiosas com as noções de consumo, mercado, pluralismo e, sobretudo, trânsito e escolha pessoal no campo das religiões.

Optei por estudar indivíduos pertencentes e/ou freqüentadores da Igreja "Renascer em Cristo" em Florianópolis, por ela ser uma instituição pentecostal que, desde a sua criação, carrega uma marca jovem e adepta de novas linguagens e estéticas. A Renascer nacional possui uma história recente e faz parte das igrejas do chamado ramo neopentecostal, as quais, em grande parte, aboliram "usos e costumes"[2] e passaram a utilizar, em certa medida, a linguagem da sociedade secular. Além disso, é uma igreja que prega a Teologia da Prosperidade[3] com grande ênfase e que procura criar uma imagem de igreja "moderna" e "aberta" a diferentes expressões, como as musicais.

Esta pesquisa analisou, dentre outras coisas, as formas de inserção social desta instituição neopentecostal na cidade de Florianópolis: sua visibilidade, dinamicidade, luta e competição dentro do mercado religioso e secular, bem como a relação de seus fiéis com o consumo, aspectos transnacionais, mídia, internet, indústria fonográfica gospel, (mega)eventos produzidos por ela. Tanto a "Renascer em Cristo" nacional quanto a Igreja Renascer de Florianópolis fazem adeptos, sobretudo, entre as camadas médias urbanas e atraem para si,

em grande parte, um público jovem, através de produtos e linguagens produzidos especificamente para estes segmentos[4].

Nacionalmente, a instituição é dona da marca gospel; criou e coordena a Marcha Para Jesus – maior evento interdenominacional anual que ocorre em várias cidades do país simultaneamente (normalmente no mês de junho) - e outros megaeventos evangélicos; tem várias bandas conhecidas no meio evangélico nacional; possui rádios, canal de televisão, revistas e jornais distribuídos pelo país; utiliza largamente a internet como meio de propagação, evangelização e acesso ao religioso.

Portanto, faz parte do que a liderança da instituição chama de "visão Renascer" estar profundamente inserida na sociedade e utilizar-se dos símbolos e valores desta sociedade circundante para fundar uma marca própria e atrair segmentos específicos da população. Esta inserção na sociedade e esta não-negação do mundo existentes na visão da Renascer ajudam a plasmar e reforçam valores e éticas de vida específicos consumidos e vivenciados por parte das camadas médias, aqui em particular, da cidade de Florianópolis.

Esta parcela da população caminha junto com uma nova configuração urbana que está se desenhando em Florianópolis, uma cidade que está se transformando rapidamente. Dentre outras coisas, Florianópolis recebe novos habitantes, onde se incluem de maneira destacada, setores de camadas médias, uma população em grande parte migrada dos grandes centros urbanos do país; que traz consigo e está inserida em uma cultura urbana especializada e fundamentada nos valores capitalistas; que consome e é desejosa de consumir; que possui razoável escolarização e um bom grau de mobilidade, de circulação e de acesso a tecnologias, mercadorias e informações.

Dentre estes valores produzidos e consumidos por estes habitantes de camadas médias da cidade, e que são redefinidos pela Igreja Renascer com uma roupagem cristã, estão os

ideais fundamentados no individualismo e na valorização pessoal, na busca pela felicidade, pelo sucesso e prosperidade em todos os níveis da vida. A propósito, são vários os campos por onde estes valores circulam: o da saúde – (que inclui a medicina - alternativa ou não; a educação física; a nutrição; a psiquiatria e a psicologia); o da literatura; o da filosofia; o da música; o do marketing e da administração de empresas, o do lazer; o dos movimentos esotéricos e religiosos.

O trabalho analisou como estes novos valores, típicos dentre outras coisas de uma certa "linguagem Nova Era[5]", são pensados e construídos pela Igreja Renascer, especialmente através de uma linguagem "psicologizada" e voltada para o pensamento positivo. Tal linguagem é produzida, acima de tudo, sobre as bases da chamada Teologia da Prosperidade, o que faz da Igreja uma espécie de "porta-voz" e produtora destas novas práticas, anseios e projetos de vida.

Neste sentido, concebendo a Renascer e seus líderes enquanto porta-vozes de linguagens autorizadas, bem como investidos de poder pelos seus fiéis, a pesquisa entendeu que a instituição produz e reproduz um aparato simbólico que ajuda a construir, reproduzir e legitimar estes novos valores e práticas de vida (BOURDIEU, 1998). Por outro lado, tais valores se constituem em uma via de mão dupla, porta-vozes especializados – fiéis, mas também perpassam e estão presentes, de forma fragmentada e desigual, em diferentes campos neste meio urbano por onde estas pessoas transitam.

Em específico, este trabalho procurou apontar como estes anseios, projetos e éticas de vida construídas, reproduzidas e reforçadas pela Igreja Renascer em Cristo norteiam as vidas de certos integrantes dos dois grupos juvenis, do PA (Projeto Amar) e do CMF (Christian Metal Force), indivíduos na sua maioria de camadas médias urbanas da cidade, desejosos, por um

lado, por encontrar equilíbrio pessoal, uma vida “mais espiritualizada” e diferentes formas de estar-junto, e, por outro, por alcançar sucesso e ascensão profissional e financeira.

O PA (Projeto Amar) é o ministério juvenil mais numeroso e consolidado da instituição. É, sobretudo, um grupo de apoio institucional, que possui um engajamento intenso nos trabalhos da Igreja e que deseja seguir carreira ministerial. Muitos PAs já transitaram por outras formas de crenças, evangélicas ou não, e optaram por estar na Renascer hoje por diferentes motivos: “é uma igreja voltada para jovens”, “é próxima de casa”; “é uma igreja mais aberta”, “mais avivada”, “mais moderna”, “é uma igreja alegre, agitada”. Uma postura consumidora se faz presente quando o assunto é escolha pela Renascer. Chegaram à Igreja de diferentes maneiras: através de eventos interdenominacionais; através de programas de rádios; pela divulgação geral da Renascer (folders, evangelização nas ruas).

Entre os PAs a busca por prosperidade pessoal se faz presente, ainda que façam uma leitura própria da Teologia da Prosperidade onde o trabalho, tanto o secular quanto o espiritual, torna-se tão importante no dia a dia quanto a fé, a positividade, a relação pactual com Deus através da contribuição com o dízimo. Mas de qualquer maneira, seus projetos de vida e atuação ligam-se aos seus desejos de ascensão e prosperidade pessoal.

Entre os membros do grupo, suas vivências religiosas e de lazer em muitos casos se misturam, se confundem. Fora do espaço da Igreja envolvem-se em atividades de lazer e trabalho ligadas diretamente à Igreja e em atividades interdenominacionais. O intenso contato entre os PAs e outros grupos e indivíduos evangélicos traz à tona a delimitação de fronteiras entre eles. Ainda que a identidade evangélica seja sempre reforçada, ser da Renascer é fazer parte de uma igreja “aberta”, “moderna”, em contraste com outras igrejas mais “tradicionais” ou “fechadas”[6].

Os PAS são pessoas inseridas no mundo e consomem o que é do mundo e, neste sentido, lidam com as coisas do mundo de uma forma específica: não namorar não-cristãos[7]; abster-se de sexo antes do casamento; não beber em excesso; não freqüentar locais impróprios para cristãos; escolher com cuidado o que assistir na televisão; ouvir música secular com moderação, preferindo as evangélicas; ler a Bíblia e literatura cristã, são atividades reafirmadas por eles como saudáveis para um bom cristão.

A pesquisa procurou neste ponto, pensar quais os limites existentes entre os preceitos defendidos pela Igreja e suas práticas de vida; os embates, tensões, formas de vigilância e governo de si construídos pelos PAS, mas também como explicam suas ações, como criam estratégias e táticas para atuar no mundo secular sem violar seus códigos e valores cristãos. Entre os PAS, os valores citados acima como individualismo; busca espiritual, por ascensão social, pelo consumo, bem como pela felicidade e por experiências emocionais e extáticas, permeiam suas vivências cotidianas e suas experiências religiosas.

Se entre os PAs o aparato simbólico produzido pela Igreja de perpetuação do modelo institucional e formação de líderes se mostra muito eficaz, entre os CMFS (Christian Metal Force), estes bens simbólicos parecem passar à margem das suas necessidades. O CMF é um ministério nacional criado recentemente pela Renascer de Florianópolis (tem cerca de um ano e meio). É um grupo “underground”[8] voltado para a evangelização urbana, para a musicalidade e sua atuação se dá essencialmente fora do espaço do templo, em locais seculares: bares, shows e festivais musicais.

A pesquisa procurou mapear suas experiências de crenças familiares, trajetórias e escolhas pessoais religiosas ao longo da vida. Grande parte dos CMFs é filho de evangélicos de outras igrejas, o que leva a pensar sobre opção, liberdade de escolha e trânsito entre os CMFs dentro de um mesmo sistema cultural, de um mesmo sistema de crenças

(GEERTZ:1989). Sobretudo, em se tratando especificamente deste grupo, há diferentes formas de engajamento, de relacionamento com a Renascer e de pertencimentos religiosos construídos pelo movimento e por estes indivíduos CMFs. Alguns negam ser evangélicos ou serem da Renascer (a relação se dá com a música e com o grupo), outros não freqüentam assiduamente o templo, ou mesmo não fizeram os cursos de formação teológica e de lideranças da Igreja (nem mesmo os conhecem).

Entre eles se constrói um discurso "anti-religiosidade"[9] (próprio das igrejas do ramo pentecostal) que se transforma algumas vezes em um discurso "anti-igreja", como estratégia para atrair "aqueles que não gostam de igrejas" para o programa. Por isso, esta pesquisa também procurou mostrar que a identidade CMF se constitui em grande parte, no interior do campo evangélico e para além dele, a partir da noção de estigma e desvio (GOFFMAN:1978 & BECKER:1977). Há uma constante negociação entre o programa e a instituição e o grupo é olhado com desconfiança pelo meio evangélico mais tradicional.

Entre os CMFs há quase que um abandono de uma certa "cultura evangélica": há experiências de "namoros mistos"[10], ouvem música secular sem restrições, freqüentam shows e festas seculares, se relacionam nas horas de lazer com pessoas que não estão no CMF; circulam entre diferentes grupos juvenis da cidade; trocam e produzem estilos. Neste caso, o conceito de rede foi usado para pensar tanto em circulação quanto em marca CMF (BELLAVANCE:1999) na cidade. A pesquisa procurou acompanhar o trânsito destes CMFs por diferentes espaços e entre diferentes grupos juvenis da cidade, atentando-se para a construção de uma marca própria CMF, em meio a uma profusão de símbolos, estilos e modas super-utilizados por estes grupos com os quais o CMF compartilha, troca e disputa capital simbólico.

Os CMFs são grandes consumidores das coisas do mundo e das coisas que circundam o meio underground e metal. Por outro lado, não são grandes consumidores de "produtos

propriamente evangélicos", aqui entendendo produtos evangélicos não só como mercadorias materiais, mas também práticas, hábitos cotidianos e vivências de mundo, o que demonstra, em certa medida, que em suas experiências religiosas, as esferas secular e religiosa estão profundamente ligadas. Assim, dentro desta ampla rede de relações, informações e trocas da qual os CMFs fazem parte, ser CMF e viver o CMF é mais uma forma de ser no mundo e mais uma maneira de inserir-se nele, deixar suas marcas, de participá-lo e consumi-lo.

Por outro lado, as escolhas e as experiências religiosas e sociais vivenciadas cotidianamente pelos CMFs na cidade de Florianópolis também ligam-se àquele movimento descrito acima de uma certa busca por espiritualidade; religiosidade; equilíbrio; felicidade; pelo direito ao consumo; por experiências lúdicas e emocionais; por novas formas de estar-junto.

Na verdade, os dois grupos estudados refletem uma tendência ao consumo ou super-consumo das coisas que o mercado tem a oferecer a estes segmentos, seja no campo religioso, seja no campo secular. Aliás, os dois campos se misturam e não há separação possível entre eles: autonomia religiosa, liberdade de opção, consumismo, busca espiritual e por prosperidade pessoal em todos os níveis da vida, individualismo e fragmentação. Enfim, estes elementos são faces da mesma moeda, das mesmas maneiras de encarar e participar do mundo, próprios destes indivíduos que vivenciam a cidade de Florianópolis hoje, enquanto membros e participantes de uma confissão religiosa que, para eles, cria e incentiva formas institucionais de atuação.

---

[1] Neopentecostalismo é denominado o movimento pentecostal mais recente, pós década de 1970 que tem como seu maior representante a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Para maiores informações ver MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1999 & FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo no Brasil. In: ANTONIAZZI, Alberto; MARIZ, Cecília Loreto; SARTI, Ingrid et al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

[2] O termo "usos e costumes" é utilizado para identificar certos preceitos teológicos defendidos especialmente por algumas igrejas pentecostais clássicas ou tradicionais, dentre eles, de que o servo de Deus precisa usar certas vestimentas e se privar de certos hábitos considerados impróprios ou pecaminosos, como por exemplo, o uso de calças, maquiagem, corte de cabelos ou acessórios pelas mulheres. O termo tem relação também com a idéia de privação e negação das coisas consideradas mundanas, como ouvir músicas não-evangélicas, assistir televisão, etc. A questão da abolição dos usos e costumes é uma das mais controvertidas hoje dentro do campo pentecostal.

[3] Resumidamente, a Teologia da Prosperidade "é uma doutrina segundo a qual todos os fiéis – aqueles que passaram pelo processo de conversão (...), são filhos de Deus, ou melhor, do rei. Deus os tornou seus filhos para serem abençoados e obterem sucesso em seus empreendimentos" (SIEPIERSKI:2001, 61). A positividade e o tom imperativo da Palavra dirigida a Deus nos rituais de prosperidade - "eu não serei mais empregado, serei patrão" - é a mola propulsora do resultado positivo, e o pagamento do dízimo, a certeza da obtenção do sucesso em tudo que o fiel deseja. O fiel é merecedor disto e é dever de Deus atender aos seus pedidos.

[4] Os critérios utilizados nesta pesquisa para se atribuir aos integrantes dos dois grupos da Igreja analisados a categoria camadas médias não foram os mesmos critérios utilizados pelo IBGE: renda familiar, tipo de habitação, despesas mensais. Como não tive acesso a este tipo de informação durante a pesquisa, estou utilizando alguns critérios diferentes, como escolaridade; investimento em educação; empregabilidade; acesso a tecnologias (em especial computador e internet); formas de consumo e hábitos cotidianos entre estes indivíduos pesquisados. Este perfil sócio-econômico "mais de camadas médias" encontrado entre os membros da Igreja Renascer é confirmado por pesquisas feitas sobre a Renascer em Cristo (Ver MARIANO, Ricardo (1999) & SIEPIERSKI, Tadeu (2001)) e é reforçado pela liderança da instituição.

[5]Segundo Alexandre Fonseca "a Nova Era é definida como um movimento não organizado, que acontece mundialmente neste final de século (refere-se ao final do século XX, mas continua ocorrendo), caracterizando-se pela adoção de uma série de sistemas de crenças, advindos de outras religiões ou organizações". (FONSECA:2004,01). Inclui práticas terapêuticas naturais, preceitos esotéricos e releitura de religiões orientais sob uma perspectiva ocidentalizada.

[6] Aqui estou usando expressões "nativas", mas quero deixar claro que os termos "mais aberta", "mais moderna", ou sua oposição, "mais fechada" ou "mais tradicional", trazem em si ambigüidades que são discutidas ao longo do trabalho.

[7] O termo "não-cristão" carrega em si certa ambigüidade. Ao mesmo tempo em que ser um "não-cristão" pode representar para eles aquelas pessoas que vivenciam formas de religiosidades não ligadas ao cristianismo, ou mesmo que não vivenciam nenhuma forma de religião, por outro lado, pode ser pensado como aquelas pessoas que ainda que tenham vínculos religiosos cristãos, estes vínculos não são considerados legítimos por eles e pela Igreja da qual fazem parte (como algumas formas de catolicismo, por exemplo).

[8] Aqui o termo underground é utilizado do ponto de vista do nativo (tomando emprestado uma expressão da Antropologia). De qualquer maneira, na pesquisa tal termo é tomado como uma expressão genérica que engloba diferentes estilos produzidos, reproduzidos e consumidos pelo grupo: metal, punk, gótico, neohippie, etc.

[9] O termo religiosidade dentro do discurso pentecostal está relacionado com a noção de idolatria, magia e superstição, ou mesmo, com a idéia de cumprimento de sacramentos de forma automatizada, com algo que "não se faz de coração".

[10] Aqui atribuo a expressão "namoro misto" aos casos de membros do CMF que namoram pessoas que não se consideram evangélicas e/ou não freqüentam igrejas evangélicas.

Íntimo e Pessoal:

A agenda como um espaço de constituição de si

Mariane Werner Zen[1]

Datada desde meados do século XIX, a prática de escrever e manter diários íntimos, mesmo tendo passado por mudanças dadas às transformações sociais e culturais ocorridas, ainda continua presente nos dias atuais. Comumente visto como uma prática de escrita pessoal feminina presente na adolescência, o diário íntimo - de um espaço de controle familiar, formação de conduta e "espera para o matrimônio"[2] - popularizou-se e ganhou um papel transcendental. Tornou-se, ao mesmo tempo, um lugar de refúgio e uma via de escape, adquirindo status de suporte de uma escrita pessoal sem o intuito de comunicar a alguém, mas com o objetivo de registro de memórias e de comunicação consigo próprio. "Praticados na intimidade, onde é possível estar emocionalmente nu e formalmente decomposto, o diário procede de um reconhecimento de si pela escrita, que efetuada em solidão, faz crer que quando alguém fala/escreve sobre si mesmo tende a ser mais sincero do que quando se dirige a outrem"[3].

Uma pessoa com o hábito de manter diários íntimos, além de registrar o passar dos seus dias, pode transcrever também máximas conhecidas, trechos literários, versos de canções, entre outras coisas, com o objetivo de ilustrar situações vividas, dar uma explicação que considere coerente para fatos acontecidos, ou ainda expressar opinião sobre outras leituras. É justamente nesse momento, onde o escritor combina sua vivência com os enunciados de outros autores, que se dá o papel dos *hypomnemata*, que "é permitir a constituição de si a partir da recolha do discurso dos outros."[4]

Foucault apresenta a definição de *hypomnemata* como "[...] uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas [...]"[5]. Fica claro que "o papel da escrita é constituir (...) um 'corpo', (...) não como um corpo de doutrina, mas sim (...) como o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua a respectiva verdade"[6].

Os livros de contabilidade, cadernos pessoais, agendas, diários são alguns exemplos de espaços gráficos, de suportes, para esse tipo de escrita. Mas Foucault aponta que "o essencial é que ele [aquele que escreve] possa considerar a frase escolhida como uma máxima verdadeira naquilo que afirma, conveniente naquilo que prescreve, útil em função das circunstâncias [em que se encontra]."[7]

Alberca[8] sugere que ao ler diários convém não ignorar algumas de suas particularidades ou dificuldades de leitura para não chegar a conclusões errôneas: a) são discursos descontextualizados sobre o eu; b) se estendem sobre sentimentos, reações, sobre as conseqüências, omitindo freqüentemente suas causas; c) são monotemáticos, "omitem [...] tudo o que não tem que aparecer, para focalizar e iluminar o centro de suas preocupações"; d) apresentam banalidades: relações de feitos e dados que cifram ou escondem "verdadeiros interesses sem dar pistas aos demais", também apresentam elementos e pequenas recordações que evocam diretamente o que não se denomina nem se quer denominar.

Pautada nas orientações prescritas por Alberca, bem como no papel dos *hypomnemata* explicado por Foucault, observo nas agendas de uma amiga de infância a materialidade do suporte, os elementos de recordação que são mantidos, a regularidade no tempo investido para escrever, o domínio da escrita propriamente dita, e as manifestações descritas especialmente na data de seu aniversário, dados que contribuem para análise de uma materialidade e para um estudo sobre a constituição de si.

1992 – 15 anos - Inicia sua "prática diarística", possuir e manter uma agenda era sinal de que não se era mais criança. A agenda deste ano é parte da coleção da grife carioca "bee Brasil", muito admirada (e cobiçada) pelas garotas neste ano. Como cita Ramos[9] "o desejo que antecede esse [...] exercício de escrita, de certo modo narcísico e metalingüístico, manifesta-se em um peculiar espaço textual e é o mesmo que motiva as garotas a consumir jeans, camisetas, tops, tênis e mochilas, que explicitam o status, perante o grupo social, no uso de certas grifes da moda."

Há vários elementos de recordação dispostos pela agenda, de guardanapos e embalagens de chicletes a cartões e ingressos. Nem sempre há a descrição do motivo daquele objeto estar onde foi colocado. "[...] esse nem tão obscuro objeto [a agenda] passa a ser extensão do corpo num ir e vir diário, em espaços públicos e privados, transformando-se num depósito de recados, adesivos, [...] palavras e frases multicores numa exposição de criatividade em torno de nomes e especificações aparentemente inúteis."[10] É o início do uso do jargão *bom pra colocar na agenda*.

Há uma regularidade "religiosamente" marcada no tempo investido para escrever. Todos os dias dessa agenda estão preenchidos. Parece que o fato de uma agenda ser um suporte com cada dia delimitado em uma página, há a "exigência" que a autora os preencha, mesmo que seja com uma frase, um pensamento, uma figura, um *hypomnemata*.

No início do ano, tanto a grafia quanto o conteúdo dos textos denotam simplicidade, uma redação sem sofisticação. Com o passar do tempo percebe-se uma mudança na grafia, na qualidade das ilustrações, nos códigos e na redação dos temas. Os textos ganham mais conteúdo, preenchem todo o corpo da página, embora as temáticas se mantenham: descrição do dia com sua respectiva qualificação, amigos e amigas, escola, rapazes, roupa, trabalhos em casa, família.

No dia de seu aniversário de 15 anos, ela não descreve em nenhum momento sua sensação de estar completando esta determinada idade, ou um comentário sobre si mesma. Ela traduziu esse momento como uma idade de deixar a "pureza". Para a festa, convidou as amigas a se travestirem de prostitutas enquanto ela se vestiu de "santa". Na agenda, a descrição limita-se a quem veio e quais presentes ganhou.

Os *hypomnemata* são inúmeros nessa agenda. Muitos deles são referentes à amizade, ao sexo e à vida, mas nesta agenda a autora os usa na maioria das vezes como citação. São raras as páginas que não apresentam *hypomnemata*, eis alguns exemplos:

> Amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito... (Milton Nascimento) (03/04/92)
> A vida é aquilo que acontece enquanto você fica aí fazendo planos. (John Lenon) (20/02/92)
> Nunca penso no futuro. Ele chega depressa demais. (Einstein) (18/03/92)

Peregrinar pelas páginas do diário de uma adolescente de quinze anos é como percorrer uma imensidão de sentimentos que ora emergem como uma explosão, ora aparecem escondidos em meias palavras. É também andar por um suporte com mudanças gradativas, mudanças de um traçado na escrita, mudanças de um uso do espaço, mudanças sutis compondo a constituição de si...

***1995 – 18* anos** - Semelhante ao ano descrito anteriormente, opta mais uma vez por uma agenda de marca importante no meio jovem, a grife Benetton. Suas páginas têm uma dimensão maior. Na capa dessa agenda ela faz interferências pessoais, colando figuras e um verso de uma canção de Cazuza que diz "E por você eu largo tudo, carreira, dinheiro, canudo...". Também encapa a agenda no intuito de assegurar sua durabilidade.

Essa agenda foi adquirida depois do início do ano, mas todos os dias anteriores à compra estão minuciosamente preenchidos e ilustrados, como se os acontecimentos desses dias estivessem escritos em outro lugar "aguardando" sua inserção no espaço gráfico "adequado".

Esta agenda está igualmente repleta de elementos de recordação. Como afirma Perrot[11], *mil nadas* povoam as páginas desse suporte, ou, como nas palavras de Bosi[12], a agenda está repleta de *objetos biográficos* que ilustram e contam sua(s) história(s), são objetos que "se envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida. Representam uma experiência de vida e uma aventura vivida do dono."

O hábito de "diarista"[13] mantém-se disciplinarmente, são raros os dias sem comentários. Continua descrevendo os dias, o que aconteceu, quem viu, o que leu, o que assistiu na TV, o que fez em casa, no trabalho, no cursinho. Não segue um roteiro nessas descrições, embora reapareçam sempre que há algo novo nessas temáticas que chama sua atenção.

Mas, diferente da agenda observada anteriormente, nesta a autora já discute, disserta, sobre os fatos que se apresentam em sua vida, suas leituras, suas observações acerca de filmes, de fatos que fazem notícia. A autora expressa mais vezes sua opinião sobre o vivido,

o lido, feito. A construção de si torna-se mais visível, menos enigmática, revela-se o papel dos *hypomnemata*.

No final do ano, num aparente exercício para entender algumas faltas na agenda, comenta: *Faz quatro dias que não escrevo na agenda. Quando quero fugir de mim mesmo ou parar de pensar acho que faço isso. (12/12/95).* O fato de não ter escrito algumas vezes é descrito pela autora como uma indicação de fuga de si mesma, como um parar de pensar. Essa observação torna-se um exemplo ímpar de "função" da escrita pessoal. Numa tentativa de descrição de si própria, a autora considera as palavras um *refúgio de si*[14]. Refugiar-se na escrita pessoal implica em pensar, pensar o próprio eu, descrever-se, subjetivar-se. Negá-la implicaria em "fugir-se".

Na descrição de seu aniversário de 18 anos há uma figura da Estátua da Liberdade ilustrando o dia tão esperado pelo adolescente brasileiro. Continua descrevendo o que fez no dia e os presentes que ganhou, mas já escreve o que outros pensam dela e o que ela pensa sobre isso. A letra já tem um traçado bem diferente das inscrições feitas na agenda de 1992. Algumas passagens desse dia quase não podem ser lidas, ora pelo tamanho da letra, ora por interferências das ilustrações.

Um recorte de revista colado no mesmo dia (12/10/1995) enuncia um significado de completar de 18 anos. Um *hypomnemata* ao qual provavelmente atribui concordância: *18 anos. Que data bonita! Fazer 18 anos dá a sensação de começar uma nova fase: mais madura, mais equilibrada. O desafio do novo enche a gente de disposição, de curiosidade, de saudável espírito criativo.*

Páginas e páginas se sucedem com descrições minuciosas dos dias que se passam. Sua escrita pessoal ganha nuances mais nítidas, constatações sobre si e sua vida são traçadas com mais clareza.

1997 – 20 anos - O suporte continua sendo de grife – Fórum. Tem um tamanho pequeno, a configuração das folhas é bem menor que da agenda de 1995 A capa preta, limpa, encapada com plástico transparente para garantir o fôlego de um novo ano, mas sem adereços, parece demonstrar menos tempo dedicado à agenda. No entanto, recortes de

anjos e de diabinhos ilustram uma das contracapas. Harmonicamente dispostos ao redor do dizer que foi cuidadosamente recortado e colado, definindo o espaço: *AGENDA - ATITUDE, IDÉIAS E MAU COMPORTAMENTO*.

No canto da página, quase como a assinatura de um artista que nomeia sua obra, encontra-se uma pequena foto do rosto da autora. Diferente da atitude encontrada nas outras agendas, nessa ela se mostra. Apresenta várias vezes sua figura própria, muitas fotos de si mesma anunciam que aquilo é mesmo uma construção de si: um sujeito de corpo e subjetividade.

Os elementos de recordação já não são muitos, se resumem mais em cartões, e-mails impressos e colados, bilhetes e fotos. A agenda não chega a "se deformar" com a quantidade de objetos como acontecia anteriormente. Os detalhes artísticos continuam presentes, embora em menor número, são agora mais elaborados e contextualizados. A presença de *hypomnemata* também fica clara acompanhando os relatos.

Começa a apresentar menor regularidade no tempo investido para escrever. Há dias, quase meses, seguidos sem nenhuma inscrição, de repente a autora parece tomada por um ímpeto e mais uma vez os dias se enchem. Seria o início do uso da Internet um dos fatores para diminuir a regularidade da escrita na agenda? Ou o início de um namoro mais sério? Não se pode deixar de perceber a presença de alguns e-mails recortados e colados na agenda, o que denota o uso deste meio pela autora. Alberca[15], no estudo de um caso de diário pessoal, aponta a falta do domínio de linguagem, ou de disciplina para escrever, para justificar a pouca regularidade no tempo de escrita de um determinado diário. Diferente deste caso, no qual a autora tem um domínio bastante grande da linguagem e já mantinha um hábito disciplinar de "diarista". Fica a questão em aberto do motivo da diminuição da regularidade que mantivera outrora.

A escrita tem menos detalhes, apresenta-se de forma mais reduzida, sucinta, mas não deixa de contar tudo o que aconteceu no decorrer do dia. Ao contrário, os registros contemplam todos os períodos. A temática se mantém: descrição do dia, encontros, saídas com amigos, estudo, família, filmes.

Quando completa 20 anos, reflete sobre si, sobre o envelhecer. A rotina do dia continua ali, mas diferente dos outros aniversários observados onde ela só comentava a parte da festa, dos presentes e dos convidados. Tem-se a impressão que comemorar essa data deixou de ser um evento à parte, integrando-se a paisagem do dia.

Responsabilidades diferentes aparecem registradas na agenda de 1997. Novos espaços de lazer, novo ambiente de estudo, nova moradia. Novas relações, novos medos. O cenário é outro, a personagem algumas vezes também. Mas o ser que habita as poucas páginas desse diário de 1997 carrega consigo imagens e construções gentilmente desenhadas e arquitetadas nos suportes que o antecederam. Uma menina que se escreveu, uma mulher que se escreve, se mostra, se diz.

Considerações Finais

A leitura e análise de diários íntimos não devem ser concluídas como definitivas. Diários são como determinadas pessoas vivem o seu cotidiano, uma crônica do dia-a-dia, da rotina, dos escassos acontecimentos que a alteram, mas isso não quer dizer que sua informação seja histórica, nem completa. Porque diários são escritas auto-representativas e há um encaixe social contraditório: uma prática pessoal com medo da opinião externa.[16]

Análises de escritas pessoais ultrapassam o campo da curiosidade pela vida alheia, da nostalgia e do folclórico, encaminhando-se para campos de estudos sociológicos, psicológicos, históricos e literários. “Penetrar” nas memórias de outrem, observar seu conteúdo e forma, desvendar o mundo de um diário pessoal implica em ver seu autor por dentro, em ler sua constituição, suas formas de subjetivação. Em ler as palavras sutilmente escolhidas para constituir-se.

Dos diários observados, muitas outras análises poderiam ser feitas além do estudo do suporte e da constituição de si. Enfim, ter diários pessoais em mãos é como ter fonte preciosa de pesquisa e estudo. Mas faz-se necessário problematizá-los, desviando-os do caráter de informalidade, imprecisão e romantismo.

Para concluir, acredito que nada seria mais revelador e oportuno que as próprias palavras da autora das agendas aqui analisadas. Escreveu em seu diário de 1997, na outra contracapa, uma reflexão sobre a prática de escrever sobre si:

> Porque anotar os acontecimentos da vida em um pequeno caderno? Gastar tempo recortando e colando gravuras que achou bonito, interessante e gostaria de guardar em algum cantinho especial? Por que correr o risco de ter os sentimentos mais puros e outros tão sujos expostos a um curioso que burlou a lei de confidencial? Por que escrever o que sente nas horas mais tristes, a dor da traição, a insegurança que acomete todos os jovens, os temores, as angústias? E por que registrar o primeiro gole de Tequila, um beijo ardente, um amigo novo na Internet, aquela força recebida de uma amiga, um bilhetinho "estamos com saudades" que ganhou da família? Eu pergunto: **E por que não?!!** Cada época da vida temos um modo diferente de pensar, cada dia que nasce traz junto um novo momento. Sendo triste ou não, merece ser registrado nesse grande livro que é nossa surpreendente vida. (13/07/1997 – grifos dela).

Aberca[17], quando conclui seu texto sobre diários pessoais, revela o seguinte: "...me desejaria tê-los despertado a curiosidade por estes textos." Faço minhas suas preciosas palavras...

---

[1] UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina – Mestrado em Educação e Cultura. Bolsista do Programa de Monitoria em Pós-Graduação. Orientação: Professora Dra. Maria Teresa Santos Cunha.
[2] ALBERCA, Manuel. Tres calas em los diarios de las adolescentes. In: _____. *La escritura invisible. Testimonios sobre el diario intimo*. Madrid: Sendoa Editorial, 2000. p.153-186. p.156.
[3] CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários íntimos de professoras: letras que duram. In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C., CUNHA, M. T. S. (orgs.) *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p.159-180. p.159
[4] FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor*. 4.ed. Veja/Passagens: Porto, 2000. p. 129-160. p.152
[5] Ibid., p.135.
[6] Ibid., p.146.
[7] Ibid., p.141.
[8] ALBERCA, op. cit., p.166.
[9] RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Querido diário: agenda é mais moderno. In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C., CUNHA, M. T. S. (orgs.) *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p.191- 201. p.193.
[10] Idem.
[11] PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, 1989. p. 09-18. p.13
[12] BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.26.
[13] O termo "diarista" é de origem espanhola e define aquele que escreve em diários, termo utilizado por Manuel Alberca, op. cit.
[14] Termo usado baseando-se no título da obra "Refúgios do eu", op. cit.
[15] ALBERCA, op. cit., p.167.
[16] Ibid., p.186.
[17] Idem.

IMIGRANTES EMPREENDEDORAS: ASHKENAZITAS, SEFARDITAS E ORIENTAIS (1945-1956)

Marie Felice Weinberg[1]

Recentes estudos sociológicos vêm mostrando a importância das mulheres e a valorização dos estudos sobre suas conquistas no mercado de trabalho. Nenhuma das pesquisas, entretanto, abordou as mulheres judias que, inseridas no contexto familiar, ousaram empreender ações em busca de soluções econômicas, visando o lucro para garantir suas necessidades e a de seus familiares. Com este trabalho, pretendemos preencher esta lacuna.

Os estudos realizados sobre a imigração de judeus em nosso país concentram-se em núcleos de famílias e, em particular, na figura masculina, único partícipe de empreendimentos econômicos e pela manutenção da estrutura familiar. Como chefes de família ou como profissionais são responsabilizados, inclusive pela inserção do grupo no meio social, restando às mulheres o papel de figurantes e elemento passivo no enredo familiar dos grupos culturais judaicos.

O tema abrange o período que se estende do final da segunda guerra Mundial até 1956, quando no Egito e outros países árabes apoiaram a ascensão ao poder o General Gamal Abdel Nasser, rompendo as antigas e amistosas relações entre muçulmanos e judeus. Do outro lado, a cidade de São Paulo apresentava amplas possibilidades e perspectivas econômicas a imigrantes que buscassem terras politicamente tranqüilas da América.

A pesquisa excluiu o período vivenciado pelas imigrantes judias durante o Holocausto, o que facilitou a participação no estudo. Os judeus, que viviam nas terras atingidas pelo Nacional Socialismo, estavam proibidos de emigrar para Israel e transferiram-se para outros países da

---

- [1] Mestre na área de Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 03/09/2004:

"Histórias Recontadas: Judias Imigrantes Empresárias em São Paulo (1945-1956)"

- Participante do grupo de Pesquisa no Departamento de História Econômica da Universidade de São Paulo: "Mulheres Proprietárias"
- Participante do grupo de Pesquisa no Departamento de Psicologia Social da Universidade de São Paulo: "E/Imigrantes"

Europa e América, entre os quais o Brasil. Embora ainda vigorassem restrições oficiais à entrada de imigrantes, as cidades brasileiras receberam, terminada a Segunda Guerra, os sobreviventes do Holocausto e os refugiados da Europa Ocidental e Oriental, bem como os banhados pelo Mediterrâneo.

Para nossos objetivos a História Oral foi a metodologia escolhida para compor as histórias de vida de mulheres que imigraram a São Paulo, entre 1945 e 1956 que trabalharam, visando o lucro, apoiadas em seu próprio capital. Embora não assumam sua autoria, elas romperam com os papéis tradicionais femininos mantendo a harmonia na esfera familiar pautada numa organização patriarcal. Esta diretriz permitiu incluir as minorias, tornando-se um instrumento fecundo para compreender o universo desse estudo. A pesquisa qualitativa foi a técnica utilizada, visando a criação de espaço na história deste grupo étnico "*valendo como revisão de situações estabelecidas, pois, quase sempre, ela propõe alterações interpretativas que contrastam com a ordem vigente*"[2]

A primeira grande dificuldade encontrada para esse estudo foi a composição da amostra. As mulheres casadas até o presente, não aceitam assumir seus papéis de empreendedoras. Desta maneira, o objeto da pesquisa ficou quase ausente, visto que era exigido como pré-requisito: ser judia, imigrante na cidade de São Paulo no período e de ter exercido o papel de empresária[3] , independente do sucesso do empreendimento.

Essa constatação impele a certos questionamentos, como a possível falta de espaço social ao empreendedorismo feminino ou a perpetuação do modelo conservador da sociedade patriarcal judaica.

Ainda que só no plano discursivo, há o desafio da releitura ou, re-ouvir as histórias que poderão contribuir para contradizer os discursos normativos, encarados como naturais, talvez, por corresponderem a uma narrativa patriarcal que até aqui permanece preservada pelas próprias mulheres.

---

2 MEIHY, J. C. Sebe Bom. *Manual de História Oral*, 3.ed.São Paulo: Ed.Loyola, 2000. p. 15.
3 "*Pessoa ou grupo de pessoas que inicia e ou administra uma empresa, assumindo a responsabilidade por seu funcionamento e eficiência".*SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. SÃO Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987.p.138/139.

Para definir o grupo de 22 mulheres judias, a "*auto-identificação"*[4] serviu como referencial. A discussão sempre atual sobre o significado de identidade judaica converge para a questão dos valores que geram diferentes processos identificatórios deixou de ser analisado no momento.

As entrevistas[5] foram individuais, na residência da família ou no escritório, e o tempo de duração não foi limitado, mas estendeu-se, em média, por três horas. As mulheres exigiram a omissão de suas identidades, pedindo a utilização de nomes fictícios. Tampouco aceitaram a gravação de suas falas, ficando suas falas restritas às anotações. Ainda, uma nova surpresa diante da presença inesperada do marido ou filho, no momento da entrevista, o discurso se alterava. Diante disso, marcávamos novos encontros para melhor elucidação da história.

Além das trajetórias de vida, oralmente obtidas, consultamos o acervo do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, de São Paulo, de onde pudemos incorporar depoimentos orais, ali registrados.

Diante desse panorama inquietante, que se traduziu numa minimização sobre as iniciativas abre-se espaço para discussão sobre o exercício dos papéis femininos em conflito com o âmbito público, mostrando-se um novo som, em meio ao silêncio sobre as iniciativas das mulheres que parecem ousar e criar o avesso do homem.

Cenário

O povo judeu viveu disperso por séculos entre outras sociedades e manteve sua unicidade na religião, filosofia, valores éticos, morais e ancestralidade, somando uma pluralidade cultural resultante de sua participação em contextos nacionais diversos. Embora a religião seja vista como o fio-mestre da unidade desse povo, a organização social contemporânea abriu espaços para a valorização de outros conceitos, geradores de diferentes processos identificatórios, como os preceitos ortodoxos, conservadores, liberais, a filosofia

4 RATTNER,Henrique. *Tradição e Mudança (A Comunidade Judaica em São Paulo)*, São Paulo: Ática,1977.p.132
5 A apresentação integral das entrevistas é parte da dissertação de Mestrado na área de Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 09/2004:"Histórias Recontadas: Judias Imigrantes Empresárias em São Paulo (1945-1956)"

ético-moral, a matrilinearidade e, após 1948, a identificação ideológica e política com o Estado de Israel.

Considerando as diferenças culturais, pouco conhecidas, apresento um rascunho referente à localização dos diferentes grupos culturais judaicos nos países de origem das imigrantes aqui apontadas.

Distribuição da população judaica nas comunidades de origem

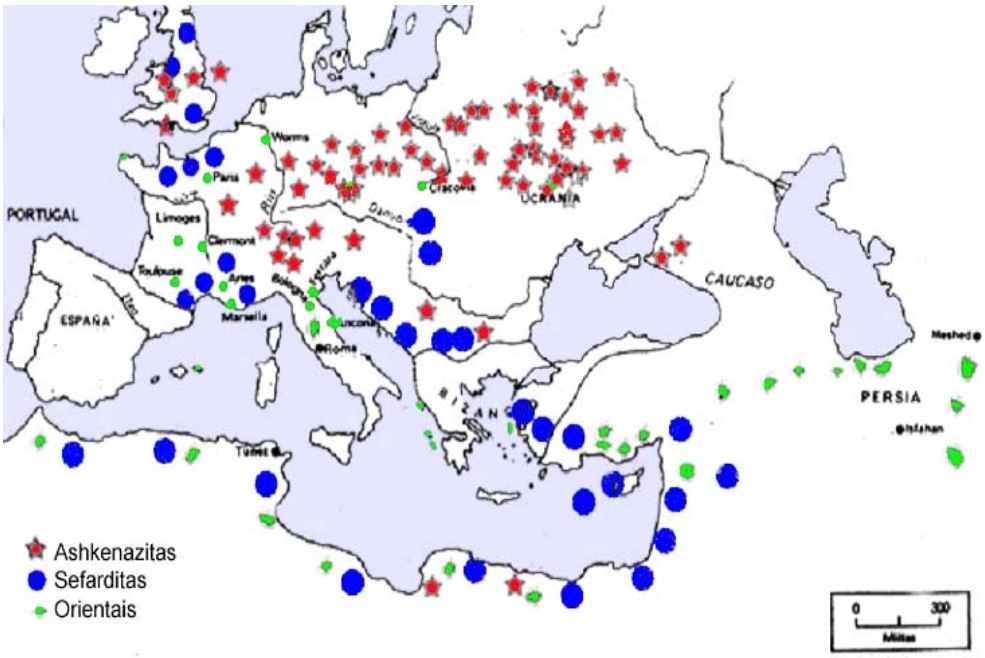

Fonte: Esboço sobre mapa do Início do século XX - Mapa de Martin Gilbert[6]

Esses grupos, fruto das incessantes diásporas, viveram em áreas, concomitantemente, embora se mantivessem separados.

Na busca de estudos mais sistemáticos sobre as diferenças culturais existentes no grupo étnico judaico apresentamos os valores modos de vida de cada grupo até sua ruptura na origem e, recriação de laços de convivência na sociedade paulistana.

→ <u>Ashkenazitas:</u>

As mulheres que vieram da Europa Central e Oriental, constituem-se no maior número de entrevistadas deste trabalho, assim, iniciamos pelo grupo lingüístico-cultural identificado com o iídiche - ashkenazitas.

6 GILBERT,Martin. *Atlas de la História Ju*dia, Jerusalém: La Semana Publicaciones, 1978. p.60

A sobrevivência econômica, a profissionalização, o proletariado, as novas exigências de competência individual, a secularização da sociedade, entre outros fatores, foram dissolvendo os muros que continham esse universo público separado e distante da realidade privada judaica do período. Aos poucos, o mundo judaico vai ganhando novas formas e o espaço privado invadido por distintas necessidades, abrindo oportunidades à mulher.

→ Sefarditas e Orientais

Em países da Europa Ocidental e Oriental e nos banhados pelo Mediterrâneo existiam, sobretudo, judeus sefarditas, tais como: França, Itália, Turquia, Chipre, Grécia, Bulgária Tunísia, Líbia, Marrocos, Argélia e Egito, provenientes da Península Ibérica, e identificados pelo idioma ladino. Próximos, os judeus orientais viviam no mundo árabe: Palestina, Iraque, Síria, Líbano e Egito falando, em geral, o idioma árabe. O grupo sefardita representava no século XII, 90,0% da população judaica mundial, caindo em 1700 para 50,0%, como conseqüência de emigrações forçadas, ficando reduzida a 10,0% em 1930.[7]

Os sefarditas distinguiram-se dos outros dois grupos culturais significativos para este estudo, por contar com maior participação efetiva feminina nas sinagogas e serviços religiosos. As moças aos 12 anos, também, faziam sua iniciação religiosa e apresentavam-se oficialmente à comunidade. A liturgia sefardita contava com canto de coros mistos que permeava todo o serviço religioso, num diálogo em que se alternavam fiéis e coro. Incensos eram usados e dos salmos eram frisadas as entrelinhas compostas, permeando de simbologias o universo místico da maioria das mulheres sefarditas. Esse grupo cultural abriu espaço para a participação feminina nos estudos religiosos, trazendo a institucionalização do "*Bat-mitzva*" (festa da maioridade feminina) no Brasil.

As mulheres orientais permaneceram em suas casas concentradas no grupo familiar feminino e suas várias gerações que se desdobravam em afazeres femininos como a educação dos filhos, a cozinha, os trabalhos manuais e artesanais. No grupo, expressavam-se livremente os sentimentos, mas, mantidos numa atmosfera hermética do universo feminino. As casadas, mães, avós e tias eram as interlocutoras desse universo para o mundo masculino e público. A

literatura e a música eram as aptidões diferenciadas e aceitas dentre as práticas permitidas às bem-educadas, às recatadas moças de olhar baixo preparadas para o casamento indicado e acertado entre as famílias.

Novos Horizontes

Na busca por alternativas de sobrevivência, judeus, entre outros, imigraram legalmente para o Brasil e outros países, estimulados pelas múltiplas possibilidades que essas economias, em expansão, poderiam oferecer.

A maioria dos imigrantes de São Paulo era formada de italianos, seguida de portugueses e espanhóis e, em menor escala, japoneses, sírios, libaneses, poloneses, judeus, armênios e alemães. A cidade também contava com um movimento migratório de outras regiões brasileiras, criando tons diversos ao sotaque paulista. Essa multiplicidade étnica modificou o tecido sociocultural, compondo uma nova urbanidade.

Do grupo imigrante, as mulheres judias, provenientes de vários países, onde vivenciaram circunstâncias hostis ao exercício da religião e das tradições judaicas, ao imigrarem encontraram no sudeste brasileiro, um período de crescimento demográfico e econômico, circunstâncias favoráveis às iniciativas profissionais.

Considerações finais

Sendo o período estudado período econômico favorável face às altas taxas de crescimento, o mercado produtivo reagiu, criando uma forte demanda. As empresas crescendo e tornando-se complexas, abriam espaço para a contratação de mão-de-obra administrativa. No entanto, o papel central familiar continua sendo adequadamente exercido nas pequenas e médias empresas[8].

Neste contexto, as imigrantes puderam produzir recursos para resgatar o padrão familiar de consumo, num contexto social de aumento geral da participação feminina no mercado de trabalho. Essas atividades eram em sua maioria habilidades desenvolvidas no

---

7 SEPHARADIC POPULATION FIGURES THOUGH HISTORY – rufina@netactire.co.za

8 PISCITELLI, Adriana. *"Jóias de família":*Gênero em histórias sobre grupos empresarias brasileiros, Campinas, 1999. Tese de Doutoramento - IFCH /UNICAMP. p. 13.

ambiente familiar, o que "borra[9]" a percepção sobre a capacidade técnica e o dom, permitindo uma minimização do caráter profissional.

Para os casos estudados, estas mulheres tinham um capital cultural que as diferenciava e as colocava afinadas com a camada social dominante. Eram preponderantes nas decisões do processo produtivo, pois criavam e reproduziam os gostos e padrões de consumo, de acordo com as camadas mais abastadas, consolidando seu papel de mentoras, ainda que em atividades fortemente relacionadas ao universo feminino.

Diante das conquistas relativas, as mulheres e os familiares começaram a participar transformando rapidamente em "nosso" o resultado do trabalho, sem caracterizar o dinheiro ganho como de propriedade da empreendedora. De acordo com Scott[10], constatamos, que as mulheres ainda, necessitam da aprovação dos homens em suas conquistas comerciais e, assim, mantêm a subordinação à competência do masculino.

Assim, envolvidas com a imagem idealizada de suas funções femininas, abriram mão do poder e da autonomia financeira para serem reconhecidas em seu papel "maior": encaminhar os filhos para serem motivos de orgulho familiar; administrar o orçamento e o lar, exemplarmente, sem, contudo, deixar de ser a esposa ideal. Neste sentido, este trabalho mostrou-se diferente de outros estudos sobre empresários, como o de Piscitelli[11], que afirma ter encontrado "um tom neutro dentro das atividades de descendência". Ao abrir mão, da autoria de suas iniciativas, a maioria permanece omitindo atitudes relativas à competência do universo masculino.

No entanto, os papéis passaram por mudanças que podem ser constatadas entre as descendentes, que mesmo não tendo sido envolvidas no negócio familiar, são graduadas e exercem suas profissões. Fato relevante para os imigrantes, em geral, que apostaram numa ascensão social, também, via projeto educacional e profissional dos filhos[12], exceção feita às

---

9 BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (org) *Novos olhares:mulheres e relações de Gênero no Brasil.* São Paulo: Marco Zero:Carlos Chagas,1994. p.194

10 SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* In: Scott, Joan. Mulher e realidade. Rio Grande do Sul: Vozes, 1990. p. 86

11 PISCITELLI, Adriana. *"Jóias de família":*Gênero em histórias sobre grupos empresarias brasileiros,Op. Cit. p. 97.

12 OSMAN,Samira Adel. História Oral de Famílias Imigrantes Árabes em São Paulo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom.(Org) *História Oral de Família*, São Paulo: CEDHAL,1997- v. nº 5. p. 27

filhas de famílias religiosas que se dedicam à vida doméstica. Reforça-se aí uma característica destas empreendedoras que não projetaram durabilidade de seus negócios, privilegiando a ambição e vocação de seus descendentes. Esse desdobramento pode ser justificado por uma percepção de atuação econômica circunstancial e sem significado.

Surpreendeu-nos, em especial, a banalização demonstrada, nas histórias recontadas sobre as iniciativas e conquistas alcançadas. E diante de um questionamento mais profundo a questão da preservação dos segredos sobre as iniciativas femininas foi reafirmada e apresentada como uma articulação para a manutenção da harmonia familiar, pois esta, ainda permanece alicerçada no código da família patriarcal-judaica que faz uma clara referência à divisão de papéis de gênero.

Pelos relatos, verificamos que a diferenciação sobre os graus de conservação das relações patriarcais judaicas contrapõe-se às personalidades marcantes, que ousaram e com muita coragem e energia, assumiram riscos. Da ação educativo-idiomática passando pelos ajustamentos relativos aos mecanismos econômicos, as regras sociais, entre outros aprendizados. As mulheres teceram, dia a dia a rotina familiar reafirmando o valor da família. Dessa maneira, mantêm suas iniciativas restritas ao âmbito privado, eternizando a divisão de papéis de gênero. Diante da densa neblina, que encobre a divisão entre o espaço público e privado, as histórias permanecem como "*segredos nossos*".

A singularidade das histórias que compõem este trabalho dá significado ao reexame do ângulo da visão e à possibilidade dos ecos na sociedade patriarcal judaica, grifada pela pequena participação numérica, mas significativa, das vozes vindas entre as sefarditas e orientais. Mais resistentes às mudanças, ao diferente, tornam inconcebíveis certas conquistas, mantendo com eufemismos os sorrisos e olhares condescendentes.

A pesquisa pretendeu reler os velhos momentos, embora pareçam novos ou, de fato, momentos de inflexão que cada fala tem, ao perturbar o movimento previsível dos grupos culturais judaicos. Desse modo, apoiados, nesta questão, apresentamos algumas nuances que percorreram o cotidiano das entrevistadas, trazendo a necessidade de reconhecer o contexto e

as possibilidades não somente de ser, mas estar na comunidade. Os resultados prevalecem na questão de gênero ou sexo, neutralizando outras tantas variáveis, alinhadas aqui.

A Poética do sigilo: cartas de Henriqueta Lisboa a Mário de Andrade

Marilda Ionta

Há cartas que não guardam apenas recados, doenças do fígado, frases bem feitas, há cartas que captam instantes fugidios, fases específicas, mudanças de rota, pontos de conversão da alma, seu gênero narrativo possibilita fixar as forças do devir de uma existência. Existem *cartas de pijama,* para usar uma expressão de Mário Andrade, onde as vidas se vivem e a escrita talha o papel com tinta e sangue de projetos, idéias, interesses, sensações e sentimentos. As cartas são objetos lembrança, como afirmou Orest Ranum[i] e permitem análises interessantes, dentre elas, as estratégias que os missivistas lançam mão para construir-se e reinventar-se para si e para seu destinatário.[ii]

Henriqueta Lisboa, mulher bonita, de fala nobre e elegante, solteira, sensível aos 35 anos de idade, entre fevereiro de 1940 e janeiro de 1945, recebeu de Mário de Andrade "o mais belo conjunto de cartas por ele endereçada a uma mulher, até hoje conhecido", como escreveu Telê Ancona Lopes.[iii] No diálogo epistolar da poetisa com o escritor as missivas florescem em suas múltiplas formas e usos, ou seja, como espaço de crítica literária, experimentação artística e como *locus* privilegiado de conhecimento de si. Nas missivas do escritor nota-se a busca das mãos de uma mulher perdoadeira, alguém para apresentar suas feridas do corpo e da alma. Assim, do lado Mário, a correspondência enfatiza mais o núcleo confessional que a carta engendra; pois ele faz de Henriqueta Lisboa sua espectadora e confessora. Do lado da poetisa, o campo de experimentação estética é mais valorizado, e essa troca epistolar adota as cores de uma correspondência literária. Contudo, os missivistas ajustam-se, na medida em que ambos atendem a demanda um do outro, oferecem-se para prazeres e gozos mútuos. Evidentemente, essa troca epistolar não se resume a uma lógica contratual vulgar. Há nessa correspondência o que o filósofo Michel Onfray denomina "utilitarismo hedonista", isto é, a idéia de "que não existe volúpia possível sem consideração do outro", pois o gozo que proporciono encontra em seu caminho o gozo que me proporcionam.[iv] Nesse diálogo existe simetria e a ausência de

egocentrismo, pois o escritor lê os poemas de sua destinatária com alegria, e Henriqueta ouve Mário com recato e encanto. Ademais, ela aceita a identidade de mulher idealizada que ele constrói a seu respeito, ou seja, ajusta-se à imagem da mulher-santificada, portanto, dessexualizada, como sugerem os esboços de si mesma que ela elabora em suas missivas. Em carta de 30 de dezembro de 1942, Henriqueta conta-se da seguinte forma:

> Sinto que recebi qualquer coisa, não sei se do sangue ou do espírito – que neste caso teria vindo pelo exemplo. Minha mãe é a encarnação exaltada das três virtudes teologais: fé, esperança e caridade. Meu pai é o culto silencioso das quatros cardinais: prudência, justiça, temperança e fortaleza. O que eu deveria ser! esquisito e incômodo é, para mim, percebê-los tão diferentes dentro em meu ser, pensar como papai e sentir como mamãe. Não virá daí minha determinação de equilíbrio poético?[v]

Da fusão que ela elabora entre pai e mãe, nasce um idiossincrático mito andrógino. Essa imagem da androgenia atrela-se a uma outra igualmente instigante para compreensão do auto-retrato desenhado pela escritora em suas cartas, isto é, a da anacoreta. Diz ela a Mário, a propósito de explicitar sua opção poética, “Em verdade pertenço mais à categoria dos anacoretas do que à dos apóstolos”.[vi] Assim, ela se esculpe literariamente como uma figura que pode ser associada à solidão, ao celibato, à virgindade, enfim ao indivíduo que renunciou à vida social e mundana.

Como se sabe, no imaginário antigo, o deserto era o lugar de habitação das forças demoníacas, onde os desejos do corpo e os perigos da sexualidade podiam ser enfrentados pelos anacoretas. Assim, Henriqueta Lisboa apresenta-se como uma mulher que parece estar aprisionada no seio da grande noite, debate-se na escuridão da noite, vive em solos difusos, com contornos indefinidos, como expressa também seu famoso poema intitulado “Prisioneira da noite”. Essas características e a linguagem religiosa perpassam não apenas sua obra privada como também sua obra pública e, em suas cartas, ela enreda-se no drama da mulher-intelectual, burguesa e cristã, problematizando questões espinhosas entre arte, vida e política. De acordo com a poetisa:

> A capacidade de sofrimento – ainda bem! É o maior fator da capacidade artística. Pelo menos para a mulher. Entretanto, paradoxalmente, é esta mesma capacidade de sofrimento que mata a intelectualidade feminina. A mulher não sente tanto a desesperação da verdade como a necessidade da harmonia. Deverei confessar-me? Não sou bastante rebelde para sentir-me uma verdadeira intelectual (para isso teria que superar muita cousa, sacrificar muita coisa). Nem sou bastante simples para viver a vida burguesamente como as outras mulheres. Não sou bastante generosa para renunciar à minha própria personalidade. Nem egoísta bastante para pensar unicamente em mim. Poderei ser feliz....Contudo, não devo queixar-me se a arte tem sido a minha paixão, com a sua coroa de espinho, também tem sido meu bálsamo, com as suas vozes celestiais...E si eu tivesse de recomeçar, escolheria certamente este mesmo caminho. [vii]

Nessa confissão temerosa, a ex-aluna do Colégio Sion enfatiza que não se sente rebelde o suficiente para identificar-se como uma intelectual e, tampouco, é conformada com a identidade de mulher burguesa, com um mundo que lhe foi destinado por sua classe social e seu sexo. Como ela se conta, não era egoísta o bastante para pensar unicamente em si e nem suficientemente generosa para renunciar à sua personalidade, ou seja, não se enquadra totalmente nem nas virtudes cristãs nem encarna o culto burguês do eu.

A poetisa problematiza-se com lentes cristãs no interior de uma sociedade moderna, em que o individualismo caminha a passos largos. Ela apresenta a Mário a tensão entre os fluxos de forças da mulher/poeta - ocupada com as questões do ser - com as poderosas forças oriundas da mulher/religiosa - atenta aos desejos da carne. Com essa problematização de si, ela parece reativar a imagem da anacoreta em um mundo moderno, e essa especificidade leva Henriqueta a adotar procedimentos ascéticos cristãos rigorosos que podem ser trilhados nos questionamentos apresentados em suas missivas. Além disso, ela se auto representa como uma mulher teimosa, persistente na busca de seus ideais e, para conquistá-los, ou melhor, para ser fiel a seus desejos, ela não bate mais o pé como fazia quando era menina, na medida em que, a Henriqueta-mulher parece ter adotado como arte de lidar com a vida a “poética do sigilo”.[viii]

Essa poética – que pode ser associada à arte de calar-se e que sugere uma conduta pautada na prudência, escuta e silêncio - a meu ver, singulariza sua correspondência e sua amizade com Mário de Andrade. A relação entre eles aproxima-se do modelo retórico "orelha-boca", no qual ela fala pouco e ouve muito.[ix] Como sugerem estas palavras de Henriqueta: "Seria tão bom se pudéssemos conversar pessoalmente, de vez em quando, de tudo o que nos interessa e preocupa, sem determinação ou escolha, eu falando pouco e ouvindo muito[...]".[x]

Assim, a fabricação de si de Henriqueta nas teias da amizade mediante a escrita epistolar parece dar-se pela escuta, silêncio e reflexão. Eis o que expressa sua carta de setembro de 1942, onde ela diz a Mário que sabia muito bem o que fazia quando concordava com as críticas do escritor a ela e a sua obra.[xi]

Cotejando alguns poemas manuscritos enviados a Mário, com os que foram publicados, é possível notar que em diversas situações ela acatou as sugestões do amigo e em tantas outras ignorou e manteve sua própria versão. Essa atitude fixada por sua escrita íntima exibe sua face autônoma, reflexiva e independente e, sobretudo, revela que a poética do sigilo adotada por ela não se reduz a um reflexo simples de sujeição, mas possivelmente estava atrelada a arte da sobrevivência feminina no espaço público.

Como registra a história literária, a poetisa movimentou-se no espaço público com grande habilidade, foi uma intelectual ativa e a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Mineira de Letras, em 1963. Portanto, a poética do sigilo adotada em sua correspondência pode ser lida como uma forma de proteção de si da saturação do olhar público. Sua correspondência exibe um ser impuro, misturado, em processo, que vibra e não permite enquadramento. Como indicam seus dados biográficos, ela não se tornou uma monja ou uma freira e também não se entregou ao destino da grande maioria das mulheres de sua classe social, freqüentemente fadadas a serem boas mães de família e a formarem os cidadãos da pátria. À sua maneira, ela escapou das identidades sociais ligadas ao Estado e à Igreja.

Nas missivas de Henriqueta encontram-se problematizações instigantes sobre a condição feminina e a produção literária realizada por mulheres. De modo geral, o conjunto de suas cartas parodoxalmente reativa um modelo de mulher cristã que fratura a identidade da passividade feminina. A esse respeito, vale a pena recuperar a crítica contundente que ela elabora em sua correspondência aos críticos literários brasileiros.

Nos anos 40, ela foi acusada pela crítica de fazer uma poesia intimista desvinculada dos problemas sociopolíticos de seu tempo, pois seu lirismo conciso e sofisticado estava distante da poesia social adotada pelos poetas da geração de 1940. Na condição de escritora, inserida em um meio intelectual esmagadoramente dominado por homens, Henriqueta adotou uma posição firme e audaciosa diante de seu trabalho, e respondia de forma lúcida às críticas a sua poesia. Como se lê na carta de 16 de agosto de 1944, endereçada a Mário de Andrade, cujo teor é o seguinte:

> Os que emprestam à arte um sentido revolucionário de classe devem saber que uma revolução não se faz de fora para dentro, mas sim de dentro para fora, pela base, partindo de um ponto de apoio que é, no caso, a consciência humana[...] Enquanto não nos definirmos ou não determinarmos a nós mesmos, não estaremos aptos para avançar no terreno social.// Você tem razão: não me sinto chamada à poesia social. Penso mesmo que a mulher só é acessível o tom menor (como diz Antonio Candido). Mas é possível que exista uma terceira modalidade poética, em que o tom menor aprisiona motivos que interessam mais diretamente à coletividade.[...] Quero superar-me sobretudo no terreno essencial, no sentido de charitas.[xii]

Nesse desabafo epistolar, Henriqueta elabora uma problematização bastante sugestiva. Ao dialogar com os literatos arvorados de serem os porta-vozes de mudanças sociopolíticas, com perspicácia, ela pergunta se esses homens, supostamente comprometidos com seu tempo, pararam para indagar se eles se sentiam seres humanos dignos da transformação que propunham.

Com esse discurso, ela levanta questões debatidas atualmente por vários intelectuais e, em especial, pelas teóricas feministas, que, enfaticamente afirmam que qualquer espécie de

revolução não pode mais ser dissociada de uma revolução da alma. Portanto, a poetisa ressalta a necessidade de (re) conhecermos a nós.

Dentro de seus limites históricos, isto é, aprisionada pela noção de sujeito essencialista, pela idéia de consciência como interioridade, enfim, pelas filosofias modernas do sujeito e da consciência, e se movimentando em um ambiente cristão no interior de uma sociedade dessacralizada, ela põe em pauta as questões da subjetividade. Como desdobramento dessa problemática, traz à tona a propalada questão da escrita poética feminina, positivando decididamente o denominado "tom menor", e, mais do que isso, reivindica a necessidade de ampliação da discussão sobre o tema.

Para retirar a pecha de intimista e egóica de sua poética, Henriqueta afirma que deseja superar-se no sentido de charitas. E novamente, a propósito de esclarecer sua obra, ela revela a si mesma, expondo sua teleologia de vida, isto, a vontade de superar-se na direção do amor caritas. Esse desejo da poetisa tem implicações significativas para pensar a singularidade da relação de amizade que os escritores construíram no espaço dialógico das cartas. Isso porque, o sentido de caritas não elimina apenas a pecha do intimismo de sua poética, mas também retira o caráter suspeito da amizade privada e íntima que eles estabeleceram mediante a troca epistolar, ou melhor, da amizade entre um homem e uma mulher. A noção de caritas busca suprimir o afeto na amizade e, ao mesmo tempo, dessexualiza o amor.[xiii] Dessa forma, o amor caritas pressupõe eliminar o desejo do corpo do outro, e também retira o sentido privado e individualizado das relações intersubjetivas. Presumo que, ao se movimentar no interior desse imaginário, a poetisa mineira pôde amar Mário com tranqüilidade sem as tormentas dos pecados da carne.

Em suas cartas Henriqueta Lisboa apresenta-se como uma escultora, seu instrumento é a escrita epistolar e sua matéria-prima é seu corpo e sua alma. Mediante a escritura, ela busca

como os escultores extrair da matéria bruta a forma desejada, ou seja, traçar os contornos que ela julgou belo para sua existência.

---

[i] RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da vida privada***.** Da Renascença ao século das Luzes*.* São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
[ii]FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In:*O que é um autor?* Lisboa: Vega, Passagens,1992.
[iii] LOPEZ, Telê Ancona. Cartas a Henriqueta Lisboa. *O Estado de S. Paulo,* Suplemento Cultura, n. 577, 31 ago. 1991.
[iv]ONFRAY, Michel. *A escultura de si.* Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p 144.
[v] Carta a Mário de Andrade, 30 dez. 1942. Arquivo Mário de Andrade. IEB-USP.
[vi] Carta a Mário de Andrade, 28 abr. 1940. Arquivo Mário de Andrade. IEB-USP.
[vii] Carta a Mário de Andrade, 16 ago. 1940. Arquivo Mário de Andrade. IEB-USP*.*
[viii] A expressão é emprestada da crítica literária que Fábio Lucas elabora a propósito da obra poética de Henriqueta Lisboa.
[ix] Sobre a amizade entre Mário e suas missivistas, ver: IONTA, Marilda. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. São Paulo: IFCH da Universidade Estadual de Campinas, 2004. Tese de Doutorado. Ionta (2004).
[x] Carta a Mário de Andrade, 10 dez. 1944*.* Arquivo Mário de Andrade. IEB – USP*.*
[xi] Carta a Mário de Andrade, 7 set. 1942. Arquivo Mário de Andrade. IEB-USP.
[xii] Carta a Mário de Andrade, 16 ago. 1944. Arquivo Mário de Andrade. IEB-USP.
[xiii] COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor*: estudo sobre amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

Humor e Guerra nas Charges de Belmonte e J. Carlos

Marilda Lopes Pinheiro Queluz – Cefet-Pr

Este trabalho é uma análise preliminar das relações entre as charges de J. Carlos e de Belmonte, tendo a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como tema ou como pano de fundo. É uma tentativa de buscar, no cruzamento desses olhares, nos diferentes discursos imbricados, nas inversões e paródias, a criação de espaços públicos que possibilitem críticas e protestos aos acontecimentos do final da década de 30 e início dos anos 40.

A caricatura aqui é tida como situada numa dimensão que interage com o processo histórico em que se constitui. Ela é dinâmica, sendo sempre reiterada e atualizada. Canclini conceitua as caricaturas como um gênero híbrido por definição: "Elas são práticas que desde o seu nascimento ignoraram o conceito de coleção patrimonial. Lugares de intersecção entre o visual e o literário, o culto e o popular, elas trazem o artesanal para perto da produção industrial e da circulação em massa". [1]

Na mais antiga e profunda tradição da caricatura, humor e política sempre caminharam lado a lado, reiterando, a cada cruzamento, a vocação combativa e militante da charge. Em 1789, na França já se dizia que os desenhos eram mais poderosos para influenciar os corações humanos. "Eram vistos como tendo esse forte impacto, porque eram percebidos como algo que falava diretamente aos sentidos e às emoções do povo". [2] Embora nem sempre o riso suscitado seja o da desordem e o da transgressão, o humor gráfico propõe outros pontos de reflexão, cria espaço para a opinião do leitor e sua conseqüente co-autoria na reconstrução dos significados. Trata-se de uma "conivência estabelecida entre o enunciador" do discurso e o "leitor capaz de transcender a literalidade para vislumbrar, justamente por meio das marcas aí instauradas, as significações ao mesmo tempo sugeridas e escondidas por esse espaço significante"[3]

Segundo Rivers, a caricatura é subversiva de modo inato, pois ao dar ao leitor textos "*deformados*" que sempre requerem interpretação criativa, acaba por afastá-lo do hábito de ler passivamente. Para este autor, os "leitores que experimentam a interação com a caricatura estão menos inclinados a aceitar um texto de forma inquestionável. Daí porque os

políticos odeiam as caricaturas... Um público que pode ler entre as linhas não é facilmente oprimido” [4].

Se a inversão já é em si uma característica da caricatura, na releitura dos fatos jornalísticos e das notícias de guerra, temos inversões onde o acontecimento é revisto como uma afirmação e uma negação da história num só tempo. Além disso, o humor gráfico se apresenta como uma “arma ao alcance de todos (...) ele destrói ou desfaz os simulacros, desconfigura e reconfigura às avessas as imagens...” [5]

As charges e cartuns da guerra funcionam como “jogos ópticos”, estabelecendo situações e posições de comunicação que nos permitem repensar as construções de sentido criadas com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e as “fronteiras entre os domínios da vida pública e privada”. Procuram “dar conta do discurso do ponto de vista da sua capacidade de “agir” e “fazer agir”, captando as interações efetuadas “entre sujeitos individuais ou coletivos que nele se inscrevem e que de certo modo nele se reconhecem”. [6]

O autor das caricaturas é antes de tudo um leitor, um leitor do jornal ou da revista que o publica. Parte das notícias, de um tema ou de um contexto discursivo imediato para manter o diálogo com seus traços e seus enunciados verbais. Temos um discurso sobre outro discurso que é o jornal, e assim se estabelece, de certa maneira, um modo de “ler o espetáculo do mundo que o jornal nos oferece”. [7]

José Carlos de Brito e Cunha[8] costuma ser visto pela maioria dos estudiosos da caricatura brasileira como o mais importante da “trindade”: J.Carlos, Raul e K. Lixto. Com uma produção invejável em qualidade e quantidade, esteve presente nas páginas de vários periódicos por várias décadas.

> Sua obra é uma extraordinária crônica visual do seu tempo, um testemunho gráfico de hábitos, costumes e comportamentos, registrados de forma perene por seu traço inconfundível. J. Carlos foi um mestre do seu ofício e sua obra é, segundo Sodré, como a de Debret e Rugendas, um quadro de costumes, e como a de Agostini, uma crítica social e política. [9]

Herman Lima cita um trecho de uma entrevista de J. Carlos, onde a guerra surge como o grande alvo de seu lápis:

> Em todos os setores da vida e particularmente a respeito da arte, sou pela liberdade integral. Minhas charges dizem o que sinto e o que penso. Critico e ironizo os que são inimigos da liberdade. O nazismo viria transformar todos os homens em parafusos de uma só máquina. Hitler quer que todos os homens sejam iguais, não iguais ante o direito e a justiça, mas iguais como parafusos. Mas Hitler não quer ser igual a ninguém. Minha ojeriza pelo nazismo tem sua lógica simples. É que não quero ser parafuso. Além disso, um mundo onde todos os homens fossem a mesma coisa, fazendo a mesma coisa, seria bestíssimo. [10]

A ditadura do Estado Novo, em outubro de 1937 e a forte censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) pareciam apontar como caminho o elogio à democracia americana e o ataque aos regimes totalitários europeus, simulando por jogos de palavras e imagens alegóricas, o descontentamento com a própria situação brasileira. Nesse sentido, a ironia e a ambivalência mostram-se como estratégias possíveis de protesto e criam contrapontos ao regime de silêncio imposto por Getúlio Vargas.

Através do dinamismo das imagens, das formas orgânicas e dos traços sinuosos, J. Carlos propunha um ritmo de leitura com “jeito brasileiro”. Esse efeito de sentido de tradução dos fatos pelo olhar brasileiro parece aproximar os eventos internacionais ao cotidiano dos cariocas. A construção do enunciado verbal e não verbal era repleta de expressões familiares, gestos, formas e cores que parecia propor ao leitor uma cumplicidade com a própria cultura. Por exemplo, o uso do termo “angu” para descrever a confusão da Europa e a iminência da guerra;[11] a associação entre os vários usos das máscaras e dos desfiles, comparando ao carnaval com a guerra (Fig. 1); a aproximação entre o futebol e a guerra, ironizando os diferentes significados e contextos histórico-culturais para um mesmo símbolo, como a cruz de malta (Fig.2)[12].

Fig.1 – J.Carlos. Careta, 11/03/1939 em J.Carlos contra a Guerra

O expedicionário – Que “negóço” é este?... Tu é “Vasco”?
Fig.2 – J. Carlos. Careta, 23/10/1944 em J.Carlos contra a Guerra

Estabeleciam-se, assim, pontos de contato com o dia a dia do leitor, buscando referenciais que simulassem o ponto de vista das pessoas. Em muitos casos, a guerra foi refletida a partir de suas conseqüências na vida material, como na charge intitulada “Os escombros”, onde vemos dois homens observando uma montanha de objetos, mesas, cadeiras, quadros, baldes, garrafas, latas, objetos do interior das casas, do cotidiano. “Lá em cima, bem no alto, a nação vitoriosa colocará a sua bandeira”, diz o personagem de olhos arregalados que aponta para cima.[13] Ou, ainda como no caso onde vemos uma longa fila de mulheres numa das ruas da cidade. Uma senhora se aproxima do final da fila e pergunta: “ – Ainda há batatas? – Não, senhora. Agora está distribuindo telegramas narrando vitórias”. [14]

O tema da guerra possibilitou outras discussões como o papel da arte, da ciência, do conhecimento. J Carlos ironizou as conquistas, descobertas e formas de expressão do ser humano em contrapartida ao desejo de poder e dominação. Numa crítica sutil à própria arte

e ao discurso sobre arte moderna, mostra o que seria um monumento moderno à paz, com a escultura de um gigante enfurecido com uma arma na mão, uma metamorfose da paz em deus da guerra, marte, num deslocamento para a direita, onde as linhas do panejamento se transformam em linhas futuristas de ação.[15] Em alguns casos comparou a civilização européia ao mundo dos nativos, dos africanos, dos índios, colocando a guerra como filha da civilização e da insensatez humana, e o homem branco como o verdadeiro selvagem, questionando os conceitos de barbárie e mesmo de progresso. [16] Nesse sentido é significativa a charge intitulada "Ciência", onde vemos o monstro/bruxa da guerra, enorme, entre chamas e fumaça, com a inscrição "Bomba atômica", caminhando na direção oposta de uma enfermeira com o símbolo da cruz vermelha, carregando com as duas mãos a penicilina, numa ironia profunda aos diversos usos do conhecimento científico, reiterando mais uma vez "como a humanidade é estúpida!" [17]

Benedito Bastos Barreto[18] nasceu em São Paulo em 1897 e faleceu em 1947. Foi caricaturista, pintor, escritor, jornalista. Sua carreira ficou mais sólida ao trabalhar na *Folha da Noite* de São Paulo. Foi lá que criou o personagem Juca Pato.

> Juca Pato tornou-se um símbolo do homem comum que não se conformava com os que queriam espezinhá-lo. Baixinho, careca, usando óculos de aro de tartaruga e polainas, Juca representava o cidadão comum, trabalhador, honesto, pagador de impostos, perplexo, irritado e às vezes apopléctico contra os desmandos do custo de vida, da burocracia, da corrupção política e da exploração do povo. [19]

Segundo Belmonte:

> Juca nasceu do arrolhamento da imprensa. Foi a caricatura de um protesto...Era mister dar-se uma voz ao povo, e o melhor meio para escapar-se ao rigor dos Cerberos, era criar-se uma alegoria. Juca Pato surgiu como a expressão do povo que precisava dizer alguma coisa, criticar outras e não podia... [20]

Durante o Estado Novo, muitas das charges de Belmonte foram censuradas. A partir de 1936 e até 1946, ele manteve uma acirrada campanha de charges e caricaturas contra os nazistas, na Folha da Noite, de São Paulo, que foram impressos por toda a América. No álbum *Caricatura dos Tempos* há uma referência de que até mesmo Goebbels, ministro de

propaganda de Hitler, teria criticado o desenhista: “ele ataca o nazismo porque é muito bem pago pelos ingleses e norte-americanos” [21]

Belmonte coloca os personagens da guerra em outros textos, em cenas conhecidas, revestindo-os com trajes e falas de outras épocas e lugares, construindo alegorias, paródias, permitindo ao leitor comparações temporais, recheando as imagens de intertextualidade, citações e referências que pedem um público atento e com alguma erudição. O efeito de sentido criado parece ser o de sermos levados à cena da guerra, tendo em alguns casos, o personagem Juca Pato o papel de nos jogar no centro das decisões e articulações políticas.

Hitler, por exemplo, foi representado como Gulliver de Swift, o gigante que se levanta para tomar conta da Europa e estica seu pé até a Inglaterra;[22] como cardeal[23], como Sansão (Fig.3) que teve seus cabelos cortados por Dalila (Wisnton Churchill), como Salomé, pedindo a cabeça da Polônia (Fig.4), como Manolita[24], uma espanhola que lia as cartas, entre outros.

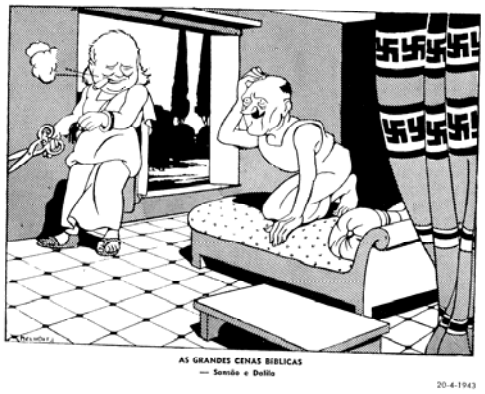

Fig. 3 – Belmonte Grandes Cenas Bíblicas - 20/04/1943 – em BELMONTE. *Caricatura dos Tempos* p.85

Fig.4 – Belmonte. Grandes Cenas Bíblicas – 29/07/1939 - Folha da Noite em LAGO, p.107

Ironizando a postura dos EUA em relação à guerra, Belmonte mostra Roosevelt como Hamlet, olhando para a caveira, com a grande dúvida: To go or not to go? That is the question…[25]

Num comentário sobre a participação do Brasil na guerra, Belmonte mostra Juca Pato seguindo, em passo de marcha, Getúlio, com o mesmo porte e o mesmo gesto, indo para a guerra, Vargas com um livro onde se lê política internacional e Juca com uma arma. Há uma comparação verbal com a frase de D. Pedro para o dia do Fico, e ao mesmo tempo apelando para o tempo presente e para a ação coletiva.[26]

As charges nos despertam para um outro olhar, para um repensar de nossas posturas políticas. "Ao faze-lo, elas dão-nos, no dia a dia, a chave, no sentido musical do termo, de nossa leitura da atualidade. Como se, no proscênio, (e não à margem) do jornal que nos mostra o mundo, fosse preciso que alguém desempenhasse o papel do palhaço e nos recontasse o jornal para que não nos enganássemos sobre do que se pode rir ou do que se deve chorar." [27]

Essa interpretação dos fatos, pelo viés do humor, traz elementos importantes na construção dos significados, no olhar cotidiano para o que acontecia no mundo, além de provocar uma releitura das notícias dos jornais e dos rádios. Possibilita novas conexões entre história e linguagem. Em meio às construções de intertextualidade, instauram-se novas relações de tempo e espaço, multiplicando-se as perspectivas de leitura e de reflexão sobre a guerra. As charges e as caricaturas constituem-se como um discurso polifônico e dialógico do qual nos falava Bakhtin.[28] As diferenças de traços e soluções gráficas permitem deslocamentos nas percepções políticas e sociais, dando visibilidade às tensões, configurando as representações de um cotidiano marcado pelo crescente autoritarismo e pela censura.

---

[1] CANCLINI, N. G. *Hybrid Cultures.* Strategies for Entering and Leaving Modernity. Trad. Chritopher L. Chiappari and Silvia L. Lopez. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1995, p. 249

[2] GOLDSTEIN, R. J. *Censorship of Political Caricature* in Nineteenth-Century France. Ohio: The Kent State University Press, 1989, p.2

[3] BRAIT, Beth. *Ironia em Perspectiva Polifônica.*Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p.31

[4] RIVERS, Kenneth T. *Transmutations.* Understanding Literary and Pictorial Caricature. Lanham, Maryland: London: University Press of America, 1991, p. 230

[5] LANDOWSKI, Eric. Não se brinca com o humor: a imprensa política e suas charges. In *FACE,* São Paulo, 4(2): 64-95, jul./dez. 1995, p. 66

[6] LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida.* Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ / Pontes, 1992. p.85-90

[7] LANDOWSKI, Eric. Não se brinca com o humor: a imprensa política e suas charges. In *FACE,* São Paulo, 4(2): 64-95, jul./dez. 1995, p.81

[8] J.Carlos nasceu no Rio de Janeiro, em 1884 e faleceu em 1950. Deixou o curso ginasial pela metade e iniciou sua carreira, sob a direção de Raul e K.Lixto, em *O Tagarela*, em 1902. Por mais de meio século colaborou com inúmeros periódicos, como *A Avenida*, *O Malho, Século XX, Leitura para Todos, O Tico-Tico, Fon-Fon!, Careta* (de 1908 a 1921 e de 1935 a 1950), *D. Quixote, A Cigarra, A Vida Moderna, Revista Nacional, Eu Sei Tudo, Revista da Semana*, entre outras. "De 1922 a 1930, foi diretor artístico das publicações da empresa *O Malho, ilustrando Para Todos, Ilustração Brasileira, O Malho, O Tico-Tico, Cinearte, Leitura Para Todos, Almanaque do Malho e Almanaque do Tico-Tcio.* De 1931 a 1934, fez grande número de capas e ilustrações para *O Cruzeiro* e *Fon-Fon!*, bem como para *A Noite, A Lanterna, A Nação, A Hora e Beira-Mar*. Foi nessa época que criou os tipos da melindrosa e do almofadinha, que viraram personagens. Em 1933 publicou um livro infantil, *Minha Babá*, escrito e ilustrado por ele."(FONSECA, p.230-231) Ver também CARLOS, J. *J. Carlos contra a Guerra.* As grandes tragédias do século XX na visão de um caricaturista brasileiro. Texto Arthur Dapieve; organização Casio Loredano. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000

[9] FONSECA, Joaquim da. *Caricatura*. A imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p.231

[10] LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1963 4v., p.371

[11] Charge da capa da revista Careta de 10/12/1938 in CARLOS, J. *J. Carlos contra a Guerra.* p.145

[12] "Para participar da guerra, o Brasil forma a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Apesar de mal treinados, os brasileiros têm participação importante em algumas batalhas em território italiano, com destaque para a tomada de Monte Castelo (21/02/1945), onde, ao preço de numerosas baixas, derrotam uma divisão alemã." LEMOS, Renato (org.) *Uma história do Brasil através da Caricatura.* 1840-2001. Rio de Janeiro: Bom Texto / Letras & Expressões, 2001.p.68

[13] Charge da capa da revista Careta de 9/11/1940 em CARLOS, J. *J. Carlos contra a Guerra.* p. 227

[14] Charge da capa da revista Careta de 25/05/1940 em CARLOS, J. *J. Carlos contra a Guerra.* p 244

[15] Careta 3/03/1945 em CARLOS, J. *J. Carlos contra a Guerra.* p.228

[16] CARLOS, J. *J. Carlos contra a Guerra.* p.232-235

[17] Careta 29/09/1945 em CARLOS, J. *J. Carlos contra a Guerra* p.263

[18] Belmonte abandonou o curso de medicina ainda no primeiro ano para dedicar-se inteiramente à caricatura. Começou aos 15 anos na revista *Rio Branco*. Em 1912, Belmonte fez seus primeiros desenhos profissionais para a revista *D. Quixote*. Depois colaborou com as revistas do Rio de Janeiro *Careta, Revista da Semana, O Cruzeiro, e Fon-Fon!,* nas quais foi também redator e diretor de arte. Na *Folha da Noite*, de São Paulo trabalhou de 1921 até sua morte.

"Belmonte fez também ilustrações para livros, notavelmente para *Povos e Trajes da América Latina, História do Brasil para crianças, A Bandeira das Esmeraldas*, estes dois últimos de autoria de Viriato Correia. Como ilustrador dos livros infantis de Monteiro Lobato, criou um universo que deliciava crianças e adultos, ao lado de outros artistas que deram corpo aos personagens do *Sítio do Picapau Amarelo* (os outros foram Oswaldo, J.U.Campos e André Lê Blanc). Interessou-se pelo ensaio histórico e na investigação histórica. Nesses termos publicou *Brasil de Ontem (1940)*, com desenhos inspirados em Rugendas, *Velhas Igrejas do Brasil e Biografias de uma cidade*, uma história de São Paulo. Os cartuns de Belmonte foram publicados na forma de livros, com os títulos *Angústias de Juca Pato* (1926) e *No Reino da Confusão* (1939). Suas crônicas humorísticas, ilustradas por ele mesmo, foram também publicadas em antologias, como *Assim falou Juca Pato* (1933) e *Idéias de João Ninguém* (1935)." (FONSECA, p.238-239) As caricaturas de guerra de Belmonte, reunidas, primeiramente, no álbum – Reino da Confusão, foram novamente reproduzidas em edição póstuma, no volume Caricatura dos Tempos.

[19] FONSECA, Joaquim da. *Caricatura*. A imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p.238

[20] LAGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas Brasileiros* 1836-1999. Rio de Janeiro: Sextante, 1999, p.101

[21] BELMONTE. *Caricatura dos Tempos.* São Paulo: Melhoramentos, 1982, p. III

[22] 21/03/1939 em BELMONTE. *Caricatura dos Tempos.* São Paulo: Melhoramentos, 1982, p.23

[23] 07/01/1943 em BELMONTE. *Caricatura dos Tempos.* São Paulo: Melhoramentos, 1982, p.83

[24] 28/07/1944 em BELMONTE. *Caricatura dos Tempos.* São Paulo: Melhoramentos, 1982, p.96

[25] 15/06/1940 em BELMONTE. *Caricatura dos Tempos.* São Paulo: Melhoramentos, 1982, p. 43

[26] 22/08/1942 em BELMONTE. *Caricatura dos Tempos.* São Paulo: Melhoramentos, 1982, p. 73

[27] LANDOWSKI, Eric. Não se brinca com o humor: a imprensa política e suas charges. In *FACE,* São Paulo, 4(2): 64-95, jul./dez. 1995, p.89

[28] Ver especialmente BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento.* O contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo:Hucitec; Brasília: Ed. da UNB, 1987 e BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski.* Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

A Casa de Correção do Rio de Janeiro: Projetos reformadores e as condições da realidade carcerária no Brasil do século XIX.

Marilene Antunes Sant´Anna (IFCS/UFRJ)

Pensar a prisão foi uma questão importante no século XIX brasileiro. Desde as primeiras décadas deste século, quando foram se disseminando mudanças na legislação e na estrutura judiciária do país, o conceito de punição dos criminosos e conseqüentemente os espaços de prisão foram sendo discutidos de modo cada vez mais intenso, alcançando repercussão entre grupos importantes da atuação política, jurídica e social no país. A Constituição de 1824 e o Código Penal de 1830 apresentaram pela primeira vez, do ponto de vista do poder público, a necessidade de repensar a questão prisional. No caso do Código de 1830, bem mais da metade das punições previstas fixaram a pena de prisão simples e prisão com trabalho, trazendo na teoria justificativas em torno da necessidade de prisões seguras e limpas, do isolamento do preso e do trabalho penal, quando na prática não se apresentava ainda nenhuma proposta de organização nem lugar que servisse para contemplar as decisões da lei.

Os lugares que serviam de prisão no Rio de Janeiro, remanescentes do período colonial, como o calabouço dos escravos, o Aljube, o Arsenal da Marinha, mostravam-se superlotados e desnudados aos olhos das comissões de visitas como depósitos degradantes da espécie humana. Ausência de carcereiros, insalubridade nas celas, mistura entre escravos, libertos, livres, homens, mulheres, contatos com pessoas que circulavam pelas calçadas, além da própria imagem da prisão vista como lugar de conflitos pessoais, onde pessoas mandavam castigar seus escravos, ou trancafiar os loucos em seus acessos de fúria, revelavam os cárceres como lugares do ócio e da barbárie[1]. Em nome da civilização para o país e da modernização do Estado, vários debates e projetos sobre a organização de um regime penitenciário foram iniciados.

Discutia-se primeiramente por melhores condições de higiene, roupas e alimentação para os presos. Por exemplo, em 1841, um grupo da prisão de ilha de Santa Bárbara, vem reclamar a Câmara Municipal o mau tratamento que sofre. Nessa representação, os presos avisam que "a comida que se administra é para o almoço dois pães de rala farinha que pesam duas onças e um caneco de água negra, quente"; E que no caso do jantar são alimentados com "menos de duas onças de carne seca e quatro grãos de feijão", refeição muito diminuta, que por vezes vem totalmente podre causando não poucas enfermidades. Além disso, no mesmo documento, ficamos sabendo da proibição da entrada do carvão naquela prisão e da necessidade que os presos tinham do fogo do carvão para complementar sua alimentação e para se aquecer nas celas úmidas dos cárceres da Baía de Guanabara[2]. Para esse caso, o Ministério da Justiça permitiu a entrega do carvão e nomeou uma comissão para examinar as condições da prisão de Santa Bárbara. Alguns outros pedidos de roupas, alimentos, revisão de processos ou visitas das autoridades foram também atendidos, mostrando alguns dos argumentos favoráveis à proposta de reforma e melhoramento das prisões até a metade do século XIX.

Os debates em torno da melhoria das prisões reivindicavam também a derrubada de antigas dependências, principalmente o Aljube, conhecido como "sentina de todos os vícios e misérias" e a construção de uma casa de correção, verdadeira instituição que promoveria a recuperação dos prisioneiros e reforçaria a segurança e a glória do Estado.

Na avaliação de ministros do governo, políticos, juristas, juízes, médicos das décadas de 1830 á 1850, o modelo de prisão era a resposta inevitável a quem tivesse cometido qualquer crime e a melhor forma de regenerar os indivíduos para seu retorno ao convívio da 'sociedade normal'. Nesse sentido, as prisões, encaradas como locais importantes, não poderiam deixar de ser formuladas e organizadas segundo os princípios de uma sociedade que se pretendia construtora de padrões de civilidade. A Casa de Correção da Corte, construída a partir da

década de 1830, deveria representar um avanço em relação às práticas punitivas coloniais predominantes até então.

Muitas dessas idéias acompanharam as importantes mudanças que ocorreram no campo da justiça penal dos países europeus durante a época moderna. A ampla presença da justiça do rei e o desenrolar de uma punição corporal, pública e exemplar, foram cedendo lugar ao conceito de privação da liberdade. Como lembra Spierenburg, o aprisionamento e outras formas de cativeiro cresceram em muitos países europeus desde final do século XVI, como por exemplo, as próprias casas de correção, concebidas com o propósito de desenvolver hábitos de trabalho em parcelas da população vistas como ociosas e indisciplinadas em pleno desenvolvimento da sociedade capitalista[3]. Entre os homens desse período, muito se discutiu sobre o que fazer contra o crime e com os criminosos. Nomes como Cesare Beccaria, John Howard, Jeremy Bentham e seus apelos em busca de um sistema legal e prisional que estabelecesse a proporção entre castigo e crime, a abolição da pena de morte e a higiene das prisões, deixaram herdeiros por todo o século XIX, alcançando eco na legislação e nos projetos das instituições brasileiras.

No entanto, no Brasil, pensar a prisão não representava somente estar atualizado com os discursos e projetos europeus nem com a questão da civilização. O início do sistema penitenciário foi marcado pelo direito de punição que o Estado reivindicava para si. Na tumultuada década de 1830, grupos de escravos, libertos, estrangeiros, exaltados, militares, que disputavam os espaços políticos e públicos da cidade, lotaram os cárceres da Corte do Rio de Janeiro, transformando-os em espaços perigosos de sociabilidades e de fugas. Proposta pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, agremiação política que congregava os líderes do grupo liberal moderado, à frente do poder no início do período regencial, a Casa de Correção teve seus terrenos comprados e suas obras concluídas pelo Estado Imperial. No dizer de Evaristo da Veiga, principal voz dos liberais nesse momento, e presidente da Sociedade Defensora no início de 1832, construir a Casa de Correção era “um

projeto eminentemente moral o *converter homens perdidos na ociosidade e no deboche em cidadãos industriosos*, de bons costumes, e por conseqüência úteis á Pátria; mas abstração feita do lado filantrópico, que tem uma casa de correção, ela traz ainda resultados, que tocam a todos os membros da Sociedade; *nos porá ao abrigo desses homens* que tendo tudo a ganhar nas desordens e motins, são uns cegos instrumentos das facções, e diligentes soldados das rusgas" [4]. Apesar de veicular uma preocupação mais estreita ao grupo dos liberais exaltados, Evaristo da Veiga não deixa de apresentar as duas principais funções da Casa de Correção aos olhos da maioria da sociedade naquele momento. A instituição serviria para isolar uma parcela do corpo social vista como desordeira e para oferecer trabalho aos indivíduos, combatendo a preguiça e a inépcia, tornando-os assim úteis a seu país. O próprio Regulamento da Casa de Correção de 06 de julho de 1850 classifica os prisioneiros condenados a cumprir a pena de prisão com trabalho em duas divisões, a correcional e a criminal, contemplando assim a importância do trabalho na instituição. Na primeira incluíam-se os menores que cometessem crimes, os vadios e mendigos, encaminhados pelas autoridades policiais, com o fim principal de aprender um ofício nas oficinas dispostas no interior da penitenciária. Na divisão criminal, ficariam os homens livres sentenciados pela justiça a pena temporária ou permanente de prisão com trabalho, freqüentando também as mesmas oficinas.

Ao longo do funcionamento da Casa de Correção, os problemas em torno das oficinas serão recorrentes, como a falta de mestres para o ensino e controle das tarefas e a presença de desordens em seus espaços, visto a proximidade com instrumentos cortantes o que facilitava as brigas e o ferimento em outros detentos ou nos guardas do estabelecimento. Muitas oficinas também não ofereceram lucros para a instituição. Por motivo de custo alto ou da oferta de produtos de baixa qualidade, tornavam-se impossíveis de concorrer com a produção de fábricas que, em meados do século XIX, cresciam na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, a diretriz do trabalho, sempre foi privilegiada e alvo de constantes discussões entre quem gerenciava e quem efetivamente administrava a penitenciária. Ou seja, o trabalho para o

diretor significava a manutenção da ordem e a da disciplina no dia a dia dos prisioneiros. Já para as Comissões de Inspeção que visitavam a Casa de Correção, deveria se investir nas oficinas para obter lucro e formar pecúlio para os presos. E para o Estado, o trabalho era uma importante via para baixar as despesas que tinha com o estabelecimento. Miranda Falcão, primeiro diretor da Casa de Correção da Corte, não escondia sua opção pela oficina de canteiros, que na prática servia para cortar e esculpir pedras, justificando-a pelo trabalho pesado que o preso seria obrigado a cumprir. Vejamos uma citação do diretor, explicando porque transfere mão de obra disponível em outras oficinas para a de canteiros: "Se outra razão a isso não me movesse, bastaria para decidir-me a repugnância, com que os condenados se sujeitam a trabalhar por esse ofício. É ele talvez o único em que o preguiçoso e madraço menos satisfaz as suas inclinações; porque, uma vez que se veja obrigado a fazer algum movimento, este custa-lhe sempre um esforço" [5]. Para os juristas e políticos enviados pelo governo que visitavam as dependências da Correção, deveria se incrementar as demais oficinas, como a de alfaiates, sapateiros, encadernadores, seja para lucro interno do complexo prisional ou troca de parcerias com fábricas do lado de fora dos muros da prisão.

Lembramos também que a Casa de Correção era guiada pelo regime penitenciário de Auburn (trabalho em comum nas oficinas durante o dia e celas individuais à noite) em contraposição ao regime de Filadélfia ou Pensilvânia (isolamento total do preso em sua cela). Ou seja, enquanto neste, a proposta era uma regeneração centrada no indivíduo, na idéia religiosa de penitência de refletir sobre os erros de seu passado e se penitenciar por isso, denotando para tanto uma forte responsabilidade individual, em Auburn, a reforma moral se daria fundamentalmente através do valor do trabalho fora da cela, silencioso, disciplinado, submetendo o corpo do indivíduo ao exercício diário e contínuo[6]. Apesar da defesa, muitas vezes acalorada, de quase todos que escreveram sobre as nossas prisões do século XIX pela utilização do modelo de Filadélfia, este não funcionou no Brasil. No Rio de Janeiro, em Salvador e em São Paulo, estados que primeiramente implantaram suas Casas de Correção no país, a

escolha é pelo regime de Auburn, com todos os problemas que tinham com a questão do silêncio e do desenrolar das atividades de trabalho.

Na realidade brasileira do século XIX, a finalidade do trabalho carcerário extrapola, por exemplo, o que está proposto por Foucault, em 'Vigiar e Punir', que consiste na defesa do princípio da ordem e da sujeição dos corpos a movimentos regulares. Por aqui, há um vínculo entre o Estado Imperial e a necessidade da exploração da mão de obra e da visibilidade da realização do trabalho, presente nos trabalhos públicos que envolviam os presos no início do século, substituídos a partir de 1830, pela pena de galés, ou ainda no vai e vem do Calabouço e dos africanos livres nas dependências da Casa de Correção que pagavam seus castigos ou sua estadia de maneira bastante perceptível nas ruas, praças e instituições públicas da cidade do Rio de Janeiro[7].

Ao longo do século XIX, perceberemos que a Casa de Correção da Corte torna-se uma referência no aprisionamento de indivíduos condenados no Brasil. Além disso, foi a partir da prática decorrida com essa instituição que se multiplicaram debates relativos aos crimes, aos sistemas penitenciários, ao perfil e estatísticas de criminosos no Rio de Janeiro. Por outro lado, as finalidades com que a Casa de Correção foi projetada, em torno da importância da civilização do país, disciplina, reforma moral, trabalho para os indivíduos, foram claramente afastadas, e na prática, poucas reformas ela enfrentou pelas décadas seguintes. Até mesmo, a introdução da Criminologia, que considera a prisão como laboratório para comprovação das pesquisas em torno dos criminosos, não provoca efetivas mudanças na estrutura da penitenciária da Corte. Entramos no século XX com um modelo prisional arcaico, que não sabe como lidar com as mudanças do Código Penal de 1890 em torno da punição e nem o que fazer com vários prisioneiros representantes de um novo perfil de controle social que a República estabeleceu.

Uma última discussão precisa ser tratada em nosso texto. Diz respeito a uma apresentação da historiografia brasileira que se debruça sobre o sistema penitenciário. Até

recentemente nossos historiadores demonstraram pouco interesse em pensar as instituições penais no país. Por exemplo, na esteira da importância dos trabalhos de Foucault, nos anos de 1980, a prisão não se mostrou um tema prioritário. Percebemos agora um novo momento. Trabalhos recentes que exploram as múltiplas dimensões que as instituições disciplinares abarcam ao seu redor, como a questão do trabalho, a resistência, a relação com a sociedade, a ciência e a cultura começam a ser pensados entre nós, demonstrando, entretanto um longo caminho a ser ainda percorrido.

[1] Para maior conhecimento da situação dos cárceres nos primeiros tempos do século XIX, consultar SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Editora Annablume, 1999; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).* Campinas: SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História social da cultura, 2001; ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. *O duplo cativeiro: Escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821.* Dissertação de Mestrado: UFRJ/IFCS, 2004.

[2] No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no códice Prisões (1830-1842), ver a Representação dos presos do presídio de Santa Bárbara em 27/02/1841.

[3] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1995; SPIERENBURG, Pieter. The body and the State. In: *The Oxford History of the prison. The practice of punishment in Western Society*. New York: Oxford University Press, 1992. pp.49-77;

[4] Ver Jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, O Homem e a América, Rio de Janeiro, n.12. (05 de janeiro de 1832).

[5] Relatório do Diretor da Casa de Correção em 15 de fevereiro de 1860, p.1. Para uma discussão interessante sobre as casas de correção européias como fábricas de trabalho disciplinado, ver BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1999.

[6] Discussão em FOUCAULT, op. Cit; Ver também GAY, Peter. *A Experiência burguesa da Rainha vitória a Freud.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1995. Vol.3: O Cultivo do Ódio. Um dos debates mais ricos que cerca o campo das prisões situa-se em torno da implantação dos regimes penitenciários, como Auburn, Filadélfia e a partir da segunda metade do século XIX, regime de servidão penal inglesa, progressivo ou Walter Crofton, sistema celular que em larga medida eram baseados em estágios de cumprimento da pena no interior dos presídios ou de colônias agrícolas. Tais regimes eram muitos discutidos em Congressos Internacionais sobre prisões que passaram a acontecer a partir de 1872 principalmente nas capitais européias. Ver o livro de DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

[7] Para aprofundar a questão da necessidade do Estado brasileiro em relação à mão de obra dos prisioneiros e a complicada relação entre senhores de escravos e poder público nesse período, ver ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. Op. Cit.

A “cidade do bem”: uma escola de disciplina

Marilécia Oliveira Santos
Profª Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Mestre pela Universidade Federal da Bahia - UFBa

Em março de 1891, o empresário baiano Luiz Tarquínio, juntamente com mais dois sócios fundou na cidade de Salvador a Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, um empreendimento inovador e considerado ousado pelos conterrâneos do período.

A CEIN despertou atenção por seu tamanho, pelas inovações no maquinário adotado e pelo propósito de produzir tecidos até então não fabricados no Brasil. Todavia, os aspectos que despertaram maior interesse foram à construção de uma vila para abrigar os funcionários e o tratamento dispensado ao conjunto dos empregados. A vila, anexa à fábrica foi inaugurada em maio de 1892. A forma específica de organização do trabalho, a higiene, o incentivo a educação formal, as casas alugadas para moradia dos empregados com água canalizada, esgoto, luz elétrica e gasogênio numa vila que contava com açougue, gabinete médico e creche explicam a surpresa naquele momento.

A explicação pela estranheza pode ainda revelar o incômodo pelo modo como se passava a lidar com a constituição de um reservatório de força de trabalho no interior de uma sociedade recém saída da escravidão.

Estudar a vila enquanto um espaço de vivência dos operários e de constituição de força de trabalho da Companhia consiste no objeto deste estudo. Por meio dele procura-se verificar as relações estabelecidas pela direção fabril no sentido de planejar o cotidiano do trabalhador acessando todo código de condutas que se procurou impor nesse espaço com a intenção de disciplinar os comportamentos para o exercício do trabalho com vistas à obtenção de maior rendimento.

Busca-se também procurar compreender como os trabalhadores perceberam essas intenções de controle, algumas vezes submetendo-se as determinações e outras realizando esforços para tornar tais espaços como territórios apropriados, lugares de sociabilidades e de construção de singularidades.

Tal preocupação fundamenta-se na compreensão de que a produção do espaço urbano decorre tanto das "formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista", quanto são marcadas também "pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade".[1]

A disciplina e a ordem eram fundamentais para a seqüência da produção no sistema fabril e assim o controle se fez presente e foi utilizado sob diversas formas, dentro e fora do ambiente produtivo. As vilas operárias inserem-se nos quadros de mudança da estratégia patronal em relação à disciplina do operariado, que passa a empregar métodos punitivos diferentes dos utilizadas até então.[2]

O projeto inicial previa ao todo 600 residências, construídas por etapas. Em uma primeira etapa foram construídas 258 residências, distribuídas em oito blocos paralelos. Em cada extremidade destes blocos, onde hoje é a Avenida Luiz Tarquínio na cidade baixa em Salvador, havia um grande portão gradeado, que era fechado às 21 horas. Os blocos foram identificados em um período por letras e em outro por números e ainda por secções. Esses blocos eram separados por ruas pavimentadas de 7,5 metros de largura por 84 metros de comprimento, com pequena inclinação que permitia a drenagem das águas pluviais e mesmo das lavagens das ruas, que eram freqüentes.

Pelas plantas percebe-se que as casas não tinham um padrão único de construção, mas sim três padrões, diferenciados pelo modelo, pelo tamanho e pela distribuição dos cômodos internos. As casas eram geminadas, contavam com dois pavimentos e, em cada uma delas, havia um pequeno jardim à frente. Os fundos das casas encontravam-se, mas não havia comunicação entre elas. Estudos revelam que os jardins nas vilas operárias tiveram um papel

importante na domesticação dos trabalhadores. Os concursos promovidos pelas empresas para escolha dos jardins mais bonitos e bem cuidados eram freqüentes e esta atividade demandava tempo e dedicação das horas de descanso dos trabalhadores.

As diferenças nas casas podem representar a presença de chefes intermediários, ou funcionários graduados na Vila. O estudo de Teixeira (1990) mostrou que, naquela experiência, as casas maiores e mais confortáveis eram ocupadas por chefes intermediários que colaboravam com o controle interno dos trabalhadores na vila.

Além das ruas residenciais, havia ao lado da vila um campo de futebol, uma praça com uma área de 1530 m^2 e, no centro desta, dois coretos. Na Vila havia uma banda de música cujos membros eram operários e contava ainda com uma escola onde estudavam as crianças, filhos dos operários, e alguns operários nas aulas noturnas.

A preocupação do empresário em modelar o comportamento dos trabalhadores da fábrica com vistas a incutir-lhes a crença na participação dos frutos da riqueza produzida pelo trabalho aparece nos artigos do jornal de circulação dominical no interior da vila operária, intitulado *O Operário*, no qual Luiz Tarquínio "redigia os editoriais, de instrução e conselhos".[3]

Posteriormente, alguns destes editoriais foram reunidos pelo próprio empresário em um livro intitulado *Preceitos Moraes e Cívicos*.[4] O jornal foi substituído posteriormente por uma revista com o significativo nome de *Cidade do Bem*, que teve o seu 1º exemplar distribuído em 1º de janeiro de 1899. Tal como em *O Operário*, a *Cidade do Bem* veiculava os "conselhos" do empresário aos seus empregados.

Com a finalidade de também divulgar seu empreendimento, Luiz Tarquínio investiu na publicização do seu projeto mandando confeccionar na Inglaterra e na França cartões postais com fotografias tanto da fábrica quanto da vila. Alguns cartões foram distribuídos aos operários para que estes enviassem a parentes e amigos possivelmente como recurso para atrair trabalhadores, outros foram distribuídos aos membros da elite local, talvez numa investida na

divulgação da imagem de uma Bahia moderna sintonizada com as grandes metrópoles do mundo.

Desde o final do século XIX e início do XX, particulares construíram conjunto de pequenas casas nos seus quintais para serem alugadas a trabalhadores. Diversos proprietários de terrenos urbanos, construíram residências para aluguel em áreas maiores ou mesmo conjunto de pequenas casas nos seus quintais para serem alugadas a trabalhadores. Essas moradias obtiveram o sugestivo nome de “casas de operário” e eram avaliadas pelo Conselho Municipal. As plantas, detalhando a distribuição interna dos cômodos, mostram a precariedade das condições das casas. A quantidade de processos existentes no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Fundação Gregório de Mattos, sugere ter sido este um negócio lucrativo para a iniciativa privada principalmente pelas isenções fiscais.

A demanda habitacional era, na virada do século em Salvador, pequena o que forçava o aumento do valor dos aluguéis promovendo, para a maioria da população, uma moradia cara e de baixa qualidade, agravada pela contínua expulsão dos moradores em função do comércio.[5]

A construção de vilas operárias pelos próprios industriais, além de reduzir a inconstância dos trabalhadores na fábrica, revelou-se bastante lucrativa também pela segurança no recebimento dos aluguéis. Sem dúvida, era um investimento alto e pouco generalizado entre os industriais da época, uma vez que o empreendimento representava uma inversão de vultosos capitais e somente as grandes indústrias poderiam fazê-lo.

Ao estudar as vilas operárias construídas na Bahia no período da Primeira República Luiz Cardoso descreve as condições das instalações e das casas em geral, destacando as diferenças do padrão das residências da vila da CEIN. O autor mostra uma relativa independência dos moradores das demais vilas que tinham suas casas viradas para os logradouros públicos e não eram muradas. Afirma que o morador da vila da CEIN “trocava” sua independência e privacidade por uma moradia mais limpa e organizada.[6]

Maria Auxiliadora Decca, ao estudar o cotidiano operário em São Paulo demonstra que a tentativa de modelagem do comportamento dos operários se fazia presente em todos os espaços possíveis: no lazer, na educação dos filhos, na escola, nas ruas internas da vila e na domesticidade dos moradores. Enfim, dentro e fora do ambiente produtivo representando mais do que a extração da força de trabalho e revelando também a tentativa de introjetar no universo do operário um modelo de vida com valores materiais, morais e espirituais.[7]

Para parte das elites locais do período, o exemplo da fábrica de Luiz Tarquínio inspirava esperança no futuro do Brasil e, particularmente da Bahia, que vivia um momento de estagnação econômica no seu principal produto de exportação - o açúcar. Para um visitante que escreveu suas impressões a respeito da fábrica, Luiz Tarquínio transformara uma “massa heterogênea e informe", em “um só elemento, sóbrio, disciplinado e em todo o sentido útil a pátria”. Ali constava um exemplo que estava dando certo uma vez que vigorava “uma ordem, um decoro e uma convenção, dignos de comunidades mais elevadas sob o ponto de vista social”.[8]

Ao longo da sua existência a CEIN experimentou momentos de euforia em face dos lucros obtidos e momentos de melancolia em função das crises provocadas pelas alterações que derivaram das conjunturas nacionais e internacionais. Estas oscilações repercutiram na vida dos trabalhadores e moradores da Vila Operária.

Para Sampaio (1975), a CEIN vivenciou muitas oscilações em decorrência das conjunturas nacionais e internacionais. O reflexo destas oscilações para os moradores da vila se revelou em momentos distintos como no ano de 1918, por ocasião da Primeira Grande Guerra Mundial. A empresa trabalhava, em grande medida, com matéria-prima importada em virtude dos tecidos que produzia em grande escala e o longo período da guerra dificultava as importações. A falta de matéria-prima forçou a fábrica a estabelecer um escalonamento dos dias da semana que a fábrica funcionaria. O jornal operário *O Tempo* fez uma série de artigos durante os meses de julho a agosto de 1918 denunciando as condições dos empregados da

CEIN que recebiam por produção e após a dedução do aluguel não restaria o suficiente para provimento das necessidades dos operários.

O complexo residencial criado por Luiz Tarquínio sofreu profundas transformações e muitas delas foram noticiadas em jornais baianos que procuraram registrá-las a partir das falas dos ex-empregados da empresa. Através desses registros percebe-se a memória das experiências vividas pelos indivíduos. A memória pessoal remete a memória social, familiar e grupal.

Em diversos momentos comemorativos estes mesmos jornais veicularam notícias com fins laudatórias e enaltecedores dos feitos do empresário. Ainda assim permitem conhecer parte das experiências vividas através das entrevistas fornecidas pelos trabalhadores, mesmo considerando os filtros utilizados pelos propósitos das matérias.

O depoimento colhido pelo Jornal *A Tarde* em 1989 do Sr. Lino Silva Santos, então com 72 anos e ex-servente da empresa por mais de 40 anos é emblemático para se perceber a compreensão que os moradores tiveram sobre as interferências ocorridas naquele espaço. Apesar do tom melancólico e do saudosismo presente nas lembranças do entrevistado, nelas também estão presentes os problemas enfrentados por eles. Recordou a afirmação do pai de que “no tempo de Luiz Tarquínio, a vila era uma beleza: tudo cuidado, tudo limpo”. Informa alguns dos “muitos apertos” que passaram. Para ele os problemas iniciaram com a venda de um quarteirão para a empresa Coca-cola instalar um depósito. Esta venda teria obrigado “muita gente a procurar outro lugar para morar, distante da fábrica”. Relatou a destruição dos coretos, as desativações do armazém, açougue, consultório médico e substituição da escola por uma maior pela Secretaria de Educação do Estado. Para o entrevistado a situação foi se agravando e “quando as coisas começaram a ficar pretas para a Empório, eles já não sabiam o que fazer com a gente”. Remete a determinação dos primórdios da empresa quanto a premiação de uma casa para o operário que tivesse bom comportamento por 10 anos consecutivos e mesmo a

isenção dos aluguéis para aqueles que tivessem bom comportamento por 5 anos. Ao final da entrevista ele lamenta “na prática, as coisas foram diferentes”.[9]

Além da empresa Coca-Cola, a fábrica de cigarros Souza Cruz comprou dois quarteirões da Vila no ano de 1935 e os moradores também tiveram que ser relocados. Em 08/08/35 a Prefeitura Municipal aprovou a planta para reforma das instalações e adequação aos interesses da nova empresa.

A vila possibilitava uma interferência racional no cotidiano dos trabalhadores e havia uma fiscalização constante. A permanência da fiscalização justificava-se pela necessidade de vigiar os hábitos que eram diversos numa Bahia tão mestiça. Não questionar formalmente o regulamento e submeter-se às normas disciplinares também pode ser uma estratégia dos trabalhadores para terem acesso aos prêmios e merecimentos destinados àqueles considerados “bons trabalhadores” e mesmo a continuação da moradia, pois trabalhar e ter onde morar era uma condição indissociável.

Este estudo se propõe a analisar as relações estabelecidas dentro da Vila operária e compreendendo a Vila como um espaço dominado ou apropriado com um sentido político pela direção da empresa, mas também apropriado pelos trabalhadores, cujas relações sociais produziram uma identidade tornando esse espaço uma referência, levando-se em conta a relação entre a dimensão material (político-econômica) e a dimensão imaterial (simbólico-cultural). Para tanto é importante abordar as leituras que tratam das práticas sociais que dão significado ou ressignificados aos espaços de sociabilidade.[10]

---

[1] . SILVA, Joceli Maria. “Culturas e territorialidades urbanas”. *Revista História Regional*. nº05. Ponta Grossa, 2002

[2] . TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho* – trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

[3] . PINHO, Péricles Madureira de. *Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944.

[4] . TARQUINIO, Luiz. *Preceitos Moraes e Cívicos*. Bahia: Estabelecimento Litho-Typográphia L. H. Lingouri, 1901.

[5]. SANTOS, Mario Augusto da. *Sobrevivências e Tensões Sociais*: Salvador (1890-1930). 1982. 472f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

[6] . CARDOSO, Luiz Antonio Fernandez. *Entre vilas e avenidas*: habitações proletárias em Salvador, na Primeira República. 1991. 206f. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

[7] .DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas* – cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.

[8] . COSTA, José Simão da. *Jornal de Notícias*. Este articulista do jornal visitou o empreendimento industrial e escreveu uma série de artigos entre 24/10/1898 a 24/11/1898 fornecendo detalhes da fábrica e da vila operária.

[9] . O Pioneirismo de Luiz Tarquínio. Jornal *A Tarde*. 29.03.1989.

[10] . BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1989; CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes,1996.

EVENTO NACIONAL "JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS", JOGOS TRADICIONAIS E PROCESSOS DE ESPORTIZAÇÃO

Marina Vinha
Universidade Católica Dom Bosco/MS
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Laboratório de Antropologia Bio-cultura/UNICAMP

Resumo
Este artigo recupera dados sobre o evento nacional "jogos dos povos indígenas" e reflete sobre as apresentações dos jogos tradicionais, sob o olhar da teoria elisiana. Embora esse evento nacional tenha sido realizado pela primeira vez em 1997, o presente estudo centra-se nas 4ª e 7ª edições, respectivamente realizadas em 2001, no Mato Grosso do Sul, e na Bahia em 2004. O objetivo é observar mudanças de comportamento diante do jogo tradicional apontando processos de esportização. Estes são processos que ocorrem simultaneamente na sociedade ou grupo social e no indivíduo, apresentando maior controle das emoções e organização mais racional com regras comuns a todos. O procedimento para obtenção dos dados foi através de observações *in loco,* de recortes bibliográficos e análise de folders. As considerações finais apontam para processos de esportização se estabelecendo em grupos indígenas participantes no referido evento, observados tanto nos jogos tradicionais com envolvimento de grupos étnicos do mesmo tronco linguístico, quanto através de jogos populares envolvendo diferentes grupos étnicos.

Palavras-chave: jogos, processos civilizadores, indígenas

Introdução

Este artigo recupera dados sobre o evento nacional "jogos dos povos indígenas" apontando tensões tanto em sua origem e organização, quanto nas demonstrações dos jogos tradicionais, sob o olhar da teoria eliasiana[i]. O estudo está fundamentado em levantamento bibliográfico, análise de folhetos, recortes de jornais, entrevistas e observações, estas realizadas na 4ª (2001) e na 7ª edição (2004) dos jogos.

Manaus/AM, ao sediar a 2ª edição dos "jogos olímpicos dos povos indígenas", suscitou estudos de Garcia e Jurema (p.1, 2000) conclamando a sociedade e pesquisadores para um estado de alerta: "até mesmo para tomarmos posição contrária a sua realização". Ser índio, segundo os autores, significa estar presente em um mundo diferente daquele que modernamente conhecemos. Tudo o que os indígenas produzem, por exemplo, no Alto Rio Negro, é dividido eqüanimemente, sendo que homens, mulheres, idosos e crianças estão intrinsicamente relacionados com um mundo de liberdade.

Explicam que as comunidades indígenas mantêm relações de troca entre si, o trabalho é voltado para questões mais emergenciais, todos unem-se para os mesmos

objetivos, preservando animais, plantas e peixes. As horas de alimentação representam confraternização e festa. “O sentido da disputa é individual e, na maioria das vezes, é realizada com sentido ritualístico, aproximando os índios das práticas desportivas arcaicas” (idem, p.2).

Sendo assim, para os autores, os povos indígenas não podem ser colocados em confronto na busca de medalhas. Por sua natureza e valores, mostram-se adversos à superação do tempo e das marcas, valores dos jogos olímpicos. Em contraste com essa forma esportiva está uma das questões chave sobre os povos indígenas, que é a “preservação do patrimônio cultural”, mantendo o respeito pela individualidade e manutenção dos costumes e rituais. Por tudo isso, os autores solicitam “compreensão dos amantes do esporte, no sentido de evitar a estigmatização dos índios quando a mídia divulgar os resultados dos jogos indígenas com desdenho e estorvo” (ibidem, p.2).

Na mesma direção segue o artigo de Vianna (ISA, 2000). O autor destaca que, na função de representantes oficiais dos “jogos”, da parte dos indígenas, estão os irmãos Marcos e Carlos Terena. Ambos ligados a uma organização indígena de abrangência nacional, o Comitê Intertribal, que, junto com o Ministério dos Esportes, atuam como chanceleres para disseminar o evento. A liderança de Marcos constrói uma figuração essencial para articulações e gerenciamento nacional, representando uma rede que comporta organizações indígenas e o Estado.

Esse tipo de interdependência forma o que Elias (1994, p. 249) denomina configuração, que é “uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes”, neste caso, focadas no evento. Contudo, Vianna (2000) afirma que, sendo de dentro da FUNAI o lugar de onde o líder fala, essa configuração desvincula as ações e abala a característica destes movimentos indígenas, gerando tensões.

Um outro ponto de tensão, citado em Vianna (2000) e em Garcia e Jurema (2000), é que a linguagem do esporte, unindo a indianidade brasileira, os expõe a riscos, pois o perfil do esporte se presta a inúmeros vieses. Neste aspecto, o temor dos pesquisadores está

fundado em idéias estagnadas em um período em que a Educação Física e o Esporte estiveram sob várias influências, como médicas e militares, articuladas com teorias raciais subordinadas aos princípios do esporte de rendimento e à compreensão do corpo humano reduzido à dimensão biológica (SOUZA e VAGO, 1997).

Sem dúvida, o processo de exclusão e de uso político do esporte foi intenso, de forma a alimentar, ainda hoje, muita desinformação e possíveis preconceitos, embora, já no final da década de 80, sentia-se superação dessas influências sócio-históricas. Temores à parte, de fato e de direito, o perfil contemporâneo do esporte figura-se inclusivo. Pesquisas têm apontado para seu valor sócio-cultural-afetivo, além dos atributos cognitivos e físicos que podem ser desenvolvidos com sua aplicação (GEBARA, 2002; DA COSTA, 2003).

Do lado dos indígenas participantes nos jogos, os dados apontam uma abertura, tanto intelectual quanto afetiva, para eventos esportivos. Além destes aspectos, vêem a linguagem do esporte constituir-se como espaço político de contato interétnico, nunca antes realizado, ainda mais sob o patrocínio do Estado. As lideranças vinculam o evento nacional, sob a égide do jogo tradicional e do esporte, com movimentos sociais indígenas, fazendo oscilar a seu favor a balança de poder.

Elias (apud VINHA, p.86, 2000), considera “resquício das idéias mágico-míticas” reconhecer o poder limitado a determinados segmentos, como o do Estado ou o dos seres supradimensionais. O poder é um elemento presente em todas as inter-relações humanas e manifesta-se de forma sempre relacional, cotidianamente, dependendo das forças que se opõem. No caso do evento nacional, os grupos indígenas que aderiram a essa forma inusitada de encontro afirmam que, entre outros fatores, o espaço dos jogos contribui para as inter-relações de grupos que não se conheciam, possibilitando, em conjunto, olharem o “branco” em outro contexto. Superados os contatos de opressão ostensiva, os índios se vêem num contato às avessas, em que o “branco”, que um dia se dirigiu às matas para usufruir e expulsá-los, vai, hoje, às terras indígenas com sua equipe e participa de eventos esportivos e das festas culturais (VIANNA, 2000).

Relações tensas, ao estilo “branco” e indígenas, em períodos anteriores, são denominadas em Elias (1980) como “competição primária”. Nesse tipo de relação, o poder manifestava-se na forma de competição mortal. O interesse centrava-se, não apenas em tirar o poder do outro, privando-o de suas funções, mas em tirar-lhe a vida. Este era considerado como exceção de relacionamento, por ter uma funcionalidade fora de outros modelos elaborados pelo autor[ii], nos quais as relações humanas são ditadas por regras comuns, mesmo que desequilibradas ou desarmoniosas. Relações com normas comuns são relações de jogo, sem supressão da vida.

Sob este ângulo, lideranças indígenas afirmam estar transpondo barreiras estatais historicamente hostis e excludentes aos seus povos. Conjugam a idéia de que a aliança *jogo-esporte-evento* é melhor compreendida pela sociedade envolvente. Com essa aliança conseguem colaboração e parcerias quase unânimes de toda a sociedade em torno dos interesses das comunidades indígenas.

A aliança, na visão elisiana, mostra amplitude e formação de teias sociais mais longas, que extrapolam as relações inter-aldeias. A aliança é também política, plena de poder, pois são formadas por organizações indígenas. Para fins do evento nacional, influenciam “quais povos” devem participar; a “escolha do pessoal e das equipes” que representarão cada qual seu povo. As organizações indígenas não são homogêneas e não estão isentas de conflitos internos. Há que se ter em mente que “a representação da sociodiversidade nativa brasileira passa por múltiplos e diversificados processos de negociação”. Há também a influência da FUNAI, pela própria atuação de indígenas dentro dela, acrescidos do peso das organizações guarda-chuva, que regem o esporte internacional (VIANNA, p. 2, 2000).

Carvalho e Monteiro (2001) atribuem a 3ª edição, realizada em Marabá/Pará, aos próprios indígenas. Assim, as linhas de ação - desde a concepção até a definição das modalidades, em competições de provas tradicionais e não-tradicionais - almejavam a integração cultural-esportiva e exposição de suas práticas corporais. Em Marabá houve um

“congresso técnico” para discutir as modalidades e demais decisões, o qual “teve como principal objetivo decidir e retificar os regulamentos finais dos jogos” (idem, p. S221).

Em dois outros eventos houve também congressos técnicos, procedimento que aponta para normas comuns, lado a lado com mudanças que se refletem nas diferentes organizações indígenas. Foi o que presenciamos na 4ª edição / 2001, realizada em Campo Grande/MS. As equipes representativas de cada povo estavam compostas por mulheres e suas crianças, adultos, idosos e jovens, de ambos os sexos, todos acompanhados por seus rezadores, além das lideranças políticas e esportivas. Simultaneamente, pela primeira vez, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul realizou, em parceria com os dirigentes do evento, um Congresso para discutir questões indígenas.

Participando da 7ª edição/2004, em Porto Seguro/BA, na Reserva da Jaqueira, o foco do evento foi direcionado para os Fóruns Indígenas programados, sendo possível presenciar algumas demonstrações de jogos tradicionais e futebol. Em que pese os acidentes de percurso, a cada edição aumenta o número de etnias participantes. Contribuindo para trocas de saberes e de encaminhamentos políticos de caráter nacional e internacional, os participantes consideram esta conquista como deles. Vêem no espaço dos “jogos” uma retomada coletiva de poder, cujo lema é: “o importante não é ganhar e sim celebrar”. No conjunto, o esporte não parece assutá-los. Há indícios de que se apropriam dele, apreendendo diferentes formas de auto-organização, cujos relflexos poderão ser simultâneos em suas sociedades, ocasionado “processos de esportivização” em algumas das suas manifestações culturais, no caso o jogo tradicional.

Processo de Esportivização

A observação realizada na 4ª e 7ª edições contribuiu para perceber indícios de mudanças, com base em teorias que proporcionam maior compreensão dos processos que ocorrem no comportamento em jogo. Primeiramente, distingue-se j*ogo popular* - entendido como atividade física que marca uma sociedade ou grupo social, sendo repassado intra e intergerações e cuja origem pode estar em um ou em diversos povos, embora seja

disseminado e praticado em diferentes sociedades - e *jogo tradicional* - aplicado somente para manifestações realizadas por grupos indígenas, com características mitológicas e ritualísticas específicas de cada grupo (ROCHA FERREIRA *et alii*, 2005).

Este novo processo consiste na configuração indivíduo/sociedade interligados e complementares. As mudanças de comportamento, tendo subjacente o entrelaçamento indivíduo/sociedade, são explicadas em Elias (1980) com os termos psicogênese e sociogênese. A psicogênese é entendida como mudanças individuais no comportamento, resultantes da auto-regulação e do controle dos afetos e dos impulsos, provenientes das coerções sociais externas. Assim, as mudanças de comportamento não ocorrem somente no íntimo de cada indivíduo, mas, sim, interligadas ao desenvolvimento de estruturas sociais, nas quais o indivíduo se insere, denominado sociogênese.

Imbricadas, psicogênese/sociogênese alcançam patamares a que o autor denomina de “processos civilizadores”. Intermediadas por relações de poder, oscilantes e decorrentes de diferentes situações políticas, esse conjunto vai formando *habitus*, ou seja, a “composição social dos indivíduos” (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 150-151).

Entre indígenas, as inter-relações estão, *a priori,* estabelecidas entre grupos do mesmo tronco lingüístico. O viver em grupos relativamente fechados, condição da grande maioria dos grupos étnicos no Brasil, no dizer de Elias (1980), seria uma condição “encapsulada” em um Estado-Nação, cuja auto-organização fica em oposição às normas estatais, ou tenta se firmar à custa de tensões com estas normas, agora jogando com regras às vezes pouco claras para os indígenas.

Circunstancialmente, durante os dias de realização do evento, esses grupos encontram-se, ampliam relações, fazem “demonstrações” de jogos tradicionais, competem na modalidade futebol, amplamente disseminadas na aldeias do país, e no jogo popular cabo-de-guerra. As demonstrações pressupõem jogos com características singulares, não havendo competição. Cada etnia mostra o saber e o significado específico associado a cada

jogo. Por exemplo, o “jogo de bola com cabeça” [*xicunahity*], praticado pelos Pareci e Enawenê-Nawê, ambos de Mato Grosso.

Porém, alguns jogos, a exemplo da “corrida de toras de buriti”, da “canoagem” e das “lutas”, têm-se tornado elementos de disputa comum, envolvendo grupos que não contemplam tais jogos em seu rol de tradições. Esta situação tem levado à regulamentação destes jogos, com o fim de promover disputas. Estão nestes processos locais, intra-aldeias - em que os jogos tradicionais vão sendo normatizados por regras comuns, necessitando congressos técnicos - os indícios de mudanças interligando psicogênese/sociogênese.

Elias (p. 65-67, 1980) explicita o que ocorreu na Europa com o desenvolvimento de regulações dos jogos populares, para além do nível local. Ao firmarem acordos quanto ao quadro de regras, era simultâneo o desenvolvimento de um órgão fiscalizador, que garantisse o respeito às normas e designasse juízes para coibi-las. Havia uma teia de fatos que contribuíram para esse “processo de esportivização”. As condições políticas européias, daquele período, estavam em transição de regimes feudais para reinados e/ou parlamentos. As mudanças daí decorrentes são consideradas como o primeiro passo no caminho do que hoje é habitual no esporte. Passado esse tempo e com *habitus* já internalizados, vê-se o esporte proporcionando satisfação quando todos os envolvidos conseguem manter auto-controle de seus impulsos libidinais, afetivos e emocionais (ELIAS, 1980, p. 69).

Meriecureu, líder Bororo, de Barra do Garça/MT, presente na 4ª edição, assim se expressou em entrevista à FOLHA DO POVO (21/10/2001): “Estamos pensando em aprender a luta corporal e incorporar a corrida do buriti, que não são características de nossa etnia, para com isso aprender tradições de patrícios”. Mesmo considerando que as trocas interculturais sempre existiram entre todos grupamentos humanos, o que se destaca, focando o evento dos jogos indígenas, é a intencionalidade presente no fato de “querer aprender” e/ou “adotar por opção” as tradições de outros a fim de competir com regras comuns, fomentando disputas internas e intra-grupos. Este comportamento, e o que está subjacente a ele, apontam indícios de um “modo de ser esportivo” entre indígenas. Neste

sentido, sob nosso ponto de vista, o esporte, ou jogo esportivizado, que se caracteriza por ser uma "atividade de grupo organizada, centrada num confronto entre, pelo menos, duas partes", segundo Elias (*apud* Lucena, p. 58, 2001), não deve incorrer em temores, mas, sim, ser acompanhado e orientado como elemento intercultural, sob o olhar de configurações de processos civilizadores ocorrendo em longo prazo, pouco dependentes de nossa vontade, conforme Elias atenta.

Considerações Finais

O evento nacional parece ser um espaço político e de confraternização. Sob pressupostos fundamentados em determinado período sócio-histórico, houve temores de que a linguagem do esporte vinculasse as ações indígenas a opressões, recalcamentos e alienações. Os estigmas subjacentes ao esporte, por ser fenômeno inacabado, estão superados ou em superação, como apontam estudos atuais e frente a observações realizadas nos eventos "jogos dos povos indígenas". A grande aceitação do futebol, a adesão comum ao jogo popular "cabo-de-guerra" e as mudanças nos jogos tradicionais, alguns dos quais também direcionam-se para atividades comuns, têm requerido acordos firmados em congressos técnicos. Empiricamente, parece que a rede de informações se amplia, levando os indígenas participantes destes eventos a novas tensões. Re-organizações podem promover alterações nas relações internas de poder, direcionando o fluxo de informações proveniente dos mais velhos, detentores do saber tradicional, para outro tipo de liderança. As novas coerções, interelacionadas com formas diferenciadas de se comportar, comuns aos participantes espalhados pelo país, poderão alterar a organização de grupos indígenas, em doses ainda não detectadas. Nada está claro sobre as diferenças sócio-culturais e os comportamentos comuns exigidos em jogo esportivizados.

---

[i] Formulada por Norbert Elias

[ii] Elias (1980) em seu livro "O que é Sociologia" sistematiza modelos de inter-relações humanas, dos quais destacamos a "competição primária", diferenciada dos demais, denominados "modelos de jogos", por terem normas.

FONTES DOCUMENTAIS DO 2º BATALHÂO DE POLÍCIA MILITAR DE ARAGUAÍNA-TO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SUAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA.

Mariseti Cristina Soares Lunckes[i]

O presente trabalho é fruto das reflexões sobre a pesquisa que foi desenvolvida no 2º Batalhão de Polícia Militar de Araguaína, no período de 2001 a 2004, através do projeto de pesquisa "Fontes Documentais do 2º Batalhão de Polícia Militar de Araguaína-TO (1935-1966)", onde foi realizado o fichamento dos Boletins Internos e Gerais, existentes no acervo da biblioteca da referida unidade militar[ii]. Os Boletins são documentos informativos que registram rotinas diárias, normas disciplinares do policial militar desde o ingresso na corporação, além dos serviços prestados à população nas vilas e cidades.

O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 1935, data do início do acervo com a fundação da 4ª Cia Isolada de Pedro Afonso, no norte do Estado de Goiás, e finda em 1966, data dos primeiros Boletins Internos do 3º Batalhão Tocantins, Quartel do 3º BPM de Araguaína. Ressalta-se que este batalhão foi instalado nesta cidade no ano de 1965, mas somente a partir de 1966 há registro dos Boletins junto ao acervo pesquisado.[iii]

Mediante o contato mais intenso com essa documentação, tomou-se conhecimento, tanto da sua riqueza de informações quanto das dificuldades para execução da pesquisa; constituindo-se como o principal problema a dificuldade de leitura dos documentos, causada por suas más condições de conservação, assim como pela complexidade dos termos técnicos e leis citadas na referida documentação, pois se trata de apontamentos das atividades diárias no interior do quartel, implicando na necessidade de uma leitura muito lenta para que se possa perceber a existência de dados que legitimem o levantamento de temáticas históricas, tanto sobre a Polícia Militar, quanto do antigo norte goiano, atual estado do Tocantins, como também de temáticas relativas à realidade sócio-cultural, política e econômica dessa região.

A análise das temáticas apontadas e selecionadas nesta pesquisa foi possibilitada pela leitura das obras de Duby[iv], Bloch[v] e Burke[vi], que trabalham com as questões teóricas e metodológicas sobre a seleção e tratamento das fontes históricas, como também obras que abordam as teorias e metodologias da nova história, como Guazelli[vii] e outros, Cardoso[viii] e Vainfas, Le Goff[ix]. As obras que se dedicam à história do antigo norte goiano, hoje Tocantins e do Brasil, como Aquino[x], Botelho (org.)[xi] e uma bibliografia referente à história da Polícia Militar que possibilitou a contextualização histórica das fontes encontradas nos Boletins Internos como Souza[xii], Monet[xiii], Bayley[xiv], Bretas[xv] e Rolim[xvi], além de uma bibliografia referente à problemática arquivística[xvii]. Salienta-se que desde a década de 1980, vêm aumentando consideravelmente os trabalhos de pesquisa que abordam temáticas relacionadas com a repressão policial, violência e criminalidade dos grandes centros urbanos[xviii]. No entanto, as pesquisas históricas voltadas para a organização e importância dos batalhões de Polícia Militar nas cidades do interior do Brasil e de como os mesmos foram construídos internamente como aparato de controle social a partir dos anos 30, até os anos 60, ainda são pouco expressivas[xix]. Com o levantamento das temáticas históricas desse acervo, as pesquisas devem ser dinamizadas.

Quanto à metodologia, selecionaram-se as temáticas a partir do critério da repetição, considerando mais significativas as informações que diariamente eram evidenciadas nos boletins e também as que se repetiam com certa regularidade, pois as mesmas revelam as contradições ocorridas no interior das corporações, pois não se buscou elencar apenas fatos isolados, mas as relações existentes naquelas instituições, registradas em seus documentos. Assim foram organizados três modelos de fichas:

- Ficha de Admissão de Soldados, que contém dados de identificação do documento, número dos boletins, nome, estado civil, cor, idade, observações gerais;
- Ficha de Punições Disciplinares, que contém dados de identificação do documento, número dos boletins, nome, posto, punição, motivo alegado e outras informações;
- Ficha de Exclusão de Soldados, que contém dados de identificação do documento, número dos boletins, mês e ano, nome, posto, motivo alegado e outras informações.

Também foram transcritas outras informações contidas nos boletins, como fragmentos de atas, telegramas e ordens de serviço que não foram elencadas nas fichas, além das transferências militares, das prescrições médicas e tipos de enfermidades apresentadas pelos soldados.

As temáticas fichadas oferecem e sugerem uma série de informações e questões valiosas para a compreensão da vida cotidiana dos policiais militares, homens com o dever de aplicar leis em nível do poder local no contexto da conjuntura histórica brasileira do período estudado. Temáticas e questões como o trabalho e a vida cotidiana do policial dentro da corporação, a questão familiar, o local de origem, a etnia, a organização policial, a qualidade teórica e técnica do grupo, o aparato coercitivo dentro e fora da corporação, as questões hierárquicas de poder, entre outras, possibilitam o entendimento do porquê do aparato de força repressiva da Polícia Militar que sempre atuou como força mantenedora da ordem no país. Observa-se que os policiais militares, homens aplicadores da lei, são envolvidos na problemática do controle social dos diferentes segmentos sociais, principalmente dos despossuídos. Além disso, as pesquisas realizadas com a referida documentação revelam como os policiais militares são enquadrados dentro da corporação, para posteriormente executar seus serviços na comunidade[xx]. Nos relatórios dos boletins referentes à admissão dos policiais militares encontra-se numerosa indicação de lavradores pobres e analfabetos, vindos do interior do Nordeste, evidenciando a problemática social referente à exclusão da maioria dos homens válidos, expulsos de seus espaços de origem sem possibilidade de sobrevivência, homens solteiros que buscam no novo trabalho de policial visibilidade e reconhecimento. Outro aspecto bastante significativo refere-se às tensões decorrentes de uma rígida série de normas disciplinares, ocorrendo no período um grande número de punições, deserções e embriagues por parte dos soldados rasos da corporação. Fatos que revelam uma resistência silenciosa ao aparato disciplinador do poder estatal direcionado ao enquadramento de seus corpos rudes para que se construíssem os soldados.

Observa-se no levantamento da documentação que a fundação da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso[xxi] em 1934, constitui um marco na organização do espaço em direção ao norte de Goiás. Segundo as autoridades, definem-se princípios que irão permitir a emergência de um novo conceito de ordem, progresso e ocupação de áreas que eram consideradas "desertas", destituídas de ordem organizada pelos poderes estadual e central. Pedro Afonso, uma das principais cidades do norte de Goiás, foi ponto estratégico e da expansão da ordem para essas regiões. Como coloca Souza[xxii], a Polícia Militar trará um padrão de socialização para a região. Socialização esta pautada em um processo de moralização dos costumes da própria polícia militar e na exigência de uma disciplina exemplar que deveria ser transplantada para a comunidade. Hábitos populares começam a ser questionados, como pequenos divertimentos populares e todos os tipos de desordem urbana, como briga em bares e prostíbulos. O papel da polícia dentro desse contexto era de controle social, ou seja, o Batalhão da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso foi um dos agentes criados para diminuir aquilo que Storch[xxiii] denomina de desordem social. Mas, para que tal fim se concretizasse, era necessário instruir a tropa de soldados, pois dentro das novas exigências da sociedade, a partir de 1930, uma nova ordem social se instala no Brasil e também no norte de Goiás. O poder central, com o seu discurso de progresso dentro da ordem, tem através da ação de vigilância o teor de sua administração política-administrativa, visto que é comum na correspondência enviada a 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso, na década de 1930, o relato de discursos enaltecendo o governo do interventor do Estado de Goiás, Pedro Luduvico Texeira como: "(...) verdadeiro entusiasmo o grande progresso que tem recebido o Estado de Goiás com sua orientação (...) desde a vitória de 30 de outubro de 1930, cujo governo tem sido liberal, honesto, de grande eficiência, reunindo em toda a população do Estado verdadeiro contentamento"[xxiv]. Tal fato decorre, segundo as autoridades, do propósito dos mesmos em investir no norte de Goiás, na instrução, vias de comunicação e transporte. Para os políticos, o norte teria um surto de progresso. O que podemos verificar é que, ao se instalar a Companhia em Pedro Afonso no ano de 1934, a vigilância, o controle e a repressão das ações populares passaram a ser

reguladas pela esfera governamental, tendo o policial militar e sua Companhia como agente de tal controle.

O processo de expansão nacional idealizado pelo governo de Getúlio Vargas teria possibilitado tal instalação, pois tais ações acabaram por intensificar o poder do Estado na região[xxv]. A Companhia representa a implantação de uma nova racionalidade que existiria para cumprir as tarefas de patrulhamento regular e sistemático na região. Como escreve Souza: "(...) a polícia passou a representar a penetração e a contínua presença da autoridade (...) no cotidiano das cidades"[xxvi]. Dentro do contexto histórico apresentado, um fator relevante dentro da corporação volta-se para a instrução e formação do policial militar, pois, assim como na sociedade, dentro do cotidiano do quartel deve existir um papel disciplinador, uma vez que todo policial militar deve ter uma conduta exemplar e toda a ação de transgressão deve ser exemplarmente punida. Soldados não podem cometer desordem ou qualquer ato considerado ilícito. Os mesmos devem manter entre si uma acirrada vigilância, pois o não cumprimento das normas disciplinares da corporação ofende a moral e os bons costumes. Os castigos disciplinares, como a prisão e a expulsão do soldado da corporação, eram executados com freqüência, pois como agentes da ordem na sociedade em que os mesmos estavam inseridos, estes não podiam faltar com os preceitos da boa conduta social e militar. Existia uma preocupação com o disciplinamento dos hábitos pessoais dos soldados[xxvii]. Era necessário reforma-los e os castigos disciplinares, como a prisão, tinham o seu caráter pedagógico. O isolamento e a conseqüente incomunicabilidade eram métodos praticados. A punição era uma forma de conter a resistência dos soldados contra a rígida disciplina militar e suas normativas legais. Exigia-se do mesmo, obediência à autoridade e o cumprimento do dever junto à sociedade. Como homens da lei, deveriam ser modelos. A disciplina existente no cotidiano da corporação legitimava os seus atos na sociedade, transformando homens, mulheres e crianças em sujeitos respeitáveis, dedicados ao trabalho, na busca do progresso dentro da ordem[xxviii].

A maior parte das pesquisas referentes à Polícia Militar, como já foi colocado, está voltada para o seu papel junto à sociedade como agente de repressão e vigilância em busca

da ordem pública. Nas sociedades urbanas desenvolve-se uma crença, segundo pesquisadores, que as punições e os atos coercitivos moldam os comportamentos populares, sendo este o papel da Polícia Militar[xxix]. Já que à Polícia Militar deu-se esta função disciplinadora da sociedade, como ocorreu esse processo dentro das corporações militares? Pela documentação trabalhada e fichada, observa-se que a maioria dos soldados incorporados à tropa era de homens simples, agricultores e analfabetos. Homens da roça, onde o tempo do trabalho, da ordem e da disciplina era outro, estipulados pelo ritmo da natureza em uma sociedade de valores agrários. Na Polícia Militar tiveram que ser incorporados aos padrões de um mundo urbano, com ritmo de tempo e outros valores morais. Como se realizou esse processo de incorporação? Como o agricultor tornou-se soldado? Por quê? Houve resistência ao processo de incorporação? Quais as formas? Como foram incorporados os outros segmentos da sociedade como sapateiros, pedreiros, cozinheiros, com pouca instrução e formação? Todas são questões que podem ser respondidas através do estudo da documentação trabalhada. Segundo Carvalho[xxx], torna-se necessário analisar os fragmentos de um pequeno documento histórico, procurando decifra-lo via micro-análise e desdobrando suas possíveis significações em um contexto histórico mais amplo.

Pelas pesquisas que vêm sendo efetuadas com a documentação fichada, os policiais militares, homens aplicadores da lei desse período, foram instruídos e formados pelos preceitos legais para penetrar no cotidiano dos espaços sociais em desenvolvimento. Em contrapartida, a pedagogia e metodologia para instrução e formação dos homens da lei anulam o homem comum e constroem o soldado, gerando conflitos entre coragem (instrução) e formação (sapiência), ou seja, a instrução domina os instintos, molda o corpo, higieniza e constrói o soldado. A formação traz o conhecimento de si como sujeito histórico, gerando muitas vezes a resistência contra a normatização da rígida disciplina militar.

Ao problematizar estas questões, busca-se dar visibilidade à documentação e também aos seus sujeitos que fazem a história das corporações militares do antigo norte goiano. Os Boletins Internos e Gerais são significativos e revelam a história dos soldados

rasos que compõe o grande corpo da Polícia Militar da região estudada. Estes têm sido marginalizados pelos estudiosos e pela própria sociedade. Espera-se dos mesmos um papel de protetor da ordem pública. No entanto, pouco se sabe sobre quem foram e como são. Acredita-se que o ponto de partida para a reconstrução dessa história e da busca de um processo de mudança de seus papéis junto à sociedade esteja no conhecimento de suas mazelas, buscando nas mesmas a humanidade perdida do homem comum para o soldado, que dentro de contexto de instrução e formação do policial militar no período estudado foi negado pela utopia da razão que buscava no cotidiano interno das corporações uma revolução permanente do vivido. Conseqüentemente, observa-se nos relatos das autoridades superiores um discurso negativado sobre o soldado raso, que tem como papel servir a um estado centralizador que não atende nem aos seus anseios profissionais, nem da sociedade.

Dentro desse contexto, os boletins informativos da Polícia Militar do norte de Goiás, de 1934 à 1966, apresentam vestígios e traços de uma realidade histórica que necessita ser problematizada e contextualizada com a realidade externa à da sociedade que os produziu. Isso possibilitará estudos relacionados à história dos homens comuns que compunham a Polícia Militar, enquanto sujeitos sociais, aplicadores da lei; as circunstâncias que os envolviam no trabalho junto à comunidade e o dia-a-dia dos mesmos sob dois aspectos: o momento em que eram preparados para exercer suas funções e os mecanismos utilizados para esse fim, assim como as formas e práticas de resistência ao sistema do qual faziam parte como legitimadores e executores da política estatal, ao mesmo tempo em que eram alvos da ação desse mesmo Estado.

---

[i] Mestre em História da América pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professora da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína.

[ii] Este projeto contou com o trabalho de pesquisa dos alunos do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína - Késia Santos Pereira (PIBIC 2001-2003), Ivoneide Muniz Reis (PIBIC 2003-2004), Jarbas da Silva Mendonça (aluno voluntário 2002).

[iii] SOUZA, Cibeli de. *História da Polícia Militar de Goiás.* Goiânia: O Anhanguera, 1999.

[iv] DUBY, Georges. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

[v] BLOCH, Marc. In LE GOF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1994.
[vi] BURKE, Peter (org.).*A escrita da história – novas perspectivas.* São Paulo: UNESP, 1992.
[vii] GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. et. al. (org.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
[viii] CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.
[ix] LE GOFF, Jacques. *A história nova.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.
[x] AQUINO, Napoleão Araújo de. "*A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins".* Goiânia: Dissertação de Mestrado da UFG, mimeo. 1996.
[xi] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org).*Goiânia: cidade pensada.* Goiânia: UFG, 2002
[xii] SOUZA, Cibeli de. *História da Polícia Militar de Goiás.* Goiânia: O Anhanguera, 1999.
[xiii] MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedade na Europa.* São Paulo:EDUSP, 2001.
[xiv] BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento.* São Paulo: Edusp, 2001.
[xv] BRETAS, Marcos Luiz. *A polícia carioca no império.* In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, vol.12.nº 22, p. 219-234.
[xvi] ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: repressão e violência em Londrina (1950-1960).* In Revista Pós-história, Assis, SP, vol. 06, 1998.
[xvii] BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental.* São Paulo: Queiroz, 1996
SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas.* São Paulo: UNESP, 1999.
[xviii] BENEVIDES, Maria Victória. *Violência, povo e polícia: a violência urbana no noticiário da imprensa.* São Paulo: Brasiliense, 1998.
CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da polícia civil do Distrito Federal – 1930-1942.* In Revista Estudos Históricos - Polícia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 12, nº 22, 1998, p. 235-263
PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Linguagens da violência.* Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 47-74
[xix] ROLIN, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: repressão e violência em Londrina (1950-1960).* In Revista Pós-história, Assis, São Paulo, vol. 06, 1998, p. 119-133. O autor aborda as práticas autoritárias do polícia militar do interior do Brasil nos governos populistas da década de 1950.
[xx] REIS, Ivoneide M. *Construção e organização do espaço social do Norte de Goiás (1934-1966): "novos sujeitos, novos espaços".* Araguaína: UFT, 2004 (Relatório final PIBIC).
[xxi] Pedro Afonso transformou-se em município autônomo em 25 de julho de 1898, através da Lei nº 179, desmembrado de Porto Nacional. Foi elevado à categoria de cidade em 13 de julho de 1907. Importante ponto geo-econômico da região devido a sua localização geográfica, nas confluências dos rios do Sono e Tocantins, que eram as vias de comunicação da época e escoavam toda a produção econômica da região. O Município perdeu sua importância geo-econômica com a construção da BR 153.
[xxii] SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. *Revista Estudos Históricos – Polícia.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 12. n. 22, 1998. p.265-293
[xxiii] STORCH, Robert D. *O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana.* São Paulo: Revista Brasileira de História, 1985.
[xxiv] Ata de instalação da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso. A Companhia, segundo registros, foi instalada em Pedro Afonso em 29 de novembro de 1934. O documento encontra-se no Boletim Interno nº 120 do ano de 1935.
[xxv] PALACIN, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista.* São Paulo, Loyola, 1990.
[xxvi] SOUZA. op. cit. p. 268.
[xxvii] Os Boletins Internos da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso, da segunda metade da década de 1930, revelam as tensões decorrentes de uma rígida série de normas disciplinares, ocorrendo no período grande número de punições através da prisão dos infratores, que levavam as conseqüentes deserções. A embriagues, o desrespeito à ordem pública, a ofensa à moral e aos bons costumes eram as causas que levavam às punições.
[xxviii] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões.* Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
[xxix] SOUZA, op.cit. p. 272
CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: EDUSP, 2001. p. 135-207
[xxx] CARVALHO, José Murilo. *Revista Estudos Históricos – Polícia.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 12. n. 22, 1998. p.357-377.

O conhecimento histórico na Pedagogia do Movimento Sem Terra

Marizete Lucini[1]

O menino Curioso

Eu sempre fui um menino curioso, então desde quando comecei a ir na aula gostei de aprender; a professora jogou um livro e começou a falar da história do Brasil, mas ela mais lia o livro.
Falou que o Brasil tinha 500 anos graças a um homem chamado Pedro.
Pedro? Era um homem estranho, mas decorei o nome dele. Então eu queria ser um Pedro, porque ele era um herói, lutou, sofreu, conseguiu vencer a luta e ganhou o Brasil.
Passaram-se dois anos, mudou a professora, veio em nossa escola um professor chamado Rosalino. Eu estava meio constrangido porque nunca um professor tinha ministrado aula para mim.
Este professor começou a falar de monumentos, falou de navios, de repente ele me perguntou. Você menino, sabe o que é o MST? É um tipo de movimento. Certo, disse o professor, e acrescentou: Vocês moram em assentamento, então vamos trabalhar bastante nessa linha. Eu sabia aquilo porque meus pais haviam me falado algo sobre isso.
O professor disse mais, neste ano vamos trabalhar algumas histórias que estão um pouco distorcidas em nosso Brasil.
Poxa! Eu pensei. Sobre o Brasil eu já sabia quase tudo. Mas fiquei ouvindo.
O professor falou: Pessoal não sei se vocês já sabiam mas o Brasil tem milhões de anos.
Nossa! Quando o professor falou isso, quase caí. Fiquei pensando como assim? Pois eu sabia que ele iria fazer 500 anos!
O professor disse: Nem tudo o que está escrito nos livros está certo, mas nem tudo está errado e esta história do Brasil está muito mal contada.
Falou dos homens primatas, dos índios e por último falou do famoso Pedro. Então a partir daí eu disse, não quero mais ser Pedro famoso, mas um índio humilde.
Com isso eu descobri que o tal Pedro não era o que estava escrito nos livros.
Neste ano eu aprendi que nem tudo está certo e nem errado. Por isso temos que nos manter informados e inovando nossos conhecimentos. Devemos nos manter atualizados neste mundo desigual, nesta sociedade que distorce os fatos históricos, que nos enganam com ou através da mídia e das elites.
De nada adianta comemorar com festas e farturas, as farsas de 500 anos de Brasil, se milhões de brasileiros passam fome, miséria e desemprego nesta sociedade criminosa, por falta de alguém distribuir certo as rendas e empregos, salários...
(Odacir Ribeiro, 4ª série, 10 anos, Assentamento São Luiz – Palma Sola – SC). [2]

A narrativa construída por Odacir, acima transcrita,[3] nos alerta para uma temática do ensino de história que necessita também ser pensada em outros âmbitos da formação. Christian Laville, em 1999, discutiu no texto "A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história", questões pertinentes à história ensinada, que continuam presentes em nossas salas de aula, nos livros escolares, bem como nos discursos de diferentes nações e grupos sociais, que buscam legitimar suas ações através da história. O autor afirma que as discussões no campo do ensino de história situam-se em relação aos fatos narrados, por acreditar-se que "pela manipulação dos conteúdos é possível dirigir as consciências ou as memórias, quando a experiência do presente século mostra que está longe de ser tão certo

assim quanto tantos parecem acreditar, o que provavelmente não passa de uma grande ilusão".[4] Problematiza, portanto, que as discussões sobre as narrativas históricas veiculadas pelo ensino não contemplam o objetivo do ensino de história, qual seja o de "desenvolver nos alunos as capacidades de que o cidadão precisa para participar da sociedade de maneira autônoma e refletida [...] com a função social de formar indivíduos autônomos e críticos e levá-los a desenvolver as capacidades intelectuais e afetivas adequadas".[5]

Diante desta afirmativa e da narrativa de Odacir, questionamos se essa função atribuída ao ensino de história não necessita ser retomada, rediscutida. Sabemos que a definição de função do ensino de história de Laville[6] não é a única, mas ela está muito presente nas propostas curriculares do ensino de história e é posição recorrente no discurso de muitos professores que atuam no ensino de história. Portanto, recolocamos a questão: para que serve o ensino de história?

A resposta a esta pergunta, não a temos, mas desejamos primeiramente situá-la, para, em diálogo com outros, nos aproximarmos de possíveis soluções.

Marc Ferro[7] aponta-nos que a história contada, seja a dos "vencidos" ou dos "vencedores", justifica e legitima a ação de uma nação, um grupo social etc. Neste texto, nosso interesse se volta para o papel atribuído à História por um determinado grupo social que, historicamente, movimenta-se na marginalidade, nas sombras da história oficial, mas que, progressivamente, está reescrevendo sua História, a partir de sua organização como movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Muito já se pesquisou e escreveu sobre os mecanismos utilizados para a "imposição" de uma História oficial, branca, masculina, ocidental, burguesa etc., mas entendemos que também é necessário que conheçamos as histórias que em situação de enfrentamento constante com a historiografia oficial estão escrevendo outras histórias. Propomo-nos, portanto, a explicitar e refletir sobre o papel atribuído à História com relação à formação do sujeito Sem Terra. Para tanto, primeiramente tentaremos situar a proposta pedagógica do MST em linhas

gerais e nos ateremos aos apontamentos do MST em relação à História, ou melhor, a um dos princípios educativos do MST, a História[8].

A proposta pedagógica do MST

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é um dos movimentos sociais do campo que, na história do Brasil, se sobressai pelas suas ações, conquistas e, principalmente, pela sua organização. Constitui-se no período de redemocratização do país, no final da década de 70. Mas, é em "janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR)", que as lideranças das lutas camponesas que, de 1979 a 1983, vinham realizando diversas ocupações de terra, decidem "organizar-se como um movimento nacional de luta pela terra e pela reforma agrária".[9]

A proposta pedagógica do MST está enraizada na coletividade e profundamente marcada pela história dos movimentos sociais do campo. A coletividade está na raiz de sua pedagogia, porque discutida e gestada coletivamente, em relação com outras lutas, como a luta pela terra, que compreende a luta pelo direito ao trabalho, à alimentação, ao bem-estar social, à justiça social, à igualdade de direitos, à difusão e prática de valores humanistas e socialistas, à participação da mulher na sociedade em condições igualitárias, à preservação e recuperação dos recursos naturais e ao emprego e renda.[10] Todas essas lutas, bem como a luta por uma Educação do Campo, podem ser agrupadas na contínua busca por justiça social que, em palavras atribuídas a João Pedro Stédile, para ser alcançada são três as cercas a serem derrubadas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância.

Para a derrubada da cerca da ignorância, o processo de formação do MST produziu em seu movimento as suas "*matrizes pedagógicas básicas*, para construir uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história".[11] Importa apontar com a autora, que a "pedagogia que forma novos sujeitos sociais e educa seres humanos não cabe numa escola", portanto, o MST compreende a educação como uma tarefa da escola, mas também como um processo de formação que não é exclusivo dela.

As matrizes pedagógicas que orientam o processo educativo dos Sem Terra, entendidas pelo Movimento como norteadoras do processo de formação, são apontadas por Caldart[12] como a opção em colocar diferentes pedagogias em movimento, ao invés de se filiar a uma delas. Denominada por alguns como uma pedagogia eclética, a pedagogia do movimento aborda diferentes dimensões da formação em relação ao processo de construção, manutenção e perpetuação da luta por um projeto popular de desenvolvimento do campo e do país. São oito as matrizes pedagógicas, as pedagogias, que compõem a proposta educativa do MST[13]: Pedagogia da luta social, Pedagogia da organização coletiva, Pedagogia da terra, Pedagogia do trabalho e da produção, Pedagogia da cultura, Pedagogia da escolha, Pedagogia da alternância e Pedagogia da história.

Essas pedagogias estão vinculadas a alguns princípios educativos, quais sejam: o *trabalho*, a *práxis social* e a *história*. Articulados eles compõem a teoria pedagógica em movimento, que nos dá a idéia da Pedagogia do Movimento. Diante dos limites desta escritura, nos propomos a realizar um recorte, no sentido de compreender a efetividade da história como um princípio educativo em uma experiência do MST, ressaltando-se, contudo, que ela se dá no entrelaçamento com os outros princípios educativos.

A história como princípio educativo

> Uma escola que pretenda cultivar a pedagogia da história será aquela que deixe de ver a história apenas como uma disciplina e passe a trabalhá-la como uma dimensão importante de todo o processo educativo. Será sua tarefa o resgate permanente da memória do MST, da luta dos pequenos agricultores e da luta coletiva dos trabalhadores em nosso país e no mundo; também a tarefa de ajudar os Sem Terrinha a perceber nesta memória as suas raízes e a se descobrir como sujeitos da história. Mas, um detalhe importante: não há como desenvolver esta pedagogia sem conhecer e compreender a história e seu movimento.[14]

A história é pensada como uma dimensão significativa do processo educativo de formação dos Sem Terra, em que lhe é atribuído um valor pedagógico que necessita de uma intencionalidade pedagógica para efetivar-se como possibilidade “para pretender algum tipo de transformação”.[15]

A atribuição de um valor pedagógico à história se materializa ao observarmos que o MST a toma como uma matriz pedagógica, portanto, a história é compreendida como educativa,

formativa. Como dimensão do processo educativo, pelo seu valor pedagógico, a história possibilita aos Sem Terra a construção de sua identidade, o conhecimento de seu enraizamento histórico nas lutas de outros povos, em outros tempos e outros lugares, pela terra, por justiça social, pelos seus direitos. A intencionalidade pedagógica permite, a partir do conhecimento das ações de homens e mulheres no tempo e do cultivo da memória, perceber-se parte desta história, ou melhor, possibilita compreender a história como sua história. Ao afirmar que "é preciso educar as pessoas para a valorização da história",[16] aponta-se para a compreensão de uma existencialidade das pessoas e do movimento que se dá historicamente, ou seja, há um movimento histórico em que se dá a luta pela terra, há um passado e um futuro que estão cindidos no presente, nas ações históricas de um determinado grupo.

A proposta do MST de educar as pessoas, tendo a história como princípio educativo, remete-nos a Jörn Rüsen[17], que nos possibilita pensar nesse processo como formação histórica, definindo-a como todo o processo de aprendizagem em que a história é o assunto. Para este autor, esta seria a função didática da história, que se revela na explicitação da relação da ciência da história com a vida prática, assumindo uma função didática de orientação, na qual os homens elaborariam um sentido histórico para sua experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo.

A história no processo de formação: uma experiência narrada pelo MST

O livro "Escrevendo nossa luta, nossa história", organizado por Maria Cristina Vargas e Sônia Fátima Schwendler[18], é um dos materiais que circulam entre professores e dirigentes do MST. Esse livro condensa uma prática corrente do MST, a de "registrar a história para manter a memória da luta" que também é o título do primeiro capítulo escrito por Schewndler e Gehrke[19]. A partir de Caldart[20], os autores indicam que:

> Na luta pela terra, os Sem Terra se educam enquanto se organizam, marcham, negociam, produzem. Educam-se também, na medida em que cultivam a memória de suas lutas, em que registram a história que constróem, em que situam suas experiências num contexto histórico mais amplo, olhando para as histórias passadas, para as conjunturas que condicionam a sua trajetória como trabalhadores que lutam pela terra.[21]

A proposta de alfabetizar-se a partir da própria história, prática comum na Pedagogia do Movimento Sem Terra, é uma proposta que tem seus alicerces em Paulo Freire, para quem "os dominados para dizerem sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a Pedagogia do Oprimido".[22]

Com efeito, Paulo Freire é um dos intelectuais com quem o setor de educação do Movimento Sem Terra estabelece um profícuo diálogo, e, talvez, a Pedagogia da História, seja uma das idéias freireanas que emergem dialogicamente na construção da Pedagogia do Movimento.

A pedagogia libertadora, proposta que emerge a partir de Paulo Freire, adentra ao campo **filosófico do existencialismo**[23], que se enraíza na vida e a partir dela, propõe um constante refletir sobre os caminhos da libertação. A alfabetização, na concepção da educação libertadora, pressupõe escrever e ler não somente a palavra, mas também os sentidos, mundo, em que a existência se dá na mundanidade. "Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é biografar-se, existenciar-se, historicizar-se".[24]

O reconhecimento do homem pelo próprio homem situa-se no plano da história, em que o processo histórico lhe é constituinte. Reconhecer-se nesse processo histórico significa então a possibilidade do homem conquistar e constituir sua própria forma e perceber a história como sua. Ao alfabetizar-se, os trabalhadores aprenderiam a ler e escrever a sua própria história como sujeitos coletivos, sociais, conscientizando-se de sua condição de oprimidos, que a pedagogia dos opressores opõe à pedagogia dos oprimidos. Para isso há que haver um aprendizado. Para Schwndler e Gehrke:

> Este aprendizado começa por olhar para sua própria história, refletir sobre ela, aprender com ela, tomá-la nas mãos para recriá-la. É isso que os trabalhadores e as trabalhadoras Sem Terra já vêm fazendo, quando cortam as cercas do latifúndio e fincam a bandeira da reforma agrária, quando lutam por educação, saúde, dignidade. Mas essa história vivida com muita luta e coragem fica, muitas vezes, apenas na memória do próprio povo, ou é escrita apenas por quem não a viveu.[25]

A denúncia de que a história muitas vezes é escrita por quem não a viveu reporta-nos a pensarmos nos apontamentos de Ferro[26], de que a história oficial silencia outras vozes, mas também nos remete para questionamentos sobre a verdade da história, no âmbito da história como ciência, e aos perigos da relativização histórica, em que a história variaria de sujeito para sujeito. Nessa perspectiva, a história como ciência se inviabilizaria?

Diante dessa questão, vislumbramos dois campos de discussão, o da história como ciência e o da história como princípio educativo. Esses dois planos dialogam, mas não são a mesma coisa, pois o primeiro se efetiva no âmbito da produção de conhecimento histórico e o segundo se ramifica em dois eixos, o do pensamento histórico e o do desenvolvimento da consciência histórica.

Situada no âmbito do pensamento histórico que visa ao desenvolvimento de uma consciência histórica, a pedagogia da história, segundo a concepção do MST, entende que as mulheres e os homens "possuem uma compreensão da realidade em que vivem, da história que fazem, mesmo que essa compreensão seja mágica ou ingênua".[27]

O pensamento histórico, portanto, estaria associado à compreensão da realidade, mesmo sendo mágico ou ingênuo, e a consciência histórica se constituiria ao compreender a sua historicidade como parte da história, para realizar uma leitura crítica do mundo. A história, para o MST, se efetiva como princípio educativo ao ser concebida como educativa, como formadora, como instrumento para a reflexão das trajetórias das pessoas ou de um grupo que, ao registrar sua história, coloca-a em movimento.

> A história que o assentamento contém precisa ser rememorada, refletida, registrada a partir da história de vida das mulheres e homens que o construíram. A reconstrução da história de uma comunidade é importante na medida em que recupera a ação do grupo, as suas lutas, enfim, resgata a memória coletiva, levando as pessoas a repensarem a sua trajetória, percebendo-se como sujeitos da história.[28]

A história, portanto, é concebida como necessária para uma reflexão articulada em que uma intencionalidade pedagógica é condição para compor o processo de formação dos sujeitos Sem Terra.

---

[1] Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE- Curso de Pedagogia- Campus de Francisco Beltrão. Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob orientação da Professora Ernesta Zamboni, Grupo Memória.
[2] Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. **Brasil quantos anos você tem?** Setembro de 2001. Concurso nacional de redações e desenhos realizado pelo MST em 2000.
[3] Optamos por transcrever a redação na íntegra, apesar de longa, por entendermos que ela contém uma riqueza de elementos para a análise, bem como para permitir ao leitor conhecer a narrativa construída pelo autor.
[4] LAVILLE, Christian. **A guerra das narrativas**: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1999, vol.19, no.38 [citado 31 Maio 2005], p.125-138. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-0188, p. 03.
[5] Ibid., p. 09.
[6] Ibid.
[7] FERRO, Marc. **Falsificações da história**. Portugal: Publicações Europa-América, 1981.
[8] Ao abordar os elementos da teoria pedagógica do MST, Roseli Salete Caldart aponta que "Compreender a educação como um processo de formação humana nos exige pensar em alguns nexos fundamentais para o entendimento das ações educativas". A autora indica a relação entre educação e vida produtiva como constituídas pelo trabalho e pela práxis social como princípios educativos; a relação entre formação humana e cultura como parte de processos socioculturais, em que as pessoas se educam entre si mediatizadas pelo mundo e a relação entre educação e história, em que a história é tomada como princípio educativo. CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000, pp 56-60.
[9] STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Atual, 1997, p. 44.
[10] Ibid., p. 44.
[11] CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, C. M. (orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
[12] CALDART, 2004, *op. cit*.; CALDART, 2000, *op. cit*.
[13] Em Pedagogia do Movimento Sem Terra, Roseli Salete Caldart (2000) aponta cinco pedagogias, mas entendemos que esta última publicação, CALDART (2004) reflete o caráter de movimento na construção e (re)construção das matrizes pedagógicas do MST, acrescentando a Pedagogia da alternância, Pedagogia do trabalho e da produção e Pedagogia da escolha àquelas anteriormente apontadas.
[14] CALDART, 2004, *op. cit*., In: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, C. M. (orgs), 2004, *op. cit*., p. 104.
[15] CALDART, 2000, *op. cit*., p. 234.
[16] Ibid., p. 235.
[17] RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
[18] VARGAS, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sônia Fátima (orgs). **Escrevendo nossa luta, nossa história**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003.
[19] SCHWENDLER, Sônia Fátima; GEHRKE, Marcos. Registrar a história para manter a memória da luta. In: VARGAS, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sônia Fátima (orgs), 2003, *op. cit*.
[20] CALDART, 2000, *op. cit.*
[21] SCHWENDLER, Sônia Fátima; GEHRKE, Marcos, *op. cit*. In: VARGAS, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sônia Fátima (orgs), 2003, *op. cit*., p. 11.
[22] FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 21.
[23] Pelo termo existencialismo, "Costuma-se indicar [...], desde 1930 aproximadamente, um conjunto de filosofias ou de correntes filosóficas cuja marca comum não são os pressupostos e as conclusões (que são diferentes), mas o instrumento de que se valem: a análise da existência". [...] A existência é compreendida "como o modo de ser próprio do homem enquanto é um modo de ser no mundo, em determinada situação, analisável em termos de possibilidade". ABBAGNANO, 2000, *op. cit*., p. 402-403.
[24] FIORI, *op. cit.* In: FREIRE, 1987, *op. cit*., p. 10.
[25] SCHWENDLER; GEHRKE, *op. cit*. In: VARGAS; SCHWENDLER, (orgs), 2003, *op.cit*., p. 11-12.
[26] FERRO, 1981, *op. cit*.
[27] SCHWENDLER; GEHRKE, *op. cit*. In: VARGAS; SCHWENDLER, (orgs), 2003, *op. cit*., p. 14.
[28] Ibid., p.19.

Guerra e papéis masculinos: reflexões na perspectiva de gênero.

Marlene de Fáveri
Professora do Departamento de História da
Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC

Os estudos sobre masculinidades são ainda escassos, fato que reserva uma certa dificuldade, haja vista a quase ausência de estudos de gênero nesta perspectiva. Existe, sim, extensa produção historiográfica, bem como estudos de outras áreas, que tematiza relações de gênero nas diferentes abordagens, na sua quase totalidade escrita por mulheres e que analisam as construções culturais do gênero feminino, os papéis, as subjetividades, as condutas, embora mais concentradas na condição de vida e opressão das mulheres, na suposta submissão, sem questionar a construção das masculinidades, e/ou onde os homens aparecem quase sempre responsáveis pela opressão. E dos homens, o que se fala?

Miguel Vale de Almeida,[1] num os primeiros trabalhos a que tivemos acesso, mostra-nos que as masculinidades ultrapassam a esfera do binário e que homens se constroem também em relação aos próprios homens. Outros trabalhos têm demonstrado que os homens são construídos na cultura, nas relações também de poder, entretanto, pouco falam de si mesmos, e aqui refletindo com Daniel Welzer-Lang, "os homens e o masculino raramente são contextualizados numa problemática de gênero", argumentando que "a dominação é sempre sustentada por uma justificação naturalista das diferenças, e ao mesmo tempo por uma ocultação do que vivem os dominantes".[2] Se os homens as conhecem, ou seja, conhecem o modo de usar a dominação, não é sua preocupação 'apreender' de que forma/como vivem as pessoas dominadas, notadamente as do sexo feminino.[3] Pierre Bourdieu, no tocante a dominação masculina, também não percebe que a violência é primeiramente masculina, e não a ve como produto das relações sociais de sexo, e, em certa medida, essencializa.[4] Ou, poder-se-ia interpretar de forma mais direta: é tão difícil para os homens falarem da própria dominação na perspectiva de gênero?

A isto, a pergunta se refaz: por que tão pouco se fala dos homens? Ou, por que não falam de si? Seriam as diferenças na forma de socialização/educação/aprendizagem na sociedade, e consequentemente na cultura, que reproduz/ratifica as práticas que naturalizam e dizem que os homens são superiores às mulheres, logo, não há porque falar deles? Não é necessário, creio, entrar nas diferenças com que ainda são educados: um gênero para os poderes de mando, superiores, e o outro para atividades que determinam a dependência.[5] Se os homens só existem como categoria na relação com as mulheres – ou não seria relação, salvaguardadas as outras tantas relações, mas esta ainda é hegemônica – as representações e práticas masculinas sobre as mulheres, e sobre si mesmos, só podem ser compreendidas como efeito da relações sociais entre os sexos. "Quantos textos escritos por homens, inclusive os que enfatizam as relações sociais de sexo, aceitam sexualizar o ponto de vista?", pergunta-se Daniel Welzer-Lang,[6] e, acrescento, também por mulheres, por certo.

Masculinidades são também marcas, com as feminilidades; são culturais. Conceitos de honra, macheza, virilidade, ou ternura, fragilidade, delicadeza são reproduzidos o tempo todo. Assim entendidas, as masculinidades são vistas, neste trabalho, como reafirmação dos papéis exigidos dos homens, num tempo em que homens e mulheres tinham lugares demarcados e apareciam nos discursos absolutamente separados, e assim exigidos na cultura e pela Nação. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a repressão aos estrangeiros e descendentes, sua língua, costumes, contatos com a terra natal foram fortemente proibidos pelas leis e decretos, dentro da ideologia de nacionalizar a qualquer custo. No estado catarinense, estas normatizações foram vivenciadas de forma bastante drástica, dada a sua colonização e o número de estrangeiros que viviam nas colônias e cidades, obviamente com muitos descendentes brasileiros, mas que carregavam o nome, a cor da pele, o sotaque/língua de seus países de origem, notadamente italianos e alemães. Homens e mulheres vivenciaram um cotidiano de tensões e medo, e utilizaram

estratégias sutis na tentativa de escapar de sansões, fosse esta a prisão, a demissão, ou o afastamento de casa; recorriam a estereótipos de seu gênero, a defesa da honra e da família como patrimônio de valor, utilizado para provar o patriotismo, em conexão ao ideário estadonovista.

Neste momento, estrangeiros e descendentes, eram sumariamente demitidos dos cargos e empregos por força de lei,[7] dada sua origem étnica (suspeitos de traição, espionagem, ou como prevenção), e a rigor recaía sobre os homens a situação serem desligados do emprego, e, portanto, perder o lugar do provedor.

Estes homens escreviam cartas para os governantes, e dentre estas encontro a de Alfredo Del Priore, 42 anos, natural da Itália, especializado na arte de cerâmica; morador de Imbituba (a 150 km da capital catarinense, ao sul), trabalhador da Cerâmica Henrique Lage já havia 15 anos; recebeu o aviso de demissão e foi afastado da cidade por sua condição de estrangeiro. Escreveu extensa carta ao Comandante da 5ª Região Militar, em 1º de dezembro de 1942, na esperança de ser ouvido: "Excelência, a minha senhora é brasileira e meus filhos também, e é doloroso assistir ao espetáculo angustioso desses cinco inocentes que imploram o retorno do pai que lhes traz pão, trabalho e sossego",[8] ou seja, ao deixar o emprego, deixava também a família "na miséria". A carta foi escrita por um homem que se viu na iminência do desemprego e a impossibilidade de exercer a providência da família, onde se percebe o argumento da paternidade responsável e patriotismo exigido no momento. Deixaria de ser homem sem o exercício do pai-provedor?

O conceito de homem, na época (o que ainda perdura) é aquele que não deixa a família à mercê, mas a protege, alimenta, e trabalha – o trabalho como valor e sinônimo de dignidade. Segundo os pressupostos burgueses, o trabalho é uma virtude, liberta o homem do mundo da natureza e lhe garante a condição de ser livre,[9] é privação, obrigação e renúncia, maldição na concepção mais clássica ("ganharás o pão com o suor do teu rosto", segundo Gênesis). Nos anos de 1930 e 1940, o trabalho retinha a idéia de virtude imbuída do liberalismo: ser cidadão era produzir riquezas, ter

carteira de trabalho e estar moralmente dentro da concepção dos direitos e deveres para com o Estado, numa relação contratual entre o presidente e o povo, coletivo e abstrato.[10]

Perdendo o emprego, além da miséria da qual ficaria sua família, Alfredo buscou no argumento de que, "sem probabilidade de melhorar a situação, dada a especificidade de minha profissão...", ficaria ainda impossibilitado de buscar uma vida melhor para si e sua família, desonrado e não reconhecido como bom trabalhador. Ser homem, no que fala Alfredo, seria ser provedor, patriota, protetor dedicado - na sua narrativa, sua vida pauta-se no "amor de dedicação que devoto a minha família composta de minha senhora Ondina Cardozo e quatro filhos, todos legítimos brasileiros". A brasilidade era, no momento da escritura desta missiva, um argumento importante, e provar o patriotismo era também dar filhos à Pátria, suprir de homens e mulheres que fortalecessem o futuro da nação, educados dentro dos preceitos morais e nacionalistas.

As escritas ordinárias, ou da ordem do cotidiano, constituem-se como produtoras de subjetividades. São práticas culturais que expressam ritmos, tempos, que estabelecem uma relação, ou um texto "situado ele mesmo como um objeto da cultura material de uma época", analisa Ângela de Castro Gomes.[11] O escrevente desta carta não está deslocado de seu tempo, e as condições da escrita estão na ordem dos acontecimentos políticos e públicos do momento, entrelaçando-se ao privado. Ao invocar "clemência" às autoridades e solicitar breve retorno ao trabalho e moradia, o faz em nome da "condição pietosa desses cinco brasileiros", ou seja, pátria e família ladeadas do pai provedor. Isto era ser homem naquele momento, pautado no ideário que permeava o universo masculino: prover a família, melhorar de vida, ser honrado, e assentado nos valores de família e pátria.

Noutra carta, agora de Pilade Sensi,[12] italiano e também de Imbituba, este recorreu ao Interventor do Estado para recuperar o emprego do qual fora demitido, dizendo ter "como predominante paixão: o trabalho, para o bem estar de meus filhos e

da minha segunda Pátria adotiva", inclusive com um filho já servindo ao exército nacional. No argumento, disse:

> Sou pobre e sem recurso: que será de mim e de minha Família que vive exclusivamente do meu trabalho? Sou um devotado da causa brasileira e em nome de meus filhos, que tudo esperam do pai, faço apelo aos sentimentos humanitários de V. Excia para que seja revogada essa ordem a meu respeito. Os habitantes de Imbituba e autoridades locais podem fornecer a quem de direito, informações sobre a minha conduta.

Novamente é a família o valor mais forte deste pedido de retorno ao trabalho, e o argumento de que os filhos "tudo esperam do pai" e de que sua família ficará desprotegida, remetam ao sentido da honra daquele que provê o sustento e é responsável, honrado, não pode faltar com seus compromissos, e, sua conduta podia ser comprovada pelos visinhos e moradores da cidade, valor imprescindível para um bom pai, honesto e trabalhador.[13] Colocar-se, como fez Sensi, como portador de boa conduta e honradez de bom pai, trabalhador e cumpridor de seus deveres era imprescindível na tentativa de obter reconsideração. Utilizou-se dos conceitos de ser homem, do que deste homem se esperava, para escrever sua missiva.

Outra carta encontrada foi a de José Seifert,[14] 41 anos, alemão naturalizado e morador de Coqueiros/São José, encaminhada ao Ministro de Estado e Negócios Interiores, Francisco Campos, em 23 de julho de 1943. Dizia morar no Brasil desde 1934, quando contraiu matrimônio com uma brasileira, ingressando, como mecânico, naquele ano, na Força Policial em Florianópolis,[15] mas demitido por sua origem étnica, impedindo-o "não somente para garantir o pão, como o futuro dos meus filhos", escreveu. Seus argumentos diziam: "sou um brasileiro naturalizado que falo e escrevo com desembaraço o idioma do País, sou casado com uma brasileira e pai de 7 filhos brasileiros, assistindo-me o direito de amar e me sacrificar pelo Brasil", além de que "sou de boa conduta social". Seifert implora retorno ao cargo e o faz "não tanto por mim e por minha mulher, mas, por sete filhos menores, sete brasileiros que algum dia poderão ser úteis ao Brasil", e, na busca de tocar o coração do destinatário, clama por justiça já que este "têm ouvido e amparado os pequenos nos seus justos anseios de justiça (...) que não é surda aos clamores dos pequenos e humildes", ainda mais um

homem pobre que “que por amor ao Brasil se tornou brasileiro e já deu a Nação sete filhos brasileiros”.

Estes apelos aproximam-se da política de valorização da família apregoada pelo Estado Novo, quando em torno do ideário de que o Brasil era uma “grande família”, excluíam-se os dramas particulares em nome do corpo/nação/pátria, na tentativa de incluir todos na grande marcha para o futuro,[16] muito embora essa política tivesse limites advindos dos embates e interesses ideológicos e econômicos. Se o Estado mostrava-se então soberano, abstrato, inatingível, esquadrinhador - lembro que eram pessoas a geri-lo, pessoas que disputavam idéias, relações, poderes, portanto, não homogêneo porque sujeito a interesses pessoais e políticos,[17] - a ideologia do trabalhismo era personificada no pai que presenteava os trabalhadores com realização nas áreas da política social; tanto que a comemoração do Dia do Trabalho ocorreu pela primeira vez em 1º de Maio de 1938, quando foi anunciada pelo presidente Vargas a lei do salário mínimo, e comprometendo-se, a partir de então, a presentear os trabalhadores nessa área.[18] De 1942 a 1945, Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, falou semanalmente aos “Trabalhadores do Brasil”, obviamente uma iniciativa de doutrinação no campo político. É no governo Vargas que a leis trabalhistas são efetivadas, mesmo porque a questão social até o final dos anos vinte, não passara de leis esparsas; o salário mínimo exposto como justificativa em 1931, só entrou em vigor em 1940. Este investimento no trabalhador permeava o imaginário, e só com o trabalho o homem era/tornava-se digno.

Interpretando as narrativas, vemos nas três cartas que ambos tem clareza do lugar do qual falam e com quais palavras seria possível tocar no coração do presidente: a família, baluarte da nação e do sentimento patriótico e ser casado com brasileira; o homem como pai-provedor e responsável pelos filhos e esposa, e que não os deixaria cair na miséria; a conduta e honradez advindas de poder dar contas destes papéis, tendo assegurado o trabalho. A forma de escrita utilizada por estes homens mostra uma regularidade tanto nos argumentos quanto na estrutura da escrita e na

forma de tratamento, mostrando o momento de sua produção. Se a escrita epistolar tem sempre um destinatário e o escrevente espera uma resposta, os governantes que as recebiam deveriam estabelecer relações de troca, respondendo-as; afinal, se escreviam no calor das tensões entre a repressão aos estrangeiros e o ideário de bom trabalhador, os argumentos deveriam pesar a favor dos demitidos.

Noto que os estereótipos eram utilizados (também em outros documentos e cartas, tanto de mulheres quanto de homens, no mesmo período) e articulados de forma que família, pátria e conduta constituíssem em alicerces para um bom pai/cidadão, ou um homem cuja masculinidade estaria assegurada. As masculinidades se constroem de diferentes maneiras e em diferentes situações, temporalidades, relações – nos regimes ditatoriais com o de Vargas, as representações do eu era ser homem e ser mulher estavam enredadas aos costumes, sim, mas era preciso provar a conduta e honradez, o patriotismo e dar conta dos papéis; assim como o era para as mulheres, boas mães, esposas abnegadas, patriotas. Estes homens constroem outras masculinidades, que não asseguradas na força, mas nas narrativas do cotidiano, do pedido de clemência, onde a virilidade passa pelos filhos brasileiros.

Nesta perspectiva, olhar relações e usos de estereótipos na construção de masculinidades, e de sua afirmação, é também dedicar uns momentos de reflexão sobre outro tempo, mas que este nosso tempo ainda se ressente de mudanças possíveis de equilibrar estas relações, e quiçá diminuir, destruir a violência física e psicológica que ainda encerra um gênero na condição de menor. É preciso, portanto, falar de quando, onde, como foram construídos estes pré-conceitos, entender porque perduram.

---

[1] Cf. ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si:* uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995. .

[2] Sociólogo da Universidade de Toulouse, estudioso das masculinidades. WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva das relações sociais. In: SCHPUN, Mônica R. (org). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 107 e 111.

[3] Obviamente, outras formas de dominação são evidentes, como a de homens sobre homens, homens com mais poder sobre outros, e mulheres sobre mulheres, ou seja, todos os homens não tem os mesmos privilégios, ou o mesmo poder.

[4] BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: *Educação e realidade*, n. 20, v. 2, jul/dez. 1995, p. 133-184.

[5] Cf. LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

[6] Op. Cit., p. 124.

[7] Decreto-lei n.4.638, de 31/08/1942 – *Art. 1º – Fica facultativo aos empregadores o direito de rescindir os contratos de trabalho com estrangeiros. Súditos(...); Art 2º – (...) é lícito a suspensão dos empregados. Art. 3º – (...) será pago indenização (...)*. *Coleção de Leis de 1942*. Volume III – abril a junho. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. APESC.

[8] Carta (cópia) de Alfredo Del Priore, Imbituba, ao Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, em 01 de dezembro de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/42. Palácio do Governo. APESC.

[9] Para Hannah Arendt, o trabalho é o mundo da vida ativa, atributo da condição humana, espaço da fronteira entre homem e natureza, entre a existência coletiva e individual; espaço que corresponde ao artificialismo: o trabalho, e seu produto, tem o caráter efêmero do tempo humano. Porém, é exigência da existência humana que o trabalho supra as necessidades. ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

[10] Nas idéias de Rousseau, os homens renunciam a sua liberdade ao concordarem com um contrato através do qual deliberam ao soberano os poderes de legislar sobre toda a sociedade; são cidadãos enquanto partícipes da autoridade soberana, e súditos enquanto submetidos às leis do Estado. Muito embora esta seja a idéia de democracia, foi utilizada para forjar a cidadania na Era Vargas.

[11] GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____(Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 17.

[12]Carta de Pilade Sensi, Imbituba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

[13] Mesmo assim, Sensi não retornou ao trabalho, e o parecer da policia foi de que, pouco conhecido na cidade, não teria crédito e poderia ser um espião. Ou seja, aos argumentos, não teve êxito.

[14] Carta (cópia) de José Seifert, Coqueiros, São José, a Francisco Campos, Ministro de Estado e Negócios Interiores, Capital Federal (Rio de Janeiro), em 23 de julho de 1940. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/1940. Palácio do Governo. APESC.

[15] Através da Constituição de 1937, *o Presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça aos "interesses nacionais*". SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 9. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 266.

[16] Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da polít*ica. 2. ed. São Paulo: Unicamp/Papirus, 1986.

[17] Michel Foucault mostra essa dispersão ou descentralidade do poder do Estado, as táticas dos governos que redefinem o tempo todo os limites, enfim, a própria governamentabilidade. FOUCAULT, Michel. A governamentabilidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

[18] De 1938 a 1945, em todos os discursos de 1º de Maio, Vargas relacionava uma iniciativa de seu governo na área da política social: o regulamento da lei do salário mínimo, e o decreto-lei relativo à isenção e impostos para habitações proletárias, em 1938; a criação da Justiça do Trabalho, em 1939; a fixação do salário mínimo, em 1940; a instalação da Justiça do Trabalho, em 1941, juntamente com o lançamento da Campanha da Marcha para o Oeste; o anúncio do esforço da Batalha da Produção, em 1942, já no contexto do envolvimento brasileiro com a Segunda Guerra; a CLT, em 1943 e a nova Lei Orgânica da Previdência, em 1944.

"Pacificação" dos Bororo Coroado na Província de Mato Grosso: "Guerras e Alianças" (1845 – 1887)

Marli Auxiliadora de Almeida•

Este texto que apresentamos neste Seminário Temático intitulado - "Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdiciplinares", resulta de nossa pesquisa de Mestrado sobre o contato entre os Bororo Coroado e a sociedade mato-grossense, na segunda metade do século XIX. Analisaremos pontualmente as táticas e os procedimentos de "Guerra" e "Paz", empreendidas por representantes governamentais e os Coroado, através das narrativas do etnólogo Karl Von den Steinen e do Alferes Antonio José Duarte.

O objetivo deste estudo é proporcionar visibilidade à população indígena Bororo Coroado, a partir do diálogo entre a história e antropologia. Portanto, concordamos com a afirmativa de John Manuel Monteiro ao destacar: *experiências, vivências e estratégias indígenas vêm sendo esmiuçadas por crescentes números de estudiosos*[1].

A relação de contato entre os Bororo e os agentes colonizadores inicia-se com a chegada dos bandeirantes ao território hoje denominado de mato-grossense. No Setecentos esses mamelucos paulistas se utilizaram de contingentes Bororo como "guias" de incursões contra outros indígenas e, posteriormente, da exploração do ouro, atividades que resultaram também na ocupação de seus territórios primitivos às margens do rio São Lourenço.

No decorrer do período Oitocentista a ocupação das terras dos Coroado intensificou-se a partir da ação do Presidente da Província Pimenta Bueno, que propôs uma alternativa de comunicação da Província com a Corte via São Paulo, através de uma abertura de acesso pelo Vale do Piquiri. Com o controle de seus territórios, os Coroado passaram a responder aos procedimentos de ocupação de seus espaços primitivos e sagrados através de "ataques", expressão utilizada pelos presidentes da província, resultando em estratégias de contato na maioria das vezes maléficas ao grupo indígena, intentadas por governantes e proprietários de terras, e amparadas em leis.

Além da ocupação das estradas de acesso para o litoral, os Coroado também foram acusados de ataques às fazendas, como a do Capitão Victorino José de Couto,

---

• Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

[1] MONTEIRO, John Manuel. *Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios.* 1999.

situada às margens do rio São Lourenço, c*omo represália a essa ação, o governo via-se na necessidade de enviar bandeiras para os sertões, reprimindo-os,* conforme observou o cadete João Augusto Caldas[2].

A finalização das "correrias" dos Coroado com a utilização de "bandeiras", defendida pelos governos provinciais como instrumento de "pacificação", em divergência à estratégia da "brandura", estabelecida no Regulamento de 1845, demonstrou a face do contato de indígenas e não-índios a partir de atitudes de "guerra" e "paz".

O Presidente da Província Augusto Leverger indicou esse procedimento ao Diretor-Geral dos Índios, Henrique José Vieira, que tentou colocá-lo em prática. A bandeira que se dirigiu às terras dos Coroado em 1852, foi guarnecida por uma força militar, sob as ordens do Comandante interino do Distrito de Vila Maria e do fazendeiro Antonio Correa da Costa, proprietário de terras localizadas nas proximidades do rio São Lourenço, tendo como elemento estratégico fundamental a participação de alguns Bororo Cabaçal, relatou Leverger :

> *Incumbi-o de fazer com que voluntariamente venha a esta Capital algum índio Bororo que fale bem a nossa língua, para com ele travarmos relações pacíficas com os Coroados, por supor que aqueles falam a mesma língua destes*[3].

A ação proposta pelo Presidente da Província respaldava-se no Decreto de 1845, que indicava a possibilidade de um grupo indígena persuadir outro, através de manifestações culturais como a linguagem e símbolos culturais de grupo indígena a ser contatado. Essa tentativa, porém, não se efetivou, uma vez que os Cabaçal se negaram a contatar os Coroado.

Após esta frustada experiência, o Presidente Augusto Leverger tentou utilizar índios já "pacificados", independente de pertencerem ao mesmo grupo, para a formação de contínuas bandeiras contra os Coroado. Nesse sentido, ordenou ao Diretor-Geral que organizasse naquele mesmo ano uma bandeira composta de dezesseis integrantes, dentre eles um índio Guaná, que exerceu a função de trilhador, cujo principal objetivo era afastar os Coroado da estrada que ligava a província a Goiás a São Paulo. Os participantes da expedição, sendo contratados ou voluntários, recebiam pagamentos por esse serviço[4].

---

[2] CALDAS, João Augusto. *Memória Histórica sobre os Indígenas da Província de Mato Grosso*. 1887.
[3] Livro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848-1860. APMT.
[4] Relatório do Presidente da Província Barão de Maracajú. 1880. APMT.

O recurso da força usado na província de Mato Grosso foi condenado pelo Imperador D. Pedro II, através do Ministério do Império, pelo "Aviso de nº 40", e também pelo Regulamento de 1845. Mas, segundo Manuela Carneiro da Cunha o próprio "Aviso" referia-se ao assunto de maneira contraditória: *a abstenção de violência empregada contra aqueles infelizes, a qual só pode ter cabimento para repelir os ataques por eles cometidos contra as povoações , e viadantes, e jamais para os ir procurá-los nas matas, e exterminá-los* [5].

O procedimento das bandeiras encontrou apoio do segundo Diretor-Geral dos Índios da província, o capitão Henrique José Vieira, que ao assumir o cargo em 1850 priorizou a política de pacificação, através de bandeiras. Além destas bandeiras, também foram instalados destacamentos militares próximos aos locais onde deveriam funcionar os aldeamentos, devidamente autorizados pelo Ministério da Guerra; estes tinham por objetivo proteger as proximidades de distritos e locais de lavouras. Esta estratégia da política indigenista da província recebeu apoio dos proprietários de terras, servindo principalmente para que os índios percebessem a vigilância criada pela autoridade provincial.

Os Bororo Coroado voltaram a ser assunto de "pacificação" durante o gestão do Presidente Antonio Pedro de Alencastro, em 1860, quando, respaldado pela permissão recebida do governo central para expedir força como meio de reduzir os indígenas bravios, este determinou a ocupação definitiva de tropas destacadas para a margem superior do rio São Lourenço, propriamente em um de seus afluentes, o rio Piquiri.

O uso da força contra os índios que não aceitavam o contato encontrou apoio governamental na criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860, englobando o Ministério dos Negócios do Império. Conforme apontou Antonio Carlos de Souza Lima, esse Ministério foi conseqüência do desdobramento de três feixes temáticos existentes durante o período imperial – terra, trabalho e guerra, que abarcavam atribuições relativas aos indígenas[6].

Diante dessa circunstância, restava por parte dos governos provinciais uma adequação das estratégias no trato com os indígenas, de acordo com a realidade da província. João José Pedrosa, ao perceber o fracasso de incentivar o conflito entre indígenas pela causa do "civilizado", propôs então a participação de um grupo particular,

---

[5] CUNHA, Manuela Carneiro. *Legislação Indigenista no século XIX: 1808-1889.* 1992. Nesta obra a autora cita o aviso nº 40 de 15/06/1850 do Ministério do Império que reprovava a hostilidade contra os índios, aconselhando a "catequese" e "civilização".

[6] LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. 1995.

composto por proprietários e sertanistas, formando uma força paramilitar, a chamada "guarda rural" ou "ronda volante". Os componentes desses grupos seriam pagos pelo governo provincial para proteger a população, principalmente as propriedades fundiárias.

Todas essas estratégias valiam para pacificar os indígenas, pois o que verdadeiramente estava em jogo era o "progresso" da Província. O território desse subgrupo passou a ser indicado como ponto de passagem em um projeto de construção de uma ferrovia que ligava Cuiabá ao Rio de Janeiro, via São Paulo, em 1876, o que reforçava a necessidade de aldeamento.

O Presidente da Província Rufino Enéas Galvão, o Barão de Maracajú, que havia assumido o cargo em 1879, solicitou do governo imperial, considerando a possibilidade do contato através da catequese e não mais pela guerra, o envio de seis missionários franciscanos para a província, mas obteve resposta negativa.

As queixas com relação às "correrias" continuavam, o Presidente Maracajú organizou, em 1880, duas expedições para a região do rio São Lourenço, visando combater esse subgrupo: uma partiu da Colônia Militar de São Lourenço e outra de Cuiabá. A investida resultou no aprisionamento de nove indígenas, que foram batizados com nomes portugueses: Amélia, Mariana, Duarte, Coqueiro, Rosa e suas duas filhas, e outros.

O Diretor-Geral dos Índios Thomaz Antonio de Miranda e sua esposa adotou uma das índias aprisionas, de nome coroado Cibáe Modojebádo, batizando-a de Rosa Miranda. Rosa permaneceu durante cinco anos com a família do Diretor-Geral dos Índios, sendo preparada para servir de intérprete nas expedições de contato, organizadas em 1886.

As expedições de 1886 foram ordenadas pelo então Presidente Joaquim Galdino Pimentel e comandadas pelo alferes Antonio José Duarte. A primeira partiu de Cuiabá no dia 2 de abril, seguindo o trajeto fluvial. Saindo do Cuiabá, tomava o São Lourenço, até chegar às aldeias dos Coroado, situadas exatamente às margens deste rio. Duarte descreveu em um relatório a estratégia de: *Além de brindes para os selvagens levava como medianeiras seis índias e um índio daquela tribo de índio, que há tempo tinham sido aprisionados e viviam entre nós já afeitos aos costumes da vida civilizada* [7].

O resultado dessa primeira investida foi o aprisionamento de vinte e oito Coroado, que foram trazidos para a capital da província, Cuiabá, no dia 24 de junho de 1886. Esses indígenas também foram batizados e receberam nomes escolhidos por seus

[7] Relatório de Antonio José Duarte ao Presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel. 1886. APMT. Lata 1886-A.

padrinhos, ocupantes de cargos políticos e suas respectivas esposas, inclusive incorporando o sobrenome dessas famílias.

Passada a euforia provocada pelo sucesso dessa primeira expedição, Galdino Pimentel, com o objetivo de "pacificar" um número mais significativo de Coroado, determinou ao alferes Duarte, em agosto de 1886, que voltasse à região de São Lourenço, dessa vez com uma força mais numerosa: 44 praças e 07 índios Coroado.

Após terem acampado à margem direita do rio São Lourenço, o alferes Duarte *recomendou às índias Amélia e Mariana e ao índio Duarte que internassem para o centro, a fim de empregarem os meios de conduzir a sua presença os selvagens ali aldeados* [8]. Repetindo o êxito, este grupo trouxe mais sessenta e oito índios, que foram recebidos por Duarte, e presenteados com diversos brindes, tais como roupas e refeições.

Nos dias seguintes esses fatos repetiram-se contabilizando, ao final desta expedição, um total de 430 selvagens, sendo 337 do Alto e 93 do Baixo São Lourenço[9]. Em 6 de outubro de 1886, Duarte deu como vitoriosa a sua empreitada e retornou a Cuiabá, onde foi recebido como responsável por promover, enfim, a "pacificação" dos indômitos Coroado.

Os Coroado "pacificados" foram encaminhados para duas colônias militares, Teresa Cristina, localizada no rio Prata, e Isabel, no Piquiri, ambos afluentes do rio São Lourenço, dando continuidade à estratégia governamental de reuni-los em áreas reduzidas, principalmente para exercer o controle militar sobre os pacificados.

A divulgação do resultado das expedições de 1886, na capital da Corte, por meio do artigo escrito por Maria do Carmo Rego, esposa do Presidente da Província, Francisco Rafael Rego, principalmente no relato do desfecho do contato, quando simbolicamente o cacique *Moguiocuri* passa seu arco para o conquistador, sempre através da intermediação de Rosa, deu início à criação e divulgação de uma representação em torno dessa índia como personagem fundamental à pacificação dos Coroado.

No entanto, a pesquisa dos relatos escritos por Duarte, um deles, impresso, publicado na Revista da Sociedade de Geografia; o outro, enviado ao Presidente Galdino Pimentel nos possibilita pensar atitudes de recriação de identidades por parte dos Coroado, contrapondo a historiografia mato-grossense que os demonstra como "pacificados" nas expedições de 1886.

---

[8] Relatório do alferes Antonio José Duarte, publicado na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. 1887.
[9] Op. cit. Relatório de Antonio José Duarte. 1887.

No artigo publicado na Revista Sociedade de Geografia, Duarte registrou o sucesso das expedições, referindo-se à ajuda dos indígenas intérpretes.

Contudo, no relatório manuscrito que Duarte enviou ao presidente da província em 1886, dando conta do resultado da expedição "pacificadora", o comandante registra um comportamento diferente do que foi posteriormente proclamado pela cronista Maria do Carmo: o papel desempenhado por uma das intérpretes. Assim escreveu Duarte:

> *A catequese que incentivei, produziu o mais brilhante resultado. Os selvagens vinham se apresentar diariamente e recebiam brindes. O índio Coqueiro é quem mais se esforçou, para a realização da catequese, andando por todos os aldeamentos e convencendo os índios de tal forma que vinham em turma (...). A índia Rosa, em vez de auxiliar-me, pelo contrário, procurava plantar a desarmonia entre os índios, que eu em ato contínuo destruía. Esta índia não convém regressar e nem merece consideração alguma*[10].

Vemos, pois, que longe de realizar feitos heróicos para a "pacificação", Rosa, segundo o comandante das expedições, procurava "plantar a desarmonia", compondo o cenário de "Guerra" e "Paz". Nas atitudes como a de Rosa e de Coqueiro, é possível perceber que os Bororo Coroado desenvolveram "dimensões simbólicas da ação social[12]. Entendendo essa denominação a partir da relação entre a história e antropologia, que nos possibilita desenvolver análises de papéis realizados pelos índios, na reconstrução de suas identidades.

Durante a administração do Diretor Antonio José Duarte, as pistas sobre comportamentos de "Guerra" e "Paz" entre não-índios e Coroado, continuavam ganhando destaque em seus escritos. Ao relatar algumas das cenas cotidianas na Colônia ao Presidente da Província Francisco Rafael Rego, o diretor Duarte destacou a insistência dos Bororo em professar ritos de religiosidade.

> *A escola mandada criar por iniciativa de V. Exª para ensino dos menores indígenas foi a principio regularmente freqüentada pelos menores, bom o correr do tempo, porém, foram tornando-se remissos, devido maus conselhos que recebiam dos – Bares e Aroetorares – que vinham constantemente das selvas à procura de brindes, e incutia-lhes no ânimo, não só dos menores, como também de seus pais a idéia de que, do papel lhes vinha à morte.*

---

[10] Relatório do Alferes Antonio José Duarte ao Presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel. 1886. APMT. Lata 1886-G. Grifos nossos.
[12] BURKE, Peter. *A escrita da história.* 1992.

> *Os Bares e Aroetorares são índios privilegiados nas aldeias, por que são os seus profetas. São os que predizem tudo quanto tem de acontecer no aldeamento, pelo que tem grande ascendência sobre os outros*[13].

Na observação feita por Duarte, podemos perceber que a relação entre os Coroado e representantes da sociedade mato-grossense, ainda era marcada por procedimentos do início da "pacificação", ao ser referir à procura de brindes por parte dos Bororo adultos. Mas, também é possível indicar as práticas religiosas dos Coroado, como a crença nos Bares, como procedimentos de reconstrução de identidade.

O etnólogo alemão Karl Von den Steinen, que esteve entre os Coroado aldeados em Teresa Cristina, no ano de 1888, também nos deixou importantes indícios de atitudes dos Coroado ante os não-índios, que nos permite pontuar a reconstrução de identidade. Segundo Steinen: descreveu: cenas na Colônia Teresa Cristina, nas quais os Coroado aparecem como aldeados.

> *O aroé – A reunião dos homens chamava-se aroé, e isto principalmente em consideração à caçada comum. (...) Clemente assegurava que os índios da colônia não viviam diferentemente das usa aldeias, e que nestas, pelo contrário, a caçada comum era muito mais importante*[14].

Os fragmentos das narrativas de Karl von Steinen ou de Antonio José Duarte, analisados neste texto, nos possibilita redimensionar a história de contato entre os Bororo Coroado e representantes governamentais de Mato Grosso imperial. Os Coroado mesmo considerados "pacificados" e aldeados, construíram uma história indígena.

---

[13] Relatório do Alferes Antonio José Duarte ao Presidente da Província Francisco Rafael Rego. 1888. APMT. Lata 1888-F.

[14] STEINEN. Karl Von den. *Os aborígenes do Brasil Central.* 1940.

EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA NAS ESCOLAS ÉTNICAS DE CRICIÚMA SC- 1905-1930

Marli de Oliveira Costa*

O texto apresenta parte de algumas das experiências das crianças filhos/as de imigrantes e/ou descendentes de italianos e poloneses em Criciúma- SC, a partir da construção de escolas étnicas nas comunidades de Morro Estevão e Linha Batista entre os anos de 1905 e 1930. Esse trabalho é resultado de investigações do Grupo de Pesquisas, História e Memória: o Processo da Educação em Santa Catarina- GRUPEHME, ligado à Diretoria de Pesquisa da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, que já publicou dois cadernos sobre a história da educação, respectivamente, das duas comunidades acima citadas.

Os documentos utilizados como pistas investigativas foram relatórios, atas, fotografias, recortes de jornais e entrevistas. As entrevistas foram as mais utilizadas, visto que, dificilmente encontramos registros, como diários, onde podemos perceber como as crianças pobres, no início até a primeira metade do século XX lidaram com suas condições de vida, nesse caso- sua vida enquanto aluno e ou aluna.

As experiências de quem foi criança nesse período nas escolas mostram as dificuldades do contato e da aprendizagem com uma língua diferente da falada em casa, a língua italiana e polonesa; o problema da conciliação do trabalho na roça e do horário da escola; a relação com as outras crianças, com a professora e com a cultura material da escola- lembranças das lousas, lápis, dos mapas, dos silabários e dos livros de leitura[1].

Buscar a história da infância na escola por meio da memória é lidar com a “dialética da lembrança e do esquecimento”, como coloca o historiador Pierre Nora ao discutir “os lugares de memória”. Ao lidar com lembranças e esquecimentos encontramos os significados de fatos que ficaram arquivados nas lembranças e, em contato com fotografias e outros colegas são rememorados, ajudando a tecer a difícil tarefa de encontrar os ‘fazeres dos alunos/as“ no passado, já que nas escolas pouco ou nada foi guardado de documentação. Como desenhavam as crianças dessas escolas? Como eram suas letras?

O que escreviam? Que registros deixaram de suas passagens pela escola? Perguntas que dificilmente se pode responder.

Cem anos nos afasta da primeira experiência escolar dessas comunidades, dos registros encontrados nas escolas, a data mais longínqua é em Morro Estevão, 1905. Dos pertences dos alunos/as, 23 livros de leitura em italiano e polonês que variam de 1928 a 1950; De suas lembranças, as que mais significaram. Apoiada nesses poucos documentos, tentarei mostrar algumas das experiências desses alunos/as.

A discussão dessa temática se fará dentro de uma perspectiva do estudo da infância que busca "o mundo de vida" como fala Manuel Sarmento,[2] ou "o ponto de vista das crianças", título de um livro de Cleopatre Montandon[3]. Isso é, uma perspectiva que tenta discutir e mostrar como agem as crianças no meio em que vivem, como inventam esse meio, como lidam com as criações que os adultos fazem para elas. A escola se apresenta nesse texto como um "espaço vivido"[4]. A idéia de "espaço vivido" busca perceber as crianças dentro de relações que envolve um "lugar".

Para tanto, em um primeiro momento é necessário situar a construção das escolas particulares/ comunitárias, chamadas também por alguns pesquisadores de escolas étnicas.[5]

A construção das escolas étnicas

O Bairro Morro Estevão que também já foi denominado Núcleo Hercílio Luz, talvez seja o local em que a primeira experiência de educação escolar tenha ocorrido em Criciúma (fundada em 1880 por imigrantes italianos), pois, em 1905, encontramos registros que falam de atividades escolares, onde um professor de origem italiana recebia proventos da própria comunidade para ensinar seus filhos e filhas. Em 1913, essa mesma comunidade faz um abaixo-assinado ao então governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, para terem uma escola pública[6] . Escola que se concretiza, porém, a data exata não foi possível precisar,

mas, um documento de visita de Inspetores de Ensino nos mostra um pista pela sua data 1925[7].

A localidade de Linha Batista, por sua vez, foi colonizada por imigrantes poloneses a partir de 1891, e as experiências com a educação escolar dos filhos e filhas desses imigrantes deram-se a partir do início do século XX, como nos fala Giani Rabelo ao analisar uma entrevista feita com Casimiro Tibincoski:

> Conta o Sr. Casimiro Tibincoski que a maioria dos imigrantes poloneses eram alfabetizados na própria língua. Mesmo sem condições de construir um estabelecimento escolar, as crianças eram reunidas em casas particulares para receberem as primeiras instruções e como não tinham trazido nenhum profissional da educação, os educadores eram escolhidos entre os que sabiam mais, e assim, assumiram a educação os senhores: João Machinski e Gabriel Bartosiak, em Linha Batista[...][8]

Em casas particulares, ensinadas por moradores que se tornavam professores/as por saberem as "letras" e as "contas" um pouco mais que os outros moradores; ou agrupadas em classes escolares multisseriadas acompanhadas por professores/as pagas pelo Estado a partir de 1920, essas crianças adquiriam um outro "lugar" - o lugar de aluno e aluna. A idade de ir para escola apresenta-se na vida das crianças como um rito de passagem, ou seja, uma outra instituição diferente da família e da igreja passa a fazer parte de suas vidas. Assim as atividades escolares deveriam ser sua principal atividade. Alguns autores chamam de "ofício de aluno" [9]. O que isso interferiu em suas vidas? Como viam essa experiência?

Idade de torna-se aluno e aluna e o trabalho na roça

Entre os anos de 1920 a 1937, a idade de ir para a escola, de acordo com os depoimentos variava entre 8 a 13 anos de idade, sendo que Casimiro Tibincoski, nascido em 1917, recorda que em Linha Batista não aceitavam jovens com 14 anos. As pessoas entrevistadas permaneceram na escola no máximo três anos. Alguns fatores implicaram nesse tempo de permanência, dois deles estão ligados ao fato de que as escolas funcionavam até a terceira série de forma multisseriada, ou seja, 1ª, 2ª e 3ª séries juntas sob

a responsabilidade de um/a professor/a; e o trabalho na agricultura envolvia toda unidade familiar, o que implicava na contribuição das crianças. “Naquele tempo os pais mandavam dois, três anos, depois tiravam a criança e botavam na roça”, lembra o Sr. Casimiro Tibincoski.

Em Morro Estevão, João Zanette, nascido em 18/05/1911, iniciou com 8 anos e concluiu com 10 anos e diz: “a única coisa que aprendi na escola foi fazer conta”. D. Maria de Luca,[10] nascida em 1923, iniciou com 11 anos, pois como coloca: “uma vez mandavam velha, 11 anos e eu trabalhava na roça”. Por esse motivo D. Maria fez apenas até o “2º ano”. Já Dona Maria Dinca Dal’Toé[11], nascida em 1915, foi para a escola com 13 anos de idade. Para recordar o porquê dessa idade, ela vasculhou suas lembranças encontrando o trabalho na roça. E, atualizou suas lembranças comparando com o tempo presente em que a lei determina a idade de ir à escola. Myriam Moraes de Lins Barros, ao estudar lembranças de família a partir das recordações dos avós coloca que: “Os limites de sua infância são traçados, no presente, com olhos e elaborações atuais que, embora possam ser explicados e racionalizados em função das mudanças sociais, mudaram as representações dessas pessoas, aparecendo em cada etapa de sua vida com configurações diferentes”[12].

Além do trabalho na roça relembrado pelos narradores/as, os registros realizados pela professora Paula Westphal que lecionou na escola de Morro Estevão entre os anos de 1925-1939, oferecem entre outras, informações sobre a reprovação dos alunos e das alunas: Em 1925, dos 45 alunos do 1º ano foram reprovados 20 alunos; em 1926 dos 44 alunos do 1º ano, foram reprovados 16; em 1927 dos 36 alunos foram reprovados 14 e, em 1932 dos 51 alunos reprovaram 15. O número de reprovação diminuiu de 1935 em diante. A evasão escolar também é notável nesse período. Em 1925 dos 45 alunos que freqüentaram o 1º ano, apenas 08 seguiram para o 2º ano, em 1926, desse 08, 03 seguiram para o 3º ano em 1927. Em 1928 dos 32 alunos que freqüentavam o 1º ano, 06 foram para o 2º ano em 1929, sendo que permaneceram 06 no 3º ano de 1930. Em 1931 havia 56 alunos matriculados no 1º ano, foram para o 2º ano de 1932 apenas13 alunos e, para o 3º ano de

1933, 08. Esses números seguem mostrando a evasão do 1º ano para o 2º e uma razoável permanência entre o 2º e o 3º ano até 1939 de acordo com os registros guardados na escola. A evasão escolar pode estar ligada à reprovação, fator que incide sob o tempo de permanência na escola. Em Linha Batista não pude pelos documentos que tive acesso estabelecer o mesmo quadro de índices de aprovação e reprovação, porém, observando as duas comunidades pude perceber que a questão da língua influenciava na aprendizagem e era um fator comum nas duas localidades.

A fala e a língua na escola

A Língua Portuguesa tornou-se obrigatória nas escolas do Brasil durante o Governo do Estado Novo (1937-1945), tempo em que os filhos/as de imigrantes italianos e poloneses das localidades investigadas mais sofreram na escola, pois em casa a língua falada era a italiana ou a polonesa e na escola a professora ensinava em português.

Antônio Zanette, que nasceu em 1920 recorda da dificuldade: "Naquele tempo era assim, tinha turma que só falava em italiano, e ela [a professora] queria dar aula em brasileiro, português. Mas eu não compreendia nada como era, então ela ficava brava, e a gente falava em italiano para cá e para lá."[13]

Os irmãos Casemiro e Tereza Demboski, nascidos em 1918 e 1919 lembram que "quando entramos na escola só falávamos polonês. A professora que dava aula para nós tinha dificuldade. Nós queríamos contar alguma coisa, alguma briga para ela, mas ninguém sabia a falar."[14] Realidade que permaneceu por muito tempo pois, Alberto Rrzatki nascido 1949 recorda que "o primeiro ano eu não sabia falar em português, sorte que eu ia acompanhado do meu irmão, ele estava na 3ª série e ele falava em português e eu não. A professora tinha que ter uma ginga para trabalhar com isto tudo, geralmente o aluno que entrava na 1ª série não falava português."[15]

Os *sillabários* apresentaram-se como alternativa para o ensino da língua portuguesa nas chamadas colônias desde o início do século XX, pois havia o entendimento por parte

dos imigrantes que era necessário aprender o português, no entanto, isso não excluía a língua de seu país de origem, as crianças tornavam-se bilíngües. Encontramos um exemplar, que nos foi doado pelo ex-aluno de Morro Estevão João Zanette, onde em uma página se escreve em italiano e na outra, o mesmo texto em português.

Não encontramos *sillabários* em polonês e português, mas uma experiência particular de Linha Batista era o professor que ensinava nas duas línguas, assim as crianças em um período estudavam em português e no outro em polonês: "Eu estudei aqui na Linha Batista, com Casemiro Starchuski. Estudava de manhã em brasileiro e de tarde em polonês", recorda D. Pelaguia Marchiski Bartosiak, nascida em 1927.[16]

Com a implantação do Estado Novo, as línguas das colônias formadas pela imigração européia do século XIX foram banidas das escolas, mesmo aquelas em que as comunidades e ou consulados pagavam os professores. Para lecionar era necessário ser brasileiro. A partir de 1937 em vez de bilíngües as crianças deveriam saber apenas a língua portuguesa.

Além da fala, as lembranças da cultura material e das atividades da escola são presentes nas recordações desses alunos/as.

Atividades e lembranças de objetos escolares

João Zanette, guardou um pequeno caderno de anotações, poesias, "pontos" de geografia e história ali estão registrados. Nesse caderno é notável o desenho de sua letra, o que se aprendia e como se registrava. Casemiro Tibincoski recorda de seu professor, das aulas de teatro onde era evocada a religiosidade de acordo com o cultivo polonês. Algumas mulheres recordam cantigas de roda, outros as "trapaças"que faziam entre si e outros ainda dos castigos e do lanche. Como recordam os irmãos Casemiro Demboski e Tereza Demboski Milak:

> Na escola tinha recreio, mas tinha castigo também, não é que nem hoje, a D. Iria [professora] andava sempre na escola com a vara de vime dizendo assim: Aqui, oh! O Inácio Cubasky também [outro professor]. A régua era comprida! O Inácio Cubasky tinha um filho chamado Francisco ele andava na escola e fazia "arte", o Inácio agarrava ele e... vá nas costas, deu não sei quantas varadas. O Werpachowski [outro professor] não sovava mais com a régua, dava na palma da mão. Ele batia com essa

> régua, tinha que ir lá na frente, botar a mão para frente. Ajoelhar na porta da escola, pertinho da estrada, quando passava o pessoal, já viam que tem gente ajoelhado lá na porta. Do milho também, a escola da Linha Torres tinha um banco chamado banco piolhento, ela as vezes revistava, se encontrava piolho! – Vai lá naquele banco, fica meio dia sentado ali, apelidaram banco do piolhento.

Lembranças de surras, castigos e humilhações são muito presente nas recordações deste tempo de escola. Os castigos escolares como parte integrante do processo pedagógico tradicional acompanhou as escolas em um longo processo. Todas as narrativas reportam a lembranças dos castigos, ou as crianças experimentaram a ira de seus mestres ou presenciaram sobre os colegas. Os irmãos Tereza e Casemiro recordam de um menino que era castigado porque fazia "artes". Podemos perguntar o que eram as "artes"? Penso que associada a essa idéia, estão alguns dos "fazeres" das crianças, coisas que elas inventam, mesmo que seja se distrair, olhando pela janela enquanto a professora explica as contas, ou escapando da escola para caçar passarinhos, prática comum das crianças da época apresentada; ou mesmo irritando-se com o colega, não trazendo as tarefas, ou não compreendendo a fala da professora. Tudo isso era motivo para os castigos.

Além do recreio, "A metodologia, então, no período analisado consistia em repetir a lição ou as informações, fazer exercícios mecânicos e reproduzir modelos"[17], como recorda a ex-aluna da escola de Morro Estevão Dona Amélia de Luca Cardoso, nascida em 1942 [...] "Era ali, na ponta da língua, exigia deles o ponto" [...] "A tabuada era cantada, nossa, era na ponta da língua"[18].

Quem por acaso não cumprisse o que era solicitado, era castigado. Por outro lado, como havia muitos castigos, podemos inferir que havia muita resistência ao ensino, não fazer, poderia significar não compreensão, como também o entendimento que esse conhecimento não era importante, pois como recorda Antônio Zanette, "então, eu gostava de trabalhar, estudar pra quê? Naquele tempo não era como hoje, que quem estuda ganha." Ou Dona Maria de Luca que "não gostava muito não de ir para a aula, gostava de brincar." Mas, também havia aqueles que gostavam das letras, como Casimiro Tibincoski: "Eu gostava muito de leitura. Até hoje eu gosto. Eu era tão prático na leitura. Tinha uma

biblioteca com 300 livros [em Linha Batista]. Uma parte foi fundada pelo falecido Padre Fracisco Chyliski e outra parte pelo casal Werpakoski. Aqueles 300 livros eu li e reli."

As experiências aqui narradas não traduzem a vida dos alunos e alunas dessas escolas sob a orientação de tendências pedagógicas tendo como alvo principal às crianças e, que deixaram marcas indeléveis na vida daqueles que passaram pelos bancos escolares. Mas, apresentam várias questões a serem aprofundadas em outras oportunidades.

Notas

---

[*] Doutoranda em Educação pela UFRGS(Porto Alegre-RGS). Professora do curso de história da UNESC(Criciúma-SC). Mestre em história pela UFSC (Florianópolis- SC).

[1] Questões que são aprofundadas nas seguintes bibliografias: RABELO, Giani et. al. **Casemiro Starchurscki: Das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal.** Criciúma: editora da UNESC, 2004. e GIANI, Rabelo, LOURENÇO, Leila e COSTA, Marli de Oliveira. **A Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002)**. Criciúma: UNESC e Prefeitura Municipal de Criciúma, 2002.

[2] SARMENTO, Manuel. **As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade**. (mimeo)

[3] MONTANDON, Cleopatre**. Léducation du poit du vie dês enfants**. Paris, Harmattan, 1997.

[4] ROLNIK, Raquel. Lei política: a construção dos territórios urbanos. In: **PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História.** São Paulo: EDUC, 1999.

[5] VIRTUOSO, Tatiane dos Santos. **A Política de Nacionalização do Ensino Getulista: Experiências de Criciúma – SC (1930-1940).** TCC do curso de história. Criciúma: UNESC, 2003.

[6] GIANI, Rabelo, LOURENÇO, Leila e COSTA, Marli de Oliveira**. A Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002)**. Criciúma: UNESC e Prefeitura Municipal de Criciúma, 2002. p. 30.

[7] Idem. P.31.

[8] RABELO, Giani. Vozes e Vidas de Professores e Professoras. In: RABELO, Giani et. all. **Casemiro Starchurscki: Das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal**. Criciúma: editora da UNESC, 2004.

[9] Sobre isso ver, SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. IN:**CADERNOS DE PESQUISA. N 112**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora dos autores associados, 2001.

[10] Maria De Luca Thomasi nasceu em 20/06/ 1926 em Criciúma. Entrevista concedida em 29/05/2002.

[11] Maria Dinca Dal'Toé naceu em 05/01/1915 em Criciúma. Entrevista concedida em 25/05/2002.

[12] LINS DE BARROS, Myrian Moraes. "Memória e Família". In: **Estudos Históricos 3, Memória**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 34.

[13] Antônio Zanette. Entrevista concedida em 25/06/2002.

[14] Casemiro Demboski E Tereza Demboski Milak. Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta. Criciúma, 2002.

[15] Alberto RzatkI Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta. Criciúma, 17/10/ 2002.

[16] Pelaguia Marchiski Bartosiak**.** Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta. Criciúma 02/09/ 2002.

[17] GIANI, Rabelo, LOURENÇO, Leila e COSTA, Marli de Oliveira. A **Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002).** Criciúma: UNESC e Prefeitura Municipal de Criciúma, 2002

[18] AMÉLIA DE LUCA CARDOSO. Criciúma. Entrevista concedida em 25/05/2002.

PORTO DE VITÓRIA (ES): DO CAIS AO COMPLEXO[i]

Martha Machado Campos

As instalações portuárias do estado do Espírito Santo são inicialmente integradas à cidade (Porto de Vitória), progressivamente transferidas para fora da mancha urbana (Porto de Tubarão e de Praia Mole), e posteriormente totalmente afastadas da conurbação metropolitana (Portocel e Porto de Ubu). Acompanham o fenômeno contemporâneo de autonomização da estrutura física dos portos marítimos. Atualmente, a implantação da logística multimodal regida por estratégias de escala mundial, articula as diferentes redes de infra-estrutura de alcance global, instaurando novas territorialidades portuárias e industriais que emergem nas cidades independentes de suas características locais.

Entre as recentes alterações estruturais do setor portuário nacional, destacam-se a privatização dos portos na década de 1990; a tendência de conteinerização das cargas; e a ampliação do porte dos navios. Aumenta-se com isso a velocidade dos embarques, e gera-se a aceleração da infra-estrutura aduaneira. Neste contexto, a implantação dos Portos Secos, Terminais Retroportuários Alfandegados, e dos condomínios de logística integrada, configura grande parte do *território econômico* dos portos marítimos no interior da região metropolitana da Grande Vitória. São extensas áreas operacionais de pólos de comércio e serviços retroportuários, regidos sob a ótica empresarial de otimização da logística e armazenagem de apoio ao comércio exterior.

Infra-estrutura fundacional da capital, o Porto de Vitória insere-se na região metropolitana da Grande Vitória, e suas instalações estão implantadas nas cidades de Vitória e Vila Velha, nas margens da Baía de Vitória. Elemento-chave no movimento de cargas portuárias da região metropolitana, o Porto de Vitória requer, desde os primórdios de sua ocupação - sempre sob a ótica das vantagens econômicas locacionais que oferece e de seu perfil produtivo –, o constante reaparelhamento de seus terminais portuários, das ferrovias e rodovias. Ao se verificar os recentes planos (e/ ou decisões de investimentos) para a área [ii], observa-se indicativos de reestruturação do sistema de transportes, como alteração nos fluxos de cargas e impacto frente às atividades e uso do solo. Os terminais do Porto de Vitória e

imediações, tomados como situação crítica de extenso território interurbano, mantém o sistema de infra-estrutura urbano-portuária e de transporte de cargas como *vetores estratégicos* permanentes de sua ocupação. Eixos viários e ferroviários atravessam sua área de modo interligado ao complexo portuário concentrado da Grande Vitória (Portos de Vitória, Tubarão e Praia Mole), rearticulando constantemente o interior da malha urbana. A alteração dessa dinâmica gera, quase sempre, sério impacto ambiental, levando o território ao esgotamento das condições de vida nessas localidades. Sendo assim, pergunta-se: o que vem sendo previsto para reestruturação urbana do território portuário – Porto de Vitória - no âmbito de sua reconversão integrada aos planos institucionais de revitalização urbana? As pistas podem ser intermediadas por dois indicadores distintos do PDZP (2001), a saber: 1. *ampliação* de áreas portuárias por grandes aterros, anexados ao setor portuário continental; restringindo seu uso ao atendimento de atividades petrolíferas, ou 2. *deslocamento* da movimentação de cargas conteineirizadas para o norte do Estado, em função do megaplano de expansão de Portocel, no município de Aracruz.

A lógica da dinâmica portuária sempre foi internacionalizada e de locação territorial estratégica, promotora das alterações de posicionamento de suas instalações e serviços, no interior do território nacional, regional e local. O que é novo nessa dinâmica é o recente processo de privatização das instalações portuárias no Brasil. Diante disso, a movimentação de cargas do transporte marítimo internacional passa a resultar da capacidade de competição e negociação entre os agentes operadores – titulares, exportadores, importadores e armadores - das instalações privatizadas. Observa-se na atualidade o agenciamento local de extensa rede de infra-estrutura, como um dos elos de uma potente cadeia de logística e de transportes de cargas, impulsionada sobretudo pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), tanto nos limites territoriais do Estado, como em esferas geográficas distintas, ampliadas regionalmente e de inserção global.

A passagem do antigo *porto do café* ao atual *complexo portuário* perfaz o relato histórico a seguir. Adota-se como referente de periodização, a variável econômica dominante de cada

época, a partir de três períodos denominados de *gênese*, *desdobramento* e *evolução* da ocupação urbana da área.

Gênese: a era do café [1910 aos (40) 1960]

A instauração das atividades e infra-estruturas portuárias, ferroviárias e rodoviárias de atendimento à economia agrário-exportadora do Estado - *era do café* - indica a importância do sistema de infra-estruturas no seu desenvolvimento urbano e econômico. As primeiras três décadas do século XX marcam o início da expansão urbano-portuária do Espírito Santo. Com o fim da dependência de escoamento da produção do Estado pelo Rio de Janeiro[iii], a cidade de Vitória inicia a passagem da condição de *cidade-cais* do Império, para a de *cidade-porto* da República.

As obras de construção do Porto de Vitória foram graduais, marcadas por constantes interrupções. Teve início em 1911 e paralisação em 1914, em função do conflito mundial de 1914-1918. O reinício das obras ocorreu em 1925, década de construção do primeiro e mais antigo cais do porto, o atual Cais Comercial, situado na ilha de Vitória. Absorve, em 1920, 92% de toda a exportação de café do Estado, passando a ocupar a posição de porto centralizador da economia estadual. No período entre as décadas de 20 a 40, já se contava com o escoamento da Estrada de Ferro Vitória-Minas, inaugurada em 1904, e com a elevação na exportação do café mineiro pelo Porto de Vitória. Entre as obras de engenharia do porto dos anos 20, destacam-se trabalhos de duas naturezas: 1. a do porto propriamente e 2. a de montagem da ponte Florentino Avidos, primeira ligação de Vitória com o continente[iv]. O cais de Vitória desenvolve-se até a década de 40 vinculado à exportação cafeeira, alterando, em 1942, sua estrutura física para atendimento da dinâmica de exportação do minério de ferro[v].

O incremento do sistema de transporte e das telecomunicações no âmbito nacional visa a reverter o isolamento de muitas regiões do Brasil, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Esse sistema, entre outras ações, como os planos e políticas de desenvolvimento, constituiu a condição material para tentativa de unificação do território nacional. A política de industrialização, instrumento da economia nacional menos dependente do mercado externo, configura a transição da economia agrário-exportadora para a urbano-industrial[vi]. A primeira

usina de aço integrada da América Latina, instalada em Volta Redonda (RJ) - a Companhia Siderúrgica Nacional – é uma das decisões políticas para avalancar a industrialização brasileira durante este período de conflito mundial. Dentre as estratégias de industrialização nacional, no contexto da expansão da economia do estado do Espírito Santo, destaca-se a implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que inicia a exploração do minério de ferro extraído em Itabira (MG), com escoamento pelo Porto de Vitória, a partir de 1942.

A projeção comercial do Porto de Vitória oficialmente organizado ocorre em 1940, e resulta da atuação continuada dos governos estaduais, que, incentivados pelos lucros gerados pelo café, concluíram o aparelhamento do porto pautado no incremento dos sistemas de transportes marítimo e terrestre[vii]. As décadas de 50 e 60 consolidam o processo de urbanização e industrialização acelerada no país e a progressiva de entrada do capital internacional. Trata-se de novo espaço econômico acionado pelo pós-guerra, que expande a inserção de multinacionais a um conjunto de países não-desenvolvidos. A criação do terminal especializado para exportação do minério de ferro em fins dos anos 40, já iniciava mudança da feição urbano-portuária da ilha de Vitória e de Vila Velha. O novo cais do Porto de Vitória ocupa base do morro de Atalaia, no lado continental da Baía de Vitória, em Vila Velha. Instalam-se ainda no lado portuário continental, na década de 50, três terminais para armazenamento e descarregamento de derivados de petróleo a granel. Em 1956, o mercado internacional começa a exigir maior multiplicidade de tipos de minérios. Para isso, a CVRD constrói o cais de Paul, também em Vila Velha, em área já provida de ligação rodoferroviária. Implantado para a comercialização especializada em minério fino, o novo cais executou tal atividade até 1975, quando ela foi totalmente transferida para o terminal do Porto de Tubarão, inaugurado em 1966 como o maior porto de minério do litoral do Brasil[viii].

Desdobramento: a era da indústria do aço [1960 aos (70) 1990]

O programa de erradicação dos cafezais realizado a partir de 1962, intensificado em 1966/67, foi motivador da alteração da dinâmica populacional do Estado, caracterizada, sobretudo, pela intensa migração rural e saturação urbana. O primeiro ciclo migratório

provocou o incremento populacional de 96% na Grande Vitória. Um novo ciclo migratório ocorre nos anos 70 e 80, motivado pela implantação de grandes empreendimentos industriais.

Entre as décadas de 50 e 70 opera-se expansão das instalações do Porto de Vitória, via diversificação dos tipos de cais em Vila Velha e melhorias do Cais Comercial de Vitória. Aposta-se nas transações comerciais de exportação e importação de mercadorias que não se destinam ao Espírito Santo, nem são produzidas em seu território. A lógica de intercâmbio de mercadorias em trânsito viabiliza o programa do Corredor de Transportes para Exportação indicado no I Plano de Desenvolvimento (972/1974), cujo terminal é o Porto de Vitória, detidamente o Terminal de Capuaba, em Vila Velha, com obra iniciada em 1973 e operações em 1984. O Corredor de Exportação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) partiu da perspectiva direta de escoamento da produção de cereais do Cerrado, e da produção siderúrgica e industrial do Espírito Santo e da siderurgia de Minas Gerais.

A transferência do pólo de exportação situado nos terminais portuários especializados de Vila Velha, para área norte da Grande Vitória, com implantação do Superporto de Tubarão (1966), marca a *era da indústria do aço* e dos grandes projetos industriais articulados ao complexo portuário do Estado[ix]. Isso assegurou o crescimento da indústria em definitivo; o fim da hegemonia do setor primário da economia estadual anterior; e a ampliação da hinterlândia do complexo portuário do Espírito Santo. Em período subseqüente, política econômica nacional desprivilegia o mercado interno e passa a valorizar as relações externas de exportação. Trata-se de uma lógica competitiva de domínio das empresas globais, responsáveis pela demanda do chamado *imperativo de exportação*, cada vez mais intenso no momento atual da globalização. A inserção dos países no mercado global equivale à crescente abdicação do Estado de efetuar políticas públicas, em nome de uma dinâmica que alia a lógica do mercado global com a das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar em determinado país. Sendo assim, a década de 80 consolida estratégias corporativas, nas quais as regras de competitividade entre empresas de determinados produtos resultam de lógica internacional e é a partir dessa lógica que as empresas buscam, em cada território nacional, a melhor localização para suas instalações. Caso exemplar, o circuito mínero-

siderúrgico - no âmbito do ES - tem sua localização e infra-estrutura quase consolidada, antes da efetivação de sua cadeia produtiva internacionalizada atual - operada majoritariamente pela CVRD -, situada entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais.As condições infra-estruturais e locacionais de atendimento da demanda do binômio importação/ exportação do minério de ferro, antecipa a visão estratégica de logística de integração intermodal, lançada e operada pela CVRD, que se desdobra via modernização da logística do segmento de cargas gerais. Além das atividades voltadas para exportação de pelotas e minério de ferro, atualmente a CVRD investe em sua estratégia de operação integrada de logística intermodal.

Evolução: a era da logística e transporte de cargas [anos de 1990 a 2003]

A mudança operacional e política do setor portuário com a Companhia Docas do Espírito Santo, instaurada na década de 80; o processo de privatização das grandes empresas e estruturas portuárias; a política de abertura econômica de incentivo as importações; e a nova legislação brasileira de modernização portuária (Lei dos Portos, 1993) constituem os principais elementos de alteração do destino dos fluxos dos investimentos em circulação, no início dos anos 80 até fins dos 90.

A alteração do conceito de porto, de simples interface física de *deslocamento* (embargue e desembargue de cargas e pessoas) para *pólo de atração* de atividades econômicas por excelência multimodais, caracteriza o *porto moderno* atual como agente econômico, elo de cadeia logística e interface física. Representa elevada tecnologia no setor portuário e de navegação transoceânica, aliada ao avanço dos portos especializados de alta produtividade, do aumento do porte dos navios e modernização dos procedimentos de conteinerização de cargas. A implantação de novo terminal portuário no continente, Cia. Portuária de Vila Velha (2000), operado por *supply boat;* os arrendamentos pela CODESA do Terminal de Vila Velha (1998) e de PEIÚ (1999); além da concessão de arrendamento de áreas a empresas privadas para uso retroportuário; são fatores de mudança do perfil produtivo da área e de tensão urbana. Sob a ótica do impacto urbano no território, é notório o conflito ambiental entre instalações de retroárea do porto e vegetação de manguezal e foz do rio Aribiri.

A era da privatização das grandes empresas - tais como CST (1992) e CVRD (1997) - e dos portos brasileiros impulsiona a reestruturação das instalações portuárias de Vila Velha, expande o setor de armazenagem de cargas, em áreas operacionais de serviço e apoio portuário da CVRD. Essa mesma era de privatização empresarial e portuária evidencia sérios impactos ambientais e desigualdades sociais. Atualmente, há perspectivas de crescimento dos setores de logística e transportes, que afetam diretamente o território da região metropolitana da Grande Vitória, indicadas em sete estratégias: 1. expansão das operações logísticas (inovação e tecnologia de informação); 2. otimização da intermodalidade portuária (diversos modais integrados ao transporte transoceânico e cabotagem); 3. ampliação da malha ferroviária (projeto da Litorânea Sul); 4. expansão e remodelação da área portuária (projeto de novos aterros); 5. incremento de rede rodoviária (vias, pontes, viadutos e túneis); 6. implantação de infra-estrutura de apoio ao comércio exterior em retroáreas (grandes áreas vazias em Vila Velha e Cariacica) e; 7. criação de pólos industriais articulados ao comércio exterior e aos arranjos produtivos regionais e locais.

Até a década de 80, o complexo portuário de Capuaba, em Vila Velha, funcionou por meio de terminais especializados por tipo de operação. Somente a partir dos anos 90, instaura-se uma série de procedimentos de modernização técnica operacional (vide interligação rodo-ferroviária entre três cais - Capuaba, Atalaia e Paul -, ampliação e integração das áreas operacionais). Esse complexo portuário tem na sua gênese o perfil de *porto-laboratório*, sendo adequado, expandido e modificado ao longo do tempo, em função da exigência econômica e de modernização portuária de cada época. Capuaba configura opção para operações portuárias conjunturais, cujo caso exemplar foi o de exportação de veículos automotores, iniciado no final dos anos 80, avançando para duplo fluxo comercial de importação e exportação. O início da década de 90, o Porto de Vitória, em seu lado continental, é marcado pelo padrão de eficiência na importação de veículos, alterando a dinâmica urbana das áreas limítrofes aos seus terminais portuários de Vila Velha e adjacências, sobretudo pela intensificação dos fluxos rodoviários. No ano de 1993 é formado o *Consórcio Operacional do Corredor Centro-Leste*, cujo eixo é estruturado por empresas ferroviárias, que operam em

sistema integrado aos portos do estado do Espírito Santo, agilizando o transporte de cargas dos portos para o interior e o reverso. Dez anos depois, em 2003, a CVRD concentra investimentos na rota ferroviária que abrange o Corredor Centro Leste e algumas regiões agregadas. A compra de participação no capital da Ferrovia Centro-Atlântica, que atravessa o roteiro desse Corredor, em operação conjugada de cargas com a Ferrovia Vitória-Minas, que converge para os portos de Vitória, é indicativa de que existe grande sinergia no foco logístico da CVRD na Grande Vitória, onde a empresa instalou sua melhor infra-estrutura para esse objetivo.

---

[i] Este trabalho é parte da tese de doutorado da autora. **CAMPOS, Martha M**. *Vazios operativos da cidade: territórios interurbanos na Grande Vitória (ES).* São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

[ii] **GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/ SECRETARIA DE TRANSPORTE URBANO**. *Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana da Grande Vitória.* Vitória: 2001; **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA**. Companhia Vale do Rio Doce: PMC: Agência 21. *Planejamento Estratégico da Cidade de Cariacica 2003-2022.* Vitória, 2004. **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**. *Plano Estratégico Vitória do Futuro*. Vitória, 2002**. MENDONÇA, E. M. et al**. *Agenda XXI – Município de Vila Velha. Tema: Desenvolvimento Urbano e Regional*. Diagnóstico, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (NAU: UFES), 2003. **CIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO/ MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.** *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos de Vitória e Barra do Riacho (PDZP).* Consultport Consultoria em Transportes Limitadas: Vitória, 2001.

[iii] **SIQUEIRA**, **Mª da Penha**. *O Desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870-1940*. Vitória: CODESA, 1994, p.31.

[iv] Idem, pp. 112-13.

[v] **SIQUEIRA, Mª da Penha**. *O Porto de Vitória: expansão e modernização – 1950-1993*. Vitória: CODESA, 1995, pp. 46-7.

[vi] Idem.

[vii]**SIQUEIRA**, **Mª da Penha**. O Desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870-1940, op.cit., p. 132.

[viii] Idem, pp.48 -54.

[ix] Oficialmente confirmados (1973), os grandes projetos são consolidados com a expansão das usinas de pelotização da CVRD (1973), a instalação da Companhia Siderúrgica do Tubarão (1983), da Aracruz Celulose (1978) e da Samarco Mineradora (1977).

Varnhagen e a Independência do Brasil

Ms. Martha Victor Vieira

Universidade Federal do Tocantins

Os escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen têm sido bastante estudados pelos historiadores a fim de compreender o pensamento e a cultura histórica oitocentista. Tais estudos ora enfocam o apego do autor às fontes, devido à sua filiação historicista; ora enfocam sua preferência em enaltecer o protagonismo português; ora tratam do intenso debate travado entre o autor com a corrente indigenista do movimento romântico. Para contribuir com essas discussões historiográficas pretendemos, neste texto, discutir a interpretação varnhageniana sobre a *História da Independência do Brasil*, buscando elencar alguns elementos que nos ajudem a compreender o processo histórico do início do século XIX, e também o contexto vivenciado pelo autor ao produzir essa obra, cuja elaboração foi concluída em 1875.

Ao tecer a trama da independência, Varnhagen identifica três iniciativas cruciais do monarca para constituir "uma só nação" brasileira. O primeiro passo teria sido a vinda da família real em 1808, "pois só desde então começaram os moradores do antigo Estado do Maranhão a costumar-se a receber as ordens vindas não já da Europa mas dos confins do Brasil" . O segundo passo foi a elevação do país à categoria de Reino, em 1815, abrangendo "toda a região do Amazonas ao Prata". O terceiro passo "em favor da futura unidade nacional" foi a decisão de El-Rei de partir para Portugal "ficando o príncipe como regente do Brasil todo"[1].

A vinda da família real, no entanto, teria suscitado muitos descontentamentos em Portugal, porque a "heróica metrópole" havia se transformado em "humilhada colônia". Essa inversão dos centros de decisão instigou um intenso debate sobre o futuro do Império luso, porque se passou a cogitar vários projetos, entre os quais constam: duas constituições para

o Império luso-brasileiro; dois congressos com uma monarquia e, até mesmo, a permanência da Coroa de forma definitiva no Brasil.

A existência de variados e antagônicos projetos é porque as idéias e alternativas aventadas também eram múltiplas. Varnhagen identificou três grandes tendências: "monarquia pura", monarquia constitucional e "democracia e republicanismo". Dentre seus propagadores, uns queriam a união, outros a independência[2].

Um desses projetos ventilados pela imprensa foi do tenente de infantaria e estudante de matemática Antônio d' Oliva de Sousa Siqueira, publicado em 1821 em Coimbra, o qual considerava salutar a união do Brasil com Portugal e propunha que a metrópole deveria ser o Rio de Janeiro ou a Bahia; que deveria haver dois Congressos onde enviassem representantes as possessões da África e Ásia; que em Portugal deveria ficar um vice-rei com todos os poderes, e que deveria existir livre comércio entre os dois países. As propostas de Antônio d' Oliva chamou bastante a atenção de Varnhagen, porque segundo ele o "brasileiro mais patriota não poderá inspirar por certo idéias mais fecundas, nem mais adequadas à situação do Brasil" [3].

O fato é que o desejo de El-Rei era ficar no Rio de Janeiro, onde se sentia feliz e também porque os brasileiros haviam solicitado a sua permanência, de forma que sua partida não era um desejo pessoal mas uma preocupação em resguardar os interesses do Império.

Ao comentar o debate em torno da permanência de D. João VI, Varnhagen trouxe à tona as discussões em torno da questão das nacionalidades. Em relação a esse tema, transparece em sua análise uma dificuldade de distinguir, no contexto abordado, os "brasileiros" dos "portugueses" [4].

Diante dessa dificuldade o autor fala de "portugueses dos dois hemisférios"; "portugueses natos da Bahia"; "portugueses estranhos aos interesses do Brasil e nele não domiciliados"; "filhos de Portugal", "brasileiros adotivos" e "brasileiros natos".

Todavia, é possível perceber ao longo de sua obra que, apesar das constantes referências sobre essas diferentes identidades políticas, há uma propensão a considerar

como brasileiro aquele indivíduo que aderiu à causa do Brasil, possuía naturalidade brasileira ou residia em território nacional. Isso pode ser observado quando o autor menciona que, em abril de 1822, com a viagem à província de Minas Gerais "operou no ânimo do príncipe uma transformação radical. Tinha-se completamente naturalizado brasileiro". A vista dos "sertões" e a "vastidão do Império virgem que Providência lhe reservava", fez com que D. Pedro I deixasse "de parte as anteriores hesitações, e esteve disposto a associar, muito de coração, a sua glória e futuro mais à causa do Brasil que à de Portugal, desde que não pudessem andar juntos"[5] .

Ainda em relação à questão das nacionalidades, outra menção do autor que nos parece significativa é quando ele se refere à reação dos deputados pernambucanos nas Cortes de Lisboa que "a princípio mostravam-se bairristas, não brasileiros", porque reclamavam das contribuições que a província tinha que mandar para a capital. Aqui Varnhagen deixa implícita uma definição/projeção retroativa do brasileiro em relação ao processo de independência, tal projeção, porém, não se confirma.

Conforme os estudos de István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, no final do século XVIII e início do XIX não havia "brasileiros, nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional", o que existia, eram variadas identidades que continham "três diferenças básicas": a regional, a americana e a portuguesa. No entanto, segundo os referidos autores, houve uma modificação nas "peças" desse "mosaico", nas primeiras décadas do oitocentos, "que estabeleceu a precisa alteridade no qual pôde se refletir a identidade nacional brasileira"[6]. Essa mudança de postura dos atores políticos favoreceu a um certo consenso (ainda que tumultuado e envolto de disputas renhidas e violentas), pelo menos, no que diz respeito à emancipação.

Quanto à análise de Varnhagen, é difícil dizer, dentro dos limites da cultura histórica e consciência possível do contexto vivido, até que ponto ele compreendeu a dimensão regional das identidades. Contudo, é notória sua convicção de que tais identidades particulares necessitavam serem superadas em nome do Estado nacional. E, para isso, muito contribuiu a presença do representante monárquico e a união entre as

províncias, que teriam permitido construir um liame em torno das heterogêneas e distantes regiões que constituíam o Império luso-brasileiro.

No que diz respeito às suas considerações sobre a dificuldade de se delinear um projeto nacional, neste contexto, a análise do autor é bastante arguta, tendo em vista que, além das diferentes identidades, durante o período colonial uma parte do território, que abrangia o Estado do Maranhão, estava mais ligada, em termos políticos-administrativos, à Lisboa do que ao Brasil.

Essa distância entre as capitanias, a não consonância entre os membros da elite consistia num empecilho para forjar a nação. Por isso Varnhagen acreditava que a presença da monarquia possibilitou o desenvolvimento/fortalecimento de um "sentimento patriótico" que extrapolou o âmbito local. Um sentimento pela "Pátria", aqui entendida nos termos de "fidelidade ao soberano"[7].

Com tais argumentos, o Visconde de Porto Seguro, no momento de produção da sua obra, ao mesmo tempo que reconstrói a História, ressaltando a importância de dois elementos essenciais para a independência e para a formação do Estado, defende o regime monárquico e a unidade territorial.

Tal preocupação em justificar/legitimar a política centralizadora do governo Imperial, segundo Arno Wehling foi um procedimento usual da intelectualidade oitocentista, sobretudo dos membros do IHGB, que pretendiam construir e cultivar uma memória nacional. O cultivo de determinada memória implicou, porém, numa gestão do esquecimento minimizando episódios que poderiam suscitar outras versões, com outros protagonistas[8].

Na sua *História da Independência do Brasil*, Varnhagen fez questão de destacar os feitos do maior protagonista desses acontecimentos: D. Pedro I. O príncipe que se constituía num exemplo de honradez e "boa-fé". E que muito resistiu em separar-se de Portugal, não obstante alguns tentassem persuadi-lo ao rompimento.

O que levou o príncipe a mudar de opinião, teriam sido as Cortes, consideradas como a maior antagonista da monarquia e do Brasil. Foi ela a grande responsável pelo desfecho do Império luso-brasileiro quando, entre outras deliberações, propuseram, em

março de 1822, um projeto de relações comerciais que praticamente colocava o país em uma situação semelhante a antes de 1808, o que assustou os deputados brasileiros em Lisboa e o Brasil como um todo.

Mas a política das Cortes teve um papel positivo, porque fez as províncias se unirem pela integridade. Nesse aspecto, a interpretação varnhageniana nos parece bastante pertinente, na medida em que ele assevera que a união do "Brasil num só Estado", congregando, de norte a sul, províncias tão distantes entre si, foi beneficiada pela oposição às atitudes das Cortes. Afinal embora a reação às Cortes possa não ter sido fator tão determinante para a emancipação, como fez crer Varnhagen, foram elas que proporcionaram a oportunidade para que os representantes regionais percebessem que possuíam mais pontos em comum com os compatriotas americanos do que com os compatriotas europeus.

De acordo com Maria de Lourdes Vianna Lyra, a idéia da emancipação ganhou força sobretudo após 1815, com a elevação do Brasil a Reino Unido, contudo, não se falava em rompimento com a nacionalidade portuguesa. Mesmo frente às atitudes das Cortes Gerais e Constitucionais de Lisboa, os atores políticos ainda hesitavam; sendo somente "nos meses finais de 1822, quando o confronto entre os interesses os dois reinos atingiu o auge", o discurso em prol da ruptura da unidade luso-brasileira passou a ser determinante. Segundo essa historiadora a emancipação significava para o grupo dominante "liberdade de comercialização e de definição de suas prioridades, fossem elas de ordem econômica ou política"[9].

Tais aspectos do processo emancipatório não se destaca no cenário da independência na obra tecida por Varnhagen, visto que os comerciantes (ou interesses comerciais) aparecem de forma secundária, ainda que recorrente; seja quando menciona que os comerciantes de Portugal desejavam o retorno à situação existente na colônia; seja quando argumenta que os comerciantes brasileiros temiam os saques devido à instabilidade política gerada pela reação às atitudes das Cortes. De maneira que a decisão do príncipe de ficar no Brasil teria agradado a todos "(...) começando pelos do corpo do comércio, que

reputavam a partida do príncipe como princípio de anarquia, da qual seriam os primeiros a ser vítimas”[10].

Esse aspecto é interessante porque não obstante o fato de não dar ênfase ao papel dos comerciantes, o Visconde de Porto Seguro assinala a presença dos mesmos na arena de disputas políticas, os quais reivindicavam um determinado projeto de Estado que fosse condizente com os seus interesses .

Na versão de Varnhagen a independência é fruto de “uma ordem natural dos acontecimentos”, todavia, contribuiu para esse processo a vinda da família real, o movimento constitucional, a ação “despótica” das Cortes e a ação do príncipe regente, cuja presença foi fundamental para unir as províncias do “Amazonas até o Rio Grande do Sul”. Ação essa que fundou o Império, “não já o luso-brasileiro, formado por D. João VI, e que então findava, mas o brasileiro puro”.[11] Nesses termos, o ato de fundação da nação foi produto dos acontecimentos políticos do início do oitocentos, ou seja, a nação brasileira teria nascido junto com o novo Império, sob a égide de D. Pedro I.

É notório que o discurso de Varnhagen, enquanto intelectual comprometido com o regime, vai ao encontro da defesa de um Estado forte e da constituição de uma identidade nacional[12], temas que se tornaram muito presentes após a ascensão de D. Pedro II, que, junto com a elite política imperial, buscou empreender a centralização do poder. O que explica a contrariedade do autor em relação aos localismos que poderiam levar o Brasil ao fracionamento. Daí a constante referência histórica aos males dos anseios provinciais (aos bairrismos), afinal acreditava que a descentralização era perniciosa e deveria ser superada, como fora no passado. Nesse sentido, poderíamos dizer que o discurso varnhageniano, além de instituir uma memória, pretendia motivar uma ação e uma prática política entre os seus contemporâneos, que tinha como pressuposto principal a fidelidade e o respeito à instituição monárquica.

Pela riqueza da sua interpretação, as obras de Varnhagen estão sempre abertas para serem revisitadas, não somente como um depósito de fontes, mas para compreender os diversos matizes do seu pensamento e a relação do mesmo com o

momento vivido e com o projeto de Estado e sociedade que desejava ver consolidado. Além disso, a forma de construção da sua narrativa e a linguagem empregada constitui um campo profícuo para discutir a proximidade entre a História e a Literatura no século XIX. Por outro lado, os escritos de Varnhagen, enquanto historiador, nos faz pensar no exercício e na responsabilidade inerente ao nosso ofício. Nos faz pensar até que ponto, ainda hoje, não nos enredamos em armadilhas textuais que oscilam entre as convicções políticas e opções historiográficas, entre a ficção e o empirismo.

---

[1] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da independência do Brasil até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, Sem Data, p. 18-19.

[2] Ibidem p. 77

[3] Ibidem p. 50-51

[4] Sobre a questão das nacionalidades são interessantes as análises de ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In. JANCSÓ, István (Org). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp, 2003. e RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Faperj, 2002.

[5] Ibidem p. 115

[6] JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos Guilherme (Org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). 1º Vol. São Paulo: Senac/Sesc, 2000, p. 174.

[7] BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco(1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In. JANCSÓ, István, Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp, 2003, p. 350.

[8] WEHLING, Arno. Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. P. 33-34

[9] LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Memória da independência: marcos e representações simbólicas. In Revista Brasileira de História. São Paulo: Contexto, 1995, p. 175-177.

[10] VARNHAGEN, op. cit. p. 97

[11] Ibidem p. 139 e 239

[12] Segundo José Carlos Reis Varnhagen pretendia que a identidade da nova nação se assentasse nos ancestrais portugueses, porque esses eram “os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo” , daí a razão pelo qual o autor ressaltou os aspectos de continuidade entre a Colônia e o Império. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31

O culto à Santa Cruz em Minas do Ouro: religiosidade popular no Bispado de Mariana 1745/1830

Meynardo Rocha de Carvalho[i]

O processo de expansão portuguesa da Idade Moderna não se isenta do espírito de cruzada proposto pela Igreja nos séculos anteriores e que se pautava em alargar os territórios sob a égide de Cristo através de uma "guerra santa" traduzida na missão de salvação das almas[ii]. Assim, o Portugal dos séculos XV e XVI embora despontando para a Europa como um grande desbravador de mares e terras longínquas _ o que o fazia deveras moderno _, era o mesmo que no campo ideológico conservava em si uma série de continuidades que o remetiam diretamente à Época Medieval[iii].

Esse posicionamento vincula-se à não vivência da Reforma Protestante na Península Ibérica e, que nem por isso, deixa de justificar um recrudescimento religioso a partir da Contra-reforma que, em Portugal, direcionou suas ações muito mais para a reformulação das práticas católicas impregnadas de costumes populares, do que ao combate às novas religiões.[iv]

Desse conflito, sobressaem duas especificidades fundamentais ao entendimento da religião portuguesa e a praticada em áreas sob a influência lusitana. Primeira: a continuidade do catolicismo tradicional e medieval vivenciado pelo povo; segunda: o choque entre este primeiro e as propostas tridentinas que visavam a dar aos católicos praticantes, ou aos seguidores em potencial, maior normatização à religiosidade praticada. A efetiva regulamentação da ação doutrinal de acordo com o Concílio de Trento.

No entanto, o que se percebeu ao longo do processo colonizador foi o fortalecimento da régia religião católica[v], não de acordo com as propostas renovadas, mas veiculada através de imensa participação leiga, propiciadora de uma devoção variada, caseira e ao mesmo tempo sociabilizante[vi].

Importa ressaltar que a expressão religiosa, embora plena de medievalismos, não causou óbices intransponíveis à vivência política moderna, mas antes se adaptou e passou a funcionar, dicotomicamente, como amparo justificador daquela proposta que, através do padroado, *"combinação de direitos, privilégios, e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições católico-romanas em vastas regiões da África e no Brasil"*, soube conjugar uma união benéfica e indissolúvel entre a cruz e a coroa[vii].

Nesse sentido, a presença da cruz é elemento indispensável à missão do povo português que, auto-afirmando-se como *"alferes da Fé"* [viii], tomavam-na como o principal objeto de devoção e vinculação com o sagrado. Além disso, a cruz que é um símbolo cuja presença é atestada em variados contextos desde a mais alta Antigüidade[ix], assumira ao longo da História uma gama de mobilidades e significados específicos, sobressaindo em todos eles, a relação com o sentido de orientação. Seja este no aspecto espacial/temporal ou, ainda, no amplo sentido místico que fazia dela uma grande via de comunicação, o cordão umbilical jamais cortado entre o cosmo e o centro original[x]. Assim, essa mobilidade em relação à cruz era constante e instaurou-se na nova terra através do ideal de "*conquistar e libertar o gentio*" presente já no primeiro documento oficial sobre o achamento do que viria ser o Brasil[xi].

Com a realização da "primeira missa" e o "chantar a cruz com a bandeira de Vossa Alteza" tomou-se posse da "nova terra descoberta" em nome do rei de Portugal e da Majestade Divina. Salienta-se, nesse ato, o compromisso entre os dois soberanos e o processo de sacralização do lugar que, a partir do advento da cruz, passaria à vivência de um novo tempo, recriado, consagrado. "Um novo nascimento", agora para a era cristã[xii].

A colônia também é vinculada aos céus através do nome, elemento por excelência identificador senão do indivíduo, daqueles aos quais têm como responsáveis. E sendo os dois primeiros formados pelos substantivos próprios "Santa" e "Vera Cruz", percebe-se mais uma vez a tentativa de orientação dos destinos da terra à glorificação ao nome do sagrado sobre ela. Porém, de acordo com o distanciamento dos padrões culturais propostos pelos portugueses e a

realidade vivenciada nestas partes do globo, acreditou-se numa demonização destas plagas como reflexo das investidas demoníacas sobre a obra da catequese. Desta forma, a desvinculação do substantivo cruz ao nome da colônia significou uma ação ousada no processo de disputas pelo maior inimigo da cristandade, o diabo. Demanda em que este vence uma primeira batalha, das muitas e quotidianas que seriam travadas.

> "O dia em que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz, era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs o nome à terra que havia descoberto de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, **como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens**, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau com que tingem panos que o daquele **divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos**"[xiii].

O pensamento do jesuíta baiano Frei Vicente do Salvador ilustra bem o ideário medieval[xiv] transplantado ao Brasil e que manifestar-se-ia de forma mais apurada no sentimento e visão barroca[xv] de mundo na qual a terra seria um campo de batalha entre o bem e o mal (Deus versus Diabo). Briga por áreas de influências que ia do simples chão *Terra brazilis* ao complexo território da individualidade dos homens. Saindo ileso neste conflito, assim crendo este senso estar vinculado ao bem, o homem que oferecesse maior mercê à Majestade Divina[xvi]. Este combate tornava-se então concreto basicamente através das ações dos homens que, por opções próprias vinculavam-se a uma ou outra potência sobressaindo, cotidianamente, a aproximação com o diabo devido à natureza humana se encontrar manchada e encardida pelo Pecado Original. Daí a necessidade de desdobrar-se em prol da honra divina e da própria salvação, finalidade primeira de todos os rituais, cultos e devoções do homem colonial. Ações que o acompanhavam desde o nascimento à hora da morte e, prosseguiam após o momento derradeiro através do sufrágio pelos mortos e, que de certa maneira, davam sentido às suas próprias vidas.

Minas das idéias circulantes[xvii]

A formação da Província de Minas Gerais está diretamente vinculada à descoberta dos veios auríferos no final do século XVII[xviii] e a gestão empreendida pelo Estado português na tentativa de implementar sua presença de forma absoluta naqueles confins da colônia.

Intento intrínseco à cultura mercantilista portuguesa, o sonho pela riqueza fácil arrastou um número enorme de todo tipo de gentes àquela região do "eldorado" no início do século XVIII, inclusive um clero não comprometido com as diretrizes religiosas tridentinas, mas que se deixava envolver pelas paixões seculares[xix]. Por outro lado, é o mesmo Estado absolutista que em aliança com a Igreja católica através do padroado, conseguiria junto a Roma em 1745, a fundação de mais um bispado na colônia, abrindo espaço, numa região estratégica à metrópole, para olhos e ouvidos diretamente ligados ao rei de Portugal e à Majestade Divina[xx]. No entanto, na falha desses espiões régios, o surgimento de imenso número de resistências da população mineira ao enquadramento aos padrões metropolitanos, especialmente demonstrados através da religiosidade[xxi].

Assim, pela própria fluidez da exploração aurífera, aqueles homens desenvolveram o culto à religião a partir de uma visão própria que, à mercê das dificuldades, necessitavam onde quer que se encontrassem, para suas auto-afirmações, vincularem-se à Majestade Divina. Assim, a devoção religiosa construiu-se a partir de experiências pessoais e de grupos e fundiu em si traços católicos, negros, indígenas e judeus propiciando um produto *sui generis* que passa pela ambigüidade, pelo hibridismo[xxii] e ainda, por outras maneiras multifacetadas de devoção que, de modo geral, constituíram uma constante na promoção de choques entre a religião de Trento e a nativa colonial[xxiii].

Dentro desse ideário, o culto dos santos instituiu-se como uma constante na religiosidade de antanho e fortaleceu-se a partir da formação de inúmeras irmandades e ordens terceiras mineiras[xxiv], promovendo publicamente a devoção a um santo por um grupo leigo e afim. Importa ressaltar porém que, mesmo quando se rezava a um santo qualquer, o sinal da cruz era a chave de abertura e de fechamento do diálogo com o sagrado. Além disso, a

mobilidade adquirida por esse no objeto no ideário cristão, fortalecido pela diversidade colonial, também o colocava entre os próprios santos o que fortalecia a devoção por parte do povo[xxv].

Assim, se para o catolicismo renovado a cruz era expressão da religião oficial do império, marco de conquista e indicativo de local de culto, na devoção popular essas considerações foram enriquecidas e ela funcionou também como marco de local de sepultura, de culto às almas, amuleto contra as hostes demoníacas entre outros males e, acima de tudo, representação[xxvi] da presença divina entre os homens[xxvii].

No entanto, maniqueísticamente[xxviii], o reino do inimigo também era uma constante na vida dos homens e, as menores fraquezas e descuidos destes eram o bastante para que ele se manifestasse. Daí o desenvolvimento de várias práticas religiosas que levavam ao bom combate entre Deus e o Diabo, através das ações humanas.

No século XVIII, era comum colocar cruzes nas pontes e cruzeiro no ponto mais alto da cidade. Normalmente, o cruzeiro era decorado com martírios de Cristo. Com isso, acreditava-se que se espantavam os maus espíritos e assombrações que teimavam em insuflar brigas e confusões nas áreas de garimpo[xxix].

A Santa Cruz ainda os defendia contra os perigos das doenças, dos conflitos familiares e dos malfeitores. Logo, fazendo jus ao *status* adquirido no devocionário católico tradicional tão caracterizado pela exterioridade de culto e promoção de festas[xxx], comemorava-se a 03 de maio o dia de Santa Cruz. Por esta ocasião, todos os devotos enfeitavam suas cruzes com papel crepom, papel de seda e flores. Estas cruzes ficavam em porteiras, currais, galinheiros, nas portas das casas, na beira das estradas, nas pontes etc.[xxxi] Segundo a tradição mineira Nossa Senhora passava beijando cada uma das cruzes enfeitadas dispensando, a partir daí, as graças desejadas[xxxii].

Outro costume corrente naquele tempo era rezar a ladainha de Santa Cruz utilizando mil bagos de milho[xxxiii], passando-os um a um, de mão em mão ao redor de uma grande mesa dizendo: Jesus, Maria, José, minha alma Vossas é. Ali rezavam a seguinte ladainha:

Arreda e afasta satanás,
Porque essas almas não são suas.
Ao dia de Santa Cruz
Direi mil vezes Jesus

Mas, se a exacerbação pelo culto levou o mineiro a uma grande proximidade dos objetos religiosos, a ausência do clericalismo idealizado pelo Concílio de Trento[xxxiv] possibilitou reinterpretações e percepções próprias às necessidades dos indivíduos e grupos em toda a colônia, permitindo a partir daí, a utilização recorrente das coisas sacras em fins não tão elevados, como em caso de curas por palavras de quebranto, erisipela, mau-olhado e bicheiras, mas justificáveis de acordo com o contexto e o ideário colonial. Assim, *"Benzia o corpo todo do paciente com os dedos índex e polegar, ou então com a cruz de seu rosário; enquanto fazia as cruzes, dizia: Fulano, com dois to deram, com três to tirem. Em nome de Deus e da Virgem Maria". A seguir, rezava um padre-nosso, uma ave-maria e um glória patri à sagrada paixão e morte de Jesus*[xxxv].

A utilização da cruz também servia para conseguir amores ou companheiros responsáveis numa sociedade patriarcalista ou, simplesmente, satisfazer desejos sexuais, como no exemplo: *"Fulano, juro-te por esta cruz que teu sangue será embebido, que não poderás comer, nem beber, nem sossegar sem que tu venhas falar comigo. Acompanhavam a oração cruzes feitas no solo com o pé esquerdo"*[xxxvi].

E até mesmo, solicitar ajuda demoníaca para os mais variados cometimentos como foi o caso de "Rosa, crioula de Congonhas do Campo que costumava ir à meia-noite dançar com o demônio ao pé de uma cruz"[xxxvii] ou "Paulo Gil, pardo forro que vivia nas imediações da Vila do Príncipe, e a quem reputavam-no feiticeiro e pactuante com o diabo". Cujos feitiços só eram combatidos mediante os exorcismos da Igreja".[xxxviii]

Assim, a história político-religiosa do Brasil Colônia confunde-se com as utilizações da Santa Cruz que sintetizou vários significados em um mesmo objeto/símbolo[xxxix]. Significados

estes que se manifestaram através de duas vertentes multifacetadas, ou seja, o poderio metropolitano através do padroado e a compreensão do homem colonial.

Foram essas naturezas paradoxais que se tornaram as principais responsáveis pela disseminação de cruzes por todos os cantos das Minas Gerais. Buscando respectivamente controlar e liberar; direcionar e espargir; padronizar e diversificar o sentimento do povo, mas que, acima de tudo, permitiram a formação de uma sociedade que sendo em sua maioria católica, também era dicotomicamente, tão híbrida, logo tão brasileira.

---

[i] Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[ii] NEVES, Luiz Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. pp. 25-31.

[iii] DOMINGUES, Beatriz Helena. O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano. **Revista da ANPOCS**. São Paulo, n.º 20, 195-216, novembro, 1997.

[iv] BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1986. p. 36. Ver também: BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 252. Utilizo o termo popular para determinar as práticas religiosas não instituídas por Trento mas comum à vivência cotidiana.

[v] BOXER, Charles R. **A Igreja e a expansão ibérica (1440-1470).** Lisboa: Edições 70, 1976. p. 98 e 100.

[vi] SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 133

[vii] BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 227.

[viii] Idem, p. 229.

[ix] CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993. No Egito, na China, em Cnossos, Creta, onde se encontrou uma cruz de mármore do séc. XV a.C.

[x] Idem, ibidem.

[xi] Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, Dom Manuel. Citado por **Revista Veja**. São Paulo, fascículo especial, 36-39, julho, 2000. (grifos meus).

[xii] ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 34.

[xiii] SALVADOR, Vicente (Frei). **História do Brasil – 1500-1627.** São Paulo: Ed. da USP, 1982. p. 57. Grifos meus.

[xiv] DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800.** Uma cidade sitiada. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 239 a 344. Ver também: GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz** (1576). Rio de Janeiro. Ed. Anuário do Brasil s.d. Apud. CHAIN, Iza. **O diabo nos porões das caravelas.** Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2003. p. 89

[xv] MARAVALL, José Antonio. **A cultura do barroco**. São Paulo: Ed. da USP, 1997. pp. 42-61. Assim, o barroco a que se toma por referência neste trabalho é um conceito histórico, promovido por uma situação também histórica e amplamente vinculada ao absolutismo monárquico. Daí, a nomeação de barrocas às várias manifestações produzidas dentro deste contexto específico e integradas a essa mesma cultura.

[xvi] MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A., SOUZA, Laura de Mello e. **História da Vida Privada no Brasil;** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 174.

[xvii] Utilizo o conceito de circulação proposto por Carlo Ginzburg para quem circulação é um movimento recíproco e contínuo que influencia os diferentes níveis sociais da sociedade. O autor toma os conceitos de cultura dominante e subalterna que, neste texto, fazem-se representar pelas proposições metropolitanas e tridentinas versus os costumes que fogem às normas, tradicionais ou, simplesmente costumes populares. Vide: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

[xviii] SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro.** A pobreza mineira no século XVIII. p. 24.

[xix] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil.** São Paulo: Ed. da USP, 1982. p. 167.

[xx] TRINDADE, Raimundo, Côn. **Instituições de igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro, MÊS/SPHAN, 1945. A Arquidiocese de Mariana foi criada por Bento XIV (Bula *Candor lucis aeternae* de 6 de dezembro de 1745) e efetivamente instalada a 27 de fevereiro de 1748. Tomo como "olhos e ouvidos" as ações implementadas pela Igreja, tais como: visitas pastorais, devassas entre outros mecanismos de coerção.

[xxi] FIGUEIREDO, Luciano R. Almeida. Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVII. São Paulo: Hucitec, 1997. p.78

[xxii] Utilizo hibridismo para determinar a formação cultural múltipla e heterogênea gerada pelo contexto colonial. Sobre o referido termo, em debate e exemplificação mais detalhada vide: VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

[xxiii] SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz.** Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 97 e 374.

[xxiv] BOSCHI, Caio César. Op. cit., pp. 14 e 19.

[xxv] VAINFAS, Ronaldo, SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 37. Sobre valorização dos santos por Trento vide também: KARNAL, Leandro. **Teatro da fé**. Representação religiosa no Brasil e no México do séc. XVI. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. p. 58.

[xxvi] CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1997.

[xxvii] AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1978. p. 27.

[xxviii] KOOGAN, Abrahão, HOAISS, Antônio. **Enciclopédia e dicionário ilustrado.** Rio de Janeiro: Edições Delta, 2000. p. 1024. Há um debate sobre a utilização do termo à qual não me filio em: NEVES, L. F. Baeta. Op. cit., p. 39.

[xxix] Tradições de Minas p/ Márcio Vinícius Horta. Disponível em : www.descubraminas.com.br Acesso em 05 set. 2003.

[xxx] BOSCHI, Caio César. Op. cit., p. 37.

[xxxi] Tradições de Minas p/ Márcio Vinícius Horta. Disponível em : www.descubraminas.com.br Acesso em 05 set. 2003.

[xxxii] Informações obtidas em entrevistas a moradores de Tiradentes em julho de 2002, por ocasião de pesquisa de campo realizada pelos alunos do Colégio de Aplicação João XXIII sobre o Barroco Mineiro, à qual participei como monitor de História da Arte pelo Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

[xxxiii] Tradições de Minas p/ Márcio Vinícius Horta. Disponível em : www.descubraminas.com.br Acesso em 05 set. 2003.

[xxxiv] BOSCHI, Caio C. Op. cit. p. 64 e 65.

[xxxv] Livro de Visitação do Santo Ofício da Inquisição do Estado do Grão-Pará, p. 152. Apud Laura de Mello e Souza, O diabo e a terra... p. 179.

[xxxvi] Idem, p. 231.

[xxxvii] Respectivamente: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de Devassas – janeiro de 1767-1777, fl. 67v. e maio-dezembro 1753, fl. 58v. Apud. Laura de Mello e Souza. Op. cit., p. 250.

[xxxviii] Idem, – 1756-1757, fls. 50, 50v, 51, 51v e 52. Apud. Laura de Mello e Souza. Op. cit. p. 254 e 255.

[xxxix] GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 102. "Os símbolos religiosos oferecem uma garantia cósmica não apenas para sua capacidade de compreender o mundo, mas também para que, compreendendo-o, dêem precisão a seu sentimento, uma definição às suas emoções que lhes permita suporta-lo, soturna ou alegremente, implacável ou cavalheirescamente."

"Germes da grandeza": natureza e riqueza na Amazônia por Antônio Baena – século XIX.

Michelle R. M.de Barros

Mestranda em História Social da Amazônia

Em 1830, na província paraense, o militar português Antônio Ladislau Monteiro Baena foi instituído como secretário de uma Comissão que organizaria a estatística da província paraense. A partir da obra elaborada como resultado desta comissão, controe sua visão sobre a natureza e o homem inserido nela, estabelecendo uma descrição geográfica e política, entremeada pela ciência de sua época[1]. No Prólogo do seu *Ensaio Corográfico sobre a Província Paraense*, procura expor o desejo "de erguer ao menos a ponta do véu, que encobre uma Província tão vasta e importante pelos germes da grandeza". [2]

Erguer o véu era, portanto, um de seus objetivos, visando a potencialidade da localidade, infectada pelos germes que trariam a grandeza para aqueles que soubessem dela se beneficiar. Nesse propósito, também se examina as inquietações do autor quanto ao tratamento dado à natureza por certos segmentos sociais.

Antônio Ladislau Monteiro Baena, nascido em 1782, em Lisboa, vêm ao Pará aos vinte anos como 2º Tenente do Corpo de Artilharia de Linha, acompanhando D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos. Atuou como professor de aula militar e chegou a ser acusado de inimigo do sistema político em voga, acarretando a destituição do cargo militar. Readmitido somente em 1825.

Em 1822, Baena lembra a Junta Governativa à elaboração de um cadastro da província do Pará, o qual havia iniciado e tinha bons resultados. Durante sua prisão no quartel das Mercês, devido ao motim que ocorrera em Cametá (vila da comarca do Pará) em 25 de dezembro de 1825 e no qual ele fora acusado de não ter contido a revolta, apontou a necessidade de formalizar este cadastro que envolveria princípios estatísticos. Somente em 06 de julho de 1832, foi nomeado secretário da comissão que organizaria a estatística da

província, utilizando para isto seus apontamentos anteriores (1822-1823). Trabalho este que fora concluído em 1833, sendo publicado somente em 1839.[3]

No então trabalho *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, Baena procura fazer uma descrição minuciosa da província do Pará[4], ressaltando seus aspectos naturais e dados estatísticos sobre as comarcas. O objetivo, com esse esboço da província, era o de servir de "fundamento à organização de um Cadastro completo do Império do Brasil".

Acerca do projeto de definição da nação brasileira no início do Império, Manoel Luís Salgado Guimarães[5] , faz uma interessante discussão, analisando o debate em torno da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A própria disciplinarização da História, no início do século XIX, travava-se em torno do tema da nacionalização. A preocupação veemente ao pensar o Brasil estava atrelada ao desvendamento de sua origem, de sua formação. Definir a nação brasileira tornou-se predominante na produção historiográfica, onde o IHGB, criado em 1838, desenvolveu um papel sistematizador nas reflexões durante o Império. É, portanto, objetivo de Antônio Baena fornecer ao Império brasileiro mais descrições da província paraense. A partir de então, nos sugere sua visão acerca da natureza e do homem, objetivo deste presente trabalho.

"Considerável e precioso território, que hoje forma a Província do Pará", assim inicia Baena o seu *Ensaio*. O território lhe era considerável, lhe era precioso. Era uma "região imensa, amena e fértil, que a natureza acobertou de viçosos vegetais munidos de raras virtudes, e de selvas majestosas, povoados de excelsas árvores, todas próprias do serviço náutico e civil; e que talhou de máximos lagos, de altas serras, de espinhaços de montes, e de vastas veigas(...)". [6]

É uma terra beneficiada pelas liberalidades que a "mão do Supremo regulador derramou por entre as selvas, pelos vales, campinas, cavernas, grutas, outeiros, montes, serras, rios e lagos". Essa descrição de Baena nos indica a variedade desta natureza, onde a riqueza residia na sua diversidade.

O valor da natureza, na obra de Baena, está associado aos recursos que se extrairiam dela a partir do momento que se "esquadrinhasse" com cuidado o uso de cada produto natural pesquisado. Seria importante ter uma idéia dessa natureza e da utilização que se poderia fazer de sua variedade. Era, portanto, uma riqueza - a natureza - produzindo cada vez mais riquezas e sendo útil à medicina e às artes. Segundo Keith Thomas, o teor prático e utilitário impulsionou inicialmente o estudo sobre a história natural, onde a botânica "nasceu como uma tentativa de identificar os 'usos e virtudes' das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e manufatura". [7]

Na narrativa dos produtos naturais, como na parte botânica, Baena nos fornece a descrição de cada espécie, associada a possível utilização que se faria desta. Tem sempre algo *servindo* para um determinado fim, como:

Sapupira: árvore, cuja madeira tem uso na construção de casas.

Salsarana: cipó veludoso, cuja raiz é aromática.

Solidonia: planta, cuja folha é remédio.

As árvores, para Baena, eram consideradas a "aristocracia da vegetação". Portanto, ocupando as árvores o topo de toda a vegetação amazônica, as queimadas eram condenadas. O posicionamento contrário do homem em relação à derrubada de árvores é historicamente analisado como tendo sua origem no início do período moderno.[8] A preocupação, contudo, era de ordem prática – utilização de madeiras para construção, para uso doméstico e combustível.

As queimadas ainda eram o principal método utilizado pelos agricultores paraenses para preparação do terreno para o plantio. Segundo Baena, qualquer homem benéfico entristecer-se-ia diante de quadro tão comovente. Essa comoção não estava atrelada ao lado sentimental de apreciação da natureza ou como uma crítica ambiental feita pelo autor. O tipo de destruição, causada pelas queimadas, impediria, a seu ver, o aproveitamento de todo o potencial da natureza, "cujo valor e preciosidade podem vir a formar nesta província o mais rico e opulento dos países conhecido". [9]

Aprofundando o debate sobre a crítica ambiental no início do século XIX, deparamo-nos com o trabalho de José Augusto Pádua[10], o qual analisa alguns pensadores engajados na elaboração de críticas sistemáticas quanto à destruição ambiental. Nos discursos analisados pelo referido autor, a destruição não era vista como o preço do progresso, mas sim como o preço do atraso colonial. As motivações que encetavam os discursos eram políticas e não, meramente pelo valor intrínseco da natureza, sendo as fontes teóricas a doutrina fisiocrata e a filosofia naturalista de Lineu e Buffon.

Os passeios ao ar livre por entre as árvores - traço marcante da sociedade londrina a partir da Restauração[11] - estariam sendo comprometidos na visão de Baena. Na Província paraense, ele lastimava o severo quadro – diferente do quadro europeu – que a derrubada das matas, os restos de incêndio, os paus abrasados, legavam àquele "que se acolhe ao seio da natureza, e busca o campo para objeto do recreio mais suave". [12]

O quadro natural, visto por Baena no início do século XIX, era tão vivo, atraente e preocupante que sua narrativa, ouso opinar, em certos momentos, clama ser ouvida o mais rápido possível. Digo isto, referindo-me ao trabalho do lavrador paraense que estaria sujeito a grandes infortúnios e temível desgraça caso não atentasse para outros métodos de cultivo e tratamento da terra.

O lavrador paraense deveria desvencilhar-se desse "pernicioso método", que era utilizado pelos indígenas desde os primórdios da colonização, e procurar desvendar sua terra, para melhor cultivá-la e extrair maiores riquezas. Nas inflexões de Baena, o lavrador não aproveitava todo o potencial da rica terra, visto não se aplicar diligentemente em seu cultivo.

Um maior aproveitamento se faria a partir do momento em que eles, os lavradores, se aplicassem em "ligar a indústria humana com a natureza para argumentar e melhorar as plantas, adaptando os novos métodos, que a civilização vai introduzindo em outros países: métodos, que não podem deixar de produzir exuberantes vantagens em terras como as do

Pará refrigeradas e umedecidas por infindos rios". [13] O tipo de técnica, empregada na província, vista como atrasada, estaria atrelada a falta de conhecimentos científicos.

Quando Baena reclama a falta de dados sobre a população e dados exatos sobre a meteorologia, nos permite entrever o que era a ausência desses conhecimentos científicos:

> *Porém o estado presente da massa dos conhecimentos científicos do Pará não habilita a prática destes e outros semelhantes trabalhos: é um Estado nascente aonde o horizonte das ciências se apresenta curto e ofuscado: ainda por ora não ilumina a Província um raio das luzes, com que as ciências e as boas letras já resplandecem no Norte do Continente da América em virtude de navegações mais fortunosas que as primitivas efetuadas pelos Europeus.*[14]

Nesse sentido, Antônio Baena recorre a noções do pensamento Ilustrado para interpretar, ao seu modo, o mundo em que vivia e procura descrever, explicar e, até certo ponto, modificar, no caso específico com a inserção de novas técnicas de cultivo. Para ele, ainda faltava à província o "raio das luzes", que já despontava em outras regiões e que traria grandes benefícios.

O Iluminismo, apesar de receber denominações diferenciadas de acordo com cada país, contemplava o desenvolvimento racional em oposição à superstição, que no entender de seus filósofos, estava vinculada a tudo o que era anterior ao movimento das idéias filosóficas ilustradas.

Na análise de Benedito Nunes e Aldrin Moura de Figueiredo sobre o Iluminismo paraense, podemos observar com precisão o que significava esse movimento de "aclareamento pelo saber" [15], quando postulam que "o pensamento claro, que tem no conhecer a sua luz; é fulgurante: esclarece, desfazendo as sombras da ignorância; e a iluminação das idéias, propagando o saber, de acesso comum, liberta os indivíduos". [16]

O conhecimento, adquirido acerca dos "incógnitos portentos da natureza", que vinham sendo realizado por naturalistas, tais como Alexandre Rodrigues Ferreira, traria grandes benefícios se estivesse conjugando esses três itens: nome, virtude e propriedades. O teor

utilitário que se pode atrelar aos produtos naturais, assunto anteriormente abordado neste texto, destaca-se na crítica de Baena ao naturalista. Sua preocupação inclui também a patente dos produtos naturais.

Conhecedor da viagem de naturalistas estrangeiros pela região, utilizando em seu texto breves considerações do naturalista alemão Alexander von Humboldt, Baena adverte, "que não esperemos que venham estrangeiros com escalpelos nas mãos e o microscópio patentear-se nossos produtos naturais, que nos dá o nosso solo, e que devemos aproveitar, pois o seu valor e preciosidade podem vir a formar nesta província o mais rico e opulento dos países conhecidos"[17]. Era tarefa dos paraenses desvendarem sua terra, para melhor cultivá-la, sendo esse povo agricultor e comerciante ao mesmo tempo. Portanto, não deveriam deixar tal empresa para estrangeiros e sim, aplicarem-se no conhecimento da província.

A riqueza, que traria o destaque da província paraense no cenário brasileiro, estava atrelada ao fato de possuir e de utilizar, com outros métodos, os produtos naturais. E, quanto a eles, Baena, parece estar bastante atento, analisando o que fora descrito anteriormente através de expedições de naturalistas e promovendo com sua obra- *Ensaio Corográfico* – mais descrições da natureza e de suas virtudes.

---

[1] O estudo acerca do que era esta "ciência", no início do século XIX para Antônio L. M. Baena, está se desenvolvendo como objeto desta pesquisa.
[2] Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 14.
[3] Esta breve biografia apresentada foi realizada por Arthur Viana. Ver: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
[4] A província do Pará correspondia as comarcas do Grão Pará, que incluía a cidade de Belém, do Alto Amazonas e do Baixo Amazonas.
[5] Manoel Luís Salgado Guimarães. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". In: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp. 5-27.
[6] Baena, *Op. Cit.,* p. 18.
[7] Keith Thomas. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
[8] *Idem,* p. 33.
[9] Baena, *Op. Cit*.
[10] Ver: José Augusto Pádua. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
[11] Ver: Keith Thomas, *Op. Cit*.
[12] Baena, *Op. Cit*, p. 72.
[13] *Idem,* p.71.

[14] *Idem,* p. 15.
[15] Benedito Nunes e Aldrin Moura Figueiredo. "Luzes e Sombras do Iluminismo Paraense". In: José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán (org). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia.* Belém: Paka-Tatu, 2002, p.19.
[16] *Ibidem*.
[17] Baena, *Op. Cit,* p. 39.

O cigarro como protagonista no cinema clássico de *Hollywood*

Miguel Angel Schmitt Rodriguez[1]

“Tem um cigarro?” Pede a moça.

“Oh, claro.” O rapaz oferece sacando a cigarreira de seu bolso.

“Que cigarreira bonita! Prata?” A moça pergunta.

“Sim. Leia a inscrição.” Sugere, então, o rapaz.

“Oh, há uma inscrição!” A moça procura lê-la. “Mas, eu não consigo ver direito.”

O rapaz acende um fósforo para ajuda-la.

“Se Deus quiser vou amá-lo até depois de morta.” Lê, em voz alta, a moça.

Estas falas são parte de um diálogo entre os personagens Blanche e Mitch no filme *A Streetcar named desire*[2], clássico do cinema *hollywoodinano* da década de 50. É uma cena representativa não só da presença constante do tabagismo nas filmagens como também do simbolismo que envolvia o cigarro – das condições que ele poderia proporcionar.

O tabagismo se destacou no século XX pela sua alta incidência nas sociedades urbanas ocidentais, através do consumo de cigarros industrializados. Anterior ao início dos movimentos antitabagistas, que ganham maior expressão a partir da década de 80[3], o cigarro se destacou como sinônimo de *status*, poder e elegância. Geralmente se associava como hábito de pessoas de “classe”.

O cinema, principalmente o de *Hollywood*, se afirmou, desde as primeiras décadas do século XX, como mídia de massa, sendo reconhecida a sua influência para a divulgação de valores que moldam hábitos e comportamentos dos indivíduos. Marc Ferro, na introdução de seu livro intitulado *Cinema e História*, afirma:

> ... desde que o cinema se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrinam e glorificam.[4]

No seu livro, Ferro fala, sobretudo, sobre os aspectos políticos envolvidos na construção das narrativas que procuram retratar histórias de guerras e revoluções. Nós, estendemos a sua observação para os aspectos da cultura que perpassam implicitamente nos filmes, quando da representação da vida cotidiana. Nesse sentido é que reconhecemos o cinema clássico de *Hollywood* como um núcleo produtor de símbolos que contribuiu para difusão de valores positivos em torno da prática do tabagismo.

Na análise de três filmes de grande público e sucesso das décadas de 40, 50 e 60, objetivamos interpretar as formas como se retratou a prática do tabagismo. Portanto, estes filmes servem como fonte histórica, a partir deles procuramos identificar um dos possíveis aspectos que contribuiu para a promoção do tabagismo. Nosso interesse no assunto vem de uma preocupação atual, a saber, a disseminada campanha contra o tabagismo que a cada dia ganha maiores proporções. Inclusive, produz medidas legais, operadas pelo Estado, no sentido de se erradicar aquilo que passou a ser entendido como uma epidemia. Chartier nos faz compreender essas alterações de valores, a partir da análise da construção cultural operada pelas batalhas discursivas:

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [5]

Comecemos nossa analise com o filme *Casablanca*[6]. Este clássico de 1942, dirigido por Michel Curtiz, conta no seu elenco com a participação de Humphrey Bogart e Ingrid Bergman, atores que na época já se destacavam e que a partir deste filme passaram a fazer parte do estrelato do cinema americano[7]. O filme mistura romance e aventura. A história se passa em Casablanca, cidade marroquina que serve como porta de saída para refugiados franceses que fogem de seu país em motivo da ocupação alemã. Rick é dono de um café-

bar freqüentado por pessoas que buscam obter, de forma ilegal, a documentação necessária para deixar o país. Certo dia reencontra em seu bar Ilse Lund, que foi uma breve, mas intensa, paixão vivenciada por ele, tempos atrás, em Paris. Ela está acompanhada de seu marido, Victor Laszlo, e os dois procuram fugir para a América o mais breve possível pois sofrem de perseguição política.

Com exceção de Ingrid Berman, que interpreta a jovem e apaixonante Ilse, todos os personagens centrais da trama fumam. Em praticamente todas as cenas longas do filme o cigarro se faz presente, e em torno de 75% das filmagens existe pelo menos um personagem com o cigarro acesso. No café Rick´s, onde se passa a maior parte da trama, o ambiente é climatizado com a fumaça dos variados tipos de tabaco, desde cigarros até charutos e narguilés[8].

Rick Blaine, interpretado por Humphrey Bogart, é o protagonista da história. Destaca-se pela personalidade forte e pela honestidade aos seus ideais. O cigarro acompanha-o nas mais distintas circunstâncias. Ele fuma no momento em que estoura um champanha para celebrar a felicidade junto à sua amada Ilse. Também está fumando quando relembra um passado nostálgico que não mais voltará. E fuma, ainda, ao contemplar o fim do reencontro com sua antiga paixão, que apesar de lhe ser sacrificante é a escolha correta para o seu destino. O cigarro pode, portanto, ser visto nestas cenas como um acessório que completa uma celebração, que consola um momento de tristeza, e que acompanha os momentos de reflexão.

Além do protagonista interpretado por Bogart, outros personagens também se destacam em cenas de tabagismo. É o caso, por exemplo, de Paul Henreid que interpreta Victor Laszlo, um famoso líder da resistência francesa. Ele fuma minutos antes de partir do hotel rumo à uma reunião secreta com os insurgentes. Neste momento de tensão, o cigarro parece aliviar o nervosismo criado pela situação de risco. Outra cena de destaque que podemos citar é o momento em que o oficial alemão Strasser conversa com o delegado francês responsável por Casablanca. Em clara intenção de demonstrar superioridade frente

ao capitão Renault ele bate as cinzas do seu cigarro com os dedos deixando elas sujarem o chão do escritório da delegacia.

Para finalizar a exposição da análise deste filme, ainda nos perguntamos: porque a personagem Ilse Lund, interpretada por Bergman, não fuma? Em verdade são pouquíssimas as mulheres que aparecem fumando. A única que é mostrada de forma mais explícita é a que aparenta ter um caso com Rick, mas que, em verdade, ele a despreza em motivo da sua forma vulgar de se comportar. Lembremos que o filme foi estreado em plena Segunda Guerra, num momento em que não se tinham certezas sobre o desfecho da mesma. *Casablanca* é um filme com forte conteúdo anti-nazista e a moral dos "bons costumes" é apresentada como a virtude dos que devem vencer.

Sugestiono que a ausência de imagens de mulheres fumando se deva ao conservadorismo da época que interpretava como não bem visto a prática de tabagismo entre as mulheres. Ainda não havia estourado os movimentos de contestação social e cultural, a estrutura das sociedades tradicionais do ocidente não haviam se desfeito todavia[9].

Nosso próximo filme a ser analisado é de 1951 e marcou a estréia do ator Marlon Brando. Ganhador de quatro Oscar, também foi um sucesso de público, assim como *Casablanca*. Em *A streetcar named desire*, traduzido para o português como "Rua chamada pecado" o diretor Elia Kazan adapta a peça teatral de Tennessee Williams para o cinema[10]. O filme trata da história dos conflitos que ocorrem entre uma solteirona que sofre de distúrbios psicológicos e o seu cunhado, um descendente de polonês de maneiras não muito refinadas. É o primeiro filme onde Marlon Brando protagoniza. Em verdade a figura principal do enredo é para ser a atriz Vivien Leigh que interpreta a solteirona Blanche du Bois, mas, para muitos, a performance de Brando, como Stanley Kowalski, lhe rouba a cena. Todos os personagens centrais da história, inclusive as mulheres, fumam, e o interessante, nesse caso, é perceber a maneira como cada um lida com esse hábito.

A solteirona Blanche está sempre a pedir cigarros, ou fogo, sempre com a intenção de continuar uma conversa que poderia já ter se dado por encerrada. O curioso é que ela

nunca fuma seus cigarros, somente o acende e o manuseia com as mãos. Com uma personalidade egocêntrica, sempre se colocando acima dos outros, acredita ser uma pessoa de educação superior, com uma cultura mais elevada. Nesse sentido, o cigarro parece-lhe ser algo indispensável. Ainda que não aprecie o hábito de fumar tem de completar sua aparência com o charme de ter um cigarro nas mãos.

Sua irmã, Stella Kowalski, aparece em uma única cena fumando. É quando, depois de uma noite de amor com seu marido, conversa, ainda deitada na cama, com Blanche. Sem a necessidade de aparentar ser uma pessoa de classe, ela somente aparece com o cigarro na boca num momento que parecia ser inevitável não o ter. Ela não faz uso da imagem de *glamour* do cigarro, como sua irmã, mas aprecia o seu sabor num momento de felicidade depois de uma noite prazerosa.

Stanley Kowalski é o garoto propaganda clássico das marcas de cigarro. Bonito, com um porte físico atlético e personalidade forte, seu lema é: “sentir-se à vontade”. Fuma em várias circunstâncias: depois do jogo de boliche, durante a partida de pôquer, na rua caminhando, e quando comemora o nascimento de seu filho. Sua maneira de acender o cigarro é única: risca o palito de fósforo em sua calça.

Ainda, a respeito deste filme, gostaria de destacar as distintas maneiras como três personagens - Stanley, seu amigo Mitch, e um garoto de recados – acendem, em situações diversas, o cigarro de Blanche. O primeiro, como foi dito anteriormente, costumava riscar o fósforo na própria calça, numa demonstração de força e auto-controle. O segundo, envolvido pelas mentiras de Blanche, acende o seu cigarro riscando o fósforo de maneira comum, mas o esquece de apagar, quase queimando os dedos, enquanto escuta as palavras de sua iludida paixão. O terceiro personagem é um garoto de não mais que 16 anos e também se envolve com as palavras sedutoras de Blanche. Quando solicitado para acender o cigarro, saca do bolso, com um certo nervosismo, um isqueiro que na primeira tentativa não funciona, fazendo ele proferir as seguintes palavras “às vezes falha”. O que pode ser interpretado como uma alusão a sua virilidade que ainda não está plenamente desenvolvida.

Nosso terceiro filme é *The nutty professor*, de 1963. Considerado o melhor filme de Jerry Lewis, onde além de diretor interpreta dois personagens (o professor desajeitado, Dr. Julius Kelp, e o seu alter-ego, o galã Buddy Love). Diferentemente dos outros dois filmes analisados, este, mais recente, não é em preto e branco e já não participa da chamada época dourada do cinema americano. De gênero cômico, conta a história do atrapalhado professor que apaixonado por sua aluna decide inventar uma poção química que o transforme em um elegante conquistador[11].

Antes de qualquer coisa, vale destacar o contexto distinto que marca a produção deste filme em relação aos outros dois. Em *Casablanca*, vimos que o ambiente era marcado por um certo conservadorismo dos costumes; em "Uma rua chamada pecado", o tom parece ser de decadência dos valores tradicionais, típico de um período do pós-guerra (lembremos que a personagem Blanche é o retrato da hipocrisia que existe por trás dos "bons modos"); "O professor aloprado", tradução do original *The nutty professor*, está inserido num novo contexto: é o momento de quebra dos valores tradicionais e a atmosfera é, de certa forma, de libertinagem.

Na primeira cena de tabagismo do filme, uma moça e um garoto se beijam enquanto um terceiro sentado ao lado fuma. De repente, a mulher passa a beijar o outro rapaz enquanto o que estava com ela, anteriormente, acende um cigarro.

Se em *Casablanca* a "mocinha" do filme não fuma, em *The nutty professor* ela não só fuma como rouba de forma provocante o cigarro da boca de um rapaz que a observa. É óbvia a distinção dos costumes, e o que parece é que a indústria do cigarro soube se adaptar muito bem às novas demandas de desejos da sociedade. Nossa hipótese é a de que, nesse período, o cigarro recebe mais uma "etiqueta". A "etiqueta" dos símbolos que fazem referência a sentimentos de rebeldia e liberdade.

Falemos, enfim, do protagonista da história que é interpretado por Lewis nas figuras do Dr. Kelp e de seu alter-ego, Mr. Buddy Love. O tímido professor Kelp, obviamente, não fuma, em contrapartida, o galã e conquistador Buddy Love sempre está com um cigarro nas mãos. Ele conversa, dança, dirigi, toca piano, lixa as unha... sempre fumando.

O exagero faz com que o cigarro não seja somente um acessório do estereotipo do *bon vivant*, e sim parte da essência do mesmo. A cena da revelação, onde o professor Kelp faz um discurso emocionante no palco da cerimônia de formatura, fica clara a distinção das duas personalidades. Na transformação de Buddy Love em professor Kelp, o professor, instintivamente, põe o cigarro na boca, mas não consegue traga-lo e joga-o fora. Percebe-se, assim, o quanto o cigarro é essencial para o galã e indesejado para o desajeitado Kelp.

Nossa análise se baseou, fundamentalmente, nas estratégias discursivas que produziram dado sentido a esse aspecto da cultura, que é o tabagismo. Não é, nem foi, nosso propósito encontrar critérios para julgar tal hábito. Concordamos com Chartier quando este afirma que a história cultural "tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler[12]". Entendemos que, de maneira geral, o certo e/ou o errado, são convenções em nada pautadas sob condições intrínsecas da realidade. Pensamos que a realidade é, antes de qualquer coisa, a construção discursiva que se opera na necessidade de dar significado a existência.

Com esta breve análise, portanto, esperamos ter iniciado o levantamento de algumas das questões que consideramos de grande importância para compreender a construção das simbologias que garantiram, por um dado momento, a prática do tabagismo como hábito social amplamente aceito e desejado.

---

[1] Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.
[2] KAZAN, Elia (diretor). **A streetcar desire**. 1951. EUA. Versão em DVD - Warner Bros. 34min 50seg.
[3] BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça**. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Univali, 2002.
[4] FERRO, Marc. **Cinema e História**. Paz e Terra, 1992. p, 13.
[5] CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p 17.
[6] CURTIZ, Michel (diretor). **Casablanca**. 1942.
[7] **Guia mundial de filmes e vídeos**. Blockbuster Entertainmente. São Paulo, 1998. Mídia eletrônica em formato de cd-room.
[8] Na versão do filme em DVD distribuída pela *Warner Bros* no ano de 2003 pode-se observar no item de extras do cd 2 uma cena em *making off* onde aparece o contra-regra bufando, através de um aparelho, a fumaça que faz o efeito.
[9] Para maiores detalhes das mudanças sociais e culturais operadas no pós-guerra ver capítulos 12 e 13 de HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. 2ed. São Paulo: Editora Schwarcz.
[10] **Guia mundial de filmes e vídeos**. Blockbuster Entertainmente. São Paulo, 1998. Mídia eletrônica em formato de cd-room.
[11] idem.
[12] CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p 17.

Negros em trânsito entre o ouro e o açúcar: São Paulo e Pernambuco coloniais em uma perspectiva comparada sob o viés da escravidão.

Milena Fernandes Maranho, doutoranda em História Social - FFLCH / USP, bolsista FAPESP.

Diferentes contextos e atribuições marcaram o desenvolvimento histórico das regiões de São Paulo e de Pernambuco no período colonial. Tais diferenças estavam diretamente relacionadas com as atividades econômicas existentes; o cultivo de mantimentos para o comércio local em São Paulo e a produção em larga escala do açúcar de Pernambuco para o comércio ultramarino. Mesmo que, em um primeiro momento, essas regiões apresentassem características diversas que indicavam a inexistência de atividades em comum, no que dizia respeito a algum intercâmbio ou ligação econômica entre elas, tais características específicas de cada região não impediram que as diferenças existentes fossem confrontadas em determinados períodos, de acordo com as situações vivenciadas. Acreditamos que muitas vezes as mudanças ocorridas nessas mesmas situações também ocasionaram certos aspectos que faziam com que as economias de São Paulo e de Pernambuco se complementassem. Ou seja, essas regiões faziam parte de um todo que estava interligado por uma mesma proposta: servir como meio para o enriquecimento tanto dos colonos como da Coroa. O todo ao qual nos referimos era o Império Colonial Português.

Contudo, neste momento interessa-nos analisar as situações de confronto, e não as de complementaridade, entre as economias de São Paulo e de Pernambuco coloniais[1]. A descoberta de ouro ao final do século XVII na região que mais tarde seria chamada de "Minas Gerais", mas que até 1720 pertencia à região de São Paulo - nomeada Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1709 - marca o início de uma reorganização da política do Reino de Portugal para com a sua Conquista mais importante. O grande afluxo de pessoas, mercadorias e a conseqüente mobilização da economia da região com o advento da extração de ouro em larga escala, modificou a estrutura do tráfico atlântico de escravos africanos para o Estado do Brasil, o que não ocorreu sem reação da parte prejudicada.

As discussões envolveram certas mudanças de posições de São Paulo e de Pernambuco nas engrenagens do funcionamento do mundo ultramarino. Ainda no ano de 1679, podemos notar os primeiros indícios dessa mudança, ao menos por parte dos interesses da Coroa Portuguesa, já que neste ano o ainda Príncipe D. Pedro II enviou uma importante carta ao Governador de Pernambuco Aires de Souza e Castro. A carta versava sobre uma provisão passada "aos oficiais da Câmara da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (...) para que os navios que daquela Capitania forem buscar escravos ao Reino de Angola (...) se lhes dessem preferência para partirem para a dita Capitania. E porque me

representaram que os mestres dos navios que dessa iam a Angola usando da preferência com o suposto de fazerem viagem para a mesma Capitania industriosamente tomavam o porto dessa Capitania [Pernambuco] e o da Bahia causando grande detrimento aos moradores do Rio de Janeiro e perda em suas fazendas”[2].

Até então, ainda era a Capitania de Pernambuco quem fornecia os melhores preços para a compra de escravos, já que o ouro ainda não fora substancialmente encontrado, e, por isso, os mestres dos navios estavam desviando os africanos que eram obrigados a vender no Rio de Janeiro. D. Pedro II atendera a um pedido dos oficiais desta Capitania porque ao final do século XVII o Rio de Janeiro estava com falta de escravos para as suas lavouras. A situação descrita estava prestes a se modificar, já que os pedidos e apelos constantes sobre a falta de escravos passariam a ser realizados pelos moradores e oficiais de Pernambuco. Era a já citada descoberta do ouro no início da década de 1690 que estava mudando o foco dos interesses mercantis pelas diferentes regiões do Brasil. Vale notar que os pedidos, tanto de uma como de outra Capitania, foram atendidos pela Coroa, em momentos diversos, através de tentativas para coibir as ilegalidades.

Antes de analisarmos essa mudança de papéis com relação à falta de escravos do Rio de Janeiro para Pernambuco, vale discorrermos sobre o comércio corrente efetuado entre Pernambuco e Angola nos anos de 1698 a 1701. Para isso, serão utilizadas notícias advindas de uma correspondência trocada entre Luís César de Meneses, cunhado de Dom João de Lencastre, governador Geral do Estado do Brasil de 1694 a 1702, e os correspondentes de seus negócios em Lisboa, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia[3].

Luís César de Menezes assumiu o Governo de Angola em nove de novembro de 1697, após ter sido Governador da Capitania do Rio de Janeiro. Através de suas cartas, expandimos os limites territoriais relacionados ao tipo de comércio analisado neste texto: o de escravos. A partir das ordens e pontos de vista do então Governador de Angola sobre as situações enfrentadas, podemos obter uma visão esclarecedora sobre a mudança de políticas e posições econômicas na troca da preferência do comércio do açúcar pelo do ouro ao final do século XVII. Além disso, os negócios efetuados pelo Governador demonstram também uma questão a ser abordada em outro momento de nosso estudo; a da atividade comercial intensa dos altos funcionários régios e das implicações que ela acarretava.

Desde a escrita dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, já era conhecido um recorrente comércio entre Angola e o Rio de Janeiro. O conteúdo dessas informações prestadas em 1618, pouco difere daquele coletado na correspondência de Luís César de Menezes quase cem anos depois. Segundo Brandônio, “a Angola se mandam naus com muitas fazendas, que de lá tornam carregadas de escravos, por que se comutam, deixando grande proveito aos que nisto negociam; e ainda as naus, que para lá navegam em direção do Reino, aportam na Capitania do Rio de Janeiro, aonde carregam de farinhas, mantimento

da terra, por ali se achar mais barata, a qual levam a vender a Angola, a troco de escravos e de marfim que de lá trazem em muita quantidade"[4].

O tráfico de escravos constituiu uma atividade econômica fundamental para o funcionamento da estrutura mercantil das colônias, essencialmente aquela que constituía a América portuguesa, já que cerca de 40% do contingente trazido para a América durante todo o período do tráfico dirigiu-se ao Brasil[5]. Em carta escrita no dia 29 de janeiro de 1698 e enviada para Lisboa, Luís César de Menezes explicava a Joseph Pereira de Araújo a respeito do problema com as "distâncias dos distritos" em Angola, as quais faziam com que "não se começassem a fazer os pagamentos", ou entregas, de "cabeças" senão "seis meses por diante por cuja causa não sei se poderei fazer alguma remessa nestas frotas". Neste momento, havia apenas a possibilidade da vinda de 100 escravos do Loango [reino que ficava acima de Luanda e perto do Congo], e dizia o governador que "se viessem a tempo as remeterei a qualquer das partes do Brasil". Do mesmo "Brasil" também vinham as mercadorias que integravam as negociações com os chefes africanos, já que, devido a pouca quantidade de fazenda existente nas localidades próximas a Angola, dizia Luís César de Menezes que "me será necessário valer dos portos do Brasil (...) com que precisamente me há de ser necessário mandar vir algumas fazendas para continuar o negócio"[6].

A pouca quantidade de "fazendas" compradas próximas a Angola vinham da Índia, mas não tinham sido suficientes para serem trocadas por mais do que cem escravos no Loango. Quando as "cabeças" chegassem na América, "poderão ir ainda a Pernambuco ou Rio de Janeiro (...) e espero fazer remessas por todos os portos do Brasil". Com estas palavras, Luís César de Menezes estava demonstrando que no ano de 1698 não existiam preferências de sua parte pela venda de escravos para uma ou outra Capitania, devido à diferença nos preços ou a maior demanda de escravos. Tanto o açúcar quanto o ouro recém descoberto ainda encontravam-se equilibrados quanto à sua produção e lucros oferecidos, mas essa situação em breve se modificaria, conforme também demonstram as informações dessa correspondência analisada. Todavia, uma das mudanças no que dizia respeito ao próprio tráfico negreiro fora apontada em um "acrescentamento" da primeira carta citada, enviado ao correspondente de Lisboa Joseph Pereira de Araújo.

A situação descrita em 30 de janeiro de 1698, dizia respeito aos altos valores que os escravos estavam alcançando, já que "este gênero está hoje tão caro que qualquer negro posto no Brasil custa mais de 40 cruzados porque se está dado por uma peça dívidas que aqui valem (...) 30 cruzados com 7 cruzados de direitos, e 5 cruzados de mantimentos do mar e terra"[7]. Com os gastos e as dificuldades aumentando, não era à toa que a preferência de venda do tráfico negreiro iria se voltar em pouco tempo para Rio de Janeiro, já que os pagamentos com ouro seriam preferidos ao açúcar pernambucano.

Assim, para que possamos compreender as influências políticas na área da economia relacionada ao tráfico de escravos, basta que sigamos as linhas das cartas de Luís César de Menezes e acompanhemos as mudanças ocorridas em seus negócios no ultramar. Ainda nos referindo às cartas escritas no ano de 1698, podemos notar que as quantidades de escravos "carregados" para o Brasil aumentaram em alguns meses, já que de 100 "peças" citadas em janeiro, os números foram de 320 para outubro[8].

No ano seguinte começaram as reclamações por parte dos moradores de Pernambuco sobre a pouca quantidade de escravos enviada de Angola para aquela Capitania. Em carta escrita ao capitão Ignácio Correia em fevereiro de 1699, Luís César de Menezes informava que o próximo navio enviado ao Recife partiria apenas em agosto, "para termos também tempo a serem as cabeças mais desejadas que agora se não poderão queixar os moradores dessa cidade de que lhe não vão bastantes"[9]. As dificuldades encontradas para o comércio de escravos em Pernambuco começavam a transparecer nos negócios de Luís César de Menezes neste ano de 1699, já que a estratégia de esperar mais tempo para enviar "cabeças", contudo, em uma quantidade maior que o regularmente enviado até então, servia para estimular as vendas e evitar as queixas.

Apesar de enviar escravos tanto para o Recife quanto para o Rio de Janeiro, as quantidades "carregadas" demonstram a concretização da mudança de interesses e a troca de posições entre as regiões. Em carta de março de 1699, Luís César de Menezes informava ao seu correspondente em Lisboa que enviara para o Rio de Janeiro dois navios: um já citado que partira em outubro com 320 cabeças, e outro em dezembro com 420 cabeças aproximadamente[10]. Para Pernambuco, o Governador mandara em maio de 1698, apenas 96 cabeças, e para a Bahia outros 100 escravos africanos.

Podemos notar que a quantidade de escravos enviados nas carregações é nitidamente diversa de uma para outra capitania. O Rio de Janeiro necessitava de uma quantidade cada vez maior de "cabeças" para trabalhar na extração do ouro das Minas, tantas que até mesmo a mortandade de algumas "peças" nas viagens começava a incomodar seus negociantes. Segundo uma correspondência trocada entre Luís César de Meneses e Ignácio Correia, capitão de navio e correspondente no Rio de Janeiro, este informou que de 144 escravos "morreram no mar 28 (...) e que esta perda e semelhantes que tenho experimentado são causadas do pouco cuidado que cá se tem com as ditas cabeças (...) o que é muito pelo contrário (...) porque todas as armações que se remetem se fazem a minha presença e custeiam em minha casa donde se tratam de tal sorte que se admiram os moradores quando as vêem da boa disposição com que se embarcam e da despesa que faço em o seu custeamento porque até galinhas lhe mando dar".

Segundo Luís César de Menezes, o problema estava sendo causado pelo descaso de alguns de seus mestres dos navios, e a solução seria "mandar um soldado com o que

agora remeto para na viagem se empregar todo em a cura" desses males. Mesmo com tal mortandade, era grande a quantidade de escravos trazida principalmente para as Minas, pois na carta escrita ao capitão, estava previsto o envio de 200 "cabeças" para Santos no primeiro mês do ano de 1700, e de lá deveriam vir 150 caixas de marmelada[11].

O navio que deveria vir para Pernambuco também fora destinado ao Rio de Janeiro, mas o motivo estava relacionado ao fato de "o não acharem capaz nem com a mareação para se expor a entrada desse Recife", segundo informações prestadas pelo próprio Governador de Angola ao seu correspondente em Pernambuco, Pascoal da Silva Serqueira. Este, por sua vez, manifestara em carta "a falta que nesse Recife há de escravos e que terão boa saída", mas o próprio Luís César de Menezes apontava na mesma resposta os fatores que negavam a informação, já que "hoje só no Rio de Janeiro se experimenta esta [a boa saída dos escravos] porque vale qualquer cabeça oitenta e cem cruzados (...) e aí nem a metade disto dão". Além disso, havia a questão desses "seus moradores as não pagarem (...) porque não faltam outras partes donde as peçam e El Rei me ordene os remeta como é ao dito Porto do Rio de Janeiro"[12].

Desta vez, estava clara a preferência pelo envio de escravos ao Rio de Janeiro, a partir do momento em que lá as peças valiam mais e eram pagas em ouro, enquanto que em Pernambuco nem ao menos os pagamentos eram realizados pelos seus moradores. Mas a informação mais importante era aquela relacionada com a ordem real para que os escravos fossem enviados ao Rio de Janeiro, já que as Minas iniciavam uma produção substancial de ouro que prometia lucros cada vez maiores. Mesmo assim, Luís César de Menezes não deixou de enviar escravos a Pernambuco, já que de lá o açúcar continuava a ser carregado nos navios. A outro correspondente seu em Lisboa, ele afirmou em janeiro de 1700 que tinha "sentido as cabeças de Pernambuco dessem tão grande baixa que me não incomodava remeter para o dito porto tudo o que desejava de que escreveu Pascoal da Silva (...) porque lhe sou muito obrigado e nenhum dos meus procuradores dos mais portos experimentei igual primor e correspondência como a sua"[13].

Nem o empenho do Governador em continuar o comércio de escravos com Pernambuco foi suficiente para convencer "carregadores que quisessem ir, nem mandar nele [no patacho] para esse Recife coisa alguma por causa da perda que experimentaram todos em as cabeças e do pouco valor que nele tinham". Esta explicação, escrita em carta de 02 de março de 1700 ao procurador de Pernambuco Pascoal da Silva Serqueira, foi amenizada por Luís César de Menezes, "porque para nenhum dos mais correspondentes que tenho desejo mais conveniências do que a Vossa Mercê". Assim, continuava o Governador, "se não pela baixa em que deram as cabeças nesse Porto e alta em o Rio de Janeiro para onde tenho mandado três patachos (...) daqui até setembro determino mandar dois navios meus para esse porto"[14].

No ano seguinte a situação pouco se modificara, e estava se tornando cada vez mais difícil conseguir carga para Pernambuco, "porque como os carregadores experimentaram sempre perda em suas carregações em esse porto por mais que quis mandar navio para ele o não pude conseguir por falta de carga". Mesmo que o preço do açúcar estivesse em alta, os senhores de engenho queriam pagar pelos escravos um valor antigo que não estava mais em uso nas negociações. Segundo Luís César de Menezes, "não é crível que [os senhores de engenho] estão vendendo seus açúcares pelo que nunca imaginaram, queiram comprar as cabeças valendo aqui dobrado, do que algum dia valiam pelo mesmo que antigamente aí o faziam, e mais em ocasião em que no Rio de Janeiro se experimentam tão grandes interesses nelas"[15].

As notícias sobre "a nova do muito ouro que a esperança promete este ano nas minas pelo aumento que os moradores dessa praça terão de cabedais", fornecida ainda em julho de 1701, indicavam os rumos que a política da Coroa com relação ao tráfico iria tomar. As ordens para que fossem enviadas cada vez mais "cabeças" para o Rio de Janeiro, fizeram com que os vereadores de Pernambuco reclamassem ao próprio D. Pedro II em 1703. Segundo a resposta do Rei aos apelos realizados, "Viu-se vossa carta (...) em que representais a grande falta que fazem aos moradores dessa Capitania os negros de Angola por não irem daquele Reino a esse porto embarcações com eles como costumavam pela conveniência que acham no maior preço por que os vendem no Rio de Janeiro de que resultava ficarem as lavouras e engenhos sem aquela utilidade que com os tais escravos podem produzir em grande prejuízo de todo este povo por viverem todos da cultura das suas terras e fábricas dos seus engenhos". Além disso, os oficiais haviam pedido que o Rei "ordenasse ao governador de Angola fizesse despachar todos os anos quatro navios de escravos para esse porto e pareceu-me dizer-vos que deverei usar do meio de mandarem algumas embarcações dos moradores dessa praça a Angola com cavalos e infantaria para lograrem a preferência como está concedido aos que os conduzem para aquela Conquista e desta maneira terão muitos escravos para as suas lavouras e engenhos"[16].

Para que os mercadores não fossem forçados a perder seus lucros, já que eram obrigados a vender suas "cabeças" em Pernambuco, o Rei D. Pedro II concedeu àqueles que enviassem cavalos e infantaria para Angola, a preferência no embarque de escravos. Dessa forma, os vassalos de Pernambuco deveriam utilizar navios próprios para buscarem suas peças, com a condição da troca entre escravos, cavalos e infantaria. Apesar da tentativa de amenizar o problema, existiam outros inconvenientes que envolviam o comércio de escravos para o Estado do Brasil. Em 1706, D. João V publicou um alvará sobre a falta de escravos "por não bastarem os que se introduzem para as fábricas dos Engenhos (...) em razão do maior interesse das ditas minas". O problema era o fato de algumas pessoas estarem levando escravos da Bahia e de Pernambuco para vendê-los nas minas mesmo

com todas as proibições e leis existentes. A solução para o Rei foi a de punir os governadores e Ministros que não "fizessem observar pontualmente (...) as ditas leis" suspendendo seus cargos e confiscando seus bens, "e quero que qualquer pessoa do povo possa denunciar" as irregularidades[17]. Assim, o açúcar ainda mantinha espaço essencial.

Outras tentativas de forçar a venda de escravos nas Capitanias do Norte foram sugeridas pelos "oficiais da Câmara da Paraíba" em 1709, já que nenhuma resolução fora suficiente para sanar a falta de negros nessas regiões. Para esses oficiais, "o preço porque se deviam vender nessa Capitania os escravos" deveria ser taxado, mas D. João V não concordou com a idéia, devido ao fato de que se existisse um "preço certo nos escravos (...) isto seria causa para que ninguém os quisesse levar", além disso, "nem em comércio se pode por taxa"[18]. A situação se complicava cada vez mais, ao mesmo tempo em que as minas demonstravam claramente seu potencial e os altos lucros que poderiam oferecer.

Em 1720, a Câmara da Cidade de Olinda escreveu ao Conselho Ultramarino "acerca do lastimável estado que se tem reduzido aquelas capitanias pela falta de escravos de Angola e Costa [da Mina] para as fábricas dos Engenhos e mais lavouras". A solução proposta pelos oficiais era a de se estipular um número certo de escravos destinados a Pernambuco, a qual também foi rejeitada pelos Conselheiros "pois não haveria quem quisesse levar escravos aquela Capitania vendo que nela não teriam a quem lhe desse o preço conveniente". Essa resolução tornaria a situação ainda mais grave porque, segundo o Conselho, "seria de irreparável prejuízo para as Minas pois se impediam a sua extração (...) e em conseqüência pararia o lavor das ditas minas faltando-lhe os negros que costumam ir para esse serviço"[19]. Ou seja, o que realmente importava era que o fluxo de escravos para as Minas não poderia ser alterado, colocando em risco a extração do produto mais precioso e mais desejado dos últimos tempos e desde o início da colonização, o ouro.

Enfim, a mudança de posições ocorrida entre essas regiões coloniais frente ao funcionamento do mundo ultramarino português, tornava-se clara ao findar dos primeiros vinte anos do século XVIII. O açúcar ainda possuía seu valor e importância, mas partir deste momento era a pujança do ouro que liderava as preferências políticas da Coroa com relação à economia de sua Conquista na América. Em conjunto com o delinear dessa mudança, colonos insatisfeitos passaram a escrever sobre as vantagens do açúcar e das lavouras em detrimento da atividade mineradora e da degradação que o ouro trazia[20]. Estes foram os primeiros escritos que deram início à configuração das idéias que opuseram os papéis de São Paulo e de Pernambuco, designando seus lugares entre as engrenagens que moviam o funcionamento do mundo ultramarino. Lugares que se tornaram tão definitivos, que fizeram com que as análises efetuadas desde então deixassem de lado a maleabilidade e as trocas de posições existentes entre as regiões da América portuguesa nessas engrenagens.

Enfim, São Paulo e Pernambuco apresentaram funções específicas enquanto regiões coloniais de Portugal, de acordo com as mudanças de interesses relacionadas principalmente aos lucros reais encontradas nos diversos contextos que abrangeram o período de colonização do Brasil. Este fator não ignora a interação existente, e a ser analisada em outro momento, entre as regiões nos vários momentos em que a função do abastecimento interno supria as necessidades de uma produção voltada ao comércio no Ultramar. Dessa forma, entendemos ser complexo o funcionamento econômico e político das conquistas portuguesas; e compreender essa complexidade envolvendo apenas duas das várias regiões coloniais existentes é o desafio ao qual temos nos empenhado.

---

[1]Devemos ressaltar que este texto é parte integrante de nossas pesquisas de doutorado, desenvolvidas desde meados de 2001. Por isso, as análises sobre os momentos de complementaridade existentes entre as economias de São Paulo e de Pernambuco constarão dos capítulos da Tese a ser defendida ainda neste ano de 2005, a qual intitula-se "O Moinho e o Engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português, 1580 – 1720" e está sendo realizada sob orientação da Prof ª Dr ª Laura de Mello e Souza.

[2] *Livro Terceiro de Ordens Régias, 1679 – folha 38*. Exemplar manuscrito compilado no século XIX e encontrado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano / Recife - PE.

[3] Angola contou entre os anos de 1680 a 1810 com dez governadores que tiveram cargos equivalentes no Brasil antes ou depois de assumir o posto em Luanda. Dom João de Lencastre também fora Governador de Angola entre 1688 e 1691, e o filho de Luís César de Menezes, Rodrigo César de Menezes entre 1733 e 1738, tendo sido também governador de São Paulo. Cf. Luís Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 307.

[4] Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 135.

[5] Vide Sheila de Castro Faria, "Tráfico Negreiro". In Ronaldo Vainfas (direção), *Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)*, p. 553.

[6] *Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1698*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, f. 6.

[7]*Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1698*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, f. 8.

[8] Ibid.

[9] *Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1699*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, f. 33.

[10] Idem.

[11] *Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1699*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, folhas 47 / 48v.

[12] *Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1699*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, folhas 50 / 50v.

[13] *Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1700*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, f 54v.

[14] *Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1700*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, folhas 61v / 62.

[15] *Registro de cartas comerciais escritas de Luanda - 1700*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 72, pasta 8, folha 81v. Novamente, Luís César de Menezes deixava claro o seu pesar com relação à situação vivenciada por Pernambuco, principalmente no que dizia respeito aos ganhos de seu correspondente. Logo após expor a precária situação do comércio entre Luanda e o Recife, completou: "o pesar que disso tenho é de que Vossa Mercê não conseguisse em este meu governo os interesses e comissões que lhe desejo". Ganhos consideráveis que certamente só eram possíveis de alcançar enquanto Luís César de Menezes fosse Governador de Angola devido às concessões e privilégios que detinha.

[16] *Registro de cartas do Conselho Ultramarino sobre a falta que há na Capitania de Pernambuco de negros para a cultura das lavouras e para os engenhos*, Lisboa 28-06-1703. Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 257, folha 132.

[17] *Registro de Provisões sobre alvará acerca da extração dos escravos para as Minas*, Lisboa 04-10-1706. Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 95, folha 298v.

[18] *Registro de cartas do Conselho Ultramarino sobre a carestia com que se compram os escravos*, Lisboa 27-05-1709. Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 257, folha 233.

[19] *Consulta do Conselho Ultramarino sobre as contas que dão os oficiais da Câmara da Cidade de Olinda acerca do lastimável estado a que se tem reduzido aquelas Capitanias pela falta de escravos de Angola e Costa (da Mina) para a fábrica dos engenhos*, Lisboa 22-04-1720. Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 907, folhas 62 / 62v.

[20] Vide, por exemplo, André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas 1711*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

A PESQUISA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

Milton Cleber Pereira Amador[1]
Noeli Woloszyn Brum de Oliveira[2]
Sandra Simone Hopner Pierozan[3]
Solange Aparecida Zotti[4]
Universidade do Contestado – UnC

Introdução

A Universidade do Contestado – UnC, situada no meio oeste catarinense abrange a região que foi palco da Guerra do Contestado, um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil e o maior fenômeno político-social, que envolveu um terço do território catarinense nos anos de 1912 a 1916. Colocou em cena questões centrais da cultura brasileira como o messianismo, entrada do capital estrangeiro no país, a política coronelista, o caboclo e a ação do exército brasileiro, que teve como conseqüência a morte de aproximadamente 20.000 camponeses. Constituiu-se em uma luta dos sertanejos pela posse da terra e marcou a primeira grande ação contra a política imperialista, representada pelo Sindicato Farquhar em conluio com o coronelismo da época, que instalou na região, a partir da construção da estrada de ferro SP – RG, o maior complexo de exploração madeireira da América Latina.

Para compreendermos a formação do Planalto e Oeste Catarinense se faz necessário o conhecimento da Guerra do Contestado, pois é a partir dela que se finda um modelo de desenvolvimento econômico e inicia-se outro na região. A Guerra do Contestado é o divisor dos dois modelos, pois até o início do século XX, o que acontecia nos sertões catarinense era uma ocupação cabocla originária da miscigenação de portugueses, índios e negros, que viviam de uma economia voltada a atender as necessidades de subsistência. Após a Guerra, tem início o processo de colonização liderado pelas Companhias Colonizadoras, dando origem a uma economia voltada à lógica do mercado capitalista.

Diante da importância desse fenômeno as Fundações de Ensino Superior situadas nos municípios de Concórdia, Caçador, Canoinhas, Curitibanos e Mafra, em 1992, uniram-se com o intuito de formar a Universidade do Contestado. Então, esta passa a exercer um

papel fundamental na formação da população do meio oeste catarinense e seu nome representa o compromisso com a identidade sócio-histórica-cultural da região.

Frente a esse compromisso, no ano de 2001, é criado o curso de Licenciatura e Bacharelado em História na UnC – campus Concórdia[5], que veio a preencher uma lacuna na importante tarefa de reconstrução da história regional. Para isso, o curso busca a formação do profissional licenciado e bacharel em História comprometido com a construção do conhecimento crítico, com formação científica, histórica, filosófica, ética e intelectual, capaz de diagnosticar problemas sócio-culturais, políticos e econômicos e engajado com as transformações sociais.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é apresentar a experiência do curso de História, que articula ensino, pesquisa e extensão, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre a história regional.

A pesquisa e a construção de conhecimento

A metodologia de trabalho adotada no curso de História objetivou proporcionar ao acadêmico a prática da pesquisa no decorrer de sua formação, a fim de evitar o que é mais comum nas universidades: a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) no último ano. Por isso, as discussões e elaboração do pré-projeto iniciam já na primeira fase, durante a disciplina de Metodologia Científica. Ao final do segundo semestre é realizado um seminário para socialização das propostas junto ao colegiado (professores e acadêmicos). O objetivo é a discussão das propostas, visando o aprimoramento das mesmas.

Esse é um momento particularmente importante, pois ocorre uma espécie de orientação coletiva dos projetos que desencadeia a continuidade dos trabalhos. A partir daí os acadêmicos podem definir o professor-orientador, que terá o papel de acompanhar o desenvolvimento do trabalho. Estes seminários continuam ocorrendo pelo menos uma vez por ano, sendo o momento de socialização em que o colegiado contribui com sugestões, orientando caminhos e bibliografias.

Além dos momentos acima descritos, há um compromisso do corpo docente, em cada disciplina ministrada, de contribuir com subsídios teórico-metodológicos para as pesquisas. A continuidade deste processo é garantida, pois a matriz curricular prevê, durante a 6ª e 7ª fases, as disciplinas de Teoria e Metodologia da Pesquisa I e II que servem de instrumento num momento crucial do andamento dos trabalhos, em que são discutidas e rediscutidas questões teórico-metológicas, dificuldades e encaminhamentos para avançar à etapa final do processo.

Acreditamos que esta experiência une os professores em torno de uma questão comum da proposta do curso: a formação do acadêmico numa perspectiva de professor-pesquisador. Nesse sentido, a formação do professor ultrapassa o perfil de um mero ministrador de aulas, apenas reprodutor do que aprendeu durante os anos de sua escolarização. A visão alternativa é motivar o elaborador científico, aquele que cria e constrói soluções para um mundo novo. Portanto, é imprescindível coadunar prática e teoria e, assim, redimensionar o âmbito acadêmico, formar o aluno pesquisador, capaz de "dar conta" de um determinado tema por suas mãos[6].

Ao final do quarto ano, os TCCs são apresentados perante uma banca, formada por três professores, sendo um deles o professor-orientador. Este é o momento de avaliação final dos trabalhos, mas não considerada a mais importante, visto que a mesma ocorreu durante todo o processo. Nesse sentido, é possível fazer uma avaliação processual e não apenas uma avaliação do produto (o TCC em si). Essa metodologia contribuiu para professores e alunos desmistificarem o tão esperado "momento da banca", que para a maioria dos alunos de curso superior mais parece um "tribunal da inquisição". Com base nas contribuições da banca os pesquisadores retomam o trabalho para a finalização e disponibilizam as cópias para a biblioteca, para o Centro de Memória do Curso de História e para os municípios pesquisados.

Cabe destacar que a divulgação dos trabalhos dos formados em 2004 vem sendo realizada através de convênio com "O Jornal", órgão de imprensa escrita do município de

Concórdia, em que são publicados os resumos das pesquisas. Isso permitiu socializar os resultados com a comunidade e valorizar os acadêmicos e professores do curso[7].

Esta proposta permitiu o envolvimento da comunidade na coleta de fontes documentais, o que propiciou uma valorização dos sujeitos locais como produtores da história. Inúmeras pessoas foram entrevistadas, outras contribuíram com objetos e fotografias. Esta relação entre comunidade e pesquisador, possibilitou ao acadêmico a compreensão da importância da história oral, como um dos aspectos componentes da pesquisa.

Uma das experiências que bem ilustra esta questão foi a viabilização da Casa da Memória no município de Ipira – SC, que só aconteceu devido ao envolvimento e compromisso de acadêmicos do curso[8]. Estes viabilizaram, junto ao poder público, o espaço físico e os recursos necessários para a manutenção deste centro, que é composto de uma casa de madeira da época da colonização alemã, com os móveis e utensílios dos antigos moradores, junto com outros objetos que estão sendo coletados, catalogados e disponibilizados à população.

A pesquisa como elemento fundante da prática de ensino

Sabedores de que a Universidade se constitui enquanto tal, se o tripé ensino-pesquisa-extensão estiver contemplado e avaliando a relevância dos trabalhos e a necessidade de divulgar os resultados à comunidade, o colegiado definiu que as pesquisas constituir-se-iam nos temas centrais da prática de ensino. Organizados em duplas, os acadêmicos, orientados pelos professores da Prática de Ensino, elaboraram o planejamento das aulas através de um projeto, para cada nível de ensino, desenvolvido através de oficinas nas escolas públicas dos municípios de abrangência das pesquisas.

Dessa forma, a experiência permitiu que o acadêmico ultrapassasse a prática de ensino convencional, que é a reprodução, na maioria das vezes, do conhecimento através do livro didático ou outros. As pesquisas, elementos fundantes da prática de ensino, possibilitaram ao acadêmico o alcance da condição de professor-pesquisador, que por meio

de suas produções, conquistou espaço e competência para ensinar o que fez, tendo em vista uma proposta emancipatória e crítica. O acadêmico-professor e seu aluno, nesse caso, deixam de ser meros expectadores, discípulos, reprodutores, para aprender a criar com suas próprias idéias[9].

A história trabalhada não foi apenas a oficial, mas as outras versões que emergiram a partir das pesquisas. Estas discutiram não só a participação e o papel do migrante europeu neste contexto de exploração e urbanização da região do Contestado, como a fundamental importância do elemento caboclo, praticamente excluído da historiografia.

O trabalho realizado também se constituiu em subsídio para assessorar os professores no ensino de História, incentivando-os a trabalharem com esses conteúdos. Isso porque a discussão de novas abordagens, especialmente para o ensino da história local, encontra dificuldade no fato dos municípios não contarem com fontes documentais organizadas em arquivos próprios, além de, em muitos casos, o professor não perceber a importância da história oral.

A consciência de que a prática de ensino permite confrontar a formação do aluno com o exercício da profissão (a grande maioria atua como professor e não como bacharel), possibilitando assim analisar de forma significativa se o trabalho da universidade promove realmente o desenvolvimento de profissionais capazes de atuar social e intelectualmente na futura realidade profissional, foi a preocupação central dos professores-orientadores de estágio. Este, sempre ligado ao colegiado de Curso, que contribuiu para a definição dos encaminhamentos dados. Nesse sentido, a responsabilidade do processo foi deste coletivo, que também participou da avaliação final da prática de ensino em seminários de apresentação e discussão dos resultados.

Cabe ressaltar que a Prática de Ensino, mesmo sendo uma atividade prevista no currículo do curso, se constituiu em uma atividade de extensão universitária, que em nosso entender significa

> a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles [...] que integram

> determinado curso [...]. Ao contrário, cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade[10].

Considerações Finais

Assim temos procedido, desde a primeira turma do curso[11], com o intuito de formar não só professores e nem só pesquisadores, mas um profissional que seja capaz de perceber a relação dialética que há entre ser professor e ser pesquisador. Os acadêmicos durante o curso percebem que o seu compromisso com o desenvolvimento de pesquisas e o ensino de história em suas comunidades/municípios de origem, vai além do período de formação acadêmica, necessitando este processo ser realimentado no cotidiano da atuação profissional. Dessa forma, é

> a partir do trabalho [que] surgirão necessidades que poderão conduzir à formação contínua. Esta poderá envolver leituras, cursos, pesquisas, etc tanto a respeito de conteúdos específicos quanto de outros conhecimentos, o que fará que este profissional esteja em constante crescimento. Afinal, a formação inicial não contempla todos os conhecimentos ela apenas mostra alguns enfoques, algumas leituras, um ponto de partida, sendo que o ponto de chegada não existe![12]

No contexto da divisão de classes, o papel da escola na apresentação da sociedade, tem servido para ocultar as contradições que se manifestam no mundo do trabalho e nas relações de produção. Os conteúdos e a forma que são apresentados não se vinculam ao saber da vida, àquilo que é submissão experimentada na organização do trabalho e nas relações de poder. Ao apresentar a sociedade desse modo, distanciando-se do contexto de exploração formado historicamente, a escola legitima, avaliza um modo de organizá-la, de modo que se define pelas concepções daqueles que detém o poder econômico, por decorrência, invariavelmente, o poder político. Através da relação entre pesquisa e ensino buscamos modificar esta prática, possibilitando que os conteúdos surgissem do contexto e mesmo quando isso não acontecia, a forma como eram apresentados, discutidos e re-construídos com a participação dos alunos, puderam apontar a importância que o ‘povo’, os ‘comuns’ tiveram na organização social do lugar em que vivemos. A história não é a história feita apenas de ilustres...

Com esta proposta de trabalho podemos romper com a idéia de que o professor é apenas um repassador de informações. Não há como ser um professor sem ser um pesquisador. Pela pesquisa o professor amplia os seus conhecimentos o que interfere no seu trabalho na sala de aula. Deve ser um pesquisador, dominar as técnicas de pesquisa, mas deve ter também o preparo pedagógico para atuar em sala de aula, assim pode ter seu foco voltado para a própria realidade social em que está inserido. O fato de a pesquisa estar ligada a realidade implica em ter um retorno concreto, e atender a uma função social[13].

Nesse sentido, destacamos aqui duas importantes repercussões que ilustram a dimensão que a proposta alcançou e que caracterizam o envolvimento com a sociedade e com os veículos de informação e cultura local.

A primeira diz respeito ao trabalho "História de Concórdia anterior a sua emancipação"[14], em que os autores, formados em 2004, foram convidados pelo Memorial Attílio Fontana, da cidade de Concórdia, à musealizar a pesquisa, que resultou na exposição "Trilhas e Linhas da Colônia Concórdia". Os historiadores apresentam "a história dos povos nativos, o tropeirismo, o caboclo e o confronto de toda a ordem que tiveram com os imigrantes, trazidos para a região pelas companhias colonizadoras após a Guerra do Contestado"[15]. Além disso, a exposição contou com a atividade "Proseando com os personagens", em que o grupo promoveu um encontro de suas fontes orais com a comunidade.

A segunda experiência diz respeito ao compromisso do curso de História com a pesquisa regional, que encaminha, neste ano de 2005, a publicação de uma coletânea de artigos dos acadêmicos formados em 2004 e dos professores do curso. Esta será um subsídio importante para o ensino de História da região do Contestado. Dessa forma, a produção de materiais didático-científicos que contemplem as referências da cultura local, é uma importante contribuição na perspectiva de recontar a História a partir das fontes orais e documentais, que foram coletadas, analisadas e sistematizadas pelos acadêmicos.

Acreditamos que o objetivo do curso, de formar um profissional comprometido, crítico, engajado nas questões sociais, esteja sendo continuamente buscado, por todo o

grupo de professores e acadêmicos. Isto possibilita o fortalecimento da concepção de *professor-pesquisador,* cria condições para a sua realização. Trazer a história local para o centro das discussões é ter responsabilidade com uma visão de mundo desalienada, tarefa primordial de um historiador-pesquisador-professor.

---

[1] Licenciado em História e Mestre em Educação pelo convênio interinstitucional UnC/UNICAMP. No curso de História é coordenador, além de professor da disciplina História do Contestado e orientador de trabalhos de pesquisa.

[2] Licenciada em História e Mestranda em História pela UPF. No curso de História é vice-coordenadora e professora das disciplinas de História Antiga e Medieval, Historiografia, Estágio Supervisionado I e II. Também orienta trabalhos de pesquisa.

[3] Licenciada em Pedagogia, mestranda em Educação, na área de Educação e Trabalho pela UFPR. No curso de História, é professora das disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado I e II.

[4] Licenciada em Pedagogia, Mestre em Educação no convênio interinstitucional UnC/UNICAMP e doutoranda em educação na área de História, Filosofia e Educação pela UNICAMP. No curso de História é professora das disciplinas de Metodologia Científica e Teoria e Metodologia da Pesquisa, além de co-orientar alguns trabalhos de pesquisa. Líder do grupo de pesquisa "História, sociedade e educação", vinculado ao curso.

[5] O Curso de História foi implantado na UnC/ Mafra (1992); Curitibanos (1999); Caçador e Concórdia (2001).

[6] DEMO, Pedro**. Pesquisa:** princípio científico e educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

[7] Três textos já foram publicados e podem ser encontrados no "O jornal" (Concórdia - SC), nas datas: 03/11/2004; 10/11/2004; 19/01/2005.

[8] O TCC "Vivencias e memórias: a história de Ipira" foi desenvolvido pelas acadêmicas Ivanete Moura Nosswitiz e Vânia Kilp Stockmann.

[9] DEMO, *op.cit.*

[10] SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987. p. 48.

[11] Esta proposta tem mostrado resultados positivos e podemos apresentar como balanço do curso até o momento: no período de 2001-2004 a primeira turma desenvolveu nove pesquisas que tiveram como tema central a história de 6 municípios da região, sendo 4 trabalhos referentes ao município de Concórdia (sede do Curso) e os demais trabalhos sobre os municípios de Alto Bela Vista, Irani, Ipumirim, Ipira e Seara. A prática de ensino ocorreu nos municípios sede das pesquisas. A segunda turma do curso, com entrada em 2003, vem desenvolvendo os trabalhos com foco na história regional, mas com temáticas mais específicas da história dos municípios. A terceira turma iniciou o curso neste ano e está em fase de definição das temáticas, sendo que estas apontam, em sua maioria, para pesquisas de municípios de origem dos alunos e ainda não pesquisados.

[12] REIS, Silvana Gomes dos; GIMENEZ, Telma Nunes. **Professor Pesquisador:** a interação entre teoria e prática na formação continuada. In: ANPED- Sul, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002 (Anais em CD-rom).

[13] REIS & GIMENEZ. *op.cit.*

[14] Autores do trabalho musealizado "Trilhas e Linhas da Colônia Concórdia", acadêmicos do curso de História da UnC – Concórdia, formados em 2004: Carlos Comassetto; Cleonice Bison; Marcio Fávero e Zelir Dalla Rosa. A exposição ocorreu de 18 a 28 de maio de 2005 no Memorial Atílio Fontana, Concórdia-SC.

[15] AMADOR, Milton Cleber Pereira. História faz História. In: Trilhas e Linhas da Colônia Concórdia. Concórdia: Memorial Attílio Fontana; UnC, 2005. (Texto de apresentação do folder de divulgação da exposição).

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL (1946 - 1961)

Milton Cleber Pereira Amador[1]

Ao longo do tempo, na sociedade brasileira, as leis sempre atenderam às estratégias de dominação das elites e isso não foi diferente com a educação. Analisar o papel da legislação é um desafio que visa contribuir para a compreensão do processo histórico, bem como demonstrar os interesses que influenciaram a elaboração da primeira LDB e situa-la na conjuntura político-econômicas do Brasil, de 1946 até 1961.

A análise do desenvolvimento político, econômico e social do Brasil, de 1946 até 1961, fez-se necessário, pois é com a Constituição de 46 que será "[...] inaugurado um regime liberal-democrático [...]" [2], e também é a referida Constituição que estabelece, pela primeira vez, que a União deveria fixar as "diretrizes e bases da educação nacional".

Assim, ao fazermos a análise do desenvolvimento político, econômico e social do Brasil de 1946 a 1961 constatamos, principalmente no aspecto econômico e nos embates políticos, a disputa por dois modelos de sociedade: o nacional desenvolvimentismo versus os defensores da privatização.

Nesse período, após quase duas décadas de ditadura getulista, vivia-se com relativa participação política da sociedade civil. A Constituição, elaborada em 1946, era até então a que melhor representava os anseios da sociedade brasileira. "A Constituição de 46 era liberal e regularizou a vida do país procurando garantir o desenrolar das lutas político-partidárias 'dentro da ordem'" [3].

No plano internacional crescia o confronto ideológico entre EUA e URSS, fato que tornava mais ricas as disputas internas. "A sociedade civil tomou corpo, e não só foi capaz de gerar uma série de partidos políticos de caráter nacional e regional, como também sustentou a atuação de 'partidos ideológicos', como as Igrejas, os vários órgãos de imprensa escrita, as rádios etc" [4]. Nesse momento, o Brasil transformava-se muito, não só nos aspectos políticos na construção de uma sociedade democrática, mas principalmente no nível econômico, onde as mudanças eram significativas. A economia agroexportadora, que

até então dominava as relações econômicas, terá na indústria uma nova concorrente, ou seja, o país deixa de ser hegemonicamente agrícola e passa a conviver com grandes centros urbanos industrializados. Assim, a nova conjuntura mundial,

> [...] A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por volta de 1945, desaparece a sentença, absolutamente condenatória do "essencialmente agrícola"; o imperialismo aceita a industrialização nos países dependentes. Passa a nova etapa. Nessa nova etapa, não mais podendo impedir a industrialização neles, associa-se a essa industrialização e controla o seu desenvolvimento. Instala-se, consequentemente, no interior do país de economia dependente e aí produz o que destina a esse mercado[5].

O Brasil, a partir de 1946, começava a viver com maior intensidade a disputa entre os projetos imperialistas: o do nacional desenvolvimentismo, que atribuía ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país, e o projeto da iniciativa privada, que se contrapunha à ingerência do Estado na economia, defendendo o desenvolvimento via capital internacional.

A partir deste momento temos a chamada Guerra Fria, em que de um lado aparecem os EUA e do outro a URSS. Isto determina uma nova estratégia de disputa. O mundo capitalista agora com a liderança americana passa a incentivar a industrialização nos países dependentes com maior vigor, objetivando melhor controlá-los e tê-los como aliados.

Nesse momento histórico, inicia-se no Brasil, com maior intensidade, o processo de industrialização. "[...] Entre 1947 e 1956, o ritmo do aumento da produção industrial foi aqui superior ao ritmo médio do mundo capitalista – 71% para este, a 91,8% para o Brasil [...]" [6]. Os EUA, potência já hegemônica no mundo capitalista, procurava investir em países de economia dependente para obterem lucros com maior facilidade e também manter controle ideológico em relação a disputa da Guerra Fria.

A mudança que se dará na economia brasileira, nas décadas de 40 e 50, será fruto da decadência da política agroexportadora, baseada no latifúndio e monocultura que se mantinha hegemônica desde os tempos coloniais. Nesse período a crise na lavoura cafeeira foi determinante para que ocorressem as transformações na economia. "[...] No café se apoiava a maior parte da existência do país, e para sustentar-lhe o peso era preciso

estimulá-lo [...]" [7]. Após sucessivos fracassos com a exportação da produção, as mudanças seriam inevitáveis, pois as exigências internacionais apontavam para outro rumo.

No campo político vivíamos um período de relativa ordem institucional, pois, após longo período da Ditadura Vargas, é estabelecida a democratização, principalmente com a Constituição de 1946. A organização partidária ainda era recente, mas já se delineavam as forças políticas que representariam os interesses de classes.

Em relação ao aspecto social, as maiores transformações ocorrem principalmente com a urbanização do país. Ocorrem manifestações populares que conseqüentemente dão certo vigor ideológico à sociedade. A reorganização dos trabalhadores ganha fôlego, especialmente com os setores mais avançados que buscavam a criação de um partido político que representasse os interesses da classe.

Mas, esse momento de transformações econômicas e de riqueza na esfera política e social foi rompido na década de 60 com o Golpe Militar, apoiado pelo imperialismo norte americano, em aliança com a burguesia nacional.

> Antes do golpe militar de 1964, realmente, havia relativa liberdade de manifestação, sucediam-se e às vezes superpunham-se formas ostensivas de agitação: as greves se repetiam, a turbulência política alastrava-se, os militares eram atingidos no clima de perturbação que inquietava a muitos, a agitação estudantil invadia as escolas e ganhava as ruas, raiava a inquietação nos meios intelectuais, onde tudo era posto em questão[8].

É nesta conjuntura de efervescência política e de transformações na economia, com novos atores sociais, que será elaborada a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira. As disputas ideológicas ocorridas durante o período de debates, estarão diretamente vinculadas às relações econômicas e políticas em evidência na época.

Nesta lógica, os dois grandes embates ideológicos que marcaram as disputas nesta fase foram a questão da centralização x descentralização e o confronto entre os defensores da escola pública x escola particular.

O embate entre centralização x descentralização, por falta de entendimento entre seus ideólogos, levou ao arquivamento do primeiro projeto de LDB. A questão da centralização era vista por dois ângulos, ou seja, era lembrada com a ditadura do Estado Novo e levava muitos educadores progressistas a não encampá-la. Também, os

educadores, ligados à igreja católica, entendiam que a questão da centralização dava ao Estado um controle muito grande na educação e isso contrariava os seus interesses, pois a igreja tinha um controle quase hegemônico da escola particular, na época.

A descentralização era vista como uma necessidade por educadores de idéias novas, pois entendiam que as diferenças regionais seriam contempladas com a descentralização. Os educadores, ligados a defesa da escola pública, viam na descentralização um caminho para a privatização e por esta razão eram contra. Assim, por falta de entendimento, o projeto foi arquivado e a sociedade teve que esperar mais alguns anos para ter uma LDB. Na retomada das discussões, no início da década de 50, o confronto irá evoluir entre escola pública e escola privada.

O confronto entre os defensores da escola pública e defensores da escola privada estava diretamente relacionado à disputa dos modelos de sociedade da época. Dessa forma, a escola pública tinha seus aliados nos grupos ideológicos que lançaram em 1959 o Manifesto dos Educadores, passando a contar também com o apoio de alguns setores das elites liberais da sociedade. Os privatistas tinham na Igreja Católica, que hegemonizava o ensino particular na época, seu mais forte aliado e também contavam com o apoio dos setores ligados aos defensores da privatização da economia.

A partir de 1956 até o golpe de 1964, intensifica-se a disputa ideológica entre dois projetos de sociedade: projeto nacionalista, ligado à escola pública, e o projeto do capital internacional, tendo como princípio básico a escola particular.

No Congresso Nacional a disputa também toma um caráter bastante ideológico. De um lado estavam os defensores da escola particular liderados por católicos, defendendo o projeto de Carlos Lacerda. Do outro lado estavam os críticos do projeto de Lacerda, com uma composição ainda não plenamente hegemônica do ponto de vista ideológico.

O “Manifesto dos Educadores”, em 1959, inspirado no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, que com novas mobilizações organizam a “Campanha de Defesa da Escola Pública”, buscando assegurar a igualdade de oportunidades educacionais. Não ficando indiferentes, os privatistas ligados à igreja Católica, criam a “Campanha de Defesa

da Liberdade do Ensino", que significava liberdade para ampliação de mercado e lucratividade.

Sendo assim, o Manifesto dos Educadores, foi o instrumento de defesa da Escola Pública para contrapor os interesses dos privatistas que se baseavam nas teses do III Congresso dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de 1948. O referido Manifesto, redigido por Fernando de Azevedo, contou com um leque de apoio bastante amplo, como: "Educadores e intelectuais liberais, liberais-progressistas, socialistas, comunistas, nacionalistas etc. deram sustentação ao documento. Personalidades de esquerda como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, mesclaram-se como os liberais Almeida Júnior, Miguel Reale e outros" [9].

Portanto, na mesma lógica do desenvolvimento econômico, na qual as elites nacionais, já se associando ao capital estrangeiro iriam imprimindo os rumos na vida do país, a educação também terá que estar organizada para atender tais interesses e assim irão ocorrendo as mudanças.

> O que se operou, na realidade, foi uma evolução das preocupações educacionais na direção que lhes imprimiam o avanço da ordem econômica e o processo de adequação crescente da ordem política as suas exigências. Nos anos 50, momento em que se consolidava a internacionalização da economia nacional, o projeto educacional ousou assumir, para além das conveniências político-ideológicas, os rumos que efetivamente vinha tomando nas últimas décadas[10].

O conflito entre escola pública e escola privada irá se desencadear a partir de 1956, "costuma-se dizer que a discussão nesta fase foi motivada pelos choques entre as diversas correntes em defesa dos princípios da escola *pública* e da escola *particular*" [11]. Até 1961, vai ocorrer uma polarização da opinião pública do país, trazendo definitivamente o princípio ideológico da privatização da educação na LDB, com a Igreja Católica à frente servindo de escudo para os defensores da escola particular.

O que começa a ocorrer nesse momento, devido à falta de uma posição ideológica mais hegemônica por parte dos oposicionistas é uma ligeira tendência para a conciliação. Consagrou-se assim uma LDB de conciliação das forças conservadoras e liberais, resultando num projeto liberal de educação, o que agradava a ambos. "Em síntese, pode-se

concluir que o texto convertido em lei representou uma 'solução de compromisso' entre as principais correntes em disputa. Prevaleceu, portanto a estratégia da conciliação" [12].

Assim, durante toda a década de 50, o principal debate da LDB girou em torno do princípio da privatização versus estatização. Como a conjuntura da época era marcada pela democratização da sociedade, com forte tendência para o liberalismo econômico, embora os defensores do nacional desenvolvimentismo contassem com forte representação, tanto na sociedade civil como no Congresso Nacional, a lei aprovada para a educação atendeu os interesses de conciliação entre as partes retratando desta forma, a correlação de forças daquele momento.

> Portanto, o texto aprovado não correspondeu plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Foi, antes, uma solução de compromisso, uma resultante de concessões mútuas prevalecendo, portanto, a estratégia da conciliação. Daí por que não deixou de haver também aqueles que consideraram a lei aprovada pelo Congresso Nacional como inócua, tão inócua como o eram as críticas estribadas na estratégia do "liberalismo" [13].

O princípio ideológico da privatização estará implícito no título que trata "Do direito à educação". Analisando a evolução na tramitação do projeto inicial até a aprovação final da LDB iremos constatar a conciliação que ocorreu no texto rumo ao princípio de privatização. O projeto de Clemente Mariani estabelece que seja "responsabilidade do poder público instituir escolas de todos os graus, garantindo a gratuidade imediata do ensino primário e estendendo-o progressivamente aos graus ulteriores e mesmo às escolas privadas". Carlos Lacerda, em seu projeto defendia "que a educação é direito da família, não passando a escola de prolongamento da própria instituição familiar". Esta proposta era bandeira de luta da igreja, anteriormente analisada no texto. Já o texto aprovado que originou a Lei 4.024/61 "conciliou os dois projetos garantindo à família o direito de escolha sobre o tipo de educação que deve dar a seus filhos e estabelecendo que o ensino é obrigação do poder público e livre à iniciativa privada" [14].

Portanto, fica clara a vitória dos privatistas na primeira LDB no Brasil, pois o tão proclamado princípio da liberdade de ensino, defendido pela igreja, através da "Campanha de Defesa da Liberdade do Ensino", que no fundo significava liberdade para ampliação de mercado e lucratividade, garantia desta forma aos donos de escolas privadas ofertarem às

famílias a liberdade de escolha entre escola pública e escola privada. Ainda para confirmar o sentido de conciliação e o princípio da privatização, na LDB, Saviani diz que

> O título "Da liberdade do ensino" não constava do projeto original. Foi introduzido pelo substitutivo Lacerda e mantido, embora com redação alterada, no texto da lei. Em contrapartida, o título "Dos sistemas de Ensino", que constava do projeto original, fora eliminado no substitutivo Lacerda mas mantido no texto da lei. Tal fenômeno também traduz a intervenção da estratégia da "conciliação" uma vez que o título da liberdade de ensino era uma reivindicação da iniciativa privada, ao passo que o título referente aos sistemas de ensino implicava a precedência da iniciativa do poder público[15].

Também fica explícito na lei quando trata "Dos recursos para educação", que o princípio da privatização, concilia interesses do poder público com a iniciativa privada, estabelecendo cooperação financeira entre a União, Estados, Municípios e ensino privado principalmente através de bolsa a alunos carentes e também sobre todas as outras formas de repasse de verbas que teriam como fim a educação. Saviani defendendo a tese da conciliação entre interesse público e privado na LDB, diz que os mesmos "serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino" [16] E em seguida regula a concessão de bolsas bem como a cooperação financeira da União com Estados, Municípios e iniciativa privada sob a forma de subvenção, assistência técnica e financeira "para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos".

Em verdade a Lei de Diretrizes e Bases aprovada no Congresso Nacional, representou "[...] a correlação de forças expressa no poder legislativo que era mais conservadora (para reacionária) que aquela que se expressava através dos diferentes movimentos sociais" [17]. Este fato tem sido uma característica bastante presente na sociedade brasileira. Os movimentos sociais muitas vezes à frente do pensamento político, representado no poder. A forte influência do poder econômico talvez explique este fenômeno na vida do país.

Mas a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação não esgotou as disputas ideológicas em torno dos dois projetos de sociedade da época, analisado em capítulo anterior. Seguiram-se muitos protestos, principalmente dos setores ligados à defesa da escola pública. Paulo Ghiraldelli Jr. considerou que "[...] boa parte dos integrantes da

Campanha da Escola Pública consideraram a aprovação do projeto como uma derrota popular e o sancionamento da Lei pelo presidente João Goulart "uma traição" para com as forças democráticas e populares" [18]. Conforme Eduardo R. Villalobos, a lei

> [...] manteve, em seus diferentes títulos, a estrutura do projeto primitivo e dos substitutivos anteriores organizados pela Comissão de Educação, mas inseriu-lhe um conteúdo que negava, em aspectos fundamentais, a filosofia que servia de apoio ao trabalho original, indo ainda mais longe do que o segundo substitutivo do mesmo órgão no sentido dos interesses da iniciativa privada e dos desejos da Igreja Católica[19].

Podemos afirmar que a Lei 4.024/61 representou o espírito liberal da sociedade da época. Estava de acordo com a Constituição de 1946 e com os princípios econômicos norteadores das elites nacionais, que defendiam para a educação as mesmas liberdades que inspiravam seus projetos econômicos, ou seja, voltados sempre para o mercado.

Desta forma a Lei 4.024/61, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, irá apresentar características bastante liberais, determinando com isto vitória das forças privatistas. Mas, também saem vencedores os defensores da escola pública se for considerada a correlação de forças que compunham o Congresso Nacional na época. Assim, a primeira LDB contemplou interesses privados e garantiu de acordo com a representação política do Congresso, a escola pública possível para o povo naquele momento.

---

[1]Professor da Universidade do Contestado, Licenciado em História e Mestre em Educação pelo convênio interinstitucional UnC/UNICAMP.
[2] CUNHA, Luiz A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p.9.
[3] GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1992. p.110.
[4] *Ibid.*, p.111.
[5] SODRÉ, Nelson W. **Brasil:** Radiografia de um modelo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.78.
[6] SODRÉ, Nelson W. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.345.
[7] PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1984. p.294.
[8] SODRÉ, Nelson W**. Vida e morte da ditadura:** vinte anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. p.57.
[9] GHIRALDELLI Jr., *op. cit.*, p.114.
[10] XAVIER, Maria Elizabete S.P. **Capitalismo e Escola no Brasil.** Campinas: Papirus, 1990. p.172.
[11] RIBEIRO, Maria L. S. **História da educação brasileira:** a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 165.
[12] SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil:** o papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino. Campinas: Autores Associados, l996. p. 45.
[13] *Ibid.*, p. 47-8.
[14] *Ibid.*, p. 49.
[15] *Ibid.*, p. 49-50.
[16] *Ibid.*, p. 50.
[17] RIBEIRO, *op.cit.*, p.169-70.
[18] GHIRALDELLI Jr., *op. cit.*, p.116.
[19] VILLALOBOS *apud* RIBEIRO, 1988, p.170.

As Ciências Humanas no Ensino Fundamental

Miriam Bianca Amaral Ribeiro (UFG)

mbianca@pop.com.br

Angela Cristina B. Mascarenhas

Simei Araujo Silva

As Ciências Humanas no Ensino Fundamental têm um papel importante no sentido de ajudar a descortinar o mundo aos olhos do educando, oferecendo instrumentos que possibilitem o desenvolvimento de sua capacidade de análise, interpretação e sistematização da realidade social. Não estamos diante de uma área de estudos com estatuto menor de cientificidade – os tradicionais estudos sociais – mas sim, face a uma área de conhecimento que realiza a integração de um conjunto de ciências do homem e da sociedade que se distinguem das Ciências Físicas e Naturais.Distinguem-se pelo seu objeto e seu método de investigação. Diferentemente das ciências naturais, que abordam fatos no plano exterior, as ciências humanas estão diante de as realizadas conscientemente, portadoras de significação.Elas procuram compreender as ações dos homens, o que os moveram, que fins buscavam e o significado destas ações.

O trabalho do professor do Ensino Fundamental não pode prescindir de uma significativa formação na área de Ciências Humanas tanto para exercer sua tarefa em sala de aula, atuando diretamente com conceitos e conteúdos desta área junto aos seus alunos, quanto para compreender o universo das relações socais, econômicas, políticas, históricas e culturais que compõem o cotidiano escolar.

Goldmam (1986) chama-nos a atenção para o fato de que alem de sua significa;'ao consciente no pensamento e na intenção dos agentes, os fatos histórico – sociais têm uma significação objetiva.O cientista social não pode ignorar a intenção subjetiva nem a significação

objetiva das ações humanas.Para ele, a ciência humana constitui-se da análise da ação humana, sua estrutura, aspirações que a anima e alterações que sofre. O processo do conhecimento científico é ele próprio um fato humano, histórico e social. Isso implica estudar ao vida humana, a identidade entre sujeito e objeto, o que se coloca diferente das ciências naturais.É preciso ligar o estudo dos fatos de consciência à sua localização histórica e à sua infra-estrutura econômica e social.

As considerações de Goldmam nos levam a refletir sobre a fundamentação teórico-metodológica das Ciências Humanas e seu papel no ensino fundamental, bem como na formação do professor.Não podemos exercitar um ensino qualificador das ciências humanas, desrespeitando o caráter interdisciplinar e complementar das mesmas, nem ignorar o significado da visão de mundo sustentada pelo professor em seu trabalho pedagógico.

Recorremos a concepção de homem onilateral destacada por Manacorda (1991) em sua discussão sobre Marx e a pedagogia moderna.O conceito de homem onilateral coloca a exigência de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das necessidades e da capacidade humana de satisfação. A onilateralidade é considerada objetivamente, o fim da educação.Dentro desta, o ensino da ciências humanas e a formação do professor como desenvolvimento da capacidade de compreensão e interpretação da realidade social tem uma grande contribuição a dar.

As Ciências Humanas, para representarem uma contribuição coerente e consistente na formação do educando, deve abarcar as noções básicas referentes às ciências que compõem essa área.Isso pressupõe a formação do professor no que diz respeito aos conceitos básicos de cada uma destas ciências.Isso para realizar seus trabalho em sala e para compreender as relações socais em que está envolvido.A formação destes conceitos resulta de uma atividade complexa, em que todas as funções intelectuais básicas tomam parte.Segundo Vigotsky (1993), o desenvolvimento dos processos que finalmente resultam na formação do conceito, começa na fase mais precoce da infância, mas, as funções intelectuais que, numa combinação específica,

formam a base psicológica no processo de formação dos conceitos, só amadurecem na puberdade.No entanto, se o ambiente não fizer novas exigências ao indivíduo e não estimular seu intelecto, proporcionando uma série de novos objetos, o seu raciocínio não conseguirá atingir estágios mais elevados ou só aos alcançará com grande atraso.

Percebemos, então, a importância de um ensino estimulante e significativo que possibilite o desabrochar da capacidade de elaboração e sistematização do educando, somente possível na medida em que o professor domine tais conceitos e seu processo de construção, bem como seu papel na formação do aluno.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas, vinculado ao NUFOP (Núcleo de Formação de Professores), da Faculdade de Educação da UFG, atua desde Janeiro de 2000, desenvolvendo pesquisa e extensão sobre o ensino das Ciências Humanas na Educação Básica.O grupo tem como objetivo desenvolver temáticas relativas à concepção e método das Ciências humanas e seu rebatimento sobre o processo pedagógico. A pesquisa cujos resultados aqui apresentamos foi realizada entre Março de 2000 a junho de 2001, sem financiamento público.O grupo conta com três professoras da área de Ciências Humanas da Faculdade de Educação da UFG e uma monitoria de graduação, além de 4 voluntárias.

A pesquisa em questão foi proposta para que se pudesse levantar dados relativos ao ensino das Ciências Humanas na Rede Municipal de Educação de Goiânia. Isso porque temos observado, no universo acadêmico e mesmo no âmbito das Secretarias de Educação, uma significativa e bem fundamentada discussão sobre o papel decisivo das Ciências Humanas na formação do sujeito. Já se tornou lugar-comum e por isso desprovido de significado, o chavão “formar o cidadão crítico”, presente em todo e qualquer discurso ou planejamento didático pedagógico.Queríamos saber a quantas anda a relação entre esse belo e necessário objetivo e o cotidiano das salas de aula de Ciências Humanas, notadamente, de história e geografia.Queríamos entender qual é a idéia de Ciências Humanas, concepção e método, presente na visão dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo como

referencial os elementos apresentados nas linhas iniciais deste texto.O professor, ao fazer esse discurso que coloca como objetivo de seu trabalho, a formação do ”cidadão críttico”, tem fundamentado tal projeto numa sólida compreensão e domínio conceitual da base teórico-metodológica que torna isso realizável?

Escolhemos a rede municipal de Goiânia porque temos uma convivência próxima com a história da rede municipal e acompanhamos várias das experiências de formação continuada e de reformulação curricular desenvolvidas pela secretaria. Consideramos essa rede com um espaço já acostumado a essas discussões cuja repercussão no cotidiano escolar que pretendíamos levantar. Assim, temos a rede com um local onde as questões propostas, de longa data, têm sido objeto de eventos de formação dos professores.

A rede municipal de Goiânia, quando da realização da pesquisa, estava organizada parcialmente em ciclos de formação e parcialmente em regime seriado, em 170 escolas distribuídas em quatro núcleos regionais.Foram selecionadas 16 escolas, aleatoriamente, metade delas em regime de ciclo e metade em regime seriado, sendo quatro escolas selecionadas por região. A partir de intenção de levantar a base teórica relativa à área de Ciências Humanas que dá sustentação à prática pedagógica dos professores da rede e da observação das contradições, existentes ou não, entre os avanços teórico - metodológicos nesta área e a sobrevivência das interpretações não-científicas e/ou positivistas nesta mesma prática, elaboramos um questionário aplicado a todos os professores de 1ª à 4ª série e dos ciclos I e II.Foram entrevistados, posteriormente, professores escolhidos aleatoriamente entre os que responderam o questionário.

O questionário foi composto de itens que discutiam aspectos como, concepção de ciências humanas e de ensino das ciências humanas, conteúdos trabalhados, metodologia utilizada,carga horária destinada à área de humanas, formas de avaliação, recursos didáticos adotados, participação dos alunos e da escola. Organizados os dados, constatamos o quadro que se segue.

Os professores pesquisados estão majoritariamente na faixa etária de 30 a 50 anos, sendo 43% portadores de diplomas de curso superior, 5% estão cursando o ensino superior, 19% possuem pós-graduação e 15% têm apenas o magistério.A maioria dos professores tem pelo menos 6 anos de magistério.Assim, não estamos lidando com professores inexperientes nem leigos.

Esses professores apresentaram uma concepção de ciências humanas contraditória. Ao mesmo tempo manifestam objetivos como a construção de uma visão crítica, a contribuição para a formação da cidadania, a compreensão da realidade do aluno e do contexto histórico-social, apresentam uma percepção de ensino mecânico e descontextualizado, além da dificuldade de trabalhar interdisciplinarmente, inclusive na própria área de humanas. A desvalorização desta área de conhecimento e o distanciamento da realidade do aluno também são perceptíveis.Todos esses elementos aparecem de maneira confusa e difusa na percepção do professor, indicando uma fragilidade na delimitação do objeto e método de estudos e a relação com seus objetivos.

Pudemos constatar que na maioria das vezes a carga horária da área não é especificada e pouco tempo é destinado ao trabalho com seus conteúdos.Nas séries iniciais essa situação é mais acentuada, visto que o processo de alfabetização quase se resume ao ensino de português e noções de matemática,não se percebendo o mesmo como um processo mais ampliado em que as ciências humanas têm uma grande contribuição a dar. Isso se faz mantendo-se o discurso sócio-interacionista, recheado de referências a Vigotsky, por exemplo, ao mesmo tempo em que se afirma a importância de todas asa áreas de conhecimento para a formação do educando.

Quanto ao material didático utilizado, o professor não adota um livro especificamente.Quando isso acontece, o processo de escolha ocorre de forma majoritária, entre os livros indicados pelo MEC.Neste item 9º professor registra a falta de opções, especialmente sobre os temas locais e regionais.Registra-se também um contradição quando o

professor se refere ao uso freqüente que afirma fazer de outros recursos como mapas, filmes, fotos, jornais, música, teatro ao mesmo tempo em que reclamam da ausência de recursos.

Sobre os conteúdos trabalhados, encontramos o elemento mais problemático quanto ao ensino das ciências humanas na rede municipal de educação de Goiânia.Por esse item pudemos constatar que não existe, para os professores, uma definição clara do objeto de estudo.Nas respostas apresentadas percebemos que não existe uma delimitação do objeto das ciências humanas, e o que é pior, uma grande confusão entre o objeto da área de humanas e o objeto das ciências naturais.Não há um fio condutor que garanta a ordenação e a coerência dos conteúdos a serem trabalhados.Não há uma opção teórico-conceitual reconhecida e assumida, promovendo a idéia de que não há diferenças substancias no trato dos conteúdos a partir de uma ou outra concepção. Isso dá espaço para a reprodução quase hegemônico do positivismo, considerado senso comum ou obviedade no trabalho com a área de humanas.

Foram citados desde o conteúdo de história e geografia até o corpo humano, higiene, cadeia alimentar,animais vertebrados e invertebrados, plantas, solo, estados da água e as indefectíveis datas comemorativas. Assim, nem mesmo a distinção entre ciências humanas e naturais é realizada. Isso demonstra o grau de indefinição do objeto das ciências humanas, comprometendo obviamente o uso de uma metodologia adequada e conseqüente.

Em relação à avaliação, consta-se que os professores descrevem recursos avaliativos que não correspondem à fragilidade e à incoerência encontradas na delimitação do objeto e do método. Citam majoritariamente um processo avaliativo contínuo, diagnóstico,formativo e participativo, quando as condições de ensino encontradas não possibilitam tais procedimentos.

A partir da análise dos dados realizada, concluímos que um dos maiores problemas relativos ao ensino das cIências humanas no campo observado é, ainda, a falta da delimitação do objeto e oi método das ciências humanas e da metodologia própria desta área de conhecimento. Essa situação traz sérias conseqüências, pois não há definição do objeto e dos métodos de estudos, levando ao um trabalho fragmentado, desconexo que não contribui

significativamente para a formação e desenvolvimento do projeto do homem onillateral. Isso ocorrendo numa rede considerada com um exemplo de formação continuada, explicita a distancia entre intenção e gesto, entre o exercício teórico, muitas vezes realizado no âmbito acadêmico e distante do cotidiano escolar.

De maneira geral, essa fragilidade teórica se apresenta, exemplarmente na freqüência dos chavões do tipo: formação para cidadania, compreensão da realidade do aluno, a construção de uma visão crítica.Não é objeto de questionamento do professor o conceito de cidadania,por exemplo, cuja diversidade de abordagens, como se sabe, decorre da diversidade de concepções de sociedade e de relações sociais.

Os resultados deste trabalho foram apresentados no I Seminário Educação e Ciências Humanas, realizado no auditório da Faculdade de Educação da UFG, contando com a presença de representantes oficiais da rede municipal e da rede estadual de educação, representante da rede particular e representante do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Educação de UFG, antigo Colégio de Aplicação.

Derivado da pesquisa, como próxima tarefa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas, além de um novo projeto de pesquisa já em andamento, está o projeto de produzir um material destinado à formação do professor da área de humanas, composto por artigos dos membros do Grupo e que aborde as principais lacunas detectadas na construção teórico-metodológica do professor.

Corpos nefastos: os afro-descendentes e o condicionamento da cidadania

Mirian Adriana Branco

A imagem que nos ficou da Primeira República brasileira remete-nos constantemente ao universo político de um sistema sem grande participação popular e repleto de práticas fraudulentas. No entanto, no âmbito social muitos e diversificados são os aspectos desse período que necessitam ser desvelados. Dentre eles, detenho-me aos que se referem à participação dos considerados afro-descendentes no que tange a obtenção da sua cidadania desde os primeiros anos de regime republicano.

Enquanto que ao regime monárquico ligaram-se fortemente as práticas escravocratas, o início de nossa experiência republicana é permeado pelos reflexos da abolição da escravatura, ato que além de lançar no meio social, centenas de indivíduos sem moradia, sem recursos ou perspectivas, ainda emoldurava todo um ideário que sugeria exclusão. As relações que se estabeleceram em meio a projetos de construção nacional, por conta do deslocamento do trabalho servil para o livre fizeram com que teorias raciais fossem reelaboradas, nacionalismos fossem adaptados, saberes importados, e principalmente os indivíduos chamados a compor a nacionalidade brasileira fossem selecionados.

A cidadania possui um conceito histórico, ou seja, que sofre variações de acordo com o tempo e o espaço[1], dessa forma fazer parte da nação no século XIX, não era um privilégio de todos. Alguns como os negros africanos e seus descendentes, não se conformavam a um modelo de cidadão em construção durante a nossa primeira experiência republicana. Tempo em que podemos perceber, em detrimento da integração social dos recém-libertos, o esvaziamento da sua individualidade, e a inclusão destes num grupo racial. Uma amostra dos muitos desdobramentos de um saber essencialmente

biológico que assolava o Brasil, e que propagando a crença na sua incapacidade física, social e moral, afetava diretamente a vida dos muitos negros, outrora escravos ou não, que buscavam a sua inserção nos diversos setores da sociedade brasileira.

Quando chega o século XX, a situação não é muito diferente, ainda com poucas possibilidades de ascensão social devido a fatores como alto índice de analfabetismo, os afro-descendentes percebem que mostrar-se apto a cidadania, significava a transposição de discursos que professavam sua não civilidade, através de ações que demonstrassem uma outra versão, escrita nas suas muitas ingerências no meio social, nas suas intervenções na vida pública, nos seus aprendizados na vida privada, no seu comportamento, seu modo de falar, de andar, de movimentar o próprio corpo. Era preciso branquear.

Tal assertiva era entanto, resultado da observação dos movimentos de uma elite nacional que, na intenção de viabilizar o desenvolvimento do país passou a utilizar-se de estratégias que tinham o poder de deslocar o sentido do branqueamento para além da mudança da cor da pele. Com base em novos encaminhamentos na discussão racial, esse branqueamento passou a ser visto como resultado da boa conduta; da aquisição de civilidade.

Porém, partindo do pressuposto de que a cidadania é algo a ser construído pelo indivíduo, que em vez de mero receptor é acima de tudo sujeito daquilo que pode conquistar, os afro-descendentes, avalizados pela ciência que dizia que eles poderiam ser civilizados e, redimidos pelo nacionalismo que precisava da sua participação para constituição da nacionalidade, lançam mão do seu direito à associação e dão os primeiros passos na sua longa caminhada pela conquista de sua inclusão, participação e cidadania.

O surgimento das associações negras que espalharam-se pelo país se deu neste contexto, tornando-se importante veículo de discussão e participação no espaço urbano. Um território de construção, onde seus membros esforçavam-se para serem

reavaliados e re-significados.

Desde o início, nessas associações, estabeleceu-se a busca por formas de atuação que propiciassem a sua interação como cidadãos incluídos e participantes, algo que até então lhes havia sido continuamente negado em nome de conhecimentos biológicos. Se era verdade que todos eram iguais perante a lei, não era menos verdade que no conjunto das relações políticas, econômicas e sociais, os indivíduos eram a todo instante avaliados e classificados em bons ou maus cidadãos, com base no seu comportamento, e na capacidade de gerir a própria conduta de forma civilizada.

Na escalada rumo à cidadania estas associações serviram para que seus membros continuassem reivindicando benfeitorias para os municípios no qual se estabelecem; comemorando datas cívicas; organizando bibliotecas; instruindo-se, e inserindo-se, através da permanente tentativa de superação de discursos que colocavam as suas incapacidades ora sob o peso racial, ora de cunho cultural.

Nesse sentido o diálogo, mesmo que exercido de forma indireta com a elite foi decisivo. Principalmente porque, era ela que selecionava o que deveria, e o que não deveria compor a cidade, quais eram os bons e os maus costumes, construindo e reafirmando os conceitos e as práticas da cidadania, de acordo com seus interesses de preservação da hierarquia social colocada em risco pelo trabalho livre, e o novo modelo político.

Num sistema onde em princípio todos eram cidadãos, e no qual o indivíduo moralmente aceito, seria na perspectiva de Jurandir Freire, era aquele regulado pelo hábito criado na mecânica dos gestos e condutas; pela culpa; pelo sentimento de desvio moral com relação ao social; pelo julgamento de seus pares ou iguais,[2] tratou-se de impor diferenças entre os habilitados e os não-habilitados ao convívio social. E estar habilitado era o mesmo que estar educado, consciente das noções de civilidade.

Não foi por acaso que práticas eugenistas de melhoramento, passam a ser

problematizadas e utilizadas, ao mesmo tempo em que se abriam pequenas possibilidades de inserção social aos afro-descendentes. Uma inserção que passou a ser condicionada à sua capacidade de civilizar-se. Quanto a isso, Mariá Pelissari, ao recortar os elementos referentes à cidadania e sua relação com a esfera pública, chega ao ponto no qual pôde observar que a condição cidadã requer interiorização de valores éticos-morais concernentes à constituição de seres humanos que possam integralizar, no nível ético a condição de cidadania.[3]

O conceito de cidadão, em sentido amplo, expressa o indivíduo capaz de autodeterminar-se, buscar realização pessoal e capacitação econômica, contribuindo para a definição da identidade sócio-política e cultural da comunidade e do povo que a integra, delineando a ética social regente.[4] Necessariamente porém para que exista essa relativa autonomia é preciso que hajam direitos políticos, de sufrágio e associação. Levando-se em conta que por causa da escravidão, a grande maioria dos negros era analfabeta, podemos concluir que por efeito do dispositivo legal constante na constituição de 1891, que restringia o voto aos indivíduos alfabetizados,[5] o primeiro direito político essencial lhes era negado.

Se nós estamos sempre construindo identidades num jogo de contrastes com elementos que não são aleatórios, mas que são, no entanto, re-significados em função do contexto, de interesses e de posições de poder, que fazem com que um grupo reivindique uma nova visibilidade dentro da sociedade,[6] para além de toda discussão que caracterizava a percepção crítica que os afro-descendentes tinham de si mesmos, dos outros e das relações nas quais passaram a se envolver após a abolição, este seguiram superando às suas supostas "limitações", que desde os tempos da escravidão os perseguia. Apreendem o significado do termo cidadania, e passam a entender que num meio onde as relações se forjavam eivadas de preconceitos, esse dispositivo institucional era o único que poderia garantir em termos de pertencimento, a igualdade perante os

muitos outros habitantes da nação.

Todavia cento e dezessete anos depois, é possível perceber que a conquista dos direitos civis garantiram apenas uma fração da condição cidadã dos grupos egressos da escravidão negra no Brasil, pois os direitos sociais que lhe são complementares como saúde, educação, trabalho ou segurança não lhes foram oferecidos no pacote abolicionista de 13 de maio de 1888. Na quantificação da miséria na qual estão mergulhadas essas populações, é flagrante a percepção do quão distante e abstrata é a cidadania para estes brasileiros, a quem os discursos oficiais e intelectuais acharam por bem chamar “afro-descendentes”.

O Estado brasileiro, numa seqüência de medidas institucionais de pouca eficácia e muita polêmica, no passar dos anos busca promover a integração destes grupos que por conta do gerenciamento do ato abolicionista foram lançados à própria sorte, sem qualquer preparação para a acirrada competição social/capitalista que iriam encontrar. Com medidas paliativas embasadas em dados distorcidos e com poucos investimentos, tais ações que se dizem “afirmativas”, acabam por “negar” a realidade em que estes grupos se colocam.

Por outro lado, a ausência de medidas realmente transformadoras, nos dá a medida da relutância em alterar a estrutura social, pois certamente isso poria em risco as bases nas quais se funda nossa sociedade.

[1] PINSKY, Jaime; PINSKY Carla Bassanezi (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 10 p

[2] COSTA. Jurandir Freire. Op. Cit. 249 p.

[3] PELISSARI. Maria Aparecida. **A condição cidadã: valores éticos na individualidade**. São Paulo: Editora UNICAMP. 1995. 19p.

[4] DAMIÃO. Ada Stella Bassi; SOARES. Marcelo Santos; CARNEIRO. Harley Dias (orgs).**O novo cidadão brasileiro**. Rio de Janeiro: Salamandra. 1987. 20 p.

[5] Cf. HASENBALG. Carlos. **A construção da cidadania**. Brasília: Editora Brasiliense. 1986. 129 p.

[6] MONTES. Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção, e a ideologia. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz; SILVA. Renato Ramos da (orgs). **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP. 1996. 61 p.

História, narrativas e representações na escrita do folclore em Goiás.

Mônica Martins da Silva[1]

A noção de folclore surgiu em meados do século XIX durante processos de organização e formação de nações européias e pode ser considerada como parte de um contexto de problematização da noção iluminista de cultura, considerada como sinônimo de civilização. O Iluminismo irá promover valores de universalidade e racionalidade que terão papéis fundamentais na elaboração deste modelo ideológico no qual as práticas populares eram consideradas como irracionais.[2]

Ortiz considera que o romantismo teve um impacto importante na definição do conceito de cultura popular, pois, ao se opor ao Iluminismo voltou-se para situações particulares, dando ênfase às diferenças e espontaneidade dos sentimentos, aproximando-se também do historicismo e descobrindo, assim, a Idade Média, os romances de cavalaria, os reis, as cruzadas. No entanto, os românticos gostavam daquilo que surpreendia, o bizarro, excêntrico, exótico e pitoresco. E era assim que as manifestações populares eram vistas. A grande diferença na abordagem do estudo das manifestações populares seria a descoberta da cultura popular pelos intelectuais e é na Alemanha onde se torna mais forte. Peter Burke[3] considera que o conceito de cultura popular é nesse período inventado por um grupo de intelectuais alemães, o filósofo Herder e os irmãos Grimm. De fato, esses pensadores são parte de um contexto no qual surge o debate sobre a cultura popular que se travava na Alemanha, na qual, parte da intelectualidade volta a atenção para as tradições populares e através delas procura legitimar uma cultura autenticamente nacional.[4]

Somente na segunda metade do século XIX é que os estudiosos da cultura popular vão se considerar folcloristas, na conclusão de Ortiz, sendo que o próprio termo de origem inglesa representava um novo espírito que procurava definir o estudo das tradições populares como uma ciência. Várias iniciativas

objetivaram demarcar as novas fronteiras do folclore e algumas delas podemos citar a partir de Ortiz como *Folklore Society* na Inglaterra em 1878, o 1º congresso Internacional do Folclore em Paris em 1889, algumas publicações como *Folk-lore Record* e *Folk-lore Journal*.

No Brasil, o movimento folclórico só será articulado a partir das primeiras décadas do século XX, quando as festas e todo um conjunto de manifestações populares estarão envolvidos em debates que buscavam discutir elementos para a nacionalidade brasileira. A ideologia da mestiçagem e a união das três raças passaram a ser as marcas de nossa identidade nacional, tal como pregavam as idéias cientificistas, naturalistas, positivistas e evolucionistas na época. [5] Como exemplos, podemos citar os estudos literários de Celso de Magalhães, Sílvio Romero e os trabalhos etnológicos de Nina Rodrigues e, um pouco depois, os de Amadeu Amaral. No entanto, nenhum deles pode ser caracterizado como folclórico, visto que o seu estabelecimento no Brasil era muito recente e se confundia freqüentemente com a própria literatura, tal como também acontecia na Europa. Bosi[6] acredita que no Brasil, o tema do cruzamento entre as culturas é proposto especificamente por alguns escritores modernistas, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Raul Bopp e Cassiano Ricardo, os quais acreditavam na fusão de culturas a partir da diversidade nacional.

Se, os anos de 1920 são pontos de partida para os estudos folclóricos, seu auge só será na década de 1950 com a criação da Comissão Nacional do Folclore, em 1947, e da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958. No entanto, esse movimento estará bem próximo da sociologia e da antropologia e com essas áreas irá travar imensos debates[7] pela definição das fronteiras de seu estudo bem como da incorporação ou não do folclore às ciências sociais. No contexto do pós-guerra, a preocupação com o folclore enquadrava-se na atuação da Unesco em prol da paz mundial, porque era compreendido como

instrumento de união entre os povos. De fato, as iniciativas em torno do folclore no Brasil, faziam parte de um processo anterior, mas, é somente nesse período que o debate tornou-se aceso. Exemplo disso foram os inúmeros eventos em torno do folclore, como diversos congressos, seminários, semanas e simpósios.[8]

Em Goiás, a temática do folclore tornou-se autônoma a partir da criação da subcomissão estadual do folclore em 1947 que deu origem, anos mais tarde, ao Instituto Goiano do Folclore. Porém, alguns estudos são apontados como pioneiros nessa abordagem desde o início do século XX como o de Crispiano Tavares, engenheiro mineiro que trabalhou a partir de 1882, por vários anos, em Goiás, na implementação de estradas de ferro e que aproveitou a sua larga experiência de adentramento no sertão goiano para registrar diversos elementos da cultura popular.[9] O texto de Tavares, no entanto, insere-se num estilo bastante recorrente na época de se escrever a história de Goiás pois a temática do folclore compunha não uma narrativa específica, mas um conjunto de elementos que se elegiam para escrever e narrar a história da região como dados de sua geografia, mineralogia, zootecnia, entre outros.

Exemplos semelhantes compõem os textos de Zoroastro Artiaga, Henrique Silva, Moisés Santana e Americano do Brasil, ”ilustres” escritores da primeira metade do século XX que partilharam experiência ímpar de escrever para uma revista sobre Goiás, mas com circulação no Rio de Janeiro no período de 1921 a 1935.[10] A revista, considerada um importante documento sobre o período é também fonte sobre outras experiências como a movimentação de uma elite intelectual regional que procurava se configurar e também do esforço de um projeto político que buscava a criação de elementos para uma identidade externa para Goiás. De cunho político e econômico pode ser vista nessa perspectiva, pois se dedicava à análise e descrição de toda a situação do Estado na época. Tinha várias notas geográficas com amplas discussões sobre os limites de Goiás e Mato Grosso, ainda não estabelecidos na época, sobre aspectos econômicos diversos como a pecuária e a riqueza

mineralógica, sobre homens ilustres, infindáveis discussões sobre o sertão, a roça e a lavoura como característicos e identificadores de Goiás. *A Informação Goyanna* certamente era parte de um esforço de articulação de Goiás com o projeto de nação brasileiro já em curso e isso pode ser percebido no discurso sobre o ideal de interiorização através da possibilidade, por exemplo, de tornar os rios, como o Araguaia, navegáveis. Neste periódico, eram comuns informações e orientações de como chegar ao Estado e inúmeras notícias sobre o progresso econômico da região. Havia todo um esforço no discurso da revista de expandir o Brasil rumo ao *Hinterland* e Goiás seria o ponto principal dessa interiorização.

Através das colunas da revista é possível identificar os principais nomes da intelectualidade goiana do período, entre eles, Hugo de Carvalho Ramos, autor de importante obra sobre a cultura goiana (Tropas e boiadas) publicada em 1917 e que ganhou maior expressão após sua morte prematura poucos anos depois. Em 1919, Hugo de Carvalho Ramos assinou um interessante artigo para a Informação Goyana no qual defendida a idéia da participação de Goiás na exposição do centenário, previamente organizado pela prefeitura do Rio de Janeiro. Para ele, Goiás tinha várias formas de participação, uma vez que seria uma exposição de costumes regionais. Entre os costumes, Carvalho dá ênfase às festas goianas como as Cavalhadas, as danças, os cordões, o congo, a quadrilha, os quais, segundo ele, ainda eram costumes vivos, embora respondesse a críticas, segundo as quais, tais divertimentos evocados pelos goianos já haviam desaparecido a uns trinta ou quarenta anos.

Os textos dessa época partilhavam a idéia de existência de uma cultura popular original que residiria, sobretudo, nos costumes sertanejos vivenciados na cotidianidade, por pessoas comuns. As narrativas privilegiavam também a identificação da contribuição das três raças fundadoras no folclore como em Crispiano Tavares que apresenta as várias contribuições do negro nas

congadas, moçambiques, nas lendas do saci (transformação do caipora), a lenda do Romãozinho, do pé-de-garrafa, do negro-d'água (masculinização da lenda de Iara); as contribuições do indígena como a lenda do boto do Araguaia, do caipora, da catira, do caruru, do batuque bem como as contribuições do branco como as Cavalhadas, Folia de Reis, mula sem cabeça, modas, entre outros. Nesse mesmo contexto é relevante citar Americano do Brasil que, publicou *Cancioneiro e Trovas no Brasil Central,* em 1922, obra comentada em edição crítica cerca de 50 anos após[11], quando de fato se tornou conhecido do público em geral. Nesta obra, Americano do Brasil dedica uma parte significativa para o estudo das danças populares antigas e atuais revelando um universo plural de folguedos, já inexistentes nos nossos dias, como a dança do batatão, da dor de canela, da canoa e outras conhecidas como o catira, o batuque e o recortado. A experiência como folclorista foi marcante no perfil de Americano, pois escreveu muitos outros textos neste estilo reunidos mais tarde em outra coletânea sobre o romanceiro popular em Goiás[12]. Outra obra relevante neste contexto é a do paulistano José A. Teixeira quem publicou em 1941 *O folclore Goiano* contando, inclusive, com o patrocínio do governo do Estado na época. Tal texto reveste-se de uma originalidade ímpar, uma vez que o folclore ainda era apenas um capítulo de obras inteiras onde se procurava narrar a história de Goiás, sob diversos prismas. Nesta obra o autor faz um inventário bastante completo envolvendo linguagens, religiosidades, medicina, danças, festas, entre outros elementos da cultura regional.

A legitimidade dos estudos do folclore só se firmou, porém, a partir dos anos de 1970, período de consolidação de uma política cultural para Goiás e da definição das principais instituições fomentadoras desta cultura, uma vez que ainda era muito recente a criação de órgãos públicos gerenciadores da cultura iniciados tardiamente nos anos de 1960, na capital Goiânia, construída nos anos de 1930.

Percebe-se neste contexto uma difusão absoluta de narrativas compostas por vários memorialistas locais que procuravam incluir nesse novo

cenário regional elementos da cultura de sua localidade como Abreu[13] e os Costumes de Itaberaí, antiga Curralinho expressos nas histórias de cavalhadas e caras pretas durante a festa de Nossa Senhora da Abadia (Padroeira da cidade) e a do Divino Espírito Santo; como Maximiano da Mota Teixeira[14] e as histórias do norte de Goiás; Wilson Cavalcante[15] e suas histórias sobre carro de boi em Goiás a partir de vivências em Santa Cruz e Pires do Rio.

A publicação e difusão destes textos, porém, não acontecia gratuitamente. Percebe-se que esses memorialistas possuíam grande trânsito nos meios intelectuais da capital o que pode ser percebido pelos vários agradecimentos e menções a personalidades ilustres seja na política como na intelectualidade. Algumas cidades, foram privilegiadas na escrita e divulgação de folclore como é o caso de Goiás que tinha na folclorista Regina Lacerda a grande referência nas publicações sobre os costumes da cidade. Essa escritora vilaboense, foi também, representante legítima do movimento folclórico e quem, além de inúmeros artigos[16], escreveu vários livros[17], e representava Goiás nacionalmente, nas questões do folclore.

Em 1972, o movimento do folclore organizou a sua publicação mais elaborada, revelando as tentativas de se implementar estudos e pesquisas no campo do folclore com embasamentos teóricos e empíricos, através da revista *Folclórica,* fundada em 1972, momento no qual o movimento do folclore se solidifica em Goiás sobretudo pela trabalho de Regina Lacerda. O espaço que coube a Pirenópolis neste processo não foi pequeno. O editor da revista folclórica que circulou ininterruptamente por 8 anos, de 1972 a 1979, era simplesmente o jornalista Braz de Pina, membro da importante família pirenopolina que esteve em toda sua trajetória envolvido com os festejos do Divino.

A festa do Divino, neste período, também foi grande inspiradora de inúmeros trabalhos que envolvia além de folcloristas e memorialistas, alguns pesquisadores acadêmicos como o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão autor

de dois trabalhos: o primeiro, *Cavalhadas de Pirenópolis,* que lhe deu o prêmio *Americano do Brasil,* em 1973, publicado no ano seguinte; depois, o *Divino, o Santo e a Senhora,* publicado em 1979. É esse autor, fora apontado pela revista folclórica de 1979 "*como um dos que mais contribuem para a riqueza bibliográfica de Goiás no campo do folclore*" [18] Brandão, embora não fosse propriamente um folclorista, mas um antropólogo, não foi o único a escrever sobre a festa do Divino de Pirenópolis. Mara Públio de Souza Veiga Jardim e Niomar de Souza Pereira, em 1979, lançaram trabalho sobre a festa do Divino em Goiás e Pirenópolis. Niomar, em 1983, lançou o livro *Cavalhadas no Brasil,* com grandes referências à festa de Pirenópolis. Seu lançamento teve direito a ser noticiado no programa da festa daquele ano. Nos anos 80, outro livro sobre Pirenópolis era esperado e noticiado pela revista folclórica: o da arquiteta Grace Curado, *Pirenópolis, Uma Cidade para o Turismo,* que, embora não tratasse especificamente da festa, como qualquer trabalho daquela época não deixou de mencionar algo sobre o festejo.

Em 1972, o setor de folclore do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás organizou um projeto de pesquisa que visava uma divisão regional do folclore para fins de estudo e defesa no Estado de Goiás[19]. A iniciativa parecia ser um pouco diferente daquelas dos folcloristas, sendo que as organizadoras fizeram um levantamento etnográfico, iconográfico e bibliográfico para articular o projeto. Dividiram o Estado em regiões e fizeram um levantamento dos principais aspectos do que consideravam como folclore; as festas, o artesanato, os folguedos populares, além do levantamento de material folclórico para coleta. Na verdade, essa proposta não se diferenciava muito daquela dos folcloristas: estava completamente ligada a eles, ao deixar bem claro que as manifestações culturais goianas eram vistas como algo que precisava ser coletado, conhecido, divulgado e preservado, para não correr o risco de desaparecer.

No campo intelectual, se observou uma explosão de iniciativas e eventos que estimulavam o estudo da cultura popular goiana como os vários

concursos literários, reuniões, congressos e o incentivo a publicações. Só no ano de 1973 doze obras que tratavam de algum aspecto da cultura popular em Goiás estavam no prelo. Na UFG diversos intelectuais estavam ligados direta ou indiretamente ao movimento folclórico, alguns deles vinculados ao museu antropológico, outros ao Instituto de Artes e à faculdade de Educação Física. Os intelectuais do IHGG também estarão diretamente ligados a este movimento, ora através da publicação de artigos na revista do instituto ora através de iniciativas como o I curso de cultura goiana realizado em 1975 com professores membros do IHGG como Basileu Toledo França que lecionou Literatura oral e Ático Vilas Boas que lecionou folclore goiano.[20]

Percebe-se esse contexto que a história de Goiás fora narrada e representada por referências bem particulares deste período em que se procurava pensar o Brasil como uma nação multifacetada e cujos elementos identificadores estavam dispersos em vários focos no centro e interior do Brasil. A escrita do folclore em Goiás é representativa deste contexto, pois, estabelece limites, cria personagens, organiza histórias, estabelece identidades e confere legitimidade para costumes antigos e interioranos, compondo um mosaico cultural para Goiás. Sabe-se, porém, que esses tipos de narrativas frequentemente idealizavam o sertão como maculado, original, autêntico desconhecendo as fronteiras tênues entre o popular e o erudito, o moderno e o tradicional e considerando a modernidade daqueles tempos como uma ameaça aos velhos costumes tradicionais aonde residiria nossa autêntica identidade.

No contexto atual onde os estudos culturais ganharam predominância, a releitura da obra dos folcloristas revela um exercício frutífero de repensar as interpretações atribuídas a nosso passado, pois possibilita rever inúmeros preconceitos direcionados a esses autores considerados ora como conservadores retrógrados ora como ufanistas de um tempo perdido. Atualmente, podemos seguir as pistas das noções de representações e apreender nessas

narrativas folclorísticas, os modos como a nação e as regiões foram pensadas, narradas, elaboradas, imaginadas, sonhadas, vivenciadas e entendê-las dentro de um complexo processo de imaginação coletiva em que o povo e seus costumes representavam o começo de uma história, mas o fim de utopias, sonhos e crenças num tempo de transformações.

---

[1] Doutoranda em História pela UnB.
[2] Ver ORTIZ, Renato. Românticos e folcloristas. DAVIS, Natalie Zemon Davis, Culturas do Povo, & BURKE, Peter, Cultura Popular na Idade Moderna.
[3] BURKE, Peter op. cit p. 8.
[4] ORTIZ, Renato. Românticos e folcloristas. São Paulo, Olho d'água, s/d. 11
[5] ABREU, Marta. Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional. In*: História Contada*.Org: CHALBOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1998. P. 171-193.
[6] BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras. 1992.
[7] CAVALCANTI, Maria Laura. V de Castros & VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol 3, nº 5 1990 p. 75-92.
[8] As iniciativas também foram frutíferas em torno das ciências sociais. Em 1953, é realizada a I reunião Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro, e no ano seguinte o I congresso brasileiro de Sociologia, em São Paulo, além de surgir o Centro de Formação de Pesquisadores fora do ensino oficial.
[9] TAVARES, Crispiano. Contos, Fábulas e folclore (ed. Crítica de Basileu Toledo França) Goiânia, Ed. Oriente, 2ª ed., 1975.
[10] A INFORMAÇÃO GOYANNA.(1917-1935) Goiânia, Agepel, 2001 (CD ROOM).
[11] AMERICANO DO BRASIL, Cancioneiro de trovas no Brasil Central. (ed. Crítica de Basileu Toledo de França)Goiânia, Oriente, 1973.
[12] FRANÇA, Basileu Toledo. Romanceiro e Trovas Populares (Esparsos de Americano do Brasil) – Coleção Documentos Goianos- Goiânia, Editora da UFG, 1979.
[13]ABREU, Edmundo Pinheiro de. Currralinho, seus costumes e sua gente. Goiânia, Oriente, 1978.
[14]TEIXEIRA, Maximiano da Matta. Outras Estórias de Goiás-Lendas, Terra, Gente. Goiânia, Unigraf, 1983.
[15] NOGUEIRA, Wilson Cavalcante. Mestre Carreiro. In: A Folclórica n. 8 . Goiânia, IGF, 1980.
[16] LACERDA, Regina. Traços da Cultura Portuguesa em Goiás. In: *Rev Brasileira do Folclore*. Rio de Janeiro, MEC, 1968.
[17] Idem, *Folclore Brasileiro-Goiás*- Rio de Janeiro, MEC, 1977.
[18] Revista Folclórica nº 7 ano 8/ 1979.
[19] GARCIA, Marcolina Martins & BREDA Judite Ivanir. Divisão Regional para o estudo e defesa do folclore no Estado de Goiás. Goiânia, Cegraf, 1972.
[20] MUZA (Museu Zoroastro Artiaga) Documentação avulsa do Instituto Goiano do Folclore.

Entre o sonho e a vigília: o tema da amizade na escrita modernista[1]

Mônica Pimenta Velloso

Ao longo da década de 1920, a correspondência de Mário de Andrade, particularmente aquela direcionada à Prudente de Moraes Netto e Sérgio Buarque de Holanda (embora indiretamente) mas também à Manuel Bandeira e Carlos Drumond de Andrade discute algumas questões, chaves do pensamento modernista à luz da amizade. Nessas cartas, encontramos uma espécie de crônica do movimento modernista, filtrada pelo modo de ver, de sentir e de ser, construindo-se a partir do jogo das subjetividades.Trocando confidências, impressões, idéias e afetos, as cartas entre amigos constroem uma narrativa que põe em evidência a dimensão social da emoção, fundamental para compreensão do movimento modernista brasileiro. A proposta desse texto é a de trabalhar as cartas de amizade como campo de vestígios de uma "memória involuntária", iluminando novas vias de análise para se pensar a cultura sensível, a partir de uma perspectiva que procura aliar o universo do sonho à reflexão, no processo de construção de uma suposta identidade brasileira.

Através do registro epistolar podemos entrar em contato com outros planos da memória histórica, enfatizando-se a idéia da descontinuidade, da multiplicidade, da simultaneidade e a própria força do instante sobre a duração.

A idéia é trabalhar as cartas de amizade como campo de vestígios de uma "memória involuntária", iluminando novas vias de análise para se pensar a cultura sensível, a partir de uma perspectiva que procura aliar o universo do sonho ao da reflexão, no processo de construção de uma suposta identidade brasileira. Na Perspectiva da historia cultural, o gesto epistolar mostra-se denso significados pois é, simultâneamente, livre e codificado, íntimo e público, secreto e voltado para sociabilidade. As cartas, como nenhuma outra expressão, vinculam lugar social e subjetividade. A questão que se coloca, portanto, para o historiador é saber como se dá o problemático equilíbrio entre o denominado "eu íntimo" e os outros. Essas são precisamente algumas das questões que proponho analisar , buscando entender como serão construídos os laços entre o sujeito amoroso e o intelectivo, o afeto e a razão e em que ponto se encontram e dialogam as dimensões do sonho e a da vigília.

As cartas trocadas entre os intelectuais modernistas se inscrevem nesse espaço de recriação e reconfiguração da realidade. Mário de Andrade se destaca como um dos intelectuais que mais investiu a sua

[1] Esse artigo se insere no projeto de pesquisa "A cidade em revistas: boemia literaria e vida cultural no Rio de Janeiro (1900-1930) , bolsa produtividade do CNPQ

energia participativa no esforço de organizar o grupo em torno de um projeto estético. A "imaginação criadora"[2] é fundamental para essa articulação entre a esfera do sonho, do desejo e a da ação, realização.

Vou me ater ao contexto de 1925-1927. É nesse momento que está ocorrendo a reorientação do movimento modernista brasileiro, em termos do seu diálogo com a ordem mundial. A partir daí, a categoria da mediação torna-se condição indispensável para o ingresso do país na modernidade.[3] Mário de Andrade, destaca-se como intelectual de ponta não só na elaboração dos temas mediadores como também pela sua capacidade de criar laços afetivos e intelectuais através de uma extensa rede epistolar. Por aí circularam idéias e reativaram-se afinidades que deram impulso original ao movimento modernista brasileiro. Cartas funcionam como redes, desencadeando trocas, adesões e sociabilidades. Históricamente sabemos da importância da escrita epistolar, fomentando movimentos intelectuais que mudaram formas de pensamento, de ação e de sensibilidade de uma época. A rede de correspondência, acionada por Freud, constitui-se em dos claros exemplos dessa articulação cultural à nível internacional.

Amizade e sociabilidade formam par inseparável. A amizade estabelece redes de influências, inventa lugares de convivência, laços de resistência, conseguindo, dessa forma, ampliar as oportunidades de encontros e de interações sociais[4]

Amizade: impacto das sensações e trabalho de inteligência

Nas cartas dirigidas à Prudente de Moraes Netto, a questão da escrita modernista ocupa papel de sensível importância. Mário confidencia ao amigo as sensações difíceis que o atravessam ao longo do processo criativo. São coisas do cotidiano, intimidades que só se dizem em tom de conversa. Reclama da fadiga intelectual; o cansaço dos olhos, das mãos e do corpo que não acompanham a efervescência das idéias na mente:

> A mão é que se recusa a escrever. O corpo não quer sentar na cadeira diante da escrivaninha . Os olhos não querem ver a folha de papel . O pensamento, esse anda numa mapiagem desembestada tagarelando que nem fábrica ao meio dia . É engraçado mas justamente quando maior é a fadiga maior parece que é o trabalho da inteligência" [5]

---

[2] O conceito de "imaginação criadora", de autoria de Gaston Bachelard, é discutido por José Américo da Motta Peçanha: Bachelard: as asas da imaginação. In: Bachelard , Gaston. *O direito de sonhar.* São Paulo, Difel, 1985.

[3] A discussão da mediação no pensamento de Mário de Andrade como categoria que marca a constituição do denominado Segundo tempo modernista é tematizada por MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado In: *Estudos Histórico,* v.1, n.2, 1988. p 220-238.

[4] Uma reflexão histórica sobre a amizade pode ser encontrada em VINCENT-BUFFAULT, Annne. *Da amizade : uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX.* Rio de Janeiro, Zahar, 1996.

[5] Carta de Mário à Prudente em 18 de fevereiro de 1925., publicada em Koifmann, Georgina

A escrita é trabalho da inteligência, missão árdua a qual Mário se acha incumbido. É, a partir desse papel, que ele busca traçar um esboço do campo intelectual , emitindo opiniões sobre as naturezas diversas da escrita modernista. Em carta dirigida à Prudente, em 3/10/1925, observa que alguns intelectuais são intimistas, inspirando-se mais nas sensações do que própriamente nas causas das sensações. Menciona as poesias de Manuel Bandeira, de Ribeiro Couto e, freqüentemente, alguns dos seus próprios textos. Já em Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida, percebe uma outra escrita, refletindo naturezas que considera bem construídas e complexas, propiciando um "equilíbrio entre as faculdades líricas e construtivas" (op.cit. Koifman, 1985 p 118).

A questão que deslancha essas observações de Mário é complexa e de longa duração no debate modernista. O que está em questão é a constituição e o papel da moderna arte brasileira: como deve proceder o intelectual na elaboração dessa arte? De que natureza deve ser a sua escrita? Mário defendia o caráter intencional e reflexivo da obra de arte, discordando quanto as idéias do seu jovem amigo Prudente de Moraes. Esse, juntamente com Sérgio Buarque de Holanda, defendia, apaixonadamente, a necessidade de expandir o experimento no campo artístico, priorizando o impacto das sensações.[6] Nesses termos, enfatizava-se a pesquisa de uma nova linguagem que integrasse livremente ao texto, palavras, imagens e sensações tendo como *leitmotiv* e móvel inspirador a própria força das sensações. [7]

Mário, sem desqualificar as sensações, conferia centralidade ao processo intelectivo, do qual buscava extrair a síntese construtiva. São percepções distintas, portanto, na forma de entender a arte e a intervenção do intelectual na vida social. Procurando convencer o amigo, Mário o interpelava

> Convido você a meditar muito nisso. Tem sido uma das preocupações grandes de minha vida. A "intenção do poema" constrói muito o poema fechado, o poema circunferência, o poema que tem começo, meio e fim. È mais arte que esse sensacionismo verdadeiramente primitivístico como essência em que toda a gente modernista caiu mais ou menos. Principalmente os cuja criação vai de dentro pra fora, intimistas, os que se preocupam mais com as sensações do que com as causas da sensação.[8].

Em meio aos argumentos em defesa de uma arte intencional, crítica e reflexiva, Mário enfatizava a juventude de Prudente em relação à sua maturidade. Fazia-o ver que o seu papel no campo intelectual era outro, porque marcado pela responsabilidade social. A partir daí, apresentava-se como intelectual que propunha entender a arte como educação, defendendo o projeto de uma "obra-ação" ou da "arte ação"[9].

---

[6] Um dos motivos que desencadeou essa polêmica foi a crítica feita por Prudente de Moraes Netto ao caráter construtivista e objetivista da obra de Mário de Andrade A *Escrava que não é Isaura*(1925) publicada na revista *Estética* abr/jun 1925. Na crítica, Prudente enfatizava o papel do inconsciente na arte, questionando a necessidade da comunicação tão enfáticamente defendida por Mário. Estética (1975:309) .

[7] Na revista *Estética* Prudente de Moraes Netto apresenta alguns escritos e poemas inspirados no surrealismo

[8] Carta de Mário à Prudente de Moraes Netto 3/10/1925 Andrade,op.cit. Koifman, p 119, 1985

Era enfático: "não faço arte, ensino" No entanto, Mário criticava a arte transmitida em tom professoral como experiência que se encerrava em si mesma. Já no "Prefácio interessantíssimo" da *Paulicea Desvairada* criticava esse papel atribuído à arte: "Em arte: escola = imbecilidade de muitos para vaidade de poucos". A reflexão conceitual sobre os fundamentos da arte já se impunha aí sendo o "Prefácio" e *"A escrava que não é Isaura*" consideradas obras capazes de identificar o seu do autor com as bases do construtivismo. Assumindo o papel de comentador da obra de arte, Mário punha em primeiro plano o processo de criação e os pressupostos teóricos e críticos da produção artística(Schwartz, 1995:369). [10]

No campo intelectual, Mário se apresentava como vulgarizador do conhecimento, elegendo a comunicação como a sua grande meta. No entanto, essa questão não era consenso. Em carta de 13 de outubro de 1924, Manuel Bandeira discordava desse papel a que se atribuía Mário. Argumentava que Ronald de Carvalho é que deveria desempenhá-lo. O que estava sendo posto em discussão era a própria organização e, mesmo, hierarquia do campo intelectual. Os diferentes tipos de inteligência propiciariam o exercício de diferentes funções no campo intelectual: criadores da cultura e seus difusores. Manuel Bandeira achava que a brilhante inteligência de Ronald era voltada, primordialmente, para compreender e não para descobrir novas formas e verdades. Quanto à Mário, considerava-o intelectual descobridor e criador[11], enfim, aquele que deveria tematizar a brasilidade

A discussão sobre a configuração do campo intelectual se alonga em várias cartas.[12] Vamos nos deter, agora, em um ponto que considero extremamente importante: a tematização do nacional. Sabe-se que essa questão não era consenso. A reflexão historiográfica sobre o modernismo brasileiro vem mostrando exaustivamente a questão. Mas o que a linguagem das cartas reforça e, senão mesmo, revela, são as dissenções e clivagens internas de pensamento que apontam para orientações distintas.

O diálogo epistolar entre Mário e Prudente, notadamente no que concerne à polêmica sobre o surrealismo, conforme já observou-se, ocupa lugar estratégico nessa discussão. Razões e sentimentos, pactos de Amizade e pactos epistolares se mesclam aí, possibilitando outros entendimentos sobre a organização da argumentação na escrita modernista.

---

[10] SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas , polêmicas, manifestos e textos críticos.*São Paulo, Edusp/Fapesp, 1995.

[11] Carta de Manuel Bandeira à Mário de Andrade 13/10/1924 (Moraes, 2000:138)

[12] Consultar a propósito as cartas de 15/9/1924, 3/10/1925 In; Moraes (2000)

Nacionalismo como "ato de amor"

Nas cartas que Mário dirige à Prudente de Moraes Netto é possível acompanhar o árduo diálogo entre o impulso dos sentimentos e o movimento da razão ordenadora. È claro como a percepção da amizade entra aí elegendo, forjando e organizando as linhas do debate. A idéia de que entre amigos "tudo deve ser dito" funciona como uma espécie de mote inspirador dessa escrita. Expondo à Prudente a sua percepção do nacionalismo, Mário deixava claro o forte envolvimento afetivo que tinha em relação ao projeto. Compreeende o nacionalismo e o projeto de uma língua brasileira como uma "manifestação de amor". Não hesita em expressá-lo na primeira pessoa

> (...) este ***meu nacionalismo*** [13] ***não pensem*** que é chauvinismo e muito menos regionalismo. É amor humano e único meio de nós brasileiros nos universalizarmos. Por que a maneira como um povo se universaliza é quando concorre com o seu contingente particular e inconfundível pra enriquecer essa coisa sublime, uniforme mas múltipla que é a humanidade. [14]

Mário, ao expor as suas idéias sobre o nacionalismo, pluraliza o interlocutor. A presença de Sérgio Buarque é quase sempre implícita nas cartas que escreve à Prudente. È para eles que Mário expõe as suas idéias, pede compreensão, diz como se sente, compartilhando, enfim, os segredos mais recônditos de sua alma. Confessa que o projeto de criação de uma "língua culta brasileira" o assusta. Sente-se sacrificado, tendo que abandonar experiências em curso e caminhos já conhecidos para empreender a busca solitária. Os amigos se fazem, então, referência necessária:

> Para vocês ao menos que são os meus amigos peço uma coisa: não julguem já do que poderei fazer. Isso é começo. Sou que nem criancinha que está principiando a escrever . Não tenho estilo. Balbucio. Me exprimo mal. Levei vinte anos para adquirir um estilo em português. Quantos levarei para ter um estilo em brasileiro? Não sei. Mas comecei e não hei de parar[15]

Mário compartilha com os jovens amigos os riscos de algo que considera ser uma verdadeira aventura: a criação de uma língua brasileira. Através de cartas constantes, buscava envolver Prudente de Moraes , Sérgio Buarque e Carlos Drumond de Andrade[16], mobilizando-os para o diálogo. È na proposta de elaboração do projeto de uma língua brasileira que sentimos esse deslisamento entre a perspectiva do sonho e a da vigília. Mário confidencia o sentimento de incerteza e medo frente ao sonho. Sonho, pois a língua brasileira ainda tomou forma, não se materializou, pertencendo, portanto, ao domínio do inefável e das sombras. Em carta a Carlos Drumond de Andrade, em 18/2/1925, confessa: "estou num país novo e na escureza completa duma noite" Ao mesmo tempo, Mário enfatiza ao amigo a sua atenção e espírito vigilante, sempre disposto a estabelecer sintonia e sentido com a linha do presente. Afirma não temer tal aventura, pois a experiência histórica estaria ao seu lado: a "aventura em que meti é coisa séria, já muito pensada e

---

grifos são de minha autoria

[14] Carta de 18/2/1925Koifman, 1985:75

[15] Carta de18/2/1925 , publicada em Koifman (1985: 75

[16] Carta à Carlos Drumond de Andrade em 18/2/1925, publicada em Koifman (1985: 76) .

repensada"[17] Cercando-se da cumplicidade amiga, Mário sentia-se encorajado para investir energias no trabalho intelectual. As cartas desnudam a dimensão das emoções, mostrando as dificuldades, receios e os novos desafios enfrentados pelos intelectuais num momento em que se impunha a sua exposição na esfera pública. O fato remete à um contexto sócio cultural específico: o surgimento de uma esfera pública literária gerando, conseqüentemente, efeitos sensíveis sobre a posição dos homens de letras. Na França, na virada do século XVIII para o XIX, o acontecimento agudizou o sentimento de pertencimento do grupo, estreitando-se os laços de amizade. Contradições, acomodações, fragilidade de posições, choque de individualidades revelavam a relativa flutuação dos códigos de valores (Vincent-Buffault, 1996)

Em linhas gerais, esse é o quadro que ambienta a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. O aparecimento da esfera pública literária, a autonomia estética, a emergência de novas fórmulas de civilidade, a publicidade do privado e a "exposição do íntimo" compõem esse novo panorama no qual se movem os homens de letras. O pacto amistoso e o pacto epistolar funcionam aí como poderosos instrumentos aglutinadores da identidade social do grupo, garantindo-lhes sentido.

Mário de Andrade é o grande orquestrador dessa sintonia. Através das cartas modernistas é possível acompanhar a invenção de um "código íntimo" que vai abrindo espaço para a emergência de uma nova sensibilidade. Nela, o indivíduo e a ordem subjetiva assumirão claramente o centro da cena. A instauração dessa nova ordem, no entanto, é complexa, suscitando conflitos íntimos, que levam à jogos de alianças, dramatizações e encenações de toda ordem.

"Razões de você"

Um dos pontos recorrentes nas cartas de Mário aos amigos literários é a sua firme recusa a fazer o "elogio de camaradagem". Dizer a verdade, significa ser franco e ser sincero. Aqui ficam claras as injunções do fenômeno social da amizade sobre a própria idéia de verdade. Se anteriormente a verdade era algo que se submetia `a prova científica ou jurídica, agora, na cultura da modernidade, ela passa a ser subjetivada, transformando-se em sentimento[18].

O indivíduo passa a ter centralidade na vida social. O fato tem a ver com a invenção de um "Código da intimidade" que, no contexto cultural brasileiro, tem em Mário um dos seus grandes criadores e articuladores. Há uma carta em que essa discussão vai manifestar-se de maneira particularmente forte: momento em que Mário expõe à Prudente a sua percepção intelectual sobre o surrealismo[19]. A carta é valiosa porque funciona quase como uma conversa, algo que viesse complementar o "não- dito". Mas vamos à ela. Mário mostra-se

[17] Carta a Carlos Drumond In: Koifman(1985:76-77)

[18] A discussão sobre o fenômeno social da amizade implicando, na virada século XVIII para o XIX, na construção de um código íntimo, centrado na idéia de uma verdade subjetivada está desenvolvida em Vincent-Buffault (1996)

[19] Carta de 25/12/1927 In: koifman, 1985:245.

aborrecido com Prudente pelo fato dele ter achado lacônica a crítica que fizera a um dos seus textos surrealistas, publicado na revista *Verde*(set.1927-jan.1928)

Ao argumentar que não era do seu feitio fazer "elogio de camaradagem", Mário acaba desvendando alguns pontos importantes para a reflexão sobre a amizade. Achava que a faculdade crítica deveria predominar como instância básica de valor, entendendo-a, mesma quando feita em tom severo, como um "ato de amor".[20] O sentimento da amizade não deveria encobrir o espírito crítico, gerando o elogio fácil e inverdades.

Na sua conversa epistolar com Prudente, é esse o tom da argumentação. Em primeiro lugar, Mário se expande na crítica ao surrealismo, para, em seguida, mostrar a sua compreensão humana frente ao fenômeno. Vou me deter no que considero ser uma das categoria centrais da argumentação de Mário: a categoria da aventura

A eleição dessa não se dá ao acaso. "Aventura" é justamente o título do ensaio que Prudente escrevera para a revista *Verde* e, que considera, conforme já observou-se, não ter sido devidamente comentado pelo amigo. Na crítica que faz ao surrealismo, é visível o esforço de Mário para situar a questão à nível da nacionalidade, desvinculando-a do terreno estritamente pessoal. Entende que a aventura, um dos motores inspiradores da escrita surrealista, não traz nenhuma contribuição expressiva à nacionalidade. Observa que aventuras acabam sendo expressão de tédio e de falta de ação, traduzindo uma atitude de acomodação frente à vida. Mais uma vez, o que está em questão, na reflexão de Mário, é a busca da singularidade de expressão do processo civilizatório brasileiro. Há civilizações antigas e novas e expressões e valores adequados para cada uma delas.

Mário faz restrições aos experimentos no campo da linguagem. Entende que essa "aventura" só se legitima como expressão própria das civilizações fatigadas, aquelas que já acumularam "séculos de tradição organizada" (como a França). O surrealismo seria adequado à França pois o país já conseguira chegar à um "estado de perfeição dogmática" pois todos conseguiriam escrever bem e com desenvoltura. Mário argumenta que esse não é o caso do Brasil. Por isso a necessidade da organização estética deve sobrepor-se à do experimento das sensações. Faz crítica dura e severa sobre a posição do amigo, procurando convencê-lo

> Ponha o caso no lugar: imagine um livro todo feito de bemfeitíssimas Aventuras. Pois então você logo não sente a espantosa inatividade e lânguida monotonia que isso seria ? agora note: eu não falei que você estava errado.Minha carta foi uma blague divertida, cheia de simpatia mas confesso , incontestavelmente, um **aviso.** Não foi conselho porque não aconselho nunca, aviso. Avisei para você refletir bem. Mais nada.[21]

Aos amigos não se aconselha, chama-se à reflexão, à razão e, sobretudo, cobra-se deles posição e coerência no campo intelectual. Mais adiante, Mário procura, já num tom mais intimista e confidencial, partilhar suas angústias com o amigo falando do significado de ser intelectual e homem de letras no Brasil daquele momento. Os sentimentos vivenciados são difíceis e dolorosos. Mais uma vez., Mário traz a categoria da aventura para a discussão. Só que, agora, vai localizá-la em um outro registro: a condição de ser intelectual. Mostra-se, então, compreensivo com a inclinação de Prudente em relação ao surrealismo.

---

[20] Esse ponto de vista é defendido ao longo da correspondência de Mário de Andrade com vários intelectuais e artistas brasileiros Em carta endereçada à Tarsila do Amaral , em 16/6/1923, ele reforçaria a perspectiva da necessidade da sinceridade como condição imprescindível da a amizade, associada ao exercicio da reflexão. .In: AMARAL, Aracy (org). *Correspondência: Mario de Andrade e Tarsila do Amaral.* São Paulo, Edusp/IEB Amaral, Aracy, 2001.

[21] Carta de 25/12/1927 in: Kofman, 1985;249. Os grifos são da autoria de Mário de Andrade.

Explica que o seu fascínio pela escrita surrealista ocorre em função do desânimo e da imensa dificuldade de se empreender uma ação mobilizadora no nosso contexto político cultural. È nesses termos que argumenta

> O que acho é que num instante você sarapantado com a ingência dos problemas que realmente existem **pros que se meteram na nossa aventura ,** os braços de você caíram no chão sem vontade de trabalhar mais. Isso apenas é o que eu acho. Essa queda de braços, irmãozinho, eu também tenho muito sentido. Depois, que eu hei de fazer ? sou mesmo um sujeito desgraçado de feliz, dou risada de mim , atarracho os braços no lugar e vou para adiante. Cada livro é uma aventura nova ! Cada livro uma insatisfação nova! Cada livro é um é momento que fica já tão lá para trás !.....não faz mal que fique pra trás porque uma coisa só existe na minha obra que me orgulha verdadeiramente : a lógica necessária que ela tem pra comigo em relação á tudo o que é vida minha: meu momento, meu lugar, meu amor. [22]

O projeto da Arte- ação é o horizonte, em direção ao qual Mário constrói toda a sua obra epistolar, procurando mobilizar e envolver, pela linguagem do afeto, o grupo letrado em torno de um projeto estético coletivo. Nessa interlocução, portanto, a amizade tem uma clara função social: assegurar as mediações e alianças necessárias à implementação do projeto. Através das cartas, busca-se diminuir as distâncias, possibilitando a abertura de espaços para um diálogo que se propõe franco, mesmo com o risco de ferir suscetibilidades. O sujeito não desaparece quando se reconhece que ele pode ser o autor da razão e que, por isso mesmo, essa é necessáriamente múltipla, diversa e controversa. São as "razões de você" que asseguram o direito à diferença e à divergência de opiniões. A multiplicidade e a fragmentação de eus comparecem nessa articulação do intimismo na cena pública, orquestrada por Mário de Andrade

Conclusões

No contexto cultural brasileiro, notadamente entre os anos de 1925- 1927, quando está em curso o processo de criação de uma esfera pública literária, Mário de Andrade apresenta-se como um dos mais sofisticados e conscienciosos elaboradores de um "código da intimidade". Unindo poéticamente a arte de viver à de pensar, na sua correspondência epistolar , Mário, consegue elaborar idéias que redimensionam a amizade, apresentando-a, primordialmente, como fenômeno social e forma de intervenção na realidade. As cartas demonstram que a amizade não é apenas um sentimento de ordem subjetiva mas, sobretudo, trabalho da inteligência. Não é apenas prazer pessoal mas aprendizado em direção ao coletivo. Falando sobre a influência de Mário de Andrade em sua vida, Prudente de Moraes afirmara que "mesmo nas cartas sinto que o autor influiu mais do que o amigo"

Abordando temas como verdade, solidão, amor e aventura, Mário consegue empresta-lhes novos sentidos, articulando-as ao domínio público. Através de uma extensa rede epistolar, traduz, no cotidiano, as idéias que fundamentam o seu projeto estético de arte- ação. A questão da linguagem ocupa lugar central nessa discussão, sendo considerada a mediação estratégica, através da qual, o Brasil deveria apresentar-se no contexto internacional.

A discussão com o seu jovem amigo Prudente de Moraes se insere nesse contexto. Revelam-se aí duas percepções de nacionalidade, oriundas de duas linguagens: a experimental (inconsciente) e a construtivista (razão reflexiva, síntese) Através das cartas podemos perceber que essas vias de pensar o nacional e a brasilidade foram objeto de polemica no pensamento social brasileiro. A análise das cartas, escritas por Prudente de Moraes Netto, constitui-se no próximo desdobramento desse trabalho.

---

[22] Carta de 25/12/1927 in: Kofman, 1985;249. Os grifos são de minha autoria

Gildo Macedo Lacerda – Um Protagonista Anônimo da História
Pensando a Micro-História e Suas Possibilidades

Mozart Lacerda Filho[1]

01. **Uma Breve Introdução à Micro-História**

Os anos 70 e 80 do século passado foram, numa visão mais generalizada, anos de crise na metodologia historiográfica. Houve, contudo, várias reações para essa crise, e a micro-história nada mais é que uma resposta a ela. Uma resposta que enfatiza a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes.

Do ponto de vista metodológico, a micro-história avança nas pesquisas historiográficas por romper com a prática calcada na retórica e na estética. O trabalho da micro-história tem se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação que possa dar voz a personagens que, de outra maneira, ficariam no esquecimento. Segundo Levi (1992, p. 136), a micro-história possui, portanto, um papel muito específico dentro da chamada nova história: "refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos."[2]

O espaço local, alçado em categoria central de análise, constitui uma nova possibilidade de análise no quadro das interdependências entre agentes e fatores determinantes de experiências históricas eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova concepção, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos. Conforme enfatiza Reznik (2002, p. 3).

> Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens (...), as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais.[3]

Dessa forma, é possível afirmar, conforme Levi (1992, p. 139), que "o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados"[4] numa abordagem tradicional. A descrição

micro-histórica serve para registrar uma série de acontecimentos ou fatos significativos que, de outra forma, seriam imperceptíveis e que, no entanto, podem ser interpretados por sua inserção num contexto mais amplo, ou seja, na trama do discurso social.

Uma vez que o homem não pode formular sistemas mentais, sem recorrer à orientação de modelos de emoção públicos e coletivos, pois esses modelos são os elementos essenciais com que ele percebe o mundo, um estudo sobre a militância de Gildo Macedo Lacerda revela-nos como pensavam e agiam os militantes de esquerda, nos anos de ditadura militar. Acompanhar sua trajetória de vida é mergulhar no obscuro mundo da vida dupla, da clandestinidade. É percorrer as lutas de centenas de jovens que abriram mão de suas vidas particulares para lutar em nome da liberdade coletiva. É poder sentir a dor de perder entes queridos nas mãos da tortura e do ódio organizado. É não poder ver os filhos nascerem, ou vê-los nascer na prisão. Ou seja, a vida e luta de Gildo Macedo Lacerda foi a vida e luta de vários outros agentes históricos que, assim como ele, ousaram desafiar a ditadura que se vivia na época.

A abordagem metodológica utilizada neste estudo de caso divide-se em: a) bibliográfica e b) pesquisa oral. Num primeiro momento, foram lidos os principais autores que escreveram sobre o Golpe Militar de 1964, sobre o Movimento Estudantil, sobre a história da Ação Popular e sobre a militância de Gildo Macedo Lacerda. A respeito do Movimento Estudantil Uberabense, consultamos oito caixas de documentos pertencentes ao Arquivo Municipal de Uberaba, que cobrem o período de 1950 a 1974. Na pesquisa oral, foram ouvidos parentes em 1º grau (mãe, irmã, ex-mulher), professores, amigos íntimos, colegas de faculdade e companheiros de militância. Essas pessoas localizam-se em Uberaba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo. Essas entrevistas geraram mais de 15 horas de gravação..

Antes de prosseguirmos, duas advertências se fazem necessárias: a) alguém poderia considerar que se trata de contribuir para a formação de um mito em torno da figura de Gildo. Não, não é essa a intenção. Ao contrário. O que se tentará o tempo todo é abordar o sujeito na sua dimensão histórica; b) essa busca pelo homem histórico, e não pelo mito,

não pode, no entanto, suprimir ou ofuscar os fatos que verdadeiramente ocorreram. É sobre esses fatos que nos debruçaremos. É claro que muitos deles preferiríamos esquecer, justamente pela dor que nos trazem. Mas, exatamente para que não doam em mais ninguém, é que não podemos deixá-los no esquecimento.

02. Uma pequena biografia

Gildo Macedo Lacerda nasceu em Ituiutaba em 08 de julho de 1949. Dona Célia, a mãe, juntamente com o pai, seu Agostinho cuidavam de uma fazenda, fruto do trabalho de ambos. Com o intuito de proporcionar uma educação mais refinada aos filhos, a família Macedo Lacerda se muda para a cidade mineira de Uberaba em 1963. Seu Agostinho vende a fazenda em Ituiutaba e adquire outra no município de Veríssimo, MG. Gildo vai estudar no Colégio Triângulo. Lá cursa a 7ª e 8ª séries do ensino fundamental. Em 1965, transfere-se para o Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, onde ficaria por mais dois anos.

Lá, os tempos foram os mais intensos. Gildo se dividia entre algumas atividades: Presidente do Grêmio Estudantil Machado de Assis, ativo participante do NATA – Núcleo Artístico de Teatro Amador -, orador da Mocidade Espírita Batuíra e apresentador de programas radiofônicos ligado ao espiritismo. Isso sem falar das leituras dos clássicos da esquerda revolucionária, tais como Marx e Althusser, e da participação no Movimento Estudantil, quando foi orador da União Estudantil Uberabense (UEU) e do Partido Unificador Estudantil. Sua mãe ainda se lembra de várias reuniões feitas em casa, onde Gildo e companheiros discutiam, entre outras coisas, política (local e nacional), teatro e a participação dos estudantes no Movimento Estudantil.

E nessas reuniões uma sigla se torna comum na boca dos estudantes: AP, ou seja, Ação Popular. Pode-se afirmar que Gildo, nessa época, já teria tomado contato com o programa básico da organização e a ela teria se aliado.

03. A Ação Popular (AP) no Brasil e no Triângulo Mineiro

A AP surgiu, principalmente, dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1963. Após o golpe de 64, parte de seus membros defenderam a aproximação com o PC do B, Partido Comunista do Brasil, num processo de fusão que só se completaria em

1973. A aproximação entre as duas organizações era muito forte, com base na atuação do Movimento Estudantil, consolidando-se com a adoção de uma linha revolucionária semelhante: a defesa das concepções maoístas e, sobretudo, dos princípios leninistas acerca da revolução e da forma de organização partidária.

Com o AI-5, instaurado em 13 de dezembro de 1968, alguns dirigentes da AP passaram a defender idéias mais radicais e o caminho da luta armada (que originalmente era pensada apenas no campo) tornava-se cada vez mais próximo. A partir de 1971 passam a defender a união de todas as correntes marxistas-leninistas. Como a fusão com o PC do B não era consenso dentro da Ação Popular, o grupo dissidente passou a denominar-se AP-ML – Ação Popular Marxista Leninista.

Aqui, no Triângulo Mineiro, principalmente em Uberaba e Uberlândia, a AP vai ser introduzida por volta de 1966, por militantes vindos de Belo Horizonte. Supõe-se que um deles teria sido José Carlos Novaes da Mata Machado, filho do deputado cassado pelo AI-5, Edgar Godoi da Mata Machado. Ele era estudante da Faculdade de Direito da UFMG e teria vindo para Uberaba por volta de 1967, como dirigente da AP, no intuito de ampliar os quadros da organização no interior do Estado.[5]

Numa visita de 3 dias, outros militantes da AP, também vindos de Belo Horizonte, entram em contato com, entre outros, Danival Roberto Alves, então estudante de filosofia na Faculdade São Tomás de Aquino. Ele torna-se, então, o responsável pelos trabalhos da AP em Uberaba e região. Fazia parte da sua função atrair novos quadros para o movimento de resistência contra a ditadura. Ainda como estudante, Danival passa a ministrar aulas no Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, onde, como já dissemos, Gildo vai estudar. É certo que, com o afastamento de Danival à frente da AP, Gildo assume seu comando no Triângulo Mineiro, até sua ida para Belo Horizonte.[6] E é como membro da AP que, no final de 1966, Gildo, com 17 anos, muda-se para Belo Horizonte.

Na capital mineira, faz o 3º Científico integrado ao pré-vestibular e em 1968, entra para a FACE, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, realizando, assim, um antigo sonho seu e de seus familiares.

A UFMG era a maior base da AP em Minas Gerais e contava com inúmeros militantes. Gildo, devido a suas idéias, logo se torna uma referência no Movimento Estudantil e estreita laços com José Carlos Novaes da Mata Machado, então estudante de direito na mesma universidade e com José Matheus Pinto Filho, militante que, em 1966 havia organizado o Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado na Igreja de São Francisco de Assis. Os três passam boa parte de 1968 se revezando entre os estudos e as viagens a serviço do Movimento Estudantil e da AP. 1968 seria também seria o ano da primeira prisão de Gildo.

04. XXX CONGRESSO DA UNE: A PRIMEIRA PRISÃO

A direção nacional da UNE sabia que a realização de seu congresso anual ocorreria sob forte vigilância do regime militar. Não obstante, realizá-lo seria uma importante vitória sobre a repressão. É neste clima de insegurança, misturado à necessidade de se fazer algo, que é marcado para outubro de 1968 o XXX Congresso Nacional dos Estudantes. O local: Sítio Murundu, distante 22 quilômetros de Ibiúna, uma pequena cidade a 70 quilômetros de São Paulo. Vários estudantes de Minas Gerais, mesmo sabendo do risco que seria participar do congresso, dirigiram-se para lá. Entre eles, Gildo e José Carlos.

No afã de se realizar o encontro, os estudantes acabaram se descuidando das normas de segurança e para que a repressão descobrisse onde seria realizado o Congresso foi uma questão de tempo. Gildo é então preso e fichado. Abre-se um IPM (Inquérito Policial Militar) e ele é mandado de volta para seu Estado, como era praxe nessas ocasiões. Em Belo Horizonte, fica preso no DOPS da capital mineira. Por ser sua primeira prisão e ter residência fixa, Gildo é liberado 40 dias depois. Entra de vez para a clandestinidade.

Com base no Decreto-lei 477, editado em fevereiro de 1969 pelo General Costa e Silva, Gildo é expulso da FACE e transfere-se primeiramente para São Paulo, mais especificamente para o ABC paulista, onde lhe interessava estabelecer contatos diretamente com a massa trabalhadora. Posteriormente se dirige para o Rio de Janeiro.

Em abril de 1969, um “mini” congresso é realizado num sítio em Jacarepaguá, e Gildo, então presidente do DCE de Minas Gerais, é eleito um dos vice-presidentes da União

Nacional dos Estudantes (UNE) para a gestão 69/70. Na presidência, Jean-Marc van der Weid, antigo militante da AP. Esta seria a última diretoria, uma vez que a entidade seria totalmente desarticulada pelas forças da ditadura.

Em 1972, Gildo, já como dirigente nacional da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), foi deslocado para Salvador, BA, onde dirigiu a implantação do trabalho camponês da organização no Nordeste. Na cidade baiana, utilizava o nome de Cássio Oliveira Alves, sob o qual vivia e trabalhava. É provável que, durante sua estada em Salvador, Gildo conhecesse aquela que viria ser a sua companheira e com quem teria uma filha, batizada com o nome de Tessa: Mariluce Moura, jornalista baiana e também militante da AP.

Nas cartas enviadas, ele manifestava tristeza por não receber notícias da família e a saudade que sentia de todos. Incomodava-lhe também o fato de não poder apresentar sua companheira, Mariluce, a seus familiares.

Muito tempo sem ver a família, o desejo de que seus pais conhecessem Mariluce e, sobretudo, o número de prisões efetuadas pelo governo Médici fazem o casal Gildo e Mariluce, no começo de Outubro de 1973, vir para o sítio da família, em Veríssimo. Nesse tempo, Mariluce já suspeitava estar grávida. A filha Tessa nasceria 8 meses após a morte do pai.

05. A MORTE, A FARSA E A TRAIÇÃO

Gildo e Mariluce foram presos no dia 22 de outubro de 1973, logo que regressaram para Salvador. Ele, por volta de meio-dia, ao sair de casa. Ela, uma hora depois, em frente ao Elevador Lacerda, importante ponto turístico da capital baiana..

Foram levados, junto com outros presos, para a Superintendência da Polícia Federal da capital baiana. Mariluce estava grávida de 2 meses, confirmando suas suspeitas. À noite, ela e Gildo foram separados e cada um foi para uma sala. Nunca mais se veriam.

No dia seguinte, 23, Mariluce foi transferida para o quartel do Forte de São Pedro. Gildo, juntamente com Oldack Miranda, jornalista de Salvador, foi levado ao Quartel do Barbalho. Gildo é, posteriormente, transferido para o DOI-CODI do Recife, onde foi violentamente torturado. Por ser dirigente nacional da AP, seus algozes, usando as mais

cruéis formas de tortura, tentaram arrancar dele todas as informações possíveis. Como Gildo nada dizia, foi brutalmente assassinado no dia 28. Neste mesmo dia, Mariluce recebe a notícia de que Gildo fora levado para “uma longa viagem”.

No dia 1º de novembro, um oficial dizendo-se capelão, conta-lhe que Gildo estava morto desde 28 de outubro. Para confirmar a história, apresentava-lhe um recorte de jornal que trazia a versão oficial de sua morte.

Márcia Macedo Lacerda, irmã mais velha de Gildo, então com 25 anos, assistia ao Jornal Nacional naquele 1º de novembro de 1973. Com sua nacionalmente conhecida voz, Cid Moreira assim anunciava (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999, p. 495):

> Entre outras prisões, caiu em São Paulo José Carlos Novaes da Mata Machado e, em Salvador, Gildo Macedo Lacerda. Interrogados, "abriram” um ponto com o dirigente “Antônio” [possivelmente Paulo Stuart Wright, outro dirigente da AP] às 19:30 do dia 28, à avenida Caxangá com general Polidoro, no Recife. À hora aprazada um homem forte, louro, branco, percebendo a armadilha, abriu fogo contra seus companheiros aos gritos de “traidores”. Mesmo ferido, teria escapado depois de deixar Gildo morto e José Carlos mortalmente ferido.[7]

Essa foi a versão oficial da morte de Gildo. Esses “tiroteios” era uma das formas mais usadas pela repressão para justificar a morte de algum preso político. Os militantes da AP, ao ouvirem a versão do Governo, imediatamente perceberam a farsa.

Os restos mortais de Gildo nunca foram devolvidos à família. Primeiramente, o corpo foi para a vala comum no Buraco do Inferno. Em 1986, foi transferido para outra vala comum, no Cemitério Parque das Flores. Ambos no Recife.

Em 1971, Gilberto Prata não queria mais ser revolucionário. Cansara da militância. Saiu da AP, foi cuidar da vida. Providenciou documentos e resolveu acompanhar as coisas de longe. Entretanto, em fevereiro 1973 foi procurado pelo CIE – Centro de Informação do Exército e decidiu colaborar (ainda hoje não se sabe bem porque)[8]. Sua missão: fingir voltar à militância na AP, descobrir onde estavam escondidos suas principais lideranças e entregá-las para a repressão. No comando da operação, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, responsável pelo DOPS de São Paulo e um dos mais temidos torturadores do país (LIMA, 1998).

O trunfo que Gilberto tinha nas mãos é justamente o que torna sua traição mais chocante: ele era irmão de Maria Madalena Prata Soares e cunhado de José Carlos Novaes da Mata Machado, importantes líderes da AP naquele momento. Ao primeiro sinal de que queria voltar às operações da AP, foi recebido com entusiasmo pela irmã e pelo cunhado.

A partir daí, Gilberto serviu de "guia" para a repressão policial-militar. Quando os agentes perdiam José Carlos, Madalena, Gildo e outros militantes que passaram a ser seguidos, Gilberto restabelecia o elo. Isso podia ser em Salvador, no Recife, Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1993, em depoimento perante a Comissão Externa sobre os Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal, onde fica público seu papel, Gilberto revela (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999, p. 498):

> No período [maio a outubro de 1973], quem era da AP e entrou em contato comigo direta ou indiretamente, como José Carlos, Gildo, Madalena, dançou [foi preso] e tenho certeza absoluta de que se alguém pode dar conta de onde estão os corpos [dos que foram mortos] é o pessoal do CIE"[9].

De algum modo, a morte de Gildo e de vários outros militantes da AP decorreram do "trabalho" de Gilberto Prata Soares como guia da repressão.

---

[1] Mestrando em História e Cultura Política pelo Programa de Pós-Graduação da Unesp/Franca. E-mail: mozart.lacerda@uol.com.br

[2] LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.

[3] REZNICK, Luís. **Qual o lugar da história local?** Artigo publicado em www.historialocal.com.br, acessado em 25.08.2004.

[4] LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.

[5] Sobre a vinda de José Carlos Novaes da Mata Machado à Uberaba, foram ouvidas duas pessoas: Madalena Prata, sua ex-companheira e Danival Roberto Alves, um dos primeiros dirigentes da AP no Triângulo Mineiro. Para Madalena, é possível que José Carlos realmente estivesse por aqui, uma vez que ele tinha uma namorada em Uberaba, que estudava no Colégio Nossa Senhora das Dores. Já Danival reconhece José Carlos quando o autor mostra-lhe uma fotografia dele.

[6] Conforme depoimento ao autor.

[7] MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos Filhos Desse Solo**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 1999.

[8] Há três hipóteses que tentam explicar a traição de Gilberto Prata. Segundo sua irmã, Madalena Prata, Gilberto exerceu o poder de irmão mais velho, que julga ter o direito de decidir o destino da irmã. Ou seja, para Madalena, a traição foi fruto do machismo que impera nas relações familiares mais tradicionais. Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, num livro escrito por ambos (ver notas 7 e 9), afirmam que Gilberto Prata recebeu, por 8 anos, ajuda de custo do CIE. O próprio Gilberto, numa entrevista ao pesquisador Samarone Lima, tenta explicar sua atitude. Segundo ele, o CIE teria ameaçado sua família.

[9] MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos Filhos Desse Solo**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 1999.

REVOLUÇÃO E PODER NO PAÍS DOS AIATOLÁS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL IRANIANA APÓS A REVOLUÇÃO DE 1979.

MURILO SEBE BON MEIHY

A República Islâmica do Irã enquanto Estado-nacional moderno, carente de instrumentos de legitimação de suas instituições na ordem social, apresenta através de seu processo revolucionário a necessidade de sedimentação de seus pressupostos políticos em um texto constitucional, no momento subseqüente à vitória do movimento, exibindo as linhas gerais do pensamento de determinado grupo específico que não era unânime entre os articuladores do processo revolucionário. A proposta deste trabalho é avaliar a formação de um Estado-nacional a partir de uma orientação política alicerçada na tradição do xiismo duodécimo, além de exibir de que maneira a citada tradição encontra-se institucionalizada no corpo textual da Carta Magna do país.

Para concretizar seu papel de liderança na política iraniana após a fuga do Xá Mohamed Reza Pahlevi em 16 de janeiro de 1979, o aiatolá Ruholah Khomeini precisou manter a estratégia de converter a comunidade religiosa do Irã em comunidade política[1] sem destituir essa construção das fronteiras peculiares à idéia de nação, fator que atribui ao Irã um papel singular na história das revoluções sociais. Não se pode ignorar o fato de que uma nação deve ser entendida como o resultado visível de uma ideologia (o nacionalismo), que cerca a ação política sob a forma como a nação deva ser imaginada, constituída singularmente e inviolável em termos de sua soberania[2]. É possível perceber que a nação enquanto comunidade política pode ser amalgamada ao discurso da comunidade religiosa pelo motivo de que ambas se constituem através do "...estilo em que são imaginadas"[3] e, no caso do Irã de 1979, concebidas de maneira distante da imaginação secularizada e dependente do apoio estrangeiro promovido por Reza Pahlevi.

Aos que poderiam questionar as intenções marcadamente nacionalistas da Constituição iraniana, cabe mencionar o artigo 152º. que obriga a política externa do país

a rejeitar qualquer forma de alinhamento com as potências mundiais do cenário da Guerra Fria. O texto revela: "A política externa da República Islâmica do Irã baseia-se na negociação e todas as formas de dominação ou submissão a esta, na preservação da independência em todos os aspectos e na integridade territorial do país, defendendo os direitos de todos os muçulmanos, o não-alinhamento com as potências dominantes e relações mútuas de paz com os Estados não-hostis[4]" As informações contidas nesse artigo sugerem que a soberania do Estado iraniano deve ser garantida, principalmente na sua relação com os demais países, estabelecendo portanto, uma clara fronteira entre os interesses nacionais e os demais Estados. Mas, ao realizar uma atenta leitura deste artigo, percebe-se que é visto como papel da república islâmica olhar de maneira vigilante pelos "direitos de todos os muçulmanos", sem estabelecer distinções étnicas ou mesmo nacionais. A Constituição se presta a salvaguardar não somente os anseios do cidadão iraniano, como também de toda a *Umma* (entendida como a comunidade de fiéis muçulmanos), tornando flexível a fronteira imaginada como campo de ação para a política do país.

O citado artigo mostra uma definição de comunidade política distante da interpretação que Eric Hobsbawn faz em *Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito e Realidade*. O autor britânico apresenta uma diversidade conceitual entre fundamentalismo[5] e nacionalismo que serve para exemplificar numerosas experiências políticas do Mundo Árabe, como a Turquia e o Egito; mas para o caso iraniano, as diferenças entre estes dois conceitos devem ser relativizadas. É correto afirmar que ativismo político islâmico e nacionalismo possuem apelos que mobilizam sentimentos e tradições de raízes diferentes. Contudo, o Irã de 1979 é demonstração ativa de que podem coexistir em uma mesma proposta política, discursos supostamente adversos; fator que traz relevância ao estudo da revolução assinalada. Como solução para o citado embate, Hobsbawn declara que em sociedades que rejeitam as vicissitudes da

modernidade, o “fundamentalismo” é visto como um obstáculo menor, já que a coerção institucional se encarrega de encobrí-lo[6].

No caso da Constituição iraniana, a proposta de transpor comunidade religiosa em comunidade política não se encontra ocultada, mas sim publicamente manifestada e transformada em preceito sustentável pela ordem estabelecida, seja em declarações inflamadas do líder aiatolá Ruhollah Khomeini, ou mesmo em diversos artigos da Constituição estrategicamente criados. Mas o modo como o processo de mudança da comunidade religiosa em comunidade política se concretizou, pode ser percebido através do apelo de defesa dos interesses nacionais sustentados por qualquer Constituição. O Irã, como depositário dessa perspectiva, inaugura através da revolução social instaurada, a subseqüente sedimentação deste ideal no projeto político que sua Carta Magna representa. A solidez do argumento “nacionalista” não poderia ter sido conseguida se estivesse isolada como doutrina política limitada ao encaminhamento teórico que determinado governo deveria defender por lealdade a seus governados e apego à terra natal. Com o fracasso do nacionalismo comprometido com um plano secularizado de modernização, próprio de meados do século XX, tornou-se obrigatório vincular à defesa dos interesses da comunidade nacional, outros elementos de ação política que respondessem aos anseios das populações descontentes com os modelos empregados anteriormente pelos seus governos e, nesse aspecto, o nacionalismo teve que atuar em concordância com o discurso da justiça social e o próprio Islã[7]. Com o passar do tempo, a própria interpretação de justiça social foi perdendo (assim como o nacionalismo) todo e qualquer vínculo com a idéia de uma possível sociedade que eliminasse de qualquer maneira suas desigualdades, para a perspectiva de que a única forma de se conceber igualdade entre os integrantes de uma comunidade identitária, seria a islamização desta sociedade. Neste aspecto, há no discurso islamizado, uma interpretação peculiar de justiça social ligada à homogeneidade dos homens diante de Deus, diferenciando os

integrantes de uma sociedade, não mais por categorias econômicas e raciais, mas pela separação sacralizada entre membros da tradição religiosa revelada e o "infiel", sendo que esta divisão social pode até mesmo agir em concordância com critérios de nacionalidade e estabelecimento peculiar de uma sociedade civil.

A Constituição iraniana apresenta exemplos de questões nacionalistas ao longo de seu corpo textual. Em seu artigo 3º., referente aos desígnios centrais da nova ordem estabelecida, um dos compromissos assumidos pela revolução islâmica seria "fortalecer a estrutura defensiva nacional mediante a educação militar geral com o objetivo de salvaguardar a independência e a integridade territorial e o sistema Islâmico no País[8]". Nesse artigo especificamente, é possível perceber que mesmo no caso do Irã, que não passou por um processo de independência armada após a Segunda Guerra Mundial, e conseguiu, à vil preço, manter-se como um Império politicamente autônomo, a articulação de defesa de uma independência alicerça os preceitos nacionalistas do discurso político. Assim sendo, pode-se transpor esta característica a questões ligadas à construção de um espaço para a ação deste nacionalismo, criando uma porção territorial submetida a tais pressupostos para limitar elementos externos e internos de romperem as "fronteiras mágicas[9]" sustentadas pela nova ordem configurada a partir do processo revolucionário. Contudo, os amparos constitucionais dos interesses da nação iraniana são estendidos à defesa do sistema islâmico promovido pela revolução, inserindo o conteúdo religioso nos debates territoriais e de soberania da pátria. Todas as práticas relevantes de conservação do nacionalismo na sociedade política passariam portanto, por uma necessidade de militarização da sociedade civil iraniana, através do esforço promovido pela educação voltada para a defesa desses pressupostos. A união de prerrogativas nacionalistas ao discurso islâmico mostra-se clara.

O artigo 9º. corrobora este posicionamento institucional, ampliando a responsabilidade de manutenção da ordem construída, tanto para o grupo político

dominante, quanto para todos os integrantes dessa nova comunidade política, já que "na República Islâmica, a liberdade, a independência, a unidade e integridade territorial do País são inseparáveis uma das outras, e a sua preservação é da responsabilidade do governo e de cada indivíduo da nação iraniana. Nenhuma pessoa, grupo ou autoridade tem o direito de violar minimamente a independência política, cultural, econômica e militar, e/ou a integridade do Irã, usando erroneamente a palavra liberdade e nenhuma autoridade pode negar as liberdades legítimas sob o pretexto de salvaguardar a independência e a integridade territorial do país, mesmo que seja feito pela elaboração de leis e regulamentos.[10]" Ao promover o nacionalismo neste sentido, a Constituição iraniana apresenta um oportuno elemento de coerção que seria a legitimidade do Estado iraniano em apropriar-se exclusivamente do conceito de liberdade e inseri-lo no contexto que lhe for adequado. Existe aqui, a preocupação em limitar a utilização deste termo, principalmente por futuros opositores do regime vigente, sejam estes, membros descontentes da comunidade política construída ou nações estrangeiras rivais. O discurso ocidental de democracia liberal como sinônimo de garantia das liberdades individuais dos cidadãos ganha um oponente teórico atento aos futuros ataques à sociedade política organizada pela Constituição do país, que se privilegia da posição de superioridade frente outras normatizações de "leis e regulamentos" posteriores à Carta Magna.

Outro exemplo do conteúdo nacionalista do documento está presente no artigo 41º. A passagem assinalada confere à nacionalidade iraniana um teor de "direito absoluto de todos os cidadãos", limitando o próprio governo de despojar qualquer integrante dessa comunidade vernácula, com exceção dos que o querem ou daqueles que optar em fazer parte de outra comunidade nacional[11]. Não há a mais remota possibilidade de um integrante dessa comunidade política/religiosa manifestar outra identidade senão àquela permitida pela Constituição, rejeitando qualquer outra nacionalidade.

Entretanto, cabe mencionar que a comunidade religiosa se apresenta de maneira pouco mais flexível do que a comunidade política em que ela se qualifica. Quando se tomam os artigos 12º. e 13º., vê-se que a identidade religiosa islâmica passa por um processo de aceitação que permite certa abertura frente às diversas escolas de jurisprudência desta religião. Mesmo o Irã sendo oficialmente xiita da escola duodécima, gozam de liberdade de culto a Hanafi, Shafe'i, Maleki, Hanbali e Zaidi, além de minorias religiosas como o Zoroastrismo, o Judaísmo e o Cristianismo, fato que pode integrar diversas comunidades religiosas em uma única comunidade política/nacional[12]. As religiões que usufruem determinada liberdade no Irã são restringidas pelo artigo 13º., que em concordância com o Alcorão confere ao "Povo do Livro" (judeus e cristãos) condição superior aos idólatras politeístas. O que torna esse artigo curioso, é que certo preceito do Alcorão é adaptado à realidade iraniana que estende a tolerância religiosa ao Zoroastrismo, peculiarmente resistente no território iraniano. Mas, se por um lado, os citados artigos flexibilizam a identidade nacional para outras comunidades religiosas, legitimam também o monopólio do xiismo duodécimo como religião oficial do país, sendo o artigo constitucional que sustenta esse argumento, inalterável, criando portanto, uma negociação de tolerância em troca da supremacia oficial de uma corrente.

Assim como a sociedade civil e política se territorializam através das fronteiras reafirmadas pelos citados artigos, a caracterização dos elementos excluídos dessa nova comunidade imaginada devem sofrer o mesmo processo. A tentativa de se concretizar e eleger um inimigo-território servirá de fomento para a formação de uma autoridade do próprio Estado-nacional, dando uma oportuna consciência às pretensões políticas do discurso da existência de uma ameaça que exigirá dos integrantes dessa nova comunidade, uma dura vigilância frente aos preceitos de sua sociedade constituída. A alocução monoteísta dos *Ahl al-kitab*[13] oferece um oponente personalizado para distinguir a comunidade que não se alinha a sua matriz de pensamento. O demônio, enquanto

figura oposta de Deus, é o exemplo desse elemento que o discurso religioso se serve para marcar semelhanças e diferenças entre os homens no campo do sagrado. Ruhollah Khomeini, investido de autoridade suprema da república islâmica transporta, de acordo com Benedict Anderson, a instrumentalidade do discurso da diferença próprio do argumento religioso para o campo político, porém percebendo que nesse caso, a personificação seria ineficiente, e a necessidade de territorializar o opositor mostrar-se-ia muito mais adequada[14]. Entretanto, no momento em que o processo revolucionário se iniciava, e a ação política da oposição tentava combater a legitimidade do poder do Xá Reza Pahlevi, os clérigos xiitas, até mesmo Khomeini, puderam estabelecer uma sobreposição de simbolismos que identificava no Xá o próprio demônio, personificando o inimigo declarado. Após a concretização da Constituição iraniana de 1979, o argumento da personificação teve que ser adaptado ao novo caráter político. Um documento nacional, ratificado por uma comunidade que se modela através de suas fronteiras mágicas, deve argüir um elemento simbólico de igual formação, não podendo ser portanto, um único líder nacional, mas sim, uma ideologia política ou mesmo um território nacional distinto como os Estados Unidos da América, territorialização singular do poder ocidental. A aproximação simbólica território/demônio não se limitou ao discurso contestatório referente aos interesses norte-americanos no país. União Soviética e Israel também foram regiões que sofreram com este simbolismo pela leitura religiosa específica que a revolução iraniana estabelece na política[15]. Ao partir deste contexto, não se pode ignorar que as relações de política externa da nova ordem constituída se tornassem pontos cruciais para legitimar o movimento revolucionário, e de acordo com Tariq Ali, Khomeini "... acreditava que, se a revolução islâmica não se expandisse, ela poderia implodir, e muitos dos intelectuais que apoiavam o regime diziam isso em público[16]".

---

[1] "Compreendemos por comunidade política aquela em que a ação social se propõe a manter reservados, para a dominação ordenada pelos seus participantes, um 'território' (não necessariamente um território

constante e fixamente delimitado, mas pelo menos de alguma forma delimitável em cada caso) e a ação de pessoas que, de modo permanente ou temporário, nele se encontram, mediante a disposição do emprego da força física, normalmente também armada (e, eventualmente, a incorporar outros territórios)". WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.* Brasília: Unb, 2004 p. 155.

[2] "Dentro de um espírito antropológico, proponho, então, a seguinte definição para a nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana". ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional.* São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 14.

[3] *Idem*, p.15.

[4] Constituição da República Islâmica do Irã. Capítulo Décimo, artigo 152º.

[5] Por sugestão do Prof. Dr. Nizar Messari, do Instituto de Relações Internacionais da Puc-Rio, substituo o desgastado termo "fundamentalismo" pela menos comprometida expressão "ativismo político".

[6] "Exceto naquelas sociedades autenticamente tradicionais que reagem contra o impacto inicial da modernidade é que o fundamentalismo parece ser, universalmente, um problema minoritário. Isso pode ser ocultado tanto pelo poder de regimes impostos pela força, quer seus povos gostem ou não (como no Irã), ou pela capacidade das minorias fundamentalistas de efetivamente mobilizarem para os sistemas democráticos os votos localizados estrategicamente, como em Israel e nos Estados Unidos". HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito e Realidade.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002. 3ª. edição. p. 201.

[7] "Um dos sinais da nova posição dominante dos governos nas sociedades árabes foi que estavam dispostos a apropriar-se das idéias que podiam mover mentes e imaginações, e extrair delas uma pretensão de autoridade legítima. A essa altura, qualquer governo árabe que quisesse sobreviver tinha de poder alegar legitimidade em três linguagens políticas – nacionalismo, justiça social e Islã". HOURANI, Albert Habib. *Uma História dos Povos Árabes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 2ª. edição, 3ª. reimpressão. p. 447.

[8] Constituição da República Islâmica do Irã. Capítulo Primeiro, artigo 3º., tópico 11.

[9] "A função de todas as fronteiras mágicas – quer daquela entre o masculino e feminino. Quer dessa outra entre os eleitos e os excluídos do sistema escolar – consiste em impedir os que se encontram dentro, do lado bom da linha, de saírem, de saírem da linha, de se desclassificarem." BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Lingüísticas.* São Paulo: Edusp, 1996. p. 102.

[10] Constituição da República Islâmica do Irã. Capítulo Primeiro, artigo 9º.

[11] "A nacionalidade iraniana é um direito absoluto de todos os cidadãos e o governo não pode privar de cidadania qualquer iraniano, salvo se o mesmo o pedir, ou caso o mesmo torne-se cidadão de outro país". Constituição da República Islâmica do Irã. Capítulo Terceiro, artigo 41º.

[12] "A religião oficial do Irã é o Islã e de doutrina Já'faria crente nos 12 Imans. Esse artigo é perpetuamente inalterável. As outras escolas de jurisprudência islâmica, quer sejam a Hanafi, Shafe'i, Maleki e Zaidi gozam de todo respeito. Os seus seguidores gozam de completa liberdade de celebração dos seus ritos religiosos, de acordo com a sua própria jurisprudência. Elas desfrutam de oficialidade em relação com a sua instrução religiosa, estatuto pessoal (incluindo casamento, divórcio, herança) bem como as querelas judiciais relacionadas com essas matérias ante os tribunais.

Em todos os lugares, onde os seguidores de qualquer das escolas mencionadas gozem maioria, os assuntos locais serão formulados de acordo com as leis daquela doutrina e sob as leis de jurisdição dos Conselhos daquela região, com a certeza que os direitos dos crentes das restantes doutrinas serão respeitados." Constituição da República Islâmica do Irã. Capítulo Primeiro, artigo 12º.

"Os Zoroastras, Judeus e Cristãos iranianos são as únicas minorias religiosas oficiais que perante a lei islâmica tem liberdade de praticar as suas cerimônias religiosas. Em assuntos pessoais e ensino religioso podem atuar em conformidade com os ditames das suas próprias leis religiosas." Constituição da República Islâmica do Irã. Capítulo Primeiro, artigo 13º.

[13] "Povo do livro" ou "Povo de uma revelação mais antiga". Esta seria a designação corânica para os povos adeptos das primeiras escrituras (judeus e cristãos) .

[14] "... mas agora a "relativização" e a "territorialização" são perfeitamente conscientes, e com intenção política. Não seria razoável que uma elaboração paradoxal dessa tradição na identificação do Grande Satã feita pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini, fosse vista não como uma heresia, nem mesmo como um personagem demoníaco (o pequenino Carter dificilmente preencheria os requisitos), mas como uma nação?" ANDERSON. *Op. cit.* p. 26.

[15] "Ela (a política externa da República Islâmica) propunha uma luta de morte contra o Grande Satã (os Estados Unidos) e a União Soviética. O primeiro era o protetor de Israel e outros inimigos do verdadeiro islã como a Arábia Saudita. A última era a fonte do ateísmo e do materialismo.". ALI, Tariq. *Confronto de Fundamentalismos – Cruzadas, Jihads e Modernidade.* Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. pp. 193 e 194.

[16] *Idem*, p. 197.

CATOLICISMO E SENTIMENTO DE POLONIDADE

Muriélle Silveira Boeira Benthien*

Em sua maioria vinculada à produção acadêmica, a historiografia catarinense está constituindo-se cada vez mais pela variedade de foco em temas de pesquisas. Neste sentido, percebe-se uma favorável tendência à inovação e curiosidade por tópicos outrora não muito abordados.

Uma contribuição que serve para compor este quadro dos novos enfoques, seria a metodologia da História Oral. Afinal, gerações passadas tão acessíveis a uma História "vista de cima", permitem-se compreender *que* e *como* também fazem parte da interação sócio-cultural partilhadas em sua comunidade.[1]

Isto constitui-se por grande mérito da investigação histórica, proporcionando a compreensão e discussão dessa rica alteridade. Quando se tratam de estudos sobre imigração européia por exemplo, podem evidenciar o quanto algumas colônias do nosso atual Estado não caracterizaram-se por homogeneidade cultural.[2]

No entanto, mesmo em regiões heterogêneas, muitos grupos étnicos vindos em menor número ou situados em dispersão, foram tão somente citados por alguns autores. Quiçá então, encontraríamos abordagens mais detalhadas sobre sua relação com outros imigrantes, bem como indígenas e afrodescendentes.[3]

O contato interétnico de diversos grupos, fortaleceu a manutenção da identidade dos mesmos. [4] Isto porque ao imigrar, houve esforços individuais ou coletivos para manutenção de suas culturas. No entanto, ao mesmo tempo, sua manifestações ditas "tradicionais", não permaneceram inalteradas, tendo em vista o novo ambiente.[5]

Com base na afirmação e o propósito de sugerir novas pesquisas relacionadas à temática imigratória, este artigo expõe os resultados de uma análise baseada principalmente em dados paroquiais.** Trata-se da presença polonesa na Colônia São Bento, fundada em 1873. Acontecimentos posteriores, como a escolha de párocos cada vez menos estrangeiros, implicariam num estudo ainda mais detalhado.*** Por isso, como marco cronológico de finalização da pesquisa, de modo que não a tornasse tão ampla, foi estabelecida a década de 1920.

A opção pelo enfoque de sua religiosidade favoreceu o estudo que tinha a princípio, uma pequena bibliografia de apoio. Há de se inferir numa relação causa/efeito, que o principal motivo para ínfima produção textual, são justo as escassas pesquisas realizadas no Estado, sobre o grupo em questão. Maria Terezinha Sobierajski Barreto, já havia observado que isto de certa forma intimida os atuantes da profissão, pois não têm subsídios suficientes que permitam novas abordagens.[6]

De fato, se compararmos com o Estado do Paraná ou Rio Grande do Sul, os resultados em termos de estudos polacos são desfavoráveis. Ruy Christovam Wachowicz paranaense assíduo da temática cultural polonesa em sua região, chegou a redigir um artigo *Rio Vermelho* (São Bento do Sul/SC), mas infelizmente sem notícias de que tenha sido publicado.[5] Em sua obra *O camponês Polonês no Brasil*, chega a mencionar algumas áreas de ocupação do norte catarinense. No que diz respeito ao estudo de "linhas" do antigo núcleo colonial *São Bento*, é citada por ele a localidade de *Rio Natal*, que faz parte hoje do atual município de São Bento do Sul/SC.[7] Além disso, é comentada brevemente a religiosidade nos "povoamentos" de *Lucena* e *Alto Paraguaçu*, hoje município de Itaiópolis/SC.[8]

Uma das publicações mais conhecidas à qual Ruy Christovam Wachowicz esteve vinculado foi *Anais da Sociedade Brasileiro-Polonesa*.[9] Além de suas próprias produções, esta série de publicações paranaense contêm traduções de muitas cartas de imigrantes e textos elaborados por outros autores que também já pesquisaram sobre o assunto.

Entre as traduções, encontra-se o artigo de Antônio Hempel, um viajante que veio para o Brasil para conhecer as colônias polonesas, relatando sobre o que encontra em Santa Catarina. Na sua pequena descrição intitulada *Os Poloneses nas Províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul*, o autor comenta sobre inúmeras regiões pelas quais passou.[10]

A pesquisa em fontes, evidenciou a quantidade de poloneses advindos de regiões fragmentadas e que tinham viajado para a colônia São Bento em grupos dispersos.[11]Na saída da Europa, a integração dos pequenos grupos eslavos pode ter sido desmotivada pela existência dos grandes escritórios e agências propagandistas "genuinamente alemãs". À exemplo, destaca-se a "Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo", que uma das que mais prosperou com a atividade de recrutar pessoas que se dispusessem a emigrar. [12]

Divulgava-se as vantagens de se promover a saída em massa da Europa. Para uma época em que alguns terrenos não eram suficientes à sobrevivência e sustento da família, não nos demora muito compreender o quanto o intento da divulgação fez efeito.[13]

Particularmente, a Polônia na época da emigração, viveu a partilha de seu território e a subordinação política, à Prússia, Rússia e Áustria. Tal época é abordada por Ruy Christovam Wachowicz , como a "febre da imigração", tamanho foi o deslocamento de seu povo que fugia não só da miséria, mas também da perseguição sofrida.[14] Por isso, entanto, as diversas minorias de poloneses, não tinham opção de um líder que organizasse seu estabelecimento num país ádvena. Com seus poucos pertences pessoais, quadros de Chestocowa e livrinhos de catecismo, partiram junto à grande massa, tão plural em suas manifestações religiosas e culturais.[****] No fundo, todos buscavam em comum a vida melhor na sua nova terra, o novo continente.[15]

Na Colônia Dona Francisca (atual município de Joinville), que inicialmente tinha recebido alemães protestantes, já crescia gradativamente a heterogeneidade religiosa, através do desembarque de novas levas de imigrantes. No entanto, estes tiveram como destino a Colônia São Bento, espécie de "desdobramento" da primeira, já que não havia mais espaço para acomodar a todos que cada vez mais vinham desembarcando.[16]

Portanto, São Bento divergiu em termos de religiosidade. Das procedências dos imigrantes estabelecidos em 1873, eram de distintas localidades européias: prussianos, poloneses, bávaros, boêmios e austríacos.[17] De 1873 a 1878, têm-se na região serrana: 46% de boêmios, 36% de boêmios do norte, 13% de poloneses da Galícia e 1,5% de pomerânios.[18] Tratava-se assim, de uma maioria católica.

Apesar da diversidade de todos estes grupos, desconhece-se um estudo mais detalhado quanto à etnias em menor número. Quanto aos brasileiros, parte da população era formada por ocupantes com terras cedidas através de documentos do estado paranaense que lhes sustentava o argumento de posse. Depois de disputas com ganho de causa à Santa Catarina, alguns obtiveram da administração da colônia títulos que lhes dessem garantia de permanência definitiva nos terrenos. Isto foi obtido através de negociação.[19]

Atualmente existem regiões, em que o polonês ainda é muito mais falado que o próprio português entre os descendentes.[20] Existem entre eles também grupos musicais,

folclóricos e associações que zelam pela sua valorização, realizando missas e festas tradicionais.[21]

Mas esta herança que hoje a muitos descendentes constitui o orgulho de sua descendência, fruto da tão defendida imigração desde o século XIX, a partir de 1910 já foi vista como um problema para o governo. Os grupos estrangeiros passaram a firmar uma certa autonomia de suas práticas que certamente incomodavam por divergirem de um Estado homogêneo.[22] Eram identidades coletivas, arraigadas em critérios de pertencimento étnico/nacional.[23]

Ora, numa situação de descaso e abandono perante as autoridades, nada restava a estes povos humildes, religiosos e tão distantes de sua terra natal, do que virarem-se por conta própria.[24] Construíram comunitariamente suas escolas, com sustentação econômica local, o que proporcionara-lhes a continuidade de ensino na língua materna.[25]

A situação dos moradores da colônia São Bento, que reivindicavam padres poloneses para entendimento das missas, bem como a construção de templos para os protestantes, exemplifica o quão dificultoso era o cotidiano da população local.[26] Sob o olhar de Antonio Hempel que descreve Rio Vermelho, espécie de centro de onde partiam "linhas" polonesas, pode-se perceber a aflição dos recém-chegados:

> Rio Vermelho (Bechelbronn) é o verdadeiro centro. Dista 20 Km de São Bento. Localiza-se em magnífica baixada, entre serras altas e montanhosas. Possui igreja (sem sacerdote), escola, negócios, moinhos, etc.
> Fomos ao negócio do Sr. Wielewski. Lá estavam alguns colonos, da Prússia Ocidental. Alegraram-se quando perceberam que "falamos tão fluentemente o polonês". Estão bem, afirmam. Ressentem-se da falta de sacerdote polonês. Insistem para que escreva ao cardeal de Cracóvia, pedindo um "bom" sacerdote. Apontam para a Igreja, onde não se realizam ofícios religiosos. São obrigados a freqüentar São Bento. Lá o sacerdote é alemão e eles não o entendem. O padre é bem intencionado para com os poloneses.[27]

Visitas episcopais eram feitas para analisar a situação local e tentar providenciar responsáveis pela assistência paroquial.

> O movimento religioso não foi grande, por falta de um sacerdote que falasse a língua polaca. O povo é muito religioso e conserva as tradições de seu país natal. Prometemos-lhe um sacerdote de sua nacionalidade, logo no-lo (sic.) fosse possível. [28]

Era muito comum a falta de padres e também as dificuldades financeiras para mantê-los.[29] Os missionários, deslocados da Europa para atender imigrantes no Brasil, eram

muito freqüentes entre a população, como os alemães do Sagrado Coração de Jesus.[30] Poloneses, eram em sua maioria trazidos de Curitiba, de onde já estavam previamente estabelecidos.[31]

Depois que a Diocese de Florianópolis desmembrou-se da Curitibana, tornaram-se submetidos hierarquicamente à Joinville como representantes catarinenses do planalto norte. Ainda que devessem à esta a satisfação de suas responsabilidades, a visita de padres vindos de Curitiba continuou.[32]

No entanto, por mais que se esforçassem, padres brasileiros ou alemães não compartilhariam com eles o que viviam ou pensavam. A religião fazia parte de sua polonidade, de sua identidade. "A exigência dos colonos, de um padre polonês, e o fato de não desejaram aceitar um brasileiro, significava que a paróquia para eles não tinha apenas uma função exclusivamente religiosa, e sim sobretudo, a de um centro de comunidade".[33]

Tarefa difícil e prolongada era suprir esta vontade. Em fins do império, porque não conseguiam convencer tantos padres a largarem da Europa para vir ao Brasil, e em início da República, porque não era interesse do governo brasileiro que perpetuassem a comunicação em língua materna.

O governo passara a fazer forte oposição quanto às manifestações autônomas de grupos plurais em seus idiomas, gostos, sentimentos e religiosidade.[34] Como exemplo, a forte "campanha" dada principalmente contra a germanização do nosso Estado, foi muito visada porque os alemães tinham uma grande organização, com a circulação e divulgação de inúmeros jornais.[35]

Escrevendo cartas muitas publicadas como anônimas, defendiam-se como podiam. Curiosamente, o jornal *O Catharinense*, da Colônia São Bento, referindo-se à "Campanha contra germanização do nosso Estado", apresenta a seguinte manifestação:

> As Colônias francesa e inglesa no Rio de Janeiro, a colônia italiana em S. Paulo, a colônia polaca no Paraná também possuem as suas escolas em que se ensinam exclusivamente a língua respectiva. No Paraná mesmo, como se poderá inferir dos anúncios estampados em seus jornais, as mais importantes casas comerciais existentes em Curitiba são alemãs ou de outras nacionalidades.[36]

Podemos concluir portanto, que os alemães e descendentes estavam cientes da diversidade cultural brasileira. Embora há sua inegável contribuição em São Bento, não se pode deixar de levar em consideração as relevantes e citadas "minorias", nem sempre

abordadas. A pequena análise dedicada à Colônia supracitada, teve por seu principal objetivo, proporcionar a reflexão de que foi na relação junto à sociedade brasileira, com grande esforço e trabalho, reivindicações e muitas dificuldades, que os imigrantes poloneses viveram a reconstrução de suas vidas. A continuidade de sua religiosidade, constituiu sua principal preocupação.

De maneira mais ampla, a população catarinense é constituída por múltiplas descendências. As lacunas uma vez percebidas podem nos favorecer excelentes estudos futuros.

---

[*] Mestranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina, e professora efetiva da rede municipal de São Bento do Sul/SC.

[1] Como sugestão de leitura para compreender as discussões que permeiam a historiografia catarinense nas últimas décadas, Cristina Sheibe Wolff propõe uma boa introdução. WOLFF, Cristina Sheibe. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. In: **Revista Catarinense de História**. Florianópolis: UFSC, 1994.

[2] SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 12.

[3] De acordo com Zuleika Alvim, muito ainda ode ser estudado sobre a relações intergrupais. In: ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil.** Vol. 3. São Pulo: Companhia das Letras, 1998. p. 268.

[4] Roberto C. De Oliveira, afirma que o contato interétnico são "as relações entre indivíduos e grupos de diferentes procedências "nacionais", "raciais" ou "culturais". OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. In: _____. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, s/d. p.1

[5] CONZEN, Katheleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; et al. Forum – The Ivention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A. In: **Journal of American History, Fall 1992**. p. 4. Tradução de Eunice Sueli Nodari. p. 1.

[**] Foram consultados para pesquisa: Livros de Batismos, Livros de Casamentos, Livro de Óbitos e Livros Tombo da Paróquia de Rio Vermelho Povoado e da Igreja Matriz do atual município.

[***] Os padres que ministravam os sacramentos e rezavam missa até então, eram missionários, geralmente alemães ou poloneses.

[6] BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. **A Presença Polonesa em Santa Catarina.** Artigo não publicado. p. 2.

[5] WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Rio Vermelho**. Artigo não Publicado. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul.

[7] WACHOWICZ, Ruy Christovam. **O Camponês Polonês no Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural; Casa Romário Martins, 1981. p. 110.

[8] Ibid., p. 11, 113.

[9] WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa.** Curitiba: Imprimax, 1970.

[10] Dentre elas estão Joinville/SC, São Bento do Sul/SC, Itajaí/SC, Blumenau/SC, Orleans/SC, Criciúma/SC e Tubarão/SC. HEMPEL, Antônio. Os Poloneses no Brasil. Lwów, 1893. In: **Anais da sociedade Brasileiro-Polonesa**. Tradução: Francisco Dramka. VIII v. Curitiba: 1973,. p.74-81.

[11] Entre as nomeações estão russos, galicianos, austríacos e prussianos. PARÓQUIA DO RIO VERMELHO. **Livro de Óbitos**. São Bento do Sul: 1897-1920. p. 3, 4, 5.

[12] Segundo João Klug, é porque ela tinha uma das melhores condições para o empreendimento colonizador no Brasil. KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro – Florianópolis.** Florianópolis: Papa-Livro, 1994. p. 39.

[13] Segundo Ruy C. Wachowicz, poloneses sob a ocupação do governo prussiano, até tiveram a oportunidade de reforma agrária. Mas as propriedades distribuídas eram pequenos lotes que não permitiam a possibilidade de manter uma família numerosa, como eram geralmente as famílias camponesas. WACHOWICZ, Ruy Christovam. Situação no domínio Prussiano. In: **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa.** V. II. Curitiba: Superintendência do centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, 1970. p. 14.

[14] WACHOWICZ, Ruy Christovam. A "Febre Brasileira" na Imigração Polonesa. In: **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. I v. Curitiba:1970.

[****] *Chestocowa* é Santa Padroeira da Polônia.

[15] ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privda no Brasil.** Vol. 3. São Pulo: Companhia das Letras, 1998. p. 223

[16] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p. 218

[17] FICKER, Carlos. **São Bento do Sul: subsídios para sua história.** Joinville: Imp. Ipiranga, 1973. p. 55

[18] BLAU, Josef. **Bayern in Brasilien.** Muenchen, 1958. apud: VASCONCELLOS, Osny; PFEIFFER,Alexandre. São Bento- Cousas do Nosso tempo. São Bento do Sul: ed. Dos Autores, 1991. p.19.

[19] FICKER, Carlos. **São Bento do Sul: subsídios para sua história.** Joinville: Imp. Ipiranga, 1973. p.174.

[20] É o caso da atual localidade de *Bateias*, Distrito de Campo Alegre/SC, e *Rio Vermelho Povoado*, bairro de São Bento do Sul/SC.

[21] Em Florianópolis/SC há a *Sociedade Polônia*; em Criciúma/SC, a *Sociedade Polonesa Águia Branca*; em Brusque/SC, a *Sociedade Imigração Polonesa no Brasil*; em São Bento do Sul/SC, a *Polska Orkiestra z Brasy lil/SC*. Algumas destas associações, organizam grupos folclóricos e festas anuais; as comemorações iniciam-se sempre com uma missa. SCHWINZER, Roberta; CUNHA, Lolita. Poloneses em Santa Catarina. In: **Revista Mares do Sul**. N. 36. Florianópolis: Mares do Sul, abril/maio 2001. p. 53.

[22] CAMPOS, Cynthia Machado. Identidades e diversidades no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. In: **Fronteiras: revista Catarinense de história**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1998. p. 47.

[23] SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. (Org.). **Região e Nação na América Latina.** Brasília: UNB, p. 81.

[24] Ruy C. Wachowicz, chama a atenção para o quanto as autoridades brasileiras estavam despreparadas quando iniciaram o recrutamento de imigrantes, porque contavam com números bem menores do que os altos índices registrados na efetivação do estabelecimento dos mesmos. WACHOWICZ, Ruy Christovam. A "Febre Brasileira" na imigração polonesa. In: **Anais da Sociedade Brasileiro-Polonesa**. V. I. Curitiba: Superintendência do centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, 1970..p. 42.

[25] PIAZZA, Walter F. Resultados do Processo Colonizador em Santa Catarina. In: **Cadernos da Cultura Catarinense- Imigração e Colonização, o Patrimônio Cultural do Imigrante.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984. p. 5.

[26] DIREÇÃO DA COLONIA DONA FRANCISCA. Ofícios e Relatórios – 1872-1876. In: **REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS.** v. 4, 1961. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, 1954-2001. p.164 -165.

[27] HEMPEL, Antônio. Os Poloneses nas Províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Lwów, 1893. In: **Anais da Sociedade Brasileiro-Polonesa**. Tradução: Francisco Dramka. VIII v. Curitiba: Superintendência do centenário da Imigração Polonesa ao Paraná . 1973., p. 76.

[28] PARÓQUIA DO RIO VERMELHO. **Livro Tombo.** São Bento do Sul, 1904-1909.. p. 4-5.

[29] Idem. p. 5.

[30] DIRKSEN, Valberto. **Presença e Missão Dehoniana no sul do Brasil (1903-1913).** Florianópolis: Lagoa, 2004. p. 200.

[31] WALTWAN, Brunislava. **Entrevista concedida a Muriélle S. B. Benthien**. Rio Vermelho - São Bento do Sul, 02 de fevereiro de 2005. p. 2, 20.

[32] PFEIFFER, Alexandre. **História da Igreja Católica de São Bento.** São Bento do Sul: SL Ltda.,1999. p. 9.

[33] WACHOWICZ, Ruy Christovam. **O Camponês Polonês no Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural; Casa Romário Martins, 1981. p. 45.

[34] De modo geral, alemães, italianos, poloneses, sírios, libaneses, armênios, judeus, portugueses, etc., localizados dentro do sistema colonial, criaram instituições comunitárias recreativas, culturais, assistenciais, de ajuda mútua, escolares e outras voltadas para os membros das respectivas "colônias" e operando com critérios étnicos bem definidos. A elaboração das etnicidades obedeceu códigos culturais relacionados à

origem nacional – sistemas simbólicos assinalando pertencimentos primordiais e incluindo a experiência comum da imigração. SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, diferenças reginais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite.(Org.). **Região e Nação na América Latina.** Brasília: UNB. p. 95.

[35] A imprensa teuto-brasileira de um modo geral era acusada de defender "um Estado dentro do Estado". SEYFRTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 70.

[36] "D'o Município". In: **O CATHARINENSE**, Seção Diversos. n. 141. São Bento do Sul: 8 de fevereiro de 1914. p. 1. Colunas 2 e 3.

As atividades médicas na história da modernização paulista: a Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo

MÁRCIA REGINA BARROS DA SILVA

INTRODUÇÃO

O período entre o fim do século XIX e início do século XX já é bastante discutido pela historiografia como um momento de ampla reorganização da vida política, social e cultural de São Paulo. A partir de 1890 também o campo médico sofreu transformações, tanto nas suas atividades profissionais quanto nos conhecimentos científicos utilizados. A implantação do Serviço Sanitário de São Paulo em 1892 colocou em foco os problemas de saúde da cidade e aumentou o conjunto de médicos empregados pelo governo naquele começo de administração republicana. Alteravam-se as definições e os meios de combater as doenças epidêmicas, as formas de prevenção a adotar e também o perfil dos profissionais mais aptos a exercer esses novos conhecimentos.

Tratou-se de uma reorganização ampla, das representações sobre a medicina, de suas instituições, seus articuladores e das concepções sobre saúde e doença que compunham os espaços do atendimento médico naquele momento. Os médicos tomaram seus novos lugares, fortemente integrados ao cenário social. O chamado para essa outra etapa da organização do mundo médico, sob a égide da República que se instalava em São Paulo, pode ser percebido também como uma busca por uma outra identidade profissional. Tal busca se daria por meio da ênfase no discurso científico, no treinamento especializado, na produção de conhecimento experimental e na institucionalização de novos espaços para o exercício da medicina. Sendo esta uma ciência de observação centrada na clínica, a medicina começava a tornar-se, no mundo ocidental, com cada vez mais vigor, também uma ciência de experimentação, situada dentro e fora de instituições hospitalares. Esse processo resultou num quadro calcado, principalmente, no laboratório e no ensino.

Uma das principais articulações da medicina paulista neste período foi a procura por constituir-se numa ciência modernizada, empenhada na criação de ambientes destinados ao desempenho de uma prática renovada. Esse não foi um processo tranqüilo e pacífico, como desejava uma certa elite médica. Houve dificuldades quanto aos recursos financeiros disponíveis, hesitações para atender ao crescimento por demandas estudantis e embaraços para adequar o trabalho hospitalar e suas variantes, que produziram uma série de transtornos e discordâncias quanto ao tipo de conhecimento a ser produzido, como e por quem.

Os limites da organização da profissão médica também estavam sendo testados na esfera legal. O debate sobre o exercício formal da profissão médica como contraponto à prática de outros grupos não qualificados abrangia tanto o entendimento científico sobre a própria medicina, quanto seus aspectos jurídicos. O termo charlatão será uma denominação que sofrerá transformações no tempo, ora representando indivíduos desqualificados para o exercício profissional, oriundos de espaços estranhos à profissão, ora denominando os incompetentes provenientes do seio da própria área médica. A oposição contra outras categorias profissionais, principalmente a de farmacêuticos, também teve papel importante na constituição da profissão médica como científica e experimental.

A medicina produzida a partir das novas noções criadas dentro de diferentes tipos de serviços, entre eles o laboratório, foi investida como símbolo das mais altas posições na hierarquia profissional e tornou-se a base de uma identidade acadêmica que se anunciava.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

De origem portuguesa, as Irmandades de Nossa Senhora da Misericórdia “foram elementos de identidade nacional que tiveram papel importante na estruturação do Império” (ABREU, 2001, p. 592). Nas colônias foram características das cidades mais importantes e tornaram-se ao longo do tempo responsáveis pela quase totalidade do atendimento hospitalar, principalmente aos mais pobres. Instituição de origem católica, as Santas Casas funcionavam como espaço de visibilidade social e seus patronos, figuras ilustres da

sociedade, as utilizavam para "dar assistência a seus escravos e à sua numerosa clientela" (COSTA, 1977, p. 186).

Ernesto de Souza Campos também apontava para o mesmo procedimento quando falava da administração da Santa Casa da cidade de São Paulo: "O cargo de provedor, como na Santa Casa do Rio de Janeiro, foi sempre exercido, na de São Paulo, por homens eminentes que na época ocupavam posições de relevo como as de governadores, capitães generais, presidentes de província, bispos diocesanos" (CAMPOS, 1949, p. 40).

As Santas Casas serviam ainda como sinal de urbanização para a localidade em que eram instaladas, pois compunham juntamente com alguns outros prédios públicos - igrejas, conventos, câmara e cadeia – o núcleo urbano por excelência das maiores cidades[1] (MESGRAVIS, 1976; CAMPOS, 1951).

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo não tem data de inauguração conhecida, porém sua existência é já era anunciada em testamentos e documentação oficial desde fins dos século XVI (VOTTA, 1951). Seu primeiro núcleo de atendimento conhecido foi criado em julho de 1749 no centro antigo de São Paulo, até a implantação de um hospital na Chácara dos Ingleses, situado à Rua da Glória, em 1835. As condições de atendimento neste hospital, no entanto, não eram satisfatórias. O seu primeiro relatório publicado data de 1875 e aponta as dificuldades da instituição (IRMANDADE, 1876).

Em 1885 foi inaugurado o grande Hospital Central, situado bairro do Arouche, atual Santa Cecília, autoria do engenheiro Luiz Pucci, o mesmo que construiu o Museu do Ipiranga (CARNEIRO, 1986). A partir desse momento algumas modificações no funcionamento do Hospital demonstram as transformações por que passava não só aquela instituição, como também a própria medicina paulista, e que nós serve para discutir a modernização dos serviços médicos e do atendimento hospitalar em São Paulo naquele momento.

[1] Alguns trabalhos existentes sobre Santa Casa de São Paulo visam sobretudo o estudo das assistências a crianças abandonadas, tais como Laima Mesgravis (1976), Maria Luíza Marcílio (1993) e Vera Maria de Carvalho (1996).

Como agente de prestação de serviço público a Santa Casa da cidade de São Paulo figurava regularmente nos relatórios das secretarias de governo do Estado, principalmente da Secretaria do Negócios do Interior (SÃO PAULO, 1896). A Santa Casa era no começo do governo republicano paulista a destinatária das maiores verbas para assistência, em comparação com outros serviços existentes e em comparação com as demais casas de misericórdia instaladas no interior do estado. O montante recebido era distribuído segundo o número de atendimentos, sendo que em primeiro lugar ficava sempre a Santa Casa da cidade de São Paulo, em segundo a de Campinas, em terceiro a de Itu, a partir a daí as cidades se alternavam.

Tanto os relatórios da própria Santa Casa, quanto os relatórios da Secretária do Interior, mostram um aumento cada vez maior das atividades de assistência exercida pela instituição. Tal freqüência indica que a instituição ampliava sua função de prestadora de serviço hospitalar, sobrepondo essa atividade às atividades de caridade.

A Santa Casa atuava em diferentes áreas, como a da assistência jurídica, em defesa de réus pobres e na instrução infantil. Realizava ainda o acolhimento de expostos (crianças abandonadas) e organizava serviços funerários. Porém, os serviços de atenção à saúde eram os que mobilizavam maiores esforços dos provedores em busca de financiamento e donativos para a instituição.

O atendimento realizado no Hospital Central se fazia nas grandes áreas - medicina, cirurgia, ginecologia, oftalmologia e otorrinolaringologia – movimento este que crescia a cada ano. As formas de entrada dos doentes demonstram o envolvimento da Santa Casa com diferentes personagens e instituições da sociedade paulista daquele momento. O acesso ao atendimento hospitalar se dava ou por meio da procura espontânea, com acesso através dos consultórios do hospital, ou por indicações. A principal delas eram as indicações de instituições governamentais, principalmente a polícia da capital e interior, e de instituições particulares, sendo essas feitas por fazendeiros, associações beneficentes e estabelecimentos particulares (geralmente sem especificação). Os representantes do complexo da Irmandade, incluídos aí o diretor e os médicos dos próprios serviços, também indicavam doentes para internamento, fora daquelas que se apresentavam nos ambulatórios da instituição. A proximidade com a Santa Casa era uma maneira importante de oferecer e

conseguir atendimento médico em que os intermediários utilizavam-se da indicação para favorecer suas posições. O Estado, ao auxiliar na manutenção do hospital, recebia em troca serviços, procedimento provavelmente repetido nas demais Santas Casas do interior de São Paulo, indicando a formação de uma rede bastante ampla de atendimento "público".

Nesse período a maioria dos atendidos era constituída de imigrantes, principalmente portugueses, italianos e espanhóis, mesma composição da população estrangeira estabelecida em São Paulo. A Clínica Médica era a área de maior concentração de atendimentos, geralmente seguida pela Cirurgia e Oftalmologia. No início do século a tuberculose aparecia como uma das principais causas de morte dos internados na instituição. Além do atendimento, a Santa Casa transferia doentes para o Hospital de Isolamento do Serviço Sanitário e para o Hospital do Juquery, numa interface constante com serviços públicos estaduais, além de transferir os portadores de lepra para outro serviço da Irmandade, o Hospital de Lázaros, criado por volta de 1800 (CAMPOS, 1949, p. 29).

Também nesse setor, funcionando em edifício próprio a partir de setembro de 1904, no bairro de Guapira, distrito de Santana, os relatórios atestam a introdução de uma nova organização interna no trabalho hospitalar. Constavam agora de recolhimento de dados sobre o regime dietético dos pacientes, sua higiene, as medicações e exames periódicos realizados, uso de informações que eram agora sistematizadas, sugerindo uma abordagem investigativa, para conhecer e tratar os doentes internados (IRMANDADE, 1905). O mesmo se dando em outras áreas, como com a construção de instalações especiais para abrigar e atender os doentes tuberculosos (IRMANDADE, 1904).

O hospital realizava não apenas o tratamento para doentes internados, mas também ampliava o tratamento ambulatorial, crescimento que transformava cada vez mais o Hospital em um estabelecimento de assistência plenamente constituído.

Essa mudança deveu muito à atuação do seu mais famoso diretor clínico, Arnaldo Vieira de Carvalho, personagem emblemático desse processo de "modernização".

A partir de 1891 a estrutura interna do hospital havia sido alterada, por proposta de Joaquim José Vieira de Carvalho, participante da irmandade e pai de Arnaldo Vieira de Carvalho, nesse momento como médico recém formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em fins de 1888. Criou-se então o cargo de médico diretor da Irmandade da Misericórdia, inexistente até aquele período. O cargo teria amplos poderes para organizar a contratação de médicos e funcionários para os serviços, ações que até aquele momento eram de exclusiva competência do Mordomo do Hospital.

O primeiro diretor clínico escolhido foi o médico Carlos José Botelho, responsável por uma das primeiras casas de saúde particular de São Paulo, além de secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de 1904 a 1908, no governo de Jorge Tibiriça. Responsável pela reorganização da Escola Agrícola Luís de Queiroz, em 1904, e mais tarde fundador da Agência de Colonização e Trabalho, que introduziu os primeiros imigrantes japoneses no Brasil (TEIXEIRA, 2001, p. 24).

O próprio Carlos Botelho indicou a criação do cargo de vice-diretor e o primeiro nome proposto e aceito foi o do médico Arnaldo Vieira de Carvalho, naquele momento também no cargo de diretor do Instituto Vacinogênico, do Serviço Sanitário do estado de São Paulo. Em maio de 1894 o diretor clínico pediu exoneração e o vice assumiu interinamente a direção dos serviços, indicado como diretor clínico definitivo pela Mesa Administrativa no mês seguinte.

Este fato mudou inteiramente o relacionamento da Mesa administrativa com o corpo médico do hospital (CARNEIRO, 1986). Arnaldo Vieira de Carvalho logo tomou medidas para criar uma nova regulamentação dos serviços, conseguindo sua aprovação em 23 de setembro de 1894. Relacionando uma forma de organização do trabalho médico de mais “ampla liberdade clínica e autonomia nas enfermarias” para os chefes de clínica (Apud CARNEIRO, 1986, p. 428) e ampliando os poderes do diretor clínico.

Depois disso Arnaldo propõe enfaticamente, em novembro de 1894 e abril de 1895, a contratação de novos médicos para os serviços do hospital. Foram nomeados nesse momento para chefes de clínica Candido Espinheira, Luis de Faria Rocha, L. Amarante

Cruz, Ataliba Florence, Alfredo Medeiros e Gualter Pereira; Diogo de Faria, Vital Brazil e Nicolau Soares do Couto, para adjuntos (IRMANDADE, 1929).

A partir de 1904, o Hospital estreitava bastante sua ligação com o governo estadual, passando a receber pagamento por serviços prestados, como pelo recebimento de pacientes de outras instituições, como por exemplo do recém inaugurado Instituto Pasteur (IRMANDADE, 1905, p.29).

O aumento de atendimento revertia no aumento dos trabalhos de diversos setores, como da farmácia, assim como a criação de outras seções de serviços técnicos, como a instalação de laboratórios, gabinete hidro-eletroterápico[2] e pedidos de ampliação das salas de alta e pequenas cirurgias, até a instalação de um gabinete de hidroterapia, pedido realizado no ano de 1906e de necrotério apropriado.

Ao se aproximar da função de prestadora de serviços para o Estado e para entidades particulares, o hospital da Santa Casa passava a realizar suas atividades como uma instituição bastante autônoma em relação a suas funções espirituais. As referências a instituição, com a publicação de trabalhos na então única revista médica paulista, a Revista Médica de São Paulo, apontava para o grande envolvimento da Santa Casa na adoção de avanços e inovações médicas do período (SILVA, 2003).

A partir daí, verifica-se que as instalações da Santa Casa foram sendo ampliadas e alguns novos serviços criados. Um setor que foi importante para a proposta de modernização do atendimento foi o Laboratório Anátomo-Patológico, inaugurado em outubro de 1909. A cargo dos médicos Alexandrino Pedroso e Eduarque Marques, o laboratório foi detalhadamente montado com diferentes tipos de microscópio e ultra-microscópio, estufa, autoclave, esterelisador, encubadora, centrífuga, vidraria, material químico, coleção de peças histológicas, balanças e os mais diversos itens (RELATÓRIO, 1909).

[2] No seu primeiro ano de instalação, 1905, esse serviço realizou 1.009 aplicações. Os tratamentos consistiam em banhos de luz, de correntes elétricas, massagens vibratórias, além de agrupar procedimentos de radiologia como radiografias e radioscopia, e do próprio tratamento com radiação, chamada radioterapia, recém descoberta pelo físico Roentgen, em 1890. Um exemplo da enorme utilização destes procedimentos é o número de aplicações realizadas nos anos seguintes à instalação do serviço. Em 1906 foram realizadas 5.538 aplicações (IRMANDADE, 1907, p. 45).

O laboratório foi inaugurado realizando poucos exames de autópsias, exames de peças cirúrgicas e análises químicas. No seu primeiro ano de funcionamento, 1910, fez ao todo 123 exames. Dois anos depois, em 1912, contava, no relatório anual da provedoria, um total de 2840 exames. O espectro de exames aumentará e incluía *Reações de Wassermann*, que detectava tuberculose, ampliava seu espectro para exames clínicos diversos, como de escarro, fezes, urina, suco gástrico, hemocultura, difteria, histopatológicos, entre outros, num crescimento vertiginoso de especialidades (IRMANDADE, 1912).

A questão do ensino foi uma outra área de debate na instituição. Em fevereiro de 1909, o chefe da clínica médica, Rubião Meira, juntamente com Ulysses Paranhos, atuando também na Policlínica de São Paulo e no Instituto Pasteur, iniciavam um curso de Clínica Médica e Diagnóstico Médico. O curso foi apontando por Rubião como um "ato de inauguração do ensino médico na nossa florescente capital" (MEIRA, 1913, p. 59). Com 40 aulas o curso enfatizava os "exercício práticos cotidianos" e sua inscrição deveria ser realizada na redação da Revista Gazeta Clínica, de propriedade de Rubião Meira, criada em 1904.

Meira destacava, porém, que o objetivo final seria a instalação de uma escola médica "oficial" e que o ensino livre seria apenas um movimento transitório, todavia importante para a medicina paulista: "Porque, é a autonomia no ensino, e a sua larga e profusa difusão, quem serve para medir a grandeza de um povo e dar testemunho de sua civilização" (MEIRA, 1913, p. 60).

A idéia de realizar o ensino médico no hospital da Santa Casa foi amplamente amparado pelos médicos da instituição, inclusive seu diretor e autoridades de outros estabelecimentos, como comprova a lista de comparecimentos à aula inaugural.

A Santa Casa acabou por ser objeto de desejo de diversos outros projetos de ensino médico (SILVA, 2002), mas foi apenas com a instalação da faculdade oficial em 1913 que ela se comprometeu e passou a disponibilizar suas instalações para uma instituição de ensino, com muitos de seus médicos fazendo parte da nova faculdade.

A Santa Casa era ainda um cartão de visitas dos serviços hospitalares do Estado. Durante o Sexto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em São Paulo, em setembro de 1907, foram realizadas visitas às suas instalações pelos participantes do evento (ANNAES, 1908).

Esses e outros pontos indicam que as alterações na estrutura dos serviços do Hospital Central, e de outros centros de atendimento adjacentes, não surgiram apenas da constatação de crescimento nas demandas por atendimento clínico e cirúrgico. A Santa Casa servia de ponto de conexão entre vários representantes da saúde pública; nesse sentido a reorganização do mundo médico estava diretamente relacionada, no caso da Santa Casa aqui estudado, ao modo de realizar o atendimento médico.

As modificações nas práticas médicas se juntavam às exigência de vários grupos sociais. Em primeiro lugar, dos próprios médicos solicitando espaços renovados, com instalações, serviços, equipamentos e vagas para o aperfeiçoar seu exercício profissional de especialista. Em segundo, de grupos sociais que exigiam as mesmas ampliações para um atendimento mais eficaz. E terceiro, do próprio estado republicano que requeria o alargarmento da sua rede de serviços públicos pelo menor custo de investimentos.

Criava-se assim uma nova identidade coletiva para a medicina praticada na Santa Casa, ampliada para outras instituições que se comunicavam com seus representantes, como com outros grupos médicos que orbitava na instituição e que também estavam inseridos em outros espaços, como os das revistas médicas, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da Policlínica e da futura Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Bibliografia

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português. In : *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (3), set.-dez., 2001, pp. 591-611.

ANNAES do Sexto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. Reunidos em S. Paulo de 5 a 15 de setembro de 1907. Organizados pelo dr. Victor Godinho. São Paulo : Typografia d’O Estado de S. Paulo, 1908.

CAMPOS, Ernesto de Souza. Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. In : *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 44., 2ª. parte, 1949, pp. 9-50.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos.* São Paulo : Editorial Grijalbo, 1977.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO. *Primeiro Relatório sobre a Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, 1875. Provedor Interino Francisco Martins de Almeida*. São Paulo : Typographia de Jorge Seckler, 1876, 2ª. edição, 1909.

_____. *Relatórios apresentado à mesa conjunta. De 1902 a 1932.* São Paulo : Escola Typographica Salesiana.

_____. Assentamento dos funcionários. 1929.

CARNEIRO, Glauco. *O poder da Misericórdia: a Irmandade da Santa Casa na história social e política da cidade de São Paulo (1560 - 1985).* São Paulo : Press Grafic, 1986, 2 vs.

CARVALHO, Vera Maria. *Girando em torno da roda: a Misericórdia de São Paulo e o atendimento as crianças expostas, 1897-1951.* Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1996

MARCÍLIO, Maria Luíza. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a assistência a criança abandonada na história do Brasil. São Paulo : Loyola, Cedhal, Cehila, 1993.

MESGRAVIS, Laima. A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. In : Revista de História, 1976, pp. 401-23.

MEIRA, Rubião. *Perfis e luctas.* São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1913.

SÃO PAULO. *Relatório apresentado ao cidadão Dr. Alfredo Pujol Secretário dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo pelo Dr. Antonio de Toledo Piza em 30 de setembro de 1895.* São Paulo : Typografia da Companhia Industrial de S. Paulo, 1896.

SILVA, Márcia Regina Barros. O ensino médico em debate: São Paulo, 1890-1930. In : *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* vol. 9 (suplemento), 2002, pp. 139-59.

_____. O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933. Tese de doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. *A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1895-1913.* Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

VOTTA, Raul. *A irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo nos primórdios de sua existência. Contribuição para a história hospitalar em São Paulo.* São Paulo : s/e, 1951

Estados fascistas, Estado integralista

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro

A civilização ocidental naturalizou, como organização política e social, a forma de Estado que se constituiu sobre características eminentemente européias e consolidou a versão burguesa de governar. Esses parâmetros de modelo de Estado que foram sendo historicamente construídos, desde o século XIV, delinearam aspectos e limites da ação governamental sobre a população que habita entre as fronteiras territoriais nas quais as instituições deveriam exercer os seus poderes. Na medida que ascendia a burguesia, códigos e identidades foram criados nas tentativas de se ordenar, para controlar, a ação do Estado. Dos séculos XVIII ao XIX, as transições de monarquias para repúblicas, ainda que permeadas por constantes restaurações, foram sedimentando esse modelo de Estado que recebeu do liberalismo econômico o apoio instrumental, na composição das idéias de necessidades individuais e coletivas de participação política pela representação. Estabelecendo controle e poder em suas fronteiras, os governos delimitavam os territórios dos Estados-nação. Assim sendo, o nexo de nação que se constrói nesse processo caminha intrinsecamente ao de Estado e, como escreve Eric Hobsbawm:" não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação." [a de Estado-nação].[1] Além do mais, essa entidade social, a "nação", engendrada nos ideais da Revolução Francesa e na sua expansão, surge dos Estados e nacionalismos que lhe são anteriores. E, para compreensão deste processo é necessário, como mostra o mesmo historiador britânico: "As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas e políticas e outras exigências."[2]

[1] HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780 – Programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 19.
[2] *Idem, ibidem*, p. 19.

A análise, portanto, das constituições dos Estados como organismos de controle e poder sobre um povo deve articular as formações, ou a "engenharia social" das nações. Para isso, é preciso compreender de que forma o Estado, enquanto governo, articula seus mecanismos de controle social, político e econômico com vistas a compor uma identidade nacional hegemônica.

Gramsci, em dos seus *Cadernos do Cárcere*, ao analisar as funções do Estado liberal, avalia que esse concebe e alia a ação punitiva do direito à educativa, cuja função seria formar o "homem coletivo" inserindo-o no "conformismo social"[3]. Seria, pois, tarefa do Estado integrar cada indivíduo singular no homem coletivo através da pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em "liberdade" a necessidade de coerção. E, a necessidade de fazer-se representar induz os indivíduos a participarem de organizações em que seus interesses de classe sejam levados em conta nas disputas pelos espaços políticos. O espaço de luta da sociedade civil é o que se constrói na complexidade da história do ocidente capitalista. A luta acontece num ambiente de disputa, de relações de força, no qual os vários segmentos da sociedade civil e política disputam a hegemonia construindo espaços políticos no antagonismo das lutas de classe em contextos determinados historicamente. Desta forma, as análises de Gramsci sobre a constituição do que chamamos Estado tradicional partem da constatação de que a economia e política liberal possibilita o aparecimento da <u>sociedade civil</u> que considera no âmbito da dialogização e do conflito entre a <u>sociedade política</u> e a <u>estrutura</u>, ao mesmo tempo em que se insere nestas duas últimas instâncias no processo dinâmico e contraditório da história. Constata-se que as disputas intra Estado, visto então em sua amplitude, inclui as três instâncias acima referidas que se articulam de forma conflituosa. As disputas passam a se dar entre aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil e setores partidarizados organizados que disputam a hegemonia na sociedade política defendendo interesses de suas classes sociais. Assim, na perspectiva do Estado ampliado de Gramsci, entendemos que o aparecimento de propostas de associações

[3] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, p.23.

político-sociais antagônicas ao liberalismo encontra-se no próprio processo de permissões de liberdade que o Estado, dito como tradicional ou liberal, aceita como uma das suas características, as de expressão e de organização política. Isto em tese, pois na medida de sua preservação, não permite àqueles que reivindicam a sua derrocada, o espaço para a discussão, como aos comunistas e anarquistas. E, esses antagonismos que se geram no "espaço de liberdade" permitido pelo liberalismo que tem lugar, também, as perspectivas autoritárias. Tal como percebe Juan Linz sobre o surgimento dos fascismos: "Sem a política organizada de seus tradicionais inimigos, o fascismo não tinha razão de ser".[4] Assim sendo, Estado liberal, permitindo a liberdade aos que colaboram com a sua manutenção, abriria portas às iniciativas mais radicais para a contenção de alternativas à sua própria existência.

Em meio às articulações de setores sociais que se organizavam e se digladiavam no âmbito da sociedade civil, entre fins do século XIX e início do XX, diversas tendências ideológicas tentaram ganhar força e respaldo popular para as investidas de conquista hegemônica da sociedade política, substanciada pelos mais variados interesses econômicos, de classe. E, nos espaços de organização da sociedade civil, ganhavam evidência perspectivas variadas de formas autoritárias de governar: A necessidade de contenção das iniciativas populares ganham maior força a partir da "Primavera dos Povos" em 1848, ano, também da publicação do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. Para Hobsbawm: "As revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, liberalismo, democracia política, nacionalismo e mesmo classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político.[5]" O ano de 1848, da "Primavera dos Povos", foi marcado pela esperança e pela derrota de milhares de trabalhadores, principalmente europeus, de virem chegar as suas reivindicações e lutas ao âmbito da sociedade política. Nas tentativas revolucionárias supunha-se que a participação popular nas revoluções liberais pudesse garantir

[4] Juan Linz no Prefacio à segunda edição do livro de TRINDADE , Hélgio. *Integralismo, fascismo brasileiro na década de 30* . São Paulo: DIFEL, 1979, p. XII.
[5] HOBSBAWM,Eric. *A Era do Capital (1848-1875).* São Paulo: Paz e Terra, 1982, p.46.

aos trabalhadores lugar de destaque no poder. A tentativa popular que triunfou brevemente nos países industrializados, mas fracassou na periferia e deu a chance à burguesia de tornar-se alerta para tomar maior distância de indesejáveis colaboradores oriundos do proletariado.

As crises e incertezas depressão que levaram por breve tempo ao palco as manifestações populares conduziram também à reações conservadoras. A Igreja Católica reagiria à indubitável inserção da classe trabalhadora no cenário político com uma tentativa de ordenar o mundo do trabalho. Em 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII faz publicar sua Carta Encíclica sobre a condição dos operários, a famosa *Rerum Novarum*. Neste documento a Igreja dava conta da existência, causas e gravidade da questão social e alertava aos católicos sobre a que considerava uma falsa solução: o socialismo.

Já nos início do século XX, na França, numa linha que unia a defesa da monarquia, apoiada numa visão intransigente do catolicismo, colocando a intolerância religiosa como ponto fundamental em sua perspectiva de organização estatal, Charles Maurras, fundou, através do jornal *Ação Francesa* que dirigiu de 1908 a1944, um movimento que encontrou ressonância nos saudosos das velhas sociedades européias do antigo regime e da submissão popular. Além de intransigente adversário do socialismo, Maurras também rejeitava a democracia e o liberalismo.

Em busca de caminhos para uma composição teórica para o pensamento autoritário, Leandro Konder, embora questione a seriedade teórica dos fascismos procura demonstrar que os intelectuais desses movimentos buscaram e encontraram em pensadores oitocentistas e novecentistas instrumental ideológico. Cita Mussolini que extrai de Sorel aspectos de sua concepção de violência; de Nietzsche, sua ética aristocrática e seu culto do “super-homem”. Quanto a Hitler, além de Nietzsche, teria extraído de Eugen Dühring, Paul Bötticher e Houston Steuart Chamberlain as idéias racistas[6].

[6] KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

Em termos econômicos e políticos, no início do século XX assiste-se o avanço cada vez mais intenso do capitalismo, com suas empreitadas imperialistas, provocando disputas econômicas e territoriais dentro e fora da Europa, gerando rupturas e concretizações de alianças, o mundo assiste o desenrolar da 1ª. Guerra Mundial. E o fim da guerra não significaria o começo da paz. O capitalismo em crise acende a descrença no sistema liberal de governar e abrem-se brechas para adesões às perspectivas autoritárias de Estado. Os movimentos fascistas surgem nesse processo de disputas, de crises econômicas e da descrença no pensamento liberal. Na Itália, o modelo fascista primordial, a ascensão do líder Mussolini se deu em meio a graves crises econômicas que abalaram e dividiram o país no pós-guerra. Crises que já estavam se delineando desde o *Risorgimento* e que ocasionou o que se chamaria a "Questão Meridional". O forte norte, industrializado, se desenvolvendo sobre o sacrifício do sul agrário. A implantação do fascismo na Itália foi, como mostra Gramsci, conseqüência de múltiplos fatores determinados pelo seu processo histórico de industrialização. Visando a contenção da organização da classe trabalhadora no sentido de controle a luta de classes, o projeto fascista recebeu apoio de intelectuais orgânicos da classe burguesa e da Igreja Católica, assim como teve a influência da cultura da passividade italiana resultante da vitória de visões de mundo sob a hegemonia das classes proprietárias. Para Gramsci a chegada do fascismo ao poder não representaria a substituição ordinária do governo burguês composto à época da unificação italiana por outro, mas sim uma forma estatal da dominação de classe da burguesia, a chamada democracia burguesa, pela ditadura terrorista declarada. Segundo o intelectual italiano, desconhecer esta distinção é um erro grave. O fascismo seria, então, um outro tipo de dominação estatal da burguesia e as bases contraditórias da ideologia fascista, de suas superestruturas, do funcionamento da ideologia, seriam parte da constante arrumação e enquadramento das perspectivas doutrinárias às necessidades que surgem no processo de implantação do Estado fascista. Para Gramsci, a ideologia fascista marca um dos pontos de colisão entre o imperialismo e a pequena-burguesia, deslocando a dominância clássica do

jurídico-político na ideologia burguesa para o econômico-tecnocrático, inseparável, no fascismo, do ressurgimento de uma ordem moral. Essa ideologia moralizante seria a base na qual se ergue o Estado fascista, que passa pela obediência à hierarquia em todos os setores da sociedade, da família ao Estado. A filosofia fascista é identificada com o Estado de modo assegurar totalmente a educação do homem (um Estado ético, segundo a concepção hegeliana para Gentile). O indivíduo não seria nada sem o Estado, sendo a liberdade do liberalismo, uma abstração. A autoridade do Estado coincidiria com a comunidade ética e contraditoriamente esse seria apresentado como meio ético de realizar a liberdade. Em Gentile, o Estado torna-se criação espiritual, mais que liberal que o próprio Estado liberal porque totalitário, como expressão de uma concepção integral da política.

A constituição do Estado corporativo adotado pelo fascismo seria a tentativa de efetivar o controle das massas, enquanto política de colaboração de classes. O propósito, admitido, seria eliminação da lutas de classes através da colaboração. Estas brechas da passividade levaram à submissão do Estado, à organização do operariado em corporações. Portanto, na perspectiva de implantação do Estado corporativo, o governo fascista entendeu-o como uma tentativa de nova organização econômica, a partir da política estatal. Nas palavras de Mussolini: "A economia disciplinada, tornada poderosa, harmonizada, em vista, sobretudo de uma utilidade coletiva dos próprios produtores, empreendedores técnicos, operários, através das corporações criadas pelo Estado, que representa o todo e, por isso, também o outro aspecto do fenômeno: o mundo do consumo."[7] Anulando as "liberdades" liberais, o fascismo, ao suprimir o parlamentarismo, quando suas bases subsistem, cria um "parlamentarismo implícito", um "parlamentarismo negro", tornando-o mais perigoso, segundo Gramsci, que quando é instituído de forma declarada. Nesse caso, desloca-se da dominância das funções políticas para a esfera policial ou cultural-ideológica, manifestando uma nova relação sociedade/Estado, a carência de

[7] TOGLIATTI, Palmiro.*Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 104.

hegemonia. A atividade de direção política e cultural seria absorvida pela dominação de classe em função das características do partido e de suas mediações políticas e culturais.[8]

Assim, também, nessas perspectivas organizacionais e ideológicas, o pensamento fascista ganhou parte do mundo. Na Alemanha, segundo Konder, a ascensão de Hitler a chanceler em 1933 teria provocado a impressão de que o fascismo seria uma tendência natural. Para Fábio Bertonha[9], o nazismo teria encontrado ressonância na sociedade alemã, pois nelas estavam as características autoritárias, reacionárias e militaristas. O anti-semitismo levado às últimas conseqüências teria dado ao nazismo a feição mais cruel do fascismo. No caso alemão, a estrutura de estado montada por Hitler não dispensou o apoio de empresários e de grande parte da população para, com a violência das SS (tropas de proteção) e das SA (tropas de assalto) impor seu governo totalitário. Como em todos governos autoritários, o movimento operário e sindical deveria ser contido, usando, para isso, a repressão. A massiva propaganda e criação de instituições que levavam arte e cultura aos operários também forma estratégias para atrair os trabalhadores para adesão ao regime.

Conforme o dito por Konder, pareceu, a muitos, natural a criação de grupos fascistas em muitas partes do mundo. Na Suécia se organizaram núcleos fascistas que copiavam até mesmo o emblema alemão. A Irlanda, liderados pelo General O'Duff e a Inglaterra, por Oswald Mosley, também tinham seus grupos fascistas. Quanto à Romênia, Cornélio Codreanu organizou a Guarda de Ferro, um movimento de características fascistas. A Guarda de Ferro foi proibida em 1933 e reorganizada em 1935, tendo seus principais líderes executados em 1938. Porém, com o nome "Movimento Legionário" se rearticularia e desempenharia papel importante no governo de Antonescu, entre 1940 e 1941.,

Para Hobsbawm é preciso levar em conta as pequenas diferenças que separam outros tipos de movimentos autoritários do fascismo, embora as convergências ideológicas pudessem

[8] BUCI- GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado – por uma leitura teórico-política de Gramsci.* São Paulo: Paz e Terra, 1990.
[9] BERTONHA, Fábio. *Fascismo, Nazismo, Integralismo.* São Paulo: Ática, 2002.

aproximá-los. Para o autor, a grande diferença entre a direita fascista e não fascista estaria na capacidade de mobilização das massas de baixo para cima[10]. Na Espanha e em Portugal, por exemplo, com sua grande base católica, as características reacionárias antecederiam o fascismo. Mas isso não afasta a intensa ligação ideológica com os regimes totalitários.

No Brasil, em 1932 é fundada a Ação Integralista Brasileira. Seu principal mentor e Chefe foi Plínio Salgado, romancista e jornalista diletante. Segundo um dos principais ideólogos da AIB, Miguel Reale, quanto ao fascismo:

> *"Plínio Salgado acolheu essa idéia, no contexto da doutrina social da Igreja, que era a sua diretriz dominante, procurando adequá-la às conjunturas político-econômicas brasileiras, sendo partidário de um "corporativismo integral", não identificado com o Estado. A seu ver, o Fascismo devia ser interpretado como uma "terza via" entre o liberalismo e o comunismo, tendo programa distinto em cada nação."*[11]

Procurando compor uma feição institucional, cuja auto-imagem representasse os anseios da nação brasileira, a AIB buscava legitimar-se fincando seu alicerce nas nossas raízes históricas e étnicas. Espelhando-se na Doutrina Social da Igreja, a AIB comungava das mesmas idéias de regimes reacionários europeus cujas origens antecediam às do fascismo e que também o influenciaram. Para os ideólogos da AIB, esta identificação com a espiritualidade marcava a sua diferença em relação a quaisquer modelos racionalistas de construção do Estado, inclusive o fascista. O integralismo, como nos modelos europeus, propunha a organização da sociedade nos moldes corporativistas, alegando ser a única alternativa encontrada para substituir o modelo liberal pela representação de grupos de interesse econômico e ocupacional, descrita pelos ideólogos da AIB, como a forma representativa de uma "democracia orgânica". Deste modo, procurava combater, fundamentalmente, a livre concorrência, a luta de classes e o comunismo. E, ao organizar-se como partido visou chegar à hegemonia da sociedade política.

---

[10] HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991).* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[11] REALE, Miguel. *O integralismo revisitado*. Texto enviado por *e-mail* a autora (28/08/2004) por Reale.

Embora nuanças específicas dêem à AIB, estruturada como uma associação política assistencialista, a sua especificidade, esta se incorpora à tipificação fascista. Embora os integralistas afirmem que seu movimento era completamente diferente do fascismo europeu, e mesmo antagônico, muitas de suas características organizacionais eram semelhantes. O uso do uniforme, o estabelecimento de uma hierarquia rígida a partir de um chefe único, representante pessoal da própria doutrina, a defesa do corporativismo, da democracia orgânica (presentes tanto no fascismo, quanto no "estatismo orgânico"), a organização de um contigente de militantes com propósito de agir como força para-militar, são exemplos dessas semelhanças.

Por incorporar as características do fascismo, autores importantes acabam por considerar o integralismo brasileiro como um movimento apenas mimético, reduzindo-o à cópia irracional do modelo italiano. No entanto, ainda que sobressaia no integralismo brasileiro a simbologia fascista, demonstrada através das vestimentas e dos rituais de cumprimentos e cerimoniais, a AIB congregou em seus quadros importantes e competentes intelectuais cujo arcabouço teórico embasava de forma bastante coerente sua doutrina. Não se pode negar, também, o potencial de arregimentação do movimento durante os cinco anos de suas existência oficial, encerrada a partir do decreto presidencial de 10 de novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo por Vargas.

Com a proposta de moralizar o país e trazer a ordem, a AIB traduziu os anseios de parte da população brasileira que nela encontrou consonância com seus projetos de vida. Dessa forma, em todas as regiões do país, a AIB estabeleceu núcleos municipais, regionais e provinciais, além de representações nacionais nas capitais. Segundo estatuto da entidade, a sede da Chefia Nacional seria materializada pela presença do próprio Salgado. Com sua estrutura hierarquizada, na AIB, acima de todos, achava-se o Chefe e, na base do movimento, a militância que a sustentava, como soldados defendendo a doutrina e o domínio inquestionável da cúpula.

Memória e modernidade numa festa popular do cerrado.

Mércia Pinto.

Introdução

Esta comunicação faz a etnografia da Festa do *Divino Espírito Santo*, festividade tradicional de Planaltina, município a 40 km da capital do Brasil. Muitos anos quase esquecida, a comemoração volta a ser lembrada em 1972, em função da participação de jovens numa gincana promovida pelo colégio local onde de o objetivo geral era despertar o interesse dos jovens pela história da cidade[i]. Uma das tarefas era saber como se davam antigamente, as festividades em homenagem ao *Divino Espírito Santo*. Em 1973, foi feita uma primeira demonstração pública de como se realizava o rito. Daí em diante o interesse pelo evento aumenta a cada ano e revigora-se com o apoio das famílias locais, ao ser eleito por voto direto o primeiro governador do DF (1989-94).

A festa

O primeiro contato pesquisadora x fenômeno deu-se em maio de 1998, quando fazia os primeiros contatos com a comunidade para conhecer os fazeres musicais do DF. Em 2005, as referências e coletas de dados foram intensificados e atualizadas em função de uma pesquisa mais estruturada. Tendo como ápice Pentecostes (data religiosa comemorada 7 semanas após o domingo de Páscoa), as homenagens ao *Divino Espírito Santo* são bastante populares na região centro-oeste. É a festa de um imperador (criança ou adulto), sua corte de auxiliares e os homenageados (Foliões de rua e da roça, Imperadores e guias de Folia) que dão suporte econômico ao evento. Em nome do imperador, duas folias saem para anunciar o rito. Uma vai a cavalo, com grupos de homens que percorrem fazendas e arredores pedindo auxílio para a comemoração. Herdeiros de antigas irmandades religiosas que tinham no *Espírito Santo* o padroeiro, cavaleiros, músicos e cantores carregam a bandeira-símbolo do *Divino*. A outra folia vai a pé, em procissão pelas ruas. Depois de 9 dias, uma missa, ponto alto das comemorações. Depois o cortejo - à frente o imperador e seus auxiliares - segue visitando casas. Em atitudes de generosidade e submissão ao *Espírito Santo*, os donos das casas lhes oferecem farta refeição matinal. Para completar a festa, a benção das bandeiras e as duas folias se juntam num grande banquete, engrandecido pelas doações recolhidas nas peregrinações.

A *Festa do Divino* naquela cidade, como em muitas do Brasil, é festival de abundância, oportunidade em que o povo expõe e consome produtos do seu trabalho[ii]. É

preciso que haja fogos, muita comida, procissão, leilões de prendas. Na religiosidade popular, o Espírito Santo é sabedoria, guia, leme e fio condutor da vida, além de mistério. É força benéfica e simbólica da fertilidade[iii]. A bandeira vermelha com a pomba branca, um de seus ícones mais conhecidos, é o centro do cerimonial. É beijada e venerada. Visita as casas e somente pode sair delas por onde entrou. Por devoção ao *Divino Espírito Santo* muito se exagera na alegria de dar, receber ou retribuir[iv].

Observe-se quão sugestiva é a figura do imperador. A reafirmação anual de seu império, a submissão à igreja e o apagar de seus vestígios transferindo a outro o poder podem ser vistos como alusão à continuidade da vida que se eterniza pela procriação dos que sobrevivem à morte (Etzel:1995, p. 81). Além disso, a música. É preciso haver música. Sem música, uma festa não tem vida!

No trabalho de observação percebeu-se como e quando cada gênero musical era executado e como se relacionavam com o todo. Na folia da cidade, já de madrugada os fogos ecoaram. Às 7h da manhã a procissão já se organizara. Hinos e canções lentas executadas pela banda de música davam sentido ao cortejo que seguia também lentamente pelas ruas do centro histórico em direção à igreja de São Sebastião, a mais antiga da cidade. A missa tem a participação de todos. Interessante notar que os componentes da banda acomodam-se para assisti-la, deixando a função musical da cerimônia para um conjunto de duas guitarras, teclado, duas vozes femininas que faziam o vocal, o padre, iniciava as músicas e as cantava junto com as moças. Em 2005, já acrescentaram um coral cantando a 4 vozes, prova de maior elaboração do cerimonial e utilização dos recursos artísticos da comunidade.

Um repertório musical diferenciado passa a ser executado. Canções de conteúdo religioso com ritmos à moda dos anos 60 e 70, sucesso do ie-iê-iê entre os jovens. Os presentes saem em peregrinação, à frente o imperador, e a bandeira do *Divino* abençoando casas e doentes, enquanto lhes servem café com produtos da terra. A banda de música coloca-se entre o séquito do imperador e o povo, retomando seu papel de liderança. Um terceiro tipo de repertório domina musicalmente o momento: marchas, árias de ópera, valsas, dobrados e maxixes, característicos do tipo de conjunto musical.

Na peregrinação, à proporção que o cortejo se distancia do centro histórico, a banda é substituída por outro instrumental; um trio elétrico. Em cima do caminhão de som estão alguns jovens que haviam participado da missa. Suas atitudes assemelham-se às dos modernos ídolos da canção religiosa no Brasil, com coreografias e exortações. Além de tentarem equilibrar-se no carro, dizem mensagens de regozijo que são repetidas pelas

pessoas[v]. Às 13h a procissão chega à praça da igreja matriz e encontra-se com os cavaleiros que vem do campo e tem participado das peregrinações nas fazendas. Nesse "giro", a cada fazenda aumenta o número de cavaleiros. Chegam à tardinha, em cortejo, com sua bandeira, que é anunciada por um tambor executado por um músico do grupo. Ao som do estilo típico da região, as violas acompanham peditórios, rezas e bênçãos. É servido um jantar para todos. Depois disso as danças (catira, curraleira e forró) e a "pinga" dão o toque profano ao ambiente. Pela manhã tomam café e rumam para outro pouso, fazendo o mesmo ritual até o nono dia quando chegam à cidade. Vestidos à moda dos cowboys americanos, galopam pelas ruas se anunciando. No meio de uma grande praça cheia de barracas enfeitadas, acontece a benção das bandeiras e depois o tradicional banquete. A quantidade e a intensidade dos eventos se multiplica a cada ano. À tarde, uma missa une novamente a população. À noite, a praça atrai as duplas caipiras profissionais que têm público nas redondezas.

Analisando o ritual, pode-se dizer que é cumprido para garantir a participação de todos. A arena de sua ação espalhava-se com as folias, a procissão e a missa ao ar livre, o café da manhã generoso e o banquete. Pareciam pensados para neutralizar as barreiras entre os excluídos. Um olhar mais avisado detecta que a participação tem diferentes níveis. À proporção que se observam os detalhes, as interações descortinam a verdade. Somente algumas dezenas de pessoas têm acesso às residências. Os donos da casa, o imperador e seu séquito e os convidados especiais são preferenciais. Mesmo que as comidas circulem entre os que não tiveram acesso ao altar do *Divino*, armado no interior das casas com mesas postas, os menos conhecidos ficam num outro círculo de vivência; do lado de fora, à espera das guloseimas servidas em bandejas. Existe outro círculo de participação mais afastado do imperador, obviamente marginal em relação ao centro político e eclesiástico do evento. São pessoas que embora exteriorizem uma atitude religiosa, vêm apenas para se alimentar e levar para casa o que conseguem. O imperador não pode ser um qualquer. A escolha revela alguém de poder aquisitivo e influência política, para "bancar as despesas. Quanto mais dinheiro der, maior o sucesso da festa. Na prática, há muita disputa política entre os indicados a ocupar o cargo, porque a cidade recebe anualmente uma verba destinada à organização do evento. Relevante lembrar que embora no sábado as folias da cidade e da roça se encontrem, é no domingo que oficialmente se celebra Pentecostes, dia em que a folia da Roça tem seu ápice

Os estilos musicais da festa, os diferentes conjuntos que se exibiram intrigaram os observadores. Independentemente dos motivos práticos que estavam por trás de tanta diversidade[vi], os repertórios pareciam bricolagem de diferentes estilos e gêneros musicais. A história da formação da cidade, sua inserção no Distrito Federal e sua condição de cidade-satélite[vii] pode esclarecer muita coisa.

A cidade

Planaltina e outras localidades (mineiras e do sul goiano) viveram o apogeu no século XVIII. Inserem-se no contexto brasileiro pós-mineração, que tem bases na agricultura e na pecuária como estruturadoras da economia. Originalmente, Planaltina apresentava configuração rural constituída de pequenas propriedades, gado e agricultura de subsistência[viii]. Interessante a saga do início de seu núcleo urbano, estruturado na construção de uma igreja. Em 1811, assolados por uma epidemia, os fazendeiros fizeram promessa de doar terras para se construir uma capela devotada a São Sebastião, em troca do restabelecimento da saúde de seus habitantes[ix].

No século XIX, as fazendas de gado nos arredores do pequeno núcleo em torno da igreja faziam da exportação do charque e do beneficiamento do couro as principais fontes de renda. A tradição oral conta que em 1926 a população voltou a ser ameaçada. Quarenta dias de chuva fecharam as empresas de curtume e charque e geraram desemprego. A maioria dos habitantes se deslocou novamente para o campo. A cidade entrou em letargia. Nem mesmo a construção de Goiânia trouxe reflexos de desenvolvimento. As precárias estradas que se dirigiam à nova capital de Goiás sequer passavam por Planaltina, contribuindo para a imagem de um lugar perdido no planalto, sem ligações com o progresso.

Em meio à década de 50, incluiu-se Planaltina na delimitação do quadrilátero que abrigaria o novo Distrito Federal[x], com conseqüências eminentemente administrativas. Brasília trouxe poucas mudanças ao território de 5.814km^2 destinado à construção da capital da República. Incorporou à sua jurisdição municípios que pertenciam a Goiás. Arraigados a estruturas rurais e isoladas de Goiânia, lidaram com o progresso urbano imposto pela construção de Brasília. Concebida sob parâmetros da arquitetura modernista para centro administrativo brasileiro, a nova capital dirige-se para o progresso e para uma sociedade construída em moldes europeus com conotações de desenvolvimento. A negação dos princípios artísticos e históricos que a precederam, somada à intenção política do desbravamento e à idéia de modernização, deixou nas populações

preexistentes do Distrito Federal (DF) a imagem de que a ocupação urbana da região começa com a construção da cidade, nos anos 60.

Na década pós-inauguração de Brasília, os incentivos dirigiam-se às cidades que cresciam perto do Plano Piloto. As de herança goiana permaneciam recolhidas em estruturas oligárquicas e quase nenhum investimento receberam até que o fluxo migratório da expectativa de emprego que Brasília gerava fez surgir inúmeros agrupamentos humanos marginalizados que constituíram problema econômico e social, conduzindo-a à necessidade de expansão do seu núcleo inicial.

Não amplamente estudada até hoje, sentia-se sua força de pólo irradiador de religião, educação e justiça para as localidades rurais que foram incorporadas à sua área não só na construção de moradias que imitam as linhas arrojadas de ministérios e palácios, como também no imaginário criado de desejar ser moderno como a capital. Ao se tomar por referência a imagem de desenvolvimento e progresso da sede do governo, relegou-se a memória das cidades goianas como se a história se escrevesse a partir de Brasília. A visão contemporânea que prevalece na metrópole de assimilação capitalista redefine o mapa simbólico da região.

Em 1966 foi elaborado um plano de urbanização para orientar o crescimento de Planaltina à condição de cidade-satélite de Brasília. Objetivava uma vila modernizada que atendesse às exigências dos tempos. Apesar de seguir a arquitetura modernista, o plano protegia o núcleo original com casas de adobe, estrutura de madeira e telha de cerâmica. A Planaltina de herança goiana agregava a si o tecido urbano moderno, com áreas diferenciadas destinadas a comércio, residências e a um centro de vivência como coração da cidade.

Na prática, a união entre o tecido urbano de herança goiana e a nova proposta representaram desagregação social e desvalorização da cultura preexistente à construção da capital, segregando seu núcleo antigo e criando a idéia de que representa vestígios de um passado que a população quer esquecer. No plano diretor de 1966 se distinguem raízes goianas e a nova cultura que se propunha seguir, construindo-lhes a memória com base nas referências históricas pós-Brasília. Isto se traduz na segregação dos setores: de um lado, poucas famílias mantêm suas tradições como símbolo de poder; de outro, tentativas de modernização e crescimento do novo setor nos modelos da classe média da capital.

Com distantes ligações culturais e cronológicas com a antiga, os habitantes da parte nova de Planaltina associam antigo a passado, sem significados de identidade. O

desconhecimento da riqueza material e espiritual da Planaltina antiga nega a história do centro-oeste como nacionalmente relevante. Sabe-se que as Festas do Divino estiveram quase desaparecidas dali por falta de interesse e apoio, sendo retomadas após a eleição direta para governador do DF (1989-94), que trouxe de volta a oligarquia goiana ao poder[xi]. O evento, celebração essencial da vida religiosa da comunidade, momento de ressignificação da vida, torna-se campo de manipulação política e religiosa. A cada ano, chama a atenção a quantidade de camisetas e bonés com as cores do *Divino* (vermelho e branco), patrocinadas por famílias e políticos locais, como se ao evento outras intenções fossem acrescentadas, legitimando os propósitos de um representante das famílias como recurso próprio de lideranças políticas brasileiras. O repertório de sinais que legitimam governos em projetos de inserção na modernidade inclui manifestações populares operando, selecionando, transpondo fatos e traços conforme suas escolhas. As cidades ao redor da capital federal não são exceção. Nos dois dias principais (sábado e domingo), estiveram presentes à festa, os quatro possíveis candidatos a governador do D.F. e muitos outros políticos numa demonstração de que ali não deixava de ser uma ocasião para contatos políticos.

A nova administração da capital federal adota também a política de atração das populações de outras regiões, provocando o adensamento urbano desorganizado. Planaltina viu mais uma vez aumentar sua população e serem criados bairros populares e grupos humanos excluídos de participação social[xii] No sertor tradicional há uma população de raízes goianas que não reconhece as manifestaç[xiii]. No setor tradicional há uma população com raízes goianas que não reconhece as manifestações da Planaltina candanga. Seu passado colonial reflete a herança goiana, lugar onde sobrevivem seus modelos simbólicos e estéticos, patrimônio da comunidade. São testemunho do passado que sobreviveu às mudanças.

Nas novas áreas construídas, a idéia de preservação tem gerado sentimentos de hostilidade. No primeiro ano de trabalho, notou-se uma só procissão chegar à praça da igreja mais antiga para assistir à missa. No segundo, perto da igreja mais antiga havia dois grupos que esperavam em ruas perpendiculares. Eram fiéis moradores dos dois setores mais modernos que esperavam o momento de se juntar ao cortejo. Na festa de 2000, está mais diferenciado e dividido. Três imperadores escolhidos geram três cortejos, três bandas de música, três trios elétricos que caminham por diferentes pontos da cidade. Em 2005, como foram ampliadas o número de paróquias na cidade, cada uma teve sua folia.

A imagem de comunidade unida, solidária e poderosa só foi lembrada na visível invenção de um ritual espetacularizado com as bandeiras das procissões se encontrando e sendo abençoadas em frente à matriz, junto a oitocentos cavaleiros. Na praça, a ostensiva presença dos representantes das oligarquias locais, com trajes caros e filmadoras, demonstram o interesse atual pela cultura do povo, transformando-a em lazer, bem de consumo. O ambiente torna-se cerimonial, reproduz o rito, o sentido da legitimação. Os sujeitos que selecionam esses patrimônios conhecem a atração que o espetacular exerce sobre o público. Apesar dos imperadores e festeiros que organizam a cerimônia, políticos e padres decidem o que deve permanecer ou inventar como tradição, para alimentar as motivações religiosas da comunidade. Numa cerimônia noturna, a escolha dos novos imperadores encerra a festa. Ouve-se o ruído da grande satisfação popular, a estetização do show da fertilidade. O distanciamento entre si faz - dos participantes - espectadores do seu próprio espetáculo. O encanto se desfaz e cada grupo vai a seu banquete.

Conclusão

A Festa do Divino, de Planaltina, ilustra a complexa inserção do patrimônio tradicional nas nações modernas. Envolve elementos religiosos, seculares, que se combinam. Reúne trabalhadores rurais dispersos em espaço urbano oposto ao de seu cotidiano. Caracteristicamente, porém, pretende reconciliar a cidade e seu entorno, com o seu contraditório sistema de valores, na tentativa de reencantar o mundo, na utopia da volta a um passado mais tolerável, à síntese de momentos relevantes da história goiana, que tem a revivência de uma época considerada de ouro. Se em Portugal do sec. XVI comemorava-se o futuro, em Planaltina comemora-se o passado no presente.

O retorno ao tradicional agride a modernidade, é recurso para suportar contradições e pretensos benefícios da contemporaneidade. A forte influencia de novos signos que migram da sociedade moderna para o campo e a periferia, através dos meios de comunicação de massa, formam novos signos híbridos. Revela o que a população tenta esquecer, em ocasião para juntar-se e criar forte imagem de solidariedade. Na tensão entre tradicional e recente, monumentaliza e exubera. Vindas de diferentes setores para a praça moderna, as procissões são metáforas da história planaltinense e de seus conflitos, em que cada parte e cada grupo se festejam. As famílias das oligarquias locais orgulham-se de retomar o poder e se postam à frente do cortejo. A multiplicidade de gêneros musicais prova como a população articula sua imagem de cidade. A estratégia discursiva do padre, sua teatralização e a reinvenção de ritos[xiv] mostram o tradicional

misturado à cultura capitalista, reincorporando ao discurso tecnologias tradicionais e modernas.

Na missa, a música executada é sugestiva, a que circulava por igrejas brasileiras nas décadas de 60 e 70, quando João XXIII e o Concílio Vaticano II propuseram reformar a liturgia católica. O iê-iê-iê dominava o mercado brasileiro, e acontecia a primeira missa em português com música de fundo no estilo Jovem Guarda[xv]. Tudo pós-Brasília, quando Planaltina recebia fluxos de modernidade de um plano diretor que regulava espaços e promovia qualidade de vida para a classe média. Mencione-se a transformação de detalhes do evento hoje. Em função do alcance dos programas de música e dança country na TV, na folia a cavalo se vêem cavaleiros com camisas quadriculadas, jeans, botas, lenços e chapéus americano e um trio elétrico que mescla religiosidade popular a música axé. O incremento da comunicação além dos limites culturais desmantela velhas formas de marginalização e dominação e cria formas de democratização e multiplicidade cultural. O banquete, satisfação das necessidades instintivas, deixa o vazio da convivência não cumprida.

---

[i] Dois grupos de jovens participaram da gincana.

[ii] Comemoração chegada ao Brasil no sec. XVI (Cascudo-1954), logo inserida no calendário religioso da colônia.

[iii] Agostinho Silva, historiador portugues, afirma que a Festa do Divino, e evento que dão os portugueses para afirmar e comemorar o futuro. É metáfora de como será, na altura em que houver no mundo a idade do Espírito Santo.

[iv] Ainda sobre essa festa em Portugal, Agostinho da Silva esclarece que um menino era coroado como imperador do mundo, porque acreditava-se que no tempo do Espírito Santo, um menino iria dirigir o mundo. Para homenagea-lo dava-se um banquete gratuito para todos. Em seguida o imperador se dirigia com sua comitiva á cadeia da terra e soltava todos os presos, pois no futuro, além de pureza e honestidade, comida para todos, os crimes desapareceriam.

[v] Alegria! Alegria! O Divino é o meu gruia!

[vi] O descanso dos grupos musicais, por exemplo.

[vii] Cidade-satélite são núcleos urbanos que se formaram ao redor do centro administrativo do D.F

[viii] Segundo a tradição, seu núcleo formador data de 1740, quando se fixou à beira de um riacho um ferreiro descendente de bandeirantes, vindo de uma mina nos arredores e perito em conserto e manuseio de armas. Daí a denominação de Mestra D'armas. Nos arredores da cidade, ainda hoje existe um marco e uma escola com este nome.

[ix] Planaltina esteve sob a jurisdição de Luziânia. Passou à categoria de município em 1891. Seus primeiros registros de conformação urbana datam de 1892, com a vinda da *Comissão Cruls*, responsável pela demarcação da área onde seria implantada Brasília. A comissão que utilizou Planaltina para pesquisas, hospedou-se onde hoje é a sede do Museo Histórico.

[x] Em 1945, retomada a idéia da capital federal no interior do país, a cidade hospedou nova comissão (*Poli Coelho*), que confirmou a localização determinada pela comissão anteriror. Em 1955 delimitou-se o terreno do D.F. que abrangeu quase toda a extensão de Planaltina. A parte de Goiás é conhecida como Brasilinha.

[xi] Em janeiro de 2002, esse governante volta ao poder apresentando o desejo de contentar e abranger todos os setores da cidade, apropriando-se de tradições populares, chegando-se a grupos religiosos conservadores.

[xii] Planaltina tem hoje um dos maiores índices de violência do D.F.

[xiii] Candango: designa os primeiros operários da construção civil no D.F. Depois, os nascidos na capital.

[xiv] Relevante mencionar que a cada ano, são reativados grupos religiosos (congregação mariana, mães cristãs, moços católicos) e que se envolvem mais e mais com a festa.

[xv] Exceto a da Folia da Roça, a música tocadas em todas as missas é retirada de livro: Louvemos ao Senhor (2 vols) Ed. Associação do Senhor Jesus. Campinas S/P. Contém 1434 canções e na partitura é anunciado também o CD onde está gravada a mesma. Entre os gêneros: rock, balada, funk, valsa, country, pop, mas nenhum ritmo brasileiro.

O FIM DE SÉCULO NO OLHAR ILUSTRADO: IMPRENSA, HOMENS DE LETRAS E A PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O XX EM CURITIBA.

Mônia Silvestrin/UFPR

> O século ia morrer... sim, porque os séculos morrem tambem, e morrem fatalmente... Ás vezes agitados, epilepticos, como o seculo XV; ás vezes, opulentos de vida como o seculo XVI e ás vezes como o XVIII, pungidos de todos os delírios da philosofia e da fé. O nosso, o chamado grande seculo, ia morrer de um extranho mal, de uma enfermidade sublime, especie de hysteria do pensamento. A cohaustão moral appressava-lhe a agonia.
> E como os filhos dos seculos mostram-se sempre desamorosos e ingratos, havia em volta do leito em que o moribundo agonisa, solenne e inssubmisso como os Tritões antigos, um susurro profundo e quasi expansivo. Os filhos do velho seculo despedem-se d'elle transidos de um impia alegria mysteriosa tendo a alma cheia do seculo novo, que lhe traz o desconhecido e a esperança.[1]

Viver em 1900. O novo século deu os ares de sua graça na madrugada de uma terça-feira entusiasmada, primeiro de janeiro de 1901. Do tenebroso oitocentos, "este século "desconjunctado"[2], somente lembranças. Nas palavras do cronista, as epopéias de Napoleão mesclam-se ao vapor e à luz elétrica, à Guerra do Paraguai, a Zola, Balzac e os grandes românticos e naturalistas da literatura universal; Augusto Comte e a sua *Philosophie Positive*, contemplam a República, ansiosa por ordem e progresso em uma maré de ventos não muito favoráveis. No Brasil que anseia ser outro no novo século, um certo pessimismo é a nota dissonante na melodia de boas vindas aos últimos cem anos do milênio, marcados pelo temor de um futuro incerto como todo devir, e que se deseja o melhor possível na retórica bem construída de seus artistas. Quem viver verá!, parecem querer nos dizer os redatores que nas folhas de seus jornais, passaram em revista o século findo e saudaram o vindouro. Afinal, a única certeza é que *le monde marche*... "Bem vindo sejas tu, ó seculo X" [3]

Ao contrário do que muitos poderiam supor, o dia 31 de dezembro de 1900, transcorreu tranqüilo na pacata Curitiba e não parecia anunciar a vinda daquele que, para alguns, deveria ser o "seculo da electricidade e, para outros, o do esoterismo"[4] As comemorações aconteceram, na sua maioria, em âmbito privado, ficando o encargo aos diversos clubes e associações, com a organização dos bailes e festas para saudar o novo século. Houve também

queima de fogos e, como relata a cronista do “Diario” no dia seguinte, muitos votos de que o novo tempo trouxesse paz e harmonia, além dos já esperados dias melhores.

Tal calmaria, que surpreende o pesquisador imerso em outro fim de século, por sinal bastante alardeado, não deve ser confundida com indiferença, pois os curitibanos, de certo modo, já haviam saudado, com uma festa grandiosa, os anos novecentos: a comemoração dos quatrocentos anos do Brasil, no dia 3 de maio. Esta foi a verdadeira recepção preparada para o século XX. E não poderia ser diferente, pois em tempos patrióticos de exaltação da Nação, de construção dos seus mitos e heróis, o novo século haveria de ser inevitavelmente comemorado na linguagem do civismo.

Além das comemorações cívicas, os anos próximos ao final do oitocentos foram férteis em outras imagens e referências que tentaram dar conta do novo século. Aqueles que procuraram refletir sobre o seu próprio tempo, se dividiam entre posições mais ou menos otimistas - e muitas vezes transitavam entre elas - prevalecendo, entretanto, em meio à cacofonia geral, um certo rumor de decadência.

Nem sempre como tema, muitas vezes perdido em breves frases, o século XX se anunciava, assinalando o sentido do presente. E este era “nevrótico”, decadente, confuso – palavras estas que tentavam dar conta de uma complexidade que parecia inédita, como nos lembra um contemporâneo ao nos dizer ser impossível qualquer tentativa de traduzir o seu próprio tempo em uma única linguagem, pois isso pressuporia “uma fé e uma simplicidade que já não temos”.[5] A exaustão mental, a mistura de filosofias e a impossibilidade de delinear a verdade, os maus hábitos da civilização, que relaxaram o caráter dos homens pareciam ser indícios de que se vivia um momento extremo. Da dúvida de Goethe e Byron ao pessimismo de Flaubert e Zola, a única certeza possível era a de que o mundo conhecido, o do grandioso oitocentos, que havia superado em muito as expectativas mais otimistas a seu respeito chegava ao fim.

Foram tais notas dissonantes em meio à euforia que tradicionalmente marca as mudanças de calendário que nos fizeram olhar de modo especial para a questão do final do século em Curitiba. Mais do que um objeto de estudo, o fim de século, por ser um momento visto como limite, ruptura, propicia retrospectivas, balanços, elaboração de projetos, reflexões que reelaboram o olhar sobre o presente e sobre o passado, dando aos debates, idéias e questões que lhes são pertinentes, uma visibilidade talvez impossível em outras circunstâncias.

Neste sentido, nos voltamos para a imprensa diária e, dentre os diversos textos publicados, um tipo em particular: o de caráter retrospectivo, que passa em revista o século que termina e de algum modo, especula sobre o amanhã. São falas extremas, que trazem consigo não só o espectro renovado de Jano, a nos espreitar com sua cabeça bifronte, mas essencialmente um diagnóstico acurado do tempo presente. Elegemos, portanto, um recorte pontual, circunscrevendo nossa pesquisa aos anos de 1899, 1900 e 1901, período em que o século torna-se tema recorrente, revelando imagens ansiosas em relação ao futuro, que mesclavam uma certa euforia a um sentido apurado de decadência. Imagens presentes nos jornais, mas também nas revistas, nos livros, nas propagandas, nos clubes e associações. De certo modo, tudo se tornava *fin de siècle*.

Complexas, às vezes ambíguas e contraditórias, as representações do final do século foram construídas a partir do encontro de dois universos discursivos: o da imprensa e do jornal diário, que colocava o mundo ao alcance das mãos, delineando o sentido do presente, e um outro, das leituras e referências disponibilizadas pelos movimentos culturais e literários do período. As duas instâncias, porém, a da “experiência” de viver um final de século e a dos elementos simbólicos que subsidiavam as idéias a respeito dele, não estavam separadas e sim unidas em um sistema relativamente coerente de percepção, que permitia a construção do mundo enquanto realidade.[6]

Em busca de tais representações, procuramos conhecer um pouco melhor a imprensa diária da época que, além de *locus* privilegiado de atuação desses homens de letras, pode ser

entendida também como um “lugar de encontro” da população citadina, permitindo compreender, ao menos em parte, os modos de ser e viver na cidade que se queria, a todo custo, moderna e cosmopolita. Também pelo jornal diário passavam os debates, as notícias e as questões polêmicas que inflamavam os espíritos e, no país dos bacharéis, tornavam todos imbatíveis mosqueteiros.

A questão da emancipação feminina, da ciência - “oculta” ou “experimental” -, das venturas e desventuras de ser paranaense ganhavam as páginas dos jornais com bastante freqüência e nelas nos detemos para acompanhar não só o desenrolar das idéias em jogo, mas também a sua relação com ambiente literário e cultural da capital do Estado. Este apresentava uma configuração de idéias bastante singular, que reunia contribuições advindas tanto de movimentos estéticos como o Simbolismo como do Teosofismo e da Maçonaria Esotérica. As idéias de progresso e o cientificismo, características marcantes da civilização ocidental oitocentista, eram parte de uma espécie de “língua comum” partilhada pelo público letrado na Curitiba do final do século, e englobavam sentidos extremos: da mais pura exaltação da civilização industrial ao descrédito elegante do simbolista que se retira do mundo à espera de um novo homem capaz de compreender os acordes do seu novo tempo.

O desejo de criação de uma nova hélade, capaz de reencantar o mundo e fazê-lo reencontrar a harmonia perdida, professado pelos adeptos do Neopitagorismo sintetiza a forte presença de movimentos espiritualistas na cidade. Afirmando reiteradamente a crise e o fim da civilização ocidental, tais movimentos forneceram aos homens de letras do período os referenciais teóricos para a leitura e diagnóstico que faziam do momento presente, leitura essa marcada certamente pelo pessimismo, mas um pessimismo que, pensado como o fim de uma etapa, permitia olhos vidrados no futuro, local da esperança e da possibilidade de regeneração.

Mas qual era esse “mundo” alvo da leitura e da reflexão desses homens de letras e tribuna? Certamente a sua face mais visível surgia cotidianamente nas páginas dos jornais: guerra na África, seca no nordeste, epidemias, políticos corruptos, previsões de catástrofes

naturais, assassinatos, etc. Eis a prova da crise e da decadência anunciadas nas doutrinas esotéricas e manifestos artísticos! Os jornais, portanto, tornaram-se elemento chave na constituição das representações acerca do presente e pareciam confirmar, a cada notícia, a decadência contemporânea.

Neste sentido, as metáforas biológicas que atribuíam ao século os mesmos ritmos da vida humana, acusando-o de ter envelhecido e se tornado decrépito com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que garantiam a possibilidade de um recomeço, tentavam, de certo modo, acomodar na perspectiva do progresso, um presente que não parecia compatível com as glórias dos anos precedentes, apontando para uma questão fundamental que se colocava naquele momento para os homens de letras curitibanos, qual seja, a do descompasso entre a evolução material e espiritual do homem. Embora não se pudesse negar o desenvolvimento da humanidade, parecia evidente que esse mesmo desenvolvimento, ao obrigar o homem a viver em uma sociedade materialista e impessoal, havia rompido com os valores tradicionais, jogando-o em um mar de excessos, angústias e incertezas.

E ao homem de letras restava o combate. Escritores profícuos, dedicados na sua maioria, simultaneamente, à tribuna e aos bancos escolares, eles participaram ativamente dos debates e da história do seu tempo munidos da “espada”, do “bisturi preciso e cortante” com os quais talhavam suas opiniões, construíam seus argumentos e projetos, refutando a pecha de “nephelibatas” que alguns insistiam em lhes imputar: certamente lutavam no terreno movediço e muitas vezes imaterial das idéias, e, embora muito da polêmica se desse pelo simples prazer do desafio e do prestígio que a lide com as belas letras angariava entre os citadinos ansiosos por frases espirituosas e o verniz da civilização, para a maior parte desses literatos “engajados” a instrução e o esclarecimento eram o caminho mais curto para a autonomia intelectual e a liberdade de pensamento, pré-requisitos fundamentais para a construção do novo cidadão e da humanidade redimida com a qual tanto sonhavam.

Abusando da retórica bacharelesca e das citações, escolhidas muitas vezes mais em prol dos efeitos estéticos e da opinião do autor, do que por seu caráter de afirmação da verdade, eles discutiram o papel da mulher no “mundo hodierno”, travaram os embates pela afirmação da vocação histórica do povo paranaense, discutiram os limites da ciência, embora não abdicassem do olhar cientificista, que ao lado da idéia de progresso formavam os eixos em torno dos quais de dava a enunciação da palavra pública e se articulavam os demais temas e questões importantes naquele momento. Embora os seus sentidos preciso estivesse muitas vezes colocado em questão, principalmente quando se tornavam alvo de disputa direta, elas forneciam, de certo modo, as palavras para que o discurso ilustrado ganhasse visibilidade e se tornasse legítimo, perpassando todas as dimensões do jornal e dando suporte aos mais diferentes assuntos. De certo modo, o mundo se explicava, na sua ventura e vicissitudes, pelo ideário progressista da ciência.

O fim de século, portanto, com as referências de ruptura e recomeço que trazia consigo alimentou tanto os diagnósticos do tempo presente como as expectativas em relação ao futuro, como podemos perceber através das imagens e falas que tentaram dar conta da onipresença absoluta com a qual ele parecia ter o poder de definir o destino dos homens. Se o mundo estava caótico e degenerado, era a expressão de um tempo que não possuía mais força vital e se encaminhava para seus momentos finais, embora muitos tivessem sérias desconfianças em relação ao futuro que ele anunciava; se o oitocentos havia realizado o feito de fazer os homens viverem em cem anos o equivalente aos dois mil precedentes, tal aceleração do tempo representava a descida vertiginosa em direção ao fim de mais uma civilização, como a própria história não se cansava de reiterar; ao mesmo tempo, diante de olhos mais otimistas, chegava ao fim da sua missão de preparar o espírito humano para a vertigem de anos mais espetaculares ainda.

De um modo ou de outro, o fim de século foi visto, por esses homens letrados, como um momento de inflexão na história humana, que exigia reflexão e abria, de modo mais incisivo, as

possibilidades de mudança sonhadas, fossem elas garantidas - ou ameaçadas - pela inevitabilidade do progresso, o que exigia a atuação persistente dos homens, seja para mudar o seu curso, seja para fazer desaparecer os aguaceiros e tempestades de atrapalhavam seu caminho. As imagens catastróficas a ele associadas, que apontavam inevitavelmente no sentido de um fim próximo, acabavam tendo seu poder escatológico reduzido, pois eram submetidas à necessidade natural e imperiosa de destruição que antecipava a edificação de um novo tempo. Em outras palavras, aquele era um mundo que, embora já estivesse fazendo a crítica interna de seus próprios alicerces, de certo modo estava ainda por demais preso ao desejo de continuidade que, como nos lembra Everdell, marcou de modo peculiar os anos oitocentos.

---

[1] POMBO, José F. Rocha. “Em torno da terra”. *O Cenaculo*, ano II, n. 1896. p. 22
[2] FLAVIANO, Flavio. *Diario da Tarde*, 20/12/1900.
[3] MACHADO, Reinaldo. *Diario da Tarde*, 31/12/1900
[4] *Diario da Tarde*, 22/10/1900
[5] BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno.* Lisboa: Edições 70, 1990. p.2

[6] CHARTIER, Roger. *História Cultural* - Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

Memória e História no Curta-Metragem Barbosa

Mônica Brincalepe Campo

Faculdade Cásper Líbero

Os anos 80 estão marcados pela democratização do Brasil, findavam-se 21 anos de Regime Militar e através de um longo processo buscava-se restabelecer os direitos políticos existentes antes do golpe de estado de 1964, como também ampliar o espaço de cidadania até então existente no Brasil. Se tomasse este período não como o da chegada do primeiro presidente civil, mas até aquele que nos leva à primeira eleição direta para a presidência, percebe-se que se amplia em alguns anos o percurso até o estabelecimento da participação democrática e cidadã, contam-se 26 anos, do regime militar à posse do primeiro presidente civil eleito diretamente pelos cidadãos.

Quando se faz aqui o recorte de analisar a produção de Jorge Furtado com Ana Luísa Azevedo, *Barbosa*[i], percebe-se que o recurso audiovisual estava sendo tomado como espaço apto a se produzir intervenção e ação na sociedade brasileira, colocando-se como mais um meio para se discutir e intervir nas discussões que ocorriam. A produção dos curtas-metragens realizada ao longo da década de 80 foi efetivada através de leis de incentivo e financiamentos à produção como também à exibição. Das produções realizadas pela Casa de Cinema de Porto Alegre escolhemos analisar *BARBOSA.* Este curta é classificado pela Casa como sendo tema histórico, vê-se referendado o recorte temático que privilegia a história como o centro de reflexão desta produção.

O curta-metragem *Barbosa* apresenta em sua narrativa a história da final da copa de 1950, mas mais que isso, analisa a repercussão desta na condenação moral que o goleiro da seleção brasileira – Moacyr Barbosa - passou a sofrer, sendo imputada a ele

a *culpa* da derrota frente ao Uruguai, e conseqüentemente, a derrota no campeonato mundial.

O filme é composto a partir de documentos de época, arquivos de filmes, pesquisa de áudio, como ainda, a mescla de uma narrativa ficcional com o depoimento de Barbosa, contemporâneo aos dias da produção do filme.

Esta estrutura híbrida faz com que ao se assistir o filme fique embaralhada a noção de real e ficção, ou seja, a construção de sua narrativa nos conduz a uma percepção do real, como ainda, a partir do momento em que assistimos a entrevista de Barbosa, somos induzidos pela estrutura da edição a ler neste o sofrimento permanente que aquela derrota ainda traz a ele. Discute-se a culpa imposta e suas conseqüências na vida deste homem após 38 anos passados.

Diferentemente de *Cabra Marcado Para Morrer*[ii] - em que a memória é reconstituída a partir do entrelaçamento de tempos diversos e de personalidades reais (onde o próprio cineasta se torna parte integrante da história), em busca do que de fato ocorreu desde a produção do filme no pré-64 até o momento da edição do novo material em 1984 -, *Barbosa* conta uma história real, com uma personalidade também real, mas não explicita quem são seus narradores. Utiliza deliberadamente a ficção para construir a sensação de realidade. Em uma primeira leitura parece defender a tese da culpa social que se deveria carregar frente às conseqüências daquela derrota sobre a vida pessoal de Moacyr Barbosa.

O filme inaugura uma característica que norteará as demais produções de Jorge Furtado, o roteiro e sua edição explicitam a intenção da desconstrução da percepção a que se está educado a ler nas produções cinematográficas. Os recursos dramáticos levam à ruptura da narrativa, o que reconduz o espectador à sua capacidade de construir ele próprio sua interpretação. Pistas são deixadas ao longo do filme para que

o espectador atento possa ele mesmo perceber que é capaz de fazer uma outra leitura histórica e aquilo que é apresentado como verdade pode vir a ser desmontado.

A narrativa cinematográfica dita clássica traz didaticamente as interpretações que se deve realizar sobre a obra apresentada. A narrativa apresentada nesta produção não foge em demasia deste gênero fílmico, mas não o abarca inquestionavelmente, ou seja, ao desconstruir sutilmente o discurso em meio ao roteiro e edição, o cineasta permite que seu público perceba a condução da narrativa e tenha a possibilidade de critica a uma recepção intencionada.

O toque de ironia com que se abre e fecha o filme ajuda a distanciar-se da sedução desta narrativa ficcional.

"O homem é um ator que gagueja na sua única fala,

desaparece e nunca mais é ouvido." (Macbeth, Ato V, Cena 5)

A citação que abre o filme está solta e indica a atenção para sua decodificação, que só poderá de fato ser revelada após os créditos finais, em que Barbosa ressurge rindo e gaguejando a dizer que: *"Ser artista é difícil"*. Os temas trabalhados e a forma encontrada para trazê-los à tona são os da derrota, da culpa e revela-se no fechar das cortinas, a atuação do entrevistado. De documentário/ficcional, encontra-se a partir deste instante uma ficção/documental.

Após uma abertura em que se mesclam elementos documentais (artigos de jornais, imagens de jogos, marchinha do screcht) e não ficcionais (mas que induzem a isso, a narração dos locutores), encontra-se o personagem fictício de Antonio Fagundes (no roteiro: Paulo). Ele assiste na televisão o último jogo e o mesmo gol. Em *off* ouvimos a personagem narrando os efeitos daquela partida, a derrota e o impacto sobre sua vida. A personagem sempre apresentará sua fala em som *off*, com a exceção no grito final, de chamado do goleiro Barbosa.

A síntese da apresentação de Paulo será realizada com um travelling da câmera pelo cenário em que se encontra. Em um arremedo de ficção científica, a personagem prepara-se para viajar no tempo, adereços cenográficos povoam as imagens e esta parte para a viagem.

A derrota, marcada pelo gol de Ghiggia, transforma a vida da personagem, que *guarda na memória, em agressivo preto e branco, a imagem de Barbosa* no lance derradeiro. No transcorrer do filme compreendemos que enquanto menino *Paulo* estava presente no estádio durante esta última partida, entretanto, sua memória visual está marcada pelo filme realizado durante o jogo, imagem reprisada, anos depois, na televisão. É esta intermediação midiática que norteia a constituição da memória, e é através da mídia, a partir de um depoimento/entrevista de Barbosa que se tenta contornar o efeito desta derrota após 38 anos dela ter ocorrido.

É o momento documentário do filme. Em corte seco, com explicitação da intervenção da edição, já se encontram editadas as repostas dadas pelo goleiro Barbosa. É explicitado que há a intervenção para a edição com a busca do efeito das melhores respostas obtidas, o que intensifica a intenção buscada na entrevista, assim como assume um caráter jornalístico que viria a predominar na narrativa de telejornais desde os anos 80.

A partir da viagem da personagem ao passado se é introduzido em seu monólogo interior, percebe-se a postura da personagem.

CENA 8 – EXT/DIA – RUAS DO RIO DE JANEIRO, 1950

PAULO (OFF)

> *Nos últimos 38 anos se falou tanto sobre este jogo que eu não sabia mais o que vinha de minha própria memória. O que eu via agora eram 200 mil pessoas caminhando para a tragédia, confiando numa coisa tão absurda como a justiça da História. Nos próximos 38 anos aquela derrota ficaria como o símbolo do destino de um país onde nada dá certo.*

A memória construída após o jogo ficou marcada pelos comentários e imagens de época, a personagem perde o referencial e percebe que não consegue mais delimitar o que é construção e o que de fato vem de suas recordações, ou seria, que agora percebe que memória é na verdade a construção permanente e a incorporação de referenciais vários que como num mosaico constitui um todo fragmentado em que marcas e fissuras sempre estão presentes.

A história mostra-se injusta e a fé que se deposita feito final de filme feliz não se constitui. O destino de derrota é a marca que o país carrega. A partir daqui deixa-se o tom pessoal da personagem e passa a questão nacional, pois foi a derrota da nação e marcas desta confirmação de diagnóstico que foi questionado neste filme. Entretanto, não está na derrota de 50 a marca de que não temos futuro ou ainda, que o destino é a tragédia e negatividade, mas no presente da produção do filme, nos anos 80, nas sistemáticas frustrações ocorridas ao longo dos anos oitenta e após os anos do Estado Autoritário Militar brasileiro, o pós-campanha das diretas, a posse de Sarney e os planos econômicos de salvação, os cruzados, a inflação desenfreada e aquilo que começou a ser denominada pela mídia de a década perdida.

O filme está marcado pelo momento histórico vivido e o acerto de contas com nosso passado. E é a história do único goleiro negro da seleção brasileira, injustiçado

pela acusação de culpa e pela perseguição empreendida após a derrota, que ocupará as preocupações dos cineastas. Percebe-se aqui um acerto de contas com nossa história, com seu passado escravista e com a não tolerância e respeito a seus cidadãos. É o Brasil injusto e o olhar pessimista e derrotado de seu presente que prevalecem sobre a análise do passado. Barbosa é o meio pelo qual se aproxima acusatoriamente de nossas mazelas.

PAULO (OFF)

> *Aquelas 200 mil pessoas não sabiam que deus viajava no banco traseiro de um Buick 42. Naquele momento, eu era maior que a História. Só me interessava resolver dois pequenos problemas: o meu e o de Barbosa.*

Diferente do que está no roteiro, a fala da personagem diz: *Aquelas 200 mil pessoas não sabiam que deus havia acabado de chegar*, ironia do destino, não só deus era brasileiro como vinha na pessoa do Antonio Fagundes. A personagem assume contornos que antes não pareciam existentes. A arrogância de sua fala, ainda confirmada com a atitude desmedida de se viajar no tempo para intervir e reescrever a história norteiam a interpretação desta nova situação.

Se ele estava naquele passado era para resolver dois problemas que marcaram nossa história, sua descrença e a condenação de culpa que Barbosa carregou durante todos seus anos de vida após aquela derrota. Portanto, em discurso, não são os problemas do Brasil que importam a esta personagem, se estas duas questões pessoais forem resolvidas, o demais virá como uma conseqüência benéfica. A personagem se coloca como sendo maior que a história, assim, resolve intervir, com a superioridade de quem sabe o melhor para todos.

Paulo parte em direção ao campo acompanhado de seu colega recém conhecido, dá-se conta do tempo e percebe que o momento fatídico se aproxima. Invade o campo, mas é tarde, os atacantes do Uruguai já estão próximos ao gol e a defesa brasileira está batida. Paulo desesperado grita Barbosa e este o olha, perdendo o momento do chute de Ghiggia, o que o faz saltar atrasado, provocando o gol. A expressão de Paulo transmite estupefação, já o roteiro nos diz que este *entende tudo*. É inserida a imagem original do gol e a assistimos até o momento em que Barbosa se levanta, aí é feito o corte, é mostrado o público, que chora, e vemos o desespero e tristeza de todos. Na ficção os jogadores uruguaios comemoram os brasileiros se consolam enquanto Paulo anda no meio campo, atônito.

Barbosa surge novamente na cena. A iluminação contrasta luz e sombra sobre o goleiro, ele levanta a cabeça e diz, *"Eu já pensei naquela bola um milhão de vezes"*. Nesta cena a iluminação, a posição da câmera e o levantar da cabeça do entrevistado são diferente do depoimento anteriormente editado em corte seco, o naturalismo da entrevista foi deixado de lado e uma impostação substitui a ação de Barbosa.

Tal diferença se confirma (com a inserção após os créditos) de Barbosa comentando que "*Ser ator é difícil*", o que amarra a citação sheakespereana do início do filme. Barbosa interpretou a frase dita em tom lúgubre e que marca nossa culpa por tê-lo perseguido durante tantos e tantos anos.

Culpa histórica, arrogância de quem achava que era Deus e que salvaria a todos a partir de seus próprios anseios e dilemas. O tema que fecha o filme é o da permanência da arrogância daqueles que acham que sabem demais e mais que os demais. É a expiação de culpa de quem acredita ser capaz de escrever a história prescindindo de seus protagonistas, negros e parias como Barbosa.

O filme se encerra com a imagem de Paulo na arquibancada, esta imagem na televisão e esta televisão no laboratório anos 50 de onde Paulo partiu para sua viagem no tempo.

Em *Barbosa,* a Ficção/Documental se descortina como mais um interventor e a apontar limites diz que há muito nó por desatar, inclusive aquele que indica que não se sabe de tudo e não há quem saiba de tudo. Até mesmo o que se tem como verdade é na verdade obtido através de *um truque, habilmente concebido e cuidadosamente sonegado, que envolve instrumentos mecânicos e ópticos de alta precisão, o ritual mágico da sala escura e um espectador predisposto a (e educado para) ser enganado*[iii]*.*

Se enganado quanto à interpretação de Barbosa, não se pode dizer o mesmo em relação à tese trabalhada no filme. Barbosa e a culpa imputada e carregada ao longo de três décadas aparecem como expiação dos projetos e arrogâncias que assolaram e assolam o Brasil desde sempre. Intelectuais sabedores das respostas, daqueles que se aparecem no vídeo não estão lá para se explicarem, mas para explicar à turba ignara e iletrada de que são sabedores das soluções adequadas para o país e seus principais salvadores. Os parias negros ou nem tão negros, mas pobres e portanto podres devem curvar-se a estes diagnósticos de salvação.

Assistiu-se durante os anos 80 (na televisão em rede nacional) uma série de planos milagrosos, congelamentos e apertos de cintos que resultaram num processo crescente de hierarquização social e o aumento do que já era imenso, o fosso social. O resultado da conciliação política estabelecida no final do regime autoritário militar foi permanência no poder de muitos civis que participaram e nasceram enquanto políticos naqueles anos turbulentos

De militares a civis, de tecnoburocratas à sapiência acadêmica, o Brasil e, principalmente, sua inteligência, tem muito do que se acertar e desculpar. Neste meio tempo, decodificar a história escrita nos meios de comunicação e produzida por

conglomerados interessados passa a ser uma das tarefas para se decodificar a memória que se quer identificar e refletir.

---

[i] Jorge Furtado. *Um Astronauta no Chipre.*Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.
[ii] Filme de Eduardo Coutinho, lançado em 1984.
[iii] Jorge Furtado, op.cit., pg 7.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PELAS REVISTAS PERIÓDICAS

Márcia Elisa Teté Ramos (UEL)

Devido ao tema de meu projeto de doutorado apresentado no início deste ano (2005) na Universidade Federal do Paraná, linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, intitulado *"A disciplina histórica escolar na Revista Nova Escola: 1986-2002"* houve a necessidade de fazer um levantamento buscando os fundamentos teórico-metodológicos que geralmente sustentam as pesquisas que tomam os periódicos educacionais como fonte documental.

Como referência aos primeiros trabalhos sobre o tema, pelo que pude averiguar de maneira geral, vários autores brasileiros tomam Maurits de Vroede, que investiga as revistas belgas dos séculos XIX e XX (1987), Pierre Caspard que elenca revistas francesas do século XVIII a 1940 (1988), Giorgio Chiosso que destaca as revistas italianas da segunda metade do século XVIII (1992) e António Nóvoa que toma a imprensa de educação e ensino portuguesa, séculos XIX e XX (1993). Nessa fase inicial de pesquisa sobre periódicos pedagógicos, destaca-se a tendência "positivista" de tomar períodos muito amplos, realizando uma espécie de catalogação das revistas, classificando-as, descrevendo-as, mapeando seus temas e editoras. Mas deve ser observado que esses trabalhos que localizam, organizam e sistematizam uma vasta produção de periódicos educacionais também são fundamentais para que se oportunize aos pesquisadores o acesso a tais fontes, e nem todos os pesquisadores se restringem apenas à organização de fontes documentais: particularmente Pierre Gaspard e António Nóvoa, apesar de lidarem com períodos extensos, buscam tanto organizar/classificar quanto analisar as revistas pedagógicas.

Para António Nóvoa, os impressos educacionais constituem um *corpus* documental essencial para a História da Educação, capazes de apresentar a multiplicidade e diversidade do campo educativo no seu movimento histórico. Argumenta que a análise dos periódicos *"permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema mas também no*

plano micro da experiência concreta" (NÓVOA, 2002, p.11) e que devido às características próprias da imprensa, ou seja, a proximidade em relação ao acontecimento, lhe confere o estatuto único de perceber a cultura pedagógica de uma época.

Segundo Denice Bárbara Catani, na revista *Educação* de 1929, publicada em São Paulo, Carlos da Silveira já buscava sistematizar informações sobre a imprensa periódica nacional, principalmente as do final do século XIX. Até aquele momento cinco publicações especializadas oficiais para professores já havia circulado ou estavam circulando, e mais oito de iniciativa privada. Seu estudo "inaugural" funcionava de modo ensaísta e a pesquisa acadêmica sobre as revistas educacionais começa a se fortalecer somente a partir de aproximadamente 1990 (CATANI, 1996).

As pesquisas que em âmbito nacional que podem ser consideradas iniciais em relação às revistas periódicas não tomam grandes períodos, geralmente se analisando uma revista ou um conjunto de revistas de curto espaço de tempo ou de determinada localidade. Entre tais trabalhos pode-se destacar: Marisa Duarte que analisaria a revista Educando da Associação de Professores Primários do Estado de Minas Gerais de 1940 a 1945 (1988); Denice Bárbara Catani que escreveria sua tese de doutorado sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo (1989) e Raquel Pereira Gandini que faria seu doutoramento sobre a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1944 a 1952 (1990).

Denice Bárbara Catani lembra que desde a ANPEd de 1992, se afirmava a necessidade de sistematizar informações sobre as revistas e desenvolver trabalhos a partir da imprensa periódica norteando-se por duas diretrizes: 1) estabelecer uma história serial e repertórios analíticos das revistas, registrando seu ciclo de vida, recorrências temáticas e 2) realizar um estudo "interno" das revistas que daria a dimensão do funcionamento e estruturação do campo educacional (CATANI, 1996, p.117-118).

Seria na 16ª reunião anual da ANPEd em 1993, que a História da Educação através das revistas periódicas de educação apresenta-se de forma mais consolidada. No Banco de Dados da ANPEd, quinze trabalhos sobre revistas foram apresentados até 1997, onde predominam estudos de

revistas oficiais de associações ou órgãos governamentais. A grande maioria destes escritos, embora tenha elegido uma fonte diferente das convencionais, limitam-se à classificação, tiragens, temas mais trabalhados, descrição, ciclos de vida, etc., ou conferem às revistas educacionais o lugar do discurso do Estado (CATANI; FARIA FILHO, 2002). Sobre a *Revista Nova Escola* (RNE), alguns pesquisadores a entendem como uma espécie de "representante direto" das políticas educacionais, bem como objeto midiático que teria o poder de manipular o receptor/professor. Seria um enfoque que muitos denominam "reprodutivista", já que as revistas educacionais então "reproduziriam" os interesses dos governantes. Entretanto, a nosso ver, não são todas as análises que estabelecem relações entre uma revista educacional e as políticas públicas que podem ser pensadas sendo "tradicionais" diante do uso agora mais recorrente da Nova História Cultural na História da Educação. No caso da RNE, podemos destacar Martha Lourenço Vieira (1995), Leda Aparecida Pedroso(1999) e Gina Glaydes Guimarães de Faria (2002) que nos trazem importantes contribuições no que diz respeito às interlocuções entre esse periódico e o espaço político-educacional.

Em paralelo com uma escrita designada "positivista" ou "reprodutivista" ainda presentes, se buscarão novas abordagens, tomando principalmente Roger Chartier e Michel de Certeau como referenciação, assim como Foucault para se trabalhar o discurso presente nas revistas educacionais. Martha Lourenço Vieira mudará o foco de sua pesquisa acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo no campo da História da Educação com "*O Trabalho do Autor na Construção do Leitor na Revista Nova Escola*", ou seja, da ênfase das políticas educacionais para o discurso como "modo de endereçamento" elaborado para criar "efeitos de verdade" (VIEIRA, 1998).

Afrânio Catani, Decice Catani e Gilson Pereira apresentam um trabalho na 23ª Reunião Anual da ANPEd posteriormente publicado na Revista Brasileira de Educação concluindo que Pierre Bourdieu seria mencionado em 67% dos artigos pesquisados. Seguindo Chartier, sobretudo o conceito de "apropriação", esses autores analisam como os artigos brasileiros sobre periódicos educacionais, em especial de vertente marxista, interpretam ou citam Bourdieu, na maior parte das

vezes atribuindo a este um pensamento bem diferente do seu sentido original (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2001).

Por sua vez, Bourdieu seria utilizado (apropriado) de forma diferente em pesquisas vinculadas à Nova História Cultural sobre periódicos educacionais. Como por exemplo, Ana Clara Bortoleto Nery, ao tomar o conceito de "campo" para mostrar os embates, a busca de um discurso legitimador de propostas educacionais em três revistas publicadas em São Paulo no período de 1922-1931: a Revista da Sociedade de Educação, a Revista Escolar e a Revista Educação (NERY, 1999).

Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho, os estudos em História da Educação pós-1990 sofreram influência da Nova História Cultural, e os pesquisadores foram deslocando seu olhar, dos modelos pedagógicos (leis, regulamentos, preceitos, doutrinas ou sistemas pedagógicos) para os usos diferenciados que se faz dos objetos ou modelos culturais. Associada a essa noção, a autora perspectiva os impressos como objeto de investigação que podem ser vistos como *"dispositivo de normatização pedagógica mas também como suporte material das práticas escolares"* trazendo as marcas tanto de sua produção quanto de seus usos (CARVALHO, 2003, p. 272). Desta forma, os conceitos de Michel de Certeau de "estratégia" e "tática" seriam importantes para compreender as revistas, como dispositivos de imposição de saberes e normatização de práticas correspondentes ao seu lugar de poder (estratégia), e a produção de sentido que se faz a partir de sua utilização (apropriação ou tática). Uma utilização que dependerá de determinados códigos culturais partilhados (representações) que definem comunidades distintas de usuários (idem, p. 273), por isso "*determinar as estratégias políticas, pedagógicas e editoriais que produziram e fizeram circular um impresso é condição necessária mas não suficiente para se dar conta dos usos que dele são feitos"* (Idem, p. 278).

Percebi que em torno de Marta Maria Chagas de Carvalho, configurou-se, através de suas orientações em programas de pós-graduação, um grupo interessado em trabalhar os periódicos educacionais adotando as novas abordagens da História Cultural. Entre vários pesquisadores cito Maria Helena Camara Bastos (1994), Andréa Lopes Dantas (2001), Maurilane Souza Biccas (2001) e

Antônio Donizetti Sgarbi (2001), que tomaram como objeto as revistas educacionais para além de suas teses de doutorado. Quanto ao meu objeto (mas sob outra problemática e abordagem), Maria Lúcia Marrone, com orientação de Marta Carvalho analisará a *Revista Nova Escola* do período de 1986-1995 em tese de doutoramento defendida em 2003.

Em relação ao presente levantamento realizado, aponto de forma breve algumas questões:

1) *quanto ao recorte temporal*. O século XIX é pouco trabalhado no que diz respeito às revistas, mesmo que a primeira revista pedagógica date de 1872 *"A Instrução Pública"*. Maria Helena Bastos realiza um levantamento de revistas de 1808 a 1944, que se não fossem necessariamente pedagógicas, de alguma forma discorriam sobre educação e ensino. Estas revistas são pouco trabalhadas porque nem todas foram conservadas (jornais, revistas e livros didáticos se caracterizam por serem descartáveis) e muitas circularam por pouco espaço de tempo (BASTOS, 2002). A primeira metade do século XX é privilegiada nas pesquisas, em especial as revistas ligadas à Associação Brasileira de Educação e ao movimento da Escola Nova, pois estas traduzem um amplo debate educacional, o processo de escolarização no Brasil, a discussão dos intelectuais sobre os rumos da escola em correlação com aos rumos da sociedade. Os periódicos educacionais de um passado recente são pouco trabalhados, e talvez pelo fato de que os historiadores (não só os historiadores da educação) entendam que a chamada História do Tempo Presente não faria parte da história enquanto campo de conhecimentos, mas da antropologia, da sociologia, da psicologia ou até mesmo do jornalismo. Essa perspectiva pode ser considerada como herdeira da idéia de que o trabalho do historiador corresponderia em decifrar o passado através dos documentos, e que, portanto, estes, somente depois de arquivados poderiam ser interpelados. Também persiste a noção de que, para garantir sua objetividade, o historiador deveria guardar um distanciamento temporal sobre o acontecido, visto que, analisando sua própria época, estaria necessariamente com ela comprometido. Embutida nesse modelo historiográfico estaria a noção de que se deve pesquisar o surgimento, auge e desfecho de um momento histórico, porém, como o pesquisador do presente/contemporâneo estaria no interior deste movimento, não teria como antecipar o desenlace do seu tempo.

2) *o "lugar" de produção das pesquisas*. Percebi que as pesquisas relacionadas às revistas educacionais não se localizam no campo da História, mas do campo da Educação, correspondendo ao fato de que as *"chamadas ciências da educação"* vêm consolidando *"seu estatuto de saber historiográfico especializado"* (CARVALHO, 2003, p. 268) e que, de outro lado, permanece certo "desvalor" da História quanto à educação e ao ensino. Entretanto, quando se trata de periódicos contemporâneos os estudos se localizam nos chamados Estudos Culturais. Estes defendem a multireferencialidade em termos teórico-metodológicos, no entanto costumam utilizar-se com mais freqüência de Michel de Foucault. Quanto à RNE, por exemplo, Norma Marzola examina o discurso da revista quanto à alfabetização, compromissada com a corrente didático-pedagógica construtivista tida como a mais "científica" e "moderna" (MARZOLA, 2000). Marisa Vorraber Costa reflete sobre o discurso da revista sobre a profissão do magistério em que se atribui à professora qualidades relacionadas ao que se pensa como sendo naturais do gênero feminino (COSTA, 2000). Como Norma Marzola, Costa também utilizará da noção foucaultiana de "regimes de verdade", para mostrar como a revista tem poder de narrar o outro, de fabricar sua identidade, de subjetivá-lo.

3) *o estudo da história das disciplinas escolares*. Na redefinição do campo da História da Educação, os estudos sobre história das disciplinas escolares vêm crescendo, pautando-se no objetivo de "*identificar a gênese e os diferentes momentos históricos que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e descontinuidades no processo de escolarização*" (BITTENCOURT, 2003, p. 15). Mas constatei que a história de disciplinas específicas não é destacada das revistas educacionais, excetuando a disciplina de "Educação Física", enquanto que outras disciplinas, inclusive a da História (objeto de minha pesquisa) foi investigada por apenas um trabalho, já mencionado, de Maria Lúcia Marrone.

4) *sobre a "apropriação" e a "cultura escolar"*. As pesquisas atuais buscam discutir a cultura escolar, como o cotidiano escolar reelabora, assimila ou transgride saberes provindos de outras instâncias, mas dificilmente chegam a enfocar como as revistas pedagógicas especializadas ou aquelas destinadas a um grande público (como a RNE) podem interferir (ou não) neste cotidiano.

Embora tenha se banalizado o conceito de “apropriação” ou “tática”, raramente se recorre a outras fontes documentais que possibilitem dar conta dos usos que se faz de uma revista pedagógica. Ao tratar da contemporaneidade, serve-se pouco da História Oral, ou seja, não se busca apreender pelo próprio professor como este se “apropria” de um periódico educacional.

5) *revistas especializadas e revistas da grande circulação.* As pesquisas, de modo geral, se circunscrevem àqueles periódicos educacionais especializados, destinados ao público acadêmico (docentes e discentes), ou seja, escritos pelos acadêmicos para acadêmicos. Os periódicos que podem ser compreendidos como integrantes da “cultura de massa” são escassamente pesquisados, como se estes, resguardando-se a peculiaridade de seus objetivos, destinação, produção e circulação, não nos pudessem fornecer um material que possibilite a investigação sobre a história do campo educacional: informações sobre como é ou prescrições sobre como deveria ser o trabalho do professor; o que se entende como “moderno” em termos de métodos e conteúdos das disciplinas específicas; as tendências didático-pedagógicas privilegiadas; o projeto político embutido nas propostas pedagógicas...

O presente texto expõe um levantamento preliminar que auxiliaria minha pesquisa, desta forma não foi intenção esgotar a totalidade dos artigos, livros, dissertações e teses sobre o assunto, contudo, pude concluir que a história dos periódicos educacionais ainda seria uma vasta área para possíveis investigações, considerando novas/diferentes abordagens e problemáticas, bem como períodos ainda não trabalhados.

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Maria Helena Câmara. Apêndice – a imprensa Periódica Educacional no Brasil: de 1808 a 1944. in CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.) *Educação em Revista*. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

_____ *O novo e o nacional em revista:* A Revista do Ensino (1939-1942). Tese de doutorado. USP, 1994.

BICCAS, Maurilane Souza. *O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais*: o caso da Revista do Ensino (1925-1940). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares; história e pesquisa. In TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus. Aurélio; RANZI, Serlei Maria Fischer, (Orgs.) *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *A escola e a república e outros ensaios.* Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson R. de M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. *Revista Brasileira de Educação*. mai/jun/jul/ago, n. 17, p. 63-85, 2001.

CATANI, Denice Bárbara. A Imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*. n. 10, v. 20, p. 115-130, jul/dez, 1996.

_____. *Educadores à Meia-Luz:* um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1902-1919. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da USP, 1989.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas na GT História da Educação na ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação.* n. 19, p. 113-128, jan/fev/mar/abr. 2002.

COSTA, Marisa Vorraber. Mídia, magistério e política cultural. In COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) *Estudos culturais em educação:* mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

DANTAS, Andréa Lopes. *A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.* Tese de Doutorado. PUC-SP, 2001.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. *O trabalho de Ensinar*: pedagogia para professoras. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1988.

FARIA, Gina Glaydes Guimarães. *Nova Escola: um projeto político-pedagógico em andamento (1986-2000.)* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2002.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho. *RBEP (1944-1952):* Intelectuais, Educação e Estado. Tese de Doutoramento. Faculdade de Educação da UNICAMP, 1990.

MARZOLA, N. Os sentidos da alfabetização na revista Nova Escola. In COSTA, Marisa Vorraber (Org.) *Estudos culturais em educação:* mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

MORRONE, Maria Lucia. *Revista Nova Escola:* discursos, representações e prescrições pedagógicas no ensino da História 1986-1995. Doutorado em Educação, PUC-SP, 2003.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo*: embates no campo educacional. USP, 1999.

NÓVOA, António. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e recepção do repertório português. In CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.) *Educação em Revista.* A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

PEDROSO, Leda Aparecida. *A Revista Nova Escola: política educacional na "Nova República".* Tese de Doutorado. Faculdade de Educação UNICAMP, 1999.

SGARBI, Antonio Donizetti. *Bibliotecas Pedagógicas Católicas*. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2001.

VIEIRA, Martha Lourenço. *Construtivismo: a prática de uma metáfora:* forma/conteúdo do construtivismo em Nova Escola. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação UFMG, 1995.

_____ O trabalho do autor na construção do leitor na revista Nova Escola. In: MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris Salete Ribas. (Org.) *Leituras do professor*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

AS CONCEPÇÕES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO SOBRE EDUCAÇÃO DA MULHER (1922-1979)

Nailda Marinho da Costa Bonato - UNIRIO

Segundo Soihet houve uma grande reviravolta nos estudos históricos nas últimas duas décadas, com as preocupações se voltando para as "temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse", surgindo às mulheres como objeto de estudo. Nesta perspectiva, foi fundamental a história cultural "preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns". Dessa forma, prossegue ela – "Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história".[1]

No campo da educação Cambi entende que, a partir dos anos oitenta "a pedagogia foi atravessada por um feixe de 'novas emergências', novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais". Para esse autor, entre essas novas orientações político-culturais, temos os movimentos femininos iniciados ainda no século XIX, visando buscar o resgate social e a afirmação política das mulheres, "reclamando o voto, a instrução, as tutelas sociais para o trabalho feminino e a maternidade puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do 'gênero' ".[2]

A questão da educação das mulheres tem ocupado, principalmente a partir da década de noventa, uma posição relevante no conjunto dos temas relacionados à educação no Brasil. Para se pensar a educação feminina no presente se faz necessário ir ao passado visando compreender como as mulheres e sua forma de inserção na instituição escolar e na sociedade foram se modificando ao longo do tempo. Isso nos leva a buscar o lugar de sua própria participação nesse processo, tendo em vista a sua história de luta política reivindicatória por direitos sociais e garantias individuais. Como nos ensina Le Goff precisamos "estar atentos às relações entre presente e passado, isto é, compreender o presente pelo passado, mas também compreender o passado pelo presente..."[3]. Sobre a história do movimento feminista brasileiro, sua relação com a trajetória de inserção das

mulheres na sociedade e nesse espaço oficial chamado Escola e seus reflexos nos dias de hoje pouco ou nada se tem. Visando preencher um pouco dessa lacuna, tomamos como objeto de estudo – "As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação da mulher"**.**

A pesquisa tem como objetivo analisar o ideário educativo defendido pela Federação relativo à educação das mulheres, entendendo-a como expressão significativa do movimento feminista brasileiro; e como fonte privilegiada o Fundo[4] Federação Brasileira pelo Progresso Feminino contido no acervo do Arquivo Nacional[5]. É balizada pelas seguintes indagações: quais foram os motivos de criação da Federação? Qual era o seu ideário educativo, tendo em vista se constituir expressão significativa na história do movimento feminista brasileiro? Quais as razões históricas, políticas, econômicas, sociais, ideológicas geradoras de suas concepções sobre a educação e instrução das mulheres? Quais as transformações sofridas no pensamento educacional da entidade no percurso de sua existência, assim como os seus motivos? Em sua trajetória de luta, quais as suas contribuições para o acesso das mulheres a uma maior escolarização e inserção social? A Federação teve influência nas políticas públicas instituídas visando à educação feminina?

Entendemos o Fundo FBPF como uma fonte primordial[6] que encerra múltiplas possibilidades de pesquisa, pela sua variedade de espécies documentais e pelas possíveis temáticas que podemos nele encontrar para estudo. Há uma variedade de espécies documentais produzidas e acumuladas no percurso de existência da Federação ainda não exploradas, pelo menos no campo da educação, que nos leva a pensar a participação dessa entidade nas questões postas à educação feminina e suas repercussões seja no âmbito oficial do sistema educacional, seja na sociedade em geral. Boletins de divulgação, estatutos da entidade, livros de atas, cartas, bilhetes, relatórios, recortes de jornais e revistas, fotografias, discursos, entrevistas, artigos, além de documentos pessoais de Bertha Lutz,[7] pioneira das lutas feminista brasileira e a sua mais conhecida representante, tais como: curriculum vitae, passaporte, título de eleitor, dados biográficos, entre tantos outros, nos apontam e nos ajudam a pensar as concepções sobre educação feminina daquela

agremiação associativa, suas idéias, divergências e confluências. Destaca-se um significativo conjunto de aproximadamente 98 imagens fotográficas referentes às suas atividades e de suas associadas e a documentação referente a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino[8] ocorrida no Rio de Janeiro, em 1922, ano de fundação da Federação[9].

A pesquisa é norteada por dois caminhos, porém não excludentes: a análise documental e a pesquisa bibliográfica. Como estratégia metodológica inicialmente está sendo feito um levantamento, seleção, identificação e descrição em todo o Fundo arquivístico das fontes (escritas e imagéticas) que trazem a questão da educação, considerando o período de estudo proposto. Este procedimento vem tornando necessária a busca de novas fontes no Arquivo Nacional e em outras instituições de memória, visando cruzar a leitura da documentação em foco com essas outras fontes, para se ter um corpus de interlocução para a compreensão do problema. Ciro Flamarion Cardoso[10] ao discutir o uso de *novas* fontes como recurso histotiográfico entende que qualquer que seja o tipo de fonte usada, deve ser confrontada com outras fontes e aplicável a qualquer tipo de fonte, seja escrita ou imagética, *tradicional* ou *nova.* Se faz necessário o cruzamento de várias fontes para se entender o objeto de estudo no qual está se trabalhando, sendo a interpretação dos dados coletados por parte do historiador de fundamental importância, pois os documentos "não falam por si", como nos diz de Decca "os historiadores obrigam que eles falem, inclusive, a respeito de seus próprios silêncios."[11]

Esta pesquisa está no seu estágio inicial, por isso o que apresentamos no momento são apenas notas, uma comunicação, não contendo ainda uma reflexão aprofundada do conteúdo encontrado. Através das fontes, estamos tentando resgatar a memória de parte do pensamento feminista brasileiro, que tomou forma nas primeiras décadas do século XX, pertinente à educação e instrução da mulher brasileira, buscando através das leituras dos documentos também compreender a tessitura em que as concepções se forjaram e o contexto histórico-social em que se desenvolveram.

A década de vinte é de grande efervescência cultural e política, marcada por insatisfações e pela busca de soluções para os problemas existentes no Brasil como, por

exemplo, a corrupção presente no sistema eleitoral vigente e o flagelo do analfabetismo. Movimentos como o Tenentismo, o Modernismo, a criação do Partido Comunista Brasileiro, o crescimento do Feminismo são marcos desse momento.[12] Conforme Araújo, na capital, os ideais de emancipação feminina ressoam influenciados pelos movimentos feministas europeus e americanos, "a produção cultural, o comportamento social e a moda tentam seguir os modelos dos países considerados avançados".[13]

Com sede no Rio de Janeiro então capital do país, a Federação presidida por Bertha Lutz, contava com um material de divulgação de suas idéias, principalmente na capital lócus privilegiado de manifestações sócio-políticas culturais. Após estudos na Europa, a bióloga de volta ao Brasil, em 1918, então com 24 anos, lutou fervorosamente pela emancipação feminina no sentido de que fossem devidamente reconhecidos os direitos da mulheres como pessoas humanas e membros ativos da sociedade. Com este objetivo criou em 1919 a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher; dessa iniciativa também tomou parte a professora e escritora Maria Lacerda de Moura que por divergências de idéias acabou se afastando do grupo.[14] Posteriormente passou a denominar-se Liga pelo Progresso Feminino. A adesão de mulheres de outros estados às idéias da entidade, provocou a formação da Federação das Ligas pelo Progresso Feminino que, em 19 de agosto de 1922, após a participação de Bertha Lutz, na Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, Estados Unidos, se tornaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, uma referência do movimento feminista brasileiro na primeira metade do seculo XX. [15]

Organiza a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino, também presidida por Bertha Lutz, naquele mesmo ano. A Conferência[16] teve como tese geral: "A colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher no bem social e aperfeiçoamentos humanos". As teses[17] apresentadas no evento foram as seguintes: 1)"As funcções do magistério público primeiro devem ser privativas das mulheres em todos os graos? Qual a colaboração que podem ter os homens? " 2)"O ensino primário deve ser obrigatório? Desde que idade a criança deve receber a educação proporcionada pelo Estado? As escola e classes maternais. Os Jardins da infância. É recomendável em todas as idades a co-

educação dos sexos? No caso negativo, em que idade deve cessar? 3) “Deve ser facultado o ingresso às mulheres em todos os cargos civis de ensino superior e secundário? Nos aludidos cursos deve haver seções especiais para as alunas ou, ao contrário, devem elas freqüentar as aulas e exercícios escolares juntamente com os rapazes? Na hipótese do ensino simultâneo dos sexos há necessidade de providencias administrativas para resguardar a boa ordem e a disciplina? Nos casos afirmativos, quais são elas? O incentivo ao ensino doméstico nas escolas femininas segundo o “os mais modernos modelos americanos e europeus” e o franqueamento das escolas de nível secundário e superior às mulheres, como era o caso do Colégio Pedro II de ensino secundário destinado exclusivamente aos meninos, eram reivindicações colocadas ainda passíveis de análise e reflexões mais profundas de nossa parte.

Cabe sinalizar que, na Comissão de Educação e Instrução[18], a discussão foi fervorosa ficando claro que as conclusões não correspondiam ao pensamento de todas as suas associadas. A título de exemplo, trazemos aqui parte da discussão travada quanto à função e a formação para o magistério primário. São significativas as proposições defendidas pela diretora da Escola de Aplicação, uma das representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. Defende que a Escola Normal deve ser exclusivamente destinada ao sexo feminino por ser a mulher mais apta para a função pelas características que apresenta por natureza: meiga, paciente, dócil, maternal, afetiva, entre outras. Enquanto os meninos cursavam o ensino secundário, visando o acesso aos cursos superiores a maioria das moças cursava a Escola Normal destinada “a profissionalização e/ou ao preparo para o lar.”[19]

A proposição é contestada pela delegada do Espírito Santo argumentando que embora reconheça possuir a mulher “muito mais que o homem sentimentos affectivos, paciência e astúcia pa. comprehender a alma da criança e educal-a, não se sinta deslocada, ao sahir do seio da família pa. a escola”, há a necessidade de rapazes no ensino primário considerando que a instrução primária não é oferecida apenas nas capitais, onde a criança já tem uma vivência com a civilização, mas também nos sertões. Estes são locais onde a

comunicação é muito mais difícil sendo mais fácil aos homens “penetrar pa. civilisar” os filhos daqueles que vivem afastado da civilização e em pleno analfabetismo. Para ela, esta árdua tarefa é mais apropriada aos homens do que às mulheres. Também entende que o rapaz que não dispõe de recursos para pagar a matrícula dos Ginásios pode cursar a Escola Normal, em vez de se limitar apenas à instrução primária, sendo contraditório fechar as portas da Escola Normal aos homens se a entrada das mulheres no Colégio Pedro II e em outros cursos superiores era reivindicada naquele fórum de discussão. Mesmo com o acalorado debate a conclusão tirada para constar nos Anais foi a seguinte: “As funções do magistério publico primário devem ser privativas das mulheres em todos os graos. A colaboração dos homens deve ser subsidiaria.” Quanto ao Colégio Pedro II, fundado em 1837[20], a entrada de meninas só foi efetivamente concretizada em 1927.[21] A presença feminina no Colégio representou de uma certa maneira o atendimento de uma das reivindicações das camadas médias e de parte do movimento feminista constituído naquela década.

É importante sinalizar que a Conferência contou com a presença do Diretor da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal Antonio Carneiro Leão (1922-1926), como membro da Comissão de Educação e Instrução, nacionalista identificado com a crença no poder da Educação como meio capaz de vencer as grandes mazelas sociais (o analfabetismo e as doenças que assolavam a cidade do Rio de Janeiro e o país) e implementar as bases do novo: um novo país, uma nova cidade, um novo homem, uma nova educação. E também com várias diretoras e professoras representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e várias outras professoras representantes de outras unidades federativas assim como filiadas a Federação.

O II Congresso Internacional Feminista só vai acontecer nove anos depois, e de novo no Rio de Janeiro, em 1931, cujo levantamento documental estamos fazendo no momento. É de se destacar que encontramos, entre outros documentos, uma reportagem do *Diário Carioca*, pois os eventos mereceram uma massissa cobertura da imprensa escrita, pelo que podemos observar até o momento, registros fotográficos da mesa à visita das conferencistas

ao Colégio Pedro II, no momento do uso da palavra por parte de Ivone Monteiro da Silva, primeira aluna matrículada no Colégio em 1926, e da congressista Maria de Andrade, delegada de Sergipe.

O Fundo Federação nos proporciona múltiplas fontes, possibilitando estudos interdisciplinares, nos interessando as concepções daquela entidade pertinentes à educação das mulheres. Acreditamos ser esse trabalho de pesquisa uma contribuição para se pensar a trajetória da Federação e sua relação com a educação das mulheres hoje, que não se esgota em si mesmo, pois, ao ser exposto, abre múltiplas possibilidades de discussão, o que dá o tom da pesquisa e da produção acadêmica.

---

[1] **SOIHET**, Rachel. História das mulheres. In. **Domínios da história**: **ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp.275-296.

[2] **CAMBI**, Franco. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999. (Encyclopaidéia). p.638.

[3] LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 34.

[4] Termo aqui usado de acordo à definição dada pelo **Dicionário de terminologia arquivística**, a saber: "Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras". p.40. Publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo coordenado por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, 1996.

[5] Documentação encontrada no Arquivo Nacional quando desenvolvia a pesquisa para a tese de doutoramento. Nailda Marinho da Costa. **A Escola Profissional para o sexo Feminino através da imagem fotográfica**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003. (Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de História, Filosofia e Educação, da Unicamp-SP).

[6]José Honório Rodrigues, divide as fontes em primordiais e secundárias, porém, como nos diz, sem ter nenhuma regra rígida para essa classificação. Para ele o "historiador conserva a inteira liberdade de decidir, de conformidade com os princípios das disciplinas auxiliares e da critica histórica, qual fonte deve ser considerada primordial e qual secundária". O importante é que essa liberdade do historiador deve ser balizada por alguns critérios, tais como: é a "fonte primordial que deva ter preferência e autoridade sobre as outras" (p.143) RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1978. (Brasiliana: Série grande formato; v.20)

[7]Bióloga graduada pela Universidade da Sorbonne, nomeada em 1919 para alto cargo no Museu Nacional. Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo – SP no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico-cientista Adolfo Lutz. A trajetória de Bertha se confunde com a própria trajetória da Federação. Seu pensamento é expresso, por exemplo, nos textos publicados nos *Boletins* daquela Entidade. Bióloga graduada pela Universidade da Sorbonne, nomeada em 1919 para alto cargo no Museu Nacional.

[8] Sinalizamos que a bibliografia sobre Bertha Lutz e a Federação se refere a este evento como "1º Congresso Internacional pelo Progresso Feminino"; aqui estamos usando a denominação "Conferência" tal como encontrada nos originais do Arquivo da Federação. Entretanto, conforme os documentos em 1931 ocorre o "2º Congresso Internacional pelo Progresso Feminino"

[9] Criada por um grupo de mulheres de classe média e de alta escolaridade, a entidade tinha como membros de sua diretoria: Bertha Lutz; Stella Durval; Jeronyma Mesquita; Cassilda Martins; Esther Ferreira Vianna; Evelina Arruda Pereira; Berenice Martins Prates. No Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrad**o**, encontramos verbetes de algumas dessas mulheres, a saber: Bertha Lutz (ver p. 106-112); Stella Durval (ver p. 502); Jeronyma Mesquita (ver p. 290-291); Evelina Arruda Pereira (ver p. 214-215). Mantivemos os nomes grafados como aparecem no documento original. Também encontramos um verbete referente à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF (ver p. 217-225). SCHMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até atualidade biográfico e ilustrado.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. pp.106-112. Já foram encontradas no acervo correspondências entre as duas ativistas

[10]CARDOSO, Ciro Flamarion S. Iconografia e história. In. ***Resgate*: revista interdisciplinar de cultura do**

Centro de Memória Unicamp. Campinas, SP: Papirus, 1990. p.11

[11] DE DECCA, Edgar Salvadori. "Narrativa e história". In. SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (Orgs.) **História e historiografia da educação: o debate teórico-metodológico atual.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR,1998. 17-25. (Coleção Educação Contemporânea) p.23.

[12] Cf. NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República***.* São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. E SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Anped; Campinas-SP: Autores Associados, set./out./nov./dez./2000, n.15, pp.97-117.

[13] **ARAÚJO,** Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer***:* a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p.72

[14] Conforme o **Dicionário de mulheres**, mudando-se para São Paulo "ficou indignada ao se deparar com as condições de vida do proletariado paulista. Abandonou, então, o discurso ameno e reformista do grupo ligado a FBPF e optou por maneiras mais contundentes de atuar politicamente, envolvendo-se intensamente com o movimento operário anarquista." Assumindo a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres de São Paulo e Santos. (p. 399).

[15]SCHMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (Orgs.), op. cit. , pp.106-112.

[16]Como delegada de honra Mrs. Carrie Chapman Catt, Presidente Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e da Associação Pan-Americana de Mulheres. Participaram também algumas Associações, entre elas a Liga de Professores, a Cruzada Nacional Contra a Tuberculose, o Centro Social Feminino, a Cruz Vermelha, a Legião da Mulher Brasileira, a União dos Empregados no Comércio. Representantes de vários estados da federação, como: Pernambuco, Paraíba, Bahia e Sergipe, Pará, Santa Catarina, Amazonas, Espírito Santo e também do Distrito Federal. E diversos colaboradores, entre eles: Dr. Estácio Coimbra, Senadores Lauro Muller e Lopes Gonçalves, Deputados José Augusto e Tavares Cavalcanti, Dr. Fernando de Magalhães, Dr. Moncorvo Filho, Dr. P. Fontenelle, Dr. Evaristo de Moraes, Dr. Affonso Bandeira de Mello. Foram instituídas as seguintes Comissões: Educação e instrução, Legislação do trabalho, Assistência às mães e a infância, Direitos civis e políticos, Carreiras e profissões apropriadas a serem franqueadas ao sexo feminino, Relações Pan-Americanas e Paz.

[17] Mantivemos a escrita original dos documentos.

[18]Composta por: Esther Pedreira de Mello, Benevenuta Ribeiro, Diretora da Escola Profissional Feminina Rivadavia Correa, Maria Xaltrão Gaze, Diretora da Escola de Aplicação, delegadas da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, Corina Barreiros, Maria Adelaide Quintanilha e Brites Soares pela Federação, Carmem de Carvalho e Anna Borges Ferreira pela Liga do Distrito Federal, Branca Canto de Mello pela Liga Paulista pelo Progresso Feminino, Carneiro Leão, Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e os Deputados José Augusto e Tavares Cavalcante.

[19] E SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Anped; Campinas-SP: Autores Associados, set./out./nov./dez./2000, n.15, pp.97-117.

[20] De acordo com Escragnolle Doria (1939), professor emérito, em sua obra **Memória histórica do Colégio Pedro Segundo,** uma publicação comemorativa do 1º centenário daquela instituição escolar, em 2 de dezembro de 1937, o Colégio teve origem no Seminário São Joaquim. A proposta de reorganização desse Seminário ocorreu na Regência de Pedro de Araújo Lima, o Marques de Olinda, sendo Ministro da Justiça e Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos. Através do Decreto de 2 de dezembro de 1837 o Seminário foi batizado de "Collegio de Pedro Segundo". A data foi escolhida de propósito por conta da passagem natalícia do Imperador Pedro II. A inauguração aconteceu em 25 de março de 1838.

[21] No ano anterior, em virtude de uma interpretação dada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino a um dispositivo do decreto n. 16.782A, permitiu-se que no Externato ingressasse uma aluna de nome Yvonne Monteiro da Silva, iniciando seus estudos no ano seguinte. Isso abriu precedente para outras matrículas. Então, naquele ano de 1927, encontramos matrículadas no Externato 27 (vinte e sete) meninas e 717 (setecentos e dezessete) meninos. Porém, em 1882, já encontramos algumas poucas matrículas de meninas no conceituado Colégio. Conforme Escragnolle Dória (1939, p.170), a abertura do ano letivo de 1883 no Externato seria marcado por uma novidade. O Dr. Candido Barata Ribeiro, lente de medicina, requereu matrícula no 1º ano para suas filhas Cândida e Leonor Borges Ribeiro. Ocupava a Pasta do Império, o senador Pedro Leão Velloso, o qual por aviso de 22 de fevereiro de 1883 autorizou o reitor da Instituição a admitir no externato "alunas do sexo feminino", por não existir disposição legal proibitiva. Além das filhas do médico, aproveitaram-se da concessão Maria Julia Picanço da Costa, Olympia e Zulmira de Moraes Kohn. Mas, em 1889 as alunas são transferidas para estabelecimentos de ensino "próprios para o sexo feminino", voltando aquela instituição educativa a ser excluivamente para o sexo masculino até 1926.

Mulheres em armas:
memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro

NATALIA DE SOUZA BASTOS

Este trabalho é uma breve apresentação da pesquisa realizada no Núcleo de História Oral/ TEMPO/IFCS, no projeto Memórias de Esquerda em que entrevistamos ex-militantes de esquerda envolvidos no movimento de resistência contra o regime militar e que resultou na minha monografia de final de curso. Buscamos nesta pesquisa analisar, através de depoimentos orais, alguns aspectos da militância feminina em organizações de luta armada contra o regime militar brasileiro, no Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70 do século XX.

As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. Não se trata apenas da conquista de espaços significativos no mercado de trabalho e na universidade; é um processo marcado pela crescente conscientização e participação política da mulher. Sendo assim, temos um questionamento sobre os efeitos destas transformações na sociedade brasileira, assim como o funcionamento da família e o papel da mulher neste novo contexto.

Dentro desta perspectiva, discutiremos a relação entre mulher e política neste período, a partir de experiências de mulheres que transgrediram o código de gênero da época. O lugar da mulher era o espaço doméstico, e sua função dedicar-se ao marido e aos filhos. Ao homem estava reservado o espaço público e o comando da arena política. Adentrar o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se comprometerem com os grupos de esquerda, clandestinamente, para fazer oposição (em parceria com os homens) ao regime militar brasileiro[1].

Se na Europa e nos EUA o movimento feminista aparece destacadamente no início da década de 60, no Brasil isto ocorrerá somente a partir de meados dos anos 70, tendo como marco a publicação dos jornais *Brasil Mulher* em 1975 e *Nós Mulheres* em 1976. Esta defasagem temporal tem como causa dois discursos dominantes na época: o do regime militar e o da oposição a ele. No primeiro caso, temos o discurso da ditadura militar que se

apresenta como discurso oficial, tentando “moralizar” o país através de suas regras, não somente econômicas e políticas, mas também as de comportamento de cada cidadão brasileiro. Logo, as discussões de temas como a sexualidade feminina, divórcio e aborto eram consideradas promíscuas e atentatórias à moral e aos bons costumes. No imaginário das alas conservadoras de nossa sociedade, a pílula anticoncepcional era o símbolo maior desta leviandade para quais as jovens brasileiras estavam se dirigindo.

Já para as organizações de esquerda a problemática da condição feminina em nossa sociedade não tinha relevância nem espaço para discussões, não era tratada política ou teoricamente, quase todo o esforço estava para a derrubada do regime militar e concretização da revolução socialista.

A decisão de assumir a militância política em tais organizações (nos anos 60 e na primeira metade dos 70) expressa a vontade radical das mulheres de se entenderem enquanto protagonistas ativas da história. Os depoimentos demonstram que foi um ato de consciência que superava o simples repúdio à ditadura militar. As mulheres militantes buscavam a construção de uma sociedade mais justa.

Cabe-nos ressaltar que dentro de uma sociedade altamente masculinizada, não foram poucas as barreiras que essas mulheres, que ousaram desafiar o código vigente, enfrentaram. Constam de seus obstáculos a família, a sociedade, alguns membros das organizações e, obviamente, a força repressora. Certamente para muitas, a própria família era um grande impedimento, o que fazia com que escondessem a sua atividade. No que tange à sociedade, essa não via com bons olhos essa ousadia, e isso, por vezes, era motivo para que se projetasse uma imagem pejorativa sobre elas. O estigma de ser mulher e tomar para si atitudes que eram concebidas como condizentes apenas com o mundo masculino, muitas vezes também as colocava em situação desfavorável perante os companheiros de luta; alguns acreditavam que ao “sexo frágil” não poderiam ser dados papéis de comando, ou mesmo a participação em algumas atividades que requereriam a força e coragem masculina. Já para os órgãos de repressão o fato era mais grave ainda – como essas mulheres arrogam para si o direito de contestar a ordem vigente? Quem são elas? Por que

não estão em casa cumprindo suas obrigações? – além de serem culpadas pelas suas ações clandestinas, ainda causavam mais revolta por transgredirem o código de gênero[2]. Tal constatação se faz presente nas palavras de Elizabeth Ferreira: *"Não eram xingadas somente por serem 'terroristas'; eram duplamente desclassificadas por serem 'terroristas' e mulheres – infame combinação para os agentes da repressão"*.[3]

Os testemunhos das seis ex-militantes políticas entrevistadas, mesmo com as discordâncias e as diferenças que apareceram ao longo das declarações, convergem para um núcleo comum de significado que se refere ao contexto cultural e político da época. Neste se encontrava o ideal de revolução socialista partilhado por elas e que passa a inspirar o projeto de transformação da sociedade brasileira. Através destas histórias de vida tão diferentes entre si, nos deparamos, entretanto, com uma temática coesa e inconfundível: a trajetória de vida de mulheres que romperam com o seu papel social para se engajar em um projeto coletivo e os possíveis significados para suas vidas que tal escolha gerou.

A escolha de trabalhar com a experiência de mulheres que participaram da luta armada é por considerarmos relevante trabalhar com depoimentos de indivíduos que tiveram participação ativa no movimento de oposição ao regime militar brasileiro. Em especial, optamos analisar depoimentos dessas mulheres para dar destaque à especificidade da militância feminina neste período. Consideramos valioso o depoimento de mulheres que além de contestarem o regime político vigente, colocaram em questão, através de seus comportamentos, valores estabelecidos acerca do papel da mulher em nossa sociedade. *"A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão."*[4]

Logo, ao analisarmos a experiência de mulheres que tiveram envolvimento num projeto de esquerda que objetivava a derrubada do regime militar e a construção de uma

sociedade brasileira mais justa e igualitária, nos deparamos com a importância da articulação do enfoque de gênero com outras categorias como classe social, etnia, geração e posição ideológica. Estas questões vão delinear suas escolhas políticas e posicionamentos enquanto sujeitos históricos. Sob esta abordagem de gênero, temos a perspectiva de recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, procurando, entretanto, um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico. *"Assim ao se destacar que o social é historicamente construído, nele as experiências sociais feminina e masculina diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas."*[5]

Procuraremos neste trabalho compreender as nuanças da particularidade da militância feminina contra o regime militar através da análise das trajetórias de vida de seis ex-militantes que fizeram parte das organizações de esquerda armada durante a ditadura militar brasileira. O que perpassa nossa análise é o quão importantes foram tais atitudes, uma vez que as mulheres estavam alijadas do processo de participação política, até mesmo por uma questão de *status* sexual hierárquico que estabelecia e legitimava a desigualdade em vários aspectos, tais como os direitos, os deveres e os espaços de circulação e atuação. Ao abraçarem a causa coletiva, elas romperam com o seu papel social estabelecido e principalmente com o seu mundo cotidiano. No bojo deste processo foram quebradas normas e tabus, toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava de forma incisiva a vida da mulher brasileira neste período.

As entrevistas foram realizadas pelo Núcleo de História Oral do Laboratório dos Estudos do Tempo Presente (IFCS/UFRJ) no período de julho de 2002 a setembro de 2003. A memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução do passado nas condições do tempo presente, logo, é necessário apontar que, no período em que as entrevistas foram realizadas, o Brasil passava pela euforia das eleições presidenciais (com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva) e o primeiro ano de seu governo. Esta conjuntura marca o discurso de nossas ex-militantes, com expressões de esperança de um Brasil diferente,

com gosto de vitória de anos de dedicação à militância política[6] ou com decepções das primeiras medidas adotas pelo tão sonhado governo.

Embora as narrativas não estejam fixadas por desdobramentos de uma cronologia dada *a priori,* podemos observar um eixo que ordena a rememoração das trajetórias das depoentes, e que definimos como três momentos centrais de reconstrução da experiência política na vida dessas mulheres. Esses momentos estruturam nossa análise. São eles: o engajamento no projeto de esquerda, a militância clandestina e a reintegração à vida social legal.

Para cada momento, há tanto elementos de identificação como de divergência nos relatos dessas seis mulheres. O primeiro ponto de diferença já é demonstrado com as recordações da natureza do envolvimento político de cada uma. Nessa medida, a questão de suas origens ultrapassa a classificação sociológica de classe social, ao se estender a seus sistemas de referência, com a incorporação de dados pessoais tais como a organização familiar de cada uma delas (com sua articulação interna através das relações entre pais e filhos), formação religiosa, status intelectual e social (profissão dos pais e de outros membros do grupo e seu grau de prestígio), posição ideológica dessas famílias, com suas expectativas, visões e posicionamento em relação à realidade social e também em relação aos filhos e, finalmente, a qualidade de vida emocional e afetiva dessas famílias. Esses aspectos são de suma importância no caso de nossas depoentes, já que as modalidades e motivações da entrada na cena política são diferentes.

Além dos aspectos diferenciadores apontados na formação do caráter político de cada entrevistada, nos deparamos com os traços individuais de personalidade e de aspectos subjetivos dessas jovens naquela época. Assim, as motivações e as representações individuais dessas mulheres são contrastantes, ao mesmo tempo em que as motivações e as representações coletivas com as quais se identificaram as aproximam em outro nível.

A vida na clandestinidade proporciona ao indivíduo uma ruptura com o seu contexto cultural e afetivo. Na clandestinidade há uma reorganização da relação dessas mulheres

com o tempo, espaço e interação com outros companheiros e com a família. Neste sentido, a qualidade de vida que lhes é conferida exige adaptação de seus padrões psicossociais. Assim, a delicada condição dessa experiência não pôs fim aos arranjos sociais que são constantemente negociados em cada cultura para orientar e garantir a reprodução da vida em sociedade, somente os reproduziu de outra forma e num outro nível da realidade social, concedendo-lhes novos significados e, desse modo, assegurando um modo de vida sociocultural diferente do legal, criando novas redes de interação. Não somente por fingimento, mas também pelo equilíbrio emocional dos militantes, tentava-se reproduzir nos aparelhos um mínimo de normalidade cotidiana. E a mulher desempenhou um importante papel nesta estrutura aparentemente familiar conferida à vida clandestina, esta preocupação estava presente a todo instante durante o período em que estavam clandestinas.

A clandestinidade é classificada pelas depoentes como um período de isolamento, nervosismo, solidão, tensão e medo. Estas mulheres estiveram submetidas a experiências que lhes conferiram autocontrole e desprendimento em relação ao modo de vida anterior, impondo-lhes ao mesmo tempo a necessidade de uma rápida adaptação a condições adversas e totalmente desconhecidas.

Ao enfrentar as forças do regime militar, essas jovens militantes tiveram que romper com o seu mundo cotidiano e entrar para a clandestinidade. Com o desmantelamento do projeto de oposição dos grupos de esquerda, elas acabaram vítimas nas malhas da repressão do Estado. Num outro nível, o retorno à legalidade também representou o momento de resgate e de desdobramento das trajetórias individuais dessas mulheres. Assim, a interrupção do projeto coletivo foi a ocasião da reconciliação dessas jovens com a vida “comum”. Se o retorno delas envolveu, em algum momento, o constrangimento de serem conhecidas ou reconhecidas por meio de uma identidade estigmatizada, há que se notar a importância do apoio e do carinho, nas suas reestruturações emocional e profissional, que receberam de seus amigos e familiares após o restabelecimento da vida legal. Nas declarações, está presente a constatação de que a força moral e a resistência

psíquica com que elas enfrentaram os infortúnios da experiência de clandestinidade, prisão, tortura e/ou exílio, foram garantidas pelos vínculos de afeto que puderam manter.

A opção pela militância política representou uma mudança radical no modo de vida das entrevistadas. A clandestinidade, o permanente risco da prisão e da tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e sobretudo paixão. É interessante observar que em suas reflexões no tempo presente, elas não rejeitam a validade de seus objetivos iniciais, embora reconheçam erros nas estratégias de ação e consolidação de tal projeto. Entretanto, assumem que suas opções políticas estavam inseridas em um conjunto de ações inspirado por um projeto político coletivo, estendendo-se até mesmo a uma contextualização deste projeto para uma melhor compreensão de suas escolhas. Através dos três momentos centrais de reconstrução da experiência política na vida dessas mulheres, que definimos como a entrada na militância política, o período de clandestinidade e o retorno à vida legal, pudemos perceber a singularidade de cada experiência. Embora todas fossem estudantes no momento em que ingressaram na militância, existiam diferenças nas origens dessas mulheres e em suas trajetórias políticas. Mesmo o engajamento marcava outro tipo de contraste entre elas, já que as organizações tinham perfis distintos e o papel que cada uma das entrevistadas assumiu nestas estruturas adquiriu um *status* próprio. A possibilidade de conjugação da variedade e da semelhança nesse conjunto de declarações representou um dos aspectos mais interessantes desta pesquisa.

Pode-se dizer que a iniciativa dessas e de muitas jovens militantes que se lançaram na ação política — inseridas num projeto coletivo que objetivava a derrubada do governo militar, e sobretudo a busca de alternativas que poderiam resolver os problemas sociais e políticos de nosso país — colocou a problemática do papel das mulheres e de seu *status* em evidência. De fato, as circunstâncias ligadas ao passado dessas mulheres as colocavam em alguma medida à margem da vida social daquele período. Elas rompem com duas hierarquias: a de gênero de sua cultura e a do poder instaurado com o golpe militar de 1964. Contudo, o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos encontra barreiras porque

rompe com os padrões estabelecidos pela família e pela sociedade, que determinou códigos masculinos de participação pública e política.

Entretanto, a maioria delas declarou que seu comportamento e suas atitudes contestavam os padrões tradicionais da sociedade, embora afirmem não ter assumido tais ações com este propósito. Para tanto, a legitimação de suas ações e a transformação de seu *status* de desviante no de agente histórico foram julgados *a posteriori*.

Podemos dizer que a iniciativa dessas mulheres naquele contexto colocou a problemática do papel feminino e de seu *status* em evidência. Contudo, isto se deu como uma espécie de antecipação — através da ação em si e não por uma reflexão ou uma discussão a seu respeito e anterior a ela própria — do que passaria a ocorrer no Brasil a partir de meados da década de 70 com as mobilizações do movimento feminista. [7]

---

[1] COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

[2] Referimo-nos à construção social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres estabelecidos na sociedade brasileira.

[3] FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.155.

[4] COLLING, Op.Cit, p.7.

[5] MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru: EdUSC, 2000, p.23.

[6] Conforme declaração de duas entrevistadas de que a sua geração tinha finalmente chegado ao poder.

7 Segundo Maria Paula Nascimento Araujo, dentre todos os movimentos alternativos da década de 70, o movimento feminista foi o que mais inovou em termos de linguagem, de reivindicações, de propostas, de visão de mundo e da própria concepção de política. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 159. Atualmente desenvolvo no mestrado aspectos da participação de ex-militantes de luta armada no movimento feminista na segunda metade da década de 1970.

UMA DISCUSSÃO ACERCA DE FONTES ORAIS PARA A HISTÓRIA DA ESQUISTOSSOMOSE NO BRASIL

NATHACHA REGAZZINI BIANCHI REIS

Esta comunicação apresenta considerações acerca de um estudo preliminar cujo foco é a construção e o uso das políticas públicas de saúde no Brasil republicano. A pesquisa está concentrada na era Vargas, e tem como eixo de análise a história de uma doença parasitária de largo alcance em território nacional, a esquistossomose mansônica. Doença de caráter endêmico, com registro dos primeiros casos em 1908, no estado da Bahia, rapidamente se espalhou pelo nordeste, atingindo a região sul já na década de 1950. São privilegiadas como fontes de investigação as entrevistas produzidas no contexto de diversos projetos de pesquisa oriundos do acervo de História Oral do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. Os depoimentos orais, disponíveis à consulta pública, constituem-se, por sua vez um rico manancial de pesquisas sobre as mais diversas ações, privadas ou estatais, visando o controle sanitário das endemias rurais.

O objetivo da pesquisa que estamos iniciando é abordar a esquistossomose mansônica no Brasil sob a perspectiva da história das doenças. Dentro dessa linha, o enfoque a ser privilegiado como recorte temático contempla uma análise das políticas públicas empreendidas no combate à endemia, que afeta de 4 a 5 milhões de pessoas, em seu estado geral de saúde, bem como na produtividade e expectativa de vida.[1] A trajetória de expansão da endemia no Brasil esteve marcada sobretudo por um flagrante descompasso entre o desenvolvimento da pesquisa e as ações públicas de combate ao avanço da doença. Há um consenso entre boa parte dos especialistas que se dedicam ao

[1] REIS, Mitermayer Galvão dos. "Foreword". In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 99 (Suplemento I, 2004. Rio de Janeiro, Fiocruz. Em escala mundial, a doença atinge mais de 200 milhões de indivíduos, distribuída entre os continentes da África, Asia e América.

estudo da esquistossomose, de que o Brasil já alcançou um nível de excelência nas pesquisas básicas acerca da endemia. Contudo, em termos de epidemiologia, tal avanço não se traduziu em uma intervenção direta, sobretudo nas áreas hiperendêmicas[2].

O médico Manoel Augusto Pirajá da Silva, em 1908 na Bahia, foi o primeiro a descobrir casos da doença, trazida por escravos africanos no século XIX. No entanto, nesta pesquisa analisaremos a dinâmica dos inquéritos helmintológicos, iniciados na década de 1940, pelos sanitaristas Amílcar Barca Pellon e Manoel Isnard Teixeira, da Divisão de Organização Sanitária (DOS), órgão vinculado ao então Departamento Nacional de Saúde, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.

Também nos deteremos nas campanhas de saúde pública empreendidas pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), a partir de meados dos anos 1950. A opção feita deve-se ao fato de que, após os anos 50, a doença, que já era endêmica nas regiões nordeste e sudeste, começou a se estender para a região sul, com o surgimento dos primeiros focos no estado do Paraná. Um aspecto que desejamos considerar em relação à expansão da esquistossomose no Brasil é a compreensão de que aquelas ações, de eficácia limitada, representaram uma intervenção lenta e tardia sobre um grande problema sanitário, já com incidência em quase todas as regiões do território nacional.

Inicialmente uma endemia *rural*, a esquistossomose mansônica ainda constitui um problema de âmbito nacional, estando presente em todas as regiões, urbanas ou rurais, concentrando prevalências mais altas em localidades do interior do nordeste. Para o médico e pesquisador Naftale Katz, da Fundação Oswaldo Cruz, a esquistossomose é uma doença de diagnóstico e tratamento simples, mas que só vem sendo controlada no que diz respeito ao seu potencial de morbidade. Quanto ao controle de sua transmissão a

[2] FREITAS, Celso Arcoverde. *Histórias da Peste e de outras endemias.* Rio de Janeiro, PEC/ENSP, 1988.

endemia não foi, até o presente momento, alvo de nenhum programa específico por parte das autoridades governamentais.[3]

Muitos relatos de viajantes e narrativas de cronistas, assim como trabalhos de cientistas sobre as origens da esquistossomose no Brasil indicam que a doença teria sido trazida por escravos africanos. Entretanto, somente em 1908 surgiram estudos que revelavam a existência de casos da doença. Em fins daquele ano, o médico baiano Manoel Augusto Pirajá da Silva publicava no periódico *Brazil Médico,* o resultado de uma pesquisa pioneira feita a partir da ocorrência da doença em 20 pacientes.[4]

A década de 1910 inaugurou as célebres expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do País. Era a primeira vez que isto ocorria, com o intuito de verificar as condições de trabalho e vida das populações rurais e identificar o quadro nosológico das diferentes regiões brasileiras.[5] Foi nesse contexto que o cientista Adolpho Lutz, do Instituto Oswaldo Cruz, passou a se dedicar a pesquisas sobre esquistossomose mansônica, sendo o segundo pesquisador brasileiro a iniciar um série de estudos sobre a doença. Junto com Osvino Penna, empreendeu em 1917 uma expedição ao nordeste, publicando um relatório dessa viagem no ano seguinte[6]. Com Arthur Neiva, em exploração na localidade da lagoa de Touros, no estado do Rio Grande do Norte, Lutz identificou um dos primeiros focos da esquistossomose.[7] Coube ainda a Lutz a

[3] KATZ, Naftale e ALMEIDA, Karina. *Esquistossomose, Xistosa, Barriga D'água. In Revista da SBPC,* nº 1, jan/fev/mar 2003, pp. 38-41.
[4] ANDRADE, Zilton A. *A esquistossomose no Brasil após quase um século de pesquisas*. *In: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.* V. 35, nº 5, Uberaba, set/out. 2002.
[5] LIMA, Nísia Trindade. *Missões Civilizatórias da República e interpretação do Brasil. In: História,Ciências, Saúde, Manguinhos.* Vol. V (Suplemento), julho 1998, pp. 163-193.
[6] LUTZ, Adolpho e PENA, Osvino. *Estudos sobre a esquistossomose feitos no norte do Brasil, por uma comissão do Instituto Oswaldo Cruz, relatório e notas de viagem. In:* Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1918, vol. X, pp. 83-94.
[7] TEIXEIRA, Manoel Isnard. Depoimento concedido ao Projeto *Memória de Manguinhos.* Fita 20, lado A.

reconstituição do ciclo vital do parasita, cujos estudos foram reunidos e publicados em 1919.[8]

Ainda que aquela geração de cientistas, em iniciativa pioneira, tivesse chamado a atenção das autoridades para a situação dos sertões, nem todas as endemias passaram a ser alvo de intervenção estatal. Na década de 1920, dos vários tipos de parasitoses intestinais, apenas a ancilostomose, a malária e a febre amarela constituíram-se em alvo, seja das autoridades sanitárias da Capital Federal, ou do aparato da Fundação Rockefeller.[9]

Nos anos 1920, pouco se produziu em termos de pesquisa básica acerca da esquistossomose. Ainda assim, há que se destacar a pesquisa empreendida pelo médico Heraldo Maciel, apresentada no Congresso de Higiene de 1927. O trabalho consistiu no exame de amostras de fezes coletadas entre os recrutas que se alistavam na Marinha brasileira, para o cumprimento do serviço militar obrigatório. Maciel constatou uma presença elevada de esquistossomas, revelando a alta incidência da doença no estado da Bahia.[10]

Em fins da década de 1930, o movimento de migração interna, principalmente de nordestinos em direção ao sudeste, que tivera início no decênio anterior, começa a dar indícios de focos de esquistossomose, sobretudo em zonas rurais do estado de São Paulo, onde se desenvolviam culturas de algodão e mamona, como afirma o sanitarista Celso Arcoverde de Freitas.[11] A esse respeito, cabe introduzir a observação feita pelo malacologista Wladimir Lobato Paraense. Natural de Belém do Pará, e tendo concluído em 1937 a Faculdade de Medicina pela Escola do Recife, um ano mais tarde Paraense já

[8] PARAENSE, Wladimir Lobato. "Histórico". *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. Ministério da Saúde, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Divisão de Cooperação e Divulgação, Rio de Janeiro, vol. XI, abril/julho de 1959, p. 105-117. Número especial dedicado à esquistossomose.
[9] SANTOS, Luiz Antonio de Castro e FARIA, Lina Rodrigues de. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República.* Bragança Paulista, Edusf, 2003.
[10] (citar o Anais do Arquivo de Higiene de 1927).
[11] FREITAS, Celso Arcoverde. *Histórias da Peste e de outras endemias.* Op. cit.

encontrava-se na cidade de São Paulo, onde realizava um curso de especialização em Anatomia Patológica, com uma bolsa concedida graças à iniciativa do jornalista Assis Chateaubriand.

A rotina do jovem médico na Escola de Medicina paulistana se constituía em examinar cadáveres que deveriam ser necropsiados diariamente. Numa dessas necrópsias, o médico ficou intrigado com as proporções do baço e do fígado de uma jovem mulher nordestina, e resolveu então examinar cortes de tecido desses dois órgãos. A quantidade de esquistossomas encontrada aos borbotões em amostras daquele material rapidamente fez com que todos, entre catedráticos e acadêmicos, acorressem para a mesa onde Lobato Paraense dissecava o cadáver, e olhassem para aquilo, estupefatos. Mas o espanto maior partiu de Lobato Paraense, ao se dar conta de que exceto ele próprio, que havia tido aulas de Parasitologia na escola de Medicina do Recife, e portanto, conhecia a esquistossomose, nenhum dos médicos que ali se encontravam, recebendo diariamente levas de migrantes nordestinos vitimados pela doença, não tinham sequer ouvido falar da mesma.[12]

No nordeste, a doença atingia índices hiperendêmicos em todas as regiões onde funcionavam as usinas açucareiras, particularmente nos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas. É interessante perceber o caráter diacrônico que perpassa a trajetória da esquistossomose quanto ao nível de conhecimento científico obtido sobre a doença e o grau de reconhecimento por parte das autoridades sanitárias quanto ao seu caráter de *grande endemia*. A ida de Samuel Pessoa[13] para Pernambuco, em meados dos anos

[12] PARAENSE, Wladimir Lobato. Depoimento concedido ao Projeto *Memória de Manguinhos.*

[13] Samuel Barnsley Pessoa (1898-1976), professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, publicou em 1946 a obra *Parasitologia Médica,* onde apresenta as principais doenças causadas por helmintos, baseado em exemplos brasileiros, a partir de sua atuação nas campanhas sanitárias e das pesquisas básicas que fez em leishmaniose cutânea, tracoma e esquistossomose. Não se trata de uma mera compilação dos trabalhos de parasitologistas internacionais, como Émile Brumpt. Pessoa também é o autor de *Problemas brasileiros de Higiene Rural* (1949) onde apresenta seus principais argumentos quanto à relevância da ocorrência de doenças parasitárias no interior do País, as quais, diferente do que pensavam as autoridades, tratavam-se de grandes problemas sanitários e não meras curiosidades nosológicas, necessitando de uma intervenção urgente do poder público estatal, fosse através de pesquisas básicas ou aplicadas. Ver:

1930, a convite do professor Arsênio Tavares, proporcionou a Lobato Paraense, bem como a Frederico Simões Barbosa[14], a oportunidade de entrarem em contato com a Parasitologia.

Com a reforma geral do Ministério da Educação e Saúde, em 1937, foi criado o Departamento Nacional de Saúde. Este foi reestruturado em 1941, e no discurso de seu diretor, o doutor João de Barros Barreto, a nova configuração do DNS visava dois princípios fundamentais: "maior coordenação das múltiplas atividades de saúde" e "atuação mais pronunciada" sobre os "problemas sanitários de caráter nacional"[15]. Assim, o Departamento ficou organizado em estruturas de Serviços e divisões: a Divisão de Administração Sanitária (DAS) e a Divisão de Organização Sanitária (DOS), que era composta por cinco seções, a saber: Administração Sanitária, Nutrição, Engenharia Sanitária, Enfermagem e Doenças Transmissíveis. Doenças como a febre amarela, a tuberculose, a lepra, a peste e a malária possuíam seus Serviços Nacionais específicos, através de unidades de administração sanitárias chamadas circunscrições. Já as doenças venéreas e as parasitoses intestinais ficavam sobre a ingerência da tímida Seção de Doenças Transmissíveis.

Mesmo sem a existência de um órgão exclusivo para atuar sobre as verminoses, e inclusive, sobre a esquistossomose, a DOS tinha como missão institucional a realização de estudos e pesquisas visando produzir informações específicas sobre a situação do saneamento e as condições de higiene, epidemiologia e medicina preventiva. Fazia parte

---

MARTINS, Amílcar Viana. "Memória sagrada". *In:* PESSOA, Samuel. *Ensaios Médico-Sociais.* São Paulo, CEBES/Hucitec, 1978, p. 31-33.

[14] Importante sanitarista que dedicou a maior parte de seus estudos à epidemiologia da esquistossomose, sem limitar-se aos estudos clínico-hospitalares convencionais, Frederico Simões Barbosa se destacou ao investigar a esquistossomose a partir de pesquisas de campo, inaugurando as propostas de participação popular no controle de endemias. COIMBRA JR, Carlos E. A. "Uma conversa com Frederico Simões Barbosa". *In: Cadernos de Saúde Pública,* Rio de Janeiro, 13 (1):145-155, jan-mar., 1997.

[15] BARRETO, João de Barros. *Organização da Saúde Pública no Brasil.* Serviço de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 5.

da agenda de ações de saúde pública preconizada pelo sanitarista Barros Barreto desde o início de sua gestão à frente do Departamento Nacional de Saúde, em 1937.[16]

A conjuntura política do Estado Novo, no qual começaram a ser erigidos os grandes aparatos de atuação do governo federal, principalmente no tocante às esferas da saúde e educação, contribuiu de maneira decisiva para a consecução dessa premissa. Barros Barreto contava com um grupo de técnicos preparados pelo curso básico de Saúde Pública, ministrado em conjunto, desde fins dos anos 30, pelo DNS e pelo Instituto Oswaldo Cruz, através de seus Cursos de Aplicação.

Um dos mais destacados e seu braço direito, o médico Amílcar Barca Pellon fora convidado a dirigir a Divisão de Organização Sanitária, na década de 1940. Realizou levantamentos pioneiros sobre algumas das doenças endêmicas que grassavam no país: o bócio endêmico, a filariose, a lepra e a esquistossomose.

Para os trabalhos de levantamento do quadro epidemiológico desta última, Barca Pellon convidou o médico Manoel Isnard Teixeira, competente biologista que viera se juntar a uma geração de sanitaristas[i][17], formados tanto nos bancos da conceituada Escola de Higiene da Johns Hopkins University, quanto nas estradas poeirentas dos vastos rincões brasileiros, coalhados das mais diversas formas e estágios nosológicos.

Durante os anos de 1948 e 1949, Pellon e Teixeira percorreram municípios de onze estados, do Maranhão à Bahia, além de Espírito Santo e Minas Gerais. O trabalho consistiu na coleta de fezes e realização de exames, utilizando-se o método de sedimentação pela técnica de Hoffman, Pons e Janner. Ao todo foram realizados quase meio milhão de exames, entre crianças na faixa de seis a 12 anos. Em localidades do estado de Sergipe, o inqúerito revelou nada mais, nada menos do que 100% de crianças infectadas com o trematódeo do esquistossoma. Em depoimento concedido a

[16] Idem.
[17] Fizeram parte dessa geração nomes como os de Valério Konder, Mário Magalhães da Silveira, Almir de Castro, Mário Pinotti e Alfredo Bica, além do próprio Barca Pellon.

pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, Isnard Teixeira afirmou que, antes da realização do inquérito as autoridades sanitárias brasileiras tinham conhecimento de focos importantes da esquistossomose em estados como Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Segundo este sanitarista os resultados do grande levantamento epidemiológico deveriam ser utilizados para a definição das localidades (cujas taxas de prevalência da esquistossomose fossem as mais altas, em cada um dos estados visitados) onde seriam instalados postos de saúde. Segundo o depoimento de Isnard Teixeira, os resultados do inquérito helmintológico ainda que de extrema relevância para a tomada de decisões visando o controle da esquistossomose em âmbito nacional, foram pouco divulgados. O sanitarista utilizou uma metáfora para expressar as conseqüências desse fato, afirmando que se na língua portuguesa o silêncio significaria o túmulo das palavras, em saúde pública esse mesmo silêncio representaria o sarcófago de um faraó.[18]

O processo histórico das migrações internas, principalmente de famílias nordestinas depauperadas e arrasadas pelas secas, a partir dos anos 1920/1930, favoreceu o surgimento de focos da doença, principalmente nas zonas rurais dos estados de São Paulo e Paraná.

Na década de 1940, a única intervenção estatal executada sobre a doença, em âmbito localizado e essencialmente urbano, concentrou-se na instalação de um posto no município e usina de Catende. A despeito do alto índice de 54% da população infectada (em 1943), não houve educação sanitária. Em seu caráter de descontinuidade, tal medida resultou insuficiente.[19]

Assim, entre 1951 e 1952, Isnard Teixeira realizou um novo inquérito helmintológico, desta vez contemplando regiões como o norte do Paraná, Goiás e Mato

[18] TEIXEIRA, Manoel Isnard. *Manoel Isnard Teixeira.* Depoimento concedido ao projeto *Memória de Manguinhos.* Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1987, fita 17, lado A.

[19] PINOTTI, Mário. *O Problema da Esquistossomose.* Exposição do Dr. Mário Pinotti, Diretor do Serviço Nacional de Malária, perante a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, sobre o mais grave problema

Grosso do Sul, que também recebiam migrantes nordestinos. Segundo o sanitarista Celso Arcoverde de Freitas, foram somente com os trabalhos da DOS que a esquistossomose passou a ser encarada como doença de massa, veiculada pelos grandes fluxos migratórios internos.

A partir dos anos 1950, foram instalados postos experimentais em alguns estados nordestinos, dirigidos pelo próprio Isnard Teixeira, por Geth Jansen, do Instituto Oswaldo Cruz (com Hoel Sette, em Catende, Pernambuco), pelo parasitologista Frederico Simões Barbosa (em Pontezinha, Pernambuco), por Joaquim Eduardo Alencar (Redenção e Pocoti, no Ceará), por Manoel Amorim (em Assembléia, Alagoas), em Poço do Lumiar, no Maranhão, na Fordlândia, Amazonas, por Reinaldo Damasceno e Laerte Costa, por Samuel Pessoa e Luís Hildebrando Pereira da Silva, em Misericórdia, na Paraíba, em 1954.

Cabe assinalar que os dois grandes inquéritos realizados por Pellon e Teixeira representaram uma inflexão no que se refere às concepções de administração da saúde pública vigentes no Brasil até então. Marcados por uma rígida orientação técnica, horizontalizada pela lógica impressa por Barros Barreto aos órgãos a ele subordinados dentro da estrutura do Departamento Nacional de Saúde, os inquéritos deveriam ter funcionado como peças-chaves, permitindo conhecer a verdadeira extensão da endemia. Visavam assim uma ação planejada no sentido de uma distribuição racional dos postos de profilaxia a serem construídos nos municípios com as maiores prevalências da doença.

Da mesma forma, a estratégia de combate à esquistossomose no momento seguinte, não obedeceu a uma lógica uniforme, durante a existência da Divisão de Organização Sanitária, e nem no período posterior, quando as ações de controle da endemia ficaram sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Malária, com o recém

---

de saúde de nossas populações rurais. Fundo Rostan Soares, Setor de Arquivos Pessoais, Departamento de Arquivo e Documentação, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

criado Ministério da Saúde, em 1954. Dois anos mais tarde, com mais recursos orçamentários, a Campanha Contra a Esquistossomose passava a cargo do Departamento Nacional de Endemias Rurais, dirigido por Mário Pinotti.

Para o pesquisador Aluízio Prata, até os anos 1970, poucos países obtiveram sucesso nas ações visando o controle da esquistossomose. Além de medidas de saneamento e educação sanitária, cujos resultados são de longo prazo e de difícil implantação, dependendo do desenvolvimento econômico, a estratégia de controle ficou resumida ao uso de moluscicidas, com o intuito de se reduzir a população de caramujos, barrando a transmissão da doença e lentamente, influenciando sua morbidade. No Brasil, somente em 1967, com o início de quatro projetos-pilotos coordenados pelo professor José Rodrigues da Silva, é que se deu o início de ações experimentais com novos métodos de controle. Para tanto, foram selecionados quatro municípios, Caatinga do Moura e São Lourenço da Mata (PE), Jacarepaguá (RJ) e Belo Horizonte (MG)[20]. De acordo com José Rodrigues Coura, pela primeira vez até então, houve um plano de ações, coordenado em diferentes regiões do país por diferentes pesquisadores, para o controle da doença, bem como foram geradas imformações importantes sobre a evolução da esquistossomose, sobre tratamento em massa, e sobre o uso de moluscicidas.[21]

[20] PRATA, Aluízio. "The Role of the Scientific Research in the Control os Schistosomiasis In Endemic Areas. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 99 (Suplemento I), 5-11, 2004. Rio de Janeiro, Fiocruz.

[21] COURA, José Rodrigues & AMARAL, R. D. "Epidemiological and Control Aspects of Schistosomiasis in Brazilian Endemic Areas. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 99 (Suplemento I), 13-19, 2004. Rio de Janeiro, Fiocruz.

CONFLITOS E ALIANÇAS ENTRE ÍNDIOS GUARANI, JESUÍTAS, BANDEIRANTES E ENCOMENDEIROS NO ITATIM.

Neimar Machado de Sousa (UCDB)

RESUMO: Esta comunicação tem por objeto as missões jesuíticas, especificamente, aquelas que se estabeleceram no Itatim. Nesta região, os jesuítas foram os arautos do colonialismo europeu ao estabelecer suas reduções entre 1631 e 1659: Santo Inácio de Caaguaçu e Nuestra Señora de la Fé. A perspectiva da pesquisa passa por breve análise da bibliografia já produzida sobre este tema e pelo estudo da documentação colonial como elementos que podem esclarecer pontos importantes sobre os embates entre a colonização portuguesa e espanhola nesta região fronteiriça e o papel das populações indígenas diante das tensões que vieram à tona com a restauração no século XVII. Uma história do Itatim, sob esta ótica inclui ainda o estudo dos conflitos internos que aconteciam nas aldeias devido às inúmeras parcialidades étnicas presentes na região. Outra possibilidade de abordagem centra seu foco sobre a ação catequética da Companhia de Jesus e a resistência indígena organizada pelos xamãs, além da disputa entre encomendeiros, bandeirantes e colonos pela mão-de-obra indígena além de outros fatores que também impulsionaram os ataques às estas missões.

PALAVRAS-CHAVE: Itatim, Guarani Colonial, Xamãs, Colonialismo.

Introdução

Este texto trata de um aspecto da História da região do Itatim como o palco onde se desenrolou uma trama entre os Índios Guarani, Guaná, Guaicuru, e as relações com as frentes de expansão da fé pós-tridentinas luso-espanholas e as expedições escravistas tanto de São Paulo como de Assunção. Os embates, nesta região, ocorreram no período compreendido entre a destruição das missões jesuíticas do Guairá (1628) e a destruição das missões do Itatim (1659) com o deslocamento de grande contingente indígena para a região

abaixo do rio Apa e a fuga de muitos outros para as matas de difícil acesso na região do rio Brilhante e Serra de Maracajú, entre 1630 e 1670, aproximadamente.[1]

O topônimo Itatim está presente na literatura desde o século XVI e surgiu do entrechoque entre os colonos de Assunção e os índios nos vários portos naturais próximos à desembocadura do rio Miranda no rio Paraguai. Geograficamente, o Itatim é limitado ao norte pelo rio Taquari, ao sul pelo rio Apa, a leste pela Serra de Maracajú e a oeste pelo rio Paraguai. Atualmente, encontra-se dentro do estado de Mato Grosso do Sul.[2]

Há também um Itatim imaginário, morada de pagãos e demônios a espera dos soldados da Companhia de Jesus para lutar pelas almas dos índios.[3] O missionário Antônio Ruiz Montoya relata em seu livro Conquista Espiritual um sonho no qual anjos e demônios lutavam pelas almas dos fiéis. Na sua opinião, estes anjos eram os missionários jesuítas. Também era corrente entre os jesuítas relatos dando conta que local da província do Paraguai fora indicado por Deus ao superior da Companhia em Roma. Tais elementos são esclarecedores para entender as motivações que traziam estes europeus para as terras americanas. O Itatim era terra de pagãos e infiéis. Uma vez que os índios recusavam a conversão convertiam-se em infiéis, aqueles que tendo a oportunidade de converter-se não o fazem. É preciso ressaltar que a proposta de conversão geralmente era feita em espanhol para índios que não falavam esta língua porque não lhes era ensinado.

Para entender os conflitos no Itatim

No período colonial, os índios infiéis não contavam com a proteção legal das reduções e podiam ser escravizados, uma vez que os métodos “brandos” dos jesuítas não funcionavam, eles podiam ser submetidos a métodos mais duros sob o regime de *encomienda*. Sob este regime, os índios tinham de prestar todo tipo de serviço aos colonos ou ficar à sua disposição em verdadeiras reservas de mão-de-obra, os *tava* ou *pueblos*, próximos às cidades. A *encomienda* era uma espécie de contrato bem vantajoso para o colono cujas obrigações eram a alimentação, a vestimenta e a catequese do indígena que,

em troca de todos estes benefícios, tinha de prestar todo tipo serviço ao encomendeiro. Nesta perspectiva, o encomendeiro era transformado num agente civilizador.[4]

A perspectiva deste trabalho inclui olhar para as inúmeras imagens resultantes do contato entre índios e europeus retratados nos textos referente às missões do Itatim e seus arredores e tentar relacionar como estas imagens influenciaram no impacto que a conquista teve para os índios. A chave de leitura consiste em ler a documentação colonial a partir do enfoque dado pelos autores coloniais representavam as lideranças indígenas, como foram atingidas pela conquista, como reagiram contra ou a favor e quais foram as práticas de incorporação ao modo de ser europeu.[5]

As tentativas de transformação ou civilização dos índios no Itatim teve um impacto direto sobre as condições materiais de vida nesta região, pois uma boa parte dos homens das aldeias eram retirados para o trabalho do ervais, os territórios onde os índios podiam caçar e coletar ficaram mais restritos além de falta mão-de-obra devido a obrigatoriedade da produzir excedentes para o mercado em detrimento da economia interna das aldeias.

As principais fontes disponíveis sobre o Itatim são as produzidas pelos conquistadores, missionários, historiadores e viajantes. Estes documentos contam a história da conquista, do conquistador e tentam informar sobre os conquistados, mas através deles é possível perguntar sobre a história dos índios aos quais se negou, durante muito tempo, o direito à história. A história de populações (ou de épocas) 'sem história', ou pelo menos sem textos, já não se afigura hoje como uma impossibilidade, mas como necessidade, tal é o caso dos indígenas.[6] Esta necessidade está relacionada com o sentido que a história pode adquirir ao contar a riqueza da vida e das sociedades em suas diferenças e paradoxos.

Para saber mais sobre a história dos índios precisamos começar pelos costumes e a cultura dos índios. Sem um diálogo com outras ciências sociais, esta tarefa fica muito difícil. Além disso, faltam conhecer com mais detalhes algumas regiões como o Itatim, nem sempre abordado nos estudos tradicionais que privilegiam s missões do Guairá, Uruguai e Tape. A importância do estudo das missões jesuíticas e seu impacto sobre o modo-de-vida dos Guarani resulta da grande quantidade de fontes jesuíticas sobre os índios do século

XVII e a possibilidade de usar estas fontes para valorizar o passado indígena, espanhol e missioneiro do atual Mato Grosso do Sul, além de permitir mapear quem eram e onde estavam os índios quanto ocorreu o contato nas terras do Prata.[7]

Os séculos XVI e XVII foram marcados pelas conquistas e pelos conquistadores e pelo contato entre os imaginários europeus muitas vezes reproduzidos na documentação como se fosse indígena e americano.[8] As navegações oceânicas e fluviais, como é o caso do rio da Prata e Paraguai, incluíram o Itatim e seus índios na rota dos conquistadores e o impacto da conquista sobre eles foi a redução da mão-de-obra indígena e o comprometimento da reprodução de seu modo-de-vida. Foi Domingos Martinez de Irala quem estendeu a conquista castelhana em terras paraguaias sob o reinado de Felipe II antes da fundação de reduções entre os Itatines, ainda em 1596.

A conquista do Guarani, chamada de espiritual pelo jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, foi levada a cabo por soldados munidos de cruz e espada abençoados pelo beneplácito do Estado espanhol de Felipe III. A fundação das reduções jesuíticas na região do Itatim (1631) marcou o início das lutas entre encomendeiros espanhóis, bandeirantes lusitanos e jesuítas espanhóis pela alma e mão-de-obra dos índios itatines. O resultado está na depopulação, na Guerra e na fome entre os índios que, originalmente, não dependiam das vacas das missões religiosas.

Sob o absolutismo dos Bourbons, no século XVII, continua o interesse pelas terras americanas, preservava-se a evangelização e se intentava o enfraquecimento das ordens religiosas, notadamente os jesuítas cujas missões viveram um período de crise entre 1700 e 1708. A política de reduzir índios continuava interessante neste período porque tinha o intuito de garantir o abastecimento de soldados, trabalhadores e liberava territórios para os colonos além de permitir o estabelecimento de povoados como é o caso de San Tiago de Xerez, na região do Itatim. Nesta fase, porém as missões do Itatim já haviam sido preadas pelas bandeiras lusitanas e os sobreviventes se deslocaram para uma região abaixo do rio Apa e mais próxima do socorro militar de Assunção ou para protegê-la dos mamelucos de São Paulo, segundo expressão corrente na época. Os Itatines, como eram designados

todos os índios da região do Itatim, serviam como milicianos da coroa em troca da isenção do tributo do peso anual, daí temos também a necessidade das missões em comercializar a erva-mate para garantir o pagamento de impostos coloniais e garantir a liberdade dos índios da *encomienda*.

Os bandeirantes também estiveram no Itatim e sua atuação foi centralizada na figura de Raposo Tavares. Após a destruição das missões na região, o passado espanhol e a resistência indígena aos espanhóis e portugueses foi omitido na pena de historiadores comprometidos com o serviço à coroa portuguesa e suas pretensões territoriais sobre esta região concretizadas com o Tratado de Madri (1750).[9]

A motivação dos bandeirantes estava relacionada aos escassos recursos materiais e a vida econômica restrita. Suas ações entre os itatines se orientavam no sentido de obter o máximo de lucro e aproveitar as oportunidades de lucros passageiros e rápidos que a economia colonial eventualmente oferecia e a distância de tribunais permitia. No caso da escravização dos itatines e o ataque às missões temos uma alternativa econômica à agricultura. De todo modo, a ação do encomendeiro espanhol não diferiu muito daquela levada a cabo pelo bandeirante. Neste caso temos uma pista importante para entender a resistência armada oferecida pelos índios do Itatim a ambos os grupos.

Sobre a resistência armada no Itatim temos a luta entre os jesuítas e o bispo de Assunção pelo controle paroquial das missões e a proibição do bispo para que os índios possuíssem armas nas missões, o que certamente deixava temerosos os espanhóis e por outro lado implicava na fragilidade das missões frente aos bandeirantes. Os jesuítas também tomaram parte na organização da resistência indígena ao espalhar espiões pelas matas próximas às reduções e planejamento de emboscadas para subtrair os índios escravizados pelas bandeiras.

Há um fator que precisa ser considerado também que é a belicosidade dos índios. A palavra Guarani inclusive significa guerreiro. Os índios do Itatim praticavam o comércio com os Chiriguana, seus parentes, mas a guerra contra os outros índios não-guarani da outra margem do rio Paraguai.

Tendo em vista as incursões escravistas em suas terras é que podemos analisar a aliança celebrada entre os itatines e os missionários fornecedores de armamentos, carne, cunhas e anzóis. Se por um lado estes itatines viram nos jesuítas um aliado contra encomendeiros e bandeirantes, pelo outro resistiram à tentativa dos missionários de combate aos costumes não-cristãos e neste contexto, destaca-se a figura do xamã, como líder da resistência cultural e da socialização dos índios por meio do aprendizado das tradições.

Com a destruição das missões somente alguns poucos índios abandonaram a região do Itatim em direção ao atual Paraguai. Na época das missões, nem todos os itatines viviam nos povoados, mas junto de suas parentelas nos arredores das missões e ali permaneceram após a retirada dos missionários. O fato de não permanecerem dentro das missões denota uma resistência às práticas catequéticas dos missionários e uma articulação com os residentes nas missões por meio do comércio constante que, entre os itatines, já havia antes da chegada dos castelhanos e missionários.

O que chamou a atenção de colonizadores como Irala, Cabeça de Vaca e outros foi a grande quantidade de artigos de prata entre os itatines o que os levou a acreditar na existência de minas nesta região. Sabemos que as peças de prata provinham das fronteiras do Império Inca onde também havia índios Guarani, os Chiriguana. Os Chiriguana eram intermediários entre os Incas e os itatines.

Após este contato, na primeira metade do século XVI, o território do Itatines passou a ser conhecido em Assunção como porto do Itatim (palavra de origem guarani, porto pedregoso ou de pedras brancas). O termo *itatines* é uma derivação da região Itatim, gentílico utilizado desde então para designar os índios que habitavam essa região. Desde então, a frente espanhola avançou na região através da fundação de vilas como a de *San Tiago de Jerez*.[10]

A colonização não é somente implantação de povoados e missões, mas traz além de inovações tecnológicas, língua, costumes, religião, etc. uma carga invisível de doenças e intolerância.[11] O peso desta carga invisível fez-se sentir sobre a população Guarani dos

arredores de Assunção já na segunda metade do séc. XVI e a instável acomodação entre colonos e índios por meio do cunhadismo cedeu lugar à escravidão o que causou depopulação entre os índios e, conseqüentemente, maior dependência dos índios e também aumento da fome.

A depopulação dos Guarani de Assunção levou o adelantado (adiantado, civilizado) a realizar *encomiendas* entre os Itatines em 1596 e este foi um dos motivos que levou os Guarani a permitir a instalação das reduções jesuíticas em seu território. [12]

A instalação destas missões ocorreu logo após os ataques dos bandeirantes e a destruição das missões do Guairá. Os primeiros neófitos índios que vieram para o Itatim eram oriundos das Missões do Guairá e tinham a finalidade de ajudar no projeto jesuítico de instalação da nova frente missionária.

Os índios do Itatim, por sua vez, sentiam a pressão dos encomendeiros espanhóis da região de Assunção que agora estavam instalados nas redondezas no povoado de San Tiago de Xerez, próximo ao rio Miranda e dentro do Itatim. Isto ocasionou um impacto no equilíbrio entre as forças políticas internas na região.

Dentro do Itatim, havia vários caciques influentes e a região não era nada homogênea. Entre 1630 e 1650, os dois principais eram Diego Paracu que se aliou aos jesuítas após a primeira invasão em 1632 e Ñanduabuçu, xamã, que viu nos jesuítas uma ameaça ao modo de ser dos índios.

As bandeiras, que já haviam atacado e destruído os empreendimentos missionários na região do Guairá logo, atacaram também as aldeias do Itatim, elemento que precipitou a fundação de duas reduções em 1634 e aí permaneceram até 1659, quando os moradores das missões desceram até a região de Assunção onde estavam localizados outros povoados. Esta descida para além do rio Apa ocorreu por motivos de defesa diante das malocas, ou expedições escravistas.

Diante deste breve painel, podemos verificar outras possibilidades de análise da história das missões ou dos índios que viviam nestas reduções como agricultores, construtores, rezadores e guerreiros em conflito com o entorno.

[1] Cf. SOUSA, N. M. **A redução de *Nuestra Señora de la fe* no Itatim**: entre a cruz e a espada (1631-1654). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Dourados, 2002. Dissertação de Mestrado.
[2] Cf. CORTESÃO, J. (Org.). **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. (Manuscritos da Coleção De Angelis). II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Publicações e Divulgação, 1951.
[3] Cf. SOUSA, N. M. **A redução de *Nuestra Señora de la fe* no Itatim**: entre a cruz e a espada (1631-1654). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Dourados, 2002. Dissertação de Mestrado.
[4] Cf. CORTESÃO, J. (Org.). **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. (Manuscritos da Coleção De Angelis). II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Publicações e Divulgação, 1951.
[5] Cf. GADELHA, R. M. A. F. **As Missões Jesuíticas do Itatim**: um modelo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
[6] Cf. CUNHA, M. C. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/SMC, 1992.
[7] Cf. CORTESÃO, J. (Org.). **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. (Manuscritos da Coleção De Angelis). II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Publicações e Divulgação, 1951.
[8] Cf. COSTA, M. F. **História de um País Inexistente**: O Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos, 1999.
[9] Cf. BECKER, I. I. B. **Lideranças Indígenas**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa, 1992.
[10] Cf. SUSNIK, B. ***Etnografia Paraguaya***. I. Manuales del Museo Etnografico "Andres Barbero". Asunción, 1974.
[11] Cf. SCHADEN, E. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani.** São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Bolyeim 188, Antropologia 4, 3. ed. São Paulo: Edusp, 1974.
[12] Cf. BECKER, I. I. B. **Lideranças Indígenas**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa, 1992.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E A HISTÓRIA DOS GUARANI/KAIOWÁ

Eranir Martins de Siqueira (UCDB)[1]

Neimar Machado de Sousa (UCDB)[2]

RESUMO: Este trabalho foi desenvolvido a partir da análise da documentação microfilmada no Museu do Índio/FUNAI e que contém o arquivo do antigo SPI referente à 5ª Inspetoria Regional (parte de São Paulo e o Mato Grosso). Esta documentação é particularmente rica, pois descreve o cotidiano burocrático da administração regional e dos postos indígenas. O procedimento consistiu na leitura e anotação das fontes primárias e comparação com as fontes secundárias que tornaram possível a confirmação da prática política indigenista nacional nos postos específicos sem esquecer do processo histórico pelo qual passou este grupo. Como resultado, ainda que parcial, foi possível observar que a ação do órgão indigenista seguiu linha que resultou no confinamento da população dentro de pequenas áreas reservadas e a liberação de outros territórios para a colonização por não-indígenas além de contribuir para o aumento do preço da terra no sul de Mato Grosso.

PALAVRAS-CHAVE: Guarani/Kaiowá, Serviço de Proteção ao Índio, Confinamento.

UMA BREVE HISTÓRIA DOS KAIOWÁ/GUARANI E DO SEU MODO-DE-SER

O povo Guarani vive hoje espalhado numa área que abrange territórios no Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil e estão divididos em três parcialidades: os Mbya, no litoral, com uma população estimada em 10 a 11 mil pessoas; os Avá[3] chiripá ou *Ñandéva*, no interior dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai, estimados em cerca de 9 mil pessoas; e os *Pãi Tavyterã* ou Kaiowá, no Paraguaio e Mato Grosso do Sul. Estes últimos são cerca de 35 a 40 mil pessoas, dos quais 24.523[4] residem na região da grande Dourados MS, incluindo a presença, em pequeno número, de guarani *Ñandeva*, únicos na região que se auto-denominam, Guarani.

Os Kaiowá e Guarani estão na região onde hoje é o Mato Grosso do Sul são considerados descendentes dos Itatim,[5] região que estendia entre os rios Apa e até o Miranda e a Serra de Amambaí e a oeste do rio Paraguai. No período colonial, estes índios estavam no Itatim, junto as

missões jesuíticas que, entre os séculos XVI e XVII, com as reduções itinerantes de *Nuestra Señora de la Fé* e *San Ignácio de Caaguazú*, nas proximidades da vila de Santiago de Xerez. Com objetivo, de catequizar, "humanizar", índios selvagens e implantar a cultura européia, as reduções foram alvos de conquistas de bandeirantes paulistas a procura de ouro, pedras preciosas e índios para trabalhar nas lavouras de café e cana de açúcar em São Paulo e Pernambuco. Foram esse índios os alvos preferidos dos missionários jesuítas que aproveitando-se do seu temperamento dócil, tornávamos cativos em suas missões.

Os guarani também eram conhecidos como Caaguá ou (habitantes da mata), denominação dada pelos colonizadores após a destruição das reduções, pela bandeira paulista de Raposo Tavares os índios Guarani sofreram seu processo de dispersão. Entretanto muito deles fugiram para o Paraguai, e para região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Ocupavam no século XVIII um território bastante amplo e fértil que se estendia pela região oriental do Paraguai e pelo cone sul do Mato Grosso do Sul, região da Grande Dourados, (até o Rio Apa), numa área de, aproximadamente 40 mil Km², habitat dos Pãi/kaiowá, atual configuração dos antigos Caaguá, estabelecem contatos com os "brancos", a partir da definição quanto as questões de limites entre Portugal e Espanha o Tratado de Madri em 1750.

Segundo os diários de campo da "Comissão de Demarcação da América Meridional", eles eram também identificados como "índios Montezes".

Em 1845, o Barão de Antonina inicia uma expedição[6]. E a partir de 1848 novamente pessoas enviadas pelo Barão de Antonina percorrem toda a região do atual Mato Grosso do Sul, com o mesmo objetivo de verificar a possibilidade de abertura de uma via de comunicação entre São Paulo e Mato Grosso ou, "tendo em vista já a Lei de Terras de 1850, garantir-lhes as melhores áreas da região"[7]. E por meio desta mesma viagem, um sertanista componente desta companhia Joaquim Francisco Lopes, descreve bem a infra-estrutura das aldeias Kaiowá e confirma a abundancia e a variedade de sua agricultura:

Nesta mesma documentação também se descreve os limites de território guarani:

"(...) os terrenos que habitam vão até o Iguatemi, junto à Serra de Maracaju, que tem d´aqui um caminho por terra que vai ao Paraná, ao qual se deve seguir sempre pela terra firme e boa,

desviando os pântanos; pela margem do Inheima tem muitos capinazes, e que daqui em quatro dias se sahe n´ uma grande água"[8].

Neste período os Kaiowá/Guarani viviam em aldeias, e tinham como base de sua organização social, econômica e política, a família extensa, isto é, grupos macro familiares que detêm formas de organização da ocupação espacial dentro dos tekoha[9] determinada por relações de afinidade e consangüinidade. O líder familiar aglutina parentes e os orienta politicamente e religiosamente.

Após a Guerra do Paraguai, que terminou em 1870 e trouxe conseqüências determinantes para a sobrevivência dos grupos indígenas da região fronteiriça, pois foi um fator incisivo para a desorganização de sua sociedade e conseqüente esparramo dos Kaiowá e Guarani.

Em 1872, inicia os trabalhos demarcatórios entre o Brasil e o Paraguai e nesta comissão de limites teve como fornecedor de alimentos Tomaz Laranjeiras, que percebeu o grande potencial de erva mate nativa que existia na região, como também a densa presença dos Kaiowá e Guarani, que poderiam ser utilizados como mão-de-obra, pois os mesmo já utilizava a erva mate e a tornaram conhecida ao explorador europeu, que em 1882, consegue junto ao Governo Federal o arrendamento da região para a Cia. Matte Laranjeiras, que inicia a exploração da erva mate em todo o território Kaiowá e Guarani.

No final do século XIX a uma grande migração de gaúchos para o Sul de Mato Grosso iniciando instalações de fazendas de gado e mais uma vez em territórios dos Kaiowá e Guarani, começando assim, desmatamento sistemático em toda a região onde os próprios índios eram a mão-de-obra para as derrubadas, e podiam ficar ainda em suas terras, mas concluído o desmatamento eram simplesmente expulsos, das aldeias tradicionais que começaram a ser realmente eliminadas e os índios Kaiowá e Guarani confinados em pequenas áreas de terras insuficientes para o seu desenvolvimento.

A passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, foi marcada por um amplo processo de penetração econômica e conquista de territórios inexplorados[10]. Esta expansão capitalista trouxe como conseqüências um confronto violento com as populações indígenas, do país que não tinha qualquer legislação específica encarregada de proteger os seus direitos.

O Decreto nº 7, § 12, de novembro de 1989, transfere a "catequese e civilização dos índios" para uma atribuição dos Governadores dos estados (...) que chefiavam a política local, os quais passaram a dispor, como bem entendiam dos índios e de suas terras (idem, p.89). A Constituição de 1981 transferiu também para o domínio dos Estados a questão das terras devolutas, sem fazer qualquer referência aos direitos dos povos indígenas.

Nessas circunstâncias, a fundação do SPILTN[11] aparece como opção mais eficaz, encontrada para conciliar os interesses do desenvolvimento capitalista e a preservação da vida do indígena, um órgão perfeitamente integrado á estrutura política que o criou, com função imediata de pacificar as tensões sociais, que envolviam o empreendedor capitalista e o indígena, e também uma resposta do governo a opinião pública, e a movimentos sociais que lutavam pela causa indígena.

Diante desse novo contexto, foi criado no inicio do século XX, o SPILTN em 1910, pelo Decreto nº 8.072, que fazia parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de prestar assistência aos índios e o estabelecimento de centros agrícolas, sempre envolvendo as doações de terras consideradas devolutas pelos estados para o seu desenvolvimento, reforçando a política do governo brasileiro, em definir o "lugar do índio".

Proporcionando o desenvolvimento da agricultura e inserindo o índio no mercado de trabalho regional, incentivando o que se denominou de territorialização induzida, enquanto as terras indígenas passavam para as mãos de particulares, no sul de Mato Grosso, os brancos criadores de gado. A mão-de-obra Kaiowá e Guarani tornou-se assim, uma das mais utilizadas para este fim.

O SPI, desde a sua criação perambulou por diversos ministérios: Agricultura, Indústria e Comércio (1910-1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930-1934), Guerra (1934-1939) e novamente Agricultura (1939-1967) época da sua extinção. Esta situação fez que uma boa parte da documentação histórica e juntamente com ela a política indigenista nacional se encontre ainda espalhada por diversos arquivos públicos. Apenas uma pequena parte deste acervo encontra-se no Museu Rondon, no Rio de Janeiro.

É possível notar que durante a primeira a fase a idéia era transformar o índio em agricultor, operário, militar apto para defender o território nacional durante o Estado Novo e novamente pesam as teorias sobre aculturação. A direção do SPILTN ficou a cargo de Marechal Cândido da Silva

Rondon (1910-1930), militar positivista, responsável pela instalação das Linhas Telegráficas e Estratégias do Mato Grosso ao Amazonas, tendo sido o responsável para administrar o SPILTN, nessa primeira fase, conduzindo as sociedades indígenas ao mercado do trabalho rural, sob a rubrica de "trabalhador nacional",[12] garantindo sua mão-de-obra e a posse de seus territórios. Esta proteção oferecida na verdade não passou de um eficiente mecanismo para desalojar o indígena de suas terras tradicionais, sendo, paulatinamente, desenvolvida e inserido os índios no mercado de trabalho, garantindo terras e a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das regiões brasileiras.

A direção do SPI, ocasionalmente foi dividida entre Rondon e Amaro Silveira, José Bezerra Cavalcanti e Luis Bueno Horta Barbosa, diretores interinos ou substitutos quando Rondon estava ausente. Durante a fase em que esteve dentro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio não tinha diretor tendo em vista que se tratava de uma seção interna do ministério.

A maior parte dos diretores do SPI foram militares (Antônio Martins Viana Estigarribia, Frederico Augusto Rondon, Durval Brito e Silva, Vicente de Paulo Teixeira de Vasconcelos, José Luis Guedes, Tasso Vilar de Aquino, Moacir R. Coelho, Luís Vinhas Neves e o último Hamilton de Oliveira Castro – 1966-67). A presença constante de militares na direção do SPI permite inferir uma observação. A política destes diretores era integracionista, os povos indígenas não eram vistos enquanto nações, mas como parte da nação brasileira. Nesta época são bastante comuns fotos de indígenas vestidos posando diante do pavilhão nacional. Os militares tendiam a ver os indígenas de acordo com a ótica nacionalista.

A partir de 1918, o SPILTN tornou-se apenas SPI. Mantendo os objetivos de proteger os índios, dando ênfase á sua catequese, era a gora um mecanismo utilizado para tentar exercer o controle sobre as sociedades indígenas.

Este órgão, no estado de Mato Grosso implanta inspetorias que são subordinadas ao SPI e destinadas a atender os indígenas. A área de investigação onde este estudo se situa está ao sul de Mato Grosso onde vivem o Guarani localizados no sul de Mato Grosso e São Paulo a partir de 1915.

O Serviço de proteção ao Índio começa suas atividade junto aos Kaiowá e Guarani, na região da atual Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, cinco anos depois de sua criação, ou seja, 1915. Este órgão demarca entre o período de e Kaiowá, onde os mesmos a parti de então começam a ser representados politicamente e administrativamente pela 5ª inspetoria regional instalada em Campo Grande destinada a atender os índios 1915 a 1928 oito reservas para os índios Kaiowá e Guarani, no Sul de Mato Grosso, objetivando, no primeiro momento, proteger os índios do processo de genocídio que ocorria em suas terras, por parte da colonização, e do processo de desenvolvimento econômico onde a prioridade, estava sendo a criação, de gado e a pecuária, como também os meios de exportação desta produção.

Entre os anos de 1915 a 1928, são criadas as reservas de Amambaí (Benjamin Constant), de Dourados (Francisco Horta) e de Caarapó, todas inicialmente com 3.600 ha cada uma. Vem a seguir a demarcação das reservas de Ramada ou Sassoró, Porto Lindo ou Jacare'y, Pirajuí e Taquapery, todas com 2.000 ha.

A partir destas demarcações o SPI comete vários equívocos, pois não levou em consideração a localização dos Tekoha tradicional. E isto é confirmado com ênfase, pelos relatos dos informantes como Hamilton Benitez.

Entretanto, a maioria dessas reservas foram criadas, em áreas onde havia maior concentração de índios, que muitas vezes em função dos trabalhos fora de suas aldeias, não estavam no seu tekohá tradicional. Um segundo aspecto diz respeito á disponibilidade da terra, ou seja, a inexistência de outros pretendentes para o espaço naquele momento ocupado pelos índios.E, finalmente a qualidade da terra, ou seja, a busca de terras mais aptas para a agricultura[13].

Portanto, como se percebe, em nenhum momento houve a preocupação deste órgão, em procurar saber realmente onde se localizavam as terras de ocupação tradicional destes índios e muito menos se as demarcações respeitavam a organização social dos mesmos. E desta forma, o Serviço de Proteção aos Índios oficializa uma política de aldeamento, e confinamento destas populações a pequenos lotes de terras, insuficientes para sua sobrevivência.

Segundo Pauletti e outros,

"A demarcação das reservas fez parte de uma política bem programada do governo federal, atraindo para elas indígenas dos Tekohá tradicionais visando a liberação de territórios para a implantação da agricultura e pecuária em grande escala no estado de Mato Grosso do Sul. Demarcava-se as reservas e criavam-se os atrativos para que os Guarani e Kaiowá viessem viver nelas."[14]

De acordo com alguns relatórios do servidor Genesio Pimentel Barbosa ao inspetor Dr. Antônio Martins Viana Estigarriba do SPI, só a área de terra da aldeia de Serro Peron foi reservada, onde se localizava a aldeia dos Kaiowá e Guarani, pois este servidor tinha plena consciência do transtorno que causava aos índios sua transferência para outras terras, ou seja as reservas significava o seu confinamento, que além de tudo desrespeitava a sua organização social ao juntar numa mesma área famílias extensas diversas, ou seja, reunir numa mesma reserva diversas aldeias, antes autônomas.

Desconsiderando as lideranças religiosas, os *tekoharuvicha* (líderes religioso), o SPI introduziu a figura do "capitão" como líder máximo em cada reserva, como interlocultor exclusivo entre o Estado e a comunidade indígena e com claros objetivos integracionistas.

Na realidade, a intenção desse órgão oficial, SPI, com a demarcação dessas porções de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani era aldeá-los e assim liberar terras para o "progresso" de alguns brasileiros, levando estas populações a um processo conhecido na literatura como confinamento.

No período abrangido por essa pesquisa, que se estende da década de 1940 à 1960, a política implantada pelo SPI entre os Kaiowá e Guarani obedeceu às orientações gerais do órgão no que se refere a integração e assimilação da população indígena à sociedade nacional não-indígena. Os Postos Indígenas eram postos de "atração e pacificação", que ofereciam educação, medicamentos, ferramentas para produção agrícola, tornando as comunidades indígenas progressivamente dependentes dos serviços oferecidos pelo órgão. Dentro deste contexto, o encarregado do posto tinha como principal objetivo transformar esta população em pequenos camponeses ou produtores rurais, atendendo, assim, dois objetivos do SPI: liberar territórios para a expansão agropecuária e inserir os autóctones na sociedade regional.

Dentro dessa perspectiva, não havia nenhum interesse, por parte do órgão oficial, pelo modo de vida dos índios kaiowá. Ao contrário, como se percebe especialmente na escola, onde a língua indígena era proibida, e no caso da saúde, onde em nenhum momento se faz referência aos conhecimentos indígenas ou aos seus próprios especialistas, o órgão entendia como importante conseguir que os índios abandonassem suas práticas culturais próprias de modo que não teriam direitos aos seus territórios tradicionais por não serem mais índios.

Idéias assimilacionistas e aculturacionistas estiveram muitas vezes presentes no jargão das ciências humanas e, como foi possível perceber, sempre servindo a interesses que expressavam o momento social do Brasil e até mesmo de outras nações. Desta maneira, percebe-se que a história e a antropologia são indispensáveis, como ferramenta, ao pesquisador que trabalha com populações etnicamente diferenciadas para entender o momento do entorno ou do próprio grupo em questão.

---

[1] Acadêmica de História/UCDB, bolsista CNPQ e pesquisadora no Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI/UCDB.
[2] Professor no curso de História/UCDB e pesquisador no Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI/UCDB.
[3] Homem, categoria que os índios Guarani reservam para si próprios, evidentemente, excluindo outras parcelas.
[4] ROSSATO; NANTES, Anari Felipe. (coord.). **Censo escolar kaiowá /guarani no Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: MEC/UCDB/UFMS/Diocese de Dourados,1999, p.15
[5] SOUSA, Neimar Machado de. **A redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim**: entre a cruz e a espada. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002.
[6] MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios a bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
[7] CAMPESTRINI, Hidelbrando, GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande/Brasília,1991, p.41
[8] LOPES, 1850, p.320-21 apud MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento histórico do grupo indígena Kayoá.** Realizado por determinação do Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI)/Funai-Brasília, 1981. p.10-11
[9] teko-modo-ser – ha – adeia: Tekohá – modo de ser dentro da aldeia.
[10] GAGLIARD, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989. p.89
[11] Serviço da Proteção ao Índio e localização de Trabalhadores Nacionais.
[12] LIMA, Antônio C. **Um grande cerco de paz:** Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995. p.126
[13] BRAND, Antônio. O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese. Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. 1997.
[14] PAULETTI, Maucir.et al. Povo guarani e kaiowá: uma história de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. In **Conflitos de direitos sobre as terras guarani kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul.** São Paulo: Palas Athena, 2000. p. 65.

Título: A BIOGRAFIA INTELECTUAL DE CUNHA MATTOS E O CONTEXTO DA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Neuma Brilhante Rodrigues[1]

A biografia, relegada a um lugar menor na cultura histórica ocidental desde o início do século XX, ressurge como uma possibilidade legítima de compreensão do passado. Todavia, é preciso destacar que a concepção e os objetivos da biografia não se limitam à narração de episódios da vida dos biografados, mas sim o mover constante entre o individual e o social, entre o biografado e seu contexto: "(...) um número significativo de historiadores procura pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo 'a vida dos grandes vultos'), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas)."[2]

Tendo em mente esta busca entre os interesses e motivações sociais e individuais, entre os contextos que marcaram a vida dos homens da passagem do século XVIII para o XIX no mundo português, proponho o estudo da vida e obra do marechal Cunha Mattos.

Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839), natural de Portugal, entrou na vida militar aos 14 anos de idade, assentando praça na cidade de Faro, em Algarves. Por volta dos 17 anos, partiu para o Roussilon, participando das batalhas contra as tropas espanholas. Logo ao retornar a Portugal, partiria para uma longa estada, aproximadamente 18 anos, nas costas africanas, estabelecendo-se na ilha de São Tomé, onde chegou como furriel de artilharia e saiu como comandante interino da ilha, tendo ocupado os cargos de sargento-mor, procurador dos Feitos e provedor da Fazenda e Alfândega.

Ainda em sua cidade, cursou Matemática pura aplicada à artilharia na Escola Regimental em Algarves. Segundo Bellegarde, já em Roussillon, Cunha Mattos dava início à prática de escrever sobre suas campanhas, anotando os fatos considerados relevantes, elaborando memórias históricas e analíticas.

Ao analisarmos a trajetória de Cunha Mattos, percebemos seu estreito vínculo com a idéia de Império – primeiro o luso-brasileiro, depois o brasileiro –, concepção essa que marcaria sua atuação no Brasil, desde sua chegada logo após a elevação da antiga colônia à categoria de Reino, até sua morte em 1839, quando encabeçava, junto com Januário da Cunha Barboza, o projeto de formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tendo vivido a maior parte de sua vida nas possessões do Império português, longe de Lisboa, é compreensível que sua concepção de lealdade não se encontrasse ligada ao local de origem.

Cunha Mattos fazia parte do grupo que tinha como projeto a construção de um poderoso Império a partir das concepções do reformismo ilustrado português. Ele percebia este projeto como viável diante da imensidão territorial e riquezas da América portuguesa, incomparáveis naquele momento histórico, onde os Estados Unidos era pouco mais do que as 13 colônias da costa Leste.

Desde a restauração em 1640, Portugal pretendeu reconstruir seu Império, projeto esse que seria articulado por Pombal, sendo reorientado por um dos seus principais pupilos: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Quando foi nomeado Ministro e Secretário Geral de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, d.Rodrigo deu início a um projeto de construção de um Império luso-brasileiro, cujo sucesso significaria, para seu mentor, a garantia da manutenção das posses portuguesas diante da ameaça – cada vez mais freqüente, principalmente após a independência das colônias inglesas – da emancipação daquele que era o centro econômico do império. Segundo Lúcia Neves, “para levar a cabo o seu plano, d. Rodrigo preocupou-se em reunir à sua volta, um círculo de intelectuais brasileiros, cuja presença nas funções públicas do Estado português, nos últimos anos do século XVIII, tornara-se cada vez mais evidente, associando-os tanto através de comissões de que eram encarregados quanto através de memórias que lhe dirigiam.”[3] Criava-se ao redor dele aquele círculo de homens esclarecidos que haviam tido sua formação na Universidade de Coimbra e para quem a noção de pertencimento à nação portuguesa

estava pautada na autoridade do soberano. Teria sido ao redor deste grupo que a cultura política brasileira no momento da independência haveria de ser moldada.

O ano de 1822 seria marcado pelos debates que visavam definir os papéis do Brasil e Portugal na arquitetura deste novo Império. Tendo como palco as Cortes de Lisboa, os palácios no Rio de Janeiro e as diversas províncias do Reino do Brasil, portugueses dos dois lados do Atlântico disputaram de modo acirrado pela definição da sede e das condições em que se dariam as relações entre os dois principais reinos que formavam a nação portuguesa, bem como o modelo de soberania que deveria ser adotado no Império.

Roderick Barman traçou, de modo bastante rico, várias cenas deste teatro de disputas políticas, desenhando as teias de poder que marcariam os últimos meses do Império luso-brasileiro. Segundo este autor, a maior parte do Brasil, com exceção do centro-sul, apoiava as Cortes como instância legítima de poder. Este quadro só seria alterado com o passar dos trabalhos daquela Assembléia e com a quebra da proposta de relações entre partes iguais, que caracterizava a proposta de d. Rodrigo. Este impasse fez com que os representantes do Reino do Brasil percebessem a impossibilidade de um novo acordo e optassem por uma emancipação política.

Neste contexto, com as Cortes em Lisboa e a posterior participação dos deputados brasileiros, os termos da continuidade da unidade do Império Português entraram na pauta das discussões, alcançando as praças públicas, cujo debate era alimentado pela ebulição de periódicos em várias partes do Reino do Brasil e em Portugal.

Em abril de 1822, Cunha Mattos publicaria um panfleto intitulado “Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...”[4]. Nesse texto, no seu pretendido levantamento das razões que poderiam explicar o estado de animosidade entre membros de uma mesma nação portuguesa, o autor põe em pauta pontos interessantes do pensamento político de então.

O argumento principal presente nesse documento é de que os portugueses fossem eles brasileiros ou europeus, como membros de uma só nação, deveriam preservar a

unidade do Império, caminho único para a garantia de uma posição digna diante do concerto das nações de então. Os argumentos de Cunha Mattos pautavam-se nas suas concepções de pátria, de nação e na expectativa na realização da utopia do poderoso império: "os dois Reinos, governados pelo mesmo excelso Monarca, ligados os povos pelos vínculos de sangue, de religião, com os mesmos costumes, prejuízos e inclinações devem dentro de poucos anos chegar ao mais alto termo de glória (...)."[5]

Em outro panfleto, publicado em junho daquele ano, Cunha Mattos[6] insistiria em seus argumentos, deixando mais claro, todavia, a 'culpabilidade' dos portugueses europeus nos conflitos e na situação de impasse que se projetava nas Cortes. Segundo ele, o tal impasse encontrava-se na questão da definição do lugar da Corte e dos temores em torno da situação colonial na qual poderia encontrar-se as outras partes do Império. Este seria o real debate por trás da questão da permanência ou não de d. Pedro, herdeiro da Coroa, no Brasil. A dita permanência de d. Pedro I no Brasil, amplamente defendida por Cunha Mattos, significava a possibilidade, mesmo que remota, da retomada do projeto de construção do Império luso-brasileiro, que teria, nestas condições, o Rio de Janeiro como sede.

Cunha Mattos apresentava-se como leal à casa de Bragança. Entretanto, sua lealdade em 1822 era apresentada para com a pátria, "(...) entidade sagrada e por cuja conservação tudo devemos arriscar."[7] Devo salientar que a concepção de pátria usada por esse personagem difere do uso comum de sua época, quando aquele conceito era associado à idéia de pátria local, do lugar de nascimento. Em sua concepção, pátria significaria a "coisa pública", sendo associada ao Rei, ao Estado e ao bem estar daqueles que estariam sob seu governo.

Mattos reedita uma "Carta histórico-político-militar dirigida a certo Redator refutando completamente a doutrina nº 49 do Semanário Cívico da Bahia", inicialmente publicada em março daquele ano, e pela qual sofreu várias críticas de "portugueses europeus". Um trecho particularmente interessante deste documento diz respeito à defesa que o autor faz da existência de "cortes legislativas" no Brasil e em Portugal, bem como a indicação de um

regente, representante do poder executivo e cujas ações se dariam em nome do Rei na parte do Império que não contasse com a presença desse último.

No momento da concretização da Independência do Brasil, a fragilidade do vínculo existente entre as várias regiões do país era notória. Esta fragilidade foi percebida como conseqüência da singularidade da colonização portuguesa, onde os contatos internos da gigantesca colônia não eram incentivados, o que teria possibilitado o fortalecimento dos interesses das *pátrias locais*, que muitas vezes estariam em oposição às políticas centralizadores da corte. Tal característica tornou a unidade nacional pós-independência um assunto delicado, que exigiu um grande esforço por parte da elite política brasileira.

Segundo Iara Lis Souza, a soberania de d. Pedro pautava-se em um novo contrato, no qual as elites brasileiras, por meio das câmaras, estabeleciam as condições para a aceitação e legitimação de d. Pedro como soberano. Este contrato teria como ponto central o estabelecimento de uma monarquia constitucional no Brasil[8].

Após o conturbado processo que envolveu a elaboração da Constituição Brasileira de 1824, o Brasil viveu a experiência da eleição para a formação do Congresso Nacional.

Cunha Mattos, que atuou mais uma vez como militar na defesa da unidade do Império, mas agora o Brasileiro, no combate à resistência em Goiás, retornaria à Corte em 1826, como representante daquela província na Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados foi durante toda a primeira legislatura palco de disputas com d. Pedro I. Segundo Barman, os deputados viam-se como defensores do constitucionalismo, reagindo a qualquer sinal de ‘absolutismo’ e de opressão. Entre os pontos que resultaram em conflitos com o Imperador estão os tratados de reconhecimento de independência e de amizade.

A atuação de Cunha Mattos na Câmara foi significativa, sobretudo nos debates acerca dos termos dos tratados de reconhecimento da independência do Brasil efetivados por d. Pedro I. Seus discursos eram inflamados, marcadamente contrários ao modo como tais tratados estavam sendo conduzidos, deixando notória a situação de coerção, tornando claro desrespeito para com a soberania nacional e o caráter indigno para o país.

Apesar de ter sido reeleito para a segunda magistratura, Cunha Mattos pediria licença de suas funções e partiria para Portugal em 1831, permanecendo ali por dois anos. Durante esta sua estadia, presenciou os embates entre as tropas de d. Pedro as de d. Miguel. Desta experiência, escreveria "Memória da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal, com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque", que foi publicada ainda em 1833.

Em 1834, de volta ao Brasil, foi nomeado Comandante da Academia Militar. A seguir, foi nomeado vogal do conselho supremo, "(...) a que já lhe haviam dado direito os seus serviços e saber, e a publicação de um repertório da legislação militar (...)"[9], e dois anos depois foi elevado ao posto de marechal de campo.

Ao longo de toda década de 1830, o marechal dedicou-se aos trabalhos intelectuais, participando de modo vigoroso da Sociedade da Indústria Nacional e propondo, já no seu último ano de vida, a fundação do IHGB. Sua atuação como homem de letras era a muito reconhecida, vindo a ser membro de renomadas sociedades de conhecimento, sendo "(...) sócio correspondente do Instituto Histórico de França, da Sociedade Real Bourbônica e da Academia Real das Ciências de Nápoles, secretário perpétuo da Auxiliadora da Indústria Nacional, e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil."[10]

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi idealizada em 1816 por Inácio Alves Pinto de Almeida, fidalgo próximo a d. Pedro I, mas só teve sua fundação concretizada em 1827. Apesar de ser uma associação privada, a primeira mesa diretora da SAIN foi designada por d. Pedro I. Compreendendo "indústria" como toda a atividade econômica, os membros da SAIN preocupavam-se com o desenvolvimento do país, sobretudo com a principal atividade industrial da época: a agricultura. De acordo com seus estatutos de 1848, a Sociedade Auxiliadora "(...) tinha por fim promover, por todos os meios ao seu alcance o aperfeiçoamento da agricultura das artes, dos ofícios, do comércio e da navegação do Brasil. (...) [Pretendia também] auxiliar a nossa 'nascente indústria' através de prêmios, certificados, publicações e exposições."[11]

Os principais temas discutidos nas reuniões, assim como as pesquisas e artigos desenvolvidos pelos sócios da Sociedade, eram publicados em sua revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional,* que teve seu primeiro número em 1833 e uma tiragem média de 1000 exemplares ao longo do século XIX.

Corpo técnico que tinha por objetivo orientar o Estado sobre os investimentos e as novas técnicas, sobretudo agrícolas, os membros da Sociedade Auxiliadora estavam eventualmente ligados aos debates e descobertas da ciência que tinham lugar em geral na Europa. Esse contato permitiu a alguns de seus sócios a participação, mesmo que passiva, nos debates nacionalistas, familiarizando-se com a idéia da história como elemento importante neste movimento. Assim, tais homens preocupavam-se com as questões da modernidade e desejavam o reconhecimento do lugar do Brasil no mundo civilizado. Para isso, o Brasil precisava apresentar-se culto, sendo seu soberano capaz de exercer o poder de modo sábio, visando o bem público.

O IHGB, por sua vez, nasceu ligado à tarefa de 'descobrir' elementos que possibilitassem a concretização de uma nação, que se iniciava tão grande e heterogênea. Diante disso, os membros daquele Instituto elegeriam temas e fatos que destacassem ou estimulassem o fortalecimento dos laços existentes entre as várias regiões do país. O Brasil precisava descobrir quais elementos caracterizariam a nação, quais deles a aproximariam das nações civilizadas e quais a diferenciariam das demais nações.

De modo coerente com o seu projeto, o IHGB destacaria, em meio a tanta heterogeneidade, aqueles elementos que reforçassem as experiências comuns entre as diversas regiões do país. Entre tais elementos, a atuação dos funcionários do Estado português durante o período colonial receberia um lugar de honra, sendo a história produzida no IHGB comumente identificada como uma história, no mínimo, oficiosa.

Assim, bem de acordo com a sugestão dada por Cunha Mattos – em matéria apresentada em sessão de 1838, mas só publicada em 1863 – foram coletados e divulgados na Revista do IHGB vários documentos oficiais, como a correspondência de governadores, donatários e religiosos. Entre as diversas ordens religiosas que se estabeleceram no Brasil

colônia, a presença dos jesuítas receberia especial atenção, sobretudo no que se refere às suas experiências na catequese indígena.

A história escrita a partir do IHGB estaria sempre em consonância com os projetos centralizadores do monarca, a quem os sócios deviam lealdade pública e pessoal, bem como ao propósito de fornecer as bases para a construção da nação brasileira. Entre os elementos eleitos como representativos da brasilidade, os intelectuais do século XIX escolheram a natureza e a população. A constituição desta última, a partir do contato de três raças (o índio, o branco e o negro), era vista como principal diferenciador do ser brasileiro, proposta esta sistematizada por von Martius em seu célebre texto *Como se deve escrever a história do Brasil.* Cunha Mattos morreria poucos meses após a aprovação da criação do IHGB, deixando uma rica produção literária.

Acredito ao traçar a biografia intelectual de Cunha Mattos será possível analisar e discutir os diversos espaços de socialização e de disputas de poder que tiveram lugar na primeira metade do século XIX, pelos quais este personagem circulou e atuou.

---

[1] Neuma Brilhante Rodrigues é doutoranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UnB.

[2] SCHMIDT, Benito Bisso. "Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos." Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 12.

[3] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Editora Revan/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2003, p. 31.

[4] MATTOS, Raymundo José da Cunha. "Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...". Typigraphia de Mos Garcez: Rio de Janeiro, 1822.

[5] Idem, ibidem, p. 29.

[6] MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Nova questão política: Que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal*?.

[7] MATTOS, Raymundo José da Cunha. "Ensaio histórico político..., p. 5.

[8] SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada.* UNESP: São Paulo, 1999.

[9] BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. "Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos". Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1839, p. 288.

[10] Idem, ibidem, p. 284.

[11] SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 1979, p. 98.

História regional, café e indústria: A zona da Mata de Minas Gerais.

Nicélio do Amaral Barros (UFES)

Área de ocupação mais tardia, a zona da Mata mineira só será efetivamente ocupada no decorrer do século XIX, após o declínio da atividade mineradora[1], estando, portanto, na contra-mão das principais regiões da então província, que passam neste período por um processo de reestruturação sócio-econômica, fundamentada numa significativa redistribuição dos fatores de produção, que acaba por resultar em uma economia agrária de alimentos, se relacionando com vários focos de mercado interno existentes, porém, mantendo seu caráter agro-exportador.[2]

Diferentemente deste quadro, a zona da Mata de Minas passa por um processo de estruturação de sua economia essencialmente de cunho agro-exportador, o que lhe permitiu situar-se como a região mais dinâmica da província, estabelecendo-se como base fiscal do aparelho administrativo provincial. Assim, apesar de representar com seus 35.000 km^2 apenas 5% do território mineiro, a zona da Mata foi até o início do século XX a região mais rica do estado de Minas Gerais, exatamente por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do café, produto que na época era a principal riqueza do país. Podemos dizer que, até a década de 1920, esta região foi a principal produtora de café do Estado, variando proporcionalmente de 90% na década de 1880 até 70% na década de 1920, e isto levando em conta que o café, entre 1870 e 1930, ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do Estado e foi responsável pela maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920.[3]

Vejamos o que disse um autor a respeito deste “rompimento” da zona da Mata mineira com a própria formação histórica do estado, firmada culturalmente nos traços típicos do século XVIII na região:

"(...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais (...)".[4]

No entanto, é fazendo a comparação com outros núcleos agro-exportadores que percebemos melhor os significados destas especificidades da zona da Mata mineira no contexto da transição escravista-capitalista por que passava o país. Fazemos referência aqui ao Vale do Paraíba Fluminense, com o qual a Mata mantém traços importantes de identificação: a contigüidade espacial, uma estrutura sócio-econômica homogênea, uma formação histórico-social originada de um mesmo processo matriz, uma aristocracia fundiária com vários traços comuns, inclusive consangüinidade, ou seja, relações de parentesco entre esta aristocracia[5], entre outros. Em que pese tais semelhanças, guardam as duas regiões diferenças importantes, o que inviabiliza compreender a zona da Mata mineira como simples extensão da economia agro-exportadora do Vale do Paraíba Fluminense.

Primeiramente, lembremos o fato de a zona da Mata pertencer à unidade político-administrativa mineira, um dado fundamental se levarmos em conta os instrumentais da política econômica dos governos Provinciais/Estaduais no contexto de sua maior autonomia com o advento da República, a crise do sistema escravista e da expansão do sistema capitalista. O acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política de imigração, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor agro-exportador, política de valorização do café, etc. Nesta conjuntura, complicados processos de articulações políticas têm de ser "costurados" pela aristocracia cafeeira devido, sobretudo, à

participação de vários setores sociais na órbita do poder estadual, sendo que, nem sempre os interesses agro-exportadores se encontravam em maioria no poder estadual.[6]

Em segundo lugar, há diferenças seculares entre as produções cafeeiras destas duas regiões. Região interiorana, destituída de um núcleo de comercialização exportador em seu espaço interno, zona da Mata acaba por eleger o centro comercial do Rio de Janeiro como espaço privilegiado da exportação de sua produção. No entanto, devido a condições como a distância entre a região e o Rio de Janeiro, além da falta de uma malha viária decente fez com que a efetiva incorporação produtiva da primeira se desse em meados do século XIX, marcando uma defasagem temporal com a região fluminense, sem poder contar a região da Mata com fatores objetivos, como a existência de terras virgens, proporcionando um desenvolvimento mais significativo da região mineira no final do século XIX, quando se intensifica o processo de crise do sistema escravista e de expansão do sistema capitalista.[7] Tais diferenças são relevantes se levarmos em conta a determinação do investimento e consumo possibilitados pela capacidade de dinâmica do núcleo agro-exportador. O impacto da abolição da escravidão, a capacidade (ou não) de diversificação dos investimentos da aristocracia agrária, a forma como se cristalizam as relações de trabalho no pós-abolição, entre outras, estarão aí amalgamados e poderão assumir diferentes nuanças.

São estas diferenciações que no bojo do processo permitem à zona da Mata ser dotada de especificidades significativas e tornar-se importante para a compreensão da forma no qual ocorre a transição capitalista nesta região. A nossa proposta de pesquisa vem buscando investigar o que para nós é mais uma de suas especificidades neste processo de transição capitalista, precisamente, a crise de 1929, seus impactos e conseqüências no seio desta economia regional agro-exportadora.

Estamos falando aqui de um dos mais expressivos processos de industrialização que ocorreu em Minas Gerais no período que vai do final do século XIX até, pelo menos, a década de 1920, que é aquele conhecido por Juiz de Fora. Tal dimensão propiciou a este Município a

condição de principal centro industrial e bancário-financeiro do estado de Minas Gerais até a metade do nosso período de análise, ou seja, 1930.[8] Dessa forma, estudamos o comportamento deste setor industrial no pós-1929, analisando qual o impacto da crise na indústria local, ou seja, até que ponto ela foi afetada, quais os elementos micro e macroeconômicos envolvidos, e propor uma delimitação cronológica dos impactos investigados.

Segundo Domingos Girolletti, a industrialização de Juiz de Fora se desenvolveu em duas fases relativamente distintas. Num primeiro momento ocorreu o predomínio de pequenas unidades, identificadas pela pequena produção, baixos índices de capital investido e produtividade, além de uma pequena concentração de mão-de-obra; o proprietário, neste caso, ao estar diretamente envolvido com o processo produtivo, sequer se distingue do produtor direto. Incluída num contexto escravista, esta fase se desenvolve até o final da década de 1880 e por suas características constitui muito mais um prenúncio do processo de industrialização que estaria por vir do que propriamente, como quer o autor, um momento diferenciado deste. A industrialização propriamente dita, compreendida no bojo do processo que resulta na formação de forças produtivas notadamente capitalistas, somente se desenvolve a partir do segundo momento, quando diferentemente do período anterior já se verifica o predomínio de médias e grandes unidades com produção em série, tecnologia relativamente avançada, grande produtividade e concentração de mão-de-obra. É neste momento que se estabelecem unidades propriamente fabris que terão no trabalho assalariado a forma predominante de extração do produto excedente.[9]

Não é por acaso que a passagem de uma para outra fase se dê, justamente, no final do século XIX. Em parte é a própria expansão dos serviços urbanos do município como ferrovias, sistema financeiro, telefonia, energia elétrica, etc., que explica o impulso no processo de industrialização, mas a ampliação da demanda interna que advém da reorganização do processo de trabalho no setor agro-exportador – o núcleo fundamental da determinação da renda do sistema –, fornecerá um suporte fundamental à nova fase do processo de

industrialização local. Aliada aos mercados consumidores urbanos, a demanda gerada no setor agro-exportador da região vai se constituir em um dos principais espaços – mas, não o único – de realização da produção industrial de Juiz de Fora. Os mercados "externos", compreendidos por outras regiões de Minas Gerais e outros estados, como o Rio de Janeiro, assumiram um papel importante – e para alguns setores, mesmo, fundamental – mas limitado, principalmente se tivermos em mente a descentralização na indústria em Minas Gerais e a capacidade industrial do Rio de Janeiro – estado mais industrializado do país até a década de 1920 –, além dos elevados preços dos fretes, a precariedade do sistema de transportes e comunicações, etc., todos estes elementos gerando uma espécie de "proteção" natural aos mercados consumidores de produtos manufaturados – que assumem uma feição notadamente regionalizada até aproximadamente 1930 –, favorecendo a dispersão da indústria, exigindo uma grande competitividade da produção industrial que ambiciona outros centros de consumo.

O papel do mercado regional tem para nós uma importância singular no processo de industrialização de Juiz de Fora, pois se constituiu em pressuposto fundamental para a efetivação deste processo. Por outro lado impôs, este mercado, limites à diversificação e porte da estrutura industrial que dele resultou. Ainda que estes limites revelem uma envergadura industrial significativamente menor do que aquela existente em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, a indústria de Juiz de Fora se destacou, pelo menos até 1930, não só com relação à zona da Mata, mas no conjunto do estado de Minas Gerais.[10]

Vinculada, porém, tanto pela via da formação de capital quanto pela de mercado de realização da produção a uma cafeicultura que, se por um lado manteve um comportamento sensivelmente dinâmico até a década de 1920, por outro, apresentou visíveis limites a este comportamento – condicionado pelo fechamento da fronteira – o que lhe conferiu um lugar periférico diante dos principais centros produtores –, a industrialização de Juiz de Fora vai refletir a mesma posição ocupada pela cafeicultura no contexto do país. Neste sentido, como já fizemos referência, estamos diante de uma industrialização periférica, secundária frente aos

grandes centros de produção industrial, apesar de sua importância no âmbito regional; uma industrialização, cuja fragilidade é conseqüência da própria estrutura que a gerou, e que vai se expressar no período pós-30, quando, paralelamente à constituição de um mercado nacional, o qual vai corresponder à ocupação de um dos seus espaços básicos de realização econômica, sofre, segundo as interpretações até aqui conhecidas um processo irreversível de estagnação e decadência.[11]

Tomando a crise de 1929 como marco referencial pretendemos investigar esta "decadência" e seus reflexos na década de 1930, onde, para nós, alguns elementos essenciais como o desenvolvimento da produção cafeeira, a diversificação do capital excedente e os investimentos no setor industrial, entre outros, sempre levando em conta a política econômica do governo do estado de Minas Gerais no período, precisam ser estudados de forma mais conjunta diante do vasto conjunto de fontes documentais por nós levantadas. Pensamos que a falta de investimento na indústria e o declínio diante dos grandes centros produtores, que juntos, formam a argumentação para a crise da indústria local não são suficientes para explicá-la. Diante da nossa visão do conjunto do "complexo agro-exportador" entendemos que conjuntura cafeeira, dinâmica do segmento financeiro-bancário desta economia, a real abrangência dos investimentos no setor industrial e política econômica estadual do período aqui analisado, articulados, formam os pontos fundamentais de serem estudados para uma melhor compreensão dos impactos da crise de 1929 e do período imediatamente posterior a ela neste, podemos chamar, "complexo periférico".[12]

Partindo, portanto, do que se propôs até aqui a respeito do complexo agro-exportador cafeeiro que se desenvolveu na zona da Mata mineira – que acompanhou em boa parte as mudanças originadas pela transição escravista-capitalista no país –, realçando suas especificidades como a falta de um porto que pudesse escoar sua produção, de não sediar a capital do estado, da inexistência até certa altura de um setor financeiro autônomo e de uma rede de transportes bem desenvolvida, percebemos, no entanto, que esta economia regional

não só criou as condições de retenção do capital excedente originado da cafeicultura, como diversificou a inversão deste capital no âmbito endógeno do “complexo” originando e ampliando um setor urbano-industrial, tendo Juiz de Fora como pólo aglutinador e possibilitando também o surgimento de um setor autônomo e delimitado.

Durante o período compreendido entre 1890 e 1930 – vale lembrar que a década de 1930 constitui-se como objeto de análise do trabalho ora apresentado –, este Município se torna o maior parque industrial de Minas Gerais, enquanto a zona da Mata se firma como a maior região produtora de café do Estado. Ou seja, surge uma reciprocidade inter-setorial permitindo que esta economia agro-exportadora se diversificasse, havendo assim, inversões no próprio setor urbano-industrial, utilizando-se de créditos advindos do segmento financeiro-bancário, internamente estruturado.[12] Guardadas as devidas proporções com as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro, de maior porte e inversões de maior *envergadura*, desenvolve-se em Juiz de Fora um setor urbano-industrial de significativo potencial.

Neste processo surgem além de bancos, empresas de eletricidade, de transporte, de maquinários agrícolas, de juta, de telefonia, de construções, alimentares, têxteis, além do desenvolvimento significativo dos estabelecimentos comerciais. Este “complexo agro-exportador” passa pela crise dos preços do início do século XX, apontando para uma recuperação nas décadas de 1910 e 1920, onde novas empresas e fábricas são fundadas, nos parecendo que ao contrário do que afirma a historiografia existente, esta década de 1920 assiste sim a um investimento no setor industrial, sobretudo no que concerne às empresas de maior porte.[13]

Assim, estamos investigando o comportamento do setor agro-exportador no período da análise para uma melhor avaliação das influências do desenvolvimento deste setor no âmbito da indústria local. Podemos afirmar, contudo, que devido à própria estrutura da economia regional, uma crise do sistema agrário local fatalmente afetaria o setor urbano-industrial do “complexo”. São estas implicações no conjunto da economia regional que pretendemos estudar

detidamente, propondo também, como já dissemos anteriormente, uma cronologia da conjuntura econômica regional para o período. Interessa-nos, portanto, entender o comportamento da produção agro-exportadora e do setor urbano-industrial da zona da Mata mineira frente à crise mundial de 1929 e seu período imediatamente posterior, a década de 1930.

Notas:

[1] OLIVEIRA, M. R. *"Uma incursão numa Zona Proibida: Zona da Mata Mineira: 1809-1850"*. Juiz de Fora: Depto de História/ICHL, 1998, p. 9-10.
[2] LENHARO, A. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 89-106.
[3] GIROLETTI, D. *A industrialização de Juiz de Fora – 1850-1930*. Juiz de Fora: UFJF, 1988, p. 123.
[4] PEDROSA, M. X. "Zona silenciosa da Historiografia Mineira: a Zona da Mata", *Revista do I.H.G.M.G.*, Vol. IX, 1962.
[5] Sobre "relações de parentesco", ver: OLIVEIRA, M. R. Op. cit., p. 37.
[6] VISCARDI, C. R. O Teatro do absurdo: uma revisão da "política do café com leite".Belo Horizonte: Com Arte, 2001, p. 360-364.
[7] PIRES, A. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora*. Niterói, UFF, 1992. (dissertação).
[8] Para uma abordagem do sistema bancário da região, ver: PIRES, A. *Café, bancos e finanças*: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930. São Paulo, USP, 2004, p. 182-253. (tese).
[9] GIROLETTI, D. Op. cit., p. 53-72.
[10] Idem, p. 124.
[11] Ver, sobretudo, as análises de GIROLETTI, D. Op. cit., p. 129-130 e; PAULA, M. C. *As vicissitudes da industrialização periférica*: o caso de Juiz de Fora (1930-1970), Belo Horizonte, UFMG, 1976, p. 166. (dissertação).
[12] Levamos em conta o conceito desenvolvido por: CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 20-21.
[12] PIRES, A. *Café, bancos e finanças*. Op. cit., p.182-253 e; COSTA, F. N. *Bancos em Minas Gerais* (1889-1964). Campinas, UNICAMP, 1978, p. 88-114. (dissertação).
[13] ANDRADE, S. B. *Classe operária em Juiz de Fora*: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: UFJF, 1987, p. 16-33.

PÉS NA ESTRADA: MEMÓRIA E NARRATIVAS DE GRUPOS, FAMÍLIAS ITINERANTES RUMO A POXORÉO – MATO GROSSO.

Nileide Souza Dourado [1]

O caminho a ser percorrido neste estudo tem como referência algumas questões basilares que se constituem na trajetória de itinerantes rumo a Póxoréo-MT[2], na primeira metade do século XX – e está voltadas às experiências sociais de grupos, famílias itinerantes que viveram e ou ouviram narrar a trajetória da viagem de vários pontos do Brasil rumo a Mato Grosso, com atração por Poxoréo – experiências essas produzidas durante e nas condições políticas do regime oligárquico, ditatorial getulista e desenvolvimentista brasileiro.

Através da memória, lembranças, foi possível conhecer as múltiplas formas da viagem rumo a Poxoréo, as chegadas em lugares, o imaginário que se encontram nas bases das famílias itinerantes, seus significados, os conteúdos simbólicos e as suas estreitas ligações com os sistemas de representações responsáveis pela tecedura da vida social. Assim, o estudo em questão, na reelaboração do passado, via memória, realizou através da oralidade e, as lembranças reorganizam-se em linguagem no ato da narrativa, do contar e recontar as histórias de familiares itinerantes rumo a Poxoréo - MT.

As múltiplas formas de viagem

Os narradores destacam que era comum, principalmente entres os baianos, partirem em grandes grupos, em *caravanas*[3], que se reuniam para atravessar os longos caminhos, os diversos desvios; outros relatam que vieram em grupos menores, compostos de solteiros, os escoteiros; outros se deslocaram apenas com a família; e existem ainda aqueles que viajaram sozinhos.

Na busca do lugar, as famílias itinerantes deslocavam-se utilizando diversos meios: *no lombo de burro, cavalo, caminhão e barco, além daqueles que relatam que vieram a pé.* Outros há que perderam seus animais, extenuados pela longa viagem, e tiveram que vencer os caminhos a pé até a chegada em outros lugares ou até Poxoréo-Mato Grosso.

É nesse cenário que se pode estabelecer uma reflexão entre a força dos significados socialmente definidos e que são registrados cotidianamente na memória e, em outros momentos, à forma como o acontecimento histórico vivido se constitui em um território de experiências transcendendo ao socialmente estabelecido. E, de acordo com aos testemunhos orais, muitos saíram das suas terras ou somente dos seus trabalhos, de suas regiões, como as do sertão baiano, agreste cearense, interior de Goiás e de outras localidades brasileiras, em busca de sobrevivência para seus familiares.

Ao rememorarem suas histórias, os depoentes, apontam as dificuldades que enfrentavam em sua região: por ocasião das secas, pela falta de trabalho, dos conflitos vividos com a presença dos revoltosos[4], pela ausência de escolas para a educação dos filhos, pela vida de suplício e de agonia.

Na organização dessas viagens, era fundamental contar com as tropas de burro. Essas tropas garantiam a estrutura da viagem, pois além de serem animais resistentes também se adequavam às condições da região. Por outro lado, esse animal possui função simbólica para o homem nordestino, pois, como signo, não poderia ficar fora desta aventura. A representação simbólica do burro/jumento para o imaginário humano remonta a tempos imemoriais. O seu uso como animal de carga, na lavoura e também como animal de sela se deve à sua condição de ser altamente rústico, resistente e extremamente adaptado às condições adversas do trópico semi-árido.

Simbolicamente é o animal que conduz ao triunfo. Aludindo ao imaginário judaico - cristão, o jumento é coadjuvante em várias passagens bíblicas, tanto no Novo como no Velho Testamento. Uma das passagens bíblicas mais radicais é a que trata do encontro de Balaão e sua jumenta com o anjo do Senhor, no livro de *Números* (22:21-30), em que o texto fala da ira de Deus contra Balaão e manda o seu anjo matá - lo, e por três vezes a jumenta o salva: “A jumenta viu o Anjo do Senhor parado no caminho com sua espada desembainhada na mão e desviando do caminho, meteu-se pelos campos”.

No Novo Testamento, *Mateus* (21:1-11), *Marcos* (11:1-11), *Lucas* (19:28-40) e *João* (12:12-19) retratam como Jesus cumpriu a profecia[5] entrando triunfalmente em Jerusalém

montando uma jumenta: “Dizei à filha de Sião: Eis que aí vem o teu Rei, manso e montado em um jumento, em jumentinho, cria de um animal de carga” (*Mateus*, 21:5).

Diante disso, o homem carrega essa imagem simbólica do jumento, aquele que sabe o caminho, que conduz com segurança e triunfo ao lugar da coroação, como um modelo daquilo que o ser humano não pode vir a esquecer; essa representação diz respeito à experiência humana com o sagrado. Assim, a imagem do jumento está imbuída de uma profunda significação.

Com relação à representação, o jumento apresenta-se como uma possibilidade de conceber, conhecer e comunicar-se com esse universo sagrado que é muito forte e presente no imaginário da humanidade, uma vez que o sentido aparece sempre como uma fonte de algo novo, de vida nova, e por outro lado assegura sua continuação. Pois, segundo Falcon, “as representações sociais (ou imaginário coletivo) são freqüentemente expressas (ou mesmo materializadas) através de signos, sinais, emblemas e símbolos” [6]. Assim, o jumento é, para os nordestinos, um signo, uma representação[7].

Caravanas de itinerantes.

As caravanas eram guiadas por homens e mulheres responsáveis por essa tarefa, que as conduziam a pé e cuidavam de outras tarefas, mas havia também a mula madrinha, um animal manso, velho e experiente, que era colocada à frente como líder das demais. Segundo os narradores, a mula madrinha era toda enfeitada e guiava essas caravanas triunfalmente rumo aos lugares.

O entendimento sobre caravana ganha também sentido de organização, conforme bem representa o comentário a seguir, de Dona Esmeraldina, que veio para Mato Grosso em 1940, aos 17 anos de idade, com sua família, para trabalhar na lavoura. Atualmente reside em Poxoréo. Sentada em sua cadeira de balanço e cercada de objetos e memórias – fotografias de família, imagens e objetos artesanais do seu local de origem – ela relata:

> *Na organização da viagem, cada família, levava seus animais de carga com os seus pertences(...) era comum, para viajar comprava-se muita carne e salgava, ainda colocava na bagagem rapadura e farinha, e assim, viajava o tempo todo, o dia que*

> *chegava no pouso mais cedo, dava tempo de fazer arroz e refogadinho de carne e feijão. Nós cozinhávamos o feijão à noite. Esta viagem foi um tempo, quase um ano* (...) *A nossa caravana era composta de cento e poucas pessoas, mas em Goiás elas começaram a separar. Mas foi uma viagem cansativa porque nós atravessamos o Estado de Goiás e os animais que nós vínhamos montando morreram todos, não agüentaram a viagem. Então a gente enfrentou tudo de a pé, passamos naquelas 60 léguas sem gente, até muito perigoso que era, eles pegavam as pessoas naquela época e matavam* (...). [8]

Ao rememorar, Dona Esmeraldina narra sobre a forma como foi organizada a viagem de sua família. Passa, em seu relato, a descrever as difíceis condições da viagem e ainda confidencia as relações que eram estabelecidas nos trechos, o cotidiano do grupo no percurso, a resistência e a luta pela sobrevivência. Do discurso percebe-se a luta que foi travada com o desconhecido; a separação dos grupos familiares; as perdas com as mortes dos animais e os perigos vividos nos trechos desabitados. Mesmo cansativa, a viagem é justificada pela busca de melhores condições de vida para a sua família.

As narrativas trazem elementos que permitem entender o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, e ainda, compreender como se deram às divisões e delimitações dessa organização do mundo social e, neste caso específico, permitem captar o sentido mais particular e historicamente mais determinado dessas caravanas bem como a organização nas estradas da esperança. Parafraseando Chartier[9] em suas considerações sobre os discursos, as representações do mundo social assim construídas e as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros. São essas representações que vão fornecer aos grupos uma organização conceptual no mundo social, construindo, assim, a sua realidade.

Um outro narrador, que viajou em grupo menores, denominados *escoteiros*, é o Sr. Pedro Gomes da Rosa, nascido em 1929, no município de Barreiras -BA, mais especificamente no distrito de Canabrava. Deslocou-se para Mato Grosso em 6 de agosto de 1939, chegando em Poxoréo no dia 10 de agosto de 1940. Assim ele relata sobre a forma de viajar de sua família:

> *Eu vim com minha avó e com meu pai. Meu pai era quase cego, e ainda uma tia e um tio, mas era uma caravana*

> *formada por umas dez pessoas mais ou menos que vinham nos acompanhando. Nós fazíamos parte dos escoteiros, que eram os com grupos menores* (...) . [10]

A história do Sr. Pedro é concentrada de tensões formadas por um grupo pequeno. Fala o depoente que estes grupos menores viajavam em busca dos mesmos sonhos e com a resolução de encontrar a nova morada.

Homens e mulheres guardiões dessas memórias históricas conduzem às cenas vividas no conjunto das diversas formas de viagem. Imagens que se tornaram presentes num tempo em que viveram, presenciaram o acontecido. Portanto, no decorrer dessas narrativas os fatos e momentos vividos vão fazendo parte de uma construção permanente de sua existência. Rememorar tudo o que aconteceu, mediante o contato com as pessoas, lugares, vozes, músicas, leva esses sujeitos a associarem impressões vivazes, evocando apenas partes significativas do passado vivido.

Dessa forma, a memória cumpre o seu papel, e o ato de recordar dos sujeitos traz de volta o que ficou inscrito. Examinando Halbwachs sobre a arte de lembrar, Ecléa Bosi diz que "na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A Memória não é sonho, é trabalho" [11] .

As lembranças constituídas nas relações sociais são mantidas nos diversos grupos e também nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer e da religiosidade, ancoradas no vivido, na experiência histórica. Segundo Maurice Halbwachs, só existe memória quando há sentimento de continuidade presente naquele que se lembra. Quando não se constitui em ruptura entre o passado e o presente, a memória retém do passado apenas o que está vivo ou "capaz de viver na consciência do grupo que a mantém" [12] produzindo-se no presente como representação do passado.

Ao buscar compreender a rememorização dessas famílias sobre as diversas formas de viajar, não se pode perder de vista a ponderação de Halbwachs: "Temos freqüentemente repetido: a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com ajuda de

dados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada” [13] .

Reconstruir as trilhas das memórias de caravanas e escoteiros possibilita uma leitura da história silenciada, esquecida, de mulheres e homens que aceitaram o desafio de recolonizar uma parte do Brasil. São relatos de memória do cotidiano da travessia, dos tempos múltiplos de antes da partida, da chegada, de experiências diversas; de alegrias e tristezas do fazer, de táticas e estratégias de sobrevivência de uma expressiva parcela pobre do país.

Retornando ao relato de Pedro Gomes, percebe-se em sua fala que as praticas na organização das viagens eram estabelecidas através da montagem dos grupos. Pelo olhar dele, os grupos menores, escoteiros, eram muitas vezes compostos apenas de homens solteiros, que se deslocavam a princípio sem as famílias, mas com a resolução em encontrar o lugar sonhado e depois voltarem em busca daqueles que ficaram.

Já Dona Carmozina Lima dos Santos narra assim sua experiência na trajetória de sua família:

> *A minha trajetória foi vir engarranchada nas costas de um burro, e hoje estou aqui. Não sei bem, mas a nossa caravana era a família de meu pai e a família de outro* (...) *A nossa viajem durou dois meses. A idéia era vir para Poxoréo, nós viemos no rumo, em busca de melhoras* (...).[14]

Este pequeno fragmento relata a forma como a sua trajetória foi entendida. Revela a narradora que, montada em um animal, conseguiu vencer os trechos e, pelo rumo, sua família e amigos chegaram em Poxoréo em busca de melhoras. A saída de sua terra parece significar uma tentativa de romper com aquele mundo de agonia e desalento; registra que, pelo rumo, procuravam ouvir o apelo do destino e a incessante busca pelo fim da estrada. Muitos migrantes percorreram diversos caminhos e descaminhos, perseguindo o sonho que os levaria a terra bem aventurada, e foi assim que muitos homens e mulheres trilharam os caminhos rumo a Poxoréo.

Dessa maneira, o Sr. Geraldo Paulino registra a forma como foi construída, através de vários meses, a trajetória de sua família:

> *A vinda, a trajetória nossa foi pelo convite de um conterrâneo que veio aqui no Mato Grosso primeiramente, o* [15]*senhor Argemiro Pimentel.* (...) *Naquela época, vieram 5 famílias, saímos de pau-de-arara, o proprietário do caminhão era o Zé Negrinho, que embarcou todo mundo, as malas e os caixotes. Em São Paulo ficamos quinze dias hospedados na casa de migração de lá.Onde ficamos 6 meses, trabalhando, fazendo derrubada, tirando lenha para vender nas margens da estrada de ferro, seis meses passamos, eram 25 pessoas, família, mulheres, crianças, acampados com a família. I* (...) *Em Cuiabá ficamos dez dias esperando o carro. Arrumado o carro, dai fomos até Dom Aquino, onde ficamos um ano e meio, de lá fomos para Paraíso do Leste, distrito de Poxoréo. E 15 km antes do Paraíso do Leste não tinha estrada, era de a pé carregando alimentação, crianças tudo nas costas até Paraíso do Leste* (...).[16]

A caravana de Sr. Geraldo Paulino possui um aspecto diferenciado das demais, uma vez que ela se enquadra dentro de uma das políticas governamentais visando a ocupação dos *espaços vazios* [17] implementadas entre os anos trinta a quarenta, tendo entre suas ações a Marcha para o Oeste. É, portanto, nesta fase *Getúlio* que a burocracia estatal articula e oficializa uma estratégia de ação para a interiorização de grandes contingentes populacionais.

Sonho de Riquezas.

Na construção da Marcha, segundo Lenharo, “todas a estratégia de propaganda armada sobre o slogan da Marcha para o Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela”.

As expectativas dos familiares estavam vinculadas às imagens do processo migratório inter - regional construído na década de 1930. Conforme já referido, o mito do *sonho de riquezas* criado no lugar social denominado Poxoréo ofereceu a esses grupos

migrantes estímulos para mudar. Entre os migrantes que embarcaram nessa viagem prevalecia a imagem de seus locais de origem como sendo lugar de atraso, de pobreza, dos maltratos, tanto pela natureza quanto pela falta de vontade dos governantes.

Ao contrário deste contexto, o Estado de Mato Grosso era visto como o lugar de fartura, onde encontrariam soluções para os problemas de trabalho e de melhora de vida. Era essa imagem de fartura que era representada e propagada por todas as formas de comunicação. As noticias forneciam uma visão do Oeste como espaço de abundantes recursos naturais passíveis de exploração lucrativa e com possibilidades de se construir atividades produtivas, de comércio e outras.

Era esse imaginário sobre a fantástica abundância e as projeções de farturas fácil que impulsionava a corrida para esse espaço. Naquele momento, tais representações eram para construir essa grande nação.

Ao narrarem suas histórias de vida e os seus deslocamentos por Mato Grosso, e ao transitarem por esse universo político, social e cultural brasileiro, à época, os migrantes emitem sinais, experiências de acordo com o imaginário construído e realizado. Esse imaginário é representado para alguns nas informações obtidas nas cartas, nos sonho, nas riquezas que se encontravam nas águas, chuvas, terras férteis e ricas de diamantes, o que se traduz, em vários olhares e discursos, e eles ainda moldaram as suas formas e meios de deslocamentos. Sob esta ótica, incorporo aqui as proposições de Roger Chartier acerca das representações dos discursos que produzem estratégias e práticas sociais que tendem a impor uma autoridade à custa de outros com o intuito de legitimar um projeto reformador ou justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas[18] .

NOTAS

---

[1] O texto é um fragmento da Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Mato Grosso/Programa de Pós-Graduação em História do ICHS/UFMT em maio de 2003 com o título: "*Entre Caminhos e Memórias: narrativas e cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréo-MT" (Primeira metade do século XX)* sob orientação do Professor Doutor, Mário Cezar Silva Leite.

[2] A cidade de Poxoréo possui uma área de 6.923,3 km², pertencente à mesorregião 130 – sudeste mato-grossense, à micro - região 537, denominada Tesouro, segundo classificação do IBGE. Seu relevo enquadra-se no planalto dos Alcantilados, que é elevado e escarpado, o Morro da Mesa e as demais formas do relevo estão esculpidos em arenitos da Formação Bauru, em argilítos e arenitos com siltitos da Formação Aquidauana e, nas partes mais baixas, nos folhelhos e siltitos da Formação Ponta Grossa. Já a cobertura vegetal é bastante homogênea, dominando a Savana Arbórea Aberta e a Floresta Estacional Decidual. Tem uma população de 20.030 habitantes, incluindo zona rural e urbana. Está localizada a 240 km da cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso (IBGE/2003 e BRASIL/ 1982).

[3] Segundo a memória dos narradores, c*aravana é* entendida como um encontro de pessoas que estabelecem relações socializantes em espaço e tempo históricos comuns e cujos integrantes introduzem neste lugar social um comportamento prático, cotidiano, mediante o qual se ajustam ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro. Nesse sentido, caravana aqui se refere ao deslocamento de grupos, famílias, pessoas que estavam abertos a ouvir, ler, receber, aceitar informações, histórias, notícias, propagandas de que haveria um outro lugar como um sonho onde todas as carências seriam sanadas.

[4] No entendimento dessas pessoas, revoltosos é a designação dada ao movimento revolucionário do Tenentismo (Coluna Prestes).

[5] A profecia está registrada no livro de *Zacarias* (9:9), no Velho Testamento, e diz: "Alegra-te muito, ó filha de Sião; escuta ó filha de Jerusalém; eis que vem a ti o teu rei, ele é justo e traz a salvação, ele é humilde e vem montado sobre um jumento (....)" (BÍBLIA SAGRADA).

[6] FALCON (2000 p. 42).

[7] Conforme Falcon, "representações, etimologicamente provém da forma latina representare - fazer presente" ou "apresentar de novo". Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo uma idéia, por intermédio da presença de um objeto (....) Outro sentido mais específico era: "colocar um objeto no lugar do outro", encenar um acontecimento, "re - apresentado-o" no presente. Ver FALCON, 2000.

[8] Relato de Esmeraldina Sodré de Oliveira.

[9] Ver CHARTIER, 1985.

[10] Relato de Pedro Gomes da Rosa

[11] BOSI, 1994, p. 55.

[12] HALBWACHS, 1990, p. 81.

[13] *Ibidem*, p. 71.

[14] Relato de Carmozina Lima dos Santos

[15] Ver relato de Geraldo Paulino Alencar

[16] Relato de Gerado Paulino Alencar.

[17] "Espaços vazios" – A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformando-a em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais de acordo com a orientação política vigente. Significava, portanto, para o regime de Vargas, a conquista do oeste, a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. E por outro lado, no que diz respeito ao Oeste, também, nessa parte do Estado de Mato Grosso, a imagem da exploração de um território ainda virgem não corresponde à realidade. Se Barra do Garças não passava então de um povoado com uma centena de palhoças, o garimpo, no entanto, há muito encontrava-se socialmente estruturado; de um lado 30 mil garimpeiros, e de outro 30 capangueiros, exploradores do seu trabalho. (LENHARO, 1986, p. 75).

[18] Ver CHARTIER, 1985, p. 17.

A ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA, PERIÓDICO E INSTITUIÇÃO: "O AGRONOMO" E UMA "NOVA ERA" DA AGRONOMIA NA BAHIA (1911-1915)[i]

Nilton de Almeida Araújo
Mestrando em Ensino Filosofia e História das Ciências
Universidade Federal da Bahia

Em 1911, no antigo engenho de S. Bento das Lages, entre São Francisco do Conde e Santo Amaro, no que fora o coração da produção açucareira do Recôncavo Baiano, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) criou uma escola média de agricultura. A *Escola Agrícola da Bahia*[ii] *ou Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura* (EAB-EMTP) foi aberta após dois anos da criação da própria pasta. Esta escola contava com um periódico mensal, fonte até aqui inédita no âmbito da História das Ciências no Brasil, *"O AGRONOMO – Orgam dos Estudantes da Escola Agricola de São Bento das Lages"*, produzido pelo Centro de Estudantes da EAB-EMTP.

Além de a história da Escola ser pouco conhecida, os poucos estudos publicados centram sua atenção no período em que a EAB estava sob os auspícios do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1859-1904)[iii]. Concluímos ser oportuno, portanto, conhecer um dos períodos menos conhecidos da sua trajetória, ao tempo em que foi um dos momentos em que seus vínculos com um projeto nacional para aprofundar as relações entre ciência e agricultura foram dos mais fortes, a década de 1910 da República Velha, tendo em vista sua avocação pelo recém criado Ministério da Agricultura.

A criação do MAIC e da EAB-EMTP se inscreve em um movimento que reunia oligarquias agrárias organizadas na Sociedade Nacional de Agricultura (criada em 1897) que buscava institucionalizar seus interesses no aparelho de Estado por meio do MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1909), buscando se contrapor à hegemonia[iv] que São Paulo alcançara após a queda do Império. Um movimento político "integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais

específicos de organização, expressão e difusão de demandas. De tal movimento, cujas nuances apontam para segmentações no seio da classe proprietária rural e para oposições à sua fração hegemônica, provenientes do que chamarei de 'frações dominadas da classe dominante', identificadas ou não com oligarquias de estados da federação, originou-se um discurso igualmente diferenciado e não monocórdio, como supões alguns"[v].

Entretanto, o fomento do governo republicano ao ensino agronômico na Bahia ocorre numa região em que a articulação entre ciência e agricultura remete no mínimo à Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBa, 1832), depois ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA,1859) criador da Imperial Escola Agrícola da Bahia (1877) e culminando na Sociedade Baiana de Agricultura (SBA,1903), filiada à Sociedade Nacional de Agricultura[vi]. Na liderança destas instituições sempre esteve uma mesma fração de classe dominante, a elite açucareira do Recôncavo, e os professores da EAB-EMTP eram em sua maioria egressos desta que foi a primeira escola voltada para a formação de profissionais de nível superior especialmente dedicados à agricultura, os engenheiros agrônomos.

A EAB-EMTP formava agrônomos, de nível médio. Em seus terrenos também funcionava o ensino elementar agrícola, no Aprendizado Agrícola. Fica marcada uma forte hierarquização do ensino agrícola que converge com as políticas vigentes no Ministério da Agricultura. O MAIC estabelecia as relações entre ciência e Estado de modo a legitimar as intervenções dos agrônomos, "agentes portadores de um saber dotado de uma ratio imanente, perpretadora da fragmentação entre trabalho intelectual e trabalho manual. A apropriação da Ciência pelo Estado imbrincava-a aos mecanismos de poder, justificando a criação de um corpo de agentes especializados, tornados burocratas 'intelectualizados'" (Mendonça, S. R. *O ruralismo brasileiro*, p.145). Desenvolve-se a estratificação do ensino agronômico entre os que trabalham, os que vigiam e os que dirigem, i.e., o ensino elementar, o ensino médio teórico-prático e o ensino superior.

Porém há um novo aspecto a considerar. Se Mendonça estabelece para os níveis do ensino agronômico uma homologia entre o campo científico e o campo político e social, i.e., no interior deste ensino se reflete uma clivagem estruturante e estrutarada numa sociedade de classes, **a polarização entre tutor/engenheiro agrônomo e tutelado/operário agrícola tem sua origem não na República, mas na monarquia, e mais precisamente na Imperial Escola Agrícola da Bahia, a partir de 1877**. Já neste período temos este corte entre formação de engenheiros agrônomos e regentes/operários agrícolas[vii].

Outro aspecto significativo é o grau de endogenia da EAB, registrando um dos mais altos índices de professores egressos da própria instituição. No corpo docente listado na revista – sete professores – cinco foram formados pela EAB no período do IIBA, além do próprio diretor, Henrique Devoto que se diplomou em 1880, na primeira turma[viii].

Nesta incursão sobre a institucionalização da agronomia na Bahia, buscaremos no âmbito da História Social das Ciências[ix], analisar práticas científicas cujo sentido é localmente produzido, ou seja, trata-se de compreender o que significava ciência naquela época, quais suas práticas, valores e métodos compartilhados por seus praticantes. No escopo de nossa análise, *O AGRONOMO* será fonte decisiva para conhecer os profissionais envolvidos neste espaço institucional, sua atuação e formas de organização, produção e divulgação de seus trabalhos, particularmente deste período de sua existência.

Conforme publicado em sua seção *Noticiário*, o regimento interno da revista *O AGRONOMO* define em seu art. 3.º a sua forma de organização. As seções seriam as seguintes:

> "*a)* uma seção agrícola industrial e comercial de colaboração dos membros honorários do *Centro* (agrônomos e engenheiros agrônomos);
> *b)* uma seção idêntica à precedente de colaboração dos membros efetivos do *Centro* (estudantes);
> *c)* uma seção oficial do *Centro*, em que serão publicadas as atas de suas sessões e mais assuntos concernentes à sua direção;
> *d)* uma seção bibligráfica (publicações recebidas; [sic]
> *e)* uma seção noticiosa (assuntos que se não afastam da índole da revista);

f) uma seção literária".

A seção definida na alínea *e)* teria o título de *Noticiário*. Nela é que encontramos mais elementos acerca do cotidiano da EAB-EMTP. O seu *Expediente*, reproduzido em todas as edições, define que "*O AGRONOMO* publica-se mensalmente, aceitando artigos de colaboração sobre assuntos que não se agastem dos interesses agrícolas, comerciais e industriais, a juízo da redação". Em *Biblioteca* se registra não só a freqüência como os principais assuntos pesquisados na mesma[x].

Mas é nos artigos que somos apresentados às concepções e propostas destes agrônomos e agronomandos sobre, agricultura, ciência, educação e ensino agrícola. Os artigos, especialmente dos estudantes, adquirem aqui papel vital na medida em que utilizaremos o conceito de habitus[xi] conforme Pierre Bourdieu em *O Campo Científico*, o que envolve identificar qual o "espírito científico" desta escola, ou seja, a homogeneidade na heterogeneidade.

Em *Lição de Coisas (Para os Alunos do Aprendizado)* temos uma espécie de aula simulada, com o professor tratando especialmente de Zoologia, em que o corte principal estabelecido entre os animais se dá a partir de sua utilidade ou nocividade à produção agrícola, com ênfase especialmente na entomologia e outros ramos da zoologia. De acordo com o próprio autor destes artigos, seu objetivo é ser o menos complexo possível, pois não desejava "cansar a memória" daquele que em todas lições chama de "meu filho".

Na prática, o professor faz questão de pontificar erudição, revelando concepções e hierarquia entre as ciências. Num momento histórico em que química e física estão bastante estabelecidas no centro do conhecimento científico, em *Lição de Coisas I* desloca para a ciência agrícola a fonte do conhecimento humano. E desde já inicia sua crítica ao darwinismo social de Spencer, que se faria presente em outras "*Lições*".

> "Eu poderia dizer que *a Ciência única é a Física*, e não teria dito um absurdo. *A única Ciência mater é a ciência agrícola*, e não seria um paradoxo. *Não me refiro nem à Agricultura nem à Agronomia. Esta é um ramo da ciência muito recente*; é um rebento novo; aquela é muito antiga para gozar dos foros de Ciência; mas eu *disse – Ciência Agrícola*. É desta que provêm todas as investigações humanas, todo o conjunto do humano saber.
> (...) Muito pouco importa saber a origem da Ciência, o essencial é conhecer a origem e natureza das coisas. *Herbert Spencer* disse que é muito *mais útil conhecer a natureza dos objetos do que a natureza das palavras*. Ele quis assim exprimir que muito mais convém o conhecimento dos objetos do que o conhecimento das línguas. *Nem tanto, nem tão pouco. Tudo é relativo* (...)" (grifei).

A ciência, como conhecimento que confere legitimidade não só a um campo profissional, mas a um conjunto de práticas políticas, é um componente estruturador dos textos de engenheiros agrônomos formados e estudantes. Podem ser identificados como permanências importantes na Primeira República – frente ao período imperial – a defesa da vocação agrícola brasileira e da vinculação de seu destino aos rumos da nação, e a defesa do ensino agrícola e da difusão da ciência, da técnica e da racionalidade no campo e, principalmente, o agrônomo como o agente civilizador do campo, em contraponto ao bacharel, graças ao seu arcabouço científico.

A articulação ensino agrícola/ciência e ruralismo aparece nos textos que se dirigem ao MAIC, com propostas para o ensino agrícola em geral e para a EAB-EMTP em particular, particularmente nos textos de Victor André Argollo Ferrão, outro personagem que reúne as relações entre instituições de saber e poder, como professor (do Instituto Agrícola da Bahia), articulista (do Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia) e sócio da Sociedade Bahiana de Agricultura. Os seus três textos foram publicados sob o título de "Ensino Agrônomico", do qual dependeria o progresso da nossa lavoura (números 02 03 e 05, páginas 28-29, 43-44 e 85-87, respectivamente). As preocupações e soluções de Ferrão em reformar o ensino da EAB-EMTP

se circunstanciam nos objetivos precípuos do MAIC em implantar no Brasil um ensino agronômico racional e civilizador.

Esta linha seria adotada nos artigos de abertura do *O AGRONOMO*, conforme a análise do texto "O Problema Nacional" indica. Com os demais textos de abertura da revista temos um conjunto de editoriais que está estruturado em torno da "pátria", da "nação", da "civilização" e da afirmação do caráter "essencialmente agrícola" do Brasil, cujo progresso está incondicionalmente vinculado à reforma do ensino e particularmente do ensino agrícola como fatores de progresso.

Na leitura de "Nova Era" , primeiro texto do primeiro número de *O AGRONOMO* (p.02-3), são apresentadas concepções caras ao ruralismo. No primeiro parágrafo, os vínculos orgânicos entre nação e agricultura são de pronto estabelecidos:

> "País novo, *essencialmente agrícola*, o *nosso*, até então olvidara a sua maior fonte de riqueza, de que promanariam sempre os grandes bens, os inesgotáveis recursos de energia. (...) entretanto, a seiva que deveria correr as artérias da *nação*, fortalecer-lhe o organismo, enobrecer-lhe o nome, dar-lhe grandeza e vigor, abandonara-se à perspectiva dessa vaidade a que inspiraram as simples previsões da *nossa grandeza*" (grifei).

O texto defende a emergência de medidas que vitalizariam nossa riqueza "superabundante, pródiga e inesgotável", por meio "somente na agricultura , de que dependem a indústria e o comércio", ou seja, a criação do MAIC e a recriação da EAB-EMTP por este órgão.

> "A criação do Ministério da Agricultura veio satisfazer às mais justas aspirações nacionais, tão seguro o seu programa, tão promissoras as suas primeiras tentativas dentre as quais, sem o caráter pessoal que pareça ter, orgulhamo-nos de salientar a avocação da Escola Agrícola da Bahia".

Assim, a criação do *O AGRONOMO* se inscreve nesta conjuntura em que na "vida nacional" se fecundam reformas para a elevação da pátria, em "uma nova era de progresso e de engrandecimento", almejando ter êxito aonde o Instituto Agrícola da Bahia falhara.

A estratégia de articulação entre os planos regionais e nacional se torna mais evidente na medida em que cruzamos as informações contidas no periódico com os Relatórios anuais do MAIC. Segundo estes relatórios, o ensino agronômico se desenvolveria sobre um tripé institucional. A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária[xii] formaria engenheiros agrônomos no Rio de Janeiro, enquanto a EAB-EMTP seria uma instituição "que deve servir toda a região do norte, nos termos do Regulamento do Ensino Agronômico". Por outro lado, a escola média ou teórico-prática, anexa à Escola de Engenharia de Porto Alegre estava destinada a servir à região meridional do país[xiii]. Temos, assim, as principais instituições de ensino agronômico do país tendo por base um estado do "Norte" e um do sul ministrando o ensino de nível médio, e o pólo principal formando profissionais de nível superior, engenheiros agrônomos, na capital do país.

Contudo, a despeito do investimento federal em infra-estrutura e pessoal, e do seu papel estratégico no movimento ruralista no período em foco, a Escola Agrícola seria fechada em 1916, sendo reaberta em 1920. Desta vez voltando a ser uma instituição de nível superior.

É preciso destacar que o papel que a escola da Bahia exerceu no ensino agronômico na Primeira República, deveu-se à tradição científica estabelecida em sua primeira experiência institucional (1877-1904), o que também se consolida pelo alto grau de endogenia de seu corpo docente. Esperamos também contribuir para a compreensão do ruralismo brasileiro na Primeira República além do eixo Rio-São Paulo, e que a articulação da oligarquia baiana neste contexto em torno da ciência e da agricultura, deu-se a partir de seus próprios interesses, com raízes em personagens e instituições com raízes no período imperial.

[i] Este texto apresenta resultados parciais do projeto de mestrado *A Escola Agrícola de S. Bento das Lages e a institucionalização da Agronomia no Brasil (1877-1930).*

[ii] A Escola Agrícola da Bahia no período em que se localizou em São Bento das Lages passou pelos seguintes modelos institucionais: escola imperial de nível superior – 1877/1904, instituto agrícola estadual – 1904/1910; escola

média federal – 1911/1916; 1917-1919 – fechamento; escola superior estadual – 1920/1930. FIÚZA, S. *Escola Agrícola da Bahia.* Salvador: 1934

[iii] As duas principais referências sobre este período são: BAIARDI, Amilcar. "O Papel do Imperial Instituto de Agricultura na Formação da Comunidade de Ciências Agrárias da Bahia, 1859-1930". In Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia (7.: 1999: São Paulo) VII Reunião de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. Anais/José Luiz Goldfarb & Márcia H. M. Ferraz (orgs.). São Paulo: EDUSP: EDUNESP: Imprensa Oficial do Estado: SBHC, 2001; e TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982

[iv] Compreendendo que a hegemonia primeiramente pressupõe a direção intelectual de uma dada fração sobre o conjunto das demais integrantes do bloco no poder e, em seguida, sobre os segmentos sociais dominados, constituir-se como classe dirigente frente às demais frações dominantes tem como elemento estratégico a formação de seus quadros. Cf. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

[v] MENDONÇA, S. R. O ruralismo brasileiro – 1888-1931. São Paulo: Hucitec, p. 13

[vi] ARAUJO, N. A. *A Escola Agrícola da Bahia e a Institucionalização da Agronomia no Brasil: (1877-1930)*. In: II Encontro Estadual de História. – Feira de Santana: ANPUH: UEFS [cd-rom] (no prelo)

[vii] A despeito dos vários modelos institucionais adotados, a origem social do indivíduo é o critério decisivo para sua inscrição no campo agronômico. No período em que a EAB funcionou como Instituto de Agricultura da Bahia, p. ex., sua estrutura era: "a) um curso para instrução de fazendeiros, agricultores e criadores; b) um curso para trabalhadores rurais; c)uma estação agronômica; um posto zootécnico". Suprimia-se, portanto, o ensino de nível superior, mantendo-se um corte entre dois níveis discursos cujo público continua sendo definido pela sua condição de classe, ou seja, proprietários (alínea a) e trabalhadores (alínea b). Cf. BAHIA, *A Escola Agrícola da Bahia,* 1934, p. 22

[viii] Segundo os anuários de 1934 e 1936, donde também coligimos informações sobre Devoto, os professores Durval Olivieri e Firmino Elói de Almeida concluíram em 1897, Anibal Revault de Figueiredo em 1899, Romulo Gonçalves em 1900. O professor formado há mais tempo era José Geminiano Guimarães, da turma de 1886. Cabe frisar que o diretor do Aprendizado Agrícola, João Silvério Guimarães formou-se também em 1893 pela EAB. Silvério Guimarães seria o mais regular colaborador do *O AGRONOMO*, através da seção *Lição de Coisas* publicada em todos os números.

[ix] Desde a década de 1980 que os trabalhos de História das Ciências no Brasil vem desenvolvendo uma revisão crítica da produção científica *no* e *sobre* o país. Na elaboração deste texto, particularmente, nossas principais referências foram: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* . Rio de Janeiro:: Editora Fiocruz, 2001; SANTANA, José Carlos Barreto de*. Ciência e arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo/Feira de Santana: HUCITEC/UEFS, 2001; HEIZER, A. e VIDEIRA, A.A.P. - *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro, Access Editora, 2001; FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M*. Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina* – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000; FIGUEIRÔA, Sílvia F. M. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875 – 1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997; LOPES, M. Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as Ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

[x] Além da leitura de jornais e revistas, os temas maciçamente pesquisados foram, pela ordem, Zootecnia, Química, Física, Botânica, Zoologia, Fitopatologia, Mineralogia, Agricultura, Filosofia, História Natural, Matemáticas, Literatura. Esta seção revela um acervo rico, atualizado, e indiretamente um panorama acerca da produção científica, técnica e de associações de classe em torno da agricultura no Brasil. Há um intercâmbio internacional, notadamente com Estados Unidos, França, Portugal e países da América do Sul, mas o que se destacam são as publicações agrícolas e científicas de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Amazonas.

[xi] O conceito de *habitus* ocupa uma posição central nas análises de Sônia Mendonça sobre a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ, Piracicaba-SP) e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV, Rio de Janeiro-RJ) em MENDONÇA, S. R. *Agronomia e Poder no Brasil*. – Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. O *habitus* sistematiza a marca distintiva dos elementos egressos de determinado campo de instituições de ensino, isto é, sintetiza um processo através do qual indivíduos serão dotados de um programa homogêneo de percepção, pensamento e ação, o que resulta em diplomados que introjetam o "espírito", i.e., o *habitus* destas instituições. Nestes espaços escolares se dá a formação do habitus, um repertório comum de propostas de intervenção e predisposição para ação, que pode ser explicado pela extração social dos seus componentes, mas não exclusivamente (Bourdieu, *O campo cientiífico* in ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. – São Paulo: Ática, 1983). Esta questão aqui adquire ainda mais relevo na medida em que diferentemente das Escolas de Rio e São Paulo, há uma longa tradição e produção que remete ao período imperial, desde oficialmente 1877.

[xii] Seu primeiro diretor, Gustavo Dutra, foi formado na primeira turma da Escola Agrícola da Bahia, em 1880. "D'Utra logo partiu para especializar-se na escola francesa de Grignon (...)D'Utra migrou para São Paulo integrando, de pronto, missão oficial designada pela Secretaria de Agricultura, incumbida de visitar os estabelecimentos de Agronomia dos EEUU e Europa no ano de 1900. Em seu retorno, após apresentação de substancial relatório, seria convidado para ocupar um dos mais relevantes cargos junto àquele órgão do Executivo paulista: a direção do Instituto Agronômico de Campinas, onde permaneceu até 1908, sendo logo alçado à testa da Secretaria [de

Agricultura do Estado de São Paulo], em substituição a Candido Rodrigues quando de sua indicação ao Ministério da Agricultura"(MENDONÇA, 1998, p.126). Aliás, pouco depois sua diplomação (em 1880), seria ele o responsável pela introdução da soja no Brasil, em 1882.

[xiii] BRASIL, Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1911-1916

O ascetismo cortês e a invenção do indivíduo na literatura medieval

Nilton Mullet Pereira – UNISINOS/RS

Palavras Chaves: Amor; Indivíduo; Literatura.

O interior

O indivíduo aparece em diversos lugares: Na justa amorosa cortês ou nos confins das noites eternas da floresta; na promessa do segredo feita no leito de uma grande Dama ou na errância fugitiva à ilegalidade do bosque, lá está ele nascendo, emergindo como um espectro que invade o gregarismo, o coletivismo, a morte e o pecado universal. Nasce da invenção do seu íntimo e ao conversar com Deus e à Igreja, confessa o seu pecado e mostra-se para divindade e para si mesmo. Peca por si – na evidência e na intenção – não apenas pela origem mal fadada de todo o homem. Está ele emergindo nas difíceis entradas da lei da confissão e na esperança da eternidade, representada no purgatório.

Ele está aparecendo pelas bordas suaves do poema cortês, onde a experiência de si se dá na promessa, no segredo e na guerra do amor, que leva o cavaleiro a transformar-se nos seus mais íntimos modos de ser e leva a Dama a uma liberdade de dizer não e de escolher pelo melhor. Pelo amor-obstáculo ele se constrói – aprende a contrição, o auto-controle e se faz virtuoso a guardar um segredo que é só dele. Ele aparece repentino driblando a vigilância da Igreja e preenchendo de moedas seus bolsos cada vez mais fundos: a nova economia o ascende e o constitui.

Ele nasce lentamente diante da relíquia no altar, espaço de encontro entre o divino e o terreno – lá onde o divino se mostra a todos na forma da Eucaristia. É aí, na hora da cerimônia agora sagrada do casamento, que a noiva, depois de explorar o fundo de sua intimidade, escolhe e revela o desejo, ultrapassa o limite da lei, do código, da própria aliança e, sobretudo, da política. O século XII assiste, bem pouco atônito, à emergência dele, o indivíduo.

São muitas as evidências a demonstrar, no fatídico século XII, a invenção da interioridade. Desde o exterior (espaço social), códigos diversos e práticas sociais ensejam e encorajam a produção de um homem singular, único e intimamente voltado a si mesmo.

Este texto não trata de todos os códigos ou de todas as práticas sociais, mas reconhece, no recôndito espaço do seu plano, que a emergência do indivíduo[1], considerado como interioridade e diferença em relação ao exterior, deve-se mais ou menos a uma série de acontecimentos que marcam o aparecimento de uma nova Idade Média, no século XII.

Poderia me deter na análise de uma quantidade significativa desses eventos históricos que, entre o final do século XI e o início do século XIII, indicam a criação de códigos morais e estabelecem novas leis e novas práticas sociais na Baixa Idade Média, mas me reportarei a dois deles, como forma de demonstrar regularidade enunciativa em relação ao documento que é minha fonte principal de análise: *Traité de L`amour courtois*, de Capelão, são eles: a obrigatoriedade da Confissão, a partir de 1215[2]; e o papel do eremita ou do cavaleiro solitário.

A solidão e o auto-exame

A Confissão, no início do século XIII, transportou para a intimidade da alma a auto-regulação em relação às tentações demoníacas, fazendo da auto-análise uma forma de ascética, em que todos os fiéis estavam envolvidos pela obrigatoriedade. A auto-reflexão sobre si e seus pecados criou um espaço de segredo, interiorizando o arrependimento e levando o homem a construir uma visão de si mesmo. O auto-exame da Confissão implicou que o pecado tranferiu-se do ato para a intenção. Trata-se da criação de um interior, absolutamente solitário, no qual o Eu observa a si mesmo e repara, não simplesmente seus atos, mas antes de tudo, a possibilidade da sua ocorrência: o alvo é o pensamento como potência criativa.

O exame ensejado pela Confissão permite ao fiel um segredo que é somente dele. O eu, diz Duby, "reivindica uma identidade no seio do grupo, o direito de ter um segredo, distante do segredo coletivo" (2004, p. 508). Isso porque a verdade revelada à Deus, por intermédio do sacerdote, ínsita ao auto-exame e à penitência, mas sobretudo ínsita à produção de si, à constituição de uma auto-imagem, que somente pode ser feita na solidão.

Foucault (1994) mostra como o pensamento se tornou alvo da desconfiança na experiência cristã da carne. Tudo o que pode haver nele de pervertido, tentador e obscuro,

[1] Na visão de GOUREVITCH (2002, p. 621) "a individualidade é uma pessoa que se voltou a uma auto-reflexão e que se pensa como um eu particular, único".

[2] A partir de 1215, a confissão tornou-se obrigatória ao menos uma vez por ano, criando o hábito de auto-análises periódicas. Nesse novo quadro psicológico, o arrependimento passou a ser um sentimento importante, registrado pela literatura (FRANCO JR, 1997, P. 67)".

somente pode ser erradicado pelo exame de consciência e pela revelação da verdade através da confissão – o pecado é, agora, um habitante temido do interior (do indivíduo).

Esse interior não é simplesmente uma absorção do exterior, como a interiorização de um conjunto de regras ou códigos de conduta que regulam desde "fora". O interior é produto do trabalho ascético: da agonística do Eu contra seus segredos mais profundos; suas mais altas aspirações de pureza e de despreendimento. A vida gregária é justamente o espaço coletivo do qual o monge ou o cavaleiro fogem para, na solidão do mosteiro ou da floresta, criar o seu interior. Então, o interior além de uma reflexão sobre si mesmo a partir das regras de conduta propostas pela nova sociedade, é também movimento de auto-constituição a partir de uma série de técnicas de poder e disciplinamento.

A luta contra o mal, engenho do indivíduo nascente, tem no final do século XI a criação de um grande aliado: a fundação de Cîteaux. Os cirtercienses levaram às últimas conseqüências a regra de são Bento e afastam-se o mais possível da ordem social, para constituir a solidão necessária ao trabalho ascético e a construção do interior. O silencio, a obediência e o afastamento de todos os pecados e tentações criam a figura do monge eremita.

Os Cartuxos foram mais longe que os cirtercienses,

> não escolheram apenas retirar-se em um deserto mais escarpado, viver entre os animais selvagens, na montanha, espaço simbólico da ascensão espiritual; sua regra limitou para todos a vida comum a períodos muito curtos, alguns exercícios litúrgicos, algumas refeições festivas; fora desses episódios, cada religioso encerrado no silêncio de sua própria cabana devia orar e trabalhar como verdadeiro monge, isto é, sozinho (DUBY, 2004, p. 509).

O eremita busca os espaços menos propensos à vida gregária, assim como o cavaleiro errante que foge para a floresta, para as montanhas, para os bosques – lá onde a lei não chega; lá onde a solidão eleva a alma e revela ao monge ou ao cavaleiro, o mais íntimo das suas tentações e dos seus segredos. Diz Duby que a discrição e o silêncio são "desde o fim do século XII, na sociedade profana, o primeiro botão do que se tornará para nós a intimidade(2004, p. 515)".

A fuga não é apenas para fora do espaço da cidade, mas para o interior. Abelardo e Eloísa escolheram a vida monástica; Tristão e Lancelot se perderam por longo período na floresta de modo, menos a fugir da lei e da ordem – das obrigações que a vassalagem lhes reservou – e mais, para adentrar-se em si mesmos. Abelardo foi mais longe, de tanto interiorizar-se, criou sua autobiografia – a história das suas calamidades[3].

Gourevitch sustenta que os historiadores que tentaram decifrar a constituição da individualidade na Idade Média, se detiveram em autobiografias ou confissões. Afirma o autor que o texto autobiográfico de Abelardo e de outros medievais, somente pode exprimir a tomada de consciência de si mesmo através da "assimilação" dos fragmentos de outros indivíduos. "Quando Abelardo evoca os momentos críticos de sua existência, ele se compara a São Jerônimo: ´a malevolência dos francos levou-me para o Ocidente [do seu retiro do Paráclito], como a dos romanos havia feito outrora como Jerônimo em relação ao Oriente` (GOUREVITCH, 2002, p. 622)". De qualquer modo, se é verdade que não se pode abandonar a originalidade do relato do filósofo, é verdade, conforme o autor, que Abelardo é tributário da explosão de uma consciência individual que ocorre no século XII, mas ainda assim "constrói sua individualidade a partir de modelos arquetípicos (Idem, p. 622)".

Enfim, o cavaleiro, o eremita e mesmo o filósofo Abelardo, seja pela vitória na justa amorosa (a promessa do amor da dama); seja pela pureza alcançada com a solidão; seja através da autobiografia, procuram a distinção, a singularidade e o destaque. O cavaleiro errante é, por exemplo, no romance cortês, geralmente um despossuído, sem herança, o que lhe resta é a distinção, o destaque: pelo vigor e valentia ou pela corte à dama.

O amor e o indivíduo

André, o Capelão, escreveu um tratado sobre o amor. Nesse tratado, ele revela como, na Corte, a justa amorosa era um meio ascético através do qual se dava a promoção individual.

Duby afirma que a justa cortês ocorria no interior da "grande casa aristocrática", lá "tudo se passava como se o senhor dessa casa delegasse à sua esposa, a dama, o poder de eleger o melhor, de isolar por sua escolha esse indivíduo do grupo social no qual todos os

[3] CARTAS de Abelardo y Heloisa: Historia calamitavm. 3. ed. Barcelona: Jose J. De Olaneta, 1997. 159 p.

membros procuravam brilhar diante dos seus olhos: pelo amor cortês, sem dúvida mais do que pela competição esportiva, o desejo de autonomia pessoal foi exaltado no seio da confusão comunitária (2004, p. 514)".

O amor é um jogo. Capelão conduz o leitor no interior de uma guerra de argumentos que, não apenas abre espaço para a dama fazer a sua escolha e para a exposição dos atributos do cavaleiro, mas para a construção de um resultado pouco inusitado: o indivíduo virtuoso – destaque nas hostes do amor; virtuoso no duelo singular; o primeiro dentre os homens honrados e merecedores da promessa de amor da dama.

Ao estabelecer as regras para a conduta no jogo amoroso, Capelão cria um conjunto de códigos a partir dos quais o amante realiza a leitura de si mesmo. Estar adequado a essas regras – o que é feito pelo exame de si, isolando-se em relação aos outros, no sentido de abordar a si mesmo como sujeito de condutas – significa poder partilhar da distinção da vida cortês.

Eis as regras do amor:

> I. Foge da avareza como do flagelo funesto e abraça o que for contrário. II.Mantém-te casto para aquela que amas. III.Não tentes destruir o amor de uma mulher que esteja perfeitamente unida a outro. IV. Não busques o amor de nenhuma mulher que o sentimento natural de vergonha te impeça de desposar. V. Lembra-te de evitar absolutamente a mentira. VI. Evita contar a vários confidentes os segredos do teu amor. VII. Obedecendo em tudo às ordens das senhoras, esforça-te sempre por pertencer à cavalaria do Amor. VIII. Dando e recebendo os prazeres do amor, cuida de sempre respeitar o pudor. IX. Não sejas maldizente. X. Não traias os segredos dos amantes. XI Em qualquer circunstância, mostra-te polido e cortês. XII. Ao te entregares aos prazeres do amor, não excedas o desejo de tua amante (CAPELÃO, 2000, P. 98).

A observância das regras do amor cortês renova a cada dia a promessa do Paraíso. Era em razão de um alvo-finalidade, a virtude, que as regras do amor cortês funcionavam como um modo de sugerir uma moral para a prática amorosa. Conduzir-se segundo os preceitos da generosidade, da humildade, da honra e do comedimento, era o princípio do ideal cavalheiresco – princípio distintivo e singularizador. O trabalho ascético implica todo uma mística que propõe punição e recompensa dependendo do modo como cada um se comporta frente as regras do amor.

Nesse sentido, Capelão faz uma alegoria da morada do deus do amor e estabelece a recompensa ou a punição devida a cada uma das damas, conforme sua conduta diante das regras do amor. A morada do deus do amor é um palácio: uma magnífica construção erigida no centro do mundo, constituída de quatro portas, cada uma delas correspondendo a uma determinada categoria de damas. Cada uma das categorias de damas está disposta de uma maneira diferente diante das regras do amor; trata-se de uma figura para indicar a relação de cada uma, segundo sua conduta amorosa, com o deus do amor.

As damas da porta sul deixam as folhas sempre abertas, acolhem aqueles que as cortejam e escolhem entre eles o mais virtuoso, ou seja, o homem que se apresente e prove sua generosidade, humildade e obediência. Estas estão abertas ao amor, por isso observam rigorosamente e de modo determinado as regras da cortesia. Isso as torna iluminadas pelo radioso raio do amor.

As damas da porta oeste não passam de cortesãs, não são dignas de participar das assembléias de damas e cavaleiros, por se entregarem com facilidade e sem segredo a mais de um amante: “São mulheres vulgares que não rejeitam ninguém (CAPELÃO, 2000, p. 83)”.

Não consideram as regras do amor, portanto não lhes importam as virtudes e os méritos apresentados pelos homens, sua distinção. As cortesãs são incapazes de amar verdadeiramente e entregam-se aos prazeres de Vênus de forma indistinta. Todo o homem virtuoso deve fugir delas como o *diabo foge da Cruz*. De vez que entrando no palácio, o raio do amor – que reside a leste – não pode atingir mulheres de tal estirpe.

As damas da porta norte deixam sempre a porta fechada para o amor, “vedam a todos a entrada no palácio do amor”. A estas é que são reservados os maiores e piores tormentos após a morte. Elas nem mesmo vicejam a possibilidade de enamorar-se, nem mesmo são como as cortesãs que dificilmente enamoram-se, é verdade, mas entregam-se, pelo menos, aos prazeres de Vênus. As damas da porta norte parecem cometer impropério pior frente ao julgamento do Deus do amor, pois inibem a cortesia de todo e qualquer cavalheiro. Negam-se, portanto, ao amor. Elas são, definitivamente, desgraçadas. Elas não dão graça e não fazem verter virtude dos homens. Fecham o coração e, por isso, são inteiramente desprezadas pelo Deus do amor. São tão maledicentes que, postas à esquerda, são amaldiçoadas. Inúmeros sofrimentos lhes aguardam depois da morte, inclusive a morte eterna infernal.

O código sugere dois movimentos ascéticos distintos: o primeiro é a política do segredo, elemento essencial para a constituição da interioridade e depois da intimidade; o segundo, é a justa que implica a exposição de si num jogo dialético que imita a prática escolástica.

Diz Capelão: "Evita contar a vários confidentes os segredos do teu amor (...) Não traias os segredos dos amantes". Manter o segredo é o elemento que na lógica cortês prolonga a relação amorosa; preserva o indivíduo e sua distinção e destaque em relação aos outros. Lanval, no Lai de Marie de França, revela o segredo do amor e cai em desgraça. Pela necessidade de livrar-se das acusações da rainha, que tentava fazer de Lanval seu amante, o cavaleiro revela o segredo do seu amor: "Dama, desse ofício de que falais não entendo nada. Mas amor e sou amado por aquela que, por seu mérito, está acima de todas que conheço (MARIE, 2001, p. 87)". Lanval caiu em desgraça: "voltara a sua habitação e se apercebera de que tinha perdido sua amiga; pusera a descoberto seu caso de amor!(Idem, p. 88)".

O segredo, o pecado da intenção, a Confissão e o auto-exame são estratégias discursivas que constroem, todos eles, a interioridade. O segredo e o silêncio, seu correlato, como diz Duby, é o primeiro sinal da invenção do que chamamos de intimidade.

Numa época na qual novas grupos sociais se avizinhavam e partilhavam a cena, quando uma boa quantidade de cavaleiros estavam cada vez mais fora da partilha e da herança, o amor e o seu segredo como forma de distinção e afastamento do coletivo, é fonte importante da nobreza cortesã.

O *fine amor* parece ser um elemento necessário para a distinção do nobre em relação ao burguês: essa categoria de gente que invade os bosques, os castelos, as cidades, o mundo medieval. As práticas amorosas corteses serviram, numa época de surgimento de novos grupos sociais na Europa ocidental, como elemento singularizador e diferenciador da nobreza cortesã. Tratava-se de constituir uma outra "forma de vida" específica para a nobreza, que abrisse um campo de possibilidades de vida, independentemente do que se instituía e consolidava no mundo feudal da Baixa Idade Média. Ela pretendia a afirmação de um estilo de vida nobre diante da desagregação dos ideais cavalheirescos[4]. Bloch

[4] Há notadamente, entre as diversas tentativas de explicar o amor cortês no interior da sociedade feudal, aquela que põe esse amor como um problema ligado a duas questões: a questão da herança, que privilegiava os primogênitos, deixando os filhos mais novos destituídos de posse, sem terra e, logo, fora das relações de prestígio e riqueza feudais; a questão, ligada à primeira, da ameaça que significa, na Baixa Idade Média, do surgimento de uma burguesia mercantil. "...A classe dos cavaleiros desapossados era ao mesmo tempo ameaçada por baixo pelo surgimento de uma burguesia urbana – uma classe de guarda-livros alfabetizados,

mostra tal desagregação através da história de Lanval, um cavaleiro da corte de Arthur. Lanval foi o único cavaleiro da corte de Arthur a não receber nem terra nem mulheres, ele foi esquecido pelo Suserano. Desse modo, ele é contado no contingente daqueles cavaleiros despossuídos em função das novas relações de herança e consangüinidade da Baixa Idade Média. Lanval vaga perdido pelo campo até encontrar com a dama-fada que lhe permite prestígio e riqueza, coisas as quais Arthur não lhe concedeu: "a dama fada promete-lhe eterna fidelidade (em contraste com o esquecimento de Arthur) e, o que é mais importante, tanta riqueza quanto o coração dele desejar:

Ore este Lanval em dreite veie! Um dun li ad duné aprés: Já cele rien ne vudra mes Que il nen ait a sun talent; Doinst e despende largament, Ele li troverat asez. Mut est Lanval bien assenez: Cum plus despendra richement, E plus avra or e argent!	Agora está Lanval na via certa! Pois ela lhe deu um último dom: daí em diante, nunca mais ele desejaria qualquer coisa que não a tivesse tanto quanto fosse seu gosto. Dê ou gaste largamente, ela Encontrará para ele o suficiente. Muito bem assentado está Lanval: quanto mais ricamente ele gastar, mais ouro e prata Terá! (vv. 134-142)"[5].

Capelão organiza seu tratado na forma de diálogos, demonstrando que a obtenção do amor de uma mulher implica uma justa racional. São ao todo oito diálogos: entre um plebeu e uma plebéia; um plebeu e uma mulher da baixa nobreza; um plebeu e uma mulher da alta nobreza; um nobre e uma plebéia; um nobre e uma mulher da nobreza; um grande senhor com uma plebéia; um grande senhor e uma dama da pequena nobreza; um grande senhor e uma dama da alta nobreza.

A justa racional, como modo de alcançar a pureza do amor, implica enaltecimento, destaque e transformação de si – uma dama com possibilidade de escolha, como somente agora, século XII, se dá no casamento, com a assentimento da mulher.

---

mercadores, fabricantes, administradores e juristas – freqüentemente aliada não à aristocracia, mas a uma monarquia cada vez mais agressiva, a qual, começando no reinado de Filipe I, estendeu suas próprias prerrogativas e posses numa evolução que culminaria no século XIII com a aliança de realeza e santidade na figura de São Luís (BLOCH, 1995, p. 208)". A suposição é que esse cavaleiro sem posse visse na fada a resolução para a crise dos jovens solteiros e sem terras, tanto no que se refere a obter da dama casada, geralmente com o senhor, a promessa do amor e a riqueza, quanto no que se refere a adquirir, através do código cortesão, o prestígio perdido por essa baixa nobreza.

[5] BLOCH, 1995, p. 209.

> a despeito das súplicas e dos esforços, não chegarás a obter o que pedes. Estou firmemente decidida, com toda a minha alma, a nunca me submeter à escravidão de Vênus e a não suportar os tormentos dos que amam.[6]

As negativas veementes da mulher apenas levam o homem nobre a revelar mais e mais, através da palavra, os males que esperam aquelas que desdenham o deus do amor. E assim se sucede a justa dialética entre a dama e o homem nobre. De modo que cada um, tanto o homem nobre, quanto a dama, estejam a constituir-se no interior do debate, como indivíduos. A justa entre os amantes, a promessa de amor que a dama faz ao pretendente, e que nunca se realiza, fortalece o amor e lança o homem em busca da virtude. O amor cortês se revela no tratado de Capelão, com a expectativa da salvação e do enaltecimento da Dama como fonte de virtude. O resultado de todo esse trabalho ascético é a constituição da interioridade.

Epílogo

Este texto é o início de uma pesquisa que tem como objetivo principal mostrar a emergência do indivíduo no medievo, a partir da análise de dois documentos principais da França Meridional e da literatura cortês: o Tratado de Capelão e a poesia de Guilherme IX, Duque da Aquitânia.

Nesse sentido, o que busquei traduzir, a partir de uma leitura muito singular que fiz de Le Goff (1995), foi mostrar como o amor cortês representa uma "autonomia dos sentimentos" e a constituição de uma nova sensibilidade que, é bem verdade pode considerada historicamente, mas demonstra a emergência do que a partir do século XVIII, chamaremos de indivíduo.

Referências Bibliográficas:

LÊ GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 117.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II*: o uso dos prazeres. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994b.

[6] CAPELÃO, 2000, p.76.

FRANCO JR., Hilário. A “doce França”. In. MONGELLI, Lênia Márcia (Coord.). Mudanças e rumos: o Ocidente medieval (séculos XI-XIII). Cotia, SP: ÍBIS, 1997.

CAPELÃO, André. *Tratado do amor cortês*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOUREVITCH, Aaron. *Indivíduo*. Tradução de Flavio de Campos. In. **LÊ GOFF**, Jacques & SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP, 2002, p.621-631.

DUBY, Georges. *A emergência do indivíduo***. In. ARIÈS**, Philippe e **DUBY**, Georges (dir.). *História da Vida Privada I. Da Europa feudal à Renascença*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARIE, de France, séc. XII. *Lais de Maria de França*. Tradução e introdução de Antonio L. Furtado; Prefácio de Marina Colasanti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BLOCH, Howard R. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

A RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO BRASIL IMPERIAL

Nilton Soares de Souza Neto *

A Constituição do Império (25/3/1824), como se sabe, prescreveu em seu art. 179, inciso XVIII: "Organizar-se-á quanto antes um código civil, e criminal, fundado nas sólidas bases da justiça, e equidade". O Código Civil não veio o quanto antes, posto que só seria dado a lume em 1916 (Lei 3.071/16), mas, o código criminal sim, aprovado em 1830 e, por conseqüência, o código de processo criminal em 1832. Tais códigos, isto e, o criminal e o seu instrumental revogaram, naturalmente, o Livro V das Ordenações Filipinas.

De plano, assinale-se que o código criminal inspirou-se na escola clássica (Beccaria) e na Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 27 de agosto de 1789.

Praticamente, dois anos apos a promulgação do código criminal, adviria o "código de processo criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da justiça civil". (Lei de 29 de novembro de 1832) ou, como e mais comumente conhecido, código de processo criminal de 1832, inspirado em dois modelos, a saber:

o inglês e o francês. Todavia pode-se dele dizer que expressa uma autentica construção, na medida em que soube combinar sistemas ecléticos.

De outra parte, acolhe-se o diploma, o velho principio romano (sentença de Paulus) de que o ônus da prova cabe a quem alega (Incumbit probatio, qui dicit, non qui negat, ao pe da letra, incumbe a prova a quem diz (alega) e não aquele que nega).

O código recebeu algumas reformas, como, por exemplo, as contidas na Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841 (objeto dos Regulamentos nº 120, de 31 de janeiro de 1842 e nº 143, de 15 de marco de 1842).

* Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

Logo, em seu primeiro artigo, o diploma de direito adjetivo em destaque, continha disposição preliminar estabelecendo que "nas províncias do Império, para a administração criminal nos juízos de primeira instancia, continuara a divisão em distritos de paz, termos e comarcas".

Ademais, reservava aos juízes de paz papel de certo relevo na administração da justiça. A história do poder punitivo e rude, pois e capaz de suprimir a liberdade e, em alguns casos ate mesmo a própria vida.

Naquela época, as Ordenações Filipinas ditavam as regras penais e processuais no Brasil, e todas as penas eram cruéis, e a pena capital poderia ser por enforcamento, por fogo, precedida de longos tormentos.

Penaliza-se ainda por acoites, confiscação de bens, (degredo para África ou Índia) marcas infamantes, serviços nas galés (trabalho forcado). Todas as normas repressivas eram implacavelmente atrozes.

Aliás, utilizava-se de métodos torturantes quando havia provas contra pessoa que insistia em negar sua culpa. Tais contundentes meios serviam para extrair a confissão da pessoa que insistia em negar sua culpa e, esta, na qualidade de regina probatorum, era suficiente para arrostar um condenação , se repetida em juízo, em lugar diverso daquele em que as torturas tivessem sido praticadas e quando as dor estivesse passado.

Tais eram as medidas para que a confissão fosse tida como verdadeira. Fidalgos, juizes, doutores em cânones, leis e medicina e membros do alto clero não eram submetidos aos tormentos, na maioria dos casos.

Porém, tal exceção não se aplicava ao crime de lesa-majestade, falsidade, moeda falsa, feitiçaria, sodomia e furto.

Com a vinda da família real para o Brasil após 1808, a edição das normas passou a ser feita aqui, constituíam os alvarás e decretos, onde se concedia perdão e se comutavam as penas.

O crime de heresia era conhecido pelos juizes eclesiásticos, mas a Igreja mão executava as penas impostas conforme previa o código filipino.

Somente apos a Independência do Brasil ocorrida em 1822, houve a possibilidade do Brasil formar ordenamento penal e processual penal próprio. A consciência nacional inspirada pelas dificuldades sociais e econômicas e ainda por ideais humanistas revolucionários vindo da Europa e da América do norte estava em livre tramite nos meios intelectuais e de políticos no Brasil.

Acreditava-se na liberdade como um estado a salvo do controle esmagador do Estado sobre as condutas individuais. Frei Caneca (condenado a morte por fuzilamento por participar na Confederação do Equador em 1824) e Cipriano Barata (jornalista que lutou pela emancipação brasileira e pela real autonomia após independência) acreditaram nessa concepção de liberdade que valorizava a lei como o único limite para o agir humano.

Em 1791, já havia a Declaração universal dos direitos do homem e do cidadão inaugurando o regime liberal-individualista, e os periódicos não cansavam de divulgar os novos ideais de liberdade e igualdade.

Cesare Beccaria também havia publicado seu famoso livro **Dos delitos e das penas** discutindo e questionando todos os métodos judiciários do Antigo Regime. Alias, na Itália ele, Pietro Ferri entre outros intelectuais iluministas publicavam o periódico Il Caffe que servia para criticar o desumano sistema repressivo vigente.

No Brasil, também circulavam os folhetos e panfletos a divulgar as idéias iluministas e humanistas, destacando a discussão sobre a liberdade. A liberdade de expressão já era bem considerada, e em 1821 promulgou-se a lei sobre a liberdade de imprensa.

Neste contexto, surgiu a Constituição Brasileira de 1824 outorgada por D.Pedro I e que estabeleceu no art. 179 direitos civis e políticos apesar de bastante liberal no tocante os direitos individuais, dispunha com precisão sobre as possibilidades de restrição a liberdade. Apresentava, também, o que se denomina principio da legalidade, estabelecendo que “nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei” (art.179, 1º.) E acrescentava: “que nenhuma lei será estabelecida sem utilidade publica”.

Todavia, a Carta Magna do Imperador destinava-se aos poucos brancos e mestiços que eram eleitores.

Os escravos permaneciam excluídos das novas disposições, pois não eram considerados cidadãos. Somente os descendentes de escravos libertos poderiam votar, se financeiramente preparados, já que o voto era censitário.

Nem mesmo os alforriados eram considerados cidadãos brasileiros. No Rio de Janeiro, em 1821 uma importante pesquisa revela que 46 % da população era de escravos.

Assim, o arremedo de cidadania brasileira se revelava superficial e apesar de liberal a Constituição Imperial era imposta e continha terríveis paradoxos como o fato de a lei ser igual para todos apesar de consentir a escravidão, excluindo os escravos da cidadania. Apesar disto, os direitos e garantias então estabelecidos inicialmente seriam bastante valiosos para o desenvolvimento do ordenamento jurídico brasileiro.

A Carta outorgada no Brasil aboliu acoites, torturas, marcas de ferro quente e outras penas cruéis. Recomendou que as cadeias deveriam ser limpas, seguras e arejadas. Ainda perdurava a pena de morte. Quanto a escravidão esta seria problema a ser tratado pelo direito civil por se tratar de propriedade patrimonial.

Ressalte-se que no que tange aos escravos, não logrou êxito em proibir as punições corporais. Na verdade, os escravos vivam uma difícil transição em ser coisa e gente ao mesmo tempo para o direito.

No Brasil, já naquela época vigia a dificuldade de concretização das normas escritas e ainda uma ideal de repressão penal que jamais foi colocada em prática.

As Ordenações Filipinas continuariam vigentes toda vez que não contrariasse os preceitos constitucionais ate vir a ser editado um novo Código Processo Criminal em 1832 cuja elaboração já tinha sido determinada no texto constitucional.

Permaneceu indefinido o sistema penal brasileiro ate 1830, com a edição do Código Criminal do Império, e, logo apos o Código de Processo Criminal.

As prisões eram locais tenebrosos, o calabouço era horroroso e destinado a acoites, prisão e guarda de escravos. E havia ainda algo pior que era o Aljube que era a prisão para escravos e nao-escravos. Os presos detidos em condições desumanas muitos nem haviam sequer sido julgados ou condenados.

Os crimes não estavam nitidamente definidos bem como as penas a serem aplicadas que apenas seguiam o livre pensar do magistrado. As normas proibindo condutas podiam ser editadas por autoridades administrativas ou judiciais.

Em boa hora o Código Criminal veio a solucionar tais nebulosidades quanto a definição dos tipos penais e a gradação das penais apesar de manter a pena capital por enforcamento, assim como as galés, trabalho

forcado. Os acoites como pena corporal fica reservado aos escravos e não poderiam exceder a mais de 50(cinqüenta) por dia.

O Código Criminal ainda previa que para escravos condenados a pena diversa das de morte e galés, a punição aconteceria por acoites, em numero determinado pelo juiz. Apos bem dadas as surras, o escravo seria devolvido ao seu senhor, que deveria ainda mantê-lo acorrentado a um ferro por tempo determinado pelo juiz criminal.

O primeiro Código de processo penal brasileiro foi o de 1832 e denominava-se Código de Processo Criminal de Primeira Instancia, foi liberal e oferecia muitas garantias de defesa aos acusados. Valorizava os juizes, conferindo-lhes funções importantes. Havia, na época, alem dos juizes de direito, juizes de paz que exerciam atribuições policiais e eram eleitos.

O Código de Processo Criminal seguindo o código Criminal distinguia os modos de proceder para os crimes públicos e para os particulares. Os primeiros davam causam a ação penal promovida pelo promotor publico ou por qualquer cidadão (quando cabível a ação penal popular), entre eles estavam incluídos os crimes políticos.

Já os crimes contra os particulares conferiam ao ofendido a possibilidade de promover a ação penal, ate mesmo o homicídio eram considerado particular, pois ofendia a segurança individual.

A relevante distinção se faz curial ate hoje, pois as legislações variam conforme os poderes que possuem os ofendidos no processo criminal. Também quem não fosse a vitima poderia igualmente promover a ação penal, quando o crime fosse publico, tal era a ação penal popular que hoje não mais existe.

Em verdade, ainda existe uma única hipótese em que qualquer cidadão pode acusar: quando for crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da republica ou por ministro (art. 14 da Lei 1.079/50) que devera ser feito perante a Câmara dos Deputados.

A ação penal e conceito técnico jurídico e que pode ser explicado como medida adotada para que seja iniciado o processo que vai redundar na condenação ou absolvição de quem estiver sendo acusado por crime.

Alias, a natureza processual do direito de ação e tema inquietante principalmente pelo fato de seu enquadramento da ação penal no sistema legal normativo. Poucas referencias existiram no Código Criminal de 1830. Pondera Frederico Marques que as regras contidas nos arts. 100 e 100 do atual Código Penal brasileiro melhor estariam se fossem postas no CPP.

Porem o fato de ser disciplinada no CP não lhe fere a natureza jurídica que continua mesmo sendo processual, alias, sobre o caráter adjetivo da norma alega G. Leone, que não se infere da sua localização e, sim do objeto de sue conteúdo, de sua finalidade.

Realmente, existem normas no processo penal que não possuem evidentemente o caráter processual penal, como aquelas relativas a prisão administrativa (arts. 319 e 320 do CPP).

A ação penal e um momento da persecutio criminis e, o inquérito policial não integra processo, mas compreende-se no procedimento, pois, enquanto o primeiro e atividade jurisdicional que objetiva a aplicação da lei, o procedimento e o modo pelo qual essa atividade se realiza e se efetiva.

Conceituou a ação penal Joao Mendes de Almeida Junior como “o direito de invocar a jurisdição do juiz e um atributo do autor; e o direito de requerer em juízo aquilo que e devido ao autor” . jus

persequendi in judicio, quod sibi debetur, como define Celso, reproduzido nas Instituta de Actionibus.

Em suma, a ação e o direito de invocar-se o Poder Judiciário para aplicação do direito objetivo e que se subordina a condições.

Em princípio, toda a ação penal e publica, pois e corresponde a um direito subjetivo perante o Estado-Juiz. A distinção que se faz de ação publica e privada repousa unicamente na legitimidade para agir.

Assim, a publica a ação quando movida pelo próprio Estado -Administração, por intermédio do ministério Publico que e órgão de natureza especial do Executivo, não se subordinando como outros órgãos e guardando inteira soberania no processo.

O Código de Processo Criminal foi alterado duas vezes, em 3/12/1841, logo apos D. Pedro II assumir o trono, aos 14 anos foi editada a Lei 261 famosa por ter feito um retrocesso: a reforma reduziu toda a liberdade do ordenamento processual ao subtrair dos juizes de paz as atribuições de investigar de investigar para entregá-las aos chefes de Policia e seus delegados. Naquele momento da historia o fortalecimento do aparato policial repressivo foi medida reacionária centralizadora.

A reforma de 1841 fortaleceu o aparato repressivo do Estado, em época de crise na sociedade agravada por rebeliões que agitaram o pais com abdicação do primeiro imperador em 1831.

Os liberais estavam profundamente descontentes e iniciou-se em 1845 um movimento para nova reforma que só viria a se concretizar em 1871.

Foi a Lei 2.033, em 1871 que criou o inquérito policial instrumento com nomen iuris que ate hoje documenta as investigações de crime e de autoria realizadas pela Policia.

O regulamento desta lei, de no. 4.284 menciona em seu art. 42, que o inquérito “consiste em todas as diligencias necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstancias e de seus autores e cúmplices”. Embora o sistema de investigação já existisse, e em 1871 que aparece com tal denominação e vinculado a atividade policial.

A inquirição realizada pela autoridade policial no inquérito policial servia para auxiliar a autoridade judiciária ou o promotor posteriormente, quando, neste exato instante era produzida a prova que resultaria na propositura da ação penal.

A apuração preliminar do crime voltava para os juizes que eram auxiliados pela policia. Era crença geral que com isso se resolveria o impasse gerado com difícil separação entre as funções da polícia e da judicatura.

Na Relação do Rio de Janeiro e na Bahia eram apreciados os recursos de segunda instância vindos de todo do território brasileiro, a pesquisa que se desenvolvemos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro procura, ao examinar as apelações, no período compreendido entre 1830 e 1840 aproximadamente, verificar se a modernização dos códigos do império se efetivaram de fato na sociedade brasileira.

GINÁSIO LAGUNENSE: LAICIDADE E CO-EDUCAÇÃO (1932-1945)[1]

Norberto Dallabrida[2]

Fernando Leocino da Silva[3]

Letícia Cortellazzi Garcia[4]

Na década de 1930 houve expansão significativa do ensino secundário em Santa Catarina, quando foram criados e equiparados sete novos cursos nesse nível de escolarização. Nos primeiros decênios do século XX, havia somente o Ginásio Catarinense, localizado na capital catarinense, dirigidos pelos padres jesuítas, de caráter privado e oficializado de acordo com a legislação vigente e o padrão nacional do Colégio Pedro II. Devido ao seu caráter privado e à sua seletividade, tratava-se de uma instituição formal das elites. O monopólio jesuítico do ensino secundário no território catarinense foi quebrado com a criação de novos colégios, localizados nas principais cidades do interior do Estado de Santa Catarina. Houve crescimento expressivo de estabelecimentos de ensino secundário, mas nenhum deles tinha caráter público estadual.

Além de ser criado e mantido parcialmente pela Prefeitura de Laguna, o que lhe dava um caráter semi-público municipal, o Ginásio Lagunense diferenciou-se dos outros colégios de ensino secundário em Santa Catarina, nas décadas de 30 e 40 do século XX, devido à laicidade de seu currículo e ao seu regime de co-educação. Nesse momento, a maioria dos ginásios no território catarinense eram dirigidos por congregações católicas como os jesuítas, os franciscanos, os Irmãos Maristas e as Irmãs da Divina Providência e, por isso, contemplavam a disciplina Ensino Religioso no seu currículo e colocavam em marcha no cotidiano escolar dispositivos disciplinares de corte cristão. Nesse momento histórico, o Ginásio Lagunense era também um dos três ginásios catarinenses que proporcionavam escolarização secundária para classes mistas.

O presente trabalho procura compreender esses dois aspectos da cultura escolar do Ginásio Lagunense, desde a sua fundação, realizada em 1932, até meados da década de 1940, quando, com a fundação do Ginásio Sagrado Coração de Jesus, em Tubarão, ele deixou de ser o único estabelecimento de ensino secundário no Sul de Santa Catarina. Para o entendimento da cultura escolar, são considerados os trabalhos que percebem o currículo escolar como um artefato cultural e histórico, inventado e reinventado ao longo da história, a partir de tensões e concessões provisórias entre proposições cognitivas entranhadas de relações de poder.[5] Essa pesquisa baseia-se em fontes escritas, como documentos avulsos e os jornais "O Albor" e "Sul do Estado", ambos de Laguna, bem como em entrevistas com alunos egressos do Ginásio Lagunense, lidas a partir de suas condições sociais de produção.

Cultura escolar laica

Em 29 de junho de 1935, o diretor do Ginásio Lagunense, major Manuel Grott, escreveu uma nota de esclarecimento no jornal "O Albor", editado em Laguna, que inicia da seguinte forma: "O ´Ginásio Lagunense´ é uma instituição leiga. Assim que, dentro de seu perímetro, nunca pregou nem pró nem contra qualquer credo religioso, respeitando, todavia, a crença, seja qual for, do seu corpo docente e discente". A "explicação necessária" – como diz o título da nota – dada pelo diretor foi motivada por reclamações feitas por alguns pais de alunos que não professavam a religião católica e afirmaram que os ginasianos foram obrigados a participar da procissão de "Corpus Christi". Ele garantiu que os estudantes do Ginásio Lagunense somente foram obrigados a participar da "formatura" determinada pela direção do ginásio, concluindo: "O `Ginásio Lagunense` não impôs, não impõe, nem imporá culto religioso a quem quer que seja. Apenas ensina absoluto respeito à crença de outrem. [...] A tolerância e respeito são apanágio das consciências bem formadas e dos espíritos bem formados".[6]

A laicidade do Ginásio Lagunense pode ser constatada em relação aos conteúdos culturais que ele selecionava e organizava para os seus alunos. No rol das “disciplinas-saber” do colégio, não constava Ensino Religioso, que efetivamente não era ministrado em nenhuma série do seu curso secundário. A disciplina Ensino Religioso havia sido reintroduzida no sistema escolar público em 1931 e foi mantida na Constituição de 1934. Em Santa Catarina, baseado na nova Carta Magna, o governador Nereu Ramos assinou o Decreto Nº 64, de 9 de agosto de 1935, que reintroduziu o Ensino Religioso, com freqüência facultativa, no “horário escolar” das escolas de ensino primário, secundário, profissional e normal do território catarinense. O artigo 7º desse decreto afirma que “aos estabelecimentos de ensino particulares equiparados é facultado ministrar apenas a instrução religiosa consetânea com a sua orientação”, numa referência aos colégios de ensino secundário confessionais equiparados ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro.[7]

Apesar de a maioria dos estabelecimentos de ensino secundário catarinenses serem confessionais e contemplar saberes cristãos nos seus currículos, o Ginásio Lagunense não implantou a disciplina Ensino Religioso, mantendo a sua tradição laica. Esse aspecto da cultura escolar do Ginásio Lagunense deveu-se ao fato de boa parte de seu corpo diretivo e docente ser formado por profissionais liberais e/ou sem vinculação religiosa. O primeiro diretor do colégio, major Manuel Grott, era militar reformado e defendia a laicidade do ensino ginasial – como foi assinalado acima. O professor Germano Donner, que dirigiu o Ginásio Lagunense entre 1939 e meados da década de 1950 e marcou época, tinha pertencido ao Exército Brasileiro, envolveu-se na Revolta do Forte de Copacabana de 1922 e na Revolução de 30, pertenceu à Comissão Executiva da Aliança Nacional Libertadora de Florianópolis e, posteriormente, ingressou no Partido Comunista Brasileiro.[8]

Por outro lado, os atos religiosos, especialmente aqueles promovidos pela Igreja Católica, que predominavam na sociedade brasileira e em Laguna, não foram apropriados pelo corpo dirigente e docente do Ginásio Lagunense como mecanismos de disciplinamento escolar.

Assim, congregações marianas, devoções, missas, confissões, festas de santos, procissões, entre outras, comuns nos colégios católicos, não tiveram espaço no colégio de Laguna. Nos depoimentos de ex-alunos do Ginásio Lagunense, todos são unânimes em torno da ausência de traços religiosos, especialmente católicos, no currículo desse educandário. Eles relatam que não tem nenhuma lembrança de que festas religiosas tivessem sido realizadas na sua época de ginásio, com exceção da missa de formatura, uma concessão num momento ímpar de congraçamento, que envolvia familiares e amigos dos bacharelandos. Os feriados católicos somente eram observados quando oficializados pelos poderes públicos e comunicados devidamente aos pais dos alunos, como se pode verificar na seguinte nota publicada no jornal "O Albor": "Segundo determinações do Departamento de Ensino, os últimos dias da Semana Santa foram declarados feriado tendo-se fechado, portanto, os estabelecimentos equiparados por cumprirem essa deliberação superior".[9]

As festas escolares também não contemplavam os credos religiosos, mas davam visibilidade ao patriotismo e ao republicanismo. A data da emancipação política do Brasil – o 7 de setembro – era espetacularizada com a marcha pelas ruas da cidade e parada de corte militar na praça da bandeira pelos estudantes do Ginásio Lagunense, bem como por alunos dos grupos escolares e de outras escolas de Laguna. Durante o Estado Novo, as chamadas festas cívicas ganharam ainda mais relevo no Ginásio Lagunense. No entanto, nesse período, o destaque foram as comemorações do centenário da República Juliana, que se realizaram em Laguna no ano de 1939. Em 21 de julho desse ano, uma sessão especial no Ginásio Lagunense deu início às comemorações da instalação da República Juliana – realizada em Laguna, pelos revolucionários farroupilhas –, que se desdobraram nos dias seguintes na cidade de Anita Garibaldi.

Regime de co-educação

Para compreender a prática de co-educação no Ginásio Lagunense nas décadas de 30 e 40 do século XX, os estudos de gênero são de grande valia, pelo fato de mostrarem a construção histórica da exclusão social das mulheres, que contou com a atuação efetiva de escolas e, particularmente, de colégios de ensino secundário. Entende-se que as instituições escolares contribuem para a construção da desigualdade de gênero por meio de diversificados dispositivos curriculares. Os processos de escolarização moderna no Ocidente, inicialmente promovidos pela igrejas cristãs em concorrência e depois apropriados e implementados pelo Estado, foram transversalizados pelo viés de gênero e contribuíram, até bem pouco tempo, para dividir meninos e meninas.[10] Grosso modo, até a década de 1960, boa parte dos colégios de ensino secundário eram divididos pelo critério de gênero, sendo a maioria destinada aos adolescentes homens, com o intuito de prepará-los para ingressar nas instituições de ensino superior e atuar na vida pública.

A partir da década de 1930, a rede de colégios católicos intensificou a escolarização em nível secundário exclusiva para cada gênero, seguindo as orientações da Encíclica “Divini Illius Magistri” – publicada por Pio XI em 31 de dezembro de 1929 –, que condenava a co-educação. A maioria dos ginásios católicos era dirigida por religiosos do sexo masculino, sendo freqüentados somente por filhos homens das classes abastadas. A partir de 1935, o Colégio Coração de Jesus, dirigido pelas Irmãs da Divina Providência e localizado na capital catarinense, passou a oferecer um curso ginasial exclusivo para moças e, posteriormente, essa congregação católica estabeleceu outros colégios congêneres em várias cidades do Estado de Santa Catarina.[11] Desta forma, somente o Instituto Bom Jesus e os ginásios Lagunense e Barão de Antonina praticavam a educação mista, incluindo as adolescentes no ensino secundário.

O painel esculpido em madeira da primeira turma de bacharéis do Ginásio Lagunense, afixado na atual Escola de Ensino Médio Almirante Lamego, em Laguna, relaciona apenas uma aluna, Elza Cabral Pinho. Ela não participou da sessão de formatura, realizada em 27 de

novembro de 1937, porque "ficou de segunda época" por um décimo em uma disciplina que atualmente lhe escapa da memória. No início do ano seguinte, ela realizou o exame de recuperação e foi aprovada, passando a ter a condição de bacharel.[12] A segunda turma de formandos do Ginásio Lagunense também teve somente uma aluna, mas nas turmas posteriores de concluintes, o número de bacharéis-ginasianas cresceu de forma significativa. Nas turmas de formandos entre os anos de 1937 e 1945 os alunos totalizam 128, enquanto as alunas somavam 48, de forma que as mulheres representaram mais de um terço entre os formados do Ginásio Lagunense, o que indica expressiva inserção do gênero feminino.[13] A inclusão de adolescentes mulheres no Ginásio Lagunense deve-se ao fato de boa parte de seu corpo diretivo e docente ser formado por profissionais liberais e/ou laicos.

No entanto, a co-educação no Ginásio Lagunense apresentava limites nas práticas educativas cotidianas. Em primeiro lugar, constata-se que os espaços escolares eram "generificados": nas salas de aula as alunas sentavam de um lado e os alunos de outro e no pátio também havia locais específicos para os dois gêneros. Nazle Paulo Corrêa integrou a turma de formandos de 1942 e afirma que quando estudou no Ginásio Lagunense os alunos ficavam do lado direito e as alunas sentavam no lado esquerdo, de forma que "as meninas sentavam com as meninas e os meninos com dos meninos".[14] As carteiras ainda não eram individuais e cada uma comportava dois/duas alunos/as, que deveriam ser necessariamente do mesmo sexo. A ex-aluna Ana Maria Pimentel Carioni recorda que "na hora do recreio, os rapazes tinham uma brincadeira mais estúpida ... futebol, essa coisa toda. Então era separado [...] aquilo já estava implícito, que aquele lado, aquela parte lá era dos rapazes e de cá era das meninas".[15]

O uniforme escolar existiu desde a fundação do Ginásio Lagunense, sendo bem diferenciado para meninos/moços e meninas/moças. No início de 1940, o diretor Germano Donner definiu um "novo plano de uniformes", que compreendia uniforme de passeio, de uso diário e para Educação Física, segundo a padronização do Ministério da Educação e Saúde. O

fardamento do uniforme de uso diário tinha constituição diferenciada para os alunos do sexo feminino e masculino: para os ginasianos prescrevia-se calça de brim cáqui, túnica de brim cáqui, camisa branca com colarinho, gravata preta e “sweater” de lã; e para as ginasianas a indumentária previa saia de merinò de algodão azul marinho, blusa de tricoline de algodão branca e “pull-over” de lã. O uniforme para as aulas de Educação Física também era bem diferenciado: os alunos deveriam usar calção preto com cinto, camiseta de malha de algodão branca e calçado; as alunas deveriam apresentar-se de calção de merinò preto, blusa de tricoline branca e calçado.[16]

As aulas de Educação Física eram separadas, tendo espaços específicos e exercícios exclusivos para cada gênero. Os depoimentos dos egressos do Ginásio Lagunense sublinham a separação dos alunos e das alunas nas aulas de Educação, sendo ministradas por um sargento do Exército, que também atuava no Tiro de Guerra de Laguna.[17] Solange Donner Pirajá Martins, que se formou no curso ginasial em 1946, recorda que as aulas de Educação Física eram separadas e realizadas fora do terreno do Ginásio Lagunense, pelo fato de o pátio do mesmo ser pequeno e não ter espaço adequado para os exercícios físicos. Na sua época, as alunas tinham aulas de Educação Física no pátio do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, que se localizava no centro de Laguna.[18] Nazle Paulo Corrêa relata que nas aulas de Educação Física das meninas não se praticavam jogos como nos dias de hoje, mas restringia-se a “exercícios básicos”, correr, pular corda.[19] Ademais, alguns esportes coletivos como futebol e basquetebol eram praticados somente pelos adolescentes homens.

Em relação ao corpo dirigente e docente, pode-se perceber o predomínio de homens e a presença minoritária e intermitente de mulheres. Nas duas primeiras décadas de funcionamento, o Ginásio Lagunense foi dirigido por quatro diretores e os dois que ficaram a maior parte do tempo eram ex-militares. Trata-se do Major Manuel Grott, que instituiu o Ginásio Lagunense e dirigiu-o até 1938, e o capitão Germano Donner, que assumiu a direção no ano seguinte. No tocante à questão do desequilíbrio de gênero, pode-se apontar o número reduzido

de alunas nas turmas de formandos do Ginásio Lagunense. Nas salas de aula as mulheres formavam geralmente um número pequeno e os homens sempre eram maioria, que, somados aos professores, imprimiam uma ordem masculinista ao colégio.

Enfim, nas décadas de 30 e 40 do século XX, quando predominavam no Brasil e, particularmente, em Santa Catarina os colégios católicos, que ofereciam escolarização média exclusiva para cada gênero, o Ginásio Lagunense sustentou a laicidade no seu currículo escolar e contemplou a prática da educação mista, proporcionando o curso fundamental do ensino secundário a um grupo significativo de adolescentes mulheres. A leitura histórica dessa experiência escolar é relevante para as discussões contemporâneas sobre a educação, na medida em que pode contribuir para a construção de práticas escolares mais democráticas, que procurem tonificar o regime republicano, excluir a desigualdade e respeitar diferenças.

---

[1] Este texto é resultado parcial da pesquisa "O Ginásio Lagunense e a produção de sujeitos letrados e laicos – 1932-1942", coordenada por Norberto Dallabrida e executada com recursos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).
[2] Doutor em História Social pela USP e professor do Departamento de História da UDESC.
[3] Aluno do Curso de História da UDESC e bolsista PIBIC/CNPq.
[4] Aluna do Curso de História da UDESC e bolsista PIBIC/CNPq.
[5] Sobre cultura escolar, ver JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, nº 1, p.9-43, 2001. GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Ciências Sociais da Educação).
[6] GROTT, Manoel. Ginásio Lagunense, uma explicação necessária. **O Albor**-Órgão dos interesses do sul do Estado, nº 1606, 29.jun.1935, p.3.
[7] RAMOS, Nereu. Decreto Nº 64, de 9 de agosto de 1935. In: SANTA CATARINA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. **Educação Popular**: movimento do ano letivo de 1935. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1935. p.46-53.
[8] DONNER, Germano. **Biografia**. Laguna, 15.jun.1954. p.1-2. MARTINS, Celso. **Os Comunas**: Álvaro Ventura e o PCB Catarinense. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995. p.100-103.
[9] AMOR ao Estudo. Apelo ao Ginásio. **O Albor**-Órgão dos interesses do sul do Estado. Laguna, nº 1596, 19.abr.1935. p.4.
[10] Sobre a questão de gênero e educação, ver LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. VARELA, Julia. **Nascimiento de la mujer burguesa**: el cambiante desequilibrio de pode entre los sexos. Madrid: La Piqueta, 1997. (Genealogía del poder, 30)
[11] ENSINO Secundário. In: SANTA CATARINA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. **Educação Popular**: o movimento letivo de 1935. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1936. p.53.
[12] VARELA, Elza Pinho. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Curitiba, 29.jul.2004. p.9-14.
[13] TURMAS que terminaram o Ginásio Lagunene – 1937-1955. Laguna, s.d. Mimeografado
[14] CORRÊA, Nazle Paulo. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 5.ago.2004. p.6-7.
[15] CARIONI, Ana Maria Pimentel. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 12.mar.2004. p.8-9.
[16] DONNER, Germano. Ginásio Lagunense. Plano de uniformes. **Sul do Estado**. Laguna, 23.fev.1940, p.2-3.
[17] BESSA, José. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 09.mar.2004. p.6-7.
[18] MARTINS, Solange Donner Pirajá. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 30.mar.2004. p.15
[19] CORRÊA, Nazle Paulo. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 5.ago.2004. p.8.

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DESDE 1990: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Norma Breda dos Santos
Universidade de Brasília

> (...) com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar (...).[1]

Na **História do cerco de Lisboa**, Raimundo Silva altera a narrativa da reconquista da Península Ibérica pelos cristãos. O revisor acrescenta um não à frase do historiador "Os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa". Ou seja, em 1147, os cruzados não auxiliarão os portugueses a retomar Lisboa. O Cerco de Lisboa, dos grandes feitos na memória histórica lusitana, é alterado pelo revisor sem mais nem por quê. Raimundo Silva fere a deontologia dos profissionais da revisão. Não há explicações para o ato ousado desse pacato e rigoroso corretor de textos alheios. Algo o impele a alterar a realidade à sua frente, o texto que por algum motivo não lhe convém.

Não sabemos por que não convém a Raimundo a narrativa do historiador sobre a retomada de Lisboa. Sabemos, no entanto, que no mesmo ano de 1147 foi retomada Santarém e que, com essas vitórias, a monarquia portuguesa alcança uma dupla façanha: diminui a pressão bélica moura sobre o interior da Península Ibérica e estende a soberania territorial do reino português face ao reino vizinho espanhol. E, sobretudo, quanto ao "não" propriamente dito, podemos dizer que Raimundo quer fazer desaparecer

[1] SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 50.

da narrativa o auxílio dos cruzados, cavalheiros europeus cujo papel histórico tem sido visto como importante na contenção militar da presença árabe na península ibérica.

A ação de Raimundo Silva pode ser vista como uma alegoria sobre a construção dos mitos fundadores da identidade nacional e sobre construção do conhecimento histórico de maneira geral, para o qual contribuem elementos nacionais e elementos "exógenos", mais ou menos idiossincráticos. A problematização do fato histórico, amplamente presente na ficção de Saramago, faz-nos pensar sobre o papel, por exemplo, do etnocentrismo historiográfico europeu. O criador de Raimundo sustenta que dar uma posição "à margem à Península Ibérica" na história européia foi uma estratégia britânica para gerenciar sua política de equilíbrio europeu. Assim, "Saramago não faz mais do que assumir a exclusão dos excluídos. Exclusão que não é de eleição, de escolha, como em Inglaterra ou nos Estados Unidos da América, mas que por esse facto é uma abertura para a alteridade dos excluídos do Terceiro Mundo, para a mestiçagem, (...) Tal como os oprimidos e os marginais têm de entrar na História, que não é apenas a dos Grandes, do mesmo modo os países periféricos têm também, de se unir e de resistir ao peso da História."[2] Daí, sim, os portugueses refazem sua história com Saramago, expulsando sozinhos os mouros e afirmando gloriosamente seu Reino no século XII.

O presente texto tem por objetivo indicar os contornos da historiografia brasileira produzida a partir de 1990 sobre as relações internacionais do Brasil – essa será a referência utilizada para nos referirmos aos trabalhos sobre a inserção do Brasil no mundo, assim como, mais especificamente, aqueles que tratam de sua política externa.[3]

---

[2] JÚDICE, Nuno. Paris. José Saramago: o romance no lugar de todas as rupturas, **Atelier du Roman**, n. 13, 1987-1989, (http://www.instituto-camoes.pt/escritores/saramago/livrsndesassg.htm).

[3] Estão excluídos, portanto, trabalhos sobre História das Relações Internacionais com propósitos mais amplos, que não tratam de aspectos da história brasileira. Entre os trabalhos com escopo abrangente apenas citamos aqui, por ser uma excelente síntese feita no Brasil sobre a história das relações internacionais contemporâneas, SOMBRA SARAIVA, José F. **Relações internacionais contemporâneas**. Brasília: Paralelo 15, 1997, que teve nova edição, em 2001, publicada pelo Instituto Brasileira de Relações Internacionais (IBRI). Escrita de maneira acessível e instigante por quatro especialistas (Sombra Saraiva, Luiz Amado Cervo, Wolfgang

Qual a relação com os parágrafos acima? A referência ao texto de Saramago é feita principalmente pelo tema que suscita: as injunções da nacionalidade como fenômeno subjacente à construção do conhecimento histórico.

Não é ousadia afirmar que as tradições britânica, americana e francesa, por exemplo, do estudo da história das relações internacionais estão permeadas, de maneira mais ou menos consciente e explícita, por suas questões nacionais. Nesse sentido, é interessante mencionar Carr que lembra que Acton, ao organizar a primeira **Cambridge Modern History**, instruía seus colaboradores no sentido de que "nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça franceses e ingleses, alemães e holandeses da mesma maneira; que ninguém possa dizer sem examinar a lista de autores, onde o bispo de Oxford parou de escrever e onde Fairbairn ou Gasquet, Libermann ou Harrison continuaram".[4] Obviamente a orientação de Acton não gerou o resultado buscado.

Assim, não é nosso propósito aqui falar longamente sobre aqui o campo extenso das abordagens epistemológicas, que vão do positivisto mais empirista – "os fatos falam por si mesmos" –, ao reflexivismo – construtivismo e desconstrutivismo – qualquer interpretação é tão boa quanto outra. Esse, sem dúvida, é o terreno sobre o qual desenvolve-se qualquer reflexão historiográfica. No entanto, interessa aqui mais diretamente buscar a especificidade de uma dada produção nacional e, na medida do possível, ter como orientação a idéia expressada na seguinte afirmação de Carr: "Quando tentamos responder à pergunta 'Que é história' nossa resposta, consciente ou inconscientemente, reflete nossa própria posição no tempo, e faz parte da nossa resposta a uma pergunta mais ampla: que visão nós temos da sociedade em que vivemos?"[5]

Döpcke e Paulo Roberto de Almeida), a obra responde ao crescente número de cursos de relações internacionais em nível de graduação, principalmente, criados no Brasil nos últimos dez anos.

[4] CARR, E. H. **Que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13.

[5] *Ibid*., p. 12.

Há uma razoavelmente prolífica reflexão sobre bibliografia das relações internacionais do Brasil, apontando suas qualidades, seus limites e caminhos s serem perseguidos pela pesquisa histórica (Bibliografia, 1). Esses trabalhos evidenciam a progressiva institucionalização e profissionalização da pesquisa e o abandono da tradicional história diplomática.[6] Como em geral no resto do mundo, a história das relações internacionais foi, no Brasil, primeiramente escrita sobretudo por pessoas ligadas à burocracia governamental, sobretudo diplomatas que, de forma geral, tinham uma abordagem tendencialmente apologética, descritiva e jurisdicista. Progressivamente, e notoriamente nos últimos quarenta anos, essa abordagem foi substituída por uma visão acadêmica, independente e crítica, assumida por cientistas políticos e historiadores, notadamente.[7]

Para indicar os contornos da historiografia brasileira das quase duas últimas décadas sobre as relações internacionais do Brasil é importante mencionar critérios de inclusão e de exclusão utilizados neste estudo. Optou-se, por exemplo, por incluir somente a produção publicada, o que exclui, portanto, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Entre os periódicos brasileiros cabe destaque à **Revista brasileira de**

---

[6] Frisamos aqui "tradicional", posto que, como lembra Zara Steiner, a história diplomática mais recente tem se preocupado com a abertura da "caixa preta" que abriga as atividades dos Estado e dos governos. Além disso, vale repetir a afirmação provocadora da historiadora de que "[i]nternational history is a new field with an old pedigree", referindo-se à história diplomática mais tradicional que, mesmo com especificidades metodológicas e limites com relação a fontes e escopo, tem a seu crédito pesquisas históricas de grande valor. STEINER, Zara. On Writing International History: Chaps, Maps and Much More, **International Affairs**, v. 73, n. 3, 1997, p. 531-546.

[7] Paulo Roberto de Almeida e Gelson Fonseca apontam o fato de que o desaparecimento da "osmose" entre pesquisa e diplomacia, obviamente bem-vinda, não deixou de ter também um resultado menos desejado, qual seja, a pouca influência da produção historiográfica, acadêmica, na esfera prática diplomática. Ver: FONSECA JR., Gelson, 1981 e 1989, e ALMEIDA, Paulo Roberto, 1993. A produção realizada por profissionais da diplomacia existe em quantidade e qualidade significativa. Parte dessa produção resulta do interesse pessoal de alguns diplomatas pela pesquisa acadêmica e parte está ligada à necessidade de ascensão profissional. Os diplomatas brasileiros, para sua ascensão profissional, devem seguir o Curso de Altos Estudos, no final do qual, apresentam uma tese relativa a tema de interesse da diplomacia brasileira. Várias dessas teses foram e estão sendo publicadas.

política internacional, há cinqüenta anos, o mais importante veículo de publicação de artigos sobre a história das relações internacionais.[8]

The main arguments of the present study are: (a) there is reasonable indication that the current debates taking place in the field of Theory of History do not have great repercussion in the field of History of International Relations in Brazil; (b) there is relative scarce preoccupation in discussing or rediscussing some paradigms of interpretation of Brazilian international relations.

1. History and History: the missing dialogue

A produção no campo da história das relações internacionais no Brasil mostra-se profícuo e promissor, o que, entre fatores, resulta de uma crescente sofisticação metodológica e do uso mais extensivo de fontes arquivísticas. Resulta, igualmente, do estímulo advindo da importância crescente que a instância internacional vem ocupando em todas as áreas de estudo das ciências humanas. E resulta, por fim, de uma postura pragmática dos historiadores das relações internacionais de continuar pesquisando, ainda que se reconheça as bases epistemológicas inseguras do campo, que de resto, é também fenômeno comum a todas as ciências humanas. Portanto, a seu favor, podemos afirmar que os historiadores brasileiros das relações internacionais não se deixaram paralisar por uma "hipocondria epistemológica"[9] e continuam pragmaticamente pesquisando e produzindo trabalhos importantes.

---

[8] Na lista de periódicos indexados na área de História pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC e, mais especificamente Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES), não há nenhum periódico que se dedique exclusivamente à história de relações internacionais. Há, no entanto, pelo menos dois periódicos em que a área é mais freqüentemente contemplada: a referida **Revista brasileira de política internacional** e **Cena Internacional**, criada em 1999. A revista **Contexto internacional**, embora principalmente voltada para a política internacional, também deve ser citada. Além disso, vale mencionar que existem vários periódicos com nível de excelência (nacionais A) em que se encontram estudos importantes relativamente à epistemologia e à teoria da história, bem como à história do Brasil. Consultar: http://qualis.capes.gov.br/.

[9] Gellner citado por HALLIDAY, Fred. The future of internacional relations: fears and hopes. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia eds.). **International Theory: Positivism & Beyond**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996, p. 320.

Ao se refletir sobre a produção historiográfica brasileira das relações internacionais nas duas últimas décadas, o livro de Amado Luiz cervo e Clodoaldo Bueno, **História da política exterior do Brasil**, aparece como a grande obra de referência. A melhor síntese da história da política exterior do Brasil, publicada em 1992[10], é fiel à metodologia proposta por Jean-Baptiste Duroselle, o contra-ponto, podemos dizer, da Escola dos Anais do âmbito da História das Relações Internacionais. Assim, ainda que ação estatal e as relações entre Estados tenham centralidade no estudo de Cervo e Bueno, os processos econômicos e as forças sociais são também incluídos.

Se existe uma produção elogiável tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, não afetada por uma "paralisia" epistemológica ou metodológica, há que se notar igualmente que a área da história das relações internacionais tem a seu desfavor uma certa impermeabilidade ao debate teórico e metodológico que acontece no campo da história e que têm repercussão junto à maioria dos historiadores brasileiros. Assim, as novas temáticas e as novas opções metodológicas não têm penetrado de maneira significativa na produção da história das relações internacionais.

Nos anos 1960, Carr declarava que "quanto mais sociológica a história se torna, e quanto mais histórica a sociologia se torna, tanto melhor para ambas".[11] A sociologia tornou-se mais histórica e a história tornou-se mais sociológica. A história política reabilitou-se[12], após um período em que foi considerada ultrapassada pela interpretação econômica e social, ênfase da Escola dos Anais. Não é mais possível ignorar Foucault e o rastro que suas reflexões deixaram; tampouco se pode desconhecer as propostas da

---

[10] CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. A segunda edição foi publicada em 2002. Também deve ser mencionado CERVO, Amado L. (org.). **O desafio internacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 28. O que não torna nem o livro, nem seus autores de menor relevância. A obra reúne das melhores reflexões sobre as relações internacionais do Brasil, com o excelente capítulo introdutório de Cervo.

[11] CARR, E. H. , *op. cit.*, ???

[12] REMOND, René. **Por uma história política** (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. No livro há dois capítulos que interessam particularmente à história das relações internacionais. Um de Pierre Milza (Política interna e política externa) e outro de Jean-Pierre Azéma (A guerra).

história cultural, impregnada de preocupações antropológicas e em busca da interpretação do contexto, do significado inscrito pelos contemporâneos a uma dada experiência. Como Geertz indica, à história "interessa não a mera diferença entre o passado e o presente, mas a maneira como o passado se tornou presente, os processos sociais e culturais que os conectam". Ou ainda, "[o] fato de que somente um [futuro] foi alcançado não prova que o presente estava implícito no passado, mas que na história, antes de acontecer, os eventos são possibilidades, e passam a ser certezas somente depois." [13]

Aparecem, então, temas e metodologia que vão no sentido de analisar as representações, as percepções, as idéias, os movimentos da sociedade e das comunidades nacionais, a busca de identificar as forças mentais e suas manifestações, as formas com que os homens e as sociedades se interpretam e se identificam.[14] Como essa perspectiva, de fazer história "de baixo para cima" pode dialogar com a produção de história das relações internacionais, em que o Estado não deixa de ter centralidade? Certamente, o que podemos chamar genericamente de *cultural turn* já está presente em vários trabalhos. Como reflexão organizada, menção há que ser feita ao estudo de Estevão Chaves de Rezende Martins, com o sugestivo título **Relações Internacionais: Cultura e Poder**.[15] Nela o autor se vale de "um profundo fôlego interdisciplinar"[16] e trata do poder das idéias que, em conjunto, são formadoras de uma cultura que, por sua vez, fornece um quadro de referências em que indivíduos e comunidades se encontram e definem seus objetivos e fins. O autor busca no conjunto das idéias partilhadas pela

---

[13] GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã**: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 68 e 70-71.

[14] Ver a apresentação de Lynn Hunt ao livro que organiza, em que faz uma sintetiza os principais momentos da trajetória da pesquisa históricxa no século XX, passando pelos *Annalles* até chegar as ideais centrais da nova história cultural. HUNT, Lynn. **A nova história cultural** 2. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2001, p. 1-29.

[15] MARTINS, Estevão C. de R. **Relações Internacionais: Cultura e Poder**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

[16] *Ibid*., 17.

sociedade o fator dinâmico que a move e a transforma. Entendo-se cultura como fator de transformação, posta está, portanto, sua necessária articulação com o exercício do poder, a relação entre o poder formal das instituições ao poder informal da cultura. Com as ferramentas centrais de idéia, cultura e poder, Martins reflete sobre as alterações e deslocamentos ocorridos na organização política e cultural da sociedade nas últimas duas décadas e as conseqüentes alterações nos conceitos de nação, democracia e identidade.

Com preocupações da mesma ordem, embora em estudo bastante menos extenso, Alexandra Mello e Silva, em "Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU" [17], trata da importância de se avaliar o impacto das idéias na formulação da política externa brasileira e de se reconstruir as principais crenças e idéias presentes no discurso diplomático brasileiro, identificando as concepções sobre a natureza e a estrutura do sistema internacional, sobre o modo de inserção que teria o País no sistema internacional e sobre a identidade nacional e sua manifestação externa. A preocupação indicada pela autora é de se compreender as variáveis que, dentro e fora do Estado, informam a concepção de sua política externa, por exemplo. Seu diagnóstico é o de que a institucionalização tardia da pesquisa universitária fez com que esta tenda a privilegiar as dimensões normativas e prescritivas, sem dar a devida atenção à dimensão cognitiva da formulação da política externa brasileira contemporânea.

Dois trabalhos que privilegiam a dimensão das ideais e das representações merecem ser mencionados. O primeiro deles é o trabalho de Roberto Abdenur, "A política externa brasileira e o 'sentimento de exclusão'". O autor trata do impacto do que denomina "sentimento" ou "síndrome" de exclusão, segundo o autor, presente na cultura

[17] MELLO E SILVA, Alexandra de. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista brasileira de política internacional**, n. 2, 1998, Brasília, p. 138-158.

brasileira, e seu impacto na política externa do Brasil.[18] Para Abdenur, essa tendência à auto-imagem negativa deitaria raízes em nossa formação cultural, constatada, por exemplo, na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Manifestação do mesmo fenômeno seria encontrada em "período muito recente de nossa história, [em que] assistimos a um recrudescimento das formas mais negativas de sentimentos autodepreciativos em relação ao Brasil. Em certo momento, o Brasil foi tomado por um verdadeiro 'fetichismo primeiro-mundista'".[19] Assim, com o diagnóstico, Abdenur busca apontar alguma distorções que se tornaram lugar-comum sobre a posição do Brasil no mundo.

Outro trabalho, mais extenso, é o de Luís Cláudio Villafañe dos Santos, **O Brasil entre a Europa e a América: o Império e o interamericanismo**.[20] São numerosos os estudos sobre o interamericanismo no século XIX, que têm sido marcados pela abordagem jurídica ou histórica de cunho descritivo. Dentre eles, alguns tratam das posições do Império brasileiro com relação às iniciativas interamericanistas, de matriz bolivariana ou estadonudense. Assim, a novidade do trabalho de Santos é empreender um estudo que permita ao leitor compreender a persistente desconfiança da elite brasileira com relação aos encontros interamericanos ao longo de sete décadas de Império. Essa persistência é explicada pela natureza de legitimação do estado brasileiro que contrasta com a dos vizinhos. De fato, o princípio da legitimidade dinástica é o que dá sentido primordialmente à construção da identidade política da elite brasileira e é o que assegura a unidade do vasto território, sobretudo quando comparada à fragmentação vivida pelas ex-colônias espanholas vizinhos, que rompem com o Antigo regime e custam

---

[18] ABDENUR, Roberto. A política externa brasileira e o "sentimento de exclusão". In: FONSECA JR., Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (org.). **Temas de política externa brasileira**, t. II, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 31-46.
[19] *Ibid*, p. 34.
[20] SANTOS, Luís Cláudio V. G. **O Brasil entre a Europa e a América: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Unesp. 2004. Originalmente, o estudo de Santos foi realizado no Programa de Pós-Graduação em História de Relações internacionais, na Universidade de Brasília: A Invenção do Brasil: o Império e o Interamericanismo: do Congresso do Panama a Conferência de Washington. Tese de doutorado, 2002.

a apaziguar seus conflitos. Os brasileiros espelham-se na Europa, na cultura "civilizada", distinta da de seus vizinhos "anárquicos". "Se a idéia de civilização propagada pelas elites brasileiras era, estranhamente, compatível com a escravidão e a exclusão da maioria da população do corpo político da nação, a adoção do nacionalismo e da cidadania como fonte de legitimidade do estado era potencialmente explosiva em uma sociedade fracamente integrada regionalmente e com uma população composta em grande parte por escravos."[21]

2. History of International Relations and History of Brasil: what they can learn together?

Salta aos olhos o fato de que o campo das relações internacionais, principalmente quando considerado em sua dimensão politológica[22], estar fortemente marcado pelos debates, que são sempre "os grandes debates": realismo *versus* idealismo, neo-realismo *versus* neo-realismo, positivismo *versus* contrutivismo. Em menor escala, os debates na área da história das relações internacionais também estão presentes. No entanto, como apropriadamente comenta David Sylvan, há que se perguntar sobre a natureza desses debates, uma vez que acredita que não se pode falar de debates reais e substantivos. Segundo o autor, "a revisão bibliográfica normalmente se [presta] mais a um subterfúgio para fugir ao debate, com longas notas de rodapé indicando 'veja a obra tal, do autor tal', sem, no entanto, realmente apontar as discordâncias com tal autor, o que se considera

[21] SANTOS, Luís Cláudio V. G. **O Brasil entre a Europa e a América**, *op. cit*, p. 28.

[22] A área de relações internacionais, institucionalizada no Brasil até recentemente sobretudo como sub-área da Ciência Política, tem sido objeto de muita discussão entre os especialistas brasileiros, e provavelmente de redefinição. Os programa mais antigo de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil, da Universidade de Brasília, tem 30 anos e foi sempre tendencialmente interdisciplinar. Atualmente, duas áreas concentram os interesses do programa, Política Internacional e Comparada e História das Relações internacionais, não sendo excluídas as pesquisas sobre economia política internacional e direito internacional público, particularmente no campo dos direitos humanos. Como resultado importante da reflexão interdiciplinar de Relações internacionais, vale citar a recente obra coletiva, organizada por SARAIVA, José F. S. **Foreign Policy and Political Regime**. Brasília: Instituto Brasielrio de Relações interncionais, 2003.

seus equívocos e a posição distinta pela qual se opta. A literatura crítica só aumentando a tendência ao não-debate em que os resultados têm se mostrado pouco promissores".[23]

No Brasil, como resultado da institucionalização e do adensamento relativamente tardio da pesquisa acadêmica na área de história das relações internacionais, e o aparecimento recente de pólos de produção na área, não se percebe ainda o surgimento de um debate claramente colocado entre teses interpretativas, ainda que a diversidade de interpretações obviamente exista. O que chama mais a atenção, no entanto, é a modesta interlocução entre os historiadores das relações internacionais no Brasil e seus pares que se dedicam mais diretamente com a história do Brasil. Sobre esse diálogo, interessa-nos apontar aqui algumas questões relativas a uma de suas vias: os prováveis benefícios para a história das relações internacionais de um contato mais freqüente com a história do Brasil, cujos desenvolvimentos certamente iluminariam as interpretações da história das relações internacional do Brasil.

A Revolução de Trinta, tem sido considerada um marco balizador da história brasileira do século XX, ao ser colocada como evento inaugurador de uma nova era, politicamente moderna e industrializante, resultou em uma desqualificação dos processos históricos imediatamente anteriores, fazendo com que história que a narra imprima uma significativa linearidade ao período da Primeira Republica, uma "Idade Media" brasileira, elucidando, por fim, relativamente pouco da complexidade do período 1889-1930[24].

Entendemos que, ao exagerar nas tintas, essa interpretação, claramente predominante, não deixou de contaminar as interpretações sobre a história da política

[23] SYLVAN, David, 2001, p. 1. SYLVAN, David. History and Theory in International Relations Research. Paper prepared for presentation at the Fourth Pan-European International Relations Conference of the Standing Group on International Relations, European Consortium for Political Research, Canterbury, 6-10 September 2001. (Draft)

[24] Em novembro de 1889, a monarquia brasileira, "planta exótica" no continente americano, é substituída por um governo republicano. De maneira geral, a periodiza-se a história do Brasil da seguinte maneira: Colônia (1500-1822), Império (1822-1889), Primeira República (1889-1930), República Nova ou Segunda República (1930 até os dias atuais).

externa brasileira no período, para ela projetando "vícios" da República café com leite. Assim, os paradigmas ornamentalidade/instrumentalidade utilizados para caracterizar o período anterior e posterior à Revolução de Trinta. O prestígio estaria identificado com a dimensão ornamental, enquanto a busca do desenvolvimento seria sinônimo de uma dimensão de instrumentalidade.[25]

Tem sido realizada uma revisão da história da chamada política "café com leite" da "Republica Velha", vista por muito tempo como pouco mais do que uma sucessão de oligarquias paulistas e mineiras na presidência da República. Muito pelo contrário, tem-se demonstrado que as alianças políticas do período foram marcadas por constantes alterações e permanente instabilidade. Obras particularmente iluminadoras sobre a questão são, em primeiro lugar, o já bastante conhecido e citado trabalho de Edgar De Decca, **O silencio dos vencidos**[26], em que o autor faz uma reflexão historiográfica, mostrando, entre outros aspectos, que a periodização – o antes e o depois de 30 – engendra um discurso político e histórico que faz desaparecer atores e acontecimentos decisivos para a fundação do que se convencionou chamar de Revolução de Trinta. O trabalho de Cláudia Maria R. Viscardi, por sua vez, **O teatro das oligarquias: uma revisão da política "café com leite"**[27], realiza uma leitura inovadora sobre a Primeira República no Brasil, mostrando que a hegemonia das elites políticas de Minas Gerais e São Paulo esteve marcada por uma permanente instabilidade e a inexistência de alianças ou regras duradouras entre os dois

[25] JAGUARIBE, Hélio. Nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958; LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil. **Revista brasileira de política internacional**, set./dez. 1967, p. 81-100.

[26] DE DECCA, Edgar. **O silencio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6. ed. São Paulo: Brasilense, 1994.

[27] VISCARDI, Cláudia Maria R. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política "café com leite"**. Belo Horizonte: C/Arte, 2000.

estados. E, finalmente, os historiadores econômicos também têm contribuído para problematizar as interpretações sobre a história do Brasil do século XX.[28]

Procuramos apontar tal fenômeno em trabalho recente, intitulado "Diplomacia e fiasco - repensando a participação brasileira na Liga das Nações".[29] Nele mostramos que historiografia brasileira sobre a passagem do Brasil na Liga das Nações magnificado a idéia de "fiasco" ao estudar a participação do Brasil na Liga das Nações, resultado da atuação errática da diplomacia brasileira durante a campanha ao assento permanente na organização internacional, campanha cuja motivação era notoriamente doméstica.

De fato, os quatro anos do mandato presidencial de Artur Bernardes (1922-1926) coincidem com um período de forte crítica e abalo das bases de funcionamento da Primeira República, em que grandes fissuras aparecem no sistema político. É nesse momento, marcadamente autoritário, que o governo brasileiro concentrará esforços para obter um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, fazendo, portanto, apelo à saída utilizada com freqüência por governos que fazem frente a graus acentuados de instabilidade: a busca de objetivos de política externa como artifício para apaziguar movimentos de oposição e desviar a atenção dos problemas de política interna.

Essas considerações, não autorizam, no entanto, a conclusão de que seu governo tenha monopolizado a responsabilidade pela crise de março de 1926 na Liga. Há que se enfocar problemas institucionais que a Liga apresentava, bem como o terreno das relações entre as potências européias, sobretudo França e Grã-Bretanha. Pode-se falar em fiasco, mas de um fiasco mais amplo, que tem a ver com a tentativa frustrada de criar, no período pós-Versalhes, uma nova ordem internacional, como bem indicado por Carr.

---

[28] Ver o excelente estudo de FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 31-79.

[29] BREDA DOS SANTOS, Norma. Diplomacia e fiasco - repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Revista brasileira de política internacional**, n. 2, 2003, (http://www.relnet.com.br).

A Liga das Nações foi a expressão por excelência dessa tentativa e de seu insucesso. No prefácio à primeira edição de **Vinte anos de crise**, publicada em 1939, pouco após a invasão da Polônia por Hitler, E. H. Carr escreve que a "próxima conferência de paz, se não quiser repetir o fiasco da última, terá de se preocupar com assuntos mais fundamentais do que o traçado de fronteiras".[30] Por que "fiasco"? Porque, para Carr, a Primeira Guerra Mundial havia sido a expressão da exaustão da ordem liberal − econômica e política − do século XIX e o Tratado de Versalhes produto da ilusão de que a continuidade daquela ordem seria possível. Princípios como o da autodeterminação nacional, do comércio livre e da segurança coletiva, tidos como supostamente absolutos, baseavam-se na idéia liberal de uma natural harmonia de interesses.[31] A diplomacia do entreguerras, incluindo-se aí notoriamente a que se passava no âmbito da Liga das Nações, viveria ainda "vinte anos de crise" para dar lugar a um novo século.

Entendemos que a diplomacia de Mello Franco, Bernardes e Pacheco, com os seus muitos erros e poucos acertos, deve ser colocada em perspectiva, ou seja, deve ser pensada no contexto do "fiasco" da própria diplomacia internacional, dos "vinte anos de crise" ou de exaustão de uma ordem, cujos padrões, eram, em grande medida, os do século XIX, a cujos parâmetros a diplomacia brasileira obviamente não escapava.

Além disso, a idéia que prevalece na historiografia brasileira de que o Brasil na Liga das Nações identificado como um exercício e busca de prestígio está correta, mas deve ser colocada em perspectiva, uma vez que contrapõe o prestígio, ornamentalidade, à idéia de instrumentalidade, da diplomacia pós-Revolução de Trinta.

Primeiramente, a diplomacia brasileira daquele momento faz eco aos valores e padrões do começo do século XX que, como lembra Arno Mayer, está impregnada de

[30] CARR, E. H. **Vinte anos de crise**, *1919-1939*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora UnB/IPRI, 2001, p. xxxviii.
[31] *Ibid*., p. 21.

valores do século XIX. A noção de prestígio guia em boa medida a política européia, que irradia valores para o Novo Mundo. A diplomacia brasileira reflete essa realidade.

Conclusão

O episódio, no entanto, não pode ser entendido sem uma perspectiva que busque inseri-lo em um contexto mais amplo, que teria basicamente a ver com o relacionamento entre as principais potências européias e suas políticas em assuntos que diziam respeito à Liga, elementos decisivos para se ter uma visão mais equilibrada a propósito do imbróglio de março de 1926.

Bibliografia sobre a produção brasileira relativa às relações internacionais do Brasil e à política externa brasileira

CERVO, Amado Luiz. A historiografia brasileira das relações internacionais, **Revista interamericana de bibliografia**, 1992, n. 3

ALMEIDA, Paulo Roberto. Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. **Revista brasileira de política internacional**, n. 1, 1993, p. ??

_____. Relações internacionais do Brasil: introdução metodológica a um estudo global, **Contexto internacional**, v. 13, n. 2, 1991, p. 161-185.

BARROS, Alexandre. El estudio de las relaciones internacionales en Brasil. PERINA, Rubén M. (org.), El estudio de las relaciones internacionales en America Latina y el Caribe. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985, p. 49-69.

BREDA DOS SANTOS, Norma. A dimensão multilateral da política externa brasileira: o perfil da produção bibliográfica. **Revista brasileira de política internacional**, n. 2, 2002, p. 26-45.

CAVALCANTE, Antonio Ricardo F.; GARCIA, Eugênio Vargas; AMORIM, Manuel Araújo & SOUZA, Regina Luna S. S. O pensamento brasileiro em política internacional (1961-1990). Brasília: Universidade de Brasília, agosto 1991, mimeo.

CHEIBUB, Zairo B. Bibliografia brasileira de relações internacionais e política externa, 1930-1980. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981, mimeo.

FONSECA JR., Gelson. Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica. Brasília: Instituto Rio Branco, Tese do Curso de Altos Estudos, 1981.

_____. Estudos sobre política externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980). In: FONSECA JR., Gelson & CARNEIRO LEÃO, Valdemar (orgs.). **Temas de política externa brasileira.** Brasília/São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão/Ática, 1989, p. 275-283.

GARROT, Emmanuel. Un régard sur l'historiographie de la politique extérieure brésilieende au Xxe siècle. In: ROLLAND, Denis; SOMBRA SARAIVA, José Flávio & CERVO, Amado Luiz (orgs.) **Le Brésil et le monde. Pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes**. Paris: L'Harmattan, p. 229-324.

LIMA, Maria Regina Soares de & CHEIBUB, Zairo Borges. Relações internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica. Rio de Janeiro: MRE/IUPERJ, 1983, mimeo.

MELLO E SILVA, Alexandra de. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU, **Revista brasileira de política internacional**, 1998, n. 2, p. 139-158.

Varnhagen, o Império e os índios brasileiros

Noêmia dos Santos Pereira Moura

A guerra e a paz sempre estiveram presentes nas relações interétnicas produzidas por índios e não-índios ao longo do processo histórico de construção do Brasil. Desde os primeiros encontros uma questão se estabeleceu do ponto de vista do não-índio: Qual é o lugar do indígena? Os europeus acreditavam que só eles estavam realizando esse questionamento. No entanto, os estudos realizados nas três últimas décadas demonstraram que os índios também se indagavam sobre o lugar do europeu. Ao longo do contato, os povos indígenas, de acordo com suas pautas culturais, desenvolveram estratégias através das quais se manifestaram enquanto sujeitos históricos[1].

Atualmente, reconhecendo-se e sendo reconhecidos legalmente e historiograficamente enquanto sujeitos históricos e, portanto, construtores de seus destinos, as diversas etnias se unem em torno da reivindicação de um lugar de fato e de direito na sociedade brasileira. O lugar da cidadania brasileira. A história desses povos vem sendo recuperada e repensada através das pesquisas, dos debates acadêmicos, bem como pelo movimento indígena emergente na antepenúltima década do século passado. È justamente esse elemento novo que vem forçando o Estado brasileiro a enxergar os indígenas e sua diversidade. Eles reivindicam o reconhecimento da diversidade sem descartar a unidade nacional, o abandono de uma perspectiva assimilacionista e a aquisição constitucional do princípio do direito à diferença. Tudo isso foi conquistado pelos povos indígenas, na Constituição Federal de 1988.

O movimento indígena, alicerçado por apoios múltiplos de não-indígenas, produz a visibilidade numérica das etnias no Brasil e consequentemente, reivindica seu espaço nas Histórias vividas e registradas. Não dá mais para considerar os índios como meros remanescentes de um passado remoto. Compõem numérica e culturalmente o rico painel da diversidade cultural brasileira. Todavia, essa presença só foi realmente ratificada pelos cientistas sociais a partir da deflagração da crise do paradigma moderno cunhado pelo

princípio do racionalismo e do cientificismo e, consequentemente da dicotomia civilizado e incivilizado.

O contexto presente, aprofundado pela descrença acadêmica no progresso tecnológico e no domínio irrestrito da natureza, denota uma crise da racionalidade moderna e põe em causa o próprio lugar do observador, que deixou de falar de um ponto de vista absoluto. Coloca-se em causa o próprio estatuto da objetividade científica moderna e a sua função de estabelecer o rigor da produção do conhecimento. O ritmo frenético do tempo rumo ao futuro da prosperidade, do desenvolvimento e da solução dos problemas vitais (fome, doenças, insegurança) se encontra perpassado pela instalação da incerteza e do medo. O projeto anteriormente indubitável e inexorável expõe-se a uma nova avaliação.

O novo cenário, pós-1989, nos remeteu a repensar as nossas práticas e teorias em relação à antiga dicotomia natureza x sociedade. A natureza denunciou a consolidação do ecocídio e a sociedade, por sua vez, reconheceu a fome mundial diante de um crescimento demográfico estimulado pelo desenvolvimento das ciências e das técnicas inovadoras. Somos conduzidos a repensar sobre a produção científica - acadêmica e extra-acadêmica. Todavia, nós cientistas sociais, que entalhamos e fomos entalhados pela modernidade e pela academia, não dominamos um novo instrumental de análise para realizar essa nova tarefa. Esse instrumental está em construção e o desafio está proposto: reler o processo histórico, desconstruir conceitos e categorias, secularmente arraigados, e construir um novo instrumental.

A problemática é muito emblemática, pois ao passo que um novo instrumental analítico é fundado novas relações sociais são reivindicadas. Povos que por muito tempo foram considerados sem história e sem ciência reivindicam sua maioridade cidadã. O conflito, denunciado inicialmente pelos antropólogos e reforçado pela visibilidade do movimento indígena, do final da década de 1970 obriga-nos, historiadores e demais estudiosos, a rever os pontos de vistas anteriormente autorizados. Nosso objetivo aqui é apontar esse desafio e repensar à luz de um pensamento crítico e da visibilidade incontestável dos povos indígenas

no Brasil, qual é a importância da História na consolidação e desconstrução de estereótipos e estigmas que se cristalizaram no processo histórico. Nosso parâmetro de reflexão é a historiografia do século XIX. Propomos lançar um rápido olhar sobre a abordagem de Adolfo de Varnhagen relacionada ao Brasil e aos índios aqui circunscritos a partir da ótica da nova História Indígena.

Essa nova História perscrutará um conjunto de experiências, vivências e estratégias indígenas buscando aliar a sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem, em fragmentos dispersos, em arquivos que guardam e escondem os mistérios do passado desnudados nas recentes produções científicas[2]. E, possibilitará aos atores sociais indígenas reapropriar-se, a partir do processo de "revitalização" étnica, de culturas e histórias autênticas.

Para realizar esse exercício de reflexão sobre nosso desafio atual de construção/desconstrução de estereótipo remontamos ao século XIX, que assistiu à formação dos estereótipos de primitividade, involução e a - historicidade das sociedades indígenas. Para dissipar a construção de novos estereótipos e julgamentos de valor é importante ressaltarmos que entendemos o Visconde de Porto Seguro, como um homem de seu tempo. Como tal, orientado por uma visão eurocêntrica gerada nas nações civilizadas se cobrava um parecer sobre a inclusão ou exclusão dos índios na História do Brasil. Nosso interesse por esse historiador diz respeito ao *status* que atingiu com sua tese de que os índios não tinham história e acerca deles só poderia se obter uma etnografia. Seu pensamento é próprio de um período histórico que convivia com a construção da História e da Antropologia enquanto ciências humanas, no qual os povos exóticos se transmutavam em povos primitivos representantes da infância da humanidade.

O século XIX apresenta uma particularidade incomum na História do Brasil. Cunha diria que é um século heterogêneo[3]. Três regimes foram vivenciados neste período: colônia, império e república. É o momento da passagem de poder do Império luso ao brasileiro e desse à república. Nesse momento, os indígenas deixam de ser reconhecidos enquanto

mão-de-obra imprescindível no processo de colonização e ocupam o epicentro da disputa pelas terras brasileiras.

Nas duas primeiras décadas, a política indigenista, dirigida por D. João VI, promoveu a ocupação das áreas indígenas por colonos interessados em explorá-las em troca da aquisição de seus direitos legais de propriedade. Era necessário, segundo o governo português, impedir possíveis movimentos autonomistas similares aos de toda a América Espanhola. Deflagrado o processo da independência brasileira, novas propostas de cunho nacionalista foram gestadas. O novo momento estreitará os espaços nos quais se escreverá a nova política indigenista imperial brasileira. Os regionalismos se exacerbarão. Ao passo que na colônia o Império português enfrentava os argumentos e reivindicações dos jesuítas e dos moradores da colônia, no Império os governantes enfrentarão prática e teoricamente o debate sobre a humanidade desses povos.

O debate nacional resgatou a humanidade indígena. José Bonifácio de Andrada e Silva tornou público seus A*pontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império Brasileiro* (1823). Colocava-se naquele momento um questionamento que perpassou os novos séculos de construção conflituosa: Como lidar com o pluralismo/multiplicidade dentro de uma idéia de universalização do pensamento? Em cada momento da história brasileira essa questão se apresentou com diferentes matizes. Os cientistas sociais procuraram e continuam a respondê-la de acordo com suas possibilidades teórico-metodológicas e seus padrões culturais. Nesse século em destaque, abriu-se um amplo debate acerca da política a ser desencadeada pelo Império brasileiro para com os índios, uma vez que era o momento da centralização política e de demarcação fronteiriça com os vizinhos. Enfatizava-se a necessidade de situar toda a população sobre o território nacional em um processo de catequese e civilização.

Havia entre os pensadores brasileiros o consenso da impossibilidade de se constituir um projeto de unidade frente à diversidade cultural e étnica apresentada pelo Estado brasileiro. Além do que, os povos indígenas estavam aquém das possibilidades do convívio social pacífico. Dessa feita, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recém

criado em 1838, a fim de participar efetivamente do debate em questão elegeu como tema de estudo a seguinte proposição*:* Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios estranhos em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. Diversos debates foram suscitados. Naquele momento, estavam se formando ao mesmo tempo uma concepção de Estado Nação e de História. A História buscava legitimar o processo de dominação social e o seu próprio espaço acadêmico-científico.

José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência, continuou a defender seu Projeto acerca das ações sobre os índios brasileiros. O governo imperial brasileiro lançou uma consulta às províncias com o objetivo de elaborar um Plano Geral de Civilização dos Índios. Tal consulta arrastou-se por mais algumas décadas. Nesse ínterim, as próprias províncias legislaram sobre a questão indígena em seus territórios. Um vácuo legal instalou-se gerando uma diversidade de ações regionais sobre a questão indígena. Os indígenas, sem representação oficial em nível algum, se rebelavam contra os maus tratos ou faziam petições ao Imperador durante a primeira metade do século. Somente a partir de 1845, com o Regulamento de Catechese e Civilização dos Índios, são estabelecidas diretrizes mais gerais sobre o governo dos índios aldeados. O Regulamento é o único documento geral sobre o Império.

Varnhagen, enquanto representante do Império e respeitado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve um papel definitivo na difusão de um pensamento nacional acerca dos índios neste século. Orientado por uma matriz teórica européia propõe ao Instituto Histórico e ao Império sua tese dos povos sem história. Publicou em 1854 a *História Geral do Brasil,* em resposta ao questionamento do IHGB. De acordo com a ampla divulgação de seus críticos, foi e continua sendo reconhecido como um dos maiores historiadores brasileiros do século XIX, bem como um dos grandes homens a serviço do Império. Realçou na obra supracitada seu duplo caráter de historiador e estadista. Por um lado, seus escritos deixaram transparecer o lugar social de onde falava: os altos escalões do

Império brasileiro. Por outro, seu compromisso intelectual levava-o a se destacar enquanto coletor/analista do mais amplo conjunto de fontes documentais sobre o Brasil.

De fato, sua participação incisiva na definição de uma política de abrasileiramento da população imperial não passou despercebida. Defensor incansável de suas próprias idéias desfechou diversas polêmicas com vários pensadores contemporâneos seus. Dedicou boa parte do seu tempo, distribuído entre suas embaixadas na América Latina e na Europa à produção historiográfica. Sua contribuição esteve centrada no destino da Nação e dos indígenas. Este é o motivo dos índios sempre estarem presentes em suas obras. Sua produção intelectual, bem como a de seus pares, espelhava a estruturação e consolidação do Brasil Nação. A seu ver, o paradigma de Nação produzia a necessidade imperial da miscigenação diante de tal diversidade racial e cultural. Foi um dos historiadores brasileiros a aplicar a linha conservadora na construção da história do Brasil. Em defesa da Nação, sacrificou a liberdade dos mais humildes em favor da proeminência de uma elite preconceituosa e exploradora. Em *História geral do Brasil* expôs seu posicionamento anti-indígena. Seus interesses e compromissos iam de encontro aos da elite brasileira. A História nacional nascia agregada à Nação.

Entendia que à História cabia sedimentar as raízes e as origens grandiosas da Nação. Portanto, acreditava que a história da nação era a história da civilização e que as "raças inferiores e medíocres" nada teriam a oferecer ao engrandecimento do Brasil. Considerado um dos maiores historiadores de seu tempo, Varnhagen cunhou na literatura e, consequentemente no imaginário brasileiro a idéia de que os povos indígenas no Brasil não tinham passado e, portanto, não teriam futuro, vindo sucumbir ao longo do contato com os agentes da civilização e modernização do Estado brasileiro. O autor dessa profunda profecia com certeza não concebia que seus escritos perpassariam tantos séculos de História e se fariam presentes nas mentes dos sujeitos da Era da Informação.

A poderosa imagem de povos isolados e primitivos, difundida por Varnhagen e seus seguidores, permaneceu como obstáculo para uma nova conceituação e compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica que tornam a história do Brasil um desafio

permanente para sucessivas gerações de historiadores. Na segunda metade do século XIX, com a Lei de Terras (1850), a tutela indígena novamente é realçada. Segundo Cunha, a partir de 1858 os índios são reputados incapazes da administração de seus bens. Dessa forma, competia ao Estado gerir seus interesses e aos poucos introduzi-los no processo de civilização. Várias tentativas foram propostas pelos ideólogos da nação. Desde a inclusão através da miscigenação, o trabalho compulsório e escravo até a participação efetiva na defesa militar das fronteiras nacionais. Até a véspera da República essa situação prevalecerá. Uma luta desenfreada pela posse das terras indígenas.

Por muito tempo, nós historiadores ignoramos a história dos povos indígenas habitantes no Brasil. Informados pelos cânones científicos da Academia reproduzíamos uma visão estereotipada e errônea sobre essas sociedades. A selvageria, o primitivismo, a indolência, a inconstância esterilizavam os germes da curiosidade histórica. A luta anticolonial e as iniciativas do dito terceiro mundo fizeram sentir a necessidade de aumentar seu conhecimento e compreensão. Mesmo sabendo que a desconstrução de antigos preconceitos e formas de discriminação não desapareceram de uma hora para a outra em todos os lugares a curiosidade histórica se instalou. Um diálogo interdisciplinar da História com a Antropologia foi estabelecido[4].

Ainda sabemos pouco sobre a história desses povos o que permite que o imaginário brasileiro continue povoado de graves distorções e preconceitos a respeito dessas populações. Muitos são os desafios dos historiadores que se lançarem nessa perspectiva. Segundo Monteiro, temos as seguintes tarefas: 1) reinterpretar abrangentemente os processos históricos que envolviam essas populações; 2) reavaliar como esses diferentes atores nativos criaram e construíram um espaço político pautado na rearticulação de identidades, contemplando evidentemente não apenas as formas pré-coloniais de viver e de proceder, como também e especialmente a sua inserção – ou não – nas estruturas envolventes que passaram a cercear cada vez mais as suas margens de manobra; 3) romper com as abordagens que enxergam na resistência apenas a reação

anônima, coletiva e estruturalmente limitada. Novas leituras do espaço intermediário poderão revelar os sinuosos caminhos por onde passou – e passa – a resistência[5].

---

[1] WRIGHT, Robin M. (org.). Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
[2] MONTEIRO, John Manuel (1999). Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Outra Margem do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras.
[3] CUNHA, Manuela Carneiro da (1992). *História dos índios no Brasil..* São Paulo: Companhia das Letras.
[4] MONIOT, H. (1988). A história dos povos sem História. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). *História: Novos Problemas.* 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves.
[5] MONTEIRO, John Manuel (1995). O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L. da & GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). *A temática indígena na escola.* Brasília: MEC/MARI/UNESCO.

ROQUETTE-PINTO: CIÊNCIA E HUMANISMO NO BRASIL DO SÉCULO XX

Nísia Trindade Lima (Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

Dominichi Miranda de Sá (Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

Em qualquer pesquisa de opinião sobre os brasileiros que se destacaram no século XX, Edgard Roquette-Pinto aparece como um grande pioneiro na área da comunicação. Habitualmente, costuma-se associar o seu nome exclusivamente ao rádio e não poucas vezes dele se ouviu falar como um jornalista. O estudo biográfico mostra-nos, entretanto, que além das suas atividades não terem se restringido ao rádio, incluindo o envolvimento no cinema educativo, em museus e na fundação de revistas, por exemplo, foram realizadas por um longo período simultaneamente à importante atuação como antropólogo. Como veremos a seguir, suas pesquisas sobre os tipos antropológicos brasileiros foram acompanhadas por várias iniciativas no campo da "vulgarização científica"; termo de época usado para designar projetos que aliavam ciência a reformas sociais.

De Roquette-Pinto pode-se dizer o que Norbert Elias observou sobre Mozart: trabalho e biografia compõem uma trajetória em que dificilmente é possível dissociar as dimensões privada e pública[1]. Analisar a sua trajetória intelectual significa, assim, lidar com parte significativa da história da antropologia, da comunicação e da divulgação científica no Brasil. Nossa intenção com este trabalho é demonstrar que a diversidade da obra do autor encontra-se fortemente integrada num mesmo projeto intelectual tributário do positivismo, e no qual o otimismo na ciência e na educação, como vias para a resolução dos problemas sociais, destaca-se como o principal aspecto.

Com esta perspectiva, nos filiamos a correntes historiográficas recentes que têm reinterpretado o positivismo. Nesses exames, tem sido compreendido, mesmo em combinações muito heterodoxas no Brasil da virada do século XIX para o XX, não só como uma visão científica do mundo, mas como um imperativo para a ação política e como um princípio moral. Para José Murilo de Carvalho, por exemplo, os positivistas instituíram o vanguardismo intelectual no país.

E se na segunda metade do século XIX, estiveram envolvidos na reforma da legislação para a proteção ao trabalho como meio de garantir a ordem política e a harmonia social, nas discussões sobre a abolição da escravatura, na crítica à Monarquia, na campanha pela instauração da República, na secularização das instituições, na defesa da importância da contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira e na criação de uma política de proteção aos índios; nas primeiras décadas do século XX, sua auto-proclamada missão civilizatória levou-os a serem os grandes estimuladores da incorporação social pelo ensino "popular". Entre eles, Roquette-Pinto e suas iniciativas de vulgarização científica. Educativas e inclusivas, didáticas e generalizadas, promoveram debates sobre a democratização do ensino e a extensão da cidadania no país.

* * * *

Nascido no Rio de Janeiro a 25 de setembro de 1884, Roquette-Pinto cursou os estudos secundários no Colégio Aquino e ingressou na Faculdade de Medicina, onde se interessou pelo estudo da antropologia, definida então como o conhecimento científico das raças humanas. Sua tese, defendida em 1905, versava sobre a prática da medicina entre os índios. No mesmo ano tornou-se professor assistente de história natural no Museu Nacional. Com o diretor do Museu à época, João Batista de Lacerda, representou o Brasil no Congresso Internacional das Raças, realizado na Universidade de Londres em 1911, tendo apresentado o trabalho *Nota sobre a*

situação social do indígena no Brasil. Após o congresso, permaneceu por algum tempo na Europa com o objetivo de atualizar seus conhecimentos em antropologia e biologia. Com Lacerda também preparou o Diagrama da Constituição Antropológica da População do Brasil, organizado segundo as estatísticas de 1872 e 1890.

Em 1912, Roquette-Pinto tomou parte de uma das expedições da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas – a Comissão Rondon. Dos registros sobre as condições da região e sobre as relações familiares, formas políticas e religiosas, doenças, línguas e músicas dos índios da Serra do Norte resultaria a publicação de *Rondonia*[2].Além do livro, realizou um dos primeiros filmes científicos nacionais ao registrar cenas dos índios da Serra do Norte.

A obra, de 1917, deu início à sua consagração profissional. Por ela, recebeu a medalha Pedro II, premiação de grande prestígio atribuída pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com a publicação de *Rondonia*, Roquette ganhou grande notoriedade como 'etnógrafo dos sertões', 'homem de letras' e 'antropólogo'. Séries de notas e resenhas elogiosas eram publicadas seguidamente nas revistas e jornais da época, e, nelas, intelectuais prestigiados como Afonso Celso, Monteiro Lobato e Luis da Câmara Cascudo, por exemplo, elevavam seu livro à estatura de um "clássico". Era ainda muito comum nesse meio letrado comparar o consagrado livro de Euclides da Cunha, o relato do isolamento dos sertanejos, com a *Rondonia* de Roquette e seus índios da Serra do Norte. Por tratarem dos dois grupos sociais então percebidos como os mais "genuínos" do país, teriam "descoberto a verdadeira alma" da formação do Brasil. Eram assim festejados como os autores dos livros que tão simplesmente *representavam o país*.[3]

E foi também como leitor de Euclides da Cunha que Roquette-Pinto problematizou a tese segundo a qual o principal problema da nacionalidade era a miscigenação racial. Seguindo Euclides, considerava mais decisiva para o atraso do país a distância cultural, política e

geográfica entre o litoral e o sertão brasileiros.

Nesse encaminhamento, desempenhou papel importante na refutação das teses sobre a inferioridade dos brasileiros, notadamente dos negros, índios e mestiços. Atualizado com a ciência da sua época, também ela nos centros europeus e norte-americanos legitimadora de vários preconceitos, defendia a tese de que a saúde a educação eram os verdadeiros caminhos para o país. O fez sem romper com pressupostos de antropologia física e de explicações originárias da biologia, mas, ao mesmo tempo, considerando as influências do ambiente social, da cultura e das instituições sociais e políticas brasileiras.

No início do século XX, muitos intelectuais, no Brasil e na Europa, acreditavam que os cruzamentos raciais produziriam seres degenerados, física e mentalmente. A mestiçagem era vista como um indício de inferioridade da população brasileira e como o principal problema da nacionalidade. Com isso, havia os que defendiam um programa intenso de "branqueamento" do país, por intermédio do estímulo à imigração européia. Roquette, nas suas pesquisas sobre "os tipos antropológicos do Brasil" nos anos 1920, estudou os mestiços brasileiros buscando verificar se seriam mesmo degenerados. Seus resultados apontam para a ausência de deficiências oriundas da raça, para ao fim concluir que os males da nação estavam na ignorância e na doença. Segundo ele, "O problema nacional não é transformar os mestiços do Brasil em gente branca. O nosso problema é a educação dos que aí se acham, claros ou escuros" (1927, p. 62).

A marca de uma obra "impregnada do espírito da terra" foi sendo crescentemente associada a Roquette até a publicação de *Seixos Rolados: Estudos Brasileiros,* em 1927, seu principal livro depois de *Rondonia*[4]. Plínio Salgado, Cassiano Ricardo[5] e Agripino Grieco[6], dentre outros, foram unânimes em ressaltar na imprensa da época que Roquette inspirava nos seus leitores amor e orgulho pelo país - indo contra a mentalidade do país atrasado e inferior, a do "Brasil de cócoras", ele iria tornando o Brasil conhecido dos brasileiros. Exemplos da

importância atribuída aos estudos feitos por Roquette-Pinto encontram-se também em Gilberto Freyre, que a ele se refere em vários de seus textos, como em conhecida passagem de *Casa-Grande & Senzala*[7], e também em Mário de Andrade que, em correspondência, ressalta o quanto as pesquisas do antropólogo foram fundamentais na elaboração de sua obra, algo pouco lembrado nos estudos sobre a gênese do modernismo no Brasil[8].

As atividades como antropólogo do Museu Nacional, desde 1905, e depois como diretor da instituição, de 1926 a 1935, foram desde cedo acompanhadas por intensa atuação na área da divulgação das ciências. Roquette acreditava que museus deveriam assumir um caráter educativo. Assim, participou da criação de uma filmoteca em 1910 e da montagem de novas exposições inauguradas em 1914, com a intenção de aumentar a visitação pública. E para orientar e facilitar as visitas, preparou o *Guia das Coleções de Antropologia do Museu Nacional*: um pequeno manual com os fundamentos gerais da antropologia, e que utilizava os objetos em exposição no Museu como ilustrações às explicações. A partir do seu exemplo, seguiram-se outros guias como o de Arqueologia e o de Geologia do Brasil.

Em 1916, idealizou a *Revista Ciência*, um periódico de vulgarização científica dedicado exclusivamente aos assuntos relativos ao país – de sua astronomia, física, química, história natural, medicina, cirurgia, engenharia, geografia, história e sociologia[9]. Seu lema era “ciência escrita de modo que todos a possam compreender". No projeto, que nunca chegou a termo, e que foi encontrado no seu acervo pessoal sob a guarda da Academia Brasileira de Letras, vemos a sua feição radicalmente popular: “*Ciência* é a revista ideal para o operário, o artista, o estudante. Trata de todos os assuntos puramente científicos em linguagem acessível a todos". Justificando o seu empenho, Roquette-Pinto cita o caso de um notável professor suíço de passagem pelo Brasil em 1913 e que teria comentado:

> *"Naturalmente entre vós há muitos sábios. Eu conheço diversos. Falo apenas da generalidade das pessoas cultas, cujo preparo científico e artístico não é comum encontrar nem mesmo na Europa. O brasileiro instruído é capaz de falar corretamente duas ou mais línguas estrangeiras, recita cantos da Divina Comédia, trechos de Shakespeare, e versos de Racine; faz música mui facilmente, e discorre sobre a arte de Rembrandt com verdadeiro bom gosto. Mas não se preocupa em saber os nomes das flores dos seus jardins, das árvores das suas florestas, das aves que sulcam a sua atmosfera, das estrelas que cobrem o seu céu e mais nenhum outro... É estranho!".*

De sua parte, defendia que "a ciência é também brasileira e quer viver para o seu povo". No seu dizer, para nacionalizar um país, instituindo-lhe uma consciência coletiva, seria preciso estudar e popularizar os feitios da natureza e das tradições do povo, tornando-as conhecidas e queridas por toda a gente.

Nesse mesmo ano, Roquette, ao lado de outros importantes cientistas como Henrique Morize, Amoroso Costa, Álvaro e Miguel Osório de Almeida, fundou a Academia Brasileira de Ciências. Dessa instituição saíram várias propostas de divulgação popular da ciência. Foi da Academia de Ciências que surgiu, em 1923, por iniciativa do próprio Roquette-Pinto, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (atual Rádio MEC), a primeira estação de radiodifusão do Brasil. A rádio foi projetada para ser uma verdadeira "escola", propagando ciência e cultura para todos os brasileiros analfabetos, ou seja, mais de 70% da população do país segundo o censo de 1920. Foi criada para ser, nas palavras de Roquette, "o livro dos que não sabiam ler", irradiando concertos musicais, notícias gerais, informes cambiais, comerciais e meteorológicos, cursos de inglês, francês, história, literatura e ciências, palestras para as senhoras, 'histórias morais' para as crianças, conselhos médicos e de higiene e informações úteis relativas à agricultura. Roquette e seus colegas da Academia de Ciências escreviam, montavam e apresentavam os programas radiofônicos com cursos e palestras científicas sobre física, química, história natural e botânica[10]. Roquette escrevia e apresentava o "Jornal da Manhã", preparava comentários musicais para as

óperas irradiadas na rádio e também redigia os textos para a 'Hora Infantil', e cujos temas, científicos mas em linguagem acessível, eram: por que são verdes as folhas? Porque não vemos o ar? De onde vem o perfume das flores? Se a Terra gira por que não somos atirados para longe? O que é o arco-íris? Por que as estrelas só aparecem à noite?[11]

Em 1918, publicou um livro destinado ao ensino secundário de título *Elementos de Mineralogia (aplicada ao Brasil).* A obra foi considerada pela imprensa da época uma excelente propaganda da natureza brasileira. Didático e escrito em linguagem simples, o livro, no dizer de Roquette, teria tentado despertar nas crianças brasileiras a curiosidade pela sua própria terra, em lugar de pô-las a decorar os nomes da "ciência francesa" ou das "jazidas européias". Nele, por exemplo, Roquette comenta como foi formada a pedra do Pão de Açúcar, tentando fazer do "conhecimento das coisas brasileiras uma diversão"[12].

No mesmo ano, vinculou-se à Liga Pró-Saneamento do Brasil e passou a contribuir com a revista publicada pelo movimento. No periódico de título *Saúde,* era o redator da coluna "Informações Científicas". Pensada como um modo de atender à curiosidade das pessoas em relação aos progressos das ciências, funcionava por intermédio de respostas às perguntas dos leitores. As "complicações científicas", acreditava, poderiam incorporar-se ao cotidiano dos brasileiros se explicadas com textos fáceis e com o uso de imagens, exatamente como nesta seção da revista. Enquanto circulou, entre 1918 e 1919, *Saúde* recebeu correspondências de todo o Brasil, e Roquette respondeu questionários os mais diversos – cartas perguntavam sobre árvores de rápido crescimento e excelente madeira, artilharia, reprodução das plantas, ensino para cegos, o uso e composição do álcool e do cimento, miopia, reflexos medulares, melhores meios de conservação de sementes, rede fluvial do Brasil e meios de transporte para o sertão. Em alguns casos, indicava bibliografia onde o leitor pudesse aprofundar seus conhecimentos, incitando todos aos estudos e citando para isso aforismo que dizia: "a prática faz o mestre".

Como diretor do Museu Nacional, Roquette fundou o Serviço de Assistência ao Ensino e inaugurou um auditório equipado para aulas de história natural, com projetor de *slides* e de filmes, onde ocorriam cursos e conferências. Com farta exibição de guias, pôsteres didáticos que resumiam tópicos para sala de aula e filmes científicos, Roquette intentava fazer da instituição um museu escolar. Para ele, o museu deveria ser "a universidade do povo"[13]. Na verdade, sob a sua direção e com a colaboração dos colegas Alberto Childe, Cândido de Mello Leitão, Heloísa Alberto Torres, Berta Lutz e Alberto Betim Paes Leme, o Museu incentivava a criação de gabinetes de história natural nas próprias escolas, e onde as coleções científicas deveriam ser criadas pelas crianças, coletando, tratando e desenhando plantas e animais.

No texto a "História Natural dos Pequeninos", publicado em *Seixos Rolados*, essas premissas educativas encontram-se melhor explicitadas. Para Roquette, o primeiro passo no ensino de história natural seria o de familiarizar a criança com o meio. Nas suas palavras, "Que contrasenso falar aos pequenos de um elefante antes de lhes mostrar as diferenças e semelhanças existentes entre um cão e um gato! (p. 34-35)". E defendia: com a observação do meio mais próximo, aumentaria, em cadeias, o seu interesse em aprender e conhecer as plantas e animais do seu próprio país. Com isso, ou seja, com a iniciação das crianças em estudos de história natural do Brasil, se não surgissem futuros cientistas, ter-se-iam criado, ao menos, bons patriotas, segundo Roquette-Pinto (p. 42).

No mais, participou da criação das revistas de vulgarização científica *Rádio*, *Elétron* e *Revista Nacional de Educação*. Esta última, uma publicação do próprio Museu Nacional de 1932, pretendia ser uma "revista essencialmente popular, destinada a levar a todos os lares um pouco de ciência e de arte". Distribuída gratuitamente pelas escolas, trazia muitas ilustrações, textos em linguagem acessível e informativos sobre ciência, natureza e literatura brasileiras[14].

Em 1936, Roquette-Pinto criou e passou a dirigir o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Sob a sua direção, o INCE produziu e distribuiu em escolas, casas de exibição pública, agremiações esportivas, centros operários e sociedades culturais, filmes que encenaram, dentre outros temas, descobertas científicas, vultos e cidades históricas, noções de higiene e prevenção de doenças, biologia, física, química, zoologia, botânica, geografia, astronomia, esportes, cerimônias cívicas, história do Brasil, literatura, dança e música[15]. Para Roquette, eram as 'lições em conserva'.

Segundo ele e outros educadores brasileiros como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Francisco Venâncio Filho, o cinema, além de contribuir para a democratização e a modernização da educação no Brasil, também funcionaria como um auxiliar dos professores em sala de aula. Assim, com filmes curtos e em linguagem acessível, o INCE promovia o ensino de ciências em escolas de todo o país. No seu entender, a educação popular seria mais eficaz se aproveitasse as imagens em movimento para divertir e, ao mesmo tempo, ensinar. O cinema, como dizia Roquette-Pinto, era o "irmão mais moço do livro"[16].

Já nos últimos anos da sua vida, de 1951 a 1953, colaborou com a Prefeitura do Rio na condição de consultor do Departamento de Difusão Cultural. Neste departamento, sugeriu exposições; concertos ao ar livre, espetáculos teatrais, feiras de ciências, concursos de poesia e de desenho, passeios e visitas a bibliotecas, a instituições com valor histórico, a associações culturais e a clubes esportivos[17].

Como já vimos, o envolvimento de Roquette nesse movimento de popularização da ciência pode ser explicado pela sua formação positivista incutindo-lhe confiança na força transformadora do conhecimento. Além da convicção na ciência como guia moral, outra premissa básica do positivismo era a da puerilidade do 'povo'. Para os positivistas, as aspirações populares não se desenvolveriam sem auxílio e direção; na verdade, elas deveriam ser criadas e

incentivadas por intermédio da exposição de modelos. Guiando o povo e indicando-lhe o bom caminho, Roquette acreditava contribuir de sua parte para o engrandecimento moral da sociedade[18]. Na sua leitura, o bom direcionamento da educação era a própria base da ordem social. De onde, então, a idéia de que o saber precisaria ser útil do ponto de vista do progresso material de todo o país.

E no que se refere à ascendência do positivismo, ela aumentava as suas expectativas de ação social - entre elas, uma reforma radical do ensino no Brasil. Universalizado e gratuito, seria o meio mais eficaz para superar o atraso histórico e para redimir o Brasil, inserindo-o enfim no 'mundo moderno'. Quanto a isso, vale destacar a importância do ideário universalista dos positivistas casado às suas propostas de reforma social; tema anteriormente apontado por Roque Spencer Maciel de Barros no seu trabalho sobre "a ilustração brasileira e a idéia de universidade". Barros salientou que, para os positivistas, imperativo era que o Brasil estivesse no nível do século, integrando-se aos valores da civilização. Essa historização da realidade brasileira tensionou os determinismos geográficos e raciais, importantes chaves de leitura dos descaminhos da questão nacional na virada do século XX, abrindo caminho assim para as primeiras interpretações de cunho sociológico que passaram a indicar resoluções para o país. E se, na leitura positivista, era urgente a atualização da sociedade brasileira com os padrões civilizados, seu papel, nesse caso, era o de forçar a marcha da história pela ação e intervenção sociais. Seu instrumento privilegiado: a ciência.

E na órbita da ciência como fator de transformação social, meio indispensável ao progresso e base para a ação política, giravam ainda a convicção na precedência do 'bem coletivo' na vida pública e a importância da harmonia social pela expansão dos direitos sociais. Todo esse esquema, na obra de Roquette-Pinto, funcionou por intermédio da sua convicção na atuação de uma elite ilustrada como vanguarda civilizatória. Antropologia, divulgação científica e

positivismo foram, assim, partes indissociáveis do seu projeto nacional. E nele, a ciência deveria estar ao alcance de todos.

NOTAS

[1] ELIAS, N. *Mozart - A Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar,1999.

[2] *Rondonia* é o diário da viagem de Roquette à Serra do Norte em 1912 com a Comissão Rondon. Nele, há estudos etnológicos e de antropologia física sobre os povos indígenas Nambiquaras e Parecis.

[3] Benjamim Lima, *Jornal do Brasil*, 23/9/1936.

[4] Plinio Salgado, *Correio Paulistano*, 1/11/1927.

[5] *Correio Paulistano*, 14/09/1927.

[6] *A Manhã*, 19/06/1927.

[7] Nas palavras de Gilberto Freyre: "Vi uma vez, depois de quase 3 anos de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo, não me lembro se do São Paulo ou do Minas, pela neve mole do Brooklin. Deram-me a impressão de caricaturas de homens e veio-me à lembrança a frase de um viajante inglês ou americano que acabara de ler sobre o Brasil: *'the fearfully mongrel aspect of population'*. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse, então, como, em 1929, Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil mas mulatos ou cafuzos doentes". In *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1978; 1 ed.: 1933, p. 23.

[8] Correspondência de Mário de Andrade a Roquette-Pinto, em 22/08/1928, onde salienta o aproveitamento de *Rondonia* no seu livro *Macunaíma*. A correspondência encontra-se na pasta 19 do acervo pessoal de Roquette-Pinto sob a guarda do Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras.

[9] Acervo Pessoal de Roquette-Pinto, Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, caixa 16.

[10] MOREIRA, Ildeu de Castro & MASSARANI, Luisa. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. VII (3): 627-651, nov. 2000-fev. 2001.

[11] Acervo Pessoal de Roquette-Pinto, Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, caixa 10.

[12] ROQUETTE-PINTO, Edgard. Elementos de Mineralogia (aplicada ao Brasil). Alves e C. - 1918.

[13] ROQUETTE-PINTO, E. "Notas e Opiniões", *Jornal do Brasil*, 07/02/1953.

[14] DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934), *História, Ciência e Saúde – Manguinhos,* 11 (1): 33 - 56, 2004.

[15] SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil.* São Paulo: Unesp, 2004.

[16] ROQUETTE-PINTO, E. 'As viagens na literatura infantil'. Acervo Pessoal, Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, caixa 15.

[17] *Revista de Educação Pública*, ns. 33 a 40, jan. dez., 1951-1952.

[18] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade.* São Paulo: USP, 1959, p. 27; 122.

Três mulheres rompem o silêncio.

[1]Odila Schwingel Lange

Este artigo relata três estudos de casos de agressão física sofrida por mulheres na relação conjugal, na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, no período compreendido entre os anos de 1997/1998. Estas mulheres romperam o silêncio e denunciaram seus companheiros na Delegacia de Defesa da Mulher, esperando que a JUSTIÇA colocasse um fim nessa relação de conjugalidade violenta.

No Brasil não existe legislação específica que ampare a mulher vítima de violência de maneira geral e, muito menos, a vítima de violência conjugal. Dessa forma o estatuto adotado é o Código Penal, que é um conjunto de leis que não leva em conta a situação da mulher vítima de violência.

O crime contra a mulher, que apresenta o maior número de denúncias é o de lesão corporal, definido legalmente no artigo 129 do Código Penal Brasileiro como “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”.

Conforme sua gravidade, o crime de lesão corporal, pode ser enquadrado e julgado pela Lei 9.099/95, quando julgado de natureza leve, considerado pela lei como “delito de menor potencial ofensivo”.

Os casos analisados tratam-se de delitos de agressões corporais de natureza leve e embora esses processos criminais já tenham transitado em julgado, optou-se aqui por preservar o nome das partes envolvidas, sendo os nomes relatados meramente fictícios.

Primeiro caso estudado: Processo n. 97.271.0017-1

Conforme o Processo acima citado, consta do Boletim de Ocorrência datado de 28.07.97, registrado na Delegacia de Defesa da Mulher, em Dourados, o seguinte:

[1] A autora é Mestra em História pela UFMS.

> Comparece nesta Delegacia de Polícia, a comunicante acima qualificada, dizendo que viveu maritalmente com a pessoa de [...], durante onze anos, aproximadamente, que dessa união tiveram dois filhos, um com dez e o outro com oito anos de idade; Que estão separados há oito meses, aproximadamente porém a comunicante permitiu que [...] ficasse morando em um dos quartos da casa, isto há cerca de dois meses, porém não houve nenhum envolvimento afetivo entre ambos, Que no dia 26 p.passado, por volta das 09:00 horas, [...]. começou a agredir a comunicante com palavras, xingando a de biscate, puta e outros nomes que a comunicante não se recordando (sic) momento, e não se contentando passou a agredi-la fisicamente, desferindo socos e chutes, causando várias lesões em seu corpo, que a comunicante para se defender (sic), pegou uma faca (com serras) e encostou no pescoço de [...], para que ele a largasse. Que, esclarece a comunicante que [...] passou a ingerir bebidas alcoólicas, tornando-se uma pessoa bastante agressiva, e que o mesmo não se conforma com a separação. NADA MAIS. (1)

Segundo consta do Processo em tela, a agredida sofreu lesão corporal de natureza leve. Ás fls. 05 do Processo consta, através da certidão do Cartório Distribuidor, um processo pelo crime de ameaça e outro de lesão corporal contra a pessoa de sua companheira.

O representante do Ministério Público oferece denúncia contra o agressor pedindo a suspensão do Processo porque o denunciado já está respondendo outro processo no 5º Juizado, baseado na vedação contida no art. 89 “caput” da Lei 9.099/95. Ás fls. 15 dos autos está o depoimento da vítima em juízo, o qual foi prestado na presença do Juiz, Promotor de Justiça e Defensor (a) da seguinte forma:

> Que viveu maritalmente com o acusado por quase onze anos, sendo que com ele teve dois filhos, ambos menores; Que quando do fato estava separada há mais ou menos nove meses; Que o acusado morava no Jardim Flórida, mas como estava desempregado, sem um local para morar, aceitou o convite da declarante para morar em sua casa algum tempo, até que arranjasse emprego; Que assim, o acusado passou a ocupar o quarto dos guris; Que todavia, desde a separação a declarante nunca mais manteve relação, digo, relacionamento amoroso (sic) com o réu; Que o acusado aproveitou-se da situação, de estar morando na casa da declarante, para não permitir que saísse de casa; Que, daí, o motivo pelo qual, no dia dos fatos, a agrediu fisicamente; Que o acusado puxou (sic) seus cabelos, bateu sua cabeça contra a parede e também torceu sua cabeça; Que o acusado se embriagou para fazer isso; Que o acusado não aceita que a declarante , digo, declarante saia com outro homem ou tenha namorado; Que inclusive, por esse mesmo motivo, anteriormente já a agrediu fisicamente.Dada a palavra ao M.P. às suas reperguntas, respondeu: Que não se lembra direito a forma, mas que o acusado causou-lhe hematoma no braço; Que recebeu chutes no joelho; Que o fato foi presenciado por seus dois filhos e a prima que trabalha com a declarante de nome Raquel; Que seu filho mais velho vai fazer 11 anos e chama-se Alysson. Dada a palavra à Defesa, às suas reperguntas, respondeu: Quem (sic) o relacionamento do acusado com (sic) os filhos é bom, sendo que o mesmo pode ser considerado bom pai; Que durante o tempo de convivência com o acusado este nunca a agrediu fisicamente; Que na época do fato a declarante tocava uma lanchonete; Que antes do acusado ficar desempregado, ele tocava uma lanchonete na Av. Marcelino Pires;

> Que era o acusado somente provia as despesas do lar quando vivia junto com a declarante, não o fazendo após a separa (sic). Nada mais. (2)

Por outro lado, o acusado também é ouvido em juízo cujo termo de interrogatório consta das fls. 18 do processo em questão, admite ter discutido e agredido a vítima, porém declara que também foi agredido pois a vítima revidou a agressão e que teve que fazer curativos no Hospital Evangélico porém não fez exame de corpo de delito.

Consta dos Autos, às Fls. 23, que o acusado deu entrada no Hospital Evangélico no dia 16.07.97, apresentando "lesões superficiais do tipo escoriações em região cervical, antebraço direito, e panturrilha esquerda, sendo medicado e liberado, após emissão de receituário".

Acopladas aos autos, encontram-se as Alegações Finais do Promotor de Justiça, conforme fls. 37,38 e 39, nas quais finaliza pedindo a procedência do processo com a aplicação da pena prevista no art. 129, "caput", do Código Penal.

Por sua vez, o Defensor Público, Iran da Costa Neves, apresenta a defesa do acusado às Fls. 41 e 42, alegando que as lesões foram recíprocas e pedindo a improcedência da denúncia e absolvição do acusado.

O juiz de direito, João Mathias Filho, julga procedente a denúncia, condenando o acusado:

> Face aos termos do art. 59, do Código Penal, considerando a primariedade do acusado, mas, também, seus antecedentes, fixo-lhe a pena base em 3 (três) MESES DE DETENÇÃO, a qual torno definitiva, face à ausência da causas de aumento ou diminuição da pena, a qual deverá iniciar-se no regime aberto.
>
> Nos termos do art. 59, IV e 44, ambos do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, esta consistente na prestação de serviço à comunidade pelo período de 3 (três) meses, por oito horas por semana, junto ao ORFANATO EBENEZER, nesta cidade.
>
> Lance-se o nome do acusado no rol dos culpados.
>
> Transitada em julgado, intime-se o acusado para iniciar o cumprimento da pena no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, nos termos da lei. (3)

Após o réu cumprir a pena o juiz decreta extinta sua punibilidade da seguinte forma:

> Infere-se dos autos que o acusado cumpriu integralmente a pena que lhe foi imposta, razão pela qual o Ministério Público requereu a extinção da punibilidade.

> Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE face ao cumprimento da pena que lhe foi antecipadamente imposta.
> Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos.
> P.R.I.
> Dourados, 29 de julho de 1998. (4)

Segundo caso estudado: Processo n. 98.280.0032-6

No dia 17.08.98, comparece à Delegacia de Defesa da Mulher, em Dourados, a senhora Joana de Souza para dar queixa contra seu marido e, em cujo Boletim de Ocorrência foi registrado o seguinte:

> Compareceu nesta Unidade Policial, a comunicante supra, a qual informa que vive maritalmente com o autor há quase trinta anos, com o qual tem onze filhos. Que, há mais ou menos uns vinte anos, o autor passou a se embriagar com freqüência e quando ocorre, agride a vítima fisicamente e por várias vezes a lesionou fisicamente. Que, em data e horário supra, o autor bêbado passou a ameaçar a vítima de morte e a proferir palavrões na frente dos filhos, e nesta oportunidade, chegou o filho mais velho do casal WESLEY e quis saber o que estava acontecendo, nesta oportunidade o autor de posse de uma enxada tentou acertar o rapaz, o qual foi mais rápido e com uma outra enxada o acertou, não sabendo se o feriu porque ele fugiu e ainda não retornou. Que o autor sempre promete comprar uma arma de fogo para matar a vítima e todos os filhos. Que, esclarece que não mais suporta esta situação, irá procurar a Defensoria Pública e se separar do autor, pois teme por uma tragédia, e, diante do exposto, REPRESENTA CRIMINALMENTE contra o autor por crime de AMEAÇA. (5)

Às fls. 07 e 08 do referido processo, encontra-se a Ata de Audiência de Conciliação, na qual o Promotor Público denuncia o acusado requerendo a instauração da competente Ação Penal contra o mesmo.

Nesta audiência nada é perguntado à vitima que também está presente e assina a Ata.

Todos são intimados para a Audiência de Instrução e Julgamento que ocorre no dia 14.04.99, na qual o Juiz assim se pronuncia:

> Aberta audiência, constatou-se que apesar de já ter sido oferecida a denúncia, trata-se de crime que depende de representação da vítima, a qual não foi colhida na audiência de conciliação. Assim, foi indagada (sic) da vítima se pretendia oferecer representação contra (sic) o autor do fato, a qual afirmou que não pretende oferecer a representação.
> A seguir, pelo MM. Juiz foi determinado o cumprimento da Portaria nº 001/99 deste Juízo. Nada mais. (6)

Este caso merece ser comentado pela maneira com que foi conduzido. Apesar de já constar no BO que a vítima queria representar criminalmente contra seu agressor, nada lhe foi perguntado durante a audiência de conciliação e, na segunda audiência, de Instrução e Julgamento, foi-lhe perguntado se desejava representar e a mesma respondeu que não. Mediante a resposta da vítima o Juiz mandou arquivar o presente processo.

Vemos aí a flagrante contradição do poder judiciário. Se a vítima já havia dito na Delegacia que desejava representar criminalmente contra seu agressor, porque nada lhe foi perguntado na primeira audiência? E porque a vítima não quis representar quando o magistrado lhe fez a pergunta? Será que a mesma sabia o que estava respondendo, quando lhe foi perguntado. Durante a narrativa dos fatos na Delegacia, quando registrou o BO, a vítima disse estar descontente com a vida que levava e queria separar-se de seu agressor, porque na frente do Juiz ela disse que não queria representar?

Terceiro caso estudado: Processos 263, 265, e 269/97

Este caso foi escolhido para estudo pelo fato de terem sido juntados três processos contra o mesmo agressor. Os processos foram acoplados e foi dada uma só sentença.

Este processo também difere dos outros analisados pelas condições financeiras das partes. Quando compareceu à Delegacia do Primeiro Distrito (Unidade de Plantão), no dia 30.05.96 a agredida já registrou o número de seu telefone celular. Naquela época, poucas pessoas possuíam telefone celular em Dourados. No Boletim de Ocorrência foi registrado o seguinte:

> Informa a vítima supra que é casada há aproximadamente dois anos com [...] com o qual tem uma filha de onze meses de idade. Esclarece que desde que a filha nasceu o relacionamento de ambos tem tido problemas e, há alguns dias seu esposo tem estado diferente e chegou a falar em separação. Na data de hoje após receber um telefonema, o qual foi ouvido pela vítima o autor confirmou ter um caso amoroso extraconjugal e diante da descoberta da vítima, passaram a discutir e[...] a agrediu com murros e objetos da casa, além de arremessá-la contra a parede, causando-lhe várias lesões pelo corpo, isto tudo na presença de várias testemunhas que se encontravam na casa, pedreiros e me, digo, mecânicos que ali trabalhavam. Informa a vítima que após ouvir o telefonema de seu esposo com a pessoa que ele confirmou ter um caso, tentou ligar para seu sogro,

> tomando o telefone das mãos de seu esposo, oportunidade em que este ficou muito mais furioso e continuou a agressão chegando a ameaçá-la de acabar com seu rosto. Que diante desses fatos a vítima deseja REPRESENTAR criminalmente contra seu esposo. (7)

Na Delegacia de Defesa da Mulher, no dia 05.06.96 a vítima é ouvida sobre o fato acontecido, pois todos os BOs de agressões sofridas por mulheres no plantão policial são encaminhadas para a DDM, onde é ouvida novamente e o Termo de Declarações foi registrado da seguinte forma:

> Sabendo ler e escrever, declarou QUE é casada há quase 02 anos com o autor [...], relação da qual nasceu uma filha, atualmente com 11 meses de idade: QUE logo após o casamento mudaram-se do Estado de São Paulo, da cidade de Assis, para esta cidade, passando a residir na fazenda: QUE [...] sempre foi um homem um tanto explosivo, porém nunca tiveram um atrito mais sério; QUE porém após o nascimento da filha do casal, passaram a ter alguns problemas, mas apenas discussões e ameaças por parte de [...]; QUE porém, na semana p.p.,ao que parece no dia 20.05.96 iniciaram uma discussão e nesta oportunidade [...] lhe deu dois murros, porém a declarante agüentou calada; quem porém, no dia 30.05.96, por volta das 19:00 horas, novamente [...] veio a lhe agredir fisicamente, desta vez com muita violência, batendo com as mãos, atirando sobre a declarante objetos da casa, como cadeiras, bancos, hora em que haviam pessoas na casa, sendo os mesmos três mecânicos que estavam fazendo revisão nas máquinas agrícolas, sendo que um deles cujo nome é MARCOS, foi quem ainda tentou deter[...] socorrendo a declarante; QUE a vista de tanta violência, a declarante conseguiu escapar e saiu correndo com o bebê nos braços, indo à casa de uma funcionária da fazenda, de nome MANUELA RODRIGUES, com a qual deixou o bebê, pegando a bicicleta do marido desta e indo até uma fazenda vizinha, onde emprestou um veículo e veio até Dourados, onde se dirigiu à Delegacia de Polícia para registrar a ocorrência; QUE foi atendida e encaminhada a atendimento médico, pois estava bastante lesionada; QUE após estas providências a declarante, acompanhada por um tio de [...], a declarante retornou à fazenda com a intenção de pegar suas coisas e a filha, sendo o que fez e no seguinte, dia 31, ao saber que seu sogro, pai de [...] havia chegado à fazenda, acreditando que poderia resolver as coisas, pegou um táxi e foi para a fazenda, lá chegando por volta da 08:00 horas e lá quando foi conversar com o marido, este novamente lhe agrediu, pelo fato de pedir a ele o dinheiro para pagar o táxi, sendo que ele pagou, mas em seguida, novamente discutiu com a declarante e a agrediu; QUE pouco depois, novamente sofreu nova agressão física, desta vez também do sogro, quando tentou abrir um armário para pegar alguns documentos, sendo impedida pelo marido e sogro com agressões, os quais tentaram lhe tomar as chaves do referido armário, quando novamente a agressão foi presenciada por funcionários; QUE além de agredida pelo sogro [...], também foi muito ofendida por ele; QUE alega ainda que tem conhecimento que seu marido a estava traindo, pois o surpreendeu ao telefone conversando com uma mulher, nesta data de 30.05.96 quando ocorreu a agressão relatada em Boletim 1.011/96, sendo que ao inquirir o marido este enfureceu-se quando começou a discussão e posterior agressão física; QUE após a agressão sofrida na manhã do dia 31.05.96, pegou algumas poucas coisas pessoais e foi trazida para Dourados por um cunhado de [...], onde a mãe da declarante a encontrou e no dia seguinte, já acompanhada da mãe, retornou à fazenda, onde pegou suas roupas e as do bebê e foi para Assis –SP; QUE quando em 31.05.96, saiu de casa após ser agredida, ao pegar suas coisas, acabou levando alguns documentos pertencentes ao marido, como diploma, Carteira de registro de armas e algumas outras coisas, objetos que ora faz a devolução, por não serem de sua propriedade e que levou sem perceber, no desespero, junto às coisas que pegou; QUE não pretende voltar a viver com o marido, haja vista a violência de que foi vítima, pretendendo estabelecer residência na casa dos pais na cidade de Assis-SP, onde poderá ser encontrada se necessário for. Nada mais disse e nem lhe foi

> perguntado, indo o termo devidamente assinado pela Autoridade, pela declarante e por mim Escrivã que a datilografei. (8)

As agressões continuaram e no dia 28.07.97, na Delegacia de Defesa da Mulher, a vítima registra novo Boletim de Ocorrência contra seu agressor declarando que ele a chamou para decidirem sobre a separação e nesta data agrediu-a novamente, desferindo-lhe socos e fraturando seu nariz em dois lugares, tendo até que passar por uma cirurgia por causa destas agressões.

Como afirmei anteriormente, este caso é muito completo por se tratar de três processos crimes acoplado, sendo tomadas várias declarações de testemunhas, inclusive a da mãe da vítima que, sendo ouvida na Delegacia de Defesa da Mulher, de Dourados, disse que recebeu um telefonema de sua filha pedindo que viesse urgente para Dourados pois a mesma precisava muito dela. Somente soube das agressões sofridas quando aqui chegou e que sua filha teve que ser submetida a uma cirurgia no nariz em razão das agressões sofridas pelo esposo. Disse, também, que pretendia levar sua filha para Assis-SP, cidade onde mora pois tem medo que sua filha seja assassinada pelo companheiro agressor.

Por fim, após tantos percalços, o réu é condenado a uma pena restritiva de direitos que o Juiz substitui pela pena pecuniária que consiste na doação em dinheiro correspondente a dois salários por mês, durante 09 meses a ser pago diretamente para o Asilo da Velhice Desamparada.

Conforme pude observar nos processos em curso, o autor do delito, cumpriu integralmente a sentença e no dia 05 de novembro de 1998, o Juiz declara extinta sua punibilidade:

> Considerando que o Autor do Fato [...], qualificado nos autos, cumpriu integralmente as condições estabelecidas na transação objeto da sentença de fls.29, com fundamento no art. 92, Parágrafo 3º, da Lei Estadual nº 1.690/96, declaro extinta sua punibilidade em relação a infração noticiada pelos autos.
>
> Transitada esta em julgado, arquive-se com cautelas.
>
> P.R.I.
>
> Dourados, 05 de novembro de 1.998. (9)

Consta ainda, desses autos, cópia do Processo de Separação deste casal, inclusive com partilha de bens, e a desistência da mulher da pensão alimentícia para si, uma vez que possui curso superior e trabalhará para seu sustento, ficando acertada a pensão alimentícia somente para a filha do casal, no valor de dois salários mínimos.

Dessa análise, posso concluir que a Lei 9.099/95 não oferece quase que nenhum benefício para a mulher, que continua a não representar criminalmente contra seu parceiro na esfera judicial, pois, a ineficácia desta legislação genérica, que não foi concebida sob a perspectiva de gênero contribui para a banalização da violência doméstica.

NOTAS

1. PROCESSO n. 97.271.0017-1- BOLETIM DE OCORRÊNCIA n. 205/97, apenso às fls. 02.
2. PROCESSO n. 97.271.0017-1.TERMO DE DEPOIMENTO DA VÍTIMA, às fls. 15.
3. PROCESSO n. 97.271.0017-1, Fls.44 -SENTENÇA PROFERIDA PELO JUIZ.
4. DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE, Fls. 53 do PROCESSO n.97.271.0017-1.
5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRADO NA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER, Fls. 02 do PROCESSO n. 98.280.0032-6.
6. ATA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, Fls.13 do PROCESSO n. 98.280.0032-6.
7. PROCESSOS n. 263, 265, e 269/97 BOLETIM DE OCORRÊNCIA lavrado na Delegacia de Polícia do Primeiro distrito que estava de plantão.
8. DECLARAÇÃO PRESTADA A TERMO, NA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER PELA VÍTIMA às fls. 04 do PROCESSO n. 263/97.
9. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE declarada pelo Juiz João Mathias Filho, às Fls.44 do Processo n. 363/97.

HISTÓRIAS TECIDAS, SABERES ESCRITOS: O CURSO DE HISTÓRIA DO CERES ENTRE OS ANOS DE 1974 E 1988*

Olívia Morais de Medeiros Neta[1]
olivianeta@yahoo.com.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O CURSO DE UMA LEITURA, LEITURA DE UM CURSO

Nos caminhos da leitura de um curso, encontramos leis e outros escritos como códigos de uma produção controlada e selecionada, organizada e redistribuída às universidades brasileiras. O currículo como uma construção, instrumento significativo de intervenção do Estado no Ensino, na formação intelectual da clientela que freqüenta os bancos escolares para a prática da Cidadania no sentido que interessa aos que se encontram representados no poder;[2] têm seus autores, existem sujeitos por detrás deles que vão além da expressão "generalizante" e "homogeneizadora" de Estado.

Parafraseando Goodson,[3] a luta para definição de um currículo envolve prioridades sócio-políticas e discurso de ordem intelectual; no discurso que se constrói formam-se modelos de professores, de alunos, de sociedade, de disciplinas, de condutas, de posturas. Neste sentido, o currículo produz identidades e subjetividades determinadas.

Nas falas curriculares, a partir da noção de discurso, escutaremos as leituras do curso de História implantado com uma estrutura curricular composta por 2.130 horas para disciplinas obrigatórias e 180 horas para disciplinas complementares, sendo 34 disciplinas obrigatórias dispostas com seus créditos e ementas em uma média de oito períodos letivos. [4] Para Kátia Abud, através de programas curriculares divulgam-se as concepções científicas de cada disciplina e o discurso de poder se pronuncia e define sentido, forma, finalidade, conteúdo, estabelecendo sobre cada disciplina o controle da formação a ser transmitida e pretendida.

O discurso pretendido no currículo não é informação apenas, mas envolve a produção ativa de sensibilidades, maneiras de percepção de "si" e dos "outros", formas

particulares de agir, sentir, operar sobre “si” e o “mundo”, de prescrever posturas. Entretanto, o entendimento de que há diferenças, conflitos e clivagens entre a prática idealizada; currículo pré-ativo, normativo e escrito pelos representantes do poder educacional instituído e o currículo como prática em sala de aula, currículo interativo. Na interface do dizer e do fazer, o texto curricular é enunciado, pois o que está prescrito não é necessariamente o que é aprendido, o planejado não é necessariamente o acontecido; devemos procurar a construção social do currículo, tanto em seu nível de prescrição como em nível de interação.[5]

A diferença entre o “currículo pré-ativo” e o “currículo interativo” é que o primeiro trabalha no nível do ideal, do imaginado, e não com a situação de universo complexo, repleto de diversidades. Segundo Maria Stephanou, o conhecimento presente nos currículos de História dos anos 80, século XX, no Brasil, caracteriza-se por deter sobre fatos passados, valorizando a ação dos personagens-heróis, “grandes homens” – cujas intenções, propósitos e objetivos são propulsores dos acontecimentos, destacados nos cenários de diferentes épocas; ênfase aos conhecimentos oficiais, apresentação dos fatos através de sucessões cronológicas, dispostos linearmente, convergindo para uma visão de evolução e de relação de causa/efeito; periodização assentada no modelo quadripartite francês – Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea – ou ainda comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo/socialismo, de maneira que, parte da história do mundo ocidental se insere nessa seqüência com inexistência de pontos pragmáticos referentes à África e sociedades orientais; a presença de uma visão dual e etnocêntrica das diferentes sociedades humanas – civilizados *versus* primitivos, evoluídos *versus* atrasados; ênfase no estudo do mundo ocidental da vida de protagonistas masculinos, brancos, assim como de atributos masculinos, alimentando igualmente o etnocentrismo, o eurocentrismo, a xenofobia, o racismo e mal disfarçados preconceitos nacionalistas e genocídios; tendência a uma história assexuada, em que crianças, velhos e mulheres raras vezes são narrados, descritos ou sequer citados, prevalecendo uma representação do passado que negligencia o tratamento de grupos minoritários. A humanidade

é apresentada como uma rota linear, sem altos, embora com alguns desvios, em direção ao mundo de hoje, que é representado como o máximo de progresso e desenvolvimento humano. [6] O currículo é resultado de uma seleção, saberes que formam posturas e quando visibilizados supõem uma questão de identidade, de subjetividade, tornando o currículo uma questão de conhecimento de poder. [7]

É um passo, é uma ponte, é uma apresentação às marcas de um fazer com seus lugares sociais, institucionais, com seus indicativos teórico-metodológicos e faces de uma história tecida no cenário do ensinável. Estes nos convidam a uma caminhada histórica pelas laudas dos Planos de Curso de disciplinas, por Diários de Classe, por propostas curriculares que guardam os fios discursivos das Histórias Ensinadas, enrolados às balizas do tempo e emudecidos por um toque de silêncios historiográficos. Os saberes apresentados, objetivados e subjetivados como Histórias Ensinadas conosco dialogaram com os fios discursivos, costurando empiria a teoria, inspiração a narração. Mas este segundo capítulo é apenas um passo, uma ponte. As águas de [09 de] março continuarão a rolar nos próximos tópicos.

A HISTÓRIA COMO ESPETÁCULO

Lugares de produção e não-ditos são recorrentes em Histórias Ensinadas que, com seus signos e símbolos possibilitam leituras de mundo.

Histórias Ensinadas enredam-se no saber histórico permeado de práticas culturais que envolvem avaliações, metodologias, procedimentos, recursos de ensino. Análises historiográficas, relevância de estrutura curricular, arcabouço teórico-metodológico são elementos que isoladamente poderiam constituir-se como objetos de estudo passíveis a problematização; não é este conjunto ou uma de suas partes que representa nossa “paisagem de pesquisa”. Esta constrói-se a cada diálogo proferido com a historiografia, com as fontes (planos de curso, diários de classe, portarias, resoluções e outros) e seus discursos, diversas vozes que dialogam e constroem muitas possibilidades para distintos olhares.

Que História é ensinada? Onde buscá-las? São nossas inquietudes, fios para tecermos a rede do Curso de História do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES – através de cenários e atores enredados nas Histórias Ensinadas, pois "história é o privilégio que é necessário recordar para não se esquecer a si próprio. Ela situa o povo no centro dele mesmo, entendendo-o de um passado a um futuro". [8]

A Historia "fundada sobre o corte entre um passado, que é um objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, [...] não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas", [9] é espetacularizada nas leituras históricas, nos lugares de produção, no ofício do historiador; concebe, então, uma textura escriturária que toma posições de sujeitos das ações e oferece ao historiador que, "não é o sujeito da operação da qual é o técnico. Não faz a história, pode apenas fazer história [...]",[10] as não pretensões a um real, pois este que se inscreve no discurso historiográfico provêm de um lugar, de uma produção, de um ramo particular e socialmente determinado.

Nos roteiros da história, os lugares são os "atos presentes desta produção e a situação que hoje o torna, possível, determinando-o; o objeto as condições nas quais tal os qual sociedade deu a si mesma um sentido através de um trabalho que é também ele, determinado". [11] A História como espetáculo é roteirizada por sua estrutura curricular, por ementas, disciplinas, Planos de Ensino e pelos Diários de Classe.

No CERES, as Histórias encenadas são falas que constroem posturas, maneiras de ser, fazer, dizer. Nas disciplinas História do Brasil I e II, Estudo dos Problemas Brasileiros I e II e Introdução ao Estudo da História buscaremos adentrar o mundo dos espetáculos históricos, abriremos as cortinas da História, recomporemos roteiros, olharemos cenários, distribuiremos posições.

FALAS DE UM ROTEIRO

O roteiro como demonstrativo à ação histórica guarda a face prescrita e a apreendida, ou seja, o currículo que está prescrito não é necessariamente o que acontece, é, no todo, uma construção social em nível de prescrição e interação. [12] Partilhando da concepção de História como construção discursiva constituidora de objetos de investigação, de dados históricos, as Histórias Ensinadas no Curso de História do CERES são nossas falas, são dizeres do currículo e sua estrutura que no recorte das disciplinas de História do Brasil I e II, Estudo dos Problemas Brasileiros I e II, Introdução ao Estudo da História[13] instauram maneiras de ser, conhecer e interpretar, bem como escrevem o saber histórico como uma paisagem no tecido da História.

As ementas das disciplinas, as bibliografias escolhidas, os objetivos, as metodologias constituem-se enquanto filigranas ao olhar às Histórias Ensinadas, estas protegidas por um passado pronto à visitação e disposto ao diálogo com vistas a fazer brotar muitas histórias do ensinado, com seus roteiros e componentes de uma grande sinopse do que fora ensinado nas muitas aulas, gradeadas pelo currículo do Curso, pelas orientações e interesse de discentes e docentes, do Estado, da Instituição.

As disciplinas já mencionadas serão nossos *scripts*; os recortes do currículo são as falas eleitas à nossa conversação quanto as Histórias Ensinadas no período de 1974 a 1988. Nas veredas dessas disciplinas, suas abordagens são destacadas e por nós buscadas, não em sua finitude, mas em suas enunciações, suas regularidades e suas pluralidades discursivas. Narrativas a partir de estruturações quanto à eleição de conteúdos e bibliografias compõem nuanças das ilustrações do saber histórico, envolvendo a produção de visões de mundo, as concepções de História e arrumações nos saberes pautados no e para o ensino.

Pensar as Histórias Ensinadas nas fontes recortadas, que nos emprestam suas vozes para que juntos entoemos as falas de um currículo amarrado a ações de orientações docentes, é um exercício que envolve táticas e estratégias, usos e consumo inseridos numa

cadeia de construção que, a partir de Introdução ao Estudo da História, recepciona o ensinável em História, compondo paisagens para vê-la e senti-la. Com os passos no caminho do Curso de História, o Brasil enquanto corpo escrito, projeção e sistematização de história para uma nação é visibilizado nos espaços das disciplinas História do Brasil I e II.

Como apêndice às Histórias do Brasil, uma outra face é visibilizada portando histórias de um Brasil visto a partir dos problemas: é a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros I e II, que não é peculiar apenas do Currículo de História, sendo mais uma regularidade aos níveis de ensino diversos. Mesmo não tendo e não sendo uma disciplina específica da História, esta porta muitas vozes que pensam um Brasil pelos problemas, pelas vias do Estado e estas vozes são históricas, proliferaram as Histórias Ensinadas no CERES, portanto, são passíveis de análise, suas vozes clamam por novos tons.

Costurando Introdução ao Estudo da História como mestre de cerimônia ao saber histórico, História do Brasil I e II como as falas de um Brasil ensinável, Estudos dos Problemas Brasileiros I e II como a face das preocupações com a nação e seu espaço, formam um tecido de categorias pensadas para “formar” nos discentes a “consciência histórica”, introjetando nestes sujeitos discussões acerca das filosofias da História, das pluralidades de suas visões, dos problemas que cercam o corpo nacional.

HISTÓRIAS ENSINADAS, HISTÓRIAS ENCENADAS

Nos espetáculos da História, no recorte curricular, nas veredas da historiografia buscamos os roteiros de histórias, priorizando direções de cenas de Introdução ao Estudo da História, História do Brasil I e II, Estudo dos Problemas Brasileiros I e II.

Introdução ao Estudo da História recepciona os sujeitos ao campo histórico, estruturando-se conforme olhares da Historiografia, tais como os conceitos de História, a Heurística, a Crítica e a Síntese Histórica e Ciências Auxiliares da História[14] e a partir daí o

projeto de ensino volta-se às análises das fontes historiográficas, as valorizações dos conhecimentos básicos da História como ciência e contribuições de outras ciências à História. [15]

Avançando pelas falas históricas, a História do Brasil I e II dá corpo à nação partindo da expansão marítima portuguesa, os descobrimentos e estudos evolutivos dos acontecimentos políticos e sociais do Brasil Colônia; [16] o Brasil tinha sua História recomposta com estudos do Brasil independente e seus aspectos sociais, políticos e culturais culminando com o Brasil Contemporâneo[17]. Política, cultural e socialmente pensava-se um Brasil ensinado, um Brasil lido nos recortes de Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Hélio Vianna, Sérgio Buarque de Holanda. [18]

A História do Brasil também era estudada pela face dos problemas, conforme é visto na disciplina Estudo dos problemas Brasileiros. Dividida em I e II, tal componente curricular estudava os problemas brasileiros, privilegiando a "abordagem sócio-estrutural da realidade brasileira. Estudos específicos sobre a economia, política, sociedade e segurança nacional", [19] objetivando estabelecer uma análise comparativa entre a política social e econômica, nacional e internacional, evidenciando a importância da segurança e manutenção nacionais e sua relação com o desempenho político.[20] Docilizar, normatizar, conhecer o Brasil num quadro político-econômico de desenvolvimento; conhecer seu homem e sua formação eram eixos à moldura do Estado e da Nação que ancoravam as leituras e as posturas recorrentes para o estudo dos problemas brasileiros.

Nos detalhes de um cenário, na História com espetáculo e nas falas de um roteiro – as Histórias Encenadas – tece-se o Curso de História como palco, a História como recorte de um roteiro de muitas falas, uma sinopse reveladora de orientações, de proposições ao ser e estar no campo histórico e suas operações, seus saberes e redes de poder que atuam no conhecimento histórico o que vem compor o Ensino de História como novelo de saberes enrolados por muitas mãos e muitos jeitos e pre-jeitos na produção e difusão do saber histórico

em que História, ciência e arte, profissão e prazer encontram-se nas trilhas do escrito, do roteirizado nos atos do ensinar firmando à História o espetáculo com os holofotes do saber e as cortinas do poder.

Nas águas do ensinável, a História toma formas roteirizadas, em suas disciplinas pauta diretrizes, limites aos saberes via ementas que parecem construir com os tijolos dos objetivos propostos os passos da História, das muitas Histórias que põe-se ao ensino, à degustação dos saberes nos fios de tempo e espaço,

O que é afinal História Ensinada? É uma inquietação, uma problemática de múltiplas faces dada suas muitas Histórias e, por escreverem-se no humano e pelo humano agarra-se ao subjetivo. Do seio do homem, do tempo e do espaço as Histórias Ensinadas são construídas e encenadas por docentes e discentes, firmam-se como visões e produções de sujeitos agarrados a epistemes e rodeados por espetáculos, roteiros, encenações e muitas vozes.

NOTAS

[*] Artigo apresentado no simpósio temático História e Historiografia da Educação no Brasil: desafios e perspectivas de pesquisa durante o XXIII Simpósio Nacional de História, realizado na Universidade Estadual de Londrina de 17 a 22 de julho de 2005.

[1] Mestranda em História (História e Espaços) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[2] ABUD apud BITTENCOURT, C. M. F. (Org). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. p. 28.

[3] GOODSON, I. F. **Currículo: História e Teoria**. p. 28.

[4] Cf. Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos na relação oficial dos Currículos. História – Licenciatura Plena. 1979.

[5] GOODSON, I. F. **Currículo: História e Teoria**. p. 78.

[6] STEPHANOU, M. Currículo de História: Instaurando Maneiras de ser. Conhecer e interpretar.

[7] SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo p. 15-17.

[8] CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**, p. 16.

[9] Idem, p. 46.

[10] CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**, p.16.

[11] Idem, Ibidem, p. 23.

[12] O currículo como uma leitura no cerne do pensado e do executado apresenta como o defendido por Goodson na obra "Currículo: História e Teoria" uma face idealizada (currículo pré-ativo) e outra praticada (currículo interativo).

[13] História – Licenciatura Plena, Cf. Relação Oficial dos Currículos, destacados pela Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos em 1979.

[14] Elementos que compõem a ementa da disciplina Introdução ao Estudo de História; conforme Plano de Curso de 1981.1, UFRN/CERES.

[15] Objetivos Gerais traçados para o plano de ensino de Introdução ao Estudo da História de 1981.1, UFRN/CERES.

[16] Ementa para a Disciplina de Brasil I (plano sem data), UFRN/CERES.

[17] Esta seria a ementa de História do Brasil II.

[18] Leituras indicadas para os Cursos de História do Brasil I e II; de acordo com os planos analisados.

[19] Conforme ementa de EPB I, UFRN/CERES de 1981.

[20] Objetivos presentes no plano de Curso de EPB II, UFRN/CERES de 1985.2.

“VIRGENS MESSIÂNICAS”: A Participação Feminina e Imaginário Religioso no Movimento do Contestado 1912-1916.

PATRICIA DAIANE FERREIRA

Contestado, 1912-1916. O messianismo e o fanatismo presentes no Movimento nos remetem a uma abordagem que nos permite conhecer a participação das mulheres que estiveram presentes na Guerra Santa do Contestado, mulheres estas, conhecidas como as “virgens”, possuidoras de muitos poderes e influências sob os sertanejos e o mundo mítico estabelecido por eles.

Para o antropólogo Georges BALANDIER[1] as discussões atuais referentes ao poder estão profundamente relacionadas a uma certa mutualidade entre historiadores e antropólogos. Tais preposições possibilitam a existência de “relações *essenciais,* unindo o domínio do poder e o domínio do sagrado, o poder político e o poder simbólico.[2]

Com relação ao poder atribuído às mulheres podemos compreender que o poder “capacita a manipulação das forças, mas seu mau uso faz surgir a violência social e, com ela, a desordem”[3]. Nesse sentido podemos tentar construir uma compreensão à cerca dos conflitos relacionados com a manifestação de violência nos redutos no que concerne a desobediência sertaneja às ordens estabelecidas [4].

A imprensa oficial de Belo Horizonte refere-se a duas “virgens’, meninas de sete e doze anos respectivamente, como sendo intermediárias de um poder divino, as quais determinam de forma absoluta e incontestável as mais diversas incumbências no que se refere às formações dos levantes e piquetes travados na campanha do Contestado.[5] Apoiados em um discurso racista os militares concebiam as atitudes rebeldes dos sertanejos como atos de barbárie e ignorância, sem perceberem, evidentemente, os aspectos culturais e principalmente religiosos da resistência

Theodora, uma das virgens, talvez a mais importante, seguida de Maria Rosa, dentre outras, costumava ter visões e a partir delas impor aos sertanejos o cumprimento de tais ordens, pois assim era a vontade do Monge. O poder e a inspiração divina de Theodora eram encarados por seu avô, Euzébio Ferreira dos Santos, como um dom merecido, pois só as meninas novas e virgens deveriam ter a graça de ver e de falar com o monge.[6]

A nova ordem representava a completa ruptura com um mundo de oposição à República e ao poder dos coronéis. Na espera do retorno dos monges guerreiros de São Sebastião, os sertanejos aguardavam um mundo idealizado, onde um exército encantado os ajudaria a lutar pela crença de que uma Cidade Santa ali se estabeleceria, havendo então um reencantamento[7] do mundo. Mundo este de igualdade e paz entre os sertanejos.

Os monges tornaram-se mito e símbolo. A eles foram atribuídos milagres e prodígios e é curioso e ver – como acontece muitas vezes com as anedotas picarescas populares – que estas histórias míticas se adaptaram dentro de cada município e em cada lugar, a personagens reais ali conhecidas.[8] É através do imaginário religioso do movimento do Contestado e a trajetória da existência dos monges, que encontramos nas suas porta-vozes um lado do movimento que traz a representação do messianismo concretizado não apenas pelos atos e ações dos homens, mas também representado pelo poder divino destas meninas – as virgens- representantes do poder e da inspiração divina, dotadas de poderes de cura e milagres.

As meninas “virgens” eram capazes de estabelecer um elo entre o mundo encantado e mítico com o mundo dos sertanejos, mundo este que os levaram a lutar até a morte pela crença da Santa Religião e que nos remete à possibilidade de conceber este movimento através de um olhar voltado para universo mítico religioso em que as mulheres foram portadoras e representantes de um grande poder simbólico, mas que

trazidos para o plano concreto, influenciaram certamente, muitas das ações e decisões nos redutos.

Bronislaw BACZKO cita: "(...) Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência "real", mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efctivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras."[9].

Os valores referentes ao que entendemos por virgindade e inocência estão associados a uma ruptura com os valores antes estabelecidos pela família. Essas duas "virtudes", associam-se à ausência de comprometimento com o velho século.[10] Nesse sentido podemos entender que a virgindade associada ao poder e à inspiração divina das meninas está ligada não somente à ruptura com os valores do mundo desencantado, mas também como um fator de hierarquia dentro da irmandade. Algumas fontes sugerem o envolvimento sexual do monge José Maria com as virgens, porém muitos autores duvidam deste envolvimento[11] , que neste caso associaria a virgindade das duas meninas como sendo apenas um fator de pureza de espírito.

Para o militar D'ASSUMPÇÃO, as ordens pronunciadas pelas virgens eram atos de extrema maldade, idiotismo e estupidez. Ele caracterizava o poder emanado das "virgens" como atos de "*monstros humanos".*[12] As mulheres parecem exercer uma onipotência ora para o bem, ora para o mal dentro da sociedade[13].

Roger CHARTIER nos permite estabelecer uma compreensão do universo das representações e seus significados nas relações de poder exercidas pelos indivíduos. A

partir daí, entendemos as representações como sendo "matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social – Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos.[14]

As relações de poder e de dominação representadas pelos diferentes personagens do movimento são compreendidas como sendo uma construção de "estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação".[15]

Para compreendermos as questões pertinentes à violência gerada através das manifestações guerrilheiras travadas pelos sertanejos da Guerra do Contestado o perfil do "bandido social" proposto por Hobsbawm[16]. A rebeldia do sertanejo, caracterizada como "banditismo social" é "apenas uma forma primitiva de protesto social organizado"[17]. No entanto, falamos de uma Guerra Santa onde o primitivo chega muito próximo de nossa atual experiência. É estranho aos nossos olhos entender uma guerra Santa que travou batalhas utilizando técnicas "arcaicas de guerra". Assim, o banditismo social não é colocado aqui como uma concepção etnocêntrica, a qual faz percebermos o movimento e as práticas e táticas de luta como atos de irracionalidade, mas sim como uma forma de rebeldia social que se organizou em torno de um ideal de mudança e que a partir disto criou um universo mítico, elegendo símbolos e criando mitos-heróis.

Como os Robin Hood da história, que se transformam e são considerados mitos, os monges e as "virgens" do Contestado, são pessoas reais que de alguma forma assim exerceram seu papel e como mitos foram capazes de transformar seu ideal e concretizá-lo sob forma de rebelião. "O homem violento que não se dispõe a suportar as cargas

tradicionais impostas ao homem comum em uma sociedade de classes, a pobreza e a humildade, podem escapar delas, unindo-se e servindo os opressores assim como revoltando-se contra os mesmos.[18]

As significações imaginárias para Cornelius CASTORIADIS (...) "são criadoras de um mundo, o mundo desta sociedade dada, instaurada desde o início na articulação entre um mundo" natural" e "sobrenatural" – ou, mais, geralmente, "extra-social" - , e um "mundo humano" propriamente dito.[19]

Longe da pretensão de enfatizar todos os aspectos e abordagens, sejam estes políticos, econômicos ou sociais, os quais diversos autores enfocaram nas inúmeras obras sobre este movimento, pretendemos analisar o imaginário feminino dentro do contexto messiânico presente no Movimento a partir dos poderes divinos atribuídos às "virgens" e a participação na Campanha devido às interpretações dos desejos do monge, tendo assim, todas as suas ordens no que se refere à formação dos redutos, à participação nas batalhas, rituais, punições e decisões relacionadas com o movimento, prontamente cumpridas e tidas como irrevogáveis.

---

[1] BALANDIER, G**. O contorno**: Poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
[2] Ibid, op. cit. p. 89.
[3] Ibdi. Op.cit. p.97
[4] D' ASSUMPÇÃO, op. cit. p. 78.
[5] D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. A Campanha do Contestado**: as operações da Columna do Sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917.**
[6] Depoimento Carlins, [6] QUEIROZ, M.V. **Messianismo e Conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). São Paulo: Ática, 1977 op. Cit
[7] Monteiro, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p.13.

[8] QUEIROZ, M.V. **Messianismo e Conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). São Paulo: Ática, 1977 op. Cit., p.57.
[9] BACZKO, E. Imaginação social. In**: Enciclopédia Einaudi.** Vol.5 – Anthopos-Homem. Lisboa: Imprensa - Casa da Moeda. 1885. p. 299
[10] Monteiro, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p. 215.
[11] PEREIRA DE QUEIROZ. **O Messianismo no Brasil e no mundo**. op. cit. p. 80 QUEIROZ, M.V. **Messianismo e Conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). São Paulo: Ática, 1977
[12] D' ASSUMPÇÃO. p. 80.
[13] PERROT. Michele**. Os excluídos da história**. op. Cit. p. 169
[14] CHARTIER, O mundo como representação. In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Editora da USP, v. 11, n. 5, p. 173-191, p. 183. Citação de MAUSS, M. Oeuvres complétes, 3, **Cohésion sociale** et divisons de la sociologie, Paris, Lês Eitions de Minuit, 1969, p. 178-245, p.210.
[15] CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.17.
[16] HOBSBAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**: estudo sobre a formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar. 1970.
[17] Ibid, op. cit. p. 25.
[18] Ibid, op. cit. p. 25.
[19] CASTORIADES. C. **As encruzilhadas do labirinto III**: o mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.124.

ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA ESCRAVA EM VITÓRIA/ES, 1800-1830

Patrícia Maria da Silva Merlo[i]

A presente pesquisa se inscreve no debate historiográfico voltado para a análise das relações familiares entre cativos. Partindo da tese da existência de relações parentais, do tipo familiar, entre escravos no Brasil do século dezenove, nosso propósito principal é caracterizar os tipos de arranjos familiares estabelecidos no seio da comunidade cativa, no período que se estende de 1800 a 1830, na região abrangida pela capital da Província do Espírito Santo. Sem dúvida, a escravidão estudada nesta região, que se distingue por não se situar entre as grandes regiões agro-exportadoras, apresenta-se como uma excelente oportunidade não só para verificar a existência das famílias escravas, não apenas nas *plantations*, mas também nas pequenas propriedades e nos diversos grupos compostos por escravos especializados ou dedicados à prestação de serviços urbanos, como também para discutir as teses sobre as relações parentais estabelecidas entre escravos.

Com tais propósitos, partimos da premissa inversa à afirmativa de Maria Beatriz Nizza da Silva quando assevera que "*a constituição de famílias escravas é própria do mundo rural, onde grandes plantéis povoavam as fazendas e engenhos*".[ii] Abandonando a análise pautada nas *plantations*, identificamos, no universo urbano e em suas cercanias, a existência de redes de solidariedade que pontuavam o cotidiano das relações escravistas em Vitória, em que a família teria funcionado como um catalisador, seja de afeto, de resistência ou de construção de projetos liberdade. Com tal objetivo, interessou-nos verificar as conseqüências da constituição de pequenas escravarias, como as levantadas em Vitória, sobre os arranjos familiares de cativos. Afinal, sendo Vitória um local de pequenas e médias escravarias, a hipótese que associa uma maior presença de famílias cativas ao tamanho das escravarias, lançaria dúvidas sobre a existência de um significativo número de famílias de cativos na região que estamos estudando. Entretanto, a análise dos documentos apresenta dados que exibem arranjos familiares sólidos, reconhecidos legalmente e expressivos numericamente.

Para viabilização dessa pesquisa, além de relatos de viajantes e da documentação produzida pela burocracia, em especial, cartas dos Governadores, utilizamos uma base documental composta, sobretudo, por inventários *post-mortem* e testamentos anexos. Cabe considerar que tais inventários, feitos pela Justiça, têm a função de apresentar a descrição detalhada do patrimônio da pessoa falecida, para que se possa proceder à partilha dos bens. Logo, esses documentos são feitos para aqueles que tiveram algo a deixar.

Analisamos a totalidade de processos de inventários abertos e testamentos anexos, referentes à Vitória, ao longo das primeiras três décadas do século XIX. No total, foram pesquisados 170 inventários e 5.760 testamentos anexos, onde encontramos 1.367 cativos. Sobre eles, as informações mais comuns contidas nos inventários são: nome, idade, preço de compra e procedência, além de referência aos laços parentais mais evidentes. Graças aos testamentos, foi possível ampliar este leque de informações acerca dos cativos, possibilitando esclarecer compras e doações de alforrias, relações de proximidade entre senhores e escravos, falecimento de cativos, entre outras informações.

Uma primeira característica em relação à Vitória a ser destacada é baixa a presença de africanos na composição de suas escravarias. O grupo de procedência africana predominante é o angola, o que aponta como rota principal que alimenta o mercado cativo em Vitória, a do Rio de Janeiro. Como destacou Karasch[iii], a praça mercantil carioca recebia a maior parte de seus escravos do Centro-Oeste africano. Essa região era normalmente dividida em três regiões principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela. As ligações entre o Rio de Janeiro, Angola e Benguela datam do século XVII[iv], ao longo dos séculos seguintes tais relações só cresceram, no século XIX, os escravos oriundos dessas regiões já respondiam pela maior porcentagem dos aportados no Rio de Janeiro.[v]

Vitória reproduz, em escala local, as características do Rio, no que tange aos grupos africanos predominantes na composição das escravarias. Quatro grupos respondem por quase todos os cativos arrolados: crioulos 56,8%, não-africanos 22,2%, angolas 14,3% e benguelas 3,4%. Agrupados de outra forma, os africanos representam 21%, ao passo que crioulos 79%.

Visto dessa maneira, o que realmente chama a atenção em relação aos cativos de Vitória, é o fato da maioria deles serem nascidos no Brasil[vi] e não na África. Essa peculiaridade fica ainda mais evidente se comparada com o próprio Rio de Janeiro, principal fornecedor de tais mercadorias para Vitória, onde, segundo Karasch, em 1832, os escravos de origem africana representavam 73,3%, ao passo que os de origem brasileira 9,8% na composição das escravarias da cidade carioca[vii].

Para nós a alta representatividade de crioulos pode ser interpretada como indício de que estamos frente a escravarias já antigas, onde teria ocorrido uma paulatina renovação de mão-de-obra via natalidade, apesar do ingresso de recém-chegados pelo tráfico. Nessas escravarias, a tendência parece ter sido a substituição da lógica demográfica baseada no desequilíbrio entre sexos, com maioria de homens adultos, pela lógica demográfica da família escrava, o que teria resultado num quase equilíbrio entre os sexos, ocasionado, em parte, pelos nascimentos no interior das propriedades[viii]. Estudos recentes têm demonstrado que os engenhos mais antigos apresentavam um menor desequilíbrio entre sexos e uma proporção expressiva de crianças, indicando a simpatia dos senhores com a reposição de parte da mão de obra pela natalidade.[ix]

Um claro exemplo nessa perspectiva é a escravaria do Reverendo Torquato Martins de Araújo. O inventário aberto no dia 21 de fevereiro de 1827, apresenta um total de 129 escravos, dos quais apenas 11,6% angolas. Do total de cativos 106 são aparentados. Esses 106 aparentados compõem 23 famílias nucleares. Surpreendentemente 65 deles (61%) são filhos de 22 cativas. Trata-se de uma taxa de fecundidade de 3,0%, razoável considerando as condições de vida dentro do cativeiro. Soma-se a esses dados o fato de que quase a metade da escravaria (49,6%) era composta por nascidos dentro do cativeiro onde viviam. Essa informação indica a reposição de mão-de-obra por meio do nascimento, confirmando o crescimento natural como alternativa possível.

A taxa de fecundidade das escravas do Reverendo Torquato, apesar de um pouco maior, está em consonância com as verificadas, de maneira geral, nas escravarias inventariadas. Dos 611 cativos menores de 14 anos, arrolados nos inventários, ao longo de

todo o período, 387 são filhos de escravas nascidos no cativeiro. Essas crianças, fruto de uniões entre cativos, representam 28,3% do total de escravos inventariados em Vitória. São filhos de 149 mães cativas, unidas por diferentes arranjos familiares, e indicam uma taxa de fecundidade de 2,6%.

Com o objetivo de melhor esclarecer tais dados, vejamos a caracterização da propriedade citada. Apesar de possuir engenhos de cana e algodão, a propriedade do Reverendo Torquato é bastante diversificada, há trapiches, lojas, depósitos e escravos especializados. Nem todo trabalho demandado carecia de braços jovens ou masculinos, como o eito. Muitas mulheres (63,5%) eram empregadas na tecelagem do fio de algodão, onde poderiam inclusive trabalhar com seus filhos por perto, outras em trabalhos domésticos. Parte significativa dos escravos em idade entre 14 e 40 anos trabalhava nas fazendas. 17 deles eram homens com ofício e prestavam serviços na Vila, de casa em casa, nas lojas ou depósitos. Inclusive, oito desses escravos especializados eram filhos que haviam aprendido o ofício com seus pais, outros três cativos com especializados em vias de comprar suas alforrias, tinham como condição no testamento treinar, cada um, dois outros escravos para que então gozassem sua liberdade. A idade dos filhos, varia entre 0 e 25 anos, com a maior concentração na faixa de 0-14 anos. Há na fonte indícios de que a maior parte das crianças seja constituída por netos de africanos nascidos no cativeiro. Um indicativo concreto é que entre as cinco angolas com mais de 50 anos, três são avós e convivem com seus filhos e netos.

Um exemplo dessa convivência é o da família que tem por matriarca Maria Angola. Ela tem 70 anos e seu filho, o crioulo Gonçalo, é um carpinteiro de 42 anos, casado com Juliana, também crioula, de 35 anos, pais de Bruno, 18 anos, Agostinho, 17 anos, ambos carpinteiros como o pai, além de Venâncio de 8 anos e Ingrácia de 6. Um arranjo nuclear pautado na convivência inter-geracional no mesmo cativeiro. A descrição não deixa dúvida quanto à estabilidade da relação familiar. Gonçalo conviveu com sua mãe por toda a vida. A partir do casamento com Juliana, uma união de pelo menos 18 anos, Gonçalo e sua família passaram a viver juntos numa das casas cobertas de palha, num dos engenhos do

Reverendo, localizado em Maruípe, alguns quilômetros do núcleo urbano principal. Maria Angola, não apenas viu seu filho crescer, como também seus quatro netos, com oportunidade de dar continuidade à memória de seus ancestrais, ensinando ritos, histórias e recordações:

> O transporte para o Novo Mundo destruiu as unidades familiares e separou as pessoas do mesmo grupo étnico,[...] mas não destruiu a consciência de uma identificação com base na etnia e nos grupos de parentesco e família, ou em parentesco fictício, criado entre os companheiros de embarcação (malungos) nos navios negreiros. Eram esta consciência e esta memória coletiva que possibilitavam que as pessoas de descendência africana reconstituíssem sua identidade através da família e da etnicidade no Brasil, provendo um amortecedor contra os cruéis aspectos da instituição escravista.[1]

Há que se destacar ainda que a despeito das dificuldades criadas pela escravidão à constituição de famílias, tanto africanos quanto crioulos, investiram grande esforço na construção desses laços. As relações familiares por afinidade ou consangüinidade eram fatores constitutivos da vida cotidiana dos cativos, informando mais que o pertencimento a um grupo, as mediações e alianças que refletiam na construção de identidades coletivas. Certamente a natureza e a composição do lar cativo dependeu da especificidade regional e temporal. No entanto, dentro das possibilidades cotidianas, a família cativa guardava sua antiga função de organizadora da auto-identidade e dos valores compartilhados.

Outro aspecto relevante da escravidão em Vitória diz respeito à alta concentração feminina nas escravarias. Vale lembrar que o meio urbano se caracterizava pela propriedade escrava reduzida. Uma vez que o espaço físico limitado, demandava um número menor de trabalhadores e uma rede de serviços diferenciados daqueles do meio agrário, nos quais as mulheres teriam papel de destaque. Desde tarefas domésticas comuns, como a limpeza e arrumação da casa, a lavagem e a engoma de roupas, a venda de quitutes eram tarefas predominantemente femininas. Soma-se a essas tarefas, uma característica importante da economia de Vitória: a tecelagem de fios e tecidos de algodão.

Como dissemos inicialmente a posse de cativos em Vitória, se caracterizou pelas pequenas e médias escravarias, padrão comum às propriedades urbanas, onde o espaço

[1] RUSSELL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. In: **Revista Tempo**. Nº 12, Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002, p.26.

limitado e as necessidades diferentes impunham um menor número de trabalhadores. Cabe agora verificar as conseqüências da pulverização da posse de cativos em seus arranjos familiares, para que se possa confirmar ou não a hipótese de que as famílias cativas são mais comuns nas grandes escravarias[x], onde haveria um maior número de oportunidades para a formação de arranjos familiares, graças a um maior equilíbrio entre sexos.

Vale destacar que apesar do incremento do tráfico a partir de 1808, em Vitória a tônica foi um relativo equilíbrio entre os sexos no interior das propriedades cativas, o que facilitaria a formação de núcleos familiares. Ao longo dos três períodos o índice geral de aparentados praticamente dobrou de tamanho passando de 22,1% para 41,2%. Esses dados confirmam, primeiramente, que estamos frente a escravarias antigas, onde a lógica da família escrava já estava consolidada. Parecem sugerir também, que em Vitória a aproximação do suposto fim do tráfico em 1830 desencadeou uma procura geral por mulheres, visando dessa forma à reposição natural de mão-de-obra cativa, o que teria implicado no relativo equilíbrio entre os sexos.

Foi possível observar uma forte concentração de escravos aparentados nas propriedades com vinte ou mais cativos, oscilando entre 30,5% e 58,6%. Para Florentino & Góes, essa concentração dos laços de família dentro das grandes escravarias constitui mais uma indicação da relação diretamente proporcional entre o tamanho da propriedade e o parentesco, tendo este último como sentido fundamental o estabelecimento da paz.[xi] Nossos dados parecem fortalecer esta hipótese. De fato, foi no interior das maiores escravarias que localizamos o maior número de famílias nucleares, 75%. Esse dado parece confirmar que é no interior dessas propriedades que se encontram o maior número de oportunidades de escolhas de parceiros, além de condições mais favoráveis a sobrevivência dos arranjos familiares temporalmente, 54% delas estão unidas há mais de 10 anos.

Contudo, gostaríamos de chamar atenção sobre o número significativo de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias. Nelas entre 12% e 37% dos escravos possuem algum tipo de parentesco de primeiro grau.

Cabe considerar que, se por um lado às escravarias com mais de 20 cativos respondem por 75% dos arranjos nucleares, as pequenas e médias respondem por 66,7% dos arranjos formados por mãe e filhos. Esses dados parecem indicar a importância feminina na composição das famílias, reforçando a hipótese de Hebe M. Mattos de que *é sobre a mulher cativa e seus filhos crioulos (nascidos no Brasil) que se constrói a possibilidade da família escrava.*[xii] É preciso lembrar que, como o escravo era um bem valioso, sua venda, no momento da partilha, era quase inevitável, ao menos entre os mais pobres. Entre estes parece ter sido comum a compra de um casal de escravos para contar com seus filhos num futuro próximo, talvez a venda masculina em separado, seja uma das razões para a forte presença de arranjos matrifocais no interior das pequenas e médias escravarias.

A *paz,* fruto dos laços de parentesco cativo, postulada por Florentino e Góes parece ter sido fundamental também nas menores escravarias. É possível que a família escrava resultasse em algum tipo de renda política para senhores, mas, nos parece, que ela resultava muito mais em melhora nas condições de sobrevivência de seus membros dentro do cativeiro, sendo, antes de tudo, fruto da atuação dos escravos na busca pela construção de espaços de autonomia e de identidade social.

Portanto, a existência de arranjos familiares entre cativos, parece indicar que apesar de terem o controle institucionalizado, muitas vezes os senhores fizerem concessões a seus escravos, para garantir assim a preservação de sua propriedade e de sua economia. Entendida dessa maneira, a família escrava surgiria então, como objeto de poder. Para o escravo, ela poderia significar o aumento do raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários.[xiii]

---

[i] Mestre em História pela UFF, doutoranda em História Social pela UFRJ, professora da Faculdade Novo Milênio (Vila Velha-ES).

[ii] SILVA, M. B. N. da. **História da família no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.189.

[iii] KARASCH,M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.50.

[iv] Cf.PANTOJA, S e SARAIVA, J.F.S. (Orgs.). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

[v] KARASCH, 2000, p.58.

[vi] Não queremos com isto afirmar que tais escravos tivessem nascidos todos em Vitória, provavelmente, muitos eram oriundos do mercado interno, porém nossas fontes não autorizam maiores incursões neste sentido.

[vii] KARASCH, 2000, p.42.

[viii] Cf. MATTOS, H.M. ***Das cores do silêncio.*** Os significados da liberdade no sudeste escravista. – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

[ix] Ver FARIA, S. de C. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 294.

[x] Cf. FLORENTINO, M. & GÓES, J. R. **A paz das senzalas***.* Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 e Robert W. Slenes **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava, Sudeste, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[xi] FLORENTINO & GÓES, 1997, p.95.

[xii] MATTOS (de CASTRO), Hebe Maria. **Das cores do silêncio*.*** Os significados da liberdade no sudeste escravista. – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.126.

[xiii] FLORENTINO & GÓES, 1997, p.60.

Teias e Mediações entre os Fandangos da Ilha dos Valadares

Patrícia Martins[1]

A ilha dos Valadares se constitui como um privilegiado *lócus* de pesquisa, na medida em que nos fornece elementos para a compreensão de alguns fenômenos presentes em nossa contemporaneidade. Localizada a 400 metros do centro urbano de Paranaguá, a ilha é apresentada como o espaço privilegiado onde se condensa e se aglutina as formas de um viver caiçara[2].

As terras da ilha dos Valadares pertencem a União, e, até a década de 1990 a ilha só podia ser alcançada por embarcação, hoje possui uma passarela que a liga à Paranaguá. A passarela, juntamente com a intensa urbanização, provocou um impacto considerável no cotidiano dos ilhéus. A forma de se comunicar com Paranaguá foi alterada, a construção da passarela marca e modifica as formas de transitoriedade dos indivíduos. A fronteira entre ilha e continente torna-se mais fluída, o tráfego de pessoas, motos e bicicletas é constante.

Verificamos que o movimento migratório em direção à Valadares fica mais evidente a partir da década de 1950, quando a comercialização do café e da madeira movimentou o porto de Paranaguá. A população que habitava comunidades e ilhas mais distantes do centro urbano, como Guaraqueçaba, Superagui, Peças, Cotinga, procurava se aproximar do continente em busca de trabalho. Nesse sentido, a ilha dos Valadares verá crescer vertiginosamente seu núcleo de moradores, nos fornecendo elementos para pensarmos o constante processo de reorganização das representações na prática social, além de demonstrar a capacidade dos grupos de se reinventarem em novas categorias

A ilha dos Valadares estabelece uma relação de complementaridade com a cidade de Paranaguá e com os diversos núcleos de povoamento dispersos em formas de

[1] Formada em História, aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFPR.
[2] A ilha dos Valadares possui este nome por ter sido propriedade da família "Valadares", comerciantes que mantinham na ilha um entreposto de escravos. Mais tarde, a ilha torna-se sanatório para tuberculosos.

sítios[3]. É através dessas fronteiras que a ilha se constitui. Por um lado, a Paranaguá "cosmopolita", do Porto e do turismo internacional, por outro, a vida voltada para roça e para pesca nos sítios espalhados por sua baía. O que liga a ilha a cidade é a passarela sob o rio Itiberê, e por sua vez, a ligação entre a ilha e o sítio se dá através do mar. Nesse sentido, podemos apontar para o fato de que a ilha torna-se um espaço de mediação entre o sítio e a cidade.

Em materiais de divulgação coletados na cidade de Paranaguá, a ilha dos Valadares é sempre apresentada como o lugar do tradicional. No Catálogo Receptivo 2005 produzido pelo Paraná Turismo, órgão oficial do Governo do Estado, a ilha é apresentada como sendo:

> "Habitada por praieiros e pescadores que se dedicam à pesca artesanal e cultuam tradições como a de ser o palco do fandango paranaense, dança típica litorânea. Na ilha, também se prepara o barreado, comida típica do litoral e pratica-se o artesanato..."

Notamos, que esta ilha apresentada aos turistas via folheto informativo, é uma ilha idealizada, não existindo de fato. Constrói-se um cenário como sendo espaço do "típico" regional, mas, que não corresponde com a realidade. Atualmente a ilha apresenta inúmeros problemas de ordem estrutural, com relação ao crescimento desordenado, falta de saneamento básico, aumento crescente da criminalidade, entre outros. Há de se ressaltar que a redefinição territorial em toda a extensão da baía de Paranaguá, se acentua pela forma de intervenção do Estado e toda sua legislação ambiental, que age no sentido de expulsar os grupos humanos que ali residem há muitas gerações. A saída para esses indivíduos se coloca com a aproximação do centro urbano mais próximo. Em nosso caso, a ilha dos Valadares representa uma forma de se aproximar da cidade, sem abandonar por completo, as vivências e práticas do sítio.

Dentre essas chamadas manifestações tradicionais existentes ainda hoje na ilha, como ecos de uma vida no sítio, está a mais valorizada delas: o fandango.

[3] A idéia de sítio aqui é usada como uma categoria nativa, é a forma que os moradores da ilha utilizam para designar os seus antigos territórios. De modo geral, realizam uma espécie de divisão entre sítio/ilha/cidade.

A denominação de fandango como manifestação cultural de cunho tradicional é encontrado em várias regiões brasileiras. Segundo Câmara Cascudo:

> No Brasil, fandango é o folguedo dos marujos ou marujada ou barca, em alguns estados do Norte e Nordeste. É sempre um auto popular, já tradicional na primeira década do século XIX, convergência de cantigas brasileiras e de xácaras portuguesas. A brasilidade do fandango, auto popular, é indiscutível... é um mosaico de temas organizado anonimamente no Brasil (2000:225).

O que chamamos de fandango, portanto, são várias formas de manifestações, que por si só, englobam variadas expressões musicais, dramáticas e performáticas, e como tais, só podem ser interpretadas dentro de seus específicos contextos.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar o fandango que se realiza atualmente na ilha dos Valadares em suas múltiplas dimensões e configurações. Tendo como foco suas relações com uma referência anterior, a vida no sítio, por um lado, e de outro, suas relações com uma cena de cultura popular mais ampla.

Neste caso, internamente, compreendemos que o fandango na ilha dos Valadares é representativo de toda uma sociabilidade entre determinados grupos de moradores. Por sua vez, em sua exterioridade, estabelece uma conexão direta da ilha com um contexto de negociações, e em um circuito nacional de políticas públicas voltadas à cultura popular.A utilização do termo caiçara para indicar os indivíduos e comunidades do litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, é algo recente, e têm em muitos trabalhos, influências marcantes dos chamados estudos de comunidade[4], o caiçara, de uma forma ou de outra, é sempre visto como uma variação da cultura caipira, estabilizando suas relações e contribuindo para formatar um caiçara genérico.

Podemos perceber em Antonio Cândido, a cultura caipira como “modo de vida”, onde suas características devem ser tomadas em uma totalidade. Em “Parceiros do rio Bonito” (1964), Cândido analisa a cultura caipira como modo de vida próprio das populações interioranas do Estado de São Paulo, formada pela contribuição dos colonizadores

[4] No Brasil, principalmente em São Paulo, no final da década de 40, essa “linha de pensamento”, influenciou muitos pesquisadores, entre eles Antonio Candido (Parceiros do rio Bonito, 1964) e Gioconda Mussolini (Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro, 1953) muito influenciados pela Escola de Chicago, e autores como Robert Redfield. Esses estudos privilegiam o processo de aculturação e adaptação das culturas de folk, face à sociedade moderna.

portugueses, em seu cruzamento com o elemento indígena, e marginalmente, com o negro. Cândido enfatiza a obtenção dos meios de subsistência, e as formas de solidariedade existentes nos bairros caipiras, entendido como um agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua.

Queiroz (1973) também, em seus vários trabalhos, pesquisou essa população composta de sitiantes, caipiras e caiçaras, definido-as como lavradores cuja produção é orientada para a subsistência; são em larga escala auto-suficientes e independente em relação à economia urbana; seus estabelecimentos são de tipo familiar, concentrando os chefes de família a iniciativa dos trabalhos efetuados na unidade de produção, trabalhos que não se distinguem, mas que se confundem com todas as atividades da vida cotidiana.

Descrevendo as culturas litorâneas, Mussolini (1980) irá definir a cultura caiçara como aquela onde se configuram comunidades que possuem atividades comunais, estabelecidas por laços de parentesco e com forte caráter de solidariedade. Para esta autora, a decadência econômica da região significou estagnação histórico-cultural, assim, “é como se vivessem do que sobrou de outrora, tendendo-se em geral, antes a empobrecer esses restos que a lhes acrescentar novos elementos” (1979: 223). Afirma que o modo de vida caiçara resultou num aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, desse modo, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat.

Em todos os textos consultados verificamos que há essa perspectiva de aproximação entre caipiras e caiçaras nas análises, ressaltando suas matrizes caboclas. Apesar de datadas, essas descrições são parte importante para compreendermos a maneira pela qual o homem litorâneo vêm sendo percebido: nos quadros de uma economia de subsistência, em semi-isolamento com o mundo a sua volta, e em direta harmonia com seu meio ambiente.

A partir de meados da década de 1980, a bibliografia envolvendo questões relacionadas com o modo de vida caiçara amplia-se drasticamentente. Acreditamos que o

motivo principal para esse *boom* de pesquisas enfocando as culturas caiçaras, deve-se ao fato de que nesse momento estavam sendo constituídas inúmeras áreas de conservação ambiental, onde, muitas delas, previam a retirada da população local desses espaços protegidos. Assim sendo, quando há possibilidade de permanecerem em suas terras, passam a sofrer com as duras restrições dirigidas ao manejo de seu meio ambiente. A partir daí muita tinta irá ser gasta por parte dos defensores desses grupos, no sentido de caracterizá-los como sendo populações tradicionais, passando assim, a tornar-se relevante o auto-reconhecimento como caiçaras.

Nesse sentido, iremos apontar para o fato de que as construções teóricas realizadas pelas diversas pesquisas nos contextos de cultura caiçara, tornam-se parte integrante daquilo que podemos chamar de narrativas de identidade. Através delas podemos visualizar o processo de criação de algumas classificações identitárias. No caso caiçara, fica evidente o papel de algumas análises em perpetuar um estilo de vida, um modo de ser caiçara.

Na ilha dos Valadares encontramos homens do litoral, procedentes de diferentes localidades espalhadas pelo complexo insular que envolve essa região. Se há um sujeito caiçara em Valadares, este só pode ser entendido dentro dos parâmetros de uma identidade polissêmica, a qual, permite inúmeras significações. Na complexa configuração social desta ilha fica difícil afirmarmos que exista um padrão caiçara, homogêneo e estável, ao contrário, as diferenças são realçadas a todo momento, nem sempre as opiniões convergem para a mesma direção.

Para Diegues (1989: 79), “um dos critérios mais importantes para a definição de “culturas” ou “populações” tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se”. Esse auto-reconhecimento em Valadares não é nenhuma unanimidade, e muitas das vezes está acoplado a uma linguagem de reinvidicações políticas. Para Manuela Carneiro da Cunha (1997), a etnicidade deve antes ser pensada como categoria nativa, “usada por agentes sociais para os quais ela é relevante”. Assim, para essa autora, a etnicidade é uma forma de protesto político e reinvindicação cultural.

Neste contexto de reivindicação cultural, o fandango age como um capital simbólico para os agentes que se auto-reconhecem como caiçaras. Através dessa manifestação, e de toda "aura de autenticidade" que ela denota, mediações e negociações são estabelecidas entre a ilha e um contexto mais global de atuação política[5].

Mas, para além desse fandango enquanto capital simbólico, temos o fandango do cotidiano da ilha. Aquele fandango tocado e dançado nos bailes de finais-de-semana, nas mesas de bares, nas calçadas, e também, no ambiente doméstico. Para aqueles que trouxeram em sua bagagem cultural (quando deixaram para trás a vida no sítio) juntamente com alguns de seus pertences, a viola e o tamanco, o fandango significa o momento de aproximações e reencontros, lembranças e histórias de um passado que não lhes sai da memória.

É comum nas histórias de vida desses moradores, perceber como que a partir da fixação de um dos membros da família em Valadares, irá propiciar na seqüência, a saída do restante dos membros. Havendo casos, em que alguns desses sítios sofrem um total esvaziamento. Em seu estudo sobre sertão e bairro rural, Lia Fukui (1979) propõe-se a "descrever a estrutura e a dinâmica do grupo familiar na camada de sitiantes tradicionais", apontando para o fato de que:

> "...o parentesco de sangue e por aliança determina obrigações recíprocas, tais reciprocidades podem cobrir uma região extensa, garantindo às famílias um apoio fora do próprio bairro em que habitam, facilitando os deslocamentos e migrações. Saindo de seus bairros, não se encontravam, pois, indivíduos e famílias perdidos num espaço indeterminado e infinito; achavam-se num espaço conhecido e balizado pela existência de parentes" (Fukui, 1979: 18).

Seu Gerônimo, 61 anos, violeiro e batedor de fandango, morador de Valadares há mais de 30 anos, nasceu em Borrachudo, Guaraqueçaba, filho mais velho de D. Antônia, lembra que foi o primeiro dos 5 filhos a deixar para trás Borrachudo, até estabelecer residência na ilha dos Valadares. Após sua chegada, aos poucos seus irmãos seguiram seus passos, até que D. Antônia e seu marido a contragosto e já velhos para o serviço do

[5] Podemos apontar como contexto mais global, a inserção de determinados atores em cargos políticos, viagens para apresentação de fandangos, parcerias com diversas instituições para investimentos nessa manifestação, etc.

sítio também mudam-se para a ilha. Segundo D. Antônia nunca se acostumaram totalmente com a cidade, assim como, Seu Gerônimo também assume que foi difícil se estabelecer fora de Borrachudo[6].

Dessa forma, propomos analisar essas diferentes expressões que compõem o fandango da ilha dos Valadares, em suas dimensões com o grupo interno, e as implicações, e circunstâncias que envolvem o fandango atualmente fora da ilha, em seu exterior. Nesse momento, pensamos tanto suas relações com o ambiente do sítio, como também em relação aos centros urbanos, *lócus* onde está ocorrendo um interesse renovado por assuntos de cultura popular.

Até este momento pudemos compreender o caráter liminar que a ilha dos Valadares ocupa para os seus moradores. A ilha possui capacidade de incorporar os elementos rurais e urbanos, em Valadares estes termos não são possíveis de serem pensados como oposições dicotômicas e irreconciliáveis.

Devemos reconhecer o papel das etnografias na constituição dos grupos étnicos. A partir de pesquisas, não só as antropológicas, fronteiras culturais são construídas e identidades locais são reificadas. Em nosso caso, muito mais que legitimar uma dita cultura caiçara, pretendemos desvendar as narrativas identitárias formuladas na ilha dos Valadares, e, sua conseqüente eficácia simbólica. Os sinais diacríticos a serem realçados em Valadares, como forma de ressaltar sua caiçaridade, não são, dessa forma, tão aleatórios como possa parecer. Assim, acreditamos na capacidade que determinados atores sociais, em certos contextos, possuem de manipular politicamente suas identidades.

[6] Seu Gerônimo após ter transitado por algumas localidades da baía como Eufrasina, preferiu estabelecer-se na ilha dos Valadadres, por estar mais próxima do centro urbano da região. Em teoria poderia proporcionar novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Crianças percorrendo o cotidiano do passado e do presente nas asas de um velho caderno de caligrafia.

Patrícia Spacki [1]

Trabalhar conteúdos de História com crianças da faixa etária de sete anos, que estão em fase de alfabetização nem sempre é tarefa fácil. Muitos professores transmitem os conhecimentos oralmente ou através de textos e atividades a ele relacionadas, sem exigir dos alunos a reflexão e a construção da própria interpretação histórica...

Estas questões estão sendo levadas em consideração no trabalho que vem sendo desenvolvido com crianças de primeira série da Escola Municipal Maria Aparecida Saliba Torres, no município de Araucária – PR, durante a implantação da Proposta Curricular de História. Particularmente no que se refere ao trabalho com os conteúdos, procura-se levar em consideração os conhecimentos tácitos dos alunos e a exploração e construção de suas interpretações ou narrativas históricas.

A trajetória deste trabalho teve como referência um conteúdo curricular – "O cotidiano escolar da criança". É importante observar que este conteúdo faz parte do tema "O cotidiano das crianças". Tendo em vista as questões apontadas e a preocupação em se trabalhar os conhecimentos tácitos das crianças, bem como a construção da narrativa histórica, buscou-se um documento histórico primário que pudesse ser o ponto de partida para reflexões, descobertas e construção do conhecimento, estabelecendo um diálogo entre passado e presente.

Segundo COOPER [2] (2002), "*As crianças podem começar a aprender como e por que diferem as interpretações do passado construindo seus próprios relatos. Podem fazê-lo jogando, com jogos de "simulação", fazendo maquetes e desenhos, assim como contando e escrevendo relatos. Suas interpretações devem basear-se em provas".* A partir dos trabalhos desta autora pode-se inferir a importância de se utilizar todos os tipos de documentos no ensino de história para crianças. Ademais, apreende-se também, a noção da importância do trabalho com os documentos para que as crianças possam distinguir as

diferentes versões que existem sobre o passado, bem como construir suas próprias interpretações. Neste sentido, para se desenvolver o conteúdo já mencionado, optou-se por um caderno de caligrafia datado de 1951, escrito à caneta tinteiro, que possuía treinos ortográficos e frases de cunho religioso e moral. Este documento pertencia a Sra. Antonia Mika Spacki e fora guardado junto a outras lembranças dos tempos escolares.

Antes de explicitar o trabalho com o documento propriamente dito, é preciso registrar a forma como o tema foi introduzido aos alunos. Escolhido o documento histórico, iniciou-se a exploração do conteúdo com aplicação de problematizações e devolutivas orais acerca do cotidiano escolar atual, abordando a relação professor-aluno, os encaminhamentos metodológicos e as rotinas da escola. Estas atividades trouxeram elementos que subsidiariam as comparações com os aspectos que seriam apreendidos a partir do estudo do documento.

Em seguida apresentou-se aos alunos o caderno de caligrafia. Os alunos puderam observar este objeto da cultura material da escola em seus detalhes, bem como levantar hipóteses sobre sua forma física e seu significado. Segundo eles, a finalidade dos cadernos de caligrafia continua a mesma, "*deixar a letra mais bonita*" (A.C.R. – 7 anos), o papel estava amarelado "*pois já fazia muito tempo que tinha sido escrito*" (M.G. – 6 anos), e a escrita do caderno está diferente: "*mais fina, meio tremida e com borrões*" (L.P. – 7 anos). Nesse momento realizou-se uma comparação entre uma folha escrita com caneta esferográfica e o caderno, atentando para o fato deste ter sido escrito com uma caneta tinteiro. Após rigorosa observação de seus detalhes e leitura de parte de seu conteúdo, fez-se um exercício de localização temporal, em que o professor (com base nos registros escolares onde consta a idade dos pais) mostra que provavelmente na década de 50 os pais dos alunos ainda não haviam nascido, ou não freqüentavam a escola. O principal objetivo deste exercício era desenvolver a reversibilidade temporal, remetendo os alunos à época de 1951, data em que o caderno fora redigido.

No processo de localização temporal, aproveitou-se para abordar o assunto do cotidiano escolar das crianças que viviam por volta da década de 50. Mencionou-se a questão dos costumes, do respeito e temor aos professores, a questão da palmatória e das

punições físicas, e ainda a disciplina dos alunos, os materiais didáticos utilizados, as condições sociais e econômicas da época, os métodos de ensino...

Para enfatizar este assunto, o professor faz a leitura de um texto de autoria de GILBERTO FREIRE [3] onde consta a descrição de cenas do cotidiano escolar da época do Brasil Colônia. A leitura de narrativas históricas, por parte do professor, torna-se um importante passo para o desenvolvimento das interpretações nos alunos, pois segundo COOPER (2002), *"ao escutar relatos sobre outras épocas, as crianças são estimuladas a relacionar, confirmar, modificar ou rechaçar as idéias que já possuíam. O fato de escutar versões diferentes de narrativas, não somente os ajuda a aprender coisas sobre tempos, lugares e pessoas estranhos à sua própria experiência, mas também a compreender que não existe somente uma única versão "correta" do passado"(p.82)*. Seguida à leitura do relato, fez-se novo diálogo, enfatizando o cotidiano escolar da época e fazendo as devidas relações com a atualidade. Nesse momento propôs-se a realização de uma atividade onde os alunos registraram suas construções sobre o tema. Na atividade solicitou-se o registro, através de desenhos, do cotidiano escolar atual, em seguida do cotidiano escolar da década de 50, e num terceiro momento, algo escrito que registrasse as mudanças e permanências ocorridas nesses últimos 54 anos. Vale ressaltar que além dos registros esperados (punições físicas, o uso de canetas tinteiro e ausência de ludicidade no processo de ensino), algumas crianças indicaram como mudanças a presença da luz elétrica e a popularização do acesso à escola.

Com a intenção de traçar novo paralelo agora relacionando o cotidiano escolar da época do Brasil Colônia, analisado no texto do Gilberto Freire; o cotidiano escolar da década de 50, observado a partir do caderno de caligrafia; da época dos pais dos alunos, a partir da oralidade; e da atualidade, discutida em sala de aula, solicitou-se uma pesquisa com os pais dos alunos sobre o cotidiano escolar da época deles (por volta de 1975-1985). Nessa pesquisa os pais deveriam discorrer sobre o dia-a-dia deles na escola, sobre como era a relação professor-aluno, como eram as tarefas, se haviam punições físicas, etc. Com o resultado da pesquisa em mãos o professor fez a leitura dos relatos encaminhando a

construção do paralelo antes mencionado, levando os alunos a perceberem as mudanças e as permanências ocorridas no cotidiano escolar desde a época do Brasil Colônia até a atualidade. Os relatos dos pais foram surpreendentes, destacaram-se trechos em que os pais comentam sobre os castigos, sobre o respeito e o temor aos professores, sobre a distância entre a casa e a escola, sobre as dificuldades financeiras, etc.

Com última atividade sobre o tema decidiu-se, coletivamente, redigir uma carta à dona do caderno de caligrafia, já que o caderno fora a base para o desencadeamento dos diálogos e aprendizagens sobre o cotidiano escolar de outros tempos. Com a carta, iniciou-se um diálogo entre os alunos e a autora do caderno, enriquecendo ainda mais a experiência, que certamente foi muito significativa aos alunos.

No decorrer de toda a atividade, as crianças, baseadas num documento histórico e utilizando-se de seus conhecimentos prévios, foram construindo sua própria narrativa. ATKINSON (1978), citado por Gago em "Concepções dos alunos acerca da Variância da Narrativa Histórica" [4] (2001), diz que *"a narrativa histórica coerente tem de ser obviamente baseada na evidência, sendo esta a condição necessária para a aceitabilidade"* (p.15). Seria impossível realizar um trabalho semelhante ao supracitado se não houvesse a presença de um documento histórico, de uma evidência que pudesse estabelecer o elo de ligação entre o conteúdo ser ensinado e a realidade das crianças. Ao se depararem com um material conhecido por elas, estabeleceram a relação entre a realidade e os conteúdos trazidos pelos livros didáticos, e a partir dessa evidência, surge a motivação para pesquisar e aprender mais a respeito do tema, enfim para construir sua própria narrativa histórica.

BARCA e GAGO [5] (2004), confirmam isso quando dizem que as propostas curriculares para o ensino básico apontam a construção de narrativas pelos alunos como sendo algumas das experiências de aprendizagem a promover o desenvolvimento de competências históricas.

O resultado deste trabalho aponta para o fato de que precisamos repensar o ensino de História, especialmente no que diz respeito à educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. As crianças precisam vivenciar atividades significativas, prazerosas, que as

instiguem a buscar novos conhecimentos, a construir sua aprendizagem desenvolvendo sua competência histórica, e que assim, possam sentir-se donas do seu saber. Se o professor buscar novas práticas, incorporá-las à sua metodologia e compreender que seu principal papel não é somente dar aulas, mas provocar a aprendizagem, o risco de desapontamento em relação ao ensino por parte dos alunos diminuirá, e estudar se tornará cada vez mais uma atividade desafiadora e gratificante, pois estamos vivendo num tempo em que é preciso criar, analisar e transformar ações em questionamentos.

---

[1] Professora de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Araucária/PR, e acadêmica do curso de Pedagogia – UFPR.

[2] COOPER, Hilary. Didactica de la historia em la educación infantil y primaria. Madrid: Morata, 2002.

[3] FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1969. vol 2, p. 585. In: – Formação da sociedade brasileira / Judite Maria Barbosa e Maria Auxiliadora M. S. Schmidt – Curitiba: ed. UFPR, 1992.

[4] GAGO, Marília. Concepções dos alunos acerca da Variância da Narrativa Histórica – Um estudo com alunos em anos iniciais do 2º e 3º ciclo do ensino básico. Braga: Universidade do Minho, 2001.

[5] BARCA, Isabel; GAGO, Marília. Narrativas Históricas e Ficcionais – Recepção e Produção para os professores e alunos. Braga: Universidade do Minho, 2004.

Educação Indígena: perspectivas de interculturalidade nas demandas e propostas dos povos indígenas do Tocantins

Paulete Maria Cunha Santos

Atualmente, entre os problemas enfrentados pelos povos indígenas, a educação é uma das que causam maior preocupação. As Associações Indígenas do país, especialmente as de professores, têm reivindicado uma educação indígena diferenciada e, nesse contexto, os representantes das Associações do estado do Tocantins vêm se organizando, e manifestando suas angústias e desejos, registrados em documentos e apresentados ao Governo estadual.

Para citarmos um, que data do dia 10 de julho de 2003, no qual as lideranças indígenas afirmam, *entendemos que através de programas específicos direcionados às áreas indígenas possibilitem a melhoria da qualidade de vida e, também, oportunize o preparo de jovens para participarem no processo de desenvolvimento de suas sociedades.*

No início do mês de abril do presente ano, foi realizado em Palmas capital, o I Fórum Social Indígena do Tocantins, com a finalidade de implementar políticas públicas para atender, efetivamente, as demandas destes povos. Entre as suas reivindicações, no que se refere à educação, pode-se citar desde as mais abrangentes, como adequação do calendário escolar e de material didático, elaboração de concurso para professores indígenas,até a merenda escolar condizente com a dieta alimentar.

Dessa forma, na dimensão política e educacional de processos de organização de Associações Indígenas, pressupomos uma discussão crítica e própria acerca de si mesmas e o lugar da escola que querem para o futuro[1].

Sendo assim, nossa pesquisa propõe problematizar a articulação entre a participação das organizações indígenas do Tocantins, enquanto sujeitos políticos de sua própria história, que propõem uma educação escolar indígena diferenciada, e os diferentes agentes não indígenas envolvidos no processo, como as secretarias estaduais

e municipais de educação, universidades, ONGs, e organismos/instituições governamentais.

Nesse sentido, compreendemos o espaço da escola nas aldeias, enquanto um palco de experiências, vivências e, especialmente, de fricção, entre indígenas e não indígenas, onde os primeiros são os principais agentes.

Diante desse contexto, pode-se inferir algumas reflexões, que pretendemos tratar. Como o estado do Tocantins, representado pela secretaria de educação, dentre outras, incorporou políticas públicas prescritas no plano institucional e de legislação da educação indígena? Quais são os mecanismos, forjados por estas secretarias, no que diz respeito à autonomia dos movimentos sociais indígenas? Como se constituem a luta política e o processo de autodeterminação das organizações indígenas desse estado? Ou, ainda, como são tratadas as especificidades de cada povo, isto é, na efetiva prática educacional nas aldeias?

Algumas inquietações, após nossa participação na I Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena (2004), em Barra do Bugres-MT, na UNEMAT, nos levou a realizar algumas reflexões. Precisamos aceitar que existem conhecimentos distintos, é preciso *desaprender* e, portanto, *re-aprender* outras formas de saberes. Como construir com os povos indígenas uma outra proposta de educação que reconheça a diversidade de fato e direito?

Os povos indígenas do Brasil continuam resistindo e, lutando por seus direitos.

Pode-se ponderar que, é quase compulsória a mudança de mentalidade, enquanto via norteadora da Reforma Universitária. Essa postura significa re-conhecer a cultura do outro, suas formas de pensar e sentir. Enfim, talvez possamos arriscar uma pergunta no escuro, a tradição oral venceu?

O estado do Tocantins, a mais nova unidade da Federação, é formada pela separação do antigo norte de Goiás. Esta região foi ocupada pelos conquistadores europeus a partir do início do século XVIII com atividades de mineração e pecuária. Diversos povos indígenas habitavam-no. Informações documentais indicam a existência de treze povos indígenas

diferentes ocupando a área entre os rios Araguaia e Tocantins: Kayapó, Xavante, Xerente, Noroquajê, Akroá, Xakriabá, Avá-Canoeiro, Karajá, Javaé, Xambioá, Weré, Apinajé e Krahô.

No processo de conquista e colonização da região, alguns povos foram exterminados (Akroá, Weré e Noroquajê), outros foram expulsos ou migraram (Xakriabá, Xavante e Kayapó) e outros permaneceram que são os Xerente, Apinajé, Krahô, Karajá, Javaé, Krahô-Canela, Xambioá, e os Avá-Canoeiro, estes últimos, com um número reduzido de sobreviventes (quatro pessoas), totalizando uma população de aproximadamente nove mil pessoas.

Com o advento da independência do Brasil (1822), planos e projetos foram realizados para tentar definir uma política indigenista. Na década seguinte, com a descentralização administrativa, as Províncias ganham autonomia para atuar na política indigenista. Contudo, o ato da elaboração de um conjunto de normas (1846), conhecido como Regimento das Missões[2], foi que definiu as relações do Império com os povos indígenas. Nesta política, a educação escolar indígena é confiada aos religiosos, sobretudo aos Capuchinhos.

Desde que o governo imperial e da província de Goiás optaram, nos anos 1840, pelo emprego dos Capuchinhos na catequese dos povos indígenas da região, estes vêm mantendo algum tipo de educação escolar formal. Esta atuação foi mais intensa entre os Krahô e os Xerente, pois os freis Rafael de Taggia (entre os Krahô) e Antônio de Ganges (entre os Xerente), fundaram aldeamentos que se tornaram, posteriormente, núcleos urbanos, respectivamente, Pedro Afonso e Tocantínia.

No final do século XIX, os Xerente tiveram a presença da professora Leolinda Daltro, que deixou o Rio de Janeiro e atuou na região[3]. Após a criação do SPI, o governo passou a oferecer educação formal aos Xerente. Entre os Krahô, entretanto, somente a partir da década de 1940, quando o SPI passou a atuar na área, foi viabilizado o acesso à educação formal.

No entanto, outros povos indígenas como os Apinajé, Karajá, Javaé e Xambioá,

tiveram uma relação menos intensa com os Capuchinhos e a educação formal, naquele período. Dessa forma, somente nos anos 1940-50, o SPI instalou escolas formais nessas áreas indígenas.

Após o fim do Império, a instauração da república brasileira, ainda mantém indefinida sua política indigenista até os anos 1910, quando se cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente, conhecido apenas como SPI[4]. Este órgão torna-se um veículo transmissor e normatizador da educação escolar indígena.

Sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio FUNAI, a partir dos governos militares (1964), repassa essa incumbência da educação escolar para instituições religiosas, tais como, SIL, Batista, Missões Novas Tribos, dentre outras. Com a promulgação da nova Constituição Brasileira (1988), a educação escolar indígena foi transferida à esfera do MEC e das secretarias estaduais e municipais de educação, a partir de 1991.

A educação escolar indígena no Brasil, e o direito as suas formas específicas de viver, pensar e sentir quando acolhidas pela Constituição Federal de 1988, desencadeou o início do percurso para a oficialização de e*scolas indígenas diferenciadas* e de políticas públicas que pontuassem uma educação intercultural e multilíngüe e, posteriormente, referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, e a elaboração e publicação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, pelo MEC, em 1998.

No entanto, estamos diante de um descompasso entre o projeto de uma educação diferenciada e sua efetivação nas escolas indígenas. Pode-se citar, como exemplo, a insuficiente acolhida e compreensão por parte dos órgãos oficiais, de calendários, currículos e regimentos específicos, organizados por comunidades indígenas[5].

As propostas encaminhadas pelas representações dos povos indígenas do Tocantins para a formação de políticas públicas nas áreas de educação, cultura,

preservação ambiental, saúde, agricultura, infra-estrutura, turismo, dentre outras, são constituídas de reivindicações significativas e relevantes, no que compete a gerações da sustentabilidade e do fortalecimento de suas raízes culturais.

A mais recente conquista foi a instituição do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Tocantins-CEEI/TO (Decreto nº 2.367 publicado no Diário Oficial do Estado no dia 15 de março de 2005), logrou uma luta de anos, desde sua Minuta em Fórum realizado no mês de outubro de 2001. E, conforme a Ata de Audiência Pública, realizada na Procuradoria Federal do Trabalho, no dia 31 de março de 2005, precisa ser retificado, para incluir os representantes do povo Krahô-Canela.

Analisar o processo do agenciamento, em uma perspectiva interétnica, no que se refere a educação escolar indígena, no Tocantins, constitui um desafio, que propõe articular áreas de conhecimento como educação, história e antropologia, compreendendo a complexidade multidisciplinar. Por outro lado, o nosso objeto de investigação e os sujeitos políticos que protagonizam a trama, nos exigem acuidade, demasiada atenção e compromisso. Por isso, partimos do pressuposto, que nós não indígenas somos os outros para aqueles que aqui estavam, minimamente, há 500 anos, nestas terras e nas águas que nelas têm.

Nos últimos anos, relevantes publicações vêm tratando da Educação Escolar Indígena. Os trabalhos realizados pelo Centro MARI-Grupo de Educação Indígena, do Departamento de Antropologia da USP, têm se revelado um conjunto dos mais significativos. Nesse contexto, em meados dos anos oitenta, Aracy Lopes da Silva (1987), organizou e publicou *Questões Indígenas na Sala de Aul*a, como referência fundamental na divulgação das questões indígenas nas escolas não-indígenas. Posteriormente, aquele Centro dedicou-se a apoiar os movimentos de professores indígenas pelo Brasil[6]. As pesquisas atuais realizadas pelo MARI, resultaram na publicação de um conjunto de obras tanto sobre a educação escolar indígena, quanto sobre educação e pedagogias indígenas[7].

Pode-se dizer, que um dos exemplos de agentes não indígenas presentes no

processo de educação escolar indígena no Norte de Goiás, é o caso peculiar da professora Leolinda Daltro. Professora no Rio de Janeiro do final do século XIX, Leolinda conheceu um grupo de Xerente em viagem à capital da instaurada República. Catechista leiga, era como se autodefinia para distinguir-se das várias missões religiosas que trabalhavam com grupos indígenas no território nacional. A partir de sua atuação entre os índios, que Leolinda aprendeu a lutar por uma causa. No entanto, há muito tempo os próprios índios procuravam organizar-se com a finalidade de obter representação política, ainda que de modo enviesado[8].

Nesse contexto, a nossa experiência educacional, na Aldeia Pedra Branca, com o povo Krahô e, posteriormente, ao longo de cursos de formação para os professores indígenas bilíngües , do Tocantins, nos levam a crer que, a redefinição de programas, material didático, calendário escolar, currículo, dentre outros, pautados na convivência das comunidades indígenas com a sociedade não indígena, priorizando, contudo, aspectos intrinsecamente constituídos pela alteridade da história e da luta sociopolítica destes povos, pode possibilitar um processo de criação e gestão do seu próprio conhecimento, bem como de sua elaboração e transformação no cotidiano da educação escolar nas aldeias.

Na temática de educação indígena, insere-se nossa pesquisa, priorizando, a compreensão do processo social de implantação e gerenciamento de formas não indígenas de educação formal. Além disso, ao se conhecer o processo de forma crítica e política, pode-se revelar o agenciamento dos atores envolvidos na educação escolar, tanto os não indígenas, quanto os própios indígenas.

ERRATA/Justificativa da Inscrição nº 5947 : Conforme solicitação, via contato telefônico com o secretário Gilberto, em 06/06, às 9h10min, para substituições de título e resumo, fomos informados que esse procedimento seria inviável. No entanto, poderíamos enviar um texto que se adequasse ao simpósio temático: História e Hitoriografia da Educação no Brasil: desafios e perspectivas de pesquisa. Portanto, estamos enviando

nosso texto que intitula-se: **Educação Indígena: perspectivas de interculturalidade nas demandas e propostas dos povos indígenas do Tocantins.**

---

[1]TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação. In: SILVA, Aracy Lopes da ; FERREIRA, Mariana K. Leal (orgs.). **Antropologia**, **História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

[2]CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (org.). **Legislação Indigenista no Século XIX**. São Paulo: Edusp/Comissão Pró-Índio, 1992.

[3]CORREA, Mariza. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

[4]Ver: GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, 1989. ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil: 1930-1967**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

[5]SILVA, Aracy Lopes da ; FERREIRA, Mariana K. Leal (orgs.). **Antropologia**, **História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

[6]SILVA, Márcio F. da ; AZEVEDO, Marta A. Pensando a escola dos povos indígenas no Brasil: o Movimento dos Professores do Amazonas, Roraima e Acre. In: SILVA, Aracy Lopes da ; GRUPIONI, Luís Donizete B.(orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

[7]Op. cit. SILVA; FERREIRA...

[8]Op. cit. CORREA...

A institucionalização dos descaminhos:
governo político e sociedades de contrabandistas

Paulo Cavalcante[1]

O título desta comunicação é inesperado. Como é possível conceber a institucionalização dos descaminhos, isto é, a oficialização da desordem? Não é fato que sempre esperamos ver o Estado e seus agentes como os legítimos instituidores da ordem? Ou será que nos falta uma perspectiva adequada e objetiva? O que, nesse caso, nos lançaria no erro e no anacronismo. Penso que há de tudo um pouco. Sempre estamos em débito com a realidade passada. Sempre há algum anacronismo no diálogo entre o passado e o presente. Quando as temporalidades dialogam seus valores se chocam.

A época em jogo é a primeira metade do século XVIII na América portuguesa, mais especificamente o conjunto de relações lícitas e ilícitas encetadas em torno da extração de ouro e diamantes. Neste momento, Estado e sociedade portugueses se lançam avidamente sobre as Minas em busca de rendimentos e poder. Uns e outro a perfazer um círculo que se fecha sobre si mesmo: relações de poder que abrem portas para negócios, negócios que alçam pessoas a posições de poder, tudo consoante o bem comum, partilhado por todos na imagem e apropriado por poucos na prática.

O lícito é o comércio legal, autorizado, posto sob contrato e privilegiadamente atribuído. O ilícito é o descaminho, aquilo que não é legal, que passa por fora do contrato, que é subtraído ao fisco, que turva a visão dos oficiais, enfim, que é praticado por quem deveria coibi-lo. E desde logo é preciso abandonar aquele pré-julgamento acerca dos roubos e do contrabando: coisa de gente de baixa extração e de negros, verdadeiros "ladrões desavergonhados". Não, não se trata disso. Aqui sim a perspectiva é falha. O vulgo "ladrão" pode ser o governador, o provedor ou o padre. Pode

ser o grande comerciante, o oficial da Câmara ou o comandante da frota. Podem ser também negros, negras de tabuleiro ou libertos, mas não exclusivamente e muito menos sob a etiqueta da dissolução moral e do pecado.

A perspectiva é outra. O descaminho é prática enraizada no sistema existente; só se pode descaminhar porque há um caminho: a colonização moderna sob o signo da exploração. Pensado assim, o descaminho é uma prática social instituinte e constitutiva da sociedade colonial, é um modo de reinventar a vida na colônia e não apenas um assunto restrito, penal e episódico[2].

Disseminado e pujante, o descaminho põe em teste o governante. Os representantes d'el-rei rapidamente precisam, quando chegados à América, descortinar o universo de ilicitude que perpassa as relações formais, compreender suas regras, aprender sua língua, decodificar seus gestos, enfim, com ele dialogar. Isso exige, da parte do governante, o que poderíamos chamar de "conversão do olhar". Se este se limita a medir a colônia a partir da medida da metrópole, seu governo se esboroa sem mesmo ter começado. Por outro lado, se passado o choque inicial, se superada a impressão de total inversão dos hábitos e dos costumes, uma vez comparados com os do reino, aí então processa-se sua conversão.

O rei está longe, a terra é vasta, os meios escassos e os riscos enormes. O bom governo depende da conversão, tanto para proveito do Estado como para proveito do agente. E o cerne da conversão é a superação da inversão. No ambiente colonial, comprazer-se com o juízo da inversão é habitar um projeto de reformar idealmente a realidade, de adequá-la aos padrões metropolitanos. E isso é de todo impossível. Há resistências. Não fosse a resistência a Coroa teria conseguido rapidamente estabelecer a cobrança do quinto por um método único e permanente ao longo de todo o período da extração. Apesar de mandar à forca Felipe dos Santos nem por isso Assumar conseguiu

implementar a lei de 1719 que determinava a cobrança do quinto por intermédio das casas de fundição[3]. Converter o olhar é coabitar com a aparente inversão, é percebê-la como a realidade radical da terra colonial. E isso não é necessário apenas porque significa uma rendição à alteridade rebelde desde sempre em fuga porque irremediavelmente condenada à perdição. Isso é necessário, isto é, a conversão do olhar do governante, porque a terra é colonial, porque é sim o território da diferença e porque essa diferença é a fonte do butim. E é exatamente o agente régio o responsável por "reger os povos" de modo a produzir os arranjos políticos que assegurem o processo de exploração. Ou converte ou perde...

Quando o Conselho Ultramarino enfim se manifestou sobre a utilidade da separação das Minas Gerais da capitania de São Paulo, pronunciando-se em face das missivas do marquês de Angeja, do conde de Assumar e de D. Brás Baltazar da Silveira, baseou o parecer favorável à constituição das Minas separadas em quatro "fundamentos e razões" principais: 1º a obrigação do rei de governar e reger os seus povos; 2º a administração da justiça; 3º a defesa das capitanias; 4º a esperança de aumentar a fazenda real e a dos particulares[4]. Dos quatro pilares que nos esclarecem sobre o significado de governar na América, o mais relevante e menos translúcido à compreensão do agente encarregado e do leitor atual é o segundo:

> O segundo fundamento se considera a administração da justiça, porque ainda que na Comarca de São Paulo haja ouvidor letrado para este efeito, também não é fácil que em povos tão mal morigerados, e tão pouco obedientes possa satisfazer as suas obrigações, não tendo um governador presente ou pouco distante que o auxilie, que com a sua presença e autoridade infunda nos povos respeito e obediência, e é certo que por esta causa se cometem naqueles distritos gravíssimos delitos que quase todos ficam impunes, e esta impunidade em que estão habituados os facilita.[5]

Eis um antro de desordens, uma terra em que as pessoas não são morigeradas – não têm educação, não se sujeitam aos bons costumes nem cuidam de atitudes edificantes – e, além do mais, mostram-se pouco obedientes, tendentes portanto a furores e tumultos. Por isso a divisão das capitanias e a imprescindível presença atuante de um governador para infundir respeito e obediência, para combater delitos, que apesar de gravíssimos ficavam impunes e cuja impunidade renovava a incidência, facilitando-a, multiplicando-a. Eis o Estado legislando em prol da institucionalização da ordem.

E assim o governante cruza o Atlântico imbuído da elevada missão de estabelecer o império da ordem. Em sua mente vagueiam as imagens da terra invertida produzidas no cenário metropolitano com base nos relatos administrativos. Imagens recortadas segundo o seu molde e confeccionadas por seus instrumentos. Chegado à conquista, o governante tem à sua disposição todos os elementos confirmadores dessas imagens, podendo retocá-las e até mesmo reforçá-las.

Todavia, há que cuidar do quarto fundamento, daquela razão que embora quarta é a principal, é a razão mesma da existência da colônia e da sobrevivência de Portugal, a lembrar: "a esperança de aumentar a fazenda real e a dos particulares". Eis o caminho da conversão do olhar. Se o governante adota a postura de feitor da ordem, do moralizador que regra a inversão e pune o desregrado, não haverá então nem esperança nem fazendas. Por outro lado, se decidir-se pela regência dos povos, distanciando-se das instruções e dialogando com a terra, verá que para cumprir as suas obrigações terá de descumprir suas ordens, convertendo assim o olhar. É claro que sempre prostrado aos reais pés de Sua Majestade e inteiramente abandonado ao real serviço de El-Rei Nosso Senhor. O discurso das missivas terá o molde do reino. O ato praticado tem a efetividade da terra. O produto do ato engorda os cofres da fazenda real e alimenta a cobiça dos particulares, em outras palavras, "acrescenta a sua casa". E isso porque ninguém explora, nem rouba, nem furta, nem saqueia, somente acrescenta a sua casa, mas sempre como modesto prêmio por

tão desinteressado serviço... Tudo se passa como consignou Vieira sobre a ação dos colonizadores:

> E quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa [do verbo furtar], e as miseráveis províncias suportado toda a passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos; e elas ficam roubadas, e consumidas[6].

Reger os povos, administrar a justiça e defender a capitania, os três dependem do quarto, de maneira que governar é produzir os arranjos políticos indispensáveis à manutenção dos negócios: do negócio da exploração. Arranjos esses peculiares a grupos sociais que emulam na colônia escravista os rituais de uma sociedade de Antigo Regime, pré-capitalista, fundada nos laços de poder e não nas relações impessoais, fazendo portanto da negociação o modo de efetivar o negócio da exploração. Segundo João Fragoso

> (...) os fenômenos derivados da descoberta aurífera não se deram numa área vazia. Ocorreram numa sociedade colonial preexistente. Assim, no Rio de Janeiro, as autoridades, os grandes comerciantes metropolitanos e os demais emigrantes encontraram uma hierarquia social já estabelecida. Em outras palavras, aqueles "estrangeiros" tiveram que lidar com uma nobreza, cujas redes sociais se estendiam pela capitania e por outras elites regionais[7].

"Lidar com uma nobreza", lidar com potentados, lidar com comerciantes residentes, lidar com oficiais da Câmara, lidar com os jesuítas, lidar com descaminhadores etc., significa empenhar-se diuturnamente na construção de configurações de poder que professem a supremacia do Estado e teçam a sujeição. Significa percorrer a tênue linha

divisória entre a ordem e a desordem, o público e o privado, o lícito e o ilícito. De fato, a linha não tem espessura. O simples pisar implica no transigir e no traspassar. Tudo se consorcia, se imiscui e se insinua neste grande processo de "fazer a América", "nesta sociedade em que (...) não há nexos éticos entre os homens, mas só relações de exploração econômica e de dominação política"[8]. Assim conclui Caio Prado Junior sobre o conteúdo da política portuguesa concernente ao Brasil:

> Ela é antes de tudo um "negócio" do Rei, e todos os assuntos que se referem à administração pública são vistos deste ângulo particular. Assim os problemas políticos e administrativos que suscita a colônia americana são sempre abordados de um ponto de vista estritamente *financeiro*. Para a política portuguesa, não havia aqui uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, fosse embora em função dos interesses portugueses, mas tão somente de "finanças" a cuidar. Lendo-se a maior e mais importante parte da correspondência oficial e da legislação relativa ao Brasil, percebe-se isto imediatamente. Aliás nunca se procurou escondê-lo, e o Real Erário é o personagem que representa em nossa história colonial, e sem nenhum disfarce, o maior papel[9].

Por isso o contexto demanda a conversão do olhar. Como discernir o que não possui espessura? Como pôr em prática "o negócio do Rei" sem ferir os poderosos da terra? Como associá-los ao "negócio do Rei" e, no mesmo movimento, compactuar com os negócios que lesam o rei? Como combater o descaminho se, ao combatê-lo, põe-se em risco o próprio caminho, isto é, a exploração colonial?

Processar a conversão do olhar, operar as redes sociais locais para produzir os arranjos exigidos, coonestar os interesses particulares e protestar de público o desinteresse no régio serviço, nada disso era tarefa simples. O governador do Rio de

Janeiro Luís Vahia Monteiro (1725-1732), atônito com a insolência das sociedades de contrabandistas que descaminhavam ouro e fundiam moeda falsa, em particular uma operada por Antônio Pereira de Souza, imobilizado que estava diante das desgastantes contendas movidas por camaristas, beneditinos, franciscanos e jesuítas – todos em maior ou menor grau partícipes ou beneficiários dos descaminhos – e, por fim, insatisfeito com os meios e recursos oficiais disponíveis para um eficaz combate, disparou em carta para o secretário de Estado:

> (...) mas se logo que a frota der fundo se fecharem as escotilhas, e se examinar pessoa por pessoa o que vai sobre cuberta, e depois se examinar na Alfândega abrindo tudo assim como aqui fazem os contratadores da Dízima, entendo se descobrirá grande cabedal e nenhum escapará desencaminhado a meu parecer, se acaso Sua Majestade tanto que a frota que der fundo depois de seguras as naus com as guardas, mandar pôr Editais para arrendar as tomadias do ouro, em pó porque estou certo que o contratador achará os meios para o descobrir, e sempre faltam quando as administrações se fazem para Sua Majestade adonde todo mundo é liberal em furtar, e muito mais em dissimular os furtos[10].

Eis a realidade invertida no olhar não convertido: "todo mundo é liberal em furtar, e muito mais em dissimular os furtos". Se esta é a prática geral não resta outra solução salvo institucionalizar o praticado, isto é, pôr o serviço de combater os descaminhos sob contrato pois assim o contratador "achará os meios para os descobrir". O Estado abriria mão de adminstrar a justiça, tornando privado o combate e público o descaminho, com o intento de aumentar a arrecadação. Afinal, é isso o que importa.

Vahia não logrou sucesso na conversão do olhar, não viu do modo conveniente, viu por inteiro do modo percuciente. Sem disfarces.

[1] Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Gama Filho (UGF).

[2] Cf. Paulo Cavalcante*. Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo : Hucitec-Fapesp, 2005. passim.

[3] Lei para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja possa levar o ouro extraído das Minas para fora delas em pó ou em barras sem ser fundido nas casas Reais das fundições que é servido mandar erigir nas mesmas Minas (14/2/1719). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). Leis*. livro 8, f. 20-22.

[4] Sobre o que escreveram a Sua Majestade o marquês de Angeja sendo vice-rei do Estado do Brasil, e o governador atual da capitania de São Paulo e Minas o conde de Assumar, e o havia já feito o governador que foi delas Dom Brás Baltazar da Silveira, acerca de ser mui conveniente que as capitanias de São Paulo se separem do governo das Minas, e se constitua nelas um novo governo; e vão as cartas que se acusam (Lisboa, 11/8/1719). *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Arq. 1.1.25 - Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino*. f.149v-154.

[5] Ibid.

[6] Antônio Vieira. *Sermão do Bom Ladrão*, in: *Escritos históricos e políticos*. São Paulo : Martins Fontes, 1995. p.99-141.

[7] João Fragoso. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Topoi [Revista do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ], Rio de Janeiro, 2002. n. 5, p. 41-70.

[8] João Manuel Cardoso de Mello, Fernando Novais. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. in: Fernando Novais (dir.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Volume organizado por Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. v. 4. p.608.

[9] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo : Martins, 1942. p. 362.

[10] Carta de Luís Vahia Monteiro para o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os descaminhos do ouro e sua arrecadação e necessidade de tempo para meter nos cofres (Rio de Janeiro, 26/8/1729). *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro/Códice 80 - Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763)*. v. 2, fl. 230v-231.

CENAS DE TRABALHO: CARREGADORES NEGROS NOS RELATOS DE VIAGEM SOBRE O RIO DE JANEIRO (1808-1850)

Paulo Cruz Terra

Ao analisarmos as descrições sobre o Rio de Janeiro feitas por viajantes estrangeiros na primeira metade do século XIX, podemos perceber determinados padrões. Por ter sido registrada pelas penas e pincéis de todos os viajantes pesquisados, constatamos que o primeiro ponto a ser observado e relatado sobre o Rio de Janeiro era a baía de Guanabara, em termos de suas belezas naturais e topografia. Na cidade, no entanto, surgem outros aspectos, como a arquitetura, o governo, a economia e o comércio, o povo, seus costumes, ocupações, cotidiano das ruas.

Nas observações sobre o cotidiano das ruas são descritas diversas atividades realizadas pelos negros, mas com certeza um dos personagens principais são os carregadores negros. Nenhum dos viajantes que pintou alguma cena, ou escreveu algumas linhas sobre as ruas do Rio, deixou de mencionar os carregadores. Uma questão interessante seria analisar relatos de períodos anteriores e perceber em que momento os carregadores passaram a ocupar um lugar de destaque. A constatação que posso fazer, no entanto, é que na primeira metade do século XIX os carregadores foram, assim como a baía de Guanabara, um item obrigatório nos relatos de viagem sobre a cidade do Rio de Janeiro. Constituindo-se, portanto, numa tópica narrativa nos relatos sobre essa localidade. Mas, por que, então, os viajantes atribuíram a esses trabalhadores tal papel de destaque?

Proponho acompanharmos as saídas que os próprios viajantes nos fornecem para responder a questão acima. A primeira delas está em como eles situaram os carregadores dentro do quadro de transporte da cidade. Thomas Ewbank, que esteve no Brasil entre 1845 e 1846, afirma que: “Toda a parte comercial do Rio de Janeiro é singularmente bem adaptada para ferrovias e, se o povo decidir continuar a utilizar os negros como bestas de carga, seria de seu interesse possuí-la”.[1] A comparação dos negros com os animais de carga é feita ainda em outro momento de seu texto: “Aqui não temos carros puxados por

quadrúpedes para o transporte de mercadorias. Os escravos são os animais de tração assim como de carga".[2]

Segundo esse viajante, portanto, os carregadores seriam utilizados como o principal meio de carregar mercadorias pelas ruas da cidade. Por sua vez, a comparação dos escravos com bestas deve ser entendida dentro da intenção do autor de denunciar os abusos da escravidão. Ele afirma que "do pouco que pode ver, deduzo o quanto é horrorosa a situação do escravo".[3]

Um costume da cidade citado por todos os viajantes é justamente o dos homens de negócios e toda a população livre de preferir utilizar os carregadores negros para todo tipo de transporte, desde de uma carga pesada até uma simples carta. Luccock conta que um carpinteiro que iria auxiliá-lo em determinada tarefa, parou na porta da casa na intenção de alugar algum preto para que lhe carregasse algumas ferramentas. Luccock lembrou-lhe que sendo leves, ele mesmo poderia carregá-las, mas isso seria um erro tão grande quanto ele próprio usar as mãos.[4] Esse trecho tem mais uma intenção de ridicularizar o costume do que propriamente tentar entender o papel do escravo naquela situação, ou as razões de utilizá-los nesse setor. Vamos a uma outra passagem de Luccock:

> *"No momento em que se retirava a minha bagagem de bordo, entendi de carregar nas minhas próprias mãos um bacamarte de baioneta envolvido numa capa de lã. Não tinha ido muito longe, quando um senhor inteiramente desconhecido para mim fez-me parar, pedindo-me que entregasse o que eu estava carregando a um dos servos, acrescentando que não era direito privar os pretos do seu ganha-pão e que isso fazendo eu incorreria em grave risco. Mais tarde ele se explicou, assegurando-me que até contra ofensas imaginárias gente das classes mais baixas às vezes exercia vinganças sérias".*[5]

O autor, que antes havia apenas ridicularizado esse costume, apresenta aqui possíveis razões para o uso dos negros. Podemos desconfiar das palavras do senhor que se dirigiu a ele, no sentido de que ele poderia querer ocupar aqueles que provavelmente eram seus escravos. De qualquer forma, esse trecho nos leva a especular que os escravos poderiam, assim como seus senhores, ter algum benefício na atividade de carregar. Se Ewbank havia caracterizado os carregadores como bestas, Luccock nos fornece, mesmo sem a intenção declarada de fazê-lo, a possibilidade de vê-los como sujeitos, mesmo que seja através das suas "ofensas imaginárias" que exerciam "vinganças sérias", caso não contratassem seus serviços.

Debret também mostra, em seu relato, a tentativa de entender os motivos de tal costume, ao comentar:

> *"Embora pareça estranho que nesse século de luzes se depare ainda no Rio de Janeiro como costume de transportar enormes fardos à cabeça dos carregadores negros é indiscutível que a totalidade da população brasileira da cidade, acostumada a esse sistema que assegura a remuneração diária de escravos empregados nos serviços de rua, se opõe à introdução de qualquer outro meio de transporte, como seja, por exemplo, o dos carros atrelados. Com efeito, a inovação comprometeria dentro de pouco tempo não somente os interesses dos proprietários de numerosos escravos, mas ainda a própria existência da maior classe da população, a do pequeno capitalista e das viúvas indigentes, cujos negros todas as noites trazem para casa os vinténs necessários muitas vezes à compra das provisões do dia seguinte".*[6]

Essa passagem merece várias observações. A primeira delas é relativa à constatação, por parte do autor, de que o transporte de mercadorias era quase um monopólio dos escravos ao ganho. A adoção dos negros como meio de transporte, e a

resistência à introdução de qualquer outro meio, é descrita pela condição dos carregadores serem escravos ao ganho, isto é, eles deveriam arrumar alguma ocupação e trazer uma soma diária, ou semanal, ao seu senhor.[7]

A explicação econômica apresentada por Debret com certeza é essencial, mas talvez não a única. Luccock, como mencionado acima, aponta que essa relação ao ganho poderia ser interessante também para os escravos. A historiadora Mary Karasch, por sua vez, nos lembra que as atividades manuais eram altamente desprezadas pelos senhores, principalmente as sem especialização como a dos carregadores.[8] Sendo assim, os senhores colocavam seus cativos nessa função não só por que eles poderiam lhes trazer algum rendimento, enquanto escravos ao ganho, mas também por que não era próprio que eles a exercessem, enquanto senhores.

O costume de se utilizar negros para o transporte é visto pelos viajantes como algo característico da sociedade observada. Os carregadores, nesse sentido, representaram algo peculiar e, portanto, digno de ser anotado. Segundo Ilka Boaventura Leite, o "critério mais utilizado pelos viajantes para a escolha do que deveria ser mostrado em seus relatos foi o exótico, isto é, procuraram, sempre que possível, realçar as diferenças".[9] Dessa forma, os carregadores representavam algo exótico, diante do olhar dos viajantes, por serem utilizados como o principal meio de transporte de mercadorias e pessoas pela cidade. Exóticos também por que eram negros e em grande número. Ebel, ao desembarcar no porto do Rio de Janeiro em 29 de fevereiro de 1824, registrou assim as suas impressões: "Estranha é a sensação do desembarque. Ao invés de brancos só vi negros, seminus, a fazerem um barulho infernal e a exalarem um cheiro altamente ofensivo ao olfato".[10] Ainda que notemos o aspecto racista de suas notas, o mais importante aqui é a constatação da grande quantidade de negros no porto, local em que a maioria deles era certamente formada por carregadores. Pelo visto, ele não foi o único a perceber isso e segundo Mary C. Karasch, na primeira metade do século XIX, o testemunho dos viajantes revela que a cidade do Rio era única não só pelas belezas naturais, mas também pela sua grande população de escravos africanos.[11]

Ao situarem como se dava o transporte de mercadorias e pessoas pelas ruas da cidade, os viajantes, enquanto narradores, se preocuparam em como inserir o mundo que se conta no mundo em que se conta, isto é, como tornar legível as diferenças ao seu público. François Hartog traz importantes contribuições ao demonstrar alguns procedimentos, utilizados pelos viajantes, do que ele chama de retórica da alteridade. Segundo Hartog, "se a narrativa se desenvolve entre um narrador e um destinatário implicitamente presente no próprio texto, a questão é então perceber como ela 'traduz' o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói".[12]

Os viajantes criaram uma tipologia nos registros sobre os carregadores, sendo eles identificados pelo que carregavam. Dessa forma têm-se os carregadores de seges e cadeirinhas; carregadores de cangalhas e carros; carregadores de café; condenados às galés usados como carregadores e carregadores de mortos. Texto e imagem, nesse caso, configuram, inclusive através das repetições, esses temas e tipos. A construção de classificações da sociedade observada era uma marca dos relatos do século XIX. Constata-se nesse período justamente um olhar naturalista que procura classificar, identificar e descrever a diversidade da natureza humana.[13]

Verificamos, portanto, que os viajantes registraram alguns dados sobre a organização e a vida dos carregadores. A música, por exemplo, estava fortemente associada ao trabalho de quase todos os tipos de carregadores do Rio na primeira metade do século XIX. A avaliação dos viajantes sobre essas músicas, no entanto, era um tanto diversa. Alguns viam-nas como uma demonstração de tristeza e melancolia por parte dos escravos, outros como sinal da alegria, outros ainda as consideravam como perturbadoras de estrangeiros pacatos. Um consenso entre eles, no entanto, é que o capataz puxava o canto e utilizava uma matraca que servia não só para marcar o compasso como para abrir caminho. Além da função de organizar o trabalho, alguns levantam a possibilidade de elas serem uma forma de reavivar as lembranças de suas terras natais, e com isso aliviar a carga e alegrar os ânimos.[14]

Embora os viajantes tenham feito registros, textuais e iconográficos, sobre os carregadores que os enquadravam em determinadas classificações e tipificações, o que impossibilita um pouco perceber as relações entre eles, encontramos uma forma coletiva de trabalho estruturada pelos próprios carregadores. Eles aparecem como sujeitos plenos de ação ao negociarem as tarefas a realizar, decidir o tamanho da turma dependendo da quantidade do volume e dos pesos das cargas, ao se unirem para a compra da liberdade, além de compartilharem uma visão do que era o serviço justo.

Vimos também que os viajantes procuraram traduzir o mundo que viam para seus leitores, e para isso fizeram uso de diversos meios. No caso dos textos, alegorias e comparações, por exemplo, nas imagens as diferenças eram introduzidas dentro de tradições iconográficas que seu público já estava familiarizado. Mas até que ponto eles conseguiram perceber as especificidades do outro, no caso, os carregadores?

Suas visões eram, muitas vezes, opacas para registrar os significados com que os escravos (re)criavam seu mundo. Slenes afirma que "os contemporâneos do tráfico de escravos escreveram pouquíssimos relatos que falam diretamente a respeito das culturas de origem dos cativos, ou da interação entre essas culturas no Novo Mundo".[15] A porção da África no Brasil permanecia coberta assim como vários aspectos da experiência dos escravos.

---

[1] Thomas Ewbank. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira.* São Paulo: Ed. da USP; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. p. 73.

[2] *Idem, Ibidem*, p. 93.

[3] *Idem, Ibidem*, p. 325.

[4] John Luccock. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma estada de dez anos, de 1808 a 1818.* São Paulo: Livraria Martins, 1942. p. 73.

[5] *Idem, Ibidem*, p. 75.

[6] Jean-Baptiste Debret. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1978. p. 234.

[7] Sobre escravos ao ganho ver: Leila Mezan Algranti. *O feitor ausente – estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; Luiz Carlos Soares. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX". *Revista Brasileira de História*, 16 (Mar/ ago.1998). Marco Zero/ ANPUH; Marilene Rosa Nogueira da Silva. *Negro na rua: a nova face da escravidão.* São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1998.

[8] Mary C. Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.183.

[9] Ilka Boaventura Leite. *Antropologia da viagem: escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 95.

[10] Ernst Ebel. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.* São Paulo: Editora Nacional, 1972. p. 12.

[11] Mary C. Karasch, *op. cit.,* p. XV.

[12] François Hartog. *O espelho de Heródoto.* Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 228.

[13] Cf. Eneida Maria Mercadante Sela. *Desvendando figurinhas : um olhar histórico para as aquarelas de Guillobel*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2001. p. 30.

[14] John Luccock, *cp. cit.,* p.74; Thomas Ewbank, *op. cit.,* p.78.

[15] Robert W. Slenes, Robert W. Slenes, "'Malungu, nagoma vem!': África coberta e descoberta no Brasil", *Revista USP*, nº 12, dez/fev 1991-1992. pp. 48-49.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE HISTÓRIA EM ÁREAS INTERIORANAS DE SERGIPE

Paulo Heimar Souto*
Orientador: Prof. Dr. João Maria Valença de Andrade**

No atual contexto global, as políticas públicas educacionais, gerenciadas pelo Estado, têm tido papel preponderante em busca de inovações educacionais. Em nosso país, de acordo com Marques[1] (1992, p.19), as políticas educacionais foram sempre marcadas por "*padrões verticalistas e centralistas a partir do núcleo do Estado, mais acentuadamente do poder executivo, com a dispensa até mesmo do legislativo".*

Há muito tempo Teixeira[2] (1976, p.38) já dizia que as tentativas de reformas educacionais no Brasil não lograram êxito em virtude de que a "*escola foi e será, talvez a instituição de mais difícil transplantação*" isso em decorrência do caráter legalista e muitas vezes descontextualizado das mesmas. Salienta ainda que,

> O defeito original, mais profundo e permanente, de nosso esforço empírico de transplantação de padrões europeus para o Brasil, esteve sempre na tendência de suprir as deficiências da realidade por uma declaração legal de equivalência ou validade dos seus resultados. Com os olhos voltados para um sistema de valores europeus, quando os não podíamos atingir, buscávamos, numa compensação natural, conseguir o reconhecimento, por ato oficial, da situação existente como idêntica à ambicionada. Aplicávamos o princípio até a questões de raça,..
> A independência não nos curou, porém, do velho vício. Continuamos a ser, com autonomia, uma nação de dupla personalidade, a oficial e a real. A lei e o governo não eram para nós instituições resultantes de condições concretas, limitadas e contingentes, mas algo como um poder mágico, capaz de transformar as coisas por *fiats* milagrosos. (op. cit., p.38)

Nos anos 80, o Banco Mundial e o FMI, com a emergência da crise do endividamento, ampliaram a implantação de programas de estabilização e ajuste na economia de diversos

* Licenciado em História e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, heimar@ufs.br, professor da Universidade Federal de Sergipe, Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte na base de pesquisa Práticas Pedagógicas e Currículo, CAPES.
** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.

países. No Brasil, estas ações interviram fortemente na formulação da política externa e na própria legislação brasileira.

Tendo como principal *slogan* a redução da pobreza e a melhora da equidade sem sacrificar o crescimento (BORON[3], 2003), o Banco Mundial considera o investimento em educação uma das formas mais eficientes para aumentar os recursos dos pobres. Além de reduzir a pobreza, a formação de capital humano nesses países é um outro alvo a ser atingido:

> "No setor social, o Banco Mundial vem dando ênfase especial à educação, vista não apenas como instrumento de redução da pobreza, mas principalmente como fator essencial para a formação de" capital humano "adequado aos requisitos do novo padrão de acumulação." (SOARES[4], 2003, p. 30)

Com o objetivo de enquadramento da realidade educativa no modelo econômico globalizado, o Banco vem estabelecendo uma forte correlação entre sistema de mercado e sistema educativo, entre empresa e escola, entre consumidores de serviços e pais, entre relações de insumo-produto e relações pedagógicas, entre produto e aprendizagem, omitindo aspectos peculiares da realidade educacional.

De acordo com estudos de CORAGGIO[5] (2003), os investimentos do Banco Mundial em setores sociais de países endividados, busca prevenir situações politicamente críticas. Na área educacional, o Banco conhece a necessidade para esses países acerca da necessidade da capacidade docente. Neste sentido, "*O Banco sabe que é preciso capacitar o corpo docente, mas mediante programas paliativos em serviço (se possível, à distância), porque não é eficiente investir mais na sua formação prévia"* (CORAGGIO, 2003, p. 101).

Na mesma direção, o documento elaborado pela CEPAL & UNESCO[6] (1995) corrobora com a necessidade urgente de reformas educacionais para países da América Latina e Caribe. Sob a justificativa de que o setor público continuará provendo a educação básica e média, atesta que,

> "A maneira mais rápida e eficaz de melhorar a capacidade profissional dos professores é realizar programas especiais de capacitação docente, de fácil acesso, associados a adequado esquema de incentivos. Um bom exemplo seria um programa de educação à distância combinado com serviços de assessoria profissional, como parte de um plano de estudos que leve à obtenção de certificado profissional". (CEPAL & UNESCO, 1995, p. 295)

Neste contexto, em 1996, mais uma legislação educacional foi implantada no Brasil. Resultante de uma série de reformas econômicas, sociais e políticas, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. Esta lei marca efetivamente um novo momento na educação nacional por estabelecer, dentre outras normas, a obrigatoriedade de professores habilitados em nível superior para o exercício da profissão.

Assim, em Sergipe, sobretudo em função dos baixos índices de docentes com a formação em nível superior e das reivindicações de vários segmentos da sociedade, foi aprovada no dia 19 de fevereiro de 1997, através da Resolução nº 02/97 CONSU, por decisão unânime do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe, *"a criação dos cursos de Licenciatura Plena em Português e em Ciências, com habilitação em Química, Biologia e Matemática a serem ministrados em Convênio com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto e Lazer do Estado de Sergipe e Fundação de Apoio à Pesquisa de Sergipe"* com a parceria da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e do Lazer - SEED, da Universidade Federal de Sergipe e da Fundação de Apoio à Pesquisa de Sergipe - FAPESE, o PQD - Programa de Qualificação Docente.

A criação do PQD é o resultado da junção de esforços da UFS, do Sindicato dos Professores de Sergipe e da Secretaria de Estado da Educação do Desporto e do Lazer (SEED), em busca de alternativas para minimizar os problemas existentes acerca da formação de professores no Estado. Em 1996, a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe realizou um diagnóstico da realidade educacional do interior do Estado, sendo constatado alguns dados alarmantes:

> (...) 90% dos professores, em regência de classe, no ensino do 1º grau maior e 2º grau, não possuem formação pedagógica para a função. Essa situação se

> agrava de forma contundente, em relação à área de Ciências Exatas (Química, Física e Matemática), quando apenas 1% dos docentes é habilitado. (UFS/PROGRAD[7], 1996, p. 06)

A implantação do Programa de Qualificação Docente da UFS teve como maior propósito *"a melhoria do nível do Ensino Público de Sergipe"* (op cit. p. 06). Assim, o processo de seleção para ingresso nas Licenciaturas deu-se através de Concurso Vestibular Especial, com vistas a preencher 500 (quinhentas) vagas, distribuídas entre quatro habilitações, com entrada única.

De acordo com o Projeto de Qualificação Docente foram estabelecidos os seguintes objetivos:

> 1– Qualificar docentes em Licenciatura Plena em Letras/Português e em Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Biologia, Matemática e Química dando-lhe uma dimensão de interdisciplinaridade, visando uma formação científica;
> 2– Contribuir para a melhoria da qualidade de ensino de 1º e 2º graus no Estado de Sergipe.
> 3– Permitir a UFS realizar ações de extensão, somando-se ao Estado e à comunidade na busca de soluções para a questão da educação pública. (Op. cit, p. 07)

A criação do Programa de Qualificação Docente se insere como um dos resultados da atual política neoliberal brasileira, que preconiza, dentre outras questões educacionais, o crescimento das práticas de formação de professores no país.

Além de buscar contemplar o que é estabelecido no Inciso IV, do Art. 87 da nova LDB, quanto às diretrizes de habilitação em nível superior, que estabelece que *"Até o fim da década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviços"* (...), o Programa de Qualificação Docente tem como enfoque metodológico a proposta de que *"A relação teoria x prática será constante durante o processo, culminando com a prática docente de 1º e 2º graus das diversas disciplinas, objeto de formação dos cursos".*(op. cit. p.08). Considerando esse enfoque, e em função das peculiaridades da clientela e dos recursos humanos e materiais, os cursos foram sediados nas cidades de Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá. A opção por estas cidades

deveu-se à infra-estrutura, à facilidade de acesso e por essas cidades se constituírem Pólos de Desenvolvimento Regionais.

Em função de nova solicitação da Secretaria de Estado da Educação quanto a ampliação dos Cursos de Licenciatura ministrados no interior do Estado de Sergipe, a Pró-Reitoria de Graduação da UFS – PROGRAD, através da Coordenação Geral do PQD, juntamente com os Departamentos Acadêmicos da UFS, responsáveis pelos cursos indicados para o PQD2,

> elaborou a Proposta Pedagógica e Financeira do PQD 2, tendo posteriormente passado pelas diversas instâncias necessárias à sua aprovação e implantação. A elaboração das Propostas Pedagógicas dos cursos foi assessorada pelo DEAPE – Departamento de Apoio Pedagógico da PROGRAD. (UFS/PQD[8], 2003, p.02)

Para a proposta pedagógica do segundo Projeto de Qualificação foram mantidas as mesmas concepções pedagógicas e sistemáticas de funcionamento do primeiro Programa, entretanto, os cursos foram diversificados e tiveram aprofundado o principal objetivo de "melhoria do nível do Ensino Público de Sergipe", com a oferta de 1060 (mil sessenta vagas), oferecidas aos professores das Redes Públicas de Ensino Estadual e Municipal do Estado de Sergipe.

Assim, através do Convênio nº 1349/98/SEED/UFS/FAPESE, assinado em 30 de junho de 1998, cuja meta principal "*foi a qualificação de 1060 docentes das Redes Públicas de Ensino Estadual e Municipal, que lecionam e residem nos municípios sergipanos, excetuando-se os municípios de Aracaju e da Grande Aracaju"*.(op cit: 03), foi iniciado o processo de implantação do PQD2 – 2ª Etapa do Projeto de Qualificação Docente.

O ingresso para o Programa, a exemplo do anterior, deu-se através do Concurso Vestibular Especial, também organizado pela CCV/UFS – Coordenação de Concurso e

Vestibular da UFS, sendo oferecidas vagas para os cursos de Licenciatura em Educação Física, Geografia, História, Letras-Português, Letras-Português/Inglês e Pedagogia.

Nos 05 (cinco) Pólos Regionais que compõem o Programa de Qualificação Docente foram totalizadas 142 (cento quarenta e duas) habilitações no Curso de Licenciatura em História. O Pólo Regional de Própria graduou 28 (vinte e oito) dos 30 (trinta) que iniciaram o Projeto, o que corresponde a um aproveitamento de 93,33 da matrícula inicial.

Considerando este contexto e, partindo do pressuposto de que as concepções das práticas pedagógicas têm sido redefinidas nos últimos anos através das políticas de formação dos professores (FONSECA[9], 2003), a presente pesquisa objetiva estabelecer um confronto entre as práticas pedagógicas exercidas antes pelos professores de História e após a graduação através do Programa de Qualificação Docente da Universidade Federal de Sergipe. Além da pesquisa documental e das entrevistas realizadas com egressos do Programa, estamos desenvolvendo estudos do tipo etnográfico (ANDRÉ[10], 2000) como método.

De acordo com alguns docentes entrevistados, podemos afirmar preliminarmente que, embora a melhoria salarial seja insignificante, a formação superior tem proporcionado mudanças metodológicas e avaliativas substanciais, além do aumento considerável da auto-estima enquanto cidadão e profissional do ensino.

Assim, partindo do pressuposto de que "*os pesquisadores se interessam muito mais pelo que os professores deveriam ser, fazer e saber do que pelo que eles são, fazem e sabem realmente*" (TARDIF[11], 2002, p.90), e o de que temos encontrado poucos estudos de programas educacionais implementados recentemente no Brasil, acreditamos que ao aprofundar a análise dos desdobramentos do PQD na sociedade sergipana, poderemos trazer contribuições significativas para a compreensão das implicações das políticas públicas nas práticas pedagógicas de História no interior de Sergipe, ampliando os horizontes das investigações acerca dessas ações em nosso contexto educacional.

Notas:

[1] MARQUES, Mario Osório. A formação do profissional da educação. Ijuí-RS. Ed. UNIJUÍ,1992 222p.

[2] TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. Brasília, 2ª edição. Companhia Editora Nacional/MEC. 1976. 385p.

[3] BORON, Atílio A. El Estado y las "reformas del Estado orientadas al mercado". Los desempeños" de la democracia en América Latina. In: Krawczyk, Nora Rut; Wanderley, Luiz Eduardo W. América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada – São Paulo: Cortez, 2003. p.19-67

[4] SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: In: TOMMASI, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.s) – 4ª edição, São Paulo; Cortez, 2003. p. 15-39

[5] CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.s) – 4ª edição, São Paulo; Cortez, 2003. p. 75-123

[6] CEPAL. UNESCO. – Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. – Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995. 471 p.

[7] UFS/PROGRAD. Projeto de Qualificação Docente, São Cristóvão-SE, 1996. 159 p.

[8] UFS/PQD. Relatório Final – Outubro de 1998 a Abril de 2003. PQD II – 2ª Etapa do Projeto de Qualificação Docente/ Cursos de Licenciatura, São Cristóvão-SE, 2003. p.115

[9] FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas, SP. Papirus, 2003. 255p.

[10] ANDRÉ, Marli Eliza D. A. A etnografia e o estudo da prática docente cotidiana. In: FERREIRA, Adir Luiz (Org.) O Cotidiano Escolar e as Práticas Docentes, Natal, EDUFRN, 2000. p. 73-107

[11] TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325p.

João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro

Paulo Miguel Moreira da Fonseca

João Rodrigues de Macedo, português de Coimbra, teria chegado às Minas Gerais no final da década de 1760 vindo do Rio de Janeiro, onde trabalhava como comerciante. É provável que tenha ido para Minas no intuito de estabelecer uma das pontas de uma ligação comercial com o Rio de Janeiro, para o abastecimento de gêneros secos e molhados. Em sua cidade natal deixara ao menos dois irmãos, Bento e José Rodrigues de Macedo; na colônia, nunca chegaria a se casar ou a ter filhos reconhecidos.

Em 1775, João Rodrigues arremataria o primeiro de uma série de contratos de arrecadação de impostos: o contrato das entradas da capitania de Minas Gerais. Esse tipo de imposto de circulação incidia sobre todos os gêneros que adentrassem no território mineiro – fossem secos, molhados, escravos ou gado – e controlava um montante invejável de cabedais, uma vez que a capitania recebia toda sorte de mercadorias para abastecer seu grande contingente populacional, ocupado muito mais na empresa mineradora do que na produção de alimentos.

Na administração desse contrato, e outros que o seguiriam, Macedo valer-se-ia do auxílio financeiro do primo Domingos José Gomes, comerciante estabelecido no Rio de Janeiro, e do fazendeiro (um dos maiores de Minas) José Aires Gomes que o financiariam no leilão que arrendava o cargo de arrecadador do direito de entradas. A esse contrato iriam se juntar outros: dízimos em Minas Gerais (de outubro de 1777 a dezembro de 1783), além de outros de menor importância, as chamadas “passagens de rios”[1].

Entre todos os contratos arrendados, porém, aquele de direito de entradas de 1776 seria particularmente marcante e profícuo. As entradas eram de longe o imposto mais lucrativo, administrado por particulares, pois a quantidade de mercadorias que circulava pelo território mineiro era enorme. No fim de século XVIII, passado no auge da extração aurífera, a capitania atingira um grau de desenvolvimento invejável sob os pontos de vista

econômico, arquitetônico e urbanístico, esse crescimento demandava uma grande quantidade de bens que vinham não só dos limites da colônia, mas principalmente da Europa e, é claro, de escravos africanos.

Deve-se lembrar que o abastecimento de gêneros não tinha como demanda apenas a manutenção da economia mineradora. Se – através do inventivo do governo português – as Minas Gerais atingiram um grau elevado de produção de gêneros durante o século XVIII justamente para suprir as necessidades da extração de pedras e metais, cada vez mais surgia a necessidade de sustentar também uma sociedade cada vez maior e mais complexa. Nela figuravam não só simples colonos, mas também membros de uma ativa elite econômica e intelectual cujas necessidades eram muito mais refinadas.

Com o direito de arrecadação do contrato de entradas em suas mãos, era necessário que João Rodrigues de Macedo organizasse a captação de impostos de maneira azeitada. Para que essa máquina administrativa funcionasse, era preciso que ele se cercasse de homens de sua confiança. E assim foi feito.

Ao examinar a documentação de João Rodrigues é possível visualizar a existência e o funcionamento de uma rede de influências; homens de negócios que tinham grande participação nas tomadas de decisão e principalmente na execução das diretrizes administrativas dos negócios e dos contratos de Macedo. Foi justamente a construção deste ”círculo administrativo” que permitiu que o contratador atuasse tanto e por tanto tempo. O círculo de influências do contratador tornava-se também um círculo social, e seria essa sociabilidade que acabaria aproximando o contratador das elites intelectuais mineiras. Dentro dessa perspectiva, buscamos observar na correspondência passiva de Macedo os indivíduos envolvidos nos negócios do contratador. A partir daí pode-se notar que esses se espalhavam territorialmente pelos limites comerciais de João Rodrigues, quase sempre nas regiões fronteiriças da capitania, além dos grandes centros de Minas, também existiam contatos em outras áreas igualmente importantes para a gestão do contrato.

Estabelecido em Coimbra, em contato direto com o Erário Régio[2] e responsável pelos negócios de João Rodrigues na metrópole, estava seu irmão, Bento Rodrigues de

Macedo. No Rio de Janeiro, a capital da colônia e porto de entrada de mercadorias e escravos, seu primo Domingos José Gomes, o financiador de seu primeiro contrato, comerciante que despachava para Minas Gerais mercadorias que seriam vendidas nas lojas que tinha em sociedade com o contratador.

Além destes dois, havia aqueles que cuidavam da administração do contrato *in loco*, fiscalizando as cobranças em Minas Gerais, divididos entre as comarcas da capitania: na vila do Tijuco (no rico Distrito Diamantino, destino de grande parte das cargas vindas do Rio de Janeiro) João Carneiro da Silva, que também administrava a maior loja de gêneros de Macedo. Em São João Del Rei, responsável pelo registro do Caminho Velho da Mantiqueira (que levava à capitania de São Paulo e ao porto de Paraty), Brás Álvares Antunes, e no registro de Matias Barbosa, no Caminho Novo (estrada que levava à capitania do Rio de Janeiro, a mais importante de Minas Gerais) outro primo, João Manuel Gomes de Araújo. No mesmo registro, Domingos José Gomes seria o responsável nos primeiros tempos do contrato. Em Paracatu, Manuel José de Oliveira Guimarães é quase um administrador emancipado da comarca de Sabará, controlando diversos registros; o mesmo ocorre na região de Sete Lagoas, onde Manuel Barbosa de Oliveira fiscaliza, principalmente, a passagem de gado pelo médio São Francisco.

Com uma estrutura sólida de cobrança de impostos montada, na qual diversos prepostos cuidavam da escrituração e da cobrança dos tributos, de forma a tentar coibir ao máximo o contrabando e a sonegação, Macedo tornou-se entre as décadas de setenta e noventa do século XVIII na figura central de uma rede de transações comerciais que movimentou centenas de contos de réis. Tamanha foi a eficiência desta estrutura, que garantiu a João Rodrigues liberdade para continuar a realizar suas cobranças de impostos mesmo depois do término de seus arrendamentos. Embora seus contratos tenham acabado no início da década de oitenta, ele faria cobranças ”retroativas” até quase a virada do século XIX.

A rede de colaboradores de João Rodrigues serviria também para viabilizar outros negócios do contratador. Além da arrecadação de tributos, Macedo era proprietário de

diversas lojas varejistas. Seu representante no Rio de Janeiro, Domingos José Gomes, tratava da compra dos gêneros – entre eles sal e açúcar, produtos de grande valor – que seriam remetidos às Minas e distribuídos para revenda nas lojas que o contratador possuía em diversas vilas.

Uma das formas do contratador garantir a manutenção de seu círculo de relações era a concessão de favores. As cartas transcritas abaixo são exemplos das enviadas à João Rodrigues, e receberam despachos favoráveis assinados pelo próprio ou por seu guarda-livros, Vicente Vieira da Mota. Pode-se ver nelas pedidos de auxílio financeiro, nos quais pede-se à João Rodrigues que financie os custos da fiança do ofício de escrivão da câmara municipal da Vila de São João:

> *"(...) o portador desta he Custodio José da S^{a}, pessoa estimavel, e o estimo quanto posso, elle se acha servindo o officio de excrivão da câmara desta villa que finda a sua arrematassão no fim deste anno (...) eu quero todo o favor de vm^{ce} p^{a} que novamente o remate, e como conheso o m^{te} que vm^{ce} Valle desde já lhes seguro o ser felis (...)"*[3]

pedidos de emprego nos contratos que administrava:

> *"(...)me dezião que logo sem perda de tempo partice p^{a} V^{a} Rica, e proucura-se a V.M. em quem acharia todo o abrigo: que por lhes fazer favor me havia de dar a occupação de segundo cayxa das entradas, em cujo emprego se me havia dar – 200.000 – reis duzentos mil reiz de ordenado por anno, cama, meza, e roupa lavada (...)"*[4]

pedidos de financiamento para obras e reformas em igrejas:

> *"Em certa occasiam pedindo a Vm^{ce} adjutorio a obra desta Matriz, me ordenou q^{e} sendo occasiam de trabalhar, pedisse dez escravos ao feitor Fr^{co} Jose (...)"*[5]

outras requisições seriam ainda de natureza tão diversa, que nos é difícil classificá-los, mas certamente mostram o grau de influência que Macedo tinha sobre seus protegidos. No fragmento seguinte, por exemplo, Macedo foi convocado a mediar uma constrangedora questão matrimonial. Vale lembrar que além da identificação de "benfeitor" e "conselheiro", o pedido nos remete também a questão patrimonial e econômica que o matrimônio envolvia:

> *"Compadecido do p^{or} o S^{nr} Manoel Ferra Novaz, e lembrando da honra e charidade com que vm trata a familia, de q^{m} elle se queixa faço esta p^{a} lhe certificar que me persuado ser m^{to} de serviço de Deos unir estes cazados, em fazer cessar pleitos escandalozos fumentados por gente de pouca consideração (...)"*[6]

Sua generosidade naturalmente não era sem propósito, através da "política dos favores", João Rodrigues reforçava seus laços sociais e políticos com a população mineira de forma geral e com as elites em particular.

Por intermédio de seu irmão, Bento Rodrigues de Macedo, João Rodrigues, passaria a financiar os estudos de inúmeros jovens mineiros em Portugal, principalmente na Universidade de Coimbra, preocupando-se em pagar seus estudos e seus gastos de subsistência durante todo o período dos estudos. Diversos dos contemplados eram jovens e crianças oriundas de famílias sem posse. Esse expediente criava um círculo de conhecimentos e favores que atravessava os anos, à medida que o voto de gratidão atingia tanto o próprio agraciado quanto seus pais, que eram aqueles que lhe faziam os pedidos. Segue abaixo um fragmento relativo ao tema. Nele, João Rodrigues pede a seu irmão Bento Rodrigues de Macedo que receba um de seus protegidos, um futuro estudante da Universidade de Coimbra, e o sustente nos termos explicados anteriormente, subsidiando suas despesas pessoais, de vestimenta e moradia:

> *"(...) Pedeme mande assistir ao estudante Luiz J^{e} de Godois Torres com 7.200 r por mez p^{a} sustento e vestuario nessa universid^{e} p^{a} onde vai emq^{to} durarem os estudos ou rezedir, e como não devertirão aos alugueis da morada Vm^{e} o fará de 100.000 r por anno, o q' lhe pesso, e q' nisso não haja a minima falencia: leva suprimt^{o} p^{a} o pr^{o} anno, q' há de entregar a Vm^{e} p^{a} lho ir destrebuindo, e eu lhe prometo q' assim mesmo hirei fazendo, adiantando a d^{a} assistencia, pois não há de ser como as mais recomendacoens q' desta natureza lhe tenho feito. (...)"*[7]

Na residência que construiu para si, a conhecida Casa dos Contos, Macedo promovia festas e saraus, quase que diários. Lá se encontravam os mais importantes integrantes da ilustração de Minas Gerais, membros da chamada "geração de Coimbra". Ali se discutiam propostas de rearranjo e acomodação das relações coloniais, motivadas pelo sufocamento metropolitano que Portugal exercia sobre a capitania de Minas Gerais. Essas reuniões acabariam por motivar e fornecer parte do estofo teórico no qual iria se basear a natimorta Inconfidência Mineira, constituindo efetivamente uma esfera privada de discussão política.

Seguindo uma linha de ação patrimonialista, pouco a pouco Macedo reunia a sua volta nomes influentes, tecendo uma teia de conhecimentos que iriam lhe conceder cada

vez mais poderes. Tornar-se-ia credor de figuras eminentes, como o ouvidor geral da comarca do Rio das Mortes (1776-1780), o amigo, poeta e futuro inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto[8]. Era também o principal cliente do advogado Cláudio Manuel da Costa e figura constante no tribunal de Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica de 1782 a 1788[9]. Vicente Viera da Mota, outro dos inconfidentes, era seu contador e guarda-livros, tendo realizado toda a organização do arquivo do contratador.

Tiradentes lhe prestava serviços, muitas vezes como comandante dos regimentos de Sete Lagoas e do Caminho Novo, onde foi responsável pela abertura de uma nova estrada, que ligava os registros de Paraibuna e Matias Barbosa, embora sua tarefa principal fosse coibir o contrabando que reduzia a arrecadação de impostos. Macedo era irmão da Ordem Terceira do Carmo, que disputava com a Ordem de São Francisco de Assis o lugar de mais rica e proeminente irmandade de Vila Rica. Através dessas ligações políticas, transformou-se no centro de gravitação político e econômico das últimas duas décadas do século XVIII na capitania de Minas Gerais, sendo uma peça chave para o entendimento da sociedade colonial e das transformações políticas desse período.

Macedo tornar-se-ia grande devedor da Real Fazenda, não tendo conseguido quitar seus débitos com o Erário Régio. A perda dos parcos bens que estavam em seu nome (praticamente só sua casa) para o Erário Régio ocorreu em 1802. Após a coroa portuguesa tomar posse de sua casa, passaria a residir na fazenda de Bárbara Heliodora, a viúva de José Ignácio de Alvarenga Peixoto, em Corimataí, onde viveria mais cinco anos. Essa fazenda, a bem da verdade, lhe pertencia, pois fora arrematada por João Rodrigues após a Inconfidência Mineira, junto com os bens de outros inconfidentes e devolvida às suas famílias.

Macedo faleceria em outubro de 1807, em São Gonçalo da Campanha. Ainda em litígio com a Real Fazenda de Minas Gerais na questão de suas dívidas quando contratador de tributos. Deixaria espólio disputado, ao menos uma fazenda e umas tantas lavras ainda estavam em seu nome. Ao tomar conhecimento da morte de Macedo, o comandante do destacamento de Vila de Campanha da Princesa, José da Silva Brandão, manda uma

patrulha para resguardar os bens do falecido, e permitir a justiça que defina o destino dos mesmos.

> *Participo a V.A.R. q o dito Joáo Rodrigues de Macedo falesceu da Vida presente hontem q se contarão 6 do corrente mez, deixando por seus testamenteiros, em primeiro lugar ao Doutor João de Araujo de Oliveira, em Segundo, terceiro, e Quarto lugar aos Seus Sobrinhos Antonio Joze Fernandes de Macedo, o Capitão Jeronimo Fernandes de Macedo, e Antonio Joaquim Rodrigues de Macedo para cuja Caza e Lavras do mesmo falescido e devedor, despachei logo uma Guarda Militar deste Destacamento, não só para as vigiar, assestir às apurações q se continuão a fazer; mas também para auxiliar qualquer deligencia da Justiça, q houver de se proceder; para o q requeri ao Doutor Juiz de Fora deste Termo, q em quanto a Junta da Administração da Fazenda de V.A.R. não determinasse outras providencias, mandasse elle pôr em Segurança todos os bens do referido falescido; e eu sigo já a examinar o estado, em q ficão as sobreditas Lavras e mais bens respectivos, para poder dar a V.A.Rel huma exacta informação, sendo perciza, para me determinar o que for servido.*
>
> *No entanto, porem, V.A.R. se digne ordenar quem hade responder pela Administração da dita Fabrica da Mineração do ouro, e da Cultura, e pelas despezas, q são indespensaveis para o Costeio da mesma; e o que devo praticar daqui em diante a respeito da Cobrança das terças partes, de q estou encarregado, para prontamente o executar, como fiel Vassallo de V.A.R.*[10]

No mesmo documento, duas listagens mostram a quantidade de ouro que foi apurada em apenas duas lavras de João Rodrigues entre os meses de maio e outubro do mesmo ano: 2.850 oitavas de ouro, ao que parece, o antigo contratador ainda tinha muito a oferecer aos cofres reais. Onze anos após sua morte, em 1818, o erário português ainda buscava o pagamento dos valores dos contratos de quarenta anos antes, então cobrados de seus herdeiros e sobrinhos.

---

[1] Imposto de passagem cobrado em pontes fluviais.

[2] O Erário Régio, criado pela reforma administrativa do Marquês de Pombal, centralizava administrativamente as Juntas da Fazenda de cada capitania, estabelecidas no mesmo período na colônia brasileira, sendo responsável última pelos contratos de tributação.

[3] Francisco da Silva José Landim. Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo que ajude a Custódio José da Silva a arrematar o ofício de escrivão da câmara da Vila de São José. Vila de São João, 27/8/1779. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,15,005 nº002

[4] Elias de Fonseca Freire de Andrade. Carta a João Rodrigues de Macedo confirmando o interesse do emprego. Serviço do Mosquito, 02/02/1776. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,10,010 nº005

[5] Bernardo da Silva Lobo. Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo que custeie o empréstimo de dez escravos para trabalharem na igreja matriz. Campanha, 8/10/1799. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,15,013 nº001

[6] Antônio de Almeida Vilasboas. Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo sua intervenção na resolução de um problema de ordem moral. São João Del Rey, 15/12/1798. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,18,012 nº003

[7] João Rodrigues de Macedo. Carta a Bento Rodrigues de Macedo pedindo que assista com uma pensão o estudante Luís Jesus de Godois Torres, segundo pedindo de Ignácio Jesus de Souza Rebelo. Vila Rica, 30/5/1783. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,18,026 nº001

[8] Para as relações comerciais entre Alvarenga Peixoto e João Rodrigues de Macedo, ver Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, documentos I-10,10,011 nº045; I-10,10,011 nº054; I-10,11,017 e I-10,11,018, entre outros.

[9] Para os mandados favoráveis a João Rodrigues de Macedo expedidos por Tomás Antônio Gonzaga enquanto ouvidor de Vila Rica ver Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, documentos I-25,02,039; I-25,28,087 e I-25,28,088, entre outros.

[10] José da Silva Brandão. Ofício relativo ao falecimento de João Rodrigues de Macedo e aos procedimentos referentes ao seu espólio. Vila da Campanha da Princesa, 07/10/1807. BN-Mss I-32,09,025

A conciliação impossível: o discurso antiperonista no conto *A festa do Monstro*.

Paulo Renato da Silva[1].

Esta comunicação refere-se ao desenvolvimento inicial de um projeto de doutorado. Desse modo, longe de apresentar conclusões, destaco as primeiras impressões e algumas possibilidades de pesquisa oferecidas pelo conto *A festa do Monstro*, texto ainda pouco conhecido dos escritores argentinos Adolfo Bioy Casares (1914-1999) e Jorge Luis Borges (1899-1986). Chama a atenção no conto, nesta etapa inicial da pesquisa, a atualização, durante o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955), da dicotomia entre "civilização" e "barbárie", que marca o pensamento argentino desde o século XIX.

O conto é datado no final, onde aparece *Pujato, 24 de novembro de 1947*[2]. No entanto, foi publicado somente em 30 de setembro de 1955, no número 783 da revista uruguaia *Marcha*. O intervalo de quase oito anos entre escrita e publicação pode ser explicado pela crítica que o conto dirige ao peronismo: o Monstro é uma metáfora de Perón. Ao datarem o conto, os escritores demonstraram sua inspiração na situação política argentina. Nas palavras de Luis Alejandro Rossi, os motivos ideológicos chegam a uma saturação completa do relato em *A festa do Monstro*[3].

---

[1] Doutorando em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: <pauloparesi@yahoo.com.br>.

[2] BIOY CASARES, A.; BORGES, J. L. A festa do Monstro. In: MONEGAL, E. R. (Org.). *Borges por Borges*. Tradução de Ernani Ssó. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 151. Em espanhol, o conto pode ser encontrado em *Perón vuelve: cuentos sobre peronismo*, organizado por S. S. Olguín (Buenos Aires: Norma, 2000).

[3] ROSSI, L. A. Borges, Bioy Casares y el peronismo. *Estudios Sociales*, nº 14. Disponível no site: <www.argiropolis.com.ar/documentos/investigacion/publicaciones/es/14/rossi.htm>. Acesso em: 17 de março de 2005. p. 1.

O conto é narrado por um jovem operário, que conta entusiasmadamente à personagem Nelly sua participação em uma caravana até a Praça de Maio, onde aconteceu um discurso do Monstro, daqui em diante Perón. O evento é descrito como uma *jornada cívica*, um *saudável patriotismo*, um *entusiasmo partidário*, uma mostra do mais *puro idealismo*, um exemplo de *civismo*, a *consciência em marcha*[4], apelos aos quais o peronismo sempre recorria para se legitimar. No entanto, o narrador não representa a voz do "outro", não consiste em uma tentativa dos escritores compreenderem o apoio das massas a Perón. Pelo contrário, *A festa do Monstro* transmite uma relação marcada por ironia e violência que inviabilizam o diálogo e qualquer possibilidade de conciliação. Como coloca Susana Rosano, o surgimento do peronismo foi encarado pela classe média e alta, à qual pertenciam Borges e Bioy Casares, como uma agressão de setores estranhos que pretendiam se apropriar de espaços culturais e políticos que não lhes pertenciam[5]. Dessa maneira, *A festa do Monstro* é marcado por contrastes, distanciamentos, está inserido na intensa disputa cultural e política travada entre os peronistas e a oposição. Disputa que repercutiu nas esferas de legitimação como instituições e prêmios oficiais na área cultural. No ano anterior à escrita do conto, portanto, em 1946, Borges pediu demissão da biblioteca municipal Miguel Cané ao saber da sua transferência para o cargo de fiscal de aves, coelhos e ovos das feiras de Buenos Aires[6]. Além disso, apesar da crescente difusão internacional, Borges não foi reconhecido oficialmente no país durante o governo de Perón. Em 1955, Perón foi derrubado por um golpe militar e a disputa cultural e política pode

[4] BIOY CASARES; BORGES, op. cit., p. 140, 142, 144 e 145.

[5] ROSANO, S. El peronismo a la luz de la "desviación latinoamericana": Literatura y sujeto popular. *Colorado Review of Hispanic Studies*, nº 1, 2003. p. 13.

[6] María Esther Vázquez, parceira de Borges em alguns trabalhos, faz uma pequena ressalva sobre essa versão. De acordo com Vázquez, na biografia *Victoria Ocampo: el mundo como destino* (Buenos Aires: Seix Barral, 2002), essa versão foi difundida por Borges, apesar da transferência ter sido para a Escola de Apicultura da Prefeitura, o que não descaracteriza a perseguição política. Dentre os peronistas, argumenta-se que Borges era um funcionário ausente e que trocas de cargos são comuns com mudança de qualquer governo.

ser percebida com a nomeação de Borges para a direção da Biblioteca Nacional, cargo que ocupou por mais de quinze anos[7].

Em disputa, dois projetos, dois ideais de nação. No conto, um dos primeiros contrastes é o estabelecido entre interior e capital. Os seguidores de Perón não são representados como portenhos, ou seja, da capital, mas oriundos de Fiorito, Villa Domínico, Ciudadela, Villa Luro, localidades da Província e da Grande Buenos Aires marcadas, na primeira metade do século XX, por uma forte migração do interior[8]. *A galharda coluna se infiltrava nas lagoas alagadiças, quando não nas montanhas de lixo, que assinalam o acesso à Capital* (...)[9]. A origem interiorana dos peronistas é reforçada pelos escritores através de uma das músicas cantadas durante a viagem. *Guitarra, propriamente, não tinha nesse local, mas Bo lascou* Adiós Pampa Mía *e todos lhe fizemos coro e a coluna juvenil era um grito só*[10]. O tango *Adiós Pampa Mía* (1945), um dos mais populares da Argentina, canta a migração do pampa, do campo, do interior argentino, para *tierras extrañas*[11].

Desse modo, o conto relaciona o peronismo com o interior, mas também o antiperonismo com a capital, como mostra o encontro dos peronistas com um judeu nas ruas de Buenos Aires, que tem uma das maiores comunidades judaicas do mundo. O judeu se recusa a saudar uma imagem de Perón. O grupo, revoltado, apedreja e mata o judeu:

---

[7] Antes da direção da Biblioteca Nacional, Borges teria sido sondado para a embaixada da Argentina nos Estados Unidos.

[8] Segundo dados apresentados por Carlos Alberto Floria e César A. García Belsunce no segundo volume de *História de los argentinos* (Buenos Aires: Larousse, 1996), em 1936 a região metropolitana de Buenos Aires recebeu cerca de 83 mil migrantes. Em 1947, esse número aumentou para 90 mil.

[9] BIOY CASARES; BORGES, op. cit., p. 148.

[10] Ibid., p. 149.

[11] *Adiós, pampa mía...me voy, me voy a tierras extrañas*. Esses versos abrem *Adiós Pampa Mía*, que tem música de Ivo Pelay e Francisco Canaro e música de Mariano Mores.

(...) caiu, porque estava morto. Nós desafogamos um tempo mais, com pedradas que já não lhe doíam. Te juro, Nelly, deixamos o cadáver virado num trapo. Depois, Mopurgo, para que os rapazes se rissem, me fez cravar o canivetinho no que ele tinha no lugar da cara"[12].

Neste ponto, já é possível perceber o diálogo de Borges e Bioy Casares com alguns nomes do pensamento argentino do século XIX, especialmente Esteban Echeverría (1805-1851), Hilario Ascasubi (1807-1875) e Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888). Os três eram defensores do sistema unitário e fizeram oposição ao federalista Juan Manuel de Rosas (1793-1877), governador da Província de Buenos Aires (1829-1832; 1835-1852) que exerceu um grande controle sobre o restante do país[13].

O conto seria uma retomada de *La refalosa* de Ascasubi e *El matadero* de Echeverría. É, inclusive, iniciado com um trecho de *La refalosa*. *Aqui começa a sua aflição*[14]. Além disso, herda a narração em primeira pessoa centrada no adversário político: Ascasubi coloca um "mazorquero", policial de Rosas, como narrador. Em *El matadero*, a narração ocorre em terceira pessoa, mas federalistas assassinam um unitário, episódio que seria atualizado por Borges e Bioy Casares. Além disso, é interessante notar que, como outros opositores de Rosas, Echeverría se exilou em Montevidéu, cidade na qual *A festa do Monstro* foi publicado e que abrigou muitos antiperonistas. *El matadero* também não foi publicado prontamente e somente foi conhecido pelo público em 1871.

Em 1845, Sarmiento, exilado no Chile, consolidou a dicotomia entre capital e interior, entre "civilização" e "barbárie" com a publicação de *Facundo*. De acordo com Sarmiento, a base social de Rosas estaria no campo, marcado por atraso, hábitos rudimentares e ignorância, razão pela qual, apesar da violência, continuava no poder. Buenos Aires, cidade europeizada,

[12] BIOY CASARES; BORGES, op. cit., p. 150-151.

[13] Os federalistas defendiam a autonomia das Províncias e os unitários um poder centralizado em Buenos Aires.

[14] BIOY CASARES; BORGES, op. cit., p. 140. No entanto, a passagem não aparece em todas as edições do conto.

deveria comandar politicamente o país e ditar sua cultura. Em *Facundo*, é possível perceber a imagem de uma Buenos Aires invadida. *A barbárie do interior chegou a penetrar até as ruas de Buenos Aires*[15]. Contudo, a cidade se recuperaria, (...) *porque a civilização européia é tão forte ali que, apesar das brutalidades do governo, há de sustentar-se*[16]. É conhecida a frase de Borges, segundo a qual a Argentina seria melhor se lesse mais *Facundo* e menos o poema *Martín Fierro* (1872) de José Hernández (1834-1886), que exalta o campo e o gaúcho como legítimos representantes da identidade nacional argentina.

Assim, o conto de Borges e Bioy Casares coloca o peronismo como uma nova etapa do confronto entre unitários e federalistas que marcou o século XIX logo após a independência. O conto aparece como um sintoma da ainda inconclusa identidade nacional argentina.

A passagem do assassinato do judeu indica a dificuldade ou mesmo impossibilidade de diálogo entre o interior e a capital, entre os peronistas e os antiperonistas. Os peronistas são representados como invasores da capital e o judeu como um obstáculo no caminho à Praça de Maio. Parece sugestivo que o conto seja datado em Pujato, cidade do interior localizada perto de Rosário, como se os escritores tivessem sido expulsos da capital, uma possível referência ao desequilíbrio que viam no peronismo.

Antes de continuar, vale mencionar que, além da capital, o judeu representa os estudantes, um dos principais focos da oposição a Perón, pois trazia livros consigo. Além disso, seu assassinato demonstra a associação entre peronismo e nazismo feita pela oposição, naquele contexto ainda fortemente marcado pelo anti-semitismo que singularizou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Segundo Rossi, o judeu ainda seria uma referência a um episódio ocorrido em 4 de outubro de 1945: o assassinato de J. Salmún Feijóo pela Aliança Libertadora

[15] FACUNDO, D. F. *Facundo*: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 125.

[16] Ibid., p. 125.

Nacionalista, grupo de choque então aliado do governo Edelmiro Farrell (1944-1946), do qual Perón era vice-presidente, Ministro da Guerra e Secretário do Trabalho[17].

Outro contraste se destaca no conto, também relacionado aos demais: o estabelecido entre elites intelectuais e massas populares. O judeu carregava livros consigo, tinha opinião própria, foi agredido, pois (...) *respondeu com o despropósito de que ele também tinha sua opinião*[18]. Antes de morrer, olhou para o céu e rezou, demonstrando capacidade de abstração e elevação espiritual. Relacionado a isso, o judeu, como povo sem pátria, representaria a cultura cosmopolita, universal, independente de fronteiras e contextos históricos defendida pelos escritores. Já os peronistas entoam tangos e marchinhas do governo. Não têm senso crítico, apenas seguem a orientação dos líderes. *Não pensava mais do que no Monstro e que no outro dia o veria sorrir e falar como o grande trabalhador argentino que é*[19]. A juventude do narrador e dos seus companheiros sugere imaturidade, reforça a idéia de manipulação que permeia o conto. Ao contrário do judeu, nota-se nos peronistas a supremacia do corpo sobre a mente, da ação sobre as idéias. As atitudes dos peronistas são guiadas pelos sentimentos e pelas emoções, seja o nacionalismo ou o sorriso de Perón. Assim, a Argentina peronista representaria o domínio da violência, do autoritarismo, da massificação, onde não haveria espaço para a pluralidade. *Não me cansava de pensar que toda essa rapaziada moderna e sã pensava em tudo como eu, porque até o mais abúlico ouve as emissões em cadeia, queiras ou não*[20]. Os peronistas também são representados de maneira disforme. O narrador, por exemplo, tem *pé chato*, *pescoço curto* e *pança hipopótama*[21]. Ao descreverem os peronistas com traços, inclusive físicos, que sugerem monstruosidade, os escritores frisam o controle das massas por

[17] ROSSI, op. cit., p. 9.

[18] BIOY CASARES; BORGES, op. cit., p. 150.

[19] Ibid., p. 142.

[20] Ibid., p. 143-144.

[21] Ibid., p. 140.

Perón, como se formassem um todo homogêneo, apesar da liderança do "primeiro trabalhador argentino". Como coloca Susana Rosano:

> El sujeto popular (...) se inscribe y se escribe en este texto como otro que amenaza la estabilidad; la chusma metaforiza aquí el afuera de la nación, el peligro que su presencia impone en la Argentina de 1947. Lo "otro" de la nación es el pueblo e su violencia, lo siniestro[22].

Uma das preocupações da pesquisa é levantar as eventuais influências de teóricos das multidões sobre o conto e outros trabalhos de Borges e Bioy Casares. A idéia de massas homogêneas, de que o indivíduo em grupo, na multidão, perde o senso crítico e se deixa levar por emoções e sentimentos manipulados por uma liderança, é central em pensadores como o francês Gustave Le Bon (1841-1931) e o espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), apesar das diferenças entre ambos. Em *A rebelião das massas* (1926), Ortega y Gasset diferencia as minorias das massas, o homem das elites do chamado homem-massa:

> A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Não se entenda, pois, por massas só nem principalmente "as massas operárias". Massa é o "homem médio". Deste modo se converte o que era meramente quantidade – a multidão – numa determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o monstrengo social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico[23].

Na década de dez, Ortega y Gasset realizou conferências e deu cursos na Argentina, para onde retornou nas décadas seguintes. Em meados da década de vinte, passou a escrever

[22] ROSANO, op. cit., p. 14.

[23] ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1971. p. 51.

regularmente para o jornal liberal *La Nación*. Além disso, a revista cultural *Sur* (1931-1992)[24] de Victoria Ocampo (1890-1979), da qual Borges e Bioy Casares eram colaboradores, foi influenciada pela *Revista de Occidente* de Ortega y Gasset e teria sido batizada pelo espanhol.

Além disso, considerando sua força referencial, a pesquisa pretende levantar possíveis pontos de contato do conto e outros textos de Borges e Bioy Casares, com a Sociologia e a historiografia sobre o peronismo, que começou a ser produzida a partir da década de sessenta. Concordando com o historiador Tulio Halperin Donghi, Rossi destaca que o sociólogo Gino Germani (1911-1979) em *Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas* (1962), construiu a primeira interpretação acadêmica relevante do peronismo calcado em preconceitos portenhos em relação ao interior, que também se notariam em *A festa do Monstro*[25]. Germani defende que o peronismo foi apoiado predominantemente por trabalhadores que não tinham experiência sindical, recém-chegados a Buenos Aires e, por isto, teriam sido facilmente cooptados por Perón.

De volta aos contrastes estabelecidos pelo conto, pode-se argumentar que a oposição nunca propõe a conciliação política, o que caberia aos que estão no poder. Claro que o apoio das massas peronistas interessava aos que assumiram em 1955, desde que, obviamente, abandonassem o apoio a Perón, exilado. Como isso não aconteceu do modo esperado, a relação entre os peronistas e os antiperonistas foi marcada por um radicalismo crescente que gerou ditaduras militares e milhares de desaparecidos políticos. Na década de oitenta, Borges apoiou a redemocratização, abandonou o apoio aos militares, mas manteve a posição intransigente em relação ao peronismo.

[24] A *Sur* publicou números inéditos até a década de setenta. Depois, somente coletâneas.

[25] ROSSI, op. cit., p. 6.

DIVISIONISMO E "IDENTIDADE" MATO-GROSSENSE E SUL-MATO-GROSSENSE: UM BREVE ENSAIO

Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFMS/Dourados) – prcqueiroz@uol.com.br

A "versão nacionalista" da história das nações consiste em "anacronismo, omissão, descontextualização", e isso, em menor grau, ocorre também em "todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes". Assim, cabe aos historiadores insistir na "distinção entre fato histórico verificável e ficção", atuando de forma a constituir um *perigo* para todas as "ideologias de identidade coletiva"[1]. Uma tal postura exige contudo alguns cuidados. Bourdieu enfatiza que *região* é, "em primeiro lugar, *representação*", de modo que caberia aos pesquisadores "incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações": isto é, evitar a tendência à *simples crítica* dessas representações, buscando, ao contrário, "apreender a lógica própria" dessa luta. Mas Bourdieu alerta também para o risco oposto, representado pelo efetivo ou sutil *engajamento* em movimentos de construção de identidades regionais – com o que se escaparia da simples crítica "desmistificadora" apenas para incidir numa "ratificação mistificada e mistificadora das representações e das vontades" dos agentes[2].

É com tais pressupostos que busco, no presente texto, expor algumas reflexões acerca do tema indicado. Uma vez que foge aos meus objetivos acadêmicos a análise mais aprofundada desse tema, encaro tais reflexões apenas como uma tentativa de contribuir para o debate da chamada "identidade sul-mato-grossense"[3] e de chamar a atenção para a necessidade de estudos sistemáticos e profundos a esse respeito.

Conforme os estudos de Zorzato e Galetti, uma "identidade mato-grossense" foi elaborada, por membros dos grupos sociais então dominantes no Estado, nas décadas iniciais do século XX (e especialmente em torno do ano de 1919, quando se comemorou o bicentenário da fundação de Cuiabá). Além de reagirem às imagens negativas sobre Mato Grosso (o "estigma da barbárie"), elaboradas e veiculadas por viajantes, as elites locais visavam manter a "primazia do mando", em face da "ameaça" representada pela possível

chegada de novos grupos (os “capitais” e “braços” com os quais se esperava promover o desenvolvimento do Estado). Elabora-se uma “memória de consenso”, forjando-se um “sentimento de pertencimento ao grupo” que seria útil para “escamotear as desigualdades sociais” e “unir facções políticas rivais”. Os membros da elite afirmam-se “sentinelas avançadas da civilização no sertão” e resgatam suas origens bandeirantes ou européias, “silenciando-se sobre o lado indígena”. Explora-se o tema da “luta contra a ameaça estrangeira”, com a imagem do “defensor fronteiriço”, procura-se fixar a imagem de um meio físico rico e saudável e firma-se o critério do “pioneirismo” como um dos recursos de manutenção da “primazia do mando” [4].

Mas esse processo de construção identitária foi influenciado também pelas diferenciações existentes no amplo território do Estado, em que se distinguiam três porções: o *Norte* (a parte amazônica), o *Centro* (região polarizada pela capital, Cuiabá) e o *Sul* (correspondente, grosso modo, ao atual Mato Grosso do Sul). O povoamento desse espaço por parte de luso-brasileiros iniciou-se pela região de Cuiabá, onde se descobriu ouro em 1718. No Sul, o povoamento não-índio começou por volta de 1830, e já em fins do século XIX tem-se o aparecimento de “movimentos rebeldes dos *coronéis* sulistas”, constituindo um “embrião” de divisionismo, ou “separatismo” em relação ao domínio das oligarquias “cuiabanas”, ou “nortistas”[5], que enfeixavam em suas mãos o poder político regional[6].

A construção da “identidade mato-grossense”, nota Galetti, foi uma obra das elites “nortistas”, principalmente cuiabanas, que se mostravam preocupadas, entre outras coisas, com a assimetria no desenvolvimento capitalista que então se verificava no Estado, onde a porção sul parecia tomar a dianteira em relação aos velhos centros da “civilização mato-grossense”[7]. De fato, após o fim da guerra com o Paraguai (1870), enquanto o “Norte” permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, o Sul recebia certo número de migrantes e imigrantes e ali se desenvolvia, além da pecuária, a economia ervateira. Inicialmente, as elites cuiabanas viram sua posição ameaçada pelo aumento do peso econômico e político da cidade de Corumbá, beneficiada pela livre navegação do rio Paraguai. Mais tarde seria efetivada a ligação

ferroviária entre o interior paulista e as margens do rio Paraguai, com a *Noroeste* (1914), o que ensejou o aparecimento de outros concorrentes: as elites de Campo Grande.

Assim, "as dificuldades de lidar com uma identidade estigmatizada pela idéia de barbárie não atingiam do mesmo modo a todos os mato-grossenses", havendo fortes indícios de que "as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes chaves da identidade estigmatizada" (Galetti, p. 266). Em outras palavras, essas elites pareciam sentir-se em condições de lançar sobre o "Norte" a *batata quente* constituída pelo "estigma da barbárie"[8], e nesse contexto é que se delineia a estratégia dos dirigentes "cuiabanos" para garantir em suas mãos a "primazia do mando": entre outras coisas, aproveita-se a conjuntura do bicentenário para realçar, no âmbito da "identidade mato-grossense", o "valor histórico e político de Cuiabá como cidade mãe de Mato Grosso, e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da raça mato-grossense" (Galetti, p. 310).

A força das elites campo-grandenses delineia-se mais claramente na década de 1920, quando a cidade se torna importante pólo comercial e passa a concentrar as principais lideranças políticas do Sul[9]. Essas lideranças buscam uma maior afirmação já em 1929/1930, quando, ao contrário de suas congêneres "nortistas", apóiam a Aliança Liberal e a chamada *Revolução de 30*. Entretanto, as elites "cuiabanas" logram "dar a volta por cima", aderindo ao novo regime e mantendo sua posição dominante. Nova oportunidade surgiria com a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que teve significativa adesão no Sul. Em Campo Grande chegou a instalar-se um governo "revolucionário", chefiado por Vespasiano Martins, enquanto em Cuiabá continuava no cargo o interventor nomeado por Vargas. Segundo uma versão fantasiosa, teria então formalmente existido no Sul o "Estado de Maracaju". No entanto, Bittar considera muito mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham então vislumbrado não necessariamente a ocasião da separação do Sul mas "apenas" a oportunidade da mudança da capital[10].

Derrotada a rebelião, as elites sulistas, ou pelo menos parte delas, passam a defender por escrito e abertamente a separação entre o Sul e o "Norte". Em fins de 1932 funda-se a *Liga Sul-mato-grossense*, que lança vários documentos, incluindo petições ao

Governo Provisório e à Assembléia Constituinte[11]. Outro documento, rebatendo críticas de Rondon às pretensões dos sulistas e assinado por personalidades de destaque na região, foi publicado em Campo Grande em 1934[12]. Nesses documentos, segundo me parece, encontra-se um primeiro esboço de uma identidade especificamente *sul-mato-grossense*, como reação à identidade mato-grossense "oficial". O exame desse empreendimento (mediante o instrumental analítico usado por Zorzato e Galetti no estudo daquela identidade "oficial") parece indicar que ele segue duas direções principais: 1) atribuição do "estigma da barbárie" apenas ao "Norte", e portanto a negação, no geral, da "identidade mato-grossense" criada pelos *nortistas*; 2) apropriação e transformação de alguns elementos dessa identidade, que são então aplicados exclusivamente ou preponderantemente à porção sul do Estado. Além disso, os documentos enfatizam um aspecto destinado a cumprir, naquele momento, uma importante função identitária: a *opressão* do Sul pelo "Norte"[13].

Assim, em *A divisão*... procura-se ferir a essência mesma da identidade criada pelos "nortistas". Embora evitem lançar mão do termo "barbárie", os autores caracterizam o "Norte" como *atrasado* e *decadente*; ridicularizam explicitamente algumas das imagens mais cultuadas pelos intelectuais do "Norte", isto é, aquelas relativas à história, às tradições e às riquezas "mato-grossenses", procurando caracterizá-las como algo vazio, sem substância prática; rejeitam, enfim, aquela idéia de Cuiabá como "cidade mãe" dos mato-grossenses: procura-se negar qualquer influência "cuiabana" no desenvolvimento da "civilização sulista", enfatizando-se a presença, no Sul, de outros contingentes.

Todavia, os sulistas não deixam de se apropriar de elementos centrais da identidade construída e difundida pelos "nortistas". Em *A divisão*..., os índios, por exemplo, não são citados uma única vez; ao contrário, enfatiza-se a suposta fundação da "civilização sulista" em pleno "deserto" – o que, aliás, enseja a afirmação do *pioneirismo* como critério para o exercício do mando; enfim, atribui-se *aos sulistas* a função de "guardiães das fronteiras". Contudo, no tocante a essa apropriação de elementos, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de se afirmarem como *civilizados*, *modernos* e *desenvolvidos*, o que se faz, em boa parte, por oposição às supostas características

“cuiabanas” – opondo-se o “dinamismo” e a “civilização” do Sul ao “estatismo” e à “decadência” do Centro. Destaca-se a pujança e a modernidade da pecuária sulista, que chegaria até mesmo à suposta inexistência de latifúndios e se expressaria especialmente pela incorporação do que havia de melhor no estrangeiro. Enaltecem-se as demais atividades praticadas no Sul, como a agricultura e a indústria, e enfatiza-se, enfim, a modernidade de seus meios de transporte e comunicação, destacando-se tanto a ferrovia como os automóveis. Outro elemento tomado e adaptado pelos sulistas é o que concerne às condições naturais da região. Assim, postula-se um *fatalismo geográfico*, ancorado na já citada diferenciação do espaço estadual em 3 porções, e afirma-se que, nessa diferenciação, o quinhão melhor cabia ao Sul: “Entre o Sul e o Norte há a diversidade que se pode notar entre o Paraná e o Nordeste”. Desse modo, é como se o Sul lograsse escapar da condição tropical (indiretamente identificada com a *barbárie*) para incluir-se na *civilizada* zona temperada. Finalmente, visando a caracterizar efetivamente uma identidade *sulista*, afirma-se a suposta *universalidade* do sentimento divisionista – o qual se estenderia igualmente por *todo* o território sulista e *todos* os seus habitantes.

Desse modo, *A divisão*... identifica no Sul apenas características *positivas*: tudo o que ali havia de negativo era produto da má política, do abandono e da opressão dos dirigentes cuiabanos. A idéia de *opressão*, em especial, converte-se num importante elemento identitário, na medida em que funciona, a meu ver, como um autêntico *estigma*. Ela aparece, por um lado, como *dominação*, isto é, negação da participação dos sulistas nas decisões políticas. Contudo, é com relação às questões econômicas que a denúncia da opressão atinge seu ápice: afirma-se que o Sul produzia 2/3 da receita estadual, a qual no entanto era aplicada, quase na totalidade, no Centro e no Norte.

O que é notável, no entanto, é que esses esforços de invenção de uma identidade sul-mato-grossense não tiveram continuidade – não, pelo menos, sob a forma de um movimento abrangente e “oficial”: depois dos anos 30 o movimento divisionista perdeu força e a idéia de divisão seria lembrada, de quando em quando, apenas por um pequeno grupo de personalidades políticas[14]. O “arrefecimento” do movimento chegaria a tal ponto que,

segundo Bittar, os próprios divisionistas "históricos" teriam sido apanhados de surpresa pela decisão do governo federal de finalmente efetuar a divisão, em meados da década de 1970 (1999**a**, p. 132). Isso desautoriza, portanto, a tendência a se traçar a história do divisionismo como uma linha praticamente contínua, partindo de fins do século XIX, passando pelos *gloriosos* episódios da década de 30 e culminando triunfalmente em 1977. É preciso, ao contrário, explicar a referida *marginalização* da tese divisionista – que se deve, a meu ver, ao fato de a divisão ter sido sempre encarada pelos líderes sulistas, acima de tudo, como um objetivo *tático*, a serviço de uma *estratégia* mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político (o que, aliás, transparece já no momento do nascimento do *ideal* divisionista, em meio às lutas coronelistas de fins do século XIX, cf. Corrêa, 1995, p. 57).

Uma das principais queixas dos sulistas dizia respeito à "desproporção numérica de sua representação política" (Bittar, 1997, p. 172), e assim pode-se deduzir que, caso fosse corrigida tal desproporção, em benefício dos sulistas (por meio, por exemplo, de eleições limpas), a divisão poderia ser descartada. O mesmo objetivo poderia ser igualmente atingido por meio da *mudança da capital*, com o que as alavancas do poder passariam para mãos sulistas. Ora, tudo indica que aquela *desproporção* começou a ser corrigida ainda nos anos 30, quando, a despeito da derrota de 1932, as elites sulistas não deixaram de se integrar à estrutura de poder existente no Estado. O principal líder político do Estado era o "nortista" Filinto Müller, mas Vespasiano Martins manteve-se durante o Estado Novo como o "vice-rei do sul"[15], numa divisão de poderes pela qual "todas as nomeações do norte eram do Filinto e as do sul, do Vespasiano"[16]. A *correção* continuaria com as eleições após 1945, quando os sulistas fazem valer o trunfo eleitoral representado pela maior população. Agora, a conquista da hegemonia podia dar-se pela via partidária-eleitoral e "*sem rupturas dramáticas*", isto é, "sem confronto entre as facções regionais, o que poderia ter resultados imprevisíveis" (Neves, p. 212-213; grifos do original). Em outras palavras, as elites sulistas não pareciam dispostas a colocar em risco as posições já alcançadas: como beneficiárias, em boa medida, do jogo político vigente, marcado pela intermediação partidária, elas assumem, juntamente com as "nortistas", a defesa da *estabilidade* desse sistema, com a

conseqüente recusa a confrontos regionalistas abertos. Pode-se portanto deduzir que, nessa nova estratégia, seria absolutamente inconveniente qualquer tentativa mais incisiva de afirmação de uma identidade especificamente sulista, nos moldes do ocorrido nos anos 30, e por isso as críticas aos "cuiabanos" e a afirmação das peculiaridades (positivas) do Sul ficaram limitadas a grupos pouco representativos das elites sulistas.

A divisão enfim ocorreria, em 1977, à revelia das populações tanto do Sul como do "Norte", e nesse novo contexto é que seria retomada a questão da *identidade sul-mato-grossense*[17]. Como, nesse momento, a parte realmente significativa das elites sulistas (aqueles que efetivamente *mandavam*) não mais estava mobilizada em torno da idéia de divisão, parece haver-se aberto um espaço para a construção, às pressas, de um discurso "histórico" simplesmente capaz de dar conta do *fato*, já consumado, da criação do novo Estado – espaço esse ocupado, na imprensa e nos meios culturais, por *neodivisionistas*, colocados perante o "desafio" de construir uma História do presente para o passado (o que facilmente conduz à idéia da divisão como algo historicamente "inevitável", "fadado a acontecer mais cedo ou mais tarde"). Nesse processo, formaliza-se um discurso identitário flagrantemente mais simplificado que aquele dos divisionistas dos anos 30 (desaguando, muitas vezes, num reles determinismo geográfico-histórico), esquecem-se os descaminhos da história do divisionismo e criam-se mitos como o do "Estado de Maracaju".

Nos anos 30, os esforços dos divisionistas tomavam contornos vivos, militantes, porque ali se estavam empenhando, para usar a expressão de Bourdieu (p. 124), interesses vitais. Tratava-se de um momento de luta, em que estava efetivamente caracterizada uma situação de certa opressão política, apta a ser colocada como fundamento de uma identidade estigmatizada. No pós-divisão, ao contrário, o que se coloca é a tarefa de construir uma identidade *ad hoc* – algo claramente *acessório*, não-essencial. O exercício do poder não mais requer uma luta contra um *outro* (o "cuiabano"), e assim se compreende que adquiram destaque, nos esforços pela criação de uma "identidade sul-mato-grossense", aspectos essencialmente retóricos, destinados sobretudo a adornar vazios discursos de auto-celebração das elites locais, velhas e novas.

Para concluir, parece-me conveniente enfatizar (para o caso de que isso já não tenha ficado suficientemente claro) que não me incluo entre aqueles que consideram relevante a "tarefa" da criação de uma "identidade sul-mato-grossense" (a "verdadeira" identidade, por suposto...). Penso que Hobsbawm está certo ao sugerir que os historiadores se posicionem, nesses assuntos, "em favor do universalismo" (2004, p. 292), embora seja igualmente certo que tal postura não pode ser assumida de modo irrefletido, nos simples termos de sua velha matriz iluminista.

---

[1] HOBSBAWM, Eric [2004]. Não basta a história de identidade. In: _____. *Sobre História*: ensaios. Trad. Cid Knipel Moreira. 6. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras. p. 284-285, 288-289.

[2] BOURDIEU, Pierre [1989]. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel. p. 108, 113, 121-122.

[3] Refiro-me à porção sul do antigo Mato Grosso, que deu origem, em 1977, ao Estado de Mato Grosso do Sul.

[4] ZORZATO, Osvaldo [1998]. *Conciliação e identidade*: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo. p. 15-16, 56; ZORZATO, Osvaldo [2000]. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000. p. 422, 428, 430.

[5] Cabe notar que os termos *Norte* ou *nortistas* costumavam ser utilizados, no linguajar dos habitantes do Sul, para designar Cuiabá e sua gente.

[6] CORRÊA, Valmir B. [1995]. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*: 1889-1943. C. Grande: Ed. UFMS, 1995. p. 56-57.

[7] GALETTI, Lylia S. G. [2000] *Nos confins da* civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo. p. 274, p. 267 e ss.

[8] Esse estigma, de fato, como mostra Galetti, era lançado pelos estrangeiros sobre todo o Brasil, mas as elites do "civilizado" litoral brasileiro, ansiosas por se livrarem dessa *batata quente*, atiravam-na, por sua vez, sobre os "sertões" do país, onde se incluía todo o Estado de Mato Grosso.

[9] QUEIROZ, Paulo R. Cimó [2004]. *Uma ferrovia entre dois mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed. UFMS. passim.

[10] BITTAR, Marisa [1997]. *Mato Grosso do Sul*: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997). 2 v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo. p. 173.

[11] Documentos reproduzidos em MARTINS, Oclécio Barbosa [1944]. *Pela defesa nacional*: estudo sobre redivisão territorial do Brasil. Rio de Janeiro: Gráf. Barbero. p. 90 e ss.

[12] A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934. 35 p.

[13] Para não alongar demasiadamente o presente trabalho, limitarei minhas referências a *A divisão*...

[14] Bittar, 1997, p. 219, 223; BITTAR, Marisa [1999**a**]. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS. p. 129.

[15] Vespasiano, aliás, já havia mesmo sido eleito senador por Mato Grosso, tendo exercido o mandato de 1935 a 1937. Ele ainda voltaria ao Senado em 1945, lá permanecendo até 1955 (cf. Bittar, 1999**a**, p. 62).

[16] NEVES, Maria Manuela R. de Novis [1988]. *Elites políticas*: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: Iuperj. p. 144-146, 133.

[17] Trata-se aqui de um processo ainda pouco estudado, destacando-se, a esse respeito, ZILIANI, José Carlos [2000]. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

A Escrita no Deserto: Narrativas Jesuíticas em Território Guarani.

Paulo Rogério Melo de Oliveira
Professor de História da UNIVALI e UDESC

Ao longo da experiência missioneira, na Província Jesuítica do Paraguai, uma extensa documentação composta de cartas e crônicas produzida pelos jesuítas,[1] descreveu em pormenores, aspectos do cotidiano da convivência entre *índios* e padres durante a catequização das populações Guarani. Surpreende-nos a riqueza de detalhes sobre a situação das reduções, as descrições geográficas e as informações demográficas, o incessante trabalho dos padres para combater os costumes indígenas, os conflitos com os pajés, os combates contra os demônios e seus vassalos, enfim, todo um repertório de informações sobre o universo material e simbólico que envolveu a atividade missioneira no Paraguai.

As cartas e crônicas jesuíticas são as principais fontes de acesso para adentrarmos no universo missioneiro e no cotidiano das reduções. Desde o século XVII esses registros vêem sendo utilizados por cronistas, historiadores, antropólogos, simpatizantes ou adversários da Companhia de Jesus, ou para louvar e glorificar os trabalhos apostólicos ou para denunciar o regime jesuítico nas reduções e a violência cultural da catequização. Afastando-se dessa polêmica, alguns estudos mais recentes tem procurado enfocar as estratégias jesuíticas de conversão e o modo como as culturas indígenas se relacionavam e interpretavam o que lhes era transmitido, os hibridismos culturais resultantes do *encontro* cultural, o cotidiano das reduções e o imaginário missioneiro. Nesses novos estudos, a exploração da documentação em foco é cercada de alguns cuidados metodológicos antes desconsiderados. Não podemos ignorar que o registro escrito das atividades dos jesuítas, as cartas, não ficava ao sabor do estilo pessoal e da subjetividade de quem escrevia. Era uma exigência institucional que obedecia a um conjunto de regras e práticas discursivas definidas pelos superiores e pelas formas retóricas do início da modernidade, e uma periodicidade regulada pelas normas gerais que regiam a atividade dos jesuítas.

Desconsiderar esses imperativos institucionais que regulavam a elaboração das cartas é perder de vista o contexto narrativo em que se articulavam as informações.

Desde 1609, tudo o que se passava nas reduções era minuciosamente descrito em longas cartas redigidas sistematicamente pelo Padre Provincial e enviado ao Padre Geral em Roma. Esse registro da ação dos padres, dos avanços e das dificuldades encontradas nas frentes de evangelização era uma exigência da Companhia de Jesus, e constituía a *base de um sistema de informações* que *envolvia toda uma estrutura de registros, copistas, envios, arquivos, em função de assegurar a comunicação e fornecer ao superior geral e outros superiores os elementos para suas decisões naquele delicado equilíbrio entre o centralismo e a autonomia, o alto e o baixo que constituiu a Companhia de Jesus.*[2]

Algumas cartas foram redigidas em latim e outras em castelhano, ou então traduzidas do castelhano para o latim, a fim de superar as barreiras lingüísticas, e eram enviadas por duas vias marítimas diferentes para, em caso de naufrágio, se conservar ao menos um exemplar.[3] Todo este cuidado e empenho para fazer com quer as cartas chegassem ao seu destinatário, é revelador da importância desse registro minucioso das atividades dos Jesuítas em terras distantes para a Companhia.

As primeiras cartas, de 1609 a 1617, eram escritas anualmente, daí o nome ânuas, mas as circunstâncias e as dificuldades, os assaltos bandeirantes às reduções, foram alterando a periodicidade e o envio das cartas passou a ser bianual e depois trianual. A redação das cartas era de responsabilidade do Padre Provincial, que tomava por base para o seu texto, além do que havia testemunhado, as informações locais enviadas pelos padres das Residências, Colégios e Missões.[4]

Portanto, qualquer estudo sobre a ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola em 1540, e o seu papel na expansão da cultura européia, do catolicismo reformado e da atividade missionária dos jesuítas entre os séculos XVI e XVIII, deve considerar que a Companhia de Jesus era uma ordem de letrados que nasceu e se espalhou por quatro continentes sob o domínio da escrita.[5]

Sustentou-se por muito tempo, e com persistência, uma imagem da Companhia como uma ordem caracterizada por uma férrea disciplina militar, composta por *soldados* submetidos a uma dura hierarquia e as ordens de um comando superior. A esta imagem estritamente militar da ordem jesuítica se opõe uma outra mais recente que entende a Companhia, desde as suas origens, como uma associação de estudantes esclarecidos, depois mestres e doutores, que tinha nas letras a força da sua coesão e expansão.[6]

Desde a fundação da Companhia em 1539, os primeiros jesuítas[7] sempre "valorizavam os aspectos relacionados com as letras, o que compreendia escrever e ler em vernáculo e em latim, ter conhecimentos de outras línguas e de textos existentes em grego e latim."[8] E havia mesmo nas disposições dos princípios gerais da Companhia um impedimento, para quem desejasse entrar para a ordem, relacionado a falta de letras ou dificuldade em aprendê-las. Na primeira parte das *Constituições da Companhia de Jesus* encontramos o seguinte impedimento para a admissão na ordem:

> *Falta de instrução ou de aptidão, de inteligência e de memória para a adquirir, ou falta de expressão pra ensinar, em pessoas que manifestam a intenção ou desejo de ir mais longe do que vão habitualmente os coadjutores temporais.*[9]

Para uma instituição que se estruturou sob o signo escrita e a elegeu como instrumento fundamental de comunicação, era essencial que seus membros dominassem as letras**.** Nos documentos fundantes e normatizantes da Companhia,[10] e na extensa correspondência dos *primeiros companheiros,* encontramos um inconfundível apelo às letras e à comunicação escrita.

A troca regular de correspondências, exigida por Inácio de Loyola, foi uma prática desenvolvida pela ordem desde os primeiros anos de fundação. Na oitava parte das *Constituições,* que trata dos *meios de unir com a cabeça e entre si* ***aqueles que estão dispersos,*** Inácio aponta a importância da correspondência epistolar entre súditos e Superiores *com o intercâmbio freqüente de informações entre uns e outros, e*

o conhecimento das notícias e comunicações vindas de diversas partes. Visando, portanto, a *união dos espíritos* e o governo da Companhia, o texto inaciano estabelece as normas reguladoras da atividade epistolar:

> *Para que as notícias da Companhia possam comunicar-se a todos, proceder-se-á da seguinte maneira: os que em diversas casas ou colégios dependem do Provincial escreverão todos os quatro meses uma carta em língua vernácula, que contenha só notícias de edificação,e outra em latim do mesmo teor. Enviarão uma e outra em duplicado ao Provincial. Este mandará ao Geral um dos exemplares em latim e outro em vernáculo, a juntando uma carta sua a contar os fatos importantes ou edificantes omitidos nas primeiras. Do mesmo modo exemplar tirará tantas cópias quantas forem necessárias para dar conhecimento delas aos outros membros da Província.*[11]

Espalhados por vários países da Europa, e posteriormente pelo mundo, a comunicação escrita entre os irmãos era fundamental para manter a *união dos ânimos em torno da procura da vontade de Deus.* Através dessa correspondência epistolar, os padres prestavam contas de suas atividades e pediam ajuda para melhor desempenhar seus trabalhos. Essas informações eram indispensáveis para a supervisão geral e para as decisões a serem tomadas pelos superiores da ordem relativas ao envio de novos padres às frentes de evangelização, nomeação de superiores, abertura de novas residências e busca de recursos.[12] Foi o Padre Polanco quem, seguindo as instruções de Loyola, começou escrevendo cartas circulares regularmente para todos os membros da ordem , sintetizando as atividades dos jesuítas dispersos ao redor do mundo. Polanco recebia em Roma as informações desses jesuítas, resumia o que parecia mais importante, e as repassava para o conjunto da ordem. Nestas circulares, relatava-se os trabalhos dos padres nas frentes de evangelização, os problemas enfrentados e como lidavam com eles.[13]

Em 1547, Polanco, como secretário da Companhia, escrevia uma carta circular para todos os membros da ordem explicando os motivos pelos quais deveriam manter uma correspondência regular. Primeiro, porque as cartas contribuíam para manter a coesão interna da Companhia, a união dos irmãos e ajudava no governo da ordem. Segundo, a redação das cartas daria publicidade externa aos trabalhos da ordem, atrairia novos membros e permitiria que as notícias dos trabalhos dos irmãos

despertasse o interesse de ajudar e contribuir de alguma maneira. Terceiro, a escritura das cartas " promovia o bem privado do correspondente, pois o conhecimento das atividades dos outros membros tornava a vocação mais sólida e o ministério mais humilde e diligente."[14]

Para atender a estas expectativas, a instituição epistolar jesuítica estabeleceu o que deveria ser comunicado nas cartas, e como deveria ser feito. Como as cartas não seriam lidas apenas pelos superiores e demais irmãos da ordem, mas tentariam atingir também um público externo, procurou-se distinguir que informações seriam de uso interno da Companhia e que informações poderiam ser partilhadas com o público externo. Assim, a carta passou a ser composta de duas partes: a carta principal ou edificante e a *hijuela.*

A *hijuela,* instituída em 1541 por Inácio de Loyola, era endereçada ao superior hierárquico e circulava em âmbito estritamente institucional. Nessas cartas eram tratados os assuntos internos à ordem, que interessariam mais ao governo da Companhia do que ao público externo: doenças, ajuda financeira para construção de casas e igrejas, número de jesuítas numa determinada região (...). Através desses relatos a *hierarquia jesuítica mantinha-se permanentemente informada sobre tudo que acontecia com os jesuítas espelhados pelo mundo. Essa supervisão constante da atividade dos irmãos permitia, por um lado, que os superiores avaliassem o êxito das missões e planejassem sua organização e expansão. Por outro, a necessidade de comunicação constante com a Europa forçava os jesuítas a prestarem contas de suas práticas e a monitorarem as atividades dos outros irmãos.*[15]

As cartas edificantes, por sua vez, eram aquelas que continham informações que podiam circular fora da instituição. Ao invés das demandas institucionais, narrava-se nessas cartas os avanços e sucessos do empreendimento missionário. Se as *hijuelas* eram endereçadas à hierarquia da Companhia, e veiculavam notícias, pedidos de ajuda e conselhos, e tinham circulação muito restrita, os relatos edificantes eram lidos nas cortes, na Cúria Papal e nas casas dos jesuítas.[16] As ânuas edificantes do

Paraguai estão povoadas de histórias de batismos bem sucedidos, conversões de caciques e pajés recalcitrantes e inimigos dos jesuítas, da superação das dificuldades enfrentadas pelos padres, da vitória da fé sobre os costumes indígenas, de Deus sobre o Diabo, etc. O próprio sentido da palavra edificante traduz bem o ideal evangélico dos jesuítas, "já que nas colônias nada era digno de ser mantido."[17]

Visava-se, com isso, como nos diz Ernesto Maeder "utilizar las noticias de los trabajos y dificultades de los otros jesuítas como instrumento para despertar el entusiasmo de los jóvenes y atraer-los a la orden religiosa que presentaba tales ejemplos (ahora la llamaríamos propaganda vocacional)." E também despertar o interesse dos "amigos y bienhechores de la Compañia, a los quales se lês hacía participantes de esas mismas noticias para estimularlos en su vida espiritual y para confirmarlos en su benevolencia con la Compañía."[18]

Os jesuítas possuíam, portanto, uma aguda consciência narrativa. Sabiam o que tinham que narrar, como narrar e a que público leitor suas cartas se destinavam. O que estava em jogo nestas cartas era a imagem da Companhia nas esferas influentes da Europa letrada, a legitimação das atividades missionárias, a busca de novas adesões e da solidificação das velhas alianças e a coesão interna da ordem.

Na carta ânua de 1637-39, redigida pelo Padre Provincial Francisco Zurbano da Redução de los Santos Reyes de Yapeyú, e enviada ao Padre Geral em Roma e aos Padres Assistentes na França e Alemanha, encontramos um típico relato edificante sobre a conversão de um *inimigo de Cristo*:

> Como es su costumbre, vinieram algunos de ellos a comerciar. Era en la novena de la fiesta de San Ignacio. Uno de ellos llegó enfermo, y cuando los demás salieron de su embarcación, él sólo quedó adentro, no queriendo de ninguna manera irse al pueblo, o imposibilitado por su enfermidad, o por aversión a la religión. Sus compañeros, empero dijeron a uno de nuestros Padres que había quedado uno en la embarcación. Providencia de Dios era esto, por que en su superstición niegan ordinariamente la presencia de un enfermo, y hasta lo esconden. Manda el Padre traer el enfermo al pueblo. Enojose este porque sus compañeros le habían hecho traición. Levado al fin al pueblo le habló el Padre con cariño por medio de un intérprete, queriendo prepararlo para el batismo. De ninguna manera se lo pudo persuadir el enfermo, aunque dos días trabajó en esto el Padre. Mientras tanto había llegado le ran fiesta de San Ignacio. Confiando a

> la intercesión del glorioso Patriarca volvió el Padre a la carga, amenazando al enfermo con las llamas del infierno, y le descrbió la compañía de los diablos en aquellos calabozos.[19]
>
> Por otra parte también le habló del cielo, a cuya felicidad podía llegar, haciéndose cristiano. Le habló de los ángeles y su familiaridad con los hombres, que dura por una eternidad, con los cuales gozaría él también, abjurando de la comunicación con los demonios.
>
> Parte por estas palabras apostólicas, parte por la ilustración de la gracia divina, al fin capituló el charrúa y se entregó a Cristo. Con corazón dócil escuchó la instrucción catequística, impresionándole, con la divina gracia, los tormentos del infierno, y el premio de la eterna gloria. Después de suficientemente instruido, y recibido el bautismo, acabó esta vida fugaz, para vivir con Dios para siempre.[20]

Nessas narrativas edificantes lidas por um público composto de jesuítas, religiosos e leigos, construía-se uma imagem heróica e bem sucedida da Companhia

Não foram poucos os jesuítas que tiveram suas vidas mudadas ao tomarem conhecimento dessas cartas. Jerônimo Nadal, um dos jesuítas mais importantes da ordem e homem de confiança de Loyola, depois de recusar o convite para fazer da Companhia, começou a reconsiderar e de fato se decidiu a fazer parte do grupo depois de ler uma carta que o Padre Xavier enviou da Índia sobre os trabalhos missionários no extremo oriente.

NOTAS:

[1] A documentação jesuítica problematizada neste trabalho, são as Cartas Ânuas redigidas entre 1609 e 1675 e as chamadas Crônicas Jesuíticas, como *A Conquista Espiritual* do Pe. Rui dez Montoya e as *Viagens às Missões e trabalhos apostólicos* do Pe. Sepp.

[2] TORRES-LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo, ANPUH/Humaitá Publicações, vol.22, n°43, 2002. p. 21.

[3] Ver LEONHARDT, P. Carlos. *Documentos para a historia Argentina*. Tomo XIX. Iglesia. Cartas Ânuas de la Província dela Paraguay, Chile e Tucumán, de la Compañia de Jesus (1609-1614). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1927.

[4] MAEDER, Ernesto. *Cartas Anuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay (1641-1643).* Resistência, Chaco: Instituto de Investigaciones Geohistoricas/ Conicet, 1996.

[5] Sobre a importância da escrita na Companhia de Jesus ver TORRES-LONDOÑO, Fernando. Op. Cit.

[6] Ver LACOUTURE, Jean. *Os jesuítas.* 1. Os conquistadores. Porto Alegre: LPM, 1994. O´MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas.* São Leopoldo: Editora da UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

[7] O grupo de *companheiros*, como são chamados os primeiros jesuítas que se uniram a Inácio de Loyola era formado por Francisco Xavier, Diego Laínez, Pedro Favre, Alfonso Samerón, Simão Rodrigues, Nicoloau Bobadilha, Cláudio Jay, Paschese Bröet e João Codure.

[8] TORRES-LONDOÑO, Fernando. Op. Cit. p. 16.

[9] Inácio de Loyola. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares.* São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.85.

[10] Os documentos fundantes da Companhia de Jesus são: os Exercícios Espirituais, a Fórmula do Instituto, as Constituições, a Autobiografia de Inácio de Loyola e a Correspondência Epistolar.

[11] Inácio de Loyola. Op. Cit, p. 192.

[12] TORRES-LONDOÑO. Op. Cit. pp. 17-18.

[13] O´MALLEY, John. Op. cit. p. 29.
[13] Ver EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. pp. 49-50. Ver também O´MALLEY, John W. Op. Cit. Segundo O´MALLEY, Juan de Polanco, como secretário da Companhia, começou a prática de escrever uma carta circular a todos os membros várias vezes ao ano, *na qual resumia as atividades mais importantes dos jesuítas ao redor do mundo, segundo os relatos da vasta correspondência recebida deles em Roma*.

[15] EISENBERG, José. Op. Cit. pp. 56-57.
[16] Idem. p. 57.
[17] LONDOÑO-TORRES, Fernando. Op. Cit. p. 31.
[18] MAEDER, Ernesto. Op. Cit. p. 15.
[19] *Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay* – 1637 a 1639. Pe Francisco Lupercio de Zurbano. Buenos Aires: FECIC, 1984. p. 136. MAEDER, Ernesto. Introdução e notas. p. 136.

OS INTEGRALISTAS E AS ELEIÇÕIES DE 1935 NO ES.

Pedro Ernesto Fagundes[1].

1) O panorama político-eleitoral:

Os trabalhos[2] que buscam analisar o quadro político-eleitoral durante a Primeira República, de um modo geral, concluem que duas importantes características do período foram; o regionalismo e a corrupção eleitoral. Isso se manifestava através da existência de partidos políticos apenas de âmbito estadual, o que propiciou o surgimento da dinâmica que ficou conhecida como "Política dos Governadores". Ou seja, o Presidente da República era escolhido pelas elites políticas dos estados mais poderosos: Minas Gerais e São Paulo. As duas oligarquias, num código de alternância, monopolizavam as eleições presidências, configurando a chamada "política do café com leite". Essa situação era garantida nas bases pelos chefes políticos locais, através de um esquema de fraudes eleitorais, sistema que ficou conhecido pelo termo "coronelismo".

Era essa a moldura política do país durante a "Velha República". Entretanto, a partir do inicio da década de 1920, se multiplicaram os movimentos de contestação da situação vigente. Essas manifestações refletiam o grau de descontentamento de setores da população brasileira com os rumos da República. As suas expressões mais conhecidas foram: o movimento Tenentista, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna, a "Revolução de 1924", a Coluna Prestes e a fundação do Partido Comunista do Brasil.

As turbulências da década anterior fizeram com que as eleições para a sucessão presidencial de 1930 assumissem novos contornos. Após uma série de divergências inter-oligárquicas, que tinham como motivação a discordância entre os representantes políticos mineiros e paulistas, foi eleito o paulista Júlio Prestes para suceder o presidente Washington Luís. Porém, descontentes com o resultado e alegando a existência de

fraudes eleitorais, os membros da Aliança Liberal declaram não aceitar o resultado final do pleito. Em outubro de 1930, teve início o movimento que propiciou a chegada de Getulio Vargas ao poder: a insurreição que ficou conhecida como "Revolução de 30[3].

Para se compreender o contexto político dos anos iniciais da década de 1930 é preciso, inicialmente, conhecer a natureza política do grupo que assumiu o poder do recém instalado Governo Provisório. A chamada Aliança Liberal era um grupo extremamente heterogêneo de forças e concepções políticas. Por exemplo, em seu interior disputavam os espaços políticos no governo, ao mesmo tempo, elementos ligados ao movimento Tenentista e os representantes das oligarquias dissidentes. As divergências, principalmente, entre esses dois grupos iriam fomentar os debates políticos do país, até a eleição de Vargas, em 1934[4].

A principio os Tenentes, organizados agora no Clube 03 de Outubro, por conta das experiências com as fraudes da Primeira República, foram contrários a volta das eleições. Porém, os setores ligados às oligarquias estaduais pressionavam para a reconstitucionalização do país[5]. O presidente, tentando agradar a todos, acabou cedendo às oligarquias e convocou a Assembléia Constituinte. Por outro lado, em 1934, após a elaboração da nova carta constituinte, o Congresso Nacional elegeu, agora acatando as reivindicações dos membros do Clube 03 de Outubro, de forma indireta, Getulio Vargas para mais um mandato de quatro anos.

Nos estados, após a aprovação das suas respectivas constituições estaduais, as eleições para governador também foram de forma indireta. Já nos municípios a escolha se deu de forma direta. As inovações introduzidas pela Constituição de 1934 foram somadas ao código eleitoral de 1932, o que ofereceu a base legal para o funcionamento da vida partidária do Brasil. Entre as novas regras podemos destacar: o voto secreto, o direito de voto das mulheres, a criação da Justiça Eleitoral independente e a proibição do voto de analfabetos.

No entanto, mesmo após a adoção dessas medidas, ainda era grande o descontentamento de vários setores da população em relação aos rumos da chamada "Revolução de 30". Os caminhos adotados pela administração Vargas não conseguiram impor maiores mudanças no quadro político nacional. Prova disso é que os novos partidos que surgiram para as disputas eleitorais, no período pós-1930, eram formados e liderados pelos mesmos representantes das antigas oligarquias da "Velha República". A máquina partidária que foi rearticulada expôs os limites da "Revolução", tanto que, nas eleições de 1934, em vários estados os chamados interventores federais perderam a disputa para representantes das oligarquias derrotadas e afastadas do poder pela revolução do inicio da década.[6]

Assim, amplos setores da população continuavam afastados do processo político do país. A radicalização política passou a ser encarada como único caminho e forma de expressão dessas parcelas da população. Em um extremo foi organizada a Aliança Nacional Libertadora (ANL)[7] e, no outro lado do campo político, surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB). A fundação dessas duas organizações pode ser analisada como o resultado do clima político da década de 1930, tanto a nível internacional quanto nacional, um período marcado por uma série de crises que geraram inquietações e rupturas com os preceitos dominantes até aquele período.

No cenário internacional a Crise de 1929 fez surgir um forte sentimento contrário às idéias e propostas Liberais. Em vários países, especialmente na Europa, surgia a noção de que apenas regimes que privilegiassem um sistema baseado no fortalecimento e centralização do Estado e que fossem dirigidos por um líder carismático seriam capazes de solucionar os problemas econômicos e barrar a ascensão da propaganda comunista. Países como Alemanha, Itália, Portugal e Espanha acabaram aderindo a essas propostas[8].

Foi a partir da junção das idéias e ideais de caráter autoritário e nacionalista e de uma propaganda voltada para os elementos mais descontentes, que até então não haviam encontrado espaços entre os partidos políticos tradicionais, que a AIB viu surgir sua principal base de apoio e de onde recrutou seus militantes e dirigentes. Os integralistas tinham como principais bases de sua teoria os seguintes pilares: o anti-liberalismo, o anti-comunismo, o nacionalismo e o anti-capitalismo. Pelo seu conteúdo ideológico e rituais e, tendo em vista a simpatia dos integralistas com o regime de Mussolini na Itália, a AIB pode ser tipificada como uma organização que sofreu forte influência dos modelos fascistas europeus, sobretudo, o italiano[9].

2) O quadro no Espírito Santo:

No estado do Espírito Santo o movimento de 1930 significou o fim da hegemonia de um setor da oligarquia que controlou o poder político por vários anos. No pós-1930 foi nomeado, pelo Governo Provisório, João Punaro Bley para assumir o posto de Interventor Federal. A chegada desse representante do movimento tenentista mineiro ao cargo máximo do poder estadual acabou propiciando a aproximação de outros atores políticos do *círculo do poder .* Da união entre o interventor Punaro Bley com antigos setores oligárquicos, que apoiaram a Aliança Liberal, surgiu o Partido Social Democrático (PSD). Fundado em 1933, o PSD conseguiu eleger 16 deputados estaduais para a Assembléia Constituinte estadual de 1934. Os deputados dessa legislatura tiveram duas grandes tarefas: elaborar a Constituição Estadual e eleger, indiretamente, o futuro governador.

As oligarquias derrotadas em 1930, lideradas por Atílio Vivácqua, se rearticularam em torno do Partido da Lavoura. Esse partido, na mesma eleição, mostrou sua força e conseguiu eleger 08 deputados estaduais. Outro partido que também conseguiu uma cadeira no parlamento estadual foi o Partido Proletário que elegeu Gilbert Gabeira. Entretanto, isso não impediu que o interventor Punaro Bley conseguisse ser eleito governador do estado pela Assembléia Legislativa.

Foi nesse clima que a AIB de Cachoeiro de Itapemirim se preparou para as eleições municipais de dezembro de 1935. O núcleo integralista local, apesar de já estar se articulando há vários meses, teve sua primeira reunião pública apenas em maio daquele ano. Como relata o depoimento de um de seus ex-dirigentes.

> "...começamos a trabalhar com outros companheiros (...) eram primeiro Darcy Pereira, que era funcionário da agencia da Ford (...) e várias outras pessoas e fundamos aqui o núcleo de Cachoeiro de Itapemirim (...) E já havia em Burarama um núcleo integralista, dirigido por João Gava e João Perim. Então nós convidamos aqui o Dr. Dessaune e ele veio a Cachoeiro com outras pessoas, no Clube Caçadores, e nós fundamos o núcleo Integralista." (SILVAN, Nelson. Entrevista concedida a Pedro Ernesto Fagundes, em 29 de Abril de 2004).

A principio as principais tarefas da AIB na cidade foram de propaganda para atrair novos adeptos. Essa rotina foi quebrada, em novembro de 1935, durante a realização de um congresso municipal. Os camisas-verdes de Cachoeiro acabaram tento um enfrentamento de rua com simpatizantes da ANL. O conflito principal aconteceu na estação ferroviária da cidade quando os dois grupos se concentraram para *recepcion*ar, cada um do seu jeito, o dirigente integralista Gustavo Barroso. Os conflitos tiveram como resultado três mortos e vários feridos[10]. Aparentemente, o incidente não trouxe grandes problemas para os integralistas do sul do ES e, muito menos, serviu para adiar as eleições municipais marcadas para o dia 15 de Dezembro.

> "Dentro da melhor ordem, processaram-se as eleições municipais do dia 15, nas 20 seções eleitorais da cidade. Os trabalhos desenvolveram-se sob um ambiente de grande animação e cordialidade, não se registrando nenhuma ocorrência destoante do bom rithmo das tradicções políticas da nossa terra." (Jornal Correio do Sul, p. 01, 18 de dezembro de 1935).

Em Cachoeiro a disputa pela prefeitura refletiu a conjuntura estadual e ficou monopolizada entre os candidatos Fernando de Abreu (PSD) e Luís Tinoco da Fonseca (Partido da Lavoura). No âmbito proporcional os integralistas obtiveram um saldo positivo: conseguiram atingir o coeficiente eleitoral mínimo e elegeram o jovem médico Dr. Dalton Penedo para o cargo de vereador.

Segundo do jornal Correio do Sul[11], o movimento integralista também lançou candidaturas a prefeito e a vereador em outros municípios da região, entre eles: Castelo, Mimoso do Sul, Muqui, Iconha e Alegre. O candidato integralista a prefeito no município de Mimoso do Sul foi Antonio Rodrigues Barreto e, na cidade de Muqui, foi Guilherme Monoel Cyrillo. Mesmo não conseguindo eleger nenhum dos dois candidatos citados, a simples presença de candidaturas da AIB é uma amostra da existência de núcleos integralistas espalhados pelo interior do estado.

No município de Castelo, local de grande concentração de imigrantes e descendentes de imigrantes italianos, a AIB chegou a disputar e quase ganhou as eleições para a prefeitura. Os números finais da disputa, segundo informações apuradas do jornal Correio do Sul, num universo de 1977 eleitores, foram os seguintes: Manoel Pires Martins (PSD) – 992 e João Rangel (AIB) – 766. Apesar da derrota para a prefeitura, em Castelo a AIB elegeu o maior numero de parlamentares integralistas entre os municípios do sul capixaba, totalizando uma bancada de 04 vereadores.

3) Possíveis conclusões:

Segundo um documento pesquisado, localizado no setor/fundo: Polícia Política, dossiê: Integralismo: pasta 01, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, foi possível verificar a presença de um grupo de vereadores capixabas no 1º Conclave Parlamentar Meridional da AIB, realizado em 1936, na cidade do Rio de Janeiro. O documento apresenta uma relação nominal dos vereadores integralistas do ES, num total de 26 vereadores, como pode ser visto no quadro abaixo:

VEREADORES ELEITOS PELA AIB NO ESTADO DO ES – ELEIÇÕES DE 1935

MUNICÍPIO	NOME DO VERADOR
SANTA TEREZA	ALBERTO PRETTI JOÃO SIQUEIRA AUGUSTO SANCESCO

	ALFREDO ALFONSO DE ALCANTARA BASÍLIO MENDES VASCONCELOS
CASTELO	LUIS MACHADO ANTONIO ROBERTO FEITOSA ARCHILAU VIVÁCQUA JOSÉ COLA
ICONHA	LAURIVAL CERRÃO
SIQUEIRA CAMPOS	BENTO TEIXEIRA MACHADO
COLATINA	SEBASTIÃO CEZAR REZENDE ANTONIO MATOS JOÃO DIAS
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	DALTON PENEDO
RIO NOVO DO SUL	IDELFONSO SOUZA
VIANA	EUSTÁQUIO DE PAULA MORAES
DOMINGOS MARTINS	ARTUR GOULART JOSE GEGENHAUER JOÃO FRANCISCO STAIN
ALFREDO CHAVES	PEDRO SECHIN
PAU GIGANTE	MANOEL BARBOSA LADISTÊNIO CALMOM
GUARAPARI	EMÍLIO SOARES
VITÓRIA	Pe. PONCIANO STENZEL DOS SANTOS JAIR DESSAUNE

FONTE: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

A partir dessa disputa eleitoral a AIB conseguiu se consolidar como força política considerável no estado. Nesse momento os integralistas, além de contarem com núcleos organizados em dezenas de cidades no estado, tiveram representantes nas câmaras municipais de norte a sul do ES, inclusive, com dois representantes na capital. Os destaques ficaram para as cidades de Castelo e Santa Tereza, que juntas elegeram mais de 30% dos parlamentares integralistas capixabas.

O fator indicativo do sucesso e expressiva penetração da AIB nesses locais, provavelmente, foi o fato das duas cidades estarem entre as maiores áreas de colonização de imigrantes e descendentes de imigrantes italianos do estado. Assim, como ocorreu em outras regiões do país e foi demonstrado por outros trabalhos[12] que analisam as relações entre os imigrantes italianos e a AIB, uma das possíveis explicações para a conquista desse grande número de simpatizantes, materializada em forma de votos, foi que, também no Espírito Santo, uma parcela significativa da comunidade de origem italiana identificou no movimento integralista similaridades com o Fascismo na Itália.

NOTAS:

1 - O autor é doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ.

2 - Os trabalhos pesquisados sobre esse período foram: BASTOS, Aurélio Wander. A dominação eleitoral na Primeira República. IN: LIMA JUNIOR, Olavo Brasil (ORG). O Balanço do Poder – Formas de Dominação e Representação. Rio de Janeiro: Rio Fundo editorial- IUPERJ, 1990. FERREIRA NETO, Edgard Leite. Os Partidos Políticos no Brasil. São Paulo; Contexto, 1988 (Coleção Repensando a História). GOMES, Ângela de Castro. GOMES, Ângela de Castro. A política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz. História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea. V. 04 – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

3 - FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Historiografia e História. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

4 - GOMES, Ângela de Castro. Regionalismo e centralização Política. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Brasil – Século 20).

5 - O que levou inclusive, a eclosão de um movimento armado por parte de setores políticos de São Paulo, chamada de "Revolução Constitucionalista".

6 - PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: incertezas do regime. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ORG). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção- O Brasil Republicano; v.2).

7 - Gostaria de assinalar que não é intenção desse breve trabalho tratar de maneira aprofundada a formação da ANL. Para mais informações sobre a ANL ver: PRESTES: Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – Os caminhos da luta anti-fascista no Brasil (1934/1935). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

8 - HOBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos. : O breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

9 - TRINDADE, Hélgio. Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 1930. São Paulo: co-edições: UFRGS e Difel, 1974.

10 - Para maiores informações sobre o conflito de 1935, ver: FAGUNDES, Pedro Ernesto. Sangue nos trilhos de Cachoeiro de Itapemirim; Integralistas e Comunistas e a disputa pela Memória do conflito de 1935. IN: Anais Eletrônicos do V Encontro Regional de História da ANPUH – ES. Vitória- ES, 2005.

11 - Jornal Correio do Sul, p. 01, 14 de Dezembro de 1935. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Cachoeiro de Itapemirim - ES

12 - Refiro-me as pesquisas de João Fábio BERTONHA, principalmente, ao trabalho. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 85-105, 2001.

INTEGRAÇÃO PERVERSA: EXÍLIO, ESPIONAGEM E REPRESSÃO NO CONE SUL (1966-1978)

Pio Penna Filho*

Durante o período das ditaduras Latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, houve uma intensa integração dos serviços de segurança nacionais, seja por meio de ações de inteligência na troca de informações, seja pela integração perversa dos sistemas de repressão efetivos, os quais iam muito além do plano da inteligência para ações concretas de eliminação dos oponentes/resistentes às diversas ditaduras militares instaladas nos países sul-americanos, especialmente no âmbito do Cone Sul. a proposta deste trabalho é apresentar os resultados de uma ampla pesquisa realizada com documentação inédita obtida junto ao arquivo do Ministério das Relações Exteriores, dissecando e explicando como atuava o Centro de Informações do Exterior (Ciex), órgão de informações e centro de espionagem que atuava além das fronteiras nacionais e tinha como principal objetivo monitorar as atividades dos exilados brasileiros.

O Brasil no Contexto do Golpe de Estado de 1964

A ditadura militar que assumiu o poder em março de 1964, além de promover a mudança do regime e suprimir o Estado democrático, foi profundamente marcada pela violência utilizada como método para abafar a oposição e garantir a manutenção da nova ordem que foi ditada ao país.

Com efeito, 1964 tornou-se um marco na história contemporânea brasileira. O Golpe de Estado desferido contra o governo do presidente João Goulart significou a ruptura com a democracia instalada no país após a Segunda Guerra Mundial. Significou, também, o

coroamento do processo conflituoso entre camadas da sociedade civil e projetos políticos opostos vislumbrados para o Brasil pelos setores sociais mais organizados.

Um outro elemento que ajudou a acirrar as contradições internas da sociedade brasileira, e que levou ao Golpe de Estado, foi o contexto internacional bipolar, no qual a estrutura básica da Guerra Fria, profundamente marcada pela agudização das diferenças ideológicas, certamente potencializou uma situação de conflito com amplas repercussões na vida política nacional.

Os anos compreendidos entre 1961 e 1964 foram, sem dúvida, um dos períodos mais férteis de debates ideológicos na vida política nacional. Em poucos momentos da história brasileira se registraram tantas discussões envolvendo a questão social e com alto grau de conscientização política, com intensa participação dos sindicatos, movimento estudantil e partidos políticos de cunho nacionalista e socialista. A renúncia de Jânio Quadros e sua substituição por João Goulart, um político identificado com o trabalhismo getulista e até certo ponto aberto à participação dos partidos de esquerda, ajudaram a compor um quadro ainda mais complexo. Por seu turno, os partidos políticos tradicionais de cunho liberal e as diversas associações empresariais, considerando que algumas delas chegaram à sofisticação de estruturar institutos de pesquisa e organizações voltadas para a análise da conjuntura política nacional, comprovam que também estavam se instrumentalizando racionalmente para o embate ideológico e o clima de conspiração que vinha envolvendo o conjunto da sociedade brasileira nos agitados anos 1960.

Muito embora os setores conservadores da sociedade brasileira, tendo à frente o Exército, tenham manobrado para que o Vice Presidente não assumisse o poder após a renúncia de Jânio Quadros – Goulart havia sido eleito Vice-Presidente na chapa do candidato derrotado, Marechal Lott, e estava em viagem oficial à China comunista quando da renúncia de Quadros, o que sugere um elemento a mais a compor a trama da renúncia, uma vez que Quadros conhecia muito bem a aversão que o oficialato do Exército e da Aeronáutica nutriam por tudo que lembrasse o getulismo –, a pressão popular e a resistência montada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, forçaram

uma solução alternativa negociada, e não somente de força, para o impasse criado pela renúncia. De qualquer forma, desde o momento inicial da crise de 1961, ficou patente que havia, por parte de uma camada influente de altos oficiais do Exército, o descontentamento com os rumos políticos que se anunciavam com a ascensão de Goulart à presidência.

Não só os militares passaram a conspirar contra o governo do herdeiro político de Getúlio Vargas. Considerável parcela da elite política nacional desde cedo demonstrou preocupação com a possível guinada política que o governo poderia dar para atender aos anseios da parcela menos favorecida da população, angariando, dessa forma, o necessário apoio popular para a implementação de reformas estruturais, dentre as quais a agrária e a bancária. Assim, a parte mais ativa do empresariado nacional envolveu-se diretamente na conspiração para a derrubada do governo Goulart, contando para tanto com o poder financeiro e o suporte internacional prontamente oferecido pelos Estados Unidos da América.

Em 1964 o presidente Goulart foi deposto e os militares, associados com os setores organizados do empresariado nacional, retomaram o comando político do Estado. O Golpe forçou o exílio de expressiva parcela de políticos e colaboradores comprometidos com o governo de João Goulart, enquanto uma parte dos militantes dos partidos de esquerda e de movimentos sociais optou pela permanência no país e por ações políticas de denúncia e combate ao regime ditatorial. Em pouco tempo começou a contestação violenta contra o regime e, da mesma forma, a reação do lado do Estado autoritário.

Os Serviços de Informação e a Repressão

A natureza do regime instaurado em 1964 implicou na montagem de um amplo e complexo sistema de informações que teve como objetivo primordial a manutenção do poder

militar. Gradualmente os militares constituíram um verdadeiro sistema de informações que abrangia todo o país.

O objetivo principal, ao contrário dos serviços de informação de Estados democráticos, que em tese possuem como atribuição principal a defesa do Estado contra ações de natureza espúria (como ações terroristas, especulações financeiras, ingerências externas e inserção estratégica internacional), era o de zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1984.

O órgão centralizador desse sistema foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pelo General Golbery do Couto e Silva na segunda metade dos anos 1960. O SNI centralizava e sistematizava as informações processadas pelos serviços secretos dos Ministérios militares e pelas Divisões de Segurança Interna (DSI) criadas no âmbito dos Ministérios Civis e pelas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), o braço armado civil do regime militar.

Assim, a estrutura até o momento conhecida da comunidade nacional de informações considerava o SNI, visto como o elemento central da "inteligência" brasileira, auxiliado pelos demais órgãos setoriais, a saber: o Centro de Informações do Exército (CIE)[1], o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), as diversas Divisões de Segurança Interna (DSI) e o DOPS. Todos esses organismos atuavam na coleta de informações no plano interno, objetivando descobrir e eliminar os focos de resistência à ditadura, por mais tênues que fossem. Para o desempenho dessas funções, um dos métodos mais utilizados foi a tortura física e psicológica, levada às últimas conseqüências.

Paralelamente à atuação dos serviços de informação que atuavam no plano interno, o regime militar brasileiro criou uma agência especializada para atuação no plano externo. Até hoje ignorado pela historiografia sobre o Golpe de Estado de 1964, o Centro de Informações no Exterior (CIEX), recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos "subversivos" brasileiros que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de

liberdade política no Brasil e denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes.

O CIEX não surgiu do nada. À frente do Centro encontravam-se diplomatas de primeira linha do Ministério das Relações Exteriores que, inclusive, já detinha larga experiência no monitoramento das atividades de militantes do Partido Comunista Brasileiro no exterior – e, de forma geral, de análise da atuação do movimento comunista internacional.

É sobre o estudo deste elo da "comunidade nacional de informações" que trata este projeto. A análise de sua atuação e a revelação de sua existência, certamente ajudarão a iluminar e a melhor compreender um período vivo na história do Brasil recente, ainda hoje presente, de diversas maneiras, na vida política nacional.

Uma das principais questões levantadas inicialmente no âmbito desta pesquisa dizia respeito à origem e natureza das atividades do CIEX. Criado em 1966 com o objetivo explícito de dotar o Ministério das Relações Exteriores de informações estratégicas para ajudar na formulação e execução da política externa do país, na verdade o Centro teve como principal objetivo a monitoração das atividades dos exilados brasileiros que se encontravam em outros países e que faziam oposição ao regime militar brasileiro. Assim, o Centro de Informações do Exterior constituiu-se, ao lado dos órgãos de repressão estritamente militares (Exército, Aeronáutica e Marinha) e policiais (DOPS), como elemento essencial para a desarticulação e repressão aos grupos formados por exilados brasileiros ou que estivessem no exterior em busca de suporte para a luta contra a ditadura militar no Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores, ao contrário do que seus dirigentes sempre afirmaram, adequou-se plenamente à estrutura ditatorial erigida pelos militares em 1964, colaborando e comprometendo-se intensamente com o regime, inclusive nos aspectos relativos à repressão.

As ações de espionagem desenvolvidas pelo CIEX permitiram aos órgãos da repressão (sobretudo ao Centro de Informações do Exército – CIE –, à Delegacia de Ordem

Política e Social – DOPS – e ao Serviço Nacional de Informações – SNI) desarticular atividades dos militantes de esquerda brasileiros que atuavam no exterior e, eventualmente colaborou, mesmo que indiretamente, na prisão e/ou eliminação de alguns deles. Da mesma forma, houve um intercâmbio com agências congêneres estrangeiras, estipulando uma espécie de integração que, mais tarde, levou à criação da famosa Operação Condor, contudo, em outras bases.

O envolvimento do CIEX com agências estrangeiras de informações, principalmente dos países do Cone Sul da América (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai), é um elemento a mais que ajuda a comprovar a existência da Operação Condor, a atuação coordenada de alguns órgãos repressivos da América do Sul envolvida na eliminação de ativistas contrários às ditaduras militares latino-americanas. O CIEX, como membro do Sistema Nacional de Informações, foi um dos participantes do sistema de cooperação repressivo montado pelos regimes “fortes” sul-americanos.

A pesquisa demonstrou que ocorreu, além da atuação da repressão além-fronteiras, uma cooperação efetiva entre as agencias de segurança, envolvidas na perseguição, monitoramento, prisão ou eliminação de ativistas de esquerda, estivessem onde estivessem. Além disso, verificou-se um amplo grau de comprometimento do Itamaraty com a repressão, caindo por terra a alegação freqüente de que o Ministério das Relações Exteriores não participou de maneira ativa ao lado da repressão durante os anos de chumbo.

---

* Doutor em História das Relações Internacionais pela UnB e Professor de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso.

1 É muito comum a confusão na literatura entre o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações do Exterior (CIEx), este vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. A explicação mais provável para tal confusão reside no fato de que o CIEx é ainda um desconhecido, mesmo para a maior parte dos especialistas em 1964 e nos serviços de informações existentes no Brasil.

A Guerrilha de Caparaó (1966-1967) e o pânico das populações residentes próximas ao Parque Nacional do Caparaó

Plínio Ferreira Guimarães
Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

A instalação de uma ditadura militar no Brasil após o golpe de 1964 ocasionou o surgimento de vários movimentos que pregavam a luta armada como forma de resistir ao regime instaurado no país. No entanto, muito se discute sobre a real intenção de tais movimentos, havendo trabalhos recentes que trazem uma nova interpretação: a luta armada seria, na verdade, uma tentativa de tomar o poder, o "sonho da revolução socialista". Denise Rollemberg nos mostra que, antes mesmo da instalação de um governo ditatorial, o projeto de luta armada já era discutido, tendo ocorrido alguns contatos com o governo cubano na tentativa de apoio financeiro e treinamento, sendo as Ligas Camponesas os primeiros a buscarem tal apoio: "*A relação das Ligas com Cuba evidencia a definição de uma parte da esquerda pela luta armada no Brasil, em pleno governo democrático, bem antes da implantação da ditadura civil-militar*[1]". A autora ainda nos lembra que a esquerda tendeu a construir a memória da luta armada como, sobretudo, uma luta de resistência à ditadura militar, mas que essa interpretação não é suficiente para entendermos tal processo de luta:

> *É claro que o golpe e a ditadura redefiniam o quadro político. No entanto, a interpretação da luta armada como, essencialmente, de resistência deixa à sombra aspectos centrais da experiência dos embates travados pelos movimentos sociais de esquerda no período anterior a 1964* [2].

Não se pode, entretanto, deixar de destacar que a inviabilidade de participação política pelas vias institucionais durante o regime militar contribuiu para o surgimento de muitas organizações que propunham a luta armada como a principal estratégia para a derrubada dos militares. Dessa forma, a Guerrilha de Caparaó, ocorrida entre fins de 1966 e início de 1967, foi provavelmente o primeiro movimento no país de resistência armada à ditadura. O cenário de tal movimento, a região do Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, era considerado um ponto estratégico, havendo indícios de que grupos de esquerda já haviam realizado estudos de reconhecimento para a implantação de focos guerrilheiros ainda no governo João Goulart e logo após o golpe de 1964: "*Moniz Bandeira tem informações de que o local havia sido estudado para a implantação do foco com militantes das Ligas Camponesas desde de 1963 e que a POLOP tentou fazer aí em 1964, depois do golpe, com sargentos e marinheiros,*

mas o plano foi abortado[3]". Um dos líderes da Guerrilha de Caparaó, Amadeu Rocha, também afirma que a região já havia sido explorada por outros movimentos: "*A 'POLOP' (Política Operária) não deu apoio à Guerrilha, mas simplesmente cedeu a área, porque não tinha condições de explorá-la. Eles tinham um trabalho feito lá...* [4]".

Apesar do envolvimento de alguns civis ligados a organizações de esquerda, os integrantes da Guerrilha eram em sua maioria militares, principalmente ex-sargentos e marinheiros que participaram das manifestações em favor das reformas de base no governo de João Goulart.

O movimento ainda contava com o apoio do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, na época exilado no Uruguai. Brizola havia tentado resistir ao golpe assim que este ocorreu, mobilizando políticos e militares fiéis à Jango. Entretanto, com a desistência do presidente de resistir ao golpe de Estado, o ex-governador embarca para o país vizinho de onde passa a tramar uma reação armada ao grupo que havia se usurpado o poder. É no exílio que Brizola mantém contato com o governo cubano, conseguindo dinheiro e o envio de homens ao país no intuito de realizarem o treinamento guerrilheiro. Segundo Denise Rollemberg, cinco integrantes da Guerrilha de Caparaó teriam realizado o treinamento em Cuba[5].

Apesar de todas estas circunstâncias relatadas até aqui e da importância do movimento para o período, a população residente em torno do Parque Nacional de Caparaó não guarda a memória de um grupo de pessoas que buscavam confrontar o governo militar então estabelecido no país. Algumas pessoas até demonstram saber algo a sobre os reais intuitos da Guerrilha. No entanto, a lembrança da Guerrilha diz respeito, sim, a sensação de medo e insegurança que compartilharam tais pessoas durante alguns dias e a forte presença de tropas que permaneceram na região em busca de mais guerrilheiros. Mais ainda, a partir desse momento, passaram a viver em constante angústia na expectativa de novamente se encontrarem guerrilheiros na região.

Aqui vale lembrar a diferenciação realizada por Jean Delumeau entre medo e angústia. O autor nos lembra que "*o medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança*[6]".

Delumeau nos diz que tanto os indivíduos isolados quanto a coletividade possuem um diálogo permanente com o medo, sendo este um componente maior na experiência humana, daí a necessidade de escrever a sua história. Entretanto, o autor nos lembra que o estudo do medo pela História não pode perder sua ligação com o contexto histórico em que ela se relaciona[7]. Para ele, "*o medo é o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)*[8]".

É dessa forma que, para compreender o medo sentido pelos moradores da região em torno do Pico da Bandeira quando souberam da presença de guerrilheiros, devemos analisar primeiramente todo o contexto histórico do país e, conseqüentemente, da região, e depois partirmos para uma compreensão daquilo que se teme, a imagem criada do perigo.

O período que antecede ao golpe militar de 1964 é o momento de maior radicalização política no país, havendo uma ampla mobilização dos setores de direita e esquerda. É nesse contexto que se amplia a propaganda anticomunista divulgada por parte dos setores conservadores. Há uma verdadeira "demonização" do comunismo. O próprio discurso do grupo que tomou o poder através do golpe militar de 1964 enveredava para "a salvação do país do perigo do bolchevismo". Dessa forma, mesmo não tendo acesso ainda a TV e aos jornais mais lidos no Brasil, os moradores da região em torno ao Parque Nacional de Caparaó tinham contato com tal tipo de propaganda. Mais ainda, como se tratava de uma população que vivia em sua maioria na zona rural e sem instrução, estavam aptos a aderirem mais facilmente a tal discurso, sofrendo a figura do comunista maiores deformações no imaginário de tais pessoas. No entanto, até então o comunismo era uma ameaça distante, coisa para ser discutida nas grandes cidades, nas capitais. Imaginavam, pelo menos momentaneamente, estarem livres de tal perigo.

O medo, dessa forma, ocorre quando a população se dá conta de que o "perigo comunista" estava muito próximo e que poderiam ser dominados a qualquer momento. Mas aqui deve-se analisar com muito cuidado que comunismo tais pessoas temiam. Para tanto, caminha-se em direção a uma discussão sobre cultura política. Partimos neste trabalho da opinião de que todos somos portadores de uma cultura política e de que esta se encontra interiorizada pelo indivíduo. Assim, a cultura política de cada um se forma através do contato com os canais de "*socialização política tradicional*[9]", ou seja, a família, a escola, a igreja, o convívio social, o trabalho, a mídia, entre outros. O receio em relação ao comunismo já era existente entre tais pessoas. Estes adquiriram uma posição anticomunista através de toda a pregação realizada por religiosos, políticos locais, mídia e até mesmo escolas.

Entretanto, não se pode deixar de relatar a visão deturpada do comunismo que era compartilhada pela população: "*O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real*[10]". Podemos, assim, dizer que o "mito do comunista mau" se fazia presente entre os moradores da região. O "guerrilheiro comunista" vinha para subverter a ordem e a moral. Encaixa-se aqui a mitologia da conspiração desenvolvida por Raoul Girardet onde o autor diz que a visão construída dos homens do complô são a daquele que se utiliza das estratégias "*da corrupção, do aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais*[11]". Estes se utilizam da noite para agir e fogem completamente dos padrões da normalidade social: "*os fanáticos da conspiração encarnam o estrangeiro no sentido pleno do termo*[12]".

Essa é a imagem feita em relação aos guerrilheiros. Vistos como comunistas, passaram a desempenhar uma ameaça à representação de sociedade que possuíam os residentes em torno do Parque Nacional do Caparaó. Na sua visão, uma sociedade comunista era atéia, as famílias eram corrompidas, os filhos seriam educados pelo Estado, a prostituição seria comum entre eles, as terras seriam tomadas e todos os moradores escravizados e obrigados a trabalhar em favor dos planos bolchevistas. O temor da população dizia respeito a esse comunismo que habitava a sua imaginação. "*Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata*[13]".

Dessa forma, assim como também nos mostra Carlo Ginzburg, existem mentiras que são construídas visando a sua utilização política para o controle social. "*Essa mentira destinada ao bem comum são os mitos*[14]". O mito criado em torno do comunismo por aqueles que viam nele realmente uma ameaça foi o produtor do pânico que tomou conta da serra de Caparaó durante o cerco ao grupo guerrilheiro.

Mas em que momento o medo teria sido maior por parte dessa população? Com certeza, quando da chegada das tropas do Exército. A movimentação de um grande número de militares, armamentos pesados, a utilização de aviões e helicópteros nas buscas, enfim, todo um aparato até então nunca visto por tais pessoas os levou a uma situação de pânico generalizado. A chegada do Exército demonstrava que a presença de guerrilheiros na região era um "perigo real" como demonstra o depoimento de padre Demerval Alves Botelho, residente no município de Espera Feliz quando ocorreu a Guerrilha: "*Então chega aquele aparato militar do Exército, não é: 'o que é que é isso? O negócio é sério!' E cercaram aquilo tudo ali, toda a serra do Caparaó*[15]".

O Sr. Dalbino José dos Santos, residente em Alto Caparaó no período da Guerrilha, também relata a apreensão gerada pela chegada do Exército: "*Teve uma prima minha mesmo que desmaiou (...) Desmaiou de ver aquela chegada daquele policiamento. E se fosse uma polícia comum, né? Mas, assim, parece que dá pavor um pouco. É o Exército chegando, e caminhão e mais caminhão, ônibus*...[16]"

Devemos lembrar, ainda, que todos os integrantes do movimento haviam sido presos pela própria Polícia Militar de Minas Gerais alguns dias antes da chegada das Forças Armadas à região, num total de 16 homens. Assim sendo, quando da vinda do Exército e de todo o aparato que o acompanhava não restavam, ou não foram encontrados, nenhum outro integrante da Guerrilha.

Mesmo assim, foi a presença das Forças Armadas a geradora de comportamentos exagerados diversos: além de desmaios, existem relatos de fugas para cidades mais distantes do cerco, e o mais comum, pessoas que ficaram presas nas próprias casas sem

abrir janelas ou portas, como demonstra o Sr. Welton Ferreira Lima: "*A gente nem abria a janela direito (...) nem janela, muito menos a porta, nós ficamos com muito medo mesmo* [17]". Poucos se arriscavam a sair à noite.

Delumeau afirma que, "*coletivo, o medo pode ainda conduzir a comportamentos aberrantes e suicidas, dos quais a apreciação correta da realidade desapareceu*[18]". Percebe-se no caso da Guerrilha de Caparaó que esse medo coletivo realmente encobriu toda a visão da realidade. Porém, o mesmo autor nos lembra que o medo coletivo proporciona emoções-choque diferentes em cada pessoa, ou seja, nem todos apresentam o mesmo comportamento. Mas no geral, "*os comportamentos de multidão exageram, complicam e transformam os excessos individuais*[19]". Assim, mesmo constatando que nem todos os moradores relatam terem sentido medo ou apresentam o mesmo constrangimento ao falar do período, percebe-se que o pânico não tomou conta apenas de alguns indivíduos isolados e sim da grande maioria da população.

Mas seria o comunismo o único agente causador do medo na população? Pelos relatos ouvidos, percebe-se o temor se dava também pelos boatos de que a região seria bombardeada. Além disso, havia o medo da própria força de repressão ao movimento, principalmente do Exército. Esse medo talvez se justifique pelo grande número de prisões e buscas dadas em pessoas da própria região. "*Eles chegavam e davam busca numa pessoa às vezes até do lugar. Então eu tinha que ir para lá para explicar quem era aquela pessoa*[20]", é o que relata o Sr. Juvercy Emerick, ex-funcionário do Parque Nacional do Caparaó e que guiou as tropas da PM mineira e do Exército na busca por guerrilheiros.

A apreensão em relação às tropas pode ser percebida nos artigos de jornais da época também:

> *Nos municípios que circundam a serra do Caparaó, o ambiente é de intranqüilidade e apreensão desde que o comando das tropas regulares resolveu prender homens velhos e jovens, políticos e apolíticos. Até a última segunda-feira, quando as prisões de civis eram poucas, falava-se da guerrilha com ar de troça e muitas risadas. Agora os semblantes estão fechados, os bate-papos acabaram, os informantes sumiram. Qualquer estranho é recebido com reserva. Nas cidades mais adiantadas, que contam com escolas, prefeitos e Câmaras Municipais, a ocupação pelas forças regulares teve efeitos desfavoráveis junto à opinião pública. Os soldados chegaram, tomaram conta das escolas, das melhores casas, das ruas, dos rios, dos matos e até das igrejas; locais pacatos, e até monótonos, foram dominados por uma agitação febril. Jipes corriam a 100 quilômetros por hora, ordens eram dadas aos gritos, soldados limpavam metralhadoras, aviões e helicópteros – engenhos desconhecidos de muitos – passaram a cruzar os ares. Tanto aparato causou susto.*
>
> *Com o decorrer dos dias, viu-se que a apitação a nada conduzia. As tropas subiam e desciam a serra, ouviam-se tiros pela madrugada, a situação ficou tensa – mas não se via nenhum guerrilheiro, vivo ou morto, aprisionado. Segundo os mais argutos, a prisão de civis foi como que uma satisfação à opinião pública, para mostrar o êxito da operação antiguerrilha*[21].

Mas, se por um lado a chegada do Exército havia proporcionado o aumento do medo, por outro, com o passar do tempo, a população desenvolveu uma profunda simpatia pelas tropas que estavam ali presentes, sendo este um dos aspectos mais vivos na memória dos moradores da região. A conquista do apoio popular se deu através da promoção de

políticas assistencialistas e de diversão pública. Assim, as tropas realizaram a vacinação em massa da população, consultas médicas e dentárias, extração de dentes, distribuição de remédios e alimentos. No município de Espera Feliz, foram promovidos bailes, apresentação da banda do 11.º Batalhão de Polícia Militar e sessões de cinema em praça pública.

A simpatia pelas tropas pode ser percebida pelo depoimento da Sra. Nadir Tavares de Oliveira:

> *Eles (Exército) organizaram consultórios médico, odontológico, extraíram os dentes da população, consultas, vacinas, inclusive para a meningite que eu me lembro (...) o povo na época teve medo quando começou a chegar os policiais, mas quando os policiais entrosaram com a população, foi acabando o medo e não teve nada que amedrontasse a cidade. (...) até mesmo gente de fora da cidade vinha para consultar, pois não existia posto de saúde aqui, não existia dentista, médico era um só.* [22]

Os jornais da época também relatam as táticas do exército na busca do apoio popular:

> *O trabalho de amaciamento (da população) estende-se ao campo, onde veterinários se oferecem aos fazendeiros, inclusive para distribuição de vacinas e remédios. No setor urbano os moradores – pela primeira vez em sua vida – receberam doações de alimentos, leite em pó, víveres, medicamentos, especialmente vermífugos e até mesmo brinquedos para as crianças.* [23]

As crianças tiveram atenção especial dos militares nesse processo. Em Espera Feliz, os alunos da escola local foram agraciados com passeios de avião sobrevoando a região. Em Alto Caparaó e Caparaó, foram realizadas diversas brincadeiras e distribuição de balas e doces. O Sr. Ismael Gripp de Oliveira afirma que, como o medo das tropas foi grande, os militares começaram a *"chamar as crianças para brincadeiras, adulavam para as pessoas verem que não tem nada a ver, que a polícia é para dar apoio à população e dar segurança*[24]".

O "perigo que o comunismo representava ao país" era o tema preferido de palestras que ocorreram em escolas, igrejas e praças públicas, como demonstra o artigo de jornal da época: "*Entre uma bala de chupar e uma canção, fazem-se conferências sobre o papel das Forças Armadas e das Polícias Militares e sobre a ação nefasta do comunismo*[25]". O depoimento da professora Maria do Carmo Rocha, residente na cidade de Espera Feliz, confirma o acontecimento de tais palestras:

> *eles iam (na escola), falavam o que era a guerrilha, porque eles estavam aqui (...) os oficiais explicavam o que era guerrilha, o que era o comunismo, a questão do Che Guevara, falava na época até da União Soviética, do presidente da época (na União Soviética), não me lembro. (...) perguntavam se aqui em Espera Feliz tinha alguém que era comunista* [26].

Adotando tal estratégia, as tropas formadas pelo Exército e Polícia Militar conseguiram manter um certo controle sobre o pânico da população e conquistaram, dessa

forma, a simpatia dos moradores da região. Com isso, não faltaram colaboradores para ajudarem nas buscas por guerrilheiros. O jornal Correio da Manhã relata tal apoio:

> *Se o êxito de uma guerrilha, como afirma os manuais, dependesse da capacidade de se obter, até mesmo em pequena escala, a boa vontade e o auxílio das populações locais, Caparaó certamente seria o local menos indicado para tal tipo de operação subterrânea.*
> *O comportamento dos moradores da região em relação aos acontecimentos é um fato que possivelmente deve ter agradado às autoridades militares* [27].

E após o fim da movimentação de tropas na região, também teria chegado ao fim o sentimento de medo da população? Tudo indica que não. Para alguns talvez tenha ocorrido o contrário. Obrigados a retomarem sua vida normal e sem a "proteção" do Exército ou da PM, muitas pessoas passaram a viver em constante sensação de insegurança. Os que ainda eram jovens na época relatam que por muito tempo deixaram de brincar em áreas mais distantes próximos a matas ou mesmo evitavam em ir para os rios. Quando iam, qualquer movimentação de animais ou o vento na vegetação era motivo de fugas com medo da presença de guerrilheiros.

> *A molecada nem no campo não ia jogar bola, porque o nosso campo é um pouco mais no alto da serra ali (...) os túneis, as cavernas que a gente brincava por aqui na região, a gente ficava com medo de chegar e ter guerrilheiro lá dentro das cavernas (...) tomar banho nos rios, a gente tinha medo de guerrilheiro tá na beira do rio. (...) Depois mesmo que foi concretizado a prisão dos guerrilheiros, é que aí sim, nós resolvemos e voltamos a brincar, mas com muito medo. Ainda com medo, qualquer barulho de bicho, era guerrilheiro* [28].

A desconfiança com as pessoas estranhas aumentou, principalmente se estas tivessem cabelos compridos, barba e carregassem mochilas, características um tanto fácil de se encontrar em uma região que recebe turistas dos locais mais distantes possíveis e onde se pratica o montanhismo e se realizam acampamentos.

> *Se aparecesse um barbudo aqui todo mundo ficava com medo. Nós ficamos com esse trauma por muito tempo. (...) eu acredito, pra ser bem sincero, que até hoje, eu não digo que dentro de Caparaó, mas na região por aí, eu acredito que esse povo ainda se ver um pessoal estranho com essa característica que eu disse agora pouco, barba grande, com a mochila nas costas, essas coisas toda aí, e se for um grupo bem grande, ainda fica meio cabreiro, é capaz de não deixar as portas e as janelas muito abertas*[29]

O depoimento da professora Maria do Carmo demonstra a apreensão da população:

> *Em "oitenta e poucos" isso era perseguido. Em Espera Feliz ficou essa coisa, porque guerrilha em Espera Feliz, em Caparaó, prendeu em Espera Feliz, então era possível que aqui tinha guerrilheiro, que aqui a população escondesse guerrilheiro, sabe? Se você falasse, assim, não a favor, mas se você deixasse transparecer que não tinha que ficar atrás de guerrilheiro, essas coisas assim, você era visto com maus olhos* [30].

O receio em se falar da Guerrilha ainda pode ser vista entre muitos. Alguns, inclusive, se negam em falar sobre o assunto. Outros, no entanto, narram a sua valentia ao

"não sentirem medo dos guerrilheiros" enquanto toda a população se encontrava apreensiva.

A figura do comunista que habitava o imaginário de tais pessoas proporcionou então um sentimento de angústia nos moldes definidos por Delumeau: "*porque a imaginação desempenha um papel importante na angústia, esta tem sua causa mais no indivíduo do que na realidade que o cerca e sua duração não está, como a do medo, limitada ao desaparecimento das ameaças*[31]". Assim, a ameaça comunista ainda se fez presente durante muito tempo, mesmo esta não representando, na verdade, um perigo para o modo de vida de tais pessoas.

---

[1] ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p.26.
[2] Idem.
[3] Ibidem, p.36.
[4] REBELLO, Gilson. **A Guerrilha de Caparaó**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.184.
[5] ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p.34.
[6] DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 25.
[7] Idem, p.18-19.
[8] Ibidem, p.24.
[9] BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. IN: RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988, p.356-357.
[10] GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.13.
[11] Idem, p.40.
[12] Ibidem, p.42-42.
[13] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.22.
[14] GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.61.
[15] Padre Demerval Alves Botelho, depoimento concedido em 19 de janeiro de 2004 no município de Manhuaçu.
[16] Dalbino José dos Santos, depoimento concedido em 21 de janeiro de 2004 no município de Espera Feliz.
[17] Welton Ferreira Lima, depoimento concedido em 29 de janeiro de 2004 no município de Caparaó.
[18] DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 20.
[19] Idem, p.24
[20] Juvercy Emerick , depoimento concedido em 23 de janeiro de 2004 no município de Alto Caparaó.
[21] Recorte de jornal encontrado na Biblioteca Municipal de Alto Caparaó. Não houve o cuidado em se preservar o nome e a data do jornal.
[22] Nadir Tavares de Oliveira, depoimento concedido em 23 de janeiro de 2004 em Alto Caparaó.
[23] Jornal Correio da Manhã, 12 de abril de 1967. Documento encontrado na Biblioteca Municipal de Alto Caparaó.
[24] Ismael Gripp de Oliveira, depoimento concedido em 29 de janeiro de 2004 no município de Caparaó.
[25] Recorte de jornal encontrado na Biblioteca Municipal de Alto Caparaó. Não houve o cuidado em se preservar o nome e a data do jornal.
[26] Maria do Carmo Rocha Rezende, depoimento concedido em 21 de janeiro de 2004 no município de Espera Feliz.
[27] Jornal Correio da Manhã, 12 de abril de 1967. Documento encontrado na Biblioteca Municipal de Alto Caparaó.
[28] Welton Ferreira Lima, depoimento concedido em 29 de janeiro de 2004 no município de Caparaó.
[29] Welton Ferreira Lima, depoimento concedido em 29 de janeiro de 2004 no município de Caparaó.
[30] Maria do Carmo Rocha Rezende, depoimento concedido em 21 de janeiro de 2004 no município de Espera Feliz.
[31] DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 25.

A MULHER E A INSTITUIÇÃO DO CASAMENTO NO EGITO ANTIGO: DA LIBERDADE ÀS RESTRIÇÕES MORAIS

Poliane Vasconi dos Santos[*]

Particularidades do estatuto da mulher egípcia

A mulher egípcia teve um status privilegiado em comparação com outras civilizações antigas. A igualdade entre os sexos era um fato natural e comum aos egípcios, que nunca se referiram a relações de inferioridade ou qualquer outro tipo de problema relacionado com a posição da mulher em sua sociedade, ressaltando que eram iguais tanto em dignidade como em direito. NOBLECOURT[1] afirma que o Egito foi o único país da Antigüidade que dotou a mulher de um estatuto igual ao do homem, podendo ser constatado em diversas fontes do Antigo e do Novo Império.

Embora seu status tenha sofrido diversas alterações ao longo do tempo, devido a mudanças na sociedade egípcia, a mulher egípcia ainda continuava a ter mais liberdade que outras de seu tempo.

Como definiu Ciro Flamarion CARDOSO[2], a mulher era *sui juris*, podendo desempenhar importantes papéis em diversas atividades produtivas, dispor de seus bens, estabelecer contratos ou obrigações, intentar processos judiciais; portanto, tinha o direito de ir e vir com ampla liberdade. Na vida privada mantinha-se o amplo direito da mulher. Ela tinha igual participação na herança e controle de seus bens pessoais. No aspecto público, a mulher podia intervir na gestão do patrimônio familiar, ação essa considerada normal em muitos casos como, por exemplo, na ausência do marido ou durante a viuvez.

Podemos dizer que o estatuto da mulher egípcia devia-se ao lugar da criança na sociedade. A família só estaria completa com filhos, sendo mal visto aqueles que não as possuíam. Apesar da importância dada a filhos homens, não havia discriminação dos recém-nascidos mulheres. Esse fato surpreende ESTRABÃO[3] que estava acostumado a ver o abandono das meninas em outras regiões na Antigüidade.

Um outro diferencial da mulher egípcia era que ela não sofreu nenhum tipo de tutela,

a qual esteve submetida, por exemplo, a mulher romana. O poder dos pais figurava mais como uma proteção do que como uma dominação. A escolha do futuro marido dependia do consentimento paterno, mas a mulher era relativamente livre para escolher. Sua capacidade era plena e completa com a maioridade; apesar de não sabermos exatamente quando esta se iniciava, devia ser com uma idade que permitisse o uso de discernimento e que a responsabilizava pelos seus atos. HERÓDOTO[4] dizia que os costumes e leis egípcias eram contrários ao resto do mundo. DIODORO SÍCULO[5] dizia que a mulher tinha plenos poderes sobre o marido e que eles se submetiam à vontade de suas mulheres.

Se as mulheres recebiam uma instrução adequada, mesmo que fossem de origem modesta, elas poderiam exercer diversas profissões, com exceção do exército. As atividades profissionais mais comuns entre as mulheres eram fiar, tecer, fabricar roupas e confeccionar óleos perfumados e ungüentos. Também se encontram registros de mulheres que eram supervisoras das oficinas de fiação no palácio, que dirigiam canteiros de tecelagem, que eram intendentes da câmara funerária e de grupos de carpideiras[6].

Outro setor específico aberto às atividades das mulheres que receberam instrução era a religião. As mulheres podiam dedicar-se como sacerdotisas em várias escalas hierárquicas. Na maioria das vezes, elas eram orientadas para o culto de deusas como Ísis, Háthor e Neith, sem deixar de lado o culto masculino dos deuses Amon, Thot, Ptha, Konsu, Min e outros.

Muitos estudiosos acreditam que somente as mulheres da alta sociedade eram letradas. As descobertas arqueológicas desmentem esse juízo. Foram encontradas correspondências de mulheres de Deir el-Medina enviadas a seus maridos e amigas, que respondiam as suas cartas. Os assuntos eram variados e tratavam desde problemas da vida diária até confidências íntimas[7].

A instituição do casamento

Não sabemos ao certo a idade ideal para o casamento, normalmente as jovens poderiam se casar a partir dos 12 ou 14 anos e os rapazes, por volta dos 16 ou 17 anos. A idade para se constituir família podia variar, dependendo dos meios financeiros do futuro

casal[8]. O escriba Ani assim aconselha os homens:

> *"Desposa uma mulher enquanto ainda és jovem,*
> *E que ela engravide enquanto ainda és jovens"*[9].

O casamento era considerado um ideal social cujo desenvolvimento harmonioso dependia exclusivamente dos seus noivos e que devia ter por objetivo seguir o caminho da Maat, a deusa da justiça e da retidão. A fidelidade era considerada a maior garantia da manutenção dessa ordem que afastaria os noivos do *grande crime* do adultério. Não havia uma lei para o casamento, pois se tratava de uma anuência pessoal entre os dois interessados que se comprometiam a um pacto social. *Entrego-me a ti* seria a simples frase que a mulher diria ao homem para tornar-se sua esposa legal.

Alguns autores acreditam que a virgindade da noiva não era questão de honra e motivo de preocupação. Provavelmente, nada impedia a jovem de ter relações sexuais antes do casamento. Mas como as fontes não confirmam a idade certa para a união, é muito provável que a maioria das jovens casava-se virgem devido à pouca idade com que contraiam matrimônio. Mas em alguns textos que contêm os contratos de matrimônio, fica subentendido que a virgindade fosse exigida com grande importância social. Os cantos de amor falam de uniões amorosas e se referem a *mulheres liberadas*, mas que segundo NOBLECOURT[10] poderia ser fruto de fantasia.

No Egito faraônico, o aspecto fundamental do casamento era a habitação do homem e da mulher juntos numa mesma casa. Segundo as fontes, casar nada mais seria que *fundar uma casa*, *viver junto*. O sábio Ptah-hotep aconselha seus discípulos a fazer ambas as coisas no devido tempo para que pudessem constituir uma família com muitos filhos. O casamento não era um ato jurídico, mas social, que consistia na coabitação entre homem e mulher por livre escolha. Dessa forma, homem e mulher assumiam seu compromisso frente à sociedade, devendo cumprir os deveres inerentes a essa escolha.

De acordo com a análise de Teresa RODRIGUES[11], a família era a pedra angular do edifício social egípcio. Uma máxima de Ptah-Hotep traduz bem essa perspectiva, ressaltando a importância do casamento:

> *"Quando prosperares e construíres teu lar,*
> *Ama tua mulher com ardor,*
> *Enche seu estômago, veste suas costas,,*
> *o ungüento é um tônico para seu corpo,*
> *Alegra o seu coração enquanto viveres,*
> *ela é um campo fértil para o seu senhor"*[12].

Petosíris, grande sacerdote de Thot em Hermópolis, declarou todo seu amor e respeito a sua esposa, demonstrando claramente sua admiração por ela:

> *"...soberana de graça, doce de amor, de palavra ágil, agradável em suas falas, de conselhos úteis em seus textos, tudo o que passa por seus lábios é a semelhança dos trabalhos de Maat, mulher perfeita, grande em favores na cidade, que estende a mão a todos dizendo o que é bom, repetindo aquilo de que se gosta, dando prazer a todos, nos lábios de quem não passa mal algum, grande amor junto a todos, Renpetnefret, filha do Grande dos Cinco, Senhor dos Assentos, Pefthauneith, e filha da Dama de Saturet"*[13].

Ciro Flamarion CARDOSO[14] atribui a importância dada ao casamento às conseqüências que dele derivavam, relacionadas ao aspecto econômico e jurídico. Legitimidade, herança e sucessão eram fatores essenciais na sociedade egípcia, que necessitava da formação familiar para garanti-los. Outro fator importante é que o casamento era quase sempre monogâmico, embora as concubinas fossem aceitas socialmente, e que raríssimas vezes ocorria o casamento consangüíneo, como muitos acreditam, exceto na família real. Sabia-se também diferenciar o mito do casamento entre irmãos, como o de Ísis e Osíris, da vida cotidiana. Um ponto de controvérsia era o costume muito comum durante todas as épocas de chamar a esposa de *sonit* (irmã) e não de *himit* (esposa). Chamar-se de *meu irmão* e *minha irmã* era demonstração de grande afeto entre o casal, e parece ter sido usado entre todas as classes sociais, tendo contribuído para a defesa da prática de incesto na sociedade egípcia.

Como não era considerado um ato sagrado, mas com características puramente humana, o casamento não era objeto de nenhum ritual específico. A mulher pode ter usado um vestido especial para dirigir-se à casa do noivo, utilizando uma espécie de véu, mas são poucas as referências sobre festividades e vestimentas matrimoniais[15].

Mesmo depois de casada a mulher mantinha sua identidade e não mudava de nome nem adquiria o de seu marido. Era designada por sua própria genealogia, sendo mencionada como filha e filho de fulano. Tal como os homens ela era citada por seu nome, precedido, se fosse casada, pela expressão *nébet-per*, significando *senhora de casa.*

Percebe-se, por meio da análise das fontes, que o maior anseio das egípcias era realmente casar-se e ostentar esse título. Mesmo tendo adquirido uma formação para um ofício ou tornando-se sacerdotisas que não requeriam o celibato, desejavam a união baseada nos modelos divinos. Como já foi dito, a família era pedra fundamental da sociedade, principalmente como reflexo do mundo divino. Numa passagem da XVIIIª dinastia uma jovem diz:

> *"Oh, tu, dentre os jovens o mais belo,*
> *vem-me o desejo de cuidar de tuas coisas,*
> *como dona de tua casa,*
> *com o teu braço no meu braço,*
> *servindo-te meu amor"*[16]

Como mãe, a mulher era o eixo da família e possuía uma autonomia independente dessa função. Dispunha de direitos desde o nascimento que não eram modificados nem com o casamento nem com a maternidade[17].

Havia princípios morais que as mulheres deveriam seguir e as deusas eram modelos de inspirações para elas. A deusa Ísis era o protótipo de esposa, de boa mãe e modelo de fidelidade e solicitude. Háthor, a deusa do amor, era considerada a deusa que protegia as mulheres da esterilidade e lhe daria muitos filhos. Os ensinamentos de Maat eram sempre lembrados como o equilíbrio necessário para se encontrar as respostas para todos os problemas, tornando a mulher uma mãe de múltiplas responsabilidades e a base de um lar feliz e próspero.

Um lar harmonioso com uma boa esposa e muitos filhos era o ideal de todos os egípcios. Isso decorria, na maioria dos casos, da moral que lhes era ensinada desde pequenos e que desempenhava um papel preponderante dentro da civilização egípcia.

Como mãe muitas mulheres tiveram papéis importantes ao lado de seus filhos, sabendo aconselhá-los em todas as situações como uma mãe zelosa e protetora. O escriba Ani homenageia a devoção das mães egípcias:

> *"Devolve à tua mãe tudo o que ela fez por ti. Dá-lhe pão em abundância e carrega-a como ela te carregou. Ela teve um pesado fardo contigo. Quando nascestes, depois de todos aqueles meses, ela carregou-te ainda em sua nuca, e por três anos seu seio esteve em tua boca. Ela não sentia aversão por tuas sujeiras"*[18].

Como não havia uma proibição religiosa para a separação entre os cônjuges, a

manutenção do casamento e a estabilidade do lar dependiam da moralidade presente em todas as famílias que eram baseadas na lei do equilíbrio cósmico - Maat - que não devia ser alterada. Nesse contexto a família surge como uma ordem necessária e fundamental, sendo almejada por todos, homens e mulheres[19].

Os motivos de separação vão desde o adultério até conflitos de interesse e infertilidade. A mulher estava protegida contra uma separação injusta e os homens sabiam que poderiam ser submetidos a duras penalidades caso o fizessem. Poderia-se fazer um contrato formal garantindo o bem-estar material da mulher no caso de separação ou viuvez. Os contratos de casamento não eram obrigados por lei, mas estavam solidamente arraigados ao costume da população. Mas a mulher tinha ampla liberdade se desejasse estabelecer um contrato de casamento beneficiando seu marido em caso de separação. No Papiro de Salt, a mulher promete restituir os bens do marido se o expulsasse de casa por amar outro homem: "*Se eu me afastar de ti não poderei pôr em causa as nossas aquisições comuns"*[20].

Fisicamente a mulher egípcia tinha um padrão a seguir, devendo ser esbelta, alta, com longas pernas, seios pequenos e longos cabelos negros. Em muitos textos encontram-se mencionados que a gordura não era bem vista e deveria ser evitada. Dessa forma encontrou-se em muitas tumbas das altas damas da sociedade, taças contendo as rizomas de plantas aquáticas, conhecidas como "*cabelo da Terra*", que supostamente forneciam as curvas apreciadas às mulheres que dela utilizavam[21]. Com todo esse cuidado com a beleza, as mulheres ficaram com a fama de belas, mas traiçoeiras. A estatutária e a iconografia revelaram essa beleza que atraiu e provocou perturbação; os primeiros cristãos temendo essas imagens destruíram ou cobriram de gesso as inúmeras representações das mulheres.

O sábio Ptah-Hotep ressalta que as mulheres são sedutoras e que é preciso ficar atento quando estiverem perto delas, desviando o homem de seus objetivos primordiais:

> *"Se desejas conservar a amizade numa casa em que entres como senhor, irmão ou amigo, em qualquer lugar onde entres evita aproximar-te das mulheres. Não é bom o lugar onde isso acontece nem é perspicaz quem se insinua a elas. Mil homens podem enlouquecer por seu (próprio) impulso: um breve momento, parecido a um sonho, e a morte chega por havê-las conhecido"*[22]

Dessa forma, parte da literatura egípcia, principalmente os contos populares,

dedicou-se a depreciar a figura da mulher, descrevendo-a como vaidosa, caprichosa, incapaz de guardar segredos, mentirosa, vingativa e, acima de tudo, infiel[23].

Ciro Flamarion CARDOSO acredita que esses relatos expressam os preconceitos da sociedade egípcia que, embora menos machista que outras, não deixa de ser dominada pelo imaginário masculino sobre a mulher. Subentende-se aí um aviso de suma importância: "*Vejam os males que advirão se a mulher se desviar dos seus papéis naturais de esposa e boa mãe!"*[24].

No papiro de Westcar, proveniente provavelmente da XIIª dinastia, aparecem personagens femininos em situações variadas, mas aí também se aponta para o estereótipo da mulher traiçoeira e causadora de problemas[25].

No entanto, a literatura reserva um amplo espaço para exaltar a mulher em suas atividades e funções sociais de mãe e esposa, como foi ressaltado a passagem do escriba Ani em que homenageia a devoção das mães em seus textos. A imagem feminina traduziria o amor, a fecundidade, a solicitude. Nesses papéis essenciais, ela mostra-se desejável, respeitável e protetora, assemelhando-se a deusas, como Ísis e Háthor[26].

Conclusão

As mulheres egípcias têm algumas características que as distinguem das mulheres de outras sociedades antigas, principalmente no que se refere ao status social e jurídico, possuindo direito adquiridos desde o nascimento que lhe davam um amplo espaço de liberdade.

Por outro lado, a literatura também lhes atribui características preconceituosas que as igualam às mulheres das sociedades contemporâneas. Isto, no mínimo, inviabiliza a defesa de uma idéia homogênea da emancipação da mulher no Egito, distanciada dos quadros mentais de seus vizinhos. Além disso, deve-se ressaltar que a documentação disponível não é suficiente para garantir a descrição do perfil da mulher egípcia como um todo, mas apenas no âmbito das camadas aristocráticas representadas.

---

[*] Doutoranda da FCL-UNESP/Assis sob a orientação do Prof. Dr. Ivan Esperança Rocha.
[1] NOBLECOURT, C. D. *A mulher no tempo dos faraós.* Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1994, p. 207.

[2] CARDOSO, C. F. Algumas visões da mulher na literatura do Egito faraônico (II milênio a.C). *História*, São Paulo, v. 12, p. 103-113, 1993, p. 103.
[3] ESTRABON. *Geography.* Londres : Heinemann, 1949, v. 2, XVII, 2, 5.
[4] HERODOTO. *História.* Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1988, II, 35.
[5] DIODORO DE SICILE. *Naissance des dieux et des hommes.* Trad. Michel Casevitz. Paris: Les Belles Lettres, 1991, I, 27, 2.
[6] NOBLECOURT, op. Cit., p. 233.
[7] JACQ, Christian. *As egípcias: retratos de mulheres do Egito faraônico.*Trad. Maria D. Alexandre. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 238-9.
[8] NOBLECOURT, op. Cit., p. 124.
[9] Apud. MANNICHE, L.*A vida sexual no antigo Egito.* Trad. Arno Vogel. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 97
[10] NOBLECOURT, op.cit, p. 242.
[11] RODRIGUES, Teresa. A população do antigo Egito: quantitativos e comportamentos. *Hathor (Estudos de Egiptologia)*, Lisboa, v. 2, p. 23-37,1990, p. 33.
[12] Apud. ARAÚJO, E. *Escrito para a eternidade.* A literatura no Egito faraônico. Brasília:UnB, 2000, p. 252.
[13] Apud. NOBLECOURT, op. Cit., p. 230-1.
[14] CARDOSO, op. Cit., p. 104-5.
[15] JACQ, op. Cit., p. 170.
[16] Apud. ARAÚJO, op. Cit., p. 318.
[17] NOBLECOURT, op.cit, p. 208.
[18] Apud. MONTET, Pierre. *O Egito no tempo de Ramsés.* Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 67.
[19] FORGEAU, Annie. A memória do nome e a ordem faraônica. In: BURGUIÈRE, A. et al. *História da Família.* 1. Mundos longínquos, mundos antigos. Trad. Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1996. p. 119-141, p. 140.
[20] Apud. JACQ, op.cit., p. 172..
[21] NOBLECOURT, op.cit., p. 203-4.
[22] Apud. ARAÚJO, op.cit., p. 251-2.
[23] MONTET, op. Cit., p. 58.
[24] CARDOSO, op. Cit., p. 110.
[25] Idem, p. 107.
[26] NOBLECOURT, op.cit., p. 201.

"Batinas e saias ousadas": discussão de gênero e concubinato de padres no Maranhão (1727-1799)

Pollyanna Gouveia Mendonça

O trabalho que ora apresento, que versa sobre as discussões de gênero e concubinato de padres, tem sido objeto de minhas pesquisas desde a graduação em História[1] . Me propus inicialmente a analisar os discursos moralizadores sobre os comportamentos de homens e mulheres - elaborados pela Igreja católica sobre bases tridentinas- e as práticas consideradas "transgressoras" e "pecadoras" que com eles coexistia.

Amparada pela legislação eclesiástica[2], a Igreja católica seguiu no seu esforço de controlar corpos e mentes culminado na metamorfose do concubinato-pecado em crime passível de punições[3]. Contudo, mesmo com a existência de toda essa política cerceadora dos desejos, o que pude observar na documentação manuscrita foi um sem-fim dessas práticas, dentre elas o concubinato de padres[4], ou seja, ao invés de se comportarem como era condizente com o modelo, muitos mantiveram relações consensuais, à margem do sagrado matrimônio.

Destarte, como pensar o amancebamento de padres e suas mulheres no universo colonial maranhense do século XVIII? Quem eram aqueles que se envolviam em tão perigosas relações? Esses questionamentos me levaram a analise de processos crimes contidos em seis tipologias documentais diferentes, todas elas versando sobre denúncias à Justiça Eclesiástica maranhense[5].

Tive a oportunidade de acompanhar instigantes trajetórias pessoais que se estabeleciam na linha fronteiriça entre honra e desonra, amor e crime. Pude compartilhar do cotidiano esmiuçado na revelação das intimidades desses "casais", o jogo de acusações e defesas cerceado pelo discurso misógino da Igreja, as manipulações e apropriações deste mesmo discurso, o que coloriu de matizes variados esses casos de amores proibidos.

As mulheres sempre tidas e havidas por filhas da Eva pecadora invadiam mais espaços que lhe eram negados, como o coração dos religiosos[6]; eram as propagadoras da concupiscência na

leitura misógina daquela sociedade por que desencaminhavam os pastores de Deus e desviavam o rebanho da salvação.

Cumpre destacar ainda que seria impossível pensar esses dois personagens – padres e concubinas - em separado, um só o é em relação ao outro, como já salientava Mary Del Priore[7]. E, por essa interpretação relacional, sem excluir nenhuma das partes, fui, paulatinamente, delineando as feições dos "pecadores" que são objeto deste estudo.

Quanto aos envolvimentos amorosos, dois pontos fundamentais foram observados. Enquanto alguns se tratavam de relações efêmeras, os chamados "fornicários vagos" que eram encarados com bastante benevolência pelas autoridades religiosas; outros, por sua vez, eram palco da constituição de verdadeiras famílias ilegítimas. Presença de filhos, vida a dois de "portas adentro"[8], formação de redes de solidariedade familiar, sustento do lar, estabilidade, estes foram os elementos que me permitiram reconstruir aquilo que chamo de "sacrílegas famílias"[9]. Contudo, cumpre agora destacar, amiúde, que fatores desencadeavam as denúncias contra os padres e suas "mulheres", haja vista a coexistência de certa tolerância da população com tais envolvimentos amorosos[10].

Alguns trabalhos[11] já comentaram sobre a inexistência de espaços de privacidade no período colonial que dessem conta de resguardar as intimidades, principalmente em casos como os de concubinato. De tudo se sabia, sobre tudo se comentava, era quase impossível esconder as práticas mais íntimas dos vizinhos ou parentes, não raro depois de pouco tempo o cotidiano das mancebas e "seus" padres vinha à tona sob forma de denúncias.

Os motivos mais recorrentes, por mim identificados, foram o "escândalo"[12] da relação amorosa e, principalmente, o desleixo com que o padre passava a encarar suas obrigações sacerdotais depois de se envolver afetiva e sexualmente com uma mulher.

O Pe Manoel Dornelles, por exemplo, foi preso em São Luís, em 1744, em casa de sua concubina Theresa "achado em chinelos, em ciroulas e mangas de camisa"; o Pe Miguel Ferras acusado em 1765, em Icatú, teve sua própria companheira, Florência Ferreira, confessando o

“crime” ao dizer que quando “hia o dito padre ter com ella Pernoite e estava em sua companhia thé amanhescer nham vinha a dizer Missa” ou, ainda; o Pe Onofre Pimenta que, sobre seu envolvimento com Joanna Ribeira, em 1747, na freguesia de Alcântara, afirmava para quem quisesse ouvir que “elle tinha desflorado a ditta mossa e que era muito do seu gosto andar com ella e que a ninguém importasse isso”[13], só para citar alguns exemplos.

E, feitas as denúncias à Justiça Eclesiástica, logo eram inquiridas as testemunhas. Neste ponto me chamou atenção o pequeno número de mulheres depondo neste tipo de processo. Eram tratadas com descrédito pelas autoridades, tinham penas mais rigorosas[14] e, como salientou Eliana Goldschimidt, “não convinha à honestidade da mulher freqüentar audiências”[15], o que a meu entender se aproxima de mais uma estratégia de silenciar o feminino num ambiente já marcado pela misoginia.

Dessa forma, elas ficaram relegadas ao silêncio, com raríssimas exceções como aconteceu com duas de nossas personagens, Florência Ferreira e Catharina dos Santos[16]. Assim, dependendo do grau de “apego” e diria até do amor dos padres para com elas ou das iniciativas desesperadas para se livrarem das acusações, diversos e surpreendentes foram os comportamentos dos padres em Juízo.

Valendo-se da legislação que previa a distinção dos indivíduos pela “qualidade”[17], alguns desses religiosos se apropriaram deste discurso e sumariamente colocaram as culpa nas “companheiras”, mestiças, sem posses e sem ascendência nobre. Por outro lado, houve casos de defesas empolgadas como o fez o Pe João Baldez, acusado de concubinato incestuoso com as ricas irmãs Anna e Anna Maria Graces, que não cansava de enaltecer suas condições de “gente Grave”, “Principaes da terra” e “ornadas de Criação e Brio”, como consta nos autos.

Contudo, aquelas que tiveram direito a fala em Juízo não admitiram receber a culpa sozinhas. Pelo contrário, astutamente se valeram dos mesmos discursos formulados pela Igreja para amenizarem sua culpa. A escrava Catharina dos Santos, sobre sua tórrida história de amor e ciúmes com o Pe Manoel Álvares, afirmava que só cedera aos apelos sexuais do senhor por sua

condição de escrava e pela violência com que era tratada, já que “a ensinarão a conhescer Como Crhistã que hè que tal (mancebia) não deve continuar por serem ofensas a Deos”. Florência Ferreira, mais engenhosamente ainda, perguntada pelo motivo do fim do seu romance com o Pe Miguel afirmou que ”tomou Resollucam de voltar (para casa) por quanto nunca ouvio Missa no decurso de seis mezes nem se Confessou...”[18], apelava para a compaixão da Igreja para com uma fiel tão obediente e que abandonara o pecado pela fé!

Quanto à pergunta sobre quem eram essa mulheres, a única resposta plausível é a inexistência de um padrão ou perfil único. Uma verdadeira miscelânea étnica se delineia entre mamelucas, cafuzas, brancas, mestiças, mulatas, pardas, índias. Além disso, variavam quanto à “qualidade”, condição jurídica e sócio-econômica já que localizei mulheres ricas, de baixa estirpe econômica, escravas, livres, forras o que deu mais colorido as diferenças entre essas “transgressoras” que só se igualavam no fato de terem cometido o mesmo pecado de se envolverem com religiosos.

Dessa forma, posso concluir afirmando que a diversidade e a pluralidade são as melhores palavras para tratar sobre as concubinas de padres no Maranhão do século XVIII. De cores e etnias as mais variadas, notadamente pobres; casadas, solteiras ou viúvas, essas mulheres iam driblando a vigilância da Igreja, criavam suas microliberdades[19], conviviam com o falatório dos vizinhos, ultrapassavam as necessidades do dia-a-dia; criavam seus filhos e continuavam com “seus” padres até a próxima denúncia...

[1] Refiro-me a minha pesquisa monográfica intitulada **"De portas adentro: lançando um olhar sobre as concubinas de padres no Maranhão (1756 – 1765)".** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal do Maranhão, mimeo, São Luís, 2004.

[2] Trata-se das **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typografia Dois de Dezembro, 1853. Esta objetivou transplantar para o Brasil as determinações do Concilio de Trento (1545 – 1563) que objetivavam extirpar o pecado, ordenar o comportamento social aos moldes cristãos e cercear a moral a sexualidade do mundo ocidental.

[3] As Constituições Primeiras, promulgadas em 1707, previam admoestações, multa, perda dos benefícios por parte dos clérigos e perda do direito de administrar os sacramentos e até a excomunhão, em último caso. Constituições Primeiras...op cit, p 342-343. Contudo, as punições realmente aplicadas em muito estiveram distantes das "ideais" propostas pela Justiça. Tudo se deu por resolvido, no Maranhão do século XVIII, com pagamento de multa e assinatura de "termo de emenda", foram raros os casos de prisão.

[4] O concubinato de padres aparece na legislação eclesiástica no Título XXIV, "Dos clérigos amancebados" e concebiam o amancebamento como uma ilícita conversação por tempo considerável. Além disso, havia outras formas de "provar" o envolvimento de casais em crimes de concubinato como "a adoção de um modo de vida de casados, que compreendia desde o sustento da concubina e dos filhos pelo amásio com o provimento da casa, alimentos, vestuário e escravos" GOLDSCHMIDT, Eliana. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719 – 1822).** São Paulo: Annablume, 1998, p 133.

[5] Minha pesquisa se baseia na documentação do Acervo Eclesiástico maranhense atualmente abrigada no Arquivo Público do Estado do Maranhão. São processos crimes catalogados como: Autos e Feitos de Libelo Crime; Autos e Feitos de Denúncia e Queixa; Feitos Crimes; Feitos Crimes de Apresentação; Livro de Registro de Denúncia e, por fim, as já conhecidas Visitas Pastorais que são a base documental de grande parte dos trabalhos que tratam de concubinato para o período colonial.

[6] A Igreja conseguiu através do Concílio de Latrão II, no século XII instituir o celibato clerical após muitas discussões e resistências. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p 204.

[7] PRIORE, Mary Del. **A mulher na História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992, p 45.

[8] A expressão "de portas adentro" foi encontrada em quase todos os casos de concubinato de padres por mim analisados e significava uma vida estabilizada e mais especificamente, coabitação.

[9] Este é o meu objeto de estudo no Mestrado da Universidade Federal Fluminense, iniciado neste ano de 2005 e que conta com a orientação do historiador Ronaldo Vainfas.

[10] Ficou muito claro no decorrer da pesquisa que havia um verdadeiro conflito em torno da tolerância ao não a esses amores. A sociedade "aceitava" os concubinatos, mas ao mesmo tempo delatava-os na presença auspiciosa da Igreja. Sobre esse confuso padrão de moralidade ver VAINFAS, Ronaldo, op cit.

[11] Refiro-me basicamente aos artigos contidos em SOUZA, Laura de Mello e (org).**História da vida privada na Brasil (v.1): cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[12] Os "escândalos" mais comuns, segundo as testemunhas dos processos analisados eram, prole numerosa, coabitação dos padres com a família da concubina, brigas que revelavam para a vizinhança a, já efêmera, intimidade do casal, desfloramentos; escravos, casas de moradas e sítios sendo dados como presentes as concubinas, raptos proferidos por capangas armados, dentre outros. Esses elementos não eram esquecidos pelas testemunhas no momento do depoimento.

[13] Citações contidas nos autos: Feitos Crimes de apresentação, caixa 145, doc 4675, fl34 v; Autos e Feitos de Libelo Crime, caixa 116, doc 4242, fl 31 e caixa 115, doc 4231, fl 44, respectivamente.

[14] As Ordenações Filipinas, a legislação civil, previam para as "barregãs", concubinas de padres, num primeiro momento, o pagamento de dois mil réis e o degredo para fora da cidade ou vila; num segundo lapso, ficava mantida a multa e o degredo agora seria para fora do Bispado, a terceira vez, implicava acoite em público e novo degredo, persistindo no lapso o degredo seria para fora do Brasil. Ordenações Filipinas. **Ordenações Filipinas: Livro V**. Silvia Hunold Lara (org.). São Paulo: Companhia da Letras,1999, p 133

[15] GOLDSCHMIDT, Eliana, op cit, p 74.

[16] Florencia e o Pe Miguel Ferras foram denunciados em 1765 em duas tipologias documentais diferentes, a saber: Livro de Registro de Denúncias, 212 e Autos e Feitos de Libelo Crime, caixa 116, doc 4242 e somando os dois processos conto com quatro ricos depoimentos da ré. Já o processo que envolve Catharina dos Santos e Pe. Manoel Álvares, seu senhor e concubino, relata a fuga desta escrava e o pedido de abrigo à Justiça Eclesiástica para se livrar das garras de um amante ciumento, ela, dessa forma, descreve longamente sobre a vida a dois que mantinha com o padre nos Autos e Feitos de Libelo crime, caixa 119, doc 4264.

[17] A qualidade do indivíduo é condição primordial para definir a pena pelo seu pecado-crime. As Ordenações deixam bem claro que havia lugares sociais determinados e hierarquias a serem respeitadas, todos poderiam ser criminosos, mas restava saber de que "tipo".

[18] Sobre o depoimento de Catharina, op cit, fl 4 e, sobre o depoimento de Florência, op cit, fl 31.

[19] Sobre a criação de estratégias pelos mais fracos e as micro-resistências através da mobilização de recursos insuspeitos e do deslocamento da dominação dos poderes ver CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Ephraim Ferreira Alves, trad. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

FOUCAULT, A CULTURA DE SI E A PROBLEMATIZAÇÃO DOS NOSSOS MODOS DE CONSTITUIÇÃO DA EXISTÊNCIA

Priscila Piazentini Vieira*

O livro *História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si* integra uma nova fase nos estudos de Michel Foucault inaugurada pela obra *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. Se em seus trabalhos anteriores ele havia se preocupado basicamente com as instâncias do saber e do poder, em *O Uso dos Prazeres* ele descobrirá uma "terceira dimensão"[1], nas palavras de Deleuze, a subjetividade. Com isso, recuará da sociedade moderna à antiga para entender o que ele chamou de "artes da existência". Segundo Foucault, estas seriam:

> "(...) práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de valores estéticos e responda a certos critérios de estilo".[2]

Ao voltar à Antigüidade, percebo que Foucault quer demarcar a diferença em relação à Modernidade nas formas de constituição do que denominamos o "sujeito". Segundo ele, nas culturas grega e greco-romana, o espaço de constituição do sujeito, de subjetivação, era uma esfera que enfatizava a liberdade e a produção de si mesmo, ao contrário do que havia ocorrido com o advento da Modernidade. Nesta a produção do sujeito atrelou-se, predominantemente, aos códigos e às normas. As observações do

* Mestranda em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

filósofo francês, portanto, destacarão que o modo moderno de produção do sujeito não é necessário, abrindo espaço para pensarmos em novas maneiras de nos relacionarmos e de nos produzirmos. Nesse sentido, aponta Deleuze:

> "(...) o que interessa essencialmente a Foucault não é um retorno aos gregos, mas *nós hoje*: quais são nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação; será que temos maneiras de nos constituirmos como 'si', e, como diria Nietzsche, maneiras suficientemente 'artistas', para além do saber e do poder?".[3]

Em *História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si*, Foucault centra-se sobre o Império Romano dos séculos I e II, percebendo uma mudança nos modos de subjetivação. Através das questões tratadas pelo autor e dos textos filosóficos e médicos selecionados por ele tentarei notar a especificidade dessa "cultura de si", ressaltando a diferença desta tanto diante dos modos de subjetivação gregos quanto dos modos de sujeição modernos. Esse é um duplo movimento percorrido em todo o livro de Foucault.

No capítulo "A mulher", que privilegio nessa fala, Foucault afirma que nos textos clássicos sobre o casamento a reflexão conjugal fazia parte de um amplo quadro, passando pela cidade e pela casa. Ele também exigia um estilo particular de conduta no qual o domínio de si dava forma ao comportamento do homem sábio, moderado e justo. Já a ética do comportamento matrimonial dos dois primeiros séculos a.C. até o segundo d.C. possui diferenças, pois se ainda diz respeito às antigas questões, valoriza cada vez mais a relação pessoal entre os dois esposos. Essa arte de conduzir, segundo o filósofo, definiria uma estilística do vínculo individual, com a soberania de si sobre si manifestando-se cada vez mais na prática dos deveres em relação aos outros e, sobretudo, de um respeito em relação à esposa. Portanto, essas formas de agir no

casamento tornaram-se temas de problematização, objetos de um debate filosófico e elementos de uma arte refletida de se conduzir: “Uma estilística da existência a dois surge dos preceitos tradicionais da gestão matrimonial”.[4]

Um dos temas presentes nessa discussão é a questão do vínculo conjugal, que nos textos estóicos dos dois primeiros séculos definem um modo de coexistência entre marido e mulher bem diferente do que era proposto nos textos clássicos. O casamento, diferencia o autor, não é mais pensado como “forma matrimonial”, fixando a complementariedade dos papéis na gestão da casa, mas como “vínculo conjugal” e relação pessoal entre o homem e a mulher. Nesse sentido, o tema clássico de que o casamento era natural pela contribuição à procriação e à comunidade de vida, é retomado pelos estóicos para lhe reservar uma noção diferente. Para Musonius, o casamento levava a formação de uma descendência comum e de um companheirismo de vida. Para Hierocles o ser humano seria binário por constituição, feito para viver a dois, sendo o homem de todo modo um ser conjugal. Há aí, portanto, a constituição de uma “estilística da existência a dois”.

Portanto, os filósofos da época imperial deram à relação conjugal uma forma particular, definindo todo um modo de existência. Antes a vida matrimonial era caracterizada por uma repartição de encargos e comportamentos na forma de complementariedade e era a prosperidade da casa que dava unidade a essas atividades e a modos de vida que eram, por definição, diferentes. Foucault afirma que essas condições não desaparecem, mas vê-se afirmar a exigência de uma vida compartilhada e de uma existência em comum. Esse estilo da existência é marcado por uma “arte de estar junto” e enquanto Aristóteles e Xenofonte estabeleceram uma divisão entre homens e mulheres, os estóicos afirmarão a igual capacidade dos dois sexos para a virtude.

Nessa arte de ser casado, a atenção para consigo e os cuidados com a vida a dois se associavam estreitamente e, como a relação com a esposa era essencial à existência

e o ser humano era um indivíduo conjugal, não poderia haver incompatibilidade entre a relação que se estabelecia consigo próprio e a relação que se instaurava com o outro. Nessa direção, Foucault afirma: "A arte da conjugalidade fez parte integrante da cultura de si".[5] Portanto, esse estilo de vida de casamento não era definido unicamente pelo domínio de si e pelo princípio de que é preciso governar a si próprio para poder dirigir os outros, como o filósofo destacou em *O uso dos prazeres*, mas se define também pela elaboração de uma reciprocidade com o cônjuge no vínculo conjugal. É a partir desse paradoxo da cultura de si na qual a mulher é valorizada como o outro, mas ao mesmo tempo o marido deve reconhecê-la como formando unidade com ele que Foucault percebe uma mudança nas formas tradicionais das relações matrimoniais.

Ao discutir o regime das relações sexuais nos tratados da vida matrimonial, Foucault afirma ser o lugar reservado às relações sexuais muito limitado. Mas, destacará alguns princípios nos quais a relação entre o uso dos prazeres e a vida de casamento é formulada. O autor coloca que tradicionalmente o vínculo entre o ato sexual e o casamento era realizado em função da procriação e não havia razão para que os homens reservassem seus prazeres sexuais somente para a própria mulher. Diversamente dessa noção, na moral do casamento nos dois primeiros séculos de nossa era, Foucault constatou uma "conjugalização" das relações sexuais e argumenta: "Estado de casamento e atividade sexual devem chegar a coincidir: e isso de pleno direito, mais do que somente pelo objetivo de uma descendência legítima".[6]

Assim, para a ética tradicional (Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio) a virtude não estava no fato de reservar seus prazeres sexuais unicamente para o casamento, mas por ter sabido dominar-se a si próprio esperando o momento de provar o prazer do sexo. Já para Musonius toda relação sexual que não se desenrole no quadro da conjugalidade era condenada, sendo esta a condição para o exercício legítimo da atividade sexual. Diversa da moral antiga, essa noção é também diferente da idéia cristã de que o prazer sexual é

uma mancha e que só o casamento seria uma forma de torná-la legítima e aceitável. Foucault argumenta: “A mancha não está no próprio ato sexual mas no ‘desregramento’ que o dissociaria do casamento, onde encontra sua forma natural e seu fim racional”.[7]

Assim como a reflexão sobre a relação sexual era limitada na discussão da vida matrimonial, a economia dos prazeres também é tratada com uma extrema reserva. Seus princípios gerais afirmavam que a relação conjugal não deveria ser estranha nem a Eros nem a Afrodite. Mas essa presença dos prazeres físicos no casamento era acompanhada de um princípio que afirmava não dever tratar a própria esposa como uma amante. Esse tema que será reencontrado na tradição cristã se dá de forma diversa no pensamento estóico, pois para este o princípio natural e racional do casamento era destinado a ligar duas existências, a produzir uma descendência, a ser útil para a cidade e a beneficiar o gênero humano. Nesse sentido, buscar no casamento somente os prazeres seria transgredir o princípio que deveria reunir um homem e uma mulher.

A procriação era uma das grandes finalidades naturais e racionais reconhecidas no casamento, mas terá um sentido diverso do que possuirá para a moral cristã, já que a exclusão do prazer será uma oposição de princípio, mais do que um esquema que permitisse regular os comportamentos e codificar com precisão suas formas permitidas ou proibidas, como também a ordenação de uma vida comum e compartilhada não estabelecia uma relação clara entre o permitido e o proibido.

O princípio de condenar as relações sexuais fora do casamento e a exigência de que as relações sexuais não obedecessem a uma economia do prazer, mas a uma finalização procriadora, não são considerados traços novos por Foucault, pois além de já pertencerem às reflexões de Platão, também estavam presentes nas exigências da Igreja Cristã. Porém, ele argumenta que essa permanência de temas não constitui uma identidade e a moral imperial “trouxe um certo número de inflexões particulares que dizem respeito às formas então assumidas pelo desenvolvimento da cultura de si”.[8]

Para diferenciar os sentidos que o vínculo entre relação sexual e casamento adquiriu nessas três tradições, e percebo aí claramente o movimento característico ao texto de Foucault, o filósofo francês argumentará que para Platão essa relação era necessária para fornecer à cidade os filhos de que precisava para subsistir e conservar a sua força; para o cristianismo a relação sexual já continha em si mesma as marcas do pecado e só o casamento poderia lhe dar uma legitimidade; enquanto que para Musonius, Plutarco, Hierocles e Sêneca, Foucault afirma: "O monopólio sexual que se tende a reivindicar para o casamento nessa forma de ética, gravita menos em torno das utilidades 'externas' do casamento, ou da negatividade 'interna' do prazer, do que uma tentativa de levar à coincidência de um certo número de relações: a conjunção dos dois parceiros sexuais, o vínculo dual dos cônjuges, o papel social da família- e isso na adequação mais perfeita possível da relação para consigo".[9]

Além disso, a obrigação de manter o uso dos prazeres no casamento era para Platão, Isócrates e Aristóteles uma maneira de exercer o domínio sobre si mesmo, domínio obrigatório para a autoridade que o sujeito deveria exercer na cidade; para a pastoral cristã era um dever incondicional para a própria salvação; e para a moral inspirada pelo estoicismo era para satisfazer as exigências próprias das relações consigo, para honrar-se a si mesmo como um ser racional que convinha fazer dos prazeres sexuais um uso interno ao casamento.

Desse modo, se toda essa reflexão moral desse período parece marcar um reforço dos temas da austeridade, Foucault não reconhece nesta o esboço de uma moral futura que será encontrada no cristianismo. Apesar da continuidade de certos temas, o que o filósofo enfatiza é a diferença dessa em relação à tradição cristã, como também da problematização apresentada no século IV a.C.

E se esses princípios são próximos às formulações que encontraremos nas morais ulteriores, Foucault enfatiza que essa analogia não deve provocar ilusão, já que essas

morais definirão outras modalidades da relação consigo que produzirá um modo de sujeição na forma da obediência de uma lei geral e um modo de realização ética que tende à renúncia a si. Se os elementos permaneceram análogos, Foucault enfatiza a especificidade dos elementos dessa estilística da existência baseada no cuidado de si: "Eles então farão parte de uma ética profundamente remanejada e de uma outra maneira de constituir-se a si mesmo enquanto sujeito moral de suas próprias condutas sexuais".[10]

---

[1] Deleuze, Gilles, *Conversações*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1996, p.115.

[2] Foucault, Michel*, História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*, Rio de Janeiro, Graal, 1984, p.15.

[3] Deleuze, op. cit., p.124.

[4] Idem, p.151.

[5] Idem, p.164.

[6] Idem, p.167.

[7] Idem, p.171.

[8] Idem, p.184.

[9] Idem.

[10] Idem, p.235.

O Clube Militar: as eleições de 1962 e a derrota do nacionalismo

Rachel Motta Cardoso

O presente texto é fruto de pesquisa recente que vem sendo desenvolvida sob a orientação do professor Renato Luis do Couto Neto e Lemos. A princípio, o trabalho estava voltado para a esquerda militar (oficiais do Exército nacionalistas, comunistas e legalistas), mas por problemas quanto à disponibilidade das fontes, algumas mudanças foram necessárias. O foco foi redirecionado e o grupo a ser estudado se trata dos militares nacionalistas legalistas que atuaram no período de 1961-1964.

A questão do nacionalismo militar é um tema de suma importância quando tratamos da história política do Brasil Contemporâneo. O presente tema não tem uma vasta bibliografia produzida a respeito, daí a necessidade deste estudo. O trabalho aqui apresentado está relacionado com esta temática e voltado para o período da Crise da Legalidade, ou seja, 1961-1964. Para tratarmos a ação deste grupo consideramos bastante significativo o estudo das eleições do Clube Militar em 1962, quando o grupo antinacionalista, representado pela Cruzada Democrática, sai vitorioso. Este acontecimento é entendido aqui como fundamental para o planejamento e efetivação do golpe em 1964. Além disso, as origens deste movimento nacionalista em fins dos anos 1940 e a disputa nas eleições do Clube Militar também não devem ser esquecidas, de forma a deixar claro o processo de disputas entre as alas nacionalista e antinacionalista — também chamada de entreguista ou golpista.

Primeiramente, como definiríamos ou caracterizaríamos o nacionalismo militar? O texto de Rouquié, nos parece apropriado. Diz ele:

> "O nacionalismo enquanto ideologia de um desenvolvimento de tipo nacional, não privilegiava qualquer das formas de exercício de poder político: era partidário de soluções que estimulassem a industrialização

> e evitassem a penetração do capital estrangeiro, Mas o nacionalismo, sobretudo no interior das Forças Armadas, caracterizava-se por um forte conteúdo antiliberal, cujas origens devem ser buscadas principalmente na oposição aos grupos agroexportadores, mais do que na oposição aos fundamentos do liberalismo enquanto doutrina política" [i].

Para Rouquié, a corrente nacionalista militar teria sido formada durante o Estado Novo. É importante ressaltarmos que esta definição de nacionalismo militar se refere às suas origens, em fins dos anos 1930 e início dos 1940.

Quando a questão do petróleo começava a ser debatida, o Clube Militar começa a dar sinais, neste momento, da sua importância no cenário político nacional e como local de debate de correntes políticas distintas oriundas tanto do meio militar quanto do civil. O Clube é visto como um

> "elemento privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar, porquanto refletiu a opinião das diferentes correntes militares sobre os problemas da atualidade política e da instituição militar. As eleições para a diretoria do Clube, por sua vez, permitiriam conhecer o estado dessa opinião e medir a influência dessas correntes." [ii]

As eleições para o Clube Militar começam a apresentar as divisões presentes no corpo das Forças Armadas (FFAA) e as disputas no meio civil. Para Rouquié,

> "O Clube Militar viveu todas as vicissitudes da vida política brasileira daquela época. Sua história é igualmente a história do debate político que se desenrolou no Brasil e também dos acordos concluídos entre as correntes militares e os grupos civis." [iii]

A noção de partido militar também é necessária para a discussão neste trabalho:

> "...compreendido como uma corrente estruturada e que conduz uma ação sistemática em busca de um certo número de objetivos" [iv]

Os partidos militares, como propõe Alain Rouquié, começam a defender suas perspectivas. É de acordo com esta lógica que temos as disputas para a direção do Clube Militar e a formação, em 1952, da Cruzada Democrática. A Cruzada Democrática foi fundada em maço de 1952 e tinha como objetivo concorrer às eleições para a presidência do Clube Militar, que seriam realizadas em maio do mesmo ano. Era formada por membros da ala conservadora das Forças Armadas. Foi ela quem dirigiu o Clube Militar de 1952 até 1956, retomando o poder em 1962, data que marca o nosso estudo[v].

As conferências pronunciadas no Clube Militar entre 1947 e 1948, a respeito do petróleo, são bem ilustrativas quanto à questão dos partidos militares. O general Júlio Caetano Horta Barbosa defende o monopólio estatal do petróleo; enquanto o general Juarez Távora defende uma participação da iniciativa privada, incluindo capital estrangeiro, na indústria do ramo petrolífero. A partir de então teríamos duas correntes distintas dentro das Forças Armadas e que passariam a disputar a direção do Clube militar: a ala nacionalista e o grupo chamado de entreguista ou antinacionalista, que teria dado origem à Cruzada Democrática. Em 1950, a ala nacionalista, que era liderada pelos generais Newton Estillac Leal e Horta Barbosa, vence as eleições do Clube Militar. A Ala entreguista se organiza e funda a Cruzada Democrática que, em seu manifesto, acusa os oficiais nacionalistas de serem colaboradores, de forma consciente ou não, da infiltração comunista nas Forças Armadas [vi]. Rouquié também coloca a questão da infiltração do comunismo que a Cruzada havia denunciado em seu manifesto [vii]. Com a vitória da Cruzada, o Clube Militar abandonou o seu comprometimento com a tese do monopólio estatal do petróleo [viii].

Em 1955, a Cruzada Democrática, aliada à União Democrática Nacional, a UDN, e mais outras forças que participaram da derrubada de Vargas, se opõem às candidaturas de Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart (Jango) às eleições para presidente que seriam realizadas em outubro do mesmo ano. O primeiro era acusado de corrupção, enquanto o segundo de manter estreitas ligações com os sindicatos. Com a vitória destes candidatos os adversários começam a defender a idéia de impedir a posse de JK e Jango, ainda que por meios extra legais [ix] . Mas

> "eclodiu movimento militar liderado pelo general Herique Lott com o objetivo de deter uma conspiração em preparo no próprio governo então chefiado pelo presidente interino Carlos Luz, devido ao impedimento de Café Filho por motivo de saúde, e de garantir a posse de Juscelino e Goulart" [x]

De acordo com Sérgio Lamarão, o êxito deste movimento, dos militares nacionalistas legalistas, teria provocado um esvaziamento do poder obtido pela Cruzada Democrática na área militar. Nas eleições de 1956, a ala nacionalista, liderada pelo general João de Segadas Viana e com o apoio de Lott, venceu as eleições para a direção do Clube Militar. A Cruzada só retornaria em 1962 com o general Augusto da Cunha Magessi Pereira.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, a perseguição aos militares nacionalistas teria começado logo em 1952, com a derrubada do general Newton Estillac Leal do Ministério da Guerra – representante da ala nacionalista – em 1952 e a formação da Cruzada Democrática no mesmo ano. Para o autor, a Cruzada Democrática

> "Em seu documento de apresentação, impresso em papel de excelente qualidade e largamente distribuído pela rede oficial, aduzia os motivos pelos quais propunha alijar da direção do Clube Militar a corrente ali dominante [nacionalista] (...). Destinava-se a uma missão que visava 'afastar o Clube Militar das influências totalitárias da direita ou da esquerda'." [xi]

Prevaleceria, então, o chamado "nacionalismo racional" como os membros da Cruzada costumavam classificar o seu nacionalismo [xii]. Para vencerem as eleições em 1952, os membros da Cruzada Democrática teriam perseguido os partidários da corrente nacionalista, através da prisão de vários deles[xiii]. A Cruzada seria vitoriosa nas eleições do corrente ano. Rouquié também chama atenção para este período destacado por Sodré, pois para ele:

> "A médio prazo, essa demissão [de Estillac Leal] significava o início da liquidação da corrente nacionalista — em conseqüência de seu

> afastamento dos postos-chave da hierarquia —, o enfraquecimento do governo Vargas nas Forças Armadas e a retomada da instituição militar pelos antinacionalistas." [xiv]

O período chamado de Crise da Legalidade é marcado pela renúncia do então presidente Jânio Quadros em 1961. Os três ministros militares impedem a posse do vice-presidente, João Goulart. Os militares da ala nacionalista legalista defendem os termos da Constituição e apóiam João Goulart. O marechal Teixeira Lott escreve um manifesto em 26 de agosto, em que critica a posição do marechal Odílio Denys, o Ministro da Guerra, ao tentar impedir a posse de Goulart. Além disso, em seu manifesto Lott solicita a ajuda dos intelectuais, dos estudantes, operários, o povo em geral e de seus "camaradas das Forças Armadas que saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria" [xv].

Mas o que são esses militares legalistas?

Para Rouquié, há uma mudança quanto ao posicionamento dos militares nacionalistas durante as eleições de JK para presidente. Se até aquele momento, os nacionalistas eram conhecidos por um posicionamento mais radical,

> "... os oficiais nacionalistas, em seus esforços para sustentar Kubitschek e derrotar Juarez [Távora], tiveram que reorientar sua ação: de nacionalista passaram a constitucionalistas, legalistas. A corrente nacionalista, durante todo o período de governo Kubitschek, se apresentará como defensora da Constituição; seu nacionalismo ficará mais prudente e mais moderado" [xvi]

É importante percebermos que há uma diferença entre estes militares nacionalistas legalistas que apóiam Lott no manifesto para a posse de JK e os da Crise da Legalidade. Rouquié acredita que os nacionalistas legalistas foram divididos em função das constantes alterações hierárquicas feitas por Goulart. A aliança entre legalistas e nacionalistas se deu de forma bem característica durante o período das eleições de JK.

> "...ser legalista no tempo de Goulart significava, até certo ponto, defender o nacionalismo radical. Quando o governo Goulart começa a exigir uma revisão dos quadros constitucionais e a exercer seu poder fazendo aprovar as 'reformas de base', a defesa da legalidade constitucional é transferida para as mãos dos antigos 'golpistas', que traduzem o sentimento majoritário das Forças Armadas" [xvii]

Isto teria provocado o isolamento da corrente nacionalista e seu afastamento das Forças Armadas após o golpe de 1964.

No clima destes enfrentamentos políticos, que vinham desde a renúncia de Jânio em 1961, teríamos as eleições de 1962 para a presidência do Clube Militar. Os nacionalistas são representados pelo general Peri Bevilaqua. Do outro lado da disputa teríamos a chapa daqueles que queriam uma abertura maior para o capital estrangeiro. Quem representava esta chapa era o general Augusto da Cunha Magessi. As eleições terminaram com vitória da Cruzada Democrática que obteve 4.884 votos contra os 4.312 votos recebidos pela chapa nacionalista [xviii].

Por fim, o que podemos verificar é que não podemos estudar os militares nacionalistas que estiveram presentes durante a crise da legalidade sem entender o processo anterior, que vinha desde os anos 1950. Com a formação da Cruzada Democrática, este nacionalismo começa também a se modificar e o objetivo do trabalho é entender até que ponto estas mudanças são significativas para a derrota do grupo nacionalista legalista nas eleições do Clube Militar em 1962 e a articulação dos golpistas para o golpe de 1964, dividindo esta aliança nacionalistas-legalistas originária nos anos 1950 para as eleições à presidência com a candidatura de JK.

---

[i] ROUQUIÉ, Alain (org.). ***Os Partidos Militares no Brasil***. RJ: Record, s/d, p. 78.
[ii] Idem, p. 73.
[iii] Idem, p.74.
[iv] Idem, p. 112.
[v] LAMARÃO, Sérgio. "Cruzada Democrática". In: ABREU, Alzira Alves de. E BELLOCH, Israel (organizadores). ***Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (pós-1930)***. RJ: Editora da FGV, 2001, volume II, p. 1725-1726.
[vi] LAMARÃO, Sérgio. *Op. Cit.*, cf. p.1275.
[vii] ROUQUIÉ, Alain. *Op. Cit.*, cf. p. 96.
[viii] Idem, cf. p. 1726.
[ix] Idem, cf. p. 1726.

[x] Idem, p. 1726.
[xi] SODRÉ, Nelson Werneck. ***História Militar do Brasil***. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1965, cf. p. 374.
[xii] Idem, cf. p. 328.
[xiii] Idem, cf. pp. 335-340.
[xiv] ROUQUIÉ, Alain. *Op. cit.*, p. 97.
[xv] Idem, p. 327.
[xvi] Idem, p. 104.
[xvii] Idem, p. 108.
[xviii] "Peri Bevilaqua". In: In: ABREU, Alzira Alves de. E BELLOCH, Israel (organizadores). ***Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (pós-1930)***. RJ: Editora da FGV, 2001, volume I, p. 655-657; e LAMARÃO, Sérgio. "Clube Militar". In: ABREU, Alzira Alves de. E BELLOCH, Israel (organizadores). ***Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (pós-1930)***. RJ: Editora da FGV, 2001, volume II, p. 1383-1389.

A Corte e as organizações de trabalhadores livres e escravizados na segunda metade do século XIX

Rafael Maul de Carvalho Costa[1]

Este trabalho pretende situar as organizações de trabalhadores no espaço da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, discutindo as transformações neste espaço e a formação destas organizações, ao longo do período, para assim iniciar uma discussão sobre a influência desta relação na construção de uma identidade de classe ligada ao trabalho, sem deixar de levar em conta a existência de outras identidades. Entende-se por sociedades de trabalhadores, tanto aquelas ligadas a um ofício específico, quanto as ligadas a identidades étnicas e nacionais. Há também aquelas que se denominam representantes de operários ou classes operárias, de maneira mais ampla. Serão usadas como fontes, consultas e pareceres do Conselho de Estado do Império sobre os Estatutos de algumas organizações, pesquisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e escolhidos como exemplos, realizando assim, estudos de caso.

A Corte imperial, era dividida, na segunda metade do século XIX, em freguesias urbanas e rurais[i]. As freguesias que nos interessam são as chamadas freguesias urbanas[ii], que, apesar de serem espacialmente menores, tinham uma maior concentração populacional, de atividades econômicas e de trabalhadores livres e escravizados. Esta era a região que sofria mais rapidamente as transformações da cidade, com a aceleração de sua função mercantil e com o fato de ser o "principal porto de escoamento de café e de exportação de gêneros manufaturados redistribuídos pelo país e de recebimento de escravos"[iii].

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Trabalhadores livres e escravos já conviviam na cidade do Rio de Janeiro bem antes de 1850. No entanto, é a partir da década de 50 do século XIX que a entrada de imigrantes estrangeiros e nacionais vai se intensificar, tornando-se cada vez maior a convivência entre trabalhadores escravizados e assalariados, o que é somado ao processo gradual de abolição e ao aumento dos negros libertos. Estes processos se fortalecem durante toda a segunda metade do século XIX, principalmente a partir da década de 1870.

Antes de 1850 a cidade era essencialmente negra e escrava, como nos mostra, por exemplo, Soares, ao tratar das quitandeiras minas que, escravas e não escravas, dividiam o espaço do comércio de rua na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos desde 1835[iv]. Outras formas organizativas "não oficializadas" dos escravos, libertos, e livres pobres, também estavam presentes[v], como os quilombos que palmilhavam pelas redondezas da cidade, e se relacionavam intensamente com ela; os capoeiras, que assim como as quitandeiras, também dividiam a cidade; e os *zungús* que serviram durante todo o século XIX de local de reunião, trocas culturais e políticas, entre estes trabalhadores. Em relação às quitandeiras, Soares afirma que a partir das prisões efetuadas, é possível perceber uma divisão entre escravas e libertas. Enquanto as primeiras, com menor capacidade de se espalharem pelo mapa urbano, se concentravam nas freguesias de Sacramento e Santa Rita, as segundas foram presas nas freguesias de Santana e São José. Esta divisão coincide com as das maltas de capoeira, segundo o mesmo autor, que tinham os *Nagôas* nas freguesias de Santana e São José, e os *Guayamús* nas de Sacramento e Santa Rita[vi].

Beatriz Mamigonian[vii] aponta ainda para outra forma organizativa quando reconhece um grupo articulado de escravos *minas* que lutava pela liberdade, entrando com ações individuais na justiça (provavelmente para não mostrar que estavam organizados), sempre usando da estratégia de prometer regressar à África - intenção vista

com bons olhos pelos setores dominantes que não queriam tais cérebros na Corte - e depois de conseguida a liberdade, pedindo a anulação da cláusula de reexportação[viii]. As lutas judiciais eram, por sinal, mais uma das habilidades dominadas pelos africanos e africanas minas. Não só o caso do grupo estudado por Mamigonian, mas também outros, como por exemplo o das já citadas quitandeiras, que impetravam processos contra os seus senhores, "demonstrando a capacidade destas mulheres de articular aliados nos corredores da Justiça, aparentemente imune às suas reivindicações"[ix].

Em 1862 se reunia, na rua do Hospício, atual Buenos Aires, na freguesia do Sacramento, a Sociedade beneficente da Nação Conga[x]. Este era um modelo de organização bastante utilizado pelos trabalhadores livres após a proibição das corporações de ofício, mas que agora aparecia reunindo trabalhadores com uma identidade negra, africana (que então aparecia somente nas irmandades religiosas). Esta era uma sociedade beneficente voltada para a luta pela liberdade, e que também era *protetora da Sociedade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*, uma sociedade religiosa, portanto. A freguesia do Sacramento caracterizava-se por intensa atividade comercial de importação e exportação, compreendendo a região chamada hoje de *Saara*, até o Campo de Santana, indo fazer fronteira, de outro lado, com a freguesia da Candelária. Além de ser berço desta sociedade de negros Congos, também tinha grande presença de irmandades negras e de capoeiras guayamús.

Após 1870, as transformações ocorridas, entre outras razões, em função do final da Guerra do Paraguai, vão ser brutais, o que leva alguns autores, como Abreu, a dizer que "é a partir desta década que o sistema escravista (...) entra definitivamente em colapso"[xi]. A partir desta década ocorre uma grande explosão populacional, por conta do fim da guerra e também do fluxo migratório vindo do estrangeiro e de outras regiões do país. Em função desta explosão, mesmo com o incremento nos transportes que nos aponta Abreu[xii], as freguesias urbanas tendem a se inchar com os trabalhadores – fossem

escravizados, libertos, ou livres, nacionais e estrangeiros –, que procuravam moradias próximas aos locais de trabalhos, e condizentes com o poder aquisitivo. Estes locais eram os famosos cortiços, casas de cômodos, de dormida ou de habitação, hospedarias, estalagens e zungús[xiii].

É neste contexto que em 1872 é fundada a Sociedade Liga Operária, que pretendia reunir "todos os artistas, operários, nacionais e estrangeiros"[xiv] do Rio de Janeiro, que se submetessem aos seus estatutos. Entre seus membros estão presentes marceneiros, carpinteiros e tipógrafos, que se reuniram na freguesia de Santo Antonio, uma das que cresciam e expandiam a cidade, para fundar esta sociedade cosmopolita. Não ao acaso, esta era uma freguesia essencialmente artesanal e manufatureira, possuindo também "importante comércio de retalhos e animada indústria"[xv], se estendendo da Lapa, desde a rua do Riachuelo, Lavradio, englobando parte do Morro de Santa Teresa, até fazer fronteira com a freguesia de Santana, na rua do Conde d'Eu.

Em 1874 duas sociedades chamam a atenção do Conselho de Estado. São as sociedades Beneficente da Nação Conga "Amiga da Consciência"[xvi], e a Beneficente e Socorro Mútuo dos Homens de Cor[xvii]. As duas associações negras pedem para funcionar no mesmo dia (24 de setembro de 1874). A primeira, aceitando apenas africanos, tem sócios residentes na freguesia de Santana e se reúne na rua Senhor dos Passos, na freguesia do Sacramento (assim como a de 1862), mas não se deve tomar como certo que esta sociedade de 1874 seja a mesma de 1862[xviii], mesmo tendo em vista a pista que nos dá Soares, quando supõe a existência de um "deslocamento geográfico da população africana na cidade, entre o início dos anos 1860 e o final dos anos 70"[xix]. A segunda associação estava na freguesia de Santana, nas proximidades da freguesia do Espírito Santo, e seus sócios fundadores fizeram questão de especificar suas profissões: um artista e três cozinheiros. Soares mostra que a profissão mais disseminada entre os escravos presos era a de cozinheiro, e não a de escravo ao ganho, apesar da categoria

mais forte entre os escravos capoeiras ser “a dos artesãos, englobando um anel largo de profissões, desde sapateiros a pedreiros (56%)”[xx]. Não se quer dizer com isso que a Sociedade dos Homens de Cor era de capoeiras, mas esta é mais uma pista para entendermos as experiências e identidades compartilhadas.

A freguesia de Santana tinha uma população na sua maioria de baixa renda, moradora de cortiços. Com “desenvolvida indústria e inúmeras casas comerciais”[xxi] de varejo, ela ia da rua do Conde d’Eu (hoje Frei Caneca), passando pela região da Praça Onze até os morros do Pinto, da Providência, pela Gamboa e o Santo Cristo, chegando assim à zona portuária, se estendendo na região do Campo de Santana, da Central do Brasil, e da Rua Larga de São Joaquim (atual Marechal Floriano), fazendo divisa com a freguesia de Santa Rita. Já a freguesia do Espírito Santo, que fazia fronteira com Santana e Santo Antônio, tinha importante comércio varejista e alguma atividade manufatureira.

Em 1877 era criada a Sociedade Beneficente dos Artistas Sapateiros e Artes Correlatas[xxii], que tinha seus membros fundadores residindo nas imediações das freguesias da Candelária e Sacramento, as mais importantes comercialmente falando. A importância da freguesia do Sacramento já foi algumas vezes ressaltada aqui, e a freguesia da Candelária, a mais antiga da cidade, era, apesar de pequena, coalhada de comércio de todos os tipos, fábricas, oficinas artesanais e serviços gerais.

Em 1882 mais duas importantes associações eram fundadas. A Sociedade Beneficente dos Empregados no Fumo, tinha moradores e realizava reuniões nas freguesias de Santa Rita e de São José, freguesias que estavam separadas pelas de Sacramento e da Candelária, o que não impedia os trabalhadores de um mesmo ofício de se reunirem. Um dos membros da Sociedade dos Empregados no Fumo era residente à já mencionada rua Larga de São Joaquim, limítrofe entre as freguesias de Santa Rita e Santana. Esta região vai ser chamada posteriormente de África Pequena, em grande

parte em função das levas de migração de negros e negras, vindos da Bahia principalmente, como as famosas “tias” entre as quais se destaca a Tia Ciata[xxiii].

A freguesia de Santa Rita era uma região caracterizada por intensa atividade comercial, destacando-se as casas de café, a Praça do Mercado da Harmonia e o Mercado do Valongo (onde eram comercializados os escravos); possuía também importantes trapiches, estaleiros e fábricas. Estendia-se da região do largo de Santa Rita em direção às praias do Valongo e da Gamboa, passando pelo Largo da Prainha chegando próximo ao mosteiro de São Bento, abarcando portanto os morros da Conceição e da Saúde. Já a freguesia de São José tinha muitas casas comerciais e fábricas de indústria nacional. Compreendia o Morro do Castelo, o Largo da Assembléia (onde está a Câmara de Deputados), a Santa Casa de Misericórdia, a Biblioteca Nacional (na região hoje chamada de Cinelândia), se estendendo até o Passeio Público.

Por fim, a outra associação formada em 1882 é o Corpo Coletivo União Operária[xxiv], que apresentava uma ligação com as freguesias de Sacramento e principalmente Santana. Associação muito importante, que funcionava em uma região ocupada pela população pobre e trabalhadora, era formada por artistas e operários de diversos ofícios, mas também tinha em seu interior membros ilustres e “ilustrados” (como os positivistas e abolicionistas, Benjamin Constant e André Rebouças). O Corpo Coletivo servia, entre outras coisas, como consultor para a formação de Montepios em outras sociedades[xxv].

Através deste breve passeio pela cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber que os trabalhadores estavam se relacionando e se movimentando pelo espaço urbano, espaço este em que construíam suas organizações. Mas a construção destas organizações, se dava através de experiências comuns e diversas vividas neste espaço, e das identidades ali formadas. Durante este meio século, muitas transformações acontecem: o grande fluxo migratório, as diversas crises e flutuações econômicas, a

aparente iminência do fim da escravidão. Estas questões, relacionadas ainda às diferenças nacionais, e principalmente – no que concerne à nossa pesquisa – de formas de submissão ao trabalho, vão imprimir sua marca sobre a ação destes trabalhadores, que em contrapartida, imprimem a sua marca ao estarem cotidianamente presentes nas ruas das freguesias urbanas, criando suas formas de organização, trocando e compartilhando experiências.

---

[i] Como podemos observar em, por exemplo: Noronha Santos, Francisco A. de *As Freguesias do Rio Antigo*. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro; 1965; Silva, Marilene R. N. da *O escravo do ganho – uma nova face da escravidão* (tese localizada na Biblioteca Nacional: VI – 175, 1, 10 TESE), e; Parga, Eduardo A. L. *Entre Fazendas, Secos e Molhados – o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado, PPGH/UFF, 1995.

[ii] As freguesias de São Cristóvão, Engenho Novo e São João Batista da Lagoa, apesar de também serem consideradas freguesias urbanas em 1870, não serão trabalhadas aqui.

[iii] Silva, Marilene R. N. da *O escravo do ganho..,* p.13.

[iv] Soares, Carlos E. L. *Comércio, nação e gênero: as negras quitandeiras do Rio de Janeiro. 1835-1900*. In.: Silva, Francisco Carlos Teixeira et alli. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Mauad.

[v] Soares, Carlos E. L. & Gomes, Flávio dos S. *"Com o pé sobre um vulcão": africanos minas, identidade e repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, ano 23, nº2, pp.1-44, 2001. Amantino, Márcia S.; Comunidades quilombolas, cidade do Rio de Janeiro e seus arredores durante o século XIX; in: Prata, Jorge de S. (org.) Escravidão: Ofícios e Liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998. Silva, Eduardo M. da *Reação e Resistência: o escravo na cidade do Rio de Janeiro de 1870 a 1888.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1988. Coaracy, Vivaldo *Memórias da cidade do Rio de Janeiro.* 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988

[vi] Soares, Carlos E. L. *Comércio, nação e gênero...* p.414.

[vii] Mamigonian, Beatriz Gallotti. *Do que o preto Mina é capaz: Etnia e Resistência entre africanos livres*. In.: Afro-Ásia, Salvador, CEAO/UFBA, número 24, 2000.

[viii] Mamigonian, Beatriz Gallotti. *Do que o preto Mina é capaz...* 2000, p. 88.

[ix] Soares, Carlos Eugênio Líbano. *Comércio, nação e gênero...*, p.406.

[x] Sociedade Beneficente da Nação Conga (1862) - A.N./ CODES/ 1R/ Caixa 531/ Pacote 3/ Documento 46.

[xi] Abreu, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IPLANRIO; 3ª edição; 1997. p.36.

[xii] Em 1870 os bondes e trens começam a atuar sincronicamente, em horários mais adequados às horas de entrada e saída dos locais de trabalho do centro e em 1878 é criada a Companhia Carris Urbanos. Abreu, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro..,* 1997, pp. 36, 45, 50 e 53.

[xiii] Ver Soares, Carlos E. L. *Zungú: rumor de muitas vozes.* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1998. e, Silva, Eduardo *Dom Oba d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 78.

[xiv] Sociedade denominada Liga Operária (1872) - A.N./ CODES/ 1R/ Caixa 551/ Pacote 1/ Documento 8.

[xv] Noronha Santos, Francisco A. de *As Freguesias do Rio Antigo...* 1965. p. 124

[xvi] Sociedade de Beneficência da Nação Conga "Amiga da Consciência" (1874) - A.N./ CODES/ 1R/ Caixa 552/ Pacote 2/ Documento 45.

[xvii] Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (24 de Setembro de 1874) - A.N./ 1R/ CODES/ Caixa 552/ Pacote 2/ Documento 43.

[xviii] Chalhoub, com ótimos argumentos, tende a considerar que estas organizações são diversas. Chalhoub, Sidney *Machado de Assis: historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

[xix] Soares, Carlos E. L. *A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial.* Rio de Janeiro: Acess, 1999. p.126

[xx] Soares, Carlos E. L. *A Negregada Instituição...* 1999. p.115

[xxi] Noronha Santos, Francisco A. de *As Freguesias do Rio Antigo..*, 1965, p.108.

[xxii] Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Profissões Co-relativas (1877) - A.N./ CODES/ 1R/ Caixa 555/ Pacote 1/ Documento 9.

[xxiii] Silva, Eduardo *Dom Oba d'África...* 1997, p.70.

[xxiv] Corpo Coletivo União Operária (1882) – A.N./ CODES/ 1R/ Caixa 559/ Pacote 2/ Documento 14.

[xxv] Corpo Coletivo União Operária, Rio de Janeiro. projeto de monte-pio confeccionado, e oferecido aos operários do Arsenal de Guerra da Corte. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1885. BN/ Obras Gerais/ 040/M989c.

"O ABC CATARINENSE[1]": GREVE E MOVIMENTOS SOCIAIS EM CRICIÚMA

Rafael Pereira da Silva[2]

O processo de abertura política ocorrido no Brasil a partir de 1979, que dentre outros aspectos dava anistia aos exilados políticos e instituía novamente o pluripartidarismo, não deve ser visto de maneira ingênua. Se por um lado, os anos 70 e 80 foram marcados por uma série de organizações e movimentos de caráter popular, cuja sociologia "rotulou" de "novos movimentos sociais", por outro lado, nos bastidores do poder em Brasília eram os militares, juntamente com as elites políticas que ditavam as regras da transição feita pelo alto. Tanto é verdade, que embora o movimento pelas Diretas em 1984 tivesse levado milhares de pessoas às ruas, foi somente em 1989 que ocorreu eleição direta para presidente.

É objetivo deste artigo demonstrar algumas experiências de organização popular e sindical ocorridas na "capital do carvão" durante o processo de redemocratização, procurando perceber Criciúma como um palco de constantes disputas entre capital e trabalho.

O município localizado no sul de Santa Catarina foi cenário de diversas formas de organização popular e de um forte movimento sindical organizado pelos mineiros. A principal atividade econômica praticada por esses trabalhadores, a extração do carvão, sofreu por parte do governo federal- que a subsidiava- várias práticas que levaram essa atividade às ruínas. Ao mesmo tempo em que o complexo carbonífero se desmontava, a partir da segunda metade dos anos 1980 na cidade, ia se consolidando outras formas de atividade econômica como as indústrias de cerâmica, vestuário, calçados, metalurgia e plásticos[3].

José Paulo Teixeira aponta que além dos mineiros, as mobilizações operárias também começavam a se articular em outras categorias de trabalhadores, até então sem tradição de luta na cidade como vestuaristas, ceramistas, metalúrgicos, professores,

bancários. Além dos operários, setores institucionais também se organizavam nesse momento. Eram os grupos de pastoral, os movimentos de bairro, o Partido dos Trabalhadores, as oposições sindicais e a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Como exemplo dos movimentos populares, achei referencia à organização da Pastoral da Juventude. O livro ata da Pastoral em 1979 dizia o seguinte: "*Em 8 de agosto de 1979 às 20 horas na Paróquia de São José, a convite do coordenador Dourival Giassi, a pastoral se reuniu para: estruturar e organizar a Pastoral da Juventude da Comarca de Criciúma*[4]*".* A Pastoral da Juventude também teve destaque na voz do vereador Lírio Rosso do PMDB, afirmando o seguinte na sessão ordinária de 22/09/80:

> ...não poderia passar sem registro nesta casa, a realização da caminhada da libertação pela Pastoral da Juventude, onde em colaboração com os grupos de jovens das paróquias das Comarcas. As pesadas chuvas e o forte frio foram incapazes de impedir que cerca de 2 mil jovens percorressem, em caminhada, mais de 20 KM por nossas ruas e nossos bairros (...). O sentido da caminhada foi religioso (...) Ao sentido religioso os jovens deram também um sentido social à caminhada. Foi feita uma correlação entre o povo hebreu, preso ao cativeiro, com suas misérias, suas fraquezas, suas descrenças, com os povos atuais, principalmente com o povo brasileiro: pobre, doente, sem instrução, sem terra em muitas vezes sem fé[5].

O que mais chama a atenção na descrição acima é o número estimado de participantes, cerca de dois mil, e do número de quilômetros percorridos cerca de 20 KM embaixo de chuva. O interessante de se perceber também foi à passagem pelos bairros, aonde provavelmente a pastoral buscava seus mais novos integrantes.

Pode-se perceber a atuação da Pastoral da Juventude também em entrevistas com ex-militantes daquele período. Os depoimentos apontam para uma articulação de grupos de jovens com a Pastoral, como é o caso do NIJC (Nosso Ideal é Jesus Cristo), grupo que mais tarde veio a fundar a UCES (União Criciumense dos Estudantes Secundaristas). Segundo o professor Dorval do Nascimento, o grupo se reunia nos finais de semana para conversarem e articularem atividades[6].

A Pastoral Operária (P.O.) também teve papel muito importante na articulação e consolidação dos movimentos populares na cidade, na medida em que organizavam

diversos eventos como: manifestações de rua, criação do “fundo de greve”, a manifestação da “panela vazia”[7].

Em uma carta da Pastoral Operária de 17 de fevereiro de 1982 direcionada aos vestuaristas, pode-se perceber que a P.O. apoiava a luta por salários mais justos, a estabilidade no emprego, era contrária às horas extras e reivindicava melhores condições de trabalho. Segundo o documento, a Pastoral se via como um movimento de igreja que vinha em direção da necessidade de uma maior organização e conscientização, através de grupos de fábrica e de bairros, a ser mais um instrumento para que o trabalhador reflita sobre a sua condição de explorado e decida como modifica - lá[8].

Na mesma carta é interessante reparar que a P.O. não se via como o único meio pelo qual os trabalhadores deveriam se organizar, mas antes como uma alternativa de apoio. Ainda segundo a carta, a Pastoral tinha uma postura muito transparente em relação aos sindicatos. Para ela o sindicato deveria ser livre, de classe, forte e autônomo em relação aos partidos e aos patrões[9], e essa autonomia sindical passava pela independência em relação à própria Pastoral, embora fique claro que o diálogo entre sindicato e Igreja em Criciúma naquele momento fosse constante.

Márcia Fantin corrobora nessa direção ao afirmar que no início dos anos 1980, na cidade se articulava o movimento pastoral popular, de orientação progressista, em defesa dos direitos humanos e da justiça social. Os grupos organizados na pastoral da juventude, pastoral operária, comunidades eclesiais de base, incentivavam a organização direta nos bairros para a luta e conquista dos direitos como educação, saúde, saneamento básico. *Foi o tempo das manifestações com passeatas como a da “panela vazia”, que reuniu cerca de 2 mil participantes*[10].

Ao mesmo tempo em que as pastorais iam organizando atividade na cidade, nos bairros também já se podia perceber articulações em busca de melhores condições de vida para seus moradores. Exemplo disso pode ser visto no discurso do vereador Valdenir Zanette (PDS), na mesma sessão em que já havia discursado o vereador Lírio Rosso

(PMDB). Suas palavras faziam referencia ao bairro Vila Naspolini e a certa organização que já vinha de anos anteriores.

> Senhor Presidente e senhores vereadores estivemos presente, antes da abertura deste encontro, a uma festa popular, que foi na minha terra natal, na Mina Naspolini. Fui convidado pelos diretores da Sociedade esportiva e recreativa da Mina Naspolini, presidente da Capela e da sociedade. Lá naquele bairro, a liderança espontânea, simples e singela, da comunidade, resolveu a achou por bem fazer uma festa. (...) E como nos dizia alguns líderes daquela comunidade, hoje nós fazemos uma festa para nos parabenizarmos, porque nós lutamos, corremos e quase morremos, mas hoje, senão tudo, há um pouco daquilo que sonhávamos ter como realidade. Eu quero cumprimentar todos os moradores do bairro Vila Naspolini, pela festa ontem organizada, e acima de tudo pela luta de tantos anos, em busca das conquistas e que a elas chegaram[11].

Partindo desse discurso, alguns aspectos devem ser levados em conta. Percebe-se que o bairro já vinha se organizando há algum tempo, no sentido de lutar por melhores condições e que naquele momento a festa representava algumas conquistas. Segundo lugar, pelo fato da comunidade convidar um vereador indica que havia de um lado, lideranças locais organizadas em torno da Sociedade Recreativa, e de outro um diálogo com o poder público municipal. O que não sabemos, entretanto, é o caráter dessa relação.

No ano seguinte, em 29 de março de 1981, é criada a Sociedade Amigos de Bairro (SAB) da Vila Manaus. A sociedade articulou-se com a participação de moradores que eram ligados a outros movimentos como, por exemplo, a Pastoral Operária, militantes do PMDB e do movimento operário mineiro, ligados ao PCB[12]. Destacam-se na consolidação dessa SAB as figuras do Padre Valdemir Miotello e de João Paulo Teixeira[13].

No contexto que envolvia as experiências descritas até o momento destaco a volta da livre associação partidária. O pluripartidarismo fazia parte da estratégia de democratização pelo alto e podia também ser visto como estratégia das elites para fragmentar o campo da oposição ao regime militar. O argumento de Carlos Arturi vai nesse sentido. Para o autor, tanto a anistia, quanto a reforma partidária se inscreviam na estratégia do regime de dividir a oposição para acabar com o caráter plebiscitário crescente desfavorável a estes, das eleições bipartidárias[14]. Por outro lado, podemos pensar que a estratégia pelo alto só foi articulada porque havia muita pressão que vinha de baixo. O que

não dá pra concluir é que foram simplesmente os militares, ou apenas os movimentos sociais os responsáveis pela redemocratização do país.

O efeito da fragmentação pode ser vista em Criciúma nos anos 80. O PMDB era o principal partido de oposição saindo vitorioso nas eleições municipais de 1982, no mesmo período em que o PT ia se estruturando. Ao mesmo tempo em que o Partido dos Trabalhadores ia criando articulações no campo sindical e com a CUT, ia também se afastando das bases, brecha muito bem aproveitada pelo PMDB que criava diretórios em diversos bairros da cidade, aspecto que naquele momento dividia as oposições.

O Partido dos Trabalhadores em Criciúma foi fundado em 1981 e se constituiu a partir de bases sindicalistas, embora parte de sua militância fosse originária dos meios populares e pastorais. Participaram do processo de construção do PT, entre 1979 e 1981, militantes do movimento sindical, membros do movimento pela anistia e pelo custo de vida e militantes de esquerda[15].

Segundo o sociólogo José Paulo Teixeira, nos primeiros anos de organização partidária não havia preocupações eleitorais no PT. Existia toda uma ética e o partido buscava inserção política e representatividade nos movimentos sociais. Campanhas pela anistia, contra a Lei de Segurança Nacional, por eleições diretas para presidente, por salários, terra e liberdade, tinham no ideário petista uma motivação de fundo para a construção de uma nova sociedade[16]. Como já foi mencionado o PT manteve desde o início uma profunda ligação com a CUT, sendo ambos responsáveis em parte pela “virada à esquerda” dentro de alguns sindicatos em Criciúma.

A CUT regional Santa Catarina vai surgir em 1984, período em que os sindicatos locais em Criciúma ainda eram controlados pelos “dirigentes tradicionais”. Logo depois de estabelecida a CUT, começam a ocorrer as primeiras vitórias das oposições nos sindicatos, como a vitória da oposição dos vestuaristas em 1985, dos mineiros no ano seguinte, tomando o movimento sindical uma postura de mais confronto, e onde as greves passaram a ser um valioso instrumento de pressão. Entretanto, como afirma Teixeira, embora

estabelecesse um vínculo muito forte com a CUT o Sindicato dos mineiros nunca foi filado à Central e jamais seguiam de maneira dogmática as suas orientações[17].

No sindicalismo de Criciúma existiam disputas políticas muito bem definidas entre os chamados “pelegos” e os “cutistas”. Deste modo o movimento sindical na cidade se dividia em duas vertentes: a primeira identificada com a CUT e o Partido dos Trabalhadores e a outra com a chamada “intersindical”, que reunia a maioria dos sindicatos. O PT se relacionava com as duas vertentes desde 1984, através da figura de Milton Mendes de Oliveira que era assessor jurídico dos dois grupos, o que acarretava também uma tensão interna dentro do próprio PT[18].

Após consolidados, só restava aos movimentos populares, partidos de oposição e sindicatos, atuarem. A greve geral de maio de 1986 comandada pela CUT fez parar a cidade. Cerca de 30 mil trabalhadores de sete categorias pararam suas atividades, sendo a principal reivindicação o reajuste salarial. Uma das categorias a parar foram os vestuaristas e calçadistas.

Durante a paralisação desta categoria o que chamou a atenção na cobertura da imprensa foram as constantes agressões por parte dos patrões aos seus empregados. No quarto dia de greve, calçadistas e vestuaristas reclamavam da violência que estava acontecendo contra o movimento dos trabalhadores. Um empregado e membro da comissão de organização grevista, Eduardo Rocha, reclamou que um dos sócios da malharia Lady, conhecido como Marinho, ameaçou avançar com seu carro sobre os piquetes. Conforme Rocha, o acusado ainda *apontou um revólver contra os trabalhadores e os ofendeu com palavrões*[19].

Na manhã do dia 22 de maio, no décimo dia de paralisação dos vestuaristas e calçadistas, a advogada do sindicato Rosangela Souza foi agredida por três proprietários da indústria de confecções Nuermberg. Segundo Rosangela, ela pretendia convocar as funcionárias da fábrica para a assembléia geral das categorias que ocorreria no dia seguinte. Os diretores não deixaram à advogada dar o aviso e entraram na garagem da indústria seguidos por Rosangela. Em seguida, conforme relatou a advogada, os diretores

Nélio Dilton e Sergio Nuermberg a jogaram no chão. Minutos depois uma multidão se aglomerou na frente da fábrica e Rosangela foi liberada. Os diretores da fábrica negaram a acusação. Eles acusaram a advogada de ter invadido a garagem, mas não a espancaram[20].

Arrisco dois argumentos que talvez expliquem as agressões. Primeiro em relação aos trabalhadores, a legislação trabalhista desprivatizou o espaço fabril, sendo a greve um direito deles. Quando os operários exigiam que uma lei fosse cumprida, no caso o reajuste salarial, a relação original de dependência do patrão desaparecia. Por outro lado, os proprietários achavam que estavam tendo o seu patrimônio violado ou invadido. No caso dos piquetes, eles impediam o livre acesso dos trabalhadores que não estavam em greve ao local de trabalho ou a livre circulação de um dos sócios à sua propriedade. Já a advogada havia invadido uma propriedade privada sem autorização prévia dos donos, lesando sua autoridade e ferindo o princípio da hierarquia[21].

O que procurei demonstrar até o momento foram algumas experiências de organização dos trabalhadores de Criciúma sejam elas através dos movimentos populares nos bairros, com ou sem a presença da Igreja, ou nos canais institucionais como o PT ou a CUT. Além da efetiva participação e pressão da sociedade civil organizada através dos diversos movimentos sociais, o processo de transição para a "Nova República" foi também uma articulação pelo alto, tanto é que os acordos entre os setores conservadores e a oposição, estabelecidos na fase de liberalização política, originaram uma democracia com "defeitos de nascença[22]", cujos resquícios podem ser percebidos até hoje.

---

[1] A expressão foi retirada da obra de: TEIXEIRA, J. P. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996.p. 162.
[2] **Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e bolsista da CAPES.**
[3] TEIXEIRA, op.cit., p. 149
[4] Ata da Pastoral da Juventude, 1979. CEDOC, Criciúma.
[5] Arquivo da Câmara Municipal de Criciúma. Livro Ata da 68ª Sessão Ordinária realizada em 22 de setembro de 1980.
[6] Todos esses dados foram tirados da entrevista realizada com Dorval do Nascimento em 27/10/04 na cidade de Criciúma onde reside.
[7] TEIXEIRA, op.cit., p. 150.
[8] Nota de Apoio da Pastoral Operária. 17 de fevereiro de 1982. CEDOC, Arquivo do CEDIP (Criciúma).
[9] Idem.
[10] FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciuma/SC: nas malhas das relações de poder*. 1992. 200f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. P. 25.
[11] Arquivo da Câmara Municipal de Criciúma. Livro ata 68ª Sessão Ordinária realizada em 22 de setembro de 1980.

[12] TEIXEIRA, J. P. *Nos tempos do Zé: um estudo sobre o PMDB e o governo popular em Criciúma (1983-1988)*. Florianópolis: Cidade Futura, 1999, op.cit, p. 75.
[13] TEIXEIRA*, Os donos da Cidade*, op.cit. p. 150.
[14] ARTURI, C.S. ***Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira***. In: REIS, E. ; ALMEIDA, M. H. T.; FRY,P. (orgs). Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1996. p. 152.
[15] Idem.
[16] TEIXEIRA, J. P. Escritos militantes: agonia militante e socialismo agônico. Ed. Do autor, 1996. p. 24-25.
[17] Teixeira, Os donos da cidade, op.cit., p. 154-155.
[18] Idem.
[19] Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Diário Catarinense* de 17/05/1986.
[20] Idem, Diário Catarinense de 23/05/1986.
[21] Parte desse argumento foi elaborado com base em: FRENCH, J.D*. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.* São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 16-17 e 64.
[22] ARTURI, op. cit. P. 144.

Cultura Histórica e as novas Tecnologias da Informação
Algumas reflexões acerca da Memória

Raimundo Donato do Prado Ribeiro

As novas tecnologias da informação se configuram efetivamente como objeto de investigação para a história? Essa questão, aparentemente, institui uma resposta objetiva, no entanto, na literatura sobre o tema encontramos indicativos de uma tensão em relação a esse objeto. A tensão pode ser caracterizada quando essas tecnologias são entendidas como recentes demais para serem problematizadas pela história; quando não, encontra também defensores nas ciências humanas, que desvinculam as tecnologias da informação da história e da cultura de uma sociedade, entendendo-as como resposta a uma evolução inerente ao desenvolvimento da humanidade, ou seja, a-histórica.

As tecnologias não existem num vazio e não são neutras. Esse reconhecimento permite-nos considerar que as conseqüências das novas tecnologias da informação têm propiciado, junto às ciências humanas – em especial aquelas que vinculam seu ofício à pesquisa documental em arquivos, museus e bibliotecas, por exemplo – questionamentos de que estariam forjando a emergência de uma nova concepção dos lugares de memória, propiciada pela digitalização de dados e imagens e também pela suposta capacidade infinita de armazenamento de dados.

A tensão posta entre as ciências humanas e as novas tecnologias da informação engendra várias possibilidades de investigação, uma vez que, há de se reconhecer, as novas tecnologias da informação causam um grande impacto ao provocar as acuidades dos sentidos. Assim, mais do que qualquer outra tecnologia em qualquer outra época, a da informação, acrescida da velocidade sem igual, altera e funde a percepção do tempo e do espaço.

Recorremos ao termo “cultura histórica”, esboçado a partir das reflexões do historiador Le Goff, para a compreensão do nosso tema. O sentido desse termo é muito específico e não visa sobrepor a história às demais áreas de conhecimento que lidam com a

cultura. O termo se estabelece numa busca pela nomeação de tudo aquilo que, nas sociedades, constitui ou produz práticas e ou discursos que se combinam no estabelecimento da relação de uma historicidade com o passado. [i]

A relação da sociedade com uma historicidade permite que identifiquemos não apenas produções e representações de imagens constituídas pela própria produção histórica no interior da disciplina, mas também as diferentes imagens de passado imersas no social, que redundam muitas vezes em valorações e relações diversas, com os vestígios deste mesmo passado e que encontram expressões nos mais diferentes lugares de memória, como também na interface com outras áreas de conhecimento.

Nessa perspectiva, para nós, "cultura histórica" amplia-se não por ser una, mas por possibilitar que as diferentes manifestações e representações, oriundas da sociedade em relação à historicidade com o passado, sejam contempladas como expressão da busca do homem em relacionar-se com a história.

Nossas reflexões procuram partir da premissa de que a mídia tem sido uma das responsáveis pela difusão de debates que enfocam as interfaces entre a ciências humanas e as novas tecnologias da informação, nos quais busca-se aventar a hipótese de que uma nova construção de relação com o passado está se erigindo, ainda mais se reconhecermos que as novas tecnologias da informação possibilitam novos meios de geração e transmissão de conhecimento que redefinem o tempo, o espaço e a memória.

Destacamos a importância de Foucault que desenvolveu uma metodologia que deixou de considerar a história de um saber como um desenvolvimento linear, contínuo e neutro a partir de origens imemoriáveis, reconhecendo e articulando diferentes saberes à luz de práticas e de relações de poder, demarcando uma crítica a concepção de progresso positivo e ou da evolução intrínseca na história, tão cara aos adeptos da cisão entre a ciência e a tecnologia da estrutura social, que são recorrentes nos apanágios às novas tecnologias da informação. [ii]

Construída historicamente, a nossa contemporaneidade tem no tempo e no espaço uma redefinição daquela erigida no decorrer das sociedades industriais. Redefinição esta

que se coloca na própria inteligibilidade do sentido do tempo e do espaço, que há muito deixou de significar os limites postos pelas fronteiras de um bairro, de uma cidade ou de um país.

O antropólogo Marc Augé tece algumas considerações pertinentes a essa dificuldade de entender um tempo que se acelera e de um espaço que se dilui na velocidade posta pelas novas tecnologias da informação. Para Auge, *o tempo não é mais, hoje, um princípio de inteligibilidade. A idéia de progresso, que implicava que o depois pudesse ser explicado em função do antes, encalhou, de certo modo, nos recifes do século XX, ao sair das esperanças ou das ilusões que acompanharam a travessia do mar aberto do século XIX.*[iii]

Em qualquer tempo, a memória é evocação do passado, o tempo que ficou perdido e não voltará mais. A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória, individual ou coletiva, que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para o indivíduo.

A idéia de memória artificial não é nova na história do homem. Tal afirmação pode ser observada, por exemplo, nas buscas de métodos que objetivassem a retenção de informações e lembranças que pudessem contribuir para com a eloqüência e a oratória. Esses métodos visavam criar uma memória "prótese", que pudesse auxiliar a memória natural e ampliar o acúmulo de conhecimentos.

A busca dessa memória artificial esteve presente na mitologia e na filosofia clássica grega e influenciou sobremaneira os antigos romanos na produção de a "Arte da Memória", na qual consta a lenda do criador da retórica, o poeta grego Simónides de Céos (cerca de 556-468). É dela que se abstrai a metáfora da memória organizada como um palácio. A importância da lenda de Simónides é que ela permite fixar dois princípios da memória artificial: a lembrança das imagens, necessária à memória, e o recurso a uma organização e ordenamento, ambos elementos importantes para uma boa memória.

Outro exemplo interessante encontra-se na obra *O Palácio da Memória de Matteo Ricci,* de J. Spencer, que aborda a trajetória do Padre Matteo Ricci na busca de um método

de aprimoramento de técnicas mnemônicas, também a partir da concepção da memória enquanto palácio, embora recorrendo ao uso de imagens. Esse exercício mnemônico visava evitar a perda de lembranças e a fragmentação da memória, a partir de um ordenamento de imagens que organizavam a memória como um todo, ou seja, o palácio. O método de Ricci perscrutava uma trajetória linear das lembranças com começo, meio e fim. Portanto, tentava-se criar um método auxiliar capaz de desenvolver uma memória artificial, capacitando-a a reter, dentro de uma linearidade, todas as lembranças, que deveriam organizar-se pelos vários cômodos do palácio. [iv]

Estas imagens diferem das apresentadas pelas novas tecnologias da informação na nossa contemporaneidade, no que diz respeito à memória. Nestas, o acesso à memória da máquina é feito de maneira aleatória, seu acesso independe de seqüência e ordem. A informação contida é fragmentada, não enquanto programa, mas pelas infinitas combinações que o ordenamento lógico do programa permite. Os dados informacionais são peças dispostas de modo a permitir diferentes combinações de informações as quais, ao mesmo tempo, podem vir a homogeneizar estas informações. [v]

Podemos considerar que o processo de homogeneização poderia ocorrer se a valorização da memória *bytes* se sobrepusesse à memória social e individual, já que com as novas tecnologias da informação teríamos a possibilidade da ampliação ilimitada da memória, o que, em certa medida, desqualificaria o homem como detentor de memória. Os argumentos nesse sentido atribuem um lugar de objetividade e neutralidade às máquinas; desta forma, as novas tecnologias da informação conseguiriam realizar a tarefa de preservar intactas as memórias. Essas novas tecnologias prometem o fim do esquecimento, dimensão tão importante na constituição das sociedades e dos indivíduos quanto a capacidade de recordar e lembrar.

A memória é sempre seletiva, o que não é diferente com as novas tecnologias da informação; mas a questão aqui é que a memória dos grupos e dos indivíduos é marcada pela heterogeneidade e diversificação nas seleções, mediadas pelas mais diferentes

naturezas, enquanto que, com a possibilidade oferecida pelas novas tecnologias, ela poderia tornar-se una, a partir da seleção daqueles que controlariam as tecnologias de recepção e distribuição de informações.

Sob a perspectiva das novas tecnologias, constrói-se uma compreensão da história através da substituição de uma idéia linear do tempo pela atomização do momento. Isso significaria, em certa medida, a instituição da informática – não apenas como tecnologia, mas como linguagem e, como tal, oferecer-nos-ia uma memória informacional automatizada, como aquela capaz de acumular, homogeneizar e traduzir a memória social. Introduzindo mudanças nos mais diferentes campos de atuação, percepção e construção da memória do homem contemporâneo, a informática poderia construir um novo sentido para a individualidade, ou destituí-la.

No âmbito das questões trazidas pelas novas tecnologias, que por sua vez respondem também às estruturas de pensamentos e de culturas muito mais amplas presentes no nosso cotidiano - longe do esquema de causa e efeito - talvez a mais surpreendente e incômoda seja aquela proporcionada pela instantaneidade da memória, acompanhada pela fragilidade garantida pelos suportes técnicos da memória da nossa contemporaneidade.

A despeito da fragilidade dos suportes técnicos da memória proporcionados pelas novas tecnologias da informação, cabe ressaltar que essa memória apresenta-se como uma possibilidade de memória universalizada e homogênea, idéia esta que remete – ou aproxima – à utopia posta por uma dada concepção de memória nacional, a qual permitiria um controle arbitrário e que destituiria as possibilidades das diferenças e das alteridades.

Toda memória nacional é coletiva, no entanto, cabem-nos algumas considerações a esse respeito. Halbwachs[vi] trabalha com a perspectiva da existência de duas memórias: a coletiva e a individual. Para ele, a memória só tem força quando se apóia num grupo de referência, ou seja, o social sobrepujando o indivíduo; e a mesma sempre é reconstrução das lembranças no presente, através de imagens do passado. Imagens essas que sofrem mediações e alterações continuamente. Embora reconheça o caráter individual da memória,

Halbwachs trabalha com a idéia que essa se constitui a partir do social e do coletivo, ou seja, a memória social ou coletiva se sobrepõe à individual.

Nesse caso, o esquecimento não aparece como antônimo da lembrança, ou resistência; o esquecimento ocorre em função do desapego do indivíduo ao grupo. O tempo e o espaço apresentam-se, para esse autor, como substância da memória, desde que vinculados a um grupo.

A partir da concepção de memória coletiva de Halbwachs, parece-nos que o mesmo reconhecia, na possibilidade da homogeneidade através de uma memória nacional, a garantia do acolhimento e a proteção dos indivíduos junto ao grupo. Nesta medida, uma das possibilidades da memória coletiva é a memória nacional, onde a seletividade é dada pela ação e construção a partir de interesses políticos e sociais de um grupo que acaba por impor – não sem resistências – a idéia de uma unicidade, a partir de uma dada ideologia.

A nossa contemporaneidade oferece uma outra possibilidade de memória coletiva, qual seja, a memória informacional. Diferentemente das memórias coletivas e individuais, esta apresenta-se como neutra e oferece a capacidade de armazenamento e de memória ilimitadas. Como toda memória, ela é fragmentada; no entanto, seu acesso dar-se-á não por recordações ou lembranças do presente ou do inconsciente, mas através de ícones específicos, sem seguir uma linearidade cronológica ou de eventos, *a priori*, basta entrar na rede que as informações ou “arquivos na memória” estão à disposição para consulta.

Confrontamo-nos com uma nova possibilidade de memória que não é aquela calcada na tradição dos documentos e da oralidade, como também na da seleção e do esquecimento – seja através da cultura história e ou da memória coletiva e individual; mas sim, a que oferece pela rede a capacidade da democratização das informações e de realização plena de um novo humanismo através das novas tecnologias da informação, da velocidade eficiente e dos bytes.

Ao reconhecermos que as novas tecnologias da informação inserem-se dentro de uma história e de uma cultura, reconhecemos que elas incorporam e ou traduzem todas as

grandes tensões postas, pelo princípio fundante da velocidade, nas relações de poder do cotidiano.

São relações que tensionam novas percepções sensoriais do espaço, do tempo, das imagens e que concomitantemente possibilitam também tensões nos mais diferentes campos de atuação, percepção e construção da memória e dos lugares de memória, em última palavra, nas dimensões da "cultura histórica".

Os novos condicionantes para a habilidade de ler e escrever estão sendo alterados pelas novas tecnologias e produzindo uma nova postura em relação a essas habilidades, que por sua vez, provoca a ruptura de um fazer consagrado pela escrita e de uma tradição de compreensão da cultura histórica, entendida como as diversas produções do passado, tanto no campo da disciplina histórica quanto no campo da memória e de sua preservação em arquivos e museus.[vii]

Se entendermos o nosso tempo como amálgama de temporalidades distintas, no qual várias concepções de mundo se contrapõem, estaríamos evitando reconhecer as construções históricas incorporadas as nossas vidas como certas e definitivas, evitando a falsa sensação de estabilidade que às vezes permeia nossas ações cotidianas. No que diz respeito a esta reflexão, não se trata de minimizar as conseqüências das novas tecnologias da informação e as mudanças que elas proporcionam em nosso cotidiano. Muito pelo contrário, apostamos justamente que neste confronto entre mundos distintos – um que se esvai e outro que começa a se impor – podemos construir um campo político bastante interessante no qual, talvez, seja possível mediar e estabelecer uma série de interlocuções que possam interferir nas mudanças que estão por vir. No entanto, saber a qualidade e o que pode redundar de tais embates não podemos e nem pretendemos prever.

O esquecimento é algo inerente e constante nas mais diferentes culturas. Ele ocorre por diferentes questões: mediações entre os grupos, lutas e disputas. Às vezes o esquecimento pode ser necessário para a reconciliação e o perdão, quer para os indivíduos, quer para as comunidades recuperarem suas vidas. A capacidade ilimitada de armazenamento de registros, longe de significar a plena realização da memória dos grupos

sociais ignora a memória destes grupos e indivíduos, uma vez que intenciona uma outra concepção de memória, qual seja, exclusivamente compreendida como registros, contrapondo-se à dos indivíduos e grupos que pressupõe lembranças e esquecimentos. A velocidade e a informação imediata e avassaladora da mídia constrangem-nos por que produz a sensação de impotência diante delas. É um mundo que se reduziu àquilo que vemos pelo *zapping*.

São essas várias facetas que compõem os conflitos que regem a cultura histórica em nossa contemporaneidade, ou seja, as novas tecnologias da informação e a cultura histórica, não estão divorciadas nas suas relações, mas sim aproximam-se e fazem história e cultura.

A presença das novas tecnologias da informação não implica num mundo inteiramente novo. Pensamos um futuro que irá conviver e coexistir com temporalidades e historicidades distintas. Vestígios do passado sempre estão presentes – nos artefatos culturais, nos recônditos das memórias, na presença de lugares da memória, na necessidade das sociedades em produzirem vínculos com o passado, criando formas de relação e diálogo com esse tempo dos ancestrais; em outras palavras, com a cultura histórica. A coexistência ou suplantação de formas de se relacionar com a cultura histórica é uma evidência em qualquer tempo, a questão é a de mantermo-nos como intérpretes do mundo em que vivemos.

---

[i] LE GOFF, Jacques In: ROMANO, Ruggiero (Direção). ***Enciclopédia Einaudi. Memória-História***. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997

[ii] FOUCAULT, Michel. ***Microfísica do Poder***. 13a. Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998; ***Vigiar e Punir***. 19a. Ed., Petrópolis: Vozes, 1999; ***A Arqueologia do Saber***. 3a.Ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987 e ***As Palavras e as Coisas***. 6a.Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1992.

[iii] AUGÉ, Marc. ***Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade***. Campinas: São Paulo: Papirus, 1994, p. 28-29.

[iv] SPENCER, J. ***O Palácio da Memória de Matteo Ricci***. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

[v] MURGUIA, Eduardo I. e RIBEIRO, Raimundo Donato Prado "*Memória, História e Novas tecnologias"* In: ***Impulso.*** Revista de Ciências Sociais e Humanas. Volume 12, Número 28, Universidade Metodista de Piracicaba: Piracicaba/SP, 2001, pp.175-183.

[vi] HALBWACHS, Maurice. ***A Memória Coletiva***. São Paulo: Centauro, 2004.

[vii] Ver: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. ***História da Leitura no Mundo Ocidental 1***. São Paulo: Ática, 1998 e ***História da Leitura no Mundo Ocidental 2***. São Paulo: Ática, 1999; CHARTIER, Roger. ***A aventura do livro. Do leitor ao navegador.*** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ALMAS ENCLAUSURADAS: PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO MÉDICA, OBSESSÃO E LOUCURA NO COTIDIANO NO SANATÓRIO ESPÍRITA DE UBERLÂNDIA-MG (1932-1970)*

Raphael Alberto Ribeiro*

Maria Clara Tomaz Machado**

Sabemos que a loucura acometeu tanto as gentes modestas como grandes artistas contemporâneos, cuja arte brotava e suas dificuldades em enfrentar a realidade. Baudelaire, Van Gogh e Artaud foram exemplos significativos e suas experiências com a doença mental e as instituições asilares marcaram profundamente suas obras. Artaud passou nove anos internado e dizia que morria a cada sessão de eletrochoque que sofria. Este trabalho de pesquisa teve a oportunidade de conhecer, mais de perto, a vida, pelo menos asilar, de mais de 1500 pacientes do Sanatório Espírita de Uberlândia[1]. É esta doença e suas práticas médicas, associadas à conivência do espiritismo, que evocamos neste texto que, antes de tudo, para nós, é ponto de partida e não ponto final.

A discussão em torno da loucura, tal como o seu tratamento, ainda tem suscitado inúmeros debates, denúncias dos abusos cometidos com os portadores de transtornos mentais. Dúvidas têm surgido de maneira intensa em torno da grande incógnita que envolve a loucura. Quais os indícios que evidenciam a loucura? Mais ainda, a loucura realmente existe? Muitas outras indagações estão colocadas, inclusive questionando o discurso médico, que antes se apresentava como vencedor, como também suas práticas e técnicas curativas. Em contrapartida, percebemos hoje o quanto foi importante os debates de outros segmentos da sociedade, que, de uma maneira ou de outra, não aceitaram a imposição do saber psiquiátrico.[2]

Neste trabalho abordaremos como os vários discursos sobre a insanidade estavam presentes na sociedade e como isto possibilitou as práticas de sua institucionalização. Feito isto, enfocar-se-á a instituição uberlandense, o Sanatório

Espírita de Uberlândia, discutindo a relação entre loucura e espiritismo.

Inquestionavelmente grande parte dos teóricos que se atêm a estudar a loucura do ponto de vista da sua institucionalização, remetem suas análises à Foucault, mostrando ainda a sua importância na historiografia. Foi a partir destes trabalhos que uma nova história social passou a ser escrita, pois

> (...) a história não é mais do que um discurso (...) e (...) os eventos históricos não existem como dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando para serem revelados pelo historiador bem munido.[3]

É possível pensar, a partir de Roger Chartier[4], as práticas e representações culturais coladas às experiências concretas de vida dos sujeitos sociais. Neste sentido, os discursos são compreendidos como representações coletivas capazes de elucidar as tecnologias de poder, bem como as práticas e ações que remetem para o controle e a disciplinarização sociais, tanto quanto para as resistências à ordem instituída. Por este viés, o conflito entre visões de mundo diferenciadas e as múltiplas vivências possibilitam perceber as representações também como divergências, na medida em que expressam uma maneira própria de estar em sociedade, significar simbolicamente um estatuto e uma posição e, sobretudo, conferir uma identidade social. Por isso, a perspectiva foucaultiana será aqui apropriada tanto pelo que remete para o conhecimento da gênese dos discursos, entendido pela história cultural também como representações, maneiras pelas quais a sociedade se organiza, quanto pela metodologia que propõe, permitindo a análise empírica da evidência.

Pensar a loucura na sociedade ocidental induz a considerar os vários significados que lhe são atribuídos. O discurso médico, apesar de hegemônico, não é único, daí a necessidade de descortinar outras formas de entendê-la. Neste sentido, é relevante destacar outros olhares sobre a insanidade, tais como o cinema, a literatura e a artes plásticas, cujos enfoques contribuíram na divulgação na só da barbárie cometida em nome da ciência, como também sugerem um tratamento mais humano, desmistificando muitas teorias psiquiatras.

Em Uberlândia, durante várias décadas, as sucessivas administrações municipais não implantaram uma política de saúde pública que permitisse o envolvimento da prefeitura na fundação e gerenciamento de hospitais.[5] Pelo Código de Postura de 1903 percebe-se que as administrações municipais agiam como uma "polícia sanitária". Este era um instrumento organizado para vigiar e controlar a aplicação das normas instituídas, com o objetivo de disciplinarizar o espaço urbano e as ações dos indivíduos. Quem não estivesse dentro da normalização estipulada receberia sanções:

> Art. 111 – Só os pobres, reconhecidamente tais, e aos sábados, é permitido implorar a caridade pública.
> Art. 113 – Os ébrios encontrados nas povoações, serão recolhidos à prisão por 24 horas, se alguém de outro não se responsabilizar pelo seu restabelecimento
> Art. 114 - Os loucos, são seus parentes obrigados a tel-os em segurança em lugar que não perturbem o socego e tranqüilidade..
> Art. 115 – É expressamente proibida a entrada de cigano no município.
> Art. 120 – É proibida toda e qualquer reunião em casa de meretrizes.[6]

Os códigos de posturas de 1950 enfatizam o papel da polícia sanitária:

> Art. 47 – Para preservar, de maneira geral a higiene pública, fica terminantemente proibido: VI – Conduzir para a cidade, vilas ou povoações do Município doentes portadores de molestias infecto contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.[7]

> Art. 217 – são prohibidas, dentro das povoações, as casas de caridade, enfermarias e lazaretos para o tratamento de molestias infecto-contagiosas: multa de 30$ e obrigação de remover.

Ao estudar um manicômio dirigido por espíritas, seria fundamental destacarmos a sua maneira de tratar os portadores de transtornos mentais. Teoricamente, o espiritismo apregoa formas alternativas de lidar com a loucura, contrapondo à psiquiatria tradicional. O médico psiquiatra Inácio Ferreira, espírita, que atuou no Sanatório Espírita de Uberaba por cinqüenta e cinco anos, questionava a maneira que seus colegas psiquiatras, não espíritas, tratavam a loucura em outras instituições. Em suas duas obras[8] o autor enfatiza a importância da aplicação de uma terapêutica que privilegie premissas espíritas, tal como a reencarnação e a obsessão. O autor trabalha na perspectiva de que a maior parte dos casos de loucura tem a sua causa no espírito e os tratamentos com ênfase somente no material se tornam improfícuos. Partindo dessa perspectiva temos diversas casas espíritas que também têm assistido a loucura e,

atualmente, muitas delas possuem médicos que se voltam para o tratamento nos liames da doutrina espírita.

A questão para essa religião está centrada, na maioria das vezes, em problemas espirituais, compreendidos como obsessão. Na obra intitulada **O livro dos espíritos**, Kardec defende que a loucura é explicada em grande parte de suas ocorrências como obsessão, ou seja, uma mente interferiria numa outra afetando a personalidade da vítima, seja distonias mentais, emocionais ou desequilíbrios fisiológicos. Na pergunta 459 desta obra percebemos a relação que o espiritismo estabelece do plano material com o plano espiritual

> (...) Os espíritos influem sobre nossos pensamentos e nossas ações? Resposta: - A esse respeito sua influência é maior do que credes porque freqüentemente são eles que vos dirigem.[9]

O espírito carrega em uma próxima existência carnal as suas faltas e também possíveis inimigos, fruto de suas ações no pretérito. O espírito obsessor, acometido pelo ódio e querendo vingança, tentará prejudicar o seu algoz que, para tal, encontra meios para a realização de seu intento. Assim:

> (...) Entre os que são tidos por loucos, muitos há que apenas são subjugados; precisariam de um tratamento moral, enquanto que com os tratamentos corporais os tornam verdadeiros loucos. Quando os médicos conhecerem bem o Espiritismo, saberão fazer esta distinção e curarão mais doentes do que com as duchas.[10]

Nos casos de obsessão, os espíritos envolvidos - obsessor e obsediado - precisam estar em uma mesma faixa vibratória. Isto significa que o diagnóstico da enfermidade dependerá da elevação moral por parte dos envolvidos, ou seja, o enfermo deverá se esforçar por ter uma conduta cristã, destacada principalmente nos trabalhos de caridade. Nas psicografias do Sanatório Espírita de Uberlândia fica evidente a primazia do espírito de Eurípedes Barsanulfo que em muitas fichas médicas aparecia diagnosticando casos, tal como:

> Para a irmã A. A. - 20 anos Rua Machado de Assis. Obsedada por ser médium descontrolado, sim convém depois fazer a sua educação mediúnica, tendo por base os evangelhos de Nosso Senhor Jesus Cristo. Convém internar-se para o tratamento.[11]

O passe, na concepção espírita, funciona também como um excelente mecanismo contra a obsessão, produzindo energia eletromagnética, destoando com a energia negativa do obsessor, causando um afastamento provisório. Se o obsediado, portanto, não se policiar no sentido de ter uma conduta cristã, poderá voltar a sofrer distúrbios até piores aos anteriormente sofridos. A intenção do espiritismo em relação à obsessão é realçar o perdão e o auto aprimoramento. Segundo a perspectiva espírita, o tratamento aplicado pela psiquiatria finda por não ter êxitos.

> Cada um de nós forma sua atmosfera moral, dentro da qual somente podem penetrar Espíritos da nossa natureza, que são os únicos que a podem respirar, se nos permitem a expressão.
>
> Assim, ao que modela suas ações, seus pensamentos e seus sentimentos, pelas normas do dever e do bem, não podem chegar senão Espíritos adiantados, jamais os maléficos.
>
> Vice-versa, ao que leva vida desregrada, mais preocupado com a satisfação de seus instintos carnais do que com o cumprimento de seus deveres, segundo o bem, não podem chegar senão Espíritos atrasados, que só arrastam para o mal: jamais os benéficos, salvo os que vierem em missão de caridade.[12]

Um dos preceitos de maior valor em relação à postura de um espírita é a caridade, tal como afirma Kardec *fora da caridade não há salvação*. O uso da caridade possui uma forte conotação, que é uma maneira de quem a pratica expiar culpas de vidas anteriores. Em não havendo um sentimento de repulsa do outro, a caridade funciona, para aquele que quer ser aceito também, como um mecanismo de aproximação ou reconhecimento, daí uma justificativa instigante, da qual se deduz como os espíritas vão, aos poucos, consolidando seu espaço na sociedade. Aliado a tudo isto, a crença de que a constante prática da caridade representa a ascensão espiritual, objetivo máximo de um encarnado. É nesta premissa que um dos diretores do Sanatório, aproximadamente no período de 1959 a 1967, destaca:

> Então eu dizia sempre, depois que eu assumi a direção, dizia sempre para os nossos irmãos que ali trabalhavam que eu considerava aquela casa uma escada de Jacó, que se nós nos dedicássemos, nós déssemos carinho aqueles nossos irmãos, nós poderíamos através dos anos galgar algum degrau na escada de Jacó. Mas que se nós desprezássemos aqueles irmãos, deixar eles passarem fome, sede, frio, que nós estaríamos contraindo débitos que talvez nos custariam séculos para ser resgatados. Então nós precisávamos trabalhar naquela casa com muito amor, com muita dedicação para nós termos um crédito na vida futura, que é a vida que nos

> deverá preocupar realmente. É a vida verdadeira, é a vida eterna.[13]

Este imaginário espírita que circunscreve o tratamento do insano é recheado de contradições internas frente aos seus dogmas. Das fichas catalogadas, observa-se o uso freqüente de eletrochoques, mesmo apregoando que a maioria dos casos de loucura advém do espírito.

> Uso de Convulsoterapia pelo cardiazol: 1º choque em 24/02/1943; 2° choque em 02/03/1943; 3º choque em 05/03/1943; 4º choque em 09/03/1943; 5º choque em 13/03/1943; 6º choque em 17/03/1943; 7º choque em 22/03/1943. [14]

O médico da instituição Moysés de Freitas atuou na instituição por um longo tempo, até a chegada de um psiquiatra na cidade de Uberlândia. O seu diagnóstico, isso é o mais interessante de apontarmos, era praticamente sempre o mesmo, sendo possível analisar que a presença do médico funcionava também como uma espécie de pano de fundo para justificar a internação do paciente perante a comunidade. Vale ressaltar que só o médico poderia detectar moléstia infecto-contagiosas, muito perigosas para um local que chegava a obrigar até 100 pacientes por vez. Vejamos como eram feitas as anamnesis:

> Atestado do médio Moisés de Freitas: Atesto que o Snr. Saleriano natural de Pantalina, Est. De Goiaz, com 33 anos solteiro, não sofre de molestia (...), mas é um psicotico, nescessitando ser internado no Sanatorio. Uberlândia, 4 de Fevereiro de 1944.[15]

Assim, também, pode ser observado em outro diagnóstico realizado bastante tempo depois.

> Atesto que Raimunda Carneiro, com 18 anos de idade,é uma psicótica e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 29 de dezembro 1959. Moisés de Freitas.[16]

Na parte destinada ao histórico da doença contido nos prontuários, encontramos diversas informações pertinentes. Estes dados possibilitam pensarmos os significados da loucura, construídos pela população, nesta época.

> Ha mais ou menos 16 anos o paciente teve um acesso (sic) depois de ter ingerido manga verde e doce de leite, do qual nada sabe contar. Daí em deante até hoje, continua a sofrer tais acessos, típicos da epilepsia: com grito

> de fera incial, contrações clonicas e tonicas, mordedura da língua e baba sanguinolenta e a princípio, precedidos de aura.[17]
> O paciente informa que por ser muito devoto, crente em Deus, é sempre vitima de perseguições segundo ele, espirituais. (...). Quando aqui chegou envergava uma batina verde e nos conta que no municipio de Goiatuba, onde mora, fazia casamentos e batisava tudo e a torto e a direito: até as galinhas chocar não escapavam a seu batismo. Trouxe evangelhos, livros de reza e chegou a ter muito adeptos. Não corta os cabelos e nem se deixa barbear. Sua principal mania é a religião que, segundo ele, é uma mescla de catolicismo, protestantismo e espiritismo.[18]

A loucura, como se pode observar, apresenta significados múltiplos perante a sociedade. A magia, o encantamento, o fanatismo, o desconhecido, a sexualidade, se entrelaçam com o patológico. Muitos preconceitos são construídos pela população leiga e circundam o discurso médico sobre a loucura, justificado, talvez, pela incompetência dos psiquiatras em lidar com tal situação. Para muitos, os desregramentos sexuais, a prostituição são causas também da degenerescência mental, a loucura.

> Mãe teve 4 gestações a termo. Infancia sadia. Casou-se e sua mulher teve 3 filhos. Passado venereo e boemio. Vivia nos pagodes (sic) a tocar sanfona e a beber bebidas espirituosas. O inicio de sua doença data mais ou menos de 3 anos quando começou a dizer que seu irmão o ameaçava montado em uma mula preta. Depois foi peiorando (sic) até se tornar esquecido sem cuidados higienicos, alucinações, etc.[19]

A institucionalização da loucura, discutida por diversos autores levantados aqui neste artigo, no que se refere à constituição do saber psiquiátrico e os mecanismos criados por esta ciência em isolar o doente e elaborar caminhos para a cura, evidentemente definiu os rumos de seu tratamento de forma perversa. Por este olhar, o saber médico saiu vencedor na elaboração de um “projeto de cura” aos alienados. No entanto, a realização de tais projetos científicos se dá, muitas vezes, de maneiras contraditórias às concebidas teoricamente. O tratamento da loucura não é algo que está resolvido, superado, pela Psiquiatria. Outros grupos já propuseram formas de tratamentos alternativos, o que não implica necessariamente em melhorias na maneira de cuidar do problema. A pertinência deste estudo é refletir acerca da prática médica, no poder conquistados pelos homens da medicina e a não aceitação passiva de outros segmentos da sociedade, nos mostrando que a História não está determinada, mas contraditória.[20] É nesta perspectiva que se destaca a Lei N° 10.216 de Paulo Delgado,

que dispõe sobre a humanização referente ao tratamento dos portadores de transtornos mentais, modificando o modelo assistencial em saúde mental. Várias propostas como o hospital dia, terapias ocupacionais, arte-terapia, entre tantos, têm sido experimentados. Os conflitos e as lutas empreendidas são bem traduzidas nas palavras do juiz da 5ª Vara Cível de Curitiba, quando julgou improcedente o pedido da Federação Espírita do Paraná e do psiquiatra Alexandre Sech para proibir o escritor Autregésilo Carrano, autor do livro que inspirou o filme nacional **Bicho de Sete Cabeças,** de falar sobre os supostos abusos sofridos no hospital psiquiátrico "Bom Retiro". *Que fale, que chore, que esperneie, que gesticule, que ponha para fora a sua revolta para aprimorar o sistema psiquiátrico brasileiro.*[21]

---

[*] Este texto é parte do projeto de pesquisa financiado pela FAPEMIG e CNPq com outros dois alunos: Riciele Majori Pombo Reis e Fabrício Inácio de Oliveira, além de Raphael Alberto Ribeiro, orientado pela Profª. Drª Maria Clara Tomaz Machado.
[**] Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia.
[***] Dr.ª em História Social pela USP. Profª. dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História do Instituto de História da UFU.
[1] A cidade de Uberlândia localiza-se no Estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, com aproximadamente 510 mil habitantes.
[2] PORTER, Roy. **Uma história social da loucura.** Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1991. Neste livro podemos observar a partir das obras de literatos, poetas, e outros que foram submetidos ao internamento asilar, análises críticas aos métodos aplicados à loucura desde o século XIX.
[3] RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social** - Revista de Sociologia, São Paulo: USP, v. 7, nº 1 e 2, out.,1995, p. 73.
[4] CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1987.
[5] Cf.: RIBEIRO, Raphael Alberto; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Institucionalização da Loucura em Uberlândia: práticas de intervenção e representações culturais. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS.** Uberlândia, n° 30, ano 15, 2002.
[6] UBERLANDIA. Câmara Municipal. **Estatutos e leis da Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha**. Uberaba: Typ. Livraria século XX, 1903.
[7] UBERLANDIA. Câmara Municipal. **Código de Posturas Municipais**. 1950. pp. 12-13.
[8] FERREIRA, Inácio. **Novos Rumos à Medicina.** São Paulo: Edições FEESP, vol. 1 e 2, 2ª edição, 1995.
_____. **Psiquiatria em Face da Reencarnação.** São Paulo: Edições FEESP, 2001.
[9] KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Instituto de Difusão Espírita: Araras/SP, 3ª ed., 1977. p. 208.
[10] Idem. **O Livro dos Médiuns**. 24ªed. Editora da FEB. p.263
[11] Livro das Fichas Médicas. Ibidem, catalogação 95, 1944.
[12] MENEZES, Adolfo Bezerra de. **A loucura sob um novo prisma.** Rio de Janeiro: FEB, 1983, p.158.
[13] CUNHA, Gladstone Rodrigues. **História de Vida.** Uberlândia. 02/04/2002.
[14] Livro das Fichas Médicas. **Sanatório Espírita de Uberlândia.** Catalogação 58, 1953.
[15] Livro das Fichas Médicas. **Sanatório Espírita de Uberlândia.** Catalogação 85, 1944.
[16] Ibidem, catalogação 819, 1959.
[17] Ibidem, catalogação 8, 1942.
[18] Ibidem, catalogação 12, 1942.
[19] Ibidem, catalogação 27, 1943.
[20] BIRMAN, Joel. **A Psiquiatria como Discurso da Moralidade.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.
DUARTE JUNIOR, João Francisco. **A Política da Loucura.** Campinas: Papirus, 1983.
GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prsões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2002.
SCHASZ, Thomas. **O Mito da Doença Mental.** São Paulo: Cículo da Livro, S.A. 1978.
COOPER, David. **Psiquiatria e Antipsiquiatria.** São Paulo: Perspectiva, 1980.
LAING, Ronald D. **A Voz da Experiência:** experiência, ciência e psiquiatria. Petrópolis: Vozes, 1988.

KOUPERNIK, Cyrille. **Antipsiquiatria: senso ou contra-senso.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
[21] Frases. **Folha de São Paulo,** 11/11/2003.

O "CONFLITO" ENTRE NICARÁGUA E EUA: A IMAGEM "NEGOCIADA" DO MOVIMENTO SANDINISTA NA IMPRENSA BRASILEIRA

Raphael Nunes Nicoletti Sebrian
(Mestrando em História – UNESP/Assis; bolsista FAPESP)

No estudo de determinado tema através de jornais, há que se ter em mente que, na imprensa escrita, a apresentação das notícias não pode ser tomada como mera repetição de ocorrências e registros, mas como uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações podem denotar muitas das atitudes próprias de cada veículo de informação.

A imprensa constitui uma realidade muito específica, com formas e até mesmo com uma escrita própria, expressa em artigos, títulos, manchetes etc. Há uma linguagem particular composta por três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes), a expressão icônica (fotos, desenhos) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal).

Como ressalta Zicman[1], nas relações da história com a imprensa podem ser destacadas duas grandes correntes interpretativas. A primeira, chamada de "História da Imprensa", busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de imprensa e levantar suas principais características, para um determinado período. A segunda perspectiva é aquela conhecida como "História Através da Imprensa", que engloba os trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica.

Neste trabalho apresentar-se-á um estudo de um determinado objeto "através da imprensa", mais especificamente através de cinco periódicos – *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *O Tempo* – levando-se em conta as dimensões sociológicas, políticas e, principalmente, históricas desses órgãos. Conforme propõe Zicman

> [...] toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa

> propriamente dita – mas antes o que chamamos História Através da Imprensa – está-se sempre "esbarrando" nela, pela necessidade de historicizar os jornais.[2]

Veículos de grande importância para a disseminação das idéias da intelectualidade brasileira das primeiras décadas republicanas, os jornais foram espaço privilegiado para a discussão de diversos projetos para a "edificação" do Brasil enquanto potência na América. Essa discussão se deu, evidentemente, a partir da comparação com os outros "exemplos" latino-americanos e, principalmente, tendo como referencial a "grande potência do Norte", os Estados Unidos da América.

A intelectualidade brasileira do início da República trouxe consigo, do Império, a afirmação do Brasil enquanto país diferenciado dos demais latino-americanos, da "outra" América. Os intelectuais – atuando como ensaístas, políticos, educadores, diplomatas ou jornalistas – procuraram compreender as razões do progresso norte-americano em face do atraso brasileiro e dos demais países do continente. Apesar de divergirem com relação as suas concepções acerca dos Estados Unidos, a importância do referencial norte-americano não podia ser desprezada, e foi a partir da visão que se construiu dos Estados Unidos que os jornais aqui analisados interpretaram o conflito entre esse país e a Nicarágua, objeto de nosso estudo.[3]

De acordo com Baggio[4], duas vertentes principais debateram nos jornais e revistas da época[5]: uma delas valorizava a tradição ibérica, afirmando a originalidade brasileira proveniente de suas origens portuguesas; outra recusava essa "herança", contrapondo às tradições monárquicas portuguesas o modelo republicano e liberal-democrático dos Estados Unidos.

No seio dessa discussão estavam presentes, entre outras, as questões do pan-americanismo e do imperialismo. De acordo com Moura[6], pode-se dizer que as relações políticas entre EUA e América Latina, na virada do século XIX para o XX, podem ser vistas em duas linhas complementares e, em certa medida, contraditórias. De um lado, havia um esforço em articular as nações do continente de forma diplomática, por meio de reuniões

coletivas – as Conferências pan-americanas, ou interamericanas; esta era a tendência de atuação através do pan-americanismo. De outro lado, as relações dos EUA com seus vizinhos seguiam a lógica do interesse exclusivo, sendo costumeira a utilização de métodos de coação política e de uso da força; esta era a vertente propriamente imperialista da política externa norte-americana da época, ainda que a primeira tendência também contivesse, evidentemente, inúmeros elementos de coerção e dominação, políticos, econômicos, culturais e até mesmo científicos.

A política do pan-americanismo, iniciada no final do século XIX com o intuito de incentivar a integração dos países americanos sob a hegemonia dos EUA, foi discutida nas páginas dos periódicos e em diversas obras publicadas nesse período, que se dedicaram a uma reflexão acerca da América Latina, tendo como resultado, em sua maioria, uma "visão negativa sobre as nações hispânicas, contrastando com uma visão positiva sobre o Brasil".[7]

Críticos ou defensores do pan-americanismo, esses de certa forma mais próximos dos EUA, não puderam deixar de se posicionar com relação à intervenção norte-americana na Nicarágua. Mesmo aqueles que viam nos EUA um modelo de progresso e civilização, como é o caso do grupo diretor de *O Estado de S. Paulo*, passaram a visualizar o "irmão do Norte" como uma ameaça à soberania nacional – princípio fundamental do liberalismo defendido pelos periódicos aqui elencados – e ao desenvolvimento dos países latino-americanos no seu conjunto.[8] As ações contra o movimento sandinista provocaram reação por parte de vários setores da sociedade,[9] e os órgãos da "grande imprensa" protestaram contra o fato. Esses "protestos" são o objeto de análise deste trabalho.

Assim, conforme enfatiza Capelato,[10] pode-se notar que, apesar da significativa penetração, no Brasil, da política do pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas, houve reação aos EUA, e a despeito das visões negativas sobre as nações hispânicas, houve manifestações de solidariedade aos países agredidos pelos norte-americanos. Intervenções como, por exemplo, a efetuada em terras nicaragüenses suscitaram propostas de unidade para a defesa das soberanias nacionais ameaçadas pelo domínio do Norte.[11] O viés agressivo da política externa norte-americana provocou, por parte dos jornais

brasileiros, reações mais contundentes do que as provocadas pelas insistentes negociações diplomáticas em torno do pan-americanismo.

Na década de 1920, o controle político e econômico por parte dos EUA no Caribe e América Central criou uma tranqüilidade relativa nas relações interamericanas. Esta "tranqüilidade" foi abalada justamente pela eclosão do movimento liberal em terras nicaragüenses, e o abalo foi aprofundado a partir do momento em que Sandino passou a liderar tropas independentes, negando qualquer tipo de acordo com os diplomatas norte-americanos.

No Brasil dos anos vinte, a crítica de oposição dos jornais aqui analisados ecoou em sua interpretação do conflito entre Nicarágua e Estados Unidos. Apesar das mudanças ocorridas na política interna e externa brasileira a partir de 1930, e ainda que alguns periódicos tenham redirecionado sua orientação política no pós-1930 – caso das *Folhas*, antes oposicionistas e depois governistas, inclusive por conta de seu empastelamento e da mudança de seus proprietários –, a crítica à intervenção norte-americana prevaleceu.

Vejamos então alguns exemplos das interpretações elaboradas pelos periódicos, em meio a esta profusão de idéias e projetos, de debates e embates – internos e externos –, com relação ao conflito envolvendo Nicarágua e EUA. Em virtude da brevidade deste texto, apresentaremos apenas alguns exemplos da produção jornalística dos cinco periódicos analisados a respeito do conflito entre Nicarágua e EUA, dando ênfase aos artigos e notas veiculados nos dois primeiros anos do período estudado (1926/1927), e privilegiando o material que se dedicou ao debate entre as idéias pan-americanistas e suas contradições evidentes com a prática imperialista norte-americana.

As previsões de alguns a respeito do imperialismo norte-americano, em contraponto às idéias pan-americanistas tão alardeadas por indivíduos nos EUA, não eram as melhores desde o momento inicial do noticiário a respeito do conflito na Nicarágua nas páginas dos jornais brasileiros. Em 28 de dezembro de 1926, o *Correio da Manhã* publicou uma nota proveniente da França, com as declarações do jornal francês *Le Temps* que, naquela circunstância, fazia uma previsão num de seus editoriais de que até 1950 os EUA teriam

estendido seu território até o Panamá. O mesmo editorial francês, reproduzido parcialmente pelo matutino carioca, acusava os "Estados Unidos de usar a doutrina de Monroe para esconder seus desígnios imperialistas" e declarava que todos os países do continente eram contrários a essa política, e que não protestavam porque precisavam do dinheiro americano (*Correio da Manhã*, 28/12/1926, p. 01). Em um editorial do mesmo dia, o matutino comentou essa "profecia", e confrontou as declarações do jornal francês, bradando em nome da "resistencia dos latino-americanos ao predominio que Washington sempre tem tentado" (*Correio da Manhã*, "Topicos & Noticias", 28/12/1926, p. 04).

As manchetes a respeito do conflito na Nicarágua na primeira página dos jornais brasileiros começaram a se tornar cada vez mais freqüentes, destacadas por sua visibilidade e por seu conteúdo[12]: "Os jornaes de Paris e Berlim censuram a applicação sui-generis que os norte-americanos estão dando ao monroismo com relação à América Central" (*Correio da Manhã*, 28/12/1926, p. 01); "Enveredando cegamente por um caminho tortuoso, o imperialismo americano até a censura contra os nicaraguenses já estabeleceu dentro na Nicaragua" (*Correio da Manhã*, 29/12/1926, p. 01).[13]

Contudo, a *Folha da Manhã,* de 09 de janeiro de 1927, trouxe uma nota intitulada "A política externa dos Estados Unidos", proveniente de um comunicado epistolar da *United Press*, versando sobre os objetivos gerais da política externa norte-americana para o ano de 1926. Esta, diferente da maioria das notas e artigos publicados nos jornais, procurava relativizar o caráter da participação dos EUA em acontecimentos na América Latina e, sobretudo, na Nicarágua, e contrapunha-se às interpretações conferidas por *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*:

> ***WASHINGTON,* Dezembro (Comunicado Epistolar da "United Press") –** Um dos principaes objectivos da política externa dos Estados Unidos durante todo o anno de 1926, foi manter a situação geral de boa vontade pan-americana em face das difficuldades que certos problemas específicos offereciam com relação a determinados paizes. À medida que o anno chega a seu termo todos os indícios fazem presumir que os negocios deste hemispherio continuarão a offerecer grande importância internacional em 1927 [...]
> No anno de 1926 a tendencia em favor da solidariedade das Republicas Americanas, indiscutivelmente soffreu sério retrocesso que provavelmente fará com que o movimento pan-americano durante algum tempo no futuro se não desenvolva sob uma forma política.

> Esse ponto fraco nas relações inter-americanas durante 1926 foi demonstrado por occasião das reuniões preliminares da Commissão Plebiscitaria de Tacna e Arica, na revolução em Nicaragua e na profunda divergencia existente entre os Estados Unidos e o México a respeito das leis sobre terras e propriedade das reservas de petroleo. Este ultimo problema ficou muito complicado pelos effeitos que a attitude do presidente Calles relativa à Egreja Catholica, na opinião publica americana, os quaes ainda não podem calcular-se.
> Quaesquer que sejam as noticias que se publiquem sobre a questão do arbitramento em Tacna e Arica, os seus resultados negativos arraigaram a convicção quer nos meios officiaes quer nos particulares de que os Estados Unidos não devem intervir novamente, a não ser nas mais prementes condições, em litígios entre outras republicas e em que os Estados Unidos não são individualmente interessados. A consequencia liquida provavelmente será promover uma attitude mais real e cautelosa dos Estados Unidos com relação às suas irmãs do Continente.
> Na America Central, os Estados Unidos assistiram ao ameaçado collapso dos pactos centro americanos negociados em Washington no anno de 1923. Um golpe de estado do general Chamorro produziu longa serie de consequencias que foram solucionadas temporariamente em Novembro com a ascensão ao poder do novo presidente Adolpho Diaz. Comquanto os Estados Unidos mantivessem technicamente a efficiencia dos tratados, não ha certeza de que se affirmasse a estabilidade na America Central.
> O caso da Nicaragua, produziu novos elementos de discordia, devido a terem os funccionarios americanos deixado comprehender que elles lamentavam profundamente as remessas de armas do Mexico para certos elementos de Nicaragua em uma occasião em que os Estados Unidos se esforçavam para obter a concórdia geral de todos os grupos políticos desse paiz mediante uma conferencia. O Mexico allegou que os embarques de armas foram feitos sob responsabilidade individual [...]
> Em presença desses problemas perturbadores os Estados Unidos apóiam fortemente a política pan-americana a afim de demonstrar a sua boa vontade e sentimentos amistosos planejou o vôo pan-americano, devendo os apparelhos dos Estados Unidos, visitar quasi todas as capitaes latino americanas (*Folha da Manhã*, “A política externa dos Estados Unidos”, 09/01/1927, p. 06).

Aqui se pode notar uma justificativa “oficial/oficiosa” do Departamento de Estado norte-americano para as atitudes adotadas com os países latino-americanos no ano de 1926. A *United Press*, um braço importante de disseminação das idéias do governo dos Estados Unidos, encontrou espaço nas páginas do periódico paulista para “justificar” as ações de intervenção e interferência na política de países como a Nicarágua e o México, por exemplo. Argumentando sempre em tom de inevitabilidade dos fatos, como se a interferência dos EUA fosse absolutamente indispensável para a solução das questões, a agência apresenta o pan-americanismo como ideal primordial do governo *yankee*. Em “prol do pan-americanismo”, procurando demonstrar a “boa vontade e sentimentos amistosos”, foram tomadas as medidas intervencionistas.

Ao longo dos anos de 1926 e 1927, outros artigos e notas continuaram a ser publicados, versando a respeito de pretensas “incursões” imperialistas dos norte-americanos, mas gradativamente as notícias se aproximaram da temática da Sexta

Conferência Pan-americana, evento aguardado com a esperança de que se constituísse em espaço de debate acerca das características da política externa norte-americana. O pan-americanismo é cada vez menos mencionado, enfatizando-se a questão da intervenção:

> Nicaragua vem sendo nos ultimos tempos, a victima indefesa do imperialismo norte-americano. Nação pequena, sem possibilidades materiaes de fazer valer a propria soberania, situada além de tudo, em uma região que desperta a cobiça dos Estados Unidos, – a situação da Nicaragua se apresenta para as suas irmãs ibero-americanas, com o relevo histórico de uma projecção de destinos em marcha. O sentimento natural de fraternidade originaria tende a solidificar, mais e mais, o bloco latino-americano, contra a pretenção avassaladora da grande potencia do norte.
> Agora mesmo, a attenção das outras nações latino-americanas, volta-se de novo para Nicaragua. Um telegramma da United Press, communica-nos o seguinte:
> "O departamento (norte-americano) de Marinha annunciou que dois aeroplanos, tres officiaes de marinha e um destacamento de recrutas tiveram ordem de seguir para Corinto, na Nicaragua. Presume-se que a missão seja fiscalisar as eleições presidenciaes, marcadas para o dia 6 de Novembro".
> Ha pouco tempo, tivemos occasião de commentar o facto de o general Sacasa, da Nicaragua, ter ido saber do Departamento Político norte-americano, si elle poderia concorrer às eleições em seu paiz. Isso queria apenas si os Estados Unidos permittiriam uma tal pretenção.
> Como se vê por tudo isso, a Nicaragua já deixou de ser uma colonia econômica do Imperialismo "yankee": é agora, uma simples colonia política da América do Norte.
> Não fosse a revolução mexicana de 1910, completada pela política de Obregon e de Calles, e o Mexico estaria hoje nas mesmas condições da Nicaragua.
> *Quando será que o povo brasileiro abrirá os proprios olhos?...* (*Folha da Noite*, "O imperialismo em Nicaragua", 22/10/1927, p. 04, grifos nossos).

No mês de dezembro de 1927, com a aproximação da Sexta Conferência Pan-americana aumenta significativamente a produção dos jornais com o intuito de analisar pormenorizadamente a política externa norte-americana. O *Correio da Manhã* liderou essa "ofensiva", buscando as raízes históricas do comportamento imperialista dos Estados Unidos. No artigo "A dupla penetração norte-americana" (*Correio da Manhã*, 11/12/1927, p. 04), o periódico do Rio de Janeiro, a partir das considerações apresentadas no livro *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, teceu um extenso comentário sobre o comportamento intervencionista norte-americano desde o século XIX, defendendo a idéia de que havia uma "dupla penetração" *yankee* em terras latino-americanas: material, através de instrumentos basicamente econômicos, como no caso das anexações e compras de territórios efetuadas no século XIX; mas também moral, pela imposição de seus valores e preconceitos como, por exemplo, a perseguição dos negros por parte de alguns norte-americanos.

Em meio às advertências, os noticiários se encaminharam para um momento de debate intenso, do qual nem os Estados Unidos nem os jornais puderam se desvencilhar: a

Sexta Conferência Pan-americana – ou Interamericana –, que ocorreu em janeiro de 1928, em Havana, Cuba. A Nicarágua foi objeto de debate na conferência, e o mundo aguardava um posicionamento crítico de seus representantes perante as atitudes norte-americanas. Entretanto, as "negociações" em terras cubanas, promovidas pelos EUA nos círculos diplomáticos, garantiram que o conflito entre norte-americanos e as tropas sandinistas permanecesse a uma razoável distância das assembléias. A despeito deste "esforço", a intervenção foi mencionada e criticada duramente em Havana, mas foi condenada mais duramente nas páginas dos jornais brasileiros que, distantes dos "negociadores" dos Estados Unidos, continuaram a ofensiva contra o comportamento imperialista *yankee*.[14]

Notas

[1] ZICMAN, Renée B. "História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas". PROJETO HISTÓRIA, no. 4 (História e Historiografia). São Paulo: PUC, 1981, p. 89.
[2] Idem, ibid., p. 90.
[3] Este texto é parte de uma pesquisa de Mestrado, intitulada *A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira: 1926-1934*, financiada pela FAPESP, e desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis, sob a orientação do Dr. José Luis Bendicho Beired. A referida pesquisa se encontra em fase de finalização.
[4] BAGGIO, Kátia G. *A "Outra" América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutoramento, FFLCH-USP, 1998, p. p. 25-26.
[5] A autora (Baggio) analisa o período compreendido entre o final do Império e as três primeiras décadas republicanas.
[6] MOURA, Gerson. Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Contexto, 1991, p. 17.
[7] Cf. CAPELATO, Maria H. R. "O 'gigante brasileiro' na América Latina: ser ou não ser latino-americano". In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 292. Como exemplos destas obras, poderíamos citar *A ilusão americana* (1893), de Eduardo Prado, e *Pan-americanismo* (1907), de Oliveira Lima.
[8] Idem, ibid., p. 297.
[9] Como exemplo, vejamos uma nota publicada em *O Estado de S. Paulo*, no dia 29/01/1927, p. 02:

> **A MANIFESTAÇÂO DE PROTESTO REALISADA NA UNIVERSIDADE CARIOCA – Buenos Aires, 28 (A.) –** A Federação Universitaria, desta capital, recebeu um telegramma de sua similar no Rio de Janeiro, informando sobre a manifestação de protesto realizada na Universidade carioca, por motivo da intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua. (A grafia foi mantida conforme o original)

[10] CAPELATO, op. cit., p. 298.
[11] Para maiores detalhes a respeito da produção da intelectualidade brasileira de fins do Império e das primeiras décadas republicanas, temas predominantes e questões principais, ver BAGGIO, op. cit., BEIRED, José L. B. *Sob o signo da nova ordem – Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola/História Social/USP, 1999, CAPELATO, op. cit., e MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
[12] O *Correio da Manhã* talvez tenha sido, dentre os periódicos analisados, aquele que mais utilizou esse recurso, pouco utilizado, por exemplo, por *O Estado de S. Paulo* e pelas *Folhas*.
[13] Lembremos que a grafia das notícias aqui transcritas foi mantida conforme no original.
[14] Em minha Dissertação de Mestrado realizo uma análise pormenorizada do material publicado entre os anos de 1926 e 1934, sendo que num dos capítulos me dedico à discussão dos artigos e notícias que abordaram o tema a partir do debate entre o pan-americanismo e o imperialismo, e noutro analiso o material que enfocou especificamente o movimento sandinista e a trajetória pessoal de Augusto C. Sandino. Por motivos óbvios, não foi possível abordar todas as vertentes neste breve texto.

A NOÇÃO DE SOBERANIA NO DIREITO CANÔNICO MEDIEVAL

Raquel Kritsch[1]

O século XIII foi, com certeza, um período historicamente marcante não apenas no que respeita ao desenvolvimento material mas sobretudo no que se refere ao progresso intelectual experimentado no Velho Continente – e que tanto influenciaria os séculos finais da Idade Média.

Os avanços teóricos ocorriam velozmente: a recuperação do direito romano e os desenvolvimentos de filosofia natural, incrementados com o movimento das grandes traduções de filósofos antigos do árabe e do grego, forneciam instrumentos novos para a análise social e para uma nova abordagem política. Também a emergência de novos atores urbanos, como a intelectualidade letrada saída das nascentes universidades, alterava a realidade social. A sociedade européia passava a ser formada não apenas por cavaleiros e camponeses, mas também por uma rica e bem-educada burguesia e por uma burocracia pequena, mas em franca expansão.

Do ponto de vista do desenvolvimento das idéias políticas, o século XIII marcou, entre outras coisas, a consolidação da tendência de fortalecimento do poder papal que já se fazia sentir na *Ecclesia* desde a reforma gregoriana. Agora, no entanto, os ocupantes da cadeira pontifícia passariam a reivindicar, com maior ou menor coerência, a supremacia e o controle das duas espadas: da espada espiritual e do gládio temporal. O sumo sacerdote reclamaria para si a jurisdição *de facto* e *de iure* sobre a comunidade cristã.

A afirmação desse pensamento denominado pelos historiadores *hierocrático* — que culminaria um século depois na defesa de uma espécie de “monarquia papal absoluta” por Egídio Romano — deu-se contudo de forma gradual e nem sempre clara. Na tentativa de se impor ao *regnum*, cuja figura máxima era o imperador, a Igreja selava alianças com reis e autoridades locais e, com isso, fortalecia

indiretamente esses poderes à época considerados menores. Mas o fato realmente importante era o de que, nessa disputa com o Império, a Igreja, ao procurar legitimar política e juridicamente essa aspiração de se constituir em um poder supremo capaz de regular toda a *respublica christianna*, acabou refinando o aparato conceitual disponível. No movimento de tentar definir sob bases legais a figura e a função de seu representante maior, o sumo pontífice, a corporação religiosa criaria preceitos jurídicos e políticos que consolidariam a idéia da soberania.

Essa noção ainda incipiente, a idéia de soberania, cuja formulação mais radical apareceria no trabalho dos juristas dedicados ao direito canônico, seria rapidamente apropriada por um novo conjunto de interesses e de pretensões que entravam em cena: por aqueles interesses e pretensões dos Estados territoriais nascentes. Antes que esse movimento histórico se tornasse realidade, contudo, as disputas entre *regnum* e *sacerdotium*, isto é, entre Império e papado pela pretensão de supremacia ganhariam ainda alguns acréscimos teóricos e práticos relevantes para o desenvolvimento das idéias políticas, como aqueles promovidos pelo polêmico papa Inocêncio III.

A eleição de Inocêncio III, em 1198, marcaria um avanço nas pretensões hierocráticas da *Ecclesia*. O novo pontífice assumiu o posto em meio à contenda com o império. Na luta para subordinar o imperador aos óleos sagrados da herança petrina, Inocêncio III empenhava-se em fundamentar juridicamente as pretensões pontifícias. Concentrou assim todos os seus esforços na tentativa de mostrar a superioridade do poder sacerdotal sobre o imperial.

Se, como afirmavam alguns governantes temporais, Deus havia permitido que os reis mandassem nos sacerdotes, como se podia ler no Antigo Testamento, agora no entanto era diferente, argumentava Inocêncio. Pois, na época do Novo Testamento, o Cristo, Supremo Sacerdote da Nova Aliança, que redimiu os homens por meio de sua paixão e morte, teria deixado na terra um vigário — Pedro e seus sucessores — para prosseguir a tarefa que havia começado. O *sacerdotium*, ou o papado, teria assim,

segundo uma decretal pontifícia, a função de salvar as almas, "[função] *bem mais relevante, pela sua finalidade e transcendência, do que a desempenhada pelo poder régio; daí outrora, os reis terem exercido um poder supremo e exclusivo sobre toda a sociedade*"[2].

E embora admitisse que Deus instituiu "duas grandes dignidades", a autoridade pontifícia e o poder real, para ordenar os homens, ele não hesitava em atribuir à Igreja a maior delas, dado que os assuntos do espírito são superiores à matéria, assim como o sol dirige a lua (cf. *Solitae*, § 4)[3]. Os príncipes eleitores germânicos podiam até escolher livremente seu monarca, postulava Inocêncio III, mas era apenas por meio da unção e da coroação pelo papa — ou por seus devidos representantes — que o imperador seria sagrado no cargo (cf. *Venerabilem*, de 1202)[4]. E como o papa Leão III havia levado a termo a translação do império dos gregos para os germânicos, na pessoa de Carlos Magno (800-14), o Império ficou por isso sob a *auctoritas* do bispo de Roma e devia ser entendido como um *beneficium* (favor, graça) eclesial outorgado pelas regras do direito canônico. O imperador seria, portanto, vassalo da Igreja e teria por isso a obrigação de defendê-la.

Com Inocêncio III, completava-se a inversão histórica que havia marcado os primórdios da relação entre *regnum* e *sacerdotium*, tal como registrada nos escritos do século IX e descrita por W. Ullmann. Ficava finalmente estabelecida, ao menos na teoria, a primazia do *sacerdotium* sobre o *regnum*, com o pontífice na função de juiz supremo, fosse em assuntos espirituais ou seculares. Daqui para frente, os papas reivindicariam o direito de só tratarem alguém como imperador depois de sua eleição para o cargo ter sido sancionada pela *Ecclesia*.

Inocêncio consolidava assim a esfera de atuação e de legislação da *Ecclesia*, tornando inquestionáveis suas decisões no foro espiritual e ampliando seu raio de ação para assuntos temporais ligados a matérias de fé, como heresias, paganismo, "razão de pecado" e outros temas controversos. Isto é, afirmava sua *plenitudo potestatis* não mais apenas no âmbito espiritual, mas agora também *in temporalibus*.

A incorporação desses documentos eclesiásticos recentes ao código canônico abria perspectivas novas à reflexão tanto dos teóricos da Igreja quanto dos juristas civilistas, que agora se viam confrontados com novos textos e interpretações das quais tinham também de dar conta.

Para os canonistas mais moderados, o poder eclesiástico podia intervir em assuntos temporais apenas em casos excepcionais. Já a corrente mais extremada defendia não apenas a intervenção ocasional, mas ainda assegurava ser o pontífice o detentor "dos dois gládios", aquele que conferia o poder temporal ao príncipe mais adequado.

Segundo estes canonistas, o papa tinha o direito de intervir em assuntos seculares, mesmo fora do Patrimônio de São Pedro, legislando e julgando em outros casos: 1) quando se tratasse de causas conexas, ligadas a um dos sacramentos; 2) quando se tratasse de causas anexas, ou de algo anexo à esfera espiritual, como a ruptura de um tratado de paz celebrado entre príncipes cristãos sob juramento; 3) quando as autoridades seculares negligenciassem o bem-estar material e espiritual de seus súditos; 4) quando um crime considerado pecado fosse denunciado ao tribunal eclesiástico. Enfim, em praticamente tudo.

Embora o papado ainda não dispusesse de uma teoria organizada da supremacia do poder espiritual sobre o temporal, como aquela que seria oferecida um século depois pelo canonista Egídio Romano, por exemplo, os elementos necessários à reivindicação da plenitude de poder pelo pontífice já estavam colocados. Não havia mais dúvidas de que o papa constituía a única autoridade legítima para decidir em assuntos religiosos. A pretensão agora era mostrar que sua *auctoritas* se estendia também à esfera da dominação temporal.

Pouco depois, um outro papa hierocrático, Inocêncio IV (1243-54), iria argumentar que, mesmo que Deus tivesse um dia permitido a subordinação dos sacerdotes aos governantes temporais, como sustentavam os juristas imperiais com base no Antigo

testamento, isso já não valia mais. Pois Cristo, obedecendo ao desígnio da Providência, estabeleceu na Sé Apostólica um principado sacerdotal e real, visto Ele ser simultaneamente Sacerdote e Rei. Por esse motivo é que as chaves para abrir e fechar o reino dos céus e as espadas para ferir e cortar espiritual e temporalmente se encontrariam na posse da Igreja e só o Papa, na condição de chefe máximo da *Ecclesia-Christianitas*, poderia confiar as funções seculares aos príncipes, porque fora da Igreja não existe poder legítimo (*extra ecclesiam nulum dominium*).

Mas seria a distinção entre independência *de facto* e *de iure*, introduzida por Bernardo Compostelano Antigo, que daria consistência jurídica à causa papal, bem como, mais tarde, à causa real. Essa distinção se expressava na fórmula segundo a qual os reinos eram dependentes do império na sua estrutura política e jurídica, mas *de facto* podiam não se sujeitar à autoridade imperial. Tal diferenciação entre "dependência *de iure*" e "não-reconhecimento de fato" facilitava o trabalho dos juristas que tinham de explicar a decretal *Per venerabilem* de Inocêncio III, de 1202, na qual o pontífice sustentava que o rei francês não reconhecia um superior no âmbito temporal.

Inocêncio IV, seguindo a trilha de seu antecessor, defendia não apenas a independência de fato e de direito do rei dos francos em relação ao imperador, mas também sustentava que os reis detinham o poder de criar tabeliões públicos, como o podia fazer o próprio papa. Uma sentença do rei francês era inapelável, como havia sustentado Guilherme Durando, embora no resto da cristandade o imperador ainda fosse visto como o *dominus mundi*, e, por isso, a apelação era possível em outros reinos. O debate, portanto, avançava na direção de uma negação da supremacia universal do imperador *in temporalibus*. Cinqüenta anos mais tarde, quando da querela entre o rei francês e o pontífice, a plenitude de poder do rei franco em seu território já constituía matéria indiscutível, fosse em relação ao papa ou em relação ao imperador.

Entre 1150 e 1300, legistas e glosadores fixaram as principais teorias a respeito da *auctoritas* do príncipe. Alguns deles mantinham a ênfase na supremacia da lei,

eventualmente confundida com a supremacia da comunidade. Outros acentuavam a idéia do príncipe legislador. Desses dois modelos seria possível derivar, com alguns acertos, tanto a doutrina da monarquia absoluta quanto a doutrina do governo constitucional.

Nas várias universidades, o desenvolvimento da jurisprudência e da reflexão jurídico-política respondia aos conflitos de interesses dos atores em confronto. A formulação mais radical da idéia de poder absoluto pertenceu, provavelmente, como se tentou mostrar, aos canonistas. Acabou incorporada, porém, pelos mais severos defensores do poder secular, imperial ou do reino.

A idéia de que a vontade do soberano, e não a justiça, constituía o elemento essencial da lei foi posta por um canonista do século XIII, Laurêncio Hispano, contra uma das mais firmes tradições da política medieval. Separando a vontade do príncipe do conteúdo da lei, Hispano tornava a lei plenamente caracterizável sem referência à moralidade ou a qualquer conceito transcendente de justiça. Esse é um exemplo de como, aos poucos, delineava-se a noção da vontade do governante (*auctoritas*) como fonte da lei. No final do século XIII, os canonistas já utilizavam o termo *ius positivum* para indicar a lei promulgada pelo legislador humano.

Ao indicar a vontade do príncipe como fonte da lei, separando lei e justiça e, portanto, vontade legisladora e razão, Laurêncio Hispano abria uma perspectiva nova para a concepção do poder. Outros canonistas o acompanhavam, distinguindo a autoridade do príncipe da “moralidade” da lei. Mas, ao mesmo tempo, todos eles enfatizavam a obrigação do príncipe de se sujeitar à norma por ele estatuída. Dante refletia essa concepção ao fazer do monarca um legislador e um servo da lei. Embora os canonistas tenham mantido essa idéia de governo legal, eles contribuíram de modo significativo, não importa o alcance de sua intenção, para aliviar a noção de *plenitudo potestatis* dos entraves da moralidade, da razão e dos antigos costumes.

Os canonistas utilizaram essas idéias, é certo, para estabelecer os limites constitucionais da autoridade papal[5]. O alcance dessa autoridade era definido pela

noção de *plenitudo potestatis*, que em pouco tempo seria adotada também para descrever o poder legítimo — pouco depois denominado soberano — da monarquia secular. Com esse movimento, no entanto, o próprio papado contribuía, em alguns momentos, para fortalecer juridicamente as pretensões dos reis, embora os acréscimos na definição da idéia da plenitude de poder tivessem como objetivo imediato a defesa das pretensões pontifícias.

Segundo um partidário da causa papal, o Ostiense, a vontade do *princeps* — em sua concepção o papa — era a fonte da lei. Não se limitava pelo rigor da razão e da moralidade, e, sob certas circunstâncias, sustentava o Ostiense, o monarca poderia violar os preceitos de justiça. Como se pode concluir, estavam presentes nessas formulações os elementos necessários para se pensar o que mais tarde se chamou *razão de Estado*.

A partir dos episódios aqui descritos, torna-se mais factível sustentar que as questões vinculadas à noção de soberania eram simultaneamente políticas e jurídicas. Eram políticas porque envolviam a construção de um sistema de poder, fosse ele de tipo hierocrático ou de tipo estatal.

A imagem do *rex in regno suo imperator est* evocava, ao mesmo tempo, a concentração do comando territorial (relações internas) e a pretensão de independência em face de potências. Mas eram também jurídicas porque todas as pretensões eram apresentadas como legais.

A idéia nascente de soberania já podia nesse momento ser captada em suas diferentes funções: 1) como *direito reivindicado* e, portanto, como objeto de controvérsia jurídica; 2) como *atributo do poder*, qualidade política que se manifestava, simultaneamente, como suprema autoridade interna e como autonomia externa. E os papas juristas que se sucederam trataram de explicitar isto.

Esquematicamente, a construção da idéia de soberania ocorria em dois momentos. No primeiro, o grande tema era o da distribuição das jurisdições num sentido restrito.

Tratava-se de saber sobretudo quem fazia cumprir as leis nesta ou naquela esfera de governo. Isso envolvia tanto a questão do domínio territorial quanto a divisão da autoridade entre as esferas temporal e espiritual. A autoridade era principalmente judiciária.

No segundo momento, emergiria o problema do poder legislativo, tal como entendido modernamente a partir dos "clássicos". Jurisdição, a partir daí, passaria a incluir também o direito de criar, de mudar e de revogar normas. De modo esquemático, seria possível descrever esse desenvolvimento como um percurso entre dois extremos. Num deles, a lei (natural, divina, costumeira, estatuída ou positiva) se sobrepunha totalmente ao príncipe (*lex facit regem*). No outro, a vontade soberana era fonte criadora, transformadora e revogadora da lei (*auctoritas, non veritas, facit legem*).

Como todo esquematismo, esse deve ser considerado com reserva, porque o voluntarismo já apareceria no século XIV e a noção de uma ordem anterior e superior à vontade ainda seria visível na literatura política moderna. Mas a ressalva da evolução é indispensável. Ela acentua a idéia de um processo formador. Desse modo, legitima a pretensão de se falar em Estado territorial moderno e em soberania, na Idade Média, desde que se saiba que não se trata nem do fato nem do conceito nas formas plenamente amadurecidas.

---

[1] Professora do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Este *paper* se baseia num dos temas tratados em meu livro *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Ed. Humanitas-IMESP, 2002. Este trabalho foi redigido para o XXIII Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático: *Paz de Deus e Guerra dos Homens – questões para a Idade Média*, coordenado pela Profa. Vânia Leite Fóes, e realizado na Universidade Estadual de Londrina entre 17 e 22 de Julho de 2005.

[2] No documento original: "No entanto, o que foi legal na época do Antigo Testamento, agora sob o Novo Testamento é diferente, pois Cristo, que se fez sacerdote eternamente segundo a ordem de Melquisedeque, ofereceu-se como hóstia a Deus Pai sobre o altar da Cruz. Por sua morte, ele redimiu o gênero humano e realizou isto na condição de sacerdote, não como rei, e principalmente o que diz concerne à missão daquele que é o sucessor do Apóstolo Pedro e Vigário de Jesus Cristo". In: SOUZA & BARBOSA, "Decretal *Solitae* de Inocêncio III a Aleixo III de Constantinopla" ("Documento 27"), *O reino de Deus e o reino dos homens*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 130.

[3] In: SOUZA & BARBOSA, *op. cit.*, p. 130-31.

[4] In: SOUZA & BARBOSA, *op. cit.*, p. 131-32.

[5] Cf. PENNINGTON, K. *Law, legislative authority and theories of government, 1150-1300*. In: BURNS, J. H. (ed.). *The Cambridge history of medieval political thought - c.350-c.1450*. New York: Cambridge University Press, 1991, p. 436.

A construção do imaginário espírita brasileiro

Raquel Marta da Silva *

Resumo:

O kardecismo aportou no Rio de Janeiro por volta da 2º metade do século XIX. A princípio, contou, sobretudo, com a participação de uma pequena elite. Com o tempo, popularizou-se e se expandiu pelo país. Em 1884, foi fundado a *Federação Espírita Brasileira* que tinha a finalidade de divulgar a doutrina, mas depois, para resguardar os espíritas das perseguições judiciais, passou a ter o papel de órgão representativo do recém-criado movimento. Ao realizarmos uma pesquisa documental sobre essa temática percebemos vestígios indicando que, entre os anos de 1920, a *FEB* desenvolveu um trabalho em prol da consolidação de um imaginário espírita no país. Deste modo, é objetivo desta comunicação apresentar uma de nossas propostas de trabalho no doutorado, que é compreender como esse imaginário foi se estabelecendo no cenário religioso do país e, qual a sua representação para seus participantes, seus opositores, enfim, para toda a sociedade brasileira.

Na literatura que versa a respeito do kardecismo, consta que, por volta da década de 1850, os "fenômenos espíritas"[1] chamaram a atenção do pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail,[2] que passou a estudá-los *com um certo ceticismo. (...) contando com a ajuda de alguns 'médiuns', (...). O trabalho que havia se iniciado como um favor, (...), converte-se (...) em uma missão e Rivail transforma-se em Allan Kardec, pseudônimo que adotaria pelo resto de sua vida.*[3] Alegando utilizar o método da observação e experimentação, Kardec elaborou uma teoria considerada filosófica, científica e religiosa e, que preconizava que os "espíritos", usurpando e magnetizando o fluido humano, proporcionavam comunicação entre o "plano espiritual" e os homens na terra.

---

* Doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Prof. Dr. Artur César Isaia.
e-mail: raquel_silva8@hotmail.com .

[1]Os fenômenos que levaram à formulação da doutrina kardecista iniciaram-se, primeiramente, na primeira metade do século XIX, na América do Norte. De lá, expandiram-se para a Europa, onde transformaram-se em modismo e divertimento dos salões. Os estudiosos defensores desse assunto alegam que esses "fenômenos" tratavam-se, a princípio, de sons vindos das paredes, mas que com o tempo foram diversificando-se: além das pancadas nas paredes, passaram também a ocorrer outros casos, como o movimento aleatório de "mesas girantes". Esses acontecimentos foram considerados como "paranormais", por isso, logo se transformaram em objeto de estudo e de curiosidade. Cf. DAMAZIO, S. Da Elite ao Povo: *advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994,* p. 23-24.

[2] *Nascido em Lyon no ano de 1804, Rivail forma-se como pedagogo junto a Jean-Henri Pestalozzi, educador liberal e protestante inspirado nas doutrinas de Rousseau. Radica-se em Paris depois de 1820, onde escreve uma série de manuais de instrução acadêmica, trabalha como tradutor e dá alguns cursos particulares, concentrando seus investimentos na área das ciências naturais e exatas*. In: GUIMBELLI, E. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo**.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 57.

Os antropólogos Emerson Giumbelli e Sandra Stoll, ao discutirem essa questão em seus trabalhos, reiteram a idéia de que embora Kardec tenha reivindicado, pretensamente, o caráter científico de sua teoria, naquela época, as idéias sobre as possíveis comunicações com os mortos não consistiam em nenhuma novidade, visto que as antigas práticas de feitiçaria (as quais ainda pululavam no cenário europeu) já afirmavam a realização de tal intento. O que diferia, então, uma da outra é que além de se pretender ser científico, o espiritismo retomava *o tema, porém, de uma nova perspectiva: ao passo que a magia européia tematiza a possibilidade da 'viagem ao mundo dos mortos', o Espiritismo pretende comprovar a presença destes no mundo dos vivos.*[4]

Ainda para Stoll, o êxito dos livros de Kardec se devia, justamente, ao fato de circular, naquele momento pela Europa, várias publicações sobre assuntos diversos, principalmente os esotéricos: magia, feitiçaria, espiritualismo, teosofia, como também mesmerismo, hipinotismo, as religiões orientais, entre outras. Em sua análise, Stoll defende que a discussão de tais assuntos favorecia a leitura e expansão dos ideais espíritas.

Já o historiador Artur César Isaia, em seus estudos sobre o espiritismo francês,[5] aponta uma outra perspectiva para analisarmos o nascimento dessa religião. Isaia demonstra que Kardec – influenciado por correntes de pensamento como a de Darwim e, pelos ideais pedagógicos e religiosos de Pestalozzi, leitor de Rousseau – deixava transparecer, ao longo de suas obras, a absorção e a adaptação de tais concepções em sua doutrina espírita. Assim, nos seus livros, Kardec defendia, fervorosamente, o papel pedagógico das "classes esclarecidas" que, em sua opinião, tinha como função "esclarecer" e acalmar os ânimos dos rebeldes trabalhadores urbanos, inconformados com a sua condição social. Desse modo, em seus discursos religiosos, Kardec alegava que toda a "aparente desigualdade social" obedecia a diretrizes das justas "leis naturais", que oferecia a cada pessoa "encarnada", uma condição social necessária para sua evolução espiritual.

Para Isaia, o que realmente Kardec estava a defender era a valorização burguesa do trabalho que, de acordo com a sua doutrina, tinha como fim o progresso, sendo este, a condição para a evolução moral e material do homem. Nesse sentido, o conteúdo de seus livros visava contemplar anseios de um público pertencente à classes sociais totalmente diferentes, pois *(...). Se as 'classes proprietárias' não tinham o que temer da proposta espírita, que legitimava a propriedade e o salário em um momento particularmente explosivo da história do capital, a massa anônima dos*

---

[3] Ibidem.

[4] STOLL, S. *Entre dois mundos*: o espiritismo da França e no Brasil. São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutorado), p. 15.

[5] ISAIA, A. C. Espiritismo, utopia e conciliação social. *Cadernos do CEOM* - Ano 14 – nº 13 – Unoesc-Chapecó – Junho/2001, p. 181 – 214; Allan Kardec e João do Rio: os jogos do discurso. In: MACHADO, M. C.T.; PATRIOTA, R. (orgs.) *Historia e Historiografia*: perspectiva contemporânea de investigação. Uberlândia: Edufu, 2003. (No prelo)

trabalhadores tinha no espiritismo uma doutrina facilmente compreendida e suficientemente hábil para resignificar existências encurraladas por um contexto ameaçador e inclemente.[6]

Assim, conforme Isaia, o espiritismo surgia na França do século XIX, em consonância com o discurso e os interesses burgueses. Ao reivindicar pra si a função de esclarecedor e ordenador da sociedade, procurava tanto anular o espírito combativo e revolucionário dos trabalhadores daquela época, disciplinando-os, impondo a eles *uma ética do trabalho e um modo de vida favorecedor da acumulação;* quanto procurava também ajustar à sociedade os desvalidos, os dementes, os ociosos, isto é, todos os párias sociais. Para esses excluídos, o espiritismo objetivava recuperá-los, procurando transformá-los *em produtivos trabalhadores e cidadãos exemplares.* Enfim, a doutrina de Kardec propunha *um trabalho formador. Trabalho esse baseado em uma pedagogia, na qual se visava, fundamentalmente, à internalização de códigos de conduta, no qual a poupança, a higiene, a laboriosidade, a observância de rígidos padrões morais, ajustariam o trabalhador urbano à racionalidade capitalista*[7].

Retomando nossa análise sobre os procedimentos alegados por Kardec na elaboração de seus livros, observamos que, a fim de rebater às críticas dos seus opositores, o "codificador" afirmava adotar um método de pesquisa e observação que tinha como objetivo não deixar dúvidas quanto a sua imparcialidade na sistematização de suas obras. Assim, procurou demonstrar que essas estavam sendo compostas com a participação dos "espíritos", sendo o seu papel apenas o de "codificador" dessas mensagens. Ao "compilar" tais mensagens, tratou de lançar seus livros ao público, os quais viraram *best sellers*.

No meio religioso, o espiritismo enfrentou inúmeras resistências: tanto o catolicismo, como o protestantismo – religiões predominantes na Europa daquele contexto – afirmavam que a doutrina espírita tratava-se de mais uma, entre as tantas seitas religiosas, que tinham como preocupação questões consideradas mágicas e ocultas. Por isso, se indispuseram com os adeptos do kardecismo quando esses reivindicaram para si a condição de cristãos. Apesar dessa resistência, a doutrina espírita se expandiu para além da França, florescendo na Alemanha, Inglaterra, Rússia, Bélgica, Argentina, México, Brasil, entre outros países.

No que tange ao Brasil, os primeiros vestígios do espiritismo também ocorreram por volta da década de 50, do século XIX, nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Nesse período, os espaços intelectualizados da sociedade brasileira, viviam sob a influência das idéias anticlericalistas e das principais correntes filosóficas e científicas migradas da Europa, como por exemplo o iluminismo, o positivismo e o darwinismo. O magnetismo mesmeriano, a prática do hipnotismo e do sonambulismo, da homeopatia, entre outros, eram práticas que nesta época

[6] ISAIA, A. C., Espiritismo, utopia e conciliação social. Op. cit., p. 209.
[7] ISAIA, A. C., Allan Kardec e João do Rio: os jogos do discurso. Op. cit.

também se difundiam pelo país. Foi nesse contexto que *aqui chegou o novo processo de comunicação com o Além.*[8]

A princípio, o kardecismo foi introduzido e praticado no Rio de Janeiro, sobretudo por grupos de imigrantes franceses de prestígio sócio-econômico que ainda se mantinham ligados aos pensamentos culturais de seu país. Mas, passado o modismo, a euforia em relação ao espiritismo diminuiu. Já na Bahia, as discussões entre os intelectuais baianos a esse respeito foram acirradas.[9] Esse acirramento entre o movimento espírita baiano e o clero de Salvador chegou até mesmo a motivar a retomada dessa discussão na sociedade carioca. Por volta de 1865, tanto os grupos de franceses residentes no Rio de Janeiro, quanto pessoas de destaque político e profissional, passaram a se dedicar às leituras dos livros de Kardec e às práticas das "sessões de efeitos físicos". Assim, o movimento espírita da Capital Federal logo começou a se organizar.[10]

A respeito de suas lideranças, podemos observar que essas costumavam ter destaque na sociedade: maçons e políticos anticlericalistas, defensores das causas abolicionistas e republicanas. Enfim, eram formados por uma pequena elite, pessoas que ocupavam *posições relativamente privilegiadas, o que garantia aos grupos de que eles participavam a possibilidade de se beneficiar de recursos, conhecimentos e redes de relações, valiosos em determinadas circunstâncias.*[11] Era ainda corriqueiro observar uma mesma pessoa participando em mais de um grupo ao mesmo tempo, como também, era notável que, devido às diferenças na maneira de praticarem e conceberem a nova doutrina, esses grupos se dividiam, formando outros. Divergências à parte, em comum, vivenciavam os ataques de seus opositores, uma vez que o clero e alguns intelectuais cariocas se indispunham com o espiritismo, fosse devido à reivindicação desse ao estatuto de religião cristã ou de ciência, fosse porque ambos afirmavam que nos cultos espíritas ocorriam práticas mágicas consideradas nefastas. O vai-e-vem de ataques e contra-ataques, assim como ocorria na Bahia, também deflagrava acirrados conflitos no movimento espírita do Rio de Janeiro.

Em 1884, o movimento carioca fundou a *FEB – Federação Espírita Brasileira –*, que tinha, a princípio, a finalidade apenas de divulgar o espiritismo. Para tanto, contava com o jornal *Reformador*. Como demonstra Giumbelli, o surgimento desta instituição é apontado por vários estudiosos como *um esforço no sentido da articulação entre os grupos então existentes no Rio de Janeiro, como se sua principal razão de existência fosse a de assumir, diante deles, uma função de*

---

[8] Cf. DAMAZIO, S. Op. cit. p., 59-60.

[9] Cf. SANTOS, J. L. Espiritismo – uma religião brasileira. São Paulo: Moderna, 1997, p. 13.

[10] Em 1873, surgiu o Grupo Confúcio que, dentre outras atribuições, foi o responsável pela tradução de algumas obras de Allan Kardec no Brasil. Deste ano em diante, surgiram vários outros grupos. Esses, por não terem sede própria, a princípio, reuniam-se nas residências de seus líderes e de seus membros. Quanto às suas funções, cada qual, a sua maneira, desenvolveram reuniões de estudos doutrinários, palestras e práticas mediúnicas. Além disso, procuravam traduzir às obras kardequianas, como também, publicavam revistas e periódicos a fim de divulgarem o espiritismo. Cf. GIUMBELLI, E. Op. cit., p. 62.

[11] Idem, p. 62-63.

representação.[12] Porém, a partir de uma pesquisa sistemática a respeito da criação desta entidade, Giumbelli chega à conclusão de que, em seus primeiros anos de vida, de "federativo" e de "brasileira" esta possuía somente o nome pois, a princípio, sua função era de servir como meio propagandear da doutrina. Anos depois é que a *FEB* – para resguardar os espíritas das perseguições judiciais – reivindicaria para si o papel de órgão representativo do recém criado movimento espírita carioca e, também, brasileiro.

Assim nascia o espiritismo no Brasil: no seio de uma elite intelectualizada e que pretendia se afirmar enquanto uma doutrina religiosa e científica, mas que procurava se diferenciar tanto da igreja católica, quanto dos pressupostos dos cientistas "materialistas". Ao tentar legitimar-se como ciência, o movimento enfrentou ainda resistências de alguns médicos, juristas e jornalistas. Estes também associavam o espiritismo às práticas religiosas populares, argumentando que os cultos desta religião estavam incluídos no rol das práticas mágicas. Portanto, assim como essas, o espiritismo deveria ser banido da sociedade brasileira.

As perseguições aos espíritas se acirraram sobretudo a partir do ano de 1890, justamente quando foi implantado o Código Penal, que, dentre outras finalidades, tinha como objetivo repreender certas práticas religiosas através dos artigos 156, 157 e 158. Estes, de uma forma geral, condenavam o "exercício ilegal" das curas consideradas "mágicas", as quais, segundo o Código, atentavam contra a saúde pública da sociedade brasileira. A fim de proteger e defender os espíritas perseguidos, a *FEB*, que era dirigida por médicos e advogados de renome na sociedade carioca, utilizou-se de seu prestígio frente às autoridades policiais, assumindo não só o papel de propagandear a doutrina, mas, a partir desse instante, passando também a representar os fiéis que vieram a responder processos judiciais. Assim, com a intenção de defenderem os espíritas das acusações de curandeirismo, charlatanismo e outros crimes prescritos no novo Código, representantes da *FEB* reagiram, contestando as leis impostas.[13]

Como argumento de defesa, os representantes da *FEB*, tentaram distinguir suas práticas das "práticas mágicas", as quais desqualificavam chamando-as de "falso espiritismo" ou "baixo espiritismo". Embora reconhecessem algumas semelhanças entre suas práticas com as outras, argumentavam que o espiritismo, diferenciava-se delas pelo "rigor científico" utilizado em suas experiências, o que garantia sua distinção e o afastamento das "calúnias" e "difamações" sobre "ocultismo" e "magia negra". Apesar de tanto empenho, essas alegações não configuraram em nenhuma mudança do Código Penal. Percebendo sua atitude inócua, o movimento espírita passou a fazer um outro caminho para ser reconhecido, respeitado e legitimado perante o poder judiciário.

[12] Ibidem, p. 63.
[13] Cf. DAMAZIO, S. Op. cit., p. 73.

Buscando novos discursos, os representantes espíritas perceberam que, a partir desse Código, ficava explícito uma *incompatibilidade entre a condenação ao 'espiritismo' e a promoção da liberdade de consciência e de crença que faziam parte da plataforma republicana que constavam do projeto de Constituição então em avaliação.*[14] Segundo Giumbelli, foi a partir dessa argumentação que o movimento trilhou um outro percurso para atingir sua legitimidade. Ou seja, os espíritas perceberam que esse caminho devia ser traçado a partir da sustentação da tese de que, acima de tudo, o espiritismo se caracterizava pelo seu aspecto doutrinário. Portanto, tratava-se de mostrar que o Código Penal, ao perseguir seus fiéis, estava não só sendo incoerente com a proposta da Constituição que seria promulgada em 1891, como também, estaria desrespeitando o direito e a liberdade dos cidadãos brasileiros em escolherem e praticarem suas crenças religiosas. Enfim, *a reivindicação do caráter 'religioso' da 'doutrina espírita' representava a escolha de uma via de legitimação bem fundada. Isto é, não se tratava apenas de uma forma possível de definir um conjunto de concepções e práticas oportunizada pelo seu sistema conceitual, mas de uma interpretação que poderia ser aceita por aqueles a quem cabia julgá-las.* [15]

Apesar dessa nova conduta – e, apesar também do movimento ter como membros, ou apenas como simpatizantes, pessoas de renome na sociedade carioca –, os espíritas não foram totalmente poupados das perseguições judiciais.[16] Essas ainda ocorreram ao longo da primeira metade do século XX. O auge foi na década de 20 a 40, sobretudo, no período do Estado Novo. Nessa época, a Polícia do Distrito Federal fechou, por algumas vezes, às portas dos *Centros Espíritas* da cidade. Alguns foram reabertos devido ao trabalho de influência da *FEB*, que, de uma certa forma, matinha um "bom relacionamento" com a Polícia.[17] Geralmente, esta "pedia" a *FEB* que orientasse, fiscalizasse e normatizasse as práticas espíritas para evitar o "baixo espiritismo" e o "curandeirismo". Por isso, os *Centros* que lutaram pela sua reabertura, tanto tiveram que atender a várias determinações impostas pelas autoridades, quanto, de fato, tiveram que conceber a *FEB* como a instituição normatizadora da doutrina espírita.

De uma certa forma, esses acontecimentos contribuíram para que a *FEB* assumisse, com mais intensidade, o papel que tanto reivindicava pra si: o de unificadora e defensora do movimento. Na verdade, essa situação parecia lhe favorecer, pois, há tempos vinha enfrentando oposição, visto que desde o início do século XX, em vários Estados brasileiros, estavam surgindo *Ligas* e

---

[14] GIUMBELLI, E. Op. cit., p. 84.
[15] Idem, p. 116-117.
[16] Possivelmente, para se organizarem melhor e se defenderem das acusações, e ainda, para divulgarem sua religião, alguns espíritas, realizaram encontros ou criaram Sociedades a partir da sua categoria profissional. Foi assim que aconteceu em 1939, o *Congresso Brasileiro de Jornalistas Espíritas*. Em 1941, alguns médicos criaram a *Sociedade de Medicina e Espiritismo no Rio de Janeiro*. Já em 1944, alguns militares criaram a *Cruzada dos Militares Espíritas*. Cf. Santos, p. 45.

Federações que disputavam a centralização do movimento. No próprio Distrito Federal, por exemplo, surgiu na década de 20, a *Liga Espírita do Brasil*. Esta também tinha caráter federativo e entre seus objetivos, pretendia disputar a representação do movimento, pois, sendo a *Liga* uma federação, nela podia se filiar instituições municipais ou estaduais, o que promovia uma concorrência com a *FEB.*[18]

Mas, qual o motivo da disputa? Em que divergiam essas instituições? Para Giumbelli, *Afora algumas questões conjunturais, o ponto de atrito* (entre essas instituições espíritas) *residia na discordância sobre a adoção, pela FEB, da obra de Roustaing, cujas teses, afirmavam os representantes da Liga Espírita do Brasil, não haviam sido aceitas por Kardec, nem se integravam coerentemente à totalidade da doutrina espírita.*[19]

Com o fim do Estado Novo, os *Centros Espíritas* passaram a ter um pouco mais de liberdade para realizarem suas atividades. Já o "apaziguamento" dos conflitos internos ao movimento, este só veio a acontecer depois de 1949. Isto é, o movimento espírita somente se organizou e se unificou, pelo menos aparentemente, a partir de um encontro, organizado por algumas *Federações Estaduais*, que ficou conhecido no meio espírita como o *Pacto Áureo*. Com muito custo a *FEB* foi convencida dele fazer parte. Uma vez que esse encontro tinha como objetivo promover a unificação do movimento, criaram um órgão onde todos participavam: o *Conselho Federativo Nacional*. Este, aparentemente, ficou submetido a *FEB*, como se fosse um órgão criado dentro e abaixo da *Federação*. Na verdade, foi composto por representantes das entidades de âmbito estadual – inclusive daquelas não filiadas a *FEB* – e seguia como parâmetro doutrinário, os ensinamentos de Kardec. [20]

Deteremos-nos por aqui na historicização da *FEB* com suas lutas de representações. Pelo que podemos observar, há indícios de que foi, sobretudo, neste contexto – entre as décadas de 1920 a 1940 –, que a *Federação Espírita Brasileira*, tentou emplacar, dentro do universo religioso brasileiro, a consolidação do imaginário que elevava o país à condição de "Pátria Espírita".[21] Confirmamos esses indícios através de um trecho do *Escorço Histórico da Federação Espírita Brasileira*, salientando que:

> *Antecedendo as páginas proféticas de Humberto de Campos (Espírito) em 'Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho', a respeito da missão do Brasil, hoje conhecidas de todos os espiritistas estudiosos, já em 1920,*

---

[17] Consta que os membros da *FEB* também não foram poupados dessa perseguição. Mas, devido a credibilidade que tinham com algumas autoridades, os processos acabam sendo arquivados. Ver o caso de Inácio Bittencurt e do Chefe de Polícia Filintro Muller.Cf. GIUMBELLI, E. ,p. 260.

[18] Cf. SANTOS, J. L. Op. cit. p. 53-61.

[19] Cf. GUIMBELLI, E. Op. cit. , p. 252.

[20] Nos Estados que não tinham federações, essas foram criadas. No Distrito Federal, onde havia a Liga Espírita do Brasil, esta passou a representar a Capital Federal no Conselho. Cf. SANTOS, J. L. Op. cit., p. 61.

[21] Aliás, na verdade, esta concepção ainda é predominante dentro do movimento. Afirmamos isso com base numa publicação recente de um livro pela editora espírita IDEFRAN, intitulado *A Destinação do Brasil*. Nele, diferentes articulistas espíritas de todo o país enfatizam tal papel missionário do Brasil. Uma outra publicação que também caminha nessa perspectiva, intitula-se *Brasil, Mais Além!*, de Duílio Lena Bérni, editado pela *FEB*, em 1994.

em mensagem quase esquecida pelas novas gerações, o Espírito de Verdade, pela mediunidade de Albino Teixeira, outro extraordinário médium, em sessão realizada aos 9 de março daquele ano, na sede da Federação, assim se dirigia a todos os obreiros do Bem, trabalhadores da seara do Cristo:

'Irmanai-vos pelo amor, compreendei que sois filhos de um mesmo Pai; chorai com os vossos semelhantes as suas desventuras; vesti os nus; confortai os aflitos e sereis dignos de seguir-me e sereis, de fato, meus discípulos'.
'Tudo passará, meus filhinhos muito amados; mas as minhas palavras jamais passarão, queira ou não o príncipe que impera no vosso mundo e aí tem, por enquanto, estabelecido o seu reino'.
'A Árvore do Evangelho, plantada há dois mil anos na Palestina, eu a transplantei para o rincão de Santa Cruz, onde o meu olhar se fixa, nutrindo o meu espírito a esperança de que breve ela florescerá estendendo a sua fronde por toda parte e dando frutos sazonados de amor e perdão'. (...).

Essa belíssima mensagem, da qual destacamos apenas três pequenos trechos, fala da transferência da "Arvore do Evangelho", expressão emblemática, para o Brasil, numa clara alusão à grande responsabilidade decorrente da missão aceita por muitos Espíritos que reencarnam na Terra do Cruzeiro. Quanto à autenticidade da mensagem e de sua procedência, diversos são os testemunhos a confirmá-las, ressaltando o de Bittencourt Sampaio (Espírito), também presente à sessão, revelando, por outro médium, que o Espírito de Verdade a transmitiu por intermédio do Anjo Ismael.[22]

Através dessa citação, percebemos claros vestígios de que nesta época, já na década de 1920, a *FEB* desenvolvia seu trabalho em prol da consolidação do imaginário espírita no país. Como demonstramos, este foi um momento crítico para todos os adeptos do espiritismo, fossem eles ligados, ou não, a *FEB.* Assim, apesar dessa instituição se destacar por ser composta por uma elite que procurava manter "uma boa relação" política dentro da sociedade, não deixava de ser alvo das investigações policiais. Também, enfrentava divergências dentro do movimento, configuradas na formação de outras entidades representativas. Considerando então que se tratava de um contexto difícil para se manter como instituição, que pretendia se apresentar como líder de um movimento, parece-nos bastante plausível concebermos a possibilidade da *FEB* ter trabalhado na construção de tal imaginário religioso, no qual o espiritismo fosse aceito, vislumbrando nele a condição para afirmar, a si e a sua doutrina, no solo brasileiro – um tanto arenoso para os espíritas daquela época.

Deste modo, um dos problemas que nos propomos é o de compreender como, sobretudo entre os anos 1920 e 1940, esse imaginário foi se estabelecendo no cenário religioso do país e, qual a sua representação para seus participantes, seus opositores, enfim, para a sociedade brasileira – mais especificamente, para a carioca. Assim, é valido indagarmos se havia algum planejamento por parte da *FEB* nesse sentido – ou de outros órgãos representativos do movimento espírita –, ou esse foi sendo construído de forma ocasional? Sua construção atendia apenas a interesses emergentes? Contou com aliados, tais como a imprensa? Os jornais leigos contribuíram com esse trabalho? E a própria imprensa espírita, como foi seu desempenho? Por meio da imprensa espírita e leiga, é possível perceber alguma ação, isto é, alguma luta de representação do clero, do poder judiciário ou da classe médica contrária a essa construção, uma vez que esses setores se apresentavam como os "inimigos" da doutrina? Devemos considerar que apesar de se tratar de uma época que se

[22] SOUZA, J. B. *Escorço Histórico da Federação Espírita brasileira* – Aspectos marcantes de sua trajetória. Rio de Janeiro:FEB, 1984, p. 20.

vivenciava a ditadura Varguista, possivelmente, um ou outro adepto ou simpatizante da doutrina fazia parte da elite política. Por isso, podemos pensar numa relação entre alguns setores governistas e o movimento espírita, configurado num certo apoio Estatal na construção desse imaginário? Por não temos respostas concretas para essas questões, no momento, apenas as concebemos como caminhos possíveis para iniciarmos nossa investigação nessa pesquisa de doutorado.

BIBLIOGRAFIA

DAMAZIO, Silvia. *Da elite ao povo*: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

GIUMBELL, Emerson Alessandro. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo**.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

ISAIA, Artur. C. Espiritismo, utopia e conciliação social. *Cadernos do CEOM* - Ano 14 – nº 13 – Unoesc-Chapecó – Junho/2001, p. 181 – 214.

_____. Allan Kardec e João do Rio: os jogos do discurso. In: MACHADO, M. C.T.; PATRIOTA, R. (orgs.) *Historia e Historiografia*: perspectiva contemporânea de investigação. Uberlândia: Edufu, 2003. (No prelo)

SANTOS, José L. *Espiritismo*: uma religião brasileira. São Paulo: Moderna, 1997.

SILVA, Raquel. M. *Chico Xavier*: imaginário e representações simbólicas no interior das Gerais. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado).

STOLL, Sandra J. *Entre dois mundos*: o espiritismo da França e no Brasil. São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutorado).

A VIDA PÓSTUMA DE UM HISTORIADOR NACIONAL: CAPISTRANO DE ABREU (1853-1927), MEMÓRIA E BIOGRAFIA

Rebeca Gontijo

Doutoranda da UFF

O historiador João Ribeiro disse certa vez que a vida de Capistrano de Abreu prestava-se a um "verdadeiro romance, como esses que estão em moda na biografia".[1] Esse "romance" poderia começar, por exemplo, contando que o biografado, reconhecido como o maior historiador brasileiro da virada do século XIX, nasceu no interior do Ceará, em outubro de 1853, e morreu no Rio de Janeiro, em agosto de 1927, aos 74 anos. Entre uma coisa e outra se estenderia o "fio" de sua vida, recuperando, através de detalhada costura, os momentos considerados importantes de sua trajetória da infância à velhice. Pontos e bordados destacariam aspectos vistos como relevantes para a compreensão do personagem principal: seus encontros, escolhas, reveses, as encruzilhadas surgidas ao longo do caminho, por vezes, apontando um detalhe, um toque do destino capaz de explicar atitudes e opções.

Muito já foi dito a respeito da ilusão de unidade e coerência que esse tipo de narrativa promove[2] e muito já foi feito no sentido de desqualificar o empreendimento biográfico e, ao mesmo tempo, anular ou restringir o papel dos indivíduos na história.[3] Mas, eis que, várias das discussões importantes da historiografia contemporânea relacionam-se à biografia. O problema que norteia essas discussões é aquele dos limites da liberdade e da racionalidade humanas, subjacente ao da relação entre indivíduo e sociedade que, por sua vez, remete a um dos paradoxos da história: aquele que opõe o particular ao geral.[4] A abordagem do tema biografia coloca, portanto, quase que inevitavelmente, o problema nada simples das relações entre o indivíduo e a história. Afinal, como lembra Jacques Le Goff, o indivíduo é um dos "*inevitáveis objetos da história*" (ao lado do acontecimento e da política),[5] ainda que algumas vezes tenha sido possível supor o contrário.

A biografia é uma prática moderna, diretamente relacionada ao individualismo[6] e à idéia de que a vida corresponde a uma trajetória dotada de sentido, possível de ser contada por meio de uma linha que liga começo, meio e fim. Trata-se de um tipo de escrito caracteristicamente híbrido, pois articula elementos distintos, oriundos de diferentes épocas, tradições e gêneros de escrita: das histórias de vida da antiguidade, passando pelas hagiografias medievais, pelas biografias renascentistas até o elogio dos "grandes homens" e as modernas biografias dos séculos XVIII e XIX.[7]

Ainda que a prática de escrever histórias de vida existisse desde a antiguidade e que diversas formas de escrita de si possam ser localizadas ao longo do tempo, a idéia de que a vida é uma história começou a se esboçar somente no século XVIII. A biografia surgiu como gênero literário quando a experiência individual passou a ser relacionada a uma dimensão global, geralmente orientada. Ou seja, quando a experiência de cada um pôde ser pensada como algo dotado de sentido.[8] A idéia de progresso autorizou a visão de que o indivíduo passa por um processo de desenvolvimento.[9] Assim, a narrativa biográfica pôde se afirmar como um escrito retrospectivo, capaz de construir ou inventar uma imagem coerente do indivíduo biografado.

No Brasil, observa-se a existência de uma tradição no uso da biografia como meio de humanizar a história e, ao mesmo tempo, difundir uma pedagogia cívica através do exemplo de uma vida.[10] Mas, apesar dessa importância pedagógica, a produção de (auto)biografias[11] na forma de livros no século XIX e nas primeiras décadas do XX, pode ser considerada escassa, destacando-se duas obras de Joaquim Nabuco, *Um estadista no Império* (1898) e *Minha formação* (1900), ambas divulgadas na imprensa antes da publicação em livro. O primeiro, uma espécie de história do Império, elaborada a partir da trajetória do Conselheiro Nabuco de Araújo e, o segundo, um misto de autobiografia e literatura de formação do próprio autor.[12] No entanto, foi grande o investimento feito pelos institutos históricos, particularmente, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no sentido de compor galerias de "homens ilustres", através de elogios, saudações[13] e necrológios. Foi nas

páginas da revista do IHGB que, em 1840, surgiu uma seção inteiramente dedicada a homenagear os mortos ilustres.[14]

Entre meados do século XIX e a década de 1930, outras obras, além das já citadas, chamam a atenção por utilizar recursos biográficos, observando-se variações entre os usos da biografia: 1) na produção historiográfica, como, por exemplo, em *D. João VI* (1908), de Oliveira Lima; 2) no romance histórico, como *O príncipe de Nassau* (1926), de Paulo Setúbal; 3) no romance propriamente dito, como *Memórias do sobrinho de meu tio* (1868), de Joaquim Manuel de Macedo; *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis; *No hospício* (1905), de Rocha Pombo; e *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia, espécie de autobiografia romanceada; 4) nas memórias pessoais, entre as quais: *Como e porque sou romancista* (1893), de José de Alencar; *Reminescências* (1908) e *Trechos de minha vida* (1911), do Visconde de Taunay; e *O meu próprio romance* (1931), de Graça Aranha; 5) na literatura escolar, distinguindo-se os livros didáticos e os chamados "livros de leitura";[15] e, é claro, 6) nas próprias biografias, como *José Bonifácio, o velho e o moço* (1920), de Afrânio Peixoto. É possível localizar, também, uma série de artigos com teor biográfico publicados em jornais, revistas, separatas e/ou reunidos em coletâneas, tais como: *Simon Bolívar* (1911), de Rocha Pombo;[16] *O Duque de Caxias* (1903) e *Francisco Ramos Paz* (1920), ambos de Capistrano de Abreu etc.

Não se trata de classificar todos os trabalhos citados como biografias, mas de considerá-los como obras que mobilizam recursos da biografia na construção de diferentes tipos de texto.[17] Trata-se de pensar, portanto, nos usos possíveis da biografia ou do biográfico na elaboração de trabalhos historiográficos, romances, livros didáticos, "livros de leitura escolar" e, como parece mais óbvio, nas memórias pessoais.[18]

Houve certa renovação do gênero nos anos 1920, relacionada à conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando se observa uma crise de valores éticos e políticos, capaz de estimular a discussão sobre a natureza humana e o sujeito individual. Mas, no Brasil, o verdadeiro *boom* veio a ocorrer entre as décadas de 1930 e 1950, quando se destaca a produção de Octávio Tarquínio de Souza, reunida nos 10 volumes da *História*

dos Fundadores do Império, publicados em 1958,[19] além de livros como *Memórias: essas minhas reminescências* (1937), de Oliveira Lima e *Minhas memórias dos outros* (1934), de Rodrigo Otávio.

Esses diferentes usos da biografia conviveram com as transformações historiográficas das primeiras décadas do século XX, que, progressivamente, se opuseram à escrita biográfica e à colocação do indivíduo no centro da história. Apesar da tradição no uso da biografia nas histórias política e literária brasileiras e, também, como forma de educação cívica, prevaleceu um "olhar desqualificador" sobre o empreendimento biográfico.[20]

É reconhecendo esses diferentes usos da biografia no Brasil, que se propõe examinar o caso Capistrano de Abreu, observando o processo que o transformou em personagem público, através da construção de consensos em torno de seu nome.[21] Ao estudar essa construção, observa-se que o culto a Capistrano foi iniciado ainda em vida, adquirindo contornos mais definidos após sua morte, em 1927. Por meio de uma série de atos e discursos é possível observar o investimento feito sobre o nome de Capistrano por seus contemporâneos e pelos que vieram depois. Entre esses atos e discursos está a elaboração de biografias. Analisando essas últimas, propõe-se uma indicação preliminar dos eixos que, supostamente, nortearam a construção biográfica em torno de Capistrano. Como fontes principais estão quatro livros: *Capistrano de Abreu (Vida e Obra do Grande Historiador)* (1953), de Pedro Gomes de Matos; *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico* (1953), de Hélio Vianna; *Capistrano de Abreu: Um homem que estudou* (1956), de Raimundo de Menezes; e *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica* (1965), de José Aurélio Saraiva Câmara.[22]

No caso de Capistrano, observa-se a existência de um sólido consenso construído através de "juízos críticos" e anedotas contadas por seus contemporâneos e, entre esses, por aqueles diretamente ligados ao grupo de convívio, à rede de sociabilidades[23] do historiador. Assim, temos que ele próprio pode ser considerado como alguém que atuou, passiva ou ativamente, na produção de discursos sobre si mesmo e que, simultaneamente,

foi objeto do discurso dos outros. Supostamente, foi a partir dessa delicada relação entre o "eu" individual e os outros, que surgiu o perfil moral de um homem modesto, avesso às futilidades e a toda forma de vaidade, abnegado, dedicado aos amigos e familiares. Surgiu, também, o perfil complementar de um intelectual erudito, apaixonado pela pesquisa e pela leitura e não tanto pela escrita ou pela divulgação do próprio conhecimento. É com esse perfil moral e intelectual, construído através de "juízos críticos" e anedotas, que os biógrafos dialogam de modo mais ou menos crítico. Analisar esse perfil, identificando os elementos que o caracterizam, é fundamental para a compreensão dos eixos que parecem sustentar as narrativas biográficas.

Capistrano é definido por alguns como "um homem que estudou",[24] alguém cuja erudição foi posta a serviço do conhecimento do país através de investimentos diversos como o estudo da geografia, da lingüística indígena e, sobretudo, da história colonial. A imagem de polígrafo prevalece em muitas falas, no entanto, é possível notar os investimentos que o conduziram ao domínio da História, ao longo do tempo. Sua trajetória podendo ser confundida com a própria história da História no Brasil.

Observa-se, também, o empenho de alguns intérpretes no sentido de reforçar os laços que uniam Capistrano à terra natal. Como muitos intelectuais de sua época, Capistrano deixara a província rumo ao Rio de Janeiro (Corte e, depois, Capital Federal), onde consolidou sua vida profissional. É notável o investimento na demarcação das origens sertanejas de Capistrano, que são também as do Brasil, segundo a interpretação predominante a partir da primeira metade do século XX. Origens onde alguns biógrafos vislumbraram as tendências de sua obra posterior. Afirmaram eles que a força de Capistrano, expressa em seus pensamentos, atitudes e escritos, emanava de sua origem sertaneja. A vida no sertão teria favorecido sua introspecção, seu amor pela leitura e sua capacidade reflexiva, não distraída pelo cosmopolitismo que, acreditavam alguns, influenciava as mentes do litoral.

Passando do perfil elaborado por Capistrano e seus contemporâneos às biografias (todas póstumas), propõe-se analisar as narrativas biográficas, a partir da identificação dos eixos temáticos sobre os quais essas narrativas, supostamente, foram ordenadas.

O primeiro eixo biográfico estaria relacionado ao homem Capistrano enquanto ser moral. Assim, as narrativas biográficas procuram caracterizar a modéstia de Capistrano, exemplificando-a através de casos e anedotas contadas por seus contemporâneos. Recuperando, portanto, um perfil anteriormente composto por aqueles que conviveram com o biografado. Capistrano é caracterizado por alguns, como um "beneditino das letras", abnegado, avesso a vaidades e convenções sociais. Completando essa compreensão do homem Capistrano, está a idéia de alguém que fez a si próprio, um autodidata, que pelo exercício da vontade conduziu seu aprendizado. Essa interpretação ajuda a sustentar uma narrativa que, por vezes, adquire tom heróico, quando se afirma que o biografado teria superado grandes dificuldades ao longo da vida até conquistar o reconhecimento que lhe era devido. Por vezes, observa-se a conjunção entre dois fatores opostos: a vontade individual e o destino manifesto.

O segundo eixo biográfico diz respeito ao Capistrano intelectual, caracterizado como leitor apaixonado desde a infância, pesquisador insaciável, que falava várias línguas, do alemão ao caxinauá, e que dominava as principais teorias sociais de seu tempo, assim como, conhecia as principais fontes documentais sobre o Brasil.

Esse eixo apresenta duas variações freqüentemente associadas. Uma delas mostra o Capistrano estudioso do Brasil, que, devido a suas origens sertanejas e suposta ascendência indígena, estaria mais próximo da realidade nacional, do "verdadeiro" conhecimento do país. Capistrano surge, assim, como um intelectual que é símbolo da brasilidade. A outra, diz respeito ao Capistrano enquanto estudioso da história. Ao longo do tempo, a imagem de polígrafo deu lugar à de um historiador formado pela prática da pesquisa em arquivos, habilitado pelo trato com as fontes documentais, culminando com a caracterização de Capistrano como um historiador moderno.

Supostamente, esses eixos serviram de base para a construção biográfica sobre Capistrano, consolidando uma espécie de consenso, aparentemente imune a críticas ou dúvidas, com exceção daquela presente na indagação sobre porque esse historiador, considerado como o maior dos historiadores brasileiros, em termos de conhecimento e capacidade de estudo, efetivamente não escreveu uma história do Brasil. Como observou Francisco Falcon, os poucos críticos de Capistrano se detiveram muito mais sobre o que ele não fez do que sobre o que efetivamente produziu.[25]

Para Tristão de Athayde, Capistrano de Abreu:

> (...) é desses cujos íntimos dizem que não podemos conhecer sem tê-los conhecido... Desses de quem se fala sempre invocando uma anedota, um dito de espírito, um epigrama vingador. E cuja obra escrita não completa a figura, não explica tudo o que foram, nem a metade do que foram.[26]

Desconstruir o consenso em torno de Capistrano, analisando as biografias elaboradas sobre ele, equivale a destrinchar a trama da memória que o tornou tão próximo de nós e, ao mesmo tempo, tão difícil de alcançar.

NOTAS

[1] RIBEIRO, João. *Crítica VI – Historiadores*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1961.
[2] BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica" [1986]. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p.181-191.
[3] SCHMIDT, Benito Bisso. "A biografia histórica: o 'retorno' do gênero e a noção de 'contexto'". In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Orgs.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre, UFRGS, 2000, p. 121-129.
[4] LEVI, Giovanni. "Usos da biografia" (1989). In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001 [1996], p.167-182. ‒
[5] LE GOFF, Jacques. *Como escrever uma biografia histórica hoje?*". Tradução de Henrique Espada Lima Filho do original "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?". *Le Débat*, n.54, mars-avril, 1989, p.48-53.
[6] Sobre o individualismo, ver: CASTRO, Eduardo Viveiros & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. "Romeu e Julieta e a origem do Estado". In: VELHO, Gilberto (Org.). *Arte e Sociedade*: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
[7] LEVILLAIN, Philipe. "Os protagonistas: da biografia". In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p.149.
[8] CALLIGARIS, Contardo. "Verdades de autobiografias e diários íntimos". *Estudos Históricos*, n.21, 1998, p.48.
[9] LE GOFF, Jacques. "Progresso/reação". In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP, Unicamp, 1990, p.233-281.
[10] ENDERS, Armelle. "O 'Plutarco brasileiro': a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000, p. 41-62; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno*

movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. São Paulo, FFLCH-Dep. de História, tese de doutorado do PPGHS, 2003. Ver, também: BITTENCOURT, Feijó. "A biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". *Revista do IHGB*, vol. 240, jul.-set., 1958, p.127-151.

[11] LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1996; CALLIGARIS, op. cit.; ALBERTI, Verena. "Literatura e autobiografia: a questão da narrativa". *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81.

[12] Outros exemplos de (auto)biografias do século XIX: *Plutarco brasileiro* (1847), *Felinto Elísio e sua época* (1891) e *Memórias do meu tempo* (1897), todos de Pereira da Silva; *Biografia de frei Camilo de Monserrate* (1887), de Ramiz Galvão; *Épocas e individualidades* (1889), de Clóvis Beviláqua; *Esboços biográficos* (1858 e 1862), *Biografia de Hipólito José da Costa Pereira* (1871), *O general José Joaquim de Andrade Neves* (1869) e *Memórias do Visconde de São Leopoldo* (1873), todos do Barão Homem de Mello.

[13] A entrada de novos sócios no IHGB era acompanhada por uma saudação, escrita por um dos membros. Essa saudação era publicada na revista do Instituto. No caso de instituições como a Academia Brasileira de Letras, além da saudação do novo sócio, era comum que esse fizesse o elogio de seus antecessores e, especialmente, do patrono de sua cadeira.

[14] Refiro-me à seção "Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes etc..." da *Revista do IHGB*. Ver ENDERS, op. cit.. Quanto aos dicionários bio-bibliográficos da primeira metade do século XX, destacam-se os de Guilherme Studart, *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense* (1910-1915); Liberato Bittencourt, *Homens do Brasil* (1914-1917); Sacramento Blacke, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (1883-1902); Argeu Guimarães, *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional* (1938); e Velho Sobrinho, *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro* (1940), entre outros.

[15] A chamada "literatura escolar nacional", que incluía livros didáticos e "livros de leitura", também contribuiu para divulgar uma história calcada na biografia de "grandes homens", por vezes tomando o indivíduo comum como fio condutor da narrativa.

[16] O artigo de Rocha Pombo foi publicado no livro *Contos e Pontos*, de 1911. Nesse texto é possível localizar certo empenho no sentido de conjugar história e biografia. Ver observações a respeito em VECCHI, Roberto. "Estilhaços de ausências: vidas como texto em *Olga*, de Fernando Morais, e *No Hospício*, de Rocha Pombo". In: DECCA, Edgar Salvadori de e LEMARE, Ria (Orgs.). *Pelas margens*: outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Unicamp; Porto Alegre, UFRGS, 2000, p. 191-209. Vecchi analisa o romance *No hospício* (1911), de Rocha Pombo, identificando o uso de recursos biográficos.

[17] Refiro-me ao uso de uma narrativa centrada na trajetória de um indivíduo, relacionando-a a acontecimentos históricos – por vezes, tecendo um paralelo entre a trajetória individual e a da nação – ou ficcionais. Ao identificar o uso de recursos biográficos em diferentes gêneros de textos é preciso lembrar duas antigas discussões. Uma, que analisa a relação entre biografia e história. Ver, por exemplo, MOMIGLIANO, Arnaldo. "History and biography". In: FINLEY, Moses (Org.). *The legacy of Greece*. Oxford: University of Oxford Press, 1984, p. 155-184. Outra, que trata da questão do sujeito na narrativa literária. A esse respeito, ver ALBERTI, op. cit.; e LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, [1986].

[18] A inspiração para essa proposição vem dos trabalhos já citados de Giovanni Levi (*Usos da biografia*, 1988) e de Roberto Vecchi ("Estilhaços de ausências", 2000).

[19] GONÇALVES, op. cit.. Márcia Gonçalves analisa as discussões internacionais sobre a biografia ocorridas após a I Guerra Mundial, recuperando o diálogo existente entre alguns intelectuais brasileiros e aqueles que eram então considerados como os mestres da moderna biografia: Lytton Strachey, André Maurois, Emil Ludwig e Stephan Zweig.

[20] Idem ibidem.

[21] Sobre a relação entre produção biográfica, instituição de memória, processo de individuação e mitificação, ver, por exemplo: SOUZA, Adriana Barreto de. "Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna". *Locus* – Revista de História, vol. 7, n. 1, 2001, p. 93-106; MOURA, Cristina Patriota de. "Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco". *Estudos Históricos*, vol. 14, n. 25, 2000, p. 81-101.

[22] MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu* (Vida e Obra do Grande Historiador). Fortaleza, A. Batista Fontennele Editora, 1953; VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu*: ensaio biobibliográfico. S/l, Ministério da Educação e Cultura, 1953; MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu*: Um homem que estudou. São Paulo, Melhoramentos, 1956. CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969.

[23] Sobre a noção de rede de sociabilidades, ver: SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

[24] FILHO, Rodrigo Otávio. "A vida de Capistrano de Abreu". *Revista do IHGB*, vol. 221, out.-dez., 1953, p.47; e MENEZES, op. cit..

[25] FALCON, Francisco José Calazans. "As idéias e noções de 'Moderno' e 'Nação' nos textos de Capistrano de Abreu. Os *Ensaios e estudos*, 4ª série – comentários". *Acervo* – Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, vol.12, n. 1 / 2, jan. / dez., 1999, p. 5-26.

[26] ATHAYDE, Tristão de apud MATOS, op. cit., p. 284.

História, Memória e Práticas de Espaço

Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto (UFMT)

O presente trabalho reflete sobre a questão da memória na construção da narrativa histórica, como esta participa da articulação dos eventos do passado e institui recortes espaciais e temporais. As práticas de espaço tornam-se referências fundamentais na análise da produção discursiva do passado, entendendo que todo relato de memória é um relato de percurso. Nesse sentido, os espaços não são anteriores as práticas que os produzem, pelo contrário, são elas, as práticas, que lhes conferem significado[1].

A base teórica e metodológica para o desenvolvimento deste texto parte de pesquisas que focalizam as cidades que surgiram na parte norte de Mato Grosso, entre 1970 e 2000. São analisados, sobretudo, os relatos de memória que assinalam as práticas sociais constitutivas dos novos espaços, indissociáveis dos deslocamentos de diversos grupos provenientes de todas as regiões do Brasil em direção a Amazônia.

Documentos diversos, sobretudo registros da imprensa, relatos orais, processos-crime, indicam práticas sociais determinantes da produção desses novos espaços urbanos, que articulam experiências significativas, considerando as relações entre os diversos grupos, bem como as estratégias individuais e coletivas.

As narrativas que descrevem lugares – relatos cotidianos – representam um grande *corpus*. Na prática da pesquisa foram selecionados relatos de natureza diversa, um trabalho de investigação que utiliza a memória oral dos habitantes das cidades, notícias e artigos de jornais e registros policiais. Histórias que concorrem para a composição dos quadros e das cenas urbanas[2].

Os relatos diversos podem ser estudados como *narrativas da cidade*, dando inteligibilidade a acontecimentos múltiplos vivenciados pelos moradores em seu cotidiano. As narrativas, como obra da imaginação criativa, de forma muito própria, representam as marcas da experiência temporal – o desenvolvimento das ações humanas no tempo histórico –, assinalando, nesse sentido, a reciprocidade entre narratividade e temporalidade, tão cara à análise de Paul Ricoeur, desenvolvida em *Tempo e narrativa*[3]. Segundo este autor: "(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal."[4] Pelo fato de serem narrados, os acontecimentos encontram-se vinculados à compreensão narrativa, o que nos leva a procurar melhor entender "(...) a operação que unifica numa ação inteira e completa a diversidade constituída pelas circunstâncias, os objetivos e os meios, as iniciativas e as interações, as mudanças de sorte e todas as conseqüências não desejadas surgidas da ação humana."[5] Operação de síntese, portanto, a narrativa reúne, numa história completa, de forma alguma inocente, os acontecimentos dispersos e vários tipos de ações, planejadas e inesperadas, dando a eles significados precisos. Logo, as histórias relatadas, utilizando as figuras e os procedimentos da narração, expressam o tempo vivido e nos conduzem ao jogo das experiências sociais.

Mediante essas considerações, destaca-se a importância do ato de narrar como prática discursiva que tem um papel fundamental na produção e reconhecimento dos códigos sociais, impressos nos registros de memória dos diversos grupos. Desse modo, busca-se refletir sobre as *novas* cidades e o que oferecem como produção de identidade (produção de poder), determinada por interesses políticos, econômicos e culturais.

Ao refletir sobre este aspecto fundamental, deseja-se assinalar como as narrativas representam imagens portadoras de signos do passado e do futuro, segundo linhas múltiplas do tempo, que se entrelaçam às tramas da vida urbana; e descrevem e refiguram os espaços das cidades em sua vivência cotidiana, tensa, fragmentada e descontínua. Paul Ricoeur, em obra

mais recente, *La mémoire, l'a histoire, l'oubli*, sublinha que uma cidade confronta no mesmo espaço temporalidades diversas, trazendo inscrita e sedimentada uma história multicultural, que pode, ao mesmo tempo, se dar a ver e a ler.[6] As práticas de espaço, nessa perspectiva, tornam-se traços visíveis – coexistindo com os invisíveis – ganhando legibilidade no texto da cidade.

Essas noções orientam a análise dos relatos em sua diversidade, tecendo os lugares através dos percursos dos seus moradores, impressos nos traços da memória, desenhando cenas urbanas. No conjunto das narrativas, destaca-se, portanto, o tempo denso das memórias, composto em várias temporalidades que se estendem e se envolvem umas às outras, e os relatos de percurso que circunscrevem os espaços habitados.

Valendo-se de várias histórias e práticas cotidianas, tecidas nos meandros dos diversos atos e gestos dos personagens que habitam a cidade, pode-se observar como os relatos emitem signos que não se reduzem a coisas e objetos. Ou como observa Michel de Certeau: "(...) no relato não se trata mais de ajustar-se o mais possível a uma 'realidade' (uma operação técnica, etc.) e dar credibilidade ao texto pelo 'real' que exibe. Ao contrário, a história narrada cria um espaço de ficção."[7] Portanto, não se trata de um retorno à fidedignidade da descrição (história-narrativa), mas de relatos-fragmento que relêem e reescrevem as várias notícias e absorvem as conversas que trazem os pontos de vista individuais e coletivos, assim como as memórias apreendidas nas histórias de vidas. Diante disto, as análises procuram refletir sobre os inúmeros movimentos trazidos nos relatos do dia-a-dia dos moradores das cidades, em sua forma ligeira, criativa e aparentemente descompromissada, que se expressa tanto nas observações agudas e subjetivas, como na relevância dada a certos acontecimentos selecionados para representar a memória coletiva.

Não se pode deixar de observar ainda que, nos meandros das notícias e comentários dispersos, nos trechos de memórias e nas histórias anônimas, encontramos modos de racionalidades indicativos dos comportamentos sociais. Nesse sentido, a importância dos

relatos se dilata quando se apresentam como testemunhos do tempo vivido e passam a ser vistos de forma crucial para a produção da memória e das identidades sociais, comentando e recriando os acontecimentos. Dessa forma, a memória narrada como testemunho apresenta indícios de uma rede de relações históricas que lhe confere sentido e a projeta em sua dimensão social. Assim, um dos aspectos mais importantes dessa incursão pelos vários relatos é o de também permitir a emergência de outras leituras das configurações sociais, considerando as relações entre os diversos grupos e as estratégias individuais e coletivas como referências significativas. No que tange a este texto, um dos motivos é demonstrar que, no universo inédito dos relatos – notícias e comentários, memórias, registros orais e escritos – manifestam-se olhares múltiplos sobre as *novas* cidades da Amazônia.

Descrever, contar, rememorar...

Os relatos orais ocupam o seu papel crucial na história das cidades, tecendo a memória através das linhas do tempo e dos espaços vividos, representados como sinais reveladores da sua existência, tal como é lembrada. Existência esta que não pode ser pensada tendo por referência uma totalidade prévia ou um contexto uno, porque as descrições longe de fixarem espaços e lugares, os recriam culturalmente. Nos mesmos lugares e nas mesmas cidades os contextos são múltiplos, marcados pela variedade das experiências, acontecimentos e, sobretudo, pontos de vista. É assim que os relatos dos narradores representam situações inusitadas e reveladores de personagens. O que nos auxilia a pensar em termos de composição de tempos e espaços, quando a vida nas cidades oferece várias faces e outros tantos modos de contá-la.

Estas reflexões apresentam-se como resultado de indagações e problemas que foram surgindo no decorrer da pesquisa realizada sobre as novas cidades de Mato Grosso. Questões fundamentais que permitiram articular a diversidade das experiências como práticas sociais,

analisando as narrativas dos moradores num tempo simultâneo e em espaços múltiplos; e, também, delineando as práticas mescladas com tempos e espaços passados, representados como tais. Assim, o trabalho com os relatos movimentava e realizava uma cartografia dinâmica dos espaços das cidades, como se pode observar nos fragmentos apresentados:

> Tinha muita briga entre as duas famílias (Varejão e a turma do Lúcio Ferro), que era bem de jagunço naquela época. Um período muito violento de Juína. E ali se misturavam Lúcio Ferro e Varejão, e você ficava numa tensão violenta. E quantas vezes eles – meus menino – vir trabalhar de manhã e encontrar cadáver no meio da rua... Certa vez na Avenida, mais precisamente na Avenida Mato Grosso, um tiroteio violento, que a cidade inteira parou, e todo mundo correu pra se abrigar, então nesse dia eu fiquei apavorada... Essa época era muito violenta.[8]

Os grupos armados – bandos de jagunços – eram parte integrante da política exercida pelos grandes proprietários de terras, e aparecem dominando locais de passagens, interditando ruas e avenidas. Os relatos orais sobre os começos das cidades não deixam de referir-se aos combates armados de grupos que disputavam terras, ocupando lugares centrais nos espaços em construção.

Por outro lado, também, surgem comentários de moradores sobre a situação de grupos de homens, sem trabalho, que viviam nessas cidades, como Juína, Alta Floresta, Vila Rica, no norte de Mato Grosso, provenientes dos garimpos, dos roçados e derrubadas de matas, e que, ainda, sinalizam sobre o trabalho das mulheres, no campo e na cidade, demarcando presenças e espaços:

> (...) em Juína eu acho que as mulher trabalha mais que os homem. É verdade! Eu assunto aqui na rua mesmo, na avenida, lá nos barzinho, tem homem que dá medo! Ninguém vê uma mulher ali conversando, contando causo. Os homem tudo sentado nos

> banco, cadeira, batendo papo! Onde é que tá as mulher? Trabalhando! Se não é nos serviço da casa, é empregada doméstica, é vendendo as coisa nas ruas, se virando![9]

Da mesma forma, pode-se contar com relatos que falam sobre os "primeiros tempos", com as presenças dos carpinteiros, com as construções das casas e alojamentos, estabelecendo inúmeras associações:

> Era a falta d'água na cidade. Água encanada ninguém tinha. Então quando acabava o serviço de casa – meio dia já tinha lavado a louça –, era um "barraquinho" que a gente morava, não tinha casa para zelar... Aí juntava a "trouxa", aquela mulherada e gritava uma com a outra: vamos descer! Vamos descer! Então, era uma sensação gostosa, de estar no meio daquela mulherada. Era mulher nova, mulher velha, todas as idades tinham ali dentro! Lavando roupa! A água oferecia conforto para a gente. Enquanto na cidade ninguém tinha energia, ninguém tinha assim bastante água boa, né. E o rio era tão próximo da cidade! Ali era um ponto turístico para as primeiras moradoras. Ali, com aquela mulherada, saía de tudo, falava do passado, do presente, do futuro. Falava da saudade! Foi maravilhosa a vida naquele tempo!

A memória da necessidade da "água boa" transfigura-se nas imagens da saudade e da presença em meio a lugares que salientam os espaços de vivências comuns. Práticas que propiciavam a socialização dos enfrentamentos cotidianos, encontros em que as mulheres partilhavam as separações passadas e presentes e transformavam a matéria da vida em experiência. O "conforto da água" possui valor pelo que envolve: paisagens, encontros e espaços transformados em lugares.

Em outro fragmento, para representar o tempo-que-passa velozmente os moradores das cidades recorrem aos signos sensíveis da memória: a cidade, em seus inícios, está associada às batidas dos martelos:

> Eram as construções, na época. Só se ouvia o barulho do martelo o dia todo, aquele barulho de martelo! Então o vizinho martelava, nós aqui e outros ali martelavam! Então você ouvia o som do martelo na cidade, até a noite! Aquilo o povo anoitecia martelando e quando eram 5 horas da manhã a gente acordava com o barulho do martelo trabalhando. [10]

Ora no movimento do aparecimento das casas e dos moradores, ora nas mudanças das paisagens, o tempo se desdobra e se multiplica em imagens que desenham os espaços da cidade:

> Ali onde está o Cidetran hoje tinha um pé de coco, a gente via os coco cair, daqui de casa a gente via os coco caírem, os pedreiros falavam assim: - Aqueles coco caiu, os bichinhos estão lá comendo, nós vamos lá buscar, nós vamos lá e você coloca a água pra ferver. Antes de a água ferver a gente ouvia o tiro. Porque era só atravessar e chegava ali no mato. Ali! Era mato em pé! Eu vi derrubar aquele mato, eu vi as árvores caindo... Os pedreiros matavam bicho no mato todo dia para fazer aquelas paneladas de carne. Era a maior fartura! Era cotia, era paca, era veado, era anta![11]

Descrições que reforçam a idéia mítica da abundância da “nova terra”, com uma fauna e flora exuberantes. Porém, nada nesse universo segue ajustado a uma só visão. Predominam as experiências polimórficas, o contraste entre os momentos iniciais dos pistoleiros e jagunços contratados por grandes proprietários e a vida que sinaliza o tempo das construções, em que a materialização da cidade rompe com o tempo da natureza: “eu via as árvores caindo...” É perceptível nessas narrativas o universo das ações cotidianas que expressa, apreendido no detalhe miúdo, o tempo pessoal da vida de cada um misturado aos locais comuns de encontro, às ruas, praças e aos múltiplos caminhos. Diversas trilhas da memória que fragmenta o tempo e capta o movimento de mulheres e homens que se abrigam nos bairros e que, muitas vezes,

aparecem anonimamente nas esquinas e nos trajetos diários. Descrevem a cidade através dos passos de seus transeuntes. Espaço e tempo se deslocam nessas diversas visões que, contendo os percursos dos moradores, não só produzem uma cartografia dos espaços praticados que surgem das lembranças, mas trazem o tempo multiplicado e envolvido na vida da cidade[12].

Os narradores, nas conversas, nas pequenas notícias e nas memórias, assinalam o trabalho do tempo nos espaços da cidade e as suas transformações materiais e sociais. Inscrevem, assim, através dos relatos, a sua participação na invenção das cidades, que levam os vestígios de seu viver, percebidos muito menos nos "espaços objetivos" do que naquilo que está poeticamente implicado[13]. Os relatos que circulam pelas novas cidades despertam palavras e imagens que possibilitam produzir uma outra compreensão sobre os novos espaços sociais nas áreas de ocupação recente na Amazônia, um mundo que contém a representação do *Eldorado*, desenhado pelos constantes deslocamentos territoriais de homens e mulheres pobres no Brasil.

NOTAS

---

[1] Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. I - Artes de fazer.* Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
[2] Foram selecionados relatos orais e escritos que versam sobre as cidades de Juína, Alta Floresta e Vila Rica, oriundas dos chamados *projetos de colonização*, em Mato Grosso (território amazônico). Alta Floresta, extremo norte do estado, e Vila Rica, na parte nordeste, foram cidades planejadas pela iniciativa privada; já a cidade de Juína, localizada a noroeste do estado, foi planejada pela iniciativa pública, coordenada pela CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso).
[3] Tomos I, II e III. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994/1995/1996.
[4] *Tempo e narrativa,*tomo I*,* p. 15.
[5] *Ibidem*, pp. 10-11.
[6] *La mémoire, l' histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000, p. 187.
[7] *A invenção do cotidiano. I - Artes de fazer.* p. 153.
[8] Relato de Joana D'arc André a Nilcéia Terezinha Dal Bó, sob minha orientação, Juína (MT), 2000 .
[9] Relato de D. Isaltina dos Santos. Entrevista concedida em Juína (MT), 2000 .
[10] Relato de D. Aparecida Dias. Entrevista realizada por mim e Márcia Alves Santos, Juína (MT), 2000.
[11] Idem.
[12] Cf. GUIMARÁES NETO, Regina B. Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Editora da Unicamp, 2005.
[13] Padres e artesãos: narradores itinerantes. *História Oral,* São Paulo, Associação Brasileira de História Oral, n. 4, p. 53, jun., 2001.

Os Potiguara na Guerra dos Brancos (1630-1654)

Regina Célia Gonçalves*

Durante todo o mês de outubro de 1645, em plena guerra luso-holandesa, um intenso movimento foi observado entre as tropas Potiguara. Mensageiros iam e voltavam dos acampamentos militares, situados em Pernambuco e Paraíba, portando cartas em que os principais comandantes se esforçavam por convencer os seus oponentes à rendição. De um lado, o Capitão Antonio Felipe Camarão e o Sargento-Mor Diogo Pinheiro Camarão, aliados das forças portuguesas que lutavam pela restauração. De outro lado, o Regedor e Comandante do Regimento de Índios na Paraíba, Pedro Poty e o Regedor de Índios do Rio Grande, Antonio Paraupaba, aliados da Companhia das Índias Ocidentais. Pela primeira vez, desde que suas terras ancestrais haviam sido conquistadas pelos portugueses, os Potiguara encontravam-se divididos, em campos opostos na guerra.

Este episódio, como muitos outros, revela as relações entre a sociedade colonial e os diversos povos indígenas que habitavam a América antes da conquista européia, e coloca, para os historiadores, o desafio de superar, por um lado, o enfoque tradicional que difundiu o mito da submissão passiva dos nativos aos interesses coloniais, e, de outro, a leitura de uma certa história dos vencidos, que os encarava como vítimas indefesas da ação colonizadora. Os estudos mais recentes, frutos dos contatos entre a história e antropologia, procuram destacar como os povos indígenas foram capazes de se transformarem e de rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a sociedade colonial na medida em que esta foi se gestando ao longo dos séculos[i]. Os povos indígenas deixam, nesta perspectiva, de serem considerados massa de manobra, para, ao contrário, serem vistos como grupos que buscavam obter alguma vantagem diante do caos. No dizer de Almeida, eles, os povos indígenas, se metamorfosearam[ii].

Por outro lado, em que pese a capacidade desses povos se transformarem e rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a sociedade colonial, não podemos perder de vista que essa foi e continua sendo uma história de luta e de sangue.

* Professora Adjunta do Departamento de História da UFPB, Doutora em História pela USP.

Um caos marcado pela violência e pela destruição. Em crônica escrita entre 1646-1648, durante o período da guerra luso-holandesa, Pierre Moreau[iii], ao contrário dos cronistas portugueses que, em sua maioria, desde o primeiro século, diziam ser o Brasil um paraíso terrestre[iv], tinha, como escreveu José Honório Rodrigues em nota introdutória à obra, *uma visão pessimista e torturada.* Escreve Moreau: *"(...) Esta rica parte da América, em vez de gozar tranqüilidade, parece estar destinada apenas à carnificina e à crueldade, que sempre viu executadas pelos descendentes dos naturais e dos que a nossa Europa aí conduziu, os quais, dir-se-ia, só foram atraídos ao seu seio para regá-la com o seu sangue"*[v].

Seguindo a formulação de Gruzinski[vi], compreendemos que a empresa colonial foi, mais do que um processo de aculturação, um processo de "ocidentalização" do mundo e das populações nativas. No entanto, foi, ao mesmo tempo, atravessado por múltiplos interesses e objetivos, por vezes contraditórios, *"que representavam um obstáculo considerável para os projetos de integração à sociedade colonial".*[vii] Portanto, no seio de uma sociedade em conflito que, embora transitoriamente, comportasse acomodações, se construíram as possibilidades de transformação e rearticulação das populações indígenas. O conflito, aliás, era também um problema que marcava a própria inserção dos colonos e colonizadores na sociedade em construção. No caso da conquista do que viria a ser a Capitania Real da Paraíba, por exemplo, no que se refere à camada dominante local, que açambarcou os principais cargos da estrutura administrativa e as melhores terras – leia-se, as mais adequadas à produção açucareira -, havia pontos de atritos e de disputas que podem ser identificados por evidências, mesmo que indiretas, que aparecem na documentação. Disputas essas que estavam na própria origem da ocupação, feita na época da União Ibérica, e que se traduziu em vários episódios envolvendo comandantes e comandados de forças lusas e espanholas pelo controle dos postos e posições militares, ou entre as autoridades locais vinculadas aos donatários de Itamaracá e Pernambuco e as autoridades centrais provenientes da Bahia. Disputas que estenderam por todo o período do povoamento e do estabelecimento da colonização, a exemplo daquelas que envolveram a obtenção de mercês, como a posse de terras e a nomeação para os cargos na estrutura

burocrática da nova capitania e que aparecem, com freqüência, nos requerimentos à Coroa feitos por membros de diferentes grupos familiares; as disputas entre capitães-mores e religiosos pelo controle da força-de-trabalho indígena; aquelas entre as diferentes ordens religiosas pelo mesmo motivo; as que ocorreram entre governadores e capitães-mores e o governo-geral do Estado do Brasil e, finalmente, conflitos entre grandes proprietários e senhores contra as autoridades em geral.[viii]

Assim, este quadro de conflitos no seio das camadas dominantes, ao mesmo tempo permitiu que as populações indígenas "respirassem", pois se tornaram necessários sucessivos ajustes e adaptações para consertar as "redes furadas" da sociedade colonial. Esses ajustes e adaptações variaram de acordo com a região, os grupos sociais e as épocas em que se realizaram, mas foram sempre presentes e deles *"emergiram experiências individuais e coletivas que mesclavam interpretação, improvisação e cópia fascinada"*[ix]. Inventaram-se combinações que tomaram as mais diferentes formas. No caso da Paraíba, por exemplo, é notável a trajetória de Zorobabé que, de chefe dos Potiguara da Copaoba, líder da guerra contra os portugueses até a paz de 1599, passou, depois do "descimento", a prestar-lhes serviços de guerra, embora nunca tenha se convertido ao cristianismo. Foi enviado a combater os Aimoré na Bahia e, no retorno à Paraíba, atacou o quilombo do rio Itapucuru, em Sergipe D'El Rey, onde matou a maior parte dos negros, desobedecendo as ordens recebidas. Nessa mesma ocasião, tomou alguns deles como escravos, vendendo-os durante o caminho de volta para comprar roupas, armas e bandeiras que lhe atribuíssem a honra destinada aos chefes militares brancos. Nos parece que o caso de Zorobabé pode ser entendido como uma experiência na "rede furada" da sociedade colonial, a expressão desse *"enfrentamento constantemente redefinido entre as populações indígenas e as exigências, oscilações e retomadas hesitantes da dominação colonial".*[x]

Ao nosso ver, no caso da Paraíba, no período da conquista e estabelecimento dos marcos iniciais da colonização, há dois momentos que revelam, de forma bastante clara, essa redefinição nas formas de enfrentamento. O primeiro é marcado por um estado de beligerância permanente que se estende de 1599, quando os Potiguara da Copaoba

negociam a paz com a sociedade colonial, até o massacre da Baía da Traição, ocorrido em 1625. Durante esse período, a conquista do rio Paraíba, em torno do qual se instalaram os engenhos de açúcar e os primeiros povoados, dentre eles a cidade da Felipéia de Nossa Senhora das Neves, permaneceu sendo algo sistematicamente colocado em xeque devido à presença dos Potiguara. A principal evidência do medo que grassava no seio dessa sociedade – pois nem todos os grupos indígenas foram incorporados às missões religiosas, e mesmo tendo aceitado a paz, mantinham-se em suas aldeias originais – está presente na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino[xi]. Os anexos de vários processos referem-se à existência de campanhas sistemáticas contra os Potiguara pelo fato de que os mesmos, constantemente, colocavam em risco as fazendas, os caminhos e até mesmo a cidade. Eram assaltos, ataques de surpresa, destruição de canaviais, assassinatos, invasões de aldeias de índios amigos dos portugueses, enfim, uma série de ações que obrigavam a sociedade colonial a organizar-se para a defesa dos espaços já conquistados e para o ataque contra as aldeias rebeldes. O episódio que sintetiza esse estado de conflagração é, a nosso ver, o da Baía de Traição, em 1625. Naquele momento, os Potiguara que ali viviam, ao decidirem apoiar os holandeses da frota do Almirante Hendrykszoon recém atracada, depois da perda de Salvador, declararam guerra aos portugueses e tentaram, estabelecendo uma política de alianças, como a que historicamente seus ancestrais haviam mantido com os franceses, construir uma oportunidade de restabelecerem a ordem anterior à conquista. Consideramos que essa presença constante do perigo representado pelos Potiguara foi o elemento que garantiu a unidade da elite local, apesar das divergências pontuais que pudessem existir em seu seio.

O episódio da Baía da Traição, quando os Potiguara foram massacrados pelas tropas coloniais por terem se aliado aos holandeses, revela e releva o quanto a mortandade é um fato essencial para compreendermos a redefinição constante do enfrentamento entre os indígenas e a sociedade colonial. Como diz Gruzinski, *"As mortes em massa tiveram um impacto considerável sobre as memórias, as sociedades e as culturas e produziram rachaduras e confusões por vezes irremediáveis"*[xii]. Esse impacto será visível, poucos anos mais tarde, nas

ações e nos discursos de Pedro Poty e Antonio Paraupaba, durante a ocupação da W.I.C. É esse segundo momento, a participação dos Potiguara na guerra luso-holandesa, que demonstra a redefinição nas formas de enfrentamento entre as sociedades indígenas e a colonial. No caso dos Potiguara, isso nos parece claro ao pensarmos e analisarmos a trajetória dos Camarões, Antonio Felipe e Diogo Pinheiro e de Poty e Paraupaba.

Cremos que, entre os Potiguara, apesar do longo processo de desestruturação de seu mundo, produzido pela força da espada, da foice e da cruz dos conquistadores brancos, a liturgia da guerra de vingança, elemento fundamental de sua cultura, não foi esquecida. Sempre que possível, ela foi acionada contra os portugueses, seus inimigos mortais. Depois de 1625, com a fuga dos holandeses, os Potiguara da Baía da Traição foram dizimados. O que não morreram foram escravizados. Alguns fugiram rumo a Ibiapaba, varando a Copaoba e o sertão semiárido, território dos Tapuia, buscando guarida entre os seus parentes. Outros fugiram para a Holanda, onde foram educados e convertidos ao cristianismo sob a fé da igreja reformada. Entre eles, estava Pedro Poty (e Gaspar Paraupaba) que voltaria, em 1634, acompanhando os holandeses que invadiram a capitania da Paraíba, com a missão de promover o levante dos Potiguara contra os portugueses. Seu argumento mais forte, por mais recente, era justamente o tratamento recebido pelos seus na Baía da Traição, em 1625. Embora esse não fosse o único motivo a mobilizá-los em busca da vingança, a memória da repressão, da destruição das aldeias, da escravidão, da fuga e da morte, permanecia viva entre aqueles Potiguara. Dessa forma, representativo contingente de índios dessa nação, sob o comando de Poty e de Antonio Paraupaba (filho de Gaspar), engrossaram as fileiras da W.I.C. A elas se juntariam, também, os Janduí que habitavam terras do Rio Grande e da Paraíba. A participação dos nativos seria fundamental para o sucesso dos holandeses, assim como, anos mais tarde, a retirada do apoio dos Janduí, seria fatal e determinante na derrota militar que se seguiria.

Os episódios de 1625, ao colocarem sob suspeição a real submissão do povo Potiguara à sociedade colonial, provocaram, por parte desta, repressão e controle ainda maiores sobre estas populações, inclusive, as já aldeadas no litoral, provenientes de

outras áreas que não a Baía da Traição. Certamente foi dentre esses grupos já convertidos ao cristianismo sob a fé católica que as forças coloniais recrutaram os regimentos que passaram a integrar suas tropas. Enquanto Poty e Paraupaba eram nativos de Acejutibiró (a Baía da Traição), os dois Camarão, seus parentes próximos, eram de aldeias Potiguara do Rio Grande ou de Pernambuco. O fato é que, da mesma forma que a unidade dos portugueses foi rompida com a ocupação holandesa, no início dos anos trinta, a dos Potiguara também o foi. A memória da mortandade marcou uma clivagem na sua unidade.

Expressão clara dessa divisão dos Potiguara é sua participação, em campos opostos, na guerra luso-holandesa, da qual as cartas trocadas por suas lideranças, a que nos referimos na abertura deste artigo, são documento importante. De agosto de 1645 a março de 1646, as mesmas foram escritas, em Tupi, pelo Sargento-Mor D. Diogo Pinheiro Camarão, e pelo Capitão-Mor dos Índios D.Antonio Felipe Camarão, aos chefes dos aliados dos holandeses, Pedro Poty e Antonio Paraupaba e outros índios, que também as responderam em Tupi.[xiii]

Antonio Felipe Camarão ofereceu-se para lutar ao lado de Matias de Albuquerque, ainda na fase da guerra da resistência. Não se sabe ao certo em que ano e local nasceu, mas, educado pelos padres, foi batizado em 1612, quando recebeu o nome cristão. Durante a guerra, por suas *"proezas e valorosos feitos",* recebeu de El Rey o Hábito de Cristo e o título de Dom, que se estendeu aos seus herdeiros, passando a chamar-se D. Antonio Felipe Camarão. Tornou-se, de fato e de direito, súdito do rei, cristão e fidalgo. Segundo Lopes Santiago, "(...) *era principal pessoa entre os índios, a que eram muito obedientes, e sua gente muito destra em atirar as flechas, e o elegeram seu maioral, por animoso e esforçado. Este tomou a sua estância em lugar arriscado, fazendo grande dano ao inimigo, usando de muitos ardis de guerra; e foi sempre muito leal aos portugueses, e teve com os holandeses famosos encontros, desbaratando-os muitas vezes; e tanto que chegou a dizer o mestre de campo Cristóvão Artichofsky, soldado velho e experimentado, de nação, polaco, que um só índio tinha poder para o fazer retirar muitas vezes".*[xiv]

Em sua carta a Poty, de 22 de outubro de 1645, Diogo Pinheiro Camarão[xv] insiste:

> "*Sois um bom parente. Sai desse lugar, que é como o fogo do inferno. Não sabeis que sois cristão? Por que vos quereis perverter? (...) Se os Portugueses têm êxito na guerra é porque, sendo cristãos, o Senhor Deus não permite que fujam ou se percam, por isso desejamos muito que vos passeis para nós, e isso garantido pela palavra do grande capitão Antônio Philippe Camarão e de todos os capitães dos Portugueses"*[xvi].

A resposta de Poty, datada de 31 de outubro, não poderia ser mais clara. Reafirmou a sua convicção de que era melhor cristão do que seu interlocutor: só acreditava em Cristo, sem macular a religião com a idolatria. Garantiu sua fidelidade irrestrita aos holandeses, de quem havia recebido *"tantos benefícios",* e sobre os quais jamais se tinha ouvido falar que houvessem escravizado algum índio ou, em qualquer tempo, *"assassinado ou maltratado algum dos nossos",* e declarou:

> *"Em todo o país se encontram os nossos, escravizados pelos perversos Portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os tivesse libertado. Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Baía da Traição, ainda estão bem frescos na nossa memória"*[xvii].

Capturado pelos portugueses durante a segunda batalha dos Guararapes, em 1649, Poty viveria, na pele, os suplícios que denunciava. Aprisionado durante seis meses em um forte do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, *"foi barbaramente tratado por aqueles algozes (...), era constantemente açoitado, sofreu toda espécie de tormentos; foi atirado, preso por cadeias de ferros nos pés e mãos, a uma enxovia escura, recebendo por alimento unicamente pão e água"*[xviii] e, finalmente, morto. A vida e a morte de Pedro Poty, nascido em Acejutibiró, expressam o destino dos Potiguara da Paraíba. Depois de um século de luta contra os portugueses pela preservação da sua terra, finalmente foram derrotados na guerra. Da mesma forma que seus ancestrais – que, ao longo do século XVI, encontraram, na aliança com os franceses, possibilidade de manter os portugueses longe de seu território – os

Potiguara, ainda rebeldes nas primeiras décadas do século XVII, procuravam, nos holandeses, a alternativa para expulsarem o invasor e a chance de restaurarem a antiga ordem. Por duas vezes, em 1625, e, depois, entre 1630 e 1654, procuraram, lutando ao lado daqueles brancos, atingir seus objetivos.

A vertigem do vazio[xix] que se abatera sobre a capitulação dos Potiguara em 1599, produzira um Zorobabé. A mesma "vertigem do vazio" que, mais uma vez, se abatera sobre os Potiguara na Baía da Traição em 1625, produziria Antonio e Diogo Camarão, e também Pedro Poty e Gaspar e Antonio Paraupaba. Ela os havia contido, mas não derrotado, pois os povos indígenas continuaram a criar sentido em meio à devastação. A luta continuou em outras paragens, nos caminhos do sertão. Os Potiguara sobreviveram, ainda uma vez, na Baía da Traição.

---

[i] Cf., entre outras, as seguintes obras: John M. Monteiro. **Negros da Terra**. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo, Cia.das Letras, 2000; Maria Regina C. de Almeida. **Metamorfoses Indígenas.** Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003; Ricardo Pinto de Medeiros. **O Descobrimento dos Outros.** Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial. Tese de Doutoramento em História/UFPE, Recife, 2000.

[ii] Maria Regina Celestino de Almeida. **Op.Cit.**

[iii] Pierre Moreau. **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses.** Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

[iv] Diga-se, de passagem que, mesmo entre os cronistas "holandeses", houve aqueles que descreveram a terra usando as mesmas categorias, é esse, por exemplo, o caso de Elias Herckmans, em sua **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, escrita em 1639. (João Pessoa, A União, 1984).

[v] **Ibidem.** p.17-18.

[vi] Serge Gruzinski. **A Colonização do Imaginário.** São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

[vii] **Ibidem.** p.409.

[viii] Cf. Regina Célia Gonçalves. **Guerras e Açúcares.** Política e Economia na Capitania da Paraíba (1565-1630). Tese de Doutoramento em História/USP, São Paulo, 2003, especialmente Capítulo II.

[ix] Serge Gruzinski. **Op.Cit.** p.410-411.

[x] **Ibidem.** p.410.

[xi] Disponível na documentação avulsa da Capitania da Paraíba. Projeto Resgate. CD-ROM 1.

[xii] **Ibidem.** p.411.

[xiii] Encontradas no arquivo da W.I.C – Haia – 1885-1886, por José Higino Duarte, que as fez copiar. Foram publicadas mais tarde por Pedro Souto Maior na **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano** (v.XII, 1906), sob o título "Cartas Tupis dos Camarões". Neste trabalho estamos usando as traduções publicadas por Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto, em **A Fundação do Brasil.** Testemunhos: 1500-1700. Petrópolis, Vozes, 1992.

[xiv] Diogo Lopes Santiago. **História da Guerra de Pernambuco.** Recife, Fundarpe, 1984, p.40.

[xv] Sobrinho de D. Antonio Felipe Camarão, D. Diogo o acompanhou, como Sargento-Mor de seu terço, durante toda a guerra. Também na sua companhia viajou a Portugal e Espanha. Após a morte daquele, em 1648, assumiu a chefia do terço dos índios e continuou a lutar pela restauração ao lado de Francisco de Barreto Menezes. Seu filho, D. Sebastião Pinheiro Camarão, o substituiu nessa chefia e, nas últimas décadas do século XVII, destacou-se na guerra contra os "bárbaros" do sertão, ainda a serviço dos portugueses. Sobre o assunto, consultar: José Antonio Gonsalves de Mello. **D. Antonio Filipe Camarão.** Capitão-Mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasil. Recife, Universidade do Recife, 1940.

[xvi] In: Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto. **Op.Cit.** p.229.

[xvii] **Ibidem.** p.229-230. Grifos nossos.

[xviii] Cf. "Segunda Exposição de Paraupaba, em 1656". In: **Ibidem.** p.231.

[xix] Gruzinski define como "vertigem do vazio" as situações de indeterminação, de ausência de referências ou de seu esfumaçamento, que são propícias ao *"surgimento de novos arranjos culturais*". In: **Op.Cit**. p.412.

BANQUETE ROMANO, COMENSALIDADE EM TEMPO DE PAZ

Regina Maria da Cunha Bustamante [1]

1. Banquete romano: frugalidade X exotismo

Havia um antigo ditado romano que dizia: *"Dizes-me o que comes e com quem comes e te direi quem és."* Assim, os romanos expressavam que o ato de comer, mais que mera sobrevivência, possuía um significado sócio-cultural.[2] Este aspecto estava mais presente, sobretudo, na *cena*, ao final do dia de trabalho, que era seguida, às vezes, da *comissatio*, dedicada à bebida. Era a refeição mais substancial, preparada para usufruir o *otium*, e se opunha ao ligeiro *prandium* do meio-dia, quando ainda se voltaria ao *negotium*.[3] Enquanto o *prandium* era feito individualmente e seguindo a tradicional dieta frugal dos romanos, baseada em vegetais, a *cena* era compartilhada e apresentou transformações no regime alimentar através do crescente consumo de carnes e produtos exóticos de todo Império, como se comprova através do tratado *De Re Coquinaria* de Apício, adepto da nova dietética romana. Esta se distanciava bem da tradicional frugalidade e exigia uma etiqueta cada vez mais refinada à mesa, estabelecendo hierarquias e conferindo prestígio social.[4]

A defesa da frugalidade baseava-se na valorização simbólica de certos alimentos, relacionados a uma vida saudável e, por extensão, a uma sociedade menos viciosa. A agricultura era considerada como marco civilizatório: o homem produzia seus próprios alimentos, graças ao processo de domesticação das plantas, controlando a natureza, o que se opunha à caça e à pecuária, próprias do espaço selvagem, da natureza. Assim, a carne – de animais domésticos e, sobretudo, a da caça – tinha, culturalmente, uma forte conotação "selvagem", favorecendo sua identificação como alimento dos povos "bárbaros", o que demandava a sua oferenda como sacrifício aos deuses para ser consumida pelo homem "civilizado". Paradoxalmente, a carne era o alimento por excelência do banquete, comensalidade relacionada à civilidade urbana. Na literatura latina imperial, evidencia-se uma nostalgia dos "velhos tempos", quando os costumes ancestrais (*mos maiorum*) não

eram corrompidos e os romanos se contentavam com uma alimentação frugal. Os tratados médicos reforçavam este tipo de discurso, que foi reproduzido por uma historiografia tradicional e acabou imortalizado nos filmes de Hollywood.

A elite estava mais aberta ao exotismo culinário do que as outras camadas sociais. Sua maior sensibilidade decorria de: disponibilidade de tempo para o preparo e o consumo de alimentos sofisticados, o desejo de ostentação e o poder aquisitivo, que contrastavam com a preocupação com a sobrevivência, o tradicionalismo e o baixo poder aquisitivo das camadas populares. Cada anfitrião tentava suscitar a admiração dos seus convidados expondo pratos exóticos em baixelas requintadas, servidos por escravos bem vestidos; seu o consumo ocorria em *triclinia* (salas de jantar), ricamente decorados, das *domus* (casas) da elite. Sabia-se que os convivas comentariam a generosidade da sua recepção.

O ápice da culinária romana condizia com a confirmação do domínio romano no Mediterrâneo e a prosperidade econômica do Alto Império, favorecida pela *Pax Romana*, quando as relações comerciais e culturais interprovinciais eram intensas e tornaram o Mediterrâneo o "*mare nostrum*" ou "lago romano". A variedade e o número de receitas não latinas, nomeadamente gregas, na obra de Apício sublinhavam as interações culturais, o triunfo do cosmopolitismo romano e a unificação do Mediterrâneo sob a égide de Roma. Além disso, o fausto à mesa estabelecia uma espécie de hierarquia de poder no tecido das relações sociais. A elite tomou a culinária e a requintada liturgia da mesa como elementos da lógica de prestígio, que fundamentava a estrutura e a dinâmica da sociedade imperial romana. A seguir, aprofundaremos este aspecto através da análise de um mosaico.

2. Banquete: uma prática de sociabilidade

O mosaico selecionado[5] é um *opus tesselatum* (mosaico de chão), que contém a imagem de um banquete com 5 convivas e 6 grupos de inscrições.[6] Ele decorava uma casa a oeste do anfiteatro de *Thysdrus* (moderna El Djem), na província romana da África Proconsular (atual Tunísia), e foi datado da 1ª. metade do séc. III.[7] É conhecido como "Banquete à Fantasia" ou "das Confrarias do Anfiteatro".

A primeira denominação advém dos adornos que os comensais portavam na cabeça e nas mãos, que eram signos emblemáticos das corporações / confrarias (*sodalitates*), que se formaram para organizar e patrocinar espetáculos nos anfiteatro, o que justifica sua outra denominação.

As caçadas (*venationes*) eram um dos espetáculos de anfiteatro mais apreciados na África Romana. A sua grande popularidade levou a formação de associações, que forneciam caçadores profissionais, pessoal auxiliar, equipamento e bestas para combate ou adestramento no anfiteatro. Funcionavam também como grupos de torcedores e sociedades funerárias; desenvolviam atividades econômicas relacionadas à produção agrícola, artesanal e comercial, principalmente a fabricação e o transporte de azeite.[8] Este tipo de corporação foi muito característico da África Romana, onde havia várias[9] (*Telegenii*, *Leontinii*, *Pentasii*, *Simematii*, *Florentinii*, *Crescentii*, *Taurisci*...), que concorriam entre si. Distinguiam-se por símbolos e números,[10] que serviam para reconhecer a associação, sendo encontrados em cerâmicas, inscrições tumulares e mosaicos de pavimentos de termas, anfiteatros e várias casas particulares, às vezes, em painéis ilustrando *venationes*, presumivelmente montadas pelas corporações em questão e, outras, simplesmente na soleira ou em um conjunto decorativo geral. Assim, o proprietário da casa proclamava sua pertença a uma corporação específica.

No mosaico, em torno da mesa semi-circular (*sigma*), que lembra a arena do anfiteatro, há 5 pessoas, que representam as associações: o 1º., na extrema direita, segura

um cajado com ponta em forma de crescente, símbolo dos *Telegenii*; o 2º. tem, em uma das mãos, uma haste de milhete, emblema dos *Leontii*; o 3º. usa uma coroa de 5 pontas com um peixe no topo, representando os *Pentasii*; o 4º. porta uma coroa de 3 pontas com um S encima, símbolo dos *Sinematii*; e o 5º. balança uma folha de hera e pode ser um *Tauriscus* ou um *Crescentius*. É a parte final do banquete, a *comissatio*, quando, após a sobremesa, taças de vinho eram sucessivamente esvaziadas, freqüentemente, de um gole só. Como resultado de tanta bebida, os convidados ficam, inevitavelmente, embriagados (Plínio, o Velho. História Natural XIV, 137-148), quebrando o decoro, como comprovam as inscrições. O 1º. personagem, na extrema direita, para qual todos os outros convivas se dirigem, permitindo inferir que seja o anfitrião, proclama a superioridade de sua confraria através da referência ao nº. 3 dos *Telegenii*: "Nós, 3, estamos nos dando bem"; o 2º., membro dos *Leontii*; tenta amenizar o partidarismo do anterior e afirma o objetivo comum dos convivas do banquete: "Vamos nos divertir"; o 3º., pertencente aos *Pentasii*, com uma taça à sua frente, exige menos conversa: "Já foi dito o suficiente"; o 4º., com o símbolo dos *Sinematii*, explicita a ação desejada: "Nós viemos beber"; e o 5º., com a folha de hera e já fisicamente alterado (mão sobre a cabeça e corpo lânguido), propõe: "Fiquemos nus". Assim, após o consumo excessivo de vinho, chega-se a um comportamento mais "relaxado", típico da *convivia intempestiva*, alvo da vigilância dos censores e de uma série de leis suntuárias.

O mosaico insere-se na esfera dionisíaca, relacionada ao mundo da arena. Dioniso / Baco, o deus do vinho, juntamente com Ártemis / Diana, a deusa caçadora, eram as divindades protetoras dos espetáculos do anfiteatro, em especial das *venationes*. Os *Telegenii*, cuja confraria o anfitrião talvez fizesse parte, escolheram-no como sua divindade tutelar.[11] No mosaico, a atmosfera dionisíaca é sugerida pelo milhete, símbolo da prosperidade,[12] cujas 4 hastes circunscrevem a cena do banquete. Os animais soltos na arena tinham seus torsos enfeitados com guirlandas de heras e milhetes, sacralizando, assim, as bestas mortas nas *venationes*. A referência mais direta a Baco no mosaico encontra-se, entretanto, enfrente à mesa: há uma cratera (vaso para misturar o vinho com a água) no chão, e, em uma pequena mesa, estão duas jarras para retirar o vinho misturado

da cratera e servi-lo nas taças dos convivas. Seguindo o costume grego, os romanos costumavam eleger um *magister* ou *rex bibendi*, geralmente o anfitrião, que fixava a quantidade de vinho a se beber e a proporção de água para a mistura, conforme uma das regras de distinção entre o "civilizado" do "bárbaro"; o consumo do vinho puro era exclusivamente para uso religioso.[13]

Há 2 serviçais, os escanações, jovens escravos encarregados de acolher os convivas do festim e de servir a mesa. Um deles estende um copo de vinho para os comensais, enquanto o outro, levando sua mão à boca, diz: "Silêncio! Deixem os touros dormir". E, de fato, 5 touros estão dormindo no primeiro plano do mosaico. Estes animais foram marcados em seus quartos traseiros com imagens de um gladiador, de uma folha de hera e de um *sistrum* (instrumento musical egípcio de percussão). Os touros estavam destinados ao confronto contra *venatores* (caçadores) no dia seguinte. Para Slim,[14] a fórmula "Deixem os touros dormir" podia ser um encantamento para causar a derrota dos *Tauriscii*, revelando as disputas existentes entre estas confrarias pelo favor do público. Por outro lado, se considerarmos que um dos convivas pode ser um *Tauriscus* (o homem que balança uma folha de hera), a referência aos touros dormirem, talvez, seja o desejo de diminuir a selvageria dos animais, que os caçadores, não importando de qual confraria, enfrentariam no dia seguinte. Os combates contra as feras no anfiteatro faziam o público compartilhar das emoções da caçada,[15] sendo muito apreciados pela população e motivo de cuidados por parte das autoridades e da elite local.

A paixão pelas *venationes* era tema recorrente nos mosaicos da região. Em meados do séc. II, o estilo musivo próprio da África Romana começou a se desenvolver, favorecido pela prosperidade da região, afastando-se dos padrões romanos através da introdução da policromia nas bordas e da integração de elementos florais e geométricos. No séc. III, este estilo alcançou sua maturidade e foi disseminado em outras partes do Império Romano. Caracterizava-se pelo uso da policromia e pela representação de cenas cotidianas, caras à elite, dentre elas, estavam as *venationes*.

A realização destes espetáculos demandava a construção de um espaço próprio: o anfiteatro. A cidade de *Thysdrus* possuía 2 deles: um mais antigo e menor e o outro de proporções bem maiores e datado de fins do séc. II ou início do seguinte.[16] Estas construções atestam a prosperidade da região, fundamentada na cultura da oliveira, praticada desde o período cartaginês. A partir do séc. II, a viticultura e, em especial, a oleicultura expandiram-se pelas terras norte-africanas. O plantio da oliveira foi particularmente bem sucedido, devido a: condições climáticas; conquista de novas terras para a produção cerealífera na Numídia tornou mais leve o encargo da África Proconsular; crise da produção de vinho e azeite italianos; rentabilidade do comércio de vinho e azeite; política mais liberal de imperadores de origem provincial para com as regiões não-italianas; e incentivo à ocupação de terras nas estepes impróprias para a triticultura, mas propícias para a arboricultura. Segundo Camps-Fabrer,[17] mais que em qualquer outra província, o ramo da oliveira foi na África Romana um símbolo da paz: a cultura da oliveira conjugou segurança, bem-estar e prosperidade tanto para a população local, sobretudo para a elite provincial, como para Roma. A prosperidade acentuou-se com a dinastia dos Severos (193-235), de origem afro-síria, que promoveu grande desenvolvimento nas províncias norte-africanas, materializado na intensa atividade edilícia.

As inscrições epigráficas na África Romana comprovaram a vitalidade da sua vida urbana, em que o evergetismo constituía um dos seus principais componentes. Era uma questão de obrigação (*munus*) para a elite local,[18] especialmente por ocasião de sua ascensão às dignidades públicas ou municipais,[19] agraciar suas cidades com novos edifícios e embelezamentos de todos os tipos, organizar jogos, oferecer banquetes... Estas prodigalidades criavam uma solidariedade urbana ao englobar diferentes grupos sociais. A razão de ser de uma cidade romana era o desenvolvimento de uma vida coletiva entre seus habitantes. Era direito do cidadão o acesso aos espaços públicos (fórum, termas, teatro, anfiteatro...), onde ocorria a socialização através das atividades políticas, em seu sentido mais amplo, abarcando também espetáculos, festas e banquetes. No Ocidente, onde a tradição urbana não era tão presente quanto no Oriente, a cidade foi um vetor de

romanização, interagindo com as diferentes culturas locais, seduzindo as populações nativas com suas comodidades e despertando seu desejo de participarem da ordem romana. O ideal da cidade incluía a fruição dos banquetes, dos banhos e da diversão nos espetáculos em suas diferentes variedades. Neste sentido, pode-se compreender a famosa expressão *panem et circenses* (Juvenal, Sátira X, 78-81): juntamente com a distribuição de alimentos, a assistência aos jogos era um dos direitos de cidadania romana, que a plebe frumentária em Roma exigia dos seus governantes. Em termos provinciais, o modelo imperial era reproduzido pelas elites locais.

Conclusão

Para compreendermos a cultura visual da sociedade clássica, devemos focalizar o consumo social que tecia hierarquias e consolidava bases, lugares e relações de poder. A elite local, que comissionava os mosaicos, desejava ver os espetáculos, que oferecia tão dispendiosamente aos seus concidadãos, publicizados e lembrados. Assim, as *venationes* foram reproduzidas em imagens para decorar os vários aposentos de recepção de suas residências, exaltando, deste modo, suas próprias atividades como doadores e inserido-os em um marco de prestígio. A riqueza da elite local, fundamentada, sobretudo, na produção de cereais, azeite e vinho ("tríade mediterrânea"), expressou-se na decoração doméstica das *domus* e *villae*, onde reafirmava a posição privilegiada do seu proprietário frente à comunidade romanizada e revelava a vida e os prazeres, os valores e as práticas deste grupo. Evidencia-se, através do mosaico, o papel central da riqueza da elite local, patrocinadora de práticas evergéticas, reforçando a interação entre poder, *status*, prestígio e religião. O banquete do mosaico congregou diferentes membros das confrarias, que organizavam e patrocinavam as *venationes*; eles eram oriundos da elite local, que buscava prestígio social através do oferecimento de espetáculos tão populares. Para tanto, era necessário que houvesse prosperidade e paz, o que se verificou na região na 1ª. metade do séc. III, quando imperava a dinastia severiana.

A própria natureza do suporte da imagem – o mosaico – constitui-se em um vetor para potencializar o *status* e o prestígio da elite: os gastos para decoração de suas casas evidenciavam o aumento da importância da esfera do privado e uma maior hierarquização social; a seleção dos temas relacionava-se a um estilo de vida faustoso da elite; e a localização dos mosaicos nos cômodos de recepção da casa apregoava sua imagem para os visitantes. Havia temáticas, como os banquetes, que eram reproduzidas e se inseriam na retórica, que teve papel central no mundo clássico na construção do pensamento e na expressão da elite. Era uma maneira de representar experiências e acontecimentos dentro de certa espécie de moral ou rede social; era uma forma de expressar alguns "significados compartilhados",[20] que fundamentavam a cultura da qual se originava, construindo e consolidando uma identidade romana.

---

[1] Professora e pesquisadora do Laboratório de História Antiga (LHIA) e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Bolsista de produtividade do CNPq.

[2] VALERI, R. Alimentação. *In*: ROMANO, R. (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. v. 16: *Homo*-Domesticação-Cultura Material. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 191-209.

[3] Há um interessante quadro que compara o *prandium* e a *cena* em: DUPONT, F. Gramática da alimentação e das refeições romanas. *In*: FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (Dir.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 199-216.

[4] CORBIER, M. A fava e a moréia: hierarquias sociais dos alimentos em Roma. *In*: FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (Dir.). *Op. cit.* 1998, p. 217-237; BUSTAMANTE, R. M. da C. Em torno da mesa da elite na Roma Antiga. CALÍOPE 11: 95-111, dez. 2003; D'ARMS, J. H. The culinary reality of roman upper-class *convivia*: integrating texts and images. COMPARATIVE STUDY OF SOCIETY AND HISTORY 46 (3): 428-450, jul. 2004.

[5] SLIM, H. Spectacles. *In*: BLANCHARD-LEMÉE, M. *et. al. Mosaics of Roman Africa*. London: British Museum Press, 1996, p. 210, fig. 155. (dimensões: 1,31m X 1,45m; acervo: Museu Nacional do Bardo em Tunis, Tunísia)

[6] Inscrições na parte de cima, da esquerda para direita: *[n]os nudi / [f]iemus*; *bibere eu-/nimus*; *ia<m>(!) multu<m>(!) lo-/quimini*; *auocemur*; *nos tres te-/nemus*. Embaixo: *silentiu[m], / (ut) dormiant / tauri*. Agradeço a Prof[a]. Dr[a]. Maricí Martins Magalhães pela primorosa ficha epigráfica que fez desta inscrição musiva.

[7] BLANCHARD-LEMÉE, M. *et. al. Op. cit.*, 1996, p. 291.

[8] BESCHAOUCH, A. Nouvelles recherches sur les sodalités de l'Afrique Romaine. CRAI: 486-500, 1977.

[9] Algumas atuavam em toda a África Romana, o que levou Beschaouch a levantar a possibilidade de existirem sucursais ou filiais, quiçá até na Itália. (BESCHAOUCH, A. A propos de la mosaïque de Smirat. ATTI DEL IV CONVEGNO DI STUDIO (Sassari, 12-14 dicembre 1986). *L'Africa Romana*. Sassari: Gallizzi, 1987, p. 677-680)

[10] Beschaouch elaborou quadros discriminando número, emblema e divindade tutelar de cada uma das confrarias. (BESCHAOUCH, A. *Op. cit.*, 1977, p. 497)

[11] BESCHAOUCH, A. La mosaïque de chasse à l'amphithéâtre découverte à Smirat en Tunisie. CRAI: 150-157, 1966.

[12] Quase todos os grãos têm o mesmo sentido e são representações espermáticas. Para os povos antigos, estreitamente ligados à natureza, as plantas revelavam poderes sobre-humanos, sobrenaturais, que pareciam submeter todo crescimento e fenecimento, até mesmo da vida humana. (CIRLOT, J.-E. *Diccionario de símbolos*. 6. ed. Barcelona: Labor, 1985, p. 292)

[13] Diferentes aspectos sobre o vinho na Roma Antiga foram abordados em: MURRAY, O.; TECUSAN, M. (Ed.). *In vino veritas*. Rome – Napoli – Salerno: British School Rome – American Academy at Rome – Swedish Institute at Rome – Istituto Universitario Orientale Napoli – Università di Salerno, 1995.

[14] SLIM, H. Spectacles. *In*: BLANCHARD-LEMÉE, M. *et. al. Op. cit.*, 1996, p. 214-215.

[15] Marrou considera que o prazer do espetáculo comportava – consciente ou inconsciente – um elemento sádico, em vista da incerteza e do perigo envolvidos nos jogos (MARROU, H.-I. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Editorial Aster, 1979, p. 35-36). Mais recentemente, Auget e Barton trabalharam este aspecto dos *ludi* (jogos). (AUGET, R. *Cruelty and civilization*; the Roman games. London: Routledge, 1994; BARTON, C. A. *The sorrows of the Ancient Roman*; the gladiator and the monster. Princeton: University Press, 1996)

[16] LEPELLEY, Cl. *Les cités de l'Afrique Romaine au Bas Empire*. t. 2: Notice d'histoire municipale. Paris: Études Augustiniennes, 1981, p. 262 e 319, nota 7.
[17] CAMPS-FABRER, H. *L'olivier et l'huile dans l'Afrique Romaine*. Alger: Imprimerie Officielle, 1953.
[18] VEYNE, P. *Le pain et le cirque*; sociologie historique d'un pluralisme politique. Paris: Seuil, 1976.
[19] LUSSANA, A. Munificenza nell'Africa Romana. EPIGRAFICA 14: 100-113, 1952; DUNCAN-JONES, R. Wealth and munificence in Roman Africa. PAPERS OF THE BRITISH SCHOOL AT ROME 31: 159-177, 1963.
[20] HUSKINSON, J. (Ed.). *Experiencing Rome*; culture, identity and power in the Roman Empire. London: Routledge / Open University, 2000.

O TRABALHO COM PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Regina Maria de Oliveira Ribeiro Lima[1]

Este texto apresenta parte da pesquisa em que investigamos como o trabalho com o patrimônio cultural de uma localidade favorece a aprendizagem de conceitos históricos ao exercer o papel de mediador no processo de ensino e aprendizagem da História.

O objetivo é identificar e analisar a construção dos conceitos históricos a partir das representações das crianças sobre tempo, passado e história. Compreender como as crianças e adolescentes pensam e representam os conceitos históricos apresentados pela escola e por outros espaços sociais é uma questão fundamental para o trabalho docente e para a pesquisa.

Em todas as áreas de conhecimento, insere-se entre as preocupações de educadores e pesquisadores investigar como crianças e jovens aprendem conceitos científicos. Desta problematização decorre a de como se processa o desenvolvimento de habilidades e competências em determinada área ou modalidade de conhecimento trabalhada pela disciplina e quais as melhores formas de intervenção pedagógica para promover aprendizagem e desenvolvimento.

Diante destas questões, relacionamos outras que preocupam e instigam diretamente professores e pesquisadores do ensino de História. Como podemos caracterizar o processo de aprendizagem dos conceitos históricos em sala de aula? Como crianças e jovens se relacionam com os conceitos históricos e representam determinadas categorias do pensamento histórico? Quais as estratégias desenvolvidas pelos estudantes no desenvolvimento de idéias e representações acerca do conhecimento histórico?

O desafio proposto em nossa pesquisa é investigar o processo de aprendizagem histórica em diferentes contextos, partindo teoricamente da natureza do conhecimento histórico e da análise das idéias, representações e compreensões que as crianças enquanto

sujeitos aprendizes manifestam em e sobre a História[2]. Para articular as questões que envolvem a construção do conhecimento histórico e analisar elementos do ensino e da aprendizagem histórica propomos uma investigação qualitativa destes processos a partir da realização de uma atividade com o patrimônio histórico-cultural da localidade onde vivem e estudam os sujeitos pesquisados.

1. Considerações sobre o ensino e aprendizagem da História

Os debates e pesquisas sobre as formas de *ensinar e aprender* História no ensino fundamental, apresentam problemas de três naturezas. A natureza da história a ser ensinada, seus conceitos, operações e habilidades; os de natureza metodológica, referentes ao "como fazer" e que freqüentemente se constitui na maior preocupação dos professores que atuam neste nível de ensino e a natureza da aprendizagem histórica, que se refere às especificidades desta aprendizagem, à construção do pensamento histórico em crianças, jovens e adultos, atentando para a lógica das estratégias de aprendizagem desenvolvidas pelos sujeitos. Na realização desta pesquisa, encontramos uma articulação complexa das questões acima mencionadas e que influenciam diretamente na construção do pensamento histórico pelas crianças.

O trabalho com a História no ensino fundamental orienta-se em propostas que apontam a necessidade de que os estudantes entrem em contato com múltiplas fontes históricas (escritas, orais, iconográficas e objetos da cultura material) objetivando a compreensão do processo de construção do conhecimento histórico. Mais do que o uso de fontes diversificadas trata-se da sua problematização.

A possibilidade de contato dos estudantes com o "método historiográfico" desenvolveria novas posturas e concepções frente ao conhecimento histórico, passando ao entendimento deste como uma construção social. O trabalho com as diversas manifestações e elementos incluídos na expressão *patrimônio cultural*[3], apresenta-se como perspectiva para que o ensino de História potencialize aprendizagens significativas de crianças, jovens e adultos. Possibilita também que esse processo de fato atinja as finalidades da Educação e da própria disciplina, ao promover concretamente ações que ajudem os estudantes a

compreender e respeitar as diversidades históricas, étnicas e culturais regionais, nacionais e internacionais, ajudando na construção dos valores democráticos e da cidadania.

Quando nos referimos a uma educação para a cidadania, o patrimônio cultural destaca-se dentre os temas que a envolvem e, invariavelmente, apresenta-se como questão emergencial o problema da preservação dos bens culturais que o constituem.

Frente a estes problemas, precisamos considerar as especificidades dos bens considerados como "patrimônios". Primeiro a de que os bens culturais são definidos como "patrimônio" por uma ação política do Estado que determina o que será preservado e como o será, produzindo com isto um conjunto de sentidos. Portanto, o que convencionamos socialmente como "patrimônio" é fruto de uma produção de sentidos que articula significados históricos, políticos, artísticos, culturais e identitários.

Não obstante, outros sentidos são construídos ao longo do tempo através das relações que os grupos sociais estabelecem com esses bens culturais, como diferentes grupos se apropriam do patrimônio, criando novas relações e sentidos diversos daqueles imaginados pelo Estado ou pelo grupo responsável pela preservação patrimonial.

Considerados como espaços da memória e do esquecimento, os bens que compõem o patrimônio cultural são espaços educadores da comunidade e da cidade, portanto devem ser apropriados pela comunidade escolar, que pode atribuir-lhes outros sentidos no processo de construção do conhecimento histórico.

Assim, temos como premissa que ao tomarmos o patrimônio histórico temos de faze-lo como elemento da cultura material que articula dimensões materiais e simbólicas, possibilitando aprendizagens significativas, articulando presente e passado e rompendo com o "presentismo" e "a realidade espaço-temporal imediata" dos sujeitos, potencializando a manifestação de idéias, conceitos e representações sobre o passado e o conhecimento histórico.

E mais, o trabalho com o patrimônio cultural no ensino de História pode construir com os estudantes um novo conceito de preservação: o patrimônio como elo e continuidade

entre gerações, de quem todos os grupos sociais possam apropriar-se, através do conhecimento sobre a sua produção material e simbólica.

Temos, também, como perspectiva apontar possibilidades pedagógicas no ensino de História para o desenvolvimento da aprendizagem histórica com a ampliação de possibilidades de trabalho com o conhecimento histórico em sala de aula, para além dos registros escritos e imagéticos e dos conteúdos organizados nos livros didáticos, privilegiando o contato com fontes da cultura material local como registros de acontecimentos e práticas sociais. Em nosso entendimento, o patrimônio histórico-arquitetônico distingue-se das demais fontes históricas por se constituir em evidência concreta do cotidiano dos grupos sociais do passado, possuir elementos simbólicos representativos das relações sociais do período em que foi construído, se constituir em *topos* da memória, das sensibilidades, das emoções, ideologias e crenças, o que possibilitaria um trânsito interessante entre as dimensões individual e coletiva da história.

2. Objetivos e metodologia da pesquisa

Temos como objetivos nesse trabalho **analisar** as representações e conceitos das crianças sobre os conceitos históricos trabalhados em sala de aula, em especial as dimensões temporais – quais os sentidos e significados atribuídos, pelos estudantes, ao tempo, ao passado e à História. Pretendemos durante o processo de trabalho **identificar e analisar** idéias e representações, conceitos e habilidades potencializados pelo trabalho com patrimônio histórico bem como seu papel na construção de conceitos históricos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, elaboramos uma metodologia cujas referências teóricas estão nas propostas pedagógicas e pesquisas recentes sobre o ensino da História, nas teorias sobre desenvolvimento e aprendizagem pelas crianças de base sócio-interacionista e nas pesquisas sobre as especificidades da aprendizagem histórica[4].

Nesse estudo, propomos alguns procedimentos inspirados na metodologia da pesquisa *etnográfica interpretativa*[5]*.* Para a pesquisa em Educação, a etnografia fornece instrumentos e princípios valiosos. O primeiro é o de que o pesquisador adentra o universo das relações de ensino e aprendizagem com a consciência de que se torna mais um

elemento destas, responsável por entendê-lo como “texto e contexto” no qual emergem acontecimentos complexos, que devem ser compreendidos mais do que descritos. A compreensão do pesquisador se constrói a partir do lugar que ocupa, da sua visão de mundo, do seu lugar sócio-histórico. Almeja-se como resultado, mais do que a precisão dos dados, a profundidade da reflexão e a participação ativa de pesquisador e pesquisados, que juntos produzem uma teia de sentidos para os eventos e fenômenos estudados.

Assim, propomos as seguintes etapas de pesquisa:

- **Observação participante -** o observador como participante permite a criação das fontes de dados, com o registro das ações e participação colaborativa, porém esporádica no contexto pesquisado, em nosso caso as aulas de História.
- **Formação de grupo referência para pesquisa –** grupo de alunos do primeiro ano, ciclo II do Ensino Fundamental, com diversidade etária, de gênero, etnia, comportamento e desempenho escolar
- **Proposição de atividades e entrevistas com os pesquisados -** as atividades envolvem a história e o patrimônio da localidade onde residem e estudam os sujeitos da pesquisa. Em todas as atividades estão sendo registradas as produções dos estudantes: falas, idéias, gestos, textos escritos, desenhos, conversas paralelas às exposições do professor, formas de interação entre as crianças, das crianças com a professora, das crianças com os materiais usados em aula, etc. Ao final das atividades serão realizadas entrevistas orais e através de questionários.
- **Produção de notas de campo -** as descrições de acontecimentos da aula, das atividades realizadas, transformados em dados, cujos elementos serão analisados como categorias e dimensões do processo de construção de conceitos históricos.

3. Momento atual da pesquisa: observação participante

A pesquisa é realizada com alunos do primeiro ano do Ciclo II do Ensino Fundamental de uma escola municipal da região leste da capital de São Paulo.

A escola está localizada na Vila Curuçá, distrito do bairro Itaim Paulista. A turma pesquisada possui 42 alunos entre 10 e 12 anos de idade. São ministradas quatro aulas de

História semanais, duas aulas às terças e às quintas feiras. A escola possui 13 salas de aulas, laboratório de informática, sala de leitura, duas quadras, pátio e refeitório. Em 2005, a escola completa 30 anos e foi elaborado um projeto em que todos os professores, funcionários, alunos propõem, desenvolvem e participam de atividades voltadas para comemorar o aniversário da unidade.

Entre maio e junho realizamos o trabalho de observação, em que a pesquisadora acompanhou o grupo de alunos durante as aulas de História.

Todos os alunos possuem e utilizam o livro didático de História. A professora trabalha em sala de aula seguindo a seqüência de conteúdos proposta pelo autor. Quando iniciei o acompanhamento das aulas a professora havia trabalhado com os temas: O que é história? Para que serve? Origem do homem: teorias criacionista e evolucionista. E começava a trabalhar os conceitos de tempo, definições de calendário, períodos históricos, linha do tempo.

A maioria das aulas é expositiva. Os temas foram trabalhados através de textos que os alunos copiaram da lousa ou do livro didático e questionários também propostos pelo livro. Após escrever o texto na lousa, a professora acompanha a cópia realizada pelos alunos, bem como a resolução das questões. Em algumas aulas a professora leva outros textos, digitados e reproduzidos para todos os alunos.

Alguns aspectos chamam a atenção e podem servir como elemento de análise nesta pesquisa. Um desses aspectos é o da representação positiva dos alunos em relação à professora e à disciplina. Em várias ocasiões as crianças manifestaram que aulas de História são as preferidas. Elas afirmam que não têm medo da matéria ou da professora, o que ocorre com outras disciplinas como matemática, português e ciências. Algumas crianças dizem não gostar muito da “matéria”, mas gostam da professora, devido a sua boa relação com elas.

Em relação à coleta de dados sobre conceitos históricos levantamos idéias e representações sobre o passado e a história, a partir da observação das aulas, das

interações das crianças com a professora e com os textos trabalhados, das interações entre as crianças e, em alguns momentos, dialogando ou apenas ouvindo suas conversas.

A partir de algumas dessas idéias quero fazer algumas considerações sobre a fórmula *História = passado, um tempo distante*. Esta idéia foi apresentada pelas crianças quando a professora realizou uma exposição dialogada sobre o conceito de tempo histórico e solicitou a sua definição, ao que as crianças responderam oralmente:

"Tempo histórico é um tempo bem antigo, bem longe de nós" (R. 11 anos)

"Os fósseis são vestígios históricos porque são antigos" (M. 11 anos)

"Nosso tempo não é histórico, porque nós temos relógio, sabemos as horas, os tempos de cada coisa". (K. 11 anos)

As crianças manifestam um conceito de tempo baseado na idéia de **passagem** e o tempo histórico "passa" **distante** do presente. O tempo é algo que passa, por isso a imagem de tempo mais significativa é a do instrumento que mede essa passagem, o relógio. O Tempo é o relógio. Quando confrontados com os conceitos de tempo histórico, tempo cronológico, períodos, datas e séculos, as crianças passam a identificar tempo histórico, passado e história como "acontecimentos distantes no tempo", algo antigo, que não existe mais, morto para o presente.

As crianças falaram ainda de vestígios e restos, fontes que os historiadores usam para contar histórias. Para elas isso é possível porque esses estudiosos partem fisicamente em busca de suas fontes históricas no passado. Suas idéias são Influenciadas pela aulas de História, mas também por idéias oriundas de outros espaços sociais. As crianças representam o passado como um "momento estático", tempo aprisionado num espaço distante onde restos e vestígios esperam um historiador que os resgate, traga-os para o presente e escreva a sua História.

Nestas idéias, identificamos elementos de diversas experiências vivenciadas pelas crianças principalmente através da mídia – televisão, cinema e games, mas também da escola, as aulas em que foram expostos os conceitos de tempo, fontes históricas, vestígios e períodos geológicos e pré-históricos.

Essas experiências, articuladas pelas crianças produzem um *mosaico conceitual* que avaliamos inicialmente como um exercício de imaginação (a) histórico que funde saberes da experiência cotidiana, da mídia e do conhecimento histórico escolar apresentado pela professora, compondo um instigante e complexo conjunto de representações.

Não propomos nesse estágio da pesquisa esgotar as análises ou categorizar o pensamento das crianças no processo de desenvolvimento da aprendizagem histórica. Nosso objetivo é identificar e analisar as idéias e representações destas crianças diante de "vestígios" do passado da sua comunidade. Promover a interação histórica das crianças com um bem cultural do patrimônio local, trabalhado como fonte histórica, favorecerá a articulação de suas representações com os conceitos históricos, ampliando as possibilidades de compreensão das temporalidades históricas? Quais as imagens e representações sobre o tempo, o passado e a história geradas a partir deste trabalho? Para nós, fica o desafio de procurar as possíveis respostas a estas e outras questões.[6]

---

[1] Regina Maria de Oliveira Ribeiro Lima, é aluna do mestrado em Educação na FE-USP, sob orientação da Professora Dra. Katia Maria Abud. Comunicação apresentada no Simpósio Formas e Significados do conhecimento em aulas de História. XXIII Simpósio Nacional de História realizado Londrina-PR, julho 2005.

[2] A pesquisa na área da cognição histórica desenvolve-se desde meados da década de 1960, principalmente na Inglaterra, Estados Unidos e Canadá onde se destacam os trabalhos de Peter Lee e Roselyn Ashby. São igualmente importantes os estudos empreendidos em Portugal e Espanha desde a década de 1970, destacando-se os trabalhos de Isabel Barca e Olga Magalhães realizados nos anos de 1990. Nesta área, os pesquisadores iniciaram um estudo sistemático dos princípios e estratégias de aprendizagem histórica em crianças, jovens e adultos, tendo como pressupostos a natureza do conhecimento histórico e como pressuposto metodológico, a análise das idéias que estes sujeitos manifestam em e sobre a História.

[3] O "patrimônio cultural", terminologia que substitui "patrimônio histórico e artístico" é constituído de unidades designadas de "bens culturais tangíveis e intangíveis". Pode ser dividido em três grandes categorias de elementos – o histórico-artístico, o natural-ecológico e o documental-científico.

[4]Trabalhamos com o conceito de aprendizagem como processo de reconstrução pelo sujeito da cultura e do conhecimento. A aprendizagem histórica pode ser definida como o processo cognitivo de desenvolvimento de noções e conceitos históricos, habilidades e significações reconstruídas a partir do contato com o passado através do senso comum ou do conhecimento científico. Portanto, investigar a aprendizagem é compreender como os sujeitos se apropriam do conhecimento, reconstroem conceitos e os ressignificam com base em suas vivencias, práticas sociais e idéias acerca do mundo em que vivem.

[5] As pesquisas etnográficas têm nos trabalhos de Geertz (1989) a referência à cultura como um texto portador de significados que podem ser resgatados pela interpretação. O pesquisador encontra-se frente a diversas formas de interpretação da vida, de visões de mundo, de manifestações do senso comum, que os sujeitos atribuem a própria vivência e experiências. Segundo Geertz (1989), a etnografia promoveria uma "descrição densa", em que o pesquisador se depara com essa multiplicidade de leituras e mais, com uma série de estruturas conceituais complexas, articuladas, sobrepostas, irregulares e fragmentadas. A primeira tarefa é apreender esse "universo" para compreendê-lo e depois apresentá-lo na forma de texto. Nesse sentido, não basta observar-descrever, mas procurar as relações entre os elementos deste mosaico e integrar as esferas individuais às coletivas/ sociais.

[6] Referências bibliográficas: Abreu, M. e Soihet, R. Ensino de História, temáticas e metodologia. RJ: Casa da Palavra, 2003. Barca, I. O pensamento histórico dos jovens: idéias dos adolescentes acerca da provisioriedade da explicação histórica. Braga: CEEP/Universidade do Minho, 2000. Barca, I. (org) Educação Histórica e Museus. Braga: Universidade do Minho, 2003. Arantes, A. A. (org) Produzindo o passado. SP: Brasiliense, 1984. Moniot, H. Didactique de l'Histoire. Paris: Nathan Pedagogie, 1993. Paoli, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. SP: DPH, 1992. Schmidt, M. A. & Cainelli, M. Ensinar História. SP: Scipione, 2004. Vigotsky, L. S. O desenvolvimento de conceitos científicos na infância. In Pensamento e Linguagem. SP: Martins Fontes, 1998.

Democratização do Ensino Superior: A Graduação em História para Movimentos Sociais do Campo na UFPB

Regina Maria Rodrigues Behar – Depto. de História - UFPB[1]

O Curso de Licenciatura Plena em História para Movimentos Sociais do Campo foi criado na Universidade Federal da Paraíba, por meio da Resolução 16/2004, de 27 de maio de 2004, no âmbito do Programa Estudante Convênio, colocando na ordem do dia uma discussão que há muito vem sendo alvo das pressões dos diversos grupos organizados da sociedade civil brasileira e de polêmica entre seus defensores e detratores: a questão da inclusão social e do acesso à educação como ação afirmativa, no sentido de diminuir as desigualdades historicamente cristalizadas em nosso país em pleno século XXI. [2]

A iniciativa também atende a cumprimento da legislação ora em vigor, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9.394/96) que orienta a elaboração curricular e a legislação complementar e o Parecer CNE/09/2001. A legislação prevê a oferta, pelo sistema público de ensino, de educação diferenciada, incluindo-se as demandas específicas dos afro-descendentes, dos indígenas, dos portadores de necessidades especiais, dos povos do campo.

O curso desenvolve-se como resultado de uma parceria entre o INCRA, através de seu Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Fundação José Américo e a UFPB. A primeira turma, de caráter nacional, realizou vestibular eliminatório e classificatório em regime especial, e iniciou o curso em outubro de 2004, inaugurando pioneiramente uma modalidade cujas principais inovações metodológicas são o seu caráter intensivo, com carga horária duplicada, diminuindo o tempo de estadia dos alunos na cidade de João Pessoa e na UFPB, e a inclusão de um percentual de 20% da carga horária não-presencial, a ser desenvolvido pelos alunos em suas comunidades, devidamente acompanhados por monitores preparados para tal supervisão.

Durante quatro anos os alunos se deslocarão de seus estados para realizar dois períodos intensivos por ano, cumprindo, em período concentrado, seus estudos de graduação na UFPB. O curso segue o Projeto Político Pedagógico, a carga horária e o mesmo rigor acadêmico da formação oferecida aos alunos do curso extensivo, expressão que os diferencia do modelo intensivo e seqüencial que caracteriza o curso de Licenciatura Plena em História para Movimentos Sociais do Campo.

A demanda por este curso tem uma história longa que começou no final do ano de 2003 quando lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, procuraram o Departamento de História do CCHLA - UFPB com a proposta de que o mesmo e a Universidade Federal da Paraíba encampassem a idéia de oferecer uma turma especial para professores de escolas de assentamentos rurais. Seriam sessenta pessoas oriundas de todas as regiões do país. Significa uma gota d'agua no oceano das necessidades educacionais das populações assentadas, mas o movimento tem, como meta, a formação de quadros superiores que se coloquem a serviço da melhoria do ensino no campo brasileiro e essa é apenas uma das iniciativas para as quais pretendem continuidade.[3]

A partir da implantação do curso torna-se necessário discutir a importância cultural e pedagógica dessa experiência, frente à exclusão que marca a cidadania camponesa em nosso país desde a ocupação de terras no Brasil, quando se cristalizou uma estrutura agrária baseada na grande propriedade e na escravidão dos produtores diretos. Posteriormente, o rompimento com o modelo escravista não se fez acompanhar de nenhum projeto de inclusão dos ex-escravos.

A sobrevivência de relações pré-capitalistas de produção no campo brasileiro viabilizou a existência de um campesinato formado por arrendatários, parceiros, meeiros, e outras formas de acesso à terra que foram parte constitutiva da formação do capitalismo no campo. No entanto, o processo de modernização, principalmente a partir de meados do século XX, colocaria em xeque a continuidade de sua existência. Movimentos como as Ligas Camponesas, no Nordeste, insurgiram-se contra o modelo agrário baseado no latifúndio, dando uma dimensão política à luta pela reforma agrária. A ditadura militar pós-

64 destruiu esse, como outros movimentos organizados da sociedade civil, então em ascensão.

A partir de 1974, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os movimentos sociais do campo retomam sua trajetória de lutas. Nesse processo, surge em 1979, no encontro ocorrido no estado de Santa Catarina, o Movimento dos Sem Terra.[4] Inicialmente com atuação no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul o movimento cresceu em todas as regiões e hoje se encontra presente em praticamente todos os estados da Federação.[5] A importância do MST intensificou-se nos anos 90, transformando-o em interlocutor e liderança de uma parcela significativa do campesinato brasileiro no universo da "via campesina".[6]

O Movimento conseguiu, ao longo desse período, ampliar seu leque de alianças estratégicas na esfera da produção acadêmica, o que inclui algumas universidades públicas brasileiras. Nesse processo, há que se estabelecer a diferença entre o Movimento, enquanto organização e os camponeses, enquanto coletivo que busca representar. No reconhecimento da diferença é preciso perceber o papel do MST (e de outros movimentos sociais do campo) na constituição de um novo campesinato que, se marcado por valores de uma tradição agrária, passou, também, a incorporar a luta tanto pelo acesso à terra como pela defesa de uma nova identidade camponesa, como afirmação positiva frente à dicotomia urbano/rural que sistematicamente creditou inferioridade ao campo.

Esse novo campesinato, que emergiu das lutas dos anos oitenta, envolvendo diversas tendências políticas e organizações, tem a educação, vista num sentido amplo, como uma de suas principais demandas. Em relação a essa questão é necessário reconhecer, como assinala Gohn, que existe um caráter educativo intrínseco aos movimentos sociais, vinculado à consciência de seu direito à cidadania e que se constrói no âmbito de suas lutas. Tal conhecimento, por seu turno, os habilita a uma posição de "ruptura com a postura tradicional de demandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social." [7]

Foi esse novo campesinato, organizado, imbuído da perspectiva da transformação de sua realidade que engendrou mecanismos de pressão que levaram à constituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculado ao INCRA, inicialmente voltado para projetos de alfabetização de jovens e adultos assentados, em parceria com as universidades públicas.[8] Outro setor encampado pelo Programa foi o da habilitação de profissionais de nível médio e superior, para o magistério.[9] As iniciativas no âmbito da educação superior ainda são recentes. Atualmente, estão em funcionamento as seguintes experiências: curso de Agronomia, em parceria como a Universidade Federal de Sergipe (UFSE); curso de Pedagogia, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); curso de Ciências Agrárias, em parceria com a UFPB, ministrado no campus da cidade de Bananeiras e o curso de História, iniciado em 2004, no campus de João Pessoa.

É preciso considerar, ao analisar a importância dessas iniciativas, que, se nossa estrutura agrária sempre excluiu a maioria do acesso à terra, nossa estrutura educacional também o fez. No que se refere ao ensino superior essa exclusão, que se vincula à sua origem elitista, serviu, historicamente, para aprofundar as desigualdades sociais.[10]

Atualmente convivemos com os resultados desastrosos do projeto neoliberal, que promove, através de sucessivos governos, desde Collor de Melo o esvaziamento da universidade pública brasileira no que se refere às verbas para sua sustentação, provocando o sucateamento de sua estrutura física e de seus equipamentos e aviltando o salário de seus professores, num progressivo afastamento de suas responsabilidades sociais com o ensino universitário.

A proposta de reforma universitária do governo aponta para a continuidade do modelo neoliberal e mantém seu caráter excludente, e é neste momento que a UFPB, numa decisão corajosa e que, certamente, não conta com a unanimidade da comunidade acadêmica, implementa um curso para um público especial, abrindo-se para a demanda daqueles que não poderiam estar na universidade pelas vias do acesso universalista e simultaneamente excludente.

Consideramos uma prova de resistência, um sopro vital que vem a “mexer com a estrutura bolorenta da Universidade” como enfatizou a profa. Rosa Godoy em sua aula inaugural do curso. Mais que isso, frente ao projeto de transnacionalização dos serviços educacionais, que colocam as universidades públicas de países como o Brasil em sério perigo, esse tipo de iniciativa significa o estabelecimento de uma parceria extremamente importante.

Recorremos aqui às ponderações de Boaventura de Souza Santos em sua lúcida análise dos rumos possíveis para evitar o fim da universidade pública, e a passagem definitiva da educação superior para o âmbito dos negócios privados em escala mundial e em prol do mercado capitalista, como vem sendo propugnado pelo Acordo Geral do Comercio de Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio.[11]

Uma das saídas apontadas por Sousa Santos para que se preserve a universidade pública seria inverter a lógica do processo neoliberal de globalização dos serviços educacionais que nos levarão à completa mercantilização desse bem público. Seria caminhar na direção de uma “globalização contra-hegemônica”, que obviamente teria que estar vinculada a um “projecto de país” promovendo uma reforma do ensino superior que tenha “por objectivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo e, portanto, desde muito antes da actual fase de globalização capitalista.”[12]

O curso de Licenciatura em História para Movimentos Sociais do Campo configura-se como uma experiência nova e implantada no âmbito de um sistema universitário que resiste ao novo e seus “perigos”. Os problemas enfrentados no processo de sua implantação foram, em geral, de resistência velada, poucas vezes explicitada, como é o caso da sessão de discussão no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) da UFPB, quando alguns conselheiros colocaram-se abertamente contra a iniciativa, escudados pelo discurso acadêmico e cientificista.

O primeiro módulo do curso desenvolveu-se em outubro de 2004, após o processo seletivo e foi o início de uma experiência rica, e ao mesmo tempo problemática, que coloca a Universidade de frente para os preconceitos arraigados em sua estrutura contra a diferença, e de intolerância à alteridade. Não é contraditório que isso aconteça num momento em que o processo de globalização neoliberal coloca na ordem do dia o atendimento às diferenças culturais, pois este o faz a partir da perspectiva do atendimento ao consumo e aos nichos do mercado segmentado e não da cidadania e da democratização das estruturas sociais.

Tal intolerância tem colocado os alunos do curso em situações em que se explicitam os limites da comunidade acadêmica provocando isolamento do grupo e conflitos em situações corriqueiras como o uso do restaurante universitário e da Biblioteca Central da UFPB. Por outro lado, a universidade, apesar de aprovado o curso não tem correspondido às expectativas no que se refere ao oferecimento de infra-estrutura básica para o seu desenvolvimento[13], que carece de linha telefônica, Internet e mesmo de um funcionário à disposição de sua Coordenação. Tal situação tem gerado problemas na administração do curso e complicado ainda mais os tramites da burocracia que envolve os convênios.

Simultaneamente é necessário enfatizar o otimismo dos professores que ministraram disciplinas para os alunos do curso durante a realização do primeiro módulo. Neste sentido, observam a disposição da turma para os estudos, seu excelente nível de participação nas aulas e o grande espírito de solidariedade que os leva a atuar coletivamente na superação de dificuldades pontuais de alguns alunos.[14]

Trata-se de um público especialmente preparado para estar na Universidade. Inseridos no mundo do trabalho, no universo da luta social pelo acesso à terra, vinculados a seus movimentos, esses alunos não têm no curso universitário um fim em si mesmo porque partem de uma perspectiva de transformação social. Claramente vêm, também, com seus pré-conceitos, mas, ao mesmo tempo, carregam ideais que foram caros aos intelectuais até pouco tempo atrás, ideais de mudança, de coletividade, do saber para transformar, o que os

predispõem a aprender e transformar a si mesmos em intelectuais autônomos, na linha do que Paulo Freire propugnava.[15]

Não se trata, aqui, de defender saudosismos, nem de colocar a Universidade a reboque dos movimentos organizados, mas de fazê-la abrir-se para eles como alternativa de construção de novos intelectuais. Intelectuais que remem na contra-mão do processo de globalização pela ótica da supremacia dos mercados e busquem alternativas no rumo de outro tipo de globalização, baseada na universalidade dos direitos à cidadania plena que, em países como o Brasil, estão longe de serem atendidas.

O velho Gramsci afirmou (e continua válido) que todos os homens são intelectuais e é a sociedade de classe que os nomeia de não intelectuais em função das atividades que exercem. Por seu turno, a separação entre atividades manuais e intelectuais foi resultante da divisão dos homens em classes, situação que o jovem Marx pretendia superar e que se mantém como utopia.[16]

Em recente artigo Augusto Santos Silva propõe, em questão título "Podemos dispensar os intelectuais?" e a ela responde depois de diversas conjecturas sobre o papel dos intelectuais no mundo contemporâneo: "Não, não podemos dispensar os intelectuais. E no sentido que a modernidade conferiu à palavra: não podemos dispensar a intervenção social, cívica e política dos agentes do campo cultural, a partir dos lugares, das histórias e das lógicas deste campo."[17]

Consideramos que o papel da Universidade pública brasileira, como *lócus* da formação de intelectuais no Brasil, é o de incluir, cada vez mais, setores marginalizados aos quais o poder do capital continua a converter em não-consumidores. Assim contribuindo para que estes, como intelectuais que são, às vezes sem o saberem, invertam a lógica perversa da exclusão a partir de outras alternativas. Alternativas essas que pressupõem a superação dos equívocos de antigos modelos sem abrir mão da perspectiva de um mundo sem escravos.

---

[1] Professora adjunta do Departamento de História da UFPB, campus João Pessoa. Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: rmrbehar@uol.com.br

[2] A propósito vide: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org). *Universidade e Democracia*. Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

[3] A idéia de oferta de uma turma foi discutida e avançou-se, especialmente sob a orientação da Profa. Glória Escarião, à época Coordenadora de Currículos e Programas da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB, para a criação de um curso voltado para os movimentos sociais do campo e daí para a formulação de a Resolução 18/2004 do CONSEPE, que torna possível a oferta de qualquer curso nos moldes daquele aqui apresentado.

[4] GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. A constituição da Cidadania dos Brasileiros. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 115-121. De acordo com a mesma autora a criação oficial do Movimento dos Sem Terra ocorreria em 1985 no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Curitiba. Ibid. p. 136. Bruno Konder Comparato indica o mesmo ano, mas outro evento e local: 1º. Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, na cidade de Cascavel-PR. COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2003, p. 23.
Entretanto, as lideranças do Movimento preferem tratar a criação do MST como um processo em que as datas ficam relativizadas por sua relação com a própria CPT, à qual vinculam sua origem. Severino Ramos de Figueiredo: depoimento [set. 2004] Entrevistadores: Daniel Soares Simões e Fabrício Gomes. O entrevistado é quadro dirigente do MST, graduado em História e indicado pelo Movimento para a Coordenação do referido curso, em parceria com a Coordenadora indicada pelo Departamento de História da UFPB, Profa. Cláudia Engler Cury, de seu quadro docente permanente.

[5] COMPARATO, Bruno Konder. Op. cit., p. 23.

[6] A "via campesina" inclui movimentos sociais em toda a América Latina garantindo unidade à luta camponesa, para além da diversidade dos grupos que a compõem como é o caso da CPT e do MST, no Brasil.

[7] GOHN, Ma. da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 18.

[8] O Programa tem uma abrangência limitada pela escassez de recursos e grande demanda. Em 2002, por exemplo, "estava presente em apenas 14% dos assentamentos então existentes." ANDRADE, M. R, e DI PIERRO, M. C. A Construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária. In: ANDRADE, M. R., DI PIERRO, M. C, MOLINA, M. C., e JESUS, S. M. S. A de. Op. cit. p. 22.

[9] "No período de 1999 a 2002, mais de 1.000 jovens assentados participaram de processos de elevação de escolaridade e habilitação profissional para o exercício do Magistério, 61% deles em cursos de nível médio e 39% em cursos superiores de pedagogia." Ibid. pp. 31-32.

[10] A propósito do tema vide: NADAI, Elza. *Ideologia do progresso e ensino superior* (São Paulo 1891- 1934). São Paulo: Edições Loyola, 1987; GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil* (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993; CHAUI, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

[11] Boaventura de Sousa Santos. *A Universidade no Século XXI* – Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

[12] Ibid. p. 55.

[13] A sala em que funciona a Coordenação do curso não possui linha telefônica nem Internet no momento e mesmo um funcionário efetivamente colocado à disposição da Coordenação.

[14] Especificamente citamos Regina Célia Gonçalves: depoimento [maio 2005]. Entrevistadora: Regina Behar. A entrevistada foi professora da disciplina Introdução ao Estudo da História, durante o primeiro módulo do curso.

[15] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

[16] Vide: GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989; MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

[17] Augusto Santos Silva. Podemos dispensar os intelectuais? In: Izabel Margato e Renato Cordeiro Gomes (orgs). *O papel dos intelectuais hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 56.

"Práticas jurídico-políticas em Londrina na década de 1960"

Reginaldo Junior Fernandes

Os combates que se travam em torno da memória sobre os idos da década de 1960 no Brasil, recrudesceram quando da rememoração dos quarenta anos da instauração do regime de exceção, iniciado em 1º de abril de 1964. Em nossa história republicana, esses eventos têm sido interpretados como materialização de um mito fundador[1] de profunda inserção em nossa história (*geschichte*), a vocação autoritária da nossa política, reverberando desde então nas representações que a historiografia vem produzindo, e denotando a presença ostensiva desta temática no imaginário nacional.

É nessa perspectiva que este debate tornou-se candente uma vez mais, como uma interpelação no presente do que entendemos por sociedade democrática e onde por vezes, no intuito de exorcizar os miasmas do autoritarismo, tendemos a conceber a democracia como uma entidade pré-existente, considerando o regime autoritário uma "exceção", esquecendo-nos que ambos são produto dos conflitos e interesses inerentes ao processo social.

Quando abordadas à partir de categorias antinômicas, perde-se de vista a imbricação que as práticas que insuflam esse conceitos sofrem no decurso do vivido, induzindo ao dualismo que identifica um Estado Leviatã em oposição à sociedade civil, categorias que precisam ser elas mesmas historicizadas, sob pena de recalcarmos o fato do consentimento de parte significativa da sociedade brasileira às práticas autoritárias, reduzindo esta realidade a explicações sobre a alienação do "povo", como se classe social não fosse uma instância dinâmica que traz em seu bojo uma multiplicidade de representações inerentemente conflitantes, ainda que virtualmente congruentes.

Nesse sentido, também o trânsito entre a análise deste interlocutor que vivencia no presente essas discussões, e os discursos sedimentados sobre esta temática, recorda-nos quão datada é a operação historiográfica, pois inextricável das vinculações teórico-práticas de quem as produz. O jogo de espelhos referenciais a que remete Foucault na obra "Las Meninas"[2] de Velázquez, ilustra o problema da relação entre as idéias e os lugares sociais de referência, no nosso caso, da prática da escrita histórica.

É nessa perspectiva que, na análise dos processos-crime, procuramos identificar os principais conceitos circulantes, considerando, de um lado, a nomenclatura jurídica e o universo interpretativo que encerra; de outro, representações produzidas em torno do ideário revolucionário brasileiro, cuja pregnância foi determinante na orientação das práticas políticas que ora são objetos desses processos. Por fim, temos o campo teórico em que vazamos nossas análises relativas aos eventos em foco, implicando deste modo, diferentes "espaço-temporalidades"[3], as quais devem ser reconhecidas, sob pena de desconsiderarmos o caráter polifônico dos discursos que constituem o nosso *corpus* documental e os interesses diversos que encarnam, e a dimensão interpretativa do sujeito do discurso histórico. Vale dizer que a perspectiva de diferentes espaço-temporalidades não significa a adoção de um viés historiográfico determinista onde os conceitos sejam deduzidos, de modo mecânico, de um "contexto" absoluto, dado de uma vez por todas.

Um outro perigo a ser evitado, conforme frisou Règine Robin[4], trata de conceber, na relação do historiador com a linguagem, o discurso como elemento indiciário do comportamento político, como se houvesse uma relação de transparência entre o sujeito e a palavra e a cada grupo político correspondesse um léxico específico e estanque, desconsiderando as estratégias de conformação a determinadas contingências que estão atravessando determinados atos de enunciação; situação tanto mais específica na hermenêutica de processos-crime. Nesse sentido, não podemos deduzir o comportamento político diretamente das palavras utilizadas pelos interlocutores, com o que redundaríamos em uma dupla ingenuidade, lingüística e

política, pressupondo um isomorfismo entre os conteúdos do discurso e do vivido[5]. No que tange ao alcance e utilidade dos estudos da linguagem na análise histórica, R. Robin informa-nos que "A lingüística permite substituir o dado do texto por uma lógica do texto. Serve apenas para revelar a economia interna de uma ideologia, em caso algum para estabelecer sua função social"[6], devendo esta estar articulada às suas condições sociais de produção.

A palavra "democracia" por exemplo, recorrente nos autos que analisamos, assume um caráter forçosamente polissêmico, pois é apropriada pelas diversas forças em embate. O que dizer da palavra "revolução"? É assim que a simulação, o mascaramento e a conivência tornam-se estratégias dos discursos encontrados nos autos criminais.

Partimos da noção de que o teatro jurídico pressupõe um jogo de interpretações no plano da apropriação simbólica dos acontecimentos, ou como diria Michel de Certeau em "A invenção do Cotidiano"[7], uma 'estética de lances', uma 'ética da tenacidade', em certo paralelismo com a concepção de *habitus* discutida por Pierre Bourdieu[8], a que Certeau propõe em um diapasão que capte os fluxos contraditórios e fragmentários dos acontecimentos abordados em um processo criminal.

O fio condutor de nossa análise segue a proposição de que, conforme Mariza Corrêa[9], há necessidade de um maior detalhamento da relação entre as estratégias e interesses dos atores envolvidos nas situações de prisão, inquérito policial e eventual abertura de processo, distingüindo os níveis de atuação da esfera policial e judiciária, e o seu comprometimento direto com a aplicação estrita ou dilatada de um código que servia de parâmetro para incluir ou excluir determinados sujeitos em certas categorias jurídicas.

Na perspectiva do mantenimento da ordem interna, sob a égide do ideário de "Segurança Nacional", o Governo Militar, uma vez instalado, encetou fundamentar uma determinada concepção de "democracia" e desenvolvimento social, inspirada como é sabido, em teses da Escola Superior de Guerra (ESG)[10], desencadeando uma série de ações no sentido de assegurar a sua consolidação, constituindo as prisões preventivas, os inquéritos

policiais e processos criminais, instrumentos considerados legítimos de ordem e disciplinamento de setores considerados perigosos e influentes quanto à formação de opiniões contrárias ao regime, e cujos comportamentos desviantes importava criminalizar.

Nesse sentido, os autos constituem conjuntos documentais importantes quanto ao desvelamento das práticas jurídicas e de resistência em face das contingências sócio-políticas do período a que nos propomos analisar, conforme Bóris Fausto, em sua obra "Crimes e cotidiano: a criminalidade na cidade de São Paulo (1880-1924)", verificando que "na sua materialidade, o processo penal como documento diz respeito a dois "acontecimentos" diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstituir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a "verdade" da qual resultará a punição ou absolvição de alguém (...) os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver"[11].

Também Sidney Chalhoub utilizou os processos-crime como fonte para apreensão das ações da polícia e do judiciário, e dos modos cotidianos de seus atores, entendendo que "o controle social (...) procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: este controle se exerce desde a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial (...) O empreendimento do controle social no mundo capitalista, portanto, diz respeito à totalidade das relações sociais por definição".[12]

Deste modo, nosso objetivo é depreender na dinâmica dialógica interna dos processos, suas características intradiscursivas, possíveis contradições e lacunas, enquanto indícios de fatores extradicursivos plasmando-se às narrativas, tendo por um lado, os réus, norteados principalmente pelo espectro teórico-político do marxismo-leninismo, aqui traduzido em concepções de guerra de guerrilhas à partir do campo, em consonância com a III Internacional

e o “Manifesto de Agosto” de 1950, onde o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro rompia com o “reformismo” das diretrizes do período de legalidade entre 1945-1947, e de outro, o aparato do judiciário em torno dos princípios da Lei nº 1802 de 1953, cuja encarnação na Justiça ordinária se transfigurou na ação da polícia e da promotoria jurídica; um dos objetivos deste trabalho visa precisamente inteligir as especificidades dos sujeitos envolvidos nessa trama, dentro do panorama mais amplo dos discursos propostos nestas instâncias, estes entendidos à partir do discurso “comunista” amalgamado às suas idiossincrasias, dentro da perspectiva do conceito de “cultura política”, no interior da cultura brasileira, sem no entanto confundir-se a ela, incidindo exclusivamente sobre o plano político[13], de modo que “para o historiador, o interesse de identificação desta cultura política é duplo. Permite em primeiro lugar pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações (...) em segundo lugar, passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de um cultura”[14].

No plano das possibilidades estratégicas do réu e da defesa ante ao aparato repressivo, o caminho da absolvição remetia a determinado ritual de assujeitamento, onde, nas palavras de Fausto “é preciso pois falar, mas falar de modo conveniente, o que não significa apenas expressar verbalmente. O acusado deve construir uma imagem que se ajuste ao modelo de sua identidade social, ao temor reverencial devido à justiça. Isto se traduz não só pelas palavras, mas pelo gesto, pelo modo de sentar-se, de responder às perguntas, de colocar-se diante do corpo de jurados”[15], de maneira que a sua particularidade desapareça.

Para além da estrutura interna dos discursos, faz-se necessário proceder à articulação dos autos arrolados no desenrolar dos acontecimentos, quando da deliberação de prisão dos identificados como “perigosos” emanada da Junta Militar Governativa Federal, imediatamente após 31 de Março de 1964, de maneira que a análise deverá considerar os fatores sócio-

econômico e os possíveis matizes culturais no proscênio mais amplo dos acontecimentos no Brasil e no mundo, à partir dos quais se desenrolaram os acontecimentos descritos nos autos criminais, sob pena de encerrarmos a análise em discursos auto-referencializados, portanto, exilados das especificidades das suas condições de produção, seu lugar social e político, em conformidade com as palavras de Mariza Corrêa, quando afirma que "no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do "real" que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido é o real que é processado, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência"[16]

Com efeito, são essas algumas das preocupações que estão permeando o trabalho do historiador no estudo de fontes de caráter jurídico pois, em que pese as dificuldades impostas pela estandartização imposta à linguagem, constituem material de grande valor heurístico na apreensão das representações e das práticas dos diversos agentes sociais do período do regime militar no Brasil.

---

[1] Utilizo aqui o termo "mito" na acepção que Marilena Chauí empresta ao termo: "Ao falarmos em *mito*, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade.

Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. *Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo."* CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p.9.

[2] FOUCAULT, M., Las Meninas, IN Foucault, M. *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Martins Fontes, 1966.

[3] Em consonância com o problema dos lugares sociais e das condições de produção do discurso histórico, considerou-se pertinte frisar os *"loci"* como indissociáveis da dimensão temporal no ato ilocucionário, este enquanto "ato de promover a um lugar, de envolver o ouvinte e de engajar em uma posição política (discurso teórico) ou na consecução prática dessa posição (discurso militante)". OSAKABE, Akira. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.160.

[4] ROBIN, Régine. “História e Lingüística”. São Paulo: Cultrix, 1977, pp.44-46.

[5] Idem.

[6] Ibidem, p.19.

[7] CERTEAU, MICHEL DE. *A invenção do Cotodiano*.Artes de Fazer. Petrópolis:Vozes, 1994.

[8] BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas.* Perspectiva, 1974.

[9] CORRÊA, Marisa, In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org). “Crime, Violência e Poder”. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.216.

[10] DREYFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

[11] FAUSTO, B. Crimes e cotidiano: a criminalidade na cidade de São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p.21.

[12] CHALHOUB, Sydnei. “Trabalho, Lar e Botequim”. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.101.

[13] BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: “Para uma História Cultural”. Lisboa: Estampa, 1998, p.352.

[14] Idem, p.362.

[15] FAUSTO, B. Crimes e cotidiano: a criminalidade na cidade de São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p.25.

[16] CORRÊA, Marisa. *Morte em Família.* Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p.40.

HISTÓRIA, MÍDIA E POLÍTICA:
homens do rádio e política eleitoral em Ribeirão Preto (1974-2004)

SANTOS, Reinaldo dos[1]

História política da cidade: coronéis, bacharéis, locutores![2]

Na política dos primeiros anos da República, destacaram-se alguns nomes de jornalistas, sobretudo daqueles ligados a jornais republicanos das principais capitais. O jornal *O Estado de São Paulo*, apresentando os membros do governo provisório pós-proclamação da República, destacou que de seus oito membros, apenas três eram militares e os outros eram jornalistas como Ruy Barbosa, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo[3]. No entanto, esta proporção de homens de mídia não teve continuidade na política da República Velha que, sobretudo no interior, passou a ser dominada por "coronéis".

A República dos Coronéis

Na região de Ribeirão Preto, a República dos Coronéis configurou-se pela hegemonia das oligarquias rurais na política. Grandes proprietários rurais, sobretudo cafeicultores, utilizavam seu poder econômico, suas relações sociais, a máquina pública e a violência para se eleger vereadores e deputados.

QUADRO A - Coronéis dentre os vereadores de Rib. Preto[4]

Legislatura	Vereadores		
	Total	*Fazendeiros*	*Outros*
6.a => 1890 - 1892	13 + 5	11 + 3	2 + 2
7.a => 1892 - 1896	8 + 7	7 + 5	1 + 2
8.a => 1896 - 1899	8 + 8	5 + 7	3 + 1
9.a => 1899 - 1902	7 + 1	6 + 0	1 + 1
10.a=> 1902 - 1905	8 + 1	7 + 0	1 + 1
11.a=> 1905 - 1908	8 + 2	8 + 1	0 + 1
12.a=> 1908 - 1911	11 + 6	10 + 4	1 + 2
13.a=> 1911 - 1914	10 + 0	9 + 1	0 + 0
14.a=> 1914 - 1917	10 + 2	9 + 1	1 + 1
15.a=> 1917 - 1920	10 + 1	9 + 0	1 + 1
16.a=> 1920 - 1923	10 + 2	7 + 1	3 + 1
17.a=> 1923 - 1926	10 + 0	8 + 0	2 + 0
18.a=> 1926 - 1929	10 + 1	7 + 0	3 + 1
19.a=> 1929 - 1932	10 + 6	8 + 3	2 + 3
20.a=> 1936 - 1939	13 + 0	9 + 4	0 + 0

Fonte: elaborado a partir do documento Legislaturas Municipais de 1874 a 1947, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Da Sexta (1890-1892) a Vigésima Legislatura (1936-1939), em média, oito em cada dez pessoas que ocuparam uma cadeira na Câmara Municipal de Ribeirão Preto qualificavam-se como fazendeiros ou detentores (de direito, por tradição ou prestígio) de alguma patente militar, na maioria das vezes, a de coronel. Dentre as exceções figuravam advogados, médicos, comerciantes e notários públicos, muitas vezes, eleitos como apadrinhados e a serviço dos coronéis. Dentre a maioria, havia coronéis, majores, capitães e tenentes, bem como fazendeiros e outros proprietários rurais que se apresentavam como médicos e dentistas, sem, de fato, exercer a profissão.

No executivo, a situação era semelhante, embora o número de coronéis fosse um pouco menor. De 1890 a 1930, das 30 pessoas que ocuparam o cargo de intendente ou prefeito da cidade, 21 delas eram grandes proprietários rurais, como o Cel. Fernando Ferreira Leite, com três mandatos.

Neste período, o principal órgão de imprensa da região era o jornal, como o *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *A Cidade*. Dentre os diretores, redatores ou colaboradores destes periódicos, figuravam alguns vereadores, quase todos, contudo, haviam iniciado sua carreira política antes e não se apresentavam ou viviam de jornalismo.

A imprensa, neste momento, não tinha grande circulação ou número de leitores e, atuava, como porta-voz dos grupos políticos locais. Os diários citados acima, por exemplo, eram controlados, respectivamente, pela Arquidiocese, pelo vereador Capitão Osório Junqueira e pelo vereador Sebastião Fernandes Palma. *A Cidade* foi, inclusive, acusada de ser porta voz dos coronéis perrepistas e foi empastelada em 1930, depois de um artigo que, supostamente, defendia Washington Luiz.

A política ribeirãopretana na Primeira República foi marcada, portanto, pelo predomínio dos coronéis e pela ausência de homens de mídia dentre os parlamentares. Não havia dentre os políticos da época, autoridades que tivessem sido eleitas com base em sua inserção ou controle dos jornais, ou seja, o estúdio/prelo não era um caminho privilegiado para a tribuna.

A Arena Política deste momento pode ser associada à democracia parlamentar de Manin, pois as interações políticas se davam pautadas por relações interpessoais diretas ou

semi-diretas, da figura do "coronel" para com seus pares e eleitores, em acordo, clientelismo e paternalismo, tendo a imprensa, apenas um papel coadjuvante.

A República dos Bacharéis

A partir dos anos 1920, surge, dentre as biografias das autoridades políticas locais, a figura do bacharel ou doutor. Assim, nas listas de vereadores começam a desaparecer as patentes e a majorar a forma de tratamento de "doutor" associada a advogados, médicos, dentistas, engenheiros e professores. Tal transformação não representava, necessariamente, uma mudança no controle da política local, pois muitos dos bacharéis eram, na verdade, os próprios coronéis[5], seus filhos ou ainda profissionais liberais estreitamente ligados à oligarquia rural[6].

QUADRO B - Comparativo de profissões de vereadores[7]

1899-1902	**1914-1917**	**1929-1932**
3 Coronéis	5 Coronéis	1 Coronel
1 Major	1 Major	3 Advogados
2 Fazendeiros	2 Fazendeiros	2 Médicos
1 Comerciante	1 Médico	1 Professor
	1 Advogado	1 Comerciante

Com o passar das legislaturas, como se pode observar pelo exemplo do quadro acima, o número de coronéis e fazendeiros deixou de ser a maioria que era em 1900, para quase desaparecer em 1930.

No executivo, o período dos bacharéis se verifica a partir dos mandatos do "Dr." Joaquim Macedo Bittencourt, médico que governou a cidade de 1911 a 1920, que somados aos do advogado "Dr." João Rodrigues Guião (1920-1926 e 1929-1930), representam dezenove anos num período de vinte e um.

Na segunda e terceira décadas do século XX, Ribeirão Preto arrancou no sentido de sua hegemonia regional. Grande parte dos capitais acumulados com as exportações de café foi investida na urbanização da cidade, diversificação da economia e modernização da cultura, no que os historiadores locais convencionaram chamar de *belle epoque* caipira[8]. A população cresceu três vezes mais do que a média nacional e a cidade transformou-se num canteiro de obras com a construção de: galerias de esgoto, calçamento de ruas, praças, teatros, hospitais, estações, hotéis e prédios públicos.

O período dos bacharéis na política ribeirãopretana representou um momento de transição, catalisado pelo movimento de 1930, e vivenciado em outras localidades do país nas décadas de 1950 e 1960: o de declínio do coronelismo. Analisando o fenômeno, Maria Teresa Kerbauy[9], associou a "morte dos coronéis" a aspectos como:

- Reformas no Estado, de ordem administrativa, burocrática e tributária;

- Mudanças eleitorais, com alterações nos partidos, sistemas de votação e recrutamento do eleitor;

- Mudanças sócio-econômicas, ligadas à urbanização, crescimento demográfico e criação de novas oportunidades de emprego;

- Mudanças políticas, com o surgimento de novas demandas, atores e interações políticas;

- Mudanças culturais, associadas ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte e integração das localidades do país.

A partir destas mudanças, o coronel passa a dividir seu poder com, e depois é suplantado por, sujeitos políticos como profissionais liberais, funcionários públicos e líderes sindicais, como destacou a autora:

> [...] o fato é que surgiram novos grupos sociais portadores de novas reivindicações políticas, novas lideranças em torno do comércio, da indústria e dos profissionais liberais; o coronel deixa de ser o dono exclusivo da terra e sua liderança simplesmente desaparece ou é dividida, o que elimina a mediação exclusivista do político local, como conseqüência do aparecimento de novos atores políticos.[10]

Estas características ressaltadas por Kerbauy podem ser associadas à República dos Bacharéis em Ribeirão Preto. Por outro lado, dificilmente pode-se estabelecer uma relação das mudanças ocorridas em Ribeirão Preto no segundo terço do século passado com o modelo de Democracia de Partido, de Manin, pois, embora a notabilidade pessoal tenha deixado de ser o principal recurso eleitoral, a estrutura partidária não passou a sê-lo.

A República dos Bacharéis foi, portanto, um momento de transição, marcado:

- Pelo declínio da figura do coronel;

- Por mudanças no papel dos partidos que, contudo, não os tornaram figuras centrais nas eleições;

- Pela manutenção de parte do caráter personalistas da política eleitoral;

- Pela emergência de novos atores políticos, sobretudo, profissionais liberais e funcionários públicos graduados.

Nesta fase de ascensão da figura do bacharel e declínio da do coronel, o jornalista ainda não aparece dentre os eleitos na política local, embora o número de jornais tivesse aumentado e as primeiras emissoras de rádio começassem a operar na cidade.

A República dos Locutores

De 1937 a 1946, durante o Estado Novo, não ocorreram eleições para a Câmara. Na legislatura iniciada em 1948, a marca foi a variedade de perfis dos parlamentares: médicos, advogados, professores, comerciantes, empresários, lavradores, operários, funcionários públicos e dois jornalistas: um deles, advogado que escrevia regularmente para os jornais locais, e o outro, editor e proprietário do jornal *A Cidade.*

QUADRO C - Profissões de vereadores de 1948-1951[11]

3 - contadores	3 - industriais
2 - agricultores	2 - lavradores
1 - farmacêutico	1 - médico
3 - dentistas	4 - operários
3 - advogados	2 - professores
4 - comerciantes	2 - jornalistas
2 - ferroviários	

Nas legislaturas seguintes, o número de 2 jornalistas entre os vereadores se manteve ou aumentou, para 4 em 18 na Sexta Legislatura (pós-Estado Novo), 7 em 17 na Sétima, chegando ao pico de 9 em 21 na Décima Segunda.

O quadro pós-Estado Novo, que se iniciou marcado pela diversidade, foi se delineando pela hegemonia dos homens de mídia. Em 1952, foi eleito o primeiro radialista, Gavino Virdes, em 1996, a primeira apresentadora de televisão, Silvana Rezende, e em 2000, o primeiro pastor evangélico com programa na TV, Amauri de Souza.

QUADRO D - Locutores dentre os vereadores de Rib. Preto[12]

Legislatura	Vereadores		
	Total	*Locutores*	*Outros*
1.a => 1948 - 1951	31	2	29
2.a => 1952 - 1955	21	2	19
3.a => 1956 - 1959	21	2	19
4.a => 1960 - 1963	21	2	19
5.a => 1964 - 1969	21	2	19
6.a => 1969 - 1973	18	4	14
7.a => 1973 - 1977	17	7	10
8.a => 1977 - 1983	19	4	15
9.a => 1983 - 1988	19	6	13
10.a=> 1989 - 1992	21	7	14
11.a=> 1993 - 1996	21	8	13
12.a=> 1997 - 2000	21	9	12
13.a=> 2001 - 2004	21	9	12
14.a=> 2005 - 2008	20	4	16

Fonte: elaborado a partir do documento Legislaturas Municipais de 1948 a 2008, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

No executivo, em 1956, o jornalista Costabile Romano, proprietário e editor do jornal *O Diário,* foi eleito para a Prefeitura, tendo renunciado em 1959 e alcançado uma cadeira de deputado federal. Em 1963 o jovem radialista e vereador Welson Gasparini foi eleito prefeito, tendo sido eleito novamente por outras três vezes. Dos quarenta anos compreendidos entre 1964 e 2004, o homem de mídia Gasparini governou a cidade por treze anos e ainda foi eleito para o período 2005-2008.

QUADRO E - Locutores na Prefeitura de Rib. Preto[13]

Mandato	Prefeito	Vice
1964-1973	Welson Gasparini	Orestes Lopes Camargo
1969-1973	Antonio Duarte Nogueira	Domingos Isaac
1973-1977	Welson Gasparini	Antonio Carlos Morandini
1977-1983	Antonio Duarte Nogueira	Newton Mendes Garcia
1983-1988	João Gilberto Sampaio	Antonio Calixto
1989-1992	Welson Gasparini	Faustino Jarruche
1993-1996	Antonio Palocci Filho	Joaquim Rezende
1997-2000	Luiz Roberto Jábali	Delvita Alves
2001-2004	Antonio Palocci Filho	Gilberto Maggioni
2005-2008	Welson Gasparini	Paulo Pastori

Fonte: elaborado a partir do documento Livro de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

No que se refere aos mandatos de deputados estaduais e federais, a situação se confirma. Considerando apenas o período a partir da Constituinte, dois em cada três deputados eleitos por Ribeirão Preto (com domicílio eleitoral na cidade) eram homens de mídia.

Uma característica da forte presença dos homens de mídia na política ribeirãopretana é o fato de que, na Câmara Municipal, a quase totalidade dos que concorreram a um segundo mandato foram reeleitos. As oscilações no número de parlamentares da “bancada do

rádio" ocorriam mais em decorrência de, na eleição seguinte, o radialista disputar uma vaga na Prefeitura, na Assembléia Legislativa ou na Câmara Federal, do que em função da perda de hegemonia do segmento. Outro aspecto importante é o fato de, em todas as eleições desde 1969, três dos cinco vereadores mais votados da cidade ser homens de mídia.

Em relação às clivagens partidárias, os homens de mídia ribeirãopretanos sempre estiveram ligados a agremiações de centro, centro-direita ou de direita. Nos anos 1940 e 1950, pertenciam a partidos trabalhistas, como o PTB e o PTN. Nas décadas de sessenta e setenta, quase todos os eleitos pertenciam à ARENA. Na década de 1980, dividiam-se entre o PMDB, o PDC, o PTB e o PFL. Nos anos noventa, os vereadores radialistas pertenciam ao PMDB, PSDB, PFL e PPB.

Considerações Finais

A região de Ribeirão Preto vivenciou um processo característico da política brasileira no século XX. De uma política de marca rural e dominada pelo clientelismo, personalismo e patrimonialismo de grandes proprietários de terras intitulados coronéis, chegou a uma política urbana e massificada, mas também clientelista, personalista e patrimonialista de controladores de emissoras de rádio e televisão. Em cem anos de história, apesar de muitas mudanças sócio-econômicas, no que diz respeito ao controle de um recurso eleitoral determinante, a terra ou a mídia, as relações de coronelismo permanecem presentes em muitas das relações políticas do país, agora numa versão eletrônica.

---

[1] Mestre em História pela Unesp-Franca e Doutor em Sociologia na Unesp-Araraquara.
[2] Inscrição anônima pichada no muro do Cemitério da Saudade, em Ribeirão Preto, no início dos anos 1990.
[3] *O Estado de São Paulo,* 18 nov. 1889, apud CAPELLATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1988, p.43-4.
[4] Nas colunas de dados, o primeiro número representa o de vereadores eleitos e o segundo o de suplentes que assumiram o mandato. Na categoria fazendeiros foram incluídos os parlamentares referenciados por patentes militares nas atas da casa ou cuja profissão era a de fazendeiro nos termos de posse. A 19.a Legislatura teve seu mandato cassado pelo Governo Vargas em 1930 e a 20.a foi dissolvida em 1937.
[5] Como no caso de José Martiniano da Silva, que a partir de 1930, passou a ser tratado nas atas como Dr. e não mais como Cel.
[6] Um exemplo desta ligação é o da figura de Joaquim Macedo Bittencourt, que governou a cidade por 10 anos, em concurso com os coronéis, conciliando a gerência da coisa pública pelo bacharel com os interesses privados dos coronéis. Ver: PAZIANI, R. R. O Fausto caipira: Joaquim Macedo Bittencourt e as faces da modernidade em

Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920). *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, EDUFJF, 2003, v. 9, n. 2.

[7] Fonte: RIBEIRÃO PRETO, Câmara Municipal de. *Memória:* as legislaturas municipais de 1874 a 2004. Ribeirão Preto: 2001.

[8] Cf. SILVA, B. L. *O Rei da Noite na Eldorado Paulista:*François Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto (1890-1930). Dissertação. (Mestrado em História). Franca, FHDSS, 2001.

[9] KERBAUY, M. T. M. Da política tradicional à política moderna. In: *A morte dos coronéis:* política interiorana e poder local. Araraquara: FCL-Unesp, 2000, p.25-50.

[10] KERBAUY, M. T. M. *A morte dos coronéis:* política interiorana e poder local. Araraquara: FCL-Unesp, 2000, p.37.

[11] Fonte: RIBEIRÃO PRETO, Câmara Municipal de. *Memória:* as legislaturas municipais de 1874 a 2004. Ribeirão Preto: 2001.

[12] A categoria locutores considerou jornalistas, radialistas, locutores esportivos, editores de jornais, apresentadores de programas (inclusive os pastores religiosos), proprietários de gráficas e jornais, bem como concessionários, dirigentes e arrendatários de emissoras de rádio e televisão comerciais e comunitárias/piratas.

[13] Os nomes destacados em cinza representam o de homens de mídia.

Cidade dos outros: imprensa e grupos populares urbanos durante a ditadura militar (Florianópolis, década de 1970)[1]

Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

Florianópolis, 17 de abril de 1964. Preparada pela Igreja católica e pelas forças políticas vitoriosas da cidade ocorreu a "Marcha da família com Deus pela liberdade", para celebrar o golpe militar ocorrido dias antes[2]. A cidade de Florianópolis mostrava-se como a imagem de uma grande e harmoniosa procissão católica. A marcha reuniu milhares de pessoas que demonstraram sua fé e, principalmente, sua fidelidade à estrutura de poder da Capital de Santa Catarina, que então ainda não chegava aos 100 mil habitantes. A muitos dos participantes a manifestação deve ter lembrado as tradicionais procissões de Nosso Senhor dos Passos e de Corpus Christi. Era a representação de uma cidade sem divisões de classe ou de qualquer outro tipo[3]. Aquela passeata-macha-procissão parecia dizer que havia uma só cidade, com donos reconhecidos e um único padrão de convivência. Porém, uma cidade dos "outros", de uma população quase invisível apesar de tão próxima e de muitos outros personagens recém-chegados já começava a destoar daquela representação.

No momento do golpe militar de 1964, Florianópolis era uma cidade cujos raros arroubos de grandeza encontravam sérios limites. Com a agonia do movimento portuário que a atingiu no início do século XX, a economia urbana passou a ser apoiada até a década de 1970 na sua função administrativa como capital de Santa Catarina. A utilização cada vez maior do transporte rodoviário e o crescimento econômico das regiões mais industrializadas do Estado, no Norte e Vale do Itajaí, deixavam-na numa situação marginal, deslocada dos principais eixos econômicos e com poucas alternativas de emprego para seus habitantes. Isso se expressava numa área urbana tímida, concentrada em torno da praça principal e um arruamento com vestígios coloniais. Novas construções e criação de postos de trabalho surgiam somente através da intervenção direta do poder público, com a instalação de órgãos da administração estadual e federal[4].

Mesmo assim, a população crescia. Houve um adensamento urbano, com loteamentos das antigas chácaras que circundavam o perímetro urbano e a incorporação de

antigos bairros ao centro da cidade. Essa situação começava a gerar uma ampliação dos segmentos mais pobres da cidade, instalando-se em especial nos morros da região central e no Estreito, na área continental[5]. Com a expansão urbana e o aumento da população de citadinos pobres, desde pelo menos a década de 1930, foi operada na cidade uma rede de distribuição de recursos, favores e caridade — logo institucionalizada, através de políticas sociais oficiais — cujo centro era ocupado por chefes políticos, em especial os herdeiros do poder de Nereu Ramos, interventor de Getúlio Vargas e fundador no Estado do PSD (Partido Social Democrático). Junto aos grupos populares esse mecanismo atuou com certa eficiência, pois dadas as difíceis condições de vida a que estavam submetidos, as redes de amparo social e a possibilidade de obter favores do poder público surgiam como táticas cotidianas de sobrevivência, numa cultura política baseada em relações de reciprocidade.

As representações acerca dos grupos populares construídas na imprensa da cidade de Florianópolis são bastante restritas nos anos anteriores ao golpe militar de 1964. Nos jornais é possível encontrar algumas poucas referências às misérias do interior da ilha, especialmente quando algum habitante do centro urbano registrava seu espanto em encontrar tão perto de si, “estradas que são umas verdadeiras picadas, com certas choupanas fulminadas por miséria, fome, doenças e desespero”. A população dos confins do município aparecia como um conjunto de miseráveis sem perspectivas e sem futuro, “escravizados pela falta de compreensão e vergonha de nossos administradores”[6]. Vale também lembrar, no campo da literatura, a obra “Homens e Algas”, de Othon Gama D’Eça, que descrevia num estilo realista as agruras cotidianas e a completa ausência de perspectivas da vida de pescadores da Ilha de Santa Catarina e outras localidades do litoral, os quais quando não morriam em casa, “num quarto cheirando a pobreza e a sinapismos”, eram apanhados pelas tormentas e depois devolvidos à terra pelo mar, “já esponjosos, moles e podres” [7].

Nos morros do centro da cidade, ocupados desde o início do século por populações pobres, chamava a atenção a “gente humilde, de parcos recursos” que, apesar de morar há muitos anos em áreas como o Morro do Mocotó ou o Morro da Caixa d’Água, não tinha sua

situação regularizada. Chamava-se a atenção para “os casebres de palha pendurados no alto dos morros agressivos”, habitados por crianças de “cabeças grandes, ventres crescidos e de pés descalços”[8]. Esporadicamente encontra-se menções a estas populações. Mesmo assim, em 1952, um articulista afirmava: “quem sai da rotina viciada da praça de Florianópolis, vê com tristeza nos lábios e lágrimas nos olhos, as pequenas favelas miseráveis e os seus miseráveis habitantes. Lama, sujeira e imundície invadindo as calçadas e penetrando em outros quintais vizinhos”[9]. Esta é uma das poucas vezes em que a palavra “favela” é mencionada nos jornais da cidade. E o tom é quase o mesmo daquele dirigido às populações pobres do interior da Ilha de Santa Catarina, marcado pela denúncia da pobreza e pela afirmação de que tais miseráveis seriam “heróis anônimos”, vítimas passivas à espera de ações assistenciais que dirimissem seus sofrimentos. Em geral, há a manutenção e recorrência de visões e discursos moralizadores sobre a pobreza.

As palavras empregadas no meio urbano são importantes indícios das relações estabelecidas entre memória e território. Abordar as cidades a partir do emprego diferenciado das palavras que fazem seus habitantes, bem como das transformações e deslocamentos de sentido que ocorrem ao longo do tempo, pode ser um importante instrumento para verificar processos lentos de transição cultural ocorridos nas experiências urbanas contemporâneas. “Favela”, por exemplo, faz parte do conjunto lexical que forma as chamadas “linguagens organizadoras do social”, como definem Jean-Charles Depaule e Christian Topalov. A palavra, cujo emprego no meio urbano brasileiro tem uma História já conhecida, ligada à ocupação do Morro da Providência no Rio Janeiro pelas famílias de militares que retornavam do combate em Canudos, numa região conhecida como Favela, tornou-se parte do glossário urbano do país, adotado já no Estado Novo como termo válido pela administração pública e espalhando-se para quase todo o Brasil[10]. Em Florianópolis a linguagem oficial timidamente encampou a palavra quando da elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, apresentado por um escritório de arquitetura de Porto Alegre. Referindo-se aos morros da área central, os autores do plano afirmavam: “como em todas as capitais do Brasil, na periferia da cidade encontram-se favelas miseráveis no quadro da

natureza subtropical". E continuavam: "o baixíssimo padrão de vida de grande parte das classes menos favorecidas gerou a existência dos núcleos de malocas na periferia do centro urbano", expressões de "atraso econômico"[11].

De todo modo, tais representações urbanas da periferia da cidade continuaram raras na imprensa da cidade até a década de 1960. A situação da periferia urbana não havia se constituído em problema a ser enfrentado. As palavras da cidade raramente nomeavam a situação que, ademais, parecia estar incorporada à normalidade urbana. Os pobres existiam e estavam no morro. Algumas redes e ações públicas davam conta da questão. Por outro lado, na década de 1940 assistiu-se a uma importante intervenção urbana com a construção da Avenida Mauro Ramos, na base dos morros centrais, delimitando claramente o lugar dos pobres da cidade, habitantes das "malocas". Segundo Silvia Maria Fávero Arend, "a construção desta via pública inaugura uma outra etapa no processo de modernização do espaço urbano da capital catarinense", caracterizada não pela inclusão social, mas por um lento processo de "integração regulada" dos pobres urbanos[12]. Portanto, seja nos "morros", nas "favelas", nas "malocas" ou nos "casebres" do interior da Ilha de Santa Catarina, uma vasta população periférica e pobre começava a adensar-se e formar um cinturão de pobreza em torno da cidade e suas procissões. Nas franjas urbanas surgia uma cidade dos "outros", mas que ainda parecia estar contida nas fronteiras físicas e simbólicas criadas pelas elites.

A instauração da ditadura militar trouxe novos horizontes que foram logo encampados como programas de ação pelas elites que dominavam a cidade. Florianópolis até então pouco havia sentido os influxos dos grandes movimentos populacionais sobre os quais baseou-se a urbanização no Brasil do século XX, ou seja, a imigração estrangeira, a migração rural e os remanescentes da escravidão urbana. Até a década de 1960 este último contingente é o mais significativo na composição dos grupos populares do perímetro urbano, juntamente com as populações pobres do interior da Ilha, em geral descendentes de açorianos e madeirenses chegados a partir do século XVIII. Mas, aos poucos, percebe-se que a incorporação de migrantes de áreas rurais das regiões próximas ganhava relevância. Equipamentos fundamentais para a expansão urbana foram então requeridos. As linhas de

ônibus mostraram-se insuficientes para uma população em crescimento e que morava em bairros recém incorporados, formando subúrbios de onde se deslocavam diariamente para o centro da cidade, em busca das novas ocupações abertas para este contingente de trabalhadores. A flagrante carência de transporte público fazia com que a imprensa pregasse a "encampação das empresas concessionárias, ou então, a criação de uma empresa de transportes públicos, que oferecerá passagens por preços mais baratos"[13]. O crescimento comercial e as obras de construção civil ofereciam emprego de baixa qualificação e salários modestos para uma população em busca dos principais atrativos de reprodução social nas cidades brasileiras no século XX: "a mobilidade social e a ampliação continuada do consumo moderno"[14]. Uma grande quantidade de novos habitantes do perímetro urbano de Florianópolis, de sua área continental e das cidades vizinhas, em vias de conurbação, encontravam oportunidades com a massificação de profissões na construção civil, no comércio, com a criação de empregos de baixa qualificação em supermercados e lojas de departamentos, sem contar as oportunidades em funções como empregadas domésticas, faxineiras e lavadeiras para as famílias da nova classe média atraídas pelo crescimento urbano e que encontraram empregos públicos nas novas instalações estatais criadas na cidade, sejam as universidades ou as empresas federais.

Deixando o seu tradicional confinamento na área central, às margens da baía sul, estava sendo criada uma outra organização do espaço que permitiu o adensamento populacional e um grande crescimento do perímetro urbano. A partir da segunda metade da década de 1960, a região continental receberia projetos de implantação de núcleos habitacionais populares, insuflados pelo Plano Nacional de Habitação, lançado pela ditadura. Desde a década de 1930, a temática da habitação popular fazia parte do ideário do Estado brasileiro, significando para grandes parcelas da população pobre urbana, o principal meio de conquista do direito à cidade[15]. Os anúncios dos novos loteamentos afirmavam que estavam sendo construídas casas "em tempo recorde" para atender a população em crescimento, seja em Florianópolis ou nos municípios vizinhos[16]. Barreiros, no município vizinho de São José, foi um dos primeiros locais a receber esses loteamentos, compostos

de pequenas casas de alvenaria, absolutamente iguais ou então muito parecidas e com uma pequena infra-estrutura, a qual só seria melhorada com o passar de muitos anos e muitas promessas dos poderes públicos às reivindicações dos moradores. Desenvolvia-se na época a crença de que bastaria que a população pobre fosse removida "para moradias adequadas de baixo custo que o problema da sua 'incorporação' à sociedade moderna estaria resolvido"[17]. Os loteamentos alimentavam a expectativa da casa própria mas também abriam caminho para a constituição de uma outra experiência urbana na cidade.

Florianópolis não parecia mais caber na procissão. Ao longo da década de 1970 uma outra periferia e novos pobres aparecem na imprensa. O discurso moralizador da pobreza cede lugar a criminalização dos pobres e de seus bairros. Palavras como "favela" tomam o sentido atribuído já em outras partes do país para áreas perigosas habitadas por populações sem o direito de morar na cidade. Em 1974, uma forte chuva provocou desabamentos e desmoronamentos nos morros do centro da cidade. Os jornais noticiavam que "apesar da necessidade de reforços, os habitantes do Mocotó estão também preocupados com alguma medida repressiva das autoridades, que proíbe qualquer remodelação naqueles barracos"[18]. Ou seja, a administração pública começava a tomar medidas para conter a ampliação das moradias no morro, impedindo que os habitantes reforçassem suas casas para resistir às intempéries. Por outro lado, na "favela dos três poderes", a falta de saneamento básico tornava crítico o quadro sanitário, com a disseminação de doenças diarréicas. O crescimento urbano logo evidenciou as deficiências da cidade para a recepção da população em expansão. Nos novos bairros em expansão a situação era crítica[19].

Em 1972, o principal jornal da cidade abria a manchete: "gente vive do lixo na Capital". No bairro Itacorubi, a poucos quilômetros do centro, no depósito de lixo da cidade, "os urubus e as moscas se confundem com as crianças e as mulheres que vão em busca de restos de comida e de materiais inservíveis para garantir seu sustento. O perigo que se expõe os que lá permanecem o dia inteiro juntando velharias é um fato, indiscutível: segundo o vigia do deposito, cerca de 40 pessoas na maioria crianças – catam diariamente o lixo jogado pelos caminhões, lembrando retirantes com seus rostos marcados pelo

cansaço e na esperança de contar com o ferro velho, a lataria, o papel e outras quinquilharias para a sua sobrevivência, disputando a área com os agourentos urubus". No mesmo ano, anunciava-se que uma comissão pretendia "acabar com favelas", retirando famílias dos morros da cidade. Anunciava-se a retirada de "600 pessoas que moram no morro do Mocotó, na Prainha", juntamente com mais "100 famílias que moram no Pasto do Gado", as quais, em sua maioria, eram "do interior do Estado" e "vieram para a Capital em busca de trabalho. Pobres e sem profissão definida, se marginalizam e não tendo onde morar, constroem suas malocas nesses locais criando um grave problema social"[20].

A periferia e os pobres, com cenas cada vez mais fortes de miséria, forçavam sua entrada nas páginas noticiosas. Era preciso então, nomeá-los, reconhecê-los. No mesmo documento oficial que seria base para a elaboração do Plano Diretor instituído em 1976 e que anunciava entusiasticamente que Florianópolis consumia à época mais cimento do que Blumenau, Itajaí e Balneário Camboriú, juntas, já alertava que a área continental conurbada com o município de São José estava sendo "edificada em padrões de favela" e que no Sul da Ilha estava sendo constituído um "núcleo afavelado" na Costeira do Pirajubaé[21]. As imagens sobre os bairros populares e as populações pobres na cidade foram sofrendo mutações acompanhando o processo de crescimento urbano favorecido pelas medidas implantadas pelos governos da ditadura militar. O capitalismo brasileiro avançava para padrões monopolistas e plutocráticos. A ampliação das desigualdades sociais, a compressão dos rendimentos dos trabalhadores urbanos recém incorporados a este mercado de trabalho e o autoritarismo, favoreceram as iniciativas tomadas pelas elites dirigentes de Florianópolis no sentido de transformar a cidade em pólo para investimentos imobiliários, ao mesmo tempo em que se acenava com a perspectiva de que o turismo seria o grande promotor de desenvolvimento urbano. As divisões da cidade ficavam expostas, com impacto nas estruturas de classe e nas experiências urbanas.

A partir da década de 1980, o tema da violência passou a ser uma das preocupações mais importantes para os habitantes das cidades brasileiras. A ditadura foi sendo aos poucos derrotada, mas deixava como herança da exclusão social promovida, a deterioração

da qualidade de vida urbana e o medo das classes médias. A população pobre, principalmente homens negros e jovens, deixada durante anos à margem de investimentos públicos e subordinada às leis dos traficantes de drogas que ocuparam preferencialmente os bairros populares, foi mais uma vez vítima de discursos discriminatórios, associando sua existência e seus locais de moradia diretamente ao crime[22]. Por outro lado, ficou cada vez mais caro e difícil morar em Florianópolis. O direito à cidade tornou-se uma dura conquista para os moradores pobres com o decréscimo das oportunidades de emprego. Ficou também mais difícil manter a imagem de uma cidade que rezava e votava unida. A cultura política vigente e suas relações de reciprocidade demonstraram fissuras. A cidade dividia-se[23] ao passo em que sucessivas crises econômicas inviabilizavam esperanças de consumo e mobilidade social para estes personagens da cena urbana.

---

[1] Este texto é resultado do projeto de pesquisa "Políticas públicas e expansão de bairros populares em Florianópolis (1960-1980)", em andamento na Udesc. O projeto conta com a participação do bolsista de Iniciação Científica (Probic/Udesc) Mateus Perez Jorge.
[2] O Estado. Florianópolis, 02/04/1964, n°. 14.900, ano XLIX, p.1.
[3] O Estado. Florianópolis, 18/04/1964, n°. 14.913, ano XLIX, p. 2.
[4] FACCIO, Maria da Graça Agostinho. O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997, Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina. p. 14-27.
[5] PELUSO JR., Victor Antônio. Crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e estrutura urbana da cidade. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª. Fase, N° 3, 1981. p. 7-54.
[6] O Estado. Florianópolis, 06/04/1954, 11.865, ano XL, p. 8.
[7] D'EÇA, Othon. Homens e algas. Florianópolis: IOESC, 1957. p. 15-29.
[8] O Tempo: semanário independente. Florianópolis, 27/10/1952, n°. 6, ano I, p. 16.
[9] Diário da Tarde. Florianópolis, 10/09/1952, 9.370, ano XVIII, p. 1.
[10] DEPAULE, Jean-Charles & TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In BRESCIANI, Maria Stella (org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 17-38.
[11] Florianópolis: Plano Diretor. IOESC: 1952. p. 14.
[12] AREND, Silvia Maria Fávero. Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Porto Alegre, 2005, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. P. 92.
[13] A Gazeta. Florianópolis, 22/03/1964, n°. 7.587, ano XXX, p. 8.
[14] MELLO, João Manuel C. de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil; 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 559-658.
[15] CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Campinas, Unicamp, 1997. p. 189-194.
[16] O Estado. Florianópolis, 04/12/1966, n°. 15.543, ano LII, p. 4.
[17] ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 64-86.
[18] O Estado. Florianópolis, 26/03/1974, n°. 17.523, ano LIX, p. 4.
[19] O Estado. Florianópolis, 10/02/1976, n°. 18.238. ano LXI, p. 16.
[20] O Estado. Florianópolis, 15/06/1972, n°. 16.907, ano LVII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 25/06/1972, n°. 16.920, ano LVII, p. 4.
21 ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis, 1971, mimeo. p. 116-118
[22] ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In História da vida privada no Brasil,4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 245-318
[23] FANTIN, Márcia. Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. 284p.

Concepções da sexualidade romana na Inglaterra Vitoriana.[1]

Renata Cerqueira Barbosa[2]

Ao considerar o significado das maneiras como a imagem do romano foi usada na Inglaterra é importante ter em mente o contexto europeu desta experiência inglesa. Sabemos que a construção do passado nunca foi uma atividade imparcial. Roma teve um lugar especial na definição da história e do pensamento europeu. A elite de várias nações ocidentais, durante os séculos XVI ao XX, usaram a imagem de Roma para ordenar caminhos para o desenvolvimento da educação, arte, arquitetura, literatura e política. Alguns trabalhos populares vitorianos ou do início do século XX sugeriam que os romanos clássicos passaram para os ingleses uma civilização que se dirigiu quase que diretamente para o estado moderno inglês. Partindo deste pressuposto, o objetivo deste trabalho é analisar como os vitorianos interpretaram a sexualidade romana, bem como, a conduziram no que diz respeito a construção da moral sexual do período.

O meio século transcorrido de 1851 a 1901 é o período mais glorioso do reino de Vitória, depois do seu difícil começo no que diz respeito a crises relacionadas ao movimento cartista, combate de Cobden e de sua liga pelo livre-câmbio, e outros problemas inerentes a primeira sociedade industrial do mundo. De acordo com Monica Charlot e Roland Marx, Londres em 1851, ao organizar sua Exposição universal, aparece como a revelação da superioridade esmagadora do Reino Unido. Esta é a "primeira nação industrial", cuja população, na Inglaterra e no País de Gales, já é, em sua maioria, composta de citadinos: o recenseamento de 1851 evidencia esse fenômeno propriamente revolucionário. De súbito, os britânicos se dão conta do seu avanço tecnológico, e os povos do mundo reconhecem que não poderiam alcançá-lo. Começa a época da soberba orgulhosa, e logo Palmerston,

[1] Texto elaborado como parte do projeto de Doutorado.

primeiro ministro naquele momento, poderia proclamar que o cidadão britânico se tornara o novo *civis romanus.* A altivez se tinge de angústia. A sociedade recupera com dificuldade seu equilíbrio, algumas vezes à custa do sacrifício de antigos valores, entre os quais os religiosos: o *religious census* de 1851, permite mensurar o abalo. A metade dos ingleses, três quartos dos habitantes das cidades e das zonas industriais ali aparecem como descristianizados.[3]

Cidade de todas as indústrias, exceto da metalurgia pesada, ela sofre os efeitos de todas as crises, que lhe valem além disso o afluxo dos sem-trabalho expulsos de outros lugares pelos cercamentos; oferece o terreno mais favorável às idéias e aos movimentos progressistas e revolucionários. Em pleno período de prosperidade, sua riqueza se ostenta na medida da concentração do capital e de seus mais belos representantes no estreito perímetro da *City*, e também em todos os locais onde o luxo das residências e do comércio se manifesta. Essa riqueza é um insulto ao excesso de miséria dos verdadeiros pátios dos milagres, desenhado em 1869 por Gustave Doré.[4]

Centro de todas as atividades de lazer, desde as mais tradicionais como os *pubs*, os clubes, os espetáculos esportivos, é a iniciadora de novas e grandes festividades populares. Londres é também uma "babilônia do norte" nas palavras dos autores, reunindo todos os vícios, do jogo à prostituição e à droga. Fascina escritores e artistas, é a sede natural dos "acadêmicos" e dos rebeldes, a exemplo da fraternidade pré-rafaelista, e serve de trampolim para as glórias literárias.[5]

---

[2] Professora colaboradora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.
[3] CHARLOT, Monica; MARX, Roland. (org.) "A sociedade "dual" por excelência*."* In: *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 13.
[4] Idem, p. 14.
[5] Idem, ibidem.

Impressões de horror ou de admiração, medo e alegria foram comuns entre os descobridores da Londres vitoriana. Há um conjunto de valores que alguns autores qualificam de puritanos, outros de moralistas, que correspondem nas classes médias, a uma herança de dois séculos. Figuram em primeiro lugar o espírito de economia, a dedicação ao trabalho, a extrema importância atribuída a moralidade e também há uma preocupação muito atenta com os deveres da fé. Por outro lado, para uma sociedade movida pelo espírito de progresso, acrescenta-se uma sede de saber e de entusiasmo crescente por todas as inovações técnicas. Neste contexto, a pobreza é freqüentemente ligada ao vício, à preguiça, aos excessos: daí uma grande rigidez quando se trata de ajudar os carentes, um intervencionismo social dos mais moderados, uma caridade limitada a casos individuais. Com a repulsa ao vício toca-se no grande tabu vitoriano: o sexo, e consequentemente a família.

Por volta de 1860, a burguesia e a Aristocracia admitem o controle da natalidade, o que facilita a descoberta de preservativos de borracha, e que saindo do campo dos "segredos vergonhosos", vê os métodos revelados por médicos e amadores, dos quais os mais célebres são, nos anos 1871, Annie Besant e Charles Bradlaugh.[6]A diminuição do número de filhos caracteriza as classes trabalhadoras já nas duas últimas décadas do século, e um malthusianismo real denuncia um comportamento "racional" em matéria de relações sexuais. O divórcio é legalmente possível, facilitado pela lei de 1857, mas ainda reservado aos que podem pagar as pesadas despesas do processo.

Entretanto, nunca se exaltou tanto o lar, o papel da mãe, verdadeira "madona". Raramente também se denunciou com mais violência, como nos fins dos anos 1860, a vergonha da prostituição e dos males que ela causa, e, embora a "amizade viril" seja ainda apreciada, nunca se estigmatizou tanto o comportamento

público dos homossexuais e se infligiu aos culpados penas tão severas que causavam a completa desonra social: Oscar Wilde, por tanto tempo a coqueluche da sociedade londrina, condenado a dois anos de trabalhos forçados em 1895, o sentiu na própria pele.[7]

No entanto, graças à difusão da imprensa e da alfabetização, nunca o público leitor teve tanto acesso a histórias "ligeiras", de pequenos folhetins eróticos e de relatos de certas façanhas inventadas ou reais. Nunca a sociedade das prostitutas foi tão diversificada, indo da simples mulher das ruas à mais sedutora das mulheres. Chega-se ao ponto de se afirmar que a prostituição era a contrapartida indispensável da solidez da família, nascida de um casamento racional que unia um homem sensual e uma esposa educada no desprezo ao ato sexual, e que se baseava num código de relações em que os papéis eram cuidadosamente distribuídos entre o marido-mantenedor e a esposa-dona-de-casa; a célula familiar só se sustentaria porque os homens à procura de prazer poderiam entregar-se a prazeres "condenáveis" na rua, para serem apenas adoráveis pais e esposos em casa. De acordo com os autores, é por isso que se diz muitas vezes que a era vitoriana (ou albertiana)[8] foi a era da hipocrisia.

A sexualidade reprimida também acarretava outras conseqüências. A compensação proposta aos desejos insatisfeitos e às energias recalcadas podia ser o trabalho, o serviço prestado aos outros - inclusive ao estado - o entusiasmo pelas explorações, pelas viagens e até pela conquista. Citando as historiadoras Kathy Peiss e Christina Simmons, a sexualidade não é "uma realidade biológica imutável ou uma força natural universal, mas antes o resultado de um processo político, social,

---

[6] Idem, p. 16.
[7] Idem, p. 17.
[8] Idem, ibidem. De acordo com alguns historiadores, o príncipe Alberto contribuiu mais para a definição da moral vitoriana, do que sua esposa, então mais tolerante, realista e mais atenta à procura do lazer e do prazer, que o príncipe Alberto.

econômico e cultural".[9] Ou seja, a sexualidade tem uma história. Enquanto certos padrões de comportamento e de significação prevaleceram durante muito tempo, outras práticas manifestam uma variabilidade considerável. Mesmo a proibição do incesto, supostamente a pedra de toque dos tabus sociais, expandiu e estreitou de forma muito variável os limites das relações sexuais permissíveis no decurso da história européia.

As culturas sexuais do século XIX exemplificam o caráter socialmente construído da sexualidade. A sexualidade do século XIX era um terreno de viva contestação, onde se jogavam, tanto em privado como em público, conflitos de classe, de raça e de sexo. Através de pânico moral, de escândalos sexuais e de medidas legislativas, diversos grupos sociais e interesses profissionais tentaram alargar a sua autoridade política e cultural. Ao mais alto nível público, homens e mulheres participaram em lutas que contribuíram também para redefinir a sua identidade e subjetividade mais privada.[10]

Quando os vitorianos falavam de sexo, referiam-se sobretudo ao perigo sexual, à proliferação de práticas sexuais fora da santidade do lar, desligadas do ato procriador. No entanto, esta explosão discursiva estava também ligada a tensões em torno da mudança relativa à norma conjugal da classe média; a queda brusca das taxas de natalidade tornou cada vez mais evidente que o leito conjugal se estava também a tornar um local de sexo não procriador, de intimidade pessoal e de crescimento individual. Por causa das suas implicações para a feminilidade normativa, o sexo não procriador no contexto do casamento mostrou-se tão perturbante para os vitorianos como a expansão do sexo comercial e as relações entre indivíduos do

[9] Kathy Peiss, Christina Simmons, "Passion and Power", in: *Passion and Power: Sexuality in History.* Filadélfia, Temple university Press, 1989, p.3. APUD: WALKOWITZ, Judith R. "Sexualidades Perigosas" in: **História das Mulheres no Ocidente: O século XIX.** Porto: Afrontamento, 1991, p. 404.
[10] WALKOWITZ, Judith R. "Sexualidades Perigosas" in: **História das Mulheres no Ocidente: O século XIX.** Porto: Afrontamento, 1991, p. 403.

mesmo sexo fora da domesticidade heterossexual. Ao mesmo tempo em que aumentava entre a classe média o culto da domesticidade, celebrava-se a verdadeira mulher burguesa como mãe e negava-se insistentemente a sexualidade feminina não reprodutora. No decurso do século XIX este modelo classista de sexualidade feminina tornou-se cada vez mais somático, apoiado pela opinião das autoridades médicas, ansiosas por estender a sua autoridade cultural ao corpo da mulher. Embora os médicos discutissem o grau de passividade feminina, tinham no entanto tendência para atribuir à mulher respeitável uma sexualidade secundária, em segunda mão, subserviente do prazer masculino, sem autonomia própria, uma pálida imitação do desejo erótico masculino.[11]

Neste contexto em que acontecia uma revolução no pensamento vitoriano, no que diz respeito a economia liberal, a política imperialista e questões sociais contraditórias, levando em conta movimentos operários e teorias liberais, nos deparamos com a imposição de uma moralidade contraditória a uma evolução no que diz respeito a sexualidade, ao casamento, a família e principalmente a mulher.

De acordo com Bernard Richards, Londres não foi o centro único e incontestável da vida literária, como as capitais de outros países. Nunca teve a predominância quase total de que gozou Paris. Mas ao mesmo tempo, durante a segunda metade do século XIX, Londres desempenha um papel primordial: é ali que vive a maioria dos homens de letras, é ali, em muitos casos que se situa principalmente a ação de numerosos romances, peças de teatro e poemas. A vida literária é organizada de modo menos formal do que em outros países; não há uma academia de letras e não há salões célebres, é nos *pubs* e cafés que se reúnem os escritores, onde se encontra o Círculo dos fazedores de rimas, nos anos de 1890, ou

[11] Idem, p.404.

onde Oscar Wilde recebe sua corte. Não se pode pois fazer um panorama da vida literária entre 1850 e 1890 sem se falar de Londres.[12]

Desta forma, Londres vivendo todas as contradições que uma modernidade pode causar, bem como o crescimento do mundo literário, tende-se a construir uma justificativa para as questões vivenciadas no momento. Uma das formas é o retorno a interpretação da literatura clássica, principalmente no que diz respeito a Roma Clássica, em que foram redesenhadas para ajudar a definir as idéias da origem inglesa e a justificativa do imperialismo britânico. Como já foi dito, Roma teve um lugar especial na definição da História e do pensamento europeu. Sua capacidade de prover imagens múltiplas, mutáveis e conflituosas foi quase ilimitada; isto a tornou uma fonte rica para dar sentido - e para desestabilizar - a História, a política, a identidade, a memória e o desejo.[13]No caso, é a este último que voltaremos nossa atenção. Muitos autores romanos clássicos foram lidos neste momento para dar legitimidade a uma possível herança imperial romana aos britânicos. E as questões relacionadas a sexualidade e ao amor dos romanos, como foi interpretado pelos vitorianos? Neste caso, analisaremos um poeta latino do século I d.C., que muita repercussão teve tanto no seu momento histórico, quanto para os que o leram a posteriori. Trata-se de Púbio Ovídio Nasão, mais conhecido como Ovídio.

De acordo com Norman Vance[14], No século XIX, o prestígio de Ovídio caiu a níveis muito baixos. Segundo ele, esta generalização quanto ao prestígio de Ovídio é plausível principalmente se considerarmos a sombra que Homero e os Eruditos gregos revitalizados lançaram sobre quase toda a poesia latina nesse

[12] RICHARDS Bernards. "Escritores, pubs e cafés" in: CHARLOT, Monica; MARX, Roland. (org.) *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 98.

[13] HINGLEY, Richard. "Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa." IN: *Textos Didáticos - Repensando o Mundo Antigo* . ifch/Unicamp, nº 47 - março de 2002, p. 29.

[14] VANCE, Norman, "Ovid and the nineteenth century." In: MARTINDALE, Charles**.** *Ovid Renewed : ovidian influences on literature and art from the Middle Ages to the Twentieth Century* / edited by Charles Martindale. P. 215 - 232.

período, no entanto, isso não é inteiramente verdadeiro e se aplica muito ao século XIX.A aprovação da crítica nunca foi universal e mesmo na antigüidade e nos meados do séc. XVIII, o entusiasmo por Ovídio parece que foi esmorecendo para não dizer deturpado. Em 1770, o jovem Goethe viu que era impossível convencer Herder de que *Metamorphosis* possuía alguma qualidade. Por outro lado, Ovídio continuou a ser parte do que qualquer aluno conhecia, o ponto de partida do aprendizado do início da poesia latina e parte do pensamento da época e sentimentos expressos por escritores e pintores.[15]

Parte da dificuldade de se acessar o significado de Ovídio no séc. XIX é que ninguém consegue vê-lo por si só. Sua influência quase sempre é mediada, às vezes por antigas pinturas com elementos Ovidianos como as de Polidoro da Andrômeda de Caravagio que assombrava o jovem Browning ou a morte de Piero de Cosimo de Pocris que inspirou um poema de Austin Dobson. Mesmo sem os pintores, outros poetas, tradutores, comentaristas e compiladores sempre se interpunham entre Ovídio e o leitor do séc. XIX. Chaucer, Shakespeare e Milton, Natalie Comes, Geoge Sandys e John Lepriére, nas palavras de Vance, todos agruparam desconcertantes fileiras de lentes coloridas e espelhos mais ou menos distorcidos em torno de Ovídio. Como Lemprière cuidadosamente detalha e as referências tornam claras, Ovídio estava longe de ser a única fonte disponível de informações sobre questões mitológicas mesmo sendo por longo tempo a mais importante e conveniente. Havia mais autoridades neste assunto tanto Gregas quanto latinas.[16]

Outro problema é a desintegração de Ovídio no século XIX. Sua poesia e o poeta se afastaram muito do conhecimento popular. Ovídio, o libertino, o sofisticado, o diplomata do cerco do amor, que tinha a tendência de se distinguir do

[15] Idem, p. 215
[16] Idem, p. 216.

Ovídio das quase desconhecidas fontes mitológicas altamente convenientes, muitas vezes decorativas e perturbadoras. Isso tudo, sem falar do perturbador e elegante compositor de versos que era Ovídio. É desnecessário dizer que esse desenvolvimento embotou a sensibilidade para a verdadeira poesia. Isso também produziu um infeliz e curioso efeito de tornar Ovídio simultaneamente detestável como personalidade e quase invisível como poeta. Antes de considerarmos a influência da poesia, deveríamos talvez levar em conta os efeitos do século XIX sobre o homem.

Genericamente falando, nas palavras de Norman Vance, Ovídio era considerado como um degenerado e numa idade de degeneração, o frívolo autor do 'poema mais imoral jamais escrito'. Pode-se ser tentado a culpar pela lenda persistente de Ovídio como libertino, o entusiasmo do séc. XIX por biografias moralizantes como sendo a melhor maneira de entender tudo. Carlyle havia ensinado que a história do mundo nada mais era do que a biografia de grandes homens: a monumental *Vida de Milton* (1859-80) e *Shakespeare* de Edward Dowden (1875) aplicaram a lição à história literária e à crítica. Nesse clima, era quase inevitável que Ovídio devesse aparecer como poeta romântico ou exilado com justiça por causa de um livro iníquo e provavelmente pela vida iníqua que o capacitou a escrevê-lo. Karl Marx e Flaubert acharam natural identificar despreocupadamente Ovídio e seu exílio sem pensar muito em Ovídio como poeta. Mas segundo Martindale, Ovídio permitiu essa abordagem superficial de sua biografia através de sua persistente autodramatização.[17]

Suas narrativas de exílio, criaram-lhe um papel familiar de solitário esteta caído entre os filisteus. Ele nos assegura que sua queda veio por causa de um poema, o *Ars amatoria* e um "erro" misterioso. Seria apenas humano assegurar a existência desse poema e especular qual seria esse erro. Nos "Amores", logo no início de sua carreira, ele descreve o que pretendia ter como seus próprios amores. Mais

tarde, na amargura da desgraça, ele desenlaça para nós uma versão atraente de sua volátil (porém, respeitável), vida amorosa no casamento que foi arruinada pelo exílio. Ovídio insiste em dizer que sua vida foi mais moral que seu verso, mas a própria insistência, de alguma forma incentivou a fofoca cética. Ovídio, o escandaloso e espirituoso exilado, senão "mau, louco e perigoso de se conhecer" como disse Lady Caroline Lamb de Lord Byron, ainda se apresenta como um Byron Romano[18], convidando esse tipo de influência e desaprovação, mais biográfica que textual, que Byron atraiu leitores do séc. XIX.[19]

O palco da Roma do séc. XVII faz referência aos poetas clássicos Romanos naturalmente, mas o padrão de referência a Ovídio emerge gradualmente como uma estratégia para se estabelecer culpa por associação. O exílio do cônego Giusepe Caponsachi é associado ao de Ovídio para sugerir uma desgraça comum através da má conduta sexual. Ovídio continuou a ser uma influência importante como base para a literatura do séc. XIX, mas sua reputação ruim o manteve longe dos palcos. Ovídio era o poeta experimentado no amor que sabia tudo sobre mulheres abandonadas e as vergonhosas experiências da velha mitologia. Ovídio, o transgressor da moral e da estética sobrepujou Ovídio, o poeta espirituoso e elegante para quase todos, exceto para Walter Savage Landor, cujo republicanismo sólido e *anti-establishment*, um prazer para os poetas posteriores como Swiburne, que deu a ele uma inclinação natural por transgressores, particularmente se tivessem estilo. No entanto Swinburne disfarçou seu paganismo ostensivo com a mediação do helenismo e manteve Ovídio nos bastidores. Na época, era assim que se tratava Ovídio, mas por trás da fachada, Ovídio está solidamente presente. Muito do material mitológico

---

[17] Idem, p. 217.
[18] Lord George Gordon Byron, personificou o movimento romancista no que expressava de rebeldia, violência, paixão e provocação. Considerado um libertino para os padrões morais do séc. XIX, viveu grande parte de sua vida no exílio, principalmente na Itália.
[19] VANCE, Op. cit. P. 217.

utilizado no poema dos autores citados, é silenciosamente tomado emprestado de *Metamorfosis*. [20]

Segundo Vance, Ovídio contou histórias da mitologia mais lúcida e dramaticamente do que a maioria de seus prosaicos e obscuros predecessores, e essa é a razão por ele ser considerado clandestinamente. Mas Heder objetou que a narrativa ordenada elegantemente e que tinha inflamado a imaginação de Goethe, tenha sido meramente derivada de outros autores mais 'autênticos' mais próximos à matéria prima. Apesar dos clamores de Goethe, ele não podia aceitar a Metamorfose como 'natural' pela virtude de ser uma criação poética e rejeitou-a como uma visão válida da realidade. Goethe no entanto, não era uma voz solitária. O grande crítico Francês Saint-Beuve se interessou consideravelmente por Ovídio a ponto de considerá-lo como objeto de sua palestra inaugural no College de France, embora no final tenha mudado para Virgílio. Como Goethe, ele não considerava a poesia de Ovídio muito inferior a obra original de gênios como Homero e Shakespeare, guardando as proporções. Ovídio pertencia a uma categoria à parte, entre os escritores estudiosos e artistas meticulosos, Cícero, Tibulo ou Dryden e Prévost.[21]

Ovídio foi parte da consciência literária Vitoriana e Romântica mas em partes descartáveis e convenientes. Poetas, pintores e escritores de peças líricas, todos encontraram em Ovídio um recurso imaginativo útil que raramente falharam em reconhecer. O tempo que devora a todas as coisa, como nos diz Ovídio (*Metamorfosis* 15.234) não destruiu o Ovídio do séc. XIX. Ele o transformou como sua Aretusa[22] foi transformada numa fonte para que os passantes pudessem beber quase sempre sem reconhecer a fonte.

[20] idem p. 220
[21] Idem, p. 223
[22] Ninfa que Diana transformou em fonte para livrá-la da perseguição de Alfeu.

Ditadura militar, violência política e anistia

Renato Lemos*

A temática da anistia política sempre ativa a memória de experiências violentas vividas em vários pontos do Brasil, entre meados da década de 1960 e o fim da seguinte, por um grande número de pessoas, de todas as faixas de idade. Pelo menos três gerações – filhos, pais e avós – sentiram, direta ou indiretamente, o peso da mão armada pelas classes dominantes brasileiras para estabelecer uma ordem política que garantisse seus interesses materiais e compromissos econômicos internacionais. O horizonte ilimitado da ação preventiva ou punitiva dos agentes da ditadura pode ser deduzido dos horrores relatados em depoimentos, relatórios, memórias de quem a sofreu, testemunhou ou, até mesmo – supremo gozo perverso – a executou.[i]

A situação histórica que produziu as formas específicas de violência utilizada pelos agentes do regime ditatorial no Brasil pós-64 iria, naturalmente, gerar os demandantes de anistia. Ela pode ser entendida como resultado da articulação entre elementos situados em tempos históricos diferentes.

Foi no quadro da Guerra Fria, a partir de 1947, que se forjaram idéias de transformação da sociedade brasileira não propriamente infensas a recursos golpistas para alcançar o controle do Estado. À bandeira democrática antiliberal, que já vinha sendo desenhada, pelo menos, desde o início do século XX, acrescentaram-se as cores do anticomunismo e, desta palheta, surgiram os tons básicos de uma perspectiva ideológica que tentaria instrumentalizar sucessivas crises políticas que o país atravessaria no período 1946-1964.

A evolução do processo revolucionário em Cuba, vitorioso em 1959 e autoproclamado socialista em 1961, acrescentou ao anticomunismo da América do Sul tonalidades da vizinhança caribenha. O impacto que a revolução cubana teve sobre o pensamento revolucionário latino-americano, apontando-lhe novos caminhos para a tomada do poder, enriqueceu o argumento anticomunista continental com os espectros da

substituição das forças armadas regulares por milícias populares e da execução dos inimigos de classe.

No Brasil, estes influxos cruzaram com a crise econômico-social resultante do esgotamento da estratégia de industrialização por substituição de importações praticada desde a década anterior. Retraimento das atividades econômicas, queda na capacidade de acumulação de capital, desemprego etc. constituíram a base material de crescente mobilização social, sindical e política de trabalhadores e patrões, em especial a partir de 1961. Neste quadro, uma coalizão civil-militar, orientada por uma perspectiva democrática autoritária e anticomunista, conseguiu explorar as dificuldades enfrentadas pelo governo do presidente João Goulart em diversas frentes e depô-lo, abrindo uma conjuntura cuja dinâmica própria conduziria à implantação de um novo regime político e um formato de Estado ainda inédito na América Latina: uma ditadura burguesa capitaneada pelas Forças Armadas.

A principal característica no novo regime político foi a sua natureza contra-revolucionária, voltada para a destruição de forças nacionalistas civis e militares, "populistas", socialistas e comunistas, sempre apontadas como agentes de uma situação revolucionária em curso. Com esta motivação básica, se estruturaram a dominação política girou em torno de pontos bem nítidos: desequilíbrio agudo da relação entre os três poderes, a favor do Executivo; caráter ilimitado do poder de Estado; regras de sucessão fechada que, ainda que informais, as distinguiram das ditaduras de tipo tradicional – familiares ou de restritos grupos oligárquicos; ausência de mobilização partidária ou de massas como elemento de poder; onipresença da rede burocrática civil-militar como *locus* da negociação de interesses sociais; cerceamento do exercício das "liberdades democráticas"; utilização do terror policial-militar como método de obtenção de informações e de intimidação.

As Forças Armadas se transformaram no principal canal do poder, cuja base teórico-ideológica se lastreou na Doutrina de Segurança Nacional, de acordo com as formulações da Escola Superior de Guerra, voltadas para o combate ao comunismo e a implantação de um regime democrático restrito no plano político e liberal no plano econômico. Interesses

materiais e valores ideológicos do grande capital monopolista foram impostos ao conjunto da sociedade. Na alta oficialidade das Forças Armadas e em quadros técnicos dispostos a compartilhar do poder, encontraram agentes para a concepção e execução de reformas modernizadores das estruturas políticas, administrativas, econômicas e financeiras da sociedade brasileira.[ii]

A contra-revolução modernizadora desencadeada no Brasil em 1964 combinou violência e negociação como métodos de exercício do poder, em proporções que variaram conforme a conjuntura e a correspondente correlação de forças políticas, tanto no interior do bloco dominante quanto no confronto com as oposições. Por isso, e por não perder de vista o horizonte que o distinguia das experiências ditatoriais anteriores – a construção de uma democracia restrita, expurgada de forças políticas indesejáveis –, o regime ditatorial brasileiro também se singularizou pela preservação das instituições democrático-representativas, como os poderes Legislativo e Judiciário e o sistema partidário-eleitoral. É verdade que a margem de atuação destas instituições foi extremamente reduzida pela tutela que sofreram do Executivo militarizado, mas isso não impediu que a sua existência no sistema político tivesse conseqüências efetivas. É o que sugere, por exemplo, o papel central exercido pelo Legislativo, nas crises que deram margem à edição dos atos institucionais nº 2 (27 de outubro de 1965) e nº 5 (13 de dezembro de 1968). Igualmente, o Judiciário foi elemento ativo em vários episódios de resistência jurídica a pressões autoritárias do Executivo, que acabaram resultando na sua reforma, também por força de atos institucionais.[iii]

A implantação e a reprodução do regime político contra-revolucionário foram tarefas que implicaram surtos de violência concentrada, de par com práticas violentas cotidianas, menos espetaculares, embora nem por isso pouco significativas. Executada pelos órgãos de polícia política, sob a regência do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado logo após o golpe, a violência da repressão atingiu o campo, visando as Ligas Camponesas e sindicatos rurais. Nas cidades, os alvos prioritários foram as organizações de trabalhadores e de estudantes, bem como instituições culturais e educacionais. Inquéritos policial-militares

(IPMs) foram abertos para apurar acusações de subversão comunista e corrupção, resultando em suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos parlamentares, afastamento de emprego e prisão de acusados.

A caixa de Pandora da ditadura foi aberta com especial virulência em momentos críticos, como os que deram origem ao primeiro ato institucional (9 de abril de 1964) e àqueles de nº 2 e 5, já referidos. O primeiro se destinou a criar condições para o ajuste de contas com os representantes da ordem política deposta e para o "saneamento" do cenário político nacional. Os outros dois responderam a dupla determinação. Em termos imediatos, foram soluções de força para crises políticas, ambas relacionadas com o Legislativo (eleições e cassação de mandato). Na esteira de ambos, o Executivo militar desencadeou surtos de violência concentrada e progressiva, reabrindo a temporada de cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e prisões, estas, com seu costumeiro cortejo macabro de invasões de domicílio, detenções sem mandado judicial, submissão dos presos a incomunicabilidade por prazos ilegais, torturas e mortes.

Vistos de uma perspectiva mais ampla, contudo, esses atos institucionais constituíram, também, instrumentos de implantação de medidas que os dois primeiros generais presidentes, tal como ocorrera com Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), vinham enfrentando dificuldades para aprovar no Congresso, em especial as reformas das áreas judiciária, bancária, administrativa e tributária. Portanto, a corrente civil-militar no poder de 1964 a 1967, responsável pelos dois primeiros atos institucionais e caracterizada em geral como "autoritária liberal" – "moderada", "legalista" –, recorria a métodos associados à facção tida como "autoritária radical" – a "linha dura" em seus diversos matizes –, sob cuja hegemonia foi baixado o Ato Institucional nº 5, para implantar seu programa modernizador. O resultado foi uma combinação de métodos violentos, que produziram as diversas categorias de vítimas das práticas repressivas da ditadura, com métodos legalistas, que as transmudaram nas diversas categorias de criminosos definidas em lei e candidatas à anistia. É importante lembrar que nenhum dos atingidos por qualquer

medida baseada em atos institucionais pôde apresentar recurso ao Judiciário até que todos fossem revogados, em dezembro de 1978. Este foi, com certeza, o mais escandaloso estupro jurídico perpetrado pelo grupo civil-militar que dominou diretamente o país de 1964 a 1985.

Observe-se, principalmente quando se lida com um tema cercado de circunstâncias tão fortemente emocionais como a anistia política, que o regime ditatorial não infelicitava as pessoas em razão de alguma tara que seus agentes portassem, embora não se deva descartar *a priori* a hipótese de que traços pessoais tenham contribuído para comportamentos políticos pontuais. A violência política aberta, assim como os métodos de negociação democrática, tem uma racionalidade derivada das necessidades da classe dominante, que dá sentido global aos atos institucionais e complementares, constituições outorgadas e outros diplomas legais, assim como a seus produtos: mortos, “desaparecidos”, presos políticos etc.

É essa racionalidade que está na base, também, da evolução das leis que tipificam o crime político no país. As vicissitudes da luta de classes no mundo levaram as classes dominantes brasileiras a adotar métodos de contra-revolução preventiva, o que explica o deslocamento do crime político da órbita do Código Penal para a da legislação especial voltada para a “segurança nacional”, a partir da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. A Lei nº 1802, de 1953, que veio em seguida, não reconhecia a categoria crime político e estipulava que os delitos contra o Estado e a ordem política e social seriam julgados na Justiça Civil. Apenas os crimes contra a segurança externa estariam na jurisdição da Justiça Militar. Esta lei começou a ser revogada, na prática, em 27 de outubro de 1965 pelo AI-2, concebido pelo prisma da Doutrina de Segurança Nacional, isto é, da defesa de um modelo econômico de associação com o capital internacional contra o nacionalismo e o comunismo. O AI-2 militarizou a definição dos crimes políticos, que, entendidos agora como atentados contra a segurança nacional, passariam à alçada da Justiça Militar. Esta norma foi ratificada pela Constituição outorgada pelo general-presidente em janeiro de 1967 e, em março do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 314, que revogou a Lei de Segurança Nacional de 1953. Depois

que o AI-5 suspendeu, em 1968, o direito ao *habeas corpus* para os acusados de crime político, a Lei nº 898, de 29 de setembro do ano seguinte, impôs normas ainda mais radicais, incorporando as penas de morte, prisão perpétua, banimento e confisco "nos casos de guerra externa, psicológica adversa ou revolucionária ou subversiva.

O enriquecimento da caixinha de maldades da ditadura foi uma resposta à ação de militantes de grupos revolucionários socialistas que tentaram agredir o regime ditatorial por meio de operações violentas, como meio de propaganda política e resgate de companheiros presos. Capturados pelas forças da repressão política, aqueles que sobreviveram à operação e à tortura subseqüente foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por crimes de seqüestro, assalto, terrorismo e atentado pessoal. Os números abaixo indicam a progressão quantitativa destes casos, claramente simétrica ao agravamento da violência empregada pelos governos militares contra a oposição em geral e, em especial, os setores adeptos da luta armada como caminho para a derrubada do regime ditatorial. Trata-se dos casos que viriam a ser excluídos explicitamente do alcance da anistia concedida pela Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979.

Condenados pela Lei de Segurança Nacional por crimes de seqüestro, assalto, terrorismo e atentado pessoal (1964 a 1978)

DL 898/69		DL 510/69*		DL 314/67		Lei 1802/53	
Art. nº	**condenados**	**Art. nº**	**condenados**	**Art. nº**	**condenados**	**Art. nº**	**condenados**
28	98	25	12	25	59	4	1
27	154	–	–	–	–	–	–
33	2	–	–	29	–	–	–
–	–	28	4	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	15	3
Total	**254**		**16**		**59**		**4**

* Baixado em 20 de março de 1969 e substituído, em 29 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei 898.
Fonte: Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Publicado em *O Globo*, Rio de janeiro, 28 de junho de 1979. Considerava-se provável que, do total de 333 condenados, 20 tivessem sido enquadradas em mais de um artigo.

A anistia política decretada durante o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985) foi complementada por vários diplomas legais. Apesar já ter completado 25 anos, o seu espírito original continua gerando efeitos na sociedade brasileira. São desdobramentos de uma lei destinada a dar início ao processo de "redemocratização" do país após 15 anos de regime ditatorial.

Ao tempo em que a lei foi produzida, as condições em que se fizesse o acerto final entre as correntes políticas ligadas à ditadura e as oposições refletiriam uma correlação de forças determinante dos momentos seguintes da luta política: o desmonte do regime ditatorial e sua substituição por algum outro, cujas bases seriam lançadas pela anistia, ou a sua confirmação, ainda que com outra aparência, igualmente delineada pela anistia. Um equívoco neste campo inviabilizaria a "transição sem ruptura" que se articulava, oficialmente, desde a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República, em 1974, e por ele apresentada como uma "distensão lenta, gradual e segura". Os pré-requisitos para o sucesso desta estratégia eram, para seus propugnadores, o consenso em torno das metas e do método da transição, que garantiria a sua legitimidade perante amplas camadas da sociedade brasileira. O tipo de anistia que se concedesse – ampla ou restrita, geral ou parcial, irrestrita ou condicional – apontaria, enfim, o rumo escolhido pelas classes dominantes brasileiras, se a democracia liberal ou, de novo, um regime baseado, prioritariamente, na violência contra seus antagonistas sociais.

Um quarto de século depois, e apesar das retificações que a Lei nº 6683 sofreu, a anistia de 1979 permanece suscitando debates políticos. A opção das classes dominantes brasileiras em termos de regime político parece estar clara, em favor de uma democracia restrita, lastreada em maiorias parlamentares conservadoras. Mas, o perdão preventivo, graças à extensão dos benefícios da anistia aos delitos "conexos" aos crimes políticos, concedido pela Lei nº 6683 a formuladores e agentes da política repressiva, evitou que os mesmos fossem responsabilizados criminalmente por torturas e assassinatos e reproduziu as condições de impunidade que garantem uma reserva estratégica de violência para o caso

de necessidade diante de novas ameaças, reais ou imaginárias, à ordem capitalista no Brasil.

---

[*] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP).

[i] Ver declarações Marcelo Paixão de Araújo, que atuou como torturador do Exército, em *Veja*, São Paulo, 2 de dezembro de 1998.

[ii] Análises que dão ênfase ao aspecto modernizador do regime implantado em 1964 podem ser encontradas em SCHNEIDER, Ronald. *The political system of Brazil. Emergence of a "modernizing" authoritarian regime, 1964-1970*. New York: Columbia University Press, 1971 e FIETCHER, Georges-André. *O regime modernizador do Brasil, 1964-1972*. trad. Maria Cecília Baeta Neves e Natanael Caxeiro. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

[iii] Uma crítica à subestimação do Legislativo e do Judiciário como fatores da dinâmica política do regime ditatorial brasileiro pode ser encontrada em LEMOS, Renato. "Poder militar e poder Judiciário". In: CASTRO, Celso & IZECKSOHN, Vítor & KRAAY, Hendrick (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio / Bom Texto, 2004.

As Relações Étnicas na Conquista da Guanabara: índios e o domínio do Atlântico Sul.

Renato Pereira Brandão

Introdução:

Por ter sido a cidade que mais tempo permaneceu como capital do Brasil, a história do Rio de Janeiro tem uma importância ímpar. Situada na porção ocidental da baía da Guanabara, predomina ainda hoje a versão de que sua denominação tem origem no fato de ter sido descoberta no dia primeiro de janeiro de 1502 e por ter sido confundida com a foz de um rio. Permaneceu então esta baía habitada exclusivamente pelos nativos até o final da primeira metade do século XVI, quando então foi ocupada pelos franceses.

No comando desta expedição estava o calvinista Villegaignon, cavaleiro da Ordem de Malta, que vinha com a intenção de fundar uma colônia, a *França Antártica*, onde católicos e protestantes pudessem conviver de forma pacífica, na irmandade cristã. Contando com a ajuda e aliança dos índios que ocupavam a Guanabara, os tamoios, a quem os invasores tratavam de forma mais respeitosa que os portugueses, os franceses conseguiram obter o controle de toda a baía da Guanabara, fundando inclusiva uma nova vila, denominada Henriville, em homenagem ao rei de França.

A fim de expulsar os invasores, em 1565 uma expedição portuguesa, sob o comando de Estácio de Sá, sobrinho do Governador-Geral Mém de Sá, se instala na barra da baía, no sopé do Morro Cara de Cão. Estácio de Sá lança aí as bases de um novo núcleo populacional com a fundação da cidade denominada de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem, em contra partida, ao rei de Portugal, D. Sebastião. Após dois anos de escaramuças, os portugueses finalmente conseguiram expulsar os franceses ao derrotá-los, juntos com seus aliados tamoios, nos combates de 20 de janeiro de 1567, onde Estácio de Sá foi mortalmente ferido. Nestes combates, foi decisiva a participação, junto aos portugueses, dos índios sob o comando de Araribóia, filho do chefe temiminó *Gato Grande,* anteriormente expulso da Guanabara pelos tamoios. Batizado pelo próprio donatário quando da sua passagem por São Vicente, de quem recebeu o nome cristão Martim Afonso de

Sousa, Araribóia é agraciado com uma sesmaria na Guanabara, no lado oposto da cidade, onde pode reinstalar os seus. Assim, ao explorar antigos antagonismos tribais, os portugueses conseguiram fazer valer os interesses mercantilistas lusos frente ao ideal humanista francês.

O objetivo deste trabalho é apontar as contradições e incoerências presentes nesta versão histórica, procurando levantar discussões sobre a origem da denominação do Rio de Janeiro, o humanismo calvinista de Villegaignon, a participação de Araribóia e o significado da elevação de um simplório núcleo urbano à condição de cidade em terras que estavam sobre os domínios dos donatários da Capitania de São Vicente.

1- Vespúcio e a descoberta da Guanabara.

A versão predominante para a denominação de Rio de Janeiro foi apresentada por Varnhagen, apoiado nos relatos das cartas de Vespúcio, publicadas já no início do séc. XVI, onde diz que teria participado, a convite de D. Manuel, como cosmógrafo nas duas primeiras expedições enviadas para explorar a recém descoberta Terra de Vera Cruz.

Apesar de contestada, já em 1914, por Morales de los Rios (1) e, posteriormente, pelo historiador português Joaquim Veríssimo Serrão (2), ao demonstrarem não existir nas cartas de Vespúcio nenhuma referência, direta ou indireta, de sua passagem pela Guanabara, esta versão permaneceu predominante em nossa historiografia. Porém, no meio tempo entre estas duas publicações, em abril de 1940, o navegador português Gago Coutinho publicou um artigo onde, ao demonstrar a total ignorância de Vespúcio na arte de navegar, não só afirma a impossibilidade da participação deste como cosmógrafo como, inclusive, põe em dúvida se sequer esteve presente nas primeiras explorações portuguesas ao Brasil. Ao desenvolver esta crítica, Gago Coutinho nos apresenta a seguinte questão:

> Se as naus de Vespúcio tivessem, como ele afirma, abordado a costa para Oeste do Cabo São Roque, teriam, como disse, de voltar a centenas de léguas ao largo, a fim de o poderem balaventear e montar a costa do Natal. Assim impõe os ventos e correntes ali dominantes: tanto a navegação de Gama (1497) como a de Cabral (1500) provam que, em 1501, já os pilotos portugueses sabiam traçar as rotas de modo a evitarem o risco de se ensacarem na costa mais ocidental do Brasil (3)

2- A Invasão do Calvinista Villegaignon e a Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Em 10 de novembro de 1555, entrou na baía da Guanabara uma esquadra de naus francesas, logo ocupando uma ilhota próxima à sua barra. Essa ilha, denominada pelos índios de Serigipe, guarda até hoje o nome do comandante desta expedição militar, Ilha de Villegaignon.

Apresentado usualmente como membro de uma tradicional família da aristocracia de França e cavaleiro da Ordem de Malta, teria se convertido ao calvinismo por influência do almirante Coligny, responsável pelo apoio indireto do rei Henrique II ao empreendimento. Villegaignon vinha então com o objetivo de fundar uma nova colônia francesa na América, a *França Antártica*, onde cristãos conviveriam em paz, independente de seu credo. Contudo, Southey confessa desconhecer a lógica que fez do Brasil alvo desta expedição ao observar que não seria do interesse de Henrique II criar conflitos com Portugal, além do comandante da expedição não ser protestante, mas sim católico, passando, inclusive, a hostilizar os calvinistas (4).

O jesuíta H. E. Wentzel esclarece quanto à filiação religiosa de Villegaignon. Era ele frei da Ordem de São João de Jerusalém, também conhecida como Ordem dos Hospitalários ou de Malta, por estar então estabelecida na ilha de Malta. Apesar de ser hoje uma ordem assistencialista, era então uma ordem militar naval, fundada durante as cruzadas na Terra Santa, como ordem de cavalaria (5). Wentzel nos revela ainda que, em 1560 na França, Villegaignon chegou a convidar os jesuítas a participarem deste empreendimento (6). Neste mesmo momento, a França Antártica, que estava sob o comando de Bois-le-Comte, é atacada pelo Governador-Geral Mém de Sá, obrigando os franceses a se refugiarem nas matas que circundavam a baía. Em 1562, quando os franceses já tinham retornado à Guanabara, o Geral da Companhia de Jesus decidiu, por motivos ainda desconhecidos, não aceitar o convite da aliança com Villegaignon (7). Ainda neste mesmo ano, Villegaignon, que não mais voltou ao Brasil, negociou com o embaixador português em Paris, Pereira Dantas, a renúncia do

comando do empreendimento em troca uma indenização de 30.000 ducados. Contudo, os franceses que ainda estavam na Guanabara resolveram permanecer.

A 1º de maio de 1563 chegou à Bahia, acompanhado de mais quatro jesuítas, Estácio de Sá, sobrinho do Governador-Geral Mém de Sá. Veio ele com a incumbência de ajudar o Governador a expulsar os invasores da Guanabara e ocupá-la, em definitivo, fundando uma povoação. Após organizar uma esquadra, Estácio de Sá partiu da Bahia em direção ao Espírito Santo e São Vicente a fim de receber reforços. A 20 de janeiro de 1565 saiu ele de Bertioga para o Rio de Janeiro acompanhado dos jesuítas Gonçalo de Oliveira, e José de Anchieta.

Acompanhava-o também uma tropa indígena comandada por Araribóia que, além de filho de *Maracajá-guassú* , o Gato-grande, teria sido batizado pelos jesuítas na capitania de São Vicente, tendo como padrinho o próprio Martim Afonso de Sousa, de quem adotou o nome. Serafim Leite observa, porém, que as fontes documentais são omissas em relação ao batismo de Araribóia (8). Por outro lado, as fontes documentais são omissas também quanto a origem de Araribóia, pois a primeira referência a ele feita, por nós identificada, encontra-se na carta do Pe. Pedro da Costa, datada de 27 de julho de 1565, como chefe de um aldeamento próximo ao do Gato no Espírito Santo, sem estabelecer nenhuma relação de parentesco entre eles (9). Não se tem até o presente, inclusive, nenhum registro de que Araribóia sequer estaria incluído dentre aqueles indígenas que se refugiaram no Espírito Santo, em fuga da Guanabara.

Ao chegar à baía da Guanabara, em 28 de fevereiro de 1565, Estácio de Sá estabeleceu-se próximo a barra, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Em primeiro de março lança os fundamentos da cidade de que recebeu o nome de São Sebastião, em homenagem ao rei D. Sebastião. Com a definitiva expulsão dos franceses, em combates onde a participação de Araribóia foi decisiva para assegurar a vitória dos portugueses, apesar de Estácio de Sá ter sido mortalmente ferido, Mém de Sá transfere a cidade em formação, do sopé do morro Cara de Cão para o alto do morro do Castelo.

Contudo, considerando o contexto político-administrativo da época, a implantação de uma cidade exigia toda uma processualidade, ao que parece inexistente em relação ao Rio de Janeiro. Inicialmente, há de se considerar que a autorização para fundação de uma cidade era atribuição exclusivamente do rei, que emitia o foral correspondente, e não do Governador-Geral ou mesmo do capitão-donatário, a quem estava reservado o direito de fundar somente vilas. Sabemos ainda que Mém de Sá tinha autoridade expressa para fundar uma única cidade, a de São Salvador, na Capitania de Todos os Santos, já reincorporada aos domínios da Coroa.

Como a Capitania de São Vicente foi reincorporando ao patrimônio da Coroa somente no século XVIII e não se encontrou nenhuma documentação desmembrando sua porção setentrional, sabemos que caberia a Estácio de Sá implantar somente um povoado com fim defensivo, o qual só poderia ser elevado à condição de vila, mas nunca de cidade, pelo donatário desta capitania. No entanto, sabendo que a Coroa sempre respeitou os direitos donatários, temos conhecimento não só do surgimento da cidade como de uma nova capitania, igualmente denominada Rio de Janeiro, que nunca se soube ao certo sua delimitação, por nunca ter tido seus limites determinados por uma carta ou foral.

3- O Rio de Janeiro, os Índios o Domínio da Rota do Atlântico Sul.

Conforme vimos, a versão até hoje predominante em nossa historiografia para a origem do nome e da cidade do Rio de Janeiro não se sustenta frente a uma crítica mais acurada. Julgamos que a partir da afirmação de Gago Coutinho, de que os pilotos que acompanhavam Vasco da Gama e Cabral conheciam bem o regime de ventos e correntes dominantes na costa brasileira, seja possível construir uma narrativa apoiada na coerência náutica, documental e etnográfica.

Como um conhecimento deste não se faz em pouco tempo, mas sim a partir de diversas expedições voltadas para o estudo não só destes elementos naturais como de “cosmografia”, ou seja, observações astronômicas para cálculo de coordenadas geográficas

de pontos referências costeiros, o que Gago Coutinho nos diz, indiretamente, é que, pela lógica náutica, o Brasil já era a muito conhecido por um círculo restrito de nautas portugueses.

Por que então este “segredo” teria demorado tanto a ser revelado, retardando, assim, sua exploração mercantil. Não será uma fonte documental escrita, mas sim cartográfica - o mapa de correntes marinhas - que nos permite esclarecer esta questão. Este nos revela a impossibilidade das naus atingirem o Índico costeando a África, devido à forte Corrente da Guiné, que corre no sentido sul-norte. Ao mesmo tempo, observa-se que no Atlântico Sul, a corrente que corre no sentido inverso é a Corrente do Brasil.

Assim, para que as naus portuguesas atingissem o Índico era preciso acompanhar o litoral brasileiro, do Cabo de Santo Agostinho ao Cabo Frio, onde a linha litorânea faz uma inflexão para oeste, seguindo então na direção sudeste para atingir a Corrente das Malvinas, que impulsionava as naus para além do Cabo da Boa Esperança (10). Como a estratégia da Coroa de Portugal não era simplesmente concorrer com o tráfego mediterrâneo dominado por Veneza, mas sufocar as vias de abastecimento, através do Golfo Pérsico e Mar Vermelho, do Mediterrâneo, se fazia necessário manter sob sigilo o conhecimento da navegação pelo Atlântico Sul até se ter o domínio integral da rota para o Índico.

Ao considerar, então, esta perspectiva geopolítica, compreende-se a importância estratégica da baía da Guanabara, pois, devido suas características de poder abrigar em segurança uma grande frota e estar situada próximo ao Cabo Frio, a perda de seu domínio poderia representar a obstrução do tráfego das naus da Carreira da Índia.

Ainda dentro desta perspectiva geopolítica, encontra-se a lógica do comando da expedição ter sido entregue a Villegaignon, pois o domínio de um ponto estratégico desta natureza interessava não só ao rei de França como à Ordem de Malta, que, por auferir rendimentos na proteção da rota mediterrânica frente à frota sarracena, teve seus interesses fortemente abalados, assim como toda a economia mediterrânica, com a predominância da rota atlântica. Quanto ao fato do apoio dado pelos tamoios aos franceses, não fizeram estes mais do que reproduzir a estratégia dos portugueses na obtenção do domínio do litoral

brasileiro e, conseqüentemente, o controle da rota atlântica para o Índico, ou seja, estabelecer alianças com lideranças tupi-guarani, etnia que ocupava de forma predominante a faixa costeira brasileira. Muito provavelmente, a aproximação dos franceses com os tamoios teve início em tempos anteriores a chegada de Villegaignon. Contudo, se a vitória coube aos portugueses, a isto se deve, principalmente, por terem conseguido arrebanhar, com o decisivo auxílio dos jesuítas, um maior número de índios à sua causa, do que os franceses.

Assim, a participação de Araribóia independe de ser ele filho do Gato Grande, chefe indígena expulso da Guanabara pelos tamoios. Certamente não estava ele imbuído pelo desejo de ”recuperação” da terra natal, sendo a sua permanência na Guanabara decorrência da estratégia de defesa da baía articulada pelos portugueses. Em torno desta formou-se um anel defensivo onde os indígenas do aldeamento de São Lourenço, de Araribóia, atendiam a defesa da barra da baía, compondo a guarnição da Fortaleza de Santa Cruz; os do aldeamento de São Barnabé, situada em Magé, faziam a defesa do fundo da baía; os do aldeamento de São Pedro, próxima a Cabo Frio, faziam a defesa do acesso oeste; e os do aldeamento de São Francisco, em Itaguaí, a defesa do acesso leste. Para estes aldeamentos vieram índios de diversas “nações”, nem sempre tupi-guarani.

Quanto à questão da “legalidade” da fundação da cidade do Rio de Janeiro, acreditamos que a cessão á Coroa do entorno da baía da Guanabara tenha sido estabelecido informalmente entre o rei D. Sebastião e o herdeiro da Capitania de São Vicente, Pero Lopes de Sousa, homônimo de seu tio. Como rei e herdeiro donatário morreram juntos em Álcacer-Quibir, o acerto informal acabou não sendo devidamente legalizado. Assim, nem a cidade recebeu o foral devido, nem foi emitido nenhum documento delimitando a Capitania do Rio de Janeiro. Julgamos que esta hipótese se confirma com a petição que Antonio Carneiro de Sousa, Conde da Ilha do Príncipe, encaminhou, em 1716, ao Conselho Ultramarino. Certamente por ter descoberto este lapso processual, requisita ele, como descendente herdeiro de Martim Afonso de Sousa, o pagamento de rendimentos como donatário da

Capitania do Rio de Janeiro (11). Só então, acreditamos, teria sido devidamente legalizada a incorporação da cidade e capitania do Rio de Janeiro, aos domínios da Coroa.

NOTAS

1- A. Morales de los Rios. Subsídios Para a História de S. Sebastião do Rio de Janeiro In Revista do IHGB, Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 1033.

2- Joaquim Veríssimo Serrão. O Rio de Janeiro no Século XVI. Lisboa, Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1995, pp. 20-1, tomo I Estudos Históricos.

3- Gago Coutinho. *Américo Vespucio na História do Brasil: seria náutico, seria cosmografo, não foi descobridor*. In João de Canali,. Américo Vespucio, espião ou navegador? Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes, 1941, p. 60.

4- Robert Southey - História do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981, p. 205, v. 1.

5- Herbert Ewaldo Wetzel. Mém de Sá, terceiro Governador-Geral (1557-1572). Tese de Doutorado na Faculdade de História Eclesiástica da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 70-78.

6- Ibidem, p. 77-8.

7- Ibidem, p. 78: "*A proposta de Villegaignon não foi aceita pelo Pe. Geral. Os fatos vieram a comprovar o acerto de sua decisão, pois a essa data já a armada de Mém de Sá ancorava na Guanabara e com ela o Pe. Nóbrega. De Roma escrevia o Geral Laynez ao Provincial de Portugal, a 18 de abril de 1561: "En lo de aquel cavallero de Rodas, y la empresa de América no hay más que tratar. Émonos conSolado no poco con lo que scriven del Brasil acerca de aquella gente que tenia tomado la fortaleza ..." (Archivum Romanum Societatis Jesu, Roma, Hisp. 66, f. 169r".*

8- Cf. Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa, Portugália, 1945, p. 240 t. VI.

9 - Carta do Pe. Pedro da Costa. In Azpicueta Navarro. Cartas avulsas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 482-9. Datada de 27 de julho de 1565, assim se refere a este chefe indígena: *(...) trouxe também o Padre (Braz Lourenço) por companheiros o padre Diogo Jacome e a mim, para acudirmos as necessidades das almas destes Indios, entre os quaes havia já duas egrejas feitas, scilicet: na aldêa do Gato uma de Nossa Senhora da Conceição, e na aldêa de Arariboi outra de S. João".*

10- Segundo o roteiro de D. João de Castro, publicado em 1538, a ser seguido pelos pilotos das naus que se dirigiam às Índias. Cf A Fontoura da Costa. A marinharia dos descobrimentos. Lisboa. Agência Geral da Colónias, 1939, p. 258:

11- Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a petição em que o Conde da Ilha do Príncipe solicitava o pagamento da dízima, que lhe pertencia, das 100 léguas de terra de que era donatário na Capitania do Rio de Janeiro. Lisboa, 21 de junho de 1716. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, caixa 16, doc. N. 3450.

O USO DA IMAGEM NAS AULAS DE HISTÓRIA: AS PINTURAS DO SÉCULO XIX

Ricardo Barros
Aluno do curso de Pós graduação (mestrado)
da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

"Sendo as coisas que pensamos invisíveis, nem mesmo quem enxerga pode vê-las"[1]

A sociedade atual se apresenta bastante influenciada pela mídia. Crianças e adolescentes em idade escolar têm enorme contato com a televisão, com a imprensa escrita e com a Internet. Quando entram na sala de aula, entretanto, pouco dessa linguagem é utilizada pelos professores. Isso gera um aparente conflito entre os estudantes e o sistema formal de educação presente em muitas escolas. Muitos alunos consideram o texto escrito desinteressante e com um pequeno apelo. O trabalho ora apresentado consiste em avaliar se o professor de História do ensino básico, em especial no ensino fundamental, utiliza a imagem no ensino da História. Tento compreender também como se dá essa utilização e apropriação que se faz da imagem na sala de aula.

A historiografia tradicional, de influência positivista tinha um apego formal ao documento escrito. Talvez essa tradição, que marcou boa parte da produção historiográfica do século XX, tenha deixado uma herança perversa também nos cursos de formação de professores de história das universidades brasileiras. Como conseqüência, os docentes de história formados há mais de dez anos, que são objeto dessa pesquisa, pouco se utilizam de outras possibilidades que não a fonte escrita. Quando se utilizam do livro didático, não se preocupam em analisar ou desvendar as imagens presentes nos livros. Nosso professor não teve na sua formação cursos ou um aparato teórico que lhes permitisse compreender e desvendar a imagem.

Sabemos que o papel das representações na História também é relativamente novo, apesar de sua origem estar ligada à História dos Annales,

surgida em 1929 e que contou com historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre. É no interior dos Annales que Roger Chartier desenvolve suas idéias acerca das representações. Para Chartier, as representações são modos pelos quais *"em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais."[2]*

A partir do conceito de representação, procurarei abordar a utilização da imagem nos cursos de História do ensino fundamental, ciclo 2, ou seja, 5ª a 8ª séries. Para isso, procurarei avaliar qual a noção que o professor tem da imagem. O que é imagem para esse professor que estou analisando? Quais são as diferentes modalidades de imagem? Qual a visão que os professores têm do material iconográfico presente nos livros didáticos ou em imagens comumente utilizadas no ensino de História?

A primeira parte da pesquisa consiste em analisar os professores em sua atuação nas escolas e também aplicar um questionário, cujo principal objetivo é conhecer melhor as características da escola a ser pesquisada e o grupo a ser analisado.

Descrevo abaixo alguns resultados dessa primeira fase da pesquisa:

Parte A

Dados socioeconômicos e de formação:

1. Dos professores analisados, dois são do sexo masculino e cinco do sexo feminino.
2. Todos os professores analisados têm mais de dez anos de magistério e também de escola pública.
3. Dos professores analisados dois trabalham apenas para o serviço público estadual e cinco trabalham também em escolas particulares
4. A faixa salarial dos professores analisados está entre quatro a seis salários mínimos.
5. Cinco residem em imóvel próprio e dois em imóvel alugado.
6. Dois são formados por universidades públicas e cinco por cursos particulares.

Parte B

O conceito de imagem e a utilização da imagem em sala de aula

- Quando perguntado se o professor privilegiava algum tipo de material didático para o ensino da História, os professores responderam que não tinham preconceito a nenhum tipo de material didático. Disseram se utilizar tanto do livro didático como também de outros materiais, como textos de jornais, revistas ou até textos acadêmicos apropriados ao público estudantil

Quando perguntado o que o Professor entendia por imagem, responderam:

"As imagens estão presentes no cotidiano. Vivemos numa sociedade midiática, na qual a imagem está presente na vida das pessoas" Para esses dois professores a análise da imagem com os alunos consiste em preparar seus alunos para desvendarem as imagens. Entretanto, esses professores não fornecem um conceito de imagem. Citam apenas aspectos qualitativos acerca da imagem.

Um dos professores tenta estabelecer o conceito de imagem e nos fornece também uma dimensão política sobre o conceito. Assim: "a imagem é o que vejo e codifico com meus conhecimentos para formar idéias e posicionar-me frente ao mundo."

Dois professores afirmaram que imagem é aquilo que é visto, observado e são coisas que "chamam atenção do aluno"

Para os dois últimos professores pesquisados, o conceito de imagem pode ser conceitualizado por bases empíricas. Nesse sentido a imagem é algo que sintetiza a realidade e que pode ser, portanto, interpretada.

Quando realizei essa fase da pesquisa não havia ainda mostrado aos professores definições de imagem, estratégia que pretendo realizar numa nova fase da pesquisa, me apoiando em textos acadêmicos que abordem o tema. Nesse sentido, um dos textos mais pertinentes sobre o assunto e o que uso como base da pesquisa, é o livro de Martine Joly[1] que analisa o conceito de imagem em todas as suas dimensões, incluindo sua historicidade. Outro texto bastante interessante que me utilizei para fundamentar minhas idéias foi o de Jean Ferres –

Televisão e Educação, no qual o autor nos chama atenção para o fato da escola não permitir ao aluno interpretar os símbolos da cultura de seu tempo. Por que o aluno não aprende a desvendar as imagens da TV, do cinema, das revistas e dos jornais, visto que pelas pesquisas realizadas nos EUA e na Europa, crianças em idade pré escolar e das séries iniciais, dedicam mais de um terço do tempo que permanecem acordados para assistir televisão. Na Europa, os jovens na mesma faixa escolar, dedicam 25 horas semanais para os programas televisivos.

Dentre as perguntas elaboradas constava também uma que versava sobre experiências positivas quanto a utilização da imagem. Nas experiências relatadas pelos professores eles analisam aulas nas quais utilizaram filmes com algum tipo de discussão histórica e reproduções de obras de arte. Nessas respostas apareciam menções às pinturas históricas do século XIX.

Como finalização da primeira etapa da pesquisa, perguntei aos professores, se eles acreditavam que obtinham melhor resultado junto aos alunos utilizando-se de imagens ao invés do texto escrito. Quatro dos professores acreditam que tem de haver uma interligação entre a imagem e o texto escrito. Nessas falas, entretanto, aparece a idéia da imagem como adendo, ilustração ou apêndice do texto escrito. Três docentes, todavia, acreditam que a imagem fala por si e, portanto, acreditam que podem ajudar o aluno a tentar desvendar a imagem e analisar quais seus possíveis significados.

Para a segunda parte da pesquisa, selecionei imagens que dizem respeito à formação e consolidação do estado nacional brasileiro e que, portanto, são bastante conhecidas e estão presentes em muitos materiais e livros didáticos que abordam o período do Império. Selecionei essas imagens por acreditar que em algum momento da vida profissional do professor, eles devem ter se deparado e se utilizado delas nos seus cursos. Nesse sentido, procurei me ater às pinturas históricas realizadas por dois importantes artistas do período, cujas obras estão relacionadas abaixo:

Pedro Américo (1843 – 1930) – *“O Grito do Ipiranga”, “O Retrato de Dom Pedro”, “A Batalha de Avaí” e “Tiradentes Esquartejado”.*

Victor Meireles (1832 – 1903) – *"A Primeira Missa no Brasil", "A Batalha de Guararapes", "Dom Pedro II" e "Juramento da Princesa Isabel".*

Nessa segunda fase são apresentadas reproduções das pinturas históricas dos artistas citados e são realizados questionamentos que visam avaliar o conhecimento dos professores sobre as obras, bem como analisar se ele as utiliza e como – os questionamentos que estão sendo realizados são os seguintes:

- O professor conhece as obras que estão sendo projetadas?
- Já trabalhou com seus alunos se utilizando dessa obra?
- Em caso positivo, como foi esse trabalho?
- Qual a reação do aluno ao trabalho com esse tipo de imagem?
- Houve algum tipo de avaliação?
- Como se deu o processo de avaliação?
- Quais foram seus resultados?

A partir dos questionários apresentado aos docentes, pretendo compreender o processo educativo nos cursos de História do ensino fundamental, avaliar como se dá a utilização da imagem e quais as expectativas dos professores em relação ao aprendizado dos alunos.

Notas sobre a metodologia de pesquisa

As reproduções foram gravas num CD ROM e são mostradas, através de um computador portátil *Macintosh G3*, levado às escolas dos professores que estão colaborando para esta pesquisa. Escolhi esse tipo de equipamento, pois ele permite uma excelente resolução da imagem e pode ser transportado para qualquer lugar, devido ser bastante compacto. Nessas unidades escolares, entro em contato com a equipe da direção, analiso o Plano de Gestão e o Projeto Pedagógico e estabeleço, de comum acordo, um horário para a entrevista dos professores. Acredito que quatro ou cinco encontros de 60 minutos são suficientes para traçar um perfil profissional do docente, analisar sua prática e avaliar o uso que ele faz da imagem. De maneira geral os professores são bastante acessíveis quando são informados que se trata de uma pesquisa científica relacionada à prática escolar.

As entrevistas são gravadas num pequeno gravador de fitas K7 e depois faço a transcrição da fala dos professores. Estudo a possibilidade de utilizar uma câmera de vídeo para registrar os depoimentos, mas ainda não estou convencido da importância desse tipo de equipamento nessa pesquisa.

Bibliografia:

[1] CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

[2] JOLY, Martine. ***Introdução à análise da imagem***. Campinas: Papirus, 1999, 2ª edição.

[3] SARTORI, Giovani. **Homo Videns – Televisão de pós pensamento**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MICELLI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 1995, volume 15, número 29, p 9-27.

SALIBA, Elias Tomé. As imagens canônicas e o ensino de História. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene Rosa (org.). **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: UFPR, 1999.

ZAMBONI, Ernesta. **Que história é essa?** Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de História. São Paulo: tese de doutoramento em educação – Faculdade de Educação da Universidade de são Paulo

A MEMÓRIA DA CONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979 *.

Ricardo Cordeiro de Oliveira **

Neste artigo, procuro examinar a construção da memória de um grupo de trabalhadores da construção civil da cidade de Belo Horizonte, tendo como centro a sua participação na greve deflagrada pela categoria em 1979, em um movimento que se tornou um marco para o sindicalismo mineiro. Trabalho com os seguintes objetivos: 1) pretendo analisar as imbricações da mobilização grevista para a constituição da "identidade operária" desse grupo; 2) relacionar a greve à conjuntura político-econômico e social brasileira do final da década de 1970; 3) busco reconstituir brevemente o dia-a-dia da paralisação dos operários da construção civil por intermédio dos relatos dos entrevistados e por meio dos registros jornalísticos e 4) analisar o trabalho de memória do grupo e os quadros sociais, como a família, a classe social, o grupo religioso, etc.

O referencial de análise utilizado é a memória, na sua face social. Para tanto, lanço mão das obras de Maurice Halbwachs e Michael Pollak. Metodologicamente, recorro à história oral. Entrevistei até o momento sete trabalhadores que participaram da mobilização. A realização das entrevistas desenvolveu-se durante os anos de 2004 e o primeiro semestre de 2005. Elas aconteceram na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte (STIC-BH), na escola do Sindicato e nos canteiros de obras abertos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também lanço mão do acervo do jornal "Estado de Minas", onde pesquisei registros jornalísticos sobre a greve de 1979. No Sindicato, consultei os informativos da categoria da construção civil dos anos de 2003 e 2004 e uma pasta que contém vários recortes de jornais e fotografias daquele evento.

A greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, do ponto de vista histórico, está inserida dentro da "onda grevista" dos trabalhadores brasileiros que provocou

uma reviravolta no mundo do trabalho no triênio 1978-80. O núcleo dessa grande agitação iniciou-se na região paulista do ABC, espalhando-se posteriormente para o resto do país. Em que pese as vigorosas restrições ao exercício de greve vigentes durante a ditadura militar, os trabalhadores reconquistaram-no por meio de suas próprias lutas. Por intermédio da atividade grevista, eles lutavam contra a restritiva legislação sindical e trabalhista, a superexploração do arrocho salarial, o aumento do desemprego da política econômica do governo militar. Em síntese, os trabalhadores brasileiros - que foram os responsáveis pelo vertiginoso crescimento econômico brasileiro, conhecido como "milagre brasileiro" – recusavam-se a aceitar, no final da década de 1970, o ônus da diminuição desse crescimento[1].

A CONSTRUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO: a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979.

Entre os dias 30 de julho e 03 de agosto de 1979, os operários da construção civil de Belo Horizonte cruzaram os braços, reivindicando aumento salarial. Eles defenderam a seguinte proposta: CR$ 5.000,00 para serventes, CR$ 8.000,00 para oficiais, CR$ 12.000,00 para encarregados e CR$ 20.000,00 para mestres-de-obras. Além disso, reivindicavam a correta anotação das carteiras de trabalho e a proibição de achatamento salarial quando da troca de emprego; aviso prévio de 30 dias, independentemente da forma de pagamento – semanal, quinzenal ou mensal[2]. É interessante notar, no entanto, que os operários entrevistados apontaram só o reajuste salarial como única reivindicação do movimento. Osmir Venuto, ex-grevista e atual presidente do STIC-BH, por exemplo, comenta:

> No momento da greve foi um momento de fome, na verdade, então a gente tava reivindicando salário. Nós tava reivindicando oito conto, oito cruzeiros por mês pra servente e doze pra oficial. O mestre de obra e o encarregado nunca se preocupou com isso porque é uma turma de puxa saco, nunca se preocupou com isso. Então nós queríamos oito conto pra servente e doze pra oficiais. E foi em cima disso que a gente bateu e a gente bateu sem direção nenhuma. (Entrevista ao autor. Jun.2004).

Sob os olhares de surpresa da população belo-horizontina e das autoridades, os grevistas transformaram a cidade de Belo Horizonte em palco de suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. Nas passeatas e assembléias, manifestantes carregavam faixas e cartazes, que tinham, entre outras, as seguintes mensagens: "Queremos oito mil. Peão precisa de comida." e "Basta de exploração". O sindicato patronal, por sua vez, recusou a proposta dos trabalhadores.

No correr da semana grevista, trabalhadores e policiais militares entraram em conflito nas ruas centrais da cidade. Num dos conflitos entre eles, o operário Orocílio Martins Gonçalves foi morto ao receber um tiro dos policiais militares.

No penúltimo dia da greve, o tribunal regional do trabalho (TRT-MG), numa decisão surpreendente, considerou a greve dos operários legal, determinando o reajuste salarial e o pagamento dos dias parados. A sentença não atingiu completamente as reivindicações dos grevistas já que ela era consoante às estratégias dos patrões, que formularam suas contrapropostas visando provocar uma divisão no interior da categoria. "(...) o interesse em deixar clara a divisão fez com que as reivindicações dos encarregados e mestres fossem atendidas imediatamente, na sua totalidade, permanecendo a pendência com relação aos salários dos oficiais e serventes." [3]

Uma assembléia no estádio do Atlético Mineiro avaliou a decisão do tribunal regional. Como aconteceu no dias anteriores, milhares de policiais estavam de prontidão na porta do estádio. Francisco Pizarro Neto, presidente do STIC-BH, dirigiu a assembléia que colocou em votação o fim da greve. De um lado, trabalhadores favoráveis ao prosseguimento da greve; do outro, aqueles que queriam o fim da paralisação. A assembléia decidiu o fim da greve. No entanto, após o fim da reunião, trabalhadores contrários e favoráveis à decisão se agrediram com paus, pedras e tijolos. Pizarro, que estava na tribuna do estádio, foi atingido no rosto por uma pedra.[4] Aproximadamente, 150 operários reuniram-se no dia seguinte, no mesmo estádio, visando a manutenção da paralisação. Líderes de outras categorias também participaram da reunião. Apesar do empenho de uma parcela dos operários, o movimento grevista não teve continuidade. Um pouco mais de um mês depois da

paralisação, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu a decisão do TRT-MG, atendendo o recurso do sindicato patronal.

MEMÓRIA, GREVE E SINDICATO.

No trabalho de campo que realizei na sede do STIC-BH, observei um quadro onde estavam afixadas fotografias acerca da paralisação de 1979. Acima delas, havia o título "Greve de 79". O quadro estava exposto no salão central que recebeu o nome de Orocílio Martins Gonçalves, uma homenagem ao operário morto durante a greve. Conforme já mencionei, há no sindicato uma pasta que contém vários recortes de jornais e fotografias sobre a greve. Além disso, quando visitei a escola de alfabetização e qualificação profissional do sindicato, me deparei com um enorme quadro de Orocílio. A secretária me informou que a escola recebeu o nome do operário.

Nas entrevistas, a face mais afirmativa da identidade entre os operários entrevistados apareceu quando relataram sobre a importância da paralisação para a categoria da construção civil de Belo Horizonte. A afirmação de Zé Maria, atual diretor do Sindicato, por exemplo, é representativa da importância da paralisação contida nos relatos dos entrevistados.

> A forma que foi a greve de 79 reflete até hoje, entende! Qualquer movimentozinho que nós fazemos, temos um aparato policial aí. Mas a greve em si foi boa (...). Essa greve tá marcada até hoje, deixou marcas até hoje... Que aquela greve ficou na história? Ficou. Apenas não teve comando. Isso nós reclamamos até hoje. Foi uma casa da mãe Joana. (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

Dessa forma, acredito que as lembranças dos entrevistados sobre a greve de 1979 contribuem para a constituição de uma identidade entre esses indivíduos. Como observou Michael Pollak, "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletivo."[5] A memória, portanto, opera coletivamente no momento em que reforça a coesão dos grupos e delimita as fronteiras entre eles. Por outro lado, o autor comenta que tanto a memória quanto a identidade não são manifestações de alguma

essência da pessoa ou do grupo. Pelo contrário, elas são construídas socialmente, resultado de negociações e conflitos entre coletividades.

Afirmei acima que os entrevistados compartilham da mesma opinião sobre a parede de 1979. É importante assinalar, contudo, que aqueles que atualmente são dirigentes do STIC-BH recordaram o evento, enfatizando a ineficiência do então presidente Francisco Pizarro Neto na condução da paralisação. Pizarro comandou o Sindicato durante 23 anos (1965–1988). De acordo com os entrevistados, ele foi nomeado interventor no STIC-BH pela ditadura militar. Após a paralisação de 1979, um número significativo de operários se articulou visando constituir uma chapa de oposição à Pizarro, incluindo aí grande parte dos atuais dirigentes. Pizarro, contudo, foi reeleito por mais três mandatos até que, em 1988, a oposição invadiu e ocupou a sede da entidade. Osmir conta como foi:

> Quando assumimos o Sindicato em 1988, nós ocupamos o Sindicato. Tinha 90 sócios. (...) Foi uma sorte que nós demos de ver aquele artigo oitavo da constituição[6] e a gente não tinha conhecimento de nada. Então tinha um companheiro nosso que viu e disse que o Pizarro tá irregular lá. Vamos ocupar o sindicato. (...) Aí, quando foi 30 de outubro, 30 de novembro, nós retomamos o Sindicato, nós invadimos o Sindicato. Quem tava fora não entrava, quem tava dentro não saía.(...) Eu queria mudar o sindicato. (...) Aí, eu e um grupo de 180 companheiros reunidos ocupamos e ficamos aqui dentro e expulsamos ele (Pizarro) até nunca mais aparecer. (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

Poder-se-ia dizer que a identificação dos discursos dos dirigentes foi constituída tendo na presidência de Pizarro um excelente contraponto. Segundo eles, o Sindicato não era atuante, não visitava os canteiros de obra, não explicava os índices de aumento e nem lutava por benefícios para a categoria. Nesse sentido, creio que o trabalho de memória desses entrevistados está delimitado pelos “quadros sociais da memória”, noção formulada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, que pensava a memória como um fenômeno construído coletivamente e sujeito a transformações constantes[7] . Envolvidos pela veste de dirigentes da categoria da construção civil, eles recordam o seu passado grevista e a gestão que lhes antecedeu. Como apontei acima, a delimitação das diferenças entre as duas administrações, não raro, se dava no sentido de valorizar as práticas sindicais atuais. Antes, os operários não tinham acesso pleno às dependências da sede da entidade, não eram informados das negociações coletivas, não se aproximavam do presidente. Hoje, ao

contrário, o Sindicato é um órgão que visa a mobilização da categoria contra a exploração patronal e do Estado, a participação dos trabalhadores nas campanhas salariais é franqueada e os diretores visitam regularmente os canteiros de obras a fim de verificar alguma irregularidade[8] .

A greve deflagrada, a meu ver, cumpriria um papel importante no processo de mudanças assinaladas acima pelos entrevistados. Embora o movimento não tivesse efetivamente resultado em ganhos materiais para a categoria, ele permitiu, entre outros aspectos, a articulação entre os operários descontentes com a atuação do seu Sindicato, visando a construção de uma alternativa política àquela situação. A greve, portanto, colocou a importância da conquista da entidade sindical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde acompanhar nesta breve exposição, as lembranças dos entrevistados sobre a paralisação deflagrada pela sua categoria em 1979 cumprem um papel importante: a construção de um sentimento de pertencimento entre os participantes da greve. Entretanto, o papel dessas lembranças parece não se restringir só aos ex-grevistas. Os ecos dessa memória, a meu ver, transcendem seus protagonistas, atingindo os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte de hoje. Norteados por esse projeto, atuais dirigentes do STIC-BH e os trabalhadores da construção civil, que têm em comum a participação na parede de 1979, ocupam o cargo de “historiadores orgânicos”[9] da greve. Em outras palavras, os lugares, os episódios e os personagens, concernentes àquela greve, seriam organizados de acordo com o processo de “enquadramento da memória.”[10] cuja finalidade é a constituição de traços identitários sólidos na categoria dos operários da construção civil da cidade de Belo Horizonte. Pretendo examinar mais detalhadamente essa hipótese no andamento da pesquisa.

NOTAS:

* Neste artigo, apresento os resultados preliminares da dissertação que desenvolvo para a linha de pesquisa Memória e Espaço do programa de mestrado Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Para a realização da pesquisa, recebo apoio financeiro da agência de fomento CAPES.

** Aluno do programa do mestrado Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

[1] Antunes, Ricardo. Crise e Poder. São Paulo, Ed. Cortez, 1986.

[2] Freitas, Marina Mônica de. A rebelião dos Pedreiros: um estudo sobre a grande greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979. Belo Horizonte, UFMG, 1993. (Monografia de fim de curso de graduação).

[3] Furtado, Maria Piedade Alves. O operário da construção em construção. Belo Horizonte, UFMG, 1984, P. 99. (Dissertação de mestrado).

[4] O fim da greve foi decidido e começou uma batalha no estádio. Estado de Minas, 04 de agosto de 1979.

[5] Pollak, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, nº 10, Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, P. 204.

[6] O artigo 8º a que se refere o entrevistado integra a constituição brasileira do ano de1988. Ele coloca fim no controle do poder público sobre as organizações sindicais.

[7] Halbwachs, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Ed. Vértice, 1990.

[8] São ilustrativas para o que mencionei acima os seguintes títulos do informativo do STIC-BH (Marreta): “Assembléia aprova assinatura do acordo coletivo 2003/2004”; “Patrão canalha nega aumento aos trabalhadores”; “Governo LULA-FMI não mudou e nem vai mudar!”. Apud. Marreta, 25/11/2003 e 17/12/2003.

[9] Pollak, Michael. Op. Cit. P. 206.

[10] Idem, ibidem.

SANEAR OU PERECER: O MOVIMENTO PELO SANEAMENTO DOS SERTÕES E DAS CIDADES BRASILEIRAS

Ricardo Schmachtenberg*

Este texto é parte integrante de minha dissertação de Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Aborda a preocupação de sanitaristas, médicos e engenheiros com a falta de saneamento básico do interior do Brasil e da própria área urbana e que esta era a causa imediata da proliferação de doenças epidêmicas, endêmicas entre a população. É interesse mostrar também a despreocupação por parte do governo federal em buscar uma política centralizadora no que se refere às decisões relativas a saúde pública. Este trabalho tem como base à obra de Belisario Penna, *Saneamento do Brasil,* onde o autor faz considerações sobre a falta de saneamento e a propagação de agentes nocivos a população e de uma política centralizadora do governo federal. Aborda também a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918.

Engenheiros, sanitaristas, médicos e escritores brasileiros tais como Saturnino de Brito, Belisario Penna, Carlos Chagas, Monteiro Lobato identificaram que um dos problemas mais graves que afetavam as cidades brasileiras e sua população em geral ao longo da República Velha foi à falta de abastecimento de água potável e, principalmente, de uma rede de esgotos sanitários. Já dizia Monteiro Lobato que para tornar o Brasil um país civilizado e alcançar o seu ideal de ordem e progresso, necessitariam que fossem postas em prática medidas profiláticas que visassem à saúde e a educação do seu povo. Assim, “se tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil”.[1]

O médico Belisário Penna foi aquele que melhor expressou seus argumentos em favor do movimento sanitarista durante o período da República Velha e estes são fundamentais para se entender como a saúde se tornou uma questão nacional nas três primeiras décadas do século XX. Na sua obra *O Saneamento do Brasil*, Belisário Penna

apresenta uma nova visão, uma relação entre doença, política e sociedade no Brasil e o papel do Governo Federal na conduta de políticas de saneamento e saúde pública.[2]

O período republicano marca o surgimento do movimento sanitarista e de uma campanha em prol do saneamento e da profilaxia rural no Brasil. No período em questão, mudanças importantes ocorreram no cenário brasileiro, o progresso e a modernização econômica e social ocorridas no Brasil, a chegada de novos contingentes imigratórios, tanto do interior do país em direção as cidades mais importantes, como estrangeiros, aceleraram o processo de transformação das cidades brasileiras, ou seja, à medida que as cidades e sua população cresceram, os problemas de ordem higiênica começaram a surgir ou elevaram-se, como, a falta de habitações, água e principalmente saneamento.[3] Segundo os especialistas no assunto, sanitaristas, médicos e engenheiros, o espaço urbano não estava aparelhado para receber este contingente populacional e em conseqüência disto graves problemas sociais poderiam surgir.

Para os membros do movimento, "a doença seria resultado da ausência e inoperância do Poder Público e da descentralização das políticas governamentais, quando existentes".[4] Ou seja, o destino da nação estava nas mãos das autoridades governamentais em providenciar medidas no combate a progressão ou proliferação destas doenças evitando com isto maiores prejuízos ou conseqüências à população e a economia.

Os problemas que afetavam a saúde pública e da população oportunizavam o aparecimento destas moléstias infecto-contagiosas, o que segundo Belisário Penna podia ser evidenciado pelas estatísticas estabelecidas no Distrito Federal e em 15 Estados brasileiros sobre as péssimas condições sanitárias. Segundo Belisário:

> As estatísticas dos Serviços de Profilaxia Rurais estabelecidos no Distrito Federal e em 15 Estados têm evidenciado a péssima, mais que péssima, a alarmante condição patológica da nossa gente, não só urbana como rural, estragada, sobretudo pela opilação, malária, tuberculose e doenças venéreas, agravadas pelo alcoolismo e pela ignorância. Em algumas regiões, além desses elementos de

> desvalorização, outros se juntam, como as úlceras fagedênicas e leishmanióticas, a lepra, a bouba, o tracoma, a trypanosomiase americana, de sorte que não trepido em afirmar que, elementos verdadeiramente ativos, não se contam mais do que 20% na totalidade da nossa gente de trabalho, e isso para ser otimista. Esta é a terra, onde mais se fala em valorização – do café, do algodão, da cana, do boi, do porco, da moeda – criando-se, no entanto, os maiores embaraços á única valorização necessária e urgente – a do homem – que acarretaria a valorização natural e espontânea de tudo mais.[5]

Para Lobato, um intelectual que ampliou a campanha sanitarista proposta por Belisario Penna, principalmente no período da década de 1910 com sua obra *Problema Vital* publicada em 1918 e a obra *Urupês* publicada em 1919, denuncia a precariedade da saúde pública brasileira através da figura do Jeca Tatu, o país era um imenso hospital dirigido por bacharéis que não tinham nenhuma visão político-administrativa sobre os problemas de saúde enfrentados pela população.[6] Segundo esse autor, a solução para o atraso e a condição de miséria vivida pela população brasileira viria através da higiene, apontando como fundamental as ações propostas por Belisario Penna, Arthur Neiva, Carlos Chagas e Saturnino de Brito.

Nas considerações de Penna também encontramos essa articulação entre saúde e progresso, como partes do mesmo processo, cabendo aos Governantes o encaminhamento de leis para assegurar esse objetivo.[7] Ainda, segundo o médico, a população doente causava um sério prejuízo à nação, ou seja, seis milhões de brasileiros produzem apenas um terço do que deveriam produzir, entregues a doenças mórbidas e que poderiam ser evitadas se não fosse o completo abandono do poder público.[8] E nesse momento, relacionada à noção de higiene, que surge a idéia do saneamento dos sertões e das cidades e que segundo Schwarcz “caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas

seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações".[9]

A progressiva debilitação física da população podendo provocar transtornos ou prejuízos à atividade econômica era um argumento recorrentemente utilizado como bem afirma Lobato, "deste deperecimento progressivo da população deflue nosso craque econômico". Ou seja, o crescimento econômico dependeria também de medidas higiênicas e profiláticas providenciadas pelo poder público em combater e diminuir os efeitos provocados pelas doenças e que atingiam uma parcela considerável da população brasileira.

As considerações feitas por Lobato para os problemas de saúde enfrentados pela população brasileira vêm também em decorrência dos estudos feitos por Belisário Penna, Artur Neiva quando percorreram o interior do Brasil no ano de 1912. Nesta expedição médico-científica organizada e financiada pelo Instituto Oswaldo Cruz, Penna e Neiva revelam "um país com uma população desconhecida, atrasada, doente, improdutiva e abandonada, e sem nenhuma identificação com a pátria",[10] denunciando também a situação da população brasileira, a mercê de parasitas e vermes. Belisario Penna identifica em termos numéricos a tragédia nacional, 75% ou mais da população brasileira rural e urbana era constituída por indivíduos anêmicos e que este fato não era devido ao clima, nem a raça. As causas deste estado doentio em que se encontrava a população já eram conhecidas, estudadas e somente através de medidas de ordem profiláticas, higiênicas e médicas seriam eliminadas as ações nocivas destas causas.[11] Causou grande repercussão entre a elite intelectual brasileira às notícias ou denúncias de que com exceção da cidade de São Paulo e uma parte do Distrito Federal, mais ou menos saneados, o restante do país era um imenso hospedeiro de vermes e parasitas.

Para Penna, o abandono das questões de saúde pelas autoridades públicas federais explicaria o fato do brasileiro ser um povo doente e improdutivo. Ainda, segundo o médico, a União deveria intervir livremente nos Estados em questões de higiene, ou seja, "o enfeixamento de todos os serviços de higiene e saúde pública nas mãos do governo federal

se impõe como único meio de obter resultados reais e proveitosos".[13] Seguindo esta perspectiva, "além dos Estados, os Municípios deverão concorrer para o saneamento das respectivas populações, fornecendo às comissões médicas, casa, instrumentos de trabalho, e modesta instalação hospitalar para tratamento de doentes graves e indigentes".[14]

O problema da saúde pública e em especial do saneamento dependeria de uma organização e de uma política que colocasse em prática medidas profiláticas e higiênicas convincentes em prol do bem estar da população, isto é, a ação do saneamento e da saúde pública poderia representar uma redução na mortalidade da população. Argumentos estes apresentados no relatório divulgado por Belisario Penna e Arthur Neiva em 1916 depois que percorreram o interior do país e expuseram a situação da área urbana e rural e principalmente da população brasileira. Ou seja, "esse relatório foi peça fundamental para um diagnóstico, ou melhor, para uma redescoberta do Brasil, que mobilizou intelectuais e políticos, e impulsionou a campanha pelo saneamento".[15] O relatório também explicitava para a necessidade de campanhas profiláticas em relação ao abastecimento de água potável, para que esta não se transformasse em focos de doenças transmissíveis e maléficas a saúde da população.

Em sua campanha pelo saneamento e profilaxia rural, Belisario Penna juntamente com outros médicos e sanitaristas, percorreram alguns Estados brasileiros. Foram examinados muitos habitantes em diversas localidades para verificar a existência ou não de verminoses dentre estes habitantes e o resultado foi alarmante, ou seja, positivo para a grande maioria das pessoas pesquisadas. Em apenas três estados (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) à porcentagem média de verminose nos habitantes foi inferior a 90%. O que comprova a precária situação da saúde da população brasileira a mercê de parasitas e vermes e pela "ausência e abandono por parte do governo federal, presente apenas para extrair recursos de uma população que quase não os possuía".[16]

Para combater estas adversidades, foi criada em 1918 a Liga Pró-Saneamento do Brasil que segundo Hochman "pretendia alertar as elites políticas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação pública efetiva de

saneamento no interior do país ou, como ficou consagrado, para o *saneamento dos sertões*".[17] Durante seu curto período de existência, a Liga "publicou três livros de propaganda, distribuídos gratuitamente, sustentou a revista de higiene – Saúde – manteve ativa correspondência com os governos e a classe médica nos Estados, além de artigos na imprensa e nas revistas, pelos seus diretores".[18]

A liga também tinha a finalidade de fazer uma intensa propaganda das medidas profiláticas e higiênicas indispensáveis e inadiáveis no combate à proliferação de epidemias e endemias que dizimavam a população. Também tiveram a finalidade de coletar as estatísticas e verificar as condições sanitárias das regiões brasileiras, distribuindo gratuitamente folhetos com ensinamentos e conselhos para a prevenção e cura das doenças.[19] A sua ação teve uma repercussão muito importante no meio político e intelectual brasileiro e além das finalidades descritas acima, teve como principal meta, "pressionar o Poder Legislativo no sentido de produzir uma legislação sanitária e levar a autoridade pública, em todos os níveis, a assumir mais a responsabilidade pela saúde da população".[20]

Os governantes tinham uma missão muito importante: sanear o Brasil. Para isto, segundo Penna, seria inadiável uma completa reformulação da política brasileira e que esta saísse da sua condição de desorganização e desmoralização. Para ele,

> "O problema do saneamento geral do Brasil e da sua população é mais do que higiênico e médico, mais do que regional, mais do que social e humanitário: ele é o magno problema nacional, e só começará a ter execução no dia em que a nação compreender a necessidade inadiável de sair da desorganização e da desmoralização política, em que se deixou afundar, e estabelecer as bases de uma verdadeira 'Organização Nacional'..."[21]

E para corroborar com estas preocupações de médicos e sanitaristas, no início do período republicano, somente as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Campos tinham um sistema com rede de esgotos. Ao longo da República Velha, somente 344

cidades brasileiras instalaram sistemas de rede de abastecimento de água e somente 150 cidades executaram obras de rede de esgoto sanitário. Neste cenário, destas 344 cidades brasileiras com instalação de sistemas de rede de abastecimento de água apenas 6,10% ou 21 cidades eram gaúchas. Das 150 cidades brasileiras que executaram obras de rede de esgoto sanitário somente 10% ou 15 cidades eram gaúchas e possuíam serviços de esgotos cloacais.[22] Ou seja, em relação ao Rio Grande do Sul das 93 cidades existentes no Estado até 1931, 21 ou 22,58% das cidades tinham serviços de abastecimento de água e 15 ou 16,1% possuíam sistemas de esgotos cloacais. É possível verificar então, a precária situação sanitária e higiênica das cidades brasileiras bem como as cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Evolução do número de cidades com sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a República Oligárquica

Ano	Cidades com rede de água	Cidades com rede de esgotos
1890	31	04*
1900	57	16
1910	186	48
1920	284	126
1930	344	150

* Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Campos.

NOTA: REZENDE. *O saneamento no Brasil.* Op. cit., p. 169

[*] Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Docente em História no Colégio Nossa Senhora Medianeira.

[1] LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital.* – São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1946, p. 245. As obras do escritor Monteiro Lobato dividem-se em três momentos. Na década de 10, no período de 20 onde ele amplia a campanha sanitarista proposta por Belisario Penna, Carlos Chagas e Osvaldo Cruz e vai culminar em um terceiro período que é na década de 40. Em 1918 Monteiro Lobato escreve sua obra *Problema Vital* e em 1919 a obra *Urupês* onde faz uma interpretação a respeito da campanha sanitarista realizada no início do século XX e uma crítica a visão político-administrativa do Governo Federal para os problemas de saúde.

[2] HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. – São Paulo: Editora HUCITEC/ANPOCS, 1998, p. 72.

[3] RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930.* – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, pp. 238-239.

[4] HOCHMAN. *A era do saneamento.* Op. cit., p. 74.

[5] PENNA. *Saneamento do Brasil.* Op. cit., p. 73.
[6] LOBATO. *Mr. Slang e o Brasil.* Op. cit., p. 243.
[7] PENNA. *Saneamento do Brasil.* Op. cit., p. 54.
[8] Ibid., p. 72.
[9] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 206.
[10] HOCHMAN. *A era do saneamento.* Op. cit., p. 64
[11] PENNA. *Saneamento do Brasil.* Op. cit., p. 267.
[13] Ibid., p. 306.
[14] Ibid., p. 296
[15] HOCHMAN. *A era do saneamento.* Op. cit., p. 66.
[16] Ibid., p. 67.
[17] Ibid., p. 63. (Grifos do autor).
[18] PENNA. *Saneamento do Brasil.* Op. cit., p. 299.
[19] Santa Cruz do Sul, Gazeta de Santa Cruz, sexta-feira, 08 de março de 1918, ano 01, nº 4, p. 01.
[20] HOCHMAN. *A era do saneamento.* Op. cit., p. 77.
[21] Ibid., pp. 109-110.
[22] Anais do 1º Congresso Sul-Riograndense de Higiene realizado em Porto Alegre, de 20 a 26 de outubro de 1957 pela Sociedade de Higiene do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria Selbach.

Mato Grosso do Sul: povoamento, memória e história

Ricardo Souza da Silva
Mestrando em História UFMS/CPDO

Através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, o governo do General-Presidente Ernesto Geisel criou o Estado de Mato Grosso do Sul, a partir do desmembramento territorial do Estado de Mato Grosso. Esta obra do pensamento autoritário que controlou o Estado brasileiro do golpe civil-militar de 1964 até meados da década de 1980, deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos na mesma medida que atônitos, pois, mesmo que o fato constituísse uma antiga aspiração de grande parte do "coronelismo" alocado na porção sul de Mato Grosso, há tempos a questão estava entregue ao esquecimento, era esporadicamente citada na imprensa ou no Parlamento Federal, sem maiores conseqüências.

Diga-se de passagem, até o anúncio das pretensões governamentais em criar uma nova unidade da federação, a Liga Divisionista, entidade organizada em 1932 com o objetivo de lutar pela criação do estado, encontrava-se desativada. Pode-se dizer que não apresentava sinais vitais desde 1961, quando suas esperanças foram renovadas com a eleição de Jânio Quadros, que era natural de Campo Grande, para assumir a Presidência da República. No entanto, logo no início do mandato, Jânio anunciou que não apoiaria qualquer proposta de divisão do Estado de Mato Grosso.

Contudo, no início de 1977, quando esses setores tomaram ciência da possibilidade concreta da "sonhada" divisão, procuraram imediatamente intervirem no processo com o objetivo, ao que tudo indica, de extraírem o máximo de vantagem, inclusive política. Como não formavam um todo homogêneo, cada segmento se lançou ao jogo à sua maneira. O grupo liderado pelo influente advogado e pecuarista Paulo Coelho Machado, por exemplo, retirou, às pressas, a Liga Divisionista da hibernação, reativando-a em 25 de março de 1977, numa assembléia restrita a convidados[1]. O

restante da população foi excluída do processo, assistiu a tudo, como diria José Murilo de Carvalho, “bestializada”[2].

Se num primeiro momento os segmentos sociais dominantes buscaram tirar proveitos com a montagem do aparelho de Estado, sobretudo, através da ocupação de cargos, num segundo momento as suas preocupações voltaram-se para a delimitação dos elementos do passado que deveriam constituir a memória da nova unidade da federação. Dessa forma, a partir de 1978 e nas duas décadas seguintes, um verdadeiro surto memorialístico tomou corpo e desencadeou a publicação de inúmeras obras, constituindo-se em pouco tempo uma numerosa e influente historiografia que passou a ser utilizada, pela falta de outras referências, como fonte por diversos setores da sociedade, principalmente, por profissionais das áreas de educação, comunicação e da política, servindo de suporte para a elaboração de livros didáticos, concursos públicos e como guia para as propagandas privadas e governamentais locais.

Elaborada por membros pertencentes às camadas dominantes, mas também por indivíduos com elas identificados, essa historiografia aborda diversas temáticas, mas identificou-se no bandeirantismo, na Guerra do Paraguai e no divisionismo os pilares memorialísticos de onde partem e se desenvolvem as demais.

Foi observado que as questões relacionadas às sociedades indígenas, quando não são ignoradas, aparecem através de descrições sumárias ou como parte constitutiva das paisagens naturais; no formato do bom e mal selvagem como índio idealizado e estereotipado; como obstáculo a ação civilizadora, ou ainda, na figura de auxiliar do “branco”, geralmente como escravo ou trabalhador braçal.

Dentre suas características, observou-se que foi montada no universo do épico, do ufano e do mítico. Fortemente influenciada pelo evolucionismo, concebeu a história como uma mera sucessão de acontecimentos que, após apurada seleção, são descritos através da heroicização de fatos e personagens, com a utilização de uma linguagem grandiloqüente, onde a ocupação territorial é entendida como uma ação civilizadora e a violência como uma necessidade inerente a essa ação.

Outra característica observada diz respeito a preocupação em construir uma história consensual, presumidamente única para todos os sul-mato-grossenses, glorificadora da ação de líderes intrépidos, sujeitos históricos únicos predestinados a atos de bravura e heroísmo, aos quais todos devem culto. Estas características indicam o caráter pseudo-científico desta historiografia, pois é possível identificar que as suas representações do passado são elaboradas de acordo com interesses e motivações do presente, já que só foram recuperados e exaltados elementos desejados, na mesma proporção que foi excluído ou ocultado o indesejado, produzindo dessa maneira, num movimento concomitante, as lembranças e os esquecimentos, embora, dê a impressão de preservar o passado em sua totalidade. Jacques Le Goff, já lembrava "tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva"[3].

Neste texto foram selecionados, para efeito de sucinta análise, três casos que permitem ilustrar a investigação ainda em desenvolvimento. O primeiro trata-se do livro *Isto é Mato Grosso do Sul*, publicado em março 1978 pelo jornalista J. Barbosa Rodrigues, proprietário do maior grupo de comunicação do estado, que engloba rádios, televisão e o jornal de maior circulação. Editado por ele próprio, na introdução confessa que o trabalho foi feito às pressas, sem o necessário planejamento e carente de pesquisas mais aprofundadas. Mesmo resultando numa colcha de retalhos, "onde dados históricos, geográficos e estatísticos se misturam", foi publicado com o objetivo de que "fosse imediatamente divulgado na imprensa, mostrando o que era Mato Grosso do Sul, que acabava de nascer"[4]

De fato, dentro da conotação dada pelo autor, o livro é mesmo uma "colcha de retalhos", mesmo assim permite confirmar a necessidade sentida pelos setores sociais dominantes, em definir uma memória e construir uma história para o novo estado, a partir

da louvação de um povoamento que teria sido resultado da ação dos bandeirantes, em proveito da coroa portuguesa, e em detrimento dos interesses dos castelhanos:

> Integrando na zona de influência paulista, as terras do sul matogrossense continuaram a ser percorridos seguidamente pelos bravos bandeirantes preadores de índios, mais tarde caçadores de ouro, que dilataram a posse portuguesa muito além do que fica estabelecido no Tratado de Tordesilhas. Mais tarde a adoção do "uti possidetis" confirmaria essa conquista para a coroa de Portugal[5].

Contudo, mesmo com a vitória frente aos espanhóis a "conquista da terra" ainda não estava completa, restava ainda um empecilho a ser superado, o índio:

> Não cessou, porém, a luta dos desbravadores que prosseguiram na arrancada de Raposo Tavares: afastados os castelhanos, ficaram os índios aguerridos que infestavam a região[6].

Vale salientar que J. Barbosa Rodrigues utilizou a expressão "infestavam", ou seja, para ele os indígenas não habitavam mas infestavam a região. Neste tocante, ao comentar os números da população indígena, ele reconhece que no passado havia um enorme contigente de indígenas no território: "a região compreendida pelo Estado de Mato Grosso do Sul constituía, principalmente nas zonas pantaneiras e às margens dos rios Paraguai e Paraná, verdadeiro viveiro de índios, pois elevava-se a várias centenas de milheiros os componentes das diversas nações de silvícolas"[7]. Entretanto, quando os números são relativos à época da criação do estado, informa que indivíduos da raça "vermelha" - os índios -, encontravam-se praticamente extintos. Dessa forma, pode-se concluir que bandeirantes e portugueses foram eficientes no controle da infestação, e "graças a esses denodados exploradores - bandeirantes e monçoeiros - que o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul foi sendo desbravado"[8].

Passados praticamente uma década e meia da obscura criação de Mato Grosso do Sul, o professor Hidelbrando Campestrini que, em função de sua inserção nas rodas das elites locais e constantes aparições na chamada "mídia", tornou-se uma espécie de "historiador oficial", juntou-se com o engenheiro Acyr Vaz Guimarães para produzir uma síntese da história do estado. Intitulada *História de Mato Grosso do Sul* a obra foi publicada em 1991, com recursos públicos, através da Editora do Tribunal de

Justiça do Estado. É apresentado pelo Desembargador Milton Malulei, Presidente do Tribunal, à época, que justifica a sua publicação nos seguintes termos:

> História de Mato Grosso do Sul está escrito. O livro, nascido de larga e dedicada pesquisa, exposto numa linguagem acessível e atraente, em narrativa densa - marco balizador da produção historiográfica deste rincão - resgata os fatos marcantes da caminhada, construída de sofrimento, de bravura, de vicissitudes e de vitórias, da gente que construiu este Estado[9].

O livro é comentado por Paulo Coelho Machado, influente memorialista local, que utilizou a orelha da capa para enumerar várias representações elogiosas ao trabalho Procurando demonstrar erudição, enaltece os métodos e as práticas de pesquisa dos autores, assim como as características textuais e objetivas do livro. Algumas passagens, longe de representar a realidade da obra, ajudam a entender a concepção de história da historiografia aqui investigada:

> Daí, nasceu a narração real, verdadeira, autêntica, ao lado de interpretação honesta, elegante, irreprochável.
> A linguagem é cristalina, fluida, sem arrebiques, como convém aos sábios que querem passar a frente seus conhecimentos. Afinal a palavra serve para isso. Transmitir o pensamento e não criar barreiras, obstáculos, entre aquele que ensina e o que quer aprender. Há de ser translúcida e simples, em termos inteligíveis.

Com um recorte temporal de mais de quatro séculos e apenas 194 páginas, pode-se dizer que o livro limita-se a uma descrição sumaríssimas de alguns acontecimentos, julgados de relevância pelos autores, narrados com base em fontes precariamente indicadas. A questão indígena fui praticamente ignorada.

A escolha do livro como objeto de análise, diz respeito ao fato de que nele encontra-se uma espetacular invenção histórica, produzida, ao que tudo indica, com o intuito de valorizar eventos ligados ao movimento divisionista que se organizou na porção sul de Mato Grosso, a partir da década de 1932. Trata-se do suposto Estado de Maracaju, unidade da federação criada por forças rebeldes alocadas na porção sul de Mato Grosso, que apoiaram São Paulo durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Segundo Campestrini e Acyr Vaz:

> No correr da revolução, o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o general Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeado o médico Vespasiano Martins para governador da nova unidade - o Estado de Maracaju. O governo foi instalado, em Campo

> Grande, no dia 11 de julho de 1932, no prédio hoje da maçonaria (Av. Calógeras, entre a Av. Afonso Pena e a Rua 15 de Novembro), durante oitenta e dois dias. Com a derrota dos constitucionalistas de São Paulo, o novo Estado ficou sem sustentação[10].

Entretanto, conforme demonstrou a professora Mariza Bittar, a rebelião política que ocorreu no sul de Mato Grosso em 1932, "se constituiu numa espécie de governo paralelo ao sediado em Cuiabá e que não houve, portanto, divisão de Mato Grosso em 1932"[11]. Curioso, é que no livro de Demosthenes Martins, Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município, indicado por Campestrini e Acyr Vaz, como fonte, não há menção alguma a formação do tal Estado de Maracaju.

Outra obra bastante significativa é o livro Taboco 150 anos - Balaio de Recordações, publicada em 1984, pelo pecuarista Renato Alves Ribeiro. Sua análise permite entender como os memorialistas incorporam o índio na sociedade e procuram justificar ou elidir os conflitos. Para ele os indígenas são bons empregados, ótimos cavaleiros, exímios laçadores, além de aprenderem com relativa facilidade a trabalhar no campo, e nos mais variados ofícios, sobretudo domésticos:

> Nas fazendas, oitenta por cento da peonada era de índios, sendo os serviços de casa sempre exercido por moças índias que eram criadas pelos brancos.
> Até hoje em Aquidauana e Miranda é muito comum as índias servirem de cozinheiras, arrumadeiras e babás. Os meus filhos tiveram algumas babás índias[12].

Procura demonstrar que na sua propriedade nunca existiram hostilidades entre "brancos e índios", consta até a seguinte afirmação: "Os índios viviam em paz com os brancos, penso mesmo em grande amizade". Contudo, ele mesmo reconhece que nem tudo era harmonia. Relata, algumas desavenças com os indígenas, e uma ocorrência de maior gravidade, que diz respeito ao rapto de uma criança índia, por indígenas que viviam numa aldeia próxima. Segundo relata, os pais da criança se casaram e, após o nascimento do filho, passaram a morar junto aos demais índios. Mas, foram hostilizados pela aldeia, o que os motivou a retornarem à fazenda. Os índios não aceitaram, inconformados foram até a fazenda e seqüestraram a criança. O casal comunicou o fato sei avô, que se sentindo afrontado ordenou que 15 homens armados fossem até aldeia e trouxessem de volta a criança. E assim o fizeram, sem encontrar

qualquer resistência por parte dos índios. O ataque porém teve grande repercussão, chegando ao conhecimento do Marechal Cândido Rondon que, mandou emissários à fazenda no sentido de deslocar os índios para outro local.

Entretanto, conforme um Ofício, datado de 21 de outubro de 1918, de um inspetor do Serviço de Proteção ao Índio, dirigido ao Diretor do daquele órgão, verifica-se uma versão bem distinta para o rapto:

> Venho trazer ao vosso conhecimento o resultado das diligências que fiz para resolver a situação do índio menor José, filho da índia Catharina, a qual foi capturada quando pequena em uma das batidas levadas a efeito contra sua tribo pelo seu ainda hoje atroz perseguidor Coronel José Alves Ribeiro, residente em Aquidauana[13].

Pode-se deduzir, que eram comuns as "batidas" realizadas pelos fazendeiros locais para a captura de índios, em decorrência do que a índia mãe da criança foi, ainda criança, raptada pelo proprietário da fazenda Taboco para ser criada e transformada em "empregada doméstica". Segundo o mesmo Ofício:

> Aquele menor fugira da fazenda Taboco de José Alves Ribeiro Filho e tendo sido apreendido pela justiça local e entregue ao homem em cuja companhia não queria estar, alegando maus tratos dele recebidos [...], competia à Inspetoria ir em auxilio desse índio, para que, libertado de José Alves Ribeiro Filho, pudesse a Inspetoria ajuizar da sua situação, dando lhe o destino conveniente.

O documento indica que, em função de maus tratos, o "índiozinho" fugiu da fazenda, indo, ao que parece, refugiar-se na aldeia junto aos demais. No entanto, a pedido do fazendeiro, foi capturado pelas autoridades policiais locais, e entregue ao fazendeiro. Ou seja, a índia Catarina não era uma mera empregada da fazenda, mas parte de seu patrimônio, da mesma forma essa seria a "herança" de seu filho.

O fato do índio ter sido novamente entregue ao fazendeiro revoltou os indígenas, que passaram a promover represálias contra o fazendeiro, cortando arame de cercas e matando vacas prenhe. No relatório dos trabalhos realizados de 1906 a 1910, da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo chefe da Comissão, pelo então Major de Eng. Cândido Mariano da Silva Rondon, consta que estas represálias foram respondidas com violentos ataques proferidos pelos proprietários da Taboco e outros fazendeiros com

requintes de crueldade, sugerindo que desejava fazer uma demonstração de força, além lembrar a todos a quem pertencia o poder da região:

> Dessas depredações resultou, por parte dos fazendeiros reunidos das circunvizinhanças do Tabôco, um primeiro ataque aos índios que sofreram sensíveis perdas.
> [...]
> Foram êsses indivíduos tão ferozes que, não contentes em degolar, abriram os ventres de índias que se achavam em adiantado estado de gravidez![14]

As atrocidades cometidas com as índias grávidas, indicam uma relação simbólica com as vacas prenhe sacrificadas pelos índios, sugerindo uma espécie de acerto de contas. Cândido Rondon relata, que procurou intermediar o apaziguamento do conflito, inclusive correspondendo-se com o Presidente do então Estado de Mato Grosso e com fazendeiros. Contudo, os índios foram atacados e mortos por diversos fazendeiros da região, o que levou Rondon a telegrafar ao presidente da Província protestando contra o que chamou de "canibalismo dos fazendeiros", e solicitar providencias para se evitasse a repetição da matança. Apesar da resposta favorável, segundo descreve Rondon, a cena se repetiu seis meses depois, executada pelos mesmos fazendeiros.

---

[1] Ata da assembléia de reativação da Liga Divisionista, transcrita por Hidelbrando Campestrine e Acyr Vaz Guimarães em História de Mato Grosso do Sul, Campo Grande : Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. p. 154.
[2] Expressão empregada por Aristides Lobo, para designar a falta de participação popular na Proclamação da República, foi utilizada por José Murilo de Carvalho em seu estudo Os Bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi, como referência ao analisar o caráter elitista do novo regime e a falta de participação popular.
[3] LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas : Editora da UNICAMP, 1992. p. 426.
[4] RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. São Paulo : Editado pelo autor, 1978. p. 15
[5] RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 25
[6] RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 25
[7] RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 21.
[8] RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 26.
[9] CAMPETRINI, Hidelbrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul, Campo Grande : Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. p. 5.
[10] CAMPETRINI, Hidelbrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul. p. 127.
[11] BITTAR, Mariza. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997). 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 123.
[12] RIBEIRO, R. A. Taboco 150 anos: balaio de recordações. p. 73
[13] Ofício do Inspetor do Serviço de Proteção ao Índio dirigido ao Diretor do Órgão em Mato Grosso, datado de 21 de outubro de 1918.
[14] MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – CNPI - Relatório dos Trabalhos Realizados de 1906 a 1910, pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra, pelo Major de Eng. Cândido Mariano da Silva Rondon como chefe da Comissão. p. 61

O PENSAMENTO NACIONALISTA DOS MÉDICOS: A QUESTÃO DA MONTAGEM DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL DA Iª REPÚBLICA (1900-1930).

Richard Negreiros de Paula.

Buscamos através deste trabalho explicar o projeto de nação idealizado por médicos-psiquiatras nas primeiras décadas do século XX. Dentro desta perspectiva de construção da nação a "doença mental" e a "anormalidade"[i] ganharam expressiva atenção dos médicos psiquiatras. O objetivo era criar um espaço destinado a esses indivíduos que já não cabiam na nova ordem social, republicana e burguesa.[ii] Nossas atenções estarão voltadas para a forma como os médicos-psiquiatras elaboraram seu panteão de idéias sobre a formação do cidadão brasileiro.

Compreender o processo de transformação da psiquiatria durante a Primeira República significa elucidar uma parte significativa da história do desenvolvimento da medicina brasileira no sistema de trabalho capitalista, dos embates das ideologias e da produção científica nos espaços político, social e econômico. Tudo isso ligado ao intuito de se vislumbrar no discurso psiquiátrico o(s) modelo(s) de pensamento(s) sobre a elaboração do brasileiro sob a égide do sistema republicano de governo assentado sobre as bases do sistema capitalista de produção. Dentro desta perspectiva de consolidação do Estado liberal e da formulação de um ideal de "brasilidade" uma questão em especial se constituía em alvo das preocupações dos médicos no início do século passado: a raça. Pois, segundo estes, o cruzamento racial explicaria a criminalidade, a loucura, a degeneração etc. "*O simples convívio das diferentes raças que emigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à "perfectibilidade" biológica".*[iii]

No tocante a essa questão, podemos salientar dois momentos distintos. Num primeiro instante, enquanto vigorava a primazia das concepções da medicina miasmática, o brasileiro era concebido como indolente, preguiçoso e curto de inteligência devido à sua pouco afortunada mistura racial. Num segundo instante, com maior intensidade a partir dos anos

de 1910, o advento da microbiologia trouxe consideráveis mudanças a esta acepção. De acordo com este linha de pensamento, a mistura racial não seria a causadora das características do brasileiro 'pouco dado ao trabalho' e de 'curta inteligência' (obviamente que estamos tratando do ponto de vista deste grupo de intelectuais do início do século passado). Mas sim, de acordo com tal vertente, o brasileiro era portador de várias doenças que o tornava inapto ao trabalho – sobretudo as enfermidades de natureza histológica.

A despeito das novas concepções sobre as características do 'brasileiro', a maioria dos médicos psiquiatras manteve-se, durante o período analisado, presos às idéias raciais. Tais idéias foram incrementadas com novas vestes científicas, sobretudo as explicações de Lombroso acerca da ligação entre característica fenótipa e mental. No Brasil, estas idéias sofisticaram-se, seja com a adoção e adaptação das teorias vindas do exterior, seja com a própria produção intelectual nacional. Inclusive, houve a incorporação das descobertas microbiológicas que serviram para experimentos que correlacionavam certas características histológicas às causas das doenças mentais. Porém, todas se pautavam no princípio da inter-relação entre as características "*hereditárias, as correlações anatomofisiológicas e a gênese da doença*". Desta maneira, a "*sintomatologia das doenças mentais construída e/ou veiculada nos textos produzidos por médicos-psiquiatras e legistas entre 1880 e 1930, caracterizar-se-ia, de modo geral, pelo predomínio dos enfoques organicistas e pela abrangência dos aspectos comumente apontados como reveladores da doença mental*".[iv]

Os psiquiatras do Hospício Nacional de Alienados chegaram aos requintes da especialização nesta área ao fundarem seu próprio Serviço de Antropometria. Neste, verificavam-se os seguintes quesitos: raça, altura, busto, grande abertura, grande circunferência, arcos (e suas várias referências) e comprimentos (pés, antebraço, braço, orelha, cada um dos dedos, coxas e pernas). A intenção era esmiuçar todas as características físicas possíveis e correlacioná-las aos sintomas de anormalidade, buscando, assim, especificar os aspectos nosológicos do paciente.

Nesse sentido, os textos psiquiátricos revelam a maciça predominância da idéia de inferioridade do negro e do índio. Além disso, havia a predominante concordância de que

esta hipótese podia ser cientificamente comprovada. A mestiçagem, portanto, seria um sério fator que contribuiria para a degenerescência da raça 'brasileira' se o elemento negro e indígena fosse predominante na mistura. Neste ambiente intelectual marcado pela hierarquia racial – ou racista, como melhor convir – o futuro da nação brasileira seria "*delimitado pela crença comum na inferioridade biológica e cultural de negros e índios*"[v]. Marginalizados social e politicamente, a psiquiatria reservou a eles "*as designações inferiores da degeneração, categorias próximas da animalidade ou dos estágios mais primitivos da evolução humana*".[vi]

A ampliação do leque de degenerados e a suposta comprovação científica das teorias racistas fortaleceram os discursos que reivindicavam uma maior intervenção médica e, conseqüentemente, governamental no âmbito privado. Dessa maneira, o poder de ação dos médicos não ficaria limitado à criação de espaços reservados para os "loucos". O casamento e a reprodução deveriam ser controlados a fim de se evitar a perpetuação de doenças através do legado genético. "Observe-se, por exemplo, as opiniões emitidas por Antonio Austregésilo e Juliano Moreira no Congresso Nacional de Práticos, realizado em outubro de 1922. para o primeiro psiquiatra, a conscientização dos 'perigos da hereditariedade mórbida', a orientação psicossexual, a divulgação dos princípios básicos de higiene e profilaxia mentais entre os seguidores de seitas religiosas e 'o combate aos erros causadores das doenças nervosas e mentais', por meio da propaganda constante junto das escolas e das famílias, contribuiriam de modo significativo para a prevenção da degenerescência no Brasil. (...) Enfatizando que, de acordo com os princípios pregados pela medicina social, o conceito de degeneração deveria ser entendido em seu sentido mais amplo – abarcando a noção de 'inadaptabilidade social' dos indivíduos, a fim de que se pudesse também aumentar a extensão e a eficácia da ação profilática -, Juliano Moreira defenderia a adoção de medidas muito próximas das propostas por Antonio Austregésilo. Entretanto, o diretor da Assistência Médico-Legal aos alienados iria além, defendendo, explicitamente, a necessidade de se evitar a 'procriação entre gentes taradas'".[vii]

Na prática, tais medidas de intervenção no âmbito particular correspondem ao projeto de normalização e medicalização da população. Não podemos perder de vista que tal projeto se dirigia a uma sociedade que estava implementando e consolidando novas configurações econômicas de trabalho sobre bases capitalistas. Foi neste momento, no início da história do sistema republicano brasileiro, onde estavam sendo moldados, através da negociação e do conflito entre os articuladores dos diferentes grupos que buscavam imprimir suas concepções sobre as bases de onde seria edificado o novo sistema de governo; seu projeto organizacional; sua ideologia predominante; bem como onde estava sendo delimitado o lugar de atuação que caberia às classes sociais dentro dos cenários econômico, político, cultural e social do Brasil. A patologização do cotidiano subalterno emergiu neste quadro como uma resposta dos psiquiatras ao conjunto de estratégias de controle social. "O parentesco entre loucura e crime, presente desde meados do século em concepções como a 'monomania' de Esquirol ou a 'loucura moral' de Pritchard, constitui um aporte básico para a expansão do alienismo para além dos muros do hospício, ao dissociar loucura e razão e abrindo a possibilidade teórica de uma loucura sem delírio, remetida exclusivamente à esfera dos comportamentos. A ampliação do conceito de loucura, iniciada aí, torna a psiquiatria um dispositivo eficaz e refinado: de 'furiosa', a loucura se torna insidiosa, gruda-se à própria pele do indivíduo; torna-se, ademais, invisível – exceto para o olhar do especialista, que vê reforçada sua competência – e uma ameaça infinitamente maior a ser enfrentada, corporificada nas figuras ameaçadoras dos vadios, dos jogadores, das prostitutas e seus cafetões, dos ladrões, dos assassinos, de todos os tipos de 'desordeiros' contidos na população urbana".[viii] Assim, a necessária segurança propiciada pelo hospício – nunca esquecendo que age em conjunto com outros meios, como a polícia e o judiciário – se dá através do controle dessa massa urbana, dos vadios, das prostituas, dos radicais políticos etc. O objetivo é criar o cidadão pacato, do mesmo modo em que visa amansar e disciplinarizar a força de trabalho, para que esta se encaixe nos moldes republicanos de relação econômica capitalista. Apoiando-se na legitimidade da ciência, o

discurso psiquiátrico foi eficaz nesse preâmbulo, pois rotulou cientificamente as ações individuais, buscando alinhá-las aos pressupostos ditados pela nova moral burguesa.

A medicina-psiquiátrica ao mesmo tempo em que buscou legitimar-se como prática médica, procurou instaurar-se no cerne das questões pessoais para ordená-las segundo os propósitos da ordem e da disciplina burguesa de natureza urbana, para tal, torna-se necessário o auxílio dos demais aparatos disciplinadores da massa urbana: a polícia, a justiça e os patrões. Além da problemática do adestramento do modo de vida urbano, o Rio de Janeiro republicano, com mais intensidade durante a primeira década, foi o palco de inúmeras manifestações políticas – greves, reivindicações de associações civis, revoltas populares etc – que levaram aos intelectuais a exigência do estabelecimento da ordem no âmbito da política. O discurso psiquiátrico também atuou neste meio, a medida em que buscou prevenir a sociedade contra os males causados por um certo tipo de doente mental, o: 'apaixonado político'. Qualquer um que se alinhasse ao comunismo, anarquismo ou outra linha desviante do programa republicano poderia ser diagnosticado como possuidor de moléstia mental. Incluindo aí, até mesmo os simpatizantes do republicanismo que participassem de algum movimento que mostrasse o seu descontentamento com os interesses dominantes, como greves, manifestações etc.

Para os principais psiquiatras da época, Juliano Moreira no rio de Janeiro e Franco da Rocha em São Paulo, os atos políticos e seus personagens formariam um conjunto de sinais e sintomas que têm uma só causa: a loucura. Porém, não é tarde para ressaltar que, nesse momento, o degenerado mental não é o defensor da causa republicana, pois não apresenta risco para a ordem vigente. O republicano se encaixa no padrão idealizado pelos intelectuais como o 'cidadão perfeito'. A menos que ele faça parte de outra categoria, que não implica necessariamente em ser simpático ou não à causa republicana, como vagabundo, alcoólatra, toxicômano etc.

Vejamos outro exemplo. Em 1898, o médico Álvaro Fernandes defendeu sua tese sobe loucura e moral na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo ele: "*O tipo de louco moral no momento presente é o anarquista, que corresponde a um estado*

definitivo da loucura, nascendo da luta social, da desarmonia entre o capital e o trabalho"[ix]. Este trecho é especialmente rico. 1º) O referido Dr. Álvaro Fernandes nos dá como causa da doença: "*a luta social*" e a "*desarmonia entre capital e trabalho*". A luta social, para esse médico, vai muito além das disputas próprias de uma sociedade que passa a adotar o sistema capitalista de produção. A paixão política não causa problemas apenas para o governo e capitalistas, ela é perniciosa ao indivíduo, sendo a principal causa e razão do seu desequilíbrio mental. 2º) Ele classifica, sem muito pudor, o anarquista como um doente definitivo, sem qualquer chance de 'reabilitação', como se tal opção política fosse uma patologia física incurável, uma espécie de doença social que se manifesta no indivíduo. Assim como um câncer recém descoberto, os psiquiatras avaliavam que uma vez diagnosticado um indivíduo com pensamentos desviantes era preciso controlá-lo para que não se espalhe por todo o organismo social. O controle mais eficaz, encontrado durante as primeiras décadas subseqüentes à apresentação da tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, consistirá na interdição do indivíduo desviante num dos aparatos criados pelo Estado: manicômios, colônias psiquiátricas (que ganharão contornos de campo de concentração) e manicômios judiciários.

Dessa forma, é necessário indicarmos que o valor estratégico do discurso psiquiátrico "*aponta uma articulação política do espaço social*"[x], caracterizando a doença mental como causa criada por um mal social, resultante de desvios, como: a efetiva participação política e outros motivos considerados como causa de decadência individual/coletiva. "Conforme observou Ruth Harris, as reflexões de Morel seriam também tributárias das idéias dos primeiros higienistas que, como Esquirol, tendiam a encarar a insanidade como conseqüência do desequilíbrio entre os organismos individuais e sociais, provocados por determinados aspectos, tais como: os efeitos "perniciosos" das paixões "excessivas", os modos de vida "desregrados", as conturbações políticas e sociais, a precariedade das condições de trabalho, a miséria, o fanatismo religioso. (...) A nova perspectiva emergente no âmago da medicina mental implicaria, pois, alargamento significativo da noção de insanidade mental, tornando ilimitadas as possibilidades de rotulação das mais variadas

condutas, individuais e coletivas, como “anormais”. Além disso, as noções de degenerescência e de constituição enfatizariam a perversidade do louco, redimensionando o sentido de sua periculosidade, a partir do estabelecimento de uma estreita associação entre criminalidade e loucura”[xi].

Tanto na questão do controle político quanto urbano, a polícia foi reorganizada e ampliada para dar conta de seu papel como principal braço executor do poder governamental no controle social. Ou seja, a polícia foi, efetivamente, o maior fornecedor de pacientes para os hospitais psiquiátricos da cidade do Rio de Janeiro. A imensa maioria dos internos foi hospícios pelos braços da polícia. Este fato colabora para afirmar nossa hipótese de que o discurso e a prática psiquiátrica, que são faces diferentes de uma mesma moeda, configuravam-se basicamente como estratégias de controle, à medida que permitiam medicalizar uma série de comportamentos pessoais e coletivos, dando-lhes outras conotações que extrapolavam os limites do econômico, do social e político. De acordo com Vera Portocarrero, “*a categoria dos anormais se sobrepõe ao par normal-doente mental do século XIX, tornando a ação da psiquiatria mais específica, dirigindo-se a cada tipo particular de anormalidade, tornando-se, ao mesmo tempo mais abrangente, assistindo a um número muito maior de indivíduos nocivos à sociedade, a partir da possibilidade de sua recuperação através de uma intervenção fundada num saber médico ‘científico’*”[xii].

As novas definições da psiquiatria aproximavam a loucura do crime, tamanha a sua periculosidade. Constituindo-se como instrumento para pôr sob suspeita indivíduos e setores incômodos, permitiu justificar “*cientificamente as medidas de repressão aos indivíduos indisciplinados, dando a ilusão de eliminar a idéia negativa de uma reclusão que consistiria apenas numa maneira frágil e fácil de afastá-los da sociedade*”.[xiii] “*A busca de uma identidade para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República*”.[xiv] Como vimos, com a comunidade médica não foi diferente. Especialmente entre os psiquiatras, preocupados em criar meios de se conceber o brasileiro ideal.

Dentro da proposta apresentada por este trabalho, que é refletir sobre os modos como médicos psiquiatras pensaram a nacionalidade brasileira, especificamente o cidadão brasileiro, foram discutidas questões como controle da procriação, controle social do espaço urbano e controle político. A repetição da palavra controle não é mera redundância ou floreio lingüístico. É, antes de tudo, uma maneira de salientar o princípio fundamental do pensamento psiquiátrico e de sua aplicação sobre a população, ou seja: o controle. Era preciso estar atento aos casamentos indesejáveis, pois seu fruto poderiam ser uma carga penosa para a população sadia. Da mesma forma que deveriam ser controlados, medicalizados e curados os vagabundos, as prostitutas, os alcoólatras, enfim, aqueles que não se encaixavam adequadamente no mundo do trabalho, que formavam uma população flutuante, não estabelecida no novo sistema capitalista de produção. Devemos incluir os opositores do novo regime neste leque de medicalizáveis e curáveis. As paixões políticas eram perigosas aos indivíduos, pois estava provado que eram causadoras da loucura. Mas também era perigosa à sociedade, pois podia alastrar-se como fogo no rastro de pólvora de um barril social prestes a explodir.

Desta forma, ao mesmo tempo em que punham em ação suas idéias de controle, os psiquiatras, com uma boa pitada de "*sadismo moralizador*"[xv], ocuparam-se em desenhar as feições do brasileiro perfeito. Este era polido, trabalhador, branco e avesso às 'paixões' políticas. Os desviantes deveriam ser curados à luz dos avanços científicos da medicina especializada nas mentes. O Brasil, que eles pretendiam, não deveria tolerar outro tipo de cidadão.

---

[i] ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, pp 23.

[ii] CUNHA, Maria C. Pereira. O espelho do mundo- Juquery, a história de uma asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 21-22.

[iii] SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo Das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp 191.

[iv] ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001, pp. 155.

[v] Idem, pp. 174.

[vi] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *O espelho do mundo: Juquery a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp 31.

[vii] ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001, pp. 176.

[viii] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *O espelho do mundo: Juquery a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp 24.

[ix] Apud. ENGEL, Magali G. '*As fronteiras da anormalidade*: *psiquiatria e controle social*'.In: História, Ciências, Saúde — Manguinhos, V(3): 547-63, nov. 1998-fev. 1999.

[x] PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da loucura.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2002, pp. 15.

[xi] ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001, pp. 132.

[xii] PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da loucura.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2002, pp. 19.

[xiii] Idem, pp. 19.

[xiv] CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1990, pp. 32

[xv] FOUCALT, Michel. *Doença mental e Psicologia*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, pp 84.

DISCURSOS SOBRE AS GRANDEZAS E OS INFORTÚNIOS DA BAHIA: IDENTIDADE LOCAL E INSERÇÃO NA ORDEM REPUBLICANA

Rinaldo Cesar Nascimento Leite
Professor da UEFS
Doutor em História da PUC-SP

A instalação da república no Brasil produziu um novo arranjo na distribuição do poder político nacional. No período de 1889 a 1930, à medida que o regime avançou, foi se tornando clara a proeminência assumida por alguns estados, que passaram a controlar os mais importantes postos políticos. São Paulo e Minas Gerais foram os mais favorecidos com as rearticulações então operadas, visto ocuparem os postos de maiores potências econômicas do país e possuírem partidos regionais coesos e estruturados. O Rio Grande do Sul, respaldado na posição de terceira maior força política e econômica, conseguiu adquirir espaço significativo no núcleo do poder nacional e colheu diversas benesses. Secundando esse trio, no bloco dos intermediários, vinham os estados que tiveram grande influência na época imperial: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. As demais unidades da federação eram consideradas forças menores no jogo político.[1]

A posição que a Bahia passou a ocupar na ordem republicana ocasionou um acentuado desconforto nas suas elites. Isso porque elas conservavam a memória vívida de um tempo relativamente recente, no qual os conterrâneos do passado tanto desempenharam um papel hegemônico no plano político quanto ocuparam um lugar destacado no campo cultural, sem esquecer da esfera econômica. No Império, políticos baianos exerceram inúmeros cargos administrativos de relevo, especialmente as pastas ministeriais. Para ser mais claro, a terça parte de todos os chefes de gabinete do Segundo Reinado e a quarta parte de todos que foram nomeados ministros de Estado no mesmo período tiveram origem na Bahia. Para designar essa predominância, sujeitos da própria época e historiadores posteriores, como Sérgio Buarque de Holanda, utilizaram o termo "baianismo".[2]

As elites baianas eram, também, muito ciosas das tradições culturais e históricas, que remontavam ao Descobrimento e se estenderam até o século dezenove, manifestas nas

letras, artes, ciências, religião, bem como nos eventos marcantes que teve lugar no território baiano ou contou com a participação do seu povo. Do mesmo modo, até meados dos anos oitocentistas, aproximadamente, quando não exerceu a liderança do quesito, sempre esteve entre os três principais centros econômicos do país. Pretendo expressar tais proeminências, foram cunhados diversos títulos para a Bahia, dentre os quais se destacavam Rainha do Norte (em referência a sua projeção econômica, mas, sobretudo, a política) e Atenas Brasileira (alusão à sua função central na cultura, na ciência, nas artes e, também, na política nacional).[3]

O comparativo entre o passado imperial, no qual dominara a cena, e o presente republicano, no qual se tornara coadjuvante, provocava um sentimento angustiante nas elites, que alegavam estar a Bahia na vivência de uma crise, cujo principal sinal era o "declínio" ou a "decadência" política. Acostumada como fora a exercer o poder com as chefias de gabinete, apenas elegeu um vice-presidente no primeiro governo civil do novo regime — Manoel Victorino, na presidência de Prudente de Moraes (1894-1898) — e não mais conseguiu fazer nenhum dos dois principais mandatários da República. Entre a proclamação, em 1889, e a Revolução de 1930, a Bahia colheu insucesso todas as vezes que se aventurou a lançar candidatos aos cargos presidenciais. Rui Barbosa foi derrotado nas duas ocasiões que postulou a presidência e teve seu nome preterido diversas outras oportunidades; José Joaquim Seabra, ministro por duas vezes e governador outras duas, também fracassou numa tentativa como vice. A rigor, somente o governador Vital Soares logrou vitória, em 1930, na qualidade de vice do paulista Julio Prestes, mas não assumiu o cargo em virtude do movimento liderado por Getúlio Vargas, que pôs fim à chamada Republica Velha.

A percepção de grande parte das elites baianas no tocante ao novo regime fazia com que o mesmo fosse visto como uma das causas do "declínio" e a sua era fosse definida como "anos de infortúnio". Os depoimentos que apontavam nessa direção foram muitos. O jornalista, advogado e criminologista Lemos Britto declarou a respeito:

> Não é possível esconder a obscuridade em que, para todos os cotejos e confrontos, vive submersa a Bahia. A insignificância de seu papel na actualidade republicana contrasta com a grandeza de seu passado e com os seus próprios valores actuaes.[4]

Rui Barbosa, também, manifestou-se em relação ao problema. Fazendo uso da linguagem dos astrônomos, inquiriu-se como a Bahia passou de sol a satélite:

> Porque seria que da condição de centro solar do systema desceu ella à de reflector de luz alheia, sendo humilde satélite, para gravitar subordinadamente numa deslutrosa inferioridade? Que singulares transmutações no seu destino a reduziram a girar, silenciosa e apagada, na órbita que outros lhe traçam? Donde as influencias, que a condenaram a esta opacidade, que accommodaram com esta subalternidade, que a paralysaram nesta instabilidade?[5]

Descontentes com tal situação, caracterizada pelo desprestígio e pela perda de posição, as elites buscaram engendrar formas de reivindicar junto às principais forças políticas nacionais o reconhecimento da importância do Estado na nação e a sua restituição a um lugar mais prestigioso, mais condizente com suas antigas tradições.

Diversos historiadores ressaltam que uma economia pujante e a coesão político-partidária das elites regionais eram os principais fundamentos do poder desfrutado por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul no seio da federação brasileira.[6] A Bahia, no entanto, vinha claudicando economicamente desde meados do século XIX e, na República, conseguiu, no máximo, alcançar uma estabilização, interrompendo a tendência declinante. Politicamente, vivenciou tensões, dissensões e lutas ferrenhas entre os diversos grupos políticos estaduais, as quais pareciam tornar impraticáveis quaisquer iniciativas conciliatórias e impediam suas elites de atuarem de modo homogêneo no plano nacional em prol dos interesses gerais do estado.[7]

Enfraquecida na economia e cindida na política, a Bahia concentrou uma parcela significativa da sua energia reivindicatória promovendo um embate simbólico contra os estados hegemônicos. Dito de outro modo, diria que foi reforçando elementos identitários locais/regionais, produzindo discursos de grandezas passadas e presentes, salientando o

papel da terra na história nacional, promovendo suas riquezas e qualidades, apresentado uma versão alternativa da nacionalidade, dentre outras ações similares, que se engajou na luta pela recuperação de um lugar proeminente na ordem republicana. Com isso, opunha-se a outros discursos identitários regionalistas que serviam para justificar a proeminência de um ou outro estado na nação, como o mito bandeirante ou a idéia de locomotiva do país, ambos advindos de São Paulo, muito bem representavam.[8]

O repertório de idéias e imagens utilizado para construir uma idéia positiva de Bahia e, ao mesmo tempo, atestar a sua importância na formação da nacionalidade brasileira bastante rico, foi composto de múltiplas referências. Sinteticamente, era baseado nas raízes e tradições históricas, nas potencialidades reveladas pelas riquezas guardadas pela terra e na posse de certos dons e talentos peculiares que caracterizavam apenas a sua gente (mas sobretudo as suas elites). Um primeiro exemplo diz respeito à presunção de primazia, primordialidade e imprescindibilidade dos baianos nos momentos mais marcantes da história nacional. Não raro se falava da Bahia enquanto “célula mater”, “terra mater” ou “alma mater” do Brasil. E mais, como afirmou, no contexto aqui abordado (ou seja, as primeiras décadas do século XX), o médico e historiador Braz do Amaral, “nunca se fez coisa digna de ser referida à posteridade que não fosse levada a effeito pelos bahianos, ou com o concurso positivo delles”.[9] Por sua vez, um ex-governador do Estado, Antonio Moniz (1916-1920), expressou-se nos seguintes termos:

> O Estado da Bahia exerceu sempre a mais prenunciada influencia na vida do Brasil, destacando-se nas differentes phases de sua historia, não somente pelo valor intellectual e moral dos seus filhos, com os quaes se tem irmanado em todo vigor da sua proverbial intrepidez e do seu denonado patriotismo, mas, também, pelas contribuições materiaes de suas potentes forças econômicas [...].[10]

Idéia bastante explorada foi o papel de heroína (a dita “heroína dos seios titânicos”), cujo auge do desempenho se deu nas lutas pela independência brasileira, nos anos de 1822 e 1823. Um breve exemplo é retirado das palavras do escritor Xavier Marques:

> Como se sabe, a Bahia teve a parte mais gloriosa e mais decisiva, de lutas cruentas, e de heroismo sem par, nas campanhas nortistas e sanguinolentas pela consolidação da Independencia Brasileira. Já estava concluido o movimento de emancipação no Sul, e a Bahia era ainda uma luta accêsa, armada, terrivel, quasi ininterrupta contra os elementos revolucionarios da Metropole que alli preponderavam, pela anarchia, contra a nossa soberania de povo autonomo. [...]
> Com effeito, em muitas provincias ou partes do Brasil, no Rio, em S. Paulo, em Minas Gerais, em Pernambuco, Pará, Maranhão, houve agitação, choques, conciliabulos, motins, perseguições e represalias, mas em parte nenhuma do Brasil tiveram as lutas pela Independencia a feição de luta armada, o aspecto e o caracter de uma guerra separatista, levada a feliz e glorioso termino depois de numerosas batalhas terra marique. Este grande sacrificio de sangue foi reservado à Bahia, que com elle sellou a conquista definitiva da nossa Independencia [...].[11]

Ser uma pátria de artistas, oradores, estadistas e guerreiros se tornou outro motivo de orgulho. A síntese de tudo isso aparecia no título de "Atenas Brasileira" dado à Bahia, muitíssimo cultivado pelos baianos. Escrevendo sobre o poeta Castro Alves, o estudioso dos costumes e tradições populares Mello Moraes Filho se reportou ao distinto epíteto:

> A Bahia, que no dizer do famoso escriptor do Guarany é a Athenas do Brasil, pela quantidade de grandes homens que continuamente apresenta na política e na guerra, na poesia e nas artes, com os olhos humidos de pranto, guarda-lhe orgulhosa o tumulo.[12]

Essas referências, que resgatavam ocorrências históricas, eram sinais das grandezas baianas e importantes fundamentos de uma invenção identitária regional, mas não eram as únicas. A idéia de lugar abençoado sempre rondava os discursos sobre a Bahia, daí porque dizerem ser uma "bemdita terra". Mas de que forma se dava isso? conforme as indicações recolhidas, muitos seriam os motivos para bendizer a Bahia: as belezas naturaes, decantadas nas suas "exaggeradas opulências"; a fartura da terra, com seus frutos e frutas abundantes; "a riqueza e pujança da sua flora", com suas espécies variadas e adaptáveis, assim como a fauna grandiosa em número de espécie; e, também, o clima, caracterizado como o "mais uniformemente constante em temperatura, muito mitigado, salubre e amenissimo", dentre "todos do Brasil", e que a dotava de "uma quasi primavera, deliciosa e eterna".[13] Acrescento, ainda, as inúmeras riquezas guardadas no seu

solo e subsolo, reveladoras de potenciais econômicos inesgotáveis, mas muito pouco exploradas. Tratava-se de uma ampla variedade de minérios, muitos deles abundantes, encontrados espalhados pelo vasto território, e que poderiam produzir a redenção econômica do estado.

Bendita, também, por se constituir no "lar clássico das tradições nacionais",[14] cultivando sentimentos cívicos e religiosos de uma maneira que, pretensamente, não encontrava equivalente em nenhuma outra parte do país. Daí, o gosto pelas festas, que, na idealidade de alguns membros das elites, tinham sempre um propalado caráter cívico-patriótico ou religioso, como citado há pouco. Considerando os limites de um artigo, coloco, por fim, a Bahia como terra abençoada por causa da sua própria gente, pois, conforme disseram alguns, os baianos eram seres muito especiais:

> Se há, entre as diversas regiões brasileiras, povo de características invejaveis, esse é, sem duvida, o bahiano. Intelligente até a maxima perspicacia, investigador, tenaz, operoso, bravo, cavalheiresco e jovial, elle representa um reservatorio de preciosa energia brasileira, sempre comprovada e que se tornou, com o tempo, proverbial.[15]

Tais características os faziam se notabilizarem nas atividades a que se dedicavam e serem, digamos, indispensáveis onde quer que fosse. Aliás, os baianos, segundo alguns relatos, costumavam aparecer providencialmente nas mais diversas ocasiões, podia ser socorrendo um compatrício no distante Japão, auxiliando um viajante estrangeiro no interior goiano, "civilizando" indígenas na selva amazônica, salvando vidas durante uma epidemia na capital federal (como fizera um grupo de médicos) ou exercendo funções públicas nas mais diversas partes do país.[16]

Tratando de apresentar uma série de qualidades da Bahia e dos baianos (ou, para ser mais preciso, das elites), firmavam-se princípios de uma identidade regional que tinham em meta superar os infortúnios sofridos na primeira fase do período republicano brasileiro. Com seus discursos sobre as grandezas da terra, as elites pretendiam exigir que reconhecessem as suas tradições, fundamentar o que julgavam ser um legítimo direito de participar mais intensamente do poder político nacional e lutar pelo restabelecimento de um

antigo *status*. Diante das dificuldades de superar os problemas econômicos e políticos internos, apelavam as representações simbólicas como estratégia de reivindicação e convencimento das elites dos estados hegemônicos na federação brasileira de que a Bahia precisava partilhar da direção do país.

Notas

[1] Ver LOVE, Joseph. A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 123-160; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, p. 162-226; e RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**, **Vol**. **1:** o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação a República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120.

[2] Sobre a hegemonia política baiana no Império, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de, **O Brasil Monárquico:** do Império à República, São Paulo, DIFEL, 1983, p. 271-272; MATTOSO, Kátia Maria de Queirós, **Bahia**, **século XIX:** uma província do Império. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 288-289; e CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial; O teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / Relume-Dumará, 1996 p. 198-199. "Baianismo", palavra apropriada por Holanda, ou "dias de baianismo" foi uma "expressão usada por Francisco Otaviano em carta dirigida a Gaspar da Silveira Martins, ambos políticos do Império", segundo consta em SANTOS, Mario Augusto da Silva. **O movimento republicano na Bahia**. Salvador, Centro de Estudos Baianos-UFBA, 1990, p. 30, nota 34.

[3] LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada:** discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História) — PUC-SP, 2005, ver especialmente os capítulos 1 e 2.

[4] BRITTO, Lemos, [Editorial]. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 33, dez./1920.

[5] Rui Barbosa. "Discurso". In BRITTO, José Gabriel de Lemos & CATHARINO, Alberto Moraes Martins (orgs.), **Renascimento Cívico.** O Batalhão de Atiradores Bahianos na Parada Nacional de 7 de Setembro. Bahia, Typ. Bahiana (Cincinnato Melchiades), 1917, p. 43-47.

[6] LOVE, Joseph, *op. cit.*; SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *op. cit*.; e RESENDE, Maria Efigênia Lage de, *op. cit*.

[7] Sobre a economia, ver FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS — CPE (BAHIA). **A inserção da Bahia na evolução nacional**, **2ª Etapa: 1890-1930**. Salvador, 1980, p. 9. Ver, também, MATTOSO, Katia M. de Queirós, **Bahia**, **Século XIX**, p. 487; AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o "enigma baiano". **Revista Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1977; ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out./dez. 1977. Sobre as dissensões político-partidárias baianas, ver PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934:** a Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de janeiro, Civilização Brasileira, 1979; e SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador, Núcleo de Publicação do Centro Editorial e Didático da UFBA, 1978.

[8] FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante:** letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, Editora UNESP, 2002; LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na Federação Brasileira. 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

[9] AMARAL, Braz do, **Assumptos de Actualidade sobre Finanças da Bahia e Festas do Centenário**. Bahia: [s.n.] 1922, p. 28.

[10] MONIZ, Antonio. "A Bahia e o seu Papel Histórico na Evolução Política do Brazil". **Revista da Bahia**, Bahia, nº 21, 15 de outubro de 1922.

[11] "A Bahia no Centenario da Independência". **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 38, mai./1921.

[12] FILHO, Mello Moraes. "Castro Alves". **Revista do Grêmio Literário da Bahia**, nº 5, mar./1903, p. 261, Usei a edição fac-similar da.publicação, cuja referência completa é Revista do Grêmio Literário da Bahia: 1901-1904. Salvador, Academia de Letras da Bahia / Artes Gráficas e Industria Ltda., 1988. Todas as próximas citações da revista terão por base essa edição fac-similar; as referências de página seguem também a numeração constante na mesma.

[13] Respectivamente, “Bellezas naturaes da Bahia”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 10, set./1918; “Terra farta”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 35, fev./1921; “Flora e Fauna”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 34, janeiro de 1921; e Paschoal de Moraes. “O Clima de São Salvador”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 05, abr./1918.

[14] “A Bahia no Natal. Bahia, o lar clássico das tradições...”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 13, dez./1918.

[15] “Nossos Patricios”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 1, dez./1917.

[16] Para maiores detalhes sobre os elementos identitários baianos, os discursos sobre as grandezas e os infortúnios, ver LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento, *op. cit*.

A "LOUCURA ESPÍRITA" EM JUIZ DE FORA – MG

Roberta Müller Scafuto Scoton

Licenciada em História pela UFJF e
Mestranda no Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Religião da UFJF,
na área Ciências Sociais da Religião.

Este artigo tem por objetivo analisar a penetração e discussão de concepções médico-psiquiátricas sobre as religiões mediúnicas na cidade de Juiz de Fora (MG). Acredito que estas práticas e religiões foram objeto de análise da psiquiatria pelo fato de comportarem elementos que se configuravam enquanto tema para esta disciplina e também por que era uma forma alternativa de cura, de explicação e de tratamento da loucura.

A psiquiatria no período da Primeira República preocupa-se fundamentalmente com a "limpeza" e a disciplinarização do meio urbano, através *da "disciplina cotidiana, da normalização e adestramento das populações urbanas"*.[1]

No final do século XIX,

> *a saúde pública e a psiquiatria dão-se as mãos na tarefa comum de sanear a cidade, remover a imundície e a morrinha, os focos de infecção que eram os cortiços, os focos de desordem que eram os sem-trabalhos maltrapilhos a infestar as cercanias do porto e as ruas do centro da cidade.*[2]

Esta especialidade médica consolida-se no Brasil, incorporando *"uma ampla variedade de temas na fixação das fronteiras que passariam a 'doença' da 'saúde', o 'normal' do 'patológico' no âmbito dos distúrbios mentais".*[3] Dentre tais temas destacam-se o da civilização, da raça, da sexualidade, do trabalho, do alcoolismo, da delinqüência, do fanatismo religioso e da contestação política, temáticas a partir das quais podemos afirmar uma relação evidente da ameaça da integridade da ordem estabelecida com doenças mentais, e uma necessidade de retirar estes elementos desagradáveis dos locais públicos e visíveis.

As crenças e práticas religiosas foram temáticas analisadas pelos psiquiatras, sendo as manifestações de obsessões e delírios religiosos que escapassem do controle

oficial consideradas muitas vezes como sintomas de patologia mental. M. Engel aponta que era comum entre os psiquiatras brasileiros o estabelecimento de vínculos entre valores, crenças e práticas religiosas da população negra e mestiça e certos tipos de doenças mentais. Entre as principais preocupações dos psiquiatras, inclui-se também o espiritismo, tanto o Umbandista quanto as práticas *"disseminadas pelo chamado 'espiritismo racionalista e científico (cristão)'entre as 'classes médias abastadas'(...)"*[4] E. Giumbelli afirma que os textos médicos da primeira metade do século XX procuraram patologizar o espiritismo como fator de doença mental, tomando as religiões mediúnicas indistintamente.[5]

De maneira geral, para a Psiquiatria o espiritismo era considerado desencadeador de doenças, e seus aspectos da cura e da terapia alternativa configuraram-se em alvo para combates, já que possuía um duplo perigo: perigo à saúde mental das pessoas que recorressem a eles e perigo à medicina que buscava hegemonia através da crítica, combate e perseguição aos que denominavam "charlatões".[6] Apesar das concepções psiquiátricas que relacionavam o espiritismo à doença mental terem sido dominantes, não podemos afirmar que o pensamento psiquiátrico era homogêneo sobre esta questão. Um exemplo de destaque que confirma esta idéia é do Médico psiquiatra Bezerra de Menezes, que aderiu ao espiritismo e curava *"por meio de crenças religiosas"*.[7] A terapia de Bezerra de Menezes consistia na convocação durante a sessão médica de *"'espíritos superiores' para decodificar os 'sintomas morais' do paciente e as entidades desencarnadas tentavam persuadir os 'espíritos inferiores' a se arrepender e a desistir de perseguir a vítima/paciente".*[8]

Atualmente tende-se na psiquiatria e psicologia a se estudar os fenômenos mediúnicos levando-se em consideração os aspectos culturais que a envolvem, observando, por exemplo, que o transe individual é normal para determinado meio social, fazendo parte de um culto e não se configurando como uma patologia individual. As análises sociológicas e históricas da década de 1950 – principalmente as de R. Bastide e P. Verger – foram as primeiras a interpretar os fenômenos a partir do enfoque cultural. A etnopsiquiatria tem empreendido importantes mudanças neste campo de conhecimento,

relativizando interpretações preconceituosas e limitadas.[9] No Brasil do início do século XX as interpretações acerca da mediunidade eram na maioria das vezes descritas como sinal de psicopatologia, conseqüência da análise descontextualizada destas experiências de sua inserção em um grupo e cultura.[10]

Segundo R. Ortiz, em seu estudo sobre a religião umbandista, a ciência pode ser considerada a primeira instância legítima que se opôs a esta religião, associando loucura e possessão de forma mecânica.[11] A idéia de que o fenômeno do transe se reduzisse às manifestações histéricas perdurou por bastante tempo na sociedade.[12] O psiquiatra Oscar de Souza em "O indivíduo e o meio do ponto de vista da higiene mental" de 1928, afirma que:

> *"Entre os males sociais que se apontam em nosso país como grandes fatores de loucura, está o espiritismo grosseiro que se desenvolve num terreno adubado pela ignorância e pelas superstições (...). o espiritismo não é somente um mal que se alastra nas camadas inferiores (...) senão que se estende, alcançando as camadas superiores da sociedade"*[13]

"*Tendências Modernas da Psiquiatria"* de Henrique Roxo (1918) é outra obra na qual a imagem da loucura penetra o significado religioso, fazendo com que o espiritismo configure-se ao lado da sífilis e do alcoolismo como fonte de doenças mentais.

> *"Os caso de doenças mentais provocadas pelo espiritismo vem aumentando consideravelmente nos últimos tempos, é raro o dia em que não me é dado observar pelo menos um, no Instituto de Neurologia em que funciona a clínica da Faculdade de medicina. A sífilis, o alcoolismo e o espiritismo são fatores que concorrem em 90% dos casos de alienação mental"* [14]

Considero importante o estudo destas concepções psiquiátricas, especialmente as que viam as religiões mediúnicas como uma causa ou desencadeadoras de alienação mental, porque tais idéias tiveram grande repercussão e estiveram presentes no cotidiano dos indivíduos no início do século XX.

Na cidade de Juiz de Fora (MG), a força destas idéias é percebida e constante, também relacionando tais religiões a práticas criminosas. Um exemplo é de 1882, em uma notícia publicada no jornal local "*O Pharol"*, intitulada *"Efeitos do Espiritismo"*, que traz a informação de que um homem havia perdido a razão por freqüentar sessões espíritas, fato

que motivaria o assassinato de seu filho e agressão à esposa.[15] Outro artigo, intitulado *"Brutalidade",* noticia que um homem foi *"agredido e esbofeteado"* pelo cunhado da *"feiticeira Mindoca"*; [16] pesquisas atuais mostram que Dona Mindoca foi fundadora do centro de Umbanda mais antigo da cidade, datado do início dos anos 20.[17]

Além disso, pode-se destacar o fato de estas concepções psiquiátricas terem servido direta ou indiretamente para denegrir a imagem das religiões mediúnicas, o que se configurou como importante para a delimitação de fronteiras identitárias entre as religiões afro-brasileiras e o Espiritismo Kardecista. Isso se explica porque os espíritas kardecistas, os quais também eram alvos das concepções psiquiátricas, respondiam e dialogavam sobre as acusações excluindo-se dos rótulos estigmatizantes,[18] e ao mesmo tempo, empreendendo sua distinção das religiões afro-brasileiras e propiciando a formação de uma hierarquia das religiões mediúnicas ou espiritualistas.

E. Giumbelli nota a aproximação dos espíritas da Federação Espírita Brasileira, havendo a união desta organização espírita carioca com os poderes policial e jurídico. Em relação a Juiz de Fora, pode-se afirmar que também houve esta aproximação, ambos contra as práticas do "baixo espiritismo". Em um processo criminal de 04/06/1934, um policial, componente da Polícia Moral, que é encarregado do *"serviço de baixo espiritismo e canjerês"*, testemunha que *"encontrou Ricardo* – o réu –, *que com gestos de quem tirasse do corpo de um de sues assistentes, algum espírito maligno, achava-se na pratica franca de feitiçaria".* O policial afirmava que o réu usava objetos *"que de modo algum poderiam servir a prática de são espiritismo e sim a simples e baixa feitiçaria".* Esta fonte chama a atenção para o fato de haver em Juiz de Fora a repressão ao *"cangerê e baixo espiritismo"* e uma hierarquização das práticas mediúnicas, tanto pela justiça, pelo policial, quanto pelo réu, que alegava que *"praticava apenas o espiritismo"* e isso, para o Delegado de Comarca – no relatório feito pelo mesmo – deveria *"ser tido como mera desculpas para as suas práticas criminosas."* Além disso, neste processo uma testemunha de acusação distingue as religiões: *que o baixo espiritismo é aquelle que é feito na orgia enquanto o alto é estudado, é lido nos escritores do espiritismo (...)".* [19]

Portanto, os espíritas kardecistas preocupavam-se em se distinguirem das práticas que consideravam *"bruxarias, feitiçarias e outras drogas semelhantes"*.[20] Afirmavam que não se poderia confundir o kardecismo com as práticas de indivíduos que cobravam dinheiro, sendo estes considerados

> *"elementos atrazados, que se comprazem naquillo que é apenas da terra: fazer e desfazer casamentos, encaminhar negócios, promover discórdias, intrigar famílias, prometter facilidade futuras e outras boboseiras, tendo em vista ganhar dinheiro. Isto não é Espiritismo".*[21]

A negação destes elementos pelos espíritas está em sintonia com a doutrina espírita codificada por Kardec, principalmente em relação a prática caritativa e da negação de contatos com o Plano Invisível para a obtenção de ajuda em questões mundanas. Podemos ainda afirmar espiritismo kardecista local se afirmou através da ênfase na prática caritativa – a prática da caridade foi um importante elemento para a legitimação do espiritismo e uma prática eficiente para se efetivar a conversão de adeptos[22] – e nos aspectos científicos e modernos da doutrina, o que compunha um elemento importante no cenário juizforano, que se queria moderno e progressista pela elite e administradores locais.

Portanto, pode-se afirmar que foi uma discussão importante para os espíritas kardecistas. Era um momento de afirmação, institucionalização e crescimento dos Kardecistas no Brasil e em Juiz de Fora, estas idéias denegriam e prejudicavam a imagem desta religião, que se firmava através dos pilares da caridade, do estudo e da mediunidade.[23]

A fim de demonstrar a importância destas idéias para os espíritas, cito dois exemplos: um artigo no jornal espírita *"Semeador",* da "Casa Espírita" de Juiz de Fora, e um artigo do espírita juizforano Albino Esteves, publicado no Periódico da FEB, *"Reformador,* sendo o mesmo artigo uma transcrição do "Jornal do Commercio". Estas fontes permitem observar o diálogo e refutação "racional" de que o espiritismo kardecista levaria a loucura.

O jornal *"Semeador"* de julho de 1923 traz um artigo intitulado *"Cuidado!... O Espiritismo faz doidos!".* O autor deste pequeno artigo afirma que os católicos e protestantes têm afirmado que o espiritismo *"faz doidos".* Responde a "acusação", afirmando que "*só*

ficam doidos, patetas, malucos, aquelles que têm predisposição orgânica para isso". Acredita que o motivo destas religiões de denegrir o espiritismo é que *"estas duas correntes religiosas não se conformam com o progresso do Espiritismo, e, para assustar, aterrar, desviar d´elle os que por ventura desejassem seguil-o"*.[24] Como percebemos, as religiões mais tradicionais da cidade utilizavam o argumento psiquiátrico para combater o avanço do espiritismo e evitar perda de adeptos. Os espíritas de Juiz de Fora, por outro lado, debatiam e respondiam as acusações, baseando sua defesa no fato de que os espíritas *"pedem pelos que se foram, praticam boas obras, têm Jesus por Mestre da caridade".*[25] Portanto, os espíritas tentavam através da imprensa afirmar sua identidade no espaço público juizforano, respondendo as críticas através deste veículo informativo.

No Periódico da FEB (Federação Espírita Brasileira-RJ) *"Reformador",* de 01/04/1928, encontramos um artigo do espírita e intelectual juizforano Albino Esteves intitulado *"Os grandes factores da loucura".*[26] Neste artigo ele critica notícias veiculadas pelo jornal carioca "O Jornal" sobre palavras divulgadas pelos psiquiatras Henrique Roxo e Juliano Moreira. Albino Esteves cita uma transcrição, de "O Jornal" de 12/03/1926, em que o Dr. Henrique Roxo afirma:

> *"O Espiritismo é, pode-se dizer, sem exaggero, uma verdadeira fabrica de loucos. Entre os dementes que diariamente dão entrada no Hospício, grande parte – a maioria mesmo – vem dos centros espíritas".*

No mesmo jornal, o Dr. Juliano Moreira coloca que *"realmente é grande o número de doentes, procedentes de centros espíritas, que vão bater diariamente as portas do Hospício Nacional".* Albino Esteves criticará estas afirmações com base em documentos que julga possuir maior credibilidade, que denomina de *"informes insuspeitos"* e *"merecem fé e fazem prova, mais claro ainda"* [27]: tais documentos são os relatórios do Ministério do Interior da República. Analisa os relatórios de 1918 a 24 alguns inclusive assinados pelo Dr. Juliano Moreira, o que torna a argumentação de A. Esteves mais convincente aos leitores da época – e percebe que não há referência nestes relatórios de que o espiritismo fosse causador de internações em Hospitais psiquiátricos: desta forma defendia sua religião das acusações oriundas de alguns psiquiatras. A. Esteves, com base em métodos científicos de crítica e

cruzamento de fontes, argumenta e tenta convencer o leitor da “verdade” dos fatos: de que o espiritismo não causa alienação mental e insinua que estes psiquiatras possuíam outras motivações para denegrir o espiritismo, por que não se acentavam em argumentos científicos.

O objetivo deste insipiente artigo foi abordar algumas questões importantes para se entender o contexto de articulação de idéias psiquiátricas sobre as religiões mediúnicas na cidade de Juiz de Fora (MG). Acentuo a importância para os psiquiatras de se estudar o espiritismo, a partir de suas práticas e rituais, o que a maioria das vezes significou o tratamento indiscriminado das diferentes religiões mediúnicas presentes no Brasil. Além disso, observo que estas religiões tornaram-se objeto da psiquiatria em um contexto de legitimação do saber médico, científico e acadêmico. Estas práticas terapêuticas alternativas conviviam com a medicina oficial, o que pode explicar a tentativa de deslegitimar e criminalizar as categorias próprias a estas religiões mediúnicas, em um momento em que a medicina acadêmica angariava hegemonia. Além disso, apontamos para a importância do estudo desse tema tendo como foco de análise a cidade de Juiz de Fora, em que o movimento espírita foi importante desde o final do século XIX.

Acredito que estas concepções psiquiátricas se configuraram como elemento relevante para afirmação do espiritismo local. Apesar de serem idéias depreciativas ao espiritismo, acreditamos terem sido importantes para os kardecistas, tendo em vista que ao discutirem e recusarem este rótulo que os identificava à doença mental, defendiam suas práticas e doutrinas se separando de outras práticas mediúnicas, estas sim identificadas ao charlatanismo, ao curandeirismo, a práticas mágicas e de feitiçaria e à causa de loucura. A partir desta diferenciação em relação a outras práticas mediúnicas, o espiritismo kardecista em Juiz de Fora impôs sua imagem, identificada à caridade, à ciência e à modernização.

[1] CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do Mundo*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23.

[2] RESENDE, Heitor. *Política de saúde mental no Brasil*: uma visão histórica. in: TUNDIS, Silvério; COSTA, Nilton do R. *Cidadania e Loucura*: Políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 45.

[3] ENGEL, Magali G. *As fronteiras da anormalidade*: psiquiatria e controle social. História, Ciência, Saúde – *Manguinhos*, v (3): 547-63, nov. 1998. p. 556

[4] ENGEL, M. *As fronteiras*... op. cit. p. 560.

[5] GIUMBELLI, E. *O baixo espiritismo e a história dos cultos mediúnicos*. In: *Horizontes antropológicos*. V. 9; N. 19. Porto Alegre, JUL/2003.

[6] GIUMBELLI, E. *Heresia,, doença, crime ou religião*: O espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Revista de Antropologia*, 1997, vol. 40, nº 2. PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil*: o presente e o passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.. p. 87-107.

[7] ENGEL, Magali. *A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto*. In: CHALHOUB, S (org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 64.

[8] WARREN, Donald. *A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900*. In: *Revista Religião e Sociedade*, 11/3, dezembro de 1984. p. 58.

[9] SILVA FILHO, J. *A medicina, a psiquiatria e a doença mental*. In: TUNDIS, S. & COSTA, N. *Cidadania*...op. cit. p. 76.

[10] ZANGARI, W. *Estudos psicológicos da mediunidade*: uma breve revisão. In: http//www. pucsp.br

[11] ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Umbanda: Integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 181.

[12] MAGGIE, Y. Medo do Feitiço. Relação entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. e CAVALCANTI, M. *O Mundo Invisível*: Cosmologia, Sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

[13] SOUZA, Oscar de. *O indivíduo e o meio do ponto de vista da higiene mental*. (1928). In: ORTIZ, R. op. cit. p. 181.

[14] ROXO, Henrique. *Tendências Modernas de Psiquiatria*. (1918). In: ORTIZ, Renato. op. cit. p. 180.

[15] Jornal O Pharol, 30/11/1882, Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.

[16] Jornal do Commercio, 04/08/1920, Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.

[17] TAVARES, Fátima Regina Gomes & FLORIANO, Maria da Graça. *Do canjerê ao candomblé*: Notas sobre a tradição afro-brasileira em Juiz de Fora. In: TAVARES, F. & CAMURÇA, Marcelo. (orgs) *Minas das devoções*: Diversidade religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003. p. 169.

[18] CAVALCANTI, M. L. op. cit. passim.

[19] Processo criminal contra a saúde pública. Cx. 243, de 04/06/1934. Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora.

[20] Jornal Semeador. Casa Espírita de Juiz de Fora. Fev/1921.

[21] Idem.

[22] CAMURÇA, Marcelo A. *Fora da Caridade não há religião!* Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960. In: *LOCUS:* Revista de História. Juiz de Fora, EDUFJF, 2001. v. 7, n.1. p. 150-154.

[23] CAVALCANTI, M. op. cit.; GIUMBELLI, E. *O cuidado...* op. cit.; CAMURÇA, M. *Fora da Caridade*… op. cit.; OLIVEIRA, Simone. *A fé raciocinada na Atenas de Minas*: Os primeiros anos do espiritismo em Juiz de Fora (1880-1930). Juiz de Fora: 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF.

[24] Jornal Semeador. Casa Espírita de Juiz de Fora. jul/1923.

[25] Idem.

[26] Periódico Reformador. FEB-RJ, 01/04/1928, p. 159-160.

[27] Temos que levar em consideração o fato de Albino Esteves ser um dos intelectuais de Juiz de Fora que se dedicou a escrever a História de Juiz de Fora, fazendo o "Álbum do Município de Juiz de Fora". Isso pode nos elucidar o porque de afirmar hierarquia em relação a documentos para se escrever a História, já que se baseava no método positivista, em que os documentos "oficiais" tinham proeminência em relação aos outros, como os jornais, por exemplo.

1492 – A CONQUISTA DO PARAÍSO: UM FILME E SEUS DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA.

Roberto Abdala Junior; *mestre em Educação e doutorando em História / UFMG;*
e-mail: abdalajr@yahoo.com.br

Palavras chave: *história, cinema, educação*.

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos é um exercício de aplicação das proposições formuladas em nossa dissertação de mestrado. Naquela ocasião estávamos empenhados em encontrar abordagens teóricas que viessem esclarecer relações entre História e Cinema e pudessem contribuir nos processos de construção de conhecimentos históricos, nos quais os filmes figurassem como mediadores. Nossa intenção era buscar ferramentas de leituras de um mundo cujos significados dos acontecimentos têm se transformado, muito em função das relações entre a história e as mídias audiovisuais.

O quadro teórico que orienta nossa argumentação assenta-se em teses de tradições acadêmicas distintas: a História Cultural, segundo os trabalhos Roger Chartier e a Psicologia Sociocultural, representada pela obra de James Wertsch. O historiador da cultura tem pesquisado significados das práticas socioculturais de escrita e leitura em contextos históricos definidos. O teórico da Psicologia Sociocultural vem estudando conceitos empregados por L. S. Vygotsky e Mikhail Bakhtin, abrindo possibilidades do seu envolvimento em processos de ensino-aprendizagem que têm foco na *linguagem*. Suas reflexões se fundamentam na idéia de que as interações discursivas estão entre as principais ferramentas de produção de significados e, conseqüentemente, que estas definem e orientam os processos de construção de conhecimento.

As questões sobre o cinema e sua linguagem são especialmente importantes em nossa argumentação. Articuladas às abordagens definidas acima, as reflexões sobre a linguagem cinematográfica se pautaram nas teses de Bakhtin – sugeridas por alguns

pesquisadores para superar limitações de outros enquadramentos teóricos[1] – cotejadas com a argumentação de teóricos do cinema, como Jean Mitry e Jacques Aumont.

Uma incursão nas obras de todos esses autores sugere que o emprego das teses bakhtinianas pode ser tomado como eixo norteador para a análise de dois processos diferentes: o de interação entre o público e o filme, considerando os contextos socioculturais e históricos nos quais acontece a exibição, e o processo de leitura/apreensão da diegese fílmica, buscando compreender os discursos construídos pelos filmes, a partir das interações entre os elementos que compõem a linguagem cinematográfica.

DISCURSOS E SIGNIFICADOS

O historiador Roger Chartier faz uma extensa argumentação para apresentar as premissas teóricas nas quais se assentam os trabalhos reunidos na sua obra, *História Cultural: entre práticas e representações* (1989). Ao refletir sobre a História Cultural, considera que esta tem por principal objeto "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler." (p. 17). Assim, a História Cultural deve ser "entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido" (p. 17) e se dirigir às "práticas que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo." (p. 27). Mas, para que se possa realizar uma abordagem desta natureza, é necessário contar com um instrumento teórico-metodológico eficaz, pois,

> A problemática do"mundo como representação", moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real. (Chartier, 1989, p. 23-24) [2]

Uma reposta metodológica possível à questão apresentada por Chartier pode ser formulada a partir das reflexões de Wertsch. O autor, ao se debruçar sobre as obras de Vygotsky e Bakhtin, aponta "aproximações conceituais" quanto ao emprego de signos e discursos pelos indivíduos. Um ponto comum entre os autores, segundo Wertsch, é o

enfoque que dão à ação humana concreta e dinâmica, que ocorre em contextos reais, espaço-temporais e sociais definidos. Ambos consideram que o emprego do material semiótico disponível na cultura é organizador do subjetivismo individual. Nessa perspectiva, Wertsch considera que os processos de configuração da consciência e realização do aprendizado realizam-se a partir de interações sociais.

Tomando as teses dos dois autores russos como premissa, Wertsch defende outra maneira de abordar a psicologia individual: rompendo com o conceito de sujeito universal que caracteriza outras abordagens, considera necessário "elaborar uma explicação dos processos mentais que reconheça a relação essencial entre estes processos e seus cenários culturais, históricos e institucionais". Nessa perspectiva, o autor pretende seguir uma proposta mais geral, segundo a qual os instrumentos mediadores surgem em resposta a uma extensa série de forças sociais.[3]

Wertsch, refletindo então sobre processos de construção do conhecimento, defende que a ação, mais do que os seres humanos ou o ambiente, considerados isoladamente, é que proporciona o ponto de entrada para uma análise que possa orientar a atuação do educador nos processos de ensino/aprendizagem. Mas a "ação humana" que o autor está considerando exige uma definição: de um lado, tomando como referência os trabalhos de Bakhtin, enfoca o enunciado como forma de ação, de outro, recorrendo à obra de Vygotsky, enfatiza o discurso do pensamento e, mais genericamente, a "ação mediada" – a ação cognitiva e/ou prática que os sujeitos realizam por meio de "instrumentos mediadores" (e principalmente em processos de aprendizagem).[4]

Segundo o autor, como a ação tipicamente humana emprega "instrumentos mediadores" tais como ferramentas ou linguagem para ser realizada, estes dão forma à ação de maneira essencial. Sob essa perspectiva, é possível concluir que a introdução de novos "instrumentos mediadores" nos processos de ensino-aprendizagem transforma a "ação" de construção de conhecimento realizada pelos sujeitos.

Nesse contexto é que a contribuição de Bakhtin torna-se essencial: seus trabalhos possibilitam apreender significados atribuídos ao mundo, não considerando os signos ou os

discursos isoladamente, mas segundo o enunciado completo no qual estão envolvidos, ou seja, a partir da "ação mediada" e/ou de enunciação realizada pelos sujeitos, em contextos socioculturais e históricos definidos.

As teses de Mikhail Bakhtin abrem pois, possibilidades de reconhecermos relações que se estabelecem entre os discursos da História e do Cinema em diversos contextos socioculturais de exibição (e também de realização) de filmes, iluminando perspectivas para o emprego de filmes em processos de construção de conhecimento histórico escolar (mas não somente neste contexto).

DISCURSOS E DIÁLOGOS EM CONTEXTOS DEFINIDOS: O ENUNCIADO

Uma visão sumária das teses bakhtinianas e suas assertivas sobre os processos que constroem os significados dos discursos, nos fornecem novas chaves para uma aventura pelo universo das relações entre os bens culturais (como os filmes) que circulam numa determinada época e a história. Vejamos, pois, um quadro geral de suas proposições.

Na sua obra teórica, Bakhtin caracteriza todos os discursos como *dialógicos*. O conceito de *dialogismo* é central nas proposições bakhtinianas, porque é ele que converte o foco da análise dos discursos para o enunciado. O autor reflete então sobre a ação de enunciação, pretendendo esclarecer as relações que se estabelecem entre texto e contexto, argumentando que:

> Um sentido definido único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo. Conclui-se que o [significado da enunciação] é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entonações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. (BAKHTIN, 1997, p.128)[5]

Os discursos, considerados em contextos de enunciação como definidos acima, formulam "diálogos" em duas esferas diferentes: uma mais complexa e ampla, da "comunicação cultural" - dos discursos científicos, artísticos, políticos, etc. - e em outra mais,

simples e restrita, com os quais dialoga mais imediatamente – a dos interlocutores mais próximos, aqueles que compõem o grupo ou meio do autor.[6]

Os discursos apresentam duas formas de apreciação da realidade para Bakhtin: a entonação expressiva e a voz. No entanto, a apreciação mais significativa e que é *própria* de cada discurso é a "voz". A voz do discurso expressa um juízo de valor do autor, seu horizonte conceitual (sócio-ideológico). O discurso representa, assim, uma tomada de posição do autor frente aos múltiplos discursos que pretendem se apropriar da realidade de uma época.[7]

A voz do discurso formula uma "reação responsiva" aos outros discursos, enunciados e/ou supostos, com os quais entra em diálogo em seu contexto de enunciação. A esse processo de reação responsiva e recíproca entre as vozes dos discursos denominamos "interanimação dialógica das vozes dos discursos" ou, simplesmente, "interanimação dialógica".[8]

As teses de Mikhail Bakhtin, se não esclarecem como os discursos são apropriados "pelos leitores dos textos (ou imagens) que dão a ver e pensar o real", nos permitem surpreender os sujeitos no momento em que realizam, concretamente, a ação que confere significados a eles, abrindo caminho para uma intervenção no modo como apreendem e estruturam o "mundo como representação".

Vejamos agora como as teses bakhtinianas podem ser tomadas, de um lado como diretriz para uma proposta de leitura cinematográfica e, de outro, para esclarecer relações entre o público e o filme, indicando possibilidades mais significativas para a ação dos professores de história que pretendem recorrer ao cinema como mediador em suas aulas.[9]

UM FILME E SEUS POSSÍVEIS DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA

O filme *1492 – A conquista do paraíso* que é objeto de nossa análise foi dirigido por Ridley Scott e distribuído no ano de 1992. Apesar de o título sugerir que se trata da

“descoberta da América”, o discurso fílmico é construído mais como uma biografia de Cristóvão Colombo que, assim, serve de mote ao cineasta (e/ou realizadores) para lidar propriamente com o tema - muito difundido e visitado na época de sua exibição nas salas de cinema.

Os limites deste trabalho impuseram que abordássemos somente uma imagem movimento apresentada no filme, pois essa nos pareceu indicar possibilidades de um processo mais amplo, no qual todo o filme pode ser tomado como mediador nos processos de construção de conhecimentos históricos. Vamos então voltar o foco de análise para a imagem-movimento que, fora do contexto fílmico e sem um dialogo com o conhecimento histórico, estaria circunscrito ao movimento corriqueiro que é apresentado na tela.

A imagem-movimento consiste de uma mão que segura uma garrafa de vinho e se dirige a um cálice mais distante, faz que vai verter vinho nele, suspende o ato, retorna a um cálice mais próximo e, aí sim, serve o vinho. A imagem-movimento, apreciada “isoladamente”, diz muito pouco. Mas, ao ser inserida no contexto fílmico, passa interanimar a voz do cineasta com o restante das vozes apresentadas no discurso cinematográfico e também com as vozes do discurso histórico.

A seqüência que constrói o contexto para o desenrolar da imagem-movimento inicia-se com a chegada do tesoureiro da monarquia à mesa do representante da Igreja, em um ambiente que nos sugere o “refeitório” da universidade de Salamanca. A situação forjada pelo filme desenvolve-se a partir de discussões sobre a viagem de Colombo; os interesses e desdobramentos que a envolvem, culminando com a imagem-movimento que descrevemos anteriormente. A “mão” que figura na imagem-movimento é do personagem que representa a monarquia: o tesoureiro da Coroa. O outro personagem, de quem é o cálice “não servido” pelo tesoureiro e que o acompanha na refeição é o representante da Igreja.

A descrição contextualizada da imagem-movimento seria então: na cena de discussão entre o tesoureiro da Coroa espanhola e um alto funcionário da Igreja Católica, que se desenrola no “refeitório”, são representadas disputas de interesses que a viagem de

Colombo envolvia, na qual o personagem ligado à monarquia interrompe a ação de “servir” vinho ao representante da Igreja.

A imagem-movimento contextualizada nas duas esferas de diálogo – fílmico e histórico – apresenta pois, um significado tão importante quanto outras seqüências do filme, muito mais extensas e ricas de elementos cinematográficos. Ao dialogar com os discursos que compõem o conhecimento histórico, não só representa disputas históricas ocorridas na Espanha naquela época, como, de maneira metafórica, indica o desfecho dessas disputas entre a monarquia e a Igreja. O cineasta nos diz, “metaforicamente” – por meio de imagens-movimento – que a monarquia, que até então “servia” à Igreja, está em vias de não “servir-lhe” mais. Ao contrário, como atestam os estudos históricos, é a Igreja que passará a servir à monarquia espanhola, como ferramenta na consolidação do estado absolutista, através do “aparelho ideológico” da Inquisição.[10]

As reflexões acima demonstram, com clareza, como as teses de Bakhtin podem ser aplicadas na realização de uma leitura de filmes: é possível perceber como em um discurso cinematográfico, uma imagem-movimento estabelece diálogo com seu contexto mais imediato – o filme, e com um contexto mais amplo, o da comunicação cultural – nesse caso, o contexto configurado pelos discursos da História. É fácil concluir que o reconhecimento desse diálogo amplia, decisivamente, o significado que se poderia atribuir à imagem-movimento, considerando-se somente o contexto fílmico.

Uma observação importante é que a imagem-movimento que foi foco de nossa análise e formula um diálogo com os discursos da História, poderia estar dialogando com outros discursos, políticos, filosóficos, científicos, etc. do contexto representado no filme ou do qual nasceu a concepção e realização da produção cinematográfica.

A magia que envolve o cinema e tem atraído a atenção, tanto de pesquisadores, quanto de cineastas e professores, exige que façamos uma consideração final sobre o filme: ele é uma elegia ao ato de sonhar. Assim, um filme comercial, que obedece às exigências da indústria cultural, produzido numa linguagem acessível, é capaz de promover uma emoção tão distante do cotidiano contemporâneo e tão decisiva para os homens que fazem

a história: o filme faz o público desejar o sonho e, mais que isso, valorizar a buscar de sua realização.

---

[1] STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.
[2] CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* São Paulo: Difel, 1989. As proposições teóricas de Chartier são especialmente importantes no campo educacional porque, mais que em qualquer outro, o mundo e sua história são concebidos por meio de representações.
[3] WERTSCH, James V. Voces de la mente. Madrid: Visor Distribuiciones S/A, 1993.
[4] Os limites deste trabalho não nos permitem uma discussão mais ampla do conceito de "ação mediada", esclarecido por Wertsch e outros autores na obra *Estudos Socioculturais da Mente***.** (Pablo del Rio, Amelia Alvares. Porto Alegre: ArtMed, 1998)
[5] Bakhtin emprega o termo "tema" para se referir ao significado de uma enunciação historicamente situada mas, como a abordagem historiográfica busca saturar de "elementos não verbais" o contexto de enunciação dos discursos, não estaremos empregando-o, mantendo o termo enunciação. (BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.128)
[6] BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso.In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
[7] BAKHTIN, Mikhail . O discurso no romance. In: *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Unesp / Hucitec,1998, p.106
[8] WERTSCH, James V**.** A voz da racionalidade em uma abordagem sociocultural da mente. In**:** MOLL, Luís C. *Vygotsky e a educação***.** *Implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
[9] As teses de Bakhtin têm sido empregadas para análise de filmes, de forma diferenciada, por autores como Robert Stam (*Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992) e Robert Burgoyne (*A nação do filme*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002).
[10] ANDERSON, Perry. *As linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

República e Religião:
O Evangelismo Republicano de Miguel Vieira Ferreira.

RODRIGO DA NÓBREGA MOURA PEREIRA

Miguel Vieira Ferreira (1837-95), oriundo de uma família aristocrática maranhense, partiu cedo de sua província natal, indo à corte para estudar. Formado pela *Escola Central*, ingressou no *Corpo de Engenheiros do Exército* e doutorou-se em Ciências Matemáticas e Físicas (1863). Quando, no ano de 1870, o Dr. Miguel partiu novamente do Norte em direção ao Rio de Janeiro, tinha a convicção formada de que chegaria à corte imperial para trabalhar pela Federação e pela República.

Segundo seu próprio relato, Miguel, acompanhado de seu irmão Luís, encontrou Francisco Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu e apresentou-lhes "a idéia de formar-se um Clube Republicano e de criar-se o partido com uma folha, que se chamasse *A República* e tudo feito ostensivamente, quaisquer que fossem as conseqüências".[1] Alguns dias depois, os irmãos maranhenses foram convidados a participar da primeira reunião secreta do Clube Republicano. Nesta, ficou decidido que fariam uma propaganda aberta e que os primeiros redatores da folha republicana seriam Flávio Farnese, Aristides Lobo, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Meireles e Miguel Vieira Ferreira.

As propostas políticas veiculadas nos primeiros números de *A República*, no período em que o Dr. Miguel não só escreveu, mas também cuidou do trabalho editorial e tipográfico, seguiam um ideário republicano liberal, democrático e reformista, declaradamente, inspirado no modelo norte-americano. Sobre a religião, o jornal posicionava-se conforme o pensamento católico liberal.[2] Interessa-nos, particularmente, observar que, neste periódico, a sustentação das argumentações em prol da proclamação da República no Brasil baseia-se, muitas vezes, em pressupostos religiosos. Assim acontece, por exemplo, com o editorial escrito por Aristides Lobo, para o qual a igualdade social republicana fundamentava-se no Cristianismo:

A Bíblia plantou a vigorosa árvore da igualdade social desde que assinalou que descendíamos todos de um só casal. Jesus Cristo sustentou e desenvolveu as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade, que nascem da Bíblia (...) Ele não reconheceu esses degraus que a natureza não assinalou, que não criou – homens do povo foram seus missionários, seus discípulos, seus amigos. E como reis estabelecem categorias que não existem perante a natureza, que não foram reconhecidas pelo Homem-Deus?[3]

A conclusão desta linha de raciocínio é que só o regime republicano cumpre o ideal de igualdade social, que corresponde à vontade de Deus revelada na Bíblia. Note-se que não há apenas uma exaltação da contribuição histórica e filosófica do Cristianismo para difusão das máximas de *igualdade, liberdade e fraternidade*. O que acontece é que, freqüentemente, na defesa da República, recorre-se a exercícios de teologia política cristã.

Protestantismo brasileiro: misticismo e ilustração.

Em 1873, após contato com o Espiritismo kardecista, Miguel Ferreira conheceu a Igreja Presbiteriana e tornou-se seu freqüentador, estudando a doutrina protestante. A conversão do Dr. Miguel aconteceu de uma maneira que os pastores norte-americanos não estavam, prontamente, preparados para aceitar. Em meio ao culto protestante, ele teve acessos extáticos à maneira espírita, afirmando que recebia mensagens proféticas da parte de Deus. O pastor Blackford teve trabalho para dissuadi-lo de seu misticismo, porém, entendia que isso era absolutamente necessário à sua recepção na comunhão da igreja.[4]

Dessa forma, aceitando a ortodoxia presbiteriana, em 1874, Miguel tornou-se membro daquela igreja e foi eleito presbítero. O jornal protestante *Imprensa Evangélica* cita-o em algumas ocasiões: como pregador leigo, acompanhante de Blackford em viagens missionárias no interior da província fluminense; como participante de uma comissão para a defesa do princípio da liberdade religiosa, ao lado de Tavares Bastos, Quintino Bocaiúva, Francisco J. Lemos e José Coutinho; e, ainda, como o primeiro presidente da *Sociedade Bíblica Brasileira*.[5]

A despeito do intenso envolvimento de Miguel Ferreira com as causas presbiterianas, o reafloramento de suas convicções místicas o conduziu, irremediavelmente, ao rompimento com os missionários norte-americanos. Em 1879, ele deixou a Igreja Presbiteriana, levando consigo

uma parcela de seus membros e fundando o que seria a primeira dissidência evangélica no Brasil. Doravante, até o fim da vida, ele seria o pastor da *Igreja Evangélica Brasileira*.

Os três tipos weberianos de fundamento da legitimidade da autoridade podem servir para explicar a natureza do papel do pastor Miguel Ferreira à frente de sua nova igreja, bem como o próprio caráter da organização eclesiástica que ele inaugurou, em contraste com as duas formas rejeitadas de instituições cristãs tradicionais. Neste sentido, o Catolicismo romano tinha estrutura perfeitamente enquadrada no tipo de autoridade tradicional, que se justifica pela repetição imemorial dos procedimentos religiosos, considerados eternos; sendo reprovável, segundo Miguel, pela sua sustentação de um aparato litúrgico e imagético sem fundamento de valor na realidade prática. Já o Protestantismo presbiteriano estava configurado, exatamente, de acordo com o tipo racional burocrático de organização. Isso dizia respeito à administração eclesiástica, com seus procedimentos estritamente normatizados, dentro de regras que respeitavam uma lógica democrático-representativa, mas principalmente ao plano litúrgico e ao plano moral, nos quais se percebe nitidamente o que o próprio Weber chamou de “disciplina ascética da ética protestante”. O abandono de Miguel deste modelo eclesiológico se dá, justamente, pela sua opção por uma forma mais espontânea de expressão da espiritualidade, menos engessada pela formalidade, menos burocrática e convencional.

Assim, o Dr. Miguel assumiu o ministério pastoral como um típico líder carismático: visionário no sentido literal, orador entusiasta, revestido de caráter profético. Neste sentido, mas somente neste sentido, foi o precursor de uma tendência específica do “Protestantismo brasileiro” que seria característica do maior fenômeno religioso, em termos de expansão numérica, conhecido no Brasil do século XX: o Pentecostalismo. Contudo, outros traços importantes do pensamento e da trajetória de Miguel Ferreira o diferenciam muito do que viria a ser, predominantemente, o Pentecostalismo brasileiro.

O Dr. Miguel expôs, sinteticamente, o sentido de sua obra, nos seguintes termos: *sei que estou formando corações de verdade, de justiça, de honra, de nobreza, de caridade e que preparo cidadãos úteis à minha Pátria*. (Prado, p. 106)

É importante perceber que ele não fazia distinção alguma entre a natureza de sua militância política e a finalidade de seu trabalho religioso. Toda sua atuação era compreendida como dotada de um único significado pedagógico: a instrução das classes populares, para a preparação de cidadãos úteis à Pátria. Neste sentido, pareceu ao historiador Émile Guilhaume Léonard que havia um verdadeiro pensamento iluminista presente no Protestantismo de Miguel Ferreira.[6] Isso pode ser atestado pela análise de suas próprias palavras:

> *Tenho, sem descanso, pugnado pela difusão incessante sem limites da instrução entre o povo, tenho procurado levar a luz e a verdade a todos os recantos desta cidade e deste Império, depois de haver criado algumas escolas e colégios no interior, mesmo no Rio de Janeiro. (...) nunca deixamos de instruir o povo e de sairmos para ir de casa em casa, de porta em porta falar ao cidadão cego e desprotegido dos grandes e da sorte, mostrando-lhes a necessidade da tolerância, da liberdade, da igualdade e da fraternidade, da justiça, da verdade, do livre exame, etc.* (Prado, p. 113)

O pastor Miguel, além da fundação de escolas que assumiram a missão de dar "instrução moral, industrial e artística ao proletariado", enumerou outros feitos de que se orgulhava: 1) a atuação na causa da libertação dos escravos, através da *Manumissora 28 de julho*; 2) a defesa da emancipação feminina, "pela educação da mulher até então abandonada, escravizada, para que fosse habilitada a viver sem precisar herdar nem casar"; 3) a publicação e venda de livros a preços módicos, pois "é preciso que o povo leia, que o povo pense, e que o povo pratique"; 4) a luta pela plena liberdade de religião, através da separação entre Estado e Igreja; 5) finalmente, a militância a favor da proclamação da República Federativa, que entendia ser, no plano político, o advento de um grande processo de libertação das consciências.

A República que não foi a libertação das consciências: imagem e ilusão.

É bem conhecido o fenômeno pelo qual diversos intelectuais, ativos na propaganda republicana, viram frustradas suas melhores expectativas de transformação do país, não muito depois do 15 de novembro. Entre os que acreditaram que a proclamação da República seria o

ponto chave para uma modificação substantiva da realidade brasileira, mas que, frustrados com o novo regime, precisaram refazer suas teorias sobre o que devia ser mudado no Brasil, estava Miguel Vieira Ferreira.

Miguel entendera que a chegada da República resultaria num processo de iluminação e libertação das consciências individuais, até então aprisionadas pelo universo ilusório de valores, imagens e símbolos da Monarquia católica. Contudo, uma série de episódios, que nos compete analisar, deu ensejo a que expressasse seu descontentamento e desenvolvesse uma interpretação particular dos descaminhos da nova República, apontando o que seria, de fato, necessário para debelar as trevas da ignorância, que, segundo ele, ainda dominavam o povo, os governantes e as instituições públicas brasileiras.

Do tradicional Protestantismo presbiteriano, Miguel conservou uma *sui generis* teoria da idolatria como corruptora da moralidade nacional. Tal teoria tinha como ponto de partida um dos princípios doutrinários fundamentais do Protestantismo, fartamente baseado no Antigo Testamento, o qual abominava a utilização de imagens no culto divino. Porém, esta linha de raciocínio extrapolava os limites da dogmática religiosa para ganhar a dimensão de percepção da problemática social, configurando uma interpretação do caráter nacional brasileiro. Na *Imprensa Evangélica*, podemos encontrar uma síntese deste pensamento:

> *... todo povo dado ao culto de imagens tem forte propensão para costumes relaxados. À sombra dos templos em que se veneram objetos visíveis com um culto todo simbólico e exterior, esmorece o que há no homem de espiritual, e as suas paixões mais ignóbeis reinarão infremes. (...) O culto de imagens deixa o espírito em jejum e favorece o predomínio dos sentidos. (...) A sensualidade reina e tiraniza sobre o corpo e a alma de seus devotos. A sociedade impedida em sua marcha, começa a retrogradar e a caminhar rapidamente para sua dissolução.*[7]

Deve-se interpretar o texto acima à luz da típica controvérsia entre o Protestantismo e o Catolicismo, que opõe as concepções imagéticas do Neoplatonismo agostiniano às do Tomismo aristotélico. Assim, contra a idéia de que os objetos sensíveis podem conduzir ao conhecimento da essência do que representam, coloca-se a compreensão de que procurar a realidade espiritual através dos sentidos, no mundo exterior ao indivíduo, acarreta o

aprisionamento da consciência, privando-a do verdadeiro conhecimento do divino, que é completamente interior, racional e transcendente.

Por outro lado, a oposição também deve ser compreendida como a reação de uma percepção formatada pelo Utilitarismo e o Pragmatismo contra a religiosidade barroca brasileira, que se manifestava antes pela afetividade e pelas expressões estéticas, do que pela convicção doutrinária e a disciplina ética. Nessa visão, a descontração das manifestações públicas espetaculares do Catolicismo no Brasil, bem como as relações emocionais pessoais estabelecidas entre os fiéis e determinados objetos materiais sagrados, eram aspectos que favoreciam a ignorância e a imoralidade públicas, contribuindo para o relaxamento do caráter do povo, conduzindo-o à inoperância, ao retrocesso e à dissolução.

Interessantemente, podemos encontrar um pensamento bastante similar, transposto para o campo das idéias políticas, no âmbito da propaganda republicana liberal. Sob o título *A Idolatria Monárquica*, o jornal *A República* publicou um artigo que, a partir da crítica à difusão de imagens de Pedro II em espaços públicos, desenvolvia a idéia de que o incentivo da veneração religiosa ao totem imperial era uma tentativa de iludir o povo, desviando-o da contemplação da verdadeira situação nacional. Assim, todos os símbolos e rituais da Monarquia eram considerados imagens ilusórias, que procuravam despertar o afeto e a sensibilidade estética do vulgo, ocultando enganosamente a realidade prática: a imoralidade e a decadência do regime.[8] O Dr. Miguel abraçava uma síntese destas percepções, adotando uma visão pragmática e antiimagética tanto na religião, quanto na política.

De qualquer forma, a decepção de Miguel com a República veio logo. Já em 1890, teve início uma sucessão de episódios que o levaram a tornar-se crítico contumaz do novo regime, pelo entendimento de que a transição para a República não atingira a essência dos problemas brasileiros. O fato que precipitou o desapontamento foi o seguinte: o pastor Miguel, ao ser convocado para atuar como jurado na *Corte de Apelação*, achou-se no direito de requerer a retirada da imagem católica de Cristo crucificado, que figurava em lugar destacado na sala do

júri, baseando-se no princípio da separação entre Estado e Igreja, consagrado pela República. O caso foi o detonador de uma polêmica relativamente intensa, que colocava em questão a realidade da separação entre Estado e religião, na nova República brasileira.

O requerimento foi parar nas mãos do Ministro da Justiça, o barão de Lucena, que respondeu rispidamente, afirmando que o pedido não passava de um "ato de fanática intolerância", que o crucifixo não ofendia a crença de quem quer que fosse e que, portanto, o jurado recalcitrante devia ser multado.[9] O pastor Miguel, inteiramente indignado, procedeu a sua defesa através da imprensa, sustentando que a presença de imagens religiosas em repartições públicas era um "ataque direto, quebra manifesta e flagrante violação à letra e ao espírito de nossa Constituição Republicana".

A resposta aos argumentos de Miguel veio numa saraivada de críticas e reprovações, em dezenas de artigos veiculados nos mais importantes jornais da Capital Federal, os quais o pastor colecionou e publicou, juntamente com seus textos, em livro intitulado *O Cristo no Júri*. Houve um repúdio quase unânime à atitude e às idéias de Miguel, em textos religiosos ou não, em poesias, em troças e em contra-argumentações de vários estilos. Ali, ele foi chamado de "herege", "fanático", "intolerante", "beato zagal", "tupinambá de casaca". Os mais moderados simplesmente diziam que os protestantes deviam respeitar a religião da maioria dos brasileiros e que o crucifixo não fazia mal a ninguém.

De todos estes acontecimentos, o pastor parece ter depreendido, pelo menos, duas conclusões importantes, com cuja exposição encerramos este artigo:

1) A resistência geral contra a deposição da imagem era apenas um sintoma de algo mais fundo no caráter do povo brasileiro; algo que não podia ser mudado com a simples alteração do regime político. Tratava-se da propensão para a idolatria, que não se resumia no culto a imagens religiosas, mas abrangia todo um conjunto de práticas, valores e idéias, completamente enraizados no coração dos brasileiros:

O mal que a idolatria tem feito ao Brasil é manifesto. Basta ver a subserviência do povo, a adulação e a baixeza, o patronato e o escândalo em tudo; o desrespeito à lei; o valor que se dá a uma pena com que se assina qualquer papelucho; a minuciosidade com que se descreve o menu *(dito em francês) de um banquete; as constantes manifestações de inferiores a superiores, os retratos, os aplausos imerecidos que se tributam sem causa; (...) a frivolidade dos assuntos que preocupam os nossos escritores que a si mesmos ou uns aos outros dão o nome de literatos, poetas, gênios, etc; o espírito gaiato e desfaçado que preside a tudo...*[10]

Dessa forma, a transformação nacional precisava partir de um plano muito mais profundo do que o das instituições políticas: "Falta uma reforma completa nos corações; uma verdadeira regeneração e orientação, que só a verdadeira liberdade poderá lhes dar".[11]

2) A segunda conclusão a que chegou Miguel Ferreira foi a de que o advento da República não efetuara, realmente, a separação entre o Estado e a religião.

Neste sentido, o estudo da controvérsia que se desenrolou sobre o "Cristo no júri" pode ser altamente proveitoso para analisarmos, no nascedouro da República, a existência de um problema fundamental, que ainda se encontra por demais vivo, entre os vícios de nossa constituição política: a ausência de distinção nítida, na mentalidade coletiva dos brasileiros, do espaço da política no sentido estrito, em relação ao espaço privado das práticas e das instituições religiosas. Curiosamente, esta falta de apreensão do princípio republicano de separação entre Estado e religião, por parte da cultura política brasileira, tem proporcionado, além da tradicional ação católica no plano partidário, a recente e preocupante ascensão política de alguns líderes ditos evangélicos, que utilizam as instituições eclesiásticas como instrumentos eleitorais, numa flagrante contradição às diretrizes elementares do Protestantismo.

Lamentavelmente, a redefinição distintiva dos campos da política e da religião ainda permanece como um dos aspectos inconclusos da construção da nossa República Brasileira.

---

[1] Miguel Vieira Ferreira, *Manifesto republicano de 1870, seguido de alguns apontamentos,* transcrito na coletânea de textos de Miguel Ferreira organizada por: Mary Vieira F. Prado, *Sublime Amor*, SP: Ed. Hamburgo, 1974, p. 43.
[2] *O poder temporal,* em: *A República*, 24 de dezembro de 1870, nº 10, pp. 1-3.
[3] *A República*, 17 de dezembro de 1870, nº 7, p. 01.
[4] Vicente T. Lessa, *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo*, SP: Igreja Presb. Independente, 1938, p. 162.
[5] *Imprensa Evangélica*: 07 de fevereiro de 1874; 18 de abril de 1874; 01 de agosto de 1874; 24 de outubro de 1874.
[6] Émile Guilhaume Léonard*, L'iluminisme dans um protestantism de constituition rècent (Brésil).* Paris: Presses de France, 1952.
[7] *O culto de imagens e a sensualidade*, em: *Imprensa Evangélica*, 03 de março de 1866, vol. II, nº 5, pp. 33-34.
[8] *A Idolatria Monárquica*, em: *A República*, 29 de dezembro de 1870, nº 12, p. 01.
[9] Ferreira, *O Cristo no Júri*, p. 60.
[10] *Idem*, p. 24.
[11] *Idem*, pp. 211-243.

MINAS E GERAES: MILTON NASCIMENTO, POESIA E MÚSICA MINEIRA NA DITADURA MILITAR DE 1964

RODRIGO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Este trabalho pretende estabelecer os pontos pertinentes onde os traços da cultura produzida pelos mineiros do movimento musical conhecido como 'Clube da Esuina' dialogam com os aspectos da arte global e do momento histórico da ditadura militar no Brasil. Serão abordados aqui dois LPs: 'Minas' e 'Geraes'.

Minas e Geraes são dois discos bastante diferentes apesar de serem um projeto só. O que trazem na suas composições é um misto de valores intrincados com a cultura mineira e a cultura mundial e o clima centralizado na tensão entre a classe artística e a ditadura militar, podemos observar isso agora.

Minas é um disco que completa 30 anos em 2005 e carrega uma estrutura de sentimentos bastante contundente se observado seu contexto histórico. As canções desse disco são cheias de climas do tipo trilha sonora, sugere um passeio intenso entre o Jazz pós-bop americano e a música instrumental mundial de origem jazzística. Os arranjos também denotam esses caracteres filhos da música popular norte-americana. O entroncamento entre música de conotação estrangeira e arranjos tipicamente quebrados e harmonicamente organizados para um fim impressionista acompanham esse disco de ponta a ponta.

Faz parte desse disco a importantíssima "Fé Cega, faca Amolada" Esta canção é também um relato sobre os dias de ditadura militar. Forte e contestadora, *'Fé Cega, Faca Amolada'*[1] vem se apresentar como uma das mais intensas composições do Clube da Esquina morando numa esfera de aparente simplicidade, demonstrando influências diversas e uma visão inteiramente crítica de seus autores.

" 'Fé Cega, Faca Amolada' é uma espécie de continuação de 'Nada Será como Antes' , ou seja, uma canção de oposição ao regime militar brasileiro, escrita em linguagem bem mais agressiva, ao mesmo tempo em que mostra um entrosamento maior da parceria Milton Nascimento - Ronaldo Bastos: 'Agora não pergunto mais pra onde vai a estrada/ Agora não espero mais aquela madrugada/ vais ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser faca amolada/ O brilho cego de paixão e fé, faca amolada...' O título tem origem no super grupo pop inglês Blind Faith, de efêmera existência e nascido da ruptura de dois outros grupos, Cream (Eric Clapton e Ginger Baker) e Traffic (Steve Winwood), em 1969. O único disco do Blind Faith era um dos favoritos de brasileiros, como Ronaldo Bastos e Gilberto Gil, que viviam em Londres na época. 'Fé Cega' é pois 'blind faith', tendo o adjetivo 'amolada' o duplo sentido de 'afiada' e 'contrariada'. A sequência melódica relativamente simples e repetida de forma insistente em 'Fé Cega, Faca Amolada' não seria suficiente para alcançar o brilhante resultado mostrado no disco. Para a obtenção deste resultado devem ser também creditadas as notas picadas do sax-soprano de Nivaldo Ornelas, criando um clima nervoso em perfeita consonância com o objetivo da canção, o interlúdio musical decididamente pop, a voz convicta de Milton, usando com perfeição o falsete, e a voz aguda de Beto Guedes, que soa às vezes como um eco ao canto de Milton. Este elepê, intitulado Minas, é um marco na carreira de Milton Nascimento, pois além de ter sido o primeiro a coloca-lo num patamar de alta vendagem,

[1] BASTOS, Ronaldo; NASCIMENTO, Milton. *Fé Cega, faca Amolada*. In: *Minas.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1975.

dobrando sua média anterior, consolidou a sua carreira de grande astro da música brasileira."[2]

Um aspecto interessante é que, esteticamente na música, o bumbo da bateria acompanha as batidas do coração humano, além de serem usados efeitos de distorção na guitarra incorporando as influências do Rock inglês. A palavra 'amolada' nesta canção tem um duplo significado, amolada no sentido de afiada e de incomodada, infernizada, atacada. Era assim que nossos autores se manifestavam, usando metáforas para driblar os censores.

"com as cassações, censura, repressão aos partidos, imprensa e organismos representativos da sociedade civil, a cultura teria seu papel revalorizado pelos grupos de oposição, servindo como ponto de contato entre aqueles agrupamentos políticos colocados na ilegalidade e a população civil. Buscando comunicar-se com o público que já não podia ser mais alcançado pelas vias políticas tradicionais, artistas independentes ou ligados a grupos organizados de oposição procuravam driblar a censura e a repressão promovidas pela ditadura militar, com suas mensagens de forma não explícita, através do cinema, da música e do teatro."[3]

Os temas da Estrada e da Viagem perpassam pela música dando o seu movimento estético. Poeticamente observamos que existe um tipo de tomada de posição frente ao mundo ditatorial daquela época onde o autor afirma: *"agora não espero mais aquela madrugada/ não pergunto mais aonde vai a estrada/ vai ter, vai ter, vai ter que ser faca amolada"*. Aqui nesse trecho da letra vemos a tensão estabelecida pelos primados da classe artística a que pertenciam nossos autores frente ao momento visivelmente contracensual no que tange a questão de política institucional militar e resposta da classe representativa civil. Na harmonia se denota o clima rítmico rasteiro dando tonalidade ao texto verbal. Essa canção dialoga intensamente com "Nada será como antes". Esta por sua vez traz traços de um autor observador, constatador e passivo diante dos acontecimentos*: "que notícia me dão dos amigos/ Que notícia me dão de você / Sei que nada será como está/ Amanhã ou depois de amanhã / Resistindo na boca da noite um gosto de sol /"* Em continuação temos sua outra parte dizendo que o autor não mais espera aonde vai a estrada, os termos parentes vão se concretizar: *'Resistindo na boca da noite um gosto de sol" – 'Não espero mais aquela madrugada'* (boca da noite/ Madrugada). Aqui observa-se uma figura poética onde a noite pode ser interpretada como trevas (ditadura militar), em outras músicas como Clube da Esquina 1 (a canção), por exemplo, a palavra noite tem um sentido diferente, de liberdade, de vida e de possibilidade criativa. Existe um item interessante na comparação das duas canções colocando letra e música em modo comparativo, a letra de nada será como antes pode ser aparentemente menos contestadora mas carrega na sua música um aspecto mais forte, com mais pegada, de sonoridade forte e tensa enquanto Fé Cega se passa, musicalmente falando, num clima mais ameno que tem um movimento mais lento e cadenciado. As duas trazem aspectos característicos no que tange às influências do rock inglês do final da década de 60 e começo de 1970. Em "Nada será como antes" o aspecto influentemente inglês é notado em toda a música enquanto "Fé Cega, Faca amolada" reserva esta característica estilística e estética apenas pra um refrão instrumental que aparece entre as estrofes da música e em seu final.

O Movimento Mineiro passou intenso pelas influências do Rock inglês e da revolução da música trazida por ele nos discos, essa influência se apresenta em "Milton"

---

[2] SEVERIANO, Jairo; MELLO, Z.H. de. *1° Parte:1958 a 1972*. In: A Canção no Tempo: 85 Anos de Músicas Brasileiras, Volume 2: 1958-1985. São Paulo: 34, 1998. 210 p.

[3] ALMEIDA, Cláudio. In: "*Cultura e Sociedade no Brasil:* 1940-1968". São Paulo: Atual Editora, col. Discutindo a História do Brasil. 1996. 66-67 p.

(1970) e "Clube da Esquina I" (1972). Apesar disso os discos posteriores, "Minas" e "Geraes" (1975 e 1976), já demonstram uma ruptura com os dois anteriores em vários sentidos a começar pelos seus arranjos. Esses discos tendem mais para a influência propriamente jazzística onde a pegada pesada do Rock perde espaço para a entrada das músicas climatizadas, com ritmos mais quebrados e com aspectos mais teatrais e performáticos, contendo interlúdios rítmicos e harmônicos e *suítes* (que se caracteriza pela utilização de 3 ou mais andamentos temáticos em uma mesmo canção) . Não é possível dizer que tenha acabado o envolvimento de Milton e seus companheiros com a cena do Pop-Rock, mas é sentida uma mudança reveladora na sua esfera harmônica e de arranjo e ainda, nos recursos técnicos direcionados mais para o Jazz que para o Rock. A correlação com o Jazz não é sentida somente a partir do disco Minas, ela vem de experiências anteriores (Travessia, o disco, Milton Nascimento 1969 e Courage) onde junto com o jazz figuravam influências temáticas que bebiam tanto na Bossa Nova quanto no Pós-Bop.

De certa forma a influência harmônico-melódica da Bossa nova e do Pós-Bop se vê retratada em "Beijo Partido" de Toninho Horta. Beijo partido tem uma composição harmônica e rítmica que carrega uma carga enorme da estética jazzística mais moderna.

Atentemos agora para "Beijo Partido"[4] de Toninho Horta.

"– Ó, eu nunca fui muito ligado à política não, entendeu? Eu sempre vi as coisas acontecendo, mas eu era... eu ficava na minha assim, eu lembro até... eu sempre gostei de dormir muito e me lembro do dia em que ia ter aquela passeata que teve 1 milhão de pessoas, aquele protesto, no centro da cidade do Rio de janeiro em 68 onde muitas pessoas foram presas, revolucionários na época e os amigos músicos, todo mundo muito curioso queriam ir, senão pra protestar pra saber o que é, todo mundo queria participar das coisas, mas eu... o pessoal me chamou lá pra... 'não, vou dormir, tô cansado' (risos). Então eu nunca tive uma postura assim...agente sempre tem a questão política nas coisas assim, mais as coisas que interessam pra gente assim, né? Eu nunca usei a política e conheço algumas pessoas na área assim mas... , o Márcio, o Ronaldo, o próprio Fernando, entendeu? Então a dizer, foi um período que passou numa época em que agente tava em plena, o Clube da Esquina tava em plena criatividade, de produção musical e cultural, então evidentemente que alguma coisa ou outra, alguma tristeza ou decepção ou incerteza por parte do grupo da gente poderia ter, através de alguma letra ou outra assim, não contra a ditadura ou alguma coisa desse tipo, mas de uma forma mais pra expor uma ansiedade, uma inquietude.."[5]

Podemos observar que o momento histórico, mesmo para o artista que era visto com indiferente ou apático à questão política, não o isentava do mundo social e de sentimentos próprios dessa esfera, presentes nas canções de forma direta ou não. Daí a possibilidade de estabelecer um traço que permeia os estudos em psicologia social e psicologia da arte no interesse de se enfrentar o desafio de se (re) ler a poesia clubística. No momento não dispomos de material bibliográfico a esse respeito, mas contamos com uma análise muito importante de um integrante dos Estudos Culturais Ingleses chamado Raymound Williams que pode nos ajudar a observar a trama social mais de perto.

Em Tragédia Moderna Raymoundo Williams reserva uma parte especial para discutir tragédia e revolucão, onde ele aponta pistas significativas pra podermos entender todo o processo da ditadura militar. Partindo da idéia de que em um mundo hegemônico todos os seus atores estão envolvidos direta ou indiretamente e, a na arte o movimento é o mesmo.

---

[4] HORTA, Toninho. *Beijo Partido*. In: *Minas.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1975.
[5] Entrevista cedida por Tonhinho Horta em Uberlândia, Minas Gerais.

"*O efeito mais complexo de qualquer ideologia realmente efetiva é que ela condiciona o nosso direcionamento, mesmo quando pensamos tê-la rejeitado, para fatos do mesmo tipo"*[6].

Observando o carater poético de nossos autores podemos lançar um olhar interpretativo para as canções como um desdobramento de suas vivências e um relato fiel sobre a sua contemporaneidade. Quando nos deparamos com o sentimento de fraquesa, impotência, angústia, descrença, sofrimento (seja ele por amor ou por falta da liberdade), temos indicativos de um estilo que nasce dentro das relações sociais, no âmago do conflito. Quando os militares tomaram o poder eles fizeram questão de chamar essa ação de 'Revolução'. Os marxistas de plantão fizeram questão de tomar, pelo menos, o termo revolução pra si e chamar o que houve de 'Golpe'. Se pensarmos a tomada do poder pelos militares como revolução, sem fazer alusão a essa apropriação ideológica (dos dois lados) dessa mesma palavra conseguimos enxergar um pouco menos opaco o caráter da própria temática poética e estrutural musical.

"Numa revolução contemporânea, a particularidade do sofrimento é persistente, seja por meio da violência, seja pela reformulação do modo de vida por intermédio de um novo poder no Estado."[7]

Partindo desse pressuposto devemos tratar o termo 'Revolução' a partir dessa ótica, sem incutir neles valores ideologicamente criados no pensamento da sociedade contra-ditatorial ou no próprio cerne da ideologia militarista.

Já colocadas as intenções orientadoras do uso do termo para nos servir nas discussões mais profundas a respeito da análise historiográfica ou de utilização de determinada palavra-conceito propomos voltar ao dico 'Minas' e continuarmos com o debate.

A Música que abre o Disco chama-se 'Minas'. Essa música serve para introduzir o disco e sua performance para o receptor, informando-o de que se trata de um disco temático que viajará entre as raízes do canto mineiro até a música mundial, num mesmo vôo, dando ao LP o aspécto de disco 'conceitual', tão utilizado nessa época. Essa primeira música é instrumental e seu tema ou sua melodia será reutilizada no disco "Geraes" na música "Minas Geraes" de Ronaldo Bastos e Novelli, onde Ronaldo coloca letra na música de Novelli. Isso reforça a idéia de conguência estabelecida entre os dois discos, de 1975 e 76.

Segue agora a música "Saudades dos Aviões da Panair (conversnado no Bar)[8]" carregando em sua estrutura o aspécto de música *Suit*.

Nessa música, para que se observe o clima suit durante a letra nos colocamos espaços entre um clima temático (melodia-harmonia-ritmo) e outro.

Milton tinha muito medo desta canção ser censurada, não é por menos, ela aborda novamente a questão temporal, o antes e o depois, o novo e o velho, como acontece em "Hoje é dia de El Rey", que foi censurada, e em "trastevere" abordando esse mesmo aspécto de confronto entre o tradicional e o moderno. Panair é uma empresa de aviação aérea que desapareceu durante a ditadura militar, só a intenção de lembrança ao que se foi, tendo como marco a ditadura, já era motivo suficiente para esta canção ser censurada e motivo suficiente para ela ser colocada como canção subversiva. Devemos nos atentar que essa característica subversiva ao sistema não a coloca como música de protesto propriamente dita, mas mesmo assim ela não deixa de ter suas rusgas com o sistem imposto. Para além das questões já apresentadas e para afirmar seu caráter

---

[6] WILLIAMS, Raymond. Tragédia e Revolução, *Tragédia Moderna.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p 89.
[7]. WILLIAMS, Raymond. Tragédia e Revolução. *Tragédia Moderna.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002.. p 92.
[8] BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. *Saudades dos aviões da Panair (conversnado no bar).* In: *Minas.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1975.

subversivo podemos destacar pontos interessantes. As expressões '*tudo de triste', 'nada de novo', 'fere o coração'* dão o tom de desgosto de descontentamento do autor com o momento vigente. Numa hora o autor diz: *E aquela mancha e a fala oculta*. Referindo-se obviamente à questão da censura, as palavras *mancha* e *fala oculta* revelam a abordagem poético-temática. Esteticamente a poesia dança num clima de 'flashback' resgatando falas e lembranças de época de criança onde *'em volta dessa mesa velhos e moços lembrando o que já foi'* e '*a primeira coca-cola foi / Me lembro bem agora...'.* Em um outro trecho o clima de pensamento universal figura muito forte, dando a idéia de descontentamento geral da sociedade civil perante a ditadura: '...*Em volta dessa mesa existem outras falando tão igual'*. Novamente o Bar, local de encontro da juventude serve como palco para o desenvolvimento da canção-poema de Milton e Fernando.

Não são poucos os indícios de que os discos 'Minas' e 'Geraes' fazem ponte entre si. A primeira pista é que as palavras se completam formando o nome de nosso estado. Em segundo plano podemos observar a arte gráfica dos dois discos que dialogam entre si e ainda, o disco 'Minas' acaba com uma vinheta que se assemelha ao afinar de uma orquestra, mas com aspectos que lembram a música progressiva inglesa, essa mesma vinheta abre o disco 'Geraes'. Para alem dessas afirmativas podemos destacar um disco que foi lançado em edição limitado, com poucos números, chamado de 'Minas Geraes'. Esse disco contem os dois LPs.

Como já dissemos anteriormente, o disco 'Geraes' nasce com uma vinheta que retoma características do Rock progressivo, ligando o disco anterior, 'Minas' ao disco 'Geraes' de 1976.

"O Geraes e o Minas foi uma idéia só, né? Que foi dividida em duas partes, então foi como se fosse uma continuação, foi feito, sei lá, dois anos depois, um do outro, tinha que ser outro repertório, é claro, pra se completar a idéia, e foi o último disco da formação que tinha o pessoal do Som Imaginário e tudo."[9]

Os dois discos carregam características muito parecidas que variam desde as influências bossa-novistas até a carga do Rock inglês tão em voga na época.

"The Cream, Steve Wai, Traffic, Emerson, Lake and Palmer, Led Zeppelin. Agente ouvia de tudo né? Nessa época agente tinha mais ligação, eu por exemplo, com a Bossa Nova mas agente ouvia de tudo, eu tocava guitarra com distorção nesta época, com o Som Imaginário, então agente ouviu aqueles guitarristas todos, então teve uma influência assim, que não foi tão marcante como a Bossa Nova mas foi uma influência que deu pra colocar uma pouco dessa marca pop assim nesses discos"[10]

Um exemplo de diálogo com as tradições e com a Cultura Popular que surge é o uso do título deste disco LP lançado em 1976, Geraes. O nome do nosso estado é Minas *Gerais* não Minas *Geraes*, mas o português monárquico admitia o nome Minas *Geraes* como padrão e aqui se vê um indício de comunicação com a tradição, com o passado, dando a idéia de retorno ás origens e de comunicação com o espaço cultural vindo das raízes de nossa cultura.

A cena do Disco 'Geraes' é bem parecida com a cena do LP 'Minas'. Os dois navegam em um hemisfério denso, de atmosferas alegóricas caracteristicamentes próximas, mas cada um tem seu próprio movimento.

Esse é o disco que faz o casamento de Milton e seus parceiros com a mídia especilalizada, onde dá pra se fazer uma divisão entre antes e depois de 'Geraes'. A mídis jornalística encontra Milton depois deste disco, e o mais interessante é que é este o disco mais vendido de Milton na década de 1970. Caba a nós pensarmos se a mídia

[9] Entrevista cedida por Tonhinho Horta em Uberlândia, Minas Gerais.
[10] Idem.

valorizava a arte ou sua possibilidade de vendagem? Essa é uma questão instigante mas que não vem atormentar-nos enquanto análise histórica das canções deste LP.

'Geraes' varia, como 'Minas', entre o universo regional e mundial, fazendo um traço pertinente na historiografia da música no Brasil. Muitos historiadores passam pela década de 70 sem ao menos observar o grande marco que é este disco no mundo da música contemporânea. Suas canções têm um teor intenso, são carregadas de atmosferas densas e de climas pesados e, ao mesmo tempo, não perdem o calor estranho que vem das criações exatas do Clube.

Uma canção muito significativa quando pensamos música e ditadura no Brasil é "O que será (A flor da terra/A flor da pele)". Escrita em parceria inédita entre Milton e Chico Buarque, essa música retoma os anos da ditadura como nenhuma outra jamais o fez.

Essa música traz um discurso totalmente fincado na tensão entre a posição artística e o mundo ditatorial. Ela se manifesta em discurso existencialista, onde o autor se vê num mundo de dúvida e de apreensão diante do poder instaurado e da força utilizada para sua manutenção.

Essa música de Chico Buarque se chama '*O que será (À flor da Pele)'*[11]. Em alguns álbuns ela é encontrada com o título de 'À flor da Terra'. Nesta canção Milton e Chico dialogam entre si e com o estado da Ditadura Militar. Num aparente diálogo existencialista, essa canção se dá, musicalmente, numa catarse insinuada pela sua elaboração de notas que sobem e descem na escala musical convergindo num ponto comum. A letra totalmente existencialista brinca com a idéia de 'O que será?', deixando a idéia de dúvida pairando no ar, encontrando respostas catárticas, onde são incorporados temas que desafiam diretamente o Estado Ditatorial.

" Mas O que Será só pode ser plenamente entendida se devidamente localizada na obra de Chico Buarque: seguindo-se à época das 'canções de protesto', esta representa uma grande catarse. Pois aí os elementos configurados da canção de protesto: o grito calado, o desejo atado, a pulsão vital licenciada – todo esse silêncio irá explodir "[12]

Sentimentos intensos fazem aflorar a tensão existente entre o artista, em sua obra, e o momento histórico vigente: *O que não tem descanso/ O que não tem cansaço nem nunca terá/ O que não tem limite*. Onde *nervos*, *suores* e *órgãos a clamar* se alteram na poesia dando o tom de sofrimento e descontentamento. O ato de *perturbar o sono, queimar por dentro,* coloca o artista e sua obra diante do próprio sistema, onde o autor e executor da obra se coloca a mercê da possibilidade de veto e censura. O discurso utilizado brinca com a questão da dívida: O que será?, onde so autores tentam dessa forma interagir ativamente com o receptor da sociedade civil e, por que não, com o possível censor, que aqui, não teve a 'sanidade' de vetar essa canção.

Outra canção deste disco que aborda a questão existencialista e, de certa forma, provoca o Estado da ditadura é *'Promessas de Sol'*[13]. Essa música é um diálogo

---

[11] HOLLANDA, Chico buarque de. À Flor da pelo. In: Geraes. Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1976.
[11] MENESES, Adélia bezerra de. Desenho Mágico: Poesia e política em Chico Buarque. São paulo: Ateliê Editorial. 1982, 119 p.
[12]BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. *Promessas de Sol*. In: *Geraes.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1976.

[12] [11] MENESES, Adélia bezerra de. Desenho Mágico: Poesia e política em Chico Buarque. São paulo: Ateliê Editorial. 1982, 119 p.

com aquele verso de '*Nada será como antes': resistindo na boca da noite um gosto de sol.* Aqui o autor se vê flagelado e já não acredita mais em resistir, já resistindo, de certa forma, o personagem coloca em dúvida sua própria existência frente ás diversas dores que o agressor o faz sentir: *'Me cortaram o corpo a faca sem terminar / Me deixando vivo, sem sangue, apodrecer...Promessas de sol já não queimam mais meu coração'* . nestes verso o personagem da música, assumido pelo autor, se mostra enfraquecido, mutilado e sem forças para lutar. Certamente, se olhada do ponto de vista da análise do contexto a música se torna uma grande canção de resistência quando expõe de forma literal o estado do ser humano diante ao mundo da ditadura.

Essa canção mostra um personagem que está em seu último estágio de resistência, onde valores como a força, a justiça e a beleza foram roubadas e o que sobrou é aquilo em que o personagem se transformou. A ditadura então, para o autor, o reduzia a um ser flagelado que tenta, ao seu modo, viver no mesmo mundo que ela.

Outra música interessante no que tange a idéia de resistência por parte dos integrantes do Clube é 'Menino'[14]. Essa música foi feita para um estudante chamado Edson Luiz, que foi morto pela polícia em uma manifestação contra a ditadura. Ela revela, em primeiro plano um sentimento dos autores em relação ao universo vivido pelos setores da sociedade civil e, ainda consegue dialogar com o público mais atento da MPB, que são os estudantes.

Nessa música o caráter de resistência é explícito. O autor diz: *Quem cala sobre teu corpo/ Consente na tua morte/ Quem cala morre contigo/ Mas morto que estás agora* e *Quem grita vive contigo.* Aqui temos a tomada de decisão autoral, onde o poeta se coloca do lado do estudante contestador do sistema e contra aqueles que 'calam' dizendo que estão mais mortos que o próprio estudante morto.

[14] BASTOS, Ronaldo; NASCIMENTO, Milton. *Menino*. In: *Geraes.* Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1976.

Anexo:

Músicas em questão

Fé Cega, Faca Amolada (Milton nascimento e Ronaldo Bastos)

Agora não pergunto mais aonde vai a estrada
Agora não espero mais aquela madrugada
Vai ser, vai ser, vai Ter de ser, vai ser faca amolada
Um brilho cego de paixão e fé faca amolada

Deixar a sua luz brilhar e ser muito tranqüilo
Deixar o seu amor crescer e ser muito tranqüilo
Brilhar, brilhar, acontecer, brilhar faca amolada
Irmão, irmã, irmã, irmão de fé faca amolada

Plantar o trigo e refazer o pão de cada dia
Beber o vinho e renascer na luz de todo dia
A fé, a fé, paixão e fé, a fé faca amolada
O chão, o chão, o salda terra, o chão faca amolada

Deixar a sua luz brilhar no chão de todo dia
Deixar o seu amor crescer na luz de cada dia
Vai ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser muito tranqüilo
O brilho cego de paixão e fé, faca amolada

Beijo Partido (Toninho Horta)

Sabe, eu não faço fé
Nessa minha loucura
E digo
Eu não gosto de quem me arruina em pedaços
E Deus é quem sabe de ti
E eu não mereço um beijo partido
Hoje não passa de um dia perdido no tempo
E fico
Longe de tudo que sei
Não se fala mais nisso, eu sei
Eu serei pra voçê
O que não importa saber
Hoje não passa de um vaso quebrano no peito
E grito

Olha o beijo Partido

Onde estará a rainha
Que a lucidêz escondeu
Escondeu

Saudade dos Aviões da Panair (Conversando no Bar)
Milton nascimento e Fernando Brant.

Lá vinha o bonde no sobe desce ladeira
E o motoneiro parava a orquestra um minuto
Para nos contar casos da campanha da itália
E do tiro que ele não levou
Levei um susto imenso nas asas da Panair
Descobri que as coisas mudam e que tudo é pequeno
Nas asas da Panair
E lá vai menino xingando pader e pedra
E lá vai menino lambendo podre delícia
E lá vai menino senhor de todo fruto
Sem nunhum pecado, sem pavor
O medo em minha vida nasceu muito depois
Descobri que minha arma é o que a memória guarda
Dos tempos da panair

Nada de triste existe que não se esqueça
Alguém insiste e fala ao coração
Tudo de triste existe e não se esquece
Alguém insiste e fere no coração
Nada de novo existe nesse planeta
Que não se fale aqui na mesa de bar
E aquela briga e aquela fome de bola
E aquele tango e aquela dama da noite
E aquela mancha e a fala oculta
Que no fundo do quintal morreu
Morri a cada dia dos dias que vivi
Cerveja que tomo hoje é apenas em memória
Dos tempos da Panair
A primeira coca-cola foi me lembro bem agora
Nas asas da Panair
A maior das maravilhas foi voando sobre o mundo
Nas asas da Panair

Em volta dessa mesa velhos e moços
Lembrando o que já foi
Em volta dessa mesa existem outras falando tão igual
Em volta dessas mesas existe a rua
Vivendo seu normal
Em volta dessa rua uma cidade sonhando seus metais
Em volta da cidade

O que será (À Flor da pele) (Chico Buarque de Hollanda)

O que será que me dá
Que me bole por dentro, será que me dá
Que brota à flor da pele, será que me dá
E que sobe às faces e me faz corar
E que me salta aos olhos a me atraiçoar
E que me aperta o peito e me faz confessar
O que não tem mais jeito de dissimular
E que nem é direito ninguém recusar
E que me faz mendigo, me faz suplicar
O que não tem medida e nunca terá
O que não tem remédio e nunca terá
O que não tem receita

O que será que será
Que dá dentro da gente e não devia
Que desacata a gente, qye é revelia
Que é feito uma aguardente que não sacia
Que é feito estar doente de uma folia
Que nem dez mandamentos vão conciliar
Nem todos os ungüentos vão aliviar
Nem todos os quebrantos, toda alquimia
Que nem todos os Santos, será que será
O que não tem descanso nem nunca terá
O que não tem cansaço nem nunca terá
O que não tem limite

O que será que me dá
Que me queima por dentro, será que me dá
Que me perturba o sono, será que me dá
Que todos os tremores me vêm agitar
Que todos os ardores me vêm atiçar
Que todos os suores me vêm encharcar
Que todos os meus nervos estão a rogar
Que todos os meus órgãos estão a clamar
E uma aflição medonha me faz implorar
O que não tem vergonha, nem nunca terá
O que não tem governo, nem nunca terá
O que não tem juízo

Promessas de sol (Milton nascimento e Fernando Brant)

Você me quer forte
E eu não sou forte mais
Sou o fim da raça, o velho, o que já foi
Chamo pela lua de prata pra me salvar
Rezo pelos deuses da mata pra me matar
Você me quer belo
E eu não sou belo mais
Me levaram tudo que um homem precisa ter
Me cortaram o corpo à faca sem terminar

Me deixando vivo, sem sangue, apodrecer
Você me quer justo
E eu não sou justo mais
Promessas de sol já não queimam meu coração
Que tragédia é essa que cai sobre todos nós?
Que tragédia é essa que cai sobre todos nós?

Menino (Milton nascimento e Ronaldo Bastos)

Quem cala sobre teu corpo
Consente na tua morte
Talhada a ferro e fogo
Nas profundesas do corte
Que a bala riscou no peito
Quem cala morre contigo
Mas morto que estás agora
Relógio no chão da praça
Batendo, avisando a hora
Que a raiva traçou no tempo
No incêndio repetindo
O brilho do teu cabelo
Quem grita vive contigo

Bibliografia

ALMEIDA, Cláudio. In: "*Cultura e Sociedade no Brasil:* 1940-1968". São Paulo: Atual Editora, col. Discutindo a História do Brasil. 1996.
MENESES, Adélia bezerra de. Desenho Mágico: Poesia e política em Chico Buarque. São paulo: Ateliê Editorial. 1982.
SEVERIANO, Jairo; MELLO, Z.H. de. *1° Parte:1958 a 1972*. In: A Canção no Tempo: 85 Anos de Músicas Brasileiras, Volume 2: 1958-1985. São Paulo: 34, 1998.
WILLIAMS, Raymond. *Tragédia Moderna.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002

EM TEMPO DE GUERRA: IMIGRANTES E NACIONAIS EM PORTO ALEGRE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Rodrigo Lemos Simões

UNILASALLE / ULBRA

O crescimento econômico e populacional em Porto Alegre

Nossa análise está inserida em um momento de transformações políticas, sociais e econômicas que movimentam o país a partir do último quartel do século XIX, e que criaram uma nova dinâmica nas cidades brasileiras. A proclamação da República, a ascensão do capitalismo e a abolição do regime escravista, seguida da intensificação do fluxo imigratório, são acompanhados por um progressivo processo de modernização das cidades.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, cresce à medida em que se intensifica o comércio com a região colonial. Para a cidade, são enviados os produtos a serem distribuídos ao comércio interno e externo, ao passo que as colônias são mercados consumidores de seus produtos e os de outros mercados que afluem à capital.

Já no segundo quartel do século XIX, a cidade começa a destacar-se como centro comercial. Lembra Constantino (1991, p.40), que já era grande sua importância comercial quando criou-se a praça do comércio, no ano de 1858. O capital oriundo das colônias alemãs passa a ser investido na cidade, estimulando o desenvolvimento comercial e industrial.

O crescente comércio estimulou a industrialização no Rio Grande do Sul, equiparando-o à São Paulo no último quartel do século XIX (Constantino, 1995, p.62). Porto Alegre surge então como um dos principais centros industriais do Estado, juntamente com as cidades de Rio Grande e Pelotas.

A abolição da escravatura em 1888, a imigração em massa e a adoção de uma nova dinâmica nas relações de trabalho concentrou um grande número de pessoas

nas grandes cidades. Imigrantes e nacionais buscavam os grandes centros a fim de conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

O desenvolvimento urbano e as questões sociais

O crescimento da cidade e o vigor econômico que caracterizou o período, exigiam melhoramentos urbanos na capital. Neste sentido, o governo republicano não mediu esforços para tornar a cidade o paradigma da modernização no Estado. Novos prédios públicos foram erguidos: o da Intendência, dos Correios e Telégrafos e a Biblioteca Pública, entre outros.

O saneamento das habitações populares foi um dos principais objetivos da política republicana do período. Segundo Bakos (1996, p.36), através do acesso a moradia própria, higiênica e confortável, pretendia-se a integração do proletariado à sociedade mas, no entanto, isso não aconteceu. Segundo os governantes, tais projetos políticos não se concretizaram devido a existência de dificuldades econômicas de caráter interno e externo.

Debates sobre higienização tornaram-se freqüentes. São eles, resultado das novas vivências desenvolvidas nos grandes centros, locais onde a aglomeração populacional e as sociabilidades diversas passam a ser problematizados pelas elites. Segundo Soihet (1991, p. 52), nessa época a medicina incorpora o meio urbano em suas práticas e reflexões.

O estabelecimento de novos padrões culturais deveria disciplinar o cidadão. A cidade, que se queria civilizada, regulamentou os espaços públicos através do Código de Posturas Municipais, passando a proibir uma série de hábitos populares. Entre outras práticas, proibiu-se a criação de animais nos pátios das casas, a abertura de fossos nos quintais, a lavagem de roupas nas ruas e praças, a obstrução dos passeios com qualquer tipo de objeto volumoso e o estabelecimento de certos tipos de fábricas dentro do perímetro urbano.

A modernização do espaço físico e a intensificação de novas práticas sociais, espelhadas nos padrões europeus de comportamento em público, transformaram as

vivências urbanas das principais cidades do país. Segundo Constantino (1991, p.48), a cidade de Porto Alegre já é cosmopolita por volta de 1900. Essa, já não é apenas um local para se morar, mas sim um local para se viver o dia e a noite, é mesmo um estilo de vida onde os rapazes fin de sìécle desfrutam os prazeres e comodidades do progresso.

Segundo Corrêa (1994, p.33), a rua da Praia foi a síntese de nossa Belle Époque. Um passeio a Porto Alegre não estaria completo se não passasse por ela. O desavisado que negligenciasse desfrutar dos seus diversos cafés, confeitarias, bares, restaurantes e cinemas, estaria perdendo o que se possuía de mais próximo da vida pública internacional no Estado, naquela época (MARONESE, 1996, p.76).

Nos processos criminais coligidos e analisados, percebe-se o sentimento de mudança que caracterizou os depoimentos das elites da época.

Cosmopolitas, segundo Sennett (1988, p.31), os habitantes das cidades tornaram-na palco dos passeios despreocupados. Movimentavam-se por suas ruas e, em meio a diversidade, sentiram-se à vontade. O novo homem público deveria ter hábitos distintos, portar-se adequadamente, andar, falar e agir de acordo com o modelo europeu de civilidade importado pelas nossas elites.

O modelo capitalista que passou a vigorar nas capitais brasileiras alcançou o século XX introduzindo novos padrões comportamentais. A cortesia e o refinamento eram as normas daqueles que buscavam romper com os velhos costumes do meio urbano. Já não admitiam o convívio com as antigas práticas sociais, arraigadas sobretudo entre os grupos populares.

Através da análise dos processos coligidos, tivemos oportunidade de constatar a competitividade que caracterizou a situação dos trabalhadores urbanos do início do século. A criação de um modelo ideal de trabalhador, competente, sério e disciplinado, que viabilizasse o desenvolvimento da ordem capitalista, acabou por fragmentar certas relações de solidariedade existentes entre os populares.

As dificuldades por eles vivenciadas, devido a abundância de mão-de-obra, e a conseqüente compressão dos salários, punham em risco sua subsistência, acabando por acirrar a disputa no mercado de trabalho.

Rivalidades entre nacionais e imigrantes

A solidariedade que normalmente foi verificada entre os populares, independente das suas origens étnicas, passou a ser posta a prova neste período. Somam-se as questões de trabalho, outras referentes ao estado de beligerância entre os Estados Europeus. Não foram poucos os casos em que imigrantes e nacionais viram-se envolvidos nas malhas da lei por rivalidades potencializadas pelo conflito europeu. Passamos a análise de alguns casos envolvendo nacionais e imigrantes alemães durante o período.

Temos um caso típico de afronta de um imigrante junto aos elementos nacionais no processo contra o alemão, Richard Taichmann. Esse, intimado a comparecer no primeiro posto policial para dar explicações a respeito de uma queixa contra sua pessoa, ao ser interrogado pelo auxiliar do dia, "faltou-lhe com o respeito, mandando-o a merda, e em seguida, dando-lhe as costas saindo porta a fora, dizendo que o Brasil era um país de merda" (Processo Crime do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre, num. 665, maço 37, ano, 1915, p.10).

Sobre rixas entre imigrantes e nacionais, temos ainda o caso suscitado entre alemães e brasileiros residentes na pensão de Henrique Pillmann. Lá surgiu uma questão motivada pela guerra. Consta nos autos, que o grupo de alemães que lá se reunia, passava a falar mal do Brasil e do seu povo.

Antônio Alves de Bastos conta que à mesa, o teuto Simonis, Ernesto Mohnn e Pillmann "ridicularizavam o Brasil, isto em alemão, chamando o exército de macacos, dizendo que na Europa não havia bananas e que iam morrer todos de fome". Germano Vittrock, acrescenta na sua queixa apresentada à sub-intendência do primeiro distrito, que:

> "(...) residindo desde o começo do corrente ano na pensão de Henrique Pillmann, em companhia de meu colega de medicina, Olinto Flores, tendo tido desavenças com o proprietário da pensão por não ter admitido que falasse mal da minha pátria, pois ouvi diversas vezes, com testemunhas, chamar o Brasil de terra retrógrada, que os brasileiros nada valiam na atual guerra, que a parada que se realizou no dia da festa da nossa sagrada bandeira, era uma parada de macacos. Em vista disso foi o proprietário da pensão, inclusive a criada que deu vivas à Alemanha, foi acusado à polícia, e chamados perante o digno delegado do primeiro distrito, a quem prometeu não reincidir em tal falta. Não obstante, continuaram as calúnias ao Brasil, a quem sempre chamavam de terra de macacos" (Processo Crime do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre, num. 829, maço 50, ano, 1917, p.14) .

O mesmo Henrique Pillmann comentava com os amigos no refeitório da pensão que o Correio do Povo havia noticiado um fato de uma viúva ter levado seu filho moço para alistar-se no exército, e que “este com certeza era algum vigarista, pois o exército compunha-se desta espécie, assim a mesma se via livre dele”.

Em outro caso, ocorrido em abril de 1918, os nacionais José Inácio da Silva e Oscar da Silva Flores, libavam num armazém quando avistaram dois indivíduos conversando em alemão. Um deles, Manuel Saker, foi intimado por Oscar a comparecer na presença de José Inácio. Lá chegando, tomou parte na seguinte cena:

> "(...) entrou no armazém, sendo logo convidado a beber um "lambe-sola" e dar um viva ao Brasil e um morra a Alemanha; Saker deu um viva ao Brasil e negou-se a dar um morra a Alemanha [dizendo que] vivava também a todas as

> nações do mundo. [Inácio] retrucou dizendo que isso não podia ser, pois estava incluído nesse número a Alemanha, país que não vivava, tendo imediatamente travado luta corporal com o referido alemão" (Processo Crime do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre, num. 924, maço 59, ano, 1918, p.5).

Durante o reordenamento das atividades produtivas no país, estabelecido através do progressivo desenvolvimento do capitalismo, aliado ao crescente número de imigrantes que aqui chegavam, interessava às elites que fosse difundido um novo olhar sobre a dinâmica do trabalho. Tal perspectiva estava diretamente relacionada aos interesses da burguesia em ascensão no Brasil.

Segundo Chalhoub (1986, p.19) queria-se a disciplinarização dos grupos populares, para tanto, desenvolveu-se um novo conceito a respeito do trabalho, atribuído-lhe um caráter positivo, que desse sentido a nova ordem que se impunha.

Nesse sentido, a identificação do indivíduo trabalhador em contraponto ao vadio, passa a receber guarida na própria construção simbólica de moralidade difundida entre os populares.

Considerações Finais

No decorrer da análise dos processos coligidos, constatamos que, no seio das classes populares, o trabalho representa uma maneira de legitimação, visto estar arraigado no ideário de tais indivíduos a idéia de poder, associada à capacidade de reprodução da vida material.

Neste sentido, a violência reveste-se de um valor positivo perante tais indivíduos, uma vez que assume uma função estrutural no meio em questão. Sua legitimação dá-se, segundo Mafessoli (1987, p.24), através do seu caráter utilitário. Não se trata da afirmação de valores individuais, mas sim da legitimação do indivíduo enquanto parte de uma organicidade. Estabelece-se, portanto, legitimada como função social, de cunho organizador das relações sociais e da igualdade entre os indivíduos.

Por outro lado, a violência, que se pretende estabilizadora da ordem, configura-se em elemento de fragmentação entre os populares. A individualização de certos conflitos acaba, por vezes, dando vazão a sentimentos diversos, estranhos ao espírito do grupo em questão.

Entre os nacionais e os imigrantes, várias foram as questões que suscitaram os conflitos. O nacionalismo surgido por consequência dos conflitos europeus, serviam em muitos casos, como estopim às práticas discriminatórias na América. Em outros processos, tivemos a oportunidade de constatar a profunda indiferença e o desprezo do imigrante para com o elemento nacional, contudo, parece-nos que as questões relacionadas a falta de postos de trabalho na cidade contribuíram em muito para as situações de conflito junto aos nacionais.

As frustrações e a impotência dos indivíduos enquanto parte de um sistema maior, seja ele de ordem política, social ou econômica, acabaram potencializando ações individuais que corrompem os laços de união e solidariedade preexistentes, cedendo às pressões das leis impessoais, propícias à afirmação da sociedade capitalista.

A impossibilidade de pôr em causa tal sistema, acaba estimulando a inversão dos problemas sociais ao plano individual. A exploração econômica e as dificuldades diárias de subsistência; motivações exteriores à vontade dos indivíduos, acabam por abalar a grande maioria dos populares, tornando-se o estopim das disputas pessoais e das vinganças, fatos que fogem ao âmbito das questões de legitimidade entre tais indivíduos.

Referências Bibliográficas

BAKOS, Margareth Marchiori. Porto Alegre e seus eternos inendentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio e Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. “Itallianos”. In. FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

_____, O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: Sulimi, 1991.

CORREA, Silvio Marcus e Souza. Sexualidade na Belle Époque de Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.).

MAFESSOLI, Michel. A dinâmica da violência. São Paulo: Vértice, 1987.

MARONESE, Luiz Antônio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: a vida pública porto-alegrense: 1890-1930. In: Cadernos Porto e Vírgula. Porto Alegre: Unidade ditorial, 1996.

SENNETT, Richard. O declínio do Homem Público: as tiranias da identidade. São Paulo: Compnhia das Letras, 1988.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise a evolução econômica e São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. Da USP, 1968.

SOIHET, Rachel. O Rio de Janeiro na “Belle Époque” – modernização conservadora e resistência popular (1890-1920). In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH – Anais da X Reunião, Curitiba, 1991.

Cultura cafeeira, cultura urbana: as imagens do *progresso* e as ambigüidades da modernização em Ribeirão Preto na Primeira República.

RODRIGO RIBEIRO PAZIANI

Nascida sob a marcha galopante do café pelo interior de São Paulo a partir da segunda metade do XIX, a enorme região do Estado conhecida como o *Oeste* paulista – zona que englobava, na realidade, grande parte do Nordeste paulista e parte do sul de Minas – passou a ocupar uma posição de renome na economia e nas finanças nacional e internacional ao se transformar em principal pólo de produção e de exportação do país durante a Primeira República.

Marcadas pelas novas experiências urbanas e pelos ideais de civilização e progresso veiculadas durante o século XIX – representadas, por exemplo, nas reformas empreendidas pelo prefeito George-Eugene Haussmann em Paris (1853-1870) – cidades como Franca, Ribeirão Preto, Batatais, São Carlos, Mococa, para não citar outras – rapidamente se integraram, por intermédio do dinâmico circuito de trocas mercantil[1] impulsionado pela cultura cafeeira na Primeira República, ao turbilhão de aventuras e desventuras da modernidade[2].

Em semelhante contexto, entre a segunda metade do dezenove e as décadas republicanas várias capitais nacionais – Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Recife, por exemplo – foram alvos de administradores e engenheiros que, respeitante às especificidades históricas de cada urbe, conceberam projetos de modernização cujos objetivos centravam-se na eliminação de símbolos ou vestígios *arcaicos* (identificados ao período *colonial*), nas concepções ideológicas da higiene e do sanitarismo e nas tentativas de reformas *cirúrgicas* da infra-estrutura urbana e do comportamento de seus habitantes[3].

Violentas e excludentes, as intervenções urbanas nas capitais tornaram-se possíveis à medida que os interesses político-financeiros de governantes e especuladores coincidiram com o ideal de *regenerar*[4] e de combater a gleba de pobres e miseráveis despejados nas ruas ou

encortiçados em morros e periferias[5]. Mas vale lembrar que os projetos de modernização existentes no Brasil, e especificamente em São Paulo, apresentaram desde o princípio soluções urbanísticas parciais: de um lado, graças aos conflitos entre a prefeitura e as empresas de serviços e entre os próprios urbanistas; de outro, pela convivência (nem sempre pacífica) entre antigos e novos costumes experimentados pela população que ocupava bairros em vertiginoso crescimento demográfico e industrial, como foi o caso do Brás[6].

A modernização e seus efeitos, porém, não estancaram à entrada dos portos do Rio ou de Santos ou ainda em outras capitais do país: seguindo a insaciável saga cafeeira – que alcançara o *Oeste* paulista nas décadas de 1870 e 1880 – os trilhos ferroviários e um abarrotar de imigrantes desmantelaram a paisagem natural e germinaram, rapidamente, importantes cidades pelo interior paulista. Produtos de um novo ciclo sistêmico de expansão do sistema capitalista[7], as cidades nascidas do avanço da rubiácea rapidamente inseriram-se no turbilhão de uma sôfrega modernidade, porque atrelada ao domínio rural e agrícola.

Dentre elas, Ribeirão Preto cresceu no ritmo de elites aventureiras que procuravam introduzir novos elementos urbanos. Do roldão dos milhões de sacas de café negociados entre os grandes coronéis do município – Francisco Schmidt, Artur Diederichsen, Martinho Prado Júnior, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira –, o governo federal e estadual e os principais agentes financiadores no exterior – banqueiros e especuladores –, a cidade de Ribeirão Preto atraiu a vinda de (i)migrantes de toda cepa – *capomastri* e *muratori*, engenheiros, jardineiros, médicos, advogados e outros profissionais – que participaram da construção da *cidade ideal* – ou o *centro* –, exemplificado nas primeiras redes de água e esgotos e postes de iluminação elétrica (1898-1900).

Além disso, as moventes redes de sociabilidade estabelecidas em torno da cultura cafeeira arrastavam companhias de teatro, empresários de cinematógrafos, grandes comerciantes, *gentes* de vários estados, alterando sintomaticamente o cotidiano do ribeirãopretano e fazendo da cidade um importante centro de lazer e consumo do Estado de

São Paulo: os cinemas e o famoso Teatro *Carlos Gomes* de 1897, os corsos e os cassinos, as *soireés* e os bailes[8].

Apesar de alijados da organização e da participação direta no sistema político republicano[9], da construção da nova ordem urbana, das negociatas da produção e da exportação agrícola – ambos decididos pelos coronéis e seus *pupilos* entranhados no poder público – os populares[10] enfrentavam os dissabores da vida urbana através da exploração de suas atividades sócio-profissionais diferenciadas e, à medida que o perímetro urbano se expandia, da exigência como moradores dos serviços públicos organizados no *coração* da cidade por meio de críticas aos descasos do poder público municipal[11].

Portanto, tal população – formada por imigrantes (italianos, portugueses, espanhóis, alemães) e migrantes (mineiros, fluminenses, baianos) –, que em 1912 alcançava os 20.000 habitantes no perímetro urbano[12], experimentava as transformações na cidade reinventando os desejos de uma modernização projetada por lideranças nos interstícios do poder público.

Sensibilizados pelos *progressos* da cidade, os ribeirãopretanos – que ocupavam variados lugares e profissões[13] – questionavam as crises de infra-estrutura urbana de inúmeras maneiras. Por exemplo, na prática *sorrateira* da Câmara de cobrar impostos sem, contudo, servir os moradores com os devidos melhoramentos: “De Valentim Ferrante e muitos outros, datado de 17 abril, representando contra a falta d’água nas ruas Prudente de Moraes e Campos Salles, com a qual pediam a relevação d’esses impostos”[14].

As *estratégias* de valorização das atividades profissionais eram possibilitadas pela inserção de anúncios nas páginas dos jornais. A freqüente utilização dos anúncios e os efeitos por eles produzidos no interior da sociedade correspondiam a um *progresso cultural* nos centros urbanos do país na passagem do Império para a República, pois, como afirmou Gilberto Freyre, “[...] através deles, se fez sentir a presença ou participação na vida nacional brasileira de elementos que o avanço da alfabetização, por um lado, e o da técnica da imprensa, por outro, dotaram de meios de expressão ou de afirmação social [...]”[15].

À introdução dos jornais, das revistas e dos almanaques em Ribeirão Preto, seguiu-se uma rápida difusão de notícias e produtos locais, nacionais e internacionais que acompanhava o ritmo global impresso pela economia cafeeira. O afluxo de pessoas, cada vez mais dispostas a criar novos serviços ou mesmo somar-se às profissões já existentes fomentavam, simultaneamente, as concepções idílicas atribuídas a Ribeirão Preto e a formação de uma sociedade nascida do acicate da riqueza e da luta pela sobrevivência.

Nessa conjuntura, um mercado de trabalho diversificado e competitivo, aliado aos anseios da experiência urbana revelou uma população familiarizada com os novos meios de comunicação e ciente de que, para conquistar espaços e oportunidades, tornava-se imprescindível construir uma imagem associada à qualificação pessoal e ao domínio das técnicas: "Pedreiro oferece um oficial pedreiro. Residência Alla Nuova Belle Veneza. Rua José Bonifácio, n. 21. Professor moço de conduta afiançada, *tendo estudado na Europa*, propõe-se a lecionar numa fazenda, matérias do curso ginasial, inclusive as primeiras letrae (sic)"[16]. As lavadeiras e engomadeiras, mulheres também em nada distantes do *ethos* de competitividade e eficiência que exigia o *tempo do dinheiro*, procuravam criar uma imagem positiva de suas profissões: "Engomadeira *moderna*, lava-se e engoma-se *com ferro elétrico*, colarinhos, camisas, roupas de senhoras, etc..."[17].

Os estabelecimentos comerciais, difusores do *espírito francês*, permitiam até aos seus proprietários denominá-los de *Au Louvre*, *Notre Dame de Paris*, *Au Bon Marche*. Eles anunciavam pelos jornais propostas de emprego, produtos, liquidações, etc. Dias de promoção ou inauguração – como fez no início do século XX a livraria e tipografia *Casa Selles* – arrastavam as pessoas até as proximidades do estabelecimento e comprovavam o fascínio exercido pelas novas experiências à maioria da população. Se não consumia diretamente as mercadorias vendidas pelas lojas – fosse pelo baixo poder aquisitivo, fosse pela baixa qualidade dos produtos – a população era diariamente iludida a desejar *o espírito francês* em grande circulação na cidade[18].

Em seus momentos de lazer, os populares saiam de seus respectivos bairros (Vila Tibério, Barracão, zona baixa do centro) ora para *flanar* pela Praça *XV de Novembro*, ora dirigiam-se aos botequins, ora ainda "vadiavam" pelas ruas. Os Códigos de Posturas, na tentativa de organizar a sociedade, impunham medidas *civilizatórias* aos moradores: horários de circulação pelas vias públicas, horários de abertura e fechamento de seus estabelecimentos, multas e noites no *xadrez* aos vagabundos, embriagados e desordeiros. Mas, cada atenuação de comportamentos *imorais* pelas autoridades e pelos próprios habitantes coexistia com seu oposto, a ausência de *civilidade* e *polidez* que emprestava à Ribeirão Preto contornos de uma pequena *metrópole*:

> 'Sr. Redator:
> Com a exuberante invasão de automóveis, a cidade de Ribeirão Preto está tomando um tétrico aspecto de cidade infernal!
> De dia já não pode atravessar tranqüilo as ruas que se cruzam sem a gente se persignar cautelosamente para afugentar o canhoto, representado na figura tenebrosa de um desses mastodontes de transporte.
> E de noite, então? A velocidade é dobrada; e lá pelas tantas da madrugada as famílias são acordadas em sobressalto com a passagem desses espalha-mortes que levam no bojo diversas mulheres da vida airada, encarapintadas ao colo de rapazes da dita, numa barulhenta pagodeira de bordel barato!
> É a caravana macabra da prostituição tripudiando sobre o sossego da cidade e sobre a paz das famílias!' [...]
> Tenha dó de nós, Sr. Redator, abra uma campanha contra os prostíbulos noturnos que anda correndo pela cidade às horas mortas, no regaço desses malditos automóveis!!!
> Deus há de abençoar sua bela pena se ela conseguir despertar a Polícia e a Prefeitura para esta obra de regeneração dos costumes maus!' [...][19].

Ao mesmo tempo que alimentava o imaginário de ilustres visitantes e membros da elite cafeeira, a cidade ameaçava romper a *ordem* e o *progresso* ao traduzir-se em cenário de conflitos, acidentes, mendicância e prostituição, desmistificando assim a *cidade ideal* feita de belos edifícios e praças ajardinadas alardeadas pela própria imprensa.

Para alguns, inclusive, a capital não era São Paulo. Uma curiosa crônica do escritor Antônio de Alcântara Machado no *Jornal do Comércio*, de 11.09.1924, apresentava uma *outra*

cidade – em nada metropolitana – e uma população avessa aos hábitos *modernos*. Embora seja marcada por uma postura conservadora, a crônica ironizava a *mania de grandeza* do homem da capital. Aos olhos de Alcântara Machado – que tentava esconder seu orgulho pela cidade – São Paulo era uma terra de *jecas*[20].

Pelas bandas do interior paulista, as promessas de riqueza e oportunidade fáceis, de opulência e ascensão social atraíam um sem-número de homens para Ribeirão Preto que circulavam ou estabeleciam residências na ânsia de conquistar espaços e enriquecer-se. Contudo, as fortunas acumuladas e as possibilidades de construir um futuro seguro se evaporavam e, para a maioria da população, forçavam muitas pessoas a sobreviver do banditismo, dos pequenos crimes e de negócios inescrupulosos. Embora fossem pobres e vivessem de pequenas profissões ou do emprego em fábricas, a vida fácil da vadiagem, das jogatinas e dos assaltos *varriam a contrapelo* a sonhada ordem pública e expunham as mazelas e os infortúnios daqueles que, mesmo desiludidos com as chances de encontrar um *lugar* na cidade, viam-se tentados a realizar atos ilegais como um *direito* de viver nela:

> Os srs. amigos do alheio vão pondo as manguinhas de fora. Do descanso que deram, obrigados pela perseguição que lhes moveu a autoridade policial, voltam eles ao indigno trabalho de lesar o próximo.
> Desta feita, felizmente, os tais estão se contentando com pouco, apenas com o que encontram pelos quintais.
> Assim é que anteontem penetraram eles em diversos quintais da rua General Osório, mas como fossem pressentidos pelos moradores fugiram sem nada levar. Tendo conhecimento do fato, a polícia foi destacar uma praça para o policiamento do quarteirão visitado, anteontem.
> Essa praça, parece, não ficou lá o tempo que devia ficar e retirou-se muito cedo e os gatunos aproveitando-se disso, voltando à carga. Foram aos quintais das casas ns. 132 e 134 onde moram, respectivamente, Angelina Rodnoni e Philomena Martucci e surrupiaram regular quantidade de roupas e alguns outros objetos de pouco valor[21].

O esboroar das *sólidas* imagens da cidade – ilustradas em *magazines* nacionais e internacionais – surgiam e ressurgiam quotidianamente nos lares, nos bares, nas ruas e nos

largos de Ribeirão Preto desmanchando no ar os desejos latentes das elites cafeeiras em reduzir a cidade ao *civilizado* e *confortável* centro.

O *tu roubas, ele rouba, nós roubamos*[22] – tão caro aos coronéis, hábeis manejadores de documentos públicos – não apenas sustentava a economia do país como reverberava pelas camadas populares em atos ilícitos e astutos de sobrevivência. O interesse imediatista, a negação do trabalho e, principalmente, o degringolar da *coisa pública* capilarizavam-se nos hábitos da população[23]. E, longe de ser mera vítima das transformações urbanas, a maioria da população interagia com os novos tempos segundo suas próprias *técnicas*.

NOTAS

[1] BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 1 (O jogo das trocas), 573 p. À respeito do circuito de trocas diz: "Trata-se de conquistas, de malhas, de infiltração de elementos desestabilizadores, se se quiser. Circuitos e redes são regularmente dominados por grupos tenazes que deles se apropriam e, se necessário, vedam-lhes a exploração dos outros [...]" (p. 129).

[2] BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 16.

[3] CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril:* cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 250p. NEEDELL, J. *Belle Époque tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 72.

[4] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 40.

[5] Idem. Ver também: HAHNER, June. *Pobreza e Política*: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: Ed. Unb, 1993, 428p.; DOIN, José Evaldo de Mello. O *flâneur* maltrapilho: a reinvenção da modernidade pelos excluídos das reformas de Rodrigues Alves/Pereira Passos. Franca: Revista *Estudos de História*, FHDSS, UNESP, v. 5, nº 2, 1998, p. 83-91.

[6] CAMPOS, Candido M. *Os rumos da cidade*: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. p. 138-139.

[7] ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio/São Paulo: Contraponto/Ed. UNESP, 1996.

[8] Ainda que existissem, em vários destes espaços de lazer, regras de inclusão social. DOIN, José Evaldo de Mello. *Capitalismo bucaneiro:* dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930). Franca: Tese (Livre Docência – História), Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, V. 1, 2001, p. 318.

[9] CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*: Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 3. ed., 1989, p. 86.

[10] BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito.* São Paulo: Martins Fontes, 1988, 243p. Segundo Bolleme, a palavra *popular* é carregada de ambigüidade: isto porque ela pode designar, ao mesmo tempo, algo comum, generalizado e impessoal (confundindo-se com a idéia de Estado ou nação) ou um caráter circunstancial, pontual e personificador (confundindo-se com a idéia de indivíduo ou pessoa). Tentando evitar essa armadilha semântica, os *populares* não serão identificados somente com os pobres ou os excluídos da cidade. Muito pelo contrário: embora não integrassem o universo da elite ribeirãopretana (grandes proprietários, médicos, advogados, grandes comerciantes), eles participavam da modernização urbana reinventando o uso dos espaços de circulação e deleite da elite.

[11] PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. P. 35. In: BRESCIANI, Maria Stella. *As imagens da cidade*: as cidades nos séculos XIX e XX. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1994, 160p.

[12] RIBEIRÃO PRETO – Câmara Municipal. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58-A, flash 06, nº 10, 1912-1917.

[13] Eram moradores de bairros e da parte baixa do centro da cidade que ocupavam as profissões de barbeiros, farmacêuticos, vendedores, trabalhadores das fábricas de cerveja e massas, alfaiates, jornaleiros, artesãos, marceneiros e outros. In: RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*. Sá, Manaia & Cia., 1913, p. 41-51.

[14] Petição de 04.05.1901. RIBEIRÃO PRETO – Câmara Municipal. Microfilmado, rolo 58-A, flash 01, nº 7, 1900-1903. Numa crônica para o jornal *Careta* (20.03.1920) intitulada *Queixa de defunto*, Lima Barreto ironizava a ineficiência da prefeitura do Rio ao narrar as reivindicações de um defunto sobre o estado das ruas: "[...] Tendo sido enterrado no cemitério de Inhaúma e vindo o meu enterro do Méier, o coche e o acompanhamento tiveram que atravessar em toda a extensão a rua José Bonifácio, em Todos os Santos. Esta rua foi calçada há perto de cinqüenta anos a macadame nunca mais foi o seu calçamento substituído. Há caldeirões de todas as profundidades e largura, por ela afora. Dessa forma, um pobre defunto que vai dentro do caixão em cima de um coche que por ela rola, sofre o diabo. De uma feita um até, após um trambolhão do carro mortuário, saltou do esquife, vivinho da silva, tendo ressuscitado com o susto". BARRETO, Lima. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo, 1995, p. 114-115.

[15] FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*: Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 5ª ed., 2000, p. 393.

[16] "Informações Úteis" (14.04.1909). RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *Diário da Manhã*, ano X, jan/mar 1909.

[17] RIO DE JANEIRO – Fundação Biblioteca Nacional. *A Cidade*. Ribeirão Preto: Ano XII, 1916, (grifo nosso).

[18] "*Au Bonheur des Dames*: Grande Officina de Costuras – Modas francezas. Ultimas novidades a Preços módicos. Dirigida pela sra. Rosina Dell'Guerra. Tendo hábil contra-mestra Josephina Giuseppe. Grande sortimento de fazendas, para todos os gostos. Rua da Estação. Ribeirão Preto". SÃO PAULO – Arquivo do Estado. O Sétimo Distrito. Ribeirão Preto: ano I, nº 2, 19.10.1893.

[19] RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *Diário da Manhã*. Ano XVI, jan/jun 1913.

[20] "Nesta boa e leal cidade de S. Paulo de Piratininga levantam-se, de tempos em tempos, discussões simplesmente impagáveis... [...] Veja-se por exemplo a gravidade com que certa gente fala, discursa e escreve sobre o palpitante problema do descongestionamento da cidade, a qual, na opinião desses cavalheiros, não pode mais comportar o formidável número de pedestres e veículos que a cruzam em todos sentidos e a todos os momentos, à custa de empurrões e de choques... É curioso. São Paulo tem uma área igual à de Paris. Paris possui cinco milhões de habitantes, talvez mais. São Paulo tem setecentos mil, talvez menos. E ainda há quem discuta a sério a maneira mais fácil de livrar a cidade da inflação provocada pela sua circulação incomparável... É curioso e risível. Em São Paulo, não se enxerga viva alma nas ruas. O Paulista não sai de casa, e esse seu retraimento já foi comentado e explicado inúmeras vezes. A não ser em certos dias, chamados elegantes, e nesses ainda das quatro às seis horas da tarde e no pequenino trecho da rua Direita que vai da praça do Patriarca à rua Quinze tão somente, o Triângulo tem um movimento apenas sofrível, que se deve a um ou outro Ford que passa, a um ou outro vendedor de jornais que corre...". MACHADO, Antônio de Alcântara. *Obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL/Fundação Nacional Pró-Memória, v. 1, 1983, p. 98.

[21] RIO DE JANEIRO – Fundação Biblioteca Nacional. *A Cidade*. Ribeirão Preto: Ano IX, jan/jun 1913.

[22] ARAÚJO, Emmanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 283-293.

[23] DOIN, *Capitalismo bucaneiro...*, op. cit., p. 137.

O MOVIMENTO INTEGRALISTA: ENTRE A MEMÓRIA E A MEMÓRIA-HISTÓRICA

Rogério Lustosa Victor*

O quadragésimo aniversário da fundação da Ação Integralista Brasileira pouco mobilizou historiadores e políticos. E aquele ano de 1972, nos chamados anos de chumbo, não representava uma conjuntura desfavorável para balanços, lembrando que o próprio Médici, que ocupava o cargo de presidente naquele ano, havia quando de sua juventude participado do núcleo integralista de Bagé (RS). Não poderíamos dizer que o desejo de atualização do passado tenha sido limitado pela presença do regime militar que, ao contrário, compartilhava com os integralistas uma vasta ideologia política, que ia desde um nacionalismo autoritário até um forte anticomunismo. Trata-se então de uma questão mais ampla, qual seja, o veto à memória integralista.

Diante desta situação, longe de maior empreendimento comemorativo, o quadragésimo aniversário da AIB foi lembrado na Câmara dos Deputados por Plínio Salgado. Em sessão de 10 de outubro de 1972 o deputado da ARENA pronunciou as seguintes palavras:

> *Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ano de 1972 tem sido um ano de comemorações: a do Sesquincentenário da Independência; o quarto centenário da publicação de Os Lusíadas, de Camões; o cinqüentenário da Semana de Arte Moderna; o quadragésimo aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo e, agora, o do lançamento do Manifesto de 7 de outubro de 1932, que fundou no Brasil a Ação Integralista Brasileira*. [1].

A independência, a publicação de *Os Lusíadas*, a Semana de Arte Moderna ou a Revolução Constitucionalista compõem parte da memória-histórica, um conjunto de

* Rogério Lustosa Victor é mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

representações com razoável presença na memória de todos. Se um ou outro desses fatos não está presente na memória, ao menos, a invocação deles pelo parlamentar não provocou sensação de estranhamento por parte dos ouvintes. O mesmo não diríamos ao se tratar do lançamento do Manifesto de 7 de Outubro, que funda o movimento integralista, como podemos constatar no aparte concedido por Salgado ao deputado Alencar Furtado que, depois de comparar o integralismo ao fascismo, separa, explicitamente, a memória histórica da integralista:

> *V. Ex.ª comemora os quarenta anos do seu manifesto. Nós, nobre Deputado Plínio Salgado – com o respeito à pessoa e à cultura de V. Ex.ª, contraditando hoje, ontem, e amanhã os pontos de vista radicais de V. Ex.ª, homenageamos hoje também, neste ano de 1972, os pracinhas que tombaram em Pistóia* .[2]

No discurso do deputado Alencar Furtado, percebe-se um mapeamento da diferença: 'nós', a nação, homenageando os pracinhas que tombaram na Itália, na luta contra o fascismo; V. Ex.ª, 'fascista', V. Ex.ª que tem "pontos de vista radicais", comemora o que nós não comemoramos, "os quarenta anos do seu manifesto". O emprego do pronome possessivo 'seu', por Furtado, não deixa dúvidas: o manifesto integralista não pertence ao 'nós', a nação, mas a V. Ex.ª, com quem 'nós' estamos "contraditando hoje, ontem e amanhã".

O esforço do líder integralista para incluir na memória-histórica elementos da memória integralista não havia começado em 1972. Anos antes esse embate já era constatável. Durante a sessão realizada em 5 de julho de 1959, na Câmara dos Deputados, os parlamentares dedicaram todo o tempo a discursar em homenagem aos revolucionários de 1922, 1924, 1930 e 1932. Todos esses anos datam fatos que se tornaram marcos na história do Brasil, quais sejam, respectivamente: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, as revoluções tenentistas em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a

Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. A memória-histórica ancora-se nestes fatos, que, embora contenham grande grau de externalidade, são fatos capazes de orientar uma temporalidade, pois "pela obra da transubstanciação uma enorme gama de significações pode ser alocada aos episódios de um dia, de um mês, convertidos em fato histórico"[3].

Cada uma das homenagens prestadas pelos deputados naquele 5 de julho de 1959 expressava a memória mais compartilhada da nação, a que chamamos de memória-histórica. Os mártires integralistas não estavam entre os homenageados e os marcos integralistas não eram ali lembrados.

Foi então que, diante daqueles discursos, o deputado perrepista Plínio Salgado pediu um aparte. Ele sabia que o esquecimento que recaía sobre o movimento integralista chegara ao limite. No entanto, naquele dia, ao fazer seu aparte, Salgado não nega nem se opõe à memória dominante. Basta observar suas primeiras palavras: "Nobre Deputado, estou ouvindo os oradores falarem sobre os movimentos revolucionários do Brasil numa justa homenagem àqueles que foram pioneiros de reformas sociais das mais importantes (...)"[4].

Salgado demonstra que, para ele, nem todos os mártires que merecem ser lembrados estão citados nos discursos dos colegas parlamentares. E aí ele menciona os mártires integralistas que, para ele, faltava mencionar:

> *E, neste momento, não posso deixar de render homenagem aos mártires – e contamos com trinta e tantos deles – que foram assassinados e derramaram seu sangue para a implantação das idéias democráticas e de uma democracia verdadeiramente representativa dos anseios da Nação, à procura, também, como todos os outros movimentos, daquele equilíbrio tão desejado desde a proclamação da República no nosso País (...)*[5].

Plínio Salgado luta pelo direito à memória e se manifesta como que contestando o esquecimento da nação. Ele luta para que seus marcos, os do integralismo, sejam também, juntamente com os marcos já consagrados, marcos de toda a nação, enfim, luta para se incluir na memória-histórica. A pergunta que se coloca no momento é: conseguiu Salgado tal façanha?

Pensamos que a memória-histórica só existe como forma geral de conceber o passado se esse for amplamente difundido. Então, por que canais uma tal narrativa do passado chega até nós? O livro didático de história neste sentido se apresenta como objeto privilegiado, pois ele "atinge público vastíssimo, constituindo uma das primeiras vias pelas quais a linguagem da história é absorvida por qualquer um"[6]. A história dos livros didáticos alimenta a memória histórica, pois é representação do passado muito difundida.

Assim, cabe-nos agora observar qual é a história (ou memória?) presente nos livros didáticos. Para efeito dessa análise escolhemos como elucidativo o livro *História para o ensino médio: história geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, editado em 2003 pela Scipione.

À página 529, ao tratarem da convocação da Assembléia Constituinte, no início dos anos 1930, os referidos autores escreveram: "Getúlio decidiu acelerar o processo de democratização (...)". Depois, ao se referirem à resistência ao golpe de 10 de novembro de 1937, reiteraram velhos discursos: "Quanto ao crescente operariado urbano, a oposição foi nula: refém do populismo varguista (...) pouco lhe restava senão aceitar passivamente o novo regime (p. 534). Neste discurso daqueles dois autores é inegável o fato de Vargas estar nele presente como um personagem sobre-humano, que decide acelerar o processo de democratização, que manipula as massas com seu populismo etc. O mito de Vargas nele impera, e sob sua sombra, o integralismo, pois o movimento continua não sendo visto senão como irrelevante e como cópia pálida dos extremismos

europeus. Tanto assim que, segundo Dorigo e Vicentino (p. 530), “O símbolo que identificava o movimento era o sigma, pálida cópia da suástica nazista, e seus membros saudavam-se com um cumprimento tupi-guarani, ‘*Anauê*’, tentativa de cópia do ‘*Heil*’ alemão”, ou seja, aqueles autores contribuíram para a manutenção do estigma dos camisas-verdes ao retratá-los como um nazismo tupi-guarani. Esse estigma vincula-se à gestão do esquecimento da experiência integralista, até porque o veto ao integralismo emerge do espaço simbólico, no qual o integralismo é igual a fascismo. Dessa forma, a memória política do varguismo, presente nos livros didáticos, foi imposta com seus mitos da nacionalidade, da política trabalhista e do desenvolvimento econômico gerenciado pelo Estado. Dorigo e Vicentino assim expressaram a perpetuação da memória varguista (p. 535): “(...) o principal instrumento de fortalecimento do poder do Estado foi a aproximação de Getúlio Vargas com os trabalhadores urbanos, configurando a prática do populismo”. E, no que concerne à política econômica, escreveram (p. 537): “Durante a Era Vargas, a intervenção do Estado na economia foi fundamental para promover e coordenar o crescimento econômico”.

Num trecho do texto daqueles autores sobre o golpe integralista de 1938, destaca-se tanto a presença sobre-humana de Vargas, pois é ele quem permite a sobrevivência do integralismo, quanto a insignificância do movimento do sigma (p. 534): “O próprio Vargas foi bastante tolerante, permitindo a sobrevivência do grupo (...). Mantidos à margem do governo, tentaram, sem sucesso, assaltar o Palácio Guanabara e derrubar Vargas. Porém, mal organizados, fracassaram”.

A história ensinada nos bancos escolares é, portanto, a história em que Vargas domina a temporalidade. Outros agentes e possibilidades estão excluídos do passado. Pôde-se constatar que no embate entre as memórias a memória integralista não se impôs. Na memória compartilhada da nação, a que chamamos de memória-histórica, observa-se a ausência do integralismo.

Supomos que na disputa pelo poder nos anos 1930 o integralismo, derrotado, perdeu uma segunda e mais decisiva batalha: a da disputa entre as memórias. Os caminhos da memória, estabelecidos durante o Estado Novo, continuaram *a posteriori* sendo trilhados (como pudemos observar na obra didática analisada), e Vargas é o agente histórico decisivo do período. Os integralistas, considerados desimportantes e identificáveis ao fascismo, são banidos do passado. O esforço de Salgado e de outros integralistas se mostrou incapaz de reverter essa situação. Assim, diante do poder da memória-histórica:

> *O múltiplo é excluído. Desaparecem momentos e agentes. O significado de outros instantes, a cristalizarem-se de outra forma, e o lugar onde propostas e agentes foram efetivamente jogadas perde nitidez. (...) O movimento e luta enquanto pluralidade de possíveis desaparece, substituídos pela mutação de um tempo e por certas práticas a moverem-se conjuntamente para um único lugar. (...) O lugar de luta e o movimento de vencidos não coincidem com os do vencedor. (...) Dada a instituição do fato e o domínio do tempo o uno predomina. Anula inclusive as próprias condições de existência, difusão e vitória do tema que compõe o fato: momentos, sujeitos e propostas divergentes. E estes sugerem outro lugar e não se conformam no mesmo tempo. É na temporalidade do vencedor que estas possibilidades não podem integrar-se*[7].

O discurso simplificado, unitário e intransigente da memória-histórica, que se projeta sobre outras leituras do passado (e numa certa medida, inclusive sobre a leitura historiográfica) impede a percepção do passado na sua substância. Definido o futuro, o integralismo, caricaturizado, perde a dimensão que teve no passado, que teve quando o passado ainda não possuía um futuro certo, apenas futuros possíveis, quando, em suma, não havia o futuro passado.

Por fim, concluiríamos com o levantamento de uma suposição: a de que o tensionamento entre as memórias (memória-histórica e memória integralista) contribuiria

com a produção historiográfica na medida em que o tempo passado poderia ser visto na riqueza das possibilidades no espaço de expectativa, de pluralidade e luta entre os agentes históricos em questão. O historiador, situado em um tempo posterior, lida com o futuro passado. Ao conhecer o desfecho dos embates do passado (por exemplo, dos embates políticos dos anos 1930, quando os integralistas foram derrotados), o historiador corre o risco de não perceber que para os agentes históricos reais tal desfecho era apenas uma das expectativas da disputa, na qual concorria uma pluralidade de possíveis e, assim, "a percepção posterior, vencedora, inibe nuanças e possibilidades que ainda estavam lá"[8]. A análise das leituras das memórias integralistas quanto aos anos 1930 forneceriam então elementos de tensão necessária para recobrar do passado a multiplicidade que outrora ele tivera.

---

[1] SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*; sel. e intr. de Gumercindo Rocha Dorea. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982. (P. 505).
[2] *Idem*, p. 507-8.
[3] VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: HUCITEC, 1997. (P. 26).
[4] SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*; sel. e intr. de Gumercindo Roche Dorea. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982. (P. 455).
[5] *Idem*, p. 456.
[6] VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: HUCITEC, 1997. (P. 67).
[7] VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 21, out./dez. 1986. (P. 6).
[8] *Idem*, p. 1.

SOLIDARIEDADES HORIZONTAIS E CRISE DA DOMINAÇÃO SENHORIAL NO IMPÉRIO (1860-1889)

Ronaldo Pereira de Jesus
Prof. Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da UFOP.

Em linhas gerais, as associações populares de socorros mútuos, beneficentes, profissionais e de classe que surgiram na cidade do Rio de Janeiro, principalmente antes de meados da década de 1880, foram, durante muito tempo, caracterizadas mediante parâmetros analíticos relativamente homogêneos, aparecendo na historiografia como uma forma relativamente menos importante de manifestação das classes trabalhadoras. Uma espécie de institucionalidade incompleta que teria sentido efetivo somente mais tarde, quando constituídos os "modernos" partidos e sindicatos, especialmente a partir da década de 1890. Nesse sentido, logo em 1952, Evaristo de Moraes Filho fez uma das primeiras alusões à temática histórica das associações, considerando desnecessário "esmiuçar documentos e alfarrábios para apontar a existência de fenômenos associativos profissionais desde os tempos do Império". Sugere que seria compreensível a inexistência de organizações de natureza operária em meados do século XIX, devido ao caráter escravista da sociedade brasileira e da insipiência do desenvolvimento industrial, não havendo "clima próprio à organização coletiva do trabalho"[1].

Afirma-se, em resumo, que a década de 1880 contempla o processo de separação definitiva entre, por um lado, as antigas formas de organização, ligadas à realidade econômica e sócio-política do escravismo e do império, e, por outro lado, as primeiras manifestações do movimento operário e sindical com feições mais contemporâneas. Teríamos, portanto, antes, as associações beneficentes e de ajuda mútua limitadas pelo tímido processo de formação das classes trabalhadoras urbanas na sociedade escravista, e depois, os partidos, os sindicatos, as greves, os comícios e a imprensa operária, em moldes bastante parecidos com os atuais. A força desse contraste, acentuado pelos desdobramentos heróicos do movimento operário e sindical de inspiração anarquista, nas primeiras décadas do século XX, de certa forma releva as associações fundadas no século

XIX para uma posição mais secundária do que efetivamente ocuparam no núcleo urbano da formação social monárquica escravista.

Tal quadro analítico sofreria uma alteração significativa entre o final da década de 1980 e o início de 1990, quando se destacam na produção historiográfica brasileira trabalhos inspirados no ***The Making of English Working Class*** de E. P. Thompson. Isso não quer dizer que Thompson fosse desconhecido dos historiadores brasileiros até então. Porém, podemos afirmar que, até o final dos anos de 1980, o volume de pesquisas sobre o movimento operário no Brasil ainda não permitia alçar completamente a noção de classe como fenômeno histórico. Obviamente, não por incapacidade dos historiadores pioneiros dos anos 70 (Boris Fauto, Michael Hall, Francisco Foot Hardman, Paulo Sérgio Pinheiro, K. Munakata, Ricardo Antunes, Eulália Lobo, Eduardo Stotz, L. S. Maram e muitos outros). Mas, porque seria necessário o trabalho inicial destes últimos, sobre a estrutura social da classe trabalhadora brasileira e suas formas de organização política e sindical, para que, a partir daí, fosse possível pensar mais profundamente a classe como sujeito de sua própria história, e a formação da classe e da consciência como fenômenos históricos.

Neste sentido, os trabalhos de Ângela de Castro Gomes (1988) e de Cláudio Batalha (entre 1986 e 1992) estabeleceram um novo patamar para a pesquisa da classe trabalhadora e do movimento operário no Brasil[2], porque se aproximam bastante do desempenho de Thompson no que diz respeito à relação entre evidências empíricas e formulações e reformulações de conceitos ou categorias históricas. Mais adiante, Cláudio Batalha levaria às últimas conseqüências a adoção da noção de classe como fenômeno histórico e passaria a analisar o fenômeno associativo na segunda metade do século XIX como experiência sem a qual não poderíamos compreender o movimento operário no século XX[3]. Todo volume 6 do *Cadernos AEL*, dedicado ao estudo das “sociedades operárias e mutualismo”, serviria para consolidar tal perspectiva, que pretende compreender mais profundamente o fenômeno histórico de formação das classes trabalhadoras no Brasil do século XIX e a gênese do movimento operário e sindical (especialmente no Rio de Janeiro).

Na medida em que possibilita estabelecer uma ligação teórico-causal entre a história do moderno movimento operário e sindical, ao longo do século XX, e o rol de suas heranças intrínsecas advindas do século XIX.

Ao analisar as práticas que marcaram o movimento operário e sindical na Primeira República, Cláudio Batalha caracteriza a consciência da classe trabalhadora como "reformista". Tal reformismo envolveria um conjunto de correntes ideológicas distintas, sustentando "uma série de práticas sindicais idênticas ou muito semelhantes", abrangendo associações operárias com tendências ideológicas que iriam "desde o socialismo reformista ao mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoravam republicanas sociais ou corporativistas"[4]. Entre as principais práticas desse movimento operário e sindical reformista, sintetizadas por Batalha, encontramos: 1. a greve como último recurso; 2. a tentativa de consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais; 3. o apelo a serviços intermediários na defesa dos interesses de classe (advogados políticos, representantes dos poderes públicos); 4. a defesa de sindicatos fortes e ricos – "recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos"; e 5. a tentativa de conquistar espaços de participação institucional, lançando candidatos próprios em eleições parlamentares ou apoiando candidatos comprometidos em defender os interesses dos trabalhadores[5].

Não nos devemos surpreender se estes e outros elementos – relacionados a possíveis formas de corporativismo, proto-trabalhismo e paternalismo internalizados pelas classes trabalhadoras – forem antevistos no cotidiano das associações criadas ao longo da segunda metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, como afirmamos anteriormente. O que facilita a compreensão dos padrões históricos de comportamento e organização que perpassam ainda hoje o movimento operário e sindical no Brasil. Quer dizer, fazem parte do conjunto das "experiências comuns", "herdadas ou partilhadas", "tratadas em termos culturais" pelas consciências coletivas, ainda que de grupos restritos de trabalhadores, e "encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais", como diria Thompson, que remontam neste caso ao Estado Novo, à Primeira

República e ao período imperial. No caso específico das associações de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, Cláudio Batalha sustenta que "as sociedades de socorros mútuos eram a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais após 1824", e que grande parte dessas associações tinha por objetivo "algo mais do que o socorro aos associados, que servia de justificativa para sua existência; seu verdadeiro objetivo era a defesa profissional"[6].

Recentemente, o estudo do fenômeno associativo tem se disseminado com relativa intensidade. Podemos destacar os trabalhos de Adhemar Lourenço da Silva Jr.[7] e de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi[8], em que as pesquisas sobre o mutualismo, respectivamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, aprofundam o debate sobre a relação entre as corporações de ofício do século XIX, as irmandades, as associações de auxílio mútuo e beneficentes e o moderno movimento operário.

Diante do panorama historiográfico, ressalta o fato de que, pelo menos, dois desafios se colocam para o estudo das associações beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), erigidas na capital do Império entre 1860 e 1887, que agregavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão. Primeiro, a necessidade de se observar as associações independentemente da atração que sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical, ou seja, a partir de um referencial teórico-metodológico e histórico próprios. E, segundo, conseqüentemente, traçar o esboço de uma periodização específica para o fenômeno associativo, especialmente para o período monárquico.

Neste sentido, vale notar que, para além do relevante espaço que Sidney Chalhoub reservou à análise das sociedades que agregavam ex-escravos e "homens de cor" no Rio de Janeiro imperial, em *Machado de Assis: historiador* (2003)[9], a reconstrução histórica do contexto de crise dos mecanismos de dominação política e cultural da ideologia senhorial nos fornece os elementos necessários para demarcar as especificidades do fenômeno

associativo, ao equacioná-lo entre as experiências de solidariedades horizontais manifestas na segunda metade do século XIX.

Podemos afirmar que desde o início da década de 1850, até a guerra contra o Paraguai, a sociedade brasileira vivenciou a hegemonia da ideologia da classe senhorial escravista, em que predominavam os mecanismos de dominação característicos do "tempo saquarema"[10]. Tal período demarcou o predomínio das práticas sociais através das quais os senhores/ chefes de família / proprietários sustentavam sua "hegemonia política e cultural". O traço fundamental da tradição encerrada em tais práticas consistia na "política de domínio", sustentada pelo princípio da "inviolabilidade da vontade senhorial", sobre a qual se estruturava a "ideologia de produção de dependentes", que, por sua vez, organizava e dava "unidade de sentido a todas as práticas sociais". O centro do domínio político e cultural, nesta sociedade, residia na "produção de dependentes", entre os quais o escravo ocupava a posição de maior submissão[11].

Predominava, entre 1850 e 1860, o "ideário de dominação de classe", segundo o qual, a vontade do senhor / chefe de família / proprietário dava sentido às relações sociais que o circundavam, e era inviolável. De tal modo que, do ponto de vista da classe senhorial, o mundo a sua volta era encarado como expansão ou concessão de sua vontade. Para além disso, a hegemonia do ideário senhorial de dominação levava, necessariamente, os dependentes à introjeção dos "valores e significados que organizavam o mundo", a partir do ponto de vista do senhor, embora não necessariamente de forma acrítica. As relações sociais verticais estavam assim marcadas pela tensão que se estabelecia entre, por um lado, a experiência e as respectivas demandas dos dependentes e, por outro lado, a organização destas a partir da "introjeção crítica" dos valores dos senhores. Desta forma, delimitavam uma ideologia que era "produto e ao mesmo tempo instituinte de um contexto de luta de classes", e que permitia aos senhores / chefes de família / proprietários pensar e dizer que estavam "concedendo", quando na verdade estavam "cedendo a pressão", ou, pelo menos, "reconhecendo a existência de antagonismos sociais"[12].

Trata-se, segundo Sidney Chalhoub, do predomínio da ideologia do paternalismo, entre os anos de 1850 e 1860, que se pode definir como sendo uma política de domínio na qual a vontade senhorial se apresenta como inviolável e, segundo a qual, os trabalhadores e demais subordinados, em geral, apenas podiam se posicionar como dependentes em relação a essa "vontade soberana" [13].No entanto, mesmo partindo do espectro estabelecido pela hegemonia do paternalismo, podemos caracterizar as práticas que agrupavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão – materializadas nas sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais) erigidas na capital do Império – como práticas de solidariedades horizontais. Para tanto, devemos observá-las como portadoras de uma "cultura emergente" na sociedade monárquica escravista brasileira, e analisá-las a partir do conceito de "experiência", de acordo com o sentido atribuído por E. P. Thompson a esta categoria. Ou seja, devemos entender, de modo mais amplo, as ações dos homens e mulheres que erigiram as sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), no Rio de Janeiro entre 1860 e 1887, como "experiência humana". Como respostas mentais e emocionais e/ou não-formalizadas, sustentadas por grupos ou indivíduos, diante de muitos acontecimentos inter-relacionados[14]. Ou ainda, como práticas sociais em que homens e mulheres atuaram como sujeitos históricos,

> [...] como pessoas que experimentaram suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "trataram" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* e agiram, por sua vez, sobre sua situação determinada[15].

De tal modo, podemos afirmar, acerca da situação dos dependentes em uma sociedade permeada pela hegemonia política e cultural do paternalismo, em primeiro lugar, que o paternalismo era tão somente uma "auto-descrição da ideologia senhorial". Era "o mundo idealizado pelos senhores", ou seja, "a sociedade imaginária que eles se empenhavam em realizar no cotidiano". Em segundo lugar, que a vigência da ideologia paternalista não significava, necessariamente, a inexistência de "solidariedades horizontais"

e de “antagonismos sociais”. Logo, era possível a criação de “sistemas alternativos de crenças e valores no contexto da tentativa de dominação ideológica” senhorial, de opressão e de exploração a que os dependentes estavam submetidos. Por fim, devemos observar que subordinação não significa passividade[16].

O paternalismo não reconhecia atores e ações políticas que “expressassem antagonismos em relação à sua visão de mundo”. E tal visão de mundo viveu o seu período de maior poder e prestígio no segundo reinado. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1860 evidenciaram-se os primeiros sinais da crise que afetaria as estruturas tradicionais de poder, cujo momento decisivo foi a aprovação da “lei do ventre livre” (1871). Desde antão, teve início o processo de corrosão contínua da “lógica hegemônica de reprodução das hierarquias e desigualdades sociais”, que relacionavam liberdade, escravidão e dependência na sociedade escravista monárquica. A “lei do ventre livre” foi o elemento decisivo na “luta para submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei”, na medida em que pressupunha a intervenção do governo nas relações entre os senhores e escravos, e, portanto, “desrespeitava direitos de propriedade e comprometia a política de domínio sobre os cativos”, que era a base do domínio senhorial[17].

Devemos, então, observar as principais características das sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), erigidas na capital do Império – que agregavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão –, entendidas como manifestações de solidariedades horizontais, e tendo em vista os efeitos que sobre elas exerceram os três momentos diferentes no arranjo dos mecanismos de dominação política e cultural da sociedade monárquica escravista. A saber: 1. sob a hegemonia do paternalismo (1850-1866); 2. no contexto da crise das estruturas tradicionais de dominação (1866-1871); e, finalmente, 3. durante o processo de corrosão contínua da lógica de reprodução das hierarquias e desigualdades sociais na sociedade monárquica escravista (1871-1889).

Assim sendo, podemos adotar a hipótese bastante genérica de que a "experiência" dos ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão, no processo em que erigiram no Rio de Janeiro as sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), entre 1860 e 1889, esteve marcada pela trajetória dos mecanismos tradicionais de dominação política e cultural, exercidos pelos senhores / chefes de família / proprietários, típicos da sociedade escravista monárquica. E que tal "experiência" logrou criar, ao longo deste período, uma "cultura emergente" específica dos subordinados, ou dependentes, no contexto urbano, na capital do Império.

NOTAS

[1] Moraes Filho, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*; seus fundamentos sociológicos. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p.182. Ver também: Vianna, Luiz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.78. Carone, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.33. Lobo, Eulália M. Lehmeyer e Stotz, Eduardo Navarro. "Formação do movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894", In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, 1985. p.70.

[2] Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988. Batalha, Cláudio H. M. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. These de Doctorat de l'Université de Paris I, junho, 1986; A identidade operária no Brasil. *Revista Brasileira de História*, 12 (23/24), set. 1991 – ago. 1992.

[3] Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária". *Cadernos do AEL*. Campinas, UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, p.41-68, 1999..

[4] Batalha, Cláudio H. M. Op. cit., 1990. p.117-127.

[5] Idem. p.120.

[6] Batalha, Cláudio H. M. Op. cit., 1996. p. 53.

[7] Silva Jr., Adhemar Lourenço da. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. In: *História-Unisnos*, v.6, n.6, São Leopoldo: Unisinos, 2002. p.185-218.

[8] Viscardi, Cláudia M. R. *Proteção e socorro*: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. Juiz de Fora (Paper-Inédito), 2003. *Mutualismo e filantropia*: emergência, intervenção do Estado e identidades coletivas. Juiz de Fora (Paper-Inédito), 2004.

[9] Chalhoub, Sydney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

[10] Nas palavras de Sidney Chalhoub referindo-se a Ilmar Mattos. Ver: Chalhoub, Sidney. Op. cit., 2003. p.18. Mattos, Ilmar Rohloff. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec / Instituto Nacional do Livro, 1987.

[11] Idem. p. 19/28.

[12] Idem. p. 19/22/24/28.

[13] Idem. p. 46-47.

[14] Thompson, E. P. *A miséria da teoria*; ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editres, 1981. p. 15.

[15] Idem. p. 182.

[16] Chalhoub, Sidney. Op. cit., 2003. p. 47.

[17] Idem. p. 134-135/74/109/181.

NEWTON ESTILLAC LEAL: O MILITAR DE ESQUERDA E O EXÉRCITO NA FRÁGIL DEMOCRACIA BRASILEIRA DO PÓS-GUERRA[1]

"(...) Ao passar pela rua Real Grandeza, naquele feriado universal consagrado ao trabalho, operários da Light trabalhavam, trocando trilhos: um deles negro alto, reluzente de suor, pousou a picareta e disse aos companheiros, quando o cortejo passava, vagarosamente: - Aí vai o general Estillac, um amigo do povo[2]."

Nelson Werneck Sodré

RONALDO QUEIROZ DE MORAIS

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa breve escritura é, a partir da vivência militar e política de Newton Estillac Leal – um general de esquerda – discutir e historiar o Exército e as práticas político-militares na frágil democracia brasileira do pós-guerra, entre os anos de 1949 a 1955, período no qual o general vivenciou ativamente a política nacional. O Ministério da Guerra sob o comando do general Estillac Leal sublinha um contexto político importante para o esforço hermenêutico, visto que representou a chegada de um militar de esquerda numa posição de poder privilegiada no interior da caserna, entretanto, o imobilismo político-militar de Estillac frente às pressões da direita militar, nos possibilita ilações acerca da esquerda e das relações de poder com a intenção de compreender a instituição em seu tom conservador[3].

No que concerne à reflexão teórica a fim da leitura das fontes e da representação em forma de texto do real vivenciado, partimos da premissa Foucaultiana[4] de que devemos analisar as instituições a partir das relações de poder e não o inverso, isto é, no caso do Exército o que propomos é uma leitura do aparato coercitivo a partir das relações de poder, ou seja, das tensões – estrategicamente postas – que nos auxiliam para a compreensão da instituição.

O HOMEM: vivência militar e contexto político

Estillac Leal era um general comunista? Absolutamente, não. Mas um militar de esquerda com idéias nacionalistas que se confundiam com as

proposições do PCB da época. Com efeito, não um revolucionário capaz de dar apoio aos comunistas militares de 1935, mas um radical da esquerda nacionalista. O que o colocava naturalmente como um corpo estranho no interior da caserna, pois é importante sublinhar que a invenção da instituição militar moderna, em contexto de aburguesamento do social, tem como resultado a criação de um espaço conservador por excelência. Assim, os oficiais militares tendem a uma melhor identificação com as idéias conservadoras de Hobbes do que com o pensamento revolucionário de Marx. O militar é sempre conservador na estratégia (política) e liberal na tática (técnica). Desse modo, projetos políticos grandiosos e metas políticas carregadas de otimismo e exagero são desde logo evitadas, porque são por demais arriscadas – para um conservador, porque não são práticas[5].

Nos anos de 1943 e 1947, Estillac Leal foi promovido, respectivamente, ao posto de general de brigada e de divisão, o que o colocava numa posição privilegiada nas relações de poder no interior da caserna. As promoções ao generalato devem-se ao mérito militar e a um certo distanciamento político de Estillac Leal nos anos em questão, pois as intensas atividades políticas do general se deram a partir de 1949, quando começa a organizar a sua campanha à presidência do Clube Militar. É o que explica, *grosso modo*, a existência de um militar de esquerda num alto posto de comando dentro de uma instituição essencialmente conservadora.

Após a vitória de Vargas nas eleições de outubro de 1950, o General Estillac Leal assumiu o Ministério da Guerra, entre 1951 e 1952, um curto período, visto que a pressão interna, dos próprios militares, foi intensa. Houve um desgaste político significativo de Estillac Leal para com a esquerda nacionalista, pois não conseguiu cumprir uma promessa pública de reverter as

transferências dos membros do Clube – ordem do comando anterior – e outro desgaste para com os militares conservadores, porque estava resistindo em assinar um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos – entretanto, o acordo foi firmado com a ausência do Ministério da Guerra, o que levou à sua exoneração no dia 26 de março de 1952.

Ademais, a derrota para os militares conservadores da chapa azul, em 1952, reforçou a posição privilegiada desses militares nas relações de poder no interior da caserna. A cruzada democrática recebeu 7288 votos contra 4489 da chapa de Estillac Leal. O resultado representou a consolidação política dos militares conservadores, confirmando a força dos comandantes militares e sua repulsa ao nacionalismo de esquerda da chapa amarela. A derrota de chapa de Estillac Leal levou-o ao ostracismo militar e político – o que revela a fragilidade da esquerda nacionalista no interior da caserna. Assim, "a máquina de dar ordens" do Exército, consoante a memória de Werneck Sodré[6] estava sob o controle dos militares conservadores.

O MILITAR DE ESQUERDA: Práticas Políticas e o Generalato

A vivência militar do general Estillac Leal é um exemplo contundente da fragilidade política de um militar de esquerda[7] que, mesmo assumindo posição de comando importante como a de Ministro da Guerra, sequer conseguiu anular as transferências dos militares da chapa amarela e manter-se no poder. Preso às amarras da máquina conservadora o general concentrou seus esforços na tática (resistência), na mediada em que, efetivamente, da estratégia não podia fazer uso.

O "realismo conservador" da ética militar moderna, apontado por Huntington[8], explica a inviabilidade de uma ação mais à esquerda por parte dos militares brasileiros. O isolamento político do general nacionalista de esquerda,

Estillac Leal, foi fruto do conservadorismo institucional que desde os "jovens turcos" já propunha o Exército como força estabilizadora da ordem, a fim de corrigir as perturbações internas e manter o progresso sob a égide da ordem – idéia essa já embutida no primeiro editorial da revista "A Defesa Nacional" de 1913[9].

A campanha da imprensa conservadora, horrorizada com a aparição do povo como sujeito político, amiúde pintava o general do Ministério da Guerra de Vargas, de vermelho – a pressão externa, do mundo civil, era tão intensa como a militar. A presença da cultura e da economia americana parecia inevitável, e as reformas para a efetiva soberania, que na época estava, peremptoriamente ligada ao estatismo, parecia paralisada. Dessa forma, a queda do "general amigo do povo" representou, no interior da caserna, o colapso da ideologia e da referente prática política em torno de um Estado nacional forte e intervencionista, com capacidade de uma relativa centralização, com partidos de base popular e com candidatos que conciliassem os interesses do proletariado e dos patrões, respaldados na crítica ao capitalismo liberal e à liberdade do capital internacional[10] – uma espécie de ensaio geral da fraqueza política nacionalista frente ao golpe de 1964.

AGONIA POLÍTICA E MORTE DO GENERAL AMIGO DO POVO

Após a exoneração do Ministério da Guerra e da derrota nas eleições para a presidência do Clube Militar em 1952, os integrantes da chapa de Estillac Leal passaram a sofrer a ofensiva conservadora dos militares que politicamente, numa verdadeira operação de guerra, conquistaram a presidência dessa associação militar. Num mesmo movimento, a "sorbone" militar vinha realizando silenciosamente seu trabalho de persuasão junto ao Estado. Destarte, "a

máquina de dar ordens" passava a funcionar a todo o vapor a serviço dos militares conservadores com o propósito de liquidar a corrente nacionalista.

A dupla derrota política dos militares ligados a Estillac Leal com a perda do Ministério da Guerra e com a vitória da chapa da Cruzada Democrática em 1952, criou as condições para relações de poder extremamente assimétricas. As pressões exercidas sobre os militares de esquerda foi intensa. Eram constantes as visitas amistosas e as tentativas de persuasão no sentido das promoções que garantem o reconhecimento profissional na carreira militar[11].

Contudo, o mais grave foram as condições totalmente insalubres das prisões às quais os oficiais foram submetidos. O que não é singular na cultura autoritária brasileira que associa a prática policial à truculência absoluta; assim, a correspondente transformação do militar de esquerda num "monstro político" – se põe *pari passu* à transformação dos marginalizados num "monstro social". Segundo Werneck Sodré o militar de esquerda na caserna [12]: "(...) tratava-se não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos". Assim, condições insalubres e torturas não foram casos raros, amiúde denunciados na época pelos familiares desses militares ao Parlamento e à imprensa[13]. Outrossim, estas prisões apontavam para uma espécie de preâmbulo das práticas autoritárias nos governos militares pós-64. Outrossim, os militares ligados à chapa de Estillac Leal não submetidos às prisões (envolvidos em IPMs), não passando, assim, pela indignidade desses espaços insalubres, foram jogados em guarnições distantes e extremamente vigiados, alijados das posições privilegiadas de comando e do centro da política nacional[14].

Num contexto político em que nas relações de poder, o choque é considerado fatal, os militares brasileiros se inclinavam na direção do "realismo

conservador" que consiste numa visão positivamente pessimista do homem, na segurança militar do Estado, no primado do Estado-Nação, na premência de segurança (para os militares nada é seguro) e na expansão e fortalecimento do aparato coercitivo[15]. Travou-se, assim, no interior da caserna uma guerra ideológica de coloração quase que religiosa, era a civilização cristã ocidental versus o ateísmo da civilização marxista, o país só tinha uma saída, refutar o exotismo ideológico esquerdista e assumir uma posição integrada aos americanos.

Em fevereiro de 1954, o "memorial dos coronéis", assinado por oitenta e dois coronéis e tenentes coronéis, é um documento crítico significativo dos militares conservadores para com o governo Vargas. Vinha após o esmagamento da corrente nacionalista militar, das prisões, dos processos e das transferências arbitrárias[16]. *Grosso modo*, o memorial se estabelecia no plano do "realismo conservador" militar, maior participação orçamentária para o Exército, a fim de efetivar o Exército enquanto força institucional capaz de concentrar em si o monopólio nacional da violência. Daí a necessidade de reaparelhamento do Exército, apontando o iminente perigo político – ameaça interna – para com o Estado[17]. Consoante João Roberto Martins Filho[18], o memorial tinha como tema central "a necessidade de reforçar a coesão militar" diante do iminente perigo comunista, como também, refletia a posição política do oficialato superior conservador.

Nesse contexto desfavorável, Estillac Leal aparece como um forte candidato da esquerda nacionalista à presidência da República, no entanto, o general no dia 1º de maio de 1955 teve morte súbita após complicações cardíacas. Assim, o espectro comunista materializado na figura desse general se desfez no ar, produzindo um bem-estar político nos setores conservadores da

caserna e da burguesia brasileira. Tanto que Werneck Sodré[19] aponta a participação desses militares no funeral como se viessem confirmar se ele morrera mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Werneck Sodré[20], dois fatores foram decisivos para o confronto político-militar no interior do aparato coercitivo: o chefe militar esquerdista e a posição dos sargentos. Desses fatores nos concentramos no primeiro – o chefe militar de esquerda: general Estillac Leal. Com efeito, o conservadorismo neutralizou a política militar de esquerda no Exército – a parcela majoritária dos militares não aceitou um chefe esquerdista, pois o consideraram sem solidez de comando, nocivo ao binômio hierarquia/disciplina e, principalmente, perturbador à unidade da força; e mais ainda, consoante Werneck Sodré[21]: "o fenômeno esquerdista provara, de forma candente, que o esquerdismo militar era deformação da realidade e levava ao desastre, tornando-se, em balanço final e frio, oneroso ao avanço político do país".

Por certo, a presença de militares de esquerda no interior da caserna não é uma anomalia em si, visto que mesmo sendo o espaço militar característico de uma sociedade disciplinar, isso não significa que as subjetividades políticas tenham sido absolutamente tomadas pelo conservadorismo, pois uma sociedade disciplinar, como bem nos lembra Foucault, não é absolutamente uma sociedade disciplinada. Há relações de poder por todos os lados, projetos burocráticos de aburguesamento disciplinar em relações de força com outros projetos alternativos e populares que resistem em determinados momentos e cedem em outros. Nesse sentido, a esquerda no Exército revela bem o conflito político entre as intenções disciplinares eminentemente conservadoras da instituição e a resistência dos corpos dissidentes elaborando projetos alternativos. Todavia,

essa esquerda, frente ao "realismo conservador", que era majoritário e organizado dentro do Exército, não conseguiu se efetivar como força político-militar capaz de forjar uma "esquerda militar" que desse apoio a Estillac Leal, ao contrário, a posição de esquerda do general só agravou o quadro político-militar e intensificou o processo de hegemonia ideológica conservadora entre os militares. O que pode explicar a total imobilidade dos militares de esquerda diante do golpe militar de 1964.

---

[1] Autor: Ronaldo Queiroz de Morais. Doutorando em História Social (USP).

[2] SODRÉ, Nelson W. **Do Estado Novo à Ditadura Militar: memória de um soldado.** Petrópolis: Vozes.1987. p. 164

[3] Para tal examinamos como fonte documental a "pasta de alteração – vida funcional - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (RJ)." e os Boletins do Exército - Colégio Militar, Porto Alegre, (RS), nos anos de 1951-1952, quando Estillac Leal ocupou o cargo de Ministro da Guerra no governo democrático de Vargas. Também foi de grande valia a memória do militar e historiador Nelson Werneck Sodré (1987), pois ele esteve muito próximo ao general.

[4] FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Apêndice. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995. 245p.

[5] HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. 548p.

[6]SODRÉ, Nelson W. **Do Estado Novo à Ditadura Militar: memória de um soldado.** Petrópolis: Vozes, 1987. p. 164

[7] Com efeito, não conseguimos perceber uma esquerda militar atuante, com força política capaz de mobilizar uma ação política transformacional, pois a própria modernização militar exclui o ímpeto revolucionário e aumenta o conservadorismo entre os oficiais na caserna, na medida em que uma sociedade disciplinar começa ali se formar mais intensamente. Por essa forma, pensamos ser mais prudente conceituá-los como "militares de esquerda", ao invés de "esquerda militar".

[8] HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. 548p.

[9] CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930).** 3.ed., Tomo III, vol. 2. História geral da civilização brasileira. São Paulo : DIFEL, 1985. cap. 5, p.229-231

[10] REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar. 2002. 84p.

[11] Sodré, 1987, pp.33-34.

[12] SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. 439p.

[13] Sodré, 1987, p.169

[14] Sodré, 1987, p.118.

[15] Huntington, 1996, p.96

[16] Sodré, 1987, p.141

[17] ESTEVES, Diniz. Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro (1951 a 1999). Brasília: Verano Editora, 1999. 752p.

[18] FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e Política (1945-1964). IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol 3. 2003. 432p.

[19] Sodré, 1987, p.162

[20] Sodré, 1987, p.272

[21] Sodré, 1987, p.173

A desnaturalização do computador no jornalismo

Ronize Aline Matos de Abreu
Coppe/UFRJ
Centro Universitário Carioca

Ivan da Costa Marques
IM-NCE-UFRJ

Concepção/adoção

Há diversas abordagens para se proceder à análise do surgimento e à avaliação de uma determinada tecnologia em um dado ambiente. A mais comum é a que privilegia a idéia de impacto buscando mostrar o impacto que a tecnologia impinge ao ambiente em que foi aplicada. Essa escolha está fundamentada sobre o paradigma modernista que separa natureza e sociedade, ciência e cultura, entre outras polaridades. Essa abordagem desconsidera que a tecnologia seja construída pela mesma sociedade que a utilizará e, portanto, pode ser entendida como vinda de fora e capaz de provocar algo entendido como um "impacto". Em se tratando de Brasil, torna-se fácil entender por que é tão bem recebida entre nossos profissionais. Talvez por fazer parte dos países classificados como "em desenvolvimento", o Brasil constantemente inclui-se na categoria de consumidor de tecnologia, e não produtor. Poderíamos sugerir, então, que tendo em vista na prática a tecnologia ser estrangeira, ou vir literalmente de fora, no campo analítico a analogia é difundida sem maiores contestações.

No entanto, o que queremos explorar aqui é outra versão da realidade, uma história da tecnologia menos difusionista. Partimos da visão de que a tecnologia não vem nem deixa de vir de fora, mas é concebida, adotada, reconcebida e readotada por essa mesma sociedade que a utilizará[1]. Este estudo olha para o desenvolvimento de uma tecnologia sob o prisma a-modernista defendido por LATOUR[2] – em vez do pós-modernista que se supõe posterior à modernidade -, por afirmar que, na verdade, nem os europeus chegaram a ser modernos de fato, já que nunca deixaram de fazer híbridos. A Teoria Ator-Rede baseia-se na não separação entre natureza e sociedade, ciência e cultura, e desmistifica a idéia da existência "real" de um divisor entre o mundo das coisas-em-si (natureza ou técnica) e o

mundo dos humanos-entre-si (sociedade ou cultura). Negando este grande divisor, essa visão desnaturaliza os fatos científicos e os artefatos tecnológicos creditando-os a uma construção – sem, entretanto, reduzi-los ao ambiente social, já que são e são constituídos por objetos híbridos que foram criados/mobilizados nessa construção. Por juntar numa mesma relação, sem níveis hierárquicos, elementos humanos e não-humanos, essas construções são chamadas de sociotécnicas. O resultado são os híbridos - atores que não ocupam a posição nem de sujeitos nem de objetos e que também não podem ser considerados uma simples mistura de coisa natural e símbolo social[3] :

Os modernos afirmam, de fato, que a técnica nada mais é do que uma pura dominação instrumental, a ciência puro arrazoado e puro ato (Das Ge-Stell), que a economia é puro cálculo, o capitalismo pura reprodução, o sujeito pura consciência. É o que fingem crer, mas é preciso sobretudo nunca acreditar neles completamente, já que aquilo que afirmam é apenas a metade do mundo moderno, o trabalho de purificação que destila aquilo que o trabalho de hibridação lhe fornece.

A presença do computador nas redações de jornal tende a ser naturalizada, principalmente para os novos jornalistas que adentram aquele espaço. Nossa pesquisa prenche esta lacuna histórica demonstrando que o processo de informatização de uma redação jornalística – particularmente no jornal O Globo – é uma construção na qual elementos humanos, como repórteres, copidesques, revisores, editores e diagramadores, e elementos não-humanos, como computadores, energia elétrica e arquitetura da redação, conformaram e foram conformados entre si à medida em que se relacionavam dentro da rede. Até chegar à estabilização, a rede de concepção/ adoção do computador na redação d'O Globo passou por negociações e adaptação mútua, local, que transformaram tanto os jornalistas quanto as tecnologias envolvidas.

O jornal que compramos na banca é a pontualização de uma rede que se desmembra na redação. Uma rede formada por atores humanos e não-humanos em interação constante. Essa rede mobiliza outras redes para que o produto jornal possa ser distribuído e vendido como um "objeto" de fronteiras definidas e desembaraçadas, entre elas a rede da direção da

empresa jornalística, a rede da impressão, a rede dos anunciantes, a rede da distribuição e a rede dos jornaleiros. LAGE[4], por exemplo, nos apresenta uma tradução para essa relação entre as redes, mas é preciso estar ciente de que não é a única possível, nem exclui uma multiplicidade de outras, todas desempenhando melhor ou pior determinados interesses ou propósitos, sob o risco de nos tornarmos excessivamente reducionistas:

Relação triangular em que o produtor de informação busca atrair o interesse de um público, que retribui consumindo produtos do sistema econômico-ideológico. Este gratifica o produtor de informação com verbas publicitárias, financiamentos e apoio social.

Adoção/concepção

Nossa abordagem busca uma avaliação de cunho construtivista da tecnologia, mas acrescenta ao construtivismo a visão de que os elementos ingredientes da construção variam ao longo da mesma ao invés de se manterem inalterados. Para dar início à análise e à avaliação, modelar o processo de concepção/ adoção de uma determinada tecnologia pressupõe responder a três questões analíticas[5]: 1) como identificar os atores que fazem parte dos processos de projeto e de adoção de tecnologias; 2) como explicar o desaparecimento de opções tecnológicas alternativas; e 3) como levar em conta o aparecimento de situações irreversíveis. Ressaltando que não há um limite fixo entre as etapas de concepção e adoção, sendo uma sempre sucedida pela outra, seguiremos a proposta de responder as três perguntas acima no que diz respeito à concepção/ adoção do uso de computadores na redação d'O Globo.

- 1 -

Antes da informatização das redações jornalísticas, o profissional da área podia ocupar as seguintes funções: repórter, redator, revisor e diagramador. O repórter era o responsável pela apuração (coleta de dados). Seu principal requisito era que fosse alguém capaz de garimpar informações mesmo nas situações mais adversas. Nem sempre tinha um texto bom, por isso sua matéria seguia para o redator. Esse era o profissional que, além de escrever muito bem, conhecia o estilo e a linguagem daquele jornal. Era ele que corrigia os

erros do repórter e ajeitava a matéria dentro do padrão exigido para aquele veículo específico. Por fim, ainda havia o revisor, responsável pela confrontação do texto composto com o original. O diagramador era o profissional que fazia a programa visual distribuindo as matérias por cada uma das páginas do jornal segundo as orientações do editor.

A estrutura de chefia da redação d'O Globo, na época da informatização, contava com um editor-chefe, Milton Coelho da Graça, e um chefe de redação, Henrique Caban. O editor-chefe cuidava de preparar a edição do dia, enquanto o chefe de redação administrava a redação. Em caso de grandes coberturas como, por exemplo, Olimpíadas, o chefe de redação também participava das decisões referentes à produção de matérias por parte dos repórteres. Na informatização do sistema, coube a ele administrar o processo de implantação e transmissão do conhecimento aos jornalistas, inclusive ao próprio editor-chefe. Se considerarmos o computador como um ator, podemos perceber desde já que ele alterou as relações de poder, a partir da divisão apresentada anteriormente, enfraquecendo a redação e fortalecendo a administração. Segundo CALDAS [6],

> *A influência do editor-chefe, que podia quase tudo, até atrasar o jornal para esperar uma boa notícia, passou a ser dividida com executivos, engenheiros e técnicos que comandam a Circulação, o Comercial, o Industrial, desde que o que importa é a eficiência e a rapidez, a antecipação do horário de fechamento, a produção simultânea para diversas mídias.*

Para que a informação fosse transformada em notícia ela percorria o seguinte caminho: o repórter ia para a rua apurar as informações necessárias, retornava à redação e escrevia a matéria na máquina de escrever. Esse texto seguia para o copidesque (como o redator era chamado n'O Globo). Em seguida, a matéria ia para o editor que a avaliava e, caso percebesse necessidade de alguma mudança mandava-a de volta ao copidesque. Se o problema fosse de apuração, o texto voltava para o repórter. A exigência em relação ao repórter era de que fosse um bom apurador, porque o texto sempre passaria pelo copidesque e poderia ser melhorado. "Foi isso que fez alguns repórteres serem ótimos sem no entanto terem grandes textos. Muitos escreviam mal mesmo, mas tinham contatos. Isso valia mais do que o diploma de jornalismo", declarou GRAÇA[7].

Com a informatização há uma mudança de entendimento do que é um bom jornalista. GRAÇA[8] conta que "paralelamente à implantação dos computadores na redação foi importante fazer uma revisão geral do quadro profissional. Não era mais possível que o repórter fosse alguém que soubesse apenas apurar bem, já que a forma como a tecnologia foi adotada exigia do repórter ter também um bom texto."

Ele aponta essa decisão como sendo a única opção possível no momento, mas no entanto a forma de adoção de uma tecnologia envolve determinadas escolhas. Essas escolhas são realizadas na fase de concepção da rede, que envolve longas negociações sobre todos os atores envolvidos. Portanto, se foi necessário mudar o perfil dos jornalistas foi porque a identidade dos usuários do sistema foi estabelecida dessa forma.

- 2 -

GRAÇA[9] conta que os repórteres que eram basicamente apuradores - e estavam concentrados principalmente nas editorias de Polícia e Cidade - foram eliminados logo no início. "Eram repórteres que não tinham diploma de jornalismo", assinala. A forma de recrutamento dos profissionais também mudou. O então editor-chefe d'O Globo revela que se anteriormente o jornal buscava o malandro, o vagabundo, aquele que tinha contatos que podiam render matéria para o jornal, a partir desse momento o alvo é outro. "Aquele lado folclórico da redação morreu", sentencia.

Para o anúncio da adoção da nova tecnologia junto à redação houve uma tradução de interesses no discurso utilizado pela direção do jornal e repetido pela pessoa que a gente poderia chamar de porta-voz da tecnologia: Rita Braune. De acordo com BRAUNE[10], com a informatização o objeto jornal ficaria pronto mais cedo e, portanto, mais cedo estaria disponível para compra nas bancas de jornal. Isso ofereceria uma vantagem sobre seus adversários. BRAUNE[11] lembra uma reclamação feita pelo jornalista Ricardo Boechat, então n'O Globo, dizendo que cada vez que o jornal colocava um sistema novo os jornalistas tinham de se virar para fechá-lo mais cedo. Já GRAÇA[12] diz que, ao contrário, "O Globo podia se dar ao luxo de fechar depois de outros jornais porque o sistema *offset* eliminava a fase da linotipia e, com isso, a produção da chapa era muito mais rápida". O tempo utilizado

para o fechamento era compensado pela ligação direta entre redação e oficina, propiciada pelos terminais da redação e pelas máquinas *offset* da oficina. A questão que surge é: quem se apropria do tempo ganho com a utilização do computador? Se a produção da chapa era mais rápida passaria a haver sobra de tempo que, no entanto, não foi transferida para os jornalistas. Logo, esse tempo foi apropriado pelas instâncias superiores dentro da redação, mantendo assim o poder de dispor do tempo na mão dos editores. Podemos mais uma vez verificar o computador agindo para fortalecer uma das redes envolvidas. Determinar o poder de cada ator significa determinar a extensão da rede de cada um. A rede de GRAÇA era mais forte por alistar mais aliados que a de Boechat, o que fazia dele o editor-chefe do jornal. O computador permitiria que algumas funções fossem assimiladas por um mesmo profissional reduzindo, com isso, o número de jornalistas e, portanto, os gastos. No entanto, o discurso utilizado para embasar a decisão junto aos jornalistas foi outro.

Para o editor-chefe, com o passar do tempo, no entanto, houve uma mudança de percepção da utilização da tecnologia pelos jornalistas. Não era mais apenas uma questão de manter os seus empregos, mas como aquela capacitação iria contribuir para a sua carreira. Ao negociarem, os atores acabam por modificar-se. “Eles perceberam que não dava mais para ser jornalista se não mexer com computador direito”, explicita GRAÇA[13]. Contribuiu para essa percepção o fato de outros jornais começarem também a informatizar as suas redações. Computador deixou de ser uma ferramenta apenas d’O Globo e passou a ser uma ferramenta do jornalismo. O que podemos observar é que os jornalistas se configuraram nesse momento como a rede mais fraca, já que O Globo tinha agora associações mais fortes que incluíam os outros jornais. O computador se tornou um ator agindo pelo jornal na busca por bons profissionais, era uma vantagem para o jornalista já conhecer a ferramenta.

Com a entrada do computador na redação d’O Globo, em 1985, o repórter passou a acumular funções anteriormente exercidas por outros profissionais do jornalismo. Ele era aquele mesmo jornalista que ali trabalhava, entretanto se tornou também um jornalista diferente dadas as mudanças pelas quais passou. Isso significa dizer que as mudanças não

eliminaram o antigo jornalista substituindo-o por outro profissional, e sim o metamorfoseou. A primeira função a desaparecer foi a de revisor. A forma como a tecnologia foi apropriada pel'O Globo fez com que a partir desse momento o repórter tivesse de ser não apenas ótimo na apuração mas também ótimo no texto. Passava a ser dele o texto final da matéria a ser publicada. A segunda função a desaparecer foi a de copidesque (redator), que continuou existindo apenas para casos específicos como, por exemplo, a editoria de internacional. Nesta editoria a grande maioria de matérias é oriunda das agências de notícias e cabe ao redator adaptá-las ao estilo do jornal. Juntamente com o texto final o repórter também passou a ser o responsável pelo título da matéria, o que não fazia anteriormente. "O processo de informatização da redação não foi só uma mudança de ferramenta de trabalho mas também uma mudança da cabeça do jornalista", explicita BRAUNE[14].

- 3 -

Não foi só o jornalista que se metamorfoseou com a adoção dos computadores na redação d'O Globo. A própria redação enquanto espaço de produção do jornal e, principalmente, de relação entre os jornalistas sofreu mudanças que a transformaram em um novo espaço. Para receber os computadores foi projetada uma nova redação, com ar-condicionado no lugar dos ventiladores, bancadas para os terminais, iluminação adequada e outras mudanças. Isso provocou alterações no *modus operandis* do próprio jornalista. Ficou proibido comer e fumar dentro da redação para evitar a degeneração dos computadores. Alegavam que sem o cigarro não poderiam escrever suas matérias, assim como sem o barulho das teclas da máquina. Outros lideraram protestos porque diziam que a tela iria cegar as pessoas devido à radiação. "Mas eu não tive nenhum caso n'O Globo de jornalista que não tenha aceitado o computador de jeito nenhum", declara GRAÇA[15]. Nesse momento o que vemos é o computador impondo suas regras aos jornalistas.

GRAÇA[16] reconhece que o "computador deu uma certa ordem, pois o fechamento era uma festa, chegava-se a tirar as mesas do lugar para jogar futebol. A partir daí as mesas não saíam mais do lugar, não se podia beber, fumar, isso eliminou a desordem". Com isso, o bar ao lado do jornal passou a ser o lugar da festa após o fechamento. O computador

altera os hábitos das pessoas, já que não fazia mais sentido ficar na redação depois da hora. "Ou ia para o boteco ou ia para a casa", diz GRAÇA[17]. A redação se transforma exclusivamente em local de trabalho – o que não era para a era do jornalismo romântico. Até falar já não se falava tanto. "A redação que era um lugar barulhento se transformou quase em um museu", complementa.

Até mesmo a movimentação dentro da redação foi alterada. Costumava-se andar muito em busca das informações como, por exemplo, ir até o telex ver se o material que se estava esperando já havia chegado, até o setor de fotografia ou até o arquivo. Com o passar do tempo, "O Globo colocou na mão do jornalista tudo o que ele precisava para trabalhar. Ele não precisava mais levantar da mesa para ver as fotos que chegaram para a matéria que estava fechando, por exemplo", explica DE LUCA[18] (2003, Rio de Janeiro). Com isso verificamos que durante todo o processo de concepção/adoção da nova tecnologia o computador esteve agindo e modificando situações, fato que vem sendo ignorado em outras análises do gênero.

---

[1] Esta problematização do "dentro" e "fora" se junta à problematização de outras fronteiras, temporais, geográficas, econômicas e legais, associadas a instituições como, por exemplo, os estados, que escondem a precariedade por trás da naturalização.
[2] LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.65.
[3] Ibidem. Idem.
[4] LAGE, NILSON. *Ideologia e Técnica da Notícia*. 3 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2001, p. 31.
[5] CALLON, MICHEL. "Technological Conception and Adoption Network: Lessons for the CTA Practioner". In: Rip, A., Misa, T. J., Schot, J. (eds), *Managing Technology in Society*. London and New York: Pinter Publishers, 1995, p. 308.
[6] CALDAS, Àlvaro. "O desafio do velho jornal é preservar seus valores". In: CALDAS, Àlvaro (org.), *Deu no jornal – o jornalismo impresso na era da Internet,* 2ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, p. 18.
[7] GRAÇA, Milton Coelho da: depoimento [17-06-2004]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2004. 1 mini-fita cassete (120 min).
[8] Ibidem.
[9] Ibidem.
[10] BRAUNE, Rita: depoimento [25-09-2003]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2004. 3/4 mini-fita cassete (90 min).
[11] Ibidem.
[12] GRAÇA, Milton Coelho da. Op.cit.
[13] Ibidem.
[14] BRAUNE, Rita. Op.cit.
[15] GRAÇA, Milton Coelho da. Op.cit.
[16] Ibidem.
[17] Ibidem.
[18] DE LUCA, Cristina: depoimento [20-02-2003]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2004. 1 mini-fita cassete (120 min).

Literatura & Fotografia:
Algumas reflexões sobre a cidade de Belém no início do século XX.

Rosa Claudia Cerqueira Pereira[1]

A Literatura e a fotografia constituem-se em importantes instrumentos de investigação histórica para identificar novos objetos e novos problemas. Nesse tipo de documentação, pode-se encontrar dados dispersos ou mesmo silenciados por outras fontes; as obras literárias, assim como as fotografias, podem servir para captar valores, concepções, sentimentos, ou para apropriar-se de elaborações dos acontecimentos recolhidos, imaginados ou idealizados.

Do mesmo modo que a literatura, as fotografias têm sido pouco utilizadas como fonte de análise pela historiografia. No entanto, hoje elas vêm despertando interesses no debate historiográfico.

Como um breve exercício a respeito do uso da literatura e da fotografia, enquanto fonte de pesquisa histórica, propõem-se a análise da obra "Gostosa Belém de Outrora" de José Sampaio De Campos Ribeiro[2], com o objetivo de revelar campos interpretativos sobre a cidade de Belém no início do século XX.

A obra em análise apresenta uma cidade em transformação, cujo cotidiano dos agentes sociais são visualizados através de fotografias que foram encomendadas pelo poder público e que fazem parte de um projeto de publicidade e divulgação da cidade, apresentando como tema principal as cenas urbanas ou, simplesmente, refere-se às modificações da paisagem da cidade.

Essa obra constitui-se de várias crônicas que descrevem episódios do dia a dia da cidade de Belém, nas primeiras décadas do século XX, local em que o escritor viveu a sua infância e mocidade.

Na crônica intitulada ***Estranho "oliimpo" aquele Café***..." O autor faz menção a Avenida Independência antes de 1930, recordando a forma como a rua estava organizada e

expondo-a como uma *"Rua de duas faces", com características de uma feira "sui generis"* [3], *descrevendo a* Avenida no seu aspecto cotidiano em dois momentos:

Durante o dia, descreve o movimento da avenida relacionado ao mundo do trabalho, mostrando as pessoas nas atividades do dia-a-dia, circulando livremente pela via, mostra o descuido dos vendedores, a ausência de ações das autoridades locais em relação à higiene, a falta de atitudes ou oposição dos moradores e das pessoas que transitava por lá, dando a entender que ninguém se incomodava com a forma como os produtos alimentícios estavam expostos ou mesmo com quem os preparavam, pois, nas lembranças do autor, havia uma completa falta de higiene e, por conseqüência, causava "odores insuportáveis".

Durante a noite, apresentam-se outros tipos de atividades relacionadas à vida noturna, onde são evidenciadas as "vendedeiras do amor", os boêmios e poetas que transitavam pelas baiúcas, cafés e restaurantes. Além deles, existiam as pessoas que exerciam funções públicas, dentre elas os soldados de polícia, os bombeiros, motorneiros e condutores de bonde, assim como a cavalaria de ronda, que muitas vezes, segundo De Campos Ribeiro, ficavam indiferentes ao que acontecia na calada da noite. Esse momento relatado pelo autor, não necessariamente era da forma como acontecia, mas o que foi registrado em sua memória, demonstrando haver um sentido de liberdade nas pessoas que agiam conforme sua vontade, sem interferência das autoridades locais.

Quando De Campos Ribeiro escreve essa crônica, provavelmente, vivia-se um momento de autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, isto, talvez tenha o influenciado na sua forma de rever um passado saudosista, revisitando esse passado, que não volta mais, entretanto, vive em suas lembranças.

Enquanto o autor retrata o cotidiano da cidade com seus personagens, a fotografia evidencia a dimensão da modernidade congelando o seu foco em equipamentos urbanos. Dessa forma, é possível perceber a cidade a partir do olhar de um fotógrafo, observando os ângulos que ele prioriza, por vontade própria ou por encomenda.

O fotógrafo, com o auxílio de sua máquina, registra uma imagem visual e congela instantaneamente a cena que deseja. As lentes fotográficas registram esses momentos,

representando uma cópia da realidade escolhida. Na leitura dessas fotografias é preciso desvendar o que querem seus produtores e saber a quem essas imagens são endereçadas[4].

Cabe observar que essas imagens visuais não são produzidas aleatoriamente, mas construídas a partir da possibilidade de “sintonia” com o público-alvo. Desta forma, elas respondem aos desejos de alguém que pode ser correspondido ou não.

Com a intenção de contribuir nas negociações com bancos estrangeiros ou com países interessados em contratos de imigração, alguns trabalhos fotográficos passaram a ser encomendados pelo governante que se apresentavam através de uma série de fotografias em belos álbuns destinados a divulgar as belezas e o progresso da cidade. O governo para alcançar seus objetivos, tanto no âmbito nacional como internacional, tenta desmistificar o caráter depreciativo difundido em outras regiões do Brasil.

Entretanto, cabe registrar que essa cidade, como símbolo do progresso, sobrepõe-se a uma outra cidade “esquecida” que os governantes não tinham interesse em divulgá-la, para não criar empecilho aos seus objetivos a partir dos referenciais de "urbanidade" e "modernidade" tão decantada durante a economia da borracha.

Para se conceber um outro olhar da cidade a partir de imagens visuais, foram selecionadas duas fotografias da *Avenida Independência* em diferentes momentos e em diferentes direções. Estas fotografias mostram parte do processo de urbanização porque passa Belém do final do século XIX e estão localizadas no *Álbum de Belém-Pará - 15 de Novembro de 1902*, que foi produzido pelo fotógrafo Felipe A. Fidanza[5] e sua equipe.

O *Álbum de Belém-Pará - 15 de Novembro de 1902* - consiste em setenta e duas fotografias de Belém e de seus arredores, representando uma dessas luxuosas obras comemorativas, encomendadas pelos governantes da época, que tinham por objetivo divulgar o processo de modernização da cidade, entretanto, o interesse primordial era a autopromoção, colocando em destaque as grandes obras correspondentes ao período de suas administrações.

Com essa finalidade, eram priorizadas as fotografias de edifícios, de jardins públicos, de praças, de Igrejas, de ruas, de avenidas e outras realizações arquitetônicas e paisagísticas que davam matéria para reconstituir a historia recente da cidade. Às vezes, imagens antigas e recentes eram confrontadas, num "antes" e num "depois", expondo a idéia de progresso, de desenvolvimento e de melhorias efetuadas.

Verifica-se que os temas principais tratados nesse álbum têm uma preocupação política em apresentar as realizações da gestão pública, bem como registrar, através das fotografias, as obras de infra-estrutura, espaços e apresentação urbanística, focalizando, geralmente, na parte central da cidade: prédios da administração pública, instituições de ensino, estabelecimentos comerciais, praças, meios de transportes, enfim, havia a necessidade em divulgar a imagem do moderno e do urbanisticamente ordenado.

Os álbuns, com fotografias, permitem compreender as diversas noções de cidade subliminar de representações e valores associados ao poder público, à estética, à organização do espaço, ao trabalho, ao consumo e ao desenvolvimento que podem ser entendidos como a expressão de negação dos valores estéticos constituídos no período colonial, onde é possível perceber, através do texto escrito junto a tabelas e fotografias, a preocupação em construir uma imagem moderna do Brasil Republicano, com o intuito de "desconstruir" a imagem depreciativa do Estado do Pará no *rol* dos Estados do Brasil e de outros continentes mais, especificamente, a Europa.

As produções de Álbuns com fotografias promovem marcos referenciais de cidades. O tratamento fotográfico pontual expressa a idéia de progresso urbano que permite a viabilização de atividades industriais e comerciais, estabelecendo a necessária rede de ligação com outros países.

Os álbuns são os suportes para imagens que evidenciam uma modernização atribuída ao sucesso da economia da borracha. Essas publicações podem ser compreendidas como base da produção visual voltada para a divulgação de uma imagem positiva da cidade de Belém e, conseqüentemente, de seus agentes, como podem ser observadas através das fotografias nº. 1 e 2.

Fotografia 1 – *Avenida da Independência "tomada em frente ao mercado da V. Teta"* (legenda Original)

Fotografia 2 – *Entrada da Avenida da Independência* (legenda Original)

As fotografias 1 e 2 registram a modernidade com o bond, os trilhos e a larga avenida. É importante observar que, embora capture os passantes, o foco central são os ícones da modernidade.

Na fotografia 1, no primeiro plano, parece que o fotógrafo decidiu registrar o movimento do bonde sobre os trilhos. Algumas pessoas, ao lado direito a espera do bonde que se aproxima, ficam observando o fotógrafo no momento do "click", no entanto, outras parecem alheias ao que se passa ao redor. As crianças aparecem acompanhadas por adultos. Do outro lado da avenida, as pessoas passeiam aparentemente de forma tranqüila, com trajes simples, homens de cartola, ou chapéu que se pode afirmar que não caracteriza o tipo social da alta sociedade.

A fotografia 2 marca o início da Avenida Independência e registra um bonde de tração animal e dois trilhos, o que caracteriza a existência de um maior tráfego. As pessoas caminham livremente pelo leito da avenida ou pelas calçadas, a figura masculina é predominante no espaço público, quando a mulher aparece, ela faz parte apenas de um "detalhe" da foto.

Na obra literária de De campos Ribeiro, geralmente, a figura masculina está no espaço público. As mulheres aparecem em atividade especifica, destacando as mingauzeiras e, durante a noite, as "vendedoras do amor", não fazendo referência, em outro momento, a qualquer atividade em que as mulheres apareçam em espaço público. Talvez,

não fosse de conduta adequada à mulher de “boa família”, circular pelas ruas durante a noite, desacompanhada da figura masculina.

Nas vias públicas por onde passavam os bondes, o espaço era disputado por vendedores ambulantes e pedestres que, na memória de De Campos Ribeiro, a Avenida da Independência estava envolvida por vendedores ambulantes, não permitindo livremente o trânsito dos pedestres.

Com relação as pessoa que aparecem na fotografia, não representam o enfoque central do olhar do fotógrafo, mas suscitam no espectador a sensação de que os dias se arrastam envolvidos em uma atmosfera de movimento, em que os personagens das cenas urbanas transitam com o intuito de chegar ao seu destino para ocupar o “seu lugar” incluso e, muitas vezes excluso da esfera pública.

Alguns fotógrafos interferem mais do que outros para organizar os objetos e as pessoas a serem fotografados, no caso em análise, verificamos que houve tentativa de deixar transparecer uma aparente naturalidade, como se fossem uma cena do cotidiano em que a máquina apenas registrou como, exatamente, aconteceu. No entanto, não devemos deixar de pensar que essa visível naturalidade pode ter sido forjada para passar a idéia de uma realidade ilusória. Mas o que se deve considerar, apesar dessa possível montagem, é que a fotografia tem os recursos, o local e o seu próprio tempo que retrata as pessoas sem ocultar o real.

Cabe observar que, nem sempre, as mudanças, que representavam o moderno, atendiam as necessidades de todos os agentes sociais da época. Essas mudanças provocaram resistências de alguns grupos que não aceitavam, com naturalidade, tais transformações.

Para Thompson[6], a categoria experiência permite encontrar a solução prática para analisar comportamentos, condutas e costumes na sua relação com a cultura, em que o indivíduo desenvolve e incorpora valores. E tais valores não podem ser compreendidos apenas como uma imposição, mas como criação, subjetivação, ressignificação, diante de

um complexo de relações sociais, tradições e rituais que exprimiram uma cultura de resistência e de acomodação.

Percebe-se uma relação contraditória do "moderno" com "tradicional" na crônica "***Enterros de Anjos"***[7], em que a diversidade aparente é parte de uma experiência comum, no momento de decidir como seria realizado o enterro de uma criança, onde pai queria que o trajeto até o cemitério fosse feito de carro e bonde. Porém, alguém se manifestou contrário alegando que não seria adequado esse tipo de transporte, por não está incorporados aos costumes, conforme o diálogo:

> *"— O que? Enterro de Anjo de carro? E com um bonde só? Onde vai caber tanta gente que quer ir? E Lá entrava em cena a discussão: de carro ou a pé, isto ou aquilo de inconveniente... Uma desfeita para as pessoas que na hora não achassem lugar no bonde... Não! A pé é que estava certo! Onde já se vira levar uma criança, que não tinha peso de pecado, correndo, como querendo livrar-se dela o mais depressa possível? Era até ofender a Deus... Pobre Anjinho! No final, postos de parte os desejos do pai, decidiam os "donos" do defuntinho: —O enterro é a pé!."*[8]

Neste momento, verifica-se que o "moderno" choca-se com o tradicional, visto que o acompanhamento de um defunto deveria ser feito a pé e não de carro para manter um antigo estilo de vida, ou seja, a manutenção de velhas tradições. Observa-se, ao mesmo tempo, como as pessoas estavam envolvidas com as mudanças, que na medida do possível se interessavam em estar inserido nesse contexto de modernização, de avanços tecnológicos, de usufruir o que a "modernidade" estava oferecendo, havendo necessidade de acompanhar o novo, o moderno e ao mesmo tempo, há resistência na tentativa de manter os velhos costumes e tradições.

Quando da discussão do tempo percorrido para acompanhar o enterro de carro, percebe-se a questão do espaço temporal, visto que o tempo gasto no trajeto feito de carro é bem menor que o tempo gasto para fazer o trajeto a pé. Nessa discussão, algumas pessoas consideram que, fazer o acompanhamento do defunto de carro, devido a sua velocidade, daria a impressão de querer se livrar imediatamente do corpo e não aproveitariam os últimos momentos da permanência dele na terra. Portanto, nem sempre as

mudanças são aceitas com naturalidade, elas encontram resistências e levam tempo para se instalarem.

Neste breve texto, apresentou-se a cidade de Belém sob dois enfoques: o do memorialista e o do fotógrafo, ambos retratam uma Belém que vivenciaram e que supõem ser a descrição de uma dada realidade.

---

[1] Mestranda em História Social da Amazônia - UFPA

[2] **José Sampaio De Campos Ribeiro**, nasceu em São Luís do Maranhão em 1901, morreu em Belém em 1980. Veio para Belém ainda criança. Foi jornalista de A Província do Pará (2ª fase), foi presidente da Academia Paraense de Letras. Trabalhou nos jornais: Correio do Pará; Folha do Norte; Estado do Pará.

[3] Ibidem, 121-122.

[4] Cf. Elizabeth Ellswarth. Modos de endereçamento, in: SILVA, Tomaz T. (org.) *Nunca fomos Humanos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

[5] **Felipe Augusto Fidanza** foi um dos difusores da fotografia na região norte do Brasil, fotografou a cidade de Belém durante 40 anos, registrando as significativas transformações urbanas ocorridas na cidade na segunda metade do século XIX, em decorrência da economia da borracha. Além da cidade de Belém, esteve também em Recife e Manaus. A sua atuação foi como a maioria dos fotógrafos, na parte de fazer retratos, mas foi reconhecido pela qualidade técnica e nítida delicadeza de suas paisagens. Fidanza se destacou na atuação de obras públicas, registrando o desenvolvimento da cidade que se modernizava. Esses registros foram organizados no ***Álbum do Pará de 1899*** e no ***Álbum de Belém de 1902***.

[6] Thompson, E. P. ***A formação da classe operária inglesa.*** I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.10-11

[7] A crônica é “Enterros de Anjos” In: De Campos Ribeiro, op. cit., p. 9-13.

[8] Ibiden, p.11.

Imagens visual e escrita:
Algumas reflexões sobre a utilização do termo tapuio na cidade de Belém no final do século XIX e início do século XX

Rosa Claudia Cerqueira Pereira[1]

Este estudo analisa o "retrato" de uma tapuia divulgada, no início do século XX, em um encarte especial da *Revista da Semana*[2], na qual o governo do Estado fazia propaganda sobre a cidade de Belém. As características desse delicado retrato não coincidem com as descrições mais usuais sobre os mestiços na Amazônia, a qual normalmente aparece como símbolo da falta de civilidade e cultura européia, tal como, nas imagens dos tapuios feitas por José Veríssimo[3] no ensaio "*As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia*: *Sua linguagem, suas crenças e seus costumes*". [4]

A presente imagem faz parte da propaganda do governo e mostra uma *tapuia* com aspectos "civilização européia". A partir dessas condições, pretende-se analisar o texto visual, confrontando-o com as descrições feitas na literatura de José Veríssimo que, em seus artigos, apresenta o *tapuio* com características bem diferentes daquelas divulgadas pelo governo.

Há de se questionar, o que pretendia o governo ao divulgar uma imagem representando o modelo da população da região amazônica com perfil bem diferente das características usuais dos tapuias? Este questionamento nos leva a pensar que a política de propaganda governamental, da época, tinha por objetivo atrair imigrantes europeus e, para isto, apresenta um retrato, demonstrando uma imagem com traços culturais semelhantes aos de uma população a européia.

Pode-se entender, também, que o aspecto físico da *tapuia* ilustrada, apresenta as características semelhantes aos *mamelucos*[5], isto não corresponde à imagem visual tapuia destacada por Veríssimo. Essa imagem, talvez, seja proveniente de modelos de origem

européia apresentados por pintores da época[6], prática comum entre eles que forneciam imagens prontas para serem escolhidas de acordo com o interesse do encomendador.

A imagem europeizada da *tapuia*, representando as mulheres paraenses, encontra-se inserida em uma reportagem especial sobre o Pará, referindo-se, especialmente, a cidade de Belém, sem contudo, haver qualquer referência no texto escrito.

A autoria deste retrato está relacionada ao pintor Artur Lucas[7], sob o pseudônimo de *Bambino,* começou a aparecer em 1890, nas páginas do *Mequetrefe* do Rio de Janeiro, colaborando sucessivamente em *Rio-Revista, Galáxia, A Bruxa, A Semana Ilustrada, Mercúrio, Jornal do Brasil* e, de 1900 a 1911, na *Revista da Semana*.

A *Revista da Semana*, que era de circulação nacional, fazia parte de uma política de propaganda governamental, a qual enaltecia o potencial de desenvolvimento do Estado e a beleza de sua capital, tentando, através dessas imagens, influenciar política e culturalmente as sociedades contemporâneas, com uma visão de modernidade, produção e consumo.

Identificando os aspectos do *tapuio* no texto visual e no texto escrito, verifica-se que foram utilizados por diversos meios de divulgação, ora por uma revista ora pela literatura. Apesar de não terem sido criados no mesmo período, provavelmente, os textos, visual e escrito, apresentam uma imagem distinta para atingir diferentes públicos, dependendo de quem fosse o destinatário. Com esse intuito procurou-se rastrear uma imagem que pudesse esclarecer o uso do termo tapuia na revista e compreender uma das formas de definir um tapuio, conforme o intelectual paraense.

José Veríssimo discute o processo de mestiçagem, representando a nova face da sociedade do futuro. Diante desse quadro, ele contextualiza o Brasil no *hall* dos países da América como difusor do cruzamento racial, exaltando a Região Amazônica como um espaço patente desse fato. [8]

De modo geral, os ensaios de José Veríssimo revelam um autor envolvido pela Amazônia, local onde nascera e realizara seus primeiros trabalhos. Há neles a representação de uma Amazônia repleta de desajustes econômicos, sociais e culturais, por influência dos colonizadores e governantes.

Esses artigos devem ser lidos e compreendidos dentro desse estado de espírito em que foram produzidos. Suas análises, suas reflexões, suas críticas, suas afirmações, são em conseqüências, frutos de um estado de alma a indicar o ser afeiçoado à terra e o que ela representa como espaço e como perspectiva de ação heróica de uma humanidade decidida a triunfar.

A ação do autor, como mentor do movimento intelectual paraense, foi considerada uma das mais importante e produtiva, cujos trabalhos de crítica poderiam ser colocados em nível dos escritos dos mais audaciosos pensadores da época. Em suas obras, José Veríssimo retrata a estonteante magnificência do cenário amazônico, nas quais ele não pretendia apenas informar sobre a realidade da região, mas, sobretudo, apresentar um manual que revelasse o cotidiano dos grupos sociais descendentes diretos ou indiretamente dos índios no Pará do final do século XIX. Ele pretendia demonstrar a maneira como as sociabilidades eram construídas na sociedade desse período e, em outra medida, consiste em um relato das aspirações e desejos de um intelectual que se julgava comprometido em civilizar seus leitores.

Ao ler Veríssimo com o olhar atento para as características do processo de miscigenação, verifica-se que através da imagem visual de uma ***tapuia*** pode-se traçar uma intersecção em que se vislumbram novos ângulos no uso desse termo. Nesse sentido, na concepção do autor, *tapuio*[9] significa índios destribalizados que viviam em aldeamentos, em estágio de semi-civilização, o que os diferenciam dos demais grupos indígenas ainda não descaracterizados.

Segundo José Veríssimo, o *tapuio* "não é nem o índio puro, o brasílio-guarani, nem o seu descendente em cruzamento com o branco, o mameluco" mas aqueles representantes da "população que habita as margens do grande rio e dos numerosos afluentes..." e que contribui para a receita do Estado nas suas atividades[10].

Portanto, ele procura verificar a origem da palavra *tapuio*, para que se possa compreender o seu uso e apresentar o real sentido da palavra, que na língua tupi-guarani, o termo *tapuio*[11] expressa "uma denominação genérica do desprezo que se davam entre si",

assim, “como o *bárbaro* era para os romanos”, significando “os indivíduos de outras tribos”, e que simbolizava “não só o hostil, o inimigo, mas também o escravo”[12].

Desta forma, a denominação *tapuio* passou a fazer parte do nosso vocabulário, designando todo o indivíduo descendente de índio e, muitas vezes, sendo empregado com menosprezo para os mamelucos.[13] Assim, as referências aos tapuios feitas por outros autores não se diferenciaram muito em relação a definição apresentada na literatura de José Veríssimo.

Para este autor, o *tapuio* foi forçado a adquirir novos costumes, crenças, ideias, língua, que eram inteiramente diversos dos seus, passando a fazer parte de uma outra sociedade “civilizada” que aos poucos foi perdendo o caráter de “selvagem”, modificando, não só o aspecto físico, mas também as caracteristicas morais [14]

Diante do século XIX para o Xx, percebemos que em estudos antropológicos o tapuio é revisto. Para John Manuel Monteiro, “o *tapuio* representava pouco mais que a antítese da sociedade tupi, sendo, portanto, projetada em termos negativos"[15]. Para este pesquisador, desde o século XVII, os tapuios trabalhavam para os brancos em atividades agrícolas, na coleta de drogas do sertão e no trabalho braçal das cidades e vilas. Viviam nos aldeamentos das missões, ou nas proximidades do centro urbano, não eram considerados como membros de uma comunidade indígena autónoma e nem estavam integrados à vida urbana. Este convívio pode ter incutido e cristalizado a aceitação desta identidade genérica, que é ressaltada por Veríssimo.

Desta forma, tapuio era expressão de uma sucessão de discriminações e desajustamentos sociais que nem os situavam na condição de índios, nem tampouco de não-índios, uma ambivalência que suscitava a irônica descrença por parte de quem o ameaçava. Portanto, o termo “*tapuio*” é uma referência genérica aos índios que foram forçados a abandonar as suas aldeias e não o nome de uma nação indígena.

Segundo José Verísismo, um estágio de progresso foi interrompido no momento em que os europeus foram estabelecendo contatos com os índios. Ele faz um histórico sobre o gentio do Brasil, no qual relata que o índio teria “*uma vida perfeita em relação ao resto das tribos esparsa pelo nosso extenso interior ou mesmo do que os seus descententes atuais”*[16], se os

tipos de pessoas que foram enviadas para o Brasil, provenientes de Portugal, não fossem o refugo desta sociedade, pois, "...o*s criminosos de degrêdo eram os imigrantes forçados, e atrás deles vinham os aventureiros audazes e ávidos, que na sua ignorância julgavam que a região do Amazonas abundava em ouro*". Por isso, na terra conquistada, seria natural que os "selvagens" fossem escravizados.[17]

A intervenção dos povos proveniente da Europa, trazendo vícios e condutas desconhecidas passaram a fazer parte do cotidiano dos indígenas, Isto os levou a um abatimento moral lastimoso. Os elementos, segundo o autor em análise, que contribuíram para que os índios se tornassem pessoas degeneradas, dissimuladas e sem interesse pela nova civilização, foram as perseguições do colonizador através da "catequese" e dos incentivos aos conflitos entre tribos. Tudo isto, fez com que os índios odiassem essa civilização ou se interessassem, apenas, pelos vícios dos europeus como a bebedice, o roubo e a hipocrisia.[18]

Diante desse quadro, alguns viajantes, que escreveram relatos sobre a Amazônia, procuraram destacar apenas um espaço exótico e quando faziam referência a presença do homem descreviam-no como um ser incapaz para o sucesso do progresso. Agassiz[19], um desses viajantes, interpretou que a falta de interesse pelas coisas mínimas da vida estava no sangue daquela gente sem ideais e sem sentido prático da existência, faltando-lhes qualidades morais e a inteligência criadora. Eles eram assim porque era gente mestiça e os consideravam abaixo de qualquer representante da espécie animal.

José Veríssimo não pensava assim, mas ao contrário, dizia que a situação decadente dos mestiços da Amazônia explicava-se em função do estado de abandono em que se encontravam pela ausência de políticas públicas, pelas condições sociais, políticas e religiosas em que foram submetidos[20].

Nesse sentido, através da educação seria possível superar os males das populações mestiças, cuja grande parte encontrava-se em condições precárias, sobrevivendo da extração de produtos como a castanha ou o látex. A questão da educação seria a chave mestra para a civilização, pois, não bastaria produzir borracha, mas também, seria necessário gerar novos

conhecimento e idéias, visto que a mestiçagem nunca foi um problema da civilidade brasileira. [21]

O autor paraense procurou entender o comportamento dos *tapuias* e dos *mamelucos*, baseando-se na lei da hereditariedade e a partir da qual, afirmava que os grandes sofrimentos transmitiam-se de pais para filhos e que influenciavam o caráter das outras gerações[22]. Portanto, tudo era reflexo das angústias das gerações anteriores que se apresentava sob forma de tristeza e indiferença, assim *"vivem sob uma espécie de fatalismo insconsciente, e falece-lhes a ambição de tentar sequer sair desse estado*." [23]

Afirmava Veríssimo, que o fato deles não estarem num estágio avançado da civilização era em função da influência da natureza exuberante, que nada lhe permitia faltar com o mínimo esforço físico. A abundância de alimentos provenientes dos rios ou mesmo da floresta repleta de caça e a terra adequada para tirar tudo o que precisa para a sua sobrevivência leva a crêr que a ausência de trabalho não estar relacionado à preguiça, mas, possivelmente, ao desprezo que eles sentiam pelos bens materiais.

Além disso, as condições sociais em que se operou os cruzamentos, entre índios e colonizadores, influenciaram no abatimento em que se encontravam tapuios e mamelucos, porque esse processo interétnico não foi acompanhado por uma ação educacional capaz de adaptar essa nova realidade cultural, pois não era objetivo educar uma "raça selvagem, e prepara-la para o evento da civilização". [24]

Veríssimo acreditava que seria possível mudar, através de um processo educacional, o comportamento das pessoas consideradas não civilizadas. Ele tinha um modelo de civilização, no qual se percebe uma preocupação em proporcionar mudanças de comportamentos que fossem adequados ao progresso. Porém, a péssima situação do ensino, com um professorado desrespeitado em seus direitos, esquecidos dos seus deveres, pouco habilitados ao ofício, torna-os, inaptos para executar qualquer programa de mudanças que pudesse alcançar o grau de civilidade desejada; uma escola em estado desorganizado com um ensino público em plena decadência material e moral, não possibilitavam as transformações, por isso, quis reformar a legislação vigente para combater os vícios e os hábitos perniciosos.

Veríssimo propõe um modelo de civilidade em que a miscigenação representa um novo caminho para a civilização e considera que o continente americano é esse local de miscigenação entre "as diversas raças e gentes do globo". Desta maneira, passa a ser o espaço de "cruzamento de todas elas", constituindo-se uma "unidade étnica à humanidade".[25]

O autor concebe que a região Amazônica apresentava os indícios desse processo de miscigenação, no entanto, entendia que a população mestiça, fruto da relação entre brancos e indígenas, tinha a mesma ou superior capacidade das outras populações não mestiças. Ele acredita que "para se compreender perfeitamente o espírito de um povo é necessário estudar os diferentes elementos que o compõem [...] É do estudo bem feito dos elementos étnicos e históricos de que se compõem o Brasil (...)" [26].

Podemos observar que a participação de José Veríssimo incisiva nos movimentos econômico, cultural e social, criava uma expectativa de vida cheia de esperança e de uma realidade enriquecedora, dentro do contexto do *rush* da borracha, afirmando a necessidade de que, junto com a educação, as autoridades locais deveriam investir no povoamento para que se pudesse ter, na região, o indispensável desenvolvimento econômico, social e cultural das populações locais.

A "educação e povoamento constituiriam, portanto, as bases para o aprimoramento das raças cruzadas da Amazônia, possibilitando-lhes sair do seu estado de letargia e abatimento"[27], visto que os tapuios e mamelucos apresentavam-se num nível intelectual "superior ao do índio puro"[28], o que permitiria um possível caminho para o desenvolvimento econômico e intelectual para alcançar a civilidade da população da região Amazônica.

Considerando esse momento de reflexão, pode se verificar que as modificações urbanas por que passou a cidade de Belém no final do século XIX e início do século XX, têm haver com uma idéia projetada por José Veríssimo, de forma que a população do norte alcançasse um grau de civilidade. Contudo, Veríssimo oferece as circunstâncias para se chegar a esse modelo de civilidade em que "todos" desejavam refletir uma imagem que representasse o progresso, o ordenado e o moderno.

[1] Mestranda em História Social da Amazônia - UFPA

[2] Esta revista foi fundada em 1901, no Rio de Janeiro, trazia notícias, editoriais, comentários, um pouco de literatura, uma seção intitulada "Cartas de Mulher", com uma espécie de crônica, "Jornal das Famílias" com moda, beleza, trabalhos manuais etc. Foi considerado o melhor produto do gênero, por algumas décadas, revista esta que divulga e propõe receitas para seguir a beleza, o moderno e o higiênico. O encarte foi publicado no dia 20 de setembro de 1908.

[3] José Veríssimo iniciou a sua produção intelectual na cidade de Belém, trabalhando como colaborador no jornal *Liberal do Pará* e a seguir, no *Diário do Grão Pará*. Em 1879, fundou a *Gazeta do Norte*, jornal trimestral que teve duração efêmera. Em 1883, José Veríssimo colaborou nos jornais: *Província do Pará, Comércio do Pará* e *República.* Fundou neste mesmo ano a *Revista Amazônica*.

[4] VERÍSSIMO, José. "As Populações indígenas e mestiças da Amazônia". In: VERÍSSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p.9-87

[5] Para Veríssimo, os *amamelucos* variavam conforme o seu grau de cruzamento. Na primeira geração entre brancos e indios, são conhecidos como *curibocas*. No segundo e terceiro grau, é considerado o verdadeiro *mameluco* (curiboca e branco) com as caractrístiicas de: cor parda (de canela) que alcança todos os tons; olhos menos oblíquos e mais vivos; lábios finos; seios duros, colos belíssimos nas mulheres; cabelos negros, ainda grossos, mas já algumas vezes ligeiramente ondeados.

[6] Os pintores da época destacado na referida revista são: Francisco Estrada, Maurice Blaise (estrangeiros); Carlos Azevedo, Theodoro Braga, Lopes Pereira, Escobar de Almeida e Julieta França (paraenses); Roberto Colin (Maranhense); Irineu de Souza e J.osé Girard (cearenses); Libanio Amaral (Pernanmbucano)

[7] **Artur Lucas** (?-1929). Nascido e falecido no Rio de Janeiro. Cursou a Academia Imperial de Belas-Artes, e como pintor cultivou a figura, que executava a óleo ou a pastel com sensibilidade e expressão. Pintor, se tornou caricaturista, porque o gênero lhe garantia a subsistência. Por outro lado, sob o pseudônimo de *W. Taylor* fez ilustrações para a edição brasileira dos romances de Conan Doyle em torno do personagem Sherlock Holmes. Para o fim da vida, tendo sofrido um derrame e quase incapacitado de pintar ou desenhar, diminuiu grandemente sua atividade artística, se bem que ainda em 1926 tomasse parte na Exposição dos Cinco, efetuada no Rio de Janeiro exatamente com a finalidade de lhe angariar recursos.

[8] VERÍSSIMO, Op cit, p. 11.

[9] José Veríssimo descreve o tapuio no ensaio "*As Populações indígenas e mestiças da Amazônia*" com as seguintes características: estatura baixa, o corpo grosso e sólido, cor carregada de canela ou tomo de uma moeda de cobre em meio uso; nariz chato e largo nas extremidades; testa curta; cabelos pretos, grossos, lisos e duros; mãos e pés pequenos; dedos curtos e grossos, lábios grossos (menos do quê nos africanos, todavia) e roxos; dentes pequenos e alvos, seios moles e cadeiras desenvolvidas nas mulheres, olhos ligeiramente oblíquos, quase horizontais, pretos, fixos, mortos; orelhas pequenas e abertas.

[10] VERÍSSIMO, Op cit, p.14

[11] *tapyia*, **y** é igual ao **u** em francês na pronuncia

[12] VERÍSSIMO, Op cit, p.14

[13] Ibiden.

[14] Ibiden.

[15] MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra:** Índios e Bandeirantes nas Origens de São paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 20.

[16] VERÌSSIMO, Op. Cit., p. 16

[17] Ibid, p. 17

[18] Ibid, p.17

[19] Viajante que Veríssimo baseia-se para criticar a concepção negativa da miscigenação.

[20] VERÍSSIMO, Op. Cit. p.85

[21] PRISCO, Op. Cit., p. 19

[22] Ibid, p.22

[23] Ibid, p.21

[24] Ibid, p.19

[25] Ibid, p.11.

[26] Cf. PRISCO, Francisco. **José Veríssimo**: Sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937, In: Estudo Brasileiros, vol. I, p. 13 p 130-131

[27] MAIA, Bezerra Neto. Os Males de Nossa Origem: O Passado Colonial Através de José Veríssimo. In: BEZERRA NETO, José Maia (org.) **Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 60.

[28] VERÍSSIMO, Op. Cit. p. 22

Paisagens de Belém: Aspectos da natureza amazônica retratada nas telas do pintor Antônio Diogo Parreiras (1860-1937)

ROSA MARIA LOURENÇO ARRAES

1. A Cidade

Ao norte do Brasil, o maior país da América latina, está Belém, cidade considerada antiga para a nossa recente história brasileira, lugar onde na virada do Séc. XIX, para o XX grandes transformações foram realizadas e registradas, constituindo-se hoje em excelentes fontes de pesquisa, muitas ainda por serem estudadas., Esta cidade considerada porta de entrada natural da Amazônia, a mais ampla floresta tropical do mundo, cidade de beira de rio, rodeadas por inúmeras ilhas e desenhada por grandes e pequenos rios, tipicamente tropical. Foi registrada pelas pinceladas de um dos grandes artistas brasileiros, o pintor paisagista Antônio Parreiras (1860-19370) que utilizou em sua paleta variadas cores e matizes no registro de suas pinturas sobre Belém, estas obras hoje, fazem parte da iconografia da região.

O Período que ficou conhecido como *Belle Époque*, (1870-1912) foi sem dúvida um momento muito especial para os habitantes da cidade, o coração da cidade pulsava fortemente com as transformações que ocorriam, foram tantas que fizeram de Belém uma das grandes representações do patrimônio cultural urbanístico de cidades brasileiras, conhecido como "Época da Borracha"[1]. Foi um dos maiores milagres da economia Brasileira, a exploração do Látex, fabulosa matéria prima recém-descoberta e bastante desconhecida, no resto do mundo, mas com um potencial de utilidades sem limites, portanto imensamente lucrativo dado às possibilidades que o mercado internacional possuía. De repente todo o norte sofreu a alucinação da fortuna inesperada uma nova ordem econômica fora estabelecida o que possibilitou importantes fatos em nossa história regional, baseada principalmente na espetacular modernização da capitall paraense.

Os “reis da borracha” como ficaram conhecidos os fazendeiros que exploravam essa matéria-prima nos seringais da Amazônia, eram pessoas abastadas que em virtude do lucro fácil e abundante, recorreram ao luxo para se refestelarem,

[1] SARGES M. de N "*Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)"2 ed.* Belém-Pará Paka-tatu, 2002.

principalmente com coisa e objetos sofisticados e de difícil aquisição, são eles que mandarão vir do estrangeiro, não só os projetos de Arquitetura para construção de suas casas, mais as próprias casas, vinham completas, desde os tijolos ingleses até os lampiões belgas e as mobílias francesas. Foi um luxo esplendoroso influenciado pelas correntes artísticas européias do final do século XIX e início do XX [2].

Era inevitável, portanto que se implementasse um modelo eficiente para atender as novas demandas, era urgente uma modernização da capital. Entretanto, ela deveria ser acompanhada de um ar extremamente europeu, haja vista que os intercâmbios culturais intensos com a França, exigiam um estilo estético que acompanhasse as tendências européias. Este estilo ficou conhecido com o da *Belle-èpoque* que mais do que um estilo era considerado um estado de espírito que se manifestou em dado momento na vida de vários países, entre eles o Brasil.

Para implantar as mudanças exigidas pelas elites da época era necessário um grande administrador. Coube ao intendente Antônio José de Lemos (1898 –1911) esta tarefa, que teve como principal desafio estabelecer uma nova proposta urbanística para a cidade, proposta esta que deveria ser implementada não só na *urbe* , mas também nos hábitos e costumes da população. Uma nova Belém vai se desenhando, com uma série de modificações, que também serão representadas nas construções civis dos particulares, principalmente no estilo eclético [3], que foi predominante na construção civil na virada do Séc. XIX para o XX. Era responsabilidade da intendência de Lemos as modificações relativas ao espaços públicos da cidade, tanto que ele teve que colocá-las em prática em um curto período de tempo. Muitos edifícios públicos foram erguidos para oferecerem maior conforto ao exigente público. Também foram construídos, a fim de atender as exigências da população requintada, prédios luxuosos como os cafés, as lojas de artigos importados diretamente da Europa[4].

---

[2] Capítulo onde está ilustrado a Arte da Belle-Époque. Livro organizado pela Comissão de Artes Plásticas da Secretaria de Cultural de São Paulo. *História da Arte no Brasil.Volume II*. *Cap. Belle-Époque*. São Paulo, Abril Cultural 1979

[3] O estilo Eclético é formado com diferentes estilos. Na arquitetura geralmente diz-se quando a fachada e de um estilo e o partido são de outros estilos

[4] "Os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas figurinos, o mobiliário, as roupas, mas também as notícias sobre peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de Prestigio"(SARGES,. Belém: riquezas produzindo a belle-époque, 1870-1912 p.23)

2. O Pintor que registrou a cidade de Belém

É no cenário desta cidade que, no início do século XX, surge em Belém o pintor Antônio Diogo da Silva Parreiras, convidado por Antônio Lemos para fazer uma exposição de pinturas em Belém. O intendente, além de ser o responsável pela grande transformação ocorrida na cidade, era também um mecenas das artes[5].

Antônio Diogo da Silva Parreiras, nascido em Niterói no dia 20 de janeiro de 1860, filho de Jacintho Antônio Diogo Parreiras (famoso ourives) e de Maria Rosa da Silva Parreiras era o sétimo filho de uma família de nove irmãos. Os Parreiras Constituíam uma família de destacada prosperidade burguesa , portanto Antônio Diogo da Silva Parreiras, fez seus primeiros estudos num estabelecimento de elevada qualidade, mesmo em relação as melhores opções na Corte. Por volta de 1872 os Parreiras passam a residir ao lado da casa de comércio do Português Antônio Pinto Moreira muito amigo da família , que possuía a maior cocheira funerária de Niterói, à rua São João nº 3 .

Aos 23 anos de idade, finalmente Antônio Parreiras realizar o grande sonho de sua vida, estudar arte ele vende tudo o que tinha em Friburgo e se encorajasse a re começa por, matriculando-se como aluno amador em 1883, na academia Imperial das Belas Artes[6] .Finalmente está inteiramente dedicado ao seu maior sonho que é o de ser artista, mais ele tem conciência que é uma profissão inviável em termos financeiros, mesmo assim ele não desiste, e se entusiasma com o fato de poder estudar com um grande mestre, pois naquele momento é responsável pela cadeira de paisagem, flores e animais, um dos maiores pintores paisagistas, o pintor Alemão, Johan Georg Grimm (1846-1887)

Em janeiro de 1885, Parreiras de fato inicia sua vida independente como pintor profissional organizando em seu próprio Atelier na rua Santa Rosa em Niterói, uma exposição de sete paisagens de pequenas dimensões, mais já teria realizado cerca de quarenta trabalhos. Os jornais elogiam a modesta exposição. Dois meses depois é inaugurada uma nova exposição, desta vez mais significativa, na conhecida Casa de Wilde, na Rua sete de setembro nº 102, do belga Laurent De Wilde . Este era o principal

[5] Mecenas das Artes nome do ministro de Augusto (60 a.C.-8 d.C.), era o protetor de artistas e homens de letras, diz-se hoje aos patrocinadores das artes.

[6] Com a idéia de fundar Liceu de Artes e Ofícios, D. João VI trás ao Brasil a Missão Artística Francesa em 1816, (era composta de professores, cientistas e artistas estrangeiros que vieram com a finalidade de ensinar brasileiros) foi criada então a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, essa idéia evoluiu sucessivamente para: Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil depois Academia das Artes e, em 1836 Academia Imperial de Belas Artes.

ponto dos artistas profissionais no Rio de Janeiro. As críticas dos Jornais foram muito positivas, só recomendavam que Parreiras fizesse uma viagem para Europa para aprimorar mais, aquele estilo que ele estava desenvolvendo. Em junho de 1886 apresenta uma grande mostra outra vez em Niterói, na casa Insley Pacheco, onde seus quadros foram todos vendidos e os jornais se entusiasmam com o paisagismo que ele registra nos seus trabalhos.

Em 1887 começa ele a tentar obter recursos governamentais para ir para Europa, mas estes só poderiam vir, através de uma troca de interesses, e ele se recusava a obter qualquer vantagem de forma protecionista. Submete um maravilhoso trabalho seu Chamado *A Tarde* para aquisição , ele assegura os recursos necessários para ir para Europa e sua a viagem finalmente é realizada. Mas antes de ir , ele ainda faz mais uma exposição que será considerada excelente pela crítica.

1º de março de 1888, Parreiras parte para Europa, vai a princípio para Gênova, segue para Roma e estabelece em julho residência em Veneza. O impacto da cultura européia, da antiga civilização tão mitificada para o jovem nascido em Niterói, se transforma em uma cruel sensação de saudades. Após algumas semanas ele encontra ânimo para se matricular na Academia de Belas Artes local, freqüentando as aulas do Lombardo, Fillipo Cárcano (1840-1910) cuja a pintura sintonizasse por aproximação com os preceitos do impressionismo. O tema de uma das suas mais famosas obras, *Camponesa colhendo feno no campo ao entardecer*, baseada totalmente no paisagismo europeu, começa a lhe aproximar dos artistas franceses da Escola de Barbizon, instauradores de uma paisagismo autenticamente despojado e impressionista[7].

Após três anos de muito estudo na Europa retorna ao Brasil e desembarca no rio, em 5 de janeiro 1890, inscreve oito trabalhos na exposição geral de belas artes daquele ano, a primeira organizada pela República, onde obtém a medalha de ouro e aquisição de algumas de suas pinturas. As pinturas são surpreendentemente modernas. As relações cromáticas denotam uma preocupação intensa com os fenômenos, sendo que elas próprias elementos de representação dinâmica das formas. Sem dúvida que este momento define o desligamento de Parreiras da ortodoxia naturalista, adquirida com seu antigo mestre Grimm há sete anos passados, é o retorno ao Brasil após a estada veneziana. Neste mesmo ano ele retorna a Europa, não como um jovem e desconhecido

[7] Escola de pintura surgida na França por volta de 1870, que visava a captar, em princípio, a impressão visual produzida por cenas da natureza, e as variações nelas ocasionadas pela incidência da luz, e que se baseava especialmente no emprego das cores e de suas relações e contrastes, a fim de obter efeitos plasticamente dinâmicos e objetivos. [Esta escola, por suas inovações, influiu marcantemente a pintura do séc. XX.]

estudante talentoso, mas já considerado pela crítica européia um brilhante e importante pintor paisagista. faz mais algumas exposições e corresponde a expectativa da crítica e do público. Suas obras conquistam um grande prestígio e notoriedade. E por seu grande desempenho será convidado para voltar ao Brasil e tomar posse da cadeira de paisagem da Escola Nacional de Belas Artes, era um cargo muito importante para ele, pois as lembranças lhe remetiam ao seu antigo mestre da cadeira de paisagem, Georg Grimm.

Em 31 de março de 1890, por portaria do Ministro Benjamin Contantant[8] ele toma posse, iniciando suas aulas, e como as de Grimm elas serão sempre ministradas ao ar livre, sua pintura é baseada na observação da natureza, e de imediato implanta uma série de princípios não convencionais, que geram entusiasmo aos alunos e preocupação e inveja aos demais professores, pois ele terá o apoio sem restrições de Benjamin Constant aos seus novos métodos. Mas com o advento da república sua aventura de professor não duraria muito tempo, o meio acadêmico é ambiente fértil para o ajuste de contas entre opositores antigos e para surgimento de novas ambições, um grupo que se designava “os modernos”, postula a renovação do ensino, outro, do qual Parreiras fazia parte “os positivistas” propunham simplesmente a extinção da academia. E a imprensa abre o debate liderado por José do Patrocínio e Bento Barbosa.

Até este momento Parreiras tinha tentado se manter o mais neutro possível, até porque os métodos que ele empregava eram só seus, e bem mais evoluídos do que quaisquer outro que propunham os polêmicos novos gestores. Tinha ele também grande apreço e respeito e amizade pelos antigos mestres que estavam sendo atacados pelonova diretoria da Escola, Victor Meirelles, a quem considerava juntamente com Pedro Américo dos maiores mestres da pintura brasileira.

Ainda em novembro do mesmo ano Parreiras funda com um grupo de alunos interessados e independentes, a Escola do Ar Livre, que funciona em Niterói como instrumento de oposição ao ensino oficial. Esta época sem dúvida será a que Parreiras demonstrou mais revoltado contra o meio ambiente social, voltando-se inteiramente para a natureza. Sentindo-se totalmente livre no ano de 1891, ele realiza muitas excursões para o interior sua obra é elogiada e aclamada pela crítica paulista, o que lhe valerá um convite do Jornal o Estado de São Paulo, para que Parreiras escreva semanalmente artigos sobre Arte.

[8] Ministro de Interior da República, tranformou a Academia Imperial de Belas Artes em Academia Nacional de Belas Artes

E nesse momento de grande prestígio de sua carreira que ele é convidado a vir para o Estado do Pará, desembarca em Belém em maio de 1905, trazendo em sua bagagem algumas pinturas de gênero da exposição anterior como é o caso da "*Morte da Ovelha*" hoje pertencente ao Acervo do Museu de Arte de Belém. E uma série de novas telas, também com predominância dos assuntos de gênero. Recebido entusiasticamente em Belém pelos estudantes paraenses, que o homenageiam e logo apresenta exposição no belo prédio do Theatro da Paz. Além da venda de quase todos os trabalhos expostos recebe do governador Augusto Montenegro a encomenda para a realização daquela que seria sua composição histórica de maior formato: *A conquista do Amazonas.* Hoje pertencente ao Museu do Estado do Pará.

Mas causou grande impacto ao público que prestigiou a exposição de 1905, o fato de Parreiras após ter chegado em Belém, ter pintado várias obras que retratam Belém, como : *Entrada do Bosque Municipal, Clareira no Bosque, Av, São Gerônimo, Igreja da sé, Pça Batista Campos I e Pça Batista Campos II, Largo da Pólvora e Pça da República.* Essas obras foram todas adquiridas pelo Intendendente Antônio Lemos, em 1905, pertencem hoje Museu de Arte de Belém e reúnem um dos conjuntos de pintura dos mais significativos sobre uma cidade, pois as mesmas foram realizadas por um dos pintores paisagista mais aclamados pela crítica da Arte Brasileira, cujo o tema da natureza ele tinha grande domínio. Também é fato que Parreiras realizava sempre seus trabalhos ao ar livre interpretando a natureza, voltado acima de tudo à observação, especialmente à percepção de formas, cores, texturas e luz. Estava entusiasmado com a viagem para o Pará e registrou com sua paleta a paisagem da cidade de Belém. Ele suprime de vez a figura humana de seus planos da frente. A figura confunde-se agora com a textura da vegetação.

3. A Pintura de Paisagem

O Gênero da Paisagem na pintura pode parecer, aos espectadores de hoje, bastante corriqueiro, ou seja, uma forma de pintar bastante simples sem grandes surpresas, principalmente ao publico moderno tão habituado as imagens virtuais. Para muito elas não passam de iconografias sentimentais, sem nenhuma outra significação. No entanto não foi sempre assim. Até pouco mais de dois séculos atrás a contemplação da paisagem e suas mais diversas expressões eram esperadas como um grande marco de transformação na pintura, na poesia e na arquitetura .

Um dos vieses mais importantes com a arte da paisagem foi certamente à conhecida ciência moderna. A procura por representações das paisagens foi quase

obsessiva. As formas concretas como aconteceu estão diretamente ligadas a vários fatores acontecidos a partir de meados do século XVIII, entre os quais o desenvolvimento cultural e material europeu, que surgiram nas cidades com maior potencial econômico como Londres e Paris.

A constatação de fenômenos e fatos, de inspiração baconiana[9] , implicou uma nova atitude frente ao mundo que repercutiu também na produção artística. O mundo toma uma nova postura diante o progresso da ciência, mais necessidades de espaços, utilização intensa de recursos naturais, formam uma nova atitude diante a natureza e esta percepção influencia circunstancialmente o mundo físico e a forma de representação do mesmo.

Por volta de meados do século XIX, a arte da paisagem começou a mudar de rumo foi perdendo seu apelo romântico, ou seja a paisagem foi deixando de ser um apelo sentimental, baseado na introspecção melancólica do mundo, passando a ser um gênero artístico que se baseava principalmente na observação da natureza, especialmente na elaboração das formas, cores, texturas e luz, um caminho que acabou por conduzir ao impressionismo.

O paisagismo no Brasil surge no final do século XIX, ocasionado principalmente pelo intercâmbio de artistas brasileiros que recebiam bolsas para suas viagens de aperfeiçoamento, este e um dos fatores considerados de maior influência quando analisamos na difusão do gosto pela paisagem da Europa para o Brasil.

Em “Clareira no Bosque” pintura que faz parte da Coleção de Arte do Museu de Arte de Belém, o pintor se declara totalmente envolvido pela paisagem natural ao ponto que ele uprime de vez a figura humana desta sua obra e pinta apenas a floresta, uma floresta densa onde são retratadas uma variedade muito grande de espécies de vegetação amazônica, compondo a pintura de uma verticalidade que nos leva a entender cada vez mais a dimensão que ele observava para pintar a natureza, revela em suas paisagens a monumentalidade da mata,

[9] relativo ao pensamento de FRANCISCO BACON O iniciador do empirismo (o empirismo é substancialmente fenomenista, como o racionalismo, o conhecimento é reduzido não à razão, e sim aos sentidos; estes sentidos, porém, nos proporcionariam não a realidade, mas os fenômenos, as aparências subjetivas das coisas) quando afirma e enaltece a experiência e o método indutivo, a ponto de a razão e a transcendência acabarem por desaparecer na sombra, ainda que, praticamente, continue ele afirmando-as. Nasceu em Londres em 1561. Subiu ao mais altos da niveis políticos no reinado de Isabel , e faleceu em 1626.

reservando para as árvores uma escala surpreendente, como se as mesmas tivessem a capacidade de serem infinitas, tanto na profundidade da tela quanto na altura, dando um tratamento colorista muito próprio de suas paisagens,

Arte e Natureza foram sempre, ao longo da História da Arte, um estímulo para a criação artística e para a expressão de uma relação própria dos artistas com o mundo em que vivem. Essa relação será muitas vezes de confronto, outras vezes toma o lugar da representação, do diálogo e da busca de correspondências onde pode ficar estabelecido que a arte não é um reflexo do real, mas um processo criativo de imagens, sons e movimento no qual participam o mundo dos sentimentos e pensamentos do criador e o contexto sócio cultural a que este pertence.

As obras de Parreiras que registram a cidade de Belém oferecem aos espectadores não somente um sentimento especial da floresta tropical urbana, mas também algo deles mesmos: o seu contexto. Nesse tipo de pintura, a tela torna-se um registro da sociedade, refletindo o ambiente mais do que simplesmente retratando-o, mas também configurando a obra de arte como uma criação permanente onde a mensagem estética contida nela não possui uma significação unívoca, isto é, nunca pode ter para os receptores um só significado.

Parreiras ao pintar suas telas em Belém, afasta-se completamente do Realismo[10]. Os pintores realistas têm a ambição de representar a natureza tal qual ela é, tal qual ela existe. Isto se justificava em um momento em que se vivia o positivismo. Mas o momento vivido era outro e ele como pintor sensível desenvolveu uma abordagem da paisagem que se apresenta como a de maior comunhão com a natureza, se comparada àquela até então praticada na arte brasileira.

4. Conclusão.

Como confundir arte e natureza, se a arte começa precisamente na transformação que o homem faz do natural em não natural. Aceitar esta transformação radical como forçoso ponto de partida, compreender como os elementos naturais são utilizáveis num sentido diferente do que tinham na natureza, transfiguráveis a ponto de criarem um mundo próprio que permanece no mundo, sentir que a madeira da estátua já não é a madeira da árvore: eis um passo essencial no caminho da aproximação da arte. Passo, no entanto, curto e certamente pouco útil se não pudéssemos compreender simultaneamente que tudo isto implica o nascimento de uma realidade, uma verdadeira recriação da realidade.

[10] Corrente estética, utilizou-se de várias linguagens das artes entre elas as Artes Plásticas, cujas característica é a fidelidade no registro da representação.

La Llorona.
O mito como instrumento de controle social.

Rosa Maria Spinoso de Montandon*.

Esta comunicação se propõe discutir o mito como instrumento de controle social, na figura levitante e sensual de La Llorona, a mulher vestida de branco, descabelada e chorosa que no México aparece clamando pelos filhos nas encruzilhadas dos caminhos, ou nos lugares próximos à água.

Aiii!! meus filhos que será de vocês?

é seu tradicional grito desde os tempos pré-colombianos, quando a deusa Cihuacoatl deu por aparecer nas noites de Tenochtitlan para anunciar aos mexicas o fim de seu mundo. Mesmo grito com o que passou a assombrar os viandantes nas noites e caminhos coloniais, transformada na mulher apaixonada e culpada que, por amor, despeito ou desespero matou os filhos ao ser abandonada pelo amante. Na atualidade, seu grito ainda ecoa de um canto ao outro do país, e sua figura sobrevive no imaginário dos mexicanos, contada e cantada em prosa e verso, aparecendo nas desgraças pessoais e coletivas, ou nas catástrofes naturais, ecológicas ou socioeconômicas.

Que inclemente destino a arrasta pelos ruas silenciosas e pelas veredas ocultas?

… por donde quiera su blanco espectro
hace temblar los corazones,
por donde quiera se escucha
su espantoso lamento.

¿Qué horrible pecado habrá cometido esa
alma en pena? (...)

Su llanto ha corrido por los campos,
ha invadido las montañas,
se tiende sobre los valles.
Su sombra suele desaparecer entre las aguas,
y los tenues velos de su vestidura
parecen flotar entre las nubes ...[1].

---

*Mestre em História Social pela UFU. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, sob a orientação da Prfª. Drª. Rachel Soihet. Profª. Titular de História da América no UNIARAXÁ (Centro Universitário do Planalto de Araxá) Araxá, MG.

[1] Toscano, Carmen. La Llorona. (dramaturgia) México: Fondo de Cultura Económica, 1959. pp. 9-11.

Analisando de forma mais detida este assíduo fantasma que há séculos assombra os mexicanos, pode-se analisar La Llorona a partir de três diferentes aspectos: Por um lado, como o mito da grande mãe; a figura arquetípica ou representação simbólica da mulher dual, ao mesmo tempo geradora e destruidora, a mãe-sedutora, que tanto pode remeter à Eva e à virgem Maria da pregação cristã; como a Guadalupe ou à Malinche, (a amante de Cortés e traidora mor da pátria) nos discursos nacionalistas mexicanos.

Nestes casos, o mito tem sido objeto de insistentes estudos antropológicos e etnográficos, que o analisam através das representações selênicas ligadas à fertilidade, como a soma dos diversos aspectos da sexualidade feminina. Reconstituem sua trajetória desde as antigas deusas mesoamericanas, destacando a Coatlicoe, Tlazolteotl ou Xochiquetzal, em seu cruzamento com as deidades femininas do velho mundo, provenientes da antiguidade assírio-caldeia, judaica e greco-latina, representadas por Lilith, Medeia, Perséfone, ou Hécate, pra citar somente algumas.

Na perspectiva psicanalítica, a manifestação de fantasmas femininos sedutores e macabros faria parte do aparato inconsciente e negativo de equilíbrio, originado na relação mãe-filho, e organizado formalmente como uma situação edípica. Em tal sentido, La Llorona também pode ser vista como uma representação da mulher objeto, a mãe enganada, violada o seduzida por uma potência masculina dominante, origem do conhecido machismo mexicano. Seu poder de auto-aniquilamento seria o último recurso da afirmação do ego. Nas palavras de Octavio Paz, seria uma das representações mexicanas da maternidade, como a mãe sofrida que se festeja todo dez de maio, ou a que tem sofrido metafórica ou realmente a ação corrosiva e infamante da violação[2].

Outra categoria é formada pelas lendas; relatos fantásticos que tentam expor de forma compreensível e organizar de forma coerente a multidão de feições locais e regionais que adota o mito. No México, as lendas foram entronizadas pela literatura do século XIX, quando constituíram um verdadeiro gênero literário. Referem-se a fatos, objetos ou pessoas que teriam dado origem aos mitos, de tal forma que, no caso de La Llorona, lendas foram

[2] Paz, Octavio. El Laberinto de la Soledad. 3ª ed. México: FCE, 1999. p. 83.

surgindo nas cidades, vilas, e aldeias, escritas ou contadas oralmente em prosa e verso, com base em fatos reais ou fontes supostamente históricas.

Algumas invocavam Bernardino de Sahagún, como uma fonte mais do que autorizada, e repetiam a história de Cihuacotl e seus avisos; outras falavam em casos de infanticídios ou abortos, praticados por mulheres desesperadas ou despeitadas; viúvas ou amantes abandonadas, como trágicas versões de Medeias nacionais. Outras falavam de filhas ingratas que abandonaram os pais para seguir grandes amores, e tiveram, ainda, as que preferiram a vitimação das protagonistas e narravam histórias de jovens e castas noivas, mortas na véspera de chegar ao altar.

Para o historiador Luis González Obregón (1865-1938), por exemplo:

> Consumada a conquista e pouco mais ou menos a meados do século XVI, os vizinhos da cidade do México (…) acordavam assustados ao ouvir na rua os tristes e prolongados gemidos de uma mulher a quem afligia, sem dúvida, profunda pena moral ou tremenda dor física. (…). Vestia a mulher alvíssimo traje e denso e branco véu lhe cobria o rosto. Todas as noites, sem faltar nenhuma na Plaza Mayor, percorria as ruas da cidade dormida, com lentos e calados passos … [3].

Para o também historiador José Maria Roa Bárcena (1827-1908), La Llorona era às vezes,

> … uma jovem apaixonada, morta na véspera do casamento, que trazia ao noivo sua grinalda de rosas brancas (…); outras vezes era a viúva que vinha a chorar pelos seus tenros órfãos; a esposa morta na ausência do marido (…); ou a desgraçada mulher vilmente assassinada pelo cônjuge ciumento (…)”[4].

E para os escritores e poetas Vicente Riva Palácio (1832-1896) e Juan de Dios Peza (1852-1910) seria o fantasma de Luisa, a jovem pobre e amante de Don Nuño, rico fidalgo espanhol, que matou os filhos ao ser abandonada por ele, segundo o contaram nas rimas de um longo poema.

Estas lendas, cuja temática fora apropriada da tradição oral pela literatura, foram, a sua vez, retomadas e reapropriadas pela oralidade, circulando reproduzidas de boca em boca, num flagrante exemplo de circularidade cultural.

---

[3] Obregón Luis González. Las Calles de México. 3ª ed. México DF: Porrúa, 1984. Pp. 27-29.
[4] Citado por: Rodríguez Gustavo. Doña Marina. México DF: Secretaria de Relaciones Exteriores, 1935. p. 48

Uma terceira categoria é formada pelas histórias, não de possíveis fatos ou personagens explicativos de La Llorona, mas de suas manifestações; das vivências pessoais de quem as conta, apresentadas como fenômenos sobrenaturais, experimentados ou presenciados geralmente por terceiros. Ainda que relacionadas ao fantasma de uma defunta, mais do que histórias de morte, são histórias de vida, que dizem respeito à memória, individual ou coletiva, na perspectiva analisada por Halbwachs[5].

Para ele, é na historia vivida e não na história aprendida onde se apoia a memória, dali que essas pessoas, com as histórias sobre as manifestações de La Llorona, estejam falando de suas experiências pessoais; de suas histórias familiares, de sua memória, valendo-se para isso de uma figura criada ou adotada pela coletividade, e condenada a sofrer por toda a eternidade. Para Halbwachs, embora o ato de lembrar seja individual, o que dá sentido às lembranças são os quadros sociais dentro dos quais se desenvolve o sujeito que lembra. É com referência a esses quadros que as lembranças se tornam memória; seu sentido é decorrente das esperiências adquiridas e vividas dentro deles, dali que existam tantas memórias quanto sujeitos que lembram. E dali que existam também tantas Lloronas quanto mexicanos mal assombrados existem.

Em sua história de vida, o escritor mexicano Guillermo Prieto, nascido em 1818, também cruzou com La Llorona, segundo registrou nas memórias de sua infância, no capítulo em que relata as "tertúlias" que animavam as tardes de sua mãe com as amigas:

> *flutuam em minha mente (…) a carruagem que corria da Viña até as ruas do Estanco Viejo; la Llorona que atravessava gemendo da rua da Buena Muerte até o Canal da Viga, e os espantalhos do Callejón del Muerto, (…). Os gnomos e as bruxas tinham um papel importantíssimo nas tertúlias que descrevo …*[6].

E na decada de 1830, Antonio Garcia Cubas a encontrava em suas noites infantis, quando assombrava seu sono e não o deixava dormir, após ouvir as histórias que se contavam nas veladas familiares.

---

[5] Halbwachs Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
[6] Prieto Guillermo. Memorias de mis Tiempos**.** México: Editorial Patria, 1969. pp. 225-226.

> *Em quanto os mais velhos jogam (…) e as jovens desfrutam dos prazeres que lhes proporcionam a música e o canto ou os jogos de salão, às crianças se lhes entretêm (…) com historietas e anedotas que alguma anciã de feliz memória lhes relata(…). A maioria das vezes, a boa senhora adota como temas de sua narrativa histórias aterrorizantes, como as de Don Juan Manuel, La Llorona, La Mulata de Córdoba, (…) ou crenças que**, por* **via de exemplo***, se mantêm vivas*[7].

E como histórias relacionadas a circustâncias e experiências vividas pessoal ou coletivamente pelos que as contam, elas aparecem sempre, em todos lugares tempos e circuntâncias – leia-se desgraças.

Ilustram este caso algumas histórias que pôde de recolher entre vários mexicanos, inclusive, no Rio de Janeiro. Um diplomata me falou sobre as aparições de la Llorona, contadas por seus tios, irmãos de sua mãe, quando era menino, na casa onde moravam em Acapulco, em tempos em que a cidade ainda era um "pueblo" tranquilo. A casa era conhecida por ser mal assombrada e La Llorona – diziam - saía do poço, no centro do pátio interno, onde muitos anos depois encontraram escondida uma caixa com jóias e objetos de valor. Se deslizava até a rua e se afastava emitindo seu longo e conhecido grito, antes de desaparecer no mar. Um dia, a casa foi vendida e transformada em clube noturno e não se ouviu mais falar em La Llorona. Entretanto, ainda lembra o cônsul da convivência tranquila que sua tia-avó, a ultima moradora da casa, mantinha com o fantasma, e do pavor que tinha dos terremotos, frequentes naquela região. Mas, quem convivia há tanto tempo com terremotos, podia conviver perfeitamente com La Llorona. E lembrou também dos comentários que se ouviam na família, sobre as jóias exibidas por algumas parentas, que – dizíam - provinham do tesouro encontrado no fundo do poço. Aquele que La Llorona parecia proteger tão celosamente.

Respondendo a minha pergunta sobre se acreditava nela, me disse não ter certeza, mas achava que sim, alguma coisa. O que traduzi com o conhecido ditado: *Yo no creo em las brujas, pero que las hay las hay...*[8].

---

[7] García Cubas, Antonio. *Espantar el sueño a los niños*. Em: El libro de mis Recuerdos. México, DF: Imprenta de Arturo García Cubas, Hermanos Sucesores, 1904. pp. 181-197.

[8] Entrevista com o Sr. Enrique Silva, cônsul adjunto do Consulado General de México no Rio de Janeiro. 24 de maio de 2005.

Certamente que, neste caso, y como parte da memória familiar, o medo aos terremotos e a convivência com os fantasmas ainda soam como ecos nostálgicos da apacível vida na casa paterna, onde até os fantasmas eram domésticos, mas as referências às jóias também soam como uma sutil censura para a posse de objetos de valor, obtidos, provavelmente, de forma não muito bem explicada por alguns membros da família. Embora sempre implique alguma forma de censura, neste caso, La Llorona parece ter um sentido diferente do que tem, por exemplo, para o arquiteto que me contou a seguinte história sobre suas aparições, que ouviu de seu pai e seu avô. Na história anterior, La Llorona parece equacionar possíveis problemas familiares, na proxima, assuntos pessoais relacionados com os limites e o autocontrole.

Vizinhos de uma pequena cidade, conhecida e frequentada pelas águas termais que brotam de um rio, no estado de Veracruz, contavam que alí aparecia como uma sensual lavadeira, de costas, de corpo escultural e longa cabeleira. Mas quando os homens que passavam mexiam com ela, mostrava-lhes o rosto que podia ser uma caveira, ou a cara de uma mula, pelo que ficavam doentes, chegando ate morrer da forte impressão. Para meu depoente, curiosamente, todos os que viveram para contar sua história eram infiéis, ou tinham uma segunda casa, assim que lhe perguntei se acreditava em La Llorona. Ele respodeu que nunca a tinha visto nem ouvido pessoalmente, mas que acreditava nela, sim. De forma que o atestado de sua fidelidade estava dado, implícito em seu testemunho de fé[9].

Mais ou menos, nesse mesmo sentido vão as histórias ouvidas de uma empregada doméstica, natural de um pequeno “pueblo” vizinho de minha cidade, para quem La Llorona seguramente iria aparecer para uma conhecida que se tinha praticado um aborto, correndo, ainda, o risco de tornar-se ela própria uma Llorona.

Neste caso, ao temor da assombração, castigo ao que a amiga se fez merecedora pelo aborto, ainda se iria somar o medo de morrer, certamente a causa das precárias condições em que se realizavam essas práticas clandestinas, mas reelaborado como um medo a virar llorona, ou seja, à danação eterna. A essa mesma categoria pertencem as

[9] Entrevista com o Sr. Gonzalo Fernández Alvarez. Xalapa, Veracruz. 2 de julho de 2004.

histórias contadas pela funcionária de uma biblioteca pública, moradora num bairro próximo a um lago, sobre o casal de vizinhos a quem La Llorona lhes gritou uma noite em que brigavam no quintal de sua casa; ou sobre o vizinho que acordou na rua com seus gritos, uma noite em que chegou tão tonto em casa que sua mulher não o deixou entrar.

Perguntada se realmente acreditava, ela respondeu que sim, pois enquanto houver mulheres que abortem ou violência familiar, existiria La Llorona.

Nessas histórias, o papel social de La Llorona, como instrumento de controle através da memória individual, ou como recurso audio-visual de uma pedagogia amedrontadora e normatizadora de condutas, parece mais do que evidente, no âmbito da vida privada, entretanto, sua mesma função reguladora também se extender até os movimentos sociais e as relações de trabalho, como se pode constatar em outra história, contada pela mesma funcionária.

As anteriores eram historias ouvidas por ela, mas esta foi vivida pessoalmente. Disse ela que, estando uma noite em "pé de luta", montando guarda nos portões da Unidade de Artes da Universidade Veracruzana, que fica próxima a um lago, num dos "paros" (greves relámpago) organizados pelo sindicato dos funcionários dessa instituição, de repente ouviram La Llorona, embora não mais com seu tradicional grito em que clama pelos filhos, mas com bramidos como de uma vaca enfurecida, e tão aterrorizantes quanto aqueles. Tanto que o piquete se desfez com a debandada geral dos integrantes.

Mesmo considerando a possibilidade de tudo não ter passado de uma artimanha do reitor pra desmontar a greve, como foi sugerido por alguém, o fato de ter escolhido esse recurso, e não outro, fala do enorme poder de amedrontação exercido por La Llorona no imaginário popular. Assim, e embora cooptada por e para formas diferentes de controle, a idéa constante que subjace às suas manifestações é a da transgressão e da culpa.

Perguntada se achava que La Llorona lhes tinha chorado por estarem fazendo algo errado, a entrevistada disse que eles não estavam errados ao lutar por seus direitos, principalmente que o sindicato assim o tinha determinado, mas que, ao participar dos piquetes, se estavam colocando contra a autoridade do reitor, representante da

Universidade, o que já era uma irregularidade, dali que, provavelmente por isso, La Llorona lhes tivesse "chorado tão feio" [10].

Coletivamente, o sindicato podia garantir e convencer seus associados da justiça de suas reivindicações ou de seus motivos para a luta, mas ainda assim, o ato individual era responsabilidade de cada um. E individualmente, a idéia, e mais do que isso, a culpa pela transgressão ainda seguia funcionando. E a isso poderia se somar, ainda, a sacralidade que o discurso do poder tem imprimido à educação e às instituiçoes de ensino, o que pode ter tornado mais forte a sensação de trangressão que, nesse caso, seria quase uma profanação. A Universidade é um "templo do saber", e o ensino uma missão sagrada, assim que, desse jeito, realmente, só uma alma penada para surtir efeito...

Antes de encerrar, duas palavras sobre La Llorona na internet, atual recurso tecnológico da memória, onde o grande número de "sites" em inglês, alusivos a ela, parece falar da necessidade dos "chicanos", população de origem mexicana nos Estados Unidos, de enfrentar a ameaça do desenraizamento, atualizando tradições culturais de origem, a fim de processar a reestruturação de sua identidade. O perigo do desenraizamento, diz García Canclini[11], não deriva somente do chamado imperialismo cultural, mas também da reorganização radical das formas de produção e circulação dos bens simbólicos, gerada, entre outras coisas, pela fluidez das comunicações e as migrações.

Ao mesmo tempo, a necessidade de reestruturar as identidades no imaginário se da como um recurso para a articulação de projetos. As entidades e identidades imaginarias são pactos simbólicos que influem nas práticas sociais, são os fantasmas que, como La Llorona, cobram forma e vida na conciência social, de forma que o individuo só se reconhece em seu (re)encontro com seus fantasmas coletivos[12].

---

[10] Depoimento de Doña Guadalupe Romero Quintana. Xalapa, Veracruz. 17 de junho de 2004.
[11] García Canclini Néstor. Escenas sin Territorio: Cultura de los migrantes e identidades en transición. En: Arce José Manuel Valenzuela. (org.) Decadencia y Auge de las Identidades. Tijuana, BC: El Colegio de la Frontera Norte, 2000. pp. 191-208.
[12] Bustamante Jorge A. Apêndice. Em: Decadência y Auge de las Identidades. op. cit. p. 314

"DOM BENEVIDES": A ESCOLA FAZ CEM ANOS

Rosana Areal de Carvalho

"A escola faz cem anos" propõe a construção narrativa da história de uma escola pública situada em Mariana – MG, Escola Estadual "Dom Benevides", criada pelo decreto n. 2.572, de 06 de julho de 1909, então denominada Grupo Escolar de Mariana. Ainda em funcionamento, abrange turmas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Trata-se de uma pesquisa com o objetivo de desvendar o espaço de memória representado pela escola, criada num contexto peculiar: cidade interiorana, de raízes coloniais; em meio à consolidação da república brasileira; recente transferência da capital da Província, antes em Ouro Preto, para Belo Horizonte. Pretende-se dar visibilidade à escola a partir das elaborações e articulações estabelecidas por seus membros – indivíduos e grupos – como resposta às pressões e estímulos internos e externos ao ambiente escolar.

Considerando a amplitude deste objeto – instituição escolar – que abrange tantos outros como professores, alunos, recursos pedagógicos, processos de aprendizagem, legislação, estrutura física etc; assim como inúmeros temas, propôs-se, para esta primeira etapa, ainda em andamento, a contextualização da criação da escola e a compreensão acerca dos sujeitos sociais que primeiro ocuparam e construíram esse ambiente. Que escola os documentos nos revelam? Que papel, que funções sociais cumpria a escola durante as primeiras décadas do século XX? A quem se destinava a escola pública? Que formação pretendia a escola desenvolver na comunidade escolar? Que idade tinha seus alunos? Quem eram seus professores – pertenciam à sociedade local ou vinham de outras regiões? Que colaboração prestava a escola aos interesses do Estado? Que objetivos visava a

criação do Grupo Escolar de Mariana? O que significa a criação de uma escola pública no contexto já explicitado?

Para essa fase inicial da pesquisa, estabelecemos como recorte cronológico o período que vai de 1909, ano da inauguração da escola, que inicia suas atividades no mesmo prédio da Câmara e Cadeia de Mariana; a 1926, quando a escola é transferida para um prédio próprio, onde funciona até hoje. O prédio, por si só, constitui também um documento histórico. Sofreu apenas uma reforma, durante os anos 60, apresentando-se em estado precário, atualmente.

A educação pública no Brasil, muito especialmente a partir do final do século XIX, torna-se um projeto do Estado. Compreender, pois, o cenário político do país frente à recente instalação da República e, muito especialmente nas primeiras décadas do século XX, à ascensão das oligarquias estaduais e a disputa pelo governo central, é fundamental. No entanto, como bem frisa NAGLE (1978:261)[i], 1889 e 1930 são "simples marcos cronológicos", não "significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro". O que nos remete a um recorte específico para o objeto com o qual estamos trabalhando, em que pese outros marcos, como o é a Reforma de 1906, no governo de João Pinheiro, que instalou os grupos escolares no Estado de Minas Gerais.

O presente texto tem caráter exploratório e inicial, no molde de um relatório parcial, tendo em vista o estado atual da pesquisa. Apresenta-se em três partes: 1ª. parte – Sobre o acervo documental que está sendo trabalhado; 2ª. parte – Alguns dados já recolhidos; 3ª. parte – Reflexões, perspectivas e expectativas para a continuidade do trabalho.

1ª. parte: visão panorâmica dos documentos aos quais tivemos acesso

1. Acervo da Escola Estadual Dom Benevides

A escola manteve, ainda que em precárias condições, um acervo que está em fase de limpeza e catalogação. Compõe-se, até agora, pois não está descartada a possibilidade de serem encontrados outros livros (inclusive em posse de particulares) de 71 livros, na sua maioria no formato de livro de atas. Os assuntos abordados são, principalmente: livros de ponto – professores e funcionários; Caixa Escolar, com balancetes e atas de reuniões do Conselho; freqüência dos alunos e atividades escolares; termos de posse (1909 a 1964; 1964 a 1994); atas de reunião de professores; atas das visitas dos inspetores e instalação das bancas para exames finais; inventários – de 1909 a 1936; "Orientações para o ensino da lei nova", cuja data ainda não foi identificada, possivelmente referindo-se à Reforma Francisco Campos; livros de correspondências; projetos da escola em 1939; livros de matrícula.

O livro "Termo de Posses", de 1909 a 1964, revela os primeiros professores a iniciarem as atividades da escola. Por meio deste livro podemos identificar a existência das escolas isoladas na cidade e redondezas, das quais foram removidas as professoras, em sua expressiva maioria, para o recém criado Grupo Escolar de Mariana.

Tendo o número de professoras em atividade no estabelecimento, podemos inferir outros dados como o número de cadeiras. As informações têm também a característica de despertar para a busca de outras informações: qual a origem dessas professoras? Formaram-se onde? À época, já havia uma escola normal em Mariana e outra em Ouro Preto. Pela proximidade, inferimos que essas escolas devem ter formado a maioria das normalistas que atuavam na cidade e região.

A partir do mesmo livro podemos identificar um procedimento bastante comum que implica na presença de professoras substitutas, dado um acentuado movimento de licenças. Tal informação pode ser cruzada com as correspondências encontradas no acervo do Arquivo Público Mineiro.

Dos documentos pertencentes ao acervo da escola ainda encontramos informações sobre o calendário escolar, o número de alunos matriculados e a freqüência. Quanto aos alunos temos registros sobre a instalação das bancas de exame, aprovações e reprovações.

2. Acervo do Arquivo Público Mineiro - APM

Dentre os documentos disponíveis neste acervo, queremos destacar duas classes: as correspondências e os relatórios dos inspetores de ensino.

Identificamos uma intensa troca de correspondência relativa às faltas e licenças, sempre acompanhadas de pedido e justificativa do funcionário. Em alguns casos, encontramos um pedido do diretor da escola ou de alguém influente, como em 1914, do Dr. Gomes Freire, intercedendo a favor do solicitante. Chegando à Secretaria do Interior, as correspondências eram vistoriadas e encaminhadas por uma diretoria ao Secretário do Interior, denunciando uma burocracia que levava a variações no atendimento aos pedidos. Por exemplo: um pedido de licença e abono de faltas feito no dia 21 de agosto de 1914, passou pela diretoria da Secretaria do Interior em 26 de setembro e o despacho final se deu em 30 de outubro de 1914. Os pedidos de licença envolviam professores e serventes.

Quanto aos relatórios dos inspetores técnicos, são de uma riqueza peculiar. No entanto, a existência dos relatórios pressupõe, em princípio, que tenham sido redigidos e enviados. Nesse sentido, há uma imensa variedade quanto aos procedimentos, estrutura e volume dos relatórios, dependendo de cada inspetor. No caso do Grupo Escolar de Mariana tivemos acesso a poucos e exíguos relatórios que, entretanto, têm sua contribuição.

Por outro lado, ao trabalharmos com acervos diferentes, um exercício principal é o cruzamento de dados. Nos livros de posse do acervo da escola, encontramos sempre a referência a um inspetor municipal. Com a ausência de relatórios de inspetores no acervo do APM surgiu a pergunta: onde estão esses relatórios? Estão

no livro de inspeção da escola ou estão no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana?

2ª. parte: Alguns dados recolhidos nos acervos ou alguns "achados"

Ao longo do ano de 1914 encontramos, nos documentos da própria escola, referências a uma nova denominação da escola – Grupo Escolar "Dr. Gomes Freire". Gomes Freire de Andrade era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, à época, ainda clinicava em Mariana, além de ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal, como nos atestam correspondências por ele emitidas ao então Secretário do Interior, intercedendo por uma licença para paciente sua, em papel timbrado do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

No entanto, ao longo deste ano e seguintes ainda encontramos o uso da denominação Grupo Escolar de Mariana. Qual teria sido o motivo da utilização de uma dupla denominação? Sabemos não ser comum homenagear, ainda em vida, com o nome em prédios públicos. A que se deveu o caso? Teria havido alguma resistência à homenagem? Os documentos que até agora consultamos – oficiais – não nos responderam estas questões.

Outra denominação viria mais adiante – Grupo Escolar "Dom Benevides". Para justificar esta nova denominação esperamos não encontrar muitas dificuldades, tendo em vista o peso que a religião, em especial a Igreja Católica, sempre exerceu em Mariana. FARIA FILHO[ii], num estudo sobre os grupos escolares na capital mineira, para o mesmo período, comenta que, inicialmente, os grupos escolares foram identificados por ordem numérica (1º. Grupo Escolar, 2º. Grupo Escolar etc.). Entretanto, logo receberam uma nova denominação, agora em franca homenagem à memória republicana. Já o grupo noturno recebeu uma denominação que indica "o espírito religioso que animava a defesa republicana de educação para os mais

pobres".

Nas correspondências pesquisadas, merece atenção o número de pedidos de licença. Qual a porcentagem disto no computo geral? Gerava prejuízos para o processo de ensino? Como isso era visto pela comunidade escolar? É possível relacionar tais pedidos com as pesquisas mais recentes acerca da saúde do profissional da educação?

3ª. parte: Reflexões, perspectivas e expectativas

O processo de modernização escolar, iniciado em 1906 com a Reforma do Ensino encaminhada pelo então Presidente do Estado Dr. João Pinheiro, tem na organização dos grupos escolares um destacado procedimento. Mais do que uma simples reunião das escolas isoladas, o grupo escolar marca definitivamente a estrutura da educação no estado, combinando uma maior disciplinarização do corpo docente e do corpo discente.

Iniciada a instalação dos grupos escolares na capital, constatamos que quase imediatamente o processo se estende a outras regiões do estado, como é o caso de Mariana que, já em 1909, ganha seu primeiro grupo escolar cujo funcionamento não vai fugir à regra de outros estabelecimentos de ensino criados à época: vai funcionar no melhor prédio público – a Câmara Municipal. Segundo Faria Filho, citando Nelson de Senna, num artigo de 1911: "São 89 os grupos existentes nas mais importantes localidades mineiras, e tendo os mesmos adquirido a maior simpatia do povo, educadores e autoridades dos municípios. Há uma verdadeira emulação nas diversas zonas do Estado por obterem do Governo a criação de novos grupos."[iii]

Os professores que iniciam as atividades do Grupo Escolar vieram, em sua maioria, removidos de cadeiras isoladas, indicando um processo de desativação destas em favor daquele. Entretanto, estas não desapareceram por completo pois nos distritos a existência das escolas isoladas era a única maneira da população ter acesso às primeiras letras.

Nesta fase inicial de pesquisa, os dados encontrados nos remetem a variados campos de análise. Já mencionamos o campo da saúde profissional. Outro campo seria o estudo de gênero e a profissão docente. De 1909 até 1926, entre diretores e professores, identificamos 26 profissionais. Dentre estes encontramos três profissionais do sexo masculino, sendo os dois primeiros diretores da escola e um professor. O restante, ou seja, expressiva maioria – 23 profissionais, 88,5%, eram mulheres.

Outras questões se impõem para a continuidade do trabalho. Seria possível estabelecer "ciclos de vida" para essa escola? Que semelhanças e/ou diferenças é possível traçar entre a história educacional local e de outras regiões do Brasil? Delinear a história de uma instituição escolar é também dar voz a um conjunto de indivíduos que compuseram essa história: alunos, professores, funcionários, comunidade.

Trata-se de recuperar uma memória coletiva que reúne representações diversas, várias olhares e significados. A forma narrativa não implica uma história linear pois esta não dá conta de refletir a complexidade de uma instituição que responde a influências internas e externas, que cria e elabora outras tantas, e que constrói sua identidade a partir de uma intrincada rede de relações sociais e políticas. Não se trata de alcançar uma totalidade ou "uma essência institucional a ser descrita", mas sim uma interpretação. "... a história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional."[iv]

O presente trabalho é pioneiro na região e entendemos que abre espaço para debates e maior compreensão acerca da educação brasileira, tanto na perspectiva historiográfica quanto pedagógica. Pretendemos também que se constitua num incentivo para a recuperação e a produção de fontes para a história da educação mineira.

Paralelo às pesquisas, estamos envolvidos num profícuo debate com vistas à construção de um arcabouço teórico-metodológico para melhor compreensão de nosso objeto. Sabemos que partimos de um conjunto de conceitos que nos remetem à História Social da Cultura. Por outro lado, estamos envolvidos num objeto particular que, ao mesmo tempo, nos remete para uma história senão nacional, pelo menos regional. Portanto, a produção historiográfica recente tem nos dado pistas acerca desse objeto e da trama que o rodeia.

Sendo assim, estamos percorrendo um caminho de mão dupla: a construção teórica e a pesquisa documental. O produto disso, sabemos, contribuirá para compor o mosaico que se está construindo acerca da história da educação no Brasil.

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho - Depto. Educação – UFOP

Vinicius Leal Faria – graduando em História - UFOP

[i] NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris(org.). *O Brasil Republicano*: sociedade e instituições 1889-1930. 2ed. RJ/SP: Difel, 1978, pp259-291. Col. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 2º. volume

[ii] FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.50.

[iii] Nelson de Senna, in: FARIA FILHO, op. cit., p.56.

[iv] WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala?. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação.* Campinas, SP: Autores Associados:HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004, p.14.

O sonho da casa própria resignificando a identidade feminina durante o processo construtivo de moradias por mutirão na cidade de São Paulo: o Jardim Apuanã e a Associação de Mutirantes União dos Nove do parque Europa I (1983- 2005).

Rosana Maria Pires Barbato Schwartz

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP E Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM.

Esta pesquisa questiona e compara as trajetórias de luta, os processos de resignificação de novos saberes e conhecimentos e de relações pessoais, transformações e permanências da identidade feminina, por meio da experiência cotidiana em dois projetos de provisão de moradias, implantados através do processo construtivo de mutirão. São eles: Jardim Apuanã, na região norte, desde 1983 e Associação de Mutirantes União dos Nove do Parque Europa I, na região sul, desde 1999; ambos na Cidade de São Paulo.

Essa temática se identifica com as novas perspectivas de análises históricas, pois através da reconstrução das trajetórias de personagens excluídos da história tradicional, realiza-se a interlocução com o campo transdisciplinar, além de questionar a história tradicional com suas abordagens generalizantes centradas nos estudos das universalidades e não na ação dos sujeitos históricos.

Um novo modo de “reconstruir o passado” foi alcançado a partir da história amparada por vários ramos das ciências, tais como a demografia, sociologia, etnologia, geografia, medicina social, literatura, artes, teologia, entre outras. Esses avanços metodológicos e essa interdisciplinaridade, portanto, possibilitaram que essa nova forma de estudar a história social despontasse enquanto especialidade, abordando problemas específicos quanto ao comportamento e relações entre diversos grupos sociais, como as mulheres mutirantes do Parque Europa I e do Jardim Apuanã.

Os historiadores voltaram-se para a intimidade do lar, e suas especificidades deram maior atenção para o comportamento das camadas populares, dos

desclassificados, despossuidos, mulheres, homossexuais, crianças, enfim, dos excluídos da história tradicional.

Segundo Walter Benjamim,

> *A história é uma construção de acontecimentos, de momentos vividos e esses acontecimentos necessitam de reconhecimento para tornarem-se história.*[13]

Dessa forma, as experiências das mulheres mutirantes das duas associações não são as origens de explicações do que se pretende estudar, mas sim o que se pretende explicar.

Os estudos sobre a experiência e sobre o cotidiano encontram-se localizados dentro das transformações da história, pois, segundo Maffesoli, é no cotidiano que se pode assegurar a permanência do social, o conflito entre o individual e o social, o público e o privado, o lugar de combate onde se quebram os preconceitos e inaugura-se um novo tempo, em que os sujeitos excluídos da história tradicional e positivista adquirem vozes.[24] A história encontra nessas vozes e no espaço das relações cotidianas os meios para a sua redefinição.

Nesse sentido, os trabalhos de Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Walter Benjamin e os estudos de E.P.Thompson e Stuart Hall contribuíram para ampliar os estudos do cotidiano, das experiências e identidades, da reconstrução de trajetórias de personagens excluídos da história tradicional, bem como das suas falas, gestos, sentimentos e gostos. Contribuíram, ainda, para ampliar o conhecimento acerca da organização desses indivíduos em movimentos sociais, como na "cultura de resistência" em que a luta pela sobrevivência toma feições de atitudes políticas, trazendo a possibilidade de desconstruir identidades individuais.

Segundo Maria Izilda Santos Matos, "essas perspectivas de análise abriram possibilidades de ampliação e investigação das 'histórias de gente sem história', com a preocupação de recuperar diferentes verdades, olhares e promover a descentralização dos sujeitos históricos, trazendo à tona a temática dos movimentos sociais e personagens como as mulheres dos mutirões, moradoras das periferias, abandonadas pela própria

---

[13] BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1990.
[24] MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

sorte, pessoas cujas identidades foram ignoradas ou somente mencionadas de passagem pela história política 'evenementielle', centrada nas relações causais e nos estudos das elites".

Ao se abordar as ações desses "sujeitos sem história", em específico as ações das mulheres nos movimentos sociais de luta por moradia, suas inúmeras invasões, ocupações de casas e de prédios abandonados, suas diferentes propostas e o processo construtivo por mutirão, a problemática sobre a produção historiográfica sobre as mulheres realizada até então veio à tona. Assim, trouxe outras questões relevantes, como por exemplo, as diversas formas com que se tem privilegiado a participação feminina na política, nos movimentos sociais, na organização familiar, no trabalho, na sexualidade, na cultura e na luta pelos Direitos Humanos, e como ainda pouco se tem investigado as mulheres da periferia, da "cidade oculta", analfabetas, em condição de desprivilegiamento com relação à saúde, à alimentação e à moradia.

Essas mulheres encontram possibilidades de serem questionadas nos estudos sobre gênero, cotidiano, experiências e identidade. Os estudos sobre gênero procuram destacar sua categoria relacional e abordam um campo historiográfico que pretende evidenciar essa dimensão relacional, dialogando com outras categorias como o discurso, as mentalidades, a antropologia, a sociologia e a psicanálise. Dessa forma, mostra-se que as construções das identidades femininas e masculinas são referências culturais, sociais, econômicas e políticas, produzidas por símbolos, representações e relações de poder construídas no tempo e no espaço, e não por oposições binárias de homem e mulher, fixas e generalizantes.

Nesse sentido, Michel Foucault, Joan Scott e Jacques Derrida[35] auxiliam a compreensão do conceito de gênero, negando as universalidades da dicotomia homem/mulher. Esses teóricos contestam a linearidade e não aprisionam o conhecimento em uma imobilidade científica, proporcionando a liberdade da interpretação ativa e uma ação autoconsciente de nossa historicidade.

Ao adotarem o enfoque de gênero, esses estudiosos questionam e desafiam aportes teóricos clássicos e procuram desvendar o universo feminino, recuperando categorias de análises que privilegiam a dimensão subjetiva.

---

[35] DERRIDA, J. A. Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Organizado por PRADO, E., p.32.

No movimento social de luta por moradia pelo processo construtivo dos mutirões, encontramos por meio da prática cotidiana o questionamento e a resignificação do “lugar” e da identidade feminina, assim como o realocamento de posição no mundo privado e público, segundo as práticas políticas a que estão inseridas. Ou seja, o masculino e o feminino são resignificados, bem como são reelaboradas as identidades, que por sua vez encontram-se relacionadas aos nódulos de saber-poder e aos poderes sociais e políticos.

Esses saberes não universais, construídos no dia-a-dia das mutirantes, estão vinculados a relações particulares que estabelecem entre as práticas cotidianas das construções das moradias, a diálogos com as instituições governamentais ou não e ao subjetivismo encontrado nas entrelinhas da história. Esse subjetivismo representa a instrumentalização das práticas.

A história, por sua vez, é uma construção de experiências sociais repleta de “agoras”, permanências e transformações, que são observadas pelo historiador por intermédio das inúmeras tensões existentes dentro de um determinado contexto.

E dentro desse contexto o sonho aparece como uma possibilidade por meio dos diferentes significados da palavra “Luta”. Lutar e sonhar para essas mulheres, não significa apenas alcançar o direito à moradia digna, significa denunciar a situação de pobreza e de degradação das condições simbólicas e matérias, cristalizadas na miséria que se encontram, significa conquistar o respeito aos Direitos Humanos e constitucionais, a saúde e ao direito á vida. Está relacionado a uma espécie de narrativa, onde os agentes sociais mostram o valor da pessoa que vive na prática cotidiana essa experiência e sobre as causas dessa situação particular, por meio de seus valores éticos, resistências, estratégias, união, organização, sofrimento e solidariedade; numa conquista constante e cotidiana do sonho de desconstruir a segregação social e espacial a que estão sujeitos.

O termo, também destaca os códigos de convivência de quem sofre e tem o sofrimento como dimensão de vida. Ao falar de suas lutas, essas mulheres revêem o universo de representação moral e religiosa, em que as noções de sofrimento estão associadas á figura de Deus, para a associar sem descartar a fé e a esperança, a necessidade de lutar pela justiça social e moral, onde os limites da diferença entre os incluídos e os excluídos se sobressai.

"*Entrar na luta e estar na luta"* são atributos fundamentais para participar do movimento e refere-se à vida e atividades cotidianas, as quais se encontram múltiplos episódios que envolvem organização, solidariedade, união e coletivismo[4].

Assim, o termo luta além de destacar o sofrimento das pessoas, qualifica a experiência cotidiana.

A maioria dos integrantes dos mutirões se constituem em trabalhadores migrantes, com instrução até a quarta série do ensino fundamental empobrecidos no campo, moradores de cortiços ou favelas, em busca de trabalho na construção civil e pequenos serviços nos grandes centros urbanos, que com dificuldades crescentes em adquirir emprego, pagar aluguel e manter suas famílias, constroem em seus discursos, por meio dos termos luta e sonho, como tudo aquilo que se é obrigado a enfrentar no cotidiano para viver dignamente, apontando sempre para a dimensão do sofrimento, das dificuldades, do sonho e da esperança de conquistar uma vida melhor.

> *A luta é muito grande(...), eu tenho que lutar pra continuar lutando(...), vim do campo pra cidade com meus pais e irmãos sonhando com uma vida melhor. Agente não tem mesmo jeito senão sonhar e lutar pra viver(...).*
>
> *Agente tem que lutar pra viver aqui mesmo e botar pra frente o sonho de melhorar(..)de ter nossa casa, estudar e arruma trabalho,(...) lutando(...)lutando(...)*
>
> *Aqui é aquela luta(...) com esperança de sair da fome, do desemprego (...) Nós somos Sem Teto e Sem Teto não tem segurança(...) não sabe como vai ser pra criar os filho(...) morando na favela,agente tem que lutar pra não deixar nada de acontecer pra família. E como vai ser na velhice(...). Mas, sabe(...) ainda é melhor que no campo, explorado pelo fazendeiro.*
>
> *Eu sonho que um dia com toda essa luta na associação, no movimento que agente pode ficar melhor(...), que agente não vai ficar do mesmo jeito (...), que a moradia é possível(...) o estudo e o trabalho para as crianças também. Com luta e sonho tudo é*

[4] COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro,Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

> *possível, é claro(...) tudo é com muito sofrimento(...) mas possível (...)* [5]

Ao afirmar que se esta lutando e que a luta é possível, essas mulheres descreveram seu cotidiano, refletem sobre seu sofrimento e importância de participar do movimento. Em seus discursos utilizam o termo como denúncia sobre as ações que provocam a segregação social e espacial, a condição de migrantes na cidade, além de identificar a respeitabilidade, o valor e a dignidade de sua luta pela vida.

Contudo vale ressaltar que nas entrevistas com as lideranças do movimento, apesar de pertencerem à mesma origem, migrantes, em decorrência da prática cotidiana, os termos, luta e sonho no lugar de enfatizar os valores morais e a luta pela vida, apresenta uma preocupação muito maior com o conflito, o embate, o confronto entre as diferenças, com a manutenção da organização, com o caráter de união e solidariedade, pois se configuram como caminhos que podem levar à vitória, conquista dos sonhos, apesar de ter em comum o sofrimento.

> *Agente no começo, era só nós não era organizados(...) sofríamos muito e brigamos muito também, não tinha união. Encontramos as comunidades de base da Igreja, que dava apoio para as nossas mobilizações, o padre dava espaço pra nós realizar as nossa reuniões(...). Aos poucos com muita luta, entramos na luta (....) do movimento, pra brigar em conjunto, todo mundo junto, pelo que é nosso de direito, pelo nosso sonho. Aí fomos pra essa luta, até que nós conseguimos nos organizar em associação no movimento de luta por moradia e percebemos que agente unido pode alcançara nossa luta(...)* [6].

Outro aspecto que também aparece nos discursos em geral refere-se às diferentes formas de reivindicações, organizações e o modelo de exemplaridade do movimento e das lideranças.

As lideranças são denominadas como “defensoras da classe trabalhadora”, que é vista pelos Sem Teto como um grupo social que sofre e que por mais que lute necessita

[5] Fragmento de depoimento da moradora do Bairro Jardim São Luiz, Genicéia Abreu.
[6] Depoimento realizado pela liderança do MSTC, Ednalva Silva Franco.

de alguém que tenha as características de "ser da luta", que luta pela sua defesa a dos outros conjuntamente.

A figura da liderança é construída durante o processo de organização dos grupos de base, é alguém que luta e sonha para defender o grupo, pois, sabe produzir atos políticos, manifestações e torna-las visíveis, públicas aos olhos da comunidade.

> *A luta dos trabalhadores é muito forte e agente não pode fazer sozinha, precisamos do movimento(...) lá tem pessoas que lutam pela nossa organização e pela organização das associações. As associações pela luta do grupo, onde eles não deixa a peteca cair , entende(...)*
>
> *A liderança pode ser qualquer um, é aquela pessoa que onde as brigas pessoais aparecem ela faz desaparecer e faz também tudo ficar unido, prá dar força prás pessoas que, ainda não se organizou.Ela dá a cara pra bater.É uma coisa muito importante, o que elas consegue, já nasce com ela e ela mantém todas as lutas juntas numa só, na luta da moradia A luta é pela justiça, pelo reconhecimento que nós somos gente. As lideranças quando fala pra ir pro pau é quando é necessário(...),ela não expõem agente (...)ela explica pra gente que as reuniões são importantes, que agente tem que participar de tudo que a associação organiza pra melhor o nosso entendimento das coisas. A nossa luta é um exemplo de organização e de cidadania (...) prá todo mundo vê e sabe que nós lutamos pelo nosso direito social e de todos os trabalhadores [7].*

Para os integrantes do movimento que se tornaram lideranças, por sua vez "estar na luta" e "entrar na luta" envolve participação nas reuniões, manifestações, cursos, celebrações. Envolve resignificar valores, conhecimentos, saberes, identidades e novas formas de sociabilidade, saber provar, nos termos do universo do movimento que "se é de luta" e que possui atributos para conscientizar o grupo para a organização e manutenção do movimento[8].

Nos discursos das lideranças, quando narram suas experiências pessoais e da comunidade, percebe–se claramente as representações em que se destacam as noções

[7] Depoimento realizado com uma das integrantes do Movimento dos Sem Teto do Centro, Francinete de Araújo de Souza.

[8] COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro,Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

de justiça, direitos, coragem, união, poder e interesse, as denúncias primeiramente da carência e falta de recursos de bem estar social dessa parcela da população e seu sofrimento, a afirmação da existência de uma luta individual e coletiva, o posicionamento quanto as diferenças de grupos sociais, os limites de cada comunidade e de cada grupo, a necessidade de organização e transformação da sociedade por meio da conquista da moradia, a vergonha por possuírem status de pessoas desajustadas e desqualificadas muitos outros grupos sociais, além das inúmeras provas a que são submetidas no dia-a-dia do movimento[9].

Esse conjunto de representações desenvolve um arcabouço intelectual significativo que permite a construção das ações e resignificação dos saberes e conhecimentos, mas também evidenciam as permanências de comportamentos em qualquer contexto, pessoas e lideranças[10].

Essas transformações e continuidades evocam a classificação dos termos luta e sonho com tantas atividades diferentes.

Assim, ao questionarmos e compararmos as trajetórias de luta, os processos de resignificação de novos saberes e conhecimentos, as relações pessoais e as transformações e permanências da identidade feminina - por meio da experiência cotidiana nesses dois projetos construtivos de mutirão - nos aproximamos do conhecimento, das diferentes vozes que compõe a história e das inúmeras possibilidades de se pesquisar a história.

[9] Ibedem
[10] Ibedem.

A BIOGRAFIA PROFISSIONAL ENQUANTO TEMA NA CULTURA URBANÍSTICA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA.

ROSANA STEINKE

O urbanista Jorge de Macedo Vieira (1894-1978), graduado engenheiro civil pela Escola Politécnica em 1917, é fruto de uma época onde os profissionais recebiam uma formação voltada para a atuação na escala da cidade, segundo o modelo adotado na estrutura curricular da referida escola, aproximando-se do modelo alemão, que unificava o ensino do curso fundamental e dos cursos especiais em uma única escola e a arquitetura era uma especialização da engenharia. Essa ênfase, conforme aponta Leme, vem da necessidade de formar profissionais em consonância com o processo de modernização tecnológica que começava a se destacar no país. Em termos práticos, significava formar profissionais que atuassem na cidade através de grandes intervenções, envolvendo saneamento, circulação e desenho urbano, com uma visão de totalidade, que englobasse o conjunto da área urbana na época.

Em 1917 Vieira estagia junto a *City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*, empresa imobiliária cuja atuação na urbanização da cidade de São Paulo é bem conhecida, na qual também trabalharia durante os dois anos seguintes como engenheiro. Neste mesmo período, a Cia. City contratará os serviços do escritório dos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker, expoentes do movimento pela cidade-jardim na Inglaterra. Este movimento, como se sabe, organizado e difundido a partir da obra de Ebenezer Howard publicada originalmente no final do século XIX, *Garden Cities of Tomorrow*, teve ampla aceitação e rápida difusão de suas idéias, dando origem à *Garden City Association* e tendo seu primeiro momento de experimentação em 1903 na construção da primeira cidade-jardim, Letchworth.

Ainda que se tenha a precaução de separar o discurso sobre a cidade-jardim, das cidades-jardins construídas, conforme sugeriu Peña, pois a substância de que está formada a primeira não é a mesma que alimenta o pensamento reformista que acabará se apoderando da idéia e de sua materialização, essas experiências acabariam por promover uma tradição de construção de cidades novas na Inglaterra principalmente após a Segunda Grande Guerra, quando houve um esforço concentrado na reconstrução das cidades inglesas, bem como o planejamento regional recebeu tratamento especial e uma política de implantação de *new towns* foi colocada em prática.

Pode-se dizer que a disseminação a partir da pioneira experiência de cidade-jardim se deu através dos subúrbios, chegando até o Brasil na implantação dos primeiros empreendimentos da Cia. City em São Paulo, logo na primeira década do século XX. Vieira tem, assim, a oportunidade de acompanhar a implantação do Jardim América, Pacaembú, Anhangabaú, Alto da Lapa e Bela Aliança. Estes loteamentos residenciais com traçado tipo bairro-jardim iriam imprimir profunda influência na obra do profissional Jorge de Macedo Vieira.

Segundo o urbanista, seu primeiro projeto data ainda desta década, a Vila Anastácio (1918), abrangendo uma área de 629.782 m2, no qual se observam algumas características influenciadas por aquela experiência. As obras que se seguiram revelam os vínculos de Vieira aos princípios de arruamento e planejamento empreendidos pela Cia. City[16], cuja origem, como vimos, revela filiação ao Movimento pela Cidade Jardim, já despojados de seu caráter reformista inicial, recuperando apenas alguns elementos comuns, como a presença de parques e jardins, os *cul de sac* no interior das quadras, a separação do tráfego intenso das vias para uso estritamente residencial, enfim, alguns elementos formais que, conjugados, proporcionavam uma qualidade paisagística e ambiental de nível elevado, em relação aos outros bairros existentes.

Ao congregar estes elementos, a *Cia. City* transforma a paisagem da grelha paulistana, elegendo um traçado elaborado a partir da irregularidade do terreno, acompanhando-o em suas curvas e sinuosidades, em vez de uma malha ortogonal, e inaugura o que foi provavelmente o grande diferencial que caracterizou seus empreendimentos, influenciando a criação posterior de inúmeros bairros-jardins, incluindo aí as obras de Macedo Vieira.

O primeiro projeto de Macedo Vieira que compreendia a idealização de uma cidade é o plano urbanístico elaborado para a empresa Águas Sulphídricas e Thermaes de São Pedro S/A, em 1937. Este projeto contemplava uma futura cidade balneária, o qual aproveitaria economicamente as águas minerais encontradas no interior paulista, descobertas anteriormente na tentativa frustrada de encontrar poços de petróleo na região. No ano de 1943 Macedo Vieira projeta o plano urbanístico da cidade de Maringá.

Em 1955 Macedo Vieira volta a trabalhar na região norte paranaense, para a mesma companhia imobiliária, elaborando o projeto para outra cidade da região, denominada de Cianorte. Com esta pequena incursão em algumas das obras, talvez as mais significativas, do profissional Jorge de Macedo Vieira, pode-se perceber que o mesmo atuou por praticamente meia década, na maioria das vezes elaborando projetos urbanísticos para empresas imobiliárias, ainda que seu escritório tenha, segundo se pôde levantar através da documentação, feito inúmeros projetos de arruamentos, casas residenciais, estradas, entre outros.

Apesar da transparente influência na sinuosidade do traçado do desenho de Vieira, observa-se também que o mesmo congrega elementos de outras correntes urbanísticas, principalmente na elaboração dos projetos para as cidades novas. Estes planos, como veremos adiante, incorporam soluções urbanísticas clássicas, a exemplo de alguns bairros implantados em terrenos planos que recebem um traçado geométrico, como é o caso do Parque Edu Chaves, bairro no qual a suavidade do relevo permitiu Vieira

imaginar um desenho original, partindo de um centro arborizado, com ruas dispostas em raios concêntricos, ou ainda no caso da Vila Nova Manchester, onde, partiu da urdidura de ruas retas intersecionadas por nichos verdes, formando semi-círculos. Além disso, a idéia de zoning[22] está acentuadamente presente. Estes casos, ainda que citados rapidamente, ilustram o diálogo entre os profissionais de urbanismo – que também pode ser percebido através de congressos, exposições, concursos, manuais e mesmo as realizações urbanísticas – e presentes nas realizações de Vieira, de onde se pode estabelecer parâmetros para mapear suas concepções. Investigar Jorge de Macedo Vieira enquanto um difusor do modelo cidade-jardim é um assunto que exige que se caminhe, como vimos, também por estradas vicinais na confecção do texto.

A partir de 1922 Vieira organiza uma empresa, localizada na rua Boa Vista, denominada Escriptório Thecnico Jorge de Macedo Vieira, que contava com uma singular organização familiar na qual trabalhavam seu pai, Francisco Vieira da Silva, como guarda-livros ou contador, seus irmãos Francisco Vieira da Silva Júnior, arquiteto, e José de Macedo Vieira, que era topógrafo e assistente na administração de muitas obras, além de um sobrinho, também topógrafo e filho de engenheiro. Esta estrutura deu sustento para a sua atuação como profissional durante muitas décadas. O conjunto harmonioso dos bairros acima (que pode ser observado na imagem abaixo), iria revelar uma característica permanente em seus projetos posteriores, cuja toponímia geralmente se designa como vila, jardim ou parque e onde se percebe o cuidado do arruamento, com ruas sinuosas acompanhando o relevo mais acidentado, ou a possibilidade de criar composições únicas, como é o caso do Parque Edu Chaves e Vila Nova Manchester, já citados neste texto, com traço formal desenhado a partir do terreno plano. Estas mesmas preocupações estariam presentes na criação de bairros paulistanos como Cidade Mãe do Céu e Jardim da Saúde, entre outros, com a presença de parques junto aos vales e córregos que atravessam sua área.

No Rio de Janeiro, o Jardim Guanabara (projetado entre 1925 e 1931), bairro residencial situado na Ilha do Governador, cuja área aproximada de três milhões de m2 estava destinada a uma população de cerca de 20 mil habitantes, foi dotado de áreas reservadas para parques e jardins, com ruas diferenciadas para pedestres e veículos. Igualmente o plano para o Distrito Industrial de Manguinhos (1927) é de autoria de Vieira. Com uma área de 3 milhões e 650 mil m2, a localização do terreno envolvia a sede do Instituto Osvaldo Cruz, tendo por objetivo a concepção de um bairro industrial, congregando o aproveitamento racional e funcional dos transportes rodoviário, ferroviário e marítimo, contando ainda com um bairro operário anexo.

Se nestes projetos percebe-se a preocupação com alguns fatores isolados como funcionalidade congregada a uma qualidade ambiental e paisagística, é no projeto para as cidades novas que este profissional terá oportunidade de pôr em prática as suas concepções sobre o modo de organizar o espaço urbano a partir da urdidura das suas ruas, da localização de áreas residenciais e comerciais, da preservação de áreas verdes, bem como da distribuição dos equipamentos urbanos e áreas de lazer, articulando-as a um estudo topográfico cuidadoso.

Além do estudo da obra do profissional Viera, levando-se em conta a sua formação acadêmica e o contexto social em que atua, percebe-se, nessa pesquisa, a transferência de modelos, estes, muitas vezes gerados a partir de movimentos utópicos, se convertendo em um mecanismo operativo. Para tal estudo, procuramos mapear, a partir da vida profissional do urbanista, como o mesmo teria congregado elementos para estabelecer critérios para seus planos urbanísticos. A singular forma de organização familiar de seu escritório, o ambiente cultural em que o engenheiro viveu no primeiro quartel do século XX na capital paulista, a formação na Escola Politécnica, o contato com os profissionais da área, associado à experiência na *Cia. City*, são elementos que, agregados, ajudam a elaborar o pensamento do urbanista Jorge de Macedo Vieira. Ainda

assim, tal quadro não basta para formar sua concepção enquanto planejador, se não pensarmos também nas transferências culturais.

Salgueiro chama a atenção para a atualidade da biografia intelectual, onde, tal proposta, *a escolha do individual, não significa pensa-lo contraditório ao social, mas em vez disso, seguir o fio do itinerário particular de um homem que, por sua vez, são situados na multiplicidade dos espaços e tempos de trajetórias convergentes. As séries documentais, aparentemente circunscritas a um indivíduo, acabam indicando situações vividas em comum: no tempo curto de uma existência cujo espaço é mais ou menos restrito, na longa duração de um universo cultural sem fronteira. Uma experiência social é assim restituída na complexidade dos seus aspectos mais diversificados. Não há, portanto, oposição entre história local e história global.*

A autora oportunamente lembra que *fazer bibliografias hoje, não significa ver não apenas o que essas biografias têm em comum com os debates correntes, mas também em que elas diferem destes, já que se inscrevem em regimes de historicidade descontínua, marcados por temporalidades múltiplas*. Da mesma maneira, esta pesquisa fez uso de vários dados que associam, conforme sugeriu Salgueiro, a história da engenharia à história das ciências, das técnicas e da educação profissional, não mais como disciplinas separadas, mas ligadas entre si e inscritas numa história cultural mais ampla. Ou seja, a redução da escala de análise, mas aliada a uma pluralidade geográfica. A história orientada por um problema promovida pelos Annales na França, terá em Bernard Lepetit um de seus colaboradores. A chamada nova história urbana a qual se dedicou Lepetit tem na cidade o seu objeto e o seu sujeito, ainda que opaco para este autor, cuja essência não é penetrável, a menos que uma análise cuidadosa a decomponha. O caminho sugerido por este autor é a análise que caracteriza uma dupla aproximação de escala: a primeira – que pode ser denominada macroscópica – analisa o sistema urbano como um modo em que um conjunto de cidades se organiza m em uma configuração espacial e

hierárquica; a segunda – já em menor escala, ou, se quisermos, microscópica – concebe o sistema urbano como uma formação real dentro de uma topografia particular, impressa em uma sociedade estruturada, explicável em relação ao aparato institucional do Estado e traduzível em manifestações culturais diversas. A inversão de perspectiva de Lepetit, que nada mais é que a substituição de uma construção intelectual de ambições mais ou menos totalizantes por outra, ao invocar a condição necessária da redução desta pelo caso particular de outra, ou seja, alterar a escala de observação, está profundamente imbricada com a micro-história italiana, vista nos trabalhos de historiadores como Carlo Guinzburg e Giovani Levi, mas mais ainda absorve questões da teoria braudeliana, como a chamada história dos sistemas urbanos.

Ao eleger-se pontualmente alguns projetos do engenheiro Macedo Vieira para um estudo, busca-se apontar tais elementos inseridos no urbanismo moderno no Brasil. Neles, se revela a confluência de uma cultura urbanística que há muito vinha se formando, abrindo indiscutível campo de investigação sobre os limites das linguagens, das técnicas e das transferências.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, P. **The Greater Plan**. London: H. M. Stationery Office, 1944.

ANDRADE, C. R. M. de. **Barry Parker: um arquiteto inglês em São Paulo**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU/USP, 1998.

BACELLI, Roney. **A presença da *Cia. City* em São Paulo e a implantação do primeiro bairro-jardim**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, Departamento de História, 1982.

BURKE, Peter. **A Escola de Annales 1929-1989.** A revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

CALABI, Donatella. **Storia dll'urbanistica europea. Questioni, strumenti, casi exemplarri**. Torino: P. B. Mondadori Editori, 2000.

Catálogo da Exposição *O Urbanismo do Engenheiro Jorge de Macedo Vieira*. **IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo**, 1999 -2000. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Dibel, 1990.

FICHER, Sylvia. **Ensino e Profissão – O Curso de Engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo**. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, Departamento de História, 1989.

FISHMAN, Robert. **Bourgeois Utopias. The Rise and Fall of Suburbia**. New York: Basic Books Inc. 1987.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

HOWARD, E. **Cidades-Jardins do Amanhã**. São Paulo, Hucitec-EDUSP, 1996.

KAWAI, C. **Os loteamentos de traçado orgânico no município de São Paulo na primeira metade do século XX**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, Departamento de Geografia, 2000.

LEME, M. C. da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel/FAU/USP/FUPAM, 1999.

LEPETIT, Bernard. **Por Uma Nova História Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

PEÑA, F. Roch. “Mirando hacia atrás’: la Ciudad Jardín cien años después”. *In*: **Ciudad Y Territorio – Estudos Territoriales**, XXX (116), 1998, p. 449-472.

SALGUEIRO, H. A. **Cidades Capitais do Século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ed. Ática, 1992.

STEINKE, Rosana. **Ruas curvas versus ruas retas**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC/USP, 2002.

UNWIN, Raymond. Town Planning in Practice: an Introduction to the art of Desing in Cities and Suburbs. London: 1909.

Uma arqueologia da memória Ludoviquista[1]

ROSELI DE FÁTIMA BRITO NETTO BARRETO

A memória do *ludoviquismo* - atualizada no Museu Pedro Ludovico - e, ainda, sob olhares mais atentos ao tecido urbano da cidade de Goiânia (nos remanescentes edifícios Art Decò) não foi evocada na campanha eleitoral passada (2004), que objetivava eleger um novo prefeito.

Candidatos se propuseram a construir, mudar, implantar, estender, entre outros verbos de ações modificativas, desassociados das origens da Goiânia, de sua concepção urbanística, das origens e costumes de seus moradores. É como se eles fossem detentores únicos do direito e poder de interferir na vida urbana, na geografia, sem limites e a qualquer tempo. Todos reproduzem o discurso típico das oligarquias, ignorando ou se sobrepondo ao alcance da lei.

Ora, Goiânia é uma cidade relativamente jovem, mas com uma história rica de confrontos, revezes e conquistas, com uma vida urbana complexa o suficiente a exigir planejamentos específicos e profissionais. Como centro irradiador de mudanças no Estado, ela exige dos seus administradores responsabilidade e, sobretudo, conhecimentos muito além do domínio do discurso. Nos tempos atuais, não comporta mais aventureiros, pois as gerações futuras pagarão caro pelos seus erros administrativos.

Em setembro de 1987, quando ocorreu o desastre da cápsula de césio 137 em Goiânia, numa tentativa de purificação da cidade atingida pela radiação, processou-se um esforço combinado por parte da imprensa goiana e pelo escritor José Mendonça Teles, rumo às estratégias de consagração da memória de Pedro Ludovico. Nomearam os marcos simbólicos ligados à transferência da capital e a construção de Goiânia, homenageando o fundador. Posterior a esse movimento, em 1995, realizou-se o Terceiro Encontro Global de Ecologia Urbana, em Campinas, São Paulo, e, ali, à Goiânia foi consagrado o título de Cidade Modelo Ambiental.

Em 2003, na atual gestão, a cidade é incorporada ao livro de registro do Iphan, fortalecendo seu *status* de representação do estilo Art Decó, integrando-a ao rol das cidades históricas brasileiras.

A conquista desse título mais recente e das ações anteriores são partes de um processo simbólico mais amplo, pelo qual não só visou desvincular a experiência do desastre do césio

[1] Roseli de Fátima Brito Netto Barreto – Museóloga do Museu Antropológico da UFG.

137, mas que, também, buscou dar consistência às imagens significativas da vida e obra de um homem que, ao construir a nova capital, acabou por se associar a sua imagem ao próprio "destino" da cidade e do Estado.

Preservar os marcos da cidade moderna, construída no contexto da política desenvolvimentista de Getúlio Vargas, a incorporaria ao ideário preservacionista orientado pelo Iphan - órgão responsável pela política nacional de preservação – e definiria os mecanismos que envolveriam as construções das representações acerca do *ludoviquismo* em Goiás.

Os lugares que definiriam as representações simbólicas referente à construção de Goiânia e Pedro Ludovico, a princípio, ocorreu apenas com a aquisição da residência de Ludovico pelo então governador do Estado, Ari Ribeiro Valadão. Até então (1986), os remanescentes arquitetônicos Art Decò não eram destacados, nem pelos anteriores gestores e nem pela população local. Para muitos, a permanência desse conjunto dificultava a expansão urbana e econômica do município, ou seja, era, somente, alvo da especulação imobiliária.

Em 1987, esses espaços são ressignificados juntamente com outros que, em 1986, teriam sido incorporados ao programa de política cultural do então secretário de Cultura, Kléber Adorno, cujos esforços concentravam na abertura do Centro Cultural Gustav Ritter – um antigo seminário católico tombado para abrigar uma escola pública de artes e servir de local de integração para a comunidade do bairro Campinas e adjacências – e o teatro Martim Cererê, instalado num antigo reservatório de água desativado, no Setor Sul, que, no Governo Militar, foi usado como centro de tortura de presos políticos, sendo especialmente remodelado como espaço de atividades teatrais e musicais amadoras, uma forma de sanear do presente a experiência traumática do passado. Esses programas, na visão de Adorno, eram inovadores e democráticos para os padrões dos anos 80.[2]

Esse apelo à preservação da construção de Goiânia teria sido evocado em 1989, pelo jornal *O Popular,* que denunciava o abandono da residência de Pedro Ludovico, que após o seu falecimento, em 16 de agosto de 1979, daria início a uma “novela”, que atravessou três governos e só teve desfecho em 25 de setembro de 1987, quando o “velho casarão” da rua 26 foi, finalmente, transformado em museu por ato do então governador Henrique Santillo.

Sob um olhar atento às disputas políticas no processo da campanha eleitoral, em 2004, tenho observado, a despeito das estratégias que envolveram a construção da memória *ludoviquista* de 1987 até 1995, tudo indica que não ocorre a sua apropriação e é, ainda, é silenciada ao longo da campanha.

---

[2] Fonte: Documentário: *Cultura em Movimento* - acervo do Museu da Imagem e Som, 1988.

Ora, em 2004 e nas próximas gestões, a ausência desse enfoque, ainda que em qualquer das propostas urbanísticas para Goiânia, não se ausentará das discussões sobre o projeto originário de Pedro Ludovico, isto demonstra que entre "memória e esquecimento", o silêncio, também, faz parte da estruturação dos mecanismos de representações simbólicas que preservam os vestígios de uma época.[3]

O silêncio e o abandono dos referenciais Art Decò - principalmente o Museu Pedro Ludovico - confirmam que a preservação dos marcos simbólicos é vulnerável às injunções de diferentes interesses políticos, e que nem sempre existem as preocupações em reforçarem os laços identitários locais. Por várias vezes, o esquecimento tem sua funcionalidade.Os antigos gestores, municipal e estadual, que tentaram preservar os remanescentes da construção de Goiânia, buscaram não só destacar os signos que permitem diversas leituras e, principalmente, demarcaram espaços que devem ser analisados sob o prisma de descontinuidades.

O Museu Pedro Ludovico, por exemplo, que abriu mais uma oportunidade para ressignificação do passado para que a população incorporasse positivamente as marcas da modernidade, entre a proposta de criação e organização do acervo e o seu funcionamento, esteve fechado por volta de três anos. Inaugurado no dia 18 de maio de 1987, permaneceu de portas cerradas até o ano de 1989.[4]

Entre o movimento "memória e esquecimento", estão bem visíveis as duas faces de um mesmo discurso no plano das estratégias de preservação da memória *ludoviquista*: uma reza pela preservação da tradição, enquanto a outra revela a importância da manutenção dos privilégios.

Um grupo (identificado em Mendonça Teles) defendia a proposta de identificar o passado histórico da região, supondo que o processo histórico regional se pautava num tempo específico, o da construção de Goiânia. O outro (de Sérgio Paulo Moreira) acreditava que a produção cultural acumulada resultava da necessidade de valorização das tradições culturais locais, tomadas pelas vertentes da cultura popular.[5]

Os integrantes do então governo Henrique Santillo justificava que o fechamento do museu devia-se a outras prioridades da agenda de política cultural. Somente em 1988 que o governo concluiu a reconstituição da residência de Ludovico.

---

[3] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio - *Estudos Históricos*. São Paulo, v. 3, *Editora do Tribunais, São Paulo*: 1989.

[4] BARRETO, As estratégias da memória: política cultural e a criação do Museu Pedro Ludovico. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado e História, UFG. Goiânia, 2001.

[5] MOREIRA, Sérgio Paulo. História de Goiás em pauta. In: *Aspectos da cultura goiana II.* Goiânia: Edição Departamento Estadual de Cultura, n. II, 1971. TELES, José Mendonça. Em defesa de Goiânia. Goiânia: UCG, 1988.

O principal problema, talvez, fosse a trajetória política do então governador. Eleito em 1986 pelo PMDB, Santillo não pertencia à tradição *ludoviquista* e seu grupo não tinha trânsito entre os "cardeais" do partido, embora sua candidatura tenha saído de uma aliança política que envolvia até os partidos comunistas e um rosário de siglas de aluguel, constituindo uma espécie de caldeirão fisiológico.

Assim, o candidato Henrique Santillo foi eleito quando sua liderança pôde emergir, enquanto Íris Rezende, outra liderança política, optou por permanecer em Brasília, como ministro da Agricultura do governo José Sarney. Portanto, a fisionomia política da administração estava por se construir, mas já trazia as marcas do distanciamento entre os correligionários e supostos herdeiros políticos de Ludovico, capitaneados por Íris Rezende. Em seguida, os santillistas abandonaram o PMDB para, depois, ingressarem no PSDB, iniciando, posteriormente, uma aproximação com o então senador Mauro Borges (um dos filhos do fundador de Goiânia - Pedro Ludovico) e com o que restou da herança *ludoviquista.*

Abrigados no Partido Democrata Cristão (PDC), deputados estaduais ligados a Mauro Borges começaram, em 1988, a protestar contra o abandono do Museu Pedro Ludovico, encontrando algum eco na área cultural. Na tribuna e nos jornais, o assunto foi comentado com freqüência cada vez maior, com todos reclamando pela abertura do museu e pressionando o governo a transformá-lo em Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, o que, posteriormente, finalmente ocorreu. O maior esforço pôde ser pontuado pela deputada Conceição Gayer, do PDC, partido presidido nacionalmente pelo senador Mauro Borges e Ludovico e aliado de Henrique Santillo, que apresentou um projeto de lei, na Assembléia Legislativa, propondo a criação da Fundação Museu Pedro Ludovico, que foi aprovado por unanimidade.

A estratégia dos deputados do PDC obteve resultado, conforme noticiou o jornal *O Popular*, de 9 de abril de 1989, sob o título: "Promessas culturais encerram polêmica". O artigo traz também o endosso de Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico e presidente do partido, para a iniciativa de revitalização do lugar de preservação da memória de Ludovico. Borges acentua: "Ainda bem que governador Santillo reconheceu seu erro a tempo".

Contudo, a polêmica não havia chegado ao fim, pois, contrariando a totalidade da Assembléia Legislativa, o governador Henrique Santillo vetou o autógrafo de lei. O deputado Eurico Barbosa, líder do governo, justificou o veto, alegando que a proposta de Conceição Gayer contrariava razões técnicas e legais. Entretanto, sob a reação negativa de seu ato, Santillo orientou a bancada governista, majoritária na Assembléia, para que derrubasse o veto, o que foi feito por consenso no plenário. Finalmente estava encerrada a polêmica e ainda, sob

os efeitos da repercussão positiva do feito, o governo anuncia a retomada de investimentos na área cultural, tendo como referencial o Museu Pedro Ludovico.

Foi a partir dessa concepção que o governo Santillo assume uma nova postura. Em junho de 1989, nomeou outra comissão para realizar estudos e elaborar uma proposta museológica com a finalidade de abrir o Museu Pedro Ludovico ao público. O museu reabriu suas portas em 1.º de agosto de 1989, momento em que se destacou a presença de visitantes, a maioria constituída de homens, com idade acima de 40 anos, principalmente de pessoas que vivenciaram a liderança política de Ludovico e que foram ali para rever o ambiente onde ele viveu.[6]

No âmbito das disputas em torno da memória *ludoviquista* portanto, ficou evidenciado que, embora os líderes políticos fizessem apologia à idéia de progresso e à criação de uma tradição, ideais presentes em discursos de governantes de 1979 a 1989, durante a maior parte da história da implementação do museu, como Ari Valadão, Íris Rezende e Henrique Santillo, não se opuseram à depredação do patrimônio histórico. O que reforçou a idéia de se criar o Museu Pedro Ludovico foi o projeto chamado “Cultura em Movimento”, implantado em 1986, no período de governo Santillo e estimulado pela Política Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura, pasta então ocupada por Celso Furtado. Os líderes políticos, aliados à família de Ludovico, passaram então a mobilizar-se no sentido de apregoar e preservar o patrimônio histórico.

Muito embora fossem responsáveis diretos pelos rumos da economia local, os líderes políticos eram também responsáveis pela manutenção da ordem social e política, e procuraram sempre se apoiar na imagem de Ludovico. Desta forma, estimularam a permanência de uma memória histórica, transformando-as em estratégias sistemáticas utilizadas para representar e acumular poderes. Alguns desses líderes, paralelamente, tentaram potencializar a memória *ludoviquista* como forma de manipular e controlar o imaginário social, utilizando-se dos símbolos em busca de benefícios políticos, seja incentivando a monumentalização do legado de Ludovico, seja comemorando datas simbólicas, como o centenário de seu nascimento.

Em 1990, o então prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, em fase final de afastamento do grupo irista, mas não vinculado a Santillo, encampa o projeto de comemorações, em parceria com o governo do Estado, para dirigir a celebração da memória *ludoviquista*. Mas o projeto não emplacou e ficou esquecido por longos meses. As homenagens somente foram possíveis em 1991, quando Iris Rezende retornou ao governo do Estado, já rompido com Santillo e

[6] Fonte: *O Popular*, Caderno 2, 8 de out. 1989, p.8

distanciado de Nion, e nomeou uma comissão, sob a presidência do escritor Geraldo Coelho Vaz, presidente da Fundação Cultural Pedro Ludovico, para a realização do evento.

Nessa movimentação em torno das comemorações do centenário de nascimento de Pedro Ludovico, Nion Albernaz e os escritores Bernardo Élis e José Mendonça Teles propõem a construção de um monumento para homenagear Ludovico. O projeto, uma estátua de Ludovico sobre um cavalo estava a cargo da artista plástica Neusa Moraes (ainda hoje se encontra em execução) e seria finalizado com a instalação da obra em uma praça. A idéia, ainda que seja sazonalmente revigorada, permanece "adormecida" nos fundos da Igreja do Sagrado Coração de Maria, na avenida Paranaíba com a Araguaia, no setor central, conforme noticiou o jornal "Pedro Ludovico montado a cavalo, tal qual aparece numa foto histórica, tirada nas imediações do campo do Goiás, quando ele decidiu que a capital seria aqui (*O Popular* em sua edição de 10 de outubro de 1993).

No caso do MPL sua missão é mostrar em cada objeto, com sua aura simbólica, a presença, indissociável, da figura do fundador de Goiânia. Com essa renomeação, os objetos deixaram de ser orgulho apenas da família Ludovico e passaram a fazer parte de uma coleção que possuía a capacidade de construir as redes entre os objetos e a proposta de representação da memória coletiva. A exposição, então, atingiu uma de suas funções precípuas: a de oferecer-se aos olhares dos visitantes com um ar cerimonial e uma função específica, a de representar a história.

Esse "lugar de memória" passa, então, a refletir valores simbólicos atrelados à ideologia do progresso e da modernização, permitindo estabelecer uma singular combinação entre o tradicional e o moderno. É compreensível que, às vésperas do fim do governo militar, o grupo político que se preparava para retornar ao poder, se envolvesse nas estratégias de consagração do passado. A memória *ludoviquista* até os meandro de 1990, destituída de um projeto próprio, tornou-se um legado disputado por diversas lideranças e grupos políticos. Dessa forma, a criação do museu representou uma etapa fundamental para que a memória do *ludoviquismo*, já consagrada pela historiografia, ganhasse um espaço diverso capaz de evocar, por meio da cultura material, as etapas de um tempo vivido: as fotografias, as poses, a casa, o escritório e a família. A memória familiar se transubstanciou em história da região.

A memória de Ludovico à época transformada em perspectiva orientadora dos projetos políticos e administrativos do Estado, e foi assimilada tanto no governo Ari Valadão (PDS) quanto no de Henrique Santillo (PMDB). Ambos valeram-se de imagens do *ludoviquismo* e disputaram a primazia no projeto de construção do MPL. Vale a pena ressaltar que o governo Mauro Borges (filho de Ludovico) se destacou pela eficiência administrativa e pela adoção do

planejamento como estratégia de governo. De algum modo, Mauro Borges associava suas ações ao governo de seu pai, a quem sucedeu, cuja força simbólica representava importante elemento de sustentação política.

Tanto o MPL, como o conjunto de remanescentes Art Decò contêm e revelam os signos que permitem a leitura do avesso de Goiânia e pertencem ao imaginário social goiano, produto dos elementos básicos comuns a um vasto sistema simbólico, para o qual as escolhas são realizadas de maneira coletiva e as particularidades. Os monumentos concretados são eleitos com objetivo de construir os pontos referencias para a sociedade. Essas particularidades são manifestadas entre a diversidade de seus produtos, auxiliando na atribuição de identidades e legitimação de poder. O MPL e os remanescentes da construção de Goiânia, cumpre essa função social: estrutura os elementos de um imaginário coletivo em que Ludovico aparece à frente de todas as manifestações coletivas. [7]

O poder e autoridade política ocorrem por meio de rituais de afirmação de identidades. No passado, a legitimidade dos grupos políticos baseava-se no controle dos laços pessoais que mediavam as relações sociais. A identificação dessa prática política, sob o rótulo de "coronelismo" ou "domínio oligárquico", se tornou freqüente, transformando a habitual prevalência das relações pessoais em estigma.

O presente, apresentado por Ludovico em 1930, constrói uma nova identidade, representada pela sua afinidade com a ciência, com a arquitetura moderna e com o planejamento. Goiânia reunia todos esses atributos e poderiam redefinir a identidade da região. Esses rituais de afirmação de uma nova identidade podem ser identificados nos discursos políticos, nas construções historiográficas, na iconografia, na literatura, viabilizando as formas de fazer valer o "princípio de divisão legítima do mundo social" e determinando o sentido das instituições sociais. O poder simbólico com Bourdieu, "não está situado nas estruturas que produz a crença, mas na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras e, sim, de quem a pronuncia" (1989, p.14-15). [8]

Na vida cotidiana, os objetos oferecem pistas importantes na apreensão da organização social, como também das diferentes formas de hierarquias e de exercício de poder. Os adornos, os vestuários, os instrumentos de trabalho, no caso dos objetos pertencentes a Ludovico – sob a guarda do museu – revelam as diferenças sócioculturais entre grupos e as diversas formas de legitimação do poder. Ao Museu cabe a tarefa de articular um sentido de unidade à vivência histórica, demarcando o lugar da memória do progresso, em contraposição ao passado, do

[7] BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

atraso, lembrado sempre pelo domínio da família Caiado. Os objetos são selecionados para dar coerência e fundamentar a proposta dessa celebração, cujos fatos, atuação e qualidades de Ludovico deveriam tornar-se pontos definidores para condutas sociais.

Vários aspectos sócioculturais se interpenetram no processo de representação da memória *ludoviquista*. Estão presentes aspectos de ordem política, social, cultural e familiar. As atividades públicas e privadas, desempenhadas pelo personagem, não podem ser vistas independentemente dos contextos em que se realizaram. Ludovico não mantinha uma vida íntima isolada de seus demais papéis e compromissos sociais e públicos.

A exposição do MPL busca proporcionar um quadro referencial que possibilite conhecer os aspectos configuradores dos atos de bravura e resistência de Ludovico. Reflete as experiências históricas tidas como extraordinárias: o quadro da cadeia pública onde ele esteve preso, em Rio Verde, representa a origem do seu caráter revolucionário, presente na "jornada de libertação" de Goiás do "ciclo de atraso". A coleção de objetos pessoais, que inclui os materiais de sua esposa, consta dos troféus – símbolos de suas conquistas e vitórias – que enaltecem a trajetória vitoriosa do nosso personagem.

Enfim, a monumentalização de dá, seja pela nomeação de logradouros e de órgãos públicos, ou de citação obrigatória nos discursos cívicos e políticos, e é fonte de celebração da história de Goiás. Tal como uma moeda, numa face, representa o personagem, o sucesso, a grandeza do homem e dos seus atos, agora morador de uma espécie de Olimpo.

Na outra, sua obra é capaz de iluminar os próprios feitos, assim como expõe o fracasso de seus principais adversários, a família Caiado. Assim, imortaliza tanto a própria vitória como a derrota do outro.

Enfim, não se pode negar que sua memória institui um campo de conflito de representações em que se situa o jogo político em Goiás. Sem herdeiros de maior expressão, o *ludoviquismo* permanece como herança disputada por grupos políticos. Embora a cidade de Goiânia se embeba como uma esponja do seu passado, a memória *ludoviquista* encontra-se arquivada para vincular seu patrimônio simbólico a um novo projeto de poder, que não é o atual.

[8] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

Vozes sob a ditadura: a manifestação dos cidadãos através da imprensa escrita (1978-1979)

Rosemary Machado de Souza

Este artigo faz parte de uma pesquisa desenvolvida para a graduação, cuja proposta pautou-se em analisar a participação política do cidadão "comum" no processo de redemocratização do Brasil iniciado em 1974 e terminado em 1985. Para estudar o tema, optou-se, particularmente, pelo período de 1978 e 1979 por nesses anos acontecerem fatos marcantes, como por exemplo, o fim da censura à imprensa escrita em junho e a extinção do AI-5 (Ato Institucional nº 5)[1] em 1978, bem como a anistia e as grandes greves de trabalhadores ocorridas em 1979. O intuito foi perceber se esse cidadão "comum" participou desse processo e de que forma isto aconteceu.

O Brasil, a partir da segunda metade dos anos setenta, enfrentava uma forte crise expressada em várias esferas da sociedade, colocando "em cheque" o regime militar implantado a partir de 1964. Esse momento de crise do governo militar, marcado por avanços e recuos no processo de redemocratização, teve a participação decisiva da sociedade civil. Tradicionalmente, parte significativa da historiografia clássica[2] tem analisado que tal participação esteve reduzida, por um lado, aos militantes de esquerda, aos políticos do partido de oposição – MDB (Movimento Democrático Brasileiro), parte da intelectualidade, estudantes radicais, alguns jornalistas e profissionais liberais; e, por outro lado, às organizações coletivas e instituições, tais como a Igreja Católica, sindicatos, associações de bairros, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Nessa linha de análise feita por parte dessa historiografia, o cidadão "comum" é percebido como participante da sociedade somente via eleitoral, embora estivesse cada vez mais hostis à ditadura e descontente com os caminhos trilhados pelo governo militar, sendo vistos, portanto, como participantes passivos submetidos ao temor da repressão e da autocensura vigente nos veículos de informação que, coadunados com o sistema ou pelo medo de romper a abertura que vinha se processando, não expunham críticas severas às atuações do Estado.

Entretanto, essas análises suscitam um questionamento: será que realmente o cidadão "comum", aquele não engajado coletivamente, estava alijado das questões políticas, econômicas e sociais que se desenrolavam no país? Nesse sentido, este artigo busca responder a participação desses cidadãos no processo de redemocratização do regime militar, procurando demonstrar a existência de uma participação política *ativa, individual e direta* por esses sujeitos da sociedade brasileira compostos por uma diversidade de pessoas, de donas de casa e operários a políticos e empresários dissociados das agremiações coletivas anteriormente referidas. E, para poderem empreender essa

participação, estes sujeitos utilizaram a seção *Cartas* reproduzidas nas revistas *Veja* e *Istoé* nos anos de 1978 e 1979 como um canal de participação, visando se comunicar com o governo e a sociedade em geral, exercendo assim sua cidadania.

Logo, a seção *Cartas* dessas revistas, torna-se uma fonte *essencial* para proceder tal análise. Primeiro, porque são duas revistas com linhas editoriais diferentes para poder obter dados de comparação entre uma e outra e, ambas possuem uma circulação nacional; segundo, porque apresentam uma diversificação de leitores os quais podem ser considerados como representantes dos diversos setores da sociedade (intelectuais, políticos, empresários, estudantes, donas de casa e trabalhadores em geral) e, além disso, no conjunto, estes leitores comunicando-se e interagindo na comunidade foram sujeitos do processo histórico independentemente das restrições civis e políticas a que estavam submetidos nos anos de 1978 e 1979. Além do mais, precisava ser uma fonte que possibilitasse compor um contexto histórico, na medida em que esta detectasse diferentes acontecimentos presentes no período de análise, assim como distintos pensamentos e anseios de, pelo menos, parte dessa sociedade.

Em relação se as cartas dos leitores publicadas eram verídicas, autênticas e confiáveis para a análise proposta foram contatados alguns missivistas daquela época, bem como as pessoas envolvidas com esta seção nas referidas revistas, pois se as cartas fossem inventadas pela redação das revistas estudadas ou tivessem sido manipuladas, elas não serviriam como objeto histórico por não serem confiáveis ao esclarecimento dos pontos propostos. Para isso, foram localizados doze leitores da cidade de Natal/RN e entrevistado o senhor Mino Carta – diretor da revista *Istoé* naquela época. Quanto ao diretor da *Veja*, este não pôde ser entrevistado por encontrar-se no exterior no período da elaboração da presente pesquisa. Mesmo assim, os resultados obtidos comprovaram a autenticidade das cartas em relação ao seu teor e autoria. Portanto, a seção *Cartas* pode ser considerada como fonte legítima para analisar tal sociedade.

A metodologia empregada para a análise dessas cartas partiu primeiro de uma seleção de todas as cartas publicadas em 78/79, elegendo aquelas que abordassem aspectos políticos, econômicos e sociais e contendo, ao mesmo tempo, as opiniões ou anseios dos leitores sobre estes temas. Depois, as cartas foram classificadas, de acordo com o elemento mais preponderante a partir de três eixos principais: a participação política, econômica e social e dentro destes, em subtemas gerais e mais específicos, ainda que, em alguns deles, existissem outros elementos secundários, sendo difícil quantificar quantas cartas versavam sobre política, economia ou assuntos mais sociais, até porque muitas delas mesclavam todos estes aspectos.

Imprescindível também a análise de algumas reportagens publicadas na *Veja* e *Istoé* para compreender os motivos que suscitaram o desejo dos leitores de se pronunciarem; as

seções *Carta ao Leitor* (*Veja*) *e Política* (*Istoé*) – que podem ser compreendidas como o editorial das revistas; alguns depoimentos de jornalistas censurados publicados na bibliografia afim que ajudassem na observação da participação da imprensa nesse momento; alguns documentos emitidos pela Polícia Federal e, por fim, os bilhetes emitidos pelos órgãos e representantes dos departamentos de censura repassados como documentos internos da revista *Veja*, cujo conteúdo denuncia os assuntos que deveriam ser omitidos ou apresentados para a população[3]. Isso foi importante para poder verificar quais as informações que a sociedade recebia e como, a partir delas, as interpretava.

Como não é possível demonstrar neste artigo todos os resultados obtidos na pesquisa, a seguir se fará de maneira sucinta uma pequena caracterização dos leitores e seus pensamentos, assim como de que maneira a seção *Cartas* serviu como um canal para o exercício da *participação política* desse cidadão "comum", chamado a partir de então de leitor-cidadão[4], dando sugestões, críticas e até concordância com o contexto histórico vivido por eles.

A respeito do universo desses leitores-cidadãos, a análise das cartas revelou uma diversidade de leitores compostos por distintas classes sociais, assinantes ou não das revistas, determinando estes serem representantes legítimos da sociedade brasileira na época. Também se detectou diferentes posicionamentos políticos e interesses, além de uma abrangência de leitores que percorre todo o território nacional, inclusive com brasileiros residentes no exterior conforme se pode notar por algumas cartas transcritas abaixo:

> Sou trabalhador, operário, e por isso mesmo, não posso assinar *Veja*, mas sempre que posso adquiro um exemplar desta conceituada publicação. [...].[5]
>
> Tomei a liberdade de te escrever e peço não reparar os erros do meu português, porque sou uma obscura e quase analfabeta dona de casa. Não assino as revistas *Veja* e *Istoé*, mas as peço emprestadas a uma vizinha. [...].[6]
>
> Nunca o Brasil passou por uma fase de tanta corrupção política e administrativa como a atual. Em cada Estado, de quatro em quatro anos, assalta o poder, através de pseudo-eleições indiretas das quais o povo não participa, uma camarilha sedenta de dinheiro e de gozos materiais. [...] Têm medo da democracia e da liberdade como o diabo da cruz. Por isso procuram, por todos os meios, distorcer a democracia, engendrando fórmulas estapafúrdias para deturpá-la e apresentando a justificativa de que o Estado precisa ficar bem armado para combater a subversão comunista – como se em todos os países mais democráticos do mundo o Estado não tivesse o mesmo objetivo.[7]
>
> Não consigo entender por que alguns setores de nossa vida pública reivindicam "normalidade democrática" – pois como tal consideram [sic] à volta das famigeradas eleições diretas. Não foram elas que nos levaram à bancarrota, à inflação de quase 100% e à anarquia total de 1963?[8]

Além destas características, há muitas outras apreendidas na análise das cartas. Havia leitores que escreviam regularmente, e para ambas as revistas sobre o mesmo assunto, como se assim pudessem dar publicidade ao seu pensamento para o maior número de pessoas. Estas cartas, inclusive, podem comprovar que não havia manipulações

do conteúdo nas cartas pelas redações, a não ser um resumo que era de praxe e amplamente divulgado no final da seção, embora por parte da redação de *Veja*, percebe-se claramente a retirada de algumas palavras mais críticas revelando as diferenças de posicionamento político frente ao regime militar (autocensura) que cada uma das revistas adotava. Outra particularidade bastante interessante é que os leitores interagiam entre si com bastante freqüência. Ou seja, algumas vezes eles concordavam ou estendiam apoio com o que outro missivista tinha expressado. Outras vezes eles se opunham e até criticavam. Ainda, em outros momentos, algumas cartas suscitavam até tréplicas. Para corroborar essa particularidade, veja os exemplos seguintes:

> Considero uma monstruosidade, um absurdo o comportamento dos políticos brasileiros. Ao invés de prestigiar a candidatura do eminente senador Magalhães Pinto, referendam a ascensão de mais um militar para a presidência da República. Proclamo-me um eleitor cassado. Não mais darei meu voto a qualquer deputado ou senador.[9]
>
> [resposta] – Não entendo a ojeriza do leitor José Reynaldo Farias contra os militares, em especial o ilustre general Figueiredo. Pode-se discordar do processo da escolha, mas devemos reconhecer que no atual momento de consolidação da grandiosa obra revolucionária, não poderia ser de outra forma.[10]

Igualmente interessante, são as cartas que encaminham soluções e propostas para ajudar o Estado a resolver dada dificuldade presente no país naquele período, ao mesmo tempo em que aproveitam para emitir sua opinião, às vezes até críticas sobre a atuação do governo. Em uma mesma edição de *Veja* em março de 1979, um momento delicado sobre a crise do petróleo, há quatro cartas dando sugestões para economizar combustível. Nelas, os leitores-cidadãos sugerem que o governo se interesse mais pelo carvão, estabeleça rodízios para a circulação de veículos, incentive uma utilização maior do transporte coletivo, desde que a frota de ônibus em circulação não seja reduzida e ainda outra, transcrita abaixo, que enumera várias propostas para combater o problema:

> Por ser assunto do momento e o governo estar pedindo, apresento minhas sugestões para a economia de derivados do petróleo: 1) ampliar e aperfeiçoar a rede ferroviária; 2) implantar e ampliar os metrôs; 3) implantar os ônibus elétricos; 4) não enquadrar as motocicletas como "supérfluos" para importação.[11]

No tocante a apresentação dos resultados referentes à *participação social* é predominante a preocupação sobre as greves ocorridas nesses anos, sobretudo em 1979, especialmente articuladas com o movimento operário do ABC e demais movimentos civis da sociedade por estarem também ligadas ao processo de abertura política. Neste contexto, as opiniões solicitavam atitudes do governo para a resolução de problemas, demonstravam indignação e algumas até ofereciam sugestões para a solução das questões que envolviam condições de salários, desemprego e, notadamente, das greves que poderiam colocar em risco o processo de redemocratização do país em um momento que a palavra de ordem

pregada pela maioria da sociedade era a conciliação. Esse temor gerou posições antagônicas, às vezes apoiando, às vezes argumentando que havia outros caminhos menos radicais, embora concordassem que os salários não satisfaziam as necessidades dos trabalhadores. Entretanto, nas cartas cujo conteúdo versava sobre como o governo reagiu às greves, percebeu-se que a maioria delas era crítica porque contrariava a intenção propagada de acabar com o arbítrio e reinstalar a democracia no Brasil.

> Lendo VEJA nº 556 e acompanhando a movimentação grevista, sou levado a concluir que nem grevistas, nem governo sabem o significado disso. Talvez seja falta de treino de ambas as partes, mas tudo indica cegueira completa. A luta deve ser contra o subsalário, contra todo um complexo de fatos que acarretam esse "picadeiro" onde governantes e governados representam a democracia, como se ela fosse sinônimo de greve.[12]
>
> O desfecho da greve do ABC é um momento trágico da história brasileira. Trágico porque mostrou-nos em toda sua hipocrisia a tão badalada "abertura", e porque evidenciou, uma vez mais, o ódio de classe sentido pelas elites governantes em relação ao papel das massas na História. Diz a fraseologia do regime (utilizada, aliás, também pela oposição): "Cuidado, andemos com cuidado, para não perdermos as liberdades conquistadas". Liberdades? De que liberdades me estão falando?[13]

Portanto, a análise das cartas relacionadas com o tema da participação social permitiu algumas considerações. Primeiro, em quase todas as cartas ficaram evidentes uma associação com o processo de abertura política, seja pelo receio de um retrocesso, seja por denunciar que a propalada abertura não satisfazia os anseios da população. Segundo, é perceptível uma tensão existente entre o governo e a sociedade na medida em que o primeiro não proporcionava os direitos básicos aos cidadãos e, terceiro, claramente demonstra a participação desses leitores-cidadãos em lutar pela conquista desses direitos.

Em relação à *participação econômica*, o foco principal girou em torno da crise econômica de então, porém relacionados com os aspectos políticos e sociais, na medida em que políticas mal aplicadas freqüentemente elevavam o custo de vida e a inflação, as quais interferiam no cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, despertando manifestações dos leitores-cidadãos em busca de resolver os seus problemas, criticar ou, no mínimo, expressar suas insatisfações, sobretudo àquelas que diziam respeito à crise do petróleo, agravada, constantemente, por racionamentos e sucessivos aumentos no preço da gasolina. Por fim, a carta transcrita abaixo é elucidativa para sintetizar a realidade econômica do período e como as dificuldades eram tratadas pelos órgãos oficiais responsáveis para gerir a economia do país, além de apreender o sentimento dos cidadãos sobre este aspecto, inclusive demonstrando uma consciência crítica:

> Não bastou o "pacote" político de abril. O governo federal baixou o "pacote" de contenção monetária. Àquele gerou o trauma popular contra o situacionismo revolucionário; e este, em má hora inspirado pelos tecnocratas, alheios à realidade e à necessidade nacionais, além de agravar, de vez, a economia do país, irá criar sérios problemas sociais, [...]. O "pacote" de restrição financeira, em verdade, embrulhou a pequena e média empresa, sem evitar o impulsionamento da inflação e custo de vida. [...], em relação a prósperas organizações

> econômicas, ao revés, só foi benéfico. Assim, depois da prosperidade assegurada aos prósperos, [...], nossas burras foram esvaziadas e suas portas arrombadas, sobrando aos tecnocratas usarem de uma tranca para reparar fatos por eles consumados, à custa do anêmico e inerme povo brasileiro. Convivi, durante 35 anos, [...], com os mais ilustres ministros da Fazenda, mas não posso deixar de reconhecer que os piores, sob diferentes aspectos, foram os de 1964 para cá, estimulados por dominantes grupos estrangeiros, enquanto distanciados e insensíveis à situação de asfixia de empresários e trabalhadores brasileiros.[14]

Mais especificamente sobre os temas políticos, muitas cartas emitem opiniões sobre o processo eleitoral e o restabelecimento de eleições diretas para os cargos do poder executivo, tanto para os Estados, como para o presidente da República, mencionando a capacidade do povo de votar diretamente e o que pensavam sobre a Lei Falcão, o voto vinculado e os senadores biônicos, conjeturando quais conseqüências isto teria para o processo de redemocratização da nação. Neste tema complexo do processo eleitoral e por qual maneira deveria se conduzir à abertura política percebe-se diferentes opiniões nas cartas da *Veja* e *Istoé*. Nelas foram detectadas muitas opiniões favoráveis por temerem um retorno ao arbítrio ou à instabilidade política existente antes de 1964. Mas, a maior parte das cartas continha claramente um tom crítico, manifestando que manter eleições indiretas era insustentável e consubstanciava um abuso de poder.

Também se percebeu uma discussão acalorada da sociedade sobre a concessão ou não da anistia, demonstrando uma nítida divisão da sociedade neste polêmico tema. Entretanto, o sentimento marcante era favorável à concessão dela, embora suscitasse algumas preocupações no tocante a atuação futura dos ex-exilados. Diferente, no entanto, foram as cartas que opinaram sobre o desrespeito aos direitos humanos espelhados nas ações repressivas executadas pelos órgãos repressores do regime militar. Em linhas gerais, a quase totalidade das cartas expressava que essa prática, além de ser abusiva e condenável, prejudicava e denunciava a legitimidade da abertura democrática em andamento, especialmente porque se notava que a objurgação continuava agindo, sobretudo quando se via a ocorrência de prisões arbitrárias, seqüestros, cerceamento da liberdade, demissão de funcionários públicos discordantes, entre outras ações ainda praticadas pela ditadura. Portanto, mostrando repúdio e condenação às ações repressivas realizadas pelo governo e, inclusive, afirmando que estes atos não se justificavam para conter os opositores do regime. Além disso, outras cartas comprovavam que as propagandas políticas empreendidas pelo governo em vigência ao longo de toda a ditadura obtiveram sucesso em esconder da sociedade este tipo de ação, conforme se vê nas transcrições seguintes:

> A reportagem sobre os porões do governo Médice (VEJA nº 546) é de estarrecer. O índice de brutalização das bestas-feras que matam um seu semelhante a sangue-frio, a pontapés, e que submetem uma criança de 4 meses a choques elétricos a fim de obter confissão da mãe é de provocar inveja em Idi Amin e de fazer chorar de emoção um oficial da SS. [15]

> Li e reli a reportagem especial do nº 546 [Descendo aos porões], porque me custou acreditar que o Brasil, até então para mim um exemplo para o mundo na questão dos direitos humanos, não passava de um de seus maiores violadores. Espero que essa fase negra já tenha passado e que Deus ampare as famílias dos inocentes.[16]

Como se pode concluir, todas as cartas expostas relacionam-se com o processo de redemocratização como um todo, verificada na carta abaixo que reflete uma síntese do pensamento político do leitor-cidadão e sua conseqüente participação política.

> Outrora tínhamos uma democracia, embora deficiente e claudicante. O eleitor, quando comparecia às urnas, escolhia e votava nos candidatos à Presidência da República, nos senadores, deputados federais, deputados estaduais, e, nas eleições municipais, nos prefeitos e vereadores. De 64 para cá, investiram no corpo frágil da pobre democracia que tínhamos, desferindo terríveis golpes, e sobre o seu esqueleto, que é o que ainda resta, os urubus do atual regime, depois de profanarem o seu cadáver, jogaram sobre o mesmo esse amontoado de "pacotes" e leis de exceção, entre elas a malfadada Lei Falcão, de cujo ventre foram gerados os senadores biônicos e os governadores, que dão uma idéia exata do Brasil-capitania. E não é só isso. Há que julgar também a insegurança do consumidor, a maior vítima do regime que deu de presente às classes menos favorecidas o alto custo de vida e uma inflação que tudo come e devora, e os detentores do poder querem que aceitemos de crista baixa as suas imposições. Por isso, e por todas estas imoralidades e esse descaso pelo eleitor, continuarei anulando o meu voto enquanto esse malfadado regime perdurar*".*[17]

As cartas transcritas neste artigo permitem verificar que o leitor-cidadão é impelido a escrever para a seção *Cartas* dessas revistas por sentir a necessidade de expressar suas opiniões, contrárias ou não ao regime militar, muitas vezes fazendo críticas contundentes, além de questionamentos e até cobranças das autoridades governamentais sobre os temas que lhe interessava sem receio das possíveis represálias que poderiam advir em um regime de arbítrio, bem como independentemente das posturas assumidas pelas revistas quanto ao sistema vigente. Ao fazer isto, deve-se entender que o missivista nomeia, registra e até compartilha suas apreensões com o restante do país e, em muitos casos, procurando até atingir alguma autoridade que pudesse resolver o que lhe incomodava de mais imediato. Dessa forma, ele torna-se também um agente político e, por que não dizer, histórico, na medida em que expressa também as divisões e os antagonismos de sua sociedade.

> Desde 1955, quando comecei a participar, como eleitor, da vida política do país, tenho observado que, apesar das diversas mudanças de governo, a situação econômica continua a mesma. Os futuros dirigentes, agora, repetem a triste recomendação do "apertar os cintos". E a oposição, em vez de apresentar soluções, só se preocupa com a badalada "anistia", como se esta fosse solução mágica para todas as aflições do povo brasileiro. Soluções existem, algumas até bem simples, desde que os governantes, pondo de lado o comodismo e a burocracia excessiva, tenham a boa vontade e o pulso forte para colocá-las em ação.[18]

Também é importante registrar que, em todos os autores e obras pesquisadas que estudaram o processo de abertura política[19], nenhuma delas se refere a uma *participação* da sociedade de forma *direta* e *individual* sem fazer parte de movimentos coletivos ou de instituições organizadas. Assim como as cartas dos leitores publicadas nas revistas analisadas mostraram que a participação dos leitores-cidadãos em seus aspectos políticos,

econômicos e sociais não foi passiva por temerem contestar a autoridade constituída e nem que se deu apenas nos novos movimentos coletivos que ora se manifestavam. Pelo contrário, estas manifestações, reflexões e opiniões individuais expressas nas cartas, feitas por sujeitos anônimos sobre os diversos assuntos que ora se desenrolavam, somaram-se a estes e outros setores da sociedade brasileira que, naquele momento, lutavam para o restabelecimento de um regime democrático no país, além de evidenciar uma prática da cidadania desses leitores-cidadãos, na medida em que buscavam por seus direitos políticos, sociais e econômicos e, por conseguinte, a existência de uma participação política *ativa* e *direta*. Como não havia, naquela ocasião, um canal próprio para se comunicar com o governo os leitores-cidadãos usaram a seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé* para isso. Ou seja, estes leitores criaram um novo espaço para suas reivindicações.

Além disso, não coube a este trabalho analisar se essa participação foi ou não favorável ao regime militar vigente no país. Nesse aspecto, ficou claro através de algumas cartas que, durante a ditadura militar, havia setores concordantes inseridos no seio da sociedade, portanto, a ditadura não se mantendo apenas pela força. No entanto e apesar disto, a constatação da análise realizada pela pesquisa foi que a maioria das cartas, pela quantidade e pela contundência das opiniões expressas, colocara-se contrária a este regime, além de evidenciar a existência de uma tensão entre a sociedade e a ditadura detectada nos pensamentos manifestados destes cidadãos. Dessa forma, pode-se concluir que houve uma *participação ativa* e *direta* dos leitores-cidadãos na seção *Cartas* da *Veja* e *Istoé* e, mais do que isso, *individual*, na medida em que esses leitores estavam dissociados das agremiações coletivas.

---

[1] A edição do AI-5 de 13/12/1968 decretado durante o governo do general Costa e Silva serviu para limitar os poderes do Legislativo e restabelecer maiores poderes ao presidente da República que voltava a ter o direito de fechar o Congresso Nacional (proibido pela Constituição de 1967), determinar a censura a toda e qualquer manifestação de pensamento, cassar mandatos e suspender garantias políticas e as prerrogativas da magistradura, demitir ou aposentar funcionários públicos. Enfim, limitar e extinguir liberdades democráticas e suspender garantias constitucionais como o direito de *hábeas corpus* para crimes de natureza política. Além disso, ao contrário dos atos anteriores, este não tinha prazo para acabar, o que ocorreu somente em 31/12/78. FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*, 2001. p. 265. BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica:* história da imprensa brasileira, 1990. p. 312 e AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978):* o exercício cotidiano da dominação e resistência, 1999. p. 206.

[2] Conforme pode se observar em REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e* sociedades, 2000. p. 65-69; FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 270-281; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando. (Coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.), *História da vida privada no Brasil:* contrastes da intimidade contemporânea, 1998. v. 4, p. 319-409, por exemplo.

[3] Exceto as reportagens e as seções *Carta ao Leitor* e *Política* que serão retiradas diretamente das revistas *Veja e Istoé* dos respectivos anos, as outras fontes especificadas se encontram em MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, 1980, no apêndice, p. 163-312.

[4] O leitor-cidadão deve ser compreendido neste trabalho como um leitor das revistas *Veja* e *Istoé* que, ao receber as informações transmitidas por essas revistas, era impelido a expressar sua opinião, contrária ou não, através da seção *Cartas*, participando da sociedade brasileira daquele momento, exercendo de forma direta e individual sua cidadania e contribuindo para a redemocratização do Brasil.

[5] GALINDO, Adalberto Eudes. *Veja,* nº 521, 30/08/78. Cartas, p. 10. Este leitor, um paulista, parabeniza um artigo que critica a falta de políticos decentes no país.

[6] FONZAR, Dina Maria. *Istoé*, nº 140, 29/08/79. Cartas, p. 96. Essa leitora fala que foi muito divertida a matéria, porém verdadeira, sobre as péssimas condições do transporte coletivo na cidade de São Paulo.

[7] SILVA, Francisco Cunha e. *Veja,* nº 500, 05/04/78. Cartas, p. 8.

[8]GUIMARÃES, Romade. *Veja,* nº 487, 04/01/78. Cartas, p. 10.

[9] SIMONSEN, José Reynaldo Farias. *Veja*, nº 489, 18/01/78. Cartas, p. 10.

[10] PISKE, Ferdinando. *Veja*, nº 491, 01/02/78. Cartas, p. 8.

[11] NICKEL, Aramis A. *Veja*, 551, 28/03/79. Cartas, p. 10. Os outros leitores são Luiz C. Lasek, Ruy Nepomuceno Filho e Maurício Francisco Miszewski respectivamente, todas na mesma edição e página.

[12] FERNANDES, Pedro. *Veja*, 558, 16/05/79. Cartas, p. 10.

[13] MINOLFI, Maurício. *Istoé*, nº 122, 25/04/79. Cartas, p. 104.

[14] PRIETO, César. *Istoé*, nº 108, 17/01/79. Cartas, p. 80.

[15] M. FILHO, José de Souza. *Veja*, nº 548, 07/03/79. Cartas, p. 6.

[16] CAMPOS, Fernando Roberto. *Veja*, nº 548, 07/03/79. Cartas, p. 6.

[17] ABREU, David Soares. *Istoé*, nº 102, 06/12/78. Cartas, p. 113.

[18] FERREIRA, Cláudio José Fonseca. *Veja*, nº 546, 21/02/79. Cartas, p. 12.

[19] Entre alguns deles estão os autores e obras: ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*, 2000; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*, 2001; CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*, 1986; DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação? 1983; LAMOUNIR, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: *Como renascem as democracias*, 1985; RIBEIRO, Renato Janine. *A Democracia*, 2001; VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia. Brasil e Argentina. In: *Uma revolução no cotidiano?* 1987.

A Povoação de Albuquerque: Vida Urbana e Cotidiana na Fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso (1772-1789)

Autora: Rosangela Aparecida de Souza Reis Oliva*

Orientadora: Profª Drª Maria de Fátima Costa

***Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História da UFMT**

O texto que ora apresento visa analisar a situação da Povoação de Albuquerque - atual cidade de Corumbá – MS, dentro do recorte histórico de 1772-1789, período colonial quando, por determinação do 4º Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ocorreu a fundação, em 1778.

Este estudo privilegiará como fonte de pesquisa os manuscritos e fontes impressas que retratam a Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, especialmente durante o governo do 4 º capitão general, a saber Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Busca-se apreender por estes escritos as determinações da coroa lusa através do governador, para povoação de Albuquerque, no período de sua formação, buscando nessas leituras observar o cotidiano sociocultural desse espaço urbano.

As fontes documentais manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino também foram consultadas. Tais documentos estão guardados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/ NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso e no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, que mapeiam a ação governamental portuguesa que determinavam a vida local.

A política administrativa da Coroa Portuguesa consistiu em fundar povoados. De acordo com Otávio Canavarros *são marcos políticos*[0], para que a região não fosse abandonada. A disputa da posse da terra entre Portugal e Espanha, a Oeste da América protuguesa de fronteiras indefinidas fez com que fosse *montado um território que servisse de zona protetora para as minas de ouro D´EL Rey e simultaneamente facilitasse a expansão territorial*[1].

Assim, a Capitania de Mato Grosso, que fora desmembrada de São Paulo pelo Alvará de 09 de maio de 1748, teve como Capital Vila Bela da Santíssima Trindade e foi usada pela Metrópole para assegurar estrategicamente o território.

Na Carta-Instrutiva, ao Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura Tavares, a rainha D. Mariana Vitória percebe-se a preocupação com as terras da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, devido à proximidade com as missões espanholas de Chiquitos e dos Moxos. Nela, a 19 de janeiro de 1749, assim expressou a rainha:

> *Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo (. . .) do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila e concedi diversos privilégios e inserções para convidar a gente que ali quizesse ir estabelecer-se(. . .). Encomendá-los que (. . .) concedereis e, me faças presente quais outras providências serão próprias para o fim proposto de aumentar e fortalecer a povoação daquele território*[2].

Essas instruções dadas ao 1º Governador, D. Rolim de Moura, quando veio para a Capitania de Mato Grosso, foi de que ele não esquecesse de atuar estrategicamente. Após cumprir com as determinações da Coroa, Rolim de Moura escreveu:

> *. . . depois que aqui cheguei, 12 de janeiro de 1751, mandei ordem para famílias, e oficiais de que há tanta falta nestas*

> *minas porque os soldados ordinariamente desprendeu tudo quanto venceu nas terras onde assistem o que é certo há de puxar algumas pessoas para a vila, como vendilhões, mercadores e oficiais, pois estes costumam ir aonde podem ter que vender, o que fazer mas o principal motivo foi que fizeram respeito a vila, que como vossa excelência, me adverte, se deve reputar, e tratar como terra fronteira* [3].

A criação da povoação de Albuquerque marca a estratégia portuguesa de ocupação no extremo Oeste, de Mato Grosso.Segundo Maria de Fátima Costa: *Dois pousos evoluíram transformando-se em núcleos de povoamento sistemático: Camapuã, às margens do rio do mesmo nome fora dos limites pantaneiros e Albuquerque, às margens do Paraguai*[4].

Como Rolim de Moura, outros governantes que vieram para a Capitania de Mato Grosso deveriam ter visão estratégica militar. Tais governantes tinham objetivos de irradiarem a cultura européia em terras da América portuguesa, visto que a recém criada capitania fazia fronteira com as terras da Espanha. E habitada por várias etnias indígenas.

Na carta de instrução de Dom Luiz Pinto de Souza para Luiz de Albuquerque, escrita em Vila Bela, em 24 de Dezembro de 1772, pode-se observar a seguinte determinação: *Quanto aos índios Paiaguá e Guaykuru, de certo modo que sejam tratados em tom pacífico, caso contrário devem ser destruídos vigorosamente, promete enviar para semelhante fim dos gêneros que pedir. A região deve ser imediatamente plantada para se manter, auto-eficiente* [5].

A Povoação de Albuquerque foi fundada para atender a política da Metrópole portuguesa, cujo acordo estabelecido no Tratado de Tordesilhas (1492), desde o início do processo de conquista dos territórios americanos, não estava sendo respeitado. E havendo muitos conflitos entre índios, espanhóis e portugueses por disputas de terra. Fez-se necessário, então, novos acordos para demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha.

Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, decidido a consolidar a posse do território português na América, determinou ao Sargento- Mor Comandante Marcelino Rois Camponês e o Capitão Mor das Conquistas João Leme do Prado que escolhessem um adquado local para a fundação do povoado. Conforme a Ata de Fundação que oficializou o fato:

> Auto de Posse e Fundação do Lugar de Albuquerque e Seu Distrito para a Coroa de Portugal*." Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil Settecentos Settenta e oito as vinte um dias do mes de Septembro no dito anno nesta Povoaçáo de Albuquerque situada na margem Occidental do Rio Paraguay em hum assento de Terra que decorre para o Rio abaixo, e dista a mesma formalidade huma Legoa pouco mais ou menos aonde o Sargento Mor Comandante Marcelino Rois Camponés em observancia das Ordens do Il.mo e Ex.mo S.r Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres Governador e Capitão General das Capitanias de Matto Grosso e Cuyabá, tendo consigo o Capitão Mor das Conquistas João Leme do Prado, e as pessoas abaixo nomeadas e assinadas, ele doto Sargento Mór Comandante tomou Posse para a Coroa de Portugal mandando levantar huma grande cruz de pau de Ley, Limpar Terreiro, fazer Quartel, e ascender fogo, cassar no matos vezinhos, pescar no Rio, e pacear de huma e outra parte no dito Terreiro dizendo em vozes altas, primeira, Segunda e terceira vez, viva El Rey de Portugal[...]*[6].

A criação da Povoação de Albuquerque, em 1778 evidencia a estratégia portuguesa de ocupação no Extremo Oeste da Capitania Mato Grosso. De acordo com as negociações

que deram origem aos tratados de limites: Madri (1750), marcado pelo princípio jurídico do UTI POSSIDETIS, "como possui assim continuas possuindo", e o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Maria de Fátima Costa, esclareceu sobre as demarcações :

> *Ao iniciarem seus trabalhos, estes comissários dispunham das informações deixadas pelos demarcadores que, em 1754, fixaram o Marco de Mármore na barra do jauru. Em 1780 estas observações foram passadas à CARTA GEOGRÁFICA DO RIO PARAGUAI desde as suas CABECEIRAS ATHE ALATITUDEDE 28 GRAUS, realizado pelo capitão João Pedro da Silveira (...). O detalhamento geográfico deste mapa é impressionante. A definir o território está a linha fronteiriça, percorrendo seu traçado é possível encontrar as novas povoações, dentre outras, a de Albuquerque (Corumbá), São Pedro Del Rei (Poconé) e do Presídio de Nova Coimbra, todas recentemente fundadas pelos portugueses*[7].

O lusitano Luiz de Albuquerque executou ordens vindas de Lisboa. Com visão estratégica, este governante criou povoados e vilas . Uma delas é a Vila Maria do Paraguai (1778), hoje Cáceres, a Povoação Regular de Cazal Vasco (1783), seguindo todos os padrões de espaço planificado. Além de querer modernizar a vila-capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade.

De acordo com Virgílio Correa Filho, *Mais do que simples gestor do aparelhamento de administração revelou-se diplomata consumado de iniciativas próprias, por vezes mais avançado que as minuciosas instruções da Metrópole em defesa do imperialismo lusitano.* [8]

Desde o princípio do governo de Luiz de Albuquerque ficaram claros os objetivos da coroa portuguesa, em consolidar a posse da terra e dominar as nações indígenas, transformando os costumes e práticas dos mesmos.

Albuquerque caracterizou-se como lugar de contatos e de choques culturais entre ameríndios e colonizadores, daí ser fronteira não só geo-militar, mas também como fronteiras culturais e de novas idéias e, acima de tudo, representou o poder metropolitano porque *o ser político nasce na cidade e o espaço urbano é imprescindível para o seu desenvolvimento* [9] .

A idéia de 'boa policia' incluía civilizar a população da colônia, especialmente os indígenas, que deveriam sair da situação de barbárie para tornarem-se instrumentos da colonização. Segundo, Lilia Galetti:

> *A domesticação do sertão e de seus habitantes vista como o efetivo estabelecimento e manutenção de uma sociedade ordenada, capaz de contrapor a barbárie que a rodeava, impunha-se como uma tarefa tão crucial quanto aquelas destinadas à edificação material dos marcos fronteiriços, melhores era parte essencial do projeto expansionista e civilizador do império português* [10].

Povoados, vilas e cidades planificadas do século XVIII desmistificam a idéia de que não houve planejamento na América portuguesa. A pesquisadora Roberta M. Delson afirmou que,[*...] o programa de construção de cidades do século XVIII, não constituía apenas uma prova de conhecimento, rigoroso das técnicas arquitetônicas das épocas. Por parte dos administradores coloniais, mas revelava uma mudança de atitudes da Coroa para com o Brasil*[11].

Os povoados, as vilas e as cidades planejadas representaram a organização administrativa de Portugal na América, para consolidar a posse da terra e dos habitantes. Esses espaços urbanos eram planejados seguindo um padrão de racionalidade europeizada, *no final do século XVIII, as cidades planejadas do Brasil, seguem o modelo europeu de paisagismo, árvores são plantadas, alamedas que davam impressão de ordem e uniformidade* [12].

A Povoação de Albuquerque (hoje Corumbá) guarda em si especificidades singulares por ser região fronteiriça e terra que teve significativo número de índios - Payagua (Canoeiros) e Guaikuru (cavaleiros). Laura de Mello e Souza definiu o início da povoação:

> *Já no fim do século* [XVIII] *,em 1778, surgiu na margem direita do rio Paraguai, o pouso de Albuquerque onde se desenvolveria a cidade Corumbá. Era constituída por grande pátio fechado,'com casas em torno, formando ,quatro lances e um portão em frente ao rio' roças de milho e feijão que bastavam para os duzentos moradores e mais os navegantes que pernoitavam. Muitos dos pousos destinados originalmente a agasalhar tropas vindas do Sul também depois se tornaram vilas*[13]*.*

Para compreender melhor o cotidiano dos habitantes de Albuquerque, durante o governo de Pereira e Cáceres(1772-1789), é preciso fazer análise da política administrativa da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso.

Estudar a Povoação de Albuquerque é tentar reconstituir um passado no tempo presente, percebendo, no seu processo, os entrelaces culturais desse espaço urbano planificado setecentista.

Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o 4º capitão general, seguindo as ordens da política lusa para o extremo oeste da capitania de Cuiabá e Mato Grosso fundou povoados e vilas, como Albuquerque (Corumbá), com o fim de consolidar a posse da América portuguesa no final do século XVIII. Entretanto, é preciso não somente identificar o conteúdo geopolítico dessa ação, como compreender até que ponto a cultura européia contribuiu para a chamada “civilização” de indígenas e população negra existente naquele povoado.

Durante o governo de Luiz de Albuquerque houve uma política metropolitana portuguesa para integrar as comunidades indígenas aos hábitos considerados "civilizados" dos portugueses que habitaram a povoação de Albuquerque. Tudo era feito com o objetivo de retirá-los da situação de "barbárie" e "ignorância".

Por ser região de fronteira era quase inevitável o contato entre os colonos da coroa espanhola com os colonos da coroa portuguesa que habitavam Albuquerque.

Assim os marcos foram estabelecidos. O que possibilita perceber as composições materiais e simbólicos do que se determinou chamar de fronteira.

---

[0]Otávio Canavarros**. O Poder Metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo Oeste (1727-1752**).EdUFMT. Cuiabá – MT,2003 ,p 11.
[1]Otávio Canavarros Idem.Ibidem. Op.cit. ,p11.
[2]Carneiro de Mendonça. **Rio Guaporé e Paraguai. Primeiras Fronteiras definitivas do Brasil**, p.127.
[3] Antônio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja**. Correspondências**. Cuiabá: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Imprensa Universitária/ NDIHR(Coleção Documentos Ibéricos). P. 77.
[4] .Maria de Fátima Costa. Deus e o Diabo em terras molhadas. Revista do Programa de Pós- Graduação em História da UFMT., Vol. I n. 1. Jul-Dez/ 2000-Cuiabá – MT. P. 83
[5] Carneiro de Mendonça. Idem.Ibidem Op. Cit. P.147
[6] Ata de Fundação da Povoação de Albuquerque. - Codici 01 documento 12- Páginas 49-49v. Arquivo Histórico de Mato Grosso.
[7] Maria de Fátima Costa. História de um País Inexistente: Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII. Estação Liberdade: Kosmos. 1999. São Paulo – SP. p. 219.
[8] Virgílio Correa Filho**. Luiz de Albuquerque: O Fronteiro Insigno**, p. 10.
[9] Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (Org.) **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.** RJ.Campos, 1997, p.47.
[10] Lylia da Silva Guedes Galetti**. Nos Confins da Civilização : Sertão, Fronteira e Identidade . Nas Representações sobre Mato Grosso**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo,SP. 2001, p. 73.
[11] Roberta M. Delson. **Novas Vilas para o Brasil -Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII** (Tradução e revisão Fernando de Vasconselos Pinto). Brasília - Df- Editora ALVA – CIORD, p. 1.
[12] Roberta M. Delson. Idem. Ibdem. Op.cit, p.9
[13] .Laura Souza de Mello**. História da Vida Privada no Brasil I.Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**.Coleção Fernando Novais.Editora Companhia de Letras,1997, p. 80.

UMA OUTRA HISTÓRIA POSSÍVEL

Rosângela de Lima Vieira[1]

Em maio de 1789, os três estados da França reuniram-se em Assembléia no Palácio de Versalhes. As cadeiras eram distribuídas de tal forma que o primeiro e segundo estados se posicionaram à direita e o terceiro à esquerda da mesa diretora dos trabalhos, presidida por Jean-Sylvain Bailly. A localização de cada um dos estados na Assembléia instituiu uma metáfora sobre as posições políticas. Aqueles favoráveis ao regime eram a "direita" e os críticos ao modelo e que buscavam mudanças eram a "esquerda".

Assim, desde a Revolução Francesa, os posicionamentos ideológicos são identificados de forma generalizada como conservadoras e progressistas. A classificação estendeu-se também e sobretudo aos intelectuais das ciências humanas e sociais.

Na maior parte do século XX, esta visão maniqueísta serviu de parâmetro para a construção do conhecimento histórico, circunscrito em duas concepções: uma produzida por historiadores classificados como positivistas e outra, pelos marxistas.

Questionar se tais concepções ideológicas de história são suficientes para o debate historiográfico contemporâneo constitui-se no principal objetivo da presente reflexão, motivada pelos estudos da obra de Fernand Braudel (1902-1985). Pela nossa leitura, este importante historiador não deve ser enquadrado em nenhuma das duas posições tradicionalmente aceitas. Não, ao menos, no sentido amplamente difundido de que conservador é quem deseja a manutenção da sociedade como está e historiador progressista, aquele que coloca a produção do conhecimento histórico a serviço da transformação social, em vista de uma sociedade justa e igualitária.

Há quem aponte Braudel como conservador, por ele desconsiderar a Revolução como superação do capitalismo e da exploração. Todavia, Braudel é considerado por outros um historiador progressista, entre outros motivos pelo fato de resgatar a história dos povos não-europeus, dos oprimidos e da vida cotidiana – temas não próprios da história hegemônica.

Veremos que nenhum dos dois juízos consegue caracterizar bem a postura ideológica do historiador em foco. Assim acreditamos que ele contribui para discutirmos esta divisão tão "objetiva" e tão "clara" aos historiadores do século XX.

Sua concepção de história explicativa, empirista, comparativa, multifatorial e de pluralidade de tempos e espaços tenta demonstrar o capitalismo como um fenômeno histórico de formação muito lenta. Ele se constitui, para Braudel, numa superestrutura que penetra todos os níveis econômicos, sociais, políticos e culturais. E que por isso mesmo não permite a visão simplista de transformá-lo ou conservá-lo por simples opções

ideológicas. Um estudo minucioso da obra de Braudel revela claramente sua crítica ao capitalismo e ao mesmo tempo a grande dificuldade na superação desse modelo de exploração. É o que tentaremos demonstrar adiante.

Boa parte do século XX foi marcada pela tensão dualista da guerra fria. Naquela conjuntura histórica as duas correntes ideológicas inauguradas na Revolução Francesa foram acentuadas. Tal conjuntura tornou-se certamente um condicionante histórico para seus contemporâneos. Os historiadores, obviamente homens de seu tempo, dificilmente poderiam escapar àquela realidade. Assim, eles e os demais cientistas sociais produziam o conhecimento dentro das duas balizas sociais e políticas: conservadores ou progressistas. E mesmo aqueles que não se colocaram dentro desses parâmetros eram assim classificados.

Mudanças históricas ocorrem e com elas as próprias determinações históricas se modificam. As transformações na União Soviética e no Leste europeu determinaram o fim da guerra fria. A nova ordem mundial impôs revisões nas posições ideológicas e assim também na produção do conhecimento. Por isso na última década do século XX houve quem ousasse apontar o fim das duas correntes, ou melhor, apontar a hegemonia perene da concepção conservadora em detrimento da outra. Assim estaria dado o “fim da história”, pois uma vez alcançado o apogeu não ocorreriam mais mudanças. Não temos a menor intenção de enveredarmos por este caminho. Muito pelo contrário. A defesa daquela tese gerou reações reflexivas suficientes, em quantidade e qualidade. Destas nos interessa buscar apenas motivações para repensarmos o conceito de sujeito da história e assim poder compreender melhor o posicionamento braudeliano frente às transformações sociais.

A história positivista coloca a condição de sujeito apenas aos grandes homens e aos seus grandes feitos a possibilidade de conduzir a história. Já a história marxista acredita na ação do sujeito coletivo na história e, mais até do que isso, ela propõe um projeto de mudança histórica a partir de uma determinada classe social. E por sua vez a história Nova, desde os Annales, considera uma história com múltiplos sujeitos em que tanto o homem comum, como as mentalidades ou as estruturas do cotidiano podem conduzir o processo histórico.

Essa diversidade de concepções legitima hoje a reflexão crítica sobre o homem enquanto sujeito da história. Qual o papel do indivíduo na história? Muitos pensadores contribuíram na análise deste tema. No entanto o que realmente nos interessa é a reflexão do ponto de vista do historiador. E Fernand Braudel tem certamente uma importante contribuição neste sentido. Sua posição torna-se explícita em *O Mediterrâneo* na conclusão da edição de 1965, provavelmente em resposta às críticas de ter feito uma “história sem homens”. De início Braudel indaga sobre o conceito de liberdade, afirmando tratar-se de um conceito subjetivo. Para ele o espaço da liberdade é sempre uma faixa muito estreita de

ação diante dos condicionantes históricos. Contudo isso não significa negar o papel do indivíduo na história.

> "Constatar a estreiteza destes limites será negar o papel do indivíduo na história? Não creio. Não é porque a escolha vos é dada apenas entre dois ou três golpes que a questão não continua a pôr-se: sereis ou não capazes de os desferir? De os desferir eficazmente ou não? De compreender, ou não, que são esses golpes, e apenas esses, que estão ao vosso alcance? Concluirei paradoxalmente, que o grande homem de ação é aquele que avalia exatamente a estreiteza das suas possibilidades, que escolhe manter-se aí e aproveitar mesmo o peso do inevitável para o acrescentar ao seu próprio avanço. Qualquer esforço a contracorrente do sentido profundo da história – nem sempre é o mais aparente – está previamente condenado.
>
> Assim continuo tentado, perante um homem, a vê-lo encerrado dentro de um destino que dificilmente constrói, dentro de uma paisagem que desenha por detrás de si e na frente as perspectivas infinitas da 'longa duração'. Na análise histórica, tal como a vejo – assumindo a inteira responsabilidade – , é sempre o tempo longo que acaba por vencer. Negando uma multidão de acontecimentos, todos aqueles que não chega a incluir na sua própria corrente, e que afasta impiedosamente, claro que limita a liberdade dos homens e a parte do próprio acaso."[2]

Braudel vê o homem determinado pelos condicionantes históricos e suas ações só terão alguma eficácia quando este souber exatamente quais as reais possibilidades de intervenção. Ou seja, é preciso ser capaz de avaliar se as mudanças empreendidas hoje realmente permanecerão e serão incorporadas pelo processo histórico futuro.

Para compreendermos a argumentação de Braudel é preciso explicitar o sentido que ele dá a determinações históricas. O homem enfrenta as determinações do espaço em que vive e da herança recebida das estruturas: econômica, social, política e cultural. Essas condições determinam o ritmo e a velocidade das mudanças; de acordo com as suas necessidades e a conjuntura o homem poderá ou não ultrapassar alguma das determinações históricas. A ação humana será eficaz se ele realmente conhecer os condicionantes históricos; daí o valor explicativo da história, ciência que deve explicar o presente, explicitando as determinações do passado.

As diferentes temporalidades, base do pensamento de Braudel, também são indispensáveis na interpretação das transformações históricas. Elas devem ser compreendidas não apenas de acordo com suas durações: curta, média e longa, mas também como diferentes ritmos de mudança e graus de interferência na realidade social. Os

fenômenos, por exemplo, de curta duração ocorrem rapidamente; possuem significação momentânea porém não provocam mudanças permanentes na conjuntura histórica. São, como nos ensinou Braudel, as luzes de um vaga-lume que brilham nitidamente e desaparecem sem deixar vestígios.

Deste modo, para Braudel, a duração utilizada na análise de um determinado fenômeno histórico não é aleatória. Ela é imposta pelos desdobramentos proporcionados pelo fenômeno e pelas raízes históricas que o explicam. Assim o estudo de um fenômeno complexo como o capitalismo, por exemplo, exige necessariamente uma análise de longa duração.

A crítica mais conhecida em relação às múltiplas temporalidades braudelianas diz respeito à longa duração, considerada como o "determinismo braudeliano". Para Peter Burke[3] alguns críticos consideram que Braudel fez uma história sem homens ou descreveu o homem como prisioneiro de ambiente físico e da estrutura mental. Em outras palavras, tais críticos questionaram a impossibilidade de intervenção humana na história de longa duração. Para Reis[4], entretanto, a discussão a cerca do determinismo braudeliano é errônea, porque o que Braudel mostra são os limites da ação humana, de acordo com as diferentes durações temporais e não sua nulidade, conforme está explicitado na citação anterior.

Além da concepção de múltiplas temporalidades Braudel tem uma idéia bem própria de mudança histórica profunda: a Revolução. O conceito é possível ser inferido de seu estudo sobre a Revolução Industrial em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. A primeira característica do conceito braudeliano de revolução diz respeito à sua temporalidade:

> "... não há sociedade que não esteja constantemente dividida entre forças que a mantém e forças subversivas, conscientes ou não, que trabalham para a sua queda, e as explosões revolucionárias não são mais do que manifestações vulcânicas, breves e brutais, desse conflito latente e de longa duração. Na abordagem de um processo revolucionário, o problema será sempre aproximar o longo prazo do curto prazo, reconhecer seu parentesco e sua dependência indissolúvel" [5].

Assim, a Revolução Industrial se apresenta numa duplicidade temporal na qual se observa um processo lento de longa duração que toma amplitude e aparência nítida a partir de mutações visíveis de curta duração, no entanto, gestadas ao longo do tempo. Como exemplo poderíamos comentar as invenções utilizadas na aceleração do processo

produtivo. Muitas delas, criadas há séculos, ao serem utilizadas na nova conjuntura parecem ser a própria Revolução.

Podemos observar isso, no exemplo abaixo, em que Braudel comenta o uso de novas invenções e da demora em utilizá-las.

> "Enquanto a vida cotidiana girar sem demasiada dificuldade à custa do seu impulso, no âmbito das suas estruturas herdadas, enquanto a sociedade se contentar com o seu hábito, se sentir à vontade, nenhuma motivação econômica empurra para o esforço da mudança. Os projetos dos inventores (há-os sempre) ficam nas gavetas. É quando já nada funciona, quando a sociedade bate o teto do possível que o recurso à técnica se impõe por si (...). Na verdade, estão sempre presentes centenas de inovações possíveis, adormecidas, até que um dia se torna urgente despertá-las." [6]

Para Braudel a tendência coletiva é pela não mudança. As mudanças profundas dificilmente ocorrem. São as necessidades humanas que geram as transformações, sejam elas básicas, supérfluas ou criadas artificialmente. Até o surgimento do capitalismo eram as necessidades básicas, de sobrevivência, o motor da história. Com o capitalismo moda e consumo do supérfluo se disseminam e passam também a interferir no movimento histórico.

Enquanto revisitávamos o pensamento de Braudel algumas questões acentuaram nossa preocupação inicial. Em época de história com novas abordagens, métodos, fontes e temas, como formatar a produção do conhecimento histórico nas duas posições ideológicas tradicionais? O que é realmente um historiador progressista ou conservador, neste contexto? Esta categorização dos historiadores não fica empobrecida diante de uma análise mais ampla sobre as mudanças históricas?

A história, obviamente versa sobre o passado, no entanto o conhecimento histórico é produzido por homens do presente e que possuem uma perspectiva de futuro. Ora as mudanças ocorrem continuamente, às vezes mais claramente, outras nem tanto. Por outro lado o essencial não tem mudado: a exploração do homem sobre o homem. Por tudo isso nos parece ingenuidade simplesmente afirmarmos que há dois tipos de historiadores: aqueles que esperam pela perpetuação e os que almejam por mudanças. A *longue durée* nos leva a repensarmos necessariamente nas raízes históricas do momento presente, bem como nos processos históricos dos fenômenos aparentes e daqueles menos visíveis, porém não menos concretos.

Afinal de quais mudanças estamos falando? Rápidas e por isso mesmo superficiais?

O conhecimento histórico profundo leva ao desejo de mudanças igualmente profundas. No entanto as mudanças profundas, necessariamente coletivas e de mentalidade, são lentas e raras. Aliás, lentíssimas. Não é por outra razão que Braudel utiliza inúmeras vezes a expressão *mutatis mutandis* para destacar as permanências nos processos históricos.

E assim ele expõe suas dúvidas sobre um futuro pós-capitalismo "... *se ele desaparecesse, levaria consigo todas as desigualdades das nossas sociedades?*"[7].

Por tudo isso, acreditamos ter demonstrado que as duas posições tradicionais são insuficientes para analisarmos a contribuição de um historiador ou adjetivar uma produção de conhecimento histórico.

Sabemos que, desde os anos 20 do século passado, os primeiros "annalistes" já viam a necessidade de se produzir uma história-problema, ou seja, de o historiador formular hipóteses. Nas palavras de Lucien Febvre: "*... nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso* (...) *nos dêem uma História não automática, mas sim problemática.*"[8]. Para Christian Ruby no avanço historiográfico realizado pelos *Annales*, destaca-se esta nova postura, na qual é o historiador quem instaura conexões no tumulto dos eventos e os compõe a partir de um princípio, tornando-os compreensíveis, uma vez que exatamente "... *por serem científicos, os fatos devem ser construídos. Este é o trabalho do historiador, de construir os fatos a partir do material que lhe é confiado*"[9]. Foi a partir destes pressupostos que Fernand Braudel formulou a história explicativa. A defesa do conhecimento histórico como necessariamente explicativo está explícita no texto "Escritos sobre o presente", de 1982. O ofício do historiador "*para mim, ele só é verdadeiramente útil e defensável se desempenhar um papel de inteligência, de explicação* [...]. *A pesquisa histórica deve forçar a porta do tempo presente.*"[10].

A história é eminentemente explicativa em Fernand Braudel. Burdé e Martin explicitam essa mesma preocupação em outros historiadores. Ao comentarem as posições de Michel de Certau e de Roland Barthes, demonstram que estes insistem "... *igualmente no lado persuasivo do discurso histórico (...)* [que] *aparentemente recita a história passada, mas de fato visa fazer-se a história atual, influenciar as práticas presentes e futuras. Apresentando-se como inventário do real*..."[11].

O conhecimento histórico produzido por Braudel não tem o propósito de oferecer diretrizes de intervenção no processo histórico, seja para transformar o *status quo* ou conservá-lo. Há, portanto, uma outra história possível que ultrapassa o maniqueísmo: conservação ou transformação. O conhecimento histórico explicativo, com múltiplas temporalidades, multifatorial e com interpretações plurais, apenas fornece uma base mais "sólida" para projetos sociais, políticos, econômicos e/ou culturais. Em última instância poderá nos ajudar a ver de forma mais nítida a estreiteza do espaço de ação individual e coletiva.

E se seguirmos nesta investigação poderemos encontrar ainda outras histórias possíveis, como a dos atuais "annalistes" preocupados com a relação entre história global e micro história. No editorial da Revista Annales de janeiro-fevereiro de 2001, os editores sugerem "histórias conectadas", que assegurem a articulação entre as especificidades locais e os fenômenos globais. Eles ainda apresentam a necessidade de não confundirmos micro história com micro perspectiva[12].

Na mesma revista Roger Chartier retoma esta idéia, nos lembra ainda que historiadores são homens de seu tempo e por tudo isso esclarece que em tempos de globalização: "*A consciência da globalidade dos contemporâneos comanda, à sua maneira, esta demanda aos historiadores*". E ele ainda reforça retomando a historiadora Natalie Davis a importância da produção de uma história que, " ... *sem renunciar a seus objetos ou suas escalas clássicas, seja inspirada por um conhecimento global*"[13].

Assim estamos, historiadores atuais, diante de novas possibilidades de conhecimento histórico. Desde as primeiras gerações dos Annales, no início do século XX, vem se abrindo o nosso campo de trabalho e se multiplicando os caminhos da história.

Notas

[1] Professora de História do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília / SP.
[2] BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. v. 2, p. 624-5.
[3] BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929 – 1989.** Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 53-4.
[4] REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico.** São Paulo: Editora Ática, 1994.
[5] BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII.** Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 3, p. 499.
[6] BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII.** Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. 1, p. 397.
[7] BRAUDEL, F. op. cit., 1996, v. 3, p. 576.
[8] FEBVRE, Lucien. **Combates pela história.** Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 49.
[9] RUBY, Christian. **L'histoire.** Paris: Ed. Quintette, 1997, p. 12-3.
[10] BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 354.
[11] BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa – América, s/d, p. 209.
[12] UNE HISTOIRE à l'échelle globale. **Annales: Histoire, Sciences Sociales.** Paris, 56e Année, nº 1, p. 3-4, Janvier-Fevrier, 2001.
[13] CHARTIER, Roger. La conscience de la Globalité. **Annales: Histoire, Sciences Sociales.** Paris, 56e Année, nº 1, p. 122, Janvier-Fevrier, 2001.

A ROMANIZAÇÃO DA IGREJA E A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE PONTA GROSSA (PR)

ROSÂNGELA WOSIACK ZULIAN[i]

RZULIAN@CONVOY.COM.BR

A Diocese de Ponta Grossa, implantada em 1926, teve seu provimento apenas em 1930, quando assumiu se primeiro bispo, D. Antonio Mazzarotto. Homem de seu tempo, formado na esteira da romanização da Igreja, D. Antonio fundamentou seu projeto apostólico em estreita sintonia com as diretrizes da Santa Sé para a Igreja no Brasil.

Sacerdote jovem, culto, pregador famoso, de linguagem castiça e eloqüente, construiu, ao longo de seu bispado, uma imagem de autoridade, severidade e defesa das verdades da fé, expressas não apenas na pregação e nas visitas, mas também através de cartas pastorais[ii]**,** modalidade discursivo-religiosa, cujas origens remontam ao cristianismo nascente. Nelas registrou, como boa parte dos prelados de seu tempo, um programa para a Diocese da qual foi titular por 35 anos, espaço sagrado atravessado por múltiplos conflitos e diferentes visões de mundo, num esforço normatizador e unificador.

A presença e a atuação da Igreja Católica na sociedade brasileira remontam ao período colonial, quando pode ser visualizada como coadjuvante do processo histórico, sob a égide do Estado. Tal sistema vigorou ao longo da Colônia e do Império, tornando o catolicismo a religião oficial do país. Neste período, especialmente durante o reinado de Pedro II, um segmento da hierarquia eclesiástica destacou-se, aquele que se alinhava à chamada corrente ultramontana**.** Tal segmento primava pelo conservadorismo, pelo afastamento do clero das atividades partidárias, pela centralização e por uma defesa intransigente dos pontos de vista da Santa Sé.

Isso decorre do fato de que, a partir da segunda metade do século XIX, Roma criou mecanismos para adquirir um maior controle sobre as Igrejas nacionais. No Brasil, parte da hierarquia católica, tentando imprimir um novo rumo à Igreja, iniciou um processo de reforma tanto do clero como das práticas religiosas difundidas pelos seus próprios membros e seguidas pelos leigos, conhecido como romanização.

O ideário veiculado pela instituição católica no período fazia permanente referência ao conjunto de temas com sentidos vinculados aos princípios da doutrina tridentina, implantados no Brasil em meados do século XIX. O modelo Reforma Católica, inspirado no Concílio de Trento, visava substituir o modelo Igreja de Cristandade, vigente no período colonial. A ação dos bispos reformadores, comprometidos com a formação de um clero alinhado às novas diretrizes pode ser resumida nestas palavras: "reformar o clero" e "reformar o povo cristão"[iii].

Os resultados desse esforço foram, posteriormente, objeto de uma carta pastoral emblemática, a C.P. de D. Sebastião Leme[iv]. Antes de assumir o arcebispado de Olinda, em 1916, lançou um olhar sobre a sociedade católica no Brasil e analisou as causas dos males que afetavam o catolicismo, apontando algumas possibilidades para remediá-lo. Seria apenas uma das tantas cartas escritas por bispos e arcebispos, não fosse a repercussão que teve em todo o Brasil. Esse documento pode ser considerado um marco no pensamento clerical e fez com que o prelado despontasse como o precursor de um novo discurso e uma nova mentalidade no interior da Igreja. As preocupações de D. Sebastião Leme, homem de Igreja voltado para as questões entre catolicismo e sociedade moderna, integraram o debate que se instaurou no Brasil, especialmente a partir do início da década de 1920.

A partir desse momento, a organização eclesiástica encontrou novas formas de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido. É significativa a fala de D. Fernando de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, em 1939: *Sobreveio a República e se renovou a face da terra. Muitos males, por certo, ela trouxe à Igreja de Cristo em nossa pátria; mas trouxe juntamente um bem, que superou todos os males: foi a liberdade*[v].

Nas palavras de AZZI (1994, 09), o esforço de recriação de um Estado cristão concretizou-se a partir da década de 1920. Foi um claro projeto de restauração da influência do catolicismo dentro da sociedade brasileira e que contou com expressivo apoio do poder político Este modelo eclesiológico, que foi chamado **Restauração Católica**[vi]**,** atinge seu apogeu entre 1930-1945 e irá se alterar somente com o Concílio Vaticano II (1962-65).

Assim, os prelados vão abandonando a linguagem de denúncia, típica dos primórdios da República, para enfatizar as demonstrações de simpatia religiosa por parte do governo, insistindo num catolicismo mais vigoroso, e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos. Assiste-se assim aos novos esforços da hierarquia católica no sentido de recuperar a influência e direção sobre a cultura emergente da modernidade.

Além dessa aproximação com o poder constituído, a igreja procurou reforçar seus laços com a população através do diálogo. Ao fundamentar todo um trabalho de reafirmação da fé e dos princípios católicos, ela vai se redefinindo num processo identitário *que, para se expandir, necessita se enraizar em culturas particulares*[vii]*.* Assim, empenhou-se em concretizar determinadas posturas que entendia indispensáveis à expansão de seus quadros e ideário: a influência sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo, posturas estas que tinham ressonância no imaginário da população.

Por outro lado, o Vaticano encorajou os esforços da Igreja do Brasil especialmente no papado de Pio XI[viii] cuja visão da Igreja e da política aproximava-se 'a de D. Sebastião Leme. Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peças-chave dentro da igreja. Este e outros movimentos e associações, institutos religiosos masculinos e femininos, a imprensa católica (jornais, periódicos, boletins), a intelectualidade católica congregada no Centro D. Vital, foram instrumentos para o fortalecimento da mentalidade da Restauração Católica.

Questões até então discutidas apenas pela hierarquia, ganham publicidade através desses intelectuais que fizeram suas as causas da Igreja. Um lento, inteligente e perseverante trabalho da hierarquia católica, em articulação com essa intelectualidade leiga, por ela solidamente preparada, e por meio de grupos intermediários de ação de massa, conseguiu realizar a proeza de fazer a sociedade brasileira, em seus vários segmentos e instâncias de poder, dobrar os joelhos diante da hóstia consagrada, na histórica procissão do Santíssimo Sacramento, no ano de 1922, pelas ruas do Rio de Janeiro.

Em suma, na década de vinte, as relações entre Igreja e Estado não voltaram a ser oficiais, mas sem dúvida assumiram um caráter oficioso.

> Aos poucos a Igreja reconquistaria os direitos que julgava seus. Os homens de governo não mais tinham para com ela uma atitude hostil como os do início da República. (...) Uma ação coordenada e prudente por parte dos bispos, a participação de católicos convictos no governo e nos postos de administração pública e a presença de intelectuais como os que formavam o Centro D. Vital, todos esses fatores contribuíram para que governo e católicos, Igreja e Estado passassem a viver uma fase de cooperação e harmonia[ix].

Mas no Paraná, nos finais do século XIX, a Igreja Católica era uma instituição simplesmente paroquial, do tempo do Império, na verdade um conjunto de pequenas paróquias, conservando as velhas tradições populares, sem missionarismo, sem ação social e burocraticamente desorganizada. Na conjuntura da separação do Estado que, se de um lado a libertava, de outro a privava de uma infra-estrutura político-administrativa de apoio, esboçou, a partir da última década do século XIX, a conquista de seu território - o território do sagrado católico, romanizado. É desse momento o encontro de uma Igreja em expansão pela catolização do Paraná, através da organização da Diocese, da introdução de novas ordens e congregações, do estabelecimento do Seminário e de colégios confessionais, com um anti-clericalismo[x] contrário à romanização e com um marcante viés nacionalista.

Segundo Sérgio MICELI[xi], entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos. A organização eclesiástica, com o advento da República, foi inteiramente estadualizada, pois a política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados. Ao formar em todos os estados brasileiros pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo, com a concentração de recursos organizacionais compatíveis às novas realidades externas e internas a ela mesma: dignitários, seminários, pessoal eclesiástico, escolas.

Pela bula pontifícia *Ad Universas Orbi Ecclesias* de Leão XIII, entre outras dioceses brasileiras, foi criada a 27 de abril de 1892, a Diocese de Curitiba, desmembrando-a do Bispado de São Paulo e abrangendo os territórios do Paraná e Santa Catarina. O Paraná, no período, tinha 380 000 habitantes, 39 paróquias, das quais 11 sem provimento de

sacerdotes. Para esta população, apenas 47 sacerdotes, dos quais 15 eram italianos, 15 poloneses, 7 brasileiros, 5 franceses, 3 alemães e 2 portugueses. D. José de Camargo Barros (1894-1904), D. Duarte Leopoldo e Silva (1904-1907), D. João Francisco Braga (1908-1935), na seqüência, titulares da Diocese de Curitiba, vivenciaram as grandes dificuldades de um espaço "sagrado", onde havia quase tudo por fazer.

Em correspondência ao Núncio Apostólico do Brasil, D. Henrique Gasparri, de 24 de março de 1924, D. João Francisco Braga, afirmava a necessidade da criação de novas dioceses no Paraná. Nesse contexto, situa-se a Diocese de Ponta Grossa, Paraná, criada em 10 de maio de 1926, através da Bula *Quum in Dies Numerus*, de Pio XI. Compreendia uma área de mais de 56 mil quilômetros quadrados, uma população superior a 200 mil habitantes, 38 sacerdotes e nenhum seminário. Era formada por doze paróquias distribuídas entre os municípios de Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Palmas, Prudentópolis, Rio Claro, Tibagi e União da Vitória. Isto significa afirmar que à Diocese de Ponta Grossa cabia uma vasta região central e grande parte do sudoeste do Paraná.

Na mesma carta, D. João Francisco Braga traça o perfil desejado para o titular da nova diocese: *A circunscrição de Ponta Grossa parece requerer um titular que de certo modo se imponha e que, sendo legitimamente brasileiro, não estranha haver de tratar com as mais variadas nacionalidades: polonesa, ucraniana, italiana e alemã*. Tais atributos, ao que parece, não foram facilmente encontrados: a Diocese de Ponta Grossa teve que aguardar quatro anos até que fosse provida.

O primeiro bispo da Diocese, D. Antonio Mazzarotto (1890-1980), nascido em Santa Felicidade (Pr), era vigário cooperador da Catedral de Curitiba, jovem sacerdote, famoso pela erudição, pela intensa atividade intelectual e eloqüência da pregação e empenho na direção espiritual da juventude. Até o momento da sua escolha como bispo da Diocese de Ponta Grossa (1929), foi membro do Grêmio Literário São Luiz, colaborador da revista católica "Cruzada" e diretor da Congregação Mariana da Catedral. Foi sagrado em Roma, em 1930, e tomou posse na Diocese a 03 de maio do mesmo ano.

D. Antonio formou o patrimônio diocesano e convidou congregações religiosas para o atendimento de paróquias e colégios. Promoveu a criação de novas paróquias, incentivou as obras vicentinas e fundou o Seminário Diocesano São José para a formação do clero. A despeito da extensão territorial e das dificuldades de locomoção e transporte, D. Antonio, como a maioria dos bispos de sua época, assumiu como ponto de honra a divisão do seu apostolado entre os trabalhos na sede e a realização de penosas visitas pastorais que freqüentemente duravam meses, atingindo regiões longínquas da sede episcopal.

D. Antonio era, por excelência, com efeito, o bispo da Restauração, com um perfil adequado às grandes e novas responsabilidades, enquadrado nas normas litúrgicas determinadas pela Santa Sé, adotando a sofisticação de um estilo "romanizado", a partir das vestimentas e insígnias e do rígido protocolo dos cerimoniais. Estas exteriorizações, que objetivavam marcar e impressionar a população, na verdade, reforçavam uma concepção de autoridade que não é nova, mas denotativa de um estilo de trabalho episcopal tanto nos encargos cotidianos como nos momentos fortes do exercício de suas altas funções[xii].

O costume de publicar as cartas pastorais também foi uma atitude generalizada do episcopado nacional, instrumento por excelência para a difusão de um programa e um projeto. D. Antonio assim fez, comunicando-se com seus diocesanos de forma determinada e pontual, todo dia 23 de fevereiro, aniversário da sagração episcopal até 1965 quando, ao atingir a idade canônica, apresentou seu pedido de renúncia à Santa Sé. Em suma, ao atender às diretrizes romanas e incorporar a postura de ser a voz abalizada na mediação entre os documentos oficiais e a população, correspondeu às demandas de ambos, pois exerceu o papel esperado.

Nas cartas pastorais de D. Antonio Mazzarotto estão presentes o projeto e os valores propostos pela instituição católica, pois tinham poder de normatização sobre os católicos ponta-grossenses, podendo ser vistas como instrumentos elaborados pela hierarquia para estruturar a comunidade. Dessa forma contribuíram para a incorporação de valores e princípios defendidos pela Igreja Católica: as cartas, lidas ou ouvidas, divulgavam a palavra do bispo diocesano, considerada sagrada.

O sentido de autoridade se encontrava implícito nas palavras do bispo, uma vez que esse líder religioso era *Apostolo por vontade de Deus, por ordem de Deus, não pelos homens, mas por Jesus Christo. A primeira credencial pois a reclamar d´aquelle que vem nos annunciar a palavra divina é que elle comprove a legitimidade de sua missão, que mostre que foi enviado por Deus*[xiii]*"*

No entanto, não se pode desconsiderar a comunidade em que nasceu e onde atuou: clérigos e leigos se configuram na teia dessas relações. Os primeiros, em especial, remetem à instituição católica, forma histórica a mais estável e complexa entre quantas organizou-se o cristianismo. Mesmo que ao longo do tempo tenham emergido tendências outras, entendeu-se a Igreja Católica dotada de certa e imutável "estrutura ministerial". E nesta, o ministério do bispo sempre legitimou a nucleação das Igrejas particulares ou locais, ainda que vinculadas à instância centralizante – Roma - que relativiza a autonomia, não só pelo controle doutrinal e normativo, mas também por intervir em seu governo e disciplina. É através dele, o bispo, que hierarquizou-se a ordem fundamental e predominante, sacralizada com origem apostólica, associando-lhe presbíteros e diáconos. Por ele organizou-se "politicamente" a geografia diocesana, a "geografia do sagrado", ou seja, o espaço do seu pastoreio e repartiu-se o serviço religioso em funções que se foram cristalizando na história.

Por outro lado, além dos limites visíveis e quantificáveis, a Igreja Católica é um sistema cultural comunitário de experiência religiosa que vem realizando todas as possibilidades de existência da religião na sociedade.

As cartas pastorais permitem a apreensão da cultura católica nos termos em que Thompson chamou de "mediações culturais", na medida em que incorporam tradições, sistemas de valores, formas institucionais; integram e se condicionam por um universo simbólico, no qual esses setores de elite manifestam interesses, valores e estratégias, imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade, sua face pública e seu rosto privado. Apoiamo-nos em duas perspectivas: o entendimento do conceito de cultura como uma trama de significados compartilháveis e, por isso, comunicáveis entre os membros de grupos maiores ou menores; a percepção de que o campo, as instituições e os próprios

indivíduos são permanentemente tensionados por lógicas diversas e as experimentam em sua vida, numa dinâmica de constantes rearticulações e redefinições.

---

[i] Professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa, doutoranda em História e Cultura pela Universidade Federal de Santa Catarina.

[ii] As cartas pastorais tinham o objetivo de orientar, exortar ou admoestar as comunidades de acordo com suas necessidades ou problemas. São metaforicamente qualificadas de *pastorais:* o pastoreio, principal atividade econômica da sociedade hebraica, foi apropriado pelo discurso religioso cristão para se fazer entender, refletindo-se na concepção hierárquica da Igreja, onde seus funcionários são *pastores* do rebanho cristão, os fiéis.

[iii]Acrescente-se a isso os desafios que a redefinição da ordem política trazia à hierarquia eclesiástica e à sociedade nacional. A separação entre o Estado e a Igreja, em 1890, despojou-a de alguns privilégios que desfrutara desde o início da colonização, perdendo algo que lhe era essencial, isto é, o monopólio de religião do Estado (Romano, R. Brasil: **Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p. 82).

[iv] D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) foi o terceiro arcebispo do Rio de Janeiro e o segundo cardeal brasileiro. Desde 1916, ao tomar posse da Arquidiocese de Olinda, elaborou as bases do movimento reformador, mediante famosa carta pastoral sobre a ignorância religiosa, de grande repercussão nos meios católicos. Foi transferido de Olinda para o Rio de Janeiro como bispo auxiliar do Cardeal Arcoverde, com direito à sucessão. A atividade pastoral de D. Leme fundamentou-se em princípios tidos por ele como eternos: que todos os católicos passem a querer, pensar e obedecer, em sintonia com seu arcebispo. Bastante significativa é a divisa do seu brasão episcopal*: Cor unum et anima uma* (Cf. Dias, R. **Imagens de ordem**. São Paulo: Unesp, 1996, p. 52).

[v] Romano, R. op. cit., p. 148.

[vi] A Restauração Católica constituiu um programa de ação elaborado e conduzido pela hierarquia eclesiástica, impregnada pela idéia de restaurar cristãmente a sociedade brasileira. Desse modo, a Igreja passa, de uma posição defensiva, típica do século XIX, para uma nova atitude de conquista espiritual do mundo. E essa é a novidade: não se trata de introduzir novas perspectivas ou novas orientações na vida da Igreja, mas reforçar o modelo antigo, isto é, a autocompreensão de poder espiritual que, no exercício de sua missão, colabora com o Estado na manutenção da ordem social. O pessimismo do século XIX, quando ela se via cercada e atacada por hereges e maus cristãos, cedeu lugar a um espírito de otimismo, coragem e cruzada: a meta da Igreja era retomar o domínio na sociedade A influência política passou a ser vista como instrumento oportuno para a transmissão da fé. Para tal, se fez necessário o surgimento de um clima propício para entendimentos entre interesses políticos e religiosos por parte das lideranças do Estado e da Igreja.

[vii]Silva, Edson A. **Identidades franciscanas no Brasil**: a Província da Imaculada Conceição- entre a Restauração e o Vaticano II. V.1 e 2. (Tese Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2000, p. 37.

[viii] "O longo papado de Pio XI (1922-1939) se inscreve num período de profunda transformação da igreja Católica: o papado decidiu-se a ser um governo efectivo dos crentes católicos do mundo, o que se havia de traduzir em diversas medidas que se escalonariam desde o fortalecimento da Cúria Romana – a burocracia do Vaticano – até a condenação de movimentos ou partidos [...] que lhe pareciam contrários aos seus fins últimos, sem esquecer um controle mais apertado das próprias ordens religiosas e as nomeações dos bispos, que passaram a ser feitas sob directa vigilância da santa Sé (Medina, J. **O papa entre Antígona e Creonte**: Pio XI e a condenação do Nazismo. In: Clio- Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 13-14)".

[ix] Marchi, E. Uma Igreja no Estado Livre. In: História: Questões e Debates. Curitiba, PR: Editora da UFPR, ano 10, n. 18 e 19, junho e dezembro de 1989, p.232.

[x] O anti-clericalismo não configurou uma ideologia complexa. É muito clara e gira em torno de temas simples, ainda que de temperaturas altas, como a intolerância, a hipocrisia, o poder dos papas, o jesuitismo, o ensino religioso. Concentra-se, sobretudo, no combate à expansão do poder papal, quer religioso como, principalmente, temporal. Os anti-clericais são adversários ferrenhos das chamadas doutrinas ultramontanas de subordinação do poder temporal à autoridade eclesiástica. A França, na segunda metade do século XIX, foi o centro da reação ultramontana. Esse anti-clericalismo franco-belga é o que chegou ao Paraná, via literatura e via testemunhas, como João Itiberê da Cunha, que estudara na Bélgica, retornando ao Paraná em 1893. A Igreja se reorganizou no próprio fragor da luta: advertindo padres envolvidos na política, organizando um sistema educacional dirigido por congregações estrangeiras, criando uma imprensa católica, pedindo o apoio do Estado na criação de novas Dioceses no território paranaense (Cf. Balhana, C.A **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 10 e 12; **Dicionário Histórico –biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Editora Livraria do Chaim, 1991, p. 75-76).

[xi] Miceli, S.. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988, p. 59-79.

[xii] Miceli, op. cit., p. 136.

[xiii] Barros, D. José de Camargo Barros. **Saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração**. Roma, 1894.

SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS: CULTURA ROCK E JUVENTUDE

RÓBI JAIR SCHMIDT

Introdução

Os movimentos musicais ocupam um lugar significativo na produção cultural brasileira. Em seus diversos matizes, têm se apresentado como importantes formas de registro não só das mudanças sociais, mas, sobretudo, das sensibilidades coletivas mais profundas. Entre estes movimentos podem ser destacados o Samba, a Bossa Nova, a Jovem Guarda, o Tropicalismo, a MPB, o Rock, o Rap etc.

No presente estudo, serão examinadas as relações existentes entre a cultura rock no Brasil de 1980 e as subjetividades dos jovens dos espaços urbanos. As idéias e sentimentos constituídos a partir destas relações estão presentes nas letras de músicas e opiniões de compositores, produtores, jornalistas e críticos de música, entre outras fontes que apresentam expressões discursivas do público apreciador dessa vertente musical.

Expandindo-se por vários países, o rock chegou ao Brasil no final dos anos 1950, como um movimento artístico que levaria algumas décadas para adquirir expressão coletiva. O processo foi tomando maiores dimensões com o surgimento da chamada Jovem Guarda, na década de 1960, e com a Tropicália, na década de 1970. Nesse período, também se constituiriam os primeiros grupos de rock que assumiram uma posição significativa nesse campo: Raulzito e os Panteras, Secos e Molhados, Mutantes, entre outros. Destes grupos, destacam-se posteriormente alguns nomes que passariam a desenvolver carreiras-solo: Raul Seixas, Ney Matogrosso, Rita Lee etc.

Apesar da riqueza que essas bandas revelaram nesse período, elas não se disseminaram pelas variadas regiões do país, sua abrangência se restringiu a um campo bastante específico. Contudo, é na primeira metade da década de 1980 que

o rock passou a receber o adjetivo de “brasileiro”. Esta época pode ser considerada como um dos momentos mais importantes da história do rock no Brasil. A partir de 1985, o rock se consolida com a primeira edição do *Rock in Rio*, evidenciando-se nesse período como um dos principais gêneros musicais presentes no universo juvenil.

Para além das descontinuidades, rupturas e especificidades, o rock brasileiro se constitui a partir de uma variação musical que reúne diversos movimentos e ritmos nacionais e estrangeiros, tais como o tropicalismo, o blues, o punk, o new wave, o rock progressivo, o reggae, etc. Além desta característica sincrética, a cultura rock pode ser descrita por seu constante diálogo com tensões e contradições resultantes de manifestações culturais, econômicas e políticas, tanto de caráter interno como externo: enfraquecimento da ditadura militar, campanha pelas eleições diretas, abertura política, proliferação da Aids, consolidação da cultura urbana, expansão dos meios eletrônicos de comunicação, inovações tecnológicas, , entre outras.

O que se pretende demonstrar é que estas manifestações de ordem coletiva interferem nos sentimentos e nas ações da sociedade brasileira deste período, formando um campo propício para que os chamados roqueiros possam expor idéias relevantes sobre este contexto. Com tal abordagem, busca-se visualizar questões diversificadas que agem sobre a cultura rock, em especial sobre as atitudes e os sentimentos da juventude urbana e suas relações com esse gênero musical.

Sob esta ótica pretende-se observar a cultura rock e perceber, entre outras características, de que maneiras esta produção cultural articula-se com o mundo dos jovens. Em outras palavras, o rock mostra-se como um estilo que desenvolve subjetividades próprias a serem criadas e adotadas na vida cotidiana. Apresenta particularidades que se manifestam como uma linha de fuga dos jovens ao expressar ações que questionam as práticas, valores e instituições da sociedade brasileira contemporânea.

Apesar de inserido num conjunto de regras morais, políticas, existenciais e econômicas — representadas por instituições como a igreja, o Estado, a família, os meios de comunicação, a escola etc. —, o rock surge como uma reação desses jovens aos poderes que objetivam a organização da sociedade brasileira. Nesse contexto, o rock emerge e se consolida como forma de conduta intersticial construída por uma nova tribo urbana.

Os personagens integrantes das bandas Titãs, Ira!, Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Barão Vermelho, Engenheiros do Havaí, Camisa de Vênus, citando apenas alguns dos grupos desse período, procuraram construir outros espaços de convivência social no decorrer de suas trajetórias. Não se pretende encontrar nesses sujeitos tipos ideais, pois nestes também encontram-se muitas contradições, sendo sujeitos que comportam características que —inclusas num jogo de tensão e distensão entre formas de dependência e independência —, expõem os conflitos existenciais de sua geração.

Espaços intersticiais: "A gente quer saída para qualquer parte"

As relações entre o rock dos anos 1980 e as atitudes da juventude revelam aspectos característicos de novos estilos de vida e sociabilidade que se manifestam em meio às tensões cotidianas. A letra da canção "Jovem", de autoria de Arnaldo Brandão e Cazuza, vai ao encontro destas questões, pois faz referência a alguns aspectos do mundo juvenil:

> Jovem, bicho revoltado/ Mamãe roubou suas revistas/ De sacanagem/ Jovem, papai tá ocupado/ Não é só você/ Que come a empregada/ Jovem, você tá muito avançado/ Seus amigos desconfiam/ Que você é veado/ Antigamente era mais fácil/ Ser a grande novidade/ Você vai ser alistado pela faculdade/ Jovem, não vai chegar tarde/ A sociedade está pronta pra ligar o alarme/ Jovem, seu primeiro amor/ Acabou de repente no elevador/ Porque não viu que o futuro/ Às vezes repete o passado/ E o mundo inteiro parece escapar/ Entre os seus erros/ Lavando a cara de manhã/ Pergunta pro espelho/ Afinal, quem é você?/ Jovem, a grande novidade.[1]

A letra da música aponta algumas discussões importantes para a juventude brasileira dos anos 1980: liberdade de expressão, sexualidade, vigilância da

[1] CAZUZA; BRANDÃO, Arnaldo. "Jovem". In: ARAUJO, Lucinha; ECHEVERRIA, Regina. *Cazuza: Preciso dizer que te amo (Todas as letras do poeta).* São Paulo: Globo, 2001, p. 279.

sociedade, carreira profissional, relações amorosas etc. O Brasil nesta década passou por um período de conturbada transição política e cultural, no qual o rock emergiu como espaço de expressão dos sentimentos dos jovens. Apresenta, assim, elementos que transitam junto ao universo juvenil dessa época e revela aspectos que caracterizam interpretações de seu mundo, enfocando os modos de ser, pensar e agir de uma geração.

> Quero desfrutar por ser jovem/ Das coisas que me são proibidas/ Preciso de um tempo pra pensar/ Preciso chegar ao coração/ Da vida que eu possa levar/ Um tempo eu peço pra pensar/ Quero desfrutar por ser jovem...coração.[2]

Como pode ser observado nas letras dessas canções, a partir da música rock, podem ser evidenciadas tensões e expectativas dos jovens. Esta característica configura-se em elemento importante para a análise de um universo cultural bastante sensível a um desejo de transgressão e mudança. Para Antônio de Souza, *"o rock parece definitivamente associado a um ideal de festa, de sonho libertário. Uma cultura jovem, urbana e industrial que afirma desde o princípio uma nova noção de sensibilidade e racionalidade."*[3] Nesse sentido, falando sobre a cena juvenil e o rock, assim se refere Nasi, vocalista da banda paulista Ira!:

> Os anos 80, eu acho já com a reabertura política, eu acho que o rock significou a retomada da juventude fazendo música. Quando nós começamos a fazer rock era uma coisa de guerrilheiro mesmo, não existia muita coisa, nós nunca achávamos que ia tomar a proporção que tomou, não só o nosso trabalho no Ira, mas também o fenômeno musical que foi o rock.[4]

Ao lembrar momentos de início de sua carreira, Nasi relata que:

> Na nossa época era tudo um sonho, e por ser um sonho, nos atiramos, e levamos tudo às últimas conseqüências. A minha geração também trouxe grandes poetas, Renato Russo, Arnaldo Antunes. São nomes que deixaram canções que eu já considero que saíram um pouco daquilo do imediatismo da cultura de massa.[5]

Em suma, trata-se de uma vertente musical que deu voz a outros aspectos de seu mundo, pois, como lembra o produtor e crítico Ezequiel Neves — responsável pela produção de discos da gravadora Som Livre e que teve acesso a uma "fita demo" do Barão Vermelho —, diz que:

---

[2] IRA!. "Coração". In: ---. *Mudança de comportamento*. São Paulo: Warner Music, 1985.
[3] SOUZA, Antônio M. A. *Cultura rock e arte de massa.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1995, p. 52.
[4] Entrevista com Nasi. *Documentário: Painel da Arte Brasileira Contemporânea* (Programa Especial sobre Música). TV Cultura. São Paulo, agosto de 2004.
[5] *Idem*.

> Eu achei maravilhosas as dez faixas, porque era música boa, musicalmente e as letras, porque era um rock sujo, imundo, com letras maravilhosas, e aquilo era uma meninada com muita verdade, tava tudo muito pasteurizado, tudo era bonitinho, mas aquela fita era flamejante, saía fogo da fita, era como se misturasse rock com Lupicínio Rodrigues.[6]

Percebe-se que é a partir dessa nova noção de sensibilidade e racionalidade que esse gênero musical atinge uma repercussão significativa junto ao público jovem, pois se manifesta como uma perspectiva de vida que surge em meio ao que já está instituído. Essa nova possibilidade de inserção social que emerge a partir da cultura rock é, portanto, algo que transcende as canções de rock que circulavam até o momento, revelando elementos que vão ao encontro dos sentimentos juvenis da geração dos anos 1980, adquirindo, conseqüentemente, dimensões coletivas. Este fato é retratado pelo produtor artístico Nelson Motta, quando fala das bandas e sua relação com o público jovem:

> Cantava Renato [Russo] e as jovens platéias deliravam, se identificavam com aquela sensação de vazio e de impossibilidade, tinham alguém para dizer o que eles pensavam e sentiam. Muita gente imaginava que a nova geração musical, do Ultraje a Rigor e dos Titãs, de Lobão e da Legião, por ter vivido praticamente a vida inteira numa ditadura fechada para o mundo, sem acesso à cultura internacional e à história brasileira, sofrendo lavagem cerebral dos militares, seria desinformada e individualista, tão ignorante e alienada quanto a autocrítica furiosa de Renato em "Geração Coca-Cola". Ao contrário, Lobão, a Legião, o Ultraje e os Titãs – além de dezenas de outras bandas que brotaram como cogumelos não mais no eixo Rio – São Paulo, mas na Bahia, em Minas, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco – mostravam visão crítica, informação, independência e vontade de mudança (...). Além de talentosos, eles eram, quem diria, intensamente políticos. A Geração Coca-Cola não estava perdida. O amanhã estava chegando.[7]

O autor desse relato acompanhou de perto todo o movimento. Suas palavras dizem respeito à atuação do público, dos compositores e dos grupos de rock. Percebe-se o envolvimento existente entre o público e os artistas. De acordo com Motta, isto ocorria devido ao fato das canções abordarem questões com as quais os jovens se identificavam. Assim sendo, observa-se que era nas canções das bandas de rock que os jovens desse período encontravam meios para compartilhar seus sentimentos. Talvez aí se encontre a força do rock. Dessa forma, esse intercâmbio gera perspectivas de vida que se revelam extremamente ricas quando inseridas no universo juvenil.

---

[6] Entrevista com Ezequiel Neves. *Programa de Entrevistas: Dois a Um*. Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). São Paulo, junho de 2004.

[7] MOTTA, Nelson. *Noites tropicais: solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 380-381.

> Uma mobilização a princípio musical, que deixa marcas nas representações, na percepção e no entendimento que o jovem tem de si próprio e do funcionamento do próprio mundo. A cultura rock pode ser definida, então, para além de um estilo musical: como um sistema que inicia o adolescente na sociedade e pode desde modular suas pequenas atitudes até orientar sua compreensão e postura política no mundo.[8]

Assim, o movimento é responsável, entre outros fatores, pela instauração de um ambiente que envolve a juventude, fazendo com que surjam novas atitudes diante da vida. Isto pode ser detectado com maior nitidez quando são observados os desejos dessas pessoas, o que, por sua vez, a expressão que o rock assumiu nesse momento histórico.

Para entender como o rock nacional apresentou outras possibilidades de se relacionar com a vida, podem ser abordados alguns trechos de uma entrevista de Cazuza, na qual o compositor e cantor conversa com seu público esclarecendo questões relacionadas à canção "Maior abandonado":

> O maior abandonado é a pessoa "de maior" que está solta no mundo, precisa da proteção do governo e não tem. É também aquele que está vivendo o trauma dos 18 anos. É quando você fica mais carente, porque sabe que está ficando mais velho e ainda não é muito "safo" (...). Recebi uma carta de um garoto de Porto Alegre me perguntando se eu tinha consciência de que estava pirando a cabeça de todo mundo. Escrevi para ele dizendo, pelo amor de Deus, esquece. Não quero mudar a cabeça de ninguém, estou falando da minha vida. Estou levando a vida na arte e acho que não tem nada melhor nem mais bonito.[9]

A reação do "garoto" parece fazer sentido quando são observadas as idéias expostas nos versos da canção "Maior abandonado", pois apresentam aspectos dos conflitos existenciais vivenciados pelos jovens nessa época:

> Eu tô perdido/ Sem pai nem mãe/ Bem na porta da tua casa/ Eu tô pedindo/ A tua mão/ E um pouquinho do braço/ Migalhas dormidas do teu pão/ Raspas e restos/ Me interessam/ Pequenas porções de ilusão/ Mentiras sinceras me interessam/ Me interessam/ Eu tô pedindo/ A tua mão/ Me leve para qualquer lado/ Só um pouquinho/ De proteção/ Ao maior abandonado/ Teu corpo com amor ou não/ Raspas e restos me interessam/ Me ame como a um irmão/ Mentiras sinceras me interessam/ Me interessam.[10]

Percebe-se que existem fortes indícios por meio dos quais o rock associa ambigüidades situadas nas fronteiras entre a crítica e a diversão. Esta característica desencadeia um vínculo estreito entre os grupos e seu público, pois faz referência constante aos problemas com os quais os jovens se defrontam na vida cotidiana. Evidenciam-se, desse modo, atitudes nas quais se percebe que essa arte de viver parte de um ambiente sociocultural em que as pessoas buscam a liberdade, mesmo

---

[8] SOUZA, Antonio M. A. de. *Op. cit*., p. 28-29.
[9] ARAUJO, Lucinha; ECHEVERRIA, Regina. *Op. cit*., 2001, p. 78.
[10] *Idem*, p. 79.

que ela esteja localizada em espaços intersticiais, o que afeta tanto o público como os próprios grupos de rock.

> Ao lado das explosões, de diversas ordens, que esburacam o tecido social, quando este se torna demasiado apertado, existem outras maneiras, mais suaves, de desestabilizar (...), demonstrar a sua relatividade e o seu aspecto limitado. Pode ser a abstenção, a astúcia, a ironia, a inversão carnavalesca e ainda muitas outras modulações (...). Trata-se de viver, em tom menor, uma multiplicidade de pequenas utopias intersticiais, todas manifestando um instinto de conservação de grupo.[11]

Nesse ponto, estas atitudes juvenis podem ser associadas a certas formas de liberdade intersticial que se transformam, no Brasil desse período, em possibilidades de vivenciar outras experiências. Como diz o próprio Renato Russo, em entrevista a revista *Bizz* "Rock and roll *é uma bobagem, mas é minha vida, meu trabalho."*[12]

Com isso, essa possibilidade de vida intersticial apresenta-se como uma fuga ativa que gradualmente desenvolve um campo favorável para a adesão e a consolidação do rock como um movimento que ultrapassa barreiras. Sobre o sentido da fuga, Gilles Deleuze afirma que: *"Fugir não é renunciar às ações; nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar."*[13]

Isto quer dizer que as ações das bandas de rock podem se voltar para as brechas, a serem atravessadas pela crítica de suas canções. Então, esse "vazamento" de ações acontece na sociedade brasileira da década de 1980, entre outras formas, por meio da música rock. É o que pode ser identificado, por exemplo, em canções como "Selvagem", do grupo brasiliense-carioca Paralamas do Sucesso:

> A polícia apresenta suas armas/ Escudos transparentes, cassetetes/ Capacetes reluzentes/ E a determinação de manter/ Tudo em seu lugar/ O governo apresenta suas armas/ Discursos reticentes, novidade inconsistente/ E a liberdade cai por terra/ Aos pés de um filme de Godard/ A cidade apresenta suas armas/ Meninos nos sinais, mendigos pelos cantos/ E o espanto está nos olhos de quem vê/ O grande monstro a se criar/ Os negros apresentam suas armas/ As costas marcadas, as mãos calejadas/ E a esperteza que só tem quem tá/ Cansado de apanhar.[14]

---

[11] MAFFESOLI, Michel. "Liberdades intersticiais". In: ---. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo.* Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 99.
[12] REVISTA BIZZ. Editora Azul, n. 30, janeiro de 1988, p. 30.
[13] DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos.* São Paulo: Escuta, 1998, p. 49.
[14] VIANNA, Herbert. "Selvagem". In: PARALAMAS DO SUCESSO. *Selvagem?* São Paulo: Emi-Odeon, 1986.

Nesta canção, é possível observar a referência a certos vazamentos do sistema sócio-político responsável pela organização da "nação brasileira". Estas questões são problematizadas por meio das canções de rock, utilizando elementos que integram a vida cotidiana, a partir da qual são reveladas as insatisfações e frustrações da juventude diante das regras do jogo social que acompanham historicamente a sociedade brasileira. As músicas compostas pelas bandas de rock se transformaram em mecanismos de expressão desse ambiente conturbado.

Isto pode ser observado nas palavras do jornalista e crítico de música Arthur Dapieve, quando retrata a relação de Renato Russo com seu público juvenil: *"Ele era o paradoxal porta-voz desses eremitas compulsórios, o santo que quebrava o voto de silêncio. Dizia o que não devia nunca ser dito por ninguém, ou, por outra, dizia aquilo que não poderíamos ou não conseguiríamos dizer."*[15]

Portanto, com uma certa dose de coragem, a música rock apresenta características da sociedade brasileira que revelam fragilidades em sua estrutura. Com a cultura rock emerge o desencanto com as instituições, principalmente no que se refere às questões éticas e morais. Para mostrar o potencial de contestação do movimento, podem ser enfocados alguns versos da canção de Cazuza, cujo título, "Brasil", é bastante sugestivo:

> Não me convidaram/ Pra essa festa pobre/ Que os homens armaram pra me convencer/ A pagar sem ver/ Toda essa droga/ Que já vem malhada antes de eu nascer/ Não me ofereceram/ Nem um cigarro/ Fiquei na porta estacionando os carros/ Não me elegeram/ Chefe de nada/ O meu cartão de crédito é uma navalha/ Brasil/ Mostra a tua cara/ Quero ver quem paga/ Pra gente ficar assim/ Brasil/ Qual é o teu negócio?/ O nome do teu sócio?/ Confia em mim. [16]

Assim, música rock desse período assume uma forma política que foge das diretrizes partidárias, porque se concentra na arte e em sua relação com a juventude, ou seja, é uma fuga que questiona não apenas o institucional, mas também outras dimensões sociais que atingem os jovens.

---

[15] DAPIEVE, Arthur. "Z ou Força Sempre". *O Globo*. 19/10/1996, p. 21.
[16] ARAUJO, Lucinha; ECHEVERRIA, Regina. *Op. cit*., 2001, p. 176.

AS PERCEPÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS DE BRASIL E ARGENTINA SOBRE A COOPERAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Samuel Alves Soares[i]

Nos últimos vinte anos a região do Cone Sul vem se caracterizando por acentuada mudança na esfera da Defesa e da Segurança. Brasil e Argentina, anteriormente competidores e mesmo oponentes, tornaram-se os artífices principais da construção de uma zona livre de conflitos bélicos interestatais. Lentamente, estes países sinalizam para a construção de mecanismos de cooperação como forma de enfrentar, mediante a transparência e da confiança mútua, as ameaças que os atingem e debilitam. Este processo, no entanto, não vem ocorrendo de forma consistente, e sofre as penalidades da má condução, da ausência de uma estratégia claramente delineada, para a qual contribui a reduzida participação do poder político, embora com distinções entre os dois países formadores do eixo estratégico principal do Cone Sul.

Essa aproximação, principalmente entre Brasil e Argentina, foi fruto de uma iniciativa fundamentalmente política, nascida antes da ultrapassagem definitiva da era bipolar. Foi essa aproximação que permitiu, na questão da defesa e segurança, que esses países não apenas reduzissem antigas desconfianças e contenciosos, mas também que adotassem posições compatíveis quanto ao futuro de projetos militares (como na questão de armamento nuclear) e à ampliação do entendimento entre seus corpos militares, exemplificada pela realização conjunta ou combinada de exercícios e manobras castrenses.

Externamente, por outro lado, a partir do fim da Guerra Fria que desenhava uma geometria de forças bipolar, os organismos internacionais, particularmente as comissões ocupadas da Segurança Internacional, iniciaram a discussão sobre os conceitos tradicionais de Segurança procurando a nova fisionomia das ameaças. No Hemisfério, este processo pode ser percebido pela preocupação, no seio da Organização de Estados Americanos (OEA). Ainda assim, mesmo interpostos novos conceitos, que subtraem do campo militar a componente

quase exclusiva do debate teórico e normativo sobre a Segurança Internacional, é possível observar que as forças armadas, com destaque para as do Brasil, ainda se orientam por uma perspectiva clássica de defesa territorial e de garantia da soberania estatal, com forte traço realista.

Esta concepção não impediu, todavia, que um processo de aproximação, nascido das iniciativas para a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), auxiliassem a derrubar barreiras de inimizade que mantinham em frentes opostas esses países. De fato, mesmo antes dos tratados que levaram a emergência do Mercado Comum, as Armadas de ambos os países realizaram um exercício comum, em 1978. Entrentanto, aquelas iniciativas estavam a refletir a cooperação em campos funestos, já que as forças armadas interagiam para o apronfundamento da repressão política.

As medidas de aproximação tiveram um ritmo diferente para cada área. Assim, nos anos 90, há avanços significativos nas políticas educacionais, culturais e comerciais, essas últimas com reveses mais ou menos momentâneos, mas todas elas sujeitas ao humor dos governos. Na esfera da Defesa e Segurança, os passos foram mais lentos e parcimoniosos do que em qualquer outra, decorrentes de sua singular natureza, a refletir mais um caráter estatal do que propriamente governamental.

O caminho da desconfiança mútua até a paulatina construção da confiança foi lento, porém seguro. Ele pode ser percorrido pela sua manifestação formal e institucional, plasmada por inúmeros pactos e acordos, como a Declaração de Foz de Iguaçu, de 1990; o acordo entre Argentina e o Brasil sobre o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, de 1991, que incluía a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e controle de Materiais Nucelares (ABACC) e o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) – de alguma forma uma estratégia de vigilância recíproca –; a Declaração de Mendoza sobre armas químicas, um acordo entre Argentina, Brasil e Chile para a proibição da fabricação e uso de

armamento químico, em 1991; a incorporação de Argentina, Brasil e Chile, em setembro de 1996, ao Tratado de Proibição Completa de Ensaios Nucleares; a firmação de um Memorando de Entendimento entre Argentina e Brasil, em 1997, que estabelece um Mecanismo Permanente de Consulta, especialmente referido a temas de defesa e seguridade; a declaração do Mercosul como Zona de Paz e livre de Armas de Destruição Massiva (AMD), de 1998, firmada pelos países membros plenos do MERCOSUL, mais Bolívia e Chile. Em agosto de 1997, em Itaipava, Brasil, durante uma Reunião de Consulta e Coordenação entre os governos de Brasil e da Argentina em matéria de Defesa e Segurança Internacional foi criado o Mecanismo de Análise Estratégico. Conhecido como "Tratado de Itaipava", este mecanismo reuniu-se pela primeira vez em Buenos Aires, em 6 de outubro de 2000. Este processo culmina com o Memorando de Entendimento firmado entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Brasil e a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Defesa Nacional da Argentina, assinado em 29 de agosto de 2002 em Buenos Aires.

Contribuiu para este processo a aceitação de instâncias de resolução pacífica e negociada dos conflitos e tensões existentes, especificamente, da concorrência estratégica entre Argentina e o Brasil. Isto permitiu desativar antigos contenciosos e questões conflitivas de longa data entre ambos países. Tratou-se de um elaborado processo de desmonte de tradicionais questões que provocavam situações e percepções de confronto.

No campo comercial o processo de aproximação tem sofrido vicissitudes mais acentuadas, em boa medida reflexo das nítidas assimetrias dos parques industriais de Brasil e Argentina. Contribuem para um clima de certa animosidade o ressurgimento de nacionalismos, que embora mitigados, reforçam perspectivas unilaterais. Na esfera internacional os dois países não tem apresentado, nos anos mais recentes, uma pauta convergente. O ponto principal refere-se ao propósito brasileiro por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, hipótese descartada pela Argentina, defensora de um regime de rodízio.

Em matéria de cooperação em Segurança e Defesa os avanços também não são substantivos. Aqueles sinais iniciais não se traduziram em iniciativas para construir mecanismos, regimes ou sistemas de segurança e complementação cooperativa, e menos ainda de integração em matéria de defesa para enfrentar as novas ameaças. As iniciativas nesta esfera limitaram-se a realização de visitas e exercícios militares conjuntos, e convênios de intercâmbio na área educacional. Ainda assim, não se deve descurar a atuação conjunta entre os odis países na Força de Paz no Haiti, cabendo o comando ao Brasil e o sub-comando à Argentina.

As iniciativas castrenses para gerar a confiança mútua não foram, em um primeiro momento, acompanhadas pelos setores governamentais. No caso específico do Brasil, apesar dos significativos avanços nas relações entre civis e militares, a defesa e segurança continuam relegadas a plano secundário pelo setor civil, deixando intacto o monopólio das Forças Armadas para pensar e gerir essa área. Na Argentina, ao contrário, foi por iniciativa política, notadamente do legislativo, que as questões relativas à segurança e defesa, bem como a política militar, foi abordada.

De todo modo, a aproximação no campo da Defesa e Segurança decorre da percepção de interesses comuns entre os dois países, ainda que o ponto de partida das relações bilaterais tenha historicamente se caracterizado por forte desconfiança, principalmente no campo da segurança. Se de um lado havia o forte nacionalismo argentino, e do outro um pensamento estratégico brasileiro radicado em uma orientação geopolítica clássica, cujas bases de segurança assentavam-se exclusivamente na vertente militar, interesses atuais e identidades são lentamente construídos, com base em estruturas institucionais, novas ou reinventadas, exigindo aprendizado e inéditas perspectivas entre os agentes estatais e mesmo não-estatais. São forças *ideacionais* ampliadas e renovadoras que impelem a novos patamares de entendimento. Sob a perspectiva do construtivismo, estão lançadas as bases para a

consolidação de uma *comunidade de segurança*, cuja existência decorre da percepção mútua de que conflitos de interesses podem ser solucionados por outras vias, que não por meios bélicos.[ii]

De um período marcado por desconfianças e mesmo desavenças, as relações entre Brasil e Argentina modificaram-se sobremaneira a partir da década de 1980. A integração econômica fornece novos elementos para mudanças nos pressupostos que embasam um processo de aproximação, como uma relativa redução de gastos militares – embora em proporções distintas nos dois países –, aliado ao esforço pela construção da democracia, que provoca mudanças nos papéis desempenhados pelas forças militares no âmbito político.

Compõe também este quadro a particular situação hemisférica, em que países encontram-se diretamente vinculados à órbita imediata dos Estados Unidos da América, potência econômica e militar mundial. O tratamento e as possibilidades efetivas de segurança estão, com maior ou menor grau, subordinados aos interesses norte-americanos. Por pertencerem a um “anel” em torno do território estadunidense, os países latino-americanos possuem uma capacidade mais restrita de conduzir suas políticas de defesa e segurança, tal é o grau de assimetria com a potência hegemônica.

Outros fatores conformam este processo, e dizem respeito a feitios regionais, com destaque para alguns aspectos das relações civil-militares no Brasil, entre eles as características da transição do regime autoritário. As transições para a democracia no Cone Sul revestem-se de características bastante peculiares e distinguem o controle civil sobre as forças armadas nos países da região. No caso brasileiro este controle ainda se apresenta tênue, embora inexistam situações concretas de objeções ou vetos militares em questões essenciais. No campo da segurança internacional e da defesa, o nível de autonomia militar continua significativo, mormente se comparado ao caso argentino.

Em decorrência, o processo de integração regional, no campo da segurança e da defesa, em sua complexa composição de redução das desconfianças, aliada a um baixo nível de articulação para uma maior aproximação entre os países membros, resulta da desenvoltura de agentes estatais, no caso as forças armadas, embora com grau distinto nos dois principais parceiros do Mercosul.

Ausente uma Política Militar, no caso brasileiro, e tendo em vista o caráter abrangente e mesmo superficial de certos pontos da Política de Defesa Nacional, não há uma política de Estado mais específica sobre os procedimentos para a cooperação em Defesa. Tampouco o atual governo estabeleceu um detalhamento sobre esta área, o que se reflete na inexistência de ordenações consubstanciadas pelo ministério da Defesa. Fundamentalmente, carece o país de uma Estratégia de Defesa Nacional, que estabeleceria os meios necessários e indicaria as bases para atingir os objetivos estabelecidos pela Política de Defesa Nacional.[iii]

Do lado argentino, o documento "Estudio Comparado de Políticas de Defensa"[iv], indica, com ênfase, a permanência, na Política Externa Brasileira, do objetivo de o Brasil converter-se em potência mundial de primeira ordem, ressaltando o "destino manifesto" do Estado brasileiro, na conhecida expressão de Golbery do Couto e Silva. Favorece esta interpretação a emissão, no Brasil, e pelo Exército, da Diretriz Geral do Comandante da Força para o ano de 2003[v]. O documento define, para o longo prazo, novos critérios de preparação para a Força, assentados sobre uma nova variável estratégica. Ao considerar, acertadamente do ponto de vista da Política de Defesa, a preponderância absoluta da Estratégia da Dissuasão, adverte sobre a necessidade de incremento da Projeção de Poder. Na seqüência o documento defende explicitamente a transição progressiva de uma Estratégia de Dissuasão para outra de Projeção de Poder.

Já foram indicados os aspectos predominantemente econômicos do Mercosul e a ausência das formulações de defesa e segurança – salvo no âmbito da segurança pública, e

também por iniciativas em relação a delitos como lavagem de dinheiro, contempladas em acordos inseridos no processo de construção do mercado comum –. Portanto, as iniciativas castrenses de acordos e atividades conjuntas transcorrem de forma paralela, o que não autoriza a concluir que estejam desconectadas do todo.

Por fim, cabe uma diferenciação conceitual entre integração e cooperação[vi]. A *estratégia de integração*, por sua própria natureza e amplitude, impõe um maior grau de exigência. No caso da União Européia, por exemplo, procura realizar a União econômica e política da Europa, pela transferência progressiva de certas competências relevantes da soberania dos Estados a instâncias administrativas ou eletivas transnacionais. O princípio condutor é o da supranacionalidade e as tomadas de decisão decorrem de votação majoritária. O Mercosul não atinge este grau de integração, mas os temas da integração econômica, como união aduaneira, tarifas externas comuns, pacto automotivo, contratos e auditorias externas, impõem uma agenda de complexa negociação.

Por sua vez, a *estratégia da cooperação* é menos ambiciosa. Tende a harmonizar e coordenar políticas originadas dos próprios Estados, sem que se descure da manutenção do nível de soberania de cada um. Ações conjuntas, estabelecidas por instâncias intergovernamentais, são tomadas por unanimidade. No Cone Sul, e mais especificamente entre Brasil e Argentina, as questões de defesa são orientadas por esta estratégia, com papel relevante para as próprias forças armadas dos dois países, que têm estabelecido uma série de ações conjuntas, principalmente a partir da década de 1990.

A estratégia de cooperação, entretanto, está limitada à atuações em exercícios conjugados, reparos de equipamento militar e intercâmbios educacionais, mas sem que se configure, para curto prazo, a possibilidade de efetivação de uma Cooperação em Defesa e Segurança, que implicasse em unidades militares binacionais ou regionais, compatibilização e

aquisões conjuntas de equipamento militar e definição de estratégias comuns de defesa, que resultassem de efetiva seleção de objetivos estratégicos convergentes.

---

[i] Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). Coordenador Associado do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). E-mail: samuel_soares@uol.com.br

[ii] Para este ponto ver HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. *Security Communities*. New York: Cambridge, 1998.

[iii] Palestra proferida pelo Comandante Mose, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 13 de novembro de 2002.

[iv] "Estudio Comparado de Políticas de Defensa" ,editado pelo ministério da Defesa e Estado Mayor Conjunto de Las Fuerzas Armadas, Centro de Estudios Estratégicos, Argentina, 2003.

[v] Diretriz Geral do Comandante do Exército – 2003. Disponível na Internet em www.exercito.gov.br. Acessado em 14 de junho de 2003.

[vi] Para estes pontos ver Jean-Louis Quermonne. *Le système politique de l'Union européenne*. 3. ed. Paris: Editions Montchrestien, 1998.

SEGREGAÇÃO E VIDA FAMILIAR NA PÓS-ABDICAÇÃO DO PRIMEIRO REINADO (1831-4)

Samuel Gomes Barcellos – PPG/ UEM.

> "*Ao despertar do sono inocente, nessa manhã de 7 de abril de 1831, o pequeno Príncipe, que dormia numa câmara de São Cristóvão, acordou Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, pela vontade de Deus e unânime aclamação dos Povos. Faltavam-lhe somente os santos óleos da coroação*" [1]

Introdução

A abdicação do Império não se manifestaria como uma atitude súbita. A renúncia era para Dom Pedro I como um ato de divórcio de uma experiência de governo de nove anos, em que se forjara como homem capaz de se impor contra as intempéries dos interesses particulares, assumindo uma atitude negativa e de franca oposição às mordazes articulações incididas sobre ele na Câmara.[2]

Foi em conseqüência de uma polêmica gerada por sua constante interferência nos assuntos de Portugal, bem como reflexo das adicionais difamações sobre sua disputa particular pela sucessão ao trono lusitano, em favor sua filha, Maria da Glória - na qual o imperador se viu forçado a expressar ásperas repreensões ao irmão, tendo-o como usurpador de um direito - se mostrou agredido, no Brasil, pela manifestação pública de uma franca irritação popular que se fez exibir numa visita feita por este nas Minas Gerais, em março de 1831, quando se viu fragilizado, em sua brasilidade recente, pelo impacto da expressão do sentimento anti-lusitano, compactuado, certamente, também por uma diversidade quase sem fim de populares e lideranças locais nas demais províncias.[3]

Dom Pedro viu-se impelido a deixar o cargo de imperador para regressar à Europa, onde iria dedicar-se exclusivamente na negociação do auxílio político e financeiro a ser acordado com ministros de Estado da Inglaterra e da França, para organizar e fazer desembarcar tropas no Algarve, na praia de Armosa de Pampelido, com a finalidade de se dividirem a partir daquele lugar para mover cercos armados sobre as cidades do Porto e de Lisboa. Abdicando informalmente, portanto, em São Cristóvão, sua primeira atitude foi a de

pedir auxílio aos encarregados de negócios com a Inglaterra e França, para retornar à Europa, comunicando sua decisão de deixar o Brasil.[4]

Dom Pedro reuniria seu grupo de acompanhantes, incluindo sua esposa e duas filhas, para retornar ao Rio de Janeiro.[5] Embarcaria no navio inglês Capitânia, disposto na foz de um rio, local em que teria redigido a carta na qual oferecia a José Bonifácio a tutela de seus filhos.[6] Passados uma fração de dias, já na capital do Império, redigiria a carta da abdicação, nomeando Pedro II seu sucessor ao trono do Império do Brasil. Redigiria também outra carta com o propósito de despedir-se dos amigos que iria deixar, uma vez que, entre 7 e 8 horas da manhã, no dia 12 de abril de 1831 embarcaria na nau inglesa Warspites, chegando no porto de Cherburgo, França, no dia 10 de junho do mesmo ano, quando fora *"(...) recebido pelo prefeito marítimo e pelo coronel da guarda nacional, na qualidade de príncipe itinerante de Bragança."* [7]

O ex-imperador Dom Pedro I não retornaria mais ao Brasil. Não veria mais os filhos que deixara sob a tutela de Bonifácio. Houve, na esfera da vida privada, no dia 12 de abril de 1831, um rompimento muito mais doloroso do que o inscrito no ato da abdicação do Império: era o distanciamento da relação direta que tinha na convivência e na criação dos filhos, Pedro II, Francisca, Paula e Januária, em prol de uma necessária articulação militar que visava a garantia da sucessão de Maria da Glória ao trono de Portugal, através do destronamento de Dom Miguel.

Reflexões e saudades, a bordo da nau Warspites e da corveta Volage

> *"Principiei a escrever a [sic] Vossa Majestade Imperial pela minha própria letra, mas não pude acabar. Entrei a chorar, a tremer-me a mão e não pude. Remeto a prova da minha verdade o princípio que tinha feito. Eu todos os dias rogarei ao céu pelo melhor dos pais que a minha desgraça tão cedo me fez perder. Sempre serei obediente filho e seguirei os ditames de meu augusto pai. Beijo as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial como obediente e amante filho. Pedro. P.S. As minhas criadas todas beijam a mão de Vossa Majestade Imperial com o maior respeito e saudade."* [8]

O ex-imperador Dom Pedro recebeu a carta do filho, e, ao ler a expressão da fragilidade e da surpresa do mesmo por sua partida, chorou profundamente a bordo da nau Warspites, quando se preparava para deixar definitivamente o Brasil. Responderia ao filho compartilhando do seu sofrimento, destacando que era necessário ir, para que o Brasil pudesse sossegar.[9] Logo embarcaria na corveta Volage para seguir viagem à Inglaterra, quando, poucos dias antes de completar a travessia, lhe escreveria novamente para trazer notícias, e fazendo previsões negativas sobre a governabilidade do Império do Brasil e do risco de fragmentação política.[10]

As negociações de um Bragança

Dom Pedro, duque de Bragança, desembarcaria no porto francês de Cherburgo, na região da Normandia, junto ao Canal da Mancha. Havia planejado seguir viagem com destino à Paris, onde lhe aguardava Luís Felipe de Orleans, rei da França. No entanto, motivado pela garantia de receber efetivo apoio para articular sua missão militar em Portugal, preferiu partir para Londres, na companhia e auxílio do Marquês de Rezende, antigo ministro do Brasil em Paris, chegando à capital inglesa em 26 de junho de 1831, sendo recebido por Lorde Palmerston, e pelo Rei St. James.[11] O ex-imperador só conseguiria principiar negociações substantivas na noite de 21 para 22 de julho, numa reunião na casa de campo do rei inglês em Windsor. Foram convocados ao comparecimento, no dia 23 de julho, os negociantes portugueses estabelecidos em Londres, mas o auxílio financeiro oferecido ao ex-imperador do Brasil mostrou-se ínfimo.[12] Dom Pedro viajaria para a França, à pedido de Luís Felipe, e retornaria à Inglaterra, empreendendo negociações constantes.[13] Se não faltavam convites para jantares, passeios, faziam-se escassas as perspectivas se obter o numerário de que precisava. Desiludido, voltaria para Paris onde permaneceria por pais de seis meses. Somente no dia 11 de dezembro de 1831 o projeto militar de Dom Pedro passaria a se esboçar no campo da realidade: estava enfim

autorizado o tão esperado empréstimo, resultado da iniciativa francesa e israelita-espanhola.[14]

Correspondência familiar no cotidiano militar de Pampelido

A partir da autorização do empréstimo, o Duque de Bragança, ex-imperador do Brasil, passaria a cuidar dos preparativos efetivos, como a organização das tropas e dos navios, junto aos comandantes, articulando a meta traçada de desembarque no Algarve, e os cercos que seriam realizados sobre as cidades do Porto e Lisboa.

A entrada sobre o Porto ocorreria no dia 8 de Julho de 1832, concentrando-se inicialmente nos Paços do Conselho, na "Praça-Nova", ocasião em que diversos presos políticos, subjugados pelo governo tirano foram livres do cárcere. Ao fim de quarenta e oito horas, houve a dispersão das tropas defensoras da usurpação miguelista pelo Exército Libertador, e organizara-se ali a base das operações que planejaria a execução do cerco sobre Lisboa, cuja vitória definitiva seria conquistada no dia 2 de dezembro de 1833.

Em meio ao conflito militar, foram várias as cartas travadas entre Dom Pedro e seus filhos no Brasil. Certamente teremos que restringir nossa análise concentrando a interpretação nos fragmentos de duas delas: ambas foram escritas pelo ex-imperador do Brasil, Duque de Bragança, da cidade de Lisboa no ano de 1833, como resposta às remetidas por seus filhos, sendo a primeira datada de 3 de agosto, e a segunda de 17 de outubro.

Lendo-se a de 3 de agosto[15], nota-se que o ex-imperador vibrava com as sucessivas vitórias que obtinha, referindo-se à cidade do Porto, que sendo conquistada, possibilitou-lhe a estabilidade para prosseguir na condução da ação armada sobre Lisboa. A perda de homens nas tropas do Exército Libertador teria sido de 300 para 600 do exército miguelista. Em meio a esse cotidiano, as cartas dos filhos causavam profunda saudade no ex-imperador, que retornava suas respostas aos mesmos, primando prestigiar à distância ocasiões tais como o aniversário da filha Francisca.

A Carta de 17 de outubro[16] revela que os filhos, distantes da mãe a muitos meses, procuravam demonstrar suas lembranças ao aniversário da mesma, ocasião na qual Dom Pedro também se via separado de sua esposa - que permanecera na Inglaterra com a filha, Maria da Glória - em decorrência do trabalho junto das tropas do Exército Libertador. Partilhava, certamente, da mesma dor manifestada pelos filhos e lamentava o incômodo dessa segregação. O ex-imperador manifestava o sonho de rever o Brasil e de ter reconhecido novamente seu mérito como agente concessor da independência ao império brasileiro. Via-se Dom Pedro orgulhoso por liderar uma ação militar vitoriosa em Portugal, podendo, antes mesmo de seu término, vislumbrar a certeza do êxito, embora estivesse pronto para combater os possíveis ataques de resistência. E, já no final do segundo fragmento, vê-se o agradecimento do ex-imperador às lembranças de José Bonifácio, que, como seus filhos, preocupava-se em dispensar atenção ao aniversário de Dona Amélia.

Considerações finais

Mesmo que nos falte a profundidade e o espaço aqui necessários, procuramos esboçar a trajetória das motivações da abdicação e da viagem feita pelo ex-imperador proporcionando, pouco acima, neste final, uma mostra da análise de duas das cartas do ex-imperador aos filhos no Brasil, destacando a preciosidade das informações colhidas numa dupla esfera de significância: a reflexão acerca da obtenção do empréstimo nas negociações com as monarquias inglesa e francesa, com o planejamento efetivo da ação militar sobre o Porto e em Lisboa, e, neste ínterim, a expressão do desconforto no distanciamento dos laços da família imperial com reflexão expressa em tais manuscritos.

Notas

[1] Alberto Rangel em sua obra *A Educação do Príncipe*. Apud DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Ed. Martins, 1975.

[2] Dom Pedro I fez-se defensor perpétuo do Brasil, em 13 de maio de 1822, revelando-se, à primeira vista, como um *"jovem e inexperiente soberano, casado a quatro anos e pai de família, nomeado regente em 1821, atingia assim o poder supremo sem ter tido jamais a oportunidade de assistir ao Conselho de Estado de seu pai"* Op. Cit. DEBRET, 1975; p. 85. Reuniu, a 3 de maio de 1823 os deputados das diferentes províncias para a tarefa de redigir a carta da primeira Constituição do

Império independente. Nessa ocasião, em meio a manifestações contrárias ao seu interesse, viu-se no dever de impor seu poder dissolvendo a Assembléia Constituinte, condenando ao exílio vários de seus membros ilustres. Dom Pedro I fez-se imperador num sentido estrito, e por próprio mérito, à contingência de um isolamento necessário e que lhe conferiu a má fama de absolutista: "*O golpe de Estado aumentou momentaneamente o poder do Imperador, mas ao mesmo tempo o isolou do povo estupefato e alarmado por se ver repentinamente privado da dedicação patriótica que tentara e conseguira a independência do território nacional*." p. 85.

[3] Após a dissolução da Assembléia, os brasileiros começaram a se afastar do soberano. Nesta época fermentavam no cotidiano as idéias de federalismo, e Dom Pedro sentiu a necessidade de promover a aceitação do poder constitucional através de uma viagem, na companhia da Imperatriz e serviçais, para a qual escolheu a província das Minas, ficando hospedado em sua propriedade em Vila Rica, prosseguindo de lá para São Cristóvão, em *março de 1831*; percebeu, quando chegou, que havia algumas demonstrações de entusiasmo, mas das quais o povo não participava. Nesta cidade, São Cristóvão, certamente não receberia a alegria que lhe haviam demonstrado em Vila Rica, mesmo que se tenha promovido uma reação contra a conduta negativa dos brasileiros naquela localidade: "*Os partidários do imperador, indignados com a frieza dos brasileiros, esforçaram-se durante vários dias seguidos por contrariá-la com demonstrações de exagerada alegria, o que, como é natural, provocou distúrbios"* Op. Cit. DEBRET; p. 87. Tais manifestações de desagrado não representariam ameaça se não houvessem desencadeado ações violentas como estas e outras mais adiante: *"Quebraram-se os vidros das casas iluminadas e muitas pessoas foram feridas ou mortas. Todos se queixavam abertamente da influência usurpadora dos portugueses no Brasil."* p. 87. Dom Pedro interpretou tais ações como uma retaliação ao fato de ter afastado do cargo, naquele mês, o presidente da província das Minas, devido à inépcia que verificava sobre os cortesãos, da qual se dissera suscetível. Pareceu-lhe tal agressividade como uma reação contra sua postura absolutista. Tentou amenizar as tensões compondo um novo ministério estrategicamente composto apenas por liberais, mas tal agrado político não fez esfriar os ânimos dos populares, e as desordens violentas prosseguiram sem ter quem as fizesse cessar, o que causou fragilidade em Dom Pedro diante do despreparo das autoridades para impor a ordem local. Diante de tal situação, o Imperador arrependeu-se de ter nomeado liberais e, destituindo-os, nomeou absolutistas, o que fez aumentar no povo a reação de repúdio com ações ainda mais violentas: *"(...) bandos de mulatos percorreram as ruas das cidades de armas na mão; algumas pessoas foram mesmo assassinadas."* p. 87.

[4] *"[...] Era mais de meia noite: o Imperador convocou os encarregados de negócios da Inglaterra e da França, aos quais comunicou sua decisão, solicitando assistência para seu regresso à Europa."* Op. Cit. DEBRET; p. 87.

[5] *"(...) a 7 de abril de 1831, Dom Pedro embarcou em São Cristóvão com a Imperatriz, a jovem rainha de Portugal, uma de suas irmãs e certo número de pessoas do seu séqüito. [...]"* Op. Cit. DEBRET; pp. 87-8.

[6] *"Na escolha, deu prova de justiça e gratidão"*.Op. Cit. DEBRET; p. 88. É o que afirma Debret acerca da relação de amizade construída entre Dom Pedro II e José Bonifácio: *"José Bonifácio de Andrada foi quem conduziu o Brasil à emancipação e foi quem ergueu o trono imperial para nele colocar Pedro I"* p. 88. E é a mesma gratidão e amizade que se verifica nas palavras de Dom Pedro quando escrevia à José Bonifácio, solicitando-o como tutor: *"Tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quando se faz necessária a minha abdicação e não desejando mais nada neste mundo senão glória [grifos de Dom Pedro I] para mim e felicidade para a minha pátria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no capítulo 5º, artigo 130, nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados filhos o muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo. Boa Vista, aos seis de abril de mil oitocentos e trinta e um. Décimo da Independência e do Império. Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil." Op. Cit. 0*6/04/1831 – Decreto de d. Pedro I – Nomeando José Bonifácio de Andrada e Silva tutor dos príncipes. IN Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Argon, Maria de Fátima Moraes; Costa, Neibe Cristina Machado da (Coords.) *Pedro I: um brasileiro*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Museu Imperial, 1998. CD-ROM. Contém a cópia digitalizada dos manuscritos originais de Dom Pedro I.

[7] Op. Cit. DEBRET; p. 88.

[8] Op. Cit. *[1831-] Carta de d. Pedro II a d. Pedro, duque de Bragança – dizendo que rogará ao céu por ele e que será sempre obediente seguindo seus ditames*. IN Horta, Maria de Lourdes Parreiras;

Argon, Maria de Fátima Moraes; Costa, Neibe Cristina Machado da (Coords.) Pedro I: *um brasileiro*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Museu Imperial, 1998. CD-ROM.

[9] *"Meu querido filho e imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu. Eu mal pude ler porque as lágrimas eram tantas que me impediam de ver. Agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e para certificar<-lhe> que enquanto vida tiver, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício, mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem na sua educação e conte que o mundo o há de admirar, e que eu me hei de encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa, assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho. Receba a bênção de seu pai que <se> retira saudoso e sem mais esperanças de o ver. Dom Pedro de Alcântara. Bordo na nau Warspites, 12 de abril de 1831."* Op. Cit. *12/04/1831- Carta de d. Pedro, duque de Bragança, a d. Pedro II – falando do sacrifício de deixar os filhos, a pátria e os amigos*. IN Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Argon, Maria de Fátima Moraes; Costa, Neibe Cristina Machado da (Coords.) Pedro I: *um brasileiro*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Museu Imperial, 1998. CD-ROM.

[10] No primeiro trecho de sua carta, Dom Pedro, então príncipe itinerante de Bragança, revela que houvera desconforto na viagem, em decorrência de um temporal: *"A bordo da Volage, 6 de junho de 1831. Meu querido filho e imperador. Depois de uma viagem de [espaço em branco] em que apanhamos um grande temporal (...). Eu e a mamãe estamos bons. Ela bastante sofreu durante a viagem, mas, depois de nos refrescarmos no Faial (...), tem passado melhor."* Na continuidade do documento, o ex-imperador parecia atormentado pela memória de sua abdicação, se dizia convicto de que não havia nele arrependimento, mas que, como se quisesse poder alertar quanto aos perigos, procurou esboçar uma negativa previsão acerca dos riscos que poderiam sobrevir no período da regência que se faria durante a menoridade do filho: *"Deus queira dar força moral à regência para que possa para o futuro entregar-te o cetro e a coroa tão inteira como eu a abdiquei, e será isto possível? Sim, mas não é provável. Onde está este fantasma, o prestígio, nos membros da regência? Onde está a opinião pública interessada por manter o governo? [...] Decerto a Assembléia caprichará em salvar a pátria, mas, desgraçadamente nada fará, por que de que servem leis sem costumes? Não obediência, não respeito às autoridades, não ordem, tudo é confusão, tudo será anarquia, e se pelos antecedentes se podem ver as conseqüências, eu vejo a destruição do grande Império do Brasil muito próxima, pelo menos desta Constituição única (...)."* Dom Pedro termina seu desabafo preocupado com a dureza de suas palavras, já que remetia sua fala ao filho, de apenas 13 anos de idade; procurou, como veremos no trecho final, amenizar, como se quisesse confessar que, independentemente das suas conjecturas, somente o tempo poderia confirmar a sorte e o futuro do Império brasileiro: "Basta, meu querido filho, a tua minoridade deveria fazer me conter, mas não é bom profetizar para que a todo tempo se saiba como pensava teu pai, que muito o ama". Op. Cit. *06/06/1831- Carta de d. Pedro, duque de Bragança, a d. Pedro II – Comentando a viagem e falando do amor que sente pelo Brasil*. IN Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Argon, Maria de Fátima Moraes; Costa, Neibe Cristina Machado da (Coords.) Pedro I: *um brasileiro*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Museu Imperial, 1998. CD-ROM.

[11] *"Quase um mês se demorou D. Pedro em Londres – de 26 de junho a 23 de julho. Foram quatro semanas consagradas a visitas, conversas e festas oficiais. Logo no dia da chegada, Lorde Palmerston procurou-o no Clarendon Hotel, assim como um oficial da casa real, sendo outro posto à sua disposição. A 27 o ex-imperador foi recebido por Palmerston e a 29 pelo rei, em Sr. James, para onde se transportou em coche magnífico mandado pelo soberano britânico. A Guilherme IV, segundo pepoimento de Abreu de Lima, D. Pedro logo falou no negócio político da filha, dizendo que o amor de pai o forçava a não atender a outras considerações. Que lhe desculpasse o rei a precipitação. Acrescentou que só à Inglaterra cabia participar da Questão Portuguesa, mas não requeria apoio direto para derribar o usurpador. Poderoso auxílio, de largo efeito, seria mandaro governo britânico buscar D. Maria II em Cherburgo, num vaso de guerra. Guillherme IV, que reinava e não governava, respondeu habilmente que tinha esperança de que tudo terminasse da melhor maneira e, oferecendo a D. Pedro um palácio para residência, carruagem e cavalos, deu na noite de 29 uma recepção em sua honra, presente toda a corte."* Op. Cit. SOUZA, Octávio Tarquínio de. A Vida de Dom Pedro I – Tomo III. Rio de Janieiro: Livraria José Olympio, 1972. Pp. 58-9.

[12] *"Novo convite dirigiu o rei a D. Pedro, desta vez para passar um dia em sua casa de campo, em Windsor, lá dormindo a noite de 21 para 22 de julho. Houve uma reunião a que compareceram todos os ministros e é de se presumir-se que se tenha tratado da Questão Portuguesa, à vista do*

que fez o ex-imperador mal regressou ao Hotel Clarendon: convocar para o dia 23 todos os negociantes portugueses estabelecidos em Londres, a fim de obter os recursos necessários à sonhada expedição contra o governo usurpador. Grande decepção: chamados mais de quarenta, compareceram apenas vinte e um capitalistas e destes só quatro se prontificaram a entrar com quantias ínfimas. Esbarrava D. Pedro num dos maiores obstáculos da campanha libertadora: a míngua de recursos pecuniários." Op. Cit. SOUZA, p. 162.

[13] *"A versão da irmã do rei dos franceses é confirmada pelo Conde de Lavradio. Narra este que, estando em Cherburgo, onde fora ao encontro de Maria II, se avistara com D. Pedro, ali chegado da Inglaterra na tarde de 24 de julho, e este lhe participara que partiria a 25 para Paris, a fim de cumprimentar Luís Felipe, fazendo-lhe sentir que gostaria de tê-lo na sua companhia (...). O Conde de Lavradio menciona expressamente o convite que fora dirigido ao ex-imperador do Brasil e diz ainda que este mereceu de Luís Felipe todas as honras e obséquios, guarda à porta da casa onde se hospedou, carruagens e cavalos à sua disposição e teve a acompanha-lo o general Barão Athalin, ajudante de ordens do rei."* Op. Cit. SOUZA, p. 166. O ex-imperador não teria êxito nas primeiras negociações mediadas pelo governo francês à sua causa. Em resumo, regressaria à Inglaterra e retornaria pouco mais tarde à França, onde permaneceria por mais tempo, embora não viesse a colher resultados quanto à efetividade do empréstimo de que necessitava: *"Ainda que D. Pedro quisesse escapar ao papel que lhe ia tocar na defesa do trono de Maria II, as circunstâncias não lhe permitiriam, sem grande desdouro, essa evasão. De todos os lados um cerco de apelos, pedidos e até intimações o premia a não retardar mais a expedição reivindicadora. Nem ele quedava indiferente, nem os mais prodigiosos adeptos se conservavam inativos. Ao contrário, as diligências continuavam com afinco e tudo dependia da obtenção de recursos, do arranjo do dinheiro indispensável à mobilização de tropas e navios."* Op. Cit. SOUZA, pp. 183-4.

[14] *"A 11, [de dezembro] o Duque de Bragança foi à missa em São Felipe de Roule e recebeu de volta, na Rua de Courcelles, o Almirante Sartorius, vindo de Belle-Isle, e com ele se entreteve em conversa até no meio-dia. (...) Á noite fez uma sessão de música. O encontro com Sartórius era sinal de que a expedição contra D. Miguel passara do terreno simples plano e conjectura para o da realidade. Conseguira-se afinal o tão desejado empréstimo, não a do tesouro britânico (...), nem tampouco por subscrição de patriotas constitucionais (...) mas por intermédio de homens de negócios estrangeiros, o francês Ardoin e o israelita espanhol Mendizabal, este último agindo também movido por impulso idealista, visto que, liberal sincero, fiava que a implantação do constitucionalismo em Portugal se propagasse à Espanha."* Op. Cit. SOUZA, p. 188.

[15] *"Meu querido e amadas filhas. Quis a divina providência coroar meus esforços dando as armas da rainha uma vitória no lado dalém do Tejo no dia 24 do passado e uma muito grande no Porto no dia 25, que me habilitou a partir no dia 27 para esta cidade, onde tenho sido recebido o melhor que se pode imaginar. (...) limitar-me-ei a dizer-vos que a nossa perda em Almada e no Porto não excedeu 300 homens e que a do inimigo passou de 600, (...). Muitos parabéns dou a Chiquinha pelo dia de ontem, grandes saudades foram as minhas. Ah meus amados filho e filhas, quanto é triste para um pai que tanto ama seus filhos como eu os amo, ver-se separado deles! (...)."*Op. Cit. *29/05/1833 - Carta de d. Pedro, duque de Bragança, a d. Pedro II e às princesas Januária e Francisca – Referindo-se à guerra e à esperança de vencê-la*. IN Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Argon, Maria de Fátima Moraes; Costa, Neibe Cristina Machado da (Coords.) *Pedro I: um brasileiro*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Museu Imperial, 1998. CD-ROM.

[16] *"[...] Não sois vós, sois meus queridos filho e filhas que sentis não poder celebrar o dia dos anos da vossa mamãe eu também tenho sentido muito ter-me separado dela por tanto tempo, e de vós Deus sabe até quando. Sim meu amado filho, eu não perco ainda as esperanças de vos abraçar. Um dia virá em que a mais a mais completa justiça me será feita e que os nossos concidadãos julgarão melhor aquele que lhes deu independência e pátria. [...].*

Os negócios portugueses vão muito bem, graças ao valor do bravo exército que me prezo de comandar em chefe. A causa já não se pode perder, salvo um daqueles revezes que em tais circunstâncias são de esperar. [...].

Certo do amor que me tendes vos dou notícias e vos peço que continueis com aplicação em vossos estudos e deis recados meus ao vosso bom tutor e meu amigo, ao qual agradeço os parabéns que me mandou dos anos de vossa mamãe." Op. Cit. *17/10/1833 - Carta de d. Pedro, duque de Bragança, a d. Pedro II e às princesas Januária e Francisca – Dando notícias da ação do Exército Libertador*. IN Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Argon, Maria de Fátima Moraes; Costa, Neibe Cristina Machado da (Coords.) *Pedro I: um brasileiro*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Museu Imperial, 1998. CD-ROM.

CONFLITOS NA REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE: PROPAGANDA E HISTÓRIA

Autor: Samuel Paiva

(Doutor em Ciências da Comunicação

pela Universidade de São Paulo;

professor da Universidade Cruzeiro do Sul)

Os cinejornais produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), notadamente no período da Segunda Guerra Mundial, constituíram um meio de propaganda ideológica do Estado Novo no Brasil. Porém, trechos desses cinejornais foram utilizados em filmes de Rogério Sganzerla, em um discurso crítico em relação aos interesses do Estado Novo e Getúlio Vargas, como se percebe em filmes de sua autoria, como *Nem tudo é verdade* (1986), *Tudo é Brasil* (1998) e *O signo do caos* (2003). Essa reversão de sentidos empreendida pelos filmes de Sganzerla sobre os cinejornais do DIP nos leva a pensar em uma provável dicotomia entre um princípio de Eternidade característico de setores da propaganda em contraposição a uma noção de História própria do cinema moderno, em sua consideração da realidade em perspectivas relativas.

Ao debate sobre essas distintas “representações da realidade”, contribui a referência de Erich Auerbach, assim como a de autores que se remetem aos seus estudos. Edward Said, por exemplo, em prefácio a uma edição comemorativa dos cinqüenta anos da publicação de *Mimesis*, a obra-prima de Auerbach, diz que a idéia de “representação da realidade” para este autor está relacionada à sua referência

em Giambattista Vico.[1] Em síntese, para Vico, o analista do tempo presente precisa empreender um esforço no sentido de se posicionar no lugar onde se localizava o autor ou o texto do passado analisado, procurando observar as diversas relações então possíveis, uma vez que a História é criada como um processo de desdobramentos, contradições e representações, tendo, cada época, sua própria maneira de articular a realidade. Daí porque o analista do presente deve se posicionar sobre os diversos pontos de vista da época passada, ainda que, para reconstruí-la ou representá-la, sua compreensão do "real" esteja comprometida por uma reflexão que parte do momento atual.

A partir de Giambattista Vico, Auerbach contribui para tal debate introduzindo novas questões específicas de sua observação, em especial, como filólogo que constitui a literatura ocidental como objeto, detendo-se em autores como Homero, Dante, Joyce, entre outros. O conceito de "representação da realidade", para Auerbach, está relacionado à maneira como cada autor percebe e apresenta dramaticamente seus personagens, mostrando os seus mundos, de uma forma tal que seja possível a percepção dos vários segmentos sociais envolvidos na História. Nesse sentido, Aeuebach atenta, na literatura, para o momento em que aquilo que poderíamos pensar como sendo as vozes populares passam a ser ouvidas ou representadas. E ele percebe o Cristianismo como um advento fundamental dessa inclusão das camadas populares como elemento de oposição à estética clássica.

É nesse contexto que Aeurbach: propõe a "interpretação figural" que, resumidamente, pode ser pensada como a possibilidade que tem a História de estabelecer conexões entre eventos do passado que prefiguram o presente ou futuro e, em contrapartida, eventos do futuro ou presente que preenchem o passado.[2] Um exemplo, no caso, pode ser a ligação entre o Velho Testamento e o Novo

Testamento: as profecias de um realizam-se (ou encarnam-se, segundo o jargão religioso) no outro, mas de acordo com uma perspectiva histórica.

Um exemplo ainda mais oportuno ao nosso interesse em desvendar os sentidos implicados nos filmes de Sganzerla sobre os cinejornais do DIP pode ser observado na análise de Auerbach sobre *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, texto no qual se explicita a possibilidade de Eternidade e História tal como será perceptível em alguma medida nos filmes aqui discutidos.[3] O princípio de Eternidade em *A Divina Comédia* pode se conjugar com a percepção de um tempo a-histórico, perpassado, no caso, pelo "inferno", "purgatório" e "paraíso" do imaginário cristão. Entretanto, o princípio da História se contrapõe ao de Eternidade nesses territórios metafísicos na medida em que surgem, em *A Divina Comédia*, personalidades tais como o poeta Virgílio e o próprio Dante, sujeitos históricos retratados no texto em questão. Outro dado significativo a favor da História nesse texto diz respeito à incorporação da linguagem popular, em uma época cujo parâmetro era a tradição clássica.

Com base nessas considerações conceituais, é possível agora o estabelecimento de uma aproximação maior com o nosso objeto, ou seja, o cinema. É fato que alguns críticos já se encarregaram de relacionar o pensamento de Auerbach, que tem base na literatura, dimensionando-o ao cinema. É este, por exemplo, o caso de Jacques Aumont, que discute o conceito de "figura", tal como compreendido pelo filólogo alemão, no caso, considerando-o instrumento válido para a análise fílmica.[4] Sem perder de vista o âmbito de tal discussão, pretendemos aqui investigar mais especificamente a questão da "representação da realidade" tal como ela pode ocorrer no confronto entre Propaganda e História.

Para essa contraposição, é interessante notar como o cinema de propaganda, em alguns momentos, é guiado por um ideal clássico, no sentido de reproduzir uma estética de inspiração greco-romana, enfatizando uma mitologia em torno do herói-protagonista de grandes feitos, imbuída de sentidos monumentais e espetaculares. Os filmes de Leni Riefenstahl, notadamente *O triunfo da vontade* (1935) e *Olympia* (1938), certamente são exemplos relevantes dessa tendência. Em *O triunfo da vontade*, Hitler surge dos céus e *encarna* sua figura entre os habitantes de uma Nuremberg mobilizada para o Congresso do Partido Nazista, no qual tudo e todos convergem para o *Führer*. As simbologias do evento, realizado em 1934, fazem-no contudo extrapolar um tempo-espaço delimitado, definindo-lhe uma teleologia iniciada antes da História (como sugerem as nuvens no início do filme) e finalizada com a chegada do "salvador" entre os mortais, assim como nas promessas de felicidade previstas em seu discurso redentor. Em *Olympia*, a estátua grega de um atleta da antiga cidade grega *ganha vida* ou *encarna* em um jovem alemão prestes a participar dos jogos olímpicos de Berlim em 1936.

Ora, é presumível que algo desse sentido de Eternidade, encontrado em produções do Terceiro Reich, seja encontrado nas produções do Brasil que, como apontam vários pesquisadores, sofreu forte influência nazi-fascista no período que antecede à entrada do país na Segunda Guerra Mundial. José Inacio de Melo Souza, por exemplo, observa, referindo-se ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (o DPDC surge em 1934) – que antecede à criação do Departamento Nacional de Propaganda (o DNP surge em 1935) e ao próprio Departamento de Imprensa e Propaganda (o DIP surge em 1939 e permanece até 1945) –, que havia já então um franco fascínio por parte dos funcionários brasileiros

pelo trabalho realizado pelos seus correlatos alemães, em especial, no ministério liderado por Goebbels.[5]

Nesse sentido, é sintomático que, analisando o *Cine Jornal Brasileiro*, produzido pelo DIP, Melo Souza reconheça a centralidade da figura de Getúlio Vargas como um líder das massas; sua imponência em inúmeras solenidades oficiais e cívicas; sua *mise-en-scène* política simbolizada como o "pai dos pobres"; sua mítica, por exemplo, nas comemorações do seu aniversário e nos festejos do primeiro de maio; suas viagens e deslocamentos por todo o território nacional; sua demonstração de poder como chefe das Forças Armadas contra os inimigos internos (os comunistas, entre outros) e externos (a Segunda Guerra Mundial); sua preponderância sobre a burguesia nacional. Tudo orquestrado sob o controle da propaganda estatal, de uma forma tal que a ordem se tornasse incontestável e eternizada, assim como também ocorria em relação à figura de Hitler na Alemanha nazista

Entretanto, algo diverso dessa Eternidade mítica em torno de um líder salvador da pátria encontra-se nos filmes de Sganzerla. Todos eles, *Nem tudo é verdade*, *Tudo é Brasil* e *O signo do caos*, reportam-se à passagem de Orson Welles pelo Brasil, em 1942, quando ele aqui esteve para filmar, no contexto da Política da Boa Vizinhança, os episódios brasileiros da produção internacional *It´s all true*, que, no caso, incluíam o *Carnaval* e a encenação da história dos *Jangadeiros* que, em 1941, tinham viajado de jangada do Ceará ao Rio de Janeiro, durante 61 dias, para reivindicar melhores condições de trabalho a Getúlio Vargas. É importante lembrar que o projeto de Welles, por não atender aos interesses do DIP, foi interrompido antes de sua finalização.

Na reconstituição dessa passagem de Welles pelo Brasil, Sganzerla recupera trechos do *Cine Jornal Brasileiro*. Mas, mesmo valendo-se de um material originalmente concebido como propaganda, nos filmes de Sganzerla a História se sobrepõe à Eternidade tanto ao privilegiar a contraposição dos pontos de vista para além daqueles comprometidos com os interesses do ditador como ao incluir diversas vozes implicadas em diversos tempos e espaços envolvidos com os eventos narrados. Para tanto, aos cinejornais do DIP são contrapostos trechos de outros cinejornais, planos ou cenas do próprio *It´s all true*, de outros trabalhos do cineasta americano, especialmente, *Cidadão Kane* (1941), trechos de programas de rádio, canções da MPB, músicas americanas, etc.

É relevante notar, na organização de todos esses materiais, uma tensão estabelecida entre dois pólos principais: por um lado, Orson Welles e aqueles com quem ele se identificava, como Grande Otelo, os jangadeiros, os sambistas e os técnicos americanos envolvidos na produção ou representação de *It´s all true*; por outro, Getúlio Vargas e seus assessores, por exemplo, os responsáveis pela censura do DIP. Esses pólos perpassam *Nem tudo é verdade*, *Tudo é Brasil* e *O signo do caos* sob diferentes perspectivas, impossíveis de ser resumidas neste espaço. Há, entretanto, um dado comum a todos: é impossível uma delimitação clara dos contornos que definem seja a figura de Welles, seja a figura de Getúlio Vargas. Ambos surgem multifacetados, ora pela encenação dos atores (Arrigo Barnabé interpretando Orson Welles em *Nem tudo é verdade*; Otávio Terceiro no papel de um provável Getúlio em *O signo do caos*), ora pela recuperação da quantidade enorme de material audiovisual, organizado de acordo com um princípio de montagem vertical, ou seja, segundo uma combinação assíncrona entre som e imagem que impede uma evolução cartesiana da narrativa.

Essa montagem vertical assim como a representação das figuras difusas de Getúlio e Welles propõem ao espectador um jogo no qual a compreensão do(s) filme(s) não se dá de uma forma indiscutível, determinada. O princípio de "opacidade" se instaura destituindo a "transparência" do discurso fílmico clássico. Logo, essa representação da realidade distingue-se daquela dos cinejornais do DIP, desconstruindo sua perspectiva mítica, eterna, propondo, em contrapartida, uma visão segundo a qual diversas vozes envolvidas nos eventos, de ontem e hoje, entram em questão. Torna-se relativa a própria noção de herói, como protagonista de uma narrativa marcada por uma teleologia redentora capaz de levar à Eternidade. Em lugar disso, recupera-se uma dimensão de humanidade orientada por conflitos de várias dimensões, que podem ser enfrentados no plano da História.

NOTAS:

1 – SAID, Edward W. "Introduction to the Fifieth-Anniversary Edition, in AUERBACH, Erich. Mimesis: the representation of reality in Western literature. Trad. Williard R. Trask. New Jersey: Princenton University Press, 2003, pp. ix-xxxii.

2 – "A interpretação figural estabelece uma conexão entre dois acontecimentos ou duas pessoas, em que o primeiro significa não apenas a si mesmo mas também ao segundo. Os dois pólos da figura estão separados no tempo, mas ambos, sendo acontecimentos ou figuras reais, estão dentro do tempo, dentro da corrente da vida histórica." Ver AUERBACH, Erich. *Figura*. Trad. Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997, p. 46.

3 – ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Trad. Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.

4 – AUMONT, Jacques. "Figurable, Figuratif, Figural", in *À quoi pensent les films*. Paris: Séguier, 1996, pp. 148-173.

5 – “Notícias sobre as realizações nazistas no campo da propaganda e do anticomunismo alimentavam o centro do poder no ano de 1934. Luís Simões Lopes, oficial de gabinete do secretário da Presidência da República, em viagem à Europa como representante do Brasil à assembléia do Instituto Nacional de Agricultura, escreveu a Vargas sobre as maravilhas que viu na Alemanha. Em Berlim, cidade em que tensionava passar não mais que três dias, o obrigou à permanência de oito. Ali coligiu notas diversas e, principalmente, copiou a moderna legislação alemã sobre trabalho, propaganda etc., tão interessante lhe pareceu a organização, por exemplo, do Reichsministerium für Volkaufklarung und Propaganda de Goebbels.” Ver SOUZA, José Inacio de Melo Souza. *O Estado contra os meios de comunicação (1889–1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, p. 90.

6 – XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

EM BUSCA DE HERÓIS: PERDIDOS NOS LABIRINTOS HISTORIOGRÁFICOS E LITERÁRIOS

Sandra Maira Bolzon

Essa análise pretende abordar questões sobre a ciência história e a literatura, onde procura-se entender em que momento histórico esses dois estudos se encontram e o que apresentam em comum. Para tanto, torna-se necessário entender o desenvolvimento histórico de cada qual, para a partir de então iniciar a discussão que envolve suas analogias. O fato é que, através do presente trabalho é possível abordar questões a respeito do imaginário humano, seja a partir de fontes históricas, ou mesmo a partir de escritos literários.

A história é uma ciência bastante vasta, a partir dela é possível realizar diversas análises. Mas nem sempre foi assim, ela sofreu modificações com o passar do tempo, para atualmente proporcionar aos historiadores um campo de pesquisa ampliado. No qual é possível analisá-la inclusive multidisciplinarmente, no caso, paralelamente à literatura. Mas a literatura também passou e ainda passa por fases, dentre as quais uma é especial para esse estudo. Trata-se do período romântico, necessariamente do romance "O Guarani"[1], de José de Alencar. Usufruindo de tal obra literária, procura-se apresentar a construção de figuras heróicas na literatura, o papel que elas exercem e as características que apresentam para que sejam consideradas como tais. Mas as figuras heróicas não são representação apenas da literatura, elas estão presentes no cotidiano, e isso faz com que apareçam inseridas inclusive na ciência história. E para tratar dessa semelhança entre história e literatura, além da obra literária já citada, será usado uma outra em especial, trata-se do livro "Mitos e Heróis: Construção de imaginários"[2], organizado por Loiva Otero Félix e Cláudio P. Elmir. A partir de então se passa à proposta de análise propriamente dita.

Fazendo uma rápida menção a respeito do desenvolvimento da perspectiva histórica pelo qual passou a ciência História, podemos começar pontuando que ela foi pensada por muito tempo enquanto uma narração restrita, fadada a enfatizar acontecimentos e engrandecer alguns nomes. Essa história é compreendida enquanto

“Tradicional”. Ela demonstra maior atenção à política, seus estudos e conclusões estão sempre voltados a tentativa de pensar essa estrutura[3] da sociedade. Porém, chegou-se a um determinado momento histórico em que os historiadores perceberam que a história não é feita somente de acontecimentos políticos, e através da influência de um grande estudioso chamado Karl Marx, passou-se a atentar também no estudo da economia. Ou seja, a partir de então valorizou-se também a face econômica da sociedade, cujo enfoque atenta à população em geral e as diferenças entre os períodos de produção. A essa corrente denominamos Marxismo. Mas a ânsia por conhecimento foi mais além, já que as duas correntes existentes até então eram opostas, cada qual buscando defender seus instrumentais. Percebeu-se que havia ainda outra estrutura da sociedade a qual não estava sendo valorizada: a cultural. A corrente que define essa nova tendência histórica é conhecida como História Nova. Porém, está havendo cada vez mais entre os historiadores uma preocupação em analisar-se a História como um todo, valorizando não somente uma ou outra parte constitutiva da mesma, mas sim todas, num procedimento interdisciplinar. Isso porque todas elas interagem num só contexto[4] histórico. Cada estrutura - seja ela política, econômica, social, cultural ou outras - tem sua contribuição para com os estudos históricos e por isso devem ser levados em consideração.

Notório é que a História está cada vez mais ampliando seus campos de pesquisa. Percebendo essa característica, os historiadores estão realizando novas abordagens historiográficas, valorizando dados que antes eram olvidados pela História Tradicional. Em decorrência disso surge também o interesse em se mesclar disciplinas, ou seja fazer pesquisas multidisciplinares. Um exemplo pode ser dado quando imbricamos um estudo que envolve história e literatura. Ao relacionarmos ambas, podemos analisar até que ponto as obras são representação de determinado contexto e sociedade, ou seja, o limite de veracidade da realidade representada em determinada obra, a relação entre o mundo real e o ficcional. Mesmo porque o historiador escreve a partir de fontes primárias ou secundárias, relatando acontecimentos ocorridos em determinados períodos e lugares. Ao tempo em que o faz, o historiador tenta não influenciar com seus sentimentos e emoções naquilo que

escreve, de forma que se busca fazer uma História o mais verídica possível. Contudo, percebe-se o inverso com o escritor literário, que ao escrever sua história, faz uso de um recorte temporal com cenário, personagens e cultura típicas de um determinado lugar e período histórico, mas não tem compromisso com uma verdade, escreve ficção romântica, realista ou outras, levado por suas emoções e sentimentos.

No entanto, apesar das divergências, História e Literatura tem muito em comum. Uma referência quanto a esse fato se dá quando percebemos que tanto o escritor histórico quanto o literário fazem parte de uma sociedade. Sendo assim, acabam por demonstrar em seus trabalhos detalhes que fazem parte do imaginário social, como é o caso da confecção de heróis. No cotidiano, é perceptível a busca de explicação para tudo o que acontece, portanto, por mais avançada que a ciência esteja, existem coisas as quais não se consegue explicar cientificamente. Um exemplo é dado quando se enfrenta momentos de turbulência, seja ela pessoal ou social, onde busca-se a quem recorrer, e na falta de um alguém legítimo, inventa-se um. É aí que a imaginação entra em cena na busca de satisfazer curiosidades particulares. Quanto a esse alguém inventado, ele pode ser representado na figura de um santo milagroso, de uma figura política ou mesmo em uma pessoa comum, que por algum motivo se destaca dentre as demais: seja pela força, coragem, boa vontade, astúcia ou mesmo espírito de liderança. O fato é que essas pessoas acabam sendo tidas como verdadeiras “heroínas”.

Seguindo tal perspectiva, é visível a possibilidade de se traçar as semelhanças e divergências entre história e literatura. No caso, de forma especial focalizando a confecção de heróis e o papel que esses representam na sociedade. Pois apesar de estarem contidos no imaginário social, são trazidos ao cotidiano com maior ênfase através de escritos, no caso estudado, pelos históricos e literários.

Analisando alguns artigos do já citado livro “Mitos e Heróis: Construção de imaginários”, destaca-se para esse estudo o texto de Maria Eunice Maciel, “Procurando o Imaginário Social: Apontamentos para uma discussão”, no qual a autora trabalha com conceitos como mitos, heróis e imaginário. Ela frisa a necessidade de uma análise que leve

em consideração processo e contextualização. Sendo assim, o imaginário pode ser entendido enquanto um articulador maior, no tempo em que o mito seria parte integrante dele, já os heróis, parte integrante do mito. Para Maria Eunice Maciel, existem dois tipos de heróis: um é aquele que tem o seu nome engrandecido na História Política, sendo integrante da elite; o outro seria aquele que promoveu uma grande ação, ou seja, um "grande feito" que estaria descontextualizado e não se insere no mesmo processo do caso anterior. Para melhor entender os dois tipos de heróis que a autora pontua[5], é possível descrever o primeiro enquanto o portador de um "grande nome", um exemplo: Getúlio Vargas. O outro tipo de herói, aquele que promove um "grande feito", e vem das camadas mais baixas da sociedade, pode ser exemplificado na figura de Tiradentes.

Sobre "Mitos e Heróis", a autora destaca que geralmente um ato heróico está relacionado à morte, ou seja, determinado sujeito encarrega-se de realizar uma grande ação a ponto de arriscar a vida e após sua morte é considerado um herói, sendo que a História, através da memória encarrega-se de perpetuá-lo, impedindo seu esquecimento, não somente através de escritos, mas também de monumentos, que funcionam como uma homenagem[6]. Porém, nem todos aqueles que são considerados heróis pela História o são de fato, muitas vezes tratam-se de sujeitos da elite, representantes do Estado que recebem demasiado destaque na História Tradicional, ou então são sujeitos usados de forma intencional pela propaganda, com a finalidade de articular a população.

Para analisarmos a questão do "herói" na literatura, será usado o exemplo do personagem "Peri", do romance "O Guarani". Nesse romance, é perceptível desde o início que Peri, nada mais é senão um índio inventado, ou seja, suas características físicas são possivelmente verídicas, já que apontam um homem forte e saudável. Porém suas características comportamentais registram um verdadeiro cavalheiro medieval, isso porque identificam-no não como um selvagem defensor de sua tribo, mas sim como um índio que abriu mão de sua família a favor de uma "branca", Cecília.

O fato é que nesse romance, fica em evidência a figura do "bom selvagem", representado por Peri, que, na verdade, é um índio ideologizado que se assemelha à um

cavalheiro medieval. Este reconhece em Ceci, sua amada e filha de um velho fidalgo, a personificação de Maria, mãe de Cristo. Peri, no entanto, não quer cristianizar-se pelo fato de que para proteger sua Ceci comete qualquer ação, inclusive as proibidas pela Santa Igreja. Fica também em evidência relações cavalheirescas entre o fidalgo do Paquequer e aqueles que competem a seus vassalos. Uma outra questão importante à se observar em "O Guarani", é que Peri é um bom selvagem por apresentar características cavalheirescas, entretanto os Aimorés (outra raça indígena citada no romance) são sinônimo de maldade, vingança, canibalismo, etc. O que os caracterizam enquanto maus selvagens.

O bom selvagem, Peri, vive para servir Cecília, fazer todas as suas vontades e se manter pronto para salvá-la de qualquer perigo. Durante esse romance é possível notar também em Peri qualidades que o caracterizam enquanto um herói: fortaleza, coragem, inteligência, etc. Quanto às suas ações heróicas, pode-se presenciar desde a primeira cena sua luta com um animal selvagem, o qual é rendido por Peri e ainda levado vivo para Ceci, com a única finalidade de satisfazer o desejo de sua adorada.

No decorrer de todo o livro é notável o esforço de Peri para proteger Ceci, porém mais ao final do romance é demonstrado até que ponto ele foi capaz de chegar afim de vencer seu objetivo. Trata-se de quando ele toma veneno e se entrega aos aimorés, os quais pretendem se vingar da família Mariz. Com esse ato Peri faria parte do ritual de canibalismo, e estando ele envenenado, envenenaria também os aimorés, dessa forma salvando Ceci e sua família. Porém seu plano lhe escapou, e voltando para a casa de sua adorada, esta lhe pede que viva, é por isso que, com uma força de vontade sobrenatural Peri permite-se curar e calcular um novo plano, no qual lhe é permitido salvar apenas Ceci. Seu segundo plano triunfa e o guarani dá sua última amostra de força e dedicação quando, durante a fuga, arranca com os próprios braços uma palmeira, na qual deslizará rio abaixo com sua adorada Ceci em seus braços. No entanto, os atos heróicos não são os únicos indícios de representação simbólica do livro "O Guarani". Além de outros, também ao final do romance nos é permitido observar a questão da imagem do fogo, que representa a

destruição da família Mariz num ato de vingança pelos aimorés, ou seja, o fogo é exibição do mal.

Com essa discussão se torna notável quanto o imaginário influencia no cotidiano, seja na realidade, que acaba sendo interpretada pela história, ou nos romances, através da literatura. Em ambos os casos compreende-se ainda o aparecimento de figuras às quais são reservados espaços especiais. Essas figuras são, em geral, pessoas com características que as destacam das demais, fazendo com que elas se tornem mais notáveis, ou seja, acabam por protagonizar a história a qual fazem parte, sendo elevadas ao título de "heróis". Na história, isso normalmente acontece em decorrência de seus feitos, ou mesmo por questões politicamente estratégicas. E na literatura os personagens vão seguindo a trajetória que mais conveniente for ao escritor, o qual controla as ações de seu "herói" para que este faça jus de tal título. Mas o que é comum nos dois casos, é que o herói é portador de características muito semelhantes, as quais dizem respeito às questões de força, coragem, boa vontade, astúcia, espírito de liderança, etc., como já foi esclarecido anteriormente.

Um exemplo usado por Maria Eunice Maciel para mostrar a propagação de imagens preservacionistas, diz respeito às ilustrações de governantes em papel moeda, onde ocorria um rodízio de retratos políticos no dinheiro brasileiro, que além de "grandes nomes" já ilustrou figuras como o gaúcho ou a baiana, mitificando o primeiro enquanto um herói, símbolo da força e persistência, ocorrendo uma glorificação dessas figuras, que uma vez desmistificadas denunciariam a realidade e colocariam em risco a posição de domínio social. Essa situação, segundo a autora, "remete à problemática das ideologias e das falsidades da história[7].

O fato é que isso tudo também faz parte de modismos, os quais são passageiros, já o imaginário social deve ir além disso, pois está no campo da renovação. E à História cabe saber lidar com tudo isso, afim de poder se aprimorar ainda mais e estar atingindo um patamar mais amplo que o da velha História Tradicional. A História hoje deve ser mais do que abrangente, deve ser crítica, pois através dela não se estabelecem

verdades, mas sim se fazem interpretações. E é nesse labirinto de incertezas e interpretações que os historiadores devem caminhar, fazendo desse estudo o mais fascinante possível.

---

[1] ALENCAR, José de. *O Guarani.* São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.
[2] FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e Heróis: construção de Imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1998.
[3] Nesse estudo, entende-se estrutura enquanto parte constitutiva de um todo. Ou seja, cada estudo específico da história é tido enquanto uma estrutura da sociedade, compondo a base e servindo de alicerce à mesma.
[4] Entenda-se por contexto, o conjunto de fatos que compõem a história em geral e suas respectivas periodizações.
[5] Vale ressaltar que a autora não usa exemplos de heróis, essa foi uma iniciativa particular para melhor compreender a definição que Maciel faz a respeito dos mesmos.
[6] Essa afirmação é também fruto de uma interpretação do texto de Maciel, porém ela própria se baseia em Le Goff ao usar tal argumento.
[7] MACIEL,1998,p. 84.

A Historicidade da Cena Teatral: a montagem de *Corpo a Corpo* pelo Grupo Tapa de São Paulo

Sandra Rodart Araújo

O ofício do Historiador que se propõe a trabalhar com objetos artísticos, sejam eles, filmes, poesias, textos teatrais, etc, carrega um dado de especificidade. Tal especificidade deve-se ao fato da importância tomada pelo tema nas últimas décadas. É sabido que o diálogo arte/sociedade não data de agora e que há algum tempo os historiadores utilizam-se de objetos artísticos para remeter-se a uma realidade passada ou a sua própria. Para tanto, a diversidade de propostas que se encampam na reflexão sobre cultura aumentou consideravelmente. Desta forma, uma abordagem que pretende lançar um olhar específico sobre o binômio História e Teatro traz um campo de possibilidades interessante para o historiador.

Assim, a arte é aqui entendida não como um reflexo do social, ou um campo separado do econômico e político e que tem a função de validá-los. Ao contrário, a produção desta linguagem é parte constituinte da sociedade e cria também novas formas de práticas sociais. Esta discussão foi sistematizada por Roger Chartier de forma interessante, ao localizar estas questões percebendo duas formas de pensar o trabalho do historiador da cultura. Segundo ele, a discussão insere-se em duas vertentes: a primeira um trabalho que busca na cultura a justificação ou validação de práticas sociais (que fazem parte de um real determinado). A segunda, parte do próprio fazer cultural – sejam as práticas de leituras, como no caso do Historiador citado, sejam os objetos artísticos – ou seja, percebe como o objeto cria também novas formas de *práticas sociais*. Assim, o autor busca nos processos de produção e recepção destas práticas entender como são instituídas, internacionalizadas, reapropriadas.

Ancorado nestes questionamentos, a encenação de uma peça teatral, além de trazer reflexões sobre a sociedade na qual se insere (ou seja, uma visão do autor que escreve o texto teatral), cria novas formas de entendimento a partir de uma linguagem cênica. Deste

modo, como mencionado a priori, a obra de arte, além de ser uma representação de uma dada realidade, cria novas práticas ao ser encenada.[i]

Assim, a intenção é evidenciar a importância da encenação da peça *Corpo a Corpo*[ii], de Oduvaldo Vianna Filho, em 1995, pelo Grupo Tapa de São Paulo. Refletindo sobre a necessidade de recuperação de espetáculos que muitas vezes não são discutidos mais profundamente por um olhar histórico. Tal experiência torna-se válida visto que, uma encenação que se encontra em um momento histórico específico nos revela aspectos de uma época e suas apresentações contribuíram para o debate. Contudo, cabe ressaltar que a presente pesquisa pretende lançar luzes sobre uma dada encenação, mas, sem deixar de lado o texto teatral.

É possível percebermos três momentos específicos, onde o diálogo arte/sociedade mostra-se presente. Em um primeiro momento, 1970, *Corpo a Corpo* é uma produção individual de um agente que responde questões de um coletivo que aflige, que lança questões. Uma obra de arte historicamente construída, pois remete a realidade social vivida. No segundo momento esta obra é resignificada por linguagens cênicas para que se torne inteligível a um público que as recebe, vinte e cinco anos depois de sua escrita. Ora, se em 1970 as reflexões suscitadas pelo texto são compartilhadas por aquela sociedade no ano de 1995, as mesmas questões, mesmo que presentes de outra forma, são também passíveis de entendimento porque foram criadas linguagens novas – que se materializam: na construção do personagem, no cenário, na relação estabelecida entre estes elementos e a platéia, etc. O terceiro momento, onde novas práticas são criadas, é a forma com que o público reapropria, contesta, reflete ou internacionaliza tais signos – presentes tanto no texto como na linguagem cênica criada.

Pensemos nestes três momentos, em primeiro lugar o texto e suas questões suscitadas em uma dada realidade. A peça, um monólogo, se estrutura em um ato, que se passa durante uma angustiante noite de insônia. Nas rubricas, o autor aponta para as quebras de seqüência que se dão principalmente pela música e pela luz. O telefone é artifício central para a montagem da peça. Vivacqua, em poucos momentos monologa, ou

seja, os elementos criados por Vianna no texto, faz com que Vivacqua sempre fale ao telefone, ao público, etc., fazendo com que a peça tenha um ritmo alucinante. Fala ao telefone, lê cartas, conversa ao rádio amador e grita aos vizinhos. Quando está sozinho, sem os artifícios citados, Vivacqua parece impelir a platéia, interrogando e inquirindo a si próprio e a quem o ouve. Vivacqua, um publicitário, durante uma noite passada em claro, luta contra seus fantasmas: um noivado de conveniências, a sujeição ao patrão, um emprego que cerceia sua criatividade, a omissão perante a mãe que não vê a um ano e que está à beira da morte. O personagem sucumbe ao sistema, mas nesta noite sofre, ao saber que o amigo vai ser despedido porque não serve mais à empresa que ajudou a construir. Durante toda a peça o personagem é caracterizado por essas idas e vindas. Faz planos, concorda que está vivendo em uma vida de mentiras, mas volta atrás, procura um modo de voltar a fazer seus anúncios. Vianna cria um personagem angustiado pela dúvida e o seu maior sofrimento (e o que o carrega para esta dúvida) é a sua consciência. Consciência da condição de um povo alienado, facilmente manipulado e, principalmente, consciente do jogo sujo do qual faz parte. Diante disso qual é a saída?

> Eu não sei o que faria se estivesse no lugar de Vivacqua, a personagem de Corpo a Corpo. A sua falta de saída é objetiva, seja ele bom, mau, médio caráter. As armas que sabe usar bem, as armas que lhe dão objetividade no mundo, que lhe dão referências, as armas que ele utiliza e através das quais ele é ser humano, é ser social, são as armas de um jogo que ele detesta[iii].

E nessa noite que não tem mais fim, bêbado e drogado, Vivacqua vacila, decide mudar e volta atrás quando recebe um telefonema do chefe oferecendo uma promoção, que é ocupar o lugar do amigo que será despedido. Nesse momento, ele esquece as angústias e prepara as malas para uma viagem que fará dele “um grande homem”.

Corpo a Corpo coloca em discussão questões sérias àquele momento. Evidencia a importância de se pensar seriamente o problema colocado pela publicidade como sua padronização de hábitos e a crescente criação de necessidades que serão supridas por poucos. “*Parece que é preciso manter 70 milhões de brasileiros fora do mercado consumidor, para que os 20 milhões capazes de consumir possas poupar alguma coisa que garantirá o desenvolvimento”*[iv]. *Corpo a Corpo* mostra que todo este processo só é possível

porque as pessoas estão dispostas a aceitá-lo, estão completamente alienadas ou, no caso de Vivacqua, preferem estar.

Assim, pensando nos dois últimos momentos propostos acima, qual a importância destas questões na década de 1990? O momento da escrita da peça em 1971 e a sua encenação em 1995 compartilham de um mesmo tempo histórico, os questionamentos levantados por Vianna não só se efetivaram, como criaram formas mais eficazes de persuasão. A publicidade se efetiva contribuindo para uma sociedade onde o consumo é a lei. As questões do presente da encenação são colocadas em outro nível, mas o que permanece? O que se transforma? Assim, são estas singularidades que possibilitam pensar uma síntese entre os dois momentos, e neste sentido, a encenação da peça em 1995, pelo Grupo Tapa, possibilita entender como o grupo percebe estas permanências e transformações no âmbito da cena teatral.

Pensemos no personagem Vivacqua. Em 1970 ele é o intelectual que cede, que se deixa corromper pelo sistema. Ele tem uma formação específica: cursou sociologia e compartilhou de aspirações revolucionárias da época. Voltemos a 1995, a formação desta geração é outra, o publicitário tem uma formação exclusivamente para o mercado. Diante destes questionamentos, qual o impacto desta encenação, como o público percebe estas questões? O Grupo Tapa, com sua montagem da peça, nos transporta para um mundo de sonhos destruídos, traz à tona um anti-herói que parece viver nos nossos dias, assim o diretor do espetáculo Eduardo Tolentino se refere à peça:

> Todos nós somos cobrados por não sermos iguais a ele e há sempre alguém incitando um ator, um diretor, um cenógrafo para deixar o grupo e fazer um trabalho fora ganhando mais, aparecendo mais; neste país somos empurrados para o sucesso, para correr atrás da mídia, para passar por cima dos outros e, no nosso caso, preferimos seguir arduamente outro caminho: *Corpo a Corpo* fala disso, mostra um Fausto tropical meio bobo, acreditando que no final tudo vai dar certo porque Deus é brasileiro[v].

Tolentino busca, na sua montagem, enfatizar a escolha moral do personagem, explorar todas as suas fraquezas físicas e éticas.

> É este ângulo da queda moral e da conseqüente perda espiritual que a direção de Eduardo Tolentino de Araújo enfatiza. Nesta encenação os mecanismos de dominação são menos importantes do que a conseqüência sobre a psique do

> personagem. Tolentino imprimiu a essa mesquinha barganha uma dimensão grandiosa, ultrapassando o limite do realismo. Tenso desde o início, o Vivacqua desta encenação é incapaz de ironizar ou rir de si mesmo. Não há uma folga para o ator ou para o espectador e o desconforto e a excitação progridem até que se perceba o alto custo da opção feita pelo personagem. Quem entra nessa corrida não conhecerá o repouso[vi].

Ao ressaltar principalmente as escolhas de Vivacqua em detrimento do mecanismo que o levou a elas, Tolentino consegue atualizar o texto de forma surpreendente, passados os 25 anos desde a sua escrita, ainda nos interpela de forma profunda. Vivacqua faz com que nos sintamos culpados, faz com que nos reconheçamos nessa armadilha sórdida que é a escolha pelo sucesso, a escolha de sermos os primeiros e deixar para trás o que for preciso.

Mas, como a linguagem cênica reatualiza o debate mostra-se como uma importante questão. A encenação tem uma especificidade interessante, o espaço utilizado para a montagem foi a metade do palco Italiano, sendo que a outra metade era ocupada pela platéia (com cinqüenta lugares apenas). Assim, Vivacqua está o tempo todo muito perto do público, não sendo possível fugir do mal estar provocado pelo personagem, suas falhas são percebidas de perto, suas fraquezas são duramente expostas, sem ser possível ficar alheio.

O dado da recepção no presente trabalho, até aqui pouco explorado, é percebido pelas críticas jornalísticas veiculadas no momento da encenação da peça, no caso o ano de 1995. É interessante notar que cada tempo recebe de formas diferentes a montagem da peça, pois *"a recepção de uma obra artística está em sintonia tanto com a tradição cultural e estética, quanto com as circunstâncias do momento em que o trabalho é veiculado."*[vii] A encenação de 1975 nos leva a pensar esta questão. Este é o momento em que a luta pela Resistência Democrática é ponto de pauta para diferentes segmentos da sociedade. A peça – além de tratar de um tema caro ao momento: a escolha de entrar para o sistema e abandonar sonhos – foi escrita por um militante que se empenhou nas lutas políticas de seu tempo por meio de sua arte e que, além disso sua morte prematura em 1974 causou comoção no meio artístico.

Ora, sem sombra de dúvidas, a peça teve neste momento uma calorosa recepção, pois *"a análise do impacto histórico de uma montagem teatral, os recursos a serem*

mobilizados envolvem, preponderantemente, a interlocução do espetáculo com os segmentos sociais que interagem com a sua proposta."[viii] Naquele momento, as bandeiras de luta contra um estado de arbítrio, ressoavam unívocas.

Assim, quais idéias compartilhavam palco e platéia em 1995? O público que assiste à peça faz parte de determinados segmentos, e assim como em 1975 o teatro não atinge a sociedade como um todo. Porém, a peça neste momento faz várias apresentações, viaja em turnês pelo Brasil e é premiada. Como pensar este dado de recepção? Pelo viés de que o público de teatro é bastante restrito, a midiatização do teatro cria novos atrativos diminuindo ainda mais as possibilidades de trabalho de grupos que não contam com atores conhecidos pela telinha, etc. Ou é preciso entender esta recepção dentro do circuito teatral e compreender porque a peça é tão bem aceita por estes segmentos em um momento em que a formação para o trabalho (mercado) é tão presente. Porque Vivacqua ainda diz algo a estas pessoas?[ix] Contudo, os questionamentos sobre a recepção de *Corpo a Corpo* em 1995 são ainda perguntas que precisam ser mais bem apuradas.

Assim, pensando ainda nas várias resignificações criadas pelo Grupo Tapa para que os mecanismos utilizados na construção do texto mostrem-se mais pungentes, é interessante verificar o trecho a seguir onde Vianna por meio da técnica do distanciamento[x]: quebra a idéia palco/platéia:

> Vou abandonar vocês e não podem me xingar, é publicidade, é a única coisa que eu sei fazer... é o que vocês todos queriam que acontecesse com vocês. (...) essa é a regra do jogo que vocês botam, que vocês deixam que seja ensinada nas escolas, nos anúncios, agora ficam com nojo quando descobrem que alguém ganhou esse jogo, hem?[xi]

Assim, quando Vivacqua interpela a platéia, isto fica mais mordaz com a proximidade criada pelo Grupo Tapa. A encenação explora o distanciamento criado pelo dramaturgo, também nesta proximidade física entre personagem e platéia. Por meio das indicações do texto a encenação cria uma forma de dar vazão ao significado, por exemplo, deste mecanismo presente no texto.

A transposição de indicações textuais para uma linguagem cênica que faça compreender o primeiro pode também ser percebida no que tange aos ideais de Vivacqua

deixados para trás. Vivacqua tem formação em Sociologia e durante algum tempo sonhou em mudar o mundo, sua fala em muitos momentos nos remete a sua tortura individual por ter abandonado seus ideais. Estes ideais, tão presentes no seu monólogo, podem também ser percebidos pelo imenso painel colocado na montagem do grupo. Este painel que foi dependurado ao longo da escada que liga o quarto com a sala mostra uma foto de Che Guevara, símbolo comum de luta revolucionária ainda naqueles dias (década de 1990).

A sujeição de Vivacqua ao patrão, Tolentino, é também transposta como linguagem cênica no ajoelhar-se do personagem frente aos sapatos e lustrá-los no momento em que fala da sua relação com Tolentino:

> O Tolentino viaja pro estrangeiro e me telefona prá saber como vão as mulheres da praça! Como é, tem alguma novidade na praça?" Mas onde é que estamos? O que é isso? Mas então o quê? Mas eu sou cafetina? Vou andar de turbante agora? Com brinco e boca pintada? Sou Madame Popadour?[xii]

Pensando ainda na reatualização cênica de um texto é interessante notar como o encenador Aderbal Freire ao rememorar a montagem de *Corpo a Corpo*, em 1975, nos mostra uma outra leitura do mesmo texto:

> Eu me lembro que o cenário eu fiz em parceria com Michel. Os móveis eram todos brancos e o palco era cercado por todas as paredes pretas, pintadas de preto com desenhos de faixas de pedestres de rua, e quando olhadas de pé se projetava a mesma visão que se tem do asfalto quando se olha para baixo. O palco era cercado por um chão de asfalto, em certo momento o personagem fica na janela querendo se jogar, diante de toda esta visão que o público tinha, não existia janela, era isso e os móveis todos brancos: a televisão, a cama, o armário. E, ao final da peça ele se vestia todo de branco: camisa, gravata, enfim, tudo e se coisificava, se anulava ali no meio daquelas coisas[xiii].

As possibilidades criadas por Aderbal não se encontram no texto, a brancura como forma de alienar-se é a solução cênica criada para reafirmar o se vender do personagem, sua opção de fazer parte de um sistema cruel que ele conhece e odeia.

Vivacqua no início do seu corpo a corpo, quando se indigna com o destino do amigo, quando sente falta da mãe e rompe seu vantajoso noivado, enfim, quando decide mudar, voltar atrás, mostra-se como o momento em que *"Vivacqua tenta dar vida a esta brancura, dar vida a esta ausência e ameaça saltar para aquele negro."*[xiv]

As concepções cênicas das diferentes montagens da peça remetem novamente a idéia de criação de novas práticas sociais. Seus agentes criaram formas para que os espetáculos fossem entendidos.

Desta forma, o que leva uma mesma peça ter recepções tão diferenciadas? Além das 'lutas' postas em cada momento histórico, as resignificações para a transposição do texto para o palco contribuíram para leituras diferenciadas da peça.

---

[i] Estas idéias estão ancoradas nas reflexões de Roger Chartier ao longo de seus estudos, na tentativa de compreender as manifestações culturais enquanto representações sociais. *"As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza"*. In: CHARTIER, R. **A história Cultural: entre Práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 17.

[ii] A peça teatral *Corpo a Corpo* foi escrita em 1971 por Oduvaldo Vianna Filho. Ao todo foram três encenações, sendo a primeira em 1971 com direção de Antunes Filho e interpretação de Juca de Oliveira apresentada no teatro Itália. A segunda encenação foi em 1975, sendo a primeira peça de Vianna montada depois de sua morte, contou com direção de Aderbal Jr. e atuação de Gracindo Jr. A terceira montagem, já referida acima, é do Grupo Tapa de São Paulo, com direção de Eduardo Tolentino e atuação de Zé Carlos Machado, no Teatro Aliança Francesa.

[iii] "O teatro visto por um autor: Oduvaldo Vianna Filho". In: *Gazeta de São Paulo*, 21/11/1971.

[iv] VIANNA FILHO, Oduvaldo. Efeitos e causas (ou causas e efeitos) da crise (um depoimento). In. Peixoto. F. (org). Op. Cit. P. 151.

[v] LIMA, Mariângela Alves de. **"Corpo a Corpo" confirma talento do Tapa**. In: O Estado de São Paulo, 1995. p. D20.

[vi] Idem p. D20.

[vii] PATRIOTA, Rosangela. História, Estética e Recepção: o Brasil Contemporâneo pelas encenações de Eles não usam Black-Tie (G. Guarnieri) e o Rei da Vela (O. de Andrade). In.: PATRIOTA, Rosangela & Ramos, Alcides Freire (orgs). **História e Cultura: espaços plurais**.Uberlândia: Aspectus, 2002, p. 125.

[viii] Ibidem, p. 115.

[ix] Estas questões foram suscitadas a partir da leitura do artigo de Rosangela Patriota supra citado. Neste artigo a autora analisa as diferentes recepções de duas peças Eles não usam Black-Tie (G. Guarnieri) e o Rei da Vela (O. de Andrade). Ambas foram primeiramente encenadas em momentos de grande efervescência cultural do Brasil Black-Tie em 1958 e O Rei da Vela em 1967. Pelas questões colocadas pelo momento histórico as duas peças tornam-se marco para a história do teatro brasileiro, inauguram experiências formais e estéticas novas. Mas segundo Patriota isto só foi possível porque o público compartilhava de aspirações que eram passíveis de serem vistas no palco. Contudo, as encenações das mesmas peças no ano de 2000 são recebidas de forma apática e não saem do eixo Rio –São Paulo. Ou seja, as encenações não encontram no ano de 2000 referenciais que façam a comunhão entre público e platéia.

[x] A idéia de distanciamento é aqui entendida como: "Prólogos e epílogos; cenas completas em si mesmas, colagens, canções, narração, *griots*, narradores disfarçados ou assumidos, Tirésias transmudado em porta-voz de diversos tempos, ideologias e autores; temas que extrapolam os limites impostos pela dramaturgia dita aristotélica, mediações palco/platéia, *flash-back*, recuos, desvios, memória, quebras de linearidade da ação dramática; o teatro pondo a nu a sua teatralidade." In: HILDEBRANDO, Antônio. **Aspectos da Recepção da teoria do Teatro Épico de Bertolt Brecht**. In: Revista ArtCultura, vol. 3, 2001. p. 120-127.

[xi] VIANNA FILHO, O. Op. Cit. p. 198

[xii] Ibidem, p. 177.

[xiii] Entrevista concedida a Profª Drª Rosangela Patriota. s/d.

[xiv] Idem.

AMAS-DE-LEITE NO ESTÚDIO DO FOTÓGRAFO – BRASIL, SÉCULO XIX.

Sandra Sofia Machado Koutsoukos.[1]

As fotos das amas-de-leite pertencem à categoria "fotos de escravos domésticos", os quais haviam sido levados ou enviados aos estúdios de fotografia pelos seus senhores. Quando retratados, os escravos domésticos tinham o produto, que resultava da visita ao estúdio fotográfico, normalmente acondicionado nos álbuns das famílias a que pertenciam. A procura pela (auto-)representação tomara grande fôlego após a invenção da fotografia em 1839, tendo seu ápice após a criação, por Adolphe Eugène Disdéri, da carte-de-visite (em 1854, na França).[2] Naquele momento, os profissionais do novo meio ainda acreditavam que a organização da cena e o arranjo da pose deveriam continuar a seguir o padrão do que tinha sido feito até então na pintura de retratos de corpo inteiro. Daí a representação da mãe com o filho, assim como da ama com a criança, freqüentemente lembrar as Madonnas que foram retratadas em pintura durante séculos no Ocidente. Os fotógrafos, então, afastaram a câmera para longe da cena e passaram a retratar o cliente de corpo inteiro, com uma pose, vestes e ambientação que revelasse a sua "máscara" social; que registrasse o que aquele indivíduo representado acreditava que devia ser objeto de rememoração pela posteridade.

Já às amas-de-leite, algumas vezes retratadas com vestes que não lhes pertenciam, com jóias que também não lhes pertenciam e com uma pose que não teria nada a ver com o que poderia ser a *sua* idéia de auto-representação, não interessava em nada a composição da cena com a tal "máscara" social. A princípio, elas foram levadas aos estúdios pela vontade dos senhores que, ou queriam uma foto da ama que com tanto carinho estava criando o seu bebê (e por quem podiam *até* ter um afeto verdadeiro; se não, apenas sincera gratidão); ou queriam agradar à ama, lhe ofertando uma bonita foto sua com a criança por ela nutrida (talvez, quem sabe, primeira e única foto que a ama

teria); ou estavam mesmo era querendo uma foto da criança, que não parava quieta em outro colo, a não ser no colo daquela que lhe era mais íntima – a *sua* ama-de-leite. Caso o motivo não fosse nenhum desses, qual seria?

Se num retrato a presença de determinados "objetos" induzia a uma associação de idéias, como o livro indicava a cultura e a possível erudição do retratado, o cachorro indicava a fidelidade, a jóia indicava a riqueza, as flores indicavam a delicadeza, etc., a presença da criança branca indicava que aquela mulher negra era uma ama-de-leite, ou uma ama-seca, e a presença daquela mulher negra, junto à criança branca pequena, indicava que aquela criança fora amamentada por ama. Em termos de retrato, o meio fotográfico podia registrar um momento da vida da pessoa, registrar um rito de passagem, registrar a morte. As fotos das amas certamente retratam um momento na vida dela e da criança branca; podiam ainda registrar um rito de passagem, no caso de uma criança que finalmente fora desmamada; não vi até agora nenhuma ama em foto retratando a morte de uma criança – estas, geralmente, eram fotografadas no colo da mãe, ou mesmo fotografadas sós, como "anjinhos". Além do uso do retrato como mercadoria de rememoração, quando era colocado enquadrado sobre um móvel, pendurado nas paredes ou acondicionado em álbuns, caixas, ou gavetas, ele também funcionava como mercadoria de troca, quando era oferecido, muitas vezes com dedicatória, aos amigos, parentes e/ou conhecidos. Ficam aqui as perguntas, caso os retratos das amas lhes tenham sido ofertados pelos patrões: teriam eles sido enviados aos parentes e amigos distantes, numa tentativa de mostrar o "valor" de sua figura, de sua posição, no seio das famílias às quais elas serviam? Teriam seus amigos e parentes conseguido desvendar seus olhares, suas expressões, muitas vezes não condizentes com o luxo que as cercava?

Nelson Schapochnik ressaltou que o álbum de uma família é uma crônica com lacunas, já que não registra tudo o que acontece na vida daqueles personagens; mas só o

que se quer que seja registrado e acondicionado.[3] Daí talvez a importância maior dada à imagem das amas, em detrimento do restante da criadagem doméstica.[4] As amas, afinal, para o bom cumprimento de sua função, tinham que ser capazes de enorme abdicação e dedicação. Era o vulto da ama que o bebê melhor identificava, o cheiro do seu leite que lhe aguçava a fome, o seu colo que lhe aconchegava, as suas canções e histórias que lhe punham a dormir. A lembrança dela seria guardada com carinho pela criança que ela amamentara e criara.

Carinho, afeto, gratidão seriam os motivos dos senhores para encomendar as fotos das amas? **No estúdio do fotógrafo**, as amas foram colocadas a posar eretas, elegantemente vestidas, algumas mesmo ricamente vestidas, com tecidos finos, xales, às vezes portando jóias, com os cabelos e turbantes arrumados, sentadas em cadeiras de espaldares rebuscados, tendo, geralmente, a criança ao colo, ou em pé ao seu lado. Tais eram representações simples em termos de cenário, para que a atenção do observador da foto não se desviasse do que interessava, a criança e a ama retratadas de uma forma que se pretendia *positiva*.[5] Naquele tipo de foto tentava-se passar uma idéia de harmonia e afeto que podia não condizer com a história da ama, muito menos num período no qual o uso de amas-de-leite era condenado por vários; num período no qual doutores em medicina e teóricos moralistas procuravam desvalorizar, em certa medida, o seu tipo de trabalho, levantando suspeitas acerca de “gérmens” e doenças (físicas e morais) que poderiam ser transmitidos aos bebês brancos, pelas amas, através do leite. Ao mesmo tempo em que se incentivava a imagem da “boa mãe”, a “nova mãe” – a mãe branca que amamentaria os próprios filhos.[6] Logo, apesar de toda a contradição da situação, as amas retratadas teriam sido as consideradas como “boas amas” – as amas que preencheriam os diversos pré-requisitos a serem observados no ato de escolha de uma ama – e, de uma certa forma, teriam elas conseguido “superar”, perante as famílias brancas, as suspeitas, conquistado alguma confiança e sido vistas com bem-querer, ou mesmo como

um bem. Para que possamos perceber melhor a situação das amas, vejamos duas fotos selecionadas.

A **foto I** retrata a ama Mônica junto ao menino por ela criado.[7] Pela idade do menino, mesmo que ele tenha sido amamentado por Mônica, ela era naquele momento apenas a sua ama-seca; na sua lembrança, seria a sua "mãe-preta". Os pais do menino provavelmente estiveram presentes no estúdio, participando na organização da cena, junto ao fotógrafo. Ricamente vestida e ataviada, Mônica foi representada como uma Madonna negra, pela sua figura centralizada na foto, que forma um triângulo com sua vestimenta e a figura do menino, pela posição de seus braços, pela colocação de suas mãos e pelo aconchego e postura do menino que se apóia em seu ombro direito. Os adornos escolhidos para a foto procuravam "distanciá-la" do lugar de simples criada. O luxo com que a ama era mostrada podia expor em público a riqueza da casa a que ela pertencia, assim como a sua posição algo privilegiada perante outros escravos da casa. Porém escondia, na maioria das vezes, a história triste da separação da ama do seu filho natural. Para que a ama pudesse se dedicar exclusivamente ao bebê branco, o seu filho natural poderia ter sido separado dela ao nascer, quando teria sido entregue num asilo de órfãos, ou vendido (nesse caso, antes da proibição, em 1871, pela Lei do ventre livre, da venda de um filho menor de 12 anos sem a mãe), ou mandado criar longe, ou, ainda, podia ter morrido ao nascer, ou logo depois (nessa última hipótese, muitas vezes o óbito se devia à supressão da alimentação apropriada; no caso, o leite da mãe dele). Aquela era uma história que não era contada, mas que era adivinhada. Raros foram os casos nos quais às amas foi permitido amamentar o seu filho natural, ao mesmo tempo em que amamentava a criança branca. Inocente nesse arranjo, o menino branco da foto (vestido de homenzinho) recostou a cabeça e as mãozinhas na sua mãe-preta. Ela era coisa sua, por afeto e, mais tarde, talvez continuasse a ser por herança. É possível que houvesse também, por parte da ama, um afeto genuíno pela criança que ela amamentara.

O que chama a atenção nessa foto é que, apesar de Mônica ter sido “travestida” com toda aquela parafernália de riqueza “emprestada”, e de não ter ido até o estúdio do fotógrafo por livre vontade, ela não se intimidou perante a caixa preta e conseguiu dar a sua contribuição pessoal, através da sua expressão, do seu olhar, que encara fundo a máquina e parece nos contar a sua história. Ela parece querer falar da sua história. O luxo não conseguiu mascarar a condição da escrava e ela participou na construção da *sua própria imagem* naquele processo. O *rosto* de Mônica é o *seu retrato*, assim como o ombro que quase escapava do vestido e as mãos grossas encolhidas e de veias altas – mãos de quem já trabalhou muito; mãos às quais aquelas jóias possivelmente não pertenciam; mãos que não sabiam como bem se posicionar para a foto. Os cabelos brancos da ama revelaram uma gravidez algo tardia; seu último filho natural provavelmente tinha a idade do menino da foto. Não sendo uma escrava alugada para o serviço, mas pertencente à família, e posando tão bem vestida, estava Mônica calçada, ou descalça? Seus pés não aparecem. E conseguira ela a sua alforria, fruto de reconhecimento, após tamanha dedicação? Bom, o fotógrafo não pediu que Mônica desviasse aquele olhar porque não quis, ou que se portasse de outra maneira porque também não quis (talvez não tenha nem mesmo reparado); e foi aí que ele conseguiu fazer uma das melhores fotos de ama que temos no Brasil. Uma foto que, sozinha, pode dizer tanto de uma parte de nossa história.

A **foto II** é o retrato de Maria Rita Meireles da Costa Pinto com a ama-de-leite Benvinda.[8] Digna de nota é a forma de nomeação que era dada àquele tipo de foto, pois geralmente quando a localizamos descobrimos o nome inteiro da criança, por menor que ela fosse, e, no máximo, o primeiro nome da ama, ou apenas a referência “ama-de-leite”.[9] A então pequena Maria Rita viveu de 1880 a 1947. Quase imperceptível na foto, perdida na profusão de panos, a figura da menina com o vestido branco – talvez o vestido de batizado – se “camufla” na saia branca da ama. Sem fundo decorado, cadeira de espaldar

rebuscado, ou qualquer aparato de cena, a composição da foto é bastante simples. Mais próximos da câmera do que as personagens da foto anterior, a ama e o bebê formaram um triângulo que ocupou boa parte da fotografia. Bastante enfeitada, Benvinda não encarou a máquina (talvez estivesse preocupada em ajeitar e aquietar o bebê), mas exibiu os seus adornos: o colar de contas, a pulseira de várias voltas (ou seriam várias pulseiras?), o pano-da-costa bastante decorado e o turbante, também decorado e bem arrumado.[10] Assim como outras amas "baianas", o traje e os adornos (que certamente lhe pertenciam) que Benvinda usou para a foto lhe garantiram uma identidade africana; e eram detalhes de uma identidade que ela sabia o que significava, assim como também o sabiam as pessoas do seu meio.[11] A ama Mônica fora travestida com o luxo europeu "emprestado"; já Benvinda se produzira com sua própria indumentária. Caso tivesse tido oportunidade (ou tempo suficiente), teria Benvinda encarado a máquina e demonstrado orgulho de sua identidade exposta, ou talvez orgulho de sua posição como ama-de-leite?

Se, por um lado, devia mesmo haver uma certa gratidão e até uma boa dose de afeto, por parte dos senhores, às amas que foram consideradas como "boas amas", gratidão e afeto talvez não fossem as únicas justificativas para a encomenda daquele tipo de foto. Como a condenação, por parte dos doutores em medicina e de alguns teóricos moralistas, ao uso de amas-de-leite crescia (já desde fins do século XVIII), como as idéias e ideais abolicionistas iam se impondo, culminando com o fim da escravatura em 1888, poderia ter sido a intenção daqueles senhores, ao encomendarem tais composições, o de mostrar que, afinal, a servidão daquelas mulheres, e o seu uso naquela situação, não era de fato tão ruim quanto se tentava apregoar.[12] Daí talvez a construção formal das fotos de amas remetendo às fotos de mães com seus filhos, algumas às fotos de Madonnas, como as duas aqui vistas, numa tentativa de passar a idéia de harmonia e afeto. Daí talvez a suposta valorização da figura das amas apresentadas tão bem vestidas e, aparentemente, tão bem tratadas e bem-queridas, aproximadas da câmera e retratadas,

junto às crianças, como os sujeitos e o assunto daqueles retratos. Teria sido aquela uma estratégia de mostrar que havia um lado "positivo" na amamentação por amas e, conseqüentemente, aquela seria uma tentativa de diminuir a própria culpa por estar colaborando na manutenção daquela situação? Culpa essa, que seria justificada caso tivéssemos certeza de que os trabalhos dos doutores em medicina e os ataques dos teóricos moralistas tivessem chegado ao conhecimento das famílias brancas. Ou mesmo, alguns daqueles senhores poderiam ter encomendado tais retratos para mais tarde mostrar à criança que ela, ainda que tivesse sido amamentada por uma ama e não pela própria mãe, tivera uma boa ama; não uma ama qualquer, como poderia atestar a fotografia. Não podemos também deixar de lado o fato de que, para outros, a encomenda daquele tipo de foto podia significar simplesmente mais uma moda a ser copiada, mais um tipo de encenação que estava em voga no período: a foto de criança com a sua ama-de-leite negra – retrato que tão bem viria compor o leque de "assuntos" do álbum da família.

No entanto, o que interessa é que apesar da "manobra" dos senhores e dos fotógrafos, as amas, que também não teriam sido levadas aos estúdios desavisadas (algum tipo de negociação certamente acontecera entre a ama e os patrões), conseguiram trair a pretensa harmonia daquelas fotos e deram um jeito de se retratar. Nos duas fotos aqui analisadas, pudemos ver que o retrato de Mônica é o seu rosto, e o de Benvinda, a sua indumentária. No rosto de Mônica temos um "mudo" testemunho de *sua* história, no aparato de Benvinda, a afirmação de sua identidade africana. Todos os envolvidos usaram as estratégias de que dispunham, e cabe a nós hoje tentar desvendar o mistério daqueles retratos, decodificando seus numerosos indícios, fazendo uso dos meios de pesquisa e interpretação de que dispomos, para escrever a sua história.

---

[1] Sandra S. M. Koutsoukos é doutoranda em Multimeios, no Instituto de Artes da Unicamp, e desenvolve trabalho com o título *NO ESTÚDIO DO FOTÓGRAFO. Um estudo da (auto-)representação de pessoas negras*

livres, forras e escravas no Brasil do século XIX, sob a orientação da profa. Dra. Iara Lis Schiavinatto e com auxílio de bolsa de pesquisa da FAPESP.

[2] A carte-de-visite, ou cartão-de-visitas, era uma pequena fotografia em papel (aprox. 6,5 cm x 10 cm), colada sobre um cartão rígido e que podia ser adquirida a partir de quatro unidades. Mais barata do que os processos fotográficos anteriores, a carte-de-visite ajudou a "popularizar" o retrato, tornando-o mais acessível às camadas sociais menos favorecidas. Sobre o assunto: GERNSHEIM, Helmut, *The rise of photography: 1850-1880. The age of collodion.* Nova York, Thames and Hudson, 1988.

[3] SCHAPOCHNIK, Nelson, "Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade", em SEVCENKO, Nicolau (organização), *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio.* São Paulo, Cia. das Letras, 1998, 2ª. reimpressão.

[4] A maior parte das fotos de escravos domésticos que encontrei é de amas-de-leite com a criança branca.

[5]Sobre o assunto: LEITE, Miriam Moreira, *Retratos de família.* São Paulo, Edusp, 2000.

[6] Foram numerosas as teses escritas sobre amas e amamentação no Brasil, por doutores em medicina do período, nas quais tanto se orientava na escolha de uma "boa ama", quanto se condenava o seu uso e se estimulava e ensinava às "boas mães" a cuidarem elas mesmas de seus filhos. Várias dessas teses podem ser encontradas (mal-)conservadas na biblioteca da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro.

[7] "Ama Mônica e menino Augusto Gomes Leal". Cartão-de-visita (6,5 cm x 10 cm) de João Ferreira Villela, Recife, c. 1860. Na Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife. FR 1795.

[8] "Maria Rita Meireles da Costa Pinto com a ama-de-leite Benvinda". Foto de Antonio da Silva Lopes Cardoso", Bahia, [1881]. Dimensões: 11 x 16,5 cm. Pertence à *Coleção de fotos avulsas* do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. 02/fot/76.

[9] A forma de nomeação, indicando o nome inteiro da criança e, quando muito, o primeiro nome da ama, mostrava tratar-se ali do retrato da criança? E quem fez essa mudança, isto é, passou a classificar esse tipo de foto na categoria "amas-de-leite"? Possivelmente, os próprios colecionadores e/ou os pesquisadores de fotos antigas.

[10] Pano-da costa: "tecido de algodão, liso ou listrado em cores vivas, originalmente fito à mão e importado da África". Podia ser usado como xale e "fazia parte da indumentária tradicional das negras e mestiças da Bahia (...)". Em HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles, *Dicinário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 2118.

[11] Num estudo das gravuras que Carlos Julião fez no século XVIII, Sílvia Hunold Lara escreveu sobre a indumentária das escravas: "(...) o uso de adornos e trajes de seda pelas escravas certamente continha outros significados, bem distantes daqueles vislumbrados pelos olhares de senhores e autoridades coloniais. Várias pulseiras, muitas voltas num colar, vestes de seda com enfeites de ouro ou sapatos podiam significar, aos olhos de africanos e de seus descendentes, um sinal de distinção decodificado a partir de critérios não europeus". LARA, Sílvia H., *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre-Docência, IFCH / Unicamp, Campinas, 2004, p.132.

[12]Já desde meados do século XIX havia, nos jornais das cidades maiores, a oferta de mulheres livres (brancas e negras) que se dispunham a trabalhar como amas; mas acredito que as amas retratadas em estúdios, naquele período, fossem ainda escravas, já que as amas livres ficavam menos tempo com as famílias e, pelo que pude notar nos textos da época (sobretudo nas teses dos doutores em medicina), costumavam levantar "suspeitas", pois vendiam algo do "próprio corpo".

DE FAMÍLIA PARA FAMÍLIA: SERVIÇO RÉGIO E RELAÇÕES FAMILIARES NO ESPAÇO DOMÉSTICO DA CASA REAL PORTUGUESA (1808-1821)

Santiago Silva de Andrade*

A chegada da família real portuguesa no Brasil, no ano de 1808, iniciou um processo de reprodução, no espaço colonial, de instituições administrativas e burocráticas já existentes em Portugal, como a Casa de Suplicação e a Mesa do Desembargo do Paço. O Império Português passava então a contar com um conjunto duplicado de órgãos governativos , como resultado do processo de transformação da *cidade* do Rio de Janeiro em *corte* e novo centro de decisões do Império[1].

Fato inusitado, a instalação de uma Casa Real européia nos trópicos trouxe à tona uma série de problemas e questões, relativos, dentre outras coisas, à remuneração (já em atraso) das pessoas que estavam a seu serviço, à necessidade do estabelecimento de espaços residenciais à altura do *status* desfrutado por boa parte da gente que chegou com D. João VI e à urgência em se estabelecer canais com a sociedade fluminense capazes de viabilizar e garantir o perfeito funcionamento do cotidiano da Casa Real: abastecimento de gêneros alimentícios, gêneros medicinais, tecidos, cera, cevada para os cavalos, etc.

Não se sabe o número exato de Criados da Casa Real que vieram com a comitiva de D. João VI, em 1808. John Luccock apresentou uma cifra que girava em torno de mil serviçais, o que obviamente é um montante exagerado. Recentemente a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva apontou, de forma mais acertada do que o viajante inglês, para um total de 200 Criados, e os Almanaques da época parecem confirmar tal número[2]. A dificuldade em se estabelecer um número exato decorre, em grande parte, da natureza diversa das relações de serviços constituídas ali: enquanto algumas pessoas desfrutavam da condição jurídica de *morador* (podendo efetivamente serem classificadas como *Criados* da Casa), outras serviam sob condições contratuais previamente estabelecidas, numa

espécie de serviço assalariado e com duração pré-definida. Assim, existia um corpo fixo e permanente de Criados, e um outro irregular e móvel, formado por pessoas que serviam à Casa apenas por um período de tempo. A Casa de Obras do Paço recorria freqüentemente à este último expediente, enquanto os serviços ligados à câmara real eram ocupados, geralmente, por pessoas que desfrutavam da condição efetiva de *moradores*[3].

O espaço doméstico da Casa Real dividia-se, grosso modo, em cinco grandes áreas: logística e alimentação (cuidados com eventuais deslocamentos e com a preparação dos alimentos do monarca); vestir e deitar (cuidados com a higiene pessoal, com as vestimentas e com o descanso); cavalariças (cuidado e tratamento de todos os equinos da Casa, e aos acessórios a eles relacionados); caça e coutada (cuidado com o espaço de caça do soberano e com as áreas reservadas para tal atividade); serviço religioso (ocupado por confessores, capelães, padres, etc). O serviço nestas áreas estava regulamentado por um intrincado sistema de organização, que encerrava elementos consuetudinários de ordenação, mas que também estava sujeito à algumas regras advindas do direito positivo, apesar do peso do primeiro mecanismo prevalecer sobre a importância do segundo.

A predominância de redes familiares no universo doméstico do monarca era fruto da própria concepção de *família* vigente na época: "o conjunto dos servidores de um dado senhor, o que englobava um conjunto amplo de pessoas sem relação de consangüinidade com o chefe da casa, mas que partilhavam o seu serviço em áreas (...) como (...) o serviço pessoal doméstico"[4]. Assim, quando chegou ao Rio de Janeiro em 1808, a família real tinha a seu serviço não apenas os Criados, mas também as redes familiares nas quais estes estavam inseridos, como podemos perceber por um comentário de rodapé escrito no documento intitulado "Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil (relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte) 1808" [5]: "Da relação acima [pessoas que vieram com D. João] se conhece não mencionar-se os Criados Reais principais de S.A.R e conseqüentemente deve S.A.R contar com outros de menor Graduação assim como com <u>as famílias destes mesmo</u> "[6].

Talvez a mais conhecida (e infame) daquelas redes familiares tenha sido a encabeçada por Francisco José Rufino de Sousa Lobato. Nascido em vinte de julho de 1773 e falecido em 6 de maio de 1830, era filho de José Joaquim de Sousa Lobato, fidalgo da Casa Real e guarda-roupa da rainha D. Maria I. Casou-se em 1800 com D. Maria Leocádia Bárbara Leitão de Sousa Carvalhosa, açafata de D. Maria I, filha de Manuel Francisco de Barros Mesquita e de D. Maria Bárbara Teresa de Sousa Carvalhosa, e sobrinha do 1° visconde de Santarém. Francisco José Rufino ocupou os cargos de guarda-roupa de D. João VI, porteiro da Real Câmara, manteeiro, tesoureiro do bolsinho, guarda jóias e tapeçarias; apontador dos foros dos reposteiros, secretário de Estado dos negócios da Casa e Estado do Infantado; deputado da Mesa da Consciência e Ordens no Brasil, escrivão da câmara de mesmo tribunal; provedor da Alfândega do Tabaco, oficial-mor da Casa Real e superintendente do convento de Mafra. Em 1809 foi-lhe concedido o título de barão de Vila Nova da Rainha, sendo elevado a visconde em 1810.

Como podemos perceber, através do matrimônio estabelecia-se uma rede de interdependências que tinha como um dos objetivos principais salvaguardar o monopólio de cargos de considerável relevância no seio de algumas famílias mais próximas ao círculo pessoal do soberano: Francisco Lobato era filho de um Criado da Casa Real, e apesar de já ocupar postos de extrema importância na Casa, procurou, através do casamento com uma açafata, consolidar ainda mais as possibilidades de controle e monopolização de lugares de destaque na Casa Real. Não se trata de afirmar que os casamentos eram realizados tendo como base apenas estes objetivos. Por outro lado, o pertencimento ao quadro da criadagem da Casa certamente era um fator de extrema atração entre as várias oportunidades de enlaces matrimoniais.

Qual o nível de influência daquelas famílias? Mais uma vez, tomemos como exemplo os Lobato. Contemporâneos eram unânimes em dizer que não havia influência maior (nem mais perniciosa) sobre D. João VI. O historiador Oliveira Lima chegou a chamá-los de "tribo"[7], numa referência explícita ao peso das relações familiares dos Lobato na

organização doméstica da Casa Real. De acordo com Lorde Strangford, embaixador inglês em Lisboa, D. João "vivia sob o absoluto domínio de um indivíduo denominado Lobato [Francisco José Rufino de Sousa Lobato] que juntamente com seus irmãos governava sua alteza real com autoridade despótica"[8]. Uma poesia satírica em circulação no Brasil do começo da década de 1820, ápice do constitucionalismo, dizia:

"Brasileiros, dissipai tudo o que pode servir
de obstáculo ao nosso sossego, e aos vossos interesses,
tirei de entre vós a prisão e fonte
donde têm manado todas as vossas desgraças,
e para segurar a vossa felicidade necessário que
Morra Francisco Lobato"[9]

Outra fonte importante para percebermos as conexões de parentesco que faziam parte do universo doméstico de D. João VI são os papéis relativos aos dotes que as Criadas recebiam quando casavam[10]. Tal mecanismo funcionava, de maneira geral, da seguinte forma: quando casava, o esposo da Criada em questão tinha direito a um dote em espécie pago pela Casa Real, e ainda havia a possibilidade de lhe ser concedido o Hábito da Ordem de Cristo. Interessante notar que há um número bastante expressivo de casamentos dentro do grupo de Criados, ou seja, parece que a preferência era mesmo dada às mulheres que já estivessem em serviço no Paço.

Não raro, os Hábitos da Ordem de Cristo, dados como dotes, eram repassados para outras pessoas, visto que o noivo em questão já era membro daquela Ordem militar antes do casamento. Foi o que aconteceu com D. Rita Lúcia Casemira e seu marido Francisco Amaro de Souza Galhardo: entre 1818 e 1819, eles se casaram, mas este último já era "cavalleiro professo na Ordem de Christo". D. Rita Lúcia pediu, então, a autorização para passar o Hábito para um certo Antônio Baptista de Assis, "empregado na Administração do Contracto dos Dízimos Reais" da capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul. Tendo seu pedido recusado, a requerente suplicou passar o Hábito a José Bento Pacheco "pessoa q.

lhe he conjunta em parentesco". Mais uma vez, o pedido foi negado. Mas em 1820 D. Rita Lúcia Casemira tentou novamente. Daquela vez, tentava renunciar o Hábito da Ordem de Cristo em favor de Antônio José de Brito, "homem de negócios de grosso trato" e sargento-mor do 1° Regimento de Milícias da Corte. Conseguiu o intuito, não sabemos com que recompensas[11].

Como vimos por dois exemplos, a estrutura de serviços do espaço doméstico da Casa Real estava intimamente ligada à formação e movimentação de redes familiares, pressupondo não apenas uma reprodução endógena, fechada sobre si mesma, mas antes o estabelecimento de canais de comunicação com outros setores da sociedade fluminense na primeira metade do século XIX.

---

[*]PPGHIS/UERJ, bolsista CAPES, com o projeto "Morar na Casa do Rei, servir na Casa do Império: sociedade, cultura e política no universo doméstico da Casa Real Portuguesa e da Casa Imperial Brasileira (1808-1840)", sob orientação do Prof. Dr. Marco Morel.

[1]Cf: BARMAN, Roderick. *Brazil – the forging of a nation, 1789-1852*. Stanford University Press, 1988, p. 46; SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles. Empire, monarchy and the Portuguese royal court em Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York/London: Routledge, 2001. ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português.* Porto: Afrontamento, 1993.

[2]SILVA, Maria B. Nizza da. *Ser nobre no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 270 ALMANAQUE da Corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

[3]Para os vocábulos "morador" e "criado" ver CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

[4]CUNHA, Mafalda Soares da. Opr. Cit. p. 65

[5]**Arquivo Nacional – RJ.** Fundo Negócios de Portugal. Códice 730.

[6]Grifo meu.

[7]LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 133.

[8]FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil: influência da diplomacia inglesa na formação brasileira*. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 69.

[9]Biblioteca Nacional – RJ. Loc: I – 33, 30, 40.

[10]Depositados no fundo "Documentos Biográficos" da Biblioteca Nacional – RJ.

[11]Coleção Documentos Biográficos/Biblioteca Nacional – RJ. Loc: C – 659, 4.

O assassinato de Ernesto Canozzi: as relações de um crime muito além do tribunal

Por: Sara Nunes[i]

Em 1902, Lages mantinha intensas relações culturais, comerciais e econômicas com o Rio Grande do Sul, muitos caixeiros viajantes passavam por esta cidade, alguns com certa freqüência, como era o caso do italiano Ernesto Canozzi, o qual era muito bem visto pela sociedade lageana. Este caixeiro viajante era empregado da companhia Santos & Almeida de Porto Alegre.

Ernesto Canozzi e seu empregado, Olintho Pinto Centeno, foram violentamente assassinados no dia primeiro de maio de 1902 nas margens do rio Caveiras, na antiga estrada que ligava Lages ao Rio Grande do Sul. Atualmente são cultuados como santos, re-inventados pela população como "irmãos" Canozzi. É importante ressaltar que eles não eram irmãos: Olintho Pinto Centeno era um alugador de animais contratado por Canozzi em Vacaria, no rio Grande do Sul.

Os irmãos dessa história eram outros, os acusados do crime, Thomaz Brocato e Domingos Brocato. Eram italianos que fugiram da Sicília, no sul da Itália, por terem cometido vários crimes, da Itália vieram para Argentina e depois para o Rio Grando do Sul, onde em Caxias do Sul se tornaram grandes amigos de Ernesto Canozzi.

Thomaz Brocato exercia a medicina com maestria, apesar de não ser médico formado, pois cursou apenas até o terceiro ano (isso só foi descoberto depois). Em 1901, Thomaz se muda para Lages com a família, o irmão Domingos e a esposa chamada Etelvina Cadori, moça de Caxias do Sul. Os irmãos Brocato conquistaram boas relações em Lages, freqüentavam os espaços da elite como: clube primeiro de julho, maçonaria, casas de famílias que exerciam grande influência na região, como por exemplo os "Ramos[ii]"

A amizade com Ernesto Canozzi continuava, tanto que este caixeiro viajante, sempre que estava em Lages era convidado para jantares na casa dos irmãos Brocato. Enfim, tanto Canozzi quanto os Brocato, eram moços considerados finíssimos, educados, elegantes e civilizados, padrões de comportamento que os lageanos buscavam para si.

Thomaz era muito popular na sua pseudo profissão, aliás, realizava mais curas que muitos médicos formados. As façanhas profissionais de Thomaz causavam desconforto nos outros médicos da cidade.

Tudo corria aparentemente bem, até que no dia primeiro de maio de 1902, Ernesto Canozzi e seu empregado Olintho Centeno foram assassinados quando retornavam a Porto Alegre. No dia 3 de maio, apenas dois dias depois do crime, Domingos Brocato é preso como o principal suspeito. Alguns dias depois, Thomaz Brocato é preso e acusado de ser o mentor intelectual do crime.

Tal acontecimento causou profundo alvoroço na cidade, dividiu opiniões, muitos acreditavam na inocência dos Brocato. Consta nos documentos oficiais desse acontecimento que o motivo foi passional, dizem que Domingos Brocato estava enamorado por uma moça da família Ramos e que Canozzi tinha uma carta de recomendação para pedir a mesma moça em casamento. Atualmente tanto a família da moça quanto a família de Canozzi negam tal fato.

Causa um perturbador estranhamento a rápida acusação dos irmãos Brocato, não somente porque eram amigos de Ernesto Canozzi, mas porque na busca por documentos sobre o crime e os indivíduos envolvidos, encontram-se expressivas manifestações sobre as boas relações dos Brocato. É notável nos jornais os agradecimentos aos feitos médicos do Dr. Thomaz Brocato, ou então, notificações na coluna social sobre a nobre presença dos irmãos. Pelo já exposto, é pertinente observar que há lacunas nas explicações já produzidas sobre esse crime. No livro intitulado “Estórias da minha cidade”, escrito por um advogado que leu o processo judiciário do caso em questão, observa-se uma colocação causadora de precisa inquietação: “O processo foi rápido, algo sumário, emocionou a cidade e, afora o inquérito policial, as outras peças processuais revelam apenas sanhas de vingança, vontade deliberada de perseguir, certa paixão política e escrúpulos injustificáveis e que levariam, fatalmente, a um escandaloso erro judiciário[iii]”.

Não é cabível julgar o passado, especialmente quando se produz uma escrita sob os domínios de Clio. Escolhendo o não julgamento como importante convicção

metodológica, se faz importante antes de analisar o crime e a sociedade que o produziu, argumentar sobre o fazer histórico, de modo que, por mais que não se queira escrever a história com ares de sentença, há na escrita sempre as nossas interpretações dos documentos. Sendo assim, ser um historiador é ser portador de ferramentas dotadas de força, pois palavras construídas, especialmente em um contexto legitimado pela ciência, têm o poder de significar o passado. Nomear as coisas, interpretá-las é de certa forma instituir uma realidade. Nosso ofício é perigoso, por mais cautela que se tenha ao elaborar um discurso histórico, é sempre impossível nomear o outro como ele mesmo o faria. Estamos em um campo dinâmico de forças, onde as subjetividades agem de acordo com um equilíbrio descontínuo. Por isso, ao lançar esforços na análise dos documentos sobre o crime, os indivíduos e o meio em que ocorreu, é contundente a noção de que estamos interpretando uma também construção, dotada de valores e também intenções. Desta forma, ao analisar o processo jurídico do crime, como também os outros documentos, não desejo construir sentidos como se estivesse escrevendo em um tribunal, anseio no máximo ter sensibilidade para perceber as relações, as tramas , a interdependência dos indivíduos no meio social e na época em evidência, pois os vários significados produzidos sobre este nefasto acontecimento se fazem em espaços muito além da mesa do juiz.

Muitos pesquisadores têm utilizado processos crime como fontes de pesquisa, o que tem possibilitado analisar imbricadas relações que compõem algumas tramas sociais. Os processo criminais são fontes históricas que permitem, entre outras coisas, um olhar sobre as práticas, desejos e discursos. Ao analisar o processo crime do assassinato em questão, é fundamental ter como convicção teórica e metodológica que os procedimentos efetuados no cenário jurídico são permeados pela subjetividade, sendo assim, é uma ilusão acreditar na emergência da verdade pura e cristalina, o que é possível é uma análise do contexto social e cultural onde o crime ocorreu, questionar os valores dessa sociedade e seus personagens. Digamos que, elucidar desejos, pensamentos, valores de mulheres e homens de Lages em 1902, não é uma tarefa que traz esses indivíduos desfilando com transparência ao nosso olhar, mesmo redundando coloco: o possível é a interpretação.

No início do século XX, Lages era uma localidade basicamente rural, caracterizada por uma economia baseada na pecuária e na agricultura. Seu espaço urbano era pequeno e mal cuidado, as ruas eram poucas e mal desenhadas, a iluminação era feita por alguns lampiões, os habitantes da cidade em noites escuras carregavam consigo uma lanterna de vidro, na qual ardia uma vela de sebo. Todos se conheciam, nos meses de inverno os fazendeiros vinham com suas famílias para a cidade, era comum se agruparem em volta do fogo de chão para conversar. Apesar da descrição bucólica, Lages já era no início do século XX, palco de importantes atores da política estadual, como por exemplo Vidal Ramos. Seria uma atitude reducionista considerar apenas o aspecto provinciano de Lages. A cidade constituía-se em um movimentado ponto de passagem e comercialização de gado, o que facilitava a circulação de informações sobre os grandes centros. O contato com os valores de outros lugares, principalmente com as grandes cidades, acontecia especialmente, através da passagem dos caixeiros viajantes pela cidade, estes traziam novidades de centros como Porto Alegre, São Paulo, Florianópolis. Vale destacar que durante a Primeira República, a sociedade brasileira passava por uma reformulação de condutas e práticas de sociabilidade. Lages não ficou fora deste processo, observa-se um investimento em formas de sociabilidades, visando também a educação de seus filhos e filhas. É neste cenário, onde as pessoas estão passando por uma reformulação de hábitos, buscando valores de civilização e modernidade que o crime acontece. Há alguns espaços onde essas sociabilidades eram vivenciadas, como por exemplo o Clube 1º de Julho, o qual constituiu-se principalmente no lugar onde os indivíduos estabeleciam relações, faziam os conchavos políticos, participavam de saraus literários. A maior parte da população não tinha condições de participar deste tipo de sociedade, era necessário ter dinheiro para custear as despesas e não somente isso, pois o 1º de Julho era palco de jogos políticos e sociais onde o sobrenome e o prestígio social tinham enorme valor.

Já que estou abordando os espaços de sociabilidade, seria uma grave lacuna deixar a maçonaria de fora, afinal de contas esta instituição esteve profundamente presente na consolidação da República Velha, como também em vários outros momentos que não

vêm ao caso. Em Lages foi fundada no final do século XIX, a loja maçônica Luz Serrana. Ser membro da maçonaria era significado de ascensão social, um bom ponto de partida para seguir carreira política. Em Lages, vários nomes de destaque estadual eram maçons: Belizário Ramos, Vidal Ramos, entre outros. Nos primeiros tempos de existência em Lages, a maçonaria sofria uma grande oposição da Igreja, mas com o tempo isso foi se transformando, pois a igreja para consolidar seus projetos, necessitava ser aliada de indivíduos bem posicionados socialmente, grande parte dos bem estabelecidos eram maçons. Ernesto Canozzi e os irmãos Brocato eram maçons. Ao analisar os documentos, particularmente o processo crime, encontramos vários nomes pertencentes à irmandade maçônica.

É embaraçoso aceitar a virada das forças nessa rede de relações, nesse jogo social (no sentido de Norbert Elias). Ernesto Canozzi morre, é inventado como “santo milagreiro”. O desfecho das vidas de Domingos Brocato e Thomaz Brocato é menos glorioso: os dois irmãos são presos, Thomaz é assassinado em agosto 1902, em uma tentativa de fuga, é enterrado ao lado de Ernesto Canozzi, porém o túmulo de Thomaz não existe mais, desapareceu. Domingos Brocato é condenado a trinta anos de reclusão, designado a cumprir a pena na cadeia pública de São José, morre assassinado a pauladas por um companheiro de prisão, em 1921.

Talvez a explicação para essas mudanças tão bruscas, especialmente quando se trata dos irmãos Brocato, seja o passado desses Sicilianos, pois não é à toa que Crispim Mira escreve um livro intitulado “Crimes e aventuras dos Irmãos Brocato[iv]”. Descontando o caráter literário da obra, onde há também uma documentação pertinente, temos acesso a peripécias, travessuras, rapto de moças, intrigas, roubos e mortes. Consta inclusive, que se mudaram de Caxias do Sul para Lages, porque estavam sendo perseguidos. Em Lages, como o já colocado, eram moços que tinham o melhor conceito, contudo, depois do episódio do crime, as autoridades envolvidas entraram em contato com a Itália, e descobriram vários crimes.

Apesar do passado dos irmãos Brocato, não há evidências que justifiquem os procedimentos executados na rápida resolução do caso. A situação torna-se mais estranha e causadora de questionamentos, quando observa-se que as autoridades envolvidas no processo, desde advogados de acusação, promotor e outros, declaravam as melhores opiniões sobre os Brocato nos jornais, além do que, como já mencionado, eram maçons, e não precisa ser íntimo dessa irmandade para saber que há laços de proteção entre seus membros. É fundamental colocar que em uma ata da maçonaria do dia 17 de abril de 1902, Thomaz pede afastamento.

Lacunas existiram e permanecem, entretanto a leitura do processo crime, jornais e outros documentos, oferecem possibilidades de compreender as tramas e desejos que circulavam nas bucólicas ruas de Lages. O crime emerge na aparente calmaria daquela sociedade pulsante por modernidade, a vítima e os acusados eram portadores dos códigos de elegância peculiares dos “tempos modernos” de então. A tal “verdade” tão ansiada por muitos que mergulharam suas perspectivas no assassinato de Canozzi e Centeno, é constantemente provocada por indícios de injustiças que foram cometidas. A tal verdade é insistentemente convidada ao esclarecimento, a apresentar-se na superfície do cotidiano e definir–se, contudo a “verdade” está mergulhada em atitudes subjetivas de homens que viveram em 1902.

[i] Aluna do curso de mestrado em história da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do Cnpq
[ii] Família que teve grande representação política em Santa Catarina, especialmente durante a República Velha.
[iii] CAON, Edézio Nery. **Estórias da minha cidade.** Lages: Sua Livraria, 1978.
[iv] MIRA, Crispim. **Os irmãos Brocato:** crimes e aventuras. Caxias do Sul: Educs, 1996.

Tensão e diálogo: relações diplomáticas entre a Ditadura Militar brasileira e o Estado do Vaticano

Sérgio Henrique da Costa Rodrigues
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Ditadura Militar brasileira; Estado do Vaticano; Igreja; militares; relações internacionais

A maior parte da Igreja brasileira apoiou entusiasticamente o golpe civil-militar de 1964, participando diretamente do processo de desestabilização do governo João Goulart através, por exemplo, das "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade" e do apoio da CNBB ao golpe, que acreditava que os militares haviam salvado o Brasil do comunismo.[1] O imaginário anticomunista entre os católicos já vinha de longe, sendo bastante exemplar a campanha internacional da Igreja, que utilizara a suposta aparição de Nossa Senhora de Fátima para combater a Revolução Russa de 1917. Durante os anos 1960, apesar do surgimento de grupos católicos ligados a movimentos de esquerda, esse imaginário continuava mobilizando grande parte dos católicos. O próprio Jango, para fugir da pecha de comunista, na sua viagem de volta ao país, na crise de 1961, quando alguns repórteres lhe perguntaram se ele era comunista, respondeu que era um "católico praticante" e mostrou a medalha da Virgem Maria que levava no pescoço.[2] Jango leu as encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* e disse que ficou muito impressionado com elas.[3] A tal ponto que, para dar um teor cristão às reformas, disse no Comício da Central que quem ameaçava a democracia eram aqueles que, utilizando-se dos sentimentos cristãos do povo brasileiro, o faziam insurgir-se "contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos papas [...]. O inolvidável papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro [...]". Mas criticou os usos dos “rosários da fé contra o povo [...] os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra [...]”.[4]

Assim, como resposta direta ao Comício da Central, pipocaram em diversas cidades do país diversas "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade".[5] Essas marchas foram organizadas por setores católicos da classe média urbana que defendiam os tradicionais valores cristãos, considerados, por eles, ameaçados pela sociedade moderna – o matrimônio, a família, o terço e o rosário – e condenavam principalmente o risco do comunismo através do governo Goulart.

No final de maio de 1964, a CNBB realizou uma reunião extraordinária dos arcebispos para se posicionar em relação ao golpe. Segundo dom Waldyr Calheiros, o clima foi tenso, havia uma clara divisão entre os bispos: de um lado, aqueles que salientavam o "bem da revolução", destacando-se a figura de dom Sigaud, que defendia a tese de que os militares haviam salvado o país do comunismo; de outro, a posição de alguns arcebispos que reclamavam da repressão sofrida por alguns leigos da Igreja. Mas a maioria achava mesmo que os militares haviam espantando o risco de implantação de um "regime bolchevista" no Brasil. Assim, apesar de o documento fazer certas ressalvas àqueles que acusam bispos, sacerdotes e certas organizações católicas, como a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base, de comunistas ou "comunizantes", a CNBB acabou fazendo um pronunciamento de apoio ao golpe, agradecendo os militares. O próprio dom Waldyr Calheiros havia feito um sermão no dia do golpe, criticando-o. Dois dias depois, recebeu a visita do secretário do cardeal dom Jaime Câmara, monsenhor Bessa, que, já sabendo da manifestação de dom Waldyr contra o golpe militar, passou a elogiar as mulheres que haviam participado das marchas, acentuando que elas os livraram do comunismo e que tinham todo o apoio do cardeal.[6]

Já o Itamaraty atravessou o golpe sem muitos transtornos. Os funcionários agiram tal como o ministro das Relações Exteriores do general Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, achava que deviam agir: servir a qualquer governo.[7] Houve apenas um cumprimento bem formal do embaixador brasileiro, Henrique de Souza Gomes, ao novo ministro de Estado, felicitando o novo governo.[8] Mas não foi tão simples como pensou o ministro. O Itamaraty

sempre se orgulhou de reunir em seus quadros nomes expressivos da cultura brasileira, como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, José Guilherme Merquior e Antônio Houaiss.[9] Aparentemente, não ocorreram tantas mudanças no ministério, porém a adesão ao novo governo foi grande. Apesar de alguns embaixadores e funcionários do Itamaraty arriscarem sua carreira, coletando denúncias e as enviando para o estrangeiro,[10] durante a Ditadura Militar brasileira, diversos embaixadores brasileiros transformaram-se em suporte no exterior do sistema de informações, trabalhando para o Centro de Informações do Exterior (Ciex).[11]

Muitas vezes os governos militares tentaram intervir, através do embaixador brasileiro em Roma, nas nomeações de bispos brasileiros, procurando afastar a possibilidade de que algum "elemento da ala esquerdista do clero no Brasil" assumisse uma diocese e, assim, pusesse em "execução um plano de afastamento de sacerdotes anticomunistas" que combatiam a "infiltração comunista nas escolas e paróquias".[12] Chegaram a acusar a Santa Sé alegando que ela se refugiaria "na escusa da absoluta separação entre a Igreja e o Estado brasileiro que [...] não estão ligados por nenhuma concordata".[13] Num telegrama de 16 de dezembro de 1964, o Itamaraty escreveu que recebera, do Serviço Nacional de Informações, a informação de que o Vaticano teria decidido mandar um grande número de sacerdotes italianos para o Brasil e que a seleção deles estaria sendo feita por um bispo da "chamada linha católica de esquerda", o que, para ele, influiria negativamente sobre a "qualidade" das tendências políticas dos escolhidos. Pediu, portanto, ao embaixador que verificasse se já estava sendo feito o recrutamento e quem estava escolhendo e orientando os sacerdotes.[14] O embaixador respondeu que a Secretaria de Estado do Vaticano desmentiu totalmente a denúncia. Os sacerdotes destinados à América do Sul foram preparados no Seminário Nossa Senhora de Guadalupe, em Verona, e selecionados pelo Arcebispo dom José Carrare, "cujas convicções políticas de centro não podem ser contestadas" sendo mesmo "acusado de tendências de direita". Disse que o monsenhor Samoré mostrou-se chocado com as denúncias que só

contribuíam para criar uma situação delicada entre a Igreja e o Estado e ressaltou ainda que, quanto à preparação e antecedentes, esses sacerdotes levam o selo da Santa Sé, o que devia constituir plena garantia de idoneidade. O embaixador concluiu dizendo que cardeal do Rio de Janeiro e o novo arcebispo de São Paulo, entre outros, têm escolhido, pessoalmente, os sacerdotes para as suas dioceses e que poderiam dar mais informações sobre o assunto.[15]

Em 1964 houve dois remanejamentos eclesiásticos, ambos antes do golpe, que acabaram por beneficiar o governo. Um foi a transferência de dom Hélder Câmara para a arquidiocese de Olinda e Recife, afastando-o do Rio de Janeiro. E o outro foi a saída de dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota da arquidiocese de São Paulo.[16] Este foi acompanhado de perto pelo embaixador e pelo ministro brasileiros. Respondendo ao pedido do ministro sobre o motivo da transferência do cardeal de São Paulo para Aparecida, o embaixador escreveu, em 24 de abril de 1964, que o cardeal fora transferido a pedido, por motivos de saúde, antes da deposição de Goulart e não imposta por poder algum.[17] Logo após, apesar de reconhecer que a escolha do novo arcebispo de São Paulo é de "exclusiva competência da Santa Sé", a Secretaria de Estado brasileira pediu ao seu embaixador em Roma que procurasse saber os nomes preferidos pela cúria romana e que tentasse "diplomaticamente" informar ao Vaticano quem seria do agrado do governo para ocupar a arquidiocese de São Paulo.[18]

Os militares deviam se lamentar de não ter mais, como dom Pedro II tinha, o direito do padroado. Depois do fim da Monarquia, deve ter sido a primeira vez que algum governo tentava intervir na nomeação de um bispo brasileiro.[19] Henrique de Souza Gomes, o embaixador brasileiro no Vaticano, respondeu que o assunto só seria resolvido com a vinda do novo núncio.[20] A Secretaria estava preocupada, pois achava que dom Hélder estaria trabalhando no Vaticano para que dom José Távora fosse feito arcebispo de São Paulo. Informou isso ao embaixador e lhe pediu, caso fosse verdadeira a informação, que desenvolvesse esforços para evitar a concretização da escolha desse prelado.[21] O embaixador disse que esteve na Secretaria de Estado do Vaticano para tratar das cartilhas criadas pelo Movimento de Educação

de Base, dirigido por dom José Távora, e percebeu como as atitudes desse bispo eram desaprovadas por lá. Cuidando da sucessão do arcebispo de São Paulo, informou que foram acenados outros bispos além daqueles citados no telegrama, mas nunca foi mencionado o nome de José Távora, e que a preferência seria nomear um paulista ou alguém de uma região próxima, com requisitos de futuro cardeal.[22] Somente em novembro de 1964 a vacância da Arquidiocese de São Paulo acabou. Gomes comunicou a Vasco Leitão da Cunha, logo que soube, quem seria o novo arcebispo: dom Agnello Rossi, recém-eleito presidente da CNBB. Felicitou o ministro pela escolha do Vaticano, já que pela "personalidade do prelado e a sua situação perante o episcopado brasileiro, atende às preocupações do governo".[23]

José Jobim, embaixador brasileiro no Vaticano de 1968 a 1973, fez um longo ofício secreto ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Magalhães Pinto, no qual tentou mostrar as contradições dentro da Igreja Católica e a origem cronológica do problema, que, para ele, encontrar-se-ia na realização do Concílio Vaticano II. Nesse ofício secreto, de 27 de janeiro de 1969, podemos observar uma longa análise do embaixador brasileiro sobre as relações entre o Estado e a Igreja Católica brasileira. Nele, Jobim esperava fornecer algumas possibilidades de entendimento dissipando dúvidas existentes.[24] Toda a transformação ocorrida na Igreja durante o século XX não foi entendida, por ele, apenas como um *aggiornamento* da Igreja. A renovação da Igreja seria a causa dos conflitos entre ela e o Estado brasileiro. Mas o embaixador tinha de lidar com um sério problema pessoal: ele via o papa como "Santidade, chefe e pastor da Igreja".[25] Declarava-se católico e sabia o quanto era difícil a sua missão, pois, muitas vezes, "a voz do papa ou de um colaborador torna-se a de um pastor".[26] Reconhecia, portanto, que, para ele e para muitos, o poder do papa não se reduzia às questões temporais. Utilizando-se da velha distinção entre as duas esferas, acreditava que a Igreja era a instituição perfeita no plano espiritual, enquanto que o Estado o seria no plano temporal.[27] Note-se, aí, uma particularidade importante deste estudo: semelhante questionamento jamais ocorreria a qualquer outro embaixador brasileiro. De fato, somente no caso das relações entre o Brasil e o Vaticano houve

a interferência de um aspecto simbólico tão particular que, talvez, também possa ser verificado, em grau e qualidade bastante distintos, nas relações do Brasil com Portugal, haja vista os tradicionais e retóricos "laços" que unem as antigas colônia e metrópole. Porém, no caso das relações com o Vaticano, as circunstâncias transcendentais que constrangiam o embaixador certamente afetavam, de algum modo, todo o governo brasileiro. Não se tratava, apenas, da relação entre dois países, mas da relação do maior país católico com o Estado mentor dessa filiação religiosa.

Certos militares e embaixadores brasileiros no Vaticano ainda acreditavam estar participando de uma cristandade, ou seja, de um regime de colaboração entre Igreja e Estado. Os militares fizeram a "revolução" pensando que estavam defendendo a civilização ocidental cristã do movimento comunista internacional. A Igreja, por sua vez, não queria perder a influência que tinha sobre o Estado, mas, muito menos, sobre a sociedade. O envolvimento da Igreja nos movimentos sociais, não deixando o catolicismo virar uma religião de foro íntimo, acabou gerando conflitos com o Estado, que não sabia como solucioná-los sem desqualificá-los, rotulando-os sempre como subversivos. O envolvimento dela em questões temporais, se não fosse para ajudar o Estado, era visto muitas vezes como revolucionário. O governo não entendia como a instituição que defendia a moral cristã poderia ficar contra ele.

Com a prisão e a perseguição de padres e de bispos acusados de comunistas pelas alas mais radicais dos militares, parte do clero brasileiro começou a criticar os atos dos governos e, por fim, a denunciar a prática de tortura. Essa atitude oposicionista acabou por construir uma imagem de permanente combatividade da Igreja brasileira ao regime militar, ficando marcada, em função da luta de alguns setores contra a Ditadura Militar brasileira, como a portadora da “voz dos que não têm voz”.[28] Nos estudos sobre o período, houve uma maior propagação dessa imagem de oposição da Igreja que, na verdade, não corresponde precisamente ao que aconteceu. De fato, durante os 21 anos do regime militar, a Igreja e o Estado viveram em constantes conflitos. As duas instituições, que permaneceram unidas durante séculos,[29]

estariam uma contra a outra agora. A repressão a bispos e padres reforçaria esta impressão. Contudo, é interessante notar que, mesmo nos momentos de crise, houve diálogos entre governo e Igreja para diminuir as zonas de conflitos.[30]

O conflito diplomático com o Vaticano era uma importante preocupação do governo brasileiro. A condenação direta e enfática dos atos do governo pelo papa seria desastrosa para os militares. O diálogo entre os dois Estados foi um meio de os militares evitarem críticas maiores por parte da Igreja. Cremos que os canais da diplomacia foram mais eficazes para a Ditadura Militar brasileira que os diálogos realizados diretamente com bispos brasileiros. Por mais que o Vaticano não aceitasse uma ingerência direta nas escolhas dos prelados, era do interesse desse Estado evitar conflitos, além dele próprio não possuir uma simpatia pelos padres progressistas, como se veria com a condenação da Teologia da Libertação na década de 1980.

---

[1]Sobre anticomunismo ver RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, pp. 463-488. _____ . *O diabo é vermelho. Imaginário anticomunista e Igreja católica no RS.* Passo Fundo: UPF, 2003. MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho.* São Paulo: Perspectiva, 2002.

[2] VILLA, Marco Antônio. *Jango, um perfil.* São Paulo: Globo, 2004. p. 49.

[3] *Idem,* p. 103.

[4] Discurso de Jango no Comício da Central. Citado por FICO, Carlos. *Além do Golpe*. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.* Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 284.

[5] Ver os recentes trabalhos de PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela Liberdade e o golpe militar de 1964.* Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 2004; CODATO, Adriano Nervo, OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, pp. 271-302.

[6] COSTA, Célia Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves, SERBIN, Keneth. *O bispo de Volta Redonda: memória de dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 77 e 78. MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985).* São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103 e 104.

[7] CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar.* Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 265.

[8] Telegrama expedido da Embaixada brasileira no Vaticano à Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, 6/04/1964.

[9] SILVA, Alberto da Costa e (org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

[10]Foi o caso do secretário da Embaixada de Berna, Miguel Darcy de Oliveira, que recolhia o material enviado pelos funcionários do Itamaraty e o repassava a organizações defensoras dos direitos humanos. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 273.

[11] Jornal do Brasil, 20/03/2004. *O elo perdido da repressão.* Pesquisador revela atuação do Centro de Informações do Exterior (Ciex) na ditadura.

[12] Telegrama secreto expedido da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, n. 18, em 29 de novembro de 1966. *AHI*.

[13] Memorandum secreto para o Secretário Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, de 30/01/1969. Pasta Relações Políticas – 920 (42)(98), tomo II. *AHI*.

[14] Telegrama secreto expedido da secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, n. 43, em 23 de dezembro de 1964. Pasta Clero – 640.43 (00). *AHI*.

[15]Telegrama secreto recebido da Embaixada no Vaticano, 23/12/1964, n.54. Sacerdotes italianos para o Brasil. *AHI*.

[16]GASPARI, Elio. *Op.cit.* p. 245-247.

[17]Telegrama secreto-urgente recebido da Embaixada no Vaticano, 25/04/1964. Tranferência do cardeal de São Paulo para Aparecida. *AHI*. Este telegrama foi encaminhado diretamente ao ministro.
[18] Telegrama secreto expedido da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, 15/05/1964, n. 16. Nomeação do arcebispo de São Paulo. *AHI*.
[19] Quando estive no Itamaraty consultando a documentação, cheguei a pesquisar o período de 1960-1964 e não vi nenhum caso como esse. Acredito que, talvez, também tenha havido tentativas de interferência na nomeação da Igreja durante o período de Vargas, mas não possuo evidências sobre isso.
[20]Telegrama secreto recebido da Embaixada no Vaticano, 19/05/1964, n. 21. Nomeação do arcebispo de São Paulo. *AHI*.
[21]Telegrama secreto expedido da secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, 2/07/1964, n. 27. Arcebispo de São Paulo e o novo núncio apostólico, dom Sebastiano Baggio. *AHI*.
[22]Telegrama secreto recebido da Embaixada no Vaticano, 3/07/1964, n. 27. Arcebispo de São Paulo e novo núncio apostólico dom Sebastiano Baggio. *AHI*. Este telegrama, por ordem superior, não foi distribuído.
[23]Telegrama secreto-urgente recebido da Embaixada no Vaticano, 4/11/1964, n. 44. Arcebispado de São Paulo. Monsenhor Agnello Rossi. *AHI*.
[24] Ofício secreto recebido da Embaixada brasileira no Vaticano, 27/01/1969, n. 45, p. 1. Pasta Relações Políticas (42)(98), tomo II. *AHI*. Considero essa fonte muito importante não somente pelo seu tamanho (possui 51 páginas, sem contar os anexos, o que é excepcional para um ofício), mas principalmente pelas anotações, que produziram uma nova leitura sobre o documento e sua circulação, pois ela foi produzida pelo próprio embaixador brasileiro para ser entregue diretamente ao ministro das Relações Exteriores, passando por vários secretários até chegar à mão do presidente da República. Um funcionário do Itamaraty, em um *memorandum* ao secretário geral sobre o ofício, disse que se tratava de um "importantíssimo trabalho, talvez um dos mais bem elaborados pelo embaixador do Brasil junto à Santa Sé, cujas responsabilidades aumentaram consideravelmente nesses últimos anos". *Memorandum* para o secretário geral, 30/01/1969. Pasta Relações Políticas (42)(98), tomo II. O ofício foi encaminhado para o Estado Maior das Forças Armadas, aos "Estados Maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica", ao Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço Nacional de Informações.
[25] Ofício secreto n. 45, *Op. cit.* p. 4.
[26] *Ibidem*.
[27] *Idem*, p. 7.
[28] Ver ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis: Vozes, 1984, p. 203.
SALEM, Helena. *A Igreja dos oprimidos.* São Paulo: Brasil Debates, 1981.
[29]No império houve uma ruptura com a crise político-religiosa que colocou uma parte da Igreja contra o imperador. Na passagem do Império à Primeira República, houve a laicização do Estado, o que estreitou a ligação entre a Igreja brasileira e a universal. Mas, mesmo após a separação da Igreja do Estado, ela continuou a ser a religião oficial do Brasil. LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *A evolução política dos católicos e da igreja no Brasil.* Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 16 e 65.
[30] Ver SERBIN, Keneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.* São Paulo: Companhia das Letras. 2001. Roberto Romano também criticou o populismo da Igreja brasileira. Ver ROMANO, Roberto. *A Igreja contra o Estado. Crítica ao populismo católico.* São Paulo: Kairós, 1979.

"A botada fora dos padres": A luta pela Administração e Liberdade Indígena

Sheila Conceição Silva Lima

Mestranda do Programa do PPGH

Os portugueses ao pisar terras de Santa Cruz breve se deu conta de seu caráter expansionista e do hibridismo luso-tupi, que tal ato gerava. Dessa aptidão excepcional, a primeira criação, ainda que sob os impulsos da natureza, foi realizar, livremente as núpcias de dois povos. Dessa feliz união nasceu a bandeira – instinto, impulso e cultura indígena de nômades, dirigidos e revigorados pela consciência, a técnica, a disciplina e o sentido político do português.

Os traços culturais dos tupi permitiram à aproximação, ou melhor, a apropriação entre índios e portugueses. A similitude de uma cultura, nos dois casos, expansionista, marcada pela relevância das técnicas da mobilidade, o valor do guerreiro, que impelia os tupi a lançarem-se em guerras, até mesmo com grupos afins e o amplo e complexo sistema de parentesco, que fazia da tribo ou de um conjunto de tribos, uma família-grande, cujos chefes, muitas vezes lusos, exerciam sobre elas, pelo casamento, possibilidades excepcionais de orientação e mando.

Sérgio Buarque acredita que na capacidade para amoldar-se a todos os meios, em prejuízo, muitas vezes, de suas próprias características raciais e culturais, revelou o português melhores aptidões de colonizador, porventura mais flexível às peculiaridades formadas no Velho Continente. Entende que a obra das bandeiras foi realizada pelos filhos de Portugal na África, Ásia e na América, desde o tempo do Infante D. Henriques e Sagres, mas com uma ressalva importante: precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o

grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de morrer primeiro para poder crescer e dar mais frutos.[i]

Essa adaptação luso-tupi atenuou-se com o tempo, na sua dupla feição étnica e cultural. Um importante fator que contribuiu para acentuar as diferenças na nascente colônia foi à ação da Companhia de Jesus. Esta instituição, na América, moldou a mentalidade dos colonos, principalmente colocando o matrimônio como uma instituição sagrada, condenando a poligamia referendando a monogamia. Onde, como em São Paulo, a Companhia não conseguiu atingir seus objetivos e os impulsos naturais foram mais fortes, o colono tupinizou-se, pela poligamia livremente. E esta lhe trouxe a língua, muitos dos costumes e aquisições culturais. Entretanto, o universo jesuítico foi apropriado pelos paulistas, de acordo com a realidade premente, o que veremos mais adiante.

A severa atitude da Companhia, condenando uma adaptação do estilo de vida e a ética do indígena, marca a identidade conflituosa, tão violentamente desencadeada entre jesuítas e colonos, animados por sentido de vida não só diferente, como freqüentemente, oposto. A instituição das Câmaras Municipais, como órgão decisivo e de influência, promoveu um foro de status e poder aos colonos, dando-lhes suporte na defesa e ataque organizado às instituições / autoridades contrárias.

Colégio e Câmara tornaram-se dois termos de uma antítese. O primeiro, que tinha a obediência por virtude máxima, representava o princípio da autoridade, em nome de uma razão transcendente, e da rígida observância da moral católica; o segundo, que encarnava os direitos individuais e os interesses comuns, defendia um sentido de vida diferente, afirmando, às vezes usando da violência, o primado da jurisdição civil sobre a eclesiástica e, como conseqüência, a adaptação da ética às realidades locais e aos livres instintos despertados pelas premências do ambiente novíssimo.[ii]

É neste contexto que atua Antônio Raposo Tavares. Natural de Beja, freguesia de São Miguel, no Alentejo, onde nasceu por volta de 1598 \ 1600. Era filho de Fernão Vieira Tavares e de sua mulher Francisca Pinheiro da Costa Bravo. Herdeiro das grandes capacidades dos nômades e resistência de andarilho como sentidos aguçadíssimos e o poder excepcional de orientação; era cioso de sua dignidade de homem e cresceu observando a posição de igualdade em que os alentejanos se colocavam diante dos superiores e aprendeu a não conhecer a humilhação e subserviência como os outros camponeses do reino.

Repleto dessas qualidades, Antônio Raposo logo se adaptou ao estilo de vida no Planalto de São Paulo, quando da transferência de seu pai para o Estado do Brasil, em 1618, como mandatário do Conde de Monsanto, para assumir o governo da Capitania de São Vicente e onde também exerceu o cargo de provedor-mor da fazenda real. Em 1622, fixou-se em São Paulo e casou-se com Beatriz Furtado de Mendonça, filha de Manuel Pires.

Poucos anos passados e as Actas da Câmara de São Paulo mostram como Antônio Raposo, conquistou seu lugar em uma área tão periférica como São Paulo, e sob sua autoridade liderou a organização de uma bandeira ao sertão, aglutinado o povo ao descumprimento das petições contrárias às organizações para o cativeiro indígena:

> Aos 25 de setembro tomaram voz na Câmara o juiz ordinário Simeão Alves, o vereador Rafael de Oliveira, o vereador Sebastião Fernandez Preto, João de Brito Casão, o procurador Cosme da Silva, na intenção de coibir o tráfico gentio e a ida ao sertão, lançaram voz de prisão a Antônio Raposo Tavares e Paulo Amaral, sob a acusação de serem amotinadores do povo, incitando-lhe a quebra da ordem e da obediência as leis. E não podendo prender lhe tomaram a pólvora e chumbo que levam os quais irão até o termo e dali não passarão. E assim prendam a todos os mais que vão ao sertão o que tudo concordam por estarem informados.[iii]

O trecho acima ilustra a formação das bandeiras ao sertão, na busca do *negro da terra* e deixa entrever que já neste período as redes de sociabilidade dos pombeiros eram bem avolumadas, já que não conseguiram, as autoridades, coibir de forma plena tal atividade.

No seguinte, as notícias da Câmara apontam para a constante inquietação em relação ao sustentáculo social dos de São Paulo – as bandeiras – e a constante interferência seja do

poder secular (central) seja do poder eclesiástico (os jesuítas) nas armadas. A invasão ao território de Guairá é o grande estopim destes períodos.[iv]

No ano de 1628, o assunto sobre a administração das aldeias ganha força na Câmara Municipal. Na Correição do dia 1 de abril do mesmo ano, o geral Luiz Nogueira de Brito, ordenou que os camaristas se colocassem naquele momento em que se reavaliava a estrutura social da vila de São Paulo e que redirecionasse seu caminhar jurídico-social. Os camaristas por se sentirem acuados retrucaram, mas logo se apresentaram as queixas dos colonos. Constituindo-se os conquistadores do lugar, brancos, criticavam que no Estado do Brasil não havia gente razoável para o labor. Contudo, o negro da terra era o braço de sustentação daquelas paragens. Ele possibilitava o equilíbrio social em São Paulo. Enquanto ser livre, corria-se o risco e o perigo de os colonos perderem seus bens pela falta do artigo. Alegavam que para o cumprimento dessa obrigação, não haveria funcionamento de São Paulo.[v]

Neste ambiente que se desenrolou a chamada expedição ao Guairá. Encontrando na escravização lucros necessários ao desenvolvimento de suas lavouras e com ela aumentando o poder na guerra, pois transformavam os vencidos em soldados, partiram os bandeirantes paulistas descendo os rios que corriam para o sertão, deslizando para o ocidente, provocando o encontro com as missões jesuítas que se deslocavam para o oriente , como é possível verificar pela queixa apresentada à Câmara da Vila de São Paulo, pela entrada em terras portuguesas.[vi]

E encontrando-se os dois sistemas de chamar o gentio à civilização, no choque de objetivos tão opostos, não era difícil compreender os embates que se constituíam levando vantagem nas lutas, os bandeirantes, principalmente por combater soldados apenas com armas espirituais.[vii]

Em fins de 1628 e princípios de 1629 partiram para o sertão do Ibiãgira ou Ibiaguira, nomes com certeza advindos do rio Tibagi e do monte Ibiagi, que ficavam nas imediações, várias bandeiras. Uma delas, acampada na cabeceira do dito rio, era a de Mateus Luís de

Grou.[viii] Mas a maior bandeira que se armou, antes de setembro de 1629, foi a de Antônio Raposo Tavares, que se subdividida em diversos terços, cujos capitães eram Diogo Coutinho, Manuel Mourato, Frederico de Melo e Simão Álvares.

Aprisionada a maior parte dos indígenas, recolheram-se os bandeirantes aos seus arraias, carregados de cativos. Os padres Simeão Mazzeti e Justo Mansilha, respectivamente italiano e flamengo, acompanharam seus neófitos e relataram essa caçada e a destruição de tudo que viram prosperar.

Ao chegarem a vila de São Paulo, após 300 léguas percorridos a pé, os padres:

> Pediram por justiça em vários pontos (...). A tudo trapacearam as justiças e, já desesperados de qualquer remédio, voltaram eles pelo mesmo caminho, sendo acompanhados de assobios e burlas a seu respeito. A própria Justiça de São Paulo foi a seu encalço junto com os seus moradores, chamando-os de cachorros, hereges, infames e atrevidos, que tratassem de voltar às suas terras. Indo os ditos dois religiosos, acolher-se ao Colégio ali existente e próprio da Companhia de Jesus, anteciparam-se-lhes alguns civis, que lhes fecharam as portas com ruído e vozerio estranho e os levaram presos com ordem de juízes, a que ali chamam de "Câmara".[ix]

A devastação imposta pelos paulistas além fronteiras, e a constante falta de justiça pelas autoridades do Estado do Brasil, principalmente as de São Paulo, como acima acabamos de descrever, toma o geral da Companhia de Jesus, na Província do Paraguai, de assalto. Antônio Ruiz de Montoya, após suas reduções sofrerem novas invasões[x], resolveu abandonar a região do Guairá. Despachou ao padre Espinosa a missão de descer toda a gente para a região do Salto do Paraná, acrescendo as reduções de Loreto e a de Santo Inácio.

A conseqüência de tal ação, elaborada e dada ao cabo pelos paulistas, foi que o Superior do Guairá reclamou às autoridades supremas (Filipe IV e o Papa Urbano VIII), exigindo o fim dos abusos tanto das autoridades locais hispânicas, que os desamparavam, não ouvindo suas queixas e reclamações, quanto em relação às bandeiras, que se perpetuariam e tomariam todo o Guairá. O próprio Ruiz de Montoya seguiu a Madrid, para junto ao rei cobrar que as liberdades dos gentios fossem garantidas em Portugal e recobradas em toda a América

Espanhola, e, enviou o padre Francisco Dias Taño ao Papa para que fosse a ele esclarecida a situação dos sertões. Varão verdadeiramente insigne e por sua abnegação e grandeza de alma, e por sua apostólica solicitude a favor dos desvalidos índios, o missioneiro e lingüista Ruiz de Montoya, criolo de Lima, nascido em 13 / 06 / 1585, que dedicou largos anos à missão do Paraguai, partia em agosto de 1637, pela Congregação Provincial, para pedir a sua Majestade, favor contra os inimigos dos indefesos missionários e dos índios. Chegado em Madrid na segunda metade de 1638, apresentou-se ao rei e expôs com fervorosa palavra as necessidades e perigos que sofriam aquelas missões, obtendo importantes cédulas reais, condenando Antônio Raposo, como um dos causadores da destruição.[xi]

Ao rei coube a resolução imediata, relacionada à América espanhola. Contudo, Portugal, como reino autônomo, toda resolução deveria passar pela Chancelaria do dito reino, mediante a apreciação do Conselho Português.

À distância e a precariedade das comunicações favorecia a demora das petições e ordens da corte espanhola em atingir às costas brasílicas. Para além da insofismável distância, o clima de alterações e tensões, entre os dois reinos, refletiam nas posturas da corte madrilenha em relação às conquistas ultramarinas.

Não obstante, o ato de coragem e de justiça almejado pelo jesuíta espanhol, os paulistas continuaram na manutenção de suas atividades, ora coibidas de modo muito sutil, pelos oficiais da Câmara, já que eles próprios faziam uso do mesmo precedente para irem aos sertões, ora incentivadas pelas ditas autoridades que viviam de suas terras, de seus apresamentos, na manutenção de uma vila tão sem atrativos, mas que mantinha o sustento das orlas atlânticas do Brasil.

O exemplo do agravamento da tensão entre jesuítas e paulistas, em São Paulo, foi à tomada da aldeia de Barueri pela Câmara de São Paulo no ano de 1633. Os oficiais deste órgão legislativo, em diversas vereanças, fazem constar que os “reverendos padres induziam

índios das aldeias, queriam usurpar as terras de Cotia e da Carapicuíba" e resolveram, a 20 de agosto desse ano *"botar fora da aldeia de Barueri os religiosos da Companhia,* que lá se achavam e fechar a igreja", o que fizeram a 21 desse mês. Os oficiais que prestaram esse ato à frente de populares, foram Pero Leme, o moço, juiz, os vereadores Lucas Fernandes Pinho, Paulo do Amaral, e o procurador Sebastião Ramos de Medeiros, para o qual concorreu decisivamente o ouvidor Antônio Raposo Tavares, nomeado pelo Conde de Monsanto, a 26 de fevereiro de 1633.[xii]

A ex-comunhão sempre imposta aos bandeirantes insurretos, não era tão sentida num ambiente hostil como os sertões. Repudiados, os padres ao lançarem-na, foram violentamente intimidados assim como sofreram zombaria ao anunciar a dita punição. Concorria ainda para essa atitude, a sensível rivalidade entre os jesuítas e os frades menores, principalmente os franciscanos, que em muitos casos integravam a corporação bandeirante e acorriam os moradores de São Paulo nos sacramentos a eles impedidos pelos jesuítas.[xiii]

As tensões entre bandeirantes / camaristas e jesuítas aumentaram constantemente após as intervenções reais e eclesiásticas em São Paulo, sobretudo com a divulgação do Breve Papal introduzido no Brasil pelo pe. Francisco Dias Taño, em 1639. Num discurso baseado no direito positivo e na lei natural, entendia os missionários de Loyola que os indígenas gozavam da liberdade do homem e como livres deviam ser respeitados pelas gentes de São Paulo. A defesa do direito de se legitimarem como tutores, da guarda dos neófitos, leva ao crescente conflito com os colonos do planalto piratiningano, que na apropriação do discurso dos padres jesuítas, defendem-se baseados, no direito "imemorial" garantido pela conquista empreendida pelos seus antepassados. Numa ação legitimadora dos povos, vêem-se ameaçados em seus princípios básicos e levantam-se contra toda autoridade que lhes impõe barreiras à manutenção e a sustentabilidade de suas vidas. Ação esta entendida por mim como uma espécie de

economia moral, impulsionou os bandeirantes paulistas a lutarem para empreender em seu mundo a instituição do direito de apresarem os indígenas no sertão.[xiv]

NOTAS

[i] *Cf:* Sérgio Buarque de Hollanda. *Raízes do Brasil.* 21º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. 95 / 96.

[ii] *Cf:* Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958. p. 66

[iii] *Cf:* Archivo Municipal de São Paulo. *Actas da Câmara da Vila de São Paulo. 1623 – 1628.* Vol. 3. São Paulo: Duprat & C., 1915. p. 282.

[iv] O Guairá era uma vasta região na América do Sul, na parte que hoje pertence ao Brasil e constitui o Estado do Paraná. Era limitada ao norte pelo ro Paranapanema, a oeste pelo rio Paraná, ao sul pelo rio Iguaçu, e vinha a leste até os contrafortes da Serra do Mar. De limites precisos, está situada, mais ou menos abaixo de 26 graus de latitude sul, goza de clima ameno, onde as estações estão definidas. Possui terras férteis para todas as culturas, e, na serra estendem-se pastagens para a criação de gado. A sua altitude variava de mais de mil metros acima do nível do mar na serra de Paranapiacaba, e vai se abaixando em alguns lugares até 400metros na parte oeste. Essa região era percorrida por diversas tribos de índios chamados guarani pelos espanhóis e carijó pelos portugueses e destes eram inimigos. Entre São Paulo é essa região, havia caminho terrestre, uma trilha indígena, assim como se ia também por via fluvial – Tietê e o Paraná- e ainda por mar. Alcançada por esse caminho, o Paraguai. *Cf:* Washington Luís. *Na Capitania de São Vicente.* Vol. 24. Brasília: Senado Federal, 2004. p.339 / 340.

[v] *Cf:* Archivo Municipal de São Paulo. *Actas da Câmara*...p. 298 / 304.

[vi] Aos dias do mês de outubro de 1627 que ao juntarem-se na Câmara o juiz João Fernandes de Saavedra, o vereador João de Brito Casão, Rafael de Oliveira, Sebastião Fernandez Preto, o procurador Cosme da Silva, declaram-se contrários aos espanhóis de Villa Rica, que estavam fazendo entradas nas terras da Coroa de Portugal (deixando claro a autonomia que Portugal detinha frente à União Ibérica). Criticam que vêm, os espanhóis, se apossando dos bens dos colonos, descendo os gentios para seus repartimentos e serviços, deixando em grandes problemas a Capitania de São Vicente. Exigiam do capitão-mor e da governadoria da região, medidas enérgicas contra o abuso aos direitos adquiridos. Ver *Actas da Câmara da Vila de São Paulo.* Vol. 3. p. 283

[vii] *Cf:* Washington Luís. *Na Capitania de São Vicente...* p. 364.

[viii] Bandeira formada por: Luís Anes Grou, Pero Domingues, Antônio Dias Grou, André Botelho, Antônio de Oliveira, Antônio da Silva, Jácome Nunes, Capitão Baltasar Gonçalves Malio, Diogo Gomes, Ascenço Luís Grou, Antônio do Prado, Manuel de Oliveira, Miguel de Soveral, Domingos do Prado, João Oliveira, Bernardo Fernandes, João Lopes, Rui Comes Martins, Jerônimo Luís, Isaque Dias Grou, Sebastião Fernandes, o velho.

[ix] *Cf:* Washington Luís. *Idem.* p. 128.

[x] Os paulistas invadiram em 22 de junho de 1630 a redução de São Paulo. Em 1631, atacaram a redução de São Francisco Xavier. Apesar da tentativa de retirada de 10.000 almas de Arcângelo, os paulistas a acometeram com imenso furor. Atacaram ainda São Pedro, Conceição de Gualachos. Em fins de junho de 1632, os paulistas concentrando suas forças, seguiram a deslocar dos jesuítas e no caminho do rio Peabiju, Ivaí, devastaram toda a região de Vila Rica do Espírito Santo, habitada por espanhóis, que por sua inferioridade não puderam se defender. *Cf:* Washington Luís. *Na Capitania de São Vicente...* p. 381 / 382.

[xi] Ver Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil.* Rio de Janeiro: Departamento a Imprensa Nacional, 1958.

[xii] *Cf:* Archivo Municipal de São Paulo. *Actas..* Vol. 4. p. 170 a 187.

[xiii] *Cf:* Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 262.

[xiv] *Cf:* E.P.Thompson. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 292.

IGUALDADE E DIFERENÇAS NAS TEORIAS FEMINISTAS[1]

Silvana Aparecida Mariano[2]

RESUMO

O presente trabalho analisa diferentes formas que as teorias feministas têm desenvolvido para problematizar as questões relacionadas à diferença sexual e equacionar seus impactos no campo político, onde o debate sobre igualdade e diferença adquire contornos mais desafiadores. Para tanto, centro a análise nos estudos de Joan W. Scott, Chantal Mouffe e Judith Butler, em função da representatividade que essas autoras têm entre as estudiosas brasileiras sobre o tema.

Igualdade ou Diferença: uma eleição impossível

No contexto mais recente, a concepção dominante da relação entre teoria feminista e política passou a ser questionada, como diz Judith Butler, "a partir do interior do discurso feminista" (BUTLER, 2003, p. 18). Contudo, na visão de Butler, Mouffe e Scott isto não significa uma ruptura entre teoria feminista e política, mas uma nova forma de constituir esta relação e renovar o feminismo em outros termos.

Uma das questões colocadas por estas autoras pós-estruturalistas é a existência da categoria "mulheres" como sujeito do feminismo. Isto implica em questionamentos sobre a noção de sujeito e de identidade e provoca impactos na prática política feminista, pois o sujeito é crucial para a política e suas práticas políticas são mobilizadas face a uma identidade.

Como Butler analisa,

> "Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada" (BUTLER, 2003, p. 17).

Seguindo as elaborações de Foucault, Butler entende que esse sujeito que o feminismo pretende representar é, na verdade, constituído discursivamente pelo próprio

[1] Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História, a ser realizado no período de 17 a 22 de julho de 2005, na Universidade Estadual de Londrina.
[2] Professora substituta do Departamento de Ciências Sociais da UEL. Doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp.

feminismo, portanto, esse sujeito não existe pré-discursivamente. Assim, aquilo que é alegadamente representado é realmente "produzido". Esta noção retira a base estável de gênero (BUTLER, 2003).

Desse modo, para Butler,

> "(...) já não está claro que a teoria feminista tenha que tentar resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política. Em vez disso, devemos nos perguntar: que possibilidades são conseqüência de uma crítica radical das categorias de identidade? Que formas novas de política surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para focalizar uma identidade comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade?" (BUTLER, 2003, p. 9-10).

A mesma crítica que Butler faz acerca das identidades fixas também está presente nos trabalhos de Scott, formulando-a de modo a problematizar os debates sobre igualdade e diferença:

> "Os termos que defendiam a inclusão da mulher na política envolviam o esforço da busca por uma definição abalizada de gênero, o que fez com que as feministas defrontassem um dilema sem saída. Esse dilema chegou até nós na forma de debates sobre 'igualdade' ou 'diferença': serão mulheres iguais a homens, fato do qual decorreria a única base para se poder reivindicar direitos? Ou serão seres diferentes e, por causa ou apesar das diferenças, com direito a igual tratamento? Qualquer das duas posições atribui identidades fixas e análogas a homens e mulheres, ambas endossam implicitamente a premissa de que pode haver uma definição oficial e autoritária de diferença sexual" (SCOTT, 2002, 18).

Assim formulado, o debate sobre igualdade e diferença remete parte significativa dos desafios feministas à desconstrução de certas idéias acerca da cidadania universal. Para tanto, seguindo Scott, precisamos de teorias que nos permitam pensar em termos de pluralidades e diversidades, em lugar de unidades e universais; que rompam o esquema tradicional das velhas tradições filosóficas ocidentais, baseadas em esquemas binários que constroem hierarquias, como aquela entre universos masculinos e especificidades femininas; que nos permitam articular modos de pensamento alternativos sobre o gênero; e, "que seja útil e relevante para a prática política" (SCOTT, 1999, p. 203).

As oposições binárias, características da tradição filosófica ocidental, como, por exemplo, público/privado, unidade/diversidade, identidade/diferença,

presença/ausência, universalidade/especificidade, masculino/feminino, adquirem significativa importância para pensamos a cidadania. Igualdade *versus* diferença também costuma aparecer entre estas dicotomias. No entanto, essas oposições são interdependentes e hierárquicas. A hierarquia é construída com a oposição de um termo dominante a outro subordinado ou secundário (SCOTT, 1999). É desse modo que as diferenças são tradicionalmente organizadas:

> "(...) os homens sempre foram considerados como representantes do universal (dos indivíduos socialmente indiferenciados, descorporificados e assexuados), enquanto as mulheres eram consideradas exemplos do particular (corporificada, sexuada e socialmente diferenciada)" (SCOTT, 2001, p. 376).

Desse modo, as diferenças, dentre elas as diferenças sexuais, não são desprezadas, mas utilizadas para organizar uma estrutura hierárquica. Isto torna o problema ainda mais complexo. Antônio Flávio Pierucci, recorrendo a Louis Dumont, insiste na impossibilidade de desimplicar diferença de hierarquia, pois

> "A diversidade é algo vivido, experimentado e percebido, gozado ou sofrido na vida quotidiana: na imediatez do dado sensível ao mesmo tempo que mediante códigos de diferenciação que implicam classificações, organizam avaliações, secretam hierarquizações, desencadeiam subordinações. A tal ponto que querer defender as diferenças sobre uma base igualitária acaba sendo tarefa dificílima em termos práticos, ainda que aparentemente menos difícil em termos teóricos" (PIERUCCI, 1999, p. 33).

Entendido dessa forma coloca-se a dificuldade de defender a diferença sem reforçar as práticas discriminatórias, o que tem muitas implicações políticas para grupos sociais que têm necessidades de defender, em determinados contextos, a atenção à diferença, como é o caso das mulheres, dos negros e dos homossexuais, entre outros.

Por outro lado, a tarefa de crítica às categorias universais, para Joan Scott, exige a defesa das diferenças, dada a dificuldade de se pensar sobre as mulheres dentro dos termos de um discurso político universalista. Por este enfoque,

> "(...) enquanto as mulheres (entre outros) tiveram sua cidadania negada com base nas suas diferenças, como elas poderiam exigir mudanças enquanto indivíduos humanos sem invocar a diferença que as excluiu?" (SCOTT, 2001, p. 383).

Se a naturalização das diferenças sexuais é a base da exclusão das mulheres da cidadania e da participação política, que papel desempenha esta diferença para o combate da exclusão feminina? Qual é a melhor saída: insistir na universalidade, reivindicando que esta realize sua promessa de neutralidade e assim não discrimine os sujeitos políticos por seu sexo, como querem, por exemplo, as defensoras da paridade na França[3]? Ou, diferentemente, defender a diferença como parte constitutiva e irredutível dos sujeitos? Ou seja,

> "As diferenças entre grupos sociais criados por exclusões prévias devem ser positivamente reconhecidas para que se supere a discriminação? O tratamento preferencial é necessário para compensar erros passados? Tal tratamento não seria uma forma de aceitar e reproduzir as mesmas diferenças que são a base da discriminação? A discriminação positiva é resposta à discriminação negativa?" (SCOTT, 2001, p.374).

Estas questões colocam em cena o chamado "dilema da diferença":

> "ignorar a diferença no caso de grupos subordinados 'deixa em seu lugar uma neutralidade defeituosa', mas centrar-se na diferença pode acentuar o estigma do desvio. 'Tanto centrar-se na diferença como ignorá-la provocam o risco de recria-la. Este é o dilema da diferença' " (MINOW, 1984, p. 160, *apud* SCOTT, 1999, p. 211).

Para Joan Scott, a forma possível e necessária de enfrentar o "dilema da diferença" é desconstruir a disjuntiva criada entre igualdade e diferença, mostrando que "a própria antítese esconde a interdependência dos dois termos, já que a igualdade não é a eliminação da diferença, e a diferença não exclui a igualdade" (SCOTT, 1999, p. 209). Desse modo, rejeita-se a escolha entre igualdade ou diferença, rechaçando a idéia de que constituem uma oposição, e o "dilema da diferença" torna-se um "falso dilema".

A oposição binária, ao mesmo tempo em que contrapõe os dois termos da oposição, constrói a igualdade de cada lado da oposição e oculta as múltiplas identificações entre os lados opostos, exagerando a oposição, da mesma forma de oculta o múltiplo jogo das diferenças de cada lado da oposição. Trata-se de um jogo de exclusão e inclusão. Com isto, cada lado da oposição é apresentado e representado como um fenômeno unitário.

[3] Sobre o movimento pela paridade política na França ver: Joan W. Scott. "La querelle des femmes" no final do século XX. Revista Estudos Feministas, vol. 9, n. 2, 2001.

“Assume que tudo em cada categoria (mulher/homem) é a mesma coisa (é igual); portanto, se suprimem as diferenças dentro de cada categoria” (SCOTT, 1999, p. 219).

Tomando-se igualdade e diferença como antíteses, cria-se para os grupos sociais a tarefa impossível de eleger uma das estratégias: defender a igualdade e negar a diferença ou, ao contrário, defender a diferença e negar a igualdade. Isto acaba por constituir uma armadilha para os movimentos. Conforme Joan W. Scott,

> “Quando *igualdade* e *diferença* se discutem dicotomicamente, estruturam uma eleição impossível. Se alguém optar pela igualdade, estará forçado a aceitar que a noção de diferença é sua antítese. Se alguém optar pela diferença, admitirá que a igualdade é inalcançável. (...) Nós, as feministas, não podemos renunciar à ‘diferença’; tem sido nossa ferramenta analítica mais criativa. Não podemos renunciar à igualdade, ao menos quando desejemos nos referir aos princípios e valores de nosso sistema político” (SCOTT, 1999, p. 217).

Igualdade e diferença, assim entendidas, não representam escolhas estratégicas a serem feitas pelas feministas, pois estas não podem abrir mão nem de uma, nem de outra. Partir deste ponto de vista implica em abordar as diferenças não somente como externas, mas também como internas. Dito de outro modo, não basta debater as diferenças entre homens e mulheres (diferenças externas), é preciso também debater as múltiplas diferenças entre os homens e entre as mulheres (diferenças internas). Se não nascemos homens e mulheres, mas somos construídos como tal, conforme já dizia Simone de Beauvoir, logo esta construção é histórica e social e, sendo assim, existem múltiplas formas de construir o que é ser homem e o que é ser mulher. Como diz Scott, “nosso objetivo não é só ver as diferenças entre os sexos, como também as formas em que estas funcionam para reprimir as diferenças no interior de cada grupo de gênero” (SCOTT, 1999, p. 220).

A repressão das diferenças no interior de cada grupo de gênero, como destaca também Judith Butler, funciona para construir as reificações do gênero e da identidade, alimentando as relações de poder e cristalizando as hierarquias sociais. Segundo a autora, “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é

construído o espectro concreto das 'mulheres' " (BUTLER, 2003, p. 35). Nesse sentido, a categoria das 'mulheres', ao pretender ser globalizante, torna-se normativa e excludente e ignora outras dimensões que marcam privilégios, como de classe e de raça.

A necessidade de rejeitar os esquemas dicotômicos de pensamento; de não ocultar as diferenças internas de cada categoria e pensar em termos de pluralidades e diversidades, e; de rechaçar as abordagens essencialista; são pontos sobre os quais Butler, Scott e Mouffe estão plenamente de acordo e que aproximam estas autoras e inúmeras/os outras/os que se filiam ao pós-estruturalismo ou ao pós-modernismo. No entanto, há discordâncias quanto às conseqüências dessas críticas para a prática política feministas.

Repensando a prática política feminista

A teoria feminista e a política feminista têm suas raízes na categoria "mulher". Com a dissolução do sujeito político "mulheres", empreendida pelas abordagens desconstrutivistas, como ficam as perspectivas para a organização política feminista? Muitas vezes esta questão é vista como um afastamento, senão uma ruptura, entre a teoria e a militância feministas[4]. Antônio Flávio Pierucci, por exemplo, afirma que "a desconstrução da oposição binária igualdade/diferença exige um trabalho intelectual muito sofisticado e cheio de sutilezas, que torna dificílimo de ser apreendido pela militância" (PIERUCCI, 1999, p. 49). Desse modo, a teoria feminista estaria se separando da militância, porque esta necessita, dentro desta lógica, de uma base mais estável para sua ação política e esta base seria a unidade. A desconstrução dos sujeitos, por outro lado, representaria uma fragmentação nociva para a mobilização política, comprometendo seu sucesso.

Seguindo uma direção diferente de Pierucci, Judith Butler nos pergunta: "é a 'unidade' necessária para a ação política efetiva?" (BUTLER, 2003, p.36). Butler, Scott e Mouffe estão convencidas de que a unidade não é necessária para a ação política efetiva e de que, ao contrário de fragilizar a prática política feminista, a crítica ao essencialismo e a

[4] Sobre essas tensões, ver: Adriana Piscitelli, "Recriando a Categoria Mulher. In: L. M. Algranti (org.) *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero.* Textos Didáticos, n. 48, 2002.

defesa da diferença podem contribuir para seu revigoramento. Como questiona Judith Butler,

> "Não será precisamente a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a 'unidade' da categoria das mulheres não é nem pressuposta nem desejada. (...) Sem a pressuposição ou o objetivo da 'unidade', sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação de identidade" (BUTLER, 2003, p. 36).

Se tomamos a identidade como discursivamente construída, como já argumentamos anteriormente, negar a essência da identidade não implica em negar a existência de sujeitos políticos, mas sim em redefinir sua constituição.

Chantal Mouffe considera que a realização de um projeto de democracia plural e radical exige a rejeição do essencialismo, por meio da desconstrução das identidades essenciais, como "condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais onde se teriam que aplicar os princípios de liberdade e igualdade" (MOUFFE, 1999, p. 32). Nesta interpretação, as lutas políticas contemporâneas têm seus conflitos e antagonismos marcados por sujeitos constituídos por um conjunto de posições. A identidade de tal sujeito múltiplo e contraditório é construída discursivamente por vários componentes como sexo, raça, etnia, classe, idade e sexualidade, entre outros, e nada nos faz crer, como observa Scott, que o componente de gênero seja determinante em relação aos outros (SCOTT, 1990). Para Chantal Mouffe, contudo,

> "A ausência de uma identidade essencial e de uma unidade prévia, no entanto, não impede a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comum. Como resultado de criação de pontos nodais, podem existir fixações parciais e podem ser estabelecidas formas precárias de identificação ao redor da categoria 'mulheres', que proporcionem a base para uma identidade feminista e uma luta feminista" (MOUFFE, 1999, p. 46).

Para tanto, "o aspecto da articulação é decisivo. Negar a existência de um vínculo *a priori*, necessário, entre as posições de sujeito, não quer dizer que não existam constantes esforços para estabelecer entre elas vínculos históricos, contingentes e variáveis" (MOUFFE, 1999, p. 33). Em resumo, para Chantal Mouffe a crítica à identidade essencial não conduz necessariamente à rejeição absoluta de qualquer conceito de

identidade. Dentro desta interpretação, ainda é possível, com as ressalvas e limites, reter noções como “classe trabalhadora”, “homens”, “mulheres”, “negros”, ou outros significantes que se referem a sujeitos coletivos (MOUFFE, 1999).

Quais as conseqüências desta interpretação para o feminismo? Segundo Mouffe,

> “Se a categoria ‘mulher não corresponder a nenhuma essência unitária e unificadora, o problema [para a política feminista] já não deverá seguir sendo tratar de descobri-la. As questões centrais são: como se constrói a categoria ‘mulher’ como tal, dentro de diferentes discursos?, como se transforma a diferença sexual em uma distinção pertinente dentro das relações sociais?, e, como se constroem relações de subordinação através desta distinção? Todo o falso dilema da igualdade versus a diferença cai, desde o momento em que não temos uma entidade homogênea ‘mulher’ confrontada com um outra entidade homogênea ‘homem’, mas uma multiplicidade de relações sociais nas quais a diferença sexual está construída sempre de diversos modos, e onde a luta contra a subordinação tem que ser estabelecida de formas específicas e diferenciais. A pergunta sobre se as mulheres têm que se tornar idênticas aos homens para ser reconhecidas como iguais, ou se têm que afirmar sua diferença a custo da igualdade, aparece como pergunta sem sentido uma vez que as identidades essenciais estão sendo questionadas” (MOUFFE, 1999, p. 34).

Entretanto, entendo que apesar desta constatação de Chantal Mouffe, na prática política feminista persiste o seguinte problema: quando é interessante insistir na igualdade e quando interessa reivindicar o direito à diferença? Chantal Mouffe e Joan Scott parecem discordar a esse respeito.

Joan Scott rejeita a interpretação de que a história das lutas feministas possa ser caracterizada pela separação entre as que escolheram insistir na igualdade e as que escolherem insistir na diferença, como se estas fossem estratégias excludentes. Para a autora, na verdade, essa é uma história de paradoxos, o que se explica e se justifica pelos próprios paradoxos do pensamento liberal no que diz respeito ao individualismo universal. Neste caso,

> “O feminismo era um projeto contra a exclusão política da mulher: seu objetivo era eliminar as ‘diferenças sexuais’ na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das ‘mulheres’ (um produto do próprio discurso da ‘diferença sexual’). Na medida em que o feminismo defendia as ‘mulheres’, acabava por alimentar a ‘diferença sexual’ que procurava eliminar” (SCOTT, 2002, p. 27).

Para se entender os paradoxos do feminismo é necessário levar em consideração a forma paradoxal como os filósofos e políticos do iluminismo invocaram a

diferença sexual como explicação para os limites que restringiam a universalidade dos direitos individuais. Neste contexto, as feministas empenharam-se para apontar as incoerências deste pensamento. No entanto,

> "As feministas não apenas apontavam as incoerências; tentavam também corrigi-las, demonstrando que elas também eram indivíduos, de conformidade com os parâmetros de individualidade de sua época, fato reconhecido por vários textos da própria legislação civil [francesa]. Não podiam, porém, evitar (ou revolver) o problema de sua presumida diferença sexual. As feministas discutiam ao mesmo tempo a relevância e a irrelevância de seu sexo, a identidade de todos os indivíduos e a diferença das mulheres. Recusavam reconhecerem-se mulheres nos termos ditados pela sociedade e, ao mesmo tempo, elaboravam seu discurso em nome das mulheres que inegavelmente eram. As ambigüidades da noção republicana de indivíduo (sua definição universal e corporificação masculina) eram assim discutidas e postas a nu nos debates feministas" (SCOTT, 2002, p. 38).

Partindo deste entendimento,

> "Os paradoxos que as feministas ofereciam não eram inteiramente criação sua (...). Escrever a história do feminismo como se fosse simplesmente uma questão de escolher a estratégia correta – igualdade ou diferença – implica dizer que uma ou outra dessas opções realmente existia, e que uma solução ou fechamento da questão era e é, em última análise possível. A história do feminismo não é, porém, a história de opções disponíveis ou de escolha tranqüila de um projeto vitorioso; é, antes disso, a história de mulheres (e de alguns homens) constantemente às voltas com a absoluta dificuldade de resolver os dilemas que enfrentam" (SCOTT, 2002, p. 47).

Se a igualdade e a diferença não são escolhas possíveis para o feminismo, como então conviver com as duas na ação política? Para Joan Scott devem ser sempre estratégias políticas definidas em cada contexto discursivo particular. Assim a autora concebe que

> "Existem momentos em que faz sentido para as mães pedir consideração por seu papel social, e contextos nos quais a maternidade é irrelevante na conduta das mulheres; mas ao defender que ser mulher é ser mãe encobrimos as diferenças que tornam possível essa eleição. Existem momentos nos quais faz sentido pedir uma revaloração de *status* do que tem sido socialmente construído como 'trabalho de mulher' (...) e contextos nos quais faz muito mais sentido preparar as mulheres para que ingressem a trabalhos 'não tradicionais'" (SCOTT, 1999, p. 221).

Parece-me que esta formulação não resolve de todo o problema. Surge uma outra questão: em quais contextos faz sentido valorizar, por exemplo, a maternidade, e em quais é mais interessante tomá-la como irrelevante. Chantal Mouffe parece complementar esta resposta quando explica a distinção existente entre sua posição e o que

ela chama de "pluralismo extremo", entendido como valorização de todas as diferenças. Referindo-se ao pluralismo extremo, a autora afirma que,

> "A pesar de su pretensión de ser más democrática, considero que esa perspectiva nos impide reconocer el modo en que ciertas diferencias se construyen como relaciones de subordinación y, en consecuencia, deberían ser cuestionadas por una política democrática radical" (Mouffe, 2003, p. 37).

Com isto a autora propõe limites à celebração das diferenças, uma vez que muitas delas constroem subordinação. Formulando em outros termos, Boaventura de Souza Santos propõe o princípio segundo o qual "as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza" (SANTOS, 1997 *apud* SCHERER-WARREN, 2000, p. 34).

Penso que esta formulação de Boaventura de Souza Santos demonstra de forma cabal que o "dilema da diferença" é um "falso dilema".

Para Chantal Mouffe, contudo, há espaços nos quais a diferença sexual não deve ser pertinente. Pensando na cidadania do ponto de vista da participação política, a autora entende que, apesar deste cenário ter sido constituído historicamente com base da diferença sexual, isto não significa que deve continuar sendo assim. Rejeitando as propostas de uma cidadania sexualmente diferenciada, como a elaboração de Carole Pateman[5], Mouffe defende que as limitações da concepção moderna de cidadania somente serão superadas ao "construir uma nova concepção de cidadania na qual a diferença sexual se torne algo realmente não pertinente" (MOUFFE, 1999, p. 39).

Isto se deve ao fato de que Chantal Mouffe interpreta a elaboração de Carole Pateman como uma forma de preservação da oposição homens e mulheres, mesmo apresentando contribuições para desconstruir a concepção patriarcal de cidadania e da vida privada e pública. Assim entende que a proposta de Pateman de uma cidadania sexualmente diferenciada, que incluiria desse modo as mulheres, está baseada na identificação das mulheres como mulheres com a maternidade, o que deixa intocado o problema das identidades essenciais.

[5] Ver: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Chantal Mouffe entende que não há razões para se defender que a diferença sexual seja relevante em todas as relações sociais e a esfera política é uma dessas. Prevendo possíveis críticas, a autora defende-se esclarecendo que:

> "Não estou apoiando o total desaparecimento da diferença sexual como distinção pertinente; tampouco estou dizendo que a igualdade entre homens e mulheres exija relações neutrais do ponto de vista genérico; e é claro que, em muitos casos, tratar os homens e as mulheres igualmente implica trata-los diferencialmente. Minha tese é que, no domínio da esfera política e no que está relacionado com a cidadania, a diferença sexual não deve ser uma distinção pertinente. Concordo com Pateman em sua crítica da concepção liberal, masculina, da cidadania moderna, mas acho que um projeto de democracia radical e plural não necessita um modelo de cidadania sexualmente diferenciado no qual as tarefas específicas de homens e mulheres sejam valorizadas com eqüidade, mas uma concepção verdadeiramente diferente do que representa ser um cidadão e de como atuar como membro de uma comunidade política democrática" (SCOTT, 1999, p. 40).

Esta defesa de Mouffe, que representa a tentativa de uma nova formulação de universalismo e a refundação da democracia, está longe de obter qualquer consenso no interior do debate feminista. Joan Scott, por exemplo, diferentemente de Mouffe, rejeita as tentativas das feministas de transformar as críticas sobre a particularidade em argumentos universalistas (SCOTT, 2001).

Assim como Butler, penso que o objetivo de constituir uma unidade, como parece ser a proposta de Chantal Mouffe, traz os riscos de recriar normatizações de valores e práticas. É possível evitar este risco e ao mesmo tempo pretender uma hegemonia política para a organização da democracia? Eis uma questão de difícil resposta.

A discordância entre pensadoras feministas, fundamental para o conhecimento e a prática feministas, longe de apontar para uma solução do problema da igualdade e da diferença, contribui para o constante questionamento do nosso fazer, acadêmico e político. Neste fazer as respostas nunca são fáceis e o debate está sempre em aberto.

BIBLIOGRAFIA

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 10ª impressão. (v. 1 Fatos e Mitos).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. "Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais". **Crítica Marxista**, n. 11, 2000. pp. 98-108. (Dossiê Marxismo e feminismo).

FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C., HEILBORN, Maria Luiza. "Antropologia e Feminismo". **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, vol. 1, n. 1, 1981.

MOUFFE, Chantal. "Feminismo, cidadania e política democrática radical". **Debate Feminista. Cidadania e Feminismo** (Edição especial). São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999. pp. 29-47.

_____. **La paradoja democrática.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença.** São Paulo: Editora 34, 1999.

PISCITELLI, Adriana. "Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, n. 48, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. "Movimentos em cena … e as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, Ilse; et al. **Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa: Socius; Florianópolis: Editora UFSC, 2000. p. 23-51.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16(2), p. 5-22, jul/dez. 1990.

_____. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**. Desacordos, desamores e diferenças. N. 3. p. 11-27. Campinas: IFCH/PAGU, 1994.

_____. "Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista". **Debate Feminista. Cidadania e Feminismo** (Edição especial). São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999. pp. 203-222.

_____. " 'La querelle des femmes' no final do século XX". **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2/2001, p. 367-388, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

Saberes docentes: algumas considerações sobre os conhecimentos envolvidos na formação do professor de história.

Silvana Gomes dos Reis*

RESUMO: Reflexão teórica-prática sobre o que são saberes docentes e, como eles se apresentam na prática de professores de história. Além de fundamentação teórica, levanta algumas conclusões de entrevistas feitas com professores de história, formadores e graduados. Aborda também quais aspectos são considerados essenciais para a formação desse professor e as possíveis contribuições do estágio
Palavras-chave: saberes docentes, conhecimentos, formação, professor de história,

Para iniciar destacamos apontamentos de dois autores internacionais que podem contribuir para o entendimento sobre o que são os saberes docentes.

De acordo com Tardif (2002)[1], o saber docente é constituído pela mistura de vários saberes que contribuem para formar um todo. Inicialmente, oriundos da família, do ambiente de vida, etc, desenvolvem-se os saberes pessoais; também existe os saberes provenientes da formação escolar anterior. Das instituições de formação de professores provêm os saberes profissionais, ligados às ciências da educação e aos saberes pedagógicos (doutrinas ou concepções educacionais que fornecem um arcabouço ideológico e também algumas formas de saber-fazer e algumas técnicas). Também provêm dessas instituições os saberes disciplinares, que se referem aos diversos campos do conhecimento, encontrados sob a forma de disciplinas (química, matemática, História, etc). Nas escolas encontram-se os saberes curriculares, que sistematizam os saberes sociais selecionados como modelo de cultura erudita e de formação, apresentados sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos), e também presentes nos livros didáticos, com os quais o professor irá trabalhar. E, finalmente, citamos os saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola, que são os saberes experienciais ou práticos.

* Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

Esse professor, na impossibilidade de controlar os saberes disciplinares, curriculares e da formação profissional, produz ou tenta produzir saberes através dos quais ele compreenda e domine sua prática. Dessa interação nasce o saber docente do professor:

> Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. (TARDIF, 2002, p. 36)

Shulman (1987, p.8)[2] propõe que, ao se falar no conhecimento dos professores, no mínimo devem estar incluídos:

- conhecimento de conteúdo;
- conhecimento pedagógico geral, com referência especial para aqueles princípios amplos e de estratégia de direção e organização da sala de aula, que parece ultrapassar o assunto da matéria propriamente dita;
- conhecimento curricular, com particular compreensão dos materiais e programas que servem como “ferramentas de ofício” para os professores;
- conhecimento pedagógico do conteúdo: aquele amálgama especial de conteúdo específico e pedagogia, ligado unicamente à função do professor, a sua forma de entendimento profissional;
- conhecimento dos alunos e suas características;
- conhecimento do contexto educacional, envolvendo desde os trabalhos do grupo ou da sala de aula, administração das escolas, as características gerais e culturais das comunidades; e
- conhecimento dos fins educacionais, propostas e valores e sua filosofia e fundamentos históricos.

Dentre esses conhecimentos, o autor destaca o conhecimento pedagógico do conteúdo, pois ele dá forma ao conhecimento a ser ensinado, através da fusão do conteúdo e da pedagogia. Logo, o conhecimento pedagógico do conteúdo é a categoria mais provável que distingue o entendimento do professor daquele do especialista de conteúdo. (SHULMAN, 1987, p.8)

> [...] Shulman propõe que se avalie o saber docente como um amálgama entre o conhecimento e os procedimentos didáticos relacionados a ele, criando a interessante categoria do “conhecimento pedagogizado da matéria”, que conduz a pesquisa do conhecimento do professor sobre os conteúdos de ensino-aprendizagem. (QUEIROZ, 2001, p. 100)

É preciso salientar que quando esses saberes são mobilizados na sala de aula, torna-se impossível identificar sua origem: ocorre um sincretismo, existe uma articulação que os torna indissociáveis; a separação acontece somente para fins de análise e categorização, não existindo na prática (TARDIF, 2002; SHULMAN, 1987).

Além do espaço da sala de aula, devemos lembrar que a experiência do professor também engloba todas as suas vivências acadêmicas (cursos, pesquisas, etc), bem como sua vivência profissional e social na escola. Assim, o saber da experiência é amplo e está ligado não apenas à experiência do trabalho como também à história de vida do professor, constituindo o seu modo de ser e as suas ações (QUEIROZ, 2001)[3].

Feita essa contextualização, e tendo por norte as sete categorias de conhecimento estabelecidas por Shulman (1987), veremos sínteses de algumas conclusões gerais sobre como esses aspectos são vistos, por professores – formadores e graduados.

Sobre a compreensão da História e o seu ensino, o professor deve ter noções gerais que lhe permitam se situar no tempo e no espaço, além disso, deve estar sempre procurando leituras para um maior aprofundamento no tema trabalhado. A História, enquanto disciplina, não é um fragmento isolado; o seu conhecimento é interdisciplinar. O seu estudo deve estar vinculado ao presente, mostrando não só como os homens construíram seu passado, mas como é possível interagir no próprio contexto histórico. Direcionando tudo isso está o princípio de que ensinar História também é ensinar o seu método; por isso a importância do professor dominar os princípio teóricos e metodológicos.

Nesse sentido, a proposta curricular dos professores aproxima-se dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Sobre eles, existe uma consciência de que esse documento veio adequar as propostas oficiais do ensino ao que a área da História e da Educação já vinham propondo e que muitos professores já vinham desenvolvendo. No entanto, na fala de professores da Rede, de forma geral, pode-se identificar a falta de crítica aos princípios ideológicos ligados aos interesses do mercado capitalista, presentes nesse documento.

Já o contexto escolar é visto como determinante, pois ele pode limitar a efetivação de qualquer proposta educacional. Salas de aulas com cerca de 40 alunos, quentes, com recursos inadequados, baixos salários, que levam os professores a terem muitas aulas, várias escolas, com centenas de alunos, terem pouco tempo para estudos e se verem privados da assinatura de jornais, revistas, periódicos, etc., ou mesmo da participação em cursos. Tudo isso torna inviável o desenvolvimento de um trabalho concebido como ideal.

Por outro lado, conhecendo o contexto escolar, é possível perceber que, mesmo que parte dos professores de história ainda ministrem aulas pautadas numa narrativa linear de causa e efeito, marcada por fatos e heróis, os alunos que freqüentam a escola mudaram. Mantendo características psicológicas ligadas ao seu desenvolvimento, inseridos num mundo que dá mais liberdade, mais informação, esses alunos questionam, participam, querem saber o porquê, muitas vezes pedem aulas diferentes, mais atrativas, outras vezes protestam – até inconscientemente – não participando da aula, que consideram desinteressante, conversam, tumultuam a ordem que o professor insiste em não mudar.

Esses alunos levam para a escola reflexos da realidade que vivenciam: seus valores e referências não vêm mais da família e sim do meio social, inclusive da escola; muitos não têm mais um modelo familiar tradicional (tido como ideal por muitos professores), vivenciam problemas familiares, econômicos, sociais, chegam à escola desmotivados, pois não vêem nenhuma perspectiva nova que a escola possa lhes oferecer. Sua estratégia passa a ser de sobrevivência: procuram meios apenas de passar de ano. Por outro lado, o que faz com que a escola não mude? Parece que o próprio contexto escolar instaura um círculo vicioso.

Como querer que a comunidade valorize esta escola? Mesmo que objetivo da escola e da história seja formar cidadãos, que compreendam a realidade, capazes de construir o seu conhecimento e a partir disso traçar novos rumos para a sua vida, cercado por tantas adversidades o professor acaba tendo que se tornar um idealista, buscando fazer o máximo possível em circunstâncias adversas.

Essas idéias, foram apontado de modo geral por formadores e professores atuantes, não revelando divergências significativas.

Essa breve explanação fornece elementos para entender o que os entrevistados entendem como essencial na formação do professor de história[4]:

Um aspecto essencial na formação do professor:	METODOLOGIA (N=3)	HISTÓRIA (N=3)	PEDAGÓGICAS (N=3)	REDE (N=6)
03 Conhecimento de conteúdo	--	2	--	1
08 Conhecimento pedagógico do conteúdo	3	1	2	2
01 Conhecimento dos Alunos	--	--	--	1
01 Conhecimento do contexto	--	--	--	1
01 Conhecimento dos fins educacionais	--	--	1	--
01 Todos os elementos necessários ao trabalho do professor	--	--	--	1

Conhecimentos necessários na formação do professor de História[5]:

Foram mencionados conhecimentos ligados a conteúdos, alunos, a prática da sala de aula, e contexto social. Os quais, numa nova análise foram associados às sete categorias de conhecimento.

Dois professores formadores fazem referência à importância do conhecimento de conteúdo, deixando transparecer a idéia de que tendo um instrumental teórico metodológico bem definido, isso vai garantir que depois, no estágio ou no exercício profissional, ele seja um bom professor.

Quanto ao conhecimento pedagógico do conteúdo, também está implícito nesse conhecimento que o professor precisa do conteúdo, mas ele está diretamente ligado ao processo de ensino e aprendizagem. Assim, dizer que o professor deve aprender a comunicar-se corretamente na forma escrita e verbal, aliar teoria e prática, aliar conteúdo com a realidade, promover situações de troca com os colegas e com os alunos, aliar conteúdos específicos e didática, saber sistematizar o seu conteúdo, ter noção filosófica do que seja a verdade e trabalhá-la em sala, todas essas colocações estão referindo-se à aliança entre o conhecimento do conteúdo e do conhecimento pedagógico, à função do professor, a sua forma de entendimento profissional de promover o processo de ensino e aprendizagem.

O conhecimento dos alunos foi citado por um professor da Rede. Já o conhecimento do contexto foi levantado por dois formadores: para eles, é preciso que os cursos de licenciatura conscientizem os alunos sobre a importância do papel do professor na sociedade. Também um professor da rede mencionou a importância da formação colocar o aluno em contato com o contexto escolar para que, quando ele chegar à escola, não descubra que não quer trabalhar nessa situação.

Entretanto, falar em contato com a realidade, com o contexto escolar necessariamente não significa falar em estágio. Segundo os entrevistados, o estágio oferece pouco tempo para que o estagiário conheça o contexto escolar, mobilizando apenas uma mínima parte de seus conhecimentos de conteúdo ou pedagógico. Além disso, em muitos casos, o estagiário não tem um vínculo ou compromisso com os alunos, a escola ou com o programa do professor, ele está cumprindo um requisito para terminar uma disciplina da graduação. Somando tudo isso ao fato de na sala de aula estarem presentes o professor da sala, o professor orientador, o estagiário e muitas vezes um ou mais alunos (visto que os estágios muitas vezes são feitos em grupos) não é possível pensar que as aulas do estágio correspondam a uma aula real.

Já, os três professores de Metodologia vêem o estágio como uma experiência positiva, que apenas dá uma amostra do que o aluno vai vivenciar na realidade, não tendo pretensão de dizer que o estágio é igual à prática diária de um professor.

Mesmo sendo apresentadas críticas, a maioria dos professores destacou que o estágio pode tornar-se muito significativo. As sugestões dos professores de História é que o estágio ocorresse no modelo de projetos ou cursos. Já as sugestões dos professores de Metodologia e da Rede direcionam-se no sentido de uma vivência, o que necessariamente não inviabiliza a primeira sugestão. O estágio poderia ser como residência médica, o que implicaria em aumentar o tempo de permanência na escola, participando do dia-a-dia da escola.

Nessas sugestões pode-se perceber uma preocupação em tornar os conhecimentos da formação em conhecimentos significativos, ou seja, transformar conhecimentos

exteriores em algo pessoal, experienciado. Assim os estagiários poderiam estar refletindo sobre todos os saberes que compõem o saber docente: os saberes da formação, os anteriores a ele, bem como os experienciais.

Indo além, os entrevistados também reconhecem que a formação do professor não se restringe ao período da graduação e do estágio, ela estende-se por toda a vida profissional, bem como mencionam que é a partir do seu trabalho que surgirão necessidades que poderão conduzir à formação contínua. Esta poderá envolver leituras, cursos, pesquisas, etc., o que fará que este profissional esteja em constante crescimento. Também reconhecem na prática uma fonte de um saber, afinal é no dia-a-dia com suas situações inusitadas, envolvendo professores, alunos, equipe pedagógica, funcionários e pais que criarão necessidades para as quais os professores terão que trazer respostas imediatas, mobilizando e adequando os saberes necessários.

Contudo, foi possível perceber entre os professores entrevistados, atuantes no ensino fundamental e médio, que, se por um lado há a valorização dos saberes disciplinares e da prática, por outro, os conhecimentos pedagógicos (ou qualquer outro vinculado à área da educação) geralmente são associados a um conhecimento técnico que orienta formas de fazer; não havendo referência aos aspectos teóricos discutidos pela educação. Talvez por isso, quando os professores da Rede mencionam a pesquisa, na maioria das vezes pensam em aspectos teóricos e metodológicos da história, e não do seu ensino.

Vale lembrar que neste trabalho cada um falou daquilo que, na sua prática, foi tornando-se mais importante. “Os saberes docentes obedecem, portanto a uma hierarquia: seu valor depende das dificuldades que apresentam em relação à prática.” (TARDIF, 2002, p. 51).

A título de breve conclusão é possível lembrar que para superar as dicotomias constatadas – pesquisa e ensino, teoria e prática, estágio e realidade escolar, conhecimento específico (história) e conhecimentos pedagógicos – as sugestões não são inéditas, já tendo sido apresentadas por outros pesquisadores. Entre eles Ranzi (1999)[6] e Monteiro (1999)[7] propõem que,se a universidade quer professores reflexivos, que esta reflexão comece

durante a formação, sugerindo entre outras coisas que as pesquisas desenvolvidas tenham relação com o contexto escolar, com o que e como se ensina. Nesse mesmo sentido, Joanilho (1999)[8] e Villalta (1992/1993)[9], sugerem maior articulação entre teoria e prática, entre os conhecimentos partilhados na formação e os que serão necessários para o exercício da profissão.

Reconhecendo na atividade profissional dos professores um repertório de conhecimentos que embasa sua atividade e que sua fundamentação teórica e prática são construídas num contínuo, reforça-se a idéia de que a formação universitária é limitada, devendo, portanto, capacitar os futuros profissionais para a sua formação continuada.

Como qualquer outra pesquisa, esta também não esgota as possibilidades de discussões e questionamentos. Contudo, o objetivo aqui foi provocar reflexões sobre o processo de formação inicial e continuada dos professores de História, de maneira indissociável do seu trabalho efetivo, pautando-nos não somente no referencial bibliográfico mas, principalmente no próprio saber docente.

---

[1] TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

[2] SHULMAN, Lee. Knowledge and teaching: Foundations of the new reform. **Harvard Educational Review.** nº 01, vol. 57, febr. 1987. p.1-22

[3] QUEIROZ, Glória Regina Pessôa Campello. Processos de formação de professores artistas- reflexivos de física. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, nº 74, 2001. p.97-120

[4] Independente da menção da importância de vários elementos na formação do professor de história, foi solicitado que os entrevistados especificassem somente um aspecto, algo que nortearia todos os demais.

[5] Foram entrevistados 15 professores: 03 de metodologia e prática de ensino de História ; 03 professores de disciplinas de História do curso de graduação; 03 professores das disciplinas pedagógicas (Didática Geral, Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio e Psicologia da Educação) e 6 professores da Rede Pública Estadual de Ensino. Estas serão referidas como Metodologia, História, Pedagógicas e Rede, sendo que essas terminologias têm como única função abreviar o processo de leitura. Devido ao formato deste texto não foi possível incluir citações das entrevistas.

[6] RANZI, Serlei Maria Fischer. O lugar da prática de ensino na produção do saber escolar. In:SHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. (Orgs.) **III Encontro: Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p.135-142

[7] MONTEIRO, Ana Maria F. C. O lugar da prática de ensino na formação do professor: um espaço de socialização profissional.In:SHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. (Orgs.) **III Encontro: Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p.122-134

[8] JOANILHO, André Luiz. A produção do conhecimento histórico. In:SHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. (Orgs.) **III Encontro: Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p.157-164

[9] VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de história: alternativas em perspectiva. **Revista Brasileira de História – Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História** – São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, set. 92/ago. 93. p.223-232.

O MUNDO ÀS AVESSAS NA EUROPA MODERNA

Silvia Liebel

(mestranda em História na UFPR e bolsista do CNPQ)

A inversão simbólica da realidade encontrou múltiplas expressões na Europa moderna, através de ritos carnavalescos e da continuidade do tema do país da Cocanha, da elaboração de sociedades utópicas como a de Thomas Morus e a da *Cidade do Sol* de Campanella, dentre outras que, refletindo diferentes sensibilidades, foram fundadas sobre cada contexto vivido. O mundo às avessas apreendido na imageria popular e na produção literária dos séculos XVI e XVII, que revela em suas bases a desrazão do Carnaval e a sátira dela resultante, além de uma ácida crítica social ao afrontamento dos costumes, a guisa dos *charivaris*, será aqui analisado em sua relação com o campo social, procurando-se demonstrar suas diferentes possibilidades de interpretação.

A união entre literatura e imageria, dada a proximidade temática, reflete um imaginário moldado pelas transformações sociais que conferiram contornos específicos aos séculos XVI e XVII. Por sua vez, este imaginário, estruturante do campo social, pôde influenciar a realidade a partir da conquista de uma visão crítica, ampliando o papel destes instrumentos que, progressivamente, além de divertir passaram a satirizar as inversões correntes que mais se assemelhavam a perversões (como a licenciosidade e a ganância do clero) e a formular idéias acerca de uma nova ordem social.

A imageria do mundo às avessas foi difundida em diversas regiões da Europa ocidental, com grande aproximação dos temas abordados[1], sendo nomeada como *Die verkehrte Welt*, *il mondo alla riversa*, *el mundo al revés*, *the world upside down* e *le monde renversé* ou *à l'envers*. O conjunto imagético assinala uma evolução da irreverência, da zombaria quanto ao mundo que parecia de ponta-cabeça em conjunturas de crise ou quanto às quebras de códigos morais, a intensas críticas ao poder constituído (lembramos das célebres imagens produzidas durante a Revolução Francesa, com o representante do Terceiro Estado carregando o nobre e o clérigo em suas costas, e sua inversão). Por fim, as

imagens sofrem a perda de seu sentido originário no século XIX, embora continuassem a despertar o riso, quando são conformadas à ilustração de livros infantis ou destinadas a um público rural ainda distanciado dos centros de impressão e que somente a partir de então passavam a contar com a presença mais freqüente de vendedores ambulantes de livros.

O mundo de ponta-cabeça apresentado nas imagens mostra a inversão física e de *status* entre homem, animal, elementos e objetos, com uma tão somente aparente legibilidade imediata. A inversão física ou qualitativa traduz-se na humanização dos animais, como o boi sendo o açougueiro do homem (que também pode puxar carroças) ou o caçador perseguido por sua presa; o céu trocando de lugar com a terra; a árvore com os galhos no solo e as raízes para cima; as crianças corrigindo seus mestres ou ninando suas babás; entre diversas outras possibilidades de troca que mostram o absurdo das situações, mas também o perigo de se permitir insubordinações.

Embora as imagens sejam destituídas do poder que reveste as palavras – mesmo aquelas que possuem legendas limitam-se a descrever brevemente o que está sendo apresentado –, conseguem expressar com detalhes alguns componentes do imaginário de seus autores e mesmo receptores. Considerando a representação enquanto uma mediação entre o real e o simbólico[2], o mundo às avessas, conforme surge nas fontes exploradas, revela-se a inversão alegórica das práticas sociais e visões de mundo tidas não somente como reais, mas como naturais, sendo qualificadas de acordo com as percepções subjetivas de cada leitor.

Assim, estas gravuras possuem múltiplas significações, conferidas de acordo com a *utensilagem mental* – influenciada por todo o conjunto de relações que envolvem o indivíduo, conforme salienta Lucien Febvre – daqueles que as observam. Para Peter Burke, estas imagens "eram ambíguas, com sentidos diferentes para diferentes pessoas, e possivelmente ambivalentes, com diferentes sentidos para as mesmas pessoas."[3] Para os grupos privilegiados, poderiam ser imagens absurdas ou subversivas, uma afronta ao *status quo*, pois um homem sendo assado por uma lebre ou perdiz e um nobre engraxando os sapatos de um lacaio poderiam produzir tanto riso como indignação. Para o povo, a quebra

da lógica poderia divertir, mas também acenar a possibilidade de outra vida. Afinal, como Erasmo já advertira, a brincadeira pode ter "um objetivo sério, sendo as pilhérias utilizadas somente como um disfarce".[4] Dessa maneira, as gravuras podem se prestar tanto à manutenção das estruturas vigentes quanto a sua transformação.

Entretanto, no instante em que são apresentadas não apenas como risíveis, mas sob o signo da loucura, as imagens acabam por reforçar a ordem (ou sua necessidade). As inversões nas festas medievais já eram vistas pelos detentores de poder como uma "válvula de escape" momentânea, necessária para a manutenção da ordem. No início da Idade Moderna, Frédérick Tristan as toma não apenas como uma liberação das pulsões, mas, sobretudo, enquanto uma necessidade para o discernimento da ordem que, através de sua profanação, é sacralizada[5].

O *nonsense* das inversões e a transformação das imagens em palavras são encontrados em diversas obras literárias, de Shakespeare a Lewis Carroll. Destacam-se no período aqui enfocado, entre uma ampla produção envolvendo o tema, o *Elogio da Loucura* de Erasmo, as obras cômicas de Rabelais e o logo poema épico *As Trágicas* de Agrippa d'Aubigné, fornecendo subsídios à análise do contexto cultural de sua produção. A realidade invertida nas representações imagéticas confia um aparato visual às idéias presentes no texto, assim como este atribui sentido aos signos contidos nas imagens, por vezes revestindo-as de um significado preciso contextualmente.

A partir do exposto, na análise destes elementos imagéticos e da essencial ótica do humor neles presente, afirma-se a necessidade de diferenciar a nossa atitude como leitores da de seus contemporâneos. Impõe-se uma necessária reflexão sobre a conjuntura de produção e recepção, assim como a função social desempenhada, que encerram em si a significação do jogo com os elementos do real, associando esquemas mentais e representação fora de ordem.

Determinadas gravuras apresentam a troca das funções tidas como "inerentes" a cada sexo: as mulheres assumem o comando do lar e batem em seus maridos; enquanto a mulher porta o fuzil e vai à caça, o marido fia e segura o bebê; as mulheres batem-se em

duelo e seus maridos assistem assustados. O que aos olhos de hoje poderia parecer uma reivindicação feminista, ligava-se quando de sua produção às sátiras em torno da luta pelos culotes e dos homens oprimidos por suas esposas.

Em seu terceiro livro, dedicado à saga de Panurges em busca de conselhos sobre seu desejo de se casar, Rabelais evoca a dissimulação e a violência como naturais ao feminino, sendo continuamente revelado a Panurges que ele seria traído, espancado e roubado. Entretanto, este afirma:

> "dizem que as mulheres honestas frequentemente não são boas da cabeça, e tornam o lar insuportável com o seu mau gênio. E nesse caso, eu faria ainda pior, eu a espancaria tanto, maltrataria tanto o seu corpo (...), despedaçaria tanto as suas vestes com bordoadas, que o diabo iria esperar à porta a alma danada."[6]

A reprimenda das mulheres transgressoras dos limites que lhes eram socialmente impostos acompanha-se da ridicularização daqueles que o permitiam. Os rituais de inversão entre os papéis masculino e feminino, transpostos para a imageria popular e a literatura, refletem os *charivaris* de maridos espancados ou enganados, quando estes eram montados ao contrário em um asno, desfilando pelas cidades em meio à gritaria das Abadias do Desgoverno.

Considerado pior que a submissão, o travestismo de um homem em mulher é ainda mais criticado, seja desqualificando um personagem para seu papel, como d'Aubigné que condena mordazmente Henrique III e seus *mignons*[7], seja atacando a virilidade daqueles que podem ser batidos por senhoras[8]. As críticas à fraqueza demonstrada por um homem serão aprofundadas no trânsito do século XVI para o XVII, mediante a necessidade de se difundir o princípio estabelecido por Deus que confere ao rei o poder de governar o reino e, por extensão, do homem governar a mulher e do pai governar o filho.

Seguindo esta última diretriz, a inversão de *status* entre pais e filhos, mestres e aprendizes, é repetidamente abordada em ambas as frentes, imagética e literária. Enquanto Erasmo se indagava, no início do século XVI, se o governo do mundo não estaria invertido,

afinal, seria natural ele ser dos mais jovens, pois são eles os mais fortes, no final do período Agrippa d'Aubigné, atormentado poeta calvinista que escreve violentamente contra as agruras de uma França assolada durante as guerras de religião, à espera do castigo divino, critica intensamente as inversões religiosas e morais, afirmando nesse mundo de pernas para o ar:

> O sábio justiceiro é levado ao suplício,
> O mal-feitor lhe faz seu processo; a injustiça
> É princípio de direito; como no mundo às avessas
> O velho pai é chicoteado por seu filho perverso[9].

A explicitação deste modelo de autoridade, através da ação sistemática dos tribunais, da aplicação de sentenças públicas para a admoestação da comunidade, da qualificação da lesa-majestade como crime-mor, além de casos particulares, como a proibição pela lei francesa de mulheres ascenderem ao trono, marcará as resistências a sua imposição sob o signo da malignidade. Assim, a civilização da blasfêmia dos séculos XV e XVI, conforme apresentada por Robert Muchembled, será confrontada por interdições e uma relativa tolerância, até a sistematização da repressão no século XVII.[10] O mundo às avessas passa a ser visto como um mundo demoníaco, e os momentos que o expressavam, como a Festa dos Loucos e o Carnaval, são continuamente expurgados de seu conteúdo atentatório até sua interdição efetiva, concorrendo para isso a violência que podia então se manifestar.

De fato, o Carnaval não era essencialmente ridente como Bakhtin procurou demonstrar, caminhando o riso lado a lado com o medo e sendo muitas vezes usado como instrumento de defesa ou ataque segundo condições precisas. Portanto, observa-se que as elites não procuraram expurgar esta expressão da cultura popular unicamente no alcance do refinamento dos modos, mas também porque eram intimidadas.

> Fazer do combate entre a Quaresma e o Carnaval uma luta da maldosa cultura das elites, séria e rebarbativa, que utilizaria os poderes civis e religiosos para eliminar a boa cultura popular, livre e fraternal é, evidentemente, forçar a risada. (...) o riso carnavalesco está sempre prestes a matar: ele é

> agressivo, intolerante, violento; humilha, degrada, despreza, vexa; riso da coesão estreita de pequenos grupos, é excludente, não admite oposição, impõe sua lei, persegue os recalcitrantes, elimina aqueles que não querem se divertir; tirânico, não tolera os que não gostam da festa.[11]

O disciplinamento dos festejos populares revela-se um dos focos de atuação do regime que se esforçava para engendrar-se no cotidiano das populações. As sociedades que vivenciavam o embate entre poder e contra-poder com as guerras de religião e as crises políticas (que assinalam uma grande inversão de poder, o regicídio), foram cerceadas por um novo momento de instauração da ordem empreendido pelos Estados absolutistas. Estes, enquanto se lançavam à conquista de novos mundos, procuravam reforçar os limites entre as elites e o povo, empreendendo uma regulação moral através da reforma dos costumes e consolidando a ordem política e a hierarquia enquanto representantes da vontade divina.

O tema do mundo às avessas chegará a ser empregado no escárnio dos grupos que ousavam imaginar-se além dos limites impostos na hierarquia, como Le Roy Ladurie mostra no fatídico carnaval romanense do último terço do século XVI. O rei da Perdiz, elevado pelas elites locais, decreta uma lei invertendo os preços dos alimentos, empregando a inversão para reforçar a ordem por parte daqueles que dela se beneficiavam, demonstrando o absurdo da anti-ordem que onerava o preço do arenque podre e determinava a venda da vitela por uma ninharia.[12]

Nestas circunstâncias, a progressiva assimilação da ordem estabelecida às manifestações do mundo às avessas marca-o, quando utilizado pelos diferentes grupos marginalizados, como um contra-poder que deveria ser continuamente combatido a fim de se reforçar o modelo que tenta se impor[13]. Toda dubiedade gera suspeita, pois nada do que é apresentado como real oferece segurança de assim o ser, afinal, este é o tempo das armadilhas diabólicas. Sendo Satã o príncipe desse mundo, é natural que ele esteja às avessas, e a missa negra, inversão do sagrado ritual cristão, comprova a decadência da humanidade.

O riso como superação de adversidades, presente na linguagem simbólica das festas, adquire assim um novo tom, contestador, tornando-se ameaça de desintegração com

a Reforma e, na seqüência, com a Contra-Reforma e suas exigências de maior rigor pessoal. “Quando o riso diz respeito ao sagrado, a conflagração é terrível, porque o sagrado é o sério por excelência, é intocável. Fazê-lo objeto de escárnio é sacrilégio e blasfêmia, é atacar o próprio fundamento da existência. (...) Eis o que torna Erasmo insuportável aos olhos dos fanáticos de todos os lados: ele introduz a brincadeira na religião.”[14]

O riso é diabolizado no tempo da caça às bruxas, concorrendo para a “ofensiva do sério”, juntamente com a interdição das festas, o impulso civilizador a partir da Corte analisado por Norbert Elias. Entretanto, a repressão das pulsões integrou um processo lento, que não chegou a atingir a todos e nem na mesma proporção. A monarquia de direito divino dá fim à função de bobo da corte, prescindindo de um fator de equilíbrio na tomada das decisões, pois, através da troça, o bufão apresentava a realidade ao soberano envolto em jogos políticos. Ele “tem o privilégio de dizer bem alto o que todo mundo pensa baixo (...). Se Henrique IV pensa baixo que ‘Paris bem vale uma missa’, Chicot encarrega-se de dizer bem alto: ‘Para um rei, pouco importa a religião, Deus e o diabo; só o poder conta’.”[15]

As imagens do mundo às avessas refletem esta afronta aos códigos estabelecidos ou a evasão mediante uma realidade inexorável, mas não se desesperam com a dubiedade, não choram suas misérias como Bosch e Bruegel, riem a valer de um mundo inaudito que pode mesmo inverter a relação entre o Sol e a Terra. Os textos evidenciam autores que riem de modos diferentes da insanidade do mundo: Erasmo se permite zombar da sisuda religião e condena as falhas morais da cristandade, Rabelais alia o grotesco à loucura no rebaixamento dos poderosos, e Agrippa d’Aubigné possui um riso mesclado a lamento e revolta.

Como Mark Twain falaria alguns séculos depois, ‘A fonte secreta do Humor não é a alegria, mas a tristeza. Não há humor no paraíso’.[16] Talvez mais do que o escárnio, este conjunto de fontes possa revelar a origem das indagações em torno dos motivos da inversão do mundo e a perplexidade diante do que permanece imutável.

[1] A Inglaterra, entretanto, passará a conhecer as imagens somente a partir do século XVIII, dotando-as de caráter político. Contudo, as referências à inversão são precedentes, como podemos observar no trabalho de Christopher Hill sobre as discussões em torno das instituições e crenças que agitaram a Inglaterra de meados do século XVII. HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça*: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
[2] CHARTIER, R. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [198?].
[3] BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 213.
[4] ERASMO DE ROTTERDAM. *Elogio da Loucura*. São Paulo: Rideel, 2003. p. 13.
[5] TRISTAN, F.; LEVER, M. *Le monde à l'envers*. Paris: Hachette, 1980. p. 28.
[6] RABELAIS, F. *Gargântua e Pantagruel*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003. Livro Terceiro, p. 420.
[7] D'AUBIGNÉ, A. *Les Tragiques*. Paris: Gallimard, 1995.
[8] Yves-Marie Bercé refere-se àqueles perseguidos por homens vestidos como mulheres, sugerindo a fraqueza de seus alvos. BERCÉ, Y-M. *Fête et révolte*. Des mentalités populaires du XVIe au XVIIIe siècle. Paris: Hachette, 1994. p. 86.
[9] D'AUBIGNÉ, op. cit., p. 83, v. 233-236.
[10] MUCHEMBLED, R. *L'invention de l'homme moderne*. Cultures et sensibilités en France du XVe au XVIIIe siècle. Paris: Fayard, 1988. p. 81.
[11] MINOIS, G. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 332.
[12] LADURIE, E. Le R. *O Carnaval de Romans*: da Candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. Especialmente o cap. 7.
[13] MUCHEMBLED, R. *Société, cultures et mentalités dans la France moderne (XVIe – XVIIIe siècle)*. Paris : A. Colin, 2003. p. 134-6.
[14] MINOIS, op. cit., p. 295.
[15] Ibid., p. 293.
[16] GAY, P. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. v. 3. O cultivo do ódio. p. 375.

O APADRINHAMENTO DE ESCRAVOS ADULTOS (SÃO JOÃO DEL REI, 1730-1850)[#]

Profa. Dra. Silvia Maria Jardim Brügger[*]
(DECIS –UFSJ)

I. Apadrinhamento de Escravos Adultos: Características Gerais

Nesta comunicação abordo o apadrinhamento de escravos adultos, em São João del Rei, entre 1730 e 1850. Como observado para outras regiões, até 1760, é majoritária a escolha por padrinhos escravos. Este dado tem sido interpretado pela historiografia como sinal de que a escolha seria feita pelo proprietário, que, normalmente, indicava um outro cativo seu, já antigo na escravaria, como padrinho, objetivando que este ajudasse o afilhado a se ambientar no cativeiro. Roberto Guedes Ferreira, citando o viajante Debret, destaca o costume dos senhores escolherem escravos mais "velhos" ou "virtuosos" para apadrinharem africanos adultos; bem como a responsabilidade dos padrinhos para com os afilhados em sua adaptação ao cativeiro[1].

Tabela 1
Condição dos Padrinhos de Escravos Adultos, por décadas

Cond. Pd. *Décadas*	*Livre*		*Escravo*		*Forro*		*S/Pd.*		*Total*	
1736-1740	59	15,5%	298	78,0%	20	5,2%	5	1,3%	382	100%
1741-1750	65	19,6%	245	73,8%	20	6,0%	2	0,6%	332	100%
1751-1760	32	28,6%	72	64,3%	8	7,1%	-		112	100%
1761-1770	96	41,0%	96	41,0%	36	15,4%	6	2,6%	234	100%
1771-1780	29	48,3%	25	41,7%	6	10,0%	-		60	100%
1781-1790	89	49,4%	77	42,8%	12	6,7%	2	1,1%	180	100%
1791-1800	41	53,3%	29	37,7%	7	9,0%	-		77	100%
1801-1810	11	55,0%	3	15,0%	4	20,0%	2	10,0%	20	100%
1811-1820	246	66,7%	112	30,3%	8	2,2%	3	0,8%	369	100%
1821-1830	254	75,8%	76	22,7%	5	1,5%	-		335	100%
1831-1840	91	67,4%	41	30,4%	3	2,2%	-		135	100%
1841-1850	13	68,4%	6	31,6%	-		-		19	100%

Fonte: MNSP. Registros Paroquiais de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, 1736 – 1850.

No entanto, como se pode observar na Tabela 2, não foram essas décadas as que apresentaram maior presença de padrinhos escravos do mesmo senhor que o do batizando. Ao contrário, em momentos em que a opção por padrinhos cativos diminuiu, houve crescimento em termos percentuais da escolha interna à escravaria. Indício talvez de que a maior opção por padrinhos livres não se

deu em detrimento daquela por cativos da mesma unidade, mas sim da escolha de cativos de fora dela.

Tabela 2
Padrinhos Escravos da Mesma Escravaria que o Batizando

	Pd. Escravo da mesma escravaria que o batizando		*Pd. Escravo*
1736-1740	93	31,2%	298
1741-1750	41	16,7%	245
1751-1760	13	18,0%	72
1761-1770	22	22,9%	96
1771-1780	13	52,0%	25
1781-1790	32	41,6%	77
1791-1800	19	65,5%	29
1801-1810	2	66,7%	3
1811-1820	52	46,4%	112
1821-1830	28	36,8%	76
1831-1840	9	21,9%	41
1841-1850	2	33,3%	6
Total	326	30,2%	1080

Fonte: MNSP. Registros Paroquiais de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, 1736 – 1850.

Ora, se a presença de padrinhos cativos do mesmo senhor que o batizando é interpretada como sinal de uma escolha senhorial, parece-me que os dados de São João del Rei permitem questionar se a tendência predominante foi realmente esta. Ou seja, não seriam os próprios batizandos que escolheriam seus padrinhos? Sheila de Castro Faria, referindo-se ao batismo de crianças, é categórica ao afirmar que "seria absurdo supor senhores indicando como padrinhos de seus cativos escravos de outros donos"[2]. Deve se lembrar, também, que o tamanho das escravarias é uma variável importante a ser considerada. Predominando em São João escravarias de menor tamanho, restringem-se as possibilidades de escolhas em seu interior.

Em relação às madrinhas, observa-se que, embora as cativas aparecessem em proporções expressivas, seus índices eram inferiores aos dos homens escravos que atuaram como padrinhos de africanos. Além disso, nota-se uma tendência, ao longo do período, à diminuição do percentual de madrinhas escravas e um aumento da opção pelas livres. Assim como observado para os padrinhos, a maior presença proporcional de madrinhas escravas registra-se até 1760. Além disso, os períodos de maior presença das

cativas entre as madrinhas também não correspondem às décadas de maior percentual de escravas pertencentes aos mesmos donos que os batizandos. São dominantes as relações externas à escravaria na escolha das madrinhas.

A escolha de madrinhas e, sobretudo, de padrinhos livres se tornou progressivamente mais expressiva a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo da primeira metade do XIX. No entanto, raramente os senhores apadrinharam seus escravos. Apenas 1,1% dos padrinhos e madrinhas presentes nos batismos de adultos era constituído pelos próprios proprietários.

De uma maneira geral, constata-se um predomínio de pessoas de fora da escravaria atuando no apadrinhamento de escravos adultos. No entanto, uma melhor compreensão dessas vivências no cativeiro requer que sejam abordadas as teias constituídas no interior de cada escravaria.

3.2. Apadrinhamento de Escravos Adultos: Estudo de Casos

Ao iniciar a análise dos apadrinhamentos de escravos adultos, tomei como pressuposto que seria importante considerar a dimensão das escravarias para compreender as escolhas realizadas. Por isso, procurei cruzar as informações dos registros paroquiais de batismo com as encontradas nos inventários *post mortem* e nos mapeamentos populacionais da década de 1830. Tenho consciência de que a dimensão das escravarias não era estática e, portanto, não seria, necessariamente, a mesma, no momento dos batismos e da abertura dos inventários de seus proprietários. No entanto, não disponho de outro indício mais seguro para seguir.

Alguns inventariados não possuíam mais escravos, por ocasião de seu falecimento, embora o tenham possuído anteriormente. De qualquer modo, deduzo que essas situações envolveriam, principalmente, senhores de poucos cativos. Assim, por exemplo, encontrei o pardo forro Manoel Lourenço Mesquita, que foi identificado no mapeamento populacional da Vila de São João del Rei, em 1838, como mercador. Em 1856, quando da feitura de seu inventário, não possuía nenhum cativo. Mas, em 1823, fora batizada a sua escrava Rita, apadrinhada por dois homens livres. A substituição da

madrinha por um segundo padrinho foi observada, na região, também no batismo de crianças, tanto livres como escravas, e representava um efetivo descumprimento das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que determinavam que, no batismo, houvesse um padrinho e uma madrinha, não se admitindo "juntamente dois padrinhos e duas madrinhas"[3]. A presença de dois homens livres nesse apadrinhamento reforça a idéia de que, nas menores escravarias, esses laços se constituíam, sobretudo, para além de seus limites.

Na escravaria de Maria Angélica Almeida, constituída, em 1830, por cinco cativos, o apadrinhamento de João Mina também foi realizado por duas pessoas livres. Destaque-se que ambas possuíam ascendência cativa. O padrinho Joaquim Antonio Martins era pardo e a madrinha Custódia Antonia Vasconcelos, cabra.

Outra opção nas pequenas propriedades escravistas era o apadrinhamento por cativos de senhores diferentes dos do batizando. Lusia, escrava da crioula forra Ana Gonçalves Chaves, por exemplo, teve um padrinho livre e uma madrinha cativa de outra pessoa. Já José, escravo do preto forro José Silva Lima, foi apadrinhado por dois cativos de outras propriedades.

Parece claro que a pequena dimensão das escravarias impelia a escolhas externas de padrinhos e madrinhas. A única exceção que encontrei a esse padrão – ou seja, o apadrinhamento por pessoas de dentro da propriedade, nas de tamanho pequeno - foi o batismo de Joana Benguela, pertencente ao Alferes Antonio Francisco Silva. Seu padrinho foi um preto forro, mas sua madrinha foi Antonia Angola, também cativa do Alferes Antonio Francisco Silva.

Quadro diferente se observa em relação às unidades maiores, nas quais, a presença de cativos da própria unidade se torna mais freqüente. Assim, Tomás Benguela, escravo de Antonio Barbosa Nunes – que, em 1787, possuía 25 cativos – foi apadrinhado por outros dois escravos do mesmo senhor: Teresa crioula, de 17 anos de idade e Ventura Angola, casado, de 28 anos. A escolha de padrinho e madrinha jovens parece contradizer a idéia da escolha, pelos senhores, de cativos mais velhos para apadrinharem os recém-

chegados ao cativeiro, visando facilitar-lhes a adaptação à nova realidade. Vale destacar, porém, que, se os padrinhos em questão eram jovens, deviam possuir laços sociais já estabelecidos na escravaria. Teresa era crioula, possivelmente, nascida na própria propriedade[4]. Ventura era casado. Tratava-se, portanto, de cativos inseridos em teias familiares dentro da escravaria e que, por isso, poderiam facilitar o convívio de Tomás na comunidade escrava.

Essa motivação, porém, não necessariamente indica uma escolha senhorial. O próprio batizando poderia escolher seus padrinhos, visando essa melhor inserção na nova realidade em que passava a viver.

Escravaria de porte significativo era a de Tomás Mendes, que, em 1823, por ocasião de seu inventário, possuía 48 cativos. Embora sua propriedade se localizasse na Aplicação de Santa Rita, Termo da Vila de São José del Rei, pela jurisdição eclesiástica filiava-se à Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei. Entre 1812 e 1815, 12 escravos adultos a ele pertencentes foram batizados. Percebe-se a preferência por padrinhos e madrinhas pertencentes à mesma propriedade. Dos 12 padrinhos, pelo menos, dez eram escravos e nove pertenciam a Tomás Mendes. Dentre as madrinhas, os números se repetem e, mais do que isso, sempre que o padrinho era escravo de Tomás a madrinha também o era. O único casal de escravos que explicitamente não pertencia à escravaria a apadrinhar um cativo adulto foi formado por Inácio Angola e Faustina cabra. Ambos tinham à época do batizado, em 1815, cerca de 28 anos e pertenciam ao Capitão Jerônimo José Rodrigues, genro de Tomás Mendes e casado sucessivamente com duas filhas suas. A proximidade familiar dos proprietários poderia tanto justificar uma escolha senhorial dos padrinhos, quanto propiciar maior contato entre seus cativos, que se desdobrassem em laços de compadrio.

Vale destacar que alguns escravos de Tomás Mendes foram escolhidos como padrinhos e madrinhas de diversos cativos seus adultos: Eva foi madrinha de três; Ana e Tomásia, de dois cada uma; João, de dois; José, de três. Dentre as madrinhas identificadas, todas eram crioulas, à exceção de Juliana Benguela. Mas, esta era casada com Antonio

Benguela, e possuía, na ocasião dos três batismos em que atuou, em 1813, aproximadamente, 60 anos. Aliás, mesmo as crioulas, eram escravas já idosas, possuindo entre 40 e 50 anos de idade. Ou seja, nitidamente, tratavam-se de escravas já habituadas à vida no cativeiro, fosse por terem nele nascido ou por apresentarem uma idade avançada. Aptas por tanto a auxiliarem na adaptação dos novos cativos.

Em relação aos padrinhos, em sua maioria, não foram identificados no inventário, por isso, não pude inferir suas idades. Mas, José Benguela tinha, em 1813, quando apadrinhou três cativos, cerca de 50 anos de idade. Era, portanto, um ancião, também capaz de contribuir para a sociabilização dos batizandos.

O Guarda Mor Manoel Costa Rios, casado com Ana Esméria Sousa, morador no Distrito de Nossa Senhora da Conceição da Barra, em 1813, quando foi feito seu inventário, possuía 77 escravos. No dia 14 de setembro de 1794, foram batizados seis cativos africanos de sua propriedade. Três duplas de padrinho e madrinha apadrinharam cada uma dois desses cativos. À exceção da forra Bárbara Ferreira Candelária, todos os demais padrinhos e madrinhas eram escravos do próprio Guarda Mor. Destes, apenas Rafael era de origem africana – Angola -, os demais eram crioulos.

As informações dessa escravaria reforçam a maior presença de padrinhos e madrinhas da propriedade nas unidades maiores. No entanto, se observarmos essa propriedade alguns anos mais tarde, quando Manoel Costa Rios já havia falecido e os cativos eram identificados como pertencendo à sua viúva, Dona Ana Esméria Sousa, a situação parecia ser outra. Embora o tamanho da propriedade não pareça ter diminuído – em 1842, quando foi feito o inventário de Ana Esméria, foram arrolados 78 cativos -, em três batismos de africanos, realizados em 1821 e 1822, apenas uma madrinha era cativa da mesma senhora. Os demais identificados eram livres, ainda que de ascendência escrava: Cândido Costa Rios e Manoel Mendes Sousa eram pardos e Lourenço José Martins e Maria Teodora eram crioulos.

Este caso parece sugerir que a dimensão da escravaria interferia, principalmente, na limitação imposta aos padrinhos internos à unidade, nas unidades

pequenas. No entanto, se esses cativos se faziam mais presentes nas escravarias maiores, os apadrinhamentos externos continuavam, nelas, expressivos. Exemplo contundente disso é a escravaria do Alferes Cândido Hermenegildo Branquinho, que, em 1832, vivia de roça e possuía 32 cativos. Os sete cativos africanos a ele pertencentes, batizados em 1819 e 1829, tiveram sempre padrinhos e madrinhas livres.

Em outras grandes escravarias, como a do Capitão Antonio Ferreira Carneiro, que, em 1801, contava com 87 cativos, tanto cativos da propriedade, como pertencentes a outros senhores e livres atuavam no apadrinhamento de batizandos africanos.

Dois Africanos pertencentes ao Capitão Antonio Leite Ribeiro – que, em 1832, possuía 97 cativos – tiveram, respectivamente, padrinhos escravos sem explicitação dos senhores e escravos de terceiros.

Nesses casos, parece-me menos provável que as escolhas tenham sido realizadas pelos proprietários. Afinal, por que iriam eles escolher como padrinhos e madrinhas de seus escravos a mancípios de outros senhores? Esse tipo de interferência parece mais factível em apadrinhamentos internos à escravaria e por pessoas livres.

Caso de escolha senhorial parece ter sido o de Domingos Mina, escravo do Alferes Joaquim José Teixeira – proprietário, em 1832, da extraordinária cifra de 103 cativos e, em 1842, de 165 - , que foi apadrinhado por dois cunhados de seu senhor.

O que me parece claro, depois da observação de todos esses casos, é a impossibilidade de se estabelecer um padrão único para o apadrinhamento de africanos. Escolhas senhorias ou dos próprios cativos, padrinhos e madrinhas pertencentes ao mesmo senhor ou externos à escravaria – tudo isso estava presente nas práticas desses apadrinhamentos, em São João del Rei. E, às vezes, até mesmo coexistiam numa mesma propriedade.

Buscar favorecer a adaptação do cativo à nova realidade, na qual estava se inserindo, era um objetivo que poderia interessar tanto aos senhores, como aos próprios batizandos.

Para além, porém, da definição do agente da escolha de padrinhos e madrinhas, é fato que os laços gerados por esse sacramento poderiam ser duradouros e favorecer os afilhados em situações de necessidade. Foi o que pude constatar em relação a Narcisa Mina, batizada em 16 de maio de 1768, como escrava do Capitão João Peixoto Amaral, apadrinhada por Domingos Fernandes Gomes e pela preta solteira Tomásia Maria Silva. Vinte e um anos depois de seu batismo, em 1791, reencontro Narcisa registrando sua alforria, comprada por 153$000 à sua senhora, Dona Maria Leonarda da Silveira. Pois, bem nesse registro, consta a informação de que parte do valor de sua liberdade havia sido paga por ela e parte pelo seu padrinho, o Alferes Domingos Fernandes Gomes[5]. Em 21 anos, Narcisa mudou de senhor, mas manteve os laços que a ligavam a seu padrinho de batismo.

Pode-se argüir que se trata de um caso único. De fato, é muito difícil acompanhar a trajetória de cativos ao longo de anos, em virtude de vários fatores, tais como a ausência de sobrenomes, a mudança de senhores, a migração, a alforria, a troca de nomes, entre outros. Por isso, casos aparentemente singulares, podem representar possibilidades que estavam abertas a outros, mas que infelizmente escaparam aos registros legados à posteridade.

[#] Este texto é resultado parcial do projeto de pesquisa "Sociabilidades e Identidades: Negros, Afro-descendentes e Mestiços em São João del Rei – Séculos XVIII e XIX", financiado pela FAPEMIG e desenvolvido em co-autoria com Anderson José Machado de Oliveira, Marcos Ferreira Andrade e Maria Tereza Cardoso.

[*] Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos do Oitocentos – CEO/PRONEX-CNPq-FAPERJ.

[1] FERREIRA, Roberto Guedes. "O parentesco ritual na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (séc. XIX)" **in:** Sesmaria: Revisa do Núcleo de Estudos Históricos e Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: NEHPS/FEUC, ano I, nº 1, 2001, pp. 53-54.

[2] FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 321.

[3] [3] VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra, Real Colégio da Cia. de Jesus, 1720, Livro Primeiro, Título XVIII.

[4] Em 1766, foi batizada a inocente Teresa filha de João e Maria, todos escravos de Antonio Barbosa Nunes. Apesar da diferença em relação a idade a ela atribuída no inventário – 17 anos, devendo, portanto, ter nascido por volta de 1770 – talvez, se trate da mesma cativa.

[5] Agradeço a Sheila de Castro Faria que me cedeu esse documento.

A BELA VILA DAS MULHERES: DANÇAS, SANTOS E RITOS-1970-2000

Silviane Ramos Lopes da Silva[i]
Maria Adenir Peraro[ii]

O artigo tem por objetivo apresentar algumas análises e reflexões a respeito da comunidade negra vilabelense e seus espaços de luta, delineados pela força feminina no âmbito dos espaços de Vila Bela .Para compreendermos um pouco melhor sobre essa comunidade tradicional, torna-se necessário passearmos pelo tempo... e narrar a respeito da criação de Vila Bela, e sua constituição enquanto comunidade negra.

Durante o século XVIII com a criação da capitania de Mato Grosso datada do ano de 1748,Vila Bela foi elevada à categoria de sede político-administrativa, tinham os agentes colonizadores intenções geo-políticas[iii], de, manter a segurança da fronteira portuguesa em disputa com os espanhóis, assegurando desse modo, o território português às margens do Guaporé. Passados oito décadas, os representantes da coroa portuguesa, deixaram esse espaço de fronteira em mãos de maioria negra, antes escravos. Na re-territorialização de Vila Bela da Santíssima Trindade, constituiu-se uma comunidade negra, re-significando identidades.

Essa comunidade organizava-se de maneira muito própria, até a vinda dos migrantes sulistas com a frente de expansão da fronteira agrícola. Por conta da chegada do *outro*, os negros tiveram e ainda têm a recriar mecanismos e estratégias de resistência, diante de elementos estruturais externos que insistem em homogeneizar a conduta socio-econômica de Vila Bela desde 1970.

Visualiza-se no imaginário feminino em Vila Bela, a força da rainha Teresa, Benguela do grupo *Bantu*, que é sempre mencionada, nos relatos orais. Essa mulher guerreira que lutou e administrou um quilombo em prol dos negros, é a imagem da força ,

e símbolo feminino vilabelense. Teresa de Benguela[iv], mas conhecida como Rainha Tereza, durante o século XVIII, articulou um bem montado refúgio dos negros após assumir o comando do quilombo do Quariterê, exercendo grande controle e influência. Este quilombo devido a sua organização sobreviveu por um período considerável. No cotidiano vilabelense podemos observar estratégias de resistência bem articuladas, a comunidade preocupa-se em externar as identidades no período de realização da festa do Congo[v], que tem seus procedimentos organizados pelas mulheres. A importância dos ritos é fundamental na composição dessas estratégias de resistência, assim observar o cotidiano feminino, significa aprender os códigos e signos emitidos sobretudo pelas matriarcas[vi]. Percebo os códigos nessa ritualização, e através da memória oral é possível escrever a história dessas mulheres com maior legitimidade, respaldada por fontes iconográficas e recortes de jornais.

Até a década de 1960, aproximadamente, o número de festas religiosas, rezas, e culto aos santos eram numericamente significativas, sendo alguns os santos de casa e os comunitários os mais reverenciados: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora Senhor Menino, do Carmo, Nossa Senhora da Boa Esperança, , Mãe de Deus, Nossa Senhora da Conceição, Senhor Divino, São Vicente, São Benedito e Três Pessoas. A partir da década de 1980, esses santos resume-se a três santidades, a de São Benedito, Senhor Divino e Três Pessoas, estas celebrações alocam-se no chamado período da festança. Ainda pode-se considerar como santos comunitários os seguintes: Santo Antônio, São João e São Pedro, uma vez que na época propícia, desses santos, toda a comunidade lhes presta homenagem. A memória das festas está intimamente ligada ao seus santos, e assim, nos narra a já falecida Matimiana:

> ... Íííí, a festa de santo nessa casa daí (mostra a casa em frente onde conversávamos), era animado, quem mais quem num queria vim nessa festa de Primo Ricardo (refere à festa de Jesus, Maria, José). Era animado! Dante tinha muito santo, algum tinha dois três. Como papai tinha Santo Antônio, Tio

> Roque tinha, São Roque, tia Joana tinha Senhora da Piedade, essa Santa era de avó Germana mãe dele (...). Eu fui juíza de Nossa Senhora Piedade, meu juiz foi primo Ricardo. Era assim como festeiro que vai com o santo. Por exemplo, era aqui que é a reza né, e tem a juíza com o juiz vai vestir como lá prá longe, né. Aí, leva o santo, prepara, aí, de lá vem com ele. Tem algum vem com cururu cantando e outro vem de toque de sanfona. (...), [vii]

As memórias sobre os santos passam pela memória das festas que fazem para eles, pois a comunidade não mede esforços para assumir as obrigações de outros membros da família para com o seu santo. A devoção ao santo não se encerra com a morte do devotante. Antes de morrer ele encarrega outro membro da família da responsabilidade de continuar rezando para o seu santo. Daí, explica-se o fato de uma pessoa ter mais de um santo de casa.A vida e a memória do povo de Vila Bela passam a ser marcadas por esses festejos religiosos. Segundo Brandão[viii], a importância que essas festas de santo têm nas cidades do interior do Brasil prende-se ao fato de, nesses lugares, as festas serem falas e memórias de tudo aquilo que não pode e não deve ser esquecido e, sim, deve ser relembrado e posto em evidência de tempo em tempo. Para o Autor, essas festas estão constantemente estabelecendo esses laços, da reprodução cultural nas comunidades tradicionais.

Apesar da presença dos brancos, nesse território negro, a comunidade continua articulando mecanismos que possam resultar em poder político, assumindo a administração da cidade, hoje comandada por brancos o que incomoda a comunidade no que tange as questões de identidade étinica. No ano de 1999, criou-se o instituto Tereza de Benguela, que tinha como proposta oferecer um subsídio a organização dessa comunidade, entretanto o movimento está um tanto quanto desarticulado, por motivos estruturais, mas o que é externado ao público é que, essa continua sendo uma cidade de negros, comandada por negros, ainda que simbolicamente.

Esta é uma estratégia de sobrevivência para a comunidade, pois este discurso desperta o potencialidade turística dessa cidade, onde são comercializados os trabalhos artesanais femininos. As danças[ix] e rituais também são fortes atrativos para a comercialização turística.

Nesse estudo, trato especificamente da resistência das mulheres negras, afirmando uma identidade marcada pelos conflitos interétnicos. Tendo um recorte temporal marcado pelas transformações sócio-econômicas dos anos de 1970 à 2000.

A história desta cidade e o imaginário que reforça a identidade da sua comunidade negra - como indicam o levantamento já realizados em arquivos[x], as narrativas de viajantes estrangeiros que, nos séculos XIX e inícios do XX passaram por Mato Grosso, os depoimentos de mulheres a que tive acesso, minhas memórias familiares e as informações contidas na bibliografia disponível sobre Vila Bela - tem a presença marcante das mulheres, a começar pela figura de Tereza de Benguela.

No imaginário dos negros vilabelenses a rainha negra do quilombo do Quariteré, é uma referência importante, que parece ter sido re-significada nos conflitos interétnicos que se instalam em Vila Bela a partir dos anos 1970, com a chegada da frente de expansão. Essa mulher guerreira, que lutou e administrou um quilombo em prol dos negros, simboliza para as mulheres da comunidade, a guerreira,imagem da força e símbolo de resistência feminina, Tereza tem uma história ainda por ser escrita, bem como, a Bela Vila das mulheres, tem muito a nos contar... sábias mulheres e belas histórias...é um passear nas lembranças... das danças, santos e ritos.

---

[i] Mestranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.

[ii] Profª. Drª. do Programa de Pós- Graduação Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

[iii] A respeito das intenções geopolíticas da Coroa Portuguesa, ver obra do historiador: CANAVARROS, Otavio. O poder Metropolitano em Cuiabá(1727-1752).Edufmt, Cuiabá, 2004

[iv] Como prova de sua resistência a Rainha preferiu a morte do que a voltar a ser escrava, suicidou-se após a destruição do quilombo. Símbolo de resistência feminina, Tereza, tem uma história ainda por ser escrita, e este trabalho vem proporcionar um estudo sobre o imaginário das mulheres negras de Vila Bela, associada as lutas e feitos dessa personagem imortalizada.

[v] A festa do congo acontece anualmente, e para os negros vilabelenses, em especial para a as mulheres, esse é o momento de externar todas as resistências, e apresentar a um público considerável, essa organização, os rituais, as danças e seus santos.Sobre a tradição oral dessa comunidade ver dissertação de mestrado de LEITE, Acildo da Silva. *Uma Pedagogia da Oralidade: Os Caminhos da Voz em Vila Bela*. Dissertação de Mestrado- Cuiabá: IE, UFMT ,2002.

[vi]As particularidades das festas, são os signos emitidos de uma matriarca para outra, no processo de organização da chamada festança, que exprime de maneira singular, anulando inclusive conflitos internos para o externar de sua identidades ao público visitante.Ver BANDEIRA,Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco Estudo antropológico de Vila Bela.Ed,. \brasiliense, são Paulo, 1989, p. 183.

[vii] Esse relato, é da Senhora Matimiana Francisca da Silva, uma das mulheres mais velhas da comunidade, já falecida.

[viii] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Cultura na Rua***.** Campinas: Papirus, 1989, p.09.

[ix] A dança do chorado é um ritmo, na qual somente as mulheres participam, fazendo uma homenagem aos tempos de quilombo, cumprimentando e dançando para seus santos, seus ancestrais. Essa dança também é um atrativo, pois as mulheres dançam com as garrafas sobre as cabeças, requebrando e equilibrando as garrafas com o KanJinJin, uma bebida, produzida pela próprias mulheres da comunidade.

[x] Trata-se de uma documentação manuscrita do século XVIII, localizada nas latas do Arquivo Público de Mato Grosso, ainda nesse mesmo arquivo, compilei inúmeros recortes de jornais, nos quais foi possível perceber a significativa participação feminina na composição dessa identidade afro-descendente.

Os Contratos dos Caminhos de Ouro

SOFIA LORENA V. ANTEZANA

A prática da arrematação dos contratos a terceiros está presente desde os primórdios do Estado Absolutista. Esses contratos são caracterizados por acordos temporários entre a Coroa portuguesa e particulares. Eles tinham prazo determinado para seu início e fim, bem como a fixação prévia de seus valores. Em sua maioria, os contratadores eram homens de negócio que diversificavam seus investimentos articulando diferentes classes mercantis da praça de Lisboa com negociantes das praças de Florença, de Gênova ou mesmo de Flandres.[1] Por meio desse mecanismo, a Coroa não apenas repassava a terceiros o ônus da implantação do aparato colonial, mas também permitia aos comerciantes portugueses associarem seus capitais e lançarem - se nos lucrativos empreendimentos ultramarinos.[2] Na América Portuguesa, o primeiro contrato arrematado, tendo à frente do consórcio o cristão novo Fernão de Noronha[3], foi o da extração do pau brasil. Na região mineradora, os contratos dos diamantes, das Entradas e dos dízimos reais foram avidamente disputados, ocorrendo, em alguns casos, litígios, envolvendo os contratadores Manoel de Lima Pinto e Pedro da Costa Guimarães,[4] ambos arrematadores dos Caminhos Velho, Novo e da Bahia. A atuação dos contratadores dos respectivos caminhos para o período compreendido entre 1718 a 1750 será analisada dentro dos quadros do Antigo Regime. A sociedade colonial e a formação de sua elite,

[1] Sobre o assunto, ver: ELLIS, Myriam. *Comerciantes e contratadores do passado colonial*. São Paulo, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1982.
[2] Idem.
[3] FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setencetistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
[4] AHU- MG - documentos avulsos.

entre eles os homens de negócio, fazem parte das alianças políticas cuidadosamente tecidas.

Os Caminhos para as Minas Setecentistas[5]

Durante o século XVIII, foram várias as tentativas dos governadores e autoridades de proibirem e restringirem as vias de acesso para as Minas Gerais, porém, a abertura de picadas e de trilhas clandestinas sempre coexistiu com os caminhos oficiais. São três os caminhos de acesso e de escoamento do ouro, diamantes, mercadorias, gado e escravos para a capitania de Minas Gerais: o Caminho Velho ou de São Paulo, o Caminho Novo do Rio de Janeiro e o da Bahia, também chamado Currais do Sertão. Portanto, são esses os Caminhos ou Entradas que passam a ser arrematados. Anterior a esta data, cabia às Câmaras Municipais e aos moradores, estabelecidos ao longo dos caminhos ou estradas, a manutenção, o plantio de roças e a criação de estalagens, pousos para os viandantes. Segundo Carlos Guimarães, as atividades agro-pastoris desenvolvidas pelos moradores dos caminhos exerceram dupla função, fonte de renda para os roceiros e sesmeiros, uma vez que estes comercializavam seus produtos ao mesmo tempo que fomentavam o mercado interno.[6]

Entre as maneiras encontradas pelas autoridades a fim de aumentar sua arrecadação e exercer um maior controle sobre a circulação de mercadoria, temos a criação dos registros. O Bando do Governador, Dom Brás de Baltazar da Silveira, datado em julho de 1714, ordena o levantamento dos

[5] CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

[6] GUIMARÃES, Carlos M, e REIS, Liana M. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais*. Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, nº 2, 1986.

registros, tanto no Caminho Novo como no Caminho Velho.[7] Localizados nas principais vias de acesso da capitania mineira, os registro da Mantiqueira e o da Paraibuna são responsáveis pela fiscalização e tributação das mercadorias. Por tanto, são designados os fiéis dos registros; no caso do registro do Paraibuna, segundo a documentação consultada, estes são pagos pela Fazenda Real. Os ofícios de provedor dos registros e de escrivão são arrematados na Junta da Fazenda Real. No registro da Mantiqueira, o fiel do registro é pago pela intendência das Minas. Para o período estudado, o registro da Mantiqueira é o registro de maior rendimento, seguido pelo registro de Matias Barbosa, situado no caminho da Bahia[8].

Os Contratos das Entradas

Os contratos das Entradas incidiam sobre toda e qualquer circulação de mercadorias e de pessoas que passassem pelos registros, tanto os terrestres como os fluviais, com destino às Minas Gerais. Entre os anos de 1700 e 1713, a arrecadação dos quintos apresentou valores inexpressivos, levando a coroa portuguesa a sucessivas mudanças nos preços e nas formas de cobrança dos quintos.[9]

Os contratos das Entradas para as Minas Gerais tiveram origem no ano de 1714 pela junta que fizeram os povos de São Paulo e Minas Gerais por ordem do Governador D. Braz Baltazar da Silveira para completar as trinta arrobas de ouro dos reais quintos de Sua Majestade[10]. Estipulou–se que cada carga de secos, molhados e cabeças de gado vacum ao passarem

[7] Ordens Reais, in: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*.vol. VI, São Paulo, 1934, p. 87.
[8] Documentos Diversos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 2, 1897, p. 500-514.
[9] REZENDE, Fernando. A tributação em Minas Gerais no Século 18, in: Estudos Econômicos, ano 13 (2),1983, p. 365-391.
[10]CC APM códice: 2001.

pelos registros pagariam uma oitava ½ de ouro pelos secos, ½ oitava tanto para os produtos molhados como o do gado. Estes tributos foram administrados pelas Câmaras Municipais até o ano de 1717. A partir desse ano, os contratos das Entradas passaram a ser administrados pela Fazenda Real. Em 23 de agosto de 1718, por ordem do Governador Conde de Assumar, foram postos em praça pública os direitos régios sobre a circulação das mercadorias.[11]

O primeiro contrato das Entradas foi arrematado em 1º de outubro de 1718 e findado no último dia do mês de setembro de 1721, pelo Brigadeiro Antônio Francisco da Silva, natural do Bispado do Porto, Lisboa. Esse contrato envolveu os direitos de entradas de todas as mercadorias que passaram pelos Caminhos Novo do Rio de Janeiro e o Velho de São Paulo. Ao final do triênio, o contrato rendeu à Fazenda Real a somatória em dinheiro de 70:656$000[12] (setenta contos, seiscentos e cinqüenta e seis mil réis) - valor bem menor, se comparado ao subseqüente contrato arrendado para o triênio de 1722 a 1725, estes renderam o valor de 276:672$000 (duzentos e setenta e seis contos, seiscentos e setenta e seis mil réis)[13].

Os contratadores das Entradas tinham total liberdade na execução dos seus contratos: podiam abrir e fechar registros, nomear funcionários e caixas respectivos, ou, ainda, podiam repassá-los, por meio de consórcios.

Como forma de privilegiar os contratadores e distingui-los socialmente, foram nomeados juízes privativos, para eventuais ações civis e criminais[14], se assim se fizesse necessário. Em contrapartida, ao fim do triênio, eles

[11] Idem.
[12] Ibidem.
[13] Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Cód.: 218 – cx:3- doc: 7.
[14] ARAUJO, Luiz. Silva *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745 - 1765).* Tese de Mestrado do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2002.

seriam responsáveis pelo pagamento total do contrato, sob pena de terem seus bens seqüestrados, além de arcarem com todas as dispesas do contrato e o pagamento dos administradores e caixas dos contratos.

Entre os anos de 1718 e 1727, os contratos eram arrematados na Provedoria da Capitania de Minas Gerais, e as suas arrematações eram feitas separadamente. A partir dessa data, os contratos dos caminhos passam a ser arrematados em Lisboa.

Os Contratadores e Suas Relações Informais

Os trabalhos de Júnia Ferreira Furtado[15] e os de João Luis Ribeiro Fragoso[16] vêm demonstrando a atuação das complexas redes de negócio e das diversas rotas comercias que envolviam comerciantes e seus agentes nos dois lados do Atlântico. Para esses autores, as atividades mercantis foram mobilizadoras de amplas redes comerciais, que se estabeleceram entre a capitania de Minas com as demais regiões da América Portuguesa e, conseqüentemente, com o Império, criando laços de submissão entre os agentes envolvidos. Segundo Furtado,[17] os homens de negócio que para as Minas dirigiram-se trouxeram consigo sua visão de mundo, concomitantemente seus códigos culturais; logo, as relações forjadas por esses negociantes não foram relações desinteressadas, mas relações pautadas nos preceitos da amizade, caridade, honestidade, gratidão e serviço, valores presentes na Economia do Dom[18]. Esses valores não apenas permitiram a subordinação dos agentes envolvidos, mas também

[15] Op cit.

[16] FRAGOSO, João Luis. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

[17] Furtado, op.cit, especialmente o capítulo 1. Fidalgos e Lacaios.

[18] Sobre o assunto, ver: HESPANHA, A. M. e XAVIER, A.B. *A Representação da Sociedade e do Poder* e *As Redes Clientelares*, in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime* ***(1620-1807)****,* vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

foram mecanismos de reprodução do poder nas Minas. Portanto, o quadro apresentado permitiu aos homens de negócio a compra de cargos públicos para seus representantes comerciais, permitindo a estes últimos uma participação nas decisões administrativas e, conseqüentemente, a defesa e a representação dos interesses comerciais. Por meio dos valores vultuosos desses contratos, arrematados entre 1718 e 1750[19], podemos afirmar que os envolvidos eram homens de negócio de grandes cabedais. Para adentrar no lucrativo universo desses contratos, exigia-se destes homens participação e inclusão nas redes clientelares. Tal foi o caso de Eugênio Freire de Andrade, contratador dos Caminhos da Bahia e do Caminho Novo do Rio de Janeiro para as Minas nos anos de 1722 a 1725[20]. Segundo a documentação dos anais da Biblioteca Nacional[21], este foi nomeado superintendente das Casas de Fundição de Vila Rica. Uma vez empossado no cargo e à frente das obras da Casa de Fundição e Moeda, o antigo contratador encaminhou, em 2 de janeiro de 1725, certidão para se comprarem na loja do também contratador Pedro da Costa Guimarães sessenta e dois arráteis de ferro meio largo e mais dois mil pregos, entre outras coisas. No caso de Eugênio Freire de Andrade, talvez os lucros obtidos com os contratos converteram-se em capital simbólico. Porém, a ordem de comprar matérias de construção na loja de Pedro da Costa Guimarães era um indicador dos laços de amizade que uniam negociantes, ou simplesmente indicava a ausência de lojas, em Vila Rica, que comercializassem esse tipo de mercadoria.

[19] Documentos pertencentes ao AHU. Foram consultados vários documentos que serão especificados.
[20] AHU – cód.: 218 - cx: 3; doc: 7.
[21] Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ano 1943, vol 65, p. 265.

O caso do contratador dos Caminhos Novo e Velho para as Minas, iniciado em 1747 por Manoel Rodrigues da Costa[22], é o mais representativo das cadeias informais de poder nas quais estavam inseridos os contratadores/negociantes. Natural de Braga, faleceu aos oitenta anos na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Teve quatro filhos legítimos com Joana Tereza de Jesus. Para padrinhos de batismo de uma de suas filhas, escolheu o contratador e rico homem de negócio João de Souza Lisboa[23] - este atuava como rentista em Vila Rica, era proprietário de casas de aluguel em Mariana e Vila Rica e envolvido também nas atividades minerais. Outro padrinho, escolhido por Manoel Rodrigues, foi o negociante/contratador dos dízimos em Vila Rica, Ventura Fernandes de Oliveira.[24] Ventura aparece na relação dos homens de negócio mais ricos de Minas Gerais. As relações de compadrio estabelecidas entre estes contratadores acabavam por inserir os mesmos em uma ampla rede de solidariedade, amizade, proteção e troca de favores. Os laços de compadrio não apenas uniam os indivíduos de uma mesma condição social, mas também reforçava os laços de subserviência entre senhores e escravos, condutas que obedecem à lógica das relações clientelares.

O contratador Antônio Pereira Lopes, responsável pela arrematação dos três caminhos para as Minas Gerais nos anos de 1732 a 1735[25], apadrinhou quatro escravos, todos moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. O mesmo ocorreu com Manoel Rodrigues da Costa, morador da Freguesia supra citada.

[22] AHU – cód.: 4711- cx: 49; doc: 17.
[23] ID de Batismo 43388, banco de dados das séries paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.
[24] ID de Batismo 4518, idem.
[25] AHU- códice 1696; cx: 21; doc: 93.

Jorge Pinto de Azevedo, morador da Freguesia do Pilar, em Ouro Preto, contratador das Entradas para as Minas e dos dízimos reais nas comarcas dos Rios das Mortes, de Vila Rica e da Comarca de Sabará, em sociedade com João Fernandes de Oliveira, o velho, e Francisco Ferreira da Silva, formou o consórcio do primeiro contrato de extração dos diamantes, iniciado no triênio de 1741[26], três anos antes de iniciar o contrato dos caminhos[27]. A diversidade de seus negócios, as redes clientelares e os laços de solidariedade, amizade e confiança em que este estava inserido refletem-se na nomeação de seu testamenteiro, José Ferreira da Veiga, rico homem de negócio. José Ferreira passou a ser o responsável pela cobrança dos empréstimos e das dívidas deixadas por Jorge Pinto [28]. A soma das arrematações dos contratos perfez o total de 1.296:624$885 (Um mil duzentos e noventa e seis contos, seiscentos e vinte quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco réis) - sem dúvida, um valor estrondoso para a época, algo que tornaria Jorge Pinto de Azevedo um dos homens mais ricos do Império. Estamos diante de um grande homem de negócio, que, assim como José Ferreira da Veiga, souberam converter suas redes de sociabilidade em benefícios próprios. Portanto, a atuação desses homens de negócio, representantes dos interesses metropolitanos e de seus próprios interesses, por meio de suas práticas cotidianas, atuando como rentista, apadrinhando os filhos de seus pares ou mesmo os filhos de seus escravos, ocupando cargos administrativos e abrindo lojas, acabaram por reproduzir e interiorizar o poder metropolitano na sociedade mineira.

[26] Ver: ARAUJO, Luiz. *Contratos e tributos*. Op cit.
[27] AUH- cód.: 3502; cx: 44; doc: 44.
[28] Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ano 1924,vol. 46.

O CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO E A FORMAÇÃO DAS ELITES REPUBLICANAS

Solange Aparecida Zotti[1]
UnC/UNICAMP

O objetivo deste breve artigo é analisar a relação entre as "transformações" socioeconômicas-políticas do período conhecido como Primeira República (1989-1930) e o papel do ensino secundário na formação das elites, tendo como foco central a análise das reformas que definem o currículo deste nível de ensino. Cabe aqui destacar que o ensino secundário nesse período compreende os estudos que ocorriam após o ensino primário e que tiveram como objetivo central a preparação para o ingresso no ensino superior.

A Primeira República ou República Oligárquica já nasceu "velha", pois se caracterizou por evidenciar a continuidade da defesa de antigos interesses socioeconômicos-políticos, ou seja, os interesses da elite latifundiária. Na visão de Cunha[2] esse período compreende a consolidação e a crise da classe latifundiária, especialmente a ligada aos interesses da cafeicultura. Dessa forma, o movimento republicano que a princípio interessou as camadas médias e estudantes da classe dominante, passou a ser alvo da burguesia cafeeira, que entrevia a possibilidade de romper com o centralismo do Estado monárquico, que por sua vez não mais atendia aos seus interesses.

A República é proclamada por um golpe militar que reuniu liberais e positivistas, com a participação de um reduzido grupo de civis e praticamente sem nenhuma participação popular. A partir desse momento, a burguesia cafeeira, que já dividia o poder desde 1840 com a burguesia açucareira, passa a praticamente ter o domínio absoluto sobre o Estado. De 1891-1894 o processo político era liderado pela camada média (militares e intelectuais), que faz a tentativa de mudança na orientação econômica, propondo a diversificação das atividades e o incentivo à industrialização, além de defender a educação como fundamental para a solução dos problemas do país. Contudo, já em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, inaugura-se o rodízio mineiro-paulista que significou a ordenação da "política dos estados" na "política café-com-leite". Dessa forma, há a continuidade da defesa dos interesses oligárquicos, através de uma política econômica que privilegia os interesses do

café, em aliança com a burguesia internacional, que incrementa financeiramente a lavoura cafeeira[3].

Nessa lógica, os interesses da nação confundem-se com os interesses das oligarquias cafeeiras, sendo que as conseqüências dessa política foi o endividamento do Estado e a socialização dos prejuízos com toda a população. Ficaram então relegados os ideais em torno da necessidade de fazer do Brasil um país inserido no mundo moderno que, num primeiro momento, mobilizaram aqueles que lideraram a Proclamação da República. Também, para a intelectualidade dessa época a construção do Brasil como nação era a meta essencial e para isso a educação era o caminho para formar o homem que deveria forjar um país livre do atraso econômico e cultural.

Nesse contexto, o papel atribuído à educação estava restrito à classe favorecida, visto que havia a defesa de um perfil ruralístico para o país. Nesse caso, "as atividades agrícolas são consideradas as verdadeiras produtoras de riqueza" [4], portanto, a educação deve continuar a cumprir seu papel junto a essa classe. Nesse sentido, em contraste ao discurso redentor da educação no advento da República, ocorre a reedição/continuidade de políticas para uma educação como instrumento de formação da elite, materializadas em uma farta legislação sobre o ensino superior e o ensino secundário.

A Constituição de 1891 reafirma a descentralização escolar (vigente desde 1834), responsabilizando os Estados de legislar e manter a educação primária e profissional. Permanece a tendência do modelo dado pelo Distrito Federal em relação, especialmente, ao ensino secundário, enquanto que, frente as gritantes diferenças entre as regiões perpetua-se a precariedade do ensino primário. "Era, portanto, a consagração do sistema dual de ensino, que se vinha mantendo desde o Império. Era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). Refletia esta situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira" [5].

Do Império herdamos como função primeira do ensino secundário a preparação aos cursos profissionais superiores, com um currículo que evidenciou o dilema entre a formação literária e a formação científica (com menor força), caracterizando-se informativo e verbalista.

A República não representou o início de um pensamento e de uma política educacional calcada em fundamentos novos, mesmo que, do ponto de vista das reformas foi um período relativamente fértil em se tratando do ensino secundário mantido pelo governo federal. As cinco reformas feitas nesse período objetivaram aperfeiçoar e difundir o ensino secundário, num processo que oscila entre a oficialização e a desoficialização[6].

"O início da vida republicana é assinalado, do ponto de vista da história da educação, pela efêmera e superficial influência positivista, representada pela ação pessoal de Benjamin Constant" [7], que é o autor da primeira reforma do Ensino Secundário no Distrito Federal (Decreto n. 981 de 8/11/1890). Esta teve o "objetivo de superar o caráter exclusivamente preparatório do ensino secundário, conferindo-lhe o sentido de uma verdadeira formação educativa" [8]. O então Colégio D. Pedro II passou a se chamar Ginásio Nacional, convertido em estabelecimento padrão de estudos secundários. Também fez uma ampla reforma curricular nos moldes da concepção positivista, organizando os estudos em 7 anos[9].

Essa reforma, conforme a tendência do Império, busca a conciliação do humanismo com o enciclopedismo, agora de inspiração positivista. O que continua a ser o objetivo central é a formação da elite, incluindo as ciências modernas em prol da erudição e reforçando o caráter propedêutico[10]. Então, a modernização do currículo está muito mais ligada a uma formação desejada para garantir o status quo, do que propriamente uma modernização vinculada às novas exigências do desenvolvimento, baseada na racionalidade técnica e na investigação experimental, conforme ocorria na Europa, visto que nosso sistema produtivo continua alicerçado no modelo agroexportador.

O plano de 1890 extinguiu os exames parcelados e criou o exame de madureza, realizado ao final do curso. Dessa forma, esperava-se forçar a adoção da matriz curricular

padrão pelos estabelecimentos estaduais e particulares para que o ensino secundário, no resto do país, "atingisse feição formativa semelhante àquela visada no curso do Colégio Pedro II" [11].

Na prática esta reforma não se efetiva, sendo que de 1891 a 1900, é descaracterizada por inúmeras sub-reformas. Com base na análise das sub-reformas é decretado o Código Epitácio Pessoa (decreto n. 3.890 de 1º de janeiro de 1901) e o novo regulamento do Ginásio Nacional (decreto n. 3.914 de 26/01/1901) [12].

A Reforma Epitácio Pessoa, sem êxito, também buscou a uniformização do ensino secundário estabelecendo os requisitos para a equiparação de todas as escolas do Brasil ao Ginásio Nacional, buscando consolidar sua função de modelo[13]. As principais tentativas de avanços que a reforma propunha – implantação do regime seriado e manutenção/efetivação dos exames de madureza, em substituição aos exames parcelados de preparatórios – não logram êxito. Na prática, a seriação não é implantada, os preparatórios são prorrogados e o exame de admissão, em qualquer série leva o ensino ao caos.

O novo regulamento do Ginásio Nacional fixa o curso em 6 anos e não traz novas diretrizes para o ensino secundário, sendo que seu objetivo continua sendo o de "proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras" [14]. Há uma especificação ainda mais explícita quanto à relação ensino secundário/superior, pois foi retirado do regulamento qualquer menção a função formativa, como destacado no objetivo da Reforma Benjamin Constant.

Quanto ao currículo, ocorrem algumas alterações que descaracterizam a orientação positivista da reforma anterior. Contudo, de forma geral, as disciplinas tradicionais, vinculadas ao interesse do ensino superior e a formação da elite são mantidas. É enfatizado que a História e Geografia devem privilegiar o estudo do Brasil[15].

Em 1910, Rivadávia Correia, faz duras críticas à realidade a que chegou o ensino[16], que tinha problemas crônicos, nem de longe resolvidos pelas reformas. Por isso, outra

tentativa é feita através da Lei Orgânica Rivadávia Correia (decreto n. 8.650 de 05 de abril de 1911), que estará pautada no mais completo liberalismo.

Esta reforma recupera o nome Colégio Pedro II e define como objetivo do ensino secundário "Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida, e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso preparatório" [17]. "O currículo, enquanto conjunto de disciplinas retoma a orientação positivista a partir de critérios práticos. Nesse sentido, amplia a aplicação do princípio de liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino, com o objetivo de que o ensino secundário formasse o cidadão e não o candidato ao nível seguinte" [18].

Foi a única reforma que não fez, na letra da Lei, menção a preparação para o ingresso ao ensino superior. Contudo, também não fortaleceu a função formativa, visto que instituiu o "exame de entrada" (vestibular) para admissão ao ensino superior, independente de certificado ou atestado de estudos secundários. Era a completa desoficialização do ensino, em nome da liberdade e autonomia, desobrigando ainda mais o Estado do seu papel frente a educação.

Apenas 4 anos depois, em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano (decreto n. 11.530 de 18/03/1915), "representa o meio-termo quanto a interferência do Estado nos assuntos de instrução. Instituindo a autonomia relativa, a nova lei reintroduz a tarefa disciplinadora e aperfeiçoadora do Governo Federal na instrução secundária do país" [19], sendo tomadas todas as providências para consolidar a tradicional tendência elitista da educação brasileira.

O objetivo do ensino secundário (art. 158) é o de "Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular". É recuperado o caráter propedêutico do ensino secundário, fixado em 5 anos de curso. Para a entrada nos cursos superiores é necessário ser aprovado no exame vestibular e o diploma de conclusão do curso secundário, sendo exigido para tal o cumprimento das seguintes matérias (art.166): português, francês, inglês, latim, inglês ou alemão, aritmética,

álgebra elementar, geografia e elementos de cosmografia, história do Brasil, história universal, física e química e história natural[20].

Em síntese, a organização curricular e os métodos didáticos de 1890 a 1920, estiveram coerentes com as necessidades do ensino superior, prestigiando somente as disciplinas tradicionais (línguas, matemática, ciências, conhecimentos de Geografia e História), com predominância dos estudos literários sobre os científicos, visto que tais disciplinas objetivavam uma preparação geral diante das especializações do ensino superior. Os programas eram extensos e sobrecarregados de assuntos, conhecimentos, informações, nomenclaturas e bibliografias[21].

A Reforma João Luís Alves (Decreto n. 16782-A de 13/01/1925), última da Primeira República, já acontece em um contexto de transição da sociedade brasileira para o modelo urbano-industrial. As transformações econômicas que impulsionam a industrialização são desencadeadas especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial. Por volta de 1920, o Brasil já conta com um razoável parque industrial, o proletariado e a classe média aparecem como forças políticas e entram em declínio as oligarquias cafeeiras.

Esta realidade suscita expectativas em torno da escola, sendo a década de 1920 caracterizada por discussões que reuniu os educadores em movimentos conhecidos como “entusiasmo pela educação” e ”otimismo pedagógico” [22]. Além disso, foi uma década fértil em reformas produzidas nos estados, que vinham no caldo cultural do movimento escolanovista. Quanto ao ensino secundário o governo federal é pressionado para que busque soluções em relação a organização e objetivo, assim como em relação a expansão quantitativa, para que de instituição seletiva e preparatória para os cursos superiores, de fato se transformasse em instituição aberta à formação dos adolescentes[23].

Podemos dizer que a Reforma João Luís Alves buscou um curso secundário com objetivos para além da preparação fragmentária exigida para ingresso no curso superior. Na Exposição de Motivos do Decreto o reformador explicita que “o ensino secundário deve ser encarado como um preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicar o indivíduo”. Esta intenção é afirmada como objetivo no art. 47 do Decreto n.

16.782-A: “O ensino secundário, como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do País, compreenderá um conjunto de estudos com duração de seis anos” [24].

Para isso, as principais medidas foram a implantação do ensino seriado, que tinha o objetivo de organizar as matérias a ensinar, a definição dos dispositivos de avaliação para acesso a série seguinte e a freqüência obrigatória, além de ressaltar o papel fiscalizador e normatizador do Governo Federal em relação ao ensino secundário. Continuou evidenciada a função central do ensino secundário: um preparo rápido e nas matérias que habilitam para a matrícula nos cursos superiores[25].

No currículo[26], aparece pela primeira vez, a disciplina de instrução moral e cívica, como um meio de controle ideológico devido a crise política que se iniciava, e que resultaria na “Revolução” de 30. São introduzidas novas disciplinas no 6º ano, com características e peculiaridades próprias, aparentando uma ruptura na organização que foi desenhada até o 5º ano, visto que ao final deste o aluno já podia prestar o vestibular. A freqüência ao 6º ano conferia o grau de Bacharel em Ciências e Letras e era opcional. Isso garantia o interesse da clientela que almejava uma formação o mais rápida possível e que garantisse o acesso ao ensino superior.

Frente ao que foi afirmado, no contexto de uma sociedade agroexportadora, a instrução escolarizada não era necessária àqueles que produziam os bens materiais. Por isso, há uma continuidade da política educacional do império, assegurando condições de existência e funcionamento ao ensino secundário e superior. As reformas do ensino secundário, refletindo a organização e os valores dessa sociedade, evidenciaram a função preparatória para ingresso ao ensino superior. O tradicional modelo curricular, que privilegiou as humanidades, apesar de introduzir em alguns momentos disciplinas científicas com o objetivo de modernizar a formação, reforçando o caráter enciclopédico e propedêutico, era adequado à função do ensino secundário. Assim, para as classes dirigentes, este nível de ensino era problema há muito tempo resolvido, pois garantia a formação da elite no sentido de garantir a perpetuação de seus interesses.

[1] Professora da Universidade do Contestado – campus Concórdia, Mestre em Educação no convênio interinstitucional UnC/UNICAMP e doutoranda em educação na área de História, Filosofia e Educação pela UNICAMP. Membro do grupo de pesquisa HISTEDBR, GT Campinas e líder do grupo de pesquisa "História, sociedade e educação" da UnC – Concórdia.
[2] CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
[3] CUNHA, *op.cit*.; PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
[4] CUNHA, *op.cit,* p. 15.
[5] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil** (1930/1973). 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
[6] A oficialização diz respeito a organização seriada e matriz curricular definida, com obrigatoriedade de conclusão para ingresso no curso superior sem prestação de exames. A desoficialização está relacionada à preparação do aluno para os exames parcelados. sem exigência do ensino secundário completo. *In:* NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.
[7] SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 220.
[8] SILVA, *op.cit*., p. 221.
[9] DECRETO n. 981 – de 8 de novembro de 1890 – Aprova o regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legislacao/republica/colecao1.html. Institui no art.26 Define as seguintes disciplinas obrigatórias ao currículo: português, latim, grego, francês, inglês, alemão, matemática, astronomia, física, química, história natural, biologia, sociologia e moral; geografia, história universal, história do Brasil, literatura nacional, desenho, ginástica, evoluções militares e esgrima, música. Conforme o art. 29 todas são obrigatórias, exceto uma das línguas inglesa ou alemã que o aluno escolherá para cursar e fazer exame.
[10] ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.
[11] SILVA, *op.cit*., p. 221.
[12] ZOTTI, *op.cit*., p.75.
[13] MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República:** Código Epitácio Pessoa (1990-1910). Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1941. v. III.
[14] DECRETO n. 3.914 – de 26 de janeiro de 1901. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/leis1901vlp965/pdf31.pdf.
[15] DECRETO n. 3.914, *op.cit.* No art. 3º, define que o curso do Ginásio Nacional compreenderá as seguintes disciplinas: "Desenho, Português, Literatura, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Grego, Matemática Elementar, Elementos de Mecânica e Astronomia, Física e Química, Historia Natural, Geografia (especialmente do Brasil), História (especialmente do Brasil), Lógica".
[16] O ensino secundário "desceu até onde podia descer; não se fazia mais questão de aprender ou de ensinar, porque só duas preocupações existiam, a dos pais querendo que os filhos completassem o curso secundário no menor espaço de tempo possível e a dos ginásios na ambição mercantil, estabelecendo-se duas fórmulas: bacharel quanto antes; dinheiro quanto mais". *In:* TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3.ed. São Paulo: IBRASA, 1986. p.250.
[17] DECRETO n. 8.860 – de 5 de abril de 1911. Aprova o regulamento para o Colégio Pedro II. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leis1911les147p/leis1911exe1266/pdf-55.pdf. Define como disciplinas obrigatórias: português; francês; inglês ou alemão (todas as anteriores com a ressalva "estudo prático e literário"); geografia geral, corografia do Brasil e noções de cosmografia; matemática elementar; física e química; história natural; noções de higiene; instrução cívica e noções gerais de direito; latim e grego e suas respectivas literaturas; historia universal (especialmente da América e do Brasil); desenho e ginástica.
[18] ZOTTI, *op.cit*., p.77.
[19] NAGLE, *op.cit*., p.145.
[20] DECRETO n. 11.530 – de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e superior na Republica. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/leis1915v2-1184p/pdf-115.pdf.
[21] NAGLE, *op.cit*., p.147.
[22] Esses movimentos caracterizaram-se por atribuir importância cada vez maior a escolarização, traduzida como o motor da história. O entusiasmo pela educação acreditava que pela escolarização de grande parcela da população seria possível o progresso nacional. O otimismo pedagógico defendia a formação do homem a partir de novas formulações pedagógicas (escolanovismo) (NAGLE, *op.cit*.).
[23] NAGLE, *op.cit*., p.148.
[24] *Ibid.,* p.149.
[25] CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira**: o ensino de 1º e 2º graus – antes, agora e depois? São Paulo: Saraiva, 1980. NAGLE, *op.cit.*
[26] O modelo curricular adotado, de acordo com o art. 47 estava assim organizado: 1º ano – português, aritmética, geografia geral, inglês, francês, instrução moral e cívica, desenho; 2º ano – português, aritmética, geografia, (corografia do Brasil), história universal, francês, inglês ou alemão, latim, desenho; 3º ano – português, história universal, francês, inglês ou alemão, latim, álgebra, desenho; 4º ano – português (gramática histórica), latim, geometria e trigonometria, história do Brasil, física, química, história natural, desenho; 5º ano – português (noções de literatura), cosmografia, latim, física, química, história natural, filosofia, desenho; 6º ano – literatura brasileira, literatura das línguas latinas, história da filosofia, sociologia (NAGLE, *op.cit*., p. 150-1).

,DA GUERRA DE IMAGEM ÀS IMAGENS DE GUERRA

Sonia Cristina Lino
Universidade Federal de Juiz de Fora

As imagens de violência e guerra vêm sendo veiculadas pelos meios de comunicação audiovisuais de massas desde meados do século XX. Recentemente, por ocasião da política externa norte-americana e das invasões do Afeganistão e do Iraque, essas imagens têm sido expostas à exaustão tanto pela imprensa escrita quanto pela televisiva e pela internet.

Em maio de 2004, a divulgação de uma seqüência de imagens de violência durante a ocupação do Iraque por tropas norte-americanas, suscitou novamente o debate acerca do papel dos meios de comunicação e da divulgação das imagens de guerra.

A primeira seqüência de imagens polêmicas mostrava dezenas de caixões de soldados norte-americanos esperando o embarque de volta a América para os funerais. A divulgação dessas imagens para o público americano foi censurada pelo governo Bush que apelou para o sentimento de dor que a divulgação das imagens causaria às famílias dos mortos.

Outra imagem que chocou a opinião pública na mesma época foi a do linchamento de soldados norte-americanos na cidade de Fallujah e posterior exposição dos corpos queimados e destroçados pela população revoltada com a presença das tropas meses depois da capitulação dos iraquianos. No entanto, as fotos que causaram maior comoção foram as divulgadas na mesma ocasião e que apresentavam soldados norte-americanos torturando presos iraquianos na prisão de Abu Ghraib.

Entre os dias 6 e 8 de maio de 2004, o jornal inglês *The Independent*, publicou artigos do jornalista Robert Fisk que sintetizam a polêmica na mídia. Neles o autor levanta hipóteses acerca dos desdobramentos políticos e morais da divulgação de imagens de tortura cometidas na prisão por membros das forças que deveriam estar pacificando e estabilizando os conflitos na região.

Em meio a denúncias de racismo contra muçulmanos e árabes em geral, os artigos se centram nas questões morais acerca do registro de imagens de violência no pós-guerra. O autor se pergunta qual o sentido em registrar em imagens, a humilhação de supostos inimigos já derrotados e qual o efeito nos registrados, da possibilidade de divulgação destas imagens para o grande público? O título dado a um dos artigos de Fisk traduzido pela *Folha de São Paulo* [1] - *A moral ocidental desaba com apenas uma foto* - deu o tom da forma como a mídia internacional condenou a tortura de prisioneiros de guerra. Sem dúvida era uma questão moral.

Entretanto, uma questão apenas tangenciada pelo jornalista inglês se tornou a reflexão principal deste texto. Diz respeito a quanto, imagens produzidas durante um conflito, podem revelar acerca do pensamento social contemporâneo? E qual a motivação dos fotógrafos e cinegrafistas ao registrá-las?

Dentro de uma perspectiva histórica, procura-se abordar o papel destas imagens na produção de um imaginário de violência e medo que contribui, de um lado, para a constituição de uma narrativa de dominação associada ao desenvolvimento tecnológico, sobretudo, após a II Guerra Mundial. Por outro lado, acredita-se que estas imagens e a narrativa que se constrói a partir delas, não diz respeito apenas ao que é mostrado, mas também à própria identidade de quem as produz[2].

As fotos de Abu Ghraib, divulgadas pelos meios de comunicação (jornais, televisão, Internet) causaram, num primeiro momento, grande impacto sobre a opinião pública internacional e suscitaram manifestações públicas de repudio, tanto da imprensa quanto de políticos de diversas nacionalidades, inclusive de nações envolvidas diretamente no conflito.

O registro fotográfico de torturas por parte das forças de ocupação confirmava acusações feitas pelos iraquianos desde o início da guerra e as análises que sucederam a

[1] FISK, Robert. "A moral ocidental desaba com apenas uma foto". ***Folha de São Paulo***. 9/5/2004**.** Traduzido do ***Independent*** 7/5/2004. Título original: "Na illegal and immoral war, betrayed by images that reveal our racism".
[2] Sobre esta relação, ver SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo, Cia das Letras, 1995 e Orientalismo. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

divulgação, faziam lembrar o efeito produzido pelas imagens da Guerra do Vietnã na política americana na década de 1970.

O governo republicano de George W. Bush, em plena campanha pela reeleição, prontamente identificou os “autores” das fotografias e mandou-os de volta à América para serem julgados por um tribunal militar.

A individualização da autoria e a punição exemplar dos fotógrafos-torturadores serviram para isentar o comando militar e o governo dos EUA de qualquer responsabilidade por tortura a prisioneiros de guerra. Bem sucedida, a medida atingiu os objetivos internos e o partido republicano do presidente venceu as eleições pouco tempo depois garantindo, com apoio da maioria da população, mais quatro anos de uma política externa agressiva e unilateralista.

Diante da violência e crueldade da humilhação a que os iraquianos foram submetidos e com medo de chocar seu público, as próprias redes de comunicação optaram por divulgar apenas uma parte das imagens.[3] Nus, vendados, espancados, acuados por cachorros, observados em sua intimidade pelos soldados de ambos os sexos ou simulando atos sexuais, os prisioneiros foram reduzidos a níveis sub-humanos nas imagens registradas pelos próprios soldados da prisão.

Contudo, a prática de torturas constitui um longo capítulo da história da humanidade que a racionalidade iluminista pós- séc. XVIII, não atenuou mas se pôs a serviço. Da guilhotina revolucionaria francesa ao holocausto na Segunda Guerra, e desta a Abu Ghraib, muitas imagens foram produzidas e muitas pessoas torturadas até a morte.

Porém, nas fotos feitas no Iraque, dois detalhes chamam a atenção. Primeiro, a presença dos militares norte-americanos no enquadramento das fotos, ou seja, posando ao lado das vítimas com expressões ora jocosas, ora indiferentes ao sofrimento registrado.

Em poses que se assemelham a fotos turísticas tiradas ao lado de monumentos, obras de arte ou paisagens exóticas, os soldados norte-americanos aparecem ao lado das vítimas

[3] Na Internet, no entanto, as imagens foram divulgadas sem censura.

sem demonstrar nenhum sentimento de receio pelo ato criminoso do qual faziam parte. E este é um dos diferenciais destas imagens.

A submissão de povos e as torturas estiveram, em geral, associados a uma ideologia, que buscava justificá-las teoricamente. As atrocidades nazistas durante a Segunda Guerra, se fizeram em nome de uma ideologia que se travestia em pseudo-cientificidade na tentativa comprovar a superioridade racial ariana; a colonização do século XVI em nome da religião e da salvação das almas; a colonização do século XIX em nome do progresso e desenvolvimento humano, e assim por diante.

No Iraque, o registro das torturas contraria a ideologia e o discurso que buscavam justificar a presença das tropas norte-americanas no local. Por outro lado, chama a atenção a possibilidade de ocorrência de registros supostamente “não oficiais”.

Poucos meses antes, soldados americanos se deixaram fotografar ocupando os aposentos do palácio da família de Saddam Hussein, bebendo e comemorando a vitória e a tomada de Bagdá. Na ocasião, as fotos foram entendidas como comprovação da vitória e supremacia da liberdade ocidental sobre a ditadura iraquiana. Meses depois estas imagens podem ser analisadas sob outra perspectiva.

O segundo ponto que chama a atenção nas imagens produzidas durante e após a guerra propriamente dita, é o desenvolvimento tecnológico que possibilita a qualquer cidadão de classe média consumir máquinas de reprodução e transmissão de imagens até em tempo real, como os celulares com câmeras digitais. A massificação na produção de imagens, inclusive de guerra, é a segunda questão que se coloca.

No caso das guerras, a divulgação das imagens até recentemente, era controlada pelo alto comando militar e o controle se justificava diante do possível prejuízo militar e social que a produção e divulgação de determinadas imagens poderia causar.

A especificação da função de fotógrafo e/ou cinegrafista e o preço e acessibilidade ao material fotográfico em tempo de guerra facilitavam o controle sobre as imagens que eram veiculadas pela mídia.

A Guerra do Vietnã significou a primeira grande modificação na difusão de imagens de guerra. A presença da televisão com suas equipes técnicas, trabalhando ao lado de fotógrafos de várias agencias, aumentou o número de registros e de pessoas envolvidas neles. Com isso as imagens de guerra ganharam uma autoridade moral[4] que permitia driblar a censura oficial e limitar a encenação de imagens com fins ideológicos. Como disse Ernst Jünger em 1930, *Não existe guerra sem fotografia. . .*[5] e, no Vietnã, a guerra de *imagens publicitárias*[6] alcançou seu auge.

Com a Guerra do Iraque, verifica-se uma outra grande transformação, a guerra revelada não é mais a oficial nem a de agencias internacionais de notícias é a imagem individualista da guerra, uma imagem menos nacionalista ou ideológica. A imagem pop da guerra, a do cidadão comum que prescinde de justificativas para estar ali fazendo o que faz.

Porque os soldados se deixaram ou desejaram se fotografar ao lado das atrocidades cometidas nesta guerra, o que de resto não difere de atrocidades cometidas em outras guerras? Porque o tom autoral conferido às imagens? Qual o papel das imagens na sociedade contemporânea?

Percebe-se com as imagens desta guerra, que este papel mudou. As imagens agora, não transmitem apenas mensagens que permitem diferentes compreensões políticas e ideológicas por parte dos receptores. Elas perdem a conotação de coletivo. Buscam registrar a própria existência histórica de quem as capta, individualmente. É o sujeito individual que fala e se mostra. Símbolo da liberdade conquistada, o sujeito fragmentado pelo desenvolvimento

[4] SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo, Cia das Letras, 2003.
[5] Idem. P.58.
[6] VIRÍLIO, Paul. *A máquina de visão*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

tecnológico e da sociedade de consumo na segunda metade do século XX é o que aparece nas imagens contemporâneas.

Nas últimas décadas do século XX, o filósofo francês Paul Virílio escreveu vários textos que associavam o desenvolvimento tecnológico das guerras do século XX com o desenvolvimento da tecnologia de reprodução de imagens.[7]

Identificou três lógicas para as imagens. A *lógica formal* que estaria ligada às artes plásticas e à arquitetura até o século XVIII; a *lógica dialética* que se instaura no século XIX com as técnicas de reprodução da imagem fotográfica e cinematográfica e a *lógica paradoxal* que se instaura com a videografia, infografia e etc. no final do século XX.[8] Progressivamente se passaria de uma ênfase no sujeito que vê, para uma ênfase na máquina que capta a imagem até se chegar à onipotência do que é mostrado na *lógica paradoxal*. O importante passa a ser o que se mostra, o que aparece.

"Agora os objetos me percebem". Com esta citação de Paul Klee, Paul Virilio introduz o conceito de *lógica paradoxal*[9] da imagem a partir do final do século XX. A inversão da percepção sugerida pela citação teria suas origens associadas à fotografia publicitária e posteriormente à publicidade televisiva na qual a representação cederia lugar à apresentação pública do objeto. Ou seja, o estabelecimento de uma relação dialética e em certa medida ideológica entre produtor- imagem e entre imagem- receptor seria superada na *lógica paradoxal* da imagem fetiche.

A *lógica paradoxal* que ganha espaço no final do século XX com a videografia, a holografia, a infografia e a Internet, é capaz de produzir imagem em tempo real que domina o que é representado e se impõe ao espaço real. Em outras palavras a virtualidade subvertendo a noção de realidade.[10] Enfim, uma telepresença do objeto ou do ser, que supriria a distância ou

---

[7] VIRÌLiO, Paul. Guerra e Cinema. São Paulo, Scritta, 1993; A máquina de visão. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994; **Guerra Pura,** São Paulo, Brasiliense, 1989.
[8] VIRÍLIO, Paul. A máquina de visão. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994 p.91
[9] Idem.
[10] Idem p.91-93.

a própria existência, através de nova tecnologia da imagem. Webcam, vídeo-conferência, celular com câmera digital, etc. Presença em tempo real e não mais em tempo diferenciado que caracterizava a presença do passado nas imagens fotográficas e cinematográficas do século XX.

Embora essa outra lógica da imagem não substitua a experiência vivida como afirma Susan Sontag[11], em seu último livro – *Diante da dor dos outros* - um ensaio que busca resgatar a humanidade na experiência de registrar imagens; algumas questões permanecem diante da preocupação autoral das imagens da guerra do Iraque. Imagens que de resto, se assemelham às dos *blogs*, álbuns de fotografias e diários pessoais virtuais onde indivíduos são registrados em atividades cotidianas ou em cenas íntimas por câmeras e as imagens disponibilizadas pela Internet substituindo o contato real com que as vê. A imagem mostrada ganha um valor em si. As questões morais e sociais a elas ligadas são secundárias nesta nova lógica.

A questão que se coloca é se ainda existe o desejo em se experenciar algo no contato entre o sujeito que registra e o que é registrado.

[11] SONTAG, Susan. Op. Cit.

IMAGENS DA EDUCAÇÃO NOVA NO DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DO PERIÓDICO *ARQUIVOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO* (1934)

Sonia de Castro Lopes[1]
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - ISERJ

Há pouco mais de duas décadas, as pesquisas no campo de História da Educação têm sido revitalizadas em função da ascensão da História Cultural no panorama historiográfico mundial. Sob essa ótica, sujeitos, saberes e práticas escolares têm adquirido centralidade como objetos de pesquisa, estabelecendo assim as necessárias conexões entre História e História da Educação. Paralelamente a esse alargamento de objetos assistiu-se também a uma diversificação no repertório do *corpus* documental, permanentemente problematizado e reinterpetado à luz de novos referenciais teóricos.

Tomando como referência a década de 1930 como um momento de profundas mudanças no cenário político e educacional do país, este artigo procura reconstruir algumas práticas escolares desenvolvidas no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, à luz das inovações pedagógicas preconizadas pelos educadores ligados ao *Movimento da Escola Nova.*

À medida em que se inseriam nos quadros administrativos das principais capitais do país, esses "especialistas em educação" dedicaram-se a estruturar um campo específico para sua atividade profissional, assim como puderam intervir na ordenação simbólica do espaço urbano de forma mais racional e científica, exercendo um controle social em nome do programa *modernizador* do qual sentiam-se legítimos representantes. As reformas educacionais implementadas no Distrito Federal durante essas duas décadas revelaram a face organizacional dessa modernidade pedagógica [2] diante de uma população escolar heterogênea e que necessitava ser disciplinada pela educação. Nessa *cruzada pedagógica*, os professores ocupariam um espaço absolutamente central. Tratava-se, evidentemente, de um *novo professor*, formado no Instituto de Educação, que, no início da década de 1930, tornou-se um complexo educativo composto pela *Escola de Professores*, em nível superior,

Escola Secundária e as escolas anexas - primária e jardim de infância – que serviriam como campo de observação e prática aos futuros mestres.[3]

O presente artigo, produzido a partir de pesquisas realizadas no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, utiliza-se de imagens veiculadas pelo periódico *Arquivos do Instituto de Educação,* publicado pela primeira vez em 1934, por iniciativa do diretor geral da instituição, professor Lourenço Filho, sob os auspícios da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Em nossa análise, esse impresso, além de ser compreendido como objeto cultural[4] – veículo de práticas escolares e dispositivos normatizadores de saberes destinados a um público determinado – detém também a função de suporte de memória [5] – fruto da estratégia desenvolvida pelo seu produtor a fim de marcar uma nova cultura pedagógica entre professores e alunos com o objetivo de legitimar o *movimento renovador* do qual o Instituto de Educação seria o *locus* referencial.

Reforçando seu papel de veículo construtor de memória, a edição de 1934 oferece um conjunto de fotografias, provas "irrefutáveis" das práticas escolares que ali se desenvolviam. Entretanto, apesar da fotografia pretender ser a própria "memória cristalizada",[6] sua objetividade reside apenas na aparência, até porque as imagens pouco informam ou sensibilizam aos que não viveram o contexto histórico em que tais documentos se originaram.

A utilização de fotografias como objeto histórico traz para o campo da historiografia o tratamento epistemológico do olhar e da imagem uma vez que sua articulação auxilia na análise das práticas sociais que ordenam visualmente o mundo. Assim, historiar a educação com o recurso de documentos imagéticos obriga-nos a refletir sobre a produção social do olhar, contextualizando as imagens na especificidade de práticas discursivas. O ato de fotografar, ao produzir um corte temporal, privilegia uma memória visual que expressa a intencionalidade do fotógrafo e de quem o contratou. Entendemos, portanto, que as imagens, apesar de ocorrerem no âmbito das linguagens não verbais, são detentoras de uma discursividade própria e encontram-se imersas em práticas sociais históricas. Detendo uma relativa autonomia no âmbito da significação, as imagens remetem a linguagens

específicas que nos auxiliam a reconstruir o contexto sócio-cultural, econômico e político, promovendo a totalidade que a imagem exibe de forma fragmentada.

A escola através das imagens

Como afirma Roland Barthes "o que a fotografia reproduz à infinidade ocorreu apenas uma vez"[7] ; logo, o ato de registro tem seu desenrolar em um momento histórico específico e cada fotografia traz em si indicações acerca de sua elaboração mental – a tecnologia empregada - e nos mostra um fragmento selecionado do real – o assunto registrado. Envolve, portanto, em sua produção, o sujeito, o tema e a técnica e tem por trás de si uma história. Primeiramente, houve a intenção para que ela existisse – do próprio fotógrafo ou de um contratante, que o incumbiu da tarefa, portanto, ela foi produzida com uma determinada finalidade. Em segundo lugar, qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo, ainda que nem sempre se possa verificar a autoria das fotos, já que as informações a esse respeito contidas nos acervos, freqüentemente são errôneas, imprecisas, ou então, inexistentes

Enquanto o conteúdo da fotografia é estático, fixado quimicamente no papel, o mesmo não ocorre com sua interpretação que varia de acordo com a experiência cultural de seus espectadores. Poderíamos afirmar, como faz Ana Maria Mauad, que essa interpretação remete a uma postura antropológica, cuja principal preocupação é apontar que o significado da mensagem fotográfica é convencionalizada culturalmente. Neste sentido, a recepção da fotografia e sua compreensão "pressupõem uma certa aprendizagem, ligada à interação dos códigos de leitura próprios à imagem fotográfica" [8]

Mas, se a imagem congela um número infinito de possibilidades, são as palavras que determinam uma "certeza única" e por isso todas as fotografias de notícias são legendadas. Nesse caso, o texto orienta o leitor para os significados da imagem, levando-o a evitar alguns deles e a perceber outros. Assim, as palavras complementam a imagem, na qual encontram-se presentes, como no discurso, o remetente, a mensagem e o destinatário.

Como produto cultural, a fotografia envolve um *locus de produção e um produtor*, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade; um *destinatário ou leitor*, sujeito que responde ao estímulo visual de acordo com o contexto histórico / cultural no qual está inserido e, finalmente, *um significado validado socialmente* e que resulta do trabalho de investimento de sentido. [9]

No primeiro número dos *Arquivos do Instituto de Educação* há uma série de 16 reproduções fotográficas concentradas na parte final da publicação, uma espécie de anexo. O conjunto dessas fotos sugere ao leitor a possibilidade de constatar como as práticas relatadas pelos diversos autores dos artigos processava-se no interior da instituição. A seleção procura contemplar todos os segmentos escolares, reforçando a idéia da unidade que se desejava imprimir à obra educacional. Levando-se em conta os limites deste artigo, selecionou-se apenas duas destas imagens: uma que se refere à monumentalidade da edificação escolar e outra que focaliza o laboratório de Química, espaço bastante valorizado pelo modelo pedagógico da *Escola Nova*.

A primeira, assinada pelo fotógrafo Augusto Malta, produtor oficial das imagens da prefeitura do Distrito Federal, retrata a fachada do Instituto, registrando a obra monumental de Fernando de Azevedo construída na administração do prefeito Prado Júnior e transformada durante a gestão de Anísio Teixeira em Instituto de Educação.

Sabe-se que um papel especial foi reservado à fotografia neste projeto de implantação da modernidade. Antes de ser considerado como expressão artística era visto como expressão da ciência e, portanto, identificado com o signo do progresso. Nesse contexto, podem ser entendidos os trabalhos realizados por Malta (1864-1957), um dos fotógrafos do início do século passado que melhor registraram as transformações urbanísticas verificadas nas principais cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro. Convidado por Pereira Passos para ocupar o cargo de “fotógrafo documentalista” da Prefeitura Municipal, Malta registrou a execução e inauguração de obras públicas como escolas, hospitais, prédios históricos que seriam demolidos, festas organizadas pela prefeitura, etc. Sua função era documentar a passagem, a transformação de uma cidade

ainda tipicamente colonial em uma verdadeira metrópole e, através dela, 'civilizar' os hábitos e costumes da população.

O projeto fotográfico de Malta enquadrava-se, portanto, no projeto maior do Estado, voltado para a modernização do Rio de Janeiro a fim de mostrar para o restante do país e para os países "civilizados" a imagem de um centro moderno e progressista.[10] A fachada do Instituto de Educação, prédio típico do estilo neocolonial brasileiro traduzia-se como ícone da modernidade pedagógica, iniciada na gestão Prado Júnior e aperfeiçoada com novas instalações e moderna aparelhagem de ensino na gestão Pedro Ernesto.

Aspecto externo do Instituto de Educação. Foto Augusto Malta.
Fonte: *Arquivos do Instituto de Educação*, n. 1, v. I, junho, 1934.

Inserida nas páginas centrais do periódico, servindo como abertura de um artigo que relata experiências sobre o ensino de Química na Escola Secundária, aparece aquela que consideramos a mais expressiva de todas as imagens. Ocupando uma página inteira da revista, medindo 0.18 por 0.12 cm, essa foto, segundo a legenda, assinala a visita dos "Exmos. Srs Getúlio Vargas, chefe do governo da República, e Pedro Ernesto, interventor do Distrito Federal" ao Instituto de Educação.

O presidente Getúlio Vargas no Instituto de Educação.
Fonte: *Arquivos do Instituto de Educação, n.1, v. I, junho,* 1934, p. 49

Como não há referências à autoria da foto, supomos tratar-se de alguma agência produtora contratada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, pela mensagem que este tipo de fotografia enseja alcançar, legitimando a importância da obra educacional através do prestígio que lhe confere a presença física das mais altas autoridades do país e da cidade – o presidente Getúlio Vargas e do interventor Pedro Ernesto.

Constata-se que o autor optou por um enquadramento vertical, com a distribuição de planos de forma a reproduzir a situação de hierarquia dos sujeitos envolvidos no registro: em primeiro plano encontra-se o presidente da República, objeto central da imagem; em seguida, um pouco mais afastado, mas ainda de frente para a câmara vê-se o chefe do executivo do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Ainda em primeiro plano, de perfil, ao lado do presidente Vargas encontra-se Anísio Teixeira, secretário de Educação do Distrito, enquanto o diretor da instituição, Lourenço Filho, assume uma posição tal que somente a leitura da

legenda permite percebê-lo. Entretanto, mesmo que seu nome seja omitido, revelando-se apenas a função que ocupa, seu gestual é significativo, pois encarna a autoridade que detém informações precisas e necessárias à compreensão dos fatos. Tirada em uma das salas especializadas para a prática discente, o laboratório de química da escola secundária, a foto capta em segundo plano, a indisfarçável expressão de atenção e orgulho dos professores do Instituto e uma aluna, sentada de costas em sua mesa de pesquisa, rodeada do material de experiência necessário à aprendizagem da matéria.

As boas condições de higiene, iluminação e circulação do ambiente podem ser comprovadas pelo material utilizado no revestimento das paredes da sala – azulejos brancos, fáceis de limpar, bem como pela altura do pé direito, que se depreende pela altura da porta de entrada. Ao fundo, no alto de uma escada, percebe-se a figura de uma mulher, cujos trajes indicam ser uma faxineira, numa atitude solícita e servil, o que reforça os valores de higiene, ordem e hierarquia que a foto pretende inculcar em seus destinatários.

Seria desnecessário evocar as razões pelas quais, em meio a tantas imagens da escola, o laboratório foi o escolhido para servir como referência às novas práticas e métodos de ensino que estavam sendo implementados pela Escola Nova naquela que se propunha a ser a instituição – modelo de formação de professores. Entretanto, contraditoriamente, ao se privilegiar o evento político, abrilhantado pela presença dos chefes do Executivo, relega-se a um plano menor a importância dos “novos métodos” preconizados pela Escola Nova, totalmente ignorados pelos indivíduos responsáveis pela composição do argumento de “veracidade” da foto. No caso, a menina da escola secundária, foco central da nova pedagogia, é mostrada de costas, como se sua participação nesse processo fosse passiva e secundária. Assim, antes de dar visibilidade às práticas pedagógicas relatadas nos *Arquivos*, elegeu-se a imagem do poder como legitimador das políticas públicas em educação desenvolvidas na capital federal, fato que se não invalida, ao menos relativiza a função de *técnicos competentes* que os educadores reformistas reivindicavam para si, e que, aliás, era corroborada pelos discursos do poder governamental.

Considerações finais

Os *Arquivos do Instituto de Educação* nos dão a impressão de conter experiências intransmissíveis porque desapareceram com aqueles que a viveram. Seu simbolismo reside no fato de serem espaços destinados a registrar e perpetuar experiências encetadas pelos dirigentes da instituição, repletas de significações e representações de quem viveu a experiência do poder. Tudo o que ali se revela parece convincente, especialmente os documentos fotográficos, instantâneos impregnados de "verdades" .

Entretanto, como nos adverte Mauad, a idéia de que o que está impresso na fotografia é a realidade pura e simples já foi contestada por diferentes campos de conhecimento e a crítica a essa dimensão mimética da imagem fotográfica envolve um exercício de interpretação dessa imagem, que é sempre datada e historicamente construída. É ainda a autora quem nos instiga: "Como superar essa limitação? Como enxergar o que não foi imediatamente revelado pela fotografia, ultrapassando a superfície da mensagem fotográfica e,do mesmo modo que Alice nos espelhos, ver através das imagens?"[11]

É esse certamente o desafio da história - apropriar-se da matéria-prima contida nos textos da memória construída e perceber, por trás deles, aquilo que não foi selecionado, o que não foi ou não pôde ser dito. É justamente pelo cruzamento das diversas fontes, através de uma operação metódica e crítica que o historiador procura interpretar os fatos, sem perder a clareza de que, assim como a memória pode ser deliberadamente construída, sua versão sobre os fatos também não escapa ao processo de construção.

À luz dos paradigmas que transformavam o pensamento educacional da época, pretendeu-se fixar na memória coletiva as imagens do Instituto de Educação do Rio de Janeiro como centro irradiador de uma *nova* ordem, uma *nova* cultura pedagógica que se expandiria para o restante do país. Os agentes construtores dessa memória orgulhavam-se da obra que, estrategicamente, iam moldando - *a obra-síntese da reconstrução educacional* [12] que sob seus olhos, adquiria formas, contornos mais nítidos, saía do decreto, simples papel, para ganhar vida.

[1] Professora Doutora de História da Educação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)

[2] Ver a respeito o artigo de Clarice NUNES. (Des) encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L; GREIVE, C. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

[3] Este foi o objeto de minha tese de doutorado: *A oficina de mestres do Distrito Federal*: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-39). PUC-Rio, 2003.

[4] Conforme Roger CHARTIER. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

[5] Categoria de análise utilizada por Pierre NORA no texto "Entre história e memória: a problemática dos lugares" . In: *Projeto História.*. PUC-SP, p. 7-28, dez. 1993.

[6] Ver a respeito Boris KOSSOY*. Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

[7] BARTHES, R. *A câmara clara*.: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 13.

[8] Ana Maria MAUAD. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. In: *Tempo*. Niterói, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 78.

[9] Idem , p. 86

[10] Ver a respeito Regina da Luz MOREIRA. Trópico versus civilização nas imagens de Augusto Malta. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, 4 (1), 1997, p. 76.

[11] MAUAD, op. cit. p. 80

[12] A expressão é de autoria do professor Francisco Venâncio Filho, um dos signatários do Manifesto da Educação Nova (1932) e professor do Instituto de Educação. Ver a respeito LOPES, Sonia de Castro (2003), p. 36

COSMOPOLITISMO: frente e verso da convivência de valores culturais antagônicos e cordiais na cidade de São Paulo

Soraia Cristina de Morais

Mestranda em História do Brasil – UFPI

A "terra prometida" para os nordestinos recebe uma atenção especial neste trabalho, que reflete ao mesmo tempo: história, memória e identidade. A cidade de São Paulo, que desde o século XIX alimenta o crescimento econômico-industrial e tecno-científico, tem abrigado, durante décadas, pessoas de todas as regiões brasileiras.

A mobilidade social, que sempre fora e foi provocada em função das relações desiguais de desenvolvimento, afetou (e afeta) os piauienses, que se vendo numa realidade e conjuntura infortuita, abdicam da sua terra natal, em busca de "dias melhores" e de um futuro promissor.

Este migrante sai dos "[...] recônditos longínquos do interior, e empreende uma 'aventura' na cidade moderna, na qual a experiência intersubjetiva e coletiva do desenraizamento impõe significados dinâmicos e complexos" [1]. Essa nova realidade sócio-cultural gera relativismos de trocas, sejam elas humanas ou materiais. Esses nichos de piauienses viveram, e ainda vivem, histórias culturais numa cidade que ostenta um panorama social, em certa medida tenso e imprevisível.

Quais rupturas ocorrem e de que forma é pertinente analisar, tendo em vista que o estilo e ritmo de vida desse migrante se modificam ao desembarcar num lugar onde tudo reflete o inusitado e desconhecido? Ao chegar nesse espaço urbano, a identidade sofre abalos e de certa forma se fragmenta, muitas vezes os obrigando a retornar a um passado perdido, vez que "O passado e o presente exercem um importante papel nesses eventos. A contestação no presente, busca justificação para a criação de novas – e futuras – identidades".[2]

A etnia sofre fraturas e o que outrora era inabalável, agora, apresenta características sem referenciais, o que provoca a emergência de novos sujeitos e padrões de vida.

Podemos até supor que essas novas identidades, "[...] são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação, quanto por meio de formas de exclusão social". [3]

Investiremos neste registro acadêmico, tomando como parâmetros as formas de vida, os comportamentos, os vínculos culturais, as tradições e os valores que se estabelecem entre o piauiense e a cidade de São Paulo. É necessário entender como o povo convive e sobrevive num espaço recheado de diversidades, modernidade e "desordem".

Outro elemento que julgamos contribuir para a tradução de algumas angústias e realizações, que este migrante experimenta, é a memória. Por isso, é que dizemos "[...] que a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também, um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa, ou de um grupo em sua reconstrução de si".[4]

Tendo em vista que a convivência desse grupo, na terra da garoa, sempre está atrelada ao aspecto mitológico, propomos ir além das suposições, no sentido de atingir os componentes que constroem clichês e estereótipos, compreender com rigor teórico, como se estabelece esta nova composição social, cuja ordem coletiva compõe, sem dúvida, uma nova cartografia com suas complexidades.

Esse processo de hibridização, ao que parece, não é simples, mas é uma mudança que gera uma nova ordem social e exige, do indivíduo, a assimilação de um novo cenário de sociedade e cultura. As formas de tradução dos espaços não serão mais as mesmas e só o tempo será capaz de recompor seus sistemas de valores. Sabemos que "Algumas pessoas argumentam que o hibridismo e o sincretismo – a fusão entre diferentes tradições culturais – são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriada à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado. Outras, entretanto, argumentam que o hibridismo, com a indeterminação, a dupla consciência e o relativismo que implica, também tem seus custos e perigos".[5]

Cabe, portanto, questionar como uma pessoa reconstrói sua identidade dentro de um panorama em que tudo soa estranho, diferente e, até mesmo assustador. O migrante

piauiense se depara com um cenário onde as cores, as falas e os rostos, não correspondem mais àqueles que ele estava acostumado a conviver, ou, que para ele, os era familiar. Nesta dicotomia. Pensemos então que "Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de tradição, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença, e assim, é impossível que elas sejam outra vez unitárias ou puras". [6]

A configuração de uma imagem, que comumente é tratada ou retratada de forma pejorativa, diz respeito a um dos aspectos antagônicos, ao passo que a pluralidade vivenciada na cidade dos arranha-céus, reflete os laços afetivos e cordiais, que superam os hífens sociais que geralmente temos conhecimento e que, por sua vez, soam como intolerantes.

As raízes, que serão cultuadas no momento de sua chegada, não serão iguais àquelas que eles deixaram em sua terra natal. A paisagem é outra, as festas e o jeito de viver, também. Por vezes, "[...] sua fala é chamada código restrito, seu jeito de viver, carência cultural, sua religião, crendice ou folclore".[7]

Vale dizer que o sentimento de pertencimento é outro fenômeno social cuja dimensão perpassa por dois aspectos cruciais da convivência humana: a dispersão, que em si mesma é desenraizadora, e a união, que tem o efeito de reenraizar. As bases familiares e sociais, construídas no local onde nasceu e cresceu, diferem totalmente em relação à nova ordem coletiva.

Os confrontos passam a ser um desafio que leva estes atores sociais a se redefinir e se posicionar num espaço, onde, até então, ele não tinha qualquer vínculo. A não ser imagens construídas através dos meios de comunicação, ou através de contato com aqueles que já passaram por esta experiência e que, certamente, relataram as duas faces da moeda: a fortuita e a imprevisível.

O perfil do piauiense na cena pública paulistana e a sua representação no cenário da cidade são fatores relevantes para o entendimento de sua própria origem e imagem. As

novas formas de vida e sua criatividade, no sentido de superar da melhor forma possível, a violência simbólica e urbana que são geradas pela rejeição e por outros fatores sócio-econômicos.

De que forma as heranças culturais, dentre elas a memória, são perpetuadas no decorrer desses anos em que estão distantes de seu lugar de origem? Quais processos subjetivos e econômicos eles enfrentam, quando decidem retornar? Os indivíduos que farão parte desta pesquisa, ou melhor, os sujeitos que serão entrevistados, cinco estão residindo em São Paulo, entre 25 e 5 anos, mais três que retornaram ao Piauí, entre 15 e 5 anos.

O movimento para fora e para dentro será analisado como perspectiva de impulsos, no geral provocados pela pobreza, ou como decisão espontânea, que, neste caso, não se leva em conta os fatores relacionados às chances de sobrevivência. No entanto, em ambos os casos, existem características étnicas, desde a língua ou dialetos, costumes, tradições e sentimentos de lugar.

Conhecer essas identidades piauienses que sentiram e sentem a experiência de passar por uma transição histórico-sociológica, onde estão envolvidos dois fenômenos cruciais, que é a oscilação entre a tradição e a tradução. Igualmente, este estudo dissertativo buscará saber como sobrevivem as lembranças, as memórias coletivas; analisar as subjetividades, tendo como parâmetro a história oral e permeando os paradigmas das sensibilidades e pluralidades culturais.

---

[1] CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo.In: Burity, Joanildo A.(org) *Cultura e identidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
[2] SILVA, Tomaz Tadeu da.(org). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais.Petrópolis,RJ:Ed.Vozes, 2000.
[3] _____. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.
[4] POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.
[5] HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
[6] Idem.
[7] CAVALCANTI, Helenilda. *Op., cit*., 2002.

De um Império a Outro: A construção e os conflitos no Real Forte do Príncipe da Beira (1776-1792) - Suelme Evangelista Fernandes- Mestre em História pela UFMT

O objetivo desta comunicação é dar vida e voz a homens e mulheres que construíram e reinventaram o que conhecemos como *fronteira* oeste entre os domínios ibéricos na parte mais central da América do Sul na capitania de Mato Grosso. Concentro minha atenção num aspecto da espacialização edificada dessa *fronteira*, o Real Forte do Príncipe da Beira. Tomo por balizas temporais o período que vai da fundação do forte em 1776 até 1796, o fim do longo e sucessivo governo dos irmãos Luiz e João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres na capitania de Mato Grosso.

Erguido sob a pedra canga (arenito comum na região) ao seu término compreendia 116 metros quadrados de área construída com paredes de 10 metros de altura em plena selva amazônica, as margens do rio Guaporé, numa região alagadiça conhecida como pantanal do Guaporé. O fato é que a construção impressiona, de longe parece um prédio medieval, mas por dentro a precariedade dos 11 edifícios passou por sérios problemas de abastecimento.

Os interesses presentes na produção e reprodução cotidiana do forte eram os de vários segmentos sociais numa população em média de 700 almas: militares e paisanos – funcionários da Fazenda Real; clero da capelania; paisanos ricos (comerciantes, proprietários de sesmarias, produtores de atividades agropastoris ou exploradores de ouro) e paisanos pobres (pequenos comerciantes, operários particulares ou pagos pela Fazenda Real), que eram índios, brancos livres pobres, negros forros, escravos particulares e escravos d'El Rey. Some-se a isto a diversidade étnica que compunha o mosaico fronteiriço, as diversas línguas, religiões e organizações societárias.

As definições dos limites portugueses foram estabelecidas nesta ocupação noroeste através das posições avançadas hispânicas. Neste caso, a fronteira ficou estabelecida nos limes das missões de Mojos e Chiquitos, às margens orientais do Guaporé, muro de avanço, barreira de expansão. Definindo os marcos da possessão, os lusitanos usaram rios, vales e montanhas pontilhadas por marcos desta ocupação: povoados, arraiais e fortificações.

Engenheiros, desenhistas e cartógrafos tiveram presença intensa em ambos os lados dos domínios ibéricos sul-americanos, os ambientes urbanos sempre tinham profissionais envolvidos nestas atividades, inclusive nas expedições filosóficas e demarcatórias entre cosmógrafos, botânicos e matemáticos sempre figuravam os desenhistas. *(...) para miniaturizar o mundo que se alargava, foi necessária a criação de uma linguagem cuja sintaxe reunia signos oriundos de diferentes áreas do conhecimento.*[1]

Ao todo, na capitania de Mato Grosso, foram três fortificações: Forte Nossa Senhora da Conceição/Bragança, Coimbra e Real Forte do Príncipe da Beira.

A proximidade com missões jesuíticas espanholas e com Santa Cruz de la Sierra despertou desde logo a atenção da Coroa portuguesa. O conjunto de missões que compunha a faixa de fronteira era composto da província de Chiquitos e Mojos. Esta última contava, no final do século XVIII, com aproximadamente 40 mil pessoas distribuídas em mais de 72 aldeias. É ainda difícil saber qual a população dessa província jesuítica hispânica na primeira metade do século, mas certamente não devia ser radicalmente menor.

Do lado oriental do Guaporé, no domínio invasivo português, residiam em 1755 na recém fundada Vila Bela da Santíssima Trindade e seu termo, 538 pessoas. Considerando-se os dados que permitem estimar a população total da *capitania* nos primeiros anos de 1750 entre sete e oito mil pessoas, já computadas as 1000 pessoas do Forte Príncipe da Beira. Este montante era significativamente menor que o número de almas hispânicas, haja vista que não considerei quantitativamente a missão de Chiquitos. Apesar da superioridade numérica, sobretudo bélica, fato curioso e ainda pouco analisado é os motivos que levaram a Coroa Espanhola não retomar suas possessões no Tordesilhas.

Contudo, nas relações de fronteira os vizinhos ibéricos estavam muito mais próximos da paz do que da guerra, o que certamente facilitou as relações oficiais e ilícitas de contrabando por membros da governança local, a devassa sofrida pelo capitão general Luiz

[1] FRANÇA, Eduardo Paiva e outros. *A cartografia histórica e a representação do poder. In:* Lana Mara de Castro Siman e outros. *Inaugurando a História e construindo a Nação – Discursos e imagens no ensino da História,* Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 130.

de Albuquerque e alguns contrabandistas particulares a ele ligados demonstram estas práticas. No caso do Forte é nítida as relações entre os padres curas missioneiros e o Comandante do Forte José Pinheiro de Lacerda, a ponto do cirurgião do partido encontrar-se por vezes assistindo a missão de Mojos.

As fugas e deserções eram acobertadas pelos dois domínios, esvaziar os contingentes operacionais inimigos era uma estratégia de guerra. O uso desta situação específica de fronteira favoreceu sobremaneira às fugas de índios aldeados para o solo luso e escravo negros para Castela, entre outros desertores.

A localização do forte favorecia as fugas e deserções para a Espanha, pois ele se localizava na embocadura de dois rios que nasciam em solo espanhol: rio Baures e Bení - afluentes do Guaporé/Madeira.

Esta disputa por territórios entre os tronos Ibéricos é inseparável da aguerrida resistência indígena, transformando estes territórios em múltiplas fronteiras étnicas, onde, pelo menos por algum tempo, os indígenas demonstraram superioridade flagrante sobre os invasores, impondo recuos aos seus avanços e obrigando-os a inventar estratégias em que nem sempre a força das armas foi a melhor alternativa. Refiro-me ao Diretório dos Índios (1757), manobra pombalina para a cooptação e aliança com os indígenas.

As linhas imaginárias que por negociações diplomáticas e assinatura de tratados de limites foram definindo as *fronteira*s oeste dos domínios ibéricos, cortaram territórios milenares de sociedades indígenas, enquadrando-as em nacionalidades impostas, utilizando seu trabalho exaustivamente, inclusive em práticas militares, na construção de novas espacializações, reterritorializando.

Simultaneamente, a presença de povos africanos foi também determinante e da sua mão-de-obra ergueram-se aldeias, arraiais, fortes e vilas. Suas marcas no Guaporé testemunham a grandiosidade do projeto português e da diáspora africana, na cotidiana prática das contradições.

Ao observar a vasta cartografia portuguesa observamos uma série de pequenos aldeamentos e povoados ainda pouco analisados pela historiografia ao longo do Guaporé: Leomil, Lamego, Cachoeira do Girau entre outros. Povoados que compunham uma paisagem discursiva a respeito das pretensões invasivas, parte do complexo infra estrutural tático lusitano. No Forte do Príncipe da Beira – como em outros –, embora sua espacialização se destinasse prioritariamente à guerra, havia um entorno produtivo entregue à responsabilidade de não-militares. A preocupação era com a construção de uma "auto-suficiência" possível, na perspectiva tática de possíveis ataques duradouros, com conseqüente escassez de víveres.

Neste sentido, a América portuguesa como um todo pode ser vista como *fronteira* ocidental do Império português. *Fronteira do Império*, sobreposta às fronteiras de territorialidades ameríndias. *Fronteira do Império* que, alargada em sua espacialização, foi se fazendo múltipla, de variado tipo. Mas, e principalmente, *fronteira do Império* feita de sucessivas *conquistas* – das projeções de Tordesilhas, das territorialidades ameríndias seculares, das espacializações hispânicas materializadas em cidades, missões, estacadas.

Para a garantia do funcionamento pleno destes postos, a participação da cabeça de comarca foi decisiva: de Vila Bela da Santíssima Trindade (a 700 Km do Forte) partiam gêneros de toda ordem para o forte. Poderia contar, ainda, com o apoio logístico de outras partes mais recuadas da capitania, como Cuiabá, que, entre outros, remeteu ao forte: sementes para agricultura, índios Bororo e cal.

No eixo Guaporé abaixo tinha a capitania do Grão Pará, Belém (a 3.600 Km do Forte), que poderia ser a alternativa última e socorro em caso de ataques súbitos dos espanhóis.

Portanto o Forte Príncipe da Beira, ocupou posição estratégica na geopolítica portuguesa, mantinha um complexo produtivo e populacional no Guaporé (vilas e aldeamentos) garantindo a navegação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755), articulando duas capitanias (Mato Grosso e Grão Pará) ligadas a dois estados gerais da colônia nos limites entre duas fronteiras.

Nesta reespacialização formadora da *fronteira* na América lusitana temos também que considerar uma rede de *relações sociais* que envolviam múltiplos interesses por vezes harmônicos, por vezes antagônicos. Índios (nas suas inúmeras e diversas organizações societárias), negros (das mais diversas origens) e brancos (de várias nacionalidades, fidalgos, plebeus). Homens e mulheres que trilharam a *fronteira* oeste da América portuguesa construindo espaços edificados e reinventando comportamentos e práticas cotidianas.

A cúpula dirigente ou a alta patente do Forte era formada por homens brancos, geralmente dragões com formação militar em Portugal, a oportunidade de servir na fronteira nos postos avançados poderia garantir até mesmo a nobilitação. No entanto, algumas companhias militares eram compostas por colonos pobres ou empobrecidos advindos da colônia ou do reino, negros forros/escravos e índios, com pouca habilidade no manuseio de armas de baixo calibre, porém com bom preparo físico.

A de pedestres, por exemplo, era formada por mulatos e índios que andavam descalços, armados de facão. Seus integrantes eram definidos como muito úteis tanto nos rios como na terra.

Alguns soldados de outras partes da capitania ou da colônia, poderiam ter sido enviados sob pena de degredo para as fortificações de fronteira, alternativa de punição e ordenamento dos terços militares.

Na capitania das Minas Gerais, situação similar é encontrada: *Negros forros e mestiços na sua maior parte – mulatos, caboclos, carijós – serviam para povoar locais distantes como Cuité, Abre Campo e Peçanha, onde se iam estabelecendo presídios (...).*[2]

No Forte do Príncipe da Beira também ocorriam desvios de conduta, desordenamentos e desentendimentos entre militares, questões sociais disfarçadas por patentes.

[2] SOUZA, Laura Melo e. *Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII.3.ª ed.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 72.

> *Entro agora na dependência de mais três, ou quatro carapinas; visto que proximamente despedi os dois soldados que se ocupavam deste ofício, Joaquim Alves, e Custódio de Souza Coutinho por inteiramente se haverem incapacitados pelas desordens dos noturnos passatempos em que adquiriram a má moléstia da carnosidade*[3] *que com qualquer excesso de trabalho lhe sobrevêm os fluxos de sangue.*[4]

Os curativos emergenciais e as inúmeras purgas podiam ser feitos por escravos barbeiros da Fazenda Real. O escravo da Real Fazenda Ignácio Batista, enviado de Vila Bela em 1780[5], tinha inclusive tratamento diferenciado pelo conhecimento destas práticas, só interrompidas por suas bebedeiras exageradas.

> *Por ordem de S. Excia. nenhuma pessoa deste distrito de qualquer graduação que seja terá autoridade de castigar nem porá para serviço algum ao escravo da Fazenda Real Ignácio Batista que se acha servindo no hospital deste Forte e sangrando os doentes que existem nele porquanto qualquer castigo que o referido escravo mereça o reservo a mim e na forma das instruções que S. Excia. me deixou. E outrossim, todas as vezes que o dito escravo adoecer não será curado no referido hospital, mas imediatamente remetido para o da antiga Fortaleza da Conceição aonde se deve curar.*[6]

Ao que parece, foi comum a utilização de escravos como barbeiros[7], e em outros ofícios como alfaiate, pedreiros, oleiros[8] e carpinteiros. Assim como doenças tropicais levaram à morte muitos colonos europeus, as virulências trazidas por eles também foram implacáveis para os índios.

Outros escravos negros poderiam, ainda, ocupar postos na defesa de espaços militares.[9] Sua participação intensa era imperativa para a Coroa, sua presença foi notável até mesmo

---

[3] Doença sexualmente transmissível. In: HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário da Língua Portuguesa.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova *Fronteira*, 1985, p. 355.

[4] Ofício de José Pinheiro de Lacerda ao capitão-general, Microficha 966, Fundo: Defesa, 16/ 04/1788, Lata 1788A, APMT.

[5] Oficio do sargento-mor e comandante de companhia, José Manuel Cardoso da Cunha, ao capitão-general, Rolo n.º 002, Doc. 1772 a 1780, Microficha 412, Fundo: Defesa, 02/04/1779, APMT.

[6] Oficio do sargento-mor e comandante de companhia, José Manuel Cardoso da Cunha, ao capitão-general, Rolo n.º 002, Doc. 1772 a 1780, Microficha 412, Fundo: Defesa, 02/04/1779, APMT.

[7] Nauk Maria de Jesus indica a existência de pelo menos cinco barbeiros em Vila Bela, sendo dois deles negros. *Citado,* 93.

[8] *O preto pedreiro, hoje alfaiate, foi ajustado para trabalhar, até a determinação de V. Excia..* Ofício de José Pinheiro de Lacerda ao capitão-general, em 15 de abril de 1782, n.º 528, Senado da Câmara de Vila Bela, Lata A, APMT.

[9] *Em bando de 15 de julho de 1763, são perdoados os crimes leves, dos que pessoalmente acudirem à defesa da fronteira, em especial na localidade do presídio de Nossa Senhora Conceição. Além dessas considerações e medidas, o governador estava consciente do papel dos negros nas lutas travadas pelos luso-brasileiros para expulsar os holandeses de Pernambuco. Assim, em primeiro lugar, Rolim demonstrou ter algum conhecimento*

nas forças de fronteira, mas os riscos de lhes permitir o uso de armas eram enormes, havendo, portanto, variadas restrições:

> *Também se faz preciso algum número de pedestres, pois se oferece ao mesmo tempo tantas expedições, que não há com quem se faça; como elas, espias, rondas, e outras diligências que se não podem fazer com negros.*[10]

A sabedoria milenar dos indígenas ensinou ao colonizador como usar as *drogas do sertão*, beberagens e ungüentos mágicos que figuravam nas prateleiras e, nos boiões das boticas, disputavam espaço com a farmacopéia ocidental.

> Diante de *ares tão estranhos* e fluxos de sangues constantes, uma boa dose de quina[11] podia valer mais que água inglesa. *Há dias que se me deu parte ter se acabado a quina na botica; e também o chá, e pedra-ume crua, remédios indispensáveis, principalmente a quina.*[12]

E assim se ia experimentando, comparando e misturando. Óleos de piraiauara (Boto) iluminavam noites, sabonetes de mamona refrescavam banhos, estopa, tinturas de madeira coloriam camisas, resinas vedavam embarcações e o *breu da terra* calafetava ambientes.

As atividades teatrais, de música e dança, favoreciam relações diplomáticas com autoridades espanholas dos domínios vizinhos em tempo de paz, ao visitar o forte governador de Mojos D. João Dionísio Marin:

> *Foi recebido com uma salva de onze tiros de artilharia: tomou posto na fortaleza velha da Conceição, onde levantou barraca: foi visitado com todas as demonstrações de afeto, e urbanidade; conduzido a cavalo a este forte, de onde se lhe apresentou em obséquio uma comédia, danças, e*

---

de lutas antigas na colônia e, em segundo, que o negro podia ser usado como soldado eficiente a favor dos interesses portugueses, em momentos oportunos. In: FIGUEREDO, Israel de Faria. *Rolim de Moura e a escravidão em Mato Grosso: preconceito e violência – 1751-1765.* Revista Territórios e Fronteiras (vol. 2). Programa de Pós-graduação em História, Cuiabá: UFMT, jul./dez. 2001.

[10] Ofício do comandante José Manuel Cardoso da Cunha para o capitão-general Luiz de Albuquerque. Doc. n.º 164, Lata 1777A, APMT.

[11] *Arvoreta da família das rubiáceas (Cinchona ledgeriana), originária do Peru e notável por suas propriedades antitérmicas. 2. Designação comum a numerosas plantas nativas (falsa-quina, quina-mineira, murta-do-mato, etc.) cuja casca é amarga e sem motivo reputada ativa contra febres e malária, por comparação à quina*. In: HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário da Língua Portuguesa.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova *Fronteira*, 1985, p. 1436.

[12] Ofício do comandante José Pinheiro de Lacerda ao capitão-general, Rolo n.º 010, Doc. 1791 a 1798, Microficha, Fonte:Livro de Correspondência da Provedoria da Real Fazenda – Governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Vila bela, 26/06/1791. De Joaquim José Cavalcante de Albuquerque Lins ao comandante José Manuel Cardoso da Cunha, p. 89, APMT.: 35 Fundo: Defesa e Justiça, 22/08/1793, Lata 1793B, APMT.

> *entremezes, e uma ceia bem proporcionada. Dormiu no meu quartel, e no dia seguinte se despediu com iguais demonstrações de grandeza e afeto.* [13]

O império no ultramar português como sociedade de corte se estruturava com símbolos, pompas e circunstâncias, sinais de devoção e submissão:

> *Por três dias que dobraram os sinos neste forte, de meia em meia hora, fiz anunciar a todo o povo desta repartição a triste notícia da grande perda que tivemos pela morte de S.A.R (Sua Alteza Real) o nosso príncipe, que prometia a seus vassalos um rei magnânimo, e de altas qualidades.*[14]

Mesmo distante dos domínios ibéricos as manifestações do catolicismo também eram visíveis em todas as raias coloniais, apesar dos afrouxamentos:

> Participo a V. Excia. a 17 do corrente mês marchou o Almoxarife Salvador Pais de Faria, acompanhado das pessoas declaradas na relação junta, e todos com bastante demonstrações de contentamento, a fim de procurarem, Com o maior esforço aquele desejado descoberto, não se conseguiu a saída em dias de maio como já a V. Excia. tinha dito por causa do rio estar muito cheio, e não haver lá na saída de terra maior demora. O mesmo Almoxarife teve boa lembrança de mandar cantar uma missa, a Nossa Senhora da Esperança, e levou uma bandeira do Divino Espírito Santo, a ambos temos dedicado o bom sucesso daquela diligencia.[15]

Segundo Maria Elisa Carrazzoni[16], luso-brasileiros ergueram, ao longo de dois séculos e meio, mais de 450 fortificações e ambientes fortificados, chamadas de fortalezas, fortes, fortins, redutos, redentes, presídios, hornaveques, vigias, baterias, feitorias, portões, trincheiras, tranqueiras e casas fortes. Existem hoje no país vestígios de 109 construções defensivas, de um total estimado em 450, sendo 40 tombadas pelo Patrimônio Histórico Artístico Nacional[17]. O Forte do Príncipe da Beira foi tombado pelo Instituto em 30 de novembro de 1937.

---

[13] Ofício do comandante José Pinheiro de Lacerda ao capitão-general, 13/07/1789, Lata 1789A, APMT

[14] Ofício do comandante José Pinheiro de Lacerda ao capitão general, Microficha: 33, 13/06/1789, APMT.

[15] Ofício do alferes de pedestres Joaquim de Souza Pereira ao comandante José Pinheiro de Lacerda, Microficha: 79, Fundo: Defesa, 30/06/1792, Lata: 1792B, APMT.

[16] CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos Bens Tombados Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987. TELLES, Augusto Carlos da Silva. Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: FENAME/DAC, 1975.

[17] Relação de Bens Tombados do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Vol. 42, n.º 196, 2001.

Desmatamento, Migração e Fotografias

Susana Cesco*

A devastação da Floresta Ombrófila Mista (FOM)[1] no Alto Vale do Rio do Peixe no Estado de Santa Catarina[2] reduziu em torno de 96% a cobertura vegetal original na região[3] e provocou uma grande transformação em hábitos e costumes dos homens, no meio-ambiente, nas práticas e conceitos de progresso. A partir desta constatação, este trabalho propõe-se a entender, através de fotografias, a relação que existiu entre a devastação entendida como "progresso" e o conseqüente impacto ambiental. Quando se faz referência a progresso, remetemo-nos à idéia de progresso dos primeiros conquistador e políticos locais, qual seja a de igualar ou aproximar ao máximo à região às grandes cidades.

Esse processo de transformação é observado sob o ponto de vista da história ambiental, que pode ser entendida aqui como a análise da alteração de uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria[4] e sua relação com os homens.

Primeiro faz-se necessário definir o que entendemos por natureza e a forma como esse termo será aqui aplicado. A natureza para o nosso trabalho significa o conhecimento cultural da terra e das criaturas vivas existentes nela, num nível de observação, a olho nu.

Ao abordarmos a história do Alto Vale do Rio do Peixe, de forma a aproximar a ação humana do mundo natural, fazemos referência à idéia de Jean-François Sirinelli, quando afirma que as novas perguntas da história surgem não pelo aparecimento de novos documentos e sim de novas leituras de velhos temas.[5] Pretendemos compreender as alterações na floresta da referida região a partir do processo de colonização, na área que compreende e circunda o atual município de Caçador no período de 1917, após a Guerra do Contestado, até 1954, período de fragmentação dos municípios em vários

outros, e de diminuição acentuada do fluxo migratório. Tal fragmentação redesenhou as fronteiras políticas e econômicas locais. Essas fronteiras são dos elementos mais importantes quando nos referimos às teorias da migração e da colonização. Segundo David Arnold, "a idéia de fronteira que avança é uma das principais formas na qual os historiadores se propuseram a conceituar o processo de interação e conflito entre dois conjuntos de pessoas culturalmente distintos e as idéias e as práticas ambientais que representam".[6]

A cobertura florestal anterior à colonização, representava 81,5% da área do Estado de Santa Catarina. Segundo dados do IBGE, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) ocupava 43,7% , a Floresta Ombrófila Densa (FOD)[7] 27,4% e a Floresta Estacional Decidual (FED)[8] 10,4% da área do Estado. Estimativas apontam que a densidade de araucárias com diâmetro acima de 40 centímetros foi de 2.976 árvore/km² (29,7 árvore/ha). Na região do Meio Oeste catarinense, ao longo da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, no período de 1910 a 1940, foram explorados de 25 a 37 milhões de pinheiros de grandes proporções, representando 88% dos pinheiros da região e 26,7% do Estado[9]. A dimensão dessa derrubada pode ser mais bem entendida se forem observados os dados de produção da Southern Brazil Lumber Co., que, em 1941, era a maior das 1.270 serrarias registradas que beneficiavam pinho em Santa Catarina, quase a totalidade nas regiões norte e oeste do Estado.[10]

Rever e analisar essa região através de fotografias pode proporcionar novas leituras e abordagens do tema, uma vez que estão sendo analisadas as imagens e os processos de construção das mesmas.

Imagens do passado

A natureza geralmente foi representada pela pintura de forma bucólica e romântica. Johann Moritz Rugendas ao referir-se às florestas brasileiras afirma que

> em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade as variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação de que ele se vê envolvido. [11]

Essa natureza era representada como cenário para a atuação de índios e desbravadores, esses sim, os personagens da história. A natureza "existia unicamente para servir os humanos"[12], haja vista que o homem se vê como separado dela. Essa percepção de que fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais ou de que cada sociedade e a cultura humana são inteligíveis apenas em si mesmas ignora a formação física do planeta e como essa formação condicionou as manifestações culturais humanas em diferentes locais.

A idéia de natureza foi alterada, gradativamente, pela História quando esta passou a considerar as paisagens como construções culturais muito mais que naturais, uma vez que "a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia"[13] e, a idéia de paisagem das sociedades contemporâneas é permeada pela presença humana, pois como afirma Simon Schama, "o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local, pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos"[14]. Esse papel ocupado pelo homem de modificador do espaço geográfico não é mais que uma posição "natural" tendo em vista que esse homem é parte do meio que transforma. Sua interação com o local que habita ocorre em escala diversa de outros animais, mas não é e em momento algum pode ser considerada como fator externo. O homem também é a natureza que ele modifica. "Quando as imagens visuais, dentre elas a fotografia, são utilizadas como fontes de pesquisa histórica, é porque funcionam como

mediadores e não como reflexo de um dado universo sociocultural (...) Pertencem à ordem do simbólico, da linguagem metafórica."[15]

No entender de Maria Eliza Linhares Borges, se considerarmos que "para além de sua dimensão plástica, elas (as fotografias) nos põe em contato com os sistemas de significação das sociedades, com suas formas de representação, com seus imaginários"[16], podemos, a partir de uma seleção de imagens fotográficas do Alto Vale do Rio do Peixe, local objeto dessa pesquisa, analisá-las não como uma ilustração da região em questão, mas como uma fonte para avaliarmos a construção dos conceitos de paisagem empregados historicamente para representar as transformações ambientais chamadas de "progresso". Essas imagens visuais "são formas simbólicas cujo significado não existe de per si"[17], são representações que variam de acordo com os códigos culturais de quem as produz. Essas observações oferecem pistas aos espectadores no que se refere aos pequenos detalhes das imagens que, apesar de seu "efeito de realidade", expressão cunhada por Roland Barthes[18], precisam ser contextualizados pelo historiador, sem partir de um pressuposto de realidade. Tais imagens, mesmo que apresentadas com aparente realismo, podem ter sido selecionadas para mostrar um determinado detalhe. Como exemplo disso, temos

> as primeiras fotografias de cidades [que] mostram com freqüência ruas implausivelmente desertas para evitar os borrões nas imagens causados pelos movimentos rápidos, ou representam pessoas em poses estereotipadas, como se os fotógrafos tivessem sido inspirados por pintores antigos. De acordo com suas atitudes políticas os fotógrafos escolhiam representar as casas mais deterioradas, a fim de apoiar a campanha pela extinção dos cortiços, ou os de melhor aparência, para se oporem a isso.[19]

Usando essa mesma forma de análise para fotografias tiradas do Alto Vale do Rio do Peixe, podemos perceber como a imagem da região foi estrategicamente construída para atrair compradores para os lotes demarcados pelas companhias colonizadoras, especialmente a partir da década de 1920. Essa análise requer, a

princípio, uma discussão sobre a paisagem local usada como atrativo e, com mais ênfase, uma discussão sobre os conceitos de paisagem usados por historiadores, geógrafos e intelectuais que permitem uma compreensão mais ampla das apropriações e recriações da imagem local.

É nossa intenção analisar os motivos pelos quais as fotografias retratam determinados ângulos em detrimento de outros. Pata tanto, abordagens para o tema "paisagem" como do geógrafo alemão Leo Waibel, podem contribuir. Para Waibel, "nós sempre enxergamos a paisagem em perspectiva[20]" e por volta da década de 1920 abordagens que enfatizavam as formas de relevo em detrimento da geografia dos homens provocaram uma diferenciação mais clara entre paisagem natural e paisagem cultural. "Por isso nós, hoje, também falamos de paisagem natural, pela qual entendemos a manifestação dos fenômenos da natureza e a colocamos lado a lado com a paisagem cultural, que só abrange o que resulta da ação dos homens."[21]

Outro autor que aborda e conceitua o termo paisagem é Simon Schama. Ele afirma que apesar de estarmos "habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade eles são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rochas[22]". Somando-se a isso, Schama questiona o entendimento vigente por muito tempo de existir uma paisagem natural intocada. Essa idéia, muito presente quando da colonização do Alto Vale do Rio do Peixe e que era "confirmada" por fotografias e relatos, choca-se com a idéia do autor de que o próprio ato de identificar o local pressupõe a presença do homem e, toda sua pesada bagagem cultural.[23]

No que se refere às imagens visuais, elas demonstram um novo interesse pela natureza; há um redimensionamento de valores. Ela, a natureza, passa a figurar como símbolo de progresso, desde que dominada, domesticada e a fotografia foi usada para

dar visibilidade, tornar públicas as formas de dominar a natureza e de organizar os espaços sociais. Esse recurso foi empregado pelas companhias colonizadoras na impressão de programas e manuais de colonização destinados às colônias de ítalos e teutos instaladas no Rio Grande do Sul. Essa integração entre discurso textual e visual reforçou a idéia de homem vencendo a natureza. Se afirmarmos que toda a fotografia é um resíduo do passado, precisamos considerar que

> se, por um lado, ela nos oferece indícios que permitem o levantamento e a análise dos vários elementos que lhe deram origem em determinado espaço de tempo, num dado momento histórico, por outro lado, sua imagem, segundo os valores que enfatiza, constitui-se no ponto de partida de um processo gerador de inúmeras possibilidades de interpretações e aplicações em áreas específicas das ciências e das artes. [24]

Isso aplicado às fotografias do nosso local de estudo, na primeira metade do século XX, quer dizer que o primeiro ponto a ser abordado não é a imagem fotografada, mas sim quem a fotografou e o que a foto devia mostrar. “Sob quaisquer pontos de vista, angulação, enquadramento, proximidade ou distância, a fotografia é sempre um feixe de indicadores de posição ideológica, consciente ou inconsciente, ocupada pelo fotógrafo em relação àquilo que é fotografado[25]”.

> ... o testemunho de imagens parece ser mais confiável nos pequenos detalhes. Ele é particularmente valioso como evidência da arrumação dos objetos e de seus usos sociais, não tanto a lança, ou garfo, ou livro em si, mas a maneira como empunha-los. Em outras palavras, imagens nos permitem reinserir velhos artefatos no contexto social original.[26]

Esse conceito de progresso que encara o ambiente ou “em última análise, a noção biogeográfica de ambiente não designa mais do que a natureza do substrato material, oferecido de qualquer modo, a priori, a potenciais seres vivos[27]”, foi largamente reproduzida pelos jornais locais durante toda a primeira metade do século XX. Essa análise não deve dispensar a contextualização da produção do documento e estar atenta aos diferentes sentidos que lhe vão sendo atribuídos ao longo do tempo. Nessa direção,

indagações como: quem produziu tal documento? A quem é dirigida a mensagem? O que o produtor pretende com a mensagem que está passando? São fundamentais para compreender os objetivos por trás das imagens. Se considerarmos que "quando se trabalha com imagens, sejam elas textuais, sonoras ou visuais, devemos levar em conta que a ênfase da narrativa histórica se desloca do fato para as versões do fato. Em muitas situações, essas versões podem produzir outros fatos[28]".

A idéia de uma mesma fórmula para várias fotografias (o que fica ao centro, como a cidade e o que fica ao fundo, como a mata) pode ser interpretado como uma tentativa de congelar a ação, de captar a história numa única imagem, porém, "leitores de imagens que vivem numa cultura ou num período diferentes daqueles no qual as imagens foram produzidas se deparam com problemas mais sérios do que leitores contemporâneos à época da produção. Entre os problemas está o da identificação das convenções narrativas ou 'discurso'" [29]

Essa discussão nos remete à necessidade de interpretar as imagens além da idéia "positivista" que crê que elas (as imagens) veiculam informações confiáveis sobre o mundo exterior ou a idéia estruturalista que focaliza a atenção somente na imagem e nas relações entre suas partes, desconsiderando a "realidade" que existe além dela. Essa interpretação mais profunda das imagens permite um entendimento mais claro das "formas pelas quais ela opera para persuadir ou obrigar os espectadores a fazer determinadas interpretações, estimulando-os a identificar-se com o herói ou com a vítima".[30] Tais formas variadas de interpretação das imagens procuram mitigar, com legendas ou destacando alguns pontos em detrimento de outros, fazendo uso de cores ou tamanhos diferenciados, o que enfraquece a "noção de senso comum" e chama atenção para "as diferenças, algumas vezes agudas, entre intenções e efeitos, entre a mensagem como é difundida (...) e a mensagem como é recebida por diferentes grupos de

espectadores, leitores ou ouvintes."[31] Mais do que nunca o ponto de vista de Peter Burke sobre as imagens cabe aqui como o enfoque adequado à nossa análise sobre elas:

> As imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre esses extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação.[32]

---

* Doutoranda do Programa de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[1] FOM é um subdomínio da Mata Atlântica. A origem desse termo vem, em parte, da mistura de duas floras distintas: a tropical afro-brasileira e a temperada austro-brasileira. GUERRA, Miguel. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (Araucaria angustifolia). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais.** São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

[2] O Alto Vale do Rio do Peixe aqui abordado, compreende em especial o antigo município de Caçador que, inicialmente, originou-se com território dos municípios de Porto União, Campos Novos, Curitibanos e Cruzeiro e subdividiu-se posteriormente em vários municípios.

[3] GUERRA, Miguel. et. al. op.cit. p. 87.

[4] SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p. 23.

[5] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Renè. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

[6] ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expanción de Europa.** México: Fondo de Cultura Económica, 2000., p. 95.

[7] Mata Atlântica stricto sensu, localizada no litoral até a Serra Geral, do Mar e do Espigão. GUERRA., op. cit., p. 86.

[8] Mata de interior, também conhecida como mata branca pela ausência de pinheiros. Característica do Vale do Rio Uruguai. In: CESCO, Susana. **Migração e desmatamento no Alto Uruguai Catarinense: uma releitura da relação homem x floresta no início do século XX.** Trabalho de conclusão de curso. Graduação em História. UFSC, 2003.

[9] THOMÉ, Nilson. **O Ciclo da Madeira.** Caçador: Imprensa Universal, 1995.

[10] PEREIRA, Carlos Costa. A região das Araucárias: conquista, desbravamento, riquezas naturais e seu aproveitamento. **Revista do IHGSC** – Florianópolis. 11(2), 1943. p. 66.

[11] RUGENDAS, citado por ARRUDA , Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 73.

[12] THOMAS, op.cit., p. 22.

[13] SCHAMA, op.cit., p. 17.

[14] Id.

[15] BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 18 e 19.

[16] Ibid., p. 79.

[17] Ibid., p. 80.

[18] BARTHES, R. apud. BURKE, P. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru – SP: EDUSC, 2004, p. 26.

[19] Ibid., p. 106.

[20] ETGES, Virgínia Elizabeta. **Geografia Agrária - a contribuição de Leo Waibel.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 89.

[21] Ibid., p. 91.

[22] SCHAMA., op.cit. p. 17.

[23] Id.

[24] KOSSOY, Boris. **A Fotografia como Fonte Histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado.** Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo - SICCT, 1980. p. 13.

[25] SANTAELLA e NÖTH. **Imagem, Cognição e Semiótica.** São Paulo: Iluminuras, 2001.p. 120.

[26] BURKE., op.cit. p. 125.

[27] *BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre.* Paisagem. In: **Enciclopédia Einaudi.** v. 8 p. 138-160.

[28] BORGES., op. cit., p. 82.

[29] BURKE., op.cit. p. 180.

[30] Ibid., p. 227.

[31] Id.

[32] Iibid., p. 232.

CONTEXTOS DE GUERRA NARRADOS NO SÉCULO XV

Susani Silveira Lemos França[1]

Guerra digna de louuor,
de perpetua memória,
de honra, fama, de gloria
tem el Rey nosso senhor
com muyto grande vitória
com os Mouros africanos,
e Gentios Asianos,
Turcos, Rumes, e pagãos,
e muyta paz com Cristãos
inimigos de tirannos.[2]

Assim, entre 1530 e 1533, escreve Garcia de Resende em uma *Miscelânea* dirigida a D. João III. Nesse ajuntamento de impressões variadas, o poeta e cronista português propõe-se repensar alguns acontecimentos marcantes da história européia do século XV, especialmente da segunda metade, e, lamentando as injustificadas guerras e querelas entre outras nações européias, destaca a legitimidade da guerra levada a cabo pela nação portuguesa contra os não-cristãos. Juízos como esses, de justificação da guerra ou, em contraponto, de condenação a ela, são tópicos nos escritos portugueses do século XV, os quais, nas construções que elaboram acerca da guerra neste século, tanto são tocados por uma relativamente vasta produção escrita que antes deles buscou sistematizar os motivos que podiam torná-la legítima, quanto se mostram atentos às novas questões colocadas no seu tempo e que vêm redefinir os cenários de guerra que traçam[3].

Dado, pois, que esse jogo entre passado e presente perpassa as narrativas e juízos sobre a guerra dos cronistas portugueses, convém interrogar, de saída, o que significa perguntar acerca da guerra para esses autores que se atribuíram e a quem foi atribuída a função de escrever um registro *verdadeiro* do passado? Tentar responder a essa questão, no entanto, demanda articular três outras interrogações: primeiramente, que valores foram atribuídos à escrita do passado naquele tempo? A seguir, quais as bases dessa verdade

histórica que articula passado, presente e futuro? Por fim, que circunstâncias circundam guerras e conflitos nessas narrativas que se quiseram sustentar sobre a verdade do ocorrido?

Acerca dos valores atribuídos ao fazer histórico, o aspecto geral que merece destaque diz respeito ao caráter utilitário desse conhecimento. O testemunho de um dos tratados escritos por D. Duarte, no século XV, segue justamente nesse sentido. Propõe ele que qualquer escrito deveria cumprir alguma função utilitária[4], fosse aperfeiçoar os homens, ensinando *bons costumes* e o *seguimento das virtudes*, como os tratados de filosofia moral, fosse oferecer exemplos úteis para os senhores e cavaleiros em *tempos de necessidade*, como os tratados sobre a guerra e as crônicas[5]. Para ele, pois, a utilidade deste gênero de registro estava no seu potencial educativo para os tumultuados.

Para além dessa dupla função utilitária das crônicas, de respaldar juízos ou de ensinar condutas, outros testemunhos acrescentam funções alternativas, tais como o próprio estímulo às virtudes. Neste caso, a expectativa de que os feitos estariam registrados em crônicas é apontada como um sinal de que o registro histórico seria edificante, já não pelos exemplos ali registrados, mas pela tomada de consciência de que o que ainda viria a ser fixado pela escrita deveria levar a ações louváveis. Tanto o cronista Zurara quanto Duarte Galvão consideram a esse respeito que a possibilidade de ser eternizado pela história poderia interferir positivamente nas condutas. O primeiro advoga que um dos benefícios de se preservar a memória dos homens através da história era a possibilidade de serem recompensados por suas grandes ações, pois, para ele, os homens sentir-se-iam desestimulados de se aventurarem por *grandes trabalhos e perigos*, se *sentissem que pelo falecimento de sua vida se acabaria toda sua relembrança...*[6] Já Duarte Galvão vê a história menos como recompensa e mais como inspiração, pois ele defende que as ações virtuosas seriam levadas a cabo motivadas pela expectativa de que não seriam esquecidas, expectativa que distinguia o viver dos homens do viver dos animais[7].

Mas se essas funções práticas eram ressaltadas, mais ainda o eram porque passado e presente eram indissociáveis para aqueles que então escreviam história. A verdade que perseguiram era uma verdade sustentada sobre o que foi, mas ao mesmo tempo recortada a partir de motivações do que era ou viria ser, daí seu caráter ao mesmo tempo moralista e memorialista[8]. Moralista, porque voltada para as referidas funções de espelho de virtudes, nos moldes antigos[9]; memorialista, porque comprometida em manter presentes acontecimentos passados. As bases da verdade, portanto, implicavam na articulação dessas duas instâncias.

Lembrar o passado na forma de crônica era, para os cronistas, buscar a verdade, e buscá-la era, antes de tudo, fazer coincidir acontecimento e palavra[10]. Seu memorialismo realista amparava-se, assim, na crença em que, através da seleção adequada e do julgamento imparcial das fontes, seria possível captar a essência dos sucessos e insucessos passados. Daí que se dispusessem a trabalhar com *deligência e cuidado*[11] e acusassem alguns congêneres de fazerem *à verdade (...) grande injuria*[12]. Daí, igualmente, defenderem que, sendo honestos e empenhados em selecionar testemunhos, registros aprovados por muitos e *escrituras vestidas de fé*, conseguiriam relatar os acontecimentos exatamente como ocorreram.

Esse memorialismo ancorado no acontecimento e, por isso mesmo, pretensamente exato, era, no entanto, modelado pela função moralista. Nesse sentido, o que para a história que se quer científica poderia parecer contraditório, a saber, a aproximação entre pretensão de neutralidade e comprometimento valorativo, para esses cronistas medievais, era perfeitamente natural, pois esses dois traços funcionavam como arrimos de uma verdade construída sobre o acontecido, mas atenta ao que estava por acontecer. As coincidências entre o acontecimento e o escrito não precisavam ou não podiam ser integrais, antes compensava que fossem dirigidas por ideais edificantes, isto é, pelo que se esperava que ficasse para os tempos vindouros. Para Pina, os livros, especialmente os de *estória*, que continham os feitos e os costumes dos reis e príncipes, eram *um vivo espelho dos bons exemplos, e das cousas passadas*. O cronista

considerava-os *conselheiros mortos*, sempre prontos a ensinar e a dar *verdadeiros e sãos conselhos, mui livres e isentos das paixões dos Conselheiros vivos (...)*[13].

É nesse jogo de tempos, passado, presente e futuro, que devem ser entendidas as narrativas sobre as guerras e batalhas dos cronistas portugueses do século XV. Também os temas abordados relativamente a essas propiciavam aos historiadores a oportunidade de registrar ações virtuosas. E aqui o respaldo das fontes contribuía no cumprimento dessa função. Num dos livros que consta na biblioteca de D. Duarte e que foi traduzido pelo infante D. Pedro, entre 1433 e 1438, o *Livro dos Ofícios* (*Dos Deveres*) de Marco Túlio Cícero, o rei filósofo romano começa por distinguir entre duas formas de peleja, a por palavras ou argumentos e a por força do corpo, considerando não só que a primeira é própria aos homens e a segunda aos animais, como também que essa última deveria ser escusada quando não a requeresse a necessidade. Cícero adita, ainda, que as guerras nunca deviam ser começadas senão com a intenção de através delas se alcançar a paz e nunca com aqueles lugares de onde não se receasse que poderia vir algum dano[14]. Esse paradoxo do fazer guerra tendo em vista a paz fez fortuna na Idade Média e recebeu diversas atualizações, reaparecendo, entre outros muitos lugares, num manual de guerra de vasta aceitação na Idade Média, o *Institutorum Rei Militaris* (*As Instituições Militares*), de Vegécio – escrito entre o fim do séc. IV e o princípio do V. Como em Cícero, neste tratado de cunho didático e moralizador, cujo foco é a arte bélica, surge o ensinamento de que *quem deseja a paz, deve preparar-se, pois, para a guerra*[15]. O ponto defendido ali e em outros tratados é a de que a paz é fruto de conquista e não de inação, ou melhor, de que depende da posse, nem sempre harmônica, do território e do poder, seja o poder concentrado no trono, seja o poder em fatias, representado por títulos, bens e privilégios.

Às personagens das crônicas, contudo, cabia agir visando tanto a proteção quanto o acrescentamento do reino e, por isso mesmo, as recomendações de Cícero para só se fazer guerra quando necessário e nunca com adversários demasiadamente arriscados não foram inteiramente respeitadas por certos reis. D. Fernando, por exemplo, pelo que narra Fernão

Lopes, provavelmente motivado por essa idéia de que a defesa do reino não deveria reduzir-se à proteção do território, antes deveria incluir empreendimentos expansionistas em prol da fé cristã ou da honra e proveito do reino, não se deu ao cuidado de ponderar os eventuais prejuízos e benefícios que a sua política de conquistas poderia trazer ao seu povo. Assim, desejoso de ampliar sua fama e valorizar seu estado, pensou que seria *ligeira cousa toda Castela ser sua em pouco tempo*, cobiça que trouxe, segundo o cronista Fernão Lopes, conseqüências devastadoras para a sua reputação e principalmente para o seu povo[16].

Mais feliz foi seu meio irmão D. João I, o qual, motivado pelos seus filhos, projetou melhor as conquistas de além-mar e abriu caminho para a expansão marítima portuguesa. Sobre ele e sem distanciar-se do tópico de que a paz e a guerra eram ambas peças da boa política régia, diz o cronista Zurara que, malgrado saísse sempre vitorioso nas guerras contra Castela do final do século XIV e início do XV, de *tal modo pelejava que sempre pelejando parecia que buscava paz*[17]. Louvável atitude que deveria ser extensiva a todos os reis, pois recomendável era, por um lado, que fizessem guerra, pensando na paz, como disse Zurara que fazia D. João I; por outro, que vivessem a paz, preparando a guerra, como outro cronista português, Rui de Pina, louva no prudente D. João II, o qual, segundo ele, no ano de 1488, ainda que em *pacífica paz* e sem qualquer suspeita de rompimento com o reino vizinho, não perdeu de vista a possibilidade da guerra e tratou de reforçar as fronteiras do reino[18].

Segundo, porém, o código legislativo das *Siete Partidas* (século XIII), preparado sob a coordenação do rei D. Afonso X de Leão e Castela, a guerra tinha duas naturezas, uma boa e uma má, e, malgrado nela estivesse pressuposto tanto destruição quanto inimizade entre os povos – quando feita tendo em vista a defesa e acrescentamento da fé, a lealdade e o serviço a um senhor e o enaltecimento e honra da terra de origem –, era o caminho para o seu contrário, a paz. Essa motivação que, segundo os antigos, justificava que os homens se submetessem aos desgastes e perigos que eram próprios do pelejar, é atribuída por Rui de Pina a Afonso Henriques, que teria tido um irrefutável mérito: o de lutar, *por seu braço*, contra os inimigos da

fé católica, os mouros, e ganhar deles cidades, vilas, castelos e terras. Uma dessas vilas, Santarém, teve o rei uma ambição maior em tomar, pois além de ser a *melhor vila de todo seu reino pela nobreza de seu assentamento*, de onde se podiam avistar campos planos e abundosos, era um *lugar mui forte e guerreiro que fazia mui grande dano em sua terra*[19]. Especialmente Coimbra – cidade escolhida por Afonso Henriques, ao deixar Guimarães, para reconfigurar sua política de governação – era, segundo o registro histórico das palavras do rei para convencer os seus da importância de se empenharem e se sacrificarem para tomar posse daquela vila, atingida por muitos *males* vindos dali; e todo o reino há tempos estava ameaçado com a presença moura em lugar tão estratégico, ao ponto de Afonso Henriques dizer que rogava a Deus que não saísse vivo daquela lide não fosse para ver a vila tomada[20].

Não menos explícito do que as *Partidas* quanto ao fundamento benéfico da guerra, nem menos indicativo do seu caráter paradoxal é o tratado de pedagogia política do final do mesmo século de Afonso X, o *Espelho dos Reis* de Álvaro Pais. Ao exortar o rei de Castela contra os sarracenos, adverte Pais que a guerra deve ser feita por necessidade, pois *não se demanda a paz, para se fazer a guerra, mas faz-se a guerra para alcançar a paz*. E mais, em outra passagem, sugere que o rei exemplar deve procurar *as guerras, não para derramar sangue, mas para dilatar a república cristã*[21]. É ao expansionismo religioso que mais se recorre nos últimos séculos da Idade Média para justificar guerras, e é a tal propósito que as crônicas mais apelam para legitimar a tomada de uma outra cidade que, embora não portuguesa, também no século XV ajuda a redefinir os destinos históricos portugueses: Ceuta. Consolidado o reinado de D. João I, depois de até 1411 serem conquistadas as cidades que obedeciam a D. Beatriz e D. João de Castela, a sua ambição governativa é ampliada para além dos limites do reino, tendo como primeiro alvo viável – descartadas Granada e Gibraltar pelos riscos de novos conflitos com os castelhanos – uma cidade marroquina. Justificações para a escolha da cidade passavam pelas suas qualidades superiores, grandeza, beleza e riqueza, e também pela honra que se alcançaria com tão excepcional feito. Os argumentos dos filhos de D. João I que, porém,

melhor amparavam a defesa de uma guerra nesse contexto eram, além do sobrelevado valor estratégico e comercial da cidade, dada sua abertura para o mar, a continuidade do *serviço a Deus*, já começado pelos *bem-aventurados reis de Espanha, de cuja linhagem* D. João descendia[22]. E, ainda que essa aventura bélica tenha se revelado custosa para os cofres públicos, a cidade é apontada pela cronística dos séculos XV e XVI como palco das realizações que justificaram o recebimento da honra da cavalaria pelos infantes de Avis[23].

Defesa, acrescentamento, serviço a Deus eram, pois, os contextos que justificavam os empreendimentos desestabilizadores. Contudo, havia ainda outros que, conquanto menos tópicos, não eram menos relevantes na composição dos cenários de guerra. A título ilustrativo, merecem destaque as disputas internas entre D. Dinis e seu filho, futuro Afonso IV, tendo em vista algumas vilas do reino[24]. Todavia, apesar de as cidades serem moedas de disputas e trocas ao longo de séculos, a sua dimensão bélica é mais evidente nas referências deixadas pelos cronistas acerca dos cuidados para preservação das povoações em tempo de guerra ou de iminência dela. Quando ia invadir Castela, D. Afonso IV, a crer em Pina e no cronista de 1419, preocupou-se antes em velar, rodear e abastecer suas vilas e castelos de *mantimentos, e armas, e gentes, e de todo o mais que cumprisse para cercos e para quaisquer outras necessidades de guerra que se lhe sobreviesse...* [25]. Menos precavido, D. Fernando veio, na percepção de Fernão Lopes, quebrar a tranqüilidade alcançada durante o reinado de seu pai, fazendo sobressair as qualidades bélicas das cidades do reino.

Eram, todavia, as cidades mais do que palco de cenas de pelejas, eram elas os grandes alvos da política de conquista[26]; eram elas os principais pontos de apoio e acolhida dos reis e outras personagens envolvidas nos conflitos, como os embaixadores que volta e meia vinham estabelecer acordos entre reinos[27]; eram elas os pólos dos acontecimentos guerreiros; eram elas que padeciam as agruras decorrentes da guerra; eram elas pontos de resistência dos governantes[28]; eram elas reféns ou moedas de troca[29]; eram elas, ainda, o lugar por excelência onde se tratava a tão almejada paz e, em contraponto, onde se articulava e preparava a guerra.

E esse papel bélico de alvo ou suporte das cidades na cronística quatrocentista é ainda muito mais representativo do que isso, mas o que foi mencionado adianta já algo sobre como os contextos de guerra circundavam de diversos modos o meio urbano.

---

[1]Susani Silveira Lemos França é professora visitante do Programa de Pós-Graduação da UNESP de Franca.

[2]RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânea*, nova ed., conforme a de 1798, com introd. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, p. 356

[3]Sobre a guerra em Portugal, ver: AMADO, Teresa (coord. e introd.). *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994; COSTA, R. A guerra na Idade Média: Um Estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Edições Paradoxos: Rio de Janeiro, 1998.

[4] A dimensão pedagógica dos textos medievais já foi trabalhada por vários estudiosos, entre os quais: Mário Martins, Rodrigues Lapa e Antônio José Saraiva. Mais recentemente, uma coletânea de autores brasileiros buscou retomar esse aspecto em MONGELLI, Lênia M. (coord.). *A Literatura na Corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

[5]D. DUARTE, *Livro da Ensinança...*, cap. XV, pp. 120-121. Livro cuja escrita, como adianta Joseph M. Piel, foi interrompida quando o infante D. Duarte sucedeu D. João I, e só foi retomado no final de sua vida, p. XII.

[6]ZURARA, G. E., *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915, cap. XXXVIII, p. 118.

[7]Cf. GALVÃO, D. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, apresentação de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, prólogo, p. 1.

[8]Luís Felipe Barreto desdobra essa dupla dimensão das crônicas quando reflete sobre a obra de Zurara, em BARRETO, L. F. "Gomes Eanes de Zurara e o nascimento do discurso historiográfico de transição". In: Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, pp. 63-125

[9]Cícero entendia a história como "mestra da vida" e esse seu caráter pedagógico justificava as imortalizações que empreendia. Nesse sentido, a história podia constituir num repertório de exemplos políticos e morais. Era a "verdade ética" que deveria estar na mira do historiador. (*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*) Cf. De oratore, II, 9, 36. In: CICERÓN , M. T. *El Orador*. Ed. bilingüe. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967

[10] Nos moldes da *imitatio* aristotélica, em que os gêneros surgem como forma de reprodução da realidade acontecida. Cf. *Poética*, pp. 19-22. Sobre essa questão da verdade, ver também: GUENÉE, B. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Editions Aubier-Montaigne, 1980.

[11]*Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952, v. I, p. 139.

[12]LOPES, F. *Cronica del rei Dom João I de boa memoria. Parte Primeira*, ed. Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, cap. CXLI, p. 250.

[13]PINA, R. *Crónica de D. Afonso V*. In: *Crônicas*, ed. M. L. de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, pr. p. 583.

[14] Cf. CÍCERO, M. T. *Livro dos Ofícios*, trad. I. D. Pedro. In: *Obras dos Príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmão, 1981, pp. 783-7885 e a versão portuguesa recente Id. *Dos Deveres* , trad. Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Livro I, IX, 34-41, pp. 19-24

[15] VEGÉCIO, Flávio. *Institutorum Rei Militaris/Les institutions Militaires*, edição bilingue de M. Nissard, *Collection des Auteurs Latins*. Paris: J.J. Dubochet, Le Chevalier et Comp., Editeurs, 1849, Livro III, prólogo (tradução minha).

[16]LOPES, F. *Crónica do rei D. Fernando*, ed. Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1979, cap. XXVI, p. 77.

[17] ZURARA, G. E. de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. IV, p. 14.

[18] Pina, *Crónica de D. João II*. In; Op. cit., cap. XXX, p. 945.

[19] PINA, Rui de. *Crônica de D. Sancho I*, p.15

[20] *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, ed. diplomática A. Magalhães Basto. Porto: Liv. Civilização, 1945, pp. 80-86.

[21] PAIS, Á. *Espelho de Reis*, ed. Miguel Pinto de Meneses. Lisboa, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à UL, I, 1955, cap. II.

[22] ZURARA, op. cit., cap. IX, pp. 26-29.

[23] Cf. Id., ibid., cap. LXII, pp. 180-183.

[24] PINA, R. *Crônica de D. Dinis*. In: *Op. cit.*, caps. XXIII e XXX, pp. 293-295 e 306-308.

[25] Cf. Id. *Crônica de D. Afonso IV*, cap. XXXIV, p. 397 e *Crônica de 5 Reis...*, p. 253.

[26] Cf. LOPES, F. *Crônica de D. João I*, I, Cap. LXXIII e PINA, Rui de. *Crônica de D. Afonso III*, cap. IV, p. 177-179;

[27] ZURARA, *Op. cit.*, cap. VI, p. 19.

[28] *Crônica de 5 reis...*, cap. 7, p. 184.

[29] PINA, Rui de. *Op. cit*. cap. V, p. 176.

Feminismo e Gênero: a experiência feminista em São Paulo

Susete Souza Carvalho

Como podemos definir o feminismo, ou melhor dizendo, as diversas teorias e práticas feministas no mundo de hoje?

Seria o movimento feminista apenas parte de uma história que ficou para trás ou na memória de suas participantes?

Esses questionamentos permeiam, de modo geral, algumas pesquisas relativas às relações de gênero, tanto nos vários grupos acadêmicos bem como nos debates das diversas organizações feministas atuais.

Para pensar os diversos feminismos e o mal estar que esta palavra e seus conceitos ainda comportam, seria interessante partir de uma recente pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo intitulada "A mulher brasileira nos espaços público e privado".[1]

Vera Soares, baseando-se nos dados obtidos nesta pesquisa, analisou a percepção que as mulheres mostram em relação ao feminismo e como apreendem a presença do machismo em nossa sociedade.Como nos mostra a autora, inversamente ao que estamos acostumados a pensar,os números surpreenderam pela não rejeição ao termo feminismo e pela taxa considerável de compreensão deste conceito entre as mulheres brasileiras.[2]

Em relação à percepção sobre o machismo, diz a autora:

> "A pesquisa aponta informação surpreendente pela alta porcentagem de mulheres que percebem o machismo em nossa sociedade, conhecem o conceito, e também pela não recusa ao termo "feminismo", indicando o conceito com o mesmo significado que é dado pelo movimento" [3].

[1] VENTURI, G; RECAMÁNÁN, M. & OLIVEIRA, S. **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
[2] SOARES, Vera. O Feminismo e o Machismo na Percepção das Mulheres Brasileiras, Idem.
[3] Idem, p. 167.

Poderíamos indagar então, por que, de maneira geral, a atuação das mulheres na história ainda permanece invisível para a sociedade. Por que essa atuação é submetida a constantes dúvidas por setores da academia e, ainda, o motivo de o feminismo, em suas diversas variações ser mal interpretado?

Sem dúvida, esse ocultamento da atuação das mulheres e o desmerecimento do feminismo como teoria e práticas legítimas das mulheres estão ligados à manutenção de uma ordem secular de dominação masculina, constituída historicamente e reforçada pela sociedade capitalista e patriarcal.

Para que a atuação das mulheres na história e as teorias e práticas feministas não caiam no esquecimento e na constante desqualificação, acreditamos ser necessário reavivar a memória das gerações mais novas a respeito do movimento feminista no Brasil, suas particularidades e suas configurações atuais.

A partir da década de 60 os movimentos sociais no Brasil passaram a se organizar como resultado de demandas ligadas a diversos grupos sociais dentre os quais podemos citar o movimento de mulheres. A presença das mulheres no espaço político e social brasileiro configurou-se durante o processo de construção dos movimentos sociais constituídos após a década de 60, cujas organizações foram melhor estruturadas em meados da década de 1970 e durante a década de 1980. Nesse período, diante das crises econômicas e do processo de abertura política estabelecida de forma "lenta e gradual" deu-se a rearticulação e reorganização de setores das classes médias urbanas e da classe operária. A visibilidade feminina se fortaleceu por intermédio das discussões sobre o feminismo articuladas nas diversas instâncias públicas e nos movimentos sociais em que as mulheres estiveram presentes. Dessa forma, as mulheres, divididas entre concepções distintas do fazer político, passaram a ter uma participação pública expressiva nesse período.

Na década de 70, os movimentos de mulheres tiveram um importante papel na luta contra a ditadura militar e na criação de formas específicas de organizações que lutavam por direitos sociais, justiça econômica e democratização. Esses movimentos mobilizaram-se em torno de várias demandas como as campanhas contra a inflação, por creches e pela anistia política, organizando-se em torno de novas associações, sindicatos e casas de mulheres, evidenciando assim a heterogeneidade desse movimento.[4]

Podemos dizer que o feminismo brasileiro nos anos 70 - entendido como uma face do movimento de mulheres - organizou-se a partir dos condicionamentos e da ligação de dois principais fatores: da influência do feminismo internacional bem como da resistência das mulheres à ditadura militar, constituindo-se como um movimento social com características próprias. Inicialmente chamado de "movimento de mulheres" articulava as demandas das mulheres das camadas populares à militância das mulheres das camadas médias. Ou seja, o movimento feminista se constitui por meio de articulações distintas, formando uma certa unidade, mas sem abandonar suas especificidades.[5]

O movimento feminista assumiu a tarefa de refletir uma nova maneira de fazer política. "Mais do que qualquer outro, esse movimento chamou para si a tarefa de politizar qüestões ligadas ao cotidiano, ao subjetivo, ao privado, às relações pessoais, tendo sido um dos principais responsáveis pela tentativa de reinventar a política nos anos de 1970".[6]

---

[4] SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulher e Política.** Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. SP, Fundação Perseu Abramo, 1998. Ver também PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo.** SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

[5] SARTI, Cyntia. Feminismo e contexto: licões do caso brasileiro. **Cadernos Pagu. Desdobramentos do Feminismo,** SP, UNICAMP, 16, 2001.
Segundo Christine Delphy o "termo feminismo tem no mínimo três significados ou três universos de referência possíveis. É uma filosofia ou uma série de opções morais e políticas; estas podem ser apresentadas por uma ou um indivídua (o), ou, em certas épocas, não serem apresentadas, sem com isso deixar de existir no universo das idéias. É fundamentalmente um movimento social, ora numeroso, ora visível, ora recolhido. Enfim, para muitos, significa apenas "as mulheres". Para a autora "estas três acepções estão ligadas, e não se pode escolher uma excluindo as outras duas". Ver o artigo dessa autora. Feminismo e Recomposição da Esquerda. **Revista Estudos Feministas**. CIEC/ECO/UFRJ, vol. 02, n. 03/1994, p.188.

[6] ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia fragmentada** - As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. RJ, FGV, 2000, P.19

Em São Paulo podemos citar grupos que se destacaram através da imprensa alternativa com os jornais: Brasil Mulher criado em 1975, o Nós Mulheres criado em 1976 (tendo como diretora responsável Mariza Corrêa) e o Mulherio criado em 1981. Essa imprensa feminista se constituiu nesse período em um dos principais canais nos quais se procurou reformular e construir uma concepção específica de política ligada, sobretudo às discussões internas do movimento feminista. Esses jornais delimitaram a constituição de um feminismo inspirado principalmente, política e teoricamente, pelo feminismo francês (dada a presença nesses jornais das militantes políticas que retornaram do exílio na França) e de forma secundária pelo feminismo norte-americano.[7]

Em 1975 foi criado com sede em vários estados o Movimento Feminino pela Anistia, cuja organização possibilitou um espaço de mobilização das mulheres e a criação de várias entidades como Clubes de Mães, Associações de Donas-de-Casa, grupos femininos e feministas. Ainda nesta década verificamos uma maior politização do movimento de mulheres a partir de encontros como o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica em 1975 e o 1º Congresso da Mulher Paulista em 1979.

Dessa forma, podemos dizer que nos anos 70 se constituíram algumas tendências dentro do movimento feminista aprimoradas, sobretudo nos anos 80. Ou seja, uma primeira articulação em organizações públicas voltadas para os direitos políticos, a questões relativas ao trabalho e à democratização de poder entre os sexos. Vertente que se utilizou, a partir dos anos 80, das organizações governamentais criadas pelo Estado. De outro lado, outra corrente do movimento - por meio de grupos de estudos e de produção acadêmica - considerou a importância da politização do privado, destacando questões relativas à sexualidade, à saúde feminina e à maternidade, revelando a importância das experiências subjetivas. Esses questionamentos

[7] Idem. Para uma análise mais detalhada desta imprensa feminista ver: MORAES, Maria Lygia Quartim. **A *Experiência Feminista nos Anos 70***. Araraquara, UNESP, 1990.

estavam freqüentemente associados à corrente do feminismo diferencialista que buscava a afirmação das diferenças e da identidade feminina.[8]

Nesse período, os movimentos de mulheres passaram a debater questões como: feminismo ou feminino? Igualdade ou diferença? Luta geral ou luta específica? Institucionalização ou autonomia? Ou seja, questões que se tornaram fundamentais pela maneira como estes movimentos se viabilizariam diante das instituições sociais e da sociedade de maneira mais ampla.[9]

Nos anos 80 o movimento feminista no Brasil consolidou-se na atuação política dos movimentos sociais por meio das associações governamentais, das entidades civis, partidos, sindicatos e ONGs, proporcionando a institucionalização e a especialização desse movimento. Nesta década foi criado em 1983 o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher bem como a Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher. A criação desses Conselhos, particularmente o de São Paulo foi largamente e publicamente discutida, mostrando as divisões do movimento e as discussões em torno da autonomia, propostas e a institucionalização do movimento.

Assim, no decorrer da década de 80 o movimento feminista - mesmo diante das polêmicas sobre a institucionalização do movimento ou sua autonomia - articulou diversos conselhos, coordenadorias estaduais e municipais e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985, através do projeto de lei nº 7.353, aprovado pela Câmara Federal. Diante de sua atuação em âmbito federal o CNDM atuou em políticas como os programas de saúde, de Direitos Reprodutivos e de combate à violência contra a mulher. Porém, sua desestruturação em 1989 levantou questões como a difícil relação entre o movimento feminista e o Estado.[10]

---

[8] SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida.** Feminismo e Ciências Sociais. SP, Editora Unesp, 2003.

[9] SHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álibi ou conquista? **Revista Estudos Feministas.** CIEC/ECO/UFRJ, vol. 01, n º 02, 1993

[10] Idem. Sobre o CNDM atualmente: em 27/08/2003, através da solenidade que marcou o programa de Combate à Violência contra a Mulher, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi instalado o novo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (colegiado 20003-2005) tendo sido suas integrantes empossadas pelo presidente da República. Ver CFEMEA. **www.cfemea.org.br**

A partir da década de 90 o movimento feminista deparou-se com novas formas de institucionalização com o fortalecimento das ONGs feministas, levantando novamente questões que permanecem atuais, ou seja, as questões da legitimidade, representação, pluralidade e fragmentação dos movimentos sociais. "Se por um lado amplia a geração de conhecimento e a inserção do feminismo, constitui um desafio para manter laços e estratégias comuns ao amplo movimento das mulheres".[11]

Os anos 90 se caracterizaram pela participação ativa das feministas brasileiras nos fóruns políticos internacionais a partir do Ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas que se iniciou em 1992 com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Eco-92). Nesses anos também se destacou a introdução de novos temas nos debates feministas como: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos e partidos políticos. [12]

A julgar pelas últimas pesquisas sobre as condições de vida e de participação das mulheres na sociedade brasileira, o movimento feminista, em suas diversas variações e organizações, tem um longo caminho a percorrer na busca de uma ordem de gênero mais igualitária. As últimas pesquisas do IBGE nos mostram por ex: como as mulheres pobres chefes de família empobreceram mais. A maior escolarização das mulheres não alterou na mesma proporção as diferenças salariais entre os sexos.[13]

Dessa forma, as diversas organizações feministas se deparam atualmente com questões urgentes que perpetuam as condições de inferioridade das mulheres como: a questão da precarização do trabalho, a exclusão social e a desvalorização do trabalho produtivo não-remunerado, aguçados pelas mudanças econômicas e sociais das últimas décadas.

---

[11] SOARES, Vera, Muitas faces do feminismo, op.cit. p.46.

[12] Idem, p.47. Ver também ARAÚJO, Clara. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. SP, Fundação Carlos Chagas/ Editora 34, 2002.

[13] A esse respeito ver Censo do IBGE de 2000 e SOARES, Vera. “O feminismo e o machismo...op cit.

Portanto, poderíamos então indagar novamente: qual o sentido atual do movimento das mulheres e das diversas práticas feministas?

Se partirmos de uma perspectiva histórica, podemos citar J. Scott quando esta analisou as vertentes advindas do projeto iluminista. Segundo a autora:

> "O feminismo não é produto das operações benignas e progressistas do individualismo liberal, mas um sintoma de suas contradições. Reformas, como o direito ao voto para as mulheres, podem ter transferido para outros domínios as contradições. Estas, porém, não desapareceram, e é por isso que o feminismo ainda existe.
>
> O feminismo tem sido, historicamente, um exemplo de complexidade, porque é complexa a sua práxis crítica. Esta, na verdade, faz com que a história do feminismo se torne até mesmo parte integrante do próprio projeto que elabora, isto é , a história do feminismo é, em si, uma história feminista." [14].

[14] SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. Forianópolis, Editora das Mulheres, 2002, p.48.

O Artista Itinerante

Suzana Guimarães[1]

Levando ao pé da letra a idéia de que os artistas têm de ir onde o povo está, como ressalta a música[2] de Milton Nascimento e Fernando Brant, os artistas plásticos de Cuiabá, a partir da década de oitenta, preocupados em socializar o acesso à arte da sua grande fonte inspiradora, o povo, inauguram uma nova cultura visual, espalhando sua pintura nos muros, paredes, vitrines e lugares públicos da cidade.

A socialização da cultura e da arte "eruditas" e a retribuição ao povo pela própria inspiração da arte, é o discurso que justifica a pintura pública instaurada em Cuiabá nessa década comprometida em restabelecer a "transição democrática" no país, inclusive e principalmente através da elaboração, discussão, aprovação e promulgação da Constituinte de 1988. As justificativas para esse novo empreendimento na cidade fazem ressoar as discussões em pauta no país sobre os direitos e a participação das minorias bem como sobre a diminuição das desigualdades sociais.

Assim, influenciados pelo movimento de abertura política, compartilhando a nova noção de cultura pelo Ministério da Cultura (MINC), os artistas plásticos residentes em Cuiabá, se alinham na defesa da pluralidade cultural (étnica, minoritária, regional) e com o discurso de favorecimento das classes populares e das minorias, reivindicam para Cuiabá uma maior participação nos processos de decisão nacional e o reconhecimento de sua cultura e arte.

As artes plásticas acertam o passo na construção da imagem da "Nova República", denunciando a colonização cultural e reivindicando o direito de ter a sua própria identidade. Acreditando na pintura como ato de afirmação da cultura regional e minoritária, um grupo de artistas (Gervane de Paula, Adir Sodré, Dalva de Barros, Maty

---

[1]Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT, Campus de Cáceres.
[2]*Nos bailes da vida*. Faz parte de álbum *Caçador de mim* lançado em 1989.

Vitart, Bené Fonteles, Regina Penna, Regina Ramos) organiza um movimento, que resulta em vários projetos de interferência visual na cidade patrocinados pela iniciativa privada e pelo poder público, com a finalidade de transformar os espaços públicos da cidade em espaços dessa arte regional.

Embora duas experiências incipientes e isoladas (1966 e 1975) apontam já indícios desse desejo de fazer arte, parte da paisagem da cidade, efetivamente é a partir do ano de 1983 que a pintura da rua se instala em Cuiabá quando cerca de cinqüenta artistas plásticos, na maioria autodidatas, participam da exposição *Cuiabá: um Grande Ateliê*, aberta no terminal Rodoviário de Cuiabá, com a presença e apoio de outros artistas da cidade como poetas, e músicos.

A mostra, prevista para percorrer todo o Estado, contou com a promoção conjunta da Coordenação de Cultura da Universidade Federal de Mato Grosso, da Casa da Cultura e da Fundação Cultural. A intenção do evento era propagar, entre as classes populares, o trabalho desses artistas cuiabanos que, já há algum tempo, vinham se preocupando com a restrição dos espaços artísticos, acessíveis a uma pequena elite. Como diz o texto que apresenta a mostra, de autoria de Gervane de Paula, um dos organizadores do evento:

> *Algum tempo para nós artistas em geral vem se preocupando muito com a propagação do seu trabalho, e esse, por sua vez, estava reservado somente para os olhos privilegiados de turistas, "marchands", colecionadores e críticos (sic). Uma pequena elite tradicionalmente insuportável.*[3]

Mas o movimento não nasce do nada. A proposta dos artistas cuiabanos em aproximar a arte do povo articulava-se ao movimento de arte nacional que no início da década de oitenta promovia a veiculação de trabalhos – de artistas plásticos, poetas e cartunistas de vários estados –em vias públicas, exibindo variadas tendências que iam dos figurativos aos abstratos, ao desenho de humor, poemas visuais e até a arte xerox,

[3]CUIABÁ, um grande ateliê. *Jornal do Dia*, 06 de dez de 1983, p.19.

etc. Os artistas cuiabanos de tendência figurativa, Adir Sodré e Gervane de Paula que participaram do movimento nacional (pelo menos em sua última fase) nas edições "Arte na rua 1"[4] e "Arte na Rua 2"[5] montadas pelo MACP/USP e da exposição "Como Vai Você, geração 80"[6], tiveram uma inserção e participação mais incisiva na concepção e realização desta exposição que se iniciou no terminal Rodoviário de Cuiabá.

Aceitando estar no mundo e à maneira dele como, também, produto de consumo, a arte na rua de Cuiabá disputava com a publicidade comercial e política e com as pichações espalhadas pelos muros a atenção dos passantes. Queriam deliberadamente estender o acesso, antes exclusivo de um público restrito nos espaços elitizados, ao público-povo, este que jamais se sentiria confortável apreciando arte em museus que *pecam pela magestosidade arquitetônica, pela ineficiência dos horários, e outras sérias barreiras a nível de divulgação popular*, como afirma o artista plástico Bené Fonteles.

Isso explica o significativo título da coletiva realizada na Rodoviária, "Cuiabá, um grande ateliê". A grande tela que veio a ser um dos símbolos da arte dos anos oitenta, foi o recurso utilizado pelos artistas cuiabanos que torna evidente o desejo de extrapolar os limites dos espaços interiores, o "dentro" (museus, galerias, ateliês, etc) e de conquistar o ilimitado do "fora" (ruas, fachadas, praças). Também explica o apoio da Fundação Cultural à iniciativa, considerada inédita aqui, do artista Adir Sodré de fazer da Praça da República mais um espaço de pintura.

Disponibilizando tintas e papelões, dando oportunidade para as pessoas experimentarem sua criatividade através dos desenhos, o projeto denominado "Arte na Praça" visava apresentar e popularizar o processo de criação plástica em Cuiabá. Não só isso, este trabalho de base pretendia descobrir, estimular, orientar, investir e qualificar talentos entre os que visitavam a praça, ao mesmo tempo em que oferecia a oportunidade

[4](1983, SP).
[5](1984, BSB).
[6](Parque Laje, julho de 1984, RJ).

da experiência estética, cultivando a sensibilidade e, talvez, formando um mercado consumidor.

Entretanto, sabiam que a fruição da arte não é um ato espontâneo ou natural, e que ela exige formação da sensibilidade. Por isso, era preciso informar, educar, dotar o público de instrumentos culturais específicos para apreciar a arte local, o que parecia poder ser feito, em parte e aos poucos, pela pintura na rua que ia atraindo e cultivando o gosto de um público cuiabano que virá a compor um mercado de aquisição das obras dos artistas locais.

A propagação de um gosto pictórico (uma certa massificação, ainda que não se expressem nesses termos) requeria uma educação visual facilitada por cenas plásticas familiares, repletas de signos de identificação imediata, como aqueles que compõem o "autêntico homem do campo" e as paisagens agrestes de Mato Grosso, tal como encontramos na pintura de Nilson Pimenta com seus personagens rurais; de Benedito Nunes com o cotidiano cuiabano; de João Sebastião com a versão regional cabocla da *body-arte*, onde onças e cajus se antropomorfizam; Clóvis Irigaray com a linguagem social e a temática do índio mato-grossense.

A arte figurativa, representativa (porque toma o suposto "real" como referente), plena de signos de fácil leitura, rapidamente absorvida e apropriada pela população em geral, não passa despercebida pela imprensa: *A pintura mato-grossense tem uma vocação eminentemente figurativa, como se a arte só tivesse sentido se fosse uma espécie de imitação da vida*. É interessante observar que enquanto a imprensa escrita alardeia que Cuiabá estava vivendo uma época áurea na cultura, uma verdadeira revolução, levando a arte ao povo e fixando a "identidade da sua gente", com apoio total das instituições, os artistas plásticos, de um modo em geral, se queixavam das dificuldades que encontravam para sobreviver somente às custas de sua arte.

Essa outra forma de se comunicar com o público ao qual, a princípio, se destinava essa arte (porque dele tratava) se, por um lado, garantiu a visibilidade das pinturas e de seus artistas, por outro, desmanchou o sonho (se é que de fato existiu) no qual esse povo (temática e público alvo) pudesse vir a ser comprador de telas.

Pode-se dizer que o desejo de que essa pintura popular fosse vista, apreciada, legitimada e consumida por milhares de olhos que vagueiam a cidade, levaram a ações (como a da arte na rua) que, de fato, construíram uma ligação entre arte e público, mas produziu também uma suspeita vinculação (porque excessiva e exclusiva) entre arte e temática identitária que só pode ser compreendida na relação de dependência que se estabeleceu com o mercado consumidor.

Gervane de Paula, queixando-se da limitação do mercado local, diz que *as pessoas estão tão condicionadas, que qualquer coisa que não seja um tema referido ao folclore à tradição, não serve.* Talvez seja por isso que, em Cuiabá, é difícil abrir espaço para um outro "tipo" de arte e até hoje não foi possível materializar um mercado de arte mais "consistente".

Continuando a estratégia de educação/ocupação visual da cidade, a próxima proposta desses artífices da iconografia cuiabana foi o projeto "Colorindo a Cidade". Recuperando a exaltação da nação e do seu povo tal como aconteceu com o primeiro muralismo pós-revolucionário mexicano e com as experiências visuais turísticas das outras capitais (SP, RJ, PR e MG), os murais cuiabanos começaram a construir, com o gigantesco "Pintado" de Maty Vitart, as "Cenas de barbearia" de Benedito Nunes, a "Menina na rede" de Gervane de Paula, a "Exaltação à agricultura, pecuária e à natureza" de Nilson Pimenta, a "Santa Nina Hagen" de Adir Sodré e outros, uma identificação entre as obras e a população, assentada na representação nativista da região.

Em 1989, finalizando a década de oitenta, Cuiabá e seus personagens "icônicos regionais" continuavam sendo fontes de inspiração e referências concretas para as obras

dos artistas da cidade que, juntos querem, mais uma vez, construir uma certa atmosfera cultural na cidade.Ao todo, são dez artistas envolvidos no projeto que se segue às iniciativas anteriores de arte pública, chamado de “Projeto Van Gogh” (em homenagem aos cem anos da morte do pintor italiano Vicente Van Gogh). Como resultado desse projeto, o muro de arrimo situado na Avenida Perimetral foi tomado pelas imagens do pantanal, sua flora e fauna, do rio Cuiabá e de costumes do povo cuiabano.

A iniciativa teve ótima repercussão na cidade, o que provou a capacidade desses artistas de provocar novos acontecimentos no meio cultural, graças também ao grande impacto produzido pelas dimensões dos painéis e, novamente, pela comunicabilidade dessas imagens de intenso colorido, fácil assimilação visual e imediato reconhecimento simbólico. Mas é, também verdade que essa visibilidade não foi conquistada ao acaso, pelo contrário, envolveu reflexão e planejamento.

Não pode passar despercebido o fato de que todas as experiências de pintura na rua, da década de oitenta, aconteceram em lugares estratégicos da cidade, lugares centrais de passagem, de fluxo intenso de pessoas, ao contrário de acontecerem na periferia, como seria esperado, uma vez que pretendiam ir onde o povo estava.

Deve-se associar também a explosão da pintura pública – ostensivamente figurativa ou intensivamente gestual – bem como a retomada das mega-exposições ao desejo nacional de “ir às ruas” que atinge não apenas a arte, mas, principalmente, a política, no especial momento de redemocratização pelo qual passava o país, depois dos longos anos de ditadura militar.

Mas construir uma imagem da cidade fazendo proliferar um certo repertório de imagens na cidade não foi obra apenas dos artistas plásticos. Isso inclui também a iniciativa da prefeitura de revestir o calçamento da Praça da República com pedra portuguesa compondo formas estilizadas de elementos “peculiares” como peixe, caju e manga, de reunir documentos iconográficos antigos, além de produzirem novos, com o

objetivo de construir uma memória visual da cidade e, por fim, de incentivar que as "imagens típicas da região" substituam as pichações nos espaços públicos. Sem dúvida, *além das fronteiras coloridas dos postais afirma(va)-se um Estado*[7] ao que eu complementaria, acrescentando a esta propaganda do segundo ano do governo Frederico Campos, que além das bordas das pinturas coloridas dos murais instituía-se uma "identidade cuiabana".

Embora transitem por diferentes gêneros e ou/tendências, esses artistas (uns mais, outros menos) vão igualmente se apropriar de elementos facilmente reconhecidos no universo natural/cultural da região para reconstruí-los esteticamente (cada um a seu modo) e contribuir para a formação de um arquivo de imagens-símbolos regionais, um verdadeiro repertório iconográfico cujas imagens serão convocadas, sempre que o objetivo for o de fazer ver a cidade e o povo de Cuiabá.

Trocando o ateliê pela praça, a galeria pela rodoviária e o museu pelos muros e empenas de prédios da cidade, esta arte na rua funcionava (e segue funcionando) como uma máquina de produção de sentido e significados que atravessa todo o campo social. Através da releitura das características naturais da região, das peculiaridades históricas e culturais, forja-se para este espaço/sociedade uma identidade *sui generis* para ser imediatamente reconhecida, como quem forja um decalque, um rótulo, uma etiqueta. Quase não é necessário dizer que ela é discurso e moeda de troca para políticos, para empresários do turismo, para os artistas e para quem apenas se sente feliz quando se reconhece na grandiosidade das imagens que pintam a cidade.

Com pacus, tuiuiús, magas e cajus, produziu-se uma marca regional que virou fórmula de sucesso para as artes plásticas (mas não só para elas), usada, a partir daí,

[7]MATO GROSSO ano 2. *Jornal do Dia*, Cuiabá 15 mar. de 1981.

compulsivamente[8]. É só olhar a cidade. As imagens estão lá o tempo todo, esperando a contemplação de milhares de olhos que vagueiam pela cidade. Aliás, nem precisa esperar ou procurar muito, de uma forma ou de outra acabamos entrando em contato com elas, seja nas capas dos catálogos de telefone, nos cartões telefônicos, nas empenas de vários prédios que, à semelhança dos viadutos e muros passaram a ser preenchidos com painéis artísticos. Mais recentemente encontramos essas mesmas imagens nos ônibus e nos caminhões de lixo, nos *out-doors* mas, também, em marcadores de textos, postais, vídeos, camisetas e toda sorte de souvenires. Ou as imagens são substituídas pelas imensas reproduções tridimensionais (esculturas) como suporte para os telefones públicos. Os suportes são os mais variados, mas o sentido (obsessivo) parece ser o mesmo: fixar uma imagem que, supostamente, traduziria a "atmosfera" do lugar e a "cara" do povo cuiabano.

Imagens-símbolos, ícones culturais reproduzidos compulsivamente, veiculados exaustivamente. Quase nada escapa ao seu domínio. Estão em toda parte da cidade, nos tragando, nos envolvendo, "viciando" nossos olhares e, mesmo se quiséssemos, não há como desconsiderá-la, mas não é esse o caso. O caso é perguntarmos por que e como esta filiação natureza-identidade-imagem arromba a arte em Cuiabá, e se torna uma espécie de arte modelo? Por que parece ser tão natural aos pintores residentes em Cuiabá se voltarem para a produção de quadros, onde figuras da onça, do boi, da paisagem, da fauna e da flora são uma constante? Enfim, resta-nos perguntar como os elementos "mato" e "bicho" se transformaram em atributos de "gente" no universo visual da cidade?[9].

---

[8]Segundo Alfredo Bossi, repetir o que já deu certo é, evidentemente, uma das tendências mais fortes dos seres vivos. Mas, esse procedimento acaba gerando o chamado "epigonismo" que se reconhece pelo uso obsessivo ou compulsivo de fórmulas já testadas e consagradas. Cf. BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. 3º ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.22.

[9]Sobre adoção do elemento natureza na produção artística ver BERTOLOTTO, Serafim. *Gosto pelo natural ou luta ecológica?:Um estudo sobre os aspectos contemporâneos das artes plásticas em Mato Grosso*. ECA/USP, 1992. (Dissertação de Mestrado).

A trajetória de uma liderança: história de vida e ação sindical em Volta Redonda

Sérgio Martins Pereira[1]

Este trabalho tem como ponto de partida a trajetória de uma das principais lideranças que atuaram no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) nos últimos 20 anos. Parte considerável das transformações e dos destinos experimentados pelo SMVR será revelada a partir da história de vida de seu militante e ex-presidente Luiz de Oliveira Rodrigues, o *Luizinho*.

Apesar de seu forte envolvimento com as forças políticas em evidência no sindicalismo dos anos 1980 (Igreja Católica, CUT, PT), a liderança de *Luizinho* ganharia uma maior projeção apenas nos anos 1990. Expulso da diretoria do sindicato por mostrar-se favorável à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, o sindicalista conseguiu reunir sob sua liderança um grupo de “antigos” e “novos” ativistas que, apoiado pela recém criada Força Sindical, assumiria o SMVR após vencer a eleição sindical de 1992.

A partir de uma particular combinação entre ação sindical e história pessoal, este estudo lança luz sobre o modo como certas instituições (igreja, partido político, vizinhança, família etc.) influenciam as atuações de lideranças sindicais, revelando sobretudo o peso destas entidades sobre a dinâmica sindical de Volta Redonda.

O Sindicato

A história do SMVR foi por muito tempo marcada por uma trajetória de resistência dos trabalhadores a um domínio muito particular. A raiz principal desta especificidade remonta à instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e à construção da cidade-operária a partir da década de 1940. Deste modo, grande parte do desenvolvimento da ação sindical em Volta Redonda manteve-se quase inseparavelmente ligada à capacidade do sindicato em atuar diante do poder autoritário e militarizado do Estado.

Por outro lado, as características singulares de uma cidade-operária, onde a gestão da empresa e do espaço encontra-se concentrada nas mãos de um mesmo agente,

proporcionou outras formas de atuação para a entidade sindical. O fato de a companhia ter sido responsável pela moradia de seus trabalhadores e pelos demais serviços públicos, como conservação e limpeza das ruas, transporte, lazer, segurança, hospitais, bombeiros etc., fez com que o sindicato desenvolvesse uma cultura de reivindicação mais abrangente. Associada a outras instituições e movimentos sociais (como a igreja e os partidos políticos), esta militância se estendia para áreas muito além das questões apenas econômicas ou trabalhistas[2].

Paralelamente ao desenvolvimento da cidade, os anos 1960 e 1970 trariam para o movimento sindical as mazelas do regime autoritário instalado a partir de 1964. Contudo, neste mesmo período desenvolve-se em Volta Redonda uma rearticulação entre os movimento sociais consideravelmente liderada pela Igreja Católica. Desde a posse de D. Waldyr Calheiros na diocese de Volta Redonda em 1966, a igreja *renovada*[3] assumiria um papel central na organização do movimento social, contribuindo para a formação lideranças que viriam a despontar nas associações de bairros, nos partidos políticos e, principalmente, no Sindicato dos Metalúrgicos.

Amparado por esta particular combinação entre o movimento operário e as demais instituições, o sindicalismo de Volta Redonda, ao longo de sua história, vem conhecendo a influência das transformações político-econômicas por que passou o país nos últimos 50 anos. Alguns analistas já enquadraram os diferentes momentos do SMVR em diversos paradigmas de ação sindical, normalmente associando tais modelos a mudanças conjunturais mais amplas.

Deste modo, a trajetória do SMVR pode ser classificada como tendo sua origem no "sindicalismo corporativo"[4]. A "superação" desta primeira fase teria habilitado os metalúrgicos de Volta Redonda a uma aproximação com o *novo sindicalismo* e com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no contexto das lutas pela redemocratização nas décadas de 1970 e 1980[5]. Já a conjuntura recessiva e de privatizações de início dos anos 1990 teria impelido à passagem de um sindicalismo de

"enfrentamento" a uma concepção de parceria, culminando na sua "adesão" à central *Força Sindical* em 1991[6].

Para além do poder dessas conjunturas sobre a atuação sindical, muitos dos embates ocorridos em Volta Redonda também giraram em torno, e em larga medida, Do envolvimento de militantes sindicais com as instituições oriundas do movimento social, os partidos políticos e a Igreja Católica. Para se ter uma idéia destas relações, o apoio aberto do sindicato a políticos da região era fato comum, assim como a própria candidatura de sindicalistas a cargos eletivos. Juarez Antunes, presidente do SMVR entre 1983 e 1989 e sua mais expressiva liderança, por exemplo, foi eleito deputado constituinte em 1986 e prefeito de Volta Redonda em 1988. Também foi bastante significativa a presença da Igreja Católica nos movimentos sociais de Volta Redonda, seja pela constante figura do *Bispo de Volta Redonda*, Dom Waldyr Calheiros, ou pelo importante papel da igreja e da *Ação Católica Operária* na formação de lideranças sindicais[7].

Não obstante esse passado de resistência e articulação entre movimentos sociais, a década de 1990 traria novos desafios ao sindicalismo de Volta Redonda. Já no início desses anos, o processo de reestruturação da CSN, ou o *saneamento* da companhia, como fora chamado por Roberto Procópio de Lima Netto[8], seu diretor à época e idealizador do *plano de recuperação*, trouxe um considerável número de demissões. O objetivo era preparar a empresa para a privatização, ocorrida em 1993. Seu efetivo de 22.000 funcionários em 1989 foi reduzido para 15.000 em 1993, atingindo os 9.000 em 1997, mantendo-se nos dias atuais em torno dos 8.000 trabalhadores.

No plano do ativismo sindical, a proposta de privatização da *CSN* apresentou-se como um verdadeiro "divisor de águas" em Volta Redonda. As divergências antigas ganharam então a forma dos "contrários" ou dos "favoráveis" à venda da companhia. Com a confirmação da transferência do controle acionário da *CSN* ao capital privado e a continuidade da reestruturação da empresa, a manutenção do emprego foi trazida ao centro dos anseios dos trabalhadores de Volta Redonda.

A mudança

Após a morte de Juarez Antunes em 1989 reacenderam-se em Volta Redonda antigas divergências. O grupo que chegou ao poder nas eleições subseqüentes tratava-se de uma composição entre as principais correntes que atuavam no movimento sindical da cidade A presidência do sindicato ficaria com Wagner Barcellos, militante ligado a Igreja Católica[9]. A diretoria abrigava ainda Luiz Albano, membro do Partido dos Trabalhadores, além de Marcelo Felício, assim como Juarez Antunes, ligado ao PDT[10].

Ainda que houvesse divergências internas, principalmente quanto ao maior ou menor enfrentamento com empresas e gerências e ao envolvimento ou não do sindicato com os partidos políticos e a Igreja Católica, estes militantes permaneceram ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em grande parte, isto fazia repetir em Volta Redonda certas características do movimento observado em outras regiões do país ao longo da década de 1980 e que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*.

Apesar desta história precedente, o "pano-de-fundo" dos anos 1990 traria uma significativa mudança no plano da ação sindical em Volta Redonda. Da mesma forma, os constrangimentos, as pressões e as novas orientações experimentadas pelo sindicato dos metalúrgicos ganhariam representação na trajetória de um "novo" personagem. Luiz de Oliveira Rodrigues, o *Luizinho*, um antigo militante até então vinculado à Igreja Católica e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

É importante destacar que esta espécie de "virada" foi proporcionada pela adesão de importantes lideranças de Volta Redonda à *Força Sindical*, central que desde 1991 se apresentava como um projeto político-sindical alternativo e *anticutista*[11]. Por outro lado, mesmo que não se perca de vista as diversas formas de perseguição que recaíram sobre os remanescentes da Central Única dos Trabalhadores, sejam estas empreendidas pela companhia ou mesmo pelos ativistas rivais, parte significativa das lideranças que atuaram no SMVR nos anos 1980 acabaram por seguir carreiras distintas, ainda que em outros movimentos sociais, afastando-se da atividade sindical ou mesmo de Volta Redonda.

Não obstante, o fato mais curioso é que a liderança que daria novos rumos ao sindicalismo de Volta Redonda tratava-se de um sindicalista cuja biografia, até certo momento, poderia ser facilmente enquadrada como uma perfeita tipificação do militante da *CUT* ou do *novo sindicalismo*.

trajetória

A trajetória profissional de Luiz Rodrigues tem início como aluno-operário da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC)[12], desdobrando-se pelo trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e em algumas das empresas terceiras que auxiliam a *CSN* no processo de produção do aço. Já sua "atividade política" teve início e esteve por um bom tempo orientada pela influência do movimento social ligado à Igreja Católica.

> *E eu participei muito da igreja. Porque a minha mãe é muito religiosa. Eu lembro até que com meus treze anos eu estava lá... para ser sacristão. Depois eu participei como leigo até os vinte poucos anos da igreja. Era um espaço que eu tinha para sair da exclusão, vamos dizer assim. Eu olhava a sociedade e não sabia como entrar nela. Então, a igreja era um espaço para eu avistar um pouco a sociedade. A empresa não era. Você entra dentro de uma empresa, você é um anônimo.*

Já sua "carreira" de sindicalista teria começo em 1983 quando integra a *Oposição Sindical* que, liderada por Juarez Antunes, chega à direção do sindicato. Na ocasião, *Luizinho* fazia parte inclusive de uma facção mais radical de ativistas.

> *Vou entrar para o sindicato de 82 para 83... E numa briga com a igreja. A igreja não entendia um rapaz casado ficar andando ficar andando pra lá e pra cá, sabe... ficar saindo de emprego... não entendia.* (...)
> *Aí eu abri com a igreja. Tinha um grupo que era da Ação Católica, que era o Wagner, o José Emídio, é um grupo importante... forte, importante. Eles montaram uma chapa e nós montamos a nossa, que não é o grupo da igreja, era o grupo do Juarez. Aí é que foi o meu racha com a igreja, a esquerda veio do Juarez e eu fui ser então mais íntimo com o pessoal da esquerda. Fui então me organizar dentro do MEP, que estava às vésperas de virar MCR, movimento comunista revolucionário, uma fusão do MEP com a ALN. Então eu me fundi com esse pessoal... para ganhar a eleição com o Juarez.*

Por ocasião daquela que foi a primeira greve ocorrida na *CSN*, em 1984, certas divergências levariam à ruptura do sindicalista com Juarez Antunes e à demissão do sindicato. Com algumas desavenças contornadas, *Luizinho* retorna ao sindicato, mas ainda tenta manter um *novo grupo de oposição*. Apesar disto, uma maior expressão desta oposição interna é abafada pela reeleição de Antunes em 1986 com 86% dos votos. Não obstante algumas discordâncias com outros diretores, *Luizinho* manteve-se como uma importante liderança do sindicato até fins dos anos 1980. Ao final da década, novos conflitos com a direção do sindicato, sobretudo após a morte de Juarez Antunes em 1989, fizeram com que Luiz Rodrigues fosse definitivamente expulso da entidade, o que de algum modo também está relacionado a uma ruptura mais definitiva com a Igreja Católica.

Em meio ao debate sobre a privatização da CSN (1991-92), o sindicalista e outros militantes (inclusive antigos aliados de Juarez Antunes), conquistaram o apoio da *Força Sindical* para a formação do grupo de oposição chamado *formigueiro*. Mesmo estando fora do sindicato, este grupo chega até a negociar um acordo salarial com a CSN. Em julho de 1992, *Luizinho* encabeça uma chapa que com 50% dos votos chega à direção do sindicato.

Luiz de Oliveira Rodrigues foi reeleito em 1995, mas, devido a problemas de saúde de sua esposa, ele não chega a cumprir integralmente seu segundo mandato, afastando-se um ano antes do término, em 1997. A entidade foi assumida pelo então vice-presidente Carlos Henrique Perrut. No ano seguinte, Luiz Rodrigues tornou-se vice-presidente da *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica* (CNTM), entidade controlada pela *Força Sindical* e à época comandada por Luiz Antônio de Medeiros, ex-presidente e fundador desta central. Com a eleição de Medeiros a deputado federal, *Luizinho* assumiu a presidência da CNTM em 1999, cargo em que ele até hoje se mantém.

O apoiado por *Luizinho*, Carlos Henrique Perrut consolidou sua posição dentro do SMVR, sendo eleito presidente da entidade em 1998 com 54% dos votos. Apesar de um forte embate ideológico durante o processo eleitoral, a chapa da CUT conquistou apenas 32% dos votos. Em 2002, depois de um controverso processo eleitoral onde a CUT, ou qualquer das suas correntes que atuam em Volta Redonda, não conseguiu lançar-se na

disputa pelo sindicato, a chapa encabeçada por Perrut mais uma vez seria eleita, agora trazendo *Luizinho* como membro de sua direção executiva.

Em novembro de 2004, após denúncias realizadas por integrantes da oposição sindical ligada à *CUT*, Carlos Henrique Perrut, juntamente com o diretor financeiro do SMVR, foi afastado da presidência da entidade. Com o apoio da maioria dos direrotes, Luiz de Oliveira Rodrigues reassumiu o sindicato e instaurou a sindicância interna que revelaria meses depois um desvio de mais de R$ 5,5 milhões. A partir de então se instaurou em Volta Redonda uma verdadeira batalha envolvendo ações e outras medidas judiciais que fizeram a direção do sindicato ser alternada entre *Luizinho* e Perrut mais duas vezes.

Apesar de a expulsão de Perrut ter sido aprovada em assembléia pelos trabalhadores, *Luizinho* foi definitivamente afastado da presidência por uma decisão judicial no início do mês de abril. Ao reassumir o cargo, isolado, Perrut anunciou imediatamente a desfiliação do SMVR junto à *Força Sindical*. Dias depois, o ele passaria a discutir o novo alinhamento do sindicato com Jadir Baptista, dirigente da Federação Interestadual da *CUT* (RJ e ES) e um expressivo representante da *CUT* em Volta Redonda. A despeito das posições contrárias de outros militantes *cutistas* e da direção estadual da central, Jadir não apenas aceitou a filiação, como também passou a ter um papel ativo dentro da direção da entidade, participando de negociações e demais atividades do sindicato. Não obstante o apoio da *Força Sindical* e de 28 dos 40 membros da direção do sindicato, *Luizinho* permaneceu afastado de toda atividade do SMVR até a finalização deste artigo.

Considerações Finais

Este estudo teve como pano de fundo as duas últimas décadas da história do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, período em que ocorreu um conjunto expressivo de mudanças no plano da orientação da ação sindical. O objetivo foi “cruzar” o curso dessas transformações com um personagem não apenas emergido das conjunturas pelas quais se desenvolveu a trajetória do SMVR, mas que com a mesma importância foi um dos agentes mais diretamente envolvidos na mudança.

A controversa trajetória de Luiz de Oliveira Rodrigues bem representa as tensões e as transformações que foram colocadas aos metalúrgicos de Volta Redonda na década de 1990. É certo que campanha de *saneamento* e privatização da *CSN* produziu um ambiente bastante hostil aos militantes mais combativos e à sobrevivência da ação sindical em Volta Redonda. Entretanto, este contexto possibilitou uma considerável alteração nas práticas sindicais e o surgimento de novos atores neste cenário, sobretudo a *Força Sindical*.

Entretanto, os últimos desdobramentos observados em Volta Redonda, ainda muito recentes, como o inesperado retorno à cena da Central Única dos Trabalhadores, reforçam a idéia geral deste artigo de mostrar que o curso experimentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda em seus momentos cruciais vem se confundindo consideravelmente com as trajetórias de seus militantes em seus diferentes períodos, ambigüidades e tensões.

---

[1] Doutorando em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

[2] Já na década de 1950, o SMVR já se mostrava bastante capaz de atuar nas questões urbanas. Ver Morel, Regina *A ferro e fogo. Construção e crise da "família siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese de doutoramento. Departamento de Sociologia da FFLCH/USP. São Paulo, 1989 (mimeo).

[3] Refiro-me aos desdobramentos do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) realizada na Colômbia em 1968. Ao servir de fundamento para a criação das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, esta nova orientação da Igreja estimulou o engajamento de inúmeros sacerdotes e militantes católicos nas lutas sociais no Brasil (Costa, Pandolfi e Serbin (orgs.). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001).

[4] Para uma análise da criação do SMVR em meio a suas relações com o Estado Novo e a *CSN*, bem como sobre os modos pelos quais o movimento dos trabalhadores de Volta Redonda ganhou autonomia face ao controle corporativo, ver Morel (op. cit.).

[5] Além do estudo de Wilma Mangabeira sobre a consolidação e os dilemas do *novo sindicalismo* em Volta Redonda (*Os dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1993), um interessante relato sobre atuação de trabalhadores e sindicalistas durante as greves da década de 1980 pode ser encontrado no trabalho de Veiga e Fonseca (*Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis: Vozes, 1990).

[6] Graciolli, Edilson J. "Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda)". XXIV Encontro anual da ANPOCS. GT Sindicalismo e Política. Petrópolis, 2000 (mimeo).

[7] Entre os quatro presidentes eleitos entre 1974 e 1995, por exemplo, Juarez Antunes foi a única liderança não "formada" sob a influência da Igreja Católica. Um olhar sobre a relação entre igreja e movimento sindical de Volta Redonda pode ser encontrado em Costa, Pandolfi e Serbin (op. cit.).

[8] Ver Lima Netto. *Volta por cima*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

[9] A família Barcellos, José Emidio, o pai, e seus filhos Wagner e Wanderlei, constituía o núcleo principal da Ação Católica Operária (ACO) em Volta Redonda (Veiga e Fonseca op. cit.).

[10] Já na eleição de 1989 observou-se o que podemos considerar como primeiro "investimento" do chamado "sindicalismo de resultados" em Volta Redonda. Contudo, a chapa nº. 2, apoiada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e por Luiz Antônio de Medeiros, obteve apenas 7,7% dos votos, contra os 85,42% da chapa vitoriosa (Mangabeira op. cit.).

[11] Comin, Álvaro A. "A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil". Em: Oliveira, Carlos A. B. de. et alii. *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

[12] A ETPC foi criada na década de 1940 para a formação da mão-de-obra para a *CSN*.

"*Até parece um céu no chão*". O reverso da representação poética: condições de vida na favela da Rocinha no Rio de Janeiro (1930-1990)

Silvio de Almeida Carvalho Filho (UERJ/UFRJ)[1]

Como as identidades estão freqüentemente associadas a objetos e a lugares sociais, o tipo e o local de habitação é a qualidade primeira que caracterizava o habitante da Rocinha, a maior favela latino-americana: a morada precária e, mormente, ilegal. O trabalhador manual, pobre, migrante e recém-chegado ao Rio de Janeiro, que mal conseguia recursos suficientes para reproduzir a sua força de trabalho, encontrava enormes dificuldades para lograr um sítio para construir o seu casebre, restando–lhe apenas o morro, ou quem lá sabe algum terreno baldio, cujo proprietário não reclamasse a posse. O péssimo estado das moradias exprimia as precárias condições da reprodução da força de trabalho de milhares de pessoas.[2]

Desde os primórdios da favela, o morador da Rocinha, antes mesmo da intensificação da política de remoções, na década de 1960, temia as constantes ameaças das retiradas individuais ou coletivas, realizadas pelas autoridades municipais e estaduais, em nome da legalidade, da saúde, da segurança ou da moralidade pública. Os guardas, policiadores do chão onde a favela relutantemente se estabelecia, sempre estavam a "'arrancar os paus'" sustentadores dos barracos, sendo muitos, no começo, derrubados.[3]

Ante tais impedimentos, os pobres elaboraram suas táticas para burlar a repressão contra a construção de seus barracos. Alguns recorriam aos mais poderosos para ultrapassarem a barreira legal. Moradora desde a década de 1940, na Rocinha, Alda Botelho, recorrendo a autoridade de um tal Dr. João, policial do Primeiro Distrito, próximo ao *Jockey Club* do Rio de Janeiro, para o qual lava roupas, impediu a interceptação pelos guardas do caminhão transportador da madeira para erguer o seu casebre. "Na época de Getúlio", ou seja, nesta extensa temporalidade do depoimento oral ou, mais especificamente, na década de 1940, o feirante Jonas Januário da Silva, antigo morador da Rocinha, assegurava haver um decreto da Presidência que vedara a derrubada de barraco em que habitasse criança. Todavia, Bernardino Francisco de Souza certificava que deveria haver uma família. A dissensão entre os depoimentos, talvez, signifique uma questão de metonímia. Na verdade, o consensual era que os novos favelados, apressadamente, erguiam suas toscas habitações, primordialmente à noite e nos finais de semana, quando a guarda folgava, e imediatamente colocavam dentro uma criança, segundo

uns, ou uma família, segundo outros, mesmo que emprestada de algum amigo, garantindo assim a não demolição do casebre pela polícia. Para Bernardino, quem fosse morar sozinho e não conseguisse família postiça, tinha de ter pelos menos móveis para evitar a demolição. Alda Botelho assevera que até um visto de saúde pública, colado atrás da porta, constituía numa garantia quanto à sua não destruição. Enfim, para evitar a derrubada, era necessário que o tugúrio fosse mobiliado e habitado. Descobriam, também, que, muitas vezes, os guardas "faziam 'vista grossa', mediante recompensa em dinheiro". Em suma, os futuros ilegais ocupantes da terra da Rocinha utilizavam-se de todas as táticas para conseguir um teto. Caso contrário, chegava um caminhão cheio de guardas armados de pés-de-cabra, marretas, foices e machados para desmantelar o barraco. Esta repressão, na verdade, achava-se amparada pelo Código de Obras de 1937 da Prefeitura do Distrito Federal, que proibia a construção de novas casas em áreas de ocupação ilegal ou de qualquer melhoria nas já aí existentes.[4]

Desde a década de 1940, o governo federal e a prefeitura tentavam estorvar que os barracos de madeira se tornassem de alvenaria, visando com isso impedir que a ocupação ilegal pudesse instalar-se mais solidamente. Se houvesse infração a essa resolução, a polícia sentia-se no direito de destruir a nova vivenda. No entanto, apesar das proibições e derrubadas, as casas de alvenaria gradativamente impuseram-se. Alguns, para burlar, edificaram cômodos com paredes de tijolos sob a de tábuas.[5]

No entanto, com o passar do tempo, a ocupação se intensificou: "Anoitecia. No outro dia, amanheciam quatro, cinco barracos". Passou-se, gradativamente, a disputar, palmo a palmo, qualquer nesga de chão humanamente desocupado. Essas contendas surgiram, com mais intensidade, desde fins da década de 1960 com o advento cada vez mais crescente de recém-chegados, inclusive, do Nordeste do Brasil. Com o avolumar de novos ocupantes, qualquer quintal, onde um mais antigo morador criasse galinhas, porcos, alguns cabritos a devorar as sebes ou, quiçá, colocasse um varal mais extenso para secar roupas, encontrava-se potencialmente ameaçado. Quando um terreno era invadido para a edificação de mais uma palhota e o seu dono não se arriscava utilizar a própria força bruta em defesa de sua posse, recorria-se ao poder de polícia do Estado que lá vinha tentar conciliar as partes.[6] Mas, na maioria

das vezes, aceitava-se as perdas de forma mais tácita e consensual. A briga era a exceção que confirmava a regra de solidariedade com o outrem que ainda não tinha teto.

Muitos favelados, ao juntarem algum dinheiro, logravam comprar ou erguer barracos para alugarem, obtendo uma renda extra, além dos parcos salários e pensões. Fenômeno esse que com o tempo espalhou-se: cada vez mais na Rocinha, muitos viviam de arrendamento, cada dia mais caro, pelo fato de ser uma favela próxima à nobre região da cidade em impetuosa expansão. Assim, em vez de se apossar de uma nesga de terreno para construir um barraco, chegou-se na favela, já na década de 1940, pagando locação. Preferiam, não podendo pagar aluguel nos bairros da Zona Sul, fazê-lo em uma favela, já que, desse modo, conseguiam se situar próximo aos sítios de trabalho.[7]

Até meados do século XX, ser favelado na Rocinha era ser visto como um morador de um barraco de tábuas, coberto com telha de papelão pichado. Contudo, já na década de 1960, os principais imóveis situados ao longo da Estrada da Gávea, eram em sua maioria casas, havendo alguns prédios de dois andares de alvenaria, bem conservados. Por volta da década de 1970, o resto da favela já exibia impudentemente suas entranhas de tijolos, regurgitando, às vezes, uma touceira de canos d'água salientes, numa feição sempre inacabada. Em 1969, Parisse, ainda vendo a favela primordialmente como um problema habitacional, reclamava que, desde a década de 1940, demandava-se em vão pela construção de casas populares para o favelado.[8] Todavia, hoje, dar casa digna aos favelados é uma apenas uma parte da solução da questão social, pois qualquer conjunto habitacional ou bairro social, construídos com esse fito, favelizar-se-ão caso políticas de redistribuição de rendas e geração de empregos não atinjam a população beneficiada.

A "'história do morro'", ressaltava um habitante da Rocinha, "'é igual [...] torcer uma roupa quando sai da bica. Um lenço cheio de lágrimas'".[9] Apesar de tanto amargor, revelador do alto grau de vulnerabilidade, residir nesse espaço discriminado constituíra-se num refrigério, pois se não adentraram no paraíso, pelo menos, estavam num purgatório, frente ao inferno anteriormente experimentado, um alto grau de desvinculação social. Vários, antes de viverem na favela, conheceram a carência alimentar, de vestimenta e de mobiliário, sintomas do estágio de desvinculação social. Outros mal conseguiam adquirir roupas, vivendo de doações, mas, muitas vezes, nem essas havia. Tal era a penúria que alguns chegaram à favela, famintos, apenas com a

roupa do corpo e outros pequenos trapos, outros trabalharam apenas a troco de comida. Deduzimos as decorrências psicossomáticas da fome endêmica para os futuros moradores da favela: os sofrimentos inenarráveis, a humilhação social, as dificuldades no desenvolvimento físico e mental de suas crianças, assim como a baixa imunidade física, atributos constantemente presentes nos desvinculados sociais.[10] A lavadeira Severina da Silva Nascimento, por exemplo, na década de 1970, antes de morar na Rocinha, juntamente com dois filhos, habitara em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde "se [...] comesse de manhã, de tarde não comia". Sofrera "'tanto neste Rio de Janeiro'", vivendo humilhada e explorada na casa dos outros, que pensara em matar a si e a seus filhos, ateando fogo às vestes embebidas em querosene[11]: a morte vista, assim, como menos cruel que a desvinculação social.

No espaço da Rocinha, discriminado pelos órgãos públicos, o acesso à água encanada era caro, ineficiente ou inexistente.[12] Assim, desde a década de 1930, apanhava-se água, provinda de nascentes nas encostas do morro, nos tanques com bicas coletivas. Obter água significava ficar numa fila, para apanhá-la em grandes latas de dezesseis litros, alimentando os latões de duzentos litros, antigos recipientes de querosene, tornados reservatórios d'água de cada barraco. Certos homens da "comunidade", sendo fortes e estando desempregados, eram contratados, por trocados, para encher esses recipientes domésticos. Vários favelados, para facilitar o acesso ao precioso líquido, abriram poços ou construíram, dependendo do fácil acesso de suas moradas para veículos motorizados, cisternas próximas aos seus barracos, alimentadas por caminhões de pipa d'água.

. Na década de 1960, almejava-se, pelo menos, ampliar o abastecimento de água do tipo tradicionalmente existente, já que parecia difícil, naquele momento, o acesso a uma rede encanada de água e esgotos. Os favelados conseguiram, quando muito, quatro ou seis bicas novas ou a abertura de um poço, de uso coletivo, no Largo do Boiadeiro, aberto sob os auspícios do vereador Amando da Fonseca. Nesses tempos idos, grande parte do esgoto corria por valas negras a céu aberto e era comum alguns barracos possuírem fossas rudimentares. Mas, esse tipo de esgotamento, com a densificação da favela, inutilizou a utilização dos poços pela contaminação trazido aos lençóis freáticos. Mas a poluição trazida pelas condições miseráveis não atingiu apenas os poços. As lavadeiras que, nas décadas de 1940 e 1950, lavavam roupa nas

águas ainda límpidas de um riacho corrente na favela, não podiam, na década de 1970, mais fazer: o córrego tornara-se um imenso valão porco e fétido condutor dos dejetos da favela.[13]

No início da década de 1980, quando tiveram acesso à água encanada, optaram por um sistema de distribuição aérea de canos de PVC, muito freqüentemente pendurados no beiral dos telhados, nas lajes ou cravados com buchas plásticas nas paredes. Essa escolha foi feita por serem as construções muito próximas, os terrenos acidentados, com pouco dinheiro para obras de infra-estrutura, impedindo a danificação dos canos, ante o constante trânsito de pedestres e de cargas. Além disso, as redes aéreas apresentavam facilidades de reparos, assim como evitavam ligações clandestinas.[14]

Desde 1940 até, pelo menos, o início da década de 1980, o lixo ra literalmente jogado a esmo nos terrenos ainda baldios. Convivia-se com a falta de coleta pública de lixo ou de qualquer padrão mínimo de limpeza urbana. Com o crescimento da favela, houve necessidade de se construir lixeiras em determinados locais. Na instauração desse último decênio, encontramos as ruas, enlameadas com amontoados de lixos, onde cães, gatos e ratos fuçavam, obrigando o transeunte a respirar um odor não muito agradável e a andar com cuidado, evitando valas, buracos, lixos e sujeiras. Pelas ruas da Rocinha, vendia-se também comida popular e barata[15], com pouca preocupação com a higiene. Disso tudo, resultava um meio ambiente desfavorável à saúde pública, acarretando vulnerabilidades coletivas.

Quanto ao acesso a hospitais, recorria-se ao Miguel Couto, pois sendo público não obstava o tratamento de pobres. Durante muitos anos, os habitantes da Rocinha, com condições financeiras, também utilizaram uma clínica médica particular na Estrada da Gávea, pertencente ao Dr. Mário Dufles, que até o início do século XXI, era lembrado como um bom profissional. Com raridade, formavam-se redes de solidariedade entre médicos e pacientes, minorando o grau de vulnerabilidade de alguns. Dona Alda, por exemplo, possuía uma relação especial com um pediatra do Miguel Couto, um tal de Doutor Ovídio, o qual considerava um bom clínico, entregando a ele o cuidado de todos os seus filhos e de seus dois netos mais velhos. Essa afinidade permitiu que, por volta de 1954, quando um de seus filhos, então com oito meses de idade, teve crupe, ela, ante a gravidade da situação, tomasse a liberdade de ir da Rocinha à residência do pediatra em Ipanema, bairro nobre carioca, às duas horas da madrugada, rogar-lhe

atendimento. Vê-se, pelo conhecimento do local de residência de um clínico de um hospital público, como as conexões de solidariedade extraclasse sempre foram importantes para que alguns moradores da favela enfrentassem algumas dificuldades que poderiam ter se tornado intransponíveis.

Semelhantemente às mulheres pobres brasileiras, as da Rocinha, nas décadas de 1940 e 1950, tiveram grande prole, como, por exemplo, Dona Alda, com seus dez filhos. As grávidas, em geral, realizavam as paridelas em casa, recorrendo às parteiras residentes na favela, comumente da vizinhança, com as quais, mormente, gozavam de certa intimidade. Em casos graves e excepcionais, procuravam os médicos obstetras, em especial, do Hospital Miguel Couto. Muitas vezes, quando se desejava, juntamente com o parto, realizar a laqueadura das trompas, recorria-se, clandestinamente, a médicos particulares. Essa decisão, derradeira e corajosa, só tomavam quando, às vezes, já possuíam mais que uma dúzia de filhos.

O aborto, apesar de ser no Brasil ilegal, era uma prática muito comum entre as mulheres na Rocinha, quando ainda não se havia descoberto a pílula anticoncepcional. Algumas realizavam o móvito sozinhas e, segundo Alda Botelho, vez por outra, até com talo de couve (sic). Outras o perpetravam com “curiosas”, mas, vez por outra, com médicos.[16] A precariedade na saúde reprodutiva feminina, com dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública ou mesmo de informações sanitárias, acarretava-lhes vulnerabilidades, tais como morbidades, menor esperança de vida e, inclusive, mortalidade materna e infantil.

Vindos de áreas rurais, com índices de escolaridade baixíssimos, na década de 1940, eram, em especial as mulheres, analfabetos ou possuíam um mínimo conhecimento das primeiras letras e contas. A história do migrante Bernardino Francisco de Souza mostra que seu pai, um homem analfabeto, ante as possibilidades de sua parca e miserável vida rural no agreste nordestino, não via necessidade dele freqüentar a escola, já que lá a “leitura não dava comida a homem”. Então, “a primeira caneta que [lhe] [...] deram”, em sua terra natal, “foi uma enxada”.[17]

A geração nascida na Rocinha possuía maior escolaridade que a de seus pais. Apesar de analfabeta, dar ilustração à prole foi um valor cultivado por Dona Alda: todos seus filhos estudaram. Todavia, nenhum atingiu à universidade, variando as suas profissões de garçom a

protético.[18] Portanto, a educação foi vista por vários pais na favela como uma forma de oferecer aos filhos melhores condições na luta por uma maior integração ou mesmo ascensão social.

A Rocinha não deve ter conhecido a luz elétrica em suas moradias antes de 1948, quando a Fundação Leão XIII iniciou os seus trabalhos de promoção de eletrificação das favelas. Mas, inicialmente, só havia luz elétrica nas ruas, os barracos eram iluminados à luz provinda de lampiões e lamparinas de querosene ou de vela. A fuligem gerada pela combustão do querosene irritava os olhos e as narinas, assim como enodoava as paredes do barracão.Então, a Rocinha guardava ainda um pouco do ritmo de vida rural: a falta de eletricidade nos barracos estimulava que grande parte de seus moradores se recolhesse por volta das vinte horas da noite. Tendo grande parte de sua população analfabeta, a grande forma de saber as informações eram a comunicação das novidades através das conversas, já que a inexistência de luz residencial impedia também o acesso às obtidas através do grande meio de comunicação do momento, o rádio. A iluminação elétrica nas casas chegou primeiro à Estrada da Gávea e seus habitantes, portanto, muitos moradores, inicialmente, só conseguiram a energia elétrica através da cessão realizada por aqueles favelados residentes naquela estrada. [19]

Sendo o espaço pouco para muitos habitarem, conquistou-se o doméstico em detrimento do reservado a circulação pública. O não planejamento cartesiano de suas serventias expressou-se na relação entre o território da casa e o da rua. Dessa forma, predominam as ruelas e as poucas ruas existentes serviram para denominar micro-localidades na Rocinha: a Rua 1, a Rua 2 e a Via Ápia. São, em grande parte, estreitas, mas equivalem a artérias ante o emaranhado de ruelas, becos, caminhos capilares, tortuosamente entrelaçados, por onde fluem a vida nesse bairro-labirinto. Sendo grande parte das moradas sem numeração, para se localizar uma residência, podia-se levar, até duas horas, sendo que, às vezes, nem se conseguia, necessitando do auxílio de moradores.[20] A dificuldade de localização estorvava o exercício da cidadania do residente na Rocinha, pois impedia o serviço dos correios com o recebimento de correspondências e contas, mas também entravava o pedido de crédito em lojas. Viver na Rocinha era ser, para muitos, um indivíduo “sem endereço”. E não tê-lo significava não poder exercer atos simples da vida econômica, era portar sobre si uma identidade negativa que potencializava as dificuldades para superar a sua vulnerabilidade social. Porém, além disso,

apresentar a Rocinha como endereço residencial significava quase uma imediata discriminação social, então, muitos negavam-no, assumindo, por vezes, endereços de parentes e amigos "do asfalto", ou substituíam a palavra Rocinha por São Conrado, elegante bairro contíguo. Dessa forma, as condições de vida nessa favela, não só pelo espaço desordenado e abandonado, mas também pela insuficiência de recursos financeiros advindos do trabalho, precarizavam seus habitantes, tornando-os sujeitos vulneráveis. Ou seja, toda essa comunicação é uma demonstração que a reprodução da força de trabalho era mais custosa para essa população do que para outros segmentos da população carioca.

---

[1] Agradeço a Profa. Dra. Fátima Machado Chaves (UNESA) pelas críticas ao texto e coloco meu e-mail, silvioacf@terra.com.br, à disposição para contatos.

[2] Cf. Woodward, Kathryn. 2000. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.); Hall, Stuart e Woorward, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, pp. 7-72,10; *Varal de Lembranças: Histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha/ Tempo e Presença/ SEC/ MEC. FNDE, 1983, p.18; Parisse, Luciano. 1969. *Favelas do Rio de Janeiro. Evolução* – Sentido. 1 ed. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (CENPHA). (Caderno do CENFHA 5), p.29; Corrêa, Roberto Lobato. 2003. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e temas*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil p.18, 25-26.

[3] *Varal*, 1983:6, cf. p. 7; cf. Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Relatório do projeto de ecodesenvolvimento. V.4: Favela da Rocinha, in: *Cadernos da FEEMA*. [Rio de Janeiro] s.d. Série Relatórios Técnicos 3180, (Mimeo), p. 4018; Zaluar, Alba e Alvito, Marcos. 1999. Introdução. In: Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, pp. 7-24, p. 9-11; Rocha, Adair. *A Cidade Cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.19; Botelho, Alda Dias. *Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho* Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 19/07/2002. (mimeo e fita-cassete).

[4] *Varal*, 1983:37, cf. p. 38, 40; cf. Parisse, 1969:32; Valla, Victor Vicent (org.). *Educação e Favela. Políticas Públicas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, 1986, p. 34; Botelho, Alda Dias. *Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho e a Letícia Lobão Soares*. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha), 6/10/2001. (mimeo e fita-cassete); Idem, 19/07/2002; Souza, Bernardino Francisco de. *Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho*. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 15/11/2002. (mimeo e fita-cassete).

[5] Cf. Antônio Estevão Nascimento, um vigia e motorista in *Varal*, 1983:46; Lindolfo Soares da Silva, comerciante, in *Varal*, 1983:52; cf. Botelho, 6/10/2001; Souza, 15/11/2002.

[6] Botelho, 19/07/2002; cf. Id., 6/10/2001; Lindolfo Soares da Silva, comerciante apud *Varal*, 1983:52.

[7] Cf. Botelho, 6/10/2001.

[8] Cf. *Varal*, 1983:6; SAGMACS. 13 de abril de 1960. *Aspectos Humanos da Favela Carioca. O Estado de São Paulo* – suplemento especial nº 1 — Parte Geral. São Paulo, p.20; Zaluar e Alvito, p. 8; Segala, Lygia. 1991. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (19977-1982).* Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2 vs. (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social) p.33-4; Parisse, 1969:38.

[9] *Varal*, 1983:5.

[10] Cf. *Varal*, 1983:17.

[11] *Varal*, 1983:18.

[12] Cf. *Varal*, 1983:6; Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23/5/1973 apud *Varal*, 1983:37; Alves, 1997:14.

[13] Cf. Kuschnir, Karina. 1999. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume Dumará / UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política p.23; Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23/5/1973 apud *Varal*, 1983:37; Lindolfo Soares da Silva, comerciante in *Varal*, 1983:52; Francisco Eliseu Cosmo, o Chico Barbeiro in *Varal*, 1983:64; cf. Francisco Tavares Carneiro, Sr. Carneira in *Varal*, 1983:67; *Varal*, 1983:7; Botelho, 6/10/2001; Botelho, 19/07/2002.

[14] Cf. Segala, 1991:34.

[15] Cf. Castel, 1998. Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes p. 434; Botelho, 6/10/2001; Segala, 1991:33-4.

[16] Cf. Botelho, 6/10/2001.

[17] Cf. Botelho, 6/10/2001; Souza, 15/11/2002.

[18] Cf. Botelho, 6/10/2001.

[19] Cf. Parisse, 1969:127; Botelho, 6/10/2001.

[20] Cf. Corrêa, 2003:28.

Um historiador entre a Retórica e a Crítica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a invenção da moderna historiografia brasileira.

Taíse Tatiana Quadros da Silva (mestranda UFRJ – Bolsista Cnpq)

Uma das maiores emprezas do mundo (dizia o conde da Ericeira, D. Luiz de Meneses) é a resolução de escrever uma história, porque além de inumerável multidão de inconvenientes, que é necessário que se vençam, e de um trabalho excessivo...no mesmo tempo em que se pretende lograr o fructo de tantas diligencias, tendo-se obtido formar o intento, vencer a lição, assentar o estylo, colher as noticias, lançar os borradores, tiral-os em limpo, conferil-os e apural-os, quando quem escreve se anima na empreza... - então começa a ser réo, e réo julgado com...excessiva tyrania.[1]

É com este excerto do prefácio da obra *Portugal Restaurado,* escrita pelo 4º Conde de Ericeira em 1698, que Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) começa também a prefaciar sua *História Geral do Brasil*. Escrita entre 1854 e 1857 (primeiro e segundo volumes), esta obra teria uma reedição estabelecida seu autor em 1877, onde certas modificações seriam indicativas de escolhas decisivas para a melhor realização das finalidades a que visavam aquela narrativa.[2]

Escolhidas para figurar na abertura do tomo de 1857 da sua *História Geral*, as palavras do historiador português evocam os efeitos da recepção de seu primeiro volume, publicado três anos antes. Estas palavras, advindas de um historiador célebre, mas já de outrora, tornam-se maleáveis à manipulação do historiador brasileiro que pode incluí-las ao próprio texto como uma ressonância de suas próprias idéias. Entretanto, a facilidade em evocar palavras distantes na defesa dos próprios argumentos, solidarizando um ausente com o que este não pode avaliar, configura um blefe: estaria,Varnhagen, solitário na concepção de sua obra? A recepção romântica fora sem dúvida implacável com os posicionamentos anti – indianistas do historiador e, apesar de dedicar sua história ao Imperador, este levou praticamente vinte anos para condecorá-lo por seus serviços em benefício do Brasil.[3]

---

[1] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de *Historia Geral do Brazil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, Natural de Sorocaba. Madrid, Vol.II (Imprensa de J. Del Rio), MLCCCLVII (1857). Prefácio. p.V.

[2] VISCONDE DE PORTO SEGURO*. Historia geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª edicao. RJ, Editora Laemmmert |s.d|. 1877.

[3] A recepção nos quadros do IHGB pelos articuladores do indianismo é apresenta em GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico

Contar ainda com a tradição historiográfica portuguesa para prefaciar sua história do Brasil aponta também para outra contradição tensa de nosso autor: o de fazer parte de dois Estados que se opõem. O Brasil, como pátria de nascimento e também como escolha intelectual, nunca atenuou em Varnhagen a presença da erudição lusa que ele adquirira em seus anos de formação e em sua experiência nos meios aristocráticos daquele país. Ocupava o historiador, assim, uma posição difícil em um tempo de tão severa recusa das heranças lusitanas e de tanta afirmação dos aspectos autóctones.

De fato, entre os conflitos latentes na *História Geral do Brasil*, uma obra tão cara aos interesses da monarquia brasileira e composta, ainda, em meio aos debates intelectuais sobre as idéias de nação, estaria uma certa lusofilia inevitável, mesmo que constrangida pelos imperativos da escolha adulta pela brasilidade. Assim, cercar Varnhagen por sua obra é também ter em vista estes dois mundos, observando como, intelectualmente, o historiador expressou aspectos de um e outro, modificando-os conforme as contingências.

Voltemos ao prefácio da *História* nacional e brasileira de nosso autor, marcada pelos respeitos à autoridade de Ericeira. Como afirma Varnhagen, para ambos os historiadores, não seriam ignorados, ainda que diversos, certos trabalhos e coações da edição do texto histórico. O historiador não seria apenas o autor de um texto, mas ele também estaria presente na fabricação de um objeto.[4] Ericeira retoma, ainda, em seu mesmo prefácio, outro aspecto relacionado aos artifícios de representação do passado. Afirmaria D. Luis de Meneses:

Brasileiro (1838-1889*). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* nº 388, jul./set.,1995. Sobre os títulos nobiliárquicos de Varnhagen, pode-se consultar as correspondências que este teria enviado ao imperador e que estão compiladas por Clado Lessa. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de.*Correspondência Ativa*. Coligida e anotada por LESSA, Clado Ribeiro. INL/NEC: Rio de Janeiro, 1961.

[4] Como destaca CHARTIER em sua análise sobre as circunstancias relacionadas ao problema de se ter o "livro" como objeto da História Cultural: "Os autores não escrevem livros: não, eles escrevem textos que outros transformam em objetos impressos. A distância, que é justamente o espaço no qual se constrói o sentido – ou os sentidos - , foi esquecida com demasiada freqüência, não somente pela história literária clássica, que pensa a obra em si mesma como um texto abstrato, cujas formas tipográficas não importam, mas também pela *Rezeptionsästhetik* que postula, apesar de seu desejo de historicizar a experiência que os leitores têm das obras, uma relação pura e imediata entre os "sinais" emitidos pelo texto – que jogam com as convenções literárias aceitas – e o "horizonte de expectativa" do público ao qual são endereçadas. Em tal perspectiva; o "efeito produzido" não depende absolutamente das formas materiais que sustentam o texto. No entanto, elas também contribuem plenamente para modelar as antecipações do leitor face ao texto e para atrair novos públicos ou usos inéditos." CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. A História entre Certezas e Inquietude. Editora da Universidade/ UFRGS: Porto Alegre, 2002. p. 71.

> *"Julgo por muito errada a opinião comum, que assenta que a história é paralelo da pintura, porque he tanto mais privilegiado o pintor que o Escritor, que teve lugar Apelles [sic], pondo em publico uma figura sua que havia pintado, de lhe emendar a roupa, que hum artifície dellas lhe condenou por imperfeita, e de castigar a ousadia de outro, que não sendo pintor se atreveu a arguirlhe o perfil da figura. Não é concedido aos escritores tanta liberdade, porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabarão de sellar a história que escreveram, logo perderam toda acçam de emendala, e na dificuldade de satisfazer a um Mundo de juizos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver história bem avaliada de todos."* [5]

Entre o pintar e o escrever não haveria paralelo, ao menos no que respeitaria à possibilidade de emendar o que se fez. Os modernos "tipos" seriam algozes de idéias e o historiador, uma vítima da polifonia moral. Não sofreria o historiador, segundo Ericeira, de alguns "inconvenientes" da modernidade? De qualquer forma, Ericeira destaca dois aspectos incontornáveis: nem lê-se mais história manuscrita, nem se goza, para escrevê-la, de uma moral absoluta.

Varnhagen, um século mais tarde, embora desejasse consagrar-se perante um distinto auditório, não almejava agradar facilmente. Compreendia que à historia, enquanto empresa moral e meio de restauração da justiça, advinha a tarefa da elucidação da verdade, como enuncia nesta passagem de seu preâmbulo:

> *"Por quanto, além de que menos mérito teria qualquer empreza, quando em vez de trabalho e de trabalhos ella só fosse de gosos e de prazeres, recommenda um conhecido moralista que nos previnamos contra os autores de certas obras em que, no momento de apparecerem, o publico só encontra que applaudir, pois o que isso geralmente prova e que taes autores escreveram menos com o intento de corrigir opiniões erradas, do que de angariarem applausos, radicando ás vezes ainda mais com a sua autoridade o erro e a injustiça."* [6]

A prerrogativa moral da verdade e da justiça se consolidaria através da relação privilegiada que o historiador manteria na sua aproximação do passado. A historia, tal como Varnhagen nos apresenta, esclarece, orienta, ajuíza. Contudo, autoridade da historiografia produzida por ele não pretendia fundamentar-se simplesmente em argumentos apriorísticos. O saber histórico estaria relacionado ao conhecimento, mediado pela técnica, de registros do passado. Por esta via, escreveria o historiador brasileiro, uma história da "civilização" que conciliaria, com os rigores da crítica filológica e paleográfica à perspectiva filosófica. Conforme Varnhagen mesmo nos indica, esta forma de relação com o passado, seria, no contexto da escrita da *História Geral*, um projeto bastante definido, embora suscitasse ainda inúmeras questões:

---

[5] MENEZES, Luis de. (Conde de Ericeira) *História de Portugal Restaurado.* Officina de Miguel Deslandes: Lisboa, 1698.s/ n. de página.

[6] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de *Historia Geral do Brazil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, Natural de Sorocaba. Madrid, Vol.II (Imprensa de J. Del Rio), MLCCCLVII (1857). Prefácio. p.VI.

"Primeiro que tudo, ponderava em 1838 o illustre e digno philo-brazilico Ferdinand Denis, é da mais alta importância que os documentos que constituem a história do paiz sejam affim recolhidos. Para que as teorias diárias sejam úteis, é preciso offerecer-lhes uma baze, ou para melhor dizer, um ponto de partida." Quase pelo mesmo tempo se creava no Brazil o Instituto Histórico, e sem conhecimento deste facto existia em nós, então na Europa e ainda frequentando as aulas, o pensamento atrevido (confessamol-o) da empreza desta obra: e já os estudos preparatórios para um dia a realisar, começados dois para três annos antes, produziam preliminarmente, não só as reflexões criticas á obra de Soares, concluidas (e apresentadas ao vice-presidente da Academia das sciencias de Lisboa pelo dignissimo bispo conde de S. Luiz, depois cardeal patriarcha) em meado de 1858, como a publicação do diário de Pero Lopes effectuada no anno seguinte." [7]

Quando da publicação da primeira edição da *História Geral do Brasil*, entre 1854 e 1857, a possibilidade da escrita de uma história do Brasil era atravessada por muitas tensões. Tensões quanto ao método e tensões quanto à forma - havia que se lidar, através da escrita e edição, com diversas questões respeitantes à formação da nacionalidade brasileira. Defini-la, por meio da história, não significava apenas oferecer-lhe uma interpretação, mas também, através da exposição histórica, garantir-lhe uma coerência, submetendo a nação imaginada à lei do livro. A tarefa editorial, da qual Varnhagen participou ativamente, exigia esse compromisso em adequar a lógica do objeto; àquela defendida à própria realidade. A representação livresca do Brasil devia exprimir seus contornos, desenhá-lo e Varnhagen o procurou fazê-lo, perseguindo por essa harmonia, edição após edição de sua *História*.

Em suas duas edições, um aspecto pode ser destacado como decisivo na conformação da obra *História Geraldo Brasil*. A recepção da *História Geral* foi uma preocupação sempre constante de seu autor e, por essa razão, a história erudita que ele pressupõe, deveria ser adequada às exigências de seu público esperado. E seria por considerar as disposições de seus leitores, ainda, que uma história sucinta fazia-se ideal. Isto, entretanto, implicava à representação historiográfica um prejuízo da exposição erudita em vantagem da narrativa, o que exprime um conflito entre os princípios que permitiriam a construção da própria historiografia moderna no Brasil oitocentista.

Também a finalidade pedagógica, expressa por esse duplo objetivo de conciliar a forma historiográfica à expectativa de um público leitor e, ainda, estabelecer a analogia entre a nação e sua representação livresca pode ser apontada como uma característica fundamental. O Prefácio, adicionado por Varnhagen ao tomo segundo, retomaria essas premissas apresentando, ainda, elementos que lhe tornariam mais agudas as qualidades. Naquele, o autor retoma o

[7] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de *Historia Geral do Brazil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, Natural de Sorocaba. Madrid, Vol.II (Imprensa de J. Del Rio), MLCCCLVII (1857). Prefácio. p.VI-VII.

problema da convergência entre apresentação erudita e construção harmônica da obra, como podemos observar em vista do seguinte excerto:

> *"A posteridade decretará as producções que hão de aparecer escriptas em cada uma das sempreverdes folhas dessa corôa. Ousadamente nos atrevemos a assegurar que aspiraria a História Geral a entrar na competência, se na vastidão do plano e vigor da execução, houvesse a obra correspondido ao typo que concebêramos, por ventura querendo avaliar a intensidade das fôrças pela immensidade dos desejos. Só na concisão correspondeu o desempenho ao nosso constante propósito. E procurámos, tanto quanto nos foi possível, ser concisos, na persuasão de que não era uma história mais minuciosa a que hoje seria a mais útil; ainda quando fôra possível escrevê-la, com certa harmonia, digamos assim, em todas as suas proporções architectônicas; o que aliás não seria fácil, quando algumas destas não estão ainda pouco examinadas; e tal exame tem de ser feito pouco a pouco, já pelos futuros editores de documentos inéditos, já por novos historiadores parciaes, que não tardarão a apparecer. Esses principalmente, ao ter presente este todo, o avaliarão com justiça, e quase ousamos dizer que quantos mais defeitos lhe achem, isto é, quanto mais o estudem, mais apreciarão o serviço preparatório que lhe offerecemos, comprehendendo nelle as próprias notas que publicamos no fim, sob o titulo de Auxilios Chronologicos."*[8]

Por fim, em seu Prefácio, o historiador apresentaria mais esta explicação sobre o estilo da sua história:

> *"Acerca do estylo não daremos muitas explicações, por que talvez nem acertássemos a nos fazer ouvir, quanto mais a entender. Apezar da grave sentença de Buffon, temos a persuasão de que, como tudo quanto é humano, o estylo depende muitas vezes das disposições do animo, originadas de causas que nem sempre está em nós remover. — Demais: no primeiro volume desta obra, principalmente, capitulo há escripto com differença de cinco ou seis annos do que lhe está visinho; segundo nol-o permittiam as ocasiões de que então dispúnhamos, para ir pondo em ordem, e tirando de cahos, os apontamentos que tínhamos, e que até certo ponto nos escravisavam a penna. Impossivel fora pois evitar que não escapassem repetições, incorrecções e faltas de clareza, que se vão advertindo; e bem que sejam muitas, quase nos admiramos de que, ao tratar de tantos assumptos novos, precedentes de origens tão desencontradas, não mettessemos muitas mais. É pois o caso de repetir com Rousseau: « Ce n'est pas assez d'une moitié de la vie pour faire un ...livre, et de l'autre moitié pour le corriger. »*[9]

No estabelecimento da harmonia da obra, Varnhagen se valeria ainda, para sua representação, de dois meios - o laconismo, quanto ao estilo, e a proporcionalidade entre as partes da história, como ele mesmo explicaria:

> *"Igualmente nos esforçamos por não ser pródigos nas narrações, nem pretenciosos nos juizos e analyses dos acontecimentos, pondo o maior empenho em commemorar, sempre com o possivel laconismo, e embora com menos elegância, os factos mais importantes, e esmerando-nos em descrever com a maior exactidão e clareza. (...)*
>
> *Puzemos especialmente o maior empenho em guardar na obra a maior harmonia; não sendo em muitas partes mais minuciosos, somente por que dellas tínhamos á mão mais documentos; mas sim porque assim reclamava a maior importância do assunto; isto afim de que o principio e fim da obra correspondam ao seu meio."*[10]

Respeitando este imperativo da harmonia, na segunda edição da *História* varnhageniana, a idéia de uma forma equilibrada entre suas partes e bem organizada pela disposição de seus assuntos, suprimiria o conjunto de notas e fac-similes que o autor havia

---

[8] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, Natural de Sorocaba. Madrid, Vol. I (Imprensa de V. Dominguez),1857. Prefácio, p. VIII. (Itálico do autor)

[9] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, Natural de Sorocaba. Madrid, Vol. I (Imprensa de V. Dominguez),1857. Prefácio, p. XII.

[10] Id Ibid.

adicionado aos seus dois volumes iniciais; tamanho havia sido, como ele comenta, os seus "escrúpulos" em sintetizar:

> *"Os nossos escrúpulos em condensar foram taes que passaram até a manifestar-se materialmente na própria impressão da obra, pois, em vez de fazer avulta-la, procuramos que saisse tão compacta quanto possivel, vindo a incluir em dois volumes doutrina que poderia bem apresentar-se em dez ou doze, impressos de outra forma; e ainda mais,* ***reproduzindo em cada um delles os documentos já extensamente explicados no texto****, resultando da obra muito maiores lucros em prejuizo dos cândidos adquiridores."*[11]

Acrescentar-se à obra os documentos de que se teria valido o historiador, na composição de sua história, não era uma idéia infundada para Varnhagen. De fato, ele o havia intentando quando editara a *História* pela primeira vez. As razões pelas quais Varnhagen valorizava esta apresentação *ipsis litteris* das fontes, relacionar-se-ia à tradição paleográfica e filológica de que participava, sendo o conhecimento da forma do documento o único meio de empreender as críticas que consignariam a sua autenticidade. Esta cultura crítica, caracterizada pelo emprego da paleografia e da filologia, a qual Varnhagen se filiava, estava presente nos trabalhos do historiador já à edição das *Reflexões Críticas Sobre Um Manuscrito Intitulado Noticia do Brasil* que, em 1839, lhe havia aberto as portas da Academia Real de Sciencias de Lisboa.[12] Entretanto, tendo em vista que Varnhagen em Portugal e na academia de ciências lisboeta, relacionava-se com uma conjuntura bastante ampla de relação com os manuscritos antigos, a premiação de seu trabalho não pode ser compreendida sem que a liguemos a este ambiente, no qual estava envolvido.

A crítica erudita em Portugal, relaciona-se com o clima originado a partir de D. João V (1706-1750) e que se acentuaria com D. José I (1750-1777). Entre as medidas mais significativas dessa política está a expulsão dos Jesuítas, em 1759, cujas conseqüências seriam reforçadas ainda pela reforma da Universidade de Coimbra em 1772, com a qual os estudos jurídicos vieram a sofrer uma profunda modificação.[13] João Pedro Ribeiro (1758-1839), doutor em Cânones e professor desta mesma Universidade fora, em 1783, tendo em vista as modificações dos estudos jurídicos, incumbido de examinar os cartórios portugueses estabelecendo, a partir de suas impressões, um sistematizado método diplomático à análise dos

---

[11] VISCONDE DE PORTO SEGURO. *Historia geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª edicao. RJ, Editora Laemmmert |s.d|. 1877. p. XIV. (grifos nossos)

[12] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Reflexões Críticas sobre o escripto do século XVI impresso com o titulo de Noticia do Brasil. No Tomo 3º da Colleção de Nt. Ultr. Acompanhadas de interessantes noticias bibliográficas e importantes investigações históricas. Lisboa, Tip. Da mesma academia. 1839.

[13] Sobre a Ilustração em Portugal ver : SEBASTIÁN, Javier Férnandez. Péninsule Ibérique. In FERRONE, Vincenzo & ROCHE, Daniel. *Le Monde des Lumières.* Fayard : France, 1999.

documentos que encontrara. Tornando-se, mais tarde, professor de Diplomática na Torre do Tombo, Ribeiro também, como membro da Academia de Sciencias de Lisboa, seria um dos principais defensores da crítica de documentos aplicados à escrita da história.[14] Varnhagen, como Alexandre Herculano, de quem o historiador brasileiro fora contemporâneo, havia sido tocado pelo "espírito" do qual Ribeiro era o mais eminente representante.[15]

Na *História Geral* é através da formulação de suas notas e, sobretudo, na apresentação de seus fac-similes que esta tradição erudita pode ser observada.[16] A retirada, entretanto, destas partes do corpo da *História* quando da segunda edição, indicariam, não apenas o ajustamento da historiografia ao gosto de seu presumido público leitor, mas sobretudo, a proeminência de uma concepção mais narrativa da apresentação do passado em detrimento de outra; mais próxima à organização crítica dos documentos. O trabalho do historiador brasileiro, entretanto, articularia essas duas maneiras de apresentar a relação com o passado, sendo Varnhagen, no cenário brasileiro, um dos principais protagonistas do novo rearranjo desta relação, que conjugaria o método crítico a uma escrita. Cindido entre a construção de uma exposição narrativa e a execução da crítica erudita, ele se empenharia na constituição de uma história onde, o texto só poderia ser considerado se mediado pela remissão crítica às fontes, afirmando que se "Uma coisa é a História Geral (...) e outra são as actas das suas cidades e villas" esta também não poderia ser relacionada a retórica. E, este aspecto, em Varnhagen, é pontuado por dois distanciamentos: um em relação à poesia e outro em relação à eloqüência; como ele exporia em seu Prefácio e em seu Prólogo, respectivamente:

> *O que distingue principalmente, tratando assumptos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria critica, commovido de certa maneira, cria e adapta tudo ás suas inspirações; ao passo que aquelle estuda primeiro o facto, apura-o por meio das provas que requerem seu critério, e só depois sentencêa com gravidade, transmittindo ao publico a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma ferma que os sentiu, se a penna lhe sabe obedecer, - o que nem sempre succede.*[17]

[14] Sobre João Pedro Ribeiro : BASTO, A . de Magalhães. João Pedro Ribeiro e a Historiografia Nacional. Separata do "Boletim Cultural" da Câmara Municipal do Porto. Vol.II – FASC.I – março de 1939. Edições Marânus. Porto, 1939.

[15] Sobre Herculano em sua relação com João Pedro Ribeiro ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa*. III Volume. Século XVIII. Editorial Verbo, Lisboa, 1974.

[16] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, Natural de Sorocaba. Madrid, Vol. I (Imprensa de V. Dominguez),1854. p. 476.

[17] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, Natural de Sorocaba. Madrid, Vol. I (Imprensa de V. Dominguez) 1857. p. XII.

***

"Cada dia nos convencemos mais de que a história é uma ramo da critica, não da eloqüência; e que perante o tribunal della, o historiographo não é um juiz verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com devido criterio, deve, feito o seu allegado com o possivel laconismo, sentenciar na conformidade as leis equitativas da sociedade e humana justiça."[18]

[18] VISCONDE DE PORTO SEGURO. *Historia geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª edicao. RJ, Editora Laemmmert |s.d|. 1877, Tomo I. p. XII.

O surto de peste e a proeminência do Inferno em dois ciclos de afrescos toscanos do século XIV

Tamara Quírico*

Una pestilenzia tra gli uomini d'ogni condizione di catuna età e sesso, che cominciavane a sputare sangue, e morivano chi di subito, chi in due o in tre dì, e alquanti sostenevano più al morire. E avveniva, che chi era a servire questi malati, appicandosi quella malattia, o infetti, di quella mesesima corruzione incontanente malavano, e morivano per somigliante modo

Matteo Villani, cronista florentino do século XIV

As pinturas que serão brevemente discutidas neste trabalho, os ciclos de Buonamico Buffalmacco no Campo santo de Pisa, e de Taddeo di Bartolo na *Collegiata* de San Gimignano, ambos com as representações do tema do Juízo final, relacionam-se a uma preocupação particular com a preparação para a morte. Essa preocupação acompanha o cristianismo desde seus primórdios; os homens acreditavam de fato que apenas após a morte haveria início a verdadeira vida ao lado da luz do Criador – para os bons e justos, naturalmente. A morte portanto não seria o fim de tudo. Como escreve Jacques Le Goff, "o Além é um dos grandes horizontes das religiões e da sociedade. A vida do fiel muda quando pensa que nem tudo é decidido com a morte"[1]. Para o homem cristão a morte mesma, no fim de tudo, deveria se submeter a Deus que, no último dia, ressuscitará toda a humanidade. Havia portanto o consolo da esperança – esperança de ser conduzido finalmente às benesses do Paraíso por toda a eternidade após o Juízo final.

Como ficaria, entretanto, esse sentimento de esperança em meados do século XIV, em um momento em que a morte parecia vir de modo cruel e aterrador, por meio da Peste negra? A idéia mais difundida foi a de que a peste, "um inegável triunfo da morte", foi causada "pela corrupção moral do homem e pela cólera de Deus"[2]. A peste era vista como um castigo divino[3]. Se foi enviada por Deus, como realmente pareciam acreditar, como esperar o regojizo da luz eterna após o Juízo final?

Parece plausível especular que uma calamidade como a epidemia de peste de 1348,

assim como os surtos recorrentes até o fim do século XIV, tenham gerado mudanças nas mentalidades religiosas ao menos em relação às expectativas face à morte. De fato, o historiador Robert Lerner afirma que "indisputavelmente, muitos na Europa ocidental interpretaram o surto como um sinal escatológico"[4], um aviso da proximidade da chegada do Anticristo – e do fim dos tempos, portanto. Diversos foram aqueles que buscaram meios de expiarem seus pecados ainda em vida. Os exemplos mais conhecidos são sem dúvida os flagelantes, ou *disciplinati*, como ficaram conhecidos na Itália; estes, de acordo com Herman Haupt, "se sentiram chamados a preparar o caminho para a vinda do reino de Deus"[5].

Ademais, a redução brusca da população teve possivelmente um imenso impacto sobre os que sobreviveram; ela parecia trazer constantemente à memória os horrores da peste[6]. O surto trouxe consigo um renovado fervor religioso, bem como o desejo – e a necessidade – de se aplacar a ira divina, gerando, dentre outros, procissões, promessas de construção e de decoração de igrejas e hospitais[7].

Como uma calamidade de tamanha proporção pode ter influenciado a representação artística? O historiador americano Millard Meiss defende, em sua mais importante e influente obra, *Painting in Florence and Siena after the Black Death*, uma mudança brusca na arte toscana após 1348. Meiss tomaria como exemplo, dentre outros, um retábulo atribuído a Andrea Orcagna, no qual, segundo o autor, estaria presente um abandono das inovações trazidas por Giotto e seus seguidores à arte toscana, retornando a um esquema compositivo mais de acordo com os padrões do século XIII. Abandono que teria sido gerado pelo clima de pessimismo e medo que se instalara após o surto. Uma vez que a peste fora interpretada como um castigo divino, seria apropriado que a arte abandonasse o humanismo dos giottescos, desprezando o mundo natural, e buscasse uma ênfase maior no espiritual.

A questão que se coloca aqui, no entanto, é mais específica: de que modo a peste poderia ter influenciado a representação do Juízo final, tema escatológico por excelência, e que sem dúvida era particularmente recordado em um momento no qual se anteviam os sinais do Anticristo – e portanto também da proximidade do fim do mundo, do retorno de

Cristo e do julgamento último de toda humanidade. Com efeito diversos foram os sinais que eram tradicionalmente apontados como indicativos da iminência do fim dos tempos. O autor que maior respaldo deu a esses sinais sem dúvida foi Santo Agostinho. O bispo de Hipona de fato afirmava que "o fim do mundo seria anunciado por diversos desastres, naturais e sociais, o penúltimo dos quais seria a chegada do Anticristo"[8]. A devastação causada pela peste sem dúvida era interpretada nesse sentido.

…

O tema do Juízo final possui destaque na arte ocidental pelo menos desde o século XI, com os relevos nas portadas das catedrais francesas. Nesse período, a composição costuma sofrer poucas variações: no centro o Cristo juiz; de um lado os eleitos no Paraíso, de outro os condenados que se dirigem ao Inferno. Nas primeiras representações, o destaque é dado particularmente à figura central do Cristo.

Especialmente a partir do século XIII, quando começa a ocorrer uma laicização mais efetiva da religião, elementos mais populares são incorporados às representações. Passa-se a conceder um destaque maior à Virgem Maria e aos santos intercessores – sua presença nas representações poderia suscitar a devoção dos fiéis, de modo que estes lhes dirigissem preces visando à sua intercessão para o perdão de suas faltas[9].

No entanto, como afirma Hervé Martin, até o final do século XIII o Inferno não possui grande destaque iconográfico nas representações do Juízo final, sejam esculpidas ou pintadas – exceção feita, naturalmente, ao grandioso tímpano da igreja abacial de Sainte-Foy, em Conques. Isto se deveria ao fato, segundo Martin, de que "ele [o Inferno] participa do indizível e portanto do não-figurável"[10].

Nesse período o destaque recairia especialmente sobre o julgamento, sobre a separação entre os eleitos e condenados, "mas o Inferno como tal continuaria marginal"[11]. Talvez o melhor exemplo a ser mencionado seja o tímpano da catedral de Saint-Lazare em Autun (1130-1145); neste, há apenas a menção ao Inferno no gesto do demônio que, na extremidade direita da obra, ao lado da cena da pesagem das almas, empurra

grosseiramente algumas almas para dentro de um recipiente que poderia ser interpretado como a entrada para as regiões infernais.

A partir do século XIV, começa-se a conceder uma progressiva proeminência à região infernal. As razões para essa ênfase poderiam residir na própria condição dos fiéis. Incultos e iletrados, muitos – senão a maioria – deveriam ser persuadidos sobre qual caminho seguir mais pelo medo do que pelo simples convencimento. Como indica Bernardine Barnes ao comentar o célebre afresco de Giotto na capela dos Scrovegni, em Pádua, "essa região inferior do afresco [o Inferno] foi realizada para fascinar e ser estudada, certamente com a esperança de que alguma lição pudesse ser aprendida"[12].

Nessas pinturas, há ainda um detalhe a mais: a área reservada ao Inferno, tradicionalmente a parte inferior do espaço, localiza-se muitas vezes na altura dos olhos dos fiéis, permitindo um contato visual direto e imediato[13]. Não apenas isso: concedendo especial atenção ao Inferno, poder-se-ia enfatizar também o papel intercessor da própria Igreja – apenas através dela torna-se possível escapar da condenação para além dos tempos. A elaboração minuciosa dos castigos teria então a função de assustar o fiel e prepará-lo para o juízo. Necessário é estar sempre atento, pois não se sabe quando será.

O que pode ter mudado com o surto de peste? Ao menos uma alteração parece ter ocorrido nas representações do Juízo final: a progressiva ênfase concedida ao Inferno nas pinturas a partir do início do século XIV – vide o exemplo do afresco de Giotto – parece culminar na segunda metade do *Trecento* com o destaque completo do Inferno: nos afrescos desse período ele aparece muitas vezes como uma composição autônoma, ao lado da pintura com o Juízo final propriamente dito, e acompanhado normalmente por outro afresco representando o Paraíso. Alguns exemplos poderiam ser mencionados: o afresco do Campo santo de Pisa – realizado em uma área destinada ao sepultamento e ao culto aos mortos, deve-se destacar –, o afresco de Nardo de Cione na igreja de Santa Maria Novella, em Florença (1345-57), e o ciclo de Taddeo di Bartolo em San Gimignano (ca.1393).

O que também se verifica na segunda metade do século XIV é uma maior

proeminência na representação dos pecados capitais. Isto já ocorria em obras anteriores, como no afresco de Giotto, mas em períodos posteriores o destaque é cada vez maior. Solberg comenta que nos ciclos de Buffalmacco e de Taddeo di Bartolo os artistas buscaram um maior rigor na representação desses pecados, devido possivelmente às dimensões que o Inferno ganhava como obra autônoma[14]. No afresco de Taddeo, por exemplo, não apenas há a reprodução dos pecados como eles são explicitamente indicados por tarjas: *la superbia*, *la vidia*, *la lussuria*, *la varitia*; Peccori em 1853 identificava *gola*, assim como *gli accidiosi*, indicando que algumas das legendas da pintura foram destruídas[15]. Alguns pecadores específicos também são identificados: *avaro*, *golosi*, *usuraio*, além de outros pecados como o *falso testimonio*. O afresco mostra ademais a associação entre os tipos de pecados e as penas específicas a eles aplicadas, prática que se tornará corrente nas representações do tema, e presentes também em modelos anteriores. Por exemplo, o homem identificado como *sottomutto* (sodomita) é castigado por uma estaca que é colocada em seu ânus por um demônio, que sai por sua boca, entrando em seguida na boca de um segundo homem. O sodomita é por fim assado em uma chama posta sob ele.

Taddeo parece ter tirado inspiração para seu *Inferno* especialmente do afresco do Campo santo. Há com efeito uma série de similaridades em algumas das punições encontradas em ambas as obras; ele também parece ter copiado alguns tipos de punição apresentados no afresco de Buffalmacco, mas os colocando como castigo para tipos diferentes de pecado. Por exemplo, na região dos avaros Taddeo representa um esqueleto enforcado; em Pisa, esse tipo iconográfico é encontrado na área reservada aos suicidas.

Ambos os afrescos também parecem refletir uma concepção mais popular do tema, com um realismo por vezes bastante rude, buscado talvez por motivos didáticos. Com efeito, a visualização dos pecados ocorre de modo mais explícito, e o fiel compreende de modo mais efetivo as punições a que poderá ser submetido no Além. Nas representações do século XIV, o mais importante não seriam as recompensas que poderiam receber no

Paraíso, mas sim os castigos eternos a que poderiam ser submetidos após o julgamento[16]. A representação de horríveis torturas poderia tirar a mente do fiel de seu natural torpor, permitindo a tomada de atitudes que evitariam a condenação. Evocam-se nessas imagens as palavras do Eclesiástico: "Em todas as tuas obras, lembra-te do fim, e jamais pecarás"[17]. O Juízo final parece se tornar progressivamente tema para a reflexão humana, o que se justifica quando se considera o momento histórico. Interpretando o surto como punição pelos pecados do homem, seria natural a ênfase nos castigos suscitados no Além por conseqüência desses mesmos pecados.

Meiss comenta brevemente em sua obra o ciclo do Campo santo, particularmente o afresco do Juízo final. Segundo ele, a obra dataria de pouco após a epidemia de 1348, e teria sido realizado pelo mais importante pintor pisano do período, Francesco Traini (1321-1363). Para o autor, se no fim do século XIII e início do XIV a figura do Cristo juiz parecia interagir tanto com os condenados quanto com os eleitos, rechaçando uns e recebendo os outros, a partir da segunda metade Ele parece se dirigir apenas aos condenados, denunciando-os talvez como os responsáveis pela peste. De acordo com sua proposta, a peste teria efetivamente engendrado uma mudança significativa no tipo de representação do tema do Juízo final. Ele não comenta, entretanto, a maior proeminência do Inferno.

A principal controvérsia em relação ao ciclo de Pisa está no fato de que o historiador italiano Luciano Bellosi, em sua obra *Buffalmacco e il Trionfo della morte*, publicada em 1974, contesta uma das mais importantes premissas da tese de Meiss: a autoria e especialmente a datação da obra. O autor afirma – baseado em farta documentação e em uma acurada análise estilística – que o afresco do Campo santo seria obra de Buonamico Buffalmacco (ativo entre 1315 e 1341), artista florentino que trabalhou em várias cidades italianas ao longo da primeira metade do século XIV, e mencionado por Boccaccio em seu *Decamerone*. De acordo com Bellosi, o afresco teria sido pintado por volta de 1336, no mais tardar em 1340, alguns anos portanto antes do terrível surto de peste[18].

A cronologia do ciclo do Campo santo se torna ainda mais importante quando se

considera que os afrescos parecem ter exercido grande influência sobre outros artistas – ainda no *Trecento*, pode-se citar o ciclo realizado por Taddeo di Bartolo, especialmente no que se refere ao posicionamento do Cristo juiz, além da representação mesma do Inferno. O gesto do Cristo pisano parece estar repetido ainda em outros exemplos posteriores: no painel de Fra Angelico no museu de San Marco, em Florença, pintado por volta de 1450, e mesmo no célebre afresco de Michelangelo na Capela Sistina, já no século XVI.

A questão está ainda em aberto, portanto. O ciclo do Campo santo de Pisa parece ser uma obra crucial para a compreensão da iconografia do tema no século XIV, e sua datação poderia indicar ou não a possibilidade de influência da peste na representação do Juízo final. Entretanto, mesmo que a obra seja anterior ao surto de 1348, como indica Bellosi, a possível relação entre a peste e a iconografia do tema não pode ser descartada *a priori*. É possível que uma mudança nos modos de representação já estivesse se manifestando, ainda que de modo pouco abrangente, desde antes de 1348; a epidemia poderia ter intensificado e mesmo acelerado as mudanças iconográficas. A pesquisa apenas iniciada buscará determinar se isto de fato ocorreu, e que outros tipos iconográficos nas representações do Juízo final podem ser especificamente relacionados às mudanças nas mentalidades religiosas geradas pela peste.

---

[*] Doutoranda em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Mestre em História da arte pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Professora de História da arte do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade) no Rio de Janeiro.

[1] LE GOFF, J. **La naissance du Purgatoire**. Paris: Gallimard, 1996, p. 10.

[2] MEISS, M. **Painting in Florence and Siena after the Black Death**. Princeton: Princeton University, 1978, p. 75.

[3] O cronista florentino Giovanni Villani, por exemplo, ele mesmo vítima do surto de 1348, indagava se os desastres que ocorriam em seu tempo deviam ser atribuídos a fatores outros que não a responsabilidade humana, ou se deviam ser interpretados como retribuição divina aos pecados dos florentinos – “avareza, ganância e opressão do pobre pela usura”. Ao fim da reflexão, Villani não teve dúvidas de que se tratava da segunda opção. Cf. HERLIHY, D. **The Black Death and the transformation of the West**. Cambridge (MS) e Londres: Harvard University, 1998, p. 03.

[4] "The Black Death and Western European escathological mentalities". In: **The American historical review**, volume 86, nº 01, junho 1981, p. 534.

[5] Apud **Idem**, p. 535.

[6] Como comenta Millard Meiss, "os sobreviventes estavam atônitos. O cronista sienense Agnolo di Tura fala de como enterrou seus cinco filhos com suas próprias mãos. 'Ninguém chorou pelos mortos', diz, 'porque cada um esperava a sua morte'". MEISS, M. **Op. cit.**, p. 65.

[7] Cf. BOWSKY, W.M. "The impact of the Black Death upon Sienese government and society". In: **Speculum**, vol. 39, nº 01, janeiro 1964, p. 14 e 15.

[8] FLANAGAN, S. "Twelfth-century apocaliptic imaginations and the coming of the Antichrist". In: **The Journal of Religious History**, vol. 24, nº 01, fevereiro 2000, p. 59.

[9] Na religiosidade laica dos séculos XIII e XIV havia um "forte senso de reciprocidade entre, por um lado, o poder espiritual da própria imagem e, por outro, o comprometimento e o fervor religiosos dos devotos das imagens. Esta reciprocidade surgiu na crença mesma na intercessão dos santos. Assim, alguém rezaria para que o santo intercedesse diante de Deus a seu favor. Em troca, o requerente prometeria realizar alguns atos pios". NORMAN, D. et alii. **Siena, Florence and Padua: art, society and religion 1280-1400**. Volume 1: interpretative essays. Londres: Yale University, 1995, p. 181.

[10] **Mentalités médiévales**. XIe-XVe siècle. Paris: PUF, 1996, p. 85.

[11] **Ibidem**.

[12] **Michelangelo's Last Judgment: the Renaissance response**. Berkeley: University of California, 1998, p. 18.

[13] As conseqüências que isso poderia ter sobre a obra também são comentadas por Barnes, novamente em relação ao afresco de Giotto: "A face de Satã está completamente obliterada por arranhões, e a maior parte dos pequenos demônios foram similarmente desfigurados. Pinturas do período que representavam demônios em qualquer lugar ao alcance dos pios muitas vezes sofreram tal abuso". **Ibidem**.

[14] **Taddeo di Bartolo**. His life and work (tese de doutorado). Nova York: New York University, 1991, p. 813.

[15] NORMAN, D. "The case of *beata* Simona: iconography, historiography and misogyny in three paintings by Taddeo di Bartolo". In: **Art History**, volume 18, n.º2, junho 1995, p. 182.

[16] A ênfase no Inferno pode ser constatada pela complexidade mesma da obra. Solberg, por exemplo, ao descrever o ciclo de Taddeo di Bartolo em San Gimignano, dedica pouco mais de uma página ao Juízo final; quase duas páginas ao Paraíso, necessitando, porém, de quase quatro páginas para a descrição da região infernal. **Idem**, p. 788 a 796.

[17] Ecl 7, 36.

[18] Embora ainda não exista consenso em relação à data de execução dos afrescos de Pisa, os historiadores tendem atualmente a concordar na atribuição da obra a Buffalmacco.

CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores do sul do Brasil

Tarcísio Vanderlinde[i]

RESUMO: A Reforma Agrária, como uma das prioridades de reflexão e ação, é estabelecida na IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, na segunda metade dos anos 70 do século passado. O Concílio da Terra acontecido naquela Igreja em 1982 considerou legítima a inserção da Igreja num campo que poderia ser respaldada pela Bíblia e os ensinos de Lutero. *A terra é de Deus,* e como tal mereceria atenção social e teológica devida. O Capa – Centro de Apoio ao Pequeno agricultor – é uma entidade mediadora que emerge da conjuntura e revela-se como uma forma peculiar de envolvimento da Igreja Luterana com os pequenos agricultores. A partir da mediação da IECLB/Capa, os agricultores se rearticulam no sentido de subsistir no tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE: IECLB, identidade, pequeno agricultor, Capa.

Sobre as origens do Capa

O Capa - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor caracteriza-se como organização não-governamental ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Juridicamente constitui um departamento da Instituição Sinodal de Assistência Educação e Cultura – Isaec/Capa, sendo reconhecida como entidade filantrópica.

O XIII Concílio Geral da IECLB, em 1982, tratou do tema “Terra de Deus – Terra para todos”. No documento final do concílio o Capa é reconhecido como instrumento de apoio aos objetivos propostos, em sinal de compromisso da Igreja com a continuidade da proposta original, orientando-se sempre pela própria recomendação do Concílio Geral: *“Todo o processo de conscientização, de sinais de apoio, reivindicações e propostas concretas deve ser marcado à luz do Evangelho, por um espírito de amor, diálogo e persistência luterana”.*[ii]

A organização objetiva principalmente promover a união dos agricultores familiares, visando à diversificação da produção e à comercialização, além de desenvolver tecnologias que preservem o meio ambiente. Visa, igualmente, na sua concepção resgatar a consciência da função social da terra, como produtora de alimentos sadios e abundantes para o povo, além de apoiar e lutar pelo desenvolvimento da saúde comunitária.

No ícone que representa o Capa, a cruz que aparece no símbolo da Igreja Luterana "transforma-se" numa cruz ecológica e lembra uma semente brotando, "ressuscitando". É uma cruz viva que pode representar vida. O globo de onde "brota" a "nova cruz" ou uma "nova semente" assenta-se sobre o "livro da sabedoria", que pode ser dos novos conhecimentos agroecológicos mediados pelo Capa e se adequam também aos ensinos de Lutero e ao que está escrito na Bíblia na visão daquela entidade. A "nova cruz" do Capa pode ser entendida como um símbolo de libertação.

Considerando os efeitos da modernização agrícola, a exclusão dos pequenos agricultores e os efeitos nefastos às vezes provocados pelas migrações destes, o Capa, no início, foi relacionado a uma "agricultura libertadora", que poderia viabilizar a permanência do agricultor em sua pequena propriedade. Ao ressaltar o significado místico da agricultura libertadora, Hélio Musskopf retrata o contexto que legitima o surgimento da entidade:

> Desde os tempos de Abraão, o povo migrava para a 'terra prometida', para Canaã. Ainda hoje, no Brasil, o povo continua migrando, talvez não pelas mesmas razões. O povo do sul já procurou os Estados do Paraná, do Mato Grosso e Território de Rondônia. Já migrou até para países vizinhos! Muitos tentaram voltar. Muitos morreram na peregrinação. Alguns se deram bem. Outros choram saudade da terra natal. Projetos de colonização levaram, e continuam levando, muitos de um lugar para outro. Desalojados pela construção de barragens, as pessoas marcham forçadas rumo às novas áreas. O capitalismo selvagem impõe técnicas e políticas agrícolas que acabam levando pequenos agricultores ao desespero, à miséria, à venda de suas terras para pagar dívidas acumuladas, à marginalização rumo às luzes artificiais das cidades ou aos acampamentos às margens das estradas, senão ao crime. Até quando o povo migrará 'porque lhe falta o conhecimento' (Oséias 4.6)?"[iii].

A IECLB tem sua história marcada pela trajetória dos pequenos agricultores. No tempo presente, apesar do êxodo rural, ainda metade dos membros da Igreja vive em áreas rurais, enquanto que a realidade demográfica brasileira aponta para uma alta concentração da população em zonas urbanas. O processo de modernização da agricultura no país afetou profundamente a vida dos agricultores familiares. Uma forte intervenção do Estado através do crédito subsidiado para a adoção do novo padrão tecnológico, baseado nos insumos agroquímicos e na mecanização, rompeu a lógica da agricultura familiar, cuja trajetória foi de

uso intensivo de mão-de-obra e diversificação de culturas agrícolas. A mudança de relações de produção também resultou em novas relações sociais. A lógica do mundo da colônia, de que quem trabalha progride, passou a não valer mais. Passou a progredir quem tivesse acesso ao crédito e condições de desenvolver uma agricultura de capital intensivo.[iv]

Nos anos 80 do século passado, os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira eram evidentes. Houve concentração de terra, degradação do meio ambiente e aumento das diferenças sociais no campo. A colonização das áreas do Centro-Oeste-Norte do país, proposta pelo governos militares como uma alternativa para a não-realização da reforma agrária no Sul, revelou-se como um *"grande fracasso"*. As cidades cresceram rapidamente, surgindo os grandes cinturões de favelas. O emprego urbano já não era mais um forte atrativo para o êxodo rural. O Capa emerge nesta circunstância e, desde a sua fundação, passa a desenvolver iniciativas para auxiliar os agricultores diante do contexto de exclusão no campo que se foi instalando.[v]

Além de buscar, juntamente com os agricultores, o "conhecimento que liberta" e permitir que o agricultor permaneça em sua pequena propriedade, o Capa surge com o objetivo de empenhar-se em apoiar e estimular o sindicalismo e desenvolver políticas no sentido de reduzir o êxodo rural, em especial o dos jovens. Segundo Arzemiro Hoffman, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ao longo de sua existência, vem demonstrando sua eficácia na construção da cidadania no meio rural. A consulta às fontes indica que os resultados alcançados pela entidade se viabilizam, pela via técnica e comunitária. Afirma o pastor que *"a construção cidadã de pequenos agricultores exigiu sempre um esforço pedagógico de perceber o lugar vivencial onde o grupo se encontra (seu hábitat, seus costumes, suas referências...) para, a partir daí, construir alternativas viáveis para sua sobrevivência econômica e social".*[vi]

O Capa, como entidade mediadora da IECLB, envolve-se com a idéia de que é possível construir uma nova paisagem no meio rural. Uma paisagem que inclua a inserção responsável do homem sem necessariamente deteriorar o ambiente onde ele está inserido. Uma tarefa que não é considerada fácil e exige considerável esforço e sabedoria de todos

os envolvidos na empreitada. A idéia parte da constatação de que a *revolução verde* não resolveu qualitativamente o problema alimentar, além de deteriorar significativamente o meio ambiente com a introdução maciça dos chamados agrotóxicos. As conseqüências disto foram as mais perversas possíveis, fazendo os agricultores abandonarem práticas saudáveis de uso do solo em busca do lucro rápido. Este pode ser considerado o cenário em que atua o Capa. Além de estimular a desintoxicação da terra, preocupa-se também em "reeducar" o agricultor no sentido de não apenas garantir sobrevivência a ele e à sua família, mas também proporcionar mais saúde a produtores e consumidores. Esta pode ser entendida como a "nova paisagem" preconizada pelo Capa. Uma paisagem em que se possibilita a reconstrução de um ambiente saudável para todos.

A origem do Capa está diretamente ligada à história da IECLB cuja trajetória acompanha o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as "colônias velhas", ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824, na região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul. Com a expansão da fronteira agrícola e o deslocamento de colonos para outras regiões do Estado/País, a IECLB, também foi ampliando sua área de intervenção. Primeiramente em direção às "novas colônias" e, mais tarde, para o noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, para onde foram "empurrados" os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do sul se impunham como uma barreira intransponível a impedir que a nova corrente migratória para lá se dirigisse.

Na conferência dos pastores regionais da IECLB realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978, é criado o Capa, iniciando as suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa/RS, atuando numa área que inicialmente abrangia 112 municípios do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina[vii].

O Capa, em suas diferentes fases, foi financiado por entidades da Alemanha. Atualmente, o Capa é financiado pela Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento – EZE/EED. [viii] Apurou-se que os recursos, destinam-se à formação de um fundo rotativo destinado a pequenos empréstimos aos agricultores familiares, fundos

que seriam ressarcidos posteriormente em produtos agrícolas. Além disso, os recursos são destinados à manutenção e operacionalização técnica e administrativa da entidade.

A proposta do Capa se fundamenta na disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos "pacotes" da modernização e aos vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

A mediação do Capa

O discurso mediador formulado pelo Capa representa interesses eclesiais da IECLB, e, embora aponte a construção de um novo saber numa óptica de mão dupla a partir dos mediadores e mediados, o processo apresenta suas resistências peculiares[ix].

Ao pesquisar sobre a atuação do Capa núcleo de Marechal Cândido Rondon no Paraná, detectou-se que agricultores tinham que, às vezes, dar um *passo para trás*, no que tange à utilização de insumos agrícolas não permitidos na agroecologia. As dificuldades que os agricultores enfrentavam em dedicar-se integralmente à agroecologia como base para sobrevivência foi um outro problema detectado. Outra questão é o cerco físico e psicológico provocado pelos agricultores que continuavam se dedicando à agricultura *convencional*, mas que acabava gerando um efeito positivo de resistência e fortalecimento coletivo do grupo envolvido com a agroecologia. É possível concluir que esta é, sem dúvida, a situação que gera um discurso ideológico de resistência. Mais que isso, a opção dos agricultores mediados pelo Capa leva os agricultores a romperem com o sistema "convencional", que passa a ser totalmente desqualificado diante da emergência do novo.

A organização comunitária constitui uma das ações que são priorizadas pelo Capa, e é onde também ocorre resistência. A ação é desenvolvida com grupos e associações e se fundamenta na crença de que se trata de um trabalho inovador e participativo de uma ação que seja transformadora, promova autonomia e possa ser potencializada e multiplicada. Na

opinião dos mediadores da entidade, este trabalho exige análise sociológica e proposta pedagógica e metodológica que promova e valorize a participação ativa e consciente. A entidade mediadora entende que o espírito individualista, muito presente entre agricultores tem como uma das causas principais o fracasso de inúmeras iniciativas comunitárias que, apesar das boas intenções e objetivos, não lograram êxito. Na visão do Capa, é através da organização comunitária, em especial das associações de agricultores familiares agroecológicos, que se torna possível construir espaços de discussão, elaboração e implementação de ações que possibilitam superar o individualismo. O individualismo é visto como uma atitude negativa dos agricultores que pode atrapalhar o desenvolvimento dos objetivos da entidade. A superação do individualismo, na visão do Capa, proporciona alternativas de organização que se revertem em mais renda e dignidade para os agricultores familiares. Esta postura também permite uma maior interferência nas políticas públicas, fazendo com que os poderes e órgãos públicos estejam voltados para a agricultura familiar[x].

Chamam atenção os aspectos contraditórios que envolvem os processos de mediação em que mediadores e mediados partem em busca de um novo saber. Ao mesmo tempo que é desqualificado o individualismo do agricultor, “lugar” onde podem estar escondidos aspectos de sua cultura, afirma-se que as proposições partem dos mediados havendo respeito às peculiaridades do grupo, como cultura e desejos, por exemplo. A forma de relação entre mediados e mediadores, além de subjetiva, caracteriza-se como estruturalmente contraditória, indicando um processo que precisa ser constantemente gerido, uma vez que não pode ser superado plenamente. A aceitação do discurso mediador do Capa não garante que os mediados, e mesmo os mediadores, não lidem com reinterpretações e reapropriações diversas. No discurso da parceria que procura valorizar a cultura do agricultor, o conteúdo acaba sendo valorizado conforme os momentos e contextos do processo. O que é indesejado no processo acaba sendo desqualificado. O processo é conduzido sempre tendo em mente o fortalecimento da nova identidade do grupo mediado.

Conclusão

A idéia que resultou na formação do Capa emergiu das discussões realizadas pela IECLB em relação à problemática da terra no Brasil. É talvez uma das discussões mais relevantes se considerada a busca da identidade dessa Igreja e a sua inserção na realidade social brasileira. A idéia do Capa não é descolada da discussão geral sobre reforma agrária, mas circula melhor na comunidade luterana por se identificar mais com a história da formação daquela Igreja no Brasil.

Ao final dos anos 70, A IECLB, através de seu conselho diretor, estabelece a reforma agrária como uma das suas prioridades de reflexão e ação. O Concílio da Terra aconteceu em 1982 e, entre outros assuntos, considerou-se pertinente a inserção da Igreja no assunto se consideradas as Sagradas Escrituras e os ensinos de Lutero. *A terra é de Deus,* e como tal mereceria atenção social e teológica devida. Mesmo antes do concílio, como também depois, o assunto voltou em pauta reiteradas vezes.

Na formulação do ideário do Capa, pouco se enfatizam termos como “invasão”, “ocupação”, “acampamentos” e “assentamentos”. Estas concepções relacionadas à reforma agrária dificultam a discussão sobre o assunto nas comunidades luteranas, o que não significa concluir que a Igreja só atue em movimentos que tenham a “cara” do Capa. Porém, mesmo com resistências internas, a Igreja tem avançado neste particular. Há que se ressaltar que, no jeito luterano de atuar, o Capa tem avançado em áreas de ação até bem pouco tempo não pensadas entre os luteranos[xi], e não há como pensar isso a não ser como uma forma de avanço, apesar das resistências.

Notas

---

[i] VANDERLINDE, Tarcísio. Doutor em História pela UFF, atua no CECHEL – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O artigo em pauta emerge do 4º capítulo de Tese de Doutorado defendida pelo autor com o título: "Entre dois Reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores do sul do Brasil". Integra o grupo de pesquisas "Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional" cadastrado ao CNPq. Desenvolve a linha de pesquisa "Migrações e Identidades". ebenezer@certto.com.br

[ii] HISTÓRICO DO CAPA. Texto elaborado pelo Capa – sul, fevereiro de 2003.

[iii] MUSSKOPF, Hélio. Agricultura Libertadora. *Revista do CEM*. Porto Alegre: CEM, Janeiro de 1982, p. 66.

[iv] De acordo com o pastor sinodal Nilo Christmann, o princípio ético-histórico, de que é preciso trabalhar para ter direito ao pão de cada dia, precisa ser revisto em decorrência das profundas mudanças pelas quais a sociedade está passando. *"O rolo compressor da modernidade avança sem se importar muito com os que vão sendo esmagados, ou seja, aqueles que não encontram mais espaço para viver dignamente a partir dos frutos de seu trabalho"*(CHRISTMANN, 2003:2).

[v] HISTÓRICO DO CAPA, op. cit., p. 18-19.

[vi] O texto sem data cedido pelo Capa em agosto de 2000 é possivelmente de autoria de Arzemiro Hoffmann, pastor da IECLB e seu exame permite concluir que foi escrito em 1996.

[vii] Os núcleos atuais de atuação do Capa, situam-se nos municípios de Pelotas, Santa Cruz do Sul e Erexim no Rio Grande do Sul e nos municípios de Verê e Marechal Cândido Rondon no Paraná.

[viii] Evangeliche Zentralstelle Für Entwinklungshilfe e.V. (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento). Trata-se de ONG fundada em julho de 1962 na Alemanha. Inicialmente formada apenas por fundos de igrejas evangélicas, recebeu posteriormente recursos públicos para viabilizar seu trabalho. A organização apóia o trabalho no campo do desenvolvimento realizado por igrejas e outras ONGs. A entidade coopera com parceiros em mais de 80 países da África, Ásia, América Latina e Caribe, freqüentemente por intermédio de Conselhos de Igrejas nacionais e regionais, e com a assistência de agências especializadas em desenvolvimento(Folder de divulgação da EZE, s. d.). Em 2001, juntamente com mais três outras organizações ligadas às igrejas evangélicas na Alemanha se integraram a EDD (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o desenvolvimento). A informação consta em correspondência da EDD endereçada ao Capa, núcleo de Marechal Cândido Rondon, Pr, 11 de junho de 2001.

[ix] NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.

[x] REVISTA DO CAPA-PR. *Assessoria técnica à produção agroecológica.* Edição comemorativa, 2º semestre de 2002.

[xi] É o caso da atuação do Capa entre grupos quilombolas na região de Pelotas no Rio Grande do Sul.

O patrimônio cultural do centro histórico de Florianópolis: um estudo do papel dos Museus Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa e Victor Meirelles na preservação e produção da cultura.

Tathianni Cristini da Silva

Em nossos dias passamos quase que quotidianamente em frente a museus, centros de cultura, prédios históricos tombados como patrimônio municipal, estadual, nacional ou mesmo mundial, e eles estão lá para quem queira ou não percebe-los; existem e fazem parte da área pública de nossas cidades, nos diferentes países.

Alguns ficam indiferentes a estes bens que acabaram ganhando espaço efetivo dentro das comunidades, enquanto outros valorizam tais locais e obras e fazem deles parte de suas vidas. Foi da observação da importância, para as pessoas, desses instrumentos que preservam a memória de um tempo que não é mais o presente, que nasceu esta pesquisa.

Iremos discutir a permanência e relevância daquilo que denominamos patrimônio cultural, seja ele um palácio ou uma simples vista de uma ilha, pintada por um garoto de 14 anos de idade.[i] Trata-se de entender o papel desse tipo de patrimônio, tanto para o rememorar da história de uma comunidade, como também a instrução daqueles que viajam para conhecer novas localidades.

Optamos aqui por tratar do papel do guia nos museus Histórico de Santa Catarina e Victor Meirelles. Os guias são personagens de grande importância nos espaços museais e inúmeras vezes acabam relegados a um segundo plano quando são realizadas as atividades de preparação das pessoas que irão ter contato direto com o público, sendo eles tão essenciais quanto o acervo exposto.

É importante nesse momento firmarmos dois conceitos-chave para a educação realizada pelos museus: a arte-educação e a educação patrimonial. Ambos são utilizados

por monitores nesses ambientes; entretanto, contemplam questões bastante diferenciadas, e não devem ser confundidos, como geralmente ocorre.

A arte-educação utiliza procedimentos pedagógicos como explicações sobre arte e estilos artísticos, elaboração de desenhos pelos alunos quando da visitação ao museu, análises sobre o cotidiano do visitante e a relação deste com aquilo que vemos expostos, que, somados, originam a educação em museus. A troca entre visitantes e arte-educador constitui a elaboração e o desenvolvimento de uma reflexão crítica, que pretende contribuir para a modificação da realidade social. Trata-se, pois, de uma leitura não só do objeto exposto, mas de todo o seu contexto.

Segundo Ana Mae Barbosa, alguns pontos são básicos para entendermos a arte-educação:

> 1. Maior compromisso com a cultura e com a história. (...) O slogan modernista de que todos somos artistas era utópico e foi substituído pela idéia de que todos podemos compreender e usufruir da Arte.
> 2. Ênfase na interrelação entre o fazer, a leitura da obra de Arte (...) e a contextualização histórica, social, antropológica e/ou estética da obra. (...)
> 3. Não mais se pretende desenvolver apenas uma vaga sensibilidade nos alunos por meio da Arte, mas também se aspira influir positivamente no desenvolvimento cultural dos estudantes pelo ensino/aprendizagem da Arte. (...)
> 4. Pretendendo-se não só desenvolver a criatividade por intermédio do fazer Arte mas também pelas leituras e interpretações das obras de Arte. (...)
> 5. Não se trata mais de perguntar o que o artista quis dizer em uma obra, mas o que a obra nos diz, aqui e agora em nosso contexto e o que disse em outros contextos históricos a outros leitores. (...)
> 6. O compromisso com a diversidade cultural é enfatizado pela Arte-Educação pós-moderna. Não mais somente os códigos europeus e norte-americanos brancos, porém mais atenção à diversidade de códigos em função de raças, etnias, gênero, classe social, etc.
> 7. O fato de se reconhecer que o conhecimento da imagem é de fundamental importância não só para o desenvolvimento da subjetividade mas também para o desenvolvimento profissional. (...).[ii]

Já a educação patrimonial é um processo “centrado no Patrimônio Cultural, como instrumento de afirmação da cidadania.” Enquanto a arte-educação privilegia a reflexão crítica, esta “objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual

ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e valores que o constituem." [iii]

Em 1997, um grupo de técnicos reconhecidos por seus trabalhos com educação patrimonial em diversas localidades, foi reunido em Brasília para elaborar um plano sobre educação patrimonial para o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), chegando às conclusões que definem hoje a importância dessa atividade.

> 1 – Tornar acessível, aos indivíduos e aos diferentes grupos sociais, os instrumentos e a leitura crítica dos bens culturais em suas múltiplas manifestações, sentidos e significados.
> 2 – Propiciar o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando o sentimento de auto-estima, considerando a cultura brasileira como múltipla e plural.
> 3 – Estimular a apropriação e o uso, pela comunidade, do Patrimônio Cultural que ela detém e pelo geral é também responsável.
> 4 – Estimular o diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio cultural, propiciando a "troca" de conhecimento acumulado sobre estes bens.
> 5 – Experimentar e desenvolver metodologias de Educação Patrimonial, que permitam um processo contínuo de conhecimento e compreensão e avaliação dessas ações.
> 6 - Promover a produção de novos conhecimentos sobre a dinâmica cultural e seus resultados, incorporando-os às ações de identificação, proteção e valorização do Patrimônio Cultural no nível das comunidades locais e das instituições envolvidas.[iv]

Assim, enquanto a educação patrimonial trabalha com aquilo que representa a realidade cotidiana de uma certa comunidade, a outra acrescenta a esta comunidade questões pertinentes relativas a acervos dos mais diversos tipos (materiais e de estilos) e procedências.

Retornando ao nosso estudo de caso, os dois museus alvo de nossa pesquisa estão localizados no centro histórico de Florianópolis, com uma grande proximidade física entre eles, contudo percebesse grandes diferenças em ambos, seja quanto a sua estrutura e área de atuação, seja pelo percentual de visitantes.

O Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) nasceu como instituição em 04 de outubro de 1978, pela Lei n. 5.476. Esse museu foi criado para ser a sede da história política do estado de Santa Catarina. Era então governador, Antônio Carlos Konder Reis

(advogado e museológo). Em 30 de agosto de 1986 o museu mudou de endereço para o atual Palácio Cruz e Sousa[v], junto a Praça XV de Novembro.

Os guias do MHSC são pessoas contratadas por uma firma terceirizada, que não possuem formação acadêmica para atuarem como tal. Essas pessoas recebem um breve treinamento baseado quase que exclusivamente num informativo do museu, ao qual muitos visitantes têm acesso, e já partem para atuar junto àqueles que vão ao Palácio.

Um bom guia de museu precisa conhecer com certa profundidade o ambiente em que atua. Necessita ter informações sobre a história do local e suas relações com a história da região e do país; o tipo e estilo do acervo exposto; a função exercida pelo ambiente; a área em que vai desenvolver seu trabalho — se é educação patrimonial ou arte-educação, que são questões bastante diversas como já vimos. Enquanto a primeira é centrada na formação da cidadania, a segunda busca a reflexão social; questões que passam, sobretudo, por uma formação acadêmica séria e não podem ser adquiridas sem a intermediação de uma escola, de uma universidade.

Embora vejamos em muitos guias a boa vontade no atendimento aos visitantes, percebem-se as lacunas quanto aos conhecimentos citados anteriormente; assim, inúmeras vezes as visitas a esse ambiente tornam-se um verdadeiro desastre. Para vermos a seriedade do assunto basta enumerarmos alguns aspectos, como:

1º - A visita é feita com muita rapidez, quase não se pára para observar o ambiente e as peças expostas; os guias fazem um resumo contando para que servia a sala e se dirigem para a próxima. Geralmente este mesmo resumo está escrito em um suporte na entrada de cada sala;

2º - O acervo exposto é praticamente inexplorado pelos guias; está mais para decoração da sala do que para instrumento de entendimento da memória do Palácio;

3º - As perguntas dos visitantes, dependendo do nível de dificuldade, ou não são respondidas adequadamente, ou são simplesmente ignoradas, como se não tivessem sido feitas;

4º - Os grupos de alunos ou grupos de turistas são muito grandes (até com 30 pessoas) para um único guia fazer o percurso pelo museu, logo, apenas um número pequeno de visitantes ouve sua fala, enquanto os outros ficam dispersos, sem a devida atenção;

5º - O silêncio quase sepulcral pedido, num ambiente já gélido, produz a sensação de um local distante e pouco agradável para uma permanência de mais de 30 minutos.

Com estes pontos que levantamos sentimos as dificuldades de uma visitação agradável e compensadora ao museu, e vemos o quanto faz falta ao local a preparação de guias adequados. Muitas vezes, outros problemas são somados a tudo que foi comentado. Por exemplo, poucos são os professores que possuem conhecimento para preparação dos alunos ainda em sala de aula. Quando os alunos vão ao museu preparados com informações acerca daquilo que verão, possuem maior entusiasmo e logo ao entrar observam e comentam as similaridades com o estudo prévio em sala, perguntam mais, enfim, são mais vivazes, o que, para quem faz o guiamento nem sempre é muito interessante, já que as perguntas vêm em avalanche. Do outro lado estão os alunos que não recebem nenhum preparo e acabam ficando ou dispersos, mais distantes do guia, ou mais próximos ouvindo seus comentários rápidos.

Não podemos deixar de falar dos grupos de turistas que ficam sob o domínio do guia de turismo[vi], profissional que deve possuir formação acadêmica e carteira de registro emitida pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), conforme a Lei n. 8.623, de 1993. Esse profissional tem como missão conhecer a cidade e saber sobre os ambientes visitados; muitas vezes ele acaba colaborando em muito com o guia que está no museu, agregando novos comentários às explicações do guia. O mesmo faz muitos professores quando percorrem o museu com seus alunos.

Percebemos assim que existe uma grande necessidade de adequação das pessoas que trabalham no Palácio. Em verdade, deveriam atuar no Museu Histórico de Santa Catarina educadores patrimoniais, já que o acervo no qual o prédio está incluído poderia proporcionar aos visitantes conhecimentos que tornassem aquele um lugar agradável e familiar para a comunidade; que este deixasse de ser um grande monumento estéril do centro histórico no qual muitos moradores sequer entraram um dia. Para tanto, além da formação de educadores patrimoniais, outra necessidade urge. Trata-se da divulgação daquele espaço tão bem localizado junto à Praça da Figueira, como muitos moradores de Florianópolis chamam a Praça XV de Novembro.

No outro lado da praça, junto a Rua Victor Meirelles, temos o Museu Victor Meirelles (MVM) criado na década de 1950 pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e apresentou desde sua origem um plano de suas atividades e funções. Esse museu é uma instituição federal, diferentemente do MHSC, que é uma instituição estadual.

Ser uma instituição federal certamente auxiliou este museu, contudo, provavelmente o maior proveito quanto a este aspecto se deve ao grande interesse que teve o Diretor do SPHAN Rodrigo Melo Andrade, durante as décadas de 1950 e 1960, na criação e manutenção desse espaço. Ele captou obras para constituir um acervo, e buscou recursos para manter em funcionamento o museu após sua inauguração.

Um dos pontos em que fica evidente a estruturação e clareza de objetivos desse espaço se deve ao profissional responsável pelo guiamento de grupos no museu. A arte-educadora[vii] desenvolve um trabalho com os grupos que visitam o MVM voltado para o entendimento e a reflexão, tanto acerca da obra de Victor Meirelles (18/08/1832 – 22/02/1903) quanto das exposições temporárias de artistas contemporâneos que ficam expostas no andar térreo do museu.

A visita ao museu compreende um histórico da casa e alguns comentários acerca de sua arquitetura. Em seguida, a arte-educadora convida os visitantes a

estabelecerem contato com a arte contemporânea do artista que está sendo apresentado no espaço para exposições temporárias, recolhendo e suscitando questionamentos sobre o que estão vendo e sentindo, buscando fazer, do estranhamento que nasce da observação da arte de nosso tempo, um instrumento para a leitura das situações que a vida moderna provoca no homem. Após esse contato com o novo e a arquitetura da casa, a visita passa ao andar superior; lá estão expostas algumas obras que compõem o acervo de obras de Victor Meirelles. Novas explicações e dúvidas são trabalhadas num tom de encantamento dos visitantes pelo que estão vendo: afinal, tratasse de um dos maiores pintores acadêmicos do século XIX no Brasil.

Cada sala contempla um aspecto do trabalho de Victor, sendo que algumas obras são trocadas no decorrer do ano, enquanto outras permanecem nas salas por serem as mais representativas que o museu dispõe de uma determinada fase da obra do artista. Isso ocorre com as obras: *Vista do Desterro* (1847), *A Morta*, *Degolação de São João Batista* (1855) e os *Estudos da Batalha dos Guararapes*, todas peças a óleo. São obras que provocam a admiração do público diante de sua grande elaboração plástica.

Posteriormente à visita da casa, os visitantes são levados ao auditório no prédio ao lado do museu, para assistirem a um filme sobre a vida do artista e terem uma última conversa com a arte-educadora. Quando os visitantes são crianças, o trabalho é estendido com a confecção de desenhos pelos alunos sobre aquilo que viram, e resposta a um questionário. O professor ainda tem mais uma tarefa, a de responder um questionário avaliativo da visitação, para dar suas opiniões a respeito de sua estada e auxiliar na melhoria dos serviços prestados pelo museu.

Hoje o museu dispõe de um catálogo de obras completo até 2003 e *CD-ROM* com visita virtual ao museu, materiais distribuídos gratuitamente às escolas públicas e vendidos aos estabelecimentos particulares e pessoas interessadas, além de dois vídeos sobre a vida e obra de Victor que o museu disponibiliza aos profissionais interessados. Outro projeto em andamento no museu é o de um *kit* sobre o acervo e o artista, composto

por transparências das obras de Victor, *CD-ROM*, fichas, cópias em dimensões de cartazes de algumas das obras do museu e vídeos, que fechados em uma grande pasta, são levados por professores aos colégios para um estudo prévio do museu, assim, durante a visitação, os alunos podem aproveitar melhor tudo o que virem.

A visitação de escolares ao museu é bastante expressiva, bem como no Museu Histórico de Santa Catarina, estes são o grande público das duas instituições. Observa-se um aumento no número de visitantes quando há a troca de exposição, em especial quando a exposição também do piso térreo é de obras de Victor. Esse mesmo movimento é observado no Museu Histórico de Santa Catarina. Entretanto, o número de visitantes aos museus ainda é muito pequeno diante do potencial que temos ali, de um lado as obras de Victor Meirelles para serem conhecidas, do outro a arquitetura eclética do século XIX num dos primeiros edifícios da capital de Santa Catarina e toda luta de poder contida em sua história.

Percebesse assim, a importância que o trabalho realizado por um guia qualificado exerce sobre a permanência e significação da visitação aos museus. Essa é uma das premissas para o retorno do visitante e seus futuros acompanhantes ao espaço dos museus, formando, portanto, um público maior para os centros culturais. Pois, sempre esperamos que cada novo indivíduo que adentre a instituição retorne, trazendo consigo outras pessoas para interagirem naqueles espaços.

---

[i] Uma das primeiras telas pintadas por Victor Meirelles de Lima, exposta no museu do mesmo autor em Florianópolis/SC.
[ii] BARBOSA, Ana Mae (org.). *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2002, p.17-21.
[iii] FERREIRA, Maria C. P. et al. *Educação Patrimonial*/IPHAN. Brasília, 06 a 08 de maio de 1997. 6p. (Reprodução).
[iv] FERREIRA, Maria C. P. et al. *Educação Patrimonial*/IPHAN. Brasília, 06 a 08 de maio de 1997. p.3. (Reprodução).
[v] O local era chamado de Palácio Rosado até 1986, quando em homenagem ao poeta simbolista João da Cruz e Sousa (24/11/1861 – 19/03/1898), ou simplesmente Cruz e Sousa, ou ainda, “Cisne Negro” - nascido no então Desterro, hoje Florianópolis – foi alterado para Palácio Cruz e Sousa.
[vi] Guia de Turismo é o profissional que faz o *tour* com os visitantes a um local, enquanto Guia Turístico é o material impresso que é utilizado para divulgação e localização dos turistas em uma nova cidade.
[vii] A arte-educadora é funcionária da Prefeitura Municipal de Florianópolis, e foi cedida ao museu desde a década de 1990 para desenvolver seu trabalho de arte-educadora.

"Maria Madalena: pecadora arrependida ou uma liderança apostólica nas comunidades cristãs primitivas?"

Tatiana Kiyomi Moriya (Mestranda – UNESP/Assis)

Ao percorrer o momento de gênese do cristianismo primitivo após a morte de Jesus de Nazaré (30), observamos os seus discípulos iniciarem o processo de expansão do seu campo de ação.

Conforme relatado nos *Atos dos apóstolos,* Paulo foi o judeu-helenizado que levou o cristianismo aos gentios desejosos de conversão. Também nos *Atos*, observa-se Pedro presidindo a eleição de Matias e falando em nome dos seus, ressaltando a sua importância como intermediário entre Jesus e os outros apóstolos.[1] Na Palestina, Pedro era o chefe incontestável da Igreja, depois dele Tiago; suas viagens de inspeção na Judéia, na Samaria e até em Antioquia atestam a irradiação das comunidades cristãs.[2]

Com a era apostólica chegando ao fim (70), a Igreja cristã conta com numerosas comunidades no Oriente – Síria, Ásia, Macedônia, Grécia. E já durante o século II, o cristianismo progride por toda parte: na Ásia, ode as comunidades se multiplicam e não mais somente perto das Costas, na Síria, no delta e no vale do rio Nilo, na Cirenaica. Além das fronteiras do império alcança a Mesopotâmia.[3]

No fim do séc. II, a hierarquia já parecia estar fixada nas comunidades cristãs, entretanto, a descoberta dos escritos apócrifos, demonstram uma diversidade de crenças e práticas religiosas até então pouco estudadas.

Grande parte destes escritos são de cunho gnóstico, sendo encontrados em 1945 num deserto perto da cidade de Nag Hammadi, no Alto Egito. Tratam-se de uma coleção de antigos "evangelhos" cristãos e outros textos atribuídos a Jesus e seus discípulos, datados dos primeiros séculos da era cristã. A língua original era o grego, mas as cópias achadas haviam sido traduzidas para o copta, idioma comum no Egito nos séculos III e IV. [4] Dentre estes escritos apócrifos, está o *Evangelho de Maria*, um texto já conhecido desde 1896, antes da descoberta dos rolos de Nag Hammadi, e que remonta ao século II.

A descoberta destes textos, proporciona a oportunidade de conhecer diretamente ensinamentos que foram interpretados e condenados por bispos ortodoxos como Justino, Ireneu e Valentino, que durante o séc. II, atacaram os cristãos gnósticos, considerando-os heréticos.

Como o título desta comunicação sugere, buscando-se a tradição referente à construção da figura de Maria Madalena, procura-se partir dos dados escassos dos escritos canônicos no Novo Testamento. Seu nome é mencionado doze vezes nos Evangelhos, sendo o nome mais presente no Novo Testamento. Entretanto, o aspecto mais relevante sobre a Madalena dos evangelhos, é o fato de ser uma figura de síntese, onde se confundem três personagens femininas. Além da passagem em Lc 8,1-3 onde se cita o nome de Maria Madalena como sendo a mulher de quem tinham saído sete demônios, também há outra passagem em Lc 7, 36-50 onde uma mulher, pecadora na cidade, adentra na casa de um fariseu onde Jesus se encontra almoçando, e se ajoelha chorando. E começa a banhar seus pés com as lágrimas e enxugá-los com os cabelos, beijava-lhe os pés e os ungia com perfume. A outra mulher que comumente é identificada com Maria Madalena, se encontra numa passagem dos evangelhos de Marcos e Mateus, quando Jesus se encontra na casa de Simão o leproso e uma mulher entra com um vaso de nardo legítimo e com este perfume valioso, ungiu-lhe a cabeça. Portanto, três personagens distintas.

Essas três personagens auxiliam na compreensão da conotação dada à Maria de Mágdala, como sendo uma prostituta redimida. Ela foi uma mulher libertada de sete demônios por Jesus, sendo que os demônios evocam uma forte relação com o pecado. Uma das três mulheres era uma “pecadora na cidade”, numa época em que os pecados sexuais são os únicos ou os principais que tenham importância e relevância social para uma mulher. E por fim, ela é identificada como a “mulher dos cabelos longos”, descobertos e desalinhados, pelo fato de servirem para enxugar os pés de Jesus. Em Israel, nos tempos de Jesus, as mulheres não poderiam aparecer em público com a cabeça descoberta, sendo inclusive, motivo de repúdio por parte do marido; para uma virgem, a obrigação é menos exigida, mas para uma mulher cuja sexualidade tenha sido ou seja ativa, os cabelos não podem ser mostrados a qualquer um.[5]

E acaba sendo esta imagem feminina de Maria de Mágdala que a tradição cristã manteve e fixou, particularmente durante a Idade Média: a de uma mulher que representa o pecado e a sua remissão, uma criatura portadora do mal, dominada pelo remorso. E de acordo com esta tradição, durante empreendimento da Reforma, Madalena se tornou venerada, a esperança dos pecadores. Isto se deu pois havia um forte movimento na Igreja por volte de 1049, liderado pelo papa Leão IX, de destituir os prelados fornicadores condenar os príncipes incestuosos e bígamos, reprimindo no topo do edifício social os pecados e, especialmente, os pecados sexuais.[6]

Seguindo este movimento, observa-se entre 1075 e 1125, o desenvolvimento da reforma eclesiástica na cristandade latina. Para ocorrer a purificação da Igreja, caminhou-se para a divisão dos homens em duas categorias: de um lado aqueles à quem a união com mulheres é proibida com rigor, e de outro os que devem possuir apenas uma, e os quais são necessariamente maculados, por isso situam-se abaixo dos assexuados na hierarquia dos méritos. Tal segregação arca um traço que permanece enterrado nas consciências da Europa Ocidental e pelos séculos afora, a idéia de que a fonte do pecado é antes de tudo o sexo. Por isso a Reforma vinha se chocar com um elemento vital dessa idéia, a mulher.[7]

É neste ponto que este trabalho ressalta a relevância dos escritos gnósticos: por meio deles, pode-se obter uma nova reflexão acerca da figura da mulher e de Maria Madalena, em especial, e suas funções sociais e eclesiais, no período de gênese do cristianismo.

Na maior parte dos escritos gnósticos, Maria de Mágdala está sempre presente, sendo vista como intérprete ou reveladora da doutrina gnóstica, como um modelo do gnóstico perfeito, que sabe elevar-se até a plenitude da visão e do amor espiritual.[8]

Se a partir do séc. II, observa-se o crescente silenciamento de mulheres em funções de líderes nas comunidades cristãs ortodoxas, estes escritos trazem à luz novas perspectivas, ao evidenciar que entre os grupos gnósticos, como os valentinianos, as mulheres eram consideradas iguais aos homens, algumas eram reverenciadas como profetisas, outras exerciam função evangelizadora, e algumas atuavam como padres e bispos.[9]

Os autores gnósticos atribuíam seus escritos a diversos discípulos, normalmente pessoas que não pertenciam ao círculo dos Doze (apóstolos): Paulo, Maria Madalena e Tiago. Isto porque alguns insistem que os Doze, inclusive Pedro, não haviam recebido a gnose quando testemunharam pela primeira vez a ressurreição de Cristo. Assim, o *Evangelho de Maria*, retrata Maria Madalena (que os ortodoxos nunca admitiram no rol dos apóstolos) como uma mulher favorecida por revelações que se originam de uma comunicação direta com Jesus, se sobressaindo sobre os outros apóstolos.[10]

Pode-se perceber no *Evangelho de Maria*, implicações políticas que surgem do conflito Pedro com Maria Madalena: Pedro e André representando líderes do grupo ortodoxo, acusa Maria (a gnóstica) de ter visões de Jesus que justifiquem idéias estranhas e invenções. Maria Madalena não é um dos Doze, não tendo uma autoridade legítima segundo os ortodoxos, entretanto, ao refutar Pedro, os gnósticos que a tomam

como modelo, podem vir a contestar a autoridade dos padres e bispos que afirmam ser os sucessores de Pedro.[11]

"...ela permaneceu silente, pois até esse ponto que o Salvador falara com ela. Mas André retrucou e disse aos irmãos, "Digam o que quiserem sobre as palavras dela. Eu, da minha parte, não acredito que o Salvador tenha dito isso. Pois certamente esses ensinamentos são idéias estranhas!

...Maria chorou e disse a Pedro, "Pedro, meu irmão, o que pensa você? Acha que eu mesma inventei tudo isso em meu coração? Acha que estou mentindo sobre o Salvador?" Levi tomou a palavra e disse a Pedro, "Pedro, você sempre foi irrascível... Se o Salvador a considerou digna, quem é você para rejeitá-la? "[12]

O gnosticismo foi uma ciência religiosa, um modo de conhecimento superior. O seu fundamento é o dualismo: à carne a gnose opõe o espírito, ao criador do mundo visível (o demiurgo) opõe um Deus desconhecido que é luz e bondade. Para alcançar a gnose estes cristãos diziam que não precisavam do bispo ou do clero.

Os gnósticos cristãos recusavam-se a crer na encarnação e na morte de Cristo, representando assim um perigo mortal para a Igreja nascente, pois corrompe a idéia da transcendência divina.[13] A ressurreição não era considerada um evento notável do passado, mas sim, simbolizava como a presença de Cristo pode ser vivida no presente. O que importa não é "ver" literalmente, mas sim a visão espiritual.[14]

Diante da gnose, o principal representante do cristianismo ortodoxo foi o bispo Ireneu de Lião (180). Num primeiro momento ele expõe as doutrinas gnósticas, demonstrando a solidez do seu conhecimento sobre a literatura gnóstica, para em seguida as refutar em nome da razão e da verdade herdada dos apóstolos e confiada nos evangelhos.[15] Sua principal obra de refutação da gnose, são os cinco volumes de *"Adversus haereses"*, cujo título completo é "Revelação e refutação da falsa gnose". Ireneu era asiático de origem, possuía formação clássica, conhecendo autores pagãos e filósofos; morreu provavelmente no início do séc. III.[16]

Ireneu percebeu a atuação de mulheres nos grupos gnósticos, o que se deve em grande parte à concepção gnóstica que reconhece o elemento feminino em Deus. Entretanto, criticava essa participação feminina (inclusive na celebração eucarística), por exemplo no caso do grupo de Marcos, um seguidor do gnóstico Valentino; segundo

Ireneu, ele era um mago que preparava afrodisíacos especiais para iludir, enganar, atormentar e perverter “suas presas”, as mulheres.[17]

Enfim, o que se procurou demonstrar neste trabalho, é o clima de efervescência no que diz respeito aos ensinamentos, crenças e práticas religiosas que permeavam o cristianismo primitivo durante o século II, com o inevitável processo de estabelecimento e exclusão de princípios e condutas, morais e sociais, determinados por um corpo eclesial cada vez mais fortemente institucionalizado.

Em meio a essa disputa pelo poder atemporal da Igreja, pode-se recorrer aos escritos gnósticos, como uma alternativa para a reflexão da definição dos papéis sexuais e suas funções na sociedade judaico-cristã, que também se tornam um convite à novas interpretações acerca do ambiente cristão do séc. II.

Notas de fim:

---

[1] PIERRARD, Pierre. História da Igreja. Trad. Álvaro Cunha. São Paulo: Paulus, 1982. P.20

[2] Idem, 1982: 23.

[3] Ibidem, 1982: 26.

[4] PAGELS, Elaine. Adão, Eva e a serpente. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. P.95

[5] SEBASTIANI, Lilia. Maria Madalena: de personagem do evangelho a mito de pecadora redimida. Trad. Antonio Angonese. Petrópolis: Vozes, 1995. P.48

[6] DUBY, Georges. Maria Madalena. In: ___ Heloísa, Isolda e outras damas no século XII. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P.45

[7] Idem, 1995: 48.

[8] Sebastiani, 1995: 56.

[9] PAGELS, Elaine. *Os evangelhos Gnósticos.* Trad. Carlos Alfonso Malferrari. São Paulo: Ed. Cultrix, 1988. P. 87.

[10] Idem, 1988: 53.

[11] Ibidem, 1988: 45.

[12] Apud, Pagels, 1988: 44.

[13] Pierrard, 1982: 34.

[14] Pagels, 1988: 42.

[15] HAMMAN, A. *Os Padres da Igreja.* Trad. Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1980. P.41.

[16] Idem, 1980: 39

[17] Pagels, 1988: 86.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES EM UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO.

Tatiana Polliana Pinto de Lima [i]

O Partido dos Trabalhadores é um partido fundado em 1980, constituído em sua origem por militantes advindos das mais diversas corrente políticas, o que na prática significa de integrantes da corrente mais liberal da Igreja católica até militantes da esquerda marxista, bem como da extrema esquerda. Ao longo dos anos sofreu modificações, as mais variadas, seja na sua estrutura, nas suas bases militantes ou na sua formação política. Pudemos perceber estas mudanças por meio das transformações nas suas defesas para a área da educação.

Assim, no texto a seguir procuraremos abordar os encontros nacionais de educação, elaborados pelo PT como forma de entender as falas do partido no tocante à educação inseridas em um contexto de mudanças não somente estruturais, mas igualmente conjunturais pelas quais passou o mesmo. Este trabalho é também um esforço de entender as influências que o processo de integração do Brasil às novas tendências capitalistas mundiais, denominadas atualmente de neoliberalismo, tiveram sobre a relação educação e PT.

Adentrando por toda a década de 80, a preocupação do PT era prioritariamente, se não podemos assim dizer, quase exclusivamente com os *trabalhadores*. Uma escola pública para os trabalhadores. Este foi o cerne principal, ou seria a preocupação principal no decorrer da realização do 1º. Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores (I. ENEd/PT) ocorrido em 1989. Ora, desta feita, em um dos seus textos intitulado “Algumas propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores”, inserido no livro “A Educação como Ato Político Partidário”, Moacir Gadotti, o coordenador geral do I ENEd/PT, assim afirmou:

> A luta maior do PT é pelo estabelecimento de uma sociedade de iguais, eliminando a exploração do trabalho. Por isso, seu objetivo final é a *democracia socialista*. Para atingir esse objetivo, o PT luta para que todos os trabalhadores gozem dos direitos que um Estado democrático deve garantir: o direito ao trabalho, à moradia, ao transporte, à saúde e à alimentação, à cultura, educação e lazer, à terra a quem nela trabalha, direito à livre expressão e organização de qualquer grupo ou minoria etc. [ii]

O documento principal resultante deste encontro, principal texto-alvo do primeiro momento das análises aqui realizadas, é o relatório final do I ENEd/PT. Na introdução do relatório final do encontro, a Coordenação da Comissão de Assuntos Educacionais afirma que "um dos objetivos do I ENEd/PT foi propiciar a oportunidade para discussão e a construção de uma proposta partidária, que colabore na atuação dos trabalhadores em educação petistas, nas suas várias frentes de atuação"[iii]. Isto porque o partido reconhecia o grande potencial militante nesta área de atuação. Assim, "o PT propõe-se a ter uma política educacional própria para que seus militantes possam participar dos movimentos sociais, discutindo, aprendendo e ensinando sem ferir sua independência e autonomia"[iv]. A Coordenação reconhece que o maior papel que o I ENEd/PT cumpriu foi o político, já que naquele momento muitos educadores petistas encontravam-se à frente de numerosas entidades educacionais, a maioria filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Buscou, desta forma, "... socializar as experiências e a elaboração de modo a subsidiar a atuação destes no movimento de educadores visando à unificação de suas intervenções, até então fragmentadas e espontâneas, em diversos setores."[v]

Toda esta política educacional elaborada pelo partido partiu de um ponto chave – a avaliação da situação da educação que naquela época apontava para as deficiências nesta área social: descaso dos governos estaduais, municipais e federal pela escola pública, baixos salários, ausência de contrato unificado para os professores, falta de cursos noturnos para os alunos trabalhadores, falta de conteúdo nos cursos ministrados. Enfim, problemas herdados da política educacional dos Governos Militares e perpetuada ao longo de todo o Governo Sarney (1985-1989).

Várias temática foram tratadas neste encontro, tais com LDB, educação infantil, leis estaduais de educação, etc. Mas, o ponto maior de discussão no I ENEd/PT foi a escola pública com a construção de uma qualidade que beneficiasse prioritariamente os trabalhadores. De acordo com o relatório final do encontro, este leva em consideração que é o próprio trabalhador que organiza suas atividades e, por meio de experiências vivenciadas, seja na escola ou no convívio social, apropria-se de um conhecimento prático, social e histórico. As propostas para uma concepção pedagógica do PT acataram o mundo do trabalho, a produção cultural do trabalhador e sua relação com o político e a educação; suas condições, bem como suas necessidades, deveriam ser consideradas, proporcionando prazer e condições de permanência na escola.

Na visão dos educadores petistas, uma escola pública, popular, de qualidade deveria ser medida não apenas pelos conteúdos ministrados pelos professores e assimilados pelos alunos, mas igualmente pela construção de uma solidariedade de classe, pela possibilidade que toda a comunidade ao redor dela, assim como pais e alunos, tivessem de utilizá-la como um espaço comum de elaboração e edificação da cultura e do conhecimento.

Já, no momento seguinte, ou seja, no início da década de 1990, período em que se começa o delinear de uma nova fase no capitalismo no Brasil, este agora terá que se inserir em um novo modelo de produção capitalista que afetou, e continua afetando sobremaneira toda a população mundial. Modelo este pautado na regulação financeira; na diminuição de “gastos” sociais com saúde, educação, cultura, cujas responsabilidades pela sua manutenção estavam sendo transferidos para a sociedade como um todo; no fim do emprego formal; aumento acelerado de desemprego; crescimento do emprego informal; transformação de uma relação educação-trabalho para uma outra: mercado de trabalho-escola.

Assim, os objetivos de uma escola volta para o mercado de trabalho e para as necessidades de uma indústria capitalista são cada vez mais perceptíveis na educação

brasileira. O importante agora é o cidadão inserido neste “novo” contexto de construção dos mercados globais.

Neste cenário ocorre o II Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores (II ENEd/PT) em 1992, tentando por meio de seus debates propor algumas soluções para os problemas educacionais do Brasil. “Educação para um Brasil Cidadão”. Podemos afirmar que este foi o objetivo do II Encontro Nacional de Educação do PT (II ENEd/ PT), um encontro ocorrido em julho de 1992, em Taboão da Serra, estado de São Paulo. Sua projeção já não foi tão grande quanto a ocorrida no I ENEd/ PT de 1989, em virtude da turbulência que cercou a política brasileira nesse ano. Um ano marcado por denúncias de corrupção, envolvendo o então Presidente da República Fernando Collor de Mello, eleito em 1989 e empossando no ano subseqüente (1990).

A eleição de Collor consolidou o processo de transição dos governos militares para os governos civis. Foi a primeira feita diretamente pela população após 21 anos de ditadura. Nessas eleições, disputaram o 1º turno três blocos de forças político-partidárias compostos por vinte e quatro partidos, alguns com candidatos próprios; outros, em aliança ou coligação partidária. O primeiro bloco pode ser considerado conservador de direita e centro-direita, identificado com o neoliberalismo; um outro bloco de centro e centro-esquerda, que defendia a social-democracia e, por último, um de esquerda, que encampava um projeto socialista para a sociedade brasileira.

Neste ínterim, as Resoluções do 2º. ENEd/PT tratam, em sua introdução, da situação da educação brasileira em 1989, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo em trinta e seis (36) cidades brasileiras. Desta feita, o Partido passa a ser agora também governo. Para o PT, a educação encontrava-se em uma “trágica” situação, com

> Péssimas condições dos prédios escolares, ausência de uma ação sistemática de manutenção e conservação dos mesmos, falta de escolas, falta de equipamento e materiais, falta de merenda, profunda desvalorização profissional dos educadores, autoritarismo como marca das relações na escola e entre estas e a administração, índices brutais de evasão e repetência, orientação pedagógica que desconhecia a realidade dos educandos, dificuldade dos educadores, por suas condições

> profissionais, em refletir e repensar sua prática e, em alguns casos, desvios de recursos e corrupção. [vi]

Na ótica do partido, este quadro era conseqüência de anos e anos da ação de políticas educacionais que preteriram os serviços públicos, não os levando em consideração como prioridades sociais, à revelia da população sem voz. "Este quadro que foi, e lamentavelmente ainda é, uma realidade de proporções nacionais resulta das orientações políticas desenvolvidas pelos governos militares, e pela Nova República, muitas das quais reavivadas pelo governo de Collor de Melo."[vii] A seguir, ainda no mesmo documento, toda uma descrição e breves comentários são feitos quanto às reformas realizadas ao longo dos governos militares e que interferiram na situação educacional brasileira de fins da década de 80.

Assim, a política de sucateamento do ensino público resultou na expansão da rede privada em todo o país, fosse no ensino pré-escolar, ou nos antigos 1º e 2º graus, além de uma extraordinária privatização no ensino superior. Conseqüentemente, em fins dos anos 70, os filhos oriundos da classe média passaram a freqüentar as escolas privadas, como forma de qualificarem-se e adentrarem as portas das universidades públicas brasileiras. Aos trabalhadores era legada uma escola desqualificada que lhes permitia, quando muito, o acesso a universidades privadas, conforme já explicitado anteriormente. A sensação de fracasso foi, portanto, permeando o imaginário da população trabalhadora, no sentido de que seus filhos não haviam nascido para estudar. Era, desta feita, melhor trabalhar para auxiliar no sustento da casa.

Esta situação não foi alterada com a instalação da Nova República. O governo Sarney, por meio de seu Ministro da Educação Marco Maciel, instaurou os programas "Educação para Todos" no chamado "Dia D da Educação", este direcionado para o 1º grau, e "Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira", em 1985, levando em consideração o ensino superior.

No 2º. ENEd/ PT, portanto, o partido afirmava que, neste contexto, "o papel do estado seria o de assegurar (...) condições mínimas de igualdade de oportunidades para que cada qual ocupe o papel social que a concorrência no mercado lhes reservar."[viii] Este ideário é o que está no imaginário social de cada brasileiro que vê nos estudos uma tábua salvadora, o único meio de ascensão social, influência direta do escolanovismo, resquícios, portanto, do debate que permeou toda a década de 80 entre a Pedagogia Escolanovista e a Histórico-Crítica. Uma concepção de escola convertida em instituição, que supostamente garantiria igualdade de oportunidade de vida, e não algo novo.

O partido, continuava ainda assim, a defender a escola pública de qualidade para todos, dentre outros motivos, em decorrência de ter sido composto, em suas origens, por educadores, jovens e trabalhadores envolvidos com movimentos e sindicatos da área educacional.

O PT já iniciava aqui igualmente suas defesas das relações existentes entre qualidade da educação e gestão democrática do sistema[ix]. Um outro fator que, na ótica do partido, contribuía para a qualidade do ensino era a apropriação do conhecimento produzido pelos homens, por crianças, jovens e adultos. Este é um direito social que, se realizado dialogicamente, auxilia para o exercício da cidadania."O processo do conhecimento contribui para a prática da liberdade."[x]

Neste contexto de transformações, quais foram as defesas para a educação brasileira conclamadas no 4º ENEd/PT ocorrido já em 1999? Será que ainda eram defesas ligadas à uma escola voltada para os trabalhadores, a exemplo do 1 º ENEd/ PT, ou uma escola pública para os cidadãos brasileiros, como no 2º. encontro, ainda que esta fosse ainda uma escola voltada para a formação de uma consciência crítica, buscando a transformação rumo à uma sociedade socialista? Objetivamos apontar algumas luzes nos próximos parágrafos.

Os trabalhos desenvolvidos no 4º Encontro foram de dois tipos, a partir de: experiência das administrações petistas no tocante aos estados e municípios, e experiências dos grupos de trabalho referentes ao debate sobre os diversos temas que cerceavam as

políticas educativas naquele momento, tais como: a educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, ensino médio e profissionalizante, educação superior e educação à distância, formação de professores, financiamento e sistema de gestão democrática.

Como metas internas, pretendia-se a definição na organização da CAED, espaços contínuos para o aprofundamento do debate sobre as diferentes formas e fontes dos ciclos de formação praticadas e pensadas nas administrações do PT; a viabilização da formação dos militantes que atuavam na educação; a apresentação com clareza da posição do partido no que se refere à bolsa-escola.[xi]

Por outro lado, a não-dualidade no ensino médio; os motivos da profissionalização; a apropriação de recursos públicos por grupos privados sem nenhum controle pelos órgãos públicos e sociedade civil; os projetos e perspectivas para uma nova proposta de ensino médio; a formação continuada dos professores desse nível de ensino e a expansão do ensino médio ao ensino noturno foram os eixos de discussão presentes nos trabalhos do GT sobre Ensino Médio e Educação Profissional. Quanto às propostas e encaminhamentos gerais, foi defendido que as administrações petistas deveriam investir nas escolas de ensino médio de formação geral, tornando-as escolas de qualidade; investir igualmente na formação permanente dos profissionais da educação e construir os projetos pedagógicos com a participação de toda a sociedade civil.

Desta feita, as discussões do 4º ENEd/PT visavam, por um lado, a participação no processo de elaboração do Plano Nacional de Educação, em andamento naquele ano de 1999, com a ocorrência de audiências públicas, visando propor alternativas ao texto apresentado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação e em vias de aprovação; mas, por outro lado, dar suporte, em matéria de educação, aos governos petistas, fossem eles municipais ou estaduais.

A reafirmação da defesa de uma escola pública, laica e de qualidade perdeu a ênfase em meio ao movimento dialético da história. O Partido dos Trabalhadores já não defendia em seus escritos a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade

socialista e o discurso reformista tornava-se público, vindo a se aprofundar nas propostas de governo apresentadas à sociedade quando das disputas eleitorais para Presidência da República de 2002. O Partido dos Trabalhadores, inicialmente um partido classista, de trabalhadores, havia se tornado um partido social-democrata em suas defesas para a sociedade brasileira?

O PT tornou-se governo federal em 2003 e adentramos o ano de 2004 com a troca do Ministro da Educação, saiu Cristóvão Buarque, entrou Tarso Genro com a sua eloqüente defesa em prol da Reforma Universitária. Mas quais serão as propostas a serem apresentadas como as grandes novidades para a universidade brasileira? Esperemos para ver. Será que a qualidade da educação será fruto de seriedade suficiente a ponto de verificarmos algo realmente de novo? Já diz o ditado popular que a esperança é a última que morre. Mas a nossa, dos educadores, bem como da sociedade civil em geral está em mais franca agonia perante um partido que prezava pela liberdade e agora enquanto governo expulsa os parlamentares que ousam ir contra as deliberações do partido-governo, a exemplo do ocorrido no ano de 2003 com a Senadora Heloísa Helena e com os Deputados Federais Luciana Genro e Babá. Um partido que defendia a educação para todos e atualmente espera ampliar o FIES (crédito educativo), no lugar de ampliar as vagas nas universidades públicas, bem como as recuperar, ou espera cobrar taxas dos professores do ensino universitário privado que porventura tenham feito suas pós-graduações em universidades públicas. É este o PT que até agora está sendo nos apresentado. Esperemos que a origem do partido seja recuperada e a educação volte a ser responsabilidade e dever do Estado, uma educação de qualidade, pública, laica e gratuita para todos.

---

[i] Mestre em Educação pela UNICAMP. Graduada em História pela UFRN. Professora da Universidade Católica do Salvador, das Faculdades Integradas Olga Mettig e da Faculdade Social da Bahia. Consultora Pedagógica da Editora Moderna.

[ii] DAMASCENO, Alberto et al. **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez, 1989. P. 29

[iii] DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1º. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. p. 21

[iv] DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1º. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. p. 21

[v] DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1º. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. p. 21

[vi] DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 4.

[vii] DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 4.

[viii] DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 9.

[ix]Esta gestão democrática era defendida como parte da luta pela democratização e desprivatização do Estado e pela auto-organização da sociedade.

[x] DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992a. p. 15.

[xi]A respeito da bolsa-escola nas reformas educacionais da década de 1990 ver AVEIRO, Jorge F. H. **A reforma educacional no Brasil (1988 – 2001)**: processos legislativos, projetos em conflito e sujeitos históricos. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – FE, UNICAMP, Campinas.

NACIONALISMO E ETNICIDADE: ESTRANHAMENTOS E CONFLITOS*

Tatiane dos Santos Virtuoso

Neste artigo, procurarei oferecer visibilidade aos estranhamentos interétnicos representados nas falas dos entrevistados de duas comunidades escolares investigadas. Serão evidenciados também alguns enfrentamentos das colônias étnicas frente à Campanha de Nacionalização. Para entendermos as questões mencionadas acima, é necessário conhecermos um pouco sobre as escolas que são o objeto desta pesquisa.

A Escola Reunida Casemiro Stachusrski está inserida na comunidade de Linha Batista – Criciúma - SC. O local foi colonizado por imigrantes poloneses a partir de 1891. Este bairro é apresentado no trabalho de um Grupo de Pesquisadores[1] da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, como o segundo bairro que abriga a maior concentração de poloneses da cidade de Criciúma. É pertinente lembrar que a comunidade polonesa apresenta a parcela de 0,72% da população de Criciúma.

No Bairro Linha Batista o percentual de poloneses é de 2,56%, sendo que a etnia que hoje mais se destacada, segundo a mesma pesquisa, é a etnia luso-brasileira com 81,47%, da população, enquanto os italianos compõem 14,38% da fatia, os espanhóis 0,32% e alemães 0,64%, outros 0,32%. Eu entendo que estes dados refletem que apesar da afirmação da comunidade em cima da identidade étnica[2] que primeiramente ocupou o território, dados estatísticos afirmam que esta identidade é simbólica. Se os sujeitos que constituem o Bairro ocasionalmente se identificam com a cultura polonesa, esta identificação se deu por meio de apropriações simbólicas.

O Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz localiza-se no Bairro Morro Estevão – Criciúma - SC. Esta localidade foi fundada por imigrantes de origem italiana que haviam se fixado no Núcleo São José de Cresciúma a partir de 1898.

A trajetória desta Escola inicia aproximadamente em 1905 com a mobilização dos moradores da colônia de italianos preocupados com a instrução dos filhos. A partir desta inquietação, foi instalada a escola étnica na comunidade. A comunidade de Morro Estevão hoje apresenta, o seguinte quadro étnico: 1,39% alemães, 0,59% espanhóis, 29,90% italianos, 65,19% luso-brasileiros, 1,94% negros, 0,40% poloneses, 0,59% outros[3].

Das escolas comunitárias particulares a inserção da escola pública

Quando os imigrantes europeus chegaram a Santa Catarina e consequentemente a Criciúma, no final do século XIX, os mesmos se depararam com a inexistência de um sistema escolar. Para resolver o problema, assumiram comunitariamente o ensino, assim como os demais setores sociais das comunidades, como a construção de igrejas. Estas eram questões fundamentais que não poderiam permanecer ausentes. Neste contexto, o historiador Lúcio Kreutz[4] fala do surgimento de uma experiência cultural inédita na história da educação do país: aqueles que sabiam mais ensinavam, tornavam-se professores, lecionando muitas vezes em suas próprias casas até encontrarem um lugar adequado para o funcionamento de escolas, que geralmente contava com a ajuda dos governos dos países de origem. No caso da colônia de poloneses de Linha Batista, a mesma fazia parte da Central de Poloneses no Brasil. Para esta Central, localizada em Curitiba - Paraná, cabia o gerenciamento das organizações responsáveis por cultivar a cultura polonesa nas colônias brasileiras, como a abertura de escolas. Podemos entender melhor o papel da Central de Poloneses no Brasil na fala de Casimiro Tibincoski:

> Ali [Linha Batista], organizou-se uma sociedade de poloneses. Em Curitiba já existia um centro de poloneses. De todos os estados, só os do sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, receberam poloneses. Alguns poucos em São Paulo, de lá eu só soube de duas escolinhas polonesas. No Rio de Janeiro também bem poucas. Cada sociedade formada, cada colônia polonesa fazia parte da União Central dos Poloneses no Brasil, era bem organizado. Eles mantinham muitos professores vindos da Polônia, mandavam onde fosse preciso. Muitos se formavam aqui, mas falavam bem o polonês. De lá veio o primeiro professor formado em polonês[5] .

Casemiro Tibincoski, embora não tenha freqüentado a escola na época em que os professores eram enviados pela Central de Poloneses no Brasil, estudou em uma escola

polonesa localizada em Linha Torrens, hoje pertencente à cidade de Morro da Fumaça**.** Primeiramente, o professor de Casemiro Tibincoski era Inácio Kubaski, posteriormente, ele foi aluno de Helena Grzwinski Werpachonski**.** A professora Helena Grzwinski Werpachonski era casada com um farmacêutico, o Sr. Estanislau Werpachonski. O casal está muito presente na memória da comunidade de Linha Batista pelo apoio cultural que representaram na antiga colônia. Depois que passaram um período na colônia de Linha Batista, estes resolveram voltar para a Polônia. Na falta de professores que continuassem o trabalho na escola, a mesma foi fechada. A transmissão da cultura polonesa não era disseminada apenas pela escola. Havia a imprensa polonesa em Curitiba que divulgava revistas, jornais, editados em língua polonesa.

Apesar de Casemiro Tibincoski ter freqüentado muito pouco a escola formal, o mesmo continuou praticando a leitura em casa. O pai de Casimiro Tibincoski que gostava muito da leitura passou a assinar um jornal polonês, editado pela imprensa polonesa juntamente com os padres missionários, em conjunto com a União Central dos Poloneses no Brasil.

> Ele [pai de Casimiro Tibisncoski] gostava muito da leitura também. Ele assinava o jornal semanário, era um jornal muito importante, bem construtivo. Eu gostava muito, lia para mãe [...]. Nós não tínhamos o que fazer a noite, então eu lia para mãe. O pai pegava aquela luz de querosene, o lampião. Já era melhor, de vidro. Ele sentava na sala e lia jornais e livros que ele trazia da biblioteca. A mãe então ficava na cozinha trabalhando e nós líamos para ela. Ela tinha uma pequena instrução[6].

A biblioteca mencionada pelo entrevistado era constituída de 300 livros doados pelo casal Werpachonski**,** mencionado anteriormente. A biblioteca ficava sob custódia de um padre muito querido pela comunidade, o padre Francisco Chylinski.

> Eu aprendi algumas coisas porque eu fui viciado em leitura [...] aqueles 300 livros eu li e reli, naquele tempo eu era muito curioso. Na leitura eu era tão curioso que quando compravam no armazém, nas vendas, as coisas vinham embrulhadas em jornais. Eu desenrolava o jornal só para ler. Eu tinha uma prática tão grande que eu só olhava a primeira palavra do verso e já sabia o que vinha. Eu estou quase duvidando se existe pessoa que leu mais de que eu na vida[7].

Porém, pelo que pude observar nas outras entrevistas, a maior parte das crianças de Linha Batista somente entrava em contato com a leitura na escola formal, o material

didático enviado pela Central dos Poloneses no Brasil eram redigidos em língua polonesa. Pude perceber que a prática da leitura extraclasse ficou restrita a poucos. O acesso à leitura de jornais e revistas é evidenciado apenas na fala de Casemiro Tibincoski.

Na comunidade de Morro Estevão, encontrei um livro didático com textos escritos em italiano e em seguida traduzidos para o português, os conhecidos *sillabarios*. Nas duas colônias aqui abordadas os professores/as das escolas étnicas ministravam em língua estrangeira e posteriormente o português passou a ganhar espaço. No caso do Grupo Escolar "Núcleo Hercílio Luz", identifiquei por meio das entrevistas e documentos que o ensino da língua portuguesa já era efetivado em 1925. Na Escola Reunida "Casemiro Stachurski", o ensino da língua polonesa se estendeu por mais tempo. Identifiquei o ensino do polonês mesmo que intercalado pelo ensino da língua portuguesa até meados de 1937.

No período Primeira República do Brasil [1889 –1929], pouco se alcançou de positivo em relação à nacionalização do ensino no estado de Santa Catarina[8], sendo que as escolas particulares-étnicas cresciam em número sem maiores problemas, sanando, de certa forma, uma grande lacuna esquecida pelo governo brasileiro: a questão escolar. Somente no Estado Novo, que iniciou em 1937, foi que se estruturou um sistema educacional com possibilidades de realmente desenvolver a política de nacionalização nas escolas. A indiferença inicial com que as autoridades brasileiras, desde o século XIX, encararam as colônias formadas por imigrantes, contribuíram decididamente para a manutenção, dentro destes núcleos coloniais, de costumes e tradições herdados da Europa.

Algumas peculiaridades das colônias compostas por estrangeiros em todo o país como a distinção entre das mesmas a partir da identidade cultural, como por exemplo, a colônia polonesa, a colônia italiana. A preocupação dos imigrantes com a "pureza da raça", pois não deveria haver casamentos interétnicos, tornou-se evidente. Estes estranhamentos entre as etnias foi percebido já na instalação das mesmas, no então Núcleo São José de Cresciúma. Apesar de as orientações das autoridades ter sido no sentido da formação de colônias mistas, percebe-se o isolamento étnico.

> Os imigrantes quando chegaram, vieram em três levas. Em 1880, 1890 e 1891. Começou em Linha Três Ribeirões, na Próspera. A segunda leva foi Linha Cabral, Cocal. A terceira foi na Linha Batista. A última leva se colocou assim numa linha reta, uma picada porque não tinha estrada, não tinha nada. Aquela Linha foi pura de poloneses. Por muito tempo ninguém falava português. Assim começou aquela Linha. Não entrou ninguém de outra etnia[9].

Este isolamento foi o prenúncio de uma série de estranhamentos frente ao diferente, como menciona a entrevistada Maria de Luca Thomasi, moradora do Bairro Morro Estevão:

> Depois nós íamos ao cinema, matinê, nós dizíamos matinê. O jardinzinho[10] continua no mesmo lugar. Só não tinha aquelas árvores e tudo mais. Era feito um jardinzinho ao redor assim, nem banco tinha para sentar. Aliás, só tinha um banco, lá no canto de cima, mas era dos polacos. Os polacos eram juntos, os alemães eram juntos, os italianos eram juntos, tudo separado. Nós íamos escutar os polacos para rir porque eles falavam diferente[11].

Observando as falas das entrevistas coletadas nas comunidades de Morro Estevão e Linha Batista, percebi que os estranhamentos étnicos iniciam pela língua, que aparece como referência da distinção dos grupos, passando pela demais questões culturais. Ana Lenir de Luca Borges, memorizando as falas de sua mãe Iria Zandomenego de Luca, professora em Linha Batista no período de 1930-1932, enfatiza que "A maior diferença que ela [Iria] encontrou entre os poloneses, porque ela era de origem italiana, era a língua, e já era bastante. Além disso, tinha a culinária e muitos costumes diferentes[12]". O estranhamento não se restringia à professora de descendência italiana para com os alunos descendentes de poloneses, o mesmo foi encontrado também na fala dos alunos da Escola de Linha Batista:

> Eu lembro de uma porção de amigos. Tinha polaco, italiano, tudo junto. Minha descendência é polonesa. Quando nós íamos embora, nos brigávamos na estrada, chamávamos nome um para o outro, chamavam-nos de polaco, de italiano. Xingavam-nos como as crianças né, no outro dia já estava tudo bem, né[13].

Os estranhamentos interétnicos puderam ser observados também nos espaços religiosos. Durante muitas décadas, a religião Católica prevaleceu nas colônias polonesas e italianas pesquisadas. Esta característica comum entre as etnias que poderia representar um elo interétnico também aparece nas entrevistas como um espaço de tensões e exclusão. A distinção entre as línguas polonesas e italianas propiciou a distinção de espaços religiosos. Havia as igrejas dos italianos e as igrejas dos poloneses.

Próximo à comunidade de Linha Batista, situava-se uma colônia de italianos. A mesma era denominada de Linha Torrens, hoje pertencente a Morro da Fumaça. Apesar do mesmo padre ministrar suas missas para as duas comunidades, polonesa e italiana, as reuniões de fé se efetivavam em espaços diferentes. Pelaguia Bartosiak, moradora de Linha Batista, relatou que apesar do padre ser brasileiro e as missas serem rezadas em latim, as missas continuavam sendo ministradas em lugares e horários diferentes para as respectivas comunidades étnicas. As distintas comunidades étnicas, mesmo compartilhando do mesmo credo religioso, não permitiam "misturas". Esta realidade pode ser observada na fala de Casemiro Demboski[14]. "A nossa avó [polonesa] um dia foi na igreja dos italianos, veio uma tal mulher do Cechinel, uma velha, pegou ela pelo braço assim: vai, a igreja é nostra aqui[15] . As distinções étnicas perpassavam os lugares sagrados como cemitérios. O cemitério de Linha Batista, há apenas mais de uma década, passou a ceder espaço para os "não-poloneses". Porém, desde sua fundação, em 1929[161], este espaço era um local para os descendentes de poloneses.

Assim percebi a estranheza frente ao diferente. No caso dos grupos étnicos, os mesmos uniam-se fortemente entre si. O convívio social destes grupos resumia-se aos compatriotas. Sendo assim, para defenderem-se do desconhecido, do novo, os europeus distanciavam-se uns dos outros. Esta estranheza estendeu-se e com mais intensidade sobres os "índios" e afro descendentes.

Questões como o mencionado isolamento étnico e as dificuldades de conviver com o diferente, o "medo" do outro, desencadearam a peculiar política nacionalista da Era Vargas, que tomou um ritmo frenético no Estado Novo. Em Santa Catarina, nos anos de 1938 e 1939, surgiram vários decretos-lei, legislando sobre a nacionalização.

Eric Hobsbawm fala que "a característica fundamental da nação moderna e de tudo que a ela se liga é justamente sua modernidade"[16]. Esta argumentação de Hobsbawm leva a reflexão das subjetividades que constroem uma nação ou uma etnia. Philippe Poutignat e

Jocelyne Streiff-Fenart no livro “Teorias da etnicidade” argumentam sobre o discurso de Hobsbawm:

> Segundo este autor as tentativas de definir a nação por meio de critérios objetivos estão destinados ao fracasso. Em primeiro lugar, porque, qualquer que seja o critério ou a combinação de critérios [língua, etnia, cultura, história o comum, território, religião, etc.], estes são tão flutuantes quanto ao que procuram definir. Em segundo lugar, porque é sempre possível encontrar exceções: ou porque os candidatos eleitos pela definição não manifestem aspirações nacionais, ou porque “nações” efetivas não correspondam aos critérios[17] .

Manoela Carneiro da Cunha em “Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade” faz uma análise sobre a “substância da etnicidade”. A autora faz reflexão a partir do termo etnicidade e suas transformações por meio das várias temporalidades. A etnicidade, no final do século XIX e em meados do século XX, foi pensada como uma definição biológica que se dividia em raças. A concepção de raça veio acompanhada de uma série de discursos racistas elaborados na Europa e transplantados para o Brasil. Em contrapartida desta definição, a etnicidade passou a ser entendida como um fenômeno cultural “e já que cultura era adquirida, inculcada e não biologicamente dada também podia ser perdida. Inventou-se conceitos de aculturação e com ele foi possível pensar [...] na perda da diversidade cultural”[18]. A exemplo desta análise de Manoela Carneiro da Cunha, percebo que as escolas particulares que substituíram as escolas étnicas, coube o papel de aculturação das crianças que nas duas escolas pesquisadas falavam as línguas italiana e polonesa e não a portuguesa. Apesar de na escola de Morro Estevão a língua portuguesa ter ganhado espaço desde 1925, percebi nas entrevistas e registros escolares que os alunos chegavam à escola conhecendo apenas o dialeto italiano. A língua como âmago da questão “delata” todo o minucioso processo elaborado pelas autoridades e efetivado nas escolas para a aculturação dos alunos/as.

Como reflexo desta idéia de aculturação nas escolas, Jaecyr Monteiro[19] fala que a partir de 1930, a escola passou a apresentar características que a distanciavam das atividades até então conferidas à mesma como a transmissão de alguns conhecimentos como o ensino das primeiras letras. Surgiu dentro da conjuntura educacional uma função de

monitoração das escolas, desenvolvida principalmente por meio de Inspetores de Ensino, que atuando juntamente às escolas fiscalizavam e orientavam.

Desta forma, prosseguia a Campanha nacionalizadora no Brasil, em Santa Catarina e em Criciúma, construída e disseminada por meio da legislação, impondo arbitrariamente uma identidade nacional até então desconhecida pelos imigrantes.

Percebo que as circunstâncias nacionais não contribuíram para o envolvimento destes na unidade nacional até a década de 1930, quando inicia um radical processo de homogeneização, até então pouco conhecido pelas colônias étnicas. Neste contexto, fica evidente o entendimento da escola como um espaço de disseminação de interesses dominantes em contra partida do que seria a despretensiosa e instigante troca de conhecimentos entre professores e alunos/as.

---

[*] Tatiane dos Santos Virtuoso. Grupo de pesquisa história e memória: o processo de educação em Santa Catarina - GRUPEHME/SC. tatvirtuoso@bol.com.br.

[1] Relatório de pesquisa do projeto intitulado Perfil Étnico no Município de Criciúma, 2004, p.46.

[2] No final da década de 1970, a comunidade de Linha Batista, incentivada pelos festejos do centenário de Criciúma inicia a organização de um grupo folclórico ligado à cultura polonesa. Hoje a Comunidade possui um Centro Cultural. Entre outras atividades, são realizados os ensaios da Sociedade Polonesa Orzel Bialy [Águia Branca]. Esta Sociedade firmou-se legalmente a partir de 1981. A mesma cultiva dança e cantos poloneses, assim como a troca de experiências entre outras comunidades de descendência polonesa no Brasil. Em Linha Batista também se percebe o hábito de trocas culturais com a Polônia, ainda hoje, por meio de visitas de alguns moradores do Bairro ao País e a visita de poloneses na comunidade.

[3] Relatório de pesquisa do projeto intitulado Perfil Étnico no Município de Criciúma desenvolvido pelos professores Nivaldo Aníbal Goularte, Carlos Renato Carola e pelas professoras Maria de Lourdes Milanez Goularte e Miriam da Conceição Martins. Criciúma: Unesc, 2004.

[4] KREUTZ, Lúcio apud LOPES, Eliane Marta Teixeira, [org.], *500 anos de Educação no Brasil*. 2000, p. 350.

[5] Entrevista com Casimiro Tibincoski, concedida à Tatiane dos Santos Virtuoso em 17/02/2003.

[6] Entrevista com Casimiro Tibincoski, concedida à Tatiane dos Santos Virtuoso em 17/02/2003.

[7] Idem.

[8] MONTEIRO, Jaecyr. Nacionalização do ensino em Santa Catarina - 1930-1940, 1984, p. 58.

[9] Entrevista com Casimiro Tibincoski, concedida à Tatiane dos Santos Virtuoso em 17/02/2003.

[10] O jardinzinho, palco das “reuniões interétnicas” é a Praça Nereu Ramos, centro da Cidade de Criciúma, conhecida até os dias atuais como lugar de encontro entre os moradores da cidade que se deslocam a mesma como forma de entretenimento, lazer ou para a aquisição de mercadorias oferecidas pelo comércio situado no seu entorno

[11] Entrevista com Maria de Luca Thomasi, concedida à Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta em 29/05/2002.

[12] Entrevista com Ana Lenir de Luca Borges, concedida à Tatiane dos Santos Virtuoso em 09/02/2004.

[13] Entrevista com Tereza Demboski Milak, concedida à Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta em 19/11/2002.

[14] Entrevista com Casemiro Demboski, concedida à Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta em 19/11/2002.

[15] Idem.

[16i] Cadernos do patrimônio histórico de Criciúma. n-1/organizado por Lucy Cristina Ostetto, Marli de Oliveira Costa. – Criciúma: Unesc, 2001. P. 84.

[16] HOBSBAWM, Eric J. apud. POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos éticos e suas fronteiras de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart, 1998, p.44.

[17] POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos éticos e suas fronteiras de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart, 1998, p. 44.
[18] CUNHA. Manoela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. 1986.
[19] MONTEIRO, Jaecyr. Nacionalização do ensino em Santa Catarina - 1930-1940, 1984, p. 56.

Um olhar sobre a repercussão das notícias do levante dos malês na Corte imperial do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX

Tatiane Silva Tereza

Os viajantes que chegassem à cidade do Rio de Janeiro no século XIX, adentrando a Baía de Guanabara, podiam avistar na paisagem as casas caiadas com telhas vermelhas, igrejas, mosteiros e fortes, faiscantes de brancura a coroar cada colina, tendo ao fundo a cortina de montanhas de floresta tropical que a tudo ensombrava[1]. Porém, ao pousarem seus olhos ao lado de sua embarcação, poderiam se deparar em companhia de um navio negreiro, trazendo sua carga humana.

São notórios os relatos de estrangeiros que testemunham terem sentido, com freqüência, que não tinham desembarcado na capital do Brasil, mas sim na África, por se encontrarem cercados de escravos com rostos cobertos por cicatrizes e dentes limados[2]. Como o relato de Charles Ribeyrolles que ao perguntar a seu interlocutor se ele gostava da África, o próprio Ribeyrolles responde para que então fosse ao mercado do porto do Rio pela manhã, pois lá a encontraria, "sentada, acocorada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos"[3].

John Luccock também testemunha a presença dos filhos d'África na Corte, os quais "madraceavam à vontade", antes das dez da manhã, momento em que o sol começava a se apresentar alto e os homens brancos faziam-se raros às ruas. Um estrangeiro que acontecesse de atravessar a cidade pelo meio dia, quase que poderia supor ter sido transplantado para o coração da África[4].

Os viajantes também relatam sobre a indispensabilidade do trabalho escravo na Corte, afinal, segundo o mesmo Luccock, toda casa que se prezasse era provida por um[5]. Leithold e Rango relatam que senhora alguma saia à rua sem ser seguida por ao menos um escravo, prova de ostentação - segundo Rugendas, mais um artigo de luxo, "inerente antes à vaidade do senhor do que às necessidades da casa" -, até mesmo as meretrizes de

primeira classe, não se privavam de serem vistas orgulhosas a exibirem sua escolta pelas ruas[6].

O cotidiano dos escravos do Rio se apresentava sob a ótica da escravidão urbana, a qual tinha por principal configuração os "negros de ganho", aqueles que trabalhavam fora da casa do senhor, podendo ser alugados a outras pessoas, e que tinham por obrigação entregar ao seu dono uma renda diária, ou semanal, previamente fixada, e por vezes, tinham licença para morar por conta própria[7].

Os escravos urbanos na primeira metade do século XIX estavam majoritariamente relacionados a algum tipo de atividade de carreto, desde carregadores de água e dejetos humanos, passando por carregadores de cadeiras e mercadorias, até vendedores ambulantes[8].

Apesar da depressão econômica, da inflação e das flutuações da moeda características da década de 1820, o número e a porcentagem de escravos na cidade do Rio apresentavam uma tendência de crescimento. Na década de 1830, a instabilidade econômica e o iminente fim do tráfico negreiro, bem como a expansão cafeeira nos arredores da cidade[9], levaram muitos senhores a direcionarem seus investimentos para a aquisição de escravos, o que fez com que as estimativas para esta década sejam calculadas em aproximadamente 55 mil escravos para a Corte[10]. Carl Seidler relata que "com a decadência do tráfico negreiro subiu consideravelmente o comércio da alma: extirpa-se um mal para dar lugar a outro"[11].

São abundantes os ofícios da Polícia da Corte quanto à repressão ao tráfico ilegal, recomendando providências sobre os navios entrados no porto, como num ofício do então Chefe de Polícia, Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara, para o Juiz de Paz da freguesia de Santa Rita, datado de 20 de novembro de 1833, no qual Queirós pede ao juiz que se certifique se o brigue português Libertador, chegado de Angola, teria trazido um contrabando de escravos novos, e que procedesse com as averiguações necessárias, tendo diante dos olhos a Lei de 7 de novembro de 1831 e o Decreto de 12 de abril de 1832[12].

Entretanto, a promulgação da lei de 1831 não significaria a proibição definitiva do tráfico, nem tampouco o encerramento as discussões sobre as transformações nas relações escravistas[13]. Para Carlos Eugênio Soares "o tráfico negreiro banido nos tempos de Feijó, volta com toda força no retorno dos conservadores. Africanos voltam a ser vendidos nas ruas públicas do Rio, com o beneplácito dos governantes, grandes proprietários da mercadoria humana."[14].

Segundo Mary Karasch, dependendo do período e das fontes documentais, a porcentagem de africanos nas décadas de 1830 e 1840 variou entre dois terços e três quartos do total da população do Rio, os quais eram majoritariamente importados do Centro-Oeste africano, região esta que alcançava a porcentagem de 96,2% do total dos escravos africanos[15]. Já a porcentagem de importações de escravos da África Ocidental, que freqüentemente estava em torno de 2%, somente alcançou um nível mais alto (6% a 7%), como corolário do tráfico interno entre Bahia e Rio, especialmente depois de 1835 - ano da Revolta dos Malês[16], cuja repressão aos africanos, principalmente aos nagôs, provocou um "êxodo" de africanos livres e libertos, como também, a venda de escravos pelos seus senhores, para o sudeste do país[17].

Malês era a denominação atribuída aos africanos islamizados envolvidos neste levante de 1835, em Salvador, Província da Bahia, a qual abrigava a maior concentração destes africanos - cerca de 15% a 20%. Denominação esta que não abrangia uma etnia africana em particular, mais sim, aqueles africanos que adotassem o Islã por religião, segundo João José Reis, seriam estritamente os nagôs islamizados; "porém, nagôs, haussás, jejes, tapas – enfim, indivíduos pertencentes a diversas etnias – eram tidos, se muçulmanos, por malês"[18].

O Levante dos Malês estava planejado para se irromper no alvorecer do dia 25 de janeiro de 1835, Domingo, dia de Nossa Senhora da Guia – grande celebração na Bahia, parte do ciclo de festejos do Bonfim, bairro ainda rural, distante 8 quilômetros do centro urbano de Salvador. Este dia representava para os escravos baianos um momento de menor "vigilância senhorial", pois deslocaria um grande contingente de pessoas, e boa parte

das atenções das autoridades, para o Bonfim. O que facilitaria, por sua vez, a mobilidade dos escravos pela cidade, longe dos olhares vigilantes dos senhores e dos policiais. E por outro lado, tal data, não coincidentemente, apresentava um grande valor simbólico/religioso para o calendário islâmico: o Ramadã, era o final do mês do jejum[19].

Frente ao clima de histeria que habitou a Bahia após a descoberta da rebelião, uma onda de boatos de possíveis insurreições escravas inundou a província baiana, resultando em perseguição e violência contra os africanos, que passaram a sofrer indiscriminadamente, humilhações, espancamentos e freqüentes assassinatos, sendo detidos por falhas cometidas em interrogatórios à queima-roupa, que desconsideravam a confusão dos africanos amedrontados, ao terem que se expressar na língua dos senhores. As autoridades após a revolta concentraram-se durante semanas, e até meses, na revista da vida dos africanos de Salvador, perseguindo a "africanidade" nos diversos níveis em que se expressava, a qual parecia desestabilizar o aspecto emocional dos demais baianos[20].

A punição oficial, que preservou os interesses da elite proprietária, castigou os escravos com açoites e os devolveu, em seguida, aos seus senhores, somente sentenciou com pena de morte e prisão os líderes da revolta, e com deportação os libertos. Segundo Reis o que se deu após o levante abortado foi uma espécie de "exorcismo da África que havia na Bahia"[21].

Uma repressão especialmente direcionada aos nagôs foi empreendida, provocando aquilo que Carlos Eugênio Soares chamou de verdadeiro "êxodo mina"[22]. Entretanto, cabe lembrar Mariza de Carvalho Soares quando afirma que um grupo de procedência denominado "mina" no Rio de Janeiro não é necessariamente idêntico aos minas da Bahia, Pernambuco ou Maranhão[23].

Uma nota, publicada no Jornal do Commercio de 19 de fevereiro de 1835, se constitui na primeira notícia do Levante dos Malês divulgada por tal veículo de comunicação, informando aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro o acontecido em Salvador, 15 dias antes da data da publicação de tal jornal. Curiosamente, esta informação não se tratou de uma nota oficial das autoridades competentes, responsáveis pela "segurança pública", como

a Polícia da Corte; veio, no entanto, de pessoas que na Bahia estiveram, a tripulação e passageiros de uma embarcação, Nossa Senhora do Carmo, apresentando, assim, um tom quase de "furo de reportagem", porém conservando um quê de "ouvi dizer" [24].

É difícil a tarefa de investigar as atitudes dos africanos escravizados, uma vez que a grande maioria não nos deixou registros de seus verdadeiros anseios. Porém, é à procura de indícios que relatem o comportamento dos escravos, mesmo que filtrado pela visão de seus donos, e autoridades senhoriais, que analiso a documentação da Polícia da Corte, uma das instituições fundamentais do mundo moderno, através da qual o poder do Estado invadiu o espaço público para controlar pessoas e dirigir o comportamento das mesmas[25].

Especialmente, no período de fevereiro de 1835 a janeiro de 1836, os registros de correspondência da Polícia da Corte apresentam uma grande preocupação com a segurança da Capital do Império, sendo registrado grande volume de informações referentes a possíveis insurreições. Evidencia-se, por exemplo, a preocupação com o perigo de organização de um levante de escravos, sob a influência de um haitiano, em maio de 1835. O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Manoel Alves Branco, remete um parágrafo de uma carta, datada de 3 de maio de 1835, assinada por Antônio Alves de Miranda Varejão, ao Regente, o padre Diogo Antônio Feijó, a fim que este se inteirasse do ocorrido e ordenasse as providências necessárias a respeito dos " rumores de insurreição" no Bananal, quando o haitiano, chamado Mauro, andava por convidar escravos a se levantarem - os quais alcançariam um número de 7 mil e se insurgiriam nas "Villas de Bananal, Areas, Barra Mansa e São João Marcos". Porém, quando preso, o dito Mauro tudo negou alegando que não passava de brincadeira, sendo, então, remetido para São Paulo. As autoridades procederam com "rondas e meia dúzia de ballas, e passados três dias tornarão ao seu costumado, ficando os pretos como mais esse aviso, e lição de que elles podem fazer conjunctamente se quiserem."[26].

Ao clima de insegurança, e à continuação de "denúncias vagas sobre a existência de reuniões secretas de homens de cor", a Polícia reagia com "toda a vigilância", como a recomendada na carta de Alves Branco, datada de 13 de maio de 1835, com ordens

expressas para a organização de um “mappa completo dos homens de cor” dos distritos da cidade, onde se discriminassem seus “nomes, condição, estado modo de vida, naturalidade, e qualidade, e que informassem sobre as Irmandades Religiosas, que existissem dessa gente, em que dias, e horas se reunião, e se constava que ellas tinhão alguma tendência sediciosa, ou visavão a fins políticos, que podessem ser perigosos a socciedade.”[27].

Com a possibilidade de levantes escravos, a Corte e o interior do Rio de Janeiro estavam marcados pelo medo que, segundo Flávio dos Santos Gomes, alcançaria a dimensão de pânico depois do Levante dos Malês[28].

No mês de dezembro de 1835, se intensificam nos registros da Polícia as denúncias de levantes, devido “desconfianças de que os escravos queirão tentar hum movimento insureccional, que se diz concentrado para romper nos Dias Santos de Natal” [29] - data simbólica nos costumes de rebeliões escravas[30].

Somente no dia 22 de dezembro há três registros, como a correspondência de Antônio Paulino Limpo de Abreu, que denuncia “alguns factos acontecidos no 1º Distrito da Freguesia de S. José, e que tem alguma ligação com as notícias que se tem espalhado sobre movimentos insurrecionaes”[31]. Ou, um outro registro do mesmo Juiz de Direito, remetendo um artigo do ofício do Presidente da Província do Rio, recomendando a investigação de um morador da Rua do Rosário, “hum tal Andrade pardo forro, que se diz ser hum dos agentes do plano de insurreição de escravos”[32].

Há ainda, outro registro do mesmo Limpo de Abreu, datado de 28 de janeiro de 1836, reenviando um ofício de um Juiz de Paz do 1º Distrito da Freguesia de São José, que pedia averiguações “se hé exato que dentro do boné de hum dos Pretos de que trata a denuncia existia hum papel com instruçoens sobre o modo de se juntarem nos dias 24 e 25 de Dezembro”[33].

As suspeitas de se irromper no Natal algum levante deixaram as autoridades policiais em estado de alerta, não desprezando nem mesmo “indícios mais remotos a fim de que as Autoridades estejão prevenidas, e possão rebater qualquer acto que appareça”, para que tanto a segurança quanto a tranqüilidade públicas não se alterassem, “mandando dessolver

qualquer ajuntamento de escravos, e prender os que nelle se encontrarem ou que estejão fazendo ou provocando desordens ou que se tornarem suspeitos" [34]. A fim de se impedir a reprodução na Capital do Império, das "scenas de horror que tiverão lugar na Cidade da Bahia pela insurreição dos africanos". Em tais registros, explicita-se ordens expressas que se procedesse "ao mais escrupuloso exame", "para que se não propagem entre os escravos e menos se levem a effeito doutrinas perniciosas, que tanto podem comprometer a paz das famílias e perturbar o socego público" [35].

A luta pela liberdade não pode ser reduzida a narrativas de algumas revoltas escravas, pois consiste num processo bem mais complexo, o qual a historiografia recente vem comprovando que assumiu as mais diversas formas.

No Rio, apesar dos muitos rumores de conspirações, como podemos constatar acima, não há registros da real existência de revoltas escravas de grande vulto. Os escravos desta cidade travaram batalhas de cunho "pessoal", através de ataques aos senhores e suas propriedades, ou, apelando para interpelações no trabalho, insultos, apatia, doenças fingidas, ou formas autodestrutivas, como o alcoolismo. Violenta ou não, a resistência escrava sempre se constituía em ameaça a segurança dos senhores que acreditavam viver em meio a uma "Revolução Haitiana em potencial"[36]. Entretanto, independe dos caminhos que os escravos escolhessem tomar rumo à liberdade, o ponto de chegada era o mesmo: o fim da escravidão.

---

[1] John Luccock. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. SP: USP, 1975. P. 23.
[2] Mary Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. SP: Cia das Letras, 2000. P. 19.
[3] Charles Ribeyrolles. *Brasil Pitoresco*. Volume 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. P. 203.
[4] Luccock. *Ob. cit.* Pp. 74-75.
[5] *Ibidem,* p. 72.
[6] T. von Leithold & L. von Rango. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. SP: Cia Ed. Nacional, 1966. P. 31. Johan Moritz Rugendas. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 8ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia. SP: USP, 1979. P. 269.
[7] Roger Bastide. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma Sociologia das Interpretações de civilizações.* SP: USP, 1971. P. 75. Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. SP: Ática, 1978. P. 476.
[8] Karasch. *Ob. cit.* P. 267. Sobre ocupações de escravos ver Karasch. *Ob. cit.* Especialmente o Capítulo 7*: Carregadores e propriedade: as funções dos escravos no Rio de Janeiro*. Pp. 259-291.
[9] Humberto Fernandes Machado. *Escravos, senhores e café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888.* Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1993.
[10] Karasch. *Ob. cit.* Pp. 106-107.
[11] Carl Seidler. *Dez anos no Brasil*. SP: Martins. Brasília: INL, 1976. P. 34.

[12] *Livro de Registro de Correspondência de Maior Importância de Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara quando Chefe de Polícia da Corte. 1833-1850*. Códice 1004, volume 1, 20/11/1833, folha 6, Arquivo Nacional.
[13] Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).* Campinas/SP: UNICAMP/CECULT, 2000. P. 89.
[14] Carlos Eugênio Soares*. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).* Campina/SP: Editoras da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001. P. 466.
[15] Karasch, *Ob.cit.* P. 50.
[16] *Ibidem*, p.45. Para maiores informações sobre nações africanas no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX ver o Apêndice A de Karasch. *Ob. cit.*, P.481-496. Sobre a Revolta dos Malês ver João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. SP: Cia das Letras, 2003.
[17] Sobre os nagôs no Rio ver Soares*. Ob. cit.* Especialmente "Êxodo mina", p. 355-391.
[18] Reis, *Ob. cit.* Pp. 176-177.
[19] *Ibidem*, p. 262.
[20] *Ibid.,* pp. 421-435.
[21] *Ibid.,* p. 450.
[22] Soares*. Ob. cit.* P. 355-391.
[23] Mariza de Carvalho Soares*. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 65.
[24] *Jornal do Commercio*, 9 de fevereiro de 1835. Ano IX, nº 30, p. 2. Biblioteca Nacional
[25] Thomas Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. RJ: FGV, 1997. P. 19.
[26] *Livro de Registro de Correspondência Recebida pela Polícia da Corte (1833-1840).* Códice 334. Folhas 12v-13. Arquivo Nacional.
[27] *Ibidem*, fls. 10v-11.
[28] Flávio dos Santos Gomes. *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*. In: João José Reis & Flávio dos Santos Gomes. *Liberdade por um fio*. SP: Cia das Letras, 1998. P. 276.
[29] Cód.334, fls. 13v-14v.
[30] Reis. *Ob. cit.*, p. 125.
[31] Códice 334, fl. 17v.
[32] *Ibidem*, fls. 18v-19.
[33] *Ibid.,* fl. 20v.
[34] *Ibid.,* fls. 13v-14v.
[35] *Ibid.,* fls. 9v-10.
[36] Karasch, *Ob. cit.* P. 425.

Rituais de festa em uma morte anunciada

Profª Drª Temis Gomes Parente
Universidade Federal do Tocantins
Campus de Porto Nacional - TO.
Email: temis.parente@uol.com.br

No dia 29 de maio de 2004, em Natividade- TO, morre Ana Dias, mulher negra de 72 anos. Filha de Maria Dias da Silva, mãe solteira, lavadeira, vendedora de lenha, entre outros serviços que prestava à comunidade para sobreviver. Ana Dias herdou da sua mãe a cor negra e a profissão de lavadeira e apanhadora de lenha, mas também aprendeu a bordar panos de pratos os quais vendia para as mulheres burguesas da cidade. Nos seus últimos anos de vida, Ana Dias recebeu assistência de quase todas as mulheres da cidade. Doente, e teve tempo de preparar e imaginar como seriam os rituais e as vestes para seu velório. Ana conseguiu convencer as maioria das mulheres de Natividade sobre a importância do cumprimento de suas vontades, depois de morta..

Seu desejo foi cumprido e sua morte coincidiu com a comemoração do dia do Divino Espirito Santo (data móvel, comemorada a partir do Domingo de páscoa, quando as folias do Divino partem num giro de 40 dias, até Domingo de Pentecostes, dia do Retorno das folias e portanto dia do Imperador do Divino).[1] O velório de Ana Dias foi realizado em Natividade, uma das cidades mais antigas do Estado do Tocantins, surgida com as descobertas de ouro no século XVIII.[2]

Ao chegamos à cidade, fomos convidadas para assistir a um velório. Interessante é perceber que quem nos convidou parecia ter consciência de que nós, como pesquisadoras, nos interessaríamos por conhecer os rituais daquele velório pouco comum àquela sociedade.[3] Para nossa surpresa, encontramos no meio da sala, (na maioria das cidades do interior do Tocantins ainda se faz o velório nas residências do morto ou dos parentes,) o caixão coberto com um manto vermelho, em cima de um tapete vermelho, algumas rosas vermelhas, como arranjo, e várias mulheres em pé cantando uma marchinha de carnaval pedimos informações a nossa anfitriã sobre o significado simbólico daqueles aparatos e viemos a saber que o velório estava em conformidade com a vontade da morta que declarou em vida desejar ser enterrada vestida de vermelho , em um caixão vermelho, e

que no seu velório fosse cantada uma determinada marchinha de carnaval. Nos aproximamos e verificamos que a defunta estava vestida de branco sendo o pedido de Ana Dias- o de ser enterrada vestida de vermelho- o único que não foi atendido. O vermelho foi preterido pelo branco porque a cor branca tradicionalmente representa a pureza e, segundo as senhoras do lugar, ela era virgem. Em cima do caixão, havia um chapéu vermelho, com a propaganda do imperador do mastro daquele ano. Ainda tivemos a oportunidade de assistir à missa de corpo presente, celebrada pelo padre da cidade e acompanhada pelas mulheres.

Depois que o corpo saiu em um carro da funerária, conversamos com várias pessoas sobre o significado daquela cerimônia já que não conhecíamos a importância de Ana Dias nem o significado daquele ritual estranho a todos os demais velórios conhecidos na região: seja nos aparatos das vestes da morta, seja no manto vermelho que cobria o caixão, seja nas flores que enfeitavam a sala ou na marchinha de carnaval entoada pelos presentes e, destoando com as lágrimas que algumas mulheres deixavam escapar. Até nossa anfitriã, entre uma explicação ou outra, entrecortava meias risadas com lágrimas furtivas .

Feitas algumas perguntas, viemos a saber que Ana Dias era uma das devotas mais fervorosas do Divino Espirito Santo e que naquele dia, o da sua morte, estava acontecendo a Esmola Geral, um dos últimos e mais importantes rituais dos festejos (era devido a esse festejo que nos encontrávamos em Natividade). Segundo relatos colhidos por nós, nesse dia o Espírito Santo visita todos os moradores da zona urbana (nos 40 dias anteriores, são visitados os moradores na zona rural), sendo por isso o dia mais esperado por Ana Dias. Vestia-se vermelho e saía pela cidade acompanhando a folia, festa de que mais gostava, apesar de participar de todas as outras, sejam profanas ou religiosas, que aconteciam em Natividade. Talvez por isso o funeral de Ana Dias tenha sido um sincretismo entre o religioso e o profano, pois os trajes lembravam a folia do divino e as rezas eram entremeadas pelo o canto das marchinhas de carnaval, outra festa de que Ana Dias gostava, tanto que recomendou que fosse cantada a seguinte marchinha em seu velório:

Você com essa cara tão linda, tão linda de beijar a lua

Será que você vem de casa ou vem de casa pra ficar na rua

Pra onde você for eu vou

De Bonde, trem ou lotação

Por você eu ponho cabo na lua e vou até, até lá no Japão

O ritual da Esmola Geral parte da Igreja Matriz, com o povo acompanhando a Bandeira da Misericórdia (uma grande Bandeira do Divino), cantando e rezando. Enquanto essa bandeira percorre as principais ruas da cidade, várias bandeiras de tamanho normal, arrecadam recursos para auxiliar o imperador[4] do Divino a realizar o festejo do ano seguinte.

Todas as bandeiras e as outras representações dos festejos do Divino Espirito Santo são vermelhas, cor predominante em toda a festividade, desde as bandeirolas que enfeitam as ruas até os detalhes das lembranças distribuídas pelo imperador, o que justifica, portanto, as recomendações de Ana Dias com relação aos procedimentos referentes ao seu funeral.

Outra particularidade do velório era a ausência de homens, pois, segundo nossa anfitriã, Ana Dias não gostava de homens, tendo pedido que no seu velório não houvesse a presença de nenhum deles, assim, vimos somente mulheres ao redor do caixão, sendo exceção apenas o padre que celebrava a missa de corpo presente para ela, e que terminada a missa fazia coro à marchinha de carnaval, respeitando a vontade da morta.

Segundo a narrativa das pessoas do lugar aconteceu, tudo que Ana Dias gostava, no dia de sua morte: ela adorava a lua cheia, no momento do seu enterro, inicio da noite, era dia de lua cheia; morreu no dia na esmola geral, dia que ela mais gostava; foi velada e reverenciada pelas mulheres das famílias mais tradicionais da cidade; acataram-se todas as suas vontades, expressas enquanto viva. Ou seja, Ana Dias, mulher pobre, negra, sem ligação familiar tradicional, considerada "*Môca*"[5] naquela sociedade, conseguiu fazer de seu funeral uma espécie de festa Cabe aqui ressaltar o fato de

que nesse dia chegássemos para presenciar e imortalizar as vontades de Ana Dias, mulher anônima, que consegue, dentro de uma sociedade tradicional, impor seus últimos desejos.

Possivelmente por ser anônima, tenha sido mais fácil satisfazer todos os seus pedidos. Ela não tinha parentes para questionarem tais vontades que entrassem em choque diretamente com os preceitos católicos. Talvez por ser anônima, aquela sociedade se sentiu na obrigação de fazer suas ultimas vontades, apesar de afirmarem que fizeram porque gostavam muito dela. Dentro daquela sociedade, fazer a vontade de Ana Dias era uma caridade cristã, espírito presente em Natividade, em um dia de festa em que todas elas tinham outros afazeres. O ritual desse velório, diferente em todos os seus aspectos, levou-nos a refletir sobre a importância e o poder que ainda possuem as vontades de um morto, mesmo sendo um anônimo, sem família, sem vínculo social algum, é como se as pessoas vivas, devido toda a mentalidade imbuída pelo cristianismo, se sentissem na obrigação de cumprir a vontade de um morto.

O certo é que os rituais de morte são um fator social e temporal, morre-se dentro do horizonte de classe e de cultura em que se viveu, embora o velório de Ana Dias tenha fugido desse horizonte, pois como já se disse anteriormente ela, era mulher negra, sem vinculo sangüíneo com aquela sociedade, era considerada "*môca*", perseguida pelas crianças da cidade, ensandecida , auto-flagelava-se, sobretudo no rosto, chegando muitas vezes a quebrar vários dentes.

O velório de Ana Dias ritualizado com todas as contradições econômicas, sociais e culturais de sua vida, representava, também, a satisfação dos vivos, que faziam r da morte uma reafirmação dos seus sentimentos opressores, entretanto, a cena que estávamos presenciando representava o contrário: a vontade expressa de Ana Dias em vida, sendo cumprida na sua morte por uma sociedade a que ela não pertencia.

Além dessa leitura, podemos inferir a de que os rituais de morte de Ana Dias colocados em prática por aquelas mulheres era uma forma de representar toda uma dimensão social e como tal, representava um acontecimento estratificado, pois a duração da vida e as modalidades do fim são diferentes segundo as classes a que pertencem os mortos, embora aquelas mulheres estivessem fazendo o que delas não se esperava: satisfazer as vontades de uma pessoa estranha ao meio social a que pertencem, alguém que fez parte de seus cotidianos sem ter alcançado visibilidade No velório de

Ana Dias, ocorreu o que Michel Vovelle denominou de *morte vivida* "é um complexo de gestos e ritos que acompanham o percurso da última doença à agonia, ao túmulo e ao além. Com facilidade, poder-se-ia encaixar essa morte sofrida no quadro cômodo e seguro das práticas funerárias, mágicas, religiosas e cívicas que, em todos os tempos, procuraram apropriar-se da morte atribuindo aos ritos da última passagem, dos funerais, da sepultura e do luto, uma estrutura na qual se depreende ou um sistema, ou mais freqüentemente uma estratificação de sistemas mesclados. [6]

Daí a importância de se "imortalizar" através deste artigo os funerais de Ana Dias, dando a ela a visibilidade e o lugar que não lhe foi possível em vida, pois ainda de acordo com Vovelle, não há nada de mais desigual ou diferenciador do que a morte. Dos traços que ela nos deixa ficam as provas, os testemunhos, os indicadores dos ricos, dos poderosos, mas nada para a massa anônima dos pobres. Assim, é neste quadro que Ana Dias nos tornou importante, era uma mulher pobre, *moca*, negra, mas o seu ritual de morte presenciada por nós os tornara imortal, como os grandes personagens da História.[7]

Os ritos fúnebres de Ana Dias representam ainda o que Vovelle chama de *morte barroca*, isto é, uma morte marcada por uma extraordinária mobilização ritual, coerente com um catolicismo que enfatizava as manifestações exteriores de religiosidade: a pompa, as procissões festivas, a decoração elaborada do velório. Ana Dias teve tempo de se preparar para a sua morte, pois encontrava-se doente e não morreu de repente. A morte de Ana Dias, também se enquadra no que João José Reis[8] chama de boa morte: significava que o fim não chegaria de surpresa sem que ela prestasse contas aos que ficavam e também os instruísse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Ela não deixou testamento escrito, até porque ela nada possuía. Seu testamento foi oral: deixa as seguintes recomendações: *Cordão de ouro para Sandra; par de brinco de ouro para Selma.*, as "*filhas do Benício e Julia Araújo"* (pessoas com quem ela morou durante muitos anos)

Percebemos que Ana Dias teve tempo para se preocupar com a chegada de sua morte , preparando-se para recebê-la, portanto, ordenando a sua vida,[9] cuidando de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus santos: era associada do Apostolado da Oração, congregação dentro da Igreja; nas festas religiosas sempre tinha a preocupação de arrematar prendas nos leilões, mesmo sem ter condições financeiras, justificando que era para ajudar à Igreja.

Por fim , vemos que a preocupação de Ana Dias com os seus ritos fúnebres, foi mais além do que ela imaginou, quando repetia para as pessoas como queria seus últimos momentos na terra dos vivos. Ela não imaginava na sua forma de viver pelas casas e ruas de natividade, que o seus ritos fúnebres transcritos por pesquisadores que estavam na cidade justamente naquele dia e horário, para presenciar os festejos do Divino- justo os festejos que a morta mais gostava, justo no dia que ela morre. Entendemos que a morte, como qualquer fato da vida humana, comporta uma dimensão social e, como tal, representa um acontecimento estratificado. Todos morrem, é certo, contudo, a duração da vida e as modalidades do fim são diferentes segundo as classes a que o pertencem os mortos: *aí está a singularidade da morte de Ana Dias, representadas por ser um ritual de festa em uma morte por e ela anunciada.*

[1] Todas as informações para este artigo foram gentilmente prestadas por Simone Camelo, nascida em Natividade, fundadora da Associação Comunitária e Cultural de Natividade - TO. Atualmente, Simone Camelo é Coordenadora do programa Monumenta: programa de preservação do patrimônio Cultural, com visão de sustentabilidade.

[2] PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. 2ªed. Goiânia, UFG, 2003.

[3] Estávamos em Natividade para assistirmos aos festejos, tendo o convite sido feito, também, por Simone Camelo, doravante será tratada neste artigo como nossa anfitriã.

[4] O imperador representa o poder do Espirito Santo. É escolhido através de um sorteio no Domingo de Pentecostes.

[5] "*Môco"* em Natividade é um termo usado para denominar qualquer pessoa que não tenha todos os sentidos normais, principalmente alguma dificuldade mental ou dificuldade na fala.

[6] VOVELLE, Michel. A História dos homens no espelho da Morte. In. *A Morte na Idade Média.* Hermam Braet & Werner Verbeke 9EDS) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

[7] Idem, pg. 18

[8] REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 92.

[9] Ana Dias era aposentada e pagava a funerária.

A IMPRENSA OPERÁRIA E O CASO DE "O GRÁPHICO"

Teresa Vitória Fernandes Alves *

No Brasil, a chegada do século XX foi marcada por mudanças no panorama econômico, político e social. Recentemente instalada, a República deparava com novos problemas na esfera da atuação política e econômica do Estado, em parte, frutos do impacto das transformações no cenário internacional.

Passada a euforia da virada do século e o choque da Primeira Guerra Mundial [1], o ambiente político, econômico e social de grande parte do planeta tinha pouco a ver com as imagens deixadas pelos primeiros anos do século XIX. Os países europeus industrializados perdem a sua soberania no panorama internacional para os EUA. O mundo do trabalho, os operários buscavam ampliar as suas conquistas sociais, fazendo crescer e disseminar os socialistas e libertários nascidos no século anterior.

No Brasil, o processo de crescimento dos meios urbanos e das atividades industriais fortalece a crença no progresso e na modernidade, desvinculada do ideal de vida nos meios rurais. As cidades deveriam espelhar esta nova realidade, com ruas limpas, praças arborizadas. Povo e cidadãos dispostos ordenadamente no espaço urbano [2].

Na defesa dos "novos" ideais temos o surgimento de grupos organizados, alguns sob forma partidária, outros mantendo a estrutura das antigas organizações operárias, como os sindicatos e jornais. Nesta nova concepção da sociedade, a exaltação do trabalhador com principal elemento da sociedade fez o movimento operário brasileiro romper os grilhões que o prendiam às tradições escravistas, no qual qualquer atividade manual era considerada indigna e humilhante para os que poderiam ser considerados cidadãos [3].

Como na Europa, os trabalhadores brasileiros edificavam um novo capítulo na sua história, através da projeção das suas diversas identidades na construção da cultura social do país. O processo de edificação de uma identidade coletiva para o "trabalhador" tinha pela frente

a resistência imposta pelas forças governamentais e, sobretudo, pela superação da própria diversidade do movimento, dividido em inúmeras ideologias e grupos de combate.

No início do século XX, uma nova tendência político-ideológica tomou força no cenário brasileiro e ganhou espaço no movimento operário, o anarquismo[4]. Apesar de numerosas, as organizações anarquistas representavam apenas um dos lados de um quadro bem mais complexo. As antigas e tradicionais associações de "artistas" conseguiram sobreviver aos ideais mais radicais mesclando o mutualismo do século XIX a um passado mais distante, o das irmandades religiosas. Os modelos importados da Inglaterra misturavam o tradicionalismo e o paternalismo, que foram levados para o interior das fábricas que implicou num vínculo entre empregador e empregado que tendia a ser visto como uma continuidade dos laços familiares [5].

As vozes do operariado não se restringiam somente aos gritos de greve ou nos cumprimentos aos patrões, e extrapolavam o âmbito das fábricas e das ruas. A imprensa operária reunia uma gama infinita de temas que traduziam todos os momentos vivenciados pela classe trabalhadora, desde reivindicações e sonhos de um mundo melhor até a convivência em família e sua visão real da sociedade em que viviam [6].

As mensagens reproduzidas diariamente na grande imprensa, exigiam dos operários dedicação profissional e disciplina no trabalho. Elas não eram recebidas de maneira uniforme pelo conjunto de trabalhadores. De acordo com suas idéias, crenças e valores, eles interpretavam os conceitos de acordo com a sua cultura de classe. Um complicador nesse processo é que existiam divisões entre os próprios trabalhadores – divisões de origens étnicas, regionais, nacionais e profissionais. Nesse último caso os gráficos tomariam as mensagens dominantes como elementos reforçadores no orgulho de sua categoria.

Em contrapartida ao ideário da elite, onde o trabalhador era apresentado como um "ser dócil" e "inferior", a imprensa operária resgata a idéia do orgulho do trabalho e recoloca para o operariado a questão da cidadania. Neste plano, um grupo merece destaque na sua produção jornalística, dada o seu lugar privilegiado no meio, os gráficos.

Como veículo de comunicação, O Gráphico, periódico editado pelos tipógrafos e trabalhadores gráficos em geral, se destaca por ser o instrumento de defesa da classe trabalhadora como um todo, revelando nas suas entrelinhas as influências culturais daqueles que o editavam. Publicado em 1916 e 1919 na cidade do Rio de Janeiro esse periódico, repleto de notícias, reflexões, notas informativas, poesias e anúncios, tornou-se um instrumento de defesa da classe trabalhadora como um todo, revelando nas suas entrelinhas as influências culturais daqueles que trabalhavam diariamente. O intercâmbio de imagens entre os produtores e os receptores do discurso de "O Gráphico" fornecem dados do seu cotidiano social; por de trás da rudez de suas vidas, das mãos sujas de tinta e do suor que caía pelo rosto, eles pensavam e transmitiam suas idéias para o grupo e para outros trabalhadores do Rio de Janeiro de 1916.

> Pensamos, talvez com alguma razão, que a dificuldade até hoje encontrada para a organização neste paiz de um solido movimento operario, reside numa causa exclusiva: a falta de instrução adequada a uma grande parte, a maioria sem dúvida do operariado brasileiro [7].

Na "auto-imagem" que apresentavam, os gráficos passavam a atribuir para si um papel de destaque com relação aos outros trabalhadores. Se por um lado eram taxados de trabalhadores devido suas condições de vida, por outro lado o domínio da escrita e de todo um conhecimento literário os levava a ocupar um lugar privilegiado na sociedade, tornando-se a elite dos trabalhadores. Viver entre dois mundos fazia com que surgissem dúvidas entre qual espaço ocupar. Se os outros trabalhadores da Primeira República eram excluídos, os gráficos sofriam duas vezes essa exclusão [8], pois ao seu modo queriam e deveriam ocupar um espaço que não era o mesmo dos outros trabalhadores.

"O Gráphico", traça o perfil de homens que buscavam o aprimoramento e o reconhecimento profissional, mas ao mesmo tempo fazia com que se percebessem enquanto

trabalhadores que queriam construir a sua imagem para a sociedade. No momento da construção da identidade coletiva, o jornal se torna o veículo de convencimento e traduz valores, tradições, idéias, crenças, hábitos e comportamentos o que dá liberdade de recuperar a forma de agir de um grupo social específico e dos que fazem parte do seu círculo social imediato.

> Antes do pão a educação – visto ser esta a melhor garantia de solidariedade, a mais acertada para o meio em que vivemos e para a actual geração. Seguiremos o mesmo caminho porque julgamos capaz de no conduzir (...) sendo O Gráphico o mensageiro do nosso pensamento e das nossas aspirações, (...) propaganda verdadeira, sem vaidade e sem mesquinhas pretensões. Convencidos toda via de que este jornal (...) sem (...) persuasiva e criteriosa as faltas insidiosamente comettidas pelos transviados, tentem desvirtuar a grandeza da obra que nos propomos realisar, elevando a moral, intellectual e materialmente de uma classe numerosa e digna. [9]

Em seu jornal os gráficos realizavam concretamente a idéias de transformação do pensamento, pois era o meio de representação/expressão [10] das formas de pensar, dos desejos, ansiedades, das preocupações e das reivindicações desse grupo de homens. Aí eles contavam e mostravam sua cultura, ligada a uma tradição e às visões de mundo desses operários. Ao escrever, editar e publicar seus artigos, os gráficos se percebiam como transformadores sociais, ou seja, homens com o objetivo de transformar a sociedade em que estavam inseridos.

> Multiplos são os problemas que ao operariado compete resolver: o dia de oito horas, a regulamentação para menores e mulheres nas fábricas, os accidentes de trabalho, a prophylaxia contra a tuberculose nas oficinas, a garantia de conservação na casa do trabalho affirmada pelo tempo, o afastamento das luctas operarias de elementos que não pertencem ao meio, o abandono da política dos potentados, etc.[11].

Ao trabalhar com um pequeno grupo de operários e seus indícios/vestígios (jornal), busca-se reconstruir as histórias de uma sociedade partindo do singular (micro) para o universal (macro)[12]. Então, o jornal "O Gráphico" pode ser visto como um conjunto de indícios de uma sociedade e, ao estudá-lo, percebe-se informações de diferentes naturezas que poderão auxiliar no trabalho de reconstrução de estruturas de relacionamentos da sociedades estudada, como por exemplo a própria construção desse grupo como classe social.

Como texto, documento e fonte histórica, o jornal é fruto da união entre uma máquina e as mãos humanas. A máquina guiada pelas mãos humanas, carrega a subjetividade do homem-gráfico, que trabalha o texto conforme sua perspectiva/olhar. Percebe-se, assim, que a linguagem cotidiana pode ser expressa tanto por gestos, imagens, quanto pela linguagem textual. Sabe-se que as palavras possuem um duplo sentido: o que significam e o que querem dizer. Além do que, servem como fio condutor de memória. Não se pode deixar de ressaltar o papel da memória, entendida como sendo o grande jogo de conservação e esquecimento de certas informações, já que o homem é um animal social e por isso não é neutro ele age e reage ao seu contexto social, formando um amálgama próprio – a memória – por todos compreendido e que lhe dá uma identidade própria e serve de esteio e de manipulação.

Deve-se lembrar ainda, que o Estado e a imprensa são vistos como meios de produção e distribuição dos símbolos que legitimarão a ideologia do campo político. Sendo a linguagem escrita ou falada uma forma de comunicação, ela cria códigos e convenções que fazem alusões ao contexto cultural em que está inserida. Através dela captamos os modos de ser e as relações estabelecidas entre os homens.

O Rio de Janeiro da Primeira República era o da *Belle Époque*, do progresso técnico e científico, em que a busca pelo ideal de civilização foi constante. Nada melhor do que os jornais para difundirem as regras/normas de comportamento criadas. Ao entrarem em contato com essas práticas, os diferentes grupos sociais se apropriavam das informações e as adequavam às suas realidades culturais. Passava então a ser visto como verdade tudo

aquilo que vinha escrito no jornal, e a imprensa ganha, assim, o papel de intermediária entre o poder público e os diferentes grupos sociais.

Os gráficos assumem um papel de destaque quando nos voltamos para a história do mundo do trabalho. Tipógrafos e revolucionário vão se tornar sinônimos de protesto quando voltarmos o olhar para o início do século XX. Atitudes, expressões e diferentes olhares embrenham-se em um universo de mãos calejadas e corpos cansados, porém ávidos e desejosos de se tornarem atores sociais na formação desse Brasil da Primeira República.

> No Brasil, paíz há 26 annos *democratizado*, num regimen que é a *incorporação* do proletariado na sociedade, o operario, na sua maioria, vegeta uma existência de privações, emquanto elles, os taes das legislações e do Estado, vivem fartos, sadios e nédios, com os dentes presos á têta farta da *mãe patria*. Em ambas as casas do Congresso Nacional varios projectos têm sido apresentados regulamentando as 8 horas de trabalho, bem como o trabalho dos menores e das mulheres nas fábricas e officinas, sem comtudo se Ter cogitado do seu anelamento ou da sua applicação.[13]

Como num jogo de xadrez, onde cada peça possui um valor e uma posição estratégica, a busca pela participação na vida política da República foi algo presente cotidiano desses trabalhadores-artesãos que não virão muitas mudanças nas condições de trabalho. As cansativas jornadas de trabalho, o uso da mão-de-obra feminina e infantil foi algo que continuou fazendo parte da vida e da memória dessa camada da população .

Ocultas nas entrelinha do jornal as lutas, as manifestações grevistas e até mesmo as dores da repressão econômica e política, fazem com que a história do operariado, a cada dia reviva e aos poucos quebre as barreiras que foram impostas pelas elites e pelo poder público. Como Sheerazade, nas Mil e uma noites, os trabalhadores ao deixarem suas marcas/história

fazem com que a memória vença à morte e através dos seus relatos a alma do homem brasileiro, calejada porém guerreira, se humanize cada vez mais.

---

[*] Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro.

[1] Sobre a influência da Primeira Guerra Mundial na economia brasileira no início do século XX, ver GOMES, Angela Maria de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.19 e FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 129.

[2] Ver CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930).* Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 84; pois a autora menciona a política de modernização econômica do governo de Rodrigues Alves e as reformas urbanas de Pereira Passos.

[3] Sobre cidadania ver, GOMES, Angela Maria de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Op. cit., pp. 13-14 e CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil: longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2003.

[4] Sobre o movimento anarquista ver ADDOR, Carlos A . *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2ª ed. Revista, 2002; COSTA, T. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996; FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920*), Op. cit. e MARAN, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1979.

[5] Ver THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[6] O jornal é utilizado como veículo de comunicação e propaganda. Através dele é que os operários irão divulgar idéias como a redução da jornada de trabalho, direitos do trabalhador, denúncias de exploração do menor e da mulher. Ver GOMES, Angela Maria de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

[7] Jornal O Gráphico - 15/01/1916.

[8] Ver dissertação de mestrado de BARBOSA, Marinalva. *"Os operários do pensamento". (visão de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro 1880-1920)*. Niterói, RJ.: ICHF- UFF, 1991. Introdução, p. 2.

[9] Jornal O Gráphico - 01/01/1916

[10] Ver CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, onde o autor pressupõe que o mundo social suas estruturas são produzidas historicamente através de práticas sociais, políticas, econômicas, que articuladas entre si, constróem/ criam suas figuras.

[11] Jornal O Gráphico - 01/01/1916

[12] Ver GINZBURG, C*. O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Onde o autor à maneira de um detetive, se utiliza de diferentes áreas do conhecimento para obter indícios ou vestígios que o levem a interpretar seus significados sociais e assim compreender a sociedade estudada.

[13] Jornal O Gráphico - 01/01/1916.

Abolicionismo em Juiz de Fora – MG, 1870/1888.[1]

Thiago Bueno Pereira

Mestrando em História pela UFJF

1-Introdução

A presente comunicação tem como objetivo geral fazer uma reflexão sobre a historiografia referente ao abolicionismo brasileiro e como as idéias de liberdade foram conquistando "corações e mentes" na zona da mata de Minas Gerais, mais especificamente na cidade de Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que se encontra em fase inicial, desenvolvida junto ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Apesar do seu caráter inicial, as considerações que serão feitas são resultado das leituras já realizadas e de um primeiro contato com as fontes primárias. Acredito que alguns pontos aqui levantados terão outros desdobramentos com o aprofundamento da pesquisa, principalmente, nos periódicos que circularam na cidade de Juiz de Fora durante o período estudado.

2-Abolicionismo: discussão historiografia

Célia Azevedo, dentre outros autores, afirma que a história do abolicionismo possui duas dimensões: uma dimensão nacional e outra dimensão internacional. Ou seja, para compreendermos a construção e difusão de tais idéias o contexto internacional é diretamente associado ao cenário nacional. As idéias libertadoras já estavam sendo pregadas em várias nações, principalmente as européias. Muitas sociedades anti-

[1] Este trabalho faz parte de um projeto de pós-graduação em História vinculado a Universidade Federal de Juiz de Fora –UFJF.

escravocratas foram criadas nessa época, onde seus líderes mantinham diálogo freqüente com os abolicionistas dos países que ainda utilizavam da mão de obra escrava. Encontros para debater as questões da escravidão eram realizados, onde as idéias anti-escravistas passam a ter maior coesão com a formação de uma linguagem própria.[2]

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por transformações importantes que afetaram diretamente as relações escravistas. Com o fim do tráfico de escravos da África, com o crescimento dos centros urbanos, com a industrialização, com a imigração, uma nova conjuntura se apresentava.

É nessa conjuntura de transformações, que as idéias abolicionistas ganham força. Gradativamente, a instituição escravista passou a não ser vista com bons olhos. Quebrou-se o que João José Reis e Eduardo Silva definiram como "paradigma ideológico colonial", isto é, o escravismo passou a perder suas bases de sustentação, levando os ideais abolicionistas a se difundirem cada vez mais entre os vários segmentos da sociedade.[3]

Concordo com os autores que afirmam que essa maior difusão, grosso modo, ocorreu a partir da década de 1860. Porém suas raízes intelectuais são bem mais antigas. Para entender a natureza do abolicionismo no Brasil temos que procurar quais foram as influências intelectuais dos primeiros abolicionistas, qual era o principal motivo de preocupação daqueles homens da primeira metade do século XIX.

O abolicionismo brasileiro tem uma forte influência das idéias iluministas onde a principal preocupação dos seus precursores vai ser o desequilíbrio da sociedade, causado pelas ações de classes heterogêneas de senhores e escravos.[4] *"Uma outra justificativa contrária á escravidão dada pelos abolicionistas era a de que ela era incompatível com o direito natural, com a religião e filosofia e com as leis das nações mais civilizadas* ".[5] Para os abolicionistas todo o homem, independente de raça, tinha o direito natural a liberdade.

---

[2] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma História comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 39.
[3] REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras,1999. p.71
[4], AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit. p. 44-45.
[5] AMANTINO, Márcia. **Os diferentes lados de uma mesma moeda**: o abolicionismo de Patrocínio e de Lacerda. Rev. Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 1, jan./jul., 1999, p. 04.

Portanto para estes homens, a liberdade era princípio essencial para que nação chegasse ao mesmo grau dos países civilizados.

O abolicionismo brasileiro foi construído por pessoas que viviam cotidianamente a escravidão e talvez o medo de uma revolta generalizada tenha ajudado a moldar o caráter deste abolicionismo. A "questão servil" deveria ser encaminhada cuidadosamente a fim de que não prejudicasse a produção e a formação da nação, questões que permeavam o pensamento dos abolicionistas, quer eles fossem legalistas ou não.[6] O medo que a elite escravocrata tinha era de que após a liberdade a falta de braços para a lavoura iria ser geral, ocasionado um contexto de caos social.[7]

Segundo Célia Azevedo, ao contrário do que se deu nos Estados Unidos, o abolicionismo no Brasil se manifestava contra os atos de rebeldia escrava. O abolicionismo norte-americano via os escravos como "irmãos", todos sendo filhos de um mesmo Deus e com direito inalienável a liberdade. Portanto, se o escravo se rebelasse ele estaria no seu direito de brigar por sua liberdade. Já o abolicionismo brasileiro é bem diferente, ele trata o escravo como um ser degradado pelo cativeiro e sem nenhuma noção de sua humanidade. Tirar ele dessa situação era uma tarefa dos homens civilizados, pois a escravidão era uma instituição que iria contra os preceitos morais de uma nação civilizada. Portanto o escravo que se rebelasse poderia ser considerado como um "bicho" devido ao estado degradação que o cativeiro lhe imputou. Enquanto nos Estados Unidos seria o norte falando para o sul escravista, aqui é a elite branca falando para ela mesma. O movimento contra a escravidão no país se dirigia a própria elite, falando dos vícios e do atraso que a escravidão trouxe ao país.[8] Os escravos, devido aos longos anos de cativeiro, eram incapazes de reivindicar seu direito a liberdade. Eles, de acordo com o abolicionismo, tinham sido embrutecidos pelo cativeiro precisando que alguém fizesse algo por eles.[9]

---

[6] AMANTINO, Márcia.Op. Cit. p. 05.
[7] MENDONÇA, Joseli Nunes Mendonça. **Entre a mão e os anéis:** a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP,1990, p. 55.
[8] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. op.cit., p. 133.
[9] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em são Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras,1987, p.37

Assim, essa "voz de dentro" como ressalta Célia Azevedo, somada com um pensamento de caráter mais científico ajudam a moldar o abolicionismo brasileiro. É neste momento que as teorias evolutivas como o positivismo e o darwinismo social passam a entrar em contato com vários expoentes do abolicionismo nacional, servindo como base para várias preposições contra o sistema escravista, mas que, por outro lado, degradava o negro enquanto ser humano. Os abolicionistas brasileiros viam a África como o continente da miséria e dos vícios. O africano teria então trago para o Brasil os vícios que o "sangue preto" contém. Essa recorrência aos fundamentos científicos eram muito freqüentes, principalmente entre as décadas de 1870 e 1880, enquanto prova racional contra a escravidão.[10]

3- Abolicionismo em Juiz de Fora

Juiz de Fora se mostra como palco privilegiado de muitos dos embates relativos a "questão servil". A cidade era o principal município cafeeiro da província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX. Em conseqüência disso concentrava a maior população escrava da província, com cerca de 19.353 escravos *"com predomínio de escravos crioulos do sexo masculino, majoritariamente empregados na lavoura cafeeira, destinada a exportação"*. A diversificação econômica também foi uma característica importante do município de Juiz de Fora, tendo acontecido aqui um processo significativo de industrialização.[11] São expressões desse dinamismo econômico as obras de saneamento pela qual a cidade passou, a implantação da iluminação elétrica, o alargamento das ruas, enfim, uma série de transformações que colocaram Juiz de Fora como pólo regional da Zona da Mata mineira.

[10] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Imagens da África e da Revolução do Haiti no abolicionismo dos Estados Unidos e do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 116, 1996, p.60-63.
[11] PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930).** Dissertação de mestrado. Niterói: UFF,1993.

Essas transformações econômicas e sociais foram acompanhadas também por transformações culturais/mentais. Como importante centro urbano da província de Minas Gerais, para Juiz de Fora também convergiam um grande fluxo de idéias abolicionistas.

A imprensa teve um papel muito importante na difusão dessas idéias. Ao mesmo tempo em que a instituição escravista era condenada, construía-se uma imagem do negro marginalizado e dado ao vício. Como ressalta Lília Schwarcz, é interessante notar que quanto mais o negro se tornava um "cidadão", mais ele se aproximava do esteriotipo da criminalidade.[12]

Como o negro era *"entendido como um elemento que por seus instintos selvagens era incapaz de conviver e regenerar em ambiente civilizado"*[13] , era preciso achar uma solução para a "questão servil". A defesa da imigração vem para tentar responder as muitas das questões colocada pela elite escravocrata, principalmente das regiões cafeeiras. O abolicionismo via na imigração a chave para a solução de dois principais problemas: 1 - o "branqueamento" da população, tornando o povo brasileiro apto ao progresso ; 2 - suprir a falta de braços para a lavoura, e a conseqüente entrada do Brasil para o grupo dos países civilizados, com a introdução no país de um "sangue dado ao trabalho" e ao desenvolvimento.[14]

Portanto enquanto o negro é visto como o responsável pelo atraso do país sendo ele um ser degradado pela escravidão, o imigrante era aquele que viria para tirar o país de sua situação de atraso[15]. Esse tipo de pensamento é facilmente encontrado em jornais da época :

> *"Derroquemos os fracos alicerces da escravidão, ao estrangeiro estreitamos o amplexo de irmãos, nacionalizando-os, recebamos ativos e jubilosos as grossas correntes de imigração e o advento da liberdade em breve echoará no grande concerto da livre América".*[16]

[12] SCHWARCZ, Lília M., Op. Cit., p. 224.
[13] Idem, p. 242.
[14] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit., p 176.
[15]. Idem. p.173.
[16] Ver: BMMM-Setor de Memória. A propaganda. Juiz de Fora, 16 de junho de 1887.

Este jornal de Juiz de Fora nos mostra que o imigrante é visto aqui já como "irmão", enquanto que o negro nem faria parte de um futuro de desenvolvimento e civilidade dentro da "livre América".

Apesar da escravidão ter perdido suas bases morais, o trabalho escravo continuava a ser visto como parte essencial da produção agrícola do país. A mão de obra escrava mesmo nos últimos anos de cativeiro era usada abundantemente nas regiões produtoras para o mercado externo. O senhor agia assim de forma racional, pois o escravo dava lucros e ainda era a melhor opção.[17] Fica claro que o movimento pela abolição imediata da escravatura não era vista com bons olhos pela elite da cidade:

> *"A Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora, como intérprete fiel dos sentimentos e interesses de seus munícipes, resolveu unanimemente, em sessão de 3 do corrente mês, por indicação de um de seus membros, representar ao Senado e à Câmara dos Senhores Deputados, no intuito de solicitar providências e medidas que façam cessar o estado anormal de coisas criado pelo movimento abolicionista, o qual, pela atitude assumida, constituiu-se elemento de desordem, e fonte de atentados contra a propriedade servil, reconhecida e garantida pela legislação do país; pondo em perigo constante a segurança pessoal dos proprietários de escravos, principalmente lavradores, promovendo intempestivamente a desorganização do trabalho, em condições já muito precárias: e desconhecendo que o problema da emancipação depende de medidas complexas e de máxima prudência."*[18]

Essa "máxima prudência" pode ser entendida através da idéia pregada pelos escravocratas em geral: o medo da desordem e do caos. A sociedade, segundo muitos deles, tinha que estar preparada para esta transição, pois tinha-se o grande medo que o caos poderia se instalar na sociedade com a formação abrupta de uma grande "massa de vagabundos" livres. Caos que *"(...) era estreitamente vinculado ao comportamento que, avaliava-se, teriam os escravos quando se tornassem livres"*[19].

Acredito que um dos responsáveis por esse pensamento de que o negro escravo não era capaz de conduzir sua própria vida seja do próprio abolicionismo brasileiro. Voltamos

[17] CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de História e política. Belo Horizonte; Editora da UFMG,1998. p.67.
[18] Ver: BMMM, Setor de Memória ,O Pharol. Juiz de Fora, 08 de agosto de 1884.
[19] MENDONÇA, Joseli Nunes Mendonça.Op. Cit. P. 51

naquela idéia, já colocada algumas linhas atrás, de que o abolicionismo se dirigia a elite branca, visto que o escravo era incapaz de tomar consciência de seu "estado" pois o cativeiro o teria "embrutecido". Os abolicionistas procuravam construir uma imagem do escravo como vítima, buscando com isso um sentimento de empatia pelo escravo[20]. Mas mesmo assim isso não elimina o caráter construído pelo abolicionismo de que no Brasil a escravidão teria sido mais "amena" do que em outros países escravistas, de que aqui o "bom senhor" era a grande maioria entre os escravocratas. Esse pensamento era construído pelo próprio senhor, para legitimar sua posse sobre o escravo, pois o cativo não teria condições de sobreviver sozinho. Dentro deste pensamento a abolição deveria ser feita de uma maneira lenta e gradual, para que os escravos tivessem tempo de se readaptar no novo estilo de vida. A grande maioria dos proprietários escravistas do município de Juiz de Fora já entendiam que a escravidão estava com seus dias contados a partir da lei de 28 de setembro de 1871:

> *"Nosso país está atravessando período difícil de transformação rápida do trabalho, e de reorganização econômica. (...) A lavoura tradicional deve ter-se convencido de que estão contados os dias da escravidão, limitada fatalmente pela lei ao século atual."*[21] (O Pharol, 17/11/1886)

Estava claro então que o país passava por transformações e que a extinção da escravidão era uma questão de tempo. A idéia de que o cativeiro era injusto e amoral já havia se difundido, o problema que se colocava era de como seria feita a transição do trabalho escravo para o livre. A maior preocupação da elite era que o processo deveria ser feito dentro da ordem e da legalidade.

> *"Aqueles que, entre nós, mais tinham o que perder com a abolição da escravatura nunca tentaram resistir, com as armas na mão, ao movimento emancipador, muito pelo contrário, foram sempre os primeiros a estimular a propaganda abolicionista com os seus rasgos de generosidade sem limites foram sempre emancipadores e amigos do abolicionismo, mas do abolicionismo sensato, evolutivo,*

[20] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Imagens da África e da Revolução do Haiti no abolicionismo dos Estados Unidos e do Brasil**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca nacional, 116,1996. p. 51.
[21] Ver: BMMM, Setor de Memória ,O Pharol. Juiz de Fora, 17 de novembro de 1886.

> *respeitador das leis do país e dos direitos adquiridos."*[22] (Diário de Minas, 12/07/1888).

Nesta nota do jornal Diário de Minas, podemos destacar alguns pontos que ligam ao ideário abolicionista como um todo. O fato de estar se dirigindo a elite, e de se colocar como um abolicionismo "sensato, EVOLUTIVO, e respeitador das leis", nos mostram o caráter do movimento que se deu na região. As imagens que o abolicionismo criou como sendo a escravidão algo herdado de nossos colonizadores e que no Brasil, ao contrário de outros países escravistas, o senhor é como que um "pai" para o escravo também foram difundidas pela imprensa local:

> *"Nunca houve brasileiro que fosse amigo da escravidão dos negros. O senhor de escravos no Brasil sempre distingui-se por sua tolerância, por sua extrema simpatia para com a raça escravizada. Os estrangeiros foram sempre os primeiros a fazer justiça ao caráter do nosso povo, quando ainda de posse da funesta herança de nossos antepassados. É notório, disse Macaulay, o eminente historiador de Inglaterra, que a antipatia entre as raças européias e africanas é muito menos forte no Rio de Janeiro do que em Washingto*n." [23](Diário de Minas, 12/07/1888).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abolicionismo no Brasil, de uma maneira geral, estava no curso das transformações pelo qual o mundo passava. Sociedades contra a escravidão eram criadas tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, Brasil, etc. O mundo engendrava um movimento de muitas transformações, tanto em aspectos econômicos quanto em sócio-culturais: o avanço do capitalismo, a formação de grandes centros urbanos, o surgimento de novas classes sociais, as transformações na produção agrícola, a industrialização, o próprio avanço da ciência, etc. Tudo isso nos ajuda a entender o modo que a sociedade, como um todo, enfrentava esses processos de mudança, e quais as conseqüências na mentalidade dos homens da segunda metade do século IXI. Como afirma Hebe Mattos:

[22] Idem. Diário de Minas, Juiz de Fora, 12 de julho de 1888.
[23] Idem.

> *"A pesar das especificidades de cada processo de emancipação, as pesquisas tem convergido ao perceberem o fim da escravidão como um momento de profunda mudança nos referenciais culturais, que até então norteavam as relações econômicas, a convivência social e as relações de poder nas áreas escravistas da América".*[24]

É muito importante perceber este movimento a nível mundial para entendermos no âmbito nacional como o abolicionismo foi concebido.

Em Juiz de Fora, pelo que podemos perceber até o momento, o abolicionismo se pautava pela legalidade no processo de transição da mão de obra escrava para a livre. Muitos aspectos do abolicionismo nacional estão presentes na imprensa local, como a representação do negro não ser dado ao trabalho, opção pelo imigrante e "generosidade" do senhor frente a seu escravo. Essas são linguagens que o abolicionismo utilizava para atacar a instituição escravista, e tentar mostrar para a sociedade quais eram as vantagens do trabalho livre, e que só assim o Brasil alcançaria o progresso e consequentemente entraria para o grupo dos países civilizados.

[24] MATTOS, Hebe Maria de Castro. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil século XIX. Rio de Janeiro : Nova Fronteira,2000. p.

A ARTE MARCIAL TAEKWONDO E UMA POSSÍVEL ADAPTAÇÃO AO CONTEXTO ESPORTIVO CONTEMPORÂNEO

PROF. MSN. THIAGO FARIAS DA FONSECA PIMENTA
PROF. DR. WANDERLEY MACHI JR.
PROFa. DRa. DAGMAR HUNGER
CEPELS
UFPR

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetivou buscar evidências de uma possível adaptação do Taekwondo, arte marcial coreana dotada de valores filosóficos milenares orientais (de acordo com os mestres, podem ser resumidos em cortesia, integridade, perseverança, domínio sobre si mesmo e espírito indomável), ao contexto esportivo contemporâneo de rendimento e alta performance, por sua vez, reinterpretando sua trajetória histórica de inserção ao universo esportivo dos jogos olímpicos.

A partir de estudos anteriores[1], averiguou-se que há pouco material bibliográfico de natureza acadêmica - científica referente ao assunto, limitando-se majoritariamente, a manuais de regras.

Assim sendo, optou-se por coletar e registrar relatos orais, empregando-se a técnica de entrevista semi-estruturada com 06 mestres e 02 instrutores de Taekwondo da Federação WTF (World Taekwondo Federation), que atuam nas cidades de São Paulo (Academia Liberdade, Associação Cristã de Moços), Santos (Academia Fábio Goulart), Bauru (Associação Luso Brasileira) e São José do Rio Preto (Academia Mergulho e Associação Rio-Pretense de Taekwondo).

Interrogá-los oralmente significou colocar em cheque as transformações do Taekwondo e, ainda, registrar no tempo presente, o papel de um grupo de mestres na história das relações

[1] MARTA, F. E. **A História do Taekwondo no Estado de São Paulo**. Bauru: UNESP, 1999. MARTA, F. E. **Taekwondo: Arte Marcial ou Esporte? Reflexões Acerca de sua História.** Bauru: UNESP, 2000. MARTA, F. E; PIMENTA, T. F. F. **Os Princípios Filosóficos do Taekwondo no Discurso dos Mestres**. Bauru: UNESP, 2001. Auxiliados por bolsa CNPq-UNESP-PIBIC, sob orientação da Profa. Dra. Dagmar Hunger.

entre as forças políticas e econômicas do universo esportivo, provavelmente possibilitando parte de uma explicação histórica, permitindo reconhecer, de acordo com Le Goff (1992):

> [...] a existência do simbólico no interior de toda a realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos - por exemplo, confrontar a ideologia política com a práxis e os eventos políticos. E toda história deve ser uma história social (LE GOFF, J., 1992, p. 12).

Os depoimentos são analisados à luz dos estudos de Pierre Bourdieu (1983) que atenta para um "campo das práticas esportivas". Tal referencial teórico está sendo adotado muito mais como uma fonte de inspiração para enriquecer a análise do material empírico (os depoimentos).[2]

O ESPORTE MODERNO NA ÓTICA DE PIERRE BOURDIEU

Na construção de seu pensamento teórico Bourdieu (1983-1992), refere-se a agentes e disposições sociais, todos em um constante processo de interação social, onde, suas ações são produtos de suas interações no interior de um espaço concorrencial.

Um dos aspectos centrais de seus estudos, que norteará a análise do esporte moderno na sociedade atual é seu conceito de "campo", um espaço-tempo onde nascem e se desenvolvem as distintas práticas.

O "campo" é possuidor de uma autonomia específica, normas e regras específicas que podem e serão requeridas por seus agentes através de lutas por espaços no próprio "campo" que definirão a "conservação ou a subversão da estrutura de um capital específico":

> A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objetivo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é,

[2] Os depoimentos coletados estão sendo apresentados na integra, em anexo, conforme aprovação dos entrevistados.

> em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (Falar em capital específico é dizer que o capital vale *em relação* a um certo campo, portanto dentro dos limites desse campo, e que ele só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições) (BOURDIEU, P., 1983, p. 90).

Neste sentido, Bourdieu (1983) procura elucidar as constantes concorrências pela apropriação de bens, advindos através do acúmulo nas formas de capital econômico, social e/ou cultural.

Portanto, é possível afirmar que o esporte moderno é um conjunto de práticas e de consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais para suprir uma demanda social, como uma prática possuidora de valores e história própria, dotada de cronologia específica imbuída de regras e agentes específicos.

Com base na afirmação acima, o esporte não é um fenômeno fechado em si, mas, inserido em um sistema de práticas e consumos, constituídos por eles próprios, uma prática que se caracteriza socialmente por lutas entre poderes, onde o vencedor é o detentor do mais alto grau de capital econômico, cultural e simbólico.

Aprofundando-se, na relação entre o capital e o esporte moderno, Bourdieu (1990) refere-se às práticas esportivas como resultantes de uma relação entre oferta e procura, ou, entre o espaço dos produtos oferecidos em um determinado momento e o espaço das disposições, que por sua vez, estão associadas a seu espaço social.

Neste sentido, o “campo das práticas esportivas” também, pode se caracterizar como um espaço onde se é possível estudar as relações de poder manifestadas em seu interior, evidenciando a distribuição desigual de capitais, determinando a posição de um agente específico.

De acordo com a análise de Bourdieu (1983 – 1990) no que se refere ao esporte moderno, é possível evidenciá-lo como um fenômeno regido por um poder (invisível), sustentado por agentes que tem como função sua manutenção garantida pela dominação de um capital econômico, cultural e social.

O TAEKWONDO E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO OLÍMPICO NA ORALIDADE DOS MESTRES

Os mestres acreditam que a maior aceitação por parte do público foi um dos aspectos mais favoráveis da inserção do Taekwondo nos jogos olímpicos, uma vez que conseqüentemente há um aumento na geração de empregos para instrutores e profissionais especializados em performance desportiva:

> Todo esporte olímpico, ele tem uma aceitação maior por parte do público e esse *status* de esporte olímpico traz mais credibilidade ao esporte, então as pessoas se matriculam nas academias e com isso você tem mais empregos né, mais instrutores, profissionais e também mais cursos de especialização e profissionalização desses instrutores [...] (GOULART, F., 2002).

A teoria do "campo esportivo" é evidenciada nesta afirmação, sendo que a maior aceitação por parte do público e geração de mais empregos para instrutores e outros agentes, que por sua vez, se tornarão disseminadores deste esporte, conseqüentemente, contribuindo para a consolidação de uma indústria do espetáculo esportivo, é uma das características da teoria de Bourdieu (1983-1990).

O mestre Mauro Hideki também indicou a ruptura entre o Taekwondo imbuído de seus princípios filosóficos milenares e o Taekwondo esportivo. Para esse mestre o esporte de competição é a aplicação prática dos conhecimentos, das características físicas apreendidas em constante treinamento físico e psicológico, uma vez que: "todo esporte de competição exige muito equilíbrio, muita concentração" (HIDEKI, M., 2002).

Este mestre acredita que o Taekwondo perderá suas características filosóficas, tornando-se cada vez mais um esporte competitivo. Realiza ainda, uma comparação com o Judô, sendo que esta arte marcial também alçou o *status* de esporte olímpico:

> É, foi uma questão levantada há bastante tempo, que já gerou muita polêmica, não só pro Taekwondo, mas também pro Judô, desde que ela foi alçada ao *status* de esporte olímpico, muitos disseram que o Judô perdeu a característica de arte marcial e começou a ter características exclusivamente esportivas. O Taekwondo, eu acredito que vai caminhar, mais ou menos, por esse caminho também (HIDEKI, M., 2002).

Os mestres são categóricos em afirmar que ocorreu uma acentuação da ruptura entre o Taekwondo baseado em seus princípios filosóficos e Taekwondo esporte, a partir da aquisição do *status* de modalidade olímpica adquirido a esta arte marcial e, ao mesmo tempo, relata que a acentuação desta ruptura é conseqüência do processo de capitalização da sociedade:

> [...] por mais que você queira deixá-lo como arte marcial apenas, hoje em dia, no mundo de hoje, eu digo que se você não está inserido neste plano de informática, globalização e tal, você fica fora do mercado de trabalho e se você dá aulas apenas Taekwondo arte marcial, eu acho que você também fica um pouco fora desse mercado de trabalho, porque o pessoal procura muito competição por ter sido esporte olímpico. (GOULART, F., 2002).

Entende-se, portanto, que o ensino do Taekwondo como arte marcial imbuída de seus princípios filosóficos, sem sua característica competitiva, não é bom "negócio" para seus disseminadores, uma vez que, dado o advento do Taekwondo como esporte olímpico aumentou-se, ainda mais, a procura de alunos interessados na competição.

Para eles, grande importância para o Taekwondo em tornar-se esporte olímpico foi o aumento da demanda de profissionais especializados (fisiologistas, fisioterapeutas, preparadores físicos), além das iniciativas privadas, que por sua vez contribuem para a manutenção da indústria esportiva.

Evidencia-se neste discurso forte evidência da teoria do "campo esportivo" que atenta para a demanda de profissionais especializados e a construção de uma possível indústria do esporte.

Os mestres deixam claro como sua maior divulgação por parte da mídia atrairá mais participantes para a prática do Taekwondo como esporte, deixando o papel dos princípios filosóficos associados ao bordão "melhor qualidade de vida".

> [...] há alguns anos atrás, ninguém sabia o que era a palavra Taekwondo, hoje o Taekwondo, como eu já disse aqui, é transmitido toda hora, na TV, nos jornais, então isso foi um grande benefício, divulgar o Taekwondo e conseguir que o Taekwondo seja praticado por um número maior de pessoas, ajude o maior número de pessoas para que sejam pessoas saudáveis, uma boa formação e que esse número de pessoas ajude a

divulgar ainda mais, enfim, é um ciclo que se forma (NEGRÃO, C., 2002).

Através da análise das entrevistas com os mestres e instrutores de Taekwondo, com o auxílio do referencial teórico de Bourdieu (1983), é possível perceber que a introdução desta arte marcial nos jogos olímpicos é fruto de interesses de agentes, que se encontram no topo da hierarquia do esporte e desta arte marcial como os dirigentes, mestres e Grão mestres.

O depoimento do mestre Fábio Goulart (2002) exemplifica de maneira pertinente como o capital econômico e a política são responsáveis pela manutenção de um grande poder no esporte moderno: "[...] nós não podemos separar esporte de política jamais, se você não tem uma grande influência política, você não consegue tornar um esporte olímpico, não consegue mesmo, tem que ter muito dinheiro" (GOULART, F., 2002).

Com o desenvolvimento do esporte "espetáculo" observa-se que a prática do Taekwondo adaptou-se muito bem ao cenário capitalista no qual encontrou-se inserida. A evidência disso é a crescente comercialização desta arte marcial, como vendas de produtos ligados ao Taekwondo (camisetas, bonés, chaveiros, adesivos). Tudo isso aliado ao crescente interesse de seus agentes em torná-la esporte olímpico. Fato esse, hoje consumado com sua apresentação oficial nos jogos olímpicos de Sydney em 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se hoje nos jogos olímpicos modernos o típico ideal capitalista e mercantilista em sua organização, um grande *slogan* para patrocinadores, em suma, uma grande indústria onde seus "sócios" fazem parte de uma classe dominante sempre participativa na criação do esporte moderno.

È neste contexto esportivo encontrado o Taekwondo olímpico baseado nos preceitos que regem o esporte (competição, vitória a qualquer custo, secularização e racionalização).

Os depoentes, sem exceção, o caracterizam como uma prática que visa a competição, definindo quem é o melhor em determinada modalidade, em um determinado tempo.

Todos evidenciaram de maneira clara a ruptura entre Taekwondo dotado de princípios filosóficos milenares e orientais e o Taekwondo esportivo, que visa a competição e a vitória a qualquer preço.

Quanto aos aspectos favoráveis da inserção do Taekwondo nos jogos olímpicos, os mestres e instrutores foram categóricos e unânimes: a maior divulgação por parte da mídia.

Para estes a maior veiculação desta arte marcial pelos meios de comunicação, atrairá um maior público para a prática desta arte marcial, conseqüentemente gerando uma demanda de profissionais especializados, principalmente em performance desportiva.

Grande parte dos mestres manifestaram que após a inserção do Taekwondo no contexto olímpico, esta arte marcial passa por um processo de descaracterização quanto aos seus princípios filosóficos, uma vez que sua constante veiculação pela mídia, atrairá a população para a prática da “modalidade olímpica Taekwondo”, ou seja, como esporte - competição.

Portanto, esta descaracterização contribuirá para a ruptura entre Taekwondo, uma arte marcial imbuída de princípios filosóficos milenares - orientais e o Taekwondo, como modalidade esportiva, em que o importante é a performance e a vitória.

É digno de nota ressaltar que estes mestres e instrutores, responsáveis pela divulgação de uma arte marcial possuidora de uma filosofia própria aceitem esta esportivização do Taekwondo, reafirmando o processo de descaracterização: princípios filosóficos versus seus valores esportivos.

Considera-se que o Taekwondo, como modalidade esportiva, está intrinsecamente imbuído dos valores constitucionais do esporte moderno, uma vez evidenciadas sua secularização (arte marcial x esporte de competição), sua organização burocrática (ressalta-se o constante conflito de interesses entre poderes do meio esportivo que manipulam o esporte para satisfazerem seus interesses pessoais) e sua mercantilização (aumento do comércio como vendas de bolsas, camisetas, bonés etc.).

Uma das afirmações de um dos mestres demonstra a existência de uma “transição esportiva” do Taekwondo. O mestre citou que o Taekwondo com características esportivas

pode ser denominado apenas de *Taekwon*[3] sem o sufixo "*Do*"[4], pois este define a característica filosófica desta arte marcial:

> [...] o Taekwondo esportivo eu defino como *Taekwon* apenas com pés e mãos e não como *Do* que é a Filosofia né, quando é competição nós não temos aquela filosofia, aquela história toda da arte marcial, então apenas visando a vitória, visando promover o esporte, é isso (GOULART, F., 2002).

Portanto, sem o caráter simbólico da denominação *Do,* o Taekwondo perde suas características milenares filosóficas orientais para tornar-se esporte de rendimento, embasado nos valores capitalistas de superação e vitória, colocando, por sua vez, a história desta arte marcial em um parâmetro de valor secundário, onde nem mesmo os atletas e instrutores têm conhecimento.

Em suma, aparentemente as opções dos mestres e instrutores entrevistados, em aceitar e defender o Taekwondo esportivizado são mais do que um simples interesse econômico, mas algo inevitável na sociedade capitalista, na qual hoje, o esporte faz parte e representa.

[3] Pés e Mãos.
[4] Refere-se ao "caminho" vital que o praticante deverá seguir.

CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE INDIVIDUALIZAÇÃO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO ESPORTE E LAZER

Tony Honorato
Faculdade Guairacá/UFPR

INTRODUÇÃO

Conceito de individualização presente na teoria dos processos civilizadores proposta pelo historiador e sociólogo Norbert Elias, pode contribuir para o estudo da História do Esporte e Lazer. O conceito de individualização nos chamou atenção ao objetivarmos compreender como o esporte e o lazer se apresentam como fenômenos significativos para o entendimento das relações sociais e das constituições dos grupos na sociedade moderna, diferenciada e complexa da segunda metade do século XX.

A partir da segunda metade do século XX a população brasileira viveu períodos turbulentos. A transição do modelo político getulista para o governo militar em 1964 implicou numa redefinição do jogo de poder político, logo, também nas funções do Estado que se determinaram em parte, pelo fortalecimento do empresariado apoiado na internalização, na própria modernização e na evolução dos interesses das forças armadas. O sistema educacional brasileiro passou a ser compreendido como 'braço armado' do Estado e como 'aparelho ideológico' vinculado à segurança nacional que objetivava desenvolver eficácia, produtividade e racionalização. Num país onde imperava um nacionalismo desenvolvimentista e tecnicista, as ações por parte do Estado não coincidiam com as ações e reivindicações da população brasileira. No âmbito estudantil e cultural surgiu uma geração de jovens lutando por um ideal de sociedade, como podemos perceber na "Canção do subdesenvolvido" gravada pela UNE e quando em 1968 Geraldo Vandré 'levanta' o Maracanãzinho cantando "Caminhando":

> Começaram a nos vender e a nos comprar.
> Comprar borracha, vender pneu.
> Comprar minério, vender navio.
> Pra nossa vela, vender pavio.

> Só mandaram o que sobrou de lá:
> Matéria plástica, que entusiástica,
> Que coisa elástica, que coisa drástica. ("Canção do Subdesenvolvimento")
>
> Somos todos iguais, braços dados ou não,
> Os amores na mente, as flores no chão,
> A certeza na frente, a história na mão,
> Caminhando e cantando e seguindo a canção.
> Aprendendo e ensinando uma nova canção.
> Vem, vamos embora, que esperar não é saber.
> Quem sabe faz a hora, não espera acontecer. ("Caminhando")

Os acontecimentos nestas décadas influenciaram no desenvolvimento dos comportamentos do povo brasileiro, tanto nos aspectos político, econômico, educacional, como em especial, nas práticas culturais de lazer e esportivas. No esporte e lazer pode-se visualizar um modo de vida em processo de individualização capaz de demonstrar mudanças construídas no contexto da sociedade brasileira. As mudanças também se apresentam como práticas culturais portadoras de caráter desrotinizador, expressando comportamentos e tensões agradáveis que podem se dar pelo "descontrole-controlado" das emoções e das ações motores, que surgem como formas alternativas frente às rotinas habituais e altamente controladoras. Estamos falando da prática cultural Skate!

> O *skate* é um fruto da cultura ocidental. É uma forma de expressão, esporte, estilo de vida, lazer e profissão. Em nosso meio podemos ser quem quisermos, ainda que tenhamos que enfrentar as "difíceis coisas fáceis" que qualquer ser humano enfrenta na sociedade atual. Luta por um espaço, carência de meios, desigualdade social. Cada skatista é uma pessoa completamente diferente da outra, ainda que as manobras tenham que sair no *style* do ídolo ou do amigo. Enquanto muitos estão preocupados em se dar bem, outros apenas querem fazer o que gostam[i].

A sociogênese do Skate no Brasil remonta aos anos 60[ii] e o fragmento acima destaca a prática cultural Skate como uma nova configuração, na qual permite observar um nível de inter-relação social em que os indivíduos estão produzindo comportamentos diferenciados, seja na condição de praticantes, consumidores, espectadores ou como componentes de um agrupamento social (a tribo skatista).

A tribo skatista se agrupa num campo social denominado lazer/esportivo no qual os indivíduos tornam-se individualizados por meio da prática cultural Skate, que excita as

pessoas a produzirem (in)conscientemente comportamentos para extravasar intensas emoções que são cada vez mais controladas e regulamentadas em nossa sociedade hodierna. Neste sentido, abordamos a individualização como um processo que desenvolve auto-regulações e busca por novas emoções construídas na vida em sociedade e que possibilitam aos indivíduos a vivência do paradoxo de ser e dever ser. Para tanto, apontaremos as reflexões de Norbert Elias sobre o conceito de individualização.

A INDIVIDUALIZAÇÃO NO PROCESSO SOCIAL

Na obra, "*A sociedade dos indivíduos",* Norbert Elias sistematizou o problema da relação entre indivíduo e sociedade, defrontado, inicialmente, com a construção do volume I do "*O processo civilizador"*, ao constatar que a busca por padrões de comportamento tornava-se cada vez mais constante na sociedade européia ocidental entre os séculos XIII-XVIII. Para o autor a preocupação da referida sociedade com os hábitos de escarrar, com os costumes à mesa, com as manifestações de agressividade etc., foi estendida a inúmeras gerações ao longo do tempo numa determinada direção (de vergonha e constrangimento), distinguindo um grupo social, e, posteriormente o indivíduo, de outros segmentos e de outras pessoas. Isto revela que os indivíduos de uma geração, ao nascer ingressam no processo civilizador numa fase posterior, 'adaptando-se' a um padrão de comportamento construído em todo processo social de formação da consciência e dos *habitus sociais*[iii] das gerações precedentes.

Os padrões sociais de auto-regulação são transmitidos de uma geração para outra. A auto-regulação e a busca de novas emoções que o indivíduo experimenta e desenvolve dentro de si em contato com o social, tornam o indivíduo único e são peculiares de cada geração, e, por conseguinte, específico de cada sociedade.

O processo de individualização, como considera Elias, está relacionado com a problemática da interdependência indivíduo e sociedade, mais especificamente, com a crescente especialização dos indivíduos e das sociedades. Isso não significa que o indivíduo está traçando um caminho livre de qualquer restrição, pelo contrário, desde a infância ele é condicionado pelo outro para desenvolver um grau bastante elevado de autocontrole em função das regulações sociais. Estas, por sua vez, vão se sedimentando nas sociedades humanas e configurando grupos, tribos e instituições com comportamentos e *habitus* diferenciados e portadores de um certo poder diluído numa formação social específica.

Se os indivíduos são condicionados socialmente, ao mesmo tempo, pela suas auto-imagens e por aquelas que lhe são atribuídas pelos outros com quem relacionam, e ainda formam grupos sociais, os seres humanos ligam-se uns aos outros numa pluralidade da vida em sociedade. Isto significa dizer que a relação entre sociedade e indivíduo só pode ser compreendida se investigarmos ambas entidades em interdependência, em mutação e processualmente, e não como duas entidades opostas ou sobrepostas[iv].

Elias sugere um caminho para pensarmos o indivíduo e a sociedade como realidades dotadas de estrutura própria em termos relacionais e funcionais. Desta forma, as estruturas psicológicas, individuais e sociais são resultantes de um processo de interdependência *"operante durante muitos séculos"*. Processo este, que não é planejado e nem linear, sendo passível de investigação "psicogenética" e "sóciogenética".

Nesta perspectiva, elegeremos algumas características do conceito de processo de individualização, que seria, ao mesmo tempo, um conceito do indivíduo e da sociedade na acepção de "sociedade dos indivíduos" apresentada por Norbert Elias:

- Individualização é um processo continuo e não planejado, construído nos avanços e recuos do processo civilizador individual no qual todos os indivíduos, como fruto de um processo civilizador social em construção a longo tempo, são automaticamente ingressos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau

e sucesso. Pois nenhum ser humano chega civilizado ao mundo, o individual é obrigatoriamente social e vice-versa. Sendo assim, o processo de individualização também é processo de civilização e está em fazer-se, está em elaboração numa crescente interação e dependência das atividades sociais e psíquicas dos indivíduos no interior das configurações[v].

- O conceito de individualização está intimamente ligado com o de autocontrole, que é o processo que vai da exteriorização à interiorização. O indivíduo interioriza os sentimentos, paixões, emoções, controles e representações produzidas nas relações sociais e em suas atividades mentais, e depois ele exterioriza suas representações através de comportamentos, *habitus* e relações poder. Desta maneira, pensamento e ação estão interligados no plano individual em função do social, que dirige o individual (e vice-versa) para um certo limiar de controle exigido e aceito pelos demais indivíduos em sociedade.
- A idéia de individualização torna-se mais visível ao passo que a história humana avança, demonstrando que a humanidade, o indivíduo e a sociedade são processos sem início e fim à vista. Nessa história, torna-se perceptível a transferência cada vez maior de funções relativas à proteção e ao controle do indivíduo, previamente exercidas por pequenos grupos tradicionais e 'consangüíneos' (tribo, feudo, igreja etc.), para os grupos densamente habitados, como podemos perceber na configuração dos Estados-modernos altamente complexos e urbanizados. Nestes últimos o indivíduo vive cada vez mais isolado no sentido de batalhar por sua sobrevivência e se defronta com um número crescente de opções, aumentando a possibilidade de individualização pessoal. Isto significa que uma das características da individualização é que o indivíduo não só *pode* como *deve* ser mais autônomo e autoconfiante na decisão e na liberdade de escolha oferecida pela vida coletiva, social, grupal ou pelo Estado. Contudo, maior será a exigência empregada a seu autocontrole consciente ou inconsciente, e assim, reciprocamente na necessidade de compartilhar configurações, tais como 'tribos urbanas', escolas, universidades e sociedades que os tornam indivíduos diferenciados, passíveis de aprender e transmitir seus aprendizados.
- Tendo em vista a crescente oferta de oportunidade, o processo de individualização carrega marcas de sucessos e insucessos. O poder de escolher por si, entre outras coisas, é exigência que logo se converte em *habitus*, necessidade e ideal que são avaliados, tanto no sentido positivo, quanto negativo, na escala de valores sociais. Assim, felicidade e infelicidade jogam em conjunto no mesmo espaço social. Este movimento, entre a liberdade de escolha e risco de escolha, constitui a estrutura da personalidade e as emoções vividas pelo indivíduo nas sociedades em desenvolvimento, rumo a um nível mais elevado de individualização. Neste sentido, "a abundância de oportunidades e metas individuais diferentes nessas sociedades é equiparável às abundantes possibilidades de fracasso"[vi].
- Na individualização existe um indivíduo biológico e individuado socialmente, que busca ser controlador das forças naturais. Desde os primeiros dias da humanidade até o século XXI, não foram somente às estruturas sociais e as condições materiais de existência que mudaram. O biológico parece mais 'sólido' e 'resistente', as forças naturais não-humanas parecem ser cada vez mais 'controladas' e 'previstas', enquanto o social parece mais 'controlador', 'mutável' e 'vulnerável' às mudanças ao longo da história humana. Na história da humanidade, "quanto mais os atos das pessoas são regidos por forças naturais indomadas dentro delas mesmas, menos elas diferem entre si em seu comportamento. "E, quanto mais variada e difundidamente essas forças são contidas, desviadas e transformadas – primeiro pelo amor e medo dos outros,

> depois também pelo autocontrole –, mais numerosas e pronunciadas se tornam as diferenças em seu comportamento, seus sentimentos, seus pensamentos, suas metas e, inclusive, suas fisionomias maleáveis: mais 'individualizados' tornaram-se os indivíduos"[vii]. Nota-se um deslocamento do embate entre o 'homem' e a 'natureza' para 'indivíduo' e 'sociedade', onde a busca por individualização torna-se mais crescente e perceptível. Entretanto, a natureza, a sociedade e o indivíduo compõem uma espécie de triângulo de funções interconectadas que pode nos liberar das rígidas e "míopes" abordagens analíticas que compreendem as questões humanas.

CONCEITO DE INDIVIDUALIZAÇÃO E A HISTÓRIA DO ESPORTE E LAZER

O conceito de individualização como uma possibilidade de análise para história do esporte e lazer não se refere apenas à individualidade fortemente estruturada pelo 'eu', como ídolos do esporte, artistas e intelectuais. Pelo contrário, a individualização ajuda compreender nas manifestações de lazer e esportiva uma individualidade que é também o 'nós' e o 'eles', é o pessoal e o grupal. Embora, o 'eu' seja um traço forte em nossa sociedade complexa e urbanizada da segunda metade do século XX, só tem sentido na relação com o outro, e se diferencia e se especializa construindo uma estrutura de personalidade na aquisição e significação de alguns signos sociais como nome, diplomas, profissões, práticas esportivas, modo de vestir, linguagem e outros atributos 'individuais'. Como ilustra o relato do skatista Marcelo:

> Na década de 80 eu morava em São José dos Campos, daí meu tio tinha um skate que ele andava. Eu dava umas voltinhas. Quando eu mudei pra cá (Piracicaba/SP) tinha uma galera que morava perto de casa que andava, então comecei a andar, mas eu não podia comprar um skate, assim, eu ganhava shape e o tail dava para contar três dedos de largura. Lembro que o primeiro shape que eu comprei foi o da Cush, era grandão, era da hora e dava para tirar várias manobras 'adrenalizantes'. Agora, as manobras tinham graça quando eu conseguia fazer para a turma do skate ver![viii].

Nota-se, o *indivíduo vive a tensão de dever ser como os demais ao se distinguir na vida em sociedade*. Nessa dupla condição humana a produção de signos sociais torna-se relevante. Signos e instrumentos – tais como equipamentos, manobras, linguagens, vestuários e inúmeros objetos – nada mais são, para os indivíduos, do que uma atribuição

de significado no social e corporificação de um padrão específico de emoções e de comportamentos que, ao mesmo tempo, diferenciam e agrupam as pessoas na vida em sociedade.

Observar em um estudo histórico do esporte e do lazer a dupla condição do homem, mediada pelos signos e instrumentos, torna-se possível através da dinâmica da complexa interdependência entre o mundo das relações sociais – no qual o indivíduo é produtor – e a formação da consciência do ser individualizado que desempenha múltiplos papéis em configurações não harmônicas.

Essa dinâmica, que é parte do processo de individualização, colabora com a formação do psiquismo humano, proporcionando o paradoxo: ser e dever ser, paixão e controle, risco e prazer etc. Pois, a significação dos signos e dos instrumentos desenvolve novos costumes, novos comportamentos e novas configurações, intensificando a regulação e o controle das emoções no plano individual no social.

Para o estudo da história do esporte e lazer podemos, então, pensar a individualização como algo além do individual, devemos entendê-la em termos de 'relação' e 'função', sem elevarmos obstáculos intransponíveis à compreensão de fenômenos sociais e individuais. Isto é, o conceito de individualização, elaborado por Norbert Elias, nos coloca a seguinte provocação: podemos pesquisar por meio das manifestações de lazer e esportivas os fenômenos, sociedade e indivíduo, porém, vamos observá-los pela ótica da bipolarização, ou pela ótica dos conceitos em construção que não dão conta da problemática, em razão da complexidade dos fenômenos.

O problema epistemológico relativo à relação indivíduo-sociedade, o próprio Norbert Elias reconhece que não conseguiu resolver, como declara:

> O que nos falta, sejamos explícitos, são modelos conceituais e, além deles, uma visão global graças à qual nossas idéias dos seres humanos como indivíduos e como sociedade possam harmonizar-se melhor. Não sabemos, ao que parece, deixar claro nós mesmos como é possível que

> cada pessoa isolada seja uma coisa única, diferente de todas as demais; um ser que, de certa maneira, sente, vivência e faz o que não é feito por nenhuma outra pessoa; um ser autônomo e, ao mesmo tempo, um ser que existe para outros e entre outros, com os quais compõe sociedades de estrutura cambiáveis, com histórias não pretendidas ou promovidas por qualquer das pessoas que as constituem, tal como efetivamente se desdobram ao longo dos séculos, e sem as quais o indivíduo não poderia sobreviver quando criança, nem aprender a falar, pensar, amar ou comportar-se como um ser humano[ix].

Portanto, o conceito de individualização nos oferece alguns procedimentos teórico-metodológicos que colaboram disponibilizando outras possibilidades de análise da história do esporte e do lazer como manifestações culturais inseridas numa sociedade, na qual as transformações de civilização edificam nas inesperadas relações humanas produtoras de diferentes comportamentos, *habitus* e agrupamentos sociais. Assim proporcionando as representações que os indivíduos tem de si e do meio cultural onde vive.

---

[i] GYRÃO, Cesar Bragança. In: REVISTA TRIBO SKATE. 2004. Ano 13, nº. 107. p. 14.

[ii] A respeito da história da prática cultural Skate, é interessante conferir os textos: REVISTA TRIBO SKATE. 1999. Ano 09, nº 50.; CHAVES, Cesinha; BRITTO, Eduardo [et all]. **A onda dura:** 3 décadas de skate no Brasil. São Paulo: Parada Inglesa, 2000; HONORATO, Tony. **A tribo skatista e a instituição escolar**: o poder escolar em um perspectiva sociológica. Piracicaba/SP, 2005. 202f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

[iii] Na teoria de Norbert Elias o conceito de *habitus social* pode ser entendido como uma 'segunda natureza', ou ainda, como um automatismo humano que se desenvolve num constante movimento emaranhando social e individual. Assim, os controles sociais são lentamente condicionados e incorporados pelos indivíduos desde a tenra idade, aumentando a auto-regulação automática das paixões – um autocontrole mais complexo, diferenciado e estável. *Habitus* é um componente significativo para os estudos que almejam compreender a constituição e o modelo de circulação cultural de grupos, instituições e nações, pois sua aquisição pelos indivíduos, indica padrões de comportamentos altamente desenvolvidos, aceitos e exigidos socialmente para o convívio no interior das configurações sociais.

[iv] Aqui Norbert Elias chama atenção para um problema conceitual, sinteticamente localizado em duas vertentes do pensamento sociológico. Tanto em uma, quanto na outra, existe a polaridade indivíduo/sociedade, e ambas tendem a entender estes fenômenos a partir de análises mecanicistas ou através de modelos extraídos das Ciências Naturais. Para maiores detalhes sobre a discussão recomendamos ao leitor a consulta aos livros: ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994.; ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Edições 70. Lisboa: Pax, 1980.

[v] Configuração social é um conceito fundamental para teoria de Norbert Elias. Pode ser entendida como espaços sociais, como organização de grupos ou indivíduos interdependentes e mutuamente influenciáveis, expressando um processo, no qual as pessoas inter-relacionadas interferem de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades emergentes, tais como relações de poder, eixos de tensão, instituições, desportos, guerras etc. Mais detalhes, ver: *"Introdução à Sociologia"* (1980) em particular as paginas 140 a 145.

[vi] ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos...** 1994, p. 109.

[vii] /bid. p. 117.

[viii] Este enunciado é do skatista Marcelo, extraído da entrevista sobre a história da modalidade Skate em Piracicaba realizada por nós em 16/04/2003 na pista de skate da Rua do Porto – Piracicaba/SP.

[ix] ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos...** 1994, p. 68.

TESTES NUCLEARES NO CEARÁ? : MEMÓRIA, IMAGINÁRIO E NOVOS SIGNIFICADOS DO CLARÃO EM MADALENA NO FIM DA DECADA DE 1950.

Tácito Thadeu Leite Rolim – Mestrado História Social / UFC

Alguns assuntos podem parecer distantes uns dos outros e aparentemente não guardar nenhuma relação entre si, pelo menos até o momento em que nos deparamos com trilhas que acabam, no convergir e divergir do seu traçado, por nos levar a um local inesperado e inusitado. Explosões nucleares e sertão cearense se constituem em excelentes exemplos do que estamos falando. E foi exatamente assim que nos sentimos ao ler o artigo "*Bomba Atômica no Nordeste?*", de 29 de novembro de 1998, publicado no jornal "O Povo" de Fortaleza - CE. Carlos Emílio Correia Lima, autor do artigo, menciona uma passagem do livro "Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento", de Leôncio Basbaum, publicado em 1960 pela Editora Fulgor. Este livro pertencia ao pai de Carlos Emílio, o sr. Hyder Correia Lima, que por força de sua profissão (ele era higienista) havia viajado muito por todo o interior cearense. Em um trecho do livro, Basbaum menciona um fato espetacular e surpreendente: a explosão recente de uma bomba-A nos céus do nordeste brasileiro, realizada "ainda recentemente" pelos Estados Unidos, sem repúdio do governo e autoridades políticas de nosso país.

E tão intrigante quanto este trecho do livro é o registro deixado a mão pelo sr. Hyder na margem direita do livro bem ao lado do trecho citado: "Quixadá?" [1]. Certamente o sr. Hyder deve ter ouvido falar, lido algo na imprensa ou quem sabe até mesmo testemunhado algum acontecimento naquele município durante suas viagens que o levou a tal questionamento.

E foi com estas informações que demos início a nossa pesquisa que buscava verificar se podíamos encontrar elementos concretos, vestígios, pistas etc que apontassem para aquela possibilidade: a de ter os Estados Unidos explodido nos céus do Nordeste brasileiro uma Bomba-A, que pela data de publicação do livro (1960) e pela escrita de Basbaum ("Ainda recentemente..."), deveria ter ocorrido em fins da década de 1950.

Iniciamos por alguns livros que já dispúnhamos sobre armas nucleares, Guerra Fria, conflitos militares etc. Se estabelecermos um recorte temporal que inclua os anos de 1957-59, verificaremos que estes dois últimos anos foram de intensa atividade no que se refere a testes nucleares realizados pelos norte-americanos. E mais: é também neste período (1958) que aquele país realiza a uma série de testes clandestinos de sua história. Local dos testes clandestinos: sul do Atlântico Sul. Mas parece haver um certo desencontro de informações sobre o local exato dos testes nos jornais e revistas da época: segundo algumas revistas ("Scientific American", maio de 1959 e "The New York Times", 19 de março de 1959) o teste ocorrera no sul da América do Sul, enquanto outras revistas ("Time", março de 1959) falam de um local próximo as Ilhas Falkland (Malvinas), enquanto um jornal de Fortaleza ("O Jornal", de 18 e 19 de abril de 1959) citando um outro do Rio de Janeiro que aponta a cidade de Quixadá (!) como sítio dos testes clandestinos [2]. Mas o que teria levado a imprensa carioca e fortalezense ventilar a hipótese de que algo daquela natureza realmente tivesse ocorrido no sertão central cearense?

Bem, a possibilidade levantada por uma e outra imprensa deve-se ao fato de que, em julho de 1958, um fato realmente pitoresco ocorreu nos céus daquele município. Um dos jornais da época pesquisados ("O Povo" e "O Jornal") faz menção a uma explosão de teleguiado naquela cidade enquanto um outro noticia um "ruído de uma tremenda violência sobre os tetos da cidade", chegando mesmo a trazer o relato de uma testemunha (um deputado estadual) segundo o qual, com a explosão, "a fumaça formou uma coluna de altura impossível de calcular-se" [3].

Os testes clandestinos (no total de três explosões de baixa intensidade, cerca de 1,7 kt [4]) conduzidos pelos norte-americanos no Atlântico Sul (?), e que receberam o codinome de Operação *Argus*, foram realizados entre fins de agosto e começo de setembro de 1958, a bordo do navio da marinha norte-americana *USS Norton Sound*, que fazia parte da Força-Tarefa 88 que incluía vários outros navios. Por se tratar de uma operação clandestina, nada foi oficialmente comentado na época sobre os testes. Os navios, no entanto, antes de retornarem as suas bases, passaram pelo Rio de Janeiro (em outubro de 1958) e segundo

"O Jornal" os mesmos "estiveram em manobras de rotina no Atlântico central desde julho" (!) [5]. Foi apenas em março de 1959 que o jornal "The New York Times" (que teve um de seus repórteres convidados a participar da Operação) trouxe a tona a notícia. Pareceu, portanto, lógico inferir que as experiências nucleares realizadas no Atlântico Sul e as explosões ouvidas em Quixadá faziam parte de um mesmo fenômeno. E aqui uma dose de antiamericanismo prevalecente na época, devido a entrega da ilha de Fernando de Noronha aos norte-americanos para a construção de uma base de rastreio de mísseis teleguiados, em janeiro de 1957, tenha corroborado na difusão da associação (Operação *Argus versus* Quixadá). Foi muito certamente daí que Basbaum tirou elementos para sua assertiva publicada em seu livro e o sr. Hyder para seu comentário na margem daquele.

No entanto, para nossa surpresa e alegria, tomamos conhecimento através de matéria no jornal "O Povo" de 10 de março de 2003 ("*Mistério no Céu do Sertão Central*") que na cidade de Madalena (no sertão central, próximo a Quixadá), o pároco da cidade, Padre Richard Lee Cornwall (ou Padre Ricardo), americano de Omaha, Nebraska, havia iniciado uma pesquisa (desde a publicação do artigo de Carlos Emílio, em 1998) no sentido de comprovar que a explosão nuclear atmosférica realmente ocorrera e que tivera como epicentro uma área dentro do município de Madalena. Conversando com os fiéis, o Padre, que está no município há aproximadamente 10 anos, tomou conhecimento de um clarão que surgiu nos céus do então povoado de Madalena (na época distrito de Quixeramobim) ocorrido precisamente (segundo pesquisa posterior feita por ele) no dia 6 de agosto de 1957. O que antes era vagamente lembrado pelas pessoas como um "clarão", passa a ser denominado pelo Padre de "fenômeno de 57". O "clarão" ou "fenômeno de 57" se constituiu de um clarão intenso nos céus do município testemunhado por várias pessoas, segundo alguns em 1957, segundo outros em 1958. Ainda segundo o Padre, o número assustador de casos de câncer e de defeitos congênitos na comunidade pós-"fenômeno de 57" parece apontar para um evento específico que envolveria a utilização de armas nucleares: era como se este "fenômeno" servisse de divisor de águas na saúde pública do município. O artigo de Carlos Emílio veio apenas confirmar a suspeita. Meticuloso, o Padre Ricardo

reuniu provas documentais, contatou autoridades da saúde pública, técnicos em energia nuclear e consultou bibliografia no Brasil e no exterior. No levantamento feito pelo Padre Ricardo, a suspeita ganhou cabeça, corpo e nome: o SLBM [6] "Polaris" A-1 que estava sendo testado em 1957.

Por várias vezes visitei o Padre Ricardo [7] na cidade de Madalena e pudemos, assim, acrescentar elementos importantes a uma e outra pesquisa. E algo que constatei em minhas visitas a cidade, ao Padre e aos sertanejos foi que o clarão, lembrado por alguns e esquecido por outros, adquiriu na época, para aqueles que o testemunharam, uma importância que parece ter se limitado apenas ao momento mesmo de seu acontecimento: foi motivo de comentário na comunidade que, sem conseguir achar uma explicação razoável, limitou a encará-lo como um "sinal do fim do mundo" ou um outro tipo de explicação qualquer, fazendo com que o mesmo caísse no esquecimento e que fosse recordado e rememorado apenas 40 anos depois com a curiosidade despertada pelo Padre. Assim, trazendo à tona uma explicação cientifica para o "clarão", o Padre retira-o do lugar mítico e imprime nele uma objetividade que permite explicar também as mazelas que ora atingem a população. Falando de seu lugar social de pároco da comunidade, o seu discurso atinge os "corações e mentes" das pessoas. O Padre faz campanha entre os moradores para evitarem o consumo de água da superfície e do subsolo (segundo ele contaminada com radioatividade), e para isso incentiva a construção de cisternas de placas para captação de água da chuva: o município já dispõe de centenas de cisternas de placas.

E como efeito complicador, a maior mina de urânio do Brasil, a de Itataia, fica localizada a umas poucas dezenas de quilômetros a noroeste do município de Madalena. O Governo do Estado tem mostrado interesse em reativar a mina: mais uma vez o Padre mostra a população os perigos de se mexer "na radioatividade que Deus colocou na terra".

---

[1] Quixadá é uma cidade do interior cearense e que dista aproximadamente 130 quilômetros em linha reta da capital Fortaleza.

[2] Segundo informações oficiais do governo norte-americano, publicadas no *United States Nuclear Tests: July 1945 through September 1992* (United States Department of Energy, Nevada Operations Office, Las Vegas,

Nevada, December 2000 (DOE/NV--209-REV 15)), o teste ocorrera entre a África do Sul e o sul da América do Sul. O documento chega mesmo a trazer as coordenadas dos testes.

[3] "O Jornal", 27 de julho de 1958.

[4] A potência de 1 kt equivale a 1.000 toneladas de explosivo T.N.T. Para efeito comparativo, as bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki em 1945 tinham, cada uma, um potência entre 15 - 20 kt.

[5] "O Jornal", 27 de outubro de 1958.

[6] SLBM – *Sea Launched Ballistic Missile* ou Míssil Balístico Lançado por Submarino.

[7] Na realidade, em visita a Carlos Emílio em 27 de dezembro de 2001, ele nos falou de "um padre de Madalena" que o havia telefonado dizendo que a explosão ocorrera em Madalena. Não verifiquei *in loco* a informação: deixei para fazê-lo somente após a leitura da matéria no jornal, e em 19 de março de 2003 visitei o Padre Ricardo.

O CANTO QUE EMBALOU O PROJETO NACIONALISTA DE VARGAS

TÂNIA REGINA DA ROCHA UNGLAUB

Este trabalho busca refletir sobre o período do Estado Novo e como as estratégias de Getúlio Vargas para legitimar a ditadura, através do interventor Nereu Ramos, se fizeram sentir no Estado de Santa Catarina. Um dos pilares do poder foi a propaganda, embalada num projeto musical, via canto orfeônico, sobrepondo a unidade da nação ao individualismo. Com a adesão dos intelectuais, levou avante seu projeto evitando um confronto e praticamente anulando qualquer efeito contrário aos seus interesses. Diferentes identidades se fundiam em um movimento coeso nas festividades comemorativas alusivas a pátria, detalhadamente exigidas pelo interventor Nereu Ramos, alinhando Santa Catarina ao programa ideológico do Estado Novo. A hegemonia mascarava os conflitos gerados por atitudes xenófobas, racistas ou intolerantes para com os imigrantes provindos de nações em guerra.

Durante o Estado Novo a rede escolar catarinense foi alvo de políticas nacionalizadoras desencadeadas principalmente a partir de 1938. Pesquisadores da história de Santa Catarina fazem referência a diversas ações levadas a cabo durante o governo Nereu Ramos enfocadas na educação, conferindo-lhe uma conotação única na história catarinense. A escola foi a instituição considerada mais adequada para servir de veículo para atingir amplos segmentos da população no sentido de normatizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos.[1]

O Estado autoritário teve interesse em criar uma comunidade nacional com espírito patriótico e unidade, para tal, necessitou elaborar e desenvolver estratégias poderosas que levassem a população a sentir-se parte de um grande movimento progressista, e não apenas ser um espectador. A escola parece ter sido o consenso entre intelectuais, elites e

governo que poderia ser o lugar adequado para desenvolver tais sentimentos e concretizar os dispositivos normatizadores e consolidar um projeto de regeneração social.

Diante desta estratégia governamental, o Estado muniu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade, com o fim de efetivar a centralização do poder simbólico, realizando um esforço conjunto de homogeneização dos discursos do poder[2]; cujo objetivo não era envolver nesse espírito nacionalista, apenas o grupo que poderia ser chamado de proletariado. É nesse ponto em que o regime de Vargas se diferencia, sobretudo porque, de acordo com MICELI[3] este, define e constitui o domínio da cultura como um negócio "oficial", implicando um orçamento próprio, a criação de uma inteligência e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico, atraindo a intelectualidade formadora de opinião para aliar-se ao Estado Novo, praticamente neutralizando qualquer foco de resistência.

O cuidado do governo em conseguir a adesão dos intelectuais, evitando um confronto e praticamente anulando o efeito contrário aos seus interesses, denota um estudado e intencional movimento onde o poder direciona em seu benefício e no rumo que lhe convém, as forças que poderiam se lhe opor. Considerando que outras forças importantes nesse jogo eram os trabalhadores, embalados e seduzidos pelo ufanismo nacionalista, e os militares, encantados com a notoriedade conseguida nos desfiles magistrais, onde o potencial militar era exaltado nas grandes comemorações cívicas, se percebe que o Estado Novo cuidadosamente manobrou suas ações em direção à auto-sustentação. Poder-se-ia dizer, neste caso, que este conjunto de forças, comporia uma definição de poder encontrada no pensamento de Humberto Eco[4], como sendo a multiplicidade de forças que interagem num movimento de apoio e contradições, de igualdades e diferenças, num jogo que através de lutas incessantes transforma-as, reforça-as, inverte-as, justamente porque não seriam estáticas, mas dinâmicas, fortalecendo a idéia de que a uma força não se diz: não te obedeço, num confronto aberto, mas elaboram-se mecanismos e técnicas de refreamento, num sutil movimento de esvaziamento da resistência. Balandier concorda com essa posição quando afirma que "o poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade".[5] Isto significa que deve haver envolvimento emocional induzido por uma simbologia que trabalha uma aspiração concreta, mesmo que utópica, que ganha ares de realidade na manipulação do imaginário coletivo.

Importa notar que o uso dessa estratégia sutil, apenas mascara o fato de que era uma ditadura e como tal não pode prescindir de ações persuasivas pela força. No Estado de Santa Catarina se percebe claramente este aspecto ditatorial na análise das ações do Governo Nereu Ramos ao utilizar amplamente a persuasão por decreto, e o conseqüente acompanhamento 'policiado' para garantir a execução dos projetos pretendidos pelo poder central. Também se percebe através das determinações emanadas dos decretos e portarias daquele período, o registro de um cuidado excessivo na centralização até mesmo de detalhes de uma programação cívica, conforme se pode notar através dos Diários Oficiais de Santa Catarina daquela época e circulares, demonstram rigidez e controle nas programações de comemorações cívicas e escolares a ponto de solicitar que de cada atividade comemorativa, ou acontecimentos nacionais, deveriam ser enviados antecipadamente ao departamento de educação, um exemplar do programa a ser seguido, para aprovação de sua execução nas comemorações, lembrando que poderia desaprová-lo no todo, ou em parte, se não correspondesse às exigências daquele departamento.[6]

Outra evidência deste detalhado cuidado montado pelo aparato estatal em relação à mobilização massiva, e também à obrigatoriedade da participação no ideário nacionalista embalado ao som das vozes juvenis, é demonstrado por outra determinação publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, do dia 04/11/1942, que menciona os nomes de vários estabelecimentos de ensino convocados a participar das comemorações do dia 10/11/1942, na cidade de Florianópolis, em homenagem ao Estado Novo, bem como a ordem em que deveriam se apresentar; e estes são: Grupo Escolar Padre Anchieta, Grupo Escolar Silveira de Souza, Grupo Escolar Lauro Muller, Grupo Escolar São José, Grupo Escolar Modelo Dias Velho, Liceu Industrial, Ginásio Catarinense, Instituto de Educação Coração de Jesus, Instituto de Educação de Florianópolis.

Também através do decreto-lei nº 88 de 31 de março de 1938, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina, percebe-se claramente que se desenhou todo o arcabouço legal, bem como o aparato de repressão a eventuais resistências à implantação do canto

orfeônico em todo o sistema de ensino brasileiro, pois conforme citado neste documento, o decreto lei determina que um dos motivos para exoneração do diretor ou professor seria sua negligência quanto ao canto de hinos oficiais em todos os cursos e ao ensino obrigatório de música, entre outros. O mesmo decreto determina o fechamento temporário do estabelecimento de ensino que não tomasse parte nas comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixasse de comemorar os dias de festa nacional, recomendados pelo departamento de educação, nos moldes estritos recomendados. Sem dúvida em uma demonstração de força, e com ares de intimidação.

Nas Coletâneas e Circulares de 1934 a 1941, é registrado que o Hino Nacional deveria ser entoado obrigatoriamente nos estabelecimentos públicos e privados de ensino primário, normal, secundário e técnico-profissional, e em todas as associações com finalidade educativa. Fatos como estes estão gravados na memória de várias pessoas que vivenciaram este momento. João Bosco em seu depoimento menciona como se sentia em relação à obrigatoriedade de cantar, nos tempos de Rio do Sul. Recuperando um fragmento das imposições para decorar, embora sem entender nada diz: “Que coisa! O hino nacional eu cantei na escola até me cansar! Ouviram do Ipiranga... não adianta falar as coisas como um papagaio”.[7]

As justificativas encontradas para a implementação dessas leis baseavam-se na capacidade pedagógica e educativa da música. Os hinos patrióticos e a música nacionalista, executados nos orfeões escolares seriam uma parte importante do processo pedagógico do novo Estado nacional, pois realizariam a tarefa de promoção do civismo e da disciplina coletiva.

Todo o esforço oficial materializado através dos decretos e da normatização de procedimentos entre outros, denota a preocupação e o interesse do poder dominante em estabelecer uma estrutura legal eficiente para garantir a execução das atividades idealizadas. Além disso, percebe-se através dos documentos desse período, que a música ocupou um lugar preponderante na vida nacional. Note-se, por exemplo, que foi criado um

Conselho Nacional de Canto Orfeônico com a atribuição, definida pelo Decreto-Lei 4.993 de 26/11/42, em seu artigo 3º, de estudar e elaborar as diretrizes e técnicas gerais que deviam presidir o ensino do canto orfeônico em todo o país, desde o ensino do pré-primário até o curso ginasial. Percebe-se que os decretos mencionados e seus objetivos não dissimulados faziam parte de um movimento intencional visando a construção de um consenso coletivo em direção a articulação de grupos com interesses diferentes e dispersos.

Para instituir a obrigatoriedade do canto orfeônico, realizou-se uma vasta organização nas escolas para o efetivo desenvolvimento desta prática no país. Durante este período, procurou-se fazer com que o canto participasse do cotidiano popular, sobretudo infantil, para que através do contato com a arte se pudesse transformar e elevar o nível moral, espiritual, e, até mesmo físico da massa infanto-juvenil da nação.

Os inspetores exerciam desde aquele momento uma fiscalização criteriosa nas escolas, centralizando atenções no controle das atividades docentes, fundamentalmente vinculadas ao uso do idioma, ao ensino da história e às aulas de canto[8]. O governo catarinense instruía os professores das escolas públicas com detalhes quanto aos procedimentos a serem adotados junto aos seus alunos. Havia, portanto, um movimento intencional de se utilizar a música nas escolas como um instrumento útil para fazer o indivíduo entrar em contato mais íntimo e profundo com o sentimento nacionalista.

Como tudo era controlado rigorosamente, o espaço para alternativas, ou críticas ao modelo oficial era praticamente anulado. Some-se a isso, a tática de recomendações quanto à melhor maneira de usar a voz, na leitura, e ao bom uso da língua pátria, procurando "vender" a imagem de preocupação quanto ao progresso, mascarando assim o caráter impositivo do Estado Novo.

A preocupação do governo Nereu Ramos em manter o espírito nacionalista, em Terras catarinenses estava firmemente respaldado pelo poder central, sendo por assim dizer, um reflexo das ações nacionais que se estruturavam sobre o aparato educativo. Foi nesse contexto e com essa preocupação que aconteceu a criação do Conservatório

Nacional de Canto Orfeônico, através do decreto-lei 4.993, de novembro de 1942, subordinado diretamente ao Departamento Nacional de Educação, mas para funcionar junto à Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. Seu objetivo era o de formar candidatos ao magistério do canto orfeônico de nível primário e secundário. Além disto, deveria promover pesquisas,

> visando à restauração ou revivescência das obras de música patriótica que hajam sido no passado expressões legítimas da arte brasileira e bem assim o recolhimento das formas puras e expressivas de cantos populares no país, no passado e no presente, e mais especificamente, promover a gravação em discos do canto orfeônico do Hino Nacional, do Hino da Independência, do Hino da Proclamação da República, do Hino à Bandeira Nacional e bem assim das músicas patrióticas e populares que devam ser cantadas nos estabelecimentos de ensino do país. [9]

O estabelecimento de um conservatório nacional com o objetivo precípuo de ensinar canto orfeônico e de formar professores que o ensinassem, denota o quanto o Estado Novo investiu para impulsionar esse tipo de música. Essa preocupação com a formação de professores é bem exemplificada pela forma como Santa Catarina se preparou para atender à necessidade de professores habilitados para o ensino do canto orfeônico em seus estabelecimentos de ensino. No dia 17 de novembro de 1942 aparece no Diário Oficial do Estado a publicação da portaria sobre o decreto-lei 2.757, aprovando o programa de música e canto orfeônico para o curso de formação de professores do Instituto de Educação de Florianópolis, organizado pela professora Beatriz Vicência Bandeira Ryff, com o seguinte objetivo: “que o ensino de música na escola primária seja um fator educativo, socializante, disciplinador e moralizador, dando a devida importância e significação do canto coletivo e desenvolvendo espírito de cooperação”[10]. Na mesma publicação pode se notar o cuidado com os detalhes, pois é definida toda a orientação da disciplina, desde a correlação com as demais disciplinas do currículo, metodologia a ser empregada, distribuição do conteúdo programático para cada série, carga horária, como organizar as apresentações, e atribuições do professor frente à disciplina de música e canto orfeônico.

Criou-se um repertório para auxiliar na observação dos alunos e do orfeão como um todo, desde os programas de canto até órgãos oficiais para tal finalidade. Os cuidados com relação ao aluno eram bastante minuciosos. A escola deveria criar um mapa, onde

constasse o registro de aluno por aluno, em relação a sua conduta e a influência que a prática orfeônica exerceria nos alunos. Esta percepção da disciplina, que chega via Estado, remetem às palavras de Foulcault:

> "A disciplina implica um registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a este saber. (...) A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o controle como instrumento fundamental.." [11]

Através do canto orfeônico, o aluno era percebido em sua individualidade, passando, por tanto, por um registro contínuo, tendo como única utilidade a perfeita inserção na coletividade, estando em consonância com os demais membros do conjunto orfeônico[12]. O olhar do regente deveria controlar atitudes, perceber os erros, manter a harmonia, quase que reger os sentimentos. A forma de comportamento adequado, bem como as atitudes que deveriam assumir no orfeão, são encontrados nos programas registrados no Diário Oficial do Estado e Circulares.

Ao examinar documentos particulares, cadernos de registro e relíquias do neto de um professor que viveu aquele momento, foi encontrado um caderno comum, mas destinado a registrar controles, cujo termo de abertura registra: "Este livro servirá para o registro das aulas de canto orfeônico e música, ministradas nos grupos escolares da Capital. Sub diretoria da Educação Musical e Artística do Departamento de Educação." Neste livro encontra-se uma tabela que facilita o registro, tanto do nome das escolas visitadas, o dia, o turno, música ensaiada ou atividades afins, como seleção de vozes, apresentações cívicas.

Todo esse esforço do Estado Novo em estabelecer um bem elaborado sistema de ensino do canto orfeônico, bem como de lograr o envolvimento massivo do povo brasileiro nas grandes manifestações cívicas ao som de hinos de exaltação à Pátria, nos dão a entender claramente o poder que se atribuiu à música em geral e ao canto em particular no ideário nacionalista de Vargas.

Pode-se afirmar que o Estado Novo foi bem sucedido em seu objetivo de mobilização popular, bem como na implantação de um bem organizado plano de educação musical

massivo, capitaneado por Villa-Lobos. Permanece o registro de uma estratégia habilmente aplicada, com resultados visíveis no dia a dia do povo catarinense e de toda nação brasileira passíveis de diversas análises e diferentes leituras, à disposição de futuras investigações e reflexões, sem, entretanto, deslustrar o fato de que este foi o canto que embalou o projeto nacionalista de Vargas.

Notas

[1] CAMPOS, Cynthia Machado. As Intervenções do Estado nas Escolas Estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: Brancher, Ana. (org.) **História de Santa Catarina –** estudos contemporâneos. 2ª. Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial LTDA, 2004. p.149-166.

[2] LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** 2ª. Ed. , São Paulo: Papiros, 1986.

[3] MICELI, Sergio. **Intelectuais e a classe dirigente no Brasil** *(1920 –1945),* São Paulo, SP: DIFEL/ Difusão Editorial S.A ,1979.

[4] ECO, Umberto. A língua, poder e força**.** In: **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. p.314-330.

[5]BALANDIER, Georges. **O Poder em cena.** Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 42.

[6] SANTA CATARINA. Decreto-Lei no.76 de 04/03/38. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina,** Março, 1938.

[7] FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra:** Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali, 2004. p.73.

[8] CAMPOS, Cynthia Machado. Falar alemão, falar português. In: **Esboços:** Revista do programa de pós-graduação em Historia da UFSC,Chapecó: UFSC, 2002. p.63-82.

[9] SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet,; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Santa Efigênia, SP: Editora Paz e Terra, 2000. p.57.

[10] SANTA CATARINA. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 17 deNovembro, 1942.

[11] FOUCOLT, Michel. Vigiar e Punir. In, ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. p.314.

[12] SANTA CATARINA.; **Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1930 -1941, Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação, Coletâneas e Circulares**, Florianópolis,1942.

ENSINO DE HISTÓRIA, MÍDIAS E SUBJETIVIDADES.

UBIRATAN ROCHA – FEUFF

birarocha@ig.com.br

Cinema, rádio e TV.

O acesso ao cinema foi por muito tempo um privilégio dos habitantes dos centros urbanos com renda suficiente para comprar ingressos e ambientados na cultura grafa. O sucesso das chamadas chanchadas, produzidas enquanto a televisão ainda engatinhava no Brasil, deveu-se, sobretudo a identificação do público com tipos engraçados que falavam a língua materna de forma coloquial. Assim, mesmo sendo um entretenimento de massa, o cinema apresentava limitações em relação ao acesso e a decodificação das mensagens.

Ao contrário do cinema, as mensagens veiculadas pelo rádio podiam ser capturadas e decodificadas no recinto do lar, prescindindo do deslocamento das pessoas. Havia, no entanto, a necessidade da compra do aparelho receptor e da disponibilidade de energia elétrica. A exclusão em relação ao rádio foi, inicialmente, mais econômico-espacial e menos cultural, uma vez que havia a preocupação em se adequar o conteúdo da programação ao gosto e ao nível cognitivo do público ouvinte.

O avanço da eletrificação, o crescimento da migração para os grandes centros urbanos, o progressivo aumento da renda nacional e o barateamento dos aparelhos democratizaram a recepção das ondas radiofônicas. O rádio e o cinema haviam se tornado, já nos anos 30, no inicio do primeiro período Vargas (1930-1945), grandes instrumentos de propaganda e de mobilização das massas urbanas.

Com a introdução da TV nas residências, as mesas em torno das quais as famílias se alimentavam, conversavam e recebiam visitas foram sendo substituídas pelos sofás e poltronas, dispostos em direção ao aparelho de TV. A sala (de jantar, de visita, de estar...) transformou-se, na maioria dos lares, em sala de assistir televisão.

A programação pensada, inicialmente, para alcançar apenas uma pequena parcela da população com maior poder aquisitivo, passou com o tempo a ser direcionada para as massas; vale dizer, para um público com pouco ou nenhum grau de escolaridade. À semelhança do rádio, a expansão da TV independeria da existência de um mercado constituído por usuários da palavra escrita.

A TV ao exibir filmes dublados em substituição aos legendados, ampliou o acesso do grande público analfabeto ou pouco familiarizado com a leitura à produção cinematográfica estadunidense. Tal fato, se de um lado reforçou o uso da língua portuguesa falada como fator de integração nacional, de outro ampliou a introdução de padrões culturais dominantes na sociedade norte-americana. As telenovelas, por sua vez, inspirando-se em temáticas nacionais, rurais e urbanas, remetiam de volta para a população imagens, mesmo com uma estética às vezes sofisticada, com as quais podiam facilmente se espelhar. Tratava-se de incorporar um público com baixa percepção intelectual ao mercado consumidor de imagens, um público que, por si, dificilmente se apropriaria de determinados conceitos que lhe permitisse ver para além do senso comum mostrado no monitor.

Mais do que as mídias anteriores, a TV pelo seu alcance e penetração no cotidiano das pessoas passou a exercer uma grande influência nos costumes, nos padrões éticos e estéticos das pessoas.

Centralidade e capilaridade da TV.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) as emissoras de TV, concessões do Estado brasileiro, desempenharam um papel-chave para difundir uma visão de mundo que se afinava, ao mesmo tempo, com os interesses econômicos internos dominantes e com as estratégias estadunidenses de hegemonia, numa fase marcada pela Guerra Fria. Independentemente da censura oficial (ou em consonância com ela), uma instância decisória interna à emissora ditava a linha ideológica a ser seguida: o que deveria ser, a cada momento do jogo político, permitido, ressaltado ou escamoteado e o que deveria

ser, simplesmente, proscrito da programação. A censura incidia sobre acontecimentos, temas, palavras e personagens políticos. A TV Globo, fundada no ano seguinte ao golpe de 1964, é um exemplo disso: ao mesmo tempo em que a emissora apoiava e era apoiada pela ditadura, empregava profissionais consagrados egressos da esquerda: “os meus comunistas”, como Roberto Marinho, carinhosamente, a eles se referia.

A difusão de imagens a partir de um centro decisório e a capilaridade do alcance da TV, alcançando os chamados grotões, demandaram novos arranjos político-ideológicos, renovando alianças com antigas oligarquias políticas estaduais, tendo em vista, agora, um novo formato de controle e de ordenação política das massas. Não foi, pois, por acaso que uma grande parte de concessões de emissoras de rádio e TV, (sobretudo em fins dos anos 80) foi entregue a políticos vinculados a tradicionais esquemas de poder. Mesmo após a restauração democrática (1985), nenhum presidente foi eleito sem que as mais importantes mídias participassem das negociações para a escolha do candidato a presidência da República ou o tivesse, posteriormente, chancelado.

Entretanto, o principal compromisso da TV não é, propriamente, com personagens políticos, gestores do Estado burguês. Eles podem, num certo momento, ser favorecidos em termos do espaço que ocupam na programação e, num outro, simplesmente esquecidos. O que está na essência do jogo é o papel que a TV joga na manutenção da lógica capitalista, cuja essência é a acumulação de capital. Daí a necessidade estrutural de mecanismos, nem sempre perceptíveis, que visam, nos diferentes programas, escamotear ou suavizar as lutas de classes em disputa pela apropriação de parcelas do produto social.

A centralidade da televisão contribuiu para acelerar a construção de um imaginário social povoado por sonhos consumistas e por valores calcados mais no sucesso individual – a lógica passada pelos filmes norte-americanos que dividem as pessoas em vitoriosos e derrotados - e menos nas antigas utopias políticas voltadas para a solidariedade e equidade social.

Embora interligados, há que se distinguir o papel estratégico da TV enquanto peça-chave na macro-política de suporte ao processo de acumulação do capital, dos interesses econômicos específicos das emissoras de TV em busca de telespectadores, condição necessária para a valorização do tempo vendido para os anunciantes.

Ao contrário dos produtos a venda nas prateleiras dos mercados, fidelizar o consumidor, no caso da televisão, significa atender, a partir de um certo padrão de expectativa, as demandas por novidades da parte dos telespectadores. Significa que no horário e no programa previsto encontrarão o tipo de novidade que esperam. A fidelidade que se procura preservar é em relação ao programa e, por conseguinte, ao canal que transmite o programa.

Escola de massa e TV.

A implantação da escola de massa no Brasil se deu pela agregação de mais espaço (prédios escolares e salas de aula) e mais gente: professores e alunos de faixas etárias e camadas sociais até então excluídas do processo de escolarização. Já a expansão da TV decorreu das possibilidades representadas pelos avanços tecnológicos. As transmissões via satélite facilitaram a organização de algumas empresas de comunicação em redes nacionais, agregando afiliadas nos diferentes recantos do país. Assim, enquanto novas tecnologias eram incorporadas pelas emissoras de televisão, melhorando a qualidade técnica da programação, as tecnologias de ensino utilizadas em sala de aula permaneceriam praticamente inalteradas.

Duas vertentes convergiram, historicamente, para o estabelecimento da escola de massa: a emergência das disciplinas escolares e a racionalização do espaço-tempo escolar. Recortadas do vasto campo do conhecimento humano e seriadas a partir de graus crescentes de dificuldade, as disciplinas possibilitaram, a um só tempo, uma nova divisão do trabalho docente e a formação de trabalhadores intelectuais, os professores especialistas, para ministrá-las. Os alunos agrupados no espaço sala de aula, tomando-

se por base patamares cognitivos aproximados, são submetidos a um currículo segmentado por critérios epistemológicos, didáticos e cronológicos.

A nova ordenação do conhecimento (as disciplinas escolares) e de pessoas no espaço-tempo (as classes de alunos, os horários de aula e os anos letivos) têm uma matriz racional similar à capitalista. Barateado o custo do ensino (e ai se inclui o preço da força de trabalho do professor) foi possível aumentar a "oferta do serviço educação" e conseqüentemente do contingente da população escolarizada. Este tipo de organização escolar, embora semelhante à lógica da linha de produção fabril, demanda, no entanto, um tipo de trabalho que é fundamentalmente artesanal: o planejamento e a execução de aulas.

A TV, do mesmo modo que a escola, precisou desenvolver uma *didática* própria, uma vez que se propunha a alcançar um público vasto e heterogêneo. Hoje, em praticamente todas as partes do mundo, as crianças antes de freqüentar a escola já se tornaram telespectadoras. Assim, dentre as apropriações efetuadas pela TV - as linguagens e estéticas inspiradas no rádio, na imprensa, no teatro, no circo e no cinema - pode-se incluir, também, a função de educar.

Em muitos lares, conforme dissemos, a sala de estar, pensada tradicionalmente para o convívio familiar, se transformou num cômodo destinado a assistir a TV. Em certas circunstâncias, mesmo sem incluir o grupo-turma, este cômodo equivale a sala de aula. Embora não-sistematizados e voltados, em sua maior parte, para o entretenimento, os conteúdos televisivos têm, para o grande público, efeitos educativos. Eles fazem parte do currículo mais amplo, que é constituído pelo "somatório" das múltiplas vivências das pessoas. São, portanto, conteúdos passíveis de escolarização; isto é, passíveis de serem re-apropriados pelo currículo escolar e trabalhados pelo professor em sala de aula.

TV, internet e subjetividade.

A grande oferta de informações visuais hoje disponíveis tem relegado para um segundo plano alguns importantes processos psíquicos coletivos de elaboração e de

decantação de imagens. Nas novelas do rádio, por exemplo, o que importava não era a aparência dos atores, mas a sonoridade das suas vozes, que poderiam ser associadas a determinados personagens imaginados pelos ouvintes. Assim, ao mesmo tempo em que as mensagens eram decodificadas, imagens arcaicas da memória poderiam ser recuperadas para compor cenas, situações e personagens a partir do que se ouvia.

Em sala de aula, do mesmo modo, as narrativas do professor poderiam ser transformadas em hipóteses visuais pelos alunos, mas que dificilmente seriam confirmadas, tal a pobreza dos referenciais iconográficos dos livros didáticos da época.

Na década de 1970, paralelamente a expansão da TV a cores, os livros didáticos foram ampliando o número de imagens. Alguns possuíam relativamente mais espaço dedicado às imagens do que aos textos escritos. Ao que parece, a profusão das ilustrações foi a forma mercadológica encontrada pelas editoras para tornar o livro didático mais atraente, sintonizando-o com os novos tempos. Contudo, nem sempre as ilustrações estavam em sintonia com os textos escritos apresentados. Por outro lado, os professores, de um modo geral, estavam pouco atentos ou possuíam pouca familiaridade com a leitura e a interpretação das imagens.

Se comparada com a década de 70, a escola lida hoje com situações mais complexas. Mesmo tendo uma clientela ambientada na cultura visual (a velocidade dos cortes, os diferentes ângulos e perspectivas dos filmes que os alunos assistem), a escola, de um modo geral, não é suficientemente ágil para capturar, analisar e contextualizar as imagens que influenciam o modo como alunos, e mesmo os professores, concebem o mundo. Por outro lado, o computador pessoal associado à internet de banda larga, assumiu funções que transcenderam em muito os tradicionais aparelhos receptores, como os rádios e os televisores. O computador interligado a rede rastreia, captura, arquiva, recupera e emite mensagens a um baixíssimo custo.

Essas máquinas interativas, que dialogam entre si e com os seus diferentes usuários, ao que tudo leva a crer, seguirão os passos das tradicionais mídias eletrônicas,

alcançando camadas pobres da população e colonizando diferentes cômodos das residências.

Crianças e adolescentes com suas visões de mundo e expectativas moldadas pelas antigas e novas mídias continuam, entretanto, sendo aculturados pela escola, ou seja, por um ambiente interativo, face-a-face. Os contrastes entre esses dois mundos tendem a se ampliar. Antes do início das aulas, alguns professores pedem aos alunos que desliguem os aparelhos celulares. Os aparelhos celulares, hoje o principal alvo da chamada convergência digital – recebem e enviam e-mail, captam sinais de tv, fotografam, tocam MP3 - ultrapassaram os muros da escola.

A escola, em face da sua baixa autonomia, encontra-se numa situação de inferioridade em relação às demais organizações que competem entre si pela atenção do público. Trata-se de uma disputa para que as pessoas se tornem telespectadoras, ouvintes de rádio, leitoras de jornais, livros e revistas, assíduos freqüentadores de igrejas, trabalhadores produtivos, estudantes responsáveis em relação às tarefas do lar etc. Assim, o que as diferentes organizações sociais disputam entre si é, fundamentalmente, o tempo das pessoas. Os estudantes brasileiros, em sua maioria alunos de escolas de tempo parcial, não estão à margem dessa disputa. Eles constituem um importante segmento do mercado consumidor de conteúdos, disputado por diferentes mídias.

Os principais contendores em disputa pela atenção dos estudantes são, no entanto, de um lado a TV, que investe na inércia do corpo para que a visão e a audição possam acompanhar as falas e as imagens em movimento; e de outro, os jogos interativos, sobretudo os da internet, que, também, imobilizam o corpo, exceto as mãos para que os jogadores possam dar conta dos desafios oferecidos pelas diferentes modalidades de games.

Essas duas formas de entretenimento desenvolveram eficientes procedimentos, recursos didáticos e conteúdos para a captura da atenção e para a formação de hábitos. Embora não-sistematizadas, ambas são formas de ensino-aprendizagem. Até o internetês, “dialeto” usado por adolescentes na internet, mesmo na contra-mão da norma

culta da língua, é uma forma eficiente de comunicação, em face da rapidez das demandas interativas.

Dentre os vários desafios da escola hoje, o principal é encontrar formas de re-apropriação dessas novas tecnologias, incorporando-as ao cotidiano escolar. Há que se investigar, no entanto, formas de diálogo entre essas novas linguagens e os conceitos e teorias já sedimentados nas disciplinas escolares. Em relação ao ensino de História os principais desafios, além dos metodológicos, são a captura e a contextualização dos acontecimentos registrados em imagem em movimento, já que as principais fontes documentais são propriedade de agencias de notícias ou de empresas de comunicação que têm plena consciência do custo de conservação do acervo e do valor de mercado dos seus arquivos.

A NATUREZA NO SONHO ROMÂNTICO DE INVENÇÃO DE UMA IDENTIDADE DA NAÇÃO

Valdeci Rezende Borges(UFG/CAC/NIESC)

José de Alencar, em *Sonhos D'Ouro*, de 1872, tratou de questões que permeavam o debate cultural da sociedade imperial, como a construção da identidade da jovem nação brasileira. O romance formaliza a proposta teórica apresentada no prefácio, "Benção Paterna", em que se discutem os vínculos entre literatura e experiências socioculturais, elementos nativos e estrangeiros. A trama centra-se na sociedade da Corte, receptiva a "elementos diversos" de outras nações, os quais cambiavam a "cor local", tornando sua "fisionomia indecisa, vaga e múltipla", devido à "importação contínua de idéias e costumes estranhos". O território dos arredores das serranias da Tijuca predomina como cenário e aspecto constituinte do romance. Busca-se, aqui, perceber, nas descrições da natureza fluminense, a edificação de um imaginário formador de uma identidade do lugar e da nação, destacando suas singularidades, belezas e monumentalidade.

O livro abre-se anunciando as belezas da natureza carioca com a frase "O sol ardente de fevereiro dourava as lindas serranias da Tijuca". Em passeios aos pontos de visitação da montanha ou na residência de veraneio de Guida, a Tijuca ocupa lugar privilegiado na trama. Na montanha, natureza e sociedade interagem e articulam-se, no entanto a segunda teve ressaltado seu lado negativo. A flor que brotava na primeira e a simbolizava, como forma de existência pré-capitalista, foi descrita como originária de uma "natureza lerda, que ainda cria pelo antigo sistema, com o sol e a chuva". Mas ela remete ainda ao que a sociedade moderna, "que tudo aferventa a vapor" e "tudo reduz a uma pequena operação química", elegeu como símbolo para tudo mediar, o ouro, o dinheiro. Na natureza vagarosa, a "pequena flor silvestre" tinha botões que despontavam em dezembro, conservava estacionários "por muito tempo" e, só dois ou três meses depois, desabrochavam e murchavam num dia.[1]

Já a sociedade era lugar do corrido e da corrida ao ouro, em que de porqueiro enriquecido torna-se banqueiro e Comendador; de tropeiro de muares, Barão...; em que flores e aves eram associadas a nascimentos em estufa, resultando de "operação química, por meio da qual suprime-se o tempo, e obriga-se a criação a pular, como qualquer acrobata." A flor cor de ouro, de ciclo de floração submetido ao ritmo lento da natureza, simbolizava o estado contrastante e ambivalente das coisas. Ela aparece depois de anunciada a preocupação com a nacionalidade original, delimitada pelos perfumes das ervas rescendentes do canteiro da casa, como a baunilha e o sassafrás, e por uma linguagem brasileira vinda da fala de um povo que chupa caju, manga, cambucá... Ela opõe-se às "flores de estufa" e ao artificicialismo americano, "que inventou uma máquina de chocar ovos", oposta às capoeiras da Tijuca, cheias de galinhas e frangos criados livres.[2]

O autor, de início, tece um painel das "lindas serranias da Tijuca", descrevendo seus elementos e belezas. É espaço banhado pelo dourado do sol do verão tropical, de "formosas manhãs" de céu arreado "do mais puro azul", de "verde relva e da folhagem" coberta de orvalho, que cambiava "aos toques da luz" por entre os "frocos de névoa" que restavam "da cerração da noite" e "cingiam ainda os píncaros mais altos da montanha", flutuantes "ao sopro da brisa". Nesse cenário paradisíaco, insere Ricardo, "um passeador solitário", que conhecia os muitos caminhos que cruzavam a encosta ocidental da montanha e rumava mato adentro, observando as belezas, peculiaridades e ocupações da montanha.[3]

Seu olhar desvelava a natureza do lugar, já perscrutada pela ciência. Sua presença reporta à ação das expedições científicas custeadas pelo governo imperial para observar, descrever, classificar, rotular, batizar e mostrar a monumentalidade da natureza brasileira. Frente ao entrecruzamento dos campos culturais, fez trocadilho, como o nome de "dois célebres botânicos", estudiosos "ilustres da flora brasileira", chamando-os *freires*, por tratar de Frei José Mariano Conceição Veloso, botânico, autor de *Flora Fluminensis*, e de Francisco Freire Alemão, médico e botânico. Havia certa proximidade da ciência e da arte ao apreender a natureza, mas os procedimentos diferiam. Uma dissecava as partes da planta e elaborava classificações, de gênero, classe e família; a outra "revelava o tato do

artista ou do poeta" romântico, vendo-a como ser vivo que possuía coração e copiava "o arbusto em uma das páginas do álbum", traçando "a lápis o esboço da planta."[4]

As representações da serra opõem natureza/civilização, registram o pitoresco da paisagem e indicam o interesse de estabelecer uma identidade do lugar ressaltando a beleza dos aspectos naturais como a vegetação, o relevo e a hidrografia. A Cascatinha fazia as preocupações do visitante "se desvaneceram completamente diante do quadro arrebatador que se oferecera a seus olhos". Sua queda foi associada ao manto, bíblico, de Agar e contraposta a outras cascatas, destacando sua especificidade, sua característica feminina e indicando-a como ponto de visitação de estrangeiros e da alta sociedade.[5]

A visão da natureza, permeada pela subjetividade romântica, foi expressa na sua descrição, expondo sentimentos e sensações experimentados em seu contato. Para abarcar tal espetáculo natural, lançava-se mão da palavra, do desenho e da pintura, como tentativas de garantir a memória, de expressar, guardar e transmitir as impressões vivenciadas. A queda d'água aparece como objeto de contemplação e de produção artística, como "uma aquarela da formosa paisagem", que Ricardo "já possuía em seu álbum" e de "outra vista" que planejava tirar, pois "nunca a vira tão abundante de água, tão enfeitada e casquilha". Assim, ele "teria a Cascatinha em traje de festa e em desalinho." A inglesa Mrs. Trowshy, ao vê-la exclamou: "_ *Oh! beautiful! Very beautiful!* "[6]

Daí, podia-se dirigir à "Floresta, ou mais acima ao pico da montanha que tem a forma e o nome de Bico do Papagaio." Já "descendo o caminho da Cascatinha", era possível passear "na bela estrada" que ia ao Jardim Botânico. Eram vários os passeios como à Vista Chinesa, à Vista do Mar, à Mesa, à Cascata Grande, à Barra, à Boa Vista, à Restinga, à Pedra Bonita, ao Canto da Saudade e ao Bico do Papagaio. Por estradas e trilhos, que compunham uma rede de caminhos, encontravam-se comitivas de "diversas pessoas, senhoras e homens, que iam de passeio, rindo e conversando", e até mesmo a imaginar aventuras, como Mrs. Trowshy, que fantasiava ataques dos "salteadores da Tijuca, chamados quilombolas", que "furtavam bananas, galinhas e outras cousas leves..."[7]

A paisagem oferecia a um artista, como um pintor, ou quem, nas horas de lazer, gostava de desenhar, rica matéria para produção. Um pintor, com seu álbum de desenho, "percorria os sítios da Tijuca para copiar perspectivas, que mais tarde lhe servissem de assunto a algum quadro a óleo". A serra apresentava dois lados distintos da natureza fluminense, constituindo-se em fonte de imagens. Ao descrevê-los, Alencar posicionou na polêmica segundo a qual a natureza do Novo Mundo era inferior a do Velho, por ser ainda adolescente. Concebeu a face de "natureza agreste", com "aqueles enormes calhaus ou maciços de rocha, fragmentos da primeira carcaça do globo", onde "passou a lava em tempos remotos".[8] Afirmando a individualidade da natureza local até os animais entraram na disputa; contrapôs-se um cavalo estrangeiro, da moda, um racé, a um crioulo dos campos do sul, que foi enaltecido, junto aos muares paulistas.[9]

Para a banda da "natureza agreste", podia-se fazer "excursão até a Cascata Grande, um dos pontos mais freqüentados pelas pessoas que passam o verão na Tijuca". Porém, podia-se passar pela Barra e chegar à Restinga. Já, voltando para o lado do mar, ia-se à Pedra Bonita, que "é uma rocha que se levanta sobre um cabeço de montanha como um gorro de granito." Conforme o narrador, "Daí, dessa atalaia das nuvens, goza-se uma vista soberba sobre o mar, e vê-se de perto o enorme cesto da Gávea, habitualmente cingido de vapores." Entre os visitantes do lugar, os ingleses possuíam primazia, eles estavam em "todos os belos sítios da Tijuca", sendo "incansáveis exploradores desse belo arrabalde do Rio de Janeiro." Sobre sua presença aí, tinha o imaginário social seus registros marcados pela peripécia diante de sua grandiosidade: "Contam que um inglês aí se perdera, ficando sobre o gigantesco pedestal de rocha, elevado à condição de estátua, durante três dias, sem comer nem beber", pois foi "mais fácil de subir que de descer." A representação de figuras humanas minúsculas frente à grandiosidade da natureza foi recorrente na arte oitocentista, inclusive em Fenimore Cooper, de quem Alencar foi leitor assíduo.[10]

Experimentava-se a ambigüidade de recorrer aos padrões culturais estrangeiros, que eram apropriados, ao mesmo tempo em que se buscava na natureza local a base para a construção e afirmação da nacionalidade. Tratando da marcante presença inglesa no

conhecimento, lazer e exploração do “belo arrabalde”, Alencar dizia que os ingleses tinha o “faro do belo e do saudável” e que, chegando ao Rio de Janeiro, volviam “os olhos para cinta de montanhas que cerca a cidade”, e consideravam “isso um sobrado natural que a Providência construiu por cima do escritório para alcova de dormir.” Portanto, considerava que, embora pesasse “ao nosso amor-próprio nacional, eles naturalizaram inglesa, a nossa Tijuca; fizeram daquela serra onde campearam os Tamoios, uma Escócia brasileira”, transformando a cultura local dos habitantes primitivos. “O grito dos *higlanders* percorre as formosas encostas. Pelas grotas onde reboava primitivamente o brado selvagem da *pocema*, ouve-se agora repetido de vale em vale pela voz suave das amazonas o gracioso la-la-hi-ti.” [11]

Num âmbito mais geral, Alencar apontou a prática dos cientistas ingleses que exploravam as riquezas botânicas brasileiras e nomeavam seus elementos com nomes estranhos ao meio e à cultura de origem, como forma de homenagear seus governantes, como no caso da “flor gigante”, “espécie de loto, que os indígenas chamavam ‘milho-d’água’”, a “rainha dos lagos, que os ingleses chamaram ‘vitória’, em honra de sua soberana”, mas que ele chamava “imperatriz, em razão de ser uma majestade brasileira.”[12]

Mas a Tijuca tinha também marcas da presença cultural de outras nacionalidades, como indica a denominação Vista Chinesa, para o “magnífico cenário” no qual foi construída “a palhoça onde pousavam os colonos” chineses, “que abriram o caminho do Jardim e deram nome ao sítio.” Aí ocorriam piqueniques debaixo do “nemoroso bosque dos bambus”, que guardava, “em hieróglifos e datas”, segredos gravados nos troncos, com garfos e canivetes, deixados como “lembrança do passeio”. As cenas dos contempladores de paisagens magníficas sobre um relevo saliente e o expediente de gravar nomes no arvoredo revelam práticas culturais e o diálogo entre escritores e pintores de várias nacionalidade de então.[13]

O olhar alencariano, ao procurar definir uma identidade e um lugar para a cidade e para o Brasil, equiparou a paisagem da Tijuca ao patamar de outras do estrangeiro e elevou as ações do povo na construção símbolos culturais e do imaginário nacional. Inseriu a

imagem da Tijuca num álbum folheado em sala, junto com “lindas vistas da Suiça, da Escócia, de Sintra...” Tratando das paisagens suiças deslizou para a edificação dos heróis nacionais, falando de Guilherme Tell, o libertador, que teve sua história feita ópera por Rossini, e confrontou sua habilidade à dos nativos brasileiros, enaltecendo-os. “A perícia do alemão nada é à vista da destreza dos selvagens do Brasil”, que “faziam cousas incríveis”, como furar “os olhos de um pássaro a voar” e flechar “o peixe dentro da água.” Referindo-se às datas comemorativas, foi contra o 7 de setembro, que bajula os reis, “mas que não honra a nação” e afeta os “brios nacionais”. Para enaltecer feitos e figuras nacionais em oposição aos suiços, remeteu primeiro à cidade de Friburgo como “célebre por sua ermida, que um homem só cavou na rocha viva trabalhando vinte e cinco anos”, narrando, em seguida, que ouvira “contar um fato análogo, sucedido em Minas”, que “é mais para admirar porque foi um aleijado dos braços que trabalhava com os pés, e assim construiu uma capela.”[14]

No entanto o ápice de tal processo, que punha em destaque os selvagens brasileiros e a figura de Aleijadinho como símbolos nacionais, realizou-se ao tratar de “Genebra e o seu belo lago”, pátria de tantos “personagens ilustres.” Numa “viagem a vôo de pensamento pelas montanhas da pitoresca Helvécia”, um personagem descreveu “o aspecto dos campos e bosques durante o inverno, e aquela natureza áspera e desabrida”, lançando outra questão para o confronto, antes apenas indicada. Alencar não traçou explicitamente o paralelo das montanhas frias com a ensolarada Tijuca no verão; deixou para o leitor, que, já imerso no território e ambiente, passou a receber nova bateria de imagens ufanistas desse sítio.[15]

Para mostrar a monumentalidade, a maravilha e a originalidade dessa natureza, pôs seus personagens em comitiva rumo à Vista Chinesa. Compunham a “luzida companhia”, um grupo senhoras que voltava do banho de mar dos lados da Boa Vista e que, depois, foi visto na estrada do Jardim, “que serpeja pelas encostas da serra da Tijuca, e contornando a base da montanha desde a Cruz, no Alto da Boa Vista, vai morrer nas praias de Copacabana”. No percurso, “avistaram os passeantes ao longe a barra da Tijuca, ao longo da qual estendia-se o cordão de espuma das vagas, como uma franja de armarinho,

guarnecendo o manto de cetim do oceano, a embeber o azul do céu." Olhando a paisagem, "saudaram com uma exclamação de prazer o quadro encantador daquela marinha, tocada pelos raios do sol nascente, que aveludava as cores mimosas da palheta americana." No Canto da Saudade, "os olhos desafogados do arvoredo que vestia a orla do caminho, se desdobraram ávidos pelos horizontes abertos, recreando-se com a paisagem de várias chácaras, derramadas no vale, ou alteadas pelas assomadas das fronteiras colinas".[16]

Seguindo a comitiva, ao chegar à Vista Chinesa, podia-se "contemplar o esplêndido cenário que se desdobrava em face" dos visitantes. "Além, na extrema, campindo os horizontes do soberbo painel, o oceano calmo e sereno que se vinha desdobrar até babujar com branca orla de espuma as praias de Copacabana e de Marambaia." Era essa "a tela onde se estampava com vivo colorido, sobre o campo azul, a magnífica paisagem." Alencar contrapôs ainda tais belezas a outras criadas pelo imaginário da literatura universal e que davam identidade ao oriente, dizendo: "Um jardim encantado, como se desenha à imaginação, quando lemos aos vinte anos os contos das *Mil e uma Noites*; um sonho oriental debuxado em porcelana ou madrepérola; tal era o quadro deslumbrante que debuxavam aquelas encostas." Expondo seu olhar, que apreendia a natureza e a inventava como monumento da cidade e da nação, compunha o quadro o Jardim Botânico, o mar, as ilhas, a Lagoa, o Corcovado e o Pão de Açucar, a "grande montanha que nos serve de pedestal."[17]

Somado a esses elementos de beleza que compunham a paisagem, deu-se destaque à sua luminosidade; o que "dava a essa perspectiva um aspecto fascinador, era sobretudo a diáfana limpidez do ar, e uma plenitude da luz que estofava os objetos, cobrindo-os com uma espécie de áurea expansão [...] uma pubescência, doce e aveludada, onde se engolfavam os olhos com delícia." Diante da vista iluminada, "derramaram-se os passeantes pela borda da esplanada para melhor apreciar os vários pontos da perspectiva, e cruzaram-se as observações de toda a casta, e as réplicas ou risos que elas provocavam." Um, mostrava "o admirável panorama", imagem do "reino das fadas"; Mrs. Trowshy, "estatelada diante daquela magnificicência", exclamava: "_ *Fairy!... Fairy!"* até que, "no seu

entusiasmo", falou: "_ *Look, Sir, how beautiful!*" Já outro "parecia enlevado ante a cena maravilhosa; tal concentração de espírito mostrava sua atitude contemplativa." Portanto, "cada um quis deixar nos bambus uma lembrança do passeio" encantador ao belo lugar.[18]

Em conversa sobre o passeio à Vista Chinesa, considerado "magnífico", avaliava Ricardo: "_ É um panorama admirável; não creio que haja no mundo uma tela igual..." Em seguida, fazendo "a descrição pitoresca da Tijuca", dizia: "_ Mais bonito do que a Vista Chinesa, é o Bico do Papagaio", onde se podiam "comparar os dois picos". Assim, Alencar apresentava aspectos da natureza como o mar, praias, montanhas, rochas, ilhas, sol ... como símbolos da cidade, da Corte e da nação, que lhes davam individualidade, inserindo-se no processo de invenção de uma tradição do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa, cheia de recantos e encantos como Copacabana, Tijuca, Lagoa, Corcovado, Pão de Açúcar... vazados pelo sol do verão e cenário de namoros e amores. A natureza, o relevo do lugar, as rochas e pedras..., foram elevados à condição de monumentos da cidade e do país, além de ressaltar sua qualidade medicinal, regeneradora da saúde.[19]

---

[1] ALENCAR, José de. Bênção Paterna. In: ___. *Ficção Completa e outros escritos*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. v. 1, p. 493.; Id., Sonhos D'Ouro, 1965, p. 500-1.
[2] Id., Bênção Paterna, 1965, p. 493-4, 498.; Id., Sonhos D'Ouro, 1965, p. 513.
[3] Ibid., p. 499, 536.
[4] Ibid., p. 500-1.
[5] ALENCAR, Sonhos D'Ouro, 1965, p. 518.; NAXARA, Márcia R. Capelari. Natureza e Identidade: três narrativas e a natureza Brasílica. In: SEIXAS, J. A . ; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) *Razão e paixão na política.* Brasília: EdUnB, 2002. p. 137.
[6] NAXARA, 2002, p. 140. ; ALENCAR, Sonhos D'Ouro, 1965, p. 518.
[7] Ibid., p. 518, 520-1, 523-5, 530, 566, 569-71, 580, 588.
[8] Ibid., p. 533, 524-5. ; PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos.*. São Paulo: EdUSP; Bauru: EdUSC, 1999. p. 183.
[9] ALENCAR, Sonhos D'Ouro, 1965, p. 503-5, 507, 519-21, 575-6.
[10] Ibid., p. 525, 530. ; PRADO, 1999, p. 192.
[11] Ibid., p. 190. ; ALENCAR, Sonhos D'Ouro, 1965, p. 530-1.
[12] Ibid., p. 539-40.
[13] Ibid., p. 577, 581.; PRADO, 1999, p. 192-3.
[14] ALENCAR, Sonhos D'Ouro, 1965, p. 542, 550-2.
[15] Ibid., p. 552.
[16] Ibid., p. 566, 569-71.
[17] Ibid., p. 579-80.
[18] Ibid., p. 580-1.
[19] Ibid., p. 588, 657.

Os limites do tempo: Gonçalves de Magalhães contra Darwin

Valdei Lopes de Araujo*

Em 1880, o velho Gonçalves de Magalhães sai em defesa de suas crenças mais profundas. Defender suas idéias através de duras polêmicas não lhe era algo novo, ninguém esquecera, por certo, seu confronto com o jovem José de Alencar em 1856. De algum modo, o tempo aproximara os dois titãs do romantismo brasileiro. As diferenças do passado pareciam pequenas se confrontadas com o novo inimigo. Em 1880 Alencar já havia morrido (1877), mas deixava registradas suas divergências com o "bando de idéias novas" da geração emergente. Em 1875, em sua polêmica com Joaquim Nabuco, as teorias de Darwin serviram de munição para os ataques dos "jovens" contra os "velhos". [i] Alencar demonstrara, naquele momento, ter um contato muito superficial com o darwinismo, confundido-o com as teorias transformistas do século XVIII.

Tal não será o caso com Magalhães, seu ensaio demonstra um conhecimento razoável da teoria de Darwin, por ele inserida no interior de um difuso materialismo moderno. Afrânio Coutinho afirma que "por volta de 1880 o romantismo estava morto",[ii] se este é o caso, o ensaio de Magalhães foi seu canto do cisne. Em seu texto figuram nomes de célebres cientistas contemporâneos, tais como Agassiz, o botânico francês Charles Victor Naudin, o fisiologista, professor da Universidade de Turim, Jakob Moleschott (1822-1893), celebrizado por ter deixado a Universidade de Heidelberg, onde seu materialismo radical era hostilizado, Büchner, Oersted, Zeise, John Stuart Mill, Auguste Comte, entre outros.

Uma dificuldade que chama a atenção do leitor é a completa ausência de documentação das fontes utilizadas por Magalhães na composição do ensaio. Excetuando alguma eventual referência a esses nomes de autores célebres, não há registro de livros consultados, com a única exceção de "Força e Matéria", do Dr. Büchner.

Mesmo assim, não há qualquer indício do nível real de familiaridade de Magalhães com as obras dos autores que cita. Raramente são transcritas passagens literais, algumas vezes cita trechos que atribui a Darwin, sem indicar o livro ou artigo.

O ensaio está dedicado ao seu filho, o Dr. Amadeus M. J. G. de Magalhães Araguaya. Esse recurso parece deixar claro o caráter de testamento geracional que o ensaio assume. Alertar a juventude para os falsos caminhos do mundo moderno, para os perigos que uma ciência da moda pode conduzir o espírito mais inexperiente. Na dedicatória, antecipa o argumento de que as teorias materialistas são aceitas apenas por modismo, vaidade e vontade de alguns em parecerem atualizados com os progressos da ciência. Seu livro deve funcionar como denúncia de uma concepção de ciência que avança os limites autorizados pelas suas próprias descobertas. Magalhães aceitava as novas leis e fatos descobertos, mas não admitia que esses conhecimentos autorizassem a ciência a invadir o campo reservado à metafísica, ou seja, esses progressos não autorizavam a cosmovisão materialista.

Por isso, os fundamentos indutivos da teoria de Darwin são o calcanhar de Aquiles por onde pretende derrubar o materialismo, que é apenas uma interpretação improvável:

> Essa teoria [de Lamarck] restaurada e desenvolvida nos nossos dias, com **o talento de um engenhoso romancista**, pelo célebre naturalista Carlos Darwin, que a tornou quase popular, é uma concepção **contrária à ordem conhecida dos fatos**, e **inteiramente hipotética**, não obstante todos os esforços da imaginação dos sectários, que a preconizam como científica [...].[iii]

O velho romântico não estava pronto para assumir o papel de atrasado obscurantista em luta contra a ciência moderna. É no interior dessa ciência que pretende refutar os defensores do materialismo moderno. Não pretendia derrubar apenas os conteúdos de suas interpretações, também apontaria o caráter anticientífico dessas teorias.

Mas afinal, o que tanto provocava o poeta, historiador e filósofo Magalhães? O que o fazia sair da quietude que sua idade poderia sugerir para confrontar os jovens modismos? Nas páginas finais do ensaio, sem que tivesse antecipado uma única vez o problema nas mais de 150 páginas anteriores, o literato demonstra a profunda consciência da ameaça que as novas idéias representavam. Essa pseudociência penetrava a arte do tempo. "O naturalismo", nos diz Magalhães,

> ou o realismo de certa escola de literatura moderna, que se apraz nas descrições sem pejo das coisas mais indecentes, infames e asquerosas, é o complemento do grosseiro materialismo do nosso tempo, que afoitamente nega Deus e a moral, e converte o homem em um macaco transformado pela seleção; e o homem, assim desaforado, não se envergonha de assumir a impudência e a petulância do macaco.[iv]

Não sejamos injustos com o livro de Magalhães. A passagem, com a famosa referência à suposta origem simiesca do homem, não corresponde ao esforço reflexivo do autor. Se antecipamos o fragmento final, é apenas para demonstrar a gravidade do que estava em jogo. Para Magalhães, o romantismo não era só aquilo que orientava as criações artísticas, mas uma manifestação do idealismo como visão de mundo. Por isso, a identificação do darwinismo como inimigo mortal do idealismo já demonstra uma compreensão bastante sofisticada da teoria da evolução.

A ligação entre a decadência moral e uma teoria que supostamente equipara o homem ao animal tem seu ponto central na questão da finalidade da criação. É nesse ponto que Magalhães identifica o escândalo de Darwin. A "adaptação mecânica" e a seleção natural "sem plano nem fim"

> [...] não explicam a geração, a nutrição, a produção de órgãos novos, de instintos e faculdades intelectuais e morais. [...] Todos esses fatos da vitalidade orgânica supõem causas fundamentais, e uma finalidade imperiosa, que resiste a todos os sofismas do materialismo.[v]

O romantismo sempre identificou nas potencias criadores do "novo" o desafio para o pensamento. O novo precisava ser incorporado a uma forma de reflexão histórica. Ao mesmo tempo, na ausência de uma teoria da evolução que identificasse na lógica

interna do movimento as fontes da criação, o romantismo recorreu sempre ao conceito de ação providencial em suas mais diversas configurações.[vi]

A realidade natural ou humana não poderia ser pensada meramente como fruto do acaso. Deveria ser possível, mesmo que não através de simples procedimentos da ciência positiva, identificar essa idéia ou *telos* que orienta a formação do mundo. Ora, era justamente a necessidade desse *telos* para o mundo natural que Darwin tornava obsoleta. Os princípios da seleção natural explicavam a evolução da vida sem a necessidade de um plano pré-estabelecido. Se não havia necessidade de plano, tampouco haveria a de uma mente pré-existente responsável pela criação. Poderíamos continuar acreditando em Deus, mas ele tornara-se obsoleto como hipótese explicativa para o mundo natural.

É exatamente nesse ponto, ou seja, na ausência de uma finalidade na criação, que Magalhães pretende confrontar Darwin. A teoria da evolução não seria capaz de explicar a causa primeira da vida, o "milagre" da criação. Se o "milagre" não podia ser eliminado, porque então acreditar que fora produzido pelo acaso, ao invés de por uma mente/força organizadora. A exclusão de Deus seria apenas o preconceito de uma concepção de ciência positiva que negava, *a priori,* tudo o que lembrasse metafísica. Por isso, Magalhães defende que existe um campo do conhecimento que a ciência positiva não pode penetrar, pois seus fatos, mesmo que não positivamente acessados, podem ser perscrutados pela razão. A existência de uma força orientadora da vida é uma necessidade da razão.

A vida foi criada em algum momento específico, e não o produto de uma "evolução lenta e contínua". A própria paleontologia não mostraria indícios para apoiar as "adaptações lentas e intermediárias".[vii] Mais de uma vez, ao longo do ensaio, Magalhães demonstra familiaridade com os principais argumentos contrários à teoria da evolução, muitos dos quais arrolados pelo próprio Darwin. O que falta em Magalhães é o compromisso em fazer falar o outro lado do debate. A já mencionada ausência de

referência aparece também como mais uma forma de impedir o contraditório. Como mencionar o problema dos registros fósseis sem apresentar os célebres argumentos de Darwin para contornar a questão?

Magalhães continua arrolando os argumentos da teoria da evolução para refutá-los. À noção de continuidade lenta da evolução através da seleção natural do mais apto, confronta o fato de que seres muito inferiores continuariam a existir ao longo do tempo. O argumento demonstra como ainda compreendia as espécies formando um sistema hierárquico, uma grande cadeia cujo ponto mais alto era ocupado pelo homem. Da mesma maneira, a suposta recapitulação da evolução no desenvolvimento embriológico não provava a evolução, mas apenas indicava a simplicidade dos tipos básicos formadores de todos os seres vivos. O ponto é assim resumido:

> A transformação sistemática do óvulo em um complicado organismo, que reproduz o tipo de seus progenitores, **como se uma idéia artística o dirigisse com admirável previsão de vários fins a que destina as suas diversas partes**, não é um fenômeno que se explique pela simples adaptação mecânica; e a chamada lei da herança é um fato misterioso [...].[viii]

Ou ainda:

> O que sabemos positivamente a respeito das espécies biológicas, salvo qualquer engano na sua classificação, é que elas são fixas e persistentes desde a mais remota antiguidade, e que a seleção artificial cuidadosamente feita, ainda não produziu uma só espécie nova que comprove a possibilidade de uma metamorfose pela imaginária seleção natural; a qual, dependendo de um concurso de circunstâncias repetidas em tão grande escala, seria impossível sem milagre.[ix]

A divergência pode então ser resumida da seguinte forma: existe ou não uma força vital que organiza e direciona o processo de formação da vida. A ênfase nos processo contingentes e mecânicos do darwinismo confrontava-se com uma longa tradição do pensamento vitalista. É a essa tradição que recorre Magalhães ao utilizar o conceito de força vital:

> Essa força, como todas as mais emanadas do Criador supremo, **só se revela pelos seus efeitos**; mas a sua existência, distinta essencialmente de todas as outras forças

> que constituem a natureza, é tão incontestável como a multiplicidade de suas criações, o maravilhoso dos seus processos, e a variedade de seus fenômenos.[x]

Entende-se facilmente a ênfase de Magalhães na concepção de uma ciência positiva como aquela fundada em um absoluto empirismo. A dedução dessa força vital superior não está nos limites empíricos da ciência, mas cabe à razão superior. Esse tipo de raciocínio é o mesmo que leva o historiador "romântico" a vislumbrar o sentido da história nos vestígios das épocas passadas. Tanto na natureza quanto na história a totalidade organizada é pressuposta, mesmo que não possa ser analisada em seus princípios, mas apenas deduzida a partir de seus efeitos. Não é de se admirar, portanto, que a aplicação das teorias evolucionistas na história provoquem uma demanda por novas categorias explicativas de tipo causal. Essa totalidade compreensiva já não pode ser tranqüilamente pressuposta e interpretada.

A leitura do ensaio de Magalhães não deve apenas ser orientada pela identificação de algum tipo de incompreensão ou "desleitura". O ensaio nos ajuda a compreender também os abusos interpretativos de um cientificismo pouco dado à autocrítica. As teorias de Darwin não foram menos distorcidas por seus admiradores do que por seus detratores. As fronteiras entre as descobertas científicas e um cientificismo materialista vago não são sempre claras. Não é sem razão que Magalhães chama de fantasiosas afirmações do tipo: "Uma garrafa contendo carbonato de amoníaco, cloreto de potássio, fosfato de soda, cal, magnésia, ferro, ácido sulfúrico e sílice, é de um *modo ideal* o princípio vital completo".[xi]

Em diversas passagens Magalhães demonstra ter contato direto com os escritos de Darwin. Discutindo o argumento que explica a exuberância das flores, transcreve uma passagem supostamente retirada de um texto do naturalista: "As flores [...] entram no número das mais belas produções da natureza; mas elas *se fizeram* brilhantes, e por conseguinte belas, para contrastar com a verdura das folhas, de modo que os insetos a

pudessem ver facilmente". [xii] Forçando o texto de Darwin contra seu argumento, demonstrando desconhecer as sutilezas da teoria da evolução, Magalhães grifa no texto o que considera uma prova da finalidade natural, "as flores se fizeram brilhantes". De imediato conclui: "Admirável! Assim pois, há desígnio, há manifesta finalidade nas produções da natureza, mesmo no colorido e beleza das flores e dos frutos! E o sábio corifeu da teoria da evolução das espécies o reconhece, e proclama!".[xiii]

O ensaio prossegue sempre na tentativa de mostrar as contradições internas à teoria de Darwin no que se refere a negação de um princípio teleológico para o mundo orgânico. Nem sempre a divergência está assentada em algum tipo de incompreensão, na maior parte das vezes Magalhães apenas resiste a aceitar as interpretações do naturalista.

Um ponto parece, entretanto, interpor o limite para a recepção de Magalhães. Ponto este que Darwin, consciente de sua centralidade e ao mesmo tempo dificuldade de apreensão, fez questão de esclarecer sucessivamente em *A origem das espécies*. Falamos da enorme modificação na escala de tempo que a teoria exigia, alargamento que havia sido permitido pelos avanços nos estudos geológicos. Mesmo o paciente Darwin foi taxativo sobre esta questão. Para ele, o leitor incapaz de visualizar como "incompreensivelmente vastos foram os períodos passados de tempo" deveria simplesmente abandonar a leitura de seu livro maior.[xiv]

Todas as vezes que Magalhães refere-se aos longos intervalos de tempo requeridos para explicar os fenômenos geológicos ou fisiológicos sua escala permanece amarrada à dimensão secular. Como medir os 300 milhões de anos a que chega Darwin em um de seus cálculos pensando em termos de séculos? Mesmo tratando dos registros fósseis presentes nas camadas geológicas, Magalhães fala em seres "produzidos durante séculos". Em outra passagem, afirma que os "tipos [orgânicos] específicos se transmitem e perpetuam de geração em geração, durante séculos [.. .]".Somente por isso Magalhães

pode concluir que "origem das espécies [...] não passa de uma hipótese contrária à observação de séculos". [xv]

Na impossibilidade de compreender a nova escala de tempo que tornava possível pensar a organização do mundo da vida através de uma evolução contingente e não teleológica, Magalhães permanecia fiel à crença na força vital e na providência como condições para a inteligibilidade dos mundos natural e humano.

---

[*] Professor Adjunto da área de Teoria e metodologia do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Este projeto conta com a participação do bolsista **Ezequiel Barel Filho**, Pibic/Cnpq.

[i] Em um trecho, no mínimo curioso, Nabuco criticava o fato de Alencar ter criado um episódio em "O Guarani" em que uma índia pede um beijo a Peri. Ora, argumenta Nabuco, Darwin havia provado em seu livro "A expressão das emoções nos homens e animais" que o beijo como forma de demonstração de afeto não existiria em os indígenas. Cf. Coutinho, Afrânio (Org.). **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p. 91. O leitor cuidadoso poderá verificar o uso pragmático que Nabuco faz do livro de Darwin, pois o único trecho em que trata da questão, o célebre naturalista não menciona os indígenas do Brasil. Cf. Charles Darwin. **The expressions of emotions in man and animals**, pp. 439-40.

[ii] Afrânio Coutinho (Org.). **A Polêmica Alencar-Nabuco**, p. 5.

[iii] Gonçalves de Magalhães **Comentários e Pensamentos**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1880, pp. 1-2

[iv] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.*, p. 163.

[v] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.* pp. 2-3.

[vi] No contexto germânico, a biologia vitalista manteve poderosa influência ao longo do século XIX. Sobre a questão, ver Timothy Lenoir. **The strategy of life**: teleology and mechanics in nineteenth-century German biology. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1998, pp. 246-75.

[vii] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.,* p. 6.

[viii] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.* p. 9. Grifo meu.

[ix] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.*, p. 12.

[x] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit., p*. 22.Grifo meu.

[xi] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit., p*. 25.

[xii] Darwin apud Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.,* p. 40. Grifo do autor.

[xiii] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.,* p. 41.

[xiv] "He who can read Sir Charles Lyell's grand work on the Principles of Geology, which the future historian will recognise as having produced a revolution in natural science, yet does not admit how incomprehensibly vast have been the past periods of time, may at once close this volume" Charles Darwin. **On the origins of species.** Cambridge: Harvard University Press, 2001, p. 282.

[xv] Gonçalves de Magalhães. *Op. cit.*, p. 6; 15; 47.

EDUCAÇÃO, TRABALHO, DEMOCRATIZAÇÃO

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de fazer uma análise sobre o que é a educação, a partir dos estudos realizados durante as aulas da disciplina Tópicos da Educação Contemporânea, num levantamento bibliográfico sobre o tema e nas discussões realizada em torno do tema.

Nesse intuito procurou-se abordar o que alguns teóricos definem por educação e o que imaginam ser os principais desafios para o sistema educacional no próximo milênio. Utilizando-se da analise de frases de efeito para através dessas compreender o sistema educacional e seu vislumbre para o novo século.

Diante desse panorama de incertezas apresentadas quanto ao futuro do sistema educacional enquanto instituição pública, gratuita, laica e democrática. É importante a realização de reflexões teóricas/empíricas que possam dar condições para elaboração, por grupos de estudantes, de um referencial teórico sobre o que é educação. Com esse objetivo foi elaborada essa pequena contribuição teórica.

O QUE É EDUCAÇÃO

> *"Educação ação ou efeito de educar(se). Desenvolvimento integral e harmônico de todas as faculdades humanas"*[1].
> *"Educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade"*[2].
> *"Educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização"*[3].

A educação para muitos é considerada como um instrumento de promoção da igualdade intelectual e consequentemente social, por ter o objetivo de promover a igualdade de direitos dos sujeitos de uma sociedade e para efetivá-lo a escola pública, gratuita e laica é o principal instrumento de efetivação.

Apesar da afirmação acima o surgimento da escola no século XVIII, nasce como uma instituição fundamental para consolidação da hegemonia burguesa em relação à sociedade feudal. Trata-se de uma instituição que busca a partir de uma cultura particular da burguesia disseminar e reproduzir valores, hábitos, atitudes e conhecimento definidos como "universais" por grupos historicamente dominantes.

Somente a partir da Revolução Francesa é que surgiu a escola laica, pública, gratuita e universal. Apesar da efetivação da universalização da escola, no século XIX e XX ela apresenta uma dualidade no ensino, enquanto de um lado a literatura é farta, ampla e abundante para estruturação de uma escola voltada para a formação de uma elite dirigente de caráter geral, clássico e científico, por outro lado há uma escola restrita, profissionalizante, voltada especificamente na formação do trabalho industrial e produtivo. Se transpormos essa realidade ao Brasil ela ainda apresenta-se com mais agravantes, pois além da dualidade do ensino já mencionado, até quase final do século XX não conseguiu-se universalizar a escola elementar, ainda paralelamente estruturaram-se uma série de sistemas de formação e qualificação profissional vagos, supletivos e parabólicos.

É a partir dos anos 50 que surge uma nova categoria que vai delinear os rumos que o sistema educacional vai trilhar em todo o terceiro mundo. A teoria do capital humano uma categoria econômica passa a ditar as regras para os planos educacionais, as diretrizes e estratégias educacionais que dará ênfase ao estoque de conhecimento, de habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que irão potencializar a força de trabalho. Nesse momento a escola irá fundamentar o ensino e o seu currículo no mundo do trabalho e da produção no intuito de responder as perguntas tecnocratas, econômicas do mundo do trabalho e do processo produtivo, passa a se preocupar exclusivamente com o que e o quanto de habilidades, conhecimentos e valores, atitudes que são funcionais a produção.

A outro fator que vai interferir diretamente no processo educacional, é um novo fenômeno que mundializa o conhecimento, o capital, a riqueza que é a globalização. Segundo Gaudêncio Frigotto, ([4]), esse fenômeno irá caracterizar a sociedade em sociedade dos três terços:

> *"Um terço integrado ao trabalho e ao consumo, um terço precarizado no trabalho e no consumo e um terço excluído"*[5].

Esse fato fica claro com apresentação de dados da o OIT, segundo esses existe aproximadamente 800 milhões de desempregados e 75 milhões de crianças entre 10 a 14 anos em trabalhos desumanizadores. No Brasil a crise é crucial, se nos países europeus como França, Alemanha e outros a escolaridade básica está entre 10 a 16 anos, no Brasil a

discussão era de ampliar a obrigatoriedade há 8 anos e que foi aprovado pela Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9.394, de 1996, no Título, artigo 4º, inciso I, no inciso II deste mesmo artigo registra a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, o que daria um total de 11 anos de ensino básico obrigatório e gratuito. Mas o que preocupa é que o ideário neoliberal, ao contrário do liberalismo clássico, busca naturalizar tanto a exclusão social, intelectual e produtiva como uma forma de controle do mercado, instaurando o senso comum que Luiz Fernando Veríssimo apud Gaudêncio Frigotto (1997) caracteriza de exclusão sem culpa.

Alguns fatores foram determinantes para a falência da educação no Brasil, uma delas foram as reformas estruturais realizada em toda a Europa nos anos 60 onde implementaram-se políticas precedidas de reformas estruturais, reforma agrária e urbana, impostos progressivos sobre grandes fortunas e rendas e políticas de distribuição de renda, o que proporcionou uma sociedade culturalmente, socialmente e economicamente fortes e equilibradas. O Brasil foi incapaz de fazer reformas estruturais, reforma agrária, políticas de distribuição de renda e até mesmo foi incapaz de organizar o estado de bem-estar social, fazendo um estado de mal estar social. Desmantelando o incipiente sistema público de responsabilidade do estado em biombo de negócios através de cursos supletivos, vagos, noturnos, ensino a distância e por parabólica, possibilitando 20 mil analfabetos absolutos e cerca de 100 milhões de analfabetos funcionais incapacitados de concorrer no mercado de trabalho e da produção.

A ESCOLA NO MUNDO DO TRABALHO

> *"domínio dos fundamentos científico-intelectuais subjacentes às diferentes técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno, associado ao desempenho de um ramo profissional específico; compreensão de um fenômeno em processo no que se refere tanto à lógica funcional das máquinas como à organização produtiva como um todo; responsabilidade, lealdade, criatividade, sensualismo; disposição do trabalhador para colocar seu potencial cognitivo e comportamental a serviço da produtividade da empresa"(Resende Pinto, 1992:3 apud Gaudêncio Frigotto, 1997).*

O salto tecnológico por que passou o processo produtivo neste século da automoção, robótica até a microeletrônica invadindo o universo fabril modifica a noção de funcionamento da produtividade, necessitando de uma formação não mais específica que possa apenas qualificar esse trabalhador no intuito de exercer determinada função dentro do

processo de produção, mas uma formação que o qualifique para gerir a variabilidade e reduzir a vulnerabilidade do processo de produção a fim de manter seu fluxo de tempo e a qualidade final do produto. Para desempenhar tais funções, o operário necessita de uma escolaridade básica, capacidade de adaptação a situações, compreensão do conjunto global do processo produtivo, capacidade de abstração e seleção, percepção e interpretação de informações diversas.

Esse novo operário necessitará de uma qualificação que possa dar condições de exercer funções dentro desse novo modelo de produção que Lucília em sua obra Trabalho e Educação (1994), caracteriza de polivalente e politécnico. O primeiro não apresenta grandes modificações no processo educacional, o trabalhador necessitará de uma escolaridade básica e um conhecimento empírico do processo produtivo, não há necessidade de um conhecimento científico. O segundo caracteriza-se pelo domínio da técnica e intelectualização do trabalho flexível, supõe a superação do pensamento mais abstrato, capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários exigindo uma reestruturação do ensino básico e uma formação profissionalizante superior.

Esta “nova” escola tem que estar dentro dos padrões exigidos pela sociedade, que é uma sociedade voltada aos interesse do mercado, tendo esse como medidor primeiro das relações sociais.

O mercado é o objetivo final de qualquer relação e por isso todas as relações tem que ter como objetivo o consumo, a venda, a produção do lucro. A escola também vai seguir essa linha a partir do momento que ela está dando as informações, essas enquanto mercadoria, ao indivíduo para que ele possa com o acumulo dessas vende-las no mercado de trabalho. No mercado de trabalho o indivíduo não será apenas consumidor de produtos, mas também um vendedor de mercadorias: **“***informações acumuladas durante os anos de sua escolarização. Entrega esta informação travestida de capacitação profissional ao seu comprador, o patrão. A escola neoliberal tem o mercado como o sujeito pedagógico*[6]*.*

Se transportarmos a situação da educação a realidade da educação rural que é o meu objeto de estudo, as disparidades ficam ainda mais perceptíveis. Por não ser um mercado formal com garantias de vagas e na maioria das vezes registros. O trabalhador rural além de não possuir nenhuma garantia quanto a disponibilidade do mercado de trabalho, não possui leis trabalhistas específicas a sua realidade e a sua forma de emprego que é bastante variada. Além disso a mecanização do campo no intuito de diminuir o tempo e o custo da produção ter diminuído drasticamente o número de vagas e exige uma formação com um nível de qualificação que possa dar ao trabalhador a formação necessária para gerir a variabilidade e reduzir a vulnerabilidade na produção.

Como conseguir adequar-se a essa nova exigência do mercado parece ser bastante complexo, pois segundo Caio Prado Júnior em sua obra Questão Agraria (1981), o maior problema enfrentado pela educação rural é a transposição da escola urbana defasada para a zona rural, desconsiderando a especificidade do campo desde sua condições de trabalho, seu processo de produção e de colheita da safra como também sua especificidade lingüística e cultural.

Outros fatores também influenciam no desenvolvimento de uma educação voltada para os interesses da comunidade rural, entre eles destacam-se o número de professores leigos que atualmente trabalham com educação e os que fazem a qualificação nos magistérios de férias que normalmente são realizados fora das comunidades em municípios nem sempre próximos por professores que muitas vezes não conhecem a realidade do campo e que nem sempre realiza um acompanhamento do desempenho dos alunos em sala de aula na zona rural. Além disso existe hoje um grande número de professores da cidade que vão lecionar na zona rural sem fazerem nenhum tipo de atividade no intuito de conhecer a comunidade.

Todos esses fatores iram interferir diretamente na formação dos trabalhadores do campo principalmente por esses já sofrerem discriminação pelo fato de residirem no campo e na maioria das vezes serem considerados como matutos e não ter voz para analisar a situação a qual estão inseridos e poderem buscar uma formação que possa dar-

lhes condições de falar e de serem ouvidos, mas na maioria das vezes só ensinam a ouvir e armazenar informações.

OS DESAFIOS PARA COM A EDUCAÇÃO

> *"A educação em comunhão é fator primordial, pois "ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão" Paulo Freire"*[7].

Perguntas parecem permear o tema educação: que política educacional é possível estruturar ? que ambiente de aprendizagem estamos organizando para entrar no novo milênio? irá perdurar uma educação voltada exclusivamente para atender a necessidade do mercado neoliberal ou conseguirá romper as amarras para uma educação pública, gratuita e de qualidade, onde todos possam ter as mesmas oportunidades de acesso as informações necessárias ao seu desenvolvimento econômico, político, social e intelectual.

Caso o mercado não seja o seu objetivo, podemos pensar em qualidade voltada para a formação intelectual, social do educando e num processo de educar-educando dar as condições científicas – teóricas – que esse indivíduo necessita para exercer os seus direitos civis e sociais.

Se o objetivo for a melhoria de vida da população para poder implementar uma educação gratuita e de qualidade será necessário um processo profundo veloz de diminuição das desigualdades sociais e a constituição de uma sistema educacional público que garanta, em condições democráticas a universalização do ensino básico para toda a população.

Para Gaudêcio Frigotto (1997: 147), se o objetivo for essa melhoria da qualidade do ensino brasileiro, precisa-se acabar com a subserviência das diretrizes e da política educacional aos interesses do Banco Mundial que reduz o problema da aprendizagem exclusivamente à condensação de conhecimentos modernos tecnológicos como tele-educação, parabólicas, multimídia e outros. Que são importantíssimos enquanto meios de auxílio aos sistemas clássicos de escolas, com professores qualificados, bem remunerados e com condições adequadas para ser a ponte entre os sujeitos e o conhecimento científico, no intuito de socializá-lo e ampliá-lo.

Na efetivação dessa realidade será necessário romper com esse sistema econômico, político, ideológico e social de desigualdades e injustiça que vem perpetuando-se, romper com uma cultura profundamente excludente, escravocrata e elitista, para efetivar-se um sistema político, ético efetivamente democrático onde seja assegurado não só os direitos civis, mas principalmente os direitos sociais. Não se pode construir uma escola democrática e um ambiente de aprendizagem de qualidade se a sociedade na qual esta inserido não possuir as mesmas condições objetivas.

Esses escravocratas hoje representados pelos neoliberais coordenados pelo FMI, Banco Mundial e representados no caso do Brasil pela elite política, econômica do país, tentaram sempre agarrar-se a condição de atraso na qual nos encontramos, pois essa é a forma de continuarem possuindo as mesmas pompas que possuem. Para mudar essa situação será necessário semear o objetivo da igualdade em todas as terras que encontrarmos seja ela produtiva ou não, sempre na esperança que a chuva possa dar alguma fertilidade aquele solo que até outrora parecia não poder ser semeado. Nesse intuito é preciso juntar forças com empresários, intelectuais, políticos para serem não apenas coetâneos do discurso sobre democracia, igualdade e a escola de qualidade, é preciso ser coetâneo históricos.

CONCLUSÃO

"Peço licença para terminar
soletrando a canção de rebeldia
que existe nos fonemas da alegria:
canção de amor geral que eu vi crescer
nos olhos do homem que aprendeu a ler".
(canção para os fonemas da alegria)
(Thiago Mello)[8]

A educação é um processo de troca de conhecimento entre educador-educando e educando-educador, é um instrumento de democratização do conhecimento caso seja universalizada uma escola pública com escolaridade básica, gratuita, de qualidade para todos e com intuito de proporcionar igualdade de oportunidades para todos.

A comercialização das informações parece ser o ponto sensível desse processo de transformação da educação em mais uma mercadoria exposta nas prateleiras aos

consumidores. Se essa mercadoria a ser oferecida não é acessada igualmente por todos, significa que nem todos irão possuir informações que possua valores a ser comercializáveis.

A partir do momento que as oportunidades de acesso as informações não são iguais devido à vários fatores como por exemplo a educação a distância, supletivos, tele-educação, falta de professores, salas multiseriadas, professores sem qualificação. Essa desigualdade de oportunidades coloca a educação como sendo mais um instrumento de discriminação social, e logo, uma fator de marginalização.

Ao pensarmos essa realidade do sistema educacional brasileiro dentro desse projeto neoliberal as vezes não nos damos conta da existência de uma série de disparidades internas principalmente quando nos referirmos a educação rural. Enquanto intelectuais discutem a democratização da educação e o seu caráter discriminatório ou não, adultos, homens simples ver a alegria brotar nos olhos do homem que aprendeu a ler.

Apesar de todos os problemas que o sistema educacional vem sofrendo, e das várias dúvidas que permeia sobre o caminho a se seguir dentro do sistema neoliberal. Ao tentar refletir sobre essas deficiência e dificuldades enfrentadas, sinto-me como um semeador plantando uma semente com o objetivo de que essa árvore possa produzir frutos, e desses sementes para ser plantados por outrem.

> Pois: *Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações"*[9].

Notas de fim de texto

[1] Mini dicionário luft. 4º ed. São Paulo: Ática & Scipione.

2 SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 29 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 1995.

3 Ibid, p. 15

4 FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação empregabilidade e mundo do trabalho: a escola como ambiente de aprendizagem.** In: CASALI, Alípio Italo. (org) . *Empregabilidade e educação: novos caminhos ao mundo do trabalho.* São Paulo: REDUC/rivalha, 1997.p. 139-150.

5 Ibid .p. 144.

6 NOGUEIRA, Luciano. **Batinha quando nasce.** Artigo não publicado. São Paulo: [Luciano Nogueira],1998.

7 JORGE, J. Simões. **A ideologia de Paulo Freire**. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1981. p.19.

8 BRANDÃO Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.** 11ª ed.São Paulo: Brasiliense, 1986. p.109.

9 FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação?**. Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio Jacques Chonchol.10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRAÇA DO MERCADO: ENCRUZILHADA DA CIDADE. Campinas, século XIX *

Valter Martins

Professor-doutor do Departamento de História da
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

INTRODUÇÃO

A vila de São Carlos, cidade de Campinas a partir de 1842, destacou-se no cenário econômico da província de São Paulo durante as primeiras décadas do século XIX por sua grande produção de açúcar para exportação. Entremeando as grandes fazendas de cana e seus engenhos movidos por escravos, muitos homens livres dedicavam-se à 'pequena agricultura' em seus sítios, produzindo alimentos para sua subsistência e abastecimento da população urbana. Arroz, feijão, milho, farinha, toucinho, verduras, ovos, aves e carne podiam ser encontrados nas 'casinhas' [1] mas eram distribuídos também pelas ruas da cidade, de porta em porta, pelos próprios agricultores ou ambulantes que revendiam tais gêneros para o consumo cotidiano [2].

Durante a década de 1840 a cafeicultura ocupou cada vez mais terras e mão-de-obra, tornando-se em pouco tempo a principal atividade econômica do município que seria responsável por grande parte das exportações do produto durante a segunda metade do século XIX.

Consolidada como a mais importante fonte de divisas para o país, a exportação de café para os Estados Unidos e Europa fez de Campinas uma cidade que experimentou os encantos e desencantos decorrentes da rápida acumulação de capital.

O avanço da lavoura cafeeira transformou a paisagem rural, urbana e a sociedade campineira. A crescente necessidade de braços para os cafezais em expansão motivou as primeiras experiências com trabalhadores imigrantes da região [3].

Enquanto sua população rural e urbana crescia com a chegada dos escravos, nacionais livres e imigrantes, o café avançava sobre terras que anteriormente produziam cana-de-açúcar e alimentos. Isso contribuiu para que a cidade enfrentasse várias crises de abastecimento durante a década de 1850, agravadas pela ação dos atravessadores que especulavam com a escassez de víveres diante do rápido aumento da demanda.

Essas dificuldades que atingiram de maneira geral a população urbana, especialmente a mais pobre, foi argumento que levou à criação, pela câmara de Campinas, do primeiro mercado

municipal, para melhorar e centralizar o comércio de alimentos, além de combater os atravessadores — considerados inimigos públicos número um. As taxas que seriam cobradas naquele espaço foram 'esquecidas' ...

O mercado começou a ser erguido em 1859 sendo concluído em 1861, com verbas da própria câmara municipal. Constituindo um dos muitos e significativos melhoramentos urbanos que a localidade receberia ao longo da segunda metade do século XIX, a "Praça do Mercado" tornou-se um dos lugares mais freqüentados da cidade [4]. No mercado circulavam escravos, libertos, livres e imigrantes o que preocupava as autoridades municipais que estabeleceram um regulamento e posturas municipais específicas, instituindo também o cargo de inspetor do mercado visando normatizar as atividades comerciais, fiscalizar a qualidade dos alimentos e controlar os movimentos de seus muitos e variados visitantes [5].

MERCADO: ESPAÇO DE VÁRIAS TROCAS

No espaço do mercado aconteciam muitas coisas sem que necessariamente tivessem a ver com o comércio gêneros alimentícios. Sabendo disso, as autoridades municipais procuravam restringir a circulação e a atividade de seus freqüentadores apenas à compra e venda. O artigo 14 do regulamento de 1864, proibia dentro da praça do mercado "o ajuntamento de escravos que não estejam comprando ou vendendo e o ajuntamento de pessoas inertes, que não estejam comprando ou vendendo, e que possam incomodar o expediente do negócio de quem compra e vende (...)". O regulamento buscava prever tudo, até mesmo os casos de ébrios e loucos se apresentando no mercado para vender gêneros alimentícios. Os artigos 15 e 16, instruíam o procedimento do inspetor naquelas situações. Quando se tratasse de um bêbado, o inspetor deveria apreender a mercadoria diante de testemunhas e guardá-la em um quarto para devolvê-la quando o indivíduo estivesse sóbrio. Se houvesse alguma contestação, tudo seria resolvido pela autoridade policial. Se um louco fosse ao mercado para vender alguma coisa ou quando "desenvolver-se a loucura estando na praça", o inspetor deveria comunicar imediatamente o delegado para tomar as providências. Essas mesmas disposições estavam presentes nos regulamentos de 1866 e 1876. Nesse último, pelos artigos 21, 22 e 23, ficavam proibidas também as algazarras, a prática de atos imorais, fogueiras, inscrições nas paredes e a presença de turbulentos e vadios. Pelo que se pode notar, a praça do mercado era bem movimentada e de todos, ainda que, pelo menos em princípio, se destinasse apenas a vendedores e compradores. (**Regulamentos do Mercado**, 1864, 1866 e 1876)

A praça do mercado era uma vitrine viva e dinâmica da população da cidade e de sua extensa área rural e, por isso mesmo, lugar privilegiado para a tentativa de estabelecer normas, limites, que a própria população iria balizar, aceitando ou regeitando as regras que o poder público tentava impor. Esse movimento de atração e reunião exercido por aquele espaço público acabava gerando tensões, fazendo com que o inspetor reivindicasse a presença constante de pelo menos um policial no mercado, "a fim de prevenir rixas e conflitos que ali se dão, em conseqüência da acumulação de pessoas de todas as condições" (ACMC [6], 22/01/1877). Como assinalou E.P.Thompson, a passagem das colheitas dos campos para as casas dos habitantes da cidade dava margem a "complexidades irradiadoras, oportunidades de extorsão, pontos de inflamação" [7].

A manutenção da ordem dentro do mercado era mais uma das ingratas atribuições do inspetor mas a tarefa era impossível de ser realizada por apenas uma pessoa (MARTINS, 2001, p.231-249). Os ofícios dos inspetores dirigidos à câmara pedindo a presença de policiais no mercado foram recorrentes ao longo dos anos. O motivo era sempre o mesmo: manter a ordem, dar segurança e prevenir furtos.

Havia no mercado um indesejável movimento comercial noturno, que levou o inspetor a solicitar seu fechamento com grades em 1863 porque lhe chegavam denúncias de que os importadores estavam retirando gêneros na calada da noite, principalmente quando havia escassez na cidade. O fato é que as vendas clandestinas de gêneros alimentícios sob a luz do luar eram freqüêntes, levando o inspetor a pedir a instalação de portões na praça do mercado em 1871. O fechamento do mercado tinha ainda a segunda intenção de dificultar as fugas dos comerciantes caloteiros. Depois de algum tempo negociando e morando no mercado, não era raro acontecer que em uma das belas noites campineiras alguns comerciantes saíssem para tomar a fresca e "punham-se ao fresco", como se dizia na época. Desapareciam na noite sem despedida e sem pagar o aluguel do quarto (ACMC, 09/02/1862; 07/01/1863; 09/05/1863; 12/06/1871; 10/06/1872). Mesmo com todos esses problemas, nunca se cogitou em proibir que muitos comerciantes dormissem no mercado. O pouso no próprio local de trabalho era, de certa forma, um meio de tornar viável e atrair a vinda de importadores de locais mais distantes. Além disso, gerava alguma renda.

Dormir no mercado podia ser prático mas podia também ser perigoso. Na noite de domingo, 12 de março de 1882, alguns vendedores de galinhas ressonavam placidamente sob a varanda do mercado quando foram subitamente despertados por uma saraivada de pedras, atiradas por um grupo de seis ou oito indivíduos. Assustados, recolheram-se a seus quartos para evitarem maiores conflitos (**Diário de Campinas**, 14/03/1882).

As noites do mercado eram tentador convite a outros tipos de freqüentadores. Desde o início de suas atividades ocorreram inúmeros furtos em suas dependências. Em 1862, depois de várias incursões dos amigos do alheio, o inspetor comunicou ao sub-delegado de polícia que eram necessários dois guardas no mercado, "a fim de se poder policiar a praça" (ACMC, 14/01/1862). Os larápios atacavam visando principalmente o escritório do inspetor em busca de dinheiro, e também os quartos onde poderiam se abastecer com gêneros alimentícios para venda ou consumo próprio. Na noite de 23 para 24 de março de 1885, os gatunos subtraíram a quantia de 50$050 réis do escritório do inspetor e entraram em oito quartos de importadores. O **Correio de Campinas** noticiou o fato com muitos detalhes, talvez exagerados, talvez verdadeiros: o valor subtraído seria na verdade o dobro do admitido pelo inspetor e dos quartos dos comerciantes, além de dinheiro, vários objetos haviam desaparecido, entre eles uma faca de prata e uma fração da Loteria da Corte. Os casos de arrobamentos no mercado eram muitos, e atravessaram as décadas. (Arq.CMC [8], cx. C1/4, pasta 1885/I, 20/04/1885; ACMC, 31/03/1885; **Correio de Campinas**, 27/03/1885)

Mas se o mercado era animado à noite, durante o dia, com a concorrência do público, a animação era muito maior. A clientela estava longe de ser homogênea, tanto em termos de etnia, ofício, condição social e até mesmo intenções. Entre eles pequenos produtores rurais, revendedores de gêneros alimentícios, consumidores, tropeiros, atravessadores, policiais, gatunos, curiosos e gente desocupada, ocupada em observar o movimento. Os sotaques eram variados e por entre sacos de arroz, feijão e farinha, queijos mineiros e gaiolas, ecoavam os ruidosos pregões. O vai e vem das carroças e o tilintar de balanças e moedas, misturavam-se ao rumor vindo dos botequins e do chafariz vizinhos, este último, domínio das barulhentas lavadeiras.

Tanta vida concentrada em espaço tão reduzido, gerava conflitos que faziam parte do cotidiano. Uns banais, outros nem tanto. Em fevereiro de 1882 a **Gazeta de Campinas** noticiava que: "outro dia, duas pessoas se deliciaram em esmurrar-se" no mercado, fazendo notar a conveniência de ser mantido ali um guarda para evitar aquelas cenas de pugilato (**Gazeta da Campinas**, 07/02/1882). Em maio daquele mesmo ano, tais cenas voltaram a se repetir. Por volta do meio dia, "um grupo de mulheres estrangeiras, travou-se de razões e passaram às vias de fato, esmurrando-se reciprocamente a valer". Acalmados os ânimos, o saldo do entrevero foram hematomas, arranhões e chumaços de cabelos ao vento (**Gazeta da Campinas**, 05/05/1882).

O comércio de gêneros alimentícios nem sempre acontecia de maneira muito amistosa. Prova disso é que a **Gazeta de Campinas** publicou um recado à polícia, chamando sua

atenção para “os constantes distúrbios que se dão no mercado entre algumas pessoas que trazem gêneros para vender e outras” (**Gazeta de Campinas**, 17/04/1884).

O mercado podia ser palco de discussões, desordens e furtos mas em suas dependências não se registrou nenhum assassinato, coisa aliás, bastante comum em Campinas na segunda metade do século XIX, como informam os processos crime [9]. Entretanto, comerciantes pouco escrupulosos não eram uma raridade no mercado. O senhor de engenho Francisco Vaz do Amaral, residente em Capivari, disse que “tendo trazido a este mercado para ser exposta à venda pública uma pequena carreação de açúcar e aguardente, entregou esses gêneros a Luís Barbosa de tal, ex-caixeiro de Vergueiro & Companhia que se achava estabelecido naquela praça, para vendê-los por sua conta. Tendo vendido parte desses gêneros, desapareceu ontem desta cidade levando a quantia de cento e quarenta e tantos mil réis que havia apurado, e deixando de restituir o resto dos gêneros que ficaram em seu poder. Procurando indagar dele, chegou ao conhecimento de que havia se evadido com o dinheiro, tendo previamente disposto do que tinha no seu armazém para facilitar a sua fuga...” (APESP – ACC [10], n.º 4053, lata 25, processo 626, 1862). O logrado Amaral ficou no prejuízo.

Espertalhões, jogadores e outras figuras de honestidade duvidosa, marcavam ponto no mercado para exercerem suas sutís habilidades: pequenos golpes como pagar menos pela mercadoria que o combinado; vender produto de roubo, como certa ocasião em que um negro tentou vender um cavalo muito abaixo do preço, e até mesmo extorsões praticadas por policiais que deveriam manter a ordem no local e acabavam por tirar proveito de sua posição (**Correio de Campinas**, 02/02/1887; **Diário de Campinas**, 30/11/1880; **Diário de Campinas**, 04/11/1887).

Entre tais ocorrências, nada superou os jogos ilícitos de sorte e azar.

Naqueles tempos, a malandragem da cidade tinha certa predileção em aplicar seus golpes contra os pequenos agricultores, conhecidos então como ‘caipiras’, que iam regularmente à cidade vender os produtos de suas roças, hortas e criações no mercado. Para os pilantras de plantão, as palavras caipira e matuto, eram sinônimos de trouxa e otário.

Não por acaso, o mercado ficou conhecido também como “mercado dos caipiras”.[11]

Em uma a noite de outubro de 1881, jogadores profissionais de vermelhinha aliviaram 40$000 réis de um “pobre caipira que veio vender mantimentos no mercado. O caipira explorado retirou-se da cidade, deitando lágrimas pelo caiporismo que lhe arrasou o cobre e o deixou a ver navios. É bom que a polícia olhe para estas coisas. O tais jogadores costumam ir ao mercado armar a rede à boa fé dos roceiros que os acompanham e jogam em outros lugares, para não correrem perigo de serem apanhados” (**Diário de Campinas**, 15/10/1881) [12].

Pouco tempo depois, o **Diário de Campinas**, com a frase "um espertalhão acaba de enfiar um caipira por uma agulha", introduzia mais uma notícia envolvendo jogadores e caipiras (**Diário de Campinas**, 26/11/1881). Até mesmo comerciantes do mercado acabavam envolvidos com o jogo ilícito e quem levava a pior eram sempre seus fornecedores rurais, os caipiras, que voltavam para seus sítios sem mercadoria, com bolsos vazios. O jogo estava tão difundido no mercado que motivou uma denúncia na **Gazeta de Campinas**: "O Jogo – Está tudo minado meu povo! Ter negócio no mercado e ter jogo de víspora e cartas atrás do mercado, isto é demais! Acabam com os nossos vendedores de frangos. A polícia deve estar alerta,e bem alerta" (**Gazeta de Campinas**, 15/06/1882) 13. O texto era assinado por alguém com pseudônimo "O caipira". Nessa denúncia, onde os nomes do denunciante e denunciado não aparecem, pode-se perceber que certas práticas não eram apenas privilégio de trapaceiros de profissão. O jogo fazia parte do lazer popular e o mercado com sua rotatividade cotidiana, era um ótimo local para encontrar parceiros ou vítimas.[14] Os códigos de posturas municipais procuravam regular os jogos praticados na cidade dividindo-os em lícitos e ilícitos. Os lícitos ocorriam em casas de jogo ou tavolagem, como eram então conhecidas, que pagavam licença à câmara e nas quais era vedada a presença de escravos e menores. Eram considerados jogos ilícitos todos aqueles realizados fora das casas legalizadas de jogo. Aos que se aventuravam jogar nas ruas e outros locais públicos estava reservada a multa de 30$000 réis e o dobro na reincidência (**Código de Posturas** 1864, Capítulo 7º. **Código de Posturas** de 1880, Título V).

Na Inglaterra vitoriana a proibição de vários jogos envolvendo apostas e outras diversões visava a imposição de um novo padrão de conduta moral e social para as massas consideradas 'bárbaras'. Nesse processo 'civilizatório', lá como cá, a polícia revestiu-se de uma função disciplinadora, regulando e limitando certas atividades e diversões a lugares e horários determinados. As regras da ordem policial chocaram-se inevitavelmente com muitos dos costumes populares, "exigindo das classes pobres uma adaptação um tanto dolorosa aos novos padrões de decoro urbano e transformou em grande parte o cotidiano da classe trabalhadora, desde a troca de mercadorias ao lazer e à vida social" [15]. As resistências não foram poucas [16].

O jogo era, portanto, oficialmente proibido no espaço público do mercado e porisso acontecia de maneira velada, atrás do prédio, ou então em outro lugar mais seguro mas com gente aliciada ali, caipiras de preferência Os jornais colocavam os caipiras sempre na condição de vítimas, de simplórios e gente de boa fé, que caíam facilmente nas garras dos mandriões. No entanto, pelo menos com relação ao jogo, é bom lembrar que os homens do campo podiam acabar iludidos mas por certo não eram arrastados ao jogo pelos colarinhos. A idéia de poder

ganhar dinheiro fácil era algo sedutor para qualquer pessoa. O problema é que a gente do campo não tinha a mesma 'sorte' no jogo que seus parceiros da cidade.

O mercado com seu comércio de gêneros alimentícios atraía gente do campo e da cidade de Campinas e também de outras cidades e províncias que vendiam sua produção e compravam tais produtos para seu próprio consumo ou para revenda. Nesse universo colorido e movimentado, marcado pelo encontro cotidiano de livres, escravos, libertos e estrangeiros das mais diversas origens, as autoridades municipais procuravam ordenar e controlar aquele importante espaço público, necessário ao regular abastecimento urbano através de um regulamento, posturas municipais, de um inspetor e da polícia. As limitações das ações oficiais surgiam do cotidiano dos freqüentadores do mercado, o que resultava em embates ou 'descaso' das autoridades — como indica o jogo nas dependências do mercado.

Com dias mais calmos e outros nem tanto, o mercado cumpria suas funções econômicas e sociais do comércio e do abastecimento. Por abrigar pessoas com grande diversidade de interesses, necessidades, intenções e etnias, em seu espaço ocorriam além de trocas comerciais, certamente inúmeras trocas culturais, o que determinavam seu dia-a-dia.

---

[*] Uma versão pouco modificada deste texto, com o título **Praça do mercado: lugar de muitas trocas. Campinas, segunda metade do século XIX**, foi apresentada no IV Seminário de Pesquisa dos Centros de Memória da UNICAMP, junho 2005

[1] As 'casinhas' eram um tipo de comércio de alimentos que recebia essa denominação devido ao espaço físico limitado que ocupavam: pequenas casas ou barracas dispostas lado a lado ao longo de uma rua, ou edifícios subdivididos internamente em pequenos compartimentos nos quais se vendiam hortaliças, carne verde e cereais. As 'casinhas' constituíram os primeiros 'mercados públicos' instalados em espaços fechados ou semi-fechados no Brasil e foram comuns nas áreas urbanas especialmente a partir do final do século XVIII e grande parte do XIX, ora convivendo com os mercados, ora sucumbindo diante deles. Na cidade de Campinas as 'casinhas' começaram a funcionar entre 1819 e 1820, em edifício de taipa cuja planta foi definida pela câmara municipal.

[2] Cf.: MARTINS, V. **Nem senhores, nem escravos**. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1996

[3] Veja: DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980

[4] Sobre as transformações em Campinas, veja: LAPA, J. R. do A. **A cidade os cantos e os antros. Campinas, 1850/1900**. São Paulo: Edusp, 1996. MARTINS, V. **História de compra e venda. Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859/1908**. 2001, Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. SEMEGHINI, U. **Do café à indústria** Campinas: Ed.Unicamp, 1991

[5] MARTINS, 2001, p. 25-115

[6] ACMC – Atas da Câmara Municipal de Campinas

[7] THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em Comum** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.155-156

[8] Arq.CMC – Arquivo da Câmara Municipal de Campinas

[9] A única cena de violência que poderia ter resultado em assassinato ocorreu em janeiro de 1879, envolvendo dois portugueses: José Joaquim Veloso agrediu com uma navalha Antonio Francisco Palmeira dentro do Mercado. Motivo: importância paga indevidamente por Veloso que Palmeira não queria devolver. Veloso acabou condenado a 8 anos de prisão, mais multas. Palmeira, ferido, foi atendido na Casa de Saúde Santa Cruz, próxima ao Mercado. Cf. MARTINS, 2001, op.cit. p.71-72

[10] APESP-ACC – Arquivo Público do Estado de São Paulo, Auto Crime de Campinas

[11] Durante a segunda metade do século XIX, Campinas teve dois outros mercados públicos: o 'mercado de hortaliças', inaugurado em 1872, demolido em 1885, sendo substituído por um novo 'mercado de hortaliças', inaugurado em 1886. Neste texto enfoco apenas o primeiro mercado, também chamado 'mercado grande' ou 'mercado dos caipiras'.

12 O jogo da vermelhinha é um jogo de azar que utiliza três cartas de baralho, sendo duas de naipe preto e uma de naipe vermelho. O banqueiro mistura as cartas deixando-as voltadas para baixo. O parceiro ganha se acertar qual das três é a vermelha.

13 A víspora, conhecida também como loto, é um jogo de azar no qual se empregam cartões numerados que os jogadores vão marcando à medida que esses números, impressos em pedrinhas de madeira ou outro material qualquer, são tirados ao acaso de um saco, ganhando aquele que primeiro preencher os cinco números de uma linha ou o cartão todo.

[14] Sobre cultura popular, veja: BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna** São Paulo: Companhia das Letras, 1989

[15] STORCH, R. O policiamento cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História** São Paulo, Marco Zero, v. 5, n.º 8/9, p.7-33, 1985, p.16

[16] CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986. MARTINS, V. Nos arredores do Mercado Grande: mudança urbana e agitação social em Campinas na segunda metade do século XIX. **Oculum** Campinas, nº 2, p.44-57, jan.2002

UM MOTIVO, MUITAS IMAGENS, LEITURAS POSSÍVEIS

Valéria Alves Esteves Lima – Unimep; PUC-Campinas

Podemos dizer, sem medo de errar, que a primeira metade do século XIX foi o momento em que mais se produziram imagens inspiradas na experiência de estrangeiros que, associados a diferentes projetos e dotados de um perfil que os aproximava ora da ciência, ora da arte, envolveram-se com a realidade brasileira. A cidade do Rio de Janeiro abrigou, entre 1817 e 1831, três artistas cujos nomes figuram entre os mais conhecidos dentre os chamados *artistas – viajantes*: o austríaco Thomas Ender, o francês Jean-Baptiste Debret e o alemão Johann Moritz Rugendas. Cada um deles chega ao país por motivos distintos, enxerga a realidade à sua maneira (por mais que se tente homogeneizar o "olhar estrangeiro"...) e experimenta o território desconhecido através de uma sensibilidade que lhes é também particular. Tais experiências, tão singulares, produziram diferentes resultados, incluindo a organização e publicação de duas entre as mais importantes obras sobre o Brasil oitocentista: **Viagem Pitoresca através do Brasil**, de Rugendas, e **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, de Debret. O denominador comum, se o quisermos nomear, encontra-se na forma como estes estrangeiros registraram suas experiências e as impressões do país: através da elaboração de um extraordinário número de imagens, na forma de desenhos, esboços, aquarelas e, mais tarde, gravuras que se fizeram acompanhar de textos e passaram a constituir um discurso duplamente articulado.

Algumas das imagens produzidas por estes artistas possuem a forma de estudos, rápidos esboços executados durante suas andanças pela capital carioca ou pelas ruas das cidades que visitaram. Em alguns casos, tais registros foram transformados, posteriormente, em composições mais elaboradas, momento em que o artista lançava mão de diferentes recursos: sua experiência de vida, referências visuais e literárias, habilidades técnicas e artísticas e, por fim, um determinado projeto intelectual ao qual vinculava, muitas vezes de forma não absolutamente explícita, a imagem final que acabava de compor. Aquelas que permanecem como estudos ou esboços apressados possuem, no entanto, o mesmo poder

de nos fazer investigar este 'projeto intelectual', a intenção do artista que se mistura às condições não controláveis de sua produção artística. Não se trata, bem entendido, de uma explicação a respeito do "por quê" da obra ou da busca de um conteúdo específico, que supostamente estaria na raiz de toda a produção cultural ou artística. Trabalhamos hoje, no campo da produção imagética, com a convicção de que não nos é possível sonhar com este resultado e que, ao invés de certezas, podemos construir possibilidades de leitura, assumir a utilização das imagens para a atuação intelectual daquele que a analisa e tenta, respeitando os limites deste exercício, compreender o papel das imagens enquanto construtos culturais. Enquanto tais, refletem um processo de elaboração e síntese que não se esgota nas possibilidades de leitura e interpretação que estejam associadas ao momento mesmo de sua elaboração. Assim, por mais que dominemos as informações referentes ao contexto de sua produção, às intenções prováveis daquele que a concebeu e compôs e aos limites técnicos e expressivos do momento que a vê surgir, a imagem traz em si uma capacidade infinita de agregar significados oriundos das leituras que dela se façam. Como observa Alberto Manguel,

a imagem de uma obra de arte existe em algum local entre percepções: entre aquela que o pintor imaginou e aquela que o pintor pôs na tela; entre aquela que podemos nomear e aquela que os contemporâneos do pintor podiam nomear; entre aquilo que lembramos e aquilo que aprendemos; entre o vocabulário comum, adquirido, de um mundo social, e um vocabulário mais profundo, de símbolos ancestrais e secretos.[1]

As imagens de que irei tratar podem ser agrupadas entre os registros iconográficos da raça negra no Brasil, durante as décadas de 1810 e 1820. Ao contrário de muitos destes registros, que ganharam, sobretudo nas obras de Debret e Rugendas, um *status* documental a partir do momento em que foram publicados, estas pequenas imagens mantiveram-se desconhecidas, fora do circuito de recepção dos grandes conjuntos iconográficos produzidos por estes artistas. Interessam-nos, de resto, por esta condição: apresentam, em si mesmas, a possibilidade de serem lidas em conjunto e de permitir que tentemos "ouvir" o diálogo que estabelecem entre si. Ao mesmo tempo, torna-se viável um exercício de busca

de referências e significados que emergem de outras imagens, anteriores e posteriores, evidenciando uma das formas de entender o papel das imagens visuais, qual seja, o de criar formas distintas de elaboração e de compreensão dos feitos e sentimentos humanos.

O motivo de uma mulher negra, sentada, que apóia o rosto com uma das mãos, inspirou os três artistas a realizarem estas imagens. No período de sua estada no Brasil, entre julho de 1817 e maio de 1818, Thomas Ender realizou ***Escravas***, desenho a lápis, parcialmente aquarelado, medindo 18,8 x 27,8 cm. ***Negra sentada, vendedora***, realizado durante a primeira permanência de Rugendas no Brasil, entre 1822 e 1825, é também um desenho, em que o artista utiliza lápis, nanquim e aguada sobre papel, medindo 13,4 x 20,7 cm.[2] A última imagem, ***Negra com tatuagens, vendendo cajus***, é uma aquarela de Debret, datada de 1827, que mede 15,7 x 21,6 cm. À diferença das duas primeiras imagens, a aquarela de Debret é resultado de uma composição em que o motivo da mulher sentada está associado a outros elementos: além do cesto de cajus, depositado no chão à sua frente, notamos a presença de uma paisagem ao fundo, da referência arquitetônica à direita e de outras duas negras vendedoras, situadas num plano um pouco abaixo na negra com tatuagens. A escrava de Thomas Ender faz parte de um registro característico dos artistas-viajantes, observadores dos cenários desconhecidos que procuravam compreender: desenho isolado, revela a fisionomia, os trajes e alguma pose típica da atividade ou da condição social à qual a figura está relacionada. Desenho de observação, registro rápido de um tipo social brasileiro, ainda assim podemos dizer que a imagem desta escrava está terminada, enquanto que a outra (ou a mesma, vista em outra pose...), com a qual divide a superfície do papel, é apenas um esboço não terminado, sugerindo outras possibilidades de enxergar este mesmo “tipo”. Esta era uma estratégia comum entre os viajantes, que precisavam registrar a realidade humana e natural sob diversos aspectos e inventariar as características que identificavam este ou aquele exemplar social, animal ou natural. Se assim as considerarmos, como *exemplares tipológicos*, nada mais nos restaria a dizer a seu respeito, dentro da perspectiva proposta nesse texto. No entanto, resta-nos a possibilidade de mudar as lentes e enxergar esta diferença entre as duas figuras como uma pista para

sugerir uma outra leitura. Leitura que se disponha a decifrar estes corpos em busca de uma significação que, inspirando-se nas idéias de Roland Barthes, seja mais *conotativa* e menos *denotativa*.[3] Por fim, a negra vendedora de Rugendas está isolada. O volume de seu corpo faz-se acompanhar apenas de uma pequena sombra e de alguns leves traços de lápis à sua esquerda, como que a sugerir um volume que, se terminado, estaria certamente associado à sua caracterização – um cesto de frutas ou legumes, talvez...

Nota-se, portanto, que os desenhos de Ender e Rugendas são esboços que atenderam à preocupação de registro e imagem preparatória para futuras composições. A negra de Rugendas reaparece, um pouco modificada, na prancha *Mercado na Praia dos Mineiros*.[4] A aquarela de Debret, como muitas das imagens que o pintor de história havia produzido no Brasil, é uma obra terminada. Não foi, porém, selecionada por ele para fazer parte dos volumes de sua **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, mas revelou-se como uma de suas mais expressivas e enigmáticas obras. Na verdade, ao observar as três imagens, destacam-se três pares de olhos perdidos, lançados em direção a algo inefável, inalcançável aos olhares do observador. As imagens falam, assim, não tanto do que ali está denotado (o "testemunho histórico"), mas do que não se vê e, portanto, remete para uma conotação simbólica que certamente foi percebida pelos seus contemporâneos e disponibiliza-se, hoje, aos nossos esforços interpretativos. Significativo é, nesse sentido, que os autores de tais imagens sejam, todos eles, artistas formados. Sabemos que muitos dos registros iconográficos de viajantes eram realizados por desenhistas que não possuíam formação artística e, portanto, menos inclinados a fazer destas imagens o lugar da manifestação de seu estilo pessoal ou de referências específicas do campo da criação artística. Desta forma, um olhar sobre as mulheres de Ender, Rugendas e Debret irá, sem dúvida, nos levar a imagens outras, a sentidos possíveis apenas se as enxergarmos não apenas como registros fiéis à realidade, caráter cobrado aos documentos dos viajantes. *Olhar os olhares*: eis o exercício necessário. Tais olhares refletem uma dupla experiência histórica: aquela que une as mulheres modelos e a que envolve os artistas. Os olhares distantes das mulheres traduzem a resistência possível diante de um poder que se impunha

sobre seus corpos, mas não alcançava suas almas. Indicaria, também, a perda de referência que atingira os africanos ao chegarem ao Brasil e que os levaria a buscar soluções alternativas para a sobrevivência de seus corpos e almas. Como observa Slenes, *se os africanos, na sua grande maioria, não podiam olhar para a frente, para um tempo em que seriam assimilados pela nova sociedade, tampouco, ou apenas excepcionalmente, eles podiam olhar para trás.*[5] Daí o significado do olhar distante? Para além dele, algumas outras significações são vislumbradas, como o demonstra, por exemplo, o texto de Eduardo França Paiva sobre a aquarela de Debret e as observações de Rodrigo Naves sobre a mesma imagem.[6]

É sabido que, por parte dos viajantes e artistas que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX, os negros sobre os quais falavam e cujos costumes documentavam não eram vistos a partir de sua própria história e cultura, mas da experiência escrava, que os unia desde a partida de seu território de origem . A um povo "sem história", portanto, atribuía-se uma história construída, que não seria por eles compartilhada. Debret, numa passagem em que diagnostica a mesma condição formulada por Slenes, afirma que *sem o consolo do passado, sem a confiança do futuro, o africano esquece o presente, saboreando, à sombra dos algodoais, o caldo da cana-de-açúcar*...[7] Para o pintor francês, a história dos negros misturava-se, naquele momento, aos esforços comuns de regeneração do país e construção de uma história que o colocasse entre as grandes nações da época. Rugendas parece, ao contrário, ter mais clareza do papel específico a ser atribuído aos negros. Em seus textos, reconhece positivamente a história e a cultura dos africanos, vislumbrando os problemas que poderiam advir da manutenção do sistema escravista no Brasil. Dos comentários textuais de Rugendas e Debret podemos extrair dados para interpretar a conotação simbólica de suas imagens, o que não acontece com Thomas Ender, que não elabora textos sobre sua estada no Brasil nem sobre suas imagens.[8] Estas, no entanto, "falam" o suficiente de si mesmas e de seu autor. O grupo que reúne as representações de cenas da vida cotidiana inclui um grande número de desenhos de africanos e seus descendentes brasileiros, onde se destaca a força expressiva dos olhares e fisionomias. No

geral, seus modelos têm uma expressão desolada, entristecida, desesperançada... O talento e a sensibilidade do artista austríaco transparecem em suas figuras e a escrava sentada sobre uma caixa de madeira demonstra, apesar de seus trajes mal arranjados, uma elegância que deriva de sua pose clássica, à qual se submetiam os modelos inspiradores dos exercícios tão comuns nas academias de arte da época.

Difícil seria, no restrito âmbito deste texto, explorar todas as possibilidades de diálogo que se apresentam quando comparamos as obras citadas com algumas imagens que parecem evidenciar uma identidade profunda entre si. Tentarei, mesmo assim, apontar alguns pontos que estão menos envolvidos com a possibilidade de compreender estas imagens como referências iconográficas para Ender, Rugendas ou Debret, do que com a possibilidade de explorar suas possíveis significações e leituras.

Uma relação que logo se estabelece são as imagens dedicadas à representação da melancolia, geralmente uma mulher cabisbaixa, com o rosto apoiado nas mãos, cujo semblante demonstra a sensação correspondente a este estado de ânimo: impassibilidade, sensação de que poderia usufruir e interagir com os objetos que estão á sua volta, mas não o faz... De fato, as negras escravas e vendedoras das obras em questão não parecem querer interagir com o mundo à sua volta, por mais próximo que esteja.

A mesma evidência de um desligamento do mundo visível, de uma reflexão que retira o personagem da realidade e sugere um passeio por campos desconhecidos do pensamento, pode ser aplicada a algumas imagens de Vivant Denon, figura importantíssima para o ambiente artístico francês das primeiras décadas do século XIX. Denon realizou inúmeras gravuras, entre elas a que apresenta uma menina, cuja pose e semblante indicam uma sensação que muito se aproxima daquela que experimentamos ao observar as mulheres pensativas de Debret, Rugendas e Ender. Além desta imagem, podermos encontrar nas gravuras elaboradas para compor sua obra mais conhecida, a **Viagem ao Baixo e Alto Egito**,[9] vários exemplos de que o olhar sensível dos artistas percebe a profundidade psicológica da condição de seus modelos ou objetos de inspiração. Este aspecto remete-nos a uma outra fonte de imagens com as quais podemos ensaiar um

diálogo: as gravuras executadas para ilustrar os volumes editados por Bernard de Montfaucon no início do século XVIII, intitulados **A Antiguidade explicada e representada por figuras**.[10] Esta espécie de inventário da Antiguidade, que propunha representações dos deuses e dos hábitos antigos foi, sem dúvida, uma importante referência para os artistas formados na França entre os séculos XVIII e XIX. Nos textos em que o autor explica as imagens, nota-se que a representação deve não só permitir a identificação da figura, mas também a sensação que a acompanha. A imagem da Medusa, por exemplo, sentada sobre as rochas e abalada pela dor de ver o que lhe acontecia, permite ao autor do texto exclamar: *não conseguiríamos observa-la sem nos interessar pela infelicidade que é o motivo de sua extrema aflição*.[11] Assim, a qualidade da imagem desperta no observador um sentimento que lhe permite compartilhar a dor da personagem. Entre as representações femininas desta vasta obra encontramos várias em que a figura de uma mulher sentada, que apóia a cabeça ou o queixo com as mãos, se repete. Serviram elas ou não como modelos aos autores das imagens sobre as quais estamos falando, o importante é constatar que existe uma história da circulação e recepção das imagens com a qual os artistas do início do século XIX poderiam contar. Da mesma forma, composições de Poussin sobre o tema da Sagrada Família e estudos de David realizados a partir de motivos antigos recolocam a possibilidade deste diálogo, sobretudo com a negra vendedora de cajus, de Debret.

Por fim, uma última imagem selecionada para conversar com as mulheres de Ender, Rugendas e Debret é a *Vittoria Caldoni*, tela pintada em 1821 pelo pintor alemão Friedrich Overbeck, conhecido pela sua participação entre o grupo dos Nazarenos. Vittoria Caldoni, nascida nas proximidades de Roma, foi uma das modelos femininas mais retratadas de sua época. Associada a uma beleza tipicamente romana, era sempre representada sobre um fundo de ruínas ou de uma natureza intocada. Sua calma beleza é geralmente associada a uma personalidade casta e infeliz, o que explica o semblante captado por Overbeck: colocada de frente para o observador, sentada ao pé de uma árvore, com o cotovelo direito apoiado sobre a perna e a mão direita sustentado a cabeça, seu volume destaca-se imediatamente do restante da composição. Seu olhar está igualmente perdido, ainda que

pareça dirigir-se ao espectador. Não restam dúvidas de que, apesar da beleza física da personagem e do ambiente, favorecidos também pelas cores empregadas, o que impressiona é seu semblante triste e desalentado.

Slenes afirma, no artigo citado, que *apesar do interesse prático em conhecer certos aspectos da cultura escrava para assegurar seu domínio, os brancos não conseguiram penetrar muito além da superfície das palavras, sensibilidades e visões de mundo africanas.*[12] Na tentativa de concluir este texto, podemos voltar às mulheres africanas inspiradoras dos desenhos dos viajantes e reconhecer que, assim como as demais figuras femininas citadas neste texto, suas imagens não nos permitem ir muito além destes limites superficiais. Ainda assim, as tentativas permitem o pensar sobre as imagens e, quando não mais, reconhecer o caráter sempre parcial do nosso conhecimento, instigado pelas perguntas que formulamos a todo momento.

---

[1] MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens. Uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (2ª reimpressão, 2003), pp. 29.

[2] Segundo DIENER e COSTA, este desenho faz parte de uma pasta de desenhos autografada por Rugendas, que pertenceu a Engelmann, dono da casa editorial que publicou a obra de Rugendas. DIENER, Pablo e COSTA, Maria de Fátima. **Rugendas e o Brasil**. São Paulo: Editora Capivara Ltda, 2002.

[3] BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Citado por Maria Sylvia Porto Alegre, no artigo *Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual, in:* **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**/Bela Feldman-Bianco, Miriam L. Moreira Leite (orgs.). Campinas, SP: Papirus, 1998, pp. 75-112.

[4] RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Tradução Sérgio Milliet. 7ªed. São Paulo: Livraria Martins Editora; Brasília: INL, 1976 (Prancha 13, da 4ª divisão).

[5] SLENES, Robert W., "Malungu, Ngoma Vem!" África coberta e descoberta no Brasil", *in*: **Negro de Corpo e Alma**. Catálogo da Mostra do Redescobrimento, realizada no Parque Ibirapuera, em São Paulo, entre abril e setembro de 2000. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, p. 215. (este texto foi publicado, pela primeira vez, na Revista USP, 12:48-67, 1991-2.)

[6] Paiva, Eduardo França. **História e Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. NAVES, Rodrigo, "Debret, o Neoclassicismo e a Escravidão", *in*: **A Forma Difícil. Ensaios sobre arte brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atica S.A., 1997.

[7] DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tomo Segundo. Tradução e notas Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, p.14.

[8] Para as imagens e alguns estudos sobre Thomas Ender, a referência obrigatória são os 3 volumes organizados por Robert WAGNER e Julio BANDEIRA, **Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender. 1817-1818**. Petrópolis/RJ: Kapa Editorial, 2000.

[9] Em 1798, aos 51 anos, Vivant Denon, que havia sido conservador do gabinete de medalhas de Luis XV, acompanha a expedição comandada por Napoleão ao Egito. Durante um ano, Denon aplica-se a reproduzir os monumentos e os costumes da região. De volta a Paris, dedica-se à redação de **Voyage dans la Basse et la Haute Egypte**, publicado em Paris, em 3 volumes, por F. Buisson, ainda em 1799. Em 1802, Didot l'Ainé faria uma publicação das pranchas desta obra.

[10] **L'Antiquité expliquée et représentée en figures** tornou-se uma espécie de manual para os srtistas. Utilizados também no ateliê de Jacques-Louis David, um dos principais artistas e mestres franceses atuantes no período entre o final do s. XVIII e início do XIX, os volumes desta coleção continham uma grande variedade de imagens e explicações textuais de como representar símbolos e figuras antigas.

[11] MONTFAUCON, Bernard de. **L'Antiquité expliquée et représentée en figures**. Tomo I. Paris, 1719.

[12] SLENES, *op cit.*

Relatos e Relíquias: lembranças do cotidiano

VALÉRIA L. FILGUEIRAS

As décadas que se sucederam a 1970 foram de mudanças no município de Rondonópolis. Como parte de um projeto de integração econômica do Brasil, fazendeiros e grupos econômicos se beneficiaram com programas de modernização agrícola. Nesse processo ocorreu à disputa por terras, a aglutinação de antigos lotes coloniais, e um alto índice de urbanização. Porém, para os lavradores[1] estas mudanças foram percebidas no cotidiano, no concreto, no miúdo.

Para um lavrador a terra é o esteio de sua vida. Trabalhar a terra é tornar o que é inculto em culto, a terra mata em terra de lavoura, a lavoura colhida em mantimento. Este trabalho requer inúmeros conhecimentos e saberes. Conhecimentos que são passados de geração a geração através da tradição oral entre os lavradores e saber que também é prática. Quando perguntei ao Sr. Adecerino porque as palhas usadas para cobrir as casas que eles construíam eram cortadas sempre na lua minguante ele me respondeu: “então ocê ia escolhendo as fase da lua, porque a lua ajudava muito, o povo falava isso. Os mais antigos que era os nossos pais, os mais véio falava assim pra nóis, né. Então nóis fazia isso também”[2].

A geração[3] aqui tomada como uma sucessão de faixas etárias, constitui para o entrevistado o elo de continuidade entre saber e prática que envolvia o processo de cobertura das casas, visto que as palhas cortadas neste período demoravam mais tempo para apodrecer e serem trocadas. Contudo, a geração também é o parâmetro utilizado para demarcar as mudanças de outros saberes e novas práticas.

As mudanças também são percebidas pelos depoentes ao longo de suas vidas, tendo como indicador a sucessão de suas próprias faixas etárias. Assim, é que muitos falam do “tempo que eu me entendia por gente”, ou ainda, “quando eu já era homem feito”.

Para os lavradores que se dedicaram a produzir culturas tradicionais, o trabalho despendido a pequena lavoura *tocada a braço,* na enxada, sem financiamento, nem

sempre permitia a sobrevivência da família. Assim, não era apenas o alimento que estava ameaçado. Mas dentro da lógica de ser lavrador o não poder prover o sustento, tornava o pai de família incapaz. Pois, é a combinação produção para o consumo que identifica o lavrador. Não se trata de uma economia de subsistência em que apenas o que sobra era destinado ao comercio. Mas, de uma economia de excedente como tão bem soube apresentar José de Souza Martins ao estudar os camponeses em áreas de fronteira. Neste tipo de economia o excedente já aparece como tal.

> "O excedente não é o resto ou a sobra. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente a subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio".[4]

Nesta perspectiva, podemos analisar o relato do Sr Adecerino quando este descrevendo a escassez de mobília e forma de moradia, expressa o padrão de vida de um lavrador.

> Não, não nóis num tem vergonha de contá, não. Se eu passei... eu vou falá que eu já tive, que eu já fui rico. Não vou falá o que nunca fui, a minha vida era trabalhá. Trabalhar pra comê, e vivê, né. Porque a única coisa que eu fazia era pra comê, né. Num sobrava assim pra fazer mais coisas, assim não. A vida era essa mesma, eu vou falar que eu tinha, não, pois se eu num tinha. Tinha muita fartura. Foi o que eu agradeço muito a Deus, que esse tempo tudo foi o que eu passei um ano, um ano e pouco de necessidade assim que era o que faltava as coisas, mas o resto desses outros, não. Era fartura. A gente num tinha nada, num tinha... Num tinha móveis, num tinha nada, mas ocê olhava no terreiro era cheio de frango, porco era aquele farturão, ocê olhava, ocê ia lá naquela cozinhinha, assim de feia, tava cheinho de lata de banha, acabava, aquela banha ocê tinha porco para matá. É aquela fartura pra... tuia saco de arroz, tuia de arroz, feijão, paiol de milho.[5]

Para os lavradores como o Sr Adecerino o sucesso de seu trabalho está em ter alimentos com *fartura.* A riqueza representada em melhorias na moradia e aquisição de mobiliário não pertencia ao ideário destes lavradores. Ser rico é ter alimentos em abundância, que possam prover a família em tempos de colheitas difíceis, para que a *necessidade, a falta de coisas* tão temida não os ameaçasse. E neste sistema de "plantar, colher, comer", o religioso não é esquecido, pois, se é trabalhando na terra que se consegue o arrimo, é com a *graça de Deus* que chegam as chuvas no tempo certo, fundamentais para a obtenção de uma boa colheita.

Mais do que lembranças estes lavradores trazem consigo as marcas de um elo familiar com o passado. Sendo poucos os objetos que conseguiam adquirir, são muitos o que tornaram-se relíquias de famílias. Assim é que podemos entender a fala de D. Elvira que lembra com saudades de seu cotidiano ao dizer com orgulho do esmero com que cuidou de suas panelas e alimentou seus filhos.

> Era bom, vixe, tem hora que eu tenho até saudade. Eu tenho minhas panelinhas de ferro até hoje Valéria, ali. Depois eu vou te mostrar minhas panelinhas de ferro. Ocê tem panela de ferro? Depois vou te mostrar minhas panelinhas de ferro. E é branquinha, eu num gostava de panela preta não. Porque tem gente que tem panela de ferro que é pretinha, né. Não, as minhas é branquinha, as meninas quando era moça... Óia minhas panelas de ferro eu quero limpinha. Ah, mãe joga isso fora. Num jogo não criei ocês tudinho fazendo comida aí nela, porque que eu vou jogar fora minhas panelas de ferro? O povo chega aí fica besta de olhá minhas panelas. Fala: Me vende? Vendo não, de jeito nenhum.[6]

Quando as meninas, já moças, passam a fazer o trabalho da mãe na cozinha e se deparam com panelas de ferro que exigem maiores cuidados para sua limpeza, pois é preciso esfregar com maior força o ferro do que o alumínio para lhe dar brilho, assim como é necessário secá-las ao fogo para que não enferrujem, estas não entendem porque sua mãe ainda as conserva e as usa. Porém, para D. Elvira suas panelas de ferro são valiosas e não tem preço, pois foi cozinhando nelas que alimentou toda a sua família, que criou os filhos. Sendo diariamente usadas cada vez mais se incorporaram à sua vida. O contato contínuo com o ferro lhe deu brilho e arredondou as asperezas.

Na vida de lavradores sem terra os seus bens são os objetos votados ao trabalho cotidiano. “Apetrechos de sobrevivência, opostos a terra bem de raiz, que dá sentido ao trabalho do homem do campo”[7]. Condenados a constantes mudanças em busca da terra às falas destes lavradores estão povoadas de coisas perdidas deixadas no percurso de suas vidas errantes. É o que nos remete o relato do casal Sr. Adecerino e D. Elvira - , moradores de Boa Vista, ao rememorar e descrever o que trouxeram quando vieram de Goiás para Mato Grosso.

> Sr Adecerino: Trouxe as roupas e trouxemos um pouco de vasilhas de assim de casa. Assim panela, prato, tinha pouca coisa. Então panela, prato, as roupas, e os filhos.
> D. Elvira: Essas coisas miúdas. No mais era traia de cama e roupa. Precisou trazer coberta.
> Sr. Adecerino: Cobertor, lençol essas coisas que nóis trouxe.
> D. Elvira – Acolchoado ficou tudo.
> Sr. Adecerino: É os acolchoado ficou tudo, cama, tudo larguemos lá. Nessa época que nóis veio pra cá, que nóis morava lá, já tinha alguma coisinha, mesa, cadeira.
> D. Elvira – Vendia baratinho.
> Sr. Adecerino: Essas coisas assim a gente já tinha, cama, era aquela de arame.
> D. Elvira – Tinha os trens bem arrumadinho, os meninos tinha berço, tinha tudo, né. Vendeu tudo pra depois vim pra cá, por isso que eu vim contrariada.
> Sr. Adecerino: Mas é, a gente tinha que andá, né, a gente tem que ta casando a melhora, né. Ta num canto taliveiz ocê ta pensando que num ta bom, tem que caça melhorá.
> D. Elvira – Mas, lá nóis tava bem, ah.
> Sr. Neguinho: É, tava, mas é sei lá a gente queria...
> D. Elvira – Acho que é a sina da gente tem que andá. Será Valéria? Acho que sim. Não pode uma coisa dessa. Acho que é.[8]

Para D. Elvira a mudança de Goiás para Mato Grosso é sina, destino ao qual sua família estava condicionada. Para o Sr. Adecerino era opção, buscando melhorar a vida ao ver no Mato Grosso a possibilidade de adquirir terra, deixaram para traz tudo o que não podiam carregar nos braços, trouxeram as coisas miúdas e os filhos. D. Elvira expressa a sua contrariedade por ter mudado e lamenta com pesar ter vendido barato o mobiliário, que tanto valor tinha para ela.

Mas, a mobilidade é condição desagregadora da memória quando no percurso da vida e dos caminhos são deixados os objetos que se constituem um elo familiar com o passado, uma experiência de vida insubstituível. Na velhice, os lavradores narram suas experiências e se orgulham em mostrar os símbolos de um tempo vivido.

Nas entrevistas que fiz a narrativa de muitos dos depoentes está cheia de objetos perdidos, que se daria tudo para poder recuperar. D. Vitelvina lembra do silhão[9] no qual veio montada em uma mula de Januária – MG à Rondonópolis – MT e que não sabe onde ou em que momento de sua vida foi deixado para traz. Porém, mostra orgulhosa a cangalha de couro curtido, marcada a ferro quente com as iniciais do nome de seu pai, presente de casamento onde foi guardado seu enxoval.

Tendo uma vida errante e morando agora na cidade para D. Vitelvina o que lhe restou foi as suas lembranças e relíquias. Transcrevo, um trecho do depoimento de D. Vitelvina que fala do tempo em que seus móveis lhe acompanha.

> Às vezes as meninas fala assim: Mãe vende esse guarda-roupa e compra um guarda-roupa bonito. Pra quê? Por que eu quero isso? Meus trem é tudo coisa antiga, meu guarda-comida é antigo tem mais de vinte oito anos minha geladeira tem uns vinte... Tem mais de 30 anos minha geladeira 32 anos nunca troquei nada e nem vou trocar.[10]

Para D. Vitelvina a idéia do móvel que se descarta é um desperdício desnecessário e cruel. Por isso, sua casa está cheia de móveis antigos e caixas de ferramentas, panelas de ferro, serras, foices, enxadas, fusos, cunhas, cangalhas. São pequenas coisas colecionadas e guardadas. Cada um desses objetos são preciosos, sagrados, não se vendem e nem são cedidos. Estes objetos e instrumentos conservados em armários e quartos e só excepcionalmente trazidos a público são muito mais do que museus de lembranças, pois, "as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos"[11]. É por isso, que os velhos estão sempre repetindo: _ Não jogue nada fora, pois um dia isso pode servir para alguma coisa.

Notas

[1] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher comer.* Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 07. "Lavrador será sempre considerado aqui o produtor rural através do trabalho direto, não proprietário de terras em chácaras e fazendas". No caso específico de Rondonópolis esta categoria envolve o trabalhador rural meeiro e arrendatário.

[2] Relato de Adecerino Honório de Oliveira. Rondonópolis, janeiro de 2004, p. 32.

[3] SIRANELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral.* 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.133."A geração, como padrão de divisão do tempo, exige vigilância e precauções. No entanto, ela é uma peça importante da engrenagem do tempo, pois no território do historiador ela pode ser objeto de história e instrumento de análise".

[4] MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 190.

[5] Relato de Adecerino Honório de Oliveira. Rondonópolis, janeiro de 2004, p. 43.

[6] Relato de Elvira Antônia de Oliveira. Rondonópolis, março de 2004, p. 49.

[7] MARTINS, José de Souza. *op. cit., 1*997. p. 132.

[8] Relato de Elvira Antônia de Oliveira e Adecerino Honório de Oliveira. Rondonópolis, março de 2004, p. 47.

[9]Tipo de sela adaptada ao uso feminino, na qual poderia se cavalgar com saia, com gancho na face anterior para facilitar o equilíbrio, e apenas um estribo à esquerda com loro curto.

[10] Relato de Vitelvina Mota Barbosa. Rondonópolis, março de 2004, p. 16.

[11] BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 23.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher comer.* Rio de Janeiro: Graal, 1981.

SIRANELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral.* 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

“Catalogação e organização do acervo documental do Arquivo Público de Mato Grosso: requerimentos e cartas de sesmarias (1763-1822)”.

Vanda Silva (Historiadora do Arquivo Público de Mato Grosso)

O acervo documental do século XVIII, do Estado de Mato Grosso, tem sido uma valiosa fonte de pesquisa na produção do conhecimento histórico sobre nosso Estado, permitindo aos pesquisadores caminhar, decifrar e recompor a história da Capitania de Mato Grosso. Neste sentido, o papel do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), enquanto entidade que possui a custódia desta documentação, é facilitar o acesso e a disseminação dessas informações ao público em geral, trabalho este que vem sendo desenvolvido pela Gerência de Documentos Escritos. A referida Gerência tem buscado dar o tratamento arquivístico adequado ao nosso acervo e elaborar instrumentos de pesquisa confiáveis aos nossos pesquisadores.

Dentro desta política de reorganização do acervo do Arquivo Público de Mato Grosso, vimos organizando o acervo que contém requerimentos e cartas de concessão de Sesmarias referentes à Capitania de Mato Grosso, que estavam parcialmente separados em nove caixas, onde se denominou Fundo-Sesmarias, organizado por ordem cronológica, com a elaboração um índice sumário. Apenas, as três primeiras caixas, que compreendem os anos de 1763 a 1789, constam o ano, nome do requerente e localização das Terras, porém sem tratamento arquivístico adequado.

Neste momento, minha formação na área de História, passou a caminhar junto com a necessidade do tratamento arquivístico a ser dispensado a essas fontes. Como nos explica Bellotto, “cabe ao arquivista identificar, descrever, resumir e indexar”, [1] mas para isso é preciso que ele conheça historicamente a produção e a tramitação do documento, a fim de garantir a integridade da informação que é apresentada ao pesquisador.

O arquivístico tratamento dos documentos não tem apenas a preocupação técnica, mas também a de assegurar a informação histórica, pois é preciso conhecer, a

trajetória da proveniência dos documentos, o que justifica a importância da presença do Historiador / Arquivista ou vice – versa nos arquivos.

Embora este seja um conjunto documental pequeno, em comparação a outros fundos existentes no APMT, tais como os documentos cartoriais, constituído por aproximadamente 900 peças, ele tem um imenso valor histórico, sendo consultado tanto por historiadores quanto por juristas, que buscam entender e regulamentar a questão da Terra nesta região de fronteira. A partir dos dados levantados nessa documentação, é possível compreender, no período colonial, o avanço da Coroa Portuguesa sobre as terras pertencentes aos espanhóis, assim como discutir a regulamentação e registros de Terras na atualidade.

Assim, nasceu o nosso projeto "Catalogação e organização do acervo documental do Arquivo Público de Mato Grosso: requerimentos e cartas de sesmarias (1763-1822)", onde decidimos que não apenas catalogaríamos a documentação existente em nosso acervo, mas faríamos o levantamento da existência de fontes desse tipo em outras entidades que possuem a guarda de documentos. Isto, para que possamos oferecer um catálogo que permita ao pesquisador ter um panorama desse tipo de documentação existente no Estado.

Desta maneira, buscamos romper a idéia instituída entre os pesquisadores, de que os arquivos são lugares frios, que possuem a guarda de documentos, mas demonstrar que "as atividades investigativas no interior dos arquivos revestem-se de um grande sentido de colaboração para uma reflexão mais aprofundada e consistente acerca do acervo da instituição"[2] e na colaboração na difusão da informação através da produção de trabalhos técnicos e científicos.

Diante do desafio lançado, o primeiro passo foi realizar um levantamento e, posterior, transcrição das fontes guardadas no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR). O primeiro possui requerimentos, cartas de Sesmarias e partes de livros de registro de cadastramento de Sesmarias, concedidas na

Capitania de Mato Grosso. Já o segundo, possui microfichas do Arquivo Histórico Ultramarino. Ressalta-se, que estamos em fase de levantamento das fontes existentes no arquivo setorial do Instituto de Terra de Mato Grosso (INTERMAT) que possui sob sua guarda os livros de registros provisórios de Terra do Estado. Nestes livros estão registrados a relação dos sesmeiros e limites de suas Terras, são aproximadamente 50 livros, que já estão microfilmados. Porém, este material ainda é, de acesso restrito aos funcionários do órgão e a sua inclusão no catálogo será uma forma de disponibilizar essa informação aos pesquisadores.

No que diz respeito ao acervo do APMT, deparamos com problema de ordem metodológica, pois percebemos que essa documentação, parcialmente separada anteriormente, era proveniente de fundos diferentes, isto é, os manuscritos do século XVIII, foram organizados a priori, em cinco fundos: Governadoria, Fazenda, Defesa, Justiça e Câmara, parte da documentação de Sesmaria, pertence ao Fundo Governadoria e a outra parte ao fundo Câmara. Desta forma, a criação deste fundo feriu o principio de proveniências dos documentos[3]. Essa separação foi realizada em gestões anteriores, na década de 1980. Os funcionários (antigos) receberam essa orientação, durante a prévia organização dos documentos do século XVIII.

Diante deste panorama tínhamos duas opções: primeiro, reintegrá-las aos fundos de origem, isto é, órgão produtor do documento neste caso Governadoria e Câmara, porém teríamos o problema de ser uma documentação referenciada em trabalhos científicos e processos jurídicos que envolvem legalização de Terra, causando um transtorno para o pesquisador que já esta habituado pesquisa–la. Esta mudança, também implicaria em refazer toda a organização e catalogação dos manuscritos dos respectivos fundos, da qual pertencia a documentação. Segundo, manter a documentação de Sesmarias no fundo artificial, como foi criado na década de 1980 e dar o tratamento arquivístico mais adequado possível.

Optamos pela segunda, mesmo correndo o risco das possíveis críticas, como o desrespeito ao princípio de proveniência. Por outro lado utilizou – se o bom senso,

considerando o tempo de existência do fundo. Além disso, nos valemos da teoria da criação de fundos artificiais em arquivos, quando necessário, pois, "desaparecida a instituição de origem e perdida a relação material com ela, podemos encontrá-los soltos ou formando coleções, sem perder suas marcas características" .

Neste sentido, buscou – se leituras que nos oferecessem subsídios teóricos, permitindo - nos entender o trâmite dos documentos de Sesmaria na Administração Colonial Portuguesa, principalmente no que diz respeito à administração das capitanias. O que levou a constatar que a documentação de Sesmaria possuía uma legislação específica, composta de carta-régia, alvarás, bandos e resoluções, o que a obrigava a documentação percorrer um longo caminho durante a sua tramitação.

A tramitação dos documentos gerava uma espécie de processo até chegar ao rei e era composto de: requerimento do pleiteador, pedido de averiguação das terras por parte do Ouvidor - mor[5] e Provedor - mor, ofício da câmara informando as condições das terras para a concessão, carta de concessão Sesmarias e carta de confirmação feita pelo rei. Após esta constatação, a outra medida tomada para garantir aos pesquisadores a informação de proveniência dos documentos tem sido organizar a documentação existente em nosso acervo a partir da recomposição dos processos, através da junção destes manuscritos. Feito isso, realizamos o levantamento da documentação dispersa nos fundos (Governadoria e Câmara), separamos e integramos ao fundo - Sesmarias. Assim, reunimos toda a documentação existente no acervo.

O passo seguinte será a elaboração dos instrumentos de pesquisa, neste caso o catálogo seletivo, [6] onde a descrição da documentação é em forma de verbetes, que possuem as seguintes informações: o nome do requerente (obedecerá uma ordem cronológica e alfabética), seguido de uma descrição minuciosa , onde iremos identificar espécie documental, função , quantidade de páginas e anexos. Ainda, estaremos fazendo a referência cruzada com informações existentes sobre o mesmo tema nos outros acervos custodiados pelas entidades já citadas.

Portanto, a organização de um acervo de caráter permanente exige um trabalho de planejamento e questionamento acerca da melhor forma para que "um arquivo e/ coleção permanentes cumpram, de forma adequada, a função de atendimento ao público, de colocar à disposição do usuário o conteúdo de seu acervo, faz-se necessário que se proceda de forma clara a descrição dos documentos, que poderá resultar em diferentes instrumentos de pesquisa" [7].

Por outro lado, nossa formação de historiador aponta possibilidades de adentrarmos e reconstruírmos às relações de uma sociedade em um determinado momento histórico. Principalmente, no que diz respeito em situar não apenas fontes de uma História Regional, mas oferecer a possibilidade de diálogos com fontes referentes à História da ocupação de Terra no Brasil.

---

[1] BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes: Tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004 p.26.

[2] MUNTERAL FILHO, Oswaldo. O Historiador e os Arquivos. IN: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). Ler & Escrever para contar: Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de janeiro, Acess. 1998.p.280.

[3] O princípio da proveniência é o testemunho do organismo acumulador, é o princípio de garantia de prova do documento. Ver BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: Tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004.

[5] Ao ouvidor cabia o comprimento das leis dentro da colônia, enquanto ao provedor cabia fiscalizar, isto é sua missão era ministrar a justiça. Ver SALGADO, Graça. (coord.) Fiscais e meirinhos: a administração colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira-INL, 1985.

[6] O catálogo seletivo permite a descrição minuciosa de uma documentação relativa ao um tema específico. Ver BELOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: Tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004 p.212.

[7] BELOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: Tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004 p.121.

A EUGENIA NO BRASIL: CIÊNCIA E PENSAMENTO SOCIAL NO MOVIMENTO EUGENISTA BRASILEIRO DO ENTRE-GUERRAS

Vanderlei Sebastião de Souza*

O objetivo deste trabalho consiste em discutir o desenvolvimento da eugenia no Brasil durante o período entre-guerras. Procuraremos demonstrar como surgiu o debate em torno do movimento eugenista no contexto nacional, enfatizando principalmente as idéias e os arranjos científicos e sociais com as quais trabalhavam os intelectuais e cientistas brasileiros. Considerando que a história da ciência deve ser interpretada em sua devida historicidade cultural[1], nosso esforço consistirá em perceber de que maneira o pensamento social e político brasileiro sustentaram e lançaram um papel crucial no processo de formação deste movimento de idéias denominado eugenia.

As discussões sobre a eugenia emergiram no Brasil durante as décadas de 1910 e 1920, associando-se diretamente às preocupações nacionais quanto ao estado de saúde, saneamento, higiene e da situação racial da população. Os primeiros trabalhos sobre eugenia apareceram no início da década de 1910, com pequenos artigos publicados na imprensa carioca e paulista. Em 1914, o médico Alexandre Tepedino, sob a orientação do Prof. Miguel Couto, apresentaria à Academia de Medicina do Rio de Janeiro a primeira tese sobre eugenia, intitulada *Eugenia*[2]*.* No entanto, conforme lembrava o eugenista Renato Kehl anos mais tarde, "parece que a questão não lograra interessar os nossos homens de ciência, os nossos jornalistas e estudiosos. A doutrina teria, talvez, sido mal compreendida". Mas enfim, continuava Renato Kehl, "chegou, afinal, o dia de iniciarmos a nossa propaganda"[3].

A hora e a vez da eugenia havia chegado. Em 1917, o jovem médico e farmacêutico Renato Kehl, que se tornaria o principal propagandista da eugenia no Brasil e na América Latina, iniciaria uma grande campanha de divulgação das idéias eugênicas no meio médico e intelectual. A entusiasmada propaganda causaria impacto, contribuindo para que em janeiro de 1918, após a mobilização e os esforços da elite médica paulista, fosse fundada a *Sociedade*

Eugênica de São Paulo, a primeira sociedade de eugenia da América Latina[4]. Contando com 140 membros, entre eles os mais prestigiados cientistas e intelectuais brasileiros, esta instituição se considerava como uma associação científica de estudos e propaganda sobre a regeneração racial da população brasileira[5].

Durante os anos 1920, o movimento eugenista se deslocaria para o Rio de Janeiro, onde ganharia novo fôlego em meio ao crescente nacionalismo que estimulava grande parte da intelectualidade local. Convencidas do poder da ciência em estabelecer uma nova ordem ao mundo, a elite brasileira entendia que a eugenia poderia desempenhar um papel importante no sentido de auxiliar a regeneração nacional, orientando o Brasil a seguir o trilho do progresso e do tão almejado "concerto das nações civilizadas". Neste sentido, como explica Nancy Stepan, a "eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como 'sinal' de modernidade cultural" (idem, p. 337). Para o eugenista Renato Kehl, a eugenia representava muito mais que sinal de modernidade cultural, "ela é mais que ciência, é religião, religião da saúde, do corpo e do espírito – a verdadeira religião da humanidade"[6].

Os primeiros passos do movimento eugenista brasileiro se confundiam de tal modo com os ideais sanitaristas, que as primeiras obras sobre eugenia se associaram intimamente ao ideário ambientalista já em voga na época. Segundo Nancy Stepan, "estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene"[7]. Como argumentava o médico e eugenista Olegário de Moura, saneamento é a mesma coisa que eugenia, "sanear é eugenizar", e completava, "saneamento-eugenia é ordem e progresso"[8]. Do mesmo modo, Belisário Penna, líder do movimento sanitarista, afirmava que o saneamento, a higiene e a medicina social constituíam os alicerces da eugenia, sem os quais ela não poderia ser praticada senão de modo deficiente em âmbito muito limitado[9].

O que possibilitou essa união entre a eugenia e as idéias sanitaristas, quando não a sua inconfundível associação, foi o fundo neolamarckista e sua convicção na transmissão dos

caracteres adquiridos[10]. Do mesmo modo, os eugenistas brasileiros valeram-se também da tradição ambientalista neohipocrática, que desde o século XIX já contagiava o pensamento social e científico nacional[11]. De maneira geral, os eugenistas entendiam que o ponto de partida de seus estudos deveria iniciar com as questões relativas à influência do meio sobre a saúde e a raça nacional. Deste modo, inspirados nas orientações neolamarckistas, os eugenistas acreditavam que as doenças venéreas, a tuberculose, o alcoolismo, a nicotina e outras drogas e infecções - os chamados "venenos raciais" – poderiam degenerar a prole de pais portadores destes males. O alcoolismo, por exemplo, o grande "inimigo da raça", era visto por Afrânio Peixoto como uma das principais causas da degeneração da raça e do futuro da nacionalidade, já que os filhos de alcoólatras eram defeituosos e predispostos desde a infância a várias doenças, a loucura, a delinqüência e ao crime[12].

A aproximação da eugenia com o ideário médico-ambientalista possuía uma clara posição política de introdução da eugenia no cenário intelectual brasileiro, já que, com isso, conseguia atrair não somente atenção dos sanitaristas e higienistas para este movimento, mas também a de outros setores da sociedade. Como o debate intelectual e político acerca das concepções sanitárias e higiênicas tinham conquistado a imprensa e a opinião pública, além da atenção política que o Estado vinha dispensando a esta questão, é possível afirmar que os intelectuais ligados ao discurso eugênico pegaram uma carona do movimento sanitarista com objetivo de conquistar força em prol da divulgação da eugenia.

Portanto, a ligação da eugenia com o ideário sanitarista e com as concepções científicas neolamarckistas não é fortuita. A recorrência à estas orientações derivava em grande medida dos benefícios que as concepções ambientalistas apresentavam aos intelectuais brasileiros para reformar o ambiente social e enfrentar os graves problemas sanitários e de saúde da população nacional. Como o neolamarckismo postulava que as condições do meio transformavam-se em caracteres que seriam herdados hereditariamente – o que era uma concepção corrente durante as primeiras décadas do século XX - os eugenistas acreditavam

que os “males sociais” transformavam-se em verdadeiros “venenos raciais”. Amadeu Amaral, por exemplo, já chamava a atenção no inicio da década de 20 sobre as “criaturinhas” que vinham ao mundo como uma “sementeira de atrocidade”: cegueira, surdez, vícios, maldades, “todos os legados orgânicos do pai avariado ou alcoólatra, da mãe nevropata ou tuberculosa”[13].

Devido as possibilidades que a eugenia oferecia como um instrumento para regenerar a saúde física, mental e moral da população, os médicos psiquiatras associados a Liga Brasileira de Higiene Mental assumiram o ideário científico da eugenia como discurso fundamental de seus projetos[14]. Em grande medida isso acorreu porque os problemas sociais como a criminalidade, delinqüência, prostituição, doenças mentais, vícios e pobreza eram cada vez mais associados ao patrimônio hereditário, o que fazia com que os intelectuais e boa parte da elite local acreditassem no importante papel que a eugenia - a verdadeira ciência da hereditariedade - poderia desempenhar para regenerar a raça nacional.

A intima associação dos ideais eugênicos com o sanitarismo e a psiquiatria foi bastante relevante para a divulgação da eugenia no cenário nacional. No final da década de 1920, muitos trabalhos sobre eugenia já haviam sido publicados e, apesar da maioria dos intelectuais ligados a eugenia não se declararem eugenistas, muitos deles participavam ativamente no desenvolvimento destas idéias.

O ano de 1929 foi sem dúvida fundamental para as pretensões dos eugenistas brasileiros. Em janeiro deste mesmo ano, após ter publicado uma série de trabalho sobre eugenia, Renato Kehl passou a publicar, sob sua propriedade e direção, o *Boletim de Eugenia*. Ainda em 1929, com o objetivo de comemorar o primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina, foi realizado no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Eugenia, um dos principais eventos do meio médico e intelectual brasileiro promovido durante a década de 1920. Tanto a publicação do *Boletim de Eugenia* quanto a realização deste congresso, foram fundamentais no processo de transformação do debate sobre a eugenia no Brasil.

A partir da década de 1930, a eugenia brasileira ampliou significativamente o debate sobre suas concepções científicas. O terreno movediço sobre o qual os eugenistas conduziam suas idéias era formado pelas concepções neolamarckistas, o darwinistas, weisnnistas e mendelianas[15]. No entanto, segundo Nancy Stepan, apesar do próprio Galton - considerado o "pai" da eugenia - já haver refutado a teoria de Lamarck, esta foi sem dúvida a concepção científica que mais fascínio exerceu sobre o movimento eugenista brasileiro[16].

A partir do final da década de 1920, no entanto, as concepções lamarckistas começaram a ser seriamente questionadas por alguns intelectuais brasileiros ligados ao discurso eugenista. Já na conferência de abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Roquette-Pinto, presidente e orador do evento, elaborava uma enfática critica as concepções lamarckistas, afirmando que "(...) durante muito tempo, supôs-se que o meio dominara os organismos, portanto a medicina e a higiene resolveriam o problema da saúde, mas a ciência demonstrou haver alguma coisa que independe da higiene; é a semente, a herança, que depende da eugenia"[17]. No entanto, mesmo considerando que a crítica levantada por Roquette-Pinto se originava das concepções mendelianas, é preciso destacar que este antropólogo continuou compartilhando dos ideais sanitaristas para reformar a sociedade.

Por outro lado, Octávio Domingues chamava a atenção dos eugenistas ao criticar enfaticamente as concepções neolamarckistas, lembrando que "não foi possível até hoje demonstrar-se que um caráter adquirido possa a vir a ser hereditário" [18]. Para este eugenista, doenças como a sífilis, a tuberculose, o alcoolismo e outros problemas relacionados ao ambiente social não se constituiriam como hereditários, tendo em vista que "o meio não *cria* as formas" ele apenas "*revela* as formas em potencial no genótipo dos seres, e nada mais"[19].

No entanto, tais críticas não seriam assimiladas sem polêmicas, tendo em vista que estes argumentos contrários às noções neolamarckistas desestruturavam as bases científicas e ideológicas de boa parte dos eugenistas. Mesmo durante o congresso de 1929 e, posteriormente, durante os anos 1930, os neolamarckistas continuavam defendendo a idéia da

hereditariedade dos caracteres adquiridos. Assim, apesar do modelo da eugenia alemã, inglesa e norte-americana ter sido amplamente guiada pela teoria do plasma germinativo de August Weismann, pela teoria mendeliana e pela biometria, e por maior que possa ter sido o impacto das criticas às concepções teóricas da eugenia brasileira, estas não conseguiram sucumbir totalmente com os pressupostos ambientalistas. Como já afirmamos anteriormente, isso ocorreu principalmente por dois fatores, primeiro, porque o pensamento social brasileiro estava intimamente ligado a tradição cientifica ambientalista, segundo, porque a teoria neolamarckiana possibilitava aos intelectuais brasileiros atuar ativamente no combate aqueles que eram considerados aos principais problemas nacionais: as péssimas condições ambientais, as doenças, a promiscuidade e a criminalidade, além da própria questão racial.

Apesar da falta de confluência teórica, o discurso eugenista brasileiro chegaria na década de 1930 com grande vigor, preparado para alçar vôos mais ousados através da eugenia radical que vinha empolgando todo o norte da Europa e dos Estados Unidos. No contexto nacional, a Revolução de 1930 instalara um novo cenário político e ideológico que ajudou a expandir o espaço político e intelectual para a propaganda eugênica.

Utilizando como retórica um discurso extremamente nacionalista, o movimento eugenista procurava associar a eugenia à política nacional. Para Kehl, não haveria solução para os males sociais fora das leis da biologia, lembrando que "não há política racional, independente dos princípios biológicos, capaz de trazer paz e felicidade aos povos. *Eis, por que, a política, por excelência, é a política biológica, a política com base na eugenia*"[20]. Do mesmo modo, Oliveira Vianna também chamava a atenção quanto a necessidade de formar um povo verdadeiramente forte, composto por uma "elite de eugenicos"[21].

Para que a "raça nacional" pudesse ser transformada nesta tão sonhada "elite de eugenicos", os eugenistas entendiam que atitudes radicais como a esterilização, pena de morte, controle rigoroso da entrada de imigrantes, obrigatoriedade do exame pré-nupcial, proibição do casamento inter-racial e de portadores de doenças contagiosas, entre outros, precisariam ser

observadas, lembrando o sucesso do programa de higiene racial norte-americano e alemão. Octávio Domingues, por exemplo, sugeria que o controle do nascimento, a esterilização obrigatório e a pena de morte contribuiriam para exterminar imediatamente com os "agentes de perturbação da vida social"[22].

Neste sentido, conforme ressaltava Michel Foucault, entendemos que esse discurso do movimento eugenista em prol do melhoramento racial brasileiro deve ser interpretado num contexto mais amplo em que os ideais políticos nacionais de controle sobre a vida da população emergiam como preocupação central, num momento em que as políticas nacionalistas se transformaram em biopolitica, e o povo em espécie, em raça[23].

Mesmo com todo eco causado entre os "homens de ciências" e autoridades públicas, as idéias e declarações mais radicais elaboradas pelos eugenistas brasileiros durante a década de 1930, parecem não ter sido suficientes para sensibilizar a sociedade e a política nacional no sentido de aprovar seus principais projetos eugênicos, e de pôr em prática as concepções mais "duras" desenvolvidas neste período, como a esterilização de criminosos e indivíduos considerados incapazes.

No entanto, é preciso compreender que mesmo as posições radicais assumidas pelos eugenistas não diziam respeito apenas a meia dúzia de intelectuais. Apesar de possuir uma série de ambigüidades, a eugenia se transformou num discurso corrente e amplamente legitimado no meio cientifico, político e social brasileiro. Como alertou o sociólogo Zigmunt Bauman, os projetos mais extremos de "engenharia social" como a eugenia, por exemplo, não foram produtos alheios a nova ordem racional da civilização, ao contrário, "foram produtos legítimos do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna"[24].

Por último, como procuramos demonstrar, a eugenia brasileira foi um movimento científico diretamente orientado pelo pensamento social e pelas tradições intelectuais que vinham se desenvolvendo no Brasil desde o final do século XIX. Como lembrou a historiadora

Nancy Stepan, é preciso considerar que "as idéias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas"[25]. Deste modo, além de revelar um capítulo fundamental na moderna história das ciências no Brasil, a eugenia pode ainda contribuir para evidenciar importantes aspectos do pensamento social brasileiro e das ideologias raciais, científicas e políticas das primeiras décadas do século XX.

Notas Bibliográficas

[*] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

[1] Como lembrou o historiador Steven Shapin, captar a ciência em sua situação histórica e sociológica consiste em entender mais a fundo as práticas sociais concretas e "em expor a elaboração e a posse do conhecimento como processos sociais" (SHAPIN, Steven. **A Revolução Cientifica**. Algés – Portugal: Difel, 1999, p.30).

[2] Renato Kehl. **Aparas Eugenicas**: Sexo e Civilização. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

[3] Renato Kehl, idem., p. 25.

[4] KEKL, Renato. Eugenics in Brazil. **Boletim de Eugenia**. Ano III, n. 28, abr. 1931.

[5] KEHL, Renato. **Op. cit**, 1933, p. 27-30.

[6]KEHL, Renato. **Eugenia e Medicina Social**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1920, p. 29.

[7] STEPAN, Nancy. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: Hochman, G. & Armus, D. **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 348.

[8] apud STEPAN, Nancy. Idem.

[9] PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**. Ano I, n. 10, out. 1929.

[10] Em linhas gerais, o lamarckismo propunha uma evolução impulsionada por uma lenta e intencional adaptação ao meio ambiente, principalmente em relação a idéia do uso e desuso. Segundo a historiadora Nancy Stepan, o que era de inicio uma teoria geral sobre evolução no século XIX, transformou-se ele mesmo num "neolamarckismo", passando a significar uma teoria particular sobre o funcionamento da hereditariedade dos caracteres adquiridos, adaptando-se as discussões contemporâneas relacionadas à herança genética (STEPAN, Nancy. **The hour of eugenics**: race, Gender, and nation in Latin America. Londres: Cornel University Press, 1991).

[11] Sobre a ligação entre as idéias sanitaristas e a tradição ambientalista ver MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: Monteiro & Sansone (Orgs.). **Etnicidade na América:** um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. RJ: Fiocruz, 2004. pp.15-44.

[12] PEIXOTO, Afrânio. As doenças evitáveis. **Revista Brazil-médico**. RJ. 05 jan. 1924, Ano XXXVIII, Vol. I, p. 03.

[13] apud LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. SP: Unesp, 1999, p. 226.

[14] REIS, José R. F. **Higiene mental e eugenia**: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). Dissertação de mestrado, São Paulo, IFCH/Unicamp, 1994.

[15] CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Apontamentos Historiográficos Sobre a Fundamentação Biológica da Eugenia. **Revista Epistem***e*.V. 3, nº 5, p. 23-48. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998, p. 29.

[16] Stepan, op. cit, 1991.

[17] Apud MACIEL, L. R.. **A loucura encarcerada**: um estudo sobre a criação do manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-7927). Niterói, RJ: UFF: Dissertação de mestrado, 1999, p. 64.

[18] DOMINGUES, Octavio. Limalhas de um Eugenista. **Boletim de Eugenia**. Ano IV, nº 40, out-dez 1932, p. 82.

[19] DOMINGUES, Octavio. O Meio Revela.... **Boletim de eugenia**. Ano II, n. 16, abr.1930, p. 3.

[20] KEHL, Renato. **Por que sou eugenista**: 20 anos de campanha eugenica 1917-1937 – RJ: Fco Alves, 1937 p. 13.

[21] VIANNA, Oliveira. Eugenismo das Elites **Boletim de Eugenia**. Ano3, n 29, Mai 1931, p. 2.

[22] DOMINGUES, O. Birth Control, Esterilização e Pena de Morte. **Boletim de Eugenia**. Ano III, n. 30, jun. 193l, p. 4

[23] FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**- vol. I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

[24] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 38.

[25] STEPAN, Nancy. Op. cit., 1991, p. 33.

Família Gusmão: do colégio jesuíta às idéias ilustradas do século XVIII.

Vanessa da Silva Albuquerque

O trabalho propõe apresentar um aspecto da pesquisa intitulada: *"Família Gusmão: do colégio jesuíta às idéias ilustradas do século XVIII"* que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da UERJ. Esta investigação aborda as questões das redes de sociabilidades que se formaram dentro e fora da Família Gusmão. Os homens deste círculo familiar tiveram seus estudos iniciados no colégio jesuítico da Bahia e os concluíram na Europa, onde puderam ter contatos com os mais altos círculos da sociedade e da coroa portuguesa. Alexandre de Gusmão, diplomata e secretário particular do rei D. João V foi membro da Academia Real de História Portuguesa e a relação dele com esta instituição é o objeto de estudo deste trabalho.

A Academia Real de História Portuguesa e Alexandre de Gusmão.

A pedido do Cardeal Richelieu, Luis XIII criou em 1635 a Academia Francesa, tal instituição tinha como objetivo substituir o Círculo de Conrat, que realizava reuniões particulares entre amigos, por uma organização em que o Estado pudesse ter o controle da ordem e a propagação de seus ideais. Esta Academia tinha como objetivo *"... estabelecer ordem e regularidade na língua, estabelecer o laço comum de uma norma de linguagem que contribuirá a desenvolver a consciência da pátria... criando um corpo Richelieu põe o poder das Letras a serviço do Estado".*[1]

Seguindo o exemplo francês, em 8 de dezembro de 1720, D. João V criou a Academia Real de História Portuguesa, que teve um papel importante para a propagação da leitura, da escrita, da arte da ilustração dos livros e da arte tipográfica exercida neste período, em sua grande maioria por estrangeiros.

> *"A Academia Real da História Portuguesa congregou, os bons fluidos ...*
>
> *Os estudos históricos desenvolveram-se bem, alguns deles de crítica*

> *modesta, mas outros de largo valor documental... Outra vantagem ganha foi da arte de ilustrar o livro, com vinhetas e estampas aberta a buril, e assim a gravura em metal, com a vinda de estrangeiros, que a desenvolveram cá, adquiriu grande brilho".*[2]

Luis Chaves demonstra acima a importância desenvolvida por esta instituição, para a arte de ilustrar, não deixando em segundo plano as contribuições historiográficas desenvolvidas por seus membros. Mas, críticas em relação à produção textual desta Academia, aparecem diversas vezes em trabalhos desenvolvidos sobre este tema. No entanto, neste artigo centralizarei apenas nos motivos que levaram a sua criação, as questões referentes ao espaço de sociabilidade gerado por seus integrantes e a contribuição deixada por Alexandre de Gusmão em seus escritos.

Lúcia Bastos e Guilherme Pereira das Neves dizem que: *"a recepção das Luzes em Portugal e seus domínios adquiriu uma tonalidade própria, de acordo com as características peculiares daquela sociedade..."*[3] Assim, a Academia Real de História Portuguesa, mesmo tendo sua criação inspirada na Academia Francesa, defendia os ideais de consolidação do Estado Português governado por D. João V.

A Academia Real era o local de reunião dos intelectuais, nela eles discutiam e liam suas obras, na maioria das vezes poesias, e sobretudo, era o lugar responsável para a consolidação das redes de sociabilidades, sempre muito presente nesses círculos sociais. Esta instituição cedia aos seus membros o capital simbólico necessário para o reconhecimento perante seus pares e a sociedade.

Para o rei este espaço também estava destinado a firmar o poder absoluto. Portanto, a criação da Academia Real foi um importante passo para centralização do poder real, visto que esta instituição era antes de tudo política e estava configurada em um momento que Portugal ainda não tivera se consolidado como um Estado forte.

Antonio Manuel de Espanha ao estudar o século XVII em Portugal se refere sobre o conceito de Estado e soberania, mostrando que estes não se diferem muito do significado da primeira metade do século XVIII. Chama atenção para o fato de que a política global

deste momento está intimamente ligada aos pequenos grupos e instituições que detinham o poder do Estado, junto ao rei.

A Academia Real de História foi um exemplo de como um governo centralizado dependia das instituições para sua consolidação. Sua criação fez com que Lisboa deixasse de ser unicamente a capital do poder régio e se transformasse também em uma capital cultural. Se antes vivia às margens em Coimbra, onde seus velhos professores lutavam por suas velhas causas, a Academia Real da História Portuguesa veio para transformar Lisboa em um centro da intelectualidade:

> *"A centralização política que D. João V tentava fazer na primeira metade do século XVIII, acompanhou-se portanto duma centralização cultural, onde a solidez da rede acadêmica e o mecenato régio, sobretudo com a Academia Real da História Portuguesa, vão a par com uma migração dos homens de talento para a capital."*[4]

Esta centralização cultural realizada por D. João V favoreceu a ida dos intelectuais ilustrados para Lisboa, lugar onde a cultura passou a estar lado a lado com a política. Tal fato não significou o esquecimento da religião, pois, esta esteve sempre presente nas obras produzidas pela Academia. Muitos de seus membros eram clérigos, pois mesmo não sendo uma instituição religiosa, um dos principais objetivos de sua criação era o de escrever a História da Religião em Portugal[5], Íris Kantor ao se referir sobre a presença eclesiástica na Academia, diz que:

> *"D. João V punha, assim, sob sua tutela o programa oficial de construção coletiva da história nacional, propiciando a integração e a socialização das elites dirigentes leigas e eclesiásticas, ao mesmo tempo que estimulava a transferência de informações e competências da esfera eclesiástica para esfera secular."*[6]

A Academia originava opiniões adversas sobre seu funcionamento, pois muitos achavam que ela existia unicamente para afirmação do rei e da Igreja. Mas foi no interior da Academia Real da História Portuguesa as primeiras manifestações de *espaço público,* onde

o pensamento privado tornou-se notório através da razão, Isabel Ferreira da Motta afirma essa hipótese ao dizer que:

> *"No interior da Academia e no que diz respeito ao confronto de opiniões e ao exercício da crítica, estabeleceu-se uma igualdade entre os indivíduos. As práticas acadêmicas negaram deste modo os fundamentos da ordem tradicional e fizeram nascer um primeiro espaço público onde as pessoas privadas fizeram um uso público da sua razão"*[7]

Sendo a Academia não só um centro cultural, mas também, um centro político, ao estuda-la é possível encontrar duas espécies de historiadores, que podem ser denominados como *"historiadores amadores"*[8] e *"historiadores profissionais*[9]*".* Esta primeira categoria se utilizava da autoridade concedida pela História para sua emergência em outros campos sociais, como o da política. *"Estes autores apropriam-se do prestígio da História mas sem fazer dela o elemento principal de um estatuto social"*[10]

Já os historiadores que podemos chamar de "profissionais", tinham na História a base fundamental de suas carreiras, dentro da concepção da época. Estavam encarregados de escrever a História eclesiástica, militar e civil do país, princípios fundamentais desde a criação da Academia Real da História Portuguesa, que tinha como lema *Restituet Omnia* (Restituir inteiramente). Tais historiadores viam esta instituição como etapa fundamental para galgarem o reconhecimento social e político. Manoel Telles da Sylva (Marquês de Alegrete) indaga sobre a importância da Academia Real e sobre a necessidade de nela haver profissionais intimamente ligados à propagação dos méritos históricos portugueses ao dizer que:

> *"Se qualquer História he testemunha do tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, e mensageira da antiguidade, que será da História de Portugal? Será testemunha do merecimento, luz da erudição, vida do entendimento, mestra da heroicidade, mensageira da glória imortal?"*[11]

Com esta passagem percebe-se a preocupação que o Marquês de Alegrete tinha em relação a credibilidade da História de Portugal desenvolvida pela Academia. Assim como ele, o conde de Ericeira, os marqueses de Abrantes, de Fronteira, de Valença, D. António Caetano de Sousa, Diogo Barbosa Machado, Alexandre Ferreira, Jerónimo Contador Argote, Raphael Bluteau, Padre António dos Reis, entre outros, foram importantes figuras que contribuíram para o desenvolvimento desta instituição.

Membro da Academia, Alexandre de Gusmão, por muitos anos serviu a D. João V como seu secretário particular e sempre esteve ligado às letras. Desde seus primeiros contatos ainda na colônia, no Colégio Jesuíta da Bahia, onde teve como seu primeiro mestre seu padrinho o Padre Alexandre de Gusmão.

Alexandre de Gusmão, foi um importante diplomata de seu tempo, esteve continuamente ligado aos assuntos do Estado Português, embora estivesse sempre muito envolvido com a vida política, ele jamais perdera o gosto pelas obras literárias, históricas e religiosas. Ainda jovem foi para Portugal terminar seus estudos em Coimbra e logo que se tornou bacharel em Direito foi enviado à Paris para sua primeira missão como membro do governo Joanino. Em 1714 desempenhou o papel de secretário do Conde da Ribeira, um importante embaixador de Portugal em Paris naquela época. Lá ficou por quatro anos, foi um período em que ele se dedicou fortemente aos estudos e teve contato com as primeiras idéias ilustradas.

Embora, sendo membro da Academia Real de História Portuguesa de 1732 até sua morte em 1753, Alexandre de Gusmão não deixou nenhuma grande obra. Coube a ele o papel de escrever a História Ultramarina, porém tal tarefa não conseguiu ser desempenhada de forma plausível. A esta incapacidade foi atribuída a falta de fontes que pudessem ser confiáveis, pois eram *"escassas as impressas e guardadas tantas vezes com 'avareza' as manuscritas"*[12]. No entanto, existe uma tentativa de cumprir esta tarefa, ainda muito pouco conhecida dos estudiosos do período. Intitulada de *Resumo Histórico, Cronológico e Político do descobrimento da América*[13], nesta obra Alexandre de Gusmão faz

uma descrição das terras, rios e dos índios que aqui moravam, localizando-os geograficamente do sul do Brasil até o Amazonas.

Em cada capitania que apresenta, comenta suas particularidades naturais, econômicas e populacionais. Na parte inicial do pequeno texto que contém 18 fólios, o autor narra sobre os primeiros anos de dominação portuguesa na América:

> *"Feitas estas expedições até o ano de 1516 mandou o governador e capitão general da América Portuguesa huma pouca de tropas e em outra gente para descobrirem as terras da outra parte do Rio da Prata e chegaram com efeitos as margens dele, onde hoje chamando-o Paraguai, e aqui tomaram mil índios da nação guarani e passaram até o Peru donde trouxeram algum ouro e metal prata."*[14]

Desta forma, segue o documento analisando cada capitania do Brasil. Este não é o único escrito histórico de Alexandre, que também escreveu sobre a genealogia[15] do Império Português, defendendo a teoria de que não poderia haver pessoa alguma que tivesse sangue puro em Portugal, visto a relação estreita direta mantida por vários séculos entre seu reino e os mouros.

Mesmo Alexandre não tendo se destacado na Academia, sempre se mostrou como um grande amante das letras. Escrevendo cartas oficiais "bem como os múltiplos projetos e pareceres que teve de redigir" não deixou de armazenar e produzir correspondências pessoais, fez traduções e adaptações do teatro francês, assim como compôs poesias e reflexões sobre a moral. Uma de suas poesias mais conhecidas é um soneto destinado a seus dois filhos Viriato e Trajano:

"Isto não he vaidade, he desengano
Que dou ao vosso errado pensamento
Dei-vos e ser e dever documento
Para fugires da soberba ao dano

Esta vaidade com o mundo engano
Foi da fortuna errado movimento
Subi mas tive humilde nascimento
Assim foi Veriato assim o Trajano

Quando saberes ler o mundo a História
Dos dois heróis que tomo por impureza
Vereis a minha e mais a vossa gloria

Humilde quanto ao servo da natureza
Ilustres nas ações certa memória
He só quem pode dar-vos a grandeza."

Alexandre de Gusmão[15]

Por esta demonstração de zelo e preocupação com seus filhos, Alexandre sofreu várias críticas por ter dado tais nomes a sua prole. Assim, Alexandre de Gusmão enquadra-se na definição de "historiador amador", pois apesar de grande amante da escrita e da leitura, não pode se dedicar unicamente aos ideais propostos pela Academia. Sendo secretário particular D'El Rei D. João V, Alexandre de Gusmão antes de tudo foi um diplomata, que esteve ligado primeiramente em atender as necessidades do Estado Português.

---

[1] *Cf.* Claudine Haroche. A convivialidade face ao político: do Círculo de Conrat à Academia Francesa. In. Maria Stella Bresciani, Eni de Mesquita Sâmara, Ida Lewkowicz (orgs.). *Jogos da Política*: Imagens, Representações e Práticas. São Paulo: Marco Zero – FAPESP, s/d. p. 125.

[2] Luís Chaves. *Subsídios para História da Gravura em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. p. 24-25.

[3] Lúcia Maria Bastos P. Neves, Guilherme Pereira das Neves. A Biblioteca Agostinho Gomes: A Permanência da Ilustração Luso-Brsiliera entre Portugal e Brasil. 2º Colóquio do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras. Rio de Janeiros, 2004.

[4] Isabel Ferreira da Mota. A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Combra: Minerva, 2003. p. 197.

[5] Maria Beatriz Nizza da Silva faz um estudo sobre este aspecto em: Maria Beatriz Nizza da Silva. História da Leitura Luso-Brasileira: Balanço e Perspectivas. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Márcia Abreu (org.). Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo Fapesp, 1999. _____. *Guia de História do Brasil Colonial*. Porto: Universidade Portucalense, 1992.

[6] Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004. p. 30.

[7] Isabel Ferreira Mota. *Ibidem*. p. 342-343.

[8] Ao nos referirmos a *"Historiadores Amadores",* estamos nos referindo àqueles que se utilizavam da participação na Academia Real da História Portuguesa com o objetivo de tecerem redes sociais, a fim de se firmarem ainda mais no cenário político e social da época, estes membros produziam textos mas não tinham estes como objetivo principal de suas vidas.

[9] Neste trabalho chamamos de *"Historiadores Profissionais"* aqueles membros da Academia Real da História Portuguesa que dedicaram suas vidas a escrita da História Eclesiástica, Militar e Civil de Portugal, fundamentos principais da existência desta instituição.

[10] Vicenzo Ferrone; Daniel Roche. *Le monde des Lumières*. Paris, Seuil, 1992. p. 139-140.

[11] Manoel Telles da Silva. *História da Academia Real da História Portugueza*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio Sylva, 1727, s/p.

[12] Andrée Rocha. Alexandre de Gusmão: Cartas. [S.l.]: Imprensa Nacional, 1981. p. 25.

[13] Alexandre de Gusmão. Resumo Histórico, Cronológico e Político do descobrimento da América. Manuscrito. 1751.

[14] Alexandre de Gusmão. Ibidem. s/p.

[15] Alexandre de Gusmão. 1695-1753. *De Alexandre de Gusmão a seos filhos*. S/l.; s/d.

Vanessa Gomes Ramos – Mestranda do PPGHIS / UFRJ

ALFORRIAS DO CLERO CATÓLICO NO RIO DE JANEIRO (1840-1871): NOTAS DE PESQUISA

No final do século XVIII Henri Wallon afirmou ser a escravidão e o progresso do cristianismo mutuamente excludentes, ou seja, o autor percebeu haver uma contradição entre a servidão humana e um sistema de valores fundamentais.[1] James Redpath declarou: "cristianismo e escravidão não podem conviver, mas "igrejismo" e escravidão são irmãos gêmeos"[2]

A despeito das teorias utópicas de alguns pensadores como Wallon e Redpath, na prática o desenvolvimento da moral cristã caminhou lado a lado ao sistema escravista. Para o Brasil, especificamente, desde o século XVII, os letrados que escreveram sobre o trabalho escravo, clérigos em sua maioria, procuraram fundamentá-lo em termos morais, jurídicos e religiosos.[3] Tais letrados recorriam ao livro sagrado do cristianismo almejando encontrar justificativas ideais para a condição de "ser escravo". Além de fundamentar a escravidão, o clero contribuiu para sua manutenção na medida em foi proprietário de grande contingente de cativos. Logo, o clero e seus escravos e ex-escravos são o objeto principal desta pesquisa.

Este trabalho tem como um de seus objetivos mais gerais apresentar, através das cartas de alforria, a especificidade da escravidão ministrada por clérigos católicos na cidade do Rio de Janeiro. Há na historiografia brasileira uma variedade de autores que buscaram identificar os padrões de alforria em diferentes regiões do país. Todavia, as alforrias concedidas pelo clero católico, diluídas no conjunto das manumissões, não nos permitem perceber uma possível peculiaridade eclesiástica. Dessa forma, procuramos estabelecer especificamente os padrões de alforria do clero. Além de evidenciar as diferenças, no tocante à escravidão, entre as práticas do clero regular e do secular.

A base empírica da pesquisa constitui-se de cartas de alforrias fornecidas pelo clero católico, registradas no primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro, do período de

1840 a 187. Nesta comunicação serão apresentados apenas os resultados concernentes a dois itens da pesquisa: os padrões de *etnicidade* e dos *tipos de alforria*.

Tem-se fundamentado na historiografia da escravidão brasileira a superioridade numérica dos crioulos entre a população forra. Isto devido a uma maior proximidade entre senhores e escravos, conseqüência direta do alto grau de aculturação inerente aos escravos nascidos no Brasil.

Para o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX verifica-se a supremacia numérica dos crioulos entre os forros. Da amostra analisada por Karasch (1808-1831), 56% dos libertos havia nascido no Brasil, enquanto 38% havia "deixado" a África atravessado o Atlântico em tumbeiros.[4]

Todavia, esse padrão da região fluminense não se mostra estável ao longo do século XIX. Contrariando as expectativas, as décadas de 1840 e 1850 assistiram a inversão da característica predominante: a quantidade de africanos alforriados foi superior a de crioulos.[5] Conforme Manolo Florentino, a hegemonia africana neste período resultou de um fator de ordem demográfico: o expressivo peso dos africanos na população escrava do Rio.[6] Somente na década de 1860 – dez anos após a definitiva proibição do tráfico Atlântico – os crioulos voltaram a ser hegemônicos na "emancipação pela via conservadora".

Especificamente sobre os eclesiásticos: os seculares alforriaram africanos e crioulos com uma ínfima diferença percentual (2%) o que, tecnicamente, considermos valores equivalentes. Já entre os regulares a diferença entre as naturalidades dos cativos mostrou-se substancialmente maior: alforriou-se 54% a mais de crioulos.

É possível que essa paridade entre africanos e crioulos nas manumissões do clero secular derive do padrão demográfico fluminense no período em questão. Como dito acima, havia um grande contingente de africanos entre a população escrava da Corte. Além disso, uma numerosa parcela desses africanos era "ladinizada", sendo assim, tão capazes quanto os crioulos para negociar sua liberdade.

A igualdade das naturalidades presente nas alforrias do clero secular pode ter refletido o padrão demográfico da população escrava do Rio de Janeiro nesse período. Todavia, também nos evidencia a negação da vulgar idéia que a condição de crioulo, por si só, seria elemento essencial para uma maior facilidade na conquista da liberdade. Sendo "pagas" mais da metade das alforrias dos seculares e sendo igual a proporção entre africanos e crioulos, está provada a igual capacidade dos primeiros em "negociar politicamente" com seus senhores sua emancipação jurídica.

Sendo proprietário de várias fazendas no Rio de Janeiro, a situação do clero regular mostrava-se bem diferente: os escravos de grandes plantéis criavam estratégias de vida que os enlaçavam em autênticas comunidades.[7] Essas pressupunham uma elaborada estrutura familiar, resultando num vigoroso crescimento endógeno nas fazendas, explicando, por sua vez, a grande superioridade numérica dos crioulos nas manumissões concedidas pelos regulares. Com isso, estes recorriam pouquíssimo ao tráfico negreiro.

Comparando duas fazendas, uma pertencente a um senhor leigo e a outra aos beneditinos, Carlos Engemann constatou que apesar da última possuir um número de escravos inferior à primeira (436 e 172 escravos respectivamente, na segunda metade do século XIX), ela presenciou uma reprodução endógena mais ampla que a formação dos escravos da fazenda paulista.[8]

Isso pode ser explicado pela peculiaridade de ser uma fazenda cujos donos eram eclesiásticos. Afora a normal reprodução endógena no interior de qualquer latifúndio, as fazendas pertencentes a instituições religiosas tinham uma especificidade a mais: o incentivo dado pelos clérigos à formação de famílias escravas "legítimas". Isso não significa que os regulares fizessem de suas fazendas verdadeiros criatórios de escravos como afirmaram Manuela Carneiro da Cunha[9] e Piratininga Junior.[10] Óbvio que a reprodução endógena consistia em importante fator econômico para a instituição, porém, não devemos nos aprisionar na supremacia do econômico, inviabilizando outras interpretações.

O mesmo Piratininga Junior que sustentou a idéia da estrutura familiar das senzalas levar a crer que os cativos “não foram passivos e simples objetos”,[11] afirmou a existência de criadouros no interior das fazendas beneditinas. Ora, a presença de famílias “legítimas” entre a população escrava, por si só, pressupunha uma realidade deveras adversa à condição de “criatórios” de escravos, entendidos como grupos de indivíduos associados por práticas que subvertiam a própria norma social predominante.

Havia sim um grande incentivo, por parte dos religiosos, à constituição familiar de sua escravaria com matrimônio legítimo. Por exemplo, o Capítulo Geral da Congregação Beneditina do Brasil, em 1829, determinou que as escravas mães de seis filhos e *casadas legitimamente* seriam alforriadas. As manumissões seriam concedidas gratuitamente e as ex-escravas poderiam continuar vivendo na fazenda junto a seu marido.[12] Pode-se perceber aí, além de uma intenção simplesmente econômica, uma preocupação de caráter moral/religioso; a escrava, para “obter a graça” deveria fazer parte de uma família legítima, isto é, deveria estar casada sob as bênçãos da religião católica.

Concernente às alforrias poderíamos dividí-las, quanto ao seu meio de obtenção, em três categorias: pagas, gratuitas, serviços. Analisando as alforrias registradas nos 1º, 2º e 3º ofícios de notas do Rio de Janeiro, Manolo Florentino chegou a conclusão, que no período de 1840-64, devido à maximização do preço do escravo, as alforrias gratuitas substituíram as pagas, anteriormente predominantes. Para o clero, porém, isso não se verifica de forma homogênea:

Gráfico: Percentagem de alforriados por meio (1840-71):

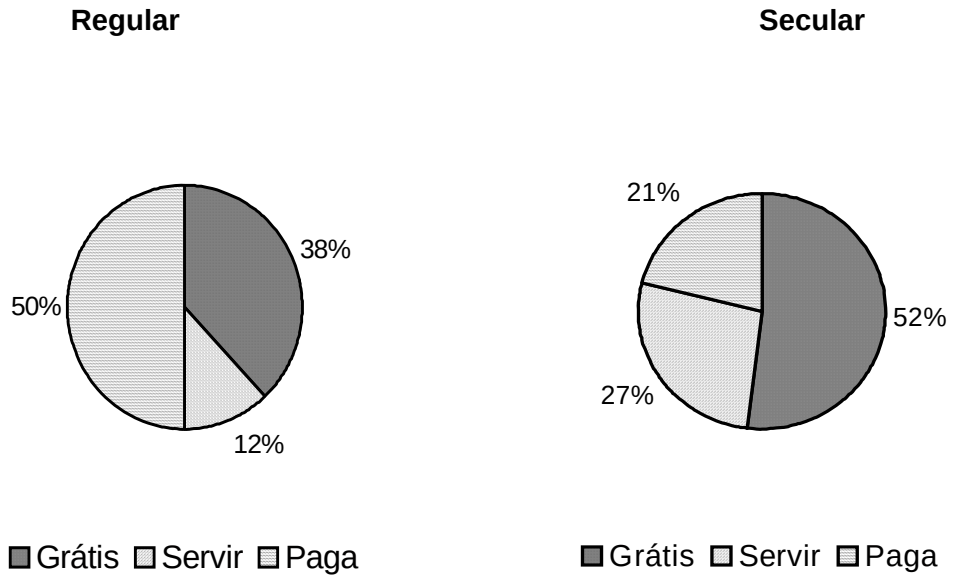

Fonte: Livros de registros de notas do primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro – 1840-1871, *Arquivo Nacional* (RJ).

Levando-se em consideração a soma das porcentagens de ambos os gráficos, nota-se que o padrão eclesiástico segue a tendência geral: predominância das alforrias "gratuitas", seguidas pelas "pagas" e sendo, por fim, a alforria sob a condição de prestação de serviços a menos utilizada pelos senhores. No entanto, analisando os cleros separadamente, percebe-se uma nítida diferença entre eles. Para o período delimitado, o clero secular, no que diz respeito às manumissões pagas e gratuitas, alforriou gratuitamente um pouco mais da metade de seus escravos libertos, seguindo, portanto, a tendência laica. Entretanto, no clero regular, percebe-se a sobreposição das emancipações "pagas" sobre as "gratuitas".

Sendo díspares as condições de vida dos senhores, conseqüentemente, o modo de vida de seus respectivos escravos também o seria. Diferentes Ordens representantes do clero regular eram proprietárias de fazendas no Rio de Janeiro, logo, tornando o clero regular proprietário de um vasto número de escravos (estima-se que em 1834, o Mosteiro de São Bento, possuía 1.497 e em 1871, 4000 escravos).[13]

Muitos desses escravos do clero regular não viviam em senzalas comunais; possuíam pequenos lotes de terras nos quais habitavam e retiravam sua subsistência e a de sua família. Então, a maioria dos escravos do clero regular além de trabalhar para seus senhores usufruía

terras que lhes proporcionavam subsistência e a formação de pecúlio, proveniente da comercialização dos "excedentes". Além dessa forma de obtenção de dinheiro, muitos escravos das fazendas possuíam alguma especialização profissional. O Mosteiro de São Bento, por exemplo, formava desde jovens seus cativos em vários ofícios e artes, como carpinteiros, oleiros, ferreiros, alfaiates, pedreiros, marceneiros, fiadeiras, cozinheiras, etc. [14] Especializados, os escravos poderiam ser locados pelos próprios senhores ou realizar trabalhos, ocasionalmente, para além da fazenda. Isso, além de ser uma medida de economia para o Mosteiro, significava elevação de *status* para o próprio escravo.

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, era grande a dificuldade de um escravo do eito reunir economias.[15] Contudo, não foi essa a realidade encontrada na análise dos tipos de alforrias dos cativos pertencentes aos regulares... Dessa forma, acreditamos ser essa "maior facilidade" para acumulação de pecúlio a razão pela qual a metade da escravaria liberta do clero regular, no período delimitado, ter adquirido sua emancipação com o pagamento em dinheiro. Ao contrário dos alforriados dos padres seculares, os quais mais da metade obtiveram a carta gratuitamente.

Bem diverso era o modo de vida dos escravos do clero secular. Viviam essencialmente no meio urbano e, apesar de casos isolados de escravos "ganhadores" – afinal, em teoria, os escravos do clero não poderiam exercer trabalho visando o lucro – realizavam serviços domésticos nas paróquias e residências particulares dos padres. Essa condição dificultava a constituição de pecúlio.

No que se refere à grande supremacia de alforrias gratuitas emitidas pelo clero secular – a diferença entre os tipos mais comuns de manumissões, gratuitas e mediante serviços, chega a 25% ! –, a proximidade entre senhores e escravos pode ajudar-nos na compreensão.

Sendo em número reduzido (comparado à escravaria do clero regular) e desenvolvendo atividades em contato constante com seus senhores, é razoável supor que os escravos dos seculares tinham melhor oportunidade de tecer negociações de caráter pessoal, balizadas por favores e recompensas recíprocas. Destarte, a manumissão de um escravo do clero secular

poderia depender de sua relação com o senhor, requerendo daquele uma certa “politização” em busca de sua liberdade.

O clero regular, diferentemente, administrava suas fazendas em “regime empresarial”, o que pressupunha uma grande quantidade de trabalhadores submetidos a uma Ordem Religiosa, e não a um senhor em particular. Esse contexto, portanto, desfavorecia a formação de relações mais próximas entre os senhores e os escravos. Todavia, essa característica também exigia do cativo uma negociação, que se realizava não no âmbito pessoal, como visto no secular, mas sim em nível institucional, mesmo em se tratando da alforria adquirida mediante o pagamento monetário.

Retornando ao gráfico e analisando os cleros separadamente, observamos que a alforria mediante prestações de serviços foi a segunda mais utilizada entre os seculares e a menos utilizada pelos regulares. Logo, nesta categoria, os primeiros não acompanharam a tendência geral, onde esse meio de alforriar – “serviços” – sempre foi a menos comum. Talvez essa constatação possa ser entendida segundo a própria proximidade entre senhor e escravo. É possível que, mesmo forro, continuasse sob a égide do seu senhor, vivendo como o “bom Pancrácio” da crônica Machadiana... Já o clero regular seguiu o padrão laico alforriando sob a condição de serviços apenas 12% de seus escravos libertos.

Ainda se apresentam como uma espécie de incógnita para os historiadores do universo escravista as alforrias mediante serviços. Vejamos dois exemplos de situações onde o escravo é libertado, porém, sua história é um pouco inusitada. Em novembro de 1851 o padre Leonardo José da Costa registrou a alforria de Mateus José Crioulo. A manumissão foi motivada pelos bons serviços prestados pelo escravo, não exigindo nenhuma condição do mesmo. Todavia, o senhor escreve no documento o seguinte “pedido”: “(...) espero que o dito escravo continue a me acompanhar”.[16]

Custódio Alves Serrão, frei bacharel e diretor do Museu Nacional, registrou em cartório no mês de julho de 1844 a carta de alforria de Maria Cabinda (vinte e seis anos) e da pequena Angélica parda (dois anos), filha de Maria. Ambas tornaram-se forras sob a condição de

prestação de serviços (o documento não fornece o tempo da condição) além da seguinte observação: "(...) deverão continuar servindo, e o senhor poderá sublocar os serviços dentro do município".[17]

No primeiro caso citado, Mateus José Crioulo foi libertado gratuitamente não obstante seu senhor desejar sua companhia em retribuição a esse gesto, ou seja, o padre Leonardo esperava que seu ex-escravo permanecesse servindo-o como sempre. No segundo caso, a peculiaridade é mais escancarada. A alforria não mudou de forma significativa a vida da (ex) escrava Maria Cabinda e a de seu dono Custódio. A primeira teria de continuar servindo por período indeterminado ao frei e a possíveis locadores. Enquanto o (ex) senhor continuaria a lucrar com a locação de Maria e, futuramente, da pequena Angélica. Essas duas histórias deixam nítida a grande diferença entre dois termos que vulgarmente confundem-se em um: *alforria e liberdade*.

Por fim, faz-se necessário ressaltar que este texto é fruto de uma pesquisa ainda em andamento, logo, os resultados apresentados são incipientes e podem sofrer modificações até o término do trabalho. Ainda nos resta muito que pesquisar e estudar sobre os escravos e ex-escravos dos eclesiásticos, além de suas relações com seus proprietários e interações com o catolicismo

---

[1] DAVIS, Davis Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
[2] Apud GENOVESE, Eugene. *A Terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.
[3] VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e Escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Petrópolis: Vozes, 1986.
[4] KARASCH, *op. cit*., p. 458.
[5] FLORENTINO, M. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *TOPOI*. *Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, n. 5, set.2002, p. 22.
[6] *Idem*, p. 26.
[7] ENGEMANN, Carlos. De grande escravaria a comunidade escrava. *Revista Estudos de História.* Franca: UNESP, v. 9, n. 2, pp. 75-96, 2002.
[8] ENGEMANN, *op. cit.*
[9] CUNHA, *op. cit*.
[10] PIRATININGA JUNIOR, *op. cit*., p. 31.
[11] *Ibdem.*
[12] ROCHA, *op. cit*., p. 86.
[13] LUNA, D. Joaquim Grangeiro de, OSB. *Os monges beneditinos no Brasil*. *Apud* PIRATININGA JUNIOR, Luis Gonzaga. Dietários dos escravos de São Bento: originários de São Caetano e São Bernardo. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul, São Paulo: Prefeitura, 1991, p. 31.
[14] ROCHA, Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991.

[15] CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense: 1995.
[16] Livro de notas do 1º ofício do Rio de Janeiro, 51, p. 81 – *Arquivo Nacional.*
[17] Livro de notas do 3º ofício do Rio de Janeiro, 7, p. 75 – *Arquivo Nacional.*

Memórias, Histórias e fé: a trajetória de vida de mulheres benzedeiras.

Vania Vaz[1]

Temas que envolvem fé, curas e religiosidade fazem parte dos mais diversos cenários da cultura do povo brasileiro, onde as expressividades das práticas de cura, mesclam-se, com religião e misticismo.

Esta pesquisa que ainda está em andamento, ocorre na cidade de Irati, localizada no interior do estado do Paraná e tem como objetivo discutir a trajetória de vida de mulheres benzedeiras, a construção do imaginário de cura através de benzimentos, simpatias, orações e demais experiências que ocorrem em suas vidas.

A trajetória desta pesquisa vem desde o ano de 2002,durante a graduação do curso de História, da Universidade Estadual do Centro – Oeste Paranaense-UNICENTRO, quando comecei a levantar quem eram as senhoras que realizavam benzimentos e quais eram os rituais praticados. Naquele momento já fora possível perceber certa mescla nos conhecimentos dessas mulheres, a maioria tinha uma ou mais descendência de imigrantes europeus na família. Demonstravam algum conhecimento ou contato com o espiritismo e praticavam benzimentos também comuns em outras partes do país.

A temática geral da pesquisa continua na produção da dissertação de mestrado, que está gradativamente ganhando outras perspectivas de discussões devido às contribuições teóricas, principalmente no que diz respeito às discussões sobre hibridismo cultural[2] e estudos culturais[3].

A cidade de Irati surgiu de uma pequena vila chamada Covalzinho, que servia de apoio para pouso de tropeiros que passavam pela região. Essa vila passou a ter um desenvolvimento maior com a instalação da estrada de ferro e com a chegada de grupos de imigrantes como: italianos, alemães, holandeses e em maior número poloneses e ucranianos.

Um dos primeiros ciclos econômicos da região foi o da madeira. O que atraiu trabalhadores e empresários principalmente da região da capital, Curitiba. Dessa forma havia na cidade diversidades de práticas culturais, sejam elas de caráter religioso ou social.

A região foi se desenvolvendo no meio rural com a pequena propriedade utilizando mão de obra familiar e na cidade com o gradativo desenvolvimento urbano e a instalação de estabelecimentos comerciais.

Nas localidades rurais, alguns grupos étnicos ficaram meio isolados, enquanto outros acabaram dividindo extensões maiores de terra, contribuindo para uma maior interação entre essas comunidades. A princípio isso ocorria lentamente. Com o passar do tempo começaram os casamentos entre pessoas de grupos diferentes. As próprias necessidades diárias dos moradores do campo, como troca de produções diversas e a instalação de escolas para as crianças, contribuíam para a mescla de saberes e a construção de novos costumes na comunidade.

No meio urbano a própria organização social contribuiu para que os diferentes moradores interagissem de maneira mais rápida. As articulações comerciais, a freqüência dos espaços culturais e religiosos dava à cultura do povo iratiense um caráter plural.

Neste artigo abordaremos essa pluralidade cultural sobre a ótica da construção do imaginário de curas através de benzimentos e como este se articula no cotidiano das senhoras benzedeiras residentes no município de Irati.

As narrativas abordam temas como a descoberta do dom ou o aprendizado de cada uma, a relação que elas estabelecem com as práticas de curas e entidades divinas e também sobre as imagens que criam e recriam de si mesmas, do mundo, e do trabalho que desenvolvem.

O contato com a História Oral leva-nos a refletir sobre as questões desafiadoras e instigantes que surgem nas narrativas. As informações transmitidas por nossos depoentes, como parte de sua história, esta construída e relacionada com a história de seu grupo, ajuda-nos a compreender suas articulações sociais.

Com o propósito de apresentar o papel dos mais diferentes indivíduos sociais, na construção da história, faz-se endossar as palavras de Yara A. Khoury:

> Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se volta para modos como os processos sociais criam significações e como estas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida.[4]

Buscando entender a construção do imaginário dessas senhoras, é possível perceber que elas vão desenvolvendo e construindo novos saberes. Relacionam entre si os mais diferentes conhecimentos vindos de experiências empíricas, de conversas com outras senhoras benzedeiras, da relação com a Igreja, das histórias de família, inclusive do contato com a mídia, onde são expectadoras da transmissão de celebrações religiosas, como por exemplo, algumas delas que são ouvintes assíduas de programas de rádio de emissoras católicas.

As narrativas compreendem o contato das benzedeiras com as pessoas que buscam os rituais; a relação com esposos, filhos e amigos; a preocupação com a transmissão de seus conhecimentos; relatos do contato de algumas destas senhoras com médicos; as relações de solidariedade.

Serão apresentados neste artigo trechos de narrativas que revelam a iniciação de duas senhoras como benzedeiras, contudo ambas percorreram inicialmente caminhos diferentes. Uma delas é Dona Alice que carrega no histórico familiar a proximidade do pai com benzimentos e da mãe e dá avó, que eram benzedeiras e parteiras. A outra, Dona Dirce, passou a realizar benzimentos depois de uma visão que teve de Nossa Senhora.

É interessante percebermos que por mais que essas senhoras nos primeiros passos seguiram caminhos diferentes, em muitos momentos elas passaram a desenvolver conhecimentos similares. Dona Dirce, que passava por um momento difícil em sua vida, iniciou a prática de vários tipos de benzimentos depois da visão da santa, inclusive

aprendendo a realizar benzimentos nunca vistos antes.Dona Alice estava cercada por pessoas com as quais podia conversar e trocar experiências a respeito das práticas realizadas.

> Eu aprendi com minha mãe, minha mãe me ensinou e a gente foi fazendo, vendo e, que no começo eu fazia e não acreditava, daí que a gente foi vendo o poder que tinha.E os remédios tinha nos livros, e minha mãe ajudava, ela sabia tudo sobre aqueles vidros, ela aprendeu com 13 anos, aí a gente diz que tem o dom de Deus, e esses livros que a minha mãe aprendeu foram até se perdendo, eu tenho ainda um para lhe mostrar,mas não encontro mais os remédios para preparar.Porque aqueles que fabricavam o remédio aqui no Brasil morreram, e esses outros vinham da Alemanha, quer dizer agora a gente trabalha sozinha os remédios, nós formulamos. Alguma coisa deu para substituir, mas outras coisas não existe mais[5].

Percebemos que dona Alice era cercada de uma estrutura para conhecer as práticas de benzimentos. Além disso, em outros trechos de sua narrativa, ela comenta que sua irmã também realizava benzeções. Quando esta senhora fala que não acreditava naquilo que fazia, podemos passar a refletir qual seria naquele momento de sua vida os significados para os seus conhecimentos, o porquê de praticar algo do qual não acreditava. Contudo, em uma outra narrativa, dona Alice volta a comentar sobre sua vida ainda quando era muito jovem, narra um fato sobre o falecido marido que um dia também desacreditou dos benzimentos, porém foi curado pelos mesmos. Ao comentar sobre a fé do marido com os rituais que ela praticava, diz:

> Pois é eu também fazia e não acreditava, eu não acreditava, fazia, porque eu sabia não que eu acreditasse. Foi preciso acontecer comigo para eu ver a força da fé. Você no sofrimento você se apega com Deus, se tudo está bem você esquece. Mas se acontece alguma coisa com você. Então é tudo isso, se tudo estiver bom.[6]

No decorrer desta segunda narrativa é que dona Alice foi falar sobre uma das suas gestações, onde necessitou de uma arriscada cirurgia na vesícula. E durante sua recuperação ela acabou realizando trabalho braçal de grande esforço físico, tendo problemas de saúde e como estava distante de outros recursos, sua mãe realizou um

benzimentos e ela ficou curada. Isso a fez mais devota de sua fé e dedicada aos seus aos rituais de cura.

Um diferente contato com a benzeção seria a história de dona Dirce, que conta em sua narrativa o quanto passava por necessidades em sua vida, sejam elas econômicas ou emocionais, já que o marido era violento e bebia muito. Falando sobre esse triste resumo do momento que vivia ela também narra:

> Aquele tempo era só sofrimento só era sofrimento. Eu tava com as quatro meninas pequenas, então tinha três que ele fez uma cama de solteiro, e outra dormia com nós. Sabe como é nenê pequeno pode ser perigoso dormir com as outras. E uma certa noite eu estava tão desesperada, passando nervo a semana inteira, lidando com doença das crianças e precisando as coisas, ele bravo quando estava em casa, quebrando as coisas. E aí aquele dia eu sentada na verada da cama, tava no colo com minha filha que morreu esses dias e daí comecei a rezar, rezar, rezar e pedir sabe, para Nossa Senhora, clarear, iluminar meu caminho, para que eu parasse de sofrer.Foi aí que ela apareceu, eu estava sentada na cama eu estava com a menina no colo e as luzes apagou, e já iluminou com a outra luz divina, que era dela era da Santa.Ela apareceu, ela veio do cantinho da parede ,ela veio em cima de mim Ela veio na altura de um metro e pouco da cama onde eu estava e ela ficou parada no ar e eu vendo ela,eu vendo ela e via que ela movimentava a boca mas de emoção eu esmoreci eu não podia responder, eu não podia perguntar,eu não podia falar minha boca, nós estávamos em oração, mas nós estávamos conversando, mas minha boca não mexia eu fiquei paralisada. Sei lá eu não conseguia falar e esse tanto que eu estava conversava com ela, que eu estava atendendo ela, apareceu três letras de forma sabe. Naquelas três letras, dizia, aquelas letras dourada, lindas aquelas letras. Ela com a roupa toda azul e lilás assim sabe aquela roupa dela, aquelas letras escritas era das palavras de coisas boas para me ajudar na minha vida, para eu sair do sofrimento me ajudar ela com essas três palavras. Mas eu não posso contar para ninguém, porque ela deu para mim, quando eu não quiser mais aí eu passo para outra. Essas três letras que eu guardo em segredo já faz 38 anos.[7]

O conteúdo da narrativa do primeiro contato de Dona Dirce com a benzeção está carregado de vários significados. Muito mais do que isto. Estão presentes os sentimentos de devoção dela com a santa, que solidifica sua relação com a benzeção, já que em outros

trechos de sua narrativa esta senhora vai sempre afirmar a transformação positiva que sua vida sofreu após a visão. Também é possível perceber os conceitos que são criados por esta senhora, como a manutenção do segredo das letras da santa, o momento que ela deverá passar seus ensinamentos para outra pessoa, a incorporação da prática de seus conhecimentos como uma missão para ajudar a si própria e aos outros.

Nos trechos das narrativas há toda uma construção da imagem que estas mulheres transmitem sobre suas ações, trazendo em suas palavras os elementos da cultura que as cercam, desta forma passam a transformar e atribuir novos significados à realidade vivida por cada uma.

Assim, história e memória caminham juntas. A memória como parte da história, sendo que sua construção surge das relações que nossos sujeitos fazem de si e dos outros e dos fatos. Isto também surge na relação que estabelecem conosco, historiadores, já que passamos a trabalhar com momentos alegres e promissores, mas também tristes e sofridos de suas vidas.

Nesse sentido, mais uma vez reforçamos o constante surgimento de novos significados, a partir das novas experiências de nossos narradores. Assim este trecho de um dos textos de Alessandro Portelli enaltece a sensibilidade que o historiador deve adquirir no trabalho com as fontes orais:

> Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado, quanto nas mudanças, forjadas pela memória. E estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico[8]

Mais do que trechos sobre relatos das vidas de nossos depoentes, temos em nossas mãos seus sentimentos, suas angustias, seus desejos e sonhos. Embutido a tudo isto estão todas as influências do meio que vivem, das demais pessoas que com elas se interagem

sejam elas de maneira direta ou indireta. Como no caso das benzedeiras, seus familiares, vizinhos, as pessoas que buscam ajuda.

Contudo,em seus imaginários estas senhoras benzedeiras agregam também, de forma simultânea e interativa, outros significados, voltados para religião, para a religiosidade popular, a crença em simpatias e superstições, o conhecimento de ervas medicinais, massagens e a manipulação de remédios.

Essas narrativas também compreendem resgates de histórias de suas infâncias. Em alguns momentos elas chegam a recontar histórias que lhes foram repassadas ainda quando crianças. E não deixam de repetir as experiências, seja com as quais tiveram dificuldade para agir, seja naquelas cujos resultados dos seus benzimentos são considerado milagres para os que são curados.

Dessa forma, na continuidade da pesquisa, propõe-se discutir sobre as diferentes construções da memória das senhoras benzedeiras, como a amplitude de suas criações e re-criações no que diz respeito aos seus olhares para seus benzimentos e para o mundo.

---

[1] A pesquisa da autora, conta com o apoio do CNPq. O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós - Graduação em História da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP).

[2] CANCLINI, Nestor Garcia, Culturas Híbridas, São Paulo: Edusp, 2003.

[3] WILLIANS, Raymond, Cultura, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

[4] KHOURY, Yara Aun.”Muitas memória, outras histórias: cultura e o sujeito na História”, em IDEM (org.). Muitas Memórias, outras Histórias, São Paulo: Olho d’Água, 2004, p.117.

[5] Narrativa de Alice Santos.Concedida à autora em 09 de setembro de 2004.

[6] Narrativa de Alice Santos.Concedida à autora em 14 de março de 2005.

[7] Narrativa de Dirce Sousa.Concedida à autora em 14 de dezembro de 2004.

[8] PORTELLI, Alessandro.”O que faz a história oral diferente”, em Projeto História, São Paulo: EDUC, n 14, 1997, p.33.

A cidade muçulmana em narrativas de viagem no século XIX: de sobrevivência arcaica a desejada relíquia.

Vera Chacham

Na narrativa que fez de sua viagem ao Egito em 1869, Eça de Queiroz sugeria alguns dos motivos para o fascínio do "ocidental mesquinho" pela cidade do Cairo. Ao apontar o caráter frio, desencantado, desumano e sem poesia da cidade européia de sua época, sobretudo daquelas reformadas nos moldes de Haussmann, ele percebia uma humanidade que havia se tornado previsível e policiada.[1]

A *haussmanização* também será também uma referência recorrente em narrativas de outros viajantes, mas não mais como algo distante, *ocidental*, já que está presente na transformação do Cairo a partir da década de 1860, tornando-se mais perceptível nas duas décadas que se seguirão. São do fim da década de 1870 e princípio da década de 1880 as publicações de dois viajantes que buscam apontar, de um lado, os limites e superficialidade da ocidentalização e, de outro, os danos desta sobretudo no Cairo. Victor Fournel publicou, em 1883, *Aux pays du soleil*, uma narrativa da viagem que fez para a Espanha, Itália, Alexandria e Cairo, sendo que a parte relativa ao Egito foi publicada novamente, em separado, em 1897, como *D'Alexandrie au Caire*. Fournel foi um dos muitos jornalistas e escritores que haviam estado no Egito por ocasião da inauguração do Canal de Suez. Sua especialidade era a descrição de cidades, sobretudo da sua face antiga, do que está em vias de desaparecimento. Fournel é um *flâneur* quase profissional, que dedicou pelo menos três livros às transformações de Paris e ao registro do que restava da antiga cidade. Contudo, no que se refere ao Oriente, ele não parece acreditar em uma transformação mais definitiva ou profunda quer seja da paisagem quer seja dos costumes urbanos orientais. Nas narrativas de Arthur Rhoné, outro *viajante-flâneur*, podemos encontrar um paralelo mais explícito entre as transformações de

[1] Sobre a viagem de Eça ver: CHACHAM, Vera. Eça no Egito: encanto e desencanto na cidade oriental. In: *Boletim do Centro de Estudos Portugueses.* FALE/UFMG, Vol.19. n.25. jul/dez 1999. p. 121-152.

Paris e as do Cairo, visto que o autor era engajado na defesa do patrimônio urbano em ambas as cidades. Dois de seus livros dedicaram-se especificamente ao que "restava" da antiga cidade oriental, "fixando seus traços" justamente no momento em que o modelo da cidade européia começava a dominar a cena. Em 1877 escreve *L'Egypte a petites journées*, a partir do material reunido entre 1865 e anos seguintes, ou seja, durante o reino de Ismaïl, o reformador do Cairo. A atividade polemista prossegue em artigos da *Gazette des Belles Arts* e culmina na publicação, em 1882, de *Coup d'oeil du Caire ancien et moderne.* Atendo-se mais aos monumentos que aos costumes, Rhoné dedica-se, em posteriores artigos na *Gazette*, à polêmica sobre a destruição dos monumentos em Paris e à homogeneização das cidades do mundo.

Embora já na época da visita de Eça o Cairo estivesse em transformação, a haussmanização ainda era uma fato basicamente ocidental e, pelo menos para o escritor, a cidade, mesmo que multifacetada, era ainda "única", plenamente incorporável a uma imagem prévia e "autêntica" do Oriente. A partir da década de 1870, os viajantes, sobretudo os que se enquadravam na denominação "amigos do antigo",[2] irão distinguir duas cidades dentro do Cairo, uma divisão passava pela oposição entre o Cairo autêntico e o moderno.

A reforma urbana do Cairo toma parte de uma série de episódios visando a "modernização" do Egito ao longo do século XIX, em grande parte um "processo" de vinculação ao Ocidente. É preciso dizer, contudo, que o esforço de "modernização" do Egito parece surgir das suas próprias elites, no processo de ruptura com o Império Otomano. Desde Muhammad Ali (1805-1848), que deu o primeiro passo nesse sentido, são tomadas várias medidas com o objetivo de tornar o Egito capaz de fazer frente, a um só tempo, ao Império Otomano e às potências ocidentais, através da introdução, inclusive, de algumas técnicas e instituições ocidentais. Inicialmente, o interesse das elites se dirigia sobretudo aos grandes projetos

[2] Cf. EBERS. Georges. *L'Egypte. Du Caire a Philae.* Traduction de Gaston Maspero, professeur au Collège de France. Paris: Librairie de Firmin-Didot et Cie., 1881. p.33.

nacionais no domínio da irrigação, dos canais, das barragens. A cidade do Cairo em si não estava entre seus interesses e Paris em si nada representava.

Contudo, já na década de 1830, sob a pluma de um participante de uma missão egípcia na França, Paris é vista como um reflexo da civilização ocidental, à qual se pode opor a "rudeza e a selvageria" do Cairo: "Il est evident que la ville témoigne d'un dégré de civilisation égal à ses lumières", escreve Riffaat.[3] Paris e sua arquitetura são aos seus olhos o sumo do refinamento, surgindo claramente como um modelo a ser seguido, sobretudo no que diz respeito às questões de higiene. Mas somente trinta anos depois a fascinação é crítica são colocadas em prática. A influência do Ocidente foi determinante a partir da década de 1860, especialmente no reino de Ismail Pacha (1863-1879), cujo projeto de modernizar o Cairo era marcado pelo sonho de construir a "Paris do Oriente". O resultado parece ter sido menos uma assimilação cultural do uma imitação servil do modelo francês. Após a abertura de uma série de novas ruas inspiradas na Rua de Rivoli, em Paris, ligando a região de El Ezbekieh à estação, depois à "Cidatelle", e de longas avenidas retilíneas, tais como a "Rua das Pirâmides" e a "Rua do Nilo", da construção de uma via férrea, "quarteirões inteiros foram derrubados para dar lugar a novos bairros novos e mais bonitos, segundo o ponto de vista do Europeu moderno".[4] O projeto atinge seu ápice com a destruição das casas que circundavam o lago de El Ezbelieh (admiradas tanto por cairotas como por viajantes estrangeiros), com o argumento de que as águas paradas representavam um perigo para a higiene pública.

Os significados atribuídos às sucessivas reformas urbanas no Cairo por viajantes franceses atestam, ao contrário, certo descenso na crença no progresso tão desejado. De um lado, aponta-se algumas das limitações e contradições do processo imitativo da civilização ocidental e, de outro, alguns dos limites da própria civilização e as implicações negativas do

[3] Apud. ZAKARYA, Mona. L'inscription du discours occidental dans l'architecture et l'urbanisme orientaux. Mona. In**:** BURGAT, Marie-Claude (éd.). *D'un Orient l'autre*. Paris: CNRS, 1991. 2v. v.2, p.561.

[4] EBERS*. L'Egypte.* Du Caire a Philae*,* p.33.

“processo” para o próprio ocidente. De um lado, o Oriente é visto como “incapaz” de modernizar-se, ocidentalizar-se verdadeiramente. De outro, é vítima de uma modernização que sufoca a sua originalidade cultural.

A haussmanização, assim como a própria cidade reformada, ocidentalizada, é vista por vezes como um “verniz da civilização”, algo que não atinge as camadas mais profundas quer seja da cidade, quer seja da vida dos seus habitantes. Victor Fournel via assim as reformas.[5] Quando chega ao hotel “d’Orient”, no centro do “quartier franc”, o viajante percebe que “L’hôtel a une grande cour, arrangée à peu près comme un patio espagnol”. Ali, diz, “on me donne une chambre meublée à l’européenne” e “je pourrais me croire à l’hôtel du Louvre” exceto por dois detalhes: “la chambre n’a pas de cheminée, car la cheminée est inconnue en Egypte, et le lit est hermétiquement enveloppé dans un moustiquaire de mousseline transparente, où il faut s’insinuer avec les précautions les plus minutieuses, si l’on n’y veut être suivi par l’insecte féroce qui est la plaie des pays du soleil” (p.42). Fournel percebe, assim, na recorrente visão das formas ocidentais uma superfície tênue logo desfeita pela renitente natureza oriental. Trata-se de um argumento inicial do autor para demonstrar que a semelhança pretendida com o ocidente é superficial, que “malgré des embellissements désastreux, malgré les tentatives de tous les pachas et spécialement du khédive Ismaïl pour y faire pénétrer la civilisation européenne”, a capital do Egito permaneceu, ao contrário de Constantinopla, “la ville orientale par excellence” (p.43). A confirmação dessa permanência se dá por uma série de *topoi*, como o do estranhamento (“Au Caire, on se sent tout à fait dans un autre monde”) que ainda existe e deve se manter ainda por muito tempo graças a outro *topos*, o da imutabilidade do Oriente.

Em parte, também, a cidade continuava a refletir, para Fournel, a imagem que dela fizeram os pintores orientalistas: “Du matin au soir, je me promène à travers un conte des Mille

[5] Cf. FOURNEL. Victor. pseud. Bernadille, E. Guérard). *D’Alexandrie au Caire*. Tours: Alfred Mame et fils, 1897. 143 p. As páginas das demais citações dessa obra estarão indicadas, no texto, entre parênteses.

et une Nuits, je m'enivre de pittoresque, je me donne des débauches de Marilhat, de Ziem et de Decamps" (p.65). Como em Eça, como em Nerval, o *topos* do indescritível também reafirma a permanência da paisagem oriental.

Escrevendo pouco antes de Fournel, Arthur Rhoné vê o Cairo de forma menos "otimista", no sentido de que a cidade antiga já se transforma para ele em ruína. Não a ruína modelada pelo tempo mas, de forma semelhante a uma antiga categorização de Chateaubriand, uma ruína fabricada pelos homens, voluntariamente.

Rhoné havia conhecido o Cairo em 1864, quando a cidade era ainda o oposto de Paris: nenhuma casa com cinco andares, nenhuma calçada, nenhuma iluminação pública, nada daquilo que, ao tempo das *Cartas Persas* de Mostesquieu, um oriental deveria ambicionar, tudo aquilo que o ocidental considerava como próprio de uma cidade, sinal de progresso, felicidade. Em *L´Égypte a petites journées*, escrito em 1877, Rhoné concluia que, até 1864, não apenas o Cairo estava ainda "dans toute sa splendeur arabe et musulmane" mas, sobretudo, o tempo longo, secular, era ainda o senhor da decadência oriental: "Au pied d'innombrables mosquées de tous les âges, dont quelques-unes mouraient pacifiquement entourées d'un saint respect, couraient des rues sinueuses et abritées, animées par une foule joyeuse et bariolée."[6]

Em *Coup d'oeil sur l'état du Caire ancien et moderne*, escrito em 1882, Rhoné volta à mesma imagem e argumento**:** de que, no começo do reino de Ismaïl, a cidade do Cairo estava ainda intacta, "car si ses monuments et ses rues continuaient paisiblement de tomber en ruine selon la coutume séculaire de l'Orient, du moins on n'y avait rien tenté comme travaux, dits d'embellissement et de restauration."[7]

Em que pese o *topos* recorrente em relação ao Oriente, isto é, da ruína e do abandono como um verdadeiro "costume", sua decadência secular não é mais vista tão negativamente,

[6] RHONÉ. Arthur. [Membre honoraire de l'Institut egyptien. Correspondant du comité de conservation des monuments de l'art arabe.] *L'Egypte a petites journées.* Le Caire d'autrefois. Nouvelle édition. Ornée de dessins inédits par Paul Chardin, C. Mauss, ª Dauzats, ª Baudry, J. Bourgoin, etc. Paris: Societe generale d'éditions/ Henri Jouve éditeur, 1910, p.2.

[7] RHONÉ. *Coup d'oeil sur l'etat du Caire ancien et moderne*, p. 1.

tendo se transformado em uma quase natureza. Daí a morte pacífica, tranqüila e sagrada dos monumentos e das mesquitas. Apesar de certa ironia, tudo naquela antiga cidade "combinava" ainda entre si, compondo uma paisagem harmônica, na qual estavam incluídos os homens. Tratava-se claramente uma visão pictórica da cena urbana, onde os funcionários e os comerciantes, "qui rougiraient aujourd'hui de se montrer autrement qu'en costume européen", ainda se abandonavam displicentemente em seus longos "caftans soyeux", cujos reflexos cintilantes integravam-se à harmonia geral: uma seqüência ininterrupta de *mouchàrabys* que iam se aprofundando na perspectiva das ruas até que pudesse ser visto ao longe um elegante minarete. A referência pictórica da descrição urbana expressa a harmonia das cores e formas, que se encerrará, para o autor, com o que se definia como alinhamento urbano: alargamento de ruas, supressão dos muxarabis, destruição de impasses, etc.

O Oriente, desde Montesquieu, possuía, do ponto de vista ocidental, um ritmo lento; em Volney a decadência oriental toma a forma das ruínas. Em Nerval, em Eça e agora Rhoné a estagnação e o imobilismo transformam-se parcialmente em harmonia das formas, do homem com seu habitat, da nação com sua história, do passado com o presente. Salvar o velho Oriente ou, em todo caso, sua capacidade de evocar o passado aparece aqui sob a perspectiva de um viajante preocupado fundamentalmente com a preservação de um patrimônio histórico e artístico. Contudo, os monumentos, as paisagens, as sensações e os homens se confundem no Oriente. Por isso, não se trata somente de salvar ruas, casas e mesquitas, mas, em certo sentido, uma civilização. Nesse sendo, o argumento preservacionista de Arthur Rhoné não se detém nas formas da arquitetura mas inclui os hábitos e mesmo instituições, como por exemplo a escravidão. É o que expressa a decepção de Rhoné perante a aparente inexistência do mercado de escravos: "Nous arrivons trop tard pour connaître les mystères de cette cour, car les marchés publics d'esclaves sont supprimés depuis Méhémet-Ali (...)".[8] A razão para o fim do

[8] Rhoné. *L'Égypte à petites journées*, p.268.

mercado público de escravos deixa o autor ainda mais indignado, porque trata-se de uma concessão que uma cultura faz a outra:

> Quand l'Orient s'aperçut que la vieille dame qu'on appelle l'influence européenne commençait à le regarder de travers en détournant ses yeux pudibonds, il se mit à rougir de ses *almées*, de ses cantons vagabonds et de ses marchés d'esclaves, comme il rougit encore, et *cette fois bien à tort*, de ses ruelles pittoresques. [9]

A conclusão, que procura inicialmente ser "politicamente correta" (ainda que ao estilo do século XIX: "Evidemment l'Egypte a bien agi *en éloignant de la vue cette mise em scène afligeante*"), acaba reiterando a prioridade, acima de tudo, da originalidade, da autenticidade, quando diz que o país fez bem em não abolir o princípio da escravidão, "qui en Orient ne ressemble en rien à ce qu'il était en Amérique".[10]

É preciso dizer que trata-se para o autor, acima de tudo, da necessidade urgente de preservação das diferenças em um mundo onde há cada vez menos exotismo. O que indigna de fato o viajante é a perda da originalidade, e o principal motivo da defesa por vezes intransigente desta última encontra-se no receio de uma homogeneização mundial do espaço, que aparece de forma recorrente nos escritos de Rhoné.

Antes de mais nada, trata-se de uma homogeneização interna, vivida pela Paris reformada. Rhoné desenvolve, nesse sentido, uma preocupação já presente na França desde Victor Hugo, a partir da década de 1820. Mais de cinqüenta anos depois da *Guerre aux demolisseurs*, havia acontecido o que parecia inimaginável para o escritor:

> Désormais, où qu'il dirige ses pas, l'habitant de Paris est pris et entraîné dans un réseau de rues démesurément longues, larges et droites dont l'effet, très utile, n'en a pas moins pour résultat de répandre partout l'implacable monotonie des villes d'Amérique les mieux réputées pour l'ennui.[11]

---

[9] Ibidem, p.268.

[10] Ibidem, p.268.

[11] RHONÉ, Arthur. Le vandalisme à Paris. *La Chronique des arts et de la curiosité. Supplément a la Gazette des beaux-arts*, p.36, 31 de janeiro de 1885.

De forma semelhante a Eça de Queiroz, há em Rhoné uma rejeição da cidade moderna ocidental. Com efeito, o parâmetro das cidades americanas era de fato inquietante para o europeu. Elas não possuíam nenhum dos dois componentes da identidade urbana européia: nem monumentos, nem "limites". A América era o novo padrão e o contraste que possibilitva identificar, em sua diferença, Europa e Oriente. As cidades européias seriam apenas as primeiras de uma longa lista de cidades que perderiam seu vínculo com o passado.

Esta tentativa de tornar "uniformes et pareilles à New-York" cidades como Paris, Rome, Alger, Constantinople, Jerusalem e o Cairo" já é palpável, para Rhoné, nesta última cidade, que quase mais nada possuía do horizonte que, em 1869, podia ainda encantar Théophile Gautier: as antigas casas com muxarabis, e as árvores enormes entre as quais podia-se reconhecer "ceux qui avaient posé pour Marillat, agrandis encore par le temps écoulé, et garnissant le milieu de la place avec leurs dômes de feuillage d'un vert si intense qu'il paraissait presque noir".[12] O autor cita Gautier, que antes citou Marillat: uma memória literária e artística, mais do que vivida. Uma memória da imagem ocidental do Oriente.

Nesse mundo que caminhava para a homogeneização onde encontrar refúgio? Ao passo que a americanização das cidades expande-se, coloca em risco a possibilidade de evasão.[13] É certo que não é só isso que move o viajante em questão na sua defesa da autêntica cidade oriental, pois, desde Victor Hugo, se desenvolvia na França uma verdadeira sensibilidade estética e histórica voltada para o passado urbano. Contudo, para além do olhar artístico, surge a necessidade de preservação de uma alteridade oriental. É preciso haver algo como um museu para preservar as sensações.

---

[12] Théophile GAUTIER, *L'Orient*, II, p.191. Citado por RHONÉ, Arthur [attaché à la mission arquéologique de France au Caire]. *Coup d'oeil sur l'etat du Caire ancien et moderne.* Illustrations de MM. Paul Chardin, C. Mauss, J. Bourgoin, etc. Paris: Imprimèrie de ª Quantin, 1882. 48 p, p.18.

[13] RHONÉ, Arthur, Le vandalisme à Paris. *La Chronique des arts et de la curiosité*, p.36.

Meninos Livres, Mãe Escrava

Vera Lúcia Braga de Moura[1]

"*Antes de o escravo nascer sofre na mãe"* [2] assim preconizava o pernambucano Joaquim Nabuco na sua luta pela abolição. Os filhos livres de mãe escrava serão abordados neste texto. Analisaremos as condições sociais destas crianças após a Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, denominada Lei do Ventre Livre.

Não pretendemos retomar a discussão da Lei do Ventre Livre no seu processo de elaboração e promulgação, pois existe uma vasta literatura na historiografia da escravidão no Brasil[3] que aborda muito bem esta temática.

O que pretendemos, portanto, é analisar as condições sociais em que ficaram estas crianças ingênuas, verificar o respaldo que os Governos Imperial e Provincial forneceram a estas crianças e como os proprietários de escravos encaminharam a lei que dava a condição de ingênuo[4] a criança nascida de escrava.

Passaremos a analisar o teor da Lei do Ventre Livre no Art. 1º, no intuito de compreender a situação do filho livre da escrava, após a implementação da referida lei, onde conta o seguinte registro: "*os filhos de mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre*". [5]

A condição livre prevista neste artigo estava atrelada ao parágrafo primeiro do referido artigo, determinando que os ingênuos ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos completos. Chegando aos oito anos, o ingênuo poderia permanecer com o senhor de sua mãe, ou ser entregue ao Estado. No caso de ficar sob o poder do Senhor, o filho da escrava trabalharia treze anos para este, até completar vinte e um anos completos, ao contrário, sendo entregue ao Estado, caberia a este lhe dar destino, e o senhor receberia de indenização a quantia de 600 mil réis.

Saliente-se que a própria lei já previa estas limitações de condição servil da criança liberta. A maioridade jurídica aconteceria quando a criança se tornasse adulta aos vinte e um anos de idade.

O Estado, diante da entrega de crianças ingênuas ou abandonadas por seus senhores, registrado no Art 2º da Lei do Ventre Livre, poderia enviá-las a associações, onde as mesmas teriam direitos aos serviços gratuitos dos menores até vinte e um anos completos ou alugar os serviços deste menor ingênuo, mas seriam obrigados a criar e tratar os menores, constituir um pecúlio para cada um deles, e procurar-lhes ao final do tempo de serviços uma colocação adequada.[6]

Os ingênuos poderiam ser também recolhidos, teoricamente, pela Casa de Expostos, por pessoas designadas pelos Juízes de Órfãos na falta de associações criados para esta finalidade e, por último, em estabelecimentos públicos, onde o Estado teria a mesma responsabilidade de criar e tratar o ingênuo registrado no Art. 2º. [7]

Apesar do registro destes artigos, a Lei do Ventre Livre não pretendia fornecer assistência social à criança ingênua. A proposta da lei era eliminar o último foco de manutenção da escravidão através do ventre da escrava e não amparar essa criança. Apesar da promulgação da lei o Governo Imperial não tinha se planejado para garantir as condições necessárias de moradia, assistência social, saúde e educação aos filhos livres da mulher escrava. A documentação que envolve o ingênuo em Pernambuco mostra que os Governos Imperial e Provincial não sabiam o que fazer com os filhos libertos da mulher escrava.

Em documento do Ministério da Agricultura em 22 de novembro de 1878, recomendava o Ministério que o Presidente da Província usasse de seu prestigio para que os senhores optassem, nos termos da Lei do Ventre Livre, pelos serviços dos filhos de suas escravas, pois, segundo o Ministério, não se sabia o que fazer com estas crianças.[8]

O que o Ministério defendia era que a criança ingênua permanecesse com os seus senhores quando completasse a idade de oito anos, porque os Governos Imperial e Provincial não tinham se organizado para absorver estas crianças ingênuas. O Ministério da Agricultura se propusera a colocar as autoridades responsáveis pela implementação da Lei do Ventre Livre de lado, de forma que não atrapalhasse os planos de permanência dos menores livres como os seus senhores, indícios de que os governos não tinham destino a dar a estes ingênuos.[9]

Através das correspondências entre o Ministério e o Presidente da Província, percebemos a falta de estrutura do Estado em recolher a criança ingênua. O Ministério da Agricultura enviava documento ao Presidente da Província, João Luís Vieira de Sinimbu, afirmando que se soubesse de algum estabelecimento que pudesse recolher o ingênuo mediante algum auxílio, informaria considerando a gravidade do problema do que fazer com esta criança ingênua. [10]

Seguindo a mesma tônica, o pensamento do Governo Imperial era promover o desenvolvimento da Colônia Orfanológica Isabel, "*como um foco de colonização nacional",* e habilitá-la para receber um certo número de ingênuos que viessem a ser entregues ao Governo.[11]

Contudo a Colônia Orfanológica Isabel, que representava um espaço de absorção destes ingênuos, vivia com problemas de superlotação e falta de recursos para gerir os que nela se encontravam. Não havia condições de estes menores ingênuos serem admitidos nesta instituição. Segundo pesquisa, só seis ingênuos foram admitidos na Colônia Isabel, em um período de trinta anos.

Nas outras instituições regidas pela Santa Casa de Misericórdia, como a Casa dos Expostos e Colégio dos Órfãos, as crianças libertas não eram admitidas pela alegação de não estarem dentro dos preceitos exigidos pelos estatutos dos referidos estabelecimentos, isto é, não se encontravam na condição de órfãos desvalidos da Província como determinavam os regulamentos para admissão.

No debate que ocorreu no Congresso Agrícola do Recife em 1878, foram discutidas formas de absorver o ingênuo. O debate enfatizava a necessidade de braços para a lavoura e o Barão de Muribeca afirmava que a divisão do trabalho havia de se estabelecer, mas, para isto, era necessário melhorar a vida dos trabalhadores. Dessa forma, poder-se-ia esperar que os ingênuos continuassem a trabalhar quando se fizesse homens, caso contrário, iriam embora abandonando as casas dos senhores de suas mães.[12]

A documentação indica que os ingênuos representavam um problema social levando o poder público a procura de soluções. A sugestão seria prepará-los para assumir a mão-de-obra para o cultivo na agricultura. A discussão no Congresso Agrícola do Recife enfatizava a necessidade de criar Colônias Orfanológicas como a Isabel, onde estes ingênuos poderiam ser acolhidos e receber instruções de agricultura, não só para os ingênuos, mas também a outros órfãos e abandonados. Afirmava-se que as noções de agricultura deveriam constar no ensino primário, já que o Brasil era um país essencialmente agrícola e, dessa forma, infundia-se nestes menores o gosto para o que lhes seria útil.[13]

Apesar da necessidade de se criar estabelecimentos para recolhimento e educação destas crianças ingênuas, até onde foi possível pesquisar, estes não existiram.Tentava-se admiti-las nas instituições já existentes, mas comumente deparava-se com a realidade da falta de vagas ou da falta de condição física para serem atendidas.

Com todos essas dificuldades, os ingênuos passaram a ser preocupação do Estado no que se refere ao seu recolhimento e educação. O tom do debate no Congresso Agrícola do Recife sobre os ingênuos era o seguinte: "*1879, nos bate à porta e de 28 de setembro de 1879 em diante aparecerão os tais ingênuos, sem o governo estar pronto para acomodá-los".*[14] Os proprietários, membros, da Associação Agrícola de Pernambuco reconheceram que não sabiam qual destino dar as crianças livres de mãe escrava. Em 1879, os ingênuos estariam com oitos anos, poderiam ser entregues ao Estado quando os senhores não tivessem interesse de ficar com eles, entretanto como já visto, o governo não oferecia condições adequadas para prestar este atendimento.

Uma questão foi apresentada neste Congresso: se os ingênuos filhos de escravas constituíam um "*elemento de trabalho livre e permanente da grande propriedade".* Muitos participantes do Congresso Agrícola, como o Barão de Muribeca, insistiam na criação de escolas práticas de agricultura, para recolhimento dos ingênuos, como forma de aproveitar parte desta geração para a produção agrícola. Pois, segundo o referido Barão, os filhos libertos de escravas, criados pelos senhores até vinte e um anos, vivendo como cativos, quando conseguissem a maioridade, iriam embora para esquecerem a meia escravidão em que permaneceram até então.[15]

A experiência mostrava que o indivíduo nascido e criado na escravidão era ávido de liberdade, e que os ingênuos, apesar de nascerem livres, eram também criados com os mesmo princípios e sentimentos dos escravos. Segundo, porque este estado de liberdade os levaria a diversas ocupações, afastando-os da lavoura.[16] Logo, não se podia esperar que estes ingênuos fossem um elemento de trabalho permanente, concluía o Comendador Antônio Valentim, no Congresso Agrícola.[17]

Os Integrantes da Associação Agrícola de Pernambuco pretendiam preparar estes ingênuos para atuar como trabalhadores livres na grande lavoura, mas para isto era necessário que os Governos Imperial e Provincial se propusessem a criar estabelecimentos agrícolas para esta finalidade. Em Pernambuco, não ocorreu a criação de tais estabelecimentos. Houve a pretensão de recolher estas crianças ingênuas nas instituições assistenciais de proteção ao menor desvalido já existente, mas as tentativas geralmente eram inviabilizadas, devido à falta de estrutura dos estabelecimentos para este recolhimento.

Devido à inexistência de uma ação do Estado para assistir as crianças libertas pela Lei do Ventre Livre, o Ministério da Agricultura em 1878 sugeriu ao Presidente da Província de Pernambuco, que ficasse atento aos proprietários de escravos que pretendessem entregar os filhos livres de mulher escrava na Província de Pernambuco.[18] Esta entrega estaria pautada através do dispositivo da 3ª parte do parágrafo 1º da lei nº 2040, de 28 de setembro

de 1871.[19] Como afirmava o referido Ministério, diante da impossibilidade do Governo criar estabelecimentos nas Províncias para recolher estas crianças ingênuas, seria bem melhor que ficassem com os senhores das suas mães, do que viverem em completo abandono.[20]

Além da questão referente ao amparo e educação dos ingênuos outros dados, como a venda de criança ingênuas, configuravam a sua situação. Este dado atentava contra a Lei do Ventre Livre, dez anos após a sua promulgação. Conforme registrado no Jornal a Gazeta da Tarde, em 18 de outubro de 1881, houve a denúncia de um "*Hediondo leilão de escravos*" publicado no Diário de Pernambuco, em 05 de outubro de 1881, folha oficial, desta província. Registrava o edital: "*pessoas haviam nascido depois da Lei de 18 de setembro de 1871 e eram levadas para o fórum da justiça sob o martelo da magistratura e deveriam ser levadas para uma enfermaria".*O Ministério da Justiça reclamava do "*repugnante"* leilão de escravos, entre eles ingênuos e enfermos. Chamava a atenção dos abolicionistas e filantrópicos para a venda de escravos que deveriam ser pessoas livres.[21]

Diante deste problema, havia a possibilidade dos senhores serem indicados como os protetores para permanecer com os filhos libertos das escravas. Na falta de atuação dos Governos Imperial e Provincial quanto a educar e instruir estes menores ingênuos, a opção, muitas vezes, era forçar a permanência do ingênuo com os seus senhores.

Outra questão que identificamos após a implementação da referida lei, em Pernambuco, foi a ausência de matriculas[22] das crianças livres de mãe escrava, negando-lhes sua condição de ingênuos. Mesmo existindo o dispositivo da lei, que multava [23] os que não dessem o seu cumprimento, muitos filhos livres de escravas tiveram seu direito sonegado. Outra forma de fraudar a lei era matricular a criança escrava com a data anterior à lei de 28 de setembro de 1871 ou registrar o ingênuo na condição de falecido.

No tocante às medidas governamentais para recolhimento do filho livre da escrava não constavam nos objetivos do Governo do Império criar estabelecimentos específicos para recolher estas crianças. O pretendido era alocar essas crianças nas Instituições

assistenciais existentes nas províncias juntamente com as outras crianças desvalidas mediante um subsídio financeiro, como já visto.

A aproximação de 1879, ano em que as crianças beneficiadas pela Lei do Ventre Livre completariam oito anos, causa tensões no Ministério da Agricultura. Caso os senhores não optassem por ficar com a criança, receberiam uma indenização de 600$00. Entregariam esta criança ingênua ao Estado para que este se responsabilizasse por seu recolhimento e educação.

O Governo do Império estava diante de um problema orçamentário de grandes proporções. Os senhores entregando as crianças ingênuas ao Estado teriam que ser indenizados, por outro lado, necessitariam também disponibilizar recursos para educação das crianças que passassem para sua responsabilidade. Além do que, as instituições assistenciais existentes na Província de Pernambuco não comportariam mais absorção de menores, posto que não atendiam adequadamente as outras categorias de crianças pobres da Província de Pernambuco, também por falta de recursos e instalações apropriadas.

O Congresso Agrícola que ocorreu no Recife em 1878 tinham como objetivo discutir a crise na lavoura. Neste congresso, o destino da criança ingênua foi tema de debate. A forma como esta criança seria absorvida pela sociedade preocupava os Proprietários.

Diante deste problema, foi levantada a possibilidade da criação de estabelecimentos assistenciais como, a Colônia Orfanológica Isabel, para recolher o ingênuo e prepará-lo para a mão- de -obra na grande lavoura, ou seja, criar escolas agrícolas [24] para habilitá-lo no trabalho da agricultura. Entretanto não foram criados estabelecimentos assistenciais em Pernambuco além dos já existentes.

Diante da pesquisa, supomos que estas crianças não conseguiram ser assistidas adequadamente nas instituições existentes em Pernambuco É possível que muitas crianças ingênuas se inseriram no contexto da infância pobre e abandonada da Província de Pernambuco.

[1] Mestre em História, Professora da FAINTIVISA- Faculdade de Formação de Professores da Vitória de Santo Antão; Faculdade Maurício de Nassau,Coordenadora Pedagógica na área de História da SEDUC/ PE-Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. verabragabraga@bol.com.br

[2] Apud, CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.112.

[3] Ver sobre esta questão: BRANDÃO, Sylvana. Ventre Livre Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco.Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p.48-100 ; CONRAD, Robert. Op.cit.; COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998; IANNI, Octavio. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec, 1998; MORAES, Evaristo. A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

[4] Ingênuo termo que designa a criança livre da mãe escrava, após a Lei do Ventre Livre, Lei 2040 28 de setembro de 1871.

[5] Coleção de Leis do Império do Brasil.Legislação Brasileira. Rio de janeiro.Typografia Imperial e Const. de J.Vileneauve e Comp.vol. 02.Lei do Ventre Livre N.2040 de 28 de setembro de 1871 Art. 1º p. 245.

[6] Idem. Leis.Ventre Livre N.2040 de 28 de setembro de 1871 Art.2º "O governo poderá entregar a associações por ele autorizadas, os filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do art, 1º, § 6º." § 1º " As ditas associações terão direitos aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos e poderão alugar esses serviços,mas serão obrigadas: 1. A criar e tratar os mesmos menores .2.Constituir para cada um deles um pecúlio(...); 3. A procura-lhes, findo o tempo de serviços, apropriada colocação." Op.cit.

[7] Ibidem. Art.2º, § 3º- " A disposição deste artigo é aplicável às casas de expostos, e as pessoas a quem os juízes de órfãos encarregarem a educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para este fim"; § 4º-."Fica salvo ao governo direito de recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o parágrafo 1º impõe às associações autorizadas." Op.cit.

[8] Ministério da Agricultura-(1878). Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1878, fl.369.Arquivo Público Estadual-Recife.

[9] Idem.

[10] Ibidem.

[11] Et. Ibidem, fl.339.

[12] Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878.Sociedade auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Recife-Typ. De Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1879. fl. 96.Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco.

[13] Idem. fls.135-136.

[14] Idem, fl.367.

[15] Et ibidem, fl.33.

[16] Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878.Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Recife-Typ. De Manoel Figueiroa de Faria e Filhos 1879, fl.144. Instituto Geográfico e Histórico de Pernambuco.

[17] Idem.

[18] Ministério da Agricultura-(1878). Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província de Pernambuco, João Vieira de Sinimbu, Rio de Janeiro 29 de março de 1878. fl. 243.Op.cit.

[19] Art. 1º, 3ª parte do parágrafo 1º." A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar em que o menor chegar a idade de oito anos, e se não a fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor". Leis.Ventre Livre N.2040 de 28 de setembro de 1871. Op. cit.

[20] Ministério da Agricultura-(1878). Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província de Pernambuco, João Vieira de Sinimbu, Rio de Janeiro 29 de março de 1878. fl. 243.Op.cit.

[21] Jornal Gazeta da Tarde, em 18 de outubro de 1881, p.142 . In Ministério da Justiça, v.8. Arquivo.

[22] Matrículas eram registros dos escravos, realizado em órgãos públicos, isto é, a coletoria, pelos senhores de escravos.
Idem.

[23] Art 8º, parágrafo 4º. "*Incorrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de 100$ a 200$, repetida tantas vezes quantos forem os indivíduos omitidos e por fraudes nas penas do art. 179 do código criminal*.".Leis.Ventre Livre N.2040 de 28 de setembro de 1871.Op.cit.
Ibidem, Goiana, 4 de novembro de 1875, fls. 335-336.

[24] A proposta de criação desta escola foi discutida no Congresso Agrícola do Recife, envolvendo dois tipos de escolas. Uma denominada escola prática de agricultura, no formato de internatos, voltada para o ingênuo, crianças pobres e desvalidas, com o objetivo de prepará-los para o trabalho na agricultura. A outra seria voltada para os filhos dos proprietários, com o objetivo de ensinar-lhes as Ciências Agrárias, ou seja, poderiam receber instruções técnicas para proporcionar melhoramentos na arte agrícola. Depois de terminados os estudos, os filhos dos proprietários receberiam como "*prêmios à carta de bacharel em ciências naturais e agrícolas ou diploma de engenheiro agrônomo com todas as honras, privilégios e insenções que gozam os bacharéis em ciências jurídicas e sociais*." In Congresso Agrícola do Recife-1878 Anais. Recife: Ed Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, p.180.

Os Índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870)

Vera Lúcia Ferreira Vargas/UCDB/NEPPI/Programa Terena

O presente artigo, com algumas alterações, faz parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada: **A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção[1].** Nele evidencia-se a participação dos índios Terena, na Guerra contra o Paraguai (1864-1870) e a sua apropriação dessa participação como uma forma de reivindicarem os territórios que, tradicionalmente, ocupavam antes desse conflito, na região do então sul de Mato Grosso – atualmente Mato Grosso do Sul.

Alfredo d'Escragnolle Taunay, um dos principais cronista dessa guerra, afirmou que no distrito de Miranda havia mais de dez aldeias, constatando que os Terena formavam a maior população indígena da região. Suas aldeias estavam localizadas no *Naxedaxe*, a seis léguas da Vila de Miranda, a sete léguas e meia desta mesma vila estava localizada a aldeia de Ipegue, encontravam-se também em Cachoeirinha e a três léguas dessa, no aldeamento denominado *Grande*, além de outras pequenas localidades. E ainda estimou a população Terena entre três a quatro mil índios que viviam espalhados nessas diversas localidades.[2] Muitas das quais foram destruídas pela mencionada guerra, resultando na total desorganização dos povos indígenas, devido à perda de sua autonomia política e econômica.

Em suas obras referentes à Guerra contra o Paraguai, esse cronista destacou a importância que os povos indígenas representaram para o exército brasileiro na luta contra os paraguaios, como soldados e conhecedores da região, tornando-se, assim, ótimos guias, responsáveis pelo abastecimento dos gêneros alimentícios para os soldados brasileiros, tanto nos acampamentos da região, quanto em suas próprias aldeias. Essas também servindo como refúgios para os não índios, como, por exemplo, Pirainha, aldeia Terena próxima a serra de Maracaju. Constituída provavelmente durante esse conflito, e que abrigou os brasileiros não índios durante a guerra, conforme os registros de Taunay que

mencionou a chegada de parte do exército brasileiro em uma das aldeias Terena, demonstrando a relação que havia entre o exército brasileiro e esses índios, afirmando que:

> Na realidade numa volta além, achava-se a aldêa, cujos ruidos cada vez mais intensos, denunciavam a vida e a animação do trabalho. (...) Significava o final de todos os nossos soffrimentos! Alegrava-nos o espirito e o corpo, abrindo largos horizontes ao nosso direito de compensações, após tão longos dias de tamanho penar e tamanhas privações... (...) Foi a reacção estrepitosa [dos índios]. Explicamos a razão de nossa chegada, e quasi andando aos braços, no meio daquella boa gente [os Terena], fomos a ter á casa do capitão José Pedro, que nos acolheu, não como um chefe de indios [Terena] mais como um filho da civilização. (...) Passou-se a noite em narrar a José Pedro os factos que haviam precedido a guerra com o Paraguay e os nossos triunphos do sul que muito o enthusiasmaram. Falou-nos, com verdadeiro respeito do Imperador e de suas altas attribuições. Mostrou-se reconhecido á benevolência, que o monarcha brasileiro nutria pelos índios. Narrou-nos, com cores vivas, a invasão em suas diversas phases. Elogiou o comportamento de vários indivíduos de sua tribu (...) deu-nos provas de intelligencia clara e capaz de desenvolvimento. Sabia ler e escrever este capitão; (...) organizara uma escola de meninos, em que figuravam os seus dous filhos e sempre se mostrara affeiçoado aos brasileiros, a elles se achegando nas horas de infortunio.[3]

Os índios Terena foram incorporados à Guarda Nacional, assim como os demais índios. No entanto, eram eles, os Terena que compunham o maior número com 216, Kinikináo, 39 e Laiana, 20, que habitavam as aldeias próximas a margem do rio Aquidauana.[4] Na liderança desses índios, encontrava-se José Pedro, *capitão* dos Terena título concedido a ele pelo Frei Mariano de Bagnaia, e confirmado oficialmente pelo Império brasileiro em 1867, devido ao respeito e obediência que os indígenas tinham com ele, *um filho da civilização*, qualidade que também pode ser atribuída como reflexo da educação recebida do Frei Mariano de Bagnaia, na aldeia dos Kinikináo em Bom Conselho.

Destaca-se ainda que segundo as afirmações de Taunay: *estes indios mostram a melhor disposição, offerecendo-se com espontaneidade e servindo com toda a dedicação, como verificamos nos nossos ultimos reconhecimentos*. No entanto, esta disposição em servir à Guarda Nacional, neste contexto, consistia também em resolver uma outra preocupação desses índios, que era as ameaças a que estavam sendo submetidos por parte dos fazendeiros, devido às *rezes que eles são obrigados a matar para a sua alimentação, tem incultido temor de que as forças virão escravisal-os e tratal-os com todo o rigor da guerra*.[5] Esta ação dos Terena em entrar para a Guarda Nacional era uma escolha dos próprios índios, como uma possível solução para os problemas entre eles e os

fazendeiros; além de representar a defesa dos territórios que tradicionalmente ocupavam antes desse conflito.

A contribuição desses índios estava além de sua presença física: eram eles também os responsáveis pelas informações que chegavam até o exército brasileiro. Sua habilidade em reconhecer localidades e de espionar foi preciosa para o sucesso desse exército contra os paraguaios. Contudo, os índios não eram armados, não tinham adquirido o direito de possuírem armas como os demais soldados brasileiros. Não concordando com esta situação, passaram a reivindicar armas às autoridades, o que não estava nos planos destas, uma vez que havia um certo temor em conceder armas aos indígenas, com receio que esses se rebelassem contra o exército brasileiro. Entre tanto essa situação não foi aceita pelos povos indígenas:

> A quantidade de índios de raça Chané (terenas, laianas, kinikinaus e chaeronós ou guanás) guaicurus e até cadiuéus e beakiéus que são, contudo, perfidos aliados, mal vistos dos brancos, era considerável, todos a pedirem, em altos brandos, armas e munições de que estava repleto o deposito de artigos bélicos, para correrem a preparar as tocaias. [6]

A atitude descrita evidencia o comportamento dos povos indígenas frente às imposições vividas naquele contexto, haja vista a atitude do índio Kinikináo Pacalalá, também descrita por Taunay[7], quando este índio, juntamente com outros, foi até a Vila de Miranda, em busca de armas para se defenderem dos paraguaios. As autoridades negaram-se a lhes entregar; no entanto, os índios Terena, Kinikináo, Laiana, apossaram-se do arsenal de armas daquela vila, logo após esta ter sido abandonada pelos não índios, que fugiram para a Serra de Maracaju, a fim de escapar dos paraguaios.

Nesse local, índios e não índios encontraram-se e passaram a ter uma longa convivência. Nessa situação, os índios foram os grandes responsáveis pela sobrevivência de todos, pois como conhecedores da região evitavam os paraguaios e também, como povos agricultores, eram responsáveis pelos alimentos, conforme evidencia uma passagem

descrita por Taunay[8] quando parte dos soldados do exército chegam à aldeia Naxe Daxe e recebem arroz, milho e mandioca, bem como mel e rapadura como presentes.

Desta forma, é possível evidenciar a importância que os índios tiveram no período da guerra: uma vez que estiveram presentes lutando contra os paraguaios, abastecendo o exército com alimentos e informações. Todavia, sua participação nessa guerra e todos os seus feitos não foram suficientes para lhes garantir um de seus bens mais preciosos, a posse dos antigos territórios que tradicionalmente ocupavam antes desse conflito, na região do então sul de Mato Grosso.

O fim da Guerra contra o Paraguai representou, para os Terena, o começo de uma outra batalha pela sua sobrevivência, pois, além de muitos índios terem sido dizimados, muitos outros, ficaram doentes e miseráveis. Como se isto não bastasse, não possuíam mais a posse sobre os antigos territórios que ocupavam, tomados agora pelas fazendas que se proliferavam pela região indicando assim a sua *desterritorialização*.

Rohde, alemão que durante os anos de 1883-84 foi responsável por uma missão científica realizada pelo Museu de Berlim na região de Mato Grosso, também evidenciou em seus escritos à importância que os índios Terena tiveram durante o conflito platino; segundo suas informações os Terena, prestaram bons serviços para o exército brasileiro e como recompensa desse trabalho, alguns caciques receberam patentes como alferes.

> (...) Na guerra do Paraguai ofereceram aos brasileiros bons serviços e, em conseqüência disso, alguns caciques do Brasil receberam patentes como alferes, que me mostraram com muito orgulho e me pediram para lhes ler. (...)
> Cada aldeia tem um comandante (sub-chefe) e sobre a tribo toda está um cacique, que recebeu da nação brasileira uma patente de *capitão*. Este chefe de todos os Terenos recebeu-me amigavelmente, mostrou-me imediatamente a sua patente depois a fotografia do imperador D Pedro II, que ele chamou de seu amigo.[9]

Essa também foi uma tentativa de desarticulação da sociedade indígena. A política utilizada pelo governo brasileiro para envolver os índios, segundo seus interesses, era evidente. Transformar o cacique, chefe indígena, em *capitão* representava a desestruturação de sua organização social, pelo menos esta pode-se dizer que era uma das intenções do governo. Mas, por outro lado, definir o imperador D. Pedro II como *amigo*,

pode-se dizer também que era uma forma dos índios se igualarem aos brasileiros – não índios – apropriando-se desse direito de *igualdade* que a sua participação na Guerra contra o Paraguai iria lhes proporcionar; e, era revestido desse direito que eles, os Terena, lutariam pela posse de seus antigos territórios.

Para Altenfelder Silva (1949), os Terena, logo após o fim da guerra, encontravam-se nas seguintes localidades:

> Pouco após a campanha do Paraguai, habitavam os Terena, segundo êles próprios informam, as seguintes aldeias: *Ipegue* (em área compreendida entre as atuais aldeias de Ipegue e Bananal); *Imokovookoti* (nas imediações da atual aldeia de Cachoeirinha); *Tuminiku* (nas proximidades da atual aldeia de Bananal); *Coxi* (próxima ao córrego de Taquarí); *Naxe-Daxe* (nas proximidades do córrego do mesmo nome); *Háokoé* (nome Terena para a fruta do pindó; situava-se a aldeia a uma légua de *Tuminiku*); *Moreira* e *Akuleá* (ambas nas proximidades de Miranda); *Kamakuê* (próxima à atual aldeia de Duque Estrada); *Brejão* (próxima a Nioaque); *Limão Verde* (próxima a Aquidauana); *Cerradinho* (na área do atual Município de Campo Grande). Nessa época estimavam-se os Terena entre 3 e 4 mil.[10] (destaque no original)

Os antigos territórios que os Terena ocupavam, na região de Miranda foram invadidos e muitos foram totalmente perdidos para a posse de particulares, sendo esta a situação da aldeia de Naxe Daxe, uma das mais antigas segundo os registros de Taunay. Estabelecendo-se, como foi dito anteriormente, uma situação de *desterritorialização* para esse povo. Muitos dos índios quando retornaram para esses territórios, não mais os encontraram, devido à implantação das fazendas, na região Assim, estes voltaram para os lugares que habitaram durante o período da guerra, e que formam atualmente as aldeias de Brejão, em Nioaque; Limão Verde, em Aquidauana e Cerradinho (Buriti), na região de Dois irmãos do Buriti. Lá possuíam lavouras formadas e algumas criações de animais, que também já se encontravam em processo semelhante aos das demais localidades da região: os fazendeiros, ou seja, os novos proprietários não mais os queriam por perto. Os *amigos* que foram durante a guerra deixaram de existir e tornaram-se os *empecilhos* para a concretização da política indigenista brasileira.

A situação das terras que os Terena ocupavam foi denunciada por eles mesmos, para o Diretor Geral dos índios: Antônio Luis Brandão em 1871, de acordo com a

correspondência deste diretor, emitida para o Presidente de Província Francisco José Cardoso Júnior neste mesmo ano:

> A cerca do índio da tribu Terena, de nome José Caetano, de quem trata o officio de VExª. Do corrente, cujo recebimento tenho a honra de accusar, o que sei e posso informar a VEXª é que o dito índio com mais alguns da sua tribo, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do fallecido Pedro Tavares, capitão da aldeia do Ipegue, no districto de Miranda, e seo substituto, que por ocasião da invasão paraguaya não só a sua tribu, como todas as outras, e mais habitantes do districto abandonarão os seos lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permaneceão por 6 annos; que ultimamente, voltando os moradores a reocuparem os seus domicílios, elles Terenas encontrarão a sua aldea do Ipegue ocupada por Simplicio Tavares, por Antonio Maria Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e lavrarem suas antigas terras e de seos antepassados; pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quais não podião desprender-se um outro índio da mesma tribu de nome Victorino, que farda-se como Alferes, e pertence a aldêa da Nachedache, distante da Ipegue uma legoa, fez-me igual reclamão.[11]

É após a guerra que se intensificou a formação e o desenvolvimento das fazendas na região e a construção das cercas que separavam e demarcavam as recém-criadas propriedades particulares. O que eram terras indígenas tornavam-se propriedades particulares, constituindo-se os índios Terena a sua principal mão-de-obra, utilizada para a manutenção e desenvolvimento das mesmas, inserindo-os, assim, na economia regional. Esta situação não foi aceita por eles que reivindicaram, junto ao governo brasileiro, o direto de permanecer nos antigos territórios que ocupavam antes dessa guerra, conforme citação acima.

Essas reivindicações foram motivadas em função de sua participação ativa no conflito ao lado dos brasileiros, defendendo os territórios que ocupavam, bem como os interesses do governo, acreditando que esta razão lhes conferiria e garantiria o seu direito de posse sobre essas terras. A partir deste princípio, os índios Terena passaram a reivindicar, do governo brasileiro, a posse sobre esses mesmos territórios. Os títulos de *capitão* concedidos durante esse conflito para *agradar* esses índios, passaram a ter um outro significado, ou melhor, os Terena deram um ressignificado para esse título, porque, revestidos dele, exigiam a posse sobre os seus antigos territórios. Por isso, a preocupação do governo brasileiro em retomar a política de aldeamento naquela região, que fora interrompida pelo conflito platino, pois de um lado tinham os Terena reivindicando a

legalização de seus territórios e de outro os fazendeiros também reivindicando as mesmas terras para si.

No final do século XIX, os índios Kadiwéu receberam, aproximadamente, trezentos e setenta mil hectares de terras na região do Nabileque/Bodoquena, sob forma de concessão do governo mato-grossense. Reanimados por essa conquista indígena, os Terena pressionavam mais intensamente as autoridades brasileiras para a demarcação de seus territórios, apropriando-se da própria condição de *capitão,* dada para alguns chefes indígenas Terena e reafirmando, assim, as suas lutas:

> (...) que seguindo a antiga pratica dos meus antecessores, pasei titulo ao indio Joaquim Victorino de Capitão da tribu terena aque pertence sem que este titulo lhe de direito ao pedido de fardamento completo que fiz e nem a cousa alguma. É verdade que se tem fornecido à alguns nas mesmas circunstancias, e com o fim simplesmente de agradá-los, algumas peças de fardamento do mesmo modo que se lhes fornecem roupas e ferramentas como brindes.[12]

No entanto, essa prática adotada pelos Presidentes de Província, como forma de agradá-los, passou a ser distribuídas para os Terena, durante a Guerra contra o Paraguai. E teve efeito contrário daquele pontuado no documento; ou seja, por meio desses *agrados,* os índios Terena, pode-se dizer, sentiram-se privilegiados e na condição de ressignificarem os laços construídos com o Presidente de Província. Esses símbolos do poder da insígnia e da farda, transvestiram-se na positividade da posição de *dóceis* e *mansos.* O título e a farda eram as *provas* que os diferenciavam das outras etnias indígenas e os colocavam em igualdade com os brancos. Tanto é verdade que, para fazer suas reivindicações junto ao Diretor dos índios, relatavam a situação da invasão de suas terras e da desorganização destas, em função da referida guerra.

No encontro com o poder, esses índios iam revestidos dos direitos de *capitão* e vestidos como alferes, conotando uma reunião de autoridades. O índio Terena a que o documento se refere, Joaquim Victorino, e que habitava a aldeia de Naxe Daxe, na região de Miranda, tornou-se conhecido como *Capitão* Vitorino, quando da perda das terras dessa aldeia para a constituição de fazendas naquela região. Este se transferiu junto com demais

Terena para a região de Nioaque, constituindo muito tempo depois a Reserva Indígena de Brejão (Capitão Vitorino).

Os documentos consultados da Diretoria Geral dos Índios evidenciaram que a maioria dos índios Terena concentrou-se nas proximidades dos rios Miranda e do Aquidauana, onde permaneceram suas principais aldeias, razões por referir-se a esta localidade como sendo os seus territórios tradicionais, que cada dia mais estavam (continuam) exprimidas em pequenas quantidades de terras, tornando-se, logicamente, também, muitas delas, desaparecidas. Por estas mesmas razões, os próprios Terena preocuparam-se em se estender pela região, garantindo a posse de territórios em outras localidades, diferentes dessas citadas.

Assim era a situação dos índios Terena que reivindicaram as terras que, eram ocupadas por eles, antes da guerra, assim como aquelas onde eles se estabeleceram durante e após essa mesma guerra, que são: as aldeias de Buriti, atualmente em Sidrolândia e Dois irmãos do Buriti; Brejão, na região de Nioaque e Limão Verde na região de Aquidauana, como já foi mencionado anteriormente. Somente em 1905, inicio do século XX, é que a aldeia de Cachoeirinha foi legalizada como Reserva Indígena, as demais aldeias só muitos anos depois dessa data, passaram a ter esta condição. Isto, sem dúvida, deve-se a vários fatores, mas principalmente aos próprios Terena e as suas ações.

---

[1] VARGAS, V. L. F.. *A construção do Território Terena (1870-1966):* uma sociedade entre a imposição e opção. 2003. 160 p. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, Dourados.
[2] TAUNAY, V. de. *Entre os nossos índios.* São Paulo : Companhia Melhoramentos, 1931, p. 19-20.
[3] Id., ibid., p. 12-13
[4] TAUNAY,V. de. *Campanha de Matto Grosso*. 2 ed. São Paulo : Livraria do Globo, Irmãos Marrano, 1923.
[5] Id., ibid., p. 205-6
[6] TAUNAY, V. de. op. Cit p. 187.
[7] Id.,ibid.
[8] TAUNAY, V. de. Op. Cit p. 14
[9] ROHDE, Richar. Algumas notícias sobre a tribo indígena dos Terenos. *Terra Indígena,* UNESP, Araraquara, n. 55, p. 20-39, abr./jun. 1990.
[10] ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. III, p. 281, 1949.
[11] Arquivo Público de Mato Grosso, livro 191, p. (79v-80).
[12] Lata 1886-C, doc. Avulso, Arquivo Publico de Mato Grosso.

O Teatro de Revista seduz a Elite de Florianópolis – anos 20.

Profª Dra. Vera Collaço[1]

A produção deste gênero dramático – a Revista – em Florianópolis, ao longo da década de 1920, é totalmente desconhecida pela historiografia catarinense. Eu "esbarrei" com esta informação no percurso de minha pesquisa para o doutorado, nos anos 2002-2003. Naquele período não havia como desviar o foco de meu objeto de trabalho, assim, registrei as fontes e os documentos para num momento apropriado dar inicio a uma nova pesquisa.

Nesta comunicação, apresento, pela primeira vez, alguns dados resultantes de minha nova investida sobre a história do teatro catarinense. Exponho, aqui, alguns aspectos de aproximação e diferenciação da *Revista* produzida em Florianópolis e do modelo referencial - Rio de Janeiro -, dando destaque, na perspectiva da imprensa local, para questões de conteúdo e a pertinência moral que deveria ser construída no teatro de revista de Florianópolis.

O teatro de revista e comédias é criticado, mas muito apreciado...

Se no Rio de Janeiro, então capital federal, as revistas e comédias ligeiras já eram motivo de críticas por sua imoralidade, em Florianópolis, uma capital, na década de 1920, provinciana e conservadora, as críticas aos desvios morais, que este gênero provocava, foram ferozes, sem, contudo, ser um fator diminuidor da presença do público ao teatro.

Em 1920, a Companhia de Revistas e Comédias Ribeiro Cancella foi censurada pelos jornais e revistas locais pela "crueza bestial de seus espetáculos, que maculou o

[1] Vera Collaço – professora do departamento de Artes Cênicas, do Centro de Artes, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutora em História – UFSC.

bom nome da nossa platéia".[2] Nem por isso a temporada da companhia deixou de ser um sucesso absoluto de público, que muito se divertia com este gênero teatral.

Nos jornais eram constantes as críticas a este trabalho: "é a revista imoral e intragável na sua cinematográfica exposição de mulheres mal vestidas que vem à cena dizer tolices, quando não dizer e fazer indecências".[3] Caracterizavam este teatro como pornográfico, por demais "apimentado", com exageros ridículos, torpe, cheio de "ditinhos imorais". Às vezes as companhias passavam dos limites, segundo a imprensa, como o teria ocorrido com a Companhia de Revistas e Burletas Leoni Siqueira, em 1922:

> Gostamos de rir, e somos dos que vêm no gênero teatral ora em voga, obra de puro chiste, com uns vagos tons de arte. Não emprestamos, entretanto, o nosso "beneplasto" a cenas que, sem intuito maior que o de achincalhar, vão de encontro a crenças, melhor, a religiões que se acham sob a proteção da nossa Carta Constitucional".[4]

A imprensa local procurava destacar às companhias quando as mesmas apresentavam "espetáculos puramente familiares, com arte, graça e muito luxo".[5] Este foi o caso da Companhia Sper, em 1930, e da Companhia Brasileira de Sainetes e Revistas Lyson Gaster, em 1932, cujas "peças são de um humorismo sadio. Nada de exageros de espírito raiando na piada grosseira, na dialogação crespa, pela pornografia. Seus espetáculos são perfeitamente familiares".[6] Portanto, a imprensa local estava "comunicando" ao seu público, baseada em critérios morais, que estes espetáculos eram inofensivos, adequados às famílias.

---

[2] *Terra*, Florianópolis. N.18. Out. 1920, p. 12.
[3] *O Estado*, Florianópolis, 8 set. 1920.
[4] *República*, Florianópolis, 29 mar. 1922.
[5] *O Estado*, Florianópolis, 28 jul. 1930.
[6] *O Estado*, Florianópolis, 22 fev. 1932.

Nem mesmo Procópio Ferreira, na época um consagrado ator nacional, foi poupado de críticas: "Por falar, porém, em piadas, queremos lembrar ao nosso caríssimo Procópio que não está no Rio de Janeiro, onde tudo é natural. Aqui ainda existe um certo pudor. Talvez estejamos atrasados, mas nos sentimos bem assim".[7] Na forma de um irônico poemeto, um escritor local, retratou a falsa moralidade dos que criticavam este teatro, mas não deixavam de ir assisti-lo:

O senhor B de B, o moralista,
Evangelizador da grande seita
Que doutrina mais perfeita
Inimigo enraizado da "revista"
Foi visto no Teatro apreciando
A rir, a rir feliz e prazenteiro
O tão apimentado e galhofeiro
"Gênero bom" que estão representando
Eu ao saber que o homem corava
Diante da maldade; que pregava
A sã moral, pimenta foi "comer"
Lembrei-me do rifão que diz: amigo,
Fase desvanecido o que te digo,
Mas, o que eu faço escusa fazer.[8]

A revista – da Capital Federal às "províncias"

A intensa atividade do teatro de revista, como diz Neyde Veneziano, se alastrava por todo o país. "Era a praça Tiradentes (RJ) chegando a outros estados e esses outros

[7] *O Estado*, Florianópolis, 19 fev. 1946.
[8] *O Estado*, Florianópolis, 1 out. 1920. Assinado por Hi Jóta.

estados também produzindo as suas revistas com características próprias".[9] Florianópolis esteve incluída neste efervescer do teatro musicado pela produção local, principalmente na década de 1920, de grande número de revistas e suas variantes, as operetas e burletas.

Coube a Clementino de Brito (1879/1953) a primazia de ser o fundador do que foi considerado, pela imprensa local, o renascer do teatro em Florianópolis.

> Abriu caminho para essa revolução digna de aplausos o nosso companheiro de redação Clementino de Brito (redator do jornal *O Estado)*, com a féerie infantil *Casa de Brinquedo*, a qual se seguiu o *Jardim Maravilhoso*, que tiveram diversas representações no Álvaro de Carvalho, desta capital, e em outras cidades do interior.
> Eram peças sem tessitura difícil, apenas ornadas de situações de uma leveza aérea e graciosa, adequadas ao espírito das crianças para as quais tinham sido propositadamente escritas. Não eram revistas, porque lhes faltava o ar saltitante e gaiato que distingue essa espécie teatral.
> Mas o caminho estava aberto. O público deliciou-se em ver gente da casa a desempenhar os papéis das peças da terra, e isso despertou, nas rodas dos nossos intelectuais, o desejo de seguir esse caminho florido e ameno, em demanda de um divertimento são, arranjado ao nosso paladar.
> Como se vê, a época é do teatro. Nele se exercitam as nossas mais empreendedoras inteligências.[10]

A elite intelectual de Florianópolis, especialmente os associados da Academia Catarinense de Letras, voltou-se para o teatro, em específico, para o teatro de revista.[11]

---

[9] Neyde Veneziano,. *O Teatro de Revista no Brasil: Dramaturgia e Convenções.* Campinas: SP, UNICAMP, 191, p.45.

[10] *O Estado*, Florianópolis, 29 jun. 1921. A Opereta *Casa de Brinquedo* é de 1920, e *Jardim Maravilhoso*, de 1921, encenadas no Teatro Álvaro de Carvalho com direção do amador Dante Natividade, e músicas de Álvaro Ramos.

[11] Dos associados da Academia Catarinense de Letras, nas décadas de 1920/1930, dedicaram-se ao teatro, principalmente ao gênero revista, os seguintes escritores: Clementino de Brito, Antonio Mâncio Costa, João Batista Crespo, Altino Flores, Haroldo Callado, Oswaldo Melo, Ogê

Era a descoberta do teatro cômico, e com ele um instrumento de imediata divulgação de suas obras através da encenação desta dramaturgia. Quase todas as revistas escritas na década de 1920 tiveram a sua passagem pelo palco, apresentadas no Teatro Álvaro de Carvalho, com a presença de "numerosa platéia" composta, também, pela elite da cidade.[12] Criava-se, assim, uma cumplicidade entre palco e platéia que garantia o sucesso dos novos dramaturgos catarinenses e os estimulava a escrever novas obras para este público.

A década de 1920 pode ser caracterizada, no teatro realizado em Florianópolis, como o primado dos dramaturgos na condução do movimento teatral, tanto que foi uma década de poucos grupos teatrais, sendo que a maioria das representações resultava da agregação de um corpo cênico em torno da figura do dramaturgo. Cabia, portanto, ao dramaturgo, escolher o ensaiador, o elenco e os componentes para a parte técnica do seu espetáculo.

Alguns nomes destacavam-se na composição do corpo cênico, além do dramaturgo, entre eles os ensaiadores Dante Natividade, que dirigiu quase todas as revistas produzidas em Florianópolis, neste período, e Félix Brandão. Na cenografia o destaque era o pintor Eduardo Dias, seguido do, também, pintor Joaquim Margarida.

Como observa Neyde Veneziano, ao tratar da expansão do gênero revista pelo Brasil, esta dramaturgia adquiriu características próprias nos diversos estados. A revista produzida em Florianópolis mantém as qualidades requeridas pelo gênero, e que lhe garantiam sucesso junto ao público:

Mannebach, João Melchiades, Nicolau Nagib Nahas e Gustavo Neves. Sobre a Academia Catarinense de Letras ver: Celetino Sachet, *A Literatura de Santa Catarina*, Florianópolis, Lunardelli, 1979. Celetino Sachet, *As transformações estético-literarias dos anos 20 em Santa Catarina*, Florianópolis, Udesc/Edeme, 1974. Carlos Humberto P. Corrêa, *História da Cultura Catarinense: O Estado e as Idéias,* Florianópolis, UFSC, 1997.

[12] As músicas da revistas foram elaboradas, essencialmente, pelos músicos locais: Álvaro Ramos, Álvaro de Souza, Hermínio Jacques, Luiz e Ernesto Emmel, Hermínio Millis, Max Kuenzer e Hugo Freyes Leben.

> A ausência de pose, de pedantismo; o gosto pelas idéias e expressões simples; o dom da caricatura, da graça fácil e espontânea; a habilidade no jogo das palavras, no uso do trocadilho; o interesse jornalístico pelos modismos, pelo que estava acontecendo no Brasil e mais ainda na cidade do Rio de Janeiro.[13]

Mas distanciava-se da revista produzida no Rio de Janeiro quanto aos aspectos morais. Os jornais locais faziam questão de diferenciar as revistas criadas por autores catarinenses, tratadas como familiares e lúdicas, das revistas que eram apresentadas em Florianópolis pelas companhias profissionais vindas, normalmente, do Rio de Janeiro:

> O autor teve a originalidade de fazer humorismo sem as costumeiras piadas das revistas de costumes nacionais. Geralmente, estas são umas pérfidas exposições de obscenidades em rimas, musicadas e declamadas, com os adequados gestos e requebros indecorosos. (...) O criador do *Seu Jeca qué Casa* descobriu a maneira razoável de conquistar o sucesso, sem as grosserias do costume – substituiu a piada canalha, pela critica elegante, que arrebata, e pelo humorismo fino, que deleita. É um trabalho de arte e não um trambolho de obscenidades elevadas à categoria de costumes da terra – costumes comprometedores, os tais.[14]

A critica acima, de Gustavo Neves, uma das inúmeras que os jornais publicavam neste sentido, retrata bem o pensamento da elite intelectual local que não rejeitava o gênero revista ou as comédias de costumes, mas discordava da "imoralidade" nelas contidas como chamariz de público e sucesso. A imprensa elogiava a revista de costumes locais, produzida em Florianópolis, por ser "espirituosa e limpa", com cenas "hilariantes,

---

[13] Décio de Almeida Prado, *História Concisa do Teatro Brasileiro,* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 106.

[14] Gustavo Neves, *O Theatro* Catharinense, O *Estado*, Florianópolis, 19 set. 1921. A opereta *Seu Jeca qué Casa* é de Mâncio Costa, escrita e encenada, com enorme sucesso, em 1921, no Teatro Álvaro de Carvalho, com música de Álvaro Ramos.

mas de graça pura e sadia em que não se encontra uma só frase ambígua ou de interpretação menos moral".[15] As revistas deveriam ser movimentadas, "cívica, critica, humorística, sem ferir a susceptibilidade de alguém. Nem fazer corar os bancos da platéia".[16]

Quando algum dramaturgo local ia além do permitido era forçoso fazê-lo retroceder. Foi o que ocorreu com a revista *A Ilha dos Casos Raros*, de Nicolau Nagib Nahas,

> A peça despida como se acha das criticas pesadas que feriram susceptibilidades e que foram substituídas por números excelentes de canto e música. Força, é, porém, curvar-se as exigências do meio em que se vive e por isso achamos que muito bem andou o sr. Nicolau Nahas, acatando as nossas observações e retirando da peça algumas críticas muito pessoais.[17]

Assim, a critica ao gênero revista abarcava além da problemática da sua tendência para a obscenidade, o perigo que a mesma podia representar, pela sua característica de atualidade, ao tratar de fatos recém acontecidos e de pessoas envolvidas nestes acontecimentos. A revista local deveria ser mais ponderada para não ultrapassar o limite do aceitável pelo público da cidade, segundo a perspectiva formulada pela imprensa local.

---

[15] *República*, Florianópolis, 21 abr. 1927.
[16] *O Estado*, Florianópolis, 22 maio 1930.
[17] *República*, Florianópolis, 13 set. 1927. A revista *A Ilha dos Casos Raros*, de Nicolau Nahas, estreou em setembro de 1927, sob a direção de Dante Natividade, com música de Ernesto Emmel, no Teatro Álvaro de Carvalho, encenada pelo Centro Dramático e Artístico de Santa Catarina.

As reações ao cinema: o impacto do cinema no cotidiano

Veruschka de Sales Azevedo[1]

O caráter de descontinuidade, lançado pelas vistas em movimento, confere ao cinema o símbolo de leitura dos novos tempos, marcado pelo ritmo do relógio e pelas constantes mudanças na estrutura urbana das cidades. O viver em sociedade, a partir de fins do século XIX, foi transformado bruscamente. O processo de modernização empreendido nas cidades do café, aliado`a chegada dos imigrantes e das ferrovias, fez com que o viver citadino começasse cada vez mais a ser um viver entre estranhos. Nesse momento, o choque começa a ser rotina para esta sociedade à medida em que entra em contato com novas tecnologias, como as *vistas* do cinema, a fala à distância pelo telefone, o risco de ser atropelado pelos carros, o que se começava a experimentar naquelas não sinalizadas ruas daquele início de século, fascinando e aterrorizando a vida dos pedestres.

Neste sentido, a modernidade vivenciada nas terras do café não foge aos impulsos dos grandes centros. Ela também foi concebida como um bombardeio de estímulos. Simmel já havia escrito que a modernidade envolvia uma estimulação das atividades nervosas "*que resultaria da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores"* [2] . Neste texto o cinema foi compreendido como um desses estímulos.

Essa leitura é significativa para entendermos o debate ocorrido no início do século XX em algumas cidades brasileiras que, ao sentirem as transformações profundas pelas quais passavam as atividades culturais, devido à chegada do cinema, recrutaram jornalistas e a elite letrada para manifestarem-se a respeito:

---

[1] Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista UNESP- FRANCA.

[2] SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In. *O fenômeno Urbano*(Org.) Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1979.p. 12.

> *"...a base paisagística alterava-se e com ela, prática sociais costumes e valores, que seriam representados, literariamente por aqueles que vivenciaram a seqüência de mudanças. Como espectadores privilegiados da urbe, dotados de uma "sensibilidade fina" para captar as sensibilidades do momento, os artificies da vida literária da época traduziriam em sua narrativa, as múltiplas facetas da reforma urbana..."*[3]

Affonso de Carvalho, jornalista e cronista da cidade de Franca, atribui ao cinema a decadência das formas artísticas tradicionais e apesar de ser um adepto do progresso, pois em suas crônicas ele deixa nítida essa impressão, ele, a princípio, condena a propagação do cinema na sociedade. Em seu livro escrito em 1912, falando da história e dos costumes da cidade de Franca, por várias vezes condena o crescimento do cinema. Esse estranhamento corresponde ao valor heróico de viver a modernidade e, para um ser humano criado nos valores da palavra e da razão era difícil encontrar sentido à transformações que ocorriam no seu cotidiano.[4]

Talvez o literato, apesar de toda a sua apologia àquele desenvolvimento "frenético" e "bárbaro", não conseguisse perceber que o poder, sobretudo o poder que atua numa sociedade de desenraizados, não se coaduna com a simplicidade. A grandeza, a ostentação, o luxo, o fausto caracterizam-no. E essa tentativa de revisitar práticas culturais que não se caracterizam nessa dinâmica social é uma atitude impossível, na medida em

[3] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade*: Visões Literárias do Urbano. Paris. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora UFRG, 1999.p.177.
[4] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo. Brasiliense, 1985.p.245.

que os referenciais culturais herdados só podem ser visitados por meio de uma reinvenção que leve em consideração todo o desenvolvimento tecnológico.[5]

Para além do encantamento, está também colocada a questão do estranhamento. As palavras do cronista revelam o posicionamento social, ou seja, ele pertence à elite letrada da cidade que divulga constantemente sua visão de sociedade, por meio do jornal Tribuna da Franca. Seu posicionamento, contrário à expansão ou, como ele mesmo diz, "invasão do cinema", deve-se à decadência dos saraus e das reuniões familiares, dos quais estes homens faziam parte como figuras ilustres, decadência que estava se operando, quando este fazia críticas ao cinema. Talvez, por meio da crítica, ele conseguisse expressar toda a sua indignação frente àquela situação ameaçadora.

Utilizando o cronista como fonte histórica, o discurso do mesmo revela o ritmo de desenvolvimento pelo qual a cidade passava e a forma como os homens daquele período lidaram com a tecnologia naquele primeiro momento de expansão.

As impressões sobre o cinema estavam sendo discutidas em cada recanto do Brasil. Em Porto Alegre, a disputa teatro x cinema parece ter agitado a reflexão daqueles espectadores do urbano. O cronista Vivaldo Coaracy retoma o tema no jornal "O Diário", em 1911, e diz que "*O cinema é uma fatalidade da vida moderna e se transforma numa necessidade pública. É mais do que uma doença, uma neurose, é uma função social, quase uma função fisiológica"*.[6]

Entendemos que uma das maiores inovações do período ocorreu por conta de uma nova percepção visual, devido à imersão no mundo da imagem. Os cartazes e os anúncios nos jornais indicam que, além dessa mudança visual, estamos começando a entrar no mundo da indústria cultural, ou seja, a economia cafeeira trouxe, além do desenvolvimento

[5] AZEVEDO, Veruschka de Sales. *Franca em Cena*: imagens de desejo e estranhamento no teatro urbano de fin-de-siècle. Anais- Ciclo de Estudos sobre a História da Cidade. Franca, v.1,n1,p.7-18.1999.

[6] PESAVENTO, Sandra Jathay. *O Imaginário da Cidade:* Visões Literárias do Urbano. Paris. Rio de janeiro. Porto Alegre. Editora UFRG, 1999. p.346. " (...) é basicamente esse efeito de presença que ultrapassa a materialidade e a funcionalidade da forma, que faz apelo ao imaginário- ou a relação do homem com o mundo que cabe resgatar..."p.175.

comercial e da chegada dos imigrantes, a difusão de um intenso comércio cultural que transformou os costumes de toda a sociedade das "cidades do café" e, conseqüentemente, de Franca.

Partindo da análise desse processo, verificamos que a modernização na cidade de São Paulo, no início do século XX, foi acompanhada de um desenvolvimento intenso dos esportes, da dança, do cinema, enfim, das diversões urbanas. Tal aceleração estava indicando um outro tipo de comportamento do citadino que, imerso neste universo cultural que despontava, absorvia, às vezes a contrapelo, os feitos tecnológicos.

> *"...as modernas formas de comunicação de massas, a fotografia, o cinema e os cartazes reiteravam essa ênfase tecnológica sobre a ação e a velocidade, ressaltando ademais o papel privilegiado concedido nessa nova ordem cultural à imagem, à luz e à visualidade. É sabido o quanto essas três formas de comunicação incidem, mobilizam e demandam relações com as camadas mais profundas do subconsciente e como possuem o poder de causar impressões de grande magnitude em função do uso de prodigiosos efeitos de luz e do chamado realismo mecânico, a mágica verossimilhança obtida pelas técnicas fotográficas."*[7]

Já considerado o maior símbolo de distração de que dispunham as cidades do interior, o jornal "Comércio da Franca" também sai em defesa do cinema, chamando a atenção para uma falsa visão do cinema difundida na sociedade francana, visão essa, segundo o jornal, carregada de preconceitos e moralismo, que estava espantando o público.

[7] SEVCENKO, Nicolau . *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo. Cia das Letras, 1992.p.164.

Na tentativa de reverter essa situação, o jornal publica uma indignada nota contra o que estava se passando. O título da nota estava em destaque: O Cinematografho :

> *Nas cidades do interior do Estado é o cinematografho a única distracção existente.*
>
> *Temos nesta cidade um montado com todo o luxo e requisitos hygienicos, exhbindo diariamente boas fitas, no entanto a sua freqüência tem diminuido consideravelmente de algum tempo para cá.* [8]

Possivelmente o cinema ao qual o jornal refere-se é o cine Santa Maria, que foi instalado atendendo aos preceitos da higiene e beleza, sendo inaceitável, na visão desse jornalista, essa situação de casa vazia:

> *"Qual será a causa dessa bandada ? A causa é a guerra injustificavel que algumas pessoas lhe vem movendo.*
>
> *Dizem do cinematografho cobras e lagartos. Que alli é que as moças vão aprender cousas que deviam ignorar, etc, etc...*
>
> *Tais acusações são injustas.*
>
> *O cinematografho é, não uma escola de vícios e immoralidades, mas uma verdadeira escola educativa e instrutiva.*
>
> *Não confundamos educação com instrucção. Se elle nos apresenta o vício com todas as suas negras cores, apresenta-nos também o corretivo. Se nos mostra a Magdalena no explendor da sua vida de sensualidades, logo adiante nos faz ver a pecadora, arrependida, chorando suas faltas aos pés não de Jesus, mas aos*

[8] Cf. O Comércio da Franca, 12 de abril de 1916. Anno I nº 41. Fonte: Arquivo Histórico Municipal "Capitão Hipólito Pinheiro". Franca.

> *pés da sociedade implacável que lhe cospe no rosto o seu despreso, todo o seu escarno.*
> *Que maior castigo que essa cruel humilhação! Ella é o isolamento no meio de uma turba que se agita, é o remorso que lhe aferroa a alma enlameada.*
> *Se nos faz ver um bandido lavando em sangue humano o ouro roubado, mais adiante o vamos encontrar no cubiculo de uma penitenciaria, justando contas com a justiça terreste."*

O cronista aponta para o duplo papel exercido pelas vistas de cinema, considerando que muitas vezes o cinema pudesse mostrar o que havia de pior nos vícios humano, o cronista defende que esta posição se justifica na medida em que o cinema mais adiante mostraria a punição de tais vícios. Pois segundo ele o cinema era *uma verdadeira escola educativa e instrutiva.*

Antônio Torres, escrevendo nas Pasquinadas Cariocas em 1921, analisa a inevitável presença do cinema no viver cotidiano e a impotência dos homens em conter o fenômeno cinematográfico, que avança de maneira assombrosa devido ao *boom* hollywoodiano, o tom moralista de seu depoimento marca a inquietante presença do cinema no cotidiano cultural :

> *As desordens que taes espectáculos determinam no systema nervoso, e, por via delle, no psychismo dessas victimas (que outro nome não merecem), são incalculáveis; e as suas conseqüências moraes são faceis de prever para quem costuma visionar taes contingencias, um pouco d'alto. Ora, que me conste ainda nenhum povo forte se formou, levando os paes a seus filhos e filhas a certas casas onde se lhes ensine, por*

> *meio de quadros animados o melhor processo de que dispõe um homem para arrombar cofres fortes, e a maneira mais agradável que tem uma rapariga para se pendurar aos beiços dos amantes.*
>
> *De maneira que, numa cidade como o Rio de Janeiro (e o que se diz desta cidade se estenda-se a respeito de todas as demais cidades do Brasil), numa cidade como o Rio de* Janeiro*, onde o único divertimento é o cinema (...), o problema da moral cinemathografica me parece fora de qualquer solução que não seja a supressão completa dos cinemas- o que é impossível. Pelo que, o melhor que podemos fazer ainda é cruzar os braços e ir acompanhando, phase a phase , como curiosos, como sociologos , ou como adeptos de tal esporte, o instructivo phenômeno da putrefacção geral.*[9]

As reações, ao cinema, foram as mais variadas, desde o encantamento e o reconhecimento de que o cinema era expressão de progresso e veículo de educação, passando pelo embate com as formas de apresentação teatral, percebido como interessante meio de comércio, até às reações mais negativas de que o cinema representaria o fim das famílias e dos bons costumes. Notou-se percepções bem sensíveis do urbano, como a do cronista Affonso de Carvalho que, sem adjetivos para explicar a chegada do cinema, retratava-o como o ladrão dos costumes tradicionais da sociedade francana. Franca não só recebeu a arte cinematográfica via Lumieres, Pathé Fréres ou Edison, mas também produziu "vistas" animadas. A Empreza Francana de Cinema, propriedade de José Pires, ficou conhecida em todo o triângulo mineiro e

[9] XAVIER, Ismael. Op; Cit.p. 117/8.

também em cidades como Campinas e São Paulo. Produzia "vistas" animadas e, pelo que consta, movimentou cifras significativas e ainda obteve prêmios na Exposição Nacional de 1908.

Os escritos deixados pelos cronistas revelam as tensões entre continuidade e descontinuidade na vivência do espaço e do tempo. Esses depoimentos são bastante significativos porque evidenciam como os homens do período se compreendiam, como se constituíam a si mesmos, a sua alteridade e a sua própria história.

Humor gráfico – apontamentos sobre a análise das charges na História.

Vinícius Liebel

(Mestrando em História pela UFPR e bolsista do CNPQ)

Ao acordar pela manhã, muitas pessoas têm o hábito de buscar num jornal seu primeiro contato com o novo dia. Procuram nele informações que os ajudarão a manter conversas profissionais ou amigáveis nas próximas vinte e quatro horas, ou ainda notícias que determinarão suas ações, que os ajudarão a escolher seu entretenimento e saciarão sua curiosidade sobre determinado fato ocorrido. Há ainda diferentes formas de se ler o jornal. Alguns começam pela capa e seguem a ordem dos cadernos até o fim. Outros verificam a capa, passam para o caderno de esportes ou de cultura e seguem uma ordem própria. Existem os que extraem do jornal um ou dois cadernos e já se dão por satisfeitos. Poucos, entretanto, deixam de verificar a charge do dia.

Quando lê os jornais, a maioria das pessoas escolhe os assuntos que mais lhe interessam para analisar mais detidamente, demandando um pouco mais de tempo. A charge, porém, não requer o tempo que o texto exige para a leitura, absorção e interpretação da informação. Trata-se de um discurso pictórico e, portanto, de quase imediata absorção. Esse imediatismo eleva o número dos “leitores” da charge, visto que tampouco a habilidade da leitura se faz necessária. Analfabetos e crianças também fazem parte do público consumidor das charges e, em certa medida, também são por elas influenciados na constituição de uma opinião própria sobre o assunto abordado. Temos, entretanto, de fazer a ressalva que para compreender a charge o espectador tem de estar inserido em seu contexto ou ter conhecimento do contexto sob o qual a charge foi criada. Assim como qualquer espécie de linguagem, a charge, para ser entendida, precisa chegar àqueles que detêm as chaves para interpretá-la corretamente.

Esta característica também é natural da caricatura, que se diferencia da charge no que tange o objeto de sátira. Enquanto a caricatura refere-se a apenas um indivíduo, contendo a representação exagerada dos traços mais marcantes do mesmo, a charge se

utiliza da caricatura para melhor representar seu real foco de pilhéria, qual seja, uma situação política. Essa é a razão principal pela qual o observador da charge deve ter conhecimento da conjuntura na qual a charge foi produzida e, em muitos casos, dos personagens retratados nos desenhos.

A charge é uma representação artística que faz um corte transversal no tempo ao expor elementos que provocaram alguma ruptura na normalidade histórica e, por isso, mereceram alguma espécie de crítica ou registro em desenho. É, portanto, uma visão plena de parcialidade, pois carrega consigo não só as idéias e preconceitos do seu autor-desenhista, mas também toda a linha editorial do meio no qual ela é inserida. Assim, justifica-se a utilização das charges como uma fonte legítima de análises históricas, no mesmo grau em que uma matéria jornalística também o é.

Na metodologia de análise de charges percebemos alguns cuidados que devemos ter antes de estipularmos valores maniqueístas aos desenhos. O primeiro é a percepção das características do meio no qual a charge é reproduzida. A linha editorial do jornal ou revista muitas vezes dá ao historiador a noção do público ao qual a charge é dirigida. Uma charge veiculada no *Völkischer Beobachter*, jornal oficial do Partido Nazista, jamais falaria bem de judeus e comunistas em detrimento dos nazistas. Assim sendo, é de se supor que nem judeus nem comunistas fossem compradores regulares do diário em questão.

Outro fator que se deve pesar no estudo destas fontes é a composição da mesma, especialmente levando-se em consideração o lugar no qual o desenho é ambientado, as mensagens contidas no segundo plano da charge e as expressões das personagens. Ao tomarmos como exemplo de análise a charge de Belmonte[1], intitulada “O Grande Discursador”[2], datada de 11 de novembro de 1942, podemos visualizar como estes elementos determinam o teor do desenho.

Em primeiro lugar, o ambiente no qual parece se passar as cenas é uma bancada, na qual o *Führer* discursa em dois momentos, situados no tempo como “ontem” e “hoje”. Junto dele está Hermann Göring, comandante em chefe da Força Aérea Alemã e uma das figuras mais caricatas do regime nazista. No fundo, uma bandeira nazista completa o quadro

atrás de Hitler, detalhe comum nos comícios nacional-socialistas. No “ontem”, a bandeira está inflada, representando a opulência do regime hitlerista. Em contraste, no segundo momento encontramos a bandeira enfraquecida, aparentemente caindo. Em outras palavras, a bandeira passa a noção de que, naquele momento, Hitler e seus seguidores já não contavam com o prestígio e a força que lhes caracterizavam o primeiro quadro.

Da mesma forma, faz-se necessária a caracterização dos personagens de forma a se reconhecê-los. Utiliza-se então o artifício da caricatura, um desenho humorístico satirizando os principais traços do retratado, mas sem exageros, pois assim o reconhecimento fica falho. Na charge em questão, os caricaturados são Hitler e Göring. Ambas conseguem reunir nos traços permanentes características centrais do físico de ambos: a obesidade de Göring, o nariz grande e levemente arrebitado de Hitler e seu indefectível bigode são os exemplos mais claros disso.

O teor da charge, entretanto, se encontra nos traços não permanentes. Constituem os traços não permanentes das caricaturas aqueles utilizados pelo desenhista para demonstrar as emoções dos personagens. Na primeira, os olhos de Hitler demonstram impetuosidade e heroísmo. No gesto de sua mão encontramos um símbolo de autoridade e certeza. Os olhos atentos de Göring assistem ao discurso e demonstram satisfação, assim como o sorriso em seu rosto. No segundo quadro os olhos do *Führer* demonstram mal-estar, sentimento acusado também por suas mãos sobrepostas no abdômen. A morosidade de sua platéia é simbolizada pela mudança de estado de Göring, que, ao contrário do primeiro quadro, demonstra tédio e desalento.

Fica-nos clara a intenção do autor da charge ao analisarmos estes detalhes técnicos do desenho. Com a definição temporal (o ontem e o hoje de Hitler), o artista está claramente acusando a derrocada da ideologia e das ações militares nazistas. Temos que lembrar que o desenho foi feito em novembro de 1942, quando a URSS já iniciava sua ofensiva de contra-ataque à Alemanha e os exércitos alemães perdiam combates importantes.

Há ainda um outro elemento que podemos, assim como em qualquer manifestação artística imagética, encontrar como indicadora da intenção do autor: a luminosidade da

imagem. O sombreamento e a falta de luminosidade podem manifestar a idéia central do autor, especialmente quando esta idéia vem acompanhada de um julgamento contrário aos atores ou à idéia da charge. Novamente recorremos a um exemplo de Belmonte para ilustrar a idéia.

Em desenho de 25 de agosto de 1944[3], o chargista lança mão de citação de um dos comícios de Hitler para apontar a idéia central da ilustração. Na parte superior do quadro, lê-se "O futuro da Alemanha repousa sobre sua juventude". No centro, vemos um Hitler preocupado e desesperançoso. O motivo de sua preocupação está explícito nas milhares de cruzes que compõem o segundo plano do desenho, cruzes estas que simbolizariam a morte dos jovens soldados alemães e a derrocada alemã na guerra. A mensagem da imagem se completa com a iluminação – ou a falta dela – ao redor do personagem. As nuvens negras e o ambiente escuro passam-nos as idéias de desespero e solidão, idéias que se tornam realidade na visão de Belmonte sobre o momento alemão. O autor aponta claramente a inevitabilidade da derrota da Alemanha, bem como prevê um futuro sombrio ao país que perdeu boa parte de sua juventude na guerra.

A grande arma das charges, entretanto, não são os detalhes técnicos que consideramos até aqui. Trata-se, em verdade, do humor, que perpassa a grande maioria das charges e atua como um agente corrosivo. A ridicularização de ações e de personagens através das charges tem, como seu principal promotor, o riso que a situação cômica retratada incita. O escárnio provocado sobre a figura de Hitler nas charges de Belmonte promove o riso do leitor que, ao rir, subjuga-o inconscientemente. Desta forma, a sátira diminui e desmitifica a figura do *Führer*, colocando-o numa situação de inferioridade em relação ao próprio leitor.

Esta ação tem seu desdobramento no estado consciente do indivíduo, que perde o respeito e o possível medo que teria da figura do ditador nazista. O medo e o respeito são sentimentos aflorados por pessoas que consideramos superiores ou iguais, que de alguma forma podem nos prejudicar. Ao rirmos se esvaem o respeito e o medo, restando apenas os sentimentos de preeminência e, num extremo, de ódio ao retratado.

O mecanismo de descrença no poder ou na autoridade do alvo de pilhéria foi magistralmente demonstrado por Umberto Eco em seu romance *O Nome da Rosa*. Nele, Jorge, o monge responsável pela biblioteca do mosteiro, empenha-se em manter longe de olhos públicos o segundo livro da Poética de Aristóteles, livro considerado perdido pelos estudiosos. O tratado do filósofo grego mostraria os benefícios do riso e citaria, entre eles, a perda do medo. O temor do monge Jorge era justamente que os fiéis perdessem a fé por perderem o medo da morte e da autoridade divina através do escárnio, abrindo brechas também para a perda do medo do diabo e para a possibilidade deste reinar. Isso porque "o riso libera o aldeão do medo do diabo, porque na festa dos tolos também o diabo aparece pobre e tolo e, portanto, controlável."[4] A dicotomia do riso aparece aqui perfeitamente ilustrada: da mesma forma que a sátira a Hitler pode promover a perda do medo que se possa ter dele e, desta forma, a perda de apoio que lhe poderia ser concedido, o riso também pode trazer a subjugação, que sempre carrega consigo o perigo da surpresa e da derrota causada pela falta de precaução contra as ações do inimigo, crendo na sua fraqueza e na sua vulnerabilidade.

Apesar do risco da subjugação, as charges se mostram um agente eficiente na obtenção de apoio a uma causa ou a uma personagem política e, assim, torna-se um agente de formação da opinião pública. Por ser normalmente veiculada na *mass media*, a charge atinge uma grande quantidade de indivíduos que, ao rirem da idéia passada, inconscientemente concordam com ela.

Essa dinâmica é trazida até nós pela teoria freudiana do humor[5]. Nela, o psicanalista austríaco defende que o riso seria um liberador das emoções reprimidas. Desta forma, por trazer o prazer da liberação do *stress* emocional, o riso seria uma manifestação individual e egoísta. "O riso compensa, em seus efeitos, o dispêndio contínuo de energia, exigido para manter as proibições que a sociedade impõe e os indivíduos internalizaram."[6]

Pelo fato do chiste ser uma forma de busca da aprovação e do prazer, o produtor da piada não pode passar por inculto ou imbecil – o que lhe traria mais frustrações. As palavras usadas e a piada a ser proferida devem ser cuidadosamente articuladas e devem

passar por uma crítica antes de sair da boca ou da pena. Baseado nisso, Freud indica dois momentos na concepção do chiste: o jogo e o gracejo. O jogo refere-se ao momento em que as palavras (absurdas ou não) "brincam" na mente, como as palavras na cabeça de uma criança. Porém, o jogo logo perde a graça e passa a ser condicionado à crítica, onde será julgado absurdo ou não. Passando pelo processo seletivo, vem o gracejo, com a formulação e a prática do chiste. Trata-se de um processo consciente que visa à fuga da crítica. E, se depois de proferido, o chiste nos faz rir, é porque tomamos uma posição favorável à crítica a que o chiste se dispõe (pois todo chiste hostil é uma forma de crítica velada).

É neste ponto da teoria freudiana que encontramos a influência que o humor pode causar nos indivíduos. Como já dissemos, o humor causa o riso, e este traz a liberação das emoções e frustrações reprimidas no cotidiano do indivíduo, ou seja, o prazer por, em poucos momentos, sentir-se livre das amarras sociais a que estava atado. Essa sensação prazerosa causa no ouvinte/leitor um sentimento de "dívida" para com o comediante. Assim, inconscientemente, o espectador acaba por assimilar as idéias transmitidas pelo chiste como certas pela simpatia que a própria piada traz ao provocar a gargalhada.

Tendo este efeito no indivíduo, o riso também exerce o que o filósofo Henri Bergson definiu como uma "função reguladora da sociedade". Em seu livro "O Riso"[7], Bergson expõe a idéia de que o humor, enquanto estimulador do riso, visa principalmente o ponto de ruptura da harmonia social, ou seja, visa aquele indivíduo ou grupo que, seja por seus costumes, por sua natureza ou por sua índole, mostra-se diferente daquilo que é entendido como normal naquela sociedade. Desta forma, o chiste causa o riso ao abordar o "anormal" e automaticamente o sentimento de humilhação no indivíduo ou no grupo alvo da crítica, o que o leva a se corrigir ou ao menos a não demonstrar mais o erro. Nas palavras de Bergson:

> Se Harpagon[8] nos visse rir de sua avareza, eu não lhe digo que se corrigiria, mas a mostraria menos, ou a mostraria de outro modo. Podemos dizer desde já: é nesse sentido, sobretudo,

> que o riso "castiga os costumes". Ele nos faz tentar imediatamente parecer o que deveríamos ser, o que, sem dúvida, acabaríamos um dia por ser de verdade.[9]

Podemos encontrar a veracidade das palavras de Bergson no fato da sociedade ser moldada por um imaginário que é influenciado pelos jornais e, também, pelas charges neles veiculadas. Assim como rir de uma ação de um indivíduo traz uma série de frustrações e recalques ao seu inconsciente e leva-o a tentar se modificar, o rir de um político, de uma ação ou de um agente de poder mina a autoridade que este exerce sobre a população e sobre o imaginário. Desta forma, ao estudar as charges estamos estudando características de toda uma sociedade, ou de um segmento dela, e o imaginário que a determina.

---

[1] Pseudônimo de Benedito Bastos Barreto, chargista da Folha da Manhã e da Folha da Noite, de São Paulo.

[2] BELMONTE. **Folha da Noite**, 11 nov. 1942. In: BELMONTE. Caricatura dos Tempos. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. p. 78.

[3] BELMONTE. **Folha da Noite**, 25 ago. 1944. In: BELMONTE. Caricatura dos Tempos. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. p. 78.

[4] ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003. p. 455.

[5] FREUD, Sigmund. **O Chiste e sua relação com o Inconsciente.** Rio de Janeiro. Imago, 1977.

[6] *Cf*. SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso** – A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo. Cia das Letras, 2002. P. 23.

[7] BERGSON, Henri. **O Riso.** São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 4.

[8] Personagem da peça L'Avare, de Molière, cuja característica principal é a avareza.

[9] BERGSON, **op. cit.**, p. 13.

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ECOLÓGICO GRENPEACE NO BRASIL

Vinicius Ortiz de Camargo (CEI – Centro Educacional Integrado de Campo Mourão)[1]

Introdução

Este trabalho pretende analisar a construção do sujeito político na contemporaneidade, já que a mesma traz transformações nas dimensões do espaço/tempo, do público/privado, influenciando na construção de novas identidades, convergindo para o surgimento de novas formas de sociabilidade e de ação política que concorre ou prescinde das instituições tradicionais. Os movimentos sociais contemporâneos podem ser um fenômeno elucidativo para a análise social das respostas que os sujeitos engendram em tal contexto. Analisando o movimento ecológico Greenpeace, no Brasil, através de um estudo bibliográfico sobre o tema, de documentação e entrevistas, foi possível constatar que este movimento reivindica uma identidade vinculada a um projeto social e político de transformação das formas de sociabilidades tradicionais. As exigências que o movimento carrega traz para a arena pública a necessidade de estabelecer um associativismo ativo que se choca com as instituições vigentes (família, Estado, etc.).

O desafio da contemporaneidade aos sujeitos

Utilizando-se dos estudos de David Harvey[2] sobre Pós-modernidade, pode-se afirmar que a sociabilidade capitalista destas últimas décadas parece apresentar uma "total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico", além de não tentar *"transcendê-lo, opor-se a ele, e se quer definir os elementos 'eternos e mutáveis' que poderiam estar contidos nele".* (HARVEY: 1999, p. 49)

---

[1] Sociólogo, mestre em Ciências Sociais pela F.F.C UNESP-Marilia e docente do CEI – Centro Educacional Integrado de Campo Mourão-PR.

[2] HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 8º ed., São Paulo: Loyola, 1999.

De uma forma geral, as forças sociais que produzem esta condição de incerteza na modernidade capitalista, no fim do século XX, são compreendidas pelo autor dentro do quadro das transformações políticas econômicas deste final de século. Transformações que vão detonar um novo rumo ao processo de acumulação capitalista, o rumo da acumulação flexível.

Conferindo às práticas espaciais e temporais uma estreita implicação "em processos de reprodução e de transformação das relações sociais", Harvey estudará essas relações no âmbito da sociedade capitalista, propondo que as transformações político-econômicas a partir dos anos de 1970, implicou num novo regime de acumulação, a acumulação flexível, que abriu uma nova fase de compressão tempo-espaço nas relações sociais capitalistas. Compressão do tempo-espaço entendido enquanto *"(...) processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos".*(HARVEY: 1999, p. 219)

De acordo com o autor, com a crise de super-acumulação proveniente das relações produtivas e sociais assentadas num modelo produtivo fordista-keynesiano, cuja característica mais acentuada é a sua rigidez no processo de circulação de capital, abriu-se a possibilidade de se reorientar o processo de circulação do capital para um modo de acumulação flexível. Este se acentuava num novo patamar de intervenção espaço-temporal caracterizando-se através da maior velocidade dos meios de comunicação e de transportes, em uma "aceleração generalizada dos tempos de giro do capital". Transportes e um mercado financeiro mais ágeis, a espacialização e fragmentação da produção em diversas localidades aliados a um sistema de sub-contratação e de uma re-reabilitação da mão de obra (o trabalhador flexível), com uma atenção para nichos mercadológico e diversificação do consumo de massa, acentuaram:

> (...) a volatilidade e efemeridade das modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas (...). No domínio de produção de mercadorias, o efeito primário foi à ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (...) e da descartabilidade (...). A dinâmica de uma sociedade do 'descarte'(...) começou a ficar evidente nos anos 60. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (...); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apegos a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser. Foram essas a formas imediatas e tangíveis pelos quais 'o impulso acelerador da sociedade mais ampla' golpeou 'a experiência cotidiana comum do indivíduo'(...). Por intermédio destes mecanismos ("...), as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolência instantânea". (HARVEY: 1999, p. 258).

Esse caráter de efemeridade e fragmentação social - que de acordo com Harvey assume atualmente um aspecto mais radical do que em décadas anteriores – vem reafirmar o processo conflituoso atravessado pelo indivíduo, fortalecendo, ao que parece o isolamento que este vem sofrendo ao longo da modernização capitalista.

Segundo Harvey, todo esse processo de fragmentação da personalidade e de compressão espaço-temporal também "desencadeia sentimentos e tendências opostos": Os próprios capitalistas, inseguros com o processo de volatilização e "financeirização do capital", passam a empregar meios técnicos para evitar choques no futuro.

A espacialização traz consigo um sentimento de localidade, um meio de as pessoas buscarem sua identidade – e o próprio capital às vezes oferece isso, na medida em que busca nichos mercadológicos e as especificidades locais mais lucrativas, muito embora traga uma transformação no sentido de localidade original.

A busca por segurança, diante de uma compressão espaço-temporal cada vez maior acaba, também, refletindo num comportamento social que privilegia relações intimistas, na qual a questão do sensorial-afetivo torna-se o parâmetro dos encontros individuais. Nesse caso, os contatos pessoais devem prevalecer, gerando a empatia do relacionamento. Nesse tipo de relação, o indivíduo busca no outro uma identidade baseada na semelhança de sentimentos, na capacidade de cada um revelar sua intimidade para com outro, na possibilidade de cada um compartilhar sensações.

Essas relações intimistas, centralizadas sob o ponto de vista do sentir e não do agir, vão , de acordo com Sennett (1998), [3]se opor às relações impessoais, próprias de um espaço público onde as decisões de uma coletividade são analisadas no âmbito das ações que negam a prioridade dos sentimentos, das relações pessoais. O repúdio do espaço público traz o afastamento da dimensão social nas relações entre os indivíduos, reforçando vínculos comunitários sob o foco das relações intimistas, cujo objetivo principal é formar uma identidade baseada nas relações pessoais em que os indivíduos procuram antes pertencer do que avaliar socialmente suas ações.

Neste caso, as perspectivas para uma mudança social ficam ofuscadas, principalmente porque a esfera da política e seu espaço de atuação, o espaço público, são emoldurados no espaço do privado, da intimidade e enfraquecidos com o reestruturação/deslocamento do próprio Estado-nação, este cada vez menos resistente aos novos centros transnacionalizados de poder. É o que afirma Zygmunt Bauman[4] ao fazer um debate sobre as transformações por que vem passando a sociedade atual para investigar possíveis caminhos de intervenção nesta, de forma a recuperar aquilo que ele considera como fator imprescindível para o desenvolvimento da sociabilidade, qual seja, a consciência de sua historicidade, ou melhor, a autoconsciência de sua transitoriedade e a participação com responsabilidade na sua construção.

De fato, para Bauman, tal perspectiva, se não era concretamente realizada na modernidade, em seu sucedâneo, chamado pós-modernidade, revela-se impraticável. É que na pós-modernidade as relações sociais sofreram um rearranjo diante da reestruturação do mundo que resultou no enfraquecimento de um lócus privilegiado para o desenvolvimento de uma sociabilidade para si. Este lócus, residente da esfera política, era o espaço por excelência do público/privado ou, como diz o autor, a *ágora*, espaço

[3] SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. (trad.) Lygia Araújo Watanabe, 7º reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
[4] BAUMAN, Zigmund. **Em busca da política**. (trad.) Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

importante e capaz de situar e mediar as necessidades privadas e públicas de modo a garantir e conciliar o direito de liberdade individual e sua conseqüente necessidade de realização dentro de uma coletividade.

Tal perspectiva perdeu seu lócus privilegiado diante das novas formas de manifestação do poder e autoridade que se articularam num espaço cada vez mais distante das decisões políticas, estas, ainda fortemente atreladas ao espaço local ou, no máximo, ao espaço internacional do Estado-nação. Essas manifestações de poder e autoridade se dão no âmbito de um espaço transnacionalizado, na qual as fronteiras quase inexistem e as decisões extrapolam os marcos institucionais do fazer político tradicional.

Nesse contexto, as manifestações por parte do indivíduo se encerram, muitas vezes, em estratégias autônomas refratárias de qualquer vínculo mais duradouro capaz de transformar as preocupações individuais em preocupações sociais, com a conseqüente necessidade de uma intervenção pública para o seu sucesso. Os indivíduos, quando se aglutinam, não é para resolverem seus problemas coletivamente, é apenas uma forma de associação que serve para dar ressonância ao problema, mas cada um tem a responsabilidade solitária para com a sua resolução. E esta resolução dura o mesmo tempo que a sua experiência, pois só esta é possível. É o caminho sensorial em destaque, aquela emoção do ato em si, própria do consumo. O sentimento de insegurança, falta de garantia e incerteza irão, com isso, sofrer um processo de privatização, cujas soluções serão infimamente duradouras.

O movimento ecológico Greenpeace no Brasil

Seria o Movimento Ecológico Greenpeace no Brasil um movimento capaz de dar subsídios para que o indivíduo faça o mapeamento cognitivo da nova dimensão espacial-temporal da sociedade capitalista? Estaria ele, pelo menos, apto a dar para as subjetividades uma capacidade simbólico-representacional nesse sentido? Essa é uma

questão importante, pois possibilita refletir sobre até que ponto o Movimento Ecológico Greenpeace engendra modalidades de respostas individuais que implementam uma forma de sociabilidade inovadora capaz de interferir concretamente na própria objetividade social que a determinou. É perguntar se o Movimento Greenpeace no Brasil consegue transpor sua reivindicação de uma nova identidade para o campo da política, resgatando esse lócus histórico importante para a concretização das transformações idealizadas e possíveis.

Através das leituras de Castells[5](2002) dos movimentos ecológicos, é possível tecer considerações positivas aos mesmos, pois, apesar de suas características heterogêneas, fazem de sua contestação à ordem global a possibilidade para a construção de uma identidade de projeto com um potencial transformador menos conservador, apropriando-se da nova dinâmica da *sociedade em rede* para propor um projeto alternativo que articula, ao mesmo tempo, o local e o global. Nesse sentido, Castells chega a afirmar que "a democracia de bases populares é o modelo político implícito na maioria dos movimentos ecológicos"(CASTELLS: 2002, p.156).

O movimento ambientalista segundo Castells, e daí seu caráter democrático popular, enfrentaria os problemas decorrentes da compressão espacial, apontadas por Harvey, na medida em que enfatiza o espaço local, ao controle do mesmo pelas pessoas, afirmando o local como fonte de significado e dando primazia ao governo local.

Quanto a questão do tempo, outro elemento em jogo na *sociedade em rede*, Castells observa que o ambientalismo propõe uma perspectiva de temporalidade nova e revolucionária. Contra o tempo cronológico do industrialismo e estatismo - "caracterizado pela seqüência cronológica de eventos e pela disciplina do comportamento humano em função de um cronograma pré-determinado que gera poucas experiências externas aos padrões de medida institucionalizados"(2002 p.157) – e contra o tempo intemporal da

[5] CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. (trad.) Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

nova sociedade - “quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto”(1157) - o ambientalismo propõe uma terceira forma de tempo, o tempo glacial, que une o passado ao futuro através de uma perspectiva da “unidade das espécies, seguida da unidade da matéria como um todo e de sua evolução espaço temporal”(CASTELLS: 2002 p.159, grifos do autor), ou seja, da perspectiva do eu cosmológico.

Nesse sentido, aliado a sua capacidade de aproveitar-se eficientemente dos meios midiáticos e tecnológicos, Castells observa a formação de uma identidade sociobiológica no movimento ambientalista, capaz de desenvolver práticas sociais ao mesmo tempo locais e globais: “*globalistas na maneira de tratar o conceito de tempo, localistas em termos de defesa do espaço. O pensamento e a política evolucionários só podem existir mediante uma perspectiva global. A relação de harmonia entre as pessoas e seu meio ambiente começa na comunidade local.*”(2002 p.159).

A atuação do Greenpeace no Brasil, não abandonando a sua orientação internacional, vem demonstrar uma flexibilidade organizacional tal como a analisada por Castells, se baseando numa identidade de projeto que viabiliza uma política simbólica que extravasa para a arena pública, convocando seus membros e a sociedade como um todo a uma participação política de intervenção no Estado e na sociedade global. Seja reivindicado a consecução do protocolo de Kioto, em nível internacional, seja manifestando-se contra ou a favor das leis ambientais (transgênicos, biossegurança) instituídas pelo governo brasileiro, o Greenpeace no Brasil conjuga entre seus membros uma ética unirvesalista ao propor e discutir a sociedade que queremos. Nesse projeto, ele propõe uma nova identidade, com a forma particular de representação e valores que a mesma engendra, sem, no entanto, cair nas malhas do comunitarismo fanático, fechado

em si mesmo e avesso ao diferente. Nesse ponto, baseando-se em Claus Offe[6] (1999), o Greenpeace parece resgatar aquelas características comunitárias que desempenham um "(...)papel importante e único na reprodução das tradições culturais e valores étnicos.(...)"(p.141)

O Greenpeace cria uma identidade baseada em novos valores étnicos, tendo como centro o futuro da humanidade, encarregando seus membros de uma nova missão ética que, necessariamente, as impelem para arena pública. Tal fato faz do movimento um agente que contribui para a formação de uma capital social, apontado por Offe (1999) enquanto um:

> (...) conjunto de disposições cognitivas e morais dos cidadãos que os leva a estender a confiança a outros cidadãos anônimos (assim como às autoridades políticas que, em última instância, são investidas pelos cidadãos do poder político) à prática da 'arte da associação', e a estarem atentos aos problemas e às questões públicas (em oposição às questões estreitas circunscritas a seus próprios grupos). Instituições de governo justas e transparentes, a prosperidade que mercados cuidadosamente regulados podem gerar e a vida das comunidades restringida pelo princípio da tolerância podem e devem, todos, contribuir para a (assim como se retornarem beneficiários da) formação e acumulação de capital social no interior da sociedade civil.(...). (p.144)

Assim, conclui-se que o Movimento Ecológico Greenpeace no Brasil reivindica uma identidade vinculada a um projeto social e político de transformação da atual forma de sociabilidade vigente na sociedade global, mais especificamente no espaço das grandes metrópoles. As exigências de transformação que esse movimento carrega, mesmo quando observamos uma crise de percepção pública nos movimentos sociais em geral e mesmo quando sua reivindicação política fica atenuada, traz esta última para a arena pública, o que implica na necessidade de estabelecer um associativismo ativo que se choca com o *módus operandi* das instituições vigentes, como o Estado, e põem em xeque as formas de sociabilidades mais tradicionais, ao procurar readequar ou refazer as implicações do fenômeno da compressão espaço-temporal contemporânea.

---

[6] OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, L.C.B; WILHEIN, J; SOLA, L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp; Brasília: ENAP, 1999.

Determinação – introduzindo o problema –

Virgínia Fontes

"Mais l'homme n'est pas seulement un être naturel, il est aussi un être naturel humain, c'est-à-dire un être existant pour soi, donc un être générique, qui doit s'affirmer et se manifester en tant que tel dans son existence et dans son savoir. (...) Il s'ensuit que les objets naturels tels qu'ils se donnent immédiatement ne sont pas des objets humains. De même les sens humains tels qui sont immédiatement, objectivement, ne constituent pas un monde sensible humain, une objectivité humaine. Ni la nature au sens objectif ni la nature au sens subjectif n'existent immédiatement d'une manière adéquate á l'être humain. Et de même que tout ce qui est naturel doit naître, de même l'homme est le produit d'un processus d'enfantement qui est l'histoire. Mais étant donné que l'histoire est consciente, étant donné que ce processus naturel d'enfantement est effectué consciemment, *il se supprime lui-même en tant que processus naturel. La véritable histoire naturelle de l'homme est l'histoire* (il faudra y revenir)." Karl Marx, Manuscrits de 1844, Paris, Ed. Sociales, 1972, p. 172, 3ème manuscrit.

Gramsci assinalava com muita argúcia que é preciso não reduzir o adversário, pois essa atitude faz crer que a diminuta figura produzida se assemelha de fato ao que se pretende combater. A rigor, tal redução apenas assegura o dispêndio de empenho e esforço contra um oponente fictício. Gramsci pretendia alertar os setores subalternos para que não subestimassem os adversários.

Poderemos usar esse alerta gramsciano também no sentido contrário, que nos ocupa aqui? Neste caso, que papel cumpriria o descarte leviano do tema da determinação que vem ocorrendo nas ciências sociais? Poder-se-ia

supor que o obscurecimento das determinações expresse uma atitude quase maquiavélica: a desrealização que daí deriva (como a crítica aberta a qualquer reflexão que suponha a existência de um real) teria um efeito paralisante, uma espécie de bloqueio das formas de reação ao estado de coisas atual. Pode-se também aventar uma outra hipótese: a de que o peso real de determinações rígidas, abertamente econômicas, em seu sentido mais redutor e limitado, jamais se fez sentir com tamanho peso como no mundo contemporâneo. Esse peso, insuportável, geraria uma espécie de fuga para a frente, de tentativa de esquecimento desse 'horror econômico' (termo utilizado por Vivianne Forrestier), de seu deslocamento do horizonte de nossas reflexões, de forma a apaziguar as vidas torturadas com suas penosas condições de existência, de convivência, de experiência. Assim, generosamente, alguns pensadores insistem em lembrar que nossas vidas não se resumem ao econômico, não se limitam ao horizonte que parece infindável e cruel. Essa generosidade contém um lado perverso: nos lembrar de algo fundamental (e óbvio), de que seres sociais são integrais, para, imediatamente, fazer esquecer (ou apagar) o peso real sob o qual essa integralidade humana e social é esmagada no mundo contemporâneo.

Vejamos algumas duplicidades – e ambivalências – que atravessam a discussão mais corriqueira sobre determinação.

Repetição e previsão

No pensamento histórico o tema da determinação vem sendo eliminado de maneira simplificada. Algumas objeções tornaram-se banais, com farto lastro no senso comum: a da irrepetibilidade dos fenômenos históricos e sua imprevisibilidade. Enquanto a disciplina História constituiu-se no século XIX sobre a centralidade da singularidade (o evento único, o fato irrepetível, o passado para sempre perdido em sua unicidade peculiar),

outras disciplinas sociais, como Sociologia (e, em boa parte, também a Antropologia) pautaram-se em suposição contrária: a de que os fatos sociais admitem leis análogas às naturais, embora com algumas peculiaridades.

Com diferentes variantes constituiu-se uma hidra peculiar, com duas poderosas cabeças: o que é produzido pelos homens em sociedade – a história – se pautaria sobre um critério, enquanto a procura da explicação do mesmo processo se pautaria por outro. Os dois critérios deveriam conviver embora, para alguns, entre ambos talvez não houvesse muitos pontos de contato. Os mais rigorosos adeptos de uma ou outra vertente – por exemplo, historicistas e positivistas – recusavam qualquer compromisso. Não obstante, inúmeros de seus seguidores oscilariam entre uma e outra concepção, apesar de sua oposição. Mesclas diversas se constituiriam com premissas opostas.

Parece ser óbvio o fato de que processos históricos (e sociais) não sejam previsíveis nem repetíveis. A suposição subjacente a essa formulação é a de que a característica específica do *ser humano*, aquilo no qual reside sua própria humanidade é exatamente o de ser irrepetível e imprevisível. Por extensão, o conjunto da vida social incorporaria e transcreveria esses atributos, sendo a sociedade nada mais do que o aglomerado de seres irrepetíveis e imprevisíveis.

Entretanto, toda a nossa vida social contemporânea baseia-se, desde o próprio cotidiano, na tentativa de assegurar a garantia da repetição e de seu controle: o comportamento das bolsas de valores (cujos agentes são treinados para *antecipar* momentos de alta ou de baixa); as bolsas de negócios ‘futuros’, nas quais a maior ou menor capacidade de previsão é fundamental não nos parecem estranhos. A existência de legislações, normas e convenções sugere que os comportamentos devam se pautar por elas – portanto, de forma previsível. Sabe-se que as leis *induzem*

comportamentos e formas de ser que, antes dispersos e imprevisíveis, passam agora a estar contidos numa teia que restringe a irrupção de atos ou atitudes indesejáveis. Caso, apesar disso, ocorram situações imprevisíveis, a punição é... previsível. A análise de riscos vem se tornando uma esfera central na atualidade – e ela consiste na preparação rotineira para a atuação em circunstâncias mais ou menos imprevisíveis. Ora, quer em situações que nos parecem extraordinárias, como nas rotinas de usinas nucleares ou de plataformas de petróleo, ou ainda em atividades banais, procura-se a organizar atividades humanas e sociais, de forma a assegurar comportamentos repetidos e previsíveis. Em outros atos cotidianos – a escola, a televisão, a grande imprensa – a tendência à repetição é seu eixo central, sua lógica institucional e seu próprio modo de funcionamento. Objetivam conformar comportamentos e, dessa forma, tornar previsíveis as formas de atuação e assegurar a contenção aos eventuais momentos disruptivos.

Procurar, portanto, reduzir as áreas de imprevisibilidade para afrontar o que é considerado como o próprio fundamento do ser humano; assegurar-se de que em situações de risco o treinamento (o adestramento, a repetição) será capaz de garantir que o novato repita, quase inconscientemente, aquilo para o qual foi treinado a fazer *pode configurar, ao contrário, a mais humana (e social) das formas de fazer*. O que caracterizaria, assim, o humano? A imprevisibilidade ou, ao contrário, a lenta e constante repetição de forma a constituir padrões de previsibilidade social? Aprender a fazer o fogo; aprender a apagá-lo; aprender a escrever com letras que se repetem, sempre iguais; falar palavras reconhecíveis pelos demais (isto é, semelhantes, iguais); dirigir automóveis ou pilotar aviões; atender o telefone; amarrar os sapatos...

A suposição de que a repetibilidade ou a previsibilidade seriam categorias que afrontam a própria humanidade e suas características fundamentais corre o risco de deixar de lado o fato de que, tornar-se humanidade, humanizar uma criança, torná-la um ser social (ou socializá-la) é exatamente diminuir, controlar, cercear o irrepetível e o imprevisível; é construir – através da repetição – um mundo previsível.

Rápida e facilmente pode-se chegar ao extremo oposto: da imprevisibilidade e irrepetibilidade como atributos próprios ao ser humano, salta-se para a imposição social da norma, que é incorporada pelos indivíduos (sendo a coerção a garantia dessa incorporação e a evidência do controle que se exerce de forma generalizada e permanente – o poder). Essa percepção da norma incutida e tornada "segunda pele", ou de um poder onipresente se expressa por exemplo através da força da própria linguagem, repetição primeira e carcaça incontornável, pela qual se constrói – previsivelmente – exatamente o que seria o atributo da liberdade humana – a consciência. Levando ao extremo esse argumento unilateral, Roland Barthes chegou a considerar a língua como *fascista* (num pequeno texto considerado como clássico, *A aula*). A língua aparece então como o que impõe uma certa forma de pensar e de falar. Somos prisioneiros de algo que nos impõe o exercício do que lhe parece seu próprio contrário – o pensamento...

De um ser plenamente indeterminado e gozando dos atributos de uma liberdade que lhe seria intrínseca e constitutiva, salta-se para um ser totalmente determinado e, tão mais determinado quanto é incapaz de conhecer os fundamentos daquilo que lhe subjuga, pois considera como 'liberdade' exatamente o que lhe impõe ser como é... Nosso objeto – o ser social – torna-se o duplo de si mesmo, simultaneamente imprevisível e irrepetível, mas banal e recorrente.

A duplicidade cindida

Grandes correntes de interpretação se dividem entre: a indeterminação objetiva de todos os fenômenos (e a construção de uma causalidade entre eles como resultado da atividade humana); a da determinação objetiva dos fenômenos naturais (dos quais os homens formulam, descobrem, aprendem as leis que existem objetivamente na natureza) e a da indeterminação específica e singular dos fenômenos humanos e sociais posto que, derivados de atos de consciência, não seriam redutíveis a leis.

As três formas rapidamente apresentadas assinalam questões verdadeiras e não podem ser descartadas de forma imediata. No entanto, opõem-se umas às outras de tal forma que há um bloqueio entre elas. Envolvem entretanto outras questões: a concepção de homem que trazem embutida parece tão relevante para o tema quanto a própria concepção de conhecimento. Nas três vertentes, a concepção de homem opõe-se imediatamente à natureza; na primeira, a atividade humana desconsidera uma existência natural e centra-se inteiramente na consciência como condição para a própria existência da natureza; na segunda, ao contrário e quase que como seu espelho, a natureza independe totalmente da humanidade que a observa, seguindo seu curso específico e legaliforme (qualquer que seja a forma dessa legalidade ou normalidade natural, quer seja regular ou irregular) e, assim, permanece como algo de 'externo' à humanidade; na terceira percepção – que opera quase que como um complemento da segunda, o peso da existência de uma humanidade distinta da natureza impede o conhecimento dessa mesma humanidade que, por oposição à natureza que se oferece de maneira externalizada, torna-se opaca e incompreensível ou, melhor dizendo, inexplicável.

A primeira duplicidade é pois a que contrapõe homem e natureza. A segunda é a concepção dupla e dúplice de homem que atravessa. A centralidade da consciência (nas três modalidades apresentadas) identifica-a como razão. Em contraposição, o local dos afetos, das paixões, da inconsciência figuraria como necessário – o repouso da consciência - embora sendo sua negação lógica. A humanidade da razão somente estaria completa em sua desrazão, em seus amores, ciúmes, ódios, irredutíveis a qualquer razão. A fria razão e o cálido sentimento construiriam a unidade do desconexo. O conhecimento seria o local onde a consciência, a razão, a lógica, a regra e a norma imperam sobre outras formas de percepção – o ser humano parece ser reduzido, imediatamente, à sua função de consciência ou, melhor, de ciência. Figura assim como capacidade cognitiva 'limpa', crescente e poderosamente abrangente, eixo singular fundante de qualquer reflexão. A consciência – verdadeira 'natureza' do homem, seria algo como sua desnaturalização, posto que pura aplicação da razão e da lógica (criadas pelo homem mas cujo rigor tornar-se-ia externo ao homem). A outra natureza humana, a que emerge do terreno dos afetos, seria, quase como numa brincadeira, a exata natureza humana, a que fluiria por si, a que não é pensada e que, assim, 'tempera' a frieza da externalidade da razão com a internalidade e a potência dos sentimentos. Mas irracional.

Essa cisão e essas duplicidades são postas a nu tanto por Marx quanto por Freud, que apontam vias distintas (mas não opostas) para pensá-las.

As abordagens de História Contemporânea nos livros didáticos de História para o Ensino Médio: estudo de manuais argentinos, mexicanos e brasileiros.

Vitória Rodrigues e Silva*

Desde meados dos anos 1990, os livros didáticos de História para o Ensino Médio no Brasil assumiram uma configuração denominada *História Integrada em volume único.* Nessas obras, todo o conteúdo a ser desenvolvido nos três anos dessa etapa escolar (não obrigatória) é reunido em um só volume, cujos capítulos cobrem desde a Pré-história até o presente, inserindo-se a História da América e do Brasil em uma perspectiva sincrônica à História Geral. Tal abrangência geralmente decorre, principalmente, dos exames vestibulares, que exigem dos alunos o domínio de todo esse espectro de conhecimentos. A profundidade com que tais conteúdos são abordados varia bastante, dependendo do público a que se destinam os livros, considerando especialmente o custo final do exemplar e a carga horária disponível para as aulas de História[1]. Assim, os livros podem ter de cerca de 300 páginas até mais de 600[2].

É visível, entretanto, nesses livros, uma predominância dos conteúdos de História Moderna e Contemporânea. Os capítulos de Antiguidade não raro se limitam a uma síntese da Antiguidade Clássica – Grécia e Roma – seguidos de outra unidade sobre a Idade Média que, a rigor, serve para anunciar a Idade Moderna. E, entre a História Moderna e a Contemporânea, há um certo privilegiamento dessa última, entendendo-se que os acontecimentos desde a Revolução Francesa jogam um papel mais decisivo para a

* Professora do Depto. de História do UNIFAI (SP) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP.

[1] Como se sabe, a realidade educacional brasileira apresenta grande diversidade sob todos os aspectos. Em geral, História é um disciplina presente nos três anos do Ensino Médio, com duas aulas semanais. Eventualmente, o último ano pode ser todo ele dedicado a uma revisão preparatória para o vestibular. O levantamento que realizamos em 4 obras identificando o número de capítulos para cada um dos três grandes blocos de conteúdo resultou no seguinte quadro:

Toda a História	História para o Ensino Médio	História: das cavernas ao terceiro milênio	História
Capítulos de História Geral 74	Capítulos de História Geral[1] 28	Capítulos de História Geral 30	Capítulos de História Geral 43
Capítulos de Historia da América 12	Capítulos de História da América 5	Capítulos de História da América 10	Capítulos de História da América 9
Capítulos de História do Brasil 27	Capítulos de História do Brasil 12	Capítulos de História do Brasil 12	Capítulos de História do Brasil 20
Total de páginas 496	Total de páginas 688	Total de páginas 592	Total de páginas 440

Jobson, J. e Piletti, C. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 2003; Vicentino, C. e Dorigo, G. *História para o Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2001; Mota, M. e Braick, P. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2002; Figueira, Divalte. *História*. São Paulo: Ática, 2002.

[2] A comparação física do tamanho de um livro não deve, a rigor, restringir-se ao número de páginas, pois outros elementos, como formato, tamanho das fontes, etc. devem ser considerados. Para essa apresentação, contudo, esse detalhamento não é relevante.

compreensão do presente, um dos propósitos do estudo dessa disciplina[3]. A História do século XX, assim, tende a ganhar maior espaço, podendo mesmo constituir mais de metade do livro[4].

Esse privilegiamento da História Contemporânea não é uma particularidade da educação brasileira. Em diversos países europeus e latino-americanos verifica-se o mesmo. No caso da pesquisa que desenvolvo, analisando livros mexicanos e argentinos, além de brasileiros, constatei algo ainda mais interessante: os programas do Ensino Médio de História Geral[5] naqueles dois países só contemplam o estudo de História Moderna e Contemporânea, com maior ênfase para esse segundo período.

Marcos Napolitano em um artigo tratando do ensino de História Contemporânea nos currículos escolares brasileiros, já no título chama atenção para um aspecto interessante desse ensino: trata-se deu uma "estranha história sem fim"[6]. A cada ano, autores e editores procuram contemplar em suas obras os "últimos acontecimentos", quase com a mesma preocupação que editores de Almanaques-Anuários atualizam seus volumes. É interessante observar que muitos professores valorizam essa "atualização", chegando freqüentemente a substituir a obra adotada porque ela está "defasada" dois ou três anos, mesmo quando chegar ao final do livro é quase um "sonho de verão", pois dezembro chega e raramente se consegue chegar aos capítulos finais do livro adotado. Esse comportamento dos professore explica em boa medida a preocupação de autores e editores.

Napolitano observa que tanto na educação básica como no ensino superior ainda é bastante comum a organização curricular com base na periodização quadripartite: Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Ela tem sido alvo de críticas cada vez maiores, por uma série de problemas inerentes a essa divisão, a começar pelo eurocentrismo. Com

---

[3] Circe Bittencourt já observou como é marcante nos currículos escolares brasileiros de História a preocupação em se apresentar as "genealogias" dos estados-nação – tanto europeus como brasileiro – assim como eles se caracterizam por uma história do capitalismo. Esses dois eixos estruturam os programas – e os livros didáticos por extensão – criando um certo cânone pedagógico, que homogeneíza os processos históricos, criando uma única temporalidade, o que resulta em aprendizagens bastante limitadas da História. Ver Bittencourt, Circe. Capitalismo e cidadania ns atuais propostas curriculares de História. In: Bittencourt, Circe(org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 11-27.

[4] No livro *História: uma abordagem integrada* (Editora Moderna) os autores Nicolina de Petta e Eduardo Ojeda reservam cerca 160 páginas, de um total de 314, para esse período. Já Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo no volume *História para o Ensino médio* (Editora Scipione) destinaram mais de 400 páginas para a História Contemporânea, de um total de 688.

[5] Tanto no México como na Argentina, a História Nacional é estudada em programa a parte. As casas editoriais, em razão disso, publicam esses conteúdos em volume separado. Tanto o estudo da História Geral, nos dois países denominada História Universal, como da Historia Nacional são desenvolvidos em um ano letivo. No terceiro ano os currículos abrem algumas opções, dependendo da escola ou do curso que os alunos estejam sguindo ou mesmo que curso universitário pretendem seguir.

[6] Napolitano, Marcos. Pensando a estranha história sem fim. In: *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 163 – 184.

isso, tem-se aberto outras sendas de pesquisa, como por exemplo a *História do Tempo Presente*[7]. Mas há um aspecto importante a observar: Desde a escola metódica, do século XIX, os historiadores entendem que é necessário um certo distanciamento temporal para se poder realizar uma análise histórica mais consistente. É bem verdade que esse distanciamento hoje pode corresponder a um espaço temporal mais curto do que no passado, mas os historiadores dificilmente se dedicam a estudos de história imediata. O referido autor aponta inclusive um certo paradoxo: se ao se dedicar ao estudo de períodos mais remotos, como a Antiguidade e a era medieval, o pesquisador depara-se quase sempre com a escassez de documentação, agravada pela falta de sua organização, o historiador que se dedica ao estudo de temas do século XIX e, ainda mais, do XX, enfrenta problema oposto: uma excessiva abundância de fontes, o que também é razão para que seja necessário transcorrer um certo tempo antes de se promover um estudo mais aprofundado. De fato, um rápido correr de olhos em bibliotecas e livrarias indica claramente a maior oferta de bibliografia produzida por historiadores para temas até a Primeira Grande Guerra, com um número mais reduzido para o período até o Pós-Segunda Guerra e um oferta bem menor para o período posterior a ele.

Essas considerações levantam uma primeira questão: se ainda são reduzidos os trabalhos de natureza historiográfica sobre os acontecimentos posteriores a Segunda Guerra, em que fontes os autores das obras didáticas vão buscar subsídios para desenvolver suas obras? Ou o tratamento ficaria mais próximo mesmo de um Almanaque, dando conta de informar os acontecimentos supostamente mais marcantes, acompanhados de análises semelhantes às feitas pelos jornalistas e analistas internacionais? Que implicações isso traz para a construção da idéia de História, enquanto disciplina, dos alunos?

Reformas curriculares

De outra parte, nesses mesmos anos 1990, em vários países europeus e latino-americanos foram promovidas reformas educacionais e/ou curriculares bastante abrangentes[8]. No caso da disciplina de História, essas reformas foram fortemente influenciadas pela renovação no campo historiográfico, em que novas abordagens e novos problemas vêm mobilizando a atenção dos pesquisadores há pelo menos cinco ou seis décadas. Desse modo, questões

[7] Idem, p. 163.

[8] Essas reformas ocorreram dentro de um quadro amplo de debates sobre a educação. A Conferência de Jomtien, em 1990, pode ser visto como marco desses debates, tendo deflagrado políticas nacionais e internacionais. Desde então, políticas de universalização da educação básica, incluindo o ensino secundário, vêm sendo implantadas, visando democratizar a educação. A bibliografia sobre o assunto é extensa. Para uma visão geral do assunto, ver Delors, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez,/ Brasília: UNESCO, 2003.

do cotidiano, das mentalidades, das práticas culturais começaram a ser valorizadas na organização dos programas escolares, com repercussões na produção dos livros didáticos. Mais do que domínio dos conteúdos, as novas propostas começaram a privilegiar a aprendizagem, especialmente o desenvolvimento das *competências*[9]; a maior preocupação com uma aprendizagem efetiva apontou para a inadequação dos conteúdos excessivamente abstratos das análises políticas e mesmo econômicas, sugerindo a abordagem de temas mais assimiláveis, em geral associados à vida social, especialmente da cultura; o eixo cronológico deixou de ser o estruturador dos conteúdos, passando a se valorizar os estudos temáticos, organizados a partir de questões-problema significativos para os alunos conforme sua faixa etária[10].

No ensino secundário, contudo, a tradição escolar[11] parece ser mais forte do que o movimento em favor de mudanças. Ainda prevalecem os programas que privilegiam a organização clássica *economia-política-sociedade*. A pesquisa que desenvolvemos tem demonstrando claramente isso, ainda que também possibilite reconhecer certas diferenças entre os países e mesmo entre as obras investigadas de uma mesma nacionalidade, o que indica, provavelmente, uma diversidade de preocupações entre os professores. O âmbito da cultura tem sido mais contemplado, mas está longe de ser o principal. O que estamos procurando identificar nessa investigação, que toma obras líderes de vendagem e produzidas após as reformas havidas em seus países, são exatamente as concepções de história e de ensino que essas obras expressam, explícita e implicitamente, o que necessariamente nos coloca uma série de perguntas: como os temas de história moderna e, sobretudo, contemporânea são abordados? Que eixos orientam a organização interna dos volumes, expressa em uma dada seqüência de capítulos? Qual é o lugar dos países latino-americanos[12]? Que referenciais analíticos são usados pelos autores, levando em consideração as observações que fizemos anteriormente sobre a escassez de análises historiográficas? Ou seja, estamos procurando identificar que tipo de análise lançam mão os autores para explicar os acontecimentos a partir do final dos anos 1980, quando o mundo bi-

[9] O ensino por competências é outro âmbito de discussão que tem produzido vasta bibliografia. Ver, entre outros, Perrenoud, Phillipe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

[10] Dentre as várias análises sobre as questão dos conteúdos a serem abordados nas salas de aula considerando o novo perfil dos alunos, fruto do alargamento social da sua cobertura é encontrado em Citron, Suzanne. *Ensinar História hoje*. Lisboa: Livros Horizonte 1990. Embora a autora tenha a França como referência, suas considerações são extremamente pertinentes para a realidade brasileira atual.

[11] Sobre a tradição nos currículos e nas práticas escolares ver, entre outros, Chervel, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & educação*, no. 2, 1990, p. 177-229. e Fernandez, Raimundo Cuesta. *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia*. Barcelona: Edicones Pomares-Corredor, 1997.

[12] Essa questão é particularmente relevante, uma vez que esse estudo está sendo desenvolvido na área de História da América, sob orientação da Profa. Maria Ligia Prado.

polarizado da Guerra Fria ruiu. Que bibliografia usam? Quando inserem leituras complementares, de que tipo são?

Assim, entre outras aproximações que o desenvolvimento desse trabalho tem exigido, nos mais variados âmbitos, tem sido necessário identificar o que os autores da chamada História do Tempo Presente têm colocado como problemas e temas para reflexão, de modo a orientar a análise dos livros didáticos. Alguns aspectos, conforme alerta Marco Napolitano, já revelaram merecer especial atenção, como o *presentismo*. Sob a suposta justificativa de que a história mais recente é mais próxima do aluno e portanto mais facilmente compreensível por ele, não é raro se ver interpretações anacrônicas e teoricamente enviesadas, que pouco levam em conta a especificidade da sociedade estudada, promovendo generalizações simplistas e perigosas. Assim, dentre muitos outros exemplo, *imperialismo*, *populismo* e *ditadura militar* se tornam conceitos portadores de uma generalidade explicativa que não corresponde aos casos concretos em que o *imperialismo*, o *populismo* e a *ditadura militar* tenham se verificado. Essa tensão, constante no estudo de história, entre a conceituação generalizante e a singularidade histórica, possivelmente encontra seu momento mais agudo – e talvez inexorável – no ensino escolar da História, pela própria natureza da disciplina escolar, que não se confunde com sua ciência de referência. Ainda assim, essa questão merece atenção e essa tem sido uma das preocupações no estudo que ora realizamos, mas que ainda não está concluído. O objetivo dessa apresentação é pensar, junto com colegas que de alguma forma também de se detêm sobre o assunto, tais questões.

O estudo da ilegitimidade dos filhos de mães escravas e sua relação com o nível de riqueza dos proprietários, São Paulo do Muriaé (1852-1888), *

Vitória Fernanda Schettini de Andrade♣

Como documentado por trabalhos sobre a constituição da família em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, observa-se nessa Capitania, logo depois Província, um alto índice de ilegitimidade, ou seja, o casamento não era fator determinante para os diversos setores da sociedade, fato que não impedia uma relação duradoura entre os parceiros.

Baseada nesta hipótese propõe-se partir da análise dos registros paroquiais do município de São Paulo do Muriaé, Zona da Mata Mineira entre os anos de 1852-1888, com o objetivo de apurar as condições de nascimento dos filhos de escravas e logo a seguir confrontar esses dados com algumas descrições de casos particulares referentes aos inventários *post-mortem*. Este estudo permitirá um julgamento sobre a possível correlação entre os níveis de riqueza dos proprietários de escravos e a forma de legalização dos filhos de suas cativas. [1]

São enormes as formas de explorações dos registros paroquiais como forma de reconstituição das relações mais íntimas da sociedade, melhor ainda, quando for possível, cotejar estas curvas com informações à luz dos acontecimentos de natureza econômica, social, política e conflitos diversos, a fim de possibilitar um quadro mais amplo de análise. [2]

Para esta exposição foi utilizado um número avultado de atas batismais de filhos de mães escravas existentes na paróquia local, perfazendo total de 952 assentos; enquanto os inventários foram apurados de acordo com a verificação e seleção de alguns nomes de proprietários de escravos, encontrados no 1º Cartório Cível do Fórum da cidade de Muriaé.

Na região em foco, a área média por propriedades correspondia às grandes extensões, mas a considerar as escravarias, elas eram médias, em relação à produção de café caracterizou-se como pequena propriedade, com um sistema agrário e uma reprodução simples, de baixo investimento em técnicas agrícolas. [3]

O quadro econômico assemelhou-se à grande maioria das localidades da Zona da Mata Mineira para esta época, moldada a partir de peculiaridades próprias, baseada muita

das vezes em uma "*produção de alimentos básicos, destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno*". [4]

No início do terceiro quarto do século XIX, o município despontou como o primeiro em número de freguesias, num total de onze, sendo o quarto em número geral de população com 34.620 habitantes, ficando atrás de Ponte Nova, Leopoldina, Juiz de Fora e Santa Rita do Turvo, que possuíam um total de 57.231, 41.886, 38.336 e 37.096, respectivamente. [5]

O censo de 1872 estabeleceu uma existência de 6.838 escravos equivalendo a 20,04% do total geral da população[6], composto de 3.660 homens (52,8%) e 3.278 mulheres (47,2%), número inferior à média (60,6%) para o sexo masculino dos escravos residentes na Zona da Mata. [7]

Percebemos, assim, que apesar de existir certo equilíbrio entre os sexos, Muriaé caracterizaria como a maioria dos estudos para época e região, pela superioridade de nascimentos ilegítimos ou bastardos.

Para efetivar as tabelas a seguir, tivemos o cuidado de relatar a fonte tal como o vigário transcrevia, para não gerar dúvidas e até mesmo para fazer uma leitura mais minuciosa da documentação. Por isso, vemos os itens que por ora não são muito usados, discriminados como "presumivelmente natural" e "presumivelmente legítimo". [8]

Observa-se desta forma, que "presumivelmente natural" referia-se a todos os filhos nascidos de mães aparentemente solteiras. O vigário não anotava a designação "natural", talvez por esquecimento, ou até pela variedade na transcrição dos assentos, devido ao nível social dos envolvidos na cerimônia, deixando os vigários influenciarem pelos jogos e vantagens da sociedade local. Desta forma, quanto maior o nível econômico, maior as especificações e minúcias do registro.

"Natural consignado pelo vigário", era especificado no registro "filho natural de" e "legítimo" foi usado quando era especificado o nome do pai e/ou mãe, concebidos por casamento putativo. "Presumivelmente legítimo" (só consta o nome do pai) equivale aos assentos que, por erro do vigário, esquecimento, morte da mulher, ou mesmo desgaste da

fonte pelo tempo, só consta o nome do pai. Por fim, “indefinido” refere-se aos casos em que os registros aparecem cortados ou depredados.

Nota-se que a maior freqüência está relacionada aos filhos naturais consignados pelo vigário, perfazendo um total de 568 batizados (69,1%) acompanhado de 81 casos (8,5%) em que o vigário anotou apenas o nome da mãe, sem designá-la como natural.

Ao adotar a idéia de somar as duas variáveis citadas, independente de aparecer anotado “filho natural de”, obtem-se um total de 739 casos, ou seja, 77,6%. Em se tratando de filhos presumivelmente legítimos, aparecem 7 casos (0,8%) e os legítimos 202 (21,2%), ao usar o mesmo indicativo acima, temos 209 (21,9%) dos filhos nascidos legítimos.

Condição de legitimidade dos filhos de mães escravas, Muriaé (1852-1888). Tabela 1

legitimidade	Freqüência	%
presumivelmente natural	81	8,5
natural consignado pelo vigário	658	69,1
legítimo	202	21,2
presumivelmente legítimo, só consta o nome do pai	7	0,8
indefinido	4	0,4
total	**952**	**100,0**

Fonte: Livros de batismo da freguesia de São Paulo do Muriaé, 1852-1888.

Detalhando mais, separei na tabela 2 os valores e médias para cada uma dessas categorias por triênios, com exceção de 1885 a 1888, por ter apresentado neste último ano, apenas dois casos de batismo, ambos naturais.

Ressalto serem raras às vezes em que o nascimento legítimo sobrepõe ao natural, apenas no período de 1855-1887. Se usarmos o critério de soma do “presumivelmente natural” e “natural consignado pelo vigário”, não aparecerá nenhum intervalo com tal denominação, subindo os nascimentos ilegítimos gradativamente a partir daí, atingindo seu ápice em 1879-1881.

Um outro fator marcante nesta segunda tabela é que quanto mais próximo à abolição da escravatura, maior é o distanciamento entre as duas variáveis. Este fator é justificável, pois logo após 1871, ano da Lei do Ventre Livre, existiu uma preocupação maior do vigário em anotar as atas pormenorizadas, lembrando que após a dita lei, todos os filhos de

escravas, se tornariam livres e o batizado seria a única forma de fazer valer os direitos do proprietário, tanto de indenização como de exploração do trabalho até os 21 anos de idade.[9]

Devemos frisar que este número acentuado de filhos naturais não implica na ausência de uniões duradouras, mas os nomes dos pais deveriam ser omissos, caso houvesse escândalo [10], o que também não quer dizer que o nome do pai não era reconhecido pelo pároco.

Cumpre lembrar que Iraci del Nero da Costa, Slenes e Schwartz, nos esclarecem que em plantéis mais numerosos havia um alto porcentual de filhos legítimos e neles concentrava-se a maioria desses filhos na localidade estudada, como também havia um ambiente propício para a constituição de famílias regulares.[11]

Tal fato reforça estudos posteriores de Rômulo Garcia de Andrade, Sílvia Maria Jardim Bruggüer, Jonis Freire[12], além de outros, demonstrando que a ilegitimidade permeava esta sociedade escravista mineira.

Condição de legitimidade por ano, Muriaé (1852-1888). Tabela 2.

ano	pres. nat.	%	Nat. Cons.	%	leg	%	Pres. leg	%	Ind.	%	total	%
1852-1854	11	13,6	9	1,2	9	4,3	0	0	0	0	29	3
1855-1857	42	5,8	8	1,1	17	8,2	2	28,6	2	50	71	7,5
1858-1860	20	24,9	53	8,6	31	15,2	2	28,6	0	0	106	11,1
1861-1863	2	2,4	15	3,6	9	4,2	0	0	0	0	26	2,6
1864-1866	3	3,7	33	4,9	8	3,6	0	0	1	25	45	4,5
1867-1869	1	1,2	40	5,9	20	9,7	0	0	0	0	61	6,4
1870-1872	0	0	61	9,5	25	14,8	2	28,6	0	0	88	9,3
1873-1875	1	1,2	83	12,4	20	9,7	0	0	0	0	104	11
1876-1878	0	0	79	12	19	9,2	1	14,2	1	25	100	10,6
1879-1881	0	0	103	15,8	27	13,2	0	0	0	0	130	13,8
1882-1884	1	1,2	83	12,7	8	3,7	0	0	0	0	92	9,6
1885-1888	0	0	90	13,7	9	4,2	0	0	0	0	99	10,5
n/c data	0	0	1	0,1	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Total	**81**	**100,0**	**658**	**100,0**	**202**	**100,0**	**7**	**100,0**	**4**	**100,0**	**952**	**100,0**

Fonte: Livros de batismo da freguesia São Paulo do Muriaé, 1852-1888.

Sheila Faria de Castro acrescenta que estas altas de ilegitimidade, estavam intimamente pautadas nos tipos de produção, nas localizações das áreas, no tamanho das unidades produtivas e no período, que dependendo de determinadas combinações, influíram nas possibilidades de casamento[13]. Os padrões familiares e as condições sócio-econômicas

da região determinavam os costumes e as atitudes que sobressaíam na formação das famílias.

Desta forma, percebe-se que quanto maior o plantel, maiores eram as possibilidades de uniões legítimas, e em conseqüência a formação de famílias mais estáveis.

Separando um a um esses registros em números de proprietários que tinham seus escravos batizados por categorias, observa-se que independente da quantidade de crianças batizadas, a variável ilegitimidade era uma constante nos diversos seguimentos. Em apenas dois grupos se dá uma reversão, ou seja, filhos legítimos ultrapassando o número de batismos de ilegítimos.

Os proprietários que tiveram seus escravos batizados 11 e 22 vezes, 3 proprietários no primeiro caso e 2 para o segundo, aparecem uma superioridade de 57,6% (19) de legitimidade e 39,4% (13) de ilegitimidade e 50,1% (22) e 45,5% (20), respectivamente.

Como na tabela 3 foi feito uma junção desses números a outros, 11 e 13, 22 e 34 vezes, esta variação sofre uma pequena alteração, 28 (4,3%) casos de batismos “natural consignado pelo vigário” e 29 (14,4%) de legítimos. Se usarmos o mesmo critério de soma dos batismos entre as duas categorias, o número dos naturais ultrapassa aos legítimos.

Não sendo as fontes paroquiais as mais adequadas para aferir a posse dos escravos e riqueza do proprietário, apesar de nos dar uma boa representação[14], recorremos, então, aos inventários para cruzar alguns dados com esta dedução.

Desses 5 (cinco) proprietários que tiveram seus escravos batizados e apareciam como maioria legítimos foi encontrado apenas o inventário da esposa de Antônio Tibúrcio Rodrigues, D. Maria Ferreira Rodrigues. Seus bens foram avaliados em 71:129$101 (setenta e um contos, cento e vinte e nove mil, cento e um réis). [15]

Na data de abertura do documento acima, 07/06/1890, pelo menos em tese, a escravidão já havia sido extinta, fato que isenta o aparecimento de escravos. Destarte, mesmo não sendo possível saber com precisão sobre sua escravaria, sabemos que o índice de legitimidade era de 81,8%, um número surpreendente se comparado com outras escravarias, mesmo não sendo possuidor de grandes fortunas.

No dia 04/06/1864, foi feita a abertura do inventário de Lino Teixeira de Siqueira, casado com D. Anna Eufrásia da Annunciação, que da mesma forma do inventário acima, destacou-se entre uns poucos proprietários de alta legitimidade, porém com um total de bens menor que o primeiro, 18:828$440 (dezoito contos, oitocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta réis). Este senhor levou 18 escravos na pia batismal, destes, 16 (88,8%) eram legítimos. [16]

Um outro documento analisado é o de João Francisco de Cerqueira, aberto no dia 22/08/1870. O proprietário possui no inventário um total de 31 escravos, 10 foram levados para batizar, 9 (90%) são filhos legítimos, assim como os dois acima. O volume de bens arrolados é o maior deles, 87:627$315 (oitenta e sete contos, seiscentos e vinte e sete mil, trezentos e quinze réis). É bom deixar claro que o dito proprietário apresentava no item "dívidas ativas", o valor quase total de seus bens: 86:847$480 (oitenta e sete contos, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta réis), o que parece ter sido um grande negociante da localidade. [17]

É interessante ainda detalhar, alguns casos específicos de proprietários, que tinham como característica marcante a grande contribuição para a ilegitimidade local.

Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo, um dos maiores proprietários de escravos da localidade, perfazendo um total de 103 escravos, possuía uma soma avultante de bens para a região, num total de 480:064$692 (quatrocentos e oitenta contos, sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois réis), somando com alguns poucos bens deixados em Barbacena. É o proprietário que mais batizou seus escravos, um total de 34 escravos. [18]

Deste total, 30 escravos (88,2%) foram batizados como naturais, 3 (8,9%) como legítimos e 1 (2,9%) como presumivelmente legítimos. Fica claro que, apesar de ser um grande produtor, com plantações de 86 mil pés de café, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, milho e ser possuidor de 632 alqueires de terra e ainda instrumentos com todo o aparato, inclusive integrantes escravos, para uma banda de música, prevaleciam às uniões tidas como ilegítimas.

Outro proprietário, João Carlos de Souza, tem seu nome transcrito no registro de batismo por 18 vezes. E todos seus escravos foram registrados como naturais. Conferindo a fonte propícia, soma-se um total de 52:886$010 (cinqüenta e dois contos, oitocentos e oitenta e seis mil e dez réis), de todo o bem deixado em herança. [19]

E por fim, Antônio José de Oliveira Lomeu, com um montante de 343:329$200 (trezentos e quarenta e três contos, trezentos e vinte e nove mil e duzentos réis), com 62 escravos, levou apenas 5 para batizar, 4 (80%) naturais consignados pelo vigário e 1 (20%) presumivelmente natural. Percebe-se que sua escravaria era velha, pois o número de escravos em relação ao número de batizados perfaz um total de apenas 8,3%, levando a deduzir que era uma escravaria de baixa reprodução natural.

Distribuição de proprietários por escravos levados ao batismo, Muriaé (1852-1888).

Tabela 3

nº de vezes	**pres. nat.**	**%**	**nat. consig**	**%**	**legit.**	**%**	**pres .leg.**	**%**	**ind.**	**%**	**total**	**%**
1 e 2	42	51,9	253	38,4	52	25,9	3	42,9	2	50	352	37
3 e 4	12	14,9	87	13,2	18	8,9	0	0	1	25	118	12,4
5 e 6	16	19,8	91	13,9	23	11,4	1	14,3	0	0	131	13,8
7 e 8	6	7,4	31	4,7	10	4,9	0	0	0	0	47	5
9 e 10	2	2,4	62	9,4	20	9,9	1	14,2	1	25	86	9,1
11 e 13	2	2,4	28	4,3	29	14,4	0	0	0	0	59	6,1
15 e 18	0	0	56	8,5	25	12,3	0	0	0	0	81	8,5
22 e 34	1	1,2	50	7,6	25	12,3	2	28,6	0	0	78	8,1
total	**81**	**100,0**	**658**	**100,0**	**202**	**100,0**	**7**	**100,0**	**4**	**100,0**	**952**	**100,0**

Fonte: Livros de batismo da freguesia São Paulo do Muriaé, 1852-1888.

Após esta breve exposição podemos não concluir, mas aferir indícios de que independente da existência de uns poucos casos em que a riqueza do proprietário não interferia de forma sistemática na legitimidade e ilegitimidade dos filhos de escravas, ainda é cedo para tomarmos São Paulo do Muriaé como expressão do tema para uma análise mais ampla. Ou seja, quando se tomam casos particulares, não há dúvidas quanto ao fato de terem existido pequenas escravarias nas quais se observava a presença exclusiva de filhos legítimos, assim como de grandes nas quais predominavam os filhos naturais.

Preferimos então finalizar com os dizeres do professor Iraci del Nero da Costa, "*acreditamos que futuramente sejam dedicados estudos a um conjunto de casos específicos*

com vistas a tipificar os distintos perfis de plantéis"[20], e ai, quem sabe, em menos tempo do que o imaginado, poderemos atribuir conclusões mais sólidas, não apenas para Muriaé, mas também para a Capitania e Província como um todo.

---

[*]Trabalho apresentado na XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Londrina, PR - Brasil, de 17 a 22 de julho de 2005.

♣ Mestranda em História pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ.

[1] Esta síntese é uma mostra de uma análise mais consistente, produzida a partir de um banco de dados produzida pela autora, por incentivo do professor Jorge Luiz Prata de Sousa, coordenador de um projeto pessoal amplo de reconstituição, catalogação e informatização de arquivos referentes ao Leste da Zona da Mata Mineira, incluindo para a cidade de Muriaé, arquivos paroquiais e cartoriais, relacionados ao recorte acima citado. Gostaria de agradecer a acolhida da professora Miridam Britto Knox Falci, por acreditar em nosso trabalho.

[2] NADALIN, Sérgio Odilon. A demografia numa perspectiva histórica. *Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 1994. p.64.

[3] C.f. ANDRADE, Rômulo Garcia de. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. (A subjetividade do escravo perante coisificação social própria do escravismo). *Tese de doutorado*, USP. São Paulo, 1995.

[4] LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.14

[5] ANDRADE (1995) Idem, ibidem. p.154

[6] Média esta relatada anteriormente por MARTINS, Maria do Carmo; LIMA, Maurício Antônio de Castro e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. *X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina, 2002 p.6, esclarecendo que em Muriaé, a percentagem de escravos está situada entre 13,0% e 20,0% da população total.

[7] MARTINS; LIMA e SILVA (2002) Idem, ibidem. p.12

[8] Agradeço as sugestões sempre precisas do professor Iraci del Nero da Costa.

[9] C.f. Tarcísio R. Botelho, esta seria uma das formas de incentivar os proprietários a batizarem seus escravos e sem dúvida alguma, o nível de cobertura deste registro deve ter melhorado. BOTELHO, Tarcísio R. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais, no século XIX. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado) p.24.

[10] CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853), feytas e ordenadas pelo Ilustrícimo, e Reverendo Senhor Sebastião Monteyro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade. Propostas, e aceitas em Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia2 de Dezembro. Livro I, Título XX, p.30.

[11] COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, 17:2 mai./ago. 1987

[12] ANDRADE (1995) Idem, ibidem BRÜGGER, Legitimidade e comportamentos conjugais (São João Del Rei, séculos XVIII e primeira metade do XIX). *X Seminário de Economia Mineira.* Diamantina, 2002. FREIRE, Jonis. Batismo e compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG), 1838-1888. *Dissertação de Mestrado*. Franca, 2004.

[13] FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.323-324.

[14] É óbvio que o número de batismos constitui um indício tosco do tamanho da posse de cativos propriamente dita, mas parece-nos que a amostra resultante seja bastante representativa da realidade de Vila Rica durante o século XVIII e início do XIX. LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Botelho. Filhos de Deus. Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 31, janeiro, 2004. p.84

[15] Para saber a soma da riqueza do proprietário, incorporei a soma de todos os bens: móveis, semoventes, raiz, jóias, dinheiros, dívidas ativas e descontei das dívidas passivas à custa do enterro/processo. Inventário de Maria Ferreira Rodrigues, Cartório do 1º Ofício Cível, Muriaé, maço nº 75.

[16] Inventário de Lino Teixeira de Siqueira, Cartório do 1º Ofício Cível, Muriaé, maço nº 15.

[17] Inventário de João Francisco de Cerqueira. Cartório do 1º Ofício Cível, Muriaé, maço nº 25.

[18] Inventário do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo. Cartório do 1º Ofício Cível, Muriaé, maço 55.

[19] Inventário de João Carlos de Souza e sua mulher D. Rosa Maria de Jesus. Cartório do 1º Ofício Cível, Muriaé, maço 98.

[20] Extraído de diálogo efetuado por via internet, no dia 24 de maio de 2005, às 17h04min.

Criminalidade Feminina da Cascavel dos anos de 1970: Uma proposta de trabalho

Vladimir José de Medeiros[i]

Dois objetos de estudo da história que estão em voga nos últimos anos são o foco de concentração deste trabalho: mulheres e criminalidade. No decorrer da dissertação estas categorias de análise histórica serão observadas simultaneamente, mas aqui, para fim de uma breve discussão teórica, serão vistas separadamente.

Falar de mulheres, no âmbito da história é algo que está em voga nos últimos anos, principalmente por conta das mudanças que a disciplina sofreu desde 1929 com a Escola dos Annales, então encabeçada por Marc Bloch e Lucien Febvre[ii]. Nesse âmbito, escrever sobre mulheres mostra-se como um campo vasto e repleto de desafios.

Observar a mulher como um elemento social e sujeito ativo na construção da história é algo que historiadores como Georges Duby, Mary Del Priore, Joan Scott, Michelle Perrot, Margareth Rago, Rachel Soihet, Maria Izilda Matos, entre outros (e outras) buscam através de suas obras.

Trabalhar com o tema criminalidade trás até nós historiadores alguns questionamentos, tais como: o comportamento do criminoso pode ser considerado uma espécie de “reação” contra a sociedade em relação à situação que esta lhe impôs? A criminalidade faz parte da natureza humana do criminoso ou é algo externo a ele, despertada por algum fator? Que fatores podem despertar essa criminalidade neste caso? Como escrever sobre criminalidade sem eliminar ou cercear a ação do agente histórico em questão? Estas questões serão alguns dos norte que guiarão o trabalho.

Não se pode falar em estudo sobre a criminalidade hoje sem serem citados dois nomes: Carlo Ginzburg e Michel Foucault. Estes autores possuem duas obras célebres, que tratam de dois personagens comuns que cometeram crimes contra a lei e a ordem de seus temos. No primeiro, temos Menocchio, um moleiro italiano do século XVI acusado de heresia pela inquisição. No segundo, temos Pierre Rivière, um camponês francês do século XIX, acusado de triplo homicídio pela justiça local.

Destas duas obras, nos interessa realmente neste artigo, os métodos usados tanto por Ginzburg quanto por Foucault para trabalhar suas fontes.

Ginzburg utiliza em “O queijo e os vermes” o método indiciário para trabalhar os processos-crime de Menocchio. Este método opera através de sinais, sintomas, ou

seja, de indícios que servem para uma aproximação ou apropriação do real. Assim, *Ginzburg, a partir dos indícios históricos, postula a possibilidade da reconstrução do real em sua totalidade, mesmo esta sendo cortada pela subjetividade do historiador.* [iii]

Foucault também se utiliza do método indiciário para trabalhar "Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão". O que diferencia Foucault de Ginzburg é a questão do real. *Foucault considera o real uma construção discursiva, feita no passado e no presente, o que também faz da fonte que utiliza uma construção histórica.* [iv]

Falando em fontes, esta também aparece com uma diferença entre o trabalho dos autores. Ginzburg, como já foi dito anteriormente faz uso dos dois processos-crime da Inquisição respondidos por Menocchio. Foucault usa a documentação oficial da justiça francesa, matérias dos jornais da época do crime e laudos periciais juntam-se a lista de fontes que o autor trabalha. Além disso, é relevante considerar que são dois personagens de tempos e fontes diferenciados.

Outra diferença nas obras desses autores é o que estes abordam a partir do personagem estudado. Ginzburg tende a discutir questões ligadas a cultura e sua circularidade entre os grupos sociais. Foucault tende para o uso das disciplinas auxiliares, a fim de aprofundar seu estudo acerca da personalidade de Pierre Rivière. Para tanto, a psicologia e psicanálise e a justiça são partes essenciais em sua análise.

Todas estas diferenças apontadas quanto aos métodos de estudo de Ginzburg e Foucault levam diretamente ao que os autores vêm em seus personagens. Para Ginzburg, Menocchio é a síntese de suas experiências, enquanto para Foucault, Rivière será o produto de suas experiências e das experiências daqueles que o tomam como objeto de estudo.

Deixando estes ícones da historia mundial por enquanto, e voltando nossos olhos para o Brasil, temos que considerar o trabalho de Boris Fausto em sua obra "Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)".

Nesta obra, Boris Fausto abrange o período de transição entre a monarquia e a república no Brasil. Os crimes que por ele são abordados são os homicídios, os furtos e roubos e os crimes sexuais.

O procedimento de Boris Fausto foi bastante influenciado pela realidade do arquivo onde trabalhou. A limitação dos crimes ocorreu pela grande diversidade de crimes e processos no decorrer do seu recorte temporal.

> *A escolha dos crimes (...) decorreu sobretudo da necessidade de delimitar um campo vastíssimo, selecionando-se delitos suficientemente diferenciados e abrangentes para permitir uma análise de comportamento*

> *em diferentes campos (vida e morte, propriedade, sexo) e sob diferentes ângulos (o ângulo policial, o dos envolvidos, dos membros do júri, etc.).*[v]

Outro fato interessante levantado pelo autor é o de que o prédio onde se encontrava o arquivo havia sido bombardeado pelos revolucionários de 1924, o que resultou na destruição de parte dos processos e na danificação de outros.

Mesmo com todos estes percalços, Boris Fausto levantou cerca de 1536 processos, divididos em 442 homicídios, 588 furtos e roubos e 506 crimes sexuais. A partir deste número, foi extraída uma amostra de 50% seguindo a periodização seguinte: 1880-1889; 1900-1913; 1914-1919; 1920-1924. [vi]

Boris Fausto também se preocupou em observar o crescimento da criminalidade no decorrer dos anos. Para tanto, ele trabalhou com os recenseamentos de 1890, 1893, 1900 e 1920, fazendo, através de uma fórmula[vii], o cálculo de população ano a ano. Este cálculo mostrou-se importante também pelo fato de demonstrar o número de maiores e menores de 21 anos na população geral e nas prisões.

Fator relevante e contundente na elaboração do trabalho foi o de que Fausto fez uso de dois códigos penais: o de 1830 e o de 1890, sendo que os quais dão tratamentos diferentes aos delitos pó ele abordados no estudo.

A influência destas obras para qualquer um que se aventure a trabalhar com a questão da criminalidade é nítida. Além das obras citadas, alguns outros trabalhos são relevantes, como os livros “vigiar e punir”, do mesmo Foucault e “mitos emblemas e sinais: morfologia e história”, de Carlo Ginzburg.

As principais contribuições dessas obras situam-se: no método indiciário; na seleção das fontes; no tipo de fontes utilizadas; na forma como o texto é escrito; na maneira como os personagens destas são vistos e abordados, a fim de dar-lhes oportunidade de defendere-se de suas acusações.

Como já foi dito anteriormente, o paradigma indiciário (que operaria através de sinais, sintomas, ou seja, de indícios) é utilizado tanto por Ginzburg quanto por Foucault. O método indiciário faz com que o pesquisador veja além do que consta nos autos processuais ou nas demais fontes utilizadas.

Desta forma, as fontes que são selecionadas para tal estudo (o estudo da criminalidade) são influenciadas pelo método indiciário. Quanto mais completa a documentação maior será a base concreta do pesquisador para levantar os indícios necessários à compreensão de seu personagem. Quando a base documental é falha, o pesquisador pode tentar “tatear o caminho certo”, mas pode colocar em risco a cientificidade[viii] e a credibilidade do trabalho.

A utilização dos processos-crime como fontes principais nestes trabalhos, se torna uma realidade cada vez maior. Além de fornecerem um número grande de informações acerca do personagem e da sociedade da época em que o crime ocorreu nos permite que análises mais profundas sobre o "criminoso" sejam feitas.

Outro fator que contribui para a utilização dos processos-crime como fonte primordial nos trabalhos dos historiadores é preservação destes documentos nos arquivos judiciais.

> *Sem incursões nos arquivos judiciários será impossível retratar a evolução social brasileira, seus conflitos, seus problemas. Testemunhos, inventários, processos criminais "revelando degradações ou paixões humanas"; a página negra da escravidão africana com seus horrores e crimes, (...) a afirmação do patriarcalismo despótico dos donos do poder, a situação da mulher na sociedade patriarcal e suas tentativas de afirmação (...).* [ix]

Talvez a afirmação de Maria Thétis Nunes seja um tanto quanto contundente, quando esta diz que não é possível retratar a evolução social brasileira sem a utilização dos arquivos judiciais. O que pode ser dito é que estes arquivos são de grande valia para os pesquisadores da história brasileira.

Neste trabalho em específico, de um universo de trinta e quatro processos situados entre 1970 e 1979 (todos da 1ª Vara criminal da Comarca de Cascavel), foram selecionados doze. Destes, sete foram destacados, segundo alguns critérios que veremos a seguir.

O primeiro critério foi o de separar somente os autos de acusação contra mulheres na década de 1970. Posteriormente, foram escolhidos os processos de maior repercussão e que afetassem diferentes áreas do direito penal (crimes contra patrimônio, contra a vida, contra a moral e os bons costumes). Após esta escolha, há a utilização do método indiciário para extrair o máximo possível de informações destas fontes selecionadas.

Sendo assim, temos os seguintes processos:

- Processo número 581/71, onde Maria Ribeira é autuada no artigo 250, inciso 2º do Código Penal Brasileiro (incêndio culposo);
- Processo número 49/78, onde Valério Genito Vanzin e Maria Aparecida de Souza são autuados no artigo 19, inciso 2º, letra "c" da Lei de Contravenções Penais (porte ilegal de arma, seguido de agravantes);
- Processo número 502/72, onde Sebastiana Antunes Ribeiro é autuada no artigo 229 do Código Penal Brasileiro (casa de prostituição);

- Processo número 221/71, onde Eli Terezinha Welter é autuada no artigo 121, inciso 2º do Código Penal Brasileiro (homicídio qualificado);
- Processo número 236/76, onde Odete Padilha dos Santos é autuada no artigo 129 do Código Penal Brasileiro (lesões corporais);
- Processo número 557/71, onde Ilva da Silva Nogueira e Frederico Gomes Nogueira são autuados no artigo 240, inciso 1º do Código Penal Brasileiro (adultério, seguido de agravantes);
- Processo número 114/76, onde América Serrafio Farias, Aguiar Honorato de Almeida e Pedro Carlos Boita são autuados no artigo 161 do Código Penal Brasileiro (esbulho possessório e apropriação indébita).

Tendo isso, é notória a relevância da análise da criminalidade feminina na comarca de Cascavel durante os anos de 1970. Perceber o crime como uma manifestação social resultante de um processo de reflexo da realidade vivida e produto das vivências e experiências das criminosas em questão são os pilares da reconstrução da sociedade cascavelense de tal período.

Discutir e analisar as falas dos juristas e da imprensa acerca dos casos levantados através dos processos-crime e dos jornais da época através do método indiciário discutido anteriormente mostram a sociedade patriarcal e machista. A Cascavel do pioneiro trabalhador e capaz, que através do seu suor fez brotar uma cidade pujante de onde só havia mato se esquece da mulher que acaba se tornando uma sombra do homem.

A mulher que escapa da normalidade, e que foge de suas "obrigações tradicionais" de cuidar da casa, dos filhos e do marido é motivo de chacota nos autos processuais e de omissão por parte da imprensa, que muitas vezes nem veicula o acontecimento. Voltando os olhos para a diferença, para a anormalidade, para aquilo que é fora do padrão pré-estabelecido, a busca do trabalho gira em torno da reconstrução da sociedade cascavelense, bem como as relações sociais desta cidade no período da década de 1970.

---

[i] Graduado em História pela Universidade Paranaense – UNIPAR – campus Cascavel, aluno do programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História – da Universidade de Passo Fundo – UPF. E-mail: vjmedeiros@servport.com.br.

[ii] Sobre este assunto ver: LE GOFF, Jacques. *A História nova. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001.*

[iii] Definição baseada em ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. "Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio". In: *Revista Resgate*. p. 49.

[iv] Idem, p. 49.

[v] FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924).* 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 315.

[vi] Dados extraídos da obra: FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924).* 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 315-317.

[vii] A fórmula consiste em $N_t = N_o$ e R_t , onde N_t é a população no momento t; R é a taxa de crescimento da população; t é o tempo transcorrido entre *o* e *t*.

[viii] Aqui a cientificidade coloca-se como um mínimo de exigências que devem ser cumpridas para que a obra tenha relevância no meio acadêmico, como citações de fontes e bibliografias que possam sustentar afirmações contundentes.

[ix] NUNES, Maria Thétis. *A importância dos arquivos judiciais para a preservação da memória nacional*. S.L., S.E., 1998. S.Pg.

O PODER DAS IMAGENS: CINEMA E PROPAGANDA POLÍTICA NOS GOVERNOS DE HITLER E ROOSEVELT (1933 - 1945) *

Wagner Pinheiro Pereira **

A comunicação tem como proposta a análise comparada da utilização do cinema como instrumento de propaganda política e de controle da opinião pública durante os governos de Adolf Hitler (1933-1945), na Alemanha, e de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), nos Estados Unidos da América. As produções cinematográficas alemãs e norte-americanas desse período são significativas para a compreensão das ideologias que orientaram esses governos e para a discussão sobre a relação entre cinema e política. Além disso, o mapeamento dos aspectos comuns, diferenciais e específicos das imagens e mensagens políticas veiculadas pelo cinema possibilita a compreensão da natureza ideológica dos respectivos governos e das mudanças políticas e culturais que eles introduziram nos dois países. Neste sentido serão objetos de análise: a política cultural de Hitler e Roosevelt referente ao cinema e os principais temas tratados nos filmes de propaganda.

CULTURA E POLÍTICA: O CINEMA COMO ARMA DE PROPAGANDA

A primeira metade do século XX foi marcada pela ascensão e consolidação de governos que utilizaram os meios de comunicação, a educação e a produção cultural como instrumentos de propaganda para difundir a ideologia oficial e conquistar o apoio das massas ao novo tipo de poder instaurado.

A propaganda política[1], entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, adquiriu enorme importância nas décadas de 1920 e 1940, quando ocorreu, em âmbito mundial, um considerável avanço tecnológico dos meios de comunicação. Valendo-se de idéias e conceitos, a propaganda os transforma em imagens, símbolos, mitos e utopias que são transmitidos pela mídia. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na conquista de adesões políticas. Em qualquer governo, a propaganda é estratégica para o exercício do poder, mas adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças à censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce controle rigoroso sobre o conteúdo das mensagens, procurando bloquear toda atividade espontânea ou contrária à ideologia oficial. Em governos dessa natureza, a propaganda política se torna onipresente, atua no

sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões, visando assegurar o domínio sobre os corações e mentes das massas.

Dentre todos os meios de comunicação utilizados para exercer tal influência psicológica, o cinema foi bastante privilegiado. Tendo sido utilizado para fins políticos inicialmente pelos norte-americanos em 1898[2], durante a Guerra Hispano-americana, e logo depois pelos ingleses, em 1901, durante a Guerra dos Bôeres (1899-1902), foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que os líderes políticos descobriram a grande influência que este novo meio de comunicação exercia sobre as massas e não tardaram em utilizá-lo como arma de propaganda política, enquanto os seus respectivos governos criavam departamentos de censura e leis que regulamentavam a produção, distribuição e exibição cinematográfica, numa tentativa de preservar a produção nacional frente a concorrência estrangeira.

No entanto, os filmes de propaganda desse período eram modestos, grosseiros e até mesmo ingênuos, não possuindo ainda o aperfeiçoamento técnico, o fascínio e a eficácia que teriam os produzidos a partir da ascensão dos regimes nazi-fascistas e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)[3].

Deve-se dizer, porém, que os regimes nazi-fascistas não foram os únicos que tomaram consciência da importância do cinema como arma de propaganda. De forma precursora, Lênin, na época da Revolução Russa de 1917, já afirmava: *"De todas as artes, o cinema é para nós a mais importante. Deve ser e será o principal instrumento cultural do proletariado"*; orientação que foi seguida atentamente pelos principais líderes de regimes socialistas, como Josef Stálin, Mao Tsé-tung e Fidel Castro.

Nas democracias ocidentais, tais como a norte-americana, a inglesa e a francesa, o cinema também têm sido utilizado como instrumento de propaganda para disseminar mensagens políticas e obter o consenso da sociedade em torno das propostas do partido político no poder. No entanto, isso não é realizado de forma tão direta e agressiva, como ocorreu nos regimes de caráter totalitário ou autoritário, já que numa democracia moderna, de tipo ideal, os meios de comunicação devem manter-se plurais, a fim de escapar a uma tutela política única, e o direito de liberdade de expressão é garantido.

A partir dos exemplos apresentados é possível perceber que a utilização do cinema como veículo de mensagens políticas ocorreu tanto nas *ditaduras totalitárias*, quanto nas *democracias liberais*[4]. Para efeito de comparação, portanto, a análise será centrada nas semelhanças, diferenças e particularidades existentes nas produções cinematográficas realizadas durante os governos de Hitler e Roosevelt. A escolha é

decorrente do fato de terem sido, respectivamente, exemplos bastante representativos de uma *ditadura totalitária e* de uma *democracia liberal*, e também por terem ocorrido em situação histórica contemporânea.

GUERRA DAS IMAGENS: O CINEMA ENTRE O TOTALITARISMO E A DEMOCRACIA

• *A RELAÇÃO ESTADO-CINEMA*

A consolidação da infra-estrutura de produção cinematográfica na Alemanha e nos Estados Unidos da América ocorreu a partir da Primeira Guerra Mundial. Embora tenham sido constituídas de forma bastante distinta, elas tiveram algumas características em comum: foram planejadas não somente tendo-se em vista o entretenimento das massas, mas também o objetivo de atuarem como indústrias de propaganda política de seus respectivos governos. Tanto a indústria cinematográfica alemã quanto a norte-americana foram constituídas a partir de três elementos centrais: 1) O sistema de grandes estúdios, do qual *Hollywood* foi o modelo mais acabado, embora não possa ser ignorada a importância da *Ufa* (*Universum-Film AG*), indústria cinematográfica alemã, que, durante as décadas de 1920-1940, foi a principal concorrente do cinema norte-americano; 2) o "star-system", um sistema de mitificação de atores e atrizes que fascinava o público alemão e norte-americano, ditando todo um conjunto de valores, comportamentos, conceitos e visões de mundo para a época; 3) o código de censura, responsável por monitorar as mensagens veiculadas nos filmes, que atuou de forma mais forte e evidente no cinema alemão e mais suave e discreta no cinema norte-americano. Até o início da década de 1930, a produção cinematográfica nos dois países era regida por códigos reguladores que tinham como preocupação central a preservação dos "bons valores" morais, sociais e religiosos. A partir de 1933, esses códigos atuaram no sentido de colocar as indústrias cinematográficas da Alemanha e dos Estados Unidos em sintonia com os ideais e valores da "nova política" preconizada pelos seus líderes, fazendo do cinema um baluarte dos princípios políticos, sociais, econômicos e culturais básicos dos governos de Hitler e Roosevelt.

No caso alemão, as transformações ocorridas na indústria cinematográfica e no conteúdo dos filmes foram abruptas. O Nazismo marcou o final das estéticas expressionistas e das vanguardas da década de 1920 – responsáveis por tornar o cinema alemão conhecido mundialmente –, que passaram a ser consideradas como "arte

degenerada". Neste momento, os nazistas exerceram um forte controle sobre o cinema, fazendo com que muitos judeus, comunistas e pessoas consideradas "inimigas do Estado" fossem excluídas do meio cinematográfico e artístico da Alemanha. Controlado por Joseph Goebbels, através do *Ministério Nacional para Esclarecimento do Povo e Propaganda*, o cinema alemão foi transformado tanto internamente – em suas estruturas, organizações, leis, funcionários, produtores, cineastas, etc. – quanto externamente – no conteúdo de seus filmes, na estética e na apresentação de "novos" atros e estrelas que personificavam a estética racial ariana almejada pelos nazistas.

O cinema alemão produzido durante o Terceiro Reich (1933-1945) buscou integrar entretenimento e propaganda, baseando-se, principalmente, nos modelos de cinema soviético e norte-americano. Além disso, as produções cinematográficas alemãs tinham de ser aprovadas – em todas as suas fases de realização – pela *Câmara Nacional de Cinema*, vinculada ao *Ministério da Propaganda*. As produções que eram consideradas em sintonia com os ideais preconizados pelo regime recebiam *predicados* (espécies de prêmios que classificavam a importância do filme) que, na maioria das vezes, beneficiavam financeiramente os seus realizadores.

No caso norte-americano, *Hollywood*, desde o início, contou com recursos e um aparato excepcional para torna-se a grande indústria de cinema em escala mundial. A partir da ascensão de Roosevelt, consolidou-se essa infra-estrutura. Na década de 1930, *Hollywood* passou a ser orientado por um código de auto-censura – o "Código Hays" – que controlava a discussão de assuntos polêmicos ou geradores de atritos com alguns setores da sociedade. Dessa forma, *Hollywood* até a Segunda Guerra Mundial não recebeu uma influência direta do Estado, pois além de estar em sintonia com a orientação do governo, seu objetivo principal era fazer com que seus filmes – seja de entretenimento ou de propaganda – fossem sucessos de bilheteria.

Cabe destacar ainda que a eclosão da Segunda Guerra Mundial marcou uma nova fase na relação Estado-cinema. Na Alemanha, Hitler e Goebbels perceberam que era o momento certo de completar o contínuo processo de monopolização das indústrias cinematográficas pelo Estado nazista. Este processo foi finalizado em 1942, quando todas as indústrias cinematográficas foram incorporadas à *Ufa-Film GmbH* (chamada *Ufi*, para distinguí-la de sua antecessora), uma espécie de fundação estatal responsável pela centralização de toda a produção, distribuição e exibição cinematográfica da Alemanha nazista. Além disso, durante o conflito bélico, o Estado mostrou-se ainda mais atuante no

meio cinematográfico, revisando, aprovando ou reprovando roteiros, censurando ou demandando a produção de vários filmes comissionados pelo governo.

Nos Estados Unidos, a Segunda Guerra Mundial também transformou as relações entre o Estado e a indústria cinematográfica. No momento do conflito bélico, o governo passou a defender que *Hollywood* deveria atuar intensamente para instigar e estimular a sociedade a lutar em todas as frentes de batalha contra a "ameaça totalitária" representada pela Alemanha, Itália e Japão. Para melhor acompanhar as atividades da indústria cinematográfica, Roosevelt criou duas importantes agências destinadas a coordenar a produção e distribuição de filmes de propaganda do governo. Tanto a *Secretaria de Informação de Guerra* (OWI), voltada para os assuntos e o público da Europa, quanto o *Escritório do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos* (OCIAA), planejado para estreitar os laços da "Política da Boa Vizinhança" entre os Estados Unidos e a América Latina, foram órgãos estatais que passaram a exercer intenso controle sobre a produção cinematográfica norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial.

• *A PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA INSERIDA NUM PROJETO POLÍTICO*

Os governos de Hitler e Roosevelt apesar de terem sido distintos e antagônicos, apresentaram semelhanças nos temas e estilos de suas produções cinematográficas. Durante a década de 1930, tanto o cinema alemão quanto o norte-americano produziram filmes dedicados aos seus líderes políticos, à imagem do "homem novo" e da "nova nação". Na década de 1940 foram realizados filmes sobre os inimigos da nação e produções voltadas para o tema da guerra.

Em relação à imagem do líder político, os cineastas alemães e norte-americanos foram bastante cuidadosos na apresentação dos seus governantes nas telas. No caso alemão, Joseph Goebbels instruía os cineastas para que o Führer fosse apresentado como o "salvador da Alemanha", um ser iluminado, em cenários grandiosos. Cada aparição de Hitler era estruturada como uma grande peça teatral, cuidadosamente encenada para a câmera, tal como ocorreu no famoso *"O Triunfo da Vontade"* (1935), de Leni Riefenstahl. Para os filmes históricos, o ministro da propaganda recomendou que os cineastas traçassem um paralelo entre Hitler e as grandes personagens históricas da Alemanha, tais como o rei Frederico II, Bismarck, Friedrich Schiller, Carl Peters, etc.

No caso norte-americano, a imagem do presidente Franklin Roosevelt esteve pouco presente nas telas de cinema. Por ter sofrido de poliomielite, o presidente fez um

acordo com os fotógrafos e cinegrafistas para nunca ser registrado em sua cadeira de rodas, segurando uma bengala, ou sendo carregado ao sair da plataforma depois dos seus discursos. Assim, para não correr o risco de ter prejudicada a sua imagem heróica de "salvador da pátria" pelo fato de ser paralítico, Roosevelt preferiu encomendar a produção de filmes sobre as realizações do *New Deal* (*Novo Acordo*) e, da mesma forma que o cinema nazista, de filmes históricos que traçassem um paralelo entre ele e os grandes presidentes do passado, como Washington, Lincoln e Wilson.

Se a propaganda afirmava que o líder era o modelo, logo a nação e a sociedade deveriam ser a sua imagem e semelhança. Por isso, os filmes de ambos os países dedicaram-se a retratar a imagem idealizada da "nova nação" e do "homem novo".

Os filmes nazistas mostravam os alemães como superdotados do ponto de vista racial, sendo o povo destinado a predominar sobre o resto da humanidade. Inicialmente, os primeiros mártires do movimento nazista – como o jovem hitlerista Herbert Norkus e o SA Horst Wessel – assumiram a imagem do "homem novo" ideal. Posteriormente, essa imagem ampliou-se para outros setores da sociedade alemã, tais como camponeses, industriais e personagens que abdicassem de seus interesses pessoais em benefício da Alemanha e da "Volksgemeinschaft" ("Comunidade do Povo").

No caso das produções hollywoodianas, o "homem novo" idealizado seria uma espécie de defensor das virtudes da democracia e do trabalho, que empregaria as suas forças para a realização dos projetos do *New Deal* e para a preservação dos valores da identidade nacional norte-americana. Ao mesmo tempo, esses filmes também propagavam as maravilhas do "American Way of Life", ideologia fundamental para a sustentação da sociedade capitalista desenvolvida naquele país e adotada em tantos outros mundo afora.

Com a Segunda Guerra Mundial, os governos alemão e norte-americano incentivaram a produção de filmes dedicados aos "inimigos da nação". O cinema nazista elegeu os judeus, os ingleses e os russos como os principais inimigos da Alemanha. Os judeus eram retratados como conspiradores, inimigos de "raça inferior" e "subumana", sendo igualados aos ratos, insetos, cogumelos venenosos, cobras e doenças. Já os ingleses receberam um tratamento mais suave, embora fossem retratados como imperialistas opressores, que escravizavam nações pobres e inocentes, ou como plutocratas ambiciosos e mesquinhos. Os russos, assim como aconteceu no cinema norte-americano, receberam um tratamento dúbio, variando de acordo com o momento histórico. Se durante o Pacto Nazi-soviético, a propaganda anticomunista parou de

circular na Alemanha, após o ataque nazista a Rússia, o cinema apresentou os russos comunistas como brutos e alcoólatras que violentavam mulheres e assassinavam crianças e civis.

Hollywood também produziu vários filmes sobre os inimigos "totalitários" dos Estados Unidos. O alemão nazista foi apresentado como um inimigo de sangue frio, inescrupuloso e manipulado pelas mentiras da máquina de propaganda de Hitler. Os italianos fascistas, curiosamente, não receberam muito espaço nos filmes norte-americanos, pois não eram vistos como uma grande ameaça, sendo retratados geralmente de forma caricatural e em posição ambígua. Já os filmes dedicados aos japoneses traziam uma virulenta mensagem antinipônica, que pregava o ódio e a idéia de extermínio destes da face da Terra, pois eles eram vistos como "monstros fanáticos" que, por puro prazer, matavam e mutilavam soldados norte-americanos.

O retrato heróico da guerra foi outro tema recorrente na cinematografia alemã e norte-americana da década de 1940. Os romances, que exaltavam o papel da mulher e a mobilização do "fronte interno", e os filmes históricos, que estimulavam o "espírito militar", foram os gêneros mais populares sobre o tema. Ao mesmo tempo, os cinejornais (*Die Deutsche Wochenschau* e *The March of Time*) e os documentários apresentavam a guerra como um espetáculo bélico.

Os filmes nazistas afirmavam que as democracias ocidentais eram nações demoníacas que pretendiam destruir a Alemanha, por isso, os alemães viam-se obrigados a atacar primeiro. Já *Hollywood* mostrava os Estados Unidos enfrentando uma árdua luta do "bem contra o mal", em que os heróicos e simpáticos soldados norte-americanos travavam uma longa batalha contra os inescrupulosos e malvados nazistas, no fronte ocidental, e os sangüinários e suicidas japoneses, no fronte oriental. Dessa forma, os filmes hollywoodianos retratavam os norte-americanos como os líderes da democracia e os legítimos representantes do "mundo das luzes" em luta contra a escravização imposta pelas ditaduras totalitárias.

Por fim, conforme pudemos constatar, a relevância desse estudo se justifica não só pela tentativa de compreensão mais aprofundada da utilização do cinema como arma de propaganda de *ditaduras totalitárias* e de *governos democráticos*, mas também pela atualidade do tema, ou seja, o uso de imagens para fins políticos. Afinal, as imagens adquiriram um papel de destaque na sociedade contemporânea, em que tudo se tornou direta ou indiretamente mediado por elas. Após a *guerra de imagens* empreendida entre os governos de George W. Bush e Saddam Hussein, parece que as táticas de

propaganda desenvolvidas pelos governos de Adolf Hitler e Franklin Delano Roosevelt ainda não foram ultrapassadas. Fica a pergunta: Existe alguma diferença entre os filmes de propaganda produzidos por uma *ditadura totalitária* daqueles realizados por um *governo democrático*?

---

[*] O presente texto, apresentado no seminário temático "Dimensões políticas do audiovisual: guerra, revolução, propaganda e lutas sociais" do *XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz*, baseou-se na pesquisa realizada para a minha dissertação de mestrado, *"Guerra das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt (1933-1945)"*, orientada pela Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato e defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), em 2003.

[**] Doutorando em História Social (Depto. de História – FFLCH-USP) e pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos sobre a Intolerância - Universidade de São Paulo (LEI-USP) e Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH-USP).

[1] As reflexões teóricas sobre propaganda política, aqui apresentadas, foram extraídas do estudo de: CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.* Campinas: Papirus, 1998. pp.35-36.

[2] "The Battle of Manila Bay" ("A Batalha de Manila", Vitagraph, 1898), que reconstitui a batalha ocorrida nas Filipinas entre norte-americanos e espanhóis, durante a Guerra Hispano-americana, é considerada a primeira produção cinematográfica utilizada como peça de propaganda política.

[3] Um mapeamento preliminar da utilização do cinema como instrumento de propaganda política pelos regimes nazi-fascistas foi apresentado no artigo de minha autoria: "Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo". *In: História: Questões & Debates, ano 20, n°.38, jan./jun.2003.* Curitiba: Ed. UFPR, 2003. pp.101-131.

[4] Nas ditaduras totalitárias o Estado centraliza todos os poderes políticos e administrativos, não permitindo a existência de outros grupos ou partidos políticos, além do partido no poder que se superpõe e se confunde com o Estado. O Totalitarismo se caracteriza pelo desrespeito às liberdades do cidadão, principalmente as liberdades de opinião, associação, imprensa e comunicação. Nesse regime, o Estado torna-se uma entidade ameaçadora que comanda e fiscaliza a vida de todas as pessoas do nascimento até a morte. Além de destruir a individualidade dos cidadãos, os regimes totalitários fazem a sociedade viver numa atmosfera constante de insegurança e terror, perpetrada pela atuação da polícia secreta estatal e pela manipulação do imaginário coletivo através da propaganda veiculada nos meios de comunicação. As duas maiores manifestações do Totalitarismo no século XX foram o nazismo alemão (1933-1945) e o stalinismo soviético (1924-1953), apesar das diferenças ideológicas que as distinguem.
Ao contrário das ditaduras totalitárias, os regimes democráticos, de tipo ideal, se caracterizam pelo profundo respeito aos direitos fundamentais do indivíduo. De forma geral, a democracia é um regime político baseado nos princípios da soberania popular, da igualdade dos cidadãos perante a lei e da distribuição eqüitativa do poder, ou seja, ela se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle de autoridade dos poderes de decisão e de execução. Nos países democráticos, o povo, através do voto, participa das decisões políticas, elegendo, para os cargos públicos, candidatos que irão representá-lo na direção do Estado. Portanto, a participação do povo é o que garante a permanência do regime democrático, enquanto que o autoritarismo, a repressão e a censura garantem a existência das ditaduras totalitárias.

O sal da laguna fluminense (1930/1955)

Walter Luiz Pereira[i]

Este trabalho busca analisar, a partir da temática do desenvolvimento, os desdobramentos da ação industrializante modernizadora na região salineira fluminense, no período de criação das principais instituições envolvidas na economia salineira. O eixo cronológico (1930/55) tem por base o trabalho de Sônia Regina de Mendonça, a partir das "opções" de desenvolvimento, no sentido de definir a ação do Estado em etapas distintas da industrialização a partir da década de 30[ii]. Nossa abordagem visa privilegiar as aplicações práticas de um projeto ideológico, que tentava superar, via industrialização, a fragilidade da economia brasileira, contribuindo para o processo de acumulação capitalista no país. Por outro lado, uma política de desenvolvimento configurava-se também, como uma tentativa inicial de enfrentar as precárias condições sociais existentes no Brasil. Esta pesquisa está voltada para uma investigação local sobre o desenvolvimento da indústria salineira em Cabo Frio, que utilizava matérias primas da laguna de Araruama, fundamentais para o desenvolvimento das indústrias de base no Brasil. A abundância do sal e do calcário (conchas) definiu a escolha do local para a implantação de unidades voltadas para a produção de bens ligados aos setores extrativos minerais e à indústria química.

A história da região salineira fluminense já foi abordada por historiadores como Geraldo Beauclair[iii] e João Marcello Giffone[iv]. Entretanto, estes trabalhos tomam como eixo cronológico o século XIX. Há, portanto, uma escassez de pesquisas acadêmicas sobre o sal fluminense, que são praticamente inexistentes para o período republicano. Por outro lado, para a problematização do tema do desenvolvimento, temos uma série de trabalhos que abordam a questão. Entre estes trabalhos podemos citar autores como Raul Prebisch, Celso Furtado, Guido Mântega, Ricardo Bielschovsky, Sônia Regina de Mendonça, Francisco de Oliveira, entre outros. Esta pesquisa pretende, ao trabalhar com estes autores, dar uma dimensão

histórica às questões de natureza econômica, política e social, tomando as particularidades regionais no processo de modernização industrial, como objeto de estudo central.

Assim, propomos uma análise ampliada para o contexto regional, tomando como princípios fundamentais as relações entre Estado e Sociedade; entre Política e Sociedade e entre Sociedade e Economia. A perspectiva de trabalhar com um espaço delimitado pela aplicação prática de uma política de desenvolvimento aponta para uma análise mais ampla, dada a possibilidade de aproximação com a realidade histórica do lugar, com as empresas envolvidas, ainda ativas, com empresários, com trabalhadores, sindicatos, partidos políticos e instituições do poder local. O que se pretende, é uma abordagem mais abrangente, apontando para a totalidade da história.

O projeto industrializante materializou-se no município de Cabo Frio, onde foram e ainda estão instaladas a **Refinaria Nacional do Sal**, a **Companhia Salinas Perynas** e a **Companhia Nacional de Álcalis**, consistindo num parque industrial concebido e posteriormente modernizado, para tornar possível a dinamização da indústria salineira. A instalação desse parque industrial fez parte de um esforço do reaparelhamento econômico, definido pelo segundo governo Vargas.[v] Muito embora nossa proposta seja valorizar a face modernizadora da industrialização, sabemos que as transformações ocorridas não conseguiram renovar todas as antigas estruturas produtivas. No entanto, nossa opção é pela possibilidade de apostar nos avanços das relações econômicas e sociais advindas de uma política de desenvolvimento. Portanto, impõe-se aqui, o debate sobre rupturas e continuidades.

Para modernizar sua produção foi necessário que a economia salineira recebesse a atenção do governo Vargas, dotando o setor com uma das instituições criadas neste período voltadas para fomentar o desenvolvimento dos setores produtivos nacionais estratégicos. O Estado Novo criou o **Instituto Nacional do Sal – INS[vi].** Esta instituição estava direcionada para atender o setor salineiro, para a mediação entre os interesses do capital e do trabalho e para contribuir na tentativa de cumprir as metas industrializantes.

2

A política intervencionista de Vargas daria um duro golpe no **Centro do Comércio do Sal Fluminense**, instituição representativa dos interesses comerciais monopolistas. A partir de então, a produção e a comercialização do sal e derivados, como um setor vital para a economia nacional, passaram a estar vinculadas ao controle do Estado. Agora, era o INS que definia as cotas e os preços do sal. Estava claro, então, que o Estado interviria na formatação do projeto de fortalecimento e crescimento da indústria nacional. Além do sal, outros produtos que formavam e assentavam a base da riqueza da nação passaram a contar com a atenção do Estado.

O governo, então, passou a baixar diretrizes para a modernização da indústria salineira com o intuito de dotar o setor de uma política industrializante. Uma das principais ações definidas sob responsabilidade do **Instituto Nacional do Sal,** foi a delegação do presidente da República, através do Decreto-Lei 5648 de 20 de julho de 1943, estabelecendo as bases para a implantação de uma fábrica de álcalis sódicos no Brasil, especificamente, a **Companhia Nacional de Álcalis**, em Cabo Frio. É interessante notar que o **Instituto**, enquanto entidade representativa do setor salineiro não estava envolvida exclusivamente com o sal. Entre as suas atribuições estava, também, a definição de políticas voltadas para a produção de outros produtos cuja matéria prima era extraída da laguna, como por exemplo, o calcário. A Segunda Guerra Mundial ameaçava de paralisação vários setores industriais, face ao colapso no fornecimento de produtos químicos. A decisão do governo Vargas estava voltada para um esforço na substituição de importações, que deixava patente a necessidade do país ser auto-suficiente na fabricação de soda cáustica e barrilha. Estes produtos necessitavam do sal e do calcário como matérias primas no seu processo de fabricação.

O processo de formação da empresa estatal foi longo. Não havendo interesse de empresas de capitais norte-americanos em investir na execução da planta industrial, a partir da finalização do projeto de instalação, pronto já nos primeiros anos da década de 1940, exatamente, uma década depois, em 06 de novembro de 1953, foram assinados os contratos com as empresas

3

francesas Kreb e Cie-Ciave, com o aporte de capitais estatais e internacionais. Além disso, o interesse militar foi decisivo para a construção da **Companhia Nacional de Alcalis** que seria inaugurada somente em 1960, dezessete anos depois da sua idealização.[vii] Entretanto, a empresa representou uma das etapas da modernização industrial da região salineira fluminense, projetadas pelo governo Vargas.

A vertente modernizadora chegaria à **Companhia Salinas Perynas.** Esta empresa, inaugurada em 1930, foi administrada por Miguel de Oliveira Couto, governador do Estado do Rio de Janeiro. Sua planta industrial foi remodelada em 1955, quando a produção atingia um grau de desenvolvimento emblemático. Antes mesmo, a Companhia construíra e equipara uma estrada de ferro para levar o sal até o mar, no distrito de Arraial do Cabo. Para tanto, obteve permissão para construção de um porto – o Porto do Forno – onde foi possível receber os barcos de maior porte procurando expandir a comercialização do sal. Não parou por aí. Apoiada pelo Estado, a empresa passou por uma modernização marcante em seu processo produtivo. A virada significou um marco histórico na produção industrial brasileira de sal. Até então, dada a subordinação dos processos de evaporação do sal às condições climáticas favoráveis, a empresa implantou um novo sistema de produção industrial partindo das salmouras previamente concentradas nas salinas para a evaporação em instalações a vácuo. Inaugurada a nova unidade em 1955, a produção saltou de dezoito para sessenta mil toneladas de sal. A mudança radical no processo de transformação do sal não encontrou eco nas outras cento e vinte salinas espalhadas ao redor da laguna. Ali, os moinhos de vento e os pés descalços dos trabalhadores do sal ainda davam o tom, utilizando-se ainda, de formas produtivas arcaicas.[viii]

A **Refinaria Nacional do Sal** foi outra unidade produtora de refino que veio instalar-se em Cabo Frio**.** Inaugurada em 1951, sua produção destinava-se a suprir a falta de um sal refinado de alto teor de pureza, até então inexistentes no país, que viesse atender as necessidades do mercado interno, não só no que diz respeito ao consumo alimentar direto, como também para

4

atender as indústrias alimentícias e farmacêuticas, que careciam deste produto. A produção de sal refinado a vácuo adicionava uma nova etapa na produção do sal, uma vez que a transformação do sal partia da salmoura, antecipando a cristalização do produto pelo processo natural, em semelhança ao modelo introduzido pela **Companhia Salinas Perynas**. O processo era uma forte inovação no sistema de fabricação do sal que na época só produzia sal grosso. A empresa foi modernizada em 1953, com uma instalação importada da Alemanha, cuja capacidade de produção chegava a cinqüenta toneladas diárias de sal refinado, ou seja, dezesseis mil e quinhentas toneladas por ano.[ix]

O que se depreende da modernização do parque industrial salineiro, neste período, foi o interesse do Estado em não só transformar a agroindústria, mas, também, o setor extrativo mineral. A transformação tecnológica na produção do sal e outros produtos derivados trazia ganhos de produtividade para obter preços mais baixos e auto-suficiência de um produto que se tornara estratégico. Por outro lado, fica claro que a modernização não impedia que o setor salineiro integrasse regimes de trabalho capitalista (na produção e refino do sal nas indústrias modernas) e pré-capitalista (na extração do sal nas salinas). A industrialização acelerada, característica do segundo governo Vargas, não mediu esforços para modernizar a indústria salineira, utilizando-se inclusive de recursos externos, financeiros ou tecnológicos. Dessa forma, podemos propor que houve uma simbiose entre uma economia capitalista e outra pré-capitalista, transformando a região num laboratório da das relações entre o tradicional e o moderno.

Podemos sugerir, a partir dos dados iniciais, que nossa pesquisa aponta para uma análise da integralização do projeto de desenvolvimento na região salineira fluminense, que busca pela abordagem econômica um caminho para compreender as relações políticas e sociais no local. Não se pretende desenvolver um trabalho utilizando-se unicamente de uma modelo econométrico ou “cliométrico”, e sim buscar elementos na política econômica, que ajudem na

5

análise das relações sociais de produção. Tudo isso, no intuito de permitir uma visão mais dinâmica da sociedade, tomando como referência a dimensão regional.

Segundo Josep Fontana, não podemos ter uma visão simplista de um processo de industrialização, no sentido de tomar as interpretações por um viés puramente economicista ou por modelos puramente econométricos e quantitativos. A história da sociedade exige que a análise de um modelo econômico tenha sua validade quando considerado dentro de um contexto mais amplo. Devem integrar à análise histórica, elementos da teoria da complexidade. Seria impossível compreender os modelos econômicos ignorando as forças políticas e sociais inseridas neles. Nesta linha, Fontana minimiza as variáveis estritamente econômicas numa pesquisa histórica, afirmando que as vias de progresso industrial não passam necessariamente ou exclusivamente pela fábrica. Assim, não há como separar a política da economia ou a sociedade da economia.[x] Por esta via, pelo retorno à realidade concreta, Josep Fontana defende a volta de uma história econômica que passe a integrar os dados estritamente econômicos com os dados do contexto político, cultural e social, deixando abertos os caminhos pelos quais esta história possa tratar do tema do desenvolvimento e da industrialização de forma a melhor compreender a dinâmica do crescimento econômico.

Por fim, é necessário observar que o desenvolvimento industrial começou a operar uma série de transformações na sociedade local. Desde a década de 1930, com a construção do porto, a cidade já passava a contar com agentes históricos que modificaram o cenário social. A presença de trabalhadores que chegavam à região para ocupar novos postos de trabalho em setores como o setor portuário e, posteriormente, o da indústria química, passava a incomodar as elites locais. O cabofriense e proprietário de salinas Hilton Massa, cuja família editava o jornal *"A coluna"*, órgão representativo das oligarquias locais e do Partido Republicano Fluminense, chama a atenção para a atuação, em Cabo Frio, de um sindicalismo voltado para o campo *assistencialista* e para as *reivindicações salariais*, que passara a ser infiltrado por correntes mais progressistas que chegavam à cidade, uma delas voltada para o socialismo que

"tentou insuflar na massa operária as tendências socialistas e anticlericais", como o *aliciador* José Casemiro, nordestino de Maceió, representante da Confederação Libertadora da Terra e do Homem.[xi]

A industrialização da região contribuiu para a instalação de diversos sindicatos, favorecendo a criação de uma consciência de classe. Instalou-se em Cabo Frio um sindicato dos estivadores, um representando os trabalhadores das salinas, e outro para os trabalhadores da indústria química.[xii] O crescimento do número de operários fez emergir lideranças sindicais que desempenharam um papel significativo na política. O quadro partidário se ampliava com o aparecimento de partidos que tiveram expressão local, como o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, o PSB – Partido Socialista Brasileiro, que incorporavam em suas fileiras lideranças sindicais que tiveram atuação efetiva neste período. Portanto, podemos apontar para a emergência de uma sociedade civil organizada em partidos políticos e sindicatos, que acompanhou as transformações ocorridas na região pela política de desenvolvimento levada a cabo pelo Estado.

O sal e outros produtos derivados da exploração mineral da Laguna de Araruama foram produtos estratégicos para o desenvolvimento econômico nacional e foram fatores determinantes para a constituição de uma sociedade que surgiu ao redor da laguna, região de colonização antiga que carece de uma historiografia de maior complexidade.

---

[i] Professor Assistente da Universidade Veiga de Almeida – *campus* Cabo Frio – RJ; Doutorando em História no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense.

[ii] MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1985 e MENDONÇA, Sônia Regina. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à industrialização*, in: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 1996. Maria Bárbara Levy, na introdução de *Estado e economia* faz referências ao primeiro período como uma política do desenvolvimento corporativista.

[iii] BOUCLAIR, Geraldo. Sobre o sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama. Revista *A Margem*. Niterói, RJ, n.º 1, ano 1, 1993. Ver também, do mesmo autor, *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808/1860)* Rio de Janeiro, Studio F & S, Editora, 1992.

[iv] GIFFONE, João Mercello. *Sal: um outro tempero do Império*. Rio de Janeiro, Arquivo Público/ FAPERJ, 2000.

7

[v] O Congresso Nacional autorizou entre 1951/1, um Fundo de Reaparelhamento Econômico, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

[vi] O INS foi criado no Estado Novo pelo Decreto-lei 2300 de 10 de junho de 1940.

[vii] *Álcalis: bases do progresso*. Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Álcalis, s/d (impresso pela empresa na década de 1960) – acervo industrial.

[viii] *Companhia Salinas Perynas* – 50 anos – Boletim Informativo. 1980.

[ix] Informações históricas apresentadas pela empresa.

[x] FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, Edusc, 2003. p-261-308.

[xi] MASSA, Hilton. *Cabo Frio histórico político*. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1980.

[xii] A documentação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Salineira de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama, fundado em 1949, foi tratada e organizada recentemente, por integrantes do projeto "Trabalhadores do sal", ação conjunta da Câmara Municipal de Cabo Frio, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio e da Universidade Veiga de Almeida – *campus* Cabo Frio, sob a minha coordenação e da professora Fernanda Barbosa Pereira. O acerco consta de duzentas pastas, livros e documentos diversos.

8

IMAGENS DA ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDÁTICO

Warley da Costa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO
Programa de Pós-graduação: Mestrado em Educação
Orientadora: Prof.ª Nailda Marinho Bonato

O presente trabalho, elaborado para efeito de apresentação, se constitui num recorte da pesquisa em andamento no curso de Mestrado em Educação, que pretende investigar de que forma as imagens da escravidão reproduzidas em livros didáticos utilizados na sexta série do Ensino Fundamental da Prefeitura do Rio de Janeiro interferem na construção das representações mais comuns das identidades culturais, considerando o universo escolar. Estaremos abordando a importância do uso do livro didático como recurso pedagógico por professores e alunos que se torna muitas vezes uma referência para esses grupos. Analisaremos também a abordagem da escravidão dos livros de História adotados para este segmento na década de 1990, sua relação texto-imagem, imagem-texto, e sua influência na constituição de representações sociais dos nossos alunos sobre o papel do negro no Brasil.

1. O livro didático: recurso comum na sala de aula

O livro didático constitui-se em um recurso amplamente utilizado pelo professor de história e tornou-se comum no ensino fundamental nas escolas públicas, principalmente, a partir da obrigatoriedade da distribuição gratuita pelo Governo Federal, através do PNLD[1]. A medida em que, é amplamente difundido, ele desempenha um papel significativo na formação ideológica e cultural no cotidiano escolar, seus textos e imagens passam a ser um forte referencial para quem o lê. Por representar um importante

[1] O Programa Nacional do Livro Didático entrou em vigor em 1994.

instrumento de trabalho em sala de aula, constata-se que, muitas vezes, professores e alunos o têm como única fonte de informação. O livro didático é um instrumento de sistematização dos conteúdos da proposta curricular oficial.

> O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder e expressa nos próprios currículos e o conhecimento escolar ensinado pelo professor.[2]

O livro didático funciona também como mediador entre o saber acadêmico e o conhecimento escolar. Neste caso, os autores tentam, veicular informações numa linguagem mais acessível ao leitor, aproximando-se mais de sua realidade. Muitas vezes, o resultado é a simplificação exagerada descaracterizando determinados conceitos, ou mascarando outros. Segundo Hebe de Castro,

> A simplificação de algumas formulações historiográficas complexas nos livros didáticos, por exemplo, muitas vezes as transforma em estereótipos esvaziados de significação acadêmica ou pedagógica, como aconteceu, por exemplo, na década de 1980, com o conhecido conceito de modo de produção.[3]

Desta forma, ele pode estar contribuindo, para que no processo cognitivo de apreensão do conhecimento, determinados valores sejam reforçados de forma estereotipada, influenciando negativamente na formação identitária de alunos e professores.

---

[2] BITTENCOURT, Circe. “Livros didáticos entre textos e imagens” In: BITTENCOURT,Circe (Org.). *O Saber Histórico na sala de aula*, São Paulo, Contexto, 1997.

[3] CASTRO, Hebe Maria Matos de, *O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil* in Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia, ABREU, Martha e SOIHET Rachel (org),Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

2. A escravidão africana nos livros didáticos de História:

Em relação ao tema escravidão verificamos que é abordado nos livros de sexta série seguindo as bases curriculares oficiais das redes de ensino. Na proposta Multieducação da Prefeitura do Rio de janeiro,[4] ele está inserido nos princípios educativos trabalho e cultura no Brasil colonial.

Nos livros didáticos, a abordagem da escravidão africana reflete formulações historiográficas que relegam aos africanos o papel de "peça" do sistema colonial. Nesta visão, o tráfico negreiro é um componente necessário para garantir o "monopólio comercial" da metrópole sobre a colônia. O comércio de negros está relacionado à expansão do tráfico e, naturalmente, ao enriquecimento dos comerciantes europeus. A perspectiva eurocêntrica, presente nas pesquisas acadêmicas permeia os currículos escolares revelando o desconhecimento da história africana e de suas conecções com o mundo europeu dos séculos XV e XVI.

> Essa formulação clássica da nossa historiografia produz como efeito uma relativa naturalização da escravidão negra como simples função da cobiça comercial européia, ecamoteando a face africana do tráfico, essencial para o entendimento de sua dinâmica e durabilidade. [5]

Essas análises inserem a escravidão num contexto mais abrangente, apresentando o escravo como uma simples peça da engrenagem: o escravo passivo e massacrado pelo sistema, reduzindo assim a escravidão a um insignificante aspecto do sistema colonial a serviço do capitalismo internacional, produzindo conceituações teóricas generalizantes. Nesta visão, aparece a imagem do escravo como *objeto* ou *mercadoria,* o

---

[4] O Núcleo Curricular Básico Multieducação foi produzido, na década de 1990, pela equipe do Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e professores de diferentes áreas de Ensino.

[5] CASTRO, Hebe Maria Matos de, *O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil* in Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia, ABREU, Martha e SOIHET Rachel (org),Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

escravo tratado como simples *peça* imóvel e passiva. Títulos de capítulos tais como "Escravo do nascimento à morte" [6] ou "Escravidão: sofrimento que produz riqueza"[7] são comuns nos livros de história analisados. O negro africano aparece então vinculado ao latifúndio e à monocultura, estabelecendo uma relação direta com o mercado externo. A sociedade escravista se apresenta polarizada apenas entre senhores e escravos, desconsiderando a complexidade da vida na Colônia, assim como as relações sociais estabelecidas ao longo do tempo.

Essas abordagens refletem estudos realizados na década de 1980 que, desde Caio Prado Júnior em seu "sentido da colonização" [8], passam por Fernando Novaes em "O Brasil nos quadros do Antigo sistema colonial" [9] incorporando a Escola Sociológica Paulista com Fernando Henrique Cardoso[10].

É inquestionável a importância desses estudos na década de 1970 pois, procuravam denunciar o escravismo e desmistificar a "democracia racial" disseminada décadas anteriores por Gilberto Freire[11]. Neste sentido, e neste contexto, elas são procedentes. Entretanto, ao reduzir o escravo a um ser desprovido de raciocínio: " ...o escravo era uma 'coisa', sujeita ao poder e à propriedade de outrem, e, como tal, 'havido por morto', privado de todos os direitos e sem representação alguma, (...)[12] acaba por reproduzir o discurso da classe dominante, que se valia de tais argumentos para justificar os maus tratos.

São recorrentes nos livros de história textos que descrevem linhas e mais linhas de torturas e sofrimento:

---

[6] FERREIRA, José Roberto Martins. *História.Vol. 2.* São Paulo: FTD,1991

[7] MARQUES, , Adhemar Martins: BERUTTI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura*. Os Caminhos do Homem,* Volume 2. Belo Horizonte: Editora Lê, 1991.

[8] PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo.São Paulo Brasiliense, 1973

[9] NOVAES, Fernando A.Portugal e Brasil nba Crise do antigo Sistema Colonial, 1770-1808. São Paulo, Hucitec, 1983

[10] CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[11] FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro, Ed. Record: 1997.

[12] CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

> Por uma falta leve, o escravo era castigado com dezenas de chicotadas. Agora, se o escravo cometesse alguma falta mais grave, como agressão, roubo ou tentativa de fuga, os castigos eram terríveis. Geralmente, escravos fujões eram marcados com a letra F no rosto. Usava-se para isso ferro em brasa. Cortavam-lhes as orelhas, ou os seios, se fossem mulheres.
>
> O proprietário podia até tirar a vida do escravo. *Ninguém*[13] protestava. Apesar de ele custar muito, temia-se que a rebeldia se alastrasse entre a escravaria.[14]

Decerto, não se pode mascarar a realidade, nem muito menos afirmar que não houve sofrimento no cativeiro. A própria condição de escravo, já retira do homem o que se pode ter de melhor: a dignidade. Ignorar porém alguns aspectos da cultura, das relações sociais e afetivas que se estabeleciam na sua vivência cotidiana, é, simplificar bastante a dinâmica da nossa História. Mesmo sob o cativeiro, os escravos criaram relações sociais específicas como amizade, solidariedade e amor. São inúmeros os casos de processos contra os senhores de escravos devido aos maus tratos apontados por novos estudos da História Social. Demonstram que, a resistência esteve presente enquanto o escravismo perdurou. Seja através da fuga, da formação dos quilombos, ou mesmo através das ações do dia a dia. Não considerar esses aspectos da história do negrol, é condená-lo a se tornar um ser incapaz de conduzir o seu próprio caminho.

A utilização de uma formulação historiográfica típica dos anos 1970, nos livros de história dos 1990, revela a lacuna existente entre o que se produz na universidade e o que se ensina nas escolas.

3-Imagens da escravidão e a construção de representações do ser negro no Brasil

A utilização de imagens como importante recurso pedagógico é inquestionável.

---

[13] Grifo meu

[14] FERREIRA, José Roberto Martins. *História.Vol. 2.* São Paulo: FTD,1991

> As crianças têm necessidade de ver as cenas históricas para compreender a história. É por essa razão que os livros de história que vos apresento estão repletos de imagens. [15]

Para Ernest Lavisse, historiador francês do século XIX e autor de livros didáticos, "ver as cenas", possibilita uma melhor compreensão dos conteúdos escritos além de facilitar a memorização dos fatos.

Observamos que, ultimamente, o mercado editorial privilegiou o uso de imagens como ilustração do texto, visando uma melhor apreensão da realidade visto que elas estão presentes em variadas dimensões da vida moderna, tais como os meios de comunicação de massa. A grande quantidade de imagens, reproduzidas especialmente nos livros do ensino fundamental, pode ser justificada pela grande demanda da cultura visual contemporânea. Entretanto, essas imagens têm o caráter meramente ilustrativo, pois a tradição historiográfica privilegia os textos escritos em detrimento dos ricos registros iconográficos que tanto enriquecem o conhecimento histórico.

Nos capítulos referentes à escravidão africana, as imagens cumprem simplesmente o objetivo de reforçar o texto, acompanhando assim a visão historiográfica do autor.

As imagens impressas nos livros, reproduzem apenas cenas dramáticas: castigos corporais, fugas e torturas ilustrando por exemplo um capítulo dedicado à escravidão do livro de Ferreira Martins[16] para a sexta série cujo título é: *Escravidão, o sofrimento que produz riqueza.* As gravuras neste capítulo, de Debret e Agostini, retratam o mercado de escravos, trabalho, além de castigos e fugas.

As denúncias podem ser interessantes, mas relegam ao escravo o papel de agente absolutamente passivo. Sem movimento próprio, sem nenhuma possibilidade de

[15] LAVISSE, apud BITTENCOURT, 1997, p.75)
[16] FERREIRA, José Roberto Martins. *História.Vol. 2.* São Paulo: FTD,1991

autonomia, ele se transformaria num ser desprovido de qualquer ação humana. Adhemar Marques[17] no livro Os *Caminhos do Homem* também transmite essa idéia: "Não havia possibilidade de o escravo deixar sua condição. Era escravo, do nascimento à morte. Somente em ocasiões especialíssimas ele conseguia sua libertação(alforria). "[18]. Ilustrando este texto, temos duas gravuras de Debret: o *Capitão do Mato*, indicando a impossibilidade de fuga do cativeiro e *Negro no tronco*, fazendo uma referência ao castigo exemplar para aquele que se rebelasse. As duas imagens representam métodos eficazes de manutenção da condição escrava aplicados pelos senhores e deixam transparecer a vulnerabilidade do negro cativo.

As figuras selecionadas pelos editores/autores são em sua maioria de autoria de Johann Moritz Rugendas e Jean-Baptiste Debret, artistas do século XIX, que retrataram o cotidiano da sociedade colonial. As imagens nos livros didáticos, reproduzem o negro no açoite, no trabalho pesado ou no mercado, à venda. Desses artistas, as obras que traduzem festas ou qualquer tipo de autonomia, estão descartadas.

Considerando a importância das imagens no mundo contemporâneo, propomos uma reflexão acerca do impacto do texto imagético da escravidão sobre o aluno da rede pública, sua identificação com as imagens em questão e elaboração de representações sobre o ser negro no Brasil.

Entendemos que, a formação de uma identidade individual ou coletiva depende da influência que os processos sociais exercem sobre o indivíduo. Estes processos fazem parte da realidade histórica e objetiva que é transmitida pela sociedade, quer seja pelo grupo familiar, amigos ou comunidade escolar. Neste sentido, o processo cognitivo de apreensão do conhecimento pode reforçar valores depreciativos que interferem nas

---

[17] MARQUES, Adhemar Martins: BERUTTI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura. *Os Caminhos do Homem,* Volume 2. Belo Horizonte: Editora Lê, 1991.

[18] ibdem

formulações de representações culturais do indivíduos. As identidades, são construídas a todo momento, e transformadas de acordo com as vivências do sujeito. Resgatar aspectos positivos de suas origens é um elemento bastante revelador à medida que o situa como agente transformador no contexto social em que vive. Entretanto, quando os aspectos negativos são ressaltados e constituídos como verdades cristalizadas, o indivíduo ou grupo, além de ser inferiorizado na sua auto-estima, se vê excluído do processo social.

O retrato do passado, estampado nos livros didáticos, não escapam ao olhar atencioso dos nossos alunos da escola pública. Sua identificação com o passado, a partir das cenas dos artistas-viajantes, pode ter um significado negativo na medida que revela apenas uma face depreciativa da cultura africana.

De acordo com Hall,

> As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com a qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver entretanto, com a questão da utilização de recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões "quem somos nós" ou "de onde nós viemos", mas muito mais com as questões "quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios".[19]

Por isso, estaremos investigando nesta pesquisa: Em que medida utilização de recursos visuais, neste caso as imagens da escravidão, pode contribuir para a produção do auto-preconceito e de uma imagem negativa em relação ao que o aluno pode se transformar? A representação elaborada sobre o papel do negro na sociedade brasileira

[19] HALL, Stuart.Quem precisa de Identidade in *Identidade e diferença* , SILVA, Tomaz Tadeu (org), Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

desde os tempos da escravidão até os dias de hoje afeta a representação que o adolescente constrói de si mesmo?

O ANEL E AS PALAVRAS: A RETÓRICA DOS BACHARÉIS NA REPÚBLICA VELHA.

Wilton C. L. Silva (UNESP – FCL – Assis)

1. O bacharelismo na República Velha.

Em um momento inspirado do prefácio de seu livro sobre sociologia jurídica, SCURO NETO[1] afirma que tal área, particularmente no Brasil, viveria dilema semelhante ao do Sacro Império Germânico, que apesar do nome, não era sacro, nem império e nem germânico. As áreas limítrofes entre o Direito e as demais ciências sociais e humanas se ressentem do reduzido diálogo entre estas, caracterizando análises que enfatizam com maior rigor e profundidade temas, enfoques e métodos que se revelam estanques.

A historiografia jurídica brasileira não caracteriza exceção, ora porque os historiadores não se dedicam ao tema de forma significativa, ora porque os bacharéis em direito adotam um discurso personalista e apologístico sobre o tema.

Na busca de contribuir para romper tais limitações nos propomos à refletir sobre esse personagem, o bacharel, seguidamente referenciado pela literatura e pela historiografia, e que surge pela primeira vez nas terras brasileiras na figura do Bacharel de Cananéia, naúfrago ou degredado que vivia entre os índios à 30 anos e é resgatado por Pero Lopes de Sousa, segundo seu diário de navegação, a 12 de agosto de 1531.[2]

Este bacharel, figura histórica que transformada em mito evoca a cultura européia perdida nos trópicos, recebe a visita literária de Macunaíma, se revela nos séculos seguintes como símbolo-gênese de um grupo social que atuará como guardião de um conhecimento arcano fundamental para a organização política e administrativa da vida colonial, monárquica e republicana, assim como força de legitimação das elites locais.

O recorte temporal limita-se ao período conhecido como República Velha, entendido como fase de transição entre a Monarquia como apogeu do bacharel e o Estado Novo como berço da tecnocracia; espacialmente, nas disputas políticos e intelectuais vivenciadas entre Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, as duas primeiras pela importância das respectivas academias e de suas oligarquias, e a última pela sua situação de capital federal, palco

preferencial das comédias e dramas nacionais; e finalmente, as fontes utilizadas, considerando-se que ao mesmo tempo em que o período tem diversos estudos profundos, a especificidade do tema foi muito pouco tratada, nos propomos à revisitar a produção bibliográfica sobre o período estudado na busca de elementos para uma análise específica e original.

A operacionalidade do conceito de bacharelismo nesse estudo, portanto, se vincula à dinâmica das trajetórias dos detentores de formação acadêmica em Direito, através das posições conquistadas na administração pública e no jogo político institucional, caracterizando-os não só enquanto categoria profissional, mas enquanto grupo de elite político-administrativo.

Podemos retomar a trajetória histórica dessa categoria intelectual e profissional que desde os primeiros séculos de colonização ampliavam suas formações intelectuais com a construção de uma cultura literária e abstrata, adquirida através do aprendizado das leis e jurisprudências portuguesas, somadas à noções de latim, filosofia e teologia, passavam a ocupar cargos nobres que caracterizaram o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais na sociedade patriarcal e escravocrata.

Essa cultura padronizada, formada pela junção dos referenciais escolásticos jesuíticos e bacharelescos (quer de Coimbra, Montpellier ou Paris), passa a se fazer presente na elite de norte a sul do país, afirmando-se como elemento de ruptura e diferenciação social em uma sociedade rural e patriarcal, na qual brancos e mulatos, aristocratas e burgueses, passam a transitar em uma mesma esfera de poder e prestígio.

SCHWARCZ afirma que o prestígio não advinha do curso em si ou mesmo do exercício da profissão, mas sim da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam aos profissionais de direito, que a partir da formação jurídica alcançavam os postos de ministros, senadores, governadores e deputados, ao mesmo tempo em que muitos se converteram em pensadores que ditaram os destinos do país ou monopolizaram os debates intelectuais da sociedade local, chamando atenção pelo ecletismo de suas idéias e o pelo pragmatismo em sua definição. [3]

Essas novas elites desenvolveram uma forma específica de discurso, em que sob a influência do latim (lendo Quintiliano, recitando Horácio e decorando frases de Cícero) e da submissão da filosofia e da lógica à retórica, as palavras valiam mais pela sua sonoridade e imponência do que pela sobriedade, precisão e objetividade, o que caracterizou o verbalismo ornamental de sua cultura e influência, distinguindo-a de uma sociedade "heterogênea, dispersa e inculta".

A formação dos cursos jurídicos em Recife e São Paulo, em 11 de agosto de 1827, visavam preparar os novos membros de uma nova elite que herdou da geração anterior as idéias do moderno constitucionalismo europeu, o primado do Direito, a garantia dos direitos individuais, e, refletindo a ideologia portuguesa, o direito absoluto de propriedade que molda a formação política do Brasil, e formou quadros administrativos específicos, além de literatos, jornalistas, políticos, professores, entre outras funções que ocuparam posição de destaque na manutenção da unidade político-administrativa e afirmação da identidade cultural nacional.

Um Estado que necessitava se fazer presente, como legítimo instrumento de estabilidade social e política, encontrou na centralização do poder monárquico, na língua e no Direito, importantes instrumentos voltados à manutenção da unidade nacional, na qual os bacharéis de Direito, em uma sociedade que sofre das tensões entre a tradição e a modernidade, estavam intimamente relacionados com essas três ferramentas, enquanto membros de uma elite que formou o alicerce da burocracia nacional, categoria social que se transforma em guardiã da linguagem culta e grupo profissional diretamente ligada ao exercício da justiça.

A ascensão do bacharel, durante o Império, ao mesmo tempo em que marca o ocaso do patriarcalismo, com seus laços informais e familiares de dominação, também reflete a afirmação de estruturas burocratizadas, em um panorama de transição no qual tal personagem é um elo de ligação.

Na República Velha, por sua vez, a inserção do bacharel se desloca de político para burocrata, espelhando as possibilidades e contradições do liberalismo brasileiro, com sua

perspectiva autoritária e excludente, justificada pela urgência do projeto de construção de uma civilização brasileira.

A importância dos bacharéis dentro da ordem republicana assim como trouxe-lhes poder, prestígio e enriquecimento, ao mesmo tempo em que no terreno da prática forense se traduziu em uma profissionalização dos advogados, também marcou-os de forma indelével como responsáveis diretos pelos sucessos e fracassos da República Velha, de forma que as críticas ao liberalismo republicano do período e aos bacharéis se misturavam, eclipsando os valores éticos e civilizatórios através do juridicismo, do autoritarismo e da corrupção.

São as discussões sobre as relações entre bacharelismo, liberalismo, republicanismo e autoritarismo na República Velha, que mantêm acesa a polêmica sobre esses atores sociais e o cenário da época, com suas rupturas e continuidades.

2. O Código Civil Brasileiro, de 1916.

A evolução da codificação jurídica no Brasil aponta que antes da aprovação do Código Civil de 1916 malograram quatro tentativas de codificação, três ainda ao tempo do Império, sendo que com a proclamação da República, acentuou-se a atividade legislativa em matéria de Direito Civil (casamento civil, normas relativas a sucessões e a títulos ao portador, por exemplo) e foi retomada a elaboração de projeto de Código Civil, descartando-se trabalhos anteriores e, em janeiro de 1899, Campos Sales propõe à Clóvis Bevilaqua, professor de Legislação Comparada da Faculdade de Direito do Recife, que construísse um novo projeto.

As tensões envolvendo a confecção do Código Civil atingiam um novo patamar, estabelecendo disputas políticas e pessoais, em que se envolveram juristas, políticos e intelectuais.

Antes mesmo que Clóvis Bevilaqua iniciasse seus trabalhos, Rui Barbosa explicitou publicamente o seu desacordo com a escolha do jurista, predizendo o fracasso do trabalho, enquanto Inglês de Souza, qualificava como desnecessária tal codificação.[4]

Iniciando os trabalhos em abril de 1899 Clóvis Bevilaqua surpreendentemente entrega o Projeto concluído em outubro do mesmo ano, quando inicia-se o processo de avaliação do texto por diferentes comissões legislativas, visando as adaptações e correções necessárias, após as quais o texto foi submetido, pelo prazo de quatro dias, ao filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro para a revisão gramatical do trabalho.

O plenário da Câmara avaliou o texto por cerca de um mês e encaminhou-o ao Senado, no início de abril, onde ocorreu um deslocamento do teor das controvérsias, na avaliação do texto por comissão presidida por Rui Barbosa, que havia se antecipado aos trâmites e preparado um parecer mesmo antes da entrada oficial do Projeto no Senado.

O parecer de Rui Barbosa surpreendeu à todos, pois em um trabalho monumental examinava de forma pormenorizada tudo que dizia respeito à vernaculidade do projeto de Clóvis Bevilaqua, não enfocando as questões jurídicas inerentes ao texto e se lançando em questões gramaticais de toda ordem.

Rui Barbosa, como paladino do purismo gramatical e do resguardo da linguagem jurídica na redação da obra, a despeito e em virtude mesmo das correções de Carneiro Ribeiro, ataca duramente e propõe significativas mudanças que deram início uma longa e violenta polêmica, em que se sucedem justificativas e arrazoados.

San Tiago Dantas identifica na Réplica uma ação política diversionista “destinada a destruir o projeto Clóvis Bevilaqua, substituindo-o por um de sua própria autoria (o que lhe daria a glória de ser o autor do Código Civil e o prazer da vingança contra Campos Sales e Epitácio Pessoa por haverem ultrajantemente confiado a empresa ao jurista cearense).”[5]

O próprio Clóvis Bevilaqua publica em 1906 o texto "Em defesa do projeto do Código Civil Brasileiro", com 540 páginas, onde de forma ampla e objetiva reiterava suas idéias e consolidava sua posição, encerrando o período mais efervescente de uma polêmica que envolveu juristas, intelectuais, políticos, instituições (o Supremo Tribunal Federal, as diversas faculdades de Direito e o Instituto da Ordem dos Advogados, entre outras).

O projeto voltou à Câmara ano final de 1912, circulando pelos gabinetes e plenários da Câmara e do Senado por quatro anos, sendo sancionado como lei pelo Pres. Wenceslau Braz em 1916, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 1917.

A codificação concluída permitiu um florescimento de uma nova doutrina civilística, refletindo as diretrizes do código aprovado no método adotado, na concisão e clareza da linguagem e na escolha das doutrinas.

3. A produção social do discurso jurídico.

O final do século XIX assiste no Brasil ao surgimento no campo cultural de uma forte crítica de fundo cientificista e relativista aos modelos estéticos e literários do idealismo romântico, à cosmovisão religiosa e à legitimidade das elites oligárquicas.

A partir da constatação das radicais transformações vividas pelo Brasil nesse momento, que tipo de influência recebe o discurso jurídico desse conjunto de mudanças sócio-culturais? Que relações podemos estabelecer entre as mudanças intelectuais do final do século XIX e o linguajar do bacharelismo? Que mecanismos a retórica forense utiliza para garantir a manutenção de seu isolamento?

A polêmica entre Rui Barbosa e Clóvis Bevilaqua aponta para uma tensão literária no interior do discurso jurídico, em que se fazem presentes o purismo lingüístico e a defesa do discurso legislativo como patrimônio dos iniciados na linguagem forense.

Rui Barbosa, em sua Réplica, lança mão do argumento de autoridade, pela sua ampla experiência como advogado e intelectual, para criar um contraste qualitativo entre o seu texto e o de seus adversários, em que Clóvis Bevilaqua, além de inexperiente juridicamente, não possuía o domínio da “ciência da sua língua, a vernaculidade, a casta correção do escrever”, enquanto Carneiro Ribeiro, embora professor de línguas, era “profano em coisas jurídicas”.

O senador coloca aqui duas questões importantes dentro de sua argumentação: a não legitimação de uma revisão gramatical e filológica que seja exercida para além dos

referencias parlamentares ou forenses, e o aspecto quase sagrado, arcano, de que se reveste a linguagem jurídica.

É possível identificar na argumentação do jurista baiano o indisfarçável "ressentimento da vaidade ferida" ao não ser convidado nem para ser o autor do Código, e nem seu revisor lingüístico e jurídico, trazendo o debate para o campo de uma tecnicidade da qual era senhor absoluto (pela junção de duas áreas que isoladas ofereciam outros candidatos com igual talento), sob a tese, basicamente irrespondível e argumento de má-fé advocatícia, de que "leis não podem ser redigidas senão por legistas"[6].

Justificando o perfil filológico e gramatical de seu texto BEVILAQUA condena o purismo como uma "doentia preocupação" e um assassinato das palavras e das línguas, e afirma que o Código Civil é um instrumento necessário para o funcionamento das instituições e relações sociais, dotado de uma grande urgência e frente à qual o purismo de Rui Barbosa era uma "crítica evidentemente inoportuna, clamorosamente injusta e desusadamente causticamente (sic)" além de assinalar "inconseqüência injustificável (por) preterir a essência pela forma", além de "avara na resposta aos pontos litigiosos e pródiga em considerações estranhas ao assunto em debate."[7]

Chama a atenção uma afirmativa de BEVILAQUA, ao entender seu trabalho como manifestação de um trabalho literário, que sofre ataques da imprensa e de políticos.

Enquanto o Brasil do século XIX assiste na literatura nacional a propagação da prosa realista e da poesia parnasiana, ao mesmo tempo em que se discute a afirmação de uma língua nacional, no campo forense são mantidas as heranças ancestrais do pensamento e retórica da escolástica jesuítica e do bacharelesco de Coimbra, mesmo quando regadas com as idéias do positivismo de Comte e do evolucionsimo de Spencer.

O discurso jurídico, que de linguagem culta acaba caracterizando-se como jargão, reflete nesse caminho um fenômeno percebido também na sociedade européia, entre os séculos XIX e XX, a partir da proliferação de ocupações surgidas pela crescente divisão social do trabalho que acompanhou a ascensão da sociedade industrial.

Segundo BURKE e PORTER os jargões atenderiam a necessidade prática (em que termos técnicos, abreviações a alusões formam um "código restrito" que torna mais rápida e eficiente a comunicação entre iniciados), o segredo (a linguagem não só se torna diferente, mas também particular) e a mistificação (coleção de pseudoprofundidades com as quais certos homens sonham em construir uma reputação, em que se busca impressionar os não iniciados).[8]

A linguagem jurídica, campo privilegiado para a análise histórico-social da linguagem, tem uma função e uma realidade técnica, que originada da fusão de elementos culturais locais (próximo ao conceito de "shop talk" que o lingüista Walter Nash utiliza para identificar o jargão de grupos profissionais, em que se explicitam a funcionalidade e o desejo de ocultamento ao leigo) e a cristalização semântica do léxico dos velhos juristas (que caracterizaria o "show talk", segundo Nash, no qual o iniciado é capaz de legitimar seu discurso pelas particularidades que este contém), na complementariedade do jargão de produção com o jargão da pretensão, que transcende o seu sentido denotativo, adquire conotações e funções não só metalinguísticas relevantes, como até funções em grande medida mágicas.[9]

Cabe ao historiador, quando se dedica ao campo jurídico, esse processo de desencantamento, apontando as dimensões sócias, políticas e culturais que contribuíram para a consolidação e o questionamento desse tipo de discurso.

---

[1] SCURO NETO, Pedro. Manuel de Sociologia Geral e Jurídica: lógica e método do direito, problemas sociais, controle social. São Paulo: Saraiva, 1996.
[2] SOUZA, Carlos Fernando Mathias de. Evolução histórica do direito brasileiro. 2004. Disponível em < http://www.unb.br/fd/carlos_mathias.html >. Visitado em 03/01/2004; e Ainda sobre o Código Civil (II), In Correio Brasiliense, 01/10/2001. Disponível em < http://www.unb.br/acs/acsweb/clipping/cod_civil2.htm >, Visitado em 04/01/2004.
[3] SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo das raças. São Paulo: Cia. das Letras, 1983, p. 142
[4] FRANÇA, Limongi . "CÓDIGO CIVIL (Histórico)", In: Enciclopédia Saraiva do Direito. S. Paulo: Saraiva, 2001.
[5] MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo: Cultrix,/ USP, 1977-1978, p. 173.
[6] MARTINS, Wilson. A Crítica Literária no Brasil (Vol. 1). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983 p. 357.
[7] BEVILAQUA, Clóvis. Em defesa do Projeto de Código Civil Brasileiro, 1906 (Trecho). Disponível em < http://www.academia.org.br/cads/14/clovis2.htm > Visitado em 10/09/2003.
[8] BURKE, Peter. PORTER, Roy. Línguas e Jargões. S. Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 22-25.
[9] NASH, Walter. Jargon: Its Uses and Abuses. Oxford: Basil Blackwell, 1993.

O CINEMA E O ESTADO NA TERRA DO SOL:
A construção de uma política cultural de cinema em tempos de autoritarismo (1974-1979)

Wolney Vianna Malafaia, bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Professor de História de Ensino Médio do Colégio Pedro II; Professor do curso de Licenciatura em História e do Curso de Especialização em História do Brasil da Fundação Educacional Unificada Campograndense – FEUC, Rio de Janeiro; Professor do Curso de Especialização em História Social da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ.

Maio de 2005

A análise da *Política Cultural de Cinema* desenvolvida durante o governo Ernesto Geisel, entre os anos 1974 e 1979, trata-se, mais especificamente, da análise de um *encontro*: de um lado, o Estado autoritário, em pleno desenvolvimento de um projeto político denominado *distensão*; e, do outro, os intelectuais cinemanovistas, até então integrantes da oposição intelectual e artística ao regime militar. Este *encontro* tem como motivação a necessidade desse mesmo Estado de se legitimar perante setores até então arredios às suas propostas políticas e culturais, de forma a solidificar seu projeto mais amplo de *democratização.* Por outro lado, a constante luta contra o domínio do mercado cinematográfico brasileiro pelo produto estrangeiro, somada ao esgotamento das experiências de renovação estética e à necessidade de maiores recursos para fazer frente ao aprimoramento técnico então em curso, fazem com que esses intelectuais aceitem o diálogo e colaborem com a elaboração de uma *política cultural* para o setor, passando a defender a intervenção do aparelho estatal na produção cinematográfica como a única alternativa possível.

Encontro exótico e nem sempre compreendido, e muito menos aceito. A imprensa alternativa da época registra o debate entre os defensores da política em curso e seus críticos ferrenhos. Afinal, a trajetória cinemanovista implicava numa postura crítica em relação ao regime instalado em 1964. Mais do que isso: herdeiros de todo um processo de radicalização política na área cultural, próprio do início dos anos sessenta, os cinemanovistas conquistaram mercados internacionais, crítica e público (ainda que seleto), em torno de uma estética audaciosa, desconstruindo a lógica narrativa hollywoodiana, e abordando uma temática politicamente explosiva: a representação do Brasil através de sua miséria e de suas contradições. Sua adesão a uma *política cultural* desenvolvida pelo Estado autoritário inaugurado em 1964 não poderia deixar provocar reações indignadas, críticas fervorosas, acusações um tanto quanto descabidas e até desaforos pessoais.[1]

Situando desta maneira, podemos incorrer no erro de considerar a área cinematográfica como a única atingida pela *política cultural* oficial, o que não é verdade. No entanto, seguramente foi a que mais sucesso alcançou, tornando-se aquela em que melhor

podemos vislumbrar a ação estatal e, mais ainda, enxergar uma determinada *imagem* de Brasil, construída em muitos filmes, presente em enquadramentos, planos, cortes e diálogos. Neste sentido, entender o *encontro* Estado autoritário/intelectuais cinemanovistas ajuda a compreender a migração de valores e conceitos, tão próprios do início dos anos sessenta, para uma época de *distensão política* e, mais ainda, porque esses mesmos valores e conceitos foram tão facilmente absorvidos, já que, teoricamente, deveriam constituir alicerces de uma crítica cultural de caráter oposicionista a este Estado autoritário.

A trajetória dos cinemanovistas aponta neste sentido: o da transformação gradual. Sua história desdobra-se em fases cujas características são entendidas levando-se em consideração a relação que estabelecem com o seu tempo e as suas necessidades políticas. Da linguagem áspera e de luminosidade agressiva de suas origens, quando arrebataram admiradores em todo o mundo, até o recurso alegórico, do dito pelo não dito, utilizado abusadamente no tenebroso início dos anos setenta, sua proposta estética e temática confunde-se com suas perspectivas políticas. Considerar o período 1974-1979 como um momento de ruptura dos cinemanovistas com sua própria história trata-se de um erro, que não leva em consideração as constantes adaptações e mudanças operadas desde o surgimento do movimento, no início dos anos sessenta, até a época em questão. Não só inexiste uma ruptura, como a ambição maior, sempre desejada por esses cineastas, a conquista do público e o enfrentamento com o produto estrangeiro, mantêm-se inalteradas, agora com a vantagem de possuir um aliado: o Estado autoritário, gestor de uma *política cultural* que irá criar condições para a satisfação desses desejos.[2]

Esta *política cultural*, portanto, constitui-se de mecanismos de seleção, financiamento e apoio à produção numa escala nunca desenvolvida anteriormente. Como todo processo seletivo, abrirá margem para críticas e criará sua legião de marginalizados. Esses, como que aproveitando as sobras de um banquete, devem, e muito, sua própria existência, às condições criadas pelo Estado autoritário no mercado e produção cinematográficos. Ao mesmo tempo, como lembra Randall Johnson, a ação do Estado no setor, através da Embrafilme, vinha sofrendo severas críticas, em virtude do grande número de

pornochanchadas e produções consideradas *grosseiras,* que hegemonizavam a estreita faixa de mercado reservada aos produtos nacionais. Por causa disso, opera-se efetivamente uma escolha, onde os cinemanovistas despontarão como uma alternativa possível e desejável para construção de uma política cultural de cinema que, ao mesmo tempo, possibilite a conquista do mercado ao produto estrangeiro e exiba uma imagem de Brasil mais adequada aos tempos em transformação. Quanto aos demais produtores, filhos bastardos de um processo cultural do qual pouco podem usufruir, resta a vingança de conceituar os cinemanovistas e seus produtores como representantes do *cinemão*, conceito vazio que só serve para afirmar um alto grau de intimidade entre o Estado autoritário e os representantes do *Cinema Novo*, o que nem sempre corresponde à realidade.[3]

Conseqüências desse processo: uma época de sucesso para a produção cinematográfica nacional, o aumento do número de longas-metragens produzidos, uma variedade temática e uma ocupação de mercado nunca vistas anteriormente. O que gera, inclusive, um êxtase delirante entre alguns cinemanovistas que chegam a enaltecer este encontro mercado-público como o paradigma da nova proposta estética e cultural.[4] Tudo isso acompanha as idas e vindas da *distensão política*, como a supressão da censura prévia e a edição do famigerado *pacote de abril*, as eleições de 1974 com a vitória da oposição e a continuidade da tortura, dos seqüestros e dos assassinatos, como a demonstrar um certo descontrole, um medo pairando no ar, o casamento do *bêbado* com a *equilibrista*. Ainda assim os filmes invadiam as telas e difundiam imagens de uma sociedade em transformação: do apartamento de classe média em *Tudo Bem*, aos conflitos em torno da questão da sexualidade em *Guerra Conjugal*, ou ao enfoque original do *popular* em *O Amuleto de Ogum*, tudo apontava para um novo país em construção, peças de um quebra-cabeças nem sempre encadeadas de forma lógica e racional.[5]

Analisar esta *política cultural de cinema* significa realizar um trabalho de interação com as demais políticas públicas postas em prática no mesmo período. Desta forma, não só a própria *política de distensão* desenvolvida na época, como as políticas econômica e externa relacionam-se com a área cultural.[6] Todas constituem um conjunto no sentido de

adequação aos novos tempos pós-*milagre econômico* e de busca de novos parceiros internacionais. Para aqueles que consideram uma aberração inexplicável o *encontro* entre o Estado autoritário e os intelectuais cinemanovistas, convém lembrar o imediato reconhecimento por parte do governo brasileiro dos regimes socialistas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde e mesmo o reatamento das relações com a República Popular da China acompanhado de um pacote de trocas comerciais de peso substancial. Longe de configurar uma guinada à *esquerda* do regime militar, como chegou a desejar Glauber Rocha em seus delírios tropicalistas,[7] tais políticas caracterizam as contradições desse mesmo regime, afirmando um projeto político próprio de nossas elites dirigentes e contrariando as análises pobres de espírito e conceito na base de *o que é bom para os EUA é bom para o Brasil*. Nenhum motivo para orgulho ou ufanismo barato, somente a constatação de que esse conjunto é mais complexo do que sugere e nada pode ser entendido dentro do maniqueísmo de deuses e diabos nesta terra do sol.

Da mesma forma, considerar o grupo cinemanovista como algo monolítico, será incorrer em um grave erro. Divergências existiam e vieram à tona por diversas vezes. Na transição operada entre 1978 e 1979, os debates tornam-se mais agressivos, aparecem acusações e, inclusive, cunha-se a expressão *patrulhas ideológicas* para designar aqueles que criticavam artistas e intelectuais coniventes com a política cultural oficial.[8] Justamente este período é extremamente rico para que sejam descortinadas as contradições que marcaram a referida *política cultural de cinema* entre 1974 e 1979, aparecendo mais claramente as propostas até então marginalizadas e sendo aumentada a fissura existente dentro do bloco cinemanovista. As produções cinematográficas deste grupo, nesta fase, bem demonstram a diversidade de caminhos, a pulverização estética e temática, a atomização dos projetos político-culturais. O ano de 1981 torna-se um marco definitivo para essa experiência, não só pela morte precoce de Glauber Rocha, mais também por se constituir num último momento de grandes produções de cineastas antes vinculados ao Cinema Novo. O encontro desses, de seus diferentes itinerários e perspectivas, só será possível, a partir daí, nas suas tragédias pessoais e na catarse coletiva provocada pela

destruição de todo o aparato oficial de cinema durante o governo Fernando Collor de Mello. Justamente nesse momento, comemoraram-se os trinta anos do Cinema Novo e várias publicações, entre autobiografias, análises e entrevistas saudosistas, despontam como a demonstrar que o impacto cultural e político dos anos setenta ainda não tinha sido devidamente mensurado. Se levarmos em consideração que, justamente nesses anos setenta, são construídas as bases do Brasil contemporâneo, devemos atentar para a importância da experiência cinemanovista no período, um tanto quanto exótica, um pouco folclórica, porém profundamente ideológica, no sentido amplo do conceito. Recusando as simplificações, não resumindo a relação Estado autoritário/cinemanovistas como uma cooptação destes por aquele, poderemos compreender a engenharia política de construção de um discurso ideológico extremamente complexo e voltado à maior parte da sociedade brasileira, pois trabalha diretamente seus símbolos e valores de forma plástica refinada, politicamente vinculada à consolidação do processo de *distensão*, acabando por legitimá-lo.

A conquista do mercado cinematográfico no período realmente aconteceu; de outro lado, o abrandamento do regime militar também se efetuou de forma lenta, gradual e segura, conforme desejado pelos seus promotores. As conseqüências desses processos, no entanto, originaram novas formas de se ver o Brasil, novos agentes políticos apareceram, novas forças sociais irromperam ainda que contra a vontade das elites dirigentes. O sonho cinemanovista se esgotou.[9] Os novos tempos exigiam outras definições e outras representações; no afã de produzir um Brasil em transformação não encontraram tempo para se adequar às mesmas transformações em curso. As contradições, inerentes ao processo de crescimento da indústria cinematográfica em nosso país, revelam-se com toda sua força justamente nesse momento: o encarecimento dos custos das produções, a necessidade de modernização técnica para fazer frente às produções estrangeiras, o início de uma escassez de recursos que contemplem um conjunto cada vez mais heterogêneo de produtores, tanto do ponto de vista político e estético, quanto regional, além do próprio debate político e cultural, acirrado a partir de 1979, quando têm lugar a Lei de Anistia, o retorno de exilados e a reforma partidária. A partir de 1982, vemos a crise do próprio

processo de *distensão política*, agora chamado *abertura*; e, ao mesmo tempo, vemos a desintegração do movimento cinemanovista e a fragmentação de sua *imagem de Brasil,* tão cultivada entre 1974 e 1979.[10]

Em *O Desafio* de Paulo César Saraceni, um filme produzido em 1965, considerado a primeira resposta cinematográfica ao golpe militar de 1964, há uma cena em que os protagonistas representados por Isabela e Oduvaldo Vianna Filho encontram um casarão abandonado, penetram nele e se deparam com inscrições nas paredes, restos de papéis, de escritos, antigas lembranças, que invocavam simbolicamente os anos anteriores ao golpe. É uma reconstrução histórica dos sentimentos, desejos e perspectivas que norteavam toda uma geração antes de abril de 1964. Em 1980, no seu filme *Bye Bye Brasil,* Cacá Diegues também realiza uma reconstrução: a caravana *Rolidei* encontra, no interior do Nordeste, um projecionista solitário, que vivia de exibir filmes, sendo seu maior sucesso *O Ébrio,* de Gilda de Abreu, com Vicente Celestino. Paira no ar uma certa melancolia: a televisão destruía essas relações, esse trabalho de saltimbancos. Somente algumas crianças, sem dinheiro, se predispunham a ver o filme, como uma brincadeira. A caravana prossegue. Entre essas reconstruções, estão mais do que quinze anos de história; estão, na realidade, perspectivas inteiramente modificadas. O Brasil se transformou, não há mais espaço para manifestos, caravanas, saltimbancos, projecionistas solitários ou cineclubistas; ao mesmo tempo, transformaram-se os cinemanovistas, bem como suas perspectivas acerca da sociedade e da representação em imagens da *nação brasileira.* Passados mais de quarenta anos, vemos que essas transformações, no entanto, não atingiram o seu curso final e a construção imagética da nação ainda permanece como um projeto inconcluso, ao qual incorporamos essas experiências, construindo um patrimônio cultural coletivo onde registramos o que temos de civilização e o que temos de barbárie.

---

[1] MICELI, Sergio. *O Processo de "Construção Institucional" na Área Cultural Federal* (Anos 70); e COHN, Gabriel. *A concepção oficial da Política Cultural nos Anos 70.* In MICELI, Sergio (org.). *Estado e Cultura no Brasil.* São Paulo: Difel, 1984. Pp.65-66 e pp.88-92. Um dos críticos mais contundentes e lúcidos deste novo período do Cinema Novo é Jean-Claude Bernardet, assíduo colunista de periódicos da imprensa alternativa: cf. BERNARDET, Jean-Claude. Uma Estética bem comportada. *Opinião*, Rio de Janeiro, 23 jun.1976, p.32; e Abrir as Lentes. *Movimento*, São Paulo, 06 out.1975, p.25.

[2] Cf. AMANCIO, Tunico. *Artes e Manhas da Embrafilme* – Cinema, Estatal Brasileiro em sua época de ouro (1977-1981). Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000, pp. 41-69. Sobre a relação estabelecida entre Estado e produção cinematográfica no Brasil cf. tb. RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e Lutas Culturais*: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; e SIMIS, Anita. *Estado e Cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996 (Selo Universidade, 51).

[3] JOHNSON, Randall. *The Film Industry in Brazil*: Culture and the State. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1987. Pp.162-167.

[4] DAHL, Gustavo. Mercado é Cultura. *Cultura*, Brasília/DF, MEC, n.24, ano 6, p.127, mar.1977.

[5] A trajetória política e estética do Cinema Novo pode ser constatada através de suas próprias produções cinematográficas, as quais se constituem, ao mesmo tempo, em registro, documento e proposta. Neste sentido, cf. AVELLAR, José Carlos. *O Cinema Dilacerado*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986; e XAVIER, Ismail. *Do Golpe Militar à Abertura:* a resposta do Cinema de Autor. In *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 (Coleção Leitura), pp. 51-126.

[6] Sobre o processo de distensão e as correspondentes políticas adotadas à época pelos governos militares, cf. MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil.* O projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995; MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil:* Opções de Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor*. Forças Armadas, Transição e Democracia. Campinas: Papirus, 1994; STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[7] ROCHA, Glauber. Vatapá no Ventilador. *O Pasquim,* Rio de Janeiro, 31 out. - 06 nov. 1975; pp. 06-07; Glauber por Glauber. *Crítica*, Rio de Janeiro, 8-14 set. 1975, p.14; Miséria Cinematográfica. *O Pasquim,* Rio de Janeiro, 10-16 jun. 1976; pp.6-7; Querem me matar (ou votem na ARENA)! *O Pasquim,* Rio de Janeiro, 13-19 ago. 1976, pp.14-15. Para uma análise mais detida a respeito da proposta estética e política de Glauber Rocha, cf. GERBER, Raquel. *O Mito da Civilização Atlântica* – Glauber Rocha, Cinema, Política e a Estética do Inconsciente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

[8] Cf. Por um Cinema Popular, sem Ideologias. Entrevista de Cacá Diegues a Pola Vartuck. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 31 ago.1978; Cacá Diegues contra a censura das Patrulhas Ideológicas. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 31 ago.1978; Cacá Diegues: Uma Denúncia das Patrulhas Ideológicas. *Jornal do Brasil*, Rio de janeiro, 3 set.1978; Cacá Diegues fala do cinema com coragem. *Jornal do Commercio,* Rio de Janeiro, 3 set.1978; Cacá Diegues: Um Manifesto pela liberdade e contra as "Patrulhas Ideológicas". *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 set.1978. Cf.tb. PEREIRA, Carlos Alberto M.; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Patrulhas Ideológicas Marca Reg.* – Arte e Engajamento em debate. São Paulo: Brasiliense, 1980.

[9] O Projeto do Movimento fracassou, diz Bernardet. Entrevista de Jean-Claude Bernardet a José Geraldo Couto. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 07 mar.1993. Caderno Mais, p.06; cf. tb. JOHNSON, Randall. Ascensão e Queda do Cinema Brasileiro (1960-1990). *Revista USP* - Dossiê Cinema Brasileiro, São Paulo, n.19, p.40-41, set.-out.-nov. 1993.

[10] A respeito dessas contradições e do debate político e cultural existente na época cf. O Excesso de filmes nas prateleiras vai paralisar a produção. A Catástrofe se avizinha. Como evitá-la? Entrevista com Nelson Xavier. *Ganga Bruta*, Rio de Janeiro, Publicação Brasileira de Cinema, Órgão da Federação dos Cineclubes do Estado do Rio de Janeiro, n.1, p.6-7, ago.-set.1978; SANTOS, Tercio. No Beco entre a fama e a fome. Um reduto de técnicos e atores de cinema no Rio, esperando sempre pelo próximo filme. *Movimento*, São Paulo, 13 set.1977. p.15; AVELLAR, José Carlos. *A Teoria da Relatividade.* In NOVAES, Adauto (coord.). *Anos 70*: Cinema. Rio de Janeiro: Europa, 1979-1980. p.63-66; O Cinema Proibido: Algumas Incríveis Histórias de Filmes Interditados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 ago.1978. Caderno B, p.8; SÃO SARUÊ: O Nordeste Censurado; e O Index do Cinema. *Ganga Bruta,* Rio de Janeiro, Publicação Brasileira de Cinema. Órgão da Federação dos Cineclubes do Estado do Rio de Janeiro, n.2, p.4-5, jan.-fev.1978; TOLEDO, Caio Navarro de. Glauber Rocha: Um gênio intocável? *Movimento,* São Paulo, 31 ago. - 6.set. 1981. p.24. Sobre a Censura às obras cinematográficas no decorrer do regime militar, cf. SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância:* a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

O Mal-Estar na Modernidade: O Cinema Novo diante da Modernização Autoritária (1964-1984)

Wolney Vianna Malafaia, bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Professor de História de Ensino Médio do Colégio Pedro II; Professor do curso de Licenciatura em História e do Curso de Especialização em História do Brasil da Fundação Educacional Unificada Campograndense – FEUC, Rio de Janeiro; Professor do Curso de Especialização em História Social da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ.

Maio de 2005

O *Cinema Novo* é fruto do processo de *modernização*, desenvolvido na sociedade brasileira a partir da década de 1930. Considerando o cinema, em si, como a invenção que melhor expressa o sentido de *modernidade*, já a partir do final do século XIX[1], nos grandes centros capitalistas, podemos, também, considerar essa forma específica de linguagem cinematográfica, o *Cinema Novo*, como uma forma de expressão legítima dessa *modernização à brasileira*, cujo ápice se situa, justamente, no período compreendido entre o final dos anos cinqüenta e a primeira metade da década de setenta.

O *Cinema Novo* tem suas origens no final dos anos cinqüenta, momento em que a sociedade brasileira conhecia um vigoroso processo de desenvolvimento econômico, representado pelo *slogan* "cinqüenta anos em cinco", difundido pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Neste momento, inúmeras propostas culturais, de caráter nitidamente inovador e vanguardista, desenvolviam-se como uma resposta, ou adequação, da cultura brasileira aos novos tempos.[2] A produção cinematográfica experimentava uma diversidade de inovações tanto no campo da estética, quanto no campo das temáticas abordadas. A nítida influência das novas correntes cinematográficas européias se fazia sentir, paralelamente ao ímpeto modernizador dos jovens cineastas, engajados num processo de descoberta e transformação da *realidade* brasileira.[3] A soma desses dois fatores levará a uma experimentação na produção de imagens da sociedade brasileira, que culminarão, no início de 1964, com o lançamento de três obras cinematográficas que assinalariam, definitivamente, o nascimento de uma nova proposta estética: *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; e *Os Fuzis*, de Ruy Guerra.[4]

Estes filmes alcançam grande repercussão tanto no Brasil quanto no exterior e consagram um tipo de produção característica das propostas de vanguarda no meio cinematográfico, tão em voga na Europa, e que constituíam uma reação ao cinema industrial, típico da produção norte-americana, notadamente aquela de caráter hollywoodiano.[5] No caso brasileiro, afinam-se com o momento de desenvolvimento econômico e intensa participação popular. A opção por temáticas consideradas de caráter popular vincula-se a uma análise e a uma crítica da *realidade brasileira* e revela a emergência das contradições geradas por esse mesmo processo de desenvolvimento. Os jovens cineastas apresentavam-se, ao mesmo tempo, como observadores entusiasmados do desenvolvimento econômico e críticos contundentes das contradições geradas por esse mesmo desenvolvimento. Neste sentido, em seu primeiro momento, no período pré-1964, o *Cinema Novo* se constitui como a expressão cinematográfica de um grupo de jovens cineastas que se reuniam no Rio de Janeiro, centro de produção de suas obras, difundindo suas idéias através do periódico estudantil *O Metropolitano* e do Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*.[6] Sua proposta enquadrava-se no conceito de *nacional-popular* e cerrava fileiras em torno do que se convencionou denominar *nacional-desenvolvimentismo*, ideologia difundida à época pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros

– ISEB, criado no governo Juscelino Kubitschek e subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).[7] Neste momento, o *nacional-popular* constituía-se na proposta política-cultural mais adequada à compreensão da nova realidade gerada pelo processo de modernização: tratava-se de difundir a necessidade de desenvolver economicamente a sociedade brasileira incluindo os setores populares até então colocados à margem desse processo. O engajamento político desses jovens intelectuais se dá numa conjuntura interna onde o referencial é a proposta de *Reformas de Base*, propostas pelo governo João Goulart (1961-1964) e, numa conjuntura internacional, um momento marcado pela descolonização e emergência dos países do chamado *Terceiro Mundo*, pela *Revolução Cubana* e pela *Guerra Fria*.[8]

Esta primeira fase de produção é a que caracteriza, também, uma unidade estética entre os cinemanovistas. Envolvidos com os mesmos ideais, procuram produzir cinema de forma independente, sem preocupações com os acabamentos formais que caracterizavam a produção do tipo *industrial*, tão própria daquela feita pela companhia cinematográfica paulista *Vera Cruz*, à qual os cinemanovistas eram profundamente críticos, apresentando a mesma como uma tentativa de reprodução de padrões hollywoodianos em terras brasileiras, sustentada, assim, num falseamento de nossa *realidade social* e *cultural*.[9] Ao mesmo tempo, criticavam também as produções de comédias e musicais populares, conhecidas como *chanchadas*, características de produtores localizados no Rio de Janeiro. Para os cinemanovistas, tanto a tentativa de se implantar uma "Hollywood nos trópicos", quanto as produções popularescas e grosseiras da Atlântida, no Rio de Janeiro, constituíam os marcos daquilo que não queriam como produtores de cinema.[10] Efetivamente, os cinemanovistas não só se apresentavam como novos produtores cinematográficos, desejosos em apresentar uma produção que primasse pela independência no fazer e pela inovação estética, afinada com as novidades oriundas dos grandes centros cinematográficos europeus, mas também inseriam o debate político sobre a *função social* da produção cinematográfica. No período pré-1964, ela se caracterizaria pela tentativa de inserção da temática nacional e popular, pela discussão da identidade nacional e pela crítica às contradições geradas pelo processo modernizador em curso.

Tratava-se, no entanto, de um período democrático que logo viria a ser solapado e destruído pelo golpe militar perpetrado em abril de 1964. Na realidade, a partir deste momento, opera-se uma dupla transformação no panorama cultural cinemanovista: primeiramente, a montagem de uma estrutura estatal autoritária e repressiva, contrária a qualquer forma de manifestação crítica ao processo de exclusão política e econômica dos setores populares, que seria levado à frente pelas políticas desenvolvidas pelos governos militares. Em segundo lugar, a partir da criação de novas condições de produção cinematográfica, em grande parte geradas pelo próprio processo de crescimento econômico verificado a partir de 1967, os cinemanovistas serão levados a uma dispersão estética, em busca de novas formas de

produção e expressão, procurando se adequar ao novo mercado cultural em expansão. Entretanto, ainda que suas experiências sejam individualizadas, não perderão sua identidade de grupo, se articulando política e culturalmente sempre que possível.[11]

Exemplar dessa atomização/individualização é o confronto de idéias possibilitado pelo manifesto *Uma Estética da Fome,*[12] apresentado por Glauber Rocha na Resenha do Cinema Latino-Americano em Gênova, em 1965, e o texto de Gustavo Dahl, *Cinema Novo e estruturas econômicas tradicionais*, publicado originalmente na *Revista Civilização Brasileira*.[13] Enquanto o primeiro propõe o aprofundamento da postura estética e política característica dos primeiros momentos do *Cinema Novo*, o segundo aponta na direção do início de um diálogo profícuo entre a produção cinemanovista e as *estruturas econômicas tradicionais*, ou seja, as condições colocadas pelo mercado cinematográfico nacional, dominado quase que exclusivamente pelo produto estrangeiro, principalmente aquele de origem hollywoodiana. Neste sentido, podemos visualizar não uma contradição insuperável, mas justamente as amplas possibilidades de inserção social que agora eram colocadas à produção cinematográfica e que representavam novos caminhos a serem trilhados pelo *Cinema Novo*. A busca de uma identidade cultural, afirmada pela inovação estética, que possibilita uma abordagem original de temáticas relacionadas à *realidade brasileira*, será mantida, ainda que seja abandonada, gradualmente, a postura radicalizada do *cinema de autor*, tão característica de suas primeiras produções, adotando-se técnicas de produção mais complexas, onde a diversificação e a especialização profissional serão a regra.[14] Esta transformação se dará, no entanto, em condições de supressão das liberdades e de agravamento do arbítrio, exercido pelo Regime Militar instalado no poder após abril de 1964.

Convém debater, portanto, os aspectos concernentes às propostas estéticas desenvolvidas pelos cinemanovistas a partir de 1964, e que caracterizam as respostas individualizadas colocadas pelos mesmos às novas condições de produção e de sobrevivência de uma linguagem crítica, preocupada com a *realidade brasileira*. Estas não se afirmam somente no campo da expressão artística, ou da linguagem cinematográfica pura, mas, também, em torno de duas questões exógenas: uma de natureza mercadológica; outra de natureza política. Trata-se, sim, de compreender essas novas opções estéticas e narrativas, produzidas pelos cinemanovistas, em sua complexidade, considerando o aspecto artístico em si, o aspecto mercadológico (necessidade de se inserir no mercado, de se fazer consumir) e o aspecto político (o trabalho artístico e crítico em tempos de arbítrio e repressão).

As transformações sofridas pela produção cinematográfica cinemanovista, a partir de 1964, demonstram a multiplicidade de caminhos a serem percorridos por intelectuais que desejam manter sua individualidade autoral, inserindo-se o melhor possível num mercado cultural em expansão e, ao mesmo tempo, refletindo sobre a sociedade brasileira em plena transformação. Considerando as obras produzidas entre 1965 e 1984, podemos concluir que

esses intelectuais atingiram seus objetivos, ainda que a custa de uma identidade de grupo que, aos poucos vai se esfacelando, perdendo seu caráter de agregação, além de uma atomização completa de suas perspectivas artísticas e profissionais. Entretanto, considerando justamente as condições criadas e impostas no período em questão, concluímos não só pelo sucesso deste movimento cultural, como, também, pela durabilidade de sua coesão política e cultural durante boa parte desse percurso.[15]

Convém, portanto, assinalarmos os diferentes momentos em que essa diversificação estética será construída. Um primeiro momento, entre 1965 e 1968, quando o Regime Militar se encontra ainda em vias de consolidação; um segundo momento, entre 1969 e 1973, quando do agravamento dos instrumentos repressivos, gerando um arbítrio total imposto por este mesmo regime; e, num terceiro momento, entre 1974 e 1984, quando se efetiva uma política cultural voltada à produção cinematográfica, acompanhando o processo de redemocratização instalado a partir do próprio Estado autoritário e segundo suas próprias contradições. Nestes três momentos referidos, os cinemanovistas vão produzir filmes e se posicionar politicamente, apresentar propostas e críticas e reivindicar apoio financeiro e maior espaço junto aos órgãos estatais de fomento à produção cinematográfica. Assim, acompanhando o intenso processo de *modernização*, pelo qual passa a sociedade brasileira, os cinemanovistas desenvolverão interpretações próprias, assimilando aqui e ali elementos próprios de uma modernidade estética, narrativa e produtiva, ao mesmo tempo em que reproduzem em imagens as fortes contradições desse processo modernizador, criticando-o.

No período compreendido entre 1965 e 1968, a preocupação se voltará para o debate interno, como se a perplexidade diante do golpe militar, impetrado em abril de 1964, tivesse de ser digerida através de uma autocrítica, principalmente no que dizia respeito às percepções do popular e do nacional, predominantes no período anterior. São exemplares desse período os filmes: *O Desafio*, de Paulo Cesar Saraceni; *O Padre e a Moça*, de Joaquim Pedro de Andrade; *A Falecida*, de Leon Hirszman; *O Bravo Guerreiro*, de Gustavo Dahl; e *Terra em Transe*, de Glauber Rocha.[16] Ao mesmo tempo em que realizam essa busca de uma identidade perdida, procuram se transformar no campo da estética fílmica, adaptando-se às novas condições de mercado e preocupados em atingir um público o mais diversificado possível. Trata-se, aqui, de uma estratégia claramente desenvolvida no campo da comunicação: o abandono gradual de uma linguagem plena de símbolos, proporcionada pela articulação dos cortes e montagem, original das primeiras produções cinemanovistas, e de uma percepção de realidade, centrada na fotografia agressiva, que contrastava fortemente claros e escuros, própria de uma perspectiva realista, voltada a envolver e chocar o espectador.

Entretanto, neste mesmo momento, temos a grande expansão do mercado de bens culturais,[17] que acabará por moldar um novo perfil do consumidor de cultura em nosso país. Essa expansão possibilita novas condições de produção, ao serem importadas novas

tecnologias e ao ter como carro chefe justamente a produção televisiva. Por outro lado, aproveitando-se, também, do crescimento econômico, possibilitado por uma série de medidas tomadas pelo Estado autoritário e que caracterizariam o chamado *milagre econômico*, forja-se um novo perfil de consumidor, que se habitua com as novidades tecnológicas e com a adequação de setores da sociedade à modernidade característica dos grandes centros capitalistas desenvolvidos. A expansão do mercado de propaganda bem demonstra essa adequação, criando e difundindo novos hábitos, acelerando o processo de mercantilização e o consumismo exacerbado. Atingir esse público e abordar essa profunda transformação em curso serão os objetivos dos cinemanovistas, colocados na ordem do dia, principalmente a partir de dezembro de 1968, quando se dá o agravamento do arbítrio através da imposição do Ato Institucional nº 5.

Estas mudanças configuram um novo estágio no processo de modernização da sociedade brasileira. Agora não mais identificado com a inserção das camadas populares dentro de um viés democrático e nacionalista, mas através de um modelo concentracionista e excludente, pois será a custa de imensos sacrifícios sociais, e de um pesado endividamento externo, que se possibilitará a expansão do parque industrial e da agroindústria, cuja produção se voltará, em regra, para o mercado internacional. Intensificando esse processo de exclusão, temos o agravamento da expansão urbana, gerado principalmente pelo forte êxodo rural e acompanhado da precarização das condições sociais e econômicas dos setores populares; o que é consolidado pela enorme concentração de renda e abandono dos investimentos sociais, características do chamado *milagre econômico.*[18]

Respondendo a estes primeiros desafios, os cinemanovistas consolidam uma primeira transformação estética e temática, que acaba por conduzir ao desenvolvimento de uma linguagem fílmica menos radicalizada em termos narrativos, desprovida da agressividade tão característica das produções dos primeiros tempos. Também, ao mesmo tempo, incorporam aspectos modernizantes, proporcionados pela expansão econômica em curso: equipamentos tecnicamente mais desenvolvidos, a fotografia colorida, a produção profissionalizada com a presença de assistentes variados e atores consagrados. Trata-se, aqui, de uma contradição em termos: justamente no momento em que se expande a sociedade de consumo, em que o processo de *modernização autoritária* é posto em curso e suas primeiras conseqüências são sentidas, o *Cinema Novo* desenvolve uma postura crítica a essa mesma modernização, ou à forma pela qual ela se dá; entretanto, aí também, assimila suas benesses, aproveitando-se de todo um desenvolvimento tecnológico que então era colocado à fruição da incipiente indústria cinematográfica brasileira.

O período compreendido entre 1969 e 1973 se caracterizará pela busca de uma linguagem fílmica que possibilitasse a comunicação com o público e desafiasse o monopólio da exibição cinematográfica que, em nosso país, pertencia ao produto estrangeiro, principalmente

o de origem hollywoodiana. Assim, enquanto florescia e desaparecia o chamado *Cinema Marginal,*[19] os cinemanovistas desenvolviam seus trabalhos buscando uma adaptação ou uma aproximação com as formas narrativas próprias da comunicação estabelecida pelo meio televisivo em plena expansão no país. Aproveitando-se das brechas existentes nas propostas sugeridas pelos próprios encarregados da política cultural do regime militar, os cinemanovistas exploravam temáticas históricas ou mesmo procuravam introduzir o debate a temas contemporâneos, como a vida nas grandes cidades, a transformação dos costumes e tradições e a liberação sexual.[20] O universo em desagregação do Brasil tradicional é aqui enfocado como o espaço privilegiado para se pensar a profunda transformação pela qual passava a sociedade brasileira em pleno processo de *modernização autoritária*. São exemplos típicos desse período os filmes: *Os Herdeiros*, de Cacá Diegues; *Como Era Gostoso o meu Francês*, de Nelson Pereira dos Santos; *Macunaíma* e *Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade; *O Casamento* e *Toda Nudez será castigada*, de Arnaldo Jabor; e *São Bernardo*, de Leon Hirszman.[21] Essas produções já se dão numa conjuntura de expansão econômica, onde a modernidade se infiltra no tecido social, influenciando padrões de comportamento e destruindo tradições. Forjava-se, nesse momento, a moderna sociedade brasileira, caracterizada pela exclusão social, pela mercantilização dos bens simbólicos e pela valoração financeira das próprias relações pessoais. A sexualidade, numa época de liberação sexual, difundia-se juntamente com a expansão do consumo: os motéis de alta rotatividade proliferavam na mesma velocidade que os *shoppings centers* e supermercados. Ao mesmo tempo, a violência, exercida arbitrariamente pelo Estado autoritário, era reproduzida no microcosmo das famílias e das relações pessoais de vizinhos e colegas de trabalho. O mito do *brasileiro cordial* era desconstruído e colocado em seu lugar o *novo homem*, produto do *milagre econômico*.

Esse *mal estar na modernização* é a pedra de toque das produções cinemanovistas, embora seja ainda mais radicalizado em seu enfoque e em sua abordagem estética e narrativa pelo chamado *Cinema Marginal*. No início dos anos setenta, quando a censura era praticamente absoluta, apresentava-se para os cinemanovistas um verdadeiro laboratório, onde poderiam desenvolver novas formas de se produzir filmes e compreender a sociedade brasileira em gestação. Tratava-se de trabalhar, ao mesmo tempo, a abordagem possível das temáticas por eles preferidas, desenvolvendo uma linguagem cinematográfica capaz de concorrer com as produções hollywoodianas e com as produções televisivas; além de desenvolver um projeto estético e político que ambicionava a conquista efetiva do mercado nacional. **Em seu manifesto *Luz & Ação*, lançado em 1973, esses cineastas assim se posicionarão:**

> *Recusamos a chantagem do "público a qualquer preço". Ela tem levado o cinema brasileiro às mais aberrantes deformações: o riso fácil à custa do mais fraco, o*

> *racismo, a sexualidade como mercadoria, o desprezo pela expressão artística como forma de conhecimento científico e poético.*
>
> *E afirmamos esta recusa com toda a autoridade de quem muito tem trabalhado, cada vez mais, em direção a uma harmonia dialética entre espetáculo e espectador.*
>
> *Nossos filmes mais recentes são a evidência de que queremos uma vasta e justa redistribuição da renda cultural da nação, contra a concentração do experimentalismo asséptico, da vanguarda que se guarda, dos* clowns *de grã-fino.*
>
> *O cinema para nós só tem sentido enquanto invenção permanente, em todos os níveis de criação - prospecção de novos modos de produção, especulação de novas áreas temáticas, experimentação de novas articulações lingüísticas e sintáticas, utilização de novas técnicas etc.*
>
> *(...)*
>
> *Certos de que, sendo brasileiros, é essa a nossa situação fundamental - se não botarmos o Brasil nos filmes, eles não imprimem.*[22]

A afirmação de um cinema autoral em tempos de especialização extremada representa, portanto, uma tentativa de resistência ao processo de modernização implantado na sociedade brasileira. Mas, também, representa uma forma de marcar posição, no sentido de se afirmar como um movimento estético e político capaz de interpretar a sociedade brasileira e revelá-la em sua complexidade e riqueza. Ao agir assim, os cinemanovistas afirmam-se como os únicos capazes de desenvolver uma produção cinematográfica genuinamente nacional, capaz de atender às novas necessidades culturais geradas pela modernidade em curso, preservando as características essenciais do *ser brasileiro*. Será dentro desses parâmetros que se estabelecerá o diálogo entre o Estado autoritário e os cinemanovistas, resultando na implantação de uma política cultural de cinema que norteará, na segunda metade da década de 1970, a produção cinematográfica em nosso país, culminando com o período de maior ocupação do mercado nacional pelo produto brasileiro, bem como na expansão das condições e estruturas de produção de cinema em nossa sociedade.

Esta política, capitaneada pela Embrafilme, empresa estatal com pequena participação particular, terá seu ponto de apoio justamente no grupo constituído pelos cinemanovistas, os quais, durante o período que vai de 1974 a 1984, se constituirão como os grandes beneficiados desses investimentos e políticas de fomento desenvolvidas pelo regime autoritário.

Esta mudança de postura em relação ao Estado autoritário virá também acompanhada de uma mudança na proposta estética e temática desenvolvida pelos cinemanovistas. A partir de 1974, o popular emerge outra vez como objeto privilegiado das produções cinematográficas dos cinemanovistas. Desta fase são: *Uirá, um Índio a procura de* Deus, de Gustavo Dahl; O *Amuleto de Ogum* e *A Tenda dos Milagres*, de Nelson Pereira dos Santos; *Xica da Silva* e *Chuvas de Verão* de Cacá Diegues; *Tudo Bem*¸ de Arnaldo Jabor; *Anchieta, José do Brasil*, de Paulo Cesar Saraceni; e *Guerra Conjugal*, de Joaquim Pedro de Andrade.[23] Em comum a tentativa de se buscar o povo, ausente das telas e das preocupações cinematográficas; entendê-lo e abordá-lo no seu *habitat*, desprovido de defesas, fiel às suas manifestações

culturais, à vontade no seu universo de sonhos e expectativas. Essa postura, chamada apressadamente de ***antropológica,***[24] revelará a preocupação dos cinemanovistas em se aproximar de um objeto do qual teriam perdido contato (ou conhecimento) desde meados dos anos sessenta. Afinal, mudara a sociedade brasileira e mudara também o povo brasileiro, entidade mítica, agora buscada sofregamente.

Este encontro, promovido no final dos anos setenta, proporcionará momentos de sucesso ao cinema brasileiro. A composição envolvendo cultura popular, um aparato técnico mais desenvolvido e o apelo sistemático a temas envolvendo violência, sexualidade e melodrama acabarão por caracterizar uma produção que ocupará boa parte das salas de exibição e deixará sua marca registrada na história da produção cinematográfica em nosso país.

O início dos anos oitenta assistirá a uma produção em que o intelectual volta à linha de frente: pensar o país que se modernizou, pensar as suas conseqüências e a sua inserção no mundo em transformação; pensar a identidade nacional e o papel do intelectual em tempos sombrios. Neste momento, buscava-se compreender os novos tempos gerados pelo processo de redemocratização de nossa sociedade, agora em ritmo vigoroso, ainda mais porque levado à frente pela própria sociedade civil organizada. Assim, destacamos *A Idade da Terra*, de Glauber Rocha*, O Homem do Pau-Brasil*, de Joaquim Pedro de Andrade*; Bye, Bye Brasil*, de Cacá Diegues; *Eles não usam Black-Tie*, de Leon Hirszman e *Memórias do Cárcere*, de Nelson Pereira dos Santos.[25]

Trata-se, aqui, de pensar o momento de clivagem. O grande ponto de transformação da sociedade brasileira. Duas imagens guardam uma forte relação com esses novos tempos em gestação: em *Bye, Bye Brasil*, de Cacá Diegues, o artista mambembe interpretado por José Wilker, aponta para um horizonte de pôr-do-sol que se coloca à frente de seu caminhão, como um rasgo de luz iluminando a estrada que vai seguir; em *Memórias do Cárcere*, de Nelson Pereira dos Santos, o ator Carlos Vereza, interpretando Graciliano Ramos, joga seu chapéu para o alto ao sair do presídio da Ilha Grande, onde procurou produzir intelectualmente mesmo dentro de condições adversas.

Esgotava-se um ciclo. As produções do início dos anos oitenta realizam a curvatura final que fecha o círculo. Retornava-se ao momento/espaço do início dos anos sessenta: a perspectiva da democracia diante do esgotamento do regime militar, a retomada de uma intensa participação popular, a liberdade de expressão, tudo somado às novidades geradas pelas profundas contradições características do processo de *modernização autoritária* empreendido a partir de 1964. Era como se tentasse recuperar o fio da história, interrompido abruptamente pelo regime militar; mas, ao mesmo tempo, era como se tivesse consciência de que isso seria impossível, pois, afinal, a história havia se produzido, deixando para trás um acúmulo de escombros sobre os quais se construía a nova sociedade brasileira. Era um país

novo que se descortinava no horizonte, daí a sensação de melancolia e de estranhamento, tão próprias das produções cinemanovistas dessa fase, representando o esgotamento de um projeto político e cultural que atingia seus objetivos justamente no momento em que se consolidava o processo democrático.

Ficou a lembrança do projeto e da intenção. Ficaram, também, os sentimentos adversos e contraditórios de melancolia e estranhamento: aceitar a modernidade que se impôs e tentar descobrir seu lugar nessa sociedade modernizada. Em menos de vinte anos, o país se transformara agudamente e os sonhos e perspectivas teriam que se adaptar aos novos tempos. O projeto cinemanovista esgotara-se definitivamente e acabaria por definhar nas tragédias pessoais que marcaram alguns de seus principais expoentes ao longo dos anos oitenta.

---

[1] Sobre a relação estabelecida entre o advento do Cinema e a idéia de *Modernidade*, em voga nos grandes centros capitalistas e no Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, cf. XAVIER, Ismail. *Sétima Arte:* Um culto moderno. São Paulo: Perspectiva, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978; e FABRIS, Mariarosaria. *Cinema*: Da Modernidade ao Modernismo. In FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e Modernismo no Brasil.* Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994 (Coleção Arte: Ensaios e Documentos), pp. 97-110.

[2] Sobre o desenvolvimento de uma indústria cultural já no final dos anos cinqüenta, dentro do processo de modernização acima referido, cf. ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 38-76. Para um panorama da produção cultural no período cf. NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira:* Utopia e Massificação (1950/1980). São Paulo: Contexto, 2001, pp. 11-36.

[3] Cf. XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

[4] Cf. RAMOS, Fernão. *Os Novos Rumos do Cinema Brasileiro* (1955-1970). In RAMOS, Fernão (org.). *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, pp. 301-365.

[5] XAVIER, Ismail. Op. cit, p. 14.

[6] A definição do grupo cinemanovista torna-se necessária a uma análise mais aprofundada deste movimento cultural. Da mesma forma, a articulação do grupo referido no ambiente político e cultural do Rio de Janeiro, nos anos sessenta e setenta, conferirá ao mesmo um caráter próprio, um verdadeiro *espírito de corpo*, que possibilitará articulações políticas com a sociedade civil e o próprio Estado autoritário, implantado a partir de 1964, neste sentido optamos por uma definição de *Cinema Novo* como um movimento cultural cinematográfico que envolve jovens intelectuais articulados política, cultural e socialmente no Rio de Janeiro entre o final dos anos cinqüenta e o início dos anos oitenta. Sobre essa definição cf. PIERRE, Sylvie. *O Cinema Novo e o Modernismo.* In PIERRE, Sylvie (et all). *O Eureka! Das Ates Puras* (Mário de Andrade e o Cinema). Rio de Janeiro: Associação de Críticos de Cinema do Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Cultural, 1993 (Cadernos de Cinema e Crítica), pp. 08-27.

[7] Sobre as posturas assumidas inicialmente pelos cinemanovistas, demarcando suas posições como intelectuais e produtores cinematográficos cf. VIANY, Alex. *Cinema Novo, ano I*. In AVELAR, José Carlos (org.). *O Processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999, pp. 21-39; e ROCHA, Glauber, idem.

[8] Para Jacques Le Goff, o pós-1945 representa justamente o momento de grande difusão da idéia de *modernidade* para fora das fronteiras dos países desenvolvidos. Cf. LE GOFF, Jacques. *Antigo/Moderno*. In *História e Memória*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992, p. 179. Sobre essa expansão cf. tb. GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991, pp.62-70.

[9] ROCHA, Glauber. *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Esta mesma idéia encontra sustentação no trabalho de Maria Rita Galvão: *Burguesia e Cinema* – O Caso Vera Cruz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Embrafilme, 1981.

[10] Sobre as posturas assumidas inicialmente pelos cinemanovistas, demarcando suas posições como intelectuais e produtores cinematográficos cf. VIANY, Alex. *Cinema Novo, ano I*. In AVELAR, José Carlos (org.). *O Processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999, pp. 21-39; e ROCHA, Glauber, idem.

[11] Sobre esse período cf. XAVIER, Ismail. *Do Golpe Militar à Abertura:* a resposta do Cinema de Autor. In XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 (Coleção Leitura), pp. 62-71.

[12] ROCHA, Glauber. Uma Estética da Fome. In *Arte em Revista*, São Paulo: Kairós, n. 1, pp. 15-17, jan./mar. 1979

[13] DAHL, Gustavo. Cinema Novo e estruturas econômicas tradicionais. In *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro*,* n. 5-6, pp. 193-204, mar. 1966.

[14] Sobre esta polêmica, cf. RAMOS, Fernão. Op. cit, pp. 352-357.

[15] Neste sentido, discordo das análises que procuram apresentar a proposta cinemanovista como esgotada a partir de 1968, tendo em vista que considero a sobrevivência do movimento cultural até o início dos anos 80, quando, esgotadas as formas de relação com o Estado e diante das novas condições geradas pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, este grupo se desarticulará completamente; o que é agravado pelo falecimento precoce de cineastas profundamente envolvidos com esse processo de identidade cultural: Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman. Sobre as análises que apresentam essa proposta como desarticulada já a partir de 1968, cf. RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e Lutas Culturais* (Anos 50/60/70). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; e O PROJETO DO MOVIMENTO FRACASSOU, diz Bernardet. Entrevista de Jean-Claude Bernardet a José Geraldo Couto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 mar. 1993, Caderno Mais, p. 06.

[16] Cf. RAMOS, Fernão. Op.cit, pp.357-361.

[17] Sobre esta expansão, cf. ORTIZ, Renato. Op. cit, pp. 113-148.

[18] Sobre o *milagre econômico* e suas contradições cf. RANGEL, Ignácio. *Economia:* Milagre e Anti-Milagre. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986 (Brasil: os anos de autoritarismo); e SINGER, Paul. *A Crise do "Milagre"* – Interpretação crítica da economia brasileira. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

[19] Sobre as propostas estéticas e temáticas desse período, cf. XAVIER, Ismail. *Alegorias do Subdesenvolvimento* Cinema Novo, Tropicalismo e Cinema Marginal. São Paulo: Brasiliense, 1993.

[20] Sobre este aspecto, convém lembrar um importante estudo de Alcides Freire Ramos sobre o filme *Os* Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade, publicado em *Canibalismo dos Fracos* – Cinema e História do Brasil. Bauru, SP: Edusc, 2002, pp. 267-324.

[21] Cf. XAVIER, Ismail. *Do Golpe Militar à Abertura:* a resposta do cinema de autor. Op. cit, pp. 72-87.

[22] **Manifesto Luz & Ação** (de 1963 a 1973). *Arte em Revista*, São Paulo, Kairós, n.1, p.09, jan.-mar. 1979.

[23] Cf. RAMOS, José Mário Ortiz. *O Cinema Brasileiro Contemporâneo* (1970-1987). In RAMOS, Fernão (org.). Op. cit, pp. 419-422; e XAVIER, Ismail. Op cit, pp. 88-101.

[24] Este conceito é desenvolvido e encontrado em várias declarações prestadas pelos cinemanovistas à época, muitas vezes é sugerido e proposto como em SANTOS, Nelson Pereira dos. *Manifesto por um Cinema Popular*. Rio de Janeiro: Federação dos Cineclubes do Rio de Janeiro, Cineclube Macunaíma e Cineclube Glauber Rocha, mar. 1975; e DAHL, Gustavo. Mercado é Cultura. *Cultura,* Brasília/DF, MEC, n. 24, ano 6, p. 127, mar. 1977.

[25] A respeito deste momento, Ismail Xavier o considera como o último suspiro do *cinema moderno brasileiro*, o qual se dissolveria a partir da segunda metade dos anos oitenta. Sobre essa idéia cf. XAVIER, Ismail. *O Moderno Cinema Brasileiro*. Op. cit, pp. 35-37.

Fragmentos (auto) biográficos nas mensagens de adeus de suicidas

Yonissa Marmitt Wadi[1]

Keila Rodrigues de Souza[2]

Por que um indivíduo resolve abandonar a vida cometendo suicídio? Desencontros amorosos, ciúmes, doença avançada, remorso, raiva, vingança, vergonha, orgulho ferido, solidão, problemas financeiros, dívidas..., aparecem como motivações nas mensagens de adeus deixadas por suicidas e encontradas em inquéritos policiais arquivados no Fórum da Comarca de Toledo/PR nas décadas de 1980 e 1990. Ao contrário de mensagens de adeus de personagens notórios – comumente testemunhos de seus fracassos ou fraquezas na vida pública –, tais mensagens, configuradas em bilhetes ou cartas, constituem-se em fragmentos (auto)biográficos – muito esparsos é certo – de vidas ordinárias, que oscilaram entre a razão e a loucura. São 'escritos de si' que, conjugados a vestígios oriundos de outras fontes, lançam luz sobre práticas cotidianas, representações sobre relações de gênero, étnicas, de geração e classe, relações entre individual e coletivo, público e privado, num certo tempo e lugar.

1. A escrita para além da vida e da morte...

Segundo Geneviève Bolleme, "nunca se escreve senão para viver, a fim de fazer frente a uma situação, para explicar, justificar-se, informar, dirigir-se a, apelar, queixar-se, sofrer menos, fazer-se, dar-se prazer"[3]. Paradoxalmente, também aqueles que escrevem pouco antes de cometerem uma autoviolência, atentando contra sua própria vida, parecem ser movidos pelos mesmos intuitos: querem – consciente ou inconscientemente – viver para além da sua própria vida. Viver através dos escritos derradeiros, cujos conteúdos 'amarram' a vida dos vivos a vida dos mortos, que lhes fazem destinatários de suas motivações para o suicídio, por vezes culpabilizando-os por este ato. Esta função 'psicológica" de fazer cair

sobre os destinatários o peso e a culpa da morte do emissário é constante na maioria das cartas de suicidas. Analisando o conteúdo da carta-testamento de Getúlio Vargas, deixada no dia de sua morte, a 24 de agosto de 1954, Osakabe afirma ser esta,

> ... resultado aparente de um esforço de explicitação das causas que teriam levado o autor ao ato definitivo, na verdade, ela tenta fazer cair sobre os agentes da morte o peso de seus próprios atos. É uma peça que, valendo-se desse processo de culpabilização, tenta dar um sentido e uma fecundidade ao auto-aniquilamento (via de regra, o indivíduo que comete, junto com a própria morte, uma carta "aos que ficam", deve acreditar no poder transfigurador de seu próprio ato).[4]

A carta-testamento do chamado "pai dos pobres" – a mais conhecida e, talvez bombástica, carta de um suicida brasileiro – pode ser vista assim, como uma carta típica de alguém que voluntariamente atenta sobre sua própria vida, alinhando-se as de tantos outros que tentam explicar "as razões inexoráveis de seus atos". Porém, "diferentemente (...) da maioria das cartas de suicidas, as cartas de Vargas falam daquilo que marcou seu lugar na história: o poder." A morte – tratada em escritos epistolares e em seu diário –, não era para Getúlio Vargas, afirma D'Araújo, "um recurso para lidar com dilemas existenciais de ordem pessoal ou íntima", mas sim, "um instrumento de poder, um recurso político, uma maneira de valorizar seus feitos e de construir uma imagem grandiosa para o futuro".[5]

As cartas e bilhetes, sobre os quais, lançamos um olhar neste texto, em nada se parecem com os escritos de suicidas notórios – como Vargas – a despeito de que, em alguns momentos, construam pela escrita, suas mortes – de gentes comuns – como morte-sacrifício ou morte-tragédia, a exemplo do notável político. Em nenhum momento, porém, pode-se perceber qualquer indício de que estes escreventes identifiquem seu ato sacrifical, como um ato político. Tais cartas e bilhetes configuram-se como 'escritos de si', ou seja, derradeiros escritos auto-referenciais ou autobiográficos. Fragmentários e esparsos lançam flashes apenas sobre vidas ordinárias, que oscilaram entre a razão e a loucura, ao cometerem suicídio.

Segundo Gomes,

> ... a correspondência tem um destinatário específico com quem vai se estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis

> através do tempo. Escrever cartas é assim 'dar-se a ver', é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo 'visto' pelo remetente, o que permite um *tête-à-tête*, uma forma de presença (física) inclusive muito especial.[6]

No caso das cartas de suicidas, apesar da ausência da reciprocidade esperada na correspondência usual – quem envia uma carta a alguém espera receber uma resposta – não deixa de existir uma interlocução –ainda que nem sempre o destinatário seja o primeiro e raramente seja o único leitor –, não deixa de sentir-se a presença (também de uma forma muito especial – dolorosa, desesperada, louca!?) da pessoa cuja vida acabou de esvair-se por um ato voluntário. Há um *tête-à-tête*. Não o comum em outros tipos de correspondência, mas certamente o brado daquele que despediu-se e o daqueles que, debruçando-se sobre o cadáver, perguntam a quem não tem mais voz para responder; tentam responder – em sussurros ou em prantos – eles mesmos as perguntas; lêem e relêem um texto, por vezes, sintético, fluído, esparso e fragmentário buscando compreender o ato.

A escrita de cartas ou bilhetes – especialmente as de conteúdo pessoal – é uma prática relacional, além de ser "um espaço de sociabilidade privilegiado". Para os suicidas, talvez, escrever mensagens de adeus tenha se configurado como um espaço e um momento, como afirma Gomes, de "estreitamento (ou rompimento) de vínculos"[7], com outros indivíduos que fosse impossível de ser conquistado em outros momentos. Carregadas de relatos sobre desencontros amorosos, doenças, ciúmes, raiva, vingança, vergonha, orgulho ferido, solidão, problemas financeiros, dívidas – informações sobre a vida vivida –, as cartas dos suicidas – como todo escrito de si – configuram "um lugar de memória". Lugar este constituído a partir do desejo, das circunstâncias e dos momentos da história de vida de pessoas, sem dúvida, no limite.[8] Também, a partir das cartas dos suicidas, é possível afirmar que "as práticas de escrita de si evidencia[m], (...) com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser 'decomposto' em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho, etc."[9]

2. As mensagens de adeus de suicidas na Comarca de Toledo/PR: o tema do amor.

Mensagens de adeus de suicidas são documentos raros encontrados entre os registros policiais de suicídio. Nas décadas de 1980 e 1990 foram abertos, na Comarca de Toledo/PR, 75 inquéritos referentes a casos de suicidas do sexo masculino e 23 do sexo feminino. Em apenas cinco, de um total de 98 inquéritos, constava algum tipo de mensagem. Anotações em uma caderneta, um bilhete lacônico e uma pequena carta foram escritos por mulheres, na faixa etária entre 25 e 35 anos, todas brancas e mortas por envenenamento; uma carta foi escrita por um jovem de 19 anos, branco, que se suicidou com arma de fogo e um conjunto, composto por nove bilhetes e uma carta, foi escrito por um homem de 45 anos, de cor amarela, que se enforcou. Entre temas variados, motivadores dos atos extremos de autoviolência conduzidos por essas pessoas, um se destaca: o amor e suas variações, a falta, o excesso, a culpa... Na esteira deste tema, que parece ser o móvel principal, de grande parte das 'fugas' da vida, surge a inexorável cobrança social (e pessoal) pelo cumprimento dos papéis de gênero, que soam como destinos de gênero.

Dos três escritos de mulheres suicidas, encontrados junto a seus cadáveres, dois foram dirigidos a homens que com elas mantinham relacionamentos afetivos e/ou sexuais e o terceiro foi dirigido a uma amiga.

Maria, 35 anos, casada, ajudante de produção num grande frigorífico, escreveu em 29 de junho de 1992, a seu esposo:

> Amor, quero sair desta vida para outra vida, não quero mais fazer você sofrer por minha culpa, eu só tenho que desejar pra você felicidades, cuida bem da minha filha acerta a conta lá na Sadia e coloque na poupança em nome da Marina, não judia dela eu vou tirar a minha vida porque você vai me deixar eu sem você não posso ficar não chore porque eu não mereço[10]

Já Ilka, de 27 anos, que se suicidou em 04 de março de 1988, entre as declarações de amor escritas em uma caderneta e dirigidas a Amílcar, justificou seu ato em benefício da liberdade do amado: "Agora você está livre de mim, livre para voar."[11]

O motivo que levou Paula, uma jovem enfermeira de 25 anos, a abandonar a vida deixando sua derradeira mensagem a uma amiga – "Te mando meu último abraço, só estou fazendo isso, pois não sou feliz" – não parece ter sido semelhante ao que moveu Maria e Ilka a se suicidarem, porém o tema foi o mesmo: ainda o amor. Não o amor passional e extremo dos amantes não correspondidos (ou que se acreditam assim), mas sim o amor fraterno entre pais e filhos. Segundo Wagner, amásio de Paula, a grande tristeza desta estava ligada ao desaparecimento de um filho que tivera com seu ex-esposo e que estava sob guarda dos avós paternos. [12]

O amor foi também tema das cartas masculinas. Yoshiro, um comerciante de 45 anos, que se suicidou em 09 de fevereiro de 1984, autor de nove bilhetes e uma carta, dirigiu esta última a sua mulher: "Sonhei sempre mais coisas boas com você e nossos filhos, mas infelizmente da minha parte fracassei, aqui não agüento mais, continue educando bem nossos filhos como você sempre fez." Aos três filhos deixou um bilhete, no qual afirmava saber da "grande decepção" que seu ato representava para todos eles, mas que não tivera "outra alternativa" e que então eles deveriam seguir "sempre a orientação da mãe, 'por favor' orgulhe da mãe que vocês tem porque o pai fracassou para vocês. O meu erro chegou a isto de ser muito confiante com os outros".[13]

A outra carta masculina encontrada é também uma carta de amor, porém não dirigida a alguém em especial. Em 27 de dezembro de 1982 José, 19 anos, solteiro, vigilante bancário, que viveu em um orfanato desde os três anos de idade, escreveu:

> A solidão de minha vida, vivo sofrendo, por mim ser sozinho, estou desesperado já não agüento mais. Vivo jogado no mundo sem carinho sem amor. Vejo os outros jovens da mesma idade todos felizes uns namorando outros felizes por estarem conversando, tudo isso me dói no coração. Passei o natal muito bem com as crianças que vivem como eu. Peço para vocês que vão ficar não deixe uma criança desamparada. Dê o carinho para elas senão mais tarde poderá seguir o mesmo rumo.[14]

Variações sobre o mesmo tema – o amor –, as narrativas oriundas das cartas e bilhetes apresentados – conjugadas a vestígios provindos de outras fontes –, abre um leque de interrogações e possíveis relações que podem, ao ser descortinadas, revelar uma trama

histórica complexa e intrincada, lançando luz sobre práticas e representações cotidianas, sobre as relações entre individual e coletivo, entre público e privado, relações, étnicas, de geração, de classe e gênero, num certo tempo e lugar. Sobre estas últimas – as relações de gênero –, mesmo a escrita fragmentária dos suicidas revela que certos padrões permanecem muito arraigados no imaginário individual e coletivo. Os papéis ideais de homens e mulheres, como: a conquista amorosa, a manutenção e o provimento do lar, o exemplo, a força..., atributos (naturalizados como) masculinos e o amor afetivo e filial, a responsabilidade pela manutenção do casamento, o cuidado com os filhos, atributos (naturalizados como) femininos, são reforçados nas mensagens de adeus dos suicidas.

Mesmo nestas, escritos derradeiros, onde se imagina não haver – tomada tão drástica decisão – qualquer espaço para o segredo; mesmo estas, são marcadas "pelo cuidado no estabelecimento de relações". Os escritos epistolares dos suicidas podem, como afirma Gomes, "combinar com grande facilidade o que vem do cotidiano/ordinário [das vidas comuns de gentes comuns] com o que vem do maravilhoso/extraordinário [o sonho, o projeto, o ideal imaginado...]".[15] São, neste sentido, espaços de construção / manutenção ou tentativa de romper uma imagem sobre a própria vida, pois como diz Ricouer, "a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta de si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas".[16]

NOTAS

[1] Doutora em História. Professora do CCHS e do PPG em Desenvolvimento Regional e Agronegócios - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. E-mail: yonissa@unioeste.br
[2] Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais. Mestranda do PPG em Desenvolvimento Regional e Agronegócios - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. E-mail: keila_bb@hotmail.com
[3] BOLLÉME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 201.
[4] OSAKABE, Haquira. A carta-testamento ou a cena final de Getúlio Vargas. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batelha. (orgs.) *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.373.
[5] D'ARAÚJO, Maria Celina. Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunhos de poder. In: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
[6] GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, op.cit., p.19.
[7] Id. ib.
[8] Pierre Nora *apud* GOMES, op.cit., p.18.
[9] GOMES, op. cit., p.13.
[10] JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Inquérito Policial N.171/92 – Carta de M.N.S.P. Os nomes dos envolvidos nos inquéritos policiais foram trocados por pseudônimos.
[11] JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Inquérito Policial N.45/88 – Carta de I.S.

[12] JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Inquérito Policial N. 46/82. Carta de P.G.
[13] JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Inquérito Policial N. 029/84 – Carta de Y.S.
[14] JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Inquérito Policial N. 58/82. Carta de J.W.
[15] GOMES, op. cit., p.13.
[16] RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* – tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997, p.425.

A HIGIENIZAÇÃO DO BRASIL E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Zuleica Dantas Pereira Campos[1]

> "Aquelles que praticam a especialidade de doenças mentaes, no Brasil, bem sabem que é ingrato o seu mistér, pois encontram da parte dos curandeiros, neste ramo da medicina, a sua mais renhida concurrencia.(...) Si o doente fica bom, o merito cabe a estes, e si peiora ou seu caso é desanimador, a culpa reverte ao medico[2]."

Essa passagem do texto de Arthur Ramos, publicado em 1937, traduz não só uma preocupação com a concorrência no mercado de cura, entre os que praticavam a medicina institucional e o curandeirismo no Brasil, como também reflete o pensamento construído pela intelectualidade médica em torno da figura do curandeiro.

Ainda nesse texto, ao se propor distinguir a figura do charlatão e do curandeiro, Ramos atribui a este último uma certa irresponsabilidade ao praticar a cura ilegal. Esta seria resultado *"de uma nítida persistência da mentalidade pré-lógica[3] nas práticas médicas, especialmente aquelas que sofreram a influência direta do negro e do índio[4]".* Tomando como mote esta preocupação acerca das influências "negativas" das "mentalidades pré-lógicas", portanto consideradas primitivas e inferiores, que permeavam a sociedade brasileira

Até o século XIX, as práticas do curandeirismo eram exercidas livremente no Brasil. Em parte, esse fenômeno pode ser explicado pela existência de um número extremamente reduzido de profissionais formados na ciência hipocrática que exerciam sua arte no Brasil[5]. O marco inaugural dessa medicina remonta à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Logo, só na primeira metade do século XIX a medicina institucional começou a ser praticada com maior freqüência[6].

Entre a proliferação das práticas terapêuticas da medicina institucional no Brasil e o discurso de Arthur Ramos, decorreram pouco mais de cem anos. Nesse intervalo de tempo, aqueles que se dedicavam à prática do curandeirismo começaram

---

[1] Professora adjunto III do Depto de História da UNICAP, doutora em História do Brasil pela UFPE. Email zuleica@unicap.br

a merecer atenção de diversos setores preocupados em distanciar e diferenciar um saber produzido e referendado pela competência científica daquele produzido por pessoas "desqualificadas" ao exercício de tal função.

Aqui é importante lembrar que um dos pioneiros no relato explícito de preconceitos contra índios e negros no Brasil foi Nina Rodrigues. Este, em seu livro *Os Africanos no Brasil*[7], publicado em 1932, afirma que a raça negra, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços a nossa civilização, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo. A partir dessa afirmação, Nina Rodrigues anuncia alguns temas que serão predominantes em pensadores brasileiros durante a primeira metade do século XX: O temor de que o Sul do Brasil, colonizado por brancos e de onde o negro acabará sendo eliminado, se oponha ao Norte, região dominada pela inércia e indolência dos mestiços, como também o temor de que o Brasil, em vez de acompanhar a civilização canadense e norte-americana, caia no barbarismo guerrilheiro da América Central. Em resumo, Nina Rodrigues considerava que o Brasil se inferiorizava, não só pela existência de índios e negros mas também pela mestiçagem:

> "Consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo [8]."

Convencido da inferioridade da "raça" negra, Nina Rodrigues admitia, contudo, diferenças de capacidade e graus de cultura entre os negros e, após apresentar um elenco dos povos africanos que teriam vindo para o Brasil, conclui que os que foram aqui introduzidos não pertenciam exclusivamente aos povos africanos mais degradados. Entre os negros mais adiantados, estavam os Nagôs, cuja superioridade cultural deveria ter um substrato equivalente de superioridade biológica em relação aos outros negros. Esta superioridade era atestada pelo predomínio e pela influência da língua, transformada em língua geral dos negros, como pela religião[9].

É baseado nessas idéias que o estudo sobre as religiões dos negros é retomado nos anos trinta pelos seguidores de Nina Rodrigues, a partir de um discurso cientificista, na tentativa de recortarem, sobre as práticas de religiosidade popular, a "verdadeira e pura" religião dos negros e as práticas "degeneradas" de feitiçaria e magia dos demais componentes das camadas populares. Desse modo, é reativada a vertente interpretativa da possessão, encarada como fenômeno psicopatológico. Esses estudos foram retomados, primeiramente na Bahia, por Arthur Ramos e atingirão o alvo no Recife, onde os Xangôs[10] locais serão pesquisados em conexão com o Serviço de Assistência a Psicopatas[11].

As mais variadas representações acerca de personagens urbanos povoam o discurso do alienismo no Brasil na passagem do século XIX para o século XX. As prostitutas, tipos de degeneradas cujos contingentes seriam fornecidos pela "imbecilidade" e pela "loucura moral", os negros associados às formas mais primitivas da degeneração, as "perversões", o jogo e os vícios, a vagabundagem, são temas que passam pelo crivo do alienismo, enquadrados e dissecados a partir da teoria da degenerescência[12].

No início do século XX, a medicina alopática oficial, no Brasil, não permitia que fossem discutidas as bases que estruturavam seu paradigma científico. O método e a conduta poderiam ser avaliados, mas não suas bases conceituais. Mais que isso, sua arrogância impedia que outros paradigmas (como aqueles introduzidos pela cultura ameríndia e africana) tivessem condição de frutificar[13]. Afinal, a prática do curandeirismo é crime previsto no código penal (art. 157) e fortemente reprimida pelos órgãos normativos do fazer médico - conselhos de medicina.

É com a preocupação de extinguir essas práticas de cura alternativa que Borges Cavalcanti, técnico da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, desabafa:

> "Na prática daquilo que se convencionou chamar de 'baixo espiritismo', já se constitui um problema policial e sanitário. Fora dois ou três locais onde se procura fazer religião, todos os 'centros' nada mais são que reuniões para o exercício ilegal da medicina. A única

> medida definitiva para extinguir essas práticas seria a profilática: evitar a esses predispostos a cultura sistemática da imaginação, o exagero do automatismo subliminar[14]. Higiene, não medicina[15]".

Arthur Ramos classifica o curandeiro como um charlatão involuntário cuja conduta recebeu o influxo direto do negro e do índio. Para Ramos, a repressão ao curandeirismo é um problema de lenta educação e oposição de normas "*corretas de pensamento e raciocínio lógico"* [16].

O Boletim de Higiene Mental, cuja publicação foi iniciada em dezembro de 1933, teve como principal objetivo aconselhar alcoólatras, sifilíticos, epilépticos, operários e espiritas sobre os métodos de Higiene Mental e a educação do grande público. A maioria dos artigos do Boletim tinham o objetivo de combater o alcoolismo e seus males além de se preocupar em difundir as práticas e os ideais eugênicos.

Nos artigos e manchetes encontrados fica evidente a tentativa, por parte de seus editores, de influenciar a opinião pública a respeito do uso de bebidas alcoólicas. O ponto de vista da religião; os problemas de saúde causados pelo uso abusivo das mesmas; as consequências para a descendência; a criminalidade, entre outros, foram amplamente utilizados nas campanhas anti-alcoólicas, publicadas no boletim.

O discurso é, geralmente, apelativo, visando inibir o uso de tais bebidas por parte da população. Seus escritores, editores e responsáveis foram pessoas que estiveram diretamente ligadas a área científica; eram médicos e psiquiatras, figuras de prestígio perante a sociedade, o que tornava difícil a contestação de suas informações pelos que não detinham tais conhecimentos. Sendo assim, restava a grande parte de seus leitores aceitar tais informações, não somente como verdadeiras mas também como ideais de comportamento a serem seguidos. Isso caracteriza claramente a utilização de controle social do comportamento, evidente nas seguintes manchetes:

> "Não beba. Pense nos seus filhos! [17]".
>
> "Bebidas alcóolicas levarão para o hospício o Sr. e seus filhos[18]."
>
> "Evite o álcool. Ele conduz a ruína para seu la[19]"

> "A prole do alcoolista destina-se ao hospício ou ao presidio[20]."

Nestas manchetes fica evidente uma apelação à imagem de homem/pai/provedor, bastante cultuada na época, para afastar, ou melhor, afugentar os homens das bebidas alcoólicas. É claro que a ideologia eugenista não se apresenta somente no fato de que o álcool faz mal ao corpo, mas também no fato de que os filhos de alcoólatras, segundo médicos e psiquiatras da época, já nascem degenerados e representam um grande fardo para a sociedade. A partir desta visão, os autores dos artigos procuraram mostrar, também, a perda do emprego como uma das consequências do alcoolismo e, atrelado a isto, a perda da capacidade de prover recursos para a família. Exemplificando:

> "Todo operario que se embreaga está no caminho da miseria porque em tempo muito curto ficará sem trabalho[21]."
>
> "Surgem os mal-entendidos entre empregados e patrões e eles são despedidos. Nenhum patrão tolera que um empregado vá passar a tarde bebendo(...)[22]"

No artigo "Triste remate[23]", fica bastante evidente o pensamento da época a respeito do que aconteceria à família de um alcoólatra que, no caso do artigo em questão, morre por consequência de seu vício:

> "Assim morre o chefe da família. Nem o pão daquele dia deixava. E sua gente teria de dispersar-se sem demora[24]."
>
> "A mulher iria ser criada numa casa que a aceitasse; a mocinha trabalharia num atelier de costura; os meninos parariam num orfanato[25]."
>
> "Triste remate para os que outrora, haviam conhecido o aconchego de um lar calmo e risonho até que o alcool começara a solapar alegrias, tranquilidade, futuro[26]."

Voltemos agora para a questão da prole, um dos temas mais explorados nos artigos e manchetes, talvez pelo fato de que seja fácil se comover com crianças, principalmente se estiverem doentes. De qualquer forma, em muitos artigos procura-se

apresentar as consequências do alcoolismo dos pais nos filhos. Encontram-se comumente artigos evidenciando que filhos e, em alguns casos, netos de alcoólatras tem mais possibilidades de se tornarem 'ébrios' do que os filhos e netos de abstêmios. Alguns artigos citam casos, provavelmente fictícios, de filhos de alcoólatras que nascem débeis mentais, idiotas e incapazes de sobreviver sem ajuda. Por exemplo:

> "(...) os filhos dos alcoólatras são epileticos, atrazados mentais, surdos-mudos, debeis sociais[27]."
>
> "(...) os pais que usam bebidas alcoolicas geram filhos epleticos, nervosos e inuteis. [28]"
>
> "(...) temos tambem a verdadeira desgraça da prole (...) degenerados, monstruosos e desequilibrados filhos[29]."

Assim, é evidente a idéia de que o álcool degenera a raça e que, portanto, não beber é contribuir para a purificação da mesma, o que auxiliaria o crescimento, o progresso do país. Há também a cobrança implícita de que os 'bebedores' cumpram seus deveres de cidadãos. O fato de grande parte da população brasileira ser de religião cristã e, consequentemente, também o ser a população pernambucana, faz com que tais argumentos se apresentem de forma bastante eficiente no que diz respeito ao controle social do comportamento.

Sendo assim, talvez por causa desta eficácia ou por fazerem parte das crenças religiosas dos ativistas da luta contra o álcool, estes argumentos foram amplamente utilizados nas campanhas anti-alcoólicas. Ora atribuindo a existência do álcool ao 'diabo' ou ao deus pagão 'Baco'; ora discursando que, ao estar alcoolizado, um homem não melhor, 'não beba! Pois você pode perder o seu titulo de cidadão honrado', o que seria algo inconcebível para a sociedade da época.

No que diz respeito a saúde mental, as citações são mais comuns e, as vezes, mais assustadoras. Os autores desses artigos procuram deixar claro que o alcoolismo têm consequências graves para a vida do toxicômano. Tais como, delírios de vários

tipos, esquizofrenia, demência, manias, distúrbios de humor, entre outros. Apontam também, como um dos prováveis destinos do alcoólatra, o manicômio. Nas campanhas anti-alcoólicas, os médicos higienistas promoviam o ideal de que o 'ébrio' deveria ser internado em um manicômio para ser tratado, passando a idéia de que alcoolismo e loucura são 'parceiros'.

Assim dentre as várias formas utilizadas pelos higienistas para expandir a luta contra o álcool, o discurso ameaçador era amplamente utilizado. Para isso os escritores de tais artigos não ameaçavam diretamente a vida dos alcoólatras, isto não era necessário, eles utilizavam palavras agressivas que poderiam facilmente persuadir os 'ébrios' a extinguir o uso de bebidas alcoólicas. Estas palavras ameaçavam a perda do caráter, anunciavam a vergonha, colocavam em questão a razão e a consciência, além de por em evidência a 'maldição' somatizada, ou seja, as doenças físicas e psíquicas resultantes do uso do álcool.

Dessa forma, o principal objetivo dos higienistas da época em questão era difundir seu ideal, notadamente eugenista, de 'comportamento saudável', fazendo uso de seu poder de controle social através da mídia

---

[2] RAMOS, A. **Loucura e Crime**. Porto Alegre: Edição da Livraria Globo, 1937. p. 75.
[3] Ramos utiliza o conceito de "mentalidade pré-lógica" cunhado por Lèvi-Bruhl que supõe em sua teoria dois modelos de pensamento: um lógico, do civilizado; outro, pré-lógico, do primitivo.
[4] RAMOS, A. op. cit., 1937. p. 74.
[5] MONTERO, P. **Da Doença à Desordem: a magia da Umbanda.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
[6] CUNHA, M.C.P. **O Espelho do Mundo: Junquery, a história de um asilo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986.
[7] NINA RODRIGUES, R. **Os Africanos no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília] : Editora Universidade de Brasília, 1988.
[8]NINA RODRIGUES, R. op. cit., 1988. p. 07.
[9]Cf. NINA RODRIGUES, R. op. cit., 1988.
[10]Xangôs é a denominação comumente atribuída, no Recife, às religiões de origem africana.
[11]DANTAS, B. G. **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
[12] CUNHA, M. C. P. op. cit., 1986.

[13]PEREIRA NETO, A. F. **Palavras, Intenções e Gestos, os interesses profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922).** 1997. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 200 .

[14]Prática de atividades que não são voluntárias. Geralmente designa relações motoras que, à força da repetição contínua, tornam-se mecânicas. No caso subliminar, abaixo do limiar da consciência, produzem algum efeito na atividade psíquica, mormente depois que deixa de existir uma percepção. Geralmente são padrões de estímulos que formam o fundo ou nele se encontram, como cenários de filmes. In: DORIN, E. subliminar. In: DORIN, E. **Dicionário de Psicologia: abrangendo as ciências correlatas**. São Paulo: Melhoramentos, 1978. pp. 36, 269-69.

[15]BORGES, C; LIMA, D. Investigações sobre as religiões no Recife: o espiritismo. **Arquivos da Assistência a Psicopatas**, Recife, v. 2, n.1, p. 138-145, abr. 1932. p. 138.

[16]RAMOS, A. op. cit., 1937. p. 77.

[17] NÃO beba. pense... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.2, p.04. Fev. 1934.

[18]BEBIDAS alcóolicas levarão... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.5, p.02. Maio. 1934.

[19] EVITE o álcool: ele conduz... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.7, p.04. Jul. 1934.

[20] A PROLE do alcoolista... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.02. Set. 1934.

[21]AOS OPERARIOS. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n. 6, p.02. Out. 1936.

[22]ALCOOL: desgraça e morte. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.7, p.02. Out. 1939.

[23]SETE, Mario. Triste ramate. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.10, p.01. Out/Nov. 1934.

24[i] Idem.

[25] Idem.

[26] Idem.

[27]DECÁLOGO contra... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.02. Set. 1934.

[28] AOS OPERARIOS. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n. 6, p.02. Out. 1936.

[29] O ALCOOLISMO: escola... **Boletim de higiene mental**. Recife: [s.n.], n.6, p.04. Out.1936.

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FINEP
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FAUEL
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

FAPESP

FAPERJ

Bella Vista
Turismo

nossa História
O passado do Brasil em revista
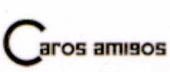
Caros amigos

Revista de História
A Revista de História da Biblioteca Nacional

HISTÓRIA VIVA
A revista de todos os tempos

pós-graduação
BAGOZZI
www.posbagozzi.com.br

CONTEXTO
PROMOVENDO A CIRCULAÇÃO DO SABER

ECONORTE

HOSPEDAGEM
ELDORADO

FIEP
CIEP
SESI
SENAI
IEL
Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Receita Federal

PREFEITURA DE LONDRINA